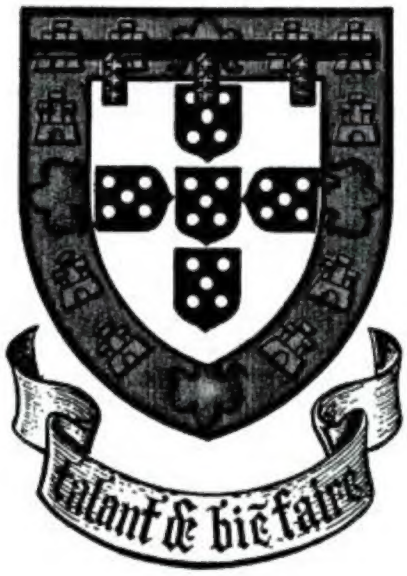
Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME I



COIMBRA
1960

Copyrighted material

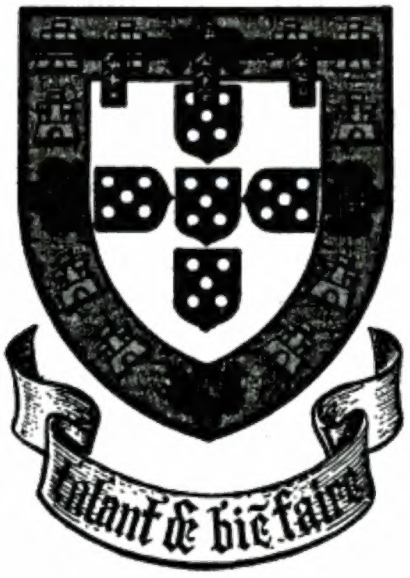
MONUMENTA
HENRICINA

This one
KCY1-EEA-4NPS
Copyrighted material

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME I



OFERTA
COIMBRA

COIMBRA
1960

Copyrighted material

SUBCOMISSÃO DE «MONUMENTA HENRICINA»

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

IDALINO FERREIRA DA COSTA BROCHADO

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.

Copyrighted material

PREFÁCIO

Letras, arte e história, no decurso de cinco séculos, confluiram de forma intensa para sobrelevar na opinião universal a personalidade do Infante D. Henrique, homem singular e extraordinário, que em seu tempo «tem aos pés o mar novo e as mortas eras». Nestas palavras, um dos maiores poetas da nossa língua condensou formosamente todo o sentido profundo da acção imorredoira dos portugueses durante os séculos XV e XVI.

De facto, o mar novo abriu-se então por cristãos atrevimentos, quando o horizonte parecia contrair-se para o domínio da civilização latina, batida rijamente pela ameaça dos turcos. E as mortas eras ficaram sepultadas à sombra das palmeiras do Cabo Verde, quando as teorias geográficas herdadas da antiguidade puderam ser confrontadas com os conhecimentos práticos dos audazes marinheiros portugueses quatrocentistas.

Deve-se ao Infante D. Henrique, essencialmente, a acção preceptiva e impulsionadora da empresa da expansão marítima, que havia de constituir fenómeno único na história do mundo. Foi ele quem teve desde início o sentido preclaro das realidades do seu tempo e não menos a noção lucidíssima das necessidades vitais da civilização ocidental, retraída nos caminhos antigos de sua propagação e gravemente ameaçada na sobrevivência dos seus valores e conquistas fundamentais. Portanto, constituia obrigação moral consagrar-lhe, como acto expressivo do jubileu nacional, monumento de exacção histórica em que a sua figura se alteasse como quem é, o Príncipe insigne a quem a humanidade ficou a dever, num momento excepcionalmente crítico da sua vida, as razões decisivas para confiar no futuro.

Portugal — será necessário justificá-lo? — deve assim à memória do Navegador monumento que a inteligência e a cultura nacionais têm de levantar com carácter de perenidade. E nenhum outro poderá sobrepujá-lo ou diminuí-lo no consenso, na admiração e na valia da inteligência e da cultura universais, já que ele há-de ser a fonte original e primária de estudo e revisão de tantos problemas que as origens dos nossos descobrimentos e a acção do Infante D. Henrique ainda hoje mal entremostram a tantos historiadores e eruditos estranhos.

Copyrighted material

Na realidade, quem analisa e estuda quanto de fragmentário e impreciso se publicou no país e no estrangeiro, em trabalhos de informação geral, acerca do primeiro período dos nossos descobrimentos, e quanto na actualidade se trabalha injustificadamente para reduzir ou subalternizar o papel de Portugal na preparação do mundo moderno, é levado a pensar que o único e meritório padrão a assinalar, em nossos dias, não só a presença dos portugueses na primeira linha de iniciadores da civilização moderna, mas também o seu papel determinante em toda ela, é esse monumento perene ao homem egrégio que foi o fautor de acção verdadeiramente esplendente.

Monumento objectivo, irrefutável, de solidez não contrastável, científico em toda a sua pureza original, oferecido à consciência e à inteligência universais, irredutível a nacionalismos mesquinhos. Falem por si mesmas as provas documentais sobre os homens e os factos, sem intervenção imaginosa, preconceitos ou subjectivismos, que a lição tem de resultar proveitosa e justamente favorável ao País e ao Homem que, nos alvores do século XV, deram ao mundo ocidental o seu alto sentido de ecumenicidade.

Seria verdadeira injustiça não considerar o importante contributo da investigação portuguesa nos seus valores substantivos, a qual, todavia, pela sua enorme dispersão em publicações de variada classe e natureza, oferecia e oferece sérias dificuldades de consulta, não sòmente aos estudiosos nacionais, mas principalmente a estrangeiros. Podia mesmo dizer-se que as mais copiosas e mais prestantes compilações documentais incorporavam quase só o produto das pesquisas efectuadas nos arquivos nacionais, designadamente na Torre do Tombo, apresentando por isso lacunas essenciais que se tornava necessário preencher, quanto possível, com recurso aos arquivos provinciais e particulares e sobretudo aos opulentos arquivos lá de fora. Ademais, as observações que neste particular desde há muito se vinham a fazer entre nós, tinham sido impressiva e excelentemente confirmadas, nos últimos anos, pela publicação de trabalhos de grande mérito devidos a historiadores estrangeiros, apoiados nas pesquisas efectuadas em arquivos onde a investigação nacional não concentrara de forma sistemática seus esforços e a sua capacidade.

Copyrighted material

Efectivamente, pelo que respeita ao Infante D. Henrique, o notável e probo investigador que foi Pedro de Azevedo, ao terminar a introdução dos Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1351..., *afirmava:* «...*considero a publicação do primeiro volume dos* Documentos das Chancelarias Reais, [*1415-1450*], *como o início da publicação dos documentos relativos ao* **Infante D. Henrique**». *Porém, esse numeroso acervo de diplomas, por certo de real consideração e importância, compreende exclusivamente o resultado das buscas nas chancelarias de D. João I a D. Afonso V e, como o próprio editor pôs em destaque, importava primacialmente «à vida do reino» e à «história administrativa da África do Norte portuguesa».*

Com intenção e plano muito mais vastos, começou o Dr. J. M. da Silva Marques, em 1944, a publicar os volumes relativos aos Descobrimentos Portugueses, [*1057-1460*], *trabalho muitíssimo valioso, empreendido com o objectivo de inserir a documentação portuguesa guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, integrando consequentemente na seriação cronológica os documentos pontifícios ali existentes e, ao mesmo tempo, quantos podiam ter relação com as origens da marinha nacional, seu desenvolvimento e administração, actividades dos homens ligados às indústrias do mar e às explorações navais e comerciais até à data da morte do Infante D. Henrique.*

Qualquer das obras citadas, e só estas para não ir mais além, apesar do seu valor intrínseco, quando se consideravam vários capítulos da história geral da expansão portuguesa nos seus fundamentos heurísticos, criaram a necessidade de avançar mais um passo na «indispensável publicação sistemática dos diplomas». Assim, era de todo ponto imprescindível prosseguir no largo campo de investigação que oferece o Arquivo Nacional e ao mesmo tempo examinar os principais arquivos provinciais e particulares que, apesar da dispersão e redução sofridas e das precárias condições presentes, conservam ainda tesouros de informação, aos quais às vezes com dificuldade se consegue chegar. Nunca, pelo menos em nosso conhecimento e com o objectivo básico que estava proposto, se estabeleceram na mesma oportunidade as condições favoráveis à investigação metódica nos arquivos do estrangeiro, principalmente na Espa-

Copyrighted material

nha e no Vaticano, aqueles que naturalmente poderiam contribuir com maior e mais rico volume de documentos para elucidação e revisão de consideráveis problemas da história dos descobrimentos, sua génese e desenvolvimento nos séculos XV e XVI. Felizmente, chegara o momento de haver um Governo de compreensiva simpatia e interesse por uma obra de recuperação histórica, que não é pessoal nem de ninguém, porque é nacional, vindicativa do título supremo da projecção dos portugueses na história universal.

•

Quis o Governo, e muito bem o compreendeu a Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, que se não perdesse a oportunidade de empreender algumas obras verdadeiramente expressivas do interesse, do apreço e comprazimento que a data memorável naturalmente despertaria. Por isto mesmo, criaram-se muitos estímulos para surgirem, na ordem interna e internacional, as mais variadas manifestações de carácter artístico, literário e histórico que se conjugassem integramente com a história da vida do ínclito Príncipe de Avis e com a gloriosa tarefa das grandes empresas náuticas. E assim tinha de ser, porque está geralmente reconhecido que o valor das jubilosas comemorações nacionais, como aliás de todas as similares, atesta-se no futuro pelas realizações a que deram origem e nas quais se expressou o poder de compreensão e de cultura de uma época, abrindo com intencional deliberação novos surtos de pesquisa e de aplicação da inteligência.

Quando, por designação da Presidência do Conselho de Ministros, se constituiu a Comissão Nacional que havia de estabelecer o programa das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, ao seu ilustre Presidente, o Sr. Prof. Doutor José Caeiro da Mata, foi sugerida a publicação de colectânea documental relativa ao Infante D. Henrique. Parecia que devíamos preito perdurável ao grande impulsionador dos descobrimentos da época moderna, no ano em que a Nação se dispunha a consagrar a sua vida e a sua obra, dedicando-lhe pois o monumento de

Copyrighted material

investigação e apuramento de fontes a que francamente estava obrigada a erudição portuguesa.

Poderia esse «corpus» documental abarcar apenas, embora com indisputável fundamento e sólida exacção, a carreira da vida dessa figura genial; mas este projecto limitaria certamente o campo de investigação à personalidade e aos feitos do Infante, desde as «matinadas» com que celebraram o seu baptismo no Porto, até o momento em que, na sua «honrada vila» do Algarve, cerrou os olhos à vida. Deste modo, sòmente se obteria colectânea documental que proporcionasse, futura e quase exclusivamente, a construção de biografia, moderna sim, mas à qual escassseariam por certo as correlações e enlaces justificativos do pensamento e da acção do Infante.

Na história, como na vida, os grandes acontecimentos têm raizes e explicação causal, sem o que se tornariam ininteligíveis e obscuros. A actuação histórica dum homem, os movimentos dum grupo, as determinações duma sociedade não são acidentes ou simples reflexos da influência individual: ligam-se às ideias e aos sentimentos dos tempos pretéritos, haurindo nesse «perfume do passado» o estímulo e a força de renovação na continuidade, de que brotam as grandes empresas e os cometimentos invulgares. Por isto mesmo, em obediência ao bom e esclarecido conselho de quem autorizadamente o podia manifestar, delineou-se tarefa muito mais vasta e ao mesmo tempo mais custosa; pois os seus lançamentos remontariam às origens da ideia que presidiu à expansão ultramarina, radicada com fervorosa intenção na alma do Infante e, depois dele, entranhada, como destino irrecusável, na própria vida e corpo da Nação. Enveredou-se, pois, por plano vasto, que cumpre delinear no Prefácio deste volume primeiro de Monumenta Henricina.

•

Podemos dividir a História de Portugal em três grandes períodos: o da constituição da nacionalidade, através da Reconquista cristã do território aos sarracenos, finda no reinado de Afonso III, pelo domínio com-

Copyrighted material

pleto do Algarve; o da formação de nosso Império, a partir da conquista de Ceuta, em 1415; o da decadência daquele, após a ocupação castelhana de 1580.

No primeiro período e ainda no segundo até 1460 — pelo que ora nos interessa —, a expansão portuguesa efectuou-se anexando nós territórios que jaziam sob o domínio directo do islamita na Península Hispânica e a norte de África e, mais ou menos directo, na zona ocidental africana atingida pelos descobrimentos marítimos do Infante D. Henrique.

Acresce outro facto: não tanto por imposição dos Romanos Pontífices, quanto pelo reconhecimento implícito e voluntário dos povos cristãos medievais, incumbia àqueles, como representantes do Rei dos Reis, a atribuição política a monarcas, príncipes e outras personagens dos territórios por estes conquistados a infiéis e ainda de ilhas desertas pelos mesmos encontradas ou descobertas (1).

Enfim, ao encetarmos a ocupação de praças marroquinas e ao reconquistarmo-las para a fé e comunidade cristãs, secundámos velho anseio dos Papas, sempre desejosos da redução do sarraceno, inimigo do nome de Cristo, da sua conversão à fé católica e também de que fossem restauradas, a norte de África, as vetustas cristandades dos tempos gloriosos do Império Romano, disseminadas pelas actuais regiões da Tunísia, da Tripolitânia, da Argélia e de Marrocos, com mais de 200 sés episcopais e numerosos mosteiros no século III da nossa era e onde brilharam luminares como Tertuliano, S. Cipriano, Arnóbio, Lactâncio e S. Agostinho (2).

---

(1) Pode ver-se sobre o assunto MARCEL PACAUT, *Alexandre III*, Paris, 1956, e *Histoire de l'Eglise depuis les origines jusqu'à nos jours*, fondée par Augustin Fliche & Victor Martin, t. 9, 2.ième partie, p. 180.

(2) Cfr.: B. ALBERS, *I monaci di S. Benedetto, Il monachismo in Africa*, na «Rivista Storica Benedettina», ano 9, pp. 321 e ss.; L. DE MAS-LATRIE, *Les anciens évêques de l'Afrique Septentrionale*, Alger, 1887; e H. FROIDEVAUX, *Afrique*, no «Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques», t. 1, Paris, 1912, colunas 705 a 871 e bibliografia ali citada.

As precedentes considerações e factos e não menos a necessidade de buscar-se rigorosamente a génese da expansão ultramarina portuguesa conduziram-nos a plano de Monumenta Henricina *que excede em muito o âmbito temporal da vida do Navegador. Demais, como já observou Carl Erdmann, «é ponto assente que as viagens de descobrimento foram, històricamente, a continuação imediata da guerra com os mouros»* (3); *e, noutro passo: — «O papel desempenhado pela idea de cruzada desde os descobrimentos dos portugueses está, pois, ìntimamente ligado à sua anterior evolução nas guerras com os mouros»* (4).

Fomos assim levados à publicação de todos os diplomas pontifícios que nos foi possível recolher dos séculos XII a XV relativos a Portugal e os sarracenos, para apuramento da atitude da Santa Sé sobre o particular e das facilidades por ela outorgadas à nossa expansão, condicionalismo básico, de que não devemos prescindir, crìticamente: primeiro, a dentro das naturais fronteiras pátrias, mais tarde nas regiões transmarinas.

Tão-pouco podíamos deixar de documentar, na referida colectânea, outros problemas ou factos históricos fundamentais: desde o século XII, a origem e evolução do Vicariato de Tomar e das Ilhas, primeira prelazia nullius dioecesis *a que estiveram subordinadas eclesiàsticamente as Ilhas Adjacentes e a porção de costa ocidental africana descoberta em tempo do Infante D. Henrique até à criação da diocese do Funchal, em 12 de Junho de 1514* (5); *ainda, a partir da segunda década do século XIV, a origem e textos constitucionais ou orgânicos da Ordem Militar de Cristo, que «estabeleceu uma das mais importantes pontes entre a guerra mourisca do tempo das cruzadas e as viagens de descobrimento»* (6). *Administrada e governada pelo Navegador durante 40 anos, com seus rendimentos e*

---

(3) *A idea de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940, p. 4.

(4) *Ibi*, p. 57.

(5) Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 3, parte 1, Coimbra, 1912, p. 72.

(6) CARL ERDMANN, *Obra cit.*, p. 51. Sobre aquela Ordem pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *Obra cit.*, t. 1, Coimbra, 1910, pp. 332 e ss.

pessoal efectuou aquele, em boa parte, sua grandiosa avançada ultramarina, como o próprio declarou, repetidas vezes (7).

Entrando, depois, pròpriamente no período henriquino (1394-1460), tivemos de contar não só com esclarecer a biografia e actividade do Infante e com a biografia e acção de seus numerosos servidores, mas integrá-las criticamente, como é devido, na ambiência política, diplomática e até social em que decorreram. Desta sorte, houve que enveredar-se pela história do país e das suas relações com as monarquias peninsulares, naquilo em que tal elucidação se torna indispensável ao nosso objectivo, sondando nomeadamente seus reflexos e condicionalismos na Cúria Romana, junto dos árbitros políticos da época, os Romanos Pontífices. Ali chegavam então, como a tribunal supremo, os mais pequeninos acontecimentos nacionais e individuais dos países cristãos.

De que nos valia, no período medieval, efectuarmos despesas e sacrificarmos vidas, em tentativas de expansionismo, se de Roma nos não garantissem politicamente os territórios que assim anexássemos ou tentássemos anexar? E até para o fazermos, à míngua habitual de recursos financeiros para a tarefa bélica, houvemos de socorrer-nos dos rendimentos eclesiásticos do país, especialmente a partir do século XIV, outorgados pelos Papas, assim como das mercês ou graças espirituais que movessem os fiéis a atirarem-se denodadamente contra a mourisma.

Constituindo a presente colectânea de textos diplomáticos e narrativos espécie de análise para futuras sínteses, cumpria-nos, pois, documentar e aclarar, quanto possível, através dos textos proporcionados ao leitor, os grandes acontecimentos da história pátria no período henriquino, nos quais o infante se projectou por vezes com nitidez e relevo excepcionais. Partindo, assim, das tréguas de Segóvia de 1400, documenta-se a evolução das nossas relações diplomáticas com Castela, Aragão e Navarra, nomea-

---

(7) Especialmente em suas Cartas Testamentárias, publicadas na íntegra por A. J. DIAS DINIS, O. F. M., *Estudos Henriquinos*, vol. 1, Coimbra, 1960, pp. 171 a 211. Sobre o particular pode ver-se também as pp. 302-305 da obra retrocitada.

damente através dos matrimónios celebrados com aragonesas pelos infantes D. Duarte e D. Pedro, a responsabilizar diplomàticamente, nos respectivos contratos antenupciais, todos os Altos Infantes.

Vem depois o Tratado de Paz com Castela de 31 de Outubro de 1411, a possibilitar-nos a expansão, no que pensámos imediatamente, e foi culminada, em sua fase inicial, na conquista de Ceuta de 1415, acontecimento agora melhor esclarecido, especialmente através da documentação recolhida no Arquivo da Coroa de Aragão, em Barcelona. E, de volume em volume, irá o leitor discernindo, paulatinamente, os acontecimentos da história do país da época henriquina a melhor luz, fornecida por novas achegas documentais, embora não tantas quantas desejáramos.

Como é sabido, grande é a penúria de textos diplomáticos do período em causa. Desapareceram o arquivo pessoal do Infante D. Henrique, a totalidade do arquivo antigo da Ordem de Cristo, o da Casa da Guiné e da India, numerosos volumes das Chancelarias Régias da época e muitíssimos diplomas avulsos, nomeadamente dos recebidos por nossos monarcas, segundo o atestam registos estrangeiros, sobretudo os do Vaticano, do Arquivo da Coroa de Aragão e de Simancas.

Por outra parte, são pobres de informação da época henriquina, declaradamente no aspecto ultramarino, os textos narrativos até nós chegados: as Crónicas de Fernão Lopes, de Gomes Eanes de Zurara, de Rui de Pina e Damião de Góis e os escritos de Martim de Boémia, de Valentim Fernandes, de Duarte Pacheco Pereira e de João de Barros.

*

Mercê do carinho com que foi recebida a proposta de elaboração de Monumenta Henricina *pela Presidência do Conselho, em boa hora formulada pelo Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, e atentas as facilidades outorgadas pela mesma através da respectiva Comissão Executiva, chefiada pelo M. D. Presidente da Comissão Nacional e da Academia Por-*

tuguesa da História, sr. Professor Doutor Caeiro da Mata, e composta pelos srs. Engenheiros Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo, João Paulo Nazaré de Oliveira, Drs. Diogo Castelbranco de Paiva Faria Leite Brandão e José de Sousa Nunes Ferreira e pelo escritor e académico Idalino Ferreira da Costa Brochado, foi possível proceder-se a cuidada investigação arquivística, reduzida esta por míngua de pessoal habilitado ou já ocupado noutros compromissos, mais ou menos oficiais.

Durante quatro anos trabalhou-se afadigadamente na recolha de materiais para esta obra comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, os quais totalizam, neste momento, já uns 12 volumes idênticos ao presente. Não está concluída a investigação e prossegue a transcrição de textos. Foram examinados: em Espanha, os arquivos de Madrid, Escorial, Simancas, Coroa de Aragão (Barcelona), Valência, Sevilha, Granada e Cádiz e também os de Palma de Malhorca e de Ceuta; em França, os de Paris; em Itália, os de Roma, especialmente do Vaticano, os de Veneza, Génova, Florença, Nápoles e Milão; na Bélgica, os de Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Gand; em Inglaterra, os do Museu Britânico, de Oxford, de Manchester e de Greenwich. Trabalharam nessa tarefa: os Professores Drs. Artur Moreira de Sá, Avelino de Jesus da Costa e António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., bem como os Drs. Dom Charles-Martial de Witte, O. S. B., e P. António da Costa Lopes e o R. P. António Duarte Brásio, S. Sp.

No país, a investigação incidiu especialmente sobre o grande e precioso recheio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a grande fonte da nossa historiografia. Examinaram-se também os restantes arquivos de Lisboa. Nesta devassa trabalharam as Ex.mas Senhoras Dr.as D. Alice da Conceição Correia Estorninho, D. Belarmina Augusta Ferreira Ribeiro e D. Rosalina Branca da Silva Cunha, os srs. Drs. Mário Alberto Nunes Costa e Henrique José Barrilaro Fernandes Ruas, e os srs. António Gomes da Rocha Madahil e Laurentino Baptista Soares, os quais colaboraram também na transcrição e revisão de textos, assim como o R. P. Mário Gonçalves Martins, S. J., e o sr. Dr. Filinto Artur Girão de Oliveira Veloso Osório.

righted material

Procedeu-se ainda ao exame dos arquivos de Província, a cargo do P. António Joaquim Dias Dinis, O. F. M., o qual não está concluído, pela urgência em se atender a outros cuidados da obra. Visitaram-se também alguns arquivos particulares, mercê da gentileza dos respectivos proprietários, a qual muito se agradece. E, a este propósito, permita-se-nos sublinhar: seria da maior utilidade para a história pátria que se pudesse organizar lista daqueles e que seus donos facultassem o seu aproveitamento sério; pois ali se encontram, não raro, preciosos elementos de refazimento do nosso passado glorioso. Propriedade, em regra, de casas fidalgas e nobres, neles jazem os próprios originais régios e de tantas outras entidades oficiais, nacionais e estrangeiras.

A investigação nos arquivos do Funchal esteve a cargo do Director do respectivo Arquivo Distrital, sr. Dr. José Pereira da Costa. A anotação bibliográfica e as notas críticas do presente volume são de P. Dias Dinis. O Indice Analítico foi organizado pelo sr. Dr. Joaquim Rosado Carmelo Rosa, Primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Assembleia Nacional. Não devemos encerrar estas linhas sem indicarmos as normas adoptadas na transcrição dos textos, em latim como em vernáculo.

Nos textos latinos seguiu-se a ortografia dos originais, com omissão porém das consoantes iniciais duplicadas, desdobradas as abreviaturas e introduzida pontuação actual, para melhor compreensão dos textos; regularizaram-se as maiúsculas, adoptadas apenas em antropónimos e topónimos, títulos da Divindade e topónimos adjectivados, como por exemplo Vlixbonensis, Egitaniensis, *etc. Os erros foram corrigidos no texto, indicada em nota a forma do manuscrito. Palavras e letras omissas introduziram-se geralmente entre colchetes no texto sem qualquer anotação, respeitada, porém, a ortografia da época.*

Palavras duvidosas são seguidas de (?); as ilegíveis ou sumidas por mancha, rotura, etc., são indicadas por ponteado entre colchetes. Erros ortográficos habituais num mesmo documento que possam ser interpretados por gralhas no impresso são marcados, a primeira vez que aparecem, por um (sic), *em cada documento; mas não se consideram tais as formas ortográficas da época do manuscrito. Não se reproduzem as pala-*

vras repetidas, riscadas ou sopontadas, que tão-pouco se indicam em nota, a menos que documentalmente pareça interessar fazê-lo. Conservaram-se o u *semi-vogal e o grupo* ij. *Palavras sobrepostas ou lançadas nas margens do manuscrito, quando coevas, inseriram-se no texto sem qualquer anotação. Abriram-se períodos e parágrafos.*

Nos textos em vernáculo adoptaram-se as normas precedentes, na parte aplicável. Mantiveram-se, contudo, as formas fonéticas de hũu, hũua *ou* hũ, hũa, algũu, algũua *e* algũa, nenhũu, nenhũua, *etc., sempre com o til no primeiro* u. *Desprezou-se a pontuação coeva e irregular, substituída pela moderna. Separaram-se as palavras, mesmo quando a segunda é enclítica; mas conservaram-se as formas* todollos, seguese enuiounos, delrrey, *etc., sem uso do hífen, bem como* dEuora, dAlmadãa, *sem apóstrofe. Mantiveram-se as consoantes duplas iniciais, ainda quando delas se separou o artigo, excepto quando devam passar a maiúsculas; pois nesse caso não se duplica a consoante nem mesmo as vogais iniciais não abertas. O* R *de princípio e meio de palavra passou a* rr; *o* S *a* ss.

Numa palavra, tratando-se de colectânea histórica e não diplomática nem filológica, diligenciou-se proporcionar a leitores e historiadores não charadas paleográficas, mas os textos transcritos de molde a serem fàcilmente examinados e aproveitados, sem os despir, contudo, do rigor crítico exigido pela moderna historiografia. Para isso muito contribuem a pontuação moderna e a abertura de parágrafos. Nem sempre é fácil a quem não esteja familiarizado com textos e locuções medievais pontuar convenientemente e, portanto, interpretar com exacção os documentos. Buscou-se evitar este escolho ao leitor ou investigador menos prevenido ou menos habilitado.

*

É de justiça uma palavra de sincero reconhecimento e agradecimento a Sua Excelência o Presidente do Conselho, Senhor Professor Doutor António de Oliveira Salazar, incontestàvelmente o colaborador número

um da presente obra. Sempre a acarinhou e acompanhou com verdadeiro interesse nacional, certo de que assim erguia perene monumento, o mais valioso monumento ao iniciador de nossa gloriosa epopeia ultramarina, o imortal Infante D. Henrique. Oxalá os modestos cooperadores de Sua Excelência tenham correspondido. Nesta hora histórica em que todos os povos civilizados se associam gostosamente a nós na celebração festiva do Centenário, Portugal sente-se maior, por haver devassado para a Humanidade, mercê de seu esforço heróico e inteligente de há séculos, novos mares, novos céus e novos mundos, «dilatando a Fé, o Império».

Copyrighted material

ABREVIATURAS

ADB. — Arquivo Distrital de Braga.
ADFS. — Arquivo da Direcção de Finanças de Santarém.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.
AV. — Archivio Segreto Vaticano, Roma.
BA. — Biblioteca da Ajuda, Lisboa.
BCR. — Bibliotheca Casanatense, Roma.
BMV. — Biblioteca Municipal de Viseu.
BNF. — Bibliotheca Nazionale di Firenze.
BNM. — Biblioteca Nacional de Madrid.
BNP. — Bibliothèque Nationale de Paris.
BVR. — Bibliotheca Valliceliana, Roma.
cap., caps. — capítulo, capítulos.
Cfr. — Confira.
cit., cits. — citado, citados.
cód., códs. — códice, códices.
cód. lat. — códice latino.
cols. — colunas.
DMP. — Documentos Medievais Portugueses.
DOC., doc., DOCS., docs. — documento, documentos.
fl., fls. — fólio, fólios.
liv. — livro.
lug. — lugar.
Mon. Lus. — Monarchia Lusitana.
MRGVV. — Museu Regional Grão Vasco de Viseu.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.º, n.ºs — número, números.
p., pp. — página, páginas.
PMH. — Portugalliae Monumenta Historica.
Reg. Avinion. — Regestum Avinionense.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
ss. — seguintes.
supracit. — supracitado.
t., tom., ts. — tomo, tomos.
v. — verbo.
vol., vols. — volume, volumes.

1

13 DEZEMBRO 1143

Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a prestar vassalagem ao papa Inocêncio II na pessoa do cardeal Guido de Vico, Legado da Sé Apostólica, a colocar-se e ao reino sob a protecção de S. Pedro e da Santa Sé e a comprometer-se, por si e sucessores, a pagar àquela o censo anual de quatro onças de ouro.

ADB., *Gaveta de notícias várias*, n.º 2, cópia em pergaminho, do século XIII, precedida das palavras «Oblatio Regis Portugalen. in registro Lucij ij», — texto que se reproduz; BNM., *Vitr*, 15, n.º 5, fl. 33, em cartulário toletano do séc. XIII; AV., *Reg. Vat.* vol. 21-A, fl. 365, n.º 24, em cópia moderna, extraída do «Regestum» de Inocêncio IV, liv. 6, conservado na BNP; BA, *Symmicta Lusitana*, vol. 44, p. 25; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 2, em cópia autêntica, fornecida em 1841 da supracitada do Vaticano.

Publicada: por Fr. BERNARDO DE BRITO, *Chronica de Cister*, liv. 3, cap. 4; por FR. ANTONIO BRANDÃO na *Monarchia Lusitana*, parte 3, liv. 10, cap. 10; por VITERBO, *Elucidario*, v. «Dinheiro»; por BALUZIUS, *Miscellanea* (ed. de Mansi), vol. 3, p. 78; em RUI DE AZEVEDO, *Documentos Medievais Portugueses*, Docs. Régios, vol. 1, t. 1, n.º 202, segundo a primeira fonte citada, com anotação das variantes das cópias de Madrid, de Balúzio e da Torre do Tombo.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 8; em E. BERGER, *Les Registres d'Innocent* IV *(1243-1254)*, n.º 4685; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção do Visconde da Carreira*, p. 185. Referenciada principalmente: em JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações*, t. 3, n.º 378; por ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, t. 2, nota 19; em REUTER, *Chancelarias*, n.º 126; e por CARL ERDMANN, *O Papado e Portugal*, pp. 44 e ss.

Os nomes completos dos autores, títulos e datas das obras citadas vão ao fim do volume, na Bibliografia.

Claues regni celorum beato Petro a Domino Nostro Ihesu Christo concessas esse cognoscens, ipsum patronum et aduocatum habere disposui, ut et in uita presenti opem illius et consilium in meis oportunitatibus sentiam et ad premia felicitatis eterne, ipsius suffragantibus meritis, ualeam peruenire.

Quocirca, ego Adefonsus, rex Portugalensis Dei gracia, per manum domini G[uidi], diaconi cardinalis, apostolice sedis legati, domino et patri

Copyrighted material

meo pape Innocentio ominium feci terram quoque meam beato Petro et sancte romane ecclesie offero, sub censu annuo iiij unciarum auri, ea uidelicet conditione atque tenore ut omnes qui terram meam, post decessum meum, tenuerint, eundem censum, annuatim, beato Petro persoluant. Et ego, tanquam proprius miles beati Petri et romani pontificis, tam in me ipso quam in terra mea uel in his etiam que ad dignitatem et honorem mee terre attinent, defensionem et solacium apostolice sedis habeam et nullam potestatem alicuius ecclesiastici secularisue dominij, nisi tantum apostolice sedis uel a latere ipsius missi, unquam in terra mea recipiam.

Facta oblationis et firmitudinis carta jdus decembris era M.ª C.ª Lxxxi.ª. Ego, supradictus Adefonsus, Portugalensis rex, qui hanc cartam fieri iussi libenti animo, coram idoneis testibus propria manu confirmo. Ego Johannes, Bracharensis archiepiscopus, confirmo. Ego Johannes, Colimbriensis episcopus, confirmo. Ego P[etrus], Portugalensis episcopus, confirmo (1).

---

(1) Como já observou CARL ERDMANN, na presente carta el-rei D. Afonso Henriques prometia «um tributo anual de quatro onças de ouro — portanto um tributo de reconhecimento pouco importante —, mas punha expressamente a condição de gozar da protecção papal para si e para a dignidade e categoria do seu reino e de não reconhecer mais nenhum senhorio espiritual ou temporal além do do papa e seus legados. Todo o acto se dirigia pois directamente contra a velha soberania de Castela». (*Obra cit.*, p. 46). Visava a independência de Portugal em relação ao país vizinho: «Para cobrir esta situação de independência deviam agora servir as suas relações com o papa» (*Ibid.*).

Noutro estudo, o mesmo autor sublinha que Afonso Henriques, nesta carta como em outras posteriores, endereçadas ao Chefe da Cristandade, se confessa *miles beati Petri* e alude às suas conquistas como feitas para S. Pedro. «Estas expressões — comenta ERDMANN — manifestam, antes de mais nada, segundas intenções políticas e devem ser apreciadas com cuidado; todavia mostram como as relações entre Portugal e a Cúria, que pouco a pouco ir-se-iam estreitando, deviam corroborar a idea da guerra pela fé» (*A idea de Cruzada em Portugal*, p. 30).

— A presente carta régia e a maior parte das bulas anteriores ao século XV que se reproduzem nesta colectânea têm em vista documentar a atitude da Santa Sé, desde o início da nacionalidade, perante a expansão portuguesa à custa dos sarracenos e de outros infiéis, africanos, portanto aquém e além-mar, para o estudo da génese da nossa expansão ultramarina. De resto, como já observou CARL ERDMANN, «é ponto assente que as viagens de descobrimento foram, històricamente, a continuação imediata da guerra com os mouros» (*A idea de Cruzada em Portugal*, p. 4); o qual assevera ainda: — «O papel desempenhado pela idea de cruzada desde os descobrimentos dos portugueses está, pois, intimamente ligado à sua anterior evolução nas guerras com os mouros (*Ibi*, p. 57).

Sobre este diploma régio pode ver-se também ALMEIDA LANGHANS, *Estudos de Direito*, pp. 239 e ss.

2

ABRIL 1147

Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a doar à Ordem do Templo o eclesiástico de Santarém, em cumprimento de voto que fizera antes da sua conquista, em Março anterior, e a comprometer-se a obter a confirmação da doação pelo bispo de Lisboa, logo que esta cidade fosse reconquistada.

BMV., *Mss. de Viterbo*, cód. 20-I-17, fl. 181 v., cópia feita em Tomar sobre o original, — texto que se reproduz; ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 62, em duas cópias do século XVI; ADFS., *Tombo da igreja de Santa Maria do Olival de Tomar*, fl. 19, em versão portuguesa feita em Tomar sobre o original pelos anos de 1542, com omissão dos confirmantes.

Publicada na íntegra: em *Mon. Lus.*, parte 3, cap. 24; por FR. BERNARDO DA COSTA, *Historia da Militar Ordem de Christo*, doc. 6, p. 165, com incorrecções; por D. TOMAS DA ENCARNAÇÃO, *Historia ecclesiae*, vol. 3, p. 131; pelo MARQUIS D'ALBOM, *Cartulaire*, n.º 439; em REUTER, *Chancelarias*, vol. 1, p. 209, doc. 145; e, ùltimamente, em RUI DE AZEVEDO *Documentos Medievais Portugueses*, Documentos Régios, vol. 1, t. 1, p. 221, segundo a primeira fonte citada, com anotação das variantes das duas cópias da segunda, em geral meramente ortográficas ou devidas a imperícia do copista.

Publicada parcialmente: por VITERBO, *Elucidario*, v. «Tempreiros», tomada do original, que diz achar-se em Tomar; e em J. P. RIBEIRO, *Dissertações*, t. 3, n.º 400.

Jn nomine Sanctae et Jndividuae Trinitatis, videlicet Patris et Filij et Spiritus Sancti amen.

Ego Alfonsus, Dei gratia Portugalensium rex, incipiens iter meum ad illud castellum quod dicitur Sanctarem, propositum feci in corde meo et votum vovi quod, si Deus, sua misericordia, illud mihi atribueret, omne ecclesiasticum darem Deo et militibus fratribus Templi Salomonis, constitutis in Jherusalem pro defensione Sancti Sepulcri, quorum pars mecum erat in eodem comitatu.

Et, quia Dominus mihi talem fecit honorem et bene complevit volumptatem meam, ego Alfonsus, supra nominatus rex, una cum vxore mea domna Mifalda facimus kartam supradictis militibus Tem-

Copyrighted material

pli (1) de omni ecclesiastico Sancte Herene, ut habeant et possideant ipsi et omnes successores eorum, jure perpetuo, ita ut nullus clericus in eis vel laicus aliquid interrogare possit. Sed, si forte evenerit ut, in aliquo tenpore, mihi Deus, sua pietate, daret illam civitatem que dicitur Vlixbona, illi concordarentur cum episcopo ad meum consilium.

Si quis, autem, hoc donum nostrum irrumpere temptaverit, non sit ej licitum per ullam assercionem. Et, si contradicere hoc eis voluerit aliquis, a consortio sanctae eclesiae sit separatus et in bonis Jherusalem non comisceatur.

Facta karta mense aprilis, era M.C.Lxxxv. Ego Alfonsus, superius rex nominatus, pariter cum conjuge mea domna Mifalda, qui kartam facere jussimus, cum manibus nostris, coram idoneis testibus, rovoravimus et signum fecimus ++.

Petrus, prior Vimarensis ts. Ferrandus Petriz, curiae dapifer, ts. Menendus Alfonsus ts. Menenduz Moniz ts. Mocellus Venegas ts. Gualterius Burgundiensis ts. Johannes archiepiscopus. Petrus Portugalensis episcopus (2). Vgo Martoniensis, frater Templi, tunc temporis in his partibus, kartulam recepit (3). Menendus, jussu priori, in Vimaranis kartulam notuit (4).

Vos autem, summe pater, proculdubio credatis nos, fratres militiæ Templi, cum Vlixbonensi episcopo, consilio regis, ut supra refert, concordiam quesisse, sed ipse noluit. Tunc rex, consilio suo, presentiam domini papae Eugenij nos, una cum episcopo, petere jussit. Ad quem cum venissemus et in conspectu ejus adstaremus, ita inter nos et illum decrevit ut in rescriptis continetur (5).

---

(1) Nas cópias do *Livro dos Mestrados* lê-se: *Christi*, quando a fundação da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo data apenas do ano de 1319 (Cfr. o nosso DOC. 61). Estulta substituição, pois, do termo *Templi* pelo copista, no século XVI.

(2) VITERBO desenhou a figura elíptica ornamentada em que estão incluídas as subscrições do arcebispo de Braga e do bispo do Porto, porém não seguidas de *ts.* ou *testis*, como se lê no cit. vol. de *Documentos Medievais Portugueses*, forma aliás não usada nas confirmações dos prelados, senão a de *conf.*

(3) Nas aduzidas cópias do ANTT., está *Marcamensis* e *Marcomensis* por *Martoniensis*, como se lê em VITERBO, que observa ser já em 1143 D. Ugo de Martônio ou Martoniense Mestre ou Procurador dos Templários em Portugal, segundo fontes pelo mesmo autor aduzidas.

(4) Aqui lançou VITERBO, em seu citado manuscrito de Viseu, as palavras seguintes: «No fundo deste documento e com letra daquelle tempo, porem mais preta e miuda, se lê a verba seguinte».

(5) Reconquistada Lisboa em Outubro do mesmo ano de 1147 (Cfr. *Mon. Lus.*, parte 3, fl. 127 v.), conta-nos a presente nótula histórica, absolutamente estranha ao documento, que, ainda sob o pontificado de Eugénio III e, portanto, entre os anos de 1147 e 1153, o bispo de Lisboa D. Gilberto se opusera à presente doação régia; pelo

3

FEVEREIRO 1159

Carta do bispo de Lisboa D. Gilberto, em que, de acordo com o cabido e com el-rei D. Afonso Henriques, cede à Ordem do Templo a igreja de Santiago de Santarém e seu território paroquial e, em compensação das restantes igrejas escalabitanas pelo monarca doadas àquela Ordem em 1147 mas reclamadas depois pelo prelado, doa-lhe este as que os templários vierem a edificar na região de Tomar, que delimita, devendo eles pagar-lhe e a seus sucessores, anualmente, o tributo eclesiástico de cinco soldos pela de Santarém, mas não pelas da região tomarense, a menos que se prove serem estas da sua jurisdição.

ANTT., *Pergaminhos das Ordens do Templo e de Cristo*, não régios, maço 1, n.º 5, original em pergaminho, a que falta o selo pendente, — texto que se reproduz; *ibi*, n.º 2, em cópia coeva, e n.º 3, em pública-forma de Tomar de 8 de Julho de 1282; maço 3, n.ºs 4 e 17, em públicas-formas do século XIV; *ibi*, régios, maço 1, n.º 3 A; *Livro dos Mestrados*, fl. 63, duas cópias do séc. XVI; *Gaveta* 7, maço 7, n.º 16, sem as confirmações, cópia do séc. XVI, em papel; *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 13, em traslado dos anos de 1542, feito no convento de Cristo de Tomar; ADFS., *Tombo da igreja de Santa Maria do Olival de Tomar*, fl. 20 v., em versão portuguesa, feita em Tomar pelos anos de 1542.

Publicada: por Fr. BERNARDO DA COSTA, *Historia da Militar Ordem de Christo*, p. 160, doc. 5; e, parcialmente, por VITERBO, *Elucidario*, v. «Tempreiros». Referenciada por J. P. RIBEIRO, *Dissertações*, t. 3, parte 1, n.º 276, e em REUTER, *Chancelarias*, t. 1, p. 270. Reproduzida em «fac-simile» nas Tábuas do vol. 1 dos *Documentos Medievais Portugueses*, Docs. Régios.

In nomine Sancte et Indiuidue Trinitatis Patris et Filij et Spiritus Sanctj amen.

Ego Guilibertus, Ulixbonensis episcopus, una cum consensu omnium canonicorum meorum, facio kartam firmitudinis Deo et militibus Christi

---

que, diligenciaram os Templários entrar em acordo com ele, o que não conseguiram e, com anuência do monarca, seguira o pleito para o dito pontífice, de quem dimanaram rescritos, hoje desconhecidos, sobre o assunto.

A Ordem Militar dos Templários, fundada em Jerusalém em 1118 pelos cavaleiros franceses Hugues de Payens e Godefroy de Saint-Omer, numa ala do palácio do rei Balduíno sita no local do antigo templo de Salomão, para defesa dos peregrinos

de illa ecclesia Sanctj Iacobi de Sanctaren, que est in suburbio de Seserigo, cum omnj parrochja sua, liberam ab omnj episcopali debito. Et ego et successores mej non habeamus potestatem aliquam perturbandi in aliquo uel diminuendi ecclesiam illam, sed tantum exsoluamus illi ecclesie episcopale debitum, quando et ad quod a predictis militibus inuitati fuerimus. Huius ergo ecclesie Sanctj Iacobi de Sanctaren donum sit firmum, ratum et in perpetuum ualiturum, sub nulla controuersia, sub nulla conditione deinceps ponendum.

Addo etiam et indissolubili pacto firmo et scripto roboro de omnibus illis ecclesijs quas hedificauerint a portu de Thomar, qui est in strata de Colimbria, et inde per portum de Houren et inde ad sumitatem de Beselga et inde per lumbum de contra Sanctaren, quomodo uertit aquam ad Beselga et quomodo descendit ad Thomar et inde peruenit ad stratam

---

que demandavam os Lugares Santos, recebeu Regra no concílio de Troyes de 1128, redigida por S. Bernardo, nos moldes da dos Cistercienses (Cfr. GUSTAVE SCHNUERER, *L' Eglise et la Civilisation au Moyen Age*, vol. 2, pp. 426 e ss., e AUGUSTIN FLICHE, *Histoire de l'Eglise depuis les origines jusqu'a nos jours*, vol. 8. p. 491).

Cedo se instalou a nova Ordem em Portugal. «No ano de 1128, quando Hugo de Payens veio da Palestina à Europa, a fim de assentar a Ordem incipiente em bases mais largas, um seu irmão de religião, chamado Raimundo Bernardo, presumivelmente francês ou catalão, dirigiu-se para a península ibérica, para reunir dinheiro ou alistar membros para a Ordem. Em Março de 1128, estava ele em Braga, na corte da rainha portuguesa D. Teresa. Esta deve ter compreendido imediatamente a importância da nova corporação para a sua terra, pois logo se empenhou em persuadir os cavaleiros a estabelecer residência em Portugal e a empreender guerra contra os mouros» (ERDMANN, *A idea de Cruzada*, p. 31 e MARQUIS D'ALBON, *Cartulaire général de l'Ordre du Temple*, aí cit.).

De facto, não só a rainha lhes doou então a vila de Fontarcada e o castelo de Soure com seu termo, mas também seria ela quem convidou outros magnates portugueses a cederem aos templários bens seus, sitos em diversas zonas do país (Cfr. *Documentos Medievais Portugueses*, Docs. Régios, vol. 1, t. 1, docs. 77 e 79). Por sua vez, em 14 de Março de 1129-1130 o infante D. Afonso Henriques confirmava-lhes a doação do castelo de Soure, por amor de Deus, por sua alma e de seus pais, pela dedicação que lhes consagrava e ainda por ser seu confrade: «quoniam in uestra fraternitate et beneficio omnj sum frater» (*Ibi*, doc. 96).

De 1128 a 1143, é mal conhecida a actividade dos templários em nosso país: — «não se distingue fundamentalmente, até ao ano de 1143, da dos templários em França e noutras regiões, mas ostenta uma aparência extremamente modesta. Não nos consta de lutas que tenham tido com os mouros, e naturalmente é esse o motivo da sua reduzida importância. Enquanto os Templários aplicassem a sua actividade militar apenas à Terra Santa, não poderiam fixar-se sòlidamente em Portugal» (ERDMANN, *A idea de Cruzada*, p. 35).

«Só no ano de 1143, após demoradas negociações entre Raimundo Berengário IV e o grão-mestre dos Templários, Roberto de Craon, se combinou que os Templários ficariam com Monzón e outros lugares de Aragão e que, desde esse momento, tomariam a sério, como própria missão, a guerra contra os mouros de Espanha.

de Colimbria per portum de Thomar, qui uadit de Fraxineda, scilicet ut habeant eas iure perpetuo (1).

Et ego, Guilibertus, Ulixbonensis episcopus, una cum canonicis meis, illustrissimo Portugalensium rege domno Alfonso concedente (2), do atque concedo omnes illas supradictas ecclesias fratribus Templj Ihero-

---

Não nos consta que em Portugal se tenha feito acordo deste género. A pesar disso, também lá, e precisamente no ano de 1143, começou nova era para a Ordem. O número das doações e legados, até à data muito escasso, aumenta de repente de maneira considerável. Ao mesmo tempo, verifica-se uma sólida organização dos Templários.

«Desde 1143, encontra-se em Portugal o cavaleiro templário Hugo de Martónio, cuja actividade nos é dado acompanhar até 1154 e que recebeu o título de Mestre dos templários em Portugal. No ano seguinte, travaram eles as primeiras lutas com os mouros de que temos notícia: tendo os mussulmanos atacado o território de Soure, saíram-lhes ao encontro os templários, ajudados pelos habitantes das povoações limítrofes; sofreram, porém, uma derrota» (*Autor e obra cits.*, pp. 35-36, que aduz a *Vita Sancti Martini Sauriensis*, publicada nos *Port. Mon. Hist.*, Scriptores, I, 62).

Remonta ao ano de 1147 o primeiro acto bélico contra os sarracenos em que templários e a Coroa Portuguesa se encontram juntos, na tomada de Santarém, em 15 de Março: «capta est idus marcii, illucescente die sabbati» (*Mon. Lus.*, parte 3, fl. 289 v.). Promessa de Afonso Henriques, como quere ERDMANN (*A idea da Cruzada*, p. 37), ou recompensa de serviços espontâneamente prestados por aqueles freires na reconquista da referida vila, doou-lhes o monarca o espiritual da povoação ou seja os rendimentos das suas igrejas, no diploma que vimos anotando, e que marca o início de uma série de dádivas régias aos novos auxiliares das lutas afonsinas da reconquista cristã.

A carta de firmidão ao Mestre Gualdim Pais, em 1156-1157, passada por D. Afonso Henriques e pela rainha D. Mafalda, sobre casas e terras que lhe doou o monarca em Sintra (DMP., *vol. e tom. cits.*, doc. 257), acusa já «a nacionalização da Ordem no país», como sublinhou ERDMANN (*A idea da Cruzada*, p. 38); pois nos dá o nome do nosso primeiro Mestre Provincial da Ordem do Templo. Confirma o facto a doação régia de Julho de 1157, a D. Gualdim e freires, de oito moinhos nos açudes de Touuede do Alviela (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 84 v., sumariada sobre o original em VITERBO, *Elucidario*, v. «Cruz» e editada nos *Documentos Medievais Portugueses*, vol. e tom. cits., doc. 262).

— Esta carta régia, a de Fevereiro de 1159, a de Outubro de 1169, a do bispo D. Gilberto e bulas atinentes, seguidamente reproduzidas, visam documentar a origem e evolução do Vicariato de Tomar e das Ilhas, primeira prelazia *mullius dioecesis* das nossas Ilhas Adjacentes e da costa ocidental africana, em tempo do infante D. Henrique e até 12 de Junho de 1514, data em que Leão X, pela bula *Pro excellenti*, extinguiu aquele Vicariato e criou a diocese do Funchal, sua sucedânea (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 3, parte 1, pp. 71 e ss. e bibliografia aí aduzida).

(1) Comparem-se estes termos com os da carta de el-rei D. Afonso Henriques da mesma data, o DOC. 4. Como observa VITERBO (*Elucidario*, v. «Garda»), no território de Cera «se estabeleceo o *Nullius* de Thomar, por se não poder averiguar já naquelle tempo se aquelle tracto de terra pertencêra algum dia á Idanha, se a Coimbra, se a Lisboa».

(2) Alusão ao retrocitado diploma afonsino.

solimitani ab omnj episcopalj debito liberas, iure perpetuo. Et hoc facio pro illis ecclesijs de Sanctaren, quas eis rex dederat (3) et ego concesseram et nunc michi ipsi relinquunt, excepto ecclesiam Sanctj Iacobi, quam supra nominauimus (4).

Et predicti milites exsoluant michi et successoribus meis quinque solidos per singulos annos, apud ecclesiam Sancte Marje de Sanctaren, de illa scilicet ecclesia Sancti Iacobj de Sanctaren et de unaquaque ecclesia que hedificate fuerint infra terminos ipsos supra nominatos, eo tamen tenore et ea conditjone si ecclesie infra predictos terminos de Cera constructe ad ius meum spectare noscentur et eas ego iudicio ecclesiastico uendicare potuero aduersus illum qui michi questionem uoluerit. Aliter enim, de predicto censu quinque solidorum ipsi milites michi non tenentur in ecclesijs hedificatis in terminis de Cera (5).

---

(3) Em sua carta de Abril de 1147, o DOC. 2.

(4) Deste passo deverá inferir-se que, inicialmente, o bispo de Lisboa D. Gilberto concordara com a doação afonsina do eclesiástico de Santarém aos templários, que dele estiveram de posse durante 12 anos, de 1147 a 1159. Talvez por imposição do cabido, o prelado veio a mudar de atitude, denunciada no Aditamento à carta régia de 1147 acima lançada, o que tornou necessário o presente escambo, ficando à Ordem do Templo, em Santarém, apenas a igreja de Santiago, sem embargo das frequentes reclamações dos bispos de Lisboa, a qual assim transitou para a Ordem de Cristo, a partir de 1319.

O prelado em referência, clérigo inglês, associara-se aos milhares de cruzados ingleses, alemães, flamengos e franceses, partidos de Darthmouth, por via marítima, a 24 de Maio de 1147, aportados ao rio Douro em meados de Junho e chegados a Lisboa a 28 do dito mês, onde auxiliaram eficazmente D. Afonso Henriques na conquista da cidade aos mouros, desbaratados em Outubro seguinte (Cfr. *Port. Monum. Hist., Scriptores,* pp. 392 e ss. e *Conquista de Lisboa aos Mouros, Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo*). Logo o rei de Portugal o nomeou bispo da cidade: «Ad se facit venire antistitem ciuitatis, quem tunc nouiter fecerat ordinari, Gilibertum nomine, natione anglicum, uirum utique bene instructum litteris sacris» (*Indiculum fundationis monasterium S. Vincentii,* nos PMH., *Scriptores,* vol, 1, p. 92). Sagrado pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar, que também tomara parte no assédio de Lisboa, prestou-lhe o novo bispo obediência, cujo teor se conserva (ADB., *Liber Fidei,* fl. 71, n.° 217, cit. por ERDMANN, *O Papado,* p. 53). Fez-se representar no Sínodo de Braga do ano seguinte, de 1148 (*Mon. Lus.*, parte 3, liv. 10, cap. 30, e *Liber Fidei,* fl. 117, n.° 417, cits. pelo autor aduzido). Em 1151, seguiu para a Grã Bretanha, a pregar nova cruzada contra os sarracenos, aproveitada no infrutífero ataque a Alcácer (Cfr. HERCULANO, *Historia,* liv. 2, p. 65). Faleceu em 1166 (ERDMANN, *O Papado,* p. 68). Sobre D. Gilberto pode ver-se ainda FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja,* t. 1 e a bibliografia aí citada.

(5) Ou Ceras, lugar da freguesia de Alvioleira, concelho de Tomar. Como já observou o Dr. ANTONIO BAIÃO, *A Villa,* a tantos séculos de distância não é possível identificar os limites do velho território ou terra de Cera, marcados no diploma em análise bem como no afonsino, ou seja da zona tomarense *nullius dioecesis* no século XII.

Facta firmjtudinis karta mense februario, era M.ª C.ª LX˘.ª VII.ª Ego Guilibertus, Ulixbonensis episcopus, qui hanc cartam una cum canonicis meis, domno rege Alfonso consentiente, facere iussi, propria manu roboro et hoc signum facjo *(Selo rodado do prelado entre as duas colunas de assinaturas)*.

Ego Robertus, eiusdem ecclesie decanus, confirmo.
Bartolomeus, eiusdem ecclesie archidiaconus, conf.
Benedictus, eiusdem ecclesie preceptor, conf.
Menelaus, eiusdem ecclesie thesaurarius, conf.
Harbertus, canonicus, roboro.
Gualterius Flandrensis rob.
Pelagius presbiter canonicus rob.
Gualterius Hastingiensis rob.
Magister Petrus rob.
Jacob rob.
Magister Arnulfus rob.
Regnaldus rob.
Nicholaus rob.

Gunsaluus Gunsaluiz ts.
Petrus Gunsaluiz ts.
Arias Diaz ts.
Jocelinus de Baius ts.
Hua de Selesia ts.
Alfredus de Caranton ts.
Dominicus Feriol ts.
Didacus Moniz ts.
Martinus Faliz ts.

Petrvs Silva notvit.

Frater Gualdinus, Magister Portugal., apud Ulixbonam kartam recepit.

(Selo rodado) + Signvm Gviliberti Vlixbonensis episcopi.

UL/IX/BO/NA (6).

---

(6) O documento teve selo pendente, já desaparecido quando VITERBO o compulsou, mas assim descrito numa pública-forma feita sobre o original em 5 de Junho de 1359: — «hũu seelo longo de cera uermelha, o qual tijnha no meyogõo hũa figura de bispo com hũu bagõo na mãao e sija en hũa cadeyra e staua pendente o dicto seelo per fios de seda alfenados» (ANTT., *Pergaminhos das Ordens* acima cits., não régios, maço 3, n.º 4).

4

FEVEREIRO 1159

Carta de el-rei D. Afonso Henriques, de paz e concórdia entre o bispo de Lisboa e a Ordem do Templo, pela qual o monarca doa aos Templários o castelo e termo de Cera (Tomar), em compensação do eclesiástico de Santarém, que lhes dera em 1147 e de que o prelado referido apenas lhes cedeu a igreja de Santiago da dita vila.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 3, n.º 8, original em pergaminho, cujo texto se reproduz; *Colecção Especial*, parte 1, caixa 28, n.º 12, em cópia do século XIV; *Gaveta* 7, maço 7, n.º 16, cópia em papel, do século XVI, sem as assinaturas dos confirmantes; *Livro dos Mestrados*, fl. 52; *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 12 v., em cópia oficial de Tomar, feita pelos anos de 1542; ADFS., *Tombo da igreja de Santa Maria do Olival de Tomar*, fl. 20, em versão portuguesa dos anos de 1542, feita em Tomar sobre o original.

Publicada: por FR. BERNARDO DA COSTA, *Historia da Militar Ordem de Christo*, p. 182, doc. 16, com a data errada da Era de 1167 por 1197; por VITERBO, *Elucidario*, v. «Tempreiros»; por FIGUEIREDO, *Nova Malta*, 2.ª ed., parte 1, nota 25 ao § 22; por BAIÃO, *A Villa*, p. 265, segundo o original, também reproduzido em REUTER, *Chancelarias*, p. 270; e em *Documentos Medievais Portugueses*, Docs. Régios, vol. 1, t. 1, p. 344, n.º 271. Referenciada em J. P. RIBEIRO, *Dissertações*, vol. 3, n.º 454.

Jn nomine sancte et individve Trinitatis Patris et Filii et Spiritus Sancti amen.

Hec est pax et concordia qvam ego Alfonsvs, Dei gratia Portvgalensivm rex, comitis Henrici et regine Tharasie filius, magni quoque regis Alfonsi nepos, una cum filiis meis facio inter episcopum Ulixbonensem et fratres milites Templi Iherosolimitani, pro amore Dei et remissione peccatorum meorum meorumque parentum.

Do et concedo Deo et militibus Templi illud castrum quod dicitur Cera (1) pro ecclesijs illis de Sanctaren, quas eis prius dede-

---

(1) Deste castelo de Cera ou Ceras já não se conservavam vestígios quando VITERBO escreveu (Cfr. *Elucidario*, v. «Tempreiros»). Mantém-se o topónimo em lugar da freguesia de Alvioleira, concelho de Tomar. É localizado o castelo de Cera, pelos anos de 1542, neste texto do DR. PEDRO ALVARES SECO, que afirma existirem então ruinas dele: — «Per estas cartas [de D. Afonso Henriques] se mostra que, ao tempo que se fizerão as doações que se nelas conthem aa ordem do Templo, estaua

ram (2), preter ecclesiam Sanctj Iacobi. Do et concedo illud castrum quomodo diuidit per flumen Ozezar (3), ubj uocatur portus de Kajjs, et inde per mediam stratam usque ad monasterium de Murta et inde per aquam de Murta, quomodo descendit in Fraxineta et inde uenit ad portum de Thomar, qui est in strata de Colimbria que uadit ad Sanctaren, et inde per mediam stratam per portum de Ourens et inde per mediam stratam quomodo uadit per sumitatem de Beselga et inde per lumbum de contra Sanctaren, quo uertit aquam ad Beselga, et quomodo descendit ad Thomar et inde desdendit in Ozezar et inde ad portum de Kajjs.

Do illis illud castrum ut habeant hereditario iure ad populandum, sed ut homines ultra flumen Mo[n]decum usque ad Tagum in meis populatjonibus habitantes sine mea spontanea uoluntate ad inhabitandum illo non recipiant. Quod, si aliquis ex interdictis hominibus ibj uenerit, fratribus ignorantibus, non imputetur inde aliqua occasio super fratres; sed mox, eo cognito, foras expelli cogatur. Habitatores etiam ipsius castri iure et moribus de Sanctaren utantur.

Ego Alfonsus, supra nominatus rex, una cum filijs meis, facio kartam firmitudinis supradictis militibus Christj de illo castro quod dicitur Cera, cum terminis supra nominatis, cum toto meo iure, ut habeant illud ipsi et omnes successores eorum, iure perpetuo. Et nulli sit licitum hoc meum factum irrumpere.

Facta karta mense februarjo, era M.ª C.ª LX´.ª bij.ª Ego Alfonsus predictus rex, pariter cum filiis meis, qui hanc kartam firmitudinis facere iussi, manibus proprijs, coram idoneis, gratuita uoluntate, roborauimvs et hoc signum +++++ fecimvs (4).

Ego Gunsalluus, curie dapifer, confirmo +

Ego Petrus Pelaiz, signifer regis, conf. +

Fernandus Alfonsus ts.

Domnus Uelascus Sanchiz ts.

Laurentius Uenegas ts.

Petrus Pater ts.

---

esta terra despouoada e nom auia em toda ella, das limitações das cartas a dentro, mais que o castello de Çera, que estaa abaixo das Vendas de Çeras, duas legoas desta villa de Tomar, em hum outeiro, junto da Ribeira de Çeras e de hũa aldea que se chama dos Caluynos, que he casy em meo da limitação desta terra; e ora nom se vee delle mais que algũs pedaços dos fundamentos» (Cfr. *Tombo da igreja* supracit., fl. 21).

(2) Pela carta régia de Abril de 1147, o DOC. 2.

(3) Zêzere. — Sobre estes topónimos pode ver-se BAIÃO, *A Villa*, p. 253 e ss. O *monasterium de Murta* não pode ter sido inicialmente dominicano..., no século XII, pois a fundação da Ordem data do séc. XIII.

(4) VITERBO. *lug. cit.*, v. «Cruz». lê assim estas cruzes ou traços verticais sobre o horizontal, equivalentes a assinaturas: — «um d'El-Rei D. Affonso; outro de seu filho D. Sancho, e os outros dois de suas filhas mais velhas D. Urraca e D. Thereza, a quem em outros documentos chama *Consortes do reino*».

Ego Iohannes, Bracarensis archiepiscopus, conf. +
Ego Petrus, Portugalensis episcopus, conf. +
Ego Menendus, Lamegocensis episcopus, conf. +
Ego Odorius, Uisiensis episcopus, conf. +
Ego Guilibertus, Ulixbonensis episcopus, conf. +

Rodoricus Moniz ts.
Velascus Fernandiz ts.
Rodericus Uenegas ts.
Comes Rodericus ts.
Martinus Anania ts.
Martinus Gunzalujz ts.
Martinus Iohannis ts.
Petrus Gaudinas ts.
Martinus Nuniz, Colimbrie princeps, ts.
Petrus Nuniz ts.
Petrus Randulfiz ts.
Petrus Pelaiz ts.

Magister Albertus, regalis curie cancellarius, notvit.

Magister Gualdinus Portugalensis, tunc temporis apud Colimbriam, kartam recepit.

Selo rodado: + Rex Alfonsvs cvm filiis svis. P/O/R/T/U/G/A/L (5).

5

12 JUNHO 1159

Bula Justis petentium desideriis, *de Adriano IV, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a conceder-lhes construam igrejas na terra de Cera, cujos bens toma sob a protecção da Sé Apostólica, a isentá-las da jurisdição dos bispos, com obrigação de pagarem àquela o tributo anual de uma libra de cera, e a permitir aos freires recorrerem, quanto ao crisma, óleo santo, consagração de igrejas e altares e ordenação de clérigos, ao bispo que lhes aprouver.*

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 1, n.º 1, original em pergaminho, a que falta o selo pendente, — texto que se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 2, fl. 131; *ibi*, cód. 234, parte 2, fl. 10; *Papéis da Comissão de Historia Ecclesiastica*, n.º 18, em cópia de 1865.

Publicada: por FR. BERNARDO DA COSTA, *História da Militar Ordem*, vol. 1, p. 168, n.º 18; e por ERDMANN, *Papsturkunden*, p. 227, n.º 58.

Resumida no *Quadro elementar*, t. 9, p. 10; e em ABRANCHES, *Suma*, p. 1, n.º 1.

(5) Reproduzido o selo rodado em VITERBO, v. «Cruz».

Adrianus episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desideriis dignum est facilem prebere consensum et uota, que a rationis tramite non discordant, effectu sunt prosequente conplenda.

Eapropter, dilecti in Domino filii, uestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu, fundos ecclesiarum que, in terra de Cera (1), auxiliante Domino, constructe fuerint, uobis beato Petro deuotionis intuitu offerentibus, in ius et proprietatem beati Petrj suscipimus et presentis scripti patrocinio communimus, in eodem loco ecclesias construendi liberam uobis concedentes, auctoritate apostolica, facultatem.

Statuimus, siquidem, ut ecclesie ipse, sicut que ad ius sacrosancte romane ecclesie pertinent, nulli nisi tantum romano pontifici subiacere debeant aut in aliquo respondere. Sane crisma, oleum sanctum, consecrationes altarium seu basilicarum, ordinationes etiam clericorum qui ad sacros ordines fuerint promouendi, a quocumque malueritis suscipietis episcopo qui, nostra fultus auctoritate, quod postulatur indulgeat. Ad indicium autem huius a sede apostolica percepte libertatis, unam libram cere nobis nostrisque successoribus, annis singulis, persoluetis.

Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et institutionis ausu temeritatis infringere uel ei aliquatenus contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, secundo tertioue commonitus, nisi presumptionem suam congrua satisfactione correxerit, potestatis honorisque sui dignitate careat reumque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore et sanguine Dei alienus fiat atque, in extremo examine, districte ultioni subiaceat.

Datum Anagnie, ij jdus junii.

---

(1) Sobre os limites da «terra de Cera» ou de Tomar veja-se os DOCS. 3 e 4.

6

15 JUNHO 1159

Bula **Ea que pro bono pacis,** ***de Adriano IV, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a confirmar a paz e concórdia feita entre eles e o bispo de Lisboa sobre as igrejas de Santarém e sobre a terra de Cera (Tomar) com mediação de D. Afonso Henriques.***

ANTT., ***Gaveta*** **7, maço 7, n.º 16, em cópia do séc. XVI sobre papel, texto que se reproduz, corrigidas algumas gralhas do copista;** ***Ordem de Cristo,*** **cód. 232, fl. 13 v., em cópia oficial de Tomar, feita pelos anos de 1542;** ***ibi,*** **cód. 234, parte 2, fl. 10, em cópia oficial de Tomar, feita por 1568.**

Publicada: por FR. BERNARDO DA COSTA, ***Historia da Militar Ordem,*** **vol. 1, p. 187, n.º 17; e por ERDMANN,** ***Papsturkunden,*** **p. 228, n.º 59.**

Adrianus episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem.

Ea que pro bono pacis jnter litigantes rationabiliter statuuntur, nullius debent jmprobitate conuelli, nulla occasione mutari sed, ad maiorem jn posterum firmitatem habendam, que statuta sunt apostolico debent presidio communiri.

Eapropter, dilectj in Domino filij, justis postulationibus uestris gratum jmpertientes assensum, pacem atque concordiam, que jnter uos et uenerabilem fratrem nostrum Vlixbonensem episcopum, super ecclesiis de Sancta Hiren[e] et super terra de Cera, mediante A[lfonso], Portugallen[sium] duce, rationabili prouidentia facta est (1), nos ratam habemus et eam, auctoritate apostolica, confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus, statuentes ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis jnfringere uel ei aliquatenus contraire.

Si quis autem hoc attemptare presumpserit, jndignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, [apostolorum eius,] se nouerit jncursurum. Datum Anagnie, xvij kalendas iulij.

---

(1) Cfr. o DOC. 3, de Fevereiro do mesmo ano, acima lançado.

Copyrighted material

7

OUTUBRO 1169

Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a confirmar à Ordem do Templo a doação que lhe fizera, dez anos antes, do castelo de Tomar e termo e a doar-lhe os do Zêzere e da Cardiga com a zona pela dita Ordem amanhada na Cardiga e a vinha por ela feita além-Tejo, junto ao castelo da foz do Zêzere.

ANTT., *Pergaminhos das Ordens do Templo e de Cristo*, régios, maço 1, doc. 4, em cópia dos sécs. XII-XIII, — texto que se reproduz; *ibidem*, doc. 5, em cópia do século XIII; *Colecção Especial*, parte 2, caixa 28, n.os 5 e 6, cópias com falsificações; *Livro dos Mestrados*, fl. 55, no processo dos Templários; *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 2, fl. 52.

Publicada: com incorrecções por Fr. BERNARDO DA COSTA, *Historia da Militar Ordem de Christo*, p. 196, doc. 22; em REUTER, *Chancelarias*, n.º 214, p. 320; e em *Documentos Medievais Portugueses*, Docs. Régios, vol. 1, tom. 1, p. 388, segundo a primeira fonte citada com anotação das variantes da segunda.

Referenciada: por VITERBO, *Elucidario*, vv. «Cruz» e «Tempreiros»; e por J. P. RIBEIRO, *Dissertações*, t. 3, n.º 490.

Jn nomine Sancte et Indiuidue Trinitatis Patris et Filij et Spiritus Sancti amen.

Quoniam antiqua temporis institutione iuris debito racionabilis consuetudo penes omnes emerserit, ut factorum series successuum numerus fortunarum euentus scripto commendentur, ut commendata ab hominum memoria non decedant et omnibus preterita presentialiter consistant.

Jccirco, ego Alfonsus, Portugalensium rex, una cum filijs meis, facio cartam donationis et firmitudinis Deo et militibus Templj Salomonis, tam presentibus quam futuris, et uobis fratri Gaufrido Fulcherij, citra mare totius militie predicti Templi discreto procuratori, et uobis fratri Garssie Romeo, in Campis et in Castella militum predictorum ministro, et uobis fratri Galdino, in Portugali rerum Templi procuratori, uestrisque successoribus in futurum promouendis, scilicet de illo castello de Ozezar, sicut diuiditur terminis inferius scriptis: jn primis per fozem de Beselga et inde per ipsam stratam que uocatur de Penela usque Alfeigiadoa et inde per cimam de monte de Alfeigiadoa, aquis uertentibus contra Tanchos, et inde quomodo intrat mons ad fundum de pelago de Almourel et inde per medium Tagi usque ad fozem de Ozezar et inde per medium de Ozezar

usque ad fozem de Thomar; et inde per Thomar, quomodo uadit ad focem de Beselga, unde primam fecimus inchoationem.

Do, siquidem, uobis ipsum castellum de Cardica cum omni hereditate quam ibi rupistis et fecistis. Do etiam uobis ipsam uineam quam fecistis ultra Tagum, iuxta illud castellum de foce de Ozezar, quomodo clauditur suo uallo.

Et adhuc do atque concedo uobis ipsum castellum de Thomar cum ipsis terminis, quos in carta de Cera continentur, [quam] prius uobis dederam. Habeatis, itaque, supradictos castellos sicuti superius determinantur, iure hereditario.

Facta carta donationis et firmitudinis mense octobris, sub era M.ª CC.ª vij.ª Ego predictus rex Alfonsus, una cum filio meo rege Sancio et filiabus meis regina domna Orracha et regina domna Tharasia, hanc cartam proprijs manibus roboramus. Petrus Faison, notarius regis, conf.; Petrus, Portugalensis episcopus, conf.; Gonsaluus, Uisiensis episcopus, conf.; Iohannes, Bracharensis archiepiscopus, conf.; Comes Ualascus, curie dapifer, conf.; Fernandus Alfonsus, signifer, conf.; Petrus Fernandi, regis Sancij dapifer, conf.

(Sinal) REX ALFONSUS. REX SANCIUS.

Facta carta apud Alafoen (1).

8

27 JUNHO [1168-69]

Bula Justis petentium desideriis, ***de Alexandre III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a conceder-lhes faculdade para construirem igrejas no território de Cera (Tomar), a tomá-las e a seus bens sob a protecção da Santa Sé e a declará-las isentas***

(1) A presente doação foi precedida pelas duas seguintes do mesmo rei à Ordem do Templo: em 30 de Novembro de 1165, da Idanha e Monsanto, tendo por limites territoriais os rios Tejo, Elga e Zêzere (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 82 v., editada nos *Documentos Medievais Portugueses*, Docs. Régios, vol. 1, t. 1, p. 370); em Setembro de 1169, da terça parte das terras que viessem a ser conquistadas além do Tejo, sob condição de serem utilizadas em serviço de Deus e do monarca enquanto durasse a guerra contra os sarracenos (BMV., *Mss. de Viterbo*, cód. 20-I-17, fl. 168 v.; ANTT., *Gaveta* 7, maço 13, n.º 6, em pública-forma de 5 de Junho de 1313, publicada no cit. vol. de *Docs. Med. Port.*, a p. 384).

e sòmente sujeitas ao pontífice, a quem haviam de pagar anualmente uma libra de cera.

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 1, n.º 5, original em pergaminho, com selo de chumbo pendente por fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 10 v., em cópia do século XVI. Não leva o documento indicação de ano, impossível de calcular, por haver estado o papa em Benevento durante algum tempo nos de 1167, 1168, 1169, 1170 e 1177. Entretanto ERDMANN localiza-o em 1168-69, sem dizer o motivo, data que também adoptamos.

Resumida: no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 12; por ABRANCHES, *Suma do bulário português*, p. 1., n.º 3; e por ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 239, n.º 67.

Alexander episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filiis magistro et fratribus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desideriis dignum est nos facilem prebere consensum et uota, que a rationis tramite non discordant, effectu sunt prosequente complenda.

Eapropter, dilecti in Domino filii, uestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu, fundos ecclesiarum que in terra de Cera, auxiliante Domino, constructe fuerint, uobis, beato Petro, deuotionis intuitu, offerentibus, in ius et proprietatem beati Petri suscipimus et presentis scripti patrocinio communimus, in eodem loco ecclesiarum construendi liberam uobis concedentes, auctoritate apostolica, facultatem.

Statuimus, siquidem, ut ecclesie ipse, sicut que ad ius sacrosancte romane ecclesie pertinent, nulli nisi tantum romano pontifici subiacere debeant aut in aliquo respondere. Sane crisma, oleum sanctum, consecrationes altarium seu basilicarum, ordinationes etiam clericorum qui ad sacros ordines fuerint promouendi, a quocumque malueritis suscipietis episcopo, qui, nostra fultus auctoritate, quod postulatur indulgeat. Ad indicium, autem, huius a sede apostolica percepte libertatis, unam libram cere nobis nostrisque successoribus, annis singulis, persoluetis.

Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et institutionis ausu temeritatis infringere uel ei aliquatenus contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, secundo tertioue commonitus, nisi presumptionem suam congrua satisfactione correxerit, potestate honorisque sui dignitate careat reumque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore et san-

guine Dei alienus fiat atque, in extremo examine, districte ultioni subiaceat.

Datum Beneuenti, v. kalendas jvlii (1).

9

23 MAIO 1179

Bula Manifestis probatum est, *de Alexandre III, dirigida ao rei D. Afonso Henriques e a seus sucessores no trono, a louvar-lhe os grandes serviços prestados à Santa Igreja, pelas vitórias que alcançara contra os inimigos da fé católica, a tomar o reino sob sua protecção assim como a conceder-lhe as terras por ele libertas do jugo dos sarracenos e que não podem ser reclamadas pelos príncipes cristãos circunvizinhos e a aceitar o censo anual de dois marcos de ouro, oferecido pelo monarca, em seu nome e no de seus sucessores, ao pontífice, como preito de sujeição à Santa Sé, o qual será entregue ao arcebispo de Braga.*

ANTT., *Bulas*, maço 16, n.º 20, original em pergaminho, com selo de chumbo pendente por fios de seda amarela, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 3, fl. 13; *Livro de Breves*, liv. 1, fl. 1; *Gaveta* 16, maço 2, n.º 15, fl. 1, em cópia do século 13; *Reforma das Gavetas*, t. 33, fl. 285.

Publicada sobre cópias por: *Monarchia Lusitana*, parte 3, Apêndice; SOUSA, *Provas*, t. 1, liv. 1, n.º 4; VASCONCELOS, *Anacephalaeoses*, p. 384; PEREIRA, *Apparatus*, p. 101; CONDE DE BORDIGNÉ, *Légitimité*, p. 212, e *Exame da Constituição*, p. 98; PRAÇA, *Collecção de leis*, t. 1, p. 12; no *Magnum Bullarium Romanum*, t. 2, p. 816, n.º CII, com erros diversos. PIMENTA, *Subsídios*, p. 38, editou o original ainda com algumas gralhas, anotou as variantes das cópias, desnecessárias por existir aquele, e forneceu os dados biográficos dos cardiais e bispos confirmantes desta bula solene.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 16; e por ABRANCHES. *Suma*, p. 2, n. 11.

Alexander episcopus, seruus seruorum Dej.

Karissimo in Christo filio Alfonso, jllustri Portugalensium regj eiusque heredibus jn perpetuum.

---

(1) Segue os termos da bula do mesmo título de Adriano IV, de 12 de Junho de 1159, — o nosso DOC. 5.

Copyrighted material

Manifestis probatum est argumentis quod, per sudores bellicos et certamina militaria, inimicorum christiani nominis intrepidus extirpator et propagator diligens fidej christiane, sicut bonus filius et princeps catholicus, multimoda obsequia matri tue sacrosancte ecclesie impendistj dignum memoria nomen et exemplum imitabile posteris derelinquens. Equum est, autem, ut quos, ad regimen et salutem populj, ab alto dispensatio celestis elegit apostolica sedes affectione sincera diligat et in iustis postulationibus studeat efficaciter exaudire.

Proinde, nos, attendentes personam tuam, prudentia ornatam, iusticia preditam atque ad populj regimen idoneam, eam sub beati Petri et nostra protectione suscipimus et regnum Portugalense, cum integritate honoris regni et dignitate que ad reges pertinet necnon et omnia loca que, cum auxilio celestis gratie, de sarracenorum manibus eripueris, in quibus ius sibi non possunt christianj principes circumpositj uendicare, excellentie tue concedimus et auctoritate apostolica confirmamus (1).

Vt, autem, ad deuotionem et obsequium beatj Petri, apostolorum principis, et sacrosancte romane ecclesie uehementjus accendaris, hec ipsa prefatis heredibus tuis duximus concedenda eosque super his que concessa sunt, Deo propitio, pro iniunctj nobis apostolatus officio, defendemus. Tua itaque intererit, filj karissime, ita circa honorem et obsequium matris tue sacrosancte romane ecclesie humilem et deuotum existere, et sic te ipsum in ejus oportunitatibus et dilatandis christiane fidej finibus exercere, ut de tam deuoto et glorioso filio sedes apostolica gratuletur et in eius amore quiescat.

Ad indicium, autem, quod prescriptum regnum beatj Petri iuris existat, pro amplioris reuerentie argumento, statuistj duas marcas auri, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluendas. Quem utique censum, ad utilitatem nostram et successorum nostrorum, Bracharensi archiepiscopo quj pro tempore fuerit, tu et successores tuj curabitis assignare.

Decernimus, ergo, ut nullj omnino hominum liceat personam tuam aut heredum tuorum uel etiam prefatum regnum temere perturbare aut ejus possessiones auferre uel ablatas retinere, minuere aut aliquibus uexationibus fatigare. Si qua, igitur, in futurum ecclesiastica secularisue per-

---

(1) Registemos o seguinte comentário de JEAN ROUSSET DE PINA: — «La formule est, à vrai dire, ambiguë:... *Et omnia loca... in quibus jus sibi non possunt christiani principes circumpositi vindicare...* Ce qui peut signifier, avec l'emploi de l'indicatif présent: «nonobstant toute revendication des princes voisins» ou contenir, au contraire, une restriction sauvegardant les droits des compétiteurs éventuels. Il arrivait à la chancellerie romaine, comme aux autres, d'employer ces formules ambivalentes qui, le moment venu, donnent le droit de s'adapter aux circonstances» (*Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'a nos jours*, t. 9, p. 181, nota 2).

Copyrighted material

sona hanc nostre constitutionis paginam, sciens, contra eam temere uenire temptauerit, secundo tertioue commonita, nisi reatum suum digna satisfactione correxerit, potestatis honorisque suj dignitate careat reamque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dej et Dominj Redemptoris Nostri Ihesu Christi aliena fiat atque, in extremo examine, districte ultionj subiaceat. Cunctis, autem, eidem regno et regi sua iura seruantibus, sit pax Dominj Ihesu Christi, quatinus et hic fructum bone actionis percipiant et apud districtum iudicem premia eterne pacis inueniant. Amen. Amen. Amen.

(Selo rodado). Ego Alexander, catholice ecclesie episcopus. SS. Benavalete.

(1.ª col.) + Ego Johannes, presbiter cardinalis Sanctorum Johannis et Pauli, tituli Pamachij, ss.

+ Ego Johannes, presbiter cardinalis, tituli Sancte Anastasie, ss.

+ Ego Johannes, presbiter cardinalis, tituli Sancti Marcj, ss.

+ Ego Petrus, presbiter cardinalis, tituli Sancte Svsanne, ss.

+ Ego Viuianus, presbiter cardinalis, tituli Sancti Stephani in Celiomonte, ss.

+ Ego Cinthyus, presbiter cardinalis, tituli Sancte Cecilie, ss.

+ Ego Hugo, presbiter cardinalis, tituli Sancti Clementis, ss.

+ Ego Arduinus, presbiter cardinalis, tituli Sancte Crucis in Jerusalem, ss.

+ Ego Matheus, presbiter cardinalis, tituli Sanctj Marcellj, ss.

(2.ª col.) + Ego Hvbaldus, Hostiensis episcopus, ss.

+ Ego Theodinus, Portuensis et Sancte Rufine episcopus, ss.

+ Ego Petrus, Tusculanensis episcopus, ss.

+ Ego Henricus, Albanensis episcopus, ss.

+ Ego Bernerus, Prenestinensis episcopus, ss.

(3.ª col.) + Ego Jacinctus, diaconus cardinalis Sancte Marje in Cosmedyn, ss.

+ Ego Ardicio, diaconus cardinalis Sancti Theodorj, ss.

+ Ego Laborans, diaconus cardinalis Sancte Marie in Porticu, ss.

+ Ego Rainerius, diaconus cardinalis Sancti Georgij ad Velum Aureum, ss.

+ Ego Gratianus, diaconus cardinalis Sanctorum Cosme et Damiani, ss.

+ Ego Johannes, diaconus cardinalis Sancti Angeli, ss.

+ Ego Rainerius, diaconus cardinalis Sanctj Adrianj, ss.

+ Ego Matheus, Sancte Marie Noue diaconus cardinalis, ss.

+ Ego Bernardus, Sanctj Nicholaj in Carcere Tulliano diaconus cardinalis, ss.

Datum Laterani, per manum Albertj, sancte romane ecclesie presbiteri cardinalis et cancellarij, x kalendas junij, jndictione xi.ª, jncarnationis dominice anno M. C. Lxx viiij, pontificatus uero dominj Alexandrj pape iij anno xx (2).

---

(2) D. Afonso Henriques intitulou-se Rei de Portugal desde Março de 1139 (Cfr. PAULO MERÊA, *Quando começou D. Afonso Henriques a intitular-se Rei?*, p. 6). Porém, só na presente bula solene conseguiu da Santa Sé aquele título definitivamente, o que corresponde ao reconhecimento, por Alexandre III, do reino independente de Portugal. Sobre o assunto parece não deverem constituir objecção as letras, sem indicação de ano, do mesmo pontífice *Relatum est auribus nostris*, após o estudo que sobre elas fez ALFREDO PIMENTA, *Subsídios para a História de Portugal*, pp. 47 e ss.

A esta mesma bula que vimos anotando aludiram também o retrocitado autor, no aduzido volume, pp. 63 e ss., e ALEXANDRE HERCULANO, *Historia de Portugal*, vol. 3, pp. 109 a 111, que observou, oportunamente: — «Uma das particularidades mais importantes deste diploma é o confirmar igualmente o papa ao rei de Portugal o dominio de todos os territorios conquistados aos sarracenos, sobre os quaes não podessem provar ter direito os principes comarcãos. Estas concessões eram, finalmente, feitas não só a Affonso I, mas tambem a todos os seus successores, aos quaes a Sancta Sé tomava, como a elle, debaixo de sua especial protecção».

Comentando o mesmo diploma pontifício, CARL ERDMANN observa que Alexandre III «satisfez todas as condições que D. Afonso Henriques, 35 anos antes, pusera a Inocêncio II (Cfr. o nosso DOC. 1). O rei quadruplicou, por esta ocasião, o censo anual que pagava à Cúria e prometeu, em vez de quatro onças, dois marcos de oiro; além disso, fez o pagamento por uma só vez de 1000 peças de oiro». E, rebatendo juizo de HERCULANO, o autor acrescenta: — «Seguramente, não eram indiferentes ao papa estes auxílios monetários — porém seria rebaixar muito a política dum Alexandre III julgar que D. Afonso Henriques comprou simplesmente o reconhecimento do seu reino. No primeiro plano estavam antes aquelas considerações políticas que já, muitos anos antes, na legacia do cardeal Jacinto, tiveram de ser tomadas em consideração. A Cúria abandonara agora o pensamento do predomínio dum só estado da Península, podia e devia por isso agora cuidar dum ajustamento dos interesses e reconhecer a igualdade de direitos dos vários príncipes — a princípio pelo menos no ocidente da Península» (*O Papado e Portugal*, p. 76).

A este mesmo propósito são igualmente dignos de atenção os comentários de ROUSSET DE PINA, de que recortamos as palavras seguintes: — «Son attitude (de Alexandre III) à l'égard d'Alphonse I^er^ de Portugal a consisté à ratifier les faits, non à favoriser spécialement l'ascension de celui qui, depuis 1143, relevait de l'Église romaine. En lui reconnaissant (23 mai 1179) le titre royal, en lui confirmant, en outre, toutes les conquêtes à venir sur les Musulmans, Alexandre accepte, sans en poser de nouvelles, les conditions éludées par la Curie trente-cinq ans auparavant». ... — En Espagne, Alexandre III avait senti que la reconquête était le seul facteur d'union» (*Hist. de l'Église*, t. e p. cits.).

Recentemente, MARCEL PACAUT analisou em minúcia a presente bula, que lhe forneceu achegas preciosas para a sua interessante tese jurídica. Deste valioso estudo recortamos as considerações seguintes. «Après avoir rappelé qu'Alphonse a

10

28 JANEIRO 1186-87

***Bula** Justis petentium desiderijs, de Urbano III, dirigida ao Mestre e cavaleiros da Ordem do Templo, a tomar sob a protecção da Santa Sé os bens das igrejas que forem construídas na terra de Cera e castelo de Tomar e a capela do Zêzere, nos termos da concessão do papa Adriano, seu antecessor, e a declará-las sujeitas directamente ao Sumo Pontífice, a quem pagarão, anualmente, uma libra de cera.*

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 1, n.º 22, original em pergaminho, de cujo selo pendente apenas se conservam alguns fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 2, fl. 132, e cód. 234, parte 2, fl. 11, em cópias do séc. XVI.

Publicada por ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 300, n.º 107. Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 23; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 4, n.º 23; e por BAIÃO, *A Villa*, p. 258.

A bula é a repetição e, portanto, a confirmação das do mesmo título e teor de Adriano IV de 12 de Junho de 1159 e de Alexandre III de 27 de Junho de 1168-69, — os nossos DOCS. 5 e 8. Não leva indicação do ano do pontificado. Dada em Verona, a 28 de Janeiro, só pode ser dos anos de 1186 ou 1187; porquanto, eleito o pontífice em 25 de Novembro de 1185, passou a Verona em 1 de Dezembro desse ano.

Vrbanus episcopus, seruus seruorum Dej.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus domus militie Templi salutem et apostolicam benedictionem.

---

lutté sans cesse «pour la foi chrétienne comme un bon fils et un prince catholique», laissant à la postérité «un nom et un exemple inimitable», le Souverain Pontife proclame que ce qu'a choisi la «*dispensatio coelestis*» pour «le royaume et le salut du peuple» doit être favorisé et reconnu par le pape. Par «*dispensatio coelestis*» il faut entendre l'autorité souveraine de Dieu qui «dispense» le pouvoir terrestre et distribue les royaumes. Ainsi, Alphonse a été désigné par Dieu pour régner sur le Portugal. Le pape lui reconnaît donc ce titre puisqu'il est «apte à la direction du peuple».

«Jusque-là, — prossegue o autor — Alexandre III entérine un fait accompli non par l'ambition d'Alphonse ou par la faveur du roi de Castille, mais par Dieu seul. En tant que pape, il le sanctionne, ce qui laisse deviner que seul il a l'autorité pour le faire. D'ailleurs, la suite de la lettre est encore plus précise. Après avoir placé le royaume

Justis petentium desiderijs dignum est nos facilem prebere consensum et uota, que a rationis tramite non discordant, effectu prosequente complere.

Eapropter, dilecti in Domino filij, uestris iustis postulationibus grato concurrentes assensu, fundos ecclesiarum que in terra de Cera, in castro qui dicitur Thomar, auxiliante Domino, constructe fuerint et capellam de

---

sous la protection de saint Pierre et sous la sienne, il le concède et le confirme à Alphonse-Henriquès «avec l'intégrité du pouvoir et la dignité qui appartiennent aux rois» [...].

E M. PACAUT conclui: — «Ainsi, il ne s'agit pas seulement de la concession du royaume faite par le suzerain à son vassal, mais de l'attribution officielle de la dignité royale. D'ailleurs, pour montrer que cet acte est une nouveauté et que, dès lors, le Portugal dépend seulement du Saint-Siège (et non plus de Castille), c'est-à-dire pour manifester l'existence juridique du royaume, Alexandre III proclame que l'ensemble des droits et des biens d'Alphonse-Henriquès appartiendront après lui à ses seuls héritiers et que le cens prouvant que «le dit royaume relève du droit de saint Pierre» sera de deux marcs d'or par an. Il rend donc juridiquement légitimes, l'existence du royaume, le titre royal et le caractère héréditaire de la monarchie. En le faisant, il ne peut invoquer ni le droit féodal ni son pouvoir ecclésiastique, mais seulement une autorité suprême qui lui permet de créer les rois» (*Alexandre III. Etude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son oeuvre*, pp. 221-222. Podem ver-se também as pp. 219, 220, 225, 230, 240 e 243 da mesma obra, onde o autor aproveita, repetidas vezes, o presente diploma pontifício).

A presente bula, repetida mais tarde por Clemente III, por Inocêncio III e por Honório III (Cfr. os nossos DOCS. 12, 18 e 27), assume grande relevo histórico, em que não se tem reparado; pois constitui, simultâneamente com o reconhecimento da independência de Portugal, o da Reconquista portuguesa pelo árbitro político da época, o Sumo Pontífice, que nela marca a atitude de Roma perante as lutas de Portugal contra os sarracenos, inimigos da Cristandade, sintetizada nestes dois pontos: aprovação dessa luta pela Santa Sé, por a considerar dilatação da fé cristã; reconhecimento a Portugal dos territórios por nós subtraídos assim aos sarracenos e não reclamados por príncipes cristãos circunvizinhos. É esta uma primeira fase da atitude de Roma perante o expansionismo português à custa do islamita, cuja segunda fase se poderá abrir pela bula *Cupientes christicolas* de Gregório IX, de 21 de Outubro de 1234, como adiante pormenorizaremos.

Cumpre sublinhar-se ainda que, por três vezes, neste seu diploma, alude Alexandre III à expansão religiosa; o que poderá demonstrar empenho grande naquela, ao menos na zona da Península Hispânica, parcialmente ocupada pelo sarraceno. E é de admitir o não preocupassem então apenas os islamitas peninsulares senão também os do norte de África, na sequência de velha tradição pontifícia, documentada pelo próprio Alexandre III, como veremos. Extintas, porquanto, a norte de África, no século IX, as antigas e florescentes dioceses do tempo do Império Romano, os papas continuaram a interessar-se, màximamente a partir do século XI, pela manutenção dos núcleos cristãos ali subsistentes e pela formação de novos, cultivados e ampliados depois, no século XIII, pelo missionamento e assistência espiritual das Ordens Religiosas e pela criação de dioceses.

«Non contents en effet — escreve H. Froidevaux — de manifester de toutes les façons leur intérêt pour la «malheureuse Église d'Afrique depuis si longtemps battue

Ozizara (1), uobis beato Petro, deuotionis intuitu, offerentibus, in ius et proprietatem beati Petrj, ad instar felicis recordationis Adriani pape, predecessoris nostrj, suscipimus et presentis scripti patrocinio communimus, in eodem loco ecclesias construendi liberam uobis concedentes, auctoritate apostolica, facultatem, statuentes siquidem ut ecclesie ipse, sicut que ad ius sacrosancte romane ecclesie pertinent, nulli, nisi tantum romano pontifici, subiacere debeant aut in aliquo respondere.

Sane crisma, oleum sanctum, consecrationes altarium seu basilicarum, ordinationes etiam clericorum, qui ad sacros ordines fuerint promouendi, a quocunque malueritis suscipietis episcopo, qui nostra fultus auctoritate, quod postulatur indulgeat. Ad inditium, autem, huius a sede apostolica percepte libertatis, unam libram cere nobis nostrisque successoribus, annis singulis, persoluetis.

Decernimus, ergo, ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre protectionis et constitutionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, secundo tertioue commonitus, nisi presumptionem suam congrua satisfactione correxerit,

---

des flots et de la tempête» (lettre de Grégoire VII à l'évêque Cyriaque, 16 septembre 1073), non contents de maintenir à sa tête, de leur mieux et le plus longtemps possible, des évêques et des prêtres, les papes s'efforcèrent de concilier aux chrétiens du Mâghreb les bonnes grâces des princes musulmans et d'obtenir pour eux des faveurs exceptionelles.

«De là — prossegue o mesmo autor — les rapports vraiment amicaux entretenus par Grégoire VII, Innocent III, Grégoire IX et Innocent IV avec les émirs berbères entre le XI^e^ et le XIII^e^ siècle; de là encore les ménagements, dont au début du XIII^e^ siècle, Innocent III use à l'égard des musulmans établis en Sicile; de là, enfin, les lettres si curieuses adressées par Innocent IV, le 31 octobre 1246 et le mars 1251, à l'illustre roi du Maroc», tendant à procurer aux populations chrétiennes de la contrée et aux familles des «lanciers chrétiens» engagés au service des Almohades un centre commun où elles pussent se réfugier en cas d'attaque» (*Comment des vestiges de foi chrétienne se sont maintenus dans l'Afrique Mineure*, p. 863). Sobre o assunto pode consultar-se também: C. COURTOIS, *Grégoire VII et l'Afrique du Nord, Remarques sur les communautés chrétiennes d'Afrique au XI^me^ siècle;* J. ROUSSET DE PINA, *l'Entrevue du Pape Alexandre III et d'un prince sarrasin à Montpellier le 11 avril 1162* e sobretudo *Histoire de l'Eglise*, tomo supracitado, pp. 285 a 287 com a bibliografia aí aduzida, principalmente os estudos de L. De MAS LATRIE, BRUNSCHVIG e MESNAGE. PINA fornece, a propósito do papa Alexandre III e os sarracenos, interessantes factos documentados. De seu citado estudo recortamos este passo: — «le pape Alexandre était connu pour l'intérêt qu'il portait, malgré les obstacles dressés par le conflit avec l'Empire, aux chrétientés extérieures. Son prestige hors de la catholicité elle-même ne peut s'expliquer autrement. L'entrevue de Montpellier atteste du moins sa renommée et dès le début de son pontificat, dans l'Occident musulman. A l'issue de sa lutte avec Frédéric Barberousse, il se confirme qu'elle s'étendait aussi à l'Orient» (p. 171).

(1) *Ozezar*, segundo se grafava em Portugal na época, actualmente *Zêzere*.

potestatis honorisque sui dignitate careat reumque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dej et Domini Redemptoris nostrj Ihesu Christi alienus fiat atque, in extremo examine, districte ultioni subiaceat.

Datum Verone, b. kalendas februarij.

11

30 JANEIRO 1186-87

Bula **Quanto maiora,** ***de Urbano III, dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, em que, a exemplo dos seus antecessores Alexandre III e Lúcio III, lhes concede construam igrejas nos lugares que libertarem das mãos dos sarracenos e nos quais até então não houvesse igrejas catedrais, ficando aquelas sujeitas sòmente à Santa Sé.***

ANTT., *Bulas,* caixa 1, n.º 24, original em pergaminho, com selo de chumbo pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos. Não leva o documento indicação de ano; mas, tendo sido o pontífice eleito em 25 de Novembro de 1185 e falecido em 20 de Outubro de 1187, a bula só pode ser de 1186 ou 1187.

Resumida: no *Quadro Elementar,* t. 9, p. 24; e por ABRANCHES, *Suma,* p. 4, n.º 26.

Urbanus episcopus, seruus seruorum Dej.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus militie Templi, salutem et apostolicam benedictionem.

Quanto maiora pro defensione christianitatis discrimina sustinetis, tanto benigniorj uos debemus oculo intueri et libentius, ubi cum iustitia possumus, uestris et uestrorum commodis prouidere.

Eapropter, dilecti in Domino filij, uestris iustis postulationibus annuentes, ad exemplar felicis recordationis Alexandri et Lucii, predecessorum nostrorum romanorum pontificum, presentibus uobis litteris indulgemus ut, in locis que de sarracenorum manibus poteritis, cum auxilio celestis gratie, liberare, si non fuerint sedes episcopales, in eis ecclesias construatis, que soli romane ecclesie debeant subiacere, ita ut a nullo pre-

latorum ecclesie post romanum pontificem aliquid iuris in eis ualeat uendicarj.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dej et beatorum Petrj et Pauli, apostolorum, eius se nouerit incursurum.

Datum Verone, iij kalendas februarii.

12

7 MAIO 1190

Bula **Manifestis probatum est, *de Clemente III, dirigida a el-rei D. Sancho I e a seus sucessores no trono, em que, a exemplo do papa Alexandre III, o louva pelos grandes serviços prestados à Santa Igreja através das vitórias que alcançara contra os inimigos da fé católica, toma o reino sob sua protecção, concede-lhe as terras pelo monarca libertas do jugo dos sarracenos e que não podem ser reclamadas pelos príncipes cristãos circunvizinhos e aceita o censo anual oferecido por seu pai el-rei D. Afonso, em seu nome e no de seus sucessores, ao pontífice, como preito de sujeição à Santa Sé, o qual será entregue ao arcebispo de Braga.***

ANTT., *Gaveta* 16, maço 2, n.º 15, fl. 1 v., cópia do século XIII, em caderno de pergaminho, — texto que se reproduz.

Publicada parcialmente: em versão portuguesa, por BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, parte 4, liv. 12, cap. 10; e por ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 343, n.º 124, que deu quase só a lista dos confirmantes e o princípio e final da bula.

Sumariada: no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 25.

Clemens episcopus, seruus seruorum Dei.

Karissimo in Christo filio Sancio, illustri Port[ugalensium] regi eiusque heredibus jn perpetuum.

Manifestis probatum est argumentis quod, per sudores bellicos et certamina militaria, inimicorum christiani nominis intrepidus extirpator et propagator, diligens fidei christiane, sicut bonus filius et princeps cat[h]o-

licus, multimoda obsequia matri tue sacrosancte ecclesie inpendisti, dignum memoria (1) nomen et exemplum imitabile posteris derelinquens. Equum est, autem, ut quos ad regimen et salutem populi ab alto dispensatio celestis elegit apostolica sedes afectione sincera diligat et [in] iustis postulationibus studeat eficaciter exaudire.

Proinde nos, adtendentes personam tuam, prudentia ornatam, iusticia preditam atque ad populi regimen idoneam, ad exemplar felicis recordationis Alexandri pape, predecessoris nostri, eam sub beati Petri et nostra protectione suscipimus et regnum Portugalen[se] cum integritate honoris et regni dignitate, que ad reges pertinet, necnon et omnia loca que, cum auxilio celestis gratie, de sarracenorum manibus eripueris, in quibus ius sibi non possunt christiani principes circumpositi uendicare, excellentie tue concedimus et, auctoritate apostolica, confirmamus.

Vt autem ad deuotionem et obsequium beati Petri, apostolorum principis, et sacrosancte romane ecclesie uehementius accendaris, hec ipsa prefatis heredibus tuis duximus concedenda eosque super his que concessa sunt, Deo propitio, pro iniuncti nobis apostolatus officio, defendemus. Tua itaque intererit, fili karissime, ita circa honorem et obsequium matris tue sacrosancte romane ecclesie humilem et deuotum existere et sic te ipsum in eius oportunitatibus et dilatandis christiane fidei finibus exercere, ut ex tam deuoto et glorioso filio sedes apostolica gratuletur et in eius amore quiescat.

Ad indicium, autem, quod prescriptum regnum beati Petri iuris existat, pro amplioris reuerentie argumento, statuit pater tuus rex Alfonsus duas marcas auri, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluendas. Quem utique censum, ad utilitatem nostram et successorum nostrorum, Bracarensi archiepiscopo qui pro tempore fuerit tu et successores tui curabitis assignare.

Decernimus, ergo, ut nulli omnino hominum liceat personam tuam aut heredum tuorum uel eciam prefatum regnum temere perturbare aut eius possessiones auferre uel ablatas retinere, minuere aut aliquibus uexacionibus fatigare. Si qua, igitur, in futurum ecclesiastica secularisue persona hanc nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere uenire temptauerit, secundo tercioue commonita, nisi reatum suum condigna satisfactione correxerit, potestatis honorisque sui dignitate careat reamque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dej et Domini Redemptoris nostri Ihesu Christi aliena fiat atque, in extremo examine, districte ultionj subiaceat. Cunctis, autem, eidem regno et regi sua iura seruantibus sit pax Dominj Nostri Ihesu Christi, quatinus et hic fructum bone actionis percipiant et

(1) No ms. *memorie*.

Copyrighted material

apud districtum judicem premia eterne pacis inueniant. Amen, Amen, Amen.

(Selo rodado). Ego Clemens, catholice ecclesie episcopus. SS. Benevalete.

+ (2) Ego Albinus, Albanensis episcopus, ss.
+ Ego Octauianus, Hostiensis et Velletrensis episcopus, ss.
+ Ego Pandulfus, presbiter cardinalis baselice xij apostolorum, ss.
+ Ego Petrus, tituli Sancte Cecilie presbiter cardinalis, ss.
+ Ego Petrus, presbiter cardinalis tituli Sancti Laurentij in Damaso, [ss.].
+ Ego Petrus, presbiter cardinalis Sancti Petri ad Uincula, tituli Eudoxie, ss.
+ Ego Johannes, tituli Sancti Clementis cardinalis, Tuscanensis episcopus, ss.
+ Ego Johannes Felix, presbiter cardinalis tituli Sancte Susanne, ss.
+ Ego Gregorius, diaconus cardinalis Sancte Marie in Porticu, ss.
+ Ego Johannes, Sancti Theodori diaconus cardinalis, ss.
+ Ego Jacintus, diaconus cardinalis Sancte Marie in Cosmidin, ss.
+ Ego Gratianus (3), Sanctorum Cosme et Damiani diaconus cardinalis, ss.
+ Ego Soffredus (4) Sancte Marie jn Uia Lata diaconus cardinalis, ss.
+ Ego Bernardus, Sancte Marie Noue diaconus cardinalis, ss.
+ Ego Gregorius, Sancte Marie in Aquiro, diaconus cardinalis, ss.

Datum Laterani, per manum Moysi, sancte romane ecclesie subdiaconi, uicem agentis cancellarij, nonis maij, indictione octaua, jncarnationis dominice anno M.° c.° xc.°, pontificatus uero dominj Clementis pape iij anno iij.

(2) No manuscrito, a cruz falta nos nomes dos confirmantes.
(3) No ms. *Grauanus* (?), por equívoco do copista.
(4) No ms. grafaram erradamente *Sofardus*.

13

27 MAIO 1194

Bula **Significauit nobis,** ***de Celestino III, dirigida aos bispos de Lisboa e de Évora, em que, a instância do arcebispo de Braga, D. Martinho Pires, o dispensa por um ano de comparecer em Roma, em razão do pleito que decorre entre ele e o arcebispo de Compostela, por ele desejar acompanhar el-rei D. Sancho I nas lutas contra os infiéis, motivo que supera os domésticos e familiares negócios.***

ADB., *Gaveta dos Arcebispos*, pergaminho n.º 2, em transcrição dos sécs. XII ou XIII. Sumariada no *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, vol. 2, n.º 1, p. 53, foi publicada por ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 358, n.º 138.

Celestinus iij.

Vlixbonensi et Elborensi episcopis.

Significauit nobis uenerabilis frater noster M[artinus], Bracarensis archiepiscopus, per dilectum filium nostrum magistrum Petrum, prepositum ecclesie sue, quod tam circa obsequium dilecti filij nostri Gregorij Sancti Angeli, diaconi cardinalis, apostolice sedis legati, nepotis nostri, dum in partibus Hispanie commoratur, quam preparationem exercitus, quem ipsum oportet cum karissimo in Christo filio S[anctio], illustri Portugalen[sium] rege, contra hostes fidei comitari, usque adeo est his temporibus occupatus, quod ad festum beati Luce proximo uenturum, in quo debuerat (1) pro causis que inter ecclesiam suam et Compostellanam agitari noscuntur, nostro se conspectui presentare, uenire non potest, quantacumque inde ipsum contigeret grauamina sustinere (2).

---

(1) No ms. *dubuerat*.

(2) Sobre este litígio, que se insere na porfiada e longa contenda entre Braga e Compostela, para a independência das dioceses de Portugal, pode ver-se Monsenhor J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. 1, pp. 350 e ss., e CARL ERDMANN, *O Papado e Portugal*, pp. 76 e 77, sobretudo. Como observa Mons. FERREIRA, D. Martinho Pires receava a decisão final do papa Celestino III, antigo cardeal Jacinto e Legado Apostólico na Península, «que tinha no caso opinião comprometida; e, por isso, foi hàbilmente adiando, para ganhar tempo, pois adiar também é resolver».

Cum igitur tales sint cause que, sicut manifeste conperimus, omnino debent domesticis et familiaribus negocijs anteponi, utpote ad ulciscendas iniurias Creatoris, eum uiriliter accingi et ad reprimendam feritatem inimicorum crucis Christi armari, occupari etiam circa statum tocius Hispanie, auctoritate dicti legati, consilio et auxilio suo salubriter disponendum, considerationem eius prouidam in hac parte diligencius attendentes, petitionem quam nobis porrexit, de prorrogando termino, benigne duximus admittendam.

Vnde nos, ipsi archiepiscopo, apostolica auctoritate, concessimus ut, ab octauis Sancti Michaelis proxime uenturis usque ad annum, super iamdictis controuersijs et inducijs, de indulgentia sedis apostolice potiatur. Noueritis etiam quod nos nichilominus uolumus et mandamus ut ea que premissa sunt in eo statu quo nunc esse noscuntur, sine aliqua mutatione, non obstantibus rescriptis a sede apostolica impetratis, tamdiu persistant quousque (3), termino constituto transacto, per sedem apostolicam fine debito terminentur.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, vj kalendas junij, pontificatus nostri anno iiij°.

14

22 JULHO 1195

Bula Incumbit nobis, *de Celestino III, dirigida ao prior de Santa Cruz de Coimbra, a conceder-lhe possa dar a cruz a peregrinos e a quem deseje combater os pagãos e impor penitências públicas.*

ANTT., *Santa Cruz de Coimbra*, caixa 40, original em pergaminho com selo de chumbo, pendente por fios de seda vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *ibi.*, Ms. 4 da Livr., n.° 2, fl. 18 v., em cópia do séc. XVII, e liv. 1, fl. 25, em cópia do séc. XVIII; *Papeis da Comissão de Historia Ecclesiastica*, n.° 68, cópia de 1865.

Publicada por CARL ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 368, n.° 148. O autor classifica o presente diploma pontificio de Breve, em *A idea de Cruzada em Portugal*, p. 42, onde o relaciona com as letras pontificias de 10 de Abril de 1197, e faz àquele o comentário seguinte: — «Temos aqui a primeira prova de que, pelo menos em casos particulares, o tomar a cruz para a guerra com os mouros se afigurava obra de penitência».

(3) No ms. *quosque*.

Celestinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio Johanni, priori Sancte Crucis Colimbriensis, salutem et apostolicam benedictionem.

Jncumbit nobis, ex debito pontificalis officii ut, iusta petentibus audientiam, cum efficacia prebeamus, maxime ubi eorum uota et pietas adiuuat et explorati iuris ueritas non relinquit.

Eapropter, dilecte in Domino fili, deuotioni tue, presenti pagina, indulgemus ut tibi liceat parrochianos ecclesie tue, pro suis excommunicare delictis et, post satisfactionem exhibitam, sententiam relaxare, nisi talis fuerit excessus, pro quo in canonem late sententie inciderint et pro absolutione debeant ad sedem apostolicam laborare. Romipetis siquidem et peregrinantibus siue illis qui uolunt impugnare paganos cru[c]es imponere et penitentias sollemnes iniungere tibi uolumus, pagina presenti, licere.

Decernimus ergo ut nulli omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, xj kalendas augusti, pontificatus nostri anno quinto.

15

8 AGOSTO 1196

Bula Justis petentium desideriis, *de Celestino III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a confirmar em seus privilégios e a declarar isentas dos bispos e directamente sujeitas a Roma as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, fundadas nas terras por eles conquistadas aos infiéis e doadas aos mesmos pela rainha de Portugal, em esmola perpétua.*

ANTT., *Gaveta* 7, maço 10, n.º 34, original em pergaminho, de cujo selo pendente restam apenas alguns fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 19, em cópia do séc. XVI; *Ordem de Cristo*, cód. 1, fl. 62, e cód. 234, parte 2, fl. 130 v., em cópias do mesmo retrocitado século.

Publicada por ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 372, n.º 150. **Sumariada no** *Quadro elementar*, t. 9, p. 27.

Celestinus episcopus, seruus seruorum Dej.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus milicie Templi, salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desiderijs dignum est nos facilem prebere consensum et uota, que a rationis tramite non discordant, effectu prosequente complere.

Eapropter, dilecti in Domino filij, uestris iustis postulationibus annuentes, siluam quam.. quondam illustris Portugalen[sium] regina, in perpetuam elemosinam, domuj uestre concessit, quam siluam, cum difficultate maxima, de sarracenorum manibus liberantes, per uos et homines uestros studiosius coluistis, ibique tres ecclesias Columbam uidelicet, Rodinam et Egam fundantes, ab omni seruicio et censu liberas per triginta annorum curricula et amplius tenuistis, uobis et domuj uestre, auctoritate apostolica, confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus, districtius inhibentes ne quisquam prescriptas ecclesias nouis et indebitis exactionibus aggrauare presumat uel episcoporum aliquis, preter romanum pontificem, in eisdem ecclesijs aliquam sibi potestatem seu iuriditionem usurpet. Ad indicium, autem, percepte huius a romana ecclesia libertatis, unam auri unciam, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluetis.

Decernimus, ergo, ut nullj omnino hominum licitum sit hanc paginam nostre confirmationis et inhibitionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dej et beatorum Petri et Paulj, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

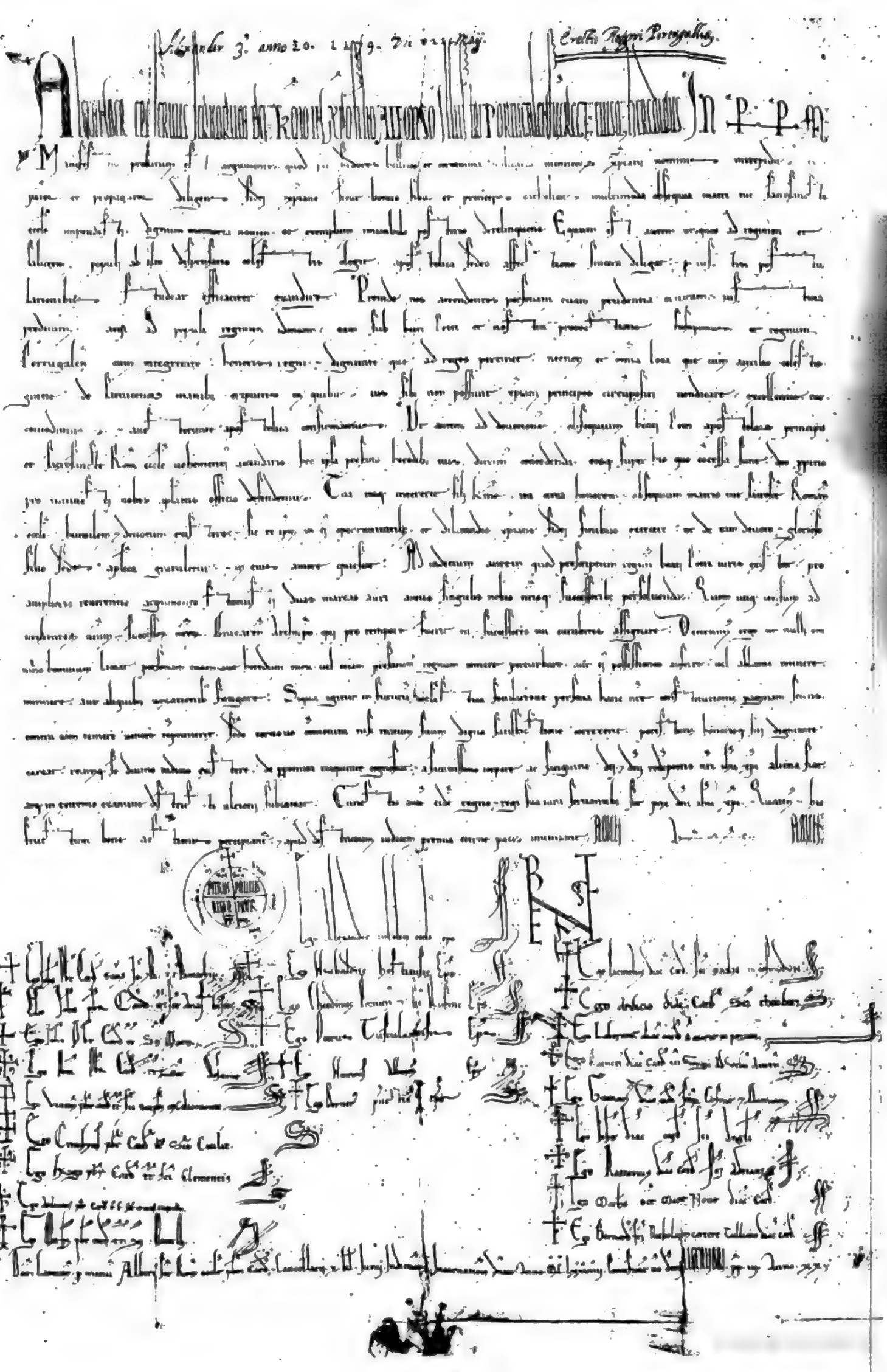
Datum Laterani, vi. jdus augusti, pontificatus nostri anno sexto.

16

10 ABRIL 1197

Bula Cum auctores et factores, *de Celestino III, dirigida ao rei de Portugal, D. Sancho I, a conceder-lhe, a seu pedido, e aos que moverem guerra ao rei de Leão as indulgências que a Santa Sé costuma outorgar aos que combatem contra os infiéis e defendem a cristandade das Espanhas, as graças dos que acodem à guerra santa de Jerusalém, visto o rei leonês enveredar pela defesa dos infiéis e combater com eles os cristãos, e ainda as terras que*

Est. II. — Bula *Manifestis probatum* de Alexandre III de 1179 (Doc. 9).



D. Sancho ou outros lhe conquistarem enquanto ele se mostrar contumaz.

ANTT., *Gaveta* 16, maço 2, n.º 15, fl. 3 v., cópia do século XIII em caderno de pergaminho, — texto que se reproduz.

Publicada: por BRANDAO, *Monarchia Lusitana*, parte 4, liv. 12, cap. 19, em latim e em versão portuguesa; por D. TOMAS DA ENCARNAÇAO, *Historia Ecclesiae Lusitanae*, t. 3, p. 110; e por ERDMANN, *Papsturkunden in Portugal*, p. 376, n.º 154. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 27.

Celestinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Karissimo in Christo filio, jllustri regi Portugalie, salutem et apostolicam benedictionem.

Cum auctores et factores iniquitatis, secundum statuta canonum, par pena condempnet et non minor contemptus existat ab hijs fidem cat[h]olicam inpugnari, qui nomine christiano censentur, quam eos ritus sequi et barbariem paganorum, tuis non credimus postulationibus fauorem apostolicum denegandum, qui tibi et alijs regem Legionen[sem] inpugnantibus, qui christianos cum sarracenis inpugnat (1) et contra fidem, quam professus est, uenire in paganorum defensione presumit, eandem postulas in remissionem tuorum criminum indulgentiam ab apostolica sede concedi, que in defensione christianitatis in Hispaniarum prouincia commorantibus (2) et obuiantibus tirannidi paganorum de apostolice sedis fuit benignitate concessa.

Nos, igitur, regie serenitatis precibus annuentes, tibi et omnibus qui memoratum regem, quandiu in sua obstinatione permanserit, potenter et uiriliter inpugnauerint, eandem peccatorum remissionem, auctoritate presentium, indulgemus, quam Ierosolimitani itineris assumentibus grauitatem nos et predecessores nostros (3) meminimus indulsisse, auctoritate presentium statuentes ut quicquid per te uel alios eidem regi in sua pertinatia consistenti per conflictum uel aliter ablatum fuerit, auferenti, perpetuo iure, deseruiat nec ad ipsius regis domanium aliquando reuertatur (4).

---

(1) No ms. *inpugnant*.

(2) No ms. *commoranti*.

(3) No ms. *nostri*.

(4) Como é sabido, achando-se em luta Afonso VIII de Castela e Afonso IX de Leão, alcançou o primeiro a aliança do rei de Portugal, em 1196. Reagiu o monarca leonês, entrando logo também em aliança com Sancho VII de Navarra e com Al-Mançor, emir de Marrocos, que invadiu Castela, tomou terras e causou sérios estragos. Avisado

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre indulgentie infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, iiij idus aprilis, pontificatus nostri anno septimo (5).

---

disso o Sumo Pontífice pelo rei castelhano, sob a acusação de reis cristãos se haverem aliado a infiéis contra cristãos, Celestino III excomungou o monarca leonês, convidou os príncipes católicos a combatê-lo e desligou os respectivos súbditos do dever de fidelidade. A presente bula reflecte esse ambiente político peninsular, em que D. Sancho tomou Tuy e outras terras de Galiza, provàvelmente devolvidas, ao celebrar-se a paz entre os contendores, em fins de 1197. Pode ver-se além da *Mon. Lusitana*, lugar citado, A. HERCULANO, *História de Portugal*, t. 3, pp. 220 e ss., com a bibliografia aí citada, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, vol. 1, p. 179. Para mais pormenores sobre estas campanhas, veja-se TERRASSE, *Histoire du Maroc*, vol. 1, p. 327 e sobretudo A. HUICI, *Estudio sobre la campaña de Toledo*, pp. 1 e ss., ali citado.

(5) Observa CARL ERDMANN que a «acção concordante da Cúria, dos cruzados estrangeiros e das Ordens militares acabaram por fixar definitivamente em Portugal as ideas de cruzada na guerra com os mouros. Essas ideas começaram a consolidar-se no fim do século XII e nos primeiros decénios do século XIII.

«A indulgência da cruzada — prossegue o autor — costumava ser renovada antes de se empreenderem novas expedições, sempre que os príncipes interessados a solicitavam. Pelo que, estas renovações, quando requeridas, são de importância, pois demonstram que se atribuía valor à concessão da indulgência e se via nela um espléndido meio de alistamento. Também as encontramos em Portugal.

«A série das indulgências de cruzada outorgadas aos reis portugueses, de que temos conhecimento, — acrescenta ERDMANN — é-nos notificada por um facto curioso. A 10 de Abril de 1197, concedeu Celestino III ao rei D. Sancho I, a pedido deste, a indulgência de Jerusalém para a luta contra o rei cristão, seu vizinho, Afonso IX de Leão. Tal concessão foi motivada pela circunstância de Afonso IX se ter aliado com os mussulmanos e feito, juntamente com eles, guerra aos cristãos.

«Dificilmente lograria tal indulgência entusiasmar um povo, em que a ideia da guerra santa ganhara ainda pouco terreno; também nunca se chegou a ir combater o rei de Leão. Primàriamente a indulgência deve ter sido considerada como demonstração política. Assinalemos igualmente que, meio ano antes, Afonso VIII de Castela recebera a mesma indulgência. D. Sancho de Portugal, então aliado de Castela, imitou manifestamente o seu parceiro. Contudo, é-nos permitido valorizar ainda este documento como fraco sintoma de que, paulatinamente, a guerra portuguesa começava a tomar o carácter de cruzada. Ele concorda perfeitamente com outro Breve de Celestino III, de 22 de Julho de 1195, que concede ao prior de Santa Cruz de Coimbra o direito de dar a cruz a peregrinos e a quem quiser combater os pagãos e de impor penitências públicas (O nosso DOC. 14). Temos aqui a primeira prova de que, pelo menos em casos particulares, o tomar a cruz para a guerra com os mouros se afigurava obra de penitência» (*A idea de Cruzada em Portugal*, pp. 41-42).

Como anota o autor, já JOSE CALDAS, *Historia da bula da cruzada em Portugal*, p. 37 e ss., observou que com a indulgência da presente bula começa a história da bula da cruzada, mas não se pode demonstrar ter sido realmente esta a primeira concedida aos reis portugueses (ERDMANN, *Obra cit.*, p. 41, nota).

17

23 MARÇO 1212

Bula Justis petentium desideriis, ***de Inocêncio III, dirigida a el-rei D. Afonso II, a confirmar-lhe os padroados das igrejas de que estavam de posse seus antecessores.***

ANTT., *Gaveta* 16, maço 2, n.º 15, fl. 4, em cópia do século XIII, com alguns erros de transcrição.
Resumida no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 53.

Jnnocentjus episcopus, seruus seruorum Dej.

Carissimo in Christo filio A[lfonso], illustri regi Port., salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desiderijs dignum est nos facilem prebere consensum et uota que [a] rationis tramite non discordant, effectu prosequente, complere (1).

Eapropter, karissime in Christo filj, tuis iustis postulationibus grato concurrentes assensu, ius patronatus ecclesiarum illarum in quibus tuj predecessores illud habuisse noscitur et tu ipse racionabiliter habes, sicut illud iuste obtines et quiete, auctoritate tibi apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus, concedentes ut eo libenter utaris.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis et concessionis infringere uel ej ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dej et beatorum Petri et Paulj, apostolorum ejus, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, x kalendas aprilis, pontificatus nostri anno xv°.

(1) No ms. *compleret*.

18

16 ABRIL 1212

Bula Manifestis probatum est, *de Inocêncio III, dirigida a el-rei D. Afonso III e a seus sucessores no trono, a confirmar a bula de Alexandre III e a louvar-lhe os grandes serviços prestados à Santa Igreja pelas vitórias que seu avô D. Afonso alcançara contra os inimigos da fé católica, a tomar o reino sob sua protecção assim como a conceder-lhe as terras por ele libertas do jugo dos sarracenos e que não podem ser reclamadas pelos príncipes cristãos circunvizinhos e a aceitar o censo anual oferecido pelo monarca, em seu nome e no de seus sucessores, ao pontífice, como preito de sujeição à Santa Sé, o qual será entregue ao arcebispo de Braga.*

ANTT., *Bulas*, maço 3, n.º 1, original, a que falta o selo pendente, — texto que se reproduz; *Gaveta* 16, maço 2, n.º 15, fl. 2, em cópia do século XIII; BA., *Symmicta Lusitana*, vol. 44, p. 231.

Resumida: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 54; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 8, n.º 44.

Jnnocentjus episcopus, seruus seruorum Dej.

Carissimo in Christo filio A[lfonso], illustrj regj Portugalensi et heredibus eius jn perpetuum.

Manifestis probatum est argumentis quod inclite recordationis Alfonsus, auus tuus, per sudores bellicos et certamina militaria, inimicorum christiani nominis intrepidus extirpator et propagator, diligens fidei orthodoxe, sicut deuotus filius et princeps catholicus, multimoda obsequia impendit sacrosancte ecclesie matri sue, dignum [memoria] nomen et exemplum imitabile posteris derelinquens. Equum est, autem, ut quos ad populi regimen et salutem dispensatio celestis elegit apostolica sedes sincero prosequatur affectu et in iustis postulationibus studeat efficaciter exaudire.

Proinde nos, tuam attendentes personam, ornatam prudentia, iustitia preditam atque ad regni gubernationem idoneam, eam sub beati Petri et nostra protectione suscipimus et regnum Portugalen[se] cum integritate honoris regni et dignitate que ad reges pertinet necnon et omnia loca que, cum auxilio celestis gratie, de sarracenorum manibus eripueris, in qui-

bus ius sibi non possunt christiani principes circumpositi uendicare. Ad exemplar felicis memorie Alexandri pape, predecessoris nostri, qui hec prefato auo tuo, per priuilegij paginam concessisse dinoscitur, tue sublimitati concedimus et, auctoritate apostolica, confirmamus.

Ut, autem, ad deuotionem et obsequium beati Petri, apostolorum principis, et sacrosancte romane ecclesie uehementius accendaris, hec ipsa heredibus tuis duximus concedenda eosque super hiis que concessa sunt, Deo propitio, pro iniuncto nobis apostulatus officio defendemus. Tua itaque intererit, fili carissime, ita circa honorem et obsequium matris tue sacrosancte romane ecclesie humilem et deuotum existere et sic teipsum in eius oportunitatibus et dilatandis christiane fide finibus exercere, ut de tam deuoto et glorioso filio sedes apostolica gratuletur et in eius amore quiescat.

Ad indicium, autem, quod prescriptum regnum beati Petri iuris existat, pro amplioris reuerentie argumento, progenitorum tuorum inherendo uestigijs, statuisti duas marcas auri, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluendas. Quem utique censum, ad utilitatem nostram et successorum nostrorum, Bracarensi archiepiscopo qui pro tempore fuerit, tu et successores tui curabitis assignare.

Decernimus, ergo, ut nulli omnino hominum liceat personam tuam aut heredum tuorum uel etiam prefatum regnum temere perturbare aut eius possessiones auferre uel ablatas retinere, minuere aut aliquibus uexationibus fatigare. Si qua, igitur, in futuris, ecclesiastica secularisue persona hanc nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere uenire temptauerit, secundo tertioue commonita, nisi reatum suum digna satisfactione correxerit, potestatis honorisque sui dignitate careat reamque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat a sacratissimo corpore ac sanguine Dei et Domini Redemptoris Nostri Jhesu Christi aliena fiat atque, in extremo examine, districte ultionj subiaceat. Cunctis, autem, eidem regno et regi sua iura seruantibus sit pax Domini Nostri Ihesu Christi, quatinus et hic fructum bone actionis percipiant et apud districtum iudicem premia eterne pacis inueniant. Amen. Amen. Amen.

(Selo rodado). Ego Jnnocentius catholice ecclesie episcopus. SS. Benevalete.

(1.ª col.) + Ego Johannes, Sabinensis episcopus, ss.
+ Ego Nicholaus, Tusculanus episcopus, ss.
+ Ego Guido, Prenestinus episcopus, ss.
+ Ego Hugus, Hostiensis et Velletrensis episcopus, ss.

(2.ª col.) + Ego Cinthius, tituli Sancti Laurentij in Lucina, presbiter cardinalis, ss.

+ Ego Cencius, Sanctorum Johannis et Pauli presbiter cardinalis, tituli Pamachij, ss.

+ Ego Petrus, tituli Sancti Marcelli, presbiter cardinalis, ss.

+ Ego Benedictus, tituli Sancte Susanne presbiter cardinalis, ss.

+ Ego Leo, tituli Sancte Crucis in Iherusalem presbiter cardinalis, ss.

+ Ego Petrus, Sancte Prudentiane tituli Pastoris presbiter cardinalis, ss.

+ Ego Guala, Sanctj Martinj presbiter cardinalis, tituli Equitij, ss.

+ Ego Pelagius, tituli Sancte Cecilie presbiter cardinalis, ss.

(3.ª col.) + Ego Guidus, Sancti Nycolai in Carcere Tulliano diaconus cardinalis, ss.

+ Ego Johannes, Sancte Marie in Via Lata diaconus cardinalis, ss.

+ Ego Octavius, Sanctorum Sergij et Bachi diaconus cardinalis, ss.

+ Ego Johannes, Sanctorum Cosme et Damianj diaconus cardinalis, ss.

Datum Laterani, per manum Johannis Sancte Marie in Cosmidin diaconi cardinalis, sancte romane ecclesie cancellarij, xvj kalendas maij, jndictione xv, jncarnationis dominice anno M.º cc.º xij.º, pontificatus uero dominj Jnnocentij pape iij anno quintodecimo.

19

31 MAIO 1216

Bula **Te fili magister,** ***de Inocêncio III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a resolver o pleito existente entre aquela e o bispo de Lisboa, que lhe exigia os direitos episcopais das igrejas de Tomar, e a declará-las bem como ao povo que lhes está sujeito isentas do referido prelado, completamente livres e apenas dependentes da Santa Sé, como aliás já havia sido determinado pelos papas Adriano IV, Alexandre III e Urbano III.***

ANTT., ***Colecção Especial,*** **parte 1, caixa 1, n.º 43, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelha e amarela, — texto que se reproduz;** ***ibi,*** **caixa 2, n.º 2, transcrita na bula** ***Quoniam labentium*** **de Honório III, de 1217, onde começa: «Te filj magister P. militie Templi in Hyspania in nostra presentia conquerente quod»;** ***Ordem de Cristo,*** **cód. 232, fl. 14, em cópia oficial de Tomar dos anos de 1542;** ***ibi,*** **cód. 234, parte 2, fls. 11 v. e 12, em cópia oficial de Tomar de 1568; AV.,** ***Reg. Vat.,*** **vol. 9, fl. 61, ep. 243, inserta na bula** ***Quoniam labentium,*** **de Honório III, adiante lançada; BCR., cód. X. XI. 2, fl. 59; BNP., cód. lat. 3934, p. 107.**

Publicada por HOROY, *Bibliotheca Patristica medii evi*, t. 2, p. 225, n.° 184. Resumida: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 65; por ABRANCHES, *Suma*, p. 8, n.° 46 e por PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, p. 53, n.° 295.

Jnnocentius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus militie Templj, salutem et apostolicam benedictionem.

Te filj, magister in nostra presentia conquerente quod venerabilis frater noster.. Vlixbonensis episcopus te ac domum Templi super ecclesijs de Tomar molestabat iniuste, in illis iura episcopalia exigendo, cum felicis memorie Adrianus, Alexander et Vrbanus, romanj pontifices, fundos ecclesiarum ipsarum, beato Petro intuitu deuotionis oblatos, in ius et proprietatem ipsius beatj Petrj susceperunt, concedentes uobis liberam facultatem construendj ecclesias in eisdem ac statuentes ut ecclesie ipse nulli nisi tantum romano pontifici subiacerent uel tenerentur in aliquo respondere, sicut per ipsorum priuilegia liquido demonstrabas (1).

Prefatus episcopus, ex aduerso, respondit priuilegia ipsa sibi nocere aliquatenus non debere, utpote que tacita ueritate subrepta, de compositione super hoc facta inter domum uestram et bone memorie Gilibertum, Vlixbonensem episcopum, et a prefato Adriano, romano pontifice, confirmata, nullam penitus faciunt mentionem, adiciens quod, cum pro ecclesijs ipsis, in recognitionem iurisdictionis episcopalis, continue solueritis quinque sol[i]dos annuos sibj et predecessoribus suis, iuxta tenorem compositionis predicte, tacite renuntiasse uidebaminj priuilegijs memoratis que, si etiam essent alias ualitura, prescriptionem tamen contra eadem allegabat, ad eam probandam indutias et iudices postulando ac petendo restitutionem iuris episcopalis sibi subtractj in eisdem ecclesijs, ut dicebat.

Nos igitur, hijs et alijs, hinc inde propositis, diligenter auditis, attendimus quod prefatj romanj pontifices, quando in ius et proprietatem ecclesie romane fundos recepere predictos, minime ignorabant territorium illud ad aliquam diocesim pertinere. Unde patet quod ecclesias construendas ibidem ex certa scientia exemerunt, quibus, si facta fuisset mentio de compositione predicta aut, non obstante illa, penitus exemissent ecclesias supradictas aut predictos quinque sol[i]dos dumtaxat iuxta tenorem compositionis eiusdem in illis Vlixbonensi episcopo reseruassent; quare petitiones ipsius episcopi super restitutione uel probatione prescriptionis contra

(1) Alusão às bulas dos referidos pontífices, os nossos DOCS. 5, 8 e 10.

priuilegia memorata non duximus admittendas, eo quod etsi hoc uobis posset forte nocere, ipsi tamen episcopo prodesse non poterat, cum factum uestrum ecclesie romane preiudicare nequiuerit, contra quam sola centum annorum prescriptio locum habet sed, equitate seruata, quinque annuos sol[i]dos adiudicantes Vlixbonensi episcopo in ecclesijs sepedictis, illas cum populo sibi subiecto ab omnj iurisdictione ipsius decernimus omnino liberas et exemptas.

Nullj ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre diffinitionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dej et beatorum Petrj et Paulj, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Perusij, ij kalendas junij, pontificatus nostrj anno nonodecimo.

20

18 JANEIRO 1217

Letras Uestris piis postulationibus, *do papa Honório III, dirigidas ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a conceder-lhes, a seu pedido, que nas terras subtraídas pelo povo cristão aos sarracenos e a eles doadas assim como nas que eles próprios conquistarem possam edificar povoações, castelos, igrejas, oratórios e cemitérios para uso dos que nelas morem, e ainda a tomá-las sob a sua protecção e da Sé Apostólica.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 51 v.

[Honorius etc.].

Magistro et fratribus militie Templj.

Uestris piis postulationibus inclinatj, auctoritate uobis presentium indulgemus ut in terris quas, concedente Domino, populus christianus a sarracenorum eripuerint manibus, si ad uos postmodum, iusto titulo, fuerint deuolute ac eis etiam quas uos ipsi eisdem auferre poteritis sarracenis, uillas et castra uobis edificare liceat, ecclesias, oratoria et cimiteria fabricare, ad opus hominum commorantium in eisdem, statuentes insuper ut predicta omnia sub apostolice sedis et nostra protectione consistant.

Nulli ergo etc. nostre concessionis, constitutionis et protectionis etc.. Si quis autem etc..

Datum Laterani, xv kalendas februarij, pontificatus nostrj anno primo.

21

21 JANEIRO 1217

Bula** Justis petentium desideriis, **de Honório III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a confirmar-lhes e a isentar-lhes de toda a jurisdição que não fosse a de Roma as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, por eles fundadas nas terras que libertaram do poder dos infiéis e lhes foram doadas pela rainha de Portugal, a exemplo do que fizera seu predecessor o papa Celestino.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 6, n.º 7, original, em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 19 v.

Resumida: no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 69; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 8, n.º 47.

Honorius episcopus, seruus seruorum Dej.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus militie Templj, salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desiderijs (1) dignum est nos facilem prebere consensum et uota que a rationis tramite non discordant, effectu prosequente, complere.

Eapropter, dilectj in Domino filij, uestris iustis postulationibus annuentes, siluam quam.. quondam jllustris Portugalen. regina in perpetuam helemosinam domuj uestre concessit, quam siluam, cum difficultate maxima, de sarracenorum manibus liberantes, per uos et homines uestros studiosius coluistis, ibique tres ecclesias Columbam uidelicet, Rodinam et Egam fundantes, ab omni seruitio et censu liberas per triginta annorum

(1) No original *desiderium*.

curricula et amplius tenuistis, ad exemplar felicis recordationis Celestini pape, predecessoris nostrj, uobis et domuj uestre, auctoritate apostolica, confirmamus et presentis scriptj patrocinio communimus, districtius inhibentes ne quisquam prescriptas ecclesias nouis et indebitis exactionibus aggrauare presumat uel episcoporum aliquis, preter romanum pontificem, in eisdem ecclesijs, aliquam sibj potestatem seu iurisdictionem usurpet. Ad indicium, autem, percepte hujus a romana ecclesia libertatis, unam aurj unciam, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluetis.

Decernimus, ergo, ut nullj omnino hominum licitum sit hanc paginam nostre confirmationis et inhibitionis infringere uel ej ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dej et beatorum Petrj et Paulj, apostolorum ejus, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, xij kalendas februarij, pontificatus nostrj anno primo.

22

30 JANEIRO 1217

Bula Quoniam labentium temporum, *de Honório III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a confirmar a bula* Te fili magister *de Inocêncio III, que transcreve e que resolvera a questão entre a Ordem e o arcebispo de Lisboa sobre as igrejas de Tomar, ordenando que elas não fossem sujeitas ao prelado mas à Sé Apostólica, nos termos de anteriores resoluções papais.*

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 2, n.º 2, original em pergaminho com selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 14 v., em cópia oficial feita em Tomar por 1542; *ibi*, cód. 234, parte 2, fl. 12, em cópia de Tomar dos anos de 1568; AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 61, ep. 243; BCR., cód. X. VI. 2, fl. 59; BNP., cód. lat. 3934, p. 107.

Publicada por HOROY, *Bibliotheca Patristica*, t. 2, p. 225, n.º 184.

Resumida: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 69; por ABRANCHES, *Suma*, p. 8, n.º 49; e por PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae* III, t. 1, p. 53, n.º 295.

Honorius episcopus, seruus seruorum Dej.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus militie Templj, salutem et apostolicam benedictionem.

Quoniam labentium temporum cursus eorum que geruntur memoriam secum rapit, contra obliuionis incomodum necessarium est remedium scripturarum, ne lites concordia uel iudicio terminate, in recidiue questionis scrupulum relabantur.

Cum igitur questio que inter uos, ex parte una, et venerabilem fratrem nostrum.. Vlixbonensem episcopum super ecclesijs de Tomar uertebatur, per sententiam felicis memorie Jnnocentij pape, predecessorjs nostrj, fuerit terminata, sicut in eius prospeximus litteris continerj, nos eandem sententiam auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus. Ad maiorem uero firmitatem tenorem ipsius sententie presentibus iussimus annotarj, qui talis est.

Segue-se a transcrição da bula Te fili magister, *de Inocêncio III, de 31 de Maio de 1216, — o DOC.* **19.**

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre confirmationis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentjs Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, iij kalendas februarij, pontificatus nostrj anno primo.

23

10 FEVEREIRO 1217

Bula Justis petentium desideriis, *de Honório III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a confirmar-lhes as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, fundadas na terra que a rainha lhes doara, em esmola perpétua, e que eles haviam libertado da mão dos infiéis, com grande dificuldade.*

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 2, n.º 3, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 62.

Sumariada: no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 70; por ABRANCHES, *Suma*, p. 9, n.º 50; e por PRESSUTTI, *Regesta Honori Papae III*, t. 1, p. 58, n.º 328.

Honorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus militie Templi, salutem et apostolicam benedictionem.

Copyrighted material

Justis petentium desiderijs dignum est nos facilem prebere consensum et uota que a rationis tramite non discordant, effectu prosequente, complere.

Eapropter, dilecti in Domino filij, uestris iustis postulationibus annuentes, siluam quam.. quondam illustris Portugalen. regina, in perpetuam elemosinam, domuj uestre concessit, quam siluam, cum difficultate tuam elemosinam domuj uestre concessit, quam siluam, cum difficultate maxima, de sarracenorum manibus liberantes, per uos et homines uestros studiosius coluistis ibique tres ecclesias Columbam uidelicet, Rodinam et Egam fundantes, ab omni seruitio et censu liberas per triginta annorum curricula et amplius tenuistis, uobis et domuj uestre, auctoritate apostolica, confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus, districtius inhibentes ne quisquam prescriptas ecclesias nouis et indebitis exactionibus aggrauare presumat uel episcoporum aliquis, preter romanum pontificem, in eisdem ecclesijs aliquam sibi potestatem seu iurisdictionem usurpet. Ad indicium, autem, percepte huius a romana ecclesia libertatis, vnam aurj unciam, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluetis.

Decernimus, ergo, ut nulli omnino hominum licitum sit hanc paginam nostre confirmationis et inhibitionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petrj et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, iiij jdus februarij, pontificatus nostrj anno primo.

24

10 FEVEREIRO 1217

Bula Cum a nobis petitur, *de Honório III, dirigida ao Mestre e freires da Milícia do Templo em Espanha, a tomar sob a protecção de S. Pedro e sua os castelos que eles fundaram no Ródão e em Castelo Branco, na fronteira dos sarracenos, com as respectivas igrejas e demais bens e coisas que de direito lhes pertencem, e a impor-lhes, como indício de protecção, o pagamento do censo anual de uma onça de ouro ao pontífice e a seus sucessores.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 61 v., — texto que se reproduz; ROMA, Biblioteca Casanatense, cód. X. VI. 2, fl. 53; PARIS, Biblioteca Nacional, cód. lat. n.º 3.934, p. 100.

Publicada por HOROY, *Bibliotheca Patristica medii evi — Honorii III summi pontificis opera omnia*, t. 2, p. 263, n.° 213. Sumariada por PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, p. 58, n.° 327.

[Honorius etc.].

Magistro et fratribus militie Templi in Hispania.

Cum a nobis petitur *etc. usque* inclinatj, castra Rodan[i] et Castelblanc, que in frontaria sarracenorum, in regno Portugalie, auxiliante Domino, statuistis, cum ecclesijs, possessionibus et rebus alijs ad ipsa de iure spectantibus, sub beatj Petrj et nostra protectione suscipimus et ea castra cum omnibus supradictis, sicut ipsa iuste ac pacifice possidetis, uobis et per uos domuj uestre, auctoritate apostolica, confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus.

Ad indicium huius protectionis a nobis suscepte, unam unciam aurj nobis (1) nostrisque successoribus, annis singulis, census nomine, persoluetis.

Nulli ergo etc. nostre protectionis et confirmationis etc. Si quis autem etc..

Datum Laterani, iiij jdus februarii, pontificatus nostrj anno primo.

25

OUTUBRO(?) 1217

Carta dos bispos de Lisboa e de Évora, do Mestre da Ordem do Templo em Espanha, do Prior do Hospital em Portugal e do Comendador de Palmela, da Ordem de Santiago, endereçada ao papa Honório III, a contar-lhe o feito da tomada de Alcácer aos sarracenos e a solicitar-lhe: autorização para os cruzados demorarem mais um ano na Península, a fim de a libertarem dos mouros; as indulgências da Terra Santa para aquela campanha; a vigésima parte dos rendimentos do clero de toda a Espanha para prossecução da guerra; e, enfim, que possam regressar à pátria, com plena

(1) No mss. *a nobis*.

remissão dos pecados, os peregrinos impossibilitados de avançar para a Palestina, por excessiva demora, pobreza ou enfermidade.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 201, — texto que se reproduz; **BA.**, *Symmicta Lusitana*, vol. 44, p. 277.

Publicada: na íntegra, por RODENBERG, *Epistolae saeculi XIII*, t. 1, p. 27, n.º 35; parcialmente, em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1217, n.º 32.

Sumariada: longamente no *Quadro elementar*, t. 9, p. 65; e por PETRUS PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, Apêndice, p. LI, n.º 7.

Sanctissimo patri ac domino H[onorio], Dei gratia sacrosancte romane ecclesie summo pontifici.

S[uerius] Vlixbonensis, S[uerius] Elborensis et magister in Hispania militie Templi et prior in Portugalia Hospitalis Jerosolimitan. et commendator militie Sancti Jacobi de Palmela, salutem et pedes humiliter osculari.

Cum, in concilio generali, si uestra recolit sanctitas, domini Compostellanus et Toletanus archiepiscopi et omnes qui adherant de Hyspania episcopi, cum quanta potuerunt instancia, institerunt apud dominum papam Jnnocentium, sancte memorie, ut remissionem quam Terre Sancte subuenientibus concesserat, concederet et in Yspania expugnantibus sarracenos; et responsum fuisset eis, a domino papa, de consilio cardinalium, quod, si guerra esset contra sarracenos in Yspania, libenter ibidem plenam concederet remissionem (1).

Sanctitati uestre presentibus innotescat quod, Domino faciente, qui sperantes in se non deserit, quedam nauigij multitudo crucesignatorum de Alamannia et de Flandria et de aliis partibus, post multa maris naufragia ac post diuersa pericula in nauigando, per quatuor menses, laborantes quod quindecim dies solet a pluribus nauigari, ad portum de Vlixbona appulit ex insperato. Vnde nos, prenominati episcopi, considerantes quod nonnisi ut Yspania liberaretur, eosdem peregrinos Dominus tantum in uia detinuerat et ad nos tali tempore adduxerat, quod transfre-

(1) Alusão ao 12.º Concílio Ecuménico e 4.º de Latrão, de 1215, cujo último documento é o Decreto do papa Inocêncio III relativo à cruzada em defesa da Terra Santa (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 5, parte 2, pp. 1388 e ss.).

Copyrighted material

tare non poterat ullo modo, cum abbate Alcobatie et alijs uiris religiosis, templarijs uidelicet et hospitalarijs et militie Sancti Jacobi commendatore alijsque regni magnatibus, dictos ad hoc induximus peregrinos, ut ex quo transfretandi eisdem deerat facultas, yemarent nobiscum ad Yspaniam liberandam et ad inimicos sancte fidei expugnandum, unde etiam interim habere possent uictualia et expensas.

Quo habito et concesso et, ad uerba exhortationis nostre fere omnibus de diocesibus nostris et similiter de toto regno, per proprias dioceses, signo crucis imposito, insimul processimus ad quoddam castrum obsidendum, quod dicitur Alkazar, quod etiam inter omnia sarracenorum castella in Yspania erat nociuum christianis. Consequenter, autem, ipsis de Alkazar, obsessis paganis postulantibus, auxilium a regibus per totam Mauritaniam citra mare commorantibus, quatuor reges, de Sibilia uidelicet et de Geen et de Badalcuzi et de Corduba, cum toto posse suo et cum fere omnibus qui sunt citra mare paganis, inopinate uenerunt super nos; ita quod, sequenti die, nobiscum campestre bellum habuerunt, inter se iactantes quod et castrum liberarent et nos omnes quos non perderent gladio, ducerent captiuatos.

Sed Omnipotens, cui proprium est superbis resistere, eorum mirabiliter frangens superbiam, dignatus est exercitui suo subuenire, tribus miraculis prehostensis. Primum fuit quod, cum nos de regno Portugalie essemus, eadem hora, paucissimi, in nocte precedenti, bellum ex improuiso recepimus magnum exercitum de templariis et de hospitalariis et de magnatibus regnorum Portugalen. et Legionen. Secundum fuit quod in aere apparuit uexillum crucis gloriosum exercitui in uictorie signum. Tertium fuit quod in ipso belli conflictu uisa est utrique parti diuinitus candidatorum turba, quod etiam testati sunt ipsi qui fuerunt ibidem captiui sarracenj, interrogantes ubi essent milites candidati, qui super eos compluebant tela et eorum oculos excecabant, propter quos etiam terga repente uerterunt in fugam, ita quod, densissima durante strage, per x. et amplius miliaria ibique duobus regibus interfectis, de Geen uidelicet et de Corduba, de cunctis nisi fuge presidio aliquis non euasit.

De tantis ergo miraculis et de tanta uictoria, exercitui Domini collata, diuinitus congaudentes ac de uestre sanctitatis habundantia presumentes, ad pedes uestre clementie prouoluti, petimus quatinus, ad Yspanie liberationem, a sanctitate uestre mandatum exeat ut et dictus exercitus peregrinorum, ad cultum perfidie paganorum de tota Yspania penitus extirpandum, nobiscum per annum remaneat, et quod tam ipsi quam nostrates crucesignati et signandi illam habeant indulgentiam quam haberent, si Terre Sancte subsidium personaliter exhiberent.

Jtem petimus ut, ex quo guerram habemus cum sarracenis, sanctus dominus papa Jnnocentius statuit expendatur in eadem vicesima que a clericis in Yspania debet solui. Jtem petimus ut peregrinos qui, propter

nimiam moram uel infirmitatem uel paupertatem, facti sunt impotentes accedere ad Terram Sanctam, iubeat hinc reuerti ad propria, cum plena suorum peccaminum uestra sanctitas remissione (2).

26

OUTUBRO(?) 1217

Carta de Guilherme, conde holandês e condestável dos cruzados estrangeiros que tomaram parte no assédio a Alcácer do Sal, ao papa Honório III, a referir-lhe que, com 100 navios, tomaram aquela praça aos sarracenos, aprisionaram 2.000 destes, entre os quais Abur, pessoa de relevo, alcaide do castelo, o qual com mais 100 dos cativos foi baptizado, e a dizer-lhe que deve prosseguir a campanha contra os islamitas em Espanha para a libertar deles, como desejam os reis cristãos; de sorte que, pede instruções sobre se devem os cruzados permanecer na Península se avançar para a Terra Santa.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 201 v., donde se reproduz.
Publicada por RODENBERG, *Epistolae saeculi XIII*, t. 1, p. 28, n.º 36.

Sanctissimo patri ac domino sacrosancte romane ecclesie summo pontifici, H[onorio].

Willelmus, Holl[andie] comes, crucesignatorum comestabilis, eius deuotus miles, debitam deuotionem et ad oscula pedum humilem subiectionem.

---

(2) Sobre o assédio e conquista de Alcácer do Sal em 1217 pode ver-se HERCULANO, *História de Portugal*, t. 4, pp. 83-95, com a bibliografia aí citada, e ainda a aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, p. 198, nota. Dignos de atenção os comentários de CARL ERDMANN, *A ideia de Cruzada em Portugal*, pp. 44 a 46, onde o autor assevera constituir esta luta em volta de Alcácer «a primeira cruzada portuguesa», e pp. 14-16. Soubemos aproveitar hàbilmente as gentes que, nos termos do preceituado no aduzido Concílio Ecuménico, se dirigiam à Terra Santa, para a cruzada portuguesa da reconquista de praça que constituía a chave dos territórios meridionais do Gharb mussulmano; e precisamente numa altura de franca decadência do Império Almohada (Cfr. HENRI TERRASSE, *Histoire du Maroc*, t. 1, pp. 343 e ss.).

Ad aures uestre sanctitatis cupio peruenire quod, cum in obsidione castrj cuiusdam sarracenorum Alchazar, christianis ualde inimicum et dampnosum, moram per aliquod tempus cum centum nauibus faceremus, diuina clementia prouidente, cuius nutu omnia disponuntur, ipsum castrum expugnauimus, duo millia sarracenorum in ipso captiuando, ex quibus ipse dominus castri, Abur nomine, natione tam inter christianos quam apud sarracenos precellens, sacro fonte baptismatis cum centum aliis ablutus est (1).

Credo immo uehementer opinor quod, per eundem, Yspania sarracenorum in magna parte fidei catholice debeat subiacere. Nouerit preterea sanctitas uestra quod, occasione nostri, rex Legionensis et Gall[ecie], rex Nauarre et alii quamplurimi, tam archiepiscopi quam episcopi cum principibus totius Yspanie, signum crucis super sarracenos Yspan. susceperunt et treugas cum ipsis sarracenis eius habitas infregerunt, proponentes in proximo bella cum ipsis sarracenis committere.

Rogauerunt etiam nos et, cum maxima instancia, monuerunt quatinus in Yspania per instantem estatem dignum duceremus remanere cum ipsis supra sarracenos omnipotenti Deo fideliter ministraturj. Quia igitur, pater sanctissime, spes mea, consilium ac salus tota in uestra dependeat paternitate, ego, tanquam filius obedientie, mandato uestro paratus sum obtemperare et cum omne desiderium meum ad uestram pendeat uoluntatem et beneplacitum, paternitati uestre, humillime supplico quatinus per latorem presentium michi digneminj demandare, ubi et quando per aliquem nuntiorum uestrorum uoluntatem uestram plenius percipiam, per eundem gracie uestre largitatem uberius accepturus (2).

---

(1) O assédio de Alcácer durou de 30 de Julho a 18 de Outubro, em razão das fortificações, da situação do castelo e da grande resistência de seus defensores, engrossadas as hostes locais, por terra e por mar, com socorros importantes fornecidos pelos governadores de Badajoz, Córdova, Sevilla e Jaén. «El 18 de octubre, agotados todos los recursos, se rindió la plaza, a los dos meses y medio de estar sitiada. Su gobernador, 'Abd Allâh b. Wazir capituló y abrazó fingidamente la fe cristiana, hecho que, por la nobleza del neófito, se esperaba tuviese gran ressonancia e influencia tanto entre los cristianos como entre los musulmanes; pero a los pocos días 'Abd Allâh huyó a territorio musulmán» (HUICI MIRANDA, *Historia política del Imperio Almohade*, t. 2, p. 443).

(2) Honório III não acedeu aos desejos dos peninsulares. (Cfr. o nosso DOC. 28). «No entretanto, — sublinha ERDMANN — começara o século das cruzadas para a guerra dos portugueses com os mouros. Os acontecimentos portugueses repercutiam-se em Espanha. Animados pelos resultados obtidos em Portugal, para logo os reis de Leão e Navarra, com muitos grandes de seus reinos, tomaram a cruz e abriram, desse modo, um período de retumbantes vitórias» (*A idea de Cruzada em Portugal*, pp. 46-47). Pode ver-se também BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 4 e ss., e HENRI TERRASSE, *Histoire du Maroc*, vol. 1, pp. 348 e ss.

27

11 JANEIRO 1218

Bula Manifestis probatum est, *de Honório III, dirigida a el-rei D. Afonso II, na qual, atendendo aos serviços prestados à Igreja pelo monarca no campo de batalha, como bom filho e príncipe católico, lhe confirma as graças anteriormente concedidas e as estende a seus sucessores, toma o reino e os lugares que for subtraindo aos sarracenos sob sua protecção e de S. Pedro e recomenda-lhe pontualidade no pagamento à Santa Sé do censo de dois marcos de ouro, instituído por seu avô D. Afonso Henriques.*

ANTT., *Bulas*, maço 27, n.º 3, original em pergaminho, de cujo selo pendente se conservam alguns fios de seda amarelos e vermelhos, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Vat.*, t. 9, fl. 198; BVR., cód. 1, fl. 53.

Publicada: por TOMASSETTI, *Bullarium*, t. 3, p. 336, n.º 19.

Sumariada: por POTTHAST, *Regesta Pontificum Romanorum*, t. 1, p. 498, n.º 5663; por HOROY, *Bibliotheca Patristica medii evi. Honorii III summi pontificis opera omnia*, t. 2, p. 584, n.º 103; no *Quadro elementar*, t. 9, p. 72; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 9, n.º 51.

Honorjus episcopus, seruus seruorum Dej.

Carjssimo in Christo filio Alfonso, jllustrj Portugalen. regj eiusque heredibus jn perpetuum.

Manifestis probatum est argumentis quod, per sudores bellicos et certamina militaria inimicorum christiani nominis intrepidus extirpator et propagator, diligens fidei christiane, sicut bonus filius et princeps catholicus, multimoda obsequia matrj tue sacrosancte ecclesie impendisti, dignum memoria nomen et exemplum imitabile posteris derelinquens. Equum est, autem, ut quos ad regimen et salutem populi, ab alto dispensatio celestis elegit apostolica sedes affectione sincera diligat et in iustis postulationibus studeat efficaciter exaudire.

Proinde nos, attendentes personam tuam, prudentia ornatam, iustitia preditam atque ad populi regimen idoneam, eam ad exemplar felicis recordationis Alexandrj et Clementjs (1), predecessorum nostrorum pon-

(1) Alusão às bulas do mesmo título de Alexandre III e de Clemente III, respectivamente de 23 de Maio de 1179 e de 7 de Maio de 1190,— os nossos DOCS. 9 e 12.

tificum romanorum, sub beati Petrj et nostra protectione suscipimus et regnum Portugalie, cum integritate honoris regni et dignitate que ad reges pertinet necnon et omnia loca que, cum auxilio celestis gratie, de sarracenorum manibus eripueris, in quibus ius sibi non possunt christianj principes circumpositi uendicare, excellentie tue concedimus et auctoritate apostolica confirmamus.

Vt, autem, ad deuotionem et obsequium beati Petri, apostolorum principis, et sacrosancte romane ecclesie uehementius accendaris, hec ipsa prefatis heredibus tuis duximus concedenda eosque super hijs que concessa sunt, Deo propitio, pro iniuncti nobis apostolatus officio, defendemus. Tua itaque intererit, fili karissime, ita circa honorem et obsequium matris tue sacrosancte romane ecclesie humilem et deuotum existere et sic te ipsum in eius oportunita[ti]bus et dilatandis christiane fidei finibus exercere, ut de tam deuoto et glorioso filio sedes apostolica gratuletur et in eius amore quiescat.

Ad indicium, autem, quod prescriptum regnum beati Petrj iuris existat, pro amplioris reuerentie argumento, statuit illustris memorie rex Alfonsus, auus tuus, duas marcas auri, annis singulis, nobis nostrisque successoribus persoluendas. Quem utique censum, ad utilitatem nostram et successorum nostrorum, Bracharensi archiepiscopo quj pro tempore fuerit, tu et successores tui curabitis assignare.

Decernimus, ergo, ut nulli omnino hominum liceat personam tuam aut heredum tuorum uel etiam prefatum regnum temere perturbare aut eius possessiones auferre uel ablatas retinere, minuere aut aliquibus uexationibus fatigare. Si qua, igitur, in futurum ecclesiastica secularisue persona hanc nostre constitutionis paginam sciens contra eam temere uenire temptauerit, secundo tertioue commonita, nisi reatum suum digna satisfactione correxerit, potestatis honorisque sui dignitate careat reamque se diuino iudicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat et a sacratissimo corpore ac sanguine Dej et Dominj Redemptoris Nostri Jhesu Christi aliena fiat atque, in extremo examine, districte ultionj subiaceat. Cunctis, autem, eidem regno et regi sua iura seruantibus, sit pax Dominj Nostri Jhesu Christi, quatinus et hic fructum bone actionis percipiant et apud districtum iudicem premia eterne pacis inueniant. Amen. Amen. Amen.

Datum Laterani, iij jdus januarij, pontificatus nostrj anno secundo (2).

---

(2) «A luta em volta de Alcácer, no ano de 1217, é a primeira cruzada portuguesa», segundo ERDMANN, *A idea de Cruzada*, p. 45. Contudo, esta bula de Honório III segue os precisos termos das anteriores do mesmo título, a visar mais o censo do que pròpriamente o problema islamita. «No entretanto, — observa o citado autor — começara o século das cruzadas para a guerra dos portugueses com os mouros. Os acontecimentos portugueses repercutiam-se em Espanha. Animados pelos

28

12 JANEIRO 1218

Letras Jntellecta ex uestris litteris, *do papa Honório III, dirigidas aos bispos de Lisboa e de Évora, ao Mestre da Ordem do Templo em Espanha, ao Prior da Ordem do Hospital e ao Comendador da Ordem de Santiago em Portugal, em resposta à carta que eles lhe haviam endereçado, a comunicar-lhes que não quer desviar os cruzados da Terra Santa; mas que, enquanto permanecerem em Espanha e combaterem os mouros, lhes concede plenária remissão dos pecados, como se morressem em serviço dos Lugares Santos, e a exortar ainda os fiéis de Espanha a que, em remissão de seus pecados, pessoalmente e com subsídios, contribuam para a reparação e defesa do castelo de Alcácer e para a guerra contra os islamitas.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 201 v., — texto que se reproduz; ROMA, *Bibliotheca Vallicelliana*, ms. 1, fl. 53.

Publicado fragmento em RODENBERG, *Epistolae saeculi XIII*, p. 32, n.º 42. Sumariadas por PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, p. 170, n.º 997.

Honorius etc.

Vlixbonensi et Elborensi episcopis et magistro militie Templj in Yspania, priori Jerosolimitan., Hospitalis et commendatorj militie Sancti Jacobj in Portugalia.

Jntellecta ex uestris litteris gloria, quam Dominus nomini suo dedit gloriosam, fidelibus suis dando uictoriam, et antiqua signorum suorum miracula innouando, gauisi sumus gaudio magno ualde et exaltauit spiritus noster in Deo salutarj nostro, qui dignatus est uobis mittere auxilium de

---

resultados obtidos em Portugal, para logo os reis de Leão e Navarra, com muitos grandes de seus reinos, tomaram a cruz (*M. G. Ep. s. XIII*, n. 36) e abriram, desse modo, um período de retumbantes vitórias. — Consta-nos ter havido grandes *cruzadas* em Castela nos anos de 1218 e 1219 (*Annales Toledani* em FLOREZ, *España Sagrada*, XXIII, 400), nas quais se incorporaram novamente os portugueses. Os cavaleiros de Évora (Aviz) e todos os seus auxiliares receberam, em 1220, de Honório III, nova indulgência» (*Ibi.*, pp. 46 e 47).

sancto et facere uobiscum signum in bonum, quod uidentes qui uos et christianum nomen oderant, confusi sunt, conteritj et contriti. O ineffabilis pietas. O immensa clementia. O inextimabilis benignitas Dei nostri, qui a seruis suis offensis continuis prouocatur, continuo adest ipsis in ueritate, inuocantibus nomen eius, breuis et quasi momentanee deuotionis obtentu offensas longi temporis obliuiscens et, iuxta uocem propheticam, ad eos qui ad ipsum conuersi fuerunt se conuertens.

Licet, autem, credamus quod uestre deuotionis humilitas predicte uictorie gloriam humanis iuribus non attribuit, sed eam operationj diuine uirtutis ascribit, ex habundanti tamen discretionem vestram monemus attente et hortamur quatenus ex hoc nullus uobis spiritus elationis obrepat, ne, quod absit, inueniaminj in numero dicentium: manus nostra excelsa et non Deus fecit hec omnia, sed cogitantes potius et dicentes: quomodo persecutus fuisset unus mille et duo fugassent decem millia, nisi quia Deus subdidit illos et Dominus tradidit illos ad agendas gratias illi qui signo crucis, quod in celo apparuit, prefigente exiit in salutem populi sui ut saluos faceret christos suos pro uestre possibilitatis modulo assurgatis, quod et nos, receptis uestris litteris, fecimus in affluentia lacrimarum ad exoluendas Deo, pro tante dignationis gratia, dignas laudes, vrbem, clerum et populum adunantes.

Porro, cum Terre Sancte succursum impediri, occasione aliqua, non uelimus, petitionem qua rogastis ut crucesignatos, qui ad ipsius Terre Sancte succursum, propter corporum infirmitatem aut rerum inopiam procedere non ualentes, arma uel alia bona sua conferrent ad reparandum castrum Alcazar, iuberemus ad propria libere remeare, concessa eis plena suorum indulgentia peccatorum, non duximus admittendam, ne forte, per hoc, contra uos ipsos Dominum contingeret prouocari, qui, sicut credimus, merito deuotionis quam ad ipsam Terram Sanctam habent crucesignati predicti uictoriam contulit antedictam, dignius existimantes ut, cum iidem crucesignati arma et alia bona que secum habent Terre Sancte subsidio deputarunt, si qui eorum ad iter non sufficiunt inchoatum, illa per socios suos transmittant ad Terre subsidium sepedicte.

Volentes, autem, alias uobis ad reparandum dictum castrum et ad expugnandum inimicos nominis christiani fauorem apostolicum exhibere, fideles per Yspaniam constitutos, nostris litteris exhortamur, eis in remissionem peccaminum iniungentes ut, ad reparationem et tuitionem castrj predicti et ad expugnationem illorum, uobis auxilium personarum et rerum impendant uiriliter et potenter. Ad hec ipsis crucesignatis per litteras nostras iniungimus ut, dum eos in partibus uestris morarj contigerit, mauros in uestro circuitu positos studeant expugnare, illis quos in huiusmodi pugna maiori contigerit plenam suorum peccatorum ueniam indulgentes, ac si ultra mare morerentur in seruitio Terre Sancte.

Datum Laterani, ij jdus januarij, anno secundo.

Jn eodem fere modo scriptum est.. jllustri regi Legionensi. Jntellecta etc., uerbis competenter mutatis, usque conteriti et contriti. Porro, cum Terre Sancte succursum etc., ut supra, usque in finem.

29

26 JANEIRO 1218

Letras Dilectus filius, *do papa Honório III, dirigidas aos bispos de Lisboa e de Évora e ao Prior de Palmela, para que dispensem do voto de seguir para a Terra Santa os cruzados pobres e os dos oito barcos que foram desfeitos para construção de máquinas com que tomaram o castelo de Alcácer, se é verdade o que lhe disseram Guilherme, conde holandês, e os Mestres das Ordens Militares.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 211 v., — texto que se reproduz.
Publicadas em RODENBERG, *Epistolae saeculi XIII*, p. 34, n.º 44.
Sumariadas por PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, p. 174, n.º 1027.

Honorius etc.

Vlixbonensi et Elborensi episcopis et priorj de Palmela, Vlixbonensis diocesis.

Dilectus filius nobilis uir W[illelmus], comes Hollandie ac exercitus Yspanie uniuersus, una cum magistris Templi et Hospitalis necnon militie Beati Jacobi ac Calatrabis, nostris auribus intimarunt quod, cum castrum de Alcazar diu tenuissent obsessum et, pro machinarum defectu, eorum inutilis esset labor, tandem habito communi consilio, statuerunt ut octo naues cum apparatu earum conferrentur ad machinas et propugnacula facienda et persone que ferebantur in eis, dimissis armis et rebus quas secum habebant, ad propria remearent, quibus iidem super absolutione uotorum firmiter promiserunt litteras apostolicas impetrare, ac si post captionem castrj sub spe tali remiserunt eodem. Vnde nobis humiliter supplicarunt ut, tam illos quam pauperes in exercitu commorantes, qui pre nimia paupertate uotum emissum adimplere non possunt, faceremus absolui.

Nos igitur, eorum precibus inclinati, discretioni vestre per apostolica scripta mandamus quatenus, si est ita, tam illos qui naues, pro necessi-

tate concessere predicta, quam eos pre paupertate, uideritis uotum suum adimplere non posse, denuntietis, auctoritate sedis apostolice, absolutos.

Datum Laterani, vij kalendas februarii, anno secundo.

30

30 JANEIRO 1218

Letras Cum in generali concilio, *do papa Honório III, ao arcebispo de Toledo, a recomendar-lhe procure que os reis e príncipes das Espanhas observem a ordem do concílio geral para que em todo o orbe cristão haja paz ou ao menos tréguas firmes por quatro anos, a fim de os fiéis mais livremente poderem cuidar em reprimir a insolência dos infiéis.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 210, — texto que se reproduz; ROMA, *Bibliotheca Vallicelliana*, ms. I, fl. 53.

Sumariadas em PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, p. 176, n.º 1043.

Honorius etc.

Eidem [Roderico, archiepiscopo Toletano].

Cum in generali concilio prouide fuerit ordinatum ut pax uel saltem firme treuge, usque ad quadriennium, in toto orbe christiano, seruentur, quatinus fideles liberius intendere ualeant ad insolentiam infidelium reprimendam, fraternitati tue, per apostolica scripta mandamus, quatenus Yspanorum reges et principes, secundum datam tibi a Deo prudentiam, sollicite moneas et inducas ut huiusmodi salubrem ordinationem, de qua ipsis specialiter multa possunt commoda prouenire, diligenter obseruent. Contradictores, si qui fuerint, secundum formam expressam in ipso concilio, appellatione remota, conpescens (1).

Datum Laterani, iij kalendas februarii, anno secundo.

---

(1) Eis o texto em referência do Decreto de Honório III no 12.º Concílio Ecuménico e 4.º de Latrão: — «Quia vero ad hoc negotium exequendum est permaxime necessarium ut principes populi christiani ad invicem pacem observent; sancta universali

31

31 JANEIRO 1218

Letras Certum est, *do papa Honório III, dirigidas ao rei de Leão, a exortá-lo a cumprir os conselhos do arcebispo de Toledo sobre a paz a observar com os restantes príncipes cristãos da Península para exterminar de seus confins os sarracenos e dilatar o domínio dos cristãos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 9, fl. 210 v.
Sumariadas por PRESSUTTI, *Regesta Honorii Papae III*, t. 1, p. 177, n.º 1051.

Honorius etc.

A[lfonso], jllustrj regi Legionensi.

Certum est quod sarracenj existentes in Yspania citra mare nequaquam proprijs iuribus, sed christianorum dissenssionibus defenduntur.

Quia, igitur, quanto Dominus dominantium et rex Regum tibi maiorem, pre ceteris, contulit potestatem, tanto tibi amplius ascribetur et cedet ad comodum et honorem, si pace inter te ac alios reges et principes Yspanie stabilita, unanimiter institeritis, ad exterminandos sarracenos ipsos de Yspanie finibus et christianorum terminos dilatandos, serenitatem tuam attente rogandam duximus et hortandam quatenus consiliis venerabilis fratris nostri archiepiscopi Toletanj, qui, sicut conperimus, te sincera diligit caritate, acquiescas, tam in mouenda guerra sarracenis eisdem, quam pace inter christicolas obseruanda.

Datum Laterani, ij kalendas februarii, anno secundo.

---

synodo suadente, statuimus ut, saltem per quadriennium, in toto orbe christiano, servetur pax generaliter, ita quod per ecclesiarum praelatos, discordantes reducantur ad plenam pacem aut firmam treugam inviolabiliter observandam; et qui acquiescere forte contempserint, per excommunicationem in personas et interdum in terras arctissime compellantur, nisi tanta fuerit injuriarum malitia, quod ipsi tali non debeant pace gaudere. Quod, si forte censuram ecclesiasticam vilipenderint, poterunt non immerito formidare, ne per authoritatem Ecclesiae, circa eos, tanquam perturbatores negotii crucifixi, saecularis potentia inducatur» (Apud HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 5, parte 2, p. 1394).

32

22 OUTUBRO 1225

Letras **Attendentes karissimum,** ***do papa Honório III, dirigidas ao bispo de Évora e aos Abades dos mosteiros de S. João de Tarouca e de Salzedas, da diocese de Lamego, em que, atendendo à pouca idade do monarca e à vizinhança dos inimigos da fé cristã, toma o rei e reino de Portugal sob a protecção da Sé Apostólica e sua e ordena àqueles que, se alguém molestar o dito reino, o reprimam com censura eclesiástica, sem apelação.***

AV., *Reg. Vat.*, vol. 13, fl. 10 v.

[Honorius etc.]

[Suario] episcopo Elborensi et .. Sancti Johannis de Tarauca et .. de Salzeda abbatibus, Lamacensis diocesis.

Attendentes karissimum in Christo filium nostrum jllustrem regem Portugalie fauore apostolico eo amplius indigere, quo est in annis adolescentie constitutus et uicinus inimicis fidei christiane, personam et regnum suum cum omnibus iuribus et honoribus suis suscepimus sub protectione apostolice sedis et nostra, discrictius inhibentes ne quis iura sua temere inuadere aut quomodolibet perturbare presumat.

Quocirca, discretioni uestre, per apostolica scripta mandamus quatenus, si quis forsan ipsum regnum contra predicte protectionis et inhibitionis nostre tenorem temere presumpserit molestare, uos eos ab eius molestatione, monitione premissa, per censuram ecclesiasticam, appellatione remota, ratione predicta, compescatis. Quod si non omnes etc.

Datum Laterani, xi kalendas nouembris, anno nono.

33

13 JUNHO 1226

Letras Ut obsequium christianorum, *do papa Honório III, dirigidas ao arcebispo de Braga, D. Estêvão Soares da Silva, a conceder-lhe faculdade de absolver da pena de excomunhão canónica por mãos violentas, desde que não se trate de excesso demasiado grave, os clérigos e leigos da sua província eclesiástica que se incorporarem no exército cristão contra os mouros, para que a actuação daqueles seja mais aceite a Deus e melhor prospere* (1).

ADB., Arquivo do Cabido, *De Testamentis*, liv. 2, n.º 22, em trasiado do século XIII. Citadas: por Mons. J. AUGUSTO FERREIRA, *Obra e lug. infracits.*, e por CARL ERDMANN, *A idea de Cruzada*, p. 47.

Honorius [episcopus], seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri archiepiscopo Bracharensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Vt obsequium christianorum militantium contra mauros Deo reddatur acceptius et felicius prosperet, absoluendi uice nostra, iuxta formam ecclesie consuetam clericos et laycos tue prouincie ad christianum uenien-

(1) Trata-se dos preparativos para o ataque a Elvas por el-rei D. Sancho II, no qual o arcebispo de Braga tanto se empenhou, «para aquella espécie de cruzada geral», como lhe chama HERCULANO (*História de Portugal*, t. 4, p. 188), atendendo ao incitamento pontifício e à colaboração simultânea de Fernando III e do nosso monarca, respectivamente contra Badajós e contra a praça de Elvas. Pode ver-se também J. A. FERREIRA, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. 1, p. 402, e LUIS G. DE AZEVEDO, *Suposta conquista de Elvas em 1226*. É um pouco confuso o comentário de ERDMANN a propósito da presente bula: — «Também no ano de 1226, o arcebispo Estêvão, de Braga, que antes tomara parte activa na conquista de Elvas, obteve do papa a faculdade de absolver, em casos particulares, os guerreiros que lutavam contra os mouros» (*Lug. supracit.*); pois o presente diploma pontifício é referente precisamente a essa tentativa de conquista. De sublinhar, porém, a observação do autor: — «Há, no entanto, um equívoco, quando RAYNALDUS, ad an. 1225, n.º 43, e outros depois dele dizem que o arcebispo correu em auxílio dum legado pontifício para a guerra com os mouros; cf. PRESSUTI, *Regesta Honorii papae III*, n.º 5693» (*A ideia de Cruzada*, p. 47, nota 4).

tes exercitum, qui recognouerint se pro uiolenta manuum iniectione in canonem incidisse, dummodo non sit grauis nimis et enormis excessus, liberam tibi, presencium auctoritate, concedimus potestatem.

Datum Laterani, jdibus junij, pontificatus nostri anno decimo.

34

14 OUTUBRO 1229

Bula **Ipsa nos cogit pietas,** ***de Gregório IX, dirigida ao mestre e freires da Ordem do Templo, a isentá-los, a seu pedido, do pagamento da dízima decretada no Concílio Geral para defesa da Terra Santa, atendendo a que eles se ocupam principalmente na dita defesa, nela empenhando pessoas e bens, e contra os infiéis.***

ANTT., ***Colecção Especial,*** **caixa 2, n.º 48, original em pergaminho, de cujo selo pendente apenas restam alguns fios vermelhos e amarelos.**

Sumariada: no ***Quadro elementar,*** **t. 9, p. 105; e por ABRANCHES,** ***Suma,*** **p. 14, n.º 95.**

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filiis.. magistro et fratribus domus militie Templi Jerosolimitani, salutem et apostolicam benedictionem.

Jpsa nos cogit pietas honestis petitionibus uestris exauditionis gratiam non negare, quibus efficax ex eo patrocinium suffragatur quod, pro christiane fidei tutela, cui perpetuum religionis uestre obsequium dedicastis, in feruore caritatis, intrepide ac prudenter exponitis, contra infidelium impetus res et uitam.

Sane petitio uestra nobis exhibita continebat quod, nuper nos, in concilio generali, uolentes Terre Sancte, que ab inimicis nominis christiani detinetur miserabiliter occupata, remedia procurare, per que posset de ipsorum inimicorum manibus liberari, decimam omnium prouentuum ecclesiasticorum, prouentibus quorumdam religiosorum dumtaxat exceptis, pro ipsius Terre subsidio duximus deputandam. Quare nobis humiliter supplicastis ut, cum uos ad hoc principaliter laboretis ut uos pariter et omnia que habetis pro ipsius Terre Sancte defensione ac christiane fidei

exponatis, uos eximere a prestatione huiusmodi decime de benignitate apostolica curaremur.

Nos igitur, attendentes discrimina que, pro defensione predicte Terre Sancte, continue sustinetis ac uolentes uos, propter hoc, speciali prosequi gratia et fauore, uobis quod de prouentibus uestris decimam huiusmodi soluere minime teneamini nec ad id compelli possitis, auctoritate presentium, indulgemus, nolentes quod, occasione ipsius decime, aliquam excommunicationis sententiam, iam latam uel proferendam, de cetero incurratis. Et, si in uos uel uestrum aliquem nominatim ferri contigerit, eam uires decernimus non habere.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Lugduni, ij jdus octobris, pontificatus nostri anno tertio.

35

21 OUTUBRO 1234

Bula Cupientes christicolas, *de Gregório IX, dirigida aos cristãos de Portugal, a convidá-los a secundarem a campanha empreendida nas partes de Espanha contra os sarracenos em que anda empenhado seu rei e a conceder, por quatro anos, aos que o acompanharem ou a seu exército as indulgências pelo Concílio Geral outorgadas aos fiéis que socorrem a Terra Santa.*

ANTT., *Bulas*, maço 36, n.º 19, original em pergaminho com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo, — texto que se reproduz.

Publicada: na *Mon. Lus.*, parte 4, liv. 14, cap. 14 e Apêndice, Escritura III, em latim e vernáculo; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 3.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 121; e por SANTOS ABRANCHES, *Suma*, p. 16, n.º 106.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Vniuersis christifidelibus per regnum Portugalie constitutis, salutem et apostolicam benedictionem.

Cupientes christicolas ad Christi obsequium, modis quibus possumus, animare, quasi certa premia ipsis gratanter offerimus remissionem uidelicet peccatorum que, super aurum et topation, uniuersis et singulis, carior esse debet.

Sane gaudemus in Domino et in eius laudibus delectamur quod, in partibus Jspanie, prosequens causam suam, fugauit et fugat a facie fidelium sarracenos, ut cultus diuini nominis amplietur et semen ecclesie gentes hereditet et desertas inhabitet ciuitates.

Verum, quia necesse est, in partibus illis, quasi uigem continuari succursum, ad retinendas terras nouiter acquisitas et alias acquirendas ut, exercitatis in eo, sit causa salutis eterne; quod, pie considerans, carissimus in Christo filius noster Portugalie rex illustris, ad id, prout decet, magnifice se accingit.

Vniuersitatem uestram rogamus, monemus et hortamur in Domino, adiurantes per Dominum Jhesum Christum, quatinus illuc uniuersi et singuli succurratis, ut per hec et alia bona que, Domino inspirante, feceritis, incomparabilem uobis gloriam et gratiam comparetis.

Nos, enim, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate, confisi, ex illa quoque quam nobis, licet indignis, ligandi atque soluendi contulit potestatem, omnibus cum rege predicto uel exercitu suo personaliter illuc proficiscentibus contra eos, illam remissionem peccaminum indulgemus, que succurrentibus Terre Sancte concessa est in Concilio Generali, presentibus post quadriennium minime ualituris.

Datum Perusij, xij kalendas nouembris, pontificatus nostrj anno octauo (1).

---

(1) As letras pontifícias relativas aos sarracenos que precedem a presente e nas quais predominam as *Manifestis probatum est*, de Alexandre III, Clemente III e Inocêncio III, visam a aprovação, louvor e incitamento da Reconquista portuguesa e o reconhecimento a Portugal das terras por nós subtraídas ao domínio muçulmano. Esta abre, ao que parece, uma segunda fase da atitude da Santa Sé: a de franco apoio espiritual, outorgando aos combatentes portugueses das hostes mouriscas as indulgências dos que militavam em defesa da Terra Santa e solicitando a cooperação financeira do clero e do povo, considerada, da parte daquele, já como espécie de obrigação moral.

Portanto, o teor da presente bula diverge bastante do das *Manifestis probatum est;* acentua, assim, o empenho de Gregório IX pela difusão da fé cristã nas zonas ocupadas pelos islamitas e não apenas em operação acidental e esporádica, mas permanente e com socorro perpétuo — *quia necesse est, in partibus illis, quasi uigem continuari succursum, ad retinendas terras nouiter acquisitas et alias acquirendas* —, programa evidenciado cada vez mais pelas restantes bulas do mesmo pontífice que reproduzimos, nomeadamente pelas concedidas em favor do estouvado D. Fernando, Infante de Serpa, irmão do monarca.

Esta bula integra-se na grande ofensiva peninsular — «la poussée chrétienne», como a denomina TERRASSE —, levada a cabo no período de acentuada crise e de

Copyrighted material

36

5 JULHO 1237

Letras Grauis et diuturna depressio, *do papa Gregório IX, dirigidas ao bispo da Guarda, D. Vicente, a conceder-lhe, para exaltação do nome cristão e salvos os direitos de outrem, possa anexar à sua diocese, liberta do poder dos sarracenos, certos lugares desertos sitos nos confins dos pagãos e nos quais não há memória de terem vivido cristãos, e ainda as praças fortes conquistadas aos islamitas e povoar uns e outras de cristãos, à sua custa.*

A.V., *Reg. Vat.*, vol. 18, fl. 305.

[Gregorius etc.]

[Vincentio], Egitaniensi episcopo.

Grauis et diuturna depressio Egitaniensis ecclesie, que quasi de nouo resurgit, a sarracenorum eruta potestate, potissimum nos ammonet et inducit ut ei manum pie consolationis et oportuni subsidij, quantum cum Deo possumus, porrigamus.

Tua siquidem nobis deuotio intimauit quod, in confinio paganorum, sunt quedam loca deserta, de quibus non est, in memoria hominum, quod ibi fuerint christiani et, licet pro dilatatione nominis christiani plurimum expediret ut fideles incolerent loca, nullus tamen adhuc potuit reperiri qui, propter hoc expensarum subiret onera uel laborem.

Adiecisti quoque quod castra sarracenorum que capi contingunt, pro defectu sumptuum, deseruntur, propter quod ipsa possunt occupare de facili infideles et in christianorum preiudicium fortius communire. Vnde,

---

franca decadência do Império Almohada (1213-1269), sob o vigoroso impulso bélico de Fernando III, de Jaime de Aragão e dos monarcas portugueses (Cfr.: BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, parte 1, pp. 4 e ss.; HERCULANO, *Historia de Portugal*, liv. 5, pp. 213 e ss.; ANDRÉ JULIEN, *Histoire de l'Afrique du Nord*, t. 2, pp. 118 e ss.; e HENRI TERRASSE, *Histoire du Maroc*, t. 1, pp. 348 e ss.). A cooperação portuguesa nesta cruzada está representada, no reinado de Sancho II, pela conquista definitiva de Elvas em 1229, de Moura e Serpa em 1232, ampliada depois, em 1238, com Mértola, Tavira e Cacela.

postulasti a nobis ut, cum pro populatione ac retentione locorum ipsorum expensas, pro posse tuo, facere sis paratus, ea diocesi tue liceat aggregare.

Nos igitur, tuis precibus inclinati, deuotioni tue id faciendi, ad exaltationem nominis christiani et ecclesie tue profectum, sine preiudicio iuris alieni, concedimus facultatem.

Datum Viterbij, iij nonas julij, anno vndecimo (1).

37

29 JULHO 1237

Letras Causa que uertebatur, *do papa Gregório IX, dirigidas aos priores de Santa Maria e Santiago de Alenquer e a P. Peres, Cónego de S. Vicente de Lisboa, a nomeá-los procuradores no temporal da diocese olisiponense até nomeação de prelado, a qual o pontífice se reserva, atenta a maneira como se comportou o respectivo cabido na questão havida entre o amado filho Mestre João, deão de Lisboa, e o Mestre-escola da mesma igreja, que se considerara prelado eleito e depois cedeu espontâneamente.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 18, fl. 313.

---

(1) As presentes letras pontifícias, que nos conste até agora desconhecidas, parece demonstrarem que realmente as tentativas régias de repovoamento da zona de Idanha-a-Velha, denunciadas por exemplo pela concessão de forais à Idanha, Vila Mendo e Salvaterra em 1229 (Cfr. PMH., *Leges et Consuetudines*, pp. 610, 613 e 616, já aduzidos por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, p. 208), ficaram infrutíferas, fosse devido a reacção dos Templários, como quer HERCULANO, *História de Portugal*, t. 4, p. 290, ou à falta de recursos para o repovoamento, como se infere do documento presente. Diz-nos também este que o repovoamento empreendido por Sancho II em 1240 fora precedido pela presente iniciativa do prelado egitaniense em 1237, à custa da própria diocese, para mais eficiente defesa das terras libertas do jugo dos sarracenos. A diocese da Idanha, restaurada pelo ano de 1200 e logo transferida para a Guarda (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 235), ficou sufragânea de Compostela até 1394 e teve como primeiro prelado Martim ou Martinho Pais, falecido a 12 de Novembro de 1228, ao qual sucedeu D. Vicente, já eleito em Maio de 1229 (Cfr. EUBEL, *lug. cit.*, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1. pp. 622-23). Sobre o assunto veja-se também as letras *Apostolice sedis specula*, de 7 de Agosto do mesmo ano, — o DOC. 38.

[Gregorius etc.].

Magistro D., Sancte Marie, P. Munis, Sancti Jacobi de Alanker, prioribus Vlixbonensis diocesis, et P. Petri, canonico Sancti Vincentij Vlixbonensis.

Causa que uertebatur inter dilectum filium magistrum Johannem, decanum Vlixbonensem, cappellanum nostrum, et Stephanum, magistrum scolarum, qui pro electo Vlixbonensis ecclesie se gerebat, super electione seu prouisione de ipso facta, coram nobis diutius uentilata, tandem cum non restaret nisi sententia proferenda, in ipsa prolatione sententie, idem magisterscolarum tam iuri siquidem ei competere uidebatur, quam liti cessit spontanea uoluntate.

Nos igitur, cessionem admittentes ipsius et prouisionem eiusdem ecclesie, pro eo quod multipliciter in huiusmodi negotio capitulum Vlixbonense peccauit, sedi apostolice reseruantes, ne predicta ecclesia, ob uacationem diutinam, si non sit qui curam ipsius gerat grauem incurrat, presertim in temporalibus lesionem, uos procuratores eius qui ad temporalia duximus ordinandos.

Jdeoque, mandamus quatenus de bonis mobilibus inuentis ibidem, duo inuentaria facientes, quorum unum teneat capitulum, penes uos reliquo remanente, uniuersos redditus et prouentus episcopales ex nunc fideliter colligi faciatis et tam ipsos quam cetera bona ad mensam episcopi pertinentia et ornamenta episcopalia necnon et instrumenta ecclesie, quousque prouisum fuerit ipsi ecclesie de pastore, integre conseruetis. Contradictores etc. Quod si non omnes etc.

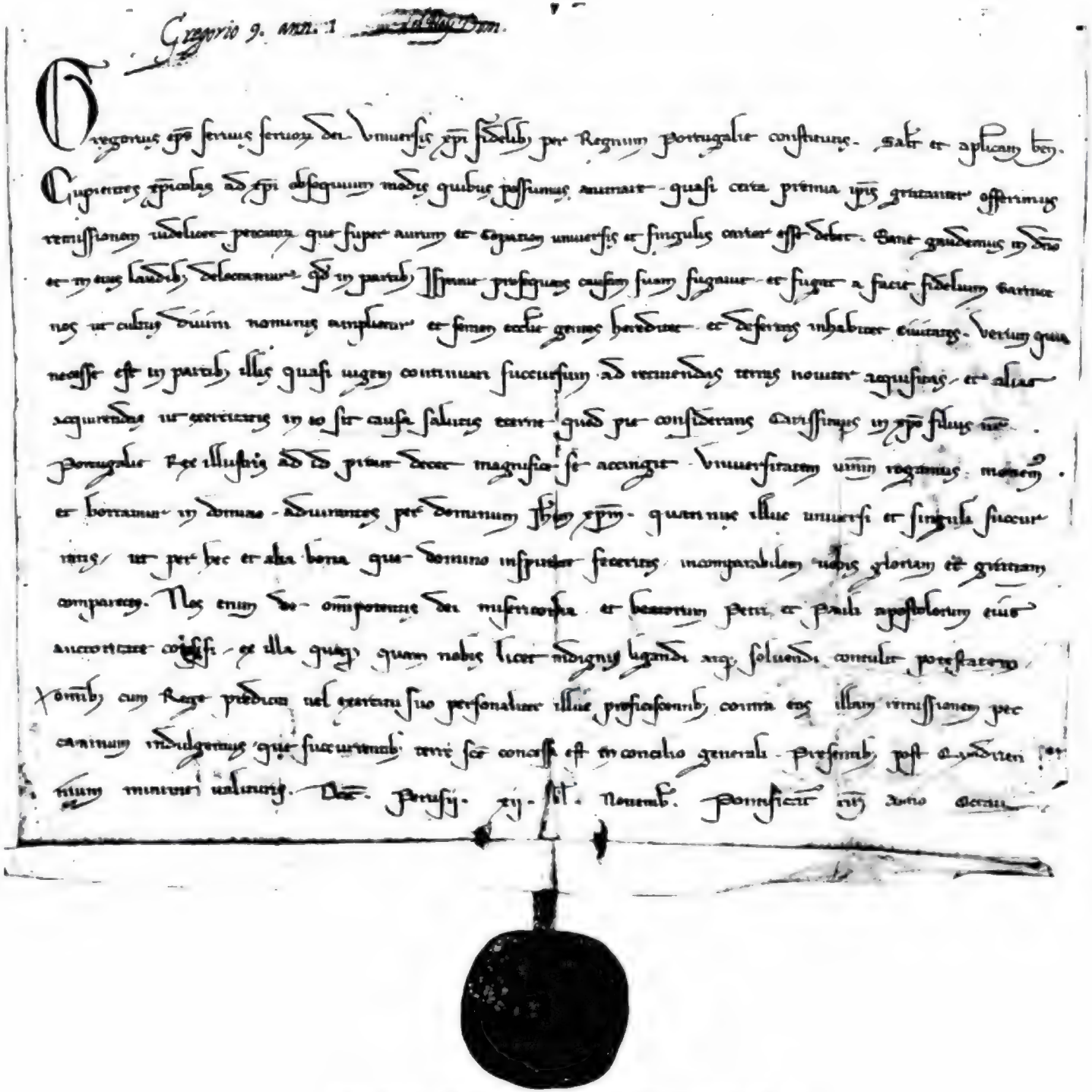
Datum Viterbij, iiij kalendas augusti, anno xi° (1).

38

7 AGOSTO 1237

Letras Apostolice sedis specula, *do papa Gregório IX, dirigidas ao bispo da Guarda, D. Vicente, a conceder-lhe, a seu pedido, as igrejas de S. Pedro da Covilhã e de Santa Maria de Celorico, do padroado régio, para defesa da igreja egitaniense, recuperação do seu direito, reparação da cidade e apetrechamento das fortalezas*

(1) Sobre o assunto pode ver-se a nota ao nosso DOC. 39.



Est.III. — Bula *Cupientes christicolas* de Gregório IX de 1234 (Doc. 351).

contra o assédio dos infiéis e de outros perversos, por serem insuficientes para isso os recursos da respectiva igreja.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 18, fl. 313 v.

[Gregorius etc.]

[Vincentio], episcopo Egitaniensi.

Apostolice sedis specula considerationis nostre oculos extendentes ad ecclesias uniuersas, earum ministris, qui amplius auxilio indigere noscuntur, eo habundantius benignitatis nostre gratiam impertimur.

Exposuisti siquidem nobis, in nostra presentia constitutus quod, pro defensione Egitaniensis ecclesie, recuperatione iuris sui (1), reparatione ciuitatis, munitione castrorum contra infidelium et aliorum peruersorum insultus, constructione quoque ipsius ecclesie et pro multis alijs causis, multa necesario expendere te oportet, ad que non sufficiunt redditus ecclesie memorate.

Quare humiliter postulasti ut retinendi Sancti Petri de Couelliana et Sancte Marie de Celorico regales ecclesias in tua, ut proponis, diocesi constitutas, quibus per diligentie tue studium multa commoda, ut asseris, prouenerunt et seruiendi per idoneum vicarium in eisdem tibi dignaremur concedere facultatem.

Ad premissa igitur et deuotionem tuam debitum respectum habentes, tuis precibus inclinati, tibi usque ad beneplacitum nostrum in predictis ecclesijs concedimus postulata.

Datum Viterbij, vij jdus augusti, anno vndecimo.

---

(1) Prosseguia, ao que parece, a contenda do bispo egitaniense com os de Coimbra e de Viseu sobre reivindicação das terras da Covilhã e de outras da Beira, iniciada durante o governo do antecessor de D. Vicente, D. Martim ou Martinho Pais (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 183, 186 e 192).

39

25 NOVEMBRO 1239

Letras Cum sicut tua, *do papa Gregório IX, dirigidas a D. Fernando, infante de Serpa, em que, a pedido deste, que, em companhia de D. Afonso, filho do rei de Leão, tencionava tomar a cruz contra os sarracenos, recebe os dois, seus bens e quem os ajudar na dita empresa sob a protecção da Santa Sé* (1).

AV., *Reg. Vat.* vol. 19, fl. 137, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 31, em transcrição autêntica, fornecida do Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 133; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.969; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção do Visconde da Carreira*, p. 188.

[Gregorius, etc.]

Nobili viro Ferrando, jnfanti de Serpa, nato clare memorie Alfonsi, regis Portugalie.

Cum sicut tua nobis petitione monstrasti, cum nobili uiro A[lfonso], consanguineo tuo, nato clare memorie A[lfonsi], regis Legionensis, proponas, assumpto crucis signaculo, sarracenos, omnibus quibus potes uiribus,

---

(1) Este infante D. Fernando, dito de Serpa, por haver sido Senhor daquela vila, era filho de el-rei D. Afonso II e de D. Urraca e casou em Castela, com D. Sancha Fernandes, filha de D. Fernando de Lara (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso II*, cap. 1, e Fr. ANTONIO BRANDÃO, *Monarchia Lusitana*, parte 4, liv. 13, cap. 20).

«Orgulhoso, irascível e brutal», como o apelidou HERCULANO, intrometeu-se na disputa do bispado de Lisboa, ocorrida após a morte de D. Paio, em que Sancho Gomes, afecto à Corte, e o deão da sé, Mestre João, obtiveram votação, inclinando-se porém o cabido para o segundo. Propôs-se D. Fernando impor o primeiro, fazendo que cedesse o segundo o lugar ao contendor. Para tal, entrou em Lisboa com homens de armas, apoderou-se do que Mestre João possuía, arrasou-lhe e incendiou-lhe a residência, sequestrou os bens a todos seus parentes, que obrigou a expatriarem-se ou a ocultarem-se. Tendo alguns amigos ou familiares daquele Mestre diligenciado salvar-lhe algumas alfaias, durante o assalto à sua residência, e havendo-se refugiado com elas numa igreja da cidade, cujas portas fecharam por dentro, D. Fernando de

expugnare; nos, personam tuam et eiusdem nobilis ac omnium qui uobiscum, assumpto eodem signaculo, ad expugnandum predictos sarracenos accesserint, cum omnibus bonis que im presentiarum rationabiliter possidetis et in futurum etc., usque communimus, statuentes ut, postquam iter ad expugnandum dictos sarracenos arripueritis, ea omnia integra maneant et quieta consistant, donec de uestro reditu uel obitu certissime cognoscatur.

Nulli ergo nostre proteccionis et constitucionis etc. Si quis autem etc.

Datum Laterani, vij kalendas decembris, anno xiij°.

In eodem modo Compostellano et Egitaniensi decanis et Symeoni Roolis, canonico Vlixbonensi, usque cognoscatur.

Quocirca, mandamus quatenus non permittatis eosdem contra proteccionis et constitucionis nostre tenorem super hijs ab aliquibus inde molestari. Molestatores huiusmodi etc. Non obstantibus constitutionibus de duabus dietis, editis in concilio generali, dummodo ultra quartam uel quintam aliqui extra suam diocesem, auctoritate presentium, non trahantur. Quod si non omnes etc..

Datum ut supra.

Serpa, que a isto assistira, ordenou a seus homens de armas se introduzissem nela pelo tecto e abrissem as portas. Como estes se tivessem negado a violar o templo, o infante convidou a isso alguns sarracenos, que prontamente lhe obedeceram, violaram e profanaram a igreja. Ao mesmo infante se atribui o assassínio de alguns clérigos de Santarém (Cfr. ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, t. 4, pp. 274-76 e a bibliografia aí citada).

Pungido de remorsos, por assassino e sacrílego, Fernando de Serpa dirigiu-se a Roma, para obter do papa Gregório IX a absolvição de seus crimes, a pedido do próprio D. João, já então bispo de Lisboa e ali residente, como de outras das vítimas. A penitência imposta pelo pontífice foi dura, como se pode ver em HERCULANO (*Obra e tomo cits.*, pp. 284-86, com base nas fontes ali citadas). «Para, todavia, lhe suavisar a amargura de tão larga expiação e facilitar-lhe os meios de intentar a guerra», sublinha aquele autor, Gregório IX outorgou então a Fernando de Serpa as mercês constantes deste e dos subsequentes documentos que reproduzimos, nem todos conhecidos de HERCULANO, por faltarem dois deles na colecção do Visconde da Carreira, a utilizada pelo referido historiador. Não é impossível, porém, que esta projectada cruzada fernandina contra os sarracenos, gorada, ao que parece, tenha constituído mais uma penitência imposta ao estouvado infante de Serpa, atento o interesse que Gregório IX a ela dispensou, como se infere dos presentes textos, em perfeita sequência da sua *Cupientes christicolas*, de 21 de Outubro de 1234, — o nosso DOC. 35.

40

25 NOVEMBRO 1239

Letras Specialem nobilitati tue, *do papa Gregório IX, dirigidas a D. Fernando, infante de Serpa, a conceder-lhe que ninguém, sem causa manifesta e razoável, possa promulgar sentenças de excomunhão e de interdito contra sua pessoa e terras.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 137, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 32, em transcrição autêntica, fornecida pelo Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 133; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.971; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção do Visconde da Carreira*, p. 188.

[Gregorius etc.].

Nobili viro Ferrando, jnfanti de Serpa, nato clare memorie Alfonsi, regis Portugalie.

Specialem nobilitati tue gratiam facientes, presencium auctoritate, concedimus ut nullus in personam et terram tuas possit, sine manifesta et rationabili causa, excommunicacionis et interdicti sentencias promulgare.

Nulli ergo nostre concessionis etc.. Si quis etc..

Datum ut supra.

41

28 NOVEMBRO 1239

Letras Cum sicut tua, *do papa Gregório IX, dirigidas a D. Fernando, infante de Serpa, disposto a combater os sarracenos, a conceder a quem o acompanhar nessa empresa as indulgências outorgadas pelo Concílio Geral aos que socorrem a Terra Santa.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 137, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 33, em transcrição autêntica, fornecida pelo Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 134; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.972; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção do Visconde da Carreira*, p. 189.

[Gregorius etc.].

Nobili viro Ferrando, jnfanti de Serpa, nato clare memorie Alfonsi, regis Portugalie.

Cum sicut tua nobis petitione monstrasti, proponas, assumpto crucis signaculo, sarracenos, omnibus quibus potes uiribus, expugnare; nos, tuis precibus inclinati, eis qui tibi ad exequendum huiusmodi propositum de bonis proprijs erogabunt, illam iuxta quantitatem subsidij et deuotionis affectum, concedimus indulgentiam peccatorum que Terre Sancte subuenientibus in generali concilio est concessa.

Datum Laterani, iiij kalendas decembris, pontificatus nostri anno xiij°.

42

28 NOVEMBRO 1239

Letras Cum sicut nobilis, *do papa Gregório IX, dirigidas aos bispos de Portugal, a ordenar-lhes absolvam da excomunhão em que incorreram, por violências contra eclesiásticos, todos os que acompanharem o infante de Serpa na guerra contra os infiéis, desde que hajam reparado os prejuízos causados, e a mandar-lhes recomendem a seus súbditos que, em remissão dos próprios pecados, socorram o castelo de Serpa, do dito infante, sito em meio dos sarracenos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 137, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 34, em transcrição autêntica, fornecida pelo Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 135; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.973; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção do Visconde da Carreira*, p. 189.

[Gregorius etc.].

Episcopis per regnum Portugalie constitutis.

Cum sicut nobilis vir Ferrandus, infans de Serpa, natus clare memorie Alfonsi, regis Portugalie, sua nobis petitione monstrauit, proponat, assumpto crucis signaculo, sarracenos, omnibus quibus potest uiribus, expugnare; nos, ipsius Ferrandi precibus inclinati, presencium uobis auctoritate mandamus quatenus eis, qui de diocesibus uestris pro uiolenta iniectione manuum in personas ecclesiasticas canonem late sentencie incurrerunt, et ad castrum ipsius de Serpa expugnaturi sarracenos, assumpto crucis signaculo, curabunt accedere, dummodo passis iniuriam satisfaciant competenter et ipsorum non fuerit adeo grauis et enormis excessus, quod propter hoc ad sedem apostolicam merito sint mittendi, absolutionis beneficium, iuxta formam Ecclesie, impendatis, subditis etiam uestris ut eidem castro quod, in medio sarracenorum existens, multis indiget auxilijs adiuuari, congruum subsidium destinare procurent, uice nostra in suorum remissionem peccaminum iniungatis.

Datum ut supra.

43

28 NOVEMBRO 1239

Letras Cum sicut dilectus, *do papa Gregório IX, dirigidas ao arcebispo de Compostela, a incumbi-lo de persuadir os prelados de Portugal a que ajudem D. Fernando, infante de Serpa, com auxílios pecuniários, na luta que ele vai empreender contra os sarracenos; pois é justo que aqueles que se sustentam do património de Cristo ajudem os que se expõem por serviço de Cristo.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 137, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 35, em transcrição autêntica, fornecida do Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 134; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.974; por MOREAU, n.º 1192, fl. 394; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção*, p. 189.

[Gregorius etc.].

[Johanni], archiepiscopo Compostellano.

Cum sicut dilectus filius nobilis vir Ferrandus, infans de Serpa, natus clare memorie Alfonsi, regis Portugalie, sua nobis petitione monstrauit, proponat, assumpto crucis signaculo, sarracenos, omnibus quibus potest uiribus, expugnare et dignum sit ut persone ecclesiastice hijs qui Ihesu Christi seruicijs se exponunt, eo fortius subuenire procurent, quo specialius de Christi patrimonio sustentantur; mandamus quatenus prelatos et alias personas ecclesiasticas regni Portugalie quod eidem Ferrando, ad huiusmodi propositum exequendum, congruam subuentionem exhibeant, sic sollicite, sic prudenter moneas et inducas, quod exinde diligentiam tuam dignis in Domino laudibus commendemus.

Datum ut supra.

44

11 DEZEMBRO 1239

Letras Cum sicut tua, *do papa Gregório IX, dirigidas a D. Fernando, infante de Serpa, a conceder-lhe e aos que o acompanharem na luta contra os sarracenos as indulgências e a imunidade outorgadas pelo Concílio Geral aos que socorrem a Terra Santa.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 137 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 36, em transcrição autêntica, fornecida do Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 135; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.976; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção*, p. 189.

[Gregorius etc.].

Nobili viro Ferrando, jnfanti de Serpa, nato clare memorie Alfonsi, regis Portugalie.

Cum sicut tua nobis petitione monstrasti, proponas, assumpto crucis signaculo, sarracenos, omnibus quibus potes uiribus, expugnare; nos, tibi et omnibus qui tecum, assumpto eodem signaculo, ad expugnandum pre-

fatos sarracenos accesserint, illam concedimus indulgentiam peccatorum et ea uos uolumus immunitate gaudere que succurrentibus Terre Sancte, in generali concilio, sunt concessa.

Nulli ergo nostre concessionis etc.. Si quis autem etc..

Datum Laterani, iij jdus decembris, anno xiij.°.

45

11 DEZEMBRO 1239

Letras Cum sicut dilectus, *do papa Gregório IX, dirigidas ao arcebispo de Toledo, a ordenar-lhe, a pedido de D. Fernando, infante de Serpa, obrigue os cavaleiros do reino de Portugal que haviam tomado a cruzada contra os sarracenos a que cumpram seus votos, marcando-lhes prazo e compelindo-os por censura eclesiástica, sem apelação.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 137 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.° 37, em transcrição autêntica, fornecida do Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 136; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.° 4.977; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção do Visconde da Carreira*, p. 189.

[Gregorius etc.].

[Raimundo], archiepiscopo Toletano.

Cum sicut dilectus filius nobilis vir Ferrandus, natus clare memorie [Alfonsi], regis Portugalie, nobis exposuit, nonnulli milites regni Portugalie crucis signum suis affixerint humeris et nunc, postposito Redemptoris obsequio, non curent exequi uota sua; mandamus quatenus dictos milites ad exequendum uota eadem, infra competentem terminum, a te prefigendum, monitione premissa, per censuram ecclesiasticam, appellatione remota, compellas.

Datum Laterani, ut supra.

46

11 DEZEMBRO 1239

Letras **Specialem nobilitati tue, *do papa Gregório IX, dirigidas a D. Fernando, infante de Serpa, a conceder-lhe que, para redenção dos cativos e defesa do seu castelo de Serpa, possa vender aos próprios sarracenos o que tomar nas terras deles e ainda alguns bens seus, excepto ferro, cavalos, armas, madeira para galés e outras coisas com que eles possam combater os cristãos.***

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 139.

Sumariadas: por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4. 994; e por MOREAU, n.º 1192, f. 416.

O presente texto falta na colecção do ANTT.; e, por isso, não foi sumariado no *Quadro elementar* nem por PEDRO DE AZEVEDO. Tão-pouco o conheceu, pelo mesmo motivo, ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, t. 4, pp. 283 e ss.

[Gregorius etc.].

Nobili viro Ferrando, jnfanti de Serpa, nato clare memorie Alfonsi, regis Portugalie.

Specialem nobilitati tue gratiam facere cupientes, tibi quod predas, quas de terris sarracenorum abducere poteris, necnon aliqua de bonis tuis, exceptis ferro, equis, armis et lignaminibus galearum et alijs quibus christianos impugnare ualerent, pro redemptione captiuorum et defensione castri tui de Serpa, eisdem sarracenis uendere ualeas, auctoritate presentium, indulgemus.

Nulli ergo nostre concessionis etc.. Si quis autem etc..

Datum Laterani, iij jdus decembris, anno xiij.º.

47

11 DEZEMBRO 1239

Letras Cum venisses, *do papa Gregório IX, dirigidas a D. Fernando, infante de Serpa, com a transcrição do juramento que ele fizera, de submissão à igreja de Roma.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 139, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, n.º 38, em transcrição autêntica, fornecida do Vaticano no século passado.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 136; por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.º 4.995, o qual no n.º 4.996 publica a fórmula do juramento; por MOREAU, n.º 1192, f. 414; e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção*, p. 189.

[Gregorius etc.].

Nobili viro Ferrando, jnfanti de Serpa, nato clare memorie Alfonsi, regis Portugalie.

Cum uenisses ad sedem apostolicam, te uassallum nostrum et ecclesie recognoscens, nobis, sub hac forma, iuramentum fidelitatis exhibere curasti:

Ego Ferrandus, jnfans de Serpa, natus clare memorie Alfonsi, regis Portugalie, ab hac hora in antea, fidelis et obediens ero beato Petro sancteque romane ecclesie et domino meo pape Gregorio suisque successoribus canonice intrantibus. Non ero in consilio aut consensu uel facto ut uitam perdant uel membrum aut capiantur mala captione. Consilium uero quod mihi credituri sunt, per se uel nuntios suos siue per litteras, ad eorum dampnum, nemini pandam. Papatum romanum, regalia Sancti Petri et omnia iura spiritualia et temporalia, que sedes apostolica in regno Portugalie obtinet, adiutor eis ero ad retinendum et defendendum contra omnem hominem. Legatum apostolice sedis, in eundo et redeundo, honorifice tractabo et in suis necessitatibus adiuuabo. Sic me Deus adiuuet et hec sancta Dei euangelia.

Datum ut supra.

48

13 DEZEMBRO 1239

Letras Dilecti filii, *do papa Gregório IX, dirigidas ao prior de Santa Maria de Altam., a Simão Roliz e a mestre Nicolau, cónegos da sé de Lisboa, a pedido de D. Fernando, infante de Serpa, a ordenar-lhes que, se depois da partida deste para Roma, algum prejuízo lhe foi feito, tudo reponham no devido estado, por autoridade pontifícia.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 19, fl. 139.

Sumariadas por LUCIEN AUVRAY, *Les Registres de Grégoire IX*, t. 3, n.° 4.997.

Também destoutro documento se não conserva traslado autêntico no ANTT., *Bulas*, caixa 27.

[Gregorius etc.].

. . Priori Sancte Marie de Altam., Symeoni Roolis et magistro Nicolao, canonicis Vlixbonensibus.

Dilecti filii nobilis viri Ferrandus, jnfantis de Serpa, nati clare memorie [Alfonsi], regis Portugalie, precibus inclinati, presentium uobis auctoritate mandamus quatenus ea que, postquam iter arripuit ad sedem apostolicam uenẽndi, in eius inueneritis preiudicium attemptata, in statum debitum, auctoritate nostra, legitime reuocetis. Contradictores etc.. Testes etc.. Quod si non omnes etc..

Datum Laterani, jdibus decembris, anno xiij.°.

49

29 MAIO 1240

Bula Inter alia que salutem, *de Gregório IX, dirigida ao mestre e freires da Ordem de Calatrava, a conceder plenária remissão dos pecados aos fiéis cristãos que, confessados e contritos, morrerem a combater os sarracenos sob a bandeira da mesma Ordem* (1).

(1) As presentes letras pontifícias, endereçadas ao mestre e freires de Calatrava em geral, não visam directamente a Reconquista portuguesa, nesta data estag-

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 2, n.º 59, inserta em pública-forma notarial de 7 de Abril de 1333 — o nosso DOC. 79 —, passada perante el-rei D. Afonso IV, o bispo de Évora e outros, a pedido do Mestre da Ordem de Cristo Fr. Martim Gonçalves, sobre o original, no convento dos franciscanos de Évora.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 140; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 16, n.º 111.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dej.

Dilectis filijs magistro et fratribus de Calatraua, Cisterciensis ordinis, Toletane diocesis, salutem et apostolicam benedictionem.

Jnter alia que salutem operantur fidelium, ad illa mentem nostram dirigimus incessanter per que fides roboratur catholica et gentes qui Deum ignorant et in sua confidunt potencia, terreantur.

Ex uestra siquidem insinuacione accepimus quod, cum sitis adeo sarracenorum terre propinqui, ut uideaminj, quasi signum positj ad sagittam, opportet uos contra eos pugnare frequenter, in qua siquidem pugna fideles uestrum uexillum sequentes plurimj moriuntur.

Vt itaque qui, pro defensione fidej catholice, sarracenos ipsos impugnant, de felicj retribucione seccurj, contra eos toto mentis affectu incedant et ad id etiam animentur alij, eorum exemplo, fideles, temporalem ex hoc uitam sperantes in perpetuam communicare; nos, de omnipotentis Dej misericordia et beatorum Petri et Paulj, apostolorum eius, auctoritate confisi, vniuersis fidelibus taliter morientibus suorum omnium, de quibus uere contrictj fuerint et confessi, concedimus ueniam peccatorum.

Datum Laterani, quarto kalendas junij, pontificatus nostri ano quartodecimo.

---

nada, segundo assevera HERCULANO (*Historia de Portugal*, liv. 4, pp. 291, nota, e 376). Foram aproveitadas mais tarde por nós, como adiante se verá, em tempos de Afonso IV. Contudo, como D. Sancho se preparava «nos fins de 1240 para uma nova expedição, e o alvo deste era, segundo todas as probabilidades, a reducção daquelles restos do Gharb mussulmano»; e como se escreveu «ao pontífice para que excitasse com as promessas da religião os animos menos ardentes», segundo o mesmo autor (*Obra e vol. cits.*, p. 292), podem as referidas letras ter sido aproveitadas em Portugal, de harmonia com a bula *Cum carissimus*, de 18 de Fevereiro de 1241, adiante lançada, — o nosso DOC. 80 —, posto a expedição portuguesa não viesse a ter efeito, ao menos quanto se sabe dos documentos existentes (*Ibi*, p. 293).

50

18 FEVEREIRO 1241

Bula **Cum carissimus in Christo, *de Gregório IX, dirigida aos cristãos do reino de Portugal, a exortá-los a acompanhar o seu rei ou as pessoas a quem ele incumbir de combater, por terra como por mar, os inimigos da cruz e a conceder aos que se alistem nessa empresa ao menos por um ano ou que para ela contribuam segundo suas posses a indulgência outorgada pelo Concílio Geral aos que partem em defesa da Terra Santa.***

ANTT., *Bulas*, maço 36, n.º 77, original em pergaminho, que teve selo pendente por fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Livro das Ilhas*, fl. 121, em cópia do séc. XVI; *Bulas*, caixa 27, maço 68-A, em transcrição autêntica de Roma, do século passado, extraída do *Regestum* de Gregório IX, ano XIV, epístola 222.

Publicada: em *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 5; e, em português, na *Mon. Lusitana*, parte 4, liv. 14, cap. 19. Sumariada no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 141, e por ABRANCHES, *Suma*, p. 16, n.º 112.

Sobre a presente bula pode ver-se *Mon. Lus.*, lug. cit., e HERCULANO, *Historia de Portugal*, t. 4, pp. 292-293.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dej.

Uniuersis christifidelibus per regnum Portugalie constitutis, salutem et apostolicam benedictionem.

Cum carissimus in Christo filius noster.. Portugalie rex jllustris, sicut sua nobis insinuatione monstrauit, cum nobilibus terre sue contra inimicos crucis Christi, tam per mare quam per terram, procedere in manu potenti proponat et dignum sit ut uiri catholici, qui sunt sanguine Ihesu Christi redempti, ad ipsius seruitium et dilatationem fidei catholice uiriliter se accingant, vniuersitatem uestram monemus, rogamus et hortamur in Domino Ihesu Christo, quatinus consultius attendentes quod omne opus hominis in fine destruitur, eo dumtaxat excepto quod in Dei seruitio operamur, cum dicto rege uel eo quem ad id deputauerit ad expugnationem hostium fidei, forti et prompto animo, procedatis, in modico et temporali labore immarcescibilem eterne quietis gloriam lucraturi.

Nos, enim, omnibus qui laborem istum, saltem per annum, in proprijs personis assumpserit aut ad hoc de bonis suis, iuxta facultates proprias,

erogarint, illam concedimus indulgentiam peccatorum que talibus pro Terre Sancte subsidio in generali concilio est concessa.

Datum Laterani, xij kalendas martij, pontificatus nostrj anno quartodecimo (1).

51

8 ABRIL 1245

Bula Cum zelo fidei, *de Inocêncio IV, dirigida ao conde de Bolonha, a conceder-lhe e aos que de Portugal o acompanharem perdão dos pecados na forma outorgada pelo Concílio Geral aos que partiam para a Terra Santa, no caso de eles passarem a Espanha para guerrear os infiéis, pois lhe consta que ele deseja fazê-lo, movido pelo zelo da fé e da devoção* (1).

---

(1) Observa HERCULANO que, em fins do ano de 1240, se preparava D. Sancho I «para uma nova expedição e o alvo desta era, segundo todas as probabilidades, a redução daqueles restos do Gharb mussulmano. Assim se repararia o damno e affronta que Portugal recebera na perda de Silves havia meio seculo e que até aquelle tempo ficara sem vingança». E comenta: — «Tantas diligencias, porém, foram inúteis; porque a expedição não chegou a realisar-se: ao menos, nenhum vestigio se encontra de que ao território português accrescessem durante o reinado de Sancho novos dominios, além daquelles que temos visto serem confiados á guarda dos spatharios» (*Historia de Portugal*, vol. e pp. supracita.).

(1) Pela bula *Terra Sancta*, de 30 de Janeiro de 1245, enviada a grande número de príncipes e também a D. Afonso, conde de Bolonha, então ainda em França, o papa Inocêncio IV convidou-os para cruzada à Palestina. (Original no ANTT., *Bulas*, maço 3, n.º 10, reproduzido parcialmente em português na *Mon. Lus.*, lug. supracit.). Nessa altura, porém, como sublinha ERDMANN, já o Bolonhês «nutria o propósito de voltar à pátria e aí encetar a luta pela coroa. Por isso, respondeu ao papa que preferia combater os mussulmanos em território espanhol e, com esse fim, solicitou a indulgência da cruz para os seus cooperadores portugueses» (*A idea de Cruzada*, p. 48). Cfr. também HERCULANO, *Hist. de Portugal*, t. 5, p. 36, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, pp. 211 e ss. e a bibliografia aí aduzida. Foi-lhe concedida assim esta bula, de interesse meramente político, útil apenas para a história das lutas dele com o irmão, a qual, entretanto, testemunha as facilidades dadas por Inocêncio IV para o avanço da Reconquista peninsular, posto não aproveitadas.

Se não estamos muito desfalcados da respectiva documentação pontifícia, apura-se que a presente bula, aliás não utilizada pelo destinatário quanto à finalidade da sua concessão, constitui, pràticamente, ponto final nas relações de Roma com Portugal a respeito dos sarracenos em toda a segunda metade do século XIII e quase as duas primeiras décadas do XIV, como teremos ocasião de sublinhar melhor com CARL ERDMANN, ao ocuparmo-nos da bula *Ad ea ex quibus* de João XXII, de 14 de

Copyrighted material

ANTT., *Bulas*, maço 3, n.º 5, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; BA., *Symmicta Lusitana*, vol. 44, p. 369.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 146, e por ABRANCHES, *Suma*, p. 18, n.º 121, foi publicada, em latim, sobre cópia do *Livro I das Bulas*, fl. 13, e em português, na *Mon. Lus.*, parte 4, liv. 14, cap. 26, onde o autor deduziu mal o ano, que é o de 1245 e não de 1244.

Jnnocentius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio nobili uiro A[lfonso], nato quondam clare memorie regis Portugallie jllustris, comiti Bolonie, salutem et apostolicam benedictionem.

Cum, zelo fidei et deuotionis accensus, disposueris, ut accepimus, contra sarracenorum perfidiam in Ispaniam proficisci, nos, tuum propositum in Domino commendantes ac desiderantes ut in hoc, ab hijs maxime qui in illis constituti sunt partibus, adiuueris, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, tibi et hijs qui de regno Portugallie tecum contra predictos sarracenos accesserint, illam peccatorum uestrorum ueniam elargimur que transfretantibus in Terre Sancte subsidium in generali concilio est concessa.

Datum Lugduni, vj idus aprilis, pontificatus nostrj anno secundo.

52

25 OUTUBRO 1246

Letras Pater spirituum, *do papa Inocêncio IV, dirigidas aos emires de Tunes, de Ceuta e de Bugia, a solicitar-lhes dispensem ao bispo de Marraqueche, o franciscano D. Lopo Fernandes de Ayn ou Agno, e aos confrades seus colaboradores liberdade nas relações com os cristãos que vivem em seus territórios* (1).

(1) Para a biografia do prelado em referência pode consultar-se o estudo de TISSERANT e WIET adiante citado, a pp. 42 e ss., e a bibliografia aduzida por aqueles autores, especialmente P. ATANASIO LÓPEZ, *Los obispos de Marruecos desde el siglo XIII*.

O presente documento faz parte de uma série de textos demonstrativos do empenho do papa Inocêncio IV pela difusão da cristandade nas terras orientais e a

AV., *Reg. Vat.*, vol. 21, fol. 343.

Publicadas: por WADDINGUS, *Annales Minorum*, ad an. 1246, n.° 18; por SBARALEA, *Bullarium franciscanum*, t. 1, p. 345. Referenciadas por E. BERGER, *Les registres d'Innocent IV*, t. 1, n.° 2244. Pode ver-se também FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da igreja em Portugal*, t. 2, pp. 601-602 e a bibliografia portuguesa ali citada.

Innocentius etc.

Illustri .. regi Tunici, Deum diligere et timere.

Pater spirituum Dominus Jesus Christus spirituales ad capiendos homines faciens piscatores, qui de lacu miserie et luto fecis eductos in diuinorum conclusos retibus preceptorum illi obedire faciant, cui est seruire, regnare ipsos vel ad loca transire, in quibus possint mitti retia

---

norte de Africa. «Les missions de 1244 vers l'Orient asiatique — Jean de Plan Carpin, Dominique d'Aragon, Ascelin, André de Longjumeau — et celle de 1246 vers la capitale la plus occidentale de l'Afrique musulmane nous paraissent — sublinham TISSERANT e WIET — ainsi avoir eu dans l'esprit du Pontifice la plus grande analogie. Adressées les unes et les autres à des souverains étrangers à l'Église, qui avaient des chrétiens parmi leurs sujets, elles eurent toutes quatre un double but politique et religieux et furent conduites de la même façon» (*Une lettre de l'almohade Murtadâ au Pape Innocent IV*, p. 43).

Vago o bispado de Marrocos em 1246, por morte do franciscano D. Fr. Agnelo, foi nele então promovido seu confrade o aragonês Fr. Lopo Fernandes de Ayn pelo papa Inocêncio IV, que lhe cometeu, ao que se deduz da copiosa documentação pontifícia sobre o assunto, não só a assistência religiosa aos mercadores europeus residentes no norte de Africa ou que ali afluíam, mas ainda a organização de missão franciscana que evangelizasse aquela região islamita. Nomeado bispo de Marraqueche, a verdade é que «la juridiction de frère Lope, qui est ordinaire pour les fidèles du diocèse de Marrakech, est étendue — reparam os supracitados autores — par une décision spéciale, — ainsi qu'il en avait été pour son prédécesseur le frère Agnello — à tous les chrétiens des *partes Africanae*, c'est-à-dire toute l'Afrique du Nord, de la Tunisie à l'Océan» (*Artigo cit.*, p. 45).

Os documentos respectivos conservam-se por cópia no *Registo Vaticano*, vol. 21, fls. 342 v. a 344. Foram editados por Fr. LUCAS WADDINGUS, *Annales Minorum*, ad an. 1246, n.os 14 a 25, donde os tomou SBARALEA, *Bullarium franciscanum*, t. 1, pp. 431, 433 a 435, 437 a 439 e 441. Também os aduz E. BERGER, *Les registres d'Innocent IV*, t. 1, pp. 322 e ss., n.os 2242 a 2251. São datados de Leão, a 18, 23, 25, 30 e 31 de Outubro e 19 de Dezembro de 1246, num total de oito diplomas, alguns deles repetidos a entidades várias das circunvizinhas zonas marítimas europeias, a recomendar o dito prelado e seus confrades nomeadamente: aos reis de Aragão Navarra, Castela e Portugal, ao arcebispo de Génova, ao bispo de Marselha, aos arcebispos e concelhos de Narbona e Tarragona, aos bispos e concelhos de Barcelona, Valência e Malhorca, ao bispo de Baiona, aos ajuntamentos de S. Sebastião, Castro Urdiales, Laredo e San-

in capturam, ad educendam hominum multitudinem, de huius mundi voragine ruinosa, in Redemptoris omnium seruitutem.

Cum igitur, sicut accepimus, sub potentatus magnifici tui sceptro plures permaneant christiani et illuc accedant quam plurimi, pro suis mercimonijs exercendis, qui contra periculosos animarum morbos fomentis indigeant consilij salutaris, ne languentium pereat multitudo, si medicinalis operatio illi desit, sed potius in lecto jacentes egritudinis, quorum stratus in infirmitate versatur, ex medicorum presentia respirent in propositam spem salutis;

Celsitudinem regiam rogandam duximus attentius et monendam quatenus venerabilem fratrem nostrum Marrochitan. episcopum et dilectos filios nostros fratres minores, quos idem episcopus, pro salute talium, ad tui regni gloriam duxerit transmittendos, ob diuinam et apostolice sedis reuerentiam, clementi pietate recipiens, ipsos cum christianis, sicut consueuerunt, ibidem permittas libere conuersari.

Datum Lugduni, viij kalendas nouembris, anno quarto.

---

tander, aos bispos e concelhos do Porto e de Lisboa, aos ministros provinciais, custódios e guardiães dos franciscanos e aos mestres e freires das ordens militares.

De entre esses textos avolumam, pela sua importância político-religiosa, as letras *Gaudemus in Domino*, de 31 de Outubro, endereçadas «illustri regi Marrochitanorum», ou seja, ao que parece, ao califa al-Said (cfr. HUICI MIRANDA, *Historia política del Imperio Almohade*, t. 2, pp. 545-547). Nelas o papa Inocêncio IV evoca os privilégios e liberdades outorgadas pelos antecessores daquele aos cristãos residentes em seu território, toma o reino marroquino sob sua especial protecção, convida al-Said a aderir à fé católica e solicita-lhe conceda aos cristãos residentes em seus domínios, para segurança daqueles e em recompensa dos serviços pelos mesmos prestados nas lutas políticas locais, algumas praças fortes, sujeitas embora ao califa, e a guarda de portos em que possam refugiar-se em caso de necessidade; recomenda-lhe, enfim, o novo prelado, seus confrades e demais cristãos (Cfr. SBARALEA, *Obra e tom. cits.*, p. 437).

Nas letras *In eminenti specula*, dirigidas a todos os fiéis cristãos da diocese de Marrocos, Inocêncio IV sublinha ser aquela igreja a única existente em terras africanas e declara ter grande confiança na actividade ultramarina da recente ordem dos franciscanos, «quamquam ordo fratrum minorum sit ecclesie romane nouella plantatio», atentas as virtudes e exemplos de seus membros. Recorde-se que, anos antes, ali tinham padecido morte pela fé de Cristo os protomártires da Ordem Franciscana, ditos Mártires de Marrocos, cujos corpos foram trazidos para Portugal e depositados na igreja de Santa Cruz de Coimbra (Cfr. ESPERANÇA, *Historia Serafica*, parte 1, liv. 3, caps. 3 e ss.).

Tratava-se, pois, de cruzada missionária de vulto a norte de África, do mesmo passo que se providenciava à protecção e assistência religiosa dos cristãos ali residentes, escravos uns, outros prisioneiros de guerra das razzias islâmicas, cativos, mercadores e, enfim, milícias cristãs cedidas em auxílio de chefes indígenas. «On voit — observam TISSERANT e WIET — qu'il ne s'agit pas d'une mise en route banale et que le Pape attachait une importance capitale à la mission de son envoyé [....]; c'est qu'il entrevoyait pour l'église catholique, en ce pays comme en Asie centrale, de grandes possibilités de développement» (*Une lettre*, p. 47). Falecido em breve al-Said

53

31 MARÇO 1257

***Bula** Meritis uestre deuotionis, de Alexandre IV, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a conceder-lhes provejam de reitor a igreja de Santiago de Santarém, isenta da jurisdição do ordinário, cada vez que ela vagar, em presbítero idóneo da mesma Ordem, o qual pagará anualmente ao bispo de Lisboa a taxa combinada.*

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 3, n.os 34, 35 e 37, três originais, ao que parece, do mesmo documento, com as divergências seguintes: os n.os 34 e 35 estão datados de «ij kalendas aprilis» e o n.º 37 de «vij kalendas maij»; o n.º 35 tem no texto mais palavras, lançadas no n.º 34, por letra de outra mão, na dobra do fundo da bula, lado de fora, as quais não figuram no n.º 37; tem esta selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos, o qual falta no n.º 35 e dele restam fios no n.º 34. Reproduz-se o n.º 34, com inserção, entre colchetes, das palavras lançadas ao fundo e fora do texto e incluídas no texto do n.º 35.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 177; e por **ABRANCHES**, *Suma*, p. 21, n.º 147.

Alexander episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs.. magistro et fratribus domus militie Templi in Jspania, salutem et apostolicam benedictionem.

Meritis uestre deuotionis inducimur ut, quam digne possumus, uobis libenter gratiam faciamus.

Sane petitio uestra nobis exhibita continebat quod ecclesia Sancti Jacobi Sanctaranensis, Vlixbonensis diocesis, ad uos, in spiritualibus et temporalibus, pertinet, pleno iure, ita quod in ea uel ipsius rectoribus diocesanus episcopus non consueuit iurisdictionem uel iura aliqua exercere, hoc excepto dumtaxat quod eidem diocesano, pro dicta ecclesia, quandam summam pecunie tenemini, annis singulis, exhibere.

---

sem aderir ao cristianismo, seu sucessor, al-Murtadã, não recebeu melhor as missivas e missão pontifícias, como se infere de carta sua de 10 de Junho de 1250 a Inocêncio IV, editada em árabe e em versão francesa por **TISSERANT** e **WIET**, e de outros documentos pelos mesmos autores aduzidos.

Nos itaque, uestris supplicationibus inclinati, auctoritate uobis presentium indulgemus ut, cedente uel decedente ecclesie predicte rectore, possitis in ea, premissis ueris existentibus, per aliquem presbiterum idoneum uestri ordinis facere deseruiri, [fructus et prouentus ipsius ecclesie usibus proprijs applicando], ita tamen quod huiusmodi pecuniam eidem episcopo, annis singulis, persoluatis.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere uel ej ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Laterani, ij kalendas aprilis, pontificatus nostri anno tertio.

54

6 AGOSTO 1274

Bula Ipsa nos cogit pietas, *de Gregório X, dirigida ao Mestre e freires da Ordem de Calatrava, a isentá-los de pagarem a dízima dos seus proventos eclesiásticos para a Terra Santa decretada no Concílio Geral, por se ocuparem na defesa da fé cristã contra os sarracenos de África.*

ANTT., *Cartório de Avis*, n.º 17, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Colecção Especial*, caixa 4, n.º 2, em pública-forma de 26 de Junho de 1275, pasada a favor de D. Simeão Soeiro, Mestre de Avis.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 212.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs.. generali ac alijs magistris et fratribus militie Calatrauensis, Cisterciensium ordinis, salutem et apostolicam benedictionem.

Jpsa nos cogit pietas honestis petitionibus uestris exauditionis gratiam non negare, quibus efficax ex eo patrocinium suffragatur quod pro christiane fidei tutela, cui perpetuum religionis uestre obsequium dedicastis, in feruore caritatis, intrepide ac prudenter, exponitis contra infidelium impetus res et uitam.

Sane petitio uestra nobis exhibita continebat quod nos, nuper in concilio generali, uolentes Terre Sancte, que ab inimicis nominis Christi detinetur miserabiliter occupata, remedia procurare, per que posset de ipsorum inimicorum manibus liberari, decimam omnium prouentuum ecclesiasticorum, prouentibus quorumdam religiosorum dumtaxat exceptis, pro ipsius Terre subsidio, duximus deputandam. Quare nobis humiliter supplicastis ut, cum uos ad hoc principaliter laboretis et uos pariter et omnia que habetis pro defensione fidei christiane contra sarracenos Africe exponatis, uos eximere a prestatione huiusmodi decime de benignitate apostolica curaremus.

Nos, igitur, attendentes discrimina que, pro defensione christianitatis, continue sustinetis in partibus africanis ac uolentes uos, propter hoc, speciali gratia prosequi et fauore, uobis quod de prouentibus uestris decimam huiusmodi soluere minime teneamini nec ad id compelli possitis, auctoritate presentium, indulgemus.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Lugduni, viij jdus augusti, pontificatus nostri anno tertio.

55

1 AGOSTO 1275

Bula Petitio dilectorum filiorum, *de Gregório X, dirigida aos legados apostólicos e colectores da dízima destinada à Terra Santa a ordenar-lhes que não cobrem a referida dízima aos freires da Ordem do Templo, pois os dispensou dela, atendendo aos perigos a que seu mestre e freires se expõem em defesa da mesma Terra Santa.*

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 4, n.º 3, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; *Gaveta* 7, maço 10, n.º 33, inserta em carta do arcebispo de Braga, de 6 de Dezembro de 1275; *Livro dos mestrados*, fl. 87.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 213, onde se fala em infiéis, termo que não figura no diploma pontifício, sem embargo do que se lê na bula *Licet in generali concilio* do mesmo pontífice de 12 de Novembro seguinte, — o DOC. 56; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 28, n.º 200.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs legatis apostolice sedis et vniuersis collectoribus decime prouentuum ecclesiasticorum, Terre Sancte subsidio deputate, ad quos littere iste peruenerint, salutem et apostolicam benedictionem.

Petitio dilectorum filiorum.. magistri et fratrum domus militie Templi Jerosolimitani nobis exhibita continebat quod, licet nos, in generali concilio Lugdunensi, uolentes Terre Sancte, que ab inimicis christiani nominis detinetur miserabiliter occupata, procurare remedia, per que posset de illorum manibus liberari, decimam omnium prouentuum ecclesiasticorum ipsius Terre subsidio duxerimus deputandam.

Attendentes, tamen, discrimina que dicti magister et fratres, pro defensione dicte Terre Sancte, continue sustinent ac, uolentes eos, propter hoc, gratia speciali prosequi et fauore, ipsis magistro et fratribus quod de prouentibus suis huiusmodi decimam soluere minime teneantur nec ad id compelli ualeant, per nostras litteras duximus indulgendum, decernentes sententias suspensionis, interdicti et excommunicationis, si que in ipsos uel aliquem aut ecclesias seu domos eorum, propter hoc, late fuerint, irritas et inanes.

Volentes igitur ut eisdem magistro et fratribus de huiusmodi concessione nostra uotiuus producatur effectus, uobis et singulis uestrum, per apostolica scripta mandamus quatinus ab eisdem magistro et fratribus aut domibus et ecclesijs suis decimam huiusmodi per uos uel alium aut alios nullatenus exigatis. Non obstantibus quibuscumque litteris apostolicis, uobis aut aliquibus uestrum, sub quacumque forma uel expressione uerborum directis hactenus, eo pretextu quod continetur in eis quod ab exemptis et non exemptis cuiuscumque ordinis, conditionis uel dignitatis existant, predictam decimam exigatis seu etiam in posterum dirigendis, nisi huiusmodi littere dirigende nominatim de domo predicta et concessione huiusmodi de uerbo ad uerbum fecerint mentionem.

Nos enim, nichilominus excommunicationis, interdicti aut suspensionis sententias, si que in personas dictorum magistri, fratrum, priorum et preceptorum aut ecclesias, domos, loca seu hospitalia eorum per uos aut alium uel alios uobis mandantibus, occasione huiusmodi, hactenus sunt prolate uel in posterum promulgari contigerit, ex nunc irritas decernimus et inanes.

Datum Bellioadri, kalendis augusti, pontificatus nostri anno quarto.

56

12 NOVEMBRO 1275

Bula Licet in generali concilio, *de Gregório X, dirigida aos legados da Sé Apostólica e colectores da dízima dos rendimentos eclesiásticos em subsídio da Terra Santa, a comunicar-lhes haver dispensado o Mestre e freires da milícia de Calatrava do pagamento da referida dízima, por se ocuparem na defesa da fé cristã contra os sarracenos de África, e que, entretanto, eles se lhe queixaram que lha exigiam, pelo que ordena lha não cobrem.*

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 125, inserta em carta original do arcebispo de Évora, em pergaminho, de 18 de Março de 1276, a ordenar aos colectores da Terra Santa não cobrem a dízima aos ditos Mestre e freires.
Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 220.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs legatis apostolice sedis et uniuersis collectoribus decime prouentuum ecclesiasticorum Terre Sancte subsidio deputate ad quod littere iste peruenerint, salutem et apostolicam benedictionem.

Licet in generali concilio Lugdunensi, uolentes Terre Sancte, que ab inimicis christiani nominis detinetur miserabiliter occupata, procurare remedia, per que posset de illorum manibus liberari, decimam omnium ecclesiasticorum prouentuum ipsius Terre subsidio duxerimus deputandam;

Nos tamen, attendentes quod dilecti filij generalis et alij magistri et fratres milicie Calatrauensis, Cisterciensium ordinis, ad hoc principaliter elaborant seque pariter et cuncta que obtinent pro defensione christiane fidei aduersus Africe sarracenos exponunt quodque, propter hoc, discrimina continue sustinere noscuntur ac, intendentes eos prouide speciali prosequi gracia et fauore, prefatis magistris et fratribus quod de prouentibus suis decimam huiusmodi soluere minime teneantur nec ad id compellj ualeant, per nostras litteras duximus indulgendum; sed uos uel uestrum aliqui, prout ijdem magistri et fratres nobis insinuare curarunt, huiusmodi decimam nichilominus exigitis ab eisdem.

Volentes, igitur, ut magistris et fratribus supradictis de huiusmodi concessione nostra uotiuus producatur effectus, uobis et uestrum singu-

Copyrighted material

lis, per apostolica scripta mandamus quatinus ab eisdem magistris et fratribus aut domibus et ecclesijs suis huiusmodi decimam per uos uel alium aut alios nullatenus exigatis. Non obstantibus quibuscumque litteris uobis aut aliquibus uestrum, sub quacumque forma uel expressione uerborum directis hactenus, eo pretextu quod continetur in illis ut ab exemptis et non exemptis cuiuscumque ordinis, condicionis uel dignitatis existant, predictam decimam exigatis seu etiam in posterum dirigendis, nisi huiusmodi littere dirigende de magistris et fratribus ipsis et eorum ordine ac huiusmodi concessione de uerbo ad uerbum fecerint mencionem.

Nos enim, nichilominus excommunicacionis, interdictj aut suspensionis sentencias, si quas in eorundem magistrorum et fratrum personas aut ecclesias, domos et loca ipsorum, per uos aut alium seu alios seu mandantibus uobis, occasione huiusmodi, hactenus sunt prolate uel in posterum promulgari contigerit ex nunc irritas decernimus et inanes.

Datum Mediolani, ij jdus nouembris, pontificatus nostri anno quarto.

57

12 ABRIL 1280

Carta de el-rei D. Dinis, passada ao concelho de Atouguia da Baleia, a ordenar que 30 homens remadores daquela povoação prestem anualmente serviço ao rei, por mar, na sua frota, durante seis semanas, com suas armas e víveres.

ATOUGUIA DA BALEIA, *Casa do Castelo,* Original em pergaminho, que teve selo pendente. — Publicada, em versão portuguesa, no jornal de Torres Vedras, *Badaladas,* Ano 12, n.º 235, de 1 de Dezembro de 1959, por JONAS DA COSTA, *Os remadores de Atouguia (Peniche) reclamaram perante D. Dinis,* Um documento inédito.

Dionisius, Dej gratia, rex Portugalie et Algarbij.

Vniuersis presentem cartam inspecturis notum facio quod, cum ego mandarem ire hoc anno, in mea frota, remarios de Atouguya et starent illuc per tres menses, ipsi conquesti fuerunt inde in mea curia, dicendo quod ipsi non tenebantur ire nec stare in mea frota, nisi per sex ebdomadas. Et petierunt michi quod ego mandarem inquirere quot et per quantum tempus ipsi debebant ire super mare, in mea frota, et in qualj guysa.

Et ego mandauj istud inquirere per bonos homines de hominibus bonis, iuratis ad sancta Dej euangelia. Et inuentum fuit quod debent ire per mare, in meo seruicio, de Atouguia triginta homines, cum suis armis et cum sua uianda et cum suo bibere, et quod debent ire et stare per sex ebdomadas.

Vnde mando et concedo quod predicti remarij de Atouguia teneantur ire michi facere seruicium per sex ebdomadas, per mare, cum suis armis et cum sua uianda et cum suo bibere. Sic inuentum fuit per inquisicionem.

Et mando quod illj qui in meo loco fuerint et qui meas frotas habere debuerint quod teneant istos triginta remarios ad istud, saluis omnibus alijs que consueuerunt facere tempore patris et auj et bisauj mej et in tempore regis domnj Sancij, mej patruj. Jn cujus rei testimonium, do eidem concilio de Atouguia istam cartam.

Datum in Atouguia, xij.ª die aprilis, rege mandante, per curiam suam. Jacobus Iohannis notuit. Era M.ª CCC.ª xviij.ª (1).

58

14 AGOSTO 1318

Procuração de el-rei D. Dinis, passada ao cavaleiro João Lourenço de Monsaraz e a Pedro Peres ou Pires, cónego de Coimbra, seus familiares, para, em nome do monarca, agenciarem junto do papa João XXII sobre o destino dos bens dos templários e de qualquer outra Ordem Militar existente em Portugal e sobre a nomeação de Mestre ou Mestres para administração dos referidos bens.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 5, n.º 2, inserta no original da bula *Ad ea ex quibus*, de João XXII, — texto que se reproduz; *ibi*, maço 8, n.º 6, na ratifi-

(1) Que nos conste, este documento é agora o mais antigo conhecido sobre a armada portuguesa. Por isso, o reproduzimos também em «fac-simile». Antecede 37 anos o contrato efectuado entre el-rei D. Dinis e o genovês Manuel Pessanha, de 1 de Fevereiro de 1317 (Publicado em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 27). E documenta, singularmente, esta observação de JAIME CORTESÃO: — «Todavia, por muito grandes que tenham sido os serviços do almirante Manuel Peçanha e dos seus homens, não devemos esquecer que Portugal já então possuía não só uma marinha de comércio mas também de guerra, devidamente organizada» (*Os Descobrimentos Portugueses*, p. 167).

Sentença fernandina de 8 de Março de 1380 confirma esta carta (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 176).

cação régia de 5 de Maio de 1319; n.º 5, em versão portuguesa oficial de 11 de Maio de 1320, adiante reproduzida (DOC. 62); n.º 8, em pública-forma de 10 de Setembro de 1322; e n.º 1, em cópia do séc. XVI, assinada por Fr. António de Lisboa; *Livro dos Mestrados*, fl. 121 v.; AV., *Reg. Lat.*, vol. 69, fl. 123, e *Reg. Avinion.*, vol. 11, fl. 276 v.; BNL., *Alcobaça*, cód. 73, fl. 302 v., e 218, fl. 133 v., em versão portuguesa do séc. XV, e cód. 223, em versão do séc. XVI.

Publicada: no *Bullarium Romanum*, t. 4, e também nas *Definições e Estatutos dos Cavalleiros & Freires da Ordem de N. S. Iesu Christo* Lisboa, 1628, e edições subsequentes, de 1671, 1717 e 1746; por PIRES DE CARVALHO, *Enucleationes*, t. 2, p. 59; e por JORDÃO, *Bullarium Patronatus Portugalliae*, t. 1, p. 6.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 317; e por ABRANCHES, *Suma*, p. 32, n.º 217.

Nouerint vniuersi presentes procurationis litteras inspecturi quod nos, Dionysius, Dei gratia rex Portugalie et Algarbij, constituimus, facimus ac etiam ordinamus procuratores nostros ueros, legitimos et sufficientes ac nuntios speciales nobilem uirum Johannem Laurentii, militem, et discretum virum Petrum Petri, Colimbriensem canonicum, familiares nostros, latorem seu latores presentium, utrumque ipsorum in solidum.

Jta quod non sit melior condicio occupantis, sed quod unus inceperit alter mediare ualeat et finire, super quibuscumque gratijs pro nobis et dictis regnis nostris a sanctissimo patre ac domino domino Johanne, diuina prouidentia sacrosancte romane ac vniuersalis ecclesie summo pontifice, impetrandis necnon ad tractandum, ordinandum et compositionem faciendum seu componendum cum dicto domino summo pontifice et cum alijs quibuscumque qui sua crediderint interesse super omnibus et singulis bonis que a fratribus ordinis quondam Templariorum in regnis nostris tenebantur et super omnibus alijs bonis que in eisdem regnis nostris a quolibet alio ordine militari tenentur seu teneri consueuerunt et super ponendis seu ordinandis magistro seu magistris in omnibus prefatis bonis, prout dictis procuratoribus nostris et cuilibet eorum uidebitur expedire, concedentes sibi et utrique ipsorum plenam, generalem et liberam administrationem super negotijs predictis et quodlibet eorumdem et generaliter ad omnia alia et singula faciendum et exercendum que circa premissa seu premissorum quodlibet fuerint necessaria seu etiam opportuna et que nos facere possemus, si personaliter presentes essemus, etiam si mandatum exigant speciale, promictentes nos ratum et firmum perpetuo habituros quicquid per dictos procuratores nostros seu per alterum ipsorum actum seu procuratum fuerit in premissis et in quolibet premissorum, sub ypotheca et obligatione omnium bonorum nostrorum. In cuius rei testimonium, has nostre procurationis litteras sigilo nostro dependenti fecimus communiri.

Datum Vlixbone, quartadecima die mensis augusti, rege mandante. Dominicus Johannis notauit. Era millesima trecentesima quinquagesima sexta (1).

59

[1318-1319] (1)

Exposição ao papa João XXII, apresentada por Manuel Pessanha, Almirante do reino, e Vicente Anes, embaixadores de el-rei D. Dinis, a solicitar-lhe a renovação e confirmação da bula de Nicolau IV, que concedera ao reino de Portugal Mestre Provincial da Ordem Militar de Santiago e que havia sido revogada por Celestino V e Bonifácio VIII, a instância do Mestre Geral; para o que se alegam, entre outros motivos, terem os freires da dita Ordem recebido dos monarcas portugueses fortalezas e povoações estratégicas contíguas a Castela e a Leão, a fim de as defenderem contra os sarracenos e contra outros atacantes, e onde cumpria estivessem freires fiéis a Portugal e que não secundassem interesses estrangeiros contra o país, como já sucedera, com os próprios recursos portugueses (2).

ANTT., *Gaveta* 5, maço 4, n.º 11, original em pergaminho.
Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, pp. 311 e ss.

Sanctissime pater. Manuel Januensis, admiraldus, et Vincentius Johannis, anbassiatores magnifici principis domni Dionisij, Portugalie

---

(1) Sobre o assunto pode ver-se: RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Dinis*, caps. 15, 16 e 17, especialmente o último, onde o autor denomina Pedro Martins o referido cónego conimbricense; e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 332 e ss. e a bibliografia aí aduzida.

(1) Sem data, o documento deve situar-se nos fins de 1318 ou princípios de 1319, anteriormente à bula de João XXII de 27 de Fevereiro de 1319, a cometer o conhecimento do assunto aos arcebispos de Braga e de Compostela, o DOC. 60.

(2) Desde 1288, pelo menos, el-rei D. Dinis procurou nacionalizar as Ordens Militares representadas em Portugal, eximindo-as da jurisdição dos prelados maiores estranhos, tarefa que não lhe foi fácil. A de Santiago concedeu Nicolau IV, pela bula *Pastoralis officii*, de 17 de Setembro do dito ano, a nomeação de Mestre Provincial privativo, sujeito apenas à superior visitação e correição do Mestre Geral. Esta dis-

et Algarbij (3) regis illustris, deuoti, vestre significant sanctitati quod infrascripta omnia et singula veritatem continent et sunt publica et notoria.

Jn primis videlicet, quod olim rex Portugalie et Algarbij, qui tunc erat, considerans magistri et fratrum ordinis militie Sancti Jacobi, qui tunc erant, strenuitatem in armis; et, atendens etiam quod, propter vicinitatem quam habebant regna Portugalie et Algarbij cum sarazenis et fidei inimicis, rex ipse, pro tuitione eorundem regnorum ac etiam impugnatione sarazenorum ipsorum hominibus vigorossis, strenuis ac pro fide zelantibus plurimum indigebat, possessiones, fortilicia, loca et castra quamplurima in regnis predictis consistentia, presertim in frontarijs sarazenorum, concesit magistro et fratribus supradictis.

Jtem, quod successiue alij reges Portugalie et Algarbij possessiones, loca, fortilitia et castra predictis magistro et fratribus augmentarunt in regnis predictis.

Jtem, quod possessiones, fortilitia, loca et castra fere omnia, que dictus ordo tenet in regnis predictis a domo regia Portugalensi processerunt et, ex liberalitate regia, ad ipsum ordinem deuenerunt.

Jtem, quod plurima ex fortalitijs et castris predictis sunt in dictis frontarijs et nonnulla ex ipsis fortissima sunt contigua finibus regnorum Castele et Legionis.

Jtem, quod reges predicti, possessiones, loca, fortilitia et castra predicta prefato ordini concesserunt ad hoc, vt magister et fratres ipsius ordinis qui pro tempore essent assisterent regibus memoratis, in defensione regnorum predictorum, tam contra dictos sarazenos, quam contra alios regna eandem inpugnare volentes, vt etiam ipsis regibus fideles essent, et eos in suis agendis, pro viribus, iuuarent et hospitalitatem tenerent et alia pietatis opera exercerent.

Jtem quod, racione locorum, fortalitiorum, possessionum et castrorum predictorum plures et in mayori multitudine sine comparatione fratres dicti ordinis antiquitus in regnis predictis Portugalie et Algarbij morari

---

posição, confirmada duas vezes pelo papa Celestino V, veio a ser depois revogada pelo mesmo pontífice, perante a reacção de Castela. Também Bonifácio VIII revogou a bula de Nicolau IV e os freires portugueses de Santiago tornaram à sujeição do Mestre de Castela até 1314. Na vacância da Santa Sé (1314-1316), os freires de Portugal elegeram para seu Mestre, nos termos da aduzida bula de Nicolau IV, o comendador-mor Lourenço Anes, que se manteve no cargo, sem embargo da violenta oposição do Mestre Geral, até 1317; pois, pela bula *Inter cetera*, de 17 de Abril daquele ano, João XXII novamente sujeitou os freires portugueses a Castela. O facto provocou a presente representação ao mesmo pontífice (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *Historia da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 328 e ss. e a bibliografia aduzida pelo autor).

(3) No ms.: *algrabij*, quase sempre.

consueuerunt, qui de fructubus possessionum, locorum et castrorum predictorum et legatis ab incolis dictorum regnorum eis relictis viuebant et dictis regibus seruiebant, cum equis et armis, in guer[r]is quas ipsos, tam contra dictos sarazenos, quam contra alios contingit habere, quam morarentur tempore ordinationis infrascripte.

Jtem, quod ordo predictus habet et habuit jam sunt xL anni et vltra in regnis Castelle et Legionis amplas, latas et diffusas possessiones, loca, fortilitia ac castra quamplurima; et quod, propter possessiones, loca, fortilitia et castra huiusmodi gubernanda et costodienda, magister dicti ordinis necesse habebat et habet per ea sepius discur[r]ere et ipsorum cure inuigilare et intendere diligenter.

Jtem quod, propter curam, solicitudinem et discursum, quos dictum magistrum habere et facere oportebat occasione possessionum, locorum et castrorum predictorum in dictis regnis Castelle et Legionis consistentium, et propter multa et ardua negocia que ei incur[r]ebant, racione sui ordinis exequenda, reddebatur quamplurimum occupatus.

Jtem quod, propter tam hanc quam allias plurimas occupationes, prefatus magister non poterat, vt debebat, intendere neque intendebat circa commendas et curam et solicitudinem locorum, fortilitiorum et castrorum eiusdem ordinis consistentium in regnis Portugallie et Algarbij supradictis.

Jtem quod, ex eo quod dictus magister non intendebat nec intendere poterat cure et solicitudini fratrum, possessionum, locorum et castrorum predictorum in dictis regnis Portugalie et Algarbij supradictis consistentium, mores ipsorum fratrum non cor[r]igebantur et in obseruantia regulari quam profe[s]si erant ipsi non modice defficiebant et cultus diuinus non modicum minuebatur; jpseque possessiones necnon loca, fortilitia et castra predicta non excolebantur nec costodiebantur vt oppus erat, sed plurima ex eis ruebant, complanabantur, in desolatione dabantur et fere peribant; et, ob hoc, consueta seruitia non exhibebantur nec exhiberi poterant regibus memoratis, in eorumdem regnum preiuditium magnum, nec anniuersaria, ratione legatorum eis relictorum, debita idem fratres persoluebant nec hospitalitatem nec allia pietatis opera exercebant, vt exercere tenebantur et consueuerant ante; et quod, ex his, graue scandalum exortum erat et fuit contra dictum magistrum et fratres ipsius ordinis apud incollas regnorum Portugalie et Algarbij predictorum.

Jtem quod, propter predicta, predictus ordo in regnis eiusdem Portugallie et Algarbij passum erat et fuit in spiritualibus et temporalibus maximum detrimentum, ante as[s]umptionem felicis recordationis dom[i]ni Nicolai pape iiij.[1] ad apostolicatum et patiebant tempore assumptionis eiusdem et tempore ordinationis facte per eum, quod fratres ipsorum regnorum alliquem assumere possent in suum et sui ordinis, in eisdem regnis, prouincialem magistrum.

Jtem quod, ante tempus ordinationis predicte, ad hoc erat deuentum quod magistri dicti ordinis possessiones et loca ipsius ordinis in dictis regnis Portugalie et Algarbij, quo ad eorum curam et solicitudinem quam pro derelictis habebat nec ea aliqualiter visitabat (4) et libros, calices, cruces et allia ornamenta ad cultum diuinum deputata et peccuniarum que percipiebatur ex fructibus, reditibus et prouentibus possessionum, locorum et castrorum predictorum in dictis regnis Portugalie et Algarbij consistentium necnon equos et allia mobilia fratrum de regnis ipsis exportari faciebat et facit et in quos volebat vssus expendebat et expendit. Et quod, tam ob hoc quam ex eo quod prefatus magister cure et solicitudini fratrum eorundem ac possessionum, locorum et castrorum ipsorum non intendebat nec intendere poterat, adeo deffecerat, quod nonnisi valde pauci ex fratribus dicti ordinis substentari poterant ex fructubus, redditibus et prouentibus possessionum et locorum ipsorum.

Jtem quod, inimico homine seminante zenzeniam, inter castellanos et portugalenses grauia et or[r]ida gue[r]rarum discrimina sepius interuenerunt et emulatio ac inuidia fuit sepius inter ipsos nec esse desierat, sed erat et vigebat tempore ordinationis predicte.

Jtem quod, in guer[r]is predictis prefatus magister seruiuit et seruire consueuit castellanis contra portugallenses, etiam de peccunia et equis extractis et habitis de possessionibus et locis ipsius loci, consistentibus in regnis Portugallie et Algarbij supradictis.

Jtem quod, per castra et fortilitia existentia in finibus dictorum regnorum Portugallie et Algarbij et conuicina, regnis Castelle et Legionis predictis concessa, vt premit[t]itur, per reges Portugalie et Algarbij ordini predicto de facili patere posset castellanis additus in regna predicta Portugalie et Algarbij, si castra ipsa non costodirentur per fidelles et deuotos regis Portugalie. Et quod ipsi regi et incollis regnorum suorum maximum periculum contingere et preiudicium fieri posset si ipsa fortilitia et castra essent sub custodia alicuius qui magis faueret castellanis quam portugalensibus.

Jtem, quod periculum et preiudicium huiusmodi suberat et timebatur tempore dicte ordinationis domini Nicolai pape prefati et adhuc timetur.

Jtem, quod reges Portugalie qui fuerunt pro tempore guerram (5) continuam habuerunt et rex qui nunc est habet, exercuerunt et exercet cum sarazenis et omni anno eis (6) opportuit et oportet, per mare et per terram, aparatus sumptuos facere contra eos et ipsos apparatus fecerunt.

---

(4) No ms. *vesitabat*.
(5) No ms. *guerarum*.
(6) No ms. *eus*.

Jtem quod, propter gue[r]ram et apparatus predictos, regna Portugallie et Algarbij deffensa sunt et deffenduntur ab occupatione sarazenorum predictorum quodque per hoc etiam regna predicta Castelle et Legionis magnam tutellam habuerunt et habent ab incursibus sarazenorum eorundem.

Jtem, quod comendatores et fratres locorum seu domorum dicti ordinis Sancti Jacobi in regnis Sicilie et Aragonie perceperunt integre et percipere consueuerunt omnes fructus, redditus et prouentus prouenientes ex locis seu domibus predictis et ipsos in suos vssus et alias, prout eis placuit, expenderunt nec de ipsis magistro generali dicti ordinis alliquid responderunt nec respondent neque dant, sed de ipsis libere disponunt.

Quare suplicant sanctitati vestre anbaxatores predicti quatenus predicta, que vera et notoria sunt, in consideratione deducentes et illud presertim quam periculossum existeret et existere posset regi et regno predictis, propter emulationem que fuit et est inter castellanos et portugalenses, si, per gubernationem et dispositionem dicti generallis magistri custodirentur et regerentur castra, fortilitia et loca predicta, potissime cum, vt dictum est, plura ex eis etiam fortissima regnis Castelle et Legionis conuicina et contigua; necnon atendentes quod generalis magister ordinis prelibati, si ordinatio dicti domini Nicolay pape iiij.[11] tolleretur, fratres dicti ordinis de regnis Portugalie et Algarbij predictis, tam tempore gue[r]rarum quam pacis, ad se cum equis et armis euocare posset pro libito volontatis et ipsos etiam contra portugalenses prouocare.

Et insuper, quam absurdum, quam inconueniens foret si, ex peccunia, equis et allijs rebus que processerunt de bonis a domo regia Portugalensi ordini predicto colatis impugnarentur, dignemini statutum et ordinationem dicti domini Nicolay renouare et renouata ex certa scientia confirmare vt, per hoc, pecunie et bona dicti ordinis, in regnis predictis Portugalie et Algarbij consistentis seu consistentia, quoad spiritualia et temporalia, salubriter et vtiliter valeant gubernari et de ipsis haberi cura et solicitudo oportuna ac dictus dominus rex, a quo et eius progenitoribus prefatus ordo fere omnia bona que optinet in regnis predictis processerunt, recipere valeat a dictis comendatoribus et fratribus seruitia consueta. Potissime in gue[r]ras sarazenorum predictas nec ex ipsis bonis valeat impugnari aud contra eum quidquam pernitiossum excogitari et per ipsos dicta anniuersaria persolui et alia pietatis opera valeant exerceri ac materia quelibet defensionis et emulationis inter portugalenses et castelanenses amputentur.

Et dicti comendatores et fratres de regnis Portugalie et Algarbij predictis deterioris conditionis non reddantur quam sint allij in regnis Aragonie et Sicilie et allibi commorantes nec extimare debet generalis magister predictus ex hoc sibi aliquid derogatum vel quid iniuriossum illatum si necessitate quadam pars solicitudinis alli comititur, cum ex visitatione

et co[r]rectione sibi reseruatis allius sit inferior et eiusdem magistri meritum, tamquam superioris, agnosscat, nec ei nomine aud re equalliter constituatur sicque uerum non est dicere duo capita videri ex hoc in dicto ordine constituta.

Nec est insolitum quod petitur; nam, et in ordine de Calatraua regni Castelle est generalis magister et nichilominus in ordine de Alcantere est generalis magister regni Legionis et [in] ordine de Auiso, qui est in regno Portugalie, et in ordine de Monteza regni Aragonie, quem nuper vestra sanctitas instituit, sunt prouinziales magistri, qui in visitatione et corectione tantummodo sunt dicto generali magistro de Calatraua subiecti, cum tamen in quolibet horum ordinum eadem sit cum ordine de Calatraua professio, idem habitus eademque obseruantia regularis.

60

27 FEVEREIRO 1319

Bula Olim felicis recordationis, *de João XXII, dirigida aos arcebispos de Compostela e de Braga, a dizer-lhes que, por outras letras, os incumbira de examinar o assunto do Mestre Provincial da Ordem Militar de Santiago nomeado pelos freires, nos termos da bula de Nicolau IV, sem embargo das revogações de Celestino V e de Bonifácio VIII, e que depois lhe notificara el-rei D. Dinis haverem intentado o deão de Ourense e outros processos contra o Mestre e freires de Portugal, ao que se não aludira em suas citadas letras; ordena entretanto o pontífice procedam segundo as letras que já lhes tinha enviado, desprezada a referida omissão.*

ANTT., *Bulas*, maço 26, n.º 7. Original em pergaminho com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo branco.
Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 316.

Johannes episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus [Berengario] Compostellano et [Johanni] Bracharensi archiepiscopis, salutem et apostolicam benedictionem.

Olim felicis recordationis Nicolaus papa iiij, predecessor noster, uolens salubri statui et quieti regis Portugalie et Algarbij ac regnorum eius,

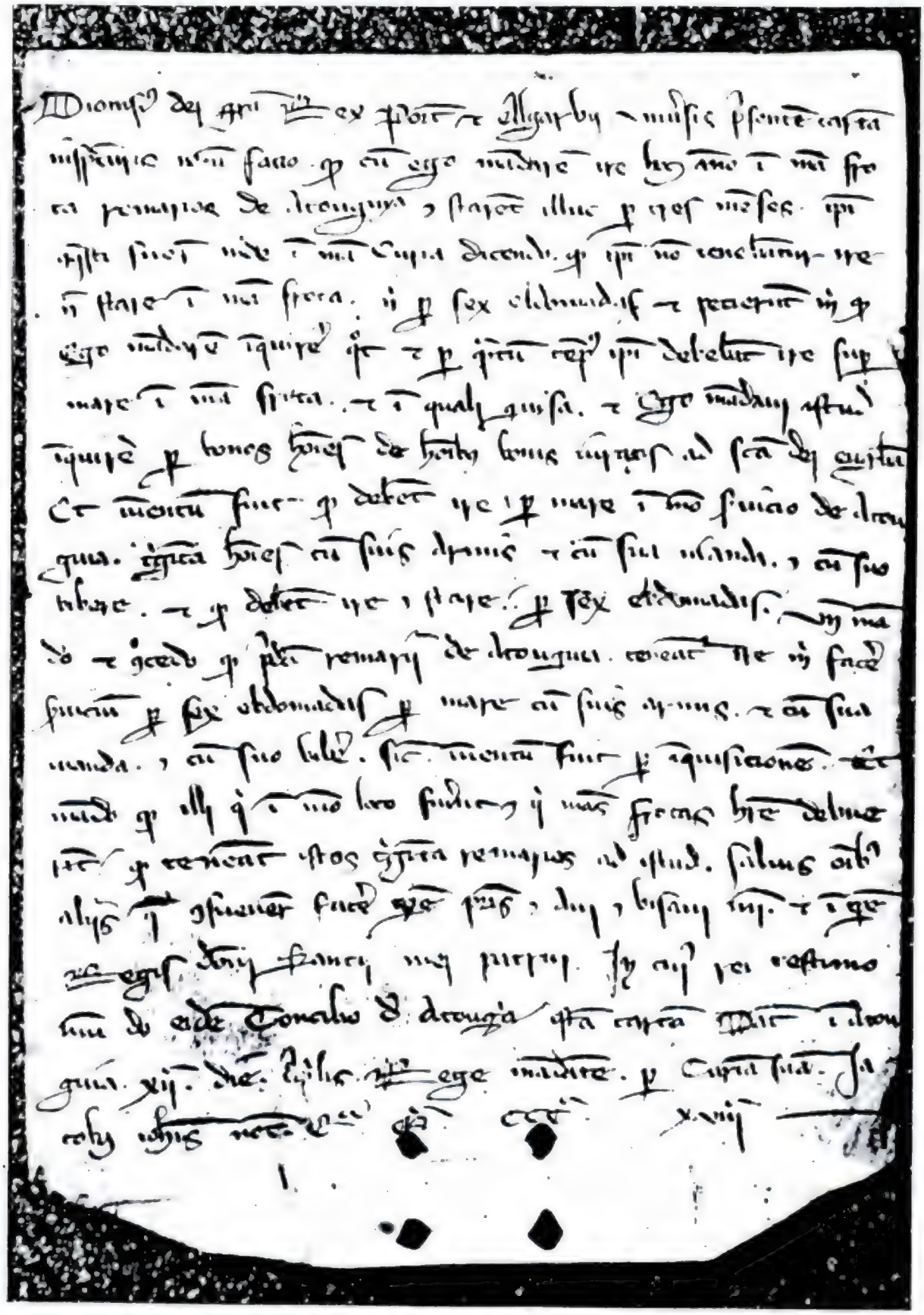
ex certis suadentibus causis, de oportuno remedio prouidere, per suas litteras dicitur statuisse et etiam ordinasse ut vniuersi commendatores et fratres militie Sancti Jacobi predictorum regnorum Portugalie et Algarbij aliquem ex eis ydoneum de regnis eisdem precipue seu de alijs partibus eorumdem in eorum et dicti ordinis, in eisdem regnis, magistrum prouincialem assumere possent, qui prefati ordinis personarum et bonorum eius, in spiritualibus et temporalibus, curam et administrationem haberet in regnis ipsis ac libere exerceret, magistro maiori uisitatione et correctione dumtaxat legitime per eum faciendis tantummodo reseruatis.

Deinde uero, dicto Nicolao predecessore nature debitum persoluente, ac fratres dicti ordinis in regnis consistentes eisdem, huiusmodi statuti et ordinationis dicti predecessoris pretextu, quendam in magistrum prouincialem dicti ordinis, in regnis predictis, duxerant eligendum, se una cum huiusmodi electo a subiectione et obedientia eiusdem generalis magistri, preterquam in dictis uisitatione et correctione, temere subtrahendo et quod, propter hoc, magne fuerant in partibus illis et dicto ordine scissure ac turbationis materia suscitata; quodque, postmodum, per pie memorie Celestinum papam v. et demum per felicis recordationis Bonifatium papam viij, predecessores nostros, statutum et ordinationem ac litteras eiusdem predecessoris Nicolai et quicquid fuerat secutum ab eis reuocarunt et annullarunt omnino, prout in alijs nostris, per nos uobis directis, litteris plenius et seriosius continetur.

Subsequenter uero, carissimus in Christo filius noster Dyonisius, Portugalie et Algarbij rex jllustris, attendens reuocationem et cassationem huiusmodi in suum et regnorum suorum graue preiudicium emanasse, nobis humiliter supplicauit ut, eorumdem regnorum statui et paci salubriter prouidentes, statutum et ordinationem eiusdem predecessoris Nicolai, cassationibus et annullationibus ac processibus quibuscumque per eosdem predecessores Celestinum et Bonifatium subsecutis nequaquam obstantibus, seruari auctoritate apostolica mandaremus.

Nos igitur, attendentes quod, in tanto negotio, erat mature et cum grauitate debita procedendum, utrumue magis expediat quod statutum et ordinatio eiusdem predecessoris Nicolai quamue que postmodum fuerant ordinata debeant obseruari, uobis, per nostras certi tenoris litteras, dedimus in mandatis ut, consideratis circumstantijs uniuersis ac informatione et instructione summarie habita de premissis, prout in eisdem nostris litteris plenius et seriosius continetur, et que in hac parte tenenda, statuenda ac etiam ordinanda salubrius uidebuntur, cum causis, conditionibus et rationibus quibuscumque, nos informare, cum diligentia, curaretis.

Verum quia dilectus filius .. decanus ecclesie Auriensis, per se et alios, auctoritate litterarum eiusdem predecessoris Bonifatij et nonnulli alij commissarij, auctoritate apostolica seu etiam delegati uel subdelegati, prout idem rex nobis insinuare curauit, contra magistrum prouincialem



Est. IV. — Carta de el-rei D. Dinis sobre a armada, de 1280 (Doc. 57)

et fratres dicti ordinis in regnis Portugalie et Algarbij consistentes eisdem et contra quoscumque alios, uolentes reducere ad statum pristinum ordinem supradictum, fecerunt (1) processus uarios et diuersos in eisdem nostris litteris, ut premittitur, uobis directis de ipsis nulla mentio facta fuit quodque de statuto eiusdem predecessoris Bonifatij, quod aliquis, ultra vnam dietam a fine sue diocesis ad iudicium non trahatur, in eisdem nostris litteris non cauetur; prefatus rex nobis humiliter supplicauit ut, non obstante quod de huiusmodi processibus et statuto nulla, ut premictitur, mentio facta fuit in nostris litteris supradictis, prouidere super hoc, auctoritate apostolica, dignaremur.

Nos itaque, cupientes ut huiusmodi negotium uobis in hac parte commissum laudabilem et salubrem sortiatur effectum, fraternitati uestre, per apostolica scripta mandamus, quatinus in huiusmodi negotio predictorum obmissione processuum factorum, ut premittitur, contra eosdem magistrum prouincialem et fratres ac huiusmodi eiusdem Bonifatij predecessoris statuto nequaquam obstantibus, procedatis iuxta priorum earumdem nostrarum uobis, directarum continentiam litterarum.

Datum Auinione, iij kalendas martij, pontificatus nostri anno tertio.

61

14 MARÇO 1319

Bula Ad ea ex quibus, *de João XXII, a instituir em Portugal, a pedido de el-rei D. Dinis, a Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, destinada à luta contra os sarracenos, sujeita à Regra de Calatrava mas, quanto a correição e visitação, aos abades do mosteiro de Alcobaça, com sede na igreja de Santa Maria do Castelo de Castro Marim, cujos direitos e pertenças lhe atribui, assim como os bens dos extintos templários, a nomear para seu primeiro Mestre D. Gil Martins, que o era da Ordem de Avis, e a ordenar fossem os sucessores eleitos pelos freires da nova Ordem de entre os seus cavaleiros professos.* (1).

---

(1) No ms.: *fecerunt.*

(1) Em anotação à bula *Cum sicle fidei*, de 8 de Abril de 1245, — o DOC. 51 —, observámos haverem cessado, ao que parece, desde aquela data até estoutro diploma

ANTT., *Gaveta* 7, maço 5, n.º 2, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *ibi*, maço 8, n.º 6, em pública-forma original de 5 de Maio de 1319; n.º 5, em versão portuguesa de 11 de Maio de 1320, adiante reproduzida (DOC. 62); n.º 8, em pública-forma de 10 de Setembro de 1322; e n.º 1, em cópia do século XVI, assinada por Fr. António de Lisboa; *Livro dos Mestrados*, fls. 4 e 120 v.; AV., *Reg. Vat.*, vol. 69, fl. 123, e *Reg. Avinion.*, vol. 11, fl. 276 v.; BNL., *Alcobaça*, cód̃s. 73, fl. 302 v., e 218, fl. 133 v., em versão portuguesa do século XV, e cód. 223, em versão do séc. XVI.

Publicada: no *Bullarium Romanum*, t. 4, p. 278, n.º 20; nas *Definições e Estatvtos dos Cavalleiros da Ordem de N. S. Iesu Christo*, Lisboa, 1628, pp. 4 e ss., assim como nas reedições de 1671, 1717 e 1746, em latim e vernáculo; por PIRES DE CARVALHO, *Enucleationes*, t. 2, p. 59; por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 2, n.º 5; e por JORDÃO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 2, com erros, omissão e transposição de palavras.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 317; por ABRANCHES, *Suma*, p. 32, n.º 217, e por MOLLAT e LESQUEN, *Jean XXII (1316-1334), Lettres communes*, t. 2, n.º 9053, p. 342.

---

pontifício de 1319, as relações de Roma com a Coroa de Portugal a propósito dos sarracenos. E aduzimos, como possível razão do facto, o havermos atingido, nesse intervalo de tempo, o termo da nossa Reconquista, pela subtracção ao islamita das derradeiras terras algarvias, em 1249. Já CARL ERDMANN sublinhara semelhante interregno diplomático, de que deu, porém, explicação bastante diferente, porventura històricamente menos exacta:

— «A segunda metade do século XIII e o princípio do século XIV apresentam-se infecundos para o nosso objecto. A grande preocupação dos reis desse período cifra-se na administração interna do país e nas lutas com o clero. Esmorecera a actividade militar e, com ela, as ideas de cruzada. De modo particular, o governo de D. Diniz (1279-1325) foi todo orientado em sentido económico. Os tempos haviam mudado. Todavia, a conduta deste rei permite-nos lançar um olhar interessante sobre a situação da cavalaria portuguesa, no momento em que foi extinta a Ordem dos templários. Na Europa central, a catástrofe dos templários representa o adeus definitivo à época das cruzadas. Não assim em Portugal» (*A idea de Cruzada em Portugal*, p. 50).

Realmente, fizemos pausa, mas não ponto final, definitivamente. Chegados ao extremo sul do país, ao mar, dois caminhos nos restavam na luta contra o sarraceno: limitarmo-nos à simples guerra defensiva, repelindo suas investidas contra o nosso litoral, ou enveredarmos também pela guerra ofensiva, atacando-o na região da Península Hispânica ainda por ele ocupada ou mesmo a norte de África. Sobretudo na segunda hipótese, necessitávamos fundamentalmente de conveniente esquadra, que não tinhamos.

Preparada esta, como é sabido, por diligências de el-rei D. Dinis, não tanto com fins de expansão económica senão de prossecução da nossa dilatação territorial à custa do islamita, como o demonstrará o recurso aos experimentados navegadores genoveses, práticos da navegação no Mediterrâneo, para almirantes-mores do reino, foi a nossa expansão prejudicada, porém, por dissenções internas e por lutas com Castela, pràticamente até o Tratado de Paz de 1411, sem embargo da insistência de Roma,

Johannes episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

Ad ea ex quibus cultus augeatur diuinus fidelium quies in quiete proficiat et defensionis murus et uallium fidei inexterminabile aduersus incursus infidelium hostium opponantur adhibemus, plenis affectibus, sollicitudinis nostre curas.

Sane dudum felicis recordationis Clemens papa v., predecessor noster, quondam ordinem militie Templi Jerosolimitani, ex certis rationabilibus causis eiusque statum, habitum ac nomen, in concilio Viennensi, eodem approbante concilio, irrefragabili et perpetuo ualitura substulit sanctione, illum perpetue prohibitioni supponens ac districtius inhibens ne quis dictum ordinem uel habitum eius suscipere seu deferre uel pro templario se gerere quomodolibet attemptaret, bonis omnibus dicti ordinis, apostolice sedis ordinationi, specialiter reseruatis; dictusque predecessor, attendens

---

através de bulas sucessivas, a convidar-nos à guerra defensiva e ofensiva contra os sarracenos, em Granada ou em Marrocos.

E que esta é a genuína versão dos acontecimentos infere-se da Súplica de el-rei D. Afonso IV a Bento XII, ao solicitar-lhe a bula *Gaudemus et exultamus*, de 30 de Abril de 1341, em cujo preâmbulo, resumo daquela, se lê: — «Que el-rei de Portugal D. Dinis, teu pai, de clara memória, que entre os teus progenitores foi dos mais circunspectos na acção e um acérrimo perseguidor dos ditos inimigos, considerando que o dito reino do Algarve está na fronteira e vizinhança dos ditos inimigos, e que seria mais fácil a guerra e de maior dano para os adversários se estes fossem atacados por mar, em galés e outros barcos próprios, por pessoas destras na arte da guerra por mar; mandou chamar de longes terras para o seu reino um homem conhecedor das coisas do mar e da guerra naval e nomeou-o almirante de seus reinos com grande soldo, o qual mandou construir galés e outros navios apropriados e tornou a gente portuguesa tão experimentada e audaz nas coisas pertencentes à guerra naval, pela prática e exercício delas, que dificilmente se poderia encontrar outro povo mais competente, não só para a defensão dos ditos reinos, mas também para a vigorosa repulsão dos ditos inimigos». (Versão da referida bula pelo Dr. José Saraiva, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 71).

O argumento é reforçado ainda: *a)* pelo próprio texto do contrato de el-rei D. Dinis com o Pessanha, celebrado em 1 de Fevereiro de 1317, do qual se infere interessar sobretudo o aspecto bélico da armada, pelo que o almirante jurou servir o monarca «contra todolos homeens do mundo [...] tamben christãaos como mouros», e só secundàriamente ela teria finalidade comercial e não régia: «Pero, quando uos, sobredicto senhor rrey, ou uossos sucessores nom ouuerdes mester seruiço dos dictos vijnte homeens, que eu, micer Manuel e meus sucessores nos possamos seruir deles en nossas merchandias e enuyalos a Frandes ou a Genua ou a algũas outras partes com elas» (as galés). (Em SILVA MARQUES, *Obra e vol. cits.*, pp. 28 e 29); *b)* pelas bulas *Apostolice sedis* de João XXII, de 23 de Maio de 1320, em que aquele Pontífice outorga a el-rei D. Dinis, que lha mandara suplicar pelo deão do Porto e pelo

quod dilecti filij.. magister et fratres Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, fidei orthodoxe cultores, industrij et christiane religionis, in transmarinis precipue partibus, strenui defensores, pro defensione illarum partium et recuperatione Terre Sancte ducebant, sicut et ducunt, pericula quelibet in contemptum, post deliberationem super hoc cum fratribus suis sancte romane ecclesie cardinalibus necnon patriarchis, archiepiscopis, episcopis et prelatis, alijs et nonnullis principibus et jllustribus viris necnon prelatorum absentium capitulorumque atque conuentuum ecclesiarum et monasteriorum procuratoribus, tunc in dicto concilio constitutis, prehabitam diligentem, omnia bona dicti quondam ordinis Templi, que idem ordo, tempore quo magister et nonnulli ex fratribus dicti quondam ordinis in regno Francie communiter capti fuerunt, videlicet anno Domini millesimo trecentesimo octauo, mense octobris, per se uel quoscunque alios habebat, tenebat et possidebat ubilibet uel ad dictum ordinem ipsosque magistrum et fratres ipsius pertinebant seu pertinere poterant et debebant ordini dicti Hospitalis ipsique Hospitali donauit, concessit, uniuit, incorporauit, applicauit et annexuit im perpetuum, de apostolice plenitudine potestatis, bonis illis que idem ordo Templariorum in regnis et terris carissimorum in Christo filiorum nostrorum.. Castelle, ..Aragonum, ..Portugalie et ..Maioricarum regum jllustrium, extra regnum Francie habe-

---

almirante do reino Manuel Pessanha, a dízima dos rendimentos eclesiásticos do país atribuída pelo concílio geral de Viena para socorro da Terra Santa e outras necessidades da fé cristã, por 3 anos, para organização da armada portuguesa com mira na defesa dos cristãos contra os mouros granadinos (Cfr. os DOCS. 70, 71 e 72).

Tornando-nos aos comentários de CARL ERDMANN, a propósito desta mesma bula: — «A falar a verdade, o ponto vital da questão templária era o mesmo para D. Diniz que para Filipe o Belo de França: o destino dos bens da Ordem. Já em 1307, quando a tempestade se desencadeou sobre os templários, ele se apossara desses bens, contestando os direitos da Ordem e, pelo tempo adiante, defendeu o seu próprio direito a esses bens, valendo-se de ficções jurídicas (Fr. Brandão, *Mon. Lusit.*, VI, liv. 18, caps. 25 e 26; Figueiredo, I, 14 s., 56 s., 83, 199 ss.; Erdmann, pág. 57). Talvez lhe tivesse sido possível reter em suas mãos a porção principal dessa riqueza com métodos semelhantes aos que Filipe o Belo empregava. Não o fez. Só lhe interessava que o rico património não saísse para fora do país. E o que teria acontecido, pelo menos em parte, se os bens passassem para os cavaleiros de S. João».

«Mas o rei nunca pensara em abarrotar com eles os seus cofres. Julgou que ficariam bem aplicados, sendo entregues a uma Ordem que só lutasse em Portugal e para Portugal. Por esse motivo, fundou, em 1319, a Ordem dos cavaleiros de Cristo e destinou-lhe os bens dos templários. As Ordens de cavalaria afiguraram-se-lhe sempre uma forma de organização militar adequada para o país e nisso não se enganou. A Ordem de Cristo tomou grande incremento. Interessou-se essencialmente pela futura grandeza de Portugal e estabeleceu uma das mais importantes pontes entre a guerra mourisca do tempo das cruzadas e as viagens de descobrimento. O Infante D. Henrique, o navegador, foi seu grão-mestre; em nome da Ordem e com os capitais da mesma equipou ele os seus barcos» (*A idea de Cruzada*, pp. 51 e 52).

bat seu possidebat et ad eum poterant debite quomodolibet pertinere, dumtaxat exceptis que dictus predecessor, certis ex causis, pro parte regum ipsorum pretensis, a donatione, concessione, unione, incorporatione et annexatione predictis excepit specialiter et exclusit, ea nichilominus dispositioni et ordinationi apostolice reseruando; sed, ne propter pretensionem causarum huiusmodi, dictorum bonorum in dictis regnis et terris consistentium ordinatio diutius differretur, idem predecessor certum terminum dictis regibus, per suas litteras, peremptorium assignauit, in quo, per procuratores seu nuntios ydoneos, plenum ad hoc et speciale mandatum habentes, cum omnibus rationibus et munimentis ad causas pertinentibus memoratas, apostolico se conspectui presentarent informaturi eum de ueritate causarum et essentia predictarum eiusque super illis ordinationis beneplacitum audituri (2).

Post haec, autem, carissimus in Christo filius noster Dyonisius, Portugalie et Algarbij rex jllustris, propter hoc, ad predecessores eiusdem et subsequenter ad nostram, postquam fuimus, Domino permictente, ad apicem apostolice dignitatis assumpti, presentiam, nuntios suos, diuersis uicibus, destinauit, proponi faciens diuersas rationes et causas propter quas bona ipsa in regnis suis [con]sistentia uniri et incorporari non posse memorato ordini Hospitalis absque suo et regnorum suorum euidenti preiudicio et dispendioso periculo asserebat. Cuius in hac parte causis et rationibus coram nobis et fratribus nostris expositis, diligenter auditis, post longam tamen et diutinam examinationem, quam cum dilectis filijs Petro Petri, canonico Colimbriensi, et nobili viro Johanne Laurentij de Monteseratio, milite, nuntijs et procuratoribus dicti regis ad hoc legitimum mandatum habentibus, et etiam speciale cuius mandati copiam presentibus inseri iussimus, ad cautelam, habuimus diligentem (3).

---

(2) Sobre a extinção da Ordem do Templo e fundação da de Cristo veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 332 e ss. bem como a bibliografia nacional aí aduzida. Sobre os templários em geral, pode ver-se *Histoire de L'Eglise depuis les origines jusqu'a nos jours*, vol. 9, Paris, 1953, pp. 307-309 e a bibliografia aí citada. Sobre o processo respectivo, G. MOLLAT, *Les papes d'Avignon, 1305-1378*, Paris, 1949, pp. 369 a 389, e a copiosa bibliografia exarada nas pp. 402-409 e 562-565.

(3) Ao ocupar-se da fundação da Ordem de Cristo, D. RODRIGO DA CUNHA assevera que foi o franciscano bispo de Lisboa D. Fr. Estêvão quem sugeriu ao monarca a criação da nova Ordem Militar em substituição da dos Templários: — «Por seu cõselho, & por sua industria, a instituiu el Rey Dom Dynis dos bẽs dos Templarios mãdados extinguir por Clemente V & concilio de Viena, no anno de 1311» (*Historia Ecclesiastica da Igreia de Lisboa*, vol. 1, parte 2, fl. 236). Afirma também haver-se arrastado o assunto de 1311 a 1319, — «administrando entretanto, de ordem do sumo Pontifice, os bẽs dos Templarios na coroa de Portugal, o nosso bispo» (*Ibi*, fl. 236 v.). Mais explícito ainda é Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, ao traçar a biografia

Copyrighted material

Inter alia, per procuratores eosdem exposite nobis fuerunt graues iniurie, innumera dampna et alia multiplicia et enormia mala, non facile commemoranda presentibus, que hostes fidei perfidi sarraceni, iam retroantiquis et continuatis successiue temporibus, partibus illis quas fideles inhabitant hostibus eisdem contiguis intulerunt et inferre non cessant, qui inter cetera adhibenda remedia ad eorumdem hostium molimina refrenanda, utpote de conditionibus illarum partium plenam notitiam obtinentes ac de ipsius regis conscientia ad plenum instructi, aperuerunt nobis plures causas necessarias ac euidentes et probabiles rationes quod in Castromarino, Siluensis diocesis, in dicto regno Algarbij constituto castro utpote ualido, quod inexpugnabile quodammodo reddit loci dispositio naturalis, in fronteria dictorum hostium fidei consistente eisque contiguo, noua militia pugilum Christi qui, dimissis uanitatibus seculi, sancte religionis spontanei professores, circa zelum uere fidei sint accensi poterat collocari, quorum opere et prompto presidio predictis iniurijs, dampnis et malis, quorum illationi fera manus hostilis iamdudum uacauit liberius obuiari salubriter poterit in futurum et uia prestari facilior, non solum ad resistendum hostium predictorum congressibus, sed etiam ad impetus et conatus conterendos ipsorum et propulsandum eosdem et recuperandum partes alias intermedias per ipsorum hostium iam olim fraudulentas insidias occupatas (4).

---

daquele prelado: — «Entretanto, por ser homem de muito alto juizo, aconselhou a ElRei, que instituisse a Ordem dos Cavaleiros de Christo, a qual poderia suceder nos ditos bens à do Templo; & com o Papa agenciou fortemente, que elle a cõfirmasse, como depois confirmou no anno 1319 a os 14 de Março. Pelo que a seus conselhos, intercessão, & industria se atribue justamente parte notavel da gloria que rẽdéo a Portugal a fundação desta Ordem» (*Historia Serafica*, parte 2, liv. 8, cap. 30). D. Fr. Estêvão, antes de nomeado bispo do Porto, pela bula *Regimini universalis Ecclesiae*, de 11 de Fevereiro de 1310, fora Superior ou Custódio dos seus confrades da Custódia de Lisboa e confessor de el-rei D. Dinis. Mais tarde, passou à diocese olissiponense (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, pp. 406 e 506).

(4) Os delegados oficiais de el-rei D. Dinis, ao solicitarem na Cúria Pontifícia a criação de Ordem Militar portuguesa após o termo da nossa Reconquista, propõem-lhe, como programa, cruzada nacional contra os sarracenos, em defesa do território português confinante com o deles; tiram-lhe, pois, o carácter universalista, característico das grandes Ordens Militares. Ou, no dizer de ERDMANN: — «A cavalaria espiritual conservava ainda terreno em Portugal no século XIV, mas, — e este é o reverso da medalha — libertara-se totalmente da sua antiga missão de cruzada universal-cristã. D. Diniz criara a Ordem de Cristo *ad exaltationem fidei orthodoxae et regni nostri Algarbii;* os cavaleiros de Cristo eram declaradamente o expoente do poder militar do rei».

Mas este aspecto não era exclusivamente nosso na Península, como sublinha o mesmo autor: — «As cruzadas ibéricas, por sua própria essência, nunca exprimiram a ideia da guerra santa por forma tão estreme como as cruzadas orientais; porque, desde o princípio foram viciadas pela preponderância do interesse nacional sobre o

Exposuerunt quoque nobis procuratores predicti quod occurrit acceptius uotis nostris quod idem rex, premissa commoda fidei in examen attente considerationis inducens, tanquam princeps christianissimus, Deo deuotus, dictum castrum, ex quo sibi non parua proueniebat utilitas temporalis, ob tantum bonum eidem fidei prouenturum, cum mero et mixto jmperio omnibusque iuribus et iurisdictionibus paratus erat predicte noue milicie noui ordinis inibi ordinande ex sua propria munificentia, donatione perpetua, elargiri; propter quod, procuratores predicti nobis, ex parte ipsius regis, humiliter supplicarunt ut, eius in hac parte pro desiderio annuentes, nouam militiam pugilum Christi religiose uiuentium, in dicto castro constituere dignaremur (5).

Nos itaque, predictis causis et rationibus diligentius intellectis easque in attente meditationis indaginem deducentes, propter securitatem fidelium

---

fim espiritual. Além disso, no século XIV, a consciência nacional desenvolveu-se consideràvelmente entre os povos ocidentais. Devemos, portanto, pressupor, como bases ideais para a nova Ordem, não sòmente razões eclesiásticas, como também, pelo menos na mesma proporção, razões de ordem patriótica. — O reinado de D. Afonso IV (1325-1356) vem ilustrar sobremaneira estas nossas considerações» (*A idea de Cruzada em Portugal*, p. 52).

(5) O encarecimento com que se fala aqui a João XXII no proveito temporal que el-rei de Portugal auferia da praça de Castro Marim, o qual entretanto ele de-bom-grado cedia à nova Ordem, em doação perpétua, *ob tantum bonum eidem fidei prouenturum*, afigura-se demasiado, a julgar por outros textos coevos e posteriores. Fora escolhida talvez aquela povoação pela circunstância de comarcar com o Andaluz, para assim mais fàcilmente se obter em Roma o que se desejava: a concessão da nova Ordem Militar, dotada com os bens da extinta Ordem do Templo. E tanto esta dedução é óbvia, quanto é certo que, se a Ordem de Cristo chegou a instalar-se lá, não demorou ali a sua sede. Nos textos da Ordem não encontrámos a data de tal mudança. D. RODRIGO DA CUNHA, ao ocupar-se dela, afirma: — «Correndo o anno de 1356, sendo meestre da Ordẽ D. Nuno Rodrigues & Rey D. Afonso o Brauo, se mudou o cõuento de Castro Marim para Thomar, õde estaua o dos Tẽplarios» (*Hist. Eccles. da Igreia de Lisboa*, vol. 1, parte 2, cap. 85, fl. 237 v.). Porém isto não é verdade, como vamos provar. Na primeira Ordenação da Ordem de Cristo, de 11 de Junho de 1321, feita por seu primeiro Mestre Fr. Gil Martins, lê-se: — «Outrossi, reteemos Castelbranco pera morada de nos, meestre, con todolas cousas que a orden hy ha e en seus termhos e o que ha en Nisa e no Rodão e en Alpalhan e en Montaluan e en Ares» (DOC. 73). Isto dois anos depois da fundação da nova milícia. Entre 1321 e 1327 transferiu-se ou resolveu-se definitivamente não se instalar em Castro Marim a sede da Ordem; pois, em 8 de Agosto do segundo daqueles anos, no auto da Visita do Abade de Alcobaça à Ordem, lê-se: — «pro eo quod morari non poterat in Castro Marino, quod caput dicti ordinis milicie Ihesu Christi esse censetur, propter ibidem inualescentem famem et defectum domorum, sine quibus a regularibus personis nec custodiri nec tenui possunt obseruancie», andou ela por outras terras até que se fixou em Tomar (Original no ANTT., *Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 2, n.º 5). Ora a exiguidade da povoação e a deficiência de víveres acusada em 1327 era naturalmente a mesma de 1319, quando D. Dinis a indicou para sede da Ordem de Cristo.

et tutelam plurimaque bona exinde, annuente Domino, prouentura, cum fratribus nostris super hijs diligenti deliberatione prehabita, eiusdem regis laudabile in hac parte propositum disposuimus fauorabiliter prosequendum. Propter quod, de ipsorum fratrum consilio et apostolice plenitudine potestatis, ad infrascriptam ordinationem, diuinum super hoc inuocantes auxilium, duximus procedendum. Cum, enim, illa feda dictorum sarracenorum natio et impia christiani nominis inimica in fronteria dicti regni Algarbij contiguis terminis, ut pretangitur, constituta, regnum ipsum eiusque fideles in Summi Regis offensam per successus, proth dolor, retro temporum diuersorum tribulationibus multis afflixerit, periculis subiecerit uarijs et feritatem frequenter armauerit, sicut et armare conatur, in exterminium eorumdem; nos, eisdem regi et regno atque fidelibus aduersus eorumdem hostium conatus nepharios deprimendos, assistente nobis diuino presidio, prospicere cupientes, in predicto Castromarino, domum noui ordinis, pugilum Christi, prouidimus ordinandam. Quam quidem domum ipsius ordinis caput esse decernimus et ei parrochialem ecclesiam Sancte Marie eiusdem castri, dicte Siluensis diocesis, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis, donamus, concedimus, annectimus et unimus ac ad honorem Dei et exaltationem catholice fidei tutelam fidelium et depressionem infidelium predictorum, in dicta domo, predictum ordinem instituimus, auctoritate apostolica, et etiam ordinamus.

In quo prefata militia fidei athletarum, qui ordinem proprium profiteantur, sub obseruatione regule de Calatraua eiusdem regulares obseruantias seruaturi ydonei et in fidei soliditate prestantes debeat collocari ut sic idem regnum et fideles, eo feruentius, dictis hostibus resistere ualeant, quo, plurium uiribus conflatis in unum, maiori potentia fulcientur, auctoritate apostolica, de ipsorum fratrum consilio, statuentes quod ordo predictorum militum eiusdem noue militie ordo militie Jhesu Christi perpetuis futuris temporibus nuncupetur ac dilectum filium Egidium Martini, olim magistrum domus ordinis militie Calatrauensis de Auisio, Elborensis diocesis, eiusdem Calatrauensis ordinis professorem, de cuius uite munditia, religionis zelo, maturitate morum, strenuitate persone, integritate fidei et alijs innate sibi probitatis meritis laudabilia nobis testimonia sunt relata, eidem ordini militie Jhesu Christi, de ipsorum fratrum consilio, auctoritate predicta, preficimus in magistrum, ipsum a magisterio prefati ordinis militie Calatrauensis de Auisio, auctoritate presentium, absoluentes sibique curam, gubernationem et administrationem dicti ordinis militie Jhesu Christi plenarie commictentes, alienatione bonorum immobilium dicti noui ordinis sibi et suis successoribus et membris eius omnibus penitus interdicta, nisi in casibus a iure permissis et forma iuris debita obseruata, dilectis filijs fratribus dicte domus de Auisio uel hijs uel ei ad quos uel quem magistri prefate domus electio uel prouisio pertinet eligendi sibi personam ydoneam uel prouidendi de persona ydonea in magis-

Copyrighted material

trum dantes, tenore presentium, liberam facultatem. Dictumque ordinem magistrum qui nunc et qui pro tempore fuerit ac fratres eiusdem ordinis eisdem priuilegijs, libertatibus et indulgentijs gaudere uolumus quibus magister et fratres Calatrauenses gaudent (6).

Cui quidem ordini, plena super hoc cum eisdem fratribus deliberatione prehabita et de ipsorum consilio, ex causa premissa, Castrum Album, Longrouiam, Thomerium et Almoyrol necnon omnia alia castra, fortellicia et bona mobilia et immobilia uniuersa et singula quecunque et in quibuscunque consistentia, tam ecclesiastica quam mundana, necnon nomina, actiones, iura, iurisdictiones, imperium merum et mixtum, honores, homi-

---

(6) João XXII coloca à frente da Ordem de Cristo, como Mestre, Fr. Gil Martins, que já o era da Ordem de Avis; e, como normas orgânicas, marca à nova Milícia a Regra e Estatutos da Ordem Militar de Calatrava, base também da Ordem de Avis. A Ordem Militar de Calatrava, que é a mais antiga Ordem Militar e Religiosa espanhola, foi fundada em 1158 pelo Abade Raimundo de Fitero, para defender dos mouros a vila de Calatrava, e a sua Constituição aprovada por Alexandre III, em bula de 25 de Setembro de 1164 e confirmada por Gregório VIII e Inocêncio III. O fundador adoptou a Regra de S. Bento e Constituições de Cister. Ninguém fora de Cister podia exercer sobre ela o direito de Visita, que ela, por sua vez, exercia sobre as Ordens de Avis, Alcântara e Montesa. João XXII colocou assim, em 1319, a Ordem Militar de Cristo, portuguesa, sob a orgânica de outra Ordem Militar peninsular, a de Calatrava, mas independente da sua tutela; e, quanto a visita e correição, na dependência dos Abades Cistercienses de Alcobaça. Esta orgânica manteve-se até à reforma henriquina de 1437-1449, concretizada sobretudo na bula *Etsi suscepti cura*, do papa Eugénio IV, de 9 de Janeiro de 1443, e nos Estatutos da Ordem de Cristo, promulgados em carta executória do bispo de Viseu D. João Vicente, de 2 de Outubro de 1449, os quais vieram substituir-se aos de Calatrava, cortada também a dependência de Alcobaça com a nomeação de D. Henrique, por Eugénio IV, na citada bula de 1443, de «Administrador no espiritual e no temporal do Mestrado da Ordem de Cristo», quando as bulas da nomeação do Navegador por Martinho V, em 1420, o haviam constituído apenas Administrador do temporal do Mestrado. E assim se compreende como D. Henrique, em seu derradeiro Testamento, haja transmitido a espiritualidade das Ilhas Adjacentes e da Guiné à dita Ordem, a qual, pràticamente, já era desempenhada pelo Vigário de Tomar e das Ilhas, primeiro prelado *nullius dioecesis*, posto que sem carácter episcopal, do Ultramar henriquino, especialmente após a bula *Inter cetera*, de Calisto III, de 13 de Março de 1456, até à criação da diocese do Funchal em 1514.

Sobre a Ordem de Calatrava pode ver-se: *Histoire de L'Eglise*, vol. supracitado, pp. 313-14 e, para a bibliografia, a nota de p. 307; *Enciclopedia Vniversal Ilustrada Evropeo-Americana*, Barcelona, Espasa, t. 10, v. «Calatrava (Orden de)»; *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, v. «Calatrava» e a bibliografia aí citada; Fr. JUSTO PEREZ DE URBEL, *El Monasterio en la vida española de la Edad Media;* D. AUREA L. JAVIERRE MUR, *La Orden de Calatrava en Portugal;* Mons. MIGUEL DE OLIVEIRA, *A milícia de Evora e a Ordem de Calatrava* e *Origens da Ordem de Cister em Portugal;* DR. RUY DE AZEVEDO, *As Origens da Ordem de Evora ou de Avis;* P. CARLOS DA SILVA TAROUCA, *As origens da Ordem dos Cavaleiros de Evora (Avis)*.

nes et vassallos quoslibet cum ecclesijs, capellis et oratorijs quibuscunque ac suis iuribus, terminis et pertinentijs uniuersis quecunque ordo quondam Templi in prefatis Portugalie et Algarbij regnis tenebat, habebat et habere debebat, quecunque sint et in quibuscunque consistant et quocunque nomine censeantur et ad eum quacunque ratione uel causa debebant uel poterant pertinere, auctoritate predicta, concedimus, donamus, unimus, incorporamus, annectimus et im perpetuum applicamus, decernentes irritum et inane, si secus super predictis castris, bonis, a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, attemptatum forsan est hactenus uel contigerit im posterum attemptari.

Dictique procuratores, procuratorio nomine dicti regis, prout et de speciali mandato eis super hoc facto a rege predicto poterant, donauerunt dictum Castrum Marini, pura et irreuocabili donatione, Deo et dicti ordini ac nobis, recipientibus pro ordine noue militie Jhesu Christi et magistro predictis, cum omni iurisdictione, mero et mixto jmperio, hominibus, vassallis, homagijs fidelitatis seu alterius iuramenti, prestationibus, iuribus et pertinentijs uniuersis quecunque sint et in quibuscunque consistant et quocunque nomine censeantur et cum pleno ac libero et integro exercitio eorumdem et quicquid iuris in proprietate, dominio seu possessione uel quasi iure patronatus, iurisdictione, mero et mixto jmperio, hominibus, vassallis, homagijs fidelitatis seu alterius iuramenti prestationibus, honoribus, hominibus, actionibus seu alias quouismodo eidem regi in predictis castris nominatis et alijs castris, terris et locis non expressis, fortellicijs et bonis cum terminis et pertinentijs suis, que predictus ordo quondam Templi, tempore dicte captionis, magistri et fratrum predictorum tenebat, habebat uel habere debebat, quecunque sint et in quibuscunque consistant et quocunque nomine censeantur et ad eum quacunque ratione uel causa debebant seu poterant pertinere in regnis et terris regis eiusdem dictus rex habebat uel ad eum in eisdem posset quomodolibet pertinere, eidem nouo ordini militie Jhesu Christi in nostra et dictorum fratrum presentia, concesserunt, dederunt et donauerunt libere, munifice, pure, simpliciter et irreuocabiliter inter uiuos, promictentes, procuratorio nomine dicti regis, prout similiter in mandatis habebant, quod idem rex, postquam ad eum premissa peruenerint, quamprimum commode poterit, dictum Castrum Marinum necnon vniuersa castra, fortellicia, terras, loca, bona et iura predicta prefatis magistro et fratribus eiusdem noui ordinis faciet tradi et assignari integraliter cum effectu ipsosque dictorum castrorum, terrarum, locorum, bonorum, iurisdictionis, meri et mixti jmperij et aliorum iurium predictorum plena et pacifica possessione et quasi gaudere, amotis quibuslibet detentoribus ab eisdem eisque de ipsorum fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus, obuentionibus et alijs uniuersis integre responderi.

Jn predicto, autem, ordine per nos, ut premictitur, nouiter instituto, dilectus filius.. abbas monasterij de Alcobatia, Cisterciensis ordinis, Vlix-

bonensis diocesis, qui est et erit pro tempore, uisitationis et correctionis officium, tam in capite quam in membris, quotiens expedierit, debeat exhibere, corrigens et reformans in eo, futuris temporibus, que correctionis et reformationis auxilio indigere prospexerit quecunque, licet ordini Cisterciensis in ordine Calatrauensi contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo. Volumus insuper quod prefatus abbas, qui est et pro tempore fuerit uel eius locumtenens uel, loco uacante, administrator monasterij a dicto magistro noui ordinis militie Jhesu Christi, qui est et successoribus eius qui pro tempore fuerint, iuramentum fidelitatis, nomine nostro et romane ecclesie, recipere debeat, sub forma infrascripta, quotiens in eodem nouo ordine magister aliquis assumetur, dictusque abbas formam iuramenti predicti, quod dictus magister prestabit, quam citius commode poterit, sedi apostolice destinare procuret.

Dictoque iuramento prestito ac nichilominus postea, pro plena securitate ipsorum regis et regnorum Portugalie et Algarbij, et ad propellenda imminentia sibi queque pericula quod prefatus magister dicti ordinis militie Jhesu Christi et successores sui magistri noui ordinis memorati qui erunt pro tempore uel dictis magistris absentibus, eorum loca tenentes, antequam administrationi huiusmodi bonorum se ingerant, coram dicto rege qui nunc est uel qui pro tempore fuerit, si regem ipsum tunc in aliquo dictorum regnorum Portugalie seu Algarbij fore contigerit, personaliter se presentent eique prestent iuramentum personale et homagium faciant sub hac forma videlicet: quod ipse magister fidelis erit dicto regi et per se uel alium nunquam aliquid faciet uel procurabit uel fieri seu procurari consentiet publice uel occulte, propter quod eidem regi et suis uel regnis aut terris eius aliquod dampnum ualeat euenire. Quod, si forte sciret aliquid procurari uel fieri quod in dampnum dicti regis aut regnorum et terrarum ipsius esset uel cedere posset, id eidem regi, quam cito poterit, intimabit uel faciet intimari et nichilominus impediet iuxta posse quodque de castris, villis, locis et bonis et iuribus ac hominibus que dictus nouus ordo militie Jhesu Christi habet ad presens uel habebit im posterum in regnis et terris predictis, nunquam dicto regi uel regnis ac terris uel subditis suis, eodem magistro sciente, uolente, mandante aut ratum habente, aliquod dampnum eueniat in futurum. Quod, si forte id sciuerit uel senserit, totis impediet uiribus et, quantum in eo fuerit, amouebit. Juramentum, uero, et homagium supradicta per dictum magistrum, non ratione dictorum bonorum, sed ratione persone prestantis, regi prestari et fieri uolumus supradicto nullumque ipsi regi, ex iuramento uel homagio sepedictis, in bonis eisdem quomodolibet ius acquiri.

Que quidem iuramentum et homagium idem rex, infra decem dierum spatium postquam a magistro qui est et erit pro tempore fuerit requisitus, ab eodem magistro offerente recipere teneatur. Quod, si rex ipse iura-

mentum et homagium huiusmodi, infra terminum ipsum, forte recipere non curaret, liceat dicto magistro qui est et erit pro tempore, absque predictorum prestatione et regis ipsius licentia, recedere et officium magisterij bonorum huiusmodi exercere libere et sicut pro utilitate dicti noui ordinis sibi uidebitur expedire, administrare plenarie in eisdem. Si uero in primo eiusdem magistri dicti noui ordinis militie Jhesu Christi aduentu, quem nunc prefecimus et qui preficietur pro tempore ad regna predicta, dictum regem qui nunc est uel qui pro tempore fuerit ab ipsis regnis abesse forte contigerit, idem magister locumtenenti dicti regis teneatur iuramentum prestare et homagium facere supradicta. Eodem uero magistro absente, locumtenens ipsius teneatur dicto regi, si in aliquo dictorum regnorum extiterit. Alioquin, eiusdem regis locumtenenti iuramentum prestare et homagium facere sicut superius est expressum. Et, si contingeret fortassis interdum quod ordini et bonis predictis magister aliquis non preesset, locumtenens ipsius aut ille qui bonorum ipsorum administrationem habuerit prefato regi uel eius locumtenenti, ipso rege a regnis predictis absente, iuramentum prestet et homagium faciat supradicta.

Jnferiores quoque preceptores dicti ordinis militie Jhesu Christi eorumque locumtenentes, cum preceptores ipsos a dictis regnis eiusdem regis abesse contigerit, antequam incipiant in bonis administrare predictis, offere iuramentum et homagium huiusmodi dicto regi, si ipse in aliquo loco dictorum regnorum in quo preceptoria huiusmodi fuerit presens extiterit. Alioquin, locumtenenti eius, infra predictum tempus, huiusmodi iuramentum prestare et homagium facere teneantur; quo elapso, siue dicta iuramentum et homagium sint recepta uel etiam non recepta, liceat predictis inferioribus preceptoribus uel ipsorum locatenentibus ad eorum loca redire et absque predictorum prestatione et regis eiusdem seu locumtenentis ipsius licentia, in bonis administrare libere supradictis.

Volumus, tamen, quod magister ipse aut preceptor maior predicti ordinis militie Jhesu Christi seu locumtenens ipsius, eo absente, et preceptores alij seu eorum locatenentes qui fuerint sub eodem in regnis et terris eiusdem regis, ad curias ipsius regis accedant et ei et suis heredibus ac successoribus omnia faciant que ordo Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, in regnis predictis consistens, sibi et predecessoribus suis facere consueuit, reseruatis etiam omnibus iuribus et seruitijs prefato regi et successoribus suis a prefato ordine militie Jhesu Christi prestandis, que dictus rex et predecessores sui a dicto ordine Hospitalis in regnis prefatis existente, retroactis temporibus, habere consueuerunt et adhuc etiam habere noscuntur.

Statuimus, preterea, et etiam ordinamus quod quotiens, per cessionem seu decessum ipsius magistri dicti noui ordinis uel quocunque alio modo, eundem nouum ordinem proprio carere magistro contigerit, aliqua militaris et religiosa persona eundem nouum ordinem expresse professa a fratribus

eiusdem noui ordinis, iuxta morem hactenus in Calatrauensi ordine obseruatum, eligi debeat in magistrum, que, absque alia confirmatione, pro confirmato, eo ipso, auctoritate apostolica, habeatur quodque, a tempore uacationis per eiusdem magistri obitum uel alio quocunque modo noui ordinis memorati, illi milites et fratres eiusdem noui ordinis bona ipsius in eodem nouo ordine libere administrent quousque eidem nouo ordini fuerit, ut premictitur, de magistro prouisum, qui iuxta obseruantias dicti Calatrauensis ordinis, quas circa hoc in predicto nouo ordine uolumus obseruari, ad administrationem huiusmodi fuerint deputati. Et nichilominus dicti procuratores promiserunt se bona fide facturos et curaturos, quod predictus rex ea omnia et singula, prout ad eum pertinebit, pertinere poterit et debebit, approbabit, rata habebit et grata eaque seruare et adimplere curabit, ullo unquam tempore in contrarium non uenturus. Tenor, autem, procuratorij seu mandati dictorum Petri et Johannis per omnia talis est.

Nouerint vniuersi presentis procurationis litteras inspecturi quod nos, Dionysius, Dei gratia rex Portugalie et Algarbij, constituimus, facimus ac etiam ordinamus procuratores nostros ueros, legitimos et sufficientes ac nuntios speciales nobilem uirum Johannem Laurentii, militem, et discretum virum Petrum Petri, Colimbriensem canonicum, familiares nostros, latorem seu latores presentium, utrumque ipsorum in solidum. Jta quod non sit melior condicio occupantis, sed quod unus inceperit alter mediare ualeat et finire, super quibuscumque gratijs pro nobis et dictis regnis nostris a sanctissimo patre ac domino domino Johanne, diuina prouidentia sacrosancte romane ac vniuersalis ecclesie summo pontifice, impetrandis necnon ad tractandum, ordinandum et compositionem faciendum seu componendum cum dicto domino summo pontifice et cum alijs quibuscunque qui sua crediderint interesse super omnibus et singulis bonis que a fratribus ordinis quondam Templariorum in regnis nostris tenebantur et super omnibus alijs bonis que in eisdem regnis nostris a quolibet alio ordine militari tenentur seu teneri consueuerunt et super ponendis seu ordinandis magistro seu magistris in omnibus prefatis bonis, prout dictis procuratoribus nostris et cuilibet eorum uidebitur expedire, concedentes sibi et utrique ipsorum plenam, generalem et liberam administrationem super negotijs predictis et quolibet eorumdem et generaliter ad omnia alia et singula faciendum et exercendum que circa premissa seu premissorum quodlibet fuerint necessaria seu etiam opportuna et que nos facere possemus, si personaliter presentes essemus, etiam si mandatum exigant speciale, promictentes nos ratum et firmum perpetuo habituros quicquid per dictos procuratores nostros seu per alterum ipsorum actum seu procuratum fuerit in premissis et in quolibet premissorum, sub ypotheca et obligatione omnium bonorum nostrorum. Jn cuius rei testimonium, has nostre procurationis litteras sigilo nostro dependenti fecimus communiri. Datum

Vlixbone, quartadecima die mensis augusti, rege mandante. Dominicus Johannis notauit. Era millesima trecentesima quinquagesima sexta.

Forma, uero, iuramenti quod idem Egidius Martini, magister dicte domus ordinis militie Jhesu Christi, et quilibet successorum suorum prestabit talis est. Ego.. magister domus ordinis militie Jhesu Christi, ab hac hora in antea, fidelis et obediens ero beato Petro, sancte apostolice ecclesie romane et domino meo pape suisque successoribus canonice intrantibus. Non ero in consilio aut consensu uel facto ut uitam perdant aut membrum uel capiantur mala captione; consilium uero quod michi credituri sunt, per se aut per nuntios suos siue per litteras, ad eorum dampnum, me sciente, nemini pandam. Papatum romanum et regalia Sancti Petri adiutor eis ero, ad retinendum et defendendum, saluo meo ordine, contra omnem hominem. Legatum apostolice sedis, in eundo et redeundo, honorifice tractabo et in suis necessitatibus adiuuabo. Vocatus ad synodum, ueniam, nisi prepeditus fuero canonica prepeditione. Apostolorum limina, singulis triennijs, uisitabo aut per me aut per meum nuntium, nisi apostolica absoluar licentia. Possessiones, uero, ad domum meam et ordinem predictum spectantes non uendam nec donabo neque impignorabo neque de nouo infeudabo uel aliquo modo alienabo, inconsulto romano pontifice. Sic me Deus adiuuet et hec sancta Dei evangelia.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrarum constitutionum, donationum, concessionum, annexionum, unionum, institutionis, ordinationum, prefectionis, absolutionis, commissionis, dationis, uoluntatum, incorporationis, applicationis et statuti infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Auinione, ij idus martij, pontificatus nostri anno tertio.

62

14 MARÇO 1319

Bula Ad ea ex quibus, *de João XXII, de fundação da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, em versão portuguesa oficial de 11 de Maio de 1320, feita em Santarém pelo tabelião Domingos Eanes, por ordem régia.*

ANTT., *Gaveta* 7, maço 8, n.º 5, inserta no texto de pública-forma original de 11 de Maio de 1320, — o DOC. 69, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 120 v.

Copyrighted material

Johanne bispo, seruo dos seruos de Deus.

Pera renembramento de senpre, nossa uoontade he de põermos femença con todos nossos deseios en aquelas cousas per que se acrecente o seruiço de Deus e a folgança dos fiees profeyte en assessego e o muro da defenssom e valo forte se possa põer contra os conbatimentos dos enmijgos da fe.

Certamente tempo ha que papa Clemente Quinto, nosso antecessor, tolheu per firme stabelecimento, pera senpre, no concelho de Viana, louuan-doo o dicto concelho per certas e aguisadas razões, a orden que en outro tempo era chamada da caualaria do Temple de Jherusalem e stremada-mente defendeu, quanto pode, que dali adeante, pera senpre, nẽhũu non fosse ousado de receber a dicta orden nen trager auito dela nen sse chamar por Templeyro, reseruando todolos beens da dicta orden que a egreia de Roma ordĩhasse deles en como teuesse por ben.

E parando mentes, o dicto nosso antecessor, como os muytos amados filhos maestre e freyres do Hospital de Sanoane de Jerusalem, nobres honrradores e defensores da fe de Jhesu Christo e da rreligoen dos christãaos e, stremadamente, nas partes dultramar, non receauan nen recean quaesquer perigoos pera defender aquelas partes e cobrar a Terra Sancta de Jherusalem, esgardando todesto e liurandoo con gran femença; con seus jrmãaos os cardeaaes da egreia de Roma e con patriarcas, arce-bispos, bispos e outros prelados e con algũus princepes e outros nobres homees e con os procuradores que enton foron no dicto concelho de Viana, dos prelados e dos cabidoos e dos conuentos e das egreias e dos moestey-ros que enton non eram no dicto concelho, deu e outorgou e aiuntou e encorporou, de poderio conprido, aa dicta orden do Hospital, pera senpre, todolos beens que en outro tempo a dicta orden do Temple auia, tijnha e possuya, per si ou per outros quaesquer, en qualquer logar que os a dicta orden ouuesse ou a ela ou aos dictos maestre e freyres perteecessem ou deuiam e podiam perteecer de dereyto no tempo que os dictos maestre e algũus dos seus freyres forom presos no rreyno de França, conuen a saber no ano da encarnaçon de Jhesu Christo de mil e trezentos e oyto no mes doutubro. Na qual doaçon e outorgamento e aiuntamento e encorpo-raçon sobredictos tirou tam solamente aqueles beens que a dicta orden do Temple auya e posoya ou lhi perteeciam de dereyto, en qualquer maneyra, nos rreynos e terras dos muyto amados nossos filhos en Christo rreis, nobres de Castela, dAragon, de Portugal e de Mayorgas, afora do rreyno de França. A qual exceyçon fez o dicto nosso antecessor por certas razões que os dictos rrex por sy poỹham, pero guardando estes beens sobredictos pera ordĩhar deles a egreia de Roma aquelo que por ben teuesse.

Mays, por se non perlongar a ordĩhaçon dos dictos beens, per razon dessas razões que forom mostradas, o dicto nosso antecessor pos tempo peremtorio per asas leteras aos dictos rreis en que parecessem perantel, per

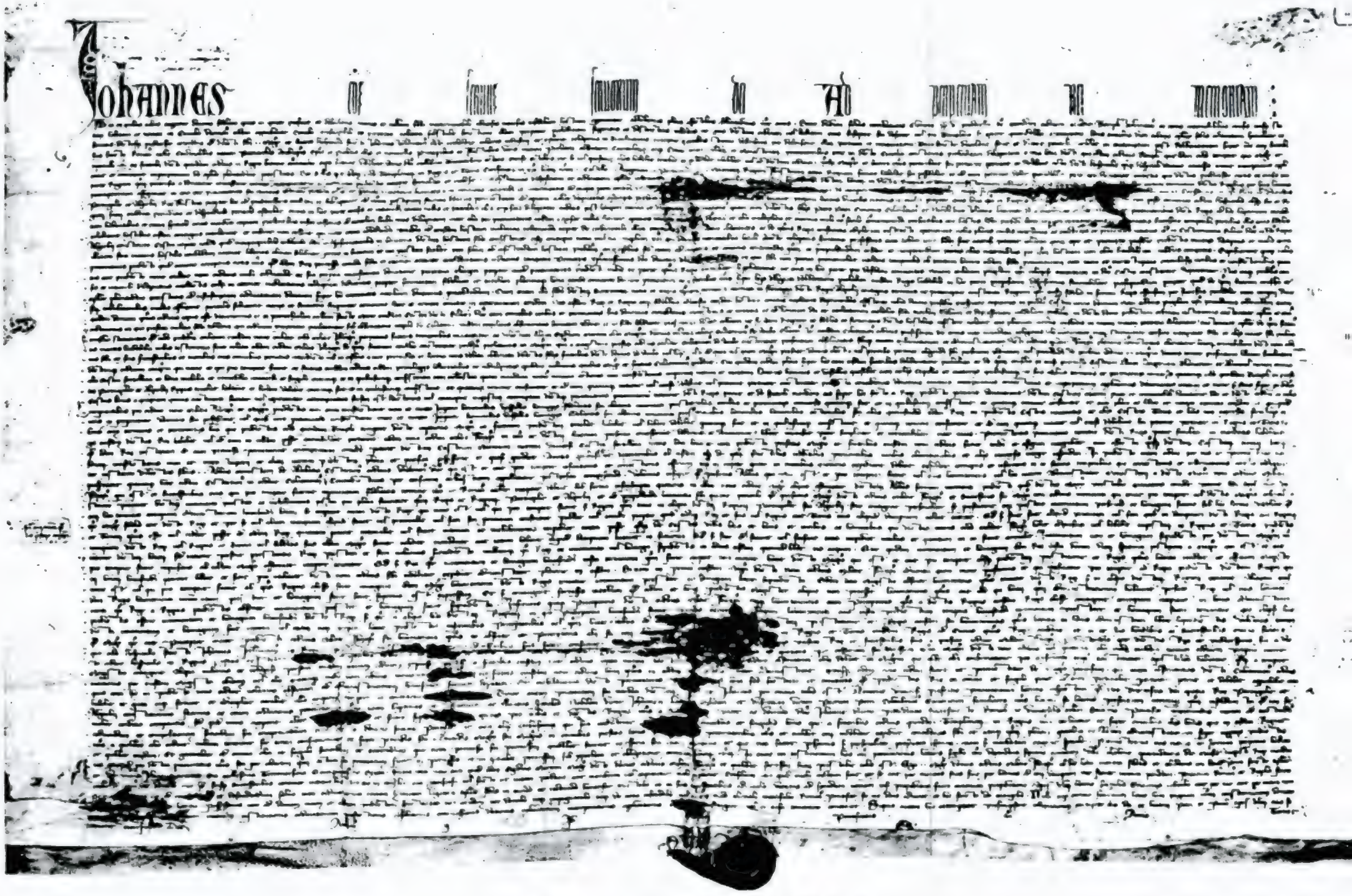
seus procuradores ou mandadeyros conuenhauees, con conprido e special mandado e con as rrazões e firmidões que por si, en este feyto, ouuessem e o enformassem da uerdade e da certijdoen dessas razões e pera ouuirem aquelo que el por ben teuesse fazer, en ordīhamento desses beens.

E depos estas cousas, o muyto amado nosso filho don Denis, nobre rrey de Portugal e do Algarue, enuyou ao dicto nosso antecessor e a nos, depoys que nos Deus adusse a este stado, seus mandadeyros per algũas uezes e fez propõer desuayradas razões e dereytos per que os dictos beens que forom do Temple que eram nos seus rreynos non se podiam iuntar nen encorporar aa dicta orden do Hospital sen gram perigoo e gran preioizo seu e dos seus rreynos. O qual preyto e razões ante nos e nossos jrmãaos mostrados e ouuidos con femença e, uisto o feyto perlongadamente e feyta sobrel grande examinaçon, a qual fezemos con os muyto amados filhos Pero Perez, coonigo de Coymbra, e Joham Lourenço de Monssaraz, caualeyro, mandadeyros e procuradores do dicto rrey, que auiam lijdemo e special mandado pera esto, a copia do qual mandado fezemos põer en este nosso priuilegio, por cautela.

E, antre as outras cousas que nos forom mostradas pelos dictos procuradores, mostraronnos grandes desaguisados e muytos danos e outras muytas cousas e muy straỹhos maaes, que seeria longo de contar, que os mouros perfyosos, enmijgos da fe de Christo, fezerom per muytas uezes e fazem e non quedam fazer en aqueles logares que a eles som chegados e vezĩos en que moram os fiees de Christo.

E, antre os outros rremedios que podiamos auer pera refrear a maldade dos enmijgos da fe, mostraronnos, assi como aqueles que conpridamente auiam conhoscimento daqueles logares e que sabiam a consciencia do dicto rrey, muytas razões muy necessarias e claras e prouadas que en Crasto Marim, do bispado de Silue, que he no rreyno do Algarue, castelo muy forte a que a desposiçon do logar da seer defeso, que he na fronteyra dos dictos enmijgos e parte con eles, podiasse fazer noua caualaria de lidadores de Jhesu Christo, que leyxassem a uaydade do mundo e prometessem, de ssa uoontade, sancta rreligion e fossem auiuados na uerdadeyra fe de Christo e en esto poderia põer rremedio aos dictos desaguisados e danos e maaes que a crua companha dos dictos enmijgos fezera e fazia, non tam solamente pera tolher as uijdas danosas que os dictos enmijgos hi fazen, mays ainda pera britallos e empuxalos e pera cobrar algũas terras que os dictos enmijgos ham cobradas.

Mostraronnos ainda os dictos procuradores outra razon que nos deu mays na uoontade: que o dicto rrey, consijrando con gran femença todos estes exalçamentos da fe de Christo, assi como princepe muy cristãao e deuoto a Deus, queria dar de ssa graadeza, por sempre pera tanto ben da fe, aa noua orden da caualaria de Jhesu Christo que se hi ordīhasse, o dicto castelo, de que el recebia gran prol temporal, con mero e mixto jmpe-



Est. V. — Bula *Ad ea ex quibus* de João XXII de 1319 (Doc. 61).

rio e todolos dereytos e jurisdições que hi auia. E, porende, os dictos procuradores supplicarom a nos, muyto homildosamente, da parte do dicto rrey, que teuessemos por ben e outorgassemos que sse conprisse en esto o seu piadoso deseio, fazendo noua caualaria dos lidadores de Christo, que uiuessem en rreligion no dicto castelo.

E, nos, ueendo o que os dictos procuradores diziam e esgardando as rrazões que sobresto mostrauam e cuydandoas con femença, por segurança e guarda dos fiees e muytos outros beens que ende poderam uijnr, querendo Deus, liurando sobre estas cousas con nossos jrmãaos como deuiamos, teuemos por ben de seguir en este fecto o boom propoimento do dicto rrey.

E, poren, de conselho dos cardeaaes nossos jrmãaos e de poderio conprido, chamando sobresto aiuda de Deus, ordīhamos esta ordīhaçon que se adeante segue por que aquela lixosa naçon dos dictos mouros, enmijga sen piedade do nome de Christo, que he fronteyra do dicto rreyno do Algarue, como parte per seus termhos con esse rreyno, como dicto he, atormentou, per algũas uezes, o dicto rreyno e os fiees que en el morauam con muytas tribulações, en deshonrra do rrey do ceeo e os meteu en desuayrados perigoos e armou per muytas uezes e trabalha armar, en destroymento deles, de que nos deuemos muyto doer. Poren, nos, cobijçando acorrer, con aiuda de Deus, a esse rrey e ao rreyno e aos fiees pera quebrantarem os poderios scomungados dos enmijgos, teuemos por ben dordīhar, con aiuda de Deus, casa de noua orden de caualaria de Jhesu Christo eno dicto castelo de Crasto Marin, a qual casa teemos por ben que seia cabeça dessa orden. E damoslhi a egreia parrochial de Sancta Maria desse castelo, do bispado de Silue, e outorgamoslha e aneyxamola e aiuntamola aa dicta orden con todos seus dereytos e perteenças.

E, a honrra de Deus e a eyxalçamento da fe catholica e por guarda dos fiees e por abayxamento dos dictos enmijgos, ena dicta casa stabelecemos e ordīhamos a dicta orden, pelo poder que auemos, en que possa seer iuntada a dicta caualaria dos lidadores da fe e que façam profissom aa dicta orden, segundo a rregra e as ordīhações de Calatraua, en tal que o dicto rreyno e os fiees del en hũu iuntados se possam apõer mays de uoontade e con moor força aos dictos enmijgos. Ordīhamos e stabelecemos pelo poder que auemos, con conselho de nossos jrmãaos, que a orden dos dictos caualeyros seia chamada, pera todo sempre, orden da caualaria de Jhesu Christo e fezemos, de poderio conprido e de conselho de nossos jrmãaos, maestre ena dicta orden o muyto amado nosso filho Gil Martijz, que ante era maestre da casa dAuis, bispado dEuora, da caualaria da orden de Calatraua, professo dessa orden de Calatraua, de que ouuemos testemuỹos de louuor de uida limpha que fazia e de rreligion que gardaua, de boons costumes, de nobreza de ssa pessõa e de conprimento de fe e doutros muy boons costumes de que he louuado.

E, pelo poderio sobredicto, quitamolo do dicto maestrado dAuis e outorgamoslhi, conpridamente, a cura e aministraçon e rregimento da orden da caualaria de Jhesu Christo, saluo que el nen seus sucessores nen seus comendadores e freyres non possam, per nẽhũa guisa, en alhear os beens de rraiz da dicta orden, senon nos casos que de dereyto som outorgados, agardandosse hy a forma do dereyto.

E damos poderio conprido, pelo poder destas cartas, aos amados freyres da dicta casa dAuis ou aaqueles ou aaquele a que perteece, de dereyto, a eleyçon ou prouisom do dicto maestre que possam eleger pessõa conuenhauel ou proueer dela pera maestre da dicta casa.

E queremos que a dicta orden de Jhesu Christo e o maestre que hora he e os que adeante forem e os freyres dessa orden haian e usen de todolos priuilegios e liberdades e endulgenças que ham o maestre e os freyres da orden de Calatraua.

E outorgamos e dõamos e aiuntamos e encorporamos e aneyxamos, pera todo sempre, aa dicta orden de Jhesu Christo, auudo conselho con nossos jrmãaos e de seu conselho e pela razon que dicta he: Castelbranco, Longrouha, Thomar, Almoyrol e todolos outros castelos, fortelezas e todolos outros beens, mouijs e de rraiz, todos e cada hũu deles, quaesquer e en quaesquer cousas que seiam, assi spirituaaes como temporaaes, deuidas e demandas, dereytos, jurisdições, mero mixto jmperio, honrras, homees e todolos vassalos con egreias, capelas, oratorios quaesquer e todos seus dereytos, termhos e todalas perteenças que a orden do Temple en outro tempo tijnha, auya e deuia aauer nos dictos rreynos de Portugal e do Algarue e quaesquer cousas e en que quer que seiam e so qualquer nome e per qualquer razon ou maneyra deuiam ou poderiam perteecer aa dicta orden do Temple, auendo por uãao e por nenhũu se en outra maneyra foy fecto ata aqui, por quemquer que o fosse a ssabendas ou a non sabendas, sobrelos dictos castelos e beens ou for ordĩhado daqui adeante.

E os dictos procuradores, en nome do dicto rrey, assi como melhor podiam, per poder da dicta procuraçon e per mandado special que sobresto auiam do dicto rrey, dõarom, per pura dõaçon, e que sse non possa rreuogar o dicto castelo de Crastomarin a Deus e aa dicta orden e a nos, que o recebemos pera a orden da noua caualaria de Jhesu Christo e pera o sobredicto maestre, con toda iurisdiçon e mero misto jmperio, homeens, vassalos, menagees de fyeldade ou doutro juramento, dereytos e perteenças, quaesquer que seiam e en quaesquer cousas e so qualquer nome, cum conprido e liure e entregue uso de todas elas.

E outrossi outorgaron, deron e dõaron aa dicta orden, pelo poderio sobredicto, liuremente, de uoontade, puramente, simplezmente, en presença de nos e de nossos jrmãaos, pera senpre, que nunca sse possa reuogar antre os uiuos, todo o dereyto que o dicto rrey auia ou lhi perteecia de dereyto, na propriedade, no senhorio ou na possissom ou como en dereyto

de padrõado, na iurisdiçon, no mero misto imperio, homees, vassalos, menagees de lealdade ou doutros iuramentos que ouuessem de fazer, nas honrras, nos homeens, nas demandas e en outra qualquer maneyra que fossem teudos ao dicto rrei, nos dictos castelos que som nomeados e nos outros castelos e terras e logares, fortelezas e beens que non som nomeados, termhos e perteenças, assi como as a orden do Temple tijnha, auia ou auia dauer no tempo en que o dicto maestre e os dictos freyres forom presos e todolos dereytos, quaesquer e en quaesquer cousas que seiam e so qualquer nome ou per qualquer razon, que perteecessem ou deuessem perteecer ao dicto rrey, nos dictos seus rreynos e terras.

E os dictos procuradores prometerom, en nome do dicto rrei, per poder da dicta procuraçon, e assi como auiam special mandado do dicto rrey, que o dicto rrey, depoys que a el as dictas cousas chegassem, fezesse dar e assinaar, entreguemente con obra, ao dicto maestre e freyres da dicta noua orden, o dicto castelo de Crasto Marim e todolos outros castelos, fortelezas, terras, logares e beens e dereytos sobredictos e fazerlhis responder de todolos dereytos, fruytos, rendas, proueytos, gaanhos e de todalas outras cousas, conpridamente, e põelos en pacifica possissom dos dictos castelos, terras, logares e beens, iurisdiçon, mero mixto imperio e de todolos outros dereytos, tolhendolhende todos aqueles que esses bees ou parte deles teuessem ou enbargassem.

E na dicta orden, que assi per nos de nouo he fecta, como dicto he, o muyto amado filho abade dAlcobaça, orden de Cistel, do bispado de Lixbõa, que hora he e que adeante for, deue fazer, cada que conprir, correycon e visitaçon assi no maestre como nos freyres, qual conuen aa orden de Cistel fazer na orden de Calatraua, corregendo, refazendo e reformando aquelo que uir que he pera correger e pera reformar e costrenger, per sentença da egreia, os que contra esto ueerem non lhis recebendo apelaçon.

Queremos ainda sobresto que o dicto abade, que hora he ou que adeante for, ou o que teuer seu logo ou, se uagar o logo, o que o moesteyro ministrar, rrecebam iuramento de fieldade do dicto maestre da noua orden da caualaria de Jhesu Christo e de seus sucessores, en nosso nome e da egreia de Roma, so a forma que adeante he scrita e este iuramento receba cada que algũu maestre de nouo for fecto na dicta orden. E o dicto abade trabalhe denuiar a forma do iuramento aa corte de Roma, o mays cedo que poder. E, feyto o dicto iuramento, por conprida segurança do dicto rrey e dos seus rreynos de Portugal e do Algarue e por se tolherem outros perigoos que hi poderiam acaecer, o dicto maestre da orden da caualaria de Jhesu Christo e os seus sucessores ou os que teuerem seus logares, se os maestres hi non forem, ante que aministrem dos dictos beens, deuemsse apresentar, per pessõa, ante o dicto rrey que hora he e os que adeante forem, se o dicto rrey for en esse tempo nos rreynos de Portugal e do

Algarue, e per seu corpo lhi façam iuramento e menage, so esta forma conuem a saber.

Que o dicto maestre gardara sempre lealdade ao dicto rrey e que nunca fara nen procurara, per si, nen consentira que se per outren procure, en publico nen en ascondudo, nẽhũa cousa de que possa uijnr dano ao dicto rrey nen aos seus nen aos seus rreynos nen aas ssas terras. E se, peruentura, souber que se algũa cousa procura ou se faz que seia en dano do dicto rrey e dos seus rreynos e das ssas terras, que lho fara saber, per si ou per outren, o mays cedo que poder e que o enbargara quanto poder.

Outrossi, lhi fara menage e juramento que dos castelos, vilas, logares, beens, dereytos e homeens que a dicta noua orden da caualaria de Jhesu Christo hora ha ou daqui adeante ouuer enos rreynos e nas terras sobredictas que nunca ende uenha dano ao dicto rrey nen aos seus nen a seus rreynos nen a ssas terras, per sabedoria nen per uoontade nen per mandado nen per consentimento do dicto maestre e que o non auera por firme. E, se o souber ou entender, que o enbargue a todo seu poder e parta quanto poder.

E o juramento e menage sobredictos queremos que se façam ao dicto rrey, non per razon dos beens sobredictos, mays per razon da pessõa que o juramento fezer, non gaanhando o dicto rrey, pela dicta menage, nẽhũu dereyto nos dictos beens; o qual juramento e menage o dicto rrey deue tomar do dicto maestre e dos seus sucessores ata dez dias depoys que for demandado do dicto maestre. E, se o dicto rrey non curar de receber o dicto iuramento e menage ata o dicto tempo, o dicto maestre, que hora he e o que o for pelo tempo, se possa yr a bõa uentura sen lhi fazer a dicta menage e sen lecença do dicto rrey e usar do officio do maestrado e aministrar conpridamente dos dictos beens, assi como uir que mayor prol seera da dicta noua orden. E se, peruentura, agora, quando este maestre que nouamente fazemos e os outros que se fezerem pelo tempo ueerem aos dictos rreynos de Portugal e do Algarue, o dicto rrey que hora he ou os seus sucessores non forem nos dictos rreynos, o dicto maestre seia teudo fazer o dicto iuramento e menage ao que teuer logo desse rrey; e, se o maestre hi non for, o que teuer seu logo seia teudo de o fazer ao dicto rrey, se en esse tempo for en seus rreynos e senon ao que teuer seu logo como dicto he. E, se peruentura acaecesse que non ouuesse maestre na dicta orden, o que teuer seu logo ou os beens aministrar seia teudo fazer o dicto juramento e menage ao dicto rrey ou ao que teuer seu logar, quando el non for nos seus rreynos.

Todolos outros comendadores meores da dicta orden da caualaria de Jhesu Christo ou os que teuerem seus logares, quando eles non forem nos dictos rreynos, seiam teudos a fazer o dicto juramento e menage ao dicto rrey ante que aministrem dos dictos beens, se elrrey for nos seus rreynos en que he a comenda que teen; e, en outra guisa, façamno ao que teuer seu

logar ante do dicto tempo. O qual passado ou o dicto iuramento e menage, ou seiam recebudos ou non seia outorgado aos dictos comendadores ou aos que teuerem ssas uezes de sse tornarem a seus logares e sen fazendo a menage e o dicto juramento e sen lecença do dicto rrey ou do que steuer en seu logo, possam, liuremente, aministrar nos dictos beens; pero, queremos que o dicto maestre e o comendador moor da dicta noua orden da caualaria de Jhesu Christo ou o que teuer seu logar, se el hi non for. E os outros comendadores que so el forem e os que teuerem ssas uezes enos rreynos e nas terras do dicto rrey uaan aas cortes do dicto rrey, quando os chamar, e façam a el e aos seus herdeyros e aos seus sucessores todalas cousas que a orden do Hospital de SanOane de Jherusalem que he nos seus rreynos, costumou de fazer a el e aos seus antecessores, ficando ao dicto rrey e a seus sucessores reseruados na dicta orden de Jhesu Christo, pera lhi fazerem hi todolos dereytos e seruiços que o dicto rrey e os seus antecessores custumarom aauer nos tempos traspassados e ham agora na dicta orden do Hospital.

Stabelecemos demays e ordīhamos que cada que, per rrenunciaçon ou per morte do dicto maestre ou per outra qualquer maneyra a dicta noua orden carecer de meestre, os freyres da dicta orden possam eleger pera seu maestre hũu caualeyro professo da dicta orden e pessõa rreligiosa, segundo o costume que ata aqui foy gardado na orden de Calatraua. E o que assi for eleyto, sen outra confirmaçon, pela dicta eleyçon seia confirmado de nossa outoridade. E, no tempo que a dicta orden uagar, per morte do dicto maestre ou per outra maneyra, os caualeyros e os freyres da dicta noua orden possam liuremente ministrar os dictos beens ata que aa dicta orden seia proueudo de meestre, como dicto he, que lhis de aministraçon, segundo as ordīhações de Calatraua, que queremos que se guarde en esto. E, demays, os dictos procuradores prometerom, aa bõa fe, fazer e procurar que o dicto rrey louuora e auera por firmes todas estas cousas e cada hũa delas assi como a el perteecer e pode e deue perteecer e as gardara e trabalhara de as conprir e nunca en nẽhũu tempo uerra en contrayro.

O teor da procuraçon e do mandado dos dictos Pero Perez e Joham Lourenço tal he.

Sabham quantos as leteras desta presente procuraçon virem que nos, Don Denis, pela graça de Deus, rrey de Portugal e do Algarue, stabelecemos, fazemos e ordīamos nossos procuradores uerdadeyros, lijdemos e auondosos e speciaaes messageyros o nobre baron Joham Lourenço caualeyro e o sagez baron Pero Perez, coonigo de Coymbra, nossos familiayres, portador ou portadores das presentes leteras e cada hũu polo todo, assi que a condiçon duhũu non seia melhor que a do outro, mays o que hũu começar o outro o possa meyar e acabar pera gaanhar, por nos e polos dictos nossos rreynos, graças do muy sancto padre senhor donOane, pela prouisom de

Deus papa da sancta egreia de Roma e pera trautar, ordĩar e conpõer con o dicto senhor papa e con outros quaesquer que crean que lhis perteece dauer hi dereyto sobre todolos beens e cada hũu deles que os freyres do Temple en outro tempo tijnham nos nossos rregnos e sobre todolos outros beens que outra orden de caualaria qualquer ten ou que costumou teer en esses rreynos e pera põer e ordĩhar maestre ou maestres en todolos dictos beens, assi como aos dictos nossos procuradores e a cada hũu deles parecer que mester he, outorgando a ambos e a cada hũu deles geeral, liure e conprido poder sobre os dictos negocios e sobre cada hũu deles. E, geeralmente, pera fazerem e usaren nas dictas cousas e en cada hũa delas todalas cousas e cada hũa delas que uirem que conpre e que he mester de sse fazerem e que nos fariamos se en nossa pessõa presentes fossemos, ainda que demanden special mandado, prometendo nos aauer firme e stauel, pera senpre, so obligaçon de todos nossos beens, que quer que pelos dictos nossos procuradores ou per cada hũu deles for fecto e procurado nas dictas cousas e en cada hũa delas. En testemujnho desto, mandamos seelar estas leteras de nossa procuraçon de nosso seelo pendente.

Dante en Lixbõa, quatorze dias do mes dagosto. Elrrey o mandou. DominguEanes a fez. Era de mil e trezentos e cinquoenta e sex anos.

A forma do juramento que o meestre don Gil Martijz e cada hũu dos seus sucessores deue fazer ao papa tal he.

Eu, maestre da orden da caualaria de Jhesu Christo, des hora adeante, seerey leal e obediente a San Pedro e aa sancta egreia de Roma e a meu senhor o papa e a seus sucessores que entrarem como deuem. Non seerey en conselho nen en consentimento nen en feyto que perçam ssa uida ou seus membros ou que seiam presos de maa prisom. O conselho que mj derem per si ou per seus mandadeyros ou per ssas cartas non o descobrirey hu lhis de dano. Aiudaloshey a defender e a manteer o papado de Roma e a herdade de San Pedro contra todo home, agardando senpre mha orden.

O legado do papa receberey, honrradamente, na yda e na uijnda, e aiudalosey en ssas necessidades quanto poder. Yrei a seu sinado cada que me chamaren, saluo se for enbargado per lijdemo enbargo e de dereyto. Jrey uisitar a corte de Roma, de tres en tres anos, per min ou per meu mandadeyro, saluo se ouuer lecença do papa. As possissões que perteecen aa mha casa e a mha orden non as uenderey nen dõarei nen apenhorarey nen as farey feudotarias de nouo nen as enalhearey en outra maneyra se o ante non fezer saber ao papa. Assi me aiude Deus e estes sanctos euangelhos.

Porende, en nẽhũa maneyra a nẽhũu homem non seia outorgado britar esta nossa carta de constitições, de dõações, doutorgamentos, deneyxamentos, de iuntamentos, dentrega, dordĩhações, dacabamento, dasoluimento, de conmissom, de dõaçon, dencorporamento, de uoontades, de chegamento e de stabelecimento ou contra ela, per maao atreuimento, uijnr per

nẽhũa maneyra. Mays, se alguen, per maa maneyra, esto tentar quiser, sabha que auera a ira de Deus todo poderoso e dos ben auenturados San Pedro e San Paulo, seus apostolos.

Dante en Auïon, quatorze dias de março, no ano terceyro do nosso papado.

63

15 MARÇO 1319

Bula* Desiderantes ab intimis, *de João XXII, dirigida a Gil Martins, Mestre da Ordem de Avis, a nomeá-lo Mestre da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, na mesma data instituída pelo pontífice, a instância de el-rei D. Dinis, a ordenar-lhe preste juramento de fidelidade à Santa Sé nas mãos do abade de Alcobaça e a comunicar-lhe que ele e sucessores ficam dispensados da cláusula do juramento segundo a qual deviam apresentar-se à Santa Sé, de três em três anos.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 11, n.º 5, original em pergaminho, com selo de chumbo pendente de fios vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 8 v.; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 35 v.; AV., *Reg. Vat.*, t. 69, fl. 126 v., e *Reg. Avinion.*, t. 11, fl. 252 v.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 324; por ABRANCHES, *Suma*, p. 33, n.º 218, e por MOLLAT e LESQUEN, *Jean XXII (1316-1334), Lettres communes*, t. 2, n.º 9060, p. 343.

Johannes episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio Egidio Martini, magistro domus milicie Jhesu Christi, salutem et apostolicam benedictionem.

Desiderantes ab intimis ut uires et gloria nominis christiani contra hostes suos agarenice perfidie professores ubilibet, Christo auxiliante, preualeant, nouam Christi miliciam, quam uoluimus et im perpetuum uolumus ordinem milicie Jhesu Christi uocari, in loco Castrimarini, Siluensis diocesis, per carissimum in Christo filium nostrum Dyonisium, Portugalie et Algarbij regem jllustrem, ob zelum diuini nominis, ad fundandum et instituendum ibidem huiusmodi ordinem, in fronteria dictorum hostium, concesso liberalitate regia et donato, per alias nostras litteras, auctoritate

apostolica, de fratrum nostrorum consilio et apostolice plenitudine potestatis duximus ordinandum (1). Quem quidem locum principalem esse domum ipsius ordinis decreuimus atque caput, in quo noui Christi milites, pro eius nomine, proprium sanguinem in dictorum hostium perniciem effundentes, debeant collocari qui ordinem profiteantur eundem, sub obseruatione Calatrauensis ordinis regulares ipsius obseruantias seruaturi.

Cupientes, igitur, huiusmodi ordini milicie Jhesu Christi personam preficere uita, moribus et uirtute conspicuam, te dudum magistrum domus milicie Calatrauensis de Auisio, Elborensis diocesis, nobis de multiplicis probitatis meritis commendatum, ab huiusmodi magisterio per dictas nostras litteras absolutum, eidem ordini milicie Jhesu Christi, eadem auctoritate, prefecimus in magistrum, volentes, prout in eisdem litteris continetur, quod dilectus filius.. abbas monasterij de Alcobacia, Cisterciensis ordinis, Vlixbonensis diocesis, qui nunc est et qui pro tempore fuerit uel ipsius locum tenens aut, huiusmodi loco uacante, administrator eiusdem monasterij a te et tuis successoribus qui pro tempore fuerint, nostro et ecclesie romane nomine, recipere debeant, sub modo et forma in predictis litteris contentis, fidelitatis solite iuramentum quodque dictus abbas formam iuramenti per te et successores eosdem, ut premittitur, prestandi, licet tu nondum illud prestiteris, quam cito commode poterit, nobis et apostolice sedi destinare procuret. Verum, quia in dicta iuramenti forma specialiter continetur quod tam tu quam ijdem successores tui teneamini apostolorum limina, singulis triennijs, uisitare; nos, tam tecum quam cum dictis successoribus benigne uolentes, circa onus uisitationis huiusmodi, dispensare, ut ab eodem onere, de nostra et apostolice sedis indulgentia, liberati, contra dictos hostes in professionis uestre milicia uos exercere liberius ualeatis, te et successores eosdem, postquam huiusmodi iuramentum prestitum per te et successores predictos extiterit, a promissione quam de dicta sede uisitanda feceritis, quo ad ipsam uisitationem dumtaxat apostolica auctoritate absoluimus, de gratia speciali volentes iuramentum ipsum, in ceteris alijs, per te et successores eosdem inuiolabiliter obseruari.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre absolutionis et uoluntatis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Auinione, jdibus martij, pontificatus nostri anno tertio.

---

(1) Alusão à bula precedente, *Ad ea ex quibus*, do dia anterior.

64

15 MARÇO 1319

Bula Desiderantes ab intimis, *de João XXII, de nomeação de Gil Martins para Mestre da Ordem de Cristo, em versão portuguesa oficial de 11 de Maio de 1320, feita em Santarém pelo tabelião Domingos Eanes, por ordem régia.*

ANTT., *Gaveta* 7, maço 8, n.º 5, inserta na pública-forma original de 11 de Maio de 1320.

Johane, bispo seruo dos seruos de Deus.

Ao seu amado filho Gil Martijz, maestre da casa da caualaria da orden de Jhesu Christo, saude e beençon.

Deseiando nos de uoontade que a força e a gloria da cristaydade haia auantagem, en cada logar per aiuda de Deus, contra os enmijgos da fe, pelo poder que auemos e de conselho de nossos jrmãaos, ordĩhamos noua caualaria de Christo no logar de Crastomarin, do bispado de Silue, a qual quisemos e queremos que seia chamada, pera senpre, orden da caualaria de Jhesu Christo, do qual logar de Crastomarin, que he na fronteyra dos dictos enmijgos, fez dõaçon de ssa graadeza real o muyto amado, en Christo, nosso filho Don Denis, nobre rrey de Portugal e do Algarue pera fundar e stabelecer hy a dicta orden, en louuor do nome de Deus, assi como mays conpridamente he conteudo en outras nossas cartas. O qual logar queremos que seia cabeça e principal casa da dicta orden en que se deuan iuntar os nouos caualeyros de Christo pera sparger o seu sangui polo nome de Deus en destruymento dos enmijgos, os quaes deuem fazer profisson, na dicta orden, pelos ordĩhamentos e rregra da ordem de Calatraua.

Poren, nos, cobijçando põer por maestre na dicta orden tal pessõa que ouuesse louuor de uida e de costumes e de uirtude, tu fusti, gran tempo, maestre da casa da caualaria dAuis, do bispado dEuora, que es louuado de muytos merecimentos e de muyta bondade, soltamoste do dicto maestrado dAuis per outras nossas cartas e posemoste por maestre na dicta orden da caualaria de Jhesu Christo pelo poder que auemos, querendo assi, como he conteudo nas dictas cartas, que o amado filho, abade do moesteyro dAlcobaça, da orden de Cistel, que he no bispado de Lixboa,

que hora he ou que for adeante ou o que teuer seu logo ou, se o logar uagar, o que for aministrador do dicto moesteyro, rreceban de ti e de teus sucessores, que forem pelo tempo, juramento de fieldade acostumada, en nosso nome e da egreia de Roma, so a maneyra e forma que he scrita nas de fazer, como quer que o tu ainda non fezesses, o dicto abade deue a dictas cartas. A qual forma de iuramento que tu e teus sucessores auedes enuyar a nos o mays cedo que poder.

E, porque na forma do dicto iuramento, specialmente he conteudo que tanben tu come os teus sucessores seiades teudos uisitar a corte de Roma, de tres en tres anos; nos, querendo, assi contigo come con os teus sucessores, despensar, beninamente, sobre lo encarrego da dicta uisitaçon, en tal que, seendo asoltos do dicto encarrego per nossa indulgencia e da egreia de Roma, melhor e mays liuremente possades usar de uossa caualaria contra os enmijgos da fe, fecto o dicto iuramento per ti e per teus sucessores, de poderio conprido e de graça special asoluemos ti e eles desse iuramento, que non seiades a el teudos, querendo que o dicto iuramento se garde firmemente per ti e per teus sucessores nas outras cousas.

Poren nẽhũu non seia ousado de britar esta carta de nosso assoluimento e de nossa uoontade nen dir contra ela per atreuimento de loucura. E, se alguen esto quiser tentar, sabha que caera en ira de Deus e de San Pedro e de San Paulo, seus apostolos.

Dada en Auĩon, quinze dias de março no ano terceyro do nosso papado.

65

16 MARÇO 1319

Letras Venientes ad presenciam, *do papa João XXII, dirigidas a el-rei D. Dinis, a comunicar-lhe haver recebido a credencial que lhe enviara por seus embaixadores Pedro Pires, cónego de Coimbra, e João Lourenço, cavaleiro, a quem ouvira sobre o negócio dos bens dos templários e que, acedendo a seus desejos e consultados os cardeais, lhe manda, pelo referido cavaleiro, nota das letras redigidas sobre o assunto para ele as ratificar e lhe devolver a ratificação quanto antes, após o que regressará da Cúria pontifícia o citado cónego.*

ANTT., *Gaveta* 7, maço 8, n.º 6, insertas em instrumento notarial de aceitação e ratificação, dado em Santarém, a 5 de Maio de 1319, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 3 v.

Publicadas: nas *Definições e Estatvtos dos Cavalleiros & Freires da Ordem de N. S. Iesu Christo*, Lisboa, 1628 e edições subsequentes de 1671, 1717 e 1746; por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 2, n.º 5; e por JORDAO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 7.

Sumariadas: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 324.

Johannes episcopus, seruus seruorum Dej.

Carissimo in Christo filio Dionisio, regi Portugallie jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Venientes ad presenciam nostram dilectj filij Petrus Petri, canonicus Colinbriensis, et nobilis vir Johannes Laurencij, latores presentium, nuncij tuj, nobis litteras celsitudinis regie continentes credenciam presentarunt. Quibus, beniuolencia paterna, receptis et eis audiencia benigne concessa, negocium super bonis templariorum eisdem impositum, ut dicebant, prudenter coram nobis proponere curauerunt.

Nos uero, dicto negocio diligentius intellecto, tandem post diuersos tractatus et collacciones habitas cum eisdem super illo, de fratrum nostrorum consilio, quantum cum Deo potuimus, condescendimus uotis tuis, prout in nota litterarum super eodem negocio confecta tibj, per eundem nobilem, presentanda poteris intuerj jpseque nobilis tibi referre poterit, oraculo uiue uocis.

Eundem autem nobilem, pro ratificatione tua, super eodem negocio ad nos celerius transmictenda ad tuam magnitudinem prouidimus remictendum, dicto canonico, quousque ratificationem transmiseris antedictam, apud sedem apostolicam remansuro. Quare, celsitudinem regiam exhortamur attencius quatinus ratificationem huiusmodj nobis quantocius transmictere non postponas (1).

Datum Auinione, xbij kalendas aprilis, pontificatus nostrj anno tercio.

---

(1) É de sublinhar a atenção de João XXII para com o monarca português, sujeitando à sua aprovação a bula *Ad ea ex quibus*, de instituição da Ordem Militar de Cristo, datada, em seu original, de dois dias antes (DOC. 61).

66

5 ABRIL 1319

Instrumento notarial de ratificação, por el-rei D. Dinis, da bula Ad ea ex quibus, *de João XXII, de 14 de Março de 1319, de fundação da Ordem de Cristo, nos termos das letras pontifícias* Venientes ad presentiam *do mesmo pontífice, de 16 de Março de 1319, acima lançadas.*

ANTT., *Gaveta* 7, maço 8, n.º 6, original em pergaminho, ou duplicado do texto enviado a João XXII, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 3 v.

Publicado: nas *Definições e Estatvtos dos Cavalleiros & Freires da Ordem de N. S. Iesu Christo*, Lisboa, 1628 e edições subsequentes de 1671, 1717 e 1746; por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 2, n.º 5.

Citado no *Quadro elementar*, t. 9, p. 324.

Jn nomine Dominj amen.

Nouerint vniuersi quod nos, Dionisius, Dej gratia rex Portugalie et Algarbij, quasdam apostolicas litteras, clausas cum filo canapis, uera bulla plumbea sanctissimj patris dominj Johannis pape xxij bullatas, integras et omnj uicio et suspicione carentes, nobis, ex parte prefatj dominj pape, per nobilem virum Johannem Laurentij, militem nostrum, die sabbatj, videlicet quinta die mensis maij, presentatas, recepimus reuerenter, tenorem qui sequitur continentes.

Segue-se a transcrição das letras Venientes ad presentiam *do papa João XXII, de 16 de Março anterior, — o DOC.* **65**.

Quibus litteris, ut premictitur, receptis et diligenter jnspectis, prefatus miles notam de qua in predictis fit mentio litteris nobis similiter presentauit, cuius tenor talis est.

Segue-se a transcrição da bula Ad ea ex quibus, *de João XXII, de 14 de Março anterior, — o DOC.* **61**.

Nos uero, prefatus rex, qui peruigilj cura sollicitj continuo circa ydenpnitates studiose flectimur subiectorum uoluntariosque labores assumimus ut eisdem preparantes quietem ubi maxime fides inualescit catholica, non consideratis opibus, sed mente iocunda ac christiane religionis zelo feruentj eos cum omnj prouidentia seruemus illesos, omnibus et singulis in nota predicta nobis, per dictum nostrum militem presentata, con-

tentjs et per eundem relatis oraculo uiue uocis, jnspectis et intellectis et efficaciter examinatis ac diligentj deliberacione habita super eis;

Considerantes prefatam ordinacionem de prelibato ordine milicie Jhesu Christi, utpote sancte et prouide institutam, ad Dej seruicium tendere et honorem diuinique cultus augmentum et exaltacionem fidei ortodoxe ac regnj nostri Algarbij subditorumque nostrorum statum pacificum et tranquillum, ut, per Christi pugiles, tanquam inexpugnabili muro, infidelium bellatorum insultus et amaritudo uitetur, incursus opprimatur hostilis et eneruetur immanitas barbarice feritatis, eandem ordinationem, per eundem dominum nostrum summum pontificem, sicut premictitur, institutam, gratam habemus ac laudabilem reputamus.

Et, assencientes eidem, donaciones et concessiones predictas, per dictos procuratores nostros, nomine nostro, factas et premissa omnia et singula per eosdem acta, pro nobis et nomine nostro, et gesta prout ad nos pertinet et pertinere potest et debet, approbamus, ratificamus ac firma, rata seu ualida grataque habemus. Eaque seruare et adimplere curabimus, ullo unquam tenpore in contrarium non uenturi. Jn cujus rej testimonium, has nostras patentes litteras per Dominicum Iohannis, notarium nostrum ac regnorum nostrorum tabellionem publicum et generalem scribj mandauimus easque sigillo nostro plumbeo, ad maiorem firmitudinem, fecimus communiri ejusdemque tabellionis signo signari.

Et ego, Dominicus Iohannis, notarius predictus ac, auctoritate regia, publicus et generalis tabellio in predictis regnis Portugalie et Algarbij, qui, ad instanciam et mandatum predictj dominj regis, premissis litterarum apostolicarum et note seu forme ordinacionis prelibatj ordinis milicie Ihesu Christi, per dominum summum pontificem institutj et de nouo creatj, dictoque domino regi per dictum Johannem Laurentij militem presentacionibus factis et etiam gratificacioni, assencionj, approbacionj ac ratificacionj de contentis in ordinacione predicta, per eundem dominum regem, ut premictitur, prestitis, et omnibus alijs et singulis ibidem actis siue gestis, vna cum testibus infrascriptis, presens fuj, de mandato ipsius dominj regis de predictis omnibus et singulis suprascriptis has presentes litteras, manu propria, fideliter scripsi et in eisdem signum meum consuetum apposuj, quod tale *(Sinal do notário)* est, in testimonium premissorum.

Acta fuerunt hec omnia et singula supradicta Sanctarene, Vlixbonensis diocesis, in aula predictj dominj regis, quinta die mensis aprjlis, era millesima trecentesima quinquagesima septima, sub anno etiam natiuitatis Dominj millesimo trecentesimo decimo nono, presentibus eciam reuerendo in Christo patre domino G[eraldo], diuina miseracione Elborense episcopo, et nobilibus viris domino Alffonso Sancij, domino de Alboquerque, et maiordomo prefatj dominj regis, domino Johanne, filio serenissimj dominj Alfonsi Yspanj, ac discretis viris domino Francisco Dominicj, priore

ecclesie Sancte Marie de Alcaceua Sanctarenensis, Vlixbonensis diocesis, Valasco Martinj de Ripparia, Colimbriensis canonico, Stephano Arie, clericis, et Stephano de Gardia, predicti domini regis secretario, testibus ad premissa uocatis specialiter et rogatis.

67

18 NOVEMBRO 1319

Instrumento notarial da fundação da Ordem da Milicia de Jesus Cristo por el-rei D. Dinis, em Santarém, e do juramento prestado por seu primeiro Mestre, Gil Martins, perante numerosas e categorizadas testemunhas.

BNL., *Alcobaça*, cód. 218, fl. 139 v., em cópia de 1439 ou 1440, — texto que se reproduz; cód. 73, fl. 314, e cód. 218, fl. 139 v., do século XV; e cód. 223, fl. 230, e cód. 298, fl. 112, do século XVI.

Estormento de como a ordem de Christos nouamente foy criada em Santarem, no paaço delrey dom Dinis.

Em nome de Deus amen.

Saibam todos aquelles que aqueste publico stormento ujrem que, no anno da nascenca dese senhor de mil e iij^{c} e xix annos, xbiij^{o} dias do mes de nouenbro, acerca do castelo de Santarem, da diocesy de Lixboa, no paaço do grande principe dom Dinis, nobre rey de Portugal e do Algarue, perante ese senhor rey e perante os reuerendos em Christo padres e senhores dom Goncalo, bispo dEuora, dom Martinho, bispo da Garda, dom Martinho, bispo de Ujseu, dom Rodrigo, bispo de Lamego, asy como perante autenticas e onestas pesoas, presente mym, DomyngEannes, per actoridade real publico e geral tabiliom nos regnos de Purtugal e do Algarue, e presentes os honrrados e discreptos barõoes e senhores Francisco Domingez, conijgo de Bragaa e de Coinbra e de Lixboa e prior da egreia de Santa Maria dAlcacoua do dicto castello de Santarem, Afonso Domingez, chantre de Lixboa, Afonso Fernandez, dayom, Gonçalo Mjgeez, thisoureiro de Lamego, Vasco Martiz de Riparia, coonjgo, Antom Martiz, coonjgo de Lixboa, Steuam Martiz, coonjgo de Ujseu, Ramiro Michael, coonjgo da Garda, DomingEannes, conjgo do Porto, o nobre barom

senhor Johanne, filho do senhor Afonso Gedelha, Steuam da Garda, do dicto senhor rey secretairo, Martim Pirez, Pero Steuenz, Vicente Annes Cesar, Joham Gunsaluj Lectom, Steuam Airas, Apariço Domjnges, sobrejujz, Pero Dominguez, porteiro mayor, mestre Antom, Martim Sueiro e Martim Gill, ouujdores ordenairos, Vasco Steuenz, prior da Mouta, Steuom Pirez Zarco, Gomez Lourenço, Afonso Steuenz, uogados na corte do dicto senhor rey, meestre Steuam, meestre Barnaba e meestre Gyraldo, fisicos dese meesmo rey, e Joham Martiz, tabalayom de Santarem, rogados e aduzidos testemunhas aas cousas sobredictas;

O relegioso e onesto barom frey Joham, prior do mosteiro dos frades pregadores da cidade de Lixboa e confesor do dicto senhor rey, de mandado dese senhor rey, leeo e publicou dous priujlegeos com fios uermelhos e amarellos, da uerdadeira bulla de chumbo do santisimo padre dom Johom, papa xxij, bulados, fectos e outorgados per ese mesmo senhor papa sobre a ordenaçom da caualaria de Jhesu Christo, per ese senhor papa de nouo creada, segundo em eses priujlegios, *prima facie*, parecia. Dos quaes priujlegeos, a primeira linha do primeiro priujlegeo começa e he continuada ataa fim em este modo: *Johannes, seruus seruorum Dey. Ad perpetuam rey memoriam;* e a segunda linha começa: *Ad ea ex quibus cultus augeatur diujnus;* e acaba: *statutum, habitum ac nomen;* e, em a penultima linha, começa: *nec donabo nec jnpignorabo* e acaba: *absolucionis, comjsionis*; a pustumeira linha começa: *donacionis, uoluntatum, jncorporacionis* e acaba: *pontificatus nostri anno tercio* (1). A primeira linha do outro segundo priujlegio começa: *Johannes episcopus, seruus seruorum Dei. Dilecto filio* (2) *Egidio Martini, magistro domus milicie* e acaba: *ut ujres;* e a segunda linha começa: *gloria nomjnis christianj* e acaba: *ordinem mjlicie Jhesu Christi;* a pustumeira linha dese priujlegio começa e he continuada ataa fim: *apostolorum eius se nouerit jncursurum. Datum* (3) *Aujnione idus marcij pontificatus nostri anno tercio* (4).

Os quaes priujlegios, liudos e publicados, como dicto he, a noua ordenaçom da casa da caualaria de Jhesu Christo foy logo canonicamente celebrada per o dicto senhor rey, segundo os theores e formas deses priujlegios. E logo o senhor Gill Martinz, meestre desa casa da caualaria de Jhesu Christo, fez homagio de fieldade nas mãaos do dicto senhor rey. E, per conseginte, em ese momento fez juramento aos sanctos euange-

---

(1) Alusão à bula *Ad ea ex quibus*, de João XXII, de 14 de Março anterior, da criação da Ordem de Cristo, — o DOC. 61.

(2) No ms. *filho*.

(3) No ms. *Dant*.

(4) Alusão à bula *Desiderantes ab intimis*, de João XXII, de 15 de Março anterior, a nomear Gil Martins, Mestre da Ordem de Avis, para Mestre da de Cristo, — o DOC. 63.

lhos de Deus, recebendoos corporalmente nas suas mãaos proprias em as mãaos do religioso e honesto barom dom frey Martinho, prior do mosteiro dAlcobaça, da ordem de Cister, sendo entom ese moesteiro uago dabade, so esta forma.

Eu, Gill Martiz, mestre da casa da ordem da caualaria de Jhesu Christo, desta ora em diante, fiel e obediente serey a Sam Pedro e aa sancta apostolica egreia de Roma e a meu senhor o papa e a seus socesores canonicamente entrantes. Nom serey em conselho ou consentimento ou fecto que percam a ujda ou membro ou seiam presos de maa prisom; coonselho que me declararem, per sy ou per seus meseieiros ou per suas leteras a nẽhũu o descubrirey em seu dapno. Sereilhe ajudador a reteer e a defender o papado de Roma e as cousas rea[e]s de Sam Pedro contra todo homeem. O legado da see apostolica, em hindo e tornando, honrradamente tractarey e em suas necesidades ajudarey. Quando for chamado ao sinodo, uĩrey, saluo se per jnpedimento canonico for embargado. Os termos dos apostolos, de tres em tres annos, ujsitarey, per mym ou per meu meseieiro, saluo se for asolto per licenca apostolica. As posisõoes da mjnha casa e ordem sobredicta nom uenderey nem doarei nem apenharei nem de nouo enfeudarei ou em algũ modo em alhearey, sem conselho do papa de Roma. Asy me Deus ajude e estes sanctos euangelhos de Deus (5).

O quall juramento per o dicto meestre asy fecto e per ese prior dAlcobaça reçebido, o dicto prior pidio que lhe fezese eu tabaliam hũu stormento publico de todallas cousas sobredictas e cada hũa dellas e lho dese, pera per ell notifficar ao papa nosso senhor do recebimento deste juramento, asy como acima he dicto que faça, segundo em os dictos priujlegios mais conpridamente he conteudo (6). Estas cousas acima escpritas e cada hũa dellas forom fectas no anno, mes, dia e logares sobredictos e per as testemunhas suso scpritas e outras mujtas. E eu, DomjngEannes, tabaliam sobredicto que, de mandado do dicto senhor rey e aa jnstancia e rogo do dicto prior, com as testemunhas sobredictas presente fuy aa liçom e publicacom dos dictos priujlegios e ao celebramento da dicta noua ordem da caualaria de Jhesu Christo e fazimento do dicto juramento e recebimento delle per ese prior e a todallas outras cousas acima scpritas e aqueste publico stormento per mjnha mãao propria scpreuj, em testemunho de todallas dictas cousas e em ell meu synal acustumado puse, que tal he.

---

(5) É a versão literal do próprio texto de juramento inserto na acima aduzida bula *Ad ea ex quibus*, — o nosso DOC. 61.

(6) Nas supracitadas bulas.

68

20 NOVEMBRO 1319

Carta de quitação, dada pelo Mestre e convento da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo a el-rei D. Dinis, de todos os bens que este recebera da Ordem do Templo, agora doados à de Cristo pelo papa João XXII.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 2, n.º 6, original, em pergaminho, com dois selos de lacre vermelho, pendentes de fitas verdes, o do Mestre e o do convento, ostentando ambos a Cruz de Cristo.

En nome de Deus amen.

Sabhan quantos este strumento de quitaçom e de doaçon viren que nos, frey Gil Martijnz, pela graça de Deus maestre da caualaria da orden de Jhesu Christo nos reynos de Portugal e do Alguarue, ensenbra con o conuento dessa orden, ueendo e consijrando muy grandes despesas que o muyt alto e muy nobre senhor don Denis, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, fez pera cobrar, per mandado da egreia de Roma, todolos beens, assi mouijs come de rraiz que a orden que foy do Temple, quando defaleceu e foy desfeyta pelo papa Clemente quinto, auia e tragia a ssa mãao e a ssa posse, nos dictos rreynos de Portugal e do Algarue;

E outrossi, ueendo e consijrando muy grandes custas e despesas que esse senhor rrey fez na manteença que deu, per mandado do dicto papa, ao que foy meestre da dicta orden e aos freyres que senpre manteue ata agora, tamben en gouernho come em uestijr e nas outras cousas que lhys conprian pera ssa manteença;

E outrossi en enuyar, per muytas uezes, aa corte de Roma seus procuradores e seus mandadeyros, sobre fecto destes beens e, assinaadamente, pera gaanharen do papa que fezesse esta nossa orden en todolos dictos beens, assi como a depoys fez, a seu rrogo e aa ssa petiçon;

E outrossi, por muytos e muy boons donadios que o dicto senhor rrey, de seu bon talan e de ssa liure uoontade, deu aa dicta nossa orden, assi come o castelo e a vila de Crastomarin, que e no seu rreyno do Algarue, que deu e doou aa dicta nossa orden, pera seer hj conuento e cabeça da dicta nossa orden pera senpre;

E outrossi, en dar e outorgar aa dicta orden as vilas e logares de Souri, de Poonbal, da Redinha e da Ega con todos seus dereytos, termhos e perteenças, os quaes som na Stremadura, e outrossi na Beyra, Eydanha

a Uelha e Eydanha a Noua e Segura e Saluaterra e Proença e o Rosmarîal con todolos dereytos e perteenças que aas dictas vilas e logares perteeciam, as quaes vilas e logares el auia uençudos per sentença da orden que foy do Temple e que tragia a ssa mãao e a ssa posse;

E outrossi por muytas outras graças e mercees que nos fez.

Porem nos, auudo conselho e trautado sobresto e deliurandoo con gran femença, antre nos, teemos por ben de quitarmos ao dicto senhor rrey todolos fruytos, rrenouos e rrendas que el ou outrem por el recebeu e ouue ataa a dada deste strumento de todolos castelos, vilas, aldeyas, logares, herdamentos, casaaes e possissões e de todalas outras cousas que a dicta orden que foy do Temple auia e tragia a ssa mãao e a ssa posse, no tempo en que defaleceu e que foy desfeyta pelo dicto papa, como dicto he, e que a nos perteecen e de dereyto deuian perteecer pela ordĩhaçom e pela doaçon que sobresto fez aa dicta nossa orden o padre sancto papa Joham vicesimo secundo.

E, de nossa liure uoontade, lhy quitamos pera todo sempre tamben os sobredictos fruytos, rrenouos e rrendas come todolos outros beens mouijs, assj sprituaaes come tenporaaes e todalas deuidas, quer en ouro quer en prata quer en anees e en pedras preciosas quer en rreligas quer en djnheiros quer en pan e en todalas outras cousas quaesquer e en qualquer maneyra e en qualquer e camanha quantea que as o dicto senhor rrey ou outrem por el ouuesse ou recebesse dos dictos beens que foran do Temple ou per razon deles ou dalgũa doaçom que lhj fezessem ou dalgũa cousa que o dicto senhor rrey desse ou mandasse dar ou quitasse a quaesquer pessoas e per qualquer razon.

E, des aqui adeante, pera todo sempre, lhos quitamos e lhy fazemos ende doaçon, assi como a melhor e mays conpridamente podemos fazer. E prometemos aa bõa fe que nunca, per nos nen per outrem, contra esto uenhamos, de fecto nen de dereito nen de conselho, publicamente nem ascondudamente, per nẽhũa maneyra nem en nẽhũu tempo; e, se contra elo quisermos uijnr, per nos ou per outrem, que o non possamos fazer nen seiamos nos nen outrem por nos sobrelo oydos, en juizo nen fora de joizo, pera podermos sobresto fazer nẽhũa demanda, a el nen a seus sucessores nen a nẽhũu daqueles a que el deu ou quitou algũa deuida ou beens mouijs.

En testemũyo desto, rrogamos e mandamos a DominguEanes, tabelion geeral do dicto senhor rrey nos dictos seus rreynos, que fezesse ende dous strumentos deste teor e os desse ao dicto senhor rrey, nos quaes strumentos nos, sobredictos meestre e conuento, posemos nossos seelos pendentes, por moor firmidõe.

Fecto foy en Sanctaren, nas nossas casas da alcaceua uelha, vijnte dias do mes de nouembro, na era de mil e trezentos e cinquoenta e sete anos.

Testemũyas que, chamadas e rrogadas specialmente, a esto presentes foram: don Giraldo, bispo dEuora, e frey Johanne, confessor delrrey, Affonso Martijnz, vicechanceler, Martim Affonso, priol de Santa Maria do Castel da Vide, Fernan Gonçaluez, scriuam do dicto meestre, e outros mujtos. E eu, DominguEanes, publico e geeral tabelion delrrey nos rreynos de Portugal e do Alguarue que, a rrogo dos sobredictos maestre e conuento, ensenbra con as dictas testemũyas, a todas estas cousas de suso dictas presente fuj, este publico strumento e outro tal, ambos du hũu teor e com mha mãao scriuj e meu sinal acostumado hy pugi, que tal (*Sinal*) he, en testemũyo de uerdade.

69

11 MAIO 1320

Texto da pública-forma com a versão portuguesa das bulas Ad ea ex quibus *e* Desiderantes ab intimis, *de João XXII de fundação da Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo e de nomeação de seu primeiro Mestre.*

ANTT., *Gaveta* 7, maço 8, n.º 5, original em pergaminho, — texto que se reproduz; *Livro dos Mestrados*, fl. 120 v.

Sancti Spiritus assit nobis gracia, amen.

En nome de Deus amen.

Sabham quantos este publico strumento virem que na era de mil e trezentos e cinquoenta e oyto anos, onze dias do mes de Mayo en Sanctaren, na chancelaria do muy nobre senhor don Denis, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, en presença de mjn DominguEanes, publico e geeral tabeliom delrrey nos rreynos sobredictos e das testemuỹas que adeante som scritas, o honrrado baron e sages don Francisco Dominguez, prior de Sancta Maria da Alcaceua da dicta vila de Sanctaren e chanceler do dicto senhor rrey, mostrou hũu priuilegio con fyos de seda uermelhos e amarelos e con bola de chumbo uerdadeyra e entregue de papa Joham xxijº, bolado, non borrado nen antrelinhado nen corruto nen en nẽhũa parte de si sospeyto, segundo en el parecia, en que era conteudo como o dicto papa fez e ordĩou a noua orden da caualaria de Jhesu Christo. Do qual priuilegio a primeyra linha he tal: *Johannes episcopus seruus seruorum Dei. Ad perpe-*

tuam rei memoriam. E a postrumeyra linha outrossi he tal: *nouerit incursurum. Datum Avinione, ij jdus Marcij, pontificatus nostri anno tercio.*

O qual priuilegio assi mostrado, o dicto chanceler disse porque algũus leygos e a moor parte dos freyres da dicta orden non entenden latin, per esta razon, elrrej manda e ten por ben que se torne este priuilegio de latin en lenguagen pera o entenderem todos melhor e pera saberem per hi, os dictos freyres, gardar a el e ao papa, assi como deuem, aquelas cousas que hi som conteudas.

Porem, da parte do dicto senhor rrey mandou a mjn, dicto tabeliom, que traladasse o dicto priuilegio de latin en lenguagen e que o tornasse en publica forma e pera esto deumj ssa outoridade.

Do qual priuilegio, tornado de latin en nossa lenguagen, o teor tal he:

Segue-se a transcrição da bula Ad ea ex quibus *de João XXII, de 14 de Março de 1319, em versão portuguesa, o DOC.* 62.

Jtem, o dicto chanceler outrossi mostrou e de latin en lenguagen, en forma publica, a mjn, dicto tabeliom, tornar mandou outro priuilegio do dicto senhor papa con fios de seda uermelhos e amerelos e con ssa bola de chumbo bolado. Do qual a primeyra linha tal he: *Johannes episcopus seruus seruorum Dei. Dilecto filio Egidio Martini, magistro domus milicie Jhesu Christi, salutem et apostolicam benedictionem. Desiderantes ab intimis ut uires.* E a postrumeyra linha: *ejus se nouerit incursurum. Datum Auinione, jdus Marcij, pontificatus nostri anno tercio.*

No qual priuilegio antre as outras cousas he conteudo como o papa fez graça special ao meestre da orden de Christo que hora he e aos que depos el ueeren que seiam asoltos e scusados de irem, de tres en tres anos, uisitar a corte de Roma, como quer que iurem que uaan alo.

Do qual priuilegio, tornado de latin en lenguagen, o teor tal he:

Segue-se a transcrição da bula Desiderantes ab intimis, *de João XXII, de 15 de Março de 1319, em versão portuguesa, — o DOC.* 64.

E eu, DominguEanes, tabelion de suso dicto, per mandado do dicto senhor rrey e per outoridade do dicto chanceler, os dictos priuilegios uj e lij e con gran femença o melhor que pudi e soubi, non mudando nen acrecentando nen meguando nẽhũa cousa da sustança deles, de latim en lenguagen traladej e en este caderno ben e fyelmente con mha mãao, en forma publica screuj e tornej e meu sinal hi pugi que tal *(Sinal público)* he, en testimuỹo de uerdade.

Feyto foy en Sanctaren, na era eno mes eno dia e logar sobredictos.

Testemuỹas que a esto presentes forom: Anrrique Steuez, coonigo de Coymbra, Pero Soarez, coonigo de Sancta Maria da Alcaceua de Sanctaren, Joham Martijz dicto Fruytoso, tabelion de Sanctaren, Pero Uerua, creligo de Guymarãaes, Meen Gonçaluez, Joham Gil, scudeyro, Joham

Ayras, homem delrrey, vezīhos de Sanctaren, Vicente Gil, scriuan na chancelaria, Fernan Gil, scudeyro do dicto chanceler, Pedro Aluarez, vezīho de Lixbõa e outros muytos.

70

23 MAIO 1320

Letras Apostolice sedis, *do papa João XXII, dirigidas a el-rei D. Dinis, a conceder-lhe, a seu pedido, por 3 anos, a dízima sexenal dos rendimentos eclesiásticos do reino imposta pelo concílio de Viena para dilatação da fé e socorro da Terra Santa, a fim de ele preparar galés contra os inimigos da fé que passem através de seus mares, contanto que, em cada um dos ditos anos, em época conveniente, nas ditas galés, ele ou suas gentes defendam os cristãos e impeçam o acesso dos granadinos para combater os fiéis.*

AV., *Reg. Avion.*, vol. 13, fl. 379,—texto que se reproduz; *Reg. Vat.* vol. 70, fl. 361 v.

Sumariadas: em G. MOLLAT, *Jean XXII (1316-1334). Lettres Communes*, t. 3, p. 105, n.° 11.497.

[Johannes etc.].

Carissimo in Christo filio Dionisio, regi Portugalie jllustri.

Apostolice sedis circunspecta benignitas catholicorum principum uota tunc libenter grata liberalitate prosequitur, cum erga Redemptoris obsequia et defensionem fidelium salubri ducta proposito diriguntur.

Sane dilecti filij.. decanus ecclesie Portugalensis et Manuel Pesagnus (1), admiratus, nuncij tui, ad sedem uenientes eandem, ex parte tua, nostro apostolatui retulerunt quod tue deuocionis sinceritas, fidei zelo succensa, pro defensione christianitatis ab agarenis, fidei catholice inimicis, et ad impediendum hostes eiusdem fidei transmarinos, qui a regno Granate mari intermedio diuiduntur, ne eis, quod absit, transeundi ad regnum predictum, causa impugnandi fideles, libera sit facultas, inpresen-

(1) No ms. *Pecsangus*.

ciarum disponit parare et habere presidium galearum ac, asserentes quod, pro preparacione et conseruacione galearum ipsarum et gencium, que pro earum armata necessario requiruntur, magna te oporteat subire onera expensarum, nobis, ex parte tua, cum instancia, supplicarunt ut certam partem omnium prouentuum ecclesiasticorum regni tui et terrarum, tue diccione subditarum, tibi, in subuencionem expensarum huiusmodi, concedere dignaremur.

Nos igitur, supplicaciones huiusmodi pro sic utilis prosecucione negocij, pietati consonas extimantes, sic eas de fratrum nostrorum consilio ad exaudicionis graciam prouidimus admittendas, ut, absque inportabilibus ecclesiarum oneribus, tua sinceritas in prefati prosecucione negocii benignitatem sedis eiusdem sibi senciat liberalem. Hinc est quod nos, ad prefate tue supplicacionis instanciam, vt onus expensarum huiusmodi facilius leuiusque supportans, erga Redemptoris eiusdem obsequia prompcius et diligencius attingaris, de decima sexennali omnium ecclesiasticorum reddituum et prouentuum pro Terre Sancte subsidio et aliis fidei christiane negociis, dudum per felicis recordationis Clementem papam V, predecessorem nostrum, imposita in concilio Viennensi, decimam in dictis regno et terris omnium prouentuum ecclesiasticorum locorum quorumlibet ecclesiasticorum, exemptorum et non exemptorum, iuxta taxacionem prouentuum ecclesiasticorum faciendam, per eos quos ad id, per alias nostras litteras, deputabimus, pro tribus annis dicti temporis sexennalis, per certos executores ad id similiter in nostris litteris deputandos ac per certos terminos vniuscuiuslibet anni dicti triennij specificandos in dictis litteris colligendam, celsitudini tue, de ipsorum fratrum consilio, presencium tenore, concedimus. Jta tamen, quod singulis annis dicti triennij, temporibus ad hoc aptis, in dictarum galearum, per te seu gentes tuas, tenendarum presidio ad christianorum illarum parcium defensionem et precipue ad impediendum predictis hostibus fidei transitum, causa impugnandi fideles, ad dictum regnum Granate specialiter conuertatur.

Ab huiusmodi autem concessione decime dilectos filios .. magistrum, priores, preceptores et fratres Hospitalis Sancti Johannis Jerosolymitani ac domos, preceptorias et loca et bona ipsorum in dictis regno et terris consistencia, ex eo quod ipsi, tamquam Christi pugiles, contra hostes fidei christiane se ac sua in ultramarinis exponere partibus non formidant, ac propter dissensiones seculi, quas frequenter in eo suscitari contingit, in diuersis mundi partibus, dampna grauia pertulerunt, excepimus, volentes quod ad prestacionem huiusmodi decime nullatenus teneantur nec ad id a quoquam ualeant coartari.

Volumus autem quod persone ecclesiastice ac res et bona ipsorum necnon ecclesie et loca ecclesiastica regni et terrarum tuorum per te uel officiales tuos aliis superimposicionibus et oneribus, sicut nec debent, aliquatenus non grauentur.

Tu ergo, fili, huiusmodi laudabilis uoluntatis propositum sic euidencius operis execucione demonstres, diuina in hac parte et fidelium negocia potenter, viriliter prosequendo, quod Deum propterea tibi retribucionem constituas, apud nos et dictos fratres nostros commendabilis habearis et in conspectu cunctorum fidelium reddaris propterea merito graciosus.

Datum Auinione, x kalendas junij, anno quarto.

71

23 MAIO 1320

Letras Apostolice sedis, *do papa João XXII, dirigidas aos bispos de Silves e de Coimbra e ao Abade de Alcobaça, a ordenar-lhes seja paga, durante três anos, a el-rei D. Dinis a dízima sexenal dos rendimentos eclesiásticos imposta pelo concílio de Viena para dilatação da fé e socorro da Terra Santa, a fim de aquele monarca preparar os galiões contra os inimigos da fé que passem através de seus mares.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 70, fl. 360.
Sumariadas por G. MOLLAT, *Jean XXII (1316-1334). Lettres communes*, t. 3, n.º 11. 495, p. 105.

[Johannes etc.].

Venerabilibus fratribus [Raimundo] Colimbriensi (1) et [Alfonso] Siluensi episcopis ac dilecto filio .. abbati monasterii de Alcobacia, Vlixbonensis diocesis.

Apostolice sedis circunspecta benignitas catholicorum principum uota tunc libenter grata liberalitate prosequitur, cum erga Redemptoris obsequia et defensionem fidelium salubri ducta proposito diriguntur.

Sane dilecti filij .. decanus ecclesie Portugalensis et Manuel Pezagnus (2) admiratus, nuncij carissimi in Christo filii nostri Dyonisij, regis

(1) No ms. *Colunbriensi*.
(2) No ms. *Pecsangus*.

Portugalie jllustris, ad sedem uenientes eandem, ex parte ipsius regis nostro apostolatui retulerunt quod eiusdem regis deuocionis sinceritas, fidei zelo succensa, pro defensione christianitatis ab agarenis, fidei catholice inimicis, et ad impediendum hostes fidei transmarinos, qui a regno Granate mari intermedio diuiduntur, ne eis, quod absit, transeundi ad regnum predictum, causa expugnandi fideles, libera sit facultas, im presenciarum disponit parare et habere presidium galearum; et, asserentes quod, pro preparacione et conseruacione galearum ipsarum et gencium, que pro earum armata necessario requiruntur, magna eum oportebat subire onera expensarum, nobis, ex parte dicti regis, cum instancia, supplicarunt ut certam partem omnium prouentuum ecclesiasticorum regni sui et terrarum sue diccioni subiectarum, dicto regi, in subuencionem expensarum huiusmodi, concedere dignaremur.

Nos igitur, supplicaciones huiusmodi pro sic utilis prosecucione negocij, pietati consonas extimantes, sic eas de fratrum nostrorum consilio ad exaudicionis graciam prouidimus admittendas, vt absque inportabilibus ecclesiarum oneribus sua sinceritas in prefati prosecucione negocij benignitatem sedis eiusdem sibi senciat liberalem. Hinc est quod nos, ad prefate sue supplicacionis instanciam, vt onus expensarum huiusmodi facilius leuiusque supportans, erga eiusdem Redemptoris obsequia prompcius et diligencius attingatur, de decima sexennali omnium ecclesiasticorum reddituum et prouentuum pro Terre Sancte subsidio et aliis fidei christiane negociis, dudum per felicis recordationis Clementem papam V, predecessorem nostrum, imposita in concilio Viennensi, decimam in dictis regno et terris omnium prouentuum ecclesiasticorum locorum quorumlibet ecclesiasticorum, exemptorum et non exemptorum, iuxta taxacionem prouentuum ecclesiasticorum faciendam per eos quos ad id, per alias nostras litteras, deputabimus, pro tribus annis dicti temporis sexennalis, a vobis per certos terminos vniuscuiuslibet anni dicti triennij specificatos inferius colligendam, prefato regi, de ipsorum fratrum consilio, per alias nostras litteras, duximus concedendam.

Jta tamen, quod singulis annis dicti triennij, tenporibus ad hoc aptis, in dictarum galearum, per dictum regem seu gentes suas tenendarum presidio, in subuencione expensarum faciendarum in dictis galeis et armata ipsarum, ad christianorum illarum parcium defensionem et precipue ad inpediendum predictis hostibus fidei transitum, causa inpugnandi fideles, ad dictum regnum Granate specialiter conuertatur.

Ab huiusmodi autem concessione decime dilectos filios . . magistrum, priores, preceptores et fratres Hospitalis Sancti Johannis Jerosolymitani ac domos, preceptorias et loca ac bona ipsorum in dictis regno et terris consistencia, ex eo quod ipsi, tamquam Christi pugiles, contra hostes fidei christiane se ac sua in ultramarinis exponere partibus non formidant, ac propter dissensiones seculi, quas frequenter in eo suscitari contin-

git, in diuersis mundi partibus dampna grauia pertulerunt, excepimus, uolentes quod ad prestacionem huiusmodi decime nullatenus teneantur nec ad id a quoquam ualeant coartari.

Volumus autem quod persone ecclesiastice ac res et bona ipsorum necnon ecclesie et loca ecclesiastica regni et terrarum predictorum per dictum regem uel officiales suos aliis superinposicionibus et oneribus, sicut nec debent, aliquatenus [non] grauentur.

Cum itaque uos, de quorum maturitate, fidelitate et circunspeccione (3), industria, fiduciam gerimus in Domino specialem, ad exaccionem huiusmodi decime, predicto triennio faciendam, iuxta infrascriptum modum, per ipsius sedis prouidenciam ordinatum, duxerimus eligendos, discrecioni uestre, per apostolica scripta mandamus quatenus uos uel duo aut vnus uestrum onus huiusmodi uobis impositum suscipientes et exequentes humiliter et deuote, venerabiles fratres nostros archiepiscopum Bracarensem necnon episcopos et dilectos filios electos abbates, priores et decanos, archidianos, prepositos, archipresbyteros et alios ecclesiarum prelatos, capitula et conuentus et collegia Cirterciensium, Cluniacensium, Premonstratensium, Sancti Benedicti, Sancti Augustini, Cartusiensium, Grandimontensium magistros quoque et preceptores ac fratres de Auis, Sancti Jacobi et Jhesu Christi miliciarum et aliorum ordinum siue domorum quorumcunque ceterasque personas ecclesiasticas seculares et regulares, exemptas et non exemptas, per Portugalie regni et terrarum predictorum prouincias, ciuitates et dioceses constitutas, Hospitalariis duntaxat exceptis, iuxta datam uobis a Deo prudenciam, per uos et alios moneatis et efficaciter inducatis ut diligencius attendentes quod ex hoc in partibus illis ecclesiis et personis ecclesiasticis ceterisque fidelibus securitas noscitur prouenire, post et iuxta taxacionem de dictis prouentibus ecclesiasticis, ut premittitur, faciendam secundum infrascriptum modum, dictam decimam vobis uel uestrum alteri seu personis, quas ad id duxeritis deputandas, in promptitudine deuocionis exoluant, assignandam per uos uel uestrum alterum, integraliter dicto regi, ad christianorum illarum parcium defensionem et impediendum dictis hostibus transitum, ut premittitur, conuertendam.

Quod, se monitis uestris parere in hac parte contempserint aut forte distulerint, eos vniuersos et singulos ad id, auctoritate nostra, quauis eorum appellacione cessante, cogatis. Non obstantibus quibuscumque priuilegiis, indulgenciis uel graciis, eis uel eorum alicui aut dignitatibus seu ordinibus eorum et specialiter Cisterciensium, Premonstratensium, Cluniacensium, Cartusiensium, Grandimontensium seu magistris et preceptoribus aut miliciis et ordinibus supradictis uel eorum vniuersitatibus aut personis singularibus, sub quacunque uerborum forma ab eadem sede concessis,

(3) No ms. *circonspeccione*.

eciam si contineatur in eis quod de ipsorum priuilegiorum totis tenoribus seriatim uel de uerbo ad uerbum plenariam et expressam seu explicitam quamtuncunque oporteat in nostris litteris fieri mencionem et qualibet ipsius sedis indulgencia cuiuscunque tenoris, forme uel expressionis existat, per quam de uerbo ad uerbum presentibus non insertam aut nominatim et singulariter non existat, effectus earum impediri quouis modo ualeat differri.

Vt autem uobis, ex assumendis laboribus et solicitudinibus (4) in premissis uberius premium et eterne retribucionis acrescat, vos uel ecclesias uestras a prestacione huiusmodi decime non duximus eximendos, sed teneri uolumus ad eandem; pro expensis uero uestris nichil pro ipsa decima exigatis; jn aliis uero predictam decimam contingentibus prosequendi, moderatas expensas de dicta decima facietis.

Exaccionis siquidem decime primi anni terminum primum fore statuimus festum Omnium Sanctorum proximo uenturum; secundum uero festum Resurrectionis Dominice deinde proximo secuturum, jn duobus annis sequentibus eisdem terminis obseruandis. Et, quia in hiis que aguntur in fauorem fidei et securitatem fidelium debet cum omni puritate procedi, desiderantes per uos effici certiores qualiter idem rex studebit agere in premissis; volumus uobisque, presencium tenore mandamus ut, de numero galearum, quas propterea armabit, de assumpcione seu arrepcione itineris earumdem et de mora quam facient in prosecucione dicti negocij in mari contra hostes predictos nos certificare per uestras litteras studeatis, attencius prouisuri ut huiusmodi pecunia, que de decima predicta prouenit, in prosecucione huiusmodi pii negocij integraliter conuertatur. Jn execucione uero premissorum sic fideliter et laudabiliter uos geratis, quod illa consulcius et efficacius procedere diuine retribucionis premium a Domino consequi mereamini. Nosque in hac parte deuocionis uestre promptitudinem dignis possimus in Domino laudibus commendare.

Datum Auinione, x kalendas junij, anno quarto.

Jn eodem modo venerabilibus fratribus [Johanni], archiepiscopo Bracarensi, eiusque suffraganeis necnon vniuersis episcopis ac dilectis filiis electis abbatibus, prioribus, decanis, archidiaconis, prepositis, archipresbyteris et aliis ecclesiarum prelatis necnon capitulis, conuentibus et collegiis Cirterciensium, Cluniacensium, Premonstratensium, Sancti Benedicti, Sancti Augustini, Cartusiensium, Grandimontensium, magistris quoque et preceptoribus ac fratribus de Auis, Sancti Jacobi et Jhesu Christi miliciarum et aliorum ordinum siue domorum quorumcumque ac ceteris aliis personis ecclesiasticis secularibus et regularibus, exemptis et non

(4) No ms. *solicititudinibus*.

exemptis, per regnum Portugalie et alias terras carissimi in Christo filij nostri Dyonisij, regis Portugalie jllustris, diccioni subiectas, constitutis. Salutem.

Apostolice sedis etc., ut supra, mutatis mutandis, usque dicti temporis sexennalis, per certos executores ad id similiter nostris litteris deputandos ac per certos terminos vniuscuiuslibet anni dicti triennij specificandos in dictis litteris colligendam, eidem regi, de ipsorum fratrum consilio etc., ut supra, usque specialiter conuertatur. Exigenda iuxta modum per sedis eiusdem prouidenciam ordinatum, quam in aliis litteris nostris venerabilibus fratribus nostris [Raimundo] Colimbriensi (5) et [Alfonso] Siluensi episcopis et dilecto filio .. abbati monasterii de Alcobacia, Vlixbonensis diocesis, quos ad exaccionem huiusmodi decime pro dicto triennio faciendam duximus eligendos directis, uidebitis contineri.

Ab huiusmodi autem concessione decime dilectos filios magistrum, priores, preceptores et fratres Hospitalis Sancti Johannis Jerosolymitan. ac domos, preceptorias et loca ac bona ipsorum in dictis regno et terris consistencia, eo quod ipsi, tamquam Christi pugilles, contra hostes fidei christiane se ac sua, in ultramarinis exponere partibus, non formidant ac, propter dissensiones seculi, quas frequenter in eo suscitari contingit, in diuersis mundi partibus dampna grauia pertulerunt, excepimus, volentes quod ad prestacionem huiusmodi decime nullatenus teneantur nec ad id a quoquam ualeant coarctari.

Volumus autem quod persone ecclesiastice ac res et bona ipsorum necnon ecclesie et loca ecclesiastica regni et terrarum predictorum per dictum regem uel officiales suos aliis super imposicionibus et oneribus, sicut non debent, aliquatenus non grauentur.

Quocirca, vniuersitatem uestram monemus, rogamus et hortamur attente, per apostolica uobis scripta mandantes ac in remissione peccaminum iniungentes quatenus in premissis, pro christianitatis tutela, nostris et ipsius regis vos beneplacitis coartantes, diuine magestatis intuitu et ob reuerenciam dicte sedis et nostram, concessioni huiusmodi liberalem et gratum prestetis assensum. Jta quod nulla super hoc artacio uos compellat, sed ad huiusmodi pium negocium adiuuandum spontanea liberalitas uos inducat, vosque propterea fauorem apostolicum et ipsius regis uendicare possitis et diuine retribucionis premium obtinere.

Datum Auinione, x kalendas junij, anno quarto.

---

(5) No ms. *Colunbriensi*.

72

23 MAIO 1320

Letras Apostolice sedis, *do papa João XXII, dirigidas ao bispo de Coimbra, ao deão da mesma cidade e a João de Soler, cónego de Hereford, a comunicar-lhes concedera a el-rei D. Dinis a dízima sexenal constante das precedentes bulas, por três anos, e a ordenar-lhes que ao menos dois deles vigiem, efectivamente e nos termos que lhes indica, por que a dita concessão pontifícia não seja gravosa para as igrejas, mosteiros e lugares eclesiásticos do país.*

AV., *Reg. Avion.*, vol. 13, fl. 378 v., — texto que se reproduz; *Reg. Vat.*, vol. 70, fl. 361.

Sumariadas por G. MOLLAT, *Jean XXII (1316-1334). Lettres communes*, t. 3, p. 105, n.° 11.496.

[Johannes etc.]

Venerabili fratri [Raimundo], episcopo Colimbriensi (1) et dilectis filiis .. decano Colimbriensi (1) ac Johanni de Solerio, canonico Herefordensi.

Apostolice sedis circunspecta benignitas catholicorum principum uota tunc libenter grata liberalitate prosequitur, cum erga Redemptoris obsequia et defensionem fidelium salubri ducta proposito diriguntur.

Sane dilecti filij .. decanus ecclesie Portugalensis et Manuel Pesagnus (2) admiratus, nuncij carissimi in Christo filii nostri Dionisij, regis Portugalie jllustris, ad sedem uenientes eandem, ex parte sua nostro apostolatui retulerunt quod sue deuocionis sinceritas, fidei zelo succensa (3), pro defensione christianitatis ab agarenis, fidei catholice inimicis, et ad impediendum hostes eiusdem fidei transmarinos, qui a regno Granate mari intermedio diuiduntur, ne eis, quod absit, transeundi ad regnum predictum, causa impugnandi fideles, libera sit facultas, in presenciarum disponit parare et habere presidium galearum; ac, asserentes quod, pro prepara-

(1) No ms. *Colunbriensi.*
(2) No ms. *Peczangus.*
(3) No ms. *quod pro.*

cione et conseruacione galearum ipsarum et gencium, que pro earum armata necessario requiruntur, magna oportebat regem predictum subire onera expensarum, nobis, ex parte sua, cum instancia, supplicarunt ut certam partem omnium prouentuum ecclesiasticorum regni sui et terrarum sue diccioni subiectarum, sibi, in subuencionem expensarum huiusmodi, concedere dignaremur.

Nos igitur, supplicaciones huiusmodi pro sic utilis prosecucione negocij, pietati consonas extimantes, sic eas, de fratrum nostrorum consilio, ad exaudicionis graciam prouidimus admittendas, ut, absque inportabilibus ecclesiarum oneribus, rex prefatus in prefati prosecucione negocij benignitatem sedis eiusdem sibi senciat liberalem; propter quod nos, ad prefate dicti regis supplicacionis instanciam, vt onus expensarum huiusmodi facilius leuiusque supportans, erga Redemptoris eiusdem obsequia prompcius et diligencius attingatur, de decima sexennali omnium ecclesiasticorum reddituum et prouentuum pro Terre Sancte subsidio et aliis fidei christiane negociis, dudum per felicis recordationis Clementem papam V, predecessorem nostrum, imposita in concilio Viennensi, decimam in dictis regno et terris omnium prouentuum ecclesiasticorum locorum quorumlibet ecclesiasticorum, exemptorum et non exemptorum, iuxta taxacionem per uos faciendam pro tribus annis dicti temporis sexennalis, per certos executores quos ad id duximus, per alias nostras litteras, deputandos ac per certos terminos vniuscuiuslibet anni dicti triennij specificatos, in dictis terris colligendam, dicto regi, de ipsorum fratrum consilio, duximus concedendam. Jta tamen, quod singulis annis dicti triennij, temporibus ad hoc aptis, in dictarum galearum, per se uel gentes suas tenendarum presidio ad christianorum illarum parcium defensionem et precipue ad impediendum predictis hostibus fidei transitum, causa impugnandi fideles, ad dictum regnum Granate specialiter conuertatur.

Ab huiusmodi autem concessione decime dilectos filios .. magistrum, priores, preceptores et fratres Hospitalis Sancti Johannis Jerosolymitani ac domos, preceptorias, loca et bona ipsorum in dictis regno et terris consistencia, ex eo quod ipsi, tamquam Christi pugiles, contra hostes predictos, se ac sua in ultramarinis exponere partibus non formidant ac propter dissensiones seculi, quas frequenter in eo suscitari contingit, in diuersis mundi partibus dampna grauia pertulerunt, excepimus, volentes quod ad prestacionem huiusmodi decime nullatenus tenerentur nec ad id a quoquam coartari ualerent.

Vt igitur ecclesie, monasteria et loca ecclesiastica regni et terrarum predictorum in solucione huiusmodi decime ultra facultatum et prouentuum suorum exigenciam non grauentur, de circunspeccione uestra plenam in Domino fiduciam obtinentes, discrecioni uestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Bracharensi et .. episcopis et aliis vniuersis prelatis et capitulis ac conuen-

tibus secularium et regularium ecclesiarum regni et terrarum predictorum, ad id specialiter euocatis, vt per se uel procuratores eorum, si uelint, intersint, de annuo ualore singularum cathedralium secularium et regularium ecclesiarum, locorum et beneficiorum ecclesiasticorum predictorum, consistencium in regno et terris predictis, singulariter et distincte per fidedignas personas huiusmodi prouentuum et reddituum noticiam obtinentes, ab eis super hoc prius de veritate dicenda corporali prestito iuramento, videlicet ad quem ualorem singularum uel singulorum ecclesiarum et beneficiorum predictorum a decem annis citra redditus et prouentus communiter ascendere consueuerint annuatim, inquiratis diligencius ueritatem et hiis que super hiis inueneritis fideliter in scriptis redatis pro eorum reddituum et prouentuum quantitate seu ualore annuo vniuscuiusque ecclesie, loci et beneficij predictorum, Deum habentes pre oculis, gracia, odio et timore remotis, taxacionem congruam in singulis predictis ecclesiis et locis ecclesiasticis faciatis secundum quam tam in presenti decima nuper eidem regi concessa, quam in similibus et aliis casibus, quibus de mandato sedis eiusdem fuerit in dictis regno et terris decima persoluenda, in antea persoluatur, taxacionem huiusmodi certam et distinctam cum nominibus singularum ecclesiarum secularium et regularium, locorum et beneficiorum ecclesiasticorum predictorum in scriptis redigi facienda, jta quod, moderacione iusta et equa in taxacione huiusmodi obseruata, secundum eandem, quod deinceps inponetur eisdem ecclesiis persoluendum leuius supportetur. Quod si non omnes hiis exequendis potueritis interesse, duo uestrum ea nichilominus exequantur.

Datum Auinione, x kalendas junij, anno quarto.

73

11 JUNHO 1321

Ordenação da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, promulgada em Lisboa, nas casas da Ordem, por Fr. Gil Martins, seu primeiro Mestre, e carta de aprovação da mesma por el-rei D. Dinis, ambos os documentos sem data e insertos em instrumento notarial da data acima lançada.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 1, n.º 2, original em pergaminho, com selo régio de chumbo, pendente de fios verdes e vermelhos, e selo do Mestre da Ordem de Cristo, em lacre vermelho, pendente de fita verde, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 138 v.; *Livro dos Mestrados*, fl. 9; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 39 v.

En nome de Deus amen.

Sabhan quantos este stromento uiren que, na era de mill trezentos cinquoenta noue anos, onze dias [de] junho, na cidade de Lixboa, nas casas da orden da caualaria de Jhesu Christo, as quaes foron da orden que foi do Temple, en presença de mjm, Lourenço Martijnz, tabellion geeral de nosso senhor elrrey, e das testemonhas que adeante son scritas, o onrrado e rreligioso don Gil Martijnz, pela graça de Deus meestre da caualaria da orden de Jhesu Christo, ensenbra con o conuento dessa meesma orden, ffezeron leer e publicar hũa ordinhaçon scrita, feyta per esse meestre e conuento, sobre o stado e regimento da dicta orden, do qual o teor, de uerbo a ueruo, tal he.

En nome de Deus amen.

Porque todolos christãaos e mayormente os de rreligion e dorden deuen rreconhecer as grandes mercees que lhis Deus e os senhores fazen e entenderen en acrecentamento do seu seruiço e en exalçamento da sancta ffe e fazer, per todalas partes que possan, toda cousa per que o seruiço de Deus e daqueles que o seu logar teen e mayormente daqueles cuja feytura depoy[s] Deus son, possa seer acrecentado; e, quanto os seruidores de Deus mais son, tanto Deus he mais louuado e mais seruido e os senhores outrossi, de que ben e mercee receben. E porque, de razon e de dereito, outros tantos seruidores deuen seer postos en cada hũa egreia e orden, pera quanto os beens dela poden auondar;

Poren nos, frei Gil Martijnz, primeyro meestre da caualaria da orden de Jhesu Christo, feyta nouamente pela sanctidade e pela sancta prouison do sancto padre nosso senhor papa Johane vicesimo segundo, a petiçon e a rrogo e a conssentimento do muytalto e muj nobre senhor don Denis, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, e o conuento dessa orden, chamados todos pera esto como deuen, conssijrando os beens, fruytos e rendas que nos e a dicta nossa orden ora auemos e a nos perteecen poden ben e conpridamente auondar a ssesseenta e noue freyres caualeiros e a noue freyres clerigos e a sex sergentes freyres e auondar a todolos outros homens segraes que conpriren pera seruir a orden e a todolos outros encarregos que nos e a dicta nossa orden somos teudos, a louuor e a seruiço de Nosso Senhor Jhesu Christo, en cujo nome a dicta nossa orden he feyta, e da Uirgem Sancta Maria, sa madre, e outrossi a seruiço do dicto senhor rrey e dos outros rreys que depos el ueheren, por tal que depois, por cobijça dalgũus ou per algũa outra maneyra, os dictos beens e rendas se non despendan nen metan em outros usos;

Ordinhamos e stabelecemos e outorgamos que, pera todo senpre, aia na dicta nossa orden oyteenta e quatro freyres ao meos, como dicto he, dos quaes seian ssesseenta e noue freyres caualeiros, guisados de caualos e darmas, e os outros seeren freyres clerigos e sergentes, dos quaes deue-

mos nos, meestre sobredicto, e cada hũu dos outros meestres que depos nos ueheren, trager senpre continuadamente dez caualeiros freyres ao meos, guisados de caualos e darmas, e non seeren estes dez caualeiros freyres dos que teueren comendas nen dos do conto do conuento; e, sse nos, meestre, quisermos filhar algũus do conuento que connosco anden, poermos outros tantos en conuento daqueles que trouxermos, de guisa que sten en conuento continuadamente dez caualeiros freyres ao meos e andarem dez connosco, como dicto he, e nos, meestre, proueermos a cada hũu dos dictos dez caualeiros freyres que connosco andaren de caualos e darmas e de comer e de beuer e de uestir e de calçar e de todalas outras cousas que foren mester pera ssi e pera os seus homeens e pera sas bestas. E, pera todas estas cousas podermos conprir e manteer e todolos outros encarregos que deue a manteer meestre, rreteemos e assinaamos pera a mesa de nos, meestre, e pera a dos outros meestres que depos nos foren, con consentimento do dicto conuento, todo o que a nossa orden ha en Lixboa e en seu termho.

Outrossi o que a dicta nossa orden ha en Alanquer e en seu termho e todo o que ha en Sanctaren e en seu termho, saluo o Pinheyro e Caseual, en que ha dous comendadores.

Jtem, rreteemos do tenporal e do spritual da Ega oytocentas libras, que nos deue dar o comendador que hy steuer cada anno, en saluo; e esse comendador deue dar duzentas libras ao comendador de Leyrẽa e deuesse parar aas colheytas e a todolos encarregos que hy recreceren e auer o al pera sa manteença.

Outrossi, reteemos Castelbranco pera morada de nos, meestre, con todolas cousas que a orden hy ha e en seus termhos e o que ha en Nisa e no Rodão e en Alpalhan e en Montaluan e en Ares.

Outrossi reteemos mil quatrocentas cinquoenta libras dos dereitos e rendas que a nossa orden ha en Ryofrio e en Fontarcada e no couto de Bragaa, que teemos por ben que nos de o comendador desse logar, en cada hũu anno; e esse comendador deue dar as rresponssões aos comendadores dos logares, segundo adeante he fecto, e o mais aiao esse comendador pera sa manteença e pera os outros encarregos a que esses logares foren teudos.

E outrossi as egreias do Mogodoyro e de Penarroyas; que nos, meestre sobredicto, e os outros que depos nos foren, aiamos todalas cousas que a sobredicta nossa orden ha nos sobredictos logares, como dicto he, con todos seus dereitos e perteenças e sairmos a todolos encarregos a que estes logares son teudos.

Outrossi ordinhamos e teemos por ben e outorgamos e assinaamos que pera todo senpre aia o dicto conuento dez mil oytocentas libras en cada hũu ano, conuem a ssaber.

O Castelo e a vila de Castromarin con todos seus dereitos, rendas e perteenças.

Jtem, mil cen libras, que lhis den de cada ano, de responsson, de qualquer que seia comendador de Soyre.

Jtem, duas mil quinhentas libras que lhj den do tenporal de Tomar.

Jtem, mil quinhentas libras que lhj den da comenda de Poonbal.

Jtem, quinhentas libras que lhj den das comendas dAlmoyrol e da Cardiga.

Jtem, tres mil nouecentas libras que lhj den do spritual de Tomar.

Jtem, trezentas libras do spritual da Redinha.

Outrossi queremos e outorgamos que qualquer que for comendador mayor da nossa orden aia de procurar e de proueer e de ministrar todolos beens que ao conuento perteencen e daqui adeante perteenceren e proueer ao dicto conuento na guisa que se segue.

Primeyramente de e faça dar ao que for celareyro cinquo mil ssexcentas cinquoenta libras pera trijgo e pera ceuada, vinho, carne, pescado e azeyte e pera todolos outros adubos que perteencem ao gouernho. E o dicto celareyro aia de proueer ao comendador mayor e aos dez freyres caualeiros e aos oyto clerigos e a sex freyres sergentes que steueren en conuento e aos outros homens segraaes que conpriren pera seruiço do conuento e das outras oueenças de comer e de beuer, assi como o dan no conuento dAuis, e demais dar de comer e de beuer a quinze omens do comendador mayor e ceuada pera sex bestas. E outrossi de a cada hũu dos dez freyres caualeiros ceuada pera senhos caualos e pera outra besta muar ou caualar e de comer e de beuer a cada hũu pera tres homens. E o dicto celareyro e o que for uestiayro e sacristan den soldadas e de uestir e de calçar aos homens segraes que a cada hũu conpriren, pera seruir en essas oueenças.

Jtem, de o dicto comendador mayor e faça dar ao que for vestiayro mil quatrocentas vijnte cinquo libras en cada hũu ano, pera uestiaria grossa e delgada e pera peles pera dez caualeiros conuentuaaes e pera oyto freyres creligos e pera sex freyres sergentes e darlhis de uestir en esta guisa: aos dez ffreyres caualeiros e aos oyto creligos, pera uestiaria grossa, vijnte cinquo couedos de rrosete a cada hũu ou doutro pano desse ualor, o qual uestir he apreçado en quareenta libras; e de aos ssex freyres sergentes uestir darrayz ou de sanctome branco ata ualia de quinze libras e demais dar a todolos freyres, assi aos dez caualeiros freyres come aos creligos freyres come aos freyres sergentes sas uestiarias delgadas e sas peles, assi como as dan aos freyres da orden dAuis.

Jtem, o dicto comendador de e faça dar ao que for sacristan trezentas libras en cada hũu ano, per refazimento dos liuros e das uestimentas e dos calezes e pera cera pera fazer cirios e candeas e pera azeyte pera as lanpadas e pera mantijmento de todolos encarregos que perteencen aa oueença da sacristania.

Jtem, o dicto comendador de e faça dar ao que for enfermeyro duzentas trijnta cinquo libras pera mantijmento dos freyres que foren doentes e sangrados e pera poder conprir todolos outros encarregos da enfermaria.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar ao que ouuer de ueer a obra duzentas libras en cada hũu ano, pera essa obra e pera refazimento e mantijmento das cousas desse conuento.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar aos dez freyres caualeiros a cada hũu cen marauedis, en cada hũu ano, pera uestir seus homens e pera calçar si e elles e pera ferrar sas bestas e pera as outras cousas que mester ouueren.

Outrossi de e faça dar a hũu freyre creligo que aia a cura cen marauedis.

Outrossi de e faça dar aos sete freyres creligos trijnta libras a cada hũu, en cada hũu anno, pera calçar e pera as outras cousas que ouueren mester.

Outrossi o dicto comen[da]dor mayor aia pera si mil nouecentas cinquoenta cinquo libras de mais ca o mantijmento que lhj an de dar do conuento, pera procurar e poer en recado as rrendas e os beens dos sobredictos logares que perteecen ao dicto conuento e pera todos outros encarregos que perteencen ao comendador mayor.

Outrossi ordinhamos e teemos por ben que o celareyro e o ssacristan e o vestiayro e o enfermeyro e o que teuer a obra que den conto e recado do que cada hũu receber e despender en sa oueença, en cada hũu ano, ao comendador mayor, perdante dous freyres caualeiros e dous freyres creligos do conuento; e o comendador mayor de recado do conto que deles receber ao meestre. E teenmos por ben que o celareyro, por a ffan que filhara en seruir e procurar ben a ssa oueença, que aia, en cada hũu ano, duzentas libras do que lhe sobejar de ssa oueença.

Outrossi o vestiayro aia cen libras do que lhj sobeiar da ssa oueença.

Outrossi o enfermeyro aia trijnta cinquo libras do que lhj sobeiar da ssa oueença.

Outrossi o sacristan aia cinquoenta libras do que lhj sobeiar da ssa oueença.

E queremos e teemos por ben que se faça assi daqui adeante, pera non despereceren as rrendas e os beens do dicto conuento e pera seeren melhor procurados; e que os ffreyres conuentuaes e os outros homens segraes que conpriren pera seruiço do conuento aiam aquelo que deuen aauer, segundo he conteudo en esta ordinhaçon.

E queremos e ordinhamos que o comendador mayor aia poder de fazer proueer ben e conpridamente a cada hũu na ssa oueença ao conuento. E, porque os seruidores de Deus e as cousas sprituaes non poden star longo tenpo nen sse manteer sen as cousas tenporaaes; outrossi as cousas tenporaes, non auendo quem as ben procurar e deffender, poden

cedo perecer; esguardando que, pera procurar os beens da nossa orden e deffender as vilas e os castelos e os outros logares da dicta orden, aueran mayor uoontade e mayor razon de os deffender os freyres caualeyros que nẽhũus dos outros; ordinhamos e outorgamos que nos, sobredicto meestre, e cada hũu dos outros meestres que depos nos foren tenhamos hũu caualeiro freyre dos sobredictos ssesseenta noue freyres caualeyros en Lixboa e outro en Sanctaren e outro en Alanquer e outro en Castelbranco e outro en Nisa e outro en Mogodoyro e outro en Penasrroyas. E cada hũu dos sobredictos sete caualeiros teeren caualos e armas e nos, meestre, e os outros meestres que depos nos ueheren, darmolhis mantijmento de cada hũu dos sobredictos logares en que possan manteer caualos e armas pera seruiço de Deus e de nosso senhor elrrey e dos outros rreys que depos el foren, assi como deuen.

Outrossi ordinhamos e stabelecemos que todolos outros caualeiros freyres da dicta orden que nos, sobredicto meestre, os possamos poer en aqueles castelos e vilas e logares e comendas, assi como uirmos, segundo Deus e alma, que seia mais a seruiço de Deus e de nosso senhor elrrey e a deffendimento da terra e a prol da nossa orden.

Outrossi ordinhamos e stabelecemos e outorgamos que dos sobredictos sesseenta e noue freyres caualeiros que hũu deles aia a comenda de Soyre e de mil e cen libras ao conuento, en cada hũu ano, e cento e trijnta libras ao comendador de Caseual.

Jtem, outro aia a comenda de Caseual con cento e trijnta libras que lhj den da comenda de Souyre, en cada hũu ano.

Jtem, outro aia a comenda do Pinheyro con todas sas perteenças.

Jtem, outro aia a comenda de Vila de Rey con Ferreyra con duzentas libras que lhj den da comenda de Dornas, en cada hũu ano.

Jtem, outro aia a comenda dAlmoyrol.

Jtem, outro aia a comenda da Cardiga. E de cada hũu deles duzentas cinquoenta libras, en cada hũu ano, ao conuento.

Jtem, outro aia a comenda de Dornas e de das rrendas desse logar duzentas libras ao comendador de Ferreyra e de Vila de Rey, como dicto he, e cen libras ao comendador de Puços.

Jtem, outro aia a comenda de Puços con sas perteenças con as cen libras que lhj den de Dornas.

Jtem, outro aia a comenda de Leyrẽa con duzentas libras que lhj den da comenda da Ega, en cada hũu ano.

Jtem, outro aia a comenda da Ega e de ao meestre, cada ano, oytocentas libras e duzentas libras ao comendador de Leyrẽa e paresse a todolos outros encarregos, como dicto he.

Jtem, outro aia a comenda de Touro.

Jtem, outro aia a comenda do Marmeleyro.

Jtem, outro aia a comenda de Longrouha.

Jtem, outro aia a comenda de Moxagata.
Jtem, outro aia a comenda da Meda.
Jtem, outro aia a comenda da Fontelonga.
Jtem, outro aia a comenda de Ferreyra dAures.
Jtem, outro aia a comenda do Pinheyro dAzer.
Jtem, outro aia a comenda de Castelnouo.
Jtem, outro aia a comenda de Lardosa.
Jtem, outro aia a comenda do Arrizado.
Jtem, outro aia a comenda dEuora con aquilo que a nossa orden ha no chãao de Mendo Marquiz.
Jtem, outro aia a comenda dEluas con duzentas libras que lhj den de Cornagaa.
Jtem, outro aia a comenda de Proença con duzentas libras que lhj den da Redinha.
Jtem, outro aia a comenda de Eydanha a Noua.
Jtem, outro aia a comenda dEydanha a Uelha. Aia cada hũa destas duas comendas quinhentas libras cada hũu ano do comendador de Ryofrio.
Jtem, outro aia a comenda da Benposta con trezentas libras que lhj den do spritual de Tomar.
Jtem, outro aia a comenda do Rosmarĩhal.
Jtem, outro aia a comenda de Segura.
Jtem, outro aia a comenda de Saluaterra e aia cada hũu destes tres comendadores quinhentas libras, en cada hũu ano, pelo comendador de Ryofrio e de Fontarcada e do couto de Bragaa.
Jtem, outro aia a comenda de Poonbal e de, en cada hũu ano, mil e quinhentas [libras] ao conuento e demais saya a todolos encarregos da comenda.
Jtem, outro aia a comenda da Redinha e de duzentas libras ao comendador de Proença, como dicto he.
Jtem, outro aia a comenda de Cabo Monte con todas sas perteenças.
Jtem, outro aia a comenda de Portalegre con trezentas libras en cada hũu ano, que lhj den do spritual de Tomar.
Jtem, outro aia a comenda de Ryofrio e de Fontarcada e do couto de Bragaa e de, en cada hũu anno, de rresponson, tres mil nouecentas e cinquoenta libras, en esta guisa:
Mil quatrocentas libras ao meestre;
Jtem, de quinhentas libras ao comendador de Saluaterra.
Jtem, de quinhentas libras ao comendador de Segura.
Jtem, de quinhentas libras ao comendador do Rosmarinal.
Jtem, de quinhentas libras ao comendador dEydanha a Noua.
Jtem, de quinhentas libras ao comendador dEydanha a Uelha.
Jtem, no tenporal de Tomar aia sex comendadores: hũu na uila e cinquo no termho, conuem a ssaber, hũu na Beselga e outro no Paul e

outro no Prado e outro na Lousaa e outro nas Pias. E den, en cada hũu anno, duas mil quinhentas libras de rresponson ao conuento.

Jtem, ordinhamos e stabelecemos que no spritual de Tomar aia hũu freyre creligo que seia vigayro e aia a cura e aia de ueer e de procurar todalas rendas e beens do spritual di e manteer si e os outros capelães e creligos que foren mester pera seruir e procurar as dictas egreias no spritual e de, de rresponson, en cada hũu ano, tres mil nouecentas libras ao conuento.

Jtem, de trezentas libras ao comendador de Portalegre.

Jtem, de trezentas libras ao comendador da Benposta.

E queremos e ordinhamos que cada hũu dos freyres que ouuerem as dictas comendas que mantenham caualos e armas continuadamente, como deuen.

E teemos por ben que o dicto rrey e todolos rreys que depos el ueheren aian colheytas dos logares onde as soyan aauer no tenpo da orden que foi do Temple, en como as soyan dauer e paguenas os comendadores que teueren as comendas desses logares, saluo aquelles logares onde soyan a dar colheytas, que forom partidos per comendas, que estes comendadores paguen dessuu essa colheyta todos hygualmente, tirado o comendador do castelo de Tomar, que deue pagar el soo colheyta, porque lhj foi dado mais que a nẽhũu dos outros comendadores que ha en Tomar e en seu termho pera pagar essa colheyta. E queremos que os comendadores que an de dar as colheytas que se non escusen a pagar conpridamente as rresponssões que son teudas a dar.

Outrossi stabelecemos e ordinhamos que, segundo os acrecentamentos que Deus der e se fezeren daqui adeante en todolos beens da nossa orden, tamben nos que perteencen aa nossa mesa come ao conuento e en todalas outras comendas que assi acrecentemos e seiamos teudos dacrecentar en conto dos caualeiros e dos creligos freyres e nos dos freyres sergentes como nos podermos e nosso senhor elrrey e os outros rreys que depos el ueheren teueren por ben e por razon.

E, porque nos, meestre e conuento, tanto que esta orden foi feyta, fezeramos nossa ordinhaçon en feyto destes beens que a orden ha en como nos manteuessemos con outorgamento do dicto nosso senhor rrey e logo enton non podemos tam conpridamente saber os beens e o stado da orden assi como o ora sabemos e agora entendemos por seruiço de Deus e de nosso senhor elrrey e por prol e onrra da nossa orden de sse corregeren algũas cousas que hy eran conteudas;

Porende, de como teuemos por ben de sse corregeren e ordinharen estas cousas, fezemos ende fazer nossas cartas per mãao de Lourenço Martijnz, tabellion geeral de nosso senhor elrrey nos seus senhorios, e assinaadas con seu sinal e seeladas dos seelos de nos, meestre e conuento. E este ordinhamento ualha pera senpre. Que nunca o possamos reuogar

nen mudalo en nẽhũa guisa, saluo con outorgamento delrrey, e outro, se parecer, non ualha.

E pedimos por mercee ao sobredicto senhor rrey don Denis, que he padron e fondador desta nossa orden, que lhj praza doutorgar e consentir en esta nossa ordinhaçon e nas cousas que en ela son conteudas, en todas e en cada hũa delas, e que mande en ela poer o sseu seelo.

O qual scrito, leudo e publicado, logo enton os dictos meestre e conuento foron aas casas do dicto senhor rrey, que era enton na dicta cidade de Lixboa, a pedirlhj que consentisse en esta ordinhaçon e que a outorgasse. E o dicto senhor rrey outorgou e consentio en esta ordinhaçon, en esta guisa.

Nos, don Denis, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue, veendo e consijrando que a dicta ordinhaçon he feita a seruiço de Deus e a exalçamento da ffe de Jhesu Christo e a prol dos nossos rreynos, outorgamos e conssentimos na dicta ordinhaçon; e, por mayor firmidõe, mandamola seelar do nosso seelo do chunbo.

Esto foi en Lixboa, nos dictos logos, dia e era de suso dictos.

Testemonhas que a esto foron presentes quando esta ordinhaçon foy leuda perante os dictos meestre e conuento: Fernando Afonsso, Simhon Perez, Gil Steuenz, comendador de Portalegre, Giral Eanes, vigayro de Tomar, Joham Gil, RodriguEanes, freyres da dicta orden.

E outrossi quando foi leuda perante nosso senhor elrrey foron hy presentes: Johane Afonsso, filho delrrey, LourencEanes Redondo, Steuam da Guarda, Nuno Roiz de Vasconcelos, Gomez Martijnz e outros. E eu, Lourenço Martijnz, tabellion sobredicto, a esto con as dictas testemonhas presente fuj e, a petiçon e mandado dos dictos senhor rrey e meestre e conuento, este stromento desta ordinhaçon con mha mãao propria screuj e en el este meu sinal pugi, que tal he (*Sinal do notário*) en testemonho de uerdade.

74

16 AGOSTO 1326

Ordenação da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, elaborada pelo respectivo Mestre, D. João Lourenço, pelo comendador-mor e freires e aprovação régia da mesma, em público instrumento notarial.

ANTT., *Gaveta* 7, maço 13, n.º 27. Original em pergaminho, com o selo do Mestre e o do convento, de cera, pendentes de cordão vermelho, vendo-se,

ao meio dos dois, o lugar do selo régio pendente, não conservado, — texto que se reproduz; BNL., *Alcobaça*, cód*s*. 73, fl. 317, e 218, fl. 146, do séc. XV, e 223, fl. 239, do séc. XVI.

En nome de Deus amen.

Sabhan quantos esta carta uiren e leer ouuiren como na era de mil trezentos ssasseenta e quatro anos, dez e sex dias dagosto, ena cidade de Lixboa, nas casas da orden da caualaria de Jhesu Christo, as quaes foron da orden que foi do Temple, en presença de mjm, Lourenço Martijnz, tabellion geeral, e das testemunhas adeante scritas, o onrrado e rreligioso baron don Johan Lourenço, pela graça de Deus meestre dessa orden de Jhesu Christo, ensenbra con don Martin Roiz, comendador mayor, e don Vaasco Fernandez e SoeirEanes, Pero Anes da Serra, Lourenço Gonçaluez, Steuan Martijnz, Gomez Martijnz, Roy Gonçaluez, Affonsso Meendez, Johan Pires, Martin Pires, Martin Fernandez, FernandAyras, Fernan Paaez, Pero Gonçaluez, Joham Gil, Lourenço Fernandez, caualeiros, e Francisco Dominguez, creligo, freyres da dicta orden, fezeron leer e publicar hũa ordinhaçon scrita, feyta per esses meestre, comendador e ffreyres sobre o stado e regimento da dicta orden, da qual o teor, de ueruo a ueruo, tal he.

En nome de Deus amen.

Porque todolos christãaos e mayormente os de rreligion e de orden deuen senpre reconhocer as grandes mercees que lhis Deus e os senhores fazen e entenderen en acrecentamento da sancta fe e fazer, per todalas partes que possan, toda cousa per que o seruiço de Deus e daqueles que o seu logar teen e, mayormente, cuia feytura depos Deus son, possa seer acrecentado; e, quanto os seruidores de Deus mais son, tanto Deus he mais louuado e mais seruido e os senhores outrossi, de que ben e mercee receben. E porque, de razon e de dereito, outros tantos seruidores deuen seer postos en cada hũa egreia e orden, pera quantos os beens dela poden auondar;

Poren nos, frei Joham Lourenço, meestre da caualaria da orden de Jhesu Christo, comendador mayor e freyres da dicta orden sobredictos, chamados todos pera esto como deuen, conssijrando os beens e os fruytos e rendas que nos e a dicta nossa orden ora auemos e a nos perteencen poden ben e conpridamente auondar a ssateenta e hũu freyres caualeiros e a noue freyres creligos e a sex sergentes freyres e a todolos outros homens segraes que conpriren pera seruir a orden e a todolos outros encarregos que nos e a dicta nossa orden somos teudos, a louuor e a seruiço de nosso senhor Jhesu Christo, en cujo nome a dicta nossa orden he feita, e da

Uirgen Sancta Maria, sa madre, outrossi a seruiço de nosso senhor elrrey don Affonsso e dos outros rreis que depos el ueheren, por tal que depois, per cobijça dalgũus ou per algũa outra maneyra, os dictos beens e rendas se nom despendan e metan en outros usos;

Ordinhamos e stabelecemos e outorgamos que, pera todo senpre, aia, na dicta nossa orden, oyteenta e sex freires ao meos, como dicto he, dos quaes seian ssateenta e hũu freyres caualeiros, guisados de caualos e darmas, e os outros seeren creligos e sergentes, dos quaes deuemos nos, meestre sobredicto, e cada hũu dos outros meestres que depos nos ueheren trager senpre continuadamente dez caualeiros freyres ao meos, guisados de caualos e darmas e non seeren estes dez freyres caualeiros dos que teueren comendas nen dos do conto do conuento. E, sse nos, meestre, quisermos filhar algũus do conuento que connosco anden, poermos outros tantos en conuento daqueles que trouxermos, de guisa que sten en conuento continuadamente dez caualeiros freyres ao meos e andaren dez connosco, como dicto he, e nos meestre proueermos a cada hũu dos dez caualeiros freires que connosco andaren de caualos e darmas e de comer e de beuer e de uestir e de calçar e de todalas outras cousas que foren mester pera eles e per[a] seus homens e per[a] sas bestas.

E, pera todas estas cousas podermos conprir e manteer e todolos outros encarregos que deue manteer meestre, rreteemos e assinaamos pera a mesa de nos, meestre, e pera a dos outros meestres que depos nos foren, con conssentimento dos dictos comendador e freires, todo o que a nossa orden ha en Lixboa e en seu termho e outrossi o que ha en Alanquer e en seu termho e todo o que ha en Sanctaren e en seu termho, saluo Pinheiro e Caseual, en que ha dous comendadores.

Outrossi, reteemos pera nos Castelbranco, pera morada de nos, meestre, con todalas cousas que a orden hy ha e en seus termhos e o que ha en Nisa e eno Rodão e en Montaluan.

Outrossi, reteemos as rrendas e os dereitos que a nossa orden ha en Ryofrio e en Fontarcada e na uila e no couto de Bragaa.

Outrossi, ordinhamos e teemos por ben e outorgamos e assinaamos que pera todo senpre aia o nosso conuento dez mil e oitocentas libras en cada hũu anno, contadas hy mil e quatrocentas libras que lhj deuen dar das rrendas de Castromarim e as noue mil e quatrocentas libras auerenas pelas rendas de Tomar, tanben do tenporal como do spritual.

E queremos e ordinhamos que estes djnheiros que os den aas terças do ano, conuen a ssaber: a primeira terça por Natal e desi as outras terças como sse seguiren.

Outrossi, queremos e outorgamos que qualquer que for comendador, mayor da nossa orden aia de ueer e de procurar e de ministrar todolos beens que ao conuento perteencen e daqui adeante perteenceren e proueer ao dicto conuento na guisa que se segue.

Primeiramente, de e faça dar ao que for cel[ar]eyro cinquo mil e sexcentas e cinquoenta libras pera trijgo e pera ceuada e pera uĩho e carne e pera todalas outras cousas que perteencen ao gouernho. E o dicto celareiro aia de proueer ao comendador mayor e aos dez freires caualeiros e aos noue creligos e a sex sergentes que steueren en conuento e aos outros homeens segraes que conpriren pera seruiço do conuento e das outras oueenças de comer e de beuer aguisadamente.

E outrossi de a cada hũu dos dez freires caualeiros ceuada pera senhos caualos e pera outra besta muar ou caualar e de comer e de beuer a cada hũu pera tres homeens. E o dicto celareiro e o que for vestiairo e enfermeiro e sacristan den soldadas e de uestir e de calçar aos homeens segraes [o] que a cada hũu conpre, pera seruiren sas oueenças.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar ao que for uestiayro mil e quatrocentas e vinte e cinquo libras en cada hũu anno, pera vestiaria grossa e delgada e pera peles pera dez caualeiros conuentuaes e pera noue freires creligos e pera seis freires sergentes e darlhis de uestir en esta guisa: aos dez freires caualeyros e aos noue creligos, pera uestiaria grossa, vijnte e cinquo couedos de rrosete a cada hũu ou doutro pano desse ualor, o qual uestir he apreçado en quareenta libras; e de aos seis ffreires sergentes uestir darrayz ou de ssanctome branco ata ualia de quinze libras; e demais dar a todolos freyres, assi aos dez caualeiros freyres come aos creligos freyres come aos outros freyres sergentes sas uestiarias delgadas e sas peles, assi come as dan aos freires da orden dAuis.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar ao que for sacristan trezentas libras pera os ornamentos e pera cera e pera o al que conprir pera mantijmento das egreias do conuento.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar ao que for enfermeiro duzentas e trijnta e cinquo libras pera mantijmento dos freires que foren doentes e sangrados e pera poder conprir todolos outros encarregos da enfermaria.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar ao que ouuer de ueer a obra duzentas libras, en cada hũu ano, pera essa obra e pera refazimento e mantijmento das cousas desse conuento.

Jtem, de o dicto comendador e faça dar aos dez freyres caualeiros cen marauedis a cada hũu, en cada hũu ano, pera uestir seus homens e pera calçar si e eles e pera ferrar sas bestas e pera as outras cousas que mester ouueren.

Outrossi, de e faça dar a hũu freire creligo que aia a cura cen marauedis.

Outrossi, de e faça dar aos outros oyto freires creligos trijnta libras a cada hũu, en cada hũu anno, pera calçar e pera as outras cousas que ouueren mester.

Copyrighted material

Outrossi, ordinhamos e teemos por ben que o celareyro e o sacristan e o enfermeiro e o uestiayro e o que teuer a obra aian scriuães iurados, aqueles que uiren que conpriren pera esto, e tanben o comendador mayor come o celareyro come o enfermeyro come o ssacristan come o que teuer a obra tenhan senhas arcas e cada hũa arca aia duas fechaduras, en que ponhan en guarda esses djnheiros que lhis deren pera despesa de ssas oueenças; e cada hũu destes oueençaes tenha hũa das chaues da arca de cada hũu e os scriuães tenhan cada hũu a outra chaue de cada hũa das arcas. E todo o que receberen e despenderen seia perante esses scriuães pera o screueren en seus liuros e daren ende conto e recado. E estes scriuães deuen seer dos creligos do conuento ou dos freires sergentes, se os hy taes ouuer que o sabhan fazer.

Outrossi, ordinhamos e teemos por ben que o celareyro e o sacristan e o uestiairo e enfermeiro e o que teuer a obra con estes scriuães den conto e recado do que cada hũu receber e despender en ssa oueença, en cada hũu ano, ao comendador mayor perante dous freires caualeiros e dous freires creligos do conuento. E o comendador mayor de recado do conto que deles receber ao meestre.

E queremos e teemos por ben que se faça assi daqui adeante, pera non despereceren as rendas e os beens do conuento e pera seeren melhor procuradas; e que os freires conuentuaes e os outros homeens segraes que conpriren pera seruiço do conuento aian aquelo que deuen auer segundo he conteudo en esta ordinhaçon.

E teemos por ben que o celareyro, por afan que filhara en seruir e procurar ben sa oueença, que aia, en cada hũu ano, duzentas libras do que lhj sobeiar de ssa oueença e que o uestiairo outrossi aia cen libras en cada hũu ano do que lhj sobeiar de sa oueença e o enfermeyro trinta cinquo libras e o sacristan cinquoenta libras do que lhjs sobeiar de ssas oueenças. E o mais que ficar teemos por ben que se guarde pera prol desse conuento, pera sse meter en aquelo que o meestre e o comendador mayor e o conuento ou a moor parte do conuento acordaren.

E queremos e ordinhamos que o comendador mayor aia poder de fazer proueer ben e conpridamente a cada hũu en sa oueença ao conuento. E, porque os seruidores de Deus e as cousas sprituaes non poden star longo tenpo nen sse manteer sen as cousas tenporaes; e outrossi as cousas tenporaes, non auendo quem as ben procurar e deffender, poden cedo perecer; esguardando que, pera procurar os beens da nossa orden e deffender as uilas e os castelos e os outros logares da dicta orden aueran moor uoontade e mayor razon de os deffender os freires caualeiros e de fazer ben en eles que nẽhũus outros, ordinhamos e outorgamos que nos, meestre sobredicto, e cada hũu dos outros meestres que depos nos foren tenhamos dez caualeiros freyres, como sobredicto he. E o comendador mayor aia, pera seu mantijmento, mil nouecentas e cinquoenta libras das dez mil e oyto-

Copyrighted material

centas libras que son assinaadas ao conuento e mantenha consigo dous caualeiros freyres, guisados de caualos e darmas, per esta renda, e aia raçon do conuento pera quinze homens e sex bestas.

E outrossi o que for celareyro aia, pera seu mantijmento pera dez homens e cinquo bestas, daquilo que ha de receber e de proueer ao conuento.

Outrossi, ordinhamos e stabelecemos e outorgamos que dos sobredictos ssateenta e hũu freyres caualeiros, dous aiam as comendas do Mogodoiro e de Penhas Royas con aquelo que a orden ha ena Benposta, que foi aldeya do Mogodoyro, e aueren as rendas de permeyo assi como lhas nos deuisaremos; e cada hũu destes comendadores deuen manter senhos freyres caualeiros, guisados de caualos e darmas, e parensse a todolos outros encarregos. E hũu destes comendadores deue morar en Penas Royas e outro eno Mogodoiro.

Jtem, ena Redinha aia hũu comendador caualeiro e aia ende o tenporal e o spritual e mantenha consigo hũu freire caualeiro, guisado de caualos e darmas.

Jtem, en Poonbal aia hũu comendador caualeiro e mantenha consigo hũu caualeiro freyre, guisado de caualo e darmas e de, en cada hũu ano, ao studo de Coinbra mil e oytocentas libras, aas terças do anno, conuen a ssaber: por Natal e por Pascoa e por San Johanne. E esse comendador aia as rendas do tenporal e do spritual desse logo e paresse aos encarregos.

Jtem, en Soure aia hũu comendador caualeiro e mantenha consigo hũu caualeiro freyre, guisado de caualo e darmas, e de, en cada hũu ano, ao studo de Cojnbra mil e duzentas libras pela guisa que lhas ha de dar o comendador de Poonbal. E esse comendador de Soyre aia as rendas desse logo, do tenporal e do spritual, e paresse aos encarregos (1).

Jtem, outro aia a comenda de Castelnouo e aia ende as rendas pera ssi e denlhj cen libras da comenda da Torre do Arrizado e mantenha consigo hũu caualeiro freyre, guisado de caualo e darmas.

---

(1) Pela bula *Porrecta nuper nobis*, de 26 de Fevereiro de 1308, dirigida a el-rei D. Dinis, Clemente V concedera-lhe o rendimento de seis igrejas do real padroado para subsídio da despesa com os professores da Universidade, fundada em 1 de Março de 1290; bastaram, porém, os rendimentos das igrejas de Soure e Pombal, indicadas pelo respectivo ordinário, o bispo de Coimbra. Cedidas, depois, à Ordem de Cristo por contrato de 18 de Janeiro de 1323 com o monarca, comprometeu-se aquela a pagar aos ditos professores: ao de Leis 600 libras, ao de Decretais 500, ao de Física 200, ao de Gramática 200, ao de Lógica 100, ao de Música 75 e a cada um dos dois conservadores 40. A esse compromisso alude o presente passo. (Sobre o assunto pode ver-se MARIO BRANDÃO e M. LOPES D'ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, pp. 61 e ss. e a bibliografia aí aduzida).

Jtem, outro aia a comenda do Pinheiro da par de Santaren, con sexcentas libras que lhj den de Tomar, e mantenha consigo hũu caualeiro freyre, guisado de caualo e darmas.

Jtem, outro aia a comenda de Caseuala con ssexcentas e cinquoenta libras que lhj den de Tomar e mantenha consigo hũu caualeiro freire, guisado de caualo e darmas.

Jtem, en Tomar aia hũu comendador que seia alcaide do castelo e mantenha consigo hũu caualeiro freire, guisado de caualo e darmas; e aia mil e trezentas libras da renda dessa uila e paresse aa colheyta delrrey.

Jtem, enas Pias aia hũu comendador caualeiro e aia todo aquelo que rende esse logar das Pias; e o que menguar pera auer conprimento de mil e cen libras, denlho das rendas de Tomar. E tenha consigo hũu caualeiro freire, guisado de caualo e darmas. E estes dez comendadores deuen proueer aguisadamente a cada hũu destes dez caualeiros freires seus conpanhões de caualos e darmas e de comer e de beuer e de uestir e de calçar e de todalas outras cousas que foren mester pera eles e pera seus homens e pera sas bestas.

Jtem, en Almoyrol e en a Cardiga moren dous comendadores e aian as rendas desses logares de permeyo e den cen cen libras ao comendador dEidanha a Uelha e paresse aos outros encarregos.

Jtem, en Uila de Rey aia hũu comendador caualeiro e esse comendador aia todalas rendas desse logo de Uila de Rey e o que lhj menguar pera auer conprimento de oytocentas libras en djnheiros denlho das rendas de Tomar.

Jtem, en Dornas aia hũu comendador caualeiro e aia as rendas desse logo.

Jtem, en Puços aia hũu comendador caualeiro con as rendas desse logo e con quatrocentas libras que lhj den de Tomar.

Jtem, ena Torre do Arrizado aia hũu comendador caualeiro e aia as rendas desse logo e de cento e cinquoenta libras ao comendador de Castelnouo.

Jtem, en Alpalhã aia hũu comendador caualeiro con aquelo que a orden ha en Portalegre e con a egreia de Ferreyra.

Jtem, eno Prado aia hũu comendador caualeiro con renda de oytocentas libras, contado hy aquelo que rende Prado e o mais darenlho de Tomar.

Jtem, ena Beselga aia hũu comendador caualeiro con as rendas desse logo e o mais pera conprimento doytocentas libras darenlho de Tomar.

Jtem, eno Paul aia comendador caualeiro con as rendas desse logo e o mais, pera conprimento doitocentas libras, darenlho de Tomar.

Jtem, en Eluas aia hũu comendador caualeiro con aquelo que a orden hy ha.

Copyrighted material

Jtem, en Cabomonte aia hũu comendador caualeiro con as rendas desse logo.

Jtem, ena Longrouha aia hũu comendador caualeiro con as rendas dese logo.

Jtem, en Fontes Longas aia hũu comendador caualeiro e de cinquoenta libras ao comendador de Moxagata.

Jtem, en Moxagata aia hũu comendador caualeiro e denlhj as dictas cinquoenta libras de Fontes Longas e aia as rendas desse logo de Moxagata.

Jtem, ena Meda aia hũu comendador caualeiro e aia as rendas desse logo.

Jtem, outro aia a comenda de Ferreyra dAures e as rendas desse logo.

Jtem, outro aia a comenda de Pinheiro dAzer e as rendas desse logo.

Jtem, outro aia a comenda do Marmeleyro e as rendas desse logo.

Jtem, outro aia a comenda de Touro e as rendas desse logo.

Jtem, outro aia a comenda da Benposta con a egreia do Rosmarihal.

Jtem, outro aia a comenda de Proença con o tenporal e spritual dj e dar cen libras ao comendador dEidanha a Uelha.

Jtem, em Eydanha a Uelha aia hũu comendador caualeiro e aia o tenporal e o spritual dj e aia demais duzentas libras, conuen a ssaber: cen libras do comendador dAlmoyrol e cento da Cardiga e cen libras do spritual de Proença.

Jtem, outro aia a comenda de Eidanha a Noua con o tenporal e spritual desse logo e con trezentas libras que lhj den da egreia de Saluaterra.

Jtem, outro aia a comenda de Segura con o tenporal do Rosmarîal.

Jtem, outro aia a comenda de Lardosa e as rendas desse logo.

Jtem, ordinhamos e stabelescemos que no spritual de Tomar aia hũu freire creligo que seia vigairo e aia mil e quinhentas e ssateenta libras pera manteer si e os outros capelães e creligos e tesoureyros que foren mester pera seruir e procurar as dictas egreias no spritual e pera os ornamentos delas.

E queremos e outorgamos que cada hũu dos freyres que ouueren as dictas comendas que mantenhan caualos e armas continuadamente, como deuen.

E teemos por ben que nosso senhor elrrey e todolos outros rreys que depos el foren aian sas colheitas ben paradas daquelles logares onde as senpre ouueron e paguennas os comendadores que teueren as comendas desses logares, saluo aqueles logares onde soyan a dar colheitas que foron partidos per comendas; que estes comendadores paguen deasũu essa colheyta todos hygualmente, tirado o comendador do castelo de Tomar, que deue pagar el soo colheyta. E queremos que os comendadores que an de dar as colheitas que se non escusen aos outros encarregos a que son teudos, per razon dessas comendas.

Outrossi, stabelecemos e ordinhamos que, segundo os acrecentamentos que Deus der e se fezeren daqui adeante en todolos beens da nossa orden, tanben enos que uagaren de prestamos ou denprazamentos come de qualquer outra maneyra que assi acrecentemos e seiamos teudos dacrecentar en conto dos caualeiros e dos creligos freyres e no dos freyres sergentes e nas comendas como nos podermos e nosso senhor elrrey e os outros rreys que depos el ueheren teueren por ben e por razon.

Outrossi, porque pelas mudações que ligeiramente se sooen de fazer nas ordeens, en tirar hũu comendador e dar a comenda a outro, sooen as comendas uijr a gran desenparamento e gran dano; poren ordinhamos e teemos por ben que cada hũu seia manteudo en ssa comenda pera senpre, pera auer razon de fazer benfeitorio e acrecentar en ela e non lhj seer tolheita sen sa uoontade, saluo se fezer tal cousa per que de dereito e segundo orden a deua perder e enton tolherlha o meestre que for en aquel tenpo, con conselho de sete comendadores ou da moor parte deles; e, tolhendoa assi, dala logo a outro freire que a meresca, con todo aquelo que hy ouuer ao tenpo que lha tolheren. E, ante que sobresto chame os sete comendadores, faça o mestre saber a elrrey a razon por que quer tolher a comenda o que disser que fez per que a perdesse.

Outrossi, ordinhamos que nen nos nen os outros meestres que depos nos ueheren non possan dar prestamo nen enprazar nẽhũa cousa da orden sen outorgamento do comendador mayor e conuento ou a mayor parte dele e sen consentimento delrrey, pera seer certo elrrey que he o que se faz dos beens da orden que son pera seruiço de Deus e dos rreys.

E, pera esta ordinhaçon e todalas cousas que en ela son postas seeren manteudas e aguardadas e non se poder ende nẽhũu scusar per non saber; ordinhamos e teemos por ben que esta ordinhaçon seia scrita de bõa letera grande, en hũu liuro que se ponha no cabidoo, que seia hy pregado con cadea, que o non possan ende leuar e cada hũu possa en ele leer o que aqui he ordinhado e o que deue cada hũu manteer e fazer. E o uisitador que hade uisitar o meestre e os outros freires, logo no começo dessa uisitaçon, deuenlhj pedir e rogar que queira ascuitar toda esta ordinhaçon, pera saber como he manteuda e dar pena, segundo orden e dereito, aaquele ou aaqueles que a non guardaren e manteueren segundo en ela he conteudo.

Outrossi, pera esta ordinhaçon e todalas cousas que en ela son conteudas seeren conpridas e aguardadas, porque son feitas a seruiço de Deus e dos rreys e prol da orden e de nos todos; nos, mestre, comendador, freyres creligos e sergentes, por nos e por nossos successores, iuramos aos sanctos auangelhos guardar e manteer esta ordinhaçon e todalas cousas que en elas son conteudas e non uijr contra elas nen contra nẽhũa das cousas que en ella son postas e ordinhadas, so pena de periuro e da menagem que alrrey feita auemos, saluo se, adeante, en algũu tenpo, uissemos nos e nosso senhor elrrey, cuja feitura a nossa orden he, que algũa outra

ordinhaçon seria melhor e mays a seruiço de Deus e seu e dos rreys que depos el ueheren e proueito da nossa orden que o possamos fazer, de consentimento delrrey, non enbargando este iuramento que auemos fecto.

Outrossi, iuramos que, se algũu de nos contra esta ordinhaçon ueher ou a non aguardar, que qualquer que o souber o faça saber ao mestre e alrrey e ao uisitador, quando uisitar, ou a cada hũu deles, pera sse correger e manteer a ordinhaçon, assi como he iurada; e, sse o mestre non a guardar ou non fezer manteer as cousas que en ela son conteudas e cada hũa delas, cada hũu dos freyres que o souber, so pena do iuramento e da dicta menagen, o faça saber alrrey, pera sse manteer e a guardar. E, como quer que outras ordinhações ante desta fossen feytas, pero, porque non foron feytas tan conpridamente, porque non eran tan sabudas as rendas da orden nen aquelo que en essas ordinhações foy posto, non foy manteudo como conpria nen como foy posto. Poren, teemos por ben que, daqui adeante, non ualhan e auemolas por reuogadas e por nẽhũas nen sse chame nẽhũu a elas nen a cada hũa delas, so a pena sobredicta.

E mandamos que esta ualha pera senpre e auemola por firme e por stauel. E, pera esto seer certo e non uijr en duuida, rrogamos e mandamos a Lourenço Martjnz, tabellion geeral de nosso senhor elrrey, que fezesse ende tres cartas, todas dũu teor, con seu sinal, seeladas dos seelos de nos, meestre, e do nosso conuento, das quaes nos, meestre, deuemos teer a hũa e a outra o nosso conuento e a outra deue ficar na chancelaria de nosso senhor elrrey. E, porque todolos beens que a nossa orden ha lhj foron dados pelos rreys e a orden he obligada a sseu seruiço e deles non podemos ordinhar sen seu consentimento, pedimoslhe por mercee que lhj prasa e consenta en esta ordinhaçon e, por moor firmidõe, que mande en ela põer o sseu seelo do chunbo.

A qual ordinhaçon, leuda e publicada per mjm, dicto tabellion, perante esses meestre, comendador e freires, enton esses meestre, comendador e freires me rogaron que fosse con eles aas casas do dicto senhor rrey, que era na cidade de Lixboa, a lhj leer a dicta ordinhaçon, ca lhj querian pedir por mercee de consentir hy e mandar hy põer o sseu seelo. E eu, sobredicto tabellion, a rogo e a petiçon dos dictos meestre, comendador e freires, fuj con eles aas dictas casas do dicto senhor rrey; e, leuda e publicada a dicta ordinhaçon perante eles, presentes os sobredictos meestre, comendador e freires, lhj pediron por mercee que lhj prouguesse da dicta ordinhaçon e consentisse en ela e mandasse hy poer o sseu seelo. E, logo enton, o dicto senhor rrey deu hy sa resposta en esta guisa.

Nos, don Affonso, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue, ueendo e consirando que a dicta ordinhaçon era fecta a seruiço de Deus e nosso, a que a orden e os beens dela son obligados, e a onrra e prol da dicta orden, semelhanos que he boa e praznos dela, so tal condiçon e so tal maneira que a nos e a nossos sucessores fiquen senpre aguardados

todolos dereitos e demandas que ante auyamos e ora auemos e ouuermos adeante contra os beens da dicta orden. E outrossi que, en aquelo que os dictos meestre e freires dizian que, se adeante, en algũu tenpo, a dicta ordinhaçon se podesse melhor fazer e mais a seruiço de Deus e nosso e prol da dicta orden, que a podesse fazer con nosso consentimento; nos, entendendo que dizian aguisado, por nos ende e por moor firmidõe, mandamola seelar do nosso seelo do chumbo.

Feyta era, mes, dia e logo sobredictos.

Testemunhas: os onrrados en Christo don Rodrigo, bispo de Lamego, don Vaasco Affonso, meestre dAuis, Martin Pires dAlujn, meestre Vicente das Leis, uassalos delrrey, Lourenço Gomez Taueeyra, comendador de Palmela, Joham Vicente, cooĩgo da Guarda, Juyão Pires, contador delrrey, Affonso Fernandez, amo da iffante dona Maria, DominguEanes, guarda do jffante don Pedro, e outros muytos.

E eu, Lourenço Martijnz, tabellion sobredicto, a todas estas cousas presente fuj con as dictas testemunhas e, a rrogo e mandado dos dictos meestre, comendador e freires, tres cartas, todas dũu teor, con mha mãao propria, scriuj e en cada hũa delas meu sinal pugj, que tal he (*Sinal*), en testemõho de uerdade.

75

16 DEZEMBRO 1328

Escritura da venda que Francisco Domingues, fretador das naus, e Teresa Eanes, dita Doce, sua mulher, residentes em Lisboa, fazem a Vicente Pires, dito Monte Córdova, mercador da mesma cidade, e a sua mulher Aldonça Martins, de três peças de vinha e almoinha, na Romeira, termo de Almada.

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 305. Original, em pergaminho.

En nome de Deus, amen.

Esta he a carta de vendiçom e de perdurauil firmidoy, a qual encomendamos a ffazer, eu, Francisco Domjnguiz, ffretador das naaos, e eu, Thareyia Eanes, dicta Doçe, sa molher, moradores de Lixbõa, a uos Viçente Pirez, dicto Monte Cordoua, mercador de Lixbõa, e a uossa molher Aldonça Martijnz, de tres peças de vĩhas e de hũa almoynha, com sas aruores e

Copyrighted material

casa e pomar e ffontes, que nos auemos en termho dAlmadãa, en logo que chamam a Romeeyra. As quaes vĩhas, almoynha, casa e pomar e ffontes nos ouuemos de conpra, que fforom de Diago Meendez Monffaljn e de ssa molher Thareyia Eanes, das quaes coyrellas da hũa delas estes som os termhos: a aguyom, parte com hereos de Steuam Geilla; a aurego, parte com Gil Pirez; ao leuante, parte com os dictos hereos; ao poente, parte cõno dicto Gil Pirez. E a outra parte de vĩha parte: a aguyom, cõnos dictos vendedores; a aurego, parte com hereos de Gil Martijnz; e ao leuante, connosco vendedores; ao poente, os dictos hereos de Gil Martijnz. E a outra coyrella de vĩha parte, a aguyom, com hereos de Gomez Lourenço; a aurego, hereos de Fernam Vermuỹz; ao leuante, parte cõnos dictos hereos de Gomez Lourenço; ao poente, os dictos hereos de Fernam Vermuỹz. E da almoynha estes som os termhos: a aguiom, parte cõno Iuncal e com hereos de Steuam Geilla; a aurego, parte cõnos vendedores; ao leuante, os dictos hereos de Steuam Geilla e o Iuncal; ao poente, Gil Pirez e nos vendedores. E de hũa vĩha que foy de donna Steuaỹnha, madre de donna Maria, molher que foy, en outro tempo, de Gil Payam e sa testamenteyra, que ela auya no dicto termho dAlmadãa, hu chamam a Romẽeyra, da qual vĩha estes som os termhos: ao leuante, Diago Meendez; ao poente, Anthonio Pirez; a aguiom, rressio; a aurego, Diago Meendez.

Vendemos e outorgamos a uos as dictas vĩhas e almoynha, casa, pomar e ffontes e outrosy hũa casa que he na villa dAlmadãa, que parte, a aguyom, com Pero Rouquelas e, ao leuante, com Lourenço Steuãez, e aurego e ao poente rruas publicas, com sas entradas e saydas e com todos seus dereitos e perteenças, que nos hy auemos, por preço nomeado, que de uos rreçebemos, conuem a ssaber: sseteçentas libras de Port., de que nos somos bem pagados e bem entregados, en boons djnheiros contados. E rrenuçamos que nunca possamos dizer que estes djnheiros nos nom fforom dados nem contados nem que os nom rreçebemos; e, se o dissermos, que nos nom ualha. Porende, aiades uos e todos uossos successores as dictas vĩhas, almoynha, casas, pomar e ffontes, como dicto he, deste dia pera todo senpre, e ffaçades delas e en elas toda uossa liure uoontade, assy como de uossa propria possissom. E obligamosnos, per todos nossos beens, mouis e rrayz, gaanhados e por gaanhar, a defender e a emparar a uos as dictas vĩhas, almoynha, casas e pomar e ffontes de quemquer que uolas demande ou embargue, assy como he huso e custume da terra, so pena do dobro e de quanto hy for melhorado. E rreuoramos esta carta e outorgamos. E, per esta carta, uos metemos em corporal possissom das dictas vĩhas, almoynha, casas, pomar e ffontes com todos seus dereitos e perteenças e todo dereito, tanbem de posse como de propriedade, que nos auemos e de derecto deuemos aauer nos dictos beens. Tolhemolo de nos e põemolo en uos, sobredictos Viçente Pirez e uossa molher, que o aiades deste dia pera todo sempre, uos e todolos uossos successores.

Feyta foy a carta en Lixbõa, na ssee, dez e sex dias do mes de dezembro, era de mill e trezentos e ssasaenta e sex annos. Testemunhas: Steuam Gonçaluez, rraçoeyro de Sancto Steuam de Sanctaren, Vaasco Dominguez, criado de Steuam da Guarda, Marcos Steuãez, creligos da ssee, Joham Pirez, creligo de Carnidj, e outros. E eu, Domjngos Martijnz, tabellion publico da cidade de Lixboa, que a esta venda presente fuj, de mandado e doutorgamento das dictas partes, esta carta screuj con mha mãao e pugj en ela meu synal, que tal *(Sinal público)* he.

76

5 FEVEREIRO 1330

Letras Dilecti filij, *do papa João XXII, dirigidas ao rei de Castela a declarar insólita, grave e insuportável às igrejas e pessoas eclesiásticas a súplica — reproduzida na íntegra — que ele e o rei de Portugal lhe endereçaram, verbalmente e por escrito, por meio dos nobres Afonso Jofre de Tenório e Lopo Fernandes, na qual lhe solicitaram, para prossecução da guerra contra os agarenos e exaltação do nome de Cristo, sobre o que haviam feito pactos e alianças: a dízima de todos os rendimentos eclesiásticos de seus países por 10 anos, a começar no próximo quinquénio; durante este, os rendimentos das igrejas, mosteiros, ordens e demais benefícios vagos; ainda durante o mesmo quinquénio, a terça dos rendimentos de todos os benefícios eclesiásticos vagos, menos no primeiro ano, e ressalvados os encargos temporais e espirituais das instituições; enfim, que sejam os benefícios eclesiásticos dos ditos países conferidos a nacionais, que se sacrificam nas lutas pela Fé, e não a estrangeiros.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 115, fl. 403, — texto que se reproduz. Parcialmente publicadas por RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1330, n.os 44-45. Citadas e comentadas por GAZTAMBIDE, *História de la bula*, p. 308.

[Johannes etc.]

Alfonso, regi Castelle illustri.

Dilecti filij nobiles viri Alfonsus Iuffredi de Tenorijs, admiratus tuus, et Lupus Fernandi, carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, regis Portu-

Copyrighted material

galie illustris maior iusticiarius, vestri nuncij, quos mittencium contemplatione ac sue insuper probitatis obtentu benigne recepimus, serenitatis tue, dictus Alfonsus ac dicti regis Portugalie, Lupus prefatus, nobis litteras presentarunt, per quas tu, fili carissime, et dictus rex petebatis ut eisdem nuncijs super hijs que, pro parte vestra nobis exponerent, fidem vellemus plenariam adhibere (1).

Nos autem, eisdem nuncijs, in camera primo et deinde in consistorio, fratribus presentibus, audiencia benigna concessa, ac hijs que proposuerunt plenius intellectis, letati fuimus et merito in Eo qui sic, a teneris annis, tua vota direxit ut, ad illa que dilatationem fidei orthodoxe respiciunt libenter intendens, ea solicite studeas promouere. Sane, cum nuncij supradicti, verbo primo et subsequenter in scriptis, pro parte tua et Portugalie regis predicti, credenciam per vestram excellenciam eis datam, coram nobis primo et deinde coram fratribus nostris, facunde proposuerunt et fecunde eam vijs et rationibus multipliciter fulciendo, cuius quidem credencie in scriptis oblatus tenor, de verbo ad verbum, inferius continetur.

Nos, cum eisdem fratribus super ea deliberatione prehabita diligenti, petitiones quas dicta scriptura continet insolitas inuenimus, cum nec nostro nec predecessorum nostrorum tempore audiuimus similes, etiam pro Terre Sancte generali passagio, sedi apostolice fore factas et insuper graues et importabiles ipsas fora ecclesijs et personis ecclesiasticis dicti regni qui, sicut regia prouidencia non ignorat, ex causis similibus et nonnullis alijs, hoc in tempore plurimum sunt grauati. Propter quod, fili carissime, licet tuis petitionibus prompte annuendum, sicut nosti, duxerimus hactenus ac intendamus quantum cum Deo poterimus in futurum, petitiones tamen predictas, nostro fratrumque eorundem iudicio, nequiuimus admittere absque Dei offensa magnoque ecclesiarum grauamine ac diminutione notabili cultus Dei et presertim cum, prout a tua non credimus memoria excidisse, decimam ecclesiasticorum reddituum, preterquam militarium ordinum, et duas partes tercie decimarum reseruari solite pro ecclesiarum fabricis in prelibatis regnis et terris tuis consistencium non est diu sub certis modis, pactis et conditionibus tibi usque ad quadriennium concedendas duximus in subsidium negocij memorati nec audiuimus regiam tuam excellenciam in eodem negocio adhuc processisse adeo, quod ad ipsa con-

---

(1) Trata-se dos embaixadores D. Alfonso Jofre Tenório, almirante de Castela, morto em 16 de Abril de 1340, no assédio a Tarifa (Cfr. por exemplo BALLESTEROS Y BERETTA, *História de España*, vol. 3, pp. 103 e 165, e RUI DE PINA, *Chronica d'el-rei D. Affonso IV*, caps. 35, 38, 49 e 51), e de Lopo Fernandes Pacheco, Senhor de Ferreira, ao qual alude PINA, *Obra cit.*, caps. 44, 58 e 64). O epitáfio deste com o relato dos seus serviços reproduzido por B. FREIRE, *Os Brasões da Sala de Sintra*, vol 1, p. 118, nota 5.

cessa manus debueris, juxta conditionum et pactorum exigenciam extendisse.

Et utinam, fili carissime, qui tibi suaserunt talia attendissent regieque prudencie ad memoriam reduxissent facta laudabilia que cum decimis et subventionibus ecclesiarum alijs mundi principes perfecerunt, profecto tue exposuissent magnificencie quod, ut in pluribus, infelices successus, non prosperos habuerunt. Quocirca, circumspectionem regiam hortamur in Domino et rogamus ut ad talia ecclesiarum grauamina non aspirans, nos, si ad presens talibus inauditis petitionibus et inconcessibilibus annuendum non duxerimus, habeat excusatos. Sed stude, fili carissime, iuxta tua promissa, prefatum negocium prosequi, quod factum tamen hactenus non percepimus, sciturus quod, si ad illud prosequendum te accinxeris viriliter et potenter et prosequi ceperis, oportuna subsidia per nostros predecessores solita tibi non deerunt oportuna (2). Tenor autem petitionum nobis, per dictos nuncios exhibitarum, talis est (3).

Significant sanctitati vestre humiles et deuoti filij vestri Alfonsus, Castelle, Alfonsus, Portugalie, reges illustres quod, cum ipsi Dei et ecclesie sue intenti seruicio proponant, Eo propicio, tanquam zelatores fidei orthodoxe, perfidos inuadere agarenos huicque proposito, tam per se quam per eorum milites et vassallos aliasque gentes regnorum suorum, incessanter dare operam, ad exaltationem nominis christiani, certis nichilominus confederationibus et pactis ad hoc inter eosdem initis.

Et, cum redditus et prouentus regnorum suorum ad onera regiminis eorundem supportanda et ad sustentationem ipsorum regum eorumque sequacium necnon ad faciendum sumptus necessarios ad manutenendum guerram predictam comode sufficere non possint nec sufficiant, eo presertim quod in alijs incumbentibus oneribus hucusque, ex causis iustis et necessarijs, quas sanctitati vestre iam exposuerunt, redditus et prouentus expendere oportuit memoratos et, iuxta doctrinam apostoli, qui altario seruit viuere debeat de altari et qui ad onus eligitur repelli non debeat a mercede;

Supplicant humiliter ijdem reges sanctitati eidem quatenus in subsidium manutenendi guerram et faciendum sumptus pro ea necessarios graciose dignetur concedere, per decennium, regibus memoratis, decimas fructuum, reddituum et prouentuum omnium ecclesiarum, etiam cathedralium,

---

(2) De sublinhar este incitamento pontifício para que prossigam os requerentes na luta contra o sarraceno, o que não lhe consta hajam feito, cientes de que, se o fizerem, lhes não faltará com os subsídios outorgados por seus antecessores.

(3) A Súplica seguidamente transcrita foi publicada, com falha de palavras e sobre cópia não autêntica, por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 52-53.

monasteriorum, ordinum, dignitatum, personatuum aliorumque beneficiorum in suis regnis consistencium, quocunque censeantur nomine, percipiendas infra quinquennium proximum nichilominus et habendas; quodque, etiam durante quinquennio, percipere et habere possint primi anni fructus, redditus et prouentus ecclesiarum, monasteriorum, ordinum, dignitatum, personatuum, beneficiorum predictorum, quos vacare contingerit eodem quinquennio, in dominijs regum predictorum.

Et, quia quantitas, que ex predictis haberi potest, licet voce magna appareat, reuera tamen modica existit et minimum facere posset subsidium ad premissa; supplicant ijdem reges quod sanctitas eadem graciose concedere dignetur eisdem ut, predicto durante quinquennio, terciam partem fructuum et reddituum ecclesiarum, monasteriorum, ordinum, dignitatum, personatuum, beneficiorum eodem quinquennio etiam vacancium, primo anno excepto, percipere possint nichilominus et habere, debitis in spiritualibus et temporalibus ipsorum oneribus dumtaxat exceptis.

Jtem, significant ijdem reges quod, cum prout iam sanctitati vestre exposuerunt, indigene qui in illis partibus prelacijs, ecclesijs, monasterijs, personatibus alijsque beneficijs ecclesiasticis preferri consueuerunt, zelo fidei succensi et effusione sanguinis progenitorum suorum memores, personaliter ad guerram ibant predictam ibique milites aliasque plures gentes manutenebant et multipliciter eisdem regibus magna faciebant seruicia; nunc, istis exclusis pariter et contemptis, alienigene, qui nec zelo fidei nec deuotione aliqua ad premissa inuitantur, sed de inbursanda pecunia quam de ipsis beneficijs percipere possint ad alias transferenda partes continuam gerunt solicitudinem, eisdem ecclesijs, monasterijs, personatibus, dignitatibus sunt prelati; quare supplicant ijdem reges humiliter et instanter quatenus, premissis alienigenis ad alia beneficia in alijs partibus translatis, de prelacijs, personatibus, dignitatibus, beneficijs per eos detentis indigenis regnorum predictorum dignetur eadem sanctitas prouidere.

Datum nonis februarij, anno quartodecimo (5).

---

(5) Os excepcionais subsídios aqui solicitados a Bento XII deviam destinar-se à segunda campanha andaluza, durante a qual houveram os cristãos, sem embargo do socorro que de Marrocos prestaram aos granadinos, as povoações de Teba, Hardales, Cañete, Cuevas, Priego e Oterdexicar (B. Y BERETTA, *Obra e vol. cits.*, p. 100, e *Cronica del Rey Don Alfonso el Onceno*, caps. 83 e ss.).

77

1 JULHO 1330

Letras Ad nostrum, *do papa João XXII, dirigidas ao rei D. Afonso IV, a estranhar-lhe que ele impeça o prior e comendadores portugueses da Ordem do Hospital de enviarem anualmente subsídio ao Mestre do convento de Rodes e que lho exija contra os sarracenos de Granada, pretendendo ser esse o costume, quando a verdade é que sempre os ditos Mestre e freires foram dispensados de o pagarem, por se exporem, nas partes ultramarinas, contra os inimigos da fé.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 115, fl. 406 v.

[Johannes etc.]

Alfonso, regi Portugalie illustri.

Ad nostrum, fili carissime, fidedigna relatio perduxit auditum quod tu responsionem quam dilecti filij .. prior et preceptores Portugalie Hospitalis Sancti Johannis Ierosolimitani exhibere tenentur annue dilecto filio conuentui Rodi, eiusdem Hospitalis, qui ad expugnationem orthodoxe fidei inimicorum, uiriliter et assidue, personarum non uitatis periculis, se exponunt, ab eisdem priore et preceptoribus exegisti; et quod tu, ad exhibendum per eos tibi subsidium contra perfidos sarracenos Granate ipsos intendis compellere, pretendens per clare memorie progenitores tuos sic fuisse hactenus obseruatum, cum noluerant contra eosdem perfidos proficisci.

Que, si eis veritas suffragetur, eo plus nobis admirationis causam multimode attulerunt, quo regiam non credimus excellenciam ignorare quod, in concessione decime triennalis dudum per nos facte clare memorie Dionisio, genitori tuo, in subsidium huiusmodi conuertende, dilecti filii .. magister et fratres Hospitalis prefati fuerunt ideo specialiter et expressim excepti, quia ipsi, tanquam Christi pugiles, contra hostes fidei supradicte, se et sua, in ultramarinis partibus, exponere non formidant.

Quocirca, regalem magnificenciam rogamus et in Domino attencius exhortamur quatenus, premissa recta consideratione discuciens, ab huiusmodi et alijs molestijs inferendis Hospitali prefato uelit deinceps regalis sublimitas abstinere eisdemque priori et preceptoribus, pro diuina ac sedis apostolice reuerencia atque nostra, restituere responsionem huiusmodi

sic exactam dictosque magistrum et fratres habere propensius commendatos. In hoc enim Regi Regum gratum exhibebis obsequium ac nostram et dicte sedis graciam prouide mereberis in tuis oportunitatibus ampliorem.

Datum Auinione, kalendis julij, anno xiiij°.

78

7 SETEMBRO 1332

Instrumento do bispo e cabido da Guarda, a ceder a D. Martim Gonçalves, Mestre da Ordem de Cristo, a pedido deste, os rendimentos da igreja de Santa Maria Maior de Portalegre, reservados apenas a côngrua para o respectivo vigário e alguns outros direitos do prelado egitaniense, atendendo, entre outros motivos, aos encargos a suportar pelo dito Mestre e à maneira como ele com alguns freires e com seculares que consigo levou combateu os inimigos da fé na fronteira de Granada.

ANTT., *Pergaminhos do Convento de Cristo de Tomar*, caixa 1, maço 1, n.° 7, original em pergaminho, que teve dois selos pendentes, de um dos quais se conserva pedaço de cordão vermelho.

Jn nomine Domini amen.

Nouerint vniuersi presencium litterarum seriem inspecturi quod religiosus vir domnus Martinus Gunssalui, magister ordinis militie Jhesu Christi, exponens nobis, Bartholomeo, Dei et apostolice sedis miseracione Egitaniensi episcopo, menssam suam esse tam militum ac aliorum laycorum fratrum dicti ordinis copiosa multitudine, quos de ipsius bonis substentare opportet ac eis, iuxta ipsius milicie instituta regularia confouere, quam crebris et multimodis alijs oneribus ac debitis qui dictus magister fecit ad frontariam, apud Granatam, contra inimicos fidei incedendo, nonnullos milites fratres dicti ordinis ac alios seculares ad ipsam frontariam secum ducendo, non sine minimis sumptibus oneratam; relatu quoque fidedignorum, percepimus quod, in ipsa frontaria, contra agarenos, dictus magister cum sequentibus suis, in parte sui exercitus, discretum fortemque pugilem se exhibuit, quod decebat;

Nos et quoscunque alios, ut ipse magister suique fratres dicte milicie, iuxta ipsius ordinis regule instituta feruentiores in Dei seruicio se exhibeant, quod ipsum magistrum et eius ordinem gratiosis ac fraternis fauo-

ribus prosequamur; et, quia inter nos, ex una parte, et ipsum magistrum, ex altera, super nonnullis causis questiones multiplices mouebantur, ex quibus inter nos discordie et scandala essent orta, si concordia aliqua non queratur; placuit eidem magistro et nobis ut predicta scandala euitentur quod, arbitrio bonorum virorum peritorum neutri nostrum suspectorum, sine figura et strepitu judicij, questiones huiusmodi sopiantur et alias obtulit se, tanquam pro amicis specialibus, pro nobis et nostro Egitaniensi capitulo se facturum.

Cunque dictus magister ecclesie Sancte Marie Maioris Portus Alacris, que nunc uacare disnoscitur, in solidum sic patronus nobis supplicans ut fructus ipsius ecclesie mense sue anecteremus pro dictis oneribus supportandis; nos, eius iustis precibus inclinatj, de consenssu nostri capituli Egitaniensis, diligenti tractatu cum eis habentes, fructus dicte ecclesie mensse sue, ex premissis causis et eorum quibuslibet, anectimus et unimus, reseruando de ipsis fructibus, pro uicario ibidem instituendo perpetuo, ad ipsius presentacionem, centum marabitinos, anno quolibet, pro sua duntaxat congrua substentacione.

Per hanc autem unionem et anecxacionem tertie pontifficali et lutuose nobis et capitulo debitis visitacioni, correccioni, procuracioni exinde debite vicarij institucioni et destitucioni in eadem ecclesia ac alijs iuribus nobis et ecclesie nostre dari solitis sic prout melius et perfectius dicta Egitaniensis ecclesia in ipsa ecclesia Sancte Marie habere consueuit necnon porcionarijs et perpetuo capellano ibi institutis et instituendis in posterum non intendimus derogare, sed premissa omnia et singula nobis et succesoribus nostris singulariter ac specialiter reseruamus.

Et nos, decanus et capitulum Egitaniensis predicte anecxacioni, ex causis predictis ac eorum quibuslibet, asentimus. Jn quorum omnium testimonium atque fidem nos, predictj episcopus, decanus et capitulum has patentes litteras eidem magistro concessimus, sigillorum nostrorum munimine sigillatas.

Datum Guardie, septima die menssis sebtenbris, anno Dominj millesimo trecentesimo tricesimo secundo.

79

7 ABRIL 1333

Instrumento da pública-forma de transcrição e promulgação da bula Inter alia que salutem, *de Gregório IX, de 29 de Maio de 1240, feita em Evora, no convento dos franciscanos, perante*

el-rei D. Afonso IV, o bispo da mesma cidade e outras categorizadas testemunhas, a pedido de Martim Gonçalves, Mestre da Ordem de Cristo (1).

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 2, n.º 59, original em pergaminho, de cujo selo pendente resta apenas fita de algodão vermelho.

Jn Dej nomine amen. Pateat vniuersis quod, coram serenissimo et excellentissimo principe ac domino domno Alfonsso, Dej gratia Portugalie et Algarbij rege jllustre, necnon coram reuerendo patre domno Petro, episcopo Elborense, tanquam coram auctenticis personis et locj (2) ordinarijs, magnificus et potens miles dominus frater Martinus Gunsaluj, magister milicie ordinis Jhesu Christi, per me Petrum Johannis, generalem tabellionem dictj dominj regis in suis regnis predictis, presentibus testibus jnfrascriptis, ad hoc specialiter adhibitis et rogatis, ostendj, notificarj et publicarj fecit quasdam litteras apostolicas, uera bulla plumbea, in filis sericis, croceis et rubeis bullatas, non rasas, non cancellatas, non uiciatas nec in aliqua suj parte suspectas, sed omnj uitio et suspictione carentes, prout in earum prima facie apparebat, continentes tenorem qui sequitur, sub hijs uerbis.

Segue-se a transcrição da citada bula de 29 de Maio de 1240, — o DOC. 49.

Quibus litteris apostolicis sic notificatis ac etiam publicatis, dictus dominus magister dixit quod intererat sua habere copiam earundem. Quare, petijt dictis domino regj et episcopo, tanquam locj ordinarijs, quatenus ad dictas litteras in hanc formam publicam redigendas, michi, tabellionj suprascripto, auctoritatem suam prestiterint pariter et consenssum. Et incontinentj ad predicta jdem dominus rex et episcopus auctoritatem suam

---

(1) A transcrição notarial e publicação nesta data, entre nós, de bula muito anterior e não respeitante directamente ao país, feitas com solenidade e perante el-rei D. Afonso IV, a rogo do Mestre da Ordem de Cristo, denunciam o seu aproveitamento por Portugal na luta contra o sarraceno. Endereça-se à expedição portuguesa que, a pedido do rei de Castela, acudiu em socorro do Estreito de Gibraltar, tomado no ano anterior pela armada do rei de Marrocos Abu-l-Hasan, chefiada por Abu Malik, filho do sultão granadino e interessado Mohammed IV, empresa em que a Ordem de Cristo desenvolveu papel bélico notável (Cfr. o DOC. 78 e TERRASSE, *Histoire du Maroc*, vol. 2, p. 54; LAFUENTE, *Historia general de España*, t. 4, pp. 344-45, que dá a versão dos cronistas árabes; BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, p. 164; e RUI DE PINA, *Chronica de ElRey Dom Afonso o Qvarto*, cap. 5).

(2) No ms. *loocj*.

prestiterunt pariter et consenssum et, ad maioris roboris euidenciam, presentj jnstrumento, sigilla sua apponj mandarunt.

Actum fuit hoc Elbore, in monasterio fratrum minorum, septima die mensis aprilis, era millesima trecentesima septuagesima prima, presentibus discretis viris Gunsaluo Martinj, scolastico Vlixbonensi, et Fernando Gunsaluj Cogominho et Martino Uelasci, dicto Seco, militibus, et Laurencio Gomecij de Portumolaris, et alijs. Ego uero, tabellio supradictus, de mandato et auctoritate dictorum dominorum regis et episcopi, predictas apostolicas litteras in hanc formam publicam redegj et solito signo meo signauj, jn testimonium premissorum. (*Sinal do notário*).

80

31 MAIO 1335

Carta de el-rei D. Afonso IV, a mandar sustar a execução de letras pontifícias em que se ordenara ao clero e Ordens do país dessem as dízimas do que houvessem por 6 anos para serem levadas para fora da terra e dadas a alguns que queriam ir sobre os mouros, por se tratar de desserviço e dano do reino, o que significara ao papa e espera ser atendido, visto comarcar com eles e guerreá-los constantemente com dispêndio grande do seu haver (1).

---

(1) A presente carta de Afonso IV, que supomos inteiramente desconhecida, integra-se na cruzada em que se empenhara o papa João XXII e veio a ser acarinhada, durante anos, por Bento XII, sem melhor êxito, para a conquista dos Lugares Santos. A 25 de Julho de 1333, o rei de França Filipe de Valois fora nomeado chefe dessa expedição, que havia de englobar a cooperação pelo menos de Inglaterra, França, Nápoles, Sicília e das repúblicas de Veneza e de Génova. Como recursos materiais, concedera o papa a dízima dos rendimentos eclesiásticos durante seis anos. Porém, a tensão internacional que se criara entre França e Inglaterra e entre esta e a Escócia, então apoiada pela França, provocou atmosfera nada propícia à empresa de Bento XII, que houve de desistir do intento, limitando-se a socorrer os Arménios, a quem mandou trigo da Sicília, e a recomendá-los aos cristãos daquela ilha, aos de Chipre e de Rodes (Cfr. L. JADIN, *Benoît* XII, p. 123). O rei de França convidara também para a cruzada em projecto os monarcas de Aragão, Castela e Portugal (Cfr. RUI DE PINA, *Chronica de el-rei D. Afonso IV*, caps. 24 e 25; LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 2, p. 115; e *Monarchia Lusit.*, parte 7, liv. 8, cap. 7).

A colecta referida, imposta por Bento XII aos eclesiásticos, mesmo das Ordens, como se infere da carta régia, respondeu talvez Afonso IV mais ou menos como da mesma consta, pois não encontrámos o texto da representação dele ao pontífice; ao convite de Filipe de Valois deu a resposta arquivada cremos que textualmente em

ADB., Arquivo do Cabido, *Gaveta de quindénios e décimas*, pergaminho n.º 20, em pública-forma de 11 de Junho de 1335, tirada na ocasião em que Estêvão Maestre, homem de el-rei, promulgou ao cabido da sé de Braga a referida carta, aqui transcrita pelo tabelião Vasco Lourenço, — texto que se reproduz; também no mesmo arquivo, *Colecção Cronológica*, caixa 13, em pública-forma notarial de 11 de Junho de 1335, extraída em Braga, a pedido do arcebispo D. Gonçalo, pelo mesmo Vasco Lourenço. Não se encontrou a bula a que alude o presente diploma régio.

Dom Affonso, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A todalas justiças dos meus rreynos que esta carta uirdes ssaude.

Sabede que a mjm he dicto que no meu senhorio som publicadas leteras do papa en que manda que toda a clerezia e ordijs da mha terra dem as dizimas do que am, por seis annos, pera as leuarem ffora da mha terra e daren a algũus que dizem que querem hir sobre mouros, o que a mjm parece muy sem razom e tenho que he meu deseruiço e dano da mha terra, comarcamdo eu com mouros e fazendolhis guerra, em que despendo muyto do meu auer, em cada hũu anno, pera lhis fazer mal e dano e pera defender deles os do meu senhorio, e tirarem da mha terra auer pera o darem a outrem, o que era mais aguysada razom de o auer eu pera esto. Demais, nunca a mjm nem aos outros rreys que ante mjm fforom em esta terra ffoy ffecto tal agrauamento come este.

Porende, mandouos que ffaçades logo apregoar, cada hũus em uosos julgados e logares, que todolos priores e abbades e creligos que hj ouuer,

---

PINA, *loc. cit.*, cap. 25. O nosso monarca, como aliás também os dois soberanos vizinhos, esquivou-se pràticamente de participar na expedição e alegou o seu parecer sobre o assunto, formulando, como observou ERDMANN (*A idea de Cruzada*, p. 55), «uma teoria da guerra com os mouros», teoria de duplo carácter: religioso e político local. Trata-se de arranjo original, cristão sim, mas utilitário e nacionalista, denunciador já das nossas tendências expansionistas. A carta ao rei castelhano fica melhor esclarecida junta à presente e vice-versa; e ambas suprirão, até certo ponto, a falta da enviada ao sumo pontífice.

CARL ERDMANN resume assim a primeira: — «Os mussulmanos em Espanha são exactamente os mesmos inimigos que nós queremos ir combater na Palestina. O lucro para a cristandade é, em ambos os casos, igual; os bens que esperamos alcançar para as nossas almas, os mesmos. Por conseguinte, a resposta a dar aos emissários é que espanhois e portugueses pensam decerto em tomar a santa cruz, mas em seus próprios territórios e que, em vista disso, pedem, por seu turno, aos franceses e alemães que venham primeiro ajudá-los nesta guerra, para que, depois de terem vencido os mussulmanos vizinhos, se lhes associem na cruzada geral.

«Mas, a par destas considerações de cunho religioso, — comenta ERDMANN — o rei dava igualmente lugar a motivos políticos. Aconselhava os castelhanos a «não deixarem o certo pelo duvidoso, o próximo pelo afastado, o próprio pelo alheio»; pois

beneficiados e ordeens, tambem de caualarias como outras que en esses logares ouuer, que seiam asũados em hũu logar asinaado que lhis ponhades; e, des que hy forem, deffendedelhis da mha parte que nom dem essas dizimas a nẽhũu e que as retenham em sy, ca eu ej enuiado meu recado ao papa em esta razom e tenho que, des que ele uir este ffecto, nom querra que eu nem a mha terra recebamos tam grande agrauamento em tam desaguysada razom.

E de como lhis esto diserdes e defenderdes, asi o fazede escreuer aos tabelliões desses logares em seus liuros, pera seer eu certo despois da obra que eles sobresto fezeren. E, se depois desto souberdes que algũus dan as dictas dizimas, nom temendo a dicta mha defesa, enuiademe logo dizer quaes som, pera ueer eu o que hy deuo de fazer e pera lho estranhar como mha mercee for. Onde al nom façades, senom a uos me tornaria eu por ende.

Dante en Coinbra, postumeyro dia de mayo. Elrrey o mandou per maestre Vicente das Leis e per Affonso Steuez. Gonçalo Dominguez a fez. Era de mil e trezentos e sateenta e tres annos. Afonso Steuez magister ui.

---

que, se os espanhóis (i. é. os peninsulares) partissem para a Terra Santa, não deixariam os mussulmanos de aproveitar a oportunidade para uma incursão guerreira. Se, pelo contrário, os espanhóis atacassem os mouros, retirariam daí honra e proveito, assegurariam o território e conquistariam terras para legar aos descendentes» (*A ideia de Cruzada*, pp. 55-56).

A carta de Afonso IV a Bento XII, de representação contra a referida colecta, devia ser concebida mais ou menos, *mutatis mutandis*, nos termos da que endereçou a «todalas justiças dos meus rreynos que esta carta uirdes», a presente, felizmente conservada em Braga, em pública-forma coeva. Nem de uma nem de outra teve PINA conhecimento. Na dirigida ao rei de Castela, Afonso IV sublinha e insiste na feição nacionalista e utilitária do seu cruzadismo: «por ganharmos mayor hõra & mais nosso proveyto»; «ca tudo isto podemos fazer na propria terra em que estamos, de que a nos se seguem dous grandes interesses, de proveito & louuor, ca o primeyro sera ganhar dos infieis terra que depois de nos erdem nossos filhos». Aqui está, muito mais do que em embrião, a ideia do expansionismo português à custa do sarraceno, para mais assim concretizada: «com a linhagem dos cães que as serras do rreyno de Grada povoam & assi [...] os infieis que saõ en Bennamary» (PINA, *Obra cit.*, cap. 25).

Parece que, num instante, somos transportados à época henriquina, cujos obreiros dos Descobrimentos tanto repetiam aquela expressão de «honra e proveito» ou «fama, honra e proveito», e ainda junto do moribundo D. João I, quando D. Henrique o Navegador tanto instava com o pai para que se prosseguisse a luta contra o sarraceno, em Granada ou em Marrocos, enquanto o primogénito D. Duarte, aflito, consultava secretamente irmãos e sobrinhos sobre o programa henriquino, no ano de 1433, quase cem anos depois! Não se encontrou em Roma a Súplica da bula da cruzada *Gaudemus et exultamus* de Bento XII, de 30 de Abril de 1341, em cuja parte dispositiva o pontífice nos incita à guerra defensiva e ofensiva contra o sarraceno, nomeadamente em Granada e em Benamarim (Marrocos). É possível, porém, que tal programa já tivesse sido sugerido por Afonso IV ao papa em sua desconhecida carta-representação de 1335, ou seja seis anos antes, ao rejeitar a colecta para o Oriente, que veio a ser substituída por cruzada no Ocidente euro-africano.

Copyrighted material

81

30 DEZEMBRO 1336

Letras Si commoda uaria *de Bento XII, dirigidas a D. Afonso, rei de Castela, a comunicar-lhe que envia à Península o bispo de Rodes, D. Bernardo, seu embaixador, para tratar de obter a paz entre ele e el-rei D. Afonso IV de Portugal, a solicitar-lhe preste assentimento a seus conselhos e a sublinhar, entre outras consequências da discórdia existente, o perigo de os inimigos da fá católica aproveitarem o ensejo para mais se fortalecerem e perseguirem os cristãos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 132, fl. 112.

[Benedictus etc.]

Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Castelle jllustri.

Si commoda uaria, que pacis et concordie unitas inter te, fili carissime, ac carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, regem Portugalie jllustrem, ac tuos et suos progenitores uiguit temporibus retroactis, uobis et eis ac utriusque regnis, terris et subditis ministrauit, ac dispendiosa et pernitiosa discrimina que suscitata, hoste procurante humani generis, inter te, filj, dictumque regem inuicem dissensio iam produxit et im posterum producere, nisi salubribus occurratur remedijs, comminatur, prudentia regalis diligenter attenderit et circunspecte meditationis studio intra claustra pectoris duxerit attentius reuoluendum, profecto reperiet quod exulanda penitus erit ipsa dissensio ac pacis et unitatis reformatio amplexanda, ex eadem nanque dissensione si, quod absit, inualesceret et guerris inde ingruentibus cultus negligeretur diuinus, obfuscaretur pulcritudo iusticie, opprimerentur innocentes et pauperes, rerum lapsus ac animarum et corporum aliaque grauia pericula sequerentur, hostes fortificarentur fidei catholice ipsisque in christianos seuiendi crudelius audacia preberetur et alijs malis innumeris, ex quibus grauiter irritaretur Altissimus, aditus panderetur, quorum contrarium et bona uaria, Deo placibilia et utrique uestrum oportuna et accommoda multipliciter pacis serenitas, si eam pacis auctor dederit, proculdubio ministrabit.

Cum itaque nos, premissa diligentius attendentes et cupientes obuiari dictis malis et periculis bonaque promoueri predicta, venerabilem fratrem nostrum Bernardum, episcopum Ruthenensem, apostolice sedis nuncium, virum utique circumspectum et prouidum, ueritatis, pacis et iusticie ama-

Copyrighted material

torem, ad tuam et dicti regis Portugalie presentiam propterea prouiderimus specialiter destinandum, excellentiam rogamus regiam et, sicut alias, attentius in Domino exortamur quatenus hijs que premisimus et alijs que circa hec possint prudentie regali occurrere in examine regie considerationis, adductis ad ipsam pacem et concordiam cum rege reformandam predicto et treugas ineundas uel indicendas ut pacis eiusdem tractatus possit utilius, cessantibus bellicis congressibus, dante Domino, perfici, regium abilites animum et inclines, prefati episcopi, honoris et commodi tui utique zelatoris, consilijs et persuasionibus in hac parte salubribus sic efficaciter intendendo quod inde Deo, per quem regnas et regeris, placeas tuaque prouidentia digne laudis titulis attollatur.

Datum Auinione, iij kalendas januarij, anno tertio (1).

82

16 JUNHO 1337

Letras Etsi nos, *de Bento XII, dirigidas a D. Bernardo de Alby, bispo de Rodes, seu embaixador à Península Hispânica, para ele diligenciar obter a paz entre os reis de Portugal e de Castela, nas quais, entre outras coisas, se sublinha o perigo de os vizinhos sarracenos poderem tomar ensejo da discórdia entre os ditos monarcas para lhes invadirem os reinos e perseguirem os cristãos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 132, fl. 44 v.

[Benedictus etc.]

Venerabili fratri Bernardo, episcopo Ruthenensi, apostolice sedis nuncio.

Etsi nos, qui Regis pacifici et excelsi uices in terris, licet insufficientibus meritis, gerimus, inter cunctos ecclesie filios, tanquam pater uniuer-

(1) Dos numerosos documentos conservados nos *Regesta* de Bento XII, relativos às diligências pontifícias para apaziguamento dos reis de Portugal e de Castela nesta data, recortamos apenas este e o seguinte por aludirem aos inimigos da fé cristã; mas todos eles merecem ser editados. Sobre o assunto pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, pp. 261 a 264, e a bibliografia ali aduzida.

salis, eorum pacis et unitatis nutrirj federa desiderijs optemus intensis, ut tamen inter reges et principes catholicos orbis terre pacis huiusmodi pulcritudo uigeat, eo uigilancius interponimus solicitudinis nostre partes, quo ipsorum concordia maiora commoda et dissenssiones ampliora dispendia pluribus consueuerunt afferre.

Sane rumor implacidus et infestus ad nostri apostolatus auditum hijs diebus perduxit quod pacis hostis, caritatis emulus cunctorumque malorum incentor, ibi sue nequicie semina iacere satagens ubi se amplius existimat obfuturum, carissimos in Christo filios nostros Alfonsum Castelle ac Alfonsum Portugalie, reges jllustres, quos nexus inuicem iungit sanguinis et glutinum affinitatis astringit, sic iactis in agris cordium suorum pestiferis zizanorum seminibus, disiungi et odiosis commoueri rancoribus procurauit, quod ad inuasiones et offensiones mutuas, per guerrarum fremitus et hostiles insultus, periculose nimium se disponunt.

Nos, igitur, exinde animarum pericula, strages corporum, lapsus rerum et non facile numeranda dispendia, tam eisdem regibus eorumque regnis et subditis, quam etiam fidei catholice, propter agarenorum uicinitatem, qui christianorum sanguinem siciunt et ad eorum exterminium, presertim in regnis predictis, aspirunt prouentura, nisi occurratur salubriter, formidantes cupientesque tantis malis tantisque periculis obuiari, ad te quoque, quem litterarum scientia, morum grauitate, circumspectione grauida et alijs uirtutibus Dominus insigniuit, dirigentes intuitum mentis nostre, te, de fratrum nostrorum consilio, ad partes illas, tanquam pacis angelum, prouidimus propterea destinandum.

Quocirca, paternitati tue, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus ad regum prefatorum presentiam dictasque partes te personaliter conferens, memoratis regibus quantum ipsi ex guerris et dissenssionibus huiusmodi si, quod Deus auertat, procederent, diuine maiestatis offenderent oculos quantisque se regnaque sua et subditos, ex eo maxime quod audatia prestaretur sarracenis, ut prefertur vicinis, durius in christicolas seuiendi et regna inuadendi predicta periculis exponerent et insuper inennarrabilia bona, que mutua ipsorum prestat et prestare potest concordia et mala que discordia secum ferret ac alia que ad pacem inductiua mutuam et discordiam deuitandam tibi occurrerint, prout tibi ministrabit Dominus, diligenter exponens ipsos ut ad pacis et unitatis concordiam inuicem, obmissis omnino commotionibus et congressibus hostilibus et odiorum uepribus extirpatis, redire festinent uel saltem treugas pacis representantes ymaginem hinc inde ineant usque ad certi temporis spacium, infra quod, quiescentibus bellorum turbinibus, possit melius et quietius pacis intendi tractatuj, duraturas, ex parte nostra inducere, vijs et modis quibus poteris, iuxta traditas tibi uirtutes a Domino, non postpones.

Vt autem circa hoc impedimenti seu obstaculi tibi tollatur occasio cuiuscunque, dissoluendi quascunque colligationes, confederationes, socie-

tates, pactiones uel ligas inter quoscunque clericos uel laycos, cuiuscunque status uel conditionis existant, sub quacunque forma uel conceptione uerborum initas, causa uel occasione huiusmodi discordie nutriende, easque cassandi, irritandi, annullandi ac nullas, cassas et irritas, tanquam contra bonum pacis in summi regis offensam presumptas, nunciandi, penas quoque adiectas et iuramenta prestita super eis, cum iuramentum vinculum iniquitatis esse non debeat, relaxandi et alia omnia et singula faciendi, gerendi et exercendi, que in premissis et circa ea fuerint quomodolibet oportuna, plenam tibi concedimus, tenore presentium, facultatem.

Datum ut supra [Auinione, xvj kalendas julij, anno tercio].

83

21 JUNHO 1337

Bula Deuotionis vestre sinceritas, *de Bento XII, a conceder à Ordem de Calatrava que seus freires abandonem para sempre o uso do capelo e o substituam por cruz de cor vermelha, em pano de lã, sobre as vestes exteriores, do lado esquerdo do peito.*

ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 47 v., em cópia oficial, feita no convento de Cristo de Tomar pelos anos de 1568. O copista ora usa o ditongo *ae* ora *e*; uniformizámos a ortografia, adoptando sempre *e*, o usado na época do original.

Benedictus episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs magistro et fratribus vniuersis militie Calatraue, Cysterciensis ordinis, Tholetane diocesis, salutem et appostolicam benedictionem.

Deuotionis vestre sinceritas, qua nos et romanam reuerimini ecclesiam, et opera comendanda, que pro sarracenorum impugnanda perfidia et christianorum religionis protectione impenditis, non indigne meretur vt appostolica sedes petitionibus vestris se fauorabilem exhibeat et gratiosam.

Ex serie siquidem nobis nuper oblate petitionis accepimus quod, iuxta regularia Cisterciensium ordinis, cuius professores existitis, instituta, vt de statu et conditione vestre militie de Calatraua plenius appareat, quod

scapularia vestris superioribus vestibus recondita cum quibusdam capucijs ab eisdem scapularibus indiuisis super vestes predictas apparentibus defferre consueuistis et quod, ex delatione caputiorum huiusmodi militie predicte, non discernitur nec habetur, saltem sicut deceret et vobis opportunum existeret, plenaria notitia nec de vobis ab alijs militibus secularibus competens diuisio designatur imo, ex delatione caputiorum huiusmodi, vobis in armis contra sarracenos, pro quorum impugnatione dicta militia instituta existit, exercendis paratur tedium et grauamen; cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, vos propterea desideratis capucia ipsa a scapularibus huiusmodi sepa[ra]ri et ipsa caputia perpetuo deserere et eorundem caputiorum loco signum crucis, per quod dicta militia liquidius pateat et sarracenos, eiusdem crucis inimicos, valeatis fidentius et deuotius debellare; pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum vt vobis concedere quod caputia huiusmodi dimittere valeatis et eorum loco signum crucis eiusdem rubei coloris, in panno laneo, vestimentis vestris superioribus, in sinistra parte pectoris affigendum gestare, de benignitate appostolica dignaremur (1).

Nos igitur, cupientes vos in huiusmodi desiderijs vestris salubriter confouere, huiusmodi supplicationibus inclinati, vt vos et singuli vestrum dicta caputia dimittere possitis, ita quod, loco ipsorum, signum crucis predictum, in colore et panno predictis et in quantitate et qualitate quas presentibus depingi fecimus, et non assumere allias et gestare teneamini, vt prefertur, quibuscumque statutis et consuetudinibus monasterij Cysterciensis Cabilonensis diocesis et memorate militie iuramento, confirmatione appostolica vel quacumque firmitate alia roboratis, contrarijs nequaquam obstantibus, deuotioni vestre, appostolica auctoritate, tenore presentium, indulgemus.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere vel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc atemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, appostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Avinione, xj kalendas julij, pontificatus nostri anno tertio.

---

(1) Em seguida à portada das diversas edições das *Definições e Estatutos dos cavaleiros da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo*, cuja primeira é de 1628, acham-se estampadas, em folhas sucessivas e no tamanho natural, as cruzes a usar na capa e roupeta dos professos e dos noviços, em pano vermelho de lã, de diversos desenhos, sobre as vestes superiores, do lado esquerdo do peito, como refere a presente bula.

84

30 ABRIL 1341

Bula Gaudemus et exultamus, *de Bento XII, dirigida a D. Afonso IV, rei de Portugal, a conceder-lhe a cruzada e a dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino durante dois anos, nos termos e com as excepções da mesma constantes, para a guerra defensiva e ofensiva contra os sarracenos, em Granada e em Benamarim (Marrocos)* (1).

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 2, original em pergaminho com selo de chumbo pendente por cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; *Livro das Ilhas*, em leitura nova, fl. 222 v.; AV., *Reg. Vat.*, vol. 129, fl. 22 v., em cópia coeva.

Publicada: por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 66, em texto latino e português, na ortografia do original, porém com omissão de algumas palavras menos perceptíveis naquele, as quais tomamos da cópia do AV. e se encontram também na segunda fonte citada. Editada parcialmente, em RAYNALDUS, *Annales*, ad annum 1341, n.º 4.

Sumariada no *Quadro Elementar*, t. 9, p. 349, e por ABRANCHES, *Suma*, p. 34, n.º 224.

Benedictus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Alfonso, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Gaudemus et exultamus in Domino. Gaudet et exultat sancta mater ecclesia nobisque et ipsi ecclesie cedit ad magnum exultationis augmentum quod Rex Regum et Dominus Exercituum ad uirtuosos actus et stre-

(1) Em anotação ao DOC. 79, vimos como Abu Malik, filho do sultão nasrida de Granada, Mahommed IV, auxiliado pelo rei de Fez, Abu-l-Hasan, se apoderou de Gibraltar, donde não conseguiram escorraçá-lo as armadas cristãs, e que ao assédio, longo e improficuo, sucedera trégua por quatro anos, depois estendida a mais alguns, por andarem os marroquinos entretidos com preocupações internas. Em 1339, vendo Abu Malik a grande dificuldade em abastecer as tropas que tinha destacadas em Espanha e, tendo aproveitado o ensejo da saída de Afonso XI de Sevilha para Castela, ordenou razia por Medina Sidónia em direcção a Lebrija; porém, nas imediações de Jerez de la Frontera, foi rechaçado pelas hostes cristãs, acantonadas em toda a região sevilhana. E, após encarniçados combates das tropas cristã e muçulmana, foi a

nuos suaque grata obsequia mentem tuam salubriter dirigens contra crucis hostes perfidos agarenos partium Africe, qui ad exterminium christianorum semper anelant, non solum ad defensionem catholice fidei, sed etiam dilatationem ipsius ac exterminium hostium eorundem, tuum animum preparauit, tribuens tibi, de sua solita gratia, clare memorie regum Portugalie et Algarbij progenitorum tuorum, qui fidem eandem multipliciter dilatarunt, laudabilia uestigia imitari tibique uirtutum iter preparans hostiumque dorsa elidendo subiciens et primicias desuper contra ipsos hostes inchoate victorie sumministrans, ut eo promptius et uirilius ceptum contra hostes ipsos Dei negocium tuumque deuotum propositum prosequaris, quo, ponens in Domino Deo fiduciam, eius dexteram auxiliarem tibique propiciam iugiter experiris.

Sane venerabilis frater noster Martinus, episcopus Elborensis, et dilecti filij nobiles viri Lupus Fernandi, dominus de Ferraria, necnon Laurentius Gomecij de Aureu, miles, ambaxiatores et nuncij tui pro infrascriptis ad nos et sedem apostolicam destinati, nobis, ex parte tua, reuerenter exponere curauerunt quod dicti progenitores tui, tanquam ueri catholici et eiusdem fidei ardore ac zelo succensi dicteque fidei soliciti plantatores et impugnatores feruidi hostium predictorum, regnum tuum Algarbij et regni Portugalie magnam partem, copioso subditorum suorum sanguine fuso proprijsque personis et facultatibus infinitis ad hec expositis, liberauerunt, diuina eis dextera assistente, ac eripuerunt de manibus infidelium predictorum illaque reduxerunt ad cultum nominis christiani ac obedientiam et reuerentiam ecclesie sancte Dei et in eis diuersas ecclesias et loca ecclesiastica fundarunt pariter et dotarunt et, pro defensione ipsorum ac impugnatione hostium eorundem, multa et magna fortellicia construxerunt; quodque ipsi perfidi hostes Christi, de huiusmodi ereptione dolentes, non solum ad recuperationem Algarbij sed etiam impugnationem Portugalie regnorum predictorum, eisdem progenitoribus guerras et actus bellicos quasi continue mouisse noscuntur; quibus progenitores ipsi non solum restiterunt, sed hostes ipsos multociens expugnarunt et dampna eis plurima intulerunt.

---

segunda destroçada e aniquilada. Abu Malik ficou prisioneiro e foi morto pouco depois, quando tentava evadir-se.

Abu-l-Hasan projectou então vingar a derrota. Havendo reunido frota de uns 100 navios, segundo o cronista árabe Ibn Kaldun, ou de 250, no cômputo dos cronistas castelhanos, atacou a muito inferior armada cristã, que foi destruída no Estreito e morto o almirante que a comandava. Castela impetrou então o auxílio de Génova e de Portugal, enquanto Abu-l-Hasan cercava Tarifa. Reforçada a armada castelhana pela portuguesa, bem organizada e adextrada por genoveses que continuavam ao serviço do rei de Portugal, os cristãos penetraram de surpresa naquela vila e ofereceram batalha aos marroquinos nas margens do rio Salado, onde as forças luso-caste-

Et quod clare memorie Dionisius rex Portugalie, genitor tuus, qui, inter progenitores ipsos, fuit in agendis circumspectissimus et feruentissimus dictorum hostium persecutor, considerans quod dictum regnum Algarbij est in frontaria dictorum hostium constitutum et uicinum eisdem et quod per homines in actibus bellicosis maris expertos ipsi hostes per mare, cum galeis et alijs uasis naualibus oportunis, poterant melius quam alias impugnari et dampna eis inferri etiam grauiora, de remotis partibus quendam in mari et maritimis bellis expertum ad regna predicta uenire fecit eumque, cum maximis stipendijs, admiratum suorum regnorum cons-

---

lhanas destroçaram brilhantemente o adversário sarraceno, em 30 de Outubro de 1340. Os granadinos haviam-se associado aos marroquinos na luta e vieram a ficar associados também na derrota. Abu-l-Hasan refugiou-se em Gibraltar, donde se passou a Marrocos, abandonados no campo o próprio tesouro e a esposa, morta na refrega. Por falta de víveres, não puderam os cristãos atacar então a praça de Algeciras.

TERRASSE, a quem vimos seguindo no resumo dos acontecimentos, comentando esta vitória, assevera: — «En apparence, c'était une partie nulle. De fait, le désastre du Rio Salado marque la fin de la guerre sainte mérinide . Abou-l-Hasan et son successeur Abou Inan, engagés dans les affaires d'Afrique, allaient être incapables de renouveler un tel effort maritime et militaire. Et le déclin de la dynastie mérinide allait peu à peu faire abandonner le royaume nasride à son sort» (*Histoire du Maroc*, p. 55). Idêntico comentário de CARL ERDMANN: — «Pela imponente vitória alcançada nas margens do Salado, (os reis de Aragão, Castela e Portugal) — frustraram de vez a derradeira tentativa do Islã para recuperar as antigas posições na península» (*A idea de Cruzada*, p. 53).

E, seguidamente, o mesmo autor comenta: — «Esta guerra teve, pelo menos do lado dos portugueses, todo o carácter de cruzada. D. Afonso IV, depois de ter requerido do papa a concessão das graças da cruzada, não só se fez acompanhar, na luta, pelo arcebispo de Braga e pelo bispo de Évora, como também ordenou ao Prior do Crato que levasse consigo uma relíquia do Santo Lenho que se encontrava em poder dos portugueses. Consoante as informações dos cronistas, o exército português sentia-se empolgado por um autêntico entusiasmo de cruzados, e a animação religiosa deve ter operado verdadeiros milagres. Conta-se que, antes da batalha, os cavaleiros e bom número de soldados se muniram com os sacramentos da confissão e comunhão, advertindo-se mùtuamente que nesta batalha deviam pensar na salvação de suas almas. A relíquia do Santo Lenho precedia os soldados no combate e deve ter realizado vários milagres (*Livro das Linhagens*, em *Port. Mon. Hist., Scrip.* I, 185 s.; Raph. de Jesus, *Mon. Lusit.* VII, liv. 9, cap. 10 s.)».

«Salta aos olhos — sublinha ainda ERDMANN — a semelhança com a batalha de Navas de Tolosa. Mas, outrora, consentira-se em deixar passar ao primeiro plano as ideas de cruzada, por causa dos estranjeiros, ao passo que os espanhóis (peninsulares) mal se deixavam roçar por elas. Agora essas mesmas ideas determinam, de modo geral, o carácter da guerra, mesmo sem a presença de estranjeiros. Podemos ver, nesta batalha, o ponto culminante da evolução da idea da cruzada contra os mouros, pelo menos no que diz respeito a Portugal» (*A ideia de Cruzada*, pp. 53-54). Enfim, ALFREDO PIMENTA denomina o facto «o último incidente do movimento hispânico da Reconquista em que Portugal colaborou» (*Elementos de História de Portugal*, p. 71). Realmente, dali seguimos para o norte de África, sob el-rei D. João I, em 1415.

tituit predictorum, qui galeas et alia uasa naualia oportuna construxit et gentes dictorum regnorum in actibus ad bellicos apparatus marinos pertinentibus, per eorum exercitium, sic fecit audaces et expertos, quod uix posset ad actus huiusmodi gens aptior reperiri, non solum ad defensionem dictorum regnorum, sed impugnationem uirilem hostium eorundem; quem admiratum tu, prefato genitore tuo sublato de medio, tecum retinuisti et ipsum amplius honorasti ac per eum et gentes tuorum regnorum dictis hostibus, tam per mare quam per terram, dampna quamplurima grauia intulisti (2).

Os reis de Castela e de Portugal apressaram-se a comunicar ao pontífice reinante a brilhante vitória alcançada pelas armas cristãs. Bento XII, em letras congratulatórias endereçadas a cada um deles, datadas respectivamente de 8 e 16 de Maio de 1341, incitou-os a prosseguirem na campanha, visto constar-lhe que não se achava ainda suficientemente abatida a presumida soberba dos pérfidos agarenos. Era preciso aproveitar o entusiasmo com que eles saíram do Salado. O pontífice romano, na carta ao monarca português, como estava cônscio da sua orientação sobre o particular, sublinha-lhe: *maxime cum tua et tuorum res agi videatur*. Tinha expirado, realmente, no Ocidente o interesse pelas cruzadas de finalidade meramente religiosa, como observou Calmette, reportando-se ao pontificado de Inocêncio III: — «Qu'un pape aussi remarquable qu'Innocent III ait été hors d'état de mettre sur pied une expédition puissante pour remettre l'Orient en ordre, c'est bien la preuve que l'idée de croisade est une idée du passé» (JOSEPH CALMETTE, *Le Moyn Age*, Paris, 1948, p. 464).

Se é certo que Bento XII curou de aproveitar a euforia com que do Salado regressaram os reis de Castela e de Portugal para os incitar a prosseguirem na luta contra o sarraceno, também é verdade que nosso monarca diligenciou tirar partido das boas disposições do pontífice. E assim, expediu embaixada para Avinhão, constituída pelo bispo de Évora, D. Martinho, pelo Senhor de Ferreira, Lopo Fernandes Pacheco, e pelo cavaleiro Lourenço Gomes de Abreu (Sobre os dois civis em referência pode ver-se PINA, *Chronica de elRey Dom Afonso o Qvarto*, caps. 44, 45, 58 e 64. Do Abreu afirma o cronista ser «pessoa de bom saber e autoridade»). Iam eles impetrar do papa o que nós consideramos a primeira bula clássica de cruzada passada a favor de Portugal, a *Gaudemus et exultamus*, (DOC. 86), nos termos da presente. Ela abre o que chamaremos terceira fase pontifícia em nossas relações com o sarraceno, documentada por sucessivos diplomas: guerra defensiva e ofensiva, aconselhada pelos sumos pontífices e por eles coadjuvada materialmente, através da concessão de parte dos rendimentos eclesiásticos do reino.

(2) Por carta de 1 de Fevereiro de 1317, el-rei D. Dinis conferira o Almirantado do reino ao genovês Manuel Peçagno e seus descendentes para sempre, facto a que alude aqui o texto da bula. Sobre o assunto pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, p. 195, e a bibliografia aí citada, a completar com os estudos de JOSÉ PESSANHA, *Os Almirantes Pessanhas e suas descendências*, pp. 67 e ss. e sobretudo de CH. VERLINDEN, *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries* e *Navigateurs, marchands et colons italiens au service de la découverte et de la colonisation portugaise sous Henri le Navigateur*. A documentação portuguesa relativa aos Pessanhas foi publicada nos dois volumes de SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, «passim».

Quodque, licet ille profanus et blasfemus rex agarenorum de Benamarin inter reges blasphemos sarracenorum potentissimus, territus ex premissis, cum pridem ad persecutionem et exterminationem orthodoxorum fidelium citra mare ad partes Jspaniarum, cum cateruis bellatorum infidelium innumerabilibus transfretauit, tibi, per suos nuncios et litteras, diuersa munera, promissiones, subsidia et securitatis obsides obtulisset, si carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, regem Castelle ac Legionis jllustrem, tuum nepotem, non iuuares. Tamen tu, premissa omnino respuens et more dictorum progenitorum tuorum ipsorum sequendo uestigia, sancte matris ecclesie ac totius populi christiani et eiusdem fidei cupiens iniuriam tantam refellere ac, uelut christianissimus princeps et fidei eiusdem athleta strenuus, obuiare uastitati christiane fidei, tunc ex dicti blasfemi et nefandi regis potentia in illis partibus imminenti, ad reprimendum hostium seuiciam predictorum, una cum dicto rege Castelle exposuisti patenter personam et bona tua pariter et subiectos, ita quod tu et dictus rex Castelle, uobis Dei auxilio, cuius agebatur negocium, suffragante, de dictis hostibus, sicut est toti mundo notorium, uiriliter et feliciter triumphastis, infinitis ex dictis hostibus, qui ad exicium christianorum furentis et iniqui propositi armauerant uoluntatem in ipso triumpho, in ore gladij interemptis et multis ex eis captis ac redactis in perpetuam seruitutem (3).

Quare, prefati ambaxiatores et nuncij nobis, ex parte tua, deuote ac humiliter, supplicarunt ut, cum tu uelut feruens zelo fidei orthodoxe tam prospera et pronostica spei bone inicia, que de triumpho huiusmodi successerunt aduersus hostes predictos nefandissimos ad diuini nominis laudem et gloriam et fidei exaltationem ac dilatationem eiusdem, toto posse sis dispositus prosequi in futurum tuque, in prosecutione huiusmodi Dei et fidei orthodoxe negocij, cum dicto rege Castelle iam facta multa subieris onera expensarum et maiora te subire oporteat, pro prosecutione ipsius im posterum facienda, ad quarum supportationem tui erarij non sufficiunt facultates, tibi decimam omnium prouentuum ecclesiasticorum regnorum et terrarum tuorum, cum predicatione crucis ac indulgentijs solitis concedi transfretantibus in subsidium Terre Sancte concedere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos, igitur, tuum pium et laudabile propositum diligentius attendentes, huiusmodi supplicationibus eo libentius annuendum fore prouidimus,

---

(3) Alusão à batalha do Salado, a que já nos referimos. Principal bibliografia sobre a mesma: MARIANA, *Historia General de España*, liv. 16, caps. 7 e 8; MODESTO LAFUENTE, *Historia General de España*, t. 4, pp. 354 e ss.; BALLESTEROS Y BERETA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 102 e ss.; e AMBROSIO HUICI MIRANDA, *Las grandes batallas de la Reconquista*, pp. 331 e ss. A bibliografia portuguesa é aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, p. 268.

Copyrighted material

quo huiusmodi negocium quod te, ad laudem Dei et pro ipsius orthodoxe fidei palmitibus dilatandis, assumere et promouere confidimus apostolici fauoris fulciendum et iuuandum presidijs utile ac expediens extimamus; et, propterea, premissis attenta consideratione pensatis ac deliberatione super hijs cum fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus prehabita diligenti, supplicationes tuas huiusmodi ad exaudicionis gratiam duximus admittendas.

Predicationem, siquidem, crucis in omnibus regnis, comitatibus atque terris tuis dominio ac dicioni subiectis, per venerabilem fratrem nostrum archiepiscopum Bracharensem et alias personas ecclesiasticas, seculares et regulares, ad id ydoneas, per eundem archiepiscopum deputandas, tam contra dictum regem de Benamarin et quoscunque alios crucis hostes, sequaces ipsius, quam contra regem Granate ceterosque blasfemos obsequentes eisdem, siue ipsos reges blasfemos contra te et regna seu terras tua siue te, non solum regna et terras tua predicta defendendo, sed etiam regna et terras eorum inuadendo seu impugnando, guerram mouere contigerit contra eos fieri concedimus, pro biennali tempore infrascripto; ita quod, in dictis regnis et terris ac dominijs tuis, proponatur solenniter uerbum crucis et inibi uenerabile signum eius tuis et aliorum fidelium in regnis, comitatibus, terris et dominijs predictis consistentium, illam deuote suscipere uolentium, humeris, per eos qui ibidem proponent uerbum huiusmodi affigatur, ut predictum negocium contra prefatos reges blasfemos et sequaces eorum, uiuifice crucis muniti signaculo, te, dictum negocium assumente, feruenter assumant teque illud prosequente, uiriliter prosequantur, cum indulgentijs expressis in alijs litteris nostris confectis specialiter super predicatione et indulgentijs supradictis (4).

Decimam, insuper, omnium reddituum et prouentuum ecclesiasticorum ab omnibus archiepiscopis et episcopis ceterisque personis ecclesiasticis quibuscunque, exemptis et non exemptis, regnorum, comitatuum, terrarum et dominij tuorum, cuiuscunque sint condicionis et status religionis et ordinis, quibus et eorum alicui quoad hoc nulla priuilegia uel indulgentias uolumus suffragari, preterquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, qui in apostolice solicitudinis partem assumpti, nobiscum emergentium undique negociorum vniuersalis ecclesie humeris nostris incumbentia onera sortiuntur quique profundi et perutilis arduitate consilij uigilantes assidue, pro rebus publicis et priuatis, statui salutique fidelium student, sedulitate continua, prouidere, necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani et miliciarum Jhesu Christi, Sancti Jacobi et de Auis ordinum magistris et fratribus contra dictos hostes fidei christiane exponentibus iugiter se et sua.

---

(4) Veja-se a bula da Cruzada, do mesmo título e data, o DOC. 86.

Quos quidem cardinales et Hospitalarios ac fratres militares predictos ab huiusmodi prestatione decime exemptos et liberos fore decernimus et immunes, exigendam et colligendam per dictum archiepiscopum, de cuius maturitate, fidelitate ac circumspectionis industria, gerentes in Domino fiduciam specialem, ipsum executorem ad hoc, per alias nostras litteras, deputamus (5), necnon et per subcollectores, clericos dumtaxat, super hijs deputandos ab eo in regnis, terris, comitatibus et dominio tuis predictis, secundum modum et morem ac consuetudinem in exactione huiusmodi hactenus obseruatos, de ipsorum fratrum consilio, tibi tenore presentium, usque ad biennium, a proximo futuro festo Natiuitatis beati Johannis Baptiste in antea computandum, duximus concedendam; expendendam, tamen, per eundem archiepiscopum, iuxta ordinationem tuam, contra prefatos reges blasfemos uel alterum eorundem, pro defensione regnorum et terrarum tuorum ac etiam impugnatione regnorum et terrarum dictorum blasfemorum siue aduersus huiusmodi regna et terras tua per eosdem reges blasfemos uel alterum ipsorum, siue per te contra ipsos uel ipsorum alterum aut terras eorum, per mare uel per terram, guerram moueri contingat.

Vt, autem, huiusmodi negocium, siue circa defensionem regnorum et terrarum tuorum, siue circa impugnationem crucis hostium predictorum, tam per mare quam per terram, felicius et securius, Deo tibi assistente propicio, prosperetur; uolumus quod dictorum crucis hostium impugnationi ad Dei laudem et gloriam ac exaltationem fidei diligenter inuigiles et solerter intendas, cum ipsi fidem catholicam et terras fidelium, potissime in ipsorum frontarijs constitutas, ac personas christianorum non desinant impugnare, christianos ipsos capiendo sueque dicioni subdendo ipsosque, tam mares quam feminas et paruulos, filios et filias eorum cogendo fidem catholicam abnegare et nonnulla alia nefanda in eosdem catholicos comittendo.

Jn terris quoque castris et locis in dicto regno Granate et alijs terris per predictos agarenos detentis, tam per te forsitan acquisitis quam que, diuina tibi suffragante uirtute, acquiri contigerit in futurum, construi et edificari uolumus ecclesias seculares, videlicet cathedrales, secundum mandatum et ordinationem nostram uel successorum nostrorum uel aliorum, quibus nos seu dicti successores id duxerimus uel duxerint committendum, considerata aptitudine, condicione, qualitate et dignitate locorum in quibus fuerint ecclesie huiusmodi ordinande; in quibus, etiam de mandato nostro seu dictorum successorum, ponentur et instituentur persone ecclesiastice seculares, per quas in eis diuina celebrentur officia et minis-

(5) Referência à bula de igual título e data, endereçada ao arcebispo de Braga, — o DOC. 85.

trentur habitatoribus ipsorum locorum catholicis ecclesiastica sacramenta. Collegiate, uero, et alie inferiores ecclesie a cathedralibus fundari possint, de mandato prelatorum et aliorum catholicorum, quibus hoc de iure competit uel competet in futurum, ac similiter institutio seu ordinatio personarum ecclesiasticarum, quas, ut predicitur, seculares esse uolumus, in eisdem collegiatis et alijs inferioribus ecclesijs ponendarum possit fieri per eosdem quibus competit id de iure, saluo iure patronatus tui, quod ius intelligi uolumus illud esse quod tibi prestiterint iura communia canonica, in casu de quo agitur seu agetur.

Jn locis, autem, taliter per te de nouo acquisitis uel im posterum acquirendis, si seorsum uel permixtim habitare contigerit agarenos circa sacerdotes ipsorum, qui zabazara uulgariter nuncupantur, necnon templa seu mesquitas ipsorum, ne quod absit, per eorum funestos ritus inuocationes et clamores uerborum ac publicas inuocationes et peregrinationes ipsorum in cordibus fidelium scandalum generetur, tu, tanquam princeps catholicus et zelator fidei christiane, iuxta constitutionem super hoc editam in concilio Viennensi (6), cum eosdem agarenos, in dictis locis nouiter, ut premittitur, acquisitis uel etiam acquirendis, ad eorum templa seu mesquitas contigerit conuenire ut ibidem adorent perfidum Machometum eiusdem Machometi nomen alta uoce inuocari aut extolli, christianis audientibus, uel aliqua uerba in illius honorem eos profiteri uel proclamare publice seu huiusmodi peregrinationes in fidelium scandalum fieri non permittas; sed talem obseruationem funestam de dictis locis omnino auferas et a tuis subditis auferri procures, districtius inhibendo ne prefata inuocatio siue professio nominis ipsius perfidi Machometi publice aut peregrinatio prelibata ab aliquo in tuo existente dominio attemptetur de cetero uel quomodolibet toleretur, eos qui secus presumpserint taliter

---

(6) Alusão ao 15.º concílio ecuménico, solenemente aberto em Viena, a 16 de Outubro de 1311, de cujo Decreto XII é transcrito o precedente passo. «Cedit quidem — lê-se naquele — in offensam divini nominis et opprobrium fidei christianae quod, in quibusdam mundi partibus principibus christianis subjectis, in quibus interdum seorsum, interdum vero permixtim cum christianis habitant Sarraceni, sacerdotes eorum, Zabazala vulgariter nuncupati, in templis seu mesquitis suis, ad quae iidem Sarraceni conveniunt, ut ibidem adorent perfidum Machometum, diebus singulis, certis horis, in loco aliquo eminenti, ejusdem Machometi nomen, christianis et Sarracenis audientibus, alta voce invocant et extollunt ac ibidem verba quaedam in illius honorem publice profitentur» etc. (Cfr. J. HEFELE — H. LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 6, 2.ª parte, p. 690). No mesmo concílio se mandou que nas Universidades da Cúria Romana, de Paris, Oxford, Bolonha e Salamanca se criassem cadeiras das línguas hebraica, arábica e caldaica, com a finalidade da exegese bíblica e ainda com vista na conversão dos infiéis: «ut instructi et edocti sufficienter (viri catholici) in linguis huiusmodi, fructum speratum possint, Deo auctore, producere, fidem propagaturi salubriter in ipsos populos infideles» (Dec. XI, *Hist. des Conc.*, t. e parte cits., p. 689).

Copyrighted material

castigando, quod alij, eorum exemplo perterriti, a presumptione simili arceantur.

Et, quia spiritualia diu sine temporalibus non subsistunt ac iustum est ut qui altario seruit uiuere debeat de altari; et, iuxta uerbum apostoli, mirum esse non debet si temporalia metant hij a quibus spiritualia seminantur (7); uolumus quod, pro bonis et rebus in dictis regno Granate ac terris per dictos agarenos detentis per catholicos forsitan, ut premittitur, acquisitis uel im posterum, concedente Domino, acquirendis, decimas et primicias ecclesijs et personis ecclesiasticis instituendis ibidem, cum super hoc fueris requisitus, facias cum integritate persolui, secundum quod iura ad id te astringere dinoscuntur et nichilominus libertas et immunitas ecclesiastica in ciuitatibus, castris, terris et locis acquisitis et que acquiri contigerit, in regno et terris predictis, eisdem ecclesijs et personis ecclesiasticis et alijs, plene et libere, seruabitur, iuxta canonicas sanctiones. Solutionis, siquidem, huiusmodi decime primum terminum primi anni fore statuimus festum Omnium Sanctorum proximo futurum, secundum uero terminum festum Ascensionis Domini post illud proximo secuturum, in alio anno dicti biennij similibus terminis obseruandis.

Volumus etiam quod, infra dictum biennium, tu, eiusdem decime concessione contentus, a predictis ecclesijs et personis ecclesiasticis aliud subsidium per te uel alium seu alios non petas uel exigas, nisi dicte ecclesie uel alique earundem ad aliquod certum reale seruicium faciendum pro certis rebus forsitan sint astricte et, ob reuerentiam apostolice sedis et nostram, ecclesias et personas ecclesiasticas supradictas sic benigno fauore prosequi studeas sicque illas in singulis earum oportunitatibus habeas efficaciter commendatas, quod Deum et nos et sedem eandem tibi merito reddas propicios et erga oportunitates tuas, quotiens expedierit, promptiores.

Datum Auinione, ij kalendas maij, pontificatus nostri anno septimo.

85

30 ABRIL 1341

Bula Gaudemus et exultamus, *de Bento XII, dirigida ao arcebispo de Braga, como executor da bula da Cruzada do mesmo título e igual data, — a retrolançada —, no respeitante à arrecadação da*

(7) I Cor., IX, 9 e 11.

dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino durante dois anos para a guerra defensiva e ofensiva contra os sarracenos em Granada e em Benamarim (Marrocos).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 129, fl. 23 bis., em cópia coeva. Em sua maior parte vai seguindo o texto da citada bula da Cruzada.

[Benedictus episcopus, seruus seruorum Dei]

Venerabili fratri [Gundisaluo], archiepiscopo Bracharensi, salutem.

Gaudemus et exultamus in Domino. Gaudet et exultat sancta mater ecclesia nobisque ac ipsi ecclesie cedit ad magnum exultacionis augmentum quod Rex Regum et Dominus Exercituum ad uirtuosos actus et strenuos suaque grata obsequia mentem carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis illustris, salubriter dirigens contra crucis hostes perfidos agarenos parcium Africe, qui ad exterminium christianorum semper anelant, non solum ad defensionem catholice fidei, sed eciam ad dilatacionem ipsius ac exterminium hostium eorundem, eius animum preparauit, tribuens sibi, de sua solita gratia, clare memorie regum Portugalie et Algarbij progenitorum dicti regis, qui fidem eandem multipliciter dilatarunt, laudabilia uestigia imitari eidemque Alfonso regi uirtutum iter preparans hostiumque dorsa elidendo subiciens et primicias desuper contra ipsos hostes inchoate uictorie sumministrans, ut eo prompcius et virilius ceptum contra hostes ipsos Dei negocium suumque deuotum propositum prosequatur quo, ponens in Domino Deo fiduciam, eius dexteram auxiliarem sibique propiciam iugiter experitur.

Sane venerabilis frater noster Martinus, episcopus Elborensis, et dilecti filij nobiles viri Lupus Fernandi, dominus de Ferraria, necnon Laurencius Gomecij de Aureu, miles, ambaxiatores et nuncij regis prefati pro infrascriptis ad nos et sedem apostolicam destinati, nobis, ex parte dicti regis, reuerenter exponere curauerunt quod dicti progenitores regis eiusdem, tanquam veri catholici et eiusdem fidei ardore ac zelo succensi dicteque fidei soliciti plantatores et impugnatores feruidi hostium predictorum, regnum suum Algarbij et regni Portugalie magnam partem, copioso subditorum suorum sanguine fuso, proprijsque personis et facultatibus infinitis ad hec expositis, liberauerunt, diuina eis dextera assistente, ac eripuerunt de manibus infidelium predictorum illaque reduxerunt ad cultum nominis christiani ac obedienciam et reuerenciam ecclesie sancte Dei et in eius diuersas ecclesias et loca ecclesiastica fundauerunt pariter et

dotarunt; et, pro defensione ipsorum ac impugnacione hostium eorundem, multa et magna fortellicia construxerunt; quodque ipsi perfidi hostes Christi, de huiusmodi erepcione dolentes, non solum ad recuperacionem Algarbij, sed eciam impugnacionem Portugalie regnorum predictorum eisdem progenitoribus guerram et actus bellicos quasi continue mouisse noscuntur; quibus progenitores ipsi non solum restiterunt, sed hostes ipsos multociens expugnarunt et dampna eis plurima intulerunt.

Et quod clare memorie Dionisius, rex Portugalie, prefati Alfonsi regis genitor, qui, inter progenitores ipsos, fuit in agendis circunspectissimus et feruentissimus dictorum hostium persecutor, considerans quod dictum regnum Algarbij est in frontaria dictorum hostium constitutum et vicinum eisdem et quod, per homines in actibus bellicosis maris expertos, ipsi hostes per mare, cum galeis et alijs uasis naualibus oportunis, poterant melius quam alias impugnari et dampna eis inferri etiam grauiora, de remotis partibus quendam in mari et maritimis bellis expertum ad regna predicta uenire fecit eumque, cum maximis stipendijs, admiratum suorum regnorum constituit predictorum, qui galeas et alia uasa naualia oportuna construxit et gentes dictorum regnorum, in actibus ad bellicos apparatus marinos pertinentibus, per eorum exercicium, sic fecit audaces et expertos, quod uix posset ad actus huiusmodi gens aptior reperiri, non solum ad defensionem dictorum regnorum, sed impugnationem uirilem hostium eorundem; quem admiratum dominus Alfonsus rex, prefato genitore suo sublato de medio, secum retinuit et ipsum amplius honorauit ac per eum et gentes regnorum suorum dictis hostibus, tam per mare quam per terram, dampna quamplurima grauia intulit.

Quodque ille prophanus et blasphemus rex agarenorum de Benamarin inter reges blasphemos sarracenorum potentissimus, territus ex premissis, cum pridem ad persecutionem et exterminationem orthodoxorum fidelium citra mare ad partes Jspaniarum, cum cateruis bellatorum infidelium innumerabilibus transfretauit, eidem Alfonso regi, per suos nuncios et litteras, diuersa munera, promissiones, subsidia et securitatis obsides obtulisset, si carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, regem Castelle et Legionis illustrem, eiusdem regis Portugalie nepotem, non iuuaret. Tamen, idem Portugalie rex, premissa omnino respuens et more dictorum progenitorum suorum ipsorum sequendo uestigia, sancte matris ecclesie ac totius populi christiani et eiusdem fidei cupiens iniuriam tantam repellere ac, uelut christianissimus princeps et fidei eiusdem athleta strenuus, obuiare uastitati christiane fidei, tunc ex dicti blasphemi et nephandi regis potentia in illis partibus imminenti ad reprimendum hostium seuiciam predictorum, una cum dicto rege Castelle exposuit patenter personam et bona sua pariter et subiectos, ita quod Portugalie et Castelle reges prefati, eis, Dei auxilio, cuius agebatur negocium, suffragante, de dictis hostibus, sicut est toti mundo notorium, viriliter et feliciter trium-

Copyrighted material

pharunt, infinitis ex dictis hostibus, qui ad exicium christianorum furentis et iniqui propositi armauerant uoluntatem in ipso triumpho, in ore gladij interemptis et multis ex eis captis ac redactis in perpetuam seruitutem.

Quare, prefati ambaxiatores et nuncij nobis, ex parte dicti Portugalie regis, deuote ac humiliter, supplicarunt ut, cum dictus rex Portugalie, uelut feruens zelo fidei orthodoxe, tam prospera et pronostica spei bone inicia que de triumpho huiusmodi successerunt aduersus hostes predictos nephandissimos ad diuini nominis laudem et gloriam et fidei exaltationem ac dilatacionem eiusdem, toto posse sit dispositus prosequi in futurum ipseque rex, in prosecucione huiusmodi Dei et fidei orthodoxe negocij, cum dicto rege Castelle iam facta multa subierit onera expensarum et maiora ipsum subire oporteat, pro prosecutione ipsius im posterum facienda, ad quarum supportationem sui erarij non sufficiunt facultates, eidem regi Portugalie decimam omnium prouentuum ecclesiasticorum regnorum et terrarum suorum, cum predicatione crucis ac indulgencijs solitis concedi transfretantibus in subsidium Terre Sancte, concedere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos, igitur, eiusdem Portugalie regis pium et laudabile propositum diligentius attendentes, huiusmodi supplicationibus eo libentius annuendum fore prouidimus, quo huiusmodi negocium, quod ipsum, ad laudem Dei et pro ipsius orthodoxe fidei palmitibus dilatandis, assumere et promouere confidimus apostolici fauoris fulciendum et iuuandum presidijs utile ac expediens extimamus; et, propterea, premissis attenta consideratione pensatis ac deliberatione super hijs cum fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus prehabita diligenti, supplicationes eiusdem regis Portugalie huiusmodi ad exaudicionis gratiam duximus admittendas.

Predicationem, siquidem, crucis in omnibus regnis, comitatibus atque terris ipsius regis Portugalie dominio ac dicioni subiectis per te et alias personas ecclesiasticas, seculares et regulares ad id ydoneas, per te deputandas, tam contra dictum regem de Benamarin et quoscunque alios crucis hostes, sequaces ipsius, quam contra regem Granate ceterosque blasphemos obsequentes eisdem, siue ipsos reges blasphemos contra prefatum regem Portugalie et regna seu terras ipsius siue ipsum regem, non solum regna et terras suas predictas defendendo, sed etiam regna et terras ipsorum blasphemorum inuadendo seu impugnando, guerram mouere contigeret contra eos fieri concessimus, pro biennali tempore infrascripto; ita quod, in dictis regnis et terris ac dominijs dicti Portugalie regis, proponatur solenniter uerbum crucis et inibi uenerabile signum eius eiusdem regis et aliorum fidelium in regnis, comitatibus, terris et dominijs predictis consistentium, illam deuote suscipere uolencium, humeris, per eos qui ibidem proponent uerbum huiusmodi affigatur, ut predictum negocium contra prefatos reges blasphemos et sequaces eorum, uiuifice crucis muniti, signaculo, dicto rege Portugalie prefatum negocium assumente feruenter assu-

mat ipsoque rege prosequente viriliter prosequatur, cum indulgencijs expressis in alijs litteris nostris confectis specialiter super predicatione et indulgencijs supradictis.

Decimam, insuper, omnium reddituum et prouentuum ecclesiasticorum ab omnibus archiepiscopis et episcopis ceterisque personis ecclesiasticis quibuscunque, exemptis et non exemptis, regnorum, comitatuum, terrarum et dominij prefati regis Portugalie, cuiuscunque sint condicionis et status religionis et ordinis, quibus et eorum alicui quo ad hoc nulla priuilegia uel indulgencias uolumus suffragari, preterquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, qui in apostolice solicitudinis partem assumpti, nobiscum emergentium undique negociorum vniuersalis ecclesie humeris nostris incumbencia onera sorciuntur, quique profundi et perutilis arduitate consilij uigilantes assidue, pro rebus publicis et priuatis, statui salutique fidelium student, sedulitate continua, prouidere, necnon a dilectis filijs Hospitalis, Sancti Johannis Jerosolimitani et miliciarum Jhesu Christi, Sancti Jacobi et de Auis ordinum magistris et fratribus contra dictos hostes fidei christiane exponentibus iugiter se et sua.

Quos quidem cardinales et hospitalarios ac fratres militares predictos ab huius prestacione decime exemptos et liberos fore decreuimus et immunes, exigendam et colligendam per te, de cuius maturitate, fidelitate ac circunspectionis industria gerentes in Domino fiduciam specialem, te, executorem ad hec, tenore presencium, deputamus, necnon et per subcollectores, clericos dumtaxat, super hijs deputandos a te, [in] regnis, terris, comitatibus et dominio dicti regis Portugalie predictis, secundum modum et morem ac consuetudinem in exaccione huiusmodi hactenus obseruatos, de ipsorum fratrum consilio, eidem regi Portugalie, per nostras litteras, usque ad biennium, a proximo futuro festo Natiuitatis beati Johannis Baptiste in antea computandum, duximus concedendam; expendendam, tamen, per te, iuxta ordinacionem Portugalie regis prefati, contra prefatos reges blasphemos uel alterum eorundem, pro defensione regnorum et terrarum regis Portugalie predicti ac eciam impugnatione regnorum et terrarum dictorum blasphemorum, siue aduersus huiusmodi regna et terras dicti regis, per eosdem reges blasphemos uel alterum ipsorum, siue per ipsum regem Portugalie contra ipsos reges blasphemos uel ipsorum alterum aut terras eorum, per mare uel per terram, guerram moueri contingeret.

Vt autem huiusmodi negocium, siue circa defensionem regnorum et terrarum dicti regis Portugalie, siue circa impugnationem crucis hostium predictorum, tam per mare quam per terram, felicius et securius, Deo dicto regi assistente propicio, prosperetur; volumus quod dictus rex dictorum crucis hostium impugnacioni ad Dei laudem et gloriam ac exaltacionem fidei diligenter inuigilet et solerter intendat, cum ipsi fidem catholicam et terras fidelium, potissime in ipsorum frontarijs constitutas, ac

personas christianorum non desinant impugnare, christianos ipsos capiendo sueque dicioni subdendo ipsosque, tam mares quam feminas et paruulos, filios et filias eorundem, cogendo fidem catholicam abnegare et nonnulla alia nephanda in eosdem catholicos committendo.

In terris quoque castris et locis in dicto regno Granate et alijs terris per predictos agarenos detentis, tam per dictum regem forsitan acquisitis quam que, diuina sibi suffragante uirtute, acquiri contigeret in futurum, construi et edificari volumus ecclesias seculares, videlicet cathedrales, secundum mandatum et ordinacionem nostram uel successorum nostrorum uel aliorum, quibus nos seu dicti successores id duxerimus uel duxerint committendum, considerata aptitudine, condicione, qualitate et dignitate locorum in quibus fuerint ecclesie huiusmodi ordinate; in quibus, eciam de mandato nostro seu dictorum successorum, ponentur et instituentur persone ecclesiastice seculares, per quas in eis diuina celebrentur officia et ministrentur habitatoribus ipsorum locorum catholicis ecclesiastica sacramenta. Colegiate, uero, et alie inferiores ecclesie a cathedralibus fundari possint, de mandato prelatorum et aliorum catholicorum, quibus hoc de iure competit uel competeret in futurum, ac similiter institucio seu ordinacio personarum ecclesiasticarum, quas, ut predicitur, seculares esse volumus, in eisdem collegiatis et alijs inferioribus ecclesijs ponendarum possit fieri per eosdem quibus competit hoc de iure, saluo iure patronatus dicti regis, quod ius intelligi volumus illud esse quod sibi prestiterint iura communia canonica, in casu de quo agitur seu agetur.

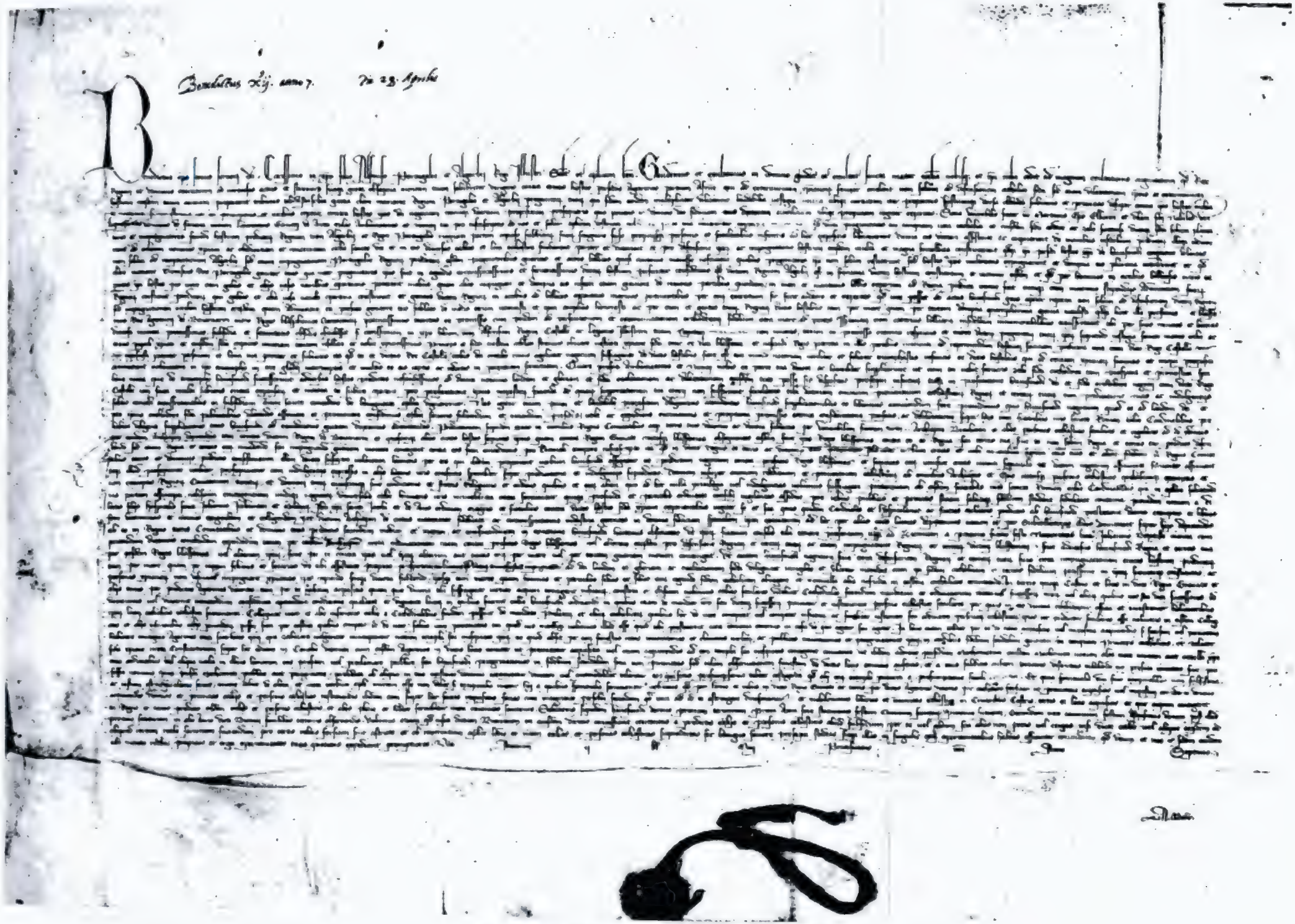
In locis, autem,taliter per ipsum regem de nouo acquisitis uel im posterum acquirendis, si seorsum uel permixtim habitare contingeret agarenos circa sacerdotes ipsorum, qui zabazara uulgariter nuncupantur, necnon templa seu mesquitas ipsorum, ne quod absit, per eorum funestos ritus, inuocaciones et clamores verborum ac publicas inuocaciones et peregrinaciones ipsorum in cordibus fidelium scandalum generetur, idem rex, tanquam princeps catholicus et zelator fidei christiane, iuxta constitucionem super hoc editam in concilio Viennensi, cum eosdem agarenos, in dictis locis nouiter, ut premittitur, acquisitis uel eciam acquirendis, ad eorum templa seu mesquitas contingeret conuenire, ut ibidem adorent perfidum Machometum, eiusdem Machometi nomen, alta uoce, inuocari aut extolli, christianis audientibus, uel aliqua verba in illius honorem eos profiteri uel proclamare publice seu huiusmodi peregrinaciones in scandalum fidelium fieri non permittat; sed talem obseruacionem funestam de dictis locis omnino auferat et a suis subditis auferri procuret, districtius inhibendo ne prefata inuocacio siue professio nominis ipsius perfidi Machometi publice aut peregrinacio prelibata ab aliquo in suo existente dominio attemptetur de cetero uel quomodolibet toleretur, eos qui secus presumpserint taliter castigando, quod alij, eorum exemplo perterriti, a presumpcione simili arceantur.

Copyrighted material

Et, quia spiritualia diu sine temporalibus non subsistunt ac iustum est ut qui altario seruit uiuere debeat de altari; et, iuxta uerbum apostoli, mirum esse non debet si temporalia metant hij a quibus spiritualia seminantur, volumus quod prefatus rex, pro bonis et rebus in dictis regno Granate ac terris per dictos agarenos detentis per catholicos forsitan, ut premittitur, acquisitis uel im posterum, concedente Domino, acquirendis, decimas et primicias ecclesijs et personis ecclesiasticis instituendis ibidem, cum super hoc fuerit requisitus, faciat cum integritate persolui, secundum quod iura ad id ipsum astringere dinoscuntur et nichilominus libertas et immunitas ecclesiastica in ciuitatibus, castris, terris et locis acquisitis et que acquiri contingeret, in regno et terris predictis, eisdem ecclesijs et personis ecclesiasticis et alijs, plene et libere, seruabitur, iuxta canonicas sanctiones. Solucionis, siquidem, huiusmodi decime primum terminum primi anni fore statuimus festum Omnium Sanctorum proximo futurum, secundum uero terminum festum Ascensionis Domini post illud proximo secuturum, in alio anno dicti biennij similibus terminis obseruandis.

Quocirca, fraternitati tue, de cuius fidelitate probata plenam in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta mandamus quatenus ab eisdem archiepiscopis et episcopis ac alijs personis ecclesiasticis supradictis, postquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus necnon magistris Hospitalis et miliciarum predictarum, quos, ut prediccimus, a solucione ipsius decime exemptos esse voluimus et immunes, huius decimam de omnibus redditibus et prouentibus ecclesiasticis eorundem infra regna, comitatus, terras et dominium dicti regis Portugalie consistentibus, per te et subcollectores tuos, clericos tamen, ut prefertur, quos ad hoc duxeris deputandos, secundum taxacionem dicte decime si secundum taxacionem eandem soluere consueuerint, alioquin secundum modum et morem ac consuetudinem in collectione ac solucione huiusmodi decime hactenus obseruatos, per dictum biennium, in prefatis terminis medietatem, videlicet in quolibet terminorum ipsorum, absque iniuria et oppressione quacunque, exigere et recipere studeas diligenter ac eosdem archiepiscopos et episcopos ac quaslibet alias personas ecclesiasticas, exemptas et non exemptas, predictas, eisdem cardinalibus, magistris et fratribus Hospitalis et militarium ordinum predictorum, ut prefertur, exceptis, ad solucionem huiusmodi decime faciendam, secundum premissum modum, auctoritate nostra, per cen[suram] ec[lesiasticam] et eciam sequestracionem fructuum, reddituum et prouentuum ecclesiasticorum suorum in regnis, comitatibus, terris et dominio predictis consistencium, si expedire uideris, appellatione remota, conpellas; et, nichilominus, ut tibi, ex huiusmodi assumendis laboribus et solicitudinibus premissis, uberius premium eterne retribucionis accrescat.

Volumus quod tu, de redditibus et prouentibus tuis ecclesiasticis decimam, secundum taxacionem aut modum uel morem ac consuetudinem



Est. VI. — Bula *Gaudemus et exultamus* de Bento XII de 1341 (Doc. 84).

supradictos, per dictum biennium, in eisdem terminis, cum integritate persoluas, conuertendam per te integraliter, iuxta ordinacionem dicti regis, ut premittitur, in prosecucione negocij memorati. Quod, si forsan te uel subcollectores predictos, per te ad colligendum et recipiendum huiusmodi decimam deputandos, aut aliquem uel aliquos ex eisdem deficere forsan contingeret in solucione dicte decime, in terminis antedictis, taliter deficientem seu deficientes similes, sentencias quas per te uel subdelegatos ipsos, ad execucionem colleccionis huiusmodi decime, deputandos in alios non soluentes, in ipsis terminis, dictam decimam proferri contigerit incurrere, uolumus ipso facto a quibus, post satisfaccionem debitam, per aliquem ex vicinioribus episcopis, excommunicacionis sentencia non ligatum et alias graciam et communionem apostolice sedis habentem, facta sibi prius fide de satisfactione huiusmodi, possit absolucionis beneficium ac dispensacionem super irregularitate, si quam sic ligati, celebrando diuina uel se ingerendo eisdem, forsitan contraxerint obtinere, iniuncto super hoc eis quod de iure fuerit iniungendum.

Et, ne de moneta, de qua fiet solucio dicte decime seu fieri debebit, ualeat esitari, vitentur grauamina que, propterea, viri ecclesiastici sunt quandoque perpessi, dicta decima ad monetam usualem communiter leuetur et eciam exigatur iuxta constitucionem super hoc editam in concilio Viennensi, ita quod, pretextu alterius cambij, debitores et solutores dicte decime non grauentur quodque, iuxta constitucionem eiusdem Viennensis concilij, calices, libros et alia ornamenta ecclesiarum, diuinis officijs deputata, ex causa pignoris uel distraccionis cuiuspiam, tu seu subcollectores per te ad recepcionem et collectionem huiusmodi decime, ut premittitur, deputandi, capere seu recipere, distrahere uel occupare nullatenus presumatis.

Non obstantibus si tibi et predictis alijs archiepiscopis et episcopis ac personis ecclesiasticis et alijs quibuscunque, communiter uel diuisim, a sede sit indultum eadem quod ad solucionem huiusmodi decime minime teneamini et ad id conpelli aut quod interdici, suspendi uel excommunicari non possitis, per litteras apostolicas, que de indulto huiusmodi et toto eius tenore, de uerbo ad uerbum, ac proprijs ordinum, locorum et personarum eorundem nominibus plenam et expressam non fecerint mencionem et quibuslibet priuilegijs, indulgencijs, exempcionibus, libertatibus et immunitatibus ac litteris apostolicis, quibuscunque dignitatibus seu ordinibus eorum et specialiter Cistercien[sium], Premonstraten[sium], Cluniacen[sium] Cartusien[sium] uel ipsorum vniuersitatibus et personis singularibus generaliter uel specialiter, sub quacunque forma uel expressione uerborum, a memorata sede concessis, de quibus quorumque totis tenoribus, de uerbo ad uerbum, in nostris litteris plena, specialis et expressa mencio sit habenda.

Ceterum, tibi, presencium auctoritate, concedimus quod tu, per te uel alium seu alios, eos quos, pro retardacione solucionis decime supradicte

uel, impedimento alio prestito, super ea uel alias cura commissum tibi officium exercendum, excommunicacionis, suspensionis uel interdicti sentencijs inuolui contigerit uel eorum ecclesias siue loca ecclesiastica interdicto supponi possis, post satisfaccionem condignam, iuxta ecclesie formam, a sententijs ipsis absoluere necnon suspensiones et interdicta huiusmodi relaxare ac cum eis, qui dictis ligati sententijs celebrando diuina uel illis se immiscendo, non tamen in contemptum clauium, maculam irregularitatis contraxerint super irregularitate ipsa, iniuncto eis quod de iure fuerit iniungendum, auctoritate apostolica, misericorditer dispensare.

Datum Auinione, ij kalendas maij, anno septimo.

86

30 ABRIL 1341

Bula da Cruzada **Gaudemus et exultamus,** ***de Bento XII, dirigida a todas as autoridades eclesiásticas dos reinos de Portugal e do Algarve, isentas e não isentas, a comunicar-lhes que, a pedido do monarca, empenhado na luta contra os sarracenos, lhe concedera a cruzada e as indulgências dos que vão à Terra Santa e a ordenar-lhes contribuam os eclesiásticos de bom grado para tal empresa com a dízima de todos seus rendimentos e proventos durante dois anos, por se tratar de negócio de Deus e defesa das suas igrejas e dos lugares e bens eclesiásticos, dispensados apenas de tal contribuição os cardeais e as Ordens do Hospital, de Cristo, de Santiago e de Avis.***

AV., *Reg. Vat.*, vol. 129, fl. 15. Os passos entre colchetes foram tomados da bula precedente, dirigida ao arcebispo de Braga, como no manuscrito se indica.

[Benedictus episcopus, seruus seruorum Dei]

Venerabilibus fratribus vniuersis archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs abbatibus, prioribus, decanis, prepositis, archidiaconis, archipresbiteris et alijs ecclesiarum prelatis et rectoribus necnon capitulis, conuentibus et colegijs ipsarum ecclesiarum ac Cisterciен[sium], Cluniacen[sium], Premonstraten[sium], Sancti Benedicti, Sancti Augustini, Cartusien[sium], Grandimonten[sium] et ceteris

personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus exemptis et non exemptis, per regna Portugalie et Algarbij constitutis, salutem.

Gaudemus et exultamus in Domino. Gaudet et exultat sancta mater ecclesia [nobisque ac ipsi ecclesie cedit ad magnum exultacionis augmentum quod Rex Regum et Dominus Exercituum ad uirtuosos actus et strenuos suaque grata obsequia mentem carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis illustris, salubriter dirigens contra crucis hostes perfidos agarenos parcium Africe, qui ad exterminium christianorum semper anelant, non solum ad defensionem catholice fidei, sed eciam ad dilatacionem ipsius] ac exterminium hostium eorundem, prefati regis animum preparauit, tribuens sibi, de solita gratia sua, clare memorie regum Portugalie [et Algarbij progenitorum dicti regis, qui fidem eandem multipliciter dilatarunt], laudabilia uestigia imitari sibique uirtutum iter preparans hostiumque dorsa elidendo subiciens [et primicias desuper contra ipsos hostes inchoate uictorie sumministrans, ut eo prompcius et virilius ceptum contra hostes ipsos Dei negocium suumque deuotum propositum prosequatur quo, ponens in Domino Deo fiduciam, eius dexteram auxiliarem sibique propiciam iugiter experitur.

Sane venerabilis frater noster Martinus, episcopus Elborensis, et dilecti filij nobiles viri Lupus Fernandi, dominus de Ferraria, necnon Laurencius Gomecij de Aureu, miles,] ambaxiatores et nuncij dicti regis, pro infrascriptis ad nos et sedem apostolicam destinati, nobis, ex parte regis eiusdem, reuerenter exponere curauerunt quod dicti progenitores ipsius regis, tanquam veri catholici [et eiusdem fidei ardore ac zelo succensi dicteque fidei soliciti plantatores et impugnatores feruidi hostium predictorum, regnum suum Algarbij et regni Portugalie magnam partem, copioso subditorum suorum sanguine fuso, proprijsque personis et facultatibus infinitis ad hec expositis, liberauerunt, diuina eis dextera assistente, ac eripuerunt de manibus infidelium predictorum illaque reduxerunt ad cultum nominis christiani ac obedienciam et reuerenciam ecclesie sancte Dei et in eis diuersas ecclesias et loca ecclesiastica fundauerunt pariter et dotarunt; et, pro defensione ipsorum ac impugnacione hostium eorundem, multa et magna fortellicia construxerunt; quodque ipsi perfidi hostes Christi, de huiusmodi erepcione dolentes, non solum ad recuperacionem Algarbij, sed eciam impugnacionem Portugalie regnorum predictorum eisdem progenitoribus guerram et actus bellicos quasi continue mouisse noscuntur; quibus progenitores ipsi non solum restiterunt, sed hostes ipsos multociens expugnarunt et dampna eis plurima intulerunt.

Et quod clare memorie Dionisius, rex Portugalie, prefati Alfonsi regis genitor, qui, inter progenitores ipsos, fuit in agendis circunspectissimus et feruentissimus dictorum hostium persecutor, considerans quod dictum regnum Algarbij] est in frontaria dictorum hostium constitutum et vici-

num eisdem, [et quod per homines in actibus bellicosis maris expertos, ipsi hostes per mare, cum galeis et alijs uasis naualibus oportunis, poterant melius quam alias impugnari et dampna eis inferri etiam grauiora, de remotis partibus quendam in mari et maritimis bellis expertum ad regna predicta uenire fecit eumque, cum maximis stipendijs, admiratum suorum regnorum constituit predictorum, qui galeas et alia uasa naualia oportuna construxit et gentes dictorum regnorum, in actibus] ad bellicos apparatus (1) marinos pertinentibus, [per eorum exercicium, sic fecit audaces et expertos, quod uix posset ad actus huiusmodi gens aptior reperiri, non solum ad defensionem dictorum regnorum, sed impugnationem uirilem hostium eorundem; quem admiratum dominus Alfonsus rex, prefato genitore suo sublato de medio, secum retinuit et ipsum amplius honorauit ac per eum et gentes regnorum suorum dictis hostibus, tam per mare quam per terram,] dampna quamplurima grauia noscitur intulisse.

Quodque, licet ille prophanus [et blasphemus rex agarenorum de Benamarin inter reges blasphemos sarracenorum potentissimus, territus ex premissis, cum pridem ad persecutionem et exterminationem orthodoxorum fidelium citra mare ad partes Jspaniarum, cum cateruis bellatorum infidelium innumerabilibus] transfretauit, ipsi Alfonso, per suos nuncios [et litteras, diuersa munera, promissiones, subsidia et securitatis obsides obtulisset, si carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, regem] Castelle et Legionis illustrem, ipsius regis Portugalie et Algarbij nepotem, non iuuaret. Ipse, tamen, Alfonsus rex Portugalie, premissa omnino respuens [et more dictorum progenitorum suorum ipsorum sequendo uestigia, sancte matris ecclesie ac totius populi christiani et eiusdem fidei cupiens iniuriam tantam repellere ac, uelut christianissimus princeps et fidei eiusdem athleta strenuus, obuiare uastitati christiane fidei, tunc ex dicti blasphemi et nephandi regis potentia in illis partibus imminenti ad reprimendum hostium seuiciam predictorum, una cum dicto rege Castelle exposuit patenter personam et bona sua pariter et subiectos,] ita quod ipsi Portugalie ac Castelle reges eis, Dei auxilio, cuius agebatur negocium, suffragante, [de dictis hostibus, sicut est toti mundo notorium, viriliter et feliciter triumpharunt, infinitis ex dictis hostibus, qui ad exicium christianorum furentis et iniqui propositi armauerant uoluntatem in ipso triumpho, in ore gladij interemptis et multis ex eis captis ac redactis in perpetuam seruitutem.]

Quare, prefati ambaxiatores et nuncij nobis, ex parte ipsius Alfonsi, Portugalie regis, deuote ac humiliter supplicarunt ut, cum ipse, velut feruens zelo fidei orthodoxe, tam prospera et pronostica spei bone inicia

(1) No ms. *actus*, certamente por equivoco do copista, pois nas duas restantes bulas está *apparatus*, como aliás o contexto pede.

que de triumpho huiusmodi successerunt aduersus hostes predictos nefandissimos, ad diuini nominis laudem et gloriam et fidei exaltacionem ac dilatacionem eiusdem, toto posse, sit dispositus prosequi in futurum, ipseque, in prosecucione huiusmodi Dei et fidei orthodoxe negocij, cum dicto rege Castelle iam facta multa subierit honera expensarum et maiora eum subire oporteat, pro prosecucione im posterum facienda, ad quarum supportacionem sui erarij non sufficiunt facultates, eidem regi Portugalie decimam omnium prouentuum ecclesiasticorum regnorum et terrarum suorum, cum predicacione crucis ac indulgencijs solitis concedi transfretantibus in subsidium Terre Sancte, concedere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos, igitur, prefati regis Portugalie pium et laudabile propositum diligencius attendentes, huiusmodi supplicacionibus eo libencius annuendo fore prouidimus, quo huiusmodi negocium, quod ipsum regem, ad laudem Dei et pro ipsius orthodoxe fidei palmitibus dilatandis, assumere et promouere confidimus, apostolici fauoris fulciendum et iuuandum presidijs utile ac expediens duximus extimandum; et, propterea, premissis attenta meditacione pensatis ac deliberacione super hijs cum fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus prehabita diligenti, supplicationes eiusdem Portugalie regis huiusmodi ad exaudicionis gratiam duximus admittendas.

Predicacionem, siquidem, crucis in omnibus regnis, comitatibus atque terris eiusdem regis dominio ac dicioni subiectis per venerabilem fratrem nostrum [Gundisaluum], archiepiscopum Bracharensem, et alias personas ecclesiasticas, seculares et regulares, ad id ydoneas, per eundem archiepiscopum deputandas, tam contra dictum regem de Benamarin et quoscunque alios crucis hostes, sequaces ipsius, quam contra regem Granate ceterosque blasphemos obsequentes eisdem, siue ipsos reges blasphemos contra ipsum regem Portugalie ac regna seu terras sua siue dictum Portugalie regem, non solum regna et terras sua predicta defendendo, sed eciam regna et terras ipsorum blasphemorum inuadendo seu impugnando, guerram mouere contingeret contra eos fieri concessimus pro biennali tempore infrascripto; jta quod, in dictis regnis et terris ac dominijs dicti Portugalie regis proponatur solemniter uerbum crucis et inibi venerabile signum eius prefati Portugalie regis et aliorum fidelium in regnis, comitatibus, terris et dominijs predictis consistencium, illam deuote suscipere volencium humeris, per eos qui ibidem proponent uerbum huiusmodi affigatur, ut predictum negocium contra prefatos reges blasphemos et sequaces eorum, viuifice crucis muniti signaculo, eodem Portugalie rege dictum negocium assumente, feruenter assumant ipsoque illud prosequente, viriliter prosequantur, cum indulgencijs expressis in alijs litteris nostris confectis specialiter super predicacione et indulgencijs supradictis.

Decimam, insuper, omnium reddituum et prouentuum ecclesiasticorum a vobis omnibus, archiepiscopis et episcopis ceterisque personis

ecclesiasticis quibuscumque, exemptis et non exemptis, regnorum, comitatuum, terrarum et dominij prefati Portugalie regis, cuiuscunque sitis condicionis et status religionis et ordinis, quibus et vestrum alicui, quoad hoc nulla priuilegia uel indulgencias volumus suffragari, preterquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, qui in apostolice solicitudinis partem assumpti, nobiscum emergencium vndique negociorum vniuersalis ecclesie humeris nostris incumbencia onera sorciuntur quique profundi et perutilis arduitate consilij uigilantes assidue, pro rebus publicis et priuatis, statui salutique fidelium student, sedulitate continua, prouidere, necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani et miliciarum Jhesu Christi, Sancti Jacobi [et] de Auis ordinum magistris et fratribus, contra dictos hostes fidei christiane exponentibus iugiter se et sua.

Quos quidem cardinales et hospitalarios ac fratres militares predictos ab huiusmodi prestacione decime exemptos et liberos fore decreuimus et immunes, exigendam et colligendam per dictum archiepiscopum, de cuius maturitate, fidelitate ac circunspeccionis industria gerentes in Domino fiduciam specialem, ipsum executorem ad hoc per alias nostras litteras duximus deputandum, necnon et per subcollectores, clericos dumtaxat, super hijs deputandos ab eo, in regnis, terris, comitatibus et dominio ipsius Portugalie regis predictis, secundum modum et morem ac consuetudinem in exactione huiusmodi hactenus obseruatos, de ipsorum fratrum consilio, eidem regi Portugalie, per nostras litteras, usque ad biennium, a proximo futuro festo Natiuitatis beati Johannis Baptiste in antea computandum duximus concedendam ac exigendam, iuxta modum per nos super hijs specialiter ordinatum, quem in alijs nostris litteris archiepiscopo prefato super huiusmodi collectione decime, pro biennio predicto, directis uidebitis contineri; ac expendendam per eundem archiepiscopum, iuxta ordinacionem ipsius regis Portugalie, contra prefatos reges blasphemos uel alterum eorundem, pro defensione regnorum et terrarum eiusdem regis Portugalie ac eciam impugnacione regnorum et terrarum blasphemorum predictorum, siue aduersus huiusmodi regna et terras regis Portugalie memorati per ipsos reges blasphemos uel alterum eorundem siue per ipsum regem Portugalie contra ipsos uel ipsorum alterum aut terras eorum, per mare uel per terram, guerram moueri contingat.

Quocirca, vniuersitatem vestram (2) rogamus, monemus et hortamur attente, per apostolica scripta mandantes quatenus prouide attendentes quod negocium Dei agitur in hac parte ac quod ecclesie ac loca uestra ecclesiastica et eorum bona, ipso rege Portugalie huiusmodi prosequente negocium, defensantur, decimam ipsam de omnibus uestris redditi-

(2) No ms. *mo*, decerto começo do *monemus*, adiante exarado.

bus et prouentibus ecclesiasticis, per dictum biennium, in terminis per nos ad hoc specialiter in dictis alijs nostris litteris constitutis, prefato archiepiscopo uel subcollectori aut subcollectoribus suis, clericis tamen, ut premittitur, quos ad collectionem et recepcionem huiusmodi decime duxerit deputandos, studeatis sine difficultate qualibet soluere ac liberaliter exhibere; ita quod nulla vos ad hoc compellat necessitas, sed ad huiusmodi pium et sanctum negocium adiuuandum pocius spontanea liberalitas uestram prudenciam moueat et inducat vosque perinde nostrum et dicte sedis fauorem et auxilium uberius vendicare possitis ac promereri eterne retribucionis premium in excelsis.

Datum Auinione, ij kalendas maij, anno septimo.

87

16 MAIO 1341

Letras Mente leta *do papa Bento XII, dirigidas a el-rei D. Afonso IV, de satisfação pelo êxito da batalha do Salado, notícia transmitida em carta e pelo cavaleiro Lopo Fernandes, e a animá-lo a prosseguir na luta contra os sarracenos, quando for oportuno, pois lhe consta que aspiram invadir as terras de Espanha.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 136, fl. 36 v.

Publicadas parcialmente em RAYNALDUS, *Annales*, ad annum 1341, n.° 3.

[Benedictus etc.].

Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Portugalie jllustri.

Mente leta uultuque iocundo, tam dilectum filium nobilem virum Luppum Fernandi, militem et nuncium regium, quam litteras tue magnificencie, per eum nostro apostolatui presentatas, recepimus, et que dicte continebant littere idem miles curauit coram nobis proponere, pleno collegimus intellectu.

Prefatus quidem miles, recensendo delectabiliter seriem gloriose uictorie quam, hoc anno, contra ferocem hostem illum Dei et fidei catho-

lice .. (1) regem Marrochitanum uidelicet eiusque sequaces et gentes fetide nationis sarracenice, in multitudine graui et innumerabili, aduersus carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, regem Castelle jllustrem, et christicolas parcium Jspanie congregatos, tibi, carissime fili, et eidem regi Castelle de celo dedit uirtutum Dominus, explicare nobis, letanter et exultanter audientibus, procurauit.

Et licet alias eam audiuerimus, sicut tue celsitudini meminerimus rescripsisse, audire tamen et recensere sepius, eo magis replet rore consolationis et gaudij mentem nostram, quo per ipsam prouenisse toti christianitati amplioris et uberioris incrementum honoris et commodi contemplamur, summo et eterno regi, qui per tuum et regis predicti Castelle ministerium dignatus fuit eandem dare uictoriam, soluere in humilitate spiritus labiorum uinculum non cessantes.

Sane, fili dilectissime, si diligenter attenderis quantam tibi et regi memorato Castelle, in concessione dicte uictorie, contulerit graciam et quantum ex fauoribus, consilijs et auxilijs per te, circa premissa, regi prelibato impensis, dilatata fuerit, preter retributionis eterne inde tibi debitum premium, fama tui nominis et honoris habes proculdubio, unde Altissimo, qui tibi tam salubre inspirauit propositum et illius executione salutifera tibi clementer astitit, ad laudis iubilum et graciarum humiles actiones assurgas, eidem recognoscendo humiliter, hec non de tuis uel tuorum uirtutibus aut uiribus, sed de manu diuine clementie recepisse; quod si feceris eique per uirtuosorum et piorum multiplicationem operum te sibi gratum iugiter exhibere studueris, ut optamus, adaugebit tibi gratiam, exaltabit in terra nomen tuum et tandem de regno temporali, quod obtines, ad regni prouehet gloriam sempiterni.

Porro, quia nondum agarenorum perfidorum quiescere presumptuosa uidetur superbia, ymmo, sicut habet quorumdam infesta relatio, rugitus dant terribiles ad inuasionem dictarum partium et christicolarum in eis degentium aspirantes; propter quod, si sit ita, non minus quam prius tuum consilium et auxilium existere noscitur multipliciter oportunum, excellentiam rogamus regiam attencius in Domino et hortamur quatenus, consideranter attendens quod perseuerantibus est corona glorie repromissa, a premissis fauore, auxilio et consilio, circa repressionem infidelium ac defensionem et dilatationem fidei orthodoxe (2) in illis partibus, si et cum oportunum extiterit, immitando clare memorie progenitorum tuorum uestigia, nullatenus te retrahas sed, ut maius tibi acquiras, continue meritum

---

(1) Os pontos do manuscrito devem estar pelo nome do rei marroquino Abu-l-Hasan, desbaratado na batalha do Salado (Cfr. TERRASSE, *Histoire du Maroc*, vol. 2, p. 55).

(2) No ms. *cathodoxe*.

et gloria tui nominis amplius augeatur, te promptum in premissis, maxime cum tua et tuorum res agi uideatur, non mediocriter exhibeas et benignum.

Nos, autem, et sedis apostolica super premissis adesse intendimus, quantum commode fieri poterit et uidebimus expedire. Demum, super alijs, per prefatum militem nobis, pro parte regia expositis, eidem respondimus, prout ipse serenitati tue plenius explicare poterit, uiua uoce.

Datum Auinione, xbij kalendas junij, anno septimo.

88

JULHO - NOVEMBRO 1341

Notícia atribuída a Giovanni Boccaccio, com base em cartas recebidas de mercadores florentinos estabelecidos em Sevilha, sobre expedição às Ilhas Canárias, partida de Lisboa a 1 de Julho de 1341, composta de dois navios, capitaneados pelo florentino Angiolino del Tegghia de Corbizzi e pelo genovês Niccoloso da Recco, e de uma outra embarcação mais pequena, equipados por florentinos, genoveses, castelhanos e outros peninsulares, com cavalos, armas e instrumentos bélicos, para expugnar cidades e castelos, a qual, em Novembro seguinte, regressou a Lisboa com 4 habitantes das ditas ilhas, peles de bodes e de cabras, sebo, óleo de peixe e fragmentos de focas, pau vermelho para tingir, casca de árvores, também de tingir, terra vermelha e outras coisas para o mesmo efeito.

BNF., *Miscelânea* B. R. n.º 50, original procedente da Biblioteca Magliabechiana da mesma cidade, — donde se reproduz.

Publicada: na *Antologia* de VIESSEUX, em 1826; por SEBASTIANO CIAMPI, *Monumenti d'un manuscritto autografo di Messer Giovanni Boccacci da Certaldo*, em Florença, em 1827; reeditada em Milão, em 1830. Teve outras edições, em latim, francês e castelhano, por SABINO BERTHELOT, JUAN MALIBRAN, CHIL Y NARANJO, CADDEO e BONNET. Menção especial merecem as de GUIDO PO, *Congresso do Mundo Português*, vol. 3, t. 1, e em *La collaborazione italo-portoghese alle grandi esplorazioni geografiche*, pp. 313 e ss., ambas em texto bilingue e na segunda com «fac-simile» do manuscrito, porém nem sempre isentas de incorrecções.

Entre nós, foi editada: por COSTA MACEDO, *Memórias para a história das navegações... — Aditamentos à 1.ª parte da Memória*, em 1835, em versão portuguesa; por EUGÉNIO DO CANTO, *Supplemento à carta del-rei D. Afonso IV ao papa Clemente VI*, em texto bilingue, tomado o português da edição anterior; por AIRES DE SA, em nota ao vol. I de o VISCONDE DE SANTARÉM, *Cartografia antiga;* por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 77 e ss.; e por MAGALHAES GODINHO, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. 1, pp. 21 e ss.

De Canaria et insulis reliquis, ultra Ispaniam, in occeano nouiter repertis.

Anno ab incarnato uerbo M.ccc.xlj.°, a mercatoribus florentinis (1) apud Sobiliam, Hispanie Ulterioris ciuitatem, morantibus, Florentiam lictere allate sunt, ibidem clause xvij kalendas decembris, anno iam dicto, in quibus que disseremus inferius contine[n]tur (2).

Aiunt, quidem, primo de mense iulij huius anni iam dicti, duas naues, impositis in eisdem a rege Portogalli opportunis ad transfretandum commeatibus, et cum hijs nauicula una, munita omines florentinorum, ianuensium et hispanorum castrensium et aliorum hispanorum, a Lisbona ciuitate datis uelis, in altum abijsse, ferentes insuper equos et arma et machinamenta bellorum uaria, ad ciuitates et castra capienda, querentes ad eas insulas, quas uulgo Repertas (3) dicimus et ad has, fauente uento secundo, post diem quintam, peruenisse omnes et demum, mense nouembris, ad propria remeasse, secum hec pariter afferentes.

Primo quidem, iiij^{or} homines ex incolis illarum insularum duxere;

---

(1) A margem, na mesma letra: «florentinus qui cum hijs nauibus prefuit uocatus est Angelinus del Tegghia de Corbizzis, consobrinus filiorum Gherardini Gianis».

O Prof. CHARLES VERLINDEN observa: — «Comme l'*autre* capitaine n'est pas mentionné, une main a ajouté en marge «le Florentin qui était capitaine de ces navires était Angelino del Tegghia de Corbizzi», en y joignant une indication sur sa parenté florentine. Cette addition marginale contient évidemment une contradiction, puisque le texte lui-même dit, à propos de Niccoloso da Recco, qu'il était «alter ex ducibus». Le Florentin et lui se trouvaient donc sur le même pied. Faute de l'avoir observé, certains auteurs, dont Hennig, disent que Tegghia était capitaine et Recco pilote, ce qui est faux. Il y a, de plus, certaines raisons de croire que Recco était un de ces Génois qui se trouvaient, en tant que collaborateur des Pessagno, au service du Portugal car, après avoir fourni une série de renseignements aux marchands dont la lettre sert de source au texte sur le voyage de 1341, le Génois refuse de leur communiquer certaines autres données. A qui puvait-il en réserver de secret? Certainement pas à Gênes qui ne s'intéresse pas ultérieurement aux Canaries; pas à lui-même, car, s'il avait eu les moyens de s'intéresser seul aux Canaries après avoir appris leur découverte par Lanzarotto Malocello à Lisbonne, il ne se serait pas associé à tant de collaborateurs d'origine si diverse. Il ne reste donc que le souverain portugais, qu'il doit avoir représenté à titre officieux pendant l'expédition. On peut d'ailleurs se demander si le fait que l'archipel est atteint, directement, sans hésitation, en l'espace de cinq jours, n'est pas dû à ce que Niccoloso le connaissait pour avoir participé à l'expédition de Lanzarotto vers 1336» (*Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries*, pp. 1191-92).

(2) No ms. *continetur*.

(3) Novo e oportuno comentário de VERLINDEN: — «Les Canaries ne se sont jamais appelées «Repertae». Faut-il comprendre que l'auteur lui même savait qu'elles étaient connues avant 1341?» (*Lug. cit.*, p. 1191, nota 3).

Copyrighted material

pelles preterea plurimas hircorum atque caprarum, sepum, oleum piscis et phocarum exuuias, lingna rubra, tingentia fere ut uerzinum factum esse (?) (4) dicant experti talium illa non esse uerzinum, et super et arborum cortices equo modo in rubrum tingentes, sic et terram rubram et huiusmodi. Verum Niccolosus de Reccho, ianuensis, alter ex ducibus nauium illarum, rogatus, aiebat, a Sibilia ciuitate usque ad predictas insulas, milia passuum fere nongenta; a loco uero cui hod[i]e nomen est caput Sancti Uincenti longe minus a continenti distare et primam ex compertis insulis fere CL millia passuum habere circuitus, lapideam omnem atque siluestrem, habundantem tamen capris et bestiis alijs atque nudis hominibus et mulieribus, asperis cultu et ritu. Et in hac dicebat se cum socijs maiorem partem pellium sepi sumpsisse, non ausi nimium insulam infra ingredi.

Jnde ad aliam insulam fere maiorem predicta transeuntes, quantitatem gentium maximam a[d] se uenientem, in litore, uidere homines pariter et mulieres, fere nudi omnes, esse aliqui, qui uidebantur alijs preminere, tegerentur pellibus caprinis, pictis croceo atque rubro colore et, ut poterat a longe comprehendi, delicatissimis et mollibus, sutis satis artificiose ex uisceribus. Et, ut in eorum actibus poterat comprehendi, uidebatur hos habere principem, cui omnes reuerentiam et obsequium exhiberent. Que gentium multitudo ostendebat se cupere cum hijs qui in nauibus erant habere commercium et moram trahere.

Sane, cum ex nauibus nauicule quedam magis litori propinquassent, non intelligentes aliquo modo illorum linguam, minime descendere ausi sunt. Est quidem, ut referunt, ydioma eorum satis politum et, more ytalico, expeditum. Qui tamen, uidentes quod nulli ex nauibus descendebant, aliqui, natantes, ad eos peruenire conati sunt, ex quibus quosdam cepere et ex hijs sunt quos aduxerunt. Demum, cum nil ibi utilitatis cernerent naute, discessere. Circumdantes, uero, insulam, inuenere eam longe melius a septentrione quam ab austro cultam, uidentes ibidem casas plurimas, ficus et albores et palmas dato, steriles palmas et ortus et caules et olera.

Et, ob id, ibidem ex nautis xxv deposuere cum armis qui, perscruptantes qui in domibus illis essent, in eis inuenere circa xxx homines, nudi omnes, qui perterriti, uisis armatis, illico aufugere. Hij uero, intrantes domos, eas uidere ex lapidibus quadris compositas, mirabili artificio, et lignis ingentibus ac pucerrimis tectas; et, cum hostia clausa inuenissent, cupientes introrsum uidere, lapidibus infringere hostia cepere. Quam ob rem, in iram uersi qui habierant, altissimis clamoribus complere loca cepere. Tandem, hijs fractis clausuris, fere per omnes illas domos intrauere nec aliud in eisdem inuenere, preter ficus siccas, in sportulis palmeis,

(4) No ms. *fāc esto* ou *esse*.

bonas uti cesenates cernimus et frumentum longe pulcrius nostro; habebat quippe grana longiora et grossiora nostro, album ualde, sic et ordeum et segetes alias, ex quibus, ut rati sunt, uiuebant incole.

Domus uero, cum essent pulcerrime et lignis pulcerrimis contecte, introrsum omnes erant albissime, tanquam ex gipso uiderentur albate. Jnuenerunt et insuper oratorium unum seu templum, in quo penitus nulla erat pictura nec aliud adornatum, preter statuam unam, ex lapide, sculptam ymaginem hominis habentem manuque pilam tenentem nudam, femoralibus palmeis, more suo obscena tegentem, quam abstulerunt et, imposita nauibus, Lisbonam transportarunt, redeuntes. Hec quidem insula habitatoribus plena est et colitur; et ab incolis granum, segetes, fructus et potissime ficus colliguntur. Frumentum autem et segetes, aut more auium comedunt aut farinam conficiunt, quam etiam, absque panis confectione aliqua, manducant, aquam potantes.

Ab hac ergo insula discedentes naute, cum multas distantes ab hac, per v milia uel x aut xx uel xl passuum cernerent, ad tertiam nauigarunt; in qua, nil aliud preter proceras arbores plurimum atque directas in celum inuenerunt. Inde ad aliam nauigantes, eam riuis et aquis optimis copiosam inuenerunt. Et in eadem lingna plurima et palumbes, quos baculis et lapidibus capiebant et commedebant, inuenerunt. Hos dicunt maiores nostris et gustui tales aut meliores. Ibidem etiam uiderunt esse falcones plurimos et aues alias, ex raptu uiuentes. Hanc autem non multum perambularunt, cum deserta uideretur omnino.

Jnde, tamen, ante se uiderunt insulam aliam, in qua lapidei montes erant excelsi nimis et, pro maiori temporis parte, nubibus tecti et in ea pluuie crebre; que tamen, sereno tempore, apparet pulcerrima et, existimatione uidentium, habitata. Jnde ad alias plures insulas, alias habitatas, alias omnino desertas adiere, numero xiij. Et, quanto ulterius incedebant, tanto plures uidebant, apud quas mare tranquillum longe magis quam apud nos sit, et in eodem fundum ancoris aptum, etsi modicum portuose sint, fertiles tamen aquarum omnes. Et apparent quod insule vj numero habitate, quas ex xiij ad quas iuerunt inuenerunt sunt habitatores plurimi, non tamen equaliter habitantur; nam, una plus altera incolas habet. Et, ultra hoc, eas dicunt ydiomatibus adeo inter se esse diuersas, ut inuicem nullo modo intelligantur ac insuper nullis nauigium aut aliud strumentum esse, per quod possint de una insula ad alias pertransire, nisi natatu facerent.

Jnuenerunt insuper et aliam insulam, in qua (5) non descenderunt; nam ex ea mirabili quoddam apparet. Dicunt enim in hac montem consistere altitudinis, pro existimatione, xxx milia passuum seu plurium, qui ualde a longe uidetur. Et apparet in eius uertice quoddam album. Et,

(5) No ms. *quam*.

cum omnis lapideus mons sit album, illud uidetur formam arcis cuiusdam habere; attamen, non arcem sed lapidem unum acutissimum arbitrantur, cuius apparet in summitate malus magnitudinis in modum mali cuiusdam nauis, ad quem apprehensa pendet antenna cum uelo magne latine nauis, in modum scuti retracto, quod, in altitudinem tractum, tumescit uento et extenditur plurimum; deinde paulatim uidetur deponi; et similiter malus, in morem longe nauis, demum erigitur, et sic continue agitur; quod, undique circundantes insulam, fieri aduertere; quod monstrum cantatis fieri carminibus arbitrantes, in eamdem insulam descendere ausi non sunt (6).

Ceterum, et multas alias res inuenere, quas hic Niccolosus noluit recitare. Tamen, apparet eas non dites insulas; nam et naute uix expensas uiatici exportandi resumpsere. Quatuor uero homines qui portati sunt, etate imberbes, decora facie, nudi incedunt; habent tamen huiusmodi femoralia: cingunt autem lumbos corda, ex qua fila pendent palme seu iuncorum, in multitudine grandi, longitudine palmi cum dimidio seu duorum, ad plus. Hij quidem tegunt pubem omnem et obscena, ex anteriori ac posteriori parte, ni uento uel casu alio eleuentur. Sunt autem incircuncisi et crines habent longos et flauos, usque ad umbilicum fere, et cum hijs teguntur, nudis pedibus incedentes.

Jnsula, autem, ex qua sublati sunt Canaria dicitur, magis ceteris habitata. Hij nichil penitus ex ydiomate aliquo intelligunt, cum ex uarijs et pluribus eis locutum sit. Magnitudinem uero nostram non excedunt; membruti, satis audaces et fortes et magni intellectus, ut comprehendi potest. Nutibus loquitur eis et nutibus ipsi respondent, mutorum more. Honorabant se inuicem, uerum alterum eorum magis quam reliquos. Et hic femoralia palme habet, reliqui uero iuncorum, picta croceo et rufo. Cantant dulciter et fere more gallico tripudiant. Ridentes sunt et alacres et satis domestici, ultra quam sint multi ex ispanis. Hij, postquam in naui positi sunt, panem et ficus commederunt et eis sapit panis, cum ante nunquam commedissent. Uinum omnino renuunt, aquam potantes. Comedunt similiter frumentum et ordea, plenis manibus, et caseum et carnes, quarum eis et bonarum per maxima copia est. Boues autem aut camelos uel asinos non habent, sed capras plurimum et pecudes et siluestres apros. Ostensa sunt eis aurea et argentea numismata, omnino eis incognita. Similiter et aromata nullius materiei cognoscunt. Monilia aurea, uasa celata, enses, gladij ostensi, eis non apparet ut uiderint umquam uel se penes habeant.

---

(6) Alusão ao Pico de Teyde, em Tenerife, cuja altitude é de 3.718 metros. Ao todo 18 ilhas teriam sido visitadas ou avistadas, — «ce qui est beaucoup — comenta VERLINDEN — et ne peut se concevoir que si, en dehors des douze îles d'une certaine étendue (Ferro, Palma, Gomera, Ténérife, Gran Canaria, Fuerteventura, Lanzarote, Graciosa, Alegranza, Santa Clara, Lobos, Rocca), on compte aussi des îlots. On peut, en tout cas, admettre que tout l'archipel a été vu en 1341» (*Lug. cit.*, p. 1193).

Fidei et legalitatis uidentur per maxime: nil enim esibile datur uni quin, antequam gustet, equis portionibus diuiserit ceterisque portionem suam dederit. Mulieres eorum nubunt; et qui homines nouerunt, more uirorum, femoralia gerunt; uirgines autem omnino nude incedunt, nullam uerecundiam ducentes sic incedere. Hij autem habent prout nos numeros unitates decimis preponentes, hoc modo:

1. nait.
2. smetti.
3. amelotti.
4. acodetti.
5. simusetti.
6. sesetti.
7. satti.
8. tamatti.
9. aldamorana.
10. maraua.
11. nait maraua.
12. smatta maraua.
13. amierat maraua.
14. acodat maraua.
15. simusat maraua.
16. sesatti maraua (7).

---

(7) O valioso manuscrito atribuído a Boccaccio integra definitivamente na história da colonização europeia o arquipélago das Canárias, de cuja feição e habitantes nos transmite as primeiras notícias sérias e deveras interessantes, posto que ainda bastante superficiais. Aquelas ilhas se haviam referido, na antiguidade latina, em forma lendária. Plínio, na sua *Historia Naturalis*, VI, 202 e ss., e Diodoro Sículo, no *De vita solitaria*, designando-as com o nome de *Insule Fortunate*, após o que ficaram esquecidas.

No século XIV, Petrarca atribuiu o seu encontro ou redescobrimento a armada genovesa, facto confirmado e situado por memória genealógica quinhentista e bretã em 1312, a qual dá o genovês Lanzarotus Mallocellus como seu conquistador, em seguida a redescobrimento casual, feito por marinheiros de Cherburgo. Realmente, duas das ilhas, e uma delas precisamente com o nome de *Insula de Lanzarotus Malocellus*, figuram já na carta de Dulcert (1339), da Biblioteca Nacional de Paris.

Seguiram-se outras viagens, atestadas pela cartografia; pois desde 1351 e particularmente em carta de 1361, a dos Pizzigani, da Biblioteca Real de Parma, vêem-se já as cinco principais ilhas do arquipélago. Porém, a propósito da descoberta deste, o nosso rei D. Afonso IV, em carta de 12 de Fevereiro de 1345 ao romano pontífice, asseverou textualmente: — «os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas»; e sobretudo: — «mandámos gentes nossas com alguns navios para explorarem as condições daquela terra, as quais tendo chegado às ditas ilhas, tomaram pela força assim homens como animais e outras coisas que, com grande alvoroço, trouxeram a nossos reinos. Quando, porém, quisemos mandar a nossa armada com grossa multidão de peões e homens de armas, para conquistar aquelas ilhas, foi este nosso propósito impedido pela guerra que sobreveio, primeiro entre nós e o rei de Castela, e logo entre nós e os reis sarracenos» (Cfr. o nosso DOC. 97 e a versão portuguesa do Dr. José Saraiva, donde extractámos este passo, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 89).

Vista a identidade da narrativa de BOCCACCIO com a afirmação de Afonso IV, parece dever concluir-se que se trata da mesma expedição, colocada porém pelo primeiro em 1341 e pelo segundo antes de 1336. O problema suscitou longa discussão, historiada pelo Prof. DAMIÃO PERES (*História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 10 e ss.), o qual concluiu: — «não sendo possível considerar distintas as duas

89

15 NOVEMBRO 1344

Bula **Tue deuotionis sinceritas,** ***de Clemente VI, dirigida a Luís de Espanha, a conceder-lhe e a seus herdeiros e sucessores católicos e legítimos, em feudo perpétuo, as Ilhas Afortunadas ou Canárias com todos seus direitos e pertenças, mero e misto império e jurisdição temporal, sem prejuízo do direito de outrem, com título, coroa e cetro áureos de Príncipe da Fortuna, para ele promover nelas a difusão da fé católica, de cujo principado ele e sucessores pagarão anualmente ao Sumo Pontífice o censo de 400 florins de ouro.***

AV., *Reg. Vat.*, vol. 167, fl. 3 v., n.º 9, — texto que se reproduz; AV., *AA. Armadio* I-XVIII, n.º 4705, fl. 38, transcrita na Acta do Consistório público da mesma data, de investidura e coroação pelo pontífice do donatário Luís de Espanha. A Acta foi editada parcialmente por VIERA Y CLAVIJO, *Historia de Canarias*, t. 3, p. 489, e por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 385.

Publicada em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1344, n.º 39.

[Clemens etc.].

Dilecto filio nobili viro Ludouico de Jspania, principi Fortunie, salutem etc.

Tue deuotionis sinceritas, quam ad nos et romanam ecclesiam habere dinosceris, digne nos excitat et inducit ut peticiones tuas, in hijs per que cultus diuinus ampliari tibique salutis eterne ac honoris et status pro-

---

viagens, cujos pormenores são absolutamente iguais, há que optar por um dos textos: dar como realizada a viagem luso-italiana de 1341, declarando apócrifa a carta de D. Afonso IV, ou aceitar a autenticidade desta e negar crédito aos dizeres do manuscrito de Boccaccio. Isto, se não se preferir uma hipótese, que arriscamos: ter tido lugar em 1336, e não em 1341, a viagem que Boccaccio relatou; assim tudo se harmonizaria, firmando-se a autenticidade da carta de D. Afonso IV e dando justo e natural lugar à colaboração italiana nas primeiras empresas atlânticas de alto-mar empreendidas pela coroa portuguesa» (*Ibi*, p. 15).

O autor anota, a propósito da fácil confusão gráfica de *1336* com *1341*: — «Erro de data fácil de explicar se, como era costume, Boccaccio a escreveu em numeração

Copyrighted material

uenire ualeat incrementum, libenter ad exauditionis graciam admittamus.

Sane, sicut exhibite nobis tue peticionis series continebat, in mari occeaneo, inter meridiem et occidentem, sunt quedam insule, quarum alique habitate, alique uero inhabitate fore noscuntur, que in communi nominantur Insule Fortunate, quanquam earum quelibet proprio uocabulo, ut sequitur inferius, sint distincte; quodque alique jnsule eisdem adiacent, quedam uero alia est in mari Mediterraneo situata, quarum omnium prima Canaria, alia Ningaria, tercia Plumaria, quarta Capraria, quinta Junonia,

---

romana, pois bastaria um pequeno lapso de cópia, a troca de um V por um X, para transformar 1336 em 1341; MCCCXXXVI e MCCCXXXXI» (*Ibidem*). Mas, como admitir erro de cópia no manuscrito de BOCCACCIO se ele é original e autógrafo e a data está ali de maneira inconfundível: *M.ccc.xlj°* ? VERLINDEN ocupou-se recentemente do assunto e distingue as duas viagens: a portuguesa, efectuada pelos anos de 1336, por Lanzarotto Malocello, a serviço de Portugal; a segunda, mixta, de 1341, em que Niccoloso da Recco, que haveria tomado parte na primeira, representava o rei português. O autor aborda o problema em todos seus aspectos, com base nos textos diplomáticos e narrativos e na cartografia. Começa por asseverar poder afirmar-se sem exagero que a primeira expansão ultramarina portuguesa do século XIV foi obra de italianos ao serviço de Portugal e que, no século XV, eles continuaram a servir o país, porém numa posição muito diferente, muito mais subordinada; pois, nesta segunda fase, surgem como colaboradores do descobrimento, comércio e colonização portugueses, mas não assumindo a iniciativa e a chefia.

Estribando-se na documentação relativa ao almirante Manuel Pessagno e a seus herdeiros e sucessores no cargo, editada nos dois volumes de SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, VERLINDEN alude ao contrato celebrado por el-rei D. Dinis, em 1 de Fevereiro de 1317, com aquele mercador genovês, a teor do qual este e herdeiros, instalados em Portugal com morgadio organizado pelo nosso monarca, serviriam lealmente os reis portugueses em suas galés por mar, com 20 homens genoveses, hábeis nos assuntos marítimos e nomeadamente «pera alcaydes de galees e pera arrayxes», «contra todolos homeens do mundo, de qualquer stado e de qualquer condiçon que seiam, tamben christãaos como mouros». Quando, porém, o monarca português não tivesse deles necessidade, Pessanha e sucessores podiam empregá-los em suas «merchandias» e mandá-los a Flandres, a Génova e a outros lugares.

De maneira que, desde 1317 a 1340, ou seja durante 23 anos, Manuel Pessanha ocupou permanentemente o cargo de almirante de Portugal. Substituiu-o ou colaborou com ele durante algum tempo seu filho Carlos e sucederam-lhe, no almirantado do reino, outros dois, Bartolomeu e Lançarote, suspenso o último por el-rei D. Pedro, mas reintegrado por D. Fernando. E assim, «les Pesagno restent en charge et plusieurs d'entre eux continuent à occuper l'amirauté par la suite jusqu'à l'époque de Henri le Navigateur» (*Lanzarotto Malocello*, p. 1186-87).

Ora, é neste quadro da actividade marítima dos genoveses ao serviço de Portugal que o autor busca a solução do problema do descobrimento das Canárias. Não podendo seguir sua convincente demonstração, limitamo-nos a registar o valioso e, porventura, definitivo apuramento: — «L'un de ces techniciens (dos 20 do contrato de 1317 supracitado) fut très probablement Lanzarotto Malocello qui, en 1336 ou fort peu de temps auparavant, découvrit l'île de Lanzarote qui porte toujours son nom dans l'archipel

sexta Embronea, septima Athlancia, octaua Esperidum, nona Cernent, decima Gorgodes et illa que est in mari Mediterraneo Galeta vulgariter nuncupantur; omnesque predicte jnsule sunt a Christi fide et christianorum dominio aliene. Ex quo tu, pro exaltatione fidei, ad honorem nominis christiani, desideras in huiusmodi acquisicione omnium predictarum jnsularum exponere te et tua, dum tamen a nobis in eisdem titulus et auctoritas, pro quibus nobis humiliter supplicasti, tibi tuisque heredibus et successoribus, tam masculis quam feminis, concedatur (1).

---

des Canaries. Il fit cette découverte au service du Portugal. Plus tard, après avoir servi la France sur ses galères, il reprit du service au Portugal, sans doute vers 1365-67, époque à laquelle il devait être âgé d'une cinquantaine d'années. Il séjourna alors aux Canaries pendant une vingtaine d'années, mais avec une interruption vers 1376; il y fut finalement tué peu avant 1385. Pendant tout ce temps il tint les îles de Lanzarote et de Gomera comme vassal portugais. De même que sa découverte de 1336 a été faite au service du Portugal, il a occupé les deux îles au nom et comme représentant de ce pays.

«D'autre part, la progression que l'on observe après le milieu du XIV^e^ siècle dans la connaisance des Canaries d'abord, puis de l'archipel des Madères et enfin des Açores, semble bien, d'après la nomenclature des cartes — Atlas médicéen, Pizzigani, Atlas Catalan de 1375, cartes de Pinelli-Walckenaer et Soler — avoir été également l'oeuvre d'Italiens et très probablement de Lanzarotto Pessagno, troisième fils de Manuel Pessagno, comme lui amiral du Portugal, comme lui assisté de techniciens génois» (Resumo do próprio autor em *Navigateurs, marchands et colons italiens au service de la découverte et de la colonisation portugaise sous Henri le Navigateur*, pp. 467-68).

(1) Luís de la Cerda ou de Espanha, conde de Clermont, era bisneto, pela mãe, de S. Luís rei de França, neto de Fernando de la Cerda, filho primogénito de Afonso X de Castela e de D. Branca, e filho de Afonso de Lacerda, que casou e se estabeleceu em França, onde Luís de la Cerda nasceu e foi Almirante. À data da presente bula, desempenhava as funções de embaixador do rei Filipe VI perante o papa Clemente VI, em Avinhão. Achava-se, assim, aparentado com os reis de França e das nações da Península Hispânica (Cfr.: HOEFER, *Nouvelle biographie générale*, vol. 16, ps. 379 e ss.; ZURITA, *Anales de Aragon*, parte 1, liv. 8, cap. 1; e PEREZ EMBID, *Los Descubrimientos en el Atlántico*, pp. 73 e ss.).

Dois anos antes desta concessão, a 16 de Abril de 1342, fora nomeado Francesch des Valers capitão e presidente de pequena tripulação baionesa que devia seguir para as ilhas da Fortuna, prova de que entre a já citada de 1341 (DOC. 88) e 1344 outras expedições se devem ter efectuado àquele arquipélago, como é natural (Cfr. DE LA RONCIÈRE, *La découverte d'Afrique*, t. 2, p. 7, e *Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana*, vol. 6, 1896, p. 286, ali aduzido, cits. por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 365). Luís de la Cerda propusera-se reconduzir aquelas ilhas à fé cristã, caso lhe fossem concedidas pelo árbitro político da época, o romano pontífice, que, possivelmente, não haveria atendido apenas ao aspecto religioso. «Clemente VI, — comenta ZUNZUNEGUI — cuya extremada inclinación por las cosas de Francia es de todos conocida, y que precisamente por aquel tiempo se esforzaba por reunir a las Coronas de Francia y Castilla en un tratado de amistad contra el inminente peligro de un

Nos, igitur, pium et laudabile propositum, quod te in hijs habere asseris, plurimum in Domino commendantes et cupientes, ut in eisdem jnsulis orthodoxa fides propagetur et uigeat cultusque diuinus inibi obseruetur et quod per tuum ministerium christianitatis termini dilatentur; tuis supplicationibus inclinati, ad honorem Dei tueque salutis et status augmentum, omnes predictas jnsulas et earum quamlibet, dummodo in eis non sit alicui christiano specialiter ius quesitum, cum omnibus iuribus et pertinencijs suis ac merum et mistum imperium et iurisdictionem omnimodam temporalem in eisdem, auctoritate apostolica ac nomine nostro et successorum nostrorum romanorum pontificum et ipsius ecclesie romane, tibi et heredibus tuis et successoribus catholicis ac legitimis et in deuotione ipsius romane ecclesie persistentibus, tam masculis quam feminis, in feudum perpetuum, de fratrum nostrorum consilio et assensu ac apostolice plenitudine potestatis, sub modo, forma, tenore, conditionibus et conuencionibus contentis presentibus concedimus et donamus teque predicto feudo, per septrum aureum, presencialiter inuestimus; dantes nichilominus tibi, heredibus et successoribus supradictis plenam et liberam potestatem easdem jnsulas, absque tamen iuris alterius preiudicio, ut premittitur, acquirendi ac perpetuo possidendi, monetam seu monetas fabricandi et alia iura regalia, salua superioritate romani pontificis in eisdem jnsulis exercendi ac licencia in eis et earum qualibet ecclesias et monasteria construendi eisque dotes congruas assignandi, ius patronatus tibi et heredibus ac successoribus tuis, prout instituta concedunt canonica, reseruando.

Postquam, uero, in eisdem jnsulis, Deo concedente, per te uel heredes aut successores tuos predictos, ecclesie ac monasteria constructa seu fun-

---

encuentro militar con Inglaterra (Cfr. HERGENROETHER, *Kath. Kirche und christ. Staat*, Freiburg, 1872), no pudo menos de acoger con sumo agrado esta petición, hecha por un castellano-francés de tan elevada alcurnia» (*Los orígines*, p. 367).

Clemente VI foi mais adiante, o que demonstra bem o seu empenho na empresa de Luís de la Cerda. Pessoalmente lhe buscou protecção dos chefes das nações cristãs e até socorros materiais. Em 11 de Dezembro saíam de Avinhão bulas de recomendação pontifícia, endereçadas aos reis da Península Hispânica, duas a cada um: uma a comunicar-lhes a coroação daquele, em Consistório público de 15 de Novembro, como Príncipe da Fortuna, e a solicitar-lhes ajuda e protecção; a segunda a pedir-lhes licença para ele extrair de seus reinos gente, armas e utensílios, no caso de os próprios não poderem auxiliá-lo em pessoa. Dias depois, idênticas letras pontifícias eram dirigidas a Filipe VI de França e esposa, a Joana I de Sicília e esposo e ao delfim Humberto II; e, no mês seguinte, ao Governador de Génova, Simão de Bocanegra. E a estes cuidados materiais associou Clemente VI as graças espirituais. A documentação respectiva, editada já parcialmente em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, foi publicada por ZUNZUNEGUI, extraída dos Arquivos do Vaticano, em seu citado estudo, pp. 385 e ss.

data fuerint et in eisdem, de prelatis et personis ecclesiasticis, secularibus seu regularibus, canonice ordinatum, prelati et persone ac ecclesie siue cathedrales siue collegiate, seculares aut regulares, extiterint et monasteria supradicta cum locis et bonis suis in electionibus, prouisionibus et omnibus alijs, plena libertate (2) gaudebunt; quam libertatem tu et heredes ijdem et successores semper manutenebitis et conseruabitis et manuteneri et conseruari facietis ab omnibus subditis uestris, dictaque ecclesie et monasteria ac persone utentur libere omnibus bonis et iuribus eorundem.

Et, ut per concessionem nostram huiusmodi pocioris dignitatis titulo reddaris insignis, te, auctoritate predicta, de ipsorum fratrum consilio et assensu, dictarum jnsularum, quas de cetero fore decernimus, principatum ipsumque Fortunie nuncupari principem constituimus, coronam auream, in signum adepte dignitatis dicti principatus tuique honoris augmentum, tuo capiti nostris manibus imponendo, uolentes, ut tu et illorum quilibet, qui tuus erit in eodem principatu heres atque successor, princeps Fortunie debeatis de cetero nominari; ita quod tu nobis, per te et ijdem heredes et successores tui in dicto principatu nobis ac tu et ipsi singulis successoribus nostris romanis pontificibus, per uos uel procuratores uestros ad hoc legitime constitutos, recognitionem et homagium, ligium facere et plenum vassallagium et fidelitatis iuramentum prestare tenebimini, iuxta formam inferius annotatam.

Ceterum, si forte deficientibus masculis, contigerit feminam innuptam in dicto principatu succedere, illa maritabitur uiro catholico et ecclesie romane deuoto, romani tamen pontificis prius super hoc consilio requisito. Et insuper, tam tu quam heredum quilibet et successorum tuorum in dicto principatu et pro ipso censum quadringentorum florenorum boni et puri auri ac contj et ponderis Florentin[orum], ubicunque romanus pontifex fuerit, ipsi romano pontifici qui erit pro tempore et ecclesie romane uel ipsi ecclesie ubi ipsa fuerit, sede uacante, recipienti, pro futuro pontifice et pro porcione collegium ipsius ecclesie cardinalium contingente, in festo beatorum Petri et Pauli, annis singulis, integraliter persoluetis; ad quem censum, ut premittitur, persoluendum, tam tu quam quilibet heredum et successorum tuorum in dicto principatu tenebimini et sitis astricti.

Si, uero, tu uel quicunque heredum seu successorum tuorum in dicto principatu, statuto termino, non solueritis integre, ut premittitur, censum ipsum et, expectati per quatuor menses terminum ipsum primum immediate sequentes de illo ad plenum non satisfeceritis, eo ipso eritis excommunicationis uinculo innodati; quod si in secundo termino, infra subsequentes quatuor alios menses, eundem censum, sine diminutione qualibet, non persolueritis, totus principatus predictus erit ecclesiastico suppositus inter-

(2) No ms. *liberalitate.*

dicto. Si, uero, nec in tercio termino et infra alios quatuor menses proximos, per plenam satisfactionem eiusdem census, tu et heredes uel successores tui nobis duxeritis consulendum, ita quod, transactis eodem tercio termino et subsequentibus mensibus, non sit de huiusmodi censu primi termini ipsi ecclesie satisfactum ab eodem principatu, ipso iure cadatis ex toto et principatus ipse ad romanam ecclesiam eiusque dispositionem integre ac libere reuertatur. Nichilominus, pro singulis quadringentis florenis singulorum terminorum, si, simili modo, in eorum solutione cessaueritis uel illam non solueritis, tu et quiuis heredum et successorum tuorum in dicto principatu penas similes incurratis, saluis alijs penis, processibus et sentencijs que uel qui de iure inferri uel haberi seu proferri poterunt, per romanum pontificem uel sedem apostolicam, specialiter in hoc casu, sed ad censum ipsum soluendum eidem ecclesie tunc et non ante teneamini cum effectu, cum tu uel heredes aut successores tui in dicto principatu eiusdem principatus uel maiorem partem ipsius fueritis possessionem adepti.

Nostre, nichilominus, intentionis existit quod romana ecclesia, occasione concessionis huiusmodi, ad impendendum tibi uel eisdem heredibus aut successoribus aliquod subsidium, in acquisicione seu retentione dicti principatus, ex debito nullatenus astringatur. Et, quia in quibusdam articulis seu capitulis supradictis expressius continetur quod, in certis casibus, tu et tui in eodem principatu heredes et successores excommunicationis sententiam incurratis et dictus principatus sit ecclesiastico supposi-tus interdicto quodque, tam tu quam heredes et successores ipsi, cadatis a principatu seu sitis ipso principatu priuati; nos, ex nunc huiusmodi sententias uidelicet excommunicationis in te ac eosdem heredes et successores interdicti in eundem principatum et priuationis principatus eiusdem, si tua uel ipsorum culpa huiusmodi casus emerserit, de dictorum fratrum consilio, auctoritate apostolica, promulgamus. Forma, autem, recognitionis, homagij, ligij, vassallagij et iuramenti fidelitatis, quam prestari et fieri volumus a te et heredibus et successoribus tuis in eodem principatu, iuxta tenorem, formam et conditionem presentis concessionis, uerbis competenter mutandis, talis est.

Ego, Ludouicus de Jspania, princeps Fortunie, fateor et recognosco me predictas jnsulas, uidelicet Canariam, Ningariam, Plumariam, Capra-riam, Iunoniam, Embroneam, Athlanciam, Esperidum, Cernent, Gorgodes et Galetam et earum quamlibet cum omnibus iuribus et pertinencijs suis a uobis, domino meo domino Clemente, diuina prouidentia papa bj, nomine uestro et successorum uestrorum romanorum pontificum canonice intrancium et romane ecclesie, michi meisque heredibus et successoribus catholicis atque legitimis et in deuotione ipsius romane ecclesie existentibus, tam masculis quam feminis, in feudum perpetuum fuisse concessas ipsasque me recepisse et tenere, sub annuo censu quadringentorum florenorum boni et puri auri ac ponderis et contj Florentin[orum] uobis domino meo domino

Clementi papa bj uestrisque successoribus et romane ecclesie, annis singulis, in festo beatorum apostolorum Petri et Pauli, in romana curia persoluendo; pro quibus jnsulis faciens plenum vassallagium uobis uestrisque successoribus canonice intrantibus et ecclesie romane predicte, ab hac hora in antea, fidelis et obediens ero beato Petro et vobis, domino meo domino Clementi papa bj, uestrisque successoribus canonice intrantibus et sacrosancte apostolice romane ecclesie. Non ero in consilio, auxilio aut consensu uel facto, ut vitam perdatis aut membrum uel capiamini mala captione. Consilium quod mandaturi michi estis, per uos uel nuncios uestros siue per litteras, ad dampnum uestrum, me sciente, nemini pandam; et, si sciuero fieri uel procurari siue tractari aliquod quod sit in uestrum dampnum, illud, pro posse, impediam; et, si impedire non possem, illud uobis significare curabo. Papatum romanum et regalia Sancti Petri, tam in predictis jnsulis, quam eciam alibi existencia, adiutor uobis ero, ad retinendum et defendendum ac recuperandum et recuperata manutenendum contra omnem hominem. Jnsuper modum, formam seu conditiones ac omnia et singula que presentibus continentur plenarie adimplebo et inuiolabiliter obseruabo, nec, ullo unquam tempore, ueniam contra illa. Sic me Deus adiuuet et hec sancta Dei euangelia. Et, ad hec facienda me obligo et predictos heredes et successores meos et dictum principatum, iura et bona nobis competencia et competitura in eo.

Similem, autem, recognitionem, vassallagium, homagium, ligium et iuramentum renouabis, facies et prestabis vnicuique romano pontifici et dicte ecclesie, infra biennium, a die quo in romanum pontificem electus fuerit computandum. Et similia prestabit et faciet et similiter renouabit et facere, prestare et renouare tenebitur vnusquisque heredum et successorum tuorum in dicto principatu nobis, infra biennium, ex quo ipse heres tuus in huiusmodi principatu fuerit, et vnicuique alij romano pontifici qui erit pro tempore et ipsi romane ecclesie, secundum prescriptam formam, nomen romani pontificis qui tunc erit et suum proprium exprimendo. Sed, postquam tu per te nobis huiusmodi recognitionem, homagium et vassallagium feceris ac fidelitatis iuramentum prestiteris, secundum formam predictam, heredes et successores tui in dicto principatu nobis tuque et ipsi successoribus nostris romanis pontificibus illa facere uel prestare personaliter non astringamini, dummodo, infra dictum biennium, secundum eandem formam, per ydoneum uel ydoneos subditum uel subditos ad hoc plenum mandatum habentes, recognitionem, homagium et vassallagium feceritis ac iuramentum prestiteritis supradicta.

Et si plus placuerit romano pontifici uel romane ecclesie, recognitionem, homagium, uassallagium et iuramentum predicta facietis atque prestabitis tu et heredes uel successores tui predicti, nomine summi pontificis et romane ecclesie, illi uel illis, quem uel quos ad hoc specialiter ipse romanus pontifex uel sedes eadem deputabit. Quandocumque, uero, tu uel

heredes tui in dicto principatu predictam recognitionem, obligationem, homagium, uassallagium ac fidelitatis iuramentum facietis atque prestabitis, per uos uel alium seu alios, ut superius continetur, dabitis, infra mensem post, romano pontifici et eidem ecclesie, patentes litteras, uestro sigillo sigillatas, in quibus fatebimini et recognoscetis expresse dictum principatum a nobis et romana ecclesia recepisse in feudum, sub conditionibus, conuentionibus, modo et forma ac tenore quo presentibus nostris litteris continetur. Preterea, tu vel heredes aut successores tui predicti nullam confederationem seu pactionem, societatem aut ligam scienter contra romanam ecclesiam facietis; et, si eam forte feceritis ignoranter, teneamini ad mandatum romani pontificis seu romane ecclesie penitus reuocare.

Omnium, autem, predictorum presentibus nostris litteris contentorum declaratio et interpretatio, quociens opus fuerit facienda, ad romanum pontificem seu romanam ecclesiam pertinebit, quociens super hijs uel eorum aliquo uel aliquibus ambiguitatis aliquid uel dubij oriri continget, cuius romani pontificis uel romane ecclesie interpretationi et declarationi stabitur, uerbo seu litteris, prout ipsi romano pontifici uel ecclesie placuerit, faciendis.

Nulli ergo etc. nostrarum concessionis, donationis, inuestitionis, constitutionum, uoluntatum, intentionis et promulgationis infringere etc.

Datum Auinione, xbij kalendas decembris, anno tercio.

90

11 DEZEMBRO 1344

Bula Vinee Domini Sabahot, *de Clemente VI, dirigida a el-rei D. Afonso IV, bem como aos reis de Aragão e de Castela, a comunicar-lhe que, desejando Luís de Espanha promover a dilatação da fé católica nas Ilhas Afortunadas (Canárias) e noutras das partes de África a elas adjacentes, lhas concedera e a seus herdeiros e sucessores, em propriedade e domínio temporal, com as insígnias e título de principado, como consta de outras suas letras, e lhe solicita auxílio e favor para tal empresa.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 138, fl. 146 b, n.° 543, — texto que se reproduz.

Publicada por ZUNZUNEGUI, *Los Orígenes*, p. 387 e, algumas linhas apenas, em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1344, n.° 39.

[Clemens etc.].

Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Portugalie illustri.

Vinee Domini Sabahot, cuius nos diuina miseratio cultores constituit et custodes, non solum custodire, ne malarum bestiarum demoliatur incursibus, sed etiam cultum ampliare ipsius, ut fructus uberiores extensis propaginibus afferat cupientes, jllos qui ad cultum ampliandum ipsius vinee, uidelicet ecclesie sancte Dei, se operatores exhibent feruidos et deuotos libenter, quantum cum Deo possumus, fauoribus et honoribus congruis preuenimus.

Sane pridem dilectus filius nobilis vir Ludouicus de Jspania, princeps Fortunie, consanguineus tuus, nobis et fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, tam deuote quam humiliter, exponere procurauit quod ipse, ad acquirendas Fortunie ac quasdam alias jnsulas, in partibus Affrice consistentes et eidem adiacentes, ut, ex illis eliminata paganei erroris spurcicia, diuini nominis ibidem laudetur gloria et catholice fidei uigeat plenitudo, exercere uires sue potentie, assistente sibi diuina gratia, si de nostro et apostolice sedis beneplacito procederet, intendebat.

Nos, igitur, attendentes huiusmodi suum laudabile propositum et illud promouere in Domino affectantes; considerantesque quod ipse, qui de stirpe ac domibus processit regalibus, que circa cultum et dilatationem eiusdem fidei orthodoxe se deuotis et fructuosis operibus consueuerunt impendere, personarum spretis periculis et expensarum profluuijs nouitatis; et, sperantes in eo qui deuotorum uota, benigno fauore, prosequitur, per ipsius principis, progenitorum suorum inherentis uestigijs in hac parte strenuum ministerium, posse christianitatis decorem et gloriam super hijs adaugeri; deliberatione cum eisdem fratribus preuia, prouida et matura et, de ipsorum consilio, eundem Ludouicum predictarum jnsularum principem, cum concessione temporalis proprietatis et dominij earundem, sibi, pro se suisque heredibus et sucessoribus facta, sub certis modis, formis et conditionibus, constituimus et deputauimus, eumque insignijs dignitatis principatus duximus decorandum, sicut in alijs litteris nostris inde confectis plenius continetur.

Cum, autem, prefatus princeps, accedens in uirtute Altissimi ad cor altum, instanti, oportuno tempore, intendat, coadunata potentia, de tuis, fili carissime, auxilio et fauore confidens specialiter agredi negocium supradictum, regiam rogamus magnificenciam et in Domino attentius exhortamur quatenus eundem principem et negocium huiusmodi habere uelit, excellentia regia, pro diuina et apostolice sedis reuerentia eiusdemque zelo fidei commendata, et super hijs, quantum commode poterit, auxilium et fauorem regium impertiri, uobis, per nuncios exhibitores presen-

tium, quos ad tuam propterea destinamus presentiam, uoluntatem in hac parte regiam rescripturus.

Datum Auinione, iij idus decembris, anno tercio.

91

11 DEZEMBRO 1344

Bula Desiderabiliter affectantes, *de Clemente VI, dirigida a el-rei D. Afonso IV, bem como aos reis de Aragão e de Castela, a solicitar-lhe permita a Luís de Espanha, Príncipe da Fortuna, possa tomar e extrair livremente dos reinos e terras de Portugal, pagando porém os devidos impostos e justo preço, navios, gentes de armas, víveres e outras coisas necessárias à empresa em que lhe falou noutras letras, ou seja a aquisição e sujeição à fé católica das Ilhas Afortunadas (Canárias).*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 138, fl. 147, — donde se reproduz.
Publicada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 388.

Clemens etc.

Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Portugalie illustri.

Desiderabiliter affectantes asumptum per dilectum filium, nobilem virum Ludouicum de Jspania, principem Fortunie, consanguineum tuum, super acquirendis et sub cultu fidei catholice subiugandis insulis Fortunie ac alijs adiacentibus, per nos sibi, sub certis modis, formis et conditionibus, in litteris nostris inde confectis, expressis plenius, ad laudem diuini nominis et eiusdem exaltationem fidei negocium prosperari, tam ipsum principem quam negocium huiusmodi celsitudini regie, per alias litteras, affectuosius commendamus, eam rogantes attente ut, eidem proponenti hoc, instanti oportuno tempore, in uirtute Altissimi aggredi negocium supradictum, uelit oportunis auxilijs assistere regia celsitudo.

Verum, quia eidem principi, circa premissa, fauor regius existere multipliciter noscitur oportunus, magnificentiam regiam attente rogamus quatenus, si forsan, pro eodem instanti tempore, non esses paratus impendere huiusmodi auxilium, sicut uelles, saltem concedas licentiam oportu-

nam quod dictus princeps possit de regnis et terris tuis nauigia, gentes armorum, victualia et alia pro predictis necessaria habere ac extrahere libere, suis tamen stipendijs et iustis precijs, pro negocio supradicto. Sic te, fili carissime, super hijs habiturus, quod a Deo consequaris meritum tuique fama, honoris et nominis digne laudis preconijs attolatur, nobis per nuncios [exhibitores presentium, quos ad tuam propterea destinamus presentiam, uoluntatem in hac parte regiam rescripturus.]

Datum Auinione, iij idus decembris, anno tercio.

92

10 JANEIRO 1345

Bula Ad ea ex quibus, *de Clemente VI, dirigida a el-rei D. Afonso IV, a conceder-lhe, a seu pedido, a dízima dos rendimentos eclesiásticos do país durante dois anos, menos dos cardeais e das Ordens Militares, a fim de ele continuar a guerra contra o rei de Benamarim, que fez trégua com os demais reis cristãos da Península por dez anos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 165, fl. 176, — donde se reproduz.

Publicada parcialmente em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1344, n.° 53, donde a reproduziu SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 83, que também publicou versão portuguesa conservada no ANTT., *Bulas*, maço 15, n.° 11, a p. 84 do referido volume. Sobre a trégua em referência pode ver-se a *Cronica del Rey Don Alfonso el Onceno*, cap. 336.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 353.

[Clemens, etc.]

Carissimo in Christo filio Alfonso, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem, etc.

Ad ea ex quibus tranquilitatis bonum et suffragationis auxilium fidelibus profutura succedant et incursibus, presertim infidelium crucis hostium et blasphemorum nominis christiani iniustam guerram facientium contra reges et alios principes professores fidei orthodoxe, salubriter

obuietur, apostolice solicitudinis partes libenter impendimus et, quantum cum Deo possumus, oportuna subsidia ministramus.

Sane nuper, pro parte tua fuit expositum coram nobis quod treuge inter alios Yspaniarum reges, ex parte vna, et regem de Bennamarim, hostem crucis et blasphemum nominis christiani, ex altera, per decennium sunt inite quodque guerra inter te solum et dictum regem de Bennamarim, ex pluribus et diuersis causis pro parte tua nobis expressis, pro Dei seruitio et exaltatione ecclesie sue sancte necnon fidei christiane extitit radicata; propter quam quidem guerram immensas celsitudinem tuam oportet subire sarcinas expensarum. Quare, pro parte tua nobis extitit humiliter supplicatum ut, ad expensarum huiusmodi supportanda facilius onera, prouidere tibi paterna beniuolentia de speciali gratia dignaremur.

Nos, igitur, attendentes quod status pacificus tuus et regnorum Portugalie et Algarbij non solum populorum in dictis regnis degentium sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum ipsorum regnorum incolumitatem respicit ac in tranquillitatem et pacem ipsorum noscitur redundare, sperantes quoque quod tu, qui uelut (1) princeps catholicus et deuotus easdem ecclesias et personas ecclesiasticas oportunis fauoribus et auxilijs hactenus confouisti, eas ab opressionibus et iniurijs alijsque noxijs nouitatibus illesas et immunes seruare studebis, Deo propitio, in futurum, ac uolentes propterea, pro tua et dictorum regnorum defensione, de benignitate sedis apostolice tuis necessitatibus huiusmodi subuenire; de fratrum nostrorum consilio, serenitati tue, iuxta modum infrascriptum, decimam omnium ecclesiasticorum prouentuum et reddituum, per duos annos in proximo futuro festo natiuitatis Beati Johannis Baptiste inchoandos, in regnis Portugalie et Algarbij predictis exigendam ab archiepiscopo Bracharensi et omnibus et singulis episcopis ceterisque personis ecclesiasticis quibuscunque, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, regnorum predictorum, quantacunque prefulgeant dignitate seu cuiuscunque preminentie, conditionis aut status, religionis uel ordinis existant, quibus et eorum alicui nulla priuilegia uel indulgentias, sub quacunque uerborum forma uel expressione concessa, uolumus suffragari, preterquam a venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus obtinentibus beneficia ecclesiastica quecunque, cum cura uel sine cura, etiam si dignitates uel personatus aut officia existant in regnis predictis, qui nobiscum assidue indefessis laboribus onera vniuersalis ecclesie sortiuntur, necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani et miliciarum Jhesu Christi, Sancti Jacobi et de Avis ordinum magistris et fratribus regnorum predictorum, qui contra hostes fidei christiane exponunt

(1) No ms. *uelud.*

iugiter se et sua. Quos quidem cardinales, magistros et fratres militares predictos a prestatione huiusmodi decime exemptos esse uolumus et inmunes, duximus concedendam, uolentes exactionem et receptionem huiusmodi decime per venerabiles fratres nostros Elborensem et Visensem episcopos et eorum quemlibet, quos ad colligendum huiusmodi decimam in eisdem regnis per nostras certi tenoris litteras deputauimus, uel per subcollectores eorum quos ad hoc duxerint deputandos, tam a se ipsis quam ab archiepiscopo et episcopis et personis alijs ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, consistentibus in regnis prefatis, preterquam ab eisdem cardinalibus ac magistris et fratribus, fieri absque iniuria et oppressione quacunque et quod Elborensis et Visensis episcopi prefati et eorum quilibet, per se et subcollectores suos, eosdem archiepiscopum et episcopos et alias personas ecclesiasticas, seculares et regulares, exemptas et non exemptas prefatas regnorum predictorum, ad solutionem dicte decime de omnibus redditibus et prouentibus ecclesiasticis eorundem, secundum modum et morem ac consuetudinem in exactione et collectione huiusmodi decime hactenus obseruatos, per dictum biennium, in terminis infrascriptis, eisdem Elborensi et Visensi episcopis seu eorum subcollectoribus, uel personis alijs quas ad hoc deputandas duxerint, faciendam et per se et eorum quemlibet, seu personas quas ad hoc deputauerint, tibi seu personis quas ad hoc deputaueris integraliter assignandam sub moderamine et forma infrascriptis, per censuram ecclesiasticam et etiam sequestrationem fructuum, reddituum et prouentuum ecclesiasticorum suorum, consistentium in eisdem regnis, ut premittitur, si expedire uiderint, appellatione remota, compellant; jta quod ad fructus, redditus et prouentus ecclesiasticos extra dicta regna consistentes huius compulsionis officium aliquatenus non extendant nec ad compulsionem huiusmodi faciendam in aliquo casu, per se uel alium seu alios, inuocent nec per dictas personas ab eisdem episcopis ad exactionem huiusmodi deputandas inuocari permittant auxilium brachij secularis, nisi predictorum non soluentium contumacia exigente aliud, circa hoc, per sedem apostolicam fuerit ordinatum.

Huiusmodi autem solutio fiet quolibet anno dicti biennij, in duobus terminis infrascriptis, siquidem solutionis medietatis decime huiusmodi primi anni primum terminum fore statuimus festum Omnium Sanctorum, post dictum festum Beati Johannis, secundum uero terminum solutionis medietatis alterius festum Ascensionis Domini, dictum festum Omnium Sanctorum proximo secutura, jn alio anno sequenti, in solutione predicta similibus terminis obseruandis.

Eisdem quoque Elborensi et Visensi episcopis dedimus nostris litteris in mandatis ut ipsi et eorum quilibet prefatam decimam de redditibus et prouentibus suis ecclesiasticis, secundum taxationem ipsius decime, si iuxta illam soluere consueuerint, alioquin secundum consuetudinem in exactione huiusmodi hactenus obseruatam, soluere per dictum biennium

Copyrighted material

studeant, in terminis prelibatis, soluendo in quolibet dictorum terminorum medietatem eiusdem decime singulos eorum, secundum modum et morem ac consuetudinem supradictos, contingentem eisdem personis quas tu ad hoc duxeris, ut premittitur, deputandas.

Quod si forsan aliquis ipsorum episcoporum in ipsis terminis defecerit in solutione decime supradicte, taliter deficientem similes sententias, quas per se seu subdelegatos uel subcollectores suos ad executionem huiusmodi in dictis regnis deputandos in non soluentes dictam decimam in prefatis terminis proferri contigerit, incurrere uolumus ipso facto, a qua, post satisfactionem debitam, per aliquem ex uicinioribus episcopis excommunicationis sententia non ligatum et alias gratiam et communionem apostolice sedis habentem, facta sibi fide de satisfactione huiusmodi, possit absolutionis beneficium et super irregularitate, si quam forsan sic ligatus celebrando diuina uel se ingerendo eisdem contraxerit, dispensationis gratiam obtinere.

Et, ne de moneta in qua fiet solutio dicte decime et fieri debebit ualeat hesitari uitenturque grauamina que propter hoc viri ecclesiastici hactenus sunt perpessi, per ipsos episcopos seu personas predictas, que ab eis, ad exactionem et receptionem eiusdem decime, ut premittitur, fuerint deputate, ipsa decima ad monetam currentem communiter leuetur et etiam exigatur, iuxta constitutionem super hoc editam in concilio Viennensi; jta quod, sub pretextu alterius cambij, debitores et solutores dicte decime non grauentur. Huiusmodi autem solutionem eiusdem monete currentis per dictos episcopos uel personas ecclesiasticas suarum ciuitatum et dioceseum et alias exemptas et non exemptas prefatas aliarum ciuitatum et dioceseum, in dictis regnis consistentium, prefatis episcopis seu eorum subcollectoribus et per eosdem episcopos fieri uolumus personis ecclesiasticis ad receptionem huiusmodi decime per te, ut premittitur, deputandis, nec teneantur dictam monetam deferre uel destinare ad alium locum, uel solutionem huiusmodi facere in loco quocunque extra predictas ciuitates uel dioceses constituto.

Huiusmodi uero decima exigatur secundum taxationem in dictorum archiepiscopi et episcoporum ciuitatibus et diocesibus hactenus factam uel, ubi nulla huiusmodi certa taxatio fuerit, secundum consuetudinem in exactione et solutione huiusmodi hactenus obseruatam. Fiat insuper absque alio onere illorum a quibus huiusmodi decima exigetur nisi, eis forte deficientibus in solutione dicte decime in terminis supradictis, ob huiusmodi eorum defectum expensa fieri oporteret, ad quarum restitutionem eos teneri uolumus et astringi, quodque circa hec, iuxta constitutionem eiusdem Viennensis concilij, calices, libros et alia ornamenta ecclesiarum diuinis officijs deputata, ex causa pignoris uel distractionis cuiuspiam, predicte persone, que per eosdem episcopos ad exactionem et receptionem dicte decime, ut premittitur, deputate fuerint, per se uel alium

seu alios capere seu recipere, distrahere seu occupare quomodolibet non presumant.

Volumus etiam quod, infra dictum biennium, tu, eiusdem decime concessione contentus, a predictis ecclesijs et personis ecclesiasticis aliud subsidium, per te uel alium seu alios, non exigas neque petas. Sed, si dicte ecclesie et persone [ecclesiastice] ad aliqua antiqua seruitia tibi forsitan teneantur, non intendimus super illis regie celsitudini in aliquo derogare.

Nulli, ergo, etc., nostrarum concessionis, constitutionum, ademptionis, statuti et uoluntatum infringere, etc.

Datum Auinione, iiij jdus januarij, anno tertio.

93

10 JANEIRO 1345

Bula **Ad ea ex quibus,** ***de Clemente VI, dirigida aos bispos de Évora e de Viseu, a incumbi-los de arrecadarem a dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino, pelo pontífice concedida a el-rei D. Afonso IV, por dois anos, para a guerra contra o rei de Benamarim (Marrocos), em tréguas por 10 anos com os demais reis da Península.***

ANTT., ***Bulas,*** **maço 2, n.º 8, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; AV.,** ***Reg. Vat.,*** **vol. 165, fl. 177 v.**

Sumariada: no ***Quadro elementar,*** **t. 9, p. 353; por ABRANCHES,** ***Suma,*** **p. 34, n.º 225; e por SILVA MARQUES,** ***Descobrimentos,*** **vol. 1, p. 85.**

Clemens episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus [Martino] Elborensi et [Johanni] Visensi episcopis, salutem et apostolicam benedictionem.

Ad ea ex quibus tranquillitatis bonum et suffragationis auxilium fidelibus profutura succedant et incursibus et, presertim, infidelium crucis hostium et blasfemorum nominis christiani iniustam guerram facientium contra reges et alios principes professores fidei orthodoxe salubriter obuietur, apostolice solicitudinis partes libenter impendimus et, quantum cum Deo possumus, oportuna subsidia ministramus.

Sane nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, exposito coram nobis quod treuge inter alios Yspaniarum reges, ex parte vna, et . . regem de Bennamarim, hostem crucis et blasfemum nominis christiani, ex altera, erant inite per decennium; quodque guerra inter ipsum Alfonsum solum et dictum regem de Bennamarim, ex pluribus et diuersis causis, pro parte ipsius Alfonsi, nobis expressis, pro Dei seruitio et exaltatione ecclesie sue sancte necnon fidei christiane, extiterat radicata. Propter quam quidem guerram, immensas celsitudinem ipsum Alfonsum regem oportebat subire sarcinas expensarum, ac, pro parte dicti Alfonsi regis, nobis humiliter supplicato ut, ad expensarum huiusmodi supportanda facilius onera, prouidere sibi, paterna beniuolentia, de speciali gratia, dignaremur.

Nos, attendentes quod status pacificus ipsius regis et regnorum Portugalie et Algarbij, non solum populorum in dictis regnis degentium, sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum ipsorum regnorum incolumitatem respicit ac in tranquillitatem et pacem ipsorum noscitur redundare, sperantes quoque quod idem rex, qui, uelut princeps catholicus et deuotus, easdem ecclesias et personas ecclesiasticas oportunis fauoribus et auxilijs hactenus confouisse dinoscitur, eas ab oppressionibus et iniurijs alijsque noxijs nouitatibus illesas et immunes seruare studebit, Deo propitio, in futurum ac, propterea, uolentes, pro ipsorum regis et regnorum defensione, de benignitate sedis apostolice, ipsius regis necessitatibus huiusmodi subuenire; de fratrum nostrorum consilio, eidem regi, iuxta modum infrascriptum, decimam omnium ecclesiasticorum prouentuum et reddituum, per duos annos, in proximo futuro festo Natiuitatis Beati Johannis Babtiste inchoandos, in regnis Portugalie et Algarbij predictis, exigendam a [Gundisaluo] archiepiscopo Bracharensi ac omnibus et singulis episcopis ceterisque personis ecclesiasticis quibuscunque, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, regnorum predictorum, quantacunque prefulgeant dignitate seu cuiuscunque preeminentie, condicionis aut status religionis uel ordinis existant, quibus et eorum alicui nulla priuillegia uel indulgentias, sub quacunque uerborum forma uel expressione concessa, uolumus suffragari, preterquam a venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus obtinentibus beneficia ecclesiastica quecunque, cum cura uel sine cura, etiam si dignitates uel personatus aut officia existant in regnis predictis, qui nobiscum assidue indeffessis laboribus onera uniuersalis ecclesie sortiuntur necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani et miliciarum Jhesu Christi, Sancti Jacobi et de Auis ordinum magistris et fratribus regnorum predictorum, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua.

Quos quidem cardinales, magistros et fratres militares predictos a prestatione huiusmodi decime exemptos esse uolumus et immunes duximus

concedendam, volentes exactionem et receptionem dicte decime per uos et uestrum quemlibet, quos ad colligendum huiusmodi decimam in eisdem regnis, tenore presentium, deputamus, seu per subcollectores uestros, quos ad hoc duxeritis deputandos, tam a uobis quam ab archiepiscopo et episcopis ac personis alijs ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis, et non exemptis, consistentibus in regnis prefatis, preterquam a dictis cardinalibus et magistris ac fratribus, fieri, absque iniuria et oppressione quacunque; et quod uos et uestrum quilibet, per uos et subcollectores uestros, eosdem archiepiscopum et episcopos et alias personas ecclesiasticas, seculares et regulares, exemptas et non exemptas, predictas, regnorum predictorum, ad solutionem dicte decime, de omnibus redditibus et prouentibus ecclesiasticis eorundem, secundum modum et morem ac consuetudinem in exactione et collectione huiusmodi decime hactenus obseruatos, per huiusmodi biennium, in terminis infrascriptis, uobis seu subcollectoribus uestris uel personis alijs, quos ad hoc deputandos duxeritis, faciendam, et per se et eorum quemlibet seu personas, quas ad id deputaueritis, eidem Alfonso regi seu personis, quas idem rex ad hoc deputauerit, integraliter assignandam sub modo, more et forma infrascriptis, per censuram ecclesiasticam et etiam sequestrationem fructuum, reddituum et prouentuum ecclesiasticorum suorum, consistentium in predictis regnis, ut premittitur, si expedire uideritis, appelatione postposita, compellatis; ita quod ad fructus, redditus et prouentus ecclesiasticos, consistentes extra dicta regna, huiusmodi compulsionis officium nullatenus extendatis nec ad compulsionem huiusmodi faciendam, in aliquo casu, per uos uel alium seu alios, inuocetis nec per dictas personas, a uobis ad exactionem huiusmodi deputandas, inuocari permittatis auxilium brachij secularis, nisi predictorum non soluentium contumacia exigente, aliud circa hoc per sedem apostolicam fuerit ordinatum.

Huiusmodi, autem, solutio fiet quolibet anno dicti biennij, in duobus terminis infrascriptis. Siquidem, solutionis medietatis huiusmodi decime primi anni primum terminum fore statuimus festum Omnium Sanctorum post dictum festum beati Johannis; secundum, uero, terminum solutionis medietatis alterius festum Ascensionis Domini, dictum festum Omnium Sanctorum proximo secutura; jn alio sequenti anno, in solutione predicta, similibus terminis obseruandis. Quocirca, fraternitatem uestram monemus, rogamus et hortamur attente, uobis per apostolica scripta precipiendo mandantes quatenus uos et uestrum quilibet prefatam decimam de redditibus et prouentibus uestris ecclesiasticis, secundum taxationem ipsius decime, si iuxta illam soluere consueueritis, alioquin secundum consuetudinem in exactione huiusmodi hactenus obseruatam, soluere, per dictum biennium, in dictis terminis, studeatis, soluendo in quolibet dictorum terminorum medietatem eiusdem decime, singulos uestrum, secundum modum et morem ac consuetudinem supradictos, contingentem, illis personis,

quas idem Alfonsus rex ad hoc, ut prefertur, duxerit deputandas; quod, si forsan aliquis uestrum, in ipsis terminis, defecerit in solutione decime supradicte, taliter deficientem similes sententias, quas, per uos uel subdelegatos seu subcollectores uestros, ad executionem huiusmodi, in dictis regnis deputandos, in non soluentes dictam decimam in prefatis terminis, proferri contigerit, incurrere uolumus, ipso facto, a qua post satisfactionem debitam per aliquem ex uicinioribus episcopis excommunicationis sententia non ligatum et alias gratiam et communionem apostolice sedis habentem, facta sibi fide de satisfactione huiusmodi, possit absolutionis beneficium et super irregularitate, si quam forsitan sit ligatus, celebrando diuina uel se ingerendo eisdem contraxerit, dispensationis gratiam obtinere.

Et, ne de moneta in qua fiet solutio dicte decime et fieri debebit, ualeat hesitari uitenturque grauamina que, propter hoc, hactenus uiri ecclesiastici sunt perpessi, per uos seu personas predictas, que a uobis, ad executionem et receptionem eiusdem decime, ut premittitur, fuerint deputate, ipsa decima ad monetam currentem communiter leuetur et etiam exigatur, iuxta constitutionem super hoc editam in concilio Viennense, ita quod, pretextu alterius cambij, debitores et solutores dicte decime non grauentur. Huiusmodi, autem, solutionem eiusdem monete currentis, per uos uel personas ecclesiasticas uestrarum ciuitatum et diocesium et alias exemptas et non exemptas predictas aliarum ciuitatum et diocesium in dictis regnis consistentium, uobis seu subcollectoribus uestris et per uos fieri uolumus personis ecclesiasticis ad receptionem huiusmodi decime per regem prefatum, ut premittitur, deputandis, nec teneantur dictam monetam defferre uel destinare ad alium locum uel solutionem huiusmodi facere in loco quocunque extra predictas ciuitates uel dioceses constitutos. Huiusmodi, uero, decima exigatur secundum taxationem in uestris et alijs ciuitatibus et diocesibus supradictis hactenus factam uel, ubi nulla huiusmodi certa taxatio fuerit, secundum consuetudinem in exactione et solutione huiusmodi hactenus obseruatam. Fiat, insuper, absque aliquo alio onere illorum a quibus huiusmodi decima exigetur, nisi eis forte deficientibus in solutione dicte decime in terminis supradictis, ob huiusmodi eorum defectum, expensas fieri oporteret, ad quorum restitutionem eos teneri uolumus et astringi.

Quodque, circa hec, iuxta constitutionem eiusdem Viennensis concilij, calices, libros et alia ornamenta ecclesiarum, diuinis officijs deputata, ex causa pignoris uel distractionis cuiuscunque, uos seu alie predicte persone, que per uos ad exactionem et receptionem dicte decime, ut premittitur, deputate fuerint, per uos uel alium seu alios capere seu recipere, distrahere seu occupare quomodolibet minime presumatis. Non obstantibus quod uobis ac prefatis archiepiscopo et episcopis ceterisque personis ecclesiasticis, exemptis et non exemptis, et quibuscunque alijs, commu-

niter uel diuisim, a dicta sit sede indultum quod ad solutionem alicuius decime minime teneamini et ad id compelli aut quod interdici, suspendi uel excommunicari non possitis per litteras apostolicas, que de indulto huiusmodi et toto eius tenore, de uerbo ad uerbum, ac proprijs ordinum, locorum et uestrarum ac aliarum personarum nominibus plenam et expressam non fecerit mentionem et quibuslibet priuilegijs, indulgentijs, exemptionibus et litteris apostolicis quibuscunque dignitatibus seu ordinibus eorundem et specialiter Cistercien[sium], Grandimonten[sium], Premonstraten[sium], Cluniacen[sium], Cartusien[sium] uel ipsorum vniuersitatibus aut personis singularibus generaliter uel specialiter, sub quacunque forma uel conceptione uerborum, a memorata sede concessis, de quibus quorumcunque totis tenoribus, de uerbo ad uerbum, in nostris litteris, specialis, plena et expressa mencio sit habenda.

Volumus, autem, quod, infra dictum biennium, idem rex, eiusdem decime concessione contentus, a predictis ecclesijs et personis ecclesiasticis aliud subsidium, per se uel alium seu alios, non exigat uel imponat eisdem; sed dicte ecclesie et persone ecclesiastice ad aliqua antiqua seruitia eidem regi forsitan teneantur non intendimus super illis regie celsitudini in aliquo derogare.

Datum Auinione, iiij jdus januarij, pontificatus nostrj anno tercio.

94

10 JANEIRO 1345

Bula Ad ea ex quibus, *de Clemente VI, dirigida aos prelados e demais clero secular e regular de Portugal, a comunicar-lhes haver concedido a el-rei D. Afonso IV, por dois anos, a dízima dos rendimentos eclesiásticos do país, excepto dos cardeais e das Ordens Militares, para ele prosseguir na luta contra o reino de Benamarim, em que se encontra só, por os demais reis cristãos da Península haverem feito trégua com os sarracenos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 165, fl. 178 v.

[Clemens, etc.]

Uenerabilibus fratribus archiepiscopo Bracharensi ac eius suffraganeis ceterisque episcopis et dilectis filijs, electis abbatibus, prio-

ribus, decanis, prepositis, archidiaconis, archipresbyteris et alijs ecclesiarum prelatis, capitulis, collegijs, communitatibus Cirterciensium, Cluniacensium, Premonstratensium, Sancti Benedicti et Sancti Augustini, Cartusiensium, Grandimontensium et aliorum ordinum ceterisque personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, in regnis Portugalie et Algarbij constitutis, salutem, etc.

Ad ea ex quibus tranquillitatis bonum [et suffragationis auxilium fidelibus profutura succedant et incursibus, presertim infidelium crucis hostium et blasphemorum nominis christiani iniustam guerram facientium contra reges et alios principes professores fidei orthodoxe, salubriter obuietur, apostolice solicitudinis partes libenter impendimus et, quantum cum Deo possumus, oportuna subsidia ministramus.

Sane nuper, pro parte carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, exposito coram nobis quod treuge inter alios Yspaniarum reges, ex parte vna, et regem de Bennamarim hostem crucis et blasphemum nominis christiani, ex altera, erant inite per decennium quodque guerra inter ipsum Alfonsum solum et dictum regem de Bennamarim, ex pluribus et diuersis causis pro parte ipsius Alfonsi nobis expressis, pro Dei seruitio et exaltatione ecclesie sue sancte necnon fidei christiane extterat radicata; propter quam quidem guerram immensas ipsum Alfonsum regem oportebat subire sarcinas expensarum, ac pro parte dicti Alfonsi regis nobis humiliter supplicato ut, ad expensarum huiusmodi supportanda facilius onera, prouidere sibi paterna beniuolentia de speciali gratia dignaremur;

Nos, attendentes quod status pacificus ipsius regis et regnorum Portugalie et Algarbij non solum populorun in dictis regnis degentium, sed etiam ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum ipsorum regnorum incolumitatem respicit ac in tranquillitatem et pacem ipsorum noscitur redundare, sperantes quoque quod idem rex, qui uelut princeps catholicus et deuotus easdem ecclesias et personas ecclesiasticas oportunis fauoribus et auxilijs hactenus confouisse dinoscitur, eas ab oppressionibus et iniurijs alijsque noxijs nouitatibus illesas et immunes seruare studebit, Deo propitio, in futurum ac propterea uolentes, pro ipsorum regis et regnorum defensione, de benignitate sedis apostolice ipsius regis necessitatibus huiusmodi subuenire; de fratrum nostrorum consilio, eidem regi, iuxta modum infrascriptum, decimam omnium ecclesiasticorum prouentuum et reddituum per duos annos, in proximo futuro festo natiuitatis Beati Johannis Baptiste inchoandos, in regnis Portugalie et] Algarbij predictis exigendam a uobis omnibus et singulis, quibus et uestrum alicui nulla priuilegia uel indulgentias, [sub quacunque uerborum forma uel expressione concessa, uolumus suffragari, preter quam a venerabilibus

fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, obtinentibus beneficia ecclesiastica quecunque, cum cura uel sine cura, etsi dignitates uel personatus aut officia existant in regnis predictis, qui nobiscum assidue indefessis laboribus onera vniuersalis ecclesie sortiuntur, necnon a dilectis filiis Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani et militiarum Jhesu Christi, Sancti Jacobi et de Auis ordinum magistris et fratribus regnorum predictorum, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua. Quos quidem cardinales, magistros et fratres militares predictos a prestatione huiusmodi decime exemptos esse uolumus et immunes], duximus concedendam, volentes exactionem et receptionem dicte decime per venerabiles fratres nostros Elborensem et Visensem episcopos et eorum quemlibet, quos ad colligendum decimam huiusmodi in eisdem regnis per nostras certi tenoris litteras deputauimus, seu per subcollectores eorum quos ad hoc duxerint deputandos, tam a seipsis quam a uobis, preterquam a dictis cardinalibus et magistris ac fratribus, fieri absque iniuria et oppressione quacunque; et quod Elborensis et Visensis episcopi predicti et eorum quilibet, per se et subcollectores suos, uos ad sollutionem dicte decime de omnibus redditibus et prouentibus ecclesiasticis uestris, secundum modum et morem ac consuetudinem in exactione et collectione decime huiusmodi hactenus obseruatos, per huiusmodi biennium, in terminis infrascriptis, eisdem Elborensi et Visensi episcopis, seu eorum subcollectoribus uel personis alijs quas ad hoc deputauerint, faciendam et per se et eorum quemlibet, seu personas quas ad hoc deputauerint, eidem Alfonso regi, seu personis quas idem rex ad hoc deputauerit, integraliter assignandam, sub moderamine et forma infrascriptis, per censuram ecclesiasticam et etiam sequestrationem fructuum, reddituum et prouentuum ecclesiasticorum uestrorum, consistentium in eisdem regnis, ut premittitur, si uiderint expedire, postposita appellatione, compellant; jta quod ad fructus, redditus et prouentus ecclesiasticos, consistentes extra dicta regna, huiusmodi compulsionis officium aliquatenus non extendant nec ad compulsionem huiusmodi faciendam in aliquo casu, per se uel alium seu alios, inuocent nec per dictas personas ab eisdem episcopis, ad exactionem huiusmodi deputandas, inuocari permittant auxilium brachij secularis, nisi, predictorum non soluentium contumacia exigente, aliud, circa hoc, per sedem apostolicam fuerit ordinatum.

Huiusmodi autem solutio fiet quolibet anno dicti biennij, in duobus terminis infrascriptis, siquidem solutionis medietatis huiusmodi decime primi anni primum terminum fore statuimus festum Omnium Sanctorum, post dictum festum Beati Johannis, secundum uero terminum solutionis medietatis alterius festum Ascensionis Domini, predictum festum Omnium Sanctorum primo secutura, jn alio anno sequenti, in solutione predicta similibus terminis obseruandis.

Quocirca vniuersitati uestre per apostolica scripta mandamus quatenus, instantem necessitatem regis eiusdem diligentius attendentes remque non solum ipsius regis sed communia eorumdem regnorum ac ecclesiarum et personarum ecclesiasticarum consistentium in eisdem commoda, Deo propitio, respicientem in premissis geri laudabili proposito intuentes, ob diuinam et eiusdem sedis reuerentiam atque nostram, uestrorum ecclesiasticorum reddituum et prouentuum decimam, ut premittitur, per dictum biennium libere et integre eisdem collectoribus et subcollectoribus deputandis ab eis in predictis regnis, omni occasione postposita, persoluatis.

Volumus, tamen, quod idem rex, eiusdem decime concessione contentus, a uobis (1) et ecclesijs predictis aliud subsidium, per se uel per alium seu alios, non exigat neque petat sed, si uos et dicte ecclesie ad aliqua antiqua seruitia ei forsitan teneamini, super hijs non intendimus eidem regi in aliquo derogare.

Datum Auinione, iiij idus januarij, anno tertio.

95

13 JANEIRO 1345

Bula Prouenit ex tue, *de Clemente VI, para Luís de Espanha ou Luís de la Cerda, a conceder indulgência plenária, em artigo de morte, a todos os que participem na expedição das Canárias.*

A.V., *Reg. Vat.*, vol. 166, fl. 359 v., — donde se reproduz.
Publicada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 394.

[Clemens, etc.]

Dilecto filio nobili viro Ludouico, principi Fortunie, salutem.

Prouenit ex tue deuotionis affectu, quo nos et romanam ecclesiam reuereris, ut petitiones tuas, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exauditionis gratiam admictamus.

(1) No ms. *nobis*.

Cum itaque tu, zelo deuotionis accensus, ad Fortunie et quasdam alias insulas a Christi fide et christianorum dominio alienas et illarum partes nuper tibi per nos sub certa forma concessas, pro (1) exaltatione fidei christiane, cum nonnullis christifidelibus tecum illuc in catholice fidei ac tui honoris augmentum propterea proficisci volentibus, te transferre desideres et in earum acquisitione exponere te et tua;

Nos, tuis supplicationibus inclinati, ut confessores quos quilibet ipsorum fidelium, qui tecum super hoc ad partes illas accederent (2), quandiu sic eundo, morando et redeundo fuerint, duxerit eligendos, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem ipsis in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie et deuotione nostra, uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium, persistentibus et eorum cuilibet, si hoc humiliter petierint, auctoritate apostolica concedere ualeant, deuotioni tue, tenore presentium, indulgemus. Sic tamen quod dicti confessores, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam sibi per se, si superuixerint, uel per eorum heredes, si tunc forte transierint, faciendam iniungant, quam ipsi uel illi teneantur facere, ut prefertur; et ne fideles ipsi, quod absit, propter huiusmodi gratiam reddantur procliuiores ad illicita im posterum commictenda, volumus quod, si ex confidentia remissionis huiusmodi aliqua forte commicterent, quod ad illa predicta remissio eis nullatenus suffragetur.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis et voluntatis infringere, etc.

Datum Auinione, jd[ib]us januarij, anno tertio.

96

13 JANEIRO 1345

Bula Prouenit ex tue, *de Clemente VI, para Luís de Espanha ou Luís de la Cerda, a conceder a todos os que, dentro de três anos, trabalhem na empresa da conquista e conversão das Canárias, indulgência plenária em artigo de morte, como se abalassem em socorro da Terra Santa.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 166, fl. 200, — donde se reproduz.
Publicada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 393.

(1) No ms. *quod pro.*
(2) No ms. *accederet.*

[Clemens, etc.]

Dilecto filio nobili viro Ludouico, principi Fortunie, salutem.

Prouenit ex tue deuotionis affectu, quo nos et romanam ecclesiam reuereris, ut petitiones tuas, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exauditionis gratiam admittamus.

Cum itaque tu, zelo deuotionis accensus, ad Fortunie et quasdam alias jnsulas a Christi fide et christianorum dominio alienas et illarum partes, nuper tibi per nos sub certa forma concessas, pro exaltatione fidei christiane, cum nonnullis christifidelibus tecum illuc ad catholice fidei ac tui honoris augmentum propterea proficisci volentibus, te transferre desideres et in earum acquisitione exponere te et tua;

Nos, tuis supplicationibus inclinati, omnibus et singulis ex dictis fidelibus, qui tecum in dicti prosecutione negocii, hinc ad triennium a data presentium computandum, pro dicta exaltatione fidei fideliter laborabunt, si forsan in prosecutione huiusmodi decesserint uel etiam vulnerati fuerint, etiam si alibi ubicunque eos ex dictis vulneribus mori contingat, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi et illa quam nobis Deus, licet indignis, ligandi atque soluendi contulit potestate, illam suorum peccaminum, de quibus veraciter corde contriti et ore confessi fuerint, veniam indulgemus, que conceditur transfretantibus in subsidium Terre Sancte, et in retributione iustorum salutis eterne pollicemur augmentum.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc.

Datum Auinione, jd[ib]us januarij, anno tertio.

97

12 FEVEREIRO [1345]

Carta de el-rei D. Afonso IV ao papa Clemente VI, em resposta às letras circulares Vinee Domini Sabahot *e* Desiderabiliter affectantes, *de 11 de Dezembro de 1344, pelas quais o pontífice lhe comunicara haver nomeado Luís de Espanha para príncipe das Ilhas da Fortuna ou Canárias, no intuito de ele promover nelas a difusão da fé católica, e lhe solicitara o auxiliasse com navios, gentes de armas, víveres e outras coisas necessárias. Reclama o monarca as ditas ilhas, atendendo a que foram os portugueses quem primeiro as encontrou, à proximidade delas do território de Portugal e ainda ao*

facto de ele próprio, antes das lutas com Castela, ter enviado lá expedição. Cede-as, contudo, ao dito príncipe, em reverência à Sé Apostólica e por contemplação para com Luís de Espanha, seu consanguíneo, a quem apenas poderá fornecer víveres e outras coisas dispensáveis, mas não navios e gentes de armas, tudo pouco para a luta em que anda empenhado contra os sarracenos.

A.V., *Reg. Vat.*, vol. 138, fl. 148, em cópia coeva, de cuja fotocópia se reproduz.

Publicada em latim: com omissão do final, desde «Sed o quia potest» em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1344, n.os 48 e ss.; em COSTA MACEDO, *Memórias*, p. 17, segundo Rainaldo; em *Carta del-rei D. Afonso IV*, Lisboa, 1910, o texto completo, extraído de cópia do Vaticano feita pelo Dr. Ângelo Melampo, no ano anterior; por FAUSTINO DA FONSECA, *História*, em reprodução fotográfica do códice do Vaticano; o mesmo na *História da Colonisação Portuguesa do Brasil*, t. 1, p. LXVII; por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 394, apenas o final que falta em Rainaldo; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 86, segundo a supracitada cópia de Melampo.

Versões portuguesas: sobre o texto incompleto de RAINALDO em COSTA MACEDO, *loc. supracit.;* reeditada completa, em versão de José Pedro da Costa, em *Carta del-rei D. Afonso IV*, Ponta Delgada, 1910, e na reimpressão de Lisboa do mesmo ano; em FONSECA, *loc. cit.;* na *Hist. da Col. Port. do Brasil*, vol. cit., p. LXVII; em CORREA, *História da descoberta*, p. 144; em SILVA MARQUES, *Obra e vol. cits.*, p. 88, em versão do Dr. José Saraiva; e por MAGALHÃES GODINHO, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. 1, pp. 29 e ss..

Durante anos, pôs-se em dúvida a autenticidade desta carta (Cfr. PERES, *História dos Descobrimentos*, pp. 10 e ss. e ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, pp. 268 e ss. e bibliografia aí aduzida). Não há, porém, motivo para isso. Trata-se de cópia oficial e coeva, conservada em volume do Registo do papa Clemente VI e inserta precisamente entre a documentação relativa à concessão das Canárias a Luís de la Cerda ou de Espanha, como até se pode ver a pág. 394 do supracitado estudo de ZUNZUNEGUI, e é precedida, no mesmo fólio, pela cópia da resposta de el-rei de Castela ao papa sobre o assunto, datada esta de Alcalá de Henares, a 13 de Março de 1344 (aliás 1345). Veja-se também PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, pp. 77 e ss.

Sanctissimo patri ac domino domno Clementi, diuina prouidentia sacrosancte ac uniuersalis ecclesie summo pontifici, humilis et deuotus filius uester Alfonsus, rex Portugalie et Algarbij, cum reuerentia debita et deuota, pedum oscula beatorum.

Jlle qui, summo angulari lapide, suam sanctam fundauit ecclesiam, sic eam uoluit, per sucessores suos, im posterum, gubernari, quod recta per omnia impendere, numero ac mensura, assidue, salubrioribus proficeret

incrementis ut, augmento fidelium cotidie dilatata, eneruata paganorum perfidia, per totum uigeat fides Christi. Et uos, quidem, dignissimus successor dominicus, cui omnimoda cura est christicole gregis et solicitudo commissa, non solum eum custodire a luporum morsibus, uerum etiam ampliare curatis, quod in litteris a uestra sanctitate directis suscepimus, dum ad extirpandos infidelitatis palmites infelices, qui totam terram jnsularum Fortune inutiliter occupant, et plantandum uineam Dei dilectam, dominum Ludouicum, consanguineum nostrum, principem elegistis.

Ad quas quidem litteras rescribentes, prout nobis uisum extitit, per ordinem, cum reuerentia, respondemus quod predictarum jnsularum fuerunt prius nostri regnicole inuentores. Nos, uero, attendentes quod predicte jnsule nobis plus quam alicui principi propinquores existant quodque per nos possent comodius subiugari, ad hoc oculos direximus nostre mentis et cogitatum nostrum iam ad effectum perducere cupientes, gentes nostras et naues aliquas illuc misimus, ad illius patrie conditionem explorandum, que, ad dictas jnsulas accedentes, tam homines quam animalia et res alias, per uiolentiam, occuparunt et ad nostra regna, cum ingenti gaudio, adportarunt (1).

Verum, cum ad prefatas jnsulas expugnandas armatam nostram mittere curaremus, cum militum et peditum multitudine copiosa, guerra primum inter nos et regem Castelle, deinde inter nos et reges sarracenos suborta, nostrum propositum impediuit; que omnia, tanquam notoria, sanctitatem uestram latere minime dubitamus, que insuper ambaxiatores nostri, quos nuper uestre destinauimus sanctitati, attendentes, sicut ex litterali relatione predicti domini Ludouici percepimus, de prouisione et assignatione dictarum jnsularum facta per uos eidem domino Ludouico, existimauerunt nos fore, et non immerito, agrauatos; et hoc uestris auribus intimarunt, considerantes quod, tam propter uicinitatem que nobis est cum jnsulis sepedictis, quam propter comoditatem et oportunitatem quam habemus, pre ceteris, ipsas jnsulas expugnandi ac etiam propter negocium quod iam per nos et gentes nostras feliciter fuerat inchoatum, ad ipsum laudabiliter finiendum debuissemus per sanctitatem uestram priusquam aliquis intimari, uel saltem (2) id rationabiliter debuisset nobis uestra sanctitas intimare.

Nos, uero, non obstantibus supradictis, predecessorum nostrorum sequi uestigia cupientes, qui semper curauerunt mandatis apostolicis obedire, uestre uoluntati et dispositioni predictis, ob reuerentiam uestram et apostolice sanctitatis, uoluntatem nostram omnimodo conformamus et

---

(1) Sobre esta expedição ou expedições, tão discutidas, veja-se PERES, *História* supracit., pp. 11 e ss., e a nossa nota 7 ao DOC. 88.

(2) No ms. *saltim*.

maxime quia nobilem et prouidum virum dominum Ludouicum, consanguineum nostrum, ipsarum jnsularum principem elegistis, qui, diuina sibi gratia assistente (3) ac clementia uestra et sedis apostolice eidem adiutrices manus, pro tanto et tam pio negocio porrigente, circa cultum vinee Domini Sabahot, uidelicet ecclesie sancte Dei, taliter se exhibebit operarium et cultorem, quod per eius ministerium christianitatis decor et gloria augmentari ualeat in futurum.

Super eo, autem, de quo pietas uestra nos rogat et attentius in Domino exhortatur, uidelicet quod pro diuina et apostolice sedis reuerentia eiusdemque zelo fidei, ipsum principem et negocium supradictum recommendata habere uelimus et ipsis, quantum comode possemus, impertiremur auxilium et fauorem, saltem (4) quod dictus princeps possit de regnis et terris nostris nauigia, gentes armorum, uictualia et alia pro predictis necessaria habere ac extrahere libere, suis tamen stipendijs et iustis precijs, pro negocio supradicto, uestram benignam clementiam certam reddere affectamus quod tam principem quam negocium recommendata habebimus, intuitu premissorum, et eisdem, si comode possemus, impertiremur auxilium et fauorem.

Sed, o quis potest concedere quod non habet? Quis, enim, agnis suis sitientibus (5), aquam in suis predijs ortam ad aliorum usum uicinorum fluere permitat? Nonne caritas ordinata a se incipere debet? Nonne etiam, pater alme, necessitates nostras, quas habemus pro defensione et dilatatione fidei orthodoxe, uestre beatitudini nuper per nostros ambaxiatores exposuimus, propter quas supplicauimus apostolice sanctitati quatenus dignaretur auxilium impertiri nobis, pro ipsis necessitatibus sublevandis, decimas ecclesiarum regnorum nostrorum, pie et paternaliter, concedendo? (6). Quis, enim, causetur regem petere si non egeat? Habeat, igitur, nos in hoc uestra sanctitas excusatos, cum impotentia nos excuset.

Gentes, autem, armorum et nauigia nostra, etsi multo ampliora existerent, pro guerra quam habemus et habere intendimus cum perfidis, potentibus et nobis proximis agarenis, tanquam nobis et regnis nostris, per quam necessaria nullatenus possumus excusare et ipsa ad aliorum auxilium deputare. Porro, circa uictualia et alia necessaria de regnis et terris nostris, pro predicto negocio, ut premittitur, libere extrahenda, in quantum comode poterimus, absque incomodo regnorum et regnicolarum nostrorum, ob reuerentiam Dei, sanctitatis uestre et sedis apostolice atque

---

(3) No ms. *existente*.

(4) No ms. *saltim*.

(5) No ms. *scicientibus*.

(6) Alusão possível às bulas pontificias *Gaudemus et exultamus*, de 30 de Abril de 1341, acima lançadas, ou mais provàvelmente à confirmação das mesmas já por Clemente VI, na *Ad ea ex quibus*, de 10 de Janeiro de 1345 (os DOCS. 92, 93 e 94).

propter zelum fidei et etiam consideratione principis nostri consanguinei supradicti, eidem principi, quantum comode poterimus, intendimus impertiri omnem auxilium et fauorem. Sanctitatem uestram conseruet Altissimus per tempora longiora (7).

Datum in Castro Montismaioris Noui, xij die mensis februarij (8).

98

13 MARÇO 1345

Carta de Afonso XI, rei de Leão e Castela, para Clemente VI, a comunicar-lhe o seu reconhecimento do título de príncipe das Canárias concedido pela Santa Sé a Luís de Espanha ou Luís de la Cerda, embora tais ilhas pertençam de direito aos reis de Leão e Castela.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 138, fl. 148.

Sanctissimo ac beatissimo in Christo patri ac domino domno Clementi, digna Dei prouidentia sacrosancte romane ac uniuersalis ecclesie summo pontifici, eius deuotus filius Alfonsus, Dei gracia Castelle, Legionis, Tolleti, Gallecie, Sibillie, Cordube, Murcie, Gienij, Algarbij et Algezire rex ac comitatus Molin dominus, cum filiali recomendatione deuota pedum oscula beatorum.

Sanctitatis uestre litteras recepimus, pater sancte, continentes quod carissimum consanguineum nostrum Ludouicum de Jspania dignitatis principatus insignijs uestra clementia decorantes, sibi pro se suisque heredibus et successoribus Fortunie ac quasdam alias jnsulas, in partibus Affrice consistentes et eidem adiacentes, duxeratis concedendas ac, cum idem

(7) Veja-se a resposta do rei de Castela, o documento seguinte.

(8) Não leva o documento, ao menos na cópia, indicação de ano; mas, achando-se as letras pontifícias acima citadas *Vince Domini Sabaot* e *Desiderabiliter affectantes* datadas de 11 de Dezembro de 1344 e tendo sido elas que provocaram a presente resposta régia, fácil é deduzir que se trata do ano de 1345, quer para a resposta em referência quer para a do rei de Castela, erradamente datada, na cópia do Vaticano, de 1344. Sobre a discussão havida acerca desta carta régia veja-se a bibliografia aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 1, p. 271.

princeps instanti oportuno tempore aggredi intendat negocium supradictum, nos requirebatis quod eundem principem et negocium huiusmodi haberemus, pro diuina et apostolice sedis reuerentia ac zelo fidei, commendata et super hijs, quantum comode posset, impertiri auxilium et fauorem.

Et, pater sanctissime, quanquam nulli dubium existat quod progenitores nostri clare memorie terram istam de manibus perfidorum ac potentia regum Africe, Deo propicio, acquirentes, eandem ab eorundem perfidorum ferocitate et seuis impugnationibus defensarunt, uaria personarum pericula et expensarum profluuia in guerris, quibus propterea contra predictos blasphemos institerunt, continue subeundo, ac quod acquisitio regni Africe ad nos nostrumque ius regium nullumque alium dinoscitur pertinere, nichilominus, ob uestram et apostolice sedis reuerentiam ac uinculum sanguinis, quo dictus princeps nobis adiungitur, grata nobis aduenit dictarum jnsularum concessio sibi facta et ex eo specialiter sanctitati uestre gratiarum referimus actiones, prompti in hijs et alijs que uestri et apostolice sedis beatitudo iniunxerit obedire deuote.

Sanctitatem uestram conseruare dignetur Altissimus per tempore longiora.

Datum Alcale de Fenares, xiij die martij, anno Domini millesimo trecentesimo quadragesimo quinto (1).

99

22 MAIO 1345

Letras Quantis laboriosis, *de Clemente VI, para D. Afonso IV, a dizer-lhe que deixe o prior Alvaro Gonçalves receber e mandar para o Ultramar as quantias devidas ao Mestre e aos freires da*

(1) No ms. *quarto*, por erro, atendendo ao que se disse em a nota 8 do documento anterior. Comentário oportuno de PEREZ EMBID: — «Ambos reinos tenían puestas sus miras en una expansión hacia el Sur; no hay que olvidar que se está ya en la mitad del siglo XIV, que hacía más de cincuenta años que Castilla había firmado los primeros compromisos con Aragón repartiéndose el Norte de Africa en zonas de influencia o de futura conquista, y que para estas fechas los imperativos de la geografía actuaban ya sobre un Portugal cuyo territorio europeo había terminado de reconquistarse hacía unos lustros. Ambos reinos alegaban unos lejanos fundamentos de derecho sobre eso que antes he llamado su «espacio vital», pero la verdadera motivación está en que a los dos les impelía una secreta atracción que será de la mayor eficacia histórica» (*Los Descubrimientos en el Atlántico*, pp. 78-79).

Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e a solicitar-lhe permita aos freires da dita Ordem que vão para junto do Mestre, quando este os chamar.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 139, fl. 2 v.

[Clemens, etc.]

Carissimo in Christo filio Alfonso, regi Portugalie jllustri, etc.

Quantis laboriosis [solicitudinibus et studijs operosis, non uitando personarum pericula nec parcendo profluuijs expensarum, dilecti filij magister et fratres Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani commorantes in partibus transmarinis, circa defensionem et dilatationem fidei catholice, hijs presertim temporibus, se impendunt, placibiliter audiuimus et referimus exultanter, propter quod magistrum et fratres eosdem gratiosioribus intuemur affectibus et fauorem ab alijs fidelibus uberiorem eis cupimus] exhiberi.

Cum autem magister et fratres predicti, ad coadiuuandum defensionis et dilatationis predicte negocium in partibus transmarinis predictis illudque felicius et fortius fulciendum, pecunijs responsionum sibi debitis per dilectum Aluarum Gondisalui, priorem domorum eiusdem Hospitalis, in regno et terris tuis consistentium, egere necessario dinoscantur, excellenciam tuam regiam rogamus attentius et in Domino exhortamur quatenus prefatum priorem, super colligendis et habendis eisdem pecunijs prefatisque magistro et fratribus transmittendis, libere benignis fauoribus pro diuina et apostolice sedis reuerentia prosequaris, fratres eiusdem Hospitalis de illis partibus quos dictus magister ad suam presentiam et transmarinas partes uocasse dicitur, ut uocationi huiusmodi effectualiter obediant, permittendo ac etiam, ad hoc, prout oportunum extiterit, inducendo, ita quod exinde perennis mercedis acquiras a Deo premium et ab hominibus laudis humane preconijs attolaris.

Datum apud Villam Nouam, Auinionensis diocesis, xj kalendas junij, anno quarto.

100

20 NOVEMBRO 1345

Letras Affectionem piam, *de Clemente VI, para D. Pedro, rei de Aragão, a exortá-lo a cumprir a promessa que fizera de auxiliar Luís de Espanha ou Luís de la Cerda na conquista das Canárias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 139, fl. 153.

[Clemens, etc.]

Carissimo in Christo filio Petro, regi Aragonum jllustri.

Affectionem piam et beniuolam, quam dilecto filio nobili viro Ludouico de Ispania, principi Fortunie et jnsularum adiacentium, super impendendis fauoribus et auxilijs pro acquisitione jnsularum ipsarum, regalis tua, fili carissime, magnificentia precibus nostris annuens benignitate obtulisse dicitur consueta, prefatus nobilis apud nos multis laudum preconijs commendauit.

Nos, autem, exinde celsitudinem regiam dignis gratiarum actionibus et commendationis titulis super hijs prosequentes, eam rogamus attente quatenus oblationem ipsam in exhibitionem uelit producere, sicut oportunum extiterit, regia magnitudo.

Datum Auinione, xij kalendas decembris, anno quarto.

101

15 MAIO 1351

Bula Dum diligenter, *de Clemente VI, dirigida aos malhorquinos João de Auria e Jacob Sagirara, a conceder indulgência plenária tanto a eles como aos religiosos, clérigos seculares e leigos que vão na sua companhia para as Canárias, a fim de instruirem os indígenas daquelas ilhas na fé católica, sob condição de trabalharem um ano na referida empresa, a não ser que antes faleçam.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 203, fl. 193.

[Clemens, etc.]

Dilectis filijs Johanni de Auria et Jacobo Sagirara, ciuibus Maioricensibus, salutem, etc.

Dum diligenter attendimus quod per solicitudinis studia cultores fidej orthodoxe desiderant illius opera imitarj qui, ex alto proueniens et in Uirginis utero summens carnem, exijt seminare semen in terris, quod humano generj salutem protulit animarum, dignum reputamus et congruum ut huiusmodi desideria ipsorum laude digna fauoribus apostolicis fulciantur.

Sane, peticio uestra nobis exhibita continebat quod uos (1) intenditis ad jnsulam de Canaria et alias ibidem propinquas, que omnes nuncupantur jnsule Fortunate, diuina uobis assistente clementia, personaliter uos transferre et uobiscum ducere usque ad triginta personas, fideles et deuotas Deo ac ydoneas ad instruendum in fide catholica et moribus honestis gentes ydolatras et paganos habitantes in eis, doctrina uerbi pariter et exempli, per quorum solerciam uigilem possint dicte gentes in eisdem fide ac moribus instruj et vnitati sancte matris ecclesie agregari; quodque id posse effici faciliter, Deo propicio, arbitraminj, potissime quia quasdam personas de jnsulis antedictis dudum regeneratas fonte baptismatis et sumptibus uestris de captiuitate redemptas ac in eadem fide instructas et cathalanorum ydiomate informatas disposuistis etiam uobiscum ducere ac, ipsis mediantibus, iugiter prosperarj quodque, sicut eadem peticio subiungebat, speratis facilius fore uobis huiusmodi adinuenire personas presidijs apostolicis communitj; quare nobis humiliter supplicastis quatenus dignaremur ipsas personas donis celestibus, ad proficiendum uobiscum in eisdem partibus, pro ipsius prosecutione negotij alicere, videlicet remissionibus peccatorum.

Nos, igitur, quj desideramus paternis affectibus fidem ampliarj eandem lucrumque fieri animarum, uolentes uotis uestris fauorabiliter annuere, in hac parte uestris supplicationibus inclinati, uobis et uestrum cuilibet necnon dictis redemptis ac triginta personis alijs, ad premissum negotium feliciter prosequendum, siue religiosi aut clerici seu laici fuerint, per vos uel vestrum alterum eligendis, que per annum eundo ad jnsulas prelibatas aut in eis stando uel redeundo ab ipsis, huic sancto eiusdem fidei negotio adimplendo, ut premittitur, dederint operam pro uiribus efficacem, ipso anno completo apostolica auctoritate concedimus ut tam uos, uestrorum, quam persone ipse suorum, etiam si uos uel ipsi seu aliquis uel aliquj ex uobis seu eis, infra idem tempus post iter arreptum, premissorum occasione, de hac luce migrare contigerit, consequaminj plenissimam

(1) No ms. *nos*.

ueniam omnium peccatorum, de quibus uere penitentes fueritis seu ipse persone fuerint et confessi.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc.

Datum apud Villam Nouam, Auinionensis diocesis, idibus maij, anno nono.

102

27 FEVEREIRO 1355

Bula **Romana mater ecclesia,** ***de Inocêncio VI, dirigida ao arcebispo de Braga e aos bispos de Évora e de Viseu, a incumbi-los de recolher metade da dízima dos rendimentos eclesiásticos do país durante quatro anos, excepto dos cardeais da Cúria que tenham benefícios em Portugal e das Ordens Militares, a qual o pontífice concedera a el-rei D. Afonso IV, para a guerra contra os mouros que, sùbitamente e com elevado número de galés, invadiram as terras portuguesas e tomaram vila do Algarve, onde roubaram as igrejas, mataram e cativaram os habitantes e ameaçam voltar.***

ANTT., *Bulas*, maço 3, n.º 2, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 100.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 355.

Jnnocentius episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus archiepiscopo [Guilelmo] Bracharensi et [Johanni] Elborensi ac [Johanni] Visensi episcopis salutem et apostolicam benedictionem.

Romana mater ecclesia cui, licet immeriti, disponente Domino, presidemus, grauibus et onerosis negocijs, que in eam mundi cursus diriuat multipliciter in se et etiam in filijs, quos baptismatis unda renatos, hostes crucis uexare nituntur, diuersimode pregrauata, pro se et ipsis ad eam in suis necessitatibus recurrentibus, cum expedit, subsidium postulat subditorum.

Nuper etiam, pro parte carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, per certum nuncium, suum propositum

extitit in consistorio, coram nobis, quod agareni, hostes crucis et catholice fidei inimici, quedam castra, que in finibus regni Castelle detinent occupata, se uelle munire, dolosis machinationibus confingentes, magnum in mari galearum stolium prepararunt qui, subito, terram ipsius regis hostiliter inuadentes, contra castra ipsius inibi consistentia, diuersis impugnationibus, insultarunt et quandam v[i]llam de ipsius regis dominio, sitam in partibus Algarbij, per uiolentiam capientes, dictam villam et ipsius ecclesias bonis et ornamentis suis omnibus spoliarunt ac multis ex hominibus dicte ville ibidem inuentis immaniter trucidatis, residuos quos uiuos apprehendere potuerunt ad terram eorum miserabiliter abduxere captiuos se nichilominus redituros ad terram dicti regis, cum maiori exercitu ac peiora contra christianos inibi facturos nequiter comminantes.

Propter que, oportet eundem regem suas parare et alias galeas querere et, ad resistendum eorundem agarenorum peruersis conatibus, milites per diuersa loca regnorum suorum Portugalie et Algarbij supra mare consistentia habere dispersos magnaque expensarum onera supportare. Ac, pro parte ipsius regis, nobis extitit humiliter supplicatum ut sibi, in subsidium expensarum et releuamen onerorum predictorum ac defensionem dictorum regnorum suorum, in eisdem regnis de aliquo decimarum subsidio prouidere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos igitur, cupientes ut tam ecclesie quam regis predictorum necessitatibus huiusmodi aliqualiter consulatur, deliberatione cum fratribus nostris super hoc habita diligenti, decimam omnium reddituum et prouentuum ecclesiasticorum in dictis regnis consistentium, per quadriennium, a festo Ascensionis Domini proximo futuro in antea computandum, a uobis, fratres archiepiscope Bracharensis, Elborensis et Visensis ac uniuersis alijs episcopis et dilectis filijs electis abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, archipresbiteris et alijs ecclesiarum prelatis, rectoribus, capitulis quoque collegijs, conuentibus Cistercien[sium], Cluniacen[sium], Premonstraten[sium], Grandimonten[sium], Cartusien[sium], sanctorum Benedicti et Augustini et aliorum ordinum ceterisque personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, per dicta regna ac extra illa constitutis in regnis predictis redditus et prouentus huiusmodi obtinentibus, cuiuscunque dignitatis, status religionis et ordinis seu conditionis existant, quibus et eorum alicui quoad hoc nulla priuilegia et indulgentias, sub quacunque forma uel expressione uerborum concessa, uoluimus suffragari, preterquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, prioratus, dignitates, personatus et officia, canonicatus, prebendas et ecclesias seu alia beneficia ecclesiastica, cum cura uel sine cura, in eisdem regnis obtinentibus et obtenturis im posterum, qui, in apostolice solicitudinis partem assumpti, nobiscum uniuersalis ecclesie onera sortiuntur; necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani et miliciarum Jhesu Christi ac Sancti Jacobi et

de Auis magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus regnorum predictorum, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua.

Quos quidem cardinales, magistros, priores, preceptores et fratres a prestatione decime exemptos et immunes esse uolumus exigendam, de dictorum fratrum nostrorum consilio, auctoritate apostolica, per nostras litteras, imposuimus et uoluimus ac etiam ordinauimus quod dicta decima a uobis archiepiscope et Elborensis ac Visensis necnon uniuersis et singulis episcopis ac personis alijs supradictis, in eisdem regnis redditus et prouentus ecclesiasticos, ut prefertur, habentibus, de illis duntaxat preterquam eisdem cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus supradictis, absque iniuria et oppressione quacunque, per dictum quadriennium, in infrascriptis terminis, colligatur et etiam exigatur ipsaque decima, postquam collecta fuerit et soluta inter nos, pro nostris et eiusdem ecclesie, regemque predictum, pro ipsius necessitatibus releuandis, annis singulis dicti quadriennij equaliter diuidatur.

Nos insuper omnes et singulos, cuiuscunque preeminentie, dignitatis aut status existant, qui de pecunia dicte decime aliter receperint, excommunicationis sententiam incurrere uolumus ipso facto. Siquidem solutionis medietatis huiusmodi decime primi anni dicti quadriennij primum terminum fore statuimus festum Omnium Sanctorum proximo uenturum; secundum, uero, terminum medietatis alterius eiusdem primi anni festum Ressurrectionis Domini prefatum festum Omnium Sanctorum tunc proximo secuturum; jn alijs tribus annis dicti quadriennij sequentibus similibus terminis obseruandis. Et, ne de moneta in qua fiet et fieri debebit decime predicte solutio ualeat hesitari uitenturque grauamina, que persone ecclesiastice dictorum regnorum forsan hactenus sunt perpesse, nostre intentionis existit quod ad monetam inibi currentem predicta decima leuetur et etiam exigatur, iuxta constitutionem super hoc editam in concilio Viennensi, ita quod, pretextu alterius cambij, uos uel eorum aliquis non grauetur. Huiusmodi uero solutio fiat secundum taxationem decime in uestris predicti archiepiscope et Elborensis ac Visensis episcopi et aliorum episcoporum predictorum ciuitatibus et diocesis hactenus factam uel, ubi nulla certa taxatio fuerit, secundum modum, morem et consuetudinem in exactione et solutione huiusmodi hactenus obseruatos et absque aliquo alio uestro onere seu illorum a quibus ipsa decima exigetur, nisi forte, propter defectum solutionis huiusmodi, expensas fieri oporteret, quo casu illos qui sic defecerint ad restitutionem illarum astringi uolumus et teneri. Quodque, iuxta constitutionem eandem, calices, libri et alia ornamenta ecclesiastica, diuinis officijs deputata, ratione predicte decime, nullatenus, ex causa pignoris uel alias, capiantur.

Quocirca, fraternitati uestre, per apostolica scripta mandamus quatinus uos uel duo aut vnus uestrum, per uos uel succollectores a uobis super hoc deputandos, clericos duntaxat, uniuersos alios episcopos, electos

abbates, priores, prepositos, decanos, archidiaconos, archipresbiteros et alios ecclesiarum prelatos et rectores necnon capitula, collegia et conuentus ac personas alias supradicta in eisdem regnis redditus et prouentus ecclesiasticos huiusmodi obtinentes eisdem cardinalibus, magistris, prioribus, preceptoribus ac fratribus duntaxat exceptis, ad soluendum predictam decimam in predictis terminis, per censuram ecclesiasticam ac sequestrationem fructuum, beneficiorum ecclesiasticorum in dictis regnis consistentium, appellatione postposita, compellatis quodque uos et succollectores predicti de uestris redditibus et prouentibus beneficiorum ecclesiasticorum, que obtinetis in dictis regnis, decimam etiam in dictis terminis persoluatis. Alioquin, si defeceritis in solutione huiusmodi, in eisdem terminis facienda, eas sententias quas, per uos uel uestrum aliquem seu deputandos a uobis, in non soluentes ferri contigerit, uos incurre[re] uolumus, ipso facto.

Non obstantibus si uobis aut episcopis et prelatis ac personis alijs supradictis uel quibuscunque alijs communiter uel diuisim a sede apostolica sit indultum quod ad solutionem dicte decime minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas que de indulto huiusmodi et toto eius tenore de uerbo ad uerbum ac proprijs ipsorum ordinum locorum et personarum uestrarum et illorum nominibus plenam et expressam non fecerint mentionem et quibuslibet priuilegijs et indulgentijs, exemptionibus et litteris apostolicis quibuscunque dignitatibus seu prefatis ordinibus et specialiter Cistercien[sium], Cluniacen[sium], Premonstraten[sium], Cartusien[sium], Grandimonten[sium] et ipsorum cuilibet generaliter uel specialiter, sub quacunque forma uel conceptione uerborum, a memorata sede concessis, de quibus quorumque totis tenoribus, de uerbo ad uerbum, in nostris litteris specialis, plena et expressa mentio sit habenda.

Et, cum in singulis eisdem terminis decima ipsa, ut premittitur, collecta fuerit et soluta, uos archiepiscope et Elborensis ac Visensis episcopi supradicti, per uos uel succollectores eosdem medietatem ipsius pro nobis et eadem romana ecclesia in nostrorum et ipsius releuationem onerum conuertendam, illi uel illis quem uel quos ad eam recipiendam a uobis deputabimus et medietatem alteram prefato regi uel alteri, de ipsius certo mandato, summota dificultate qualibet, assignetis.

Volumus insuper et eadem auctoritate concedimus quod uos, dicti archiepiscope, Elborensis et Visensis episcopi, si forsan, ex defectu non facte solutionis huiusmodi, prefatas sententias uos incurrere contigerit, a sentencijs ipsis, post satisfactionem debitam, per aliquem ex uicinioribus episcopis excommunicationis sententia non ligatum et alias gratiam et communionem apostolice sedis habentem, facta sibi fide de satisffactione huiusmodi, absolutionis beneficium et super irregularitate, si quam forsan sic ligati, [non] tamen in contemptum clauium, celebrando diuina uel

immiscendo, uos illis contraxeritis, dispensationis gratiam obtinere alijsque etiam quos easdem sententias, ex defectu solutionis huiusmodi, incurrisse contigerit, post satisfactionem debitam, facta uobis simili fide de illa similia a sententijs absolutionis beneficium et super irregulari[ta]te contracta dispensationis gratiam impendere ualeatis.

Ceterum, quia forsan nonnulle ex personis ecclesiasticis supradictis adeo, propter guerras predictas seu alias iustas causas, depauperate sunt, quod ad solutionem huiusmodi decime impotentes existunt, uolumus quod, quantum ad illos quos summarie et de plano repperieritis esse ad solutionem huiusmodi decime, in predictis terminis faciendam, ut premittitur, impotentes, super quo uestras conscientias oneramus, prefatas sententias relaxetis et super irregularitate, si quam sic ligate, non tamen in contemptum clauium, celebrando diuina aut immiscendo se illis contraxerint, cum eisdem etiam dispensetis.

Porro, quia forsan presentes et alie littere impositionis eiusdem decime, propter uiarum discrimina, uestrum singulis commode presentari aut alias ostendi non possent, uolumus quod per te, frater archiepiscope, dictarum litterarum transumptum, publica manu confectum tuoque sigillo communitum, uobis predictis Elborensi et Visensi episcopis tuisque, frater archiepiscope, suffraganeis transmittatur, cui adhiberi uolumus uelut originalibus litteris plenam fidem.

Datum Auinione, iij kalendas marcij, pontificatus nostri anno tercio.

103

23 MAIO 1361

Artigos 2.º e 33.º dos agravos apresentados nas cortes de Elvas a el-rei D. Pedro pelo arcebispo de Braga, bispos e demais prelados, priores e abades sobre o serviço dos clérigos nas hostes e galés e sobre as dízimas dos rendimentos eclesiásticos do reino, indevidamente cobradas nos dois anos subsequentes à morte de el-rei D. Afonso IV, por a Santa Sé não haver renovado essa concessão a seu sucessor.

ANTT., *Livraria*, cód. 8-A, fls. 19 e 26 v., texto que se reproduz. Publicados: nas *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 2, tit. 5, pp. 63 e 87; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 113. Sumariados no *Quadro elementar*, t. 9, pp. 359 e ss.

Outrosy, ao que dizem, no segundo artigo, que os costramgiam que fosem guardar hos portos do mar e as villas e demais costramgiam hos clerjguos cassados que ffossem em ostes e em galles, como quer que, em tempo delrrey dom Affomso, nosso padre, ffosse deffeso per sua carta.

A este arrtigo rrespomdemos e mamdamos que os clerjguos cassados que sam da nossa jurdiçam siruam como hos leiguos e, quamto he aos outros clerjguos, guardesse aquello que o djreito mamda e ffor aguyssado.

. . . . . .

Outrosy, ao que dizem, no trimta e tres arrtigo, que o papa outorguara as dizemas a elrrey dom Affomsso, nosso padre, a que Deus perdoe, e a ssua camara por quatro annos e, acabaados os dous annos, que sse morreo ho dito ssennhor rrey nosso padre e que, depois de ssua morte, que sse nom estemdeo mais a dicta graça que lhe o papa ffizera das dictas dizemas, ssenam a elle tam ssomemte, e muytos benefficios, per costramgimemto que lhe fforam ffectos, paguaram as dizemas dos dictos dous annos sseguimtes e os outros que nam paguaram costramgemnos as uossas justiças que paguem o que deuyam, que rreçebiam agrauamemto e pidiam por merçe que mamdasemos que nam ffossem costramgidos e que pello papa ffosse declarado sse as deujam de pagar; ca tynham çerto que nam, de rrazom nem de djreito nam eram theudos de as paguar.

A este arrtigo rrespomdemos e mamdamos que os nossos corregedores e justiças vejam as cartas ssuas que os perllados e clerjguos ouuerem delle e as cumpram como em ellas ffor comtheudo, ssenam que nos lho estranharemos nos corpos e aueres, como aquelles que nam guardam mamdado de sseu rrey e ssenhor.

104

29 JUNHO 1370

Carta de el-rei D. Fernando, a doar as ilhas desertas de Nossa Senhora a Franca e Gomeira, no mar do Cabo de Não, com todos seus direitos e pertenças, rios, portos, pescarias etc. e com a jurisdição cível e crime, mero e mixto império, menos as apelações nos feitos crimes, a Lançarote da Franca, vassalo e almirante de el-rei, e a seus sucessores, por ele as haver encontrado.

ALTE, Arquivo da Casa Franca, donde parece haver desaparecido, bem como os nossos DOCS. 106 e 113, com a dispersão do arquivo, depois de partilhada a casa.

Publicada: por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 762 — donde se reproduz; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, t. 1, p. 126, reproduzida daquele autor.

Sobre a autenticidade do presente documento veja-se o testemunho de FORTUNATO DE ALMEIDA, *Lug. cit.* e os demais aí arquivados. E o mesmo se diga da carta fernandina de 7 de Julho de 1376 (o DOC. 106) e da joanina de 8 de Novembro de 1385 (o DOC. 113), relativas ao mesmo donatário.

Dom Fernando, per a graça de Deus rrey de Purtugall e dAlgarve. A quantos esta carta vyrem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Lansarote da Framqua, almyrante, noso vassalo, per muytos seruyços que ataaquy rrecebemos delle e entendemos de rreceber ao dyante; e, avendo delle nos as yllas que trobou e nos gaañou, que som no mar do Cabo Nom, as quaaes nom som pobradas, porque dellas nom teemos feyto mercee a pessoa que as aia de pobrar e gouuir (1);

De nosa muy livre e pura vontade e de nosa ciencia certa, daamos e doamos e outorgamos e fazemos liure e pura doacção antre uiuos per sempre valledeyra ao dicto Lansarote, noso almirante, pera ssy e pera todos seus erdeyros e successores, das duas yllas primas que trobou, de Nosa Señora a Framqua (2) e de

---

(1) Observa aqui o Prof. VERLINDEN: — «Ceci ne veut pas dire que les îles en question n'étaient pas habitées par des indigènes, mais bien qu'elles n'avaient pas été données en vue d'en assurer le peuplement par des colons, c'est-à-dire d'en faire ce qu'on appellera plus tard, dans la colonisation espagnole, le *repartimiento*. La répartition des terres aux colons se faisait, en effet, par un entrepreneur de colonisation. Ainsi, lorsque Jean de Béthencourt s'installe, au début du XV^e^ siècle, comme vassal du roi de Castille, à Lanzarote et Fuerteventura, il répartit des terres. Il en fit de même à Gomera» (*Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries*, p. 1197, que cita S. ZAVALA, *Las conquistas de Canarias y America* em *Estudios Indianos* (México, 1948), pp. 81, 83).

(2) À margem, em outra letra: *dicta Lançarote*. «Donc — comenta VERLINDEN — ce Lanzarote de Framqua a découvert l'île de Lanzarote. Il ne peut, par conséquent, s'agir que de Lanzarotto Malocello, le découvreur génois. Nous reviendrons plus loin sur le cas de Gomera. Pour le moment, nous ferons remarquer qu'il doit s'être écoulé entre la découverte de Lanzarote vers 1336 et son occupation effective par Lanzarotto Malocello un temps assez long. En effet, en 1341, pas plus qu'en 1345, cest-à-dire lors de l'expédition de Niccoloso da Recco d'une part, et lors de la rédaction de la lettre d'Alphonse IV au pape Clément VI de l'autre, in n'est dit que l'une des Canaries ait été occupée par des Européens. C'est même pour ce motif que le pape avait pu concéder l'archipel à l'Infant Luis de la Cerda. D'ailleurs le roi de Portugal, pour faire valoir ses droits, n'invoque pas l'occupation, mais la découverte. Le terme «occuparunt» est bien employé dans la lettre de 1345, mais exclusivement

Gumeyra (3), com todas sas terras e rremdas que teñam e ajam de teer e direitos e perteenças e com todas sas orillas e entradas e saidas e montes e fontes e rryos e rybeiros e portos e maar e caça e piscaryas e com todallas outras cousas que aas dictas yllas perteencem e posam perteencer e direitos reaaes e corporaaes e tam compridamente como os nos devyamos daver e assy como ell os myllor puder daver e mais compridamente, e com toda jurdiçam crrime e cyuel, mero e mysto imperio e subjeçam, assy nas pessoas como nos beens, afora apelaçam do crrime, que rresaluamos pera nos, que mandaamos que venha aa nosa corte.

E mandaamos os que forem mooradores das dictas yllas que lle receebam com todollos direitos e rremdas e foros e perteenças que ao dyante se collerem, em rezom de ssua pobraçam, pella guisa que rrecudiram a nos, sse sse collessem per nos. E damollos e somettemolos por subjectos

---

à propos de «homines... animalia et alias res» qui furent amenés au Portugal. Il ne doit avoir été question d'occupation que vers 1351, puisqu'en cette année une bulle prévoit une nomination épiscopale qui n'eut d'ailleurs pas lieu» (*Lug. cit.*, pp. 1197-98, que aduz D. J. WOLFEL (ed.) *Leonardi Torriani. Die Kanarischen Inseln und ihre Urbewohner* (Leipzig, 1940), p. 69. Cf. sur les évêchés canariens, les listes de Gams et Eubel)».

Noutro lugar, pergunta o autor: como é que Lanzarotto passou a almirante? E responde: — «On se rappellera que le poste a été vacant entre 1365 et 1367. Il est très vraisemblable que Lanzarotto Malocello aura alors remplacé Lanzarotto Pessagno, destitué par Pierre I^er^. Quand ce dernier a été réintegré dans son office par le nouveau roi Ferdinand, celui-ci aura maintenu Lanzarotto Malocello dans sa dignité, en raison de ses services aux Canaries, où il se trouve vraisemblablement alors, puisque la possession lui en est reconnue par le souverain en 1370. En 1370, Lanzarotto s'appelle Lanzarote de Framqua. C'est donc, vraisemblablement, qu'il a, entre temps, résidé en France comme d'autres Malocello — devenus Maloisel — notamment Manfroy, Antoine-Jude et Charles qui commandèrent des galères génoises au service de la France après 1338» (*Lanzarotto Malocello*, p. 1199, que cita B. BONNET REVERON, *Las expediciones a las Canarias en el siglo XIV* (*Revista de Indias*, t. V, Madrid, 1944, p. 594).

(3) Comentando este passo, VERLINDEN observa: — «D'après ce second passage, il semblerait que la découverte de Lanzarote (= Nosa Señora a Framqua) et celle de Gomera se seraient faites au même moment, donc très tôt, soit vers 1336. Or cela est contredit par le premier passage relatif aux îles dans le même document de 1370. Il s'y agit, en effet, d'îles découvertes, oui, mais aussi conquises. Nous savons qu'il n'y a pas eu conquête en 1336, ni même assez bien plus tard. L'apparition tardive de Gomera dans la cartographie suggère l'idée qu'il y a ici une distinction à faire qui n'a pas été clairement formulée dans le privilège. C'est Lanzarote seule qui a été d'abord découverte — notamment vers 1336; c'est ce que suggère d'ailleurs aussi la carte de Dulcert de 1339. Gomera a dû être découverte et doit être devenue portugaise lors du retour de Lanzarote aux Canaries, c'est-à-dire vers 1365-67. C'est ce qui explique son apparition tardive dans la cartographie et précisément vers cette date» (*Lanzarotto Malocello*, p. 1203).

em todo e per todo ao dicto Lansarote da Framqua e todollos sos erdeyros e successores per todo sempre, como a sus señores, ca queeremos e outorgamos que ell faça e possa fazer, daquy ao dyante, das dictas yllas como da sa propria posiçam, esguardando sempre os nossos direytos reaaes e da nosa coroa.

E ell, per ssy e como a myllor poder daver, e per sa propria autoridade, tome e posa tomar a posse das dictas yllas e perteenças dellas, como dicto he, e a avrey per fyrme, stavil e valledeyra e que nom posam contrello nem rrey nem principe nem bispo nem rriquohomem nem infançom nem alcayde nem capitam nem cavalleyro de terra nem marreantes. E mandaamos que esta doacçam seia, como dicto he, valledeyra e stavil, nom embargoando todallas leys e degreedos e degrataaes e constituyções e costumes e glosas e openyões e outras quaesquer cousas que seiam contra esta dooaçam ou a contradigam; porquanto, nos quereemos e mandaamos que nom aiam em ella nem a posam empecer. Ca nos, de nosa ciencia e poder assoluto, que avemos e quereemos que esta dooaçam seia valledeyra per todoo sempre e guaardada per a guisa que dicto he. E, em teestemunho desto, lle mandaamos daar, ao dicto Lamsarote da Framqua, noso almyrante, esta nossa caarta, signada per nosa mãao e asscellada do noso scello do chumbo.

Dante em Sanctarem, xxix dias de junjo. Elrrey o maandou, per Uasco Uicente, bacharel em leys [...] a fez. Era de ĵ iiij^{c} e oyto annos.

105

2 ABRIL 1375

Bula Accedit nobis, *de Gregório XI, dirigida aos eclesiásticos de Portugal, a ordenar-lhes paguem, durante dois anos, ao bispo de Évora e ao Núncio da Santa Sé a dízima dos seus rendimentos, dela excluídos apenas os cardeais da Cúria Romana com benefícios no país e as Ordens Militares, metade da qual seja convertida em auxílio da guerra contra os reis de Marrocos e de Granada, a pedido de el-rei D. Fernando, e a outra metade entregue a Roma.*

ANTT., *Bulas*, maço 35, n.º 14, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Vat.*, vol. 270, fl. 34 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 152. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 379, e por SANTOS ABRANCHES, *Suma*, p. 35.

Copyrighted material

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus vniuersis archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs electis abbatibus, prioribus, decanis, prepositis, archidiaconis, archipresbiteris, plebanis rectoribus et alijs ecclesiarum et monasteriorum prelatis ipsorumque vicesgerentibus capitulis quoque et conuentibus et collegijs ecclesiarum et monasteriorum ipsorum Cistercien[sium], Cluniacen[sium], Cartusien[sium], Grandimonten-[sium], Premonstraten[sium], Camaldulen[sium], Sanctorum Benedicti et Augustini et humiliatorum ordinum ceterisque personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, per regnum Portugalie ac ciuitates, terras, loca et dominium carissimi in Christo filij nostri Ferdinandi, regis Portugalie jllustris, constitutis, salutem et apostolicam benedictionem.

Accedit nobis et sancte ecclesie, cui licet inmeriti, presidemus, ad spiritualis letitie et exultationis augmentum, quod Rege Regum et Domino Exercituum, per uirtuosos actus et strenuos, mentem carissimi in Christo filij nostri Ferdinandi, regis Portugalie jllustris, salubriter dirigente animum ipsius regis contra crucis hostes, ad exaltationem et defensionem fidei catholice preparauit, parans sibi uirtutis iter ad dorsa hostium elidenda et primitias desuper sperande uictorie suministrans, ut idem rex eo promptius et uirilius ceptum contra predictos hostes negotium prosequatur quo, ponens in Domino Deo fiduciam, eius dexteram auxiliantem sibi propitiam, experitur. Ex quibus, nos et fratres nostri sancte romane ecclesie cardinales gaudemus ipsi regi pro eiusdem prosecutione negotij, de consueta apostolice sedis benignitate, paterne prouisionis auxilium impendere et apostolici fauoris auxilia ministrare.

Sane nuper venerabilis frater noster Martinus, episcopus Siluensis, et dilecti filij Martinus, abbas monasterij Alcobatie, Cistercien[sis] ordinis, Vlixbonensis diocesis, ac nobilis vir Aluarus Gundisalui de Moura, miles Elborensis diocesis, ambaxiatores et nuntij dicti regis, ad nostram presentiam accedentes, nobis et eisdem fratribus nostris, ex parte ipsius regis, reuerenter exponere curauerunt quod ipse rex, zelo fidei et feruore deuotionis accensus, ad promouendum feliciter per eum ceptum pie prosecutionis negotium contra reges Benamarini et Granate eorumque subditos, hostes fidei christiane perfidos Agarenos et propulsandum impugnationes, contumelias et offensas, quas dicti hostes regni Portugalie uicinj in christianos dicti regni et terrarum ipsius regis perpetrare et comictere in grauem Domini Nostri Redemptoris iniuriam iugiter non uerentur necnon pro exaltatione eiusdem fidei et sancte matris ecclesie ac vniuersorum christifidelium, ad impugnandum et expugnandum hostes eosdem, dextera Domini sibi assistente propitia, collatis undique uiribus, uiriliter intendebat; et,

quia, ad prosecutionem tanti negotij et continuationem prosecutionis ipsius, necessario eidem regi noscebantur incumbere magna profluuia expensarum, ad quarum supportationem dictus rex non poterat sufficere per seipsum; ijdem ambaxiatores et nuntij, ipsius regis nomine, certa subsidia decime omnium prouentuum ecclesiasticorum regni, ciuitatum, terrarum, locorum et dominij suorum usque ad aliquod tempus, de quo nobis uideretur, concedi a nobis suppliciter postularunt.

Nos igitur, dicti regis pium et laudabile propositum in hac parte diligentius attendentes, huiusmodi supplicationibus eo libentius annuendum fore prouidimus, quo huiusmodi causam, quam, ad laudem Dei, in premissis dictum regem assumpsisse et promouere confidimus apostolicis fauoribus fulciendam et iuuandam presidijs utile et expediens extimamus firma concepta fiducia, quod idem rex, per subuentionem ecclesie, tanti negotij grauitatem intentius prosequi ac efficatius et robustius, Deo presule, poterit promouere. Premissis itaque digna consideratione pensatis ac deliberatione super hijs cum eisdem fratribus nostris [pre]habita diligenti, easdem supplicationes, sub certis moderationibus nostris et etiam sub promissionibus quibusdam et obligationibus predictorum ipsius regis ambaxiatorum et nuntiorum per eos factis, in quantum dictus rex illas obseruet inconcusse, ad exauditionis gratiam duximus admictendas, decimam siquidem omnium fructuum, reddituum et prouentuum ecclesiasticorum vnius biennij, a festo Penthecostes proxime uenturo in antea computandi, a vobis, uniuersis et singulis, quantacunque prefulgeatis dignitate seu cuiuscunque status, preeminentie, conditionis aut gradus religionis uel ordinis existatis, quibus uel uestrum alicui nulla priuilegia uel indulgentias, sub quacunque uerborum forma uel expressione concessa, uolumus suffragari, preterquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, quecunque, qualiacunque et quotcunque monasteria, prioratus, dignitates, personatus, officia, canonicatus et prebendas et alia beneficia ecclesiastica in eisdem regno, ciuitatibus, terris, locis et dominio obtinentibus et im posterum obtenturis, qui nobiscum assidue indefessis laboribus onera uniuersalis ecclesie sortiuntur, necnon a dilectis filijs magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus Sancti Johannis et Sancte Marie Theotonicorum, Hospitalium Jerosolimitani et militiarum Jhesu Christi, Calatrauensis et Sancti Jacobi, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua.

Quos quidem cardinales, magistros, priores, preceptores et fratres Hospitalium et militiarum eorundem ab huiusmodi prestatione decime exemptos esse uolumus et inmunes de omnibus fructibus, redditibus et prouentibus uestris ecclesiasticis, auctoritate apostolica, de dictorum fratrum consilio, imponendam et decime huiusmodi medietatem prefato regi concedendam et aliam medietatem dicte decime nobis et apostolice sedi, in aliqualem releuationem grandium sumptuum et importabilium onerum nos-

tris humeris, ob temporis malignitatem presentialiter imminentium, de certa nostra scientia duximus reseruandam. Ac decimam huiusmodi exigi et leuari uoluimus iuxta modum per nos super hijs specialiter ordinatum, quem, in alijs nostris litteris, venerabili fratri nostro Martino, episcopo Elborensi, et dilecto filio Fulconi Pererij, canonico Caturcensi, apostolice sedis nuntio, quos ad ipsam decimam colligendam deputauimus, super huiusmodi collectione decime, pro biennio predicto, directis, uidebitis contineri. Et medietatem huiusmodi, per nos prefato regi concessam, iuxta ipsius regis ordinationem expendi uoluimus contra prefatos reges blasphemos uel alterum eorundem, pro defensione regni, ciuitatum, terrarum, locorum et dominij ipsius regis et pro impugnatione regnorum et terrarum dictorum blasphemorum, siue aduersus huiusmodi regnum, ciuitates, terras, loca et dominium dicti regis per ipsos reges blasphemos uel eorum alterum siue per dictum regem contra ipsos blasphemos uel alterum eorumdem aut terras eorum, per mare uel per terram, guerram moueri contingat.

Quocirca, vniuersitatem uestram rogamus, monemus et hortamur attente, per apostolica uobis scripta mandantes quatinus prouide attendentes quod negotium Dei agitur, in hac parte, et quod ecclesie ac loca uestra ecclesiastica et eorum bona ipso filio nostro rege, huiusmodi prosequente negotium, defensantur, decimam ipsam de omnibus uestris redditibus et prouentibus ecclesiasticis, per dictum biennium, in terminis per nos ad hoc specialiter in dictis alijs nostris litteris constitutis, prefatis Martino, episcopo, et Fulconi uel subcollectori aut subcollectoribus suis, clericis tamen, quos ad collectionem et receptionem huiusmodi decime duxerint deputandos, studeatis, sine difficultate qualibet, soluere ac liberaliter exhibere; jta quod nulla super hoc uos compellat necessitas, sed ad huiusmodi pium et sanctum negotium adiuuandum, potius spontanea liberalitas uestram prudentiam moueat et inducat vosque prouide nostrum et dicte sedis fauorem et auxilium uberius uendicare possitis ac promereri eterne retributionis premium in excelsis.

Datum Auinione, iiij nonas aprilis, pontificatus nostri anno sexto.

106

7 JULHO 1376

Carta de el-rei D. Fernando, a doar a Lançarote da Franca, almirante das suas galés, as ilhas de Nossa Senhora a Franca e Gomeira e ainda as saboarias pretas de Tavira, Castro Marim,

Alcoutim e aldeia de Martim Longo, em razão da guerra que tivera o donatário com os naturais das ditas ilhas e com os castelhanos.

ALTE, Arquivo da Casa Franca.

Publicada: por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 762 — donde se reproduz; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, t. 1, p. 155, tomada daquele autor.

Dom Fernando etc.

A quantos esta caarta uyrem fazemos saaber que Lamsarote da Framqua, senhor das yllas e noso vassalo, nos enuiou dizer que nos fizemos mercee a ell e todollos seus erdeyros e successores das dictas yllas de Nosa Señora a Framqua (1) e da Gumeira, em guisa que dellas, per ssua propria auctoridade e como myllor a pudesse daver, tomasse posse das dictas yllas. E que ora, a dicta caarta nom he guaardada nem comprida nem o dicto Lamsarote entregue desa naturall posiçam, per rezom dos naturales dellas e outros lle fazerem força sobrello e empecerem sa posse, em guisa que nom ha firmydom sa señoria nem a ende ell nada e rrecebe gram danpno. E pediome per mercee que a esto lle ouvesse algũu remedio, sendo que a nosa uontade he de lle dar posiçam em que teña maanteença, que troba fallymento, per rezom daficada guerra que ouve com os dictos gaãchos e castellãos.

Porem, quereendolle fazer graça e mercee, como a muy boo merecente, confirmamos e manteemos capitom moor das dictas yllas o susudicto Lamsarote da Framqua, noso almyrante das galles. E, em contentamento e satisfaçom das rrendas e mais perteenças dellas, de noso motu propio, liure uontade, certa ciencia e puder assoluto; teemos por bem e quereemos que ell teña e aia de nos e lle fazemos dooaçam, per todolo sempre, das ssaboaryas prretas da uilla de Tauilla e de Crastomarim e de Alcoutim e daldeia de Martinlongo, em ho rregno dAlgarbe. E quereemos e outorgaamos e mandaamos que o dicto capitom moor e todollos se[u]s successores que depois dell vy[e]rem aiam e logrem e posuam as dictas ssaboaryas e aiam e posam daver as rrendas e direytos dellas e façam dellas aquillo que lles aproover, como de sa propia posiçam.

E mandaamos ao noso contador em ho dicto rregno que o metta em elas de posse e aos nossos veedores e almoxarifes e scpriuãaes e officiaaes que ora som ou forem ao dyante e a outros qaaesquer que per nos esto

(1) A margem, de outra letra: *dicta Lançarote.*

ouverem de veer, que llas leixem lograr e aver per a guisa que dicto he, sem outro nenhũu embargo que lle sobrello aia de por. E queremos que esta dooaçam seia fyrme e stavil per todollo sempre e que nenhũa pesoa lle nom vaa contrello. E esto lle faço de graça e de certa ciencia, per muyto seruiço que eu e a casa de Purtugall rrecebemos dell e daquelles eende ell uem e dell entendemos de rreceber ao dyante. E, em teestemũo desto, maandey daar esta mijnha caarta, per mym sinada e asscellada do meu scello do chumbo ao susudicto Lamsarote da Framqua.

Dante em Uilla Nova da Raiña, vii dias de julio. Elrrey o maandou. Steuam Paaez a fez. Era de mjl e iiij^{c} e xiiij annos (2).

107

12 OUTUBRO 1377

Bula Accedit nobis, *de Gregório XI, dirigida ao rei de Portugal D. Fernando, que reclamara das condições marcadas pelo pontífice em bula anterior sobre o mesmo assunto, a conceder-lhe metade da dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino durante dois anos, reservada a outra metade à Santa Sé, com a condição de ele guerrear sem tréguas os sarracenos, nomeadamente no seu próprio chão, onde construirá igrejas e colocará eclesiásticos seculares, nos termos do Direito, e vigiará por que nas regiões conquistadas não se permita o exercício da religião maometana.*

---

(2) Comentário do Prof. CH. VERLINDEN: — «Lanzarotto est toujours «señor das yllas e noso vassalo» en 1376, année pendant laquelle il reçoit une confirmation de la donation précédente (da carta fernandina de 29 de Junho de 1370, o DOC. 104). Mais cette confirmation contient des renseignements extrêmement intéressants. Lanzarotto se plaint, en effet, de ce que la donation n'a, pour lors, pas d'effet. «Ora a dicta caarta nom he guaardada nẽ cumprida, nẽm o dicto Llamsarote entregue de sa natural posiçam per rezõ dos naturales dellas (de Lanzarote et Gomera) e outros lhe fazerẽ força sobrello e ẽmpecerem sa posse, em guisa que nom ha firmydom sa senoria». Le Génois a donc été chassé par les naturels et d'«autres». De quoi s'agit-il? La suite du texte le montre. Le malheureux «amiral» demande au roi «que a esto lhe ouvesse alguũ remedio». Le souverain sait que tout cela est arrivé «per rezõ da ficada guerra que ouve com os dictos Gañchos e Castellaõs». Il le confirme «como a muy boo merecente» dans sa charge de «capitom moor» des îles, mais, sachant bien qu'il s'agit à ce moment d'une satisfaction toute morale, il lui donne en compensation les savonneries noires de Tavira, Castro Marim, Alcoutim et Aldeia de Martim Longo em Algarve». (*Lanzarotto*, pp. 1198-99).

ANTT., *Bulas*, maço 35, n.º 28, original em pergaminho, de cujo selo pendente apenas restam alguns fios de seda, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Vat.*, vol. 288, fl. 235.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 162. Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 379; e por SANTOS ABRANCHES, *Suma*, p. 35.

Gregorius episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Fernando, regi Portugalie jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Accedit nobis et sancte ecclesie Dei cui, licet immeriti, presidemus, ad spiritualis leticie et exultationis augmentum, quod, Rege Regum et Domino Exercituum, per uirtuosos actus et strenuos mentem tuam salubriter dirigente, animum tuum contra crucis hostes, ad exaltationem et defensionem catholice fidei, preparauit, parans tibi uirtutis iter ad dorsa hostium elidenda et primicias desuper sperande uictorie sumministrans, ut eo promptius et uirilius ceptum contra predictos hostes negocium prosequaris quo, ponens in Domino Deo fiduciam, eius dexteram auxiliantem tibique propiciam, experiris. Ex quibus, nos et fratres nostri sancte romane ecclesie cardinales gaudemus tibi pro eiusdem prosecutione negocij, de consueta apostolice sedis benignitate, paterne prouisionis auxilium impendere et apostolici fauoris presidia ministrare.

Dudum siquidem, ex parte tue serenitatis, nobis et eisdem fratribus reuerenter exposito quod tu, zelo fidei et feruore deuotionis accensus, ad promouendum feliciter per te ceptum pie prosecutionis negocium contra reges Benamarini et Granate eorumque subditos hostes fidei perfidos Agarenos et propulsandum impugnationes, contumelias et offensas, quas dicti hostes regni tui, Portugalie uicini, in christianos dicti regni et terrarum tuarum, perpetrare et committere iugiter non uerebantur necnon pro exaltatione eiusdem fidei et sancte matris ecclesie ac uniuersorum christifidelium, ad impugnandum et expugnandum hostes eosdem, dextera Domini tibi assistente propicia, collectis undique uiribus uiriliter intendebas. Et, quia ad prosecutionem tanti negocij et continuationem prosecutionis ipsius, necessario tibi noscebantur incumbere magna proflu[u]ia expensarum, ad quarum supportationem non poteras sufficere per te ipsum;

Nos, tuum pium ac laudabile propositum in hac parte diligentius attendentes ac uolentes tibi de alicuius subuentionis auxilio prouidere, tuis supplicationibus inclinati, medietatem decime omnium reddituum et prouentuum ecclesiasticorum ab omnibus archiepiscopis et episcopis ceterisque prelatis et personis ecclesiasticis quibuscunque, exemptis et non

exemptis, in regno, ciuitatibus, terris, locis et dominio tuis redditus et prouentus huiusmodi obtinentibus et, infra biennium tunc proxime secuturum et nondum elapsum, obtenturis, cuiuscunque dignitatis, status, gradus, ordinis uel condicionis existerent, soluende, exigende et colligende in certis terminis assignatis duximus concedendam; aliam meditatem huiusmodi decime, per dictum biennium, nobis et apostolice sedi, in aliqualem releuationem grandium sumptuum et importabilium onerum, nostris humeris, ob temporis malignitatem, presentialiter imminentium, de certa nostra scientia specialiter reseruantes, certis super hoc collectoribus deputatis, prout in diuersis nostris exinde confectis litteris plenius continetur.

Nuper uero, coram nobis et eisdem fratribus, pro parte tua, fuit expositum quod, propter quasdam graues clausulas et condiciones in eisdem litteris appositas, tibi quodammodo impossibiles et dampnosas, nichil penitus de huiusmodi medietate decime exactum extitit seu leuatum nec uis seu pateris quod ex illa aliquid etiam exigatur. Quare, dilecti filij Petrus Caualerij, archidiaconus Vlixbonensis, et Laurentius Johannis Fogace, miles cancellarius, ac ambaxiatores et nuncij tui, ad nos propterea specialiter destinati, pro parte celsitudinis tue, nobis humiliter supplicarunt ut, cum huiusmodi tibi incumbentia onera non diminuta sed aucta potius fore noscantur tuque, ad oppressionem dictorum et aliorum infidelium et exaltationem fidei catholice prelibate, adhuc fortius animeris prouidere tibi, absque clausulis et condicionibus supradictis, de aliquarum decimarum subsidio, paterna solicitudine, curaremus.

Nos igitur qui, ex certis causis, concessionem medietatis decime huiusmodi per nos, ut premittitur, alias tibi factam et quecunque inde secuta, auctoritate apostolica, penitus reuocamus, tuum pium ac laudabile propositum multipliciter in Domino commendantes ac, uolentes tibi adesse fauoribus et auxilijs oportunis, huiusmodi supplicationibus inclinati, deliberatione tamen super hijs cum eisdem fratribus nostris prehabita diligenti, medietatem decime omnium reddituum et prouentuum ecclesiasticorum ab omnibus archiepiscopis et episcopis ceterisque prelatis et personis ecclesiasticis quibuscunque, exemptis et non exemptis, in regno, ciuitatibus, terris, locis et dominio tuis, redditus et prouentus huiusmodi obtinentibus et infra biennium, a festo Natiuitatis Domini proxime futurum computandum, obtenturis, cuiuscunque dignitatis, status, gradus ordinis uel condicionis existant, quibus aut eorum alicui nulla priuilegia uel indulgentias, sub quacunque uerborum forma uel expressione concessa, uolumus suffragari, preterquam ab eisdem fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus huiusmodi redditus et prouentus in eisdem regno, ciuitatibus, terris, locis et dominio obtinentibus et infra ipsum biennium obtenturis, qui in apostolice solicitudinis partem assumpti, nobiscum uniuersalis ecclesie onera sortiuntur; necnon a dilectis filijs magistris, prioribus, preceptoribus et fratribus Sancti Johannis et Sancte Marie Theotonicorum, Hos-

pitalium Jerosolimitani et militiarum Jhesu Christi, Calatrauensis et Sancti Jacobi, qui contra hostes fidei christiane exponunt iugiter se et sua.

Quos quidem cardinales, magistros, priores, preceptores et fratres Hospitalium et militiarum eorumdem ab huiusmodi prestatione decime exemptos esse uolumus et immunes, soluende, exigende et colligende, in terminis ad hoc inferius assignatis, per venerabilem fratrem nostrum Martinum, episcopum Elborensem, et eundem Petrum Caualerij, qui in dicto regno nuncius apostolicus et collector existit noster, quos ad hoc executores et collectores, per alias nostras litteras, deputamus, necnon et per succollectores super hijs deputandos ab eis in regno, ciuitatibus, terris, locis et dominio predictis, secundum modum et consuetudinem in exactione huiusmodi decime hactenus obseruatos, usque ad predictum biennium, de ipsorum fratrum consilio, sub infrascriptis tamen modis et condicionibus, tibi, tenore presentium, concedimus, de gratia speciali; aliam medietatem huiusmodi decime, per dictum biennium, nobis et apostolice sedi, in aliqualem releuationem grandium sumptuum et importabilium onerum, nostris humeris ob temporis malignitatem, presentialiter imminentium, de certa nostra scientia specialiter reseruantes.

Modi autem et condiciones predicti tales sunt, uidelicet: quod tu huiusmodi negocium per te assumptum, ad exaltationem et dilatationem catholice fidei, contra reges et hostes eosdem uiriliter et efficaciter prosequaris, nil de contingentibus omittendo, tam defendendo terram christianorum ab impugnationibus dictorum regum et hostium, quam etiam impugnando et expugnando reges et hostes ipsos ac castra, fortalicia, terras et loca eorum et alios infideles, tam uicinos quam quoscunque [alios] qui uenirent in auxilium eorundem, nisi forte interdum plus defensioni dicte terre christianorum ab impugnationibus dictorum regum et hostium quam huiusmodi expugnationi eorundem hostium prospexeris insistendum, quorum tamen hostium impugnationi et expugnationi debes intendere diligenter jn terris quoque castris et locis in dictis terris Benamarini et Granate seu eorum altero aut alijs terris per dictos agarenos detentis, tam per te iam forsitan acquisitis, quam que tibi, diuina suffragante uirtute, te acquirere contigerit in futurum, construi et edificari, uolumus et iubemus ecclesias seculares, uidelicet cathedrales, secundum mandatum et ordinationem nostram uel successorum nostrorum uel aliorum quibus nos uel dicti successores id duxerimus uel duxerint committendam, considerata aptitudine, condicione, qualitate et dignitate locorum in quibus fuerint huiusmodi ecclesie ordinande; in quibus etiam, de mandato nostro seu dictorum successorum nostrorum, ponentur et instituentur persone ecclesiastice seculares, per quas in eis diuina celebrentur officia et ministrentur habitatoribus locorum ipsorum catholicis ecclesiastica sacramenta.

Collegiate uero et alie inferiores a cathedralibus fundari possint, de mandato prelatorum et aliorum catholicorum, quibus hoc de iure competit

uel competet in futurum ac similiter institutio seu ordinatio personarum ecclesiasticarum quas, ut prediximus, seculares esse uolumus, in eisdem collegiatis et alijs inferioribus ecclesijs ponendarum, possit fieri per easdem quibus competit id de iure, saluo iure patronatus tui, quod ius intelligi uolumus illud esse quod tibi iura communia canonica, in casu de quo agitur seu agetur, prestiterunt.

Jn locis, autem, taliter post guerram per te nouiter ceptam, acquisitis uel im posterum acquirendis, si seorsum uel permixtim, habitare contigerit agarenos circa sacerdotes ipsorum, qui zabazara uulgariter nuncupantur, necnon templa seu mesquitas ipsorum, ne quod absit, per eorum funestos ritus, inuocationes et clamores uerborum ac publicas inuocationes et peregrinationes ipsorum in cordibus fidelium scandalum generetur, tu, tanquam princeps catholicus et zelator fidei christiane, iuxta constitutionem super hoc editam in concilio Viennensi, cum eosdem agarenos, in dictis locis nouiter, ut premittitur, acquisitis uel im posterum acquirendis, ad eorum templa seu mesquitas contigerit conuenire ut ibidem adorent perfidum Machometum eiusdem Machometi nomen, alta uoce, inuocari aut extolli, christianis audientibus, uel aliqua uerba in ipsius honorem eos profiteri uel proclamare publice seu huiusmodi peregrinationes in fidelium scandalum fieri non permittas; sed talem obseruationem funestam de dictis locis omnino auferas et a tuis subditis auferri procures, districtius inhibendo ne prefata inuocatio seu professio nominis ipsius perfidi Machometi publice aut peregrinatio prelibata, ab aliquo in tuo existente dominio, attemptetur de cetero uel quomodolibet toleretur, eos qui secus presumpserint taliter castigando, quod alij, eorum exemplo perterriti, a presumptione simili arceantur.

Et, quia spiritualia diu sine temporalibus non subsistunt ac iustum est, ut qui altari seruit uiuere debeat de altari, et, iuxta uerbum apostoli mirum esse non debet si temporalia metant hij a quibus spiritualia seminantur, uolumus quod, pro bonis et rebus in dictis Benamarini et Granate regnis et terris, predictos (1) agarenos detentis, per catholicos forsan, ut premittitur, acquisitis uel im posterum, concedente Domino, acquirendis, decimas et primicias ecclesijs et personis ecclesiasticis instituendis ibidem, cum super hoc per eas fueris requisitus, facias cum integritate persolui, secundum quod iura te ad id astringere dinoscuntur et nichilominus libertas et immunitas ecclesiastica in ciuitatibus, castris, terris et locis acquisitis et que acquiri contigerit in regnis et terris predictis, eisdem ecclesijs et personis ecclesiasticis et alijs plene et libere seruabitur, iuxta canonicas sanctiones.

Volumus insuper quod, si forsan in predictis aut aliquo predictorum

(1) No ms. *perdictos*.

obscuritatem, dubietatem uel ambiguitatem euenire contingat, declaratio et interpretatio obscuritatis, dubietatis et ambiguitatis huiusmodi, ubi per iura canonica declarari non posset, te etiam absente uel minime requisito, ad nos et dictos successores nostros omnino pertineat ac nostro et dictorum super hijs, simplici uerbo, stetur nostraque et dictorum successorum declaratio et interpretatio super hijs irrefragabiliter teneatur. Exactionis siquidem huiusmodi decime primum terminum primi anni dicti biennij fore statuimus festum natiuitatis beati Johannis Baptiste supradictum festum Natiuitatis Dominice proxime secuturum; secundum uero terminum ipsius primi anni dicti biennij festum Resurrectionis Domini Nostri Jhesu Christi tunc proxime secuturum, in alio sequenti anno dicti biennij similibus terminis obseruandis.

Volumus etiam quod, infra dictum biennium, tu, eiusdem medietatis dicte decime concessione contentus, a predictis ecclesijs et personis ecclesiasticis aliud subsidium, per te uel alium seu alios, non petas uel exigas, nisi dicte ecclesie uel alique earundem ad aliquod certum reale seruicium faciendum, pro certis rebus, forsitan sint astricte; et quod, ob reuerentiam apostolice sedis et nostram, ecclesias et personas ecclesiasticas supradictas sic benigno fauore prosequi studeas sicque illas in singulis earum oportunitatibus habeas effectualiter commendatas, quod Deum ac nos et sedem eandem tibi merito reddas propicios et erga oportunitates tuas, quotiens expedierit, promptiores.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et uoluntatis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Anagnie, iiij jdus octobris, pontificatus nostri anno septimo.

108

8 AGOSTO 1381

Carta de D. Martinho, bispo de Évora, a transcrever, a pedido do Mestre de Avis, a bula Accedit nobis, ***de Gregório XI, de 12 de Outubro de 1377, de concessão ao rei de Portugal de metade da dízima dos rendimentos eclesiásticos do país para ocorrer às despesas da guerra contra os mouros, pois o dito Mestre se entende ajudar dela.***

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 584, original em pergaminho, com selo de cera, pendente por trancelim de algodão vermelho.

Martinho, per a merçee de Deus e da sancta egreia de Roma bispo dEuora.

A quantos esta carta testemonhauil virem ffazemos ssaber que a nos forom presentadas hũas leteras do papa Gregorio xi°, de boa memoria, da ssua uerdadeyra bulla, em corda de linho canano, em pendente, bullatas nem viciatas nem cancelladas nem em nẽhũa parte sospectas, das quaaes o theor tal he.

Segue-se a transcrição da bula Accedit nobis *citada, — o DOC.* **107.**

As quaaes leteras, assi perante nos presentadas e mostradas, como dicto he, da parte do mestre dAuis, per Affonsso Martijnz, priol de Veyros, seu scpriuam e ffamiliar, nos ffoy dicto e pedido que o dicto meestre se entendia dajudar das dictas leteras, pedindonos, por merçee, que lhi mandassemos dar o tralado delas, em nossa carta testemonhauil, em na qual jntreposessemos nossa autoridade hordinhayra que podesse fazer fee em juizo e fora del quando neceçidade ffor, assi como orreginal.

E nos, veendo o que nos assi era dicto e pedido, vistas as dictas leteras e examinadas, mandamos a Joham de Leyrea, nosso scpriuam jurado, que desse ao dicto meestre dAuijs o trellado das dictas leteras, em nossa carta testemonhauil, em na qual jnterposemos e jnterpoemos nossa autoridade hordinhayra que possa ffazer ffe em juizo e fora del, quando neceçidade ffor, assi como orreginal suso scripto. Em testemonho desto, mandamos dar ao dicto meestre esta nossa carta, assijgnaada per nossa mãao e sselaada do nosso sseelo autentico.

Dante em Euora, viij° dias dagosto. Joham de Leyrea a fez. Era de mill e iiij^{c} e xix annos.

109

25 JANEIRO 1382

Autorização notarial do prior da Colegiada de S. Estêvão da cidade de Lisboa para que João Vicente, barqueiro, e sua mulher Sancha Fernandes vendam vinha que trazem emprazada da referida igreja no Lavradio, Ribatejo, a Afonso Esteves, Mestre das Galés, e a sua mulher Maria de Langos, todos residentes na dita cidade.

ANTT., *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama, Lisboa,* Pergaminhos, maço 1, n.° 19. Transcrição notarial em pergaminho, de 20 de Julho de 1434.

Sabham todos que, na era de mjll e quatroçentos e vijnte anos, vijnte e çinquo dias do mes de janeiro, na çidade de Lixboa, dentro na see cathedrall, presente mjm Gill Gonçaluez, tabaliam delrrei na dicta çidade, e das testemunhas adiante scpritas, pareçeo Joham Viçente, barqueiro, morador na dicta cidade, e Sancha Fernandez, sua molher, e diserom a Afonso Annes, prior de SantEsteuom da dicta çidade, que presente estaua, que elles aujam hũua vinha em logo que chamam o Lauradio, Riba de Teio, por a qual vinha diziam que, em cada hũu anno, a dicta egreia auja dauer quinze soldos de hũu aniuersairo; a qual vinha os sobredictos Joham Viçente e ssua molher diserom que queriam vender e que lhes dauam por ella duzemtas libras de djnheiros portugueses. E que, porque a nom podiam uender, a dicta vinha, sem leçemça delle dicto prior, per rrazom dos dictos quinze soldos que, em cada hũu anno, aa dicta egreia a dicta vinha fazia do dicto aniuersairo; e que porem lhe faziam saber a elle, dicto prior, se queria el a dicta vinha pera a dicta egreia por as dictas duzentas libras.

E o dicto prior disse que a nom queria ora mercar, mais dizia que lhe plazia que os sobredictos vendessem a dicta vinha a Afonso Steuez, meestre das galees, e a sua molher Maria de Langos por as dictas duzentas libras com seu encarrego que, em cada hũu anno, aa dicta egreia fazia. Das quaees cousas o dicto Afonso Steuez, que presente staua, pedio hũu stormento. Testemunhas, Fernam Gil dAlualade o Pequeno, e Lourenço Steuez dEuora e Viçente Perez, morador na dicta çidade, e o dicto Afonso Anes, prior. E eu, sobredicto tabaliam, que este stormento scpreuj e aqui meu signal fiz, que tal he.

110

28 JANEIRO 1382

Escritura da venda que João Vicente, barqueiro, e Sancha Fernandes, sua mulher, fizeram a Afonso Esteves, Mestre das Galés de el-rei, e a Maria de Lango, sua mulher, todos residentes em Lisboa, de vinha no Lavradio, Ribatejo, por 200 libras de dinheiros portugueses com o encargo de 15 soldos anuais de aniversário à Colegiada de S. Estêvão da mesma cidade.

ANTT., *Colegiada de S. Estêvão de Alfama, Lisboa*, Pergaminhos, maço 1, n.º 19. Transcrição notarial em pergaminho, de 20 de Julho de 1434.

Em nome de Deus amen. Sabham quantos esta carta de vemda virem que eu, Joham Viçente, barqueiro, e eu Sancha Fernandez, sua molher, moradores na çidade de Lixboa, vendemos e outorgamos a uos, deste dia pera todo sempre, a uos, Afonso Steuez, meestre das galees delrrei, e Maria de Lango, uossa molher, moradores na dicta çidade, hũua vinha que nos auemos em logo que chamam o Lauradio, Riba de Teio, que parte com vinha da egreia de SantEsteuom da dicta cidade e com vinhas de Sancto Eloy e com caminhos publicos, com todas suas entradas e saidas e djrectos e perteenças com sseu emcarrego de quinze soldos de aniuersairo que em cada hũu anno faz a dicta egreia de Sancto Steuom, conuem a saber por preço çerto nomeado, que conheçemos e confessamos que de uos rreçebemos e somos entregues e bem pagados, conuem a saber duzentas libras de djnheiros portuguesses com sua rreuora, por que a tanto aprouue a nos e a uos.

E porem mandamos e outorgamos que uos, dictos compradores e todos uossos subçessores que depos uos ueerem que aiades e logredes a dicta vinha e façades della e em ella toda uossa liure uoontade como de uosso auer proprio. E obligamos todos nossos beens, mouijs e rrayz, auudos e por auer, a uos liurar e defemder a dicta vinha de quemquer que uolla demande ou embargue, segundo usso e costume do rregno e sub pena do dobro e de quanto em ella for fecto e melhorado e com outro atanto pera o senhor da terra.

E, per esta carta de uemda, uos metemos em posse e em corporall possisom da dicta vinha. E mandamos e outorgamos que uos per uos, ssem mandado e auctoridade doutra justiça nẽhũua, possades tomar a dicta posse da dicta vinha. E, em testemunho desto, uos mandamos assi dar esta carta, fecta na dicta çidade, dentro na see cathedrall, vijnte e oito dias de janeiro, era de mjll e quatroçentos e vijnte annos.

Testemunhas: Joham Vaasquez, tabeliam, e Aluoro Vaasquez, outrossi tabeliam, e outros. E eu, Gill Gonçaluez, tabeliam delrrey na dicta çidade, que esta carta de venda, per mandado e outorgamento dos dictos vendedores, scpreuj e aqui meu signal fiz, que tall he.

111

6 OUTUBRO 1385

Carta de el-rei D. João I, de transmissão a Luís Alvares Cabral, escudeiro, de todas as terras, lugares, rendas e direitos que tinham sido doados a seu pai Alvaro Gil Cabral.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 184.

Dom Joham, per graça de Deus rrej de Portugall e do Algarue. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Lujs Aluarez, nosso scudeiro, filho dAluaro Gill Cabral, a quem Deus perdoe;

Teemos por bem e mandamos que ell aja liuremente e ssem embargo nhũu posa auer todas as terras e lugares, rrendas e direitos que nos demos e de que fezemos merçee de jurderdade ao dicto sseu padre ssendo viuo, pera nos serujr com ellas (1).

Porem vos mandamos que vejades as dictas cartas e priujlegeos que de nos ouue o dicto Aluaro Gill das dictas terras e lugares e rrendas e direitos e as comprades e guardedes ao dicto Lujs Aluarez, sseu filho, per a guisa que em ellas he contheudo. E mandamos a todallas nossas justiças que o metam em posse das dictas terras e lugares e rrendas e direitos e o mantenham na dicta posse e lhas leixem auer, lograr e possujr e fazer dellas e em ellas o que lhe prouguer ssem embargo nhũu que lhe ssobre ello sseja posto em nhũa guissa que sseja, porquanto nossa merçee he que ell as aja pella guissa que as o dicto sseu padre auja de nos, como dicto he. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta carta, asijnada per nossa mãao.

Dante em a çidade do Porto, bj dias doutubro. Elrrej ho mandou. Aluaro Goncalluez a fez. Era de mil iiij^{c} xxiij annos.

---

(1) Alvaro Gil Cabral, trisavô de Pedro Alvares Cabral, descobridor do Brasil, foi nomeado por el-rei D. Fernando, em 1383, alcaide da Guarda (Doc. publicado por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, p. 110). Havendo-se mantido fiel ao Mestre de Avis (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, caps. 57, 58 e 182), aquele doou-lhe, em 1384, a terra de Azurara da Beira, 180 libras no concelho de Valhelhas e 150 no de Manteigas, a aldeia de Folhada a par de Gouveia, e a terra de Tavares; e, em 1485, os direitos régios da cidade da Guarda, a quinta de S. André, em termo de Azurara, e o lugar de Moimenta, junto a Gouveia (Os documentos respectivos em SÁ (*Obra e vol. cits.*, pp. 116, 118, 120, 143, 170, 171 e 173). Portanto, por morte de Alvaro Gil Cabral, ocorrida antes da data do presente documento, contràriamente ao que se afirma na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. 2, p. 15, passaram a seu filho, Luís Alvares Cabral, escudeiro régio nesta data e mais tarde escudeiro e vedor do infante D. Henrique, todos os bens que seu pai houvera de juro e herdade. No arquivo municipal de Manteigas conservam-se recibos originais de Luís Alvares Cabral da percepção da colheita ali e em Valhelhas, concedida ao Alvaro por carta régia de 10 de Maio de 1384 e que transitou ao filho, à sua morte, nos termos do presente documento.

112

8 NOVEMBRO 1385

Carta de el-rei D. João I, a confirmar a Lopo Afonso da Franca, cavaleiro, vassalo de el-rei e almirante das galés, a doação que a seu pai, Lançarote da Franca, fizera el-rei D. Fernando das saboarias pretas de Tavira, Castro Marim, Alcoutim e aldeia de Martim Longo, o qual, sendo capitão-mor das ilhas, teve agora honrado fim na de Lançarote.

ALTE, Arquivo da Casa Franca.

Publicada por: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 763, donde se reproduz; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 186, tomada daquele.

Dom Joham, per graça de Deus rrey de Purtugall e Algarve.

A quantos esta carta vyrem fazemos saber que Lopo Affonso da Framqua, cavalleyro, noso vassalo, almyrante das galles, mostrou perante nos duas cartas delrrey noso yrmão, cuia alma Deus aia, scriptas em purgamynho, asignadas per sua mãao e aselladas dos seus seellos de chumbo pendentes, colgados per fio de sirgo. E o theor, de verbo ad verbum, de cadhũa tall he.

Segue-se a transcrição das cartas fernandinas de 29 de Junho de 1370 e de 7 de Julho de 1376, — os DOCS. **104** *e* **106**.

E pediunos o dicto Lopo Affomso que lle dessemos nosa confyrmaçam das dictas ssaboaryas prretas.

---

(1) Portanto, el-rei D. João I, por morte de Lançarote da Franca ou Malocello — na identificação do Prof. CH. VERLINDEN —, o qual «ora teve honrado fim» na ilha de Lançarote, Canárias, e de que era donatário bem como da ilha de Gomeira, pela carta fernandina de 29 de Junho de 1370 «yllas que trobou e nos gaañou» (cfr. o DOC. **104**), e ainda das saboarias pretas de Tavira, Castro Marim, Alcoutim e Martim Longo (cfr. o DOC. **106**), transfere-as para seu filho Lopo Afonso da Franca, cavaleiro, vassalo de el-rei e almirante das galés, como as houvera seu pai.

«Donc — observa o citado autor — Lanzarotto est mort récemment à la guerre dans l'île qui porte son nom. Remarquons d'abord que ceci s'accorde fort bien avec les documents notariés génois de 1384 et 1391 cités par Canale, dans lesquels est mentionné la veuve d'un Lanzarotto Malocello (M. G. CANALE, *Nuova istoria della repubblica di Genova* (Florence, 1860), t. III, p. 343).

E, uisto per nos sseu rrequeremento e os muytos e boons seruyços de so padre, a que Deus perdoe, capitom moor das yllas, na guerra e nauegaçam, e que hora teve honrado fim na de Lamsarote, e as muytas e grandes rezõoes que teemos pero outorgar; e, quereendollo nos coñecer com graças e mercees, o que cadhũu señor he theudo a fazer aaquelles que o seruem bem e lealmente; confirmamoslle as dictas ssaboaryas pretas da uilla de Tavilla e de Crastomarim e dAlcoutim e daldea de Martinlongo, assy e per a guisa que as dictas ssaboaryas o susudicto se[u] padre avya e possuja, como he contheudo em a dicta caarta.

E porem mandaamos aos veedores de nosa fazenda e contador em ho rregno dAlgarbe e almoxarifes e scripuãaes e officiaaes e juizes e justiças e a outros quaaesquer que esto ouverem de veer, que lle leixem daver e posujr as dictas ssaboaryas pretas de Tavilla, de Crastomarim, dAlcoutim, daldea de Martinlongo e llas guardem e façam cumprir e guaardar como nas dictas caartas he contheudo. E, em testemuño dello, lle mandaamos daar a nosa caarta, asiñada per nos e ascellada do noso scello do chumbo.

Dante em Guimarães, viii dias de nouembro. Elrrey o mandou. RodrigAlvarez a fez. E[ra] de mjl iiij^{c} xxiii annos.

113

20 DEZEMBRO 1388

Súplica da Ordem de Avis ao papa Urbano VI, a solicitar-lhe a confirmação em seu Mestre de Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira, visto não poder obtê-la do Mestre de Calatrava, como ordenam os Estatutos, por estar aquele envolto no cisma do antipapa Roberto ou Clemente VII, eleito em Avinhão pelos descontentes do governo de Urbano VI. Concedida.

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 706, original em papel. No Arquivo do Vaticano não se conserva o livro das Súplicas deste período, em cujo liv. 1 de Urbano VI, fl. 289, a presente Súplica se achava registada, como em seu final se declara.

Pater sancte.

Cum pridie magistratu milicie de Auisio, ordinis Calatrauensis, Elborensis diocesis, per contractum matrimonij jllustris deuotissimi

filij vestri Johannis, regnorum Portugalie et Algarbij regis, cum domina Philipa, eius vxore, vacante, prior et milites et fratres domus dicti loci de Auisio, ubi conuentus ipsius milicie situatus existit, et ad quos, de iure et de consuetudine, magistratu predicto vacante, electio magistri spectare dignoscatur, Spiritus Sancti gratia primitus inuocata, in dicto conuentu ad hoc in vnum et vnanimiter congregati, ut ipsis ordini et domui de magistro ydoneo prouiderent, in nobilem Fernandum Roderici, eiusdem ordinis militem, commendatorem maiorem, direxerunt omnes concorditer vota sua, virum utique uite munditia (1), religionis zelo, strenuitate armorum et morum maturitate atque (2) integritate fidei, innate sibi probitatis meritis uiuiffice insignitum.

Verum, pater sancte, quoniam secundum prefati ordinis instituta, cum electio aliqua de magistro in dicta milicia de Auisio eligendo celebratur, per abbatem Morimundi uel, certis temporibus, per magistrum de Calatraua confirmari deberet; quia tamen ambe ille domus sunt, quod dolenter referimus, Roberto antipape in scismate adherentes; eapropter idem electus prefatus sanctitati eidem supplicat humiliter et deuote quatenus electionem sic de sua persona ad dictum magisterium factam ex certa sciencia ratam et gratam habeat et, supplen[do] omnem defectum persone et solempnitatis, etsi que in eis omissa forent habilitando et dispensando, si necesse fuerit, de uestre potestatis plenitudine ipsam dignemini misericorditer confirmare, iuribus et constitutionibus et statutis ac priuilegijs apostolicis et ipsius ordinis contrariis non obstantibus quibuscunque. Pro isto autem negocio, pater sancte, scripsit sanctitati vestre dominus rex Portugalie, cuius littera fuit sanctitati eidem simul cum isto rotolo presentata. Vel, si eidem magis placuerit sanctitati, predicto uel alio quouismodo uel ex quacumque alia persona, quos hic pro expressis haberi dignemini, dictum magisterium uacet, etiam si alias tantum vacauerit uel si generaliter uel specialiter sit reseruatum, existat, quod eius sit ad sedem apostolicam collacio deuoluta, eidem Fer[nando] de nouo dignemini misericorditer prouidere, cum dispensacionibus et habilitacionibus omnibus et singulis non obstantibus quibus supra.

Fiat ut petitur. **B** (3).

---

(1) No ms. *munditie.*

(2) No ms. *adque.*

(3) Despacho do Sumo Pontífice, sempre assinado, nas Súplicas, por inicial convencional, a mesma para cada pontificado, «dont les diplomatistes n'ont pas su dégager la signification» (G. MOLLAT, *Les papes d'Avignon 1305-1378*, Paris, 1949, p. 455).

Copyrighted material

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, terciodecimo kalendas januarij, anno vndecimo.

R. Valasce F. Penestrinus.

No verso: Supplicacio porrigenda pro electo de Avisio magistro. Primo libro folio CCLxxxviiij R. (4).

114

20 NOVEMBRO 1389

Bula **Magne deuotionis sinceritas,** ***de Bonifácio IX, a conceder à Ordem de Cristo que presbítero seu, nomeado pelo Prior do convento de Tomar e apresentado pelo respectivo Mestre e convento, possa continuar no uso imemorial de vigário da igreja paroquial de Santa Maria do Olival e de algumas outras capelas sitas no território do dito convento com cura de almas, salvos os direitos diocesanos e quaisquer outros.***

ANTT., *Colecção Especial*, caixa 6, maço 1, n.º 4. Original em pergaminho com falta do selo pendente, de que apenas se conservam alguns fios soltos, vermelhos e amarelos, — texto que se reproduz; na dobra do fundo do pergaminho «R.tus Gratis / Marcus»; e, no verso, ao alto: «Lazarus»; *Gaveta* 7, maço 3, n.º 12, em pública-forma de 17 de Julho de 1534, sobre papel, do notário apostólico Fr. Fernando Lopes; e n.º 30, sem data em traslado do reinado de D. João III, junto a súplica dirigida ao Sumo Pontífice, em nome de el-rei, a solicitar-lhe desanexasse a dita igreja e circunvizinhas da jurisdição do bispado do Funchal, a que foram anexadas pela criação deste, para serem administradas pelo prelado do convento de Cristo de Tomar; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 18, em cópia de Tomar, de 1568.

Resumida no *Quadro elementar*, tom. 9, p. 392.

---

(4) Este original de Súplica deve ser dos raros existentes em nossos arquivos, segundo cremos. Fr. Fernando Rodrigues sucedeu no Mestrado de Avis ao futuro rei D. João I, quando este casou, como no documento se afirma. Sobre ele conserva-se documentação vária no ANTT., *Ordem de Avis*.

Bonifacjus episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilectis filijs magistro et fratribus ordinis militie Jhesu Christi, in Portugalie et Algarbij regnis, salutem et apostolicam benedictionem.

Magne deuotionis sinceritas, quam ad nos et romanam ecclesiam, non sine precipue laudis preconio, gerere comprobamini non indigne meretur, ut uotis uestris, in hijs presertim que animarum salutem concernere dinoscuntur, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus.

Exhibita siquidem nobis, nuper pro parte uestra, petitio continebat quod apud villam de Tomerio, Vlixbonensis diocesis, in qua conuentus uester residere dinoscitur, ac eius territorio, quedam parrochialis ecclesia beate Marie de Oliueto et nonnule alie capelle ab ipsa ecclesia dependentes, que ecclesie predicte tanquam matrici subsunt, site existunt; et quod, licet ecclesia et capelle huiusmodi per fratres dicti ordinis professores regi et magister dicti ordinis, qui est pro tempore, cum conuentu suo, vicarium in dicta parrochiali ecclesia deputare et huiusmodi vicarius, uirtute deputationis huiusmodi, curam parrochianorum ipsarum ecclesie et capellarum exercere consueuerint, idque etiam a tanto tempore fuerit obseruatum, quod de eius contrario memoria non existit; tamen, a multis reuocatur in dubium an dictis professoribus ecclesiam et capellas huiusmodi regere et magister cum eisdem conuentu vicarium ipsum deputare ac vicarius ipse eandem curam exercere possint et eis qua sit auctoritate concessum (1). Quare, pro parte uestra, nobis fuit humiliter supplicatum ut, ad tollendum dubium huiusmodi, super hoc dignaremur de oportuno remedio prouidere.

Nos igitur, qui animarum salutem intensis desiderijs affectamus, huiusmodi supplicationibus inclinati, auctoritate apostolica, presentium

---

(1) Em resposta a observações à Súplica a que acima nos referimos, conservada junto daquela e do reinado de D. João III, lê-se sobre este particular: — «Vay o trelado da bula do papa Bonifacio e vay o trelado do capitolo dos statutos da rregra, confirmados per autoridade apostolica, per que parece que ao viguairo de Tomar pertencia toda a jurisdiçam episcopal e eclesiastica, asy no foro contencioso como no foro da consciencia e dalma em Tomar e todo seu lemite; a qual vila de Tomar com seu lemite antygo he *nullius diocesis* e foy antigamente desmenbrado este lemite do arcebispado de Lixboa e dado a Ordem; a qual concesam e desmenbraçam foy confirmada per autoridade apostolica. E asy a jgreja de Santiago de Santarem entrou tambem nesta desmenbraçam e neste lemite de Tomar e na dita jgreja, que sam da Ordem, *pleno iure*. O vigairo de Tomar tinha jurisdiçam episcopal e dela vsaram sempre os vigairos antigamente e asy em outros lugares em este rreino, que sam, *pleno iure*, da dita Ordem, asy como he a Reigada, no bispado de Lamego, e no lugar de Pay de Pelo» (ANTT., *Gaveta* 7, maço 3, n.º 30, fl. 4). Este informe destinava-se a Roma, para se obter a desanexação desejada das igrejas da Ordem no país do bispo do Funchal.

tenore, statuimus et etiam ordinamus ut prior conuentualis domus dicti ordinis, qui presbiter et ipsius ordinis professor existat, presbiterum illum, eiusdem ordinis professorem, quem sibi magister et conuentus prefati duxerint presentandum, si ad hoc per eum reperiatur ydoneus, super quo suam conscientiam oneramus, in vicarium ipsius parrochialis ecclesie, apostolica auctoritate, instituat sibique dicte parrochialis ecclesie et capellarum suarum curam et regimen ac officium et exercitium, in hijs omnibus que vicarij ipsius ecclesie pro tempore facere et exercere consueuerunt, eadem auctoritate, committat, iure tamen diocesani loci et alterius cuiuscunque alias in omnibus semper saluo. Decernimus insuper irritum et inane si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit actemptari.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre constitutionis et ordinationis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis [Dei] et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xij kalendas decembris, pontificatus nostri anno primo.

115

OUTUBRO - NOVEMBRO 1394

Recibos de despesas efectuadas pela Câmara do Porto com o tablado e com os que tangeram nas matinadas, por ocasião do baptizado do infante D. Henrique, na mesma cidade.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. 3, fl. 40, original em pergaminho.

Publicados por ANTONIO CRUZ, *Velho Burgo*, pp. 51 e ss. e, novamente, em *A Casa do Infante*, pp. 145 e ss., e, nesta última edição, também em «fac-simile».

Referenciados, pela primeira vez, por J. P. RIBEIRO (Cfr. *Indice chronologico dos documentos mais notaveis... da Camara da cidade do Porto*, p. 101) e depois por ALFREDO ALVES, *Dom Henrique o Infante*, p. 10.

[I]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, vijnte dias do mes doutubro, na cidade do Porto, en pressença de mjm Joham Garçia, tabaljom de nosso ssenhor

elrrey em essa meesma, e das testemonhas que adeante ssom scriptas, GonçallEannes, criado de Lourenço Martijnz, alcayde de Leyrea, conhoçeu e conffessou que ell rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador que ora he do conçelho da dicta çidade, quatroçentas e quoreenta libras, per rrazam das cordas que lhe fforam conpradas pera o tauollado que sse ora ffez na dicta çidade; das quaaes quatroçentas e quoreenta libras sse outorgou por bem entregue e o dicto conçelho por quite e liure, das quaaes coussas o dicto Gonçallo Gonçalluez pedio este stormento. Testemonhas: Pero Viçente, tabaljom, e Bertollameu Dominguez, ouriues, moradores na dicta çidade, e outras. E eu, Joham Garçia, tabaljam ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugy que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[II]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, vijnte e dous dias do mes doutubro, na çjdade do Porto, no paaço do conçelho, en pressença de mjm Joham Garçia, tabaljam de nosso ssenhor elrrey em essa meesma e das testemonhas que adeante ssom scriptas, Juça, alatoeiro, morador na dicta çidade, conhoçeu e conffessou que rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador que ora he do conçelho da dicta çidade, çento e çinquoenta libras, per rrazam da maçãa e cruz que ffez pera o tauollado; das quaaes çento e çinquoenta libras sse deu por bem entregue e o dicto conçelho por quite e liure, das quaaes coussas o dicto Gonçallo Gonçalluez pedio este stormento. Testemonhas: GonçallEannes, tabaljom, e Gonçallo de Payuha, alffayate, moradores na dicta çidade, e outras. E eu, tabaljom ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugij, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[III]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, ssete dyas do mes de nouenbro, na çidade do Porto, no ssobrado da uereaçom, en pressença de mjm Joham Garçia, tabaljom de nosso ssenhor elrrey em essa meesma, e das testemonhas que adeante ssom scriptas, ViçentEannes, criado do bispo da dicta çidade, que pressente staua, conhoçeu e conffesou que ell rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador do conçelho da dicta çidade, çento e çinquoenta libras que lhe os vereadores da dicta çjdade mandaram dar, porque tangeo nas matijnadas que ffezerom ao jffante dom Anrrique; das quaaes cento e çinquoenta libras sse outorgou por bem entregue. Testemonhas: Joham Uaasquez, tabaljom, e Gonçallo Martijnz e Johan Eannes, vereadores, mora-

dores na dicta çidade, e outras. E eu, tabaljam ssobredicto, que este stormento, per outorgamento do dicto Viçente Annes, screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[IV]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatrocentos e trijnta e dous annos, ssete dyas do mes de nouenbro, na çidade do Porto, no ssobrado da uereaçom, en pressença de mjm Joham Garçia, tabaljom de nosso ssenhor elrrey em a dicta çidade, e das testemonhas que adeante ssom scriptas, Vaasquo Annes, criado de Joham Uaasquez das Eiras, morador na dicta çidade, que pressente staua, conhoçeu e conffessou que ell rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador do conçelho da dicta çidade, çento e çinquoenta libras desta moeda que ora corre, que lhe os vereadores da dicta çidade mandarom dar, porque tangeo nas matynadas do jffante dom Anrrique; das quaaes cento e çinquoenta libras sse outorgou por bem entregue e deu o dicto procurador dellas por quite e liure, das quaaes coussas o dicto procurador pedio este stormento. Testemonhas: PedrAffonsso, gayteiro, e DomjngEannes, Martim Martijnz, pregoeiros, moradores na dicta çidade, e outras. E eu, tabaljom ssobredicto, que este stormento, per outorgamento do dicto Vaasco Annes, screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[V]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, ssete dias do mes de nouenbro, no ssobrado da uereaçom, en pressença de mjm Joham Garçia, tabaljam de nosso ssenhor elrrey em essa meesma, e das testemonhas que adeante ssam scriptas, Joham Malha, ffilho de Vaasco Malha, que pressente staua, morador na dicta çidade, rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador do conçelho da dicta çidade, pressente mjm, dicto tabaljam, e testemonhas, çento e çinquoenta libras desta moeda corrente, que lhe os vereadores do dicto logo mandarom dar, porque tangeo nas matynadas do jffante dom Anrrique, das quaaes çento e çinquoenta libras sse ouue por bem entregue e deu o dicto concelho dellas por quite e liure, das quaaes coussas o dicto procurador pedio este stormento. Testemonhas: Vaasquo Annes, criado de Joham Uaasquez, e PedrAffonsso, gayteiro, e outras. E eu, tabaljam ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[VI]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, asete dyas de nouenbro, na çidade do Porto, no ssobrado da uereaçom, PedrAffonsso, gayteiro, pressente mjm Joham Garçia, tabaljam delrrej em essa meesma, e das testemonhas que adeante ssom scriptas, rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador que ora he do conçelho da dicta çidade, çento e çimquoenta libras, que lhe os vereadores do dicto logo mandaram dar, porque tangeo andando nas matynadas dos bautismos do jfante dom Anrrique; das quaaes çento e çinquoenta libras sse deu por bem entregue e o dicto conçelho dellas por quite, das quaaes coussas o dicto Gonçallo Gonçalluez pedio este stormento. Testemonhas: Joham Malha e Gonçallo Paaez e outras. E eu Joham Garçia, tabaljam ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[VII]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, oyto dias de nouenbro, na çidade do Porto, no ssobrado da uereaçam, Janym, criado de Tradono, que pressente staua, e pressente mjm Joham Garçia, tabaljam delrrey em essa meesma, e testemonhas adeante scriptas, rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador do conçelho da dicta çidade, que outrossy pressente staua, çento e çinquoenta libras desta moeda corrente, que lhe os vereadores da dicta çidade mandaram dar, porque andou tangendo nas matinadas do jfante dom Anrrique, que na dicta çidade ffoy bautiçado, e deusse das dictas çento e çinquoenta libras por bem entregue e o dicto conçelho por quite e liure; das quaaes coussas o dicto procurador pedio este stormento. Testemonhas: Gonçallo Paaez e Diogo, criado do chançeler da rraynha, e outras. E eu Joham Garçia, tabaljam ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[VIII]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, oyto dias de nouenbro, na çjdade do Porto, no ssobrado da uereaçom, Gonçallo Paaez, morador na dicta çidade, que pressente staua, pressente mjm Joham Garçia, tabaljom delrrey em essa meesma, e as testemonhas adeante scriptas, rreçebeu de Gonçallo Gon-

çalluez, procurador que ora he do conçelho da dicta çidade, çento e cinquoenta libras desta moeda corrente, que lhe os vereadores da dicta çidade mandarom dar, porque andou tangendo nas matynadas que ffezerom por onrra do bautismo do jfante dom Anrrique, que na dicta çidade ffoy bautizado, e deusse dos dictos djnheiros por bem entregue e o dicto conçelho por quite e liure; das quaaes coussas o dicto procurador pedio este stormento. Testemonhas: Janym, criado de Tradono, e Diogo, criado do chançeler da rraynha, e outras. E eu Joham Garçia, tabaljom ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes.

[IX]

Sabham os que este stormento virem que, na era de mjll e quatroçentos e trijnta e dous annos, oyto dyas do mes de nouenbro, na çidade do Porto, no ssobrado da uereaçom, Diogo, criado dAdam Porto (?), chançeller da rraynha, que pressente staua, pressente mjm Joham Garçia, tabaljom delrrey em essa meesma, e testemonhas adeante scriptas, rreçebeu de Gonçallo Gonçalluez, procurador que ora he do conçelho da dicta çidade, çento e çinquoenta libras desta moeda corrente, que lhe os vereadores da dicta çidade mandarom dar, porque andou tangendo nas matynadas que ffezerom nos bautismos do jfante dom Anrrique, que na dicta çidade ffoy bautizado, e deusse dos dictos djnheiros por bem entregue e o dicto conçelho por quite delles; das quaaes coussas o dicto procurador pedio este stormento. Testemonhas: Gonçallo Paaez e Janym, criado de Tradono, e outras. E eu Joham Garçia, tabaljom ssobredicto, que este stormento screuj e em ell meu signal pugy, que tal (*Sinal*) he. Pagou ij rreaaes (1).

---

(1) O infante D. Henrique, filho de el-rei D. João I de Portugal e da rainha D. Filipa de Lencastre, nasceu na cidade do Porto em 4 de Março de 1394, quarta-feira de Cinzas (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, parte 2, cap. 147). Dos presentes recibos se infere ter sido ali baptizado, em dia desconhecido, entre aquela data e 20 de Outubro do mesmo ano, data do mais antigo recibo. E, de carta do próprio, endereçada ao cabido da sé de Viseu em 24 de Novembro de 1430, a qual adiante se publica, consta haver sido padrinho de baptismo do infante o bispo de Viseu D. João Homem.

Sobre a rua e casa em que, no Porto, nasceu D. Henrique nada se conseguiu apurar de positivo até agora. Em 1894, ALFREDO ALVES, *Dom Henrique o Infante*, p. 9, nota 2, asseverou: — «É tradição, muito crivel, que o Infante D. Henrique nasceu na casa dependente do *Almazem* ou Alfandega, situada á beira da Rua Nova. O *Almazem* foi erigido na era de 1392 (A. D. 1354), por ordem de Affonso IV, em umas almuinhas e hortas, parallelas ao muro do rio; o bispo D. Pedro considerou isso uma usurpação dos seus direitos de senhorio do Burgo e aggravou; pouca importancia lhe

116

17 AGOSTO 1396

Carta de el-rei D. João I, dirigida ao corregedor da comarca da Estremadura, a mandar-lhe tirar inquirição sobre os artigos que lhe transcreve, fornecidos por D. Fr. Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo, acerca da jurisdição tradicional do Mestre nas terras da Ordem, assiná-la e enviar-lha fechada e selada, para se ordenar o que for de direito, pois não quer o Mestre contenda com o monarca sobre o assunto.

ANTT., *Pergaminhos das Ordens do Templo e de Cristo*, maço 4, n.º 10, transcrita em pergaminho e em pública-forma notarial, em Soure, a 8 de Setembro de 1396, a pedido do referido Mestre de Cristo, por o original ser em papel e recear que ele se inutilizasse.

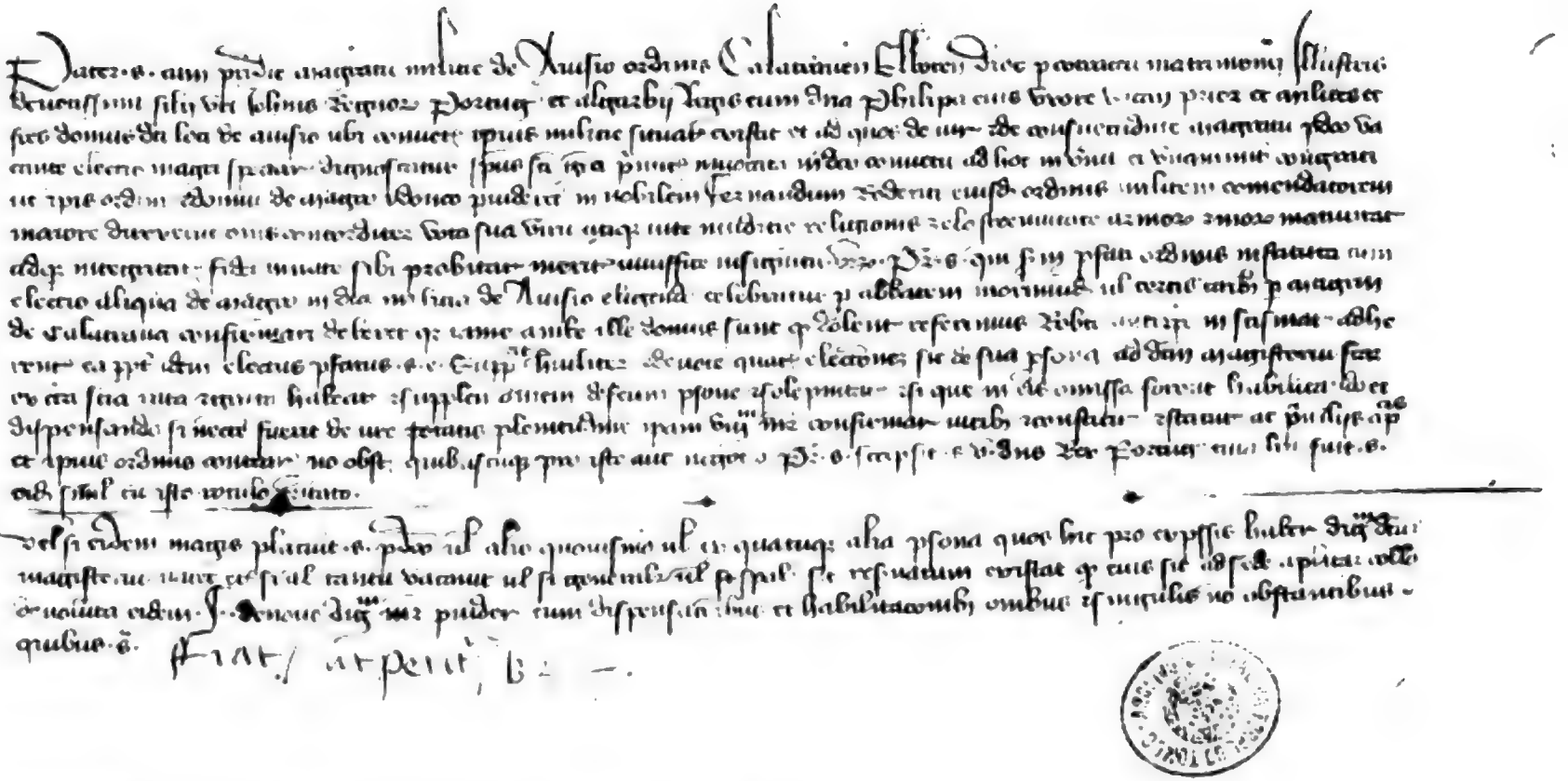
---

deu o Rei e as casas fizeram-se (*Livro Grande do Cartorio da Camara do Porto*, fol. 2). Portanto o *Almasem* e as casas annexas eram propriedades do Rei. Como D. João I gostava immenso da nova rua, que mandara abrir, e a qual até distinguia com o epitheto de «Formosa», é muito provável que escolhesse, para sua pousada na cidade, a casa que era do seu dominio directo. Ahi nasceria portanto o Infante D. Henrique, em 1394, a 4 de março. Todavia essa casa já em 1459 *desapparecera*, pois havia cahido, como se vê pela Carta Regia de 6 de Novembro do mesmo anno (*Livro 4.º de Pergaminhos da Camara do Porto*, fol. 74), na qual se manda reedificar a mesma casa, à custa da cidade, por *adúa*, de que nem os Moedeiros nem os sujeitos à Ordem dos Hospitalarios eram dispensados. Foi esta, pois, a primeira *reedificação da casa em que nasceu o Infante D. Henrique*».

E o problema tem continuado em estudo, especialmente pelo Dr. ANTONIO CRUZ, em suas supracitadas obras, e por PEDRO VITORINO, *Algumas sobrevivências do Porto medieval*, em *Notas de Arqueologia Portuense*, Suplemento ao vol. III dos «Documentos e Memórias para a história do Porto».

Sobre o particular duas observações nos ocorrem: primeira, não é crível que D. Henrique tivesse nascido em edificio da alfândega da cidade do Porto, reedificado, como observou ALFREDO ALVES, nos meados do século XV e posteriormente; tão-pouco el-rei D. João I ali tinha moradia própria, para si nem para seus filhos, como menos de três anos após a sua morte asseverou seu filho e rei D. Duarte claramente: *E por esto mandou o boo rrey meu padre* (D. João I) *guardar os dictos priuilegios* (da cidade do Porto). *E ajnda se guardaua mujto de fazer em ella estada prelongada nem quis hi nunca fazer paaços pera ssy nem pera seus filhos que teuesse nem dar lugar a outrem que os fiesse* (Capítulos Especiais do Porto nas Cortes de Evora de 1436, conservados por cópia no ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 182 v., publicados por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 5 e ss.). A este respeito, pode ver-se J. A. PINTO FERREIRA, *O Porto e a Residência dos fidalgos. Subsídios para a sua história*, Porto, 1949.

Copyrighted material



Est. VII. — Súplica da Ordem de Avis ao papa Urbano VI de 1388 (Doc. 113).

Copyrighted material

Est. VIII. — Recibos da Câmara do Porto sobre o baptizado do infante D. Henrique de 1394 (Doc. 115).

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A uos, James Lourenço, nosso uassallo e correjedor por nos na comarca da Stremadura, ssaude.

Sabede que dom frey Lopo Diaz de Sousa, meestre da cauallaria da hordem de Christos, avia comnosco contenda, per rrazom de jurdições e outras cousas, de que dezia que el e os outros meestres que ante el forom esteuerom em posse. E dissenos o dicto meestre de Christos que nom queria comnosco sobrelo tomar preito nem demanda; mais que nos mandassemos sobrelo tomar enquiriçom, pera sabermos a uerdade e que fezessemos em ello como fosse nossa merçee. O qual nos deu hũus artigos pera sse tirar a dicta enquiriçom, que taaes som. Das quaes cousas em elles contheudas disse que el e os outros meestres que ante el forom esteuerom de posse.

Entende a prouar ho meestre de Christos que, no tenpo dos meestres que ante el forom e eno seu ataa ora, os seus ouujdores ouujam e conhoçiam em as terras da dicta hordem dos feytos que perante elles vijnham, assy per çitaçoes nouas, como per çinprez querella, como per agrauos. Outrossy pediam os estados aos tabaliães e elles dauamlhos.

Jtem, pooem e a prouar entende que assy el come os outros meestres que senpre derom aos das terras da dicta hordem cartas derejtas e de graça e de seguranças e de pousadas aos de hydade de seteenta anos e lhes eram agardadas.

Jtem, põoem e a prouar entende que assy el como os meestres dantel que mandauom rrepairar os muros e pontes e fontes e calçadas e poços das terras da dicta hordem e dauam cartas pera os conçelhos, per que alançassem fintas e talhas pera as dictas cousas se fazerem. E que outrosy elles e seus ouujdores tomauom contas aos dictos conçelhos do que rreçebiam e despendiam.

Jtem, pooem e entendem a prouar que os corregedores da dicta hordem senpre enlegerom antresy quatro homeens boons pera seerem juizes; e ha ordem, per seu meestre, escolhia dous, quaes queria, e aaqueles daua juramento e sua carta pera seerem juizes e aqueles ho eram.

Jtem, pooem e entende a prouar que assy el como os meestres dantel senpre, nas terras da dicta hordem, poserom, per suas cartas, os juizes e scpriuaaes dos orfãaos e testamentos.

Jtem, entende a prouar que, quando ho corregedor delrrey vijnha pellas terras de sua hordem que, antes que conhoçesse de nehũus fectos, que mandaua polo ouujdor do meestre e que, despois que anbos eram juntos, que os [fectos?] vijnham ante o dicto seu ouujdor e depois hya[m] dantel ao corregedor delrrey, per agrauo e per apellaçom.

E porem uos mandamos que, per uos e nom per outrem, com hũu scpriuam ho mais hydonjo e sem sospeita que hy ouuer dos que perante uos steuerem, preguntedes polos dictos artigos e cousas em ello contheudas as

testemunhas que uos forem apresentadas da parte do dicto meestre. E fazedelhes pregunta do costume e como e per que guisa ho sabem, se de vista se douujda se de çerta sabedoria, e todallas outras preguntas que lhes fazer poderdes, pera melhor e mais claramente poderdes saber a uerdade toda lhas fazede. E emviadenos essa enquiriçom, asijnada per uossa mãao e çarrada e seellada, pera a nos ueermos e fazermos sobrelo o que for derejto. Vnde al nom façades.

Dante em na çidade de Lixboa, dez e sete dias dagosto. Elrrey ho mandou per Ruy Lourenço, dayam de Cojnbra, leçençiado em degredos, do seu desenbargo, nom seendo hy Joham Afonso, scollar em leix, seu uassallo e do dicto desenbargo. Viçente Anes a fez. Era de mjll e quatroçentos e trijnta e quatro anos. Colinbriensis decano.

117

8 JULHO 1399

Carta de el-rei D. João I, a confirmar para sempre a doação de juro e herdade das terras de Azurara e Manteigas a Luís Álvares Cabral, seu vassalo, filho do falecido Álvaro Gil Cabral, a quem o monarca as havia doado, juntamente com outras que depois Luís Álvares lhe vendera.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 183 v., — texto que se reproduz; *Ordem de Avis*, n.º 694; e *Beira*, liv. 2, fl. 81.

Publicada, segundo a primeira fonte citada, por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, p. 218.

Dom Joham, pella graça de Deus rrei de Purtugall e do Algarue.

A quamtos esta carta uirem fazemos ssaber que Luis Aluarez Cabrall, nosso vassallo, sosçedeu e herdou, per morte dAluaro Gill Cabrall, seu padre, as terras de Zurara e de Ualhelhas e de Mamteigas e de Taauares, de que auemos fecta merçee e doaçom, de juroderdade, per nossa carta, ao dicto seu padre, e outrosy, depois de sua morte, as comfirmamos, per nossa carta, ao dicto Luis Aluarez; da quall doaçom e comfirmaçom o theor de uerbo a uerbo de cada hũa sse segue.

Segue-se a transcrição do nosso DOC. **111** *e das respectivas doações ali citadas.*

E, porquanto nos o dicto Lujs Aluarez vendeo algũuas destas terras, a saber a de Valhelhas e terra de Taauares, e lhe fiquam as terras de Zurara e de Manteigas, e todas estas terras sam comtiudas na dicta doaçam e, fiquandolhe a dicta carta de doaçom, poderia ao diante rreçeber duujda ssobre as dictas terras que lhe asy compramos; porem, por guarda de nosso serujço, mandamos quebrar perante nos a dicta doaçom.

E porem mandamos que o dicto Lujs Aluarez e sseus herdeiros e deçendentes ajam pera ssempre as dictas terras de Zurara e de Manteigas com todas suas jurdiçõoes, rrendas e direitos e pertenças, asy e pella guisa que na dicta doaçom e confirmaçom sse contem.

E mandamos a todallas justiças e almoxarifes e escpriuãaes e outros ofiçiaaes e perssoas que esto ouuerem de veer que asy lho conpram e guardem bem e conpridamente e lhe nom vãao nem conssentam hir comtra esto em nhũua maneira que sseja. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asijnada per nosa mãao e asseelada do nosso sseello do chunbo.

Dante em a çidade de Lixboa, biij dias de julho. Elrrej ho mandou. Aluaro Gonçalluez a fez. Era de mjll iiij^{c} xxxbij annos.

118

13 SETEMBRO 1401

Bula Eximie uestre deuotionis, *de Bonifácio IX, dirigida a elrei D. João I e à rainha D. Filipa, sua mulher, a conceder-lhes que ninguém seja provido em benefício eclesiástico de apresentação dos reis e rainhas, presentes e futuros, conjunta ou separadamente, posto nas letras pontifícias se declare que pode receber o benefício, ainda que nas ditas letras se faça menção de benefício do padroado real ou especial ou geralmente reservado à Santa Sé, salvo se houver consentimento dos reis ou rainhas.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 97, fl. 274 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Bens dos Próprios da Rainha*, liv. 2, fl. 3; e *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 2, fl. 1, em português. Em ambos estes textos tem a data de 1 de Agosto.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 398.

Copyrighted material

Bonifacius etc.

Carissimis in Christo filijs Johanni, regi, et Philippe, regine Portugalie et Algarbij jllustribus, salutem etc.

Eximie uestre deuotionis sinceritas, qua nos et romanam reueriminj ecclesiam, merito nos inducit (1) ut uos specialibus fauoribus et gracijs prosequamur.

Volentes itaque nos, motu proprio, non ad vestram uel alterius pro uobis nobis super hoc oblate peticionis instanciam, sed de nostra mera liberalitate fauoribus prosequi graciosis, ut nullus cuiuscumque status, gradus ordinis uel condicionis fuerit, uigore litterarum apostolicarum, sub quacumque eciam forma hactenus a sede apostolica concessarum uel in futurum concedendarum, possit aut debeat aliquod beneficium ecclesiasticum, cum cura uel sine cura, eciam si dignitas, personatus uel officium et dignitas ipsa curata et maior post pontificalem in cathedrali uel metropolitana seu principalis in collegiata ecclesia extiterit, ad uestram seu regis et regine Portugalie et Algarbij pro tempore existencium presentacionem comuniter uel diuisim spectans recipere seu petere quoquomodo, quantuncumque, eciam in ipsis litteris apostolicis mencio habeatur quod huiusmodi beneficium de iure patronatus regis aut regine seu dispositioni apostolice specialiter uel generaliter reseruatum existat, nisi ad hoc uester aut regis et regine dictorum regnorum pro tempore existencium consensus specialis accesserit, deuocioni uestre, auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa sciencia, motu simili, indulgemus.

Et nichilominus omnes et singulas gratias ac litteras apostolicas a sede predicta hactenus, sub quacumque eciam forma, quibuscumque personis ad huiusmodi beneficia concessas et processus ac prouisiones et quecumque inde secuta, eciam si de ipsis litteris et gracijs et eorum toto tenore, de uerbo ad uerbum, in nostris litteris habenda foret mencio specialis, auctoritate, motu et sciencia predictis, cassamus, irritamus et etiam reuocamus ac nullius penitus esse uolumus roboris uel momenti, decernentes eciam irritum et inane, si secus quicquam in contrarium, a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter (2) attemptatum forsan est hactenus uel im posterum contigerit attemptari.

Nulli ergo etc. nostre concessionis, cassacionis, irritacionis, reuocacionis, uoluntatis et decreti infringere etc.

Si quis etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, jdibus septembris, anno duodecimo.

---

(1) No ms. *inducunt*.

(2) No ms. *contigerit* em seguida a *ignoranter*.

119

27 JANEIRO [1402]

Carta do infante D. Fernando de Castela a Álvaro Gonçalves, escrivão e enviado de el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe haver rompido a trégua e não estar disposto a receber os embaixadores portugueses; pois soubera que o rei de Portugal mandara lá cometer tratos e falas em desserviço de el-rei seu senhor e irmão e seu (1).

GHCP., *Vereações*, liv. 2, fl. 47 v., em cópia da época, inserta na acta da sessão de 20 de Fevereiro, segundo traslado enviado por ordem de el-rei D. João I.

Eu, jnfante, enuyo saudar a uos, Aluaro Gonçaluez, scpriuam.

Vy uosa carta, que me enujastes, em na quall dizyades que chegarades a Toledo, pensando acharme hy, per rrazom da vynda dos enbayxadores; enpero que, segundo auyades ouuydo, que eu auya ja partydo mãao dos trautos, e porem que uollo enuyase dizer, segundo mays largamente em uosa carta me escreuestes.

E ssabede que he asy uerdade, que eu ey partydo mãao dello e que em nẽhũa maneira que em nos trautos nem em outra nẽhũa cousa eu nom entendo fallar nem trautar com os dictos enbaixadores, pollas rrazõoes contehudas em hũa mjnha carta que sobre ello lhes enuyo. E, porquanto eu ey sabido de çerto que uoso ssenhor ha enuyado aca, a cometer algũus trautos e fallas, que era deserujço delrrey meu ssenhor e meu jrmãao e meu;

E porem, daquj en dyante, nom conprem vijnr a mjm mays ssobrello; e, se trautos e falas entenderdes fazer, da parte do uoso ssenhor, hydeuos pera elrrey meu ssenhor e fazede como entenderdes que uos conpre.

Dante em Baylem, xxbij dyas de janeiro. Eu Steuam Gonçaluez, scpriuam do dicto ssenhor jnfante, ha screuy, per seu mandado.

---

(1) Alusão às tréguas com Castela, assentes em Segóvia, a 6 de Outubro de 1402. (Cfr. *Quadro elementar*, t. 1, pp. 283 a 285). Sobre a negociação das mesmas pode ver-se FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2. Acerca delas conservam-se vários documentos no Archivo General de Simancas, *Patronato Real, Tratados con Portugal*, n.os 4.046 e ss. Cfr. a nota da nossa pág. 304.

120

10 FEVEREIRO [1402]

Carta de el-rei D. João I à Câmara do Porto, a ordenar-lhe envie dois procuradores às Cortes de Montemor-o-Novo até 1 de Março, para se tratar da guerra com Castela, pois as tréguas findam em 1 de Maio e sabe-se, por carta do infante, cuja cópia remete, não serem pacíficas as intenções do rei castelhano.

GHCP., *Vereações*, liv. 2, fl. 47, em cópia da época, inserta na acta de 20 de Fevereiro.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos mais notaveis ...da Câmara da cidade do Porto*, p. 111.

Conçelho e homeens boons da nosa leal çydade do Porto.

Nos elrrej uos enujamos mujto ssaudar.

Creemos que bem sabedes como era ordenado que nos [a] elrrej de Castella enujasemos nosos enbaixadores, a casa do jnfante dom Fernando, pera trautarem pazes e asesego antre estes rregnos e os de Castella. E ora, antes que enuyasemos allo nosos enbayxadores, mandamos allo Aluaro Gonçaluez, noso scpriuam, a saber do dicto jnfante em que lugar e a que tenpo hirjam a ell os dictos enbajxadores; e chegou a Tolledo e nom achou hy o dicto jnfante, porque era partydo pera Andaluzya, e achou hy nouas que o dicto jnfante abrjra mãao destes trautos. E porem lhe enuyou seu rrecado, per hũu noso moço que alo foy, que lhe enujase dyzer se era asy. E el tornouse a nos; e ora o dicto moço trouuelhe hũa carta do dicto jnfante, asynada per sua mãao, da quall uos enujamos o trellado dentro em esta nosa, per que fomos certyfycado que ell abrira mãao destes trautamentos e que se nom quer mays enpachar delles, segundo per ela ueredes.

E, porquanto entendemos que esto he mays maneira de fycarmos em guerra que em asesego e estas tregoas saaem por primeiro dia de mayo que ora uem, que he asaz pequeno espaço; acordamos de mandarmos vyr desa çydade e doutras algũas çydades e vyllas mays prinçypaes dous homeens boons de cada hũu logar, pera com elles falarmos estas cousas e hordenarmos maneiras que auemos de teer em nosa guerra, por nosso serujço e deffensom dos nosos rreynos.

E porem uos rrogamos e mandamos que escolhades antre uos dous homeens boons entendudos, quaes entenderdes que sejam perteeçentes pera esta cousa, e os enuyedes aquy [a] nos, a Montemoor o Nouo, com uosa procuraçom sofyçyente pera ello, de gysa tall que sejam comnosco pri-

meiro dya de março primeiro que uem, sem outro enbargo nem alongamento nẽhũu que sobre elo ponhades. Vnde al nom façades.

Dante em Moontemoor o Nouo, dez dyas de feuereiro. Elrrey o mandou. Viçente Annes a fez.

121

5 MARÇO [1402]

Carta de el-rei D. João I à Câmara do Porto, a comunicar-lhe acharem-se prorrogadas as tréguas com Castela até 1 de Março de 1403, com a declaração de que conservadores e juízes das mesmas tréguas ficam obrigados a restituir tudo o que se levar furtado de um reino a outro, durante elas, e a ordenar-lhe publique o facto na cidade e as cumpram.

GHCP., *Vereações*, liv. 2, fl. 50, em cópia da época.
Sumariada no *Indice chronologico dos docs. mais notaveis... da Camara da cidade do Porto*, p. 112.

Juizes e homens boons do conçelho da nossa leal çidade do Porto. Nos elrrey uos enuyamos mujto saudar.

Fazemos ssaber que as tregoas que eram antre nos e nosso auersairo de Castella ataa primeiro dia de mayo seguinte ssom alongadas ataa primeiro dia de março que ha de vyr, da era de mjl e iiij^{c} quoreenta e hũu annos, pella guisa que erram postas e ffyrmadas. E he mays emadeudo e posto nas dictas tregoas antre nos e o dicto nosso auersairo que, sse aconteçer que, em durando as dictas tregoas, alghũus do ssenhorio de Castella ou doutros logares que estam su sua obediençia sse pasarem pera os nossos rreignos e trouuerem alghũas cousas ffurtadas ou rroubadas ou sse veerem com ellas, que seiam tornadas as cousas que assy trouuerem aos danpifficados e que os conseruadores e juizes das dictas tregoas seiam theudos de as fazer tornar e rrestytuyr a sseus cuyas eram ou a que perteeçiam e de fazerem justiça dos que as trouuerem, assy como de ladroes.

E porem uos mandamos que as façades assy apregoar em essa çidade e outrossy guardar em tal maneyra que sseia gardada como deue. Vnde al nom façades.

Dante em a cidade dEuora, çinquo dias de março. Elrrej o mandou. Aluaro Gonçalluez a ffez.

Copyrighted material

122

[1402] (1)

Lista da redução do pessoal da casa de el-rei D. João I, da rainha D. Filipa e dos infantes seus filhos, decretada pelo monarca com seu Conselho, para diminuição das despesas.

ANTT., *Colecção de S. Lourenço*, vol. 1, fls. 25 e ss., em cópia do século XV. No original, os números das libras em algarismos romanos.

Quaderno dos que ora elrrey de[ue] trager por moradores

E primeiramente dos do conselho

Jtem, quatro do consselho, per alujdro dos que aqui andarem . . . . . 100.000 lljbras

Dos vijnte grandes que hij ham dandar contynuadamente

Jtem, dom Fernando, filho delrrey dom Henrrique .	27.000	»
Jtem, dom Fernando, filho do jfante	18.000	»
Jtem, FernandAluarez, ayo do jfante	17.600	»

(1) Não leva o documento data, que tem de se calcular. Assinada trégua por 10 anos com Castela, em Segóvia, a 28 de Setembro de 1400 (Cfr. *Quadro elementar*, t. 1, pp. 283-85 e a bibliografia ali aduzida), el-rei D. João I, assim «desabafado dos feitos de guerra, cuidou de correger sua casa e terra dalgũas cousas que lhe pareceram dignas de emmendar. E falou todo com o comdeestabre, dizemdolhe a maneira que em tudo emtemdia de ter e como per elle e os do seu comselho queria que o rregno e as despesas gramdes de sua casa e da rrainha sua molher fose todo hordenado e corregido [....]. E emtam fez chamar os do seu comselho, asy como o Mestre de Cristo e o dAvis e outros senhores e peerlaados e notefycoulhes as cousas que em suua casa e rregno correger queria. E todos com o comdeestabre, cada dia postos em comselho, ordenaram sobre todo como se milhor e mais serviço seu delle e proveito do rregno pareceo» (FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 200).

E uma das coisas então tratadas foi o corregimento da casa do monarca: — «Prouveram iso mesmo por correger a casa delrrey quoamto avia de suas remdas e direitos reaes; e acharam que lhe remdia todo o rregno oitemta e hũu comtos e seis cemtas e tamtas mil livras, a saber: as sisas sesemta comtos e seiscemtas e tamtas mill, e os direitos do rregno vimte comtos e novecemtas e cimquoemta mill

Jtem, dom Joham de Crasto	9.800	lijbras
Jtem, dom Fernando, seu jrmãao	8.000	»
Jtem, Vaasco Fernandez Coutinho	9.400	»
Jtem, Gonçalo Peireira	8.800	»
Jtem, dom Lois	8.800	»
Jtem, Gonçalo Anes de Sousa	8.800	»
Jtem, Aluoro Gonçalluez dAtayde	8.300	»
Jtem, Roy Uaasquez Pereira	8.300	»
Jtem, Aluoro Gonçalluez Coutinho	7.100	»

---

libras, que eram jumtamemte, per todo, cemto e hoitemta e cinquo mill e trezemtas dobras, valemdo emtam a dobra mourisca ou coroa, quoall quiserdes, iiij^{c} e coremta livras, que eram Cxxvj reais de tres livras e meia. E que todo esto elrrey despemdia e nam lhe avomdava, seguumdo sua gramdeza e subegidam de gemte, asy de homens como de molheres, que em sua casa e da rrainha amdavam. E que, guoardada sua homrra e estaado, adelguaçamdo taees despesas, lhe podiam havomdar suas remdas pera o gastamento hordenado e mais sobejarlhe pera outras dadivas, quoamdo mester fizese.

«Emtam hordenaram que, das pessoas do comselho, nam amdasem comtinuadamente com elrrey mais de quoatro e que estes ouvesem moradias emquoamto hi andasem. E, posto que outros do comselho viesem a corte, allem dos quatro qui hi amdar deviam no comselho, nam ouvesem moradias. Mas, se outros alem dos quatro fosem chamados, per mamdado delrrey, pera cortes ou algũu comselho, que atee quimze dias nam ouvesem moradia, salvo dali a diamte, e muito mais pouco, se viesem arrecadar seus feitos a corte. E que elrrey podese mudar aquelles quoatro e trazer outros quatro quoamdo sua merce fose. E que, afora estes do comselho, que trouvese elrrey, de cote, de pessoas gramdes pera acompanhar a elle e a rrainha e os ifamtes, que aimda eram pequenos, vimte; e, descudeiros moradores, comtando em elles as guoardas delrrey, Lxxx. E, de cimquoemta e sete moços da camara que trazia, que lhe ficassem com os pages no mais de doze; e os coremta e cimquo tirase por escudeiros. E, de moços destribeira com o apresemtador, trouvese dez. E, de caçadores, nom mais de xx; e, de moços de monte xxv. E asy temperaram as pessoas que trouvesse, em todollos oficios de sua casa, asy nas rolaçõens, como descudeiros e cleresia, como de quoaesquer outros.

«Outrosi, hordenaram que, em casa da rrainha, amdasem quoatro donas, e homde amdavam xxv donzellas, nam trouvese maes de xiiij, e as outras aguasalhase elrrey, mais hũa camareira e outra molher da camara, e asy outras molheres e oficiaes. E tiraram as covilheiras aos ifamtes, que eram molheres que lhes guoardavam suas roupas e alinpavão e toda outra limpeza que molheres a moços onestamente he dado fazer, e que lhe desem escudeiros que tivesem este cuidado, comsemtimdo elrrey na temçaom delles e avemdo por bem ordenado todo quoamto asy faziam» (FERNÃO LOPES, *Crónica* e vol. cits., cap. 201).

Cremos que a presente lista de pessoal corresponde à reforma a que se reporta Fernão Lopes e deverá assim situar-se no ano de 1402, porém antes de 29 de Setembro daquele ano, data do nascimento do infante D. Fernando, que nela ainda não figura, mas apenas D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e D. João. Sobre o assunto pode ver-se J. LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, pp. 48-49, o qual também data o facto de 1402.

Jtem, Diego Pereira	6.900	lljbras
Jtem, Lopo Aluarez de Moura	6.900	»
Jtem, Vaasco Fernandez dAtayde	5.400	»
Jtem, Rodrigo Afonso de Merlloo	7.650	»
Jtem, Martim Uaasquez da Coynha	5.000	»
Jtem. (2).		
Jtem.		
Jtem.		

Escudeiros

Jtem, Steuam Soares de Merlloo	4.450	»
Jtem, Steuam Leytom	7.000	»
Jtem, Joham Pereira	5.400	»
Jtem, Fernam Fogaça	5.400	»
Jtem, Martim Gonçalluez dAzeuedo	5.400	»
Jtem, Aluoro Gonçalluez dAaureu	4.900	»
Jtem, Gonçalo Correa	4.900	»
Jtem, Paay Correa	4.900	»
Jtem, Johane Afonso de Brito	4.900	»
Jtem, Nuno Gonçalluez dAtayde	4.900	»
Jtem, Pero Nunez, seu jrmãao	4.900	»
Jtem, Roy Gomez da Silua	4.900	»
Jtem, Airas Afonso Uallente	4.200	»
Jtem, Joham Roïz Taborda	4.200	»
Jtem, Joham Freire, filho de Roy Freire . . .	5.000	»
Jtem, Rodrigo Affonso, estrabeiro	3.500	»
Jtem, Vaasco Martjns Nunjz	3.500	»
Jtem, Joham Fernandez dAaureu	3.500	»
Jtem, Aluaro de Meira	3.500	»
Jtem, Steuam Gonçalluez Pimentel	3.500	»
Jtem, Lopo Teixeira	3.500	»
Jtem, Pero Botelho	3.500	»
Jtem, MeendAffonso de Beia	3.500	»
Jtem, Martim Uaasquez de Gooes	3.500	»
Jtem, Nuno Aluarez de Gooes	3.500	»
Jtem, Vaasco Roïz Delgado	3.400	»
Jtem, Diego Borgas	3.400	»
Jtem, Diego Gil, filho de Gil Annes	2.200	»
Jtem, Lopo Uaasquez de Castel Branco	2.000	»
Jtem, Martim Portela	2.000	»

(2) A falta de nomes indicará não estarem providos os lugares.

Jtem, Martim Annes	2.000	lljbras
Jtem, Eytor Nunez	2.000	»
Jtem, Aluaro Fernandez Mazcarenhas	2.000	»
Jtem, Fernam Martinz Mazcarenhas	2.000	»
Jtem, Gonçalo Uelho	2.000	»
Jtem, Joham de Freitas	2.000	»
Jtem, Nuno Fernandez	2.000	»
Jtem, Diego Fernandez, filhos de FernandAluarez .	2.000	»
Jtem, Vaasco Martinz dAlbergaria	2.000	»
Jtem, Martim Arraiz	2.000	»
Jtem, Steuam Pirez Godinho	2.000	»
Jtem, Diego Gil Dantez (?)	2.000	»
Jtem, Gil Annes, ssobrinho do arçabispo . . .	2.000	»
Jtem, Nuno Uaasquez, que foj page	2.750	»
Jtem, Lois Uaasquez da Coinha	1.500	»
Jtem, Pero Lopez dAzeuedo	1.500	»
Jtem, Pero Uaasquez, filho de Joham Uaasquez .	1.500	»
Jtem, Gonçalo de Taaures (?)	1.200	»
Jtem, Pero de Taauares	1.200	»
Jtem, Joham Afonso, filho de Martim Afonso . .	1.200	»
Jtem, Aduarte Pereira	1.200	»
Jtem, Fernam Uaasquez Roga^{as}	1.200	»
Jtem, Martim Uaasquez Leitom	1.200	»
Jtem, Diego Pecanha	1.200	»
Jtem, Lopo de Barros	1.200	»
Jtem, Rodrigo de Barros	1.200	»
Jtem, Steuam Annes, criado de Joham Gomez . .	1.200	»
Jtem, Martim Fernandez de Uasconcellos . . .	1.200	»
Jtem, Pero Uaasquez dAfonsseca	1.200	»
Jtem, Afonso Roïz de Brauaces	1.200	»
Jtem, Lourenço Uaasquez dAfonseca	1.200	»
Jtem, Fernam Uaasquez de Leirea	1.200	»
Jtem, Diego Garcia Pipa	1.200	»
Jtem, Gonçalo Uaasquez, filho de Vaasco Annes tesoureiro	1.200	»
Jtem, Meem Cerueira	1.200	»
Jtem, Joham Uaasquez de Taujra	1.200	»
Jtem, Vaasco Annes, seu jrmãao	1.200	»
Jtem, Diego Rabeello	1.200	»
Jtem, Afonso Fernandez dAlmeyda	1.200	»
Jtem, Vaasco dAlmeyda	1.200	»
Jtem, Vasco de Almeyda	1.200	»
Jtem, Fernam dAlmeyda	1.200	»

Jtem, Afonso Gomez, criado de Joham Gomez . .	1.200	lljbras
Jtem, Joham de Santarem ssobrinho de meestre Estaço	1.200	»
Jtem, Joham dUlueira, criado de Joham Gomez .	1.200	»
Jtem, Fernam Borjas	1.200	»
Jtem, Fernam Borias	1.200	»
Jtem, Joham Martinho	1.200	»
Jtem, Fernam de Freitas	1.200	»
Jtem, Pero de Faria	1.200	»
Jtem, Diego de Castel Branco	1.200	»
Jtem, Afonso Gonçalluez, filho da ama	1.200	»
Jtem, Lopo Borjas	1.200	»
Jtem, Vaasco Gonçalluez Galego	1.200	»
Jtem, Aluaro de Poombal	1.200	»
Jtem, Bernal Solla	1.200	»
Jtem, Aluoro Cotrim	1.200	»
Jtem, Roy Cotrim	1.200	»
Jtem, Gonçalo Annes dAfonsseca, criado de Gonçalo Annes	1.200	»
Jtem, Rodrigo Airas, criado de Gonçalo Uaasquez .	1.200	»
Jtem, Vaasco Gonçalluez, escpriuam	1.200	»
Jtem, Vicente Annes, escpriuam	1.200	»
Jtem, Tomas de Foyes	1.950	»
Jtem, Diego de Seaura	1.950	»
Jtem, GarciAffonso	1.950	»
Jtem, Joham Gonçalluez, ssobrinho do arçabispo .	1.950	»
Jtem, Fernam Roïz Barbado	1.950	»
Jtem, Diego Feo	1.950	»
Jtem, Martim Fernandez dAlmeyda	1.950	»
Jtem, Vaasco de Beia	1.950	»
Jtem, Fernam Furtado	1.950	»
Jtem, Diego Gonçalluez Arrombo	1.950	»
Jtem, Rodrigo Airas de Beia	1.950	»
Jtem, Steuam Martjnz da Camara	1.950	»

Capellãaes e cantores

Jtem, Joham Lourenço, capellam moor	3.000	»
Jtem, frey Joham Fernandez	1.200	»
Jtem, Gonçalo Steuez	1.200	»
Jtem, Pero Affonso	1.200	»
Jtem, Gil Velho	1.200	»
Jtem, Steuam Velho	1.200	»

Jtem, Gonçalo Martjnz de Trancoso	1.200	lljbras
Jtem, Lois Afonso	1.200	»
Jtem, Joham dObidos	1.200	»
Jtem, Diego Vicente	1.200	»
Jtem, Reymom de Ponte	1.200	»
Jtem, Lourenço Dominguez	1.200	»
Jtem, Lopo Fernandez	1.200	»
Jtem, Lourenço Afonso	1.200	»
Jtem, Lois Afonso	1.000	»

Moços da capella

Jtem, Diego de Sousa	600	»
Jtem, Joham Pardo	600	»
Jtem, Gil do Porto	600	»
Jtem, Pero Fernandez	600	»
Jtem, Diego, criado dAntom Pirez	600	»
Jtem, Joham Preto	600	»
Jtem, Afonso	600	»
Jtem, o moço que traz a capella	600	»
Jtem, o esmoller	1.500	»
Jtem, a esmola delrrej	5.000	»
Jtem, a esmolla da rrainha	2.000	»

Oficiaaes da Rolaçom

Jtem, Aluaro Gonçalluez, chanceler	9.000	»
Jtem, o lecenciado Fernam Gonçalluez	7.000	»
Jtem, Vaasco Gil, lecenciado	7.000	»
Jtem, o doutor Gomez Martjnz	7.000	»
Jtem, Johane Meendez, corregedor	7.000	»
Jtem, o doutor Lancarote	7.000	»
Jtem, Gil Martjnz, ouujdor	5.500	»
Jtem, Aluoro Roïz, ouujdor	5.500	»
Jtem, Rodrigo Annes, ouujdor da rrainha . . .	5.500	»
Jtem, Aluaro Meendez, precurador	5.500	»

Jtem.

Oficiaaes da casa delrrej

Jtem, Gonçalo Lourenço, escpriuam da puridade .	15.600	»
Jtem, Denjs Annes, veedor	7.000	»
Jtem, Joham Freire, camareiro	4.000	»
Jtem, Johanne Afonso, veedor da fazenda . . .	7.000	»

Jtem, Aluoro Gonçalluez, veedor da fazenda . . .	7.000	lljbras
Jtem, Rodrigo Annes, escpriuam dos meirinhos .	5.200	»
Jtem, PerEannes, escpriuam da chancelaria . .	4.000	»
Jtem, Pero Lopez do Quintaal	2.500	»
Jtem, Paay Lourenço, pousentador	3.200	»
Jtem, Rodrigo Afonso, estrabeiro	3.500	»
Jtem, Diogo Caldeira	1.600	»
Jtem, Gonçalo Caldeira,		
Jtem, Aluaro Gonçalluez, escpriuaaes da camara .	5.000	»
Jtem, Gomez Lourenço, copeiro	1.950	»
Jtem, Gonçalo Annes Penteado, mantyeiro . . .	2.200	»
Jtem, Joham Gonçalluez, ycham	1.200	»
Jtem, Joham Uaasquez, escpriuam da rreposte . .	1.200	»
Jtem, Joham de Roriz, rreposteiro	1.200	»
Jtem, Rodrigo Annes, despenseiro	1.800	»
Jtem, PerEannes, escpriuam da despensa . . .	1.200	»
Jtem, Rodrigo Annes, veedor dos fornos . . .	1.200	»
Jtem, Martim Fogaça, escpriuam	1.200	»
Jtem, Gil Delgado, rregeifeiro	1.200	»
Jtem, Afonso Annes, conprador	1.200	»
Jtem, Steuam Annes, barbeador	1.200	»
Jtem, Lourenço Gonçalluez, borllador	1.200	»
Jtem, Afonso Annes, borllador	1.200	»
Jtem, Mestre Afonso, fisico	9.000	»
Jtem, Mestre Estaco	9.000	»
Jtem, Mestre Manuel	9.000	»
Jtem, Mestre Fernando	2.100	»
Jtem, Mestre Vicente	2.100	»
Jtem, Mestre Gonçalo	2.100	»
Jtem, Vaasco Gonçalluez, veedor do jfante . . .	4.000	»
Jtem, frey Uaasco Pereira	3.000	»
Jtem, PerEannes Garrigo,		
Jtem, Joham dEuora, contadores	3.000	»
Jtem, Joham Roîz, escpriuam dos contos . . .	1.200	»
Jtem, Mestre Gujlhelme, boticayro	1.200	»
Jtem, Joham Lionardez, boticaro	1.200	»
Jtem, Joham de Lixboa, escpriuam	1.200	»
Jtem, Afonso Gonçalluez, borllador	600	»

Porteiros da camara delrrey

Jtem, Johane Jngres	1.200	»
Jtem, Pero Lourenço	1.200	»

Jtem, Fernam Uaasquez	1.200	lljbras
Jtem, Afonso Annes	1.200	»
Jtem, Fernam Testa	800	»
Jtem, Martim Mingẽz, porteiro dos contos . . .	900	»
Jtem, Joham da Posse,		
Jtem, Joham Gonçalluez, porteiros dos jfantes . .	800	»

Jograres

Jtem, Todano	2.000	»
Jtem, Tamalỹ	1.650	»
Jtem, Joham Pene	1.650	»
Jtem, Lixboa	1.650	»
Jtem, Algarue herauto (?)	1.650	»
Jtem, Colim, Mestre do rrelogio	1.650	»
Jtem, Joham Martijnz, trompeta	1.200	»
Jtem, Afonso Annes, enquanto for rreposteiro (?) .	1.200	»
Jtem, Joham da Ganboa	1.000	»
Jtem, Joham Martijnz, cozinheiro	1.000	»
Jtem, Steuam dUlueira, periliteiro	1.000	»
Jtem, Afonso Steuez, conprador dos jfantes . .	1.000	»

Beesteiros da camara

Jtem, Aluaro Roïz, coudel	1.200	»
Jtem, Fernam Folhoo	1.200	»
Jtem, Afonso Annes, que traz a beestria . . .	900	»
Jtem, Vaasco Gonçalluez	900	»

Meirinhos e cacereiros e homeens da justiça

Jtem, JohanEannes, meirinho	2.000	»
Jtem, Gonçalo Giraldez	1.200	»
Jtem, Domjngos Pirez	1.000	»
Jtem, Joham Gonçalluez	1.000	»
Jtem, a dez homeens de JohanEannes, a cada hũu .	700	»
Jtem, a bj. homeens das cadeas, a cada hũu . .	700	»
Jtem, a iiij° homeens da justiça que leuam cartas, a cada hũu	700	»
Jtem, a Diego Steuez, porteiro dante o corregedor .	700	»
Jtem, a BernaldEannes, escpriuam	700	»
Jtem, hũu porteiro dante os ouujdores	400	»

Jtem, outro porteiro da Rollaçom	500	lljbras
Jtem, a doze algozes, a cada hũu	700	»

Monteiros

Jtem, o monteiro moor	1.200	»
Jtem, o monteirinho	900	»
Jtem, Vaasco dArual	900	»
Jtem.		
Jtem, a xxx. moços do monte, a cada hũu . . .	600	»
Jtem, Lourenço Pirez, falcoeiro moor	200	»
Jtem, Johenquim	1.000	»
E mais a xxij. cacadores, a cada hũu	800	»
Jtem, a x. homeens de pee, a cada hũu . . .	600	»
Jtem, a xb. camjnheiros, a cada hũu	600	»
Jtem, dous homeens da despensaria, a cada hũu .	600	»
Jtem, Joham Brum	600	»
Jtem, Caparel	600	»
Jtem, Mestre Joham capateiro	600	»
Jtem, hũu homem da rreposte	600	»
Jtem, Bertolameu Gomez	600	»
Jtem.		
Jtem, Gonçalo Martijnz, rreposteiro do jfante . .	600	»
Jtem, a rrigeifeira delrrej	600	»
Jtem, a rrigeifeira do jfante	600	»
Jtem, tres homeens da copa, a cada hũu . . .	600	»
Jtem, Johane Afonso, ygudor	500	»
Jtem, Joham de Lixboa, escpriuam dos fectos . .	500	»
Jtem, Afonso Annes, escpriuam da fazenda . .	500	»
Jtem, o azamel de frey Joham Xira	500	»
Jtem, o carniceiro	500	»
Jtem.		
Jtem, a manceba da rrigeifeira delrrej	300	»
Jtem, a manceba da rrigeifeira da rrainha . . .	300	»
Jtem, Antonj̃	300	»
Jtem, Frances	300	»
Jtem, Anrrique	300	»
Jtem, dous alueitares e ferradores, a cada hũu .	800	»
Jtem, a x azamees e b. caualaricos, que sam xb., a cada hũu	700	»
Jtem.		

Copyrighted material

Moradias da rreynha (3)

Jtem, Beatriz Gonçalluez	9.000	lljbras
Jtem, Mecia Uaasquez	8.000	»
Jtem, Leonor Uaasquez	1.600	»
Jtem, dona Johana, filha do Mestre	1.200	»
Jtem, Phellipa dAtayde	1.200	»
Jtem, Catarina Uaasquez	1.200	»
Jtem, Maria Uaasquez, ama	2.000	»
Jtem, Maria de Reesende	900	»
Jtem, Lionor Gonçalluez	900	»
Jtem, Jsabella Fernandez de Moura	900	»
Jtem, dona Beatriz de Merlloo	1.000	»
Jtem, Senhorinha Annes	1.000	»
Jtem, Catarina Pirez	1.000	»
Jtem, Margarida Martijnz	1.000	»
Jtem, Mecia Lourenço	1.000	»
Jtem, Mecia Gonçalluez, ama	1.000	»
Jtem, Beatriz de Moura	700	»
Jtem, Beatriz Afonso Gorica	700	»
Jtem, Beatriz Martijnz	700	»
Jtem, Enes do Casal	700	»
Jtem, Branca Roïz	700	»
Jtem, Maria Correa	700	»
Jtem, Maria da Coynha	700	»
Jtem, a molher de Gonçalo Annes Penteado . .	600	»
Jtem, Leonor Pereira	600	»
Jtem, dona Briolanja	1.300	»
Jtem, dona Catalina	1.200	»
Jtem, Celonesa	700	»
Jtem, Geneura	700	»
Jtem, Catalina Fernandez	700	»

Oficiaaes da casa da rrainha

Jtem, o chanceler da rrainha	6.000	»
Jtem, DiegAluarez, veedor	9.100	»
Jtem, Vaasco Martijnz, escpriuam da poridade. .	2.300	»
Jtem, FernandAiras, escpriuam da cozinha . . .	1.700	»

(3) Sobre o pessoal da casa da rainha, quando casou, pode ver-se a lista dada pelo citado cronista, obra e vol. aduzidos, cap. 96.

Jtem, Rodrigo Annes, copeiro	1.500	lljbras
Jtem, Ruberte Paym	1.650	»
Jtem, Richarte, alfayate	1.650	»
Jtem, Joham dAlby	1.260	»
Jtem, Joham Gamell	1.260	»
Jtem, Johanequin	1.260	»
Jtem, Jeruas	1.260	»
Jtem, Tomas	1.200	»
Jtem, Aires Annes, pousentador	1.200	»
Jtem, JohanEannes do Camo	1.200	»
Jtem, Richarte, cozinheiro	1.000	»
Jtem, Affonso Pirez, cozinheiro	800	»
Jtem, Pero Xira	815	»
Jtem, Martim Gonçalluez	815	»
Jtem, Antom Uaasquez	800	»
Jtem, Vaasco Gonçalluez	800	»
Jtem, Martim Roïz	800	»
Jtem, Vaasco Caruam	800	»
Jtem, Vaasco Fernandez	800	»
Jtem, Afonso Pirez	800	»
Jtem a rrigeifeira	600	»
Jtem, o porteiro dante o ouujdor	400	»
Jtem, him alueytar e ferrador	800	»
Jtem, xxx azameeis e caualaricos	700	»
Jtem, a hũu homem da ceuaria	600	»

As pessoas que crecem na casa da rrainha

Jtem, de donzellas traz mais x. em [que] monta, a 900 libras por mes	9.000	»
Jtem, de guardarroupas traz mais ij	2.500	»
Jtem, de porteiros tem mais j	800	»
Jtem, traz mais hũu ferrador j	800	»
Jtem, Beatriz Gonçalluez, coujlheira,		
Jtem, Margarida Martijnz, couilheira,		
Jtem, Micya Lourenço, coujlheira, cada hũa 1.000 ljbras	3.000	»
Jtem, a molher do Penteado 600		
Jtem a madre de Cenoresa 700	1.300	»
Jtem, Joham Callado		
Jtem, Fernam Rapote, que ham por mes	1.600	»
Jtem, de mocos da estribeira traz mais b, em que monta por mes	2.500	»

Jtem, de rreposteiros traz mais j	500	lljbras
E de molheres da camara traz mais j, em que monta	900	»
E traz mais a rreynha e yfantes doutras molheres que ham rracom de iiij. pãaes xb, em que monta . .	7.500	»
Jtem, tras mais doutros, que ham rracom de bij. pãaes iiij° que andam com os apousentadores, em que monta	3.600	»
Soma do que monta em estes, que ham rraçom de pam	15.000	»
Soma do que monta em todas as dictas moradias, asij dos que ham moradias, a dinheiros e rracoes de pam, asij delrrej como da rrainha e jfantes, . .	245.500	»
pam, asij delrrej como da rrainha e jfantes . .	245.500	»
a saber:		
Em moradias de dinheiros	177.100	»
E com os que ham rracom de pam e vinho . . .	68.400	»
E asij montaria por ano	3.946.000	»

Estes som os que crecerom que andam com os jfantes

Jtem, frey Vaasco Pereira, que ha por mes . . .	3.500	»
Jtem, Afonso Steuez, conprador 1.000,		
Jtem, Rodrigo Afonso, seu barbeador 700,		
Jtem, Afonso Pirez, caçador, 600, que ham por mes	2.300	»
Jtem, mais hũa rrigeifeira 600		
E hũa manceba 400	1.000	»
Jtem, JohanEanes do Cano 1.200,		
Jtem, Afonso Pirez, cozinheiro 800,		
Jtem, Vaasco Carnouom 800, que ham por mes .	2.800	»
Soma das moradias a dinheiro . . . 9.600		
Jtem, traz mais a yfante de mocos da camara de bij pãaes e de iiij,.....ij	1.400	»
Jtem, o jfante dom Pedro e dom Henrrique traz iij,		
Jtem, o jfante dom Joham traz mais ij,		
Jtem, tragem mais de mocos da estribeira ij,		
Jtem, traz o jfante dom Henrrique mais de rreposteiros ij que se deuem tirar, porque os traz o jfante Aduarte, em que monta	4.500	»
Jtem, a jfante traz mais de rreposteiros j,		
E traz mais de mocas j,		
Jtem, traz mais o jfante hũu moco do barbeador, em que monta	1.500	»
Soma destas rracõoes a pam por mes . 7.400		

Estas som as cousas que se deuem de correger aalem do ordenamento

Jtem, de capellas e cantores xiiij
E de mocos da capella bj
E asij crecem em esta diçom, aalem do ordenamento b, porque auyam de seer de capellãaes e cantores e mocos da capela xb.

Jtem, conpre de trager de caçadores e mocos da caça xxiiij°
E asij crecem iiij°, porque auyam de trager per todos xx.
Jtem, de monteiros e mocos do monte conprem xxx, a saber xxb monteiros e mocos do monte e b. mocos da busca. E asij crecem b, por[que] auya de trager xxb.

Jtem, conpre de moços camjnheiros que seiam xx. E asij crecem mais aalem dordenado biij°, porque auyam de seer xij.

Estas som as pessoas que ora elrrej traz, que mais crecerom aalem do ordenamento que foy fecto em Lixboa pellos do conselho.

Jtem, de capellaa[e]s traz mais iiij, contando Steuom Uelho, que ha de seer aseentado, e Martim Paaez, em que monta por mes	4.800	lljbras
Jtem, de mocos da capella mais iiij, em que monta .	2.400	»
Jtem, dhomeens de pee traz mais JohanEanes bj .	4.200	»
Jtem, traz xiij algozes e he de saber quantos tragia em antes e quantos conpre.		
Jtem, traz mais hũu cellorgiam	2.100	»
Jtem, traz mais hũu fisico	9.000	»
Jtem, traz mais, aalem dos xx dos grandes bj, em que monta por mes, das mais pequenas moradias . .	32.700	»
Jtem, descudeiros mais pequenos traz mais L^{ta}, contando os jngreses, em que monta e mais outros que estam pelos almoxarifados	60.000	»
Jtem, de caçadores e mocos da caça traz mais ix com tres apousentados, em que monta.	6.600	»
Jtem, de beesteiros da camara traz mais iij, em que monta	3.600	»

Jtem, de monteiros e mocos do monte traz mais xj, contados hij algũus besteiros e escudeiros monteiros, em que monta	6.000	lljbras
Jtem, de porteiros traz mais ij, contado Lourenço Annes, que se ha dapousentar	2.400	»
Jtem, dhomeens de pee traz mais x, em que monta .	6.000	»
Jtem, de camjnheiros traz mais x, em que monta . .	6.000	»
Jtem, de jograres traz mais ij.		
Jtem, traz mais hũu cellorgiam, que he mestre Fernando, que se ha dapousentar	2.000	»
Jtem, traz mais hũu veedor da fazenda.		
Soma do que monta em estas moradias de dinheiro	148.500	»

Delrrej

Jtem, traz mais hũu ferrador.		
Jtem, traz mais o mestre do rrelogio.		
Jtem, de mocos da camara, de bij pãaes e de iiij°. pãaes traz mais xxxij, contando x de sete pãaes e xxij de quatro pãaes, em que monta	20.000	»
E mais dos filhos dos monteiros e outros de iij pãaes xix, em que monta por mes	9.500	»
Jtem, de mocos da estribeira traz mais iiij°, em que monta.	1.600	»
Jtem, de rreposteiros que mais traz el e os yfantes ij	800	»
Jtem, de cozinheiros tem mais iij	1.200	»
Jtem, traz mais Vasco Gonçalluez, caçador, e Pero Afonso, caçador, em que monta por mes . . .	1.400	»
Soma do que monta, por mes, em estes que ham rracom de pam e vinho	46.000	»

123

22 JANEIRO 1403

Bula Apostolatus officium, *de Bento XIII, a conceder, após a conquista da ilha de Lançarote, nas Canárias, graças espirituais a todos os que trabalhem na sua defesa, na conquista das outras ilhas e na conversão dos indígenas ou que para isso concorram com determinadas esmolas.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 323, fl. 408, — texto que se reproduz; *Reg. Aven.*, vol. 306, fl. 428. Editada parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los orígines*, p. 398.

[Benedictus, etc.]

Vniuersis christifidelibus salutem et apostolicam benedictionem.

Apostolatus officium nobis, licet immeritis (1), superna dispositione commissum, mentem nostram continua pulsacione solicitat ut illa que diuini cultus augmentum et christiane fidei orthodoxe exaltacionem respiciunt uijs et modis congruis procuremus.

Sane peticio nobis, pro parte dilectorum filiorum nobilium uirorum Johannis de Betencourt et Gadiferi de Sala, locorum Rothomagensis et Xanctonensis dyocesis dominorum, nuper exhibita continebat quod dudum ipsi, zelo fidei et deuotionis inducti, ad certas jnsulas Canarie, cum nonnullis ratibus aduentantes, vnam ex dictis jnsulis vocatam Lancelot, disponente Domino, subiugarunt, quam ex tunc custodierunt viriliter et, prout possunt, custodiunt et deffendunt, aliasque jnsulas huiusmodi, totis viribus, subiugare necnon habitatores ipsarum, eandem fidem, extra quam salus esse non potest, penitus jgnorantes, ad ipsam, diuino adiutorio mediante, trahere conantur ac, pro premissis, uelut eiusdem fidei strenui pugiles, non formidarunt neque formidant exponere se et sua (2).

Nos, igitur, eosdem nobiles in sui (3) huiusmodi tam laudabilis propositi et iam incepti negocij salubri expeditione, confouere cupientes et, ad ipsum negocium feliciter consumandum, totis viribus, anelantes et attendentes quod, ad hoc vestrum elemosine sunt plurimum oportune, vos omnes et singulos rogamus, obsecrantes in Domino Jhesu Christo, cuius causam prosequimur in hac parte, vobis nichilominus in remissionem peccaminum iniungentes quatenus, premissa omnia deuota meditatione pensan-

(1) No ms. *immeriti*.

(2) A expedição franco-normanda em referência, destinada à conquista das Canárias e chefiada por João de Bethencourt e por Gadifer de la Sale, partiu de La Rochela a 1 de Maio de 1402 e conquistou a ilha de Lançarote, após o que a maior parte dos combatentes debandou (Cfr. PEREZ EMBID, *Los descubrimientos*, p. 102). Por isso, seus chefes — como sublinha ZUNZUNEGUI — «recurren inmediatamente al Papa de Aviñon, Benedicto XIII, quien, deseando dilatar las fronteras de la Cristiandad al mismo tiempo que las de su obediencia, les ayuda eficazmente», nas bulas subsequentes e noutras, dirigidas aos prelados e fiéis de Aragão, Escócia, Navarra, Nápoles, aos duques de Bretanha e Sabóia e aos condes de Armagnac e de Foix.

(3) No ms. *suo*.

tes, de bonis vobis a Deo collatis, ad huiusmodi expeditionis (3) negocium, pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogetis ut, per subuentionem ipsam, tam commendabile (4) negocium ad finem perduci valeat, per quem sonus et effectus ipsius fidei, ad laudem et gloriam omnipotentis Dei ac eiusdem fidei exaltationem, in fines orbis terre, iuxta uerbum propheticum, dilatetur; et, ut ijdem nobiles et alij christifideles utriusque sexus ad id eo feruencius animentur, quo ex hoc vberius dono celestis glorie conspexerint se refectos, ipsorum cuilibet in huiusmodi expeditionis negocio proficiscenti ut ipse sacerdotem ydoneum secularem uel religiosum, expeditione ipsa durante, donec ad propria redierit, in suum possit eligere confessorem qui, super peccatis que sibj confessus fuerit, etiam in casibus in quibus minores nostri penitenciarij in romana curia existentes absoluere possunt, eum absoluere valeat et eidem iniungere penitenciam salutarem, necnon illis ex proficiscentibus in eiusdem expedicionis negocio, qui in ipsius seruicio gladio uel naturali aut alia quauis morte, decederint, ipsis etiam quj prefato negocio per medium annum uel tantum steterint et incolumes ad propria redierint, ut prefertur, necnon cuilibet illorum vtriusque sexus qui, quantum ad tenendum per medium annum vnum hominem ad ipsius expeditionis seruicium sufficiet de bonis suis erogauerint, dederint uel legauerint, ut confessor quem quilibet illorum duxerit eligendum omnium peccatorum suorum, de quibus corde contritus et ore confessus fuerit, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem, in sinceritate fidei et vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuotione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentj, auctoritate apostolica concedere ualeat, eadem auctoritate concedimus, per presentes, sic tamen quod idem confessor, de his de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam sibj per se, si superuixerit, uel per heredes suos, si tunc forte transierit, faciendam iniungat, quam ipse uel illi teneantur facere, ut prefertur. Et ne, quod absit, aliquis, propter gratiam huiusmodi, reddatur procliuior ad illicita in posterum committenda, uolumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi aliqua forte committeret quoad illa predicta remissio sibj nullatenus suffragetur.

Jllis uero quj, ad opus et iuuamen expeditionis predicte, de bonis suis similiter erogauerint, dederint uel legauerint, pro uice qualibet, secundum arbitrium dyocesanj ipsius erogantis seu illorum quos idem dyocesanus ad hoc duxerit deputandos, vnum uel duos aut tres, et insuper quibuscunque personis ecclesiasticis, secularibus et regularibus quj indulgencias et gratias huiusmodi in ecclesijs, plateis et locis alijs ad hoc ydoneis

(3) No ms. *exdeditionis*.
(4) No ms. *commendabilem*.

publicauerint et notificauerint, uel alios ad sic dandum induxerint, ut prefertur, seu alias ad opus et vtilitatem dicte expeditionis elemosinas aut subsidia huiusmodi pecierint, quesierint et procurauerint aut circa hoc sollicitudines impenderint et labores, viiij annos et totidem quadragenas de jniunctis eis penitentijs, auctoritate predicta, misericorditer relaxamus. Ceterum, ut omnia et singula, que per ipsos fideles ad premissa erogari contigerit uel donarj, in vsus ad quos erogata fuerint vel donata integre conuertantur, districtius inhibemus ne quis, cuiuscunque status, condicionis uel dignitatis existat, quicquam de erogatis uel donatis ipsis sibi aliquatenus apropriet uel usurpet.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, non possit a reatu presumptionis huiusmodi, nisi apud sedem apostolicam, preterquam in mortis articulo, prius tamen per eum, de illis que sibi apropriauerit uel usurpauerit, debita aut quam prestare poterit satisfaccione impensa, absolucionis beneficium obtinere.

Quocirca, eisdem diocesanis, per apostolica scripta, mandamus quatenus ipsorum singuli, scilicet per se uel aliam seu alias seculares uel regulares personas ydoneas, premissa omnia et singula, in ecclesijs et locis eis subditis, diebus et horis quibus expediens fuerit, publicent et exponant populo in vulgari.

Datum Auinione, xj kalendas februarij, anno nono.

124

22 JANEIRO 1403

Bula Apostolatus officium, *de Bento XIII, dirigida aos prelados, abades e priores do reino de Aragão, a conceder graças espirituais aos que participem na conquista, defesa e conversão das Canárias ou que para isso concorram com determinadas quantias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 323, fl. 431.

[Benedictus, etc.]

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis et dilectis filijs electis, abbatibus, prioribus et alijs ecclesiarum prelatis per regnum

Aragonie constitutis, ad quos presentes peruenerint, salutem et apostolicam benedictionem.

Apostolatus officium nobis, licet immeritis, superna dispositione commissum, mentem nostram continua pulsatione sollicitat ut illa que diuini cultus augmentum et christiane fidei orthodoxe exaltationem respiciunt, uijs et modis congruis, procuremus.

Sane petitio nobis, pro parte dilectorum filiorum nobilium virorum Johannis de Betencourt et Gadiferi de Sala, locorum Rothomagensis et Xanctonensis diocesis dominorum, nuper exhibita continebat quod dudum ipsi, zelo fidei et deuotionis inducti, ad certas insulas Canarie cum nonnullis nauigijs applicantes, vnam ex dictis insulis vocatam Lancelot, adiuuante Domino, subiugarunt, quam ex tunc custodierunt viriliter, prout custodiunt et defendunt, aliasque insulas huiusmodi totis uiribus subiugare necnon habitatores ipsarum, eandem fidem extra quam salus esse non potest penitus ignorantes, ad ipsam, diuino adiutorio mediante, conantur inducere ac pro premissis, uelut eiusdem fidei zelatores, non formidarunt neque formidant exponere se et sua.

Nos igitur, cupientes eosdem nobiles in sui huiusmodi tam laudabilis propositi et iam incepti negocij salubri expeditione fouere et, ad ipsum negocium feliciter consumandum, totis viribus anelantes et attendentes quod ad hoc cristifidelium elemosine sunt plurimum oportune, vniuersos christifideles per regnum Aragonie constitutos rogamus, obsecrantes in Domino Jhesu Christo, cuius causam prosequimur in hac parte, eis nichilominus in remissionem peccaminum iniungentes quatenus ipsi christifideles, premissa omnia debita meditatione pensantes, de bonis a Deo sibi collatis ad huiusmodi prosecutionis negocium pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogent, ut per subuentionem ipsam tam commendabile negocium ad finem (1) perduci ualeat, per quem fides ipsa ad laudem et gloriam omnipotentis Dei amplius dilatetur et ut ijdem nobiles et alij christifideles vtriusque sexus ad id eo feruentius animentur, quo ex hoc uberioris dono celestis gratie conspexerint se refectos, ipsorum cuilibet in huiusmodi prosecutionis negocio proficiscenti ut ipse sacerdotem ydoneum, secularem uel religiosum, prosecutione ipsa durante donec ad propria redierit, in suum possit eligere confessorem, qui super peccatis que sibi confessus fuerit, etiam in casibus in quibus minores nostri penitenciarij in romana curia residentes absoluere possunt eum absoluere ualeat et eidem iniungere penitentiam salutarem, necnon illis ex proficiscentibus huiusmodi, quos in eiusdem prosecutionis negocio decedere contigerit quoquomodo. Jllis etiam qui in prefato negocio per medium annum

(1) No ms. *fidem*.

uel circa steterint et incolumes ad propria redierint, ut prefertur, necnon cuilibet ipsorum vtriusque sexus qui, quantum ad tenendum per medium annum vnum hominem ad ipsius prosecutionis negocium sufficiet, de bonis suis erogauerint, dederint uel legauerint, ut confessor quem quilibet ipsorum duxerit eligendum omnium peccatorum suorum, de quibus corde contritus et ore confessus fuerit, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem in sinceritate fidei et vnitate sancte Romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistenti, auctoritate apostolica concedere ualeat, eadem auctoritate concedimus per presentes. Sic tamen quod idem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam sibj per se, si superuixerit, uel per heredes suos, si tunc forte transierit, faciendam iniungat, quam ipse uel illi teneantur facere, ut prefertur. Et ne, quod absit, aliquis propter gratiam huiusmodi reddatur procliuior ad illicita in posterum committenda, uolumus quod, si ex confidentia remissionis huiusmodi aliqua forte committent, quoad illa predicta remissio sibi nullatenus suffragetur.

Jllis uero qui, ad opus et juuamen prosecutionis predicte, de bonis suis similiter erogauerint, dederint uel legauerint, pro uice qualibet, secundum arbitrium uestrum uel illorum quos ad hoc duxeritis seu alter uestrum duxerit deputandos vnum uel duos aut tres, et jnsuper quibuscunque personis ecclesiasticis, secularibus uel regularibus, qui indulgencias et gratias huiusmodi in ecclesijs, plateis et locis alijs ad hoc ydoneis publicauerint et notificauerint, uel alios ad sic dandum, legandum uel erogandum induxerint, ut prefertur, seu alias ad opus et utilitatem dicte prosecutionis elemosinas aut subsidia huiusmodi petierint, quesierint et procurauerint, aut circa hoc solicitudines impenderint et labores, viiii annos et totidem quadragenas de iniunctis eis penitentijs, auctoritate predicta, misericorditer relaxamus.

Ceterum, ut omnia et singula que per ipsos fideles ob premissa erogari, legari contigerit uel donari, in vsus ad quos erogata, legata fuerint uel donata, integre conuertantur, districtius inhibemus ne quis, cuiuscunque status, conditionis uel dignitatis existat, quidquam (2) de erogatis, legatis uel donatis ipsis sibi aliquatenus appropriet uel usurpet.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, non possit a reatu presumptionis huiusmodi ab aliquo, nisi apud sedem apostolicam, preterquam in mortis articulo constitutus, prius tamen per eum de illis que sibj appropriauerit uel vsurpauerit debita aut quam prestare poterit satisfactione impensa, absolutionis beneficium obtinere.

Quocirca discretioni uestre per apostolica scripta mandamus quatenus singuli uestrum premissa omnia et singula, in ecclesijs et locis uobis

(2) No ms. *quitquam*.

subditis, diebus et horis quibus expediens fuerit, publicetis et exponatis populo, in uulgari, aut publicari ac omnia alia et singula uobis commissa per alios exequi faciatis.

Datum Auinione, xj kalendas februarij, pontificatus nostri anno nono.

125

22 JANEIRO 1403

Bula Apostolatus officium, *de Bento XIII, dirigida aos prelados, abades e priores do reino da Escócia, a conceder graças espirituais aos que participem na conquista, defesa e conversão das Canárias ou que para isso concorram com determinadas quantias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 323, fl. 431 v.

[Benedictus, etc.]

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis et dilectis filijs electis, abbatibus, prioribus et alijs ecclesiarum prelatis per regnum Scotie constitutis, ad quos presentes peruenerint, salutem, etc.

Apostolatus officium [nobis, licet immeritis, superna dispositione commissum, mentem nostram continua pulsatione sollicitat ut illa que diuini cultus augmentum et christiane fidei orthodoxe exaltationem respiciunt, uijs et modis congruis, procuremus.

Sane petitio nobis, pro parte dilectorum filiorum nobilium virorum Johannis de Betencourt et Gadiferi de Sala, locorum Rothomagensis et Xanctonensis diocesis dominorum, nuper exhibita continebat quod dudum ipsi, zelo fidei et deuotionis inducti, ad certas insulas Canarie cum nonnullis nauigijs applicantes, vnam ex dictis insulis vocatam Lancelot, adiuuante Domino, subiugarunt, quam ex tunc custodierunt viriliter, prout custodiunt et defendunt, aliasque insulas huiusmodi totis uiribus subiugare necnon habitatores ipsarum, eandem fidem extra quam salus esse non potest penitus ignorantes, ad ipsam, diuino adiutorio mediante, conantur inducere ac pro premissis, uelut eiusdem fidei zelatores, non formidarunt nec formidant exponere se et sua.

Nos igitur, cupientes eosdem nobiles in sui huiusmodi tam laudabilis propositi et iam incepti negocij salubri expeditione fouere et, ad ipsum negocium feliciter consumandum, totis viribus anelantes et attendentes quod ad hoc christifidelium elemosine sunt plurimum oportune, vniuersos christifideles per regnum Scotie constitutos rogamus, obsecrantes in Domino Jhesu Christo, cuius causam prosequimur in hac parte, eis nichilominus in remissionem peccaminum iniungentes quatenus ipsi christifideles, premissa omnia debita meditatione pensantes, de bonis a Deo sibi collatis ad huiusmodi prosecutionis negocium pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogent, ut per subuentionem ipsam tam commendabile negocium ad finem perduci ualeat, per quem fides ipsa ad laudem et gloriam omnipotentis Dei amplius dilatetur, et ut ijdem nobiles et alij christifideles vtriusque sexus ad id eo feruentius animentur, quo ex hoc uberioris dono celestis gratie conspexerint se refectos, ipsorum cuilibet in huiusmodi prosecutionis negocio proficiscenti ut ipse sacerdotem ydoneum, secularem uel religiosum, prosecutione ipsa durante donec ad propria redierit, in suum possit eligere confessorem, qui super peccatis que sibi confessus fuerit, etiam in casibus in quibus minores nostri penitenciarij in romana curia residentes absoluere possunt eum absoluere ualeat et eidem iuiungere penitentiam salutarem, necnon illis ex proficiscentibus huiusmodi quos in eiusdem prosecutionis negocio decedere contigerit quoquomodo, jllis etiam, qui in prefato negocio per medium annum uel circa steterint et incolumes ad propria redierint, ut prefertur, necnon cuilibet vtriusque sexus qui, quantum ad tenendum per medium annum vnum hominem ad ipsius prosecutionis negocium sufficiet, de bonis suis erogauerint, dederint uel legauerint, ut confessor quem quilibet ipsorum duxerit eligendum omnium peccatorum suorum, de quibus corde contritus et ore confessus fuerit, semel tantum in mortis articulo plenam remissionem, in sinceritate fidei et vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistenti, auctoritate apostolica concedere ualeat eadem auctoritate concedimus per presentes, sic tamen quod idem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam sibj per se, si superuixerit, uel per heredes suos, si tunc forte transierit, faciendam iniungat, quam ipse uel illi teneantur facere, ut prefertur. Et ne, quod absit, aliquis propter gratiam huiusmodi reddatur procliuior ad illicita in posterum committenda, uolumus quod, si ex confidentia remissionis huiusmodi aliqua forte committet, quoad illa predicta remissio sibi nullatenus suffragetur.

Jllis uero quj, ad opus et juuamen prosecutionis predicte, de bonis suis similiter erogauerint, dederint uel legauerint, pro uice qualibet, secundum arbitrium uestrum uel illorum quos ad hoc duxeritis seu alter uestrum duxerit deputandos vnum uel duos aut tres, et jnsuper quibuscunque

personis ecclesiasticis, secularibus uel regularibus, qui indulgencias et gratias huiusmodi in ecclesijs, plateis et locis alijs ad hoc ydoneis publicauerint et notificauerint, uel alios ad sic dandum, legandum uel erogandum induxerint, ut prefertur, seu alias ad opus et utilitatem dicte prosecutionis elemosinas aut subsidia huiusmodi petierint, quesierint et procurauerint, aut circa hoc solicitudines impenderint et labores, viiii annos et totidem quadragenas de iniunctis eis penitentijs, auctoritate predicta, misericorditer relaxamus.

Ceterum, ut omnia et singula que per ipsos fideles ob premissa erogari, legari contigerit uel donari, in vsus ad quos erogata, legata fuerint uel donata, integre conuertantur, districtius inhibemus ne quis, cuiuscunque status, conditionis uel dignitatis existat, quidquam de erogatis, legatis uel donatis ipsis sibi aliquatenus appropriet uel usurpet.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, non possit a reatu presumptionis huiusmodi ab aliquo, nisi apud sedem apostolicam, preterquam in mortis articulo constitutus, prius tamen per eum de illis que sibj appropriauerit uel vsurpauerit debita aut quam prestare poterit satisfactione impensa, absolutionis beneficium obtinere.

Quocirca, discretioni uestre per apostolica scripta mandamus quatenus singuli uestrum premissa omnia et singula, in ecclesijs et locis uobis subditis, diebus et horis quibus expediens fuerit, publicetis et exponatis populo, in uulgari, aut publicari ac omnia alia et singula uobis commissa per alios exequi faciatis.

Datum Auinione, xj kalendas februarij, pontificatus nostri anno nono].

126

22 JANEIRO 1403

Bula Apostolatus officium, *de Bento XIII, dirigida aos prelados, abades e priores do condado de Armanhaque, a conceder graças espirituais aos que participem na conquista, defesa e conversão das Canárias ou que para isso concorram com determinadas quantias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 323, fl. 431 v.

[Benedictus, etc.]

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis et dilectis filijs electis, abbatibus, prioribus et alijs ecclesiarum prelatis per comita-

tum et terras dilecti filij nobilis viri comitis Armaniaci constitutis, ad quos presentes peruenerint, salutem, etc.

Apostolatus officium [nobis, licet immeritis, superna dispositione commissum, mentem nostram continua pulsatione sollicitat ut illa, que diuini cultus augmentum et christiane fidei orthodoxe exaltationem respiciunt, uijs et modis congruis procuremus.

Sane petitio nobis, pro parte dilectorum filiorum nobilium virorum Johannis de Betencourt et Gadiferi de Sala, locorum Rothomagensis et Xanctonensis diocesis dominorum, nuper exhibita continebat quod dudum ipsi, zelo fidei et deuotionis inducti, ad certas insulas Canarie cum nonnullis nauigijs applicantes, vnam ex dictis insulis vocatam Lancelot, adiuuante Domino, subiugarunt, quam ex tunc custodierunt viriliter, prout custodiunt et defendunt, aliasque insulas huiusmodi totis uiribus subiugare necnon habitatores ipsarum, eandem fidem extra quam salus esse non potest penitus ignorantes, ad ipsam, diuino adiutorio mediante, conantur inducere ac pro premissis, uelut eiusdem fidei zelatores, non formidarunt nec formidant exponere se et sua.

Nos igitur, cupientes eosdem nobiles in sui huiusmodi tam laudabilis propositi et iam incepti negocij salubri expeditione fouere et, ad ipsum negocium feliciter consumandum, totis viribus anelantes et attendentes quod ad hoc christifidelium elemosine sunt plurimum oportune, vniuersos christifideles per comitatum et terras comitis Armaniaci constitutos rogamus, obsecrantes in Domino Jhesu Christo, cuius causam prosequimur in hac parte, eis nichilominus in remissionem peccaminum iniungentes quatenus ipsi christifideles, premissa omnia debita meditatione pensantes, de bonis a Deo sibi collatis ad huiusmodi prosecutionis negocium pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogent, ut per subuentionem ipsam tam commendabile negocium ad finem perduci ualeat, per quam fides ipsa, ad laudem et gloriam omnipotentis Dei, amplius dilatetur, et ut ijdem nobiles et alij christifideles vtriusque sexus ad id eo feruentius animentur, quo ex hoc uberioris dono celestis gratie conspexerint se refectos, ipsorum cuilibet in huiusmodi prosecutionis negocio proficiscenti ut ipse sacerdotem ydoneum, secularem uel religiosum, prosecutione ipsa durante donec ad propria redierit, in suum possit eligere confessorem, qui super peccatis que sibi confessus fuerit, etiam in casibus in quibus minores nostri penitenciarij in romana curia residentes absoluere possunt eum absoluere ualeat et eidem iniungere penitentiam salutarem necnon illis ex proficiscentibus huiusmodi, quos in eiusdem prosecutionis negocio decedere contigerit quoquomodo, jllis etiam, qui in prefato negocio per medium annum uel circa steterint et incolumes ad propria redierint, ut prefertur, necnon cuilibet vtriusque sexus qui, quantum ad tenendum per medium annum vnum hominem ad ipsius prosecutionis negocium sufficiet, de bonis suis

erogauerint, dederint uel legauerint, ut confessor quem quilibet ipsorum duxerit elegendum omnium peccatorum suorum, de quibus corde contritus et ore confessus fuerit, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem, in sinceritate fidei et vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistenti, auctoritate apostolica concedere ualeat eadem auctoritate concedimus per presentes, sic tamen quod idem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam sibj per se, si superuixerit, uel per heredes suos, si tunc forte transierit, faciendam iniungat, quam ipse uel illi teneantur facere, ut prefertur. Et ne, quod absit, aliquis propter gratiam huiusmodi reddatur procliuior ad illicita in posterum committenda, uolumus quod, si ex confidentia huiusmodi aliqua forte committet, quoad illa predicta remissio sibi nullatenus suffragetur.

Jllis uero quj, ad opus et juuamen prosecutionis predicte, de bonis suis similiter erogauerint, dederint uel legauerint, pro uice qualibet, secundum arbitrium uestrum uel illorum quos ad hoc duxeritis seu alter uestrum duxerit deputandos vnum uel duos aut tres, et jnsuper quibuscunque personis ecclesiasticis, secularibus uel regularibus, qui indulgencias et gratias huiusmodi in ecclesijs, plateis et locis alijs ad hoc ydoneis publicauerint et notificauerint, uel alios ad sic dandum, legandum uel erogandum induxerint, ut prefertur, seu alias ad opus et utilitatem dicte prosecutionis elemosinas aut subsidia huiusmodi petierint, quesierint et procurauerint, aut circa hoc solicitudines impenderint et labores, viiii annos et totidem quadragenas de iniunctis eis penitentijs, auctorite predicta, misericorditer relaxamus.

Ceterum, ut omnia et singula que per ipsos fideles ob premissa erogari, legari contigerit uel donari, in vsus ad quos erogata, legata fuerint uel donata, integre conuertantur, districtius inhibemus ne quis, cuiuscunque status, conditionis uel dignitatis existat, quidquam de erogatis, legatis uel donatis ipsis sibi aliquatenus appropriet uel usurpet.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, non possit a reatu presumptionis huiusmodi ab aliquo, nisi apud sedem apostolicam, preterquam in mortis articulo constitutus, prius tamen per eum de illis que sibj appropriauerit uel vsurpauerit debita aut quam prestare poterit satisfactione impensa, absolutionis beneficium obtinere.

Quocirca, discretioni uestre per apostolica scripta mandamus quatenus singuli uestrum premissa omnia et singula, in ecclesijs et locis uobis subditis, diebus et horis quibus expediens fuerit, publicetis et exponatis populo, in uulgari, aut publicari ac omnia alia et singula uobis commissa per alios exequi faciatis.

Datum Auinione,xj kalendas februarij, pontificatus nostri anno nono].

127

24 FEVEREIRO 1403

Procuração de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, passada a Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do reino, e a Fernando Álvares, freire da dita ordem e aio dos infantes, para em seu nome jurarem o tratado de tréguas por dez anos com Castela, nos termos que no documento se declaram (1).

AGS., *Patronato Real*, Legajo 7, n.º 7152, original em pergaminho.

Sabham quantos esta procuraçom virem como nos, dom Lopo Diaz de Sousa, meestre da caualarya da ordem de Christos, ffazemos, ordinamos e estabeleçemos nosos certos, ligitymos procuradores espiçyaes, segundo milhor e mais conpridamente podem e deuem a seer ffectos de dereito, Gonçalo Vasquez Coutynho, marischal da oste de meu ssenhor elrrey, e FernamdAluarez, noso ffreyre, ajo do[s] ejnffantes, anbos e cada hũ delles per sy em solido, em tal guysa que nom seia mylhor a condiçom dhũ que a do outro.

---

(1) O presente e interessante documento faz parte de extensa série de textos diplomáticos de fins do século XIV e princípios do XV, relativos a tratados de tréguas entre Portugal e Castela, sobretudo após as retumbantes vitórias alcançadas pelos portugueses contra os castelhanos em Aljubarrota e Valverde, em 1385 (Sobre estas pode ver-se a bibliografia aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, pp. 16-18). A tais diligências de harmonização das duas nações beligerantes, iniciadas sobretudo a partir do ano de 1389, aludiram o cronista FERNÃO LOPES e, muito mais tarde, SOARES DA SILVA, autores sumariados pelo VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro elementar*, t. 1, pp. 272 e ss., autor que se socorreu ainda de textos trasladados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa e na Biblioteca Nacional de Paris. Sublinharemos, porém, que a documentação original e basilar sobre o assunto se conserva especialmente no Archivo General de Simancas, secção do *Patronato Real, Tratados con Portugal*. Foi inventariada pelo P.e FRANCISCO MANUEL ALVES, *Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa*, Coimbra, 1933, pp. 90 e ss., e ainda pelo respectivo arquivo no seu *Catalogo V, Patronato Real (834-1851)*, t. 1, Valladolid, 1946, pp. 557 e ss..

Nos princípios do ano de 1389 celebrou-se trégua entre os dois países por 6 meses (Cfr. AGS., *Legajo* 47-26, *Quadro elementar*, t. 1, p. 273 e autores por este aduzidos). Novas negociações e celebração de trégua por 6 anos, em Monção, a 29 de Novembro seguinte (AGS., *Legajo* 47-27, *Quadro cit.*, pp. 274-75 e respectiva bibliografia). Retomadas aquelas em 1393, a 15 de Março celebra-se em Lisboa trégua por 15 anos (AGS.,

E damoslhe noso poder conprido, espicyal mandado que, por nos e em noso nome e em nosa almaa, posam jurar e jurem, sobre o synal da cruz e dos santos auangelhos, que nos gardaremos e teremos e conpriremos, a todo noso leal poder, enquanto a nos pertençe e tange, e ffaremos gardar e ter e conprir e procuraremos e ffaremos, a todo noso poder, que elrrey de Portugal e do Algarue, meu ssenhor, e seus erdeyros e socesores que pollo tempo fforem gardem e tenham e conpram e ffaçam agardar e ter e conprir as treugas dos dez annos que agora antre ele e o seu auersayro de Castela fforam acordadas e ffectas e ffirmadas segundo as fformas das actas (2) e de todollos capitollos dos trautos das dictas treugas e cada hũu delles em ellas contjudas e que nom ueremos contra ellas nem contra parte dellas nem seremos em ffauor nem em conselho nem em ajuda que o dicto rrey meu ssenhor nem seus erdeyros e socesores que pello tempo fforem uenham contra ellas nem contra parte dellas, por rrezom do çysma que he na jgreja de Deus nem por outra nẽhũa rrezom major nem meior nem jgal.

Outrosy, damos todo noso poder conprido e espicyal mandado aos dictos Gonçallo Vasquez e FernamdAluarez, nosos procuradores, anbos em hũu e cada hũu delles que por nos e em noso nome posam prometer e prometam que, nas comarqas onde nos somos dado por conseruador, que nos ffaremos conprimento de justiça a quaaesquer pesoas naturaes ou vizinhos ou moradores nos rreynos de Castella e de Liom, segundo a fforma dos capitollos dos dictos trautos e de cada hũ delles, de que he ffecta mençom.

Legajos 47-28, 49-1, 47-29, 47-30, 47-31, 47-32, 47-33, *Quadro*, pp. 275-77 e autores ali citados). Não tendo o rei de Castela cumprido as condições das tréguas, com ele insta D. João I nos anos subsequentes, toma Badajoz em 12 de Maio de 1396 e decorrem novas tentativas de pacificação, sempre baldadas. A 23 de Abril de 1402 volta o rei de Portugal ao assunto da trégua sem maior êxito, obtida porém por seus procuradores em Segóvia em Outubro imediato e ratificada pelo nosso monarca a 18 de Novembro seguinte (AGS., *Legajos* 49-7, 49-4, 49-3, 49-9 e 49-6, *Quadro cit.*, pp. 283-85 e a bibliografia por este aduzida).

Esta procuração, de 24 de Fevereiro de 1403, integra-se nas confirmações das tréguas celebradas em Segóvia, a 6 de Outubro de 1402, entre Portugal e Castela, por 10 anos, cujo texto se conserva no citado arquivo de Simancas e na Biblioteca de Paris, foi sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 283-85 e é referenciado pelos autores ali aduzidos. Também as confirmaram D. Martim Gil, bispo de Silves, e as cidades de Coimbra e de Évora. Merece ser sublinhada porém a da única Ordem Militar portuguesa, a de Cristo, até pelos termos em que está redigida: — «e procuraremos e ffaremos, a todo noso poder, que elrrey de Portugal e do Algarue, meu ssenhor, e seus erdeyros e socesores que pollo tempo fforem gardem e tenham e conpram e ffaçam agardar e ter e conprir as treugas dos dez annos que agora antre ele e o seu auersayro de Castella fforam acordadas e ffectas e ffirmadas» etc..

(2) Ou *cartas*.

Jtem, damos todo noso poder comprido aos dictos nosos procuradores e a cada hũ delles que, por nos e em noso nome, posam jurar e prometer e jurem e prometam que nos ffaçamos soltar e liurar todollos prosuneyros de Castella e de Liom que em estes rregnos de meu ssenhor elrrey som catyuos das geras pasadas, quanto pertençe a comarqa que deste negoçyo a nos he dado carego pellos trautos das dictas treugas, em tal guysa que, sem embargo nẽhũ se uaao asy elles come suas arrefenes per as suas terras, se quiserem, e que lhes ffazamos quitar seus ffiadores se os algũus o[u]uerem dados e que daremos hũ homem de boa condyçom aaquel que ueer rrequerer os dictos prosuneyros e saber delles parte que ande com el pera os ffazer soltar, segundo a fforma do capitollo que desto ffaz mençom.

E prometemos dauer por ffirme todo o que por os dictos nosos procuradores e cada hũ delles em esta rrezom ffor ffecto e dicto e jurado, so obrigaçom de nosos beens e so as penas que som postas contra aquelles que uãao contra seus juramentos.

Fecta a procuraçom em Castelbranco, xx e quatro dias de ffeuereyro, era de mjl e quatrocentos e quarenta e hũ annos. Testemunhas: Joham Affonso, veedor do dicto ssenhor mestre, e Pero Anes, seu ouuydor, e GonçallEannes, seu tesoureiro, e Affonso Anes, tabaliom, e outros. E eu Pero Lourenço, tabaliom delrrey na dicta villa de Castelbranco, que esta procuraçom, per mandado e outorgamento do dicto ssenhor meestre, screuy e aqui meu synal ffiz, que tal *(Sinal do notário)* he.

128

3 JULHO 1403

Bula **Eximie deuotionis sinceritas,** ***de Bonifácio IX, em que, a pedido de el-rei D. João I e da rainha D. Filipa, separa da diocese de Ciudad Rodrigo, cujos habitantes, na maior parte, eram cismáticos, os bens e terras que a mesma possuía no reino de Portugal, região de Cima-Coa, e os anexa perpètuamente à diocese de Lamego, cujo prelado administrava então aquela diocese castelhana, por determinação da Santa Sé*** **(1).**

(1) Ocupada a sede e a maior parte da diocese de Ciudad Rodrigo pelos cismáticos, adeptos do antipapa, foi aquela dada em comenda ao priorado do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa, a 24 de Fevereiro de 1391; e, por morte de seu bispo

LAMEGO, Museu Regional, original em pergaminho, a que falta o selo pendente.

Bonifacius episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad futuram rei memoriam.

Eximie deuotionis sinceritas, quam carissimus in Christo filius noster Johannes, rex, et carissima in Christo filia nostra Philippa, regina Portugalie et Algarbij illustres, ad nos et romanam gerunt ecclesiam, non indigne meretur ut uotis eorum, illis presertim que ipsorum ac regnorum suorum Portugalie et Algarbij prosperitatis augmentum conspiciunt, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus.

Sane petitio, pro parte regis et regine predictorum, nobis nuper exhibita, continebat quod ecclesia Ciuitatensis, que in regno Castelle consistit, cuius quidem regni habitatores et incole huius damnandi instantis scismatis labe respersi ac nobis et sancte romane ecclesie rebelles existunt, certa bona stabilia et terras in regno Portugalie consistentia et ad ipsam ecclesiam ac mensam episcopalem Ciuitatensem legitime pertinencia habere dinoscitur; quodque eadem bona et terre, quorum possessionem bone memorie Rodericus, episcopus Ciuitatensis, postquam de persona sua dicte ecclesie tunc uacanti, auctoritate apostolica duxeramus prouidendum, preficiendo ipsum eidem ecclesie, in episcopum et pastorem, fuerat pacificum (2), per eiusdem Roderici obitum, qui extra romanam curiam diem clausit extremum, uacauit de presenti et camere apostolice legitime confiscata existunt, licet quidam in dicta ecclesia, per damnate memorie Robertum, olim basilice duodecim apostolorum presbiterum cardinalem, tunc antipapam, qui se Clementem vij ausu temerario nominare presume-

---

D. Rodrigo, ficou a administrá-la, de 1403 a 1408 pelo menos, o bispo de Lamego D. Gonçalo Gonçalves (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, pp. 190 e 291). Aproveitou el-rei D. João I o ensejo para solicitar ao sumo pontífice fossem desmembradas dela as terras portuguesas de Cima-Coa pela presente bula, cremos que inédita e desconhecida (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 19). Como consta de termo notarial exarado no verso do presente diploma pontifício, foi este lido e promulgado em 13 de Dezembro de 1403, na aldeia de Vilar, termo de Castelo Rodrigo, a todos os clérigos e beneficiados das terras de Cima-Coa, perante o bispo lamecense e administrador civitatense D. Gonçalo, a quem aqueles prestaram obediência. Do facto lavrou termo não notário eclesiástico, como seria natural, mas o tabelião de el-rei em Castelo Rodrigo, Afonso Eanes, que assim evidenciou o carácter político da bula.

(2) Aqui palavra ilegível.

bat, intrusus, qui episcopum Ciuitatensem se nominat, ac possessionem administrationis bonorum et iurium ad dictam mensam spectantium et in prefato regno Castelle consistencium detinet indebite occupatam, in bonis et terris predictis in prefato regno Portugalie consistentibus se pretendat ius habere (3).

Quare, pro parte regis et regine prefatorum, nobis fuit humiliter supplicatum ut, ne pretextu bonorum et terrarum eorundem in ipso regno Portugalie consistencium, prefatis scismaticis ad dictum regnum Portugalie pateat accessus, per quorum insolencias incolis et habitatoribus regnorum Portugalie et Algarbij predictorum, nobis et dicte romane ecclesie fidelibus et deuotis, occasione guerrarum inter eos et dictos scismaticos notorie uigencium, personarum et rerum pericula et damna intollerabilia possent uerisimiliter euenire, ad huiusmodi obuiandum periculis, bona et terras predicta, in eodem regno Portugalie consistencia, a iure et proprietate ecclesie et mense predictarum abdicare et penitus separare illaque mense episcopali Lamecensi perpetuo applicare, de speciali gratia, dignaremur.

Nos, attendentes fidei constanciam, quam ipsi rex et regina ac eorum subditi hijs periculosis et turbulentis temporibus, quibus scismatica rabies ac hereticorum uulpina et fraudulenta uersutia contra dictam romanam ecclesiam inualuerunt erga eandem romanam ecclesiam, eorum matrem et dominam, intrepidis animis habuerunt, quamplurimum sustinendo grauamina rerum dispendia et multa perferendo discrimina personarum; uolentesque, propterea, ipsos fauoribus prosequi gratiosis, huiusmodi supplicationibus inclinati, bona et terras predicta, in ipso regno Portugalie consistencia, quorum fructus, redditus et prouentus sexaginta librarum Turonensium paruorum, secundum communem extimacionem ualorem annuum, ut asserunt, non excedunt, a iure et proprietate ecclesie et mense Ciuitatensis predictarum, auctoritate apostolica, tenore presencium, abdicantes et penitus separantes, illa cum omnibus iuribus et pertinentijs suis mense episcopali Lamecensi prefate, per episcopum Lamecensem pro tempore existentem tenenda et possidenda, unimus et perpetuo applicamus, ita quod liceat eidem episcopo Lamecensi, qui nunc est uel pro tempore fuerit, per se uel alium seu alios, corporalem eorundem bonorum, terrarum, iuriumque et pertinenciarum possessionem, auctoritate propria, cuiuscunque licencia super hoc minime requisita, libere apprehendere et perpetuo retinere ac de fructibus, redditibus et prouentibus bonorum et terrarum predictorum in dicto regno Portugalie consistencium ordinare et disponere

(3) Sobre o antipapa Clemente VII e Portugal pode ver-se o recente e documentado estudo de JULIO CESAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, na rev. *Lusitania Sacra*, t. 1, Lisboa, 1956, pp. 65 a 203.

illosque in suos et ecclesie Lamecensis usus conuertere et habere prout ceteri episcopi Ciuitatenses, qui fuerunt pro tempore, de illis ordinare et disponere quomodolibet potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione, tamen, bonorum et terrarum in ipso regno Portugalie consistencium eidem episcopo Lamecensi penitus interdicta, districtius inhibentes episcopo qui pro tempore fuerit et capitulo Ciuitatensi ne, de cetero, de predictis bonis et terris in ipso regno Portugalie consistentibus se intromittere aut aliquid contra huiusmodi nostre abdicationis, separationis, unionis et applicationis tenorem attemptare quoquo modo presumant ac decernentes ex nunc irritum et inane quicquid in contrarium a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari. Constitutionibus apostolicis et alijs contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre abdicationis, separationis, unionis et applicationis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, v nonas julij, pontificatus nostri anno quartodecimo.

129

7 JULHO 1404

Bula Romanus pontifex, *de Bento XIII, a erigir Rubicão, na ilha de Lançarote, em sede do bispado das Canárias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 326, fl. 23 v.

Parcialmente publicada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 400. Sobre a conquista daquela ilha veja-se *Histoire de la première descouverte et conqueste de Canaries*, do franciscano PIERRE BONTIER, adulterada por LE VERRIER, como observou WÖLFEL em *Anthropos*, t. 25, 1930, pp. 1013 e ss.

[Benedictus, etc.]

Ad perpetuam rei memoriam.

Romanus pontifex, beati Petri celestis clauigeri successor et vicarius Jhesu Christi, cuncta orbis climata omniumque nacionum in illis degencium qualitates, paterna consideracione, discutit et examinat diligenter

et, ex officij sui debito, singulorum salutem querens, superna fultus potencia, illa, suadentibus racionabilibus causis, perpensa deliberacione salubriter ordinat et disponit que grata in conspectu diuine maiestatis fore considerat et per que oues, sibi diuinitus creditas, ad vnicum ouile reducat et proinde felicitatis eterne premium acquirat et jmpetret animabus, que siquidem, auctore Domino, possunt certius et clarius prouenire, cum veritas catholice fidei ad laudem et gloriam diuinj nominis dilatatur.

Sane nuper tam fama publica quam fidedignorum relacio ad nostri apostolatus deduxerunt auditum quod insula de Lancelot, alias de Canaria, in qua populi gentilium habitabant, per nonnullos christiane fidei professores uiriliter acquisita, sub ipsorum dominio et potestate consistit et quod nonnulli ex ipsis populis, per predicacionis mi[ni]sterium, relictis errorum suorum tenebris, ad veram lucem fidei orthodoxe nouiter sunt conuersi et speratur indubie quod, diuina inspirante gracia, magna ipsorum populorum multitudo fidem in breui suscipient prelibatam quodque in eadem jnsula, in Castro de Rubico, de nouo, sub vocabulo sancti Marcialis, ecclesia est constructa.

Nos igitur qui, licet jmmeritj, eidem beato Petro successimus Christique vicem gerimus super terram, cupientes animarum omnium curam habere solicitam et, vt terrarum orbis scismatica scisura diuisus ad vnitatem orthodoxe fidei reuertatur et vnum fiat ouile et sub vno pastore consistat, ac volentes dictum Castrum ac ecclesiam ipsam apostolici fauoris presidio decorare habitaque super hiis cum fratribus nostris deliberacione matura, de ipsorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine, ad diuinj nominis laudem et gloriam, exaltacionem ecclesie sue sancte, dilatacionem fidei animarumque profectum, Castrum predictum de Rubico, quod ad hoc aptum et congruum esse percepimus, in ciuitatem erigimus et ciuitatis vocabulo insignimus eamque ciuitatem Rubicensem volumus perpetuis temporibus nuncupari ac ei reliquas partes predicte insule et alias insulas ei circunuicinas pro diocesi deputamus ac ecclesiam predictam, quam Rubicensem nominarj volumus, de dictorum fratrum consilio, cathedralem constituimus ipsamque dignitatis episcopalis titulo decoramus, sponsum proprium, Deo auctore, ydoneum per apostolice sedis prouidenciam habituram, cui sponsus ipse preesse valeat pariter et prodesse. Et insuper statuimus et eciam ordinamus quod prefata Rubicensis ecclesia, tanquam suffraganea, venerabili fratri nostro archiepiscopo et ecclesie Jspalensi, jure metropolitico, sit subiecta.

Nulli ergo, etc., nostre erectionis, voluntatis, constitucionis, decoracionis et ordinacionis infringere, etc.

Datum Massilie, apud Sanctum Uictorem, nonis julij, pontificatus nostri anno decimo.

130

12 AGOSTO 1405

Carta de el-rei D. João I, endereçada aos juízes e justiças do reino, a comunicar-lhes que manda à Inglaterra, em companhia de seus filhos, seu vassalo Pedro Chaveiro, residente em Lisboa; pelo que lhe suspende, até o seu regresso ao país, a liquidação das dívidas que ele tenha, posto que sentenciadas, e bem assim todos os pleitos e demandas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 53.

Dom Joham, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A todollos corregedores e juizes e justiças dos nosos rregnos e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que nos mandamos ora, por nosso seruiço, ao rregno dJngraterra, em companha de meus filhos, Pero Chaueiro, noso vasallo, morador em Lixboa. E portanto teemos por bem e espaçamolhj todallas djujdas que ora el deue, nom enbargando que ia som fijndas per ssentenças.

Outrosy lhj espaçamos todollos preitos e demandas, assy as mouhudas como as por mouer, que el ha ou ouuer dauer com algũas pesoas ou esas peso[a]s com el, a saber da dada desta nosa carta ataa que el venha do dicto rregno de Jngraterra, donde o asy mandamos.

E porem uos mandamos que nom conheçades dos dictos preitos e demandas e os leixedes estar quedos no ponto e estado em que esteuerem nem coostrangades nem penhoredes por nem hũas djujdas que el deua ataa o dicto tenpo, como dicto he, que nosa merçee e talante he de se assy ffazer, como dicto he. Vnde al nom ffaçades.

Dante em Sintra, xij dias do mes dagosto. Elrrey o mandou per Fernam Gonçaluez, leçençeado em lex, seu vasallo e do seu desenbargo. Joham Affonso a ffez. Era de mil iiij^{c} Riij annos.

---

(1) É possível que tenha o infante D. Henrique, então de 11 anos de idade, visitado a Inglaterra nesta ocasião.

131

13 AGOSTO 1405

Letras Cum nos nuper, *do antipapa Bento XIII, dirigidas ao franciscano Fr. Afonso de S. Lúcar de Barrameda, bispo eleito de Rubicão, Canárias, a conceder-lhe possa receber a sagração episcopal de qualquer bispo católico que esteja em comunhão com a Santa Igreja, assistido de mais dois ou três bispos nas mesmas condições.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 326, fl. 41, donde se reproduzem. Editadas por EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, vol. 7, n.º 366, p. 328. Sobre aquele prelado pode ver-se ATANASIO LOPEZ, *Fr. Alonso de S. Lúcar de Barrameda, primer obispo de Canarias.*

[Benedictus, etc.]

Dilecto filio Alfonso, electo Rubicen., salutem, etc.

Cum nos nuper ecclesie Rubicensi, pastoris regiminis destitute, de persona tua, nobis et fratribus nostris, ob tuorum exigenciam meritorum, accepta, de eorumdem fratrum consilio, auctoritate apostolica, duxerimus prouidendum, preficiendo te illi in episcopum et pastorem, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur;

Nos ad ea que tue commoditatis augmentum cedere ualeant fauorabiliter intendentes, tuis supplicacionibus inclinati, tibi ut a quocunque malueris catholico antistite, gratiam et communionem apostolice sedis habente, astitis et in hoc sibi assistentibus duobus uel tribus catholicis episcopis, similem gratiam et communionem habentibus, munus consecracionis recipere ualeas ac eidem antistiti ut munus predictum, auctoritate nostra, impendere libere tibi possit, plenam et liberam concedimus, tenore presencium, facultatem.

Volumus autem quod idem antistes, qui tibi prefatum munus impendet, postquam illud tibi impenderit, a te, nostro et romane ecclesie nomine, fidelitatis debite solitum recipiat iuramentum, iuxta formam quam sub bulla nostra mittimus interclusam, ac formam iuramenti quod te prestare contigerit, nobis, de verbo ad uerbum, per tuas patentes litteras, sigillo tuo signatas, per proprium nuncium, quamtocius destinare procures; quodque per hoc venerabili fratri nostro archiepiscopo Jspalensi, cui prefata ecclesia iure metropolitico subesse dinoscitur, nullum im posterum preiudicium generetur.

Datum Massilie, apud sanctum Uictorem, jdibus augusti, anno decimo.

Copyrighted material

132

10 JANEIRO 1407

Carta de el-rei D. João I, a doar a D. Fernando, seu sobrinho, em casamento com D. Leonor Vasques Coutinho, enquanto sua mercê for, as suas terras de Seia, Santa Marinha, S. Romão, Folhadal, Penalva, Folhadosa, Vila Cova e Valezim, dos almoxarifados da Guarda e de Viseu, e respectivas jurisdições, como as trazia D. Pedro seu irmão, reservadas ao monarca as alçadas e correições, — bens depois integrados na carta do património henriquino.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 92 v.

Carta per que o dicto senhor fez doaçam a dom Fernando, seu sobrinho, que ora casou com Lionor Uaasquez Coutinha, que teuese, enquanto sua mercee fose, a[s] suas terras de Sea e de Sancta Marinha e de Sam Romãao e do Folhadal e de Penalua e Folhadosa e Vila Coua e Uarazim, que som nos almoxarifados da Guarda e de Viseu, com suas jurdiçõoes, assy e pella guisa que as trazia dom Pedro, seu jrmaao, etc., rreseruando as alçadas e correiçõoes.

Em Santarem, dez dias de janeiro de mjl iiij^{c} Rb annos.

133

23 DEZEMBRO 1407

Carta de el-rei D. João I, a aforar para sempre, de acordo com a rainha e os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, a Diogo Fernandes de Almeida, filho de Fernando Álvares de Almeida, aio dos infantes, herdades no termo de Alenquer, por 5 libras da moeda antiga ou seu valor, posto elas valham mais.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 79 v.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A quantos esta carta daforamento virem fazemos saber que nos, ensembra com a rrainha dona Filipa, mjnha molher, e com o jffante Duarte, meu filho mayor e primeiro e herdeiro, e com os jffantes dom Pedro e dom Anrrique; nos, entendendo por nosso serujço e de nossos herdeiros e sucesores;

Aforamos e damos a foro a Diego Fernandez dAlmeida, filho de FernamdAluarez dAlmeyda (1), ayo dos jffantes meus filhos, pera todo sempre, pera elle e pera todos seus herdeiros e sucesores, hũa nossa herdade de Pamcalua, que nos auemos em termo dAlanquer, com todos seus matos, rrotos e por romper. A qual herdade jaz aa ponte da Coyraça, hu chamam Monte dAloyos; e parte, de contra o abrego, com herdade da hordem do Sprital, que ora tragem os herdeiros do doutor Lourenço Annes; e, da parte do soaao, com strada puurica que uay da Castinheira pera o dicto logo dAlanquer, e da parte do aguiam com herdade de Joham Martijnz, tabaliam, e como se uay pollo arrife, agoa uertente, contra o forno da cal e entesta na dicta strada puurica; e, da parte da trauersia, entesta com herdade dos herdeiros de Gonçallo Pirez, que foe do nosso conselho, e herdade que ora traz PedrEannes Lobato.

Jtem, outro talho de herdade que jaz a fundo da dicta strada puurica, a qual parte contra o abrego com a dicta herdade da dicta hordem do Sprital, que trazem herdeyros do dicto Lourenço Annes, e da parte do soãao com herdade do moesteiro dArrouca e com outras herdades com que de djreito deue partir e, da parte do aguiam, com herdade de FernamdAluarez da Escaada da Pedra e, contra a trauersia, polla dicta strada puurica.

---

(1) Sobre Fernando Álvares de Almeida, cavaleiro da Ordem de Avis e nela claveiro e Comendador de Vila Viçosa e Juromenha, aio dos infantes filhos de D. João I, vedor da casa deste, primeiro alcaide-mor de Abrantes e tronco da Casa de Abrantes pode ver-se: FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 1, 9, 22, 30, 50, 128, 149 e 182; e BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões*, liv. 2, sobretudo a pp. 300, 301, 347, 349 e 368. Sempre muito dedicado ao Mestre de Avis, antes e depois de rei, deu-lhe ele a portagem de Santarém e termo em 7 de Novembro de 1390, os direitos reais da vila de Abrantes, de que o nomeou alcaide-mor, em 5 de Outubro de 1400, e outros muitos bens que constituiram o fundamento da Casa de Abrantes. Era falecido em 1429 e foi sepultado na igreja de S. Domingos de Lisboa.

Cavaleiro de Ordem Militar em data em que ainda não lhe era dado contrair matrimónio, teve quatro filhos bastardos, por esta ordem: Nuno, Inês, Diogo e Alvaro. Sucedeu na casa o Nuno; mas, doido e paralítico, foi-lhe retirada a administração dela em 1429 e passada a Diogo Fernandes de Almeida, rico-homem, vedor da fazenda régia, alcaide-mor de Abrantes e Senhor do Sardoal, falecido a 5 de Janeiro de 1450 e sepultado na igreja de Santa Maria do Castelo da mesma cidade, a qual mandara edificar e em cujo epitáfio se repete a notícia de que seu pai «foi aio do dito senhor rei dom Dvarte e dos infantes dom Pedro e dom Amriqve seus irmaos» (*Brasões*, liv. cit., pp. 347-48, onde se reproduz o epitáfio na íntegra).

Copyrighted material

A qual herdade e courella nos aforamos ao dicto Diego Ferrnandez pollas dictas diujsõoes, pera el e pera seus herdeiros e sucesores, com tal preito e condiçom que o dicto Diego Ferrnandez aia e logre a dicta herdade em dias de sua vida e, aa sua morte, fiquem ao moyor filho barom que el ouuer e ajamnas el e todos aquelles que delle descenderem, como dicto he. E, se nom teuer filho, fiquem aa filha, se a teuer, e tenhonas ella e todos aquelles que della descenderem, como dicto he, em tal guisa que a dicta herdade e courella ande sempre junta em hũa pesoa e nunca se parta. E que assy o dicto Diego Fernandez como aquelles que despois de sua morte a dicta herdade e courella cobrarem dem e paguem a nos e a nossos herdeiros e sucesores, em cada hũu anno, por dia de Sam Joham Bautista, cinquo libras da moeda antijga que soya de correr ou seu uerdadeiro uallor.

E, porquanto nos fomos e somos certo que a dicta herdade e courella ual mais de renda que as dictas b. libras o dobro e muyto mais aallem e pode ualler; queremos e outorgamos e mandamos que a aia o dicto Diego Ferrnandez e seus herdeiros e sucesores por as dictas cinquo libras, como dicto he, e do que mais ual e pode ualler. Veendo nos os muytos e stremados serujços que nos e nossos regnos rrecebemos e speramos de receber ao diante do dicto FernamdAluarez e a criaçom que em el fizemos e, querendolhe nos conhecer e remunerar com mercees, como a nos cabe, e a el e todos aquelles que delle descenderem; e, oolhando e consirando outrossy a criaçom que fizemos em o dicto Diego Ferrnandez, seu filho, e o serujço que nos e nossos filhos speramos receber del e daquelles que del vierem e, querendo nos conhecer desto algũa parte ao dicto Diego Ferrnandez; nos, de nossa liure uontade e poder absoluto, fazemos ao dicto Diego Ferrnandez pura doaçam antre os ujuos pera todo sempre ualledoira daquello que a dicta herdade e courella mais ual ou pode ualler.

Outrossy, queremos e mandamos e outorgamos que, se acontecer que o dicto Diego Ferrnandez se fine deste mundo sem auendo filho ou filha que cobre a dicta herdade e courella, entom fiquem a Nuno Fernandez, jrmãao do dicto Diego Ferrnandez. E este as aia e todos seus herdeiros e sucesores que depos elle vierem, como dicto he. E, nom auendo filho nem filha, entom fiquem a Aluoro Ferrnandez, jrmãao do dicto Diego Ferrnandez, e a Nuno Ferrnandez e a todos seus herdeiros e sucesores pella guisa que dicto he. E, nom auendo hi nehũus destes nem desta herança, entam queremos e mandamos que a dicta herdade e courella se torne aa coroa dos nossos regnos com todas suas bemfectorias.

E nos, per nossa fe rreal, per nos e per nossos sucesores e herdeiros, pormetemos nunca, em nehũu tenpo do mundo, jrmos contra este aforamento, em parte nem em todo, por nehũa razam, por nhũua cousa que seia, ante pormetemos de o guardar e conprir em todo pella guisa que em elle

he contheudo; que nunca o rreuoguemos nem posamos reuogar nem jr contra el, nom embargando todollos djreitos nem cousas que contra esto seiam, as quaaes todas casamos e anulamos e queremos e mandamos que nom aiam lugar em este aforamento e doaçam. O qual he nossa tençom e uontade que seia firme e stauel e ualledoiro pera todo sempre, que nunca possa seer rreuogado nem contradicto, como dicto he.

E, se algũa clausulla de solempnjdade ou outra cousa aquj fallece pera este aforamento e doaçam mais firme seer, nos a auemos aquj por posta e repetida e expresamente nomeada. E, per esta nossa carta, asignada de nossos nomes per nossas mãaos e sellada de nossos seellos, poemos em posse, corporal posisom o dicto Diego Fernandez e todos seus herdeyros em ella contheudos da dicta herdade e courella pollas sobredictas diujsõoes. E o dicto Diego Fernandez, por ssy e por seus sucesores e herdeiros, em ssy tomou o dicto aforamento com o dicto foro e se obrigou, por ssy e seus herdeyros e sucesores, a nollo pagar. E, nom o pagando como dicto he, que nos pague, em cada hũu dia, xx ssoldos de pena.

E porem mandamos aos nossos tesoureiros moores e aos nossos almoxarifes da dicta vila dAlanquer que ora sam e ao diante forem e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer que assy conpram e guardem este aforamento e doaçam e façam conprir e guardar sem embargo nehũu. E nom uãao nem consentam hir contra elle em nehũa maneira que seia. E arrecadem pera nos o dicto foro em cada hũu anno, aos tenpos suso contheudos, como dicto he. E façam rregistrar esta carta nos liuros das nosas ouenças e contos. E o dicto Diego Ferrnandez tenha esta carta, por guarda de seu djreito. Vnde al nom façam. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta carta, asignada per nossa mãao e sellada do nosso seello do chumbo pendente.

Dante em Stremoz, xxiij dias de dezembro. Elrrey o mandou. Martim Uaasquez a fez. Era de mjl iiij^{c} Rb annos.

134

7 ABRIL 1408

Montagem das casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, ordenada pelas Cortes de Evora daquela data, tomando el-rei para isso, desde 1 de Maio seguinte, o terço das sisas, de que prescindira anteriormente.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. 3, doc. 61, texto coevo, que se reproduz; *ibi*, Livro B, fl. 327; ANTT., *Aditamento de Cortes*, fl. 104, em cópia do séc. XVIII, extraída das fontes citadas.
Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, doc. 9.

Saibham quantos este stromento virem como estas som as cousas que foram concordadas e outorgadas a elrrey, nas cortes que foram fectas na çidade dEuora, aos ssete dias do mes dabril da era de mil e quatroçentos e quorenta e sseis anos, per dom Joham, arçebispo de Lixboa, e per os outros prelados que, per si e per seus procuradores, aas dictas cortes veerom e per o condestabre e meestre de Santiago e mestre dAuys e priol do Spital e Gonçalo Uaasquez Coutinho, marischal, e per os outros fidalgos do rregno que veeram aas dictas cortes e per os procuradores da çidade de Lixboa e da çidade dEuora e da çidade do Porto e da çidade de Cojnbra e de todalas outras çidades e villas e lugares que pera as dictas cortes foram chamados.

Primeiramente, que elrrey desse cassas aos jnfantes seus filhos, a saber: ao jnfante Duarte, primogenito e herdeiro, e aos jnfantes dom Pedro e dom Enrrique, nas quaees casas montaua, pera se manterem, em cada hũu ano, dezoito contos, a saber: na cassa do jnfante Duarte oito contos e nas casas do jnfante dom Pedro e dom Enrrique dez contos, a saber, a cada hũu çinquo, asi pera manteer as messas dos dictos jnfantes, como pera moradias e mantijmentos e vistires seus e de seus scudeiros e aguardadores e offiçiaaes e outras pessoas que com elles andarem e pera despessas nom çertas. Jtem, conpria mais, logo de presente, pera guarnimentos e atavios das casas dos dictos jnfantes e dos seus, quatro contos e meo, a saber: ao jnfante Duarte, com o que ora traz, hũu conto e meo; e aos outros dous jnfantes outros ssenhos contos e meo a cada hũu, assy que era per todo vijnte e dous contos e meo (1)).

E, porquanto elrrey, por rreleuar o seu povoo dos mais encarregos que podesse, ajnda que lhe fosse agrauosso e afanosso de fazer, vistas as pequenas rrendas que ha e os grandes encarregos que tem, tomou sobre sy, pera o auer de manter, a despessa da casa do jnfante Duarte e outrosi tomou encarrego dos atavios e guarniçõoes das casas do dicto jnfante Duarte e dos outros jnfantes, em que montaua quatro contos e meo. E asi ficam pera proueer donde sse ajam, em cada hũu ano, dez contos, a saber:

(1) Ou seja 22 e meio milhões de reais brancos ou então de libras da época. Vê-se que D. Duarte tinha já ordinária ou *assentamento* próprio e que continuou a ser diferençado, como príncipe herdeiro que era, de D. Pedro e de D. Henrique, ficando ele com 8 milhões e estes com 5 cada um, anualmente.

çinquo contos pera despesa da casa do jnfante dom Pedro e os outros çinquo pera a do jnfante dom Enrrique, e demais donde se ajam djnheiros pera lhes conprar terras e outros herdamentos e pera se auerem os dictos dez contos e mais pera a conpra das dictas terras e herdamentos pera seus asseentamentos.

Outorgarom os dictos prelados e fidalgos e conçelhos que elrrey ouuesse, des este primeiro dia de mayo que ora uem en deante, o terço das sissas que o dicto ssenhor quytou em Lixboa, no começo destas tregoas, de guisa que honde sse ora pagua de todalas conpras e uendas e contraitos e mercadarias dez e sseis djnheiros a liura, que sse pague dous soldos, pela guisa que se ante pagaua; em o qual terço de sissas osmarom que rrenderia, em cada hũu ano, xx contos, a rrespeito de como ora as dictas sissas som rrendadas; e que os dez contos seiam, logo de presente, pera sse manterem os dictos jnfantes em cada hũu ano, e outros dez contos se ponham em desposito (*sic*) em mãaos dhomeens boos, que logo pera elo selam escolheitos pelos dictos conçelhos, que os tenham pera se conprar deles terras e herdamentos, se sayrem a vender, pera sse manterem e seerem herdados os dictos jnfantes, como conpre a suas honrras e estados. E que, quanto sse ouuer per conpra das dictas terras e herdamentos, que tanto seia logo tirado e alinado das dictas sissas, ataa que de todo o dicto terço que sse ora acreçenta seia quite e tirado de sobre o povoo.

E, se aconteçer que esto possa seer conprido assi, per terras e heranças, des o dicto primeiro dia de mayo ataa tres annos ou ataa quatro ou çinquo anos, sse tanto durar, ou sse faça algũua minga das rrendas que ora elrrey tem pera manteer o seu stado e defenssom do rregno, por rrazom deste terço que se ora mais acreçenta, que o ssenhor mande chamar sobresto a cortes, asi como ora chamou, e que emtam sse proueja o que minguar, asi pera el como pera os jnfantes, donde sse aia, e lho darom de boom talente, pera manter seu stado e de sua molher e filhos e honrra do rregno, asi como ataaquy fezerom (2).

Outrosi, concordarom e outorgarom que, pera rreffazimento das fortelezas do rregno que estam mal rrepairadas elrrey ouuesse e podesse em elas mandar despender o que ficasse do enprestido que lhe [foy] fecto em Santarem (3), pera sse desfazer a moeda de tres libras e mea e se tornar em cruzados de trijnta e çinquo ssoldos (4), por se nom leuar fora da terra e do rregno, como se ataa emtam leuauam; do qual enprestido

---

(2) Conquanto o parágrafo seguinte não respeite ao assunto que nos interessa de momento, inserimo-lo, reproduzindo assim o texto de Cortes na íntegra.

(3) Nas Cortes de Santarém de 1406.

(4) Ou *meios reaes cruzados*, como lhes chama COSTA LOBO, *História da sociedade*, p. 290, depreciado o real de 3 e meia libras, como aqui se afirma, «por se nom leuar fora da terra e do rregno».

osmarom que ficaria, tiradas as despessas que se del fezerom e auyam de fazer, em lauramento da dicta moeda, doze contos pouco mais ou menos; porque todo o lauramento da dicta moeda auya de seer fecto a custa do dicto enprestido, por sse a dicta moeda fazer tam e tam leal como a outra era. Em o qual lauramento osmarom que sse despenderiam outros doze contos dos vijnte e quatro que sse pello dicto enprestido ouueram; porque no dicto lauramento auya o seisto de custos do que no dicto enprestido montou. E, per tres uezes que se a dicta moeda auya de canbhar e laurar, montaua os dictos contos.

E esto entenderam e acharom todolos sobredictos prelados e fidalgos e conçelhos por milhor e mais seruiço de Deus e do dicto rrey, seu ssenhor, e prol e bem do seu povoo, sobre todallas outras cousas que nas dictas cortes forom sobresto faladas e trautadas. E pidiram ao dicto ssenhor rrey que lhes mandasse dello dar ssenhos stromentos. E o dicto ssenhor lhos mandou dar.

Fecto dia e era suso dicta. Testemunhas que presentes foram: dom Afonso, priol de Santa Cruz de Cojnbra, e Diniz Eannes, dayam de Lixboa, e o conde dom Pedro e Joham Afonso de Santarem e Joham Afonso, veedor da fazenda, e o doutor Martim do Sem e Martim Afonso de Merlo, guarda moor do dicto ssenhor, e outros (5).

E eu, Gonçalo Lourenço, scpriuam da puridade delrrej e notairo geeral na ssa corte e em todo seu ssenhorio, que a todas estas sobredictas cousas com as dictas testemunhas pressente fuj e este stromento fiz escreuer, per mãao de fiel scpriuam e esto per mjnha mãao soescreuj e aqui meu ssignal fiz, que tal he (*Sinal do notário*).

135

13 AGOSTO 1408

Letras Ad pacem, *do papa Gregório XII, a intimar certas coisas sobre a convocação do Concílio Geral, por intermédio do franciscano Frei Fernando de Portugal* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 336, fl. 259.

---

(5) O parágrafo seguinte vai em letra de outra mão, do notário geral e escrivão da puridade de el-rei Gonçalo Lourenço, que autenticou a presente transcrição de Cortes para o concelho ou Câmara da cidade do Porto, onde se encontra.

(1) Deve tratar-se da convocação para o concílio geral de Pisa, ali aberto em 25 de Março de 1409 (Cfr.: HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, parte 1,

Gregorius, etc.

Venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis, episcopis et dilectis filijs electis, abbatibus ceterisque ecclesiarum et monasteriorum prelatis et nobilibus viris ducibus, principibus, marchionibus, comitibus, vicecomitibus, militibus et alijs cuiuscunque temporalis dignitatis existant, necnon vniuersitatibus, magistratibus et singularibus quibusuis personis, tam clericis quam laicis regularibus et secularibus, cuiuscunque gradus seu preeminentie fuerint, ad quos presentes nostre littere peruenerint, salutem, etc.

Ad pacem et tranquillitatem saluberrimam ecclesie sacrosancte cunctorunque christifidelium ac etiam prosecutionem tractatus desiderabilis unionis in ecclesia christianorum, paternis et solicitis studijs, intendentes, decreuimus nonnulla super conuocatione generalis concilij et alijs quibusdam hanc materiam concernentibus, vniuersitati uestre ac uestrum singulis, per dilectum filium Fernandum de Portugalia, ordinis minorum professorem, intimare, cuius relatibus circa premissa adhibere placeat credentie plenam fidem.

Datum Senis, idibus augusti, pontificatus nostri anno secundo.

136

21 OUTUBRO 1408

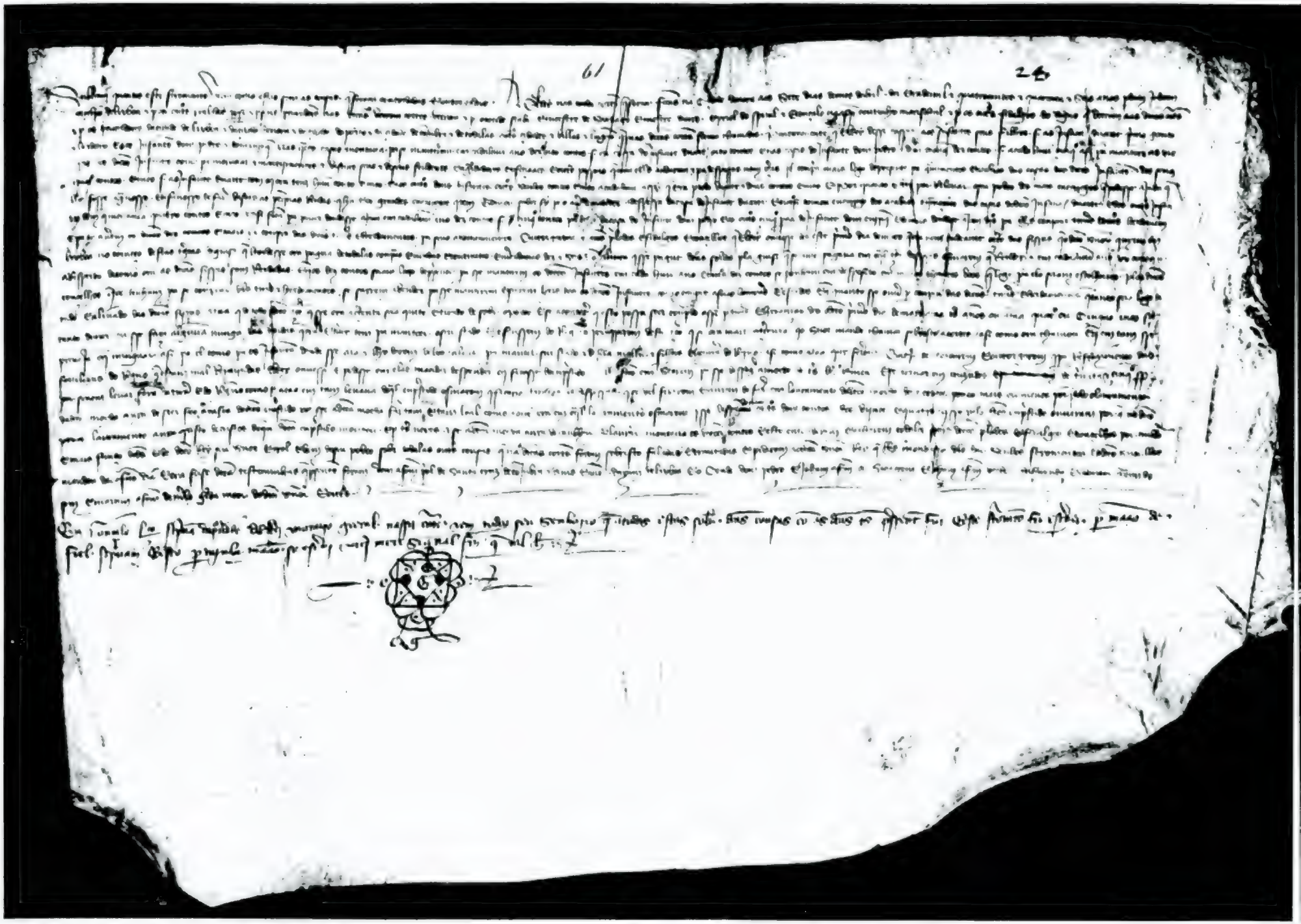
Carta de venda, feita por Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade de el-rei, e sua mulher Inês Leitoa a D. João I do seu couto de Guardão, na comarca da Beira, por 615.000 libras,

---

pp. 1 e ss.; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 458 e ss. e a bibliografia citada por este autor, que dá os nomes dos representantes de Portugal, aos quais se deve adicionar o do Dr. Lançarote, secretário de el-rei D. João I (Cfr. os nossos DOCS. 153, 154, 155 e ainda o DOC. 140, de 7 de Fevereiro de 1410).

O Frei Fernando em referência deve ser Frei Fernando de Astorga, ex-Ministro Provincial da Província Franciscana de Santiago e primeiro Provincial da de Portugal, confessor dos nossos reis D. Fernando e D. João I e abade comendatário do mosteiro de Paço de Sousa (Cfr. Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, *Historia Serafica*, parte 2, pp. 396, 399 e 415).

Copyrighted material



dois anos depois incorporado na carta patrimonial do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Direitos Reais*, liv. 2, fl. 251.

Sabham quantos esta carta de venda e perdurauel firmidõe virem como eu, Gonçalo Lourenço, scriuam da puridade delrrey, e eu Enes Leytoa, sua molher, vendemos e outorgamos, deste dia pera todo sempre, a vos, dom Joham, polla graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, pera uos e pera todos vossos herdeyros e successores que depos vos veerem, o nosso couto do Guardam, que foy de Joham Fernandez Pacheco, que he em a comarca da Beyra, que parte com terra de Beesteyros e com outros com que de dereito deue partir, com sua iurdiçam e com todas suas entradas e saydas e dereitos e perteenças, foros e geyras e padroado da ygreia, assy e pella guisa e com aquelle dereito que nos, dictos Gonçalo Lourenço e sua molher, no dicto couto auemos e gaanhamos pella doaçom que vos, dicto senhor rrey, fezestes do dicto couto a mym, dicto Gonçalo Lourenço, pella yda que se foy deste rregno pera Castella o dicto Joham Fernandez Pacheco, cuio o dicto couto era, por preço certo que nos por o dito couto mandastes dar per vossa carta a Lourenço Gil, vosso almoxarife de Faarom, a saber, sseyscentas e quinze myl liuras, em preço de mil e quinhentas dobras douro. Do qual preço nos damos por bem pagados e entregues, que nenhũa cousa nom ficou por pagar.

E outorgamos que vos, dicto senhor rrey e todolos que depos uos veerem, aiades e logredes e possuades o dicto couto de Guardam com sua iurudiçom e com todolos foros, dereitos e tributos e padroado da dicta igreia del, assy e tam compridamente como o nos hauemos e de dereito deuemos dauer pella doaçom que vos, dicto senhor rrey, delle fezestes a mym, dicto Gonçallo Lourenço, pella yda que se foy o dicto Joham Fernandez Pacheco pera Castella, como de suso dicto he. E que uos, dicto senhor rrey, tomedes e possades mandar tomar, per quem vos prouuer, a posse do dicto couto e de todolos dereitos e rendas e foros e padroado da ygreia del e fazer delle e em elle todo o que uos prouuer, assi como de vossa cousa propria.

E nos, dicto Gonçalo Lourenço e Enes Leytoa, sua molher, nom nos obrigamos nem ficamos obrygados a uolo defender nem a emparar de

(1) Sobre o Gonçalo Lourenço, armado cavaleiro em Ceuta, em 1415, pode ver-se FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, e ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, especialmente o cap. 76.

nenhũua pessoa que seia, porquanto nos nom vos vendemos o dicto couto senom com o dereito que nos em elle gaanhamos e ouuemos pella doaçom que uos del fezestes, a mim dicto Gonçallo Lourenço, pella yda que se o dicto Joham Fernandez foy pera Castella, como de suso dicto he. E o dicto senhor rrey assy e com a dicta condicom o outorgou e lhe prouue da dicta venda. E, em testemunho desto, vos mandamos dar esta carta de firmidõoe. Fecta em Lixboa, xxj dias doutubro, era de mil iiij^{c} Rbj annos.

Testemunhas que a esto presentes forom: Denyz Annes, dayam de Lixboa e veedor da casa do dicto ssenhor, e Joham Afonso dAlanquer e Aluaro Gonçaluez de Freytas, veedores da sua fazenda, e Gonçallo Caldeyra, scriuam da sua camara, e Fernam Pirez e Afonso Fernandez e RodriguEannes, criados do dicto Gonçallo Lourenço, e outros.

E eu, Martim Vaasquez, scriuam delrrey e notayro na sua corte, que com as dictas testemunhas a esto presente fuy e esta carta de uenda, per mandado e outorgamento das dictas partes, fiz screuer per mãao de fiel scriuam, seendo eu ocupado em cousas de seruiço do dicto senhor; e esto per minha mãao soescreuy e meu signal fiz, que tal he.

137

28 MARÇO 1409

Carta de D. Martinho, rei de Aragão, à condessa de Urgel sobre o casamento da infanta D. Leonor com o primogénito de Portugal.

ACA., *Registo* 2252, fl. 62. — Publicada nas *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, t. 7, Barcelona, 1901, p. 256.

Lo Rey. Comtessa cara cosina. Vostra letra havem reebuda e aquella entesa e ço quens ha dit da part vostra en P. de Rius scriva de casa vostra, en virtut de la creença per vos a ell comanada. E, vist lo memorial que havets trames al noble e amat nostre mosen Ponç de Ribelles, sobrel matrimoni del primogenit de Portugal, vos responem que segons que lo dit noble ha dit a nos e recitat sobre aquests affers, ell ha parlat largament ab lescuder de Portugal qui era aci, en la forma e manera que ell vos dira; e es menester que per vos sia eleta e anomenada prestament certa persona dequi

vos confiets, per anar ala e tractar e practicar dels affers. E de tot aço nos havem parlat largament ab lo dit noble e informat aquell de nostra intencio e voler. Perqueus pregam, cara cosina, que a tot ço queus dira de nostra part donets plenera fe e creença axi com si nos personalment vos ho dehiem.

Dada en Barchinona, sots nostre segell secret, a xxviij dies de març lany Mcccc viiij. Rex Martinus.

Dirigitur comitisse Urgelli.

138

27 ABRIL 1409

Alvará de el-rei D. João I, a mandar pagar mensalmente a Estêvão Leitão, cavaleiro, seu criado, a moradia de 2.000 reais brancos enquanto não lhe entregar as 2.000 dobras mouriscas devidas pelo monarca ao sogro daquele, o Mestre de Santiago, por outras tantas que ele lhe emprestou para o casamento da infanta D. Brites, condessa de Arundel, e ainda 1.000 coroas de ouro pelo soberano prometidas em casamento ao Leitão.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 75, — texto que se reproduz; *ibi*, liv. 34, fl. 39, e *Místicos*, liv. 3, fl. 86.

Publicado por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 549, extraído da primeira fonte citada.

Nos elrrey, per este aluara, ficamos e prometemos a uos, Esteuom Leytom, caualeiro, noso criado, de uos paguar as duas mjll dobras mouriscas que deuemos ao mestre de Santiago por outras tantas que nos ell enprestou pera o casamento de dona Briatiz, mjnha filha, condesa dArandell; porquanto fomos certo per ho dicto mestre que a ell prazia de uollas darmos, porque vollas pormetera de dar, em cassamento com dona Jnes, sua filha (1).

---

(1) D. Brites, filha ilegítima de el-rei D. João I e da nobre D. Inês Pires, casou em primeiras núpcias com o conde de Arundel, em Inglaterra, a 26 de Novembro de 1405, e em segundas com o barão de Irchenfield, em 1415 (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 46 e a bibliografia ali aduzida).

Jtem, nos ficamos majs de paguar mjll coroas douro que uos pormetemos de dar, em casamento, quando nos trautamos o dicto casamento com a dicta dona Jnes. E, ataa que desto sejaaes paguado, uos pormetemos de mandar paguar a moradia que de nos aujades quando ora uos demos uosa cassa, a saber dous mjll rreaaes brancos cada mes.

E, per este aluara, mandamos aos nosos ofiçiaaes que esto ouuerem de ueer que uos dem, daquy em diante, em cada hũu ano, carta per que uos paguem a dicta moradia e ao noso chançeler que aselle as cartas que uos forem dadas sobre ello, sem outra ementa. E vos e elles al nom façades. E, em testemunho desto, asynamos este aluara per nosa mãao.

Fecto em Alcaçer, xxbij dias dabrjll. Elrrey ho mandou. Diego Afonso o fez. Era de mjll e quatroçentos Rbij anos.

139

8 MAIO 1409

Carta de el-rei D. João I, a aforar a João de Palma e a Nicolau de Palma e a Francisco de Palma, filho do dito João de Palma, horta junto do muro da vila de Loulé, para plantação de cana de açúcar, por 5.000 libras, anualmente.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 111.

Carta per que o dicto senhor deu de foro a Joham de Palma e a Njcolaao de Palma e a Francisco de Palma, filho do dicto Joham de Palma, hũa orte que elle ha em Loulle, junto com o muro da dicta villa, pera em ella sementar daçucar, por cinquo mjl llibras desta moeda que ora corre, em cada hũu anno de foro.

Em Alcacer, biij dias de mayo de mjl iiij^{c} Rbij annos.

Copyrighted material

140

7 FEVEREIRO 1410

Salvo-conduto Cum dilectos filios, *do papa Alexandre V, passado a favor dos cavaleiros João Afonso de Brito e Álvaro Afonso Nogueira, enviados de D. João I ao concílio de Pisa* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 339, fl. 19, — texto que se reproduz; ANTT., *Bulas*, caixa 27, maço 68-A, n.º 115, em cópia autêntica do século passado, do Arquivo do Vaticano.

Sumariado no *Quadro elementar*, t. 9, p. 402 e por PEDRO DE AZEVEDO, *A colecção*, n.º 115.

Alexander, etc.

Uniuersis et singulis, tam personis ecclesiasticis quam laicis quibuscunque, ad quas presentes aduenerint, salutem, etc.

Cum dilectos filios Johannem Alfonsi de Brito et Aluarum Alfonsi Nogueira, milites, quos nuper carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie rex jllustris, ad generale concilium, in ciuitate Pisana, nouiter celebratum, suos miserat oratores, ad prefati regis serenitatem, propter quedam ad nos [et] Romanam ecclesiam pertinencia presencialiter destinemus, subditis nostris et eiusdem ecclesie ponimus in mandatis, alios vero deuotos quoslibet requirimus et exhortamur in Domino quatenus eos, cum omnibus eorum socijs, equis, arnensibus, valisijs et rebus omnibus, graciose recipiatis et amicabiliter pertractetis jpsisque, vt plena possint securitate potiri, in eundo, stando et diuertendo, de vestro saluoconductu, sine aliqua solucione pedagij, oneris vel gabelle, ac de societate et scorta velitis liberaliter prouidere, quociens vos duxerint requirendos, jta vos in predictis agentes vt illi mandata nostra valeant rite perficere vosque, apud nos et apostolicam sedem, possitis merito conmendarj.

Datum Bononie, bij jdus februarij, anno primo.

---

(1) Sobre estes e outros representantes de Portugal no concílio geral de Pisa *cfr.* FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 459 e a bibliografia ali aduzida.

141

8 ABRIL 1410

Carta de crença de D. Martinho, rei de Aragão, dirigida a el-rei D. João I de Portugal, de apresentação de mossem Martin de Pomar, conselheiro daquele, que vem tratar do casamento de sua sobrinha D. Leonor, irmã do conde de Urgel, com o primogénito ou com o filho segundo do soberano português.

ACA., *Registo* 2.238, fl. 133 v.

Rey muy excellent e muy poderoso principe e muy caro cohermano nuestro.

Nos hauemos jnformado el amado consellero nuestro mossen Martin de Pomar dalgunas palauras que, de nuestra parte, vos deue explicar sobre cierto tracto de matrimonjo, fazedero de vuestro primogenjto con nuestra cara sobrjna duenya Aleonor, hermana del conde dUrgell, muy caro sobrino nuestro.

Porque, rrey muy excellent e muy poderoso principe e muy caro cohermano nuestro, rogamosvos, con grant affeccion, que querades dar fe e jndubitada credença a todo lo que el dito mossen Martin vos dira, de parte nuestra, sobrel dito feyto.

E sea la Sancta Trinjdat, muy excellent e muy poderoso principe e muy caro cohermano nuestro, vuestra continua proteccion.

Dada en la casa de Bellesgrid, dins nuestro siello secreto, a viij dias dabril del anyo de mil cccc.x. Rex Martinus.

Dirigitur al rrey de Portugal.

Simjlis fuit missa dicto regi Portugalensi, super contractu secundi geniti ipsius regis, casu quo de primogenito non possit concordarj.

142

8 ABRIL 1410

Memorial das coisas que mossem Martin de Pomar, conselheiro de D. Martinho, rei de Aragão, há de tratar com o rei de Portugal sobre o casamento da infanta D. Leonor, sobrinha daquele e irmã do conde de Urgel, com o primogénito ou com o filho segundo do soberano português, em que já se marca o dote dela, fixado em 50.000 florins de ouro de Aragão, e ainda a maneira de o satisfazer **(1).**

ACA., *Registo 2.238*, fl. 133. Cada parágrafo vai assinado pelo secretário régio, menos o último, que leva a assinatura do monarca.

Memorial de les coses que mossen Marti de Pomar, conseller e ambaxador del senyor rrey deu fer ab lo rrey de Portugal.

Primerament, quant sera ab lo dit rrey, feta per ell la salutacio acostumada, lj dara la letra de creença, per virtut de la qual li explicara les coses seguents. Bernardus Secretarius.

Ço es, quel dit senyor rrey ha sabut certament de que ha haut fort gran plaer que matrimonj es estat mogut entre lo primogenit del dit rrey de Portugal, de vna part, e dona Alienor, donzella germana del comte dUrgell, neboda del dit senyor rrey, de laltra. E que, per tal, com lo dit senyor ha singular affeccio e amor jntrinseca a la dita dona Alienor, neboda sua, la qual ha en compte de filla, trobaria fort gran plaer quel dit matrimonj vengues a bona fi e desijada conclusio. Bernardus Secretarius.

E, si per lo dit rrey de Portugal sera respost al dit ambaxador que a ell seria plasent lo dit matrimonj e que vol saber quina quantitat de moneda sera donada per dot a la dita donzella, ladonchs lo dit ambaxador lj respondra que la dita dona Alienor ha L^{m}. (2) florins dor dArago de dot, en

(1) Texto igual, sem data, passado a mossem Anthoni Polo e D. Bertran de Tudela, embaixadores do mesmo D. Martinho ao rei de Portugal, no *Registo* 2.252, fl. 119, com o título: «Memorial de les coses que mossen Anthonj Polo, peborde de Mur, e en Bertran de Tudela, ambaxadors del senyor rrey, deuen fer ab lo rrey de Portugal» (Publicado nas *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, t. 7, Barcelona, 1901, pp. 257-58).

(2) 50.000.

la forma seguent, ço es: xL^{m}. florins dor quel comte dUrgell, quondam pare seu, lj lexa en son derier testament; e, daltra part, x^{m}. florins dor quel dit senyor rrey lj dara del seu propi, en cas quel dit matrimonj venga a bona perfeccio. Bernardus Secretarius.

Los quals L^{m}. florins dor dArago prometra le dit ambaxador pagar en la forma seguent, ço es: que, en nom del comte dUrgell, germa de la dita dona Alienor, prometra pagar, lo jorn de la solempnjzacio del dit matrimonj, xx^{m}. florins dor dArago comptants; e puys los altres xx^{m}. florins dor dins iiij anys, ço es cascun any v.^{m} florins dor dArago; e los altres x^{m}. florins dor restants a compliment dels dits L^{m}. florins dor, prometra lo dit ambaxador, en nom del dit senyor rrey, pagar dins los dits iiij. anys, ço es ij^{m}d. (3) florins a la fi de cascun dels dits iiij anys, tro quels dits x^{m}. florins dor sien pagats, en cas empero, e no en altra manera, que venga a desijada fi lo dit matrimonj. Bernardus Secretarius.

E, si cas sera quel dit ambaxador veura quel matrimonj del dit primogenjt de Portugal no haia loch, presentara al dit rrey de Portugal laltra letra que sen porta, tocant lo matrimonj del segon genjt. E sobrel dit matrimonj tractara ab lo dit rrey en la forma a ell manada tractar sobrel matrimonj del primogenit del rrey de Portugal. Rex Martinus.

Dominus rex mandauit michi
Bernardo Medici.

143

5 AGOSTO 1410

Carta de el-rei D. João I, dirigida ao recebedor do seu armazém da cidade do Porto, a dispensar os mercadores daquela cidade do pagamento da dízima de penas que tragam de Flandres ou de outros lugares, de dois em dois ou de três em três anos, para forramento de seus vestires.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. 3, doc. 67, original em pergaminho.

(3) 2.500.

Dom Joham, pella graça de Deus rrej de Portugall e do Algarue.

A vos, Joham Cibraaez, rreçebedor do nosso almazem da çidade do Porto e a outros quaaesquer que hi despos uos ueerem por nossos rreçebedores ou almuxarifes e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer per quallquer gissa, a que [e]sta carta for mostrada, saude.

Sabede que algũus mercadores honrrados dessa çidade nos enujarom dizer que a algũus delles aconteçe que, quando ueem de Frandes e doutros lugares com suas mercadarias aa dicta cidade, que trazem, de dous em dous anos ou de tres em tres, senhas penas, pera foramentos de seus vistires, e que, quando chegam a dicta çidade, que lhes demandam dizima das dictas penas que asi trazem pera o que dicto he e que lhes alegom que de tall cousa nunca foi pagada nem demandada dizima; que lhe nom queiredes dello conhoçer e que nos pediam por merçee que lhe ouuessemos a ello rremedio.

E nos, ueendo o que nos asi dizer e pedir enujarom, teemos por bem e mandamosuos que, quando os dictos mercadores ueerem com panos ou com outras mercadarias de que a nos pagem dizima e trouuerem as dictas penas, de dous em dous anos ou de tres em tres, pera foramento dos dictos seus vistires, que lhe nom leuedes nem demandedes dello nenhũa dizima, porquanto nossa merçee e uontade he de lhe nom seer dello leuada e os auemos dello por quites, sem outro nenhũu enbargo que lhe sobresto ponhades. Vnde all nom façades.

Dante em Lixboa, b dias de agosto. Elrrej o mandou, per Joham Afonso dAlenquer, seu uassallo e ueedor da sua fazenda. Joham Pirez a fez. Era de mil iiij^{c} Rbiij anos.

144

18 AGOSTO 1410

Carta de el-rei D. João I, em que, a rogo da Câmara da cidade do Porto, dá Regimento ao seu armazém daquela cidade quanto à percepção da dízima régia sobre as mercadorias ali entradas por mar do estrangeiro, nomeadamente de material para navios.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. 3, doc. 68, original em pergaminho, com pedaço de selo de cera, pendente de fita azul e branca.

Sumariado no *Indice chronologico dos docs. mais notaveis... da Camara da cidade do Porto*, p. 120.

Dom Joham, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por alguus vsos e custumes e cousas que se [o]brauom em o nosso almazem da çidade do Porto, por fecto das dizimas que a nos som deuudas de dereito, os nossos almuxarifes e rrecadadores que por nos algũas uezes aquello auyam de rrecadar e os mercadores que dizimauam na dicta cidade vierom em algũas contendas; por a qual cousa, o conçelho da dicta çidade, per seus procuradores, se rrecorrerom a nos, dizendo que estes nossos rrecadadores que, ao presente desta nosa carta, ora hi estam hiam contra aquellas cousas que elles, de vso e custume, senpre ouuerom. Por a qual rrezom, nos quisemos saber a uerdade. E achamos que os dictos nossos almuxarifes e rrecadadores hiam contra seus custumes. Os quaees custumes elles auyam per husos antigos e per algũus priujlegios de cartas e merçees que lhes forom dadas per os rreis dante nos, as quaees nos forom mostradas. E agora, por estas cousas mais daqui en diante nom vijrem em duuyda, mandamos que se faça per esta guisa que se adiante segue, a saber.

Que qualquer mercador da nossa terra que de fora do rregno, polla foz da dicta çidade, trouuer ou mandar trager panos que seja hũa valla de ualançinas ou hũu bulhom de tal vallor que posa ualer a dicta valla de ualençinas, que, se hy trouuer algũu rretalho de pano pera seu uestir em que aja ataa catorze couodos e nom seja de graa, que lhe nom leuem del dizima. E, se nom trouuer o dicto rretalho, nom aja uestir nem lhe sejaençetado por elle peça de pano enteira pera lho darem. E, sse forem dous parçeiros que tragam cabedal de conpanhia e hũu delles ficar na terra e ho outro vyer de fora do rregno com panos e trouuer duas vallas de ualançinas ou bulhões que as ualham, como dicto he, e em cada hũa das dictas vallas ou bulhões trouuer hũu rretalho de quatorze couodos, a saber, em cada valla seu rretalho, seiamlhe dados, pera seus uestires, sem dizima, fazendo çerto, per testemunhas ou per scpritura publica, como tragem cabedal de conpanhia; e, nom auendo hy testemunhas nem escpritura publica, entom seiam creudos sobrello per seu juramento. E, quando esto for asy çerto, entom ajam vestir anbos eses que asy trouuerem conpanhia, tambem o que vyer com os panos, como dicto he, como o que ficar na terra, porque achamos que asy acustumarom de o auer. E estes uestires aja cada hũu mercador duas uezes no ano, se duas uezes trouuer as dictas duas vallas de ualançinas ou bulhom que as ualha, como dicto he, tragendo os dictos rretalhos pella guisa suso dicta. E, posto que mais uezes e em mais nauyos lhes uenham panos, nom ajam mais uestires que esas duas uezes. E, em caso que a algũu mercador uenha seu moço com os dictos panos, nom aja vestir senom o dono dos panos. E, posto que algũus dos dictos mercadores vendam os rretalhos que asy ouuerem pera seus uestires, nom os demandem porem polla dizima delles.

Outrossy, se algũu homem onrrado da nossa terra que custume de uestir penas ou mereça de as trazer, quando trouuer ou mandar trager panos pera dizimar em ese almazem e trouuer, de dous em dous anos ou de tres em tres, hũa opa enpenada pera seu uestir, nom lhe seia leuada dizima della, fazendo el juramento que a traz pera seu uestir e nom pera uender, nom seendo esa opa de seda (?) papaluas ou veiros, calaurias ou outras penas que aquellas que em nossa terra se custumarem de trager, aos tenpos que trouuerem de Frandes esas opas enpenadas. E esto fazemos porque ouuemos enformaçom que algũus maliçiosamente, por escusar dizima, tragem dallo opas enpenadas tam grandes e tam fornydas, que as penas dellas forneciriam duas e tres opas e que despois lhes tirauom o pano em que as tragiam postas e vendiam as penas. E, se acharem que ese que trouuer a dicta opa enpenada pera seu uestir que a despois uende, mandamos que a perca e que o que o acusar aja o terço e nos as duas partes.

Outrosy, mandamos que o mercador da nossa terra que trouuer valla de ualançinas ou bulhom que o ualha, como dicto he, e trouuer pera sua casa baçios, pichees, manta, bancal, doas (?), guarnjmentos e fezer uerdade, per juramento dos auangelhos, que som pera sua casa e nom pera uender, o nosso almuxarife e dizimeiro leixenlhe desas cousas sem dizima ataa tanta contia quanta montar em descontamento da dizima dos quatorze couodos que auya dauer pera seu uestir, estimando ese pano per moyaçom de pano dHir[landa] (?), que he a mayor moyaçom de pano que hy ha sem grai. E, quando lhe leixarem estas cousas em descontamento e vallor do uestir, nom lhe dem outro uestir, posto que traga rretalho de quatorze couodos. O qual, como dicto he, auya dauer pera seu uestir quando lhe nom leixarem as dictas cousas. E, quando lhe derem o uestir dos quatorze couodos, como dicto he, dizimenlhe todas as cousas que trouuer, asy das sobredictas como outras quaeesquer, porque nos mandamos que, quando ouuer uestir, nom lhe seja leixada a dizima das cousas sobredictas que trouuer pera sua casa de que a dizima chegase ao vallor da dizima dos quatorze couodos que lhe am de seer leixados pera seu uestir. Empero, se algũu mercador que dizime valla de ualançinas ou bulhom de seu vallor, como dicto he, trouuer algũas das cousas sobredictas ou outras, asy como dous pares de calças e hũu veeo ou dous e hũu par ou dous de canyuetes ou agulheiros pera sua molher e espeçias, tanaras ou outras cousas pera sua casa, que sejam tam pouca contia de que a nos nom monte dizima mais que ataa vallor de quinze ssoldos da moeda antiga, e fezer uerdade, per seu juramento, que esas cousas nom som pera uender, seiamlhe dadas e desembargadas sem dizima, posto que aja o uestir dos quatorze couodos sem dizima.

Outrosy, mandamos que, quando algũus nauyos vyerem de quaeesquer partes de fora dos nossos rregnos e aportarem em algũus portos fora

da nosa terra e, per necesidade, pera fornjmentos e mantymentos das naues, hi uenderem algũus dos panos que de fora da nosa terra (*sic*) e uenderem panos pera conprarem pelles cabrũas ou madeira ou outras mercadorias, mandamos que lhes nom seja leuada dizima dessas pelles e madeira ou outras mercadorias, mais paguem dizima da ualia dos panos que asy allo uenderem pera as conprar.

Outrosy, mandamos que, de todallas cousas e mercadorias que quaeesquer mercadores trouuerem aa dicta çidade do Porto, de Castella e de Vizcaia e de Galiza, a saber, des Fonterrabia ataa o rrio do Mynho, nom paguem dizima, saluo de ouro e de prata e de ferro e de aço e do chumbo e destanho e de cobre e de breu e de rrezina e de madeira de torno e de tonees e de pipas leuantadas e de panos de coor ou lonas pera treus e das outras cousas de que se nom custumam a pagar portajem; porque achamos que, de madeiras que nom som de torno nem de bordalhas nem de pescados nem de pelles cabrũas nem de todallas outras cousas que ueem das dictas partidas, de que se custumam a pagar portaiem, nom se ha de pagar dizima.

Outrosy, quando algũu trouuer bordalha das partes de França ou dJngraterra ou dHirlanda, pera fazer nauyo ou nauyos que pasem o mar dEspanha ou pera rrefazimento delles, que seja escprita no liuro do nosso almazem quanta he e o nome desse que ha trouuer e ponha penhor polla dizima. E sy, dhi ataa hũu ano, poser no estaleiro o nauyo que ha de fazer ou rrenouar ou adubar, mandamos que lhe seja entregue ese penhor que poser polla dizima desa bordalha, sem pagando della dizima; e, se nom poser no estaleiro nem começar de rrenouar o dicto nauyo ou nauyos ataa o dicto ano, mandamos que pagem a dizima desa bordalha e tornemlhe seu penhor.

Outrosy, quando algũu trouuer ou mandar trager masto, uerga, garaupez, ancoras, breu, rrezina, alcatram ou outras garnjçõoes e aparelhos pera seus nauyos, mandamos que se escpreua no liuro do nosso almazem e o que vallem; e, se fizer uerdade, per seu juramento, que os traz pera seus nauyos ou pera rrefazimento delles e nom pera uender, mandamos que nom paguem dello dizima nem ponha penhor por ella; pero, se depois aconteçer de uender algũas das dictas cousas, seja theudo de hir pagar a dizima dello ao dicto almazem ataa tres dias primeiros seguintes. E, se asy nom pagar, mandamos que perca esa cousa que asy uender.

Outrosy, mandamos que, quando algũus uereadores ou outras pesoas dos nossos rregnos trouuerem conprados algũus nauyos, que nom sejam costrangudos pagar delles dizima nem de seus aparelhos, porque achamos que se nom custumou pagar delles dizima.

Outrosy, mandamos que, quando os nauyos vyerem aa dicta çidade de fora dos nossos rregnos, que o nosso almoxarife e escpriuãees e dizimeiro vãao aos dictos nauyos e uejam as huchas e baças que os mercadores e

marjnheiros hy trouuerem; e, se acharem em ellas algũas cousas de que nos deuamos dauer dizima, que façam leuar esas cousas ao dicto almazem, pera se dizimarem e que desenbargem logo nos dictos nauyos as dictas vchas e baças, saluo se aconteçer que hy nom esteuer o dono dalgũa vcha ou baça, que entom mandamos que seja leuada ao nosso almazem, pera se desenbargar hy, porque achamos que asy se acustumou.

Outrosy, mandamos que, quando algũu marinheiro ou grumete ou moço de mercador ou paje dos nauyos que vier de fora de nossa terra trouuer algũa rroupa ou jubom pera seu uestir e hũu par de calças nouas e hũa duzia datacas pera seu calçar, que lhe nom seja dellas leuada dizima, comtanto que nom seja rroupa enpenada ou de tam gram uallia que nom perteça pera el, a saber, de pano douro ou de seda ou de graa ou doutro pano de tal uallor, que pareça que homem de sua condiçom nom custuma trazer tal pano.

Outrosy, mandamos que quando algũu mercador ou marinheiro que carregar no Algarue e, de tornavyagem, vyer aa dicta çidade e trouuer hũu quarteiro ou dous ou ataa tres de fygos ou de pasas ou damendoas pera sua casa, que nom pague dello dizima, porque se nom custumou de a pagar, leuandoas todauya ao nosso almazem, pera se desenbargarem hy.

Outrosy, porque sobrestas cousas e sobre outras que perteçem aos nossos dereitos do almazem rreqreçem algũas uezes duujdas algũas, mandamos que o nosso dizimeiro e juiz do mar seia dello juiz naquelles fectos que conheçe o nosso dizimeiro da alfandega de Lixboa e determinhe, dando apelaçom e agrauo aas partes naquelles casos que se deue a fazer, porque achamos que asy se custumou. Porque a nos he dicto que algũus mercadores, meestres das naaos e mareantes se trabalham de furtar os panos e mercadorias que tragem, do que nos auemos dauer nosa dizima; e que, quando as asy furtam, que as põee e ascondem em nos lugares dos nauyos em que se nom custumom trager, asy como ssoo lastro e em nas arcas (?) da naao e em outros lugares ascondido; e, quando lhe estas cousas asy som achadas per os nossos homens do almazem, que eses mercadores ou mareantes metem sobrello preitos e demandas;

Porem, por estas cousas nom vyrem em duujda, nos mandamos que, como a naao ou nauyo chegar dauante esa çidade, que o nosso almoxarife e dizimeiro e escpriuãees ou outros que esto por nos ajam de fazer, vãao logo a esa naao ou nauyo e dem juramento ao meestre e mercadores e marinheiros que bem e derectamente digam todallas cousas que tragem de que nos auemos dauer dizima. E, se depois que o juramento for dado e o nauyo for buscado, segundo he de custume, achando panos ou outras cousas escondidas nos dictos lugares ou em outros semelhantes, como dicto he, mandamos que esas cousas sejam logo de todo perdidas pera nos. E aquelle cuja for que a nom queira descubrir per seu juramento seja preso ataa nosa merçee.

E porem mandamos aos nossos almoxarifes ou rrecebedores e dizimeiro e escpriuãees que ora som e forem ao diante, ou a quem esto ouuer de ueer per qualquer guisa, que conpram e agardem estas cousas e cada hũa dellas pella guisa que em esta nossa carta som contheudas e decraradas e que nom uaam nem consentam hir contra ello em nehũa guisa que seja, senom sejam çertos que o que contra esto ou contra parte dello for que lho estranharemos grauemente. E, per estas cousas nom vyrem mais en duujda, mandamos desta fazer tres cartas, todas dhũu theor, a saber, esta que tenha a dicta çidade do Porto, pera sua garda, e outra que este no nosso almazem da dicta çidade do Porto e outra que este na torre do nosso castello da dicta çidade de Lixboa; as quaees tres cartas asynamos per nosa mãao e mandamos seelar do nosso seelo do chumbo.

Dante em a çidade de Lixboa, xbiij dias dagosto. Elrrej o mandou. Joham Gonçalluez a fez. Era de mjl iiij^{c} Rbiij anos. Nom seja duujda na antrelijnha, aas onze rregras, onde diz no quall seja leuada dizima della, fazendo el juramento que a traz pera seu uestir, ca eu, sobredicto escpriuom, o corregi, por seer uerdade.

(*as.*) ElRey.

145

22 OUTUBRO 1410

Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Lopo Fernandes Homem, filho de Fernão Nunes Homem, comendador do Casal, e de Isabel Rodrigues, mulher solteira.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 121.

Outra legitimaçom ouue Lopo Ferrnandez Homem, filho de Fernam Nunez Homem, comendador do Casal, e de Jsabel Roiz, molher solteira ao tempo da nacença do dicto Lopo Ferrnandez etc.

Em Lixboa, xxij dias doutubro de mjl iiij^{c} Rbiij annos.

146

20 DEZEMBRO 1410

Procuração de D.ª Joana de Albuquerque, a autorizar o marido Gonçalo Vasques Coutinho a escambar com el-rei, com o abade e convento do mosteiro de Salzedas e com quaisquer outras pessoas os bens que possuem, quer os próprios, quer os recebidos dos reis D. Fernando e D. João I.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 125 v., inserta no escambo de 23 de Março de 1411, feito por Gonçalo Vasques Coutinho com D. João I, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 96 v.; em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 113.

Saibham quantos esta presente procuraçam virem como eu, dona Johana dAlbuquerque, faço e stabelleço por meu certo procurador auondoso Gonçallo Uaasquez Coutinho, meu marido, ao qual dou e outorgo todo meu conprido poder que elle possa escambar e permudar com nosso senhor elrrey e com o abade e conuento do moesteiro da Cerzeda e com outras quaaesquer pesoas quaaesquer terras, qujntãas e casaaes e herdades e posisõoes e djreitos e rendas dellas que nos auemos nos regnos de Portugal e assy das que a el som fectas mercee per o dicto senhor rey e per elrrey dom Fernando, como as que nos auemos de nossas herdades proprias por outras quaaesquer quijntãas e terras e casaaes e herdades e posisõoes e djreitos e rendas dellas que ao dicto Gonçallo Uaasquez aprouuer e por bem teuer.

E que possa outorgar, consentir e confirmar os dictos scambos e cada hũu delles que assy fizer. E que outrossy possa obrigar todos nossos beens, auudos e por auer, a quaaesquer penas que nos dictos scambos forem postas e a liurar e a defender as cousas que assy scambar e permudar. E pera esto eu ey e pormeto dauer por firme e stauel, deste dia pera sempre, todo aquello que pollo dicto Gonçallo Uaasquez for fecto e outorgado e confirmado das cousas sobredictas, sob obrigaçom de todos meus beens, que pera esto obrigo.

Fecta foe a procuraçom em Trancoso, nas pousadas do dicto Gonçallo Uaasquez, xx dias do mes de dezembro, era de mjl iiij^{c} Rbiij annos. Testemunhas que presentes forom: Aluoro Gonçalluez e Pero Uaasquez, scudeiros, moradores no dicto logo de Trancoso, e Nuno Aluarez, criado do dicto Gonçallo Uaasquez, e outros. E eu, Gonçallo Anes, tabaliam em

o dicto logo de Trancoso e seu termo, per mandado e outorgamento da dicta dona Johana, esta procuraçom scpreuj e aquj meu sinal fiz, que tal he.

147

20 MARÇO 1411

Bula Eximie deuocionis, *do antipapa João XXIII, a conceder, a pedido de el-rei D. João I, que as Ordens Militares existentes no país possam continuar a cooperar com o monarca e sucessores em guerra justa contra cristãos, sarracenos e outros inimigos do reino de Portugal, como fizeram até então, desde que não defraudem as respectivas casas e freires* (1).

AV., *Reg. Supl.*, vol. 145, fl. 145.

Johannes etc.

Ad futuram rei memoriam.

Eximie deuocionis affectus, quem carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris, ad nos et romanam gerit ecclesiam, promeretur ut peticionibus suis, in hijs presertim que ad suum ac regnorum suorum necnon habitatorum et jncolarum eorundem conseruacionem ac statum felicem cedere dinoscuntur, quantum cum Deo possumus fauorabiliter annuamus.

Exhibita siquidem nobis nuper pro parte predicti regis peticio conti-

(1) De sublinhar o facto de, já nesta data, ser programa de D. João I a luta contra os sarracenos, como o prova a presente bula, outorgada e portanto impetrada antes do Tratado de Paz com Castela, de Outubro seguinte. Reportando-se aos acontecimentos do ano de 1410, ZURITA afirma: — «Tambien don Iuan Rey de Portugal en los vltimos fines del Ocidente gozaua, como si fuera en perpetua paz, de la gloria de las victorias passadas: y del reyno por el adquirido, y valerosamẽte fundado por las armas. contra la grandeza y pujança de los Reyes de Castilla: siendo Principes comarcanos: y tã poderosos: y todos sus pensamientos se conuertian quanto le dauan lugar las treguas que tenia con el Rey de Castilla, en emplear sus exercitos, y armadas en Africa cõ desseo de hazer guerra, si le dexassen en su reyno en paz, a los infieles por las costas del Oceano» (*Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, 2 parte, liv. 11, cap. 1).

nebat quod dilecti filij milicie Sancti Jacobi de Spata, milicie Ihesu Christi et de Auisio, milicie Calatrauensis ac Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, Vlixbonensis et Elborensis diocesis, domorum magistri, priores, preceptores et milites, a quibus ipse domus in Portugalie et Algarbij regnis fundata et dotata fuerunt, semper in guerris per reges Portugalie et Algarbij, predecessores suos, qui fuerunt pro tempore, et ipsum, tam contra christianos quam sarracenos, suos et regnorum predictorum aduersarios et inimicos, habitis pro ipsorum regnorum ac eciam possessionem et bonorum dictarum domorum, quibus in eisdem guerris maxima et importabilia damna inferebantur, defensione et tutela atque inimicorum huiusmodi expugnacione arma susceperunt atque eisdem regibus in premissis paruerunt personis proprijs et rebus, fructibus, redditibus ac bonis eciam que ad magistros, priores, preceptores et milites prefatos, ratione domorum prefatarum, prouenerunt in huiusmodi guerris eisdem regibus fideliter assistendo.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, licet a iure, tam diuino quam naturali, defensio patrie et inimicorum huiusmodi expugnacio sit permissa, tamen a quibusdam in dubium reuocatur an predicti magistri, priores, preceptores et milites premissa licite facere potuerint siue possint ipseque rex, pro eo quod dicta sua regna non sunt tanta potencia suffulta, sicut aliqua regna et dominia predictorum inimicorum, a quibus hucusque ipse et predecessores predicti inuasi fuerunt, timet se suosque succesores et regna predicta inuadi et damnificari ac sibi et dictis regnis incommoda non modica prouenire posse in futurum, si sibi huiusmodi assistencia auferretur, pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut sibi suisque successoribus Portugalie et Algarbij regibus super hoc prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, huiusmodi supplicationibus inclinati, prefatis magistris, prioribus, preceptoribus et militibus, presentibus et posteris, prehabita a rege et successoribus predictis, qui erunt pro tempore, legitima informacione quod ipsi et successores predicti iusta ducant guerras et bella, ad assistendum et parendum regi et successoribus predictis ac bona predicta in usus huiusmodi guerrarum conuertendi et alia in premissis et circa ea necessaria adimplendi quemadmodum hucusque fecerunt, auctoritate apostolica, licenciam concedimus per presentes. Constitucionibus apostolicis necnon priuilegijs et indultis eisdem domibus et personis a sede apostolica forsan concessis ac statutis et consuetudinibus domorum et ordinum predictorum et alijs contrarijs non obstantibus quibuscunque; prouiso tamen quod domus ac membra dependencia ab eisdem debitis propter premissa obsequijs non fraudentur.

Nulli ergo etc. nostre concessionis infringere etc.

Si quis autem etc.

Datum Bononie, terciodecimo kalendas aprilis, anno primo.

148

21 MARÇO 1411

Bula Eximie deuotionis *do antipapa João XXIII, a conceder, a pedido de el-rei D. João I, que não incorram nas penas de irregularidade, inabilidade e infâmia as pessoas eclesiásticas que contribuam para a defesa das terras de Portugal.*

ANTT., *Bulas*, maço 4, n.º 11, texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 145, fl. 57. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 402. Original em pergaminho a que falta o selo pendente.

Johannes episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

Eximie deuotionis affectus, quem carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris, ad nos et romanam gerit ecclesiam promeretur ut petitionibus suis, illis presertim que in suum et regnorum suorum statum felicem cedere ualeant, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus.

Sane sicut exhibita nobis, pro parte dicti regis, petitio continebat, ex guerris et hostilibus inuasionibus quibus hactenus inuolutus fuit, prout existit, ac predecessores sui Portugalie et Algarbij reges inuoluti fuerunt, sepius cum alijs regibus potentioribus dampna grauia, tam ecclesiasticis quam secularibus personis dictorum regnorum illata fuerunt et inferuntur ac uerisimiliter maiora frequenter inferrentur, nisi huiusmodi persone ecclesiastice se mutui presidij adminiculo tuerentur et alique ex eisdem personis aliquos armigeros seu gentes armorum, secundum facultatem suam, pro personarum suarum et eorundem regnorum ac suorum et aliorum bonorum ecclesiasticorum in ipsis regnis consistentium defensione, proprijs suis sumptibus et expensis in stipendio sponte tenerent, alique uero defensionibus et custodijs ciuitatum, castrorum et locorum regnorum predictorum, personaliter, neminem tamen manualiter interficiendo aut membrum mutilando, interessent.

Sed, quia a quibusdam asseritur premissa personis eisdem ecclesiasticis non licere eosque irregularitatis et infamie maculas contrahere, occasione defensionum predictarum; pro parte eiusdem regis nobis fuit humiliter supplicatum ut ne huiusmodi persone ecclesiastice ab huiusmodi

defensionibus timore pene ubi culpa non est retrahantur seu desistant et huiusmodi regna propterea grauiora sustineant detrimenta, super hoc, ad conscientias earundem personarum ecclesiasticarum serenandas, oportune prouidere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos itaque, huiusmodi supplicationibus inclinati, quibuscunque personis ecclesiasticis huiusmodi ad hoc uoluntarijs defensiones predictas facere eo modo, ut prefertur, licere, ipsas propterea nullam penitus irregularitatis, inhabilitatis aut infamie maculam siue notam contrahere declaramus et, in quantum expedit, eis ad hoc licentiam concedimus per presentes.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre declarationis et concessionis infringere uel ei ausu temerario contraire.

Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Bononie, xij kalendas aprilis, pontificatus nostri anno primo.

149

23 MARÇO 1411

Escambo pelo qual o Marechal do reino Gonçalo Vasques Coutinho e sua mulher D.ª Joana de Albuquerque cedem a el-rei D. João I a sua quinta de Silvares, em termo de Viseu, o couto de Reriz, no julgado de Lafões, e a aldeia das Lágeas, em terra de Seia, bens incorporados na carta de património do infante D. Henrique, pelos préstamos régios de Balsemão, Julgado, Alvelos, Mesquinhata, Sonegado, Gondim e Belães, em termo de Lamego.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 125 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João III*, liv. 39, fl. 96v.; em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 113. Existiu o original nas *Gavetas* do mesmo arquivo, mas desapareceu.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Uaasquez Coutinho, nosso marichal, nos dise que elle ha, de sua herança propria, a qujntaa que chamam de Siluares, que he em termo da cidade de Viseu,

Copyrighted material

com seu asentamento de casas e com xxiij casaaes darredor que perteencem aa dicta qujntãa e foreiros a ella e com hũa vinha, que o dicto Gonçallo Vaasquez por ssy laura. E outrossy ha mais o couto de Reeriz (1), que he no julgado de Lafõoes, com seu asentamento e vinhas e com xbij casaaes foreiros ao dicto couto, com sua jurdiçom ciuel. E outrossy ha mais a aldea das Lageas, que he em terra de Sea, com dez casaaes foreiros a ella.

E, porque nos auemos outras terras dos nossos regnos, a saber, o prestamo de Balsamom e o prestamo do Julgado e o prestamo dAluellos e o prestamo da Mezquinhata e o prestamo do Sonegado e o prestamo de Gondim e Belãaes; os quaaes prestamos som em termo e sob jurdiçom da cidade de Lamego. E disenos que lhe prazia de permudar e scambar comnosco as dictas quintãas e aldea pollos dictos prestamos. E nos, auudo nosso conselho e entendendoo por nosso serujço e prol e honrra dos nossos rregnos;

Per esta nossa carta, com acordo da rrainha mjnha molher e do jffante Duarte, meu filho herdeiro, permudamos e damos, em scambo e permudaçom, os dictos prestamos de Balssamom e do Julgado e dAluellos e o prestamo da Mjzquinhata e o prestamo do Sonegado e o prestamo de Gondim e Bellãaes com o dicto Gonçallo Uaasquez por a dicta qujntãa de Siluares e couto de Reeriz e aldea das Lageas. E queremos e outorgamos que o dicto Gonçallo Uaasquez e todos seus filhos e herdeiros e sucesores aiam os dictos prestamos com todos seus djreitos, foros, trabutos, e honrras, aserujços, propriedades, terras e casaaes e campos, montes e fontes e matos, rrotos e por rromper, e com todas outras suas perteenças, assy como as ouuerom os reis que ante nos forom e nos outrossy tijnhamos e mjlhor se os el, dicto Gonçallo Uaasquez, mjlhor puder auer.

Outrossy, queremos e outorgamos que o dicto Gonçallo Uaasquez e seus filhos e netos e herdeiros e sucesores nom seiam theudos de nos serujr pollos dictos prestamos que assy com el scambamos e que el assy de nos ha, per maneira descanbo, com lanças nem com homens darmas nem lhe seiam contados em suas conthias nem seiam feudarios a nos, ante seiam proprios e jssentos do dicto Gonçallo Uaasquez e de seus filhos e netos e socesores e os possam liuremente dar e doar, uender e scambar e fazer delles e em elles como de sua cousa propria. E, per esta permudaçam e scanbo, nos tiramos e desencorporamos os dictos prestamos da propriedade e senhorio dos nossos rregnos e os poemos em o dicto Gonçallo Uaasquez e seus filhos e netos e sucesores e herdeiros, pera todo sempre.

---

(1) No ms. sempre *Rooriz*, forma que corrigimos para *Reeriz*, a própria.

E o dicto Gonçallo Uaasquez, presente, por ssy e como procurador de sua molher dona Johana dAlboquerque, per poder de hũa procuraçom, da qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição da Procuração de D. Joana de Albuquerque, de 20 de Dezembro de 1410, — o DOC. **146.**

E herdeiros e sucesores, deste dia pera todo sempre, per maneira de permudaçom e scambo, deu a nos e a nossos regnos, pera nos e pera todos nossos herdeyros e sucesores, as dictas qujntãas de Siluares e o couto de Reeriz e aldea das Lageas, que as ouuesemos com todos seus asentamentos, louças, foros, djreitos e trabutos e terras, vinhas, herdades e casaaes, honras, campos e matos, montes, fontes, serujços e jurdições ciuees, assy como as elle ha e de djreito deue dauer, como as ouuerom os que ante el forom e mjlhor, se as nos mjlhor pudermos auer, rrenunciando logo o dicto Gonçallo Uaasquez, por ssy e por a dicta sua molher e herdeiros e sucesores, toda a posse e propriedade e djreito que a nas dictas quintãas e aldea e casaaes e ujnhas e herdades e campos, montes, fontes e matos, rotos e por romper, com todas suas perteenças, poendo todo em nos e em nossos herdeiros e sucesores e em nossos regnos, pera todo sempre.

E nos, em nosso nome e de nossos herdeiros e sucesores, e o dicto Gonçallo Uaasquez, por ssy e por seus herdeiros e sucesores, aprouamos e louuamos e outorgamos esta permudaçom e scambo. E pormetemos nos, por nossa fe real, e o dicto Gonçallo Uaasquez, por ssy e por a dicta sua molher e herdeyros que depos el ujerem, como dicto he, pormeteo, por sua uerdade, de nunca jr contra el, per engano que nẽhũu de nos diga que hy ouue nem por dizer que hũas terras uallem mais que as outras de renda ou som mjlhores nem per outra nehũa razam, excepçom e auçom, real nem persoal, e ho djreito per que cada hũu de nos aia de desfazer esta permudaçom e scambo; porquanto, fomos certo, per jnquiriçom tirada per Lourenço Martijnz, nosso contador, que as dictas terras som yguaaes em maraujdiz e em uallor hũas aas outras.

Aos quaaes djreitos e aucçõoes ambos renunciamos e queremos que nom aiam lugar em esta permudaçom. E, outrossy, obrigamos nos os beens dos nossos regnos, auudos e por auer, e o dicto Gonçallo Uaasquez outrossy, per ssy e per a dicta sua molher, que em caso que, em algũu tempo, nos ou os nossos herdeiros e sucesores ou o dicto Gonçallo Uaasquez e seus herdeiros e ssoçesores ou outra algũa pesoa demande estas qujntaas e prestamos ou cada hũa dellas, que assy cada hũu de nos permuda com outro, a nos ou a nossos sucesores ou ao dicto Gonçallo Uaasquez e a seus sucesores, seendo uencidas ou tomadas a cada hũa das partes, que a outra parte seia theudo de tornar os dictos prestamos e qujntaas que ouue per uertude do dicto scambo, sem outro preito e demanda; e mais seia tehudo de lhe conpoer o uallor dellas, que assy ouuer ou forem uencidas, em

dobras, stimadas per cada hũa das partes, com quatro mjl dobras cruzadas de boo ouro e justo peso. E nos, em nosso nome e de nossos sucesores, e o dicto Gonçallo Uaasquez, por ssy e por a dicta sua molher e seus herdeiros e sucesores, nos obrigamos, hũa parte aa outra e outra aa outra, a defender e emparar, em jujzo e fora de jujzo, estes beens e lugares assy premudados e scambados, a toda pesoa que os demande ou embargue, por poderosa que seia.

E mandamos ao dicto Lourenço Martijnz, nosso contador, que tome posse, por nos e em nosso nome, das dictas qujntaas de Siluares e couto de Reeriz e aldea das Lageas, com todos seus casaaes e asentamentos e jurdiçom e louça, como dicto he, e as ponha em recepta, per oueença, sobre o almoxarife que for da dicta comarca, que, des a feitura deste scambo, os arrecade e receba pera nos. E, como assy tomar a dicta posse, esso medes ponha o dicto Gonçallo Uaasquez, per ssy ou per seu procurador, em posse dos dictos prestamos e os tire dos liuros do almoxarife de Lamego, que o dantes pera nos recadaua.

E mandamos e outorgamos que, se algũas cousas forem achadas que a nos, dicto rrey, perteencesem de demandar e auer por qualquer guisa que seia e de quaaesquer pesoas, que os hi teuerem nos dictos prestemos de Balsamom e do Julgado e dAluellos e da Mjzquinhata e no prestemo do Sonegado e no de Gondim e Belãaes, que o dicto Gonçallo Uaasquez e seus herdeiros os possam demandar e auer, assy como as nos demandariamos e aueriamos e poderiamos demandar e auer.

E o dicto Gonçallo Uaasquez, por sy e sua molher e herdeyros, outrossy outorgou esso medes pella dicta guisa que, se algũas cousas achadas forem nas dictas quintãas de Siluares e couto de Reeriz e aldea das Lageas que el e a dicta sua molher e herdeiros deuesem dauer, que os posamos demandar e auer como os elles demandariam e aueriam, se os demandar e auer pudesem. E, em testimunho desto, mandamos fazer duas cartas, ambas de hũu theor, hũa pera nos e a outra pera o dicto Gonçallo Uaasquez.

Dante em a cidade dEuora, xxiij dias do mes de março. Elrrey o mandou. Vasco Anes a fez. Era de mjl iiij^{c} Rix annos.

150

17 ABRIL 1411

Carta de património do infante D. Henrique, dada por el-rei D. João I, de acordo com a rainha e com o príncipe herdeiro D. Duarte.

ANTT., *Gaveta* 11, maço 2, n.º 3, texto que se reproduz, à falta do original respectivo, por ser o original, em pergaminho, da confirmação da Regência de 30 de Julho de 1439, em que se transcreveu o próprio original joanino, apresentado pelo infante D. Henrique; outra cópia na *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 70 v., e também em *Místicos*, liv. 2, fl. 31.

Publicada por LUCENA E VALE, *A Beira*, p. 25, extraída da segunda fonte citada, e por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. I, doc. 11.

Dom Joham, pola graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, emseenbra com a rrainha dona Felipa, mjnha molher e com o jfante Eduarte, nosso filho primogepnyto e herdeiro dos dictos rregnos, veendo e consijrando em como o jffante dom Henrrique, outrossi nosso filho, he ia mançipado e em tal hidade e desposiçom que lhe conpre teer estado e o manteer;

Porem nos, sobredicto rrey, com consentimento da dicta rrainha minha molher e outorgamento do dicto jfante Eduarte, nosso filho; querendolhe fazer graça e merçee, de nosso proprio moujmento, çerta sçiençia e liure uoontade e poder absoluto, damos e doamos e outorgamos e fazemos liure e pura, jrriuogauil doaçom, antre viuos ualedoira, deste dia pera todo senpre, ao dicto jffante dom Henrrique, pera elle e pera todos seus filhos e filhas, netos e netas e todos outros herdeiros que delle desçenderem per linha derejta, segundo a declaraçom juso escprita:

Da terra e julgado de Alafõoes e do julgado e terra de Beesteiros, com todollos çeleiros e terras que nos em os dictos julgados conpramos, e de Linhares com sua terra e da terra de Sea e de Sam Romãao e da terra de Penalua e do couto do Guardam e de Çelorico da Beira com seu termo e da quintãa de Caluos e de Tarouca e Lalim e Baldigem, que conpramos a dom Joham de Castro, e da terra de Sul e da terra de Gulfar e da terra da Matança e Folhaadal e Folhaadosa e de Villa Coua e de Ualazim e de Santa Marinha e dos beens que foram de Fernam Sanchez e da terra dAguyar da Beira e da terra de Çaatam e da terra de Rio de M[o]jnhos e da quintãa de Siluares, que he em termo de Viseu, com seu aseentamento de casas e com vijnte e tres casaaes darredor, que perteeçem aa dicta quintãa, e com todallas outras suas perteenças, e do couto de Reeriz, que he no julgado dAlafõoes, com seu aseentamento e vinhas e casas, e da aldea das Lageas com dez casaaes foreiros a ella, a qual he em terra de Sea; as quaaes quintãa de Siluares e o couto de Reeriz e aldea da Lagea suso escpritos ouuemos per escanbo de Gonçallo Uaasquez Coutinho por outros que lhe por ello demos (1).

---

(1) Sobre a organização do património henriquino por el-rei D. João I vejam-se os nossos DOCS. 132, 136, 146 e 149.

As quaaes terras, julgados e lugares lhe doamos e damos e outorgamos, como dicto he, com todallas rrendas, derejtos, foros, çenssos, enprazamentos, tributos, pensõoes, fruytos, nouos, padroados de igreias que nos em elles auemos e de derejto deuemos dauer, pera senpre, por qualquer guisa, com todallas suas entradas e saydas e perteenças, valles, montes, fontes, canpos, termos, lemytes, matos, soutos, rressios, paçigoos e lugares amontados e portageens e passageens e rribeiros e rrios e pescarias delles e de mar, rreseruando pera nos os peixes rreaaes e as dizimas das cousas que vierem de fora dos dictos nossos rregnos per mar, e com todas as outras nossas rrendas e djrectos corporaaes e tenporaaes, rreaaes, segraaes, espirituaaes e rregueengos e tabaliados e pensõoes delles, ficando a nos e a nossos suçesores a confirmaçom dos dictos tabaliados e serem escpritos em os nossos liuros da chançelaria, segundo he de costume, e jurdiçõoes çiuel e crime, mero misto jnperio e sugeiçom, asi e tam conpridamente como as nos auemos e de derejto defecto deuemos dauer, assi como as elles milhor e mais conpridamente podem e deuem dauer, rreseruando pera nos a correiçom e alçadas.

E que o dicto jfante dom Henrrique e seus soçesores juso escpritos ajam as dictas terras e lugares e padroados digreias e todallas outras cousas suso escpritas e derejtos daquy en diante liuremente, assi na propriedade como na posse, per a maneira que sse adiante segue, a saber: o dicto jffante em toda sua vida, contanto que os nom possa dar nem doar, uender ou apenhar nem em testamento leixar, em todo nem em parte, ssaluo aconteçendo que o dicto jfante case fora destes rregnos de Portugal e do Algarue ou lhe aconteçesse outro algũu negoçio ou rrazom justa e lidima por que, ssem outro engano e maliçia, lhe conprisse de ujuer fora delles ou lhe viesse outro algũu negoçio tal que fosse uerissimjlle e presunçom magnyfesta, que lhe conpra, por elo, de uender ou apenhar ou escanbar as dictas terras e beens e herdades, cousas e todos outros derejtos suso escpritos ou parte delles; que, em taaes casos ou cada hũu delles, os possa uender, apenhar ou escanbar, per esta guisa.

Fazendoo primeiro saber a qualquer que, em aquele tenpo, seia rrey dos dictos rregnos se os quer, tanto por tanto quanto lhe outrem por elles der. E, querendoas ele, que o dicto jfante as nom possa uender, apenhar nem escanbar a outro nehũu, pagandolhe o dicto rrey o preço ou as cousas por que lhas assi vender ou apenhar ou escanbar, tal e tam boom ou a tam bõas e a tal tenpo como lhe outrem der; e, nom as querendo o dicto rrej ou nom pagando o dicto preço tall e a tal tenpo ou cousas, como dicto he, que entam possa uender e apenhar e escanbar a quemquer que lhe prouuer todallas terras, lugares e senhorios e derejtos em çima nomeados ou parte deles; que os ajam per aquelle modo e maneira e encarrego que per nos som dados ao dicto jfante dom Henrrique, contanto que aaquele a que os assi vender ou apenhar ou escanbar seja natural e morador nos dictos

Copyrighted material

nossos rregnos de Portugal e do Algarue. E, por esto, nom lhe tolhemos nem defendemos que os possa escanbar e aforar e enprazar e arrendar, todos ou parte delles, ante lhe outorgamos que o possa fazer sem neçessidade ou caso nehũu, comtanto que os dictos escanbos, enprazamentos e aforamentos e arrendamentos seiam a proueito do ssenhorio seu e de seus soçesores em as dictas terras e sejam fectos aos naturaes dos dictos rregnos, como dicto he.

E, morrendo o dicto jfante dom Henrrique, auendo filhos lidimos, que o filho varom lidimo que for mayor antre os varõoes aja e herde soo pera ssi todallas dictas terras e beens e heranças, cousas, derejtos suso escpritos, per a guisa e condiçõoes que per nos som dados ao dicto jfante dom Henrrique, e que outro nehũu filho nem filha, posto que os hi aja, nom herdem nem ajam delles parte. E, auendo hi filhos ou filhas do dicto jfante e netos e bisnetos ou outros desçendentes per linha derejta e mascolina do dicto mayor filho varom lidimo e, morrendo o dicto filho lidimo mayor varam em vida do dicto jfante ou depois, que o dicto neto varam, mayor, lidimo herde toda a herança, terras, cousas e derejtos suso escpritos pella guisa que ha herdaria o padre se viuo fosse e outro nehũu nom aja parte da dicta herança, terras, cousas, derejtos; e assy desçendendo pola linha derejta lidima mascolina.

E, nom auendo hi da dicta linha lidima mascolina do dicto filho varam mayor e ficando outros filhos varõoes lidimos e filhas, que semelhauelmente os aia ho outro filho varam lidimo mayor e sua linha mascolina derejta lidima, segundo suso dicto he. E, nom auendo hi filho lidimo varam do dicto jfante nem netos ou desçendentes pola guisa suso escprita, que entam os aia a filha mayor lidima do dicto jfante, per a maneira e condiçõoes que suso dicto he. E esta meesma hordenança se guarde nas filhas do dicto jfante e seus desçendentes que sse guarda nos desçendentes dos varõoes, contanto que, auendo filhos varõoes ou netos das filhas do dicto jfante, como dicto he, depois da morte do que os pessoyr, herde o mayor varam dos mais chegados ao dicto jfante; e assi uaa sobçessiue, per a guisa e condiçom suso escprita, e nom soçeda nehũa femea desçendente das filhas do dicto jfante enquanto hi ouuer varõoes.

E, nom auendo hi varõoes e ficando netas ou bisnetas dos dictos filhos ou filhas do dicto jfante, entam aja a mayor da[s] mays chegadas ao dicto jfante; e asy antre as femeas senpre aia a soçesom a mayor das mais chegadas ao dicto jfante, com as condiçõoes suso escpritas, contanto que, como o dicto jfante nom pode uender nem apenhar nem escanbar as dictas terras, cousas e derejtos, senom em çertos casos suso escpritos, asy fora dos dictos casos as nom possa[m] vender nem apenhar nem escanbar nehũus dos seus soçesores a que perteeçerem.

E, morrendo o dicto jfante dom Anrrique sem desçendentes ljdimos, varõoes ou femeas, como dicto he, e seendo sua linha derejta desçendente

Copyrighted material

lidima estynta, asy de varõoes como de femeas, e auendo hi filho ou filhos varõoes naturaaes do dicto jfante, que aja a dicta herança ho mayor delles e nom possa soçeder filha natural do dicto jfante, posto que ha hi aja. E nom auendo hi filho varam natural do dicto jfante, que entam sse tornem as dictas terras e beens e herdades e cousas suso dictas, que seus desçendentes deujam dauer, aa coroa destes rregnos de Portugal e do Algarue e os aja e herde quem entam dos dictos rregnos seia rrey e os outros rrex que depos el veerem.

E, per esta presente carta, demytimos e tiramos de nos toda a posse e propriedade e derejto que auemos e de derejto deuemos dauer nas dictas terras e julgados e lugares e quintãas e cousas e derejtos e o poemos todo no dicto jfante dom Henrrique e seus soçessores. Outrossy queremos e outorgamos e mandamos que a elles e a cada hũu dos dictos seus soçessores rrespondam e acudam e ssejam obrigados em todo e per todo, assy como a seu ssenhor, rreseruando pera nos e nossos soçessores a correiçom e alçadas e peixes rreaaes e dizimas das cousas que vierem per mar de fora dos dictos nosos rregnos e confirmaçom de tabaliados, como dicto he. E queremos e outorgamos e mandamos que, daquj en diante, sem outra nossa autoridade mais que elle e os seus soçesores, per ssi ou per quem lhe prouuer, possam filhar e filhem a posse rreal e corporal das dictas terras e lugares e padroados digreias e todos derejtos suso escpritos e husar delles e dos derejtos e propriedades e jurdiçõoes delles, sem nehũu enbargo que lhe sobrelo seia posto.

E porem mandamos aos nossos almoxarifes, escpriuaaes das dictas terras e comarcas, que ora som e forem daquj en diante, e a quaaesquer outros nossos corregedores e meirinhos e juizes e justiças e ofiçiaaes que por nos esto ouuerem de ueer, que lhes leixem auer e lograr e pessoyr as dictas terras e lugares e cousas e derejtos, com todalas rrendas, fruytos, nouos, derejtos e perteenças dellas e de cada hũa dellas, sem nehũu enbargo, segundo suso he escprito. E, per esta doaçom, que assy fazemos ao dicto jfante dom Anrrique, nom entendemos de fazer perjuizo algũu aa jurdiçom da çidade de Viseu, se a dicta çidade ha em a dicta quintãa de Siluares com seus casaaes e perteenças suso nomeadas, por seer de seu termo.

Outrossy mandamos que, sse algũas pessoas, em algũas das dictas terras e comarcas ou em parte dellas, teem rrendas e derejtos dellas e em teença de nos, que os leixem e desenbarguem liuremente e hisentamente ao dicto jfante e seus soçessores e nom lhes ponham sobrelo outro nenhũu enbargo, porque nossa merçee he, de nosso poder aussoluto, as dictas teenças rreuogar, as quaaes nos aquj expressamente anjchilamos.

E, per esta nossa doaçom, nom entendemos de tirar de nos derejto, propriedade nem auçom que nos auemos e deuemos dauer em terras, herdades, quintãas e em outras quaaesquer cousas, quer igreias, moesteiros,

hordees, rreligiõoes, fidalgos e outras quaaesquer perssoas poderosas teem ou teuerem, pretendem e entendem de possoyr contra as lex delrrej dom Denyz, nosso bisauoo, e dos outros nossos anteçessores, nos rregueengos das dictas terras e lugares de que nos assi fazemos doaçom ao dicto jfante dom Henrrique e seus soçessores; mais, ante queremos que nos fique firme e valioso o derejto que nos em elles auemos e aujamos e deuemos dauer, pola guisa que ante desta doaçom estaua etc. E esto enquanto nos, elrrej dom Joham, viuo formos.

E, aconteçendo que, em nossa vida, nos nom tiremos as dictas terras, lugares, quintãas e derejtos ou parte delles, que, depois nossa morte, o dicto jfante dom Henrrique ou seu ligitimo soçessor nos dictos beens os possa demandar e auer, assi e per a guisa que os nos tirar poderiamos. E, pera esto, lhe damos e çedemos todo derejto e auçom que nos auemos e poderiamos auer e o fazemos des entam procurador asy como em sua cousa propria, pera as poder demandar em juizo e fora delle e auer pera ssy.

A qual doaçom lhe fazemos, como dicto he, nom enbargando quaaesquer lex, derejtos çiueejs ou canonjcos ou nossos ou de nossos anteçessores, openjõoes de doutores, foros, costumes, estatutos, façanhas e quaaesquer outras constituçõoes que esta nossa doaçom enbarguem ou possam enbargar, em todo ou em algũa parte, posto que taaes sejam de que sse deua fazer expressa, singolar mençom ou espeçial rreuogaçom ou rrenunciaçom. Os quaaes derejtos, opinjõoes etc. e cada hũu delles, de nossa çerta çiençia, moto proprio, liure voontade, poder ausoluto, rreuogamos, cassamos e jrritamos e anjchilamos e anulamos e queremos que nom ualham, posto que aquj nom sejam escpritos, os quaaes nos, da dicta nossa çerta çiençia, poder aussoluto, aqui auemos por expressos e espaçificados e mandamos que nom ajam lugar em esta doaçom nem lhe possam enpeeçer em todo nem em parte.

E queremos e mandamos que a dicta doaçom seia firme e valiosa pera senpre, sem nehũu falimento, como dicto he. E nos, dicto rrey dom Joham, e nos, a rrainha dona Felipa, e nos, o jfante Eduarte, primogenyto e herdeiro dos dictos rregnos, prometemos, em nossa ffe rreal, por nos e por nossos soçessores que depos nos vierem e desçenderem e rregnarem, que nom britemos nem desfaçamos em nehũa maneira a dicta doaçom, em parte nem em todo, mais que a guardemos e tenhamos e mantenhamos enteiramente, segundo em ella he contheudo. E qualquer que de nos vier e desçender e lhe a dicta doaçom guardar enteiramente como em ella he contheudo aja a beençom de Deus e a nossa.

E mandamos a todollos corregedores e meirinhos e juizes e justiças a que esta carta for mostrada que o enparem e defendam com esta merçee que lhe fezemos e a conpram e guardem e façom conprir e guardar como em ella he contheudo. Vnde al nom façom. E, em testemunho desto,

mandamos dar ao dicto jfante esta carta, asijnada per nossa mãao e da dicta rrainha e do dicto jfante Eduarte e a mandamos seelar do nosso sseello do chunbo pendente e dos seellos pendentes da dicta rrajnha e jfante Eduarte.

Dada na çidade dEuora, xbij dias dabril. Elrrey ho mandou. PedrEannes a fez. Era de mjl iiij^{c} e quoreenta e noue annos.

151

6 JULHO 1411

Carta de el-rei D. João I, a doar, enquanto sua mercê for, a Diogo Fernandes de Almeida, filho de Fernando Álvares de Almeida, aio que foi dos infantes, o canal grande e o serviço real dos judeus de Abrantes e termo, a dízima do peixe das vilas de Abrantes e de Punhete (actual Constância), o mordomado daqueles lugares, o canal da estacada de Punhete, os direitos dos tabeliães das ditas vilas e seus termos, metade do rendimento da barca de Punhete, o quarto dos bocais de Alfanzura, etc..

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 129 v..

Carta per que o dicto senhor fez doaçam emquanto sua mercee fose a Diego Fernandez, filho de FernandAluarez, ayo que foe dos jffantes, do canal grande e do serujço real dos judeus dAbrantes e de seu termo e da dizima do pescado das ujllas dAbrantes e de Punhete e do moordomado dos dictos lugares e do canal da estacada que he junto com Punhete e dos djreitos dos tabaliãaes dos dictos lugares e seus termos e da metade da renda da barca de Punhete e do quarto dos bocaaes dAlfanzura etc..

Em Santarem, bj dias de julho de mjl iiijc Rix annos.

152

30 MAIO 1411

Carta dos Regentes de Castela, dirigida à cidade de Burgos, a ordenar-lhe nomeie procuradores para conselho e outorga das coisas necessárias ao assunto do Tratado de Paz com Portugal; pois, não se concordando as duas partes, pode reacender-se a guerra entre elas, por cujo motivo a rainha empreendera diligências junto do monarca português, disposto a condescender com algumas das cláusulas que lhe foram formuladas, de sorte que ele mandara embaixadores seus, em diligências em Castela há meses.

BURGOS, *Actas del Ayuntamiento*, año 1411, fl. 30 —, documento publicado por P. LUCIANO SERRANO, O. S. B., *Los conversos D. Pablo de Santa Maria y D. Alfonso de Cartagena*, pp. 263-265, donde tomamos a liberdade de o reproduzir.

Don Johan, por la gracia de Dios, rey de Castilla etc.

Al Concejo e alcalles e merino e seze e omes buenos de la muy noble cibdat de Burgos, cabeza de Castilla e mi Camara, salud e gracia.

Bien sabedes en commo el Rey mi señor e mi padre, que aya santo parayso, en el trato de las treguas de los diez años que fizo con el aversario de Portogal, puso un capitulo en el qual se contiene que dentro en cierto termino el dicho señor Rey mi padre enbiase sus mensajeros a tratar en fecho de la paz con los mensajeros que de parte del dicho aversario de Portogal sobre ello fueren enbiados (1); e commo en su vida el dicho trato fue comenzado e continuado en diversos tiempos e por diversas personas; e despues de su muerte, por non dar logar a se quebrantar el dicho trato, de acuerdo de la Reyna mi señora e madre e del Infante don Fernando mi tío, mis tutores e regidores de mis reynos, e heso mesmo de acuerdo de todos los otros del mi Consejo, yo enbié a ciertos embajadores para fablar en el dicho trato de la paz con los embajadores quel dicho aversario de Portogal para ello enbió, con los quales enbié dezir que para quel dicho trato de la paz se fiziese, quel dicho aversario de Portogal devia

(1) Alusão à trégua celebrada entre Portugal e Castela por 10 anos em Segóvia, a 28 de Setembro de 1400 (Cfr. a nota da nossa pág. 304).

fazer quatro cosas, que por el dicho señor Rey mi padre sienpre en este trato fueron pedidas (2).

A las quales, por parte de los enbaxadores del dicho aversario de Portogal, despues de grandes debates que entre ellos ovo, asi en fecho commo en dicho, fué respondido lo que respondieron en tiempo del dicho señor Rey mi padre a los dichos sus enbaxadores que entraron a fablar en el dicho trato, e nunca dellos otra repuesta pudieron aver. E, por non dar lugar a que el trato se quebrantase e la guerra se levantase, considerando la guerra de los moros, en que el dicho Infante mi tío estava, la dicha señora Reyna, mi madre, de consejo e acuerdo del dicho Infante e de los otros del mi Consejo se ovo de poner por medianera en estos fechos e ovo de tratar con el dicho aversario de Portogal e con la reyna su hermana, e tovo quantas buenas maneras pudo por traer estos fechos a buena fin e devida concordancia fasta tanto, que traxo al dicho aversario de Portogal a condescender a algunas de las dichas cosas que le eran demandadas, e ovo de enbiar sobre ello sus enbaxadores a ella, los quales han estado e están aqui tres meses e más sobrello (3).

E agora, por quanto estos fechos están para se egualar e concordar; e, non se egualando e concordando, puede aver guerra entre mi e mis reynos e el dicho aversario de Portogal e los reynos de Portogal e del Algarbe; e por saber lo que mas cunple a mi servicio de se fazer en estos fechos, acordé de lo fazer saber a los del Consejo del dicho señor Rey mi padre e mio, que aqui está comigo, e a otros dellos que aqui non están, e a los otros grandes del reyno, e eso mesmo a los procuradores de las cibdades e villas de mis reynos, que aqui están comigo, porque de acuerdo e consejo de todos se faga lo que mas cunpliere a mi servicio e a provecho e bien de mis regnos. Para lo qual es nescesario de tener vuestro poderio los vuestros procuradores que aca están comigo (4).

---

(2) A estas diligências se referiram FERNÃO LOPES, DUARTE NUNES DE LEÃO e SOARES DA SILVA, como pode ver-se no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 285 a 288, o qual as situa nos anos de 1407 a 1411. Da documentação original conservada no Archivo General de Simancas, sumariada pelo P. FRANCISCO MANUEL ALVES, *Catálogo dos Manuscritos de Simancas*, pp. 93-94 e no *Catalogo V* do dito arquivo, t. 1, p. 560, parece porém dever inferir-se que datam pelo menos de 1406 os esforços de ambas as Coroas por verdadeiro Tratado de Paz, qual o que veio a efectuar-se em 1411.

(3) Como embaixadores de Portugal figuram, inicialmente, o arcebispo D. Pedro, de Lisboa, Martim Afonso de Melo e o Dr. Gil Martins; e, da parte de Castela, D. João, bispo de Siguença, o Dr. Pedro Sánchez del Castillo e Pedro Venegas, alcaide-mor de Córdova. Conferenciaram sem êxito em Castelo Rodrigo e em S. Felizes. Vem depois a Portugal Juán Rodriguez, arcediago de Gordón, sem melhor resultado.

(4) Não foi mais eficaz o encontro, talvez em Valhadolide, dos conselheiros de el-rei de Castela, dos grandes do reino e dos procuradores das cidades e vilas, naquela entrada de Junho de 1411; porquanto a *Crónica de Don Juan II* sublinha, a

Porque vos mando que luego commo esta mi carta vierdes, vos yuntedes en vuestro concejo, segund que lo avedes de uso e de costunbre, e otorguedes vuestra procuracion e poderio a los dichos vuestros procuradores que aca están comigo, para que sobre esta razon me puedan consejar e dezir en vuestro nonbre lo que se les pareciere que yo en ello devo fazer, que mas cunpla a mi servicio e a provecho e bien de los dichos mis regnos, e otorgar sobre ello las cosas que nescesarias fueren e conplideras; e todo consejo e acuerdo que sobresta razon me dieren e ovieren dado e otorgado, que lo avedes e averedes por firme para en todo tiempo. E la dicha procuracion assi fecha e otorgada, fazetla luego en punto enbiar a mi do quiera que yo sea. E non fagades ende al nin pongades en ello tardança alguna, so pena de la mi merced.

Dada en Valladolid, treynta dias de Mayo, año del nascimiento de nuestro Señor Jhesu Christo de mill e quatrocientos e honze años. — Yo Sancho Romero la fiz escribir, por mandado de los señores Reyna e Infant, tutores de nuestro señor el Rey, e regidores de sus regnos. — Yo la Reyna. — Yo el Infant.

---

propósito: — «Sobre lo qual hubo grandes altercaciones en el Consejo, é unos decian que era bien que la paz se hiciese para siempre, é otros decian que no era razon, mas que se diese tregua por algun tiempo. El Infante (D. Fernando) dixo que le parescia que se debia ver si el Rey, su señor y su sobrino, tenia algun derecho al Reyno de Portugal, é si esto paresciese que era razon, de darles tregua quando mas por ocho ó diez años; é si se hallase no tener derecho alguno, que bien podia dar la tregua por mas largo tiempo, ó perpetua si le paresciere. Y en esto se hubieron de detener los embaxadores, porque no se pudo bien determinar si el Rey Don Juan tenia derecho al Reyno de Portugal, ó no. E la conclusion que en esto se tomó no se halló en escrito» (Año de 1411, cap. V, p. 335).

Realmente, apenas em 31 de Outubro seguinte se conseguiu o almejado Tratado de Paz, agenciado, pela parte de Portugal, pelos embaixadores João Gomes da Silva, alferes-mor do reino, Dr. Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beleágua. (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, pp. 21-22 e a bibliografia aduzida pelo autor).

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas no presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios, excepto quando os textos não têm cota.

ALTE

Casa Franca

Documentos avulsos.

ATOUGUIA DA BALEIA

Casa do Castelo

Documento avulso.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragon

Registros 2238, fls. 133 e 133 v.; e 2252, fls. 62 e 119.

BRAGA

Arquivo Distrital

Arquivo do Cabido e Sé de Braga: *Colecção cronológica,* caixa 13; *De Testamentis,* liv. 2, n.° 22; *Gaveta dos Arcebispos,* pergaminho n.° 2; *Gaveta de notícias várias,* n.° 2; *Gaveta de quindénios e décimas,* pergaminho n.° 20; *Liber Fidei,* fl. 71, n.° 217, e fl. 117, n.° 417.

BURGOS

Archivo del Ayuntamiento

Actas del Ayuntamiento, Año 1411, fl. 30.

FLORENÇA

Biblioteca Nazionale

Miscelanea, B. R. n.º 50.

LAMEGO

Museu Regional

Documento avulso.

LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Aditamento de Cortes, vol. 2, fl. 98; *Beira,* liv. 2, fl. 81; *Bens dos Próprios da Rainha,* liv. 2, fl. 3; *Bulas,* caixa 1, n.º 24; maço 2, n.ºs 7 e 8; maço 3, n.ºs 1, 2, 5 e 10; maço 4, n.º 11; maço 5, n.º 2; maço 16, n.º 20; maço 26, n.º 7; caixa 27, n.ºs 2, 3, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 115; maço 35, n.ºs 14 e 28; maço 36, n.ºs 19 e 77; *Chancelaria de D. Afonso III,* liv. 3, fl. 13; *Chancelaria de D. Dinis,* liv. 2, fl. 1; liv. 3, fl. 138 v.; *Chancelaria de D. João I,* liv. 3, fls. 79 v., 92 v., 111, 121, 125 v. e 129 v.; liv. 5, fl. 53; *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 19, fl. 70 v.; liv 27, fl. 75; liv. 34, fls. 39, 183 v. e 184; *Chancelaria de D. João III,* liv. 39, fl. 96 v.; *Colecção Especial,* parte 1, caixa 1, n.ºs 1, 5, 22 e 43; caixa 2, n.ºs 2, 3, 48 e 59; caixa 3, n.ºs 34, 35 e 37; caixa 4, n.ºs 2 e 3; caixa 6, maço 1, n.º 4; caixa 28, n.º 12; parte 2, caixa 28, n.ºs 5 e 6; *Colecção de S. Lourenço,* vol. 1, fls. 25 e ss.; *Colegiada de S. Estêvão de Alfama de Lisboa,* pergaminhos, maço 1, n.º 19; *Direitos Reais,* liv. 2, fl. 251; *Gavetas,* gaveta 5, maço 4, n.º 11; gaveta 7, maço 1, n.º 2, maço 2, n.ºs 3 e 6, maço 3, n.ºs 8, 12 e 30, maço 5, n.º 2, maço 6, n.º 7, maço 7, n.º 16, maço 8, n.ºs 1, 5, 6 e 8; maço 10, n.ºs 33 e 34, maço 11, n.º 5, maço 13, n.ºs 6 e 27; gaveta 16, maço 2, n.º 15, fls. 1, 1 v., 2, 3 v. e 4; *Livraria,* cód. 8-A, fls. 19 e 26 v.; *Livro de Breves,* liv. 1, fl. 1; *Livro das Ilhas,* fls. 121 e 222 v.; *Livro dos Mestrados,* fls. 3 v., 4, 8 v., 9, 19, 19 v., 52, 55, 62, 63, 87, 120 v. e 121 v.; *Místicos,* liv. 1, fl. 113; liv. 2, fl. 31; e liv. 3, fl. 86; *Ordem de Avis,* n.ºs 17, 125, 305, 584, 694, e 706; *Ordem de Cristo,* cód. 1, fl. 62; cód. 2, fls. 131 e 132; cód. 232, fls. 12 v., 13, 13 v., 14, 14 v.; cód. 234, parte 1, fls. 35 v., 39 v. e 47 v.; parte 2, fls. 10, 10 v., 11, 11 v., 12, 18, 82 v., 84 v. e 130 v.; cód. 235, parte 2, fl. 52; *Papéis da Comissão de História Eclesiástica,* n.ºs 18 e 68; *Pergaminhos do Convento de Cristo de Tomar,* caixa 1, maço 1, n.º 7; caixa 2, maço 2, n.º 5; *Pergaminhos das Ordens do Templo e de Cristo,* Régios, maço 1, n.º 3-A, 4 e 5; maço 4; n.º 10; Não régios,

Copyrighted material

maço 1, n.os 2, 3 e 5; maço 3, n.os 4 e 17; *Reforma das Gavetas*, tom. 33, fl. 285; *Santa Cruz de Coimbra*, caixa 40; Livraria, ms. 4, n.º 2, fl. 18 v., e liv. 1, fl. 25.

Biblioteca da Ajuda

Symmicta Lusitana, vol. 44, pp. 25, 231, 277 e 369.

Biblioteca Nacional

Alcobaça, cód. 73, fls. 302 v., 314 e 317; cód. 218, fls. 133 v., 139 v. e 146; cód. 223, fls. 230, 230 v. e 239; e cód. 298, fl. 112.

MADRID

Biblioteca Nacional

Vitrina 15, n.º 5, fl. 33.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Codices latini, cód. 3934, pp. 100 e 107.

PORTO

Gabinete de História da Cidade

Arquivo da Câmara Municipal do Porto: *Livro Grande*, fl. 2; *Livro B*, fl. 327; *Pergaminhos*, liv. 3, n.os 40, 61, 67 e 68; e liv. 4, n.º 74; *Vereações*, liv. 2, fls. 2, 47, 47 v. e 50.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

AA. Armadio I-XVIII, n.º 4705, fl. 38; *Regestum Avinionense*, vol. 11, fls. 252 v. e 276 v.; vol. 13, fls. 378 v. e 379; vol. 306, fl. 428; *Regestum Lateranense*, vol. 69, fl. 123; vol. 97, fl. 274 v.; *Regestum Supplicationum*, vol. 145, fl. 145; *Regestum Vaticanum*, vol. 9, fls. 51 v., 61, 61 v., 62, 198, 201, 201 v., 210, 210 v. e 211 v.; vol. 13, fl. 10 v.; vol. 18, fls. 305, 313 e 313 v.; vol. 19, fls. 137, 137 v. e 139; vol. 21, fl. 343; vol. 21-A, fl. 365; vol. 69, fls. 123 e 126 v.; vol. 70, fls. 360, 361 e 361 v.; vol. 115, fls. 403 e 406 v.; vol. 129, fls. 15, 22 v. e 23 bis; vol. 132, fls. 44 v. e 112; vol. 136, fl. 36 v.; vol. 138, fls. 146 b, 147 e 148; vol. 139, fls. 2 v. e 153;

vol. 165, fls. 176, 177 v. e 178 v.; vol. 166, fls. 200 e 359 v.; vol. 167, fl. 3 v.; vol. 203, fl. 193; vol. 279, fl. 34 v.; vol. 288, fl. 235; vol. 323, fls. 408, 431 e 431 v.; vol. 326, fls. 23 v. e 41; vol. 336, fl. 259; vol. 339, fl. 19.

Biblioteca Casanatense

Cód. X . XI . 2, fl. 59, e cód. X . VI . 2, fls. 53 e 59.

Bibliotheca Vallicelliana

Cód. 1, fl. 53.

SANTARÉM

Arquivo da Direcção de Finanças

Tombo da igreja de Santa Maria do Olival de Tomar, fls. 19, 20, 20 v. e 21.

SIMANCAS

Archivo General

Patronato Real, Tratados con Portugal, Legajos 7, n.° 7152; 47-26 a 47-33; 49-1, 49-3, 49-4, 49-6, 49-7 e 49-9.

VISEU

Biblioteca Municipal

Manuscritos de Viterbo, cód. 20-I-17, fls. 168 v. e 181 v.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

A presente colectânea diplomática e narrativa é acompanhada de dois volumes de *Bibliografia Henriquina,* como seu complemento natural e indispensável. Contudo, a multiplicidade e diversidade de problemas, nomeadamente não henriquinos, abordados no texto e nas anotações de *Monumenta Henricina* obrigam-nos a organizar bibliografia de cada volume de *Monumenta,* a qual pode ser completada pela aduzida *Bibliografia Henriquina,* já publicada. Os autores portugueses vão pela ordem alfabética do último apelido; os estrangeiros segundo o uso das respectivas nações.

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. — *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez. I. — Summa do bullario portuguez.* Coimbra, 1895.

ADRIANUS IV, Papa. — *Epistolae.* Na «Patrologia Latina», vol. 188, cols. 1361 e ss.

ALBERTO, Caetano. — *Os Pais do Infante.* Na rev. «Occidente», vol. 17, Lisboa, 1894, p. 65.

ALGUNS DOCUMENTOS do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa, 1892.

ALMEIDA, Fortunato de. — *O Infante de Sagres.* Obra premiada no concurso de Memórias sobre o Infante D. Henrique por ocasião das festas do Quinto Centenário do Nascimento do mesmo Infante. Porto, 1894.

— *História da Igreja em Portugal,* Coimbra, 1910-1921, 8 vols.

— *O Padroado Português no Ultramar.* Na «Revista de História», vol. 4, Lisboa, 1915, pp. 137 e ss.

— *História de Portugal.* Coimbra, 1922-1929, 6 vols.

ALVES, Alfredo. — *D. Henrique o Infante.* Memória histórica. Primeiro prémio de concurso no 5.º Centenário. Porto, 1894.

ALVES, P. Francisco Manuel. — *Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa.* Coimbra, 1933.

ARCHIVO DOS AÇORES. — Vol. 1, Ponta Delgada, 1878.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. Catálogo V. Patronato Real (834-1851). Tom. I, Valladolid, 1946.

ARQUIVO HISTÓRICO PORTUGUÊS. Lisboa, 1904-1911, 11 vols.

AUVRAY, Lucien. — *Les Registres de Grégoire IX.* Recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux du Vatican. Tom. 3, Paris, 1908.

AZEVEDO, João Lúcio de. — *Novas Epanáforas.* Estudos de história e literatura. Lisboa, 1932.

— *Épocas de Portugal Económico.* Esboços de História. Lisboa, 1947.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de. — *Idade Média. — Suposta conquista de Elvas em 1226.* Na rev. «Brotéria», vol. 8, Lisboa, 1929, pp. 286-288.

AZEVEDO, Pedro de. — *Algumas notícias sôbre navios portugueses do século XIV.* No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa», vol. 8, Coimbra, 1915, pp. 37-40.

— *A Chancelaria de D. Afonso IV.* No dito Boletim, vol. 6, Coimbra, 1913, pp. 180-199.

— *Sobre a expedição às Canárias em 1341.* No cit. Boletim e vol., Coimbra, 1913, pp. 210-217.

— *A colecção do Visconde da Carreira.* No mesmo Boletim, vol. 8, Coimbra, 1915, pp. 183-205.

— *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Lisboa-Coimbra, 1915-1934, 2 vols.

AZEVEDO, Rui Pinto de. — *Documentos Medievais Portugueses.* Documentos Régios. Vol. 1, t. 1, Lisboa, 1958. Edição da Academia Portuguesa da História.

— *As Origens da Ordem de Évora ou de Avis.* Na rev. «História», vol. 1, pp. 233-241.

BAIÃO, António. — *A villa e concelho de Ferreira do Zezere nos seculos XIV e XV.* Na rev. «O Archeologo Português», vol. 14, Lisboa, 1909, pp. 132-169.

BALLESTEROS Y BERETTA, D. António. — *História de España y su influencia en la Historia Universal.* 2.ª ed., Barcelona-Madrid, 1948.

BALUZE-MANSI. — *Miscellanea.* Lucques, 1761-1764, 4 vols.

BAPTISTA, Júlio César. — *Portugal e o Cisma do Ocidente.* Na rev. «Lusitania Sacra», t. 1, Lisboa, 1956, pp. 65-203.

BARATA, António Francisco. — *Infantes portugueses.* Barcelos, 1894.

[BEJA, José Pinto Cardoso]. — *Exame da Constituição de D. Pedro, e dos direitos de D. Miguel. Traduzido do francês.* Lisboa, 1829. — No volume o nome do autor: J. P. C. B. É versão da parte primeira de «Légitimité portugaise» do Comte de Bordigné.

BENSAÚDE, Joaquim. — *A cruzada do Infante D. Henrique.* Lisboa, 1943.

BERGER, Élie. — *Les registres d'Innocent IV.* Recueil des bulles de ce pape. Paris, 1881-1919, 4 vols.

BETHENCOURT, Jean de. — *Le Canarien. Livre de la conquête et conversion des Canaries (1402-1422) par Jean de Béthencourt, gentilhomme Gauchois.* Ed. de G. Gravier, Paris, 1874.

BIBLIOGRAFIA HENRIQUINA. Lisboa, 1960, 2 vols.

BOLETIM da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, vol. 2, Braga, 1921.

BONNET, Miguel. — *Expediciones de Mallorca a las islas Canarias (1342 y 1352).* No «Boletín de la Sociedad Arqueológica Luliana», t. 6, Palma de Mallorca, 1896, p. 286.

BONNET REVERON, Bonaventura. — *Las Canarias y los primeros exploradores del Atlántico.* Na «Revista de Historia», La Laguna, n.os 57 e 58, 1942.

— *La expedición portuguesa a las Canárias en 1341.* Na citada Revista, n.º 62, La Laguna de Tenerife, 1943, pp. 112-133.

Copyrighted material

— *Las Canarias y el primer libro de Geografía medieval, escrito por un fraile español en 1350.* Na dita Revista, n.º 67, La Laguna, 1944, pp. 205-27.

— *La supuesta expedición de Ben-Farroukh a las Canarias.* Na mesma Revista, n.º 68, La Laguna, 1944, pp. 326-38.

— *Las Canarias y la conquista franco-normanda. I. Juan de Bethencourt (Estudio crítico).* La Laguna.

— *La supuesta expedicion de Alvaro Guerra a Lanzarote.* Na referida Revista, n.º 70, La Laguna, 1945, pp. 186-92.

— *Las expediciones a las Canarias en el siglo XIV.* Na «Revista de Indias», n.ºs 18-21, Madrid, 1944-45. Separata, Madrid, 1946.

BONTIER, Pierre. — *Histoire de la première descouverte et conqueste des Canaries faite des l'an 1402 par Messire Jean de Béthencourt, Chambellan du Roy Charles VI. Escrite du temps mesme par F..., Religieux de S. François, et JEAN LE VERRIER, Prestre, domestiques du dit Sieur de Bethencourt...*, mise en lumière par M. GALIEN DE BÉTHENCOURT. Paris, 1630, 2 tomos.

— *The Canarian, or book of the conquest and conversion of the Canarians in the year 1402, by Messire Jean de Bethencourt...*, translated and edited by RICHARD HENRY MAJOR. London, 1872.

— *Le Canarien, livre de la conquête et conversion des Canaries (1402-1422), par Jean de Bethencourt, gentilhomme cauchois.* Publié d'après le manuscrit original avec introduction et notes par GABRIEL GRAVIER. Rouen, 1874.

BORDIGNÉ, Comte de. — *Légitimité portugaise.* Paris, 1830.

BRAGADIN, Commandant M. A. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes.* Venise — Amalfi — Pise — Gênes. Paris, 1955.

BRANDÃO, Fr. António. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana.* Lisboa, 1632, 1960 e 1806.

— *Quarta Parte da Monarchia Lusitana.* Lisboa, 1632 e 1725.

BRANDÃO, Fr. Francisco. — *Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana.* Lisboa, 1650 e 1752.

— *Sexta Parte da Monarchia Lvsytana.* Lisboa, 1672 e 1751.

Copyrighted material

BRANDÃO (Mário) e ALMEIDA (Manuel Lopes de). — *A Univerdade de Coimbra.* Esboço da sua história. Coimbra, 1937.

BRITO, Fr. Bernardo de. — *Primeira Parte da Chronica de Cister.* Lisboa, 1602 e 1720.

BRUNSCHWIG, Robert. — *La Berbérie Orientale sous les Hafsides des origines à la fin du XV^e^ siècle.* Paris, 1940-1947, 2 vols.

BULLARIUM FRANCISCANUM. Vols. I-IV ed a IOANNE HYACINTHO SBARALEA, Romae, 1759-1768; vols. V-VII ed. a CONRADO EUBEL, Romae, 1898-1904.

BULLARIUM ROMANUM (MAGNUM). — V. MAGNUM BULLARIUM.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra.* Lisboa, 1948.

CADEO, Rinaldo. — *Le navigazioni atlantiche di Alvise de Cá da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco.* Milano, 1928.

— *Storia marittima dell'Italia dell'evo antico ai nostri giorni* Vol. 1, Milano, 1942.

CALDAS, José. — *História da Origem e Estabelecimento da Bula da Cruzada em Portugal...* Coimbra, 1923.

CALMETTE et DÉPREZ. — *Histoire du Moyen Âge.* Na «Histoire Générale» de Glotz, t. 7, parte 2, Paris, 1939.

CALMETTE, Joseph. — *L'Élaboration du Moderne.* Paris, 1949.

— *Le Moyen-Âge.* Paris, 1951.

— *Le Monde Féodal,* Paris, 1951.

CANELLAS, Angel. — *Aragón y la empresa del Estrecho en el siglo XIV.* Em «Estudios de la Edad Media de la Corona de Aragón», t. 2, Zaragoza, 1946.

CAPMANY y MONPALAU. — *Antiguos tratados de paces y alianzas entre algunos reyes de Aragon, y diferentes principes de Asia y Africa desde el siglo XIII hasta el XV.* Madrid, 1785.

CARTA DEL-REI D. AFONSO IV ao Papa Clemente VI, de 12 de Fevereiro de 1345. Ponta Delgada, 1910; Lisboa, 1910.

CARVALHO, Lourenço Pires de. — *Enucleationes ordinum militarium.* Ulyssipone, 1622, 2 vols.

CHIL Y NARANJO, Gregorio. — *Estudios históricos, climatológicos y patológicos de las islas Canarias.* Las Palmas, 1876-91.

CIAMPI, Sebastiano. — *Monumenti d'un manuscritto autografo di Messer Giovanni Boccaccio da Certaldo.* Firenze, 1827, e Milano, 1830.

COLECCION de las crónicas y memorias de los reyes de Castilla. Madrid, 1779-87, 7 vols.

COLECCION de documentos ineditos para la Historia de España. Vols. 1-105, Madrid, 1842-93.

CONQUISTA de Lisboa aos Mouros. — Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo testemunhas presenciais do cerco. Texto latino e a sua tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira — Prefácio do Engenheiro Augusto Vieira da Silva. Lisboa, 2.ª ed., 1936.

CORNEVIN, Robert. — *Histoire de l'Afrique des origines à nos jours.* Paris, 1956.

CORTESAO, Jaime. — *Os Descobrimentos Portugueses.* Vol. I, Lisboa, 1960.

COSTA, Fr. Bernardo da. — *Historia da Militar Ordem de Christo.* Coimbra, 1771.

COSTA, Jonas da. — *Os remadores de Atouguia (Peniche) reclamaram perante D. Dinis.* Um documento inédito. — No jornal «Badaladas», Ano 12, n.º 235, de 1 de Dezembro de 1959, Torres Vedras.

COURTOIS, C. — *Grégoire VII et l'Afrique du Nord. Remarques sur les communautés chrétiennes d'Afrique au XI^me^ siècle.* Na «Revue Historique», t. 215, Paris, 1945.

COUTINHO, Bernardo Xavier. — *Acção do Papado na Fundação e Independência de Portugal.* Porto, 1940.

Copyrighted material

CRÓNICA del Rey Don Juan, primero de Castilla é de Leon. Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, pp. 65-159, Madrid, 1877 e 1953.

CRÓNICA del Rey Don Enrique, Tercero de Castilla é de Leon. Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, pp. 161-271, Madrid, 1877 e 1953.

CRÓNICA del Sereníssimo Príncipe Don Juan, Segundo rey deste nombre. Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, Madrid, 1877 e 1953, pp. 277-695.

CRÓNICA de Don Álvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.

CRÓNICA del Rey Don Alfonso el Onceno. Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 66, Madrid, 1877 e 1953.

CRUZ, António Augusto Ferreira da. — *A Casa do Infante.* Relatório sobre os fundamentos duma tradição. Porto, 1946.

— *Velho Burgo. Alguns aspectos, figuras e casas do Porto antigo.* Porto, 1953.

CUNHA, D. Rodrigo da. — *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa.* Lisboa, 1642.

D'ALBON, A. — *Cartulaire général de l'Ordre du Temple (1119?-1150).* Paris, 1913-1922.

DARIAS PADRÓN, Dacio V. — *Notas históricas sobre los Herreras en Canarias.* Em «El Museo Canario», Las Palmas de Gran Canaria.

— *Los condes de la Gomera.* Na «Revista de Historia», La Laguna.

— *Los condes de la Gomera (Ampliaciones y rectificaciones).* Na cit. revista, n.os 55-64, 1941-43.

DAUMET, Georges. — *Louis de la Cerda ou d'Espagne.* No «Bulletin Hispanique», t. 15, Bordeaux, 1913, pp. 38-67.

— *Étude sur l'alliance de la France et de la Castille au XIV et au* XV siècles. Paris, 1898.

DEFINIÇOES e Estatvtos dos Cavalleiros & Freires da Ordem de N. S. Iesu Christo. Lisboa, 1628. Outras edições: Lisboa, 1671, 1717 e 1746.

Copyrighted material

DELAFOSSE, M. — *Les relations du Maroc avec le Soudan à travers les âges.* Na rev. «Hespéris», t. 4, Paris, 1924, pp. 153-174.

DIEZ DE GAMES, Gutierre. — *El Victorial. Crónica de D. Pero Niño, conde de Buelna.* Na «Colección de Crónicas Españolas», ed. de Juan de Mata Carriazo, t. 1, Madrid, 1940.

DIFINICIONES de la orden y cavalleria de Alcantara con la historia y origen della. Madrid, 1663.

DINIS, António Joaquim Dias. — *Estudos Henriquinos,* t. 1, Coimbra, 1960.

ENCARNAÇÃO, D. Tomás da.—V. INCARNACIONE, D. Thomas ab.

ERDMANN, Carl. — *Papsturkunden in Portugal.* Berlin, 1927.

— *Das Papsttum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte.* Berlin, 1928. Tem versão portuguesa do Prof. Dr. João da Providência Sousa Costa: *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa.* Coimbra, 1935.

— *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei.* Coimbra, 1940.

— *A idea de Cruzada em Portugal.* Coimbra, 1940.

— *Maurício Burdino (Gregório VIII).* Coimbra, 1940.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da. — *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.* Parte 1, Lisboa, 1656; Parte 2, Lisboa, 1666.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi.* Vol. 1, Monasterii, 1913; vol. 2, *ibi,* 1914.

— V. BULLARIUM FRANCISCANUM.

FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. — *Descubrimiento de una carta de marear española del año 1339. Su autor, Angelino Dulceri o Dulcert.* No «Boletín de la Academia de História», Madrid, t. 12, p. 287.

FERREIRA, J. Augusto. — *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga,* t. 1, Braga, 1928.

Copyrighted material

FERREIRA, J. A. Pinto. — *O Porto e a Residência dos fidalgos.* Subsídios para a sua história. Porto, 1949.

FONSECA, Faustino da. — *A carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI. Importancia do recuo da epoca das descobertas.* Nos «Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal». Lisboa, t. 2, pp. 57-68, 1916.

FOREVILLE, Raymonde. — *Le pontificat d'Adrien IV.* Na «Histoire de l'Église» fundada por Augustin Fliche e Victor Martin, t. 9, 2.ª parte, Paris, 1953, pp. 5-49.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *Os Brasões da Sala de Sintra.* 2.ª ed., Coimbra, 1921-1930, 3 vols.

FROIDEVAUX, H. — *Comment des vestiges de foi chrétienne se sont maintenus dans l'Afrique Mineure.* No «Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques», t. 1, Paris, 1912, p. 863.

FROISSART, Jean. — *Les chroniques de Sire Jean Froissart,* Paris, 1869, 12 vols.

GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes. — *Sancho IV y la politica de Tarifa.* No «Boletín de la Academia de História», ts. 64-66, Madrid, 1919.

GAZTAMBIDE, J. Goñi. — *História de la bula de la cruzada en España.* Vitoria, 1958.

GÉNICOT, Leopold. — *Les lignes de faite du Moyen Age.* 2.ª ed.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa,* Lisboa, 1945 e 1956, 3 tomos.

— *A economia das Canárias nos séculos XIV e XV.* Na «Revista de História», n.º 10, S. Paulo, 1952.

GONZAGA, Franciscus. — *De origine seraphicae religionis Franciscanae eiusque progressibus.* Romae, 1587.

GSELL. — *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord.* Paris, 1913-1929.

GUICHOT, D. Joaquín. — *Historia general de Andalucía.* Sevilla, 1870.

GUILLAMAS, Fernando. — *Historia de Sanlúcar de Barrameda.* Madrid, 1858.

GUIMARÃES, Vieira — *A ordem de Cristo.* 2.ª ed., Lisboa, 1936.

— *Marrocos e três Mestres da Ordem de Cristo.* Coimbra, 1916.

GUTTON, Francis. — *La Chevalerie Militaire en Espagne. L'Ordre de Calatrava.* Paris, 1955.

HECHOS del Condestable Don Miguel Lucas de Iranzo (Crónica del siglo XV). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.

HEFELE (Charles-Joseph) et LECLERQ (Dom H.) — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Toms. V, parte 2, a VII, parte 1, Paris, 1913-1916.

HERCULANO, Alexandre. — *Historia de Portugal desde o começo da Monarchia até o fim do reinado de D. Affonso III.* Oitava edição definitiva.

HERGENROETHER, *Kath. Kirche und christ. Staat,* Freiburg, 1872.

HERRERA, Antonio de. — *Historia General de los hechos de los castellanos en las islas y Tierrafirme del mar Océano,* Madrid, 1934-52, 10 tomos.

HISTOIRE de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours. Vol. 9, Paris, 1953.

HISTOIRE de la premiere descouverte et conqueste des Canaries. — V. BONTIER, Pierre.

HISTÓRIA da Colonização Portuguesa do Brasil. 3 vols., Porto, 1921-24.

HÖFER, Ferdinand. — *Nouvelle biographie universelle* [*-générale*], *depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours.* Paris, 1852-66, 46 vols.

HOROY. — *Bibliotheca Patristica medii evi. Honorii III summi pontificis opera omnia.* Tom. 2, Paris, 1879.

HUART, G. — *Histoire des Arabes.* Paris, 1912.

Copyrighted material

HUICI MIRANDA, Ambrosio. — *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, 4 vols., Tetuán, 1952-55.

— *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*. Madrid, 1956.

— *Historia política del Imperio Almohade*. Segunda parte. Tetuán, 1957.

HUIZINGA, J. — *El otoño de la Edad Media*. 2.ª ed., Madrid, 1945.

IMPERIAL, Claudio Miralles de. — *Relaciones Diplomáticas de Mallorca y Aragón con el Africa Septentrional durante la Edad Media*. Barcelona, 1904.

INCARNATIONE, D. Thomas ab. — *Historia Ecclesiae lusitanae per singula saecula ab Euangelio promulgato*. Colimbriae, 1759-63, 4 vols.

ISPIZÚA, Segundo de. — *Historia de la Geografía y de la Cosmografía en las edades antigua y media, con relación a los grandes descubrimientos marítimos realizados en los siglos XV y XVI por españoles y portugueses*. Madrid, 1922-1926.

JADIN, L. — *Benoit XII*. No «Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques», t. 8, Paris, 1935.

JAFFÉ et WATTENBACH. — *Regesta pontificum romanorum*, vol. 2, 2.ª ed., Leipzig, 1888.

JAVIERRE MUR, Áurea L. — *La Orden de Calatrava en Portugal*. No «Boletín de la Real Academia de la História», t. 130, Madrid, 1952, pp. 323-376.

JORDÃO, Levy Maria. — *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*. Tom. 1 (1171-1600), Olisipone, 1878.

— *Memória historica sobre os arcebispados de Ceuta e Tanger*. Nas «Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Nova série, t. 2, parte 1.

JULIEN, Ch.-André. — *Histoire de l'Afrique du Nord, Tunisie-Algérie-Maroc de la conquête arabe a 1830*. Paris, 1952.

— *Voyages de découverte et premiers établissements (XV^e-XVI^e siècles)*, Paris, 1948.

KAMAL, Yussouf. — *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti.* Cairo, 1926-1951.

KHALDOUN, Ibn. — *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique Septentrionale.* Versão de M. Le Baron de Slane, Alger, 1852-56, 4 vols.

LAFUENTE, D. Modesto. — *Historia general de España desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII.* Tom. 4, Barcelona, 1889.

LANGHANS, Almeida. — *Estudos de Direito.* Coimbra, 1957.

LA RONCIERE, Charles de. — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Âge. Cartographes et explorateurs.* Le Caire, 1924-25, 2 vols.

— *Histoire de la découverte de la Terre,* Paris, 1938.

LATRIE, L. de Mas. — *Traités de paix et de commerce et documents divers concernant les relations des chrétiens avec les Arabes de l'Afrique septentrionale au Moyen-Âge.* Paris, 1866.

— *Colection de Documents referents aux relations des Arabes avec les chrétiens.* Paris, 1868.

L'ENCYCLOPÉDIE de l'Islam. Paris, 1913-1935.

LÉONARD, E.-G. — *Introduction au Cartulaire manuscrit du Temple (1150-1317) constitué par le Marquis d'Albon.* Paris, 1930.

LOBO, António de Sousa Silva Costa. — *História da sociedade em Portugal no século XV.* Lisboa, 1904.

LOPES, David. — *Les Portugais au Maroc.* Na «Revue d'Histoire Moderne», t. 14, Paris, 1939.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I,* Porto, 1945 e 1949, 2 vols., edição que seguimos.

LÓPEZ, P. Atanasio. — *Obispos en el Africa Septentrional desde el siglo XIII.* 2.ª ed., Tânger, 1941.

Copyrighted material

— *Fray Alonso de San Lúcar de Barrameda, primer obispo de Canarias.* No «Archivo Ibero-Americano», Madrid, t. 1, 1914, pp. 564-66.

LÓPEZ DE AYALA, Pero. — V. *CRÓNICA del Rey Don Enrrique.*

LÓPEZ OLIVÁN, Julio. — *Repertorio diplomático español. Indice de los tratados ajustados por España (1125-1935) y de otros documentos internacionales.* Madrid, 1944.

LÖWENFELD, S. — *Epistolae Pontificum Romanorum ineditae.* Leipzig, 1885.

LÜTOLF, A. — *Acerca del descubrimiento y cristianización de las islas del occidente de Africa, por... de Lucerna.* Na «Revista de Historia», La Laguna, n.° 64, 1942, pp. 284-92.

MACEDO, Joaquim José da Costa de. — *Memórias para a história das navegações e descobrimentos dos portugueses.* Memoria I. Sobre as verdadeiras épocas em que principiaram as nossas navegações e descobrimentos no Oceano Atlântico. — Na «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. 6, parte 1, Lisboa, 1819, pp. 1-19.

— *Aditamentos à 1.ª parte da Memória...* Na publicação citada, t. 11, parte 2, Lisboa, 1835, pp. 177-230.

MAGNUM BULLARIUM ROMANUM a beato Leone Magno usque ad S. D. N. Benedictum XIV. Luxemburgi, 1742-1758, 17 vols. em 10 tomos.

MARGRY, Pierre. — *La conquête et les conquerants des iles Canaries. Nouvelles recherches sur Jean IV de Béthencourt et Gadifer de la Salle. Le vrai manuscrit du Canarien.* Paris. 1896.

MARGUET, F. — *Histoire générale de la navigation du XV^e^ au XX^e^ siècle.* Mesnil (Eure), 1931.

MARIANA, Padre — *Historia general de España.* Tom. 1, Madrid, 1855.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por... Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Vol. I (1147-1460); Suplemento ao vol. I (1057-1460), Lisboa, 1944, 2 volumes.

MARQUIS D'ALBON. — V. D'ALBON, A.

MASSÉ, H. — *L'Islam.* Paris, 1948.

MERÊA, Paulo. — *Como se sustentaram os direitos de Portugal sobre as Canarias.* Nos seus «Estudos de Historia do Direito», Coimbra, 1923.

— *De «Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique.* Porto, 1944.

— *Quando começou D. Afonso Henriques a intitular-se Rei?* Porto, 1928.

MESNAGE, P. J. — *Le christianisme en Afrique. Eglise mozarabe, esclaves chrétiens.* Alger, 1915.

MIROT, Léon. — *Chroniques de J. Froissart.* Paris, 1931.

MOLLAT, G. — *Jean XXII (1316-1334). Lettres Communes analysées d'après les registres dits d'Avignon et du Vatican.* Tom. 3, Paris, 1906.

— *Les papes d'Avignon, 1305-1378.* Paris, 1949.

MONARCHIA LUSITANA. — V. BRANDÃO, Fr. Antonio e Fr. Francisco.

MOTA, A. Teixeira da. — *A Arte de navegar no Mediterrâneo nos sécs. XII-XVII e a criação da navegação astronómica no Atlântico e Índico.* Lisboa, 1957. Separata dos «Anais do Clube Militar Naval».

NEVES, Fr. Damião das. — *Compendio da Regra e definições dos Cavalleiros da Ordem de N. S. Jesus Christo, com alguns breves Apostólicos e Privilégios Reaes á mesma Ordem concedidos.* Lisboa, 1607.

OLIVEIRA, José Augusto de. — *O cerco de Lisboa em 1147 — Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos.* Lisboa, 1938.

OLIVEIRA, Mons. Miguel de. — *Origens da Ordem de Cister em Portugal.* Coimbra, 1951. Separata de «Revista Portuguesa de História», t. 5.

— *A milícia de Évora e a Ordem de Calatrava.* Na rev. «Lvsitania Sacra», t. 1, Lisboa, 1956, pp. 51-64.

ORTIZ DE ZUÑIGA, Diego. — *Anales eclesiásticos y seculares de la M. N. y M. L. ciudad de Sevilla, metrópoli de la Andalucía.* 1.ª ed., Madrid, 1677; 2.ª ed., ibi, 1795-96.

PACAUT, Marcel. — *Alexandre III. Étude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son oeuvre.* Thèse principale pour le Doctorat ès lettres présentée à la Faculté des Lettres de l'Université de Paris. Paris, 1956.

— *Les légats d'Alexandre III (1159-1181).* Na «Revue d'Histoire Ecclesiastique». Paris, 1955, pp. 821-838.

PERAZA DE AYALA, José. — *El derecho de España a las islas Canarias.* Na «Revista de História», n.os 39-40, La Laguna, 1937, pp. 217-231.

— *El linaje español más antiguo de Canarias.* Na dita revista, n.º 45, La Laguna, 1939.

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses.* Porto, 1943.

— *Como nasceu Portugal.* 5.ª ed., Porto, 1959.

PEREYRA, Jozé Pinto. — *Apparatus historicus decem continens argumenta, sive non obscura sanctitatis indicia religiosissimi Principis D. Alfonsi Henrici primi Portugalliae Regis.* Romae, 1728.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilla, 1948.

— *Una sistematización de la historia de los descubrimientos geográficos.* Em «Arbor», t. 5, n.º 15, Madrid, 1946, pp. 377-99.

— *O infante D. Henrique.* Na «Revista de Indias», n.º 24, Madrid, 1946.

PEREZ DE URBEL, Fr. Justo. — *El Monasterio en la vida española de la Edad Media.* Barcelona, 1942.

PERREY, E. — *Le Moyen-Âge.* Paris, 1957.

PESSANHA, José Benedito de Almeida. — *Noticia Historica dos Almirantes Pessanhas e sua descendencia dada no anno de 1900.* Lisboa, 1900.

— *Os almirantes Pessanhas e sua descendencia.* Porto, 1923.

PEUPLES ET CIVILISATIONS. Histoire Générale fondée par Louis Halphen et Philipe Sagnac. VII. La fin du Moyen-Âge. 1285-1492. Paris, 1931.

Copyrighted material

PIMENTA, Alfredo. — *Elementos de História de Portugal,* Lisboa, 1937.

— *Subsídios para a História de Portugal (Textos e Juizos críticos).* Lisboa, 1937.

— *Fontes Medievais da História de Portugal.* Selecção, Prefácio e Notas de... Vol. I, Anais e Crónicas, Lisboa, 1948.

PINA, Jean Rousset de. — *Alexandre III et Frédéric Barberousse.* Na «Histoire de l'Église», tom. 9, 2.ª partie, pp. 50-82, Paris, 1953.

— *La politique italienne d'Alexandre III et la fin du schisme.* Ibi, pp. 127-188.

— *La Papauté, de la mort d'Alexandre III a l'avénement d'Innocent III.* Ibi, pp. 189-230.

— *L'Entrevue du Pape Alexandre III et d'un prince sarrasin à Montpellier le 11 abril 1162.* Notes sur les relations Islamo-Chrétiennes à la fin du XII[e] siècle. Em «Études Mediévales» offerts a M. le doyen Augustin Fliche de l'Institut. Montpellier, 1952, pp. 161-186.

PINA, Rui de. — *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sancho I, segundo Rei de Portugal.* Lisboa, 1727.

— *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Affonso II, terceiro Rei de Portugal.* Ibi, 1727.

— *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sancho II, quarto Rei de Portugal.* Ibi, 1728.

— *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Affonso III, quinto Rei de Portugal.* Lisboa, 1728.

— *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Dinis, sexto Rei de Portugal.* Ibi, 1729.

— *Chronica d'Elrei D. Affonso o quarto do nome, e setimo dos Reis de Portugal.* Lisboa, 1653 e 1936.

— *Chronica de el-rei D. Dinis.* Lisboa, 1729.

PLINIO. *Historia Naturalis.* Sobre as melhores edições desta obra pode ver-se PAUL PETIT, *Guide de l'Étudiant en Histoire Ancienne.* Paris, 1959, p. 107.

PORTVGALIAE MONVMENTA CARTOGRAPHICA. Lisboa, 1960, 5 vols.

Copyrighted material

PORTVGALLIAE Monvmenta Historica... «Leges et consuetudines», vol. 1, Olisipone, 1856, e «Scriptores», vol. 1, Olisipone, 1856.

POTTHAST, A. — *Regesta pontificum Romanorum.* Tom. 1, Berolini, 1874.

— *Bibliotheca medii aevi.* Berlin, 1862.

PRAÇA, José Joaquim Lopes. — *Collecção de leis e subsidios para o estudo do Direito Constitucional Portuguez,* Coimbra, 1893-94, 2 vols.

PRESSUTI, Petrus. — *Regesta Honorii Papae III.* Tom. 1, Romae, 1887.

RENOUARD, Yves. — *Un Français du Sud-Ouest évêque de Lisbonne au XIV.ème siècle: Thibaud le Castillon (1384-1356).* No «Bulletin des études portugais et de l'Institut Français au Portugal», t. 13, Lisbonne, 1949, pp. 29-52.

— *Pour des recherches sur les relations entre pays de la Mediterranée et pays de l'Atlantique au Moyen-Age.* Na «Revista Portuguesa de História», vol. 4, pp. 253-261.

REPARAZ FILHO, Gonzalo de. — *Historia dels descobriments geografics.* Barcelona, 1927-28.

— *Catalunya a les mars. Navegants, mercaders i cartografes catalans de l'Edat Mitjana i del Renaixment.* Barcelona, 1930.

— *La época de los grandes descubrimientos españoles y portugueses.* Barcelona, 1931.

— *Les sciences géographiques et astronomiques au XIV^e siècle dans le Nord-Est de la Péninsule Ibérique et leur origine.* Nos «Archives internationales d'histoire des Sciences», Paris, 1948.

REUTER, Abiath Elisabeth. — *Chancelarias Medievais Portuguesas. Vol. I. Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques.* Coimbra, 1938.

RIBEIRO João Pedro. — *Dissertações chronologicas e criticas sobre a jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal.* 5 tomos, Lisboa, 1860-1896.

RODENBERG. — *Epistolae saeculi XIII e Regestis Pontificum Romanorum selectae.* Berolini, 1883.

RONCIERE, Charles de la. — V. LA RONCIERE (Charles de).

Copyrighted material

RUMEU DE ARMAS, Antonio. — *Expediciones canarias al Occidente africano.* Na rev. «Africa», n.° 29, Madrid, 1944, pp. 28-32.

SANTIAGO, Miguel. — *Las dos ediciones (o dos modalidades de una misma?) de «Le Canarien» por Bergeron, en 1630.* Na «Revista de Bibliografía Nacional», t. 7, Madrid, 1947, pp. 364-76.

SBARALEA, Ioannes Hyacinthus. — *Bullarium Franciscanum.* — V. *BULLARIUM FRANCISCANUM.*

SCHNÜRER, Gustave. — *L'Église et la Civilisation au Moyen-Âge.* Paris, 1933-38, 3 vols.

SERRANO, O. S. B., P. Luciano. — *Los conversos D. Pablo de Santa Maria y D. Alfonso de Cartagena obispos de Burgos, Gobernantes, diplomaticos y escritores.* Madrid, 1942.

SERRA RAFOLS, Elias. — *Contribució catalana a la conquesta de Canaries.* Na «Revista de Catalunya», t. 5, Barcelona, 1918.

— *El descubrimiento y los viajes medievales de los catalanes a las islas Afortunadas.* Santa Cruz de Tenerife, 1926.

— *Juan de Bethencourt y Alfonso V de Aragón.* Na «Revista de Historia», t. 3, La Laguna, 1929, pp. 163-68 e 205-10.

— *Fontes Rerum Canarium.* Fascículo I. Crónica anónima. 1933.

— *Las crónicas de la conquista de Gran Canaria.* Em «El Museo Canario», Las Palmas de Gran Canaria, 1935, n.° 7, p. 24.

— *Els catalans de Mallorca a les Illes Afortunades.* Barcelona, 1936.

— *Los mallorquines en Canarias.* Na «Revista de Historia», t. 7, La Laguna, 1940-41, pp. 196-209 e 281-87.

— *Portugal en las islas Canarias.* Nas «Publicações do Congresso do Mundo Português», vol. 3, tom. 1, Lisboa, 1940, pp. 211-241.

— *Los portugueses en Canarias.* La Laguna, 1941.

— *Más sobre los viajes catalano-mallorquines a las Canarias.* Na «Revista de Historia», t. 9, La Laguna, 1943, pp. 280-92.

SILVA, José Soares da. — V. SYLVA, Joseph Soares da.

SILVA, Luciano Pereira da. — *A Arte de Navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro.* Na «História da Colonização Portuguesa do Brasil», vol. I, Porto, 1921, pp. 29-104.

SOLDEVILA, Ferrán. — *Els catalans a les illes Afortunades.* Na «Revista de Catalunya», Barcelona, n.º 11, Maio de 1925.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* 2.ª ed. Coimbra, 1946-54, 6 tomos em 12 volumes.

SUPLEMENTO à carta del-rei D. Afonso IV ao papa Clemente VI. Extracto das cartas dos mercadores florentinos feito por Gio. Boccacio da Certaldo, 1341. Lisboa, 1911.

SYLVA, Joseph Soares da. — *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D. João I.* Lisboa, 1730-34, 4 volumes.

TAROUCA, P. Carlos da Silva. — *As origens da Ordem dos Cavaleiros de Évora (Avis).* Segundo as Cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora. Évora, 1947. Separata do boletim «A Cidade de Évora», n.ºs 13-14.

TERRASSE, Henri. — *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français.* Paris, 1949-50, 2 vols.

TISSERANT (Eugène) et WIET (Gaston). — *Une lettre de l'almohade Murtadâ au pape.* Na rev. «Hespéris», t. 6, Paris, 1926, pp. 27-53.

TOMASETTI (Aloysius). — *Bullarium Taurinense,* Taurini, 20 vols., 1857-72.

TORRES CAMPOS, Rafael. — *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias.* Madrid, 1901.

VASCONCELLOS, P. Antonio. — *Anacephalaeoses, id est summa capita actorum Regum Lusitaniae.* Antuerpia. 1621.

VERLINDEN, Charles. — *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen-âge (Harfleur au XIV^e siècle. Middelbourg au XIV^e et au XV^e).* Na «Revista Portuguesa de Historia», vol. 4, Coimbra, 1949, pp. 169-209.

— *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries.* Extrait de la «Revue belge de Philologie et d'Histoire», t. 36, n.º 4, Bruxelles, 1958, pp. 1173-1209.

Copyrighted material

— *Navigateurs, marchands et colons italiens au service de la découverte et de la colonisation portugaise sous Henri le Navigateur.* Extrait de la Revue «Le Moyen Âge», n.° 4, Bruxelles, 1958, pp. 467-497.

— *La colonie italienne de Lisbonne et le develloppement de l'économie metropolitaine et coloniale portugaise.* Extrait de «Studi in onore di Armando Sapori», Milano-Varese, s. d., pp. 617-628.

VICTORIAL (EL). — V. NIÑO, D. Pero.

VIERA Y CLAVIJO, Joseph de. — *Noticias de la historia general de las Islas de Canaria.* Madrid, 1772-73, 2 vols.

— *Historia de Canarias.* Santa Cruz de Tenerife, 1952.

VILLEY, Michel. — *La Croisade. Essai sur la formation d'une théorie juridique.* Paris, 1942.

VINCKE, J. — *Primeras tentativas misionales en Canarias.* Nos «Analecta Sacra Tarraconensia», t. 15, Barcelona, 1942, pp. 291-301.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. — *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.* Lisboa, 1798-99; 2.ª ed., Lisboa, 1865.

VITORINO, Pedro. — *Algumas sobrevivências do Porto medieval.* Em «Notas de Arqueologia Portuense», Suplemento ao vol. 3 dos «Documentos e Memórias para a história do Porto», Porto, 1937.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorum,* 2.ª ed. Romae, 1731-36; 3.ª ed., Quaracchi, 1931.

WANGÜEMERT, Poggio. — *Influencia del Evangelio en la conquista de las Islas Canarias.* Madrid, 1909.

WÖLFEL, Dominik Josef. — *La Curia Romana y la Corona de España en la defensa de los aborígenes canarios.* Na rev. «Anthropos», vol. 25, Viena, 1930.

— *Bericht über eine Studienreise in die Archive Roms und Spaniens fur Aufhellung der Vor-und Frügeschichte der Kanarischen Inseln.* Na cit. rev. e vol.

Copyrighted material

— *Un jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la Curia Romana.* Na rev. «Investigación y Progreso», vol. 4, Madrid, 1930, p. 103.

— *Quienes fueron los primeros conquistadores y obispos de Canarias?* Na cit. rev., vol. 5, 1931, pp. 130-36.

— *Um episodio desconocido de la conquista de la isla de Palma.* Na cit. revista e vol., p. 101.

— *Los gomeros vendidos por Pedro de Vera y doña Beatriz de Bobadilla.* Em «El Museo Canario», n.° 1, Las Palmas, 1933, pp. 5-34.

— *El efímero obispado de Fuerteventura y su único obispo.* Na rev. «Investigación y Progreso», Madrid, vol. 8, 1934, n.° 3.

— *Die Kanarischen Inseln und ihre Urbewohner.* Leipzig, 1940.

ZAVALA, Silvio A. — *Las conquistas de Canarias y de América.* Na rev. «Terra Firme», Madrid, 1935-36, e em «Estudios Indianos», México, 1948.

ZUNZUNEGUI, José — *Los orígenes de las Misiones en las Islas Canarias.* Na «Revista de Teologia», vol. 1, Madrid, 1941, pp. 361-408.

ZURITA, D. Jeronimo. — *Anales de la Corona de Aragon.* Tom. 3, parte 2, Zaragoza. 1579.

ÍNDICES

Copyrighted material

ÍNDICE CRONOLÓGICO

13 DEZEMBRO 1143. — Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a prestar vassalagem ao papa, a colocar-se e ao reino sob a protecção de S. Pedro e da Santa Sé e a comprometer-se a pagar àquela o censo anual de 4 onças de ouro . . . . . p. 1

ABRIL 1147. — Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a doar à Ordem do Templo o eclesiástico de Santarém, em satisfação de voto feito antes da conquista da cidade. . . . . p. 3

FEVEREIRO 1159. — Carta do bispo de Lisboa D. Gilberto, a ceder à Ordem do Templo a igreja de Santiago de Santarém e seu território paroquial e bem assim as igrejas que vierem a ser edificadas pelos Templários na região de Tomar . . . . . p. 5

FEVEREIRO 1159. — Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a doar à Ordem do Templo o castelo e termo de Cera (Tomar), em compensação da totalidade do eclesiástico de Santarém, reclamada pelo bispo de Lisboa . . . . . p. 10

12 JUNHO 1159. — Bula *Justis petentium desideriis*, de Adriano IV, a conceder aos Templários construam igrejas no território de Cera (Tomar), as quais toma sob a protecção da Sé Apostólica, a quem pagarão o tributo anual de 1 libra de cera . . . . . p. 13

15 JUNHO 1159. — Bula *Ea que pro bono pacis*, de Adriano IV, a confirmar aos Templários a concórdia feita entre eles e o bispo de Lisboa sobre as igrejas de Santarém e território de Cera (Tomar) . p. 14

OUTUBRO 1169. — Carta de el-rei D. Afonso Henriques, a confirmar à Ordem do Templo a doação que lhe fizera, dez anos antes, do castelo de Tomar e termo e a doar-lhe os do Zêzere e da Cardiga . p. 15

27 JUNHO [1168-69]. — Bula *Justis petentium desideriis*, de Alexandre III, dirigida ao Mestre e freires da Ordem do Templo, a conceder-lhes construam igrejas no território de Cera (Tomar) e a declará-las

sujeitas ùnicamente ao Sumo Pontífice, pelas quais lhe pagarão anualmente 1 libra de cera . . . . . p. 17

23 MAIO 1179. — Bula *Manifestis probatum est,* de Alexandre III, a louvar el-rei D. Afonso Henriques pelos serviços prestados à Igreja na luta contra os inimigos da fé católica, a tomar o reino sob sua protecção, a conceder-lhe as terras por ele libertas dos sarracenos e a aceitar o censo anual de 2 marcos de ouro, oferecido pelo monarca, como preito de sujeição à Santa Sé . . . . . p. 18

28 JANEIRO 1186-87. — Bula *Justis petentium desiderijs,* de Urbano III, a tomar sob sua protecção os bens das igrejas pelos Templários construídas no território de Cera e castelo de Tomar e a capela do Zêzere, nos termos da concessão do papa Adriano IV . . . p. 22

30 JANEIRO 1186-87. — Bula *Quanto maiora,* de Urbano III, a conceder aos Templários construam igrejas nos lugares que libertarem dos sarracenos e nos quais até então não houve igrejas catedrais, as quais sujeita directamente à Santa Sé . . . . . p. 25

7 MAIO 1190. — Bula *Manifestis probatum est,* de Clemente III, a louvar el-rei D. Sancho I pelas vitórias alcançadas por ele contra os inimigos da fé católica, a tomar o reino sob sua protecção, a conceder-lhe as terras conquistadas e a aceitar o censo anual oferecido por seu pai . . . . . p. 26

27 MAIO 1194. — Bula *Significauit nobis,* de Celestino III, a dispensar o arcebispo de Braga, durante um ano, de comparecer em Roma, para solução do pleito que decorre entre ele e o arcebispo de Compostela, por desejar acompanhar el-rei D. Sancho I nas lutas contra os infiéis . . . . . p. 29

22 JULHO 1195. — Bula *Incumbit nobis,* de Celestino III, a conceder ao Prior de Santa Cruz de Coimbra possa dar a cruz a peregrinos e a quem deseje combater os pagãos . . . . . p. 31

8 AGOSTO 1196. — Bula *Justis petentium desiderijs,* de Celestino III, a confirmar os privilégios dos Templários e a declarar isentas dos bispos e sujeitas directamente a Roma as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, por eles fundadas nas terras que conquistaram aos infiéis p. 32

10 ABRIL 1197. — Bula *Cum auctores et factores,* de Celestino III, a outorgar a el-rei D. Sancho I e aos que moverem guerra ao rei de Leão

Copyrighted material

as indulgências dos que combatem infiéis e dos que socorrem a Terra Santa, por haver o rei leonês enveredado pela defesa dos infiéis e combater com estes os cristãos . . . . . p. 33

23 MARÇO 1212. — Bula *Justis petentium desiderijs,* de Inocêncio III, a confirmar a el-rei D. Afonso II os padroados das igrejas de que estavam de posse seus antecessores. . . . . p. 35

16 ABRIL 1212. — Bula *Manifestis probatum est,* de Inocêncio III, a confirmar a el-rei D. Afonso II a bula do mesmo título do papa Alexandre III . . . . . p. 36

31 MAIO 1216. — Bula *Te fili magister,* de Inocêncio III, a resolver o pleito existente entre a Ordem do Templo e o bispo de Lisboa, que exigia àquela os direitos episcopais das igrejas de Tomar . . . p. 39

18 JANEIRO 1217. — Letras *Uestris piis postulationibus,* do papa Honório III, a conceder aos Templários possam edificar povoações, castelos, igrejas, oratórios e cemitérios nas terras conquistadas aos sarracenos, as quais ficam sob a protecção da Sé Apostólica . . . . p. 40

21 JANEIRO 1217. — Bula *Justis petentium desiderijs,* de Honório III, a isentar-lhes de toda a jurisdição que não seja a de Roma as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, por eles edificadas nas terras que libertaram do poder dos infiéis . . . . . p. 41

30 JANEIRO 1217. — Bula *Quoniam labentium temporum,* de Honório III, a confirmar aos Templários a bula *Te fili magister* de Inocêncio III, que resolvera o pleito entre eles e o bispo de Lisboa . . . . p. 42

10 FEVEREIRO 1217. — Bula *Justis petentium desiderijs,* de Honório III, a confirmar aos Templários as igrejas de Pombal, Ega e Redinha, fundadas em território por eles liberto com grande dificuldade da mão dos infiéis . . . . . p. 43

10 FVEREIRO 1217. — Bula *Cum a nobis petitur,* de Honório III, a tomar sob a protecção de S. Pedro e sua os castelos pelos Templários fundados no Ródão e em Castelo Branco, fronteira dos sarracenos, igrejas e demais bens com obrigação do censo anual de 1 onça de ouro. p. 45

OUTUBRO (?) 1217. — Carta dos bispos de Lisboa e de Évora e dos Mestres das Ordens Militares ao papa Honório III, a relatar-lhe a tomada de Alcácer do Sal aos sarracenos e a solicitar-lhe: autorização

Copyrighted material

para os cruzados demorarem mais um ano na Península, a fim de a libertarem dos mouros; as indulgências da Terra Santa; a vigésima parte dos rendimentos do clero de toda a Espanha para prossecução da guerra; e que possam regressar à pátria, com plena remissão dos pecados, os peregrinos impossibilitados de avançar para a Palestina . . . . p. 46

OUTUBRO (?) 1217. — Carta de Guilherme, conde holandês e condestável dos cruzados estrangeiros, ao papa Honório III, a referir-lhe a tomada de Alcácer, a sugerir-lhe prossiga a campanha contra os islamitas da Península e a pedir instruções sobre se devem permanecer em Espanha se avançar para a Terra Santa . . . . . p. 48

11 JANEIRO 1218. — Bula *Manifestis probatum est,* de Honório III, a confirmar a el-rei D. Afonso II as anteriores letras pontifícias do mesmo título . . . . . p. 50

12 JANEIRO 1218. — Letras *Intellecta ex uestris litteris,* do papa Honório III, dirigidas aos bispos de Lisboa e Évora e aos Mestres das Ordens Militares, em resposta à que lhe haviam endereçado, a comunicar-lhes que não deseja desviar os cruzados da Terra Santa, mas que, enquanto permanecerem na Península e combaterem os mouros, lhes outorga as graças dos que morrem em serviço dos Lugares Santos, do mesmo passo que exorta os fiéis a contribuirem para a reparação e defesa do castelo de Alcácer e para a guerra contra os islamitas. p. 52

26 JANEIRO 1218. — Letras *Dilectus filius,* do papa Honório III, a ordenar aos bispos de Lisboa e Évora e ao Prior de Palmela dispensem do voto de seguir para a Terra Santa os cruzados pobres e os dos oito barcos desfeitos para construção de máquinas com que tomaram o castelo de Alcácer. . . . . p. 54

30 JANEIRO 1218. — Letras *Cum in generali concilio,* do papa Honório III, a ordenar ao arcebispo de Toledo procure que os reis e príncipes das Espanhas cumpram a ordem do Concílio Geral, para que no mundo cristão haja paz ou tréguas firmes por quatro anos, a fim de os fiéis poderem reprimir a insolência dos infiéis . . . . . p. 55

31 JANEIRO 1218. — Letras *Certum est,* do papa Honório III, a exortar o rei de Leão a cumprir os conselhos do arcebispo de Toledo sobre a paz na Península, para exterminar de seus confins os sarracenos e dilatar o domínio dos cristãos . . . . . p. 56

22 OUTUBRO 1225. — Letras *Attendentes karissimum,* do papa Honório III, endereçadas ao bispo de Évora e aos Abades de Tarouca e de

Copyrighted material

Salzedas, a tomar o rei e reino de Portugal sob a protecção da Sé Apostólica e sua, atendendo à pouca idade do monarca e à vizinhança dos inimigos da fé, e a ordenar reprimam com censura eclesiástica quem molestar o dito reino. . . . . p. 57

13 JUNHO 1226. — Letras *Ut obsequium christianorum,* do papa Honório III, a ordenar ao arcebispo de Braga absolva de excomunhão os clérigos e leigos da sua província eclesiástica que se incorporarem no exército cristão contra os mouros, para que a actuação deles seja mais aceite a Deus e melhor prospere . . . . . p. 58

14 Outubro 1229. — Bula *Ipsa nos cogit pietas,* de Gregório IX, a isentar os Templários do pagamento da dízima decretada no Concílio Geral para defesa da Terra Santa, atendendo a que eles se ocupam principalmente na dita defesa e ainda na luta contra os infiéis . . . p. 59

21 OUTUBRO 1234. — Bula *Cupientes christicolas,* de Gregório IX, a convidar os cristãos de Portugal a secundarem a campanha empreendida nas partes de Espanha contra os sarracenos, na qual anda empenhado seu rei, e a conceder aos que o acompanharem, por quatro anos, as indulgências da Terra Santa. . . . . p. 60

5 JULHO 1237. — Letras *Grauis et diuturna depressio,* do papa Gregório IX, a conceder ao bispo da Guarda, para exaltação do nome cristão e salvos os direitos de outrem, possa anexar à sua diocese, liberta do poder dos sarracenos, certos lugares desertos e as praças fortes conquistadas aos islamitas e povoá-los à sua custa . . . . . p. 62

29 JULHO 1237. — Letras *Causa que uertebatur,* do papa Gregório IX, a nomear os priores de Santa Maria e Santiago de Alenquer e cónego de S. Vicente de Lisboa procuradores no temporal da diocese olisiponense até nomeação de prelado, atenta a maneira como se comportou o cabido na questão havida entre o deão e o mestre-escola da mesma igreja . . . . . p. 64

7 AGOSTO 1237. — Letras *Apostolice sedis specula,* do papa Gregório IX, a conceder ao bispo da Guarda as igrejas de S. Pedro da Covilhã e de Santa Maria de Celorico, do padroado régio, para defesa da igreja egitaniense, recuperação do seu direito, reparação da cidade e apetrechamento das fortalezas contra o assédio dos infiéis . . . . p. 65

25 NOVEMBRO 1239. — Letras *Cum sicut tua,* do papa Gregório IX, a receber o Infante de Serpa, o filho do rei de Leão e quem os

Copyrighted material

coadjuvar na luta contra os sarracenos sob a protecção da Santa Sé . . . . . p. 66

25 NOVEMBRO 1239. — Letras *Specialem nobilitati tue,* do papa Gregório IX, a conceder ao Infante de Serpa que ninguém, sem causa razoável e manifesta, possa promulgar sentenças de excomunhão e interdito contra sua pessoa e terras . . . . . p. 68

28 NOVEMBRO 1239. — Letras *Cum sicut tua,* do papa Gregório IX, a conceder ao Infante de Serpa, disposto a combater os sarracenos, e a quem o acompanhar as indulgências dos que socorrem a Terra Santa . . . . . p. 69

28 NOVEMBRO 1239. — Letras *Cum sicut nobilis,* do papa Gregório IX, a ordenar aos bispos de Portugal absolvam da excomunhão em que incorreram, por violências contra eclesiásticos, os que acompanharem o Infante de Serpa na guerra contra os infiéis e a mandar-lhes recomendem a seus súbditos socorram o castelo de Serpa, sito em meio dos sarracenos . . . . . p. 70

28 NOVEMBRO 1239. — Letras *Cum sicut dilectus,* do papa Gregório IX, a incumbir o arcebispo de Compostela de persuadir os prelados de Portugal ajudem o Infante de Serpa com auxílios pecuniários na luta que vai empreender contra os sarracenos, por ser justo que aqueles que se sustentam do património de Cristo ajudem os que se expõem por serviço de Cristo . . . . . p. 71

11 DEZEMBRO 1239. — Letras *Cum sicut tua,* do papa Gregório IX, a conceder ao Infante de Serpa e a quem o acompanhe na luta contra os sarracenos as indulgências e a imunidade outorgadas pelo Concílio Geral aos que socorrem a Terra Santa . . . . . p. 71

11 DEZEMBRO 1239. — Letras *Cum sicut dilectus,* do papa Gregório IX, a ordenar ao arcebispo de Toledo, a pedido do Infante de Serpa, obrigue os cavaleiros do reino de Portugal que haviam tomado a cruz contra os sarracenos a que cumpram seus votos . . . . p. 72

11 DEZEMBRO 1239. — Letras *Specialem nobilitati tue,* do papa Gregório IX, a conceder ao Infante de Serpa que, para redenção dos cativos e defesa do seu castelo de Serpa, possa vender aos sarracenos o que tomar nas terras deles e ainda alguns bens seus, excepto ferro, cavalos, armas, madeira para galés e outras coisas com que eles possam combater os cristãos . . . . . p. 73

11 DEZEMBRO 1239. — Letras *Cum venisses*, do papa Gregório IX, com a transcrição do juramento feito pelo Infante de Serpa de submissão à igreja de Roma . . . . . p. 74

13 DEZEMBRO 1239. — Letras *Dilecti filii*, do papa Gregório IX, a ordenar a três cónegos da sé de Lisboa que, se depois da partida do Infante de Serpa para Roma algum prejuízo lhe foi feito, tudo reponham no devido estado . . . . . p. 75

29 MAIO 1240. — Bula *Inter alia que salutem*, de Gregório IX, endereçada ao mestre e freires da Ordem de Calatrava, a conceder plenária remissão dos pecados aos fiéis que, confessados e contritos, morram a combater os sarracenos sob a bandeira da mesma Ordem . . p. 76

18 FEVEREIRO 1241. — Bula *Cum carissimus in Christo*, de Gregório IX, a exortar os cristãos de Portugal a acompanharem seu rei ou quem ele incumba de combater, por terra e por mar, os inimigos da cruz e a conceder as indulgências da Terra Santa a quem se aliste nessa empresa ao menos por um ano ou que para ela contribua. . . . . p. 77

8 ABRIL 1245. — Bula *Cum zelo fidei*, de Inocêncio IV, a conceder ao conde de Bolonha e aos que de Portugal o acompanharem, no caso de eles passarem a Espanha para guerrear os infiéis, o perdão dos pecados outorgado pelo Concílio aos que partem para a Terra Santa . . p. 79

25 OUTUBRO 1246. — Letras *Pater spirituum*, do papa Inocêncio IV, a solicitar aos emires de Tunes, Ceuta e Bugia dispensem ao bispo de Marraqueche e aos confrades seus colaboradores liberdade nas relações com os cristãos que vivem em seus territórios . . . . p. 80

31 MARÇO 1257. — Bula *Meritis uestre deuotionis*, de Alexandre IV, a conceder aos Templários provejam de reitor a igreja de Santiago de Santarém, cada vez que ela vagar, em presbítero da Ordem, que pagará anualmente a taxa combinada ao bispo de Lisboa. . p. 82

6 AGOSTO 1274. — Bula *Ipsa nos cogit pietas*, de Gregório X, a isentar os freires da Ordem de Calatrava de pagarem dízima dos seus proventos eclesiásticos para a Terra Santa, por se ocuparem na defesa da fé cristã contra os sarracenos de África . . . . . p. 83

1 AGOSTO 1275. — Bula *Petitio dilectorum filiorum*, de Gregório X, a ordenar aos legados apostólicos e colectores da dízima destinada à Terra Santa não a cobrem aos freires da Ordem do Templo, pois os dis-

pensou dela, atendendo aos perigos a que eles se expõem em defesa da mesma Terra Santa. . . . . p. 85

12 NOVEMBRO 1275. — Bula *Licet in generali concilio,* de Gregório X, a referir aos legados apostólicos e colectores da dízima dos rendimentos eclesiásticos destinada à Terra Santa que lhes comunicara haver dispensado do pagamento dela os freires da milícia de Calatrava, por se ocuparem na defesa da fé cristã contra os sarracenos de África e que, entretanto, eles se lhe queixaram que lha exigiam, pelo que ordena lha não cobrem. . . . . p. 86

12 ABRIL 1280. — Carta de el-rei D. Dinis, a ordenar ao concelho de Atouguia da Baleia que 30 remadores daquela povoação prestem anualmente serviço a el-rei, por mar, na sua frota, durante seis semanas, com suas armas e víveres . . . . . p. 87

14 AGOSTO 1318. — Procuração de el-rei D. Dinis ao cavaleiro João Lourenço de Monsaraz e a Pedro Peres ou Pires, cónego de Coimbra, seus familiares, para agenciarem junto do papa João XXII sobre o destino dos bens dos Templários e sobre a nomeação de mestre para os administrar . . . . . p. 89

[1318-1319]. — Exposição apresentada ao papa João XXII por Manuel Pessanha, almirante do reino, e Vicente Anes, embaixadores de el-rei D. Dinis, a solicitar-lhe conceda ao reino de Portugal Mestre Provincial da Ordem de Santiago, a fim de não serem dispendidos em interesses estrangeiros os recursos portugueses, como já sucedera. p. 90

27 FEVEREIRO 1319. — Bula *Olim felicis recordationis,* de João XXII, a dizer aos arcebispos de Compostela e de Braga que, por outras letras, os incumbira de examinar o assunto do Mestre Provincial da Ordem de Santiago e que, posteriormente, el-rei D. Dinis lhe notificara haverem o deão de Ourense e outros intentado processos contra o Mestre e freires de Portugal, ao que não aludira em suas referidas letras, e a ordenar-lhes as cumpram, desprezada a dita omissão . . p. 95

14 MARÇO 1319. — Bula *Ad ea ex quibus,* de João XXII, a instituir em Portugal, a pedido de el-rei D. Dinis, a Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, destinada à luta contra os sarracenos, sujeita à Regra de Calatrava e, quanto a correição e visitação, aos abades do mosteiro de Alcobaça, com sede na igreja de Santa Maria do castelo de Castro Marim, e a outorgar-lhe os bens dos extintos templários . . . . . p. 99

14 MARÇO 1319. — Bula *Ad ea ex quibus*, de fundação da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, em versão portuguesa oficial de 11 de Maio de 1320, feita em Santarém pelo tabelião Domingos Eanes, por ordem régia . . . . . p. 111

15 MARÇO 1319. — Bula *Desiderantes ab intimis*, de João XXII, a nomear Gil Martins, Mestre da Ordem de Avis para igual cargo da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, a ordenar-lhe preste juramento de fidelidade à Santa Sé nas mãos do Abade de Alcobaça e a dispensá-lo e aos sucessores da visita trienal a Roma . . . . . p. 119

15 MARÇO 1319. — Bula *Desiderantes ab intimis*, de João XXII, de nomeação de Gil Martins para Mestre da Ordem de Cristo, em versão portuguesa oficial de 11 de Maio de 1320, feita em Santarém pelo tabelião Domingos Eanes, por ordem régia . . . . . p. 121

16 MARÇO 1319. — Letras *Venientes ad presenciam*, do papa João XXII, a comunicar a el-rei D. Dinis haver recebido a credencial que lhe enviara por seus embaixadores Pedro Pires, cónego de Coimbra, e João Lourenço, cavaleiro, a quem ouvira sobre o negócio dos Templários, e a dizer-lhe que lhe manda nota das letras redigidas sobre o assunto para ele as ratificar e lhe devolver a ratificação quanto antes, após o que regressará da Cúria Pontifícia o citado cónego . . . . . p. 123

5 ABRIL 1319. — Instrumento notarial de ratificação por el-rei D. Dinis da bula *Ad ea ex quibus*, de João XXII, de 14 de Março de 1319, de fundação da Ordem de Cristo . . . . . p. 124

18 NOVEMBRO 1319. — Instrumento notarial da fundação da Ordem de Cristo por el-rei D. Dinis, em Santarém, e do juramento prestado por seu primeiro Mestre, Gil Martins, perante numerosas e categorizadas testemunhas . . . . . p. 126

20 NOVEMBRO 1319. — Quitação dada pelo Mestre e convento da Ordem de Cristo a el-rei D. Dinis de todos os bens que este recebera da Ordem do Templo, agora doados à de Cristo pelo papa João XXII . . . . . p. 129

11 MAIO 1320. — Texto da pública-forma com a versão portuguesa das bulas *Ad ea ex quibus* e *Desiderantes ab intimis*, de João XXII, de fundação da Ordem de Cristo e de nomeação de seu primeiro Mestre . . . . . p. 131

23 MAIO 1320. — Letras *Apostolice sedis,* do papa João XXII, a conceder a el-rei D. Dinis, a seu pedido e por 3 anos, a dízima sexenal dos rendimentos eclesiásticos do reino imposta pelo Concílio para dilatação da fé e socorro da Terra Santa, a fim de ele preparar galés contra os inimigos da fé que passem através de seus mares . . . . . p. 133

23 MAIO 1320. — Letras *Apostolice sedis,* do papa João XXII, a ordenar aos bispos de Silves e de Coimbra e ao Abade de Alcobaça seja paga, durante três anos, a el-rei D. Dinis a referida dízima. p. 135

23 MAIO 1320. — Letras *Apostolice sedis,* do papa João XXII, a comunicar ao bispo de Coimbra e a João de Soler, cónego de Hereford, haver concedido a el-rei D. Dinis a dízima constante das precedentes bulas por três anos e a ordenar-lhes que ao menos dois deles vigiem por que a concessão pontifícia não seja gravosa para as instituições eclesiásticas. . . . . p. 140

11 JUNHO 1321. — Ordenação da Ordem de Cristo promulgada em Lisboa, por Fr. Gil Martins, e carta de sua aprovação por el-rei D. Dinis. . . . . p. 143

16 AGOSTO 1326. — Ordenação da Ordem de Cristo, elaborada pelo respectivo Mestre, D. João Lourenço, pelo comendador-mor e freires e aprovação régia da mesma . . . . . p. 151

16 DEZEMBRO 1328. — Francisco Domingues, fretador das naus, e sua mulher, residentes em Lisboa, vendem a Vicente Pires, mercador da mesma cidade, e à mulher deste três peças de vinha e almoínha na Romeira, termo de Almada. . . . . p. 160

5 FEVEREIRO 1330. — Letras *Dilecti filij,* do papa João XXII, a declarar a el-rei de Castela insólita, grave e insuportável às igrejas e pessoas eclesiásticas a súplica — reproduzida na íntegra — que ele e o rei de Portugal lhe endereçaram, verbalmente e por escrito, para prossecução da guerra contra os agarenos e exaltação do nome de Cristo, sobre o que haviam feito pactos e alianças . . . . . p. 162

1 JULHO 1330. — Letras *Ad nostrum,* do papa João XXII, a estranhar a el-rei D. Afonso IV impeça o prior e comendadores portugueses da Ordem do Hospital de enviarem anualmente subsídio ao Mestre do Convento de Rodes e que ele lho exija contra os sarracenos de Granada . . . . . p. 166

Copyrighted material

7 SETEMBRO 1332. — Instrumento do bispo e cabido da Guarda, a ceder ao Mestre da Ordem de Cristo, a pedido deste, os rendimentos da igreja de Santa Maria Maior de Portalegre, com pequenas reservas, atendendo, entre outros motivos, aos encargos a suportar pelo dito Mestre e à maneira como ele com alguns freires e seculares que consigo levou combateu os inimigos da fé na fronteira de Granada . . . . . p. 167

7 ABRIL 1333. — Instrumento da pública-forma de transcrição e promulgação da bula *Inter alia que salutem,* de Gregório IX, de 29 de Maio de 1240, feita em Évora, perante el-rei D. Afonso IV, o bispo da mesma cidade e outras categorizadas testemunhas, a pedido do Mestre da Ordem de Cristo . . . . . p. 169

31 MAIO 1335. — Carta de el-rei D. Afonso IV, a mandar sustar a execução de letras pontifícias em que se ordenara ao clero e Ordens do país dessem as dízimas do que houvessem por 6 anos a fim de serem levadas para fora dele e dadas a alguns que queriam ir sobre os mouros, por se tratar de desserviço e dano do reino . . . . . p. 171

30 DEZEMBRO 1336.—Letras *Si commoda uaria,* do papa Bento XII, a comunicar a el-rei de Castela que envia à Península o bispo de Rodes, seu embaixador, para tratar de obter a paz entre ele e el-rei D. Afonso IV de Portugal, a solicitar-lhe preste assentimento a seus conselhos e a sublinhar, entre outras consequências da discórdia, o perigo de os inimigos da fé católica aproveitarem o ensejo para mais se fortalecerem e perseguirem os cristãos . . . . . p. 173

16 JUNHO 1337. — Letras *Etsi nos,* do papa Bento XII, a D. Bernardo de Alby, bispo de Rodes, seu embaixador à Península Hispânica, para ele diligenciar obter a paz entre os reis de Portugal e de Castela, nas quais, entre outras coisas, se sublinha o perigo de os vizinhos sarracenos invadirem os reinos cristãos . . . . . p. 174

21 JUNHO 1337. — Bula *Deuotionis vestre sinceritas,* de Bento XII, a conceder à Ordem de Calatrava que seus freires abandonem para sempre o uso do capelo e o substituam por cruz de cor vermelha, em pano de lã, sobre as vestes exteriores, do lado esquerdo do peito . p. 176

30 ABRIL 1341. — Bula *Gaudemus et exultamus,* de Bento XII, dirigida a el-rei D. Afonso IV, a conceder-lhe a cruzada e a dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino durante dois anos para a guerra defensiva e ofensiva contra os sarracenos, em Granada e em Benamarim (Marrocos) . . . . . p. 178

30 ABRIL 1341. — Bula *Gaudemus et exultamus,* de Bento XII, dirigida ao arcebispo de Braga, como executor da bula da cruzada do mesmo título . . . . . p. 187

30 ABRIL 1341. — Bula da cruzada *Gaudemus et exultamus,* de Bento XII, dirigida às autoridades eclesiásticas do país, a comunicar-lhes haver concedido a el-rei D. Afonso IV, empenhado na luta contra os sarracenos, as indulgências dos que vão em socorro da Terra Santa e a ordenar-lhes contribuam para tal empresa com a dízima dos seus rendimentos e proventos durante dois anos, por se tratar de negócio de Deus e de defesa das suas igrejas e demais lugares e bens eclesiásticos, dispensados de tal contribuição apenas os cardeais e as Ordens Militares . . . p. 194

16 MAIO 1341. — Letras *Mente leta,* do papa Bento XII, dirigidas a el-rei D. Afonso IV, de satisfação pelo êxito da batalha do Salado e a encorajá-lo a prosseguir na luta contra os sarracenos quando for oportuno . . . . . p. 199

JULHO-NOVEMBRO 1341. — Notícia atribuída a Giovanni Boccacio sobre expedição às Ilhas Canárias, partida de Lisboa a 1 de Julho de 1341. . . . . p. 202

15 NOVEMBRO 1344. — Bula *Tue deuotionis sinceritas,* de Clemente VI, a conceder a Luís de Espanha e sucessores católicos e legítimos, em feudo perpétuo, as Ilhas Afortunadas ou Canárias com todos os direitos e pertenças e com coroa e cetro áureos e o título de Príncipe da Fortuna, para difusão nelas da fé católica, mediante o pagamento do censo anual de 400 florins de ouro, à Santa Sé . . . . . p. 207

11 DEZEMBRO 1344. — Bula *Vinee Domini Sabahot,* de Clemente VI, a comunicar a el-rei D. Afonso IV bem como aos monarcas de Aragão e de Castela, concedera a Luís de Espanha as Ilhas Canárias, para nelas promover a dilatação da fé católica, e a solicitar-lhe auxílio e favor para quela empresa. . . . . p. 215

11 DEZEMBRO 1344. — Bula *Desiderabiliter affectantes,* de Clemente VI, a solicitar a el-rei D. Afonso IV, bem como aos reis de Castela e de Aragão, permita a Luís de Espanha extrair livremente dos reinos de Portugal, pagos os impostos e justo preço, navios, gentes de armas, víveres e outras coisas necessárias à conquista e sujeição das ilhas Canárias à fé católica . . . . . p. 216

10 JANEIRO 1345. — Bula *Ad ea ex quibus,* de Clemente VI, a conceder a el-rei D. Afonso IV, a seu pedido e durante dois anos, a dízima dos

Copyrighted material

rendimentos eclesiásticos do país, a fim de ele continuar a guerra contra o rei de Benamarim, que fez trégua com os demais reis cristãos da Península por 10 anos . . . . . p. 217

10 JANEIRO 1345. — Bula *Ad ea ex quibus*, de Clemente VI, a incumbir os bispos de Évora e de Viseu de arrecadarem a dízima a que alude a bula precedente . . . . . p. 221

10 JANEIRO 1345. — Bula *Ad ea ex quibus*, de Clemente VI, a comunicar aos prelados e demais clero secular e regular do país haver concedido a el-rei D. Afonso IV a referida dízima . . . p. 225

13 JANEIRO 1345. — Bula *Prouenit ex tue*, de Clemente VI, endereçada a Luís de la Cerda, a conceder indulgência plenária em artigo de morte aos fiéis que participem na expedição das Canárias . . p. 228

13 JANEIRO 1345. — Bula *Prouenit ex tue*, de Clemente VI, dirigida a Luís de la Cerda, a conceder indulgência plenária em artigo de morte às pessoas que, dentro de três anos, trabalhem na conquista e conversão das Canárias. . . . . p. 230

12 FEVEREIRO [1345]. — Carta de el-rei D. Afonso IV ao papa Clemente VI, em resposta às letras circulares daquele *Vinee Domini Sabahot* e *Desiderabiliter affectantes*, na qual declara anuir à concessão das Canárias a Luís de la Cerda, posto houvessem sido os portugueses quem primeiro as encontrou, e que lhe pode ceder víveres e outras coisas, mas não navios e gentes de armas, necessárias à luta em que anda empenhado contra os sarracenos . . . . . p. 231

13 MARÇO 1345. — Carta de el-rei de Leão e de Castela ao papa Clemente VI, a comunicar-lhe o reconhecimento da concessão das Canárias a Luís de la Cerda, embora elas pertençam de direito aos reis castelhanos . . . . . p. 234

22 MAIO 1345. — Letras *Quantis laboriosis*, de Clemente VI, a ordenar a el-rei D. Afonso IV que permita ao Prior do Hospital de S. João de Jerusalém receber e mandar para o estrangeiro dinheiros e freires p. 236

20 NOVEMBRO 1345. — Letras *Affectionem piam*, de Clemente VI, a exortar o rei de Aragão a cumprir a promessa que fizera de auxiliar Luís de Espanha na conquista das Canárias . . . . . p. 237

15 MAIO 1351. — Bula *Dum diligenter*, de Clemente VI, a conceder indulgência plenária aos maiorquinos João de Auria e Jacob Sagirara

como aos religiosos, clérigos seculares e leigos que vão em sua companhia para as Canárias, a fim de instruirem os indígenas na fé católica p. 238

27 FEVEREIRO 1355. — Bula *Romana mater ecclesia,* de Inocêncio VI, a incumbir o arcebispo de Braga e os bispos de Évora e de Viseu de recolher metade da dízima dos rendimentos eclesiásticos do país durante quatro anos, pelo pontífice concedida a el-rei D. Afonso IV, para a guerra contra os mouros que sùbitamente invadiram as terras portuguesas e tomaram vila do Algarve . . . . . p. 239

23 MAIO 1361 — Artigos 2.° e 33.° dos agravos apresentados nas cortes de Elvas a el-rei D. Pedro pelo clero sobre o serviço dos clérigos nas hostes e galés e sobre a dízima dos rendimentos eclesiásticos do país, indevidamente cobrada nos dois anos subsequentes à morte de el-rei D. Afonso IV, por a Santa Sé não haver renovado a concessão ao sucessor . . . . . p. 244

29 JUNHO 1370. — Carta de el-rei D. Fernando, a doar as ilhas desertas de Nossa Senhora a Franca e Gomeira, no mar do Cabo de Não, a Lançarote da Franca, vassalo e almirante de el-rei, e a seus sucessores por ele as haver encontrado . . . . . p. 245

2 ABRIL 1375. — Bula *Accedit nobis,* de Gregório XI, a ordenar aos eclesiásticos de Portugal paguem, durante dois anos, ao bispo de Évora e ao Núncio da Santa Sé a dízima de seus rendimentos, metade da qual reverta em auxílio da guerra contra os reis de Marrocos e de Granada, a pedido de el-rei D. Fernando, e a outra metade seja entregue a Roma . . . . . p. 248

7 JULHO 1376. — Carta de el-rei D. Fernando, a doar a Lançarote da Franca, almirante das suas galés, as ilhas de Nossa Senhora a Franca e Gomeira e as saboarias pretas de Tavira, Castro Marim, Alcoutim e aldeia de Martim Longo, em razão da guerra que tivera o donatário com os naturais das ditas ilhas e com os castelhanos . . . . . p. 251

12 OUTUBRO 1377. — Bula *Accedit nobis,* de Gregório XI, a conceder a el-rei D. Fernando metade da dízima dos rendimentos eclesiásticos do reino durante dois anos, reservada a outra metade à Santa Sé, com a condição de ele guerrear os sarracenos em seu próprio chão . p. 253

8 AGOSTO 1381. — Carta de D. Martinho, bispo de Évora, a transcrever, a pedido do Mestre de Avis, a bula *Accedit nobis,* de Gregório XI, de 12 de Outubro de 1377, de concessão ao rei de Portugal de metade da

dízima dos rendimentos eclesiásticos do país para as despesas da guerra contra os mouros . . . . . p. 258

25 JANEIRO 1382. — Autorização do prior da Colegiada de S. Estêvão de Alfama da cidade de Lisboa, para João Vicente, barqueiro, e sua mulher venderem vinha que trazem emprazada da referida igreja no Lavradio, a Afonso Esteves, Mestre das Galés, e a sua mulher Maria de Langos . . . . . p. 259

28 JANEIRO 1382. — João Vicente, barqueiro, e sua mulher vendem a Afonso Esteves, Mestre das Galés de el-rei, e a Maria de Langos, sua mulher, vinha no Lavradio . . . . . p. 260

6 OUTUBRO 1385. — Carta de el-rei D. João I, de transmissão a Luís Álvares Cabral, escudeiro, de todas as terras, rendimentos e direitos que tinham sido doados a seu pai Álvaro Gil Cabral . . . p. 261

8 NOVEMBRO 1385. — Carta de el-rei D. João I, a confirmar a Lopo Afonso da Franca, cavaleiro, vassalo de el-rei e almirante das galés, a doação que a seu pai, Lançarote da Franca, agora falecido, fizera el-rei D. Fernando das saboarias pretas de Tavira, Castro Marim, Alcoutim e aldeia de Martim Longo . . . . . p. 262

20 DEZEMBRO 1388. — Súplica da Ordem de Avis ao papa Urbano VI, a solicitar-lhe a confirmação em seu Mestre de Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira, por não poder obtê-la do Mestre de Calatrava, envolto no cisma do antipapa Clemente VII . . . . . p. 263

20 NOVEMBRO 1389. — Bula *Magne deuotionis sinceritas*, de Bonifácio IX, a conceder à Ordem de Cristo que presbítero seu, nomeado pelo Prior do convento de Tomar e apresentado pelo respectivo Mestre e convento, possa ser nomeado vigário da paroquial igreja de Santa Maria do Olival e de algumas outras capelas sitas no território do dito convento . . . . . p. 266

OUTUBRO - NOVEMBRO 1394. — Recibos das despesas efectuadas pela Câmara do Porto com o tablado e com os que tangeram nas matinadas por ocasião do baptizado do infante D. Henrique, na mesma cidade . . . . . p. 267

17 AGOSTO 1396. — Carta de el-rei D. João I, a ordenar ao corregedor da comarca da Estremadura tire inquirição sobre os artigos que lhe transcreve, fornecidos por D. Fr. Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem

Copyrighted material

de Cristo, acerca da jurisdição tradicional do Mestre nas terras da Ordem, para ordenar o que for de direito . . . . . p. 273

8 JULHO 1399. — Carta de el-rei D. João I, a confirmar para sempre a doação de juro e herdade das terras de Azurara e Manteigas a Luís Álvares Cabral, seu vassalo, filho do falecido Álvaro Gil Cabral p. 274

13 SETEMBRO 1401. — Bula *Eximie uestre deuotionis,* de Bonifácio IX, dirigida a el-rei D. João I e à Rainha D. Filipa, a conceder-lhes que ninguém seja provido em benefício eclesiástico de apresentação dos reis e rainhas sem seu consentimento . . . . . p. 276

27 JANEIRO [1402]. — Carta do infante D. Fernando de Castela a Álvaro Gonçalves, escrivão e enviado de el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe haver rompido a trégua e não estar disposto a receber os embaixadores portugueses . . . . . p. 277

10 FEVEREIRO [1402]. — Carta de el-rei D. João I à Câmara do Porto, a ordenar-lhe envie dois procuradores às cortes de Montemor-o-Novo até 1 de Março, para se tratar da guerra com Castela, pois as tréguas findam em 1 de Maio e sabe-se não serem pacíficas as intenções do rei castelhano . . . . . p. 278

5 MARÇO [1402]. — Carta de el-rei D. João I à Câmara do Porto, a comunicar-lhe acharem-se prorrogadas as tréguas com Castela até 1 de Março de 1403, e a ordenar-lhe publique o facto na cidade e as cumpram . . . . . p. 279

[1402]. — Lista da redução do pessoal da casa de el-rei D. João I, da rainha D. Filipa e dos infantes seus filhos, decretada pelo monarca com seu Conselho, para diminuição das despesas régias . . . . p. 280

22 JANEIRO 1403. — Bula *Apostolatus officium,* de Bento XIII, a conceder, após a conquista da ilha de Lançarote, nas Canárias, graças espirituais a todos os que trabalhem na sua defesa, na conquista das outras ilhas e na conversão dos indígenas ou que para isso concorram p. 294

22 JANEIRO 1403. — Bula *Apostolatus officium,* de Bento XIII, endereçada aos prelados, abades e priores do reino de Aragão, a conceder graças espirituais aos que participem na conquista, defesa e conversão das Canárias ou que para isso concorram . . . . . p. 296

22 JANEIRO 1403. — Bula *Apostolatus officium,* de Bento XIII, dirigida aos prelados, abades e priores do reino da Escócia, a conceder

graças espirituais aos que participem na conquista, defesa e conversão das Canárias ou que para isso concorram . . . . . p. 299

22 JANEIRO 1403. — Bula *Apostolatus officium,* de Bento XIII, dirigida aos prelados, abades e priores do condado de Armanhaque, a conceder graças espirituais aos que participem na conquista, defesa e conversão das Canárias ou que para isso concorram . . . . . p. 301

24 FEVEREIRO 1403. — Procuração de D. Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo, passada a Gonçalo Vasques Coutinho, marechal do reino, e a Fernando Álvares, freire da dita ordem e aio dos infantes, para em seu nome jurarem o tratado de tréguas por dez anos com Castela, nos termos que no documento se declaram . . . . . p. 304

3 JULHO 1403. — Bula *Eximie deuotionis sinceritas,* de Bonifácio IX, em que, a pedido de el-rei D. João I e da rainha D. Filipa, separa da diocese de Ciudad Rodrigo os bens e terras que a mesma possuía em Portugal, na região de Cima-Coa, e os anexa perpètuamente à diocese de Lamego . . . . . p. 307

7 JULHO 1404. — Bula *Romanus pontifex,* de Bento XIII, a erigir Rubicão, na ilha de Lançarote, em sede do bispado das Canárias p. 309

12 AGOSTO 1405. — Carta de el-rei D. João I, a comunicar que manda à Inglaterra, em companhia de seus filhos, o seu vassalo Pedro Chaveiro, pelo que ordena às justiças do reino suspendam, até o regresso dele ao país, a liquidação das dívidas e bem assim os pleitos e demandas que ele haja . . . . . p. 311

13 AGOSTO 1405. — Letras *Cum nos nuper,* do antipapa Bento XIII, a conceder ao franciscano Fr. Afonso de S. Lúcar de Barrameda, bispo eleito de Rubicão, Canárias, possa receber a sagração de qualquer bispo católico, assistido de mais dois ou três . . . . . p. 312

10 JANEIRO 1407. — Carta de el-rei D. João I, a doar a D. Fernando, seu sobrinho, em casamento com D. Leonor Vasques Coutinho, enquanto sua mercê for, as terras de Seia, Santa Marinha, S. Romão, Folhadal, Penalva, Folhadosa, Vila Cova e Valezim e respectivas jurisdições, — bens depois integrados na carta de património do infante D. Henrique. . . . . p. 313

23 DEZEMBRO 1407. — Carta de el-rei D. João I, a aforar para sempre, de acordo com a rainha e os infantes, a Diogo Fernandes de

Almeida, filho de Fernando Álvares de Almeida, aio dos infantes, herdades no termo de Alenquer . . . . . p. 314

7 ABRIL 1408. — Montagem das casas dos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, ordenada pelas Cortes de Évora daquela data, tomando el-rei para isso, desde 1 de Maio seguinte, o terço das sisas, de que prescindira anteriormente . . . . . p. 317

13 AGOSTO 1408. — Letras *Ad pacem,* do papa Gregório XII, a intimar certas coisas sobre a convocação do Concílio Geral, por intermédio do franciscano Frei Fernando de Portugal . . . . . p. 320

21 OUTUBRO 1408. — Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade de el-rei, e sua mulher Inês Leitoa vendem a el-rei D. João I o seu couto de Guardão, na comarca da Beira, por 615.000 libras, — três anos depois incorporado na carta patrimonial do infante D. Henrique . . . . . p. 321

28 MARÇO 1409. — Carta de D. Martinho, rei de Aragão, à condessa de Urgel sobre o casamento da infanta D. Leonor com o primogénito de Portugal . . . . . p. 322

27 ABRIL 1409. — Alvará de el-rei D. João I a mandar pagar mensalmente determinada quantia a Estêvão Leitão, nomeadamente enquanto não liquidar o que seu sogro, o Mestre de Santiago, lhe emprestou para o casamento da infanta D. Brites, condessa de Arundel . . p. 323

8 MAIO 1409. — Aforamento por el-rei D. João I a João de Palma, a Nicolau de Palma e a Francisco de Palma de horta junto do muro da vila de Loulé, para plantação de cana de açúcar . . . . p. 324

7 FEVEREIRO 1410. — Salvo conduto *Cum dilectos filios,* do papa Alexandre V, passado a favor dos cavaleiros João Afonso de Brito e Álvaro Afonso Nogueira, enviados de D. João I ao concílio de Pisa. . . . . p. 325

8 ABRIL 1410. — Carta de crença de D. Martinho, rei de Aragão, dirigida a el-rei D. João I de Portugal, de apresentação de mossem Martin de Pomar, conselheiro daquele, que vem tratar do casamento de sua sobrinha D. Leonor, irmã do conde de Urgel, com o primogénito ou com o filho segundo do soberano português . . . . . p. 326

8 ABRIL 1410. — Memorial das coisas que mossem Martin de Pomar, conselheiro do rei de Aragão, há-de tratar com el-rei de Portugal sobre o casamento da infanta D. Leonor . . . . . p. 327

5 AGOSTO 1410. — Carta de el-rei D. João I, a dispensar os mercadores da cidade do Porto do pagamento da dízima de penas que tragam de Flandres ou de outros lugares, de dois em dois ou de três em três anos, para forramento de seus vestires . . . . . p. 329

18 AGOSTO 1410. — Carta de el-rei D. João I, em que, a rogo da Câmara da cidade do Porto, dá Regimento ao seu armazém daquela cidade quanto à percepção da dízima régia sobre as mercadorias ali entradas por mar do estrangeiro, nomeadamente de material para navios . p. 330

22 OUTUBRO 1410. — Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Lopo Fernandes Homem, filho de Fernão Nunes Homem, comendador do Casal, e de Isabel Rodrigues, mulher solteira . . . . . p. 334

20 DEZEMBRO 1410. — Procuração de D. Joana de Albuquerque, a autorizar o marido, Gonçalo Vasques Coutinho, a escambar com el-rei, com o abade e convento do mosteiro de Salzedas e com quaisquer pessoas os bens que possuem. . . . . p. 335

20 MARÇO 1411.—Bula *Eximie deuocionis,* do antipapa João XXIII, a conceder que as Ordens Militares existentes no país possam continuar a cooperar com o monarca e sucessores em guerra justa contra cristãos, sarracenos e outros inimigos do reino de Portugal . . . . p. 336

21 MARÇO 1411.—Bula *Eximie deuotionis,* do antipapa João XXIII, a conceder, a pedido de el-rei D. João I, que não incorram nas penas de irregularidade, inabilidade e infâmia as pessoas eclesiásticas que contribuam para a defesa das terras de Portugal . . . . . p. 338

23 MARÇO 1411. — Escambo pelo qual Gonçalo Vasques Coutinho e sua mulher D. Joana de Albuquerque cedem a el-rei D. João I a sua quinta de Silvares, em termo de Viseu, o couto de Reriz, no julgado de Lafões, e a aldeia das Lágeas, em terra de Seia, bens incorporados na carta de património do infante D. Henrique, pelos préstamos régios de Balsemão, Julgado, Alvelos, Mesquinhata, Sonegado, Gondim e Belães, em termo de Lamego. . . . . p. 339

17 ABRIL 1411. — Carta de património do infante D. Henrique, dada por el-rei D. João I, de acordo com a rainha e com o príncipe herdeiro D. Duarte . . . . . p. 343

30 MAIO 1411. — Carta dos Regentes de Castela, a ordenar à cidade de Burgos nomeie procuradores para conselho e outorga das coisas necessárias ao Tratado de Paz; pois, não se concordando as duas partes, pode reacender-se a guerra entre elas . . . . . p. 349

6 JULHO 1411. — Carta de el-rei D. João I, a doar, enquanto sua mercê for, a Diogo Fernandes de Almeida, filho de Fernando Álvares de Almeida, aio que foi dos infantes, o canal grande, o serviço real dos judeus de Abrantes e termo, etc.. . . . . p. 348

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotação bibliográfica e crítica do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses seguiu-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adoptou-se o sistema usado nas respectivas nações.

ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 12, 17-18, 22, 25, 36, 39, 41-43, 50, 59, 60, 76-77, 79, 82, 84, 89, 98, 119, 178, 221, 247 e 253.
ABRANTES, 314 e 348.
ABREU (Álvaro Gonçalves de), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
ABREU (João Fernandes de), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
ABREU (Lourenço Gomes de), cavaleiro, embaixador, 179, 181, 187 e 195.
ABU INAN, rei de Marrocos, sucessor de Abu-l-Hasan, 180.
ABU-l-HASAN, rei de Marrocos, 169, 178-180 e 200.
ABU MALIK, filho do sultão granadino Mohammed IV, 169 e 178-79.
ABUR, alcaide mouro do castelo de Alcácer do Sal, 48 e 49.
AÇORES, Arquipélago dos, 209.
ADRIANO IV, Papa, 12-14, 18, 22, 24 e 38-39.
AFONSO I (D.), rei de Portugal. — V. HENRIQUES (D. Afonso).
AFONSO, moço da capela de el-rei D. João I, 285.
AFONSO (D.), Prior de Santa Cruz de Coimbra, 319.
AFONSO (D.), conde de Bolonha, depois D. Afonso III, rei de Portugal, 78.
AFONSO (D.), filho do rei de Leão, 66.
AFONSO II (D.), rei de Portugal, 35, 50, 66, 69 e 70-75.
AFONSO III (D.), rei de Portugal, 18, 36 e 78-80.
AFONSO IV (D.), rei de Portugal, 76, 99, 103, 152, 159, 163-64, 166, 169-70, 172-73, 175, 178, 180-81, 187-88, 195-96, 199, 201, 206-07, 214-17, 221-27, 230-31, 235-36, 239, 243-45 e 271.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 243, 260 e 274.
AFONSO VI (D.), rei de Leão, 10 e 66.
AFONSO VIII (D.), rei de Castela, 33-34.
AFONSO IX (D.), rei de Leão, 33-34 e 66.
AFONSO X (D.), rei de Castela, 209.
AFONSO XI (D.), rei de Castela e de Leão, 162, 164-65, 173, 178, 182, 188, 196, 200 e 234.
AFONSO (Diogo), escrivão, 324.
AFONSO DE ESPANHA, 125.
AFONSO (Fernando), 11 e 150.
AFONSO (Fernando), porta-bandeira, 16.
AFONSO (Garcia), escudeiro da casa de D. João I, 284.
AFONSO (João), escolar em leis, 274.

AFONSO (João), filho de el-rei D. Dinis, 150.
AFONSO (João), monteiro da casa de el-rei D. João I, 288.
AFONSO (João), vedor do Mestre da Ordem de Cristo, 306.
AFONSO (João), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 285 e 319.
AFONSO (João), escudeiro da casa de el-rei D. João I, filho de Martim Afonso, 283.
AFONSO (João), escrivão de el-rei D. João I, 311.
AFONSO (Lourenço), cantor da capela de el-rei D. João I, 285.
AFONSO (Luís), cantor da capela de el-rei D. João I, 285.
AFONSO (Martim), prior de Santa Maria de Castelo de Vide, 131.
AFONSO (Martim), pai de João Afonso, 283.
AFONSO (Mendo), 4.
AFONSO (Mestre), físico da casa de el-rei D. João I, 286.
AFONSO (Pedro), gaiteiro, 269 e 270.
AFONSO (Pedro), cantor da capela de D. João I, 284.
AFONSO (Pedro), caçador de D. João I, 293.
AFONSO (Rodrigo), estribeiro, escudeiro de D. João I, 282.
AFONSO (Rodrigo), barbeiro dos infantes, filhos de D. João I, 291.
AFONSO (D. Vasco), Mestre de Avis, 160.
AFORTUNADAS (Ilhas). — V. CANARIAS.
AFRICA, 23-24, 80, 83-84, 86, 98, 179-80, 187, 195, 209, 214-15, 234-35 e 336; Norte de —, 81; — Menor, 24; — do Norte, 24, 62, 80, 98, 180 e 235.
AGNELO (D. Fr.), bispo de Marrocos, 80.
AGNO. — V. AYN (D. Lopo Fernandes de).
AGUIAR DA BEIRA, 343.
AIRES (Estêvão), clérigo, 126.
AIRES (Estêvão), ouvidor, 127.
AIRES (Fernando), escrivão da cozinha de D. Filipa de Lencastre, 289.
AIRES (Fernando), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
AIRES (João), homem de el-rei D. Dinis, 132-33.
AIRES (Rodrigo), criado de Gonçalo Vasques, escudeiro de D. João I, 284.
ALBANIA, 20 e 28.
ALBERGARIA (Vasco Martins de), escudeiro de D. João I, 283.
ALBERTO, cardeal presbítero e chanceler da Santa Igreja, 21.
ALBERTO (Mestre), chanceler da Cúria Régia, 12.
ALBINO, bispo de Albânia, 28.
ALBUQUERQUE, 125.
ALBUQUERQUE (D. Joana de), 335-36, 339 e 341.
ALBY (João de), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
ALCACER DO SAL, 8, 45, 47-48, 51-54 e 324.
ALCALA DE HENARES, 231 e 235.
ALCOBAÇA, 89, 97, 98, 106, 115, 120-21, 126, 128 e 248; Abade de —, 47, 103, 115, 119, 120-21, 135 e 139; Abades cistercienses de —, 105.
ALCOUTIM, 251-52 e 262-63.
ALEGRANZA, ilha do arquipélago das Canárias, 205.
ALEMANHA, 46.
ALENQUER, 63, 144, 147, 152, 313-14 e 316; Igreja de Santa Maria de —, 63-64; Igreja de Santiago de —, 63-64.
ALENQUER (João Afonso de), vedor da fazenda de D. João I, 322 e 329.
ALEXANDRE III, Papa, 16-18, 20-27, 36-39, 50, 61, 79-80 e 105.
ALEXANDRE IV, Papa, 79-80 e 82.
ALEXANDRE IV, Papa, 79, 80 e 82.

ALEXANDRE V, Papa, 325.
ALFANDEGA do Porto, 271.
ALFANZURA, 348.
ALFEIGIADOA, 15.
ALGARVE, 48, 76, 78-79, 87, 89, 91-97, 99, 101-02, 104, 106-07, 109-16, 119, 121, 124-26, 129, 131, 143, 150, 157, 169, 171, 178-80, 187-88, 194-96, 217-18, 222, 226, 231, 234, 239-40, 245, 251-52, 261-64, 266, 273-74, 276, 305, 307-08, 311, 314, 321, 329-30, 333, 336-38, 343-45 e 350.
ALGARVE, arauto, jogral de D. João I, 287.
ALGECIRAS, 180 e 234.
ALJUBARROTA, 304.
ALMADA, 160 e 161.
AL-MANÇOR, emir de Marrocos, 33.
ALMEIDA (Afonso Fernandes de), escudeiro de D. João I, 283.
ALMEIDA (Alvaro Fernandes de), filho de Fernando Alvares de Almeida, 314-15.
ALMEIDA (Diogo Fernandes de), filho de Fernando Alvares de Almeida, alcaide-mor de Abrantes e Senhor do Sardoal, 313-16 e 348.
ALMEIDA (Fernão de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
ALMEIDA (Fernando Alvares de), aio dos infantes filhos de D. João I, cavaleiro da Ordem de Avis, claveiro e comendador de Vila Viçosa e Juromenha, alcaide-mor de Abrantes e tronco da Casa de Abrantes, 313-15 e 348.
ALMEIDA (Fortunato de), 7-8, 34, 48, 63, 65, 78-80, 90, 91, 101, 174, 182, 231, 234, 245, 251, 262, 304, 307, 320, 323, 325 e 351.
ALMEIDA (Inês Fernandes de), filha de Fernando Alvares de Almeida, 314.
ALMEIDA (Manuel Lopes de), 155.
ALMEIDA (Martim Fernandes de), escudeiro de D. João I, 284.
ALMEIDA (Nuno Fernandes de), filho de Fernando Alvares de Almeida, 314-15.
ALMEIDA (Vasco de), escudeiro de D. João I, 283.
ALMIRANTADO do Reino de Portugal, 181.
ALMOHADAS, 24.
ALMOHADE. — V. IMPERIO ALMOHADE.
ALMOUROL, 15, 105, 114, 145, 156 e 157.
AL-MURADA, chefe almohada, 80 e 82.
ALPALHAO, 103, 144 e 156.
AL-SAID, Califa, 81.
ALTE, Casa Franca de —, 244, 251 e 262.
ALTISSIMO, 200 e 215-16.
ALVALADE O PEQUENO (Fernão Gil de), 259.
ALVARES (Diogo), vedor da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
ALVARES (Fernando), freire da Ordem de Cristo e aio dos infantes, filhos de el-rei D. João I, 280 e 304-05.
ALVARES (Fernando), pai de Nuno e de Diogo Fernandes, 283.
ALVARES (Nuno), criado de Gonçalo Vasques Coutinho, 335.
ALVARES (Pedro), vizinho de Lisboa, 133.
ALVARES (Rodrigo), tabelião, 263.
ALVELOS, termo de Lamego, 339-40 e 342.
ALVES (Alfredo), 267, 271-72.
ALVES (P. Francisco Manuel), 304 e 350.
ALVIELA, 7.
ALVIM, (Martim Pires de), 160.
ALVIOLEIRA, 8 e 10.

AMERICA, 245.
ANAGNI, 13-14 e 257.
ANANIA (Martinho), 12.
ANDALUZ, 103.
ANDALUZIA, 278.
ANES. — V. EANES.
ANES (Afonso), prior da Colegiada de S. Estêvão de Lisboa, 259.
ANES (Afonso), comprador da casa de el-rei D. João I, 286.
ANES (Afonso), jogral da casa de D. João I, 287.
ANES (Afonso), porteiro da câmara de D. João I, 287.
ANES (D. Afonso), bispo de Silves, 135 e 139.
ANES (Afonso), escrivão da fazenda de D. João I, 288.
ANES (Afonso), monteiro da casa de D. João I, 288.
ANES (Afonso), tabelião, 306.
ANES (Aires), aposentador da casa de D. Filipa de Lencastre, 290..
ANES (Denis), vedor da casa de D. João I e deão da sé de Lisboa, 285 e 322.
ANES (Estêvão), escudeiro de D. João I, criado de João Gomes, 283.
ANES (Estêvão), barbeador da casa de el-rei D. João I, 286.
ANES (Gil), pai de Diogo Gil, 282.
ANES (Gil), escudeiro da casa de D. João I, sobrinho do arcebispo, 283.
ANES (Gonçalo), patrão de Gonçalo Anes da Fonseca, 284.
ANES (Gonçalo), tabelião em Trancoso, 335.
ANES (Doutor Lourenço), 314.
ANES (Lourenço), comendador-mor, Mestre Provincial da Ordem Militar de Santiago em Portugal, 91.
ANES (Lourenço), porteiro de D. João I, 293.
ANES (Martim), escudeiro de D. João I, 283.
ANES (Pero), ouvidor do Mestre da Ordem de Cristo, 306.
ANES (Rodrigo), ouvidor da Relação da rainha, 285.
ANES (Rodrigo), dispenseiro da casa de D. João I, 286.
ANES (Rodrigo), escrivão dos meirinhos da casa de D. João I, 286.
ANES (Rodrigo), vedor dos fornos da casa de D. João I, 286.
ANES (Rodrigo), copeiro da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
ANES (Senhorinha), da casa de D. Filipa de Lencastre, 289.
ANES (Vasco), criado de João Vasques das Eiras, 269.
ANES (Vasco), escrivão, 342.
ANES (Vasco), escudeiro da casa de D. João I, irmão de João Vasques de Tavira, 283.
ANES (Vasco), tesoureiro, pai de Vasco Anes, 283.
ANES (Vicente), embaixador de el-rei D. Dinis, 90.
ANES (Vicente), escudeiro da casa de D. João I e escrivão, 274, 279 e 284.
ANTAO (Mestre), ouvidor ordinário, 127.
ANTOINE-JUDE, comandante de galé genovesa ao serviço do rei de França em 1338, 246.
ANTONIO, monteiro da casa de D. João I, 288.
AQUIRO», Santa Maria «in, 28.
ARAGAO, 6, 94-95, 100, 111, 170, 180, 209, 214, 216, 235, 237, 294, 296-97, 326-27 e 328. Domingos de —, 80; Reino de —, 94-95; Reis de —, 80. — V. ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON.
ARAGAO (Domingos de), 80.
ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 1, 38, 40, 42-44, 46, 48, 50, 52, 54-57, 62-66, 68-75, 80, 89, 98, 119, 133, 135-36, 162, 166, 173-74, 178, 187, 194, 199, 207, 214, 216-17,

Copyrighted material

221, 225, 228-29, 231, 234, 236-37, 247, 253, 263, 275, 294, 296, 299, 301, 309, 312, 319, 325 e 336.
ARCHIVO DEL AYUNTAMIENTO DE BURGOS, 349.
ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON (Barcelona), 322 e 326-27.
ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 304-05 e 350.
ARDICIO, cardeal diácono de S. Teodoro, 20.
ARDUINO, cardeal presbítero do título de Santa Cruz de Jerusalém, 20.
ARES, 103 e 144.
ARMANHAQUE (Condado de), 301 e 307; Conde de —, 294 e 302.
ARMAZÉM do Porto, 271 e 272.
ARMÊNIOS, 170.
ARNULFO, cruzado que relatou a tomada de Lisboa aos mouros, 8.
ARNULFO (Mestre), 9.
AROUCA (Mosteiro de), 314.
ARQUIVO da Câmara Municipal do Porto, 267, 317 e 328-29.
ARQUIVO da Casa do Castelo (Atouguia da Baleia), 87.
ARQUIVO da Casa Franca de Alte, 244, 251 e 262.
ARQUIVO da Direcção de Finanças de Santarém, 3, 5 e 10.
ARQUIVO Distrital de Braga, 1, 8, 29, 58 e 171.
ARQUIVO Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), 1, 3-5, 9-10, 12, 14-18, 22, 25-26, 30-31, 33, 35-36, 38, 41-43, 50, 59-60, 66, 68-72, 74, 76-79, 82-85, 88, 90, 95, 98, 103, 110, 119, 121-22, 124, 129, 131, 142, 150, 160, 167, 169, 176, 178, 217, 221, 239, 243, 247, 253, 257-60, 263, 265-66, 274-75, 280, 311, 313, 317, 321, 323-25, 334-35, 338-39, 343 e 348.
ARQUIVO do Vaticano. — V. ARCHIVIO SEGRETO VATICANO.
ARQUIVOS DO VATICANO, 210.
ARRAIS (Martim), escudeiro de D. João I, 283.
ARRIZADO (Comenda do), 148.
ARROMBO (Diogo Gonçalves), escudeiro de D. João I, 284.
ARUNDEL (Conde de), 323; Condessa de —, 323.
ARVAL (Vasco de), monteirinho da casa de D. João I, 288.
ASCELIN, 80.
ASCENSÃO do Senhor (Festa da), 186, 192, 219, 223, 227 e 240.
ÁSIA CENTRAL, 81.
ASTORGA (Frei Fernando de), — V. PORTUGAL (Frei Fernando de).
ATAÍDE (Álvaro Gonçalves de), dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.
ATAÍDE (Filipa de), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
ATAÍDE (Nuno Gonçalves de), escudeiro de D. João I, 282.
ATAÍDE (Pero Nunes de), escudeiro de D. João I, 282.
ATAÍDE (Vasco Fernandes de), dos 20 grandes da casa de D. João I, 282.
ATLÂNCIA, nome de uma das Ilhas Canárias, 209 e 212.
ATLÂNTICO. — V. OCEANO ATLÂNTICO.
ATLAS CATALÃO, 209.
ATLAS MEDICEU, 209.
ATOUGUIA DA BALEIA, 87-88. — V. ARQUIVO da Casa do Castelo.
AURIA (João de), maiorquino, 237-38.
AUVRAY (Lucien), 66, 68-69 e 70-75.
AVINHÃO, 97, 101, 110, 120, 122-23, 132, 135, 138-39, 142, 167, 174-75, 177, 181, 186, 194, 199, 201, 209-10, 214, 216-17, 221, 225, 228-30, 236-37, 239, 243, 250, 263, 294, 296, 299, 301 e 303.
AVIS, 52, 83, 86, 95, 104, 113-14, 120-21, 145 e 264; Convento de — 145.

AYN (D. Lopo Fernandes de), bispo de Marraqueche, 79 e 80.
AZEVEDO (João Lúcio de), 281.
AZEVEDO (Luís Gonzaga de), 58 e 79.
AZEVEDO (Martim Gonçalves de), escudeiro de D. João I, 282.
AZEVEDO (Pedro de), 1, 66, 68-74, 272 e 323-25.
AZEVEDO (Pero Lopes de), escudeiro de D. João I, 283.
AZEVEDO (Rui de), 1, 3 e 105.
AZURARA DA BEIRA, 261 e 274-75.
BADAJOZ, 58 e 305.
BADALCUZI, 47.
BAIÃO (António), 8, 10-11 e 22.
BAIO (Jocelino de), 9.
BAIONA (Bispo de), 80.
BALDIGEM, — V. VALDIGEM.
BALDUINO, rei de Jerusalém, 5.
BALLESTEROS Y BERETTA (D. Antonio), 49, 62, 163, 165, 169 e 182.
BALSEMÃO, termo de Lamego, 339-40 e 342.
BALÚZIO, 1.
BAPTISTA (Júlio César), 308.
BARBADO (Fernão Rodrigues), escudeiro da casa de D. João I, 284.
BARBAROXA (Frederico), 24.
BARCELONA, 105 e 323. Bispo e concelho de —, 80.
BARNABA (Mestre), físico de el-rei D. Dinis, 127.
BARROS (Lopo de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
BARROS (Rodrigo de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
BARTOLOMEU, arquidiácono da sé de Lisboa, 9.
BARTOLOMEU ((D.), bispo da Guarda, 167.
BAYLÊM, 277.
BEIRA, 65, 129, 274, 320-21.
BEJA (Mendo Afonso de), escudeiro de D. João I, 282.
BEJA (Rodrigo Aires de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
BEJA (Vasco de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
BELÃES, termo de Lamego, 339-40 e 342.
BELEAGUA (Fernão Gonçalves), 351.
BELLESGRID, 326.
BELLIOADRE, 85.
BEMPOSTA, 148-49, 155 e 157.
BENAMARIM, 172, 178, 182-83, 187-89, 196-97, 217-18, 221-22, 225-26, 249, 253 e 255-56.
BENEVENTO, 17 e 18.
BENTO, mestre-escola da sé de Lisboa, 9.
BENTO, cardeal presbítero do título de Santa Susana, 38.
BENTO XII (Papa), 99, 165, 170, 172-74, 176, 178, 181, 186-87, 194 e 199.
BENTO XIII (Antipapa), 293-94, 296, 299, 301, 304, 309 e 312.
BERENGÁRIO, arcebispo de Compostela, 95.
BERENGÁRIO (Raimundo), 6.
BERGER (Élie), 1 e 80.
BERNARDO, secretário de D. Martinho, rei de Aragão, 327-28.
BERNARDO, cardeal diácono de S. Nicolau «in Carcere Tulliano», 21.
BERNARDO, cardeal diácono de Santa Maria Nova, 28.
BERNARDO DE ALBY (D.), bispo de Rodes, 173-74.
BERNARDO (Raimundo), freire da Ordem do Templo, 6.

Copyrighted material

BERNERO, bispo Prenestino, 20.
BERTHELOT (Sabino), 201.
BESELGA, 6, 11, 15-16, 148 e 156.
BESTEIROS, 321 e 343.
BETHENCOURT (João de), 245, 294, 297, 299 e 302.
BIBLIOTECA da Ajuda (Lisboa), 1, 36, 46 e 79.
BIBLIOTECA Casanatense de Roma, 38, 42 e 44.
BIBLIOTHECA Magliabechiana, 201.
BIBLIOTECA Municipal de Viseu, 3 e 16.
BIBLIOTECA Nacional de Florença, 201.
BIBLIOTECA Nacional de Lisboa, 89, 98, 126, e 151.
BIBLIOTECA Nacional de Madrid, 1.
BIBLIOTECA Nacional de Paris, 1, 38, 42, 44, 206 e 304-05.
BIBLIOTECA Real de Parma, 206.
BIBLIOTECA Valicelliana de Roma, 50, 52 e 55.
BISCAIA, 332.
BOCCACIO (Giovanni), 201, 206-08.
BOCANEGRA (Simão de), governador de Génova, 210.
BOLONHA, 185, 325, 337 e 339; Universidade de —, 185. Conde de —, 78-79.
BOLONHÊS. — V. AFONSO III (D.), rei de Portugal.
BONIFACIO VIII (Papa), 90-91 e 95-97.
BONIFACIO IX (Papa), 265-66, 275-76 e 306-07.
BONNET, 201.
BONTIER (Pierre), 309.
BORDIGNE (Comte de), 18.
BORGES (Diogo), escudeiro de D. João I, 282.
BORGES (Fernão), escudeiro da casa de D. João I, 284.
BORGES (Lopo), escudeiro da casa de D. João I, 284.
BOTELHO (Pero),escudeiro da casa de D. João I, 282.
BRAGA, 2, 4, 6, 8, 12, 18-19, 26-27, 29, 36-37, 51, 58, 80-81, 84, 90, 95, 126, 137-38, 141, 144, 148, 152, 171-72, 180, 183-84, 186-87, 194, 197, 218, 222, 225, 239-40 e 243. Arcebispo de —, 2, 4, 8, 18-19, 26-27, 29, 36-37, 51, 58, 80-81, 84, 90, 95, 137-38, 141, 180, 183-84, 186-87, 194, 197, 218, 222, 225, 239-40 e 243. Couto de —, 152. Sínodo de —, 8.
BRANCA (D.), mãe de Luís de Espanha, 209.
BRANDÃO (Fr. António), 1, 26, 33, 66 e 100.
BRANDÃO (Mário), 155.
BRASIL, 261.
BRAVACES (Afonso Rodrigues), escudeiro da casa de D. João I, 283.
BRETANHA (Duque da), 294.
BRIOLANJA (D.), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
BRITES (D.), condessa de Arundel, filha de el-rei D. João I, 323.
BRITO (Fr. Bernardo de), 1.
BRITO (João Afonso de), cavaleiro, escudeiro de D. João I, 282 e 325.
BRUM (João), monteiro da casa de D. João I, 288.
BRUNSCHWIG (Robert), 24.
BUGIA (Emir de), 79.
BULAS e outras Letras Pontifícias:

Accedit nobis, de Gregório XI, de 2 de Abril de 1375, — 284.
Accedit nobis, de Gregório XI, de 12 de Outubro de 1377, — 253.

Ad ea ex quibus, de João XXII, de 14 de Março de 1319, — 99, e versão portuguesa, 110.
Ad ea ex quibus, de Clemente VI, de 10 de Janeiro de 1345, — 217.
Ad ea ex quibus, de Clemente VI, de 10 de Janeiro de 1345, — 221.
Ad ea ex quibus, de Clemente VI, de 10 de Janeiro de 1345, — 225.
Affectionem piam, de Clemente VI, de 20 de Novembro de 1345, — 237.
Ad nostrum, de João XXII, de 1 de Julho de 1330, — 166.
Ad pacem, de Gregório XII, de 13 de Agosto de 1408, — 320.
Apostolatus officium, de Bento XIII, de 22 de Janeiro de 1403, — 294.
Apostolatus officium, de Bento XIII, de 22 de Janeiro de 1403, — 296.
Apostolatus officium, de Bento XIII, de 22 de Janeiro de 1403, — 299.
Apostolatus officium, de Bento XIII, de 22 de Janeiro de 1403, — 301.
Apostolice sedis, de João XXII, de 23 de Maio de 1320, — 133.
Apostolice sedis, de João XXII, de 23 de Maio de 1320, — 135.
Apostolice sedis, de João XXII, de 23 de Maio de 1320, — 140.
Apostolice sedis specula, de Gregório IX, de 7 de Agosto de 1237, — 65.
Attendentes karissimum, de Honório III, de 22 de Outubro de 1225, — 57.
Causa que uertebatur, de Gregório IX, de 29 de Julho de 1237, — 64.
Certum est, de Honório III, de 31 de Janeiro de 1218, — 56.
Cum a nobis petitur, de Honório III, de 10 de Fevereiro de 1217, — 45.
Cum auctores et factores, de Celestino III, de 10 de Abril de 1197, — 33.
Cum carissimus in Christo, de Gregório IX, de 18 de Fevereiro de 1241, — 77.
Cum dilectos filios, de Alexandre V, de 7 de Fevereiro de 1410, — 325.
Cum in generali concilio, de Honório III, de 30 de Janeiro de 1218, — 55.
Cum nos nuper, de Bento XIII, de 13 de Agosto de 1405, — 312.
Cum sicut dilectus, de Gregório IX, de 28 de Novembro de 1239, — 71.
Cum sicut dilectus, de Gregório IX, de 11 de Dezembro de 1239, — 72.
Cum sicut nobilis, de Gregório IX, de 28 de Novembro de 1239, — 70.
Cum sicut tua, de Gregório IX, de 25 de Novembro de 1239, — 66.
Cum sicut tua, de Gregório IX, de 28 de Novembro de 1239, — 69.
Cum sicut tua, de Gregório IX, de 11 de Dezembro de 1239, — 71.
Cum venisses, de Gregório IX, de 11 de Dezembro de 1239, — 74.
Cum zelo fidei, de Inocêncio IV, de 8 de Abril de 1245, — 79.
Cupientes christicolas, de Gregório IX, de 21 de Outubro de 1234, — 60.
Desiderabiliter affectantes, de Clemente VI, de 11 de Dezembro de 1344, — 216.
Desiderantes ab intimis, de João XXII, de 15 de Março de 1319, — 119, e versão portuguesa, 121.
Deuacionis vestre sinceritas, de Bento XII, de 21 de Junho de 1337, — 176.
Dilectus filius, de Honório III, de 26 de Janeiro de 1218, — 54.
Dilecti filii, de Gregório IX, de 13 de Dezembro de 1239, — 75.
Dilecti filii, de João XXII, de 5 de Fevereiro de 1330, — 162.
Dum diligenter, de Clemente VI, de 15 de Maio de 1351, — 238.
Ea que pro bono pacis, de Adriano IV, de 15 de Junho de 1159, — 14.
Etsi nos, de Bento XII, de 16 de Junho de 1337, — 174.
Eximie deuocionis, de João XXIII, de 20 de Março de 1411, — 336.
Eximie deuotionis, de João XXIII, de 21 de Março de 1411, — 338.
Eximie deuotionis sinceritas, de Bonifácio IX, de 3 de Julho de 1403, — 307.
Eximie uestre deuotionis, de Bonifácio IX, de 13 de Setembro de 1401, — 276.
Gaudemus et exultamus, de Bento XII, de 30 de Abril de 1341, — 178.
Gaudemus et exultamus, de Bento XII, de 30 de Abril de 1341, — 187.
Gaudemus et exultamus, de Bento XII, de 30 de Abril de 1341, — 194.

Grauis et diuturna depressio, de Gregório IX, de 5 de Julho de 1237, — 62.
Incumbit nobis, de Celestino III, de 22 de Julho de 1196, — 31.
Intelecta ex uestris litteris, de Honório III, de 12 de Janeiro de 1218, — 52.
Inter alia que salutem, de Gregório IX, de 29 de Maio de 1240, — 76.
Ipsa nos cogit, de Gregório IX, de 14 de Outubro de 1229, — 59.
Ipsa nos cogit pietas, de Gregório X, de 6 de Agosto de 1274, — 83.
Justis petentium desideriis, de Adriano IV, de 12 de Junho de 1159, — 13.
Justis petentium desideriis, de Alexadre III, de 27 de Junho de [1168-69],—17.
Justis petentium desideriis, de Urbano III, de 28 de Janero de 1186-87, — 22.
Justis petentium desideriis, de Celestino III, de 8 de Agosto de 1196, — 32.
Justis petentium desideriis, de Inocêncio III, de 23 de Março de 1212, — 35.
Justis petentium desideriis, de Honório III, de 21 de Janeiro de 1217, — 41.
Justis petentium desideriis, de Honório III, de 10 de Fevereiro de 1217, — 43.
Licet in generali concilio, de Gregório X, de 12 de Novembro de 1275, — 86.
Magne deuotionis sinceritas, de Bonifácio IX, de 20 de Novembro de 1389, — 266.
Manifestis probatum est, de Alexandre III, de 23 de Maio de 1179, — 18.
Manifestis probatum est, de Clemente III, de 7 de Maio de 1190, — 26.
Manifestis probatum est, de Inocêncio III, de 16 de Abril de 1212, — 36.
Manifestis probatum est, de Honório III, de 11 de Janeiro de 1218, — 50.
Mente leta, de Bento XII, de 16 de Maio de 1341, — 199.
Meritis uestre deuotionis, de Alexandre IV, de 31 de Março de 1257, — 82.
Olim felicis recordationis, de João XXII, de 27 de Fevereiro de 1319, — 95.
Pater spirituum, de Inocêncio IV, de 25 de Outubro de 1246, — 80.
Petitio dilectorum filiorum, de Gregório X, de 1 de Agosto de 1275, — 85.
Prouenit ex tue, de Clemente VI, de 13 de Janeiro de 1345, — 228.
Prouenit ex tue, de Clemente VI, de 13 de Janeiro de 1345, — 230.
Quantis laboriosis, de Clemente VI, de 22 de Maio de 1345, — 236.
Quanto maiora, de Urbano III, de Janeiro de 1186-87, — 25.
Quoniam labentium temporum, de Honório III, de 30 de Janeiro de 1217, — 42.
Romana mater ecclesia, de Inocêncio VI, de 27 de Fevereiro de 1355, — 239.
Romanus pontifex, de Bento XIII, de 7 de Julho de 1404, — 309.
Si commoda uaria, de Bento XII, de 30 de Dezembro de 1336, — 173.
Significauit nobis, de Celestino III, de 27 de Maio de 1194, — 29.
Specialem nobilitati tue, de Gregório IX, de 25 de Novembro de 1239, — 68.
Specialem nobilitati tue, de Gregório IX, de 11 de Dezembro de 1239, — 73.
Te fili magister, de Inocêncio III, de 31 de Maio de 1216. — 39.
Tue deuotionis sinceritas, de Clemente VI, de 15 de Novembro de 1344, — 207.
Ut obsequium christianorum, de Honório III, de 13 de Junho de 1226, — 58.
Venientes ad presenciam, de João XXII, de 16 de Março de 1319, — 123.
Vestris piis postulationibus, de Honório III, de 18 de Janeiro de 1217, — 40.
Vinee Domini Sabahot, de Clemente VI, de 11 de Dezembro de 1344, — 215.

BURGOS, 349.
CABILONENSE (Diocese), Chalons sur Saone, 177.
CABO MONTE, 148 e 157.
CABO NAO, 244 e 245.
CABRAL (Alvaro Gil), alcaide da Guarda, 260, 261 e 274.
CABRAL (Luis Alvares), escudeiro de D. João I, 260, 261 e 274-75.
CABRAL (Pedro Alvares), descobridor do Brasil, 261.
CACELA, 62.

CADDEO (Rinaldo), 201.
CAHORS. — V. PERERIO (Fulconio).
CAIS (Porto de), 11.
CALADO (João), da casa de D. Filipa de Lencastre, 290.
CALATRAVA, 75, 76, 86, 95, 97, 104, 107, 109 e 113. Ordem de —. V. ORDEM MILITAR DE —. Regra de —, 104. Vila de —, 105.
CALATRAVENSES, 105 e 120.
CALDAS (José), 34.
CALDEIRA (Diogo), oficial da casa de D. João I, 286.
CALDEIRA (Gonçalo), escrivão da câmara de el-rei D. João I, 286 e 322.
CALISTO III (Papa), 105.
CALMETTE (Joseph), 181.
CALVINOS, 11.
CALVOS (Quinta de), 343.
CAMARA (Estêvão Martins da), escudeiro da casa de D. João I, 284.
CAMARA MUNICIPAL DO PORTO, 267, 278-79 e 319.
CAMO (João Eanes do), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
CAMPOS, 15.
CANALE (M. G.), 262.
CANARIAS (Ilhas), 181, 201-02, 205-07, 209, 214, 216, 228-31, 234, 237-38, 245-46, 262, 293-94, 296, 297, 299, 301-02, 309-10 e 312. Príncipe das —, 234.
CAÑETE, 165.
CANO (João Eanes do), da casa dos infantes filhos de D. João I, 291.
CANTO (Eugénio do), 201.
CAPAREL, monteiro da casa de D. João I, 288.
CAPRARIA, nome dado a uma das Ilhas Canárias por Plínio, 208 e 212.
CARANTON (Alfredo de), 9.
CARCERE TULIANO, 38.
CARDIGA, 15-16, 145 e 156-57.
CARNIDE, 162.
CARREIRA (Visconde da), 1, 66-69 e 72.
CARVALHO (Lourenço Pires de), 89 e 98.
CARVAO (Vasco), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
CARVAO (Vasco), da companhia dos infantes, filhos de D. João I, 291.
CASAL (Comendador do). — V. HOMEM (Fernão Nunes).
CASAL (Inês do), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
CASEVEL, termo de Santarém, 144, 147, 152 e 156.
CASTANHEIRA DE PÊRA, 314.
CASTELA, 2, 15, 22-23, 33-34, 52, 66, 90-95, 100, 111, 162-64, 169-70, 172-75, 178-82, 188-89, 196-97, 200, 209, 214, 216, 231-32, 234-35, 240, 245, 277-80, 304-08, 321-22, 332, 336 e 349-50. Regentes de —, 349. Rei de —, 22, 162, 169, 172, 214, 232, 234, 245 e 336. Reis de —, 80 e 336.
CASTELHANOS, 252.
CASTELO BRANCO, 44-45, 103, 105, 114, 144, 147, 152 e 306.
CASTELO BRANCO (Diogo de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
CASTELO BRANCO (Lopo Vasques de), escudeiro da casa de D. João I, 282.
CASTELO NOVO, 148 e 155-56.
CASTELO RODRIGO, 307 e 350.
CASTELO DE VIDE, 131.
CASTRO (D. Fernando de), dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.
CASTRO (D. João de), 343. Dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.

Copyrighted material

CASTRO MARIM, 97, 102-04, 106, 112-15, 119, 121, 129, 144, 152, 250-52 e 262-63. — Santa Maria do castelo de —, 97, 104 e 113.
CASTRO URDIALES (Ajuntamento de), 80.
CATALAES, 238.
CATARINA (D.), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
CAVALEIRO (Pedro), arcediago de Lisboa, 254-55.
CELESTINO III (Papa), 29-34 e 41-42.
CELESTINO V (Papa), 90-91 e 96.
CELONESA, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
CELORICO DA BEIRA, 64-65 e 343. Igreja de Santa Maria de —, 64-65.
CENORESA (Mãe de), da casa de D. Filipa de Lencastre, 290.
CENSIO,cardeal presbítero dos Santos João e Paulo, do título Pamaco, 37.
CERA, 7, 8, 10-14, 16-17 e 22-23.
CERAS, 8 e 10.
CERDA (Afonso de la), pai de Luís de Espanha ou de la Cerda, 209.
CERDA (Fernando de la), filho primogénito de Afonso X de Castela, 209.
CERDA (Luís de la) ou Luís de Espanha, conde de Clermont, almirante de França e príncipe da Fortuna, 10, 207, 209-10, 212, 214-16, 228-29, 231-34, 237 e 245.
CERNENT, nome dado por Plínio a uma das ilhas Canárias, 209 e 212.
CERVEIRA (Mem), escudeiro da casa de D. João I, 283.
CESAR (Vicente Anes), ouvidor, 127.
CEUTA, 321. Emir de —, 79.
CHARLES, comandante de galé genovesa ao serviço do rei de França, 246.
CHAVEIRO (Pedro), vassalo de D. João I, 311.
CHELBI (Abd Abdullah Ibn Wazir). — V. ABUR.
CHERBURGO, 206.
CHIL Y NARANJO (Gregório), 201.
CHIPRE, 170.
CIAMPI (Sebastiano), 201.
CIBRAIS (João), 329.
CIMA-COA, 306-07.
CINTIO, cardeal presbítero do título de Santa Cecília, 20.
CINTIO, cardeal presbítero do título de S. Lourenço «in Lucina», 27.
CIRIACO (Bispo de), 24.
CISTER, 1, 105, 115, 121 e 128.
CISTERCIENSES, 6, 76, 83, 86, 105-07, 120 e 177. Mosteiros —, 177. — V. ORDEM CISTERCIENSE.
CIUDAD RODRIGO, 306-309.
CLEMENTE III (Papa), 23, 26, 28, 50 e 61.
CLEMENTE V (Papa), 99, 101, 110-11, 129, 134, 136, 141 e 155.
CLEMENTE VI (Papa), 201, 207, 209-10, 213-17, 221, 225, 228-31, 233-38 e 245.
CLEMENTE VII (Antipapa), 263-64, 307 e 308.
CLERMONT (Conde de). — V. CERDA (Luís de la).
COGOMINHO (Fernando Gonçalves), 170.
COIMBRA, 2, 6-7, 11-12, 30-31, 34, 65, 88-89, 101, 109, 112, 117, 122-23, 126, 135, 139-40, 155, 172, 274, 305 e 317-19. Igreja de Santa Cruz de —, 81. Bispo de —, 2, 65, 135, 140 e 155. Estudo de —, 155.
COLEGIADA de Santo Estêvão de Lisboa, 258 e 259-60.
COLIM, mestre do relógio, jogral da casa de D. João I, 287.
COMENDADOR da Ordem de Santiago em Portugal, 52.
COMENDADOR de Palmela, da Ordem de Santiago da Espada, 45 e 46.

COMENDADORES da Ordem do Hospital, 166.
COMPOSTELA (Santiago de), 29, 46, 63, 67, 70-71, 90 e 95. Arcebispo de —, 29, 70, 90 e 95.
CONCILIO ECUMENICO (XII), 46, 48 e 55.
CONCILIO Geral de Pisa, 319 e 325.
CONCILIO Geral de Viena, 59-61, 68, 71, 77-78, 83, 99, 100-01, 111, 133, 134-36, 141, 185, 191, 193, 220, 224, 241 e 256.
CONCILIO (IV) de Latrão, 44 e 55.
CONSELHO de D. João I, 280.
CONSISTORIO público de 15 de Novembro de 1344 (Acta do —), 207 e 210.
CONSTANCIA, 348.
CONSTITUIÇOES de Cistér, 105.
CONVENTO de Cristo de Tomar. — V. TOMAR. 103, 167, 176 e 265.
CORBIZZI (Angelino del Tegghia de), marinheiro florentino, 201 e 202.
CORDOVA, 47, 49, 234 e 350.
CORNAGA, 148.
COROA PORTUGUESA, 7.
CORRÊA (Marquez de Jacome), 231.
CORREIA (Gonçalo), escudeiro de D. João I, 282.
CORREIA (Maria) da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
CORREIA (Paio), escudeiro da casa de D. João I, 282.
CORTES, 316 e 318.
CORTESÃO (Jaime), 88.
COSMEDIN» (Santa Maria «in), 20, 28 e 38.
COSTA (Fr. Bernardo da), 3, 5, 10, 12, 14 e 15.
COSTA (Jonas da), 87.
COSTA (José Pedro da), 231.
COTRIM (Alvaro), escudeiro da casa de D. João I, 284.
COTRIM (Rui), escudeiro da casa de D. João I, 284.
COURAÇA, ponte no termo de Alenquer, 314.
COURTOIS (G.), 24.
COUTINHO (Alvaro Gonçalves), dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.
COUTINHO (Gonçalo Vasques), marechal do reino, 304-05, 317, 335 e 339-43.
COUTINHO (Leonor Vasques), 313.
COUTINHO (Vasco Fernandes), dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.
COVILHÃ, 64 e 65. Igreja de S. Pedro da —, 64-65.
CRAON (Roberto de), grão-mestre da Ordem do Templo, 6.
CRATO (Vila do), 180.
CRISTANDADE, 23. Chefe da —, 2.
CRISTO (Jesus). — V. JESUS CRISTO.
CRUZ (António), 267 e 272.
CRUZ DE CRISTO, 129.
CRUZADA (Bula da), 183 e 186-87.
CUEVAS, 165.
CUNHA (Luís Vasques da), escudeiro da casa de D. João I, 283.
CUNHA (Maria da), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
CUNHA (Martim Vasques da), dos 20 grandes da casa de D. João I, 282.
CUNHA (D. Rodrigo da), 101 e 103.
CÚRIA pontificia, 102, 122 e 239.
CÚRIA Romana, 2, 21, 34 e 247.
CUSTÓDIA Franciscana de Lisboa, 102.

Copyrighted material

D. (Mestre), prior de Santa Maria de Alenquer, 64.
D'ALBON (Marquis), 3 e 6.
DAMASO» (S. Lourenço «in), 28.
DANTEZ (?) (Diogo Gil), escudeiro da casa de D. João I, 283.
DARTHMOUTH, 8.
DECRETAIS (Cadeira de), 155.
DEFINIÇOES e Estatvtos dos cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo, 177.
DELGADO (Gil), regueifeiro da casa de D. João I, 286.
DELGADO (Vasco Rodrigues), escudeiro da casa de D. João I, 282.
DESCOBRIMENTOS, 172.
DEUS, 3-6, 10, 15-16, 18-20, 22, 25-27, 32-37, 39, 40-44, 46, 49-53, 55, 58-62, 74, 76-77, 79-80, 82-89, 95, 99, 103-05, 109-14, 117-29, 131-43, 146-47, 149-51, 154, 160, 163-64, 167-69, 171, 173-79, 182-90, 194-99, 210, 213, 215, 217-18, 221, 226, 228, 230, 232-36, 238, 244, 248-50, 253, 257-58, 261, 266, 273-74, 295, 297, 300, 302, 307, 309-11, 314, 330, 336, 338-39, 347 e 349.
DIAS (Aires), 9.
DINIS (D.), rei de Portugal, 87-89, 95-103, 109, 112, 117, 119, 121-24, 126, 129, 131, 133, 135, 139-40, 142-43, 150, 155, 180-81, 188, 195, 208, 275, 317 e 347.
DINIS (P. António Joaquim Dias), 343.
DIOGO, criado do chanceler de D. Filipa de Lencastre, 270-71.
DIOGO, moço da capela de D. João I, criado de Antão Pires, 285.
DOCE. — V. EANES (Teresa).
DOMINGOS (Francisco), prior da igreja de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, 125.
DOMINGUES (Afonso), chantre de Lisboa, 126.
DOMINGUES (Aparício), sobre-juiz, ouvidor ordinário, 127.
DOMINGUES (Bartolomeu), ourives do Porto, 268.
DOMINGUES (Francisco), cónego de Braga, de Coimbra e de Silves, prior da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e chanceler de el-rei.
DOMINGUES (Francisco), clérigo da Ordem de Cristo, 151.
DOMINGUES (Francisco), fretador das naus, 160.
DOMINGUES (Gonçalo), 172.
DOMINGUES (Lourenço), cantor da capela de D. João I, 285.
DOMINGUES (Pero), porteiro-mor, ouvidor ordinário, 127.
DOMINGUES (Vasco), criado de Estêvão da Guarda, 162.
DOMINUS SABAHOT, 214-15 e 233.
DORNAS, 147 e 156.
DOURO (Rio), 8.
DUARTE (Infante D.), 172, 272, 281, 291, 313-14, 316-17, 322, 340, 342-43 e 347-48.
DULCERT (Angelino), cartógrafo, 206 e 246.
EANES. — V. ANES.
EANES (Afonso), tabelião de el-rei em Castelo Rodrigo, 307.
EANES (Bernardo), escrivão de justiças da casa de D. João I, 287.
EANES (Dinis), deão de Lisboa, 319.
EANES (Domingos), pregoeiro, 269.
EANES (Domingos), tabelião dos reinos de Portugal e do Algarve, 110, 118, 121, 126, 128 e 130-32.
EANES (Domingos), cónego do Porto, 126.
EANES (Domingos), guarda do infante D. Pedro, 160.
EANES (Giral), 150.
EANES (Gonçalo), tesoureiro do Mestre da Ordem de Cristo, 306.
EANES (Gonçalo), tabelião, 268.

EANES (Gonçalo), criado de Lourenço Martins, alcaide de Leiria, 268.
EANES (João), vereador do Porto, 268.
EANES (João), meirinho da casa de D. João I, 287 e 292.
EANES (Pedro), tabelião de el-rei D. Afonso IV, 169.
EANES (Pedro), escrivão de D. João I, 348.
EANES (Pero), escrivão da chancelaria de D. João I, 286.
EANES (Pero), escrivão da despesa da casa de D. João I, 286.
EANES (Rodrigo), 150.
EANES (Rodrigo), criado de Gonçalo Lourenço, 322.
EANES (Soeiro), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
EANES (Teresa), mulher de Francisco Domingues, dita Doce, 160.
EANES (Teresa), mulher de Diogo Mendes Monfalim, 161.
EANES (Vicente), criado do bispo do Porto, 268-69.
EGA, 31-32, 41, 43-44, 129, 144 e 147.
EIRAS (João Vasques das), 269.
ELGA (Rio), 16.
ELVAS, 58, 62, 148, 156 e 243. Cortes de —, 243.
EMBRONEA, nome de uma das ilhas Canárias, 209 e 212.
ENCARNAÇÃO (D. Tomás da), 3 e 33.
ERDMANN (Carl), 1, 2, 6-8, 12, 14, 17, 21-22, 26, 29-31, 33-34, 48-49, 51, 58, 78, 98, 100, 102, 171 e 180.
ESCADA DA PEDRA (Fernando Alvares da), 314.
ESCOCIA, 170, 294, 299 e 300.
ESPANHA, 6, 21, 29, 30, 38, 44-49, 51-54, 56, 60-62, 78, 82, 125, 171, 178, 199, 200 e 202. Mar de —, 332.
ESPANHA (Luís de). — V. CERDA (Luís de la).
ESPANHA ULTERIOR, 202.
ESPANHAS, 32-33, 55, 182, 188, 196, 218, 222, 226.
ESPERANÇA (Fr. Manuel da), cronista, 81, 101 e 320.
ESPERIDUM, nome de uma das ilhas Canárias, 209 e 212.
ESPIRITO SANTO, 3, 5, 10, 15 e 264.
ESTAÇO (Mestre), tio de João de Santarém, 284.
ESTAÇO (Mestre), físico da casa de D. João I, 286.
ESTATUTOS DA ORDEM DE CRISTO, 263.
ESTEVAINHA (D.ª), mãe de D. Maria, mulher e testamenteira de Gil Palão, 161.
ESTEVAO (D. Fr.), bispo de Lisboa, 101. Bispo do Porto, Custódio da Custódia Franciscana de Lisboa e confessor de el-rei D. Dinis, 102.
ESTEVAO, mestre-escola da igreja de Lisboa, 64.
ESTEVAO (Mestre), físico de el-rei D. Dinis, 127.
ESTEVENS (Afonso), advogado na corte de el-rei D. Dinis, 127.
ESTEVENS (Gil), 150.
ESTEVENS (Lourenço), 161.
ESTEVENS (Marcos), 162.
ESTEVENS (Pero), ouvidor ordinário, 127.
ESTEVENS (Vasco), prior da Moita, advogado na corte de el-rei D. Dinis, 127.
ESTEVES. — V. ESTEVENS.
ESTEVES (Afonso), 172.
ESTEVES (Afonso), mestre das galés, 258-60.
ESTEVES (Afonso), comprador dos infantes filhos de D. João I e jogral de sua casa, 287 e 291.
ESTEVES (Diogo), porteiro do corregedor da casa de D. João I, 287.

Copyrighted material

ESTEVES (Gonçalo), cantor da capela de D. João I, 284.
ESTEVES (Henrique), cónego de Coimbra, 132.
ESTREITO de Gibraltar, 169 e 179.
ESTREMADURA (Provincia da), 129 e 272-73. Comarca da —, 272.
ESTREMOS, 316.
EUBEL (Conradus), 63, 102, 246, 307 e 312.
EUDOXIO, 28.
EUGÉNIO III (Papa), 4.
EUGÉNIO IV (Papa), 105.
EUROPA, 6 e 98.
EUROPEUS, 245.
ÉVORA, 29, 45-46, 52, 54, 57, 76, 86, 104-05, 113, 120-21, 125-26, 148, 168-70, 179-81, 187, 195, 219, 221, 227, 239-43, 247-48, 250, 255, 257-58, 263, 272, 305, 316-17, 337, 342, e 348. Bispo de —, 29, 45-46, 52, 54, 57 e 76. Arcebispo de —, 86, 125-26, 169, 179-81, 187, 195, 219, 221, 227, 239-43, 247, 250, 255 e 257. Cortes de —, de 1408, 272. Convento de S. Francisco de —, 76.
ÉVORA (João de), contador da casa de D. João I, 286.
ÉVORA (Lourenço Esteves de), testemunha, 259.
FAISÃO (Pedro), notário de el-rei, 16.
FALIZ (Martinho), 9.
FARIA (Pedro de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
FARO, 321.
FEIO (Diogo), escudeiro da casa de D. João I, 284.
FELIX (João), cardeal presbítero, do título de Santa Susana, 28.
FERIOL (Domingos), 9.
FERNANDES (Afonso), deão, 126.
FERNANDES (Afonso), amo da infanta D. Maria, 160.
FERNANDES (Afonso), criado de Gonçalo Lourenço, 322.
FERNANDES (Catarina), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
FERNANDES (Diogo), escudeiro da casa de D. João I, 283.
FERNANDES (Frei João), capelão da casa de el-rei D. João I, 284.
FERNANDES (Lopo), nobre português, Senhor de Ferreira, 162-63, 179, 181, 187, 195 e 199.
FERNANDES (Lopo), cantor da capela de D. João I, 285.
FERNANDES (Lourenço), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
FERNANDES (Martim), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
FERNANDES (Nuno), escudeiro da casa de D. João I, 283.
FERNANDES (Pero), moço da capela de D. João I, 285.
FERNANDES (D. Sancha), mulher de D. Fernando, Infante de Serpa, 66.
FERNANDES (Sancha), mulher de João Vicente, barqueiro, 258-260.
FERNANDES (D. Vasco), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
FERNANDES (Vasco), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
FERNANDES (Velasco ou Vasco), 12.
FERNANDO (D.), rei de Portugal, 208, 244-48, 250-53, 261-62, 320 e 335.
FERNANDO (D.), filho de el-rei D. Henrique, 280.
FERNANDO (D.), filho do infante, 280 e 313.
FERNANDO (D.), Infante de Serpa, irmão de el-rei D. Afonso II, 61 e 66-75.
FERNANDO (D.), infante de Castela, tio de D. João II de Castela, 278, 349 e 351.
FERNANDO (D.) de Castela, 277-78.
FERNANDO (D.), Infante Santo, 281.
FERNANDO (Frei). — V. PORTUGAL (Frei Fernando de).

FERNANDO III, 58 e 62.
FERNANDO (Mestre), oficial da casa de D. João I, 286.
FERNANDO (Mestre), cirurgião da casa de D. João I, 293.
FERNANDO (Pedro), escudeiro de el-rei D. Sancho I, 16.
FERNANDO DE PORTUGAL (Frei). — V. PORTUGAL (Frei Fernando de).
FERREIRA de Aires, 148 e 157.
FERREIRA (Comenda de), 147.
FERREIRA (Igreja de), 156.
FERREIRA (J. A. Pinto), 272.
FERREIRA (Mons. José Augusto), 29 e 58.
FERREIRA (Senhor de), 163, 179, 181, 187 e 195.
FERRO (Ilha do), Canárias, 205.
FEZ (Rei de), 178.
FIGUEIREDO, 10 e 100.
FILIPA (D.) de Lencastre, 264, 271, 275-76, 280, 306-07, 314, 343 e 347.
FILIPE VI, rei de França, 209-10.
FILIPE O BELO, rei de França, 100.
FISICA (Cadeira de), da Universidade, 155.
FITERO (Abade Raimundo de), fundador da Ordem Militar de Calatrava, em Espanha, 105.
FLANDRES, 46, 99, 208, 328-29 e 331.
FLICHE (Augustin), 6.
FLORENÇA, 201-02.
FLORENTINOS, 211.
FLOREZ (P. Henrique), 52.
FOGAÇA (Fernão), escudeiro de D. João I, 282.
FOGAÇA (Lourenço João), cavaleiro, chanceler e embaixador a Roma, 254.
FOGAÇA (Martim), escrivão da casa de D. João I, 286.
FOIX (Conde de), 294.
FOLHADA, aldeia a par de Gouveia, 261.
FOLHADAL, 313 e 343.
FOLHADOSA, 343.
FONSECA (Faustino da), 231.
FONSECA (Gonçalo Anes da), escudeiro da casa de D. João I, criado de Gonçalo Anes, 284.
FONSECA (Lourenço Vasques da), escudeiro da casa de D. João I, 283.
FONSECA (Pedro Vasques da), escudeiro da casa de D. João I, 283.
FONTE ARCADA, 6, 144, 148 e 152.
FONTE LONGA, 148.
FONTES LONGAS, 157.
FORMOSA (Rua), no Porto, 272.
FORTUNA (Ilhas da) ou Canárias, 209, 229-30, 232, 234 e 238. — V. CANARIAS (Ilhas).
FORTUNA (Príncipe da). — V. CERDA (Luís de la).
FOYES (Tomas de), escudeiro da casa de el-rei D. João I, 284.
FRANÇA, 6, 78, 100, 170, 209, 246 e 332.
FRANÇA (Almirante de). — V. CERDA (Luís de la).
FRANCA (Lançarote da), almirante, 244-47, 250-52 e 262.
FRANCA (Lopo Afonso da), cavaleiro, vassalo de el-rei e almirante das galés, 262.
FRANCES, monteiro da casa de el-rei D. João I, 288.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 163, 181 e 314.

FREIRE (João), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
FREIRE (João), camareiro da casa de D. João I, 285.
FREIRE (Rui), pai de João Freire, 282.
FREITAS (Alvaro Gonçalves de), vedor da fazenda de D. João I, 322.
FREITAS (Fernão de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
FREITAS (João de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
FREIXEDA, 7 e 11.
FROIDEVAUX (H.), 23.
FRUTUOSO (João Martins), tabelião de Santarém, 127 e 132.
FUENTERRABIA, 332.
FUERTEVENTURA (Ilha de), Canárias, 205 e 245.
FULCHERIO (Ganfrido), 15.
FULHO (?) (Fernão), besteiro da câmara de D. João I, 287.
FUNCHAL, 7, 105 e 265-66. Ilha do —, 265.
FURTADO (Fernão), escudeiro da casa de D. João I, 284.
GABINETE de História da Cidade do Porto, 267, 277-79, 317 e 328-29.
GALEGO (Vasco Gonçalves), escudeiro da casa de D. João I, 284.
GALETA (Ilha), 209 e 212.
GALIZA, 34, 49, 234 e 332.
GAMBOA (João de), jogral da casa de D. João I, 287.
GAMELIM (João), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
GAMS, 246.
GUANCHOS, 252.
GARDA, V. GUARDA.
GARCIA (João), tabelião de D. João I no Porto, 267-271.
GARRIGO (Pero Eanes), contador da casa de D. João I, 286.
GAUDINAS (Pedro), 12.
GAZTAMBIDE (J. Goñi), 162.
GEEN. — V. JAEN.
GEILA (Estêvão), 161.
GENEBRA, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
GÊNOVA, 99, 170, 179, 208, 210 e 262. Arcebispo de —, 80.
GERALDES. — V. GIRALDES.
GERALDO (D.), bispo de Évora, 125 e 131.
GERALDO (Mestre), físico de el-rei D. Dinis, 127.
GHARB (Algarve), 48, 76 e 78. — V. ALGARVE.
GIANIS (Gherardinus), 202.
GIBRALTAR, 169, 178 e 180.
GIENII. — V. JAEN.
GIL (Diogo), escudeiro de D. João I, filho de Gil Eanes, 282.
GIL (Fernão), escudeiro do chanceler Francisco Domingues, 133.
GIL (João), escudeiro, 132 e 150.
GIL (João), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
GIL (Lourenço), almoxarife de D. João I em Faro, 321.
GIL (D. Martim), bispo de Silves, 305.
GIL (Martim),ouvidor ordinário, 127.
GIL (Vasco), licenciado, oficial da Relação de D. João I, 285.
GIL (Vicente), escrivão da chancelaria régia, 133.
GILBERTO (D.), bispo de Lisboa, 4, 5, 7-9, 12 e 39.
GIRALDES (Gonçalo), meirinho da casa de D. João I, 287.
GODINHO (Estêvão Pires), escudeiro da casa de D. João I, 283.

GODINHO (Vitorino Magalhães), 201 e 231.
GÓIS (Martim Vasques de), escudeiro de D. João I, 282.
GÓIS (Nuno Álvares de), escudeiro de D. João I, 282.
GOMEIRA (Ilha da), nas Canárias, 205, 209, 244-46, 250-52 e 262.
GOMES (Afonso), escudeiro da casa de D. João I, criado de João Gomes, 284.
GOMES (Bartolomeu), monteiro da casa de D. João I, 288.
GOMES (João), patrão de Estêvão Anes, 283.
GOMES (João), patrão de João de Oliveira e de Afonso Gomes, 284.
GOMES (Sancho), 66.
GOMIDE (Gonçalo Lourenço de), escrivão da puridade de D. João I, 320.
GONÇALO, escudeiro da Cúria Régia, 11.
GONÇALO (D.), bispo de Évora, 126.
GONÇALO (D.), arcebispo de Braga, 171, 187, 197 e 222.
GONÇALO (D.), bispo de Viseu, 16.
GONÇALO (Mestre), oficial da casa de D. João I, 286.
GONÇALVES (Afonso), escudeiro da casa de D. João I, 284.
GONÇALVES (Afonso), bordador da casa de D. João I, 286.
GONÇALVES (Álvaro), escrivão de D. João I, 261, 275 e 277-79.
GONÇALVES (Álvaro), escrivão da câmara de D. João I, 286.
GONÇALVES (Álvaro), chanceler da Relação de D. João I, 285.
GONÇALVES (Álvaro), escudeiro de el-rei D. João I, 335.
GONÇALVES (Álvaro), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 286.
GONÇALVES (Álvaro), prior da Ordem Militar do Hospital, 235-36 e 277.
GONÇALVES (Beatriz ou Brites), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
GONÇALVES (Beatriz ou Brites), covilheira da casa da D. Filipa de Lencastre, 290.
GONÇALVES (Estêvão), raçoeiro da igreja de S. Estêvão de Santarém, 162.
GONÇALVES (Estêvão), escrivão do Infante D. Fernando de Castela, 277.
GONÇALVES (Fernão), escrivão do Mestre da Cavalaria da Oredem de Cristo, D. Gil Martins, 131.
GONÇALVES (Fernão), oficial da Relação de D. João I, 285 e 311.
GONÇALVES (Gil), tabelião de el-rei em Lisboa, 260.
GONÇALVES (Gonçalo), 9.
GONÇALVES (D. Gonçalo), bispo de Lamego, 307.
GONÇALVES (Gonçalo), procurador do concelho do Porto, 268-71.
GONÇALVES (João), escudeiro da casa de D. João I, sobrinho do arcebispo, 284.
GONÇALVES (João), escrivão de D. João I, 334.
GONÇALVES (João), dispenseiro da casa de D. João I, 286.
GONÇALVES (João), porteiro dos infantes, filhos de D. João I, 287.
GONÇALVES (Leonor), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
GONÇALVES (Lourenço), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
GONÇALVES (Lourenço), bordador da casa de D. João I, 286.
GONÇALVES (Fr. Martim), Mestre da Ordem Militar de Cristo, 76, 167 e 169.
GONÇALVES (Martim), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
GONÇALVES (Martim), 12.
GONÇALVES (Mécia), ama, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
GONÇALVES (Mem), 132.
GONÇALVES (Pedro), 9.
GONÇALVES (Pero), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
GONÇALVES (Pero), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
GONÇALVES (Ruy), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
GONÇALVES (Vasco), escudeiro e escrivão da casa de D. João I, 284.

GONÇALVES (Vasco), vedor do infante D. Duarte, 286.
GONÇALVES (Vasco), besteiro da câmara de D. João I, 287.
GONÇALVES (Vasco), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
GONÇALVES (Vasco), caçador de el-rei D. João I, 293.
GONDIM, termo de Lamego, 339-40 e 342.
GORDON, 350.
GORGODES nome de uma das ilhas Canárias, 209 e 212.
GORIÇA (Beatriz ou Brites Afonso), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
GOUVEIA, 261.
GRA-BRETANHA, 8.
GRA-CANARIA, 205, 208, 212 e 238.
GRACIANO, cardeal diácono dos Santos Cosme e Damião, 20 e 28.
GRACIOSA, ilha do arquipélago das Canárias, 205.
GRAMATICA (Cadeira de) da Universidade, 155.
GRANADA, 99, 133-34, 136, 140-41, 166-67, 172, 178, 183-84, 186-87, 189, 191-92, 197, 247-48, 253 e 255-56.
GREGORIO, cardeal diácono de Santa Maria «in Aquiro», 28.
GREGORIO, cardeal diácono de Santa Maria «in Porticu», 28.
GREGORIO VII (Papa), 24.
GREGORIO VIII (Papa), 105.
GREGORIO IX (Papa), 23-24, 59, 60-77 e 168.
GREGORIO X (Papa), 83-86.
GREGORIO XI (Papa), 247-48, 252-53 e 257-58.
GREGORIO XII (Papa), 319-20.
GREGORIO de Santo Angelo, cardeal diácono, legado da Sé Apostólica em Espanha, 29.
GUALA, cardeal presbítero de S. Martinho, do título «Aquitii», 38.
GUALTER Burgundiense, 4.
GUALTER Flandrense, 9.
GUALTER Hastingiense, 9.
GUARDA, 7, 62-65, 67, 126, 160, 167-68, 261 e 313. Bispo da —, 62, 64-65 e 126-27.
GUARDA (Estêvão da), secretário régio, 126-27, 150 e 162.
GUARDAO (Couto do), 320-21 e 343.
GUEDELHA (Afonso), 127.
GUIDO, bispo Prenestino, 37.
GUIDO, cardeal diácono de S. Nicolau «in Carcere Tulliano», 38.
GUILHERME, arcebispo de Braga, 239.
GUILHERME, conde holandês e condestável dos cruzados estrangeiros no assédio de Alcácer do Sal, 48 e 54.
GUILHERME (Mestre), boticário de el-rei D. João I, 286.
GUIMARAES, 4, 132 e 263.
GUINÉ, 105.
GULFAR (Terra de), 343.
HARBEITO, cónego da sé de Lisboa, 9.
HARDALES, 165.
HEFELE (Charles-Joseph) — LECLERCQ (Dom H.), 46, 56, 185 e 319.
HENNIG, 202.
HENRIQUE, bispo de Albânia, 20.
HENRIQUE, monteiro da casa de el-rei D. João I, 288.
HENRIQUE (D.), conde Portucalense, 10.
HENRIQUE II (D.), rei de Castela e de Leão, 280.

HENRIQUE (Infante D.), filho de el-rei D. João I de Portugal, 7, 100, 172, 181, 209 e 313. Nascimento do —, 271. Casa onde nasceu o —, 267 e 271-72. Recibos de despesas feitas pelo município da cidade do Porto com as matinadas na ocasião do baptizado do —, 267-271. Padrinho de baptismo do —, 271. Aio do —, 313-14 e 348. Vai a Inglaterra, 311. Montagem da casa do —, 316-19. Organização do património do —, 321-22, 335-36 e 339-42. Carta de património do —, 342-48. Administrador da Ordem Militar de Cristo, 105. Reformador dos Estatutos da Ordem Militar de Cristo, 105. Escudeiro e vedor do —, 261. Outro pessoal seu, 280 e 291-92. Testamento do —, 105.
HENRIQUES (D. Afonso), rei de Portugal. Presta vassalagem à Santa Sé, coloca o reino sob sua protecção e de S. Pedro e compromete-se a pagar àquela o censo anual de 4 onças de ouro, 1-2. Doa à Ordem do Templo o eclesiástico de Santarém, 3-4. Doa aos Templários o castelo e termo de Cera, na região de Tomar, 10-12. Confirma à Ordem do Templo a doação anteriormente feita do castelo de Tomar e doa-lhe os do Zêzere, da Cardiga etc., 15-16. O papa Alexandre III reconhece-lhe o título de rei, 18-21 e 22-23.
HERCULANO (Alexandre), 1, 8, 21, 34, 48-49, 58, 62-63, 66-67, 73, 76-77 e 78.
HEREFORD, 140.
HERGENROETHER, 210.
HISPALENSE, 310 e 312.
HOEFER, 209.
HOLANDA, 48 e 54.
HOMEM (Fernão Nunes), Comendador do Casal, da Ordem de Avis, 334.
HOMEM (D. João), bispo de Viseu e padrinho de baptismo do infante D. Henrique, 271.
HOMEM (Lopo Fernandes), filho de Fernão Nunes Homem, 334.
HONÓRIO III (Papa), 23, 38-46, 48-52, 54-58.
HOROY, 39, 42, 45 e 50.
HOSPITAL (Ordem do) de S. João de Jerusalém. — V. ORDEM MILITAR DO HOSPITAL.
HOSPITALÁRIOS, 184.
HUBALDO, bispo de Óstia, 20.
HUGO, bispo Ostiense e Veletrense, 37..
HUGO, cardeal presbítero, do título de S. Clemente, 20.
HUICI MIRANDA (Ambrosio), 34, 49, 81 e 182.
HUMBERTO II (Delfim), 210.
IBN KALDUN, cronista árabe, 179.
IDANHA, 7, 16, 63 e 129.
IDANHA-A-NOVA, 130, 148 e 157.
IDANHA-A-VELHA, 129-30, 148, 156-57.
IGREJA DE AFRICA, 23.
ILHAS ADJACENTES, 7 e 105.
IMPÉRIO ALMOHADA, 48, 62 e 81.
IMPÉRIO ROMANO, 23.
INÊS (D.), filha do Mestre de Santiago, 323-24.
INGLATERRA, 170, 210, 311 e 332.
INGRES (João), porteiro da câmara de el-rei D. João I, 286.
INOCÊNCIO II (Papa), 1, 2 e 21.
INOCÊNCIO III (Papa), 23-24, 35-39, 42-43, 46-47, 61, 105 e 181.
INOCÊNCIO IV (Papa), 24, 78-79 e 81.
INOCÊNCIO VI (Papa), 239.
IRCHENFIELD (Barão de), 323.

Copyrighted material

IRLANDA, 331-32.
ISLÃO, 180.
JACINTO, cardeal diácono de Santa Maria «in Cosmidin», 20 e 28.
JACINTO (Cardeal), Legado Apostólico à Península Hispânica, depois Papa Celestino III, 21 e 29.
JACOB, 9.
JADIN (L.), 170.
JAIME DE ARAGÃO, 62.
JAEN, 47, 49 e 234.
JANIM, criado de Tradono, 270-71.
JAVIERRE MUR (D. Aurea L.), 105.
JEREZ DE LA FRONTERA, 178.
JERUSALÉM, 3-5, 20, 32-34, 37, 46, 59, 81, 85, 99, 108, 111 e 117.
JERVAS, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
JESUS (Fr. Rafael de), 180.
JESUS CRISTO, 1, 4-5, 11, 18, 20, 25-27, 29, 30, 33, 35-37, 50-51, 57, 61, 70-71, 77, 80-81, 84, 96, 100-04, 106-08, 110-21, 124-29, 131-36, 139, 140-41, 143, 150-51, 160, 162, 166, 173, 175, 178-79, 182, 187-88, 195-96, 199, 200, 209, 217, 222, 226, 229, 230, 232, 234, 237, 239, 248, 253, 257, 276, 294, 297, 300, 302, 307, 309-10, 336, 338 e 351.
JOANA I, rainha da Sicília, 210.
JOANA (D.), filha do Mestre(?), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
JOANES (Martim), 12.
JOÃO, bispo de Sabina, 37.
JOÃO, cardeal diácono de Santo Ângelo, 20.
JOÃO, cardeal presbítero do título de Santa Anastásia, 20.
JOÃO, cardeal do título de S. Clemente, bispo Tuscanense, 28.
JOÃO, cardeal diácono de Santa Maria «in Cosmidin», chanceler da Santa Igreja, 38.
JOÃO, cardeal diácono de Santa Maria «in Via Lata», 38.
JOÃO, cardeal diácono dos Santos Cosme e Damião, 38.
JOÃO, cardeal presbítero dos Santos João e Paulo, «tituli Pamachii», 20.
JOÃO, cardeal presbítero, do título de S. Marcos, 20.
JOÃO, cardeal diácono de S. Teodoro, 28.
JOÃO (Mestre), sapateiro, monteiro da casa de D. João I, 288.
JOÃO (D.), infante, filho de el-rei D. João I, 291.
JOÃO I (D.), rei de Portugal, 172, 180, 260-62, 264-65, 271-80, 305-07, 311, 313-14, 320-21, 323-26, 328-30, 334-36, 338-39, 342-43 e 347-48.
JOÃO II (D.), rei de Castela, 349 e 351.
JOÃO III (D.), rei de Portugal, 265-66.
JOÃO (D.), bispo de Siguença, 350.
JOÃO (D.), arcebispo de Braga, 2, 4, 12, 16, 95 e 138.
JOÃO (D.), arcebispo de Santiago de Compostela, 71.
JOÃO (D.), arcebispo de Lisboa, 317.
JOÃO (D.), bispo de Coimbra, 2.
JOÃO (D.), bispo de Évora, 239.
JOÃO (D.), bispo de Viseu, 221 e 239.
JOÃO, filho de Afonso de Espanha, 125.
JOÃO, filho de Afonso Guedelha, 127.
JOÃO (Fr.), prior dos dominicanos de Lisboa, 127.
JOÃO (Fr.), confessor de el-rei D. Dinis, 131.
JOÃO, prior de Santa Cruz de Coimbra, 31.

JOÃO XXII (Papa), 78, 88-91, 95, 97-99, 103, 105, 109-11, 117, 119, 121-24, 127, 129, 131-33, 135, 140, 143, 162, 166 e 170.
JOÃO XXIII (Antipapa), 336 e 338.
JOÃO (Domingos), notário de el-rei D. Dinis, 90, 110 e 125.
JOÃO (Jacob), notário de el-rei D. Dinis, 88.
JOÃO (Mestre), deão da Sé de Lisboa, 63-66. (D.) —, bispo de Lisboa, 66.
JOAQUIM, monteiro da casa de el-rei D. João I, 288.
JOAQUIM, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
JORDÃO, 89, 98 e 123.
JUÇA, latoeiro, 268.
JULGADO, termo de Lamego, 339-40 e 342.
JULIEN (André), 62.
JUNCAL, 161.
JUNONIA, nome de uma das ilhas Canárias, 208 e 212.
LABORANS, cardeal diácono de Santa Maria «in Porticu», 20.
LAFÕES, 16, 339-40 e 343.
LAFUENTE (D. Modesto), 169 e 182.
LAGEAS (Aldeia das) em terra de Seia, 339-43.
LALIM, 343.
LAMEGO, 12, 57, 126, 160, 266, 306-09, 339-40 e 342.
LANÇAROTE, ilha do arquipélago das Canárias, 205, 208-09, 245, 252, 262-63, 293-94, 297, 299, 302, 309 e 310.
LANÇAROTE (Doutor), secretário da Relação de el-rei D. João I, 285 e 320.
LANGHANS (Franz Paulo de Almeida), 2.
LANGOS (Maria de), mulher de Afonso Esteves, mestre das galés, 258-60.
LARA (D. Fernando de), sogro do infante D. Fernando, de Serpa, 66.
LARDOSA, 148 e 157.
LAREDO (Ajuntamento de), 80.
LA ROCHELA, 294.
LA RONCIÈRE (Charles de), 209.
LA SALE (Gadifer de), 294, 297, 299 e 302.
LATRÃO, 21, 28, 31-32, 34-35, 38, 41-46, 51, 53, 55-57, 59, 67, 69, 72-73, 75-76, 78 e 83.
LATRIE (L. de Mas.), 24.
LAVRADIO, no Ribatejo, 258-60.
LAZARUS, 265.
LEÃO, 80.
LEÃO, cardeal presbítero, do título de Santa Cruz de Jerusalém, 37.
LEÃO (Duarte Nunes de), 170 e 350.
LEÃO (Reino de), 47, 90, 91-95, 182, 188, 196, e 305-306. Rei de — 32-34, 49, 52, 54, 56, 66 e 234.
LEBRIJA, 178.
LECLERCQ (Dom H.). — V. HEFELE (Charles Joseph) — LECLERCQ (Dom H.). Rei de —, 32-34 49, 52, 54, 56, 66 e 234.
LEIRIA, 144, 147 e 268.
LEIRIA (Fernão Vasques de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
LEIRIA (João de), 258.
LEIS (Cadeira de) da Universidade, 155.
LEIS (Mestre Vicente das), 160 e 172.
LEITÃO (Estêvão), escudeiro de el-rei D. João I, 282 e 323.
LEITÃO (João Gonçalves), ouvidor ordinário, 127.
LEITÃO (Martim Vasques), escudeiro da casa de D. João I, 283.

LEITOA (Inês), 320-21.
LEONARDES (João), boticário da casa de D. João I, 286.
LEONOR (D.), mulher de D. Duarte, filho de D. João I, 323 e 326-28.
LESQUEN, 98 e 119.
LE VERRIER (Jean), 309.
LINHARES DA BEIRA, 343.
LISBOA, 3-5, 7-10, 12, 14, 29, 38-40, 42-43, 45-46, 52, 54, 63-64, 66-67, 75, 82, 88-90, 101-03, 106-07, 110, 115, 118, 120-21, 123-27, 133, 135, 139, 142-44, 147, 150-52, 157, 160 162, 170, 201-02, 204, 231, 248, 254, 258-60, 266, 274-75, 292, 306, 311, 317-19, 322, 329, 333-34, 337 e 350. Igreja de S. Vicente de —, 63-64. Bispo de —, 3-5, 7-10, 14, 29 e 38-40, 42-43, 45-46, 52 e 54. Arcebispo de—, 82. Bispo e concelho de—, 81.
LISBOA, jogral da casa de el-rei D. João I, 287.
LISBOA (Fr. António de), 89 e 98.
LISBOA (João de), escrivão da casa de el-rei D. João I, 286.
LISBOA (João de), escrivão dos feitos, monteiro da casa de D. João I, 288.
LOBATO (Pedro Eanes), 314.
LOBO (António de Sousa Silva Costa), 318.
LOBOS, ilha do arquipélago das Canárias, 205.
LOGICA (Cadeira de), da Universidade, 155.
LONGJUMEAU (André de), 80.
LONGROIVA, 105, 114, 147 e 157.
LOPES (Fernão), cronista, 261, 271, 277, 280-81, 304, 314, 321 e 350.
LOPES (Fr. Fernando), notário apostólico, 265.
LOPEZ (P. Atanásio), 79 e 312.
LOULÉ, 324.
LOURENÇO (Gomes), advogado na corte de el-rei D. Dinis, 127.
LOURENÇO (Gomes), 161.
LOURENÇO (Gomes), copeiro da casa de el-rei D. João I, 286.
LOURENÇO DE GOMIDE (Gonçalo), escrivão da puridade de D. João I, 285, 319-22.
LOURENÇO (Jaime), corregedor da comarca da Estremadura, 273.
LOURENÇO (D. João), mestre da Ordem de Cristo, 150-51.
LOURENÇO (João), capelão-mor de el-rei D. João I, 284.
LOURENÇO (Mécia), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
LOURENÇO (Mícia), coviIheira da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
LOURENÇO DE MONSARAZ (João), 88-89, 101, 109, 112, 117 e 122-25.
LOURENÇO (Paio), aposentador da casa de el-rei D. João I, 286.
LOURENÇO (Pero), tabelião de el-rei em Castelo Branco, 306.
LOURENÇO (Pero), porteiro da câmara de el-rei D. João I, 286.
LOURENÇO (Rui), licenciado em Decretos, 274.
LOURENÇO (Vasco), tabelião, 171.
LOUSÃ, 149.
LÚCIO II (Papa), 1, 25 e 29.
LUGARES SANTOS, 6, 52 e 170.
LUIS (D.), dos 20 grandes da casa de el-rei D. João I, 281.
LUIS DE ESPANHA, Príncipe da Fortuna, conde de Clermont e almirante de França, 207, 209-10, 212, 214-16, 228-34, 237 e 245.
LUZ, 37.
LYON. Cidade francesa de, 60, 79, 84-86. Concílio de —, 85-86.
MACEDO (Joaquim José da Costa), 201 e 231.
MADEIRA (Arquipélago da), 209.
MADRID, 1.

MAESTRE (Estêvão), homem de el-rei, 171.
MAFALDA (D.), mulher de el-rei D. Afonso Henriques, 3, 4 e 7.
MAGHREB, 24.
MAHOMED (Profeta), 185, 191 e 256.
MAHOMED IV, sultão de Granada, 178.
MAIORCA. — V. MALHORCA.
MAIORCAS, 100 e 111.
MALHA (João), filho de Vasco Malha, 269-70.
MALHA (Vasco), da cidade do Porto, 269.
MALHORCA ou MAIORCA (Bispo e concelho de), 80.
MALHORCAS. — V. MAIORCAS.
MALIBRAN (Juán), 201.
MALOCELLO (Lançarote), 181, 202, 206, 208, 244-47, 250, 252 e 262.
MALOCELLO (Lanzarotto), — V. MALOCELLO (Lançarote).
MALOISEL, 246.
MANFROY, comandante de galé genovesa ao serviço do rei de França em 1338, 246.
MANSI, 1.
MANTEIGAS, 261 e 274-75.
MANUEL (Mestre), físico da casa de el-rei D. João I, 286.
MARCUS, 265.
MARIA (D.), mulher de Gil Paião, 161.
MARIANA (Padre), 182.
MARMELEIRO, 147 e 157.
MARQUES (João Martins da Silva), 60, 88, 99, 164, 178, 181, 201, 206, 208, 217, 221, 231, 239, 243, 245, 247, 251, 253 e 262.
MARQUES (Mendo), 148.
MARRAQUECHE (Bispo de), 79 e 80.
MARROCOS, 24, 33-34, 48-49, 62, 99, 165, 169, 172, 178, 180, 187, 200, 221, e 247. Bispos de —, 79-80. Diocese de —, 81. Mártires de —, 81. Rei de —, 24, 169, 200 e 247.
MARROQUINOS (Rei dos), 81.
MARSELHA, 310 e 312. — Bispo de, 80.
MARTIM LONGO (Aldeia de), no Algarve, 251-52 e 262-63.
MARTINHO, abade do mosteiro de Alcobaça. — V. ALCOBAÇA.
MARTINHO (D.), rei de Aragão, 322-23 e 326-28.
MARTINHO (D.), bispo de Évora, 179, 181, 187, 195, 221, 250, 255 e 257-58.
MARTINHO (D.), bispo da Guarda, 126.
MARTINHO (D.), bispo de Silves, 248.
MARTINHO (D.), bispo de Viseu, 126.
MARTINHO (D. Fr.), prior do mosteiro de Alcobaça, 128.
MARTINHO (Gonçalo), escolástico de Lisboa, 170.
MARTINHO (João), escudeiro da casa de el-rei D. João I, 284.
MARTINHO V (Papa), 105.
MARTINS (Afonso), vice-chanceler de el-rei D. Dinis, 131.
MARTINS (Afonso), prior de Veiros, 258.
MARTINS (Aldonça), mulher de Vicente Pires, mercador de Lisboa, 160.
MARTINS (Antão), cónego de Lisboa, 126.
MARTINS (Beatriz ou Brites), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
MARTINS (Domingos), tabelião público da cidade de Lisboa, 162.
MARTINS (Estêvão), cónego de Viseu, 126.
MARTINS (Estêvão), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.

MARTINS (Gil), proprietário no termo de Almada, 161.
MARTINS (D. Gil), primeiro Mestre da Ordem Militar de Cristo, 97, 103-05, 110, 113, 118-19, 121, 126-29, 132, 142-43.
MARTINS (Dr. Gil), ouvidor da Relação de el-rei D. João I, 285 e 350.
MARTINS (Gomes), 150.
MARTINS (Gomes), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
MARTINS (Gonçalo), vereador da cidade do Porto, 268.
MARTINS (Gonçalo), reposteiro do infante D. Duarte, monteiro da casa de el-rei D. João I, 288.
MARTINS (João), tabelião de Santarém, 127 e 132. — V. FRUTUOSO (João Martins).
MARTINS (João), tabelião, 314.
MARTINS (João), cozinheiro e jogral da casa de D. João I, 287.
MARTINS (João), trombeta da casa de el-rei D. João I, 287.
MARTINS (Lourenço), alcaide de Leiria, 268.
MARTINS (Lourenço), tabelião geral de el-rei D. Dinis, 143, 149-51 e 159-60.
MARTINS (Lourenço), contador de el-rei D. João I, 341.
MARTINS (Margarida), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
MARTINS (Margarida), covilheira da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
MARTINS (Martim), pregoeiro, 269.
MARTINS (Pedro), cónego de Coimbra. — V. PERES (Pedro).
MARTINS (Vasco), escrivão da puridade da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
MARTIRES DE MARROCOS, 81.
MARTONIENSE (Hugo). — V. MARTONIO (Hugo de).
MARTONIO (Hugo de), Mestre ou Procurador dos Templários em Portugal, 4 e 7.
MASCARENHAS (Álvaro Fernandes), escudeiro da casa de D. João I, 283.
MASCARENHAS (Fernão Martins de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
MASSILIIA. — V. MARSELHA.
MATANÇA (Terra de), 343.
MATEUS, cardeal diácono de Santa Maria Nova, 20.
MATEUS, cardeal presbítero, do título de S. Marcelo, 20.
MAURITÂNIA, 117.
MEDA, 148 e 157.
MEDICI (Bernardo), secretário de D. Martinho, rei de Aragão, 328.
MEDINA SIDONIA, 178.
MEDITERRANEO (Mar), 98 e 209.
MEIRA (Álvaro de), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
MELAMPO (Angelo), 231.
MELO (Martim Afonso de), 350.
MENDES (Afonso), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
MENDES (Álvaro), procurador na Relação de D. João I, 285.
MENDES (João), corregedor da Relação de D. João I, 285.
MENDO, 4.
MENDO (D.), bispo de Lamego, 12.
MENELAU, tesoureiro da sé de Lisboa, 9.
MERÊA (Paulo), 21.
MELO (D. Beatriz ou Brites de), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
MELO (Estêvão Soares de), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
MELO (Martim Afonso de), guarda-mor do Dr. Martim do Sem, 319.
MELO (Rodrigo Afonso de), dos 20 grandes da casa de D. João I, 282.
MERTOLA, 62.
MESNAGE (P. J.), 224.

MESQUINHATA, termo de Lamego, 339-40 e 342.
MESTRADO DE AVIS, 265.
MESTRE DE AVIS, 83, 119, 121, 160, 257-58, 265, 280, 314 e 317. D. João I —, 261 e 314.
MESTRE de Calatrava, 54, 75-76, 105, 263 e 264. — da Ordem de Calatrava, 83 e 86.
MESTRE de Castela da Ordem Militar de Santiago, 91.
MESTRE da Cavalaria da Ordem de Cristo, 273 e 304. — de Cristo, 272 e 280. — da Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, 117-19, 129, 131 e 243. — da Ordem de Cristo, 76, 121, 127, 129, 142, 167-69, 272-73 e 304.
MESTRE do Convento de Rodes, 166.
MESTRE das Galés, 258-60.
MESTRE GERAL da Ordem Militar de Santiago, 90-91.
MESTRE da Ordem do Templo, 12, 14, 16-17, 22, 25, 31-32, 38, 40-43, 54, 59 e 82. — em Espanha, 51, 52, 54 e 59.
MESTRE Provincial da Ordem Militar de Santiago, 90 e 95.
MESTRE Provincial da Ordem do Templo, 7.
MESTRE dos Templários em Portugal, 4 e 7.
MESTRE de Santiago, 54, 317 e 323. — de Castela, 91.
MESTRES do Hospital, 54, 100, 111, 192, 235-36.
MESTRES das Ordens Militares, 54.
MÉXICO, 245.
MIGUÉIS (Gonçalo), tesoureiro de Lamego, 126.
MIGUÉIS (Martim), porteiro dos contos de D. João I, 287.
MIGUEL (Ramiro), cónego da Guarda, 126.
MILÃO, 87 e 201.
MINHO (Rio), 332.
MOEDEIROS, 272.
MOGADOURO, 147 e 155. Igreja de —, 144.
MOHAMMED IV, sultão de Granada, 169.
MOIMENTA, junto de Gouveia, 261.
MOISÉS, subdiácono da Santa Igreja Romana, 28.
MOLLAT (G.), 98, 101, 119, 133, 135, 140 e 264.
MOLLIN (Condado de), 234.
MONÇÃO, 304.
MONDEGO (Rio), 11.
MONFALIM (Diogo Mendes), proprietário no termo de Almada, 161.
MONIZ (Diogo), 9.
MONIZ (Mendo), 4.
MONIZ (P.), prior de Santiago de Alenquer, 64.
MONIZ (Rodrigo), 12.
MONPILHER. — V. MONTPELLIER.
MONSANTO, 16.
MONSARAZ (João Lourenço de). — V. LOURENÇO DE MONSARAZ (João).
MONTALVÃO, 103, 144 e 152.
MONTE DE ALOYOS, no termo de Alenquer, 314.
MONTE CORDOVA. — V. PIRES (Vicente).
MONTEMOR-O-NOVO, 324 e 278-79. Castelo de —, 234.
MONTESA (Ordem Militar de) — V. ORDEM MILITAR DE MONTESA.
MONTPELLIER, 24.
MONZÓN, 6.
MOREAU, 70 e 73-74.

MORIMUNDO (Abade de), 264.
MOURA, 62.
MOURA (Alvaro Gonçalves de), cavaleiro da diocese de Evora, 248.
MOURA (Beatriz ou Brites de), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
MOURA (Isabel Fernandes de), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
MOURA (Lopo Alvares de), dos 20 grandes da casa de el-rei D. João I, 282.
MOXAGATA, 148 e 157.
MUR, 327.
MURCIA, 234.
MURTA (Mosteiro de), 11.
MUSEU Regional de Lamego, 307.
MUSICA (Cadeira de) da Universidade, 155.
MUSSULMANOS, 21.
NAPOLES, 170 e 294.
NARBONA (Arcebispo e concelho de), 80.
NATAL, 152, 155, 254 e 257.
NAVARRA, 33, 49, 52 e 294. Reis de —, 80.
NAVAS DE TOLOSA, 180.
NICOLAU, 9.
NICOLAU, bispo Tusculano, 37.
NICOLAU (Mestre), cónego da sé de Lisboa, 75.
NICOLAU IV (Papa), 90-96.
NINGARIA, nome de uma das ilhas Canárias, 208 e 212.
NISA, 103, 144, 147 e 152.
NOGUEIRA (Alvaro Afonso), cavaleiro, embaixador ao concilio de Pisa, 325.
NOSSA SENHORA A FRANCA (Ilha de), 244-46 e 250-51.
NOVA (Rua), do Porto, 271.
NUNES (Heitor), escudeiro da casa de D. João I, 283.
NUNES (Martim), «princeps Colimbrie», 12.
NUNES (Pedro), 12.
NUNES (Vasco Martins), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
ÓBIDOS (João de), cantor da capela de D. João I, 285.
OCEANO ATLANTICO, 209, 235 e 336.
OCIDENTE, 181 e 336. — Mussulmano, 24.
OCIDENTE EURO-AFRICANO, 172.
OCTAVIO, cardeal diácono dos Santos Sérgio e Baco, 38.
OCTAVIANO, bispo Ostiense e Veletrense, 28.
ODORIO, bispo de Viseu, 12.
OLIVEIRA (Estêvão de), periliteiro da casa de D. João I, 287.
OLIVEIRA (João de), criado de João Gomes, escudeiro da casa de D. João I, 284.
OLIVEIRA (Monsenhor Miguel de), 105.
OMNIPOTENTE, 47.
ORDEM CAMALDULENSE, 248.
ORDEM CARTUSIENSE, 137-138, 193-94, 225-36, 240, 242 e 248.
ORDEM CISTERCIENSE, 105-07, 115, 121, 128, 137-38, 176, 193-94, 225-26, 240, 242 e 248.
ORDEM CLUNIACENSE, 137, 138, 193-94, 225-26, 240, 242 e 248.
ORDEM FRANCISCANA (Protomártires da), 81.
ORDEM GRANDIMONTENSE, 137-38, 193-94, 225-26, 240, 242 e 248.
ORDEM MILITAR DE ALCANTARA, 95 e 105.
ORDEM MILITAR DE AVIS, 86, 95, 97, 104-05, 119, 137-38, 145, 183, 190, 194, 198, 218, 222, 227, 240, 257, 263-64, 274, 314, 317 e 337.

ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 54, 75-76, 83, 86, 95, 105, 107, 109, 113-15, 117, 121, 176, 249, 255, 263 e 337. No reino de Castela, 95.
ORDEM MILITAR DE CRISTO, 3-5, 7-8, 10-12, 14-15, 17, 22, 31, 38, 42, 76, 89, 97-98, 100, 106, 108, 110, 132, 137-38, 167, 169, 176-77, 183, 190, 194, 198, 218, 222, 227, 240, 249, 255, 265-66, 272-73, 304-05 e 337. Fundação da —, 97-119. Nomeação de seu primeiro Mestre, 119-22. Ratificação por el-rei D. Dinis da bula de fundação da —, 122-26. Acta da criação da Ordem pelo dito monarca, 126-28. Quitação passada a D. Dinis pelo Mestre da —, 129-32. Ordenações da —, 103 e 142--160. Cedência de rendimentos da igreja de Santa Maria Maior de Portalegre à —, 167-68.
ORDEM MILITAR DO HOSPITAL, 45, 52, 54, 100-01, 108, 111-12, 117, 134, 136-37, 139, 141, 166, 183, 190, 192, 194, 198, 218, 222, 227, 236, 240, 249, 255, 272, 314, 317 e 337.
ORDEM MILITAR DE MONTESA, 95 e 105.
ORDEM MILITAR DE SANTIAGO, 45-46, 52, 54, 90-91, 94, 96, 183, 190, 198, 218, 222, 227, 240, 249, 255 e 337.
ORDEM MILITAR DO TEMPLO, 3-8, 10, 12-17, 22, 25, 31-32, 38-46, 52, 54, 59, 82, 84-85, 88-89, 98 e 102.
ORDEM PREMONSTRATENSE, 137-38, 193-94, 225-26, 240, 242 e 248.
ORDEM DE SANTA MARIA DOS TEUTOES, 249 e 254.
ORIENTE, 24, 80, 172 e 181.
OSBERNO (Cruzado), 8.
OSTIA, 20, 28 e 38.
OTERDEXICAR, 165.
OUREM, 6 e 11.
OURENSE, (Deão de) 95 e 96.
OXFORD (Universidade de), 185.
PACAUT (Marcel), 21 e 23.
PACHECO (João Fernandes), 321-22.
PACHECO (Lopo Fernandes), Senhor de Ferreira. — V. FERNANDES (Lopo).
PAI DE PELE, 266.
PAIÃO (Gil), proprietário no termo de Almada, 161.
PAIM (Roberto), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
PAIO. — V. PELAGIO.
PAIO (D.), bispo de Lisboa, 66.
PAIS (Estêvão), escrivão de D. Fernando, rei de Portugal, 252.
PAIS (Fernão), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
PAIS (Gonçalo), 270 e 271.
PAIS (Gualdim), Mestre dos Templários, 7, 9, 12 e 15.
PAIS (Martim), da casa de el-rei D. João I, 292.
PAIS (D. Martim), bispo da Guarda, 63 e 65.
PAIS (Martinho). — V. PAIS (Martim).
PAIS (Pedro), escudeiro de el-rei, 11.
PAIS (Pedro), 12.
PAIVA (Gonçalo de), alfaiate do Porto, 268.
PALESTINA, 6, 46, 48 e 171.
PALMA (Ilha da), no arquipélago das Canárias, 205.
PALMA (Francisco de), filho de João de Palma, 324.
PALMA (João de) 324.
PALMA (Nicolau de), 324.
PALMELA, 45-46, 54 e 160.

Copyrighted material

PAMCALVA, herdade no termo de Alenquer, 314.
PANDULFO, cardeal presbítero da basílica dos Doze Apóstolos, 28.
PAPADO, 1, 74 e 100.
PARDO (João), moço da capela de D. João I, 285.
PARIS, 44, 101, 181, 185 e 304-05. Biblioteca Nacional de —, 44. Universidade de —, 185.
PARMA, 206. Biblioteca Real de —, 206.
PASCOA (Festa da), 155.
PAÚL, 148 e 156.
PAYENS (Hugo de), cavaleiro francês, fundador da Ordem dos Templários, 5 e 6.
PECULIAR (D. João), arcebispo de Braga, 8.
PEDRO (D.), sobrinho de D. João I, 313.
PEDRO (D.), bispo de Évora, 169.
PEDRO, cardeal presbítero, do título de Santa Cecília, 28.
PEDRO, cardeal presbítero, do título de Santa Susana, 20 e 28.
PEDRO, cardeal presbítero do título de S. Lourenço «in Damaso», 28.
PEDRO, cardeal presbítero de Santa Prudência, «tituli Pastoris», 38.
PEDRO, cardeal presbítero, do título de S. Marcelo, 38.
PEDRO, cardeal presbítero de S. Pedro «ad Vincula», do título Eudóxia, 28.
PEDRO, bispo Tusculano, 20.
PEDRO, bispo do Porto, 2, 4, 12 e 16.
PEDRO (D.), bispo do Porto, 271.
PEDRO (Mestre), 9.
PEDRO, prior de Guimarães, 4.
PEDRO I (D.), rei de Portugal, 160, 208, 243, 246 e 314.
PEDRO (D.), infante, filho de el-rei D. João I, 281, 291, 313, 316-18.
PEDRO (D.), arcebispo de Lisboa, 350.
PEDRO (Conde D.), 319.
PEDRO IV (D.), rei de Aragão, 237.
PELAGIO ou **PAIO**, cardeal presbítero, do título de Santa Cecília, 38.
PELAGIO ou **PAIO**, presbítero, cónego, 9.
PELAIO ou **PAIO**, 11.
PENALVA, 343.
PENARROLA, 144 e 147.
PENE (João), jogral da casa de el-rei D. João I, 287.
PENELA, 15.
PENHAS ROIAS, 144 e 155.
PENICHE, 87.
PENINSULA HISPANICA, 21, 23, 29, 45, 48, 56, 98, 102, 173-74, 209-10, 217 e 225.
PENTEADO (Gonçalo Anes), mantieiro da casa de D. João I, 286.
PENTEADO (Gonçalo Anes), 289 e 290.
PENTECOSTES (Festa do), 249.
PEREIRA (Diogo), dos 20 grandes da casa de el-rei D. João I, 282.
PEREIRA (Duarte), escudeiro da casa de D. João I, 283.
PEREIRA (Gonçalo), dos 20 grandes da casa de el-rei D. João I, 281.
PEREIRA (João), escudeiro de D. João I, 282.
PEREIRA (José Pinto), 18.
PEREIRA (Leonor), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
PEREIRA (Rui Vasques), dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.
PEREIRA (Frei Vasco), contador da casa de D. João I, 286.
PEREIRA (Vasco), da casa dos infantes, filhos de D. João I, 291.

PERERIO (Fulconio), cónego Caturcense (de Cahors), núncio da Santa Sé, 250.
PERES. — V. PIRES.
PERES (Damião), 206 e 231-32.
PERES (Fernando), dispenseiro da cúria régia, 4.
PERES (P.), cónego de S. Vicente de Lisboa, 63 e 64.
PERES (Pedro), cónego de Coimbra, 88-90, 101, 109, 112, 117 e 122-23.
PERES (Simão), 150.
PERES (Vicente), 259.
PEREZ EMBID (Florentino), 209, 231, 235 e 294.
PERÚSIA, 40 e 61.
PESSANHA (Bartolomeu), 208.
PESSANHA (Carlos), filho de Manuel Pessanha, 208.
PESSANHA (Diogo), escudeiro da casa de D. João I, 283.
PESSANHA (José), 181.
PESSANHA (Lançarote), terceiro filho de Manuel Pessanha, 208, 209 e 246.
PESSANHA (Manuel), genovês ao serviço de Portugal, almirante do reino, 88, 90, 99, 100, 133, 135, 140, 181, 202 e 208-09.
PETRARCA, 206.
PIAN CARPINO (Fr. João de), 80.
PIAS, 148 e 156.
PICO DE TEIDE, em Tenerife, Canárias, 205.
PIMENTA (Alfredo), 18, 21 e 180.
PIMENTEL (Estêvão Gonçalves), escudeiro de D. João I, 282.
PINA (Jean Rousset de), 19, 21 e 24.
PINA (Rui de), 66, 90, 163, 169, 170-72 e 181.
PINELLI-WALCKENAER (Cartas geográficas de), 209.
PINHEIRO, termo de Santarém, 144, 147, 152 e 156.
PINHEIRO DE AZERE, 148 e 157.
PIPA (Diogo Garcia), escudeiro da casa de D. João I, 283.
PIRES. — V. PERES.
PIRES (Afonso), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
PIRES (Afonso), cozinheiro da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
PIRES (Afonso), cozinheiro dos infantes filhos de D. João I, 291.
PIRES (Afonso), caçador da casa dos infantes filhos de D. João I, 291.
PIRES (Antão), 285.
PIRES (Catarina), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
PIRES (Domingos), meirinho da casa de D. João I, 287.
PIRES (Fernão), criado de Gonçalo Lourenço, 322.
PIRES (Gil), 161.
PIRES (Gonçalo), do Conselho de el-rei D. João I, 314.
PIRES (D. Inês), mãe de D. Brites, filha ilegítima de D. João I, 323.
PIRES (João), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
PIRES (João), clérigo de Carnide, 162.
PIRES (João), escrivão de D. João I, 329.
PIRES (Julião), contador de el-rei, 160.
PIRES (Lourenço), falcoeiro-mor da casa de D. João I, 288.
PIRES (Martim), ouvidor ordinário, 127.
PIRES (Martim), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
PIRES (D. Martinho), arcebispo de Braga, 29.
PIRES (Pedro). — V. PERES (Pedro).
PIRES (Vicente), mercador de Lisboa, dito Monte Córdova, 160-61.

PISA, 319 e 325.
PIZZIGANI, 206 e 209.
PLINIO, 206.
PLUMARIA, nome dado a uma das ilhas Canárias, 208 e 212.
PO (Guido), 201.
POLO (Mossem Anthoni), embaixador de D. Martinho, rei de Aragão, 327.
POMAR (Mossem Martin de), conselheiro de D. Martinho, rei de Aragão, 326-27.
POMBAL, 31-32, 41, 43-44, 129, 145, 148 e 155.
POMBAL (Alvaro de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
PONTE (Reimão de), cantor da capela de D. João I, 285.
PORTALEGRE, 148-50, 156, 167-68. Igreja de Santa Maria Maior de —, 167-68.
PORTELA (Martim), escudeiro de D. João I, 282.
PORTO, 2, 4, 12, 16, 99, 102, 126, 261, 267-71, 278-79, 317, 319, 328-30, 332 e 334. Bispo e concelho do —, 81.
PORTO (?) (Adão), chanceler da rainha D. Filipa de Lencastre, 271.
PORTO (Gil do), moço da capela de D. João I, 285.
PORTO DE MOS (Lourenço Gomes de), 170.
PORTUGAL, 1-4, 6-8, 10, 12, 14, 15, 16, 18-19, 21-24, 26-27, 29-35, 41, 44-52, 57-58, 60-61, 63, 65-80, 87-103, 105-07, 109, 111-12, 114-16, 119, 121, 123-26, 129, 131, 133, 135-38, 140, 143, 150, 157, 162-64, 166, 169-71, 173-75, 178-81, 187-90, 192, 194-99, 202, 208-09, 215-18, 222, 225, 226, 230-31, 235-36, 239-40, 245-48, 252-53, 257, 261-62, 264, 266, 271, 273-74, 276-77, 304-09, 311, 314, 320-22, 325-30, 335-38, 343, 345, 349, 350 e 351. Bispos de —, 69-70. Coroa de —, 98. Rainha de —, 31-32, 41 e 44.
PORTUGAL (Frei Fernando de), franciscano, 319-20.
POSSE (João da), porteiro dos infantes filhos de D. João I, 287.
POTTHAST (A.), 50.
PRAÇA (José Joaquim Lopes), 18.
PRADO, 149 e 156.
PRENESTINO, bispo, 20 e 38.
PRESSUTTI (Petrus), 39, 42-43, 45-46, 52, 54-56, e 58.
PRETO (João), moço da capela de D. João I, 285.
PRIEGO, 165.
PRINCIPE DA FORTUNA. — V. LA CERDA (Luís de).
PRIOR DO CONVENTO DE TOMAR, 265.
PRIOR DO CRATO, 180.
PRIOR da Ordem do Hospital em Portugal, 45-46, 52, 166 e 317.
PRIOR de Palmela, 54.
PROCURADOR dos Templários em Portugal, 4.
PROENÇA, 130, 148 e 157.
PROVINCIA FRANCISCANA DE SANTIAGO, 320.
PUÇOS, 147 e 156.
PUNHETE (actual Constância), 348.
QUINTAL (Pero Lopes do), oficial da casa de D. João I, 286.
RAIMUNDO (D.), Arcebispo de Toledo, 72.
RAIMUNDO (D.), bispo de Coimbra, 135, 139 e 140.
RAIMUNDO BERENGARIO IV, 6.
RAINÉRIO, cardeal diácono de S. Adriano, 20.
RAINÉRIO, cardeal diácono de S. Jorge do Veu de Ouro, 20.
RANDOLFES (Pedro), 12.
RAPOTE (Fernão), da casa de D. Filipa de Lencastre, 290.

RAYNALDUS (Odoricus), 46, 58, 162, 178, 199, 210, 214, 217 e 231.
REBELO (Diogo), escudeiro da casa de D. João I, 283.
RECCHO (Nicoloso da)), marinheiro genovês, 201-203, 205, 208 e 245.
RECONQUISTA, 23, 61, 78-79, 98, 102 e 180.
REDENTOR, 19, 25, 27, 37, 51, 72, 81, 133-36, 140-41 e 248.
REDINHA, 31-32, 41, 43-44, 129, 145, 148 e 155.
REDONDO (Lourenço Eanes, 150.
REGRA DE CALATRAVA, 97, 104 a 113.
REGRA DE S. BENTO, 105.
REI DOS REIS, 56, 167, 178, 195, 248 e 253.
REI SUPREMO, 104.
REINALDO, 9.
REPERTAS, designação atribuída às ilhas Canárias, 202.
RERIZ (Couto de), no julgado de Lafões, 339-43.
RESENDE (Maria de), da casa de D. Filipa de Lencastre, 289.
RESSURREIÇAO DE CRISTO, 138, 241 e 257.
REUTER (Abiath Elisabeth), 1, 3, 5, 10 e 15.
RIBATEJO, 258-60.
RIBEIRA DE CERAS, 11.
RIBEIRA (Vasco Martins de), cónego de Coimbra, 126.
RIBEIRO (João Pedro), 1, 3, 5, 10, 15 e 267.
RIBELLES (Ponç de), 322.
RICHARTE, alfaiate da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
RICHARTE, cozinheiro da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
RIO FRIO, 144, 148 e 152.
RIO DE MOINHOS, 343.
RIUS (P. de), 322.
ROBERTO. — V. CLEMENTE VII (Antipapa).
ROBERTO, deão da sé de Lisboa, 9.
ROCCA, ilha do arquipélago das Canárias, 205.
RODAO, 44, 45, 103, 144 e 152.
RODENBERG, 46, 48, 52 e 54.
RODES, 170 e 173-74. Bispo de —, 173-74. Convento de —, 166.
RODRIGO (Conde), 12.
RODRIGO (D.), bispo de Lamego, 126 e 160.
RODRIGO (D.), arcebispo de Toledo, 55.
RODRIGO (D.), bispo de Ciudad Rodrigo, 307.
RODRIGUES (Alvaro), ouvidor da Relação de D. João I, 285.
RODRIGUES (Alvaro), coudel da casa de D. João I, 287.
RODRIGUES (Branca), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
RODRIGUES (Fernando), 264.
RODRIGUES (Isabel), mãe de Lopo Fernandes Homem, 334.
RODRIGUES (João), escrivão dos contos de D. João I, 286.
RODRIGUES (Fr. Lourenço), Mestre de Avis, 263-65.
RODRIGUES (D. Nuno), Mestre da Ordem de Cristo, 103.
RODRIGUES (Martim), comendador-mor da Ordem de Cristo, 151.
RODRIGUES (Martim), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
RODRIGUES (Nuno), Mestre da Ordem de Cristo, 103.
RODRIGUEZ (Juán), arcediago de Gordón, 350.
ROLIZ (Simão), cónego da sé de Lisboa, 67 e 75.
ROMA, 23, 29-31, 41, 44, 52, 55, 67, 74-75, 77-78, 98, 103, 111, 115, 118, 122, 128-29,

Copyrighted material

132, 172, 247, 258, 265-67, 276 e 309. Biblioteca Casanatense de —, 44. Biblioteca Valicelíana de —, 52 e 55.
ROMEIRA, termo de Almada, 160.
ROMERO (Sancho), 351.
ROMEU (Garcia), 15.
RORIZ (João de), reposteiro da casa de D. João I, 286.
ROSMANINHAL, 130, 148 e 157.
ROQUELAS (Pero), proprietário em Almada, 161.
ROTOMAGENSE (Rouen), 294, 297, 299 e 302.
ROUEN. — V. ROTOMAGENSE.
RUBICÃO, castelo e diocese na ilha de Lançarote, Canárias, 309, 310 e 312.
SÁ (Aires de), 201, 261 e 274.
SABINA, 38.
SABOIA (Duque de), 294.
SAGIRARA (Jacob), maiorquino, 237-38.
SAINTES. — V. XANCTONENSE.
SAINT-OMER (Godefroy de), cavaleiro francês, fundador da Ordem Militar dos Templários, 5.
SALADO (Rio), 179-82 e 199-200. Batalha do —, 182, 199 e 200.
SALAMANCA, 185. Universidade de —, 185.
SALOMÃO, 3, 5 e 15.
SALVATERRA, 130, 148 e 157.
SANCHES (Fernão), 343.
SANCHES (D. Vasco), 11.
SANCHEZ DEL CASTILLO (Dr. Pedro), 350.
SANCHO I (D.), rei de Portugal, 11, 16, 26, 29, 32-34 e 78.
SANCHO II (D.), rei de Portugal, 58, 62-63, 76 e 88.
SANCHO VII (D.), rei de Navarra, 33 .
SANCHO (Afonso) Senhor de Albuquerque, 125.
SANTA ANASTÁSIA, 20.
SANTA CECILIA, 20 e 38.
SANTA CLARA, ilha do arquipélago das Canárias, 205.
SANTA CRUZ, 30-31 e 34.
SANTA CRUZ DE COIMBRA, 30-31, 34, 81 e 319. Prior de —, 30-31, 34 e 319
SANTA CRUZ DE JERUSALÉM, 20 e 37.
SANTA IGREJA, 18, 26, 36, 79, 258, 298 e 312.
SANTA IRENE, 4 e 14.
SANTA MARIA DE ALTAM. (Prior de), 75.
SANTA MARIA «in Arquiro», 28.
SANTA MARINHA, 313 e 343.
SANTA PRUDÊNCIA, 38.
SANTARÉM, 3, 5-8, 10-11, 110, 121-22, 125-27, 130-33, 144, 147, 153, 156, 162, 247, 266, 313-14, 318 e 348. Igreja de Santiago de —, 5-8, 10-11, 82 e 266. Igreja de S. Estêvão de —, 162. Igreja da Alcáçova de —, 8, 126 e 131-32.
SANTARÉM (João de), escudeiro da casa de el-rei D. João I, sobrinho de Mestre Estaço, 284.
SANTARÉM (João Afonso de), 319.
SANTARÉM (Visconde de). — V. VISCONDE DE SANTARÉM.
SANTA RUFINA, 20.
SANTA SÉ, 1, 2, 16, 18, 21-23, 25-26, 32, 36, 38, 50, 61, 66, 80, 91, 119, 234, 243, 252, 275 e 306. Núncio da —, 247.

Copyrighted material

SANTA SUSANA, 20, 28 e 37.
SANTO LENHO, 180.
SANTO SEPULCRO, 3.
S. ADRIANO, 20.
S. ANDRÉ (Quinta de), no termo de Azurara da Beira, 261.
S. ANGELO, 20.
S. BACO, 38.
S. BENTO, 105.
S. BERNARDO, 6.
S. CLEMENTE, 20 e 28.
S. COSME, 20, 28 e 38.
S. DAMIAO, 20, 28 e 38.
S. ELOI, 260.
S. ESTEVAO, 258-60.
S. ESTEVAO de Celiomonte, 20.
S. FELIZES, 350.
S. JACOB (Santiago), 47 e 96.
S. JOAO, 20 e 37.
S. JOAO BAPTISTA, 184, 190, 198, 218-19, 222-23, 226-27, 257 e 315.
S. JOAO DE TAROUCA, 57.
S. JORGE, 20.
S. LOURENÇO, 28 e 37.
S. LUCAR DE BARRAMEDA (Fr. Afonso de), bispo de Rubicão, Canárias, 312.
S. LUCAS, 29.
S. LUIS, rei de França, 209.
S. MARÇAL, 310.
S. MARCELO, 20 e 37.
S. MARCOS, 20.
S. MARTINHO, 38.
S. MIGUEL, 30.
S. NICOLAU, 38.
S. PAULO (Apóstolo), 14,20, 26, 31-32, 34-35, 40, 42-44, 60-61, 76, 79, 83-84, 110, 119-20, 122, 177, 211, 213, 230, 257, 267, 309 e 339.
S. PEDRO, Papa, 1, 2, 13-14, 17, 19, 23-24, 26-27, 29-30, 34-37, 39-40, 42-45, 50-51, 60-61, 74, 76, 79-81, 83-84, 110, 118-20, 122, 128, 177, 211, 213, 230, 257, 265, 267, 276, 309-10 e 339.
S. PEDRO DA COVILHA (Igreja de), 64-65.
S. PEDRO «Ad Vincula», 28.
S. ROMAO, 313 e 343.
S, SEBASTIAO (Ajuntamento de), 80.
S. SERGIO, 38.
S. TEODORO, 20 e 28.
S. VICENTE, 8 e 203.
S. VICENTE DE FORA DE LISBOA (Mosteiro de), 306. Igreja de —, V. LISBOA.
S. VITOR, 310 e 312.
SALZEDAS (Abade do mosteiro de), 57. Mosteiro de —, 335.
SANTANDER (Ajuntamento de), 80.
SANTISSIMA TRINDADE, 3, 5, 10 e 15.
SARAIVA (Dr. José), 99, 206 e 231.
SARDOAL, 314.
SARRACENOS, 185.

SATAO, 343.
SBARALEA (Ioannes Hyacinthus), 80-81.
SCHNURER (Gustave), 6.
SÉ APOSTÓLICA, 1, 12, 40, 42, 57, 86 e 231.
SEABRA (Diogo de), escudeiro da casa de D. João I, 284.
SECO (Pedro Álvares), 10.
SEGOVIA, 277, 280, 305 e 349.
SEGURA, 130, 148 e 157.
SEIA, 313, 339-40 e 343.
SELÉSIA (Hua de), 9.
SEM (Doutor Martim do), 319 e 351.
SENA, 320.
SENHOR DOS EXÉRCITOS, 178, 195, 248 e 253.
SERPA, 61, 62, 66-75.
SERRA (Pero Anes da), cavaleiro da Ordem de Cristo, 151.
SERRANO, O. S. B. (P. Luciano), 349.
SESERIGO, 6.
SEVILHA, 47, 49, 178, 201-02 e 234. Arcebispo de —, 310 e 312.
SICILIA, 24, 94, 170 e 210. Reino da —, 94.
SÍCULO (Diodoro), 206.
SIGUENÇA, 350.
SILVA (D. Estêvão Soares da), arcebispo de Braga, 58.
SILVA (João Gomes da), alferes-mor do reino, 351.
SILVA (José Soares da), 304 e 350.
SILVA (Pedro), 9.
SILVA (Rui Gomes da), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
SILVARES (Quinta de), no termo de Viseu, 339, 341-43 e 346.
SILVES (Cidade de), 78, 102, 104, 112-13, 119, 121, 135, 139, 248 e 305. Bispo de —, 135 e 305. Igreja de Santa Maria do Castelo de —, 104.
SIMANCAS. — V. ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS.
SINTRA, 7, 163, 181 e 311.
SOARES (Pero), cónego de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, 132.
SOEIRO, bispo de Évora, 46 e 57.
SOEIRO, bispo de Lisboa, 46.
SOEIRO (Martim), ouvidor ordinário,
SOEIRO (D. Simeão), Mestre de Avis, 83.
SOFREDO, cardeal diácono de Santa Maria «in Via Lata», 28.
SOLA (Bernal), escudeiro da casa de D. João I, 284.
SOLER, cartógrafo, 209.
SOLER (João de), cónego de Hereford, 140.
SONEGADO, termo de Lamego, 339-40 e 342.
SOURE, 6, 7, 145, 147, 155 e 272. Castelo de —, 6.
SOUSA (D. António Caetano de), 18, 98, 123-24.
SOUSA (Diogo de), moço da capela de el-rei D. João I, 285.
SOUSA (Gonçalo Anes de), dos 20 grandes da casa de D. João I, 281.
SOUSA (D. Fr. Lopo Dias de), Mestre da Ordem de Cristo, 272-73 e 304.
SUL (Terra de), 343.
SUMO PONTÍFICE, 22-23, 34 e 264-65.
SUMO REI, 104.
TABORDA (João Rodrigues), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
TAMALYM, jogral da casa de el-rei D. João I, 287.

TANCOS, 15.
TARIFA, 179.
TAROUCA, 343. — Abade do mosteiro de S. João de —, 57.
TAROUCA (P. Carlos da Silva), 105.
TARRAGONA (Arcebispo e concelho de), 80.
TAVARES (Gonçalo de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
TAVARES (Pero de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
TAVARES (Terra de), 261 e 274-75.
TAVEIRA (Lourenço Gomes), comendador de Palmela, 160.
TAVIRA, 62, 250-52 e 262-63.
TAVIRA (João Vasques de), escudeiro de D. João I, 283.
TEBA, 165.
TEGGHIA DE CORBIZZI (Angelino). — V. CORBIZZI (Angelino del Tegghia de).
TEIXEIRA (Lopo), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
TEJO (Rio), 11 e 15-16.
TEMPLARIOS, 5, 6, 10, 15, 63, 100-01, 103, 109 e 111.
TEMPLEIRO, 111.
TEMPLO. — V. ORDEM MILITAR DO TEMPLO.
TEMPLO DE JERUSALEM, 7, 8, 10, 59, 85 e 111.
TEMPLO DE SALOMÃO, 3, 5 e 15.
TEMPREIROS, 3, 5, 10 e 15.
TENERIFE (Ilha de), 205.
TENÓRIO (Afonso Jofre), embaixador e almirante de Castela, 162-63.
TEODINO, bispo de Ostia e de Santa Rufina, 20.
TERESA (D.), rainha de Portugal, 6 e 10.
TERESA (D.), filha de el-rei D. Afonso Henriques, 11 e 16.
TERRA SANTA, 6, 45-48, 52-54, 59-61, 68-69, 71-72, 77-79, 83-86, 100, 111, 133-36, 141, 163, 172, 182, 189, 194, 197 e 229-30.
TERRASSE (Henri), 34, 48, 49, 61-62, 169, 180 e 200.
TESTA (Fernão), porteiro da câmara de el-rei D. João I, 287.
TISSERANT (Eugène), 79, 80 e 82.
TODANO, jogral da casa de el-rei D. João I, 287.
TODOS OS SANTOS (Festa de), 138, 186, 192, 219, 222, 227 e 241.
TOLEDO, 34, 46, 55-56, 72, 76, 176, 234 e 277-78. Bispo de —, 55, 56 e 72.
TOMAR, 3, 5-8, 10-11, 13-14, 15-16, 22-23, 38-39, 42-43, 103, 105, 114, 145, 148-50, 152, 156-57, 167, 176 e 265-66. Convento de Cristo de —, 103, 167 176 e 265. Igreja da Santa Maria do Olival de — 3, 5, 10 e 265-66. — Vicariato de — V. VICARIATO DE TOMAR E DAS ILHAS (Origens do).
TOMAS, da casa de D. Filipa de Lencastre, 290.
TOMASSETTI (Aloysius), 50.
TORRE DO ARRIZADO (Comenda da), 155-56.
TORRE DO TOMBO (Arquivo Nacional da), 1 e 304.
TORRES VEDRAS, 87.
TORRIANI (Leonardi), 246.
TOSCANA, 28.
TOURO, 147 e 157.
TOUVEDE DO ALVIELA, 7.
TRADONO, 270-71.
TRANCOSO, 335-36.
TRANCOSO (Gonçalo Martins de), cantor da capela de D. João I, 285.
TRATADO DE PAZ COM CASTELA, 336.

TRATADO DE PAZ COM PORTUGAL, 349.
TRATADO DE PAZ DE 1411, 98, 350-51.
TROYES (Concilio de), 6.
TUDELA (D. Bertrán de), embaixador de D. Martinho, rei de Aragão, 327.
TUNES (Emir de), 79 e 80.
TUNISIA, 80.
TURONENSE, de Tours, 308.
TUSCULANO, 20 e 38.
TUY, 34.
ULTRAMAR, 235.
ULTRAMAR HENRIQUINO, 105.
UNIVERSIDADE (Despesa com os professores da), 155.
URBANO III (Papa), 22, 25 e 38-39.
URBANO VI (Papa), 263.
URBEL (Fr. Justo Pérez de), 105.
URGEL (Conde de), 326-28.
URGEL (Condessa de), 322-23.
URRACA (D.), filha de el-rei D. Afonso Henriques, 11 e 16.
URRACA (D.), mulher de D. Afonso II, 66.
VALAZIM. — V. VALEZIM.
VALDIGEM, 343.
VALE (Alexandre de Lucena e), 343.
VALENCIA (Bispo e concelho de), 80.
VALENTE (Aires Afonso), escudeiro de el-rei D. João I, 282.
VALERS (Francesch des), capitão de navio de Baiona, 209.
VALEZIM, 313.
VALHADOLIDE, 350-51.
VALHELHAS, 261 e 274-75.
VALOIS (Filipe de), rei de França, 170.
VALVERDE (Batalha de), 304.
VASCONCELOS (António de), 18.
VASCONCELOS (Martim Fernandes de), escudeiro da casa de D. João I, 283.
VASCONCELOS (Nuno Rodrigues de), 150.
VASQUES (Alvaro), tabelião, 260.
VASQUES (Antão), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
VASQUES (Catarina), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
VASQUES (Fernão), porteiro da câmara de el-rei D. João I, 287.
VASQUES (Gonçalo), escudeiro da casa de D. João I, filho de Vasco Anes, tesoureiro, 283.
VASQUES (Gonçalo), amo de Rodrigo Aires, 284.
VASQUES (João), tabelião, 260 e 268.
VASQUES (João), pai de Pero Vasques, 283.
VASQUES (João), escrivão de reposte da casa de D. João I, 286.
VASQUES (Leonor), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
VASQUES (Maria), ama, da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
VASQUES (Martim), escrivão de el-rei e notário da corte de D. João I, 316.
VASQUES (Mécia), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 289.
VASQUES (Nuno), escudeiro da casa de D. João I, foi págem, 283.
VASQUES (Pero), escudeiro da casa de D. João I, filho de João Vasques, 283 e 335.
VATICANO. — V. ARCHIVIO SEGRETO VATICANO.
VEIROS, 258.

VELASCO ou Vasco (Conde), dispenseiro, 16.
VELASCO ou Vasco (Martinho), dito Seco, 170.
VELETRENSE, 28 e 38.
VELHO (Estêvão), cantor da capela de el-rei D. João I, 284.
VELHO (Estêvão), da casa de el-rei D. João I, 292.
VELHO (Gil), cantor da capela de el-rei D. João I, 284.
VELHO (Frei Gonçalo), 261 e 274.
VELHO (Gonçalo), escudeiro da casa de el-rei D. João I, 283.
VENDAS DE CERAS, 11.
VENEGAS. — V. VIEGAS.
VENEZA, 170.
VERBA (Pero), clérigo de Guimarães, 132.
VERLINDEN (Charles), 181, 202, 205, 208, 245, 252 e 262.
VERMOIZ (Fernão), 161.
VERONA, 22 e 25-26.
VIA LATA, 28.
VICARIATO DE TOMAR E DAS ILHAS (Origens do), 3-17, 22-26, 31-32 e 38-45.
VICENTE (Mestre), da casa de el-rei D. João I, 286.
VICENTE (Diogo), cantor da capela de el-rei D. João I, 285.
VICENTE (D.), bispo da Guarda, 62-65.
VICENTE (D. João), bispo de Viseu, 105.
VICENTE (João), cónego da Guarda, 160.
VICENTE (João), barqueiro da cidade de Lisboa, 258-60.
VICENTE (Pero), tabelião do Porto, 268.
VICENTE (Vasco), bacharel em leis, 247.
VICO (Guido de), cardeal, legado da Sé Apostólica, 1.
VIEGAS (Lourenço), 11.
VIEGAS (Mocelo), 4.
VIEGAS, (Pedro), 350.
VIEGAS (Rodrigo), 14.
VIENA, 99, 100, 101, 111, 133-36, 141, 185, 191, 193, 220, 224, 241 e 256.
VIERA Y CLAVIJO (Joseph), 207.
VIESSEUX, 201.
VILA COVA, 313 e 343.
VILA NOVA, da diocese de Avinhão, 236 e 239.
VILA NOVA DA RAINHA, 252.
VILA DE REI, 147 e 156.
VILA VIÇOSA (Comendador de), 314.
VILAR (Aldeia de), 307.
VIRGEM SANTA MARIA, 143 e 152.
VISCONDE DE SANTAREM, 201 e 304.
VISEU, 4, 12, 65, 105, 126, 219, 221, 227, 239-43, 271, 313, 339, 343 e 346. Bispo de —, 219, 221, 227, 239-40 e 241-43.
VITERBO (Cidade de), 63-65.
VITERBO (Sousa), 1, 3-5, 7, 9-12 e 15-16.
VITORINO (Pedro), 272.
VIVIANO, cardeal presbítero do título de S. Estêvão «in Celiomonte», 20.
WADDINGUS (Fr. Lucas), 80.
WALCKENAER, 209. — V. PINELLI-WALCKENAER.
WIET (Gaston), 79-82.
WÖLFEL (Dominik Josef), 246 e 309.

XANCTONENSE (de Saintes, França), 294, 297, 299 e 302.
XIRA (Frei João de), franciscano, 288.
XIRA (Pero), da casa da rainha D. Filipa de Lencastre, 290.
ZABAZALA, nome dos sacerdotes mouros, 185.
ZARCO (Estêvão Pires), advogado na corte do rei D. Dinis, 127.
ZAVALA (S.), 245.
ZEZERE, 11, 15-16, 22 e 24.
ZUNZUNEGUI (José), 207, 209-10, 214, 228-29, 231, 294 e 309.
ZURARA (Gomes Eanes de), 321.
ZURITA, 209 e 336.

BIBLIOTECA GERAL · UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Copyrighted material

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I — O Infante D. Henrique no políptico atribuído a Nuno Gonçalves do Museu Nacional de Arte Antiga — Lisboa, pp. [IX-X].

Est. II. — Bula *Manifestis probatum est* de Alexandre III de 1179 (Doc. 9), pp. 32-3.

Est. III. — Bula *Cupientes christicolas* de Gregório IX de 1234 (Doc. 35), pp. 64-65.

Est. IV. — Carta de el-rei D. Dinis sobre a armada, de 1280 (Doc. 57), pp. 96-97.

Est. V. — Bula *Ad ea ex quibus* de João XXII de 1319 (Doc. 61), pp. 112-13.

Est. VI. — Bula *Gaudemus et exultamus* de Bento XII de 1341 (Doc. 84), pp. 192-93.

Est. VII. — Súplica da Ordem de Avis ao papa Urbano VI de 1388 (Doc. 113), pp. 272-73.

Est. VIII. — Recibos da Câmara do Porto sobre o baptizado do infante D. Henrique de 1394 (Doc. 115), pp. 272-73.

Est. IX. — Montagem das casas dos infantes ordenada pelas Cortes de Évora de 1408 (Doc. 134), pp. 320-21.

Copyrighted material

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO . . . . . pág. IX
ABREVIATURAS . . . . . pág. XV
DOCUMENTOS . . . . . pág. 1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA . . . . . pág. 355
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA . . . . . pág. 359
ÍNDICE CRONOLÓGICO . . . . . pág. 383
ÍNDICE ANALÍTICO . . . . . pág. 403
ÍNDICE DAS ESTAMPAS . . . . . pág. 443

ADDENDA & CORRIGENDA

Página	*Linha*	*Onde se lê*	*Leia-se*
3	18	p. 221	n.º 221
4	18	priori	prioris
11	9	desdendit	descendit
36	4	*D. Afonso III*	*D. Afonso II*
37	8	apostulatus	apostolatus
44	7	Linha duplicada a retirar.	
52	26	exaltauit	exultauit
78	14	D. Sancho I	D. Sancho II
»	42	Linha caída.	Março de 1319.
104	9	proth	proh
117	11	SanOane	Sanoane
118	31	cada que	cada uez que
122	5	Passa a linha 6.	
202	31	puvait-il	pouvait-il
203	36	pucerrimis	pulcerrimis
214	33	146 b,	146v.
226	27	populorun	populorum
231	43	impendere	im pondere
251	6	762	765
277	30	6 de Outubro de 1402	28 de Setembro de 1400
291	12	Linha duplicada a retirar.	
305	34	6 de Outubro de 1402.	28 de Setembro de 1400.
348	7	151	152
349	1	152	151

Copyrighted material

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE
05 MAIO 2
COIMBRA

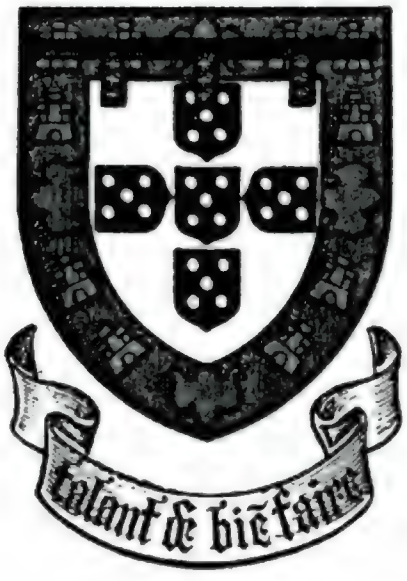
ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLANTIDA», EM COIMBRA, RUA DE FERREIRA BORGES, N.os 103 - 111, SOB A DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPÓGRAFO JOSÉ ABRANTES MACHADO E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM 6 DE AGOSTO DE 1960. O RETRATO DO INFANTE D. HENRIQUE FOI EXECUTADO PELA «LITOGRAFIA PORTUGAL» E AS DEMAIS ESTAMPAS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», DE LISBOA.

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME II

(1411-1421)



COIMBRA
1960

MONUMENTA HENRICINA

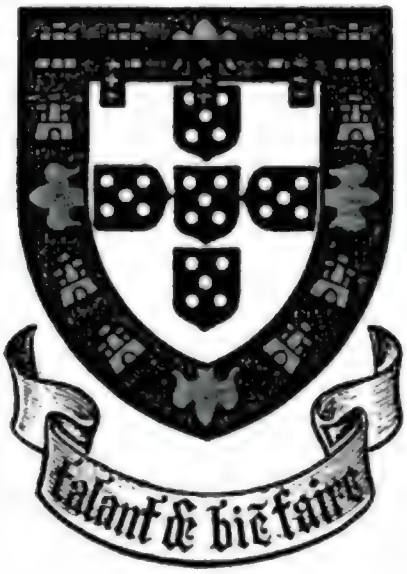
Copyrighted material

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME II

(1411-1421)



COIMBRA
1960

SUBCOMISSÃO DE «MONUMENTA HENRICINA»

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

IDALINO FERREIRA DA COSTA BROCHADO

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.

AO LEITOR

No Prefácio do volume primeiro da presente publicação delineámos, a traços largos, o plano geral da mesma. Contudo, não nos dispensaremos de neste lugar irmos chamando a atenção do leitor para os factos principais, testemunhados em cada um dos volumes subsequentes. Aconselhou-nos a fazê-lo o método adoptado na edição dos documentos e que se nos afigurou ser ainda o melhor, o cronológico, posto enferme do defeito de desligar constantemente os assuntos.

Nos 152 textos diplomáticos e narrativos do volume primeiro, entre outros problemas focados com menor insistência, documentámos especialmente os seguintes:

a) *a atitude da Santa Sé perante a expansão territorial portuguesa à custa do sarraceno desde o início da nacionalidade, no século XII, até os princípios do XV, para estudo da génese e do condicionamento político-religioso da nossa expansão ultramarina, período em que se manifesta crescente empenho pontifício, mormente a partir de Bento XII, para cruzada no Ocidente euro-africano, arrefecidos os ânimos para organizá-la contra o Oriente;*

b) *as origens do Vicariato de Tomar e das Ilhas, curiosíssima prelazia* nullius dioecesis, *regida por simples sacerdote e constituída por algumas terras metropolitanas, pelas Ilhas Adjacentes, por algumas das Ilhas Canárias, pelo arquipélago de Cabo Verde e pelo litoral africano por nós descoberto na época henriquina e até à criação da diocese do Funchal em 1514;*

c) *a posição, no século XIV, do problema dos direitos políticos sobre o arquipélago canariense, disputados entre Portugal e Castela, e com maior acuidade no século seguinte, pela intervenção do infante D. Henrique;*

d) *as origens e orgânica fundamental da portuguesa Ordem Militar de Jesus Cristo, sucedânea da extinta internacional dos Templários, e cujo pessoal e rendimentos tanto haviam de contribuir para a empresa marítima do Navegador no século XV;*

e) *os primeiros factos históricos provados da vida de D. Henrique: seu nascimento e baptizado no Porto em 1394, a organização de seu patri-*

mónio e montagem de casa, de 1408 a 1411, e notícia de algum pessoal seu servidor;

f) *enfim, aspectos da política luso-castelhana, em reflexo da batalha de Aljubarrota, numa tentativa de possível congraçamento dos dois vizinhos rivais, e bem assim diligências de robustecimento de velhos laços de amizade entre Portugal e Aragão, através do matrimónio da infanta D. Leonor com um dos infantes portugueses.*

Nestes termos, o volume primeiro da presente colectânea documental constitui como que introdução geral ao panorama novo da nossa história, seguidamente iniciado, o da formação do Império, atestado já neste segundo volume, relativo aos anos de 1411 a 1421.

*

Observamos, em a nota da página 33, haver probabilidades de que ainda antes do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 com Castela alimentava el-rei D. João I de Portugal programa de atacar o sarraceno para além da fronteira-pátria e que não é impossível remonte àquele ano e até a mês anterior ao referido Tratado a precisa bula de cruzada, desconhecida, que veio a ser aproveitada para a conquista de Ceuta no ano de 1415.

Assentes assim as pazes entre os delegados de el-rei de Portugal e os tutores de D. João II de Castela; achando-nos ademais em boa harmonia com as restantes monarquias, peninsulares e não peninsulares, podemos abalançar-nos à luta contra o islamita. E seguem-se os tentames referenciados pelos cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Não consentida então por Castela a nossa intervenção em Granada, avançámos para a zona marroquina.

Os preparativos da armada portuguesa para tal efeito, cujo destino el-rei D. João I tão hàbilmente manteve até o fim no maior segredo, suscitaram em Castela, no Aragão, noutras partes da Cristandade e até entre

os granadinos, as maiores apreensões e preocupações, conhecidas já através da Crónica da tomada de Ceuta *e agora melhor esclarecidas e temporalmente localizadas, mercê sobretudo da documentação do Arquivo da Coroa de Aragão reproduzida no presente volume.*

De não menor monta e interesse histórico são os textos alusivos aos reflexos da conquista da citada praça africana. Sublinharemos, a este propósito, a resposta do rei aragonês, de 18 de Outubro de 1415, à carta joanina de notificação da tomada de Ceuta, em que se evidencia, como móbil do feito português, ùnicamente o aspecto cruzadístico: «como sea cosa que toca a seruicio de Dios e exaltacion de la fe catholica, a que todos los fieles christianos, en special rreyes e principes son obligados, e augmentacion no poca de vuestra honor e fama» (1).

A mesma ideia transparece da belíssima carta de el-rei D. João I àquele monarca, de 20 de Outubro de 1415, a convidá-lo para Castela, Aragão e Portugal se unirem em luta decisiva contra o reino de Granada, agora isolado do auxílio marroquino pela conquista portuguesa da praça de Ceuta, na qual, entre outros dizeres, sobressai este: Deus «quis acabar nossas guerras pera auermos de começar a sua» (2).

Não desdiz das precedentes a resposta dada pela rainha de Aragão, em 29 de Março de 1416, em nome de seu marido enfermo, àquela carta joanina: «somos ciertament jnformada de la vuestra buena sanjdat e estamjento e assi mismo de la buena e gran jntencion que monstrades hauer en el exaltamiento de la rreligion christiana e extermjnacion de los jnfieles», etc. (3).

A este cenário de feição bélica e claramente cruzadística fomos buscar, como não podia deixar de ser, atenta a finalidade da presente colectânea, o jóvem e entusiasta cavaleiro e infante D. Henrique. E seguimos-lhe os

---

(1) Cfr. o nosso DOC. 106.
(2) Veja-se o nosso DOC. 108.
(3) Cfr. o nosso DOC. 120.

passos e os feitos atentamente: primeiro, nos preparativos da armada; depois, na sua valiosa intervenção militar em Ceuta; logo empenhado, ao que parece, na ocupação de algumas ilhas do arquipélago canariense e em avançar para lá dele, a desvendar os segredos do oceano; no descerco da praça de Ceuta contra forte investida mourisca; enfim, no descobrimento ou redescobrimento e povoamento das Ilhas Adjacentes.

Vêmo-lo: premiado pelo pai e monarca com o ducado de Viseu e o senhorio da Covilhã, em recompensa da sua actuação bélica em Ceuta; logo incumbido pelo mesmo dos cuidados supremos da defensão e provimento daquela nossa base africana, com poderes régios e preterido o infante D. Pedro, posto fosse mais velho, que do primogénito havemos de entender ser o auxiliar indispensável do velho pai no governo do reino; finalmente, alçado a Administrador e Governador vitalício da Ordem Militar de Cristo. Parece que D. João I, com tal escolha, anteviu as certezas da futura e eficiente actuação de seu terceiro filho.

Afigurou-se-nos criticamente acertado aduzir a documentação básica relativa ao infante D. Pedro, para melhor esclarecimento dos problemas que lhe respeitam e mais segura interpretação histórica dos acontecimentos que vieram a culminar tristemente em Alfarrobeira. Cremos que, pela vez primeira, se sublinha neste volume o facto, deveras curioso e elucidativo, de nem o pai nem o rei D. Duarte haverem aproveitado aquele filho e irmão, nomeadamente para o governo de Ceuta e para administrar alguma das Ordens Militares, confiadas por D. João I a seus três filhos mais novos, D. Henrique, D. João e D. Fernando.

A própria obtenção, em 1418, da Marca de Treviso pelo futuro Regente do Reino parece denunciadora do desânimo que já então pungia o espírito de D. Pedro, aliás nada acomodado, segundo todos os visos, à subordinação pouco dignificante de vulgar vassalo feudal que lhe impôs o imperador Sigismundo e à qual, talvez por isso mesmo, nunca o infante pessoalmente se sujeitou.

Não é intuito nosso, na presente colectânea, documentar a navegação e o comércio marítimo entre a metrópole portuguesa e os países europeus, já testemunhados aliás na magnífica publicação do sr. Dr. João

Martins da Silva Marques (4) *e em cujo esclarecimento se empenham activamente outros investigadores, nacionais e estrangeiros, na mira de desvendarem os problemas económicos da época. Não devíamos omitir, porém, os documentos fundamentais sobre as nossas relações comerciais com a Flandres na época henriquina, atenta a correlação do assunto com a acção do Navegador. E do arquivo aragonês recortámos também um ou outro texto de maior interesse, demonstrativos de navegações nossas na zona mediterrânea, especialmente antes da conquista de Ceuta.*

Reeditamos, uma vez mais, o regulamento do «pedido» joanino de 1418, cuja finalidade não foi descortinada por João Pedro Ribeiro (5) *nem, que nos conste, por qualquer outro autor. É agora elucidada pela seguinte carta régia, não inserta por lapso no corpo do volume:*

Conçelho e homeens boons da çidade de Coinbra.

Nos elrrej uos enuyamos mujto saudar.

Bem sabees como nos trautos das pazes que ssam ffectas antre nos e elrrej de Castella he contehudo que, quando el for em hidade de xiiij.° anos, jure e aproue as dictas pazes. E, porque os dictos xiiij.° anos sse acabom deste março que ora uem a hũu ano e nom sabemos a maneira que o dicto rrey querra teer de aprouar as dictas pazes ou nom; porende, conpre a nosso seruiço e he bem de nossa terra de nos prouecermos sobrello. E hordenamos de teer cortes em Sanctarem, por primeiro dia de may[o] que uem, a Deus prazendo, pera teermos conselho comuosco e com os outros que pera ello mandamos chamar da maneira que auemos de teer e sobre prouijmento de djnheiro pera o soldo, sse mester for.

E porem uos mandamos que escolhaaes antre vos dous homeens boons e entendidos, quaees vjrdes que pera tal cousa som perteecentes, os quaees tragam uossa procuraçom abastante pera outorgarem quaeesquer cousas que nas dictas cortes forem hordenadas e outorgadas. E seiam no dicto lugar pera o dicto dia,

---

(4) *Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, 1944.

(5) Ao aludir às cortes de Santarém de 1418, em suas *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philippino*, nas «Memorias de Litteratura Portugueza» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, 2.ª ed., Lisboa, 1792, p. 78.

que nom faleçom dello em nẽhũa guisa. E elles podem vijr em quaeesquer bestas que quiserem.

Fecta em a çidade dEuora, pustumeiro dia de feuereiro. Elrrej o mandou. Martim Annes a fez.

No verso: Por elrrey. Ao conçelho e homeens boons da çidade de Coinbra (6).

Muito graves haviam de ser os informes então recebidos por D. João I para alarmar assim o país mais de um ano antes de el-rei de Castela completar os 14 de idade e haver de ratificar o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, pelo monarca português e por seus filhos jurado quatro anos antes (7), ***e para colocar por fronteiros, em Vila Real, Viseu e Bragança, respectivamente, os infantes D. Pedro e D. Henrique e o conde de Barcelos*** (8).

Não bastaria para tanto, a ser anterior a este convite para cortes, a negativa dada nesse ano em Castela aos embaixadores portugueses João Gomes da Silva e Drs. Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beleágua, ali enviados a solicitar a dita ratificação: «quel Rey no era de edad, é que en este caso no podian responder hasta quel Rey cumpliese los catorce años» (9), ***a menos que já então se houvesse esboçado a indecisão de 14 de Junho de 1419*** (10) ***ou a resolução de 1420*** (11). ***Se, de facto, chegou a recolher-se o «pedido», como parece, e não tendo sobrevindo guerra contra os castelhanos, em que ele devesse ter sido utilizado, é possível que haja revertido para a defesa e manutenção de Ceuta.***

---

(6) Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, *Cartas originais dos Infantes*, n.º 1, original em papel, sem selo. Não leva o documento indicação de ano; mas, como el-rei D. João II de Castela completou os 14 anos de idade em 1419, infere-se do texto da carta régia que ela é do ano de 1418.

(7) Veja-se o nosso DOC. 40.

(8) Cfr. a nota de nossa p. 293.

(9) Cfr. o nosso DOC. 150.

(10) Veja-se o nosso DOC. 158.

(11) Cfr. o nosso DOC. 195.

Neste volume e nos subsequentes tenham-se em conta as normas de transcrição dos textos exaradas no Prefácio do volume primeiro. Não se indicando o contrário, o plano de Monumenta Henricina, *a supervisão dos trabalhos e cooperação na investigação e transcrição de textos, a anotação bibliográfica, as notas críticas e a revisão de provas continuam a ser de A. J. Dias Dinis, coadjuvado, na revisão tipográfica da obra, especialmente pelo R. P. Mário Martins, S. J., e incumbidos os Índices Analíticos ao sr. Dr. Joaquim Rosado Carmelo Rosa, Primeiro Bibliotecário da Biblioteca da Assembleia Nacional de Lisboa.*

ABREVIATURAS

ACA. — Archivo de la Corona de Aragón.
ACMC. — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.
ad. an. — ad annum.
ADB. — Arquivo Distrital de Braga.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AHCML. — Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.
as. — assinado.
AUC. — Arquivo da Universidade de Coimbra.
Aut. — autor.
AV. — Archivio Segreto Vaticano, Roma.
BGUC. — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
Bibl. — Biblioteca.
BNP. — Bibliothèque Nationale de Paris.
BPMP. — Biblioteca Pública Municipal do Porto.
BSGL. — Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.
Cap., cap., Caps., caps. — capítulo, capítulos.
Cfr. — Confira.
Cit., cit., cits. — citado, citados.
Cód., cód. — códice.
Dec. — década.
Doc., doc., Docs. — documento, documentos.
ed. — edição.
epist. — epistola.
ex. — exemplo.
f.º, fl., fol., fls. — fólio, fólios.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
infracit. — infracitado.
lib., liv. — *liber,* livro.
Lug. — lugar.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.º, n.ºs — número, números.
O. F. M. — Da Ordem dos Frades Menores.

Copyrighted material

p., pp. — página, páginas.
Reg. — Registro.
Reg. Aven. — Regestum Avinionense.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
Retrocit., rectrocits. — retrocitada, retrocitadas.
rev. — revista.
S. d. — sem data.
S. J. — Da Companhia de Jesus.
S. l. n. d. — Sem lugar nem data.
SS. — Santíssima.
ss. — seguintes.
supracit. — supracitada.
t., tom., ts. — tomo, tomos.
tit. — título.
v. — *verbo.*
v. — verso.
vol., vols. — volume, volumes.

1

6 AGOSTO 1411

Letras Significarunt nobis, *do antipapa João XXIII, dirigidas ao abade do mosteiro de Santa Maria de Seiça, a ordenar-lhe que, em seu nome, por si ou por outrem, anuncie pùblicamente nas igrejas que pessoas que retenham bens do convento de Cristo de Tomar os restituam ou revelem em prazo marcado e que, se não o fizerem, lhes aplique solenemente sentença de excomunhão até que satisfaçam; pois o Mestre e freires do referido convento se lhe queixaram de que filhos da iniquidade ocultaram e mantêm ocultos bens do mesmo convento.*

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 6, maço 2, n.º 26, original em pergaminho com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo.

Johannes episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio.. abbati monasterij Sancte Marie de Ceyca, Colimbriensis diocesis, salutem et apostolicam benedictionem.

Significarunt nobis dilecti filij.. magister et fratres domus milicie Yhesu Christi de Thomerio, Vlixbonensis diocesis, quod nonnulli iniquitatis filij, quos prorsus ignorant, decimas, primicias, census, legata, redditus, terras, prata, pascua, vineas, domos, piscarias, nemora, molendina, calices, cruces aureas et argenteas, ornamenta ecclesiastica, uasa aurea et argentea, bladi et uini quantitates, instrumenta publica, litteras autenticas, sanctorum reliquias, libros ecclesiasticos, boues, oues, uaccas, porcos, pannos laneos et lineos, pecuniarum summas et nonnulla alia bona ad dictam domum spectantia temere et maliciose occultare et occulte detinere presumunt, non curantes ea prefatis magistro et fratribus exhibere, in animarum suarum periculum et ipsorum magistri et fratrum et domus non modicum detrimentum, super quo ijdem magister et fratres apostolice sedis remedium implorarunt.

Quocirca, discretioni tue per apostolica scripta mandamus quatinus omnes huiusmodi occultos detentores decimarum, primiciarum, censuum

Copyrighted material

et aliorum bonorum predictorum, ex parte nostra, publice in ecclesijs, coram populo, per te uel alium, moneas ut, infra competentem terminum, quem eis prefixeris, ea prefatis magistro et fratribus a se debita restituant et reuellent ac de ipsis plenam et debitam satisfactionem impendant.

Et, si id non adimpleuerint infra alium terminum competentem, quem eis ad hoc peremptorie duxeris prefigendum, ex tunc in eos generalem excommunicationis sententiam proferas et etiam facias, ubi et quando expedire uideris, usque ad satisfactionem condignam solenniter publicari.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, viij jdus augusti, pontificatus nostri anno secundo.

2

1 SETEMBRO 1411

Letras Cum pro nonnullis, *do antipapa João XXIII, para o colector dos rendimentos da câmara apostólica em Portugal pagar, com tais rendimentos, aos credores de Nicolau, prior da Ordem do Santo Sepulcro, e de Lançarote de Portugal, enviados do papa junto de el-rei D. João I* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 343, fl. 66 v.

Johannes, etc.

Dilecto filio Nicolao de Lapis, archipresbytero ecclesie sanctorum Geruasij et Prothasij de Butrio, Bononiensis diocesis, legum doctori Bononiensi ac fructuum et prouentuum camere apostolice in regno Portugalie debitorum collectori, salutem, etc.

Cum, pro nonnullis arduis nostris et ecclesie romane negocijs, dilectos filios Nicolaum de Balionibus, priorem Jerosolimitanum ac tocius ordinis

(1) Sobre este Dr. Lançarote, formado em Direito na Universidade de Bolonha, professor da portuguesa, do desembargo de el-rei D. João I e seu secretário, Conde Palatino e nosso embaixador ao concílio de Pisa, pode ver-se o estudo de SOUSA COSTA, *O doutoramento em Bolonha do Secretário de D. João I.*

Sancti Sepulcri Dominici, et Lancelotum de Portugalia, legum doctorem, comitem palatinum, nuncios nostros ad carissimum in Christo filium Johannem regem ac regnum Portugalie presencialiter destinemus et, pro huiusmodi negociorum per nos eis commissorum execucione, forte continget prefatos nuncios nostros a nonnullis prelatis et personis, tam ecclesiasticis quam eciam secularibus, prout rerum, temporum et hujusmodi negociorum perurgens necessitas exiget, nostro et apostolice camere nomine, mutuo certas peccuniarum summere quantitates; nos, summe in desiderijs gerentes quod huiusmodi negociorum expedicio celerem ac felicem sorciatur effectum, et propterea, volentes omnibus et singulis prelatis et personis huiusmodi de ac super indemnitate ac restitucione peccuniarum, quas eos ut prefertur, mutuare contigerit, ut congruit prouidere; deuocioni tue, presencium tenore, mandamus quatinus omnibus et singulis prelatis ac personis supradictis, pro plenaria solucione quantitatum pecuniarum huiusmodi, quas mutuauerint, ut prefertur, cuilibet videlicet pro rata sua, concedas, deputes et assignes, ad tempus de quo prefatos nuncios nostros cum huiusmodi mutuantibus contigerit conuenire, omnes et singulos fructus, redditus et prouentus camere apostolice in regno Portugalie quomodocunque spectantes et im posterum spectaturos ad manus tuas iam peruentos et im posterum peruenturos (2), ita quod eis et cuilibet eorundem, pro quantitate quam mutuauerint et ad tempus de quo conuentum fuerit, ut prefertur, ex huiusmodj fructibus, redditibus et prouentibus plenarie satisfiat, constitucionibus apostolicis necnon ordinacionibus aut assignacionibus fructuum et prouentuum predictorum quomodocunque iam factis, quas ex nunc post satisfacciones debitas huiusmodj mutuancium dumtaxat deduci decernimus, alijsque contrarijs non obstantibus quibuscunque. Nos enim, ut omnes et singulos fructus, redditus et prouentus huiusmodj ad nos et prefatam cameram quomodocunque spectantes ac spectaturos im posterum, usque ad satisfaccionem omnium pecuniarum, ut prefertur, mutuo summendarum et ad tempus de quo prefatos nuncios nostros conuenire contigerit, concedere et assignare valeas eidem deuocioni tue plenam et liberam, tenore presencium, concedimus facultatem.

Volumus, autem, quod de hijs que vigore presencium soluta fuerint duo confici debeant consimilia publica documenta, quorum vno penes te aut soluentes pro tua uel ipsorum cautela retento, alterum ad eandem cameram quantocius transmictatur.

Datum Rome, apud sanctum Petrum, kalendis septembris, pontificatus nostri anno secundo.

---

(2) No ms. *prouenturos*.

3

1 OUTUBRO 1411

Bula Sincere deuotionis, *do antipapa João XXIII, dirigida a Lançarote de Portugal, a comunicar-lhe as providências tomadas para a liquidação das despesas por ele feitas em serviço da Santa Sé.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 343, fl. 89 v., donde se reproduz; *Reg. Lat.*, vol. 157, fl. 124.

Publicada por SOUSA COSTA, *O Doutoramento em Bolonha*, p. 217, segundo o texto de *Reg. Lat.*, anotadas as variantes de *Reg. Vat.*

Johannes, etc.

Dilecto filio Lanceloto de Portugalia, legum doctori, comiti palatino, salutem etc.

Sincere deuotionis affectus, quem ad statum romane ecclesie atque nostrum gerere comprobaris, merito nos inducit (1) vt te, qui prefate ecclesie obsequijs fideliter ac diligenter insistis, condignis fauoribus prosequamur.

Attendentes itaque quod dudum carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Portugalie et Algarbij jllustris, volens, sicut suum et cunctorum christifidelium debitum exposcebat, circa extirpacionem detestandj scismatis (2) ac reducendam in Dei ecclesia saluberrimam vnionem manus apponere adiutrices, te, vna cum certis alijs oratoribus ac nuncijs suis ad generale concilium Pisis, auctore Deo, feliciter celebratum, per cuius sententiam perdicionis filij Petrus de Luna, olim Benedictus xiij, et Angelus Corario, olim Gregorius xij, in eorum obediencijs nuncupati, de papatu damnabiliter contendentes, propter ipsorum enormia et notoria iniquitates, crimina et excessus, a Deo et sacris canonibus ipso facto abiecti, priuati, ab ecclesia precisi et pertinaces heretici declarati et nichilominus per eandem sententiam ex habundanti priuati, abiecti atque precisi fuerunt, de consilio prelatorum ac cleri regni sui cum pleno mandato transmisit, decreta propterea tibi et prefatis nuncijs, ut longi atque dispendiosi iti-

(1) No ms. *inducunt*.
(2) No Reg. Lat. *scismaticis*.

Copyrighted material

neris sumptus commodius supportare possetis, certa prouisione per prelatos et clerum huiusmodj persoluenda; quodque deinde felicis recordationis Alexandrj pape quinti, predecessoris nostrj, ac subsequenter nostris, qui eo, sicut altissimo placuit, ab huius seculi mortalitate sublato, fuimus, diuina fauente clemencia, ad apicem summj apostolatus assumpti, prefateque ecclesie obsequijs, nullos reformidando labores, fideliter intendisti, prout intendis atque inuigilas eciam de presenti, et insuper, pro nonnullis arduis nostris et eiusdem ecclesie negocijs, te ad prefatos regem et regnum presencialiter destinemus; nos, volentes tibi, ut huiusmodj expensarum onera, que tam apud sedem apostolicam residendo, quam in eundo presencialiter ad regem et regnum prefatos ac eciam ad nostram presenciam redeundo, te subire, de necessitate, oportuit ac oportet, supportare valeas, de oportune subuencionis auxilio prouidere, prouisionem predictam, tibi alias assignatam, prout hactenus a prelatis ac clero predictis percipere consueuisti, a die qua prefati prelati et clerus de prouisione huiusmodj tibi aut procuratoribus tuis ad id deputatis respondere desierunt vsque ad kalendas junij proxime secuturj, deuocioni tue per prelatos et clerum eosdem efficaciter persoluendam, auctoritate apostolica, tenore presencium, deputamus, concedimus et eciam assignamus, decernentes quod, in terminis ac de quantitate alias consuetis, vsque ad satisfactionem debitam prouisionis eiusdem, pro dicto duntaxat tempore, tibi aut tuis nuncijs vel procuratoribus integre persoluatur, statutis ac consuetudinibus ecclesiarum et cleri regni predicti alijsque contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo, etc., nostre deputacionis, concessionis, assignationis, constitutionis et voluntatis infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, kalendis octobris, anno secundo.

4

1 OUTUBRO 1411

Bula Sincere devotionis, *do antipapa João XXIII, a ordenar aos prelados de Braga, Porto e Évora dêem a Lançarote de Portugal tudo aquilo a que ele tem direito, pelas despesas feitas em serviço da Igreja e noutras ocasiões e lugares.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 343, fl. 90 v., — texto que se reproduz; *Reg. Lat.*, vol. 157, fl. 124.

Publicada por SOUSA COSTA, *O Doutoramento em Bolonha*, p. 218, segundo o texto de *Reg. Lat.*.

Johannes, etc.

Venerabilibus fratribus archiepiscopo [Martino], Bracharensi et [Johanni], Portugalensi et [Aluaro], Elborensi episcopis, salutem, etc.

Sincere deuotionis affectus, quem dilectus filius Lancelotus de Portugalia, legum doctor, comes palatinus, ad statum romane ecclesie atque nostrum gerere comprobatur, merito nos inducit (1) ut ipsum, qui prefate ecclesie obsequijs fideliter ac diligenter insistit, condignis fauoribus prosequamur.

Attendentes itaque quod dudum carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Portugalie et Algarbij jllustris, volens, sicut ipsius regis et cunctorum christifidelium debitum exposcebat, circa extirpacionem detestandj scismatis ac reducendam in Dei ecclesia saluberrimam vnionem manus apponere adiutrices, prefatum Lancelotum vna cum certis alijs oratoribus ac nuntijs suis ad generale concilium Pisis, auctore Deo, feliciter celebratum, per cuius sentenciam perditionis filij Petrus de Luna, olim Benedictus xiij, et Angelus Corario, olim Gregorius xij, in eorum obediencijs nuncupati, de papatu dampnabiliter contendentes, propter ipsorum enormia et notoria iniquitates, crimina et excessus, a Deo et sacris canonibus ipso facto abiecti, priuati, ab ecclesia precisi, ac pertinaces heretici declarati et nichilominus per eandem sentenciam ex habundantj priuati, abiecti atque precisi fuerunt, de consilio prelatorum ac cleri regni sui cum pleno mandato transmisit, decreta propterea eidem Lanceloto et prefatis nuncijs, vt longi atque dispendiosi itineris sumptus commodius supportare possent, certa prouisione, per prelatos et clerum huiusmodj persoluenda; quodque deinde felicis recordationis Alexandrj pape quintj, predecessoris nostrj, ac subsequenter nostris, qui eo, sicut Altissimo placuit, ab huius seculi mortalitate sublato, fuimus, diuina fauente clemencia, ad apicem summj apostolatus assumpti, jdem Lancelotus prefate ecclesie obsequijs, nullos reformidando labores, fideliter intendit, prout eciam intendit atque inuigilat de presenti. Et jnsuper, pro nonnullis arduis nostris et eiusdem ecclesie negocijs dictum Lancelotum ad prefatos regem et regnum presencialiter destinemus; nos, volentes sibi, vt huiusmodj expensarum onera, que ipsum Lancelotum, tam apud sedem apostolicam residendo, quam in eundo presencialiter ad regem et regnum prefatos ac eciam ad nostram presenciam redeundo, ipsum subire de necessitate oportuit ac oportet, supportare valeret, de oportune subuencionis auxilio prouidere, prouisionem predictam, dicto Lanceloto alias assignatam, prout hactenus a prelatis ac clero predictis percipere consueuit, a die qua prefati prelati ac clerus de proui-

(1) No ms. *inducunt*.

sione huiusmodj sibi aut procuratoribus suis ad id deputatis respondere desierunt, vsque ad kalendas junij proxime secuturj, deuotioni eiusdem Lanceloti per prelatos et clerum eosdem efficaciter persoluendam, auctoritate apostolica, tenore presencium, deputauimus, concessimus et etiam assignauimus, decernentes quod in terminis ac de quantitate alias consuetis, vsque ad satisfactionem debitam prouisionis eiusdem, pro dicto duntaxat tempore, dicto Lanceloto aut suis nuncijs vel procuratoribus integre persoluatur, statutis et consuetudinibus ecclesiarum ac cleri regni predicti alijsque contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Quocirca, fraternitati vestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut vnus vestrum, per vos vel alium seu alios, prefato Lanceloto aut nuncijs vel procuratoribus supradictis de prouisione huiusmodj, iuxta litterarum nostrarum tenorem, responderi integraliter faciatis, non obstantibus omnibus supradictis, seu si prelatis et clero predictis communiter vel diuisim a prefata sede indultum existat quod interdici, suspendj vel excommunicarj non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodj mencionem, contradictores auctoritate nostra, appellacione postposita, compescendo.

Datum Rome, apud sanctum Petrum, kalendis octobris, anno secundo.

5

31 OUTUBRO 1411

Tratado de paz e de aliança perpétua, celebrado em Ayllon, entre os delegados de el-rei de Castela, menor de idade, representado por seus tutores, a rainha e mãe D. Catarina e o infante D. Fernando, e el-rei D. João I de Portugal, cujas cláusulas principais são as seguintes: paz perpétua entre as duas nações, compreendido o rei de França pela parte de Castela, se ele o desejar, e o infante D. Fernando no que respeita à sua sucessão no trono de Aragão; renúncia pelo rei castelhano aos danos que lhe foram infligidos durante a guerra, mas não aos recebidos dentro das últimas tréguas, iniciadas em 29 de Setembro de 1403 e a terminar em 1 de Março de 1413, podendo portanto os lesados requerer satisfação, nos termos das mesmas tréguas; el-rei de Castela fará guardar o presente tratado, não prejudicado pelo Cisma existente nem por causa da rainha D. Beatriz ou de qualquer outra pessoa, sob pena de 300.000 escudos de bom ouro e justo peso de França; completados 14 anos e 2 meses de idade, e 30 dias depois de requerido pelo

rei de Portugal, o referido monarca ratificará o presente tratado de paz; no prazo de 3 meses após o dia em que for requerido, restituirá aos portugueses que tinham bens em Castela no começo da guerra e lhes foram tomados esses bens ou o justo valor, para o que, da data do presente tratado até nove meses, ambos os reis nomearão dois homens bons e dois notários que, no prazo de um mês, examinem as ditas restituições; tal cláusula não se estende, porém, aos bens que mosteiros, igrejas e Ordens de Portugal possuem nos reinos de Castela e foram tomados em razão do Cisma, os quais permanecerão na situação actual até que Deus proveja de papa indubitável a que ambas as nações obedeçam e até que ele determine o que sobre o assunto se deve fazer; restituição aos castelhanos existentes em Portugal no início da guerra e que não foram vassalos de el-rei avô do de Castela nem o reconheceram por senhor, dos bens que eles possuiram nos reinos de Castela, salvo de doações régias; permissão aos moradores de Portugal e do Algarve de entrarem em Castela e comerciarem ali com os castelhanos, pagos os direitos que estes pagam, menos em mercadorias que sempre se proibiu exportar dos ditos reinos: ouro, prata, moedas, armas, poldros, cavalos, jumentos, etc.

ANTT., *Gaveta* **18**, maço 11, n.º 4, em caderno de pergaminho, inserto no original da carta de aprovação e ratificação, em Avila, a 30 de Abril de 1423, do mesmo Tratado por el-rei D. João II de Castela.

Publicado, em adaptação latina, por: G. G. LEIBNITZ, *Cod. Jur. Gent. Diplomt.*, t. 1, p. 290, e por DUMONT, *Corps Universel Diplomatique*, t. 2, parte 1, p. 336.

Sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 288 e ss. Aduzido por: FERNÃO LOPES, *Crónica de D João I*, vol. 2, caps. 191 a 195; por ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 5; por MATEUS DE PISANO, *De bello Septensi*; por LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 81; e por SOARES DA SILVA, *Memorias*, t. 2, cap. 192, p. 960. As palavras e sílabas de começo de período que vão entre colchetes acham-se no ms. à margem ou faltam.

[Jn] Dey nomjne amen. Segunt diz e afirma la sacra escpritura e los filosofos e sabios antiguos enseñaron e la esperiençia, que es maestra demostratiua de todas las cosas, lo demuestra, la paz e la concordia es virtud prinçipal e madre de todas las virtudes; ca, ssegund diz SantAgostin, esta serena e amansa las voluntades e coraçones de los omnes e pone amorios entre los coraçones dellos, tuelle e quita los engaños, rrefrena las batallas e peleas e abaxa e apremja los soberujos, ama los homjldes e justiçieros, concorda los enemigos e aduersarios e discordes; esta non sabe enloqueçer, non ssabe vanagloriar, onrra la justiçia e castiga e corrige

los malos. Quien vna vez la rresçibio e ouo deuela ssaber guardar e tener; e, quien la perdio deuela buscar e fazer mucho por la cobrar; ca, quien non fuere fallado en ella desechado es de Dios Padre e desheredado del Fijo e fecho es ageno del Espritu Santo. Finalmente, esta es fin e acabamiento de todas la[s] guerras e discordias e males e fundamiento de todos los bienes.

Et tanto es el bien de la paz, ssegunt el mesmo diz en el libro de la Çibdat de Dios que, avn en todas las cosas terrenas e mortales, non ay cosa que mas graçiosamente se suela oyr njn ay cosa que mas deseadamente se suela cudiçiar. Et, finalmente, non ay cosa que mejor que ella se pueda fallar; esta predico e enseño nuestro Saluador Jhesu Christo en el mundo e dexo a sus diçipulos, por lo qual todos los omnes, espeçial e sseñaladamente los rreys e prinçipes e grandes sseñores la deuen amar, tener, buscar e mantener e guardar; porquanto a ellos pertenesçe de rreger e gouernar e mantener ssus rregnos e sseñorios e tierras e subditos en paz e en justiçia e sosiego. E, segund diz Casiodoro, grant gloria es al prinçipe mantener en paz e sosiego e justiçia la ssu tierra.

[Por]ende nos, don Iohan, por la graçia de Dios, rrey de Castilla, de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Seujlla, de Cordoua, de Murçia, de Jahen del Algarbe, de Algezira e sseñor de Vizcaya e de Moljna, considerando en commo entre elrrey don Iohan, nuestro auuelo, por rrazon de la rreyna dona Beatriz, su muger, et despues entre elrrey don Enrrique, nuestro padre, de esclareçida memoria, a cuyas [almas] Dios de sancto parayso, e los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murçia, de Jahen del Algarbe, de Algezira e sseñorios de Vizcaya e de Moljna, tierras, sseñorios, partidas, gentes e subditos dellos, de la vna parte; et entre el rrey don Iohan de Portogal e del Algarbe, que agora es et los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, tierras, sseñorios, partidas, gentes e ssubditos dellos, de la otra parte, fueron guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas de çibdades e villas e lugares e de otras cosas que mas daños, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e otros males, por luengos tienpos e diuersas maneras.

Et agora nos, queriendo tirar e esquiuar, desujar e arredrar de se non fazer mas, de aqui adelante, semejantes guerras, discordias e males e non se acreçentar njn enander males a males entre christianos, amando e deseando la dicha paz e concordia; considerando ssobre ello el serujcio de Dios e pro e bien de nuestros rregnos et otrosi los grandes debdos que a Dios plogo que fuesen entre nos e nuestra sseñora la rreyna doña Cataljna, nuestra madre, e nuestras hermanas las jnfantes doña Maria e doña Cataljna, et nuestro tio el jnfante don Ferrando e su muger e sus fijos et el dicho rrey don Iohan de Portogal e la rreyna doña Felipa, ssu muger, nuestra tia et el jnfante Aduarte e los otros jnfantes sus fijos, nuestros primos.

[1]

[Por]tanto nos, con acuerdo e conseio e abtoridat de la dicha sseñora rreyna doña Cataljna, nuestra madre, e del dicho jnfante don Ferrando, nuestro tio, nuestros tutores e rregidores e gouernadores de los dichos nuestros rregnos e sseñorios et eso mesmo con conseio e acuerdo de los del nuestro conseio et de los perlados, duques e condes, maestres, rricos omnes de nuestros rregnos e de los procuradores de las çibdades e villas de los dichos nuestros rregnos, ssobre lo que dicho es; acordamos, firmamos, fazemos, ponemos, damos e otorgamos, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores et por los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, de Toledo, de Gallizia, de Seuilla, de Cordoua, de Murçia, de Jahen del Algarbe, de Algezira e los sseñorios de Vizcaya e de Moljna, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos; et otrosi por el rrey de Françia, nuestro hermano e nuestro aliado, si en ella quisiere ser et por el dicho jnfante don Ferrando, nuestro tio e nuestro tutor e rregidor de nuestros rregnos, por e enquanto toca a la subçesion e prosecuçion de los rregnos e sseñorios de la corona de Aragon, ssobre que agora demanda e pretende auer buena paz, leal, pura, verdadera, estable, firme, perpetua e valedera pera todo ssienpre jamas, asi por mar commo por tierra, al ssobredicho rrey don Johan de Portogal e del Algarbe, que agora es, e a todos sus herederos e subçesores que por los tienpos fueren et a los dichos sus rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e subditos dellos e de cada vno dellos.

Et, por esta dicha paz, fazemos fin, rremision, quitaçion e concordia, espeçial e espresa, ha e con el dicho rrey de Portogal e del Algarbe e con todos sus herederos e subçesores et con los dichos sus rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e subditos dellos e de cada vno dellos ssobre las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, daños, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e otros qualesquier males passados por qualquier guisa e manera que fuesen o se digan ser fechos fasta el dia de la fecha desta nuestra carta.

Et eso mesmo fazemos rremjsion, rrefutaçion e rrenunçiaçion, espeçial e espresa, de todo el derecho e abçion que nos auemos o podamos auer et de todo aquello que a nos e a nuestros herederos e ssubçesores et a los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos pertenesçe o pudiese pertenesçer, por qualquier guisa o manera que sea, por rrazon de las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, daños, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e otros males contra

el dicho rrey don Iohan de Portogal e del Algarbe e sus herederos e subçesores o contra los dichos sus rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos.

Et queremos, otorgamos e prometemos de nunca demandar las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, daños, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas e males njn parte dellas njn alguna dellas, por nos njn por otro, en juyzio njn fuera de juyzio, de fecho njn de derecho njn por otra qualquier manera, njn daremos consentimiento, ayuda njn conseio, en publico njn en escondido, contra lo que ssobredicho es njn contra parte dello por njnguna guisa que sea.

[2]

E esta dicha rremision, rrefutaçion, rrenunçiaçion e quitaçion queremos que aya lugar e se estienda non tan solamente alo que toca a nos e a nuestros herederos e ssubçesores e a los dichos nuestros rregnos, tierras, sseñorios e partidas dellos, mas avn alas gentes e ssubditos nuestros et a todas las personas ssingulares, e a cada vna dellas, que fueron dañjficados des que la dicha guerra se començo entre el dicho rrey don Iohan, nuestro auuelo et el dicho rrey don Iohan de Portogal, agora fuesen fechos los danpnos en guerra o en treguas. Ca todo queremos que sea rremetido e lo rremetimos e quitamos e queremos e mandamos que non pueda ser demandado en juyzio njn fuera de juyzio njn en otra manera qualquier, ssaluo en los danjficados que rresçibieron daños e males en estas postrimeras treguas de los diez años que agora duran, que fueron fechas entre el dicho sseñor rrey don Enrrique, nuestro padre, que Dios perdone, et el dicho rrey don Johan de Portugal, que se començaron por dia de Sant Miguell, que fue a veynte e nueue dias del mes de setienbre del año del nasçimiento del Nuestro Señor Jhesu Christo de mill e quatroçientos e dos años, et se han de acabar primero dia de março que verna en el año de mill e quatroçientos e treze años, que non queremos que aya lugar la dicha rremision e rrefutaçion, rrenunçiaçion e quitaçion, mas que quede ssu derecho a saluo a los dichos dañjficados, pera demandar la hemienda e satisfaçion e las otras cosas que de derecho les pertenesçen, ssegunt la forma e manera de los traptos de las dichas postrimeras treguas.

Et, por que los dichos dañjficados mas ayna e en breue alcançen complimiento de justiçia e vean que, por nos njn por aquellos a quien lo encomendaremos, non se procuran njn se fazen otras dilaçiones e luengas o escusas e que se libran los dichos negoçios breuemente, sin estrepitu e figura de juyzio, solamente ssabida la verdat, ssegunt la forma de los dichos traptos de treguas, queremos que vn procurador del dicho rrey

don Iohan de Portogal sea presente e vea todos los abtos e las otras cosas que pasaren, si quisier, por que de vista pueda dar testimonio de verdat. Et mandamos a los escriuanos por quien pasaren los dichos abtos e cosas que les den copia e treslado dellos o delo que ellos quisieren, sso pena que, por ese mesmo fecho, pierdan los ofiçios que toujeren e nunca mas vsen dellos njn puedan vsar.

[3]

Otrosi queremos, otorgamos e prometemos, por nos e por nuestros herederos e subçesores e por todos los dichos nuestros rregnos, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos que, por rrazon de las dichas guerras, debates, muertes, rrobos, fuerças, tomas, quemas, dãpnos, jnjurias, ofensas, perdidas, despensas, jntereses, penas de nunca ofender al dicho rrey don Iohan de Portogal e del Algarbe njn a sus herederos e subçesores njn a los dichos sus rregnos de Portogal e del Algarbe e sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos, por mar njn por tierra, por nos njn por otros nuestros ssubditos o non ssubditos de qualquier ley, estado o condiçion que sean en los dichos sus rregnos njn fuera dellos, en njnguna parte del mundo, por njnguna manera que ssea.

[4]

Otrosi queremos, otorgamos e prometemos, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores que por el tienpo fueren et por los dichos nuestros rregnos, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos, que guardaremos, ternemos, conpliremos e faremos tener, conplir, guardar bien, fiel, leal e verdaderamente la ssobredicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiaçion, quitaçion e concordia et todas las cosas suso e ayuso escpritas e cada vna dellas, agora e de aqui adelante pera todo ssienpre; e aueremos por firme, grato e rrato e valedero todas las cosas e cada vna dellas en esta nuestra carta contenjdas.

Et que non yremos, njn vernemos, njn faremos contra la dicha paz e cosas en ella contenjdas njn cada vna dellas, njn demandaremos, njn consentiremos demandar las ssobredichas cosas njn cada vna dellas, por nos njn por otro njn por njnguna rrazon, causa, manera de derecho njn de fecho, derechamente o non derechamente, publicamente njn escondidamente, agora njn de aqui adelante pera todo sienpre, por rrazon del çisma que agora es njn de qualquier otra discordia que sea o fuere en la eglesia de Dios njn por rrazon de la ssobredicha rreyna doña Beatriz njn de otra

persona o personas qualquier o qualesquier, de qualquier ley, estado o condiçion que sea, sso pena de trezientas mill coronas del cuño de Françia, de buen oro e de justo peso. La qual pena, pagada o non pagada, prometemos, queremos e otorgamos que la dicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiaçion e quitaçion e concordia con todas las cosas ssobredichas e cada vna dellas finquen, esten, sean e duren firmes, estables e valederas en su firmeza pera todo ssienpre jamas.

[5]

Otrosi queremos, otorgamos e prometemos que quando, plaziendo a Dios, fueremos en hedat de catorze años conplidos e, pasados mas dos meses primeros sseguientes que, dende en adelante, del dia que fueremos rrequerido por parte del dicho rrey don Iohan de Portogal o de sus herederos e subçesores que por el tienpo fueren, fasta treynta dias, que nos, por nos e en nuestro nombre e por todos nuestros herederos e subçesores et por los dichos nuestros rregnos e sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes, subditos dellos e de cada vno dellos aprouaremos, firmaremos, rratificaremos, ternemos, guardaremos e conpliremos e faremos tener, guardar e cunplir bien, fiel, lealmente e verdaderamente e aueremos por firme, grato e rrato, pera todo ssienpre, la dicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas sobredichas e cada vna dellas por la manera e guisa que son fechas por nos con abtoridat de los dichos nuestros tutores e por los dichos nuestros tutores en nuestro nombre.

Et que, otrosi, prometeremos por nuestra fe rreal e juraremos, por Dios e por la cruz e ssobre los ssantos euangellios, con nuestras manos corporalmente tañjdos, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores e por los dichos nuestros rregnos, sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e subditos dellos e de cada vno dellos, de fazer e tener e guardar e conplir e ternemos e guardaremos e cunpliremos e faremos tener, guardar e cunplir bien, fiel e lealmente e verdaderamente, sen njnguna arte o engaño, la dicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas en esta nuestra carta contenjdas pera todo ssienpre, asi e en aquella manera que en la dicha carta e capitulos della mas conplidamente es contenjdo. E eso mesmo juraremos que non pediremos njn enpetraremos, por nos njn por otro, restituçion *in jntegrun* njn asoluçion del dicho juramento contra las ssobredichas cosas e cada vna dellas por njnguna guisa njn por rrazon de menor de hedat o daño o engaño alguno que ouiesemos rreçebido asi commo menor de hedad o commo rrey o commo fisco o en otra qualquier manera que por nuestra parte se dezjr e allegar pudiese.

Et que, otrosi, rrenunçiaremos, espeçialmente e espresamente, toda abçion e derecho canonjco e çeuil, escprito o non escprito, e ofiçio e beneficio e preuilleio de derecho espeçial, comun o general, e fuero, fazaña, costunbre e vso espeçialmente al beneficio e preuilleio de menor hedat; e otrosi al beneficio e preuilleio o beneficios e preuilleios de derecho espeçial, comun o general, que pertenesçen a los rreys, asi commo rreys o asy commo fiscos o en otra manera qualquier que a nos pertenescan o pueden pertenescer e de que nos e nuestros herederos e subçesores nos podamos o pudiesemos aprouechar e ayudar en qualquier manera; el qual o quales beneficio o beneficios, preuilleio o preuilleios, fuero o fueros, fazaña o fazañas, vso o costunbres aueremos aqui por espresos e espaçificados e espeçialmente nonbrados; e nos auremos dellos e de cada vno dellos por çierto e certificado, bien asi commo si aqui, de palabra a palabra, fuesen puestos, escriptos e espaçificados.

Et nos asi los rrenunçiaremos et eso mesmo rrenunçiaremos a toda via e manera espeçial, comun o general que a nos pertenezca o pudiese pertenesçer en qualquier manera, de querellar o denunçiar o demandar o oponer o contradezir en juyzio o fuera de juyzio, njn venjr por otra qualquier manera contra la dicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia, fecha e fechas ssobre las dichas cosas njn contra las dichas cosas o cada vna dellas. Et otrosi que rrenunçiaremos la ley e derecho que diz que general rrenunçiaçion non vala e que faremos todas las obligaçion, obligaçiones e rrenunçiaçion e rrenunçiaçiones que, por bien e firmeza e guarda deste contrapto, por nos en esta carta son dichas, fechas e declaradas asi e tan conplidamente commo en ella es contenjdo. Et otrosi que supliremos qualquier desfallesçimiento o desfallesçimientos de fecho o de derecho o de derechos o de solepnjdad o solepnjdades, de derecho o de derechos, o de fuero o fazaña, costunbre o vso que en este contrapto fueren o falleçiesen o sean omjsos, puesto que tal o tales sean de que deuiese en el ser fecha espeçial e espresa mençion, el qual o quales nos todos e cada vno dellos aueremos aqui por espaçificados e espresamente nonbrado e nonbrados.

E querremos e otorgaremos que, non enbargante el dicho desfallesçimiento o desfallesçimientos, la dicha paz e fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las cosas ssobredichas e cada vna dellas sean firmes, estables e valederas pera todo sienpre jamas, asi e tan conplidamente commo si entre contrapto njngunt defeto o defetos fuesen njn alguna solẽpnjdade o ssolepnjdades qualesquier fallesçiesen o fuesen omisas e, finalmente, que faremos, ternemos, guardaremos e conpliremos, so el dicho juramento, todas las cosas e cada vna dellas en esta nuestra carta contenjdas njn vernemos njn faremos contra ello o parte dello, agora njn de aqui adelante njn en njngunt tienpo del mundo en njnguna forma o manera, qualquier que sea.

[6]

Otrosi queremos e otorgamos que todos los bienes que los portogaleses que eran vezinos e moradores en Portugal al tienpo que la dicha guerra se començo entre el dicho rrey don Iohan, nuestro auuelo, e el dicho rrey don Johan de Portogal, aujan de sus patrimonjos en estos dichos nuestros rregnos e sseñorios e les fueron ocupados e tomados despues de las dichas guerras aca, que les sean libremente tornados; e que los que los tienen que gelos desenbarguen e nos que gelos fagamos tornar e desenbargar rrealmente e con efecto o les paguemos la estymaçion verdadera dellos, qual nos mas quisieremos; et que, desde el dia que ffueremos rrequerido por aquel a quien los dichos bienes pertenesçen o por ssu procurador en su nonbre, fasta tres meses primeros sseguientes, seamos tenudo a declarar e declaremos la escogençia que quisieremos fazer e tornar los dichos bienes, commo oy dia estan, a los ssobredichos o les pagar la estimaçion dellos; e, fecha la dicha escogençia por nos, en que les queremos pagar la dicha estimaçion, que nos que la paguemos commo oy dia valen los dichos bienes o commo valjan agora ha çinco años, qual la parte que la estimaçion oujere de auer mas quisiere.

Et, por que esto mejor se pueda fazer, queremos e prometemos que, desde el dia de la data desta carta fasta nueue meses primeros sseguientes, nos daremos vn omne bueno e vn notario por nuestra parte et quel rrey de Portogal, en ese mesmo termjno, de otro omne bueno e otro notario por la suya; los quales, fasta vn mes primero seguiente, vengan ante nos e en nuestra presençia fagan juramento ssobre la cruz e los santos euangellios, corporalmente con sus manos tañjdos, que bien, fiel, lealmente e verdaderamente veran los dichos bienes, yendo personalmente a los lugares do los dichos bienes estoujeren e los estimaran quanto oy dia valen o quanto valian agora ha çinco años, qual la parte mas quisiere, commo dicho es, ssegund Dios e sus conçiençias, so el dicho juramento, aujendo enformaçion de los omnes buenos de la comarca do fueren los dichos bienes; et eso mesmo los dichos notarios juraran que escreujran bien, fiel, leal e verdaderamente, presentes los dichos estimadores, las estimaçiones en que fueren estimados los dichos bienes; la qual estimaçion faran desde el dia que fueren rrequeridos por la parte o por su procurador fasta ocho meses primeros sseguientes, al mas tardar, o antes, ssy antes buenamente pudieren, so el dicho juramento que fizieren.

E, fecha la dicha estimaçion que, del dia que fueremos rrequerido por la parte que oujer de auer la dicha paga o por su procurador fasta seys meses primeros sseguientes, nos faremos e mandaremos fazer, rrealmente e de fecho, con efecto paga de todo lo asi estimado aaquellos cuyos eran o son o perteneçen los dichos bienes, que non mengue ende cosa alguna; pero

que esto non se entienda en rrazon de los bienes que los monasterios o eglesias o ordenes de Portogal han en estos dichos nuestros rregnos e sseñorios; porquanto estan ocupados por rrazon del çisma que es en la eglesia de Dios, mas que se esten por la manera que oy dia estan, fasta que Dios quiera dar vn papa *jndubitato*, a quien amas las partes obedezcamos, el qual determjne lo que ssobre ello se deue fazer.

[7]

Otrosi queremos e otorgamos e prometemos que a los castellanos que agora andan en Portogal, que se alla pasaron al tienpo que la dicha guerra se començo entre el dicho rrey don Johan, nuestro auuelo, et el dicho rrey don Johan de Portogal, que non fueron vasallos del dicho rrey don Iohan, nuestro abuelo, njn estoujeron so ssu obedençia njn lo rreconosçieron por sseñor, que les faremos emjenda por los bienes de sus patrimonios que aca, en los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon, tierras, partidas, sseñorios della aujan e poseyan a los tienpos que se alla pasaron, que non fueron donados de rreyes, ssegunt que, oy dia, los dichos bienes valen o ssegund que valian oy ha çinco años de la fecha desta nuestra carta, qual mas quisiere el que oujer de rresçibir la dicha enmjenda.

Et, pera ssaber el verdadero valor de los dichos bienes en que la estimaçion deue ser fecha, queremos que sean tomados vn omne bueno e vn notario, por nuestra parte, e otro omne bueno e otro notario, por parte del dicho rrey de Portogal, los quales juraran ssobre la cruz e los ssanctos euangellios con sus manos corporalmente tañjdos que bien, fiel e leal e verdaderamente faran la estimaçion de los dichos bienes ssegunt el tienpo de agora o de los dichos çinco años antes, qual la parte que la dicha emjenda oujer de rresçibir mas quisier, declarando antes que la dicha estimaçion se faga de qual de los dichos tienpos quieren que la dicha estimaçion se faga et que los dichos notarios otrosi fagan juramento que bien, fiel, leal e verdaderamente escriujran las dichas estimaçiones, presentes los dichos estimadores e todas las otras cosas e abtos que pasaren entre los dichos estimadores o que por ellos fueren fechas. La qual estimaçion faran los dichos estimadores yendo personalmente a los lugares do son los dichos bienes e resçibiendo enformaçion de los omnes buenos de la comarca do fueren los dichos bienes quales e quantos eran e por que manera estauan rrepartidos a los tienpos en que los ssobredichos escogieren que sea fecha la dicha estimaçion, commo dicho es.

Et todas las otras caljdades que neçesarias o prouechosas fueren pera la dicha estimaçion, los quales dichos omnes buenos, estimadores e notarios queremos que sean nonbrados del dia que esta carta es fecha fasta nueue meses primeros sseguientes et que sse ayunten en vno, desde el dia que asi

fueren nonbrados fasta treynta dias primeros seguientes, donde quier que nos seamos, e ellos, asi ayuntados, fagan el dicho juramiento por ante los dichos notarios en nuestra presençia; et que los dichos notarios pongan el dicho juramiento en comienço de las dichas estimaçiones e que, desde los dichos treynta dias en adelante fasta vn año primero sseguiente, fagan e acaben las dichas estimaçiones e todavia que juren que, sy antes del dicho tienpo buenamente pudieren fazer e acabar las dichas estimaçiones, que asi lo fagan et que nos, rrealmente e de fecho e con efecto, pagaremos e faremos pagar las quantias en que los dichos bienes fueren estimados a vn omne del dicho rrey de Portogal, qual el nonbrare e pera ello toujere ssu poder ssufiçiente, en la nuestra çibdat de Badajoz, desde el dia que nos aprouaremos e juraremos asi la dicha paz, despues que oujeremos catorze años conplidos fasta seys meses primeros sseguientes.

Et, por que las quantias en que los dichos bienes fueren estimados puedan ser contados con tienpo e la paga pueda ser fecha fasta el dicho plazo, quel dicho rrey de Portogal enbie el dicho ssu omne con el dicho poder a la dicha çibdat de Badajoz, desde el dicho dia que asy por nos fuere aprouada e jurada la dicha paz fasta tres meses primeros sseguientes, por que le queden otros tres meses pera poder contar e rresçibjr las dichas quantias. Et, si dentro del dicho plazo de los dichos primeros tres meses omne non venjere e venjere despues con el dicho poder, pera rresçibir las dichas quantias, que nos seamos tenudo, desde el dia que alli llegare fasta tres meses primeros sseguientes, de le fazer la dicha paga, segunt dicho es, por tal manera quel, libremente, sin enbargo alguno, sea entregado e apoderado a toda su voluntad de todas las quantias en que los dichos bienes fueren estimados.

Et el asi entregado e apoderado, lo mandaremos poner sseguro en ssaluo con las dichas quantias, en la villa de Yelues (1), que es del dicho rrey de Portogal, en manera que non rresçiba rrobo njn furto njn otro mal njn desagujsado alguno, en ssu persona njn en ssus bienes njn en las dichas quantias que asi oujere rresçibido, de nos njn de nuestros subjetos e ssubditos njn de otras personas estrangeras que en los dichos nuestros rregnos e sseñorios sean. Pero, se portogaleses algunos entraren en nuestros rregnos e sseñorios, al dycho tienpo que la dicha paga se ha de fazer o quinze dias antes, pera furtar o rrobar las dichas quantias, que nos non seamos tenudo al rrobo o furto que estos tales fizieren; e todavia que nos prometemos, a buena fee, sin mal engaño, de fazer nuestra diligençia en guardar e fazer guardar que el tal furto o rrobo e mal e daño por los tales non se pueda fazer en manera que en la dicha villa de Yelues, libremente, el dicho omne sea tornado en ssaluo e sseguro con las dichas cosas e quan-

(1) Por *Elvas*.

tias pera que allj el dicho omne asi nonbrado e enviado por el dicho rrey de Portogal pague a los dichos castellanos las quantias en que asy fueren estimados los dichos sus bienes.

Et, sy nos non fizieremos las dichas pagas en estos dos capitulos contenjdas en la manera que en ellos es escprita e declarada, que paguemos, de pena, al dicho rrey de Portogal, dozientas mill coronas de Françia, de buen oro e de justo peso; la qual pena, pagada o non pagada, que todavia seamos tenudo e obligado a fazer las dichas rrestituçiones de bienes o pagas, ssegunt que en estos dos capitulos es contenjdo e declarado. E demas que esta dicha paz, ffin, rremision, rrenunçiaçion e quitamiento, suso e ayuso escpritos, sea njnguna e de njngunt valor e aujda por non fecha njn aprouada njn rratificada en qualquier tienpo que las dichas aprouaçiones e rratificaçiones sean fechas et que non podamos dezjr que los ssobredichos que asi oujeren de auer los dichos bienes o estymaçiones o estimaçiones solas, commo dicho es, non deuen auer los dichos bienes o estimaçiones, por que fueron contra nos o contra los dichos nuestros rregnos de Castilla e de Leon o contra la tierra do son naturales, njn poner otra escusa njn dilaçion njn luenga alguna.

Pero, sy nos pusyeremos las dichas quantias en que los dichos bienes fueren estimados en la dicha nuestra çibdat de Badajoz e las pagaremos al dicho omne que poder del dicho rrey de Portogal oujer en los dichos termjnos, commo dicho es, e lo pusieremos en ssaluo e sseguro en la dicha villa de Yelues, ssegunt e por la manera que dicha es; que nos seamos libre e quito de las dichas quantias e ssumas, que a los dichos castellanos aujamos de pagar, bien asi commo sy a ellos mesmos las oujesemos pagado. Et que non cayamos njn sseamos tenudo a pena alguna de las en este[s] capitulos contenjdas njn sea la dicha paz aujda por njngunt valor njn aujda por non fecha njn aprouada njn rratificada njn rronpida, mas que quede e finque firme e valedera pera ssienpre jamas. E, por esquiuar algunos engaños que se podriam fazer en la moneda en que los dichos bienes fuesen estimados, queremos que los dichos bienes sean estimados en moneda de oro de coronas de Françia o en la moneda que agora corre en estos rregnos.

Et asy fecha la dicha estimaçion, luego en punto ayan ssu enformaçion los dichos estimadores quanto e a commo vale la dicha moneda de oro en la nuestra çibdat de Burgos de esta dicha moneda que agora corre en nuestros rregnos. Et lo escriuan asy luego junto, quando se escreujeren las dichas estimaçiones de los dichos bienes asy e por tal manera, que escriuan la estimaçion de los dichos bienes en moneda de oro, et eso mesmo de la moneda corriente. Et si, desde agora e desde el dia que fueren fechas las dichas estimaçiones fasta el dia que se han de fazer las dichas pagas, fizieremos o mandaremos fazer moneda alguna por la qual, en qualquier manera que sea, la moneda que agora e al tienpo de las dichas

estimaçiones corre valjere menos de commo agora e al tienpo de las dichas estimaçiones vale o se menoscabare, en qualquier manera que sea, en ssu valor, que seamos tenudo e obligado a pagar e paguemos las quantias de los dichos bienes en la moneda de oro en que fueren estimados los dichos bienes o en otra moneda de oro e de plata en ssu valor assi rrespeto de commo valiere la dicha moneda de oro en que fueren estimados los dichos bienes.

Et, sy al tienpo en que oujeremos de fazer las dichas pagas non oujeremos fecho njn mandado fazer moneda alguna, por que se menoscabe el valor de la dicha moneda corriente, ssegund dicho es, e quisieremos pagar las dichas estimaçiones de los dichos bienes en la dicha moneda que corriere al tienpo que fueren fechas las dichas estimaçiones, que las paguemos en la dicha moneda corriente, ssegunt la enformaçion ssobredicha, que oujeren los dichos estimadores que valia estonçe la moneda de oro en la dicha çibdat de Burgos desta dicha moneda corriente e los valores de los dichos bienes que ellos escreujeren que valian en la dicha moneda corriente. E prometemos a buena fee que, desde el dia que fizieremos las dichas pagas en la dicha moneda corriente fasta cinco años conplidos primeros sseguientes, non faremos njn mandaremos fazer moneda alguna por la qual la dicha moneda corriente en que fueren fechas las dichas pagas valga menos o se menoscabe, en qualquier manera que sea, en ssu valor njn rreprouaremos njn abaxaremos la dicha moneda corriente njn faremos que menos vala, en qualquier guisa o manera que sea.

[8]

E, por mayor ssegurança de la dicha paz, queremos e otorgamos que, de aqui adelante, los vezjnos e moradores en los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras e partidas dellos e de cada vno dellos puedan entrar, estar e andar e ssaljr en estos nuestros rregnos e sseñorios, ssalua e sseguramente, e traer e leuar e sacar qualesquier mercaderias et que les non sea fecho enbargo njn contrario njn otro mal njn sin rrazon alguna, pagando los derechos e tributos que oujeren e fueren tenudos de pagar los nuestros naturales a los tienpos que las troxieren e ssacaren e leuaren de tales mercaderias; et, non pagando los dichos derechos e tributos, que cayan en aquellas mesmas penas en que caerian sy fuesen nuestros naturales, non ssacando njn leuando cosas algunas de las que en tienpo de las pazes antiguas fueren vedadas, las quales son estas que se ssiguen.

[9]

Conujene a ssaber oro, plata, monedado o non monedado, monedas, armas, cauallos, potros, yeguas, moros. Et sy alguno o algunos leuaren o ssacaren las dichas cosas asy vedadas o alguna dellas, que les puedan ser tomadas en aquellos lugares onde se acostunbraron tomar en tienpo de pazes; et demas, que ayan aquellas mesmas penas que auerian e deurian auer el natural o naturales de los dichos nuestros rregnos que las dichas cosas vedadas sacasen e que vsem e conuersen bien e conplidamente en todas las cosas, ssegunt que mejor e mas conplidamente vsauan e acostunbrauan vsar en los tienpos pasados quando eran pazes.

Et, por que estas palabras oro e plata traen muchas dubdas de commo se entienda e nos es dicho que los allcaldes de las sacas vsan dellas a su voluntad, declaramoslas en esta manera: que non se entienda sacar oro njn plata sy alguno sacare tocaduras avn que aya en ellas orillas de oro o de plata; njn se entienda sacar oro njn plata por auer en los libros que leuaren algunas letras de oro o de plata; njn eso mesmo por sacar cabeçadas de frenos dorados o plateados njn bolsas njn paños, avn que en ellos aya algunas orillas o brosladuras o lauores o otras cosas semejantes de oro o de plata.

Otrosi queremos que qualesquier personas, asy castellanos commo portogaleses commo otros estrangeros qualesquier que pasaren destos nuestros rregnos en Portogal que moneda de oro o de plata o otra qualquier moneda leuaren pera ssu despensa pera yda e estada e pera tornada, ssegunt la distançia del lugar a que van e ssegunt el estado que ljeuan, que les non sea tomado, mas que los dexen yr libremente, con ello et que sea creydo por ssu juramento, quel nuestro allcalde de las sacas o sus lugares tenjentes le tomen, ssobre dezjr el lugar donde va.

Et, porque nos es querellado que los tenjentes por el alcallde mayor de las sacas e sus guardas fazen muchos agraujos e sin rrazones e que non ha juez ante quien se puedan querellar, porque en la ordenança del quadernjo de las sacas rreseruamos el conosçimiento pera nos mesmo; et, porquanto los omnes por pequeñas cosas antes las dexan perder por las grandes costas que ssobrello fazen en se venjr a nos querellar, que non demandarlas queremos; e mandamos que, de los agraujos que los ssobredichos fizieren, quel dicho alcallde mayor de las sacas conozca, sy presente fuere; e, ssy non fuere presente, que conozca, en cada obispado e ssacada, en el lugar o lugares donde es la cabeça del obispado o de la sacada, vn omne bueno qual nos nonbraremos, el qual aya poder del dicho alcallde mayor de las sacas pera conozçer de los agraujos que los dichos

alcallides menores o sus guardas fizieren, por que los omnes ayan a quien se querellar e fallen quien les faga conplimiento de justiçia; et que nos seamos tenudo de nonbrar el dicho omne bueno e fazer el dicho alcallde mayor de las ssacas que le de el dicho poderio, desde el dia de la data desta carta fasta seys meses primeros sseguientes; et, sy el dicho alcallde non le quisiere dar el dicho poderio, que nos gelo demos.

[10]

Otrosi, por esquiuar las rrepresarias e preudas que, por menguamiento de justiçia de vnas partes a otras se podrian fazer, queremos que en todos los pleitos çeujles e crimjnales que oujeren los dichos portogaleses e en todos los casos e cosas que acaesçieren de aqui adelante ssobre que ayan de ser demandados o demandadores en estos nuestros rregnos e sseñorios, acusados o acusadores, o aya de ser proçedido por ofiçio de judgador o en otra manera qualquier, que asy sean oydos judgados e preuillejados e gozen e ayan esas mesmas libertades e preuillejos e sean juzgados por esos mesmos juezes e leys e fueros, vsos, costunbres e fazañas que serian juzgados e aurian si todos fuesen castellanos nuestros naturales e morasen en estos dichos nuestros rregnos e sseñorios; et sy escogieren de dexar todos los otros juezes e venjeren ante los nuestros oydores prinçipalmente, que lo puedan fazer; et, si venjeren ante nos prinçipalmente o, dexados los juezes de las apellaçiones e ssuplicaçiones, escogieren a nos por juez de la apellaçion o suplicaçion, que nos seamos tenudo de les mandar fazer conplimiento de justiçia, ssegund dicho es. Et, por esta mesma orden e via, los nuestros naturales vezjnos e moradores en los dichos nuestros rregnos e sseñorios ayan de pedir e pidan justiçia e conplimiento della en los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, tierras, partidas e sseñorios dellos e de cada vno dellos.

[11]

E, sy prinçipalmente o por via de appellaçion o suplicaçion, a nos venjer el caso o nos fuere querellado de menguamiento de justiçia de los dichos juezes o de alguno dellos, que nos seamos tenudo de fazer o mandar fazer conplimiento de justiçia en los casos sobredichos e en cada vno dellos, breuemente, sin dilaçiones e luengas maliçiosas e syn estrepitu e figura de juyzio, solamente sabida la verdat del fecho. Et, se fueremos njgligente e non fizieremos o mandaremos fazer justiçia a los dichos dañjficados, en los casos ssobredichos o en alguno dellos, quel dicho rrey de Portogal nos pueda rrequerir, por sus cartas o por su procurador, que nos fagamos

o mandemos fazer justiçia a los dichos dañjficados, rrealmente e con efecto, el qual rrequerimiento queremos que nos sea fecho por ante escriuano de la nuestra camara e non por otro alguno.

Et, sy non fizieremos conplimjento de justiçia, segunt dicho es, o de lo que fizieremos la parte querellante o el que poder oujere por el dicho rrey de Portogal lo pidiere ssignado, queremos e mandamos al dicho nuestro escriuano de camara por ante quien nos fuere fecho el dicho rrequerimiento et a los otros escriuanos por ante quien pasaren todos los otros abtos que gelo de todo ssignado en manera que faga fee, sso pena de priuaçion de los ofiçios, ssegunt que suso dicho es, del dia que fueren rrequeridos fasta tres dias primeros sseguientes, sy la escpritura fuere tal que en el dicho terçer dia se pueda escriujr; et, si non, que aya tanto espaçio en quel dicho escriuano la pueda escriujr, lo qual el faga sin escusa e maliçia alguna. Et, desde el dicho dia en que se pudiere acabar de escriujr fasta tres dias primeros seguientes, sea tenudo de le dar ssignada la tal escpritura, ssegunt dicho es, por quel dicho rrey de Portogal vea e ssepa sy a los naturales vezjnos e moradores de los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe es ffecha justiçia o menguada.

Et, sy el entendiere que la justiçia es en alguna cosa menguada, quel que nos rrequiera e pueda rrequerir otra vez, espremjendo por capitolos e articulos los agraujos que dixiere ser fechos. Et nos seamos tenudo de rresponder a cada capitolo e agrauo fasta treynta dias primeros sseguientes. Et sy, en el dicho termjno, nos o los dichos rreyna e jnfante, nuestros tutores e rregidores, o los del nuestro conseio non rrespondieremos en la manera desuso dicha que, en el tal caso, sea la justiçia aujda por denegada et el pueda e mande ffazer rrepresarias en bienes muebles e ssemoujentes, solamente, e non en omnes njn en mugeres njn en çibdades, villas e castillos e qualesquier lugares, por la ssuma e quantia que montaren en el dicho pleito ssobre que la justiçia es denegada.

Et, sy los dichos nuestros escriuanos por ante quien pasaren los dichos proçesos e abtos e las otras cosas o el dicho nuestro escriuano de camara por ante quien pasaren los dichos rrequerimientos, de fecho, non lo quisieren dar ssignado; nos, desde agora, damos licençia a qualquier escriuano del dicho rrey de Portogal, que en estos nuestros rregnos venjere con el dicho procurador del dicho rrey de Portogal, que de ssignados los dichos rrequerimientos que nos fueren fechos; e, passado el dicho terçer dia que fueremos rrequerido que mandasemos dar el dicho testimonjo ssignado al dicho escriuano e, si non lo fizieremos, que lo quel dicho escriuano de Portogal diere ssignado en este caso que sea firme e valedero asi commo se lo diese ssignado el dicho nuestro escriuano de camara, por ante quien pasaren los dichos rrequerimientos. Et eso mesmo si los otros escriuanos por ante quien pasaren los otros abtos ante los dichos juezes non lo quisieren dar ssignado a la parte prinçipal o al dicho procurador del dicho rrey

de Portogal, en el termjno ssobredicho, quel dicho escriuano del dicho rrey de Portogal lo pueda dar ssignado, por que a nos pueda ser mostrado el menguamjento de justiçia que le fuere fecho e le nos proueeamos o mandemos proueer, ssegunt dicho es.

[12]

Otrosi, queremos que, si el dicho rrey de Portogal prinçipalmente, conosçiere de los pleitos e demandas e contiendas que los nuestros naturales e ssubditos oujeren en sus rregnos e sseñorios, o por via de apellaçion o suplicaçion o en otra manera qualquier, e por su propia persona o por los del ssu conseio diere ssentençja, que la tal ssentençja ante nos non pueda ser dicha njnguna, njn jnjusta njn agraujada e que nos, por el tal menguamiento de justiçia que por los dichos nuestros naturales vezinos e moradores de los dichos nuestros rreynos nos fuere querellado e dicho ser fecho por el dicho rrey de Portogal o por los del dicho ssu conseio, non fagamos njn mandemos fazer njn puedan ser fechas rrepresarias algunas. Et, sy prinçipalmente o por via de apellaçion o de ssuplicaçion, ante el venjere el caso o le fuere querellado de menguamiento de justiçia de los dichos juezes o de alguno delles o le fuere rrequerido que le faga o mande fazer conplimiento de justiçia e non lo fiziere que, avn que tal rrequisiçion ante nos parezca, que nos por ella non mandemos fazer rrepresarias algunas, mas que seamos tenudo de lo rrequerir e mandar rrequerir otra vez, por escprito, espremjendo los agraujos por capitolos e articulos, por manera que por allj parezcan las cosas en que dixieremos la justiçia ser denegada.

Et, si el rrespondiere a cada capitolo e articulo e allegare rrazones por que diga que la justiçia non es denegada et la dicha rrespuesta diere por si e por los del dicho su conseio, que allj aya fin el dicho negoçio et que nos non fagamos njn mandemos fazer rrepresarias por el menguamiento de justiçia que asy dixieremos ser fecho. Et, si del dia que el dicho rrey de Portogal fuere rrequerido la ssegunda vegada que faga conplimiento de justiçia fasta los dichos treynta dias primeros sseguientes non rresponDiere por sy o por los del su conseio por la manera e forma de suso dicha que, en el tal caso, la justiçia se entienda ser denegada et nos podamos e fagamos e mandemos fazer rrepresarias en esta manera que nos, por nos mesmo o por los dichos nuestros tutores o por los del nuestro conseio, conozcamos del dicho menguamjento de justiçia e demos ssentençia en el pleito en que la dicha justiçia se dixiere ser denegada.

E, por la forma en la dicha sentençja contenjda, mandamos a omnes buenos, sin sospecha, que fagan rrepresarias en bienes de vezjnos e moradores de los rregnos e sseñorios de Portogal e del Algarbe que non sean

çibdades njn villas njn castillos njn lugares njn bienes, rrayzes algunos njn en cuerpos de omnes e mugeres, mas que las fagan en otros bienes muebles e semoujentes. Et que los dichos bienes que asy tomaren por las dichas rrepresarias que los tengan de manjfiesto e los non vendan fasta nouenta dias primeros seguientes, en el qual termjno aquellos a quien fueren tomados los dichos bienes puedan rrequerir e rrequieran, asy al dicho rrey de Portogal commo a los otros a quien el fecho tocare, que enbie fazer paga de la ssuma en la dicha sentençja contenjda con las costas que en fazer las dichas rrepresarias fueren fechas.

Et, si dentro de los dichos nouenta dias non venjere fazer la dicha paga, segunt dicho es, que los bienes que asy fueren tomados puedan ser vendidos ssegunt los fueros e ordenamientos e derechos de los nuestros rregnos e de la quantia que valieren los dañjficados sean pagados ssegunt la forma de sus ssentençjas; et, sy los dichos bienes valieren mas quantias de lo contenjdo en las dichas sentençias con las dichas costas, ssegunt dicho es, que lo que demas valieren, a buena fe, sin mal engaño, sea tornado e entregado aaquellos en cuyos bienes se fizieren las dichas rrepresarias.

[13]

Otrosy, sy alguno o algunos de los dichos nuestros rregnos e sseñorjos furtaren o tomaren o entraren çibdat o villa o castillo o lugar de los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñorios, tierras, partidas dellos o lo rresçibieren, puesto que gela den algunos moradores o naturales de los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe contra voluntad del dicho rrey de Portogal o de sus herederos e subçesores que en aquel tienpo fueren, que nos e nuestros herederos e subçesores que, al tienpo de la dicha tomada fueremos, seamos tenudo e obligado de proçeder e proçederemos contra el malfechor o malfechores que tal cosa fizieren e contra los que con el fueren o estuujeren aaquellas penas crimjnales e çeujles que, segunt derecho e los fueros et leys e ordenamientos de los nuestros rregnos, mereçen aquel o aquellos que tales cosas fazen et que de los bienes que oujeren los tales malfechores que sean satisfechos el dicho rrey de Portogal o sus herederos e subçesores que en aquel tienpo fueren e fagamos todavia justiçia del e de los que con el fueren o estoujeren, commo dicho es.

Et, demas, quel dicho rrey de Portogal o sus herederos e ssubçesores que a ese tienpo ffueren pueda o mande çercar e cobrar la tal çibdat o villa o lugar o castillo e lo pueda tomar o mandar tomar por fuerça o por otra qualquier manera e prender los dichos malfechores e fazer dellos justiçia, ssegunt la dicha pena. Et que nos njn nuestros herederos e subçesores que a ese tienpo fueremos non daremos njn consentiremos dar fauor

njn ayuda alguna al tal malfechor o malfechores pera se defender antes, sy a nuestros rregnos se acogieren, que nos seamos tenudo, a buena fe e sin mal engaño de trabajar e fazer nuestro poder por los prender. Et, sy preso o presos fueren, que los entreguemos e rremjtamos al dicho rrey de Portogal o a sus herederos e subçesores que a ese tienpo fueren por que, allj onde cometieren el malefiçio, sea fecha dellos justiçia, ssegunt dicho es.

[14]

Otrosi, si alguno o algunos de los dichos rregnos de Portogal e del Algarbe, sseñoryos, tierras, partidas e lugares dellos se venjeren pera los dichos nuestros rregnos e sseñorios, tierras, partidas e lugares dellos con alguna o algunas cosas qualesquier e las, furtiblemente o rrobadamente, troxieren contra voluntad de sus dueños o alguno leuare muger casada o ella se fuere contra voluntad de ssu marido o se venjere a los dichos nuestros rregnos e sseñorios que, seyendo nos o nuestros herederos e subçesores que por el tienpo fueren o las nuestras justiçias o qualquier dellas ssobre ello rrequerido o rrequeridos, que lo fagamos enbiar preso, de conçeio en conçeio, e entregar en el primer lugar de Portogal con las dichas cosas que fueren falladas e se pudieren auer pera se fazer dellos e de cada vno dellos derecho en el lugar o lugares donde se fiziere e cometiere el malefiçio o malefiçios.

[15]

Otrosi, nos, de nuestro conplido, absoluto e rreal poderio, ssuplimos qualquier defalleçimiento o desfalleçimientos, de fecho o de derecho o de derechos o de ssolepnjdad o solenjdades de derecho o de fuero, fazaña, costunbre, vso que en este contrapto fuesen o falleçiesen e sean omjsos, puesto que tal o tales sean de que deujese en ellos seer fecha espeçial e espresa menção, et el qual o quales nos todos e cada vno dellos auemos aqui por espresos e espaçificados e espresamente nonbrado e nonbrados. Et queremos e otorgamos que, non enbargante el dicho desfalleçimiento o desfalleçimientos, la dicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiaçion e quitaçion e concordia e todas las cosas sobredichas e cada vna dellas suso e ayuso escpritas sean firmes e estables e valederas pera todo ssienpre jamas, asi e tan conplidamente commo si en este contrapto njngunt defeto o defetos fuesen njn alguna ssolenjdat o solepnjdades qualesquier falleçiesen o fuesen omisas e a que, de uerbo a uerbo, espresamente, fuesen contenjdas.

[16]

Otrosi, por mayor firmeza e guarda desta dicha paz e cosas en ella contenjdas, las personas e conçeios de yuso escpritas, desde el dia de la fecha desta carta fasta seys meses primeros sseguientes, juraran ssobre la cruz e los santos euangellios de tener, guardar e cunplir esta paz; el qual juramento fara cada vno en esta forma que se ssigue, a saber:

Yo, fulano, juro a Dios e ssobre esta cruz e a estos santos euangellios, con mjs manos corporalmente tañjdos, que bien, fiel e leal e verdaderamente, sin njnguna arte e mal engaño, terne e guardare e cunplire e fare tener, guardar e cunplir a todo mj leal poder esta paz e todas las cosas e cada vna dellas en esta carta contenjdas, de aqui en adelante e pera todo ssienpre, seyendo la dicha paz por el dicho sseñor rrey aprouada, jurada e guardada ssegunt en esta su carta es contenjdo, las quales personas e conçeios son estos, lo que se ssigue.

[17]

E para fazer e tener e guardar e cunplir todas las cosas ssobredichas e cada vna dellas, obligamos a nos e a todos nuestros herederos e ssubçesores e a todos nuestros bienes, aujdos e por auer, asi rreales commo fiscales commo patrimonjales e otros qualesquier en qualquier manera que sean vulgarmente nonbrados, que nos ayamos e a nos pertenezcan, asi commo a rrey o commo a fisco o en otra manera qualquier. E rrenunçiamos, espeçialmente e espresamente, toda abçion e derecho canonico e çeujl, escprito e non escprito, e ofiçio e benefiçio e preujllejo de derecho espeçial, comun o general, fuero, fazaña, costunbre, vso, especialmente al benefiçio e preuilleio o benefiçios o preuilleios e derechos comunes e espeçiales que pertenesçen a los rreys, asi commo rreys o asi commo fiscos o en otra manera qualquier que a nos pertenezcan o pueden pertenesçer et de que nos e nuestros herederos e subçesores nos podamos o pudiesemos aprouechar e ayudar en qualquier manera que sea; a los quales benefiçio o benefiçios, preuilleio o preuilleios, fuero o fueros, fazaña o fazañas, vsos e costunbres auemos aqui por espresos e espaçificados e espeçialmente nombrados e nos auemos dellos e de cada vno dellos por çierto e por çertificado, bien asi commo sy aqui, de palabra a palabra, fuesen puestos e escpritos e espaçificados.

E nos asy lo rrenunçiamos et eso mesmo rrenunçiamos a toda via espeçial, comun o general que a nos pertenezca o pudiese pertenesçer, en qualquier manera, de querellar o denunçiar o demandar o oponer o contra-

Copyrighted material

dezjr, en juyzio o fuera de juyzio, njn venjr por otra qualquier manera contra la dicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiaçion e quitaçion e concordia, fecha e fechas ssobre las dichas cosas njn contra las ssobredichas cosas o cada vna dellas. Et rrenunçiamos eso mesmo la ley e el derecho que diz que general rrenunçiaçion non vala. Et, por mayor firmeza desta paz, fin, rremision, rrefutaçion e rrenunçiaçion e quitaçion e concordia e de todas las cosas ssobredichas e de cada vna dellas, e ellas sean mas firmes e mejor guardadas, otorgamos e prometemos, por nuestra fe rreal, por nos e por todos nuestros herederos e subçesores e por los dichos nuestros rregnos e sseñorios, tierras, partidas, lugares, gentes e ssubditos dellos e de cada vno dellos de tener e guardar e cunplir.

E ternemos e guardaremos e cunpliremos, faremos tener, guardar e cunplir bien, fiel, leal e verdaderamente, sin njnguna arte o engaño, la dicha paz, fin, rremision, rrefutaçion, rrenunçiaçion, quitaçion e concordia et todas las otras ssobredichas cosas e cada vna dellas pera todo ssienpre jamas e en aquella manera que en esta nuestra carta e capitolos della mas conplidamente es contenjdo. Et eso mesmo que non pediremos njn enpetraremos, por nos njn por otro, rrestituçion *jn jntegrum* (2) contra las ssobredichas cosas o cada vna dellas, dezjendo que somos dañjficado o leso o que rresçibjmos dẽpno o engaño alguno, asi commo rrey o commo fisco o en otra qualquier manera e guisa que, por nuestra parte, se pudiese dezjr e allegar; njn vernemos njn faremos contra todo lo ssobredicho o parte dello, agora njn de aqui adelante njn en alguno tienpo del mundo, en njnguna forma njn por qualquier manera que sea, njn por rrazon del çisma que agora es njn de otra qualquier discordia que sea o fuere en la eglesia de Dios njn de qualquier persona de qualquier ley, estado o condiçion que sean.

[18]

E nos, los dichos rreyna doña Cataljna e jnfante don Ferrnando, tutores del dicho sseñor rrey e rregidores e gouernadores de sus rregnos, seyendo presentes a todas las cosas ssobredichas e a cada vna dellas, damos e otorgamos, commo tutores del dicho sseñor rrey espeçialmente, nuestra liçençia e interponemos espresamente nuestra abtoridat, para que este dicho contrapto e todas las cosas en el contenjdas e cada vna dellas sean firmes, estables e valederas, agora e de aqui adelante, pera todo ssienpre jamas. Et, por mayor abondamiento e firmeza del dicho contrapto e cosas en el contenjdas, porquanto el dicho sseñor rrey es de

(2) No ms. *jntregum*.

pequeña hedat; nos, los dichos ssus tutores, aujendo, por serujcio de Dios e del dicho sseñor rrey e pro e bien de los sus rregnos, la dicha paz e conseio e acuerdo de los del conseio del dicho sseñor rrey e de los perlados, duques, condes, maestres, rricos omnes, caualleros e procuradores de las çibdades e villas e lugares de los dichos sus rregnos, sy e enquanto sea cumplidero e nesçesario, de fecho o de derecho, por bien del dicho contrapto nos, commo tutores del dicho sseñor rrey, acordamos, firmamos, fazemos, ponemos, damos e otorgamos, por el dicho sseñor rrey e en su nonbre e por todos ssus herederos e ssubçesores e todos sus rregnos e señorios e gentes e ssubditos dellos, la dicha paz, buena, leal, pura, verdadera, estable, firme, perpetua e valedera pera todo ssienpre jamas, al ssobredicho rrey don Johan de Portogal e a sus herederos e subçesores e sus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos e en aquella manera e forma que en esta carta es contenjdo e mejor e mas conplidamente que se por nos fazer puede.

Et otrosy, por el dicho sseñor rrey e en ssu nonbre, commo sus tutores, fazemos la dicha fin, rremision, quitaçion e concordia, espeçial e espresa ha e con el dicho rrey de Portogal e todos sus herederos e ssubçesores e sus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos ssobre todas las dichas guerras, debates e males pasados. Et eso mesmo fazemos la dicha rremision, rrefutaçion e rrenunçiaçion, espeçial e espresa, de todo derecho e abçion quel dicho sseñor rrey e sus herederos e subçesores e ssus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos han o pudiesen auer para adelante, por rrazon de las dichas guerras, debates e males pasados contra el dicho rrey de Portogal e sus herederos e subçesores e ssus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos.

Et otrosy, por el dicho sseñor rrey e en ssu nonbre, commo sus tutores, fazemos todas las obligaçion e obligaçiones, rrenunciaçion e rrenunçiaçiones que, por bien, firmeza e guarda deste contrapto, por el dicho sseñor rrey en esta dicha su carta son dichas, fechas e declaradas, et asi e en aquella forma e manera que en la dicha carta es contenjdo. Et prometemos de nunca demandar njn consentir demandar las dichas guerras, debates e males pasados, ssegunt en esta dicha carta es contenjdo. La qual dicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas nos, los dichos tutores, en nonbre del dicho sseñor rrey e por el e todos sus herederos e subçesores e sus rregnos e sseñorios e gentes e ssubditos dellos, fazemos, damos e otorgamos con e al dicho rrey de Portogal e sus herederos e subçesores e ssus rregnos e sseñorios e gentes e subditos dellos, en aquella manera e forma que se en esta dicha carta contiene e mejor e mas conplidamente que se por nos e en nonbre del dicho sseñor rrey fazer puede, e asy e tan conplidamente commo sy todas las palabras que son dichas e puestas, conçebidas e pronunçiadas, en persona del dicho sseñor rrey, en esta dicha su carta,

fuesen dichas, puestas, conçebidas e pronunçiadas por nos, en nuestras propias personas; e asi, como sus tutores e en nombre del dicho sseñor rrey e asi commo sus tutores, asy las dezimos, ponemos, conçebjmos e pronunçiamos, cada vnas palabras en su lugar, asi commo son asentadas e escpritas en esta dicha carta.

[19]

E luego de presente prometemos e juramos, por Dios e por la ssignificançia de la cruz e los ssantos euangellios, con nuestras manos corporalmente tañjdos que, fasta quel dicho sseñor rrey sea en hedat de catorze años conplidos, que nos bien, fiel, lealmente e uerdaderamente, sin njnguna arte o mal engaño, a todo nuestro leal poder, asy commo tutores del dicho sseñor rrey, e otrosy commo rreyna doña Cataljna e jnfante don Ferrnando, ternemos, guardaremos e cunpliremos e faremos tener, guardar e cunplir esta dicha paz, fin, rremjsion, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas, asy e por aquella manera que en esta dicha carta mas cunplidamente es contenjdo, enquanto en nos fuere e a nos pertenesçe, commo tutores del dicho sseñor rrey, et en lo que al dicho sseñor rrey e sus herederos e susçesores e sus rregnos e sseñorios e subditos tienen e pertenesçe de tener e guardar e cunplir.

Et eso mesmo en lo que a nos toca e pertenesçe, asy commo rreyna doña Cataljna e commo jnfante don Ferrnando, asy e por aquella manera que en esta dicha carta e capitolos della mas cunplidamente es contenjdo; et que non vernemos njn faremos contra las sobredichas cosas o cada vna dellas njn pidiremos o enpetraremos, por nos njn por otro, rrestituçion *in jntegrum* njn absoluçion del dicho juramento contra la dicha paz e cosas en ella contenjdas o cada vna dellas, en nuestro nonbre o del dicho sseñor rrey, njn por rrazon de la ssu menor hedat njn por rrazon de daño o engaño alguno que, por parte del dicho sseñor rrey o por nuestra parte, se dezir e allegar pudiese, rrenunçiando espresamente todo derecho, abçion e exenpçion, ofiçio, benefiçio o preujllejo de derecho espeçial, comun o general, por el qual o quales contra lo ssobredicho o parte dello pudiesemos venjr en qualquier manera, aujendo los dichos derechos, ofiçio o ofiçios, benefiçio o benefiçios, preuillejo o preuillejos aquí todos e cada vno dellos por espresos e espeçificados e espeçialmente nombrados et nos dellos e de cada vno dellos por çiertos e por çertificados et eso mesmo rrenunçiando la ley e el derecho que diz que general rrenunçiaçion non vala.

[20]

E otrosi, prometemos e juramos, por Dios e ssobre la dicha cruz e los ssantos euangelios, con nuestras manos corporalmente tañjdos, commo tutores del dicho sseñor rrey et otrosi commo rreyna doña Cataljna, su madre, e commo jnfante don Ferrnando, ssu tio, de traptar, fazer, procurar e consejar, a todo nuestro leal poder, bien, fiel, lealmente e verdaderamente que quando, plaziendo a Dios, el dicho sseñor rrey sera en hedat de los dichos catorze años cunplidos, quel aprouara, firmara, rratificara e terna, guardara e fara tener e guardar e cunplir lealmente e verdaderamente la ssobredicha paz, fin, rremjsion, quitaçion, rrefutaçion, rrenunciaçion e concordia e todas las otras cosas en esta dicha carta contenjdas e cada vna dellas; et que non verna njn fara contra ello o parte dello, por njnguna rrazon o manera que sea, et que rrenunçiara espresamente toda abçion e derecho, ofiçio, beneficio e preuilleio de derecho espeçial, comun o general, por el qual o quales contra lo que dicho es o parte dello pudiese venjr en qualquier manera et que fara todas las ssobredichas obligaçion e obligaçiones e rrenunçiaçion e rrenunçiaçiones, asy e en aquella forma e manera que en esta dicha ssu carta es contenjdo.

Et que ssuplira, de ssu poderio conplido, rreal e absoluto, qualquier defaleçimiento o defalleçimientos de fecho o de derecho o de ssolenjdat o ssolepnjdades de derecho o de otra qualquier cosa que en este contrapto fuesen o falleçiesen o fuesen omjsas en qualquier manera; et, finalmente, que jurara espresamente, por Dios e sobre la cruz e los santos euangelios, con sus manos corporalmente tañjdos, que bien, fiel, lealmente e verdaderamente fara, terna, guardara e cunplira e fara tener e guardar e cunplir la ssobredicha paz, fin, rremision, quitaçion, rrefutaçion, rrenunçiaçion e concordia e todas las otras cosas e cada vna dellas, asy e en aquella forma e manera que en esta dicha carta e capitulos della, mejor e mas conplidamente es contenjdo; et que non pedira njn enpetrara, por si njn por otro, rrestituçion *jn jntegrum* njn absoluçion del dicho juramento contra la dicha paz e cosas en ella contenjdas o cada vna dellas, por njnguna manera o rrazon, qualquier que sea.

[21]

E, a mayor firmeza deste dicho contrapto, nos, los dichos tutores, commo tutores del dicho sseñor rrey e rregidores e gouernadores de los dichos sus rregnos, lo firmamos de nuestros nombres e mandamoslo sellar con el sello de plomo del dicho sseñor rrey. E mandamos a los presentes escriuanos e publicos notarios que lo den ssignado de sus signos, pera guarda de amas las partes, e a los que son presentes que sean dello testi-

gos, los quales son: don Alfonso Enrriquez, almjrante mayor de Castilla, e Pero Afan de Ribera, adelantado mayor de la frontera, e Diego Ferrnandez, mariscal, e Johan Aluarez Osorio, guarda mayor delrrey, e don fray Joham Enrriquez, obispo de Lugu (3).

Dada en la villa de Ayllon, postrimero dia de octubre, año del nasçimiento del Nuestro Señor Jhesu Christo de mill e quatroçientos e onze años. Yo la Reyna. Yo el jnfante.

Yo Sancho Romero, escriuano de camara de nuestro sseñor elrrey e ssu notario publico en la ssu corte e en todos los sus rregnos, fuy presente, en vno con Aluar Gonçalez de Amaya, escriuano del dicho rrey de Portogal, e con los testigos en esta carta contenjdos, quando los dichos sseñores rreyna e jnfante otorgaron esta carta de paz e todas las cosas en ella contenjdas e cada vna dellas e fizieron el dicho juramento, ponjendo sus manos derechas ssobre vna cruz e vn libro de euangellios, segunt e por la manera que desuso es contenjdo e declarado. Et, por mandamiento de los dichos señores rreyna e jnfante e, a rrequerimiento de Johan Gomez da Silua e de los dotores Martjn do Sem e Ferrnand Gonçalez Beleaga, que presentes estauan, por parte del dicho rrey de Portogal e commo sus enbaxadores, la fiz escriujr en estas tres pieles de porgamjno, las quales van juntas con la cola; e en las espaldas, en cada juntadura, va firmado de los nonbres del dicho Aluar Gonçalez e de mi. Et pusi aqui este mjo ssigno, en testimonio de verdat.

Et yo, Aluar Gonçalez de Amaya, escriuano de la camara del sobredicho señor rrey de Portogal e notario publico en la su corte e en todos sus rregnos que, por liçençia, poder e abtoridat que me fue dada e otorgada, por aluala del dicho señor rrey de Castilla, pera en la ssu corte dar fee e testimonios de verdat en este trapto de paz e en las cosas que a el pertenesçen, en vno con el dicho Sancho Romero, escriuano del dicho sseñor rrey de Castilla, e con los testigos desuso escpritos, fuy presente quando los dichos señores rreyna e jnfante otorgaron esta carta de paz e todas las cosas en ella contenjdas et cada vna dellas e fizieron el dicho juramento, ponjendo sus manos derechas en vna cruz e vn libro dauangellios, ssegunt e por la manera que suso es contenjdo e declarado (4). E, por

---

(3) Sobre estas testemunhas pode ver-se FERNAN PEREZ DE GUZMAN, *Generaciones, semblanzas é obras de los Excelentes Reyes de España.*

(4) Este Alvaro Gonçalves da Maia tomara já parte nos antecedentes diplomáticos do presente Tratado, voltou depois a Castela com João Gomes da Silva e o Dr. Martim do Sem, na embaixada sobre declarar-se guerra aos granadinos, e ainda em Outubro de 1415, então vedor da fazenda da cidade do Porto, segundo ZURARA, ou vedor da casa de el-rei, a teor de documento que adiante publicamos, seguiu para Aragão, como embaixador de D. João I a D. Fernando I (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 190, 192 e 196, e ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 91).

mandamiento de los dichos sseñores e, a rrequirimiento de los dichos enbaxadores del dicho rrey de Portogal, pusi en esta carta mjo ssignal, en testimonio de verdat, que tal es (5).

6

10 NOVEMBRO 1411

Carta de el-rei D. João I, a doar o lugar de contador dos contos de Lisboa ocupado por João Lobato a Rodrigo Anes, contador do cardeal da mesma cidade, a seu pedido, e a quem o prometera em alvará antes da partida do referido cardeal para a

---

(5) PISANO, *Obra supracit.*, atribui influência decisiva, na harmonização das partes contratantes, ao deão de Santiago. Sobre a promulgação do Tratado informa ZURARA que «forom dados pregões per todo aquelle lugar onde a corte era com toda solempnidade que a tal feito compria e assi feitas cartas pera todallas çidades, villas e lugares daquelles rreinos, pera que fezessem apregoar per todallas suas praças e rruas prinçipaaes a firmeza em que as ditas pazes eram feitas», tendo-se feito o mesmo em Portugal (*Crónica cit.*, caps. 5 e 6).

Cumpre sublinhar, porém, que não se refere ao presente Tratado a *Crónica del Serenisimo Príncipe Don Juan Segundo*, a qual narra assim o facto, que localiza no ano de 1411: — «En este tiempo vinieron embaxadores de Portugal al Rey Don Juan é á la Reyna su madre, la conclusion de los quales era demandando que, pues el tiempo de la tregua con Castilla se cumplia muy presto, les pluguiese dar paz perpetua á Portugal, que no era bien que entre Christianos hubiese guerra. Sobre lo qual hubo grandes altercaciones en el Consejo, é unos decian que era bien que la paz se hiciese para siempre, é otros decian que no era razon mas que se diese tregua por algun tiempo. El Infante dixo que le parescia que se debia ver si el Rey, su señor y su sobrino, tenia algun derecho al Reyno de Portugal, é si esto paresciese que era razon, de darles tregua quando mas por ocho ó diez años; é, si se hallase no tener derecho alguno, que bien podia dar la tregua por mas largo tiempo, ó perpetua si le paresciere. Y en esto se hubieron de detener los embaxadores, porque no se pudo bien determinar si el Rey Don Juan tenia derecho al Reyno de Portugal, ó no. E la conclusion que en esto se tomó no se halló en escrito» (Edição da «Biblioteca de Autores Españoles», t. 68, p. 335). Alude ao tratado ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, parte 2, liv. 12, cap. 52.

Assente naquele que D. João II de Castela o ratificasse depois de feitos os 14 anos de idade, que completou em 6 de Março de 1419, sucederam-se as embaixadas portuguesas àquele país com essa finalidade em 1418 e 1419, o agitado Conselho de 1420, a vinda a Portugal do deão Don Alonso de Cartagena em 1421 e, enfim, a almejada ratificação régia em Ávila, a 30 de Abril de 1423, como adiante se verá. Para a bibliografia portuguesa do presente tratado veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 22, nota.

corte de Roma, uma vez que ele indemnizara o Lobato com pão e dinheiro (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 93.

Dom Joham pella graça de Deus rrey de Purtugall e do Algarue.

A quantos esta carta virem fazemos [saber] que a nos, pollo do cardeal de Lixboa, do nosso conselho, ante que de nossa terra partisse pera a corte de Roma, pormetemos, per aluara nosso, assynado per nossa maao, de dar a Rodrigo Anes, sseu contador, a contadoria que ha em os nos-

(1) O cardeal em referência é D. João Afonso de Azambuja ou D. João Esteves de Azambuja, sucessivamente bispo de Silves, do Porto, de Coimbra e arcebispo de Lisboa, de que foi nomeado cardeal pelo antipapa João XXIII a 6 de Junho de 1411, do título de S. Pedro *ad Vincula*. Tomou parte no concílio de Pisa (1409) e faleceu em Bruges a 22 de Janeiro de 1415, ao regressar de Roma (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, t. 2, pp. 502-503 e 459 e a bibliografia aí aduzida, e EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 507).

No século XVIII, JERONIMO DE S. JOSÉ, *Historia chronologica... da SS. Trindade*, t. 1, p. 260, supôs que tivesse sido o antipapa João XXIII informado em 1410 do projecto de Portugal sobre o ataque a Ceuta pelo trinitário português Fr. Sebastião de Meneses, incumbido de prestar àquele as homenagens de obediência de el-rei D. João I. Recentemente, o ilustre historiador belga Dom CHARLES-MARTIAL DE WITTE objectou criteriosamente: — «Il faut rejeter cette hypothèse, l'idée de conquérir Ceuta n'étant née à Lisbonne qu'après la conclusion du traité de paix avec la Castille (31 octobre 1411). Il nous paraît plus vraisemblable que Jean XXIII n'ait été mis au courant des plans portugais qu'à l'automne de 1414, par le cardinal Jean Esteves de Azambuja, archevêque de Lisbonne, et l'évêque de Porto, Ferdinand da Guerra qui se trouvaient alors auprès du pape à Bologne (H. FINKE, *Acta Concilii Constanciensis*, t. II, p. 301)» (*Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle*, p. 687, nota 1).

O presente documento prova que D. João Esteves de Azambuja se achava em Roma em Novembro de 1411, ou seja precisamente na ocasião em que D. João I se empenhava na luta contra os sarracenos, para a qual convidava ou aceitava o convite de Castela, a teor dos nossos DOCS. 7 e 9. É natural, pois, que estivesse então prevenido ou se prevenisse com a costumada bula da cruzada, na emergência de ser o convite aceite pelo país vizinho, pelo menos; porque, perante a negativa de Castela de guerra contra Granada, podia ele pensar já na campanha marroquina, depois de firmadas as pazes. E tal bula, desde que não tivesse pequeno prazo de validade, como o não tiveram por exemplo as bulas *Rex regum*, de 4 de Abril de 1418, de cruzada para Ceuta, e de 8 de Setembro de 1436, de cruzada contra Tânger, declaradas válidas por toda a vida dos respectivos monarcas (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 246 e 365), podia vir a ser utilizada em qualquer data do reinado joanino. Nem precisava o monarca, ao solicitá-la, de declarar a João XXIII, em 1411 ou em anos subsequentes, o segredo que manteve até à última

sos contos da çidade de Lixboa Joham Lobato, aconteçendo (2) de sse uagar.

E ora, porquanto fomos certo per PedrEannes Lobato e caualeyro, nosso uassallo, e per Martim Alho, jeenrros do dicto Joham Lobato, que o dicto cardeall manda dar pam e djnheiros ao dicto Joham Lobato, em tall guissa que o dicto Joham Lobato e elles sam contentes e lhes praz de o dicto Rodrigo Anes auer a dicta contadaria; porem, fiando nos del e querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e damollo por nosso contador em os nossos contos da dicta çidade de Lixboa, em logo do dicto Joham Lobato.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e a Gonçallo Roiz Camello, nosso contador moor, que esta em os dictos contos, e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer per qualquer guissa, a que esta carta for mostrada, que ajam, daquy em deante, por nosso contador em os dictos contos o dicto Rodrigo Anes, como dicto he, e lhe leixem auer o dicto ofiçio e usar del sem nhũu enbargo, emquanto em elle seruir, tal e tamanho mantimento e vistir quall o am os outros contadores que estam em os dictos contos. Vnde al nom ffaçades.

Dante em Lixboa, x dias de nouenbro. Elrrey o mandou, per Joham Affonso dAlanquer, seu uassallo e ueedor da ssua fazenda. Rodrigo Affonso a fez. Era de mjl e iiij^{c}. e Rix annos. E lhe façam dar e pagar des o dia que começar de sserujr no dicto ofiçio.

---

hora do assédio a Ceuta ou a que zona dos sarracenos se destinava a campanha projectada, que tanto podia desenvolver-se em Granada como em Marrocos, segundo a conveniência de momento. E assim, a desconhecida bula da cruzada para a conquista de Ceuta, publicada em Lagos pelo franciscano Mestre João Xira a 28 de Julho de 1415 (Cfr. o cap. 53 da *Crónica... de Ceuta*) pode haver sido obtida muito antes daquela data, porventura até em fins do ano de 1411, após o Tratado de Paz com Castela, pelo referido cardeal Azambuja, que então se achava em Roma bem como João XXIII.

Demais, comentando conversa havida em Santarém, em Janeiro ou Fevereiro de 1414, entre el-rei D. João I e seus filhos, sobre o feito de Ceuta em projecto, ZURARA diz remontar tal ideia a três anos antes: — «Ca, segumdo achamos, des que neeste feito primeyramente foy fallado ata aquelle pomto, eram passados melhoria de tres annos» (*Crónica... de Ceuta*, cap. 24). Tenha-se ainda presente a bula *Eximie deuocionis* de 20 de Março de 1411, em nosso vol. 1, DOC. 147.

Também um dos conselheiros do duque de Holanda observava a este em 1414, supondo a sério o desafio do rei de Portugal: — «ca bem ha dous annos, disse hũu delles, que eu ouuy a hũu mercador que uijnha de Bruges que eram hy nouas que elrrey (de Portugal) fazia rrepayrar sua frota e mamdaua fazer outra de nouo, com outros gramdes corregimentos de guerra, de que sse perçebia calladamente. E, pois elle teem paxes feitas com Castella, bem sse mostra, segumdo este rrecado, que aa uossa homrra se fazia toda esta festa» (*Ibi.*, cap. 28). E, no capítulo 63, o cronista põe na boca do monarca a afirmação de que «açerqua de seis annos que amda em este trabalho».

(2) No ms. *acontençendo*.

7

1411

Concluído o Tratado de Paz entre Portugal e Castela, em 31 de Outubro de 1411, poucos dias depois de regressarem a Portugal os representantes de el-rei D. João I, a rainha de Castela solicitou-lhe o auxílio de 10 ou 12 galés para retomar a guerra contra Granada, no verão próximo.

FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, Porto, 1949, cap. 196, onde se reproduz a correspondência trocada entre Portugal e Castela quase na íntegra, mas com omissão da data, que parece cair indubitàvelmente no ano de 1411, atendendo-se a este dizer do cronista: — «E dada fim aos neguocios da paaz, a mui poucos dias que os mesegeiros a Purtuguall cheguaram, logo a rainha», etc.

Asi como de hũa regra nace outra, segundo dizem os letraados, asy desta paaz aos emtemdidos nacem duas cousas desejosas de saber. A primeira, se depois desta paaz asy feita foi requerido a elrrey de Purtuguall que lhe fizese algũa ajuda e quoamta e de que guissa e se lha feez ou prometeo e que reposta deu sobre esto. A seguumda, pois tais filhos, a Deus graças, avia de hũa parte e doutra, como se nam movia casamemto amtre elles, por ser moor liamça damor e bemquerença. E, comtentando algũu pouco os que esto saber querem, sabei que foy e nam tardou muito. Caa, loguo por experiencia provar quiseram se tinham nelle fiell amiguo, quejamdo os mesegeiros, per muitas vezes, tinham afirmado. E, dada fim aos neguocios da paaz, a mui poucos dias que os mesegeiros a Purtuguall cheguaram, logo a rainha screpveo hũa carta a elrrey, requeremdolhe ajuda pera a guerra dos mouros, cujas rezoeens eram estas.

Muy caro e mui amado e com todo o meu coraçaom bem querido irmão elrrey de Purtugal. Eu, a sem vemtura rrainha de Casteella e de Leom, madre delrrey e sua titor e rregedor de seus rregnnos, vos emvio muito saudar, como aquele pera que eu queria saude e vida quamta vos mesmo desejaes. Muy caro e amado irmão. Bem sabes como emviastes a mim, com vosa embaixada, sobre os feitos da paaz, Ioam Gomez da Silva e o doctor Martim do Sem, do voso comselho, e o doctor Fernam Guomçallvez Beleaguoa e Alvaro Gonçalvez da Maia, vosos servidores. Eu, mui caro e mui amado irmão, trabalheime teer sobre ello, asy com o ifante meu irmão como com todollos do comselho delrrey meu filho, as melhores

maneiras que eu entemdy que compria pera bem de taes feitos virem a boa fim, de guissa que, a Deus muitas graças, a paaz he acordada amtre elrrey meu filho e seus rregnos, e vos e os vosos pella guissa que me emviastes dizer. E esto, mui caro e mui amado irmão, screpvo porque Deus sabe que desta cousa ei mui gramde comsolaçam e sam muito leda; e emtemdo iso mesmo que vos e a rrainha vossa molher, minha muito amada e prezada irmã, serees, per a Deus prazer, por esta paaz os grandes e bons dividos que amtre nos haa serem avidos e confirmados em bom e verdadeiro amor.

Porquoamto, muy caro e muito amado irmão, vos sabees bem como elrrey meu filho tem começada guerra com os mouros de Graada (1), a quoal he desposto de comtinuar, prazemdo a Deus, por seu serviço; e eu emtemdo que pera ella lhe comprira e hee muito necesario aver de vos ajuda de dez ou doze gales, pera o primeiro verão, em que se ha dita guerra de fazer ouver. Porem, mui caro e amado irmão, vos roguo afficadamente quoamto poso que, por serviço de Deus e minha homrra e comtenplaçam e por mostrardes por obra o bom desejo que eu sempre semty que vos a mim e a elrrey meu filho avies, por rezaom dos gramdes e boons dividos que amtre nos haa, vos praza doutorguar e fazer a elrrey meu filho a dita ajuda, que vos certifico que elle vos fara outra semelhante, quoamdo vos delle compridoiro for. Em esto, mui caro e mui prezado irmão, farees serviço a Deus e a mim obra de bom e verdadeiro irmão e amostrares a boa vomtade que a elrrey meu filho e a mim sempre ouvestes e cousa que vos elle e eu muito gradeceremos (2). Muy caro e muy amado irmão. A Samta Trimdade vos aja sempre em sua guoarda. Scripta etc.

---

(1) Ou seja de Granada.

(2) FERNAO LOPES sublinha ter a rainha em vista, neste convite, sondar sobretudo a boa disposição de el-rei de Portugal em relação ao de Castela, após o tratado de paz, então celebrado. Realmente, por duas vezes, nesta carta original, vertida pelo cronista em português, a rainha insiste no ponto, com nitidez bastante. Demais, Castela, embora estivesse a refazer seu exército, após o brilhante feito de Antequera, com mira em operações futuras contra o mouro granadino, havia assentado com ele trégua de 17 meses. E D. Fernando, tutor do monarca e principal governador do reino castelhano, empenhava-se então sobretudo em haver o trono aragonês, ainda à custa das receitas outorgadas pelas cortes para futuras guerras em Granada. Pelo que, a ele e, portanto, a Castela não interessava, de momento, reacender a luta com o sarraceno (Cfr. LAFUENTE, *Historia General de España*, t. 5, pp. 319-20, e BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 424-25).

Demais, como sublinha GIMENEZ SOLER, depois de entronizado em Aragão, no ano seguinte, pelos compromissários de Caspe, D. Fernando — «no pudo ejercer la soberanía derivada de este cargo (de tutor de D. João II de Castela), porque los acontecimientos de la sucesión y la necesidad de tomar posesión de los Estados que heredaba, la rebelión del conde de Urgel y la extinción del cisma lo retuvieron acá los cinco años próximamente que ocupó el trono (*La Edad Media en la Corona de Aragón*, p. 192).

Elrrey recebeo mui bem o mesegeiro, mostramdolhe bom e gracioso guasalhado, por lhe trazer tall recado; e, per elle escreveo outra ha rrainha, em resposta, que dizia desta guissa:

Muy cara e muy amada, a que com todo noso coraçaom imteiramente bem queremos, irmãa e amigua rrainha de Castela e de Leom. Nos elrrey de Purtuguall e do Alguarve vos emviamos muito saudar, como irmãa e amigua, que muito amamos e prezamos e pera quem queriamos que Deus dese tamta saude e vida e homrra como vos mesma desejaes. Mui cara e mui amada irmã. Fazemosvos saber que vimos a carta que nos per Alvaro Gonçalvez da Maia, scripvam da vosa camara, emviastes; na quoall era comtehudo que vos avies trabalhado sobre os feitos da paaz, asy com o ifante voso irmão como com todollos do comselho delrrey voso filho, temdo com elles as maneiras milhores que poderees; em tall guissa que, a Deus graças, a paaz he comcordada amtre elrrey voso filho e seus rregnos e nos e os nosos rregnos, pela guissa que per nosos embaixadores vos emviamos dizer e que nos certeficavees desto, porque Deus sabia que desta cousa avies gram comsolaçaom e emtemdies que iso mesmo nos e a rrainha minha molher, vosa irmãa, teriamos; porque, por esta paaz, os gramdes e bons dividos que amtre nos haa seriam hunidos (3) e comfirmados em boom e verdadeiro amor. Muito amada e prezada irmã. Deus sabe que nos e vosa irmãa a rrainha, minha molher, somos desta cousa muito ledos e gradecemos muito a Deus de amtre noos aver paaz, que gramde mall fora omde tam grandes e boons dividos como amtre nos haa ser guerra, nem outra cousa nenhũa que de maall fose.

Outrosy, muito amada e prezada irmãa, ao que nos emviastes dizer [que], pois esta cousa asy era feita de sermos em paz, que noos bem sabiamos como elrrey voso filho era em guerra com os mouros de Graada, aa quoall era desposto comtinuar, por serviço de Deus e seu. E que porem nos roguavees que, pera o primeiro verão, em que se a guerra ouvese de fazer, fizesemos ajuda a elrrey voso filho de dez ou doze gualles, que lhe eram muito compridoyras. Mui prezada e mui amada irmãa. Vos devees de ser bem certa que, pois a Deus aprouve tirar o embarguo da guerra que amtre nos avia, que toda a cousa que nos, daqui em diamte, por vos e por elrrey voso filho, bem podermos fazer, que o faremos mui de graado, em tall guissa que, prazemdo a Deus, vos nos acharees bem e verdadeiro e direito irmãoo. E, destas gualles que nos mandastes demamdar, a nos praz, pera o primeiro verão, em que voso filho fizer guerra, de as mandar laa, em sua ajuda, mui amada irmãa.

---

(3) Noutra lição, a do cód. 784 da BPMP: *serão avidos*.

Em fazemdo a elrrey esta pedida e ajuda, nam se comtemtou seu gramdioso coraçam, cheo de estremada gramdeza, teella feita desta guissa, emtemdemdo, pois lhe tamto aficadamente fora requerida, que os aficados roguos o complia[m] e costramgiam que a fizesse, o que era a elle pouca homrra e fama. E, loguo a pouca sazão depois desto, semdo ja o ifamte dom Fernando rrei dAraguão, temdo porem guovernaçam de Castella, como damtes tinha, este nobre rrey de Purtuguall, vemdo tam devota comquista qual se daquelles rregnos comtra mouros fazer queria, avemdo gram desejo ao serviço de Deus e que o enpacho que a Espanha recebia, de terem emfiees o rregno de Graada, fose de todo tirado, lhe emviou oferecer que, prazemdolhe de guerrear e comtinuar sua comquista, que elle, por seu corpo e com seu poderio, o ajudaria mui de graado; e elle foy muyto ledo de tall embaixada e, despoemdose de a comprir, torvouho a morte, acabamdo seus dias (4).

E, depois de seu finamento, comtinuamdo em sua boa vomtade, este catoliquo primcepe rrey de Purtuguall mandou fazer semelhamte requerimento a rrainha dona Catarina, madre delrrey de Casteella. A quoall lho agradeceo quanto emtemder podes; mas dise que ella era molher, a que nam pertemciam feitos de guerra e que elrrey seu filho nam era de tamtos annos que em ella podese ser e que, por esto, lhe nam comvinha de se despoer a tall obra. E, depois que elle foy em tall idade pera reger seus rregnos e começou de comquistar os mouros, o nobre rrey de Portugal lhe emviou dizer e recomtar estes requerimentos pasados e porque nam ouveram efeito; e que, agora, pois que o Deus trouvera a perfeita idade e elle com samta e boa emtemção começava de fazer tall comquista, queremdoa comtinuar, que elle, per pesoa, com mui boa e sam vomtade, acompanhado de seu primogenito filho e dos outros ifamtes e comdes de sua terra, o ajudariam a ella, declaramdolhe loguo a maneira em que o emtemdia, com a graça de Deus, de fazer. E, se lhe pervemtura fose empacho ir elle per pessoa, que elle lhe mandaria seus filhos todos ou aquelles que, a seu bom prazer, milhor emtemdese de ser servido. E, desta e doutras vezes que lhe tall ajuda foy oferecida, sempre sua reposta era que lhe agradecia muito seus boons offerecimentos e que, a breve tempo, lhe mandaria a reposta: a quoall, a breve espaço nem a

(4) El-rei D. Fernando I de Aragão faleceu a 2 de Abril de 1416, em Igualada (Cfr. por ex. BALLESTEROS Y BERETTA, *Obra e vol. cits.*, p. 492). Deste passo de FERNAO LOPES se infere que tem fundamento histórico o relato de ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 7, seguidamente reproduzido. Pelo que pode datar-se o facto do ano de 1412, depois de 15 de Junho, sendo já D. Fernando rei de Aragão.

lomguo, de nenhũa veez foy emviada, emjeitando muy devaguar esta imteira ajuda, a quoall, a primeira, com gramde triguamça e pedidos, requeriam (5).

8

26 DEZEMBRO 1411

Carta de João Sem Medo, duque de Borgonha, a outorgar privilégios aos mercadores, mestres de navios, marinheiros e súbditos dos reinos de Portugal e Algarve em Flandres, especialmente na cidade de Bruges (1).

ANTT., *Casa da feitoria portuguesa em Antuérpia*, caixa 3, n.º 15, original em pergaminho, que teve selo pendente, — texto que se reproduz; *ibi*, n.º 17, na carta de confirmação de Filipe o Bom, de 20 de Fevereiro de 1421; BRUGES, STADSARCHIEF, Stadscartularium, *Ouden Wittenbouc*, fl. 94.

Publicado o original: por BRAAMCAMP FREIRE, *A feitoria de Flandres*, pp. 417 e ss.; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 83 e ss. Editaram a cópia de Bruges, com incorrecções: L. GILLIODTS VAN SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*, t. 1, pp. 483 e ss., n.º 589; e VANDEN BUSSCHE, *Flandre et Portugal*, pp. 173 e ss..

O documento foi resumido por B. FREIRE, *Lugar cit.*, pp. 339 a 341.

---

(5) Pelos modos, el-rei D. João I insistiu e reinsistiu, vezes várias, após o Tratado de Paz com Castela de 1411, para que fosse retomada a luta contra os mouros de Granada, sem qualquer êxito; o que marca, entretanto, a sua decisão de guerrear o sarraceno, inimigo do nome de Cristo, prelúdio bem nítido do futuro ataque à praça de Ceuta, sob a sua direcção e por sua iniciativa, em 1415.

(1) Sobre as nossas relações políticas e comerciais com os estados de Flandres e Brabante desde o início da nossa nacionalidade pode ver-se o bem documentado estudo de BRAAMCAMP FREIRE, *A feitoria de Flandres* e a bibliografia aí aduzida, a que adicionamos: ÉMILE VAN DEN BUSSCHE, *Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entres les Flamands — particulièrement ceux de Bruges — et les Portugais;* J. A. GORIS, *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567;* JEAN DENUCÉ, *Rapports Economiques et Anciens entre le Portugal et la Belgique*, e *Privileges Royaux Portugais accordés aux marchands flamands et allemands du XV^e et XVI^e siècle;* ALBERT DE BURBURE DE WESEMBEECK, *Le Portugal et la Fortune dAnvers* e *Les Belges au Portugal dans le passé* e *Une Colonie portugaise à Ostende;* L. GILLIODTS-van SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges* e *Cartulaire de l'ancien consulat d'Espagne à Bruges;* e M. BRUCHET, *Archives départementales du Nord. Répertoire numérique.*

Jehan, duc de Bourgoingne, conte de Flandres, dArtois et de Bourgoingne palatin, seigneur de Salins et de Malines. A tous ceulx qui ces presentes lectres verront, salut (2).

Sauoir faisons que nous, desirans le proufit commun de noz subgiez de nostre pais de Flandres; considerans que, par le fait de la marchandise que honnorables hommes les marchans, maistre[s] de nefz, maronniers et subgiez du rroyaume de Portugal font de leurs biens et marchandises quilz mainent et font conduire en nostre dit pais, par mer et par terre, et aussi quilz achatent en ycelui nostre pais et font mener et conduires, par mer et par terre, en leur pais et ailleurs, dont grans proufiz et biens viennent a noz subgiez et a nostre dit pais communaument, pour le bien proufit et multipliement dicelui nostre pais et auancement de noz subgiez. Sur ce bien informez par nostre rreceueur general de Flandres et lescouthecte de nostre ville de Bruges, noz conseilleurs, et apres la remoustrance sur ce faite de la partie des bonnes gens des quatre membres de nostre dit pais de Flandres; eu sur tout meure deliberacion de conseil;

Auons, pour faueur et a la priere et contemplacion de messire Aluaro (3) Goncalues Coutinho, chevalier du dit rroyaume et nostre chambellan, pour les bons, notables et agreables seruices quil nous a faiz, par sa grant vaillance ou seruice de monseigneur le rroy, en armes ceste presente annee a Paris et Saint Cloud, a lencontre de celui qui se dit duc dOrliens et autres ses aliez et adherens, rrebelles et ennemis de mon dit seigneur de rroy et de nous (4); et, mesmement, a la poursuite et supplicacion des diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit rroyaume et de plusieurs noz subgiez et bonnes gens de nostre dit pais de Flandres a nous sur ce faiz, par plusieurs foiz, afin quilz puissent plus aisieement et plus seurement faire et hanter leurs dictes marchandises,

---

(2) Sobre João Sem Medo veja-se o recente estudo histórico de JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, pp. 104 a 180 e a bibliografia aí citada.

(3) No ms. *Oluaro*.

(4) «Morrera o Duque Filipe II em 1405, sucedera-lhe seu filho João, a quem deram o cognome de Sem Pavor, e logo inicia as suas hostilidades com o rejente do reino de França durante a doença de Carlos VI, o Duque de Orléans. Em 1407 manda-o assassinar; em 1409 é perdoado pelo Rei e conclue pazes, mais aparentes do que reaes, com o filho da victima a quem, no outono de 1411, obriga á força armada a levantar-se de S. Cloud, d'onde ameaçava Paris. Nestes sucesos foi o Duque de Borgonha servido por um português, Alvaro Gonçalves Coutinho, o legendario Magriço (Sobre o Magriço vide *Portuenses illustres* de Bruno (sr. José Pereira de Sampaio), vol. I, p. 29 e seg.), a quem elle havia nomeado seu camarista. A Alvaro Gonçalves ficara grato o Duque pela grande valentia com que o servira naquella jornada e por isso, gostosamente aquiescendo ao seu pedido, concedeu aos mercadores portuguêses que negociavam em Flandres uma ampla carta de liberdades e privilejios». (B. FREIRE, *A feitoria de Flandres*, p. 339).

aler, demourer et conuerser paisiblement par tout nostre pais. Donne, consenti et octroye, donnons, consentons et octroyons aus diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez dessudiz, pour eulz et pour les leurs, les poins, articles et franchises qui cy apres sensuiuent.

Premierement. Que les diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit rroyaume de Portugal, leurs biens, nefz et marchandises et tous ce que a eulx et leurs dictes nefz appartient soient, des maintenant, sauf et seur et en nostre sauvegarde et seure protection; et que ilz mesmes, leurs nefz, biens ou marchandises ne soient pris, detenuz, empeschiez ne arrestez pour aucuns debaz entreprises ou malefaçons qui aient este faites ou temps passe ou qui aduenir pourroient, par guerre qui sourdre pourroit entre quelconque maniere de gens que ce feust par mer ou par terre es parties de Flandres, si auant que nostre pouoir et seigneurie de Flandres sextend, fors seulement de leurs propres debtes ou de leur propre meffait. Et que, ou cas que aucun deulx feust pris, quil soit tantost mene pardeuant nostre loy et que, se ilz peuent trouver pleiges souffisans ausdiz de la loy ou ilz seroient arrestez, dester a droit et a loy de ce que ou leur demanderoit que, parmy celle plesgerie, ilz soient desarrestez et mis hors de prison, en faisant droit et loy, selon ce que la loy du dit lieu donroit.

Jtem, que pour cause de ce que, ou temps passe, ilz ont troue si, comme ilz dient, deffaulte et grant encombrier es peseurs, quilz en aient vn qui leur pesera au droit et au juste pois dont on vsoit en lancien temps, en nostre ville de Bruges, en donnant au vendeur et a lachateur le leur, justement et loyalment, comme ont ceulx de la nacion de Castille.

Jtem, que les marchans du dit rroyaume en nostre ville de Bruges et qui seront ordonnez chiefz de la dicte nacion puissent accorder et appaisier les debaz, demandes et discencions qui pourroient sourdre entre les maistres et maronniers pour escheuer les arrestz et empeschemens quilz pourroient ou vouldroient faire lun sur lautre, se non en chose en laquelle nous eussiois droit.

Jtem, que toutes manieres de marchans de quelque lieu quilz soient puissent sauuement, par mer et par terre, venir en nostre pais de Flandres et achater encontre les diz marchans de Portugal des marchandises quilz ont ou auront admenees et ycelles, sans empeschement, mener la ou jlz vouldront, ainsi comme on a accoustume de faire en lancien temps.

Jtem, que les diz marchans de Portugal soient quictes et deliures en paiant a nostre coustume du Dam du millier pesant (5) comme font ceulx de la nacion de Castille.

---

(5) Como já observou o retrocitado autor, numerosos são os «costumes e custos», como lhes chamavam na época os portugueses, a que estes eram obrigados em Flandres: *le coustume du Dam* (Damme), *du millier pesant, le tonlieu et coustume*

Jtem, saucune nef, venant du dit lieu de Portugal, feust brisee par tempeste ou autre male auenture dedans nostre seigneurie de Flandres et ceulx qui dedans seroient perisissent ou eschapassent et les biens feussent trouuez ou sauuez, en tout ou en partie, quilz soient rrenduz et rrestabliz aux marchans ausquelz ilz seroient, en paiant a ceulx qui les auroient sauuez conuenant coustemens, au dit de la loy de nostre ville de Bruges, aussi auant que on a acoustume au vivant de feu le conte Robert.

Jtem, sainsi feust que aucune nef de Portugal, puis le tour de le (6) Mue, eust mestier daide, pour la contrariete du temps ou daucune autre auenture, pour les nefz et biens sauuer, que les deuant diz marchans, maistres et maronniers puissent, sans fraude et sans mal engin, aler a bateaulx et a tout ce qui appartient a ycelles nefz et entrer et yssir pour le sauvement de la nef et de lauoir, sans estre de ce calengiez de par nous.

Jtem, quant les diz marchans auront paye le droit tonlieu et coustume de nostre ville de Bruges de leur auoir que, parmy ce, ilz puissent franchement passer a la porte de Lespee et en autre lieu a Bruges, sans ce que on rregarde en leurs huches ne en autres fermeures quilz aient aucunement que on souloit faire, en lancien temps, ou viuant du dit feu conte Robert.

Jtem, que les diz marchans, pour leur proufit, puissent faire vendre leurs marchandises, ainsi quilz ont acoustume du temps passe.

Jtem, que les diz marchans puissent, de nuyt et de jour, aler, par terre et mer, vers leurs nefz et lauoir de leurs nefz et arriere rretourner leur droit chemin vers leurs hostelz, portans espees et autres convenables armeures, sans meffaire et sans estre pour ce pris ne arrestez ne cheoir pour ce en aucune amende.

Jtem, que les diz marchans puissent lier et deslier leurs bales et rregarder dedans et des grans faire petites sans calenge ou empeschement, ainsi que peuent faire les diz de Castille.

Jtem, que les diz marchans puissent faire chargier leur avoir et deschargier, par nuyt et par jour, ainsi bien par les jours de festes et dimenches, comme par les jours ouurables, a leur plaisir et voulonte, sans calenge ou empeschement, comme les diz de Castille.

Jtem, que milles, nouuelles coustumees, autres que on souloit vser en lancien temps, ne soient faites ne ordonees sur eulx ne sur leur auoir.

Jtem, quilz soient quictes, en paiant de leur auoir courretaige et hostellaige, comme font les diz de Chastille.

---

de Bruges, le courretaige et hostellaige, les amenaiges et treauges (*Lug. cit.*, pp. 325 e 340). Damme é no canal de Bruges, em S. Luis (L'Ecluse).

(6) Sint Anna ter Muiden.

Jtem, que a toutes les heures quil leur plaira jlz puissent sauuement, sans empeschement, traire hors de nostre dit pais de Flandres et aler en quelconque lieu quil leur plaira anecques leurs auoirs, leurs biens et marchandises et a tout ce qui a eulx appartient, en paiant ce quilz deuront.

Jtem, que les maistres et maronniers du dit rroyaume de Portugal puissent sachier leurs nefz de lEscluse au tour de la Mue et du tour de la Mue a lEscluse, de nuyt et de jour, sans calenge, en paiant les vielzses coustumes.

Jtem, se aucunes nefz du dit rroyaume, venant en Flandres, au tour de la Mue ou en quelconque autre lieu ailleurs en nostre conte de Flandres, pour cause de tourment ou en autre maniere, eust mestier daide, par mer ou par terre, de gens ou de bateaulx ou dautres choses, quilz puissent estre aidiez et aidier lun lautre, de jour et de nuyt, ainsi comme bon leur semblera, sans peine et sans calenge.

Jtem, que les maistres et maronniers dessusdiz puissent, a toutes heures, mectre et tenir leurs nefz au sec, a lEscluse et ailleurs en la conte de Flandres, pour les rregarder, empoeyr et rrappareiller; et quilz puissent la terre cauer dessoulz ycelles pour les ensauonner, pour fondre sieuf et poy et dautres choses faire qui mestier leur feront, sans peine ou calenge et sans faire dommaige au dit sec ne a autruy.

Jtem, que les diz marchans, maistres de nefz et maronniers puissent mectre et tenir leurs nefz deuant lEscluse en rreng troys nefz despes partout la ou jlz trouueront lieu vvit, sans nulluy empeschier, et par especial sans empeschier le courant de leaue par ou les nefz entrent et yssent, sans meffait ou calenge.

Jtem, se aucunes nefz du dit rroyaume siglassent hors de lEscluse chargees dauoir et, par fortune, rretournassent et preissent plus grant charge que deuant nauoient, que, pour ce, ilz ne soient tenuz paier tonlieu ne coustumes fors de lauoir qui de nouuel achate et charge auroit este.

Jtem, que les diz maronniers puissent achater verges, mastz, auirons et tous autres ostilz pour leurs nefz et neceessitez, la ou mieulx leur plaira, et chargier en leurs nefz, payant les vielzses coustumes, sans congie et sans peine.

Jtem, que les diz maronniers et marchans qui vins auroient a lEscluse ne soient tenuz ne constrains a donner au bailli de leaue ne a ses sergens aucun vin, se de grace faire ne le veulent.

Jtem, saucuns des diz maistres ou maroniers, venant vers nostre dit pais de Flandres ou partissans dicelui, en quelconque lieu que ce feust partist ains quil peust rrecueillir ses ancres et ses caables et que depuis aucun les trouuast ou presist, que yceluit soit tenu de rrestituer aus diz maistres et maronniers les ancres et caables, par lui paiant compectent salaire au dit de la loy du lieu ou trouuez seroient par ainsi que on peust monstrer souffisament qui ilz feussent a eulx.

Jtem, que les diz maronniers puissent abaissier et oster leurs verges et mastz quant nouuelles achate auront, sans congie et sans amende, payant de ce quilz achateront les coustumes dancien temps acoustumes.

Jtem, se aucun du dit rroyaume de Portugal tancast ou ferist aucun autre et, de ce meffait, jl peust donner pleiges souffisans de ester a droit et loy, pour ce ne soit mis en prison et en soient rreceuz les pleiges, sil ne touche vie ou membre.

Jtem, quant les maistres, marchans et maronniers du dit rroyaume seront prestz de faire leur voiage et aucun autre vouldra faire aucune demande de debte ou de conuenance, quilz ne puissent estre arrestez ne empeschiez de leur voiage, baillant pleiges pour eulx de la quantite que on leur demandera.

Jtem, que se les boyes ou les caables a quoy sont amarez les nefz du dit rroyaume de Portugal se perdoient par auenture, que les maistres et maronniers dicelles nauires ne soient empeschees, ne calengees ne soustiengnent aucune peine pour celle cause, silz ne font dommaige a autruy.

Jtem, saucun leedsman de la dicte seigneurie de Flandres prenoit a son peril de mener aucune nef de la dicte seigneurie de Portugal a sauuete a aucun port ou dit pais; et, par deffaulte du dit leedsman, la dicte nef presist ou ceulx qui dedans seroient y presissent dommaige, en corps ou en biens, par la deffaulte dicte, que le dit leedsman soit tenu de rrestorer le dit dommaige en son corps et en ses biens et ne rrecoive nul salaire de ce que promis lui aura este, mais que a ce soit obligiez.

Jtem, que les marchans, caoursins ou quelxconques ilz soient, qui chargeront aucunes marchandises es nefz de la seigneurie de Portugal, soient tenuz et contrains de paier les amenaiges et treauges petiz et grans, ainsi comme il sera contenu es chartres faites des diz affrectemens et dadmenaiges, selon la coustume de mer.

Jtem, que toutes foiz que en la ville du Dam arriueront les auoirs et marchandises de Portugal, aussi bien fer comme autre auoir de pois, que tantost quilz seront venuz, jlz soient coustumez et que on ne les face paier fors les coustumes, vielzses acoustumes.

Jtem, que ceulx de la coustume du Dam soient tenuz, de nuyt et de jour et touteffoiz que rrequis en seront, de coustumer les auoir des diz marchans de Portugal, quant jlz arriueront au Dam, en escutes ou autrement; parquoy jlz puissent, sans empeschement, passer a lEscluse et ailleurs la ou jlz vouldront.

Jtem, et se, par deffaulte de maree ou autrement, passer ne pouoient, quilz peussent leur auoir deschargier et mectre en autres vaisseaulx, pour mener a lEscluse ou ailleurs par mer ou par terre, si comme mieulx leur semblera, paiant les coustumes anciennes acoustumes, sans y vser ou faire aucune fraude.

Jtem, que les marchans de la dicte seigneurie puissent vendre leurs vins au Dam, dedans leurs nefz ou sur la caye, sans mectre en celier et sans amende.

Jtem, saucun scuteman, rreceuant a lEscluse des diz marchans vins ou autres marchandises, por mener au Dam ou ailleurs, feist dommaige, en buuant les vins ou autrement, quil soit tenu de rrestorer le dit dommaige au dit et serement du deuant dit marchant ou ainsi auant quil sera tenu par rraison.

Jtem, que les scutemans qui rrecoiuent des diz marchans fruit, fer ou autres marchandises, par compte et par nombre, soient tenuz de les liurer a Bruges ou la ou jlz deuront, par compte et par nombre; et, se perte y auoit, les diz scutemans soient tenuz de rrestorer la dicte perte au marchant, ainsi auant que les diz marchans pourront prouuer ou par leur serrement jurer.

Jtem, que ceulx de la crane de Bruges et du Dam soient tenuz a deliurer aux marchans et maronniers de la dicte seigneurie, tantost et sans delay, quant rrequis en seront, coraulx et bateaulx pour deschargier leur auoir et mectre en lieu sauf; et que, tantost puis, que ilz seront venuz au crane, jlz soient guindez et mis en celiers, parquoy les marchans nen aient dommaige. Et, se ceulx de la crane ne leur deliurassent tantost escutes et coraulx, que la loy du lieu les doit contraindre a les deliurer. Et, se par non vouloir deschargier, les diz marchans rreceuoient aucun dommaige, les deuant diz de la crane soient tenuz de rrestituer le dit dommaige au dit de la loy du lieu.

Jtem, que se aucun courretier ou hostellier de la seigneurie de Flandres ou autres quelxconques dont il soit achate aucunes marchandises ou auoirs de gens de Portugal pour certain pris, auec courretier ou sans courretier, et du dit marchie donne deuier dieu, quil soit tenu de les rreceuoir et prendre pour le pris quil les aura achatez.

Jtem, que se aucuns hosteliers ou courretiers de la seigneurie de Flandres achatoient aucuns auoirs ou marchandises de ceulx de Portugal et ceulx auront veu et rregarde, a leur voulente, les dictes marchandises, au temps quilz les achateront et ycelles auront chargees et enuoiees en leurs hostelz, quilz soient tenuz de paier toute la quantite et pris que monteront les dictes denrees, ne ne puissent dire ne opposer que les dictes marchandises ne soient mie bonnes; et, silz le dient, ne leur vaille ne ny puissent rretenir aus diz marchans aucune chose, mais soient tenuz de paier entierement ce quilz deuront, sans nul empeschement ou contredit.

Jtem, se courretiers ou autres marchans quelxconques achatent fer, que, en ce mesme jour quil sera pese, le osteront du pois si ques il ne soit entremeslez auec le fer des autres marchans.

Jtem, que pour le sauuement des marchans dessusdiz, leurs biens et nefz, jlz soient ordonnez encontre les costieres de Flandres sur la mer a

Dunkerke, Neufport, Oostende, Blankenberghe nouuelles lumieres et vurboetes, si comme ilz souloient estre ou vielz temps.

Jtem, saucun bailli, escoutecte ou autres noz officiers viennent et font encontre les dictes graces et previleges, en faisant dommaige, constange ou autre oultraige aus diz marchans, quil soit tenu de rrestituer les diz dommaiges, ainsi auant comme rraison sera, et que, de leurs plaintes ilz soient tantost oiz et adreciez partie appellee et oye a sa defense.

Jtem, que les maistres et maronniers de la dicte seigneurie puissent mesmes laster leurs nefz, en paiant quatre deniers Parisis monnoie de Flandres pour chacun batel de terre de lastaige et se mestier auoient de lasteurs, quilz les puissent auoir pour tel pris, quilz accorderont ensemble auec les lasteurs ou, silz nestoient daccord, au dit de la loy de la Mue, pour rraisonnable pris, ne se soient mis en calenge pour terre qui cherroit entre le batel qui donne le lastaige et la nef, par ainsi quilz y mectent vn bon grant drap entre la nef et le batel qui deliure le dit lastaige, en payant le droit a nous appartenant et sans dommaige faite a autruy.

Jtem, que les diz maistres et maronniers puissent tousiours trouuer espace vvide a la largesse de deux bateaulx a lescale Saint George et a la grande escale, pour venir a terre a tout leurs cocques et bateaulx, ne ne soient empeschiez par escutes que y peuent estre.

Jtem, que ceulx de la dicte seigneurie puissent querir, peschier et rrecueillir leurs ancres a quoy se tiennent leurs nefz, se par auenture perdues estoient, auec aggrappes ou autrement, sans y faire fraude ou dommaige a aucun, sans calenge ou amende.

Jtem, saucune personne ferist ou tuast aucun de la dicte seugneurie, que correction ou pugnicion soit faicte par bannir ou autrement, comme a tel fait appartient, et en telle maniere que vn autre sen peust garder selon la loy et la coustume du lieu on le fait auendroit.

Jtem, que se aucun homme de Flandres doit argent a aucun de Portugal, en quelconque maniere que ce soit, et se voulsist partir ou fuir et laissier sa femme en son lieu, que on en fera aus diz marchans et maronniers droit loy et ayde, si comme aux bourgois.

Jtem, saucun hostelier achate aucun auoir de ceulx de la dicte seigneurie pour autruy, qui soit print ou non, quil soit tenu de payer au dit marchant la somme du dit achat ou quil soit tenu de admener le dit marchant et lui faire faire paiement du dit achat.

Jtem, que nostre ville de Bruges soit tenue de rrespondre pour les changeurs dicelle de ce que sera trouue en verite que les diz changeurs deuront aus diz marchans de Portugal, se faulte este trouue esdiz changeurs.

Jtem, saucun de la dicte seigneurie, venant ou estant en nostre dit pays de Flandres ou quel nous neussions aucun droit, a cause de bastardie, de forfaicture ou autrement trespasse de ce siecle son auoir, nen soit

Copyrighted material

empeschiez ne detenuz, ains soit deliure a celui a qui par rraison il appartient.

Jtem, saucun de la dicte seigneurie fai soit aucun mal, pour lequel il deust perdre vie ou membre, que pour ce jl ne puist perdre autre auoir que le sien propre. Et, se trouue estoit en verite quil eust auoir qui feust a autres marchans, que tel auoir ne soit pour ce detenuz ne empeschier toutes fraudes ostees.

Lesqueles poins, graces, articles et franchises dessus escriptes et chacun par lui nous, pour nous, noz hoirs et successeurs et noz subgiez, voulons estre tenuz bien et fermement aux dessus diz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit rroyaume de Portugal, sans enfraindre ou aler a lencontre a tousiours, mais perpetuelment se ne feust que pour aucune cause il nous pleust ces poins, graces et preuileges rrappeller. Laquelle chose nous pourrons faire touteffoiz quil nous plaira. Et, en celui cas, se nous les rrappellons, les dessusdiz marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez ouront apres icelui rrappel a eulx signifie troys mois despace pour vvidier paisiblement, hors de nostre dit pais de Flandres et juridicion, a toutes leurs nefz, biens et marchandises et tout ce que a eulx et aus dictes nefz appartendra, sauues les loys, privileges, franchises et ordonnances faictes et donnees par noz deuanciers et nous aux villes et bonnes gens de nostre pais de Flandres dessus dit, lesquelles entre tous autres cas et personne nous voulons du tout demourer en leur vertu. En tesmoing desquelles choses et, pour ce que voulons quelles soient bien et fermement tenues, par la maniere que dessus sont escriptes et decleres, nous aurons fait mectre et appendre nostre grant scel a ces presentes lectres.

Donne en nostre ville de Gand, le xxvj.^{me} jour du mois de decembre lan de grace mil quatrecens et vnze.

No verso e dobra do pergaminho. Par le conseil tenu, par vertu des lectres, par monseigneur le duc sur ce escriptes par monseigneur le conte Charrolois ou quel vous, les seigneurs de Montproux, de Colscamp, messire Guillaume de Halluin, chevaliers, Philibert, seigneur de Chantemelle, escuier, maistres Symon de Fourmelles, Daniel Alarts, Jaques de la Tanerie, Anthoine de Vissoc et Thierry le Roy, Dine Rapponde, Robert de Caples, Dankart dOgierlande et autres du conseil de mon dit seigneur le duc estiez. *(as.)* J[ean] de Sauls (7).

---

(7) As nossas relações comerciais com Flandres remontam, ao que parece, pelo menos ao ano de 1194, segundo informe colhido em documento flamengo por VANDEN BUSSCHE, *Flandre et Portugal*, p. 47. O primeiro documento português que se lhes refere é a carta de D. Dinis de 10 de Maio de 1923, de confirmação de espécie de

9

1412

Após o Tratado de Paz com Castela, de 31 de Outubro de 1411, el-rei D. João I de Portugal oferece-se ao rei D. Fernando de Aragão, um dos tutores de el-rei D. João II de Castela, para cooperar na conquista do reino mouro de Granada.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 7. O cronista não data a missiva ou embaixada em referência, situada em 1412 pelo Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. 1, p. 292. Realmente, deve pertencer a esse ano; mas é posterior a 15 de Junho, data da nomeação do infante D. Fernando, «el de Antequera», para rei de Aragão. Pois FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 196, ao referir-se-lhe e, depois de narrar o convite da rainha D. Catarina, que situa dias após o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, escreve: — «E, loguo a pouca sazão desto, semdo ja o ifamte dom Fernando rrei dAraguão [...] este nobre rrey de Purtuguall [...] lhe emviou oferecer» etc. (Cfr. o DOC. 158).

Assi trazia o muy nobre rrey dom Joham prantado o amor da santa fee nas entranhas de seu coraçam que, tanto que aquella paaz teue cobrada (1), logo se trabalhou de maginar lugar e maneira como podesse fazer serviço a Deos, segundo tinha desejo.

E, porquanto o rregno de Grada lhe pareçeo mais azado pera a guerra que outro algum, fez saber sua entençam ao iffante dom Fernando, porquanto os rreis de Castella tem assi aquelle rregno casi em sogeiçam, dizendo que he da sua conquista; que porem nam o deue guerrear nenhũua pessoa sem sua autoridade e mandado. E jsto ficou assi tanto em vso, des o tempo que os rrex dEspanha tinham os mouros antre sy, que ja agora comunalmente o am por dereito.

---

bolsa de comércio projectada pelos mercadores portugueses em Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Rochela (ANTT., *Gaveta* 3, maço 5, n.º 5, e, em leitura nova, *Extras*, fl. 237. Várias vezes publicada, nomeadamente por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 22 e em «fac-simile»).

A presente carta de João Sem Medo foi confirmada por Filipe o Bom, em Gante, a 20 de Fevereiro de 1421, por Carlos o Temerário, no castelo de Hesdin, a 8 de Abril de 1469, e por Filipe II, a 14 de Setembro de 1560 (ANTT., *Casa da feitoria portuguesa...*, caixa 3, doc. 21). Ela constitui, assim, a base legal do nosso comércio com a Flandres no período henriquino.

(1) Alusão ao Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, — o DOC. 5.

E, tanto que aquelle rrecado foy ao iffante dom Fernando, deu em rreposta que os feitos de Castella estauam assi empachados, que elle, por entam, nom podia detreminar dereitamente a rreposta que naquelle feito ouuesse de daar e tambem tinha sua demanda começada por parte do rreino dAragam, a qual entendia proseguir ata auer comprimento de seu dereito. E que, por ello, tinha feitas tregoas com o rregno de Grada por çerto tempo e que elle rrepousasse assi ata as ditas cousas serem findas; e que, se se a guerra com aquelle rreino começasse, que elle o faria saber e que entam poderia enuiar seu rrecado, por declaraçam de sua vontade, sobre a qual se teria conselho e lhe seria dada detreminadamente sua rreposta.

10

ANTES DE 22 AGOSTO 1412

El-rei D. João I manda o Prior do Hospital e o capitão Afonso Furtado à Sicília, cometer casamento à ex-rainha D. Branca com seu filho o infante D. Pedro, como estratagema para, à ida e à vinda, eles estudarem as condições militares de Ceuta (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 16.

Elrrey mandou logo chamar o priol do Esprital e fezlhe saber como sua vontade era de os enuiar a casa da rrainha de Cezilia com sua embaxada; empero, que seu prinçipal fundamento e tençam era que elles deui-

(1) A míngua de cronologia segura na *Crónica da tomada de Ceuta*, distribuímos os textos que dela extratamos pela ordem que nos pareceu mais provável, com base em seu conteúdo e nos diplomas que ora se editam.

Em nenhum dos capítulos desta sua obra o cronista marca a data da presente embaixada. Como a diz enviada à «rainha da Sicília», parece se deveria localizar entre Maio de 1410 e Julho de 1412, período em que teve a Regência da ilha D. Branca, filha de Carlos III, rei de Navarra, e viúva de Martinho da Sicília, rei de Aragão e da Sicília. Sucede, porém, que Fernando de Antequera, nomeado rei de Aragão em 15 de Junho de 1412, sem a representação em Caspe dos reinos marítimos de Sardenha, Maiorca e Sicília, em breve conseguiu do antipapa Bento XIII a investidura deles. E, quanto à Sicília, não só libertou D. Branca do assédio que lhe tinham posto os partidários de D. Fadrique ou Frederico de Aragão, conde de Luna e competidor do novo monarca aragonês, mas a conservou como governadora da ilha. (Cfr.: ZURITA, *Anales*

sassem a çidade de Cepta de todalas cousas que ante dissera. Porem que lhes mandaua que se fezessem logo prestes pera seguir sua uiagem. Pera a qual cousa logo mandou desembargarlhe dinheiros, pera algũus corregimentos que lhe fossem neçessarios, e mandou logo correger e aparelhar duas galles, as milhores que estauam em suas taraçenas, as quaaes foram assy corregidas de todallas cousas, como se ouuessem dandar darmada. E esto era porque, aalem da nobreza com que lhe conuinha de os enuiar, segundo seus embaxadores, queria que fossem de tal guisa aperçebidos, que nam podessem rreçeber algũu dano dalgũus mouros, se os achassem.

E mandou ajnda elrrey fazer muy nobres librees, de seu moto e deuisa, pera todos aquelles que nas ditas galles auiam de hijr; e jsso

---

tomo infracit., liv. 11, caps. 7, 18, 19 e ss.; BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 487-88; e VALLS-TABERNER y SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, pp. 34 e 35).

Nestes termos, a embaixada joanina em referência, de carácter meramente pessoal quanto à D. Branca, pode ser posterior ao ano de 1412 e é endereçada não à «rainha da Sicilia», mas à regente ou governadora da ilha por el-rei D. Fernando I de Aragão, e em interesse particular dela, do seu casamento. ZURITA localiza-a no ano de 1414: — «Auia procurado, por el mismo tiempo, elRey don Iuan de Portugal, que el Infante *(sic)* don Pedro su hijo segundo casasse con la Reyna doña Blanca de Sicilia: que primero se auia tratado que casasse con el Infante don Duarte hijo primogenito delRey de Portugal: y sobre ello auia sido embiado a Sicilia por elRey de Portugal, Aluar Gonçalez Camelo Prior de Ocrato del Hospital de Sant Iuan, en el reyno de Portugal» *(Annales de la Corona de Aragón*, t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 46). A respeito das preocupações e prevenções tomadas pelo rei D. Fernando na Sicilia veja-se os caps. 44 e 52 do mesmo retrocitado autor.

Desde que não tenha havido duas embaixadas de Portugal à Sicília na época e pelo mesmo motivo, como não será provável, a presente, embora localizada, ao que parece, por ZURARA e ZURITA no ano de 1414, tem de se antecipar para o de 1412; pois, em carta original da rainha D. Branca, com sua assinatura autógrafa, endereçada a Fernando I de Aragão e datada de Catânia «a xxij dies de agost de la quinta jndicione del any de la jncarnacio de Nostre Senyor M.cccc.xij», se diz: — *son arribades açi dues galeres del rrey de Portugal, ab les quals nos tramet certs missatgers seus, ço es lo prior del Spital de Sant Johan, Dyago Furtado, capita maior del dit rregne, e vn doctor en leys, appellat Lanzelot, requerint esser fet per nos matrimonj ab vn de sos fills, als quals nos hauem feta resposta que no fermarien matrimonj negun sens consultacio vostra e dels senyors rrey e rreyna de Nauarra, molt car pare e mare nostres* (ACA., *Fernando I*, caja 7, n.º 1300). Portanto, com o Prior do Hospital Álvaro Gonçalves Camelo e com Diogo Furtado, capitão-mor do reino, seguiu também o secretário régio Dr. Lançarote, a quem aludem vários documentos reproduzidos neste volume (DOCS. 2, 3 e 4). É possível que se reporte à referida expedição carta de 21 de Junho, sem indicação de ano, dos jurados e conselho da vila de Oriola ao rei aragonês, segundo a qual, por carta recebida de Cartagena, lhes constara *quel estol de Portogal era entre les Agujles e Laezuya, quj es tres llegues de la dita çiutat de Cartagena*, o que lhe comunicam para que ele proveja *segons sera vostra merçe* (ACA., *Fernando I*, caja 12, n.º 2291, original).

mesmo apendoar e atoldoar todas aquellas galles e, des começo ataa fim, de panos de suas cores; a quall cousa numca ajmda ataa aquelle tempo fora uista em nehũus nauios semelhamtes e, dalli auamte, o começarom de poer em huso ataa ora, que sse faz como ueedes. E, per este modo, forom assy as ditas gallees aparelhadas e corregidas e os embaxadores despachados, per tall guisa que, em breue tempo, começarom de seguir sua uiagem.

E, partimdo de Lixboa com aquella uoz e fama, cheguaram sobre a çidade de Cepta, homde lamçaram suas amcoras, mostrando que queriam dar algũu descamsso a sua gemte. E o priol, asseemtado em sua gallee, assy como homem muyto sages e discreto que era, oolhaua muy bem todo o assemtamento da çidade, como quem sabia a fim por que o fazia. E o capitam, doutra parte, com gramde auiso, esguardaua sobre a praya, oolhamdo quall era mais liure das pedras, pera poderem em ella mais desempachadamente sahir as gemtes darmas, quamdo uiesse a ora do mester. E, depois que foy noute, sollidou, amdamdo em hũu batell, muy passamente, todallas amcorageens que eram darredor da çidade, de guisa que polla mayor parte foi de todo em conheçimento.

E, no outro dia, leuamtaram suas amcoras e seguiram sua uiagem. Desy cheguaram ao rregno de Cezillia, homde era a rrainha, aa quall logo fezeram saber como alli eram. Porem que fosse sua merçee de lhes emuiar mandado da maneira que ouuessem de teer. As quaaes nouas, ouuimdo a rrainha, mamdou que sse uiessem logo a sua corte, homde forom assy rreçebidos e agasalhados como comuijnha a embaxadores de tamanho prinçipe. E, leixamdo suas maneiras que cada hũu teem em seu senhorio como lhe praz, por guarda de seu estado, finallmente, depois que deram suas saudaçõoes da parte delrrey aa rrainha e apresemtaram suas cartas de creemça, deram sua embaxada, per esta guisa.

Muito alta e muito exçellemte senhora rrainha. Nosso senhor elrrey dom Joham de Portugall uos faz saber per nos, seus embaxadores, como nos dias passados uossa alteza emuiou a elle, por rrezom do casamento de uossa senhoria com o iffamte Duarte seu filho; da quall cousa elle fora mujto comtemte, se o feito esteuera em aazo de sse poder acabar e lhe nam fora fallado primeiramente da parte da iffamte dona Caterina, jrmãa delrrey de Castella, por cuja rrezom nom podia começar cousa algũua em semelhamte auto, ataa que elle de todo fosse posto em fim de ssi ou de nom; quamto mais ajmda que aquelle casamento he mujto proueitoso pera ambollos rregnos, polla gramde discordia que sse tam lomgamente amtre elles seguio, a quall, posto que, a Deos graças, agora seja fijmda, per firmeza de pazes que amtre elles som trautadas, que por aazo deste casamento se firmaram mujto milhor. E que esta foy a causa primçipall por que uossa embaxada nom ouue mais graçiosa rreposta.

Empero, que elle, comsijramdo a desposiçom de uossa hidade e como ho iffamte dom Pedro, seu segumdo filho, he hũu primçipe dotado de mujtas

uirtudes, do quall uossa senhoria seria muy bem casada, que lhe prazeria mujto que o dito casamento se firmasse. Porem que elle uos rroga e emcomemda que uos esguardees muy bem como o dito iffamte he seu filho e a muy rreall geeraçom de que desçemde, assy da sua parte como de sua madre, da quall o dito iffamte, per seu meriçimento, nom falleçe algũua cousa, e como lhe sera dado tam gramde casamento, como a exçelemçia de seu gramde estado comuem. E que, auido sobre todo uosso boom comsselho, lhe emuiees uossa rreposta com effecto, creemdo que, aalem de seer uossa homrra e proueito, farees cousa que uos elle mujto gradeçera.

Sobre as quaaes pallauras, a rrainha disse que elles se fossem por emtom pera suas pousadas e que ella fallaria com seus comsselheiros e que lhe daria sobrello sua rreposta. Todos aquelles gramdes homeens que eram com a rrainha esguardarom muy bem como aquelles embaxadores delrrey de Portugall eram homeens de gramde autoridade e que, assy por ello como pollo muy nobre corregimento que leuauam, rrepresemtauam muy bem a gramdeza daquelle senhor que os la emuiaua; polla qual cousa poderam muy mall cuydar a dessimullaçom que jazia em aquelle feito.

Desy, começaram de trautar sobre aquella embaxada, da quall a rrainha era muy pouco comtemte; porquamto lhe pareçia que seu estado rreçeberia abatimento, mamdamdo ella primeyramente trautar casamento com ho iffamte Duarte, que era herdeiro no rregno, e tornar a casar com ho iffamte dom Pedro, que era sogeito a seu jrmãao, por rrezam de sua primeira naçemça. Porem, rrespomdeo aos embaxadores delrrey como ella, por emtom, nom estaua em pomto pera dar rreposta a ssemelhamte feito, por algũus negoçios que tijnha em seu rregno, nos quaaes de neçessidade emtemdia trautar. Porem, que sse tornassem com boa uemtura pera seu rregno e lhe saudassem elrrey e a rrainha e toda a nobreza de sua geeraçom que com elle fosse em sua corte.

Os embaxadores, como quer que bem mostrassem que lhe prouuera de leuarem outra melhor rreposta, nom curarom de rrepricar mais sobre aquella materia, porque bem sabiam que nom era aquella a primçipall cousa de sua primeyra uiagem. E porem espediramsse da rrainha e meteramsse em suas gallees e tornaromsse pera Portugall, mas nom lhe esqueeçeo de chegarem outra vez açerqua da çidade de Cepta, fazemdo algũu mais rrepouso que o primeiro, pera acabarem de todo o que lhe falleçera da primeyra uista. E, tall maneira teueram em todo, que lhe nom ficou nehũua cousa por temtar daquellas que a elrrey prazia de saber. Algũus mouros daquella çidade, que depois do filhamento della, comsijraram sobre a uimda destas gallees, maldiziam a ssy e a fraqueza de seus emtemdimentos, porque tam tarde conheçeram a sagazidade com que sse trautara sua destroiçom; e emtom se acordauam como uiram o prioll hir com sua gallee

Copyrighted mate

ao lomgo da çidade assy uagarosamente, como quem sse trabalhaua de a esguardar com fememça. E assy chegarom a Lisboa. Empero, elrrey auia dias que estaua em Simtra e seus filhos com elle, afora o comde de Barçellos, que sse tornara pera sua terra, porquamto elle ja era casado e lhe mamdara seu padre que sse tornasse pera sua casa.

11

22 NOVEMBRO 1412

Carta dos jurados e conselho de Iviça (Baleares), dirigida a Fernando I, rei de Aragão, a rogar-lhe oiça G. Roig e Bernardo Nicolau, a quem e a outros habitantes da ilha roubaram 10 cativos, levados por nau flamenga e por outra portuguesa a Génova, onde foram vendidos, e a suplicar-lhe faça o possível por que sejam restituídos a seus donos.

ACA., *Fernando I*, caja 1, n.º 33. Original, em papel.

Molt alt, molt excellent e poderos princep e senyor.

Senyor. Humil e subiecta rreuerencia precedent. Com no haja molt que vna nau de flamenchs e altre de Portogal, en lo port dYuiça stant surtes, en la njt hora captada furtassen de les alqueries e possessions dalguns habitadors dYuiça e ab si sen amenassen x catius dels dits habitants, los quals per aquells son stats venuts djns la ciutat de Genoua, segons sous certament jnformats, en fort gran dan dels dits habitadors, dels quals eren; e, per aquesta raho, tots los senyors dels dits catius haj en delliberat de trametren a la vostra alta senyorja los honrats en G. Roig e en Bernat Njcholau, portadors de la present, los quals haujen bona partida en los dits catius per obtenjr ne lur justicia.

Emperamos daço, molt alt senyor, com les dites coses redunden no solament en gran e eujdent dampnatge dels senyors dels dits catius, mas encara de tota aquesta ylla; com pus humjlment podem, supplicam a la vostra rreyal magestat e alta senyoria que los dits G. e Bernat dampnificats en la perdua dels dits catius e los quals curaran a la vostra celsitud les dites coses pus largament explicar, vos placia, per vostra merce, benignament e misericordiosa, reebre e exaudir, en manera que, migançant la vostra justificada potencia, puxen recobrar los lurs catius e aquesta vostra ylla

sia daçi auant de tals mals preseruada e aço, senyor, reputarem a singular gracia e merce a la vostra alta senyoria. La qual Nostre Senyor Deu, per sa jneffable potencia vulla longament prosperar ab exalçament de la vostra victoriosa corona, segons vostre desig.

Scrit en Yuiça, a xxij de noembre, lany de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.xij. Senyor. De la vostra rreal magestat et alta senyoria humils vassalls e sotsmeses qui, besant vostres peus e mans, se comanen en vostra gracia e merce los jurats e consell de la ylla dYuiça.

No verso: Molt alt, molt excellent e poderos princep e senyor, nostro senyor lo rrey dArago.

12

23 NOVEMBRO 1412

Carta dos jurados e conselho de Iviça ao rei de Aragão, Fernando I, a solicitar-lhe faça justiça e que seja indemnizado Nicolás Abri, portador da presente, a quem nau portuguesa, que passou recentemente por Iviça, roubou dois cativos mouros.

ACA., *Fernando I*, caja 1, n.º 32. Original, em papel, com picos de traça.

Molt alt, molt excellent e poderos princep e senyor.

Senyor. Humil e subiecta rreuerencia precedent, exposam a la vostra rreyal magestat e alta senyoria que, no ha molt, vna galera de portogaleses, la qual passa, no ha molt, per Yuiça, en lo port, furta e sen aporta ab si dos catius moros den Nicholau Abrj, habitador de Yuiça, portador de la present, en no poch dan del dit Njcholau, hoc encara de tota aquesta te[r]ra; per la qual raho, lo dit Njcholau ne acorre a la vostra senyoria per obtenjr ne la sua justicia.

Per que, molt excellent senyor, com pus humilment podem, supplicam a la vostra rreal magestat e alta senyoria que, per vostra merce, vos placia lo dit Njcholau benignament exaudir, en manera, senyor, que lo dit Anthonj Abri a ma de la vostra justificada e poderosa senyoria, puxa cobrar aço del seu e aço, senyor, reputarem a la vostra senyoria a singular gracia e merce. Nostre Senyor Deu, per la sua jnefable merce, vulla, senyor, prosperar largament de be en mjllor la vostra alta persona e ab exalçament de la vostra e vittoriosa corona, segons vostre desig.

Scrits en Yuiça, a xxiij de noembre, any de M.cccc.xij.

Copyrighted material

Senyor. De la vostra rreyal magestat e alta senyoria humils vassalls e sotsmeses, quis comanen en vostra gracia e merce, los jurats e consell de Yuiça, vostres peus e mans besant.

No verso: Al molt alt, molt excellent, poderos e victorios princep e senyor, nostro senyor lo rrey dArago.

13

20 AGOSTO [1412 - 1415]

Carta de el-rei D. João I ao rei de Aragão, D. Fernando, a dar-lhe notícias da família real e a pedir as dele bem como a comunicar-lhe que envia Antão Martins, seu servidor, portador da presente, que vai tratar de coisas do serviço régio e próprias, e a rogar-lhe lhe dê facilidades, nomeadamente para passar a outras partes.

ACA., *D. Fernando I*, caja 13, n.º 2391, original em papel, com picos de traça.

Não leva o documento indicação de ano, tão-pouco apurável por o seu contexto. Dirigido, porém, ao rei D. Fernando de Aragão, deve situar-se entre Junho de 1412 e Abril de 1416; mas, como D. João I de Portugal ainda não usa nele o título de Senhor de Ceuta, talvez se possa localizar entre 1412 e 1415 inclusive.

Muytalto e muy nobre nosso muy amado e muy preçado ssobrinho dom Fernando, pela graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos dom Joham, per essa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto ssaudar, como ssobrinho e amigo que muyto amamos e preçamos e pera quem queriamos que Deus desse tanta ssaude e vida e honrra como vos meesmo deseiades.

Muy nobre prinçepe e noso muy amado e muy preçado sobrinho. Fazemosuos ssaber que, a Deus mujtas sanctas graças, aa feitura desta carta nos e a rreynha mynha molher e todos nossos filhos, uossos amados e muy preçados sobrinhos, somos bem saaos e ledos e em boom ponto; e enuyamosuolo dizer, porque sabemos que uos plazera delo. E rrogamosuos que asy o façades vos, que o mais ameude que poderdes nos façades ssaber, per uossa carta, do stado e ssaude uosa e da rreynha vosa molher, nosa muy amada e muy preçada sobrinha, e de uossos filhos, nossos muy pre-

çados sobrinhos. E faredes em ello a nos gram plazer e honrra e cousa que uos muyto gradeçeremos, por que hũa das cousas com que nos moor plazer auemos asy he ouuyr de vos e delles boas nouas.

Outrossy, muy nobre rrej amigo, uos plaza ssaber que Antom Martijnz, noso seruidor, portador desta carta, se uay ora allo, a esas partes, por aderençar algũas cousas que conprem a noso seruiço e outras suas (1). E porem uos rrogamos que, por nosa honrra, o ajades, emquanto em uossa terra for, el e todas suas cousas so uosa guarda e encomenda. E, quando de uoso rregno se quiser partir pera algũas partes, que lhe dedes uossa carta de passo, per que o leixem pasar pera fora della, el com todas suas coussas, que seiam taaes que nom sejam de gram ualor, liure e seguramente. E em ello seede çerto que nos faredes plazer e honrra e cousa que uos mujto gradeçeremos. E o que nos por vos, muy de boom talante, faremos em taaes casos, quando uoso çerto rrecado virmos.

Muytalto, muy nobre rrey, sobrinho amigo. Deus uos aia senpre em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uoso stado.

Scprita em na çidade de Lixboa, xx dias do mes dagosto.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto e muy nobre nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Fernando, pella graça de Deus rrej dAragon e de Çezillia.

E, por letra de outra mão, coeva: delrrey de Portogall.

14

23 JANEIRO 1413

Carta de el-rei D. João I, pela qual faz mercê ao infante D. Henrique e a seu pedido da dívida contraída por João de Évora, seu contador, perante el-rei, como responsável pelo desvio da oitava parte da renda da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa, nos anos de 1408 e 1409.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 90. — Veja-se a carta henriquina sobre o mesmo assunto de 24 de Maio de 1413, — o nosso DOC. 16.

(1) Talvez Antão Martins Calado, armador, a quem se refere carta de quitação relativa aos anos de 1453 e 1454, publicada por P. de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 684-85.

Dom Joham, polla graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A vos, veedores da nossa fazenda e aos nossos contadores e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, ssaude.

Sabede que Affonso Anes, rrendeyro que foy da nossa cassa, teue de nos rrendada a ssisa dos panos de coor da cidade de Lixboa dous anos passados, conuem a ssaber, da era de mil iiij^{c} Rbj e de Rbij, por çerta contia que nos em cadaũu dos dictos anos avia de dar; em a qual rrenda ffomos çerto que se perdeo hũa grã ssoma de djnheiros, da quall Joham dEuora, contador do jffante dom Anrrique meu filho, ouue e foy parçeyro aa oytaua parte, por a qual lhj mandamos fazer constrangimento e penhora em sseus beens por todo aquello que em a ssua parte da perda da dicta rrenda montasse. E ora o dicto jffante nos pedio que lhe fezessemos merçee da dicta diujda que ao dicto Joham dEuora montaua em a dicta oytaua parte que da dicta rrenda teue.

E nos, veendo o que nos dizia e pedia; teemos por bem e damoslhe todo aquello em que o dicto Joham dEuora he theudo e obrigado da perda da dicta oytaua parte da dicta rrenda.

E porem uos mandamos que, per os beens do dicto Joham dEuora, façades dar e entregar ao dicto jffante todo aquello que achado for que monta em a dicta oytaua parte da dicta perda que sse assi perdeo em a dicta rrenda. E mandamos a uos, dictos contadores que, sse sse mostrar que todallas dictas rrendas dos dictos dous anos ssom postas em rrolaçam ssobre o nosso thesouro que, per esta carta, lhe leuedes em despesa aquello que montar na dicta oytaua parte do dicto Joham dEuora de toda a dicta rrenda, ssem outro embargo que lhe a esto seja posto. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, a quall mandamos que façades rregistaar em esses nossos contos da dicta çidade. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xxiij dias de janeyro. Elrrey o mandou per Joham Affonso dAlanquer, sseu uassallo e ueedor da sua fazenda. JoanEanes a fez. Era de mill e iiij^{c} çincoenta e hũu anos.

15

10 MAIO 1413

Bula Apostolatus officium, *do antipapa João XXIII, dirigida a Aimaro de Aureliaco, sacerdote professo da Ordem Franciscana, a nomeá-lo bispo de Marrocos, por morte de D. Fr. Diego de Jerez, seu antecessor.*

AV., *Reg. Lat.*, t. 160, fl. 49, donde se reproduz.

Publicada no *Bullarium Franciscanum*, t. VII, n. 1297. Cit. por LUCAS WADDINGUS, *Annales*, ad. an. 1413, n. 6, e por P. ATANASIO LOPEZ, *Obispos*, p. 101. Este último autor, de pp. 4 a 99, refere-se documentadamente aos bispos dominicanos e franciscanos que, desde o séc. XIII, precederam em Marrocos D. Fr. Aimaro, nomeadamente ao franciscano Fr. Lourenço de Portugal, bispo de Ceuta no século XIII.

Johannes etc.

Dilecto filio Aymaro de Aureliaco, electo Marrochiensi salutem etc. (1).

Apostolatus officium, quanquam insufficientibus meritis, nobis ex alto commissum, quo ecclesiarum omnium regimini presidemus, vtiliter exequj, coadiuuante Domino, cupientes, soliciti corde, reddimur et solertes ut, cum de ipsarum regiminibus agitur commictendis, tales eis in pastores proficere studeamus, quj commissum sibi gregem dominicum sciant, non solum doctrina verbi sed eciam exemplo boni operis, informare commissasque sibi ecclesias in statu pacifico et tranquillo uelint et ualeant, duce Domino, salubriter regere et feliciter gubernare.

Dudum siquidem bone memorie Didaco, episcopo Marrochiensi (2) regimini Marrochiensis ecclesie presidente, nos, uolentes eidem ecclesie, cum ipsam vacare contingeret, per apostolice sedis prouidenciam, vtilem et ydoneam presidere personam, prouisionem eiusdem ecclesie ordinacioni et disposicioni nostre duximus, ea vice, specialiter reseruandam, decernendo ex tunc irritum et inane, si secus super hijs per quoscumque, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter contingeret attemptari.

---

(1) É Fr. Aimaro de Aurillac, franciscano e inglês de nação, o qual, como confessor da rainha D. Filipa de Lencastre, veio com ela para Portugal. Intitulado, nos documentos pontifícios, *Aymarus de Aureliaco*, parece que seu nome completo teria sido João Aimaro de Aurillac, pois, carta de el-rei D. João I de 20 de Maio de 1416, lançada em seu lugar, dá-lhe o nome de Fr. João. Sobre este bispo, que nunca deve ter residido em Marrocos, pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *Historia da Igreja*, t. 2, pp. 20, 51, 113, 598 e 599, e P. ATANASIO LOPEZ, *Obispos en el Africa Septentrional*, pp. 99 e ss. e 183 e ss. e a bibliografia aí citada, especialmente ESPERANÇA, *Historia Serafica*, onde se prova, entre outros factos, haver sido o dito prelado capelão-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V e abade comendatário do mosteiro de Pombeiro.

(2) É o franciscano Fr. Diego de Jerez. (Cfr. *Bullarium Franciscanum*, t. 7, n.º 496, e EUBEL, *Hierarchia Catholica*, t. 1, p. 342, cits. por LOPEZ, *Obispos*, p. 99, e ainda FORTUNATO DE ALMEIDA, *Historia da Igreja*, vol. cit., p. 603).

Postmodum, uero, ecclesia predicta, per eiusdem Didaci episcopi obitum, quj extra romanam curiam diem clausit extremum, pastoris solacio destituta, nos, vacacione huiusmodj fidedignis relatibus intellecta, ad prouisionem eiusdem ecclesie celerem et felicem, de qua nullus preter nos, hac uice, se intromictere potuit siue potest, reseruacione et decreto obsistentibus supradictis, ne ecclesia ipsa prolixie vacacionis exponetur incommodis, paternis et solicitis studijs intendentes, post deliberacionem quam de preficiendo eidem ecclesie personam vtilem et eciam fructuosam, cum fratribus nostris habuimus diligentem.

Demum, ad te, ordinis fratrum minorum professorem, in sacerdocio constitutum, cui de religionis zelo, litterarum sciencia, vite mundicia, honestate morum, spiritualium prouidencia et temporalium circunspectione alijsque multiplicium virtutum donis apud nos fidedigna testimonia perhibentur, direximus oculos nostre mentis; quibus omnibus attenta meditacione pensatis, de persona tua nobis et eisdem fratribus nostris, ob tuorum exigenciam meritorum accepta, eidem ecclesie prouidemus teque illi preficimus in episcopum et pastorem, curam et administracionem eiusdem ecclesie tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo jn illo quj dat gracias et largitur premia, confidentes quod, dirigente Domino actus tuos, ecclesia predicta, gratia tibi assistente diuina, salubriter et prospere dirigetur grataque in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa.

Jugum, igitur, Domini tuis impositum humeris prompta deuocione suscipiens curam et administracionem predictas sic exercere studeas solicite, fideliter et prudenter, quod ecclesia ipsa gubernatori prouido ac fructuoso administratori gaudeat se commissam tuque, preter eterne retribucionis premium, nostram et dicte sedis benedictionem et graciam exinde vberius consequj merearis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto jdus maij, anno tercio (3).

---

(3) O presente documento foi transmitido também ao cabido da igreja de Marrocos, *mutatis mutandis*, como se infere do seguinte lançamento em seu final, no registo do Vaticano: — «Simili modo dilectis filijs capitulo ecclesie Marrochiensis salutem etc. Apostolatus officium etc. Quocirca, discrecioni uestre per apostolica scripta mandamus quatenus eumdem Aymarum electum, tamquam patrem et pastorem animarum uestrarum grato admictentes honore ac exhibentes sibi obedienciam et reuerenciam debitas et deuotas, eius salubria monita et mandata suscipiatis humiliter et efficaciter adimplere curetis. Alioquin, sentenciam quam idem electus rite tulerit in rebelles ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari.

Datum ut supra».

16

24 MAIO 1413

Carta do infante D. Henrique, a dar por quite a João de Évora, seu contador, de dívida por ele contraída como responsável pela oitava parte do desvio de renda da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa nos anos de 1408 e 1409, ficando-lhe assim livres seus bens, penhorados por ordem régia.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 90. Veja-se, ao mesmo propósito, a carta régia de 23 de Janeiro anterior, o nosso DOC. 14.

Eu, jffante dom Enrrique, filho do muyto nobre rrey de Portugal e do Algarue, ffaço saber a quantos esta carta virem que o dicto ssenhor meu padre me fez merçee de todo aquello em que a ele era thudo e obrigado Joham dEuora, meu contador, per rrazom da rrenda da ssisa dos panos de coor da çidade de Lixboa que Affonso Anes, rrendeyro que foy da casa do dicto ssenhor rrey meu padre, teue arrendada, dous anos passádos, a ssaber das eras de iiij° Rbj e Rbij, na qual rrenda se no dicto tenpo perdeo hũa grã contia de dinheiros, da quall o dicto Joham dEuora foy parçeyro na oytaua parte, pela qual ele foy costrangudo e ffecta penhora em sseus beens, segundo desto e doutras cousas faz mençom na carta per que me o dicto ssenhor rrey meu padre fez merçee da dicta diujda. E pediome o dicto Joham dEuora por merçee que lha quitase, pera ajuda de me serujr.

E eu, ueendo o que me pedia e querendolhe fazer graça e merçee, tenho por bem e quitolhe toda a dicta diujda e façolhe della liure e pura doaçom antre os viuos ualedoyra pera todo senpre. E mando que el nem seus beens e herdeyros que depois del vierem nunca, em nẽhũu tenpo, por ello sejam demandados nem costrangudos em nẽhũa guysa que seja; porquanto mjnha merçee e uoontade he que el seja dello quite e liure majs firmemente que seer poder.

E mandamos a uos, contadores de meu ssenhor rrey meu padre, e a outros quaeesquer ofiçiaees seus que desto ajam dauer conheçimento, que façades rregistar esta carta ao pee da dicta diujda pera o dicto Joham dEuora dello auer ssua ssegurança e lhe fazerdes fazer entrega de to[do]llos beens que lhe, polla dicta rrazom, eram tomados ou penhorados. E ele tenha esta carta, pera sua guarda e certidom.

Dada em Santarem, xxiiij dias de maio. O jffante o mandou. Rodrigo Anes a ffez. Era de mil iiij° Lj anos.

17

8 JUNHO 1413

Carta de João Scrivá, governador do reino de Valência, dirigida a Fernando I, rei de Aragão, em resposta a carta deste, do dia 1 do referido mês, na qual lhe ordenara libertasse o português Pero Eanes, por Scrivá mandado submeter a tortura, em que lhe partiram braço; a comunicar ao monarca vários pormenores sobre a detenção do Eanes, suspeitoso, por lhe haverem encontrado várias cartas prejudiciais para el-rei; a protestar contra os maus informes que lhe deram e a prometer não tomar qualquer resolução sobre o detido enquanto não receba nova ordem régia.

ACA., *Fernando I*, caja 1, n.º 245. Original em papel, com picos de traça.

Molt alt e molt excellent rrey, princep e poderos senyor.

De vostra excellencia he reebuda vna letra closa, ab sagell secret spatxada, data en Barchinona, lo primer dia del mes present e deius scrit, per la qual se conte com vostra senyoria es marauellada de la causa o raho per que detenja pres an Pere Yanyez, lo qual portaua les letres que daquests jorns vos, senyor, reebes de Portogal, com per aquelles nos mostras degues esser pres ne fet a aquell greuge ne donat turment, per forma que roman affollat e ques afferma que hauria fet mes jnduccio de maluolents de aquell que per zel de justicia e que si hi hauia justa causa ne deuia consultar vostra senyoria, per que repuentme de les dites coses, me manats delliurar lo dit Pere Yanyez de la preso, restitujntlilo dan fet; e, si causa hi ha alguna legittima, aquella encontinent signifique a vostra senyoria; e, entretant, no sia per mj maltractat.

A que, senyor molt uirtuos, ab tota aquella humjlitat e subieccio que a vostra senyoria es deguda per mj, respon que estich ab sobirana congoxa e desplaer e no sens admjracio e raho de la jnformacio a uos sobre aquest material donada e molt pus congoxat com vostra senyoria es axi edificada de mj, en special que yo, per jnduccio de persona al mon, sino per sola amor e zel de justicia, persegujs per calor de mon offici lo pus reprouat hom del mon e ja deu non haia ordenat.

E, per jnformar vostra senyoria de la veritat del fet, notifich a aquella humilment quel dit Pere Yanyez, qui da del material deius scrit en dies passats era haud en sospita del vostre batle general e mja e al qual se tenja

esment ans que anas a Portogal, sabut que era tornat; yo, per consell del dit batle e ab consultacio dels jurats e aduocats de la ciutat, procehi a capcio de la persona del dit Pere, que estaua amagat en la dita ciutat, en poder del qual foren atrobades alcunes letres jmplicants grans sospites de actes toquants vostra senyoria; de les quals lo dit batle certifica a vos, senyor, sens que en poder de aquell non fo vista ne trobada ne ell dix tenir ne letra qujs dreças a vostra senyoria del dit rrey de Portogal.

Et, com fos sabut que mes letres portaua ab si e que les hauia lexades fora la ciutat, en hun loch prope de aquella vna legua, appellat Torrent, fon trames per mj al dit loch. Et les dites letres foren trobades encloses, en vna escarcella del dit Pere, les quals com fossen vistes per los dessus dits e per mj e per aquelles e per moltes variacions que foren atrobades en lo dit Pere e aquell fos vist sospitos, ladonchs, a consell dels damunt dits, yo procehi a reebre confessio del dit Pere e com atesa la confes[io] e la tenor de les letres fos atrobada gran variacio, jmplicant contradiccio, per consell dels dessus dits e per ço com lo material toquaua vostra senyoria e per gelosia de mal tracte o barat, lo qual creem que y sia recelosos per lo temps en que som, axi com aquells que cobeiam e per uostre poder vetlam extirpar actes contraris a vostra senyoria e a nostre repos; exposi aquell a tortura, en la qual es veritat que, a colpa de saigs quj no son be experts, per mal ligar, fou trencat lo braç al dit Pere Yanyez, per occassio del qual he cessat a procehir, com haia fet curar aquell, ssegons que totes aquestes coses vostra senyoria pora clarament veure, per tenor dels actes sobre aço fets, los quals, closos e sagellats, tramet a vostra senyoria.

Nes pot, senyor, rahonablement presumjr quella on tals e tants com son los damunt dits han cabut se deia empenyer jnjquitat o calumpniosa persecucio, mas vera e catolica jntencio e per serujr de vostra senyoria e per vostra fidelitat, la qual es jnnada en nostres coratges. Et, ab veritat, es be digne de gran correccio e punicio quj a vostra rreyal magnificencia gosa axi hedificar de vostres officials contra veritat, parlant ab humjl subgecio vostra. E crech que vos, senyor, hi prouehirets, per manera que nols diffamaran a tort. Et yo, senyor, he gran sospita que aço no sia procehit de homens la jntencio e esguart dels quals no es dreta a vos, senyor; e han temor que, sil proces del dit Pere anaua auant axi com fora [f]et, no descobris lo material de la sospita que daquell haujen los dessus dits officials e yo. Pero, senyor molt just, yo, per ensegujr vostres manaments, los quals he tan cars com la pupilla del meu ull, cessare de procehir pus auant tro sus per vostra senyoria me sia manat que fare. La qual mantega Nostre Senyor Deu en longa e prosperada ujda e li done victoria de sos enemichs. Amen.

Scrit en Valencia, a huyt de juny, any M.cccc.tretze.

Senyor. Quj ab besament de vostres mans e peus humjlment me recoman en vostra gracia e merce rregent la gouernacio de rregne de Valencia.

(as.) Johan Scriua.

No verso: Al molt alt e molt excellent princep e victorios senyor lo senyor rrey.

18

15 JUNHO 1413

Carta dos jurados da cidade de Valência a Fernando I, rei de Aragão, a rogar-lhe não creia tudo o que lhe dizem seus oficiais, pois os surpreendeu a carta de repreensão enviada pela monarca ao governador de Valência, por ele haver procedido contra o português Pero Eanes, visto o haver feito com conhecimento dos jurados anteriores e por motivo de cartas suspeitas, achadas em poder do dito português, sobre o que o governador lhe escreverá.

ACA., *Fernando I*, caja 2, n.º 257. Original em papel, com picos de traça.

Molt alt e molt excellent rrey, princep e poderos senyor.

Vna letra de vostra excellencia, dreçada al rregent la gouernaçio de aquest vostre rregne de Valencia, hauem vista per ostensio a nosaltres feta de aquella, per lo dit rregent; per la qual vos, senyor, jncrepats e sobre prenets aquell, per rraho dun procejment fet per lo dit rregent contra hun appellat Pero Yanyez, portogales, de quel dit rregent turbat e, no sens marauella, de la dita jncrepacio e reprensio comunjca del dit fet ab nosaltres. Per ço, car en lo procejment fet contra lo dit Pero Yanyez assistiren los jurats passats, predecessors nostres, per gran jnteres que han vist e rrahonablement de vostra senyoria, atteses moltes letres que foren trobades en poder de aquell, no hauents bona cara ne freça. Et los dits nostres predecessors, segons de aquells en viua veu son jnformats, han cabut e assistit en lo dit procehiment.

Et ja Deu no vulla que, en la prosecucio del dit negoçi, lo dit rregent hi haia fet sino ço ques pertany de bon jutge, no contrastant que vostra gran senyoria, sia jnformada e edificada en contrarj. Et perdone Deu a aquells quj en semblant manera jnformen vostra senyoria de coses de les

quals se pot mostrar lo contrarj, parlant ab humil e subiecta rreuerencia de vos, senyor. Sobre aço, senyor molt virtuos, nosaltres sentints nos per ljnteres de nostres predecessors, quj, segons dit es, hi han assistit, hauem consellat al dit rregent scriua a vostra senyoria de la veritat dels dits affers, per edificar en ver vostra rreal consciencia, a esguard del dit rregent, segons pora veure per aquella. Supplicants vostra rreal maiestat denye e placia a aquella per merçe no donar creença a tals o semblants edificacions de vostres officials quj, ab solida fe e ardent deuocio de vostra senyoria, se han vers los negocis e affers de aquella. Et quj a hull de les gents, son posats senyal a la ballesta. Tro que vostra senyoria mjls sia de la veritat jnformada. Et conserue Nostre Senyor vostra gran magnificencia en longa vida e prosperitat e lj done victoria de tots sos enemichs amen.

Scrit en Valencia, a xv de juny, any mil quatrecents tretze. Senyor quj ab besaments de vostres mans e peus se recomanen en vostra gracia e merce los jurats de la ciutat de Valencia.

No verso: A la molt alta maiestat de nostre senyor lo rrey.

19

[1413]

Carta de João Toreyó, mercador de Maiorca, a João Mercader, bailio geral de Valência, a informá-lo de que uma galé de Dom Murta e a nau régia que estava em Iviça aprisionaram, a 20 milhas daquela povoação, nau portuguesa ali chegada com 90 mouros peregrinos que seguiam para Bugia (1), no número dos quais consta estar Dom Benxernit, a qual se encontra detida em Porto Petro.

ACA., *Fernando I*, caja 3, n.º 412. Original em papel, sem data nem assinatura, enviado por João Mercader, bailio geral de Valência, a Fernando I, rei de Aragão, com sua carta de 9 de Setembro de 1413, — o nosso DOC. 20.

Senyors. Certiffichvos que la galera den Murta e la nau del senyor rrey que era a Yuiça an presa, xx. mjlles en les mars da Yujça, vna nau de portogaleses, quj hauja llenats en aqueix rregne entorn Lxxxx. anjmes

(1) *Bugia* era a conhecida povoação argelina, donde se importavam as velas.

moros pelegrjns, quj ananen a Bugia, en lo nombre dels quals dien ques en Benxernjt. La galera e nau ab la nau presa son a Porto Petro.

Han haud gujatge del gouernador que pusquen venjr açi, per fer lur particio, que djn se quen coujnença de la galera e de la nau del rrey es que la nau haja hauer terç e lo mercader de la djta nau del rrey la vn terç e la galera laltre terç de la djta presa que han feta. Djnse, mas no es cert, quen lo gujatge los es dat loch que aci pusquen fer encant de ço que sen segujra serets ne aujsats.

20

9 SETEMBRO 1413

João Mercader, bailio geral de Valência, pede a Fernando I, rei de Aragão, autorize a libertação dos mouros que, com sua licença e depois de haverem pago todos os direitos, iam em nau portuguesa, acompanhada de outra castelhana e de galera de Maiorca, ilha em que foram detidos, alegando-se que nem todos possuiam a devida licença, o que não é certo, e junta parágrafo de carta de João Toreyó sobre o assunto.

ACA., *Fernando I*, caja 3, n.º 413. Original em papel.

Molt alt, molt excellent e molt poderos senyor.

Huy sic es sabuda noua com la nau del senyor rrey de Castella e la galera den Murta de Mallorca ab la nau de Portogal, la qual portaua los moros, als quals yo hauia donat liçencia e gujatges, com ells agen pagats an Francesch Surana, uostre tauleger per mj tots uostres drets, son en Mallorca; tjnch me per dit quels officials de Mallorca ne consultaran uostra senyoria; per ço, us supplich humilment que uos los manets delljurar. E com, segons alcunes letres de mercaders, los patrons de la nau e galera alleguen que alscuns dels moros no portauen gujatges, yo, senyor molt exçellent, uos certiffich que tots han gujatges de mon offici e tots han comptat ab ma cord e pagat a uostre tauleger. Sils patrons los han tolts e amagats llurs gujatges, aço saben ells; mas yo se quels los atorguj e fiu lljurar.

Per que, senyor molt excellent, sia uostra merçe manarlos delljurar; car ells no deuen esser deçebuts en uostra fe donada a ells portar ne pena,

mas yo qujls hauja enganats, ço que no cuyt hauer fet per la fe que yo deg a Deu e a uos. Car, en altra manera, aço seria pigor que guerra, car, en temps de guerra, les gens han raho de guardarse e nos poden guardar que sobre fe e gujatges de nostres officials sien apresonats e maltractats; supplichuos humjlment que hi guardets la honor, jnteres e profit de uostra senyorja, la qual Nostre Senyor prosper ab victorja de uostres enemjchs, honor e longa vida. Amen.

Scrit en Valencia, a viiij de setember, 1413. Per aquesta raho son ja aqui en Gujllem Ferrer e lalcadj. Sia uostra merçe spaxarlos.

Apres, senyor, he vist en vna letra den Johan Toreyo, mercader de Mallorca, vn capitol de la materia, treslat del qual uos tramet dins la present. Sia uostra merçe prouehir tost en aquests fets.

Molt alt senyor. Vostre uassall e serujdor, quj besant uostres mans, humjlment me coman en uostra gracia e merçe.

(as.) Johan Mercader, uostre batle general.

No verso: A la molt alta majestat del senyor rrey.

21

25 SETEMBRO 1413

Carta da rainha de Aragão ao rei D. Fernando I, a rogar-lhe tome para seu serviço ou a autorize a tomá-lo a Álvaro Mendes, filho de Lourenço Mendes, vindo do reino de Portugal por algumas queixas que dele tivera o monarca português, o qual era copeiro-mor da infanta e desejava viver agora com o rei aragonês.

ACA., *D. Fernando I*, caja 3, n.º 438. Original em papel.

Senyor.

Yo la rreyna beso vuestras manos e me encomjendo en vuestra merced.

Senyor. Aluaro Mendez, fillo de Lorenzo Mendez, del rregno de Portogal, es venjdo aquj por algunos enueyos quel rrey de Portogal ha haujdo contra el; el qual Lorenzo Mendez era copero mayor de mj ssenyora la jnfante. Et agora, si fuese vuestra merced, querria beujr con vuestra senyoria.

Suplicovos que, por contemplacion de los serujcios quel dicto Lorenzo Mendez fizo a la dicta jnfante, lo querades prender de vuestro serujcio o darme ljcencia, senyor, que lo prenga yo. Et aquesto, senyor, vos tenrre

en gracia e merce. Et Nuestro Senyor Dios sia guarda e proteccion todos tiempos de vuestra rreal corona, segunt deseades, amen.

Dada en la ciudat de Leyda, dins nuestro ssiello secreto, a xxb de ssetiembre enel annyo de M.cccc.xiij.

(as.) La Reyna.

A mj ssenyor el rrey de Aragon e de Sicilia.

22

7 OUTUBRO 1413

Carta dos cônsules da vila de Perpinhão ao rei aragonês Fernando I, a comunicar-lhe, entre outras coisas, haver chegado ali um gentil-homem português dito Gomes Pais, que se lhes tornara suspeito; e que, detido, apuraram segue para Itália, enviado por D. Afonso I, primogénito do rei de Portugal, com cartas de crença para um bispo e para João de Malatesta e com instruções sobre contrato de casamento, de que é promotor Bernardo de Fortia, entre o dito D. Afonso e a duquesa de Milão, irmã do rei Lancelau.

ACA., *Fernando I*, caja 3, n.º 465. Original em papel com picos de traça.

Molt alt e molt excellent princep e molt poderos senyor.

Ab aquella humjl e subiecta honor e reuerencia ques pertayn, notiffi-cam a la vostra molt excellent senyoria, com nosaltres, entenents ab esuetlada cura tant com possibilitat basta, als passants per aquesta terra de frontera, per raho del temps sospitos que tenjm, ses segujt que jr, que fon diuenres, peruench an aquesta vila, vn gentil hom portugales, appellat Gomez Pays; lo qual, per ço com en sa venguda se mostra esser sospitos, com entras ab la cara cuberta e fahes de si matex algũs altres continents sospitosos; feta de aço denunciacio a nosaltres, lo fahem arrestar per vostres officials.

E apres, volents saber ell quj era nj on anaua nj per que anaua; presents vostre batle general de Cathalũya e lo balle de aquesta vila, en Johan de Ribesaltes, conseruador maior de vostro patrimonj, e algũs juristes, fahem nos venjr lo dit Gomez. Lo qual, jnterrogat per nosaltres, dix que anaue en Ytalia, trames per don Alfonso, fill primogenjt del rrey de Portugal, e no volent nos dir la causa per que era trames.

Yatsia ne fos jnstantment per nosaltres e aquest volgues veure les scriptures que portaue e trobam, senyor molt excellent, que ell portaue letres de cresença en Ytalia, en vn bisbe e a mossen Johan de Malatesta. Portaua axi matex algunes instruccions quj, segons paria, contenjen ço que ell deuja esplicar en virtut de la cresença a ell comanada. E eren les dites jnstruccions formades sobre algũ tracte de matrimonj qujs mena e del qual es stat promouedor mossen Bernat de Fortia, entre lo dit don Alfonso e la duquesa de Mjla, sor delrrey Lançalau. De les quals jnstruccions hi hauja algunes formades per part del dit don Alfonso e altres formades per part del dit mossen Bernat de Fortia. De la lectura o vista de les quals, lo dit Gomez jatsia per nosaltres lj fossen dites de bones paraules escusatiues de ço que fahiem, per raho del temps sospitos que tenjm, se rete es mostra molt agreujat e fello.

Apres, molt excellent senyor, notifficam a la vostra molt excellent e alta senyoria com nosaltres, quj continuament tenjm nostres spies en les parts de Gascunya e de Tolosa, per raho de les grans fames que, per molts dies passats han trebaylat del ajustament e venguda de part deça de gent darmes, en socors de Jayme dUrgell, hauem cobrades daquelles de pochs dies en ça tres, quj tots concordantment han reportat que en nagũa daquelles parts no son aplegades companyes darmes algunes, quj sien dalgun caler e lo deurer que hauem cobrat ha camjnat tot lo comtat de Comenge segujnt dun en vn tots los lochs on hoya dir que hauja gent darmes e aquest diu e reporta que en tot lo comtat de Comenge ell no ha trobade gent darmes aplegada, sino en vn loch qujs apella Martres, on troba mossen Aymerich de Comenge ab xxx o xxxv rossins, quj, segons lj fon dit, era ab la dita gent applegat per fer la serca del dit comtat de Comenge; e, en vn altre loch qujs appellat Rengatges, troba lo senyor de Campayanch ab L. rossins o entorn e ab xv o xviij homens a peu disent aquest que vol morir, si en tot lo dit comtat de Comenge ha de present altre gent darmes aplegada mas auant sen apres de uers Tholosa diu que aquj ha trobades les fames acostumades, les quals, en veritat, senyor molt excellent, cresem nosaltres ques meten mjsterialment per algũs quj son aquj del dit Jayme dUrgell. E la deitat jncreada, senyor molt excellent, conserua la vostra molt gran e alta senyoria a sos pobles per multiplicats anys tostemps ab fruicio de tota prosperitat.

Scrit a Perpenya, a sat *(sic)* de octobre del any M.cccc.tretse.

Senyor. Vostres humjls vassals e sotsmeses, qui besant vostres mans e peus, se comanen en vostra gracia e merce.

Consols de la vila de Perpenya.

No verso: Al molt alt e molt excellent princep e molt poderos senyor lo senyor rrey.

23

13 OUTUBRO 1413

Carta do primogénito de Aragão a el-rei D. Fernando I, seu pai, a remeter-lhe carta do rei de Portugal, a qual abrira, lera e novamente fechara.

ACA., *D. Fernando I*, caja 3, n.º 495, original em papel com picos de traça. Posto o presente documento em si mesmo nada adiante nas relações de Portugal com Aragão em tempo de Fernando I, cotejado porém com outros textos, diplomáticos ou narrativos, pode fornecer data aproveitável.

Molt alt e molt excellent princep e poderos senyor pare e senyor meu molt car.

Vna letra quel rrey de Portugal tramet a vostra excellencia es venguda en mans mies, la qual creent que y hagues coses requirents necessaria e cuytada prouisio, he desclosa e legida e puys tornada cloure e la qual a vostra senyoria tramet dins la present jnclusa.

Per que, molt excellent senyor, notifich ho a vostra excellencia, la qual lo Creador de totes coses faça viure e regnar longament ab crexement de sa reyal corona.

Scrit en Barchinona, a xiij dies de octubre del any M.cccc.xiij.

(as.) Alfonsus Primogenitus.

Senyor. Lo vostre humjl primogenit, que besant peus e mans, se comana en vostra gracia e benedicio.

No verso: Al molt alt e molt excellent princep e poderos senyor pare e senyor meu molt car lo ssenyor rrey.

24

25 OUTUBRO 1413

Carta de João Otger, governador de Iviça, a Fernando I, rei de Aragão, sobre nau portuguesa, detida em Setembro por nau castelhana e por galera maiorquina, a qual transportava 85 mouros de

Valência para Bugia, com seguro do bailio geral de Valência, e foi levada para Maiorca.

ACA., *Fernando I*, caja 5, n.º 844. Original em papel.

Molt alt, molt excellent princep e poderos ssenyor.

Senyor. A vostra alta senyoria certifich com, en lo mes de ssetembre prop passat, carregant de sal en lo port de Yuiça vna nau castellana appellada del rrey de Castella, patronejada per Johan Periz de la Barreca, arribas en lo dit port vna nau de portogalesos, la qual partia de Valencia per anar en Bogia; la qual portaua vuytanta cinch moros, entre moros, moras e jnfans, ab lurs bens e mercaderias sesdeuengues que partint se la dita nau de portogalesos del dit port de Yuiça, per continuar son començat viatge a Bogia, guiada e assegurada per lo vostre batle general de Valencia, la dita nau castellana ensemps ab vna galera den Murta de Mallorques, que entraua en cos li isqueren fora lo port e prengueren aquella e la sen manaren en Mallorques.

E, segons se diu, la dita galea, per manament vostre, torna la part quen hauja rebuda; la dita empero nau castellana nj lo mercader genoues de la dita nau, qujn lhauja la terça part, non volgueren res restituhir, ans vjngueren açi en Yuiça, axi la dita nau castellana com la dita galea e, carregant o stant la dita nau en lo dit port, no contents que eren guiats per la franquesa de Yuiça, per raho de la sal en menys preu de la vostra ssenyoria, isqueren en terra ou no eren guiats lo patro ab si xxviij armats ab lo bateu e feyen en terra venderia o rescats dels dits moros.

E yo, qui aço sabi, primo offici e a jnstancia e requesta den Pere Nicholas, scriua vostre, e ali de Bellujs, alcadi per vostre senyorja sobre aço tramesos secretament, prouehi axi, per terra com per mar, ab lo patro de la dita galea que yo pogues hauer lo dit patro ab tota la companya del bateu, pensant que pus yo hagues lo patro e tanta companya haurja la nau ab tota la presa; e de fet, ssenyor, axis segui, que yo hague lo dit patro ab tota la dita companya sua quj son en nombre xxviiij. E los quals tinch açi presos e ben guardats, pero no poguj hauer la nau, com se leuas cuytosament del port tallant e lexant les anchores en mar.

Per que, molt alt ssenyor, de totes les coses damunt dites ab les presents, consult la vostra alta ssenyoria. Per ço que en aquelles prouescha segons que li plaura. Lo jneffable Emperador celestial, per lo jmperi del qual los rreys regnen e los princeps ssenyorein de la terra, per sa misericordia vulla prosperar la vostra alta persona per molts anys victorjosament, segons vostre desig.

Scrita en Yuiça, a xxv. de octobre del any de la natiuidat de Nostre Senyor M.cccc. xiij. Jtem, senyor, lo dit Pere Nicholas jnformara largament de totes les dites coses e altres. Vostre senyoria sia de vostra merçe darli fe e creença de tot ço e quant de part mja a vostra excelsitud explicat sera.

Senyor. De la vostra rreal magestat e alta senyoria humil vassal e sotsmes, quis comana en vostra gracia e merçe.

(as.) Johan Otger, gouernador de Yuiça.

No verso: Al molt alt, molt excellent, poderos e victorios princep e ssenyor nostre senyor lo rrey dArago.

25

19 DEZEMBRO 1413

Letras Pij patris affectu *do antipapa João XXIII, dirigidas ao doutor Nicolau de Lapis, colector apostólico nos reinos de Portugal e Algarve, a ordenar-lhe não obrigue o Mestre e freires da Ordem de Cristo a pagar a quota das dízimas imposta ao clero de Portugal, pois eles têm colocado seus bens e pessoas ao serviço da Igreja nas guerras contra os cismáticos, e a declarar nulas quaisquer sentenças por ele proferidas contra os membros da dita Ordem, por tal motivo.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 172, fl. 305 v.

Johannes etc.

Dilecto filio Nicolao de Lapis, legum doctori, fructuum et prouentuum in regnis Portugalie et Algarbij camere apostolice debitorum collectori, salutem etc.

Pij patris affectu debemus esse studiosi pro filijs, maxime sub religionis habitu contra infideles seu catholice fidei hostes solicite pugnantibus et, more bonj pastoris, eis ab imminentibus ipsis grauaminibus, quantum nobis possibile fuerit, releuare.

Sane peticio carissimj in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, et dilectorum filiorum Lopi Didaci de Sousa, magistri et fratrum ordinis milicie Jhesu Christi nobis nuper exhibita continebat quod tu, quem alias eciam ad petendum et exigendum certam decimam per nos dilectis filijs clero Portugalie et Algarbij regnorum, in subsidium camere apostolice, tunc impositam per alias nostras litteras deputauimus, ab eisdem magistro et fratribus certam quotam huiusmodi decime tunc expressam pro rata, ut dicebas, ipsos de huiusmodi decima contingentem, vigore dictarum litterarum, exigere (1) conabaris.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, magister, quj eiusdem regis consanguineus est, et fratres prefati, non absque personarum suarum periculis, magnas expensas in guerris que per quosdam potentes scismaticos eisdem regnis, occasione scismatis quod in romana ecclesia vigebat, eciam in seruicium eiusdem ecclesie assistentes fideliter et constanter ipsosque adhuc continue, iuxta eiusdem milicie decenciam, sumptus subire (2) oporteat eis quodammodo intollerabiles incessanter, ad quos fructus, redditus et prouentus dicte milicie vix sufficiunt, quj propter guer [r]as prefatas necnon mortalitates et alia inconueniencia que ipsa regna plurimum afflixerunt, fuerunt et sunt non mediocriter diminuti.

Nos igitur, desiderantes eosdem magistrum et fratres absque quocunque grauamine Domino, sub pacis dulcedine, famulari ac consideracione dicti regis nobis super hoc humiliter supplicantis, huiusmodi regis et eciam magistri et fratrum prefatorum in hac parte supplicacionibus inclinati, discrecionj tue per apostolica scripta mandamus quatenus ab eisdem magistro et fratribus, pretextu dictarum litterarum quoad contribuendum per ipsos in solucione predicte decime, cum huiusmodi clero nichil penitus petas uel exigas aut eciam recipias, quousque a nobis aliud habeas in mandatis. Nos enjm irritos decernimus et inanes omnes processus necnon excommunicacionis, suspensionis et interdicti sententias, si quas forte premissorum occasione hactenus, per te uel alium tulisti seu tuleris aut forsan contra eosdem magistrum et fratres promulgari contigerit in futurum.

Datum Laude, quartodecimo kalendas januarij, ano quarto.

---

(1) No ms. *exhigere*.
(2) No ms. *subijre*.

26

[1413 - 1414]

Festejos promovidos em Coimbra pelo infante D. Pedro a seu irmão D. Henrique e por este em Viseu àquele, antes da ida para Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 23.

O facto, não datado pelo cronista, é localizado por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 487, no ano de 1414, e por GAMA BARROS, *História da Administração*, t. 2, p. 405, e t. 9, p. 97, pouco antes de 1415. Relacionando, porém, este capítulo com os que o precedem e o seguem, parece deverem situar-se os acontecimentos aqui narrados em 1413 e 1414.

O espaço foy pequeno que os iffamtes esteueram em Euora (1); porque, tamto que souberam que seu padre era em Samtarem, loguo partiram daquella çidade e se forom pera elle, homde seu ajumtamento nom durou mujto, porque o iffamte dom Pedro e o iffamte dom Hamrrique se forom loguo pera suas terras (2). E elrrey e o iffamte Duarte ficarom alli, damdo auiamento mais trigoso aas cousas começadas do que sse ataalli fezera.

E o iffamte dom Pedro e o iffamte dom Hamrrique teueram tall maneyra em seu caminho que, sse o desemfadamento de rriba dOdiana foy gramde, aquelle nom foy menos; ca, tamto que chegaram a Coymbra, loguo o iffamte dom Pedro fez buscar quamtos desemfadamentos se poderam achar, pera folgamça de seu jrmãao e sua; e com esto gramde abastamça de uiamdas, de que sempre forom gouernados emquamto esteueram per as terras do iffamte. E per semelhamte fez o iffamte dom Hamrrique, tamto que emtraram na comarqua da Beyra, homde elle tijnha seu senhorio (3).

Mais fez ajmda o iffamte dom Hamrrique, por acreçemtar seus desemfadamentos. Ca hordenou logo como sse fezessem hũuas nobres festas em Viseu, pera as quaaes mamdou comuidar o comde de Barçellos

(1) No capítulo anterior o cronista deixara os infantes D. Pedro e D. Henrique em Évora.

(2) Por onde os dois parece que passaram quase todo o ano de 1413.

(3) Ou seja suas terras patrimoniais.

seu jrmãao com todollos senhores bispos, fidallgos e outros boons homeens que auia em aquella comarqua. Aos quaaes fez saber como aquellas festas se auiam de começar em uespera de Natall e auiam de durar ataa dia dos Rex. Porem, que lhes prouuesse de teerem tall maneyra em sua uijmda, que aaquelle tempo fossem alli, ou primeyramente, se o fazer podessem, por aazo de suas pousemtadorias serem milhor auiadas.

E, pera esto, mamdou o iffamte a Lixboa e ao Porto, por pannos de sirgo e de lãa e brolladores e alfayates pera fazerem suas liurees e momos, segumdo pera sua festa rreallmente perteeçia; e desy uiamdas forom buscadas per todallas partes mais abastadamente que sse poderam achar. Alli forom trazidas mujtas carregas de çera, que sse despemderam em mujtas tochas, assy de seruir como de damças, bramdões e uellas e contos, em tamanho numero, que casy seria empossiuell de sse poderem comtar. Alli forom outrossy de todallas uiamdas daçucar e comseruas que sse poderom achar no rregno, em muy gramde abastamça, e assy de todallas maneyras despeçias e outras fruytas, uerdes e secas, que compriam pera sua festa seer abastada. E tambem uieram alli piparotes de maluasia com mujtos outros uinhos bramcos e uermelhos da terra [e] de todallas partes homde os auia milhores.

E, quamdo ueo aa uespera de Natall, eram ja todas estas cousas prestes e assy mujtos corregimentos de justas e outros arreos de desuayradas maneyras. E a çidade e aldeas darredor eram todas cheas de gemte, de guisa que pareçia a algũus estramgeiros que per alli passauam que aquelle ajumtamento nom era senam corte de rrey. Em aquellas festas ouue muy gramde prazer, porque auia em ellas mujtos senhores e gramdes com mujtas maneyras de desemfadamentos e sobretodo a abastamça, que era muy gramde, de mujtas deleitosas uiamdas; ca nom sse acha que, em todos aquelles dias, ouuesse nehũu falliçimento per que aquella festa em algũua parte podesse seer abatida.

E deuees de saber que o iffamte dom Hamrrique foy hũu homem cujos feitos e estado amtre todos seus jrmãaos teue mayor auamtagem de rrealleza, leixamdo o iffamte Duarte, a que, per dereita soçessom, comuijnha de o fazer. E, como quer que sse estas festas começassem com emtemçom de nom seerem em ellas outras pessoas de gramde estado, afora aquellas que ja dissemos, o iffamte Duarte, que estaua em Samtarem com seu padre, tamto que soube as nouas daquelle ajumtamento, ouue muy gramde deseio de seer em elle. E loguo como passou o dia de janeiro (4), ouue liçemça de seu padre e escolheo seis fidallguos, os mais gemtijs homeens de sua casa, com algũu outro pequeno corregimento; e,

(4) Talvez o dia 1 de Janeiro, pelo infante passado com o pai.

assy aforrado, partio de Samtarem e trigou tamto seu amdar que, posto que os dias fossem pequenos e os caminhos maaos, chegou a Viseu a taaes horas que ouuio ajmda ho offiçio de Uespera dos Rex com seus jrmãaos (5).

Mas, quem poderia dizer o acreçemtamento da festa que aquelles senhores fezerom com sua uijmda? E, no outro dia, forom as justas, muy gramdes, nas quaaes justou o iffamte Duarte e aquelles gemtijs homeens que com elle uieram. E, da outra parte, justaram os iffamtes e os mais daquelles fidallguos e gemtijs homeens que eram com elles. E todo aquelle dia sse despemdeo naquellas justas e damças e outros desemfadamentos. Alli ouue momos de tam desuayradas maneyras, que a uista delles fazia muy gramde prazer a quamtos alli eram e ajmda a mujtos de fora que o souberom.

E, no dia seguimte, disse o iffamte dom Hamrrique ao iffamte Duarte seu jrmãao: ssenhor, pois que uossa merçee foy de uirdes a esta terra homde nos estamos, nom como cortesãaos, mas como homeens que comtinuadamente seguiamos o monte, seia uossa merçee filhardes de hũua liuree que aqui teemos feyta pera nosoutros os monteyros. O iffamte disse que lhe prazia mujto. A quall liuree foy rrepartida per algũus daquelles fidallgos e gemtijs homeens. E, posto que ella nom fosse de mujto finos pannos, era porem de mujtos deseiada, porque a nom dauam ssenam a espiçiaaes homeens (6).

27

24 MARÇO 1414

Carta de el-rei D. João I ao corregedor da cidade de Lisboa, em que, a pedido da câmara da mesma cidade, proibe levar a terra de mouros pão, castanha, avelãs, nozes e outros mantimentos, e

---

(5) Alusão à hora de Primeiras Vésperas do Ofício dos Reis, em 5 de Janeiro.

(6) Terminadas as festas, seguiram os infantes para Santarém, onde falaram ao pai no feito de Ceuta, ideia, sublinha ZURARA, que surgira três anos antes, portanto no de 1411: «Ca, segumdo achamos, des que neeste feito primeyramento foy fallado ata aquelle pomto, eram passados melhoria de tres annos»; ora o encontro em referência deve situar-se em Janeiro ou Fevereiro de 1414. Respondeu o monarca ter de apresentar o caso a seu Conselho e de marcar com ele a data da partida, o que faria pelo S. João, em Torres Vedras. E, porque a quaresma se avizinhava, sublinha o cronista, — o seu primeiro domingo foi nesse ano em 25 de Fevereiro —, os infantes D. Pedro e D. Henrique resolveram ir passá-la a Tentúgal (Cfr. o cap. 24).

ainda aço, ferro e armas, sob pena de morte e confiscação de navios e bens dos infractores, metade para a coroa e a outra metade para os denunciadores.

AHCML., *Livro do provimento do pão*, fl. 4, original —, texto que se reproduz; ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 167 v., com data de 23. Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 233, segundo a primeira fonte citada.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A uos Joham Afonso, corregedor por nos em a nossa muy nobre, leal çidade de Lixboa, saude.

Sabede que o concelho e homeens boons dessa çidade nos enviarom dizer que, por a grande ualia do pam que ora uall em terra de mouros, os nauios que forom e forem daqui en deante a Frandes e a Bretanha e a Ingranterra os mestres delles fretam os dictos nauios a mercadores estrangeiros e a outros mercadores da terra pera leuarem pam a terra de mouros, a quall coussa dizem que he aazo e coassom (1) de nom vijr pam a estes nossos rregnos, e que outrosy esto nom he seruiço de Deus nem honra da santa egreia leuarem os nauios dos nossos rregnos pam e mantimentos aos mouros, contra a defesa da santa egreia. E que, porem, nos enviauam pidir por merçee que a esto tornassemos como nossa merçee fosse e lhes posesemos sobre ello tal escarmento que nehũu nom fosse honrrado de o fazer.

E nos, veendo o que nos pidir enviarom; teemos por bem e mandamosuos que, logo vista esta carta, sem mais tardança que a ello ponhades, façades logo apregoar e poeer aluaraees, asynados per vossa mãao, em as partes dessa çidade que nom seiam nẽhũus senhores nem mestres dos nauios nem marinheiros nem outras nẽhũuas pessoas, de quallquer estado e condiçom que seia, que fretem nẽhũus nauios pera leuarem pam nẽhũu nem castanhas nem aveellaas nem nozes nem outros nẽhũus mantimentos a terra de mouros nem leuem outrosy armas, asy lanças come dardos, nem solhas nem baçinetes nem cotas nem beestas nem aço nem ferro e asy geerallmente todallas coussas que seiam pera ssua ajuda, sob pena dos corpos e dos aueres, e morerem porem e perderem os beens pera nossa coroa. E mandamos que a meatade dos dictos beens aiam aquelles que os acusarem e a outra meatade seia pera nossa coroa e percam outrosy os dictos nauios que asy fretarem.

E outrosy vos mandamos que o dicto pregom e defessa susso escprita façades fazer a todollos mercadores dos nosos rregnos que nom careguem

(1) Por *ocasiom*.

pam nem nẽhũuas das coussas susso dictas em nẽhũus nauios destes rregnos nem em nauios doutras partes pera terra de mouros, sob a pena susso dicta. E de como o mandardes apregoar e poeer os aluaraees em as praças dessa çidade asy o fazede scpreuer no liuro da uereaçom do concelho. Vnde al nom façades.

Dante em Santarem, xxiiij dias do mes de março. Elrrej o mandou per Diego Martjns, doutor em lex, e per Vasco Gil, liçenciado em lex, sseus vassallos e do seu desenbargo. Pero Viçente a ffez. Era de mill iiij^{c} cincoenta e dous annos.

Vallascus legum licenciatus

Jacobus legum doctor.

28

28 MARÇO 1414

Carta de el-rei D. João I, a ordenar aos almoxarifes e escrivães da alfândega de Lisboa e do armazém do Porto que não mais se tome conta aos mercadores e donos de navios dos fretes, mas apenas se lhes exija juramento sobre o assunto e se lhes receba o livro da carga, e a dar providências para se arrecadarem os direitos dos nacionais e estrangeiros e observarem as leis sobre importações e exportações ou sacas.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. 3, doc. 76, —texto que se reproduz; *Livro A*, fl. 15 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 318.

Sumariada no *Indice chronologico dos docs. mais notaveis... do archivo da Camara do Porto*, p. 126.

Dom Joham, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue.

A uos, nossos almuxarifes e scpriuãaes que ora sodes ou fordes ao deante da nossa alfandega da çidade de Lixboa e do almazem do Porto e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer per quallquer guisa que seia a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que os mercadores e ssenhores dos nauyos do nosso ssenhorio nos enuyarom dizer que elles eram muyto agrauados de lhe seer tomado conta dos fretes dos nauyos como lhas ora tomauom, per noso mandado, Joham Uaasquez em Lixboa e Meem Cerueira no Porto, e que nos pediam por merçee que lhes ouuessemos sobrelo algũu rremedio, porque eram por elo muy enbargados e dethudos seus meestres dos dictos nauyos.

E nos, veendo o que nos pediam; teemos por bem e mandamosuos que, daqui en deante, emquanto nossa merçee for, nom tomedes conta dos fretes aos meestres dos nauyos de nossos rregnos nem doutras partes em que os mercadores do nosso ssenhorio carregarem, contanto que quando os dictos nauyos chegarem aos portos do rregno sseia dado juramento aos meestres e scpriuãaes dos dictos nauyos que bem e dereitamente das cousas que trouuerem nos dictos nauyos, assy de mercadores como de encomendas come de fretes que ouuerem dos dictos nauyos, façam hir todo aas alfandegas, pera nos de todo auermos nosso dereito, assi douro como de prata e panos e joyas e de todas outras cousas que nos dictos nauyos veerem e sejalhes dado o dicto juramento per o almuxarife ou dizimeiro das dictas alfandegas, presente os scpriuãaes dellas. E, se despois do dicto juramento, for achado algũua cousa sonegada, sseia perdida pera nos. E o que assi sonegar seia preso e nom solto ataa nossa merçee.

Outrossy, mandamos que os dictos almoxarifes e scpriuãaes cobrem dos meestres dos nauyos os rrooles das mercadorias que os mercadores e outras pessoas que carregarem em os dictos nauyos pera fora do rregno; e esses meestres com esses mercadores e pessoas, ante que esses nauyos partam dos portos, as uenham dizer e alealdar com os dictos almoxarifes e scpriuãaes, pera as elles scpreuerem em seus liuros dessas alfandegas, pera despois esses mercadores e pessoas que assy as dictas mercadorias leuarem carregadas darem conto aos dictos almoxarifes e scpriuaaes do rretorno dellas. E esto se entenda ao do rregno que sacas teuerem ou forem achadas ou derem fianças pera vijnrem com o rretorno ao rregno como sam theudos, porque os strangeiros nom am de leuar mais que aquelo que montar em as dictas mercadorias que trouuerem. E, se mais leuarem, que seiam logo costrangidos por a dizima.

E esto mandamos que sse faça per os dictos almoxarifes e scpriuãaes e que per elles todos, caha hũu em seu lugar, seiam asijnados os aluaraaes das sacas na forma que sse ora faziam per os dictos Joham Uaasquez e Meem Çerueira, em tal guisa que elrrey aia todo seu dereito e nom aia rrazom de sse a elles tornar. E que o façam per as ordenaçõoes e declaraçõoes que, em rrazom desto, sám fectas. Vnde al nom façades.

Dante em Sanctarem, xxbiij° dias de março. Elrrey o mandou. Rodrigo Afonso a fez. Era de mil iiij° çinquoenta e dous anos.

(as.) ElRey.

29

[1414?]

Parecer do infante D. Henrique sobre a conquista de Ceuta e resolução de el-rei D. João I de a tomar (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 14.

. . . . . .

Mas, nom passarom mujtos dias quamdo elrrey mamdou chamar o iffamte dom Hamrrique seu filho e apartousse com elle, dizemdo. Porque te ui outro dia fallar mais que nehũu de teus jrmãaos açerca do feito de Graada, quero que me digas agora emteyramente o que te pareçe. Senhor, disse o iffamte, todo o que eu emtom falley he a milhor parte do que sobrello emtemdo, nem era cousa que, per minha determinaçom soo, emtemdesse que sse auia dacabar; mas, eu fallaua como quem tijnha taaes tres ajudas açerca de ssy como eram meus jrmãaos. Mas agora, que eu, em minha parte soomente, aja de dar emteira rreposta, pareçeme que me deue abastar minha pouca hidade e o pequeno conheçimento que tenho de semelhamtes feitos pera minha escusa e, sobretodo, a pequena deliberaçom que sobre ello tenho posta; empero, porque ey de comprir uossos mandados, como de meu senhor e padre, assy, como o milhor poder emtemder, direy o que me pareçe.

Senhor, disse elle, eu acho que todallas cousas que fazemos em este mumdo se rresolluem em tres pomtos primçipallmente, a saber, no passado e no presemte e no uimdoiro. E, quamto he ao passado, eu comsijro como, ao tempo que Deos, por sua graça, quis que uos ouuessees nome de rrey,

---

(1) Constituía plano imediato de el-rei D. João I tomar Ceuta para facilitar a conquista do reino de Granada e expulsar assim o sarraceno da Península: — «elrey dizia que, filhamdo a çidade de Cepta, daria aazo ao rregno de Castella como filhasse o rregno de Graada» (Cfr. cap. 13). E o mesmo consta claramente da carta do nosso monarca ao de Aragão de 20 de Outubro de 1415 (Cfr. o nosso DOC. 108).

Também João Afonso, vedor da fazenda régia, sugerira aos infantes, desejosos de feitos cavaleirescos, como objectivo, a praça de Ceuta, nos termos do romanceado capítulo 9 desta mesma crónica: — «hũua muy notauel çidade e muy azada pera se tomar». Como já se observou, por falta de cronologia dos antecedentes da conquista de Ceuta na obra de ZURARA, dispomos os capítulos que dela extractamos na ordem que nos pareceu cronològicamente mais provável, atento o seu conteúdo e os diplomas que sobre o assunto se publicam.

como nom tinhees outra cousa senam hũua muy pequena parte em esta çidade, ca o castello era comtra uos e o castello dAlmadãa e de Simtra e de Torres Vedras e dObidos e de Samtarem e assy quasi polla mayor parte todollos outros do rregno, e quis Deos, por sua merçee, emcaminhar uossos feitos per tall guisa que, sem gramde uosso danno, uieram todos aa uossa obediemçia e sogeiçom. Pois nom menos deuees esperar agora que, posto que aquelle rregno de Graada fosse de todo liuremente em poderio delrrey de Castella, que ajmda uos ficaria poder, com sua ajuda, de lhe poderdes comtrariar quallquer danno ou offemsa que uos nouamente quizessem fazer; ca, mais ligeira cousa uos seria de o fazerdes agora, que naquelle primeiro começo, por mujtas rrezõoes que, pollo presemte, nom som neçessarias de uos seerem declaradas, pollo gramde conheçimento que dellas auees.

E, quamto he ao presemte, comsijro o seruiço de Deos e uossa gramde ffe e cristijmdade e a rrezam, que nam comssentem que uos ouuessees de neguar guerra comtra os jmfiees, por se della seguir algũua ajuda e fauor a elrrey de Castella, em acreçemtamento da nossa ffe, por mujto uosso jmijgo que fosse; porque os jmfiees, per natureza, uos querem mall e elle por açidemte. E, quamto he ao que hade uijnr, eu tenho esto assy: que o filhamento daquella çidade nom pode seer aazo, per nehũua maneira, per que a amizade e paz que ora nouamente filhastes com aquelle rregno se aja por ello de gastar nem destroir; amte o semto pollo comtrairo, porque elles conheçerom, polla gramdeza deste feito, a ardideza e boa desposiçom de uossos naturaaes e jsso meesmo a marauilhosa fortelleza com que obrastes tamanho feito; e conheçeram outrossy como o filhamento daquella çidade sera gramde aazo pera melhoramento da sua comquista.

E quamdo, de todo em todo, em elles falleçesse tall conheçimento, ajmda sua maa uoomtade nom tijnha pera ello perfeito comprimento denxucuçom, assy pella comquista nom seer tam ligeira dacabar, como depois de seu acabamento, nom sse lhe seguir menos cuidado de a comseruar e manteer. E sobretodo, Nosso Senhor Deos, que he perfeiçom de todallas cousas, semtimdo a uossa boa uoomtade e desposiçom, sera sempre polla uossa parte, homde dereitamente poderees dizer com ho samto propheta: pois que o Senhor he na minha ajuda, nom temerey cousa que me faça o homem. E, per esta guisa, acabou o iffamte dom Hamrrique sua rreposta, da quall elrrey seu padre foy mujto ledo; e, assy com a boca chea de rriso, lamçou os braços em elle e lhe deu a sua beemçom.

. . . . . .

E porem determino, com a sua graça e ajuda, [de Deus] de começar a prosseguir este feito ataa o poer em fim, nom me falleçemdo algũua daquellas cousas per que rrazoadamente deua seer estoruado. E, pois uos Deos aqui trouxe em ora que eu esto assy ouuesse de determinar, prazme que uos seiaaes o messegeiro que leuees as nouas a uossos jrmãaos e lhe

declarees toda minha emtemçom, per a guisa que uollo ja tenho dito. Bem he uerdade que todos aquelles filhos delrrey tijnham muy gramde deseio de ueer aquelle feito posto em fim, mas nehũua daquellas uoomtades nom era jguall da do iffamte dom Hamrrique, ca esto naçera com elle, como ja disse. E porem, assy como homem a que mujto prazia daquellas nouas, asseemtou os jeolhos em terra e beyiou as mãaos a seu padre, dizemdo que lho tijnha em gramde merçee.

30

[1414]

O infante D. Henrique, por ordem do pai, transmite a seus irmãos a resolução régia da conquista de Ceuta, e el-rei D. João I, a pretexto de embaixada à rainha da Sicília, resolve mandar estudar as condições estratégicas da praça a conquistar.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 15.

Ja o iffamte dom Hamrrique sabia com quall uoomtade auia de seer rreçebido de seus jrmãaos, quamdo lhe leuasse as nouas daquelle feito. E porem, com gramde trigamça e prazer, sse foi a elles, comtamdolhe toda a uoomtade de seu padre, segumdo que passara com elle. De cujas nouas e rrecado os iffamtes e comde ouueram tam gramde prazer como sse nom poderia dizer cousa que os mais allegrasse. E porem cauallgarom logo todos, cada hũu de sua casa, e foromsse ao paaço delrrey, pera lhe mostrarem agradeçimento de tamanha merçee, beyiamdolhe as mãaos por ello, como aquelles que bem mostrauom que, ataa aquelle tempo, numca uiram prazer semelhamte. Nem elrrey, demtro em sua uoomtade, nom semtia pequena lediçe, ueemdo as uoomtades de seus filhos assy despostas pera as cousas da homrra, pollas quaaes conheçia todo o comprimento de suas uirtudes.

. . . . . .

E porem elrrey todas estas bõoas desposiçõoes e autos de virtudes conheçia em seus filhos; mas, nam era ajnda em çerta segurança com que coraçam soportariam os verdadeiros autos da fortelleza, os quaaes prinçipalmente sam nos trabalhos das guerras mais que em outra nenhũua cousa. Porque alij he presente muitas vezes perigo da morte, da qual o

philosofo disse que era a fim de todallas cousas terribees e espantosas. E porem he o estado da cauallaria muito mais preçado antre os homeens, da qual cousa elrrey via assy aquelle começo, per que auia grande parte do conheçimento de todo o que elle deseiaua de veer. Seus filhos passaram assy todas aquellas rreuerençias e agardeçimentos e desy forom escorregando tanto por suas rrezões, atee que elrrey disse.

A mim pareçe que o prinçipal começo que a mim conuem fazer neste feito assy he que primeiramente aja de saber o assentamento daquella çidade e assy a fortelleza de seus muros e altura delles ou como sam acompanhados de torres e de caramanchões, pera saber quaaes artelharias me conuem de leuar, pera seer combatida. Outrosy, conuem que saiba as ancorações que tem e com quaaes ventos trabalham os nauios, mais estando sobre ancora; e, se peruentura as prayas sam assy liures e desempachadas, que nossas jentes possam sair sem grande trabalho ou perigo, ou que o mar he tam chegado ao muro que dos nauios mesmos se possa combater.

Consirando açerqua desto quaaes pessoas la posso milhor enuiar, porquanto cumpre que seiam homeens descretos e entendidos e taaes que possam bem todo prouer, segundo he neçessario pera tal caso, e nam me pareçe que tenho outros que o milhor possam fazer que o priol do Esprital e o capitam Afonso Furtado (1); a saber, o priol pera deuisar a çidade e o capitam pera atentar o mar com todallas outras cousas que a ello pertençem. Mas, como seja que elles ajam lugar pera jsto poderem veer e saber sem seer entendida nem sabida a fim por que elles vam, pera a qual cousa tenho vontade de fingir hũua fermosa dessimulaçam.

E jsto he que quero daar vooz que os enuio com embaxada aa rrainha de Cezilia, a qual ao presente esta veuua e em ponto pera casar; a qual cousa eu sey pollo rrequerimento que me ella enuiou fazer que me prouuesse de casar meu filho o iffante Duarte com ella. E eu agora mandalaey rrequerer pera o iffante dom Pedro. A qual cousa eu sey bem çerto que ella nam ha de fazer; empero, aproueitaraa muito semelhante cometimento; porquanto, meus embaxadores teram azo de hijr e vijr per açerqua daquella çidade, onde poderam deuisar todo o que lhe por mim for mandado. Aos iffantes pareçeo muy bem a consiraçam de seu padre e porem ficou a elrrey o encarrego de poer todo em obra, segundo o tinha consirado.

---

(1) O prior da Ordem do Hospital referenciado neste capítulo assim como noutros da mesma crónica e da joanina é o prior do Crato, marechal da hoste e Senhor de Baião D. Fr. Alvaro Gonçalves Camelo. O Afonso Furtado fora nomeado capitão-mor do mar por D. João I em 1385, após a sua aclamação nas Cortes de Coimbra e figura também bastas vezes na crónica daquele monarca, a quem foi muito dedicado. Sobre o primeiro pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 188 e 235; sobre o segundo o liv. 3, especialmente a pp. 170-71.

Copyrighted material

31

[1414]

Preparativos da armada para a conquista de Ceuta, ordenados por el-rei D. João I (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 21.

. . . . . .

E logo elrrey começou demcaminhar auiuadamente o corregimento que perteeçia pera sua hida. E a primeyra cousa que loguo mamdou fazer foy prouijmento de suas tereçenas, pera saber parte dos nauios que tijnha e como eram rrepayrados, mamdamdo loguo trigosamente cortar madeyra, pera rrefazimento dalgũuas gallees e fustas que lhe falleçiam pera comprimento do numero que elle emtemdia de leuar, a saber, quimze gallees e quimze fustas. E assy mamdou loguo aparelhar carpemteyros e callafates, que obrassem nos ditos nauios, e desy guarniçõoes pera elles com todallas outras cousas que lhe perteeçiam.

Mamdou ajmda elrrey apanhar quamto cobre e prata sse pode achar

---

(1) Havido o consentimento da rainha D. Filipa para a ida de seus filhos contra Ceuta, porém sem el-rei lhe haver declarado ser seu propósito ir também (Caps. 19, 20 e princípio do 21), mandou aquele se fizessem os preparativos da expedição, a localizar em princípios de 1414; pois diz o cronista, no presente capítulo, terem decorrido «bem dezoito meses» em tal corregimento, e a armada seguiu para Ceuta em 25 de Julho de 1415, como declara o mesmo cronista nos capítulos 50 e 51.

Parece datarem de Fevereiro do ano de 1414 os preparativos imediatos da armada contra Ceuta, entregues então por D. João I ao D. Duarte, como este afirma, os cuidados do Conselho, da Justiça e da Fazenda: — «Quando eu era de xxij anos (fê-los o primogénito em 31 de Outubro de 1413), elrrey meu senhor e padre, comprido de muytas virtudes, cuja alma Deos aja, despoendosse pera filhar a cidade de Cepta, mandoume que tevesse carrego do consselho, justiça e da fazenda que em sa corte se trautava, porque tanto averia de trabalhar nos feitos que perteenciam pera sua hida, que doutros sem grande necessidade se nom entendia curar. Eu, nom conssirando minha nova hidade e pouco saber, com dereita obediencia como, per mercee de Deos, sempre em todo lhe guardey, e desi por grande voontade que avia de sse proceder per o dicto feicto, recebi sem outro reguardo todollos dictos carregos, aos quaes me pus assy fora de boa descliçom que, na primeira quareesma que logo veeo, fazia tal vyda (*Leal Conselheiro*, cap. 19). O primeiro domingo da quaresma de 1414 ocorreu em 25 de Fevereiro (Cfr. por ex. A. CAPPELLI, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*. 2.ª ed., p. 70).

no rregno e assy mamdou trazer outro de fora, fazemdo seu trauto com os mercadores pollo milhor modo que elle pode, em tall guisa que, a muy breue tempo, teue delle muy gramde abastamça. E Joham Affomsso, ueedor da fazemda, proueeo logo todallas rremdas da çidade e fallou com Ruy Pirez do Allamdroall, que era thesoureiro da moeda, nom lhe declaramdo porem o segredo, per tall guisa que as fornaças da moeda forom loguo todas prestes e despachadamente começaram de laurar. E tamanha trigamça se poinha naquelle lauramento que, afora algũus dias de muy gramdes festas, todollos outros comtinuadamente, de dia e de noite, laurauam.

Miçe Carlos, almiramte (2), foy loguo auisado, per mamdado delrrey, que proueesse todollos mareantes, cada hũus em seu estado, de guisa que despachadamente podesse fazer delles o que lhe elrrey mamdasse. Gomçallo Louremço de Gomide, que era escpriuam da puridade, mamdou logo fazer cartas em nome delrrey pera o escpriuam dos marauidijs e assy pera todollos coudees e anadees dos beesteiros do rregno, que fezessem loguo seus alardos e lhe emuiassem os quadernos delles, homde quer que elle esteuesse, nos quaaes declaradamente fossem escpritas as hidades das pessoas e corregimentos que tijnham pera seruiço delrrey. Mas, quem poderia escpreuer a multidom das semtemças que sse dauam sobre aqueste feito, ca o rrumor do pouoo era muy gramde, ueemdo o aballamento destas cousas; e, posto que cada hũu, em sua parte, se trabalhasse descolldrinhar aqueste segredo, nom auia hij algũu que çertamente soubesse determinar o lugar pera homde aquelle corregimento era. E as semtemças que sse dauam açerqua dello leixamos pera outro capitullo, porquamto aquellas cousas nom sse faziam ajmda tam trigosamente como sse ao diamte fezeram.

E deuees de saber que a dilligemçia que elrrey mamdou poer na moeda e rremdas foy por nom lamçar pedidos, a quall cousa fez a duas fijns. A primeyra, porquamto aquelle feito primçipallmente era mouido por seruiço de Deos e nom queria elrrey que nehũua pessoa de seu rregno teuesse aazo de rreçeber nehũu escamdallo. E a segumda era porque, sse ouuera de lamçar pedidos, fora neçessario de fazer ajumtamento de cortes, nas quaaes, de neçessidade, se ouueram de declarar algũuas comjeituras ou partes do feito, per tall guisa que sse podera emtemder a uer-

(2) E Carlos Pessanha, filho de Lançarote Pessanha e neto de Manuel Pessanha. Fora-lhe confirmado o Almirantado do Reino por D. João I, em carta de 12 de Novembro de 1397 (Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 209, onde se editam os restantes textos relativos aos Pessanhas almirantes do reino, recentemente estudados por CHARLES VERLINDEN, *Lancarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries*).

Copyrighted material

dadeira determinaçam que elrrey sobre esto tijnha. Em este corregimento e cousas que elrrey assy mamdou fazer sse poseram bem dezoito meses (3).

. . . . . .

32

[JUNHO 1414]

Reunião de el-rei D. João I com seus conselheiros em Torres Vedras para tratarem do feito de Ceuta e pedido que ao monarca fez antes dela, em Lisboa, o infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 25.

. . . . . .

E, passada a festa da Pascoa (1), os iffamtes partiram de Temtugall e foramsse pera Simtra, homde seu padre estaua e teuera aquella festa. E outrossy o comde de Barçellos e o comdestabre (2) e o meestre de Christo (3) e o meestre de Samtiago (4) e o meestre dAuis (5) e o prioll

---

(3) Resolvera D. João I ouvir também a opinião do condestável D. Nuno Alvares Pereira, pela influência que ele tinha no reino e cujo apoio ao feito de Ceuta se tornava indispensável (Cfr. cap. 19); e não por escrito ou por mensageiro, mas pessoalmente e perante os infantes. Como ele se achava então em Arraiolos e el-rei e os filhos em Santarém e não desejava o monarca desse nas vistas semelhante encontro, ordenou a D. Duarte e D. Henrique fossem montear para Riba-Guadiana uns 3 meses, após o que viriam ter com o pai a Montemor-o-Novo, onde se efectuaria o previsto encontro.

Decorridos uns dois meses e meio, D. João I e o infante D. Pedro, vagarosamente e a montear, avançaram de Santarém para Montemor, por Muge e Ribeira do Sôr. Chegaram véspera de Entrudo, em cujos dias, cremos que 5 a 7 de Março de 1413, se efectuou a reunião com D. Nuno, «sem outra mostramça de comsselhos nem de falla secreta» por D. Duarte e D. Henrique, após o que estes infantes, ouvido o pleno apoio do condestável, retomaram a faina da caça na região de Évora, enquanto el-rei e D. Pedro se tornavam para Santarém (Cap. 22 e final do 24, pertencente àquele, como declara o cronista).

(1) O domingo de Páscoa em 1414 ocorreu a 8 de Abril.

(2) D. Nuno Alvares Pereira.

(3) D. Fr. Lopo Dias de Sousa.

(4) D. Mem Rodrigues de Vasconcelos (?).

(5) D. Fr. Fernão Rodrigues de Sequeira.

do Espitall (6) e Gomçallo Vaaz Coutinho (7) e Martim Affomsso de Melloo (8) e Joham Gomez da Sillua (9) com todollos outros senhores e fidallgos que auiam de seer em aquelle comsselho ueheramsse chegamdo pera aquelle lugar homde lhes era mamdado que uiessem. E, chegamdosse aquelle tempo, elrrey partio de Simtra e foy follgamdo per aquella comar-

(6) D. Fr. Alvaro Gonçalves Camelo. É de sublinhar a presença dos chefes das Ordens Militares portuguesas numa reunião histórica em que se havia de decidir o nosso primeiro grande feito ultramarino, o da conquista de Ceuta. É que a luta contra os infiéis estava na base do programa delas. Por isso, D. João I demonstrou contar com elas neste momento.

A ocasião era particularmente azada para o ataque aos vizinhos marroquinos, dada a franca decadência do reino merinida de Fez e o isolamento dos granadinos a respeito daqueles: — «Par la victoire du Rio Salado, — escreve CH.-ANDRÉ JULIEN — les Castillans avaient mis fin aux interventions efficaces des Mérinides sur le sol espagnol. La lutte entre Castille et Grenade prit, dès lors, le caractère d'une querelle entre suzerain et vassal qu'entre Chrétiens et Musulmans. Les vrais ennemis des Chrétiens demeuraient les Maghrébins. Aussi les Castillans n'attendaient-ils qu'une occasion favorable pour effectuer, selon le rêve de Ferdinand III, un débarquement en Afrique et mettre fin au double danger des invasions toujours possibles et de la piraterie de plus en plus active. La situation du Maroc, à la fin du XIV^e^ siècle, facilita leur intervention» (*Histoire de l'Afrique du Nord*, p. 194). Pode ver-se também, para maior minúcia da decadência da dinastia merinida, HENRI TERRASSE, *Histoire du Maroc*, vol. 2, pp. 85 e ss., e AMBROSIO HUICI MIRANDA, *Las grandes batallas de la Reconquista*, pp. 331 e ss.

Como causas do ataque português a Ceuta JULIEN aponta: — «Ce fut pour mettre fin à la piraterie qui arrêtait les convois de blé, pour satisfaire l'esprit de croisade qui se répandait dans la Péninsule à mesure que progressait la Reconquista et pour détourner l'agitation populaire, que la bourgeoisie, appuyée par les infants Henrique et Fernando, qui voulaient prévenir une intervention castillane au Maroc, décida le roi à tenter un débarquement à Ceuta». (*Obra cit.*, p. 195).

Como se poderá provar que então em Portugal apenas D. Henrique e D. Fernando desejavam evitar uma intervenção castelhana em Marrocos? E el-rei D. João, o infante D. Pedro, o clero, a nobreza e o povo não burguês eram a favor dessa intervenção castelhana?... Repare-se em que foi o futuro Regente do Reino quem comandou os navios de alto bordo que intervieram na conquista de Ceuta depois de haver colaborado na preparação da respectiva armada. Na página seguinte, ANDRÉ LUCIEN parece dar-nos, porém, o infante D. Pedro a apoiar a burguesia, em lugar de D. Henrique e D. Fernando, como no trecho supratranscrito: — «quand l'infant D. Duarte fut devenu roi, la cour fut tiraillée entre les ambitions marocaines de D. Henrique et de D. Fernando, et la politique de production nationale soutenue par le conseil du roi et par D. Pedro».

(7) Aliás Gonçalo Vasques Coutinho, alcaide-mor e herói de Trancoso e marechal de Portugal, tão celebrado na *Crónica de D. João I* e ainda citado noutros capítulos desta de Ceuta. Sobre ele e sua descendência pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. 1, sobretudo de pp. 51 a 56.

(8) Guarda-mor de el-rei, também aduzido noutros capítulos desta obra, foi alcaide-mor de Évora e de Olivença e Senhor de Barbacena.

(9) Alferes-mor de el-rei, a quem o autor alude noutros capítulos.

qua de Lixboa, caminho de Torres Vedras. E, amte desto, chegamdo elrrey a Carnide, o iffamte dom Hamrrique, que mujto deseiaua per seu corpo fazer algũua cousa auamtajada, chegou a seu padre e disse.

Senhor, primeiro que per estes feitos mais uaades adiamte, porque semto que, com a graça de Deos, uãao ja per tall uia que uijram a boa fim, eu uos peço por merçee que me outorguees duas cousas, a saber: a primeyra que eu seia hũu dos primeyros que filhe terra quamdo, a Deos prazemdo, chegarmos dauamte a çidade de Cepta; e a segumda he que, quamdo a uossa escalla rreall for posta sobre os muros da çidade, que eu seia aquelle que uaa primeyramente em ella que outro algũu. Elrrey oolhou comtra elle com comtenemça toda chea de rrijso e lhe rrespomdeo per esta guisa. Meu filho, uos ajaaes a beemçam de Deos e a minha, por teerdes tam boa uoomtade pera meu seruiço e pera acreçemtamento de uossa homrra; empero, pollo presemte, eu nom uos rrespomdo a nehũua dessas cousas mas, prazemdo a Deos, eu uos rrespomderey a ellas em outro tempo mais perteeçemte pera sse dar que agora.

. . . . . .

33

[1414]

Organização da armada com navios nacionais e estrangeiros por el-rei D. João I para o assalto a Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 29.

Bem mostrou o duque dOlamda que tijnha uoomtade de fazer prazer a elrrey; porque, tamto que seu embaxador Fernam Fogaça partio, elle logo fez saber a todollos lugares de seu senhorio como, per çertos rrecados que auia delrrey de Portugall, era neçessario de seer prestes, porquamto o mamdara desafiar (1). E assy começou de sse correger dallgũuas

(1) Nos capitulos 25, 26, 27 e 28, o cronista alude à reunião do Conselho régio em Torres Vedras, pelo S. João do ano de 1414 congregado «em hũua salla deamteyra que esta em aquelles paaços de Torres Vedras, homde esta a capella [...]. E o dia em que sse esto ouue de começar era hũua quimta feyra, na quall elrrey e

cousas que em todo seu senhorio nom podiam em all emtemder, senam que todauia tijnham guerra aberta com o rregno de Portugall.

Elrrey, depois que sse Fernam Fogaça partio, começou mujto mais trigosamente de correger todallas cousas que lhe compriam pera boom auiamento de sua partida, mamdamdo logo fazer prestes çertos escudeiros com suas procuraçõoes abastamtes, os quaaes mamdou per toda a costa de Galiza e de Bizcaya e a Imgraterra e a Allemanha fretar nauios grossos, quamtos sse podessem achar. A quall cousa nom era senam hũu manifesto pregom que corria per mujtas partes da christijmdade daquesta armaçom que elrrey assy fazia. E, porque as nouas, de lomge, sempre fazem a cousa mayor do que he, posto que o corregimento delrrey fosse muy gramde, ajmda a fama era mujto mayor.

E, em sse corregemdo estas cousas e outras mujtas, sobrechegou Fernam Fogaça com seu rrecado, do quall mujto prouue a elrrey. E mamdou que sse deuulgasse per todo o rregno que os primçipaaes capitãaes desta armada auiam de seer os iffamtes dom Pedro e dom Hamrrique; mas nom quis que sse deuulgasse determinadamente que auiam de hir sobre o duque dOlamda, empero que em sua uoomtade bem lhe prazia que o creessem assy todos; porque, semelhamte maneira demcobrimento fazia pareçer a cousa mais çerta aaquelles que a presumiam. E, ajmda que sse determinadamente dissesse, nam leixariam algũus de conheçer que a disposiçom daquella terra nom rrequeria taaes artefiçios como elrrey ao presemte mamdaua fazer; e, comsijramdo em ello, poderiam comgeitorar a outra mais çerta determinaçam.

. . . . . .

---

seus filhos ouuiram hũua missa de Samto Spritu, offiçiada com gramde sollempnidade, por tall que a sua samta graça lhe podesse dar uerdadeyro conheçimento de todo o que naquelle feito, por seu samto seruiço, emtemdiam de fazer. E dalli ficou a elrrey sempre, por deuaçom, ouuyr semelhamte missa cada somana em aquelle dia, nom tam soomente ajmda elle, mas todos seus filhos o custumarom sempre, em suas capellas emquanto uiuerom» (Cap. 25).

O primeiro a falar foi o condestável D. Nuno Álvares Pereira, cujo parecer aliás já ele havia dado pessoalmente a el-rei e aos infantes, em Montemor-o-Novo, em Março de 1413 (Cfr. o cap. 22 e o final do 24). Todos os conselheiros acordaram no ataque a Ceuta, para cujo encobrimento resolveram simular-se desafio ao *duque de Holanda*, diz o cronista, aliás a Guilherme VI, duque de Baviera e conde de Holanda, (Cfr. MARCUS DE JONG, *Koning Johan I van Portugal en de «Hertog van Holland»*, em *Tijdschrift voor Geschiedenis*, Groningen, 1958, Maio, pp. 86 a 95, e *Quadro elementar*, t. 1, p. 82), como se fez. Convieram ainda em que «pera o outro Sam Joham, que seria dalli a hũu anno, fossem todos prestes cada hũu omde ouuesse dembarcar» (Cap. 28). E, neste mesmo capítulo, começa o autor a narrar como foi desafiado aquele conde, cometida a missão a Fernão Fogaça, vedor da casa do infante D. Duarte, assunto que prossegue no presente capítulo. Também no 54 se afirma que esta embaixada foi em 1414.

Outrossy, depois do acabamento daquelles comsselhos (2), determinou elrrey como toda a gemte da comarqua da Beyra e Trallosmontes e dAmtre Doyro e Minho embarcasse na çidade do Porto. E mamdou ao iffamte dom Hamrrique que sse fosse aa comarqua da Beyra e que fezesse ajumtar todollos coudees e anadees, assy daquella comarqua como da outra de Trallosmontes, e que, per seus liuros, fezesse apurar toda a gemte que fosse pera seruir, damdolhe os quadernos dos alardos, que ja amte desto mandara fazer, os quaaes em ssi tijnha Gomçallo Louremço, como dito he (3). E, per esta meesma guisa, mamdou ao comde de Barçellos que teuesse carrego da comarqua dAmtre Doyro e Minho. E a gemte da Estremadura e dAmtre Tejo e Odiana e do rregno do Algarue determinou que embarcasse na çidade de Lixboa, sob capitania do iffamte dom Pedro, ao quall leixou emcarreguo da apuraçam das gemtes destas tres comarquas, per a guisa que a tijnham seus jrmãaos das outras. E, porque os uassallos e toda a outra gemte que auiam dauer comtia e solldo podessem auiar milhor seu corregimento, mamdou que lhes paguassem as ditas comtias e solldo. E mamdou outrossy ao iffamte Duarte seu filho que teuesse por elle emteiramente carrego e rregimento da justiça e da fazemda de todo ho rregno (4).

. . . . . .

E assy forom rrepartidos os emcarregos do rregno per os iffamtes e comde de Barçellos e a elrrey soomente ficou cuidado de suas artelharias e armas com todallas outras cousas que perteeçiam pera auiamento de sua frota. E, pera sse estas cousas milhor poderem emcaminhar, foisse elrrey chegamdo comtra a çidade de Lixboa, pera dalli mamdar mais ligeiramente perçeber todas suas cousas.

34

[1414-1415]

Convite de el-rei aos fidalgos, azáfama de preparativos e boatos que corriam no país sobre o destino da armada.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 30.

---

(2) De Torres Vedras, a que aludе o autor nos capítulos anteriores.

(3) Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade de el-rei (Cfr. o cap. 21 desta mesma Crónica e «passim»).

(4) Cfr. a segunda parte da nota da nossa p. 83.

Quem poderia aaquelle tempo fallar em outra cousa senam em armas e em perçebimento de guerra? Ca loguo elrrey escpreueo a todollos senhores e fidallgos e homeens de comta suas cartas de perçebimento, nas quaaes lhe fazia saber como elle, por seu seruiço e homrra do rregno, tijnha hordenado demuiar seus filhos, a saber o ıffamte dom Pedro e o iffamte dom Hamrrique por capitãaes de sua frota, pera o seruirem no que elle mamdasse, com os quaaes lhe prazia que fossem aquelles a que elle assy escpreuia. Porem que lhes mamdaua que sse fezessem logo prestes pera hirem com elles em a dita frota e lhe fazerem primeiramente saber as gemtes com que o emtemdiam de seruir, pera lhe desembargar seus dinheiros e hordenados pera corregimento seu e das ditas suas gemtes.

E com esto era o feruor tam gramde no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all; porque hũus amdauam em alimpar suas armas, outros em mamdar fazer bizcoitos e sallguar carne e mamtijmentos, outros em correger nauios e aparelhar guarniçõoes, de guisa que, ao tempo da neçessidade, nom sse achassem dalgũua cousa falleçidos. Mas, primçipallmente era este trafego na çidade de Lixboa e do Porto, por que comũumente nom auia hi algũu que fosse liure deste cuydado; e tamta e tamanha era a rreuollta no corregimento destas cousas que, quamdo fazia tempo callado, claramente ouuiam o arroydo per muy gram parte dos lugares de Ribatejo.

E, em uerdade, era fremosa cousa de ueer. Ca, per toda aquella rribeyra, jaziam naaos e nauios, nos quaaes, de dia e de noute, amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus falliçimentos. Doutra parte, jaziam mujtos bois e uacas deçepadas e alli mujtos homeens, hũus a esfollar e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas, em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnham cuidado de abrir e sallgar as pescadas e caçõoes e rrayas e semelhantes pescados, dos quaaes todollos lugares em que o soll tjinha mayor assessego eram cheos.

Os offiçiaaes da moeda, de dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos, per tall guisa que, ajmda que hũu homem braadamdo dissesse algũua cousa amtre aquellas fornaças, escassamente podia seer emtemdido. E os tenoeiros nom eram pouco trabalhados em fazer e rrepairar as uasilhas pera os uinhos e carnes e outros mamtijmentos; alfayates e tosadores em aparelhar panos e fazer liurees de desuairadas guisas, cada hũu segumdo lhas o senhor dellas mamdaua fazer; carpemteiros em emcaixar bombardas e troons e emderemçar todallas outras artelharias, as quaaes eram mujtas e gramdes; cordoeiros em fazer guimdaressas e estremques e caabres e outra mujta cordoalha de linho, que faziam assy pera os nauios da terra como pera os de fora, ca todo se rrepayraua em este rregno.

Quem seria aquelle que destimtamente podesse comtar os trabalhos que auia amtre aquellas gemtes, ca nom era algũu que fosse escusado

daquelle emcarrego; ca, posto que os uelhos, per rrezom de sua hidade, soubessem que auiam de ficar, nom tijnham porem pequeno cuidado descolldrinhar quall seria çertamente a parte pera homde aquella frota auia de fazer sua uiagem. E sobre esto tijnham gramdes departiçõoes, ca este offiçio primçipalmente leixao a natureza aos uelhos, por rrezom das mujtas cousas que uiram e sabem e porque ssom ja liures das paixõoes, as quaaes aos mançebos nom leixam liure poder pera cuidarem dereitamente as cousas. E, como quer que os seus cuidados fossem tam agudos, nom auia hi porem nehũu que podesse determinnar a çertidom daquelle feito.

Ca hũus diziam que elrrey mamdaua a iffamte (1) a Imgraterra pera casar em aquelle rregno muy homrradamente e que hiam seus jrmãaos com ella com aquelle poderio de gemtes e corregimentos de guerra, pera ajudarem elrrey seu primo a comquistar o rregno de Framça. Outros diziam que hia sobre o rregno de Naapuli, porque a rrainha estaua uiuua e que escpreuera a elrrey que emuiasse la hũu de seus filhos pera casar com ella e rreçeber o senhorio do rregno, e que desta meesma uiagem auiam de fazer semelhamte no rregno de Cezilia; e que por isso emuiaua elrrey assy aquelles dous filhos, por rrezam dos dous casamentos.

Outros disseram que elrrey, no começo daquella demamda que ouuera no rregno de Castella, que prometera dhir em rromaria aa casa samta de Jerusalem, por tall que o Senhor Deos lhe desse uitoria comtra seus emmijgos; e que, porquamto lhe o Senhor Deos dera assy aquelle estado e os de seu comsselho nom eram em acordo que elle fosse fora de seus rregnos, que emuiaua la seus filhos assy poderosamente, por duas rrazõoes. A primeira, por comprirem a rromaria por elle e poderem passar per todollos lugares sem rreçeo de nehũua pessoa, dizemdo ajmda que quamdo alla fora o comde de Barçellos que esta fora a primçipall cousa de sua hida, a saber que o mamdara seu padre com emtemçom de ueer aquella samta çidade e os portos e amcoraçõoes que auia em este mar Medeoterrano, naquelle porto de Jaffa, omde faz sua fim: e esto he quamto a este mar que emtra pollo estreito de Cepta. E a segumda era por trazerem aquelle Samto Sepulcro com todallas outras samtas rrelliquias que sse podessem achar em aquella çidade e termos della.

Outros diziam que auiam dhir sobre a çidade de Bruges, por certas rrazõoes que allegauam que elrrey tijnha de o fazer, as quaaes aquy nom

---

(1) D. Isabel, nascida a 21 de Fevereiro de 1397, a qual veio a casar com Filipe o Bom, duque de Borgonha, em 1430 (Cfr. o recente estudo de JOSEPH CALMETTE, *Les grands ducs de Bourgogne*, p. 206 e a bibliografia estrangeira aí aduzida; para a portuguesa veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 46, nota 1, especialmente o estudo de SOUSA VITERBO, *D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha)*.

declaramos por extemsso, porque ssom tamtas e com tamtas particullaridades sem proueitoso effeito, que teuemos por milhor de as leyxar, por dar lugar aas outras cousas. Outros disserom que os iffamtes todauia auiam dhir sobre o duque dOlamda, per a guisa que ja ouuistes; ca, posto que aquelle segredo assy emfimgidamente fosse callado, aquelles que hiam com Fernam Fogaça o comtauam a seus amiguos. E, quamto lhes elles mais emcomemdauam que fosse em segredo, tamto o elles mais asinha descobriam; porque aquella cousa he mais asinha quebramtada que em ssi traz mayor força de deffesa, quamdo, per medo dalgũua penna, se nom leixa de quebramtar.

Disserom ajmda algũus outros que, porquamto em Auinham, aaquelle tempo, estaua ho amtipapa, que sse chamaua Clemente septimo (2), ao quall obedeçia toda a Espanha afora este rregno de Portugall, que elrrey, como fiell e cathollico christãao, que sempre teuera com ho papa de Roma, teemdo uerdadeiramente que aquelle era o dereito uigairo de Nosso Senhor Deos em lugar do apostollo Sam Pedro e uerdadeiro pastor na samta jgreia, emuiaua seus filhos, queremdo desfazer tamanha diuisom como estaua amtre os christãaos; e que os iffamtes hiam assy poderosamente porque, sse peruemtura algũus daquelles seus subditos quisessem tornar a ello, que os iffamtes leuassem tamanho poder que lho podessem comtrariar.

Outros disserom que aquella frota primçipallmente hia sobre Normamdia, porque elrrey achaua que tijnha dereito em ella, por rrazom delrrey dom Affomsso, que fora uisauoo de seu padre elrrey dom Pedro, o quall fora comde de Bellonha. Outros fallauam outras mujtas cousas, tam desuayradas, que seriam lomgas descpreuer; porque he determinado na Samta Escpritura que homde uerdade sse escomde, alli sse multiplicam mujto mais pallauras. E, como quer que assy estes desuairos e outros mujtos auia amtre elles, nom era porem algũu que podesse çertamente, nem assy apalpando, fallar na çidade de Cepta.

Soomente quamto achamos que hũu judeu, seruidor da rrainha dona Fillipa, que chamauam Yuda Negro, que era gramde trobador, segumdo as trobas daquelle tempo, em hũua troba que emuiou a hũu escudeiro do iffamte dom Pedro que chamauam Martim Affomsso da

---

(2) Anacronismo do autor; pois o antipapa Clemente VII, eleito em 20 de Setembro de 1378, falecera em 16 de Setembro de 1394. Na época a que ZURARA se reporta era antipapa em Avinhão Bento XIII (1394-1424), o célebre aragonês Pedro de Luna. (Cfr. GIMENEZ SOLER, *La Edad Media en la Corona de Aragón*, pp. 206 e ss., e a *Crónica de Don Alvaro de Luna*, sobrinho de Bento XIII, com quem aquele se avistou em 1415 (*Ibi*, cap. 7, p. 22). De resto, alguma influência teve em Portugal Clemente VII, em seu tempo (Cfr. o recente estudo de JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*).

Atouguia, comtamdolhe as nouas da corte, disse todas estas cousas que dissemos e outras mujtas, amtre as quaaes, no derradeyro pee da quarta troba, disse que os mais ssesudos emtemdiam que elrrey hiria sobre a çidade de Cepta (3). Mas esto emtemdiam que elle nom soubera tamto por nehũu sinall çerto que uisse, soomente per juizo destrellomia, em que elle mujto husaua.

35

16 SETEMBRO 1414

Convite de João I, duque de Bourbon, aos infantes D. Pedro e D. Henrique de Portugal, para se baterem com ele e com mais 16 cavaleiros e escudeiros, em satisfação de voto que fizera e a fim de evitar a ociosidade, aperfeiçoar-se na nobre profissão das armas, adquirir fama e o favor da bela a quem serve, armados como indica, e perante o seu soberano, de preferência, ou então diante do rei dos romanos e de Hungria ou do de Inglaterra ou de Aragão, consoante eles desejem, ao que solicita resposta por intermédio de Bourbon, seu arauto (1).

LONDRES, British Museum, *Additional*, ms. 18.840, fl. 2, transcrito em caderno de pergaminho do século XV, em caligrafia gótica, donde se transcreve.

Publicado por PEDRO DE TOVAR, *Um desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique (1414-1415)*, p. 279, e em versão portuguesa.

A vous, nobles et puissans princes Pierre et Henry, filz de tres hault et puissant prince le roi de Portingal.

Je, Iehan, duc de Bourbon, comte de Clermont, de Forestz, de Lisle et seigneur de Beangieu, fais scauoir que je, desirant sur toutes choses mondaines, escheuer oyseuuecte et explecter ma persone, en aduensant mon honneur par le tres noble mestier darmes, pencant y acquerir bonne

(3) Yuda Negro ou Dom Juda ibn-Jahia, judeu, criado da rainha D. Filipa. Veja-se a *Historia da litteratura portuguesa*, no *Grundiss der Romanischen Philologie*, pp. 234 e 380, cit. por ESTEVES PEREIRA, em ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, ed. de 1915, p. 282.

(1) Veja-se a resposta dos infantes portugueses, dada em 23 de Outubro de 1415, o nosso DOC. 109; e, sobre a autenticidade dos dois textos, a bibliografia aduzida na nota 4 do documento citado.

renommee et la grace de la tres belle a qui je suis seruant, ay voue et emprins que le acompagnie de xvj cheualiers et escuiers de nom et darmes sans reprouches porterons en la iambe senestre chacun vng fer de prinsonnier, pendent a vne chaines, qui seront dor pour les cheualiers et dargent pour les escuiers, par tous les dymanches de deux ans entiers, commancans le prochain dimenche apres le date de ces presantes.

Ou cas que ne trouuerai vn seigneur de haulte ligniee acompaignie de pareil nombre de cheualieurs et escuiers de nom et darmes sans reprouches, quj moy et mes diz compaignons tous emsemble veuillent combatre a pye iusques a oultrance, armez chacun de tel harnois, qui luy plaira, portant lance, haiche et espee et dague accoustumes en guerre ou, au moins, de bastons de telle longueur, que chacun vouldra auoir, pour estre prinsonnier les vngs des autres, par telle condicion, que ceulx de ma part qui seront oultrees, seront quictes, en baillant chacun vn fer et chaine pareil de ceulz que chacun de nous porte et les aultres seront quictes chacum pour vng bracelet dor aux cheualiers et dargent aux escuiers.

Et, pour ce que je pancant le hault desir que doibt estre en vous dacquerir prouesse, par lacomplissement de tres honnorables faiz darmes; considere lordre et diuise que vous porter, je adresse a vous mes lectres, comme a ceulx par qui ie desire a estre deliuray de mon dit veu et emprinse, plus que par nulz aultres que ie saiche, en vous priant que men veuiller deliurez et tout a ma requeste. Car je doubte que ne voulissies acepter pour iuge le roy mon souuerain seigneur, ja soit ce que raison me stiuont a le plus desirer que nul autre, je, pour abregier ceste besoingne et laide de Dieu et de Nostre Dame vous accompliray ce que dit est deuant le roy des romains et de Hongrie ou celuy dEngleterre ou deuant celuy dArragon, le quel vous vouldres eslire, pourueu que menuoiez telle seurte et sauconduit, que le cas requerra. Sy me veuillez sur ce rescripre vostre brieufue et desiree volente par Bourbon, le herault, le quel ienuoie par deuers voz seignories pour ceste cause seulement. Et, nobles et puissans princes, le dieu des amoureux vous daint plaisans liesses de celle que vous seruez.

Escrit a Paris, et selle du seel de mes armes, le xvi^{e} jour de septembre, lan de grace mil iiij^{c} xiiij.

36

26 SETEMBRO [1414]

Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a conceder ao cavaleiro João Vasques de Almada possa trazer dali para o rei de Portugal, seu irmão carissimo, 400 lanças.

Publicada: em RYMER, *Foedera, conventiones, litterae*, 3.ª ed., parte 2, p. 88; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 320. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 14, p. 173.

Rex, omnibus ad quos &c. salutem.

Sciatis quod, de gratia nostra speciali, licentiam dedimus Johanni de Vasq[u]ez, chivaler, quod ipse quadringentas lanceas extra regnum nostrum Angliae, vbicumque sibi placuerit, ad excellentem & nobilem principem regem Portugaliae, fratrem nostrum carissimum, traducere possit, absque perturbatione seu impedimento aliquali.

Jn cujus &c.

Teste rege, apud Westmonasterium, vicesimo sexto die septembris.

Per breve de privato sigilo (1).

37

12 OUTUBRO 1414

Carta de Fernando I, rei de Aragão, a D. João I de Portugal, a solicitar-lhe providências, em razão das tomadias e malefícios praticados por súbditos portugueses em terras castelhanas depois do tratado de paz com Castela e sobretudo pelos habitantes de Valverde, que ùltimamente destruiram aldeia do Mestre de Alcântara, seu filho, tomaram e levaram vacas e outro gado, sem embargo das reclamações feitas e não atendidas.

ACA., *Registo* 2.405, fl. 56 v.

---

(1) As lanças em referência destinavam-se, porventura, à expedição contra Ceuta, então em preparação. A João Vasques de Almada, cavaleiro e embaixador de el-rei D. João I a Castela e a Inglaterra, talvez o irmão bastardo do conde de Avranches, alude frequentemente a crónica joanina (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, caps. 87, 91, 95 e 160, e vol. 2, caps. 38, 184 e 203). Havendo tomado parte na conquista de Ceuta, são também numerosas as referências que lhe faz ZURARA, na crónica respectiva.

A João Vaz ou Vasques de Almada, nosso embaixador a Inglaterra vezes várias, aludem também o *Quadro elementar*, t. 14, pp. CXXIX e ss., ALBERTO PIMENTEL, *Um contemporaneo do Infante D. Henrique*, e a bibliografia manuscrita e impressa ali citada.

Rey muy caro e muy amado tio.

Nos, elrrey dAragon e de Sicilia, vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e por a quien querriamos que diese Dios tanta vida, salud e buena ventura quanta vos mismo querriades e nos por a nos deseamos e por a quien, de muy buena volundat, faremos todas las cosas que a vos veniessen en plazer.

Rey muy caro e muy amado tio. Bien sabedes las pazes e confederaciones que son entre elrrey de Castilla, nuestro muy caro e muy amado sobrino, e su casa e vos e la vuestra. E, esto no embargant, de algunos tiempos entaqua, han seydas fectas diuersas preudas e malefficios por subditos e naturales vuestros al dito rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrjno, e specialment agora, pocos dias ha, seyendo deputados e asignados jutges entre el dito rrey, nuestro muy caro sobrino, e vos sobre los danyos dados entre quada una de las partes, entre los quales jutges fue deputado e assignado por nos, por parte del dito rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, Garcia Gomez de Tapia, doctor en leys.

E, esto no embargant, subditos e naturales vuestros del lugar de Valluert han fecto despues preudas en la tierra del maestre dAlcantara, nuestro muy caro e muy amado fijo, desribando vna aldea del maestrado e tomando vaquas e otros muytos ganados, los quales consigo ha leuado, no contrastant quel dito Garcia Gomez requiaaesse el corregidor dezpuez de la dita preuda que las vaquas e ganados fuesen restituidos, el qual dixo quel plazia. Empero, fasta agora, rrey muy caro e muy amado tio, no ses fecto derecto.

Rey muy caro e muy amado tio. Somos muyto mareuallado que tales cosas e tan malas sean stades fectas, seendo vos en buena paz e confederaciòn con el dito rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrjno; por que vos rogamos, rrey muy caro e muy amado tio, e por deudo de justicia vos requiremos que las dictas cosas, asin malas e malament attentadas, fagades restitujr e tornar al primero stado e no resmenos reintegrar e tornar las ditas vaquas e ganados a los a quien fueron tomados e poner remedio que, daquj adelante, semeyantes males e robarias no se fagan. E en esto, rrey muy caro e muy amado tio, faredes lo que deuedes e a que, segund dicto es, sodes tenido. E nos vos lo agradesceremos muyto. E, por jnstar, per nuestra parte, ante vos esto aferes, embiamos a vos el fiel nuestro Rodrigo dAlmaçam, scudero e cauallero del dito rrey de Castilla, nuestro muy caro e muy amado sobrjno.

E, si algunas cosas, rrey muy caro e muy amado tio, de nuestros rregnos e tierras vos son plazientes, embiatlas nos a dezir, car nos las compliremos de buen coraçon. E sea, rrey muy caro e muy amado tio, siempre en vuestra guarda Dios todo poderoso, per contemplacion de la su bienauenturada Madre.

Copyrighted material

Dada en la villa de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xij dias doctubre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xiiij. Rex Ferdinandus.

Al rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado tio.

38

9 NOVEMBRO [1414]

Carta de el-rei D. João I, dirigida a D. Fernando, rei de Aragão, em resposta a outra dele, em que historia as negociações havidas entre Portugal e Castela após as pazes, por causa de Valverde, único ponto discutido, e a propor se delimite ali definitivamente a fronteira.

ACA., *D. Fernando I*, caja 13, n.º 2549, original em papel, com picos de traça. A carta do rei aragonês é de 12 de Outubro de 1414, o nosso documento anterior.

Muytalto e muy poderoso prinçipe, nosso muy amado e muy preçado sobrinho, dom Fernando, pella graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos dom Joham, per esa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto saudar, como a sobrinho e amigo que muyto amamos e preçamos e pera que queriamos que Deus desse tanta saude e vida e honrra como vos meesmo deseiades.

Muytalto rrey, ssobrinho amigo. Fazemosuos saber que nos rreçebemos uossa carta per Roi Ferrandez dAlmaçom, escudeiro delrrey de Castela, uosso muyto amado sobrinho, per a quall nos escpreuestes em como bem sabiamos as pazes e confederaçõoes que som antre nos e nossa cassa e o dicto rrey de Castella, uosso muyto amado sobrinho, e sua casa (1). E que, esto nom enbargando, dalgũus tenpos aca, forom feitas desvayradas preudas e malefiçios per os nossos subiectos e naturaaes aos seus, em seus rregnos. E, espiçialmente agora, poucos dias ha, seendo asijnados e deputados juizes antre nos e o dicto rrey uosso sobrinho sobre

(1) Alusão ao Tratado de Paz de Ayllon, de 31 de Outubro de 1411,— o nosso DOC. 5.

os dapnos dados per cada hũa das partes; antre os quaees juizes foy deputado e asijnado, per a parte do dicto rrey uosso sobrinho, Garçia Gomez de Tapia, doutor em lex. E que, esto nom enbargante, que os nossos subiectos e naturaaes, moradores em Ualuerde, ham depois fecto preudas na terra do meestre dAlcantara, uosso muy caro e muy amado filho, derribando hũua aldea do meestrado e tomando uacas e outros muytos gaados. E, porque per o dicto Garçia Gomez, doutor, fosse rrequerido ao nosso corregedor que fezesse entregar as dictas uacas e gaados e ell dissese que lhe plazia, que ataa ora nom fora fecto nada. E que porem nos rrogauades e rrequeriades que as dictas cousas e males fezesedes rrestituir e tornar ao ponto e estado em que antes estauam, tornar as sobredictas uacas e gaados aos que forom tomados e posesen os rremedios que daqui en diente taaes males e dapnos sse nom fezesem.

Muy amado rrey, sobrinho amigo. Bem sabees que ante, per tenpos, que as dictas pazes antre nos e o dicto rrey de Castella, uosso muyto amado sobrinho, fossem fectas, o comendador das Elgas, do dicto meestrado dAlcantara, per uezes veo fazer preudas ao dicto lugar de Ualuerde e a outros lugares de nossos rregnos; por a quall rrazom, ueendosse os nossos naturaaes e subiectos preudados e rroubados sem rrazom, sse mouerom a ffazer preudas em gaados de lugares dos rregnos do dicto rrey uosso sobrinho da dicta comarca. E esto sse aqueeçeo per algũuas uezes. E, por sse estas cousas nom fazerem e sse fazerem entregas das cousas pasadas, foi acordado per nos e per a rreynha uossa muyto amada e muy preçada jrmãa, e per vos, em nome do dicto rrey, como seus tutores e rregedores dos seus rregnos, que fossem postos jujzes per anbas as partes na dicta comarca, os quaees fezesem fazer entregua dos rroubos e males que fossem fectos.

E, por a nossa parte, foy posto Ruy Uaasquez de Castelbranco (2) e Gomez Fernandez e, ao depois, Vaasco Gill, do nosso desenbargo. E, por a do dicto rrey uosso sobrinho, forom postos Fernam Lopez dEstunigua e o doutor Fernam Ximenez, antre os quaees, depois do dicto conhiçimento dos rroubos e males que eram fectos e concordança das entregas que sse auyam de fazer e quantas e em que maneira foi grande debate, quem primeiro auya dentregar; o quall fezerom saber a nos os juizes por a nossa parte. E nos lhes mandamos que fezesem polla nossa parte primeiramente entrega, contanto que per os juizes da sua parte lhes fosse prometido de a

---

(2) A este fidalgo, defensor do reino nas lutas contra Castela e nomeado por el-rei D. João I alcaide de Almeida, se refere FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, cap. 182, e vol. 2, caps. 22, 38 e 72. Parece tratar-se do morgado de Castelo Branco e administrador da capela e hospital da mesma cidade desde 2 de Abril de 1393, segundo carta joanina dessa data, parcialmente publicada por BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, p. 219.

Copyrighted material

fazerem logo elles fazer da sua parte aos nossos. E foi defecto asy per os nossos juizes conprido.

E, quando se ouuera de fazer entrega per os seus juizes aos da nosa parte, o dicto Fernam Lopez deu em rreposta que lhe veera hũua carta dos do conselho do dicto rrey uosso sobrinho, em que lhe mandauam que chegasse logo alla e que nom fezesem mais nada sobre as dictas entregas, sobre a quall cousa os nosos, que forom danaficados, nunca jamais forom entregues das cousas que lhes forom tomadas e rroubadas, des entom ataa ora. E, posto que estas cousas per os nossos enbaixadores que alo forom, ao trauto da paz, forom rrequeridas aa dicta rreynha de Castela, uossa muyto amada e preçada jrmãa, e aos do conselho do dicto rrey uosso sobrinho, nunca sobrelo foi fecto nada, das quaees cousas uos conpridamente pode enformar o bispo de Mondanhedo.

E, despois que as dictas pazes forom fectas, a cabo de dias, nos veo rrecado dos nosos naturaaes e subiectos daquela comarca em como outro comendador, que ora he, ueera aos stremos dos rregnos e arrincara os marcos e hũu que estaua em hũua ponte o lançara ao rrio e que fezera algũuas tomadas e rroubos em uacas e gaados dos dictos nosos rregnos; por a quall rrazom nos enuyamos Joham Fernandez, nosso scpriuam, ao conselho do dicto rrey uosso sobrinho, que esta nas partidas do rregno de Castela, de que vos teendes encargo, em que esta o conde dom Henrrique, a lhe fazer saber o que asy fora fecto per o dito comendador. E depois o enuyamos sobresto a vos, por a quall cousa foy acordado que fossem enuyados outra uez juizes aa dicta comarca, pera se saber como aquelo fora fecto e sse auer de enmendar e correger.

E, por a parte do dicto rrej uosso sobrinho, foi acordado que fosse juiz o dicto Garçia Gomez, doutor. E nos mandamos, por a nossa, com semelhante poder pera ello, o dicto Vaasco Gill, leçençeado em lex, do nosso desenbargo. E depois que o agora enuyamos, nos nunca de tall emnouaçom como esta que nos ora escpreuestes soubemos parte nem ouuemos de tall cousa rrecado; mais, como ouuemos uossa carta, logo escreuemos ao dicto Vaasco Gill, emuyandolhe o trelado da uossa carta e mandandolhe e encomendando que sse enformasse bem do que nos asy escpreuestes. E, sse achasse que, per os nosos naturaaes e subiectos fora fecto contra os subiectos do dicto rrey de Castela uosso sobrinho ou em seus rregnos cousa que nom deuese e contra dereito e rrazom, que o fezesse correger e enmendar como ante estaua que fecto fosse, fazendo fazer algũuas entregas sse se de fazer ouuesem. E asi plaza a vos de mandardes uosso rrecado ao jujz posto por a parte do dicto rrey, uosso muy amado sobrinho, que o faça fazer por a sua parte, sse aos nossos algũua cousa foy fecta como nom deuya.

E sede çertos que nosso deseio e uoontade he, asy por o boo deuydo que antre nos ha e por conprirmos o que no dicto contrauto per nos foi

promitido, de arredarmos todolos aazos dos escandalos que aueerem e chegarmos a todolos boons caminhos que podermos, pera sse fazer justiça e conprimento de dereito aos naturaaes do dicto rrey uosso sobrinho, asy como aos nosos, e aas cousas que forem fectas per elles como nom deuem as mandamos correger e enmendar. E, porque estas cousas som em duuyda dos termos e cada hũua das partes diz sua uoontade, pareçenos que seria bem de fazerdes dar poder tal ao juiz do dicto rrey uosso sobrinho que com o nosso visem esto e o talhasem. E desy o que fosse de Castela fosse de Castela e o que fose de Portugal de Portugal, en tall guisa que nom fosse contendas, ca enquanto asy esteuerem, senpre hi auera contendas. E esto podees bem ueer porque antre nosos rregnos e os do dicto rrey uoso ssobrinho nom ha brigas nehũuas, saluo se he sobreste lugar.

Muytalto e muy nobre rrey, sobrinho amigo. Deus vos tenha em sua sancta guarda e encomenda.

Scprita em Sintra, ix dias de nouenbro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto e muy poderoso prinçipe nosso muy amado e muy preçado sobrinho e amigo dom Fernando, pela graça de Deus rrey dAragom e de Sezilia.

39

[1414]

Alvoroço em Castela pelos preparativos de armada em Portugal; resolução de enviar embaixada a D. João I para que este jure o Tratado de Paz de 1411, como prova real do seu pacifismo a respeito do país vizinho.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 31.

. . . . . .

O quarto deseio de saber he quamdo homem deseia de saber aquellas cousas de que nom he çerto se lhe uijmra dano ou proueito e mujto mais ajmda trabalhom os emtendimentos por saber a çertidom daquellas de que çertamente esperam rreçeber dano, que das outras de que sse segue pro-

BIBLIOTECA GERAL · UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ueito; ca soomente o temor he aazo de filharem os homeens comsselho. Cujo mouimento foi em algũus daquelles primçipaaes do rregno de Castella; ca, ouuimdo as nouas como este feito creçia cada uez mais, teueram muy gramde cuidado de saber o primçipall mouimento delrrey.

Mas este deseio nom era saluo por aquella derradeira rrezam que ja dissemos, temendo ho dano que lhe podia vijr, e diziam amtre ssi: como pode sser que elrrey aja de fazer armada nem tamanho ajumtamento de gemtes pera hir sobre o duque dOlamda, seemdo amtre elles tam poucas emjurias passadas? Ca, posto que o elrrey assy mamdasse desafiar, seria a outra fim, mas nom ja porque a sua uerdadeira teemçom seia dhir sobre elle. E, sobre esta duuida, algũus genoeses estamtes na çidade de Lixboa escpreueram a outros seus parçeiros estamtes em Seuilha, rrecomtamdolhe todo ho ardimento que sse trazia no rregno de Portugall açerca do auiamento daquella frota. E, posto que sse algũuas cousas dissessem de desuayradas maneiras, os mais dos ssesudos crijam que todo se fazia pera hirem sobre a çidade de Seuilha; porem, que elles fossem auisados de tirarem de hi sagesmente suas mercadorias e cousas de que emtemdiam rreçeber algũu dano, em abatimento de sua fazemda.

E com estes rrecados e mujto mais com a prosumçom que sse fazia manifesta, se ajumtarom aquelles uijmte e quatro da quadra de Seuilha e teueram sobre ello gramdes comsselhos, sobre os quaaes escpreuerom ao comsselho delrrey, a saber aa rrainha e a algũus outros gramdes senhores que eram com ella; porquamto o iffamte dom Fernamdo era ja rrey dAragam e estaua em seu rregno, proueemdo sua terra. Chegou assy este rrecado a Pallemça, homde elrrey estaua, sobre o quall se fallarom mujtas cousas, amtre os quaaes fallou primçipallmente hũu bispo de Auila a que aquelle rrecado de Seuilha em espiçiall fora emcomemdado, porquamto elle era naturall daquella çidade (1). E esto fallou elle assy, porque mujtos daquelles do comsselho deziam que nom era pera fallar em semelhamte cousa, que bem era de presumir que, sse elrrey dom Joham teuera uoomtade de cometer semelhamte cousa, que nom mamdara la seus embaxadores rrequerer paz.

. . . . . .

Porem, meu comsselho he que, emquamto a cousa assy esta, que a çidade de Seuilha seia logo auisada e os muros rrepayrados e os almazeens prouijdos e que as portas seiam muy bem fechadas e as chaues emtregues a homeens fiees e que seia mamdado a todollos fidallgos e caualleiros comarcãaos daquella çidade que sse uenham logo pera ella e façam comprir e guardar todas estas cousas, como semtirem que perteeçe pera segu-

(1) Era então bispo de Avila Don Juán Guzmán (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 67).

ramça da dita çidade, e proueiam todallas galees e nauios que esteuerem nas taraçenas, que lhe nom falleça nehũua cousa pera sse aproueitarem dellas quamdo comprir.

Depois que o bispo acabou sua falla, estaua hi, amtre aquelles senhores, o adiamtado de Caçorlla, que era hũu fidallgo mujto ssesudo, posto que mujto uelho nom fosse, o quall se estaua sobrrijmdo emquamto o bispo fallaua. He bem, disse elle, que nos ajamos de tomar o temor por todollos outros a que peruemtura mayor parte desto perteeçe. Como poderiamos nos fazer nehũu mouimento pera nos perçebermos que nom fezessemos muy gramde jmjuria a elrrey de Portugall, teemdo com elle nossas pazes e liamças firmadas e auemdo hi tam cheguado diuedo, como ha amtre nosso rrey e seus filhos, e seemdo elle hũu primçipe tam gramde e tam nobre, e que ajamos de sospeitar delle que aja de quebrar sua uerdade e sua ffe, homde numca sse acha que semelhamte fezesse?

. . . . . .

E, porque ajmda esta cousa fique mais firme e mais segura, podemos a elrrey emuiar nossos embaxadores, pera tomarem juramento a elrrey, segumdo ficou determinado, quamdo seus embaxadores daqui partiram. E este mouimento sera justo e honesto e poderemos per elle fazer dous gramdes proueitos. O primeiro sera que, sse elrrey jurar as pazes, como he de crer que faça, ficaram nossos feitos todos seguros; e, sse peruemtura elle teem em uoomtade de fazer outra cousa, loguo poera algũuas escusas a o nam fazer, do que sse elle nom pode escusar que nom fique perjuro e emfamado; e nos poderemos emtom emtemder, por quallquer pequena duuida que elle ponha, que todo seu fumdamento he pera nos empeeçer. E emtom teeremos rrezom de nos perçebermos descubertamente e sem nehũu prasmo.

Alli estauom, em aquelle comsselho, muy gramdes senhores; ca estaua hi o duque dArjona e o meestre de Callatraua e o prioll de Sam Joham e o comde de Benauemte e o arçebispo de Tolledo e o bispo de Burgos e hũu adayam de Samtiago, que era muy gramde doutor, e assy outros mujtos doutores e caualleiros, que alli leixara elrrey dom Fernamdo, pera determinarem as duuidas que sobreuiessem ao comsselho delrrey seu sobrinho (2). E estes todos fallaram amtre ssy, auemdo seus debates açerqua daquelle feito. E, finallmente, acordarom que o comsselho do

---

(2) A este propósito informa o coevo bispo Don LOPE BARRIENTOS: — «Antes que el ynfante don Fernando partiese para Aragón, dexó en el rregimiento y gouernación del rreyno, con la rreyna doña Catalina, madre del Rey, a don Sancho de Rojas, arçobispo de Toledo, y a don Alfonso Enrriquez, almirante de Castilla, y al condestable don Ruy López de Avalos, y al adelantado Pero Manrrique; a los quales dexó su poder bastante para rregir y gouernar el rreyno, asy como lo él tenía» (*Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 22).

adiamtado era boom. E porem mamdaram loguo fazer a embaxada e emlegeram pera ella ao bispo de Momdanhedo e Dia Samchez de Benauides (3).

40

[1414]

Embaixada de Castela a Portugal, constituída pelo bispo de Mondonhedo e por Dia Sanches de Benavides, para juramento por el-rei D. João I e seus filhos do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, então firmado pelos procuradores das duas nações.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 32.

Nobremente mamdou a rrainha (1) correger aquelles embaxadores, assy pollo que perteeçia aa exçellemçia do estado de seu filho, como por serem os primeiros que uieram a este rregno depois da morte delrrey dom Hamrrique. Os quaaes, partidos de Castella, traziam em ssi muy grande duuida de acabarem o porque uijnham, tamanho era o espamto que lhe poseram açerqua do mouimento delrrey comtra a çidade de Seuilha, a quall openiom lhes fazia pemssar que seriam mall rreçebidos e pior agasalhados.

Empero, acharom o feito mujto pollo comtrayro do que o elles esperauam; ca, tamto que elrrey ouue nouas de sua uijmda, mamdou loguo hũu escudeiro ao estremo, que os fezesse muy bem rreçeber em todollos lugares do rregno por homde elles uiessem. O quall escudeiro leuaua poder abastamte delrrey per que lhe fezesse dar abastadamente todallas cousas que lhe fezessem mester, sem lhe seer leuado por ello nehũu preço de dinheiro, soomente todo aa custa delrrey. E, quamdo assy aquelles embaxadores uiram semelhamte começo, prouuelhes mujto, do quall loguo mamdaram rrecado aa rainha e aos de seu comsselho, fazemdolhe saber aquelle boom gasalhado que lhe elrrey, de presemte, mamdaua fazer.

---

(3) O bispo de Mondonhedo em referência era D. Alvaro de Isorna. (Cfr. EUBEL, *Obra e vol. cit.*, p. 343). Dia Sanchez de Benavides é dito, em 1405, «cabdillo del dicho obispado de Jaén» (BARRIENTOS, *Obra cit.*, p. 11).

(1) D. Catarina, de Castela, Regente na menoridade do filho, D. João.

Mas, quamdo elles chegarom açerqua de Lixboa, homde elrrey estaua, alli poderam elles de todo conheçer quamto a sua primeira openiom jazia em erro; ca, mandou elrrey pera elles muy gram parte dos boons que auia em a çidade. E, tamto que forom amte elle, rreçebeos muy graçiosamente de sua pessoa, do que elles sobre todo forom mais comtemtes. Senhor, disse o caualleiro, elrrey nosso senhor e a rrainha sua madre uos emuiam mujto saudar e o duque com todollos outros de sua uallia se encomemdam em uossa merçee e os outros fidallgos e caualleiros com toda a outra gemtilleza da corte emuiam beyjar uossas mãaos e emcomemdar em uossa merçee. As quaaes emcomemdas assy dadas, forom rreçebidos per elrrey com aquella mesura e çerimonia que comuijnha a seu estado e boa uoomtade. E emtam lhe deram a carta de creemça e lhe apresemtaram sua embaxada em esta forma.

Muy poderoso e serenissimo primçipe, senhor, elrrey. O bispo de Momdanhedo e Dia Samchez de Benauides, subditos e naturaaes e feituras do mujto alto e mujto poderoso, serenissimo, jllustrissimo primçipe senhor elrrey de Castella e de Leom, uosso sobrinho, nosso senhor, notificamos aa uossa merçee como, amte a sua rreall magestade, forom uossos embaxadores, a saber Joham Gomez da Sillua, uosso alferez moor, e o doutor Martim do Sem e o doutor Belleago, os quaaes, com uossa autoridade e poder, trautaram com a senhora rrainha e com elrrey dom Fernamdo, que emtom era iffamte (2), como tutores do dito senhor, pazes perpetuas, firmes e ualledoyras pera todo sempre, amtre a sua rreal senhoria com todos seus rregnos e senhorios e terras e uossa alteza com todos seus rregnos e senhorios e terras. Sobre as quaaes forom feitos hũus capitullos em que emteiramente se comtem a forma das ditas pazes e a maneyra como sse deuem firmar e guardar.

E, porquamto os ditos senhores tutores e curadores delrrey fezeram juramento sollemne, segumdo pera tall auto compria, e assy todollos outros primçipaaes daquelles rregnos, passamdosse todo assy em presemça dos ditos uossos embaxadores, segumdo dello tomaram suas escprituras pruuicas. Os quaaes embaxadores juraram outrossi, em uosso nome e de uossos filhos, per uirtude e poder de uossas procuraçõoes, que pera ello leuauam soffiçiemtes e abastamtes, ficamdo rresguardado aos ditos tutores de emuiarem ao diamte seus embaxadores, pera seer tomado persoallmente o dito juramento de uossa merçee e assy de todollos outros a que perteeçe

(2) Deste passo e do contexto do presente capítulo e do anterior se infere que já D. Fernando era rei de Aragão. Portanto, a presente embaixada é posterior a 15 de Junho de 1412 e anterior a 10 de Janeiro de 1415, como se deduz da carta de quitação abaixo citada. Pode localizar-se talvez em fins do ano de 1414. O *Quadro elementar*, t. 1, p. 292 localiza-a neste ano.

semelhamte juramento. E, porque depois dos ditos trautos passados, se seguiram outros negoçios naquelle rregno, primçipallmente os feitos delrrey dom Fernamdo, nom poderam emuiar aa uossa merçee rrequerer o dito juramento.

Porem, porque as ditas pazes seiam firmes e rratas, elrrey nosso senhor, per autoridade da rrainha sua madre e dos outros de seu comsselho, nos mamdou, como seus embaxadores, que firmassemos o dito juramento e lhe leuassemos dello nossas escprituras pruuicas, nas quaaes sse comteuesse todo o auto que sse açerqua dello passasse. Ora, mujto alto e mujto poderoso primçipe, aa uossa senhoria praza emcaminhar como o dito juramento seia feito, por tall que as ditas pazes se guardem e firmem, segumdo per uossos embaxadores foi trautado e firmado. Acabada assy a sustamçia daquella embaxada, disse elrrey.

Como quer que em todallas outras cousas os gramdes primçipes tenham maneira de rretardarem algũu pouco suas rrepostas, pera auerem rrezam de sse comsselhar, quamto açerqua desta presemte mujtos dias ha que eu tenho auido meu comsselho. Ca, por tam firme tiue e tenho quallquer cousa que aquelles meus embaxadores em meu nome trautassem como sse a eu, per minha propria pessoa, fezera. E portamto me praz mujto de fazer o dito juramento per a guisa que me per uos he rrequerido e, daqui em diamte, trautar com todallas cousas de meu sobrinho per aquella guisa que trauto com as minhas, teemdo seus naturaaes com os meus aquella maneira que he rrezam. E, quamto ao juramento, disse elrrey, que pera sse fazer como compria, que elle mamdaria chamar algũus dos primçipaaes do seu rregno que alli nom estauam e que emtom emcaminharia como elles fossem despachados, segumdo seu rrequerimento. E assy fezeram fim quamto em aquelle dia das cousas suso ditas.

E os embaxadores ouueram nobres pousadas; e, sse amte eram bem agasalhados e prouijdos das cousas que lhe faziam mester, dalli auamte ho forom mujto milhor, ca elles eram em aquella çidade, homde a elrrey uijnham mujtas cousas deleitosas, espiçiallmente pescados frescos, de que elles, em allgũas partes de seu rregno, som mall prouijdos. Elrrey tijnha maneira de os mamdar abastar de todo. E desy, quamdo foi tempo, elrrey e seus filhos fezeram seu juramento assy e per aquella guisa que fora feito em Castella, de que os ditos embaxadores tomaram seus estormentos e escprituras, segumdo semtiram que compria pera seguramça de seus feitos.

Mas, porque aalem da dita embaxada, elles traziam outras algũuas cousas que auiam de rrequerer, assy como tomadas dalgũus nauios ou danos que sse sempre fazem amtre os uizinhos dos extremos, foilhes neçessario destarem ajmda algũus dias na corte, pera rrequererem aquellas cousas; no quall espaço se seguio que aquelle caualleiro Dia Samchez de Benauides adoeçeo. E, como quer que, per mamdado delrrey, fosse muy bem curado, a emfirmidade era tall, de que per neçessidade ouue de fazer

fim de sua uida. Da quall cousa a elrrey desprougue e assy lhe mamdou fazer muy homrradas eyxequias e aa sepultura forom a mayor parte dos boons homeens que auia naquella çidade, per mamdado delrrey (3).

E assy dello como de todo outro gasalhado, que lhe elrrey mamdou fazer, o bispo foi muy comtemte e assy louuaua mujto elrrey per todollos lugares per homde hia, quamdo se tornou pera sua terra, ca loguo em breue tempo foi despachado. E auees de saber que, depois que estes embaxadores emtraram em Portugall ataa que sse o bispo tornou, sempre forom mamteudos, elles e seus homeens e bestas, aa custa delrrey, assy gramdemente, como elle custumaua de o fazer (4). E, emfim, forom dadas ao bispo gramdes dadiuas de joyas douro e de prata e panos e penas de gramde uallia, as quaaes com outras cousas forom aazo per que aquelles seruidores que uieram com os ditos embaxadores, comtra sua natureza, louuauom mujto a gramde manifiçemçia delrrey.

41

[28 NOVEMBRO 1414]

Memorial dado por D. Fernando, rei de Aragão, a mossem Suero de Naua e ao Dr. Dalman de Sant Dionis, seus conselheiros e embaxadores a el-rei de Portugal, à rainha e a D. Nuno Álvares Pereira, com os assuntos que com eles hão de tratar, pois receia que a armada portuguesa em preparação se dirija contra o seu reino da Sicília (1).

ACA., *Registo* 2.406, fl. 54. Deduzimos a data da do documento seguinte.

---

(3) Não temos motivo para impugnar absolutamente esta afirmação do cronista sobre a morte de Dia Sanches de Benavides em Portugal, porventura em fins de 1414. Reparamos, contudo, em que, pelos meados do mesmo século, indivíduo homónimo, «señor de la villa de Santisteuan del Puerto» e tio de D. Pero Manrique, figura no *Memorial de diversas hazañas, Crónica de Enrique IV*, de DIEGO DE VALERA, a pp. 49 e 120.

(4) Esta asserção é confirmada pela respectiva carta de quitação, de 10 de Janeiro de 1415, adiante lançada, — o nosso DOC. 50.

(1) Parece que eram várias as apreensões de D. Fernando de Aragão sobre a finalidade da armada portuguesa: *a)* a libertação ou socorro do Conde de Urgel, nos termos do que refere ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 43, segundo o qual haveriam sido encontradas cartas comprometedoras do rei de

Memorjal de les coses que mossen Suer de Naua e mossen Dalman de Sant Dionjs deuen explicar, de part del senyor rrey, al rrey e rreyna de Portogal, per vigor de les letres de creença que sen porten. Paulus Secretarius.

Prjmeramente, precedent deguda salutacio, explicaran la sanjtat e bon estament del dit senyor, de la senyora rreyna, de los senyors princep, son primogenjt, e de los altres senyors jnfants e jnfantes, e lo bon e pacifich estament de tots sos rregnes e tierres. Paulus Secretarius.

Jtem, explicaran al dit rrey de Portogal, presents empero la dita rreyna de Portogal e Nunyo Aluerez, o almenys la dita rreyna sola, si aquj Nunyo Aluerez no sera, com es fama publica e se diu es escrju per molts e tants e tals, que causan raonablament alcuna presupcion quel dit rrey de Portogal fa armada de naus, galees e gents darmes per damnificar lo seu rregne de Sicilia, la qual cosa lo dit senyor comemorant se la bona pau perpetua que es entre lo dit senyor per tots sos rregnes e terres e lo dit rrey de Portogal per tots sos rregnes e terres, e axi lo rrey de Castella per tots sos rregnes e terres, e lo dit rrey de Portogal per tots sos rregnes e terres. E nores menys lo deute de parentiu que es entre les cases de les dits senyors ab la casa del dit rrey de Portogal, no pot ne ha pogut ne vol creure jassia le sia stat per molts dit e auerat. E, per ço que los amichs special los rreys e princeps se han asentir quant tals o semblants casos e tan jnhonestos se dien de sos amichs e parents. E aximateix deuen esser ab sos amichs clars e fora de tota dissimulacio e sospita, le notiffica les dites coses per que li declare sa jntencio e sia satisfet a la fama de les dits gents. Paulus Secretarius.

E dites les dites coses, ssi lo dit rrey respondra dient axi com lo dit senyor presumejx que les dites coses no sien veres etc., rrepplicarljhan que lo dit senyor tal confiança e creença na haut e ha tots tempos e assi ho ha respost a tots aquells qui ljn han parlat o scrit. Mes per tal que tot scrupol de sospita sia leuad entre lo dit senyor e ell e los qui tals fames sien confusos, demanarlihan ljn faça scriptura e seguretat firmada de sa ma e mjtjançant jurament roborado tal com se pertany. Paulus Secretarius.

Jtem, si lo dit rrey recusaua o se escusaua de no ser la dita scriptura, dient que entre ells ha pau, segons dit es, e que aquella vol seruar e no fretura de nouella scriptura o fermetat, rrepplicarlihan que, per las

---

Portugal em mãos da Condessa de Urgel, mãe de D. Jaime; *b)* a conquista do reino de Valência (*ibi*, cap. 52); *c)* a conquista do reino de Sicília, por supor o rei aragonês que D. João I se havia confederado com a respectiva regente, D. Branca, o que levou D. Fernando de Aragão a decretar as providências constantes dos caps. 44 e 52 do citado autor e ainda da carta do embaixador Martinho de Torres ao monarca, de 12 de Fevereiro de 1415, datada de Catânia, — o nosso DOC. 52.

dites raons, se deu fer e per tolre les dites fames e que lo dit senyor no recusaria en semblant cas donar al senyor rrey tota seguretat que fos raonable nj ell ho deu recusar. E, en aquest cas, faran gran jnstancia ab degudes jnduccions e raons, que la dita scriptura se do. Paulus Secretarius.

Jtem, si lo dit rrey no volra dar la dita scriptura, dirlihan que almenys scrisca al dit senyor per ses letres clarament sa jntencio; car, en altra manera, lo dit senyor haurja clara e vberta rao de sospita e conjectura de la fama damuntdita, a que ell no deu donar alcuna causa, per les raons ja dites. Paulus Secretarius.

Jtem, si lo dit rrey de Portogal respondra coloradament, cuberta o scura, en tal manera que versemblant fos ell fer la dita armada a la fi damuntdia, explicar e dirlihan com lo dit senyor, atteses ses paraules, ha vertadera causa de dubtar e sospitar; e, no solament de dubtar, mes de prouehir, e que axi ho fara sens algun dubte, e pren a Deu per jutge e que, ab lajuda de Deu e de la Verge Marja, ell no solament se deffendra daquells que mal ne damnatge volran fer en sos rregnes e terres, mes a fi de pau, aquells offendra, e que deurja considerar los grans damnatges que de semblants coses se esperen segujr e es greu al dit senyor que jnconuenjents e mals se hagen a segujr entrells, a causa del dit rrey. E que daço lo dit senyor se descarrega a Deus e al mon dient encara ques recort que entrells ha bona pau, segons dit es, e aquella vol tenjr e seruar e que en special als rreys e princeps que temen Deu e la honor del mon e esqujuan vergonya es molt jnnomjnjosa cosa aquella violar e trencar. Paulus Secretarius.

E totes les dites coses raonaran a part, si mester sera, a la rreyna e Nunyo Aluerez, no ab so que ells ne degen pregar o jnstar lo rrey, mas per descarrech del dit senyor. Rex Ferdinandus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

42

28 NOVEMBRO 1414

Carta credencial do rei de Aragão a D. João I de Portugal, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros mosem Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem.

ACA., *Registro* 2406, fl. 53.

Rey muyt caro e muyt amado thio. Nos, elrrey dAragon, vos embiamos muyto a saludar, assin como a rrey para quien querriamos que diesse Dios tanta honra e buena uentura quanta por nos querrjamos.

Rey muyt caro e muyt amado thio. Sobre algunos afferes tocantes muyto honra vuestra e nuestra, embiamos a vos los amado[s] e fieles conselleros nuestros mossen Suero de Naua e en Dalman de Sant Dionis, doctor de leyes, jnformados a pleno de nuestra jntencion sobre aquellos; por que uos rogamos que, en todo lo que los ditos Suero e Dalman vos explicaran de nuestra part sobre aquello, dedes plenera fe e creyença, assin como si nos personalmente vos lo deziamos.

Et, si algunas cosas, rrey muyt caro e muyt amado thio, uos plazen de nuestros rregnos e tierras, scriujtnos ende, car nos las compliremos de buen grado. Et sea, rrey muyt caro e muyt amado thio, en vuestra continua proteccion e guarda la Trjnjdad Sancta.

Dada en la vila de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xxbiij dias de nouiembre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc. xiiij. Rex Ferdinandus.

Dirigitur regi Portugalie.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

43

28 NOVEMBRO 1414

Carta credencial do rei de Aragão, D. Fernando, à rainha D. Filipa de Lencastre, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem.

ACA., *Registro* 2.406, fl. 53 v.

Reyna muyt cara e muyt amada thia. Nos elrrey dAragon e de Sicilia uos embiamos muyto a ssaludar, assin como a rreyna por a quien querrjamos que diesse Dios tanta honra e buena ventura quanta por nos mismo deseyamos.

Reyna muyt cara e muyt amada thia. Nos sobre algunos afferes tocantes muyto honra de nuestro muyt caro e muyt amado thio, elrrey

de Portogal, vuestro marido, e uuestra e nuestra, embiamos al dito rrey e a uos los amado[s] e fieles conselleros nuestros mossen Suero de Naua e en Dalman de Sant Dionjs, doctor en leys, jnformados a pleno de nuestra jntencion sobre aquellos.

Por que uos rogamos que, en todo lo que los ditos mossen Suero e Dalman vos explicaran de nuestra parte, sobre aquello dedes plenera fe e creyença, assin como si nos personalment vos lo deziamos.

E, si algunas cosas, rreyna muyt cara e muyt amada tia, vos plazen de nuestros rregnos e tierras, scrjuitnos ende, car nos las compliremos de buen grado. E sea, rreyna muyt cara e muyt amada thia, en vuestra continua proteccion e guarda la Trinjdat Sancta.

Dada en la villa de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xxviij dias de noujembre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xiiij. Rex Ferdinandus.

Dirigitur regine Portugalie.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

44

28 NOVEMBRO 1414

Carta credencial de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a D. Nuno Alvares Pereira, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, por ele enviados ao rei de Portugal, e a solicitar-lhe dê plena fé e cumpra por obra o que da sua parte lhe disserem.

ACA., *Registro* 2.406, fl. 54.

Elrrey dAragon e de Sicilia. Nunyo Aluarez. Nos sobre algunos afferes, tocantes muyto honra nuestra, embiamos a nuestro muyt caro e muyt amado thio elrrey de Portogal los amado[s] e fieles conselleros nuestros mossen Suero de Naua e en Dalman de Sant Dionjs, doctor de leyes, jnformados a pleno de nuestra jntencion sobre aquellos.

Por que uos rogamos que, en todo lo que los ditos Suero e Dalman vos diran de nuestra parte sobre aquello, dedes plenera fe e creyença e lo cumplades por obra, assin como si nos personalment vos lo deziamos.

Dada en la villa de Montblanch, dins nuestro siello secreto, a xxviij dias de nouiembre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xiiij. Rex Ferdinandus.

Dirigitur al noble varon
Nunyo Aluerez, conestable
del rregno de Portogal.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

45

5 DEZEMBRO 1414

Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, ao rei de Aragão, a dizer-lhe que lhe envia pelo mesmo correio o depoimento obtido do patrão e mercador de nau de Castela ali chegada de Portugal sobre o que sabiam da armada deste país e da finalidade dela.

ACA., *D. Fernando* I, caja 10, n.º 1759, original em papel.

O documento reflecte as preocupações dos aragoneses a respeito da armada que secretamente se preparava em Portugal contra Ceuta, as quais motivaram a embaixada de Fernando I a Portugal a que se referem ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 33, SOARES DA SILVA, *Memorias*, t. 2, cap. 188, e t. 3, cap. 296, e LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 85.

Molt alt, molt excellent e molt poderos ssenyor.

Poqua estona ha que es junta, en la plaia de aquesta ciutat, vna barcha de Castella, la qual ve de Portogal. Et yo he fet venjr denant mj lo patro e lo mercader de la dita barcha. Et hels fet deposar, ab sagrament en poder meu, tot ço que saben del estol delrrey de Portogal; la deposicio dels quals vos tramet ab lo present correu, per aujsament de vostra excellent ssenyorja, la qual Nostre Senyor Deu, per sa clemençia, pprosper ab molta honor e longa vida, amen (1).

Scrita en Valence, a çinch de deembre 1414.

Molt alt senyor. Vostre uassall e serujdor quj besant uostres mans humjlment me coman en uostre guard e merçe. Johan Mercader, vostre batle general.

No verso: A la molt alta maiestat del ssenyor rrey.

---

(1) O depoimento original no citado arquivo e secção, caixa 10, n.º 1760.

46

[1414]

Embaixada de el-rei D. Fernando de Aragão a Portugal, em razão do aprestamento da armada, e oferecimento de serviços de estrangeiros a D. João I.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 33, — texto que se reproduz. LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 85. SOARES DA SILVA, *Memórias*, t. 2, cap. 188, e t. 3, cap. 296. Resumo no *Quadro elementar*, t. 1, p. 293.

Pois que ja dissemos dos embaxadores de Castella e de todo o que sse seguio em sua embaxada, digamos agora todollos outros embaxadores que uieram a elrrey, por rrezam daquella armada que assy fazia; ca a fama della, como ja dissemos, era muy gramde, que soaua per todallas partes e espamtaua mujto os coraçõoes dos homeens, espiçiallmente daquelles que eram mais cheguados a este rregno.

E foi assy que, tamto que em Castella foi determinado que os embaxadores uiessem a Portugall, logo algũus daquelles senhores do comsselho escpreueram a elrrey dom Fernamdo, fazemdolhe saber todo o feito como passara. Ca, posto que elle esteuesse assy alomguado, nom sse fazia nehũua cousa de peso em Castella que a elle nom soubesse. E esto era porque os mais daquelles eram sua feitura. E, assy como lhe fezeram saber a partida dos embaxadores, assy lhe escpreueram depois toda a rreposta que leuaram. Mas emtom ficou a elle outro mujto mayor cuydado; porque comsijrou em ssi que, pois elrrey de todo seguraua o rregno de Castella, firmamdo as pazes per juramento, como dito he, que poderia seer que seria a uerdadeira temçom de hirem comtra elle ou comtra algũu lugar de seu senhorio.

E este pemsamento tijnha elle assy, porquamto ouuera o rregno per aquella guisa que ja ouuistes (1), do quall auia tam pouco que estaua em posse, e foralhe dito como ho comde dOrgel, que pemssaua teer mayor dereito no rregno que elle, ueemdo como ja per ssi nom podia cobrar nome de rey, que escpreuera a elrrey dom Joham, como elle era assy forçado do seu e que, pois naquelle rregno nom podia cobrar dereito, que lhe prouuesse de o ajudar e que, com pequeno mouimento que elle fezesse

(1) No cap. 5.

açerqua dello, seria de todo posto em posse delle; ca os mais e mayores daquelle rregno nom obedeçiam a elrrey dom Fernamdo senam per força, ca conheçido era a todos que o rregno justamente perteeçia a elle mais que a elrrey dom Fernamdo. E que, sse a Deos prouuesse delle cobrar assy a dita posse, que elle nom queria filhar nome de rrey; mas que elle tijnha duas filhas pera casar e elle, jsso meesmo a Deos graças, tijnha filhos, que as casasse com dous delles, comtamto que o que casasse com a mayor tomasse logo nome de rrey dAragam e que ao outro filho seria dada terra em aquelle rregno em que podesse uiuer homrradamente e que, per seu falliçimento, lhe ficaria o seu comdado com toda sua terra.

E, como quer que nehũua cousa disto fosse fallada a elrrey dom Joham, he porem certo que foy assy dito a elrrey dom Fernamdo. E, de o elle creer, nom era ssem rrezom; porquamto elle estaua assy em aquelle rregno, homde era quasi estramgeiro, e conheçia bem que, ajmda que o seu dereito fosse mayor, que mujtos daquelles que lhe obedeçiam quiseram amte o comde por seu rrey, por aazo da natureza que auia com elles. Ca, bem conheçia que seu obedeeçimento era mais costramgido que per uoomtade, porque obediemçia costramgida numca sse pode possuir sem gramde sospeita.

E, porque os seus lhe conheçiam assy aquelle cuydado e que lhe prazia de ouuir qualiquer cousa de mouimento de cada hũu de seus comtrairos, trabalhauamsse de saber todo o que açerqua dello podiam e deziamlha; e, queremdolhe comprazer, mujtas uezes lhe afirmauam o que nom sabiam, de que sse seguiam penas jmjustas a algũus, ca jsto he hũua cousa que faz a mujtos primçipes gaanhar gramdes jmmijzades com seu pouoo; e os malles que sse dello seguiram manifestos ssam a todos aquelles que sabem as cronicas amtijgas. Nom era esta cousa pera elrrey dom Fernamdo nom creer, trazemdo comssigo tam manifesta coor. E porem mamdou loguo fazer prestes seus embaxadores, os quaaes emuiou com suas cartas a elrrey dom Joham (2). E, leixamdo a prollixidade das outras cousas, breuemente

---

(2) ZURARA omitiu os nomes dos embaixadores aragoneses, constantes porém das cartas credenciais que trouxeram, de 28 de Novembro de 1414. Foram o cavaleiro Suero de Nava e o jurista Dalman de Sant Dionis (Cfr. os nossos DOCS. 42, 43 e 44). Aquelas situam, pois, a vinda e estadia dos emissários de Aragão em nosso país em fins do ano de 1414, após a retirada da embaixada castelhana, como assevera o cronista. E haveriam seguido para sua terra nos primeiros dias de Janeiro de 1415, nos termos da carta da rainha D. Filipa ao rei aragonês, de 9 daquele mês e ano, adiante lançada.

Temos a prova explícita de qual era a apreensão do rei aragonês, no Memorial dado aos embaixadores vindos a Portugal (DOC. 41) e em carta sua do mesmo citado dia 28 de Novembro de 1414: — *Segunt en diuersas maneras somos jnformados, la armada que se faze en Portogal se presume se faze por dapnjficar aquex rregno* (de Sicilia), *en el qual, por algunas conjecturas, se presume se tiene qualquier tracto. E,*

chegarom. E, tamto que forom em pomto de seer ouuidos, disseram a elrrey per esta guisa.

Senhor, elrrey dAragam nosso senhor uos faz saber como ha mujto tempo que ha nouas que uos uos perçebees de guerra e que elle, emquamto uosso perçebimento nom foi mujto ssoado, sempre pemssou que era algũua cousa pequena; mas, depois que ouue çertas nouas, que mamdauees perçeber todallas gemtes de uosso rregno e buscar per diuersas partes naaos e nauios, pera fazer gramde ajumtamento de frota, que emtemdeo e emtemde que hũu tam alto primçipe como uos nom pode mouer semelhamte feito senom a algũu gramde fim; e que, quamto a çertidom do feito he mais duuidosa, tamto he mayor rrezom que sse proueja sobre ello.

E, porque amtre as mujtas partes que sse determinam açerqua de uossa armaçam, primçipallmente ssom duas que a elle perteeçem, a saber que algũus seus comtrairos uos moueram partido que os ajudassees a cobrar aquelle rregno, poemdouos em esperamça de o darem depois a cada hũu de uossos filhos; e a outra he que emuiaaes sobre o rregno de Cezillia, de que elle teem tamta parte como sabees. Porem, que elle uos rrogua que comssijrees a boa uoomtade que elle sempre teue a uos e a todos uossos feitos e o dereito que elle teem naquelles rregnos, o quall ja foi uisto e determinado per o samto padre e assy per todollos leterados e sabedores dos ditos rregnos, por cuja rrezom elle foy posto em posse e rrecebido por rrey e senhor, como bem sabees. E que uos nom queiraaes mouer comtra elle, por nehũua esperamça de proueito que uos açerqua dello seia mouido, nom auemdo justa rrezam pera ello; e que, sobretodo pera obrardes segumdo perteeçe aa uossa preclara magnifiçemçia, prazauos que lhe emuiees dizer açerqua de todo uossa uoomtade; ca elle, posto que lhe estas cousas fossem ditas, numca determinadamente em seu coraçom pode caber que uos semelhamte mouimento fezessees nom auemdo mais justa causa, porque uos conheçe por justo e dereito em todos uossos feitos e assy obrador de gramdes cousas.

---

entre les otras suspeytas que se han, son de la rreyna (D. Branca). Pelo que ordena a embaixadores seus à Sicília que tomem duas galés e as convenientes fustas e que, se virem que têm poderio suficiente e que sem grave escândalo o podem fazer, procurem trazer a rainha e tomar posse dos castelos e fortalezas da ilha (ACA., *Registro* 2400, fl. 4 v.).

Em 17 de Dezembro do mesmo ano de 1414, o referido monarca era informado: — *que lo rrey de Portugal fa gran estol de naus e de galees armades, en les quals deuen muntar molts gents darmes en gran nombre, ab moltes artelleries que anfetes fer de combatre, castells e forçes e que certament no pot hom saber lo dit estol per ques fa ne on deu anar, sino ques diu en Cathalunya que deu anar en Siçilia, segons li lo ha dit lo dit mossen Andreu Guardiola, per asabentar ne de part de la vostra senyoria tota Sicilia* (ACA., *Fernando I*, caja 10, n.º 1747). Pode ver-se também o documento n.º 1751 da mesma caixa.

Elrrey nom quis mais alomguar rreposta, porque nom era cousa que perteeçesse ao comsselho. Vos direes, disse elle, a elrrey dom Fernamdo, meu amigo, depois que lhe derdes minhas saudaçõoes, que elle saiba çertamente que meu ajumtamento nom he comtra elle nem comtra cousa que a elle perteeça; ca, sayba elle que com milhor uoomtade ho ajudaria a gaanhar outro rregno em que elle teuesse algũua justa parte de dereito, que de lhe dar fadigua sobre aquelle que elle teem gaanhado, do quall Deos sabe que me prouue e praz mujto. E que, sse peruemtura eu teuesse determinado de dizer este segredo a algũu primçipe semelhamte, que elle seria o primçipall; mas que, prazemdo a Deos, muy çedo sabera çerto rrecado da minha emtemçom.

Nom auemos aqui porque escpreuer os gasalhados nem as merçees que elrrey fez aaquelles embaxadores, ca esto auia elrrey auamtaiadamente amtre todollos primçipes do mundo. Mas elles forom mujto comtemtes delrrey; e mujto mais o foy elrrey dom Fernamdo, depois que lhe os embaxadores comtaram a booa uoomtade que tijnha pera elle e pera toda sua homrra. E, porque as nouas eram taaes com que a elle tamto prazia, com gramde dilligemçia lhas comtauam aquelles seus embaxadores e assy toda a maneira que elrrey tijnha em seu estado e o corregimento da sua frota e primçipallmente louuauam a apostura dos iffamtes e de todo mujto prazia a elrrey dom Fernamdo. Certamente, disse elle, sempre conheçi elrrey dom Joham seer hũu muy auamtaiado primçipe e em todos seus feitos sempre sse mostrou gramde e uirtuoso. E elle, que este feito assy moue, nembreuos que a de seer hũua cousa notauell e gramde, cuja fama sera de muy gramde preço e ajmda emueja de mujtos primçipes do mundo.

Outrossy uieram, em este emsseio, a elrrey hũu gramde duque dAllemanha e hũu barom com elle, pera o seruir em aquelle feito. E o duque disse a elrrey que, ouuimdo nouas de sua armaçam, que partira de sua terra com emtemçom de o seruir; porem que lhe pedia por merçee que lhe declarasse ho lugar çerto pera homde armaua sua frota, porque pera tall poderia seer que nom seria rrezam de o elle seruir em ello. Elrrey rrespomdeo que elle tijnha determinado, por seu seruiço, de nom rreuellar aquelle segredo a algũua pessoa fora de seu comsselho e que ajmda saberia que nem todollos do comsselho eram dello sabedores, soomente algũus çertos e espiçiaaes. Porem, sse a elle prouuesse dhir assy com elle, por acreçemtar em sua homrra, que lho teeria em seruiço e lhe faria por ello merçee.

O duque rrespomdeo que sua determinaçam nom era tall, senam per a guisa que lhe ja dissera. Porem que, com sua liçemça, se queria tornar caminho de sua terra. Elrrey mamdoulhe fazer merçee segumdo rrequeria a seu estado; e desy emcaminhou pera Samtiago e dhi caminho de sua terra. E o barom ficou com elrrey e o seruio depois muy bem, segumdo

fezeram outros mujtos estramgeyros que uieram fazer de suas homrras em este feito, amtre os quaaes primçipallmente forom tres gramdes fidallgos, gemtijs homeens da casa de Framça. E o primçipall delles auia nome mosse Arredentam e o segumdo Perribatalha e o terçeiro Gibotalher. Empero, nehũu delles nom uijnha tam gramdemente corregido como o gram baram, ca trazia comssigo quareemta escudeyros fidallgos, gemtijs homeens, que depois prouaram muy bem per seus corpos na tomada daquella çidade.

E, posto que estas embaxadas e cousas assy uãao jumtamente, nom seiam porem apropriadas aaquelles tempos, ca amtre hũuas e as outras se metiam algũus espaços, os quaaes homem destimtamente nom poderia escpreuer, porque as cronicas que leuam semelhamte hordenamça nom podem leuar mais çerta declaraçom, saluo aquellas que leuam os feitos comtados de hũu anno ao outro, semelhamtes aquellas a que os rromãaos chamauam anaaes, porque auia hi hordenamça que sse escpreuessem os feitos de cada hũu comssull apartadamente; e, porque elles nom rregnauam mais que hũu anno, era neçessario que sse fezesse cada hũu anno o dito liuro (3).

. . . . . .

A quall hordenamça nos nom podemos guardar em esta obra, por seer começada tam tarde, como ja ouuistes (4), e trautada em tam gramde segredo, por cuja rrezam ouue em aquelles feitos muy poucas escprituras que ao depois pareçessem, soomente aquellas que sse fezeram depois do comsselho de Torres Vedras, quamdo ficou determinado de sse deuulgar a partida dos iffamtes. E as cousas que sse emtom escpreuiam nom eram senam hordenamças, que sse geerallmente fazem em todallas armaçõoes, em que ha de seer algũua multidom de gemte, o que ajmda nom foi feito senam no derradeiro anno. E sobretodo as cousas forom muy gramdes e emburilhadas hũuas com as outras, por cuja rrezam nom se poderam escpreuer per outra guisa; ca as mujtas cousas nom ssom assy ligeyras de abraçar, ca aquelle que acha as rrodas do carro apartadas, algũu tempo ha mester pera as ajumtar.

---

(3) Para mais, nem o cronista registou as datas das embaixadas nem ordenou sequer os capítulos cronològicamente.

(4) No capítulo 2.

Copyrighted material

47

[1414] (?)

Embaixada do rei de Granada a Portugal pelo mesmo motivo do receio da finalidade da armada portuguesa em preparação.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 34 — texto que se reproduz. Veja-se também: LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 86; SOARES DA SILVA, *Memorias*, t. 2, cap. 188, e t. 3, cap. 297. Resumo no *Quadro elementar*, t. 1, p. 294.

Fica agora pera dizer de como elrrey de Graada emuiou seus embaxadores a elrrey de Portugall. Ca, sse os outros rrex christãaos tijnham rrezam dauer temor, mujto mais tijnha elle, comsijramdo quamtas uezes emuiara seus rrecados a elrrey, pera cobrar sua amizade e seguramça de paz e numca ha delle podera auer. Que poderia agora sospeitar, ouuimdo as nouas de tamanho ajumtamento, cuja fama espamtaua mujtos primçipes da chrijstamdade, quamto mais que os mouros forros que uiuem em este rregno, ueemdo assy aquelle ajumtamento, como homeens que nom perderam aquella amizade com todollos outros mouros que a sua seita rrequeria, numca çessauam de pregumtar quall era o uerdadeiro proposito delrrey.

E nom he duuida que este segredo lhe nam fora rreuellado segumdo a gramde deligemçia que elles tijnham de o saber, sse algũu dos do rregno, afora aquelles que ja dissemos, ouuera aazo de o saber. Empero, apalpamdo assy, depois que uiram que elrrey seguraua Castella e Aragam, sospeitaram que aquelle ajumtamento nom podia seer senam sobre o rregno de Graada. E assy ho escpreuerom a elrrey de Graada, per suas cartas. O quall, ouuimdo assy aquellas nouas de tamtas partes, emuiou seus embaxadores a elrrey, os quaaes eram çertos mouros de gramde autoridade, leuamdo seus trugimãaes que lhe emterpretassem a linguagem. E elrrey, assy como tijnha custume de rreçeber bem todollos estramgeiros, rreçebeo a elles segumdo seu estado. E, quamdo foi tempo de darem sua embaxada, disserom.

Elrrey nosso senhor uos emuia dizer como, depois que este uosso senhorio esta em posse de rregno, numca amtre os seus naturaaes e os uossos foi achada tall discordia per que leixassem de trautar hũus com os outros, trazemdosse daquelle rregno ao uosso gramdes mercadorias e do uosso ao seu. E que, aalem de todo, o dito senhor uos teue sempre em

sua uoomtade muy gramde amor, primçipallmente por uossas gramdes uirtudes e boomdade, a quall o costramgeo emuiar a uos, per mujtas uezes, seus presemtes, como o que numca fez a nehũu rrey christãao. Porem, disseram elles, que porque algũus seus naturaaes tijnham rreçeo de uijr a seus rregnos com suas mercadorias, como amte soyam, por aazo das nouas que auiam do corregimento da sua frota, sospeitamdo que, peruentura, poderia seer comtra algũu dos lugares de seu senhorio. E outros mercadores de seu rregno leixauam de leuar suas mercadorias, rreçeamdo que lhe fossem rretheudas per elle ou per seu mamdado. Que lhe prouuesse, por euitar assy aquella sospeiçam, de lhe emuiar çerta seguramça que hũus e os outros podessem estar e comtrautar amigauellmente, como sempre fezeram; na quall cousa lhe faria hũua gramde graça, a quall elle, prazemdo a Deos, emtemdia demmemdar com outra semelhamte ou mujto mayor, quamdo lhe rrequerida fosse.

Nom ssei que rrezam teem os mouros, rrespomdeo elrrey, de teerem semelhamte sospeita nem os meus naturaaes jsso meesmo, teemdo tam pequena çertidom de minha uoomtade; porque, ajmda que eu assy mamde correger minhas gemtes, pera emuiar meus filhos por meu seruiço, a uerdadeira temçom dello esta muy lomge de seu conheçimento nem ueio que rrezam podesse teer que pareçesse rrezoada pera fazer semelhamte seguramça. Porem, uos lhe dizee que eu nom emtemdo fazer com elle nem com outra nehũua pessoa tall emnouaçam, pois que a numca fiz em todos meus dias. E, porque esta he a comclusom de meu proposito, uos podees hir mujto em boa ora quamdo uos prouuer.

Os mouros semtiram que, per aquella rreposta, nom leuauam nehũua seguramça. Fallaram aa rrainha, por ueer se poderiam emcaminhar o feito per outra guisa; ca tall auisamento traziam delrrey de Graada, o quall era que a rrica forra, que era a primçipall das molheres daquelle rrey mouro, emuiaua dizer aa rraynha dona Fellipa como elrrey seu senhor e marido emuiara seus embaxadores a este rregno rrequerer algũuas cousas a elrrey, as quaaes a ella prazeria mujto que fossem bem auiadas. E, porquamto ella sabia quamto os boons rrequerimentos das molheres mouiam os coraçõoes dos maridos, quamdo lhe rrequeriam algũuas cousas em que tijnham uoomtade, que lhe rrogaua que, por comtemplaçam sua, lhe prouuesse filhar emcarrego de rrequerer a elrrey a rreposta daquelle feito, poemdo em ello todo seu bom deseio, de guisa que a uoomtade delrrey de Graada, seu senhor e marido, fosse posta naquella fim que elle deseiaua. E que, pois ella tijnha filha pera casar, que em breue tempo poderia ueer o agradeçimento de sua boa uoomtade, ca lhe çertificaua que lhe emuiasse pera ella o milhor e mais rrico emxouall que numca fora dado a nehũua primçeza, moura nem christãa.

Mas, quem auia de seer aquelle que mouesse a rrainha pera fallar em tall partido ? Ca a rrainha era hũua molher mujto amiga de Deos e,

segumdo suas obras, filhara de muy maamente emcarreguo de nehũu emfiell pera lhe procurar algũu fauor, quamto mais ajmda que era naturall dHimgraterra, cuja naçam amtre as do mumdo naturallmente desamam todollos jmfiees. Eu nom sei, rrespomdeo ella, a maneyra que os uossos rrex teem com suas molheres; mas, amtre os christãaos nom he bem comtado a nehũua rrainha nem a outra nehũua gramde primçesa de sse tremeter nos feitos de seu marido, quamto em semelhamtes casos, pera os quaaes elles teem seus comsselhos, homde determinam seus feitos, segumdo emtemdem. E as suas molheres, quamto melhores ssam, tamto com mayor dilligemçia se guardam de quererem saber o que a ellas nom perteeçe; ca conheçem çertamente que seus maridos com seus comsselheiros teem mayor cuidado do que aa homrra de seu estado perteeçe do que ho ellas podem conheçer.

Verdade he que ellas nom som assy afastadas de todo, que lhe nom fique poder de rrequerer o que lhes praz; mas estes rrequerimentos ssom taaes que os maridos nom ham rrezam de lhos neguar e algũuas que o comtrairo fazem nom ssom auidas por emsinadas nem discretas. Porem, uos direes aa rrainha uossa senhora que eu lhe agradeço sua boa uoomtade, mas que ella podera de seu emxouall fazer o que lhe prouuer; ca, com a graça de Deos, a minha filha nom falleçera emxouall pera seu casamento. E uos rrequeree uosso feito a elrrey meu senhor, ca elle he tall que, sse lhe uos rrequererdes o que he rrezam, que uollo fara com muy boa uoomtade.

Os mouros semtiram que nom tijnham boom rrecado na rrainha, prouaram de temtar o iffamte Duarte, pera ueer se, com suas gramdes promessas, o poderiam emclinar a sua deuaçam. E foromsse a elle e disseromlhe como elrrey de Graada, seu senhor, era hũu homem que mujto deseiaua teer amizade com seu padre e, per comsseguimte, com elle e com toda a casa de Portugall. E que, pera elle creer que sua uoomtade era tall, que poderia bem saber de todollos mercadores e outros quaaesquer naturaaes deste rregno como eram trautados tam doçemente e com tamto fauor, leyxamdolhe trazer suas mercadorias e trautar com seus naturaaes, assy como sse fossem subditos dalgũu rrey mouro com que elle ouuesse muy chegada liamça de samgue.

Por cuja rrezam, disserom elles, senhor, nos emuiou ao dito uosso padre com sua embaxada, da quall creeo que uossa merçee auera ja çerta emformaçam. Porem, senhor, porque elrrey de Graada, nosso senhor, mujto deseia cobrar aquella seguramça que rrequeremos, elle uos emuia dizer que, porquamto elle sabe que elrrey uosso padre ha dobrar em este feito primçipallmente por uosso comsselho, que uos rroga que, por sua comtemplaçom, uos praza filhar emcarrego do dito rrequerimento, de guisa que, polla boa uoomtade que uos em ello poserdes, possa uijnr a fim de seu deseio. E, por uos nom auerdes uosso trabalho por mall despeso, que elle uos promette, assy como rrey que he, de uos fazer hũu tall seruiço, que em

todallas partes do mundo seia nomeado por gramde, pera seguramça do quall uos sera feita per nos quallquer firmeza que uossa merçee demamdar e ajmda, se mester fezer, abastamte fiamça.

Os primçipes desta terra, rrespomdeo o iffamte, nom ssom acustumados de uemder suas boas uoomtades por preço de dinheiro; ca, husamdo per semelhamte modo, teriam mayor rrezam de sse chamarem mercadores que senhores nem primçipes. Porem, uossas promessas som escusadas açerca de semelhamte caso. Ca, nom tam soomente esse presemte que elrrey diz que me emuiara, mas que me fezesse seguramça que me daria todo seu rregno per semelhamte modo, eu ho nom rreçeberia delle nem poderia fazer a elrrey meu senhor e padre nehũu rrequirimento, senom aquelle que fosse justo e rrazoado. E elrrey de Graada uosso senhor nom ha porque tomar taaes coçeguas, nom auemdo mais justa causa pera ello. E desta guisa se tornaram os mouros, pouco comtemtes de tall rreposta.

48

2 JANEIRO 1415

Juan Otger, escrevendo de Iviça a Fernando I, rei de Aragão, pede-lhe o informe da chegada das naus de Portugal; pois, como tem notícia de que se preparam os portugueses para avançar para alguma parte de levante, a ilha de Iviça, que lhes fica no caminho, está a preparar-se contra qualquer possível ataque, o que lhe ocasiona avultadas despesas.

ACA., *Fernando I*, caja 6, n.º 936. Original em papel.

Moltalt, molt excellent e poderos princep e ssenyor.

A la vostra e gran senyoria certifich com dies algũs ha passats he hoyt dir que en Portogal se fahia estol per anar en alguna part de Leuant; e yo, senyor molt victorios, vehent que aquesta pobra djlla es en mjg del passatge e en frontera e esta circujda de bons ports, he fetes algunes proujsions, per les quales se pogues ensegujr la deffenso de la dita jlla, si cas, senyor, fos que o per temps qujls portas en los dits ports o per lur volentat hi volguessen venjr a dampnjficar.

Per que, molt excellent ssenyor, vehent que la dita armada ses prolongada es prolongua huy en dia, he acordat de scriure a vostra gran excel-

situd, ssupplicant axi humjlment com puch que placia a la vostra gran clemencia certificarme clarament del fet, en manera, senyor, que, si hi deu venjr, puxa prouehir diligentment e afegir en la dita guarda; e sino, senyor, puxa cessar grans e jnfinjdes despeses que la vnjuersitat de la dita jlla ha fetes e fa huy en dia, per la dita raho. E man me vostra gran senyoria ço que lj placia.

Dada en Euiça, a dos de giner, any de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.xv.

Senyor. De la vostra gran magnjtud e gran senyoria humjl vassall, qui bessant vostres peus e mans, se recomana en vostra gracia e merce.

(as.) Johan Otger.

Al molt alt, excellent, poderos princep e victorios senyor, lo senyor rey. Euiça. Valencia.

49

9 JANEIRO [1415]

Carta da rainha D. Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, seu sobrinho, em resposta à que ele lhe mandara por mossem Suero de Nava, cavaleiro, e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, seus embaixadores a el-rei de Portugal, na qual lhe assegura que nunca el-rei seu marido, que sobre o assunto lhe escreve o bastante, fará qualquer coisa contra ele.

ACA., *D. Afonso V*, caja 18, n.º 1. Original em papel, com picos de traça.

Muy amado e muj preçado rrey dAragom, sobrinho amigo. A rreynha de Portugal e do Algarue uos enuyo mujto saudar, assy como aaquell a que queria que Deus desse tanta saude, vida com honrra quanta uos meesmo deseiades.

Muy amado e preçado sobrinho amigo. Façouos saber que ui a carta que me enuiastes per uossos amados mossem Suero de Naua, caualeiro, e per Alman de Sant Diomis, doctor em lex, uossos messegeiros, a qual era de creença; e, per o que elles da uossa parte diserom, foy çerta do que deseiauades saber.

E, porque meu senhor elrrey uos screue sobre todo conpridamente, segundo o alo bem uereedes, porem entendi que o que el screuja abastaria

ao que queriades saber. E me pareçeo cousa sobeia screuer outra uez o que meu senhor screuja.

E porem, muy amado e preçado sobrinho, uos faço çerto e seguro que uos creaaes que el nem nẽhũa cousa sua nunca foy nem he em preposito de enpeeçer a cousa que uossa fosse, por o grã diuido que conuosco ha e por a grande bõa voontade que uos senpre teue e tem; por a quall rrazom, nom deuedes creer a nẽhũu que uos o contrairo diser.

Muy amado e prezado sobrinho amigo. Se uos destes rregnos algũa cousa conprir, eu serey bem prestes a uollo fazer enujar. Deus, por sua merçee, uos tenha em sua guarda e me enuje senpre de uos boas nouas.

Scprita em Sacauem, ix dias de janeyro.

(as.) A Reynha.

No verso: Ao mujto honrrado e prezado e amado sobrinho rrey dAragom.

50

10 JANEIRO 1415

Carta de el-rei D. João I, de quitação a João Roiz, seu escudeiro, ichão da rainha, das despesas que ele fizera com o bispo de Mondonhedo e com Dia Sanches de Benavides, embaixadores da rainha de Castela a Portugal, cuja alimentação o monarca custeou.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 97.

Dom Joham, pella graça de Deus rrej de Portugal e do Algarue.

A quantos esta carta viren fazemos saber que, quando a nos veerom o bispo de Mondanhedo e Dia (1) Sanchez de Benavides, embaixadores da rrainha de Castela nossa jrmãa (2), nos mandamos a Joham Roiz, hicham da rrejnha mjnha molher, noso escudeiro, que lhes dese de comer aa nosa custa. E pera esto lhj mandamos entregar per partes çerta soma de

(1) No ms. *Diaz*, por equívoco do copista; pois é *Dia*.

(2) A rainha D. Catarina, mãe e tutora de D. João II de Castela, receosa da armada que, em 1414, se preparava em Portugal contra Ceuta e cujo destino era desconhecido, mandou esta embaixada a el-rei D. João I, a pedir-lhe confirmação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, firmado entre Portugal e Castela. «E auees de saber que depois que estes embaxadores emtraram em Portugall ataa que

djnheiros e lhj disemos que el, per sua maao, screuese as despesas que delles fezese e nom teuese outro scriuam; pola qual cousa nos auemos sua conta por tomada e os dictos djnheiros, que asy rreçebeo pera o que dicto he, por bem despesos.

E porem mandamos aos veedores da nosa fazenda e contadores e a outros quaesquer ofiçjaaes e pesoas que esto ouuerem de veer que lhj nom demandem dello mais conta nem rrecadaçom em nẽhũa guisa, ca nos o auemos dello por quite e liure. E, en testemunho desto, lhj mandamos dar esta carta, sijnada per nosa mãao e seellada do noso seello.

Dante em Sacauem, x dias de janeiro. Elrrej o mandou. PedrAffonso a fez. Era de mill iiij^{c} Liij annos.

Johan. RodriguEannes Lourenço Ujçente.

51

20 JANEIRO [1415]

Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a ordenar às autoridades do porto de Londres que, tendo autorizado Álvaro Vasques de Almada a equipar vários homens de armas e a comprar no país 350 lanças para o serviço de el-rei de Portugal, lhes dêem livre trânsito, com dispensa de todos os direitos.

Publicada em RYMER, *Foedera, conventiones, litterae*, 3.ª ed., t. 4, parte 2, p. 101.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 14, p. 173; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 462.

Rex, custodibus passagij in portu civitatis nostrae Londoniae ac custumariis & scrutatoribus nostris in eodem portu, salutem.

---

sse o bispo tornou, sempre forom mamteudos elles e seus homeens e bestas aa custa delrrey, assy gramdemente como elle custumaua de o fazer» (ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 32). Pode ver-se também: DUARTE NUNES DE LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 85; e SOARES DA SILVA, *Memorias*, t. 2, cap. 188. Dia Sanches de Benavides faleceu em Portugal, onde teve honrosas exéquias e sepultura, como informa ZURARA.

Mandamus vobis quod Algor Vacez (1) de Portugalia sex hernesia integra pro sex hominibus ad arma ac trescentas & quinquaginta lanceas, in regno nostro Angliae, ad usum carissimi consanguinei nostri regis Portugaliae empta & provisa, in quadam navi, in portu praedicto eskippare & ea sic eskippata versus partes Portugaliae, absque custuma seu subsidio inde ad opus nostrum capiendis, traducere permittatis, aliquo mandato nostro vobis prius in contrarium non obstante.

Teste rege, apud Westmonasterium, vicesimo die januarii.

Per ipsum regem (2).

52

12 FEVEREIRO 1415

Carta do embaixador Martinho de Torres a D. Fernando, rei de Aragão, sobre vários assuntos respeitantes ao reino da Sicília, nomeadamente acerca dos preparativos de defesa dos sicilianos contra a armada de Portugal, que julgavam ir contra aquele reino.

ACA., *D. Fernando I*, caja 4, n.º 655. Original em papel.

Serenissime regum ac princeps excelse.

Litteris vestris ac credencie, explicate per Sanccium Sanchez et Andream Guardiola, milites, pro parte vestre serenitatis, in comunibus litteris sociorum et mei, mea propria manu scriptis, vestre maiestati responsum late fecimus, quod hic repplicare esset vestre maiestati tedium jnferre.

Non tamen judicauj scilendum quanto sinceritatis affectu regnum hoc disponjtur contra Portugalensium classem, non aliter quam si barbare naciones Christique rebelles siculos jnuadere prepararent. Vbique terre et ciuitates jnstrumentis bellicis jnstruuntur vt, non solum viriliter se deffendere, sed ipsos Portugalenses hostiliter offendere et ex eorum aduentu et captura ditarj, vnicuique propositum esset. Per socios autem

(1) *Sic*, por Alvaro Vasquez, o conde de Avranches.

(2) O presente armamento, arneses e lanças, destinavam-se porventura à conquista da vila de Ceuta, empreendida nesse mesmo ano. É pelo menos a segunda encomenda de lanças feita em Inglaterra, por el-rei D. João I, nas vésperas do assalto a Ceuta.

et me, in preparacionibus munjcionum et eorum que necessaria sunt, data est cum diligencia opera opportuna (1).

Demum, quanta cum alacritate gauisi sunt hij siculorum populi et de felici matrimonio inter jllustrem secundogennitum et serenissimam regjnam Johannam contracto et de aduentu etiam ad hoc regnum jllustris jnfantis Henrici, nescirem nec lingua exprimere nec scriptura reserare; reputantur enim siculorum vota a vestra maiestate feliciter exaudita, quod erat vnicuique votivum. Et vtinam, principum gloriosissime, in predictorum duorum exequcione, vestra regalis maiestas velit tollere moras, maxime in mittendo vnum ex vestris jllustribus filijs, ad regendum et gubernandum hoc Sicilie regnum, quoniam necessarius est (2).

Etiam cum gaudio totum hoc regnum, volens se vestre deuocionj, conciencie et declaracionj conformare, obedienciam spiritualem dedit et prestitit domino nostro summo pontifici, excepta sola ciuitate Messane que, operantibus aliquibus officialibus, non solum dare denegauit, sed etiam prelatos dicte ciuitatis dare volentes, sicuti vestre excelse maiestati scripserant, inhoneste prohibuerunt; et, vt audio, vestre serenitati scripserunt se cum populo excusantes, a qua, si gratum responsum reportabunt, persistent in sua pertinacia; si vero repreensivum, statim emendabunt in quo deffecerunt. Super quibus, placeat vestre celsitudinj, in hijs que circa hanc materiam frater Antoninus, presencium exhibitor, eidem enarrabit, tanquam plene jnstructo, jndubiam dare fidem (3).

Personam vestram regiam conseruet Altissimus feliciter et votiue. Cathanie script[a], xij[a] ffebruarij, jndictione viij[a].

V[estre] R[egie] M[aiestatis] humjlis seruitor et vassallus.

(as.) Martinus de Turribus (4).

---

(1) Sobre o assunto veja-se a nota ao Memorial do rei de Aragão de 28 de Novembro anterior, — o nosso DOC. 41.

(2) Alusão ao projectado casamento do infante D. João de Aragão com a rainha de Nápoles, D. Joana, o qual, sem embargo dos esponsais celebrados em Valência, a 4 de Janeiro anterior, veio a matrimoniar-se com D. Branca, viúva do rei D. Martin de Navarra, e ainda à ida para a Sicília do infante D. Henrique de Aragão, como lugartenente de seu pai, cargo que, afinal, veio a assumir o citado infante D. João (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 12, caps. 36, 44, 46 e 50). Os sicilianos desejavam um dos infantes como rei (*ibi*, caps. 36 e 54).

(3) De harmonia com os esforços do concílio de Constança, diligenciava o rei de Aragão obter a extinção do Cisma. Pelo visto, nesta data, a Sicília anteriormente cindida em três partidos (Cfr. autor, obra, tomo e liv. cits., cap. 36), estava agora a favor da unidade da Igreja, menos a cidade de Messina. Acerca das diligências empreendidas por Fernando I de Aragão para a extinção do Cisma, mesmo em artigo de morte, pode ver-se o aduzido autor, liv. cit., caps. 36, 37, 41, 42, 47, 48, 51, 53 e ss.

(4) Já em carta de 24 de Janeiro anterior, os embaixadores aragoneses à Sicília, em resposta a outra de seu monarca sobre a armada de Portugal, asseguravam àquele que se procedia ali com todo o cuidado e solicitude, aos preparativos para guarda,

No verso: Sacre regie Aragonum et Sicilie maiestati. ***Em letra de outra mão:*** Dominus Martinus de Turrjbus ambaxiator. De preparatorijs pro armata et de obedientia regni preter Messanem. Recepta xxiiij aprilis.

53

23 FEVEREIRO 1415

Carta de Guilherme Mir a Fernando I, rei de Aragão, a dizer-lhe haver escrito a Miguel de Noves sobre os assuntos do conde de Foix, a quem ele fora enviado; a referir-lhe ter o conde de Armanhaque exército preparado em Auvernia, que os ingleses percorreram a França e levaram muita gente e gado, que os reis de Portugal e de Inglaterra preparam muitos soldados, naus e artilharia para fins que ele ignora e que lhe transmitirá de palavra outras notícias que tem de Portugal.

ACA., *Fernando I*, caja 6, n.º 898. Original em papel, com picos de traça.

Molt alt, molt excellent princep e victorios senyor.

A la vostra excellent senyoria humjlment certiffich que yo scriu larch a mjcer Miquel de Noves dels affers per que la vostra senyoria me trames al comte de Foix, segons en aquella pores veure.

[Ite]m, de les nou[ell]es daquella part si diu que, en Aluernja, lo comte dArmanach ha gran gent darmes amassada, muntant a nombre de ix mil rocins, la raho per que nos sab.

---

protecção e defesa daquele reino, especialmente entregando a defesa militar das vilas e cidades a pessoas notáveis e hábeis: — *Axi per letres de la vostra gran senyoria com en altra manera, nosaltres, certifficats de la armada del rrey de Portugal, decontinent procehim, ab tot efforç e sollicitud, a fer aquells mellors preparatoris que fos possible a la guardia, proteccio e deffensio de aquest vostre rregne e, en special, que les viles e ciutats fossen prouehides de capitans darmes qui fossen persones notables, habils e suffjcients a reparar, regir, gubernar e deffensar aquelles* (ACA., *Fernando I*, caja 6, n.º 946). E para isso solicitam do monarca seja suspenso processo em que andava envolvido o nobre mossem Calceram de Sancta Pau, sem prejuízo para este, a fim de lhe confiarem a capitania de Agrigento. O mesmo fez aquele, em carta da data referida, endereçada ao rei aragonês (ACA., *Fernando I*, caja 8, n.º 1392).

Item, los angleses han corregut en França e hansen portat gran colp de gent, besties e bestias.

Item, yo he parlat ab caualler carmarlench del duch de [Bor]gunya, que es vengut de Portogal a Ortes ham dites moltes coses, les quals [...] vostra senyoria com sere aquj, entre les altres coses dju que lo dit rrey de Portogal fa gran aparel darneses, gents, fusts e artelleries e axi mateix lo rrey dAnglaterra; pero que nos pot saber que volen fer. E sia, senyor molt excellent, la Santa Trenjtat en vostra guarda, donantvos victoria de vostres enemjchs e creximent dhonor ab sanjtat de vostra rreyal persona.

Scrit a Calamocha disabte, a xxiij de ffebrer del any M.cccc.xv. Senyor. Lo vostre homjl vassall serujdor e sotsmes, qui besant la terra que vos, senyor, calcigats, se comana en vostra gracia e merce.

(as.) Gujllem Mjr.

Al molt alt e molt excellent princep e victorios ssenyor lo ssenyor rrey.

(as.) Guillelmus Mir.

54

[FEVEREIRO - JUNHO 1415]

Por ordem de seu pai el-rei D. João I, o infante D. Henrique segue para o Porto, a preparar ali a armada.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 35.

Ja me pareçe que tenho tempo de leixar estas cousas e fallar nas outras que ssom mais cheguadas ao auiamento da frota. Empero, amte direy hũu pouco das boas uoomtades que todos traziam pera seruir elrrey em aquelle feito; porque cada hũu trazia tamanha lediçe em seu corregimento como sse determinadamente soubesse que sem nehũu perijgo auia dauer uitoria. Nem lhes fazia nehũu empacho a duuida que tijnham do luguar çerto, que nom sabiam pera homde auia dhir. E era emtom a gemte do rregno rrepartida em duas partes, porque auia hi hũus que seruiram elrrey em todos seus trabalhos e eram cumunallmente pouco mais ou menos assy como de hũua hidade; e os outros eram os filhos daquestes, os quaaes traziam em ssi muy gramdes deseios de cheguarem aos meriçimentos de seus padres.

. . . . . .

Mas, pera este corregimento nom seer tam perfeito como todos tijnham em uoomtade, sobreueyo hũu muy gramde empacho, porque começaram de morrer de pestenemça na çidade de Lixboa e tambem no Porto. E esto foi, segumdo deziam, por aazo dos nauios que uieram de mujtas partes e em algũus delles auia pestenemça. E, porque esta emfirmidade, segumdo diz Samto Isidoro no *Etimollogicum* (1), he comtagiosa, fez muy gramde dano no auiamento daquella frota, primçipallmente na morte da rrainha, que sobretodo foi mais semtida.

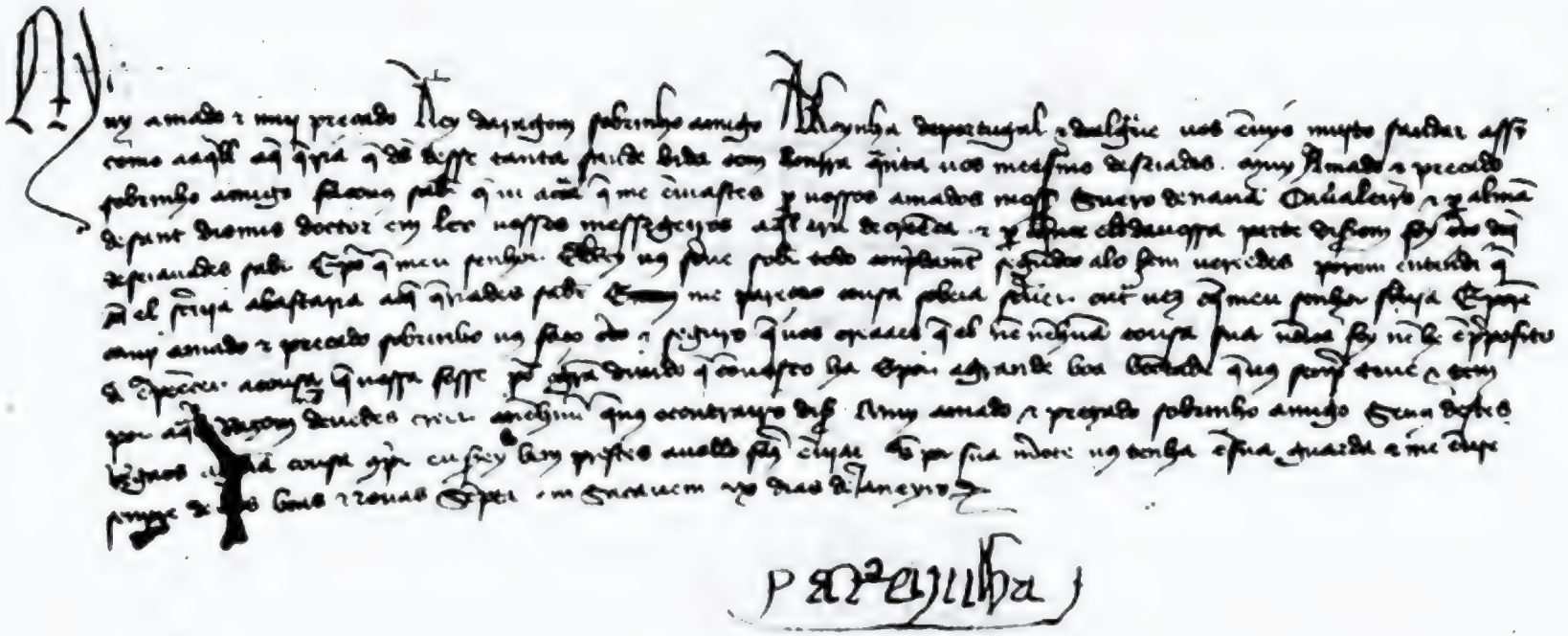
Nom podemos fallar dereitamente que algũu do rregno teuesse mayor cuidado dauiar o que lhe perteeçia que o iffamte dom Hamrrique; ca, tamto que passou o mes de janeiro, ueo fallar a seu padre, comtamdolhe o pomto em que leixaua todallas cousas e dizemdolhe outrossi que lhe pedia por merçee que lhe desse seu rregimento, per escprito, da maneira que auia de teer. Meu filho, disse elrrey, a mim nom praz que uos, pollo presemte, leuees outra ordenamça nem rregimento senam uossa boa discreçom e a boa uoomtade que eu em uos seemto pera me seruir; mas leuarees hũua minha carta, per que uos obedeçam todos assy como a capitam geerall e outra semelhamte darey a uosso jrmãao o jffamte dom Pedro. E uos partijuos logo pera a çidade do Porto e trigayuos, quamto a uos possiuell for, que façaaes uijr essa frota della; mas seede auisado que, o mais que poderdes, escusees demtrar na çidade, senam quamdo for mujto neçessario.

E assy partio o iffamte domde seu padre estaua, que era de Sacauem, homde elle sempre esteue depois que a pestenemça foy gramde em Lixboa, ataa que a rrainha adoeçeo. E o iffamte teue tall modo em seus feitos que, naquelles tres meses seguimtes, auiou todas suas gemtes e armas e mantijmentos per tall guisa que no começo do mes de mayo foy demtro na çidade do Porto, homde loguo começou dar trigoso auiamento a sua frota e fazer emcaminhar todallas cousas que pera ella perteeçiam tam bem e tam hordenadamente, que nem sua noua hidade nem falleçimento de pratica de taaes feitos nom o poderam empachar que nom rreçebesse gramde louuor de seu marauilhoso trabalho; ca deziam aquelles uelhos que era mujto pera maraujlhar hũu homem de hidade de uijmte annos seer tam deestro e tam desempachado pera auiar tamanho feito.

E, sse Tito Liuio, diz o autor, louua tamto, no liuro da Segumda

---

(1) O título da citada obra de S. Isidoro de Sevilha é *Etymologiarum sive Originum libri XX*. ZURARA aduz aquele autor também no cap. 2 desta crónica e nos caps. 13, 18 e 28 da de Guiné. Tais citações denotam no autor, segundo o Prof. JOAQUIM DE CARVALHO, contràriamente ao que afirmara DUARTE LEITE, «a consulta directa, tanto mais admissível quanto é certo que as *Etimologias* foram largamente utilizadas entre nós durante a Idade Média» (*Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara*, p. 53).



Est. II. — Carta da rainha D.ª Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, de 1415 (Doc. 49).

Guerra (2), a prudemçia de Cepiam, porque, estamdo em Cezillia, hordenou tam bem sua frota pera passar em Africa, seemdo elle em hidade açerqua de trimta e çimquo annos, e auemdo ja cometidas mujtas pelleias per mar e per terra, como nom louuaremos este primçipe, seemdo em hidade de uijmte annos, sem auer conheçimento de semelhamtes feitos per çerta pratica, soomente quamto era hũua naturall emclinaçam que em elle auia pera cometimento de gramdes feitos ? Nem fallamos aqui darmaçam do iffamte dom Pedro porque, posto que o nome fosse seu, o cuydado era primçipallmente delrrey seu padre e do iffamte Duarte.

E com todas estas cousas, nom esqueeçia ao iffamte dom Hamrrique de mamdar fazer muy rricas liurees, as quaaes hordenou que leuassem todollos capitãaes que eram hordenados sob sua capitania. E, em trautamdo estas cousas, cheguauamsse, uijmdo pera a çidade, todollos senhores e fidallgos que auiam dhir com elle. Alli chegou Ayres Gomçalluez de Figueyredo (3), nobre caualleiro, seemdo em hidade de nouemta annos, corregido com seus escudeiros e gemte de pee, e elle com sua cota uistida, cuja comtenemça pareçia pouco dhomem de sua hidade. E, quamdo o iffamte o uio cheguar a elle pera lhe beyiar a mãao, começou de sse rrijr e disse: ja me pareçe que homem de tamtos annos deuera de filhar rrepouso, por descamsso de tamtos trabalhos.

Eu nom sei, disse o caualleiro, se os membros, por rrezam da hidade, emfraqueçeram; mas a uoomtade nom he agora menos do que foi em todollos outros trabalhos que eu leuey com uosso padre. Por çerto, disse elle, eu nom podera auer mais homrradas eixequias pera minha sepultura que, amte de meus dias, seer em aqueste feito. Per esta guisa fezeram dous escudeiros bayoneses que, por mujtos seruiços que fezeram a elrrey na guerra, lhes dera alli muy boas teemças em que uiuessem, porque eram ja homeens de hidade pouco menos que Ayres Gomçalluez, os quaaes se forom ao iffamte rrequerer que lhes mandasse dar seu prouijmento pera sua jda.

. . . . . .

Era alli o trafego tamanho em aquella rribeira que, de dia nem de noute, numca estaua soo nem os marinheiros nom eram pouco camssados em arrimar tamanha multidom de frasca. E com esto as estradas e cami-

---

(2) «Dos historiadores do período clássico foi para Tito Lívio a que Zurara dirigiu a preferência, a avaliar pelas citações que ocorrem em todas as crónicas» *(Autor e obra retrocits.*, p. 40).

(3) Bastas vezes referenciado na crónica joanina, durante as lutas da independência, e ainda nos caps. 50 e 84 da Crónica de Ceuta, Aires Gonçalves de Figueiredo, apesar dos seus 90 anos de idade, foi dos poucos que, em momento difícil, permaneceu a combater ao lado do infante D. Henrique, como assevera ZURARA no último dos citados capítulos.

nhos eram cheeos de carros e de bestas, que uijnham carregados com mamtijmentos e armas das terras daquelles fidallgos e doutras cousas que lhe compriam pera sua hida. E aquelles que tam asinha nom podiam despacharsse da terra trigauaos o iffamte, per suas cartas, de guisa que nom aballasse sua frota e elles ficassem comtra suas uoomtades.

55

22 MARÇO 1415

Carta de Fernando I, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a recepção da carta que lhe mandou por seus embaixadores e a agradecer-lhe a maneira como ele os recebeu e acolheu e ainda a boa resposta, aliás já esperada, visto o parentesco e a amizade existentes entre as duas casas régias.

ACA., *Registro* 2405, fl. 142 v.

Al muy alto e muy poderoso princep, nuestro muy caro e muy amado thio don Johan, por la gracia de Dios rrey de Portugal e dAlgarue. Nos, don Ferrando, por esa misma gracia rrey dAragon e de Secilia, vos embiamos muyto a saludar, como a thio que muyto amamos e apreciamos e por a quien querriamos que diesse Dios ssalut e longa vida con muyta honor e buena ventura.

Muy alto e muy poderoso princep, nuestro muy caro e muy amado thio. Vuestra letra por nuestros embaxadores por nos a vos embiados hauemos recebida, por la qual e assin mismo por relacion de los ditos meus embaxadores, somos stados certificados del buen stamjento e sanjdat de vuestra persona e de toda vuestra rreyal casa, assi mjsmo como los hauedes recebidos e acullidos muy plazientment, la qual cosa e assi mismo de la buena respuesta que los hauedes dado vos agradescemos muyto. E assi firmament lo sperauamos e lo creyemos, attendido el gran deudo de parentio e amistat que son entre vuestra casa rreyal e la nuestra. Por lo qual, podedes fazer de nuestros rregnos e tierras assin propriament como de los vuestros, certificantesvos que, en todas cosas que fuessen honor vuestra e dexa vuestra rreyal casa, no nos tardarjamos de aquel deudo que la amjstat e afinjdat singular que entre la nuestra casa e la vuestra requiere.

E, porquanto somos ciertos ne hauredes consolacion y plazer, vos notificamos que, en tiempo de la confeccion de las presentes, nos e nuestra molt cara muller la rreyna, el princep de Gerona, nuestro muy caro primogenito, e todos otros fillos e fillas nuestros muy caros eran bien sanos. E, si de nuestros rregnos e tierras, muy alto princep, nuestros muy caro tio, algunas cosas vos son plazientes, embiatesles a dezir, car nos las conpljremos de buen coraçon. E sea siempre en vuestra guarda el Spirjto Sancto.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a xxij dias de março del anyo M.cccc.xv. Rex Ferdinandus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

56

3 ABRIL 1415

Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a seu servidor Rui Dias de Vega, a ordenar-lhe se informe sobre quantos pilotos leva consigo, na armada, o rei de Portugal, qual a sua naturalidade e linguagem, quais vitualhas e mercadorias transporta e ainda sobre todas as demais circunstâncias.

ACA., *Registro* 2.406, fl. 127 v.

Elrrey. Ruy Diez. Como nos queramos seer certificados elrrey de Portogal qujntos pilotes lieua consi en la armada nj de do son nj de que lengatge e assi mismo qujntos vitualles e mercadjas; mandamosvos expressament que, vistas las presentes, no sen certifiqujdes clarament e distincta e de todas otras circunstances que sobre las ditas cosas saber nj santir podredes. E esto por res no dilateredes si nos deseades serujr e complazer.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a iij dias dabril del anyo M.cccc.xv. Rex Ferdinandus.

Al fiel seruidor de casa nuestra Roy Diez.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

57

23 ABRIL [1415]

Relatório do espião castelhano Ruy Dias de Vega ao rei D. Fernando I de Aragão, redigido em Lisboa, a dar-lhe minuciosa notícia, entre outras coisas, dos preparativos da armada que então se preparava em Portugal, dos navios de que se compunha, com indicação da respectiva origem, tonelagem, tripulação e soldo, dos boatos que corriam no país a propósito do seu destino, nomeadamente contra o reino de Sicília, e a oferecer-se para obter a retirada imediata dos barcos de Espanha e para lançar fogo a todos os restantes fundeados no Tejo, se a seu monarca aprouver, o que considera feito de fama.

ACA., *Cartas reales*, caja n.º 1, Fernando I, n.º 3, original, — donde se reproduz.

Publicado por JAVIER DE SALAS, *Dos cartas sobre la Expedición a Ceuta en 1415*, pp. 318 e ss., com algumas incorrecções.

Muy alto, muy poderoso, esclareçido prinçepe mj señor, rrey de Aragon et de Seçilya.

Ruy Dias de Vega, vuestra fechura et omill seruidor, con omjll reuerençia beso vuestros pies et vuestras manos et la tierra ante vuestra merçed, a la qual plega saber que rresçeby la letra que la vuestra alta señoria me enbio con el coreo que enbje de los Molynos a la vuestra merçed. La qual, señor, me fue dada a nueve dias de abryl, en la noche, en la villa de Valençia de Alcantara, que es de mj señor el jnfante don Sancho, vuestro fijo.

Et, señor, yo consyguindo vuestro mandado e, por complyr vuestro serujçio, commo so tenudo de fazer, party luego dende pera el rregno de Portogal. Et, desde el primero lugar de Portogal, començe a me enformar en las cosas que conplyan. Et, quando llege a Santaren, sope de la madera del palenque et del castillo et de los engenios fechos, et fuela a uer. La qual, señor, estaua en vn palaçio delrrey, rrybera del rrio de Tajo et ayuso, camjno de Lysbona. Et vj de la madera del palenque, que era muy mucha. Et puede seer, de alto, braça et terçia et, de gruesa, quanto vn palmo et vna mano enderedor; et los palos que an de entrar en otros son de tres, forados cada uno et quadrados.

Et vjde es castiello de la madera, todo lo mas desarmado; pero que dyzen que es de çinco sobrados et armado sobre quatro rruedas mucho

grandes et fuertes, tamañas commo cubas de ochenta o çien cantaras de vjno. Et sera, de largo, fasta treinta pasadas o mas et, de alto, fasta vente ocho braças et mucho fuerte madera et todas las guardas de alcornoque. Et, señor, por que la vuestra merçed lo pueda mejor saber, yo avere todo ello por menudo. Et ese mesmo señor tiene ay fechos dos engenos et muchas escalas muy rresjas et fazen avn mas.

Et, señor, andube en tal gysa que, en diez et seys dias de abryl, por la mañana, llege al cabo de Sacauem, onde elrrey esta. Et, señor, quando yo llege a la mar, pera entrar en la barca et pasar al dicho lugar, venja elrrey caualgando con vnos quinze de cauallo, a oyr misa a vna yglegia que es rrybera de la mar, que dyzen Sancta Marya de los Marteles.

Et, señor, plega saber a la vuestra alta señoria que yo llege a la ygleja onde estaua elrrey et aguarde fasta que oyo mjsa; et despues, quando se querria salyr fuera de la ygleja, llege a el et basele la mano et dixele las saludes que la vuestra alta merçed le enbjaua et mj señora la rreyna et mj señor el primogenjto, vuestro fijo, et los otros jnfantes et las jnfantas, mjs señores, vuestros fijos, en la mejor manera que yo entendy que conplya a seruiçio de la vuestra alta señoria. Et dyle la carta que la vuestra merçed le enbjaua. Et, señor, el mostro buen senblante con los saludos et con la carta que la vuestra merçed le enbjaua. Et me pregunto por la vuestra salud et de mj señora la rreyna et mjs señores los infantes et de las infantas vuestras fijas. Et tomo la carta et çerrola en la mano et caualgo et mandome dar posadas et que estudiese ally fasta que fablase con el. Et yo, señor, fueme con el. Et mando que me fuese a la posada et que estudiese ally fasta que el enbjase por my. Et yo, señor, fueme a las posadas que me djeron. Et vjno por mj Gonçalo Lorenço, escriuano de la porydat et del su consejo, et leuome a comer consygo.

Et, señor, plega a la vuestra merçed de saber que me non dexauan moryr de sed, a poder de vjnos blancos et tyntos. Et, preguntando el dicho Gonçalo Lorenço asas de nuevas, a las quales le rrespondja segun rrazon lo mas breue que yo podya et en quanto entendia que eran vuestro serujçio, atanto que seço su buena voluntad. Et, señor, todo ese dia que me presente ante elrrey et otro dia, fasta despues de comer, non vide al rrey, fasta que el enbjo por mj; et estude con el en su camara, que non dexo ay persona alguna, saluo vn portero.

Et, señor, preguntome commo estaua vuestra senoria en ese rregno de Aragon et se estauan bjen llanos con la vuestra merçed et por toda la manera de vuestros rregnos et por la yda de mj señor el jnfante don Juan, vuestro fijo, et commo el auja nuevas que non se fazia el matrjmonjo del dicho señor jnfante con la rreyna de Napoles, que le dezjan madama Joanela, mas que antes casaua con el conde de las Marchas; e por quanto el rrey Loys le auja fecho donaçion de lo que a el perteneçia

Copyrighted material

en el rreyno de Napoles, et que le djera el dicho conde el condado de las Marchas, que le daua por la donaçion de lo que a el le perteneçia en Napoles.

Et, señor, yo le rrespondy que lo non creyese a quien gelo dyxese nin al que gelo auja dicho; por quanto tal cosa auja seydo nin era. Mas que ante la dicha rreyna, con acuerdo de todos los de su rregno et senorios, que aujan escrito a vuestra alta merçed, a vos pedyr por marido et por rrey et por señor al dicho señor jnfante vuestro fijo. Et, avn que la vuestra merçed dubdo mucho de lo fazer fasta que todo el rregno et ella con ellos todos jurasen por rrey et por señor al dicho sennor jnfante; et que, avn que acaeçiese, lo que Djos no quiera, que ella finase syn fijos, que todavja que quedase el dicho rregno et señoryos al dicho señor jnfante, de lo qual ella et ellos aujan seydo mucho gradosos et pagados de lo jurar et rreçebjr asy.

Et que tal fermedunbre vos era llegada qual la aujan demandado la vuestra alta senoria. Por lo qual, el dicho matrymonio estaua bjen firme et sosegado et el señor jnfante en Seçilya bjen auja vn mes et que la dicha señora rreyna lo esperaua a tres jornadas de onde estaua el señor jnfante con vente mjll caualgaduras de todos los mejores del rregno. Et avn le dyxe que el Emperador que fuera dello mucho plazentero et que se auja por dichoso de seer vuestro amjgo et hermano. Et, segund sus rrazones, que me rrespondyo que lo crerria sy se pagase bjen, tengo que le non plazja dello nin de lo mas que le yo contaua de las buenas nuevas et grandes andanças buenas et dichas que plazja a Djos de vos dar; et, avn que el querria tolorar, non se me endja asy.

Et preguntome por Seçilya, sy era verdat que la vuestra merçed casaua a mj señor el jnfante maestre de Santyago con la rreyna de Seçilya pera que fuese rrey della. Et yo le rrespondy commo era otorgado et firmemente fecho el matrymonio del dicho señor jnfante maestre de Santyago con la jnfanta de Nauara e jurado por rrey, a falleçimiento delrrey de Nauara. Preguntome, pues Seçilya quien a de seer della rrey? Yo le rrespondy que el que lo era lo seria, que era elrrey don Ferando, rrey de Arragon et de Seçilya; et avn que entendya que la vuestra señoria se alargaria a mucho mas rregnar sobre lo que rregnaua et que los otros señores jnfantes, vuestros fijos, que entendya que, en vuestra vjda et muy ayna, plaziendo a Dios, en rregnarian en otros rregnos, non menguando cosa de los vuestros, saluo acrecentando en ellos.

Et, señor, plega a la vuestra merçed de saber que, por esta mesma manera, me acaeçio com el jnfante Duarte et con don Pedro, ese mesmo dia que les fue a ver. Et les dyxe vuestros saludos et de la rreyna mi señora et de los señores jnfantes et señoras jnfantas, vuestras fijas, commo quiera que, en lo que pareçia, mejor rrespondya don Pedro que Duarte.

Copyrighted material

Et, señor, plega a la vuestra alta merçed de saber que elrrey me quisyera lybrar de rrepuesta breuemente et que me fuera. Et yo, señor, non me pareçia que era bjen de dexar esta tierra en quanto esta gente aqui este; et oue de buscar manera pera ello. Et dyxele que mj señora la rreyna me auja dado vna carta pera el et que se me auja dañado en agua et que nunca la auja visto fasta Santarem et que la auja enbjado a mj señora la rreyna et a pedyrle de merçed que me enbjase otra, por que yo non fuese mal mensagero nin quedase con tan mal rrecabdo; et que entendya que me seria aqui en Lysbona la carta a vente dias de mayo et que, en tanto, que estaria en la çibdat, en vna posada, commo en manera de tomar rrefresco et rreposar en tan buena çibdat del camjno luengo. Et, con esto e con otras cosas que le entremety, dixome que le plazja que yo atendiese, las quales yo entyendo contar a la vuestra merçed.

Et, señor, elrrey et la rreyna et el jnfante don Ferando, que es el menor, et la jnfanta doña Ysabel estan en Sacaven; et el jnfante Duarte esta en Camarate con el jnfante don Joan; et don Pedro esta en la Charneca, que todo lo mas lexos es vna legua delrrey. El conde don Alfonso, que es conde de Barçeles, esta en Bregança. El jnfante don Enrrique en el Puerto, a adereçar aquellas galeas et fustes que ay estan et venjr en ellas fasta aqui a Lysbona et los capytanes comarcanos en aquella tjera, que aguardan a estos dos jnfantes.

El Prior et los maestres mandan fazer sendas geleotas de sesenta rremos cada vna, saluo el maestre de Santyago. Et fazenlas en el rryo de Sesar (1), que es çerca de Puñete, et entra en Tajo aquel rrio a syete leguas de Santaren. Et ellos estan todos en sus tieras, adereçando pera la partyda, que an todos de partyr con el rrey. El conde Nuño Aluares esta en Portel et los otros en sus tierras, fazjendo biscochos et seçinas de vacas et carneros, afueras lo que tyenen fecho. En esta manera: cada vno que lyeue pera cada ome tres fanegas de pan cocho et tres cantaras et medja de vjno et su carne et pescado, en tal manera que lyeuen complymento de tres meses, et la gente que esta aperçebyda et pagadas las tjeras del año pasado et deste en que estamos.

Son de los vasallos delrrey quatro mjll et seys çientos et ochenta et çinco omes de armas, afueras fasta seteçientos que se fezjeron agora de nuevo vasallos. Et ballesteros de cauallo, que an de leuar armas et ballestas, son mjll et nueueçientos. Et ballesteros de la menor quantja, que an de ser desarmados, seran tres mjll, entre malos et buenos. Et escudados seran quatro mjll omes de pie et lançeros fasta çinco mjll omẽs. Asy que la gente toda del rreyno que esta aperçebyda podera seer fasta djez et

(1) Rio Zêzere, que desagua no rio Tejo junto de Constância, a antiga vila de Punhete.

ocho mjll et seys çientos ommes de vnos et de otros o fasta djez et nueve mjll. Et estos çiertos, que non a otra dubda, porque lo se yo çierto por los lybros.

Et de los pylotes que son de fuera del rreyno seran mjll et seteçientos mareantes, segund que adelante seran escritos. Et lyeuan sueldo desta manera: los del rreyno a seteçientas lybras al mes al ome de armas, que son çiento et vente maravedis o çiento et trenta, et ballesteros de armas asy; et a los otros ballesteros et omes de pie quatro çientas lybras, que sseran setenta maravedis. Et a los estrangeros dalas naos dan en esta gisa: al maestro quinze coronas e al graujte diez et al mareante çinco al mes et a la tonelada de cada nau vna corona al mes et a su rrespete; et byen tengo que, de las toneladas, que les quitan de cada tonel, vn rreal de plata. Et a çinco selmanas que las fustes estrangeras que seran aqui declaradas lyeuan este sueldo, como quiera que, fasta agora, non an fustas algunas que esten frretadas, fasta en dia de la fecha desta escritura, nin aparejo pera ello de aqui a djez dias de mayo.

Todos los capytanes ande seer con elrrey en Lysbona a doze dias de mayo, pera fazer alarde en los quinze et rrepartyr las naos et galeas a los capytanes. Et, señor, mucha desta gente que ande yr guarneçen de armas et de ballestas los que en el rreyno fincan, con obligaçion que faze cada vno a quien gelas da que, del dja que bolujeren en dos meses, que las buelua a quien gelas djo; et, se el que las rresçeby non las bolujere, que las pagen los capytanes con quien fueren.

Et mas, señor, cada vno de los que non van alla en la armada paga al rrey vn marco de plata, sy ha quantya de çien mjll lybras, et a su rrespete cada vño. Et todos los obispos çincuenta marcos de prestedo et arçobispos çien marcos et todos los otros clerygos rricos de ygleja que sean por sy, commo mejor et mas puede sacar et a los çidadanos rricos. Et echan a los judjos et moros grandes pechos, todo en plata, pero la moneda que agora faze, que dizen rreales de plata. Et non ay en ellos el quarto, en gisa que, de lo que labra, paga la plata prestada et gana en ello dos partes (2). Et avn ordeno que non compre onbre ninguno plata nin oro,

---

(2) «A expedição de Ceuta motivou o emprego do já inveterado expediente. Cunhou-se, n'esse anno, a moeda denominada *Real de dez reaes*, a que se chamou *real branco*, para distinção dos reaes, seus componentes, nomeados *reaes pretos*. A cada um d'esses reaes brancos o rei assignou o enorme valor de trinta e cinco libras e meia» (COSTA LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 291). Também ali sublinha o autor que aparecem alguns reais de prata do toque de dez dinheiros, portanto de boa lei, possivelmente destinados a pagar fornecimentos estrangeiros para a tomada de Ceuta. Aos reais brancos de 1415, como observa LÚCIO DE AZEVEDO, «dava a liga de estanho uma falsa aparência de prata» (*Épocas de Portugal Económico*, p. 61).

saluo el, et a preçio que gana en ello las dos partes; syn dubda, porque vi el ensay (3). Et avn lo entyendo mejor saber, plazjendo a Djos. Et bjen tengo que le non sobraran muchos djñeros con todo esto.

Gente estrangera es esta que se aqui declarara a la vuestra merçed, que non tyenen naujos nin otra fusta alguna: mosen Felype de Capela et su hermano, M[artin] de Capella (4), ambos con vente ommes de armas, mucho bjen armados. Et son ellos de Flandes et bjuen en la çibdat de Brujas. Et vinjeron por mar a Fembustera et, dende fasta Lysbona, por tierra. Et esta otro que llamam mosen Frances Juan Vjuas, de Barçelona, que fue preso en la batalla de Valençia et ouolo Juan Carrillo et tjene tres compañeros et non ha armas. Et bjen so çierto dellos que non yran en su armada, espeçialmente desde que me an aqui vjsto. Et ellos fablan conmygo algunas vezes et non fago synon manear con ellos, tan bjen en vno commo en otro, en tal gisa que ellos non entyendem que se faze et por non auer aclansamjento; tanto que se quieren andar en Castilla et dende a Gerusalem o llegaren a la vuestra merçed.

Et, señor, naos de Vjzcaya que aqui estan son onze et dos de Galyzia et toman asy sueldo commo aqui arriba va declarado, commo quiera que ellos son bjen pesantes por lo tomar, pensando que fazen enojo a la vuestra señoria; et asas me an rrequerido sy entyendo que tomara enojo por ello la vuestra merçed, que dizen que ellos saldran de aqui, avn que les pese a todos los deste rreyno, por non vos deserujr. Et yo, sennor, non me oso fiar en ellos, porquanto non los coñosco; pero, detengolos con las mejores maneras que entyendo que perteneçen a vuestro serujçio, por tal manera que ellos esten asy colgados fasta veer lo que manda la vuestra merçed. Que non les aclaro cosa, saluo que a vos non pesa desta armada, por quanto la vuestra merçed entyende que el dicho rrey ade seer en vuestra onra, asy commo vos estades presto pera la suya. Et, de otra parte, digoles que non se sy la vuestra alta sennoria tomara enojo, por quanto entyendo que los averedes menester pera vuestro serujçio et del señor rrey de Castilla, por tal manera que les es forçado atender lo que les yo diga de vuestra parte con vuestra letra de crença pera ellos, en que la vuestra merçed me manda commo se faga.

---

(3) A lei joanina de 5 de Março de 1414, datada de Santarém, proibira a venda do ouro e da prata fora dos câmbios régios de Lisboa e Porto (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 43 v., reproduzida nas *Ordenações de D. Afonso V*, liv. 4, tit. 3, e ainda em TEIXEIRA DE ARAGAO, *Descripção geral e historica das moedas*, t. 1, p. 369, doc. 17).

(4) São os flamengos «messire Philippe de la Chapelle» e seu irmão «Martin de La Chapelle», referenciados por outra testemunha coeva e combatente igualmente de Ceuta, ANTOINE DE LA SALLE, *Du réconfort de Madame du Fresne*, editado no livro de JOSEPH NÈVE, *Antoine de La Salle. Sa vie et ses Ouvrages*, p. 142.

Et, señor, adelante vos sseran declaradas todas las fustas del rreyno et de fuera del, por que la vuestra merçed me mande commo faga. Plega a la vuestra senoria saber que tienen dos mjll açadones et dos mjll segurones de tajo, et que manda fazer et fazen mucho almazen, afueras lo fecho, et muchos jubones et calças et çapatos pera quien elrrey lo mandar dar et muchos vjscochos, afueras los fechos, et muchas seçinas de vacas et carneros, afueras las fechas et afueras los toçinos et pescados, muchos quesos et azeytes et vjnagre et pescados seco et quantos saben secan et muchos vjnos. Pero, non an fustas fretadas nin dadas a capitanes nin saben commo ande yr nin quales, en caso que esta[n] perçebjdos de todo et se reciben, de cada dja, quanto mas pueden.

Agora, sennor, plega a saber a la vuestra muy alta señoria que la armada deste rreyno et de fuera del que es esta toda que aqui va escrita et declarada ante la vuestra merçed. Et non mas nin menos. Aqui non ponga dubda la vuestra merçed, por quanto es çierto. Primeramente los navjos de Vizcaya et Lepuzca son estes (5) que se syguen, que aqui estan, en esta çibdat de Lysbona:

La nao de Pero Otays de Çaraus, de que es maestre Furtun Sanchez de Içaraus, su primo, es de trezientos toneles et a de conpaña de sueldo cincuenta ommes maryneros de sueldo.	CCC toneles L omes
La nao de Alfon Lopez, despensero del rrey de Castilla, de que es maestro Pero Diaz de Ortega, vasallo del dicho señor rrey, el qual biue en Bilbao; et es de dozientos et trenta toneles et a de ommes de sueldo quarenta maryneros.	CCXXX toneles XL omes
La nao de Furtun Yannez de Saraspe, vezino de Bermeo, que es maestre el mesmo, et es de çiento et trenta toneles et ha de onbres de sueldo maryneros vente quatro.	CXXX toneles XXIIII omes
La nao de Sauastayan Lopez, es vezino de Deua, es maestre el mesmo. Et es de çiento et vente toneles, et de compana de sueldo de maryneros vente quatro ommes.	CXX toneles XXIIII ommes
La nao de San Juan de Vbila, vezino de Motreçu (?), que es de çiento et vente toneles, tyene de omẽs de sueldo maryneros vente et tres.	CXX toneles XXIII ommes
La nao de Juan de Deua, çiento et vente tone-	CXX toneles

(5) No ms. *estas*.

les, et ha de omes de armas maryneros de sueldo vente et vno. XXJ ommes

La nao de San Jvan Dondara, vezino de Deua, que lyeva çiento et diez toneles et omes de sueldo maryneros vente onbres. CX toneles XX omes

La nao de Juan de Garmjna, vezjno Dendaroa, es de çiento vente toneles, en que ha vente et tres omes de sueldo maryneros. CXX toneles XXIII omes

La nao de Juan de Lasao, vezjno de Deua, que lyeua çiento et vente toneles et ommes de sueldo maryneros vente quatro. CXX toneles XXIIII ommes

La nao de Pero Yanez de Laravry, morador en el dicho lugar, que lyeva çien toneles, et ha en ella diez et nueve omes de sueldo maryneros. C toneles XIX omes

La nao de Gonçalo Sanchez de Lyandre, vezjno de Santander, çiento et vente toneles et ommes de sueldo vente et dos maryneros. CXX toneles XXII omes

La nao de Gomes de Figera, vezino de la Aruenna, çiento et trenta tres toneles et ommes de sueldo vente seys ommes maryneros. CXXXIII toneles XXVI ommes

La nao de Ferol lyeua çiento et vente toneles et ommes de sueldo maryneros vente et vn omme[s]. Esta en dubda su yda desta nao, por quanto non ha tomado sueldo fasta agora. CXX toneles XXI ommes

Et, sennor, sepa la vuestra merçed que estas dichas naos que aqui van declaradas et nombradas son treze (6) de Viscaya con dos de Galyzia, las quales van aqui nombradas et declaradas la gente dellas et las toneladas. Et podian leuar, sy fuesen de carga, mas non porque ellas sean pera carga alguna, synon de armada, pero que lyeuan al mes, por cada tonel de la nao, vna corona et, porque sepa la vuestra alta senoria la grador dellas, las puse todas asy.

Commo quiera que sy la vuestra merced me manda carta commo faga, yo entyendo fazer estas dichas naos partyr luego de aqui et avn poner fuego a todas las fustes que estan en el dicho puerto de Lysbona. Por ende, plega a la vuestra alta señoria de me enbjar mandar commo fagamos, ellos et yo, que luego es bjen fecho et muy ayna.

Alymanes et flamenques, con la grande nao de Flandes, la qual nao es de quinjentos toneles, et con IIII° DCC toneles

(6) Aqui, no ms., un *con* a mais que por isso se omitiu.

las otras. Destos sobredichos lugares son por todas las dichas naos diez et ocho naos et quatro cocas de los dichos alemanes et falamencos, de que ha de toneles, en todas las dichas vente dos fustas, quatro mjll et seteçientos toneles et de ommes de sueldo seysçientos e sesenta omes maryneros (7). DCLX omes

Otrosy, señor, plega a la muy alta señoria de saber que de Bretanha estan aqui quatro naus pequeñas, de ochenta toneles cada vña, en que monta de toneles, en todas quatro, trezientos et vente toneles, et ommes maryneros de sueldo ochenta ommes, a cada vente ommes la nao. CCCXX toneles LXXX ommes

Mas de yngleses ocho naos et dos barchas de merchantes, que auera en ellas ochoçientos et çincuenta toneles, et ommes de sueldo maryantes cada vente, que son doçientos ommes. DCCCL toneles CC ommes.

Mas, de las naos del rreyno de Portogal que estan en la playa ante la dicha çibdat de Lysbona, de mercaderos del rreyno son nueve naos et dos barchas et an sueldo asy commo las estrangeras. Et leuaran todas onze fustes mjll et quatroçientos toneles et ommes de sueldo, mareantes, dosçientos, que tienen pocos omes de mar. I°CCCC toneles CC ommes

Mas tyene elrrey vn ballyner nuevo, que fizo agora, et esta avn en astillero, pera botar al agua medjado mayo, et leuara tresientos toneles et leuara quarenta omes maryneros pera lo marear.

Mas tiene el dicho rrey començado a fazer otra nao, que non se acabara este verano todo.

Mas tyene bjen conçertadas nueve galeas grandes et tres galeotes pequeños et andan las quatro en el agua.

Mas tyene en el puerto de Portogal (8) seys galeas bjen conçertadas et dos galeotas.

Mas tyene en el puerto de Portogal diez et ocho naos et barchas et sera[n] de dos mjll toneles et ommes mareantes quatroçientos de sueldo. $\overline{\text{II}}$ toneles CCCC ommes

Mas tyene en Faroo vna nao et vna barcha de CLX toneles

(7) Importante contributo este de alemães e flamengos: numerosos barcos e 660 homens.

(8) Será alusão à frota do Porto ?

çiento et sesenta toneles et omes de mar pera las marear trenta et çinco ommes. XXXV omes

Et, señor, plega a la vuestra alta señoria de saber que estas son las naos et barchas et galeas et galeotas que estan fasta agora en todo su rregno njn mas gente estrangera, syn otra dubda, que non se yra aqui tres ommes nin djez toneles, segund los lybros del mesmo rrey. Pero, señor, atyene avn por mas en espaçio de mediado mayo, que an de seer con el estas que aqui dyra: primeramyente, espera ocho naos de merchantes de su rreyno, que son en Flandes; mas espera quatro naos de vizcaynos, que son en Flandes, de merchantes; mas espera por Mundy de Arcamua(?), que es vezino de Londres, nes cosario, que ha de venjr con quatro naos merchantes, por quanto elrrey de Ynglaterra non le dexa traer gente de su rreyno, por la gera de Françia (9).

Mas espera elrrey por el conde de Arrondel, su yerno (10), que ha de traer çien velas de armada, fretadas et guarnjdas, asy de gente commo de vjtoalhas, el qual espera fasta mediado mayo; et, sy non veniere aquel tiempo, que entyende que non verna. Et la rrazon por que por quanto llego aqui vn mercadero de Londres, et es ay vezino, que dyzen Errycharte, que elrrey de Ynglaterra (11) que fizo apregonar guerras con el rreyno de Françia et que mando pregonar que ningun su vasallo et natural del rreyno que non salyese fuera de su rreyno; por quanto el auja de contynuar la gera con Françia et por quanto mandaua armar sesenta naos pera Françia, por quanto dixo que non se aujan abenjdos en los casamjentos vn rrey con otro, por que le pedja a Giana et Anafilon (?) et La Rochela et otros nuchos lugares muy buenos; et dixo que le non daua, saluo vn

---

(9) «Ingleses seguiram poucos, porque nesses tempos Henrique V preparava um desembarque na Normandia, o qual realizou em Agosto, tendo, na brilhante campanha que se seguiu, tomado a cidade de Harfleur a 22 de Setembro, e ganho a 25 de Outubro, a memoravel batalha de Azincourt, na qual os Franceses foram completamente derrotados. Ao cerco de Harfleur se refere La Salle, atribuindo a esta expedição a falta de Ingleses na armada de Ceuta. Entretanto sempre partiu pelo menos um, a quem, estropiando-lhe o nome, Pisano chama Munendo, e Azurara, Mondo, o qual viera servir nesta jornada com quatro ou cinco naus equipadas e armadas à sua custa» (BRAAMCAMP FREIRE, *Um aventureiro na Empresa de Ceuta*, p. 2). A bibliografia sobre o assunto em JOSEPH CALMETTE, *L'Elaboration du Monde Moderne*, pp. 38 e ss..

(10) O conde de Arundel, em Inglaterra, casado a 26 de Novembro de 1405 com a infanta D. Brites, filha de el-rei D. João I de Portugal. (Cfr. a bibliografia respectiva em FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 46, nota 1), a que se deve adicionar o *Quadro elementar*, t. 14, pp. CXXVIII e ss. e a bibliografia aí aduzida.

(11) Henrique V.

cuento de coronas; por lo qual es aca en dubda la dicha venjda del conde su yerno.

Et, quanto en lo de presente, non ay mas que escreujr, saluo en la partyda pera onde es, que son muy muchas famas. Pero, señor, todas seran escritas; et las que aca men an çerteficado et las dubdosas todas las vera la vuestra merçed. Pero, señor, que entyendo, tanto con ayuda de Djos et vuestra et con vuestra letra pera estos vjscaynos, de le enbargar la partyda por este año; por lo qual cumple mucho auer mandado de lo que cae en conplazer a la vuestra señoria. Et sea en breue, que la vuestra merçed vera lo que se faze, sy alargare en ello la vuestra merçed. Con la voluntad de Djos, quiça que sera fama lo fecho que se fara en ello, sy non ay tardança.

Et, señor, plega a la vuestra señoria de saber que las nuevas desta tiera son muchas, en rrazon de la partyda desta armada. Et dyzen que van a vna ysla que dyzen Svlanda (12), por quanto aquel señor de Svlanda dyxo mucho mal del rrey de Portogal, et avn se han tomado fustes vnos a otros. Et, señor, dize[n] otros que va a Gerusalen, a tomar Cuerpo [de] Christo, onde esta el moñjmento. Et, señor, dyzen que van a Frysa, por quanto le tomaron en Frysa alrrey vnas dos naos cargadas de auer. Et, sennor, dyzen que van a Fez, al rrey de Bellamaryn, que le ha escrito que quiere seer cristiano et ayudarle a conquistar allende. Et, sennor, dyzen que va a Granada, sobre Malaga. Et elrrey mesmo pregunta por la pesqueria que tal es cabo de Malaga o onde la ay mejor en aquel partydo. Et, señor, dyzen que casa la fija doña Ysabel con elrrey de Ynglaterra, que gela lyeuan muy poderosamente et que le va ayudar a la gera de Françia.

Et, señor, las que yo he sabydo aca mas afamadas et mas çiertas los que mas alcançan dello de los de fuera del consejo son a tales que las non querria mentar njn oyr, saluo por quanto me es forçado de vos fazer saber todas las cosas que yo pudjere entender que sea vuestro serujçio o guarda del. Pero, señor, so protestaçion que yo non lo afirmo njn lo fago çierto, sepa la vuestra señoria que aca tyenen bjen por çierto que algunos de los mayores de Castilla, que andan a mala verdat contra la vuestra merçed et que la rreyna doña Catalyna, que cartea amenudo con el et con la rreyna su hermana, deziendo que non es contenta de las maneras que la vuestra merçed trae con ella et, sentyendose de las enjurias que le ha fechas vuestra merçed, que non es plazentera del casamjento de sus fijos con los vuestros et que los quiere ante casados con los fijos et fija delrrey de Portogal et de su hermana et que elrrey de Portogal que se va a Seujlla, pera lo afyrmar con ella et con los que son con ella en consejo

(12) Por *Holanda?* Porventura alusão ao desafio a que se refere ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 28.

Copyrighted material

et que desende que han de conquistar a Granada, con leçeçea delrrey de Castilla, pera que sea don Pedro, fijo delrrey de Portogal, el [que] ha de casar con la hermana menor del señor rrey de Castilla, rrey de Granada.

Et avn, señor, que ha de salyr en Sanlucar de Barameda. Et pareçeme mal, porque ha enbjado alla muchas vezes en poco tyempo, por manera de mercaderria. Et agora vjno de alla vn judio, que el enbjo alla, et ando toda esa tierra et yo he estado con el. Et, señor, segund sus rrazones, yo entyendo que es algo de lo que dyzen en esta rrazon. Et, en esta tyera, non lo dirian algunas personas a tan claro como lo dyzen, sy non entendjendo que la vuestra merçed es sabydor plazentero dello. Et, señor, veo que todas estas otras cosas poblycan et qualquier que llega a esta rrazon ante alguno de los caualleros grandes, luego se rremuerden et se fazen de ojo, que non fablen en ello mas (13).

Et, señor, es çierto quel rrey mesmo va alla et que lyeua la fija consygo pera el donde quier que va. Et, señor, dizen que ha de mantener el rreyno en rregimiento por elrrey de Castilla et que es en ello la dicha rreyna [et] muchos grandes del rreyno. Et, señor, es çierto que tyene elrrey pieça de moneda blanca por acuñar pera leuar onde ha de yr et pera fazer de su señal et de su cuño de don Pedro. Et, señor, todos los mas dizen aca que la rreyna que se quiere yr a Seujlla con el rrey; por lo qual, señor, pido por merçed a la vuestra alta senoria que non sea yo descubjerto en alguna manera njn lo tengades en poco, que non puede seer que esto que anda tan açendydo que non sea algo et, quando non pensar el ome, segund entyendo, ha de seer fecho lo que fuere. Et, señor, tambien me dixeron que la rreyna doña Beatriz que auja de casar con el conde don Alfonso, fijo delrrey de Portogal. Et, señor, en vno et en otro esto ay aca por mas çierto.

Otrosy, señor, dixeronme algunas personas que erran naturales de alla et an grande merçed delrrey de Portogal et que non quiere que, en esta flota, vaya con el ome castellano. Otrosy dyzen, señor, que, sy esto non es, que çiertamente que va a Seçilia, avn que vos auja segurado de non dañar en cosa vuestra (14). En todo vea la vuestra alta señoria que yo, señor, de buenamente tengo de obligar el cuerpo et alma por vuestro serujçio. Et, sennor, quien non segura non prende, que quien faz vn çesto fara çiento.

Otrosy, señor, en el fecho del conde don Fadrique, de quando enbjo al rrey a Juan de Marçala, non he podydo saber cosa dello, saluo que me an dicho que depues aca que ha fecho mas de seys mensageros al rrey et que le

---

(13) A boa parte desta e doutra boataria alude também aquele cronista, na citada obra.

(14) Cfr. os nossos DOCS. 46 e 49.

an leuado vnos dos arneses que le enbjo elrrey et alanos; pero yo lo entyendo de saber, queriendo Djos. Otrosy, señor, dyzen aca atanbjen que el obispo de Mondoñedo que ha fecho asas mensages al rrey de Portogal et otros, asas de poco aca (15). Et, señor, segund fama, nunca salen de aqui, de Portogal, ommes con cartas de la rreyna calladamente nin de Castilla atanbjen de los delrrey de Portogal.

Et, señor, an me dicho, non se sy es asy, que quando el prior de Oclato fue a Seçilia, que tomo medjda de algunas fortaleças della, que son rrybera de la mar, et que auja poco que las auja mostrado, quando fazja el castiello de madera (16). En esto poco se puede saber aca a tan en breue; pero que, sy se algo sabe, bjen tengo que lo podere yo luego saber. Otrosy, señor, an dicho que non ha dos meses que ouo la rreyna que era de Seçilya al rrey de Portogal enbjado vn mensagero; pero que non me sopyeron dezir quien era nin commo le dyzian.

Otrosy, señor, sepa la vuestra alta señoria que mosen Frances Juan Biuas, que le djo elrrey de Portogal dos mjll rreales de plata, dezjendo que la vuestra merçed le auja tomado quanto auja, por el seençerar en Valager, et los jnfantes le djeron, et vase a Galyzia et donde a Ynglatyera, con cartas delrrey pera elrrey de Ynglatierra et pera otros señores, segund que yo sope, avnque el me lo ha negado; et yo le apunte con algo dello non tan claro, et quedo mucho maraujllado, que dezja que tenja alguno adeujno (17).

---

(15) O conde em referência, D. Fadrique ou Frederico de Aragão ou da Sicília, filho do falecido rei Martin e conde de Luna, fora um dos concurrentes ao trono aragonês, por morte de seu pai (Cfr. *Cronica de D. Juan II*, p. 343). «Pero,— sublinha GIMENEZ SOLER — era bastardo y adulterino y, aunque fué legitimado, la legitimación surtió efectos en cuanto a la herencia privada de su abuela, doña Maria de Luna, mas no de la real de su abuelo don Martin» *(La Edad Media en la Corona de Aragón*, p. 191). Pois, como observa o mesmo autor, os compromissários de Caspe ativeram-se às prescrições do Direito civil romano, ao nomearem o D. Fernando. Em anos posteriores D. Fradique figura constantemente nos acontecimentos políticos da época, como consta das respectivas crónicas. É possível que, em 1415, diligenciasse obter o apoio do soberano de Portugal contra o rei aragonês, sobretudo na possibilidade de contra ele se dirigir a armada em organização.

O bispo de Mondonhedo, que recentemente estivera em Portugal, como embaixador de Castela, (Cfr. o nosso DOC. 50), mantinha, possivelmente, connosco, relações de simpatia e de gratidão, pela maneira como fora tratado, se intuitos políticos, como diplomata, o não constrangiam a isso.

(16) Cfr. o nosso DOC. 10.

(17) Pelos modos, este Juan Bivas ou Vivas, depois de haver acompanhado D. Jaime, conde de Urgel, concurrente ao trono aragonês, quando ele se encerrou na sua vila de Balaguer, homiziou-se em Portugal, onde captou a simpatia do nosso monarca. A sua embaixada a Inglaterra aqui referenciada, em hipótese, não figura no *Quadro elementar*, t. 14, pp. 173 e ss., nem, a efectuar-se, a confiaria D. João I a um estrangeiro.

Otrosy, señor, plega a la vuestra merçed a saber que este coreo que agora me enbjo la vuestra merçed, con vuestra letra, que llego a mj a vente vn dias de abril et me fallo en Lysbona, bjen auja çinco dias que ay estaua; et, por saber dos puntos solos que aqui van escritos, non auja fecho mandado a la vuestra merçed, pero el coreo dyxome que fuera dolyente. Agora, señor, yo escriuo aqui a la vuestra senoria en breue, por que sepa el tenor et estado de la tyera, et yo finco et fincare aqui fasta que la vuestra merçed me mande commo faga, por quanto entyendo que la estada aca cumple a vuestro serujçio. En caso que yo non pueda fazer las cosas tan bjen en este caso commo complyan, sepa la vuestra merçed que non es por culpa, saluo por non poder seer mas, que la voluntad Djos la sabe.

Este coreo parte de aqui en los vente tres djas, a medio dia. La vuestra señoria le mande fazer merçed, por quanto le yo fago yr mucho apriesa et otrosy porquanto es mucho vuestro serujdor; et sy rrecabdo ha de escriujr la vuestra merçed, sea con este, por quanto sabe bjen la tyera ya agora et la entrada. Et, señor, de lo que ayca pasare et sea pasado la vuestra señoria avera letras, quantas se entyendan que cumple a vuestro serujçio, syn otra dubda.

Et, señor, plega a la vuestra alta señoria veer este quaderno et leerlo fasta que vea la vuestra merçed a quien cumple de lo mostrar que, señor, yo, por eso, fyze vna carta aparte, porque la vuestra merçed la mandara alla mostrar a quien non quiera que vea esto al; et otrosy, por quanto sy buscasen por cartas, que fallasen aquella et non esta otra.

Et, señor, a la vuestra alta señoria plega de me mandar commo faga que la vuestra merçed sea de mj mejor serujda, que es cosa que yo mucho cobdyçio. Et, señor, Djos, por su merçed, acreçente en vuestra vjda et en ensalçamjento de la vuestra muy alta señoria, asy commo la vuestra merçed cobdiçia, et vos guarde de los que contra el serujçio de la vuestra merçed fazen consejo et ayuntamiento, Amen (18).

Escrita vente tres dias del mes abryl, en Lysbona.

El vuestro omjl serujdor.

(as.) Ruy Dias.

---

(18) Este final da valiosa carta-relatório de Ruy Dias de Vega, hábil espião e arguto observador, deixa transparecer uma atmosfera pesada para o primeiro monarca da Casa de Trastâmara em Aragão no ano anterior a seu falecimento. «Como Jaime de Urgel tenia partidarios, aunque no muchos, y nobles comprometidos en la rebelión, perduró una opinión favorable al derrotado, a la que se unieron de modo sentimental aquellos que siempre compadecen la desgracia. De este ambiente, en años posteriores, surgió un libro anónimo, especie de libelo, que ensalza la figura del vencido. Se conoce en la literatura historiográfica con el nombre de *La fi del*

Sepa la vuestra alta señoria que non tyene mercaderias algunas fasta agora nin tengo que las leuaran, saluo sus frretes, pera sus mantenjmientos.

No verso: Al muy alto et muy poderoso, esclareçido, bien auenturado prinçepe, mi señor elrrey de Arragon et de Seçilia.

58

18 MAIO 1415

Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a Rui Dias de Vega, a acusar a que ele enviara, a ordenar-lhe escreva tudo por largo e a comunicar-lhe que lhe remete a solicitada carta da rainha.

ACA., *Registro* 2.408, fl. 5.

El rey.

Vuestra letra hauemos reçebido e tenemosvos en singular seruicio las nueuas que largament por aquella nos hauedes notificado. Por que vos mandamos que aturedes aquj daqui a la fins del negocio e no fagades otra cosa sino que scriuades largo de todo lo que sobre los afferes, porque asi sodes poderedes saber nj sentir.

Enuiamosvos la letra de la rreyna de que en vuestra letra faziades mencion e el correu que nos embiades, per tal que con ell nos scriuades lo

---

Comte d'Urgell» (BALLESTEROS Y BERETA, *Historia de España*, vol. 3, p. 492). Veja-se também a significativa carta que D. João I de Portugal enviou a D. Fernando nos fins de 1415, — o nosso DOC. 108.

Nos Registos de el-rei D. Fernando de Aragão conserva-se salvoconduto passado por aquele, em Valência, a 22 de Março de 1415, a «Rodericus Diez de Vega, regnj Castelle, quj ex parte carissimj auunculi nostrj regis Portugalie ad nos venerat, de nostrj licencia et permissu, de presenti, ad regem regreditur supradictum» (*Registo* 2.406, fl. 124). Portanto o espião em referência era castelhano, ao serviço do rei aragonês.

ZURITA, referindo-se a esta armada, di-la constituída por «treynta y tres naos, y veynte y siete galeras de a tres remos por banco: y de treynta y dos de a dos remos: y de otros ciento y veynte naues menores» (*Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 52).

que por anant vos occorrera de nueuo, çertifficantesvos que nos hauremos a vuestros buenos seruicios el sguard ques conuene.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a xviij dias de mayo del anyo mil quatrozientos qujnze. Rex Ferdinandus.

Dirigitur Roy Diez.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.

59

27 MAIO 1415

Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe haver recebido sua carta, enviada pelo dedo seu mensageiro e por seu secretário, a quem ouviu de sua parte e com eles concordou certos capítulos, como os próprios lhe referirão largamente.

ACA., *Registro* 2.408, fl. 17.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos elrrey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquel que muyto amamos e preciamos e pora qujen querriamos diesse Dios tanta vida e salut quanta por a nos mismo querriamos e por quien fariamos, de muy buena volundat, todas las cosas que a vos veniessen en plazer.

Rey muy caro e muy amado tio. Recebiemos vuestra letra por el dean, vuestro missatgero, e el vuestro secretario; e, oydos plenamente sobre lo que de vuestra part nos dixeron, hauemosles respondido e con ellos concordados ciertos capitoles, segunt por aquellos poredes veer, e los ditos vuestros missatgero e secretario vos recitaran largamente.

E, si algunas cosas, rrey muy caro e muy amado tio, vos son plasientes que nos fagamos, embiatles nos a dizir, car nos las compliremos de buen coraçon. E sea en vuestra guarda e protection el Sperit Sant.

Dada en Valencia, dins nuestro siello secreto, a xxvij dies de mayo del anyo mil cccc.xv. Rex Ferdinandus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

60

[JUNHO-JULHO 1415]

Por mandado de el-rei D. João I seu pai, o infante D. Henrique parte do Porto com a frota ali organizada e fundeia em frente do Restelo.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 36.

Cada dia elrrey auia nouas do corregimento da frota que estaua na çidade do Porto, assy por as cartas que lhe o iffamte escpreuia como per outros mujtos que cada hũu dia hiam de hũua çidade pera a outra; ca, segumdo o tempo, nom podiam os caminhos estar muy liures, porquamto aquelles fidallgos esperauam dhir aa çidade de Lixboa e mamdauam porem seus homeens e cousas diamte, cada hũu segumdo lhe compria. E escpreueo elrrey ao iffamte que, tamto que aquelles primçipaaes fossem prestes, que partisse loguo mais trigosamente que podesse; porque, tamto que elle uiesse com sua frota, emtemdia loguo a auiar a outra de Lixboa, de guisa que, ao tempo que tijnha hordenado, partissem.

E, como o iffamte foy prestes pera partir, mamdou aparelhar hũua fusta, na quall mamdou hũu seu escudeiro, que chamauam Affomso Eannes, que depois foi comtador daquella çidade, o quall leuaua rrecado a elrrey como o iffamte seu filho partia ja da çidade do Porto com sua frota. E logo o iffamte mamdou a todos que sse rrecolhessem pera seguir sua uiagem. E era fremosa cousa de ueer o corregimento daquella frota; porque todallas naaos e gallees e outros nauios eram nobremente apemdoadas com balssõoes e pemdõoes pequenos das coores, motos e deuisa do iffamte. E, porque eram todos nouos e bem acompanhados douro, dauam mujto gramde uista. E as gallees eram tolldadas de finos panos daquelles motos e deuisa que ja disse.

E os capitãaes das gallees eram estes que sse seguem, a saber: o senhor iffamte e o comde seu jrmãao e dom Fernamdo de Bragamça, filho do iffamte dom Joham, e Gomçallo Vaasquez Coutinho, marichall, e Joham Gomez da Sillua, alferes delrrey, e Vaasco Fernamdez dAtayde, gouernador da casa do iffamte, e Gomez Martimz de Lemos, ayo que fora do comde de Barcellos. E assy eram sete gallees e sete capitãaes. E assy estes como todollos outros que hiam nas naaos, de quallquer comdiçom que fossem, que capitania dalgũua gemte teuessem, leuauam a liuree do senhor iffamte; a quall era de panos de sirgo e outra de finos panos de lãa, rrepar-

tida pollo comtrairo; porque as mayores pessoas ouueram as liurees de pano de lãa e as outras de menos estado uestiam os panos de sirgo.

E, porque fallamos nos capitãaes das gallees, he bem que saybaaes dalgũus primçipaaes que hiam da outra frota, a saber; dom Pedro de Castro, filho de dom Aluaro Pirez de Castro, e Gill Vaaz da Cunha e Pero Louremço de Tauora e Diego Gomez da Silua e Joham Roiz de Saa e Joham Aluarez Pereyra e Gomçallo Eannes de Sousa e Martim Affomso de Sousa e Martim Lopez dAzeuedo e Luis Alvarez Cabrall e FernamdAluarez, seu filho, e Esteuam Soarez de Melloo e Mem Roiz de Refoyos e Garçia Moniz e Ayres Gomçalluez de Figueyredo e Pay Roiz dAraujo e Vaasco Martimz da Albergaria e Aluaro da Cunha e Fernam Lopez dAzeuedo e Aluaro Fernamdez Mazcarenhas. Todos estes leuauam a liuree do iffamte e assy outros algũus fidallguos e escudeiros, cujos nomes nom podemos perfeitamente saber.

E, quamdo foi o dia daquella partida, era amtre todos aquelles da frota muy gramde allegria; ca todollos nauios eram acompanhados de trombetas e outros estormentos, cujo ssoom espertaua seus coraçõoes pera seerem allegres. E aimda auiam outro aazo pera seerem muyto mais ledos; ca, em aquelle dia, forom todos uestidos de nouo, a quall cousa, per sua nouidade, sempre traz algũu acreçemtamento de follgamça em no coraçom de quallquer e mujto mais no dos homeens mamçebos, cuja clara esperiemçia nom ha mester outra proua. E, aalem daquella liuree, que assy o iffamte deu aaquelles senhores e fidallgos e assy geerallmente a todollos seus, cada hũu delles daua aos seus apartadamente sua liuree como lhe prazia. Mas, porque seria gramde prolixidade escpreuermos a deuisa de cada hũu, abasta soomente que a do iffamte eram hũuas capellas de carrasco bem acompanhadas de chaparia e, por meyo, hũus motos que deziam uoomtade de bem fazer e as suas coores eram branco e preto e uijs (1).

Todollos boons homeens da çidade que alli ficauam se espediram em aquelle dia do iffamte, offereçemdolhe seu seruiço; porque, aalem de em elle auer hũua graça simgullar pera todos aquelles que com elle trautauam, porquamto elle era naturall daquella çidade, tijnha espiçiall cuydado dos moradores della pera rrequirimento de seus feitos. Por cuja rrezam, era muy amado delles todos e o tijnham casi por seu çidadãao. Tamto que

---

(1) O autor alude novamente a este assunto no cap. 43. Os elementos aqui citados constituem a vinheta que emoldura o retrato do infante D. Henrique no códice de Paris da *Crónica dos feitos de Guiné* de GOMES EANES DE ZURARA e se reproduzem em «fac-simile» no presente volume. Figuram também no túmulo do infante, na igreja da Batalha (Pode ver-se ESTEVES PEREIRA, *A divisa do Infante D. Henrique*; TEIXEIRA DE CARVALHO, *O tumulo do Infante*; e DUARTE LEITE, *Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*, pp. 12-13 e 64-65, com a bibliografia aduzida por estes autores).

as nouas cheguaram a Lixboa da uijmda do iffamte dom Hamrrique, loguo elrrey mamdou ao iffamte dom Pedro que fosse rreçeber seu jrmãao, pera cuja hida logo forom prestes as outras oito gallees que alli estauam e assy todollos batees e nauios pequenos que auia na frota. Nas quaaes hia primeyramente o iffamte dom Pedro e na segumda o meestre de Christus (2) e na terçeira dom Affomsso (3) e na quarta o prioll do Espitall (4) e na quimta o almiramte (5) e na sexta seu filho miçe Carlos e na septima o capitam (6) e na oitaua Joham Vaaz dAlmadaa; e o comdestabre (7) com todollos outros senhores que eram hordenados pera hir com o iffamte dom Pedro forom nos batees de suas naaos e assy em algũus nauios pequenos.

E, sse a frota que uijnha do Porto era bem apemdoada e tolldada, esta outra que partia de Lixboa nom era menos; empero, todo era dos motos e deuisa delrrey. E assy começaram de fazer sua uiagem caminho da foz, comtra homde os outros uijnham. E o iffamte dom Hamrrique trazia tall hordenamça em sua frota, que pareçessem primeiramente per a foz os nauios pequenos e depois as naaos gramdes e apos ellas as gallees, das quaaes a mais derradeira era a do iffamte. E desy todollos nauios começaram damdar brollauemteamdo ao traues daquelle mar, fazemdo sempre deuisa sobre a gallee do iffamte.

E, pollo espalhamento que assy faziam, era aquella frota de todos estimada em mujto mayor numero. E assy amdaram hũu pedaço ataa que sse jumtou hũua frota com a outra, homde aquelles jrmãaos ouueram amtre ssi muy gramde prazer, como aquelles cuja amizade amtre os uiuos nom foi outra semelhamte. Ca çertamente taaes çimquo filhos assy obediemtes a seu padre e amigos amtre ssi numca sse achou em escprituras que os algũu primçipe teuesse. E assy forom aquelles senhores jumtamente acompanhados de sua frota ataa que cheguaram aaquelle lugar homde ho iffamte dom Hamrrique depois mamdou fazer hũua egreia, a quall sse agora chama Samta Maria de Belleem (8).

---

(2) D. Lopo Dias de Sousa.

(3) Filho legitimado de el-rei D. João I, futuro conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança (Sobre ele pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 254 e ss.).

(4) Alvaro Gonçalves Camelo, 2.º Senhor de Balão (Cfr. *Obra retrocit.*, liv. 1, p. 235).

(5) Lançarote Pessanha.

(6) Do mar, Afonso Furtado.

(7) D. Nuno Alvares Pereira.

(8) Ou do Restelo. Sobre aquele templo henriquino pode ver-se MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO, *Do sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém* e a bibliografia aí citada. Outra documentação sobre o mesmo templo se encontra em volumes subsequentes de *Monumenta Henricina*.

Copyrighted material

61

[JUNHO - JULHO 1415]

Recebe o infante D. Henrique notícia da grave doença de sua mãe, a rainha.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 37.

. . . . . .

Ora, pois que assy he, uaamos per nossa estoria em diamte, sem rreçeo. Homde auees de saber que, tamto que os iffamtes cheguarom com sua frota aaquelle porto de Restello, segumdo ja dissemos, mamdaram alli lamçar as amcoras de seus nauios. E a outra frota fazia amdamdo suas uoltas ao traues daquelle mar, tamgemdo suas trombetas e estormentos que traziam, como homeens que queriam mostrar aos outros que estauam em na terra a gramde lediçe que traziam seus coraçõoes. Nem o iffamte dom Hamrrique nom estaua pouco ledo, assy polla uista de seus jrmãaos e de toda a outra gemte da corte que o alli uiera rreçeber, como por trazer assy sua frota bem aderemçada de todo o que lhe compria.

Mas, porque a sua gloria nom fosse de todo acabada, chegou alli Affomsso Eannes, aquelle seu escudeiro que trouxera o rrecado a elrrey de sua uijmda, e lhe disse como a rrainha, sua senhora e madre, estaua doemte. Empero, disse elle, que nom ficaua a dita senhora tam aficada de sua door, per que elle deuesse tomar nehũua tristeza, amte lhe fora dito que a primçipall causa daquella emfirmidade era por aazo da gramde abstinemçia que fazia, em seus jeiũus e oraçõoes [...]. Mas, depois que a rrainha foi çerta da hida de seus filhos, ca ajmda ata aquelle tempo nom sabia da delrrey nem do iffamte Duarte, ca, posto que lhe damte fosse fallado, como ja ouuistes, elrrey nom quis que o ella soubesse ata açerqua da sua partida, por lhe arredar o coraçom de cuidado que semtia que ella filharia.

. . . . . .

62

[JULHO 1415]

Entrega das espadas pela rainha D. Filipa de Lencastre aos infantes seus filhos, nas vésperas da partida destes para Ceuta (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 41.

Zello de gramde amor mostrou a rrainha aos iffamtes, espiçiallmente açerqua deste tempo em que fallamos, a quall cousa per elles foy sempre mujto conheçida, espiçiallmente aquelle lenho da cruz, que lhe assy foy dado, o quall elles filharam com muy gram deuaçom e assy o trouxeram sempre comssiguo em todollos dias de sua uida. E tamto o trazia comtinuadamente o iffamte Duarte que, depois de rrey, ao tempo de seu finamento, o soterrarom com elle; e, depois de muytos dias, foy nembrado que o leuaua comssigo e foy neçessario de abrirem a coua em que jazia pera lhe tirarem o dito lenho, o quall ouue a rrainha sua molher. E o iffamte dom Pedro nom sabemos que maneyra teue com o sseu; empero, bem he de crer que homem tam cathollico como elle era nom partiria de ssy cousa tam boa nem tam samta.

Mas do iffamte dom Hamrrique podemos nos dar çerto testimunho; porque, ao tempo que escpreuemos esta estoria, elle auia hidade de çimquoemta e seis annos (2), ffallamdo açerqua desto, nos disse que numca lhe nembraua, depois que lhe o dito lenho fora dado, que o teuesse fora de ssy, soomente hũu dia, que o tirara per esqueeçimento, em desuestimdo a camisa. E ouuimos depois a Luis de Sousa, claueiro dordem de Christo, seu camareiro moor e filho de Gomçallo Roiz de Sousa, que, quamdo sse

(1) Nos capítulos 38, 39 e 40 refere o cronista como el-rei declarou à rainha D. Filipa sua tenção de seguir também na armada contra Ceuta mais o primogénito D. Duarte; alude depois à doença da rainha em Sacavém, assistida por el-rei seu marido e pelos infantes seus filhos; e, enfim, à entrega por ela do Santo Lenho a cada um destes, aos quais rogou o trouxessem sempre consigo. D. Filipa faleceu em 18 de Julho de 1415.

(2) Portanto em 1450, pois nascera D. Henrique em 1394, — o que confere com o que diz o autor no capítulo 105 e final da crónica: — «E foy acabada esta obra na çidade de Silues... era de Nosso Senhor Jesu Christo em mill e quatroçemtos e çimquoemta annos».

o dito iffamte finou, que lhe tirara o dito lenho da cruz e o dera a elrrey em Euora com o sinete e o seu liuro de rrezar (3).

E, em acabamdo assy estas cousas, chegou hi Joham Vaasquez dAlmadãa, que trazia feitas e guarneçidas aquellas espadas em que ja fallamos, com as quaaes mujto prouue aa rrainha, pera com ellas comsseguir seu boom proposito (4). E, tamto que as teue em seu poder, fez cheguar pera açerqua de ssy seus filhos e tomou a espada mayor e disse comtra ho jffamte Duarte. Meu filho, porque Deos uos quis escolher amtre uossos jrmãaos pera seerdes herdeiro destes rregnos e teuessees o rregimento e justiça delles, a quall uos ja elrrey uosso padre tem cometida, conheçemdo uossas uirtudes e boomdades tam compridamente como sse ja fosse uossa, eu uos dou esta espada e uos emcomemdo que uos seia espada de justiça pera rregerdes os gramdes e os pequenos destes rregnos depois que a Deos prouuer que seiam em uosso poder, per falleçimento delrrey uosso padre; e uos emcomemdo seus pouoos e uos rroguo que, com toda fortelleza, seiaaes sempre a elles deffemssom, nom comssemtimdo que lhe seia feito nehũu desaguisado, mais a todos comprimento de dereito e de justiça.

E ueedes, filho, como diguo justiça, justiça com piedade; ca a justiça que em algũua parte nom he piedosa nom he chamada justiça, mas cruelldade. E assy uos rroguo e emcomemdo que queiraaes seer com ella caualleyro. E estas espadas mamdei assy fazer pera as dar a uos e uossos jrmãaos amte de uossa partida, pera uos elrrey meu senhor fazer com ellas caualleiros presemte mym, como ja disse; mas a Deos prouue de nom seer assy. Porem uos rroguo que, sem empacho, uos queyraaes filhar esta de minha mãao, a quall uos eu dou com a minha beemçom e de uossos auoos, de que eu deçemdo. E, como quer que seia cousa empachosa de os caualleiros tomarem armas de mãao das molheres, eu uos rroguo que uos nom queiraaes teer açerqua desta que uos eu dou semelhamte embarguo. Ca, segumdo a linhagem domde eu deçemdo e a uoomtade que tenho pera acreçemtamento de uossas homrras, numca emtemdo que uos por ello empeeçimento nem dano possa uijnr, amte creo que a minha beemçam e delles uos fara gramde ajuda.

E o iffamte Duarte, com gramde obediemçia, pos os joelhos em terra e lhe beyiou a mãao, dizemdo que elle compriria o que lhe ella assy mam-

---

(3) O sinete das armas do infante, «douro baixo, que pesou duas dobras», é referenciado em carta de quitação de 5 de Julho de 1464, passada a Fernando Afonso, ex-criado de D. Henrique (Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. I, doc. 64). Do «livro de rezar» ou Livro de Horas do infante não se conhece outra noticia.

(4) As espadas eram preciosas: — «E a rrainha mamdou no outro dia chamar Joham Vaasquez dAlmadãa, ao quall disse que lhe mamdasse fazer tres espadas e as mamdasse guarneçer muy rricamente douro e dallofar e de pedras preciosas e que, tamto que fossem acabadas, que lhas trouxesse» (*Crónica... de Ceuta*, cap. 38).

daua com mujto booa uoomtade. O que çertamente elle numqua esqueeçeo em todos seus dias, amte o comprio muy perfeitamente, como adiamte sera comtado. E a rrainha, ouuimdolhe assy aquellas pallauras, prouguelhe mujto e alçou sua mãao e lhe lamçou a sua beemçam. E depois tomou a outra espada e chamou o iffamte dom Pedro e disselhe. Meu filho, porque sempre, des o tempo de uossa mininiçe, uos ui mujto chegado aa homrra e seruiço das donas e domzellas, que he hũua cousa que espiçiallmente deue seer emcomemdada aos caualleiros, e porque a uosso jrmãao emcomemdei os pouoos, emcomemdo ellas a uos, as quaaes uos rroguo que sempre ajaaes em uossa emcomemda. E elle lhe rrespomdeo que lhe prazia mujto e que assy o faria sem nehũua duuida. E emtom sse assemtou em joelhos e lhe beyiou a mãao. E ella lhe disse que lhe rrogaua que fosse com ella caualleiro, dizemdolhe outras mujtas rrezões como ja dissera ao iffamte Duarte, e sobre todo lhe lamçou sua beemçam.

Mas, he de comsijrar com quaaes comtenemças os iffamtes poderam ouuir semelhamtes pallauras; ca, no trautamento de semelhamte rrezoado, nom podia seer que escusassem gramde multidom de lagrimas, as quaaes, posto que as elles forçosamente rreteuessem, suas comtenemças estauam muy tristes, ouuymdo as pallauras da rrainha, ditas a elles com tamto amor e com tam gramde ssiso e conheçimento de sua morte. E ella outrossi, ueemdo ho gramde semtido que os filhos auiam de seu padeçimento, aalem da sua door, auia por ello gramde tristeza. Ajmda nos fiqua por dizer da terçeira espada, que foi dada ao iffamte dom Hamrrique, o quall a rrainha chamou, dizemdo.

Meu filho, chegaiuos pera ca, uistimdo ella sua comtenemça de nova lediçe e emchemdo sua boca de rriso (5) muy honestamente, e disse. Bem uistes a rrepartiçom que fiz das outras espadas, que dey a uossos jrmãaos; e esta terçeira guardey pera uos, a quall eu tenho que assy como uos sooes forte, assy he ella. E, porque a hũu de uossos jrmãaos emcomemdei os pouoos e a outro as donas e domzellas, a uos quero emcomemdar todollos senhores, caualleiros, fidallgos e escudeiros destes rregnos, os quaaes uos emcomemdo que ajaaes em uosso espiçiall emcarreguo. Ca, pero todos seiam delrrey e elle delles tenha espiçiall cuidado, cada hũu em seu estado, eles porem aueram mester uossa ajuda pera seerem mamteudos em dereito e lhe seerem feitas aquellas merçees que esteuer em rrezom; ca, mujtas uezes acomteçe que, per emformaçõoes fallsas e rrequerimentos sobeios dos pouoos, os rrex fazem comtra elles o que nom deuem. Pera o quall emcarreguo uos eu escolhi, conheçemdo de uos quamto amor lhe sempre ouuestes e uollos emcomemdo, porque aalem de uossa boa uoom-

(5) Expressão habitual no cronista ao relatar diálogos de el-rei ou da rainha com este seu filho.

tade, uos seia posto por neçessidade. Eu uos dou esta espada com a minha beemçam, com a quall uos emcomemdo e rrogo que queiraaes seer caualleiro.

Nom poderia bem declarar per escprito a gramde tristeza com que o iffamte dom Hamrrique estaua; porque, aalem das boas uoomtades de seus jrmãaos, elle auia rrazom de a teer mujto mayor, como no seguimte capitullo sera comtado. Senhora, disse o iffamte, uossa merçee seia mujto çerta que, emquamto me a uida durar, teerey firme nembramça de todo aquello que me ora assy emcomemdaaes, pera comprimento do quall offereço todo meu poder e boa uoomtade. E emtom lhe beyiou a mãao, dizemdo que lhe tijnha mujto em merçee aquella espada que lhe assy daua, a quall elle nom sabia estimar a nehũu preço. E a rrainha, ouuimdolhe assy aquellas pallauras, esforçousselhe a uoomtade pera rrijr e alçou a mãao e lamçoulhe a sua beemçam.

63

Como o infante D. Henrique cumpriu os desejos da mãe, na proteoção dispensada a fidalgos e cavaleiros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 42.

Bem mostrou a rrainha, em aquellas pallauras que assy disse ao iffamte dom Hamrrique, que o amaua espiçiallmente. E portamto dissemos, no capitullo amte deste, que elle auia rrazom de teer em ssy mayor tristeza que nehũu de seus jrmãaos. E podemos ajmda emtemder que a rrainha semtia, per diuinall comsijraçom, quaaes e queiamdas uirtudes auia dauer o iffamte seu filho ao diamte. E, posto que ja agora rrazoadamente em ellas podessemos fallar, leixemollas pera depois, por fallarmos de cada hũua cousa em seu proprio lugar.

E, quamto aa emcomemda que lhe sua madre deu, elle a mamteue tam compridamente como lhe prometeo. E desto som eu bem çerta testimunha; porque, uiuemdo com elrrey Duarte, cuja alma Deos rreçeba na bemauemturamça do çeeo, ui, per mujtas uezes, seus gramdes rrequirimentos que fazia por mujtos senhores fidallgos e caualleiros, pellos quaaes rremediauam seus feitos e acreçemtauam em suas homrras. Vi otrossi que, ao

tempo que a rrainha dona Lionor foy em desacordo com ho iffamte dom Pedro, mujtos fidallgos e escudeiros deste rregno forom em tempo de sse perder, se nom acharam em elle emparo e ajuda. E sobretodo aquello que elle tijnha numca foi neguado a todos aquelles que sse a elle socorriam, fazemdolhe mujtas merçees a cada hũu, segumdo seu estado.

E, depois que a rrainha assy deu as espadas a seus filhos, como ja ouuistes, disse ao iffamte Duarte: filho, eu uos rroguo que, pois uos Deos fez em este mundo senhor de uossos jrmãaos, que uos tenhaaes espiçiall cuidado delles e os ajaaes por uossos espiçiaaes seruidores, homrramdoos sempre quamto em uos for e fazemdolhes aquellas merçees que mereçem de seer feitas a taaes e tam boons jrmãaos como em elles teemdes; porque, nom creaaes que outros melhores seruidores que elles podees teer nem queiraaes amte elles prepoer outros nehũus. Ca, quamdo uos nembrar que ssom meus filhos e de uosso padre, que uos tamto amamos, com rrezam deuees creer que elles nom podem all deseiar senam uossa homrra e seruiço. E, posto que algũus, por emueia, sse emtremetam de uos dizer algũua cousa comtra elles, numca lhe dees comprida ffe, amte os ouuy sempre. E bem creo que acharees que elles numca sse partem daquella uerdadeira temçom que deuem teer a seu senhor e jrmãao.

Por çerto, diz o autor, esto guardou o iffamte Duarte muy espiçiallmente, o que eu uy muy bem quamdo o iffamte dom Hamrrique ueo de Tamger; porque algũus daquelles fidallguos que com elle forom, queremdo emcobrir seus falleçimentos, deziam algũuas cousas comtra o iffamte, aas quaaes seu jrmãao nom quis dar nehũua ffe, amte dezia que seu jrmãao nom poderia fazer cousa que nom fosse justa e boa, mas que elles o deziam por se escusar do que comtra elles rrazoadamente podia seer dito.

. . . . . .

64

Recomendações da rainha D. Filipa a seus filhos D. Pedro e D. Henrique e alusão do cronista à atitude daquele nos precedentes de Alfarrobeira.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43.

. . . . . .(1)

E, por acabarmos de todo as emcomemdas da rrainha, auees de saber que, depois que sse assy elrrey partio della e a iffamte sua filha, ficaram os iffamtes todos tres. E o iffamte Duarte se apartou com os fisicos e çellorgiãaes pera fallar com elles, em rrazom da cura que perteeçia aa rrainha sua madre. E, ficamdo os outros iffamtes jumto com ella, assy fraqua como ella estaua, lhes começou de dizer.

Porque sempre uos uy em hũu amor e uoomtade, sem auer amtre uos nehũua desaueemça, per obra nem pallaura, assy como uerdadeiros jrmãaos, uos rroguo e emcomemdo que, assy como uos ata aqui amastes, assy uos amees daqui em diamte, em seruiço de Nosso Senhor, e sempre uossos feitos hiram de bem em milhor. E nom auera nehũu no rregno que uos possa empeeçer. E, se fordes desuayrados e jmmijgos, nom auera em uos a força que ha, seemdo ambos em hũu amor, como claramente podees emtemder pollo exemplo da frecha, de que em nossa terra ha hũua estoria, em que sse diz que ligeiramente pode hũu homem quebrar hũua e hũua e, pera quebrar mujtas jumtas, compre mujto mayor força.

E os iffamtes lhe disseram que prazeria a Deos que assy o fariam. E çertamente sempre amtre elles foy gramde amor; e, nom tam soomente quamto aas uoomtades de demtro, mas ajmda per çertos synaaes de fora. Ca, nos motos e deuisas, assy tomaram ambos casi hũua semelhamça: ca o iffamte dom Pedro trazia no seu moto deseio (2) e a sua erua era carualho; e o moto do iffamte dom Hamrrique era tallamte de bem fazer e a sua erua carrasco (3). E ajmda sse açertara que a rrepartiçom das terras era assy jumta hũua com a outra (4).

Mas, do que sse depois seguio açerqua da morte do iffamte dom Pedro fica hũu gramde proçesso pera sse comtar ao diamte, homde perfeitamente poderees saber quamto o iffamte dom Hamrrique trabalhou por saluaçom de seu jrmãao (5). E mujtos que em esto fallarom, nom como

---

(1) No texto que omitimos, relata o cronista como, por iniciativa do infante D. Pedro, anuência dos irmãos e de el-rei, a rainha legara todos seus haveres, móveis e imóveis, à filha D. Isabel, futura duquesa de Borgonha, enquanto não houvesse outra rainha. Não foram presentes os infantes D. João e D. Fernando, então respectivamente de 15 e 12 anos de idade, os quais haviam sido afastados da mãe, em razão da peste.

(2) *Désir*, em francês, ao gosto da época.

(3) Sobre o moto de D. Henrique veja-se a nota de p. 149.

(4) D. Pedro duque de Coimbra e D. Henrique de Viseu, em cujas imediações tiveram seus bens patrimoniais. Quanto ao D. Henrique pode ver-se a respectiva carta de doação, em nosso vol. I, pp. 343 e ss. A do infante D. Pedro é desconhecida.

(5) Parece que tratou o cronista do assunto longamente na sua Crónica de el-rei D. Afonso V, nos termos do que afirma neste passo da sua *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 5: — «Foe ajnda o jffante dom Henrique com elrrey dom Affonso, seu sobrinho, naquelle ajuntamento que fez sobre o jffante dom Pedro, de que se seguyo

homeens que emteiramente sabiam a uerdade, disseram que o iffamte podera dar uida a seu jrmãao, se teuera boa uoomtade de o fazer. O que he çerto que, sse fora comtra outra algũua pessoa, que elle trabalhara em ello como por ssi meesmo; mas, comtra seu rrey e senhor, achou que o nom podia fazer sem quebramtar sua lealldade, o que elle dezia que nom faria, nom tam soomente por seu jrmãao, mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de ssy meesmo, posto que por sua deffemsom se podesse saluar. Das quaaes cousas a obra foy manifesta testimunha.

65

[19-25 JULHO 1415]

Os infantes vão a Alhos Vedros conferenciar com el-rei seu pai sobre seguir a armada para Ceuta imediatamente ou não, após o que reunem no Restelo com membros do Conselho régio (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 47.

Por aazo daquelle forte acomteçimento, era feito em todo aquelle ajumtamento hũu geerall silemçio, com que todos amdauam nom menos pemssosos do que eram de ledos amte daquelle feito. E, assy como todos

---

a batalha da Alfarrobeira, na qual o dicto jffante foe morto e o conde dAbranxes, que era com elle, e toda sua hoste desbaratada. Onde, se o meu entender pera esto abasta, justamente posso dizer que lealdade dos homeens de todollos segres forom nada em comparaçom da sua. E, posto que o seruiço nom seia tamanho quanto ao trabalho, segundo os que ja disse, certamente as circonstancias lhe dam splandor e grandeza sobre todollos outros, cuia perfeita declaraçom remeto aa Estorea Geeral dos fectos do Regno». Sobre esta e a desaparecida Crónica zurariana de D. Afonso V pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 159 e ss., e *As Crónicas Medievais Portuguesas, Adulteração de Rui de Pina ?*

(1) Nos capitulos 44, 45 e 46 refere-se o autor aos últimos momentos, virtudes, sepultura e exéquias da rainha D. Filipa, falecida em 18 de Julho de 1415, após o que «os iffamtes se partirom dalli acompanhados daquelles senhores e fidallgos e sse forom pera hũa aldea que esta açima daquela jgreia que o iffamte dom Hamrrique mamdou fazer, que chamam Samta Maria de Belleem; e a aldea ha nome Restello, por rrazom daquella amcoraçam que alli esta, que sse chama per essa meesma guisa. E alli esteuerom ataa que a frota partiu, como adiamte ouuirees» (Cap. 46, ao fim).

Copyrighted material

amdauam uistidos de doo, assy tirarom todollos arreos que tijnham as gallees e nauios, de guisa que nom pareçia a frota outra cousa senom aruores dalgũua mata, a que a força do foguo priua das folhas e fruito. E nom sabiam fallar em outra cousa senam das gramdes uirtudes que auia na rrainha, nas quaaes nom auia hy algũu que podesse achar comtrayro.

E mujto duuidauam de sse fazer nehũu mouimento açerqua do que era começado; ca deziam que tamanhos tres synaaes como Nosso Senhor Deos em aquelle feito mostrara nom eram pera teer em joguo, a saber a gramde pestenemça que, dias auia, que amdaua amtrelles, polla quall ja falleçeram mujtas e boas pessoas; e o segumdo fora o cris do soll, que foi amte algũus dias da morte da rrainha, em tamanho graao como amte na memoria daquelles que emtam eram nem depois ataa este presemte numca foy uisto, ca duas oras comtinuadas esteue cuberto per tall guisa, que pareçiam todallas estrellas e assy todollos outros sinaaes do çeeo, que geerallmente pareçem depois que o soll passa ho oçidimtall orizom e o crespucollo nos traz a escuridade da noute; e o terçeyro foy a morte da rrainha, que sobre todo era mais semtida.

Os iffamtes, tamto que forom em Restello, como ja ouuistes, fallarom loguo amtre ssi que maneira deuiam teer açerqua de seus feitos e acordarom que era bem de hirem fallar a seu padre. A quall cousa loguo em aquella noute seguimte poserom em obra; ca, pouco mais de mea noute, mamdarom fazer prestes os batees e sse forom [a] Alhos Vedros em tall guisa que, quamdo era manhãa, estauam com seu padre, o quall acharam muy anoiado, uestido de panos timtos. E, quamdo outrossy uio os filhos uestidos de burell, rrenouousse em sua uoomtade hũua muy doorosa nembramça, da rrainha sua molher. E com elle estaua o comde de Barçellos, seu filho, e Gomez Martimz de Lemos.

Senhor, disserom os iffamtes, comsijramos de uos uijr fallar açerqua destes feitos, pera sabermos a maneira que querees teer e fazermos segumdo semtirmos uossa uoomtade. Meus filhos, rrespomdeo elrrey, bem ueedes no pomto em que estou e que cuidado deue de seer o meu, comsijramdo em tamanha perda como perdi, cuja nembramça me traz tamanho nojo, que nom sei cuydar em outra cousa. Porem, leyxo este emcarreguo a uos, disse elle comtra o iffamte Duarte, que com uossos jrmãaos e com esses outros do comsselho fallees açerqua deste feito; e o que acordardes me fazee saber, pera eu comsijrar sobre ello e determinar o que milhor e mais proueitoso pareçer.

E loguo sse os iffamtes tornarom sem outra deteemça pera Restello. E fezerom chamar aquelles do comselho que estauam mais prestes, os quaaes per comto forom quatorze, comtamdo hi os iffamtes, cuios acordos forom partidos em duas partes, a saber sete a cada hũua parte. E os iffamtes todos tres e quatro dos do comsselho eram em acordo que todauia elrrey deuia partir, como primeiramente tijnha hordenado, porque deziam

que tamanhas despesas como ja eram feitas e taaes prouijmentos, com tamtos trabalhos rremediados e buscados, nom deuiam assy de passar em uãao, quamto mais pois aquello fora mouido primçipallmente por seruiço de Deos, se nom deuia leixar dacabar por nehũua cousa nem auia hi rrezom per que sse justamente leixasse de fazer; ca, posto que assy a rrainha falleçesse, sua morte a tall feito nam deuia fazer empacho, ca a rrainha nom era mais que hũua molher, cuja morte nom trazia outra torua pera seu proposito, soomente a tristeza que elles, por sua causa, filhauam, a quall prazeria a Deos que abramdaria a boa amdamça da uitoria. Quamto mais que a fama deste feito era tam deuulgada per mujtas partes do mundo, que todos pemssauam que tamanho mouimento nom podia parar sem cometimento dalgũu gramde feito, polla fim do quall estauam cada dia em esperamça de ouuir çerto rrecado; a quall cousa seria muy uergonhosa, assy pera elrrey como pera todo o rregno, quamdo soubessem que, por semelhamte aazo, o leixauam de poer em fim.

Os outros sete acordauam que todauia elrrey por nehũu caso deuia partir. Por çerto, deziam elles, se uos dizees que por esto seer seruiço de Deos, o deuemos primçipallmente de seguir, bem sse mostra que lhe nom praz de semelhamte mouimento; porquamto amte os nossos olhos traz tam manifestos synaaes, per que, de rrezam, deuemos creer que o nosso mouimento he comtrayro de sua uoomtade. Que cousa tam marauilhosa pemssaaes que he o dano que esta pestenemça fez e faz cada dia em tamta boa gemte como per sua causa falleçeo e falleçe? E nom he duuida que, depois que forem todos demtro nos nauios, que sse nom açemda mujto mais; ca, o ajumtamento a fara mujto mais açemder. E o rremedio proueytoso pera ello seria de sse espalhar agora esta gemte. E he çerto que nom poderia tamanho foguo estar muyto que sse nom apaguasse. E, sse nos agora partissemos, pode seer que assy como morreo a rrainha, morreram outras pessoas taaes, cujo dano trazera mujto gramde perda.

Deuemos ajmda mujto rreçear tamanho dano como rreçebemos na morte daquella senhora, porque soomente as suas oraçõoes eram abastamtes pera nos liurarem de quaaesquer perijgos; ca, bem mostrou Nosso Senhor Deos synaaes açerqua da sua morte, per que mujto deuemos semtir a perda de seu falleçimento, do quall nom ha nehũu, posto que de pequena comdiçom seia, que nom tenha muy gramde semtido. Certamente, nos lhe mostrariamos sinall de pouco amor, perdemdo em tam breue tempo memoria de sua morte, nom tomamdo sequer algũu espaço per que o mundo conheçesse o semtido que tijnhamos de sua morte, mas logo, assy tirados dos choros de sua sepultura, fazermos partida, nom seria bem. E que ajmda quisessemos leixar estas cousas, teemos outro muy gramde empacho, que he mujto pera comsijrar: e esto he que, por aazo da doemça da rrainha, sse desauiaram mujtas cousas, pera corregimento das quaaes nom ha mester menos de hũu mes; pois nos somos agora casi em fim de julho e, quamdo

Est. III. — Ceuta segundo *Civitates orbis terrarum* de Jorge Braun, de 1572, lib. I, pág. 56.

hũu mes passasse, seriamos em fim dagosto, que he ja começo do jmuerno, em que sse nom deue começar semelhamte feito. E assy que, por todas estas rrezõoes, se deue por agora escusar a eixecuçom desta cousa.

Sobre estes dous comtrairos ouue em aquelle comsselho muy gramde debato, no quall dizem algũus que o iffamte dom Pedro rrespomdeo algũuas rrezõoes mais asperas do que deuia ao comdestabre; porque disseram que o comde era hũu daquelles que mais afirmaua que elrrey deuia ficar. Empero, nos nam o soubemos determinadamente nem o iffamte dom Hamrrique nos em ello fallou. Creemos que o fez por escusar algũu prasmo que ouueram aquestes que estas uozes mamtijnham.

66

21 JULHO 1415

Os infantes voltam para o Restelo, jantam com o infante D. Henrique na galé deste, tiram o luto, mandam embandeirar os barcos festivamente, com espanto das tripulações e da cidade, que se entretêm em comentários vários sobre a mudança rápida do cenário (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 49.

. . . . . .

Os iffamtes partiram logo caminho da frota e o iffamte dom Hamrrique comuidou a seus jrmãaos pera jamtarem com elle, em sua gallee. E, tamto que forom em ella, trouxeram loguo os uistidos aos outros iffamtes e elle uistiusse jsso meesmo e mamdou apemdoar toda sua gallee e disse aas trombetas que sse posessem na mayor altura e que fezessem em seus estromentos todo sinall de lediçe que podessem. E, como era domimgo e os homeens, por rrezam das calmas, estauam todos jugamdo e folgamdo

(1) Domingo, 21 de Julho, voltam os infantes a Alhos Vedros, a comunicar ao pai o que se passara no Conselho. Aquele, o conde de Barcelos e Gomes Martins de Lemos, aio daquele, que estavam com o monarca, opinam que deve seguir imediatamente a armada e el-rei nela. Pelo que este ordena aos filhos o aprestamento da frota para levantar ferro quinta-feira, dia 25 (Caps. 48 e 49).

em seus nauios, ca o mais que podiam escusauam a çidade, por causa da gramde pestenemça que nella amdaua; e, quamdo ouuirom o soom das trombetas, de que tijnham por emtom pequena esperamça, fiquaram amtre ssi meesmos mujto marauilhados. Empero, pemssarom que os iffamtes nom estauam alli e que, por ello, aquelles seus trombetas, com pouco auisamento, filharam assy aquelle ousio.

E algũus daquelles capitãaes que alli estauam quiseram mamdar rrequerellos que sse callassem; mas, quamdo lhe os seus disseram como a gallee estaua toda apemdoada e que aallem do soom das trombetas ouuiam em ella charamellas e outros estromentos, bem criam que era todo feito a outra fim. E trigosamente mamdaram aparelhar seus batees, pera saber parte que queria seer aquella nouidade. E os que pousauam nas aldeas ou amdauam follgamdo ao lomgo daquella praya mujto asinha se chegarom aa rribeyra, pera seerem çertos do que aquello queria seer. Em breue tempo forom tamtos os batees darredor da gallee do iffamte, que queriam jugar as punhadas quall poderia primeiro chegar ao bordo. E, depois que souberam a determinaçam do feito, poserom logo mujta trigamça em tornarem a correger seus nauios per a guisa que ja estaua aquella gallee.

Em uerdade, era fremosa cousa de ueer hũua frota que polla menhãa pareçia algũua mata que perdera as folhas e o fruito e, em tam breue tempo, tornaua a pareçer hũu tam fremoso pumar, acompanhado de mujtas folhas uerdes e frolles de mujtas coores, ca assy eram os pemdõoes de desuayradas guisas, e que camtauam em elle mujtas aues de graçioso soom. Ca os estromentos nom eram poucos, ca em cada nauio estauam estromentos de desuayradas guizas, os quaaes todo aquelle dia, a hũua uoz, numca fizeram fim de tamger.

Nom tardou mujto que as nouas chegaram aa çidade, as quaaes fezeram em ella hũu nouo aluoroço; porque todos estauam ja casi desperçebidos de semelhamte mouimento, por cuja rrezom lhes foy neçessario de sse trigarem pera tornarem todo a correger, ca o espaço era muy breue pera sse mouer tamanho feito. E forom logo dados pregõoes que, ataa terça feyra per todo o dia, fossem todos rrecolhidos a sua frota. Boom he de comsijrar que mamdado tam trigoso de semelhamtes cousas nom lhes daria gramde espaço pera dormir. Mujtas cousas fallaria aqui, se quisesse, açerqua dos desuayrados juizos que sse dauam sobre aquella partida, espiçiallmente a gemte do pouoo, culpamdo mujto elrrey, porque fazia semelhamte mouimento, dizemdo que o prioll do Espitall, com suas sotillezas, mouera primeiramente aquelle feito e que elle tiraua ajmda elrrey agora de seu ssiso (2).

. . . . . .

(2) Seguidamente, aduz o cronista alguns dos comentários que se faziam.

67

23-25 JULHO 1415

El-rei segue, em 23, de Alhos Vedros para o Restelo, na galé do conde de Barcelos, onde se lhe juntam os infantes, e no dia seguinte ancora com sua frota junto de Santa Catarina, para recolher o pessoal mais fàcilmente, a qual levantou ferro em 25.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 50.

Em este pequeno espaço que teemos dito se fezeram prestes casi a mayor parte de todollos que auiam de hir em aquella frota. E, omde amte pediam espaço de hũu mes, lhes abastaram tres dias e ajmda nom de todo acabados.

Aa quarta feira, se meteo elrrey na gallee do comde dom Affomsso e foromsse pera elle os iffamtes e mujtos daquelles senhores que alli eram. E ueo aquella noute çear e dormir a Restello. A quall nos podemos bem afirmar que foy milhor uigiada que poruemtura fora a noute da naçemça de Nosso Senhor Jesu Christo; porque o arroido era tam gramde na frota, que os homeens hũus com os outros nom sse podiam emtemder. E aquella praya nom era menos allumiada de tochas e acompanhada que sse sse em ella fezeram festas dalgũu gramde primçipe. E nom menos era o trafego na çidade, por aazo das mujtas cousas que lhe eram neçessarias pera sua uiagem.

No dia seguimte, que era uespera de Samtiago, uijmte e quatro dias do mes de julho, partio elrrey dalli e mamdou lamçar amquoras. E foy aquella noute açerqua de Samta Caterina. Este pouso que assy elle fez tam preto foy pera dar aazo que sse rrecolhesse a jemte com mayor trigamça. Mas, no outro dia, que era dia de Samtiago, mamdou dar aas trombetas da sua gallee porque, tamto que fora em Restello, sse sahira da outra. E, assy como deram aas trombetas na sua, assy deram em todollos outros nauios, fazemdo sinall aos marinheyros que desfalldrassem, o quall, em hũu pomto, foy posto em obra. E assy emcaminharam com boa uemtura, caminho da foz. Elrrey, como ja disse, leuaua a capitania das gallees e o iffamte dom Pedro das naaos, leuamdo cada hũu seu foroll, pera rregimento das outras (1).

. . . . . .

(1) Seguem-se os nomes das principais pessoas que partiram na armada.

68

24 JULHO [1415]

Carta de João Gomes da Silva, alferes-mor de el-rei D. João I, ao arcebispo de Santiago, seu amigo, a agradecer-lhe os informes recebidos, que transmitiu ao monarca, a dizer-lhe qual a composição da armada e ainda, com autorização régia, que ela se dirige contra os mouros de Belamarim (Marrocos).

ACA., *D. Afonso V*, caja 15, n.º 190, original em papel com picos de traça. Não leva o documento indicação de ano, fàcilmente apurável em ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 50.

Senhor. Joham Gomez da Sillua, uoso amjgo, me enujo encomendar em uosa merçee.

Façouos saber que vy aca uoso rrecado per Aluaro de Uiana, uoso criado, que uos enujase rrecado da frota. E uos seede çerto que eu nom uos pude enujar rrecado mais çedo. E as nouas som estas: os naujos som ataa duzentas Lxx vellas, per galees e per outras fustas, e vam ataa bij mjll ou bij mjll e b^{c} homeens darmas e b. mjll de besteiros e ataa xx ou xxj mjll homeens de pee.

E a gerra he contra mouros, pera Belamarim (1). E eu nom uollo mandey dizer ataa que nom pedi leçença a meu ssenhor elrrey pera uolo mandar dezer; e mais lhe dise todo o que me disestes que lhe disese e agradesceuollo mujto. E me dise mais que, se uos algũa cousa conprise em esta terra, que o faria de boa voontade. E, ssenhor, se uos algũa cousa conprir de mandardes fazer em esta terra ou onde quer que eu steuer, peçouos por merçee que dedes a mjm a encomenda, que eu o farey com a melhor uoontade e coraçom que eu tenho.

Scprita em Restello (2), xxiiij dias de julho.

(as.) Joham Gomez.

No verso: Ao arçibispo de Santiago (3).

---

(1) As palavras *pera Belamarim* sobrepostas à linha, possivelmente porque só depois de escrita a carta o autorizou o monarca a comunicar o local, ainda com esta imprecisão toda.

(2) Onde João Gomes da Silva se achava já embarcado para seguir no dia imediato para Ceuta (Cfr. o cit. cap. de ZURARA). Sobre este alferes-mor, rico-homem, do Conselho de el-rei e seu embaixador a Castela e a Inglaterra pode ver-se também os caps. 5, 25, 27, 32, 36 e 96 da aduzida Crónica e ainda RUI DE PINA, *Crónica de D. João I*, onde é constantemente citado.

(3) De Compostela, segundo cremos, D. Lopo de Mendoza (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 201).

69

26-27 JULHO 1415

A armada desce a costa, dobra o Cabo de S. Vicente, onde presta honras às relíquias daquele santo, e fundeia em Lagos, na noite de sábado.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 51.

. . . . . .

Assy correram todos aquelles nauios sua uiagem, de guisa que, ao sabado sobre a tarde, começarom de dobrar o cabo de Sam Vicemte. E, por rrazom de çertas rrelliquias que alli jaziam, mesurarom todas suas uellas, em dobramdo o cabo, por sinall de rreueremça. E aquella noute foi a frota toda jumtamente amcorar na bahia de Laguos.

E, ao domingo seguimte, sahio elrrey em terra e teue loguo alli seu comsselho, no quall foy determinado que sse deuulgasse claramente toda a uerdadeira emtemçom daquelle mouimento. Porem, foy mamdado ao meestre frey Joham Xira que preegasse, por que todo o pouoo podesse uerdadeiramente saber quall era a emtemçom por que sse elrrey mouera a fazer aquelle ajumtamento.

70

28 JULHO 1415

O franciscano Mestre Fr. João Xira prega em Lagos ao pessoal da armada, perante el-rei e os infantes seus filhos.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 52.

Mujtas uezes falley, nos capitullos amte deste, com quamto cuydado e diligemçia foy sempre guardado o segredo daqueste feito ataa este pomto, que ja a sua rrotura nom podia trazer nehũu dano. E porem determinou elrrey, com acordo de seu comsselho, de seer alli deuulgado, pera a

quall cousa mamdou preegar ao meestre frey Joham Xira; o quall, auisado do que auia de dizer, sobio em seu pullpito, pera auer de preegar, amte aquelle pouoo.

E, ajmda que lhe muy breue espaço fosse dado, elle, assy como homem mujto abastado de çiemçia, fallou mujtas cousas de gramde autoridade, das quaaes nos apanhamos algũuas pequenas partes, assy como as podemos apremder, segumdo a lomgura do tempo, por acompanharmos nossa estoria (1).

. . . . . .

71

28 JULHO [1415]

Carta de Ruy Dias de Vega, servidor e espião do rei de Aragão, escrita de Sacavém àquele monarca, a comunicar-lhe o enterro da rainha de Portugal e o que depois sucedeu, especialmente com a partida da armada portuguesa, cujo destino supõe ser Gibraltar ou Ceuta.

ACA., *Cartas Reales*, Fernando I, caja 6, n.º 969, original em papel, — donde se reproduz.

Publicada por JAVIER DE SALAS, *Dos cartas sobre la expedición a Ceuta en 1415*, p. 336.

Muy alto et muy poderoso, esclareçido et bien aventurado prinçipe, mj señor, rrey de Aragon et de Çezjlia.

Ruy Diaz de Vega, fechura et vuestro omjl serujdor, com omil rreuerençia beso vuestros pies et vuestras manos et la tierra ante la vuestra merçed. A la qual plega a saber que, despues de la letra escrita en diez et ocho dias del mes de jullio, quel jueues de la fecha de la letra enbiada a la vuestra señoria, se enterro la rreyna en el monesterio donde estaua (1). Al qual enterramjento non quiso estar elrrey, mas ante se paso alliende

(1) Segue-se, no autor, a súmula do sermão. Sobre o assunto veja-se JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, vol. 1, pp. 243 e ss.

(1) De Odivelas (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 39 e ss.).

del rryo, a vn lugar que llaman Aldea Gallega (2). Et mando pregonar que nenguno non fuese donde el estaua, so pena los fidalgos de p[erde]r su merçed et los otros que los açotasen. Et, señor, ay estudo fasta el mjercoles adelante, que fueron xxiiij° dias deste mes de jullio.

Et, señor, por quanto yo estaua doliente en cama, non pude yr donde el estaua; pero, por saber en que manera estaua, enbie alla dos escuderos, a le pedir rrespuesta de vuestra carta et de la de mj señora la reyna. Et estodieron ese dia et la noche; et otro dia, por la mañana, entro en vna galea et ellos con el ay dentro; et ay le dexieron lo por que yo les enbiaua. Et rrespondioles que me fuese en bien ora, que agora non tenja que vos escreujr, saluo que saludase a vos et a mj señora la rreyna et a mjs señores los jnfantes, vuestros fijos,et quel que se yua de camjno.

Et fuese luego con su galea Rastelo, donde estaua la flota, et fizo pregonar en la çibdat que se fuesen todos luego a las naos, so pena de su merçed et de los cuerpos. En tal manera, señor, que el jueues, por la mañana, que fue dia de Santiago, desfaldraron las velas et salieron mas de la meytad dellas fuera, a la mar, en la costa cabe Cascales, que son çinco leguas de la çibdat. Et otro dia seguiente, viernes, xxvj dias del dicho mes, salieron las otras que aujan quedado; et, en saliendo, señor, sepa la vuestra merçed que vna nao, despues que desfaldro, non fizo por el governario et dio por otra nao (3).

Et, del golpe que djo, abriose toda et perdiose et afogaronse vnos xxv omes. Et, despues desto, mando luego pregonar elrrey que neguno non lo dexiese en la çibdat, so pena de la su merçed et de los cuerpos. Et eso mesmo vn batel que se anego et se perdieron en el nueue omes de armas. Et luego [...] las velas et fezjeron todos velas et y [...] (4) la rroca del estrecho; et, despues que non pareçieron las velas, venieronse los que auia enbiado a lo ver.

Et, señor, van elrrey et los jnfantes, commo quiera que es fama quel jnfante que ha de quedar en el Algarbe (5). Et quedan en el rreyno los otros señores que escreuj a la vuestra señoria. Et, señor, la fama çierta desta pasada es de Gibraltar o de Çebta. Como quiera, señor, me dexieron quelrrey mesmo non sabe çierto donde va, saluo que desarmaran donde podieren, por que non se le fjzo commo el quesiera. Et ua desarmar donde podiera, por non quedar en mengua (6).

---

(2) Cfr. o DOC. 65.

(3) Cfr. com o DOC. 67, assim melhor elucidado.

(4) Algumas palavras ilegíveis na dobra do papel. A nota da perda da nau e do batel não figura na obra de ZURARA.

(5) O infante em referência é, visivelmente, o primogénito D. Duarte, habitualmente assim nomeado, o qual, afinal, seguiu com a armada para Ceuta.

(6) Boataria, naturalmente.

Et, señor, todo esto yo entiendo de lo contar bien largamente a la vuestra señoria; et, por non detener de saber la vuestra señoria la partida de la flota, non escreui mas largo. A vuestra merçed plega de me non culpar por el abreujamjento del escreujr, que non fue saluo por esta entencion; et, por quanto entiendo ser en breue con la vuestra señoria et fazer rrelaçion de todo ello (7). Et, señor, Dios acreçiente en la vuestra vjda et estado et señorio, ansy commo la vuestra señoria cobdiçia. Amen.

Escrita en Sacauen, xxviij° dias de jullio.

El vuestro omjll seruidor.

(as.) Ruy Diaz.

No verso: Al muy alto et muy poderoso, esclareçido prinçipe, bien auenturado, mi señor elrrey de Aragon et de Çezilia.

72

28 JULHO 1415

Mestre Fr. João Xira promulga a bula da cruzada e absolve todos os presentes de culpa e pena.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 53.

. . . . . .

E porem, husamdo de meu offiçio, uos rrequeiro e rrogo a todos quamtos aqui presemtes sooes, que comsirees bem em uossas comçiemçias quaaesquer peccados, malles ou erros que tenhaaes cometidos e que peçaaes ao Senhor Deos perdam delles com todo coraçom e uoomtade e façaaes delles penitemçia, auemdo firme proposito de uos guardar de pecar daqui em diamte. Polla quall cousa serees assolltos de culpa e pena, per uirtude

(7) Partida a armada, Ruy Dias dá por finda sua missão de espionagem em Portugal e regressa ao Aragão, o que demonstra claramente quais os motivos da sua estadia no país. As cartas endereçadas por seu soberano e pela rainha aragonesa ao nosso D. João I não responde este, pelos modos. Seriam de mero cumprimento e destinadas a encobrir a grande finalidade de Fernando I, ainda então receoso: certificar-se do destino da frota portuguesa, tão engrossada por cooperação estrangeira.

de hũua letera que o Samto Padre outorgou a elrrey nosso senhor, ueemdo seu samto deseio.

A quall letera logo alli de presemte o meestre pruuicou, em fim da quall fez a assolluçom a todos.

. . . . . .

73

31 JULHO — 10 AGOSTO 1415

Parte a armada de Lagos para Faro, onde demora até 7 de Agosto, por motivo de calmaria, segue então viagem, e vai aproar em Algeciras na tarde do dia 10, crente ainda o pessoal de que seguia contra a Sicília.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 54.

Acabadas assy aquellas pallauras do meestre, todos teuerom muy boa uoomtade pera seguir seu emsino, sse elles crerom que aquella determinaçom que lhes elrrey fazia saber era uerdadeira, o que elles tijnham mujto pollo comtrayro do que o tijnham da primeira; ca deziam que lhe nom fora aquello assy dito senom por esconder a outra mais çerta determinaçam que elrrey tinha ordenado. He mao de conheçer, deziam elles, estas praticas que elrrey traz, por encubrir sua vontade. Sabe ja todo o mundo que vay pera Cezilia e agora nos quer fazer entender que vay sobre a çidade de Cepta. Tal he agora esta como a outra que disseram, agora ha hum anno, que auia dir sobre o duque dOlanda. Dizeilhe que busque outra mais fremosa encuberta que, quanto esta, muito ha que a sabiamos.

Assi esteue ali elrrey ata quarta feira, que partio pera Faram. E, porque em seguindo sua viagem, encalmou o vento, foilhe neçessario de estar aly ata outra quarta feira, que eram sete dias do mes dagosto. E entom partio viagem do Estreito. E, a sesta feira, hum pouco ante de noite, ouueram uista de terra de mouros. E aly mandou elrrey que fezessem andar todollos nauios de mar em roda, porque nom era sua vontade entrar polla boca do Estreito senom de noite. Cremos que seria porque os mouros de terra nom podessem tam asinha saber a viagem que elrrey queria leuar.

Tanto que foy a noite, começaram de caminhar polla boca do Estreito. E, em aquella noite aqueçeo aly hum pequeno caso, de que se ouuera de

seguir muy grande prigo. Ca foi assi, que porquamto aquella gallee de Joam Vaaz, em que hia o iffante Duarte, tinha cheiro; por azo de sua bondade, sahiose o iffante della e foise pera a gallee do iffante dom Anrrique, seu jrmãao. E aqueçeo de se açender fogo em hũua alanterna, pollo qual foy grande aluoroço dentro na gallee. E o iffante Duarte, que jazia em çima da cuberta, por azo da calma, que era grande, lembrou-se de seu jrmãao e abrio trigosamente a porta. E o iffante dom Anrrique tomou a alanterna, assi como estaua ardendo, e a pos em çima. E o iffante Duarte a lançou na agoa.

E o iffante dom Anrrique tomou em sy menencoria, pensando que lhe empolassem as mãaos e lhe fezesse empacho, ao tempo da neçessidade. Mas, algũus que hy estauam lhe ensinarom, pera seu rremedio, que posesse as mãaos no mel e que seria seguro daquelle danno, como de feito foy. Ca, posto que ao depois pelassem aquelles coiros das mãaos, nam leixou porem de trabalhar, como se nam teuesse algum empacho [...].

74

6 AGOSTO [1415]

Carta do arcebispo de Santiago ao rei de Aragão, a enviar-lhe inclusas outras recebidas de Portugal com notícias sobre a armada portuguesa e seu destino, nomeadamente a de João Gomes da Silva, a comunicar-lhe que o conde D. Fradique tornou a Santiago e partiu para Baiona de Minho e ainda a prometer que o duque e marechal alemães serão bem recebidos.

ACA., *D. Afonso V*, caja 15, n.º 159. Original, em papel.

Muy alto e muy poderoso prinçipe e illustrissimo sseñor.

El vuestro arçobispo de Sanctiago beso vuestras manos e me encomjendo muy homillmente en la vuestra merçet, la qual bien sabe en commo vos oue escprito de commo auja enbiado al rregnno de Portogal çiertos escuderos mjos, a saber nueuas delrrey de Portogal e de su yda pera donde era con el armada que tenja fecha.

Et agora, sseñor, sepa la vuestra merçed que oy, dia de la fecha desta carta, me llego vno de los dichos mjs escuderos que alla auja enbiado. E las nueuas que de alla me fueron escpritas e eso mesmo la ordenança que

lleuan e pera donde van e quantos son la vuestra merçed las vera mas largamente por vna carta que de alla me fue enbiada por Juan Gomes de Silua (1) e por otros escpritas que aqui a la vuestra sseñoria enbio jnterclusas. E, sseñor, si algunas otras nueuas mas rrecresçieren, luego las enbiare a notificar a la vuestra merçed. Et, si algunas otras cosas la vuestra sseñoria manda en esta tierra, presto so pera las cunplir a todo mj leal poder. Et Dios, por su merçet, vos de mucha salud.

Scprita en la çibdat de Sanctiago, seis de agosto.

Jtem, sseñor, el conde don Fardique torno aqui a Sanctiago e partio pera embaxaro em Bayona de Mjñoo (2), em dos naos, ayer, que fueron çinco dias de agosto; e quando alla fuere e aportare, la vuestra merçet lo sabra, porquanto los vientos non son agora muy conçertados. Si alguna cosa mandardes etc. ho *(sic)*.

Jtem, ese duc e mariscal alemanes reçibieron aca aças gasagado en esta vuestra tierra, por bõo serujçio (3).

Vuestro todo muy homill seruidor (*as.*) Arçobispo de Sanctiago.

No verso: Nuestro sseñor elrrey de Aragon e de Seçilia.

75

12 AGOSTO 1415

Iniciada a viagem para Ceuta, grande cerração e impetuosas correntes a estorvaram, lançando as naus em direcção a Málaga, menos a de Estêvão Soares de Mello, as galés, fustas e navios pequenos que, naquele dia, ancoraram diante de Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 56.

---

(1) De 24 de Julho anterior, escrita já do Restelo, na véspera da partida da armada para Ceuta, a qual portanto apenas chegou a Santiago em 5 ou 6 de Agosto, pois se apressaria o arcebispo a enviá-la ao rei de Aragão (É o nosso DOC. 68).

(2) É Bayona, município de Galiza, a sul da ria de Vigo, a 22 quilómetros desta cidade.

(3) O duque e o marechal alemães aqui referenciados e recomendados pelo rei aragonês ao arcebispo de Santiago são, porventura, o duque e o barão vindos então a Portugal para se incorporarem na armada da conquista de Ceuta. Havendo desistido o duque, por D. João I não ter querido revelar-lhe o destino daquela, no dizer do cronista, — o que pode ser mera fantasia de ZURARA, dado que el-rei estava há muito em Ceuta —, ficou apenas o barão (*Crónica... de Ceuta*, caps. 33 e 86). É possível que aquele duque seja o «tio do Imperador Segismundo e del-rei de Boémia» o qual, entusiasmado depois pelo êxito das armas portuguesas, se apresentou em Ceuta mais tarde (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, parte 1, cap. 60).

. . . . . .

E estando assy elrrey em aquelle lugar (1), teue seu conselho de jr sobre a çidade a segunda feira seguinte. E, em fazendo naquelle dia sua viagem, sobreueo hũua muy grande çerraçam, que fez grande empacho a toda a frota pera gouernar dereitamente onde queria. E, porque as correntes sam ali muy grandes, lançarom toda a frota das naaos caminho de Malega, afora hũua em que hia Esteuam Soarez de Mello, e as gallees e fustas e outros nauios pequenos forom em aquelle mesmo dia ante a çidade, onde a toruaçam era antre os mouros por semelhante chegada; empero, nam grande, porquanto elles nam uiram ajnda toda a frota junta tam preto de sy como viram as gallees, nem podiam cuidar que elrrey hya sobre aquella çidade. Porem, fecharom suas portas e poseromse per çima, mais por veer, ca por se defender.

76

[12 AGOSTO 1415]

Satisfação, por el-rei D. João I, nas imediações de Ceuta, a pedidos que seu filho o infante D. Henrique lhe havia feito em Lisboa, antes da reunião de Torres Vedras.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 64.

. . . . . .

Ora disse elle (1) comtra o iffamte dom Hamrrique. Meu filho, bem me nembra os rrequerimentos que me fezestes quamdo eramos açerqua de Lixboa, homde uos eu disse que uos rrespomderia quamdo fosse mester. E, porque agora he tempo de uos rrespomder ao que me rrequerestes, que uos outorgasse que fossees em companhia daquelles que primeiramente

(1) Algeciras, aonde os mouros de Gibraltar, receosos de tamanha frota, «nam souberam outro rremedio senam ajuntar as milhores cousas que se poderam auer e leuaramnas em presente a elrrey» (Cap. 55). Também Martim Fernandes Portocarreiro, fidalgo português ao serviço de Castela, irmão da condessa D. Guiomar, tio do conde D. Pedro de Meneses, então fronteiro e aldaide-mor de Tarifa, mandou a Algeciras seu filho Pedro Fernandes com presente de gado a el-rei D. João I *(Crónica cit.*, caps. 55 e 56).

(1) El-rei D. João I.

filhassem terra; porem a mym nom praz que uos em ello uaades como companheiro, mais como primçipall capitam. E, quamdo elrrey esto fallaua, toda sua cara estaua chea de rrijso, como aquelle que tijnha gramde esperamça no emgenho e fortelleza de seu filho.

Nos, prazemdo a Deos, disse elrrey, hiremos oje, sobre a noute, amcorar nossa frota dauamte da çidade. E uos hirees primeiramente, com a uossa frota que trouxestes do Porto, dereitamente a Almina (2) e hi farees lamçar uossas amcoras e alloiar uossa frota. E nos hiremos desta outra parte dos banhos, por tall que os mouros, quamdo uirem a mayor força da frota em aquella parte, emtemdam que alli ha de seer nosso primçipall desembarcamento; per cuja rrezam acudiram pera alli a mayor parte delles, por nos empacharem nossa sahida, e dessa outra parte da Almina nom faram gramde comta, polla sospeiçam que teeram que nom auees alli de filhar terra.

E uos, tamto que uirdes meu sinall, lamçarees logo uossas pramchas em terra e sahirees o mais despachadamente que poderdes. E, depois que nos semtirmos que uos teemdes a praya filhada, mudaremos nossa frota pera açerqua da uossa e emcaminharemos de uos seguir, de guisa que uos nom leixemos mujto estar sem companhia. Outrossi, disse elrrey, porque a corremte nom aja lugar de nos lamçar as naaos caminho de Mallega, como ja fez duas uezes, terees maneira de leuar uossas gallees per tall hordenamça que, posto que algũu dos nauios de nossa companhia queira escorregar, per força da corrente, que nom aja lugar de correr mais auamte.

77

[12 - 16 AGOSTO 1415]

Escaramuça dos mouros com os barcos que primeiro se aproximaram da cidade de Ceuta; em 14 manda D. João II o infante D. Henrique buscar o infante D. Pedro na sua galé e ordenar que todo o resto da frota se aproxime do monarca.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 57.

---

(2) Actual *Monte Acho* (Cfr. ROBERT RICARD, *Etudes sur l'histoire des Portugais au Maroc*, pp. 11 e 12).

Depois que os mouros virom de todo as gallees ancoradas sobre o seu porto, forom ja algum tanto perdendo de sua primeira segurança, espeçialmente Çalabençala (1) e assi algũus daquelles velhos da çidade. Por cuja rrezam, escreuerom logo a todos aquelles lugares daly açerqua que se veessem com suas armas e corregimentos, ata que vissem que podia seer aquella vinda. Outros disserom que, logo como a frota pareçera pollo Estreito, aquelle rrecado fora enuiado. Mas, de qualquer guisa que fosse, o espaço podia seer pequeno; porque, ao sabado ouuerom elles primeiramente vista da frota e a segunda feira chegou sobre a çidade.

E daquelles mouros que estauam sobre os muros começaram algũus datirar com troons e beestas contra os da frota, no que bem mostrauam que tinham perdida toda a esperança de paz. E, como quer que assi trabalhassem de fazer seus tiros, nom podiam muito empeçer a nenhum dos christãaos; porque os nauios estauam bem afastados do muro, afora a gallee do almirante, a qual logo no começo foy ancorar mais perto da praya que as outras, onde estaua muy sogeita ao prigo daquellas setas. Mas elle, por nenhũua guisa, se quis dali mais afastar, como quer que lhe fosse dito per algũuas pessoas, aos quaes elle rrespondia que, pois que o a ventura aly primeiramente açertara, que aly queria esperar qualquer prigo que lhe veesse; que, pois que elles aly veerom pera jr pera diante, nom era rrezam que elle tornasse atras. Certo que elle foy sempre, em sua vida, muy esforçado homem darmas e, portanto, nom queria que por elle passasse cousa grande nem pequena que nom pertençesse ao nome que tinha.

Algũus daquelles mouros mançebos sahiram a praya, a escaramuçar com os christãaos. E os christãaos jsso mesmo sairom nos batees e andauam ao longo daquella praya, tirando hũus aos outros. E assi trauaram sua escaramuça hum grande pedaço. E algũus daquelles mouros filharom hum penedo que estaua no mar, pera teerem daly milhor aazo pera empeçer aos christãaos; mais, Esteuam Soarez, conheçendolhe aquella auantajem, foy rrijamente a elles e tomoulhes o dito penedo. E asi andarom hum grande pedaço ata que dos mouros morrerom algũus e os outros ouuerom por seu barato de se rrecolherem pera a çidade.

Aa quarta feira, que era vespera de Sancta Maria dAgosto, teue elrrey seu conselho de se passar da outra parte da çidade, onde se chama Barbaçote (2), com tençam desperar aly as naaos que a corrente lançara em Malega, como ja dissemos. E, depois que ala foy, porque vio que as naaos

(1) Saláh ben Saláh.

(2) «Ce nom désigne la baie qui s'étend au sud de l'isthme, vers Castillejos» (ROBERT RICARD, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, p. 12, nota 2). Diz o mesmo autor que é o *Bahr Bassûl* ou mar de *Bassûl* dos textos árabes.

punham grande tardança em sua vinda, mandou o iffante dom Anrrique que fosse nɛ sua gallee pollo iffante dom Pedro seu jrmão e que dissesse a toda a outra frota que trabalhasse muito de se ajuntar com elle. E o iffante dom Anrrique partio aa quarta feira, açerqua da noite, e começou de seguir sua viagem; e, polla vista do forol que a naao do iffante dom Pedro trazia, logo em aquella noute mesma a gallee de seu jrmão chegou a ella.

Senhor, disse o iffante dom Anrrique, elrrey, nosso senhor e padre, manda que vos vades logo, em esta minha gallee, porque quer teer conselho açerqua do filhar da terra, se sera em aquella parte de Barbaçote, onde ja esta, se tornara destoutra parte onde primeiramente esteuemos; e que mandees jsso mesmo rrecado per todallas outras naaos daar auisamento que se trabalhem o mais que poderem de fazerem sua viagem dereitamente aaquelle lugar onde as gallees estam.

Nom sey por que maneira, senhor, lhe rrespondeo o iffante dom Pedro, que aja de partir assi e leixar esta gente, na qual sento bem que sera muy grande desconsolaçam, alem da que trazem ja, polla pestenença que anda antre elles, como pollo anojamento que os sãaos trazem dos mortos e doentes, e outrosy o enfadamento do maar, que poucos homeens soportam de bõoa uontade; empero, doutra parte, consiro que vãao ao mandado delrrey, quanto mais seer chamado per tal pessoa como vos.

E entam mandou daar auisamento a toda a outra frota que se trigassem o mais que podessem, segundo elrrey tinha mandado. E os iffantes ambos foromse em sua gallee. E, a sesta feira polla manham çedo, hindo assi sua viagem, aconteçeo que hum peixe hia voando pollo ar e cayo dentro na gallee, com que os iffantes aquelle dia ouuerom algum rrefresco. E, porque esta estoria escreui, nunca vy semelhante, o rreconto assi, por me pareçer cousa marauilhosa e algum tanto afastado da natureza, segundo meu juizo.

78

[15-19 AGOSTO 1415]

Como a frota, por via da tormenta, torna outra vez a Algeciras e como, ao dobrar o cabo de Almina, as galés correram perigo.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 59.

. . . . . .

Depois que os iffantes forom assi com seu padre, como dicto he, toda a outra frota se ajuntou em aquelle dia, segundo lhes ficara mandado. Elrrey teue seu conselho, no qual se determinou de filhar a terra, em dereito de hũuas saleguas que ahy estam. Nas quaaes se aconteçeo que algũus dos christãaos sairam fora, assi como homeens de pouco siso. E sairam os mouros a elles. E começaram de se emburilhar por tal guisa, que morreo hum christãao. Pollo qual, se a frota pos em tamanho aluoroço, que quiserom a mayor parte delles sair fora, se nam fora com temor delrrey, que o mandou defender muy rrijamente. Porque çertamente fora hũu muy grande prigo, por azo da grande multidam dos mouros que estauam muy açerqua e doutros muitos que se poderam rrecreçer. Os quaaes todos emburilhados fora azo de grande perdiçam, e muito mais dos christãaos que dos mouros, assi polla auantagem do lugar, como polla pouca ordenança que antre si leuauam.

E, estando assi elrrey em este conselho, pera filhar aly terra, sobreueo hũua grande tormenta; pollo qual foi neçessario que se elrrey dahy partisse pera outra parte, porque o lugar era tal que a frota nam podia aly rrepairar; mas esto foi enuiado polla graça de Deos, segundo adiante sera contado. E assi forom as gallees em muy grande prigo, ao dobrar da ponta da Almina. E as naaos nam poderam tam asinha fazer sua volta. E, andando assi rrepairando ao mar, abrandou a tormenta. E quando quiserom seguir a viagem das gallees, que eram tornadas as Aljaziras, onde primeiro esteuerom, lançouas a corrente a via de Malega, segundo ante fezerom. Do qual aballamento, que assi aquella frota fez, os mouros ouuerom muy grande prazer, como quer que se em ello muito enganauam, porque aquelle foi hum muy grande azo per que a çidade foi tam asinha tomada, segundo adiante sera contado.

79

[15-19 AGOSTO 1415]

Vendo Saláh ben Saláh como a frota retirara, despediu os alarves do interior, que tinha chamado em seu socorro, calculados em 100.000, o que veio a facilitar a conquista da cidade pelos cristãos, e el-rei torna a mandar o infante D. Henrique chamar as naus, em cuja ida socorre uma que se desfazia.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 60.

Grande folgança teuerom os mouros por aquella partida delrrey, nam conheçendo o calado segredo que a prouidençia diuinal em ello ordenaua. E, porque verdadeiramente em ello possamos conheçer quanto Nosso Senhor Deos em ello quis obrar per sua graça, deuemos de esguardar tres marauylhosas cousas que se em ello seguiram aalem da ordenança da rrezam, pollas quaaes podemos rreçeber auisamento pera o diante que, posto que algũuas nom venham aa nossa vontade, que as ajamos por bõoas, consirando que nos aconteçem a fim de outro mayor bem, o qual nos, por aquelle presente, nam conheçemos.

Onde he de saber que a determinaçam delrrey era de filhar terra daquella parte de Barbaçote, segundo ja ouuistes, pensando que a nam poderia tam desempachadamente filhar da outra parte. A qual cousa, se assi fora, podera seer que, posto que se a çidade depois filhara, que fora com muy grande trabalho e nam sem grande espargimento de sangue. Ca o lugar era muito fragoso e a multidão dos mouros muy grande; ca, alem dos vezinhos da çidade, eram hi outros de fora, que estauam em numero de çem mil. E aquella tormenta foi azo de se elrrey partir e escusar aquelle prigo.

E mais que, tanto que os mouros viram assi partir aquella frota, pensaram que se partira ja de todo. E, porque os outros mouros de fora lhes faziam nojo e damno, ca elles per natureza sam grandes estragadores de cousas alheas; porem mandou Çalabençala, per rrequerimento dos outros da çidade, que se fossem muito em bõoa ora pera suas casas, porque sua presença a elles ja nam era neçessaria, agradeçendolhe porem muito seu trabalho e bõoa voontade que tiueram pera os vijr ajudar.

. . . . . .

Elrrey quisera teer logo aly seu conselho, porque toda a outra frota leuara a corrente, como ja dissemos. Mandou outra vez elrrey ao iffante dom Anrrique que fosse com as gallees pollas naaos, como ante fezera. E, em jndo assi sua viagem, de noite ouuiram as vozes da companha que vinha em hũua naao, em que era Joham Gonçaluez Omem com outros muitos do iffante dom Pedro. E, segundo pareçe, que encontrara outra naao com ella, de cujo encontro abrio per tal guisa, que pareçia que a escalaram com hum cuitelo. E porem eram em muy grande prigo os que vinham em ella, do que lhes nam foy pequeno conforto quando sentiram as gallees junto consigo, pedindo ao iffante dom Anrrique que lhes fezesse acorrer.

E o iffante fezea logo aliuar da mor parte da carrega e apertar com cabres grossos e fortes; mas todavia foilhe dito que aquella naao per nenhũua via podia fazer vella, que logo de todo nam fosse alagada. E assi a leuaram aa toa, de guisa que della nm se perdeo nenhũua cousa. E a naao foy ao depois corregida, segundo lhe era neçessario, pera nauegar como da primeira. E o iffante seguio sua viagem e trouxe as naaos, como lhe fora mandado.

80

[19 AGOSTO 1415]

Reunião do Conselho com el-rei, em que se dividem as opiniões, propondo uns que voltem para Portugal, outros que se tome Gibraltar e outros enfim, no número dos quais os infantes, que se tome Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 62.

. . . . . .

Depois que aquelles do conselho forom assi ajuntados, propos elrrey sua rrezam, dizendo que bem sabiam com quantos trabalhos e despesa trouxera alij aquelle ajumtamento, a fim de filhar a çidade de Cepta, como elles bem sabiam, sobre a qual se fezera ja quanto elles viram. Porem, que lhe dissessem o que açerqua dello lhes pareçia. Sobre a qual propositçam forom rrezoadas muitas cousas. E, finalmente, foy o conselho partido em tres partes, a saber: hũus disserom que era bem todavia tornar a Cepta; outros disserom que filhassem Gibaltar; outros que se tornassem pera Portugal. E, dos que eram em conselho de filharem Cepta, prinçipalmente forom os iffantes [...]. E estas rrezõoes e outras muitas açerqua deste proposito disserom os iffantes e conde de Barçelos a elrrey, com os quaaes concordaram poucos mais de dous ou tres dos outros do conselho.

. . . . . .

81

[19 AGOSTO 1415]

Em remate das opiniões do Conselho, el-rei manda juntar a frota na ponta do Carneiro e ali resolve ir sobre a cidade de Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 63.

. . . . . .

Mas elrrey nom quis nenhũua cousa rresponder, ante disse que a detreminaçam daquello leixaua pera depois. E mandou logo fazer prestes toda

a frota, que se fosse lançar a ponta do Carneiro. A qual cousa foy feita muy ledamente, porque todos maginauam que hi nom auia ja outra cousa senom tornar pera Portugal, tendo pequeno cuidado de quanto trabalho e despesa sobre aquelle feito era leuado e como todo juntamente se perderia, ao ponto de hũua soo ora. E assi pareçeria que todallas cousas que sse ataa alli fezeram forom feitas a fim de trazerem desomrra a elrrey e ao rregno.

Depois que a frota foy assy toda jumta na pomta do Carneiro, elrrey sahio em terra e ajumtou comssigo todos aquelles do comsselho e assemtousse no chãao e elles todos darredor delle. Ora, disse elle, uos quero rrespomder a todo o que me fallastes açerqua de meus feitos. E, quamto he ao que dizees que me torne pera meu rregno, pareçeme que assaz seria de gramde mimgua auer açerqua de seis annos que amdo em este trabalho, fazemdo sobre elle tamtas çircustamçias como sabees, pollas quaaes o mundo esta com as orelhas abertas pera ouuir a fym da uitoria, e leixallo assy agora pareçeme que nom sera outra cousa senam hũu escarnho.

Outrossy, açerca do que dizees de Giballtar, assaz seria de fea cousa teer o fito posto em hũua tamanha çidade e, aa derradeira, desfechar em hũua semelhamte uilla. Porem, abreuiamdo as çircustamçias dos comtrairos, que sse açerqua dello poderiam acarretar, declaro que minha uoomtade he o dia de oje, a Deos prazemdo, seer sobre a çidade de Cepta e, de manhãa, filhar terra e dhi em diamte proseguir minha emtemçom, ataa que a Deos traga aaquella fim que sua merçee for (1).

. . . . . .

---

(1) A narrativa zurariana destes capítulos é confirmada pelo depoimento do rei D. DUARTE, testemunha dos acontecimentos, no seguinte passo do seu *Leal Conselheiro*, cap. 14, já extractado também por JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 239, nota 32:

— «E o muy vyturioso e de grandes virtudes elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deos aja, estando antre Gibaltar e Aljazira, em mynha presença, de meus irmãaos os ifantes dom Pedro, dom Henrrique e o conde de Barcellos e dos do sseu consselho, seendolhe por muytas rezõoes dictas per algũus delles, contrairos de nossa teençom, afirmando que nom devya tornar sobre Cepta, de que se levantaria com grande fortuna, por os muytos synaaes, ventuiras contrairas que ouvera, per morte da muy virtuosa rraynha minha senhora e madre e tempo contrairo, que muytos dias nom consentio que filhassemos o porto, e grande pestenença que na frota era, el disse que o coraçom nom lhe cossenteria de partir ataa provar toda sua força. E que mais querya morrer em o provar, fazendo seu dever, que de tal guisa se partir; ca, dos synaaes e ventuiras os boos hoomeens nom ham fazer conta onde fossem certos que obram dereitamente, mais devyam continuar ataa mais nom poderem. E que, nom embargando todas suas rezõoes, com a graça do Senhor Deos, entendia filhar a cidade. E, por sua mercee, foy feito melhor que se podia peenssar».

Sublinha aqui BRAAMCAMP FREIRE: — «Tinha D. João I, durante o tempo que permaneceu no pôrto de Seuta e depois no de Barbaçote, à espera das naus,

82

[20 AGOSTO 1415]

O infante D. Henrique aproxima-se da cidade de Ceuta e seus escudeiros manifestam-lhe apreensões acerca da manobra da frota, ordenada por el-rei.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 65.

Nom poderia dereitamente comtar o gramde prazer que ouue o iffamte dom Hamrrique, quamdo lhe seu padre deu aquellas nouas. E assy, como homem que o rreçebia em espiçiall merçee, lhe foy beyiar a mãao, com a comtenemça muy allegre. E, tamto que todos forom na frota, mamdou logo o iffamte aparelhar todas suas cousas pera partir. E disse a todos que pemssassem de ssy, de guisa que depois que a frota partisse, nom sse amdassem acupamdo em outras cousas; de que todos ouueram muy gramde prazer, pemssamdo que a sua uiagem dereytamente auia de seer pera Portugall. E assy, com aquella lediçe, ajmda que fosse uãa, corregeram muy asinha todas suas cousas, de guisa que, quamdo as trombetas fezeram sinall de partida, elles eram de todo prestes. E, porque era em tall tempo como sabees e era açerqua da tarde, mujtos delles fezeram sua çea temporãa, por darem mayor esforço a seu prazer.

E o iffamte mamdou logo emderemçar suas gallees per aquella hordenamça que lhe seu padre mamdara, pera rreteer ho cosso da augua, quamdo a corremte trouxesse os nauios. E, depois que o iffamte e o comde seu jrmãao forom partidos, começaram demcaminhar todollos outros

---

examinado as fortificações e a posição da praça. Dêste exame lhe resultou a convicção de que, ocupadas as alturas da Almina, sobranceiras pelo nascente a Seuta, poderia, sem grande trabalho ser a cidade entrada; pois que por êsse lado não havia fosso que transpôr e, se havia o inconveniente de deixar desembaraçadas aos sarracenos as comunicações pelo poente, os reforços que viessem da África não iriam, decerto, atacar o arraial português no alto da antiga Abyla» (*Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 202-204).

Este autor, com base sobretudo em ZURARA e na narrativa de MATEUS DE PISANO, procurou reconstituir os acontecimentos desde a partida da armada de Lisboa, por vezes várias, nomeadamente em *Um aventureiro na empresa de Ceuta*, de 1913, onde procurou dar «un récit cohérent (segundo observa ROBERT RICARD): — il y est parvenu en grande partie, mais son ignorance des lieux l'a empêché de voir certaines difficultés» (*Études sur l'histoire des Portugais au Maroc*, p. 16, nota 1).

nauios da frota delrrey. E, depois que os mareamtes e todos aquelles que auiam de rreger a frota semtiram que todauia auiam dhir dauamte a çidade, alleuamtauam uaguarosamente suas amcoras e corregiam seus aparelhos, assy como tem per costume de sse alleuamtarem algũus homeens priguiçosos, quamdo jazem nas camas bramdas em tempo frio, de guisa que, per sua tardamça, mostram quamto suas uoomtades ssam comtrairas aaquello que elles fazem.

Per semelhamte faziam aquelles mareamtes, em correger seus aparelhos; porque, ja a gallee delrrey era açerqua dAljazira quamdo o derradeiro nauio partia da pomta do Carneiro. E assy hiam hordenados hũu amte ho outro, que nom pareçia senam hũua pomte que chegaua de terra a terra. E, depois que os nauios do iffamte dom Hamrrique assy forom partidos, como ja dissemos, e os da frota delrrey começarom de partir caminho dAljazira (1), aquelles que hiam na gallee do iffamte pemssauam que sse tornauam pera Portugall; ficaram dello mujto espamtados e disseram que caminho era aquelle que aquella frota assy leuaua. Leixaae, disse o iffamte, ca aquelle que a gouerna ja sabe pera homde ha dhir. Amte nos pareçe que o nom sabe, rresponderam elles, pois que leua tall caminho, ca elles leuam caminho de Cepta e nos hijmos pera Portugall. Leyxaae fazer, tornou ho iffamte a rrespomder, a frota fazer sua uiagem, ca uay acabar o porque aqui foi uijmda.

A quall pallaura nom foi muy doçe nos ouuydos daquelles, amtre os quaaes sse começou logo hũu nouo rrumor, fallando cada hũus apartadamente sobre a determinaçam daquelle feito. E primçipallmente sse apartaram todos aquelles escudeiros que hiam com o iffamte. E, a cabo de pouco, forom assy todos jumtamente fallar ao iffamte. Senhor, disseram elles, nos uos pedimos por merçee que nos queiraaes perdoar algũuas rrazõoes que nos queremos dizer, porque semtimos que sera mujto milhor de uolas dizermos agora que ao depois que o feito for começado; ca, poderia seer que, pareçemdo nossas teemçõoes justas e rrazoadas, ao tempo que nos ouuessees de mamdar, nom compririamos uosso mamdado com aquella obediemçia que deuemos. A quall cousa seria aazo de uos teerdes mujto mais rrezom de uos queixardes do que agora terees, amte que o feito seia começado.

Ora, senhor, disserom elles, nos somos bem çertos que elrrey uosso padre fez duas uezes comsselho açerqua de sua uijmda; porque semte

---

(1) ROBERT RICARD identifica esta *Aljazira* «avec l'Afrâg mérinide ou la ville d'al-Mansûra» a que se refere Ibn Marzûk, ou seja com um dos três bairros ou quarteirões em que então se repartia a cidade de Ceuta. Nele se erguia o palácio merinida, cujas ruinas conservam ainda o nome de *Ceuta la Vieja*, e foi doado, em 20 de Setembro de 1415, por el-rei D. João I a seu filho natural o conde de Barcelos (*Etudes sur l'histoire des Portugais au Maroc*, p. 18 e bibliografia aí aduzida).

que nom pode filhar a çidade de Cepta como queria e nom sabe como sse torne que pareça rrazoado ao mundo. Quer leuar a frota sobre a çidade e mamdar ssahir a mayor parte da gemte meuda com algũus capitãaes daquelles mais somenos e elle comuosco e com os outros primçipaaes ficardes na frota; porque, ao depois, sse possa dizer que elle trabalhou por tomar terra e nom pode e que fez sobre ello toda sua posse.

O que, senhor, sse assy he, uos sabee que sera muy gram mall; ca outra milhor cautella deuia uosso padre buscar que nom aquesta, que notorio he que nos espedaçaram alli todos na meetade daquella area, amte a uista de uossos olhos, sem nehũua esperamça de rremedio. Porem uos sabee que, posto que nos ouçamos tall mamdado, que mujtos ham de poer duuida de o comprir. Porem uollo fazemos assy a saber por uosso auisamento, que comsirees se sera bem de o fazerdes saber a uosso padre; ca, segumdo creemos, nom menos tem em uoomtade todollos outros.

83

[20 AGOSTO 1415]

O infante D. Henrique responde a seus escudeiros e sua frota chega à cidade de Ceuta.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 66.

O iffamte ficou algũu tamto espamtado de semelhamte nouidade e assy mostrou a comtenemça em algũua maneira queixosa, quamdo lhes deu a rreposta, primçipallmente por rrepreemder suas desauisadas pallauras. Pareçe, disse elle, que elrrey meu senhor teue hũu comsselho em terra e uos outro no mar e pemssaaes que elle nem nosoutros nom teeremos de uossas uidas aquelle emcarrego que he rrezom de teermos. Porem uossas pallauras me forçaram de uos declarar o que amte tijnha pouco em uoomtade. E esto he que, prazemdo a Deos, de menhãa uos me uerees primeiramente sahir polla pramcha desta minha gallee; e, porque nehũu de uos nom aja rrezam dhir apos mym, mamdarey uijr dos outros nauios dous dos meus pera os leuar comigo. E uos podees bem seguir uossas uoomtades, porque a mym praz que, ataa que me uos nom ueiaaes sahir que, por mamdado que uenha delrrey meu senhor nem meu, que nom façaaes nehũu mouimento.

Gramde arrepeemdimento mostraram todos aquelles daquellas pallauras que disseram ao iffamte e amte quiseram perder toda sua fazemda que teer fallado em semelhamte cousa. E alli começaram de sse aqueixar muy fortemente, dizemdo que aquello seria ja mujto peor que o da primeyra; ca, o que elles disseram nom fora dito com maa emteemçom, soomente por lhes pareçer que nom seria rrezam de os alli leyxar morrer sobre cousa de que a elle ficaua pequena homrra. Empero, disseram elles, senhor, uos nom cuydees que assy auees de sahir sem nossa companhia, amte teemde que nom ha aqui tall que amte sse nom leixe morrer que de lhe seer feita semelhamte emjuria. E, posto que uos queiraaes sahir, como dizees, uos sabee que nos sahiremos todos a par de uos ou nos allagaremos neste maar.

Nom mais, disse o iffamte, ca sobre o que uos disse nom emtemdo fazer outra mudamça. E assy com aquelle nojo ficarom todos aquelles escudeiros, despemdemdo a parte que lhes ficaua do dia em fallamdo sobre aquelle feito. E os mouros da çidade, tamto que uiram a frota açerqua de seus muros, emcheram todas suas janellas e freestas de camdeas, por mostrarem que eram mujtos mais do que os christãaos presomiam. E, assy polla gramdeza da çidade como por seer de todallas partes tam allumeada, era muy fremosa de ueer.

. . . . . .

84

[20 AGOSTO 1415]

O infante D. Henrique desembarca na praia de Ceuta e começa a combater os mouros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 72.

. . . . . .

E o iffamte dom Hamrrique, porque tijnha sua pramcha algũu pouco afastada da terra, lamçousse demtro em hũu batell que passaua per hi e meteo comssigo Esteuam Soarez de Mello (1) e Meem Roiz de Refoyos, que

(1) Sexto Senhor de Melo, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Inês de Brito (Cf. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 1, pp. 194 e 410).

era seu alferez, e mamdou que as trombetas fezessem rrijamente sinall pera sahirem todollos outros em terra. E, tamto que o iffamte foy na praya, começou a gemte de rrecreçer. E Ruy Gomçalluez, que sahira primeyro, amdaua ja diamte, amtre os mouros, e hũu jemtill homem allemam em sua companhia, os quaaes derribaram hũu gramde mouro, que amtre todollos outros mostraua mayor fortelleza.

Mas, he agora de saber como o iffamte Duarte, assy como uallente caualleiro, sahio de sua gallee, emquamto seu padre amdaua proueemdo a outra frota, e sse foi pera aquelle porto omde o iffamte dom Hamrrique filhara terra, e Martim Affomaso de Mello (2) e Vaasquo Eannes Corte Reall eram açerqua delle quamdo salltou na praya, ca assy fezeram outros mujtos, sse lho elle quisera comssemtir; mais, com rreçeo de seu padre, leixauam de o fazer. E em esto seriam os christãaos ja fora naquella praya ataa çemto e çimquoemta e assy começarom muy rrijamente de sse meter com os mouros, magoamdoos a meude com suas armas, ataa que, per força, os fezeram meter per a porta dAlmina (3). E o primeiro homem que foy demtro com elles foi Vaasquo Eannes Corte Reall e desi os outros apos elle.

E, himdo assy pelleiamdo com os mouros, açertousse que o iffamte dom Hamrrique conheçeo seu jrmãao; ca, posto que o iffamte Duarte auia pedaço que amdaua amtre os mouros, nom emtemdaaes que os homeens, em semelhamtes lugares, quamto mais seemdo armados, sse tam asinha podem conheçer. Empero, quamdo o iffamte assy conheçeo seu jrmãao, fezelhe muy gramde mesura, dizemdo que daua mujtas graças ao Senhor Deos por lhe dar tam bõoa companhia. E a uos, senhor, disse elle, tenho mujto em merçee a bõoa uoomtade que teuestes e teemdes pera nos uijr ajudar. Nom era aquelle o lugar, segumdo o tempo, em que sse mujtas pallauras semelhamtes ouuessem de passar, porque as lamças e as pedras nom estauam em uãao.

E, em esto, forom assy leuamdo os mouros comtra a porta da çidade, ferimdo e matamdo em elles, ssem algũua piedade; ca eram ja com os iffamtes melhoria de trezemtos homeens. E ordenaram alli sua batalha, com emtemçom desperarem elrrey, segumdo lhe fora mamdado. Nom me pareçe que he bem, disse o iffamte Duarte, que façamos agora algũua deteemça, porque estes mouros ssom aqui açerqua de nos; e, sse os leuarmos assy, podera seer que, quamdo elles emtrarem, que emtraremos de

(2) Guarda-mor de el-rei D. João I (*Ibi*, liv. 3, pp. 153, 157 e «passim»).

(3) Que se via no quarteirão oriental da cidade, em direcção do actual *Monte Acho*, já assim denominado por PISANO (Cfr. ROBERT RICARD, *Etudes sur l'histoire des portugais au Maroc*, p. 9, o qual observa não dever confundir-se esta porta com a *puerta de la Almina* da nomenclatura espanhola).

uollta com elles ou ao menos forçallosemos tamto, que nom possam fechar a porta e, amtretamto, acudira a nossa gemte e emtraremos, a seu despeito. O iffamte dom Hamrrique disse que lhe pareçia muy bem. E, em esto, começarom de seguir os mouros, emtamto que os fezeram tirar damtre as çisternas e hũu chafariz que alli esta, em que sse coaua agua quamdo uijnha de çima daquelles outeiros.

. . . . . .

E a primeira bamdeira rreall que emtrou em a çidade foy a do iffamte dom Hamrrique e çertamente que aquella bamdeira deuera de seer bem conheçida amtre toda a nobreza e geeraçom daquelles marijms; ca mujtas uezes foy depois despreguada amtre gramdes ajumtamentos delles, omde sse fez gramde mortijmdade amtre os mouros, segumdo adiamte, em mujtas partes de nossa estoria, emtemdemos de comtar. Nem auia hi outra bamdeira nem estemdarte ssenom hũua bamdeira de Martim Affomsso de Meello e hũu estemdarte de Gill Vaaz. E, quamdo os iffamtes emtraram, emtraram com elles obra de quinhemtos homeens darmas.

85

[20 AGOSTO 1415]

Os infantes D. Duarte e D. Henrique tomam posições dentro da vila.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 74.

. . . . . .

E, porque a gemte era ja mujta, mamdou o iffamte dom Hamrrique, per rrequerimento de seu jrmãao, que sse rrepartissem cada hũus per suas partes, a saber: o comde dom Affomso per hũua rrua e a sua bamdeira com parte daquella gemte per outra e Martim Affomsso de Meello per outra. E disse o iffamte Duarte que era bem que elles ambos se fossem per açerqua daquelle muro, a filhar todallas altezas que sse podessem achar; porque os mouros nom teuessem lugar de sse acolherem a ellas primeiramente. E, jmdo assy, porque o soll era muy gramde e aquella costa aspera de sobir, tirou o iffamte Duarte parte das suas armas, porque semtio que era trabalho sobeio de as trager, ueemdo como os mouros ja leuauam caminho de desempachar a çidade.

Mais o iffamte dom Hamrrique, porque hia ajmda todo armado, nom o podia seguir; por cuja rrezam, o seu jrmãao esperou duas uezes, ataa que lhe foi neçessario tirar a mayor parte de suas armas, de guisa que nom ficou senom com hũua soo cota. Mais, porque fallamos nas rrezõoes que os escudeyros do iffamte dom Hamrrique disseram a seu senhor, quamdo uijnha da pomta do Carneiro, e na rreposta que lhes elle deu, prazeruosha de saberdes a comclusom que ouueram, por ememda de seu fallamento. E foy que, quamdo elles uijram ao iffamte no batell, nembramdosse do que lhes elle dissera, acreçemtaram mujto mais sua trigamça; comsijramdo como todos nom podiam caber na pramcha, quiseram arremedar ho iffamte. Lamçamdosse em hũu batell, forom tamtos jumtamente, que os nom pode soportar e allagousse com elles. Mas, prouue a Deos que, pero alli fosse a agua daltura de hũua lamça darmas e elles assy fossem todos armados, nehũu delles nom falleçeo.

E foy ajmda mujto mayor marauilha; porque a Duarte Pereyra, que era hũu daquelles, cahio hũu cuytello que leuaua, do iffamte; e, nembramdosse delle depois que foy fora, oolhou comtra o peego da agua e uio[o] jazer, porquamto a agua he alli mujto clara, e tornou outra uez por elle, assy armado como estaua. Mais as cotas darmas e prumõoes de cada hũu, que leuauam aa sua maneira, perderam alli toda sua fremosura; ca bem deuees demtemder cousas de taaes lauores como sse corregeriam em semelhamte lugar. E empero em algũua cousa lhes prestou aquelle allagamento, ca lhes deu ajuda pera soportarem a força da quemtura.

86

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Duarte foi tomar a altura do Cesto e D. Henrique se tornou para a Rua Direita.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 75.

. . . . . .

E o iffamte, depois que assy tirou suas armas, ficou com hũua soo cota e trigousse mujto por alcamçar seu jrmãao. E seguio tamto ataa que chegou a elle, aa fim da primeira alteza. E, tornamdosse dalli o iffamte Duarte, em salltamdo hũuas paredes, foy neçessario de sse parti-

rem cada hũu pera sua parte; porque o iffamte dom Hamrrique pemssou que, pois aquella alteza era filhada, que seu jrmãao tornasse pera fumdo. E com tall emtemçom tomou aquelle caminho. Mais, o iffamte Duarte foi assy filhamdo todallas altezas, ataa que chegou aa fim da mayor, omde sse chamaua o Cesto. E nom cuydees que a passagem destes lugares era sem algũu trabalho, que a çidade, per todas partes, era chea de mouros e nom podiam os homeens amdar per nehũua parte que nom achassem algũus.

Mais, nom podia o iffamte Duarte emcomtrar com tamtos, que nom deseiasse ajmda mujtos mais; porque aquella uista auia mujtos dias que elle deseiaua. E mujtas cousas se poderam dizer açerca de sua ardideza, as quaaes, comtadas per sua dereita fegura, em quallquer outro homem, por gramde e boom que fosse, poderiam seer comtadas por gramdes; mais o iffamte non quis dellas fazer gramde comta, porque era mujto aaquem do que elle deseiaua. Empero, posto que algũus boons homeens com elle fossem, ca toda a força da sua jemte ficaua ajmda na frota, os quaaes depois ueeram com a sua bamdeira, a sua espada era a primeyra que feria em quallquer lugar que sse açertaua de seer neçessario, assy como teemdes ouuido que foy primeiramente filhada a praya e desi a Almina e depois a çidade. Porque todollos da frota delrrey esperauam que ouuessem de sahir per outra hordenamça, segumdo era hordenado, nom estauam tam prestes como sse o caso offereçeo.

Mais, depois que uiram como todollos da frota do iffamte dom Hamrrique sayam com tamanha trigamça e como depois que emtrauam a Almina nom tornaua mais nehũu, e uijam jsso meesmo como os mouros que estauam no muro corriam todos pera a porta, semtiram que toda a força do feito estaua em aquelle lugar. E, porque elrrey amdaua ajmda pollos nauios, ca a frota era muy gramde e elle auia de fallar com mujtos, mamdou o iffamte dom Pedro e hũu seu ueedor, que chamauam Dieguo Gomçalluez de Trauaços, que fossem em hũu batell dizer ao iffamte Duarte se lhe pareçia bem de filharem terra; pois que o iffamte dom Hamrrique seu jrmãao ja era na Almina e estaua açerqua das portas, segumdo lhe pareçia no sair da gente que saya da sua frota.

Mas, quamdo Diogo Gonçaluez chegou com o rrecado, como o iffante Duarte ja era fora, mandou elle Diogo de Seabra, que era seu alferez, que posesse a bandeira no seu batel e mandou fazer sinal com as trombetas a todollos outros nauios que se fezessem trigosamente prestes. E, estando pera jr falar a elrrey seu padre, chegaram algũus daquelles senhores que vinham buscar elrrey, o qual se açertou logo de chegar alij, com entençam de dizer ao iffante que saisse o mais trigosamente que podesse, pera filharem terra, elle e todollos da frota. A bom tempo, disserom algũus daquelles fidalgos, podemos nos ja jr pera leuarmos daqui honrra nem nome que nos muito preste, quando a çidade he ja entrada.

E entam contaram a elrrey o grande arroido que ouuiam dentro, como lhe pareçia que aas vezes ouuiam o soom das trombetas. Por çerto, disserom elles, bemauenturados forom aquelles que se açertaram de seer em aquelle ajuntamento, ca de toda a honrra deste feito leuam elles a milhor parte.

E, em esto, chegaram as nouas em çerto como a çidade era entrada e os iffamtes e conde de Barçellos andauam dentro espalhados, cada hum por sua parte. Na sua lediçe nom fallo; ca, posto que elle na sua vontade teuesse tamanha como era rrezam, nam a demostrou muito em sua contenença. Ca este era seu geito em todallas cousas nunqua amostrar contenença allegre, por grande bemauenturança que lhe viesse, nem jsso mesmo tristeza pollo contrairo; mas começou de se rrijr contra os outros quando soube a maneira que o iffamte Duarte teuera em se esconder delle, pera jr com seu jrmãao em aquella dianteira. Pareçe, disse elle, que meu filho nam quis esperar, porque entendeo que, por azo de minha velhiçe, sairia mais tarde ou seria mais pesado que elle pera saltar e quis hijr com seu jrmãao, porque lhe sentio a vontade mais açesa que ha minha. Mas dou muitas graças a Deos porque lhe mostrou tam asinha a fim do seu desejo.

87

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique tornou à Rua Direita e das coisas que ali fez.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 78.

Dissemos nos outros capitullos como o iffamte dom Hamrrique presumio que seu jrmãao era em outra algũua parte. E porem deçeosse comtra a rrua dereita, pera hir atemtar a fortelleza do castello; ca, de todallas outras cousas da çidade nom fazia ja nehũua comta, pollo uemçimento em que os mouros amdauam, e menos era seu deseio comtemte de nehũua bõoa dita que naquelle feito ouuesse, nom porque elle bem nom conheçesse a gramdeza da uitoria, mas porquamto sse ouuera com tam pequeno trabalho.

. . . . . .

E, jmdo assy em este pemssamento, chegou aa rrua dereita, polla quall seguimdo hũu pequeno espaço, chegaram a elle mujtos christãaos,

os quaaes, segumdo justa stimaçom, seriam ataa quinhemtos, que uijnham fogimdo amte os mouros. E, uemdoos ho iffamte, çarrou a cara do baçinete e embraçou hũu escudo que trazia e leixou passar per ssi todollos christãaos, ataa que cheguarom os mouros; os quaaes mujto asinha conheçerom os seus gollpes amtre todollos outros. Ca, assy os cometeo rrijamente, que os fez per força uirar as espadoas pera homde amte traziam os rrostos. E os christãaos, tamto que conheçeram o iffamte, cobrarom esforço e fezerom outra uez a uollta sobre os mouros e começarom de o seguir, ataa que cheguaram com elles a hũuas casas homde descarregauam as mercadorias que uijnham de fora e ajmda pousauam alli genoeses e chamauasse a aduana e ajmda sse agora chama; as quaaes casas tijnham hũua porta barreyrada daquella parte dAlmina (1).

E, quamdo alli cheguaram os mouros, ou por auerem outros de nouo em sua ajuda ou por semtirem que os christãaos nom traziam tamanho esforço como da primeira, uolltaram outra uez os rrostos sobrelles e fezeromlhe uirar as costas com mujto mayor força que da primeira. E, trazemdoos amte ssy, toparom outra uez com o iffamte, o quall, aaquelle tempo, era de hidade de uijmte e hũu annos e auia os nembros grossos e fortes e coraçom nom lhe falleçia nem pomto pera lhe fazer soportar os trabalhos. E, quamdo assy uio outra uez os christãaos desbaratados, dobrousselhe a sanha e salltou outra uez amtre elles; e, tam fortemente os cometeo, que os fez desborralhar pera hũua parte e pera a outra. Mas os christãaos traziam comssigo tamanho temor, que a mayor parte delles passaram per o iffamte ssem auer delle nehũu conheçimento e nom tornaram mais atras.

E os outros que ficarom salltaram com o iffamte no meo daquella pressa e rreuollueram o feito per tall guisa, que algũus dos mouros cahiram alli e os outros nom poderam soportar a fortelleza daquelles gollpes e uolltaram as espadoas, por cuja rrezam rreçeberam mujto mayor dano. Mas ho iffamte nom os quis leixar assy como fezerom da primeira, amte os seguio, leuamdoos amte ssi ataa que cheguaram aa sombra dos muros do castello. Mas aquella passagem se podia bem conheçer per o rrastro dos mouros que jaziam mortos na rrua, ca em breue espaço tijnham companhia hũus aos outros. E assy o deziam elles em seus braados, quamdo fallauam aos deamteyros que sse aballassem rrijamente, ca os seus paremtes e jrmãaos nom podiam soportar tamanho dano.

E esto era porque aquella rrua era aaquelle tempo estreita e os mouros eram mujtos e rrecreçiam cada uez mujtos mais, de guisa que os

---

(1) Ou seja o *Monte Acho* de hoje, já assim dito por MATEUS DE PISANO, a p. 43 da versão portuguesa do seu *De bello Septensi*, como observa R. RICARD, *Etudes* cits., p. 11.

christãaos primeiros e os mouros derradeiros nom podiam pelleiar senom muy poucos, dos quaaes o deamteiro foy sempre o iffamte, cujos gollpes eram bem conheçidos amtre todollos outros. E assy forom os mouros rrecolhemdosse os que podiam, ataa que cheguaram aa sombra dos muros, homde rreçeberam algũu acorro; porque sse ajumtam alli tres muros, a saber, o muro do castello e hũu muro de Barbaçote e o outro muro que departe as uillas ambas.

88

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique ali pelejou com os mouros e como Fernão Chamorro foi derrubado.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 79.

Ali, amtre aquelles muros, pemssaram os mouros de rrecobrar suas forças. E assy pararam os rrostos dereitamente comtra os jmmijgos, atreuemdosse na estreitura do lugar e na multidom dos mouros que estauam sobre os muros. A quall cousa nom era sem rrezam que elles cuidassem; porque o lugar he assy aazado que, por poucos que em çima esteuessem, fariam gramde dano nos outros de fumdo ou, per força, sse tornariam pera tras. E, pera ajmda elles teerem mayor esforço, uijam o pequeno numero dos christãaos que estauam com ho iffamte, o quall os fazia teer esperamça de sse uimgarem alli do dano de seus amigos e paremtes. Ca, de quamtos primeiramente aballaram com o iffamte, quamdo partio da aduana, nom eram alli com elle mais que dez e sete; porque os outros, poucos e poucos, sse partiram cada hũus pera sua parte. Ca hũus tiraua a cobijça do rroubo, a outros a gramde sede que auiam, porque toda sua uiamda era sallgada e a gramde força do soll secaualhes as humidades dos corpos e faziaos mujto a meude buscar os poços, homde sse nom podiam auer fartos dagua; outros auiam as compreissõoes molles e dellicadas e nom podiam sosteer lomgamente a força do trabalho, e tirauamsse a fora.

E, assy com aquelles dez e sete sosteue o iffamte sua pelleia, melhoria de duas oras e mea. E, em estes cometimentos, cahiam aas uezes algũus daquelles mouros em terra. E deram hũua tam gramde ferida a hũu escudeiro do iffamte, que sse chamaua Fernam Chamorro, o quall

sem nehũu acordo cahio em terra temdido sem teer nehũua semelhamça de uida. E os mouros se trigaram mujto pera o filhar. E o iffamte e aquelles que com elle estauam nom lho queriam comssemtir. E, sobre a deffemssom e filhada daquelle escudeiro, durou a comtemda muy gramde pedaço, ataa que o iffamte deu hũua sahida gramde, a quall os mouros nom quiseram esperar; e, começamdo de sse rretraer, forom assy fortemente seguidos, que lhes comueo per força leixar toda aquella rrua e meteramsse per aquella porta que uay pera a outra uilla e o iffamte de uollta com elles.

Mas, daquelles dez e sete que primeiramente o acompanhauam nom seguiram mais de quatro, a saber: Aluoro Fernamdez Mazquarenhas, que depois foy senhor de Carualho, e Vaasco Esteuez Godinho e Gomez Diaz de Goes, naturall dAlamquer, (1) os quaaes todos tres uiuiam com ho iffamte. E o quarto era hũu escudeiro delrrey, que sse chamaua FernamdAlluarez; e, por seer homem que deseiaua seruir o iffamte, sse açertou alli com elle e assy comtinuou em todo aquelle feito. E bem he uerdade que o seu deseio era boom, pera seruiço daquelle senhor; mas a uoomtade do iffamte nom foy menos, pera lhe ao diamte dar ho guallardom. Dos outros nom digo, porque eram seus e uiuiam com elle e geerallmente tijnha maneyra de os comgallardoar. Nom era o seruiço daquestes pera teer em pequeno stimo e de dous destes, que eu conheçi, posso dar çerto testimunho, que forom bem alloiados e paguados de seu seruiço.

Mas, quem auia de cuydar que o iffamte nem nehũu daquelles quatro que com elle forom podesse escapar daquelle feito uiuo? Porque sobre aquella porta esta o muro, que he grosso e forte, no quall estam duas hordeens dameas, de guisa que damballas partes he deffemssauell. E esta ajmda hi mais hũua torre com hũua abobeda, furada em çertos lugares. E daquella torre saae a segumda porta feita em uollta. E assy uãao per amtre aquelle muro e a barreira, ataa que cheguam aa terçeira porta (2).

---

(1) Depois senhor das saboarias de Alenquer, Arruda e outras (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, p. 215).

(2) Cotejando este confuso passo com outros de ZURARA (*Crónica... de Ceuta*, caps. 77 e 80, e *Crónica... de Guiné*, cap. 5) e ainda com o relato de JERÓNIMO DE MASCARENHAS, *Historia de la ciudad le Ceuta*, cap. 23), R. RICARD conclui: — «Il y avait, en somme, trois quartiers ou trois petites villes que les textes ne distinguent pas toujours clairement: le quartier oriental, sur les premières pentes de l'Almina, le quartier occidental, sur l'isthme, et à l'extérieur, à l'ouest de ce dernier, l'*Aljazira*. Les Portugais progressèrent d'est en ouest, occupant successivement, l'Almina, les deux quartiers urbains et l'*Aljazira*» (*Études* cits., p. 12, nota 2).

E, mais particularmente sobre a porta em referência: — «On voit tout de même clairement qu'il s'agit d'une porte coudée ou en baïonnette, dont on a des exemples fréquents dans l'architecture musulmane. Ses défenseurs utilisaient les percées faites dans la voûte de la tour pour lancer des projectiles, surtout des pierres, sur les assail-

Ora, que seria ca os mouros que elles leixauam amte ssi eram mujtos e os muros esso meesmo estauam cheos, cujo cuydado nom era outro senom empeeçer aaquelles christãaos, homde elles podiam chegar com suas armas ? E quamdo semtiram que os jmmijgos hiam de uollta com os seus, poseromsse sobre os buracos da abobeda, por tall que, com as pedras que lamçassem de çima, podessem empachar aquella passagem aos christãaos, quamdo quisessem passar per de fumdo.

Mas, quis Deos que o seu deseio nom ouue aquella emxecuçam que elles, com tam bõoa uoomtade, quiseram; e, a despeito de toda sua força, passou o iffamte aalem com aquelles mouros que leuaua amte ssi. Empero, presumem algũus que, por os christãaos seerem tam poucos e os mouros tamtos, rreçeauam os de çima de lhe lamçarem as pedras, por nom empeeçerem aos seus meesmos, ca nom sabiam que posto ouuessem de teer sobre tam pequeno numero. Assy forom aquelles mouros todos empuxados, ataa que passaram a terçeyra porta. Mas aquella passagem nom foi sem gramde trabalho dos christãaos e dano dos jmfiees; ca parte delles jaziam per aquelle caminho, cuja morte os outros de çima do muro chorauam com gramde semtimento.

. . . . . .

89

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique e alguns poucos homens estiveram duas horas entre aqueles muros, cercados de mouros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 80.

. . . . . .

Os mouros, assy empuxados per amtre aquelles muros, passaram a terçeira porta, que uaay pera a uilla de fora; mas alli uolltaram elles

---

lants, lorsque ceux-ci tentaient de forcer la porte. Et c'est ce qu'essayèrent de faire les Musulmans, mais sans y réussir, car les Maures, fort nombreux, et les Portugais — une poignée —, qui se battaient en bas, étaient trop étroitemente mêlés. C'est vraisemblablement cette porte qui fut remplacée par la porte dite *puerta de la Almina*, qui était triple également et qui faisait aussi communiquer les deux quartiers» (*Études*, pp. 13-14).

rrijamente, acordamdosse que, sse aquellas portas fossem fechadas, que teeriam elles de todo perdida a esperamça de cobrarem jamais aquella uilla primeira. E assy poserom toda sua força polla empachar. E o iffamte e os outros que com elle estauam tijnham o comtrairo daquelle deseio, poemdo toda dilligemçia pera acabar de fechar aquellas portas. Mas, com todo seu trabalho, hũu gramde pedaço esteueram assy, que numca poderam fechar mais de hũua porta; porque, quamdo queriam fechar a outra, loguo os mouros os cometiam rrijamente, de guisa que lhe nom queriam leixar husar do que queriam. Mas, daua gramde ajuda a deffemssam dos christãaos hũua parede que estaua amte a façe daquella porta, a quall empachaua os mouros per tall guisa, que nom podiam alli pelleiar senam muy poucos.

E, tamto esteueram naquella perfia, que cada hũu daquelles escudeiros, per sua uez, prouou de teer assy aquella porta e nom a podia lomgamente sofrer, assy polla força do trabalho, como pollo nojo que lhe os mouros faziam nas pernas, com azaguayas que metiam por debaixo. E, ueemdo o iffamte como sua estada alli nom aproueitaua, fez de todo solltar as portas e salltou fora e os outros com elle e começou de seguir os mouros; os quaaes, ssem nehũua mostramça de deffemssam, começarom de fugir, que nom pareçiam outra cousa senam homeens que fogem dalgũu touro quamdo o ssimtem uijr depos ssi per algũua rrua. E daquella hida que os mouros fezeram teue o iffamte e os seus tempo pera tornarem a fechar sua porta, segumdo amte deseiauam. E, depois que elles emtrarom primeiramente polla porta da abobeda ataa que sse tornarom, passarom duas oras.

90

[20 AGOSTO 1415]

Como todos pensavam que o infante D. Henrique era morto e como ninguém ousava passar aquela porta, com temor dos mouros que estavam em cima dos muros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 81.

Quem poderia jullgar que o iffamte nem nehũu daquelles estaua em tall pomto, segumdo os mujtos aazos comtrairos que sse em ello podiam maginar? Ca, aquella uilla, de fora, estaua toda chea de mouros, sem

esperamça de nehũu socorro; e, pollas portas nom ousaua nenũu de passar, por aazo da gramde guarda que os mouros de çima do muro açerqua dello puynham. E assy, com esta esperamça, deram todos uoz que o iffamte era morto. E todos pemssauam que elrrey fezesse por ello mostramça de gramde nojo. Por cuja rrazom, nom ousaua nehũu de lho dizer. Mas, quamdo sse açertou de lhe seer dito, rrespomdeo elle que nom montaua mujto, pois que morrera em seu offiçio. Mais, depois que lhe comtarom a uerdade do feito, ouue elle, em sua uoomtade, muy gramde prazer, espiçiallmente porque aquelle filho o pareçia mais que outro algũu, nas feituras do corpo.

. . . . . .

Gramde padeçimento tijnham os mouros que estauam em çima dos muros, porque semtiam como o iffamte e os outros tijnham a porta fechada e nom lhe podiam empeeçer. E esto era por rrezam da uollta do muro que uijnha sobre aquella porta homde elles estauam, so cuja sombra rreçebiam emparo. Nem aquella deteemça que o iffamte alli fazia nom era a outra fim, senom pera esperar que rrecorressem os seus pera alli; ca a sua uoomtade de todo era desposta pera tornar outra uez a pelleiar com aquelles mouros ataa que os botasse de todo fora. E, quamdo uio que a tardamça era tamanha que nehũu dos seus nom acodia, disse a hũu daquelles que com elle estauam que os fosse chamar ou outros quaaesquer que achasse, per que elle podesse rreçeber ajuda. Mas, cada hũu per ssi lhe rrespomdeo que o nom faria per nehũua guisa, nom porque rreçeasse o perijgo de seu caminho, soomente por elle ficar alli tam desacompanhado, que sse lhe algũua cousa rrecreçesse, que seria gramde mall, nom seemdo todos jumtamente com elle.

Mas, sera mujto milhor, rrespomdeo o iffamte, que uaades todauia porque, per uossa hida, acabaremos nosso feito. Porque os mouros correm pera aquella outra parte de çima; e, com atreuimento do socorro que teem em esta outra uilla, dam trabalho aos nossos, o que nom fariam sse semtissem que algũua gemte ca amdaua amtre elles. E ajmda pode seer que cada hũu de meus jrmãaos, sabemdo parte deste feito, sahira per aquella porta e nos sahiremos per esta e assy os poderemos ligeyramente empuxar fora da çidade. Como querees, senhor, rrespomderom elles, que nehũu de nos aja de filhar atreuimento pera uos leixar aqui, ca ajmda que esteuessees em hũua salla, seguro de todo perijguo, uergonha aueriamos de uos leixar, seemdo tam poucos. E breuemente nehũu delles numca sse dalli quis partir, dizemdo que, pois que os a uemtura assy açertara que, mortos ou uiuos, a par delle os auiam dachar.

Copyrighted material

91

[20 AGOSTO 1415]

Garcia Moniz atreve-se a transpor aquela porta para ir buscar o infante.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 82.

Como quer que a doçura do gaanho que os homeens auiam nos despojos daquella çidade trouuesse suas uoomtades allegres, quamto mais a uitoria, que de todallas cousas omde a comtemda he tamto deseiada. Tamto que as nouas do iffamte chegaram aas suas orelhas, mujtos rrecorreram pera çerca daquella porta, pera auerem çertidam dello. E, quanto o passo daquella porta era mais perigoso, tanto a çertidam de sua tristeza se acreçentaua muito mais e preguntauam hũus aos outros, cada hum como vinha mais tarde, pollas nouas que auiam do iffante.

Nam sabemos, deziam elles, nem ha hy nenhum que o possa saber. Ca, depois que elle passou aquella porta e quatro que forom com elle nunca mais tornou nenhum; empero, quaaesquer nouas que ellas seiam nam podem ser senom muy tristes pera todos aquelles que o amauam. Ca, çerto he que toda aquella villa dalem he chea de mouros e mais que elle, afora o grande prigo em que seria ao passar destas portas, nom se auia de teer que nom passasse aalem, onde auia rremedio que o escusasse de morte, elle e aquelles que com elle passaram, saluo se fora a graça de Deos que os quisesse guardar. Empero, bem he de crer que, se elles uiuos forom, ja algum delles acudira, em duas oras que rrazoadamente pode auer que elles daqui sam partidos.

E em estas departições estauam. Mas, nom auia hy algum que ousasse de passar aquella porta; porque poucos ha hi que se queiram poer em auentura onde a morte conheçidamente estaa aparelhada. Mas, quando Garçia Moniz, que era hum fidalgo que fora guarda do iffante quando era moço, chegou aly e lhe disserom o feito como era, nam quis mais esperar nenhũua cousa; mas, assy como ardido caualeiro, se despos a todo prigo e saltou rrijamente pollas portas dentro, atee que chegou onde o iffante estaua. Ha, por merçe, disse elle, porque meteis os vossos em tamanhas desesperações. Ca, nom estaa agora ali tal aquella porta, que nom tenha por fee que nunca jamais vos ha de veer; e estam maldizendo a sy e a sua ventura, porque os apartou de vos, ca consiram o grande doesto que lhes podera ficar se se açertara de vos faleçerdes, por nam serem convosco,

Par Deos, senhor, vos querees cometer hũuas cousas e, perdoaime porque vollo digo, que sam aalem de toda ardideza dos homeens. E ajnda leixaesvos aqui estar com esperança que se ajam de vijr pera vos algũus dos outros e nom querees consirar como aquelles muros estam cheos de mouros e que açima desta porta esta outra per onde entram os mouros e saem quantas vezes querem. Ca, nom cuidees que todo o cuidado dos vossos he em pelejar com os mouros; ca, os mais delles tem mor cuidado de rroubar as casas que acham vazias e vossos jrmãos e todollos outros capitães andam espalhados polla çidade, cada hũus por sua parte e, antretanto, pode ser que sairam algũus daquelles mouros que estam no castello ou, porventura, muitos que andam na çidade, querendosse rrecolher, viram por esta porta e aueram por boa dita de uos acharem aqui, pera sse uimgarem no uosso samgue. Porem, por merçee partiuos daqui e tornaaiuos pera fora, omde poderees fazer de uossa homrra com mayor seguramça de uossa uida.

O iffamte conheçia bem Garçia Moniz, que era homem sesudo e boom caualleiro, e conheçeo que o comselhaua muy bem. E assy o pos logo em obra e os outros jsso meesmo que lhe fallaram açerca dello. E porem cometeo seu caminho pera sse tornar, omde achou ja estar Fernam Chamorro, aleuamtado com hũua muy gramde ferida no rrostro. Nem cuidees que os que amte alli estauam passauam seu tempo oçiosos; ca os mouros acudiam alli a meude e comtinuadamente aturauam sua pelleia. Mas, depois que o iffamte chegou, cobraram elles em ssi mujto moor esforço e cometeramnos rrijamente, de guisa que derribaram alli algũus. E, estamdo assy os feitos em este pomto, chegou hi Nuno Antunez, filho dAmtam Vaaz de Gooes.

Senhor, disse elle ao iffamte, a uossa bamdeyra e o estemdarte do iffamte dom Pedro uãao caminho daquella outra porta de çima, com teemçam de sse hirem per alli pera a uilla de fora, e os mouros ssam mujtos açerqua daquella porta. Façouollo saber, porque me pareçe que he bem que uos uaades comtra lla, por tall que os uossos rreçebam esforço e ajuda. O iffamte disse que lho tijnha mujto em seruiço e assy emcaminhou loguo rrijamente polla rrua açima, ataa que chegou omde os seus estauam. E çertamente sua chegada foi alli muy proueitosa, ca a força dos mouros era muy gramde sobre a emtrada daquella porta; os quaaes puinham toda sua dilligemçia em deffemder a passagem aos christãaos. E assy deram hũua muy gramde pedrada na aste da lamça em que estaua a bamdeira do iffamte, que a derribaram em terra; a quall mujto asinha foy leuamtada, per força daquelle que a trazia. E o iffamte, ueemdo assy aquelle feito, salltou mujto asinha amtre elles e cometeos de tall força, que lamçou os mouros aalem das portas. Mas, nom traziam alli todos tall ardideza como elle; ca soomente Garçia Moniz achou comssigo na escuridade daquellas abobedas que estauam sobre aquella porta.

Copyrighted material

92

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante regressou ao local em que estivera e como os mouros abandonaram totalmente o castelo.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 83.

Outra uez sse tornou ho iffamte pera aquelle lugar domde amte partira, per aquella rrua dereita per omde suas bamdeiras ueeram. Nom que elle esteuesse naquelle proprio lugar, mas aa emtrada doutra trauessa, que he a ffumdo daquella, omde elle assy primeiramente esteuera; porque alli estaua hũu gramde ajumtamento de mouros com que ajmda tornou a pelleiar. E, em esto, lhe chegou rrecado de seu irmãao o iffamte Duarte, que o emuiaua chamar a hũua mezquita que alli estaua açerqua, omde depois foy a ssee catedrall.

Dizee uos, rrespomdeo elle aaquelle messegeiro, ao iffamte meu senhor e jrmãao, que melhor seria, se o sua merçee ouuesse por bem, de elle uijnr pera aca, pera arramcarmos estes mouros de todo daqui, que de me eu partir agora pera nehũua parte; e que esto lhe emuio dizer polla bõoa uoomtade que lhe semto pera semelhamtes feitos e que sayba que, como eu daqui partir, que emtemdo que nom ficara aqui mais nehũu. E, como quer que alli mujtos boons esteuessem com o iffamte, assy pollo gramde trabalho que ja tijnham passado, como por rrazam da muy gramde callma que fora aquelle dia, estauam ja muy anojados, tomamdo muy a meude follga, quamdo quer que auiam algũu pequeno despaço e chegauamsse ao iffamte, rrequeremdoo que leixasse aquelle feito; porque, ao tempo que sse o castelo ouuesse de combater, todos aquelles mouros era neçessario que sse partissem dalli. Mas esto nom prestaua mujto; ca tall deseio tijnha elle que, emquamto os alli semtira, numca os ouuera de leixar, se nom fora o mamdado de seu jrmãao, a quem elle em todallas cousas guardaua obediemçia.

Porque, afora aquelle rrecado que assy primeiro ueo, forom outros, aos quaaes o iffamte sempre achou rreposta, dizemdo que em aquelle dia nom era pera leixar semelhamte lugar; nom tamto pollo dano que os mouros ao depois poderiam fazer, como por lhe nom dar algũu aazo per que lhe podesse ficar nehũua esperamça de sua salluaçam. E esto dezia o iffamte pemssamdo que aquella mezquita era mujto mais allomguada domde elle estaua e que jsso meesmo nom era chamado a outra algũua fim, senam

pollo tirarem daquelle trabalho, polla gramde comtinuaçam que sabiam que elle aquelle dia teuera açerqua dello.

Empero, aa fim lhe emuiou dizer o iffamte Duarte que uiesse todauia sem outra nehũua tardamça. Senhor, disse o messegeiro, uosso jrmãao uos emuia dizer que elle e os outros uossos jrmãaos som alli ajumtados, omde teem comssigo a mayor parte dos capitãaes que ueeram em este feito, afim de fallarem no filhamento do castello, pera a quall cousa lhe uossa presemça he mujto neçessaria. Porem que uos emcomemda que uaades logo sem outro detijmento.

Ao que o iffamte nom pos mais nehũua tardamça, amte chamou logo aquelles que com elle estauam, dizemdo que, pois a uoomtade de seu jrmãao era que sse partissem dalli, que seria muy bem de partirem, per tall maneira que os mouros nom semtissem que sse elles partiam costramgidos. E pera esto, disse elle, me pareçe que sera bem que uos uaades uos diamte e eu fiquarey detras ou ficaae uos detras e hirey eu diamte. Isso nom he rrezam, disseram elles, que uos, senhor, ajaaes de ficar, teemdo aqui taaes pessoas que uos podem dello bem escusar. E a esto rrespomdeo o iffamte que, pois elles assy queriam, que teuessem tall modo em sua hida, que nom mostrassem a seus jmmijgos que partiam costramgidos.

O que elles fezeram pollo comtrairo; porque, seguimdo seu caminho, assy o iffamte oolhou pera detras e uio que os seus nom traziam aquella hordenamça como deuiam, segumdo o que lhes elle amte dissera, e tornou outra uez sobre os mouros que o seguiam e os leuou amte ssi, per aquella rrua, ataa que chegaram aaquelle lugar homde primeyramente cayo Fernam Chamorro. Mas, em aquella hida nom seguia nehũu nem os mouros jsso meesmo nom quiseram tornar apos elle, pemssamdo que ficauam todollos outros tras aquelle camto, afim de os emganar. E assy se tornou o iffamte seu passo e passo, ataa que chegou aa mezquita homde estauam seus jrmãaos.

. . . . . .

93

[20 AGOSTO 1415]

Como o infante D. Henrique chegou aonde estavam seus irmãos e como foi morto Vasco Fernandes de Ataide.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 84.

Copyrighted material

Fazemdo comclusom de todollos aqueeçimentos do iffamte dom Hamrrique, nos quaaes foy a força de todallas cousas que sse em aquelle dia fezeram que de notar seiam, nem presuma algũu que eu nom puz tamanha dilligemçia em rrequerer e buscar todollos aqueeçimentos dos outros senhores e nom ajmda daquelles primçipaaes, mas de quallquer outro do pouoo escpreuera seu feito, se o achara em mereçimento ou o podera saber per quallquer guisa, conheçemdo bem que a uoomtade delrrey meu senhor he perfeitamente saber todollos mereçimentos de seus naturaaes, pera homrrar a memoria dos mortos e remunerar aos uiuos per os trabalhos de seus padres ou delles meesmos; e esto he porque sua uoomtade toda he posta em hũua jgualleza de justiça, segumdo no proçesso de seus feitos mais compridamente sera achado.

E, de eu nom saber tam perfeitamente a uerdade das cousas, tenho tres rrazõoes pera minha escusa, a saber: as primeiras duas que ja disse, hũua a estreitura daquellas rruas e a outra a lomgura do tempo e a terçeira o pouco cuydado que algũus queriam teer em me dizerem as cousas que sabiam. E taaes rrequeri eu que, pero lhes mostrasse mamdado delrrey meu senhor, nom me faziam menos aguardar a sua porta que sse peruemtura eu primçipallmente uiuera per sua bemfeytoria. Outras uezes me dauam suas escusas, allegamdo escusaçõoes, as quaaes conheçidamente eram mais por tomarem semelhamça destado, que por nehũua outra neçessidade. Em uerdade, nom leixarey de o dizer: quamdo eu comssijraua que hũu doutor e outro semelhamte me mostrauam taaes mostramças, rreçebia por fadiga de hir mujtas uezes a sua casa, nembramdome como aquelle com que uiuo, que he meu senhor e meu rrey, offereçe suas orelhas pera ouuyr meus rrazoados com menos çerimonias, quamdo semte que he rrazam. E perdoarmees porque me afastey tamto da estoria; ca o fiz por me escusar dalgũua cullpa, se ma alguem quiser poer.

No rreçebimento que o iffamte Duarte fez a seu jrmãao nom fallei algũua cousa, porque mujtas uezes disse o gramde amor que amtre elles auia, e jsso meesmo como o iffamte Duarte foy hũu primçipe muito mauioso e agasalhador. Mas, ficame por dizer daquelle boom caualleiro Ayres Gomçalluez de Figueyredo, de cuja gramdeza de hidade ja falley. O quall, em aquelle dia, amdou sempre armado e sse açertou alli com o iffamte, depois que os mouros sahiram polla outra porta de çima, homde derribaram a bamdeira a Meem Roiz, pelleiamdo sempre comtinuadamente melhor que outros algũus de mujto menos hidade.

E os outros dous escudeiros bayoneses, que morauam no Porto, acharam o iffamte no meo daquella rrua, quamdo logo primeyramente começaua de seguir per ella. Nom uos pareçe, senhor, disseram elles, que estamos agora melhor aqui que nas logeas do Porto, omde nos uossa merçee rrequeria que ficassemos? E, em aquelle segumdo cometimento que o iffamte fez aos mouros, quamdo assy foi chamado da parte de seu

jrmãao, Vaasco Fernamdez dAtayde ouue nouas como seu senhor amdaua em aquelle trabalho e trabalhousse de o hir buscar. E, quamdo chegou aaquelle lugar omde o iffamte esteuera primeiramente com os mouros, que era açerqua da porta, lamçaram os jmmijgos de çima hũua pedra, a quall era tam gramde e per tamanha força lamçada que, tamto que lhe deu sobre a barreta, Vaasco Ferrnamdez cayo morto em terra. E este soo caualleiro foy aquelle que, per seu samgue, pagou toda a desauemtura daquelle feito; empero, bemauenturado foy elle, que em tall lugar fez fim de sua uida e a sua alma soomente leuou as nouas ao outro mundo da perfeiçam daquella uitoria. E nom he duuida que sua morte nom fora mujto mais chorada se fora per outra maneira.

Gramde desemfadamento filharom todos aquelles senhores que estauam jumtos em aquella mezquita e assy todollos outros, fallamdo na bõoa uitoria que lhe Deos dera. E cada hũu comtaua seu aqueeçimento quejamdo fora. Mas, sobretodo aquelles escudeiros que forom com o iffamte tijnham muy gramde gloria em comtar a sua parte; porque nom ha no mundo tamanha honestidade que nom seia tocada de doçura de gloria. E, tamto he mayor quamto o seu mereçimento he auido com mayores trabalhos; o quall çertamente era assaz de gramde quamto aaquelles; ca foi achado que, depois que cheguaram aaquelle lugar homde cayo Fernam Chamorro ataa que o iffamte partio pera a mezquita, passaram çimquo oras trabalhamdo comtinuadamente. E, posto que nos, em outras partes, digamos o numero do tempo mayor ou mais pequeno, a uerdade he esta e o all sse diz segumdo o fallamento daquelles que ememtamos.

94

[20 AGOSTO 1415]

Como el-rei mandou chamar o infante D. Henrique e como lhe falou em armá-lo logo cavaleiro, honra que o infante não aceitou antes de conferida também a seus irmãos.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 85.

Morto assy Vaasco Fernamdez, como dito he, loguo os mouros começarom de desempachar de todo aquella uilla primeira. E, estamdo assy aquelles senhores, teueram seu comsselho e começarom dauiar as cousas

que compriam pera o combate do castello, determinamdo que, por aquella noute, nom fezessem nehũua cousa, soomente que lhe fossem postas suas guardas ataa ho outro dia, que o combatessem rreallmente.

E o iffamte dom Hamrrique, tamto que foy naquella mezquita, por causa do gramde trabalho que tijnha passado, lamçousse allgũu pouco a rrepousar. E todo seu primçipall camssaço era as feridas que tijnha nas pernas, de que era algũu tamto semtido. E, em jazemdo assy, lhe chegou rrecado delrrey que o emuiaua chamar, o quall estaua em outra mezquita apartada daquella, omde agora he ho moesteyro de Sam Jorge.

. . . . . .

E, tornamdo aa nossa estoria, amtre todallas cousas que alli fallauam, primçipallmente se dezia como Deos quisera, por sua merçee, em aquelle dia, guardar o iffamte dom Hamrrique, comtamdo seus aqueeçimentos per a mais fremosa maneira que elles podiam dizer, conheçemdo que nom podiam em ello fallar tamto com que a seu padre mais nom prouuesse; ca, doçe cousa he a todollos homeens ouuir os louuores de quaaesquer cousas que a elles perteeçem, especiallmente dos filhos, aalem dos quaaes nom ha hi moor amor.

E, queremdo o iffamte uijr a mamdado de seu padre, achou que lhe furtaram aquelle boom cuytello com que elle, em aquelle dia, tamtos e taaes gollpes fezera; por cuja boomdade, ho iffamte ouue queixume de lhe assy seer leuado, dizemdo que por nehũua cousa dalli nom partiria ataa que lho tornassem alli. E, posto que alli esteuessem mais de çimquo mill homeens, tall dilligemçia foi posta em o buscar, que lhe foy tornado aa sua mãao.

E, quamdo o iffamte chegou homde elrrey estaua, foi delle rreçebido com gramde prazer. Meu filho, disse elle, pois que a Deos prouue daruos oje tall aqueeçimento, assy como elle foi auamteiado de todollos outros feitos, assy praz a mym que, por louuor de uossa fortelleza, rreçebaaes loguo aqui ordem de cauallaria. Senhor, rrespomdeo o iffamte, posto que meu mereçimento nom seia tamanho, eu uos tenho mujto em merçee a bõoa uoomtade que teemdes pera acreçemtar em minha homrra; empero, eu uos peço por merçee que me nom queiraaes fazer semelhamte senam ao tempo que o fezerdes a meus jrmãaos. Porque, assy como nos Deos trouxe a este mundo hũu amte o outro, assy me prazeria que nos a homrra fosse dada hordenadamente. Elrrey disse que lho agradeçia mujto e que assy emcaminharia que sse fezesse.

95

[21 AGOSTO 1415]

Como João Vaz de Almada foi hastear a bandeira da cidade de Lisboa sobre as torres do castelo de Ceuta e como o comde D. Pedro de Meneses, alferes do infante D. Duarte, hasteou a deste na torre de Fez.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 86.

Depois que aquelle comsselho assy foy feito açerqua das guardas que em aquella noute auiam de poer sobre o castello, himdo assy aquelles que pera ello forom hordenados seu caminho, porque o tempo era ja açerqua em que comuijnha de começarem seu trabalho, açertousse de oolhar hũu delles comtra o castello, sobre o quall uio estar hũua gramde bamda de pardaaes. Nom ueedes, disse elle comtra os outros, como aquelles pardaaes alli estauam assessegados? Que me matem sse Çalla bem Çalla com todollos outros nom he partido dalli e leixou ho castello uazio. Ca, sse assy nom fosse, nom estariam alli aquelles pardaaes assy dassessego. E todollos outros disserom que lhes pareçia seer assy. Sobre a quall cousa tornaram a elrrey e pera rreçeber seu mamdamento açerqua do que auiam de fazer. Mas, poruemtura nom seriam aquelles os pardaaes que o outro sonhaua que comiam as abelhas ?

Pois que assy he, disse elrrey, uãao chamar Joham Vaaz dAlmadãa, que traz a bamdeyra de Sam Viçemte, e digamlhe da minha parte que a uaa loguo poer sobre a mais alta torre. Joham Vaaz foi loguo chamado e a bamdeyra prestes. E ajumtaramsse com ella peça daquelles boons homeens e foromsse caminho do castello. E, queremdo quebrar as portas que estauam fechadas, pareçeram sobre os muros dous homeens que demtro estauam, a saber hũu bizcainho e hũu genoes. Nom filhees trabalho, disseram elles, em quebramtar as portas, ca nom teemdes nehũu empacho em uossa emtrada. Ca os mouros sam ja todos partidos daqui e soomente ficamos nos ambos, que uos abriremos as portas quamdo quiserdes. Ora pois, disse Joham Vaaz, filhaae la essa bamdeira e pomdea sobre esse muro ataa que nos uaamos. Algũus disseram aqui, queremdo fazer este caso mayor, que aquelle genoes com outros algũus que demtro estauam quiseram mostrar sinall de deffemssam e que elrrey mamdara sobre elles çerta gemte darmas e beestaria e que, per força de combate, sse filhara o castello, a quall cousa uerdadeyramente achamos que nom foy assy.

E, tamto que o castello foi aberto, foi demtro o iffamte Duarte e o iffamte dom Pedro e o comde de Barçellos e assy outros senhores e fidallgos; ca o iffamte dom Hamrrique estaua com elrrey. E, amdamdo assy proueemdo todallas cousas que auia em aquella fortelleza, deram mujtas graças ao seu Senhor Deos, que, por semelhamte maneira, os posera em posse de todo. E he pera rrijr do que alli acomteçeo a hũu escudeiro do meestre de Christo; ca, omde os outros amdauam apanhamdo ouro e prata e outras cousas de gramde uallia, elle sse foi ocupar com hũu gauiam terçoo, que trazia na mãao, que achara naquelle castello. E tam comtemte amdaua daquelle boom achadego, que nom tijnha lembramça doutro nehũu gaanho nem proueito; e, jstimamdo seu presemte naquelle preço que o elle tijnha, foi fazer seruiço delle ao iffamte. Mas eu nom ssei se o agradeçimento de semelhamte dadiua seria tamanho como a perda do proueito que elle podera auer, carregamdosse daquellas cousas que assaz auia no castello.

Muitos se começaram alli dapousemtar, com teemçam de seer companheiros de Joham Vaaz; mas elrrey nom o quis comssemtir e mamdou la o iffamte dom Hamrrique que os fezesse todos sair fora e que a posse do castello leixasse soomente a Joham Vaaz e aos seus. E, segumdo aprendemos, melhor emcomtro achou elle alli que o gauiam terçoo do escudeiro do meestre; ca a melhor parte das mais e melhores cousas que tijnha Çalla bem Çalla e todollos outros que com elle estauam naquelle castello ouue Joham Vaaz, as quaaes eram nelle muy bem empregadas, que era nobre caualleiro e trabalhou sempre, em sua uida, por acreçemtar em sua homrra com mujtos seruiços que fez a elrrey e ao rregno.

Como o castello foi assy desempachado, como dito he, mamdou logo o iffamte Duarte ao comde dom Pedro de Meneses, que era seu alferez, que leuasse a sua bamdeira aa outra uilla de fora e que a posesse sobre a torre de Feez. Mas esto nom era assy ligeiro de fazer, porque os mouros nom podiam assy leixar de boamente a posse de sua çidade; ca mujtos delles determinauam amte fazer alli fim de suas uidas que de emsayar as cousas que auiam de uijr. E nom sem rrazam, ca nom soomente aos homeens em que ha uerdadeiro conheçimento, mas ajmda aas brutas animalias he naturall cousa mostrarem semtimento, quamdo ssam tiradas do seu, segumdo diz o fillosofo, no liuro *De proprietatibus rrerum*.

E assy ouue alli hũua escaramuça, aa saida daquella porta, que sse agora chama de Fernamdo Affomsso, na quall mataram hũu alferez de dom Hamrrique de Loronha. Empero, esto prestou pouco aos mouros, porque a bamdeira era acompanhada de muy nobres pessoas. Ca era alli o dito dom Hamrrique e dom Joham seu jrmãao e Pero Vaaz dAlmadãa e Aluoro Meemdez Cerueyra e Meemdo Affomsso, seu jrmãao, e Aluoro Nogueyra e Nuno Martijmz da Sillueyra e Vaasco Martijmz do Carualhal e o gram baram dAlemanha, o quall em aquelle dia prouou como uallemte

caualleiro, ca assy fezeram a moor parte de todollos gemtijs homeens que com elle uijnham, e Nuno Vaaz de Castell Bramco e çimquo jrmãaos seus que alli uijnham e Diego Fernamdez dAlmeyda e outros mujtos e boons fidallgos, cujos nomes nom podemos perfeitamente saber. E assy forom todos jumtamente poer aquella bamdeyra sobre a torre de Feez e a guardaram aquella noute. E dom Fernando de Castro e dom Joham seu jrmãao, acompanhados doutros mujtos, sahiram polla outra porta de çima, escaramuçamdo com os mouros, ataa que os lamçaram fora polla outra porta, que sse ora chama dAluoro Meemdez.

96

[21 AGOSTO 1415]

El-rei D. João I comunica a tomada de Ceuta a Martim Fernandes Portocarreiro, alcaide de Tarifa (1).

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 90.

Soomente a dous lugares achamos que elrrey emuiou noteficar ho boom aqueeçimento que lhe Deos dera, em sua uitoria. Homde auees de saber que, polla bõoa uoomtade que Martim Fernamdez Portocarreyro

(1) Conquistada a praça de Ceuta pelos portugueses em 21 de Agosto de 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 87), logo se apressou elrei D. João I a transmitir a notícia a Martim Fernandes Portocarreiro, fidalgo português, irmão da condessa D. Guiomar e tio do conde D. Pedro de Meneses, já referenciado por FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 52, 148 e 162, o qual se achava agora ao serviço de el-rei de Castela, como Senhor de Moguer e fronteiro e alcaide de Tarifa. Don LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 37, di-lo «vn buen caualleroo e também «señor de Palma». Deu-lhe o monarca português imediatamente a grata notícia por dois motivos: como reconhecimento pela oferta que ele lhe fizera de víveres, ao passar a armada para Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica cit.*, caps. 55 e 56); para que ele espalhasse pelo reino de Castela o fausto acontecimento das armas portuguesas (*Ibi*, cap. 90). O facto foi-lhe comunicado entre 21 e 28 de Agosto (Cfr. o nosso DOC. 99, desta última data) pelo comitre ou oficial de galés João Rodrigues, mandado propositadamente por D. João I a Tarifa, num bergantim *(Aut. e cap. cits.)*. Portocarreiro escreveu ao rei de Aragão, a dar-lhe a notícia, e também ao Administrador do arcebispado de Sevilha (*Doc. supracit.*) Contudo, não se dispensou o rei de Portugal de transmitir a boa nova ao rei aragonês, em embaixada directa, de que incumbiu «um bom homem de sua casa» chamado João Escudeiro *(Autor e obra cits.*, cap. 91) e ainda por carta (Cfr. o DOC. 106, de 18 de Outubro de 1415, em que D. Fernando de Aragão se refere àquela missiva).

mostrou a seu seruiço, quamdo emuiou seu filho a elle aa frota, como ja ouuistes, teue elrrey por bem de lho fazer saber primeiro que a outro nehũu. E ajmda disserom algũus que lhe emuiou assy aquellas nouas, aalem do que dito he, porque as podesse o dito Martim Fernamdez notefficar per outras partes daquelle rregno de Castella.

E porem, tamto que foy demtro na çidade, mamdou fazer prestes hũu bragamtim, no quall emuiou com seu rrecado Joham Roiz, comitre, que lhe comtasse as nouas daquelle aqueeçimento e assy todo outro feito como passara. Tamto que Joham Roiz chegou a Tarifa, foi logo com aquelle rrecado a Martim Fernamdez. O quall foy tam ledo com elle que, por muy gramde espaço, nom sse podia fartar de o ouuir, tornamdo mujtas uezes a pregumtar por todallas circustamçias daquelles aqueeçimentos como passarom.

Vos, disse elle aaquelle messageiro, seiaaes assy tam bemuijmdo como a milhor Pascoa florida que eu neste mundo ouue. Direes a elrrey meu senhor que lho tenho mujto em gramde merçee e que sayba elle que sua uoomtade nom foy emganada em me querer fazer sabedor de sua uitoria; ca, nom ha em seu rregno homem de meu estado a que eu desse auamtagem de lhe mais prazer de seu boom aqueeçimento. Mas que, sse mo elle assy nom fezera saber per uos ou per outro algũu de seu mamdado, que eu fora mujto duuidoso de o creer per outra algũua maneira.

Mas nom sabees, disse elle, como estaua o castello acompanhado ou sse tijnham os mouros teemçom de sse poerem em sua deffesa ? Da quall cousa me nom prazeria, porque o castello he forte e poderia dar algũu trabalho a elrrey. Ajmda quamdo eu parti, rrespomdeo Joham Roiz, os mouros eram em posse delle; mas, depois que eu fuy no mar, alomgado quamto seria hũua legoa da çidade, uy as bamdeiras em çima das torres. E, quamdo Pero Fernamdez Portocarreiro ouuyo assy aquelle rrecado, ouue gramde queixume, porque nom fora naquelle feito, segumdo amte rrequerera a seu padre (2).

Vos, disse elle comtra o padre, me tirastes de meu boom proposito, estoruamdome que nom fosse com elrrey, que me fora gramde homrra, da quall cousa, em todos meus dias, numca perderey magoa. Se eu cuydara, rrespomdeo o padre, que sse este feito tam ligeyramente auia dacabar, nom fezera tamanha deteemça em te auiar teus feitos, como fiz; ca bem sabes a teemçam que tijnha açerca dello, e esto era emcaminharte algũu corre-

(2) Este Pedro Fernandes Portocarreiro foi depois o sucessor do pai no Senhorio de Moguer, teve pelo menos uma irmã, de nome Elvira, primeira esposa de Álvaro de Luna, e é constantemente citado nas crónicas da época (Cfr. PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, pp. 2, 48, 76, 301 e 340, e a citada *Refundición* de LOPE BARRIENTOS, pp. 37, 39 e «passim»).

gimento pera hires segumdo te perteemçia. Mas parece que Deos quis acabar o feito per outra guisa; pollo quall me pareçe que numca ouuy fallar que çidade nem uilla fosse tam em breue filhada. Ca ja mujtas uezes me acomteçeo mamdar hũua meada de fiado a temgir aaquella çidade e nom foy tam asinha cuberta da timtura como agora foy tomada per elrrey. Certamente, disse elle, este he tamanho feito, que he duuida de sse creer assy logo pollo presemte, ataa que a fama dello nom seia mais declarada.

O escudeiro foy muy bem agasalhado e assy aquelles que com elle forom. E desi partio Martim Fernamdez com elle em nome daluissara, segumdo seu estado rrequeria. Aqui auees de notar que aalem da bõoa uoomtade que aquelle fidallgo tijnha a elrrey, auia muy gramde rrazom assy elle como todollos moradores de Tarifa, de sse allegrarem daquelle feito, espiçiallmente por lhe seer tirada damte os olhos tamanha uergonha como tijnham em aquelles mouros; ca, depois ataa ora, elles e seus soçessores sempre fezeram e fazem muy gramdes proueitos pera ssi em aquella çidade, uemdemdo hi seus fruitos e mercadoria com gramdes auamtageens de gaanho.

97

[AGOSTO 1415]

Após a conquista de Ceuta, el-rei D. João I manda João Escudeiro, homem de sua casa, comunicar o facto ao rei de Aragão.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 91. — Pode ver-se também: DUARTE NUNES DE LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 95; SOARES DA SILVA, *Memorias delRey D. João I*, t. 2, cap. 188; e *Quadro elementar*, t. 1, p. 295.

Outrossi, mamdou elrrey Joham Escudeiro, hũu boom homem de sua casa, com seu rrecado a elrrey dAragam. Direes, disse elrrey, a elrrey dom Fernamdo como trouxe minha frota de Portugall sobre esta çidade e os comtrayros que ouue, assy por aazo das sarraçõoes como das corremtes que me leuaram os nauios e como, aa fim, determinei, sem embargo de todo, uijnr sobre a çidade, ajmda que de mujtos fosse comsselhado pollo comtrairo.

E comtarlhees a hordenamça que teuemos em trazer nossa frota e como meus filhos sahirom na Almina e polla guisa que a çidade foy

emtrada, da quall agora, polla graça de Deos, som em posse. Cujo aqueeçimento escpreuo a elle primeyramente que a outro algũu primçipe, polla gramde e bõoa uoomtade que lhe tenho e desi pollo deseio que lhe semto pera guerrear aos jmfiees (1).

. . . . . .

98

25 AGOSTO 1415

Os Altos Infantes são armados cavaleiros solenemente na mesquita maior de Ceuta, transformada em igreja cristã, com as espadas que a mãe moribunda lhes entregara, e eles, por sua vez, armam outros.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 96.

. . . . . .

Depois que a missa foy acabada, os iffamtes se forom pera suas pousadas armar. E assy todos jumtamente uieram aa jgreia, a quall cousa era muyto fremosa de ueer. Ca elles auiam todos gramdes corpos e bem feitos e uijnham armados em seus arneses muy limpos e guarnidos e com as espadas da beemçam çimtas e suas cotas darmas. E, amte elles, hiam mujtas

(1) Seguidamente, alude o cronista à embaixada de Alvaro Gonçalves da Maia ao mesmo referido monarca, relato bastante fantasiado pelo autor e a que não podemos dar crédito, perante os textos diplomáticos originais que possuímos e reproduzimos na íntegra (Cfr. os nossos DOCS. 107 e 108). Demais, insere ali o autor alguns erros históricos, como já observou DUARTE NUNES DE LEAO. *Obra e lug. supracits.)*. Idêntica observação fez, recentemente, DE WITTE, *Les bulles*, p. 689, nota 1, sublinhando que nos últimos meses de 1415, Fernando I, posto que doente, se achava em Perpinhão, para negociar com o rei dos romanos Sigismundo o fim do grande cisma, segundo HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, pp. 366-371. De facto, Fernando I de Aragão chegara a 31 de Agosto à cidade de Perpinhão, para avistar-se com Bento XIII, com os embaixadores do concílio de Constança e com o imperador Sigismundo, e veio a falecer em Igualada, a 2 de Abril de 1416 (Cfr. BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, pp. 491-92). Don LOPE BARRIENTOS sublinha, a propósito: — «Muchos quisieron dezir que el ynfante murió de yeruas que le fueron dadas» *(Refundición de la Crónica del Halconero*, p. 22).

trombetas e charamellas, de guisa que nom sey homem que os podesse ueer que nom tomasse muy gramde prazer; e mujto mais aquelle que com elles auia mayor diuido, que era elrrey seu padre.

E, tamto que chegarom amte elle, o iffamte Duarte sse pos primeyramente em joelhos e tirou a espada da bainha e beyioua e meteoa na mãao a seu padre. E fezeo com ella caualleyro. E, per semelhamte guisa, fezeram seus jrmãaos. E, esto assy acabado, beyiaromlhe a mãao e afastaramsse pera hũua parte, cada hũu pera fazer os de sua quadrilha caualleiros. Mujto me pesa porque nom pude saber os nomes daquelles que alli rreçeberam hordem de cauallaria.

Empero dalgũus que apremdi, a saber: o iffamte Duarte fez caualleiro o comde dom Pedro e dom Fernamdo de Meneses e dom Joham de Loronha (1) e dom Hamrrique seu jrmãao e Pero Vaaz dAlmadãa e Nuno Martimz da Sillueira e Diego Fernamdez dAlmeyda e Nuno Vaaz de Castellbramco e assy outros algũus. E o iffamte dom Pedro fez hi caualleiros Ayres Gomez da Sillua, filho de Joham Gomez, e Aluoro Vaaz dAlmadãa e Ayres Gomçalluez dAbreu e Martim Correa e Joham dAtayde e Martim Lopez dAzeuedo e Diego Gomçalluez de Trauaços e Diego de Seabra e Fernam Vaaz de Sequeyra. E o iffamte dom Hamrrique fez caualleiros dom Fernamdo, senhor de Bragamça, e Gill Vaaz da Cunha e Aluoro da Cunha e Aluoro Pereyra e Aluoro Fernamdez Mazquarenhas e Vaasco Martimz da Albergaria e Diego Gomez da Sillua e assy outros. E delrrey nom fallamos nada, porque fez a tamtos ataa que, com emfadamento, os leixou de fazer.

99

28 AGOSTO [1415]

Carta do Patriarca de Constantinopla, Administrador perpétuo do arcebispado de Sevilha, ao rei de Aragão, a enviar-lhe junto traslado de carta que recebera de Martim Fernandes Portocarreiro, Senhor de Moguer e alcaide da vila de Tarifa, a comunicar-lhe a conquista de Ceuta por el-rei de Portugal.

ACA., *D. Fernando I*, caja 7, n.º 1269, original em papel com picos de traça.

(1) Por Noronha.

Muy alto e muy exçelente prinçipe e señor.

Nos, el Patriarca de Constantinopla e perpetuo adminjstrador del arçobispado de Seuilla, vuestro serujdor, nos encomendamos humjlmente en la vuestra gracia e merçed.

A la qual plega saber que Martin Ferrandez de Portocarrero, señor de Moguer e alcayde de la villa de Tarifa, vuestro serujdor, nos escriujo en commo el rrey de Portogal auja tomado a Çepta, segund que mas largamente lo podra ver la vuestra señoria por el traslado de la carta quel dicho Martin Ferrandez sobre esto nos embio, el qual vos embjamos aqui jntercluso (1).

Es uerdat, señor, que, segund que sopimos, el dicho Martin Ferrandez escriujo sobre esto a la vuestra rreal magestad, notificandouoslo e embio la carta a esta çibdat de Seujlla, pera que vos la embiase. E, porque no sabemos si la vuestra señoria aura ahũ rresçebido la carta del dicho Martin Ferrandez quando esta llegare, acordamos de vos lo escriujr, supplicandovos que en todas las cosas que nos aca por vuestro serujçio podieremos fazer nos enbiedes siempre mandar, commo a serujdor vuestro. E, señor, mantengauos Dios por mucho de tienpo al su sancto serujçio, amen.

Scprita en Seujlla, xxbiij dias de agosto.

Vuestro humjl serujdor el Patriarcha de Costantjnopla, perpetuo adminjstrador del arçobispado de Seujlla.

No verso: Al muy alto e muy exçelente principe e señor nuestro sseñor elrrey de Aragon e de Çiçillia.

100

2 SETEMBRO 1415

El-rei D. João I nomeia capitão para guarda e defesa da cidade de Ceuta, antes de retirar para Portugal.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 5. — texto que se reproduz. Pode ver-se também *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 99 e 100.

---

(1) Veja-se a nota 1 do DOC. 96. O Prelado em referência é D. Alfonso de Exea, falecido em 9 de Junho de 1417 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia Catholica Medii Aevi*, vol. 1, p. 278).

Com este segumdo rrazoado (1) se teue ellrey, porque aquella hera de todo sua temçom, segumdo pareçeeo aaquelles que ally heram, per allgũs comgeitos de fora, dezemdo amte todos que conheçido estaua que a Deus prazia de asy ser; pois sua merçee fora de lhe dar aquella çidade com tam pouco trabalho, que asy lhe prazeria de ha defemder e guardar com ha sua ajuda e poder. Porem que lhe rrogaua que comsyrasem quem lhe pareçia pertemçemte pera a rreger e defemder.

Senhor, diseram os outros, vosa merçee deue dapomtar allgũs que vos mais azados pareçeerem e nos diremos em qual nos pareçee que melhor pode caber semelhamte carrego. Elrrey, todavia, dise que queria que elles disesem primeiro. Senhor, diseram casy todos, pareçenos que, pera tam gramde coussa e em que tamto ha de depemder a homrra de uosa coroa, nos nom semtimos quem ho melhor posa fazer que he o comdestabre (2).

Esa seria, dise aquelle comde, hũa (3) das mayores merçees que me Deus e ellrrey meu senhor podiam fazer, semdo eu em tall hydade pera o soportar; mas, a natureza, como uos uedes, me tem jaa trazido a tamta fraqueza que, por nenhũ modo, poderia soportar semelhamte trabalho; caa esta çidade he muy gramde e quemquer que ha hade ter nom lhe compre dormir seu sono cheo nem se fiar sempre de todos, espiçiallmemte agora no começo, que lhe os mouros nunca am de sayr da porta. Pero, eu farey o que ellrrey meu senhor mamdar.

Elrrey, allem de conheçer que hera verdade o que ho comde allegaua, sabia que elle tinha temçom de se apartar, pera seruiço de Deus, no moesteiro de Samta Maria do Carmo, que elle mamdara fumdar em Lixboa. E porem dise que bem conheçia a boa vomtade do comde e a sua neçesydade, a quall elles viam bem quamto hera llegytima; porem que lhe nomeasem outro, asynamdolhe logo Gonçalo Vaz[ques] Coutinho (4), dizemdolhe como hera bom caualeiro e homem fidallgo e de muyta gemte e sabedor de guerra, que poderia bem soportar semelhamte emcarrego; caa, nom soomemte hera neçesario homem ardido e forte, mas aymda prudemte e avisado no auto da guerra. Gonçallo Vazques dise que, asy por sua hidade como por outras coussas que ho ympidiam, que ho nom podia fazer, do que allgũs teuerão que ellrrey nom fora comtemte.

Porem, fez chamar Martym Affomso de Mello (5) e lhe dise, asy em presemça de todos, que a elle prazia que ficase ally por capitão e rregedor, no que lhe faria gramde seruiço e a sy mesmo homrra e louuor, conheçemdo

---

(1) Alusão ao capítulo anterior, sobre as opiniões do conselho que el-rei D. João I tomara acerca do que faria da cidade.

(2) D. Nuno Alvares Pereira.

(3) No ms. que seguimos *hũas*.

(4) Marechal do reino, o herói de Trancoso (Cfr. a nota 7 da p. 86).

(5) Guarda-mor de el-rei (Cfr. a nota 9 da p. 86).

delle que hera bom caualeiro e que o serujria bem em aquello, como ho jaa seruira nas outras cousas que lhe emcomemdara nos tempos das guerras pasadas, e que seria azo de ho acreçemtar e homrrar, como sempre teuera vontade. Martym Affomso rrespomdeo que lho tinha muyto em merçee, pero que lhe pedia que lhe dese tempo pera o fallar com hos seus; caa, pois os mais delles heram seus criados e os que o primçipallmemte aviam de seruir, que lhe pareçia rrazão de lho dezer. Os quais pareçe que lhe comselharão que, por nenhũa guisa, o fezese, allegamdolhe suas rrazões, per que de todo lhe fezerão menospreçar aquella homrra. E, tornamdo elle a ellrey com este rrecado, lhe tornou a dezer apartadamemte que lhe emcomemdaua que açeptase tam bom e tam honrrado carrego, caa lho não daua senão com gramde amor que lhe tinha.

E, finallmemte, Martym Afomso nunca pode fazer com hos seus que quisesem com elle ficar; caa heram os mais delles casados e homens de sua criaçom, taes que, com afeição que lhes tinha, se çegou em aquelle casso, espiçialmemte por dito de dous que elle tinha, com que se comselhaua em todos seus feitos. Creemos que hũ se chamaua Joham Gomez Orvalho e o outro Alluaro Vaasquez Tiznado (6). E, como quer que (7) Martym Affomso, per este aazo, rreçebese prasmo, çerto he que elle o nom fez com mymgoa de coração nem de bõa vomtade, mais çegamento dafeição daquelles que o comselhauão. Ellrrey, com desprazer que ouue, sabemdo como aquelles foram azo de Martym Affomso nom ficar, mandoulhe que os deyxase ally (8).

O comde dom Pedro de Meneses (9), como amdaua desejoso de se alleuamtar naquello que lhe seu nobre e gramde samgue rrequeria, como vio que ho comdestabre nom avia de ficar, fallou llogo com ho mestre de Christos (10), que hera seu tio, e com ho priol do Espritall (11), pedindolhe por merçee que lhe azasem como ouuese aquella homrra. Os quais, como vyram que Martym Affomso se espedia e que lhe hera neçesaryo

---

(6) Na *Crónica... de Ceuta*, cap. 99, o autor denominou-os João Gomes Arnalho, escudeiro de Evora, e João Jusarte. Deverá permanecer estoutra lição da presente crónica, por ser posterior e redigida após maior estudo dos acontecimentos.

(7) No ms. *quer* por *que*.

(8) É de sublinhar a reluctância do pessoal em ficar junto dos mouros, neste primeiro momento da nossa expansão ultramarina.

(9) Então alferes do infante D. Duarte, mais tarde 2.º conde de Viana do Alentejo, 1.º de Vila Real, almirante do reino e durante 22 anos capitão de Ceuta, de que por vezes também é dito governador (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 263 e ss.).

Era filho do 1.º conde de Viana D. João Afonso Telo de Meneses, neto do conde de Ourém, etc. (Cfr. o liv. 1, cap. 3, desta mesma crónica).

(10) D. Lopo Dias de Sousa.

(11) D. Alvaro Gonçalves Camelo (Cfr. a nota da p. 86).

buscar outro, lleuamtarãose ambos em pee, tomamdoo amtre sy e diseram: senhor, pois nom temdes detreminado quem vos nesto aja de serujr, nos vos ofreçemos aquy o comde dom Pedro, o qual vos pede por merçee que uos syruais delle naqueste offiçio e vos promete aquella ffee que homem de tall linhagem, como elle he, deue a rrey com que viue e que o criou e elle, senhor, he homem em quem cabe semelhamte emcarrego; pedimdo por merçe aos ymfantes que os quisesem ajudar naquelle feito, leuamtamdose logo o ymfamte Duarte e pedimdo por merçee a seu padre que lho outorgase.

Ellrrey, esguardamdo como tall rrequerimemto, em tall tempo, nom proçedia senão de gramdeza de coração e desy, porque ho vyra asy homrrosamemte em sua companha, teuelho a gramde bem. Çertamemte, disse elle, eu por tall conheço dom Pedro como uos dezeis e lhe tenho em muy asinado seruiço seu boom rrequerimemto, pello quall ho creçemtarey com muita homrra e merçe e me praz de lho outorgar, metemdolhe logo hum pao na mão, dezemdo que ho tomase em hora que lhe dese Deus muita homrra com vitoria dos ymfies. Pello quall, o mestre e o priol foram beijar as mãaos asy a ellrrey como a seus filhos, desy o comde com allgũs seus paremtes e amigos que ally de presemte eram, aymda que dallgũs depois foy rrepremdido, avemdo que hera cousa que se não podia mamter.

E, por çerto que se nom mostrou de pequeno conheçimemto este comde dom Pedro comtra aquelle mestre que lhe aquella homrra rrequereo, asy por aquello como por outros beens que amte delle rreçebera; caa, em todos seus dias mostrou, per obras, a seus filhos e netos que lhe nom hera por ello ymgrato, de que hera muy louuado de todolos boons que ho sabiam.

101

2 SETEMBRO 1415

Guarnição que ficou em Ceuta, sob a capitania de D. Pedro de Meneses, alferes que era do infante D. Duarte, a seu próprio pedido.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 6, — texto que se reproduz, segundo o Ms. 439 da BGUC., (Cód. A.), com anotação das variantes principais do Ms. B. 99 da BSGL., que denominamos Cód. B, nas citações. Pode ver-se também o equivalente cap. 100 da *Crónica... de Ceuta*.

Temos, dise ellrrey, avido o capitão. Ora nos cumpre cuidar sobre o numero de gemte que lhe avemos de deixar. E, temdo hũs hũa parte e outros outra, vierão a comcludir que lhe podiam abastar dous mill e quinhemtos homens de defesa; e que (1), porque pera tall começo nom cumpria de ficarem senam homens espiçiais, acordarom que ficase logo ally Lopo Vaz de Castellbramco, que hera momteiro moor dellrrey (2), com trezemtos escudeyros, todos moradores da cassa daquelle primçipe.

E por çerto que se nom emganaua ellrrey em comfiar da bomdade daquelle fidallgo; caa asy o seruio naquella çidade como homem de gramde vallor. E, se a bomdade da aruore pella doçura do (3) fruito mais perfeitamente se conheeçe, em dous filhos barões que este fidallgo ao diamte ouue se pode bem veer quall fora ho padre que os gerara. A hũ chamarão Nuno Vazques, que foy momteiro mor, como seu padre, e outro Gomçallo Vazquez, que foy homem a que este rrey dom Affomso, que esta storia mamdou espreuer, per suas virtudes teue gramde afeição, avemdoo em seus comselhos per espiçiall, como depois comtaremos nos outros feitos vymdouros (4).

E o ymfamte Duarte lleixou ally outros trezemtos, dezemdo que nom queria outro capitão senão aquelle comde; caa, como quer que a sua capitania fose gerall, dise que, pois elle hera seu, que não queria que outrem teuese cuydado das suas cousas senão elle. O ymfamte dom Pedro leixou ally Gomçallo Nunez Barreto, hũ nobre fidallgo do rregno do Allgarue, muito chegado em diuido ao samgue deste comde (5), leixamdo aquelle ymfamte em sua companha dozemtos e çimcoemta dos melhores (6) escudeiros que comsygo trazia, ao qual Gomçallo Nunez foy logo emtregue a mayor torre que esta no muro daquella çidade, que se chama de Fez (7). Joham Pereira, a que per allcunha chamauam Agustinho (8), ficou por

---

(1) Em B: *e porque.*

(2) E alcaide de Moura.

(3) Em A: *do curado.*

(4) Sobre aqueles pode ver-se: ZURARA, *Chronica de D. Duarte de Menezes*, pp. 197 e 227; RUI DE PINA, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 192; SOUSA VITERBO, *A Batalha de Toro*, pp. 86-92; e B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, pp. 218-20.

(5) Conselheiro de el-rei e primo de D. Pedro de Meneses (Cfr. *Crónica... de Ceuta*, caps. 50 e 100, e *Chronica do conde D. Pedro*, «passim»).

(6) No ms. *mulhores.*

(7) Sobre esta torre pode ver-se ROBERT RICARD, *Etudes sur l'histoire des Portugais au Maroc*, pp. 17 e 18.

(8) Ou João Pereira Agostim, como lhe chama B. FREIRE, foi um dos doze de Inglaterra; e, andando nas lutas entre Inglaterra e França com outros portugueses, abandonou-as para vir servir em Ceuta, ele e Diogo Lopes de Sousa, Pero Gonçalves Malafaia e Alvaro Mendes Cerveira (*Crónica de Ceuta*, cap. 100). Constantemente referenciado nesta crónica de D. Pedro, figura também na de D. Duarte de Meneses, pp. 21-23. Sobre ele veja-se o nosso DOC. 187, de 14 de Janeiro de 1418, e *Brasões*, liv. 1, p. 170.

capitão de trezemtos escudeyros que ally leixou ho ymfamte dom Amrrique, ao quall foy emcomemdada (9) a guarda de Samta Maria dAfrica (10).

Ficou aymda hy Alluaro Memdez Cerueira por capitão dos escudeyros dEuora e de Beja, domde elle hera morador (11). Ao quall foy emcomemdada outra torre que esta jumto com ha outra de Fez e dambas (*sic*) estam comtra a terra dos mouros, da parte da Allgezira, a quall torre emtão hera chamada de Madraba (12); e, pella muyta comtinuação que aquelle fidalgo ally comtinuo, omde fez açaz homrrosos feitos em armas, chamarom aaquella torre dAlluaro Memdez, como se ymda oje chama (13). Alluar-Eannes, que per alcunha se chamaua de Çernache e, per proprio apellido, de Vieira, que hera anadell moor dos besteyros de cauallo, ficou ally com seysçemtos besteyros, asy de cauallo como de garrucha e de comto, ao quall asy foy emcomemdada a guarda da couraça como da taraçena.

E ficou hy Ruy Gomez da Sylua, que depois foy gemrro daquelle comde (14), e Luis Vazquez da Cunha e Lopo Vazquez, seu jrmão (15), e Pero Gomçalluez, a que per allcunha chamarão Mallafaya, que ao diante foy veador da fazemda dellrrey e do seu comselho (16), Luis Alluarez da Cunha (17) Pero Lopez dAzeuedo (18) e Ruy de Sousa, allcaide que ao diamte foy do castello de Maruom, o quall, porque teue hũa guarda em que se comtinha hũ postigo, lhe chamarão ao diamte o Postigo de Ruy de Sousa, como ynda oje chamam (19); do quall postigo ataa

---

(9) Em B: *asey*.

(10) Sobre esta veja-se a Carta Testamentária do infante D. Henrique de 19 de Setembro de 1460, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 584, e P. ANTONIO BRASIO, *Santa Maria de África*.

(11) Irmão de Rui Mendes Cerveira, referem-se-lhe as crónicas: de Ceuta, caps. 50, 86, 87 e 100; do conde D. Pedro, «passim»; de D. Duarte de Meneses, p. 224, e alguns documentos da chancelaria afonsina.

(12) Sobre *Madraba* cfr. R. RICARD, *Lug. supracitado*.

(13) Cfr. também os caps. 17 e 27 do liv. 1 desta mesma crónica e *Crónica de Ceuta*, caps. 50 e 100.

(14) E alcaide de Campo Maior e Ouguela. Por haver servido em Ceuta muitos anos, é bastas vezes referenciado nesta crónica e refere-se-lhe também a de D. Duarte de Meneses, pp. 16, 17 e 179.

(15) Ambos muito citados nesta crónica.

(16) E embaixador a Castela.

(17) Irmão de Lopo Vaz e Luis Vaz (Cfr. as pp. 259, 262, 357 e 493 desta mesma crónica).

(18) Filho de Lopo Dias de Azevedo (Cfr. as pp. 261, 298, 315, 317-18 e 456).

(19) Primo segundo do Mestre de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa, e não seu sobrinho como refere ZURARA (*Crónica... de Ceuta*, cap. 76), segundo já emendou B. FREIRE (*Brasões*, liv. 3, p. 210), foi pai de Gonçalo Roiz de Sousa. Figura nesta crónica de D. Pedro, a pp. 319, 328, 332, 363, 493 e 617, bem como na *Crónica de D. Afonso V*, caps. 158, 176, 191 e 192, havendo sido um dos combatentes de Toro (Cfr. SOUSA VITERBO, *Obra supracit.*, pp. 114-115).

Almyna ficou por guarda hũ que se chamaua Affomso Domimguez Amado.

E a Bertollameu Affomso foy dada a guarda dellrrey; a Fernam Barreto (20) ficou a guarda da Allmina, com ha quall ficarão os arnesados de Lixboa, que pasarão de çemto, afora gemte de pee; e na guarda do Çesto ficou Alluaro Affomso de Negrellos (21); e, do Çesto ate Samta Marya, ficou a Joham Rodriguez Gudinho (22) com çerta companha de beesteyros. E o comde com sua gemte ficou demtro no castello, omde tinha mill homes, o qual lhe foy emtregue por ellrrey, disemdolhe estas pallauras.

102

2 SETEMBRO 1415

Determina el-rei o regresso da frota ao reino, comunica ao conde D. Pedro de Meneses que tenciona voltar ali em Março seguinte, a prosseguir a conquista, apenas iniciada, e recomenda-lhe o pessoal que fica em Ceuta.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 9.

Estas rrazões asy acabadas (1), ellrrey mamdou llogo lamçar pregão que todollos mamtimemtos que heram na frota fosem postos em terra, lleixamdo os (2) que fosem neçesarios pera tres ou quatro dias pera sua tornada, os quaes foram tamtos que esteueram muitos dias na praça sem hos nymguem leuar pera casa, damdo carrego a hũ homem que amdase pellas naaos que os fezese lamçar fora, sem allgũa malliçia nem emgano. E mais mamdou ellrrey que tyrasem ally hũa villa de madeyra que lleuaua

(20) Sobrinho de D. Pedro de Meneses (*Ibi*, pp. 386-87, 423 e «passim», e *Chronica de D. Duarte de Menezes*, p. 29).

(21) Cunhado de Gonçalo Nunes Barreto (Cfr. as pp. 319, 362 e 381-86 desta mesma crónica de D. Pedro).

(22) Escudeiro de D. Pedro de Meneses (Retrocit. crónica, pp. 323, 369, 371, 372 e «passim»).

(1) Alusão ao capítulo anterior, sobre como el-rei falou aos fidalgos que ali haviam de ficar.

(2) Em B: *aquelles que*.

naquella frota, a quall mamdou que ficase pera rrepairo dos caramanchões e das torres em que as vellas aviam de ser (3) postas. E tambem mamdou que ficasem todolos allmazens e artelharias que leuaua com todallas outras cousas que symtio que poderiam aproueitar pera defemsão da çidade.

E emtão dise ao comde como elle, com ajuda de Deus, logo no março seguymte, tornaria aaquela çidade; porque aquello que asy fezera nom avia por comquista, mas por começo della (4). E ally se espidio de todos pera se (5) meter nos nauios. Primeiramente (6) do comde, ao quall tornou a rrepetir o que lhe amte disera, emcomemdamdolhe os fidallgos que so (7) sua gouernação ficauam: que os tratase com toda homrra e fauor, de guisa que se asenhorease de suas vomtades, dezemdolhe que numca poderia ser temido se não fose amado, damdolhe porem castigo omde comprise, com aquelle rresguardo que elle bem conheçeria ser rrazão.

E asy lhe emcomemdou que teuese boom cuydado da outra gemte mais piquena, aos quaes sempre mostrase de sy bom gasalhado e os anymase, espiçiallmente logo pello primeiro começo ate que se fosem fazemdo ao seu senhorio caa, se os asy trautase, que se acharia com elles muyto melhor que doutra guysa; caa, nom soomemte lhes faria coração pera lhe muito melhor obedeçer (8), mas aymda lhe faria soportar quaesquer mymgoas e trabalhos que lhe viesem. Porque, dise elle, o senhorio per força nunca he muito seguro. Este modo tiue eu no começo de meus feitos; e, com a graça de Deus, acheyme com elles como todos sabees.

E desy tornou aos fidallgos, a nembrarlhe o que lhe amte disera, com outras muytas rrazões, com que todos foram muito ledos, dezemdo que por elles nom falleçeria, se Deus nom hordenase o comtrario do que suas vomtades desejauam, e que aymda emtão a morte seria manyfesto synall do gramde desejo que lhes ficaua pera o seruir. O comde trouxe logo a ordenamça que tinha feita pera guardar a çidade, com que elrrey muyto folIgou, porque symtio aquello por boom começo do rregimemto, emtemdemdo que, ao diamte, o faria ymda muyto melhor; caa, asy como dise Tyto Lyuio, na Storia Romãa, mais vezes dão as cousas comselho aos homens do que hos homens dam comselho as cousas. E ally se espidio de todos gerallmemte e meteuse em seus navyos.

---

(3) Em B: *de estar postas.*

(4) Esta afirmação, pelo cronista atribuída ao monarca, acha-se em contradição com a carta joanina de 20 de Outubro seguinte, endereçada a D. Fernando I, rei de Aragão, a convidá-lo para a conquista do reino de Granada, a menos que D. João I, entretanto, haja mudado de programa (Cfr. o nosso DOC. 108).

(5) Em B: *se espedir dos nauios.*

(6) Em B: *E primeiramente.*

(7) No ms. *sou;* em B: *sob.*

(8) Em B: *obedecerem.*

103

2 SETEMBRO 1415

Zarpa a frota de Ceuta e fundeia em Tavira, onde el-rei D. João I nomeia solenemente duques seus filhos D. Pedro e D. Henrique, o primeiro de Coimbra e o segundo de Viseu.

ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 101.

. . . . . .

A hordenamça da frota, quamto aas gallees e outros algũus çertos nauios, era de hirem dereitamente ao porto de Faaram (1); porque aos outros era dada leçemça que sse fossem a Lixboa, pera lhe despacharem seu frete e emcaminhar cada hũu pera sua terra. E foi assy que os marinheiros da gallee delrrey errarom a uiagem e, omde ouueram de hir a Faaram, forom a Crasto Marim. E os outros nauios, quamdo de noite perderam a uista do foroll, seguiram sua uiagem dereitamente a Faaram. E, queremdo hir per terra buscar elrrey, açertousse de sse ajumtarem todos em Tauilla.

Omde elrrey estamdo, chamou seus filhos e disselhes assy. Todollos seruiços naturallmente rrequerem guallardom. E, porque aalem de seerdes meus filhos, semto que rreçebi de uos espiçiall seruiço em todo este feito, quero que por ello rreçebaaes algũu guallardom. E, primeiramente, a meu filho o iffamte Duarte nom sey que acreçemtamento e que homrra lhe possa fazer sobre aquella que lhe Deos quis dar, a saber: seemdo meu primeiro filho e herdeiro de meus rregnos e de minha terra, elle pode filhar em minha uida tamta quamta lhe prouuer.

Mas, a uos outros me praz de fazer duques, a saber: a uos, iffamte dom Pedro faço duque de Coymbra e ao iffamte dom Hamrrique duque de Vizeu; e, polla gramdeza do trabalho que filhou em todollos estes feitos, assy na armaçom que fez no Porto, como no trabalho e perijgo que ouue no dia que filhamos a çidade e por todallas cousas que em ello obrou, o faço senhor de Couilhãa (2).

---

(1) Faro.

(2) A distinção referida pelo cronista ao D. Henrique sobre o D. Pedro é atestada pelos documentos régios de 16 e 18 de Fevereiro seguinte, em que seu pai denomina o D. Pedro apenas *duque de Coimbra* e o D. Henrique *duque de Viseu e senhor de Covilhã*. (Cfr. os nossos DOCS. 115 e 117).

E os iffamtes todos tres lhe beyiarom por todo a mãao, teemdolho mujto em merçee. E emtom os fez duques com aquella sollenidade e çerimonias que sse custuma; ca assaz auia hi de nobres homeens e corregimentos per que aquella festa fosse homrrada.

104

Depois de 2 SETEMBRO 1415

Ordenação de el-rei D. João I sobre os que foram na armada de Ceuta e ficaram lá por seu serviço, a providenciar sobre dívidas deles, demandas, vendas de bens, arrendamentos, prazos e ainda sobre a comutação das penas de morte, de mutilação etc., a que haviam sido condenados os homiziados que ficaram naquela cidade, incluída na confirmação de el-rei D. Afonso V, ambas sem data.

ANTT., *Núcleo Antigo* n.º 12, Ordenações de D. Afonso V, liv. 5, fl. 147, — texto que se reproduz; *idem*, cód. 14-A, fl. 102 do liv. 5, cujas variantes principais não ortográficas se anotam.

Publicada: nas *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, titulo 83, p. 299; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 265.

Titulo da hordenaçom que elrrej dom Joham fez açerca dos que forom na armada de Çepta e alla ficarom por sseu sserujço (1).

Elrrey dom Joham, meu auoo, de mujto louuada e esclareçida memoria, em sseu tempo, quando ffez a grande armada ssobrre a çidade de Çepta e com a graça do Nosso Senhor Deus ha gaanhou aos jnffiees, jnmjgos da ffe, da tornada que tornou a sseus rregnos, ffez hordenança geeral açerca dos que alla forom e ficarom, por sseruiço de Deus e sseu, em esta fforma, que sse ssegue:

Esto he o que acordamos com os do nosso consselho, em rrazom dos que forom na armada de Çepta e dos que ficarom em a nossa çidade de Cepta per nosso mandado, em rrazom de ssuas diujdas, fectos e demandas, como ham de sseer espaçadas, e em rrazom dos

(1) mandado.

Copyrighted material

beens de rrajz que venderom e em rrazom das ssentenças e eixecuçõoes e rrematações dellas:

Primejramente, mandamos que todos aquelles que ficarom em a nossa çidade de Çepta, por nosso sserujço e mandado, que todas ssuas djujdas que deuerem (2) e todos sseus fectos e demandas ssejam espaçadas, da pobljcaçom desta hordenaçom a hũu anno. E, sse aconteçer que venham acabado o anno, mandamos que ajam, aalem do anno, dous meses despaço, do dja que chegarem ao rregno; e, sse alla majs esteuerem que o anno, nos proueeremos ssobrre ello aos crreedores. E, sse ante do anno vierem, ajam os dictos dous meses despaço, do dja que chegarem ao rregno.

E, sse algũus venderom algũus beens de rrajz despojs que sse fezerom prestes pera a dicta armada e forom em ella ou ficarom na terra per nosso mandado, mandamos que, pagando os vendedores o preço que rreçeberom e algũas bemfectorjas notauees, sse as fezerom, que lhes tornem sseus beens. E esto medes aja lugar em os arrendamentos de çinquo annos pera çima e nos emprrazamentos.

Jtem, [se] (3) ffezerom ou fezerem algũas eixecuçõoes ou rrematações per algũas ssentenças em os dictos beens de rrajz aos que esteuerem em a nossa çidade de Çepta per nosso mandado, mandamos que as rrematações ssejam nehũas e as execuçõoes stem quedas; pero, sse derem ffiadores, mandamos que lhe ssejam entrregues, pagando os crredores aos comprradores o preço que por elles derom; e as bemfectorjas notauees que as paguem a sseus donos das cousas.

Esto he o que acordamos, em rrazom dos que forom na armada e fogirom della e dos que ficarom em a nossa çidade de Çepta per nosso mandado e fogirom della e daquelles a que era mandado que alla fficassem e nom ficarom nem lejxarom outrros por ssy.

Jtem, sse algũus homeens darmas que nom ssom uassallos e nem postos aa vaga nem apurados per nosso mandado ou homeens de pee prometerom dhjr na dicta armada com algũus ssenhores e rreçeberom delles bem fazer e nom forom com elles ou lhe fogirom da dicta armada, mandamos que taaes como estes tornem todo aquello que assy leuarom (4) e os sseruam hũu anno em aquello que lhes mandarem fazer; e, sse lhes nom leuarom cousa algũa e sse partirom despojs que partimos da çidade de Ljxboa, ssejam theudos, aquelles a que o prometerom, de os sserujr

(2) devem.
(3) Jtem se.
(4) aaquelles de [que] ho assy leuarom.

o dicto anno, dandolhes mantjmento rrazoado; e, sse nom for na terra e teuer beens, que per sseus beens sseja avudo hũu homem que o sserua o dicto tempo. E este, sse nom teuer beens per que possa pagar, sseja preso; e, sse teuer beens per que possa pagar aquello que leuou e que possa auer hũu homem pera sserujr por elle, nom sseja preso. E taaes como estes ssejam logo presos, como delles for querellado, ssegundo a hordenaçom.

Jtem, sse algũu prometeo dhjr com algũu e nom foy com elle, majs foj com outrro, e daquel com que ouuera dhjr leuou algũa cousa, mandamos que o que assy leuou que o torne em dobrro.

Jtem, sse algũus nossos vassalos ffogirom da armada ou ficarom na terra ssem neçessidade (5) ljdema ou ssem ljçença, mandamos que ssejam logo tirados de uassallos e tornem as conthjas que leuarom e tornem o ssoldo que leuarom em dobrro e sseja pera o que o acusar. E que nom ajam, daquj en djante, offiçio nehũu nosso nem do conçelho e sseruam nos encarregos do conçelho como os que nom ssom vassallos nem priujlljgiados; e a djzima sseja pera nos.

Jtem, sse algũus galljotes ou beesteiros ouuerom demasias algũas, por hirem sserujr por outrros e nom forom ou ffogirom, mandamos que taaes como estes tornem as demasias do (6) ssoldo em dobrro, sse o leuarom. E o que o acusar aja todo pera ssy e paguem todo da cadea e ajam çinquoenta açoutes e uãao sserujr hũu anno aa nossa çidade de Çepta, dando primeiro querella delles, em forma da hordenaçom.

Jtem, sse algũus beesteiros de cauallo ou de conto ou gualljotes ou apuradores (7) ffogirom da ffrrota ou fficarom em terra ssem neçessidade lijdema ou ssem ljçença, mandamos que taaes tornem o ssoldo em dobrro aaquelles que os acusarem e uãao sserujr a Çepta hũu anno, ssem auendo outro ssoldo, ssaluo o mantijmento que he hordenado que lhes dem; e, sse nom forem aa dicta nossa çidade despojs da pobljcaçom da hordenaçom a çinquo meses, mandamos que percam ssua meetade dos beens e ssejam pera o que os acusar; e a djzima sseja pera nos.

Jtem, sse algũus escusarom algũus dos que aujam dhjr na armada por doentes e o nom eram ou os capitãaes os poserom ffora das gallees ou naujos em que os nom mandamos (8) hjr e os ffezerom ficar em terra, mandamos que, sse os capitãaes ou outrros algũus os escusarom malljciosamente, que paguem o ssoldo e a conthia em dobrro e mande la (9) outro em sseu lugar daquelle que assy escusarem, aa ssua custa,

---

(5) No ms. e.
(6) e o.
(7) apurados.
(8) mandesemos.
(9) alla.

o qual sserua hũu anno em a dicta çidade, como ssuso he declarado. E este ssoldo e conthia aja aquelle que o acusar e lho prouar; e a djzima sseja pera nos.

Jtem, sse algũus ficarom em a nossa çidade de Çepta per nosso mandado ou por demasias e ffogirom della (10) ssem ljçença e nom lejxarom outrros por ssy, mandamos que taaes percam ssua meetade dos beens, porquanto a outra meetade he da molher, sse a teuer; e, sse a nom teuer, perca sseus beens e (11) rrajzes; e os beens ssejam pera quem os acusar. E sseruam hũu anno em a dicta çidade contjnuadamente, ssem lhes dando ssoldo, ssollamente dandolhes o mantijmento; e a djzima parte sseja pera nos.

Esto he o que acordamos com os do nosso consselho, em rrazom do perdom das mortes dos homeens e dos adulterios e dos que ham dauer penna de motalljcom de nenbrro e dos que ham dauer penna daçoutes ou degrredo ou dinheiros.

Jtem, mandamos que, por mortes dhomeens, contanto que nom ssejam alejue ou treiçom ou ssobrre ssegurança e por adulterios e geeralmente em todollos casos em os quaees aueriam penna de morte natural que, estando em a nossa çidade de Çepta per dous annos contjnuadamente, que ssejam perdoados. E esso meesmo sse entenda, posto que andem omjziados em Castella ou em outrros lugares quaaesquer ou estem omiziados [n]os (12) nossos coutos destes rregnos, sse fforem alj morar os dictos dous annos; e, pera aderençar ssuas fazendas, leuando despaço trres meses, contanto que nom entrrem nos lugares dos mallefiçios. E este perdom sse nom entenda em mortes de caualleiros honrrados e escudeiros de ssemelhantes estados e adulterios que lhe forem fectos.

Jtem, nos casos em que (13) mereçerem penna de motalljçom de nenbro, mandamos que, estando em a nossa çidade de Çepta (14) hũu anno contjnuadamente, que ssejam perdoados e ajam espaço de trres meses.

Jtem, nos casos em que mereçerem penna daçoutes ou penna de degredo ou de djnheiros, mandamos que, em taaes casos, estando em a dicta nossa çidade per ssejs meses contjnuadamente, que ssejam perdoados e ajam o dicto espaço de trres meses.

---

(10) ou se partirom della.
(11) de.
(12) nos.
(13) em os quaaes.
(14) por.

E estes mallefiçios mandamos que sse entendam nos mallefiçios que forem fectos ante dos xxj dias do mes dagosto da era de mjl e iiij° Liij annos, em o qual dja ffoj tomada per nos a nossa çidade de Çepta. Com (15) os mallefiçios fectos despojs mandamos que esta nossa hordenaçom nom aja lugar.

E, vjsta per nos a dicta hordenaçom, mandamos que sse cumpra e guarde ssegundo em ella he contheudo.

105

13 SETEMBRO 1415

Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, a comunicar a Fernando I, rei de Aragão, a tomada de Ceuta por el-rei D. João I de Portugal em 21 de Agosto último, a dizer-lhe que fará o que possa sobre o assunto do florão da coroa real, a anunciar-lhe que envia junto carta da Sicília com boas notícias, a comunicar-lhe o naufrágio de nau castelhana por temporal e ainda a perda da nau de Pelegrín Gómez, em combate com naus venezianas.

ACA., *Fernando I*, caja 1, n.° 2. Original em papel.

Molt alt, molt excellent e molt poderos senyor.

Dies ha que, per via de Granada, sie compta quell rrey de Portugal hauia presa Cepta; pero vna galiota era adonchs venguda de Alcudia de Barberia e, segons dehien lo patro e altres de la galiota, lla no nj hauia mencio. E per ço, yo no us encurj scriuere, car nom paria noua certa. Mas ara, per via de Sibilia, sic sab per çert com es ver que, a xxj de agost prop passat, lo dit rrey pres terra per força de armes, com per molta morisma li fos contrastada la exida e acabat de pendre terra e metent en venço als moros e combatent la ciutat ab gran multitud de bombardes e altres artelleries, djns spay de xiij hores hac presa la ciutat, hon ses fet molt fort a gran honor de tota cristiandat e sua. E, si a Deu plau, sera a bon eximpli de tots los rreys de christians e singularment del emperador e

(15) E em.

de vos, que, pus Deu vos ha ajustats corporalment, vos ajuste en vna concordia, a exaltacio de la fe catholica e despressio dels jnfeels. Amen (1).

La letra vostra sobre lo floro de la vostra corona he reebuda e he prouehit per tal forma que, si en aquestes parts ne arribe res, yo pens que ho sabre e hi dare recapte ab la ajuda de Deu.

Jtem, he reebuda una letra de Sicilia, quis dreça a vostra senyoria, la qual vos tramet ab la present; e, segons les noues que y son, la ylla, per gracia de Deu, esta molt be e molt pacificament.

Jtem, senyor molt excellent, apres que vos fos partit, yo ajusti gran consell de patrons e marjners e altres homens experts, per hauer consell qujn partit deuja pendre de la nau del senyor rrey de Castella, lo qual consell fui reduhir en scrits e actes publichs. E lo consell, en conclusio, fou que la nau era perduda si prestament no era nauegada ans ques metes gens de temps fort e axi que la fes espatxadament recorrer a maestres e hagues bona companya e prestamen la fes nauegar al riu de Sibilia; e axi ho mjs en execucio ab grans treballs e despeses. E quant es stada a punt de partir djns tres o quatre jorns, es se mes temporal fort, en tal forma que la nau treballant se es vberta per proha e djns espay de quart de hora sen entra a fons que a penes hae temps la companya de metres en la barca e recolljrense en altres fustes, car no fou possible de dos jorns apres de exir alcu en terra nj entrar ne altre. Axi mateix hic ha letres de venecians com laltra nau de Peregrin Gomeç hauja combatut e pres vna nau de venecians e apres, donantençalç a vna altra, per semblant se seria vberta e entrada a fons, mas que la companya seria acampada ab la barca. Si a Deu plau, tot es e sera per lo mjllor, car los fets que Deu guja comũament començen a fortuna e cloen en bonança; e axi, si a ell plau, sera de aquests que clouran a lahor e gloria sua e de la sua sancta ecclesia e honor de vostra senyoria. La qual Nostre Senyor Deu prosper ab sanjtat e molta honor e longa vida. Amen.

Scrjte en Valentia, a xiij de setembre 1415. Molt alt senyor. Vostre uassall e serujdor, qui besant uostres mans humjlment me coman en uostra gracia e merçe. Johan Mercader, uostre batle general.

No verso: A la molt alta magestat del senyor rrey.

---

(1) Desta singela notícia da autoridade civil valenciana sobressai uma única nota, como causa e consequência do feito de Ceuta: o de cruzada cristã contra os sarracenos.

106

18 OUTUBRO 1415

Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, escrita de Perpinhão, a el-rei D. João I, a acusar a carta em que lhe notificara a tomada de Ceuta aos mouros, no que teve singular prazer, por ser coisa que respeita ao serviço de Deus e exaltação da fé católica, a que todos os cristãos e especialmente reis e príncipes são obrigados, e não pouco aumento de sua honra e fama, e a comunicar-lhe que estivera muito doente, mas se acha já em convalescença (1).

ACA., *Reg.* 2.409, fl. 104 v., — donde se reproduz. Publicada por ARRIBAS PALAU, *Repercusión de la conquista de Ceuta en Aragon*, p. 15.

Al muyt alto princep don Johan, por la gracia de Dios rrey de Portogal, nuestro muyt caro e muyt amado tio. Nos don Ferrando, por aquella misma gracia rrey dAragon, de Sicilia, de Valencia etc., ssalut como a rrey pora quien querriamos muyta honor e buenauentura e pora quien deseamos tanto bien como pora nos mismo.

Muyt alto princep nuestro muyt caro e muyt amado tio. Vuestra letra hauemos recebido sobre la presa feyta por vos de Cepta de manos e poder de jnfieles, de la qual hauemos haujdo muy singular e asenyalado plazer, como sea cosa que toca a seruicio de Dios e exaltacion de la fe catholica, a que todos los fieles christianos, en special rreyes e principes son obligados, e augmentacion no poca de vuestra honor e fama. E suplicamos a Dios que, en todas otras cosas concernjentes vuestro honor e loable fama, vos endrece como querriamos fizies a nos mismos.

E por tal, muyt alto princep e muyt amado tio, que somos ciertos ne hauredes plazer, vos notifficamos que ya sea por algunos dias passados seamos stados muy agreugados de nuestra malaltia. Empero agora, por la gracia de Dios e de la Virgen Maria, somos en milhoramjento e conualescencia de nuestra persona. Assi mismo la rreyna, nuestra cara muller, el princep de Gerona, nuestro caro primogenito, e todos los otros fillos e

(1) No mês anterior estivera D. Fernando muito mal: «en la cama muy agraυado de su dolencia: y tan debilitado, que apenas podia hablar» (ZURITA, *Anales... de Aragón*, t. 3, parte 2, liv. 12, caps. 53 e 54).

fillas nuestros, en la confeccion de las presentes, eran en buena disposicion de sus personas.

Por que, muyt alto princep e muyt amado tio, affectuosament vos rogamos que assin de vuestro buen stamjento e de los jnfantes vuestros fillos como de otras noujdades, en special semblantes de la desuso dita, nos querades, a nuestra consolacion, por vuestras letras certificar. E, si cosas algunas, muy alto princep e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros rregnos e tierras, embiatlas nos a dezir, car nos las compljremos de buena voluntat. E sea en vuestra guarda e proteccion la Sancta Trinijtat.

Dada en Perpenyan, dins nuestro seyello secreto, a xbiij° diez de octubre del anyo de la natiuidad de Nuestro Senyor mil cccc.xb. E, por jndisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenjto. Alfonsus, primogenitus.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

107

20 OUTUBRO [1415]

Carta credencial de el-rei D. João I a D. Fernando, rei de Aragão, de apresentação de Álvaro Gonçalves da Maia, vedor de sua casa, que envia para falar com ele sobre algumas coisas e a rogar-lhe o atenda e lhe dê crédito no que lhe disser da sua parte.

ACA., *D. Fernando I*, caja 13, n.° 2490, original em papel.

Muy nobre e mui honrrado e poderoso prinçipe, nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Fernando, polla graça de Deus rrey dAragom e de Cezilia.

Nos dom Joham, per essa medes graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos mujto saudar, como sobrinho e amigo que muyto amamos e preçamos e pera que queriamos que Deus desse muyta saude e longa vida com acreçentamento dhonrra e boa uentura, assy como vos meesmo deseiades.

Muy nobre e mujto honrrado sobrinho. Fazemosuos saber que enuyamos allo a vos Aluaro Gonçalluez da Maya, veedor da nossa casa, pera fallar comuosco algũas cousas da nossa parte. E porem, muj nobre e

muj honrrado sobrinho, uos rrogamos que uos praza de o creerdes daquello que uos da nossa parte diser (1).

Muy honrrado e poderoso prinçipe, nosso mujto amado e preçado sobrinho. Deus uos aia em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uosso estado e honrra.

Escripta na çidade dEuora, xx dias de outubro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao mui nobre e muy honrrado e poderoso prinçipe nosso muy amado e muj preçado sobrinho dom Fernando, pela graça de Deus rrey dAragon e de Seçilia.

108

20 OUTUBRO [1415]

Carta de el-rei D. João I a D. Fernando I, rei de Aragão, a convidá-lo para, com a cooperação de Castela, empreenderem, por serviço de Deus e libertação da Espanha, a conquista do reino de Granada, por ser ocasião propícia, atenta a paz existente entre Aragão, Castela e Portugal e dado o isolamento dos granadinos a respeito dos mouros de Belamarim e de Marrocos pela recente conquista de Ceuta, como lhe notificara noutra carta, enfraquecidos ademais os marroquinos por fome e peste, e a dar-lhe instruções para, em sua ausência, não perigar a sua suzerania no Aragão.

ACA., *D. Fernando I*, caja 13, n.º 2491, original em papel, com picos de traça. Foi portador da presente missiva o vedor da fazenda régia Alvaro Gonçalves da Maia, como se infere da carta credencial que lhe foi passada na

(1) Regressado el-rei D. João I de Ceuta a 2 de Setembro de 1415, aportou ao Algarve, portos de Castro Marim e Tavira, donde seguiu para Évora (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 101, 102 e 103). Dali, com a presente credencial de 20 de Outubro, enviou ao rei de Aragão Alvaro Gonçalves da Maia, vedor de sua casa e pessoa já experimentada em negócios diplomáticos (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, caps. 190, 192 e 196). O objectivo desta embaixada é referido por ZURARA, *Obra cit.*, cap. 91, e consistia em convidar D. Fernando I a associar-se ao rei de Portugal no prosseguimento da luta contra a mourisma, agora facilitada pela brecha aberta em Ceuta. O encontro de Alvaro Gonçalves com o destinatário da carta ter-se-ia dado em Valência del Cid, segundo ZURARA, ou então em Perpinhão, aonde aquele, aliás doente, se deslocara nos derradeiros meses de 1415, para negociar com Sigismundo, rei dos Romanos, o fim do grande cisma (Cfr. H-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, p. 366-71, cit. por DE WITTE, *Les bulles*, p. 689).

mesma data (Cfr. o DOC. 107) e assevera ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 91, donde se infere que ambos os diplomas régios, sem indicação de ano, devem ser localizados no de 1415. Da carta dada ao Alvaro Gonçalves deduz-se que ele havia de tocar ao rei de Aragão noutros assuntos por ordem do de Portugal: «pera fallar comuosco algũas cousas da nossa parte», além das expostas na presente carta.

Muy honrrado rrei, nosso muy amado sobrinho. Pero esta nossa carta uos pareça longa, nom tomees empacho de a leer, pois uos he enuyada de quem uos ama e he fundada em deseio do seruiço de Deus; ante uos praza de a veerdes com femença. E, se uos pareçerem boas as cousas em ela scpritas, trabalhaaeuos de as comprir.

Assi he, muyto prezado rrey, que a mayor parte dos sabedores concordam que a boa fim faz o louuor perfecto e nom presta bem começar nem mear se a fim he desuairada. Esto uos scpreuemos, muyto amado sobrinho, porque vimos vosso boom e honrrado começo na guerra de Graada, no quall Deus mostrou que se auya de vos por seruido, e porem que seria aiudador em todos uossos fectos. E, de como elle foy em uossa ajuda em aquella guerra e despois em guaanhardes o rregno dAragom e em prenderdes uosso contrairo, todo o mundo he dello testemunha.

E, por estas e outras mujtas merçees que delle rreçebestes e cada dia rreçebees, nom deuees de leixar seu seruiço por os mundanaaes empachos, ante uos compre de trabalhardes que, per milhor meo, venhaaes aa perfecta fim daquella guerra, na quall teendes tam boom começo. E, pois teendes tenpo, nom uos faz mester de tardar. E pois uos scpreuemos que teendes boom tenpo, rrazam he que uos scpreuamos quaaes som as cousas por que nos pareçe milhor que os outros passados.

Muyto honrrado rrey, nosso mujto amado sobrinho. Bem sabees vos que ha muytos anos que guerra e omezio nom partio dantre os rregnos de Portugal e de Castella nem antre Castella e Aragom nom eram grandes firmezas damor. E, quanto estas guerras e mingua de firme amor toruarom a conquista de Graada, nom auemos pera que o scpreuer, que a todos he bem claro. E agora prouue a Deus de dar em todos tres segura paz. Primeiramente, per grandes diuidos e rrazam, desi per fortes scprituras. E a esto nom sabemos que dizer senom que elle quis acabar nossas guerras pera auermos de começar a sua.

E, pois a elle assi praz, nom sera sesudo quem nom comprir sua uoontade. E demais, mujto amado sobrinho, que, per aazo das pazes ia nomeadas, podees juntar pera este fecto mujta e boa gente. Primeiramente, de uossos rregnos e ssenhorios, desi dos rregnos de Castella. E, quando a vos prouuer de buscardes modos rrazoauijs, nos e os de nossa

terra, por seruir a Deus em este fecto, de boamente uos faremos companhia. E tam grandes poderes como estes nom sabemos agora outro rrey que os ajuntasse. Esta he hũa das cousas e a mais prinçipal por que a nos pareçe este tempo milhor que os passados.

A segunda he porque Graada, quando era aficada de guerra, faziao saber aos rreis de Belamarim e de Marroquos e aos outros daquellas partes dAfrica e enuyauanlhe ajuda de gentes, de caualos e djnheiros e de todas outras cousas que lhe eram compridoiras; e agora, pollas fames e pestelenças, som tam minguados de gentes e de todallas cousas sobredictas, que nom podem acorrer a ssi nem a outrem.

A terçeira porque a passagem das ajudas era per Çepta, a qual prouue a Deus de nos dar, segundo uos ia scpreuemos. E que do neçessario lhe algũa cousa quisessem enuyar, nom poderiam, porque aquelle porto, com a merçee de Deus, lhes sera bem defeso.

Assaz aueriamos doutras rrazõoes mais ao uosso grande coraçom e aa boa uoontade que em este fecto auees. Nos speramos e creemos que estas poucas abastarom. E, porque a mingua do asessego de uosso rregno uos pode seer torua em este fecto, uos queremos consselhar como aquelle que uos mujto ama e ha gram deseio de fazermos ambos seruiço a Deus.

Muito honrrado e amado sobrinho. Quando vos ouuerdes djr aa guerra, leixarees no rregno vosso filho herdeiro e com elle dos aragoeses aquelles em que uos mais fiardes e algũas gentes darmas de Castella e fique em algũa çidade das grandes que ouuerdes por mais sospeita. E vos leuaae dos caualeiros e çidadãaos mayores e daquelles que mais amados e creudos som nas çidades que a vos forem mais douidosas; e, per esta guisa, com a ajuda de Deus, entendemos que vos podees jr seguramente.

E demais, que nom esta em rrazam que os de uossa terra uos ousassem de contradizer, pollo grande poder que em uossa ajuda seria contra elles, quando tal cousa a tal tenpo quisessem cometer. Primeiro, rrazoadamente o de Deus, pois uos elles errauam, hindo vos em seu seruiço; desy, os de Castella, que de nouo uollo ajudarom a guaanhar. E de nos seede çerto que com tam boom coraçom seriamos em vossa ajuda contra elles, como se o erro a nos fosse fecto.

E pois assy he, muyto honrrado rrey, nosso muyto amado sobrinho, que o tenpo he tam aparelhado como uos scpreuemos e as toruas tam arredadas, nom auees que lhe mais tardar, ante uos deuees atrigar a rreçeber a honrra e galardom, a qual Deus, pollo seruiço que lhe aly farees, uos tem aparelhado.

Oo como se deuyam dauer por bem auenturados os que esta guerra acabassem, na qual nossos anteçessores durarom e nunca lhe poderom dar çima, e como deuyam de seer folgadas as nossas orelhas, ouuyndo os

louuores que a Deus por este fecto seriam dados em logar dos doestos que sempre forom e som por elle a toda a Espanha.

E porende, muyto honrrado rrey, nosso muyto amado sobrinho. Nos rrogamos aa Sancta Trijndade que lhe praza de uos dar coraçom e poder que tal çima demos em este fecto, que seia a seu seruiço e este doesto seia fora dEspanha.

Scprita na çidade dEuora, xx dias doutubro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muy nobre e muy honrrado e poderoso prinçipe nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Fernando, pella graça de Deus rrey dAragom e de Seçilia.

109

23 OUTUBRO 1415

Resposta dos infantes D. Pedro e D. Henrique ao convite ou desafio que, em 16 de Setembro de 1414, lhes fizera D. João I, duque de Bourbon, para se baterem com ele e mais 16 cavaleiros e escudeiros, primeiro protelado para depois do regresso de Ceuta e agora ainda impedido por aguardarem o bom tempo para a conquista de mais algumas cidades e vilas dos sarracenos, mas não arrumado de vez, pois terão muita satisfação em o aceitar.

LONDRES, British Museum, ***Additional,*** ms. 18.840, fl. 2 v., transcrito em caderno de pergaminho do século XV, em pura caligrafia gótica, — donde se transcreve. Cfr. o supracitado convite, — o nosso DOC. 85.

Publicado por PEDRO DE TOVAR, *Um desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique* (1414-1415), p. 280, com versão portuguesa em seguida.

Monsieur le duc de Bourbon, Messieur Cliuet de Brabant, admiral de France, messieur Iehan de Challon, messieur Tanguy Duchastel, le Seigneur de Gaucourt, le Seigneur de Barbacsan, le Seigneur de Batailler, messieur Drouet Dayeres, Monsieur Baudran de la Heuse, le Seigneur de la Feaycte, le Seigneur de Poulargues, le Seigneur de Saint-Remy, le Seigneur de Gamaches, Iehan du Pont, Luis Cochet, et Carmelech.

Moult prise et noble duc de Bourbon. Je, infante domp Pietre, duc de Cuymbres, et le infante domp Henry, duc de Viseu (1) et seigneur de Cauillan (2), vous faissons scauoir que, depuis que nous vous enuoiasmes nos lettres par Bourbon, vostre herault, par lesquelles vous rescripuismes que, apres nostre retour, nous enuoirions responce a vostre honnoree requeste, laquelle nous fut presentee au partement de nostre moult honnore et puissant prince le roy, nostre seigneur et pere.

Et sur ce sen passa en Auffricque, en lonneur du tout puissant Dieu, nous promismes de luy bailler la cite de Septe, laquelle il a garnie de gens darmes et de toutes aultres choses qui luy ont este possible a comprandre, ainsi que plus a plain vous dira Dumayne, vostre herault, porteur dicestes, qui estoit present.

Nous actendons, dycy en auant, le bon temps pour prandre aucunes autres cites et villes (3). Et, pour ces causes, nous sommes enchargiez de nous excuser a vostre dessus dicte requeste. Et, pour ce, moult honnore et prise duc, nous creons que a ceste requeste qui a nous pour vous fut faicte, estoit pour esprouuer vostre bonte en fait darmes et scauoir combien en nous en a.

Et, pour ce que nous desirons estre preses et cognoissons vostre bonne volonte, qui moult nous plaisoit se neussions estez occupez en aultres choses, veu que nous requerez dune sy tres honnorable requeste comme ceste cy, laquelle, de tous nous cueurs, panssons accomplir. Moult honnore et prise duc de Bourbon, Dieu, qui tout tient en sa main, adresse ceste besoigne a vostre grant honneur et au nostre.

Escript a Septe (4), le xxiij^{e} jour doctoubre mil iiii^{c}.xv.

---

(1) No ms. *Vtecu*.

(2) Por *Couilhão*.

(3) Alusão evidente ao projecto de D. João I de prosseguir a campanha contra os sarracenos, à qual se reportam também os nossos DOCS. 107 e 108.

(4) Publicados o presente documento e o de 16 de Setembro de 1414 em 1916, logo surgiram dúvidas sobre a autenticidade deles, especialmente sobre a do primeiro; pois, em 23 de Outubro de 1415, os infantes D. Pedro e D. Henrique não se achavam em Ceuta, donde a sua carta é datada, mas em Portugal, desde o mês anterior (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 101). As dificuldades foram, porém, desfeitas pelo mesmo PEDRO DE TOVAR ainda no citado ano, em *O desafio aos infantes D. Pedro e D. Henrique*, na referida *Revista de História*, vol. cit., pp. 249 e ss.. E dos mesmos problemas vieram ainda a ocupar-se: CARLOS ROMA DU BOCAGE, *O Cartel de desafio do Duque de Bourbon aos infantes D. Pedro e D. Henrique*, e LUIS T. DE SAMPAIO, *Os Desafios do Duque João de Bourbon*, na dita revista, vol. VI, Lisboa, 1917, pp. 47 e ss., e vol. VII, Lisboa, 1918, pp. 97 e ss., respectivamente, tendo ficado plenamente esclarecidos. *Septe* do manuscrito estará por *Serpa* ou qualquer outra povoação do país, por equívoco do copista. Pode ver-se também sobre o assunto o *Quadro elementar*, t. 3, p. 41. Conclusão de LUIS T. DE SAMPAIO, sobre o particular: — «Costumes da época, personagens, desafios do duque de Bourbon,

Copyrighted material

110

18 NOVEMBRO [1415]

Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, a Abū Saïd Utmān, rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que ele maltrate súbditos aragoneses e outros cristãos residentes em seus reinos, dando como motivo a conquista de Ceuta pelos portugueses, o que equivale a condenar os inocentes pelos pecadores ou por quem lhe causou dano, e a rogar-lhe se abstenha de o fazer e dê facilidades aos que desejem regressar a Castela ou a Aragão, procedendo com eles com justiça e razão e como desejaria que ele, em semelhante caso, procedesse com os marroquinos.

ACA., *Reg.* 2.391, fl. 39 v. Publicada por MARIANO ARRIBAS PALAU, *Repercusión de la conquista de Ceuta*, p. 16, donde se transcreve.

Garcie Lopez de Setzedo et aliorum.

Don Ferrando, por la gracia de Dios rrey dAragon etc. Al muyt alto princep Buçayde, rrey de Benamarim e de Fez, nuestro muyt caro e muyt amado hermano amigo, ssalud como a rrey pora quien querriamos (1) honrra e muyta buena uentura.

Muyt alto princep etc. Segunt nueuament hauemos entendido vos, no considerando la buena amistad e paç que agora es entre vos e nos e elrrey de Castiella, nuestro muy caro nieto, e los nuestros, suyos e vuestros vassallos e diusmesos, hauedes maltractado e molestado o queredes maltractar e inquietar, contra toda razon e justicia, Garcia Lopez de Setzedo, Goncaluo Marino e Ysabel Ferrandez, muller de Goncaluo Martinez de Rueda, e otros muytos christianos, stantes en aquexos vuestros rregnos e sus bienes, por razon de la presa ques dize nueuament hauer feyta elrrey de Portugal de la vuestra ciudat de Cepta, de la qual cosa, princep muy caro etc., nos merauellamos muyto.

Car, bien sabedes que, por muytos greuges e inquietaciones que

---

pormenores da expedição de Ceuta, tudo se harmoniza com o texto dos dois documentos publicados pelo sr. Tovar. Contra a data do primeiro, uma inegável estreiteza de tempo depois da paz de Arras, mas nenhum impedimento dirimente. A data do segundo, inaceitável apenas faz menção de logar, que o próprio texto faz suppor errada» (*Os desafios*, supracit., p. 108).

(1) No ms. *queriramos*.

sean stadas feytas por moros a vassallos ni diusmesos nuestros o del dito rrey de Castiella, nos ni el dito rrey de Castiella no hauemos agreuiado ni maltractado los moros qui stan o son presentes en los nuestros rregnos e tierras o del dito rrey de Castiella, antes siempre los hauemos preseruado de todo sinistro e feyto justicia egualement a todos, por que como sea todo muyto contra toda justicia e buena razon inquietar e agreuiar los innocentes por los peccadores, o qui han feyto danyo a vos o en vuestro rregno.

Rogamosvos muyt affectuosament que, queriendo fazer plenamente justicia a los sobreditos e a todos otros christianos presentes en exos vuestros rregnos e tierras, no maltractedes, agrauiedes o molestedes, por la dicha razon ni en nenguna otra manera, ellos e sus bienes antes, guardandolos e preseruando de todo scandalo e sinistro, los hayades, por amor e contemplacion nuestra, en singular recomandacion e fauor. E no res menos vos rrogamos affectuosament que querades dar licencia alos sobreditos e especialment ala dita Isabell Ferrandez con sus crianças delas quales, por otras letras nuestras vos hauemos scripto que, franchament e quita e sin embargo, sen puedan passar e venir con todos sus bienes en estos nuestros rregnos e tierras o del dito rrey de Castiella, certificandovos que nos ne faredes muyt assenyalado plazer; e, en su caso e lugar, fariamos semblantes cosas por vos e cosas vuestras.

E assi mismo vos rrogamos que el portador dela present non sea detenido ni embargado por vos o vuestros officiales o diusmesos, antes lo lexedes venir con todo lo suyo franchament e quitia. E, si de nuestros rregnos e tierras, muyt alto princep, nuestro muyt caro e muyt amado hermano amigo, algunas cosas vos son plazientes, embiatles nos a dezir, car nos las compliremos de buena voluntad.

Dada en Perpinyan, dius nuestro siello secreto. E, por indisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenito, a xbiij° dias de nouiembre, enel anyo dela natiuidad de Nuestro Senyor M.cccc.xb. Alfonsus primogenitus.

111

26 NOVEMBRO 1415

Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, ao rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que, por ordem sua, seus almoxarifes, alcaides e demais oficiais tenham tomado a mercadores catalães e castelhanos residentes em seus reinos, sem motivo, dinheiros,

bens e roupas, achando-se aliás em paz os ditos reinos, e a rogar-lhe que lhes sejam restituídos.

ACA., *Reg.* 2.391, fl. 45 v. Publicada por ARRIBAS PALAU, *Repercusión de la conquista de Ceuta*, p. 17, donde se transcreve.

Nonnullorum mercatorum regni Aragonis et Castelle.

Don Ferrando etc. Al muyt alto princep Bucayde, rrey de Benamarim e de Fez, nuestro muyt caro e muyt amado amigo, ssalut como a rrey pora quien querriamos muyta de honor e de buenauentura.

Segunt por exposicion a nuestra real dignidat nueuament feyta por part de los mercaderes christianos, vasallos e dinsmesos nuestros e delrrey de Castiella, nuestro muyt caro nieto, hauemos entendido que yasea los ditos mercaderes e lurs fazedores, confiantes e hauientes confiança a la buena paç e amistat qui es entre nos e el dito rrey de Castella e los nuestros e suyos vasallos e vos e los vuestros vassallos e dinsmesos, vayan e vengan e sten con sus mercaderias e bens negociando e faziendo sus aferes en exos vuestros rregnos e terras.

Empero, vuestros almuxefferes, alcaydes e officiales an tomados e presos grandes quantias de dineros, bens e ropas delos ditos mercaderes e sus fazedores, no precedent alguna justa razon o causa, sino que dizen los ditos vuestros alcaydes e officiales que lo an de expresso mandamiento e ordenacion vuestra e, lo que peyor es, ya sea los ditos mercaderes e fazedores sean a uos recorridos, supplicandovos que les faziessedes tornar lo suyo e les faziessedes complimiento de justicia, empero de vos no an podido hauer alguna justicia o dreyto, de que somos muyto, e no sins razon, marauellados, si assin es; car, bien sabedes que, en alguna manera, por nos ni el dito rrey de Castiella la dita buena paç e amistat no es stada infringida ni violada.

Porque, como seamos ciertos que, por las ditas occupaciones e prendimiento de bens, dineros e ropas, los ditos mercaderes e sus fazedores vienen en grant e extrema penuria e pobresa e vendrian en mayor sino si prouidia prestament. E, por esta razon e por otras, nos embiemos aqui el fiel nuestro maestro Alfonso, portador delas presentes, el qual sobre esto faulara con vos mas largament de nuestra part; vos rrogamos assin affectuosament como podemos e por obseruancia dela dita paç e amistat e deudo de justicia que, vista la present, alos sobreditos mercaderes e sus fazedores tornedes e fagades las ditas quantias de dineros, ropas e bens e les fagades breu e spatxado complimiento de justicia. E no res menos vos rrogamos affectuosament que los ditos mercaderes e sus faze-

dores e todos otros christianos, vassallos e diusmesos nuestros e del dito rrey de Castiella, hayades en singular recomendacion e fauor, faziendoles breu e spatxado complimiento de justicia, e los agreugedes o maltractedes en alguna manera antes, seruandoles la forma e costumbre dela dita paç e amistat, los fauoreyedes delant todos otros, mediant justicia, certificandovos que, vltra que faredes lo aque sodes tenido, nos ne faredes muyt singular plazer; e, en su caso e lugar, fariamos por vos e vuestros vasallos semblantes e mayores cosas, mayorment pues son consonantes a justicia e razon.

E, si de nuestros rregnos e tierras, princep muyt caro e muyt amado amigo, algunas cosas vos son plazientes, embiatlas nos a dezir, car nos las compliremos de buena voluntat.

Dada en Perpenyan, dins nuestro seyello secreto. E, por indisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenito, a xxbj dias de nouiembre del anyo dela natiuidad de Nuestro Senyor mil cccc.xb. Alfonsus primogenitus.

112

20 DEZEMBRO 1415

Carta de el-rei D. João I, a dar a escrivania da audiência dos homens do mar, pertencente ao Concelho de Lisboa, a Martim Anes, criado do infante.

AHCML., *Provimento de Ofícios*, liv. 1, fl. 15, em pública-forma de 16 de Julho de 1431, onde também se encontra alvará de 19 de Junho do dito ano, pelo qual a Câmara confere autoridade ao mesmo Martim Anes para fazer as escrituras públicas pertencentes a seu ofício como se ele fora tabelião.
Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos...*, vol. I, p. 236.

A quantos esta carta virem, os vereadores, procuradores e homeens boons da muy nobre, leall çidade de Lixbõa, fazemos saber que nos, veendo como a escrepuaninha da audiencia dos homeens do mar, que perteeçe aa dicta çidade, he uaga, per morte de Gonçalo Uaasquez, que foi scpriuam da dicta escrepueninha; e, veendo como Martim Anes, criado do jfante, he bõo mançebo, jdoneo, perteeçente pera o dicto ofiçio;

Damoslhe a dicta scripuaninha e damollo por scpriuam aos dictos homeens do mar, per a guisa que o era o dicto Gonçalo Uaasquez, per carta que tijnha da çidade.

Copyrighted material

Ao quall Martim Anes nos demos juramento que bem e djreitamente use da dicta screpuaninha e faça em ella fe de uerdade. E elle jurou que assy o faria. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta carta, asignaada per nos e asseellada per o sseello do dicto conçelho.

Dante em a dicta çidade, xx dias de dezenbro. Gomez Anes, scpriuam da camara do dicto conçelho, a fez. Era de mjl e iiij^{c} L^{ta} iij anos.

113

1415 - 1416

Expedições portuguesas às Ilhas Canárias e para além deste arquipélago, ordenadas pelo infante D. Henrique.

DIOGO GOMES, *De prima jnuentione Guinee*, segundo o *Codex monacensis hispanicus* 27 de Bayerische Staats-Bibliothek, Handschriften-Abteilung de Munique, fl. 270, — donde se reproduz.

Editado: por SCHMELLER, *Ueber Valenti Fernandez Alemã*, pp. 18-41; em versão portuguesa por GABRIEL PEREIRA em DIOGO GOMES, *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, pp. 6-7; e no texto latino, com erros de transcrição, em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 187-88 (1). Sobre este documento veja-se os comentários de SERRA RAFOLS, *Portugal en las islas Canarias*, pp. 221-22.

Anno Domini millesimo quadringentesimo quindecimo vir quidam nobilis regni Portugalie, dominus Johannes de Crasto, qui capitaneus erat armate facta per dominum Enricum jnfantem, filium Johannis primi, regis Portugalie et frater ducisse Burgundie, mater Caroli; qui jnfans semper

(1) O presente texto, atribuído geralmente a Diogo Gomes, pertence-lhe apenas, quando muito, como informador; pois a redacção, como se declara nas linhas que precedem estas, é de Martinho de Boémia. E este, como estrangeiro que era, semeou de erros a narrativa. Tem-se julgado que a expedição de D. João de Castro às Canárias aqui referenciada é mera confusão com a expedição de D. Fernando de Castro de 1424 ou 1425 ao mesmo arquipélago e ainda que a de Gonçalo Velho teve em mira apenas o estudo das correntes marítimas, em 1416.

Há, porém, uma série extensa de documentos emanados do antipapa Bento XIII de Março a Julho do ano de 1416 demonstrativos de reacção castelhana contra pretensões de quemquer que fosse à ilha de Forteventura, Canárias, a qual se procura assegurar ao reino vizinho através de ocupação religiosa a efectuar pelos francisca-

curauit nutrire generosos et nobiles et mittere, expensis ipsius (2), ad inquirendum partes extraneas etc. Et supradictus Johannes de Castro, nauigando per mare Atlanticum, per vim accepit partem vnius jnsule dicte Gran Canarie, que pars terre uel jnsule dicebatur lingua sua Telli, fructuosa. Et, volens reuerti, reuersus in mari, inuenit maximas invndationes maris, quas portugalenses currentes nuncupant, inter insulam vnam et aliam. Que insule sunt vltra caput de Non, vbi Hercules posuit columnas, jn quibus scriptum erat: quis nauigat vltra caput de Non reuertetur aut non, quod sonat lingua portugalense: quem passa ho cabo de No[m] tornara si ou nom, eo quod Ercules ibi fecisset sue nauigationis finem, timens maximas currentes maris se non posse reuerti. Et sic supradictus capitaneus, reuersus cum maximo labore Portugalliam, nuncians (3) domino jnfanti ea que suprascripta sunt.

Anno vero sequenti, 1416, misit dominus infans Henricus quemdam militem generosum, nomine Gonzalo Velho, vltra insulas Canarias, per littora maris, desiderans scire causam tam magni maris currentes. Qui vltra nauigauit et inuenit mare tranquillum et quietum iuxta littus Affrice uel Libie et excessit ad locum qui nunc dicitur Terra Alta. Jn littore terre illius non erant nisi arene nec arbores neque herbe ibi inueniebantur. Que terra arenosa transit iuxta Montes Claros vsque ad montem Synay et vltra.

---

nos da Província da Andaluzia, por interesse dos mercadores sevilhanos como se infere do nosso DOC. 128. Processo idêntico havia de ser tentado mais tarde, como em seu lugar se sublinhará, a propósito das Ilhas Adjacentes.

Nestes termos e perante o texto quatrocentista que se segue, parece razoável supor-se que a citada reacção castelhana se dirigia à defesa da ilha de Forteventura contra pretensões do infante D. Henrique, demonstradas pelas expedições de D. João de Castro e de Gonçalo Velho, assim talvez historicamente estabelecidas. Não reparou no assunto PÉREZ EMBID, apesar de já então ZUNZUNEGUI haver editado, total ou parcialmente, os documentos acima alegados de Bento XIII e que adiante se reproduzem (DOCS. 118, 121 e ss.): — «Durante este primer momento (1415-1435) la Corona de Castilla acepta pasivamente una titulación de soberanía sobre Canarias, que le había sido ofrecida por el vasallaje de Jean de Bethencourt, pero no interviene de manera directa en los acontecimientos de las islas», sublinha o primeiro autor citado *(Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 127).

É certo que PÉREZ EMBID observa que «la Corona de Castilla se ocupa únicamente de extender algunos documentos que sirvan de legitimación a los esfuerzos prácticos de algunos andaluces, que tienen suficiente poder para organizar expediciones particulares. Este caso es el de la concesión hecha al sevillano Alfonso de las Casas, en 1420, encomendándole la conquista de las islas libres en determinadas condiciones» *(Ibidem)*. Assim salta o autor por cima dos textos revelados por ZUNZUNEGUI, em estudo aliás por ele aproveitado, naturalmente porque julgou tratar-se apenas de história religiosa ou missionária.

(2) De sublinhar este passo em que se afirma ter sempre o infante D. Henrique custeado os descobrimentos a expensas suas.

(3) Por *nunctiauit*, construção ou modo abaixo repetido.

Et vocatur mare arenosum et est in latitudine 37 dietarum, diuidens homines albos et nigros ab inuicem. Quod mare arenosum carthaginenses, que nunc vocantur tunisj, cum carabanis (4) et camelis, aliquando 700, pertransiuerunt vsque ad locum qui dicitur Tambucatu (5) et aliam terram Cantor (6), pro auro arabico quod ibi inuenitur in copia maxima, de quibus hominibus ac animalibus multociens vix decima pars reuersa est; quod audiens jnfans dominus Henricus, mouit eum inquirere terras illas per aquam maris, ad habendum comertia cum ipsis et ad nutriendum suos nobiles (7). Qui miles, reuersus ad dominum infantem, nunctians (8) ei inuenisse mare quietum et semper ventum rigidum aquilonis et maximam copiam piscium in littoribus maris illius.

114

21 JANEIRO [1416]

Carta de el-rei D. João I a el-rei de Aragão a comunicar-lhe que manda ao Concílio de Constança e ao Imperador a D. Fernando de Castro, Álvaro Fernandes de Ataíde, o Dr. Gil Martins e o Dr. Vasco Peres ou Pires, como seus embaixadores, a rogar-lhe os tenha em sua guarda e encomenda, enquanto forem em seu território, e lhes passe carta para poderem transitar livremente pessoas e coisas, a qual carta entregará a Constantinopla, seu arauto.

ACA., *D. Fernando I*, caja 12, n.º 2120, original em papel, com picos de traça.

---

(4) No ms. *carobanis*.

(5) Tombuctu, célebre mercado e povoado sudanês, referenciado pelos autores dos fins do século XV, data da presente narrativa, e do século XVI. A este propósito, pode ver-se a bibliografia aduzida por VEIGA SIMÕES, *O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção*, pp. 335 e 349-352.

(6) Na Gâmbia.

(7) Portanto, o autor data de 1416 a ideia dos descobrimentos henriquinos, a que atribui finalidade económica, a que predominava em fins do século XV, quando o autor escreveu.

(8) Por *nunctiauit*.

Muytalto e muy nobre e muy poderoso prinçepe, noso muy amado preçado sobrinho dom Fernando, pella graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos dom Joham, per esa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue, uos enuyamos muyto ssaudar, como sobrinho e amigo que muyto preçamos e amamos e pera quem queriamos que Deus dese saude e vida longa com muyta honrra e booa ventura.

Muy poderoso rrey, sobrinho amigo. Fazemosuos saber que nos enuyamos ao conçelho e ao enperador dom Fernando de Crastro e Aluaro Gonçaluez dAtayde e o doutor Gill Martijnz e o doutor Vasco Peres com nosa enbaxada (1). E, porque ham de pasar per uosa terra, muy poderoso e nobre rrey, sobrinho amigo, uos rrogamos que, por honrra nosa, os ajades, emquanto forem per uosos rregnos e ssenhorios, elles e suas cousas em uosa guarda e encomenda e lhes dedes vosa carta per que posam pasar pera outras partes com suas encaualgaduras e cousas e liure e seguramente, a qual letera uos plaza de mandardes dar a Costantimnopola, noso herauto, que uola rrequerra.

E fazernoseedes em ello plazer e honrra e cousa que uos muyto gra-

---

(1) Sobre esta embaixada portuguesa ao Concílio de Constança pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, t. 2, p. 461 e a bibliografia aí aduzida, onde o autor, não se fiando em PEREIRA DE FIGUEIREDO, trocou os nomes de Gil Martins e Vasco Peres, apoiado em LEITÃO FERREIRA e em D. RODRIGO DA CUNHA.

O Concílio de Constança abriu em 5 de Novembro de 1414. A representação portuguesa chegou lá em 1 de Junho de 1416 e foi solenemente recebida a 5 (Cfr. H. FINKE, *Acta Concilii Constanciensis*, t. 2, pp. 298 e 301). Como observou DE WITTE, *Les bulles*, p. 689, D. João I havia mandado uma outra embaixada ao dito Concílio, por carta de 7 de Dezembro de 1414, constituída pelo arcebispo de Lisboa e pelo bispo do Porto (Cfr. I. VON DOELLINGER, *Materialen zur Geschichte des fünfzehnten und sechszehnten Jahrhunderts*, pp. 299-300, cit. pelo referido autor). Conquanto ela não haja atingido seu destino, não se pode subscrever a conclusão de H. LECLERCQ, *Hist. des Conciles*, t. 7, p. 372, também rejeitada por DE WITTE, de que el-rei de Portugal, fiel ao partido de João XXIII, apenas se fizera representar no Concílio após o tratado de Narbona, ou seja depois de 18 de Dezembro de 1415.

O Dr. Gil Martins aproveitou o ensejo para no Concílio sublinhar o recente feito português de Ceuta; afirmando em seu patriótico discurso: *quoniam per eandem civitatem mari terraque potentem, que portus et clavis est tocius Africe, Omnipotens suis christicolis aperuit viam, ut per eam ad animarum suarum salutem gradientes contra eosdem sarracenos bene valeant operari* (Apud DE WITTE, *loc. cit.*, p. 690).

D. Fernando de Castro e D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, fidalgos cortesãos, haviam tomado parte na conquista de Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 50 e 86). Vasco Peres, cónego da Sé de Coimbra, representava também os bispos de Coimbra e de Viseu. O Doutor em Leis Gil Martins era desembargador e protector da Universidade de Lisboa, vezes várias referenciado no *Livro verde*, pp. 158, 174, 180 e 229.

deçeremos. E o que nos por vos faremos [de] muy boom talante em semelhantes quasos, quando uoso rrecado virmos. Muy poderoso rrey, sobrinho amigo. Deus uos de a sua graça e aja em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uoso stado.

Scprita em Estremoz, xxj dias de janeiro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto muy nobre e muy poderoso prinçipe nosso muyto amado e muy preçado sobrinho dom Fernando pela graça de Deus rrey dAragom e de Sezilia.

E na dobra: Goncalo Caldeira.

115

16 FEVEREIRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique a alcaidaria-mor da cidade de Viseu, enquanto for sua mercê, e todos os rendimentos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos da cidade e termo, reservadas apenas ao monarca as sisas gerais, as imposições ou sisas dos vinhos e o serviço novo dos judeus.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 36 v., inserta na de confirmação de 8 de Abril de 1439. — Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, doc. 12. Sobre ela, pode ver-se o retrocitado estudo, pp. 25 e ss.

Dom Joham etc., emsenbra com [o] jfante Duarte, meu filho primogenyto, herdeyro dos dictos rregnos.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, veendo e consirando a nobreza do jfante dom Anrryque, duque de Visseu e ssenhor de Couylhãa, meu filho, e do estado que ha de manteer e, querendolhe fazer graça e merçee; lhe damos e outorgamos que tenha de nos, emquanto nosa merçee for, [a] alcaydaria da dicta çydade de Visseu, com todallas rrendas, djreitos, fforos, çenssos, emprazamentos e trabutos, peenssõoes, ffruytos nouos e quaaesquer outras rrendas que na dicta çydade e sseu

termo avemos e de djreito deuemos dauer, reasaluando pera nos as ssyssas geeraaes e empossyçõoes dos vinhos e seruyço nouo dos judeus.

E porem mandamos ao noso almoxarife e escpriuam da dicta çydade, que ora ssom e ao deante forem, e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, que lhe leixem assy auer e tirar e arrecadar per quem lhe prouguer, emquanto nossa merçee for, como dicto he, ssem outro embargo nem hũu que lhe sobrello ponham em nemhũa guissa que seja. E elle nos fara preyto e menagem por o castello da dicta çydade, quando o hj ouuer fecto. Vnde lhjs hũus e outros al nom façades.

Dante em Estremoz, xbj dias de feuereiro. Elrrey o mandou. Martim Uaasquez a ffez. Era de mill iiij^{c} Liiij anos.

116

18 FEVEREIRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver confiado ao infante D. Henrique o provimento e defensão da cidade de Ceuta e a ordenar aos oficiais régios façam e dispendam quanto lhes ele mandar por suas cartas e alvarás, como se estes dimanassem do próprio monarca.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 91 v. — Publicada por AZEVEDO, *Documentos...*, vol. I, p. 450 e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos...*, vol. I, p. 238.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor da çidade de Çeuta.

A quantos esta carta ou o trelado della, fecta em publica forma virem, fazemos saber que nos demos encargo ao jfante dom Henrrique, duc de Viseu e ssenhor de Couylhãa, meu filho, de todallas cousas que conprem pera a dicta nossa çidade de Çeuta e pera sua defenssom.

E porem mandamos a Johane Meendez, nosso corregedor da corte, que tem encargo de fazer rrecadar os direytos e rrendas do meestrado de Santiago e do arcebispado de Lixboa e dos outros bispados e da camara apostolica e doutras cousas que sam hordenadas pera despesa da dicta çidade de Çeuta e outrosy a todollos nossos contadores e almoxarifes e rreçebedores e escpriuãaes e outras quaeesquer pessoas a que o rreçebi-

Est. IV. — Carta de el-rei D. João I de Portugal a D. Fernando de Aragão, de 1415 (Doc. 108).

Copyrighted material

mento e conheçimento destas cousas e doutras quaesquer que som ou forem pera despesa da dicta çidade de Çeuta perteençer, que façam e despendam todo aquello que lhes o dicto jffante dom Henrrique mandar fazer e despender, per suas cartas e aluaraaes, asy como se nos meesmo lho mandassemos fazer e despender (1). E mandamos que pellas dictas cartas e aluaraaes lhes seia rreçebudo, em conta e em despesa, o que asy per seu mandado despenderem, sem outra contenda nẽhũa. Vnde os hũus e os outros al nom façades. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta carta, asynaada per nosa mãao.

Dante em Estremoz, xbiij° dias de feuereiro. Elrrej o mandou. Joham Affomso a fez. Era de mil iiij° Liiij° anos.

117

18 FEVEREIRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Pedro seu filho, enquanto sua merce for, o castelo da cidade de Coimbra com todos os rendimentos, direitos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos e demais rendimentos régios da cidade e termo, reservados porém ao monarca as sisas gerais, as imposições dos vinhos e o serviço novo dos judeus, devendo o infante fazer-lhe preito e homenagem pelo castelo.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 179, — texto que se reproduz; *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 85 v., e *Místicos*, liv. 3, fl. 218 v. Publicada por DIAS DINIS, *Estudos henriquinos*, vol. 1, doc. 13.

---

(1) Em Súplicas de el-rei D. Duarte, endereçadas ao papa Eugénio IV e por este atendidas em 1 de Abril e 4 de Outubro de 1434, as quais publicamos na respectiva ordem cronológica, se afirma que el-rei D. João I, por se acharem vagas, durante o cisma e durante o concílio de Constança, várias igrejas catedrais do país e, por necessitar o monarca de recursos financeiros para ocorrer às despesas da defesa e manutenção de Ceuta, apropriara a esta finalidade, sem autorização pontifícia, os rendimentos das ditas igrejas e de alguns benefícios eclesiásticos. Assim se compreendem os dizeres do presente período. Veja-se também o nosso DOC. 157.

Havia precedente a este respeito. ZURITA, relatando acontecimentos do ano anterior, 1415, conta haver-se concedido no concílio ao rei de Aragão «las rentas de la camara apostolica, y de las Iglesias cathedrales vacantes para los gastos, que se le ofrecian en la cousa de la vnion de la Jglesia» (*Anales de... Aragón*, parte 2, liv. 12, cap. 56).

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta, emsembra com o jffante Eduarte, meu filho primogenjto e herdeiro dos dictos regnos.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, veendo e consirando a nobreza do jffante dom Pedro, duque de Cojmbra e meu filho, e o estado que ha de manteer; e, querendolhe fazer graça e merçee;

Lhe damos e outorgamos que tenha de nos, enquanto nossa mercee for, o castello da dicta cidade de Cojmbra com todallas rendas e djreitos e foros e censos (1) e emprazamentos e trabutos e pensõoes, fructos, nouos e quaaesquer outras rendas que, na dicta cidade e seu termo, auemos e de djreito deuemos dauer, rreseruando pera nos as sisas geeraaes e enposiçõoes dos vinhos e serujço nouo dos judeus.

E porem, mandamos ao nosso almoxarife e scpriuam da dicta cidade, que ora som e ao diante forem, e a outros quaaesquer officiaaes e pesoas que esto ouuerem de ueer, que lho leixem auer e arrecadar e tirar per quemquer que lhe aprouuer, emquanto nossa mercee for, como dicto he, sem outro embargo nehũu que lhe sobre ello ponhades, em nehũa guisa que seia. E elle nos fara preito e menagem pollo dicto castello. Vnde hũus e outros al nom façades.

Dante em Stremoz, xbiij dias de feuereiro. Elrrey o mandou. Martim Uaasquez a fez. Era de mjl iiij° Liiij annos (2).

---

(1) No ms. *cousas*.

(2) Neste documento dá-se ao D. Pedro apenas o título de «duque de Coimbra», nos termos do que observa ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 101. De facto, só em 10 de Novembro seguinte ele teve de el-rei Montemor o Velho, de que foi Senhor, «que nos ora ouuemos por renunciaçom da iffante dona Jsabel, mjnha filha», a quem D. Pedro cedeu Alvaiázere, na mesma data (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fls. 188 e 188v.). Carta régia de 23 de Setembro de 1461 passou ao filho do falecido Regente do Reino os bens que ele havia possuído, a saber: «a villa de Penella com seu castello e termo, rendas, beens e foros, dos quaaes algũus ouue o dicto meu auoo dalgũuas pessoas; e o rregueemguo de Canpores e o rreguemgo do Rabaçal, Villa Noua dAnços, Buarcos e a villa e castello de Montemor o Velho com seu termo e a villa de Temtugal» (ANTT., *Gaveta* 3, maço 7, n.° 12). O ducado de Coimbra deve ter revertido para a Coroa, à morte do donatário.

118

25 MARÇO 1416

Por ordem do antipapa Bento XIII, a Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que devem passar à ilha de Canária por mandado do mesmo pontífice, 45 soldos barceloneses.

AV., *Reg. Aven.*, vol. 348, fl. 646, donde se reproduz.
Publicado por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 401, n.º 22.

Die xxv. dicti mensis (1), de mandato domini nostrj pape, ad relacionem domini Petrj Comollis, fuerunt soluti dominis fratribus Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis minorum, qui debent ad insulam Canarie transire, de mandato domini nostrj pape, pro eorum prouisionibus xvj dierum proxime preteritorum et duorum dierum proxime futurorum, pro ipsis recipiente fratre Johanne Benedictj, quadraginta quinque solidi barchinonenses.

Na margem esquerda: Elemosina.

119

29 MARÇO 1416

Carta de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a carta que este lhe enviara por Álvaro Gonçalves da Maia, a propor-lhe a prossecução da conquista do reino de Granada, e a responder-lhe que, por ser coisa que toca principalmente ao rei de Castela, seu neto, vai comunicar o assunto à rainha, mãe daquele, a quem escreve juntamente com Álvaro Gonçalves.

ACA., *Registro* 2.410, fl. 11 v.

(1) Março de 1416.

Rey muyt alto, muyt caro e muyt amado tio. Nos, elrrey dAragon e de Sicilia, vos envjamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e apreciamos e por a qujen querrjamos diesse Dios tanta salut, honor e buena ventura, quanta por a nos mismo e por a qujen de muy buena voluntad fariamos todas las cosas que a vos veniessen en plazer.

Rey muyt alto, muyt caro e muyt amado tio. Reçebimos vuestra letra e, hoydo plenament Aluaro Goncaluez, vuestro secretario, exhibidor de aquella, hauemos haujdo grant plazer de la gran, santa e notable jntencion que demonstrades, asin como a catholico rrey, al serujcio de Dios e extirpacion de los enemigos de la fe.

Et, jassea por actos notables e notorjos, hayades mostrado, e no ha tanto, que o sea en grant memorja de la rreligion christiana, la dita vuestra sancta jntencion, agora no poco diuulgadas aquella en la offerta por el dito vuestro secretarjo, de vuestra part a nos feyta, de querer venjr en la conquista de Granada e, amigable e fraternalment, con nos prosegujr aquella, a exaltacion de la sancta fe e no poco renombre e fama vuestros, de que vos sabemos special e singular grado; car sodes conforme a nuestra affection como, apres la salud de la nuestra anjma, no ha cosa al mundo que mas hayamos a coraçon, que la dita conquesta, e veyemos aguora bien priesta la disposicion por las razones e causas en vuestra letra contenjdas.

Por que, rrey muyt alto, nuestro muyt caro tio, como las ditas cosas toquen principalment elrrey de Castiella, nuestro muyt caro njeto, entendemos prestament comunjcar con la rreyna su madre nuestra muyt cara hermana, senyora, a la qual con el dito vuestro ssecretarjo, scriujmos. E sobre aquesto e encora sobre vuestras vistas e nuestras, si a Dios sera plazent dar tal orden, que Dios ne sea serujdo e sen cumpla vuestros deseos e los nuestros.

Et, si cosas algunas, rrey muyt alto, nuestro muyt caro e muyt amado tio, de nuestros rregnos e tierras vos son plazientes, embiatles nos a dezir, car nos las compliremos de buen coraçon. E sea en vuestra guarda el Sperit Sant.

Dada en la vila de Agualada (1), dins nuestro siello ssecreto. E, por jndisposicion de nuestra persona, signada de mano de nuestro primogenito, a xxix dies de março del anyo mil cccc ssetze. Alfonsus, primogenitus.

Dirigitur regi Portugalie.

Dominus rex mandauit michi
Paulo Nicholai.
Prouisa.

---

(1) Por *Igualada*, perto de Barcelona, onde o monarca veio a falecer, em 2 de Abril seguinte (Cfr. BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, 2.ª ed., p. 492). Ia o monarca a caminho de Castela: «y la causa mas cierta, que se affirmo entonces de su yda a Castilla era por dar orden con la Reyna doña Catalina, que se quitasse la

Et fuit expeditus saluus conductus pro dicto secretarjo in quinque et cum uicannjs et vna adzemjla duraturus per vnum mensem, sub kalendario, data et signo predictis.

Idem. Prouisa.

120

29 MARÇO 1416

Carta da rainha de Aragão a el-rei D. João I sobre a proposta por este feita a seu marido para a conquista do reino de Granada, a louvar-lhe a boa e grande intenção que mostra em desejar o exaltamento da religião cristã e o extermínio dos infiéis, conformemente aos anelos do rei aragonês, pelo que receberá de Deus merecimento e remuneração eterna e, neste mundo, como aliás já aufere, fama, renome e singular glória; e a assegurar-lhe que, dando Deus saúde a seu marido, ele irá a Castela, conferenciar com a rainha, logo que possa, sobre o assunto que lhe propôs e sobre outros, após o que se encontrará com o rei de Portugal.

ACA., *Registro* 2410, fl. 12 v.

Rey muyt alto, nuestro muyt caro e muyt amado tio. Nos, la rreyna dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e preciamos e por a qujn querrjamos diesse Dios tanta salut, honor e buena ventura quanta por a nos mismo e por aqujn, de muy buena volundat, fariamos todas las cosas que a vos venjessen en plazer.

Rey muyt alto, muyt caro e muyt amado tjo. Por las cartas por vos emvjadas al senyor rrey, marjdo e senyor nuestro muyt caro, e assi mismo por relacion de Aluaro Gonçaluez, vuestro secretarjo, somos ciertament jnformada de la vuestra buena sanjdat e estamjento e assi mismo de la buena e gran jntencion que monstrades hauer en el exaltamiento de la rreligion christiana e extermjnacion de los jnfieles e de la fraternal dileccion e affeccion que con el dito senyor rrey, conformando con su afeccion, queredes hauer, en e cerca la conquesta de Granada, de que seet

---

obediencia a Benedito: aulẽdo entendido, q̃ le auia priuado del reyno: y cada dia le descomulgaua como a cismatico», o antipapa Bento XIII (ZURITA, *Anales de la corona de Aragón* t. 3, parte 2, liv. 12, cap. 60).

cierto que de Dios ne hauredes merjto e remuneracion eternal e en este mundo, ssegund ja hauedes, fama e renombre e singular glorja.

Por que, rrey muyt alto princep, jassea el dito senyor rrey, marido e senyor nuestro muyt caro, vos respuenda a las ditas cosas, segund por su letra veredes mas largament, vos certificamos que, Dios dandole salut, entiende seyr prestament en el rregno de Castiella e aquj comunjcar sobre los ditos aferes e otros, asi con la senyora rreyna de Castiella, su hermana e nuestra, e apres veerse con vos sobre las ditas cosas. Supplicamos a Dios e a la gloriosa madre suya que cunpla su desejo e vuestro.

Asi mismo, rrey muy alto, muyt caro e muyt amado tio, nos hauemos faulado con el dito vuestro secretarjo sobre ciertas cosas de nuestra part, por el a vos explicadas. Rogamosvos afectuosament que le dedes fe e credencia asin como si nos personalment vos lo diziamos. E, si cosas algunas, rrey muyt alto, nuestro muyt caro e muyt amado tio, de nuestros rregnos e tierras vos son plazientes, embiatles nos a dezir, car nos las compljremos de bon coraçon. E sia en vuestra guarda el Sperit Sant.

Dada en la vila dAgualada, dins nuestro siello secreto, a xxbiiij dias de março del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc. setze. La Reyna.

Dirigitur regi Portugalie.

121

29 MARÇO 1416

Por mandado do antipapa Bento XIII, a Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar em 29 do citado mês, 3 florins aragoneses.

AV., *Reg. Aven.*, vol. 348, fl. 647 v., — texto que se reproduz

Publicado com erros por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 402, n.º 23, que cita, decerto por equívoco, *Reg. Vat.*, vol. 348, fl. 647.

Die xxix dicti mensis (1) fuerunt soluti fratribus Petro de Pernia et Johannj de Baeça, ordinis minorum, de mandato domini nostrj pape, ad relacionem domini Petri Comollis, pro eorum prouisione

(1) Março de 1416.

assignata et incipienda die xxix presentis mensis, ipsis recipientibus, tres florines aragonenses.

Na margem esquerda: Elemosina.

122

1 ABRIL 1416

Letras Pia fidelium uota, *do antipapa Bento XIII, dirigidas aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a conceder-lhes, a seu pedido, licença para fundarem casa na ilha de Forteventura, do arquipélago das Canárias e da diocese Rubicense.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 328, fl. 373, — donde se reproduz.
Publicada no *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 395, n.º 1144.

[Benedictus, etc.].

Dilectis filijs Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum professoribus, salutem, etc.

Pia fidelium uota, presertim que salutis operibus obsequuntur, libenter apostolico fauore prosequimur eisque assensum beniuolum impartimur.

Sane peticio, pro parte uestra, nobis nuper exhibita continebat quod vos, feruore deuocionis accensi, in quadam jnsula, insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, vnam domum, ad Dei et tocius curie celestis gloriam et honorem, ad usum fratrum minorum construere et edificare proponitis. Quare, pro parte uestra, fuit nobis humiliter supplicatum ut uobis premissa faciendi licenciam concedere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, diuinum cultum augmentarj ac fidem catholicam dilatari totis viribus cupientes ac uestrum huiusmodi laudabile propositum plurimum in Domino commendantes, uestris in hac parte supplicacionibus inclinati, uobis et cuilibet uestrum, in prefata insula, in loco tamen ad hoc congruo et honesto, vnam domum ad usum fratrum predictorum cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio et aliis necessariis officinis, absque iuris alieni preiudicio, construendi ac eciam edificandi, diocesani loci et

alterius cuiuscunque licencia minime requisita, necnon quibuscunque constitucionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus ordinis prelibati, eciam iuramento, confirmacione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis contrarijs nequaquam obstantibus, plenam et liberam auctoritate apostolica, tenore presencium, licenciam elargimur, eidem domui, postquam constructa seu edificata fuerit vobisque et fratribus ac personis ipsius domus pro tempore existentibus eadem auctoritate, de speciali gracia, concedentes ut omnibus et singulis priuilegijs, libertatibus et indulgencijs, aliis domibus ac fratribus et personis ordinis memorati seu ipsi ordini ab apostolica sede generaliter concessis et quibus domus, fratres et persone huiusmodi, ex generali concessione gaudent et utuntur, uti ualeatis et ualeant pariter et gaudere, jure parrochialis ecclesie et cuiuslibet alterius in omnibus semper saluo.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc..

Datum [Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo].

123

1 ABRIL 1416

Bula Prouenit ex uestre deuocionis, *do antipapa Bento XIII, dirigida aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, residentes na casa que lhes permitiu construir na ilha de Forteventura, Canárias, a conceder indulgência plenária em artigo de morte aos próprios, a confrades seus e a seis familiares que habitem a referida casa durante dez anos, a pedido dos mesmos.*

AV., *Reg Vat.*, vol. 328, fl. 346 v.
Publicada parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 403, n.º 25.

[Benedictus, etc.].

Dilectis filiis Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum professoribus, salutem, etc.

Prouenit ex uestre deuocionis affectu, quo nos et romanam ecclesiam reueremini, ut peticiones uestras, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exaudicionis graciam admittamus.

Hodie siquidem uobis construendi ac edificandi seu construi et edificari faciendi vnam domum ad usum fratrum minorum, in quadam jnsula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex jnsulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, concessimus per nostras litteras facultatem (1).

Nos itaque, uestris in hac parte supplicacionibus inclinati, ut confessor quem quilibet uestrum et aliorum domus huiusmodi fratrum hinc ad decennium existencium ac sex familiarium ipsorum duntaxat duxerit eligendum, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contritus et ore confessus fuerit, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem sibi, in sinceritate fidei, unitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostra et successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrancium persistenti, auctoritate apostolica concedere ualeat, deuocioni uestre, tenore presencium, indulgemus; sic tamen quod idem confessor de hiis de quibus fuerit alteri satisfaccio impendenda, eam sibi ut premittitur confitenti, si superuixerit, uel aliis ad quos pertinebit, si tunc forte transierit, faciendam iniungat, quam ipsi uel illi facere teneantur, ut prefertur. Et ne, quod absit, propter huiusmodi graciam reddamini et alii predicti reddantur procliuiores ad illicita imposterum committenda, uolumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi aliqua forte committeretis et alii supradicti committerent, quoad illa predicta remissio sic committenti nullatenus suffragetur.

Volumus eciam quod per annum, a tempore quo presens nostra concessio ad uestram et aliorum predictorum noticiam peruenerit computandum, uos et ipsi, singulis sextis feriis, legitimo impedimento cessante, ieiunetis et ieiunent; quod si predictis feriis, ex precepto ecclesie, regulari obseruancia, iniuncta penitencia, uoto uel alias ieiunare teneamini et teneantur, vna alia die singularum septimanarum eiusdem anni, qua ad ieiunandum, ut premittitur, non sitis et sint astricti, ieiunetis et ieiunent et si in dicto anno uel aliqua eius parte essetis et essent legitime impediti, anno sequenti uel alias quam primum commode poteritis et poterint, modo simili supplere huiusmodi ieiunium teneamini ac eciam teneantur; alioquin huiusmodi nostra concessio quoad premissa non obseruantem duntaxat nullius roboris uel momenti.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis et uoluntatis infringere, etc..

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo.

Na margem direita: Gratis pro Deo; *na esquerda:* F. Rovira.

(1) É o nosso DOC. 122.

124

1 ABRIL 1416

Letras Ad ea libenter, *do antipapa Bento XIII, dirigidas ao bispo de Rubicão (Canárias), a ordenar-lhe ponha à disposição dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a quem autorizou a fundar casa na ilha de Forteventura, os animais de que eles necessitem para construção da mesma.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 328, fl. 372 v., — donde se reproduzem.
Publicadas parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 404, n.º 26.

[Benedictus, etc.].

Venerabili fratri episcopo Rubicensi, salutem, etc.

Ad ea libenter intendimus que diuini cultus augmentum et catholice fidei exaltacionem respicere dinoscuntur.

Hodie siquidem, pro parte dilectorum filiorum Petri de Pernia et Johannis de Baeça, ordinis fratrum minorum professorum, nobis exposito quod ipsi, in quadam insula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie tue diocesis existit, vnam domum ad usum fratrum minorum construere ac edificare proponebant; nos eisdem Petro et Johanni ipsam domum construendi ac eciam edificandi licenciam per nostras litteras duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Cum autem, sicut exhibita nobis, pro parte ipsorum Petri et Johannis peticio continebat, eisdem nonnulla animalia, pro huiusmodi construccione ac edificacione, sint plurimum necessaria; pro parte ipsorum Petri et Johannis fuit nobis humiliter supplicatum ut prouidere ipsis super hoc de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque, huiusmodi supplicacionibus inclinati, tue fraternitati, per apostolica scripta mandamus quatenus animalia que pro construccione seu edificacione huiusmodi tibi uidebuntur necessaria ad usum domus eiusdem et ad seu per tempus de quo eciam tibi uidebitur, teneas seu teneri facias, taliter quod per tuum ministerium huiusmodi domus ipsa facilius edificari ualeat tuque perinde eterne retribucionis premium consequaris.

Datum [Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo].

---

(1) Cfr. o DOC. 122.

125

1 ABRIL 1416

Bula Deuocionis sinceritas *do antipapa Bento XIII, a conceder, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que possam os religiosos residentes na sua casa da ilha de Forteventura eleger anualmente de entre si guardião, a confirmar pelo Capítulo Provincial da Província franciscana de Castela ou pelo seu Ministro, que este nomeie Visitador e ainda a permissão de escolherem confessor idóneo para os absolver.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 328, fl. 376 — donde se reproduz.
Publicada no *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 396, n.° 1145.

[Benedictus, etc].

Ad perpetuam rei memoriam.

Deuocionis sinceritas et religionis, sub qua dilecti filij Petrus de Pernia et Johannes de Baeça, ordinis fratrum minorum professores, uirtutum Domino famulatum impendunt, promeretur honestas, ut peticiones suas, illas presertim que animarum salutem respiciunt, ad exaudicionis graciam admittamus.

Hodie siquidem, pro parte eorundem Petri et Johannis, nobis exposito quod ipsi in quadam jnsula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex insulis Canarie, Rubicensis diecesis existit, vnam domum ad vsum fratrum minorum construere ac edificare proponebant; nos eisdem Petro et Johannj ipsam domum construendi ac eciam edificandi licenciam per nostras litteras duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Nos, uolentes eosdem Petrum et Iohannem et alios fratres in dicta domo pro tempore commorantes fauore prosequi gracie specialis, ipsorum Petri et Johannis in hac parte deuotis supplicationibus inclinati, auctoritate apostolica, tenore presencium, statuimus ac etiam ordinamus quod fratres in domo predicta pro tempore commorantes vnum ex ipsis in gardianum ipsius domus annuatim eligere libere et licite ualeant; qui quidem gardianus per capitulum prouinciale prouincie Castelle, secundum morem dicti ordinis, seu ministrum ipsius prouincie confirmetur.

(1) Pelo nosso DOC. 122.

Quodque ipse minister eisdem fratribus uisitatorem dare teneatur, prout ipsius ordinis instituta exigunt seu requirunt et nichilominus eisdem fratribus in prefata domo pro tempore, ut premittitur, commorantibus, ut ipsorum singuli confessorem ydoneum eligere possint, qui eos pro commissis eciam in casibus eidem ordini ac semel in anno, eciam in casibus ministris prouincialibus generaliter concessis necnon, deficientibus fatribus ipsius ordinis, quem duxeri[n]t eligendum, eis in foro penitenciali dumtaxat debitam absolucionem impendat et iniungat penitenciam salutarem, de amplioris dono gracie, tenore presencium, indulgemus. Volumus autem quod idem gardianus omnia que alij gardiani eiusdem ordinis, ex officio suo, exercere consueuerunt, infra huiusmodi vnum annum teneatur realiter adimplere nec possit ipse gardianatus successiue et immediate officium ultra vnum annum aliqualiter retinere.

Nulli ergo, etc. nostrorum statuti, ordinacionis, concessionis et uoluntatis infringere, etc.

Datum Paniscole, Dertusensis diecesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo.

126

1 ABRIL 1416

Bula Ad ea que, *do antipapa Bento XIII, em que, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, lhes concede e a seus sucessores na casa de Forteventura, Canárias, possam pedir e receber esmolas, por si ou por outrem, no reino de Castela, com autorização dos ordinários do lugar e segundo o parecer deles, para sustento do culto divino e dos religiosos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 328, fl. 395, — donde se reproduz.
Publicada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 402, n.º 24.

[Benedictus, etc.].

Ad futuram rei memoriam.

Ad ea que personis ecclesiasticis, presertim sub regulari habitu uirtutum Domino famulantibus ac ipsarum domibus, maxime in earum noua edificacione oportuna fore conspicimus, libenter partes nostre solicitudinis adhibemus.

Hodie siquidem, pro parte dilectorum filiorum Petri de Pernia et Johannis de Baeça, ordinis fratrum minorum professorum, nobis exposito quod ipsi in quadam jnsula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex jnsulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, vnam domum ad usum fratrum minorum construere ac edificare proponebant, nos eisdem Petro et Johannj ipsam domum construendi ac eciam edificandi licenciam, per nostras litteras, duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Cum autem, sicut exhibita nobis, pro parte Petri et Johannis predictorum, peticio continebat, in premissis et circa ea christifidelium elemosine sint plurimum oportune; nos, cupientes cultum diuinum augmentarj ipsorumque Petri et Johannis in hac parte supplicacionibus inclinati, eisdem Petro et Johannj ac gardiano et aliis fratribus domus predicte pro tempore existentibus, ut ipsi, per se uel alium seu alios, pro sustentacione fratrum, in ipsa domo pro tempore commorancium, ac libris et aliis ornamentis ecclesie domus eiusdem in regno Castelle, de locorum ordinariorum consensu et ad tempus ac prout eisdem ordinariis uidebitur, elemosinas petere libere et licite ualeant, auctoritate apostolica, concedimus per presentes.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, kalendis aprilis, anno vicesimo secundo. Expedita xvj kalendas julij, anno xxij.

Na margem direita: Gratis pro Deo.

127

6 ABRIL 1416

A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII concede aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para provisão deles, 4 florins, a somar aos 3 outorgados em 29 de Março anterior.

AV., *Reg. Aven.*, vol. 348, fl. 653 v., texto que se reproduz.
Publicado por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 404, n.º 27.

(1) Cfr. o DOC. 122.

Copyrighted material

Eadem die (1) fuerunt soluti fratribus Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum, de mandato, etc., ut supra recipientibus, vna cum tribus florenis die xxix sibj datis, pro prouisione, quatuor floreni aragonenses.

Na margem esquerda: Elemosina.

128

13 ABRIL 1416

Bula Justis petentium desideriis *do antipapa Bento XIII, dirigida ao arcebispo de Sevilha, ao bispo de Rubicão (Canárias) e ao dilecto filho oficial de Sevilha, a confirmar a licença que dera aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça para fundarem casa na ilha de Forteventura (Canárias), da diocese Rubicense.*

SEVILHA, Arquivo da Provincia Franciscana de Andaluzia, n.º 88, original. Publicada pelo P. ANGEL ORTEGA, O. F. M., no *Archivo Ibero-Americano*, Ano 2, Madrid, 1915, pp. 14-15, —donde se reproduz.

Benedictus episcopus, servus servorum Dei.

Venerabilibus fratribus archiepiscopo Ispalensi et episcopo Rubicensi ac dilecto filio officiali Ispalensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Justis petentium desideriis libenter annuimus illaque favore prosequimur opportuno.

Hodie siquidem, pro parte dilectorum filiorum Petri de Pernia et Joannes de Baeza, ordinis fratrum minorum professorum, nobis exposito quod ipsi, in quadam insula Fortisventurae communiter nuncupata, quae altera ex insulis Canarie, Rubicensis dioecesis existit, unam domum, ad usum fratrum minorum, construere ac edificare proponebant, nos, eidem Petro et Joanni ipsam domum construendi ac etiam edificandi licentiam,

(1) 6 de Abril de 1416.

per nostras litteras, duximus concedendam, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Cum autem, sicut exhibita nobis, pro parte ipsorum Petri et Joannis petitio continebat, ipsi dubitent se et singulares ejusdem domus contra concessiones, libertates, inmunitates et privilegia, tam per nos quam per alias personas ecclesiasticas et seculares eidem domui concessa et in futurum forsitan concedenda, posse in posterum molestari; pro parte ipsorum Petri et Joannis nobis fuit humiliter supplicatum ut providere super his de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, hujusmodi supplicationibus inclinati, discretioni vestre, per apostolica scripta mandamus quatenus vos vel duo aut unus vestrum, per vos vel alium seu alios, eisdem Petro et Joanni ac singularibus ipsius domus pro tempore existentibus efficacis defensionis presidio assistentes, non permitatis eosdem contra concessiones, libertates, inmunitates et privilegia hujusmodi vel alias ab aliquibus indebite molestari aut eis gravamina seu damna vel injurias irrogari; molestatores et injuriatores hujusmodi necnon contradictores quoslibet et rebelles cujuscumque dignitatis, status vel conditionis existant, etiamsi pontificali prefulgeant dignitate, quomodocumque et quotiescumque expediens fuerit, auctoritate nostra, per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, invocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachii saecularis. Non obstantibus tam foelicis recordationis Bonifacii papae VIII, praedecessoris nostri, quibus cavetur ne quis extra civitatem suam et diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra unam dietam a fine suae diocesis ad judicium evocetur *etc.*

Datum Peniscole, Dertusensis dioecesis, XIII aprilis, pontificatus nostri anno vicesimo secundo.

F. Rovira. S. (2).

---

(1) Pelo nosso DOC. 122.

(2) A presente bula tem todos os visos de documento político, solicitado pelos mercadores andaluzes para acautelamento e defesa das Canárias contra possíveis pretensões ou movimentos de Portugal, meses após a conquista de Ceuta, efectuada em Agosto anterior. Denunciam-no até o facto invulgar da inserção, em seu endereço, do «dilecto filho oficial de Sevilha», naturalmente a suprema autoridade daquela cidade andaluza, e ainda a permissão de recorrerem ao auxílio do braço secular para garantir a ocupação religiosa pelos franciscanos andaluzes da ilha de Forteventura. O próprio Baeça professou na Custódia franciscana de Sevilha, a que pertencia. É crível que já no ano de 1416 o infante D. Henrique, incumbido pelo pai da defesa e provimento de Ceuta (Cfr. o nosso DOC. 116), tenha iniciado as expedições às Canárias. Talvez constitua disso reminiscência o relato de MARTINHO DE BOEMIA (*De prima inventione Guinee*, p. 187), ao aludir a expedição de D. João de Castro às Canárias e à de Fr. Gonçalo Velho para estudo das correntes para lá daquelas ilhas. Como quer que tenha sido, a reacção andaluza, testemunhada pelo presente documento e pelos restan-

129

12 MAIO 1416

A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII pagou mais 5 florins aragoneses aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar do dia 11 do dito mês.

AV., *Reg. Aven.*, vol. 348, fl. 669, — texto que se reproduz.
Publicado por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 404, n.º 28.

Die xij maij fuerunt soluti fratribus Petro de Pernia et Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum, in deduccionem prouisionis eorum, incipiendo a die xj dicti mensis, quinque floreni aragonenses.

Na margem esquerda: Extraordinarium.

130

7 JULHO 1416

Letras Ad ea libenter, *do antipapa Bento XIII, dirigidas aos arcebispos de Sevilha e de Toledo, a ordenar-lhes entreguem aos operários que hão-de construir a casa franciscana da ilha de Forteventura, Canárias, até 1.000 florins aragoneses, deduzidos das dispensas matrimoniais de sua província eclesiástica, da comutação de votos e de outras esmolas disponíveis.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 328, fls. 395 v. e 396, donde se reproduzem.
Publicadas parcialmente por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 405, n.ºs 29 e 30.

---

tes do antipapa Bento XIII que reproduzimos parece um facto. E ZURARA afirma que D. Henrique «depois da tomada de Ceptа, sempre trouxe continuadamente nauyos armados contra os infiees» (*Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 7).

[Benedictus, etc.].

Venerabili fratri archiepiscopo Jspalensi, salutem, etc.

Ad ea libenter, ex apostolice seruitutis nobis iniuncte desuper officio operose diligencie studium libenter impendimus, que christiane fidei exaltacionem, animarum salutem et diuini cultus augmentum respicere dinoscuntur.

Nuper siquidem dilectis filijs Petro de Pernia et Johannj de Baeça, ordinis fratrum minorum professoribus, construendi et edificandi seu construi ac edificari faciendi vnam domum ad vsum fratrum minorum in quadam jnsula Fortisuenture communiter nuncupata, que altera ex jnsulis Canarie, Rubicensis diocesis, existit, concessimus per nostras litteras facultatem (1).

Nos, cupientes ut habitatores jnsularum predictarum in fide catholica instruantur ac inibi diuinus cultus augmentetur et ut domus ipsa facilius construatur, de alicuius subuencionis auxilio prouidere, ipsorum Petri et Johannis in hac parte supplicacionibus inclinati, fraternitati tue, de qua in his et aliis specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus per te uel alium seu alios de elemosinis racione matrimonialium seu aliarum quarumcunque dispensacionum aut uotorum commutacionum personis ciuitatis et diocesis ac prouincie Jspalensis per sedem apostolicam concessarum et imposterum concedendarum necnon de aliis pecuniarum summis que ad te seu ad locorum ordinarios eiusdem prouincie, intuitu Dei, distribuende obuenerint usque ad summam mille florenorum aurj de Aragonia, in construccionem et edificacionem domus prefate integre conuertendam, operariis eiusdem domus per te eligendis, auctoritate nostra, realiter tradi facias ac eciam assignari, contradictores per censuram, etc. Non obstante si aliquibus communiter uel diuisim a sede apostolica sit indultum, quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mencionem.

Datum Paniscole, Dertusensis diocesis, nonis julij, anno vicesimo secundo.

Expedita xvj kalendas julij, anno xxij.

Na margem direita: Gratis pro Deo. *Na esquerda:* F. Rovira.

Venerabili fratri archiepiscopo Toletano, salutem, etc.

---

(1) O nosso DOC. 122.

Ad ea,ut in supra proxima usque prouincie Toletane etc. usque operarijs eiusdem domus per venerabilem fratrum nostrum archiepiscopum Jspalensem eligendis etc. ut in eadem.

Datum ut supra.

131

8 AGOSTO 1416

Aforamento pela igreja de Santo Estêvão de Alfama da cidade de Lisboa a João Rodrigues de Amorim, em três vidas, de casas sitas na mesma freguesia, as quais partem com João Martins, mestre dos treus (1), *por seis libras da moeda antiga.*

ANTT., *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, maço 18, n.º 343. Original em pergaminho.

Em nome de Deus, amen.

Saibham quantos este estormento de enprazamento virem que, na era de mjll e quatroçentos e çinquoenta e quatro annos, oito dias do mes de agosto, na çidade de Lixboa, no paaço dos tabaljãaes, en presença de mym Gomez Martijnz o Moço, tabaliam delrrey na dicta çidade e testemunhas adyante escritas, pareçeo hy, no dicto logo, Johanne Esteuenz Correa, procurador que se dezya de Lourenço Gomez, prioll da jgreia de Santo Esteuom da dicta çidade, e Gonçallo Rodriguez e Diego de Ferreira e Gonçallo Fernandez, prioste e rraçoeiro da dicta jgreia, e Gonçallo Vaasquez, rraçoeiros da dicta jgreia de Santo Esteuom.

E logo o dicto Johanne Esteuenz Correa, em nome do dicto prioll, e Gonçallo Roïz e Diego de Ferreira e Gonçalo Vaasquez, por sy e em nome dos outros rraçoeiros da dicta jgreia, enprazarom e deram de enprazamento, em vida de tres pesoas, a Joham Rodriguez dAmorim, morador na dicta çidade, na freeguesia de Santo Esteuom, hũas casas, conuem a saber: loja e sobrado, que elles ham na dicta freeguesia de Santo Esteuom, que partem com Joham Martijnz, meestre dos treus, e com Lourenço Marcos e com rrua plubica. As quaees cassas trazyam enprazadas Roy Fernandez e Cateljna Anes, sua molher, padre e madre delle dicto Joham Roïs. Das

(1) Velas latinas.

quaees casas disserom os sobredictos que era o dicto Joham Roïz a terçeira pesoa, come herdeiro que era do dicto seu padre e madre.

E porem enprazarom e deram de enprazamento ao dicto Joham Roïz as dictas cassas, em sua vida delle e de Maria Afonso, sua molher, e dhũa pesoa, quall ho pustumeiro delles nomear ante da sua morte, com condiçom que o dicto Joham Roïz e sua molher e pesoas adubem as dictas cassas de todolos adubyos que lhes conprir, a seus tempos e sazõoes, e as façam e rrefaçam, ajnda que cajam ou pereçam per terramotos ou per outro quallquer casso furtuyto, e darem de foro e pensom, o dicto Joham Roïz e sua molher e pesoa, em cada hũu ano, aa dicta jgreia, seis libras da moeda antiga ou a como elrrey mamdar pagar pellos enprazamentos fectos pella moeda antiga, e com condiçom que o dicto Joham Roïz nem a dicta sua molher nem pesoa nom posam vender nem dar nem doar nem escanbar nem alhear o dicto enprazamento a nẽhũa das pesoas em djreito defesas, salluo se o fezerem primeiramente asaber ao dicto prioll e rraçoeiros se o querem tanto por tanto. E querendoo, que o ajam antes que outrem, tanto por tanto; e, nom ho querendo, que entom, de seu consjntemento, ho vendam e posam vender a tall pesoa que nom seja mais poderosa que elles e a tall que lhes paguem, em cada hũu anno, as dictas seis libras da moeda antiga, como dicto he.

E o dicto Joham Esteuenz Correa obrigou todos os beens do dicto prioll, auudos e por auer, e os dictos rraçoeiros outrosy obrigarom todos os beens dos dictos seus benefiçyos, auudos e por auer, de ljurar e defender ao dicto Joham Roïz e sua molher e pesoa as dictas casas de quemquer que lhas demande ou embargue, so pena de custas, perdas, dannos que elles pella dicta rrazom fezerem e com vijnte libras em cada hũu dya de pena. E o dicto Joham Roïz, a esto presente, em seu nome e da dicta sua molher e pesoa, tomou em sy as dictas casas denprazamento, como dicto he, so as clausollas e penas e condiçõoes susso dictas e cada hũa dellas, que se obrigou de conprir e manteer e aguardar e pagar as dictas seis libras da moeda antiga, como dicto he, so a dicta pena.

E as partes esto outorgarom e pediram senhos estormentos e mais, se lhes conprirem. Testemunhas: Martim Anes e Lourenço Anes e Gonçalo Pirez, tabaliaes, e outros. E eu, Gomez Martijnz o Moço, tabaliam sobredicto, que este estormento pera o dicto prioll e rraçoeiros escriuj e aquj meu sinall fiz, que tal he *(Sinal do notário)*. Jhesus. Pagam com rregisto e doutro tall estormento, anbos dhũu teor, sateenta rreaes.

132

6 NOVEMBRO 1416

Carta de el-rei D. João I, a legitimar João Fernandes Homem, filho de Fernão Vasques, clérigo de missa, residente em Bretiande, e de Maria Annes, solteira.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 195 v.

Outra legitimaçam ouue Joham Fernandez Homem, filho de Fernam Uaasquez, creligo de mjsa, morador em Britiande, e de Maria Annes, molher solteira ao tenpo da nacença do dicto Joham Fernandez, etc.

Em Lixboa, vj dias de nouembro de mjl iiij^{c} Liiij annos.

133

30 NOVEMBRO 1416

Instrumento notarial relativo à compra feita por João de Lisboa, corrector, a Maria Perestrela, residente na cidade de Lisboa, para o infante D. Henrique e em seu nome, de vinte tonéis de vinho por 141.400 libras, já entregues estas mas não aqueles.

ADB., *Colecção cronológica*, caixa 21. Original em pergaminho. Talvez este vinho se destinasse a Ceuta, cujo provimento estava a cargo de D. Henrique pelo menos desde Fevereiro anterior (Cfr. o nosso DOC. 116).

Saibham todos que na era de mill e quatroçentos e çinquoenta e quatro annos, pustumeiro dia de nouenbro, na çidade de Lixboa, no paaço dos tabaliãaes, em presença de mym Martim Annes, tabaljom delrrey em a dicta çidade e testemunhas adiante escpritas, pareçeo Lopo Afonso, mercador, morador em Santarem, conheçudo per Vaasco Martinz, tabaljom da dicta çidade, e mostrou e per mym, dicto tabaliom leer fez hũa procuraçom escprita em papel, que fazia mençom que era fecta e asijnada per Vaasco Domingez, tabaliom jeerall, da qual o teor tall he.

Segue-se procuração de 22 de Outubro de 1416, de Vasco Roiz, chantre da sé de Braga e administrador da capela de D. Gonçalo Pereira, a Lopo Afonso.

A quall asy mostrada, o dicto Lopo Afomsso, apresentador da dicta procuraçom, dise que ell, per poder da dicta procuraçom e em nome do dicto chamtre em ella comtheudo, conhiçia e comfessaua que rreçebera das diujdas trespasadas de Maria Palastrella, na dicta procuraçom comtheuda, per Joham de Lixboa, corretor, em nome do jfante dom Anrrique, çento e quareenta e hũa mjll e quatroçentas libras desta moeda que ora corre de rreaaes de dez rreaaes por vijnte tonees de vinhos da dicta Maria Palastrela, que foram vendudos ao dicto senhor jffante pello corretor e pella dicta comthia. Os quaees vinhos'lhe ajnda a dicta Maria Palastrella nom entregou, como quer que ella rreçebesse os dictos dinheiros.

Os quaees dise que rreçebia com protestaçom de ficar aguardado aa dicta capeella todo o seu dereyto pera de todo seer entregue do que auya dauer e lhe era e he deuudo, ssegundo he contheudo em seu contrauto, que foy fecto a Juliom, padre da dicta Maria Palestrella, per rrazom da dicta quintãa dos Manjõoes. E, em testemunho desto, lhe mandou asy dar hũu estormento de conhiçimento e pidio outro tall pera guarda do derejto da dicta capeella ou mais se lhe mais conprirem. Testemunhas: Affomsso Goterrez e Aluaro Martinz e Vasco Martinz, que conhiçia o dicto Lopo Afonso, e Gomez Martijnz o Moço, e Aluaro Annes, tabaliãaes, e outros. E eu Joham Aluarez, escpriuam dado per carta delrrey a Martim Annes, tabaliam da dicta cidade, que este estormento, per seu mandado, escreuy. Jhoannes.

De outra mão. E eu Martim Annes, tabaliom ssobredicto, que este stormento e outro tal, anbos dhũu teor, escreuy. E este he pera o dicto Lopo Affonso e aqui meu ssinal ffiz que tal he. *(Sinal).* Pagou com outro tanto rregisto quatrro rreaaes de dez rreaaes.

134

16 JUNHO 1417

Carta de el-rei D. João I, a doar de juro e herdade, a mosem João de Pomar, cavaleiro, seu servidor, pelo muito serviço dele recebido, o castelo de Larotona e seus termos, junto da cidade de Ceuta, reservados ao monarca o senhorio, correição e alçadas.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 196.
Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias*, tom. 1, p. 3; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 93.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, consirando o mujto serujço que nos ha fecto mossem Joham de Pomar (1), caualeiro, nosso serujdor, e delle speramos de receber ao diante e, querendolho nos conhecer e remunerar com mercees, como a nos cabe;

De nosso moto proprio e certa scientia e poder absoluto, lhe damos e doamos e lhe fazemos liure e pura doaçam, de jur e herdade, pera el e pera todos seus herdeiros e sucesores que despois delle vierem do castello com seus termos que sta a par da nossa cidade de Cepta e das casas que em elle stam e steuerem ao diante, chamado per nome Larotona, rreseruando pera nos o senhorio e correiçom e alçadas.

E porende mandamos ao conde dom Pedro, capitam moor e gouernador por nos na dicta cidade, e a outros quaaesquer que hi depos elle vierem e as nossas justiças que o ponham em posse do dicto castello e casas del e lho leixem teer e auer e lograr e posujr e uender e dar e doar e fazer del e em el o que lhe prouuer, assy como de sua cousa propria e corporal posisom, sem embargo nehũu que lhe sobrello seia posto; porquanto nos lhe fazemos delle pura doaçam, como dicto he, ho mais firmemente que seer pode. E rrogamos aos reis que despois de nos vierem que lhe nom contradigam esta doaçam nem uaao contra ella e lha façam guardar. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asignada per nossa mãao e sellada com nosso seello do chumbo.

Dante em Lixboa, xvj dias de junho. Elrrey o mandou. Steuam Roiz a fez. Era de mjl iiij^{c} Lb annos.

---

(1) É possível que se trate de estrangeiro ao serviço de Portugal na conquista de Ceuta, onde tivesse desempenhado papel de relevo. Na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, pp. 331, 337, 338, 344, 371, 375, 379, 389, 411, 417 e 493, há referências várias a micer Martim de Pomar, fidalgo da corte de Aragão, porventura parente do João de Pomar. Aludem àquele, então conselheiro do rei aragonês e seu embaixador a Portugal em 1410, para tratar do casamento da infanta D. Leonor, os DOCS. 141 e 142 do nosso volume I e ainda o 151 do presente volume.

135

10 JULHO 1417

Carta de el-rei D. João I, a providenciar sobre o pagamento a D. Leonor da Cunha, mulher de D. João de Castro, das terras de Tarouca, Valdigem e Lalim, pelo monarca adquiridas por 2.281.800 libras para património do infante D. Henrique, e das quais tomara posse em 1 de Março de 1413; pois a tença que lhe pusera até pagamento total sobre o rendimento régio das judiarias do reino, de dois soldos em almude de vinho, que montava em 250.000 libras, a dera a João Vasques de Almada, cavaleiro, do seu Conselho, e assim a supre por todo o rendimento do genesim dos judeus de Lisboa, pelos direitos das cabeças dos mouros da mesma cidade e pelo rendimento régio de 18 tabeliães de Lisboa, cada um dos quais paga anualmente ao monarca 50 libras da moeda antiga (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 198.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta, emsembra com o jfante Duarte, meu filho primogenjto e herdeiro nos dictos regnos.

A quantos esta carta virem fazemos saber que dona Lionor da Cunha, molher de dom Joham de Crasto, nos mostrou hũa carta, asignada per nossa mãao e sellada do nosso seello pendente, pella qual parece que nos conpramos ao dicto dom Joham as terras de Tarouca e Baldigem e Larim, com todos seus djreitos e perteenças e jurdiçom e canaaes de Baldigem e paaços de Larim, as quaaes terras som na comarca de Lamego, por dous contos e duzentas e Lxxxj e biij^{c} libras da moeda de reaaes de tres libras e mea, que eram de ley de xxxiiij grãaos e de LR peças por marco. E que, porquanto nos logo ouuemos a posse e a rrenda das dictas terras e djreitos dellas, des primeiro dia de março era de mjl iiij^{c} Lj annos, portanto mandamos que elle ouuese, ataa que fosse pagado dos dictos djnheiros, a rrenda que aujamos dauer das judarias dos nossos regnos de Portugal e do Algarue, que he dous ssoldos ao almude do vinho.

E, posto que despois lhe mandasemos pagar os dictos djnheiros em na derradeira paga que ficase por pagar montase mais, na dicta renda das

(1) Sobre o assunto vejam-se os DOCS. 146 e 149 do vol. I.

dictas judarias ataa que fosse pagado; nos mandamos que, sem embargo da dicta mayoria, que el ouuese a dicta renda ataa que fosse conpridamente pago e que aquello que a dicta renda rendese lhe nom fosse descontado em a dicta soma que assy auja dauer, porque nossa mercee era de a elle auer pollas rrendas das dictas terras que nos logo ouuemos, como dicto he. E que, posto que a dicta renda mais uallese que as rendas das dictas terras que assy ouuemos, nos, certificado dello, lhe faziamos dello mercee do que assy mais ualiam, por serujços que delle recebemos e entendiamos aa rreceber. E que, posto que ante que elle fosse pagado da dicta conthia se fezese algũu mudamento na moeda, que fosse de mais baixa ley do que os dictos reaaes de tres libras e mea eram, que nos lhe pagasemos e fosemos theudos a pagar nos dictos rreaaes de tres libras e mea ou o seu djreito uallor.

E outrossy mostrou mais outra carta, asignada per nossa mãao e asellada do dicto seello, per a qual parece que nos mandamos que a dicta dona Lionor ouuese a dicta renda das dictas judarias assy e per a guisa que na dicta carta que assy demos ao dicto dom Joham he contheudo, segundo todo mais conpridamente nas dictas cartas se contem. E ora, porquanto nos fezemos mercee a Joham Uaasquez dAlmadãa, caualleiro, do nosso conselho, da dicta rrenda das dictas judarias e a tiramos aa dicta dona Lionor, sem lhe seerem pagados os dictos djnheiros, e nossa mercee e uontade he que ella aia de nos outra tanta renda como auja das dictas judarias, que som duzentas e L^{ta} mjl libras da dicta moeda de tres libras e mea, que fomos certo que rendiam, e que aia por ellas toda a rrenda do genesi dos judeus da dicta cidade de Lixboa, que foe achado, em o dicto tenpo em que a dicta conpra foe fecta per a dicta moeda de tres llibras e mea, rrendia cento e sasenta mjl llibras, e os djreitos das cabeças dos mouros da dicta cidade e outrossy foe achado que, em o dicto tempo, por a dicta moeda, rendiam quarenta e b. mjl llibras, a Rb mjl que fallecem pera conprimento das dictas duzentas e cinquoenta mjl, aia per xbiij tabaliãaes da dicta cidade que nos pagam, em cada hũu anno, cada hũu L^{ta} llibras da moeda antijga, que monta, a L^{ta} por hũa, quarenta e b. mjl llibras.

Porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda e aos nossos contadores e a FernandAfonso, recebedor que ora he em o nosso thesouro, e a outros quaaesquer que depos el vierem por recebedores ou thesoureiros e aos scpriuãaes do dicto officio e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, que a metam logo de posse das dictas rendas do genesi dos judeus e djreitos das cabeças dos mouros a dicta dona Lionor ou seu certo procurador. E lhes leixem arrendar e auer e tirar assy e pella guisa que as nos ataaquj ouuemos e a nos de djreito perteencem, por qualquer guisa que seia. E esso medes lhe apartem logo os dictos tabaliãaes que assy aia o dicto preço.

E mandamos aos dictos judeus e mouros e tabaliães que lhe assy forem apartadas que lhe acudam com as dictas rendas, segundo ataaquj a nos acudirom. Em caso que nos emadamos aas dictas rendas e mandemos que paguem mais daquello que ora pagam, nossa mercee e uontade he que o dicto emadimento que assy fizermos seia pera a dicta dona Lionor e que aia as dictas rendas assy e per a guisa que as nos aujamos, se pera nos se arrecadase[m], ataa que aia pagamento de todo o que ha dauer por as dictas terras.

E, posto que aia pagamento de parte e nom de todo, elle ste sempre de posse das dictas rendas e de todo o que renderem ataa que aia conpridamente pagamento e nom lhe seia descontado na dicta paga aquello que assy ouuer das dictas rendas, porquanto nos auemos as dictas rendas das dictas terras que lhe assy conpramos. Em caso que nos ou cada hũu de meus filhos ou outros que pera ello poder aiam defendam que nom se façam nehũas despesas sem asentamento, nossa mercee he que se nom entenda nas dictas rendas nem nos tabaliãaes, por que ello ouuer dauer a dicta conthia, porquanto as nom mandamos leuar na soma do dicto asentamento por que as assy ha dauer a dicta dona Lionor.

E, porque a dicta dona Lionor leixou dauer a dicta renda das dictas judarias, de dous ssoldos ao almude do vinho, des primeiro dia dabril que ora foe da era desta carta e as ha o dicto Joham Uaasquez; porem mandamos que, des o dicto primeiro dia dabril, seia ella metida em posse das dictas rendas. E, posto que arrendadas seiam, que lhe acudam os rendeiros com ellas, descontando soldo por liura o tempo que ja he pasado do arrendamento do dicto primeiro dia dabril. E, posto que o dicto recebedor ja tenha recebido mais daquello que amontaua ataa o dicto primeiro dia dabril, soldo por liura, que o entregue aa dicta dona Lionor, posto que ajnda nom tenha o dicto asentamento. E, posto que nos tiremos os dictos tabaliãaes que lhe assy forom dados ou lhes qujtemos suas pensõoes, que nos lhes paguemos outro tanto quanto assy tirarmos ou qujtarmos pella dicta guisa nos dictos judeus e mouros.

E, posto que na conueença que fezemos com o dicto dom Joham seia contheudo que lhe pagasemos os dictos dous contos e ij^{c} Lxxxj mjl llibras e viij^{c} na dita moeda de tres llibras e mea, em as quaaes montaua çinquo mjl e bij^{c} quatro coroas e mea douro, a rrazam de quatrocentas llibras por coroa que, ao tempo que a dicta conpra foe fecta, jgualmente ualiam e, pollos mudamentos que se despois fizerom nas nossas moedas e por a dicta dona Lionor nom leuar erro; porem he nossa mercee de ella auer o dicto pagamento em as dictas b̄. e bij^{c} e quatro coroas e mea do cunho delrrey de França e de boo ouro [e] justo peso, nom embargando que na dicta conueença seia contheudo que ouuese os dictos djnheiros e nom ouro.

E mandamos que ella ste de posse das dictas rendas e nom lhe seiam tiradas, segundo dicto he, ataa que aia conprimento de pago das

dictas coroas que assy mandamos que aia, em preço dos dictos djnheiros. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante na cidade de Lixboa, x dias de julho. Elrrey o mandou. Pero Afonso a fez. Era de mjl e iiij^{c} L^{ta}. b. annos.

136

12 JULHO [1417]

Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a comunicar a seus almirantes que autorizara o cavaleiro Pedro Lobato, enviado do rei de Portugal seu tio, a levar 300 lanças destinadas ao infante D. Henrique, filho daquele, para guerrear os incrédulos e inimigos da fé cristã, e ainda armadura completa para ele, o que tudo isenta de direitos.

Publicada em RYMER, *Foedera, conventiones, litterae*, 3.ª ed., t. 4, parte 3, p. 5.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 14, p. 174; e em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 466.

Rex, universis & singulis admirallis &c. ad quos &c, salutem.

Sciatis quod, de gratia nostra speciali, concessimus & licentiam dedimus Petro Lobato, chivaler & nuncio regis Portugaliae, avunculi nostri carissimi, quod ipse trescentos fustes lancearum ad opus potentis principis infantis domini Henrici, senioris filii praedicti avunculi nostri, ad faciendum guerram super incredulos et inimicos christianae fidei ac etiam tres palefridos & unum hernesium, pro corpore suo proprio completum, absque custuma seu subsidio ad opus nostrum capiendis seu solvendis, traducere possit.

Jn cujus &c.

Teste rege, apud Suthampton, xii die julii.

Per breve de privato sigillo (1).

---

(1) Deve tratar-se de Pedro Eanes Lobato, constantemente referenciado na crónica joanina. A presente encomenda, feita pelo infante D. Henrique dois anos após a conquista de Ceuta, demonstrará que, nos meados de 1417, se pensou em nova expedição contra o chão marroquino ou então contra o granadino, não documentada porém, nem sequer em projecto, por qualquer outro texto coevo, diplomático ou narrativo, conhecido.

137

14 JANEIRO 1418

Carta de el-rei D. João I, a doar a João Pereira, seu criado, escudeiro do infante D. Henrique, pelos muitos e estremados serviços dele recebidos, para si e herdeiros, todas as quintas, casais, herdades, bens, terras e heranças de Bulhões, em Ceuta, com seus rendimentos, direitos, tributos, foros, pertenças e jurisdições.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 6.

Publicada: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias*, t. 1, p. 4; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. I, p. 94.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, emsembra com o jffante Eduarte, meu filho primeiro e herdeiro, veendo e consirando os mujtos e stremados serujços que nos e os nossos regnos recebemos e entendemos de receber ao diante de Joham Pireira, nosso criado, scudeiro do jffante dom Anrrique, meu filho (1); e, querendolho nos conhecer e galardoar com mercees, como a nos cabe, e querendolhe fazer graça e mercee;

Teemos por bem e, de nosso moto proprio e certa scientia e liure uontade e poder absoluto, lhe damos e doamos e lhe fazemos liure e pura e irreuogauel doaçam, que nunca possa seer reuogada, antre os ujuos ualedoira, deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus herdeiros e socesores que depos elle vierem, de todallas qujntaas e casaaes e herdades e beens e todalas outras terras e heranças, quaaesquer que seiam, de Bolhõoes, com todas suas rendas e djreitos e trabutos e foros e perteenças e com todas suas jurdiçõoes, assy como senpre foy.

E porem mandamos ao conde Dom Pedro (2), teente por nos da dicta

---

(1) Parece tratar-se do João Pereira mais tarde cavaleiro, compadre de D. Pedro de Meneses, o qual viveu com o infante D. Henrique e o acompanhou na conquista de Ceuta, onde ficou como capitão do pessoal henriquino (Cfr. ZURARA: *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 50 e 100; *Chronica de D. Pedro de Menezes*, liv. I, caps. 7, 15, 17, 20, 24, 26, 30, 38, 41, 42, 44, 45, 47, 50, 55, 60, 66 e 80; e liv. II, cap. 25; e *Crónica de D. Duarte de Meneses*, cap. 5). Em sua carta testamentária de Santa Maria de Africa, de 19 de Setembro de 1460, D. Henrique denomina-o «fidalgo de minha casa» e atribui-lhe, bem como a outros seus combatentes e defensores de Ceuta, o haverem ordenado aquele santuário (Cfr. *Descobrimentos*, vol. 1, p. 584, onde se encontra publicada a referida carta, também editada e anotada por DIAS DINIS, *Estudos henriquinos*, vol. 1, pp. 173-78).

(2) D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta.

cidade, e aos jujzes della e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer per qualquer guisa que seia, a que esta carta for mostrada, que leixem ao dicto Joham Pireira tomar e auer, sem outra autoridade de justiça, a posse e corporal posisom de todo o que dicto he. E lhe leixem auer e lograr e posujr e vender e dar e doar e scambar e fazer deles e em elles como lhe prouuer, assy como de sua cousa propria e corporal posisom, sem outro embargo que lhe sobre ello ponham; porquanto, nos lhe fazemos de todo mercee e doaçam, como dicto he, o mais firmemente que seer pode.

E tiramos de nos e de nossos herdeiros e socesores toda posse e propriedade e auçom e djreito que em ello tinhamos e de djreito deujamos e aviamos daver e enujstimolla e poemos em o dicto Joham Pireira e em seus herdeiros e socesores, nom embargando todollos djreitos canonjcos e ciuees e openjões de doutores que em contrairo desto seiam; as quaaes casamos e anullamos que nom ualham nem aiam lugar em esta doaçam, ante queremos e outorgamos que esta doaçam seia firme e stauel e ualedoira pera sempre. E, se algũa clausulla aquj falece pera mais firme seer, nos a auemos aquj por posta e expresamente nomeada. Vnde al nom façades. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asignada per nossas mãaos e sellada dos nossos seellos do chumbo pemdemtes.

Dante em Euora, xiiij dias de janeiro. Elrrey o mandou. Pedro Annes a fez. Era de mjl iiij^{c} Lbj annos.

138

18 JANEIRO 1418

Carta de el-rei D. João I, a legitimar Aparício Vasques, cantor do infante D. Henrique, filho de Vasco Gonçalves de Sortelha, clérigo de missa, e de Maria Antoninha, mulher solteira.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 157v.

Outra legitimaçam ouue Apariço Uaasquez, cantor do jffante dom Anrrique, filho de Uaasco Gonçalluez de Sortelha, creligo de mjsa, e de Maria Antonjnha, molher solteira ao tempo da nacença do dicto Apariço Uaasquez, etc..

Em Euora, xbiij dias de janeiro de mjl iiij^{c} Lbj annos.

139

22 JANEIRO 1418

Doação pelo imperador Sigismundo ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, da marca de Treviso, em feudo, para ele, filhos e herdeiros legítimos por via masculina, com as províncias, cidades, terras, castelos, etc., com todos os direitos, jurisdições, mero e misto império, de que tomou posse o nobre varão e governador da casa do dito infante Álvaro de Ataíde (1).

ANTT., *Gaveta 17*, maço 6, n.º 1, original em pergaminho, que teve selo pendente, — texto que se reproduz; VIENA, Staats-Archiv, *Reichs und Haus-Kanzlei Registratura Bucher, Hands*, 326/1, Buch 1, fl. 89, inserta na confirmação de Frederico III, passada em Neustadt, em 1443.

Publicado o texto da segunda fonte citada por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 339 e ss..

Jn nomine Sancte et Jndiuidue Trinitatis feliciter, Amen.

Sigismundus, Dei gratia romanorum rex semper augustus et Hungarie, Dalmatie, Croacie etc. rex.

Jllustri jnfanti Petro, serenissimi principis Johannis, Porthugalie et Algarbij regis, secundogenito, duci Columbriensi (2) dominoque Montismaioris (3), consanguineo nostro carissimo, salutem et amoris mutui continuum incrementum.

---

(1) Treviso era a capital da província italiana do Véneto, sita na fértil planície veneziana. «Non existette mai una circoscrizione politica e amministrativa bene definita, che rispondesse al nome di Marca di Treviso. Questo nome appare nel sec. XII ed entra anche in documenti pubblici, attribuito a una parte dell'antica Marca del Friuli o di Verona, fra «Tagliamento et Adice» «tra Rialto — e le fontane di Brenta e di Piava» (DANTE, *Parad.*, IX, 44 e 26-27); ma con valore soltanto d'indicazione geografica, appunto come hanno quelli di Lombardia e di Romagna, con i quali è per lo più associato» (*Enciclopedia italiana di scienze, lettere et arti*, vol. 34, Roma, 1937, p. 288, que cita os seguintes estudos sobre a marca de Treviso: G. B. VERCI, *Storia della marca trevigiana*, Venezia, 1786-91, e I. NONO, *La marca amorosa*, Treviso, 1931). Veja-se também os textos aduzidos por JÚLIO GONÇALVES, *O infante D. Pedro*, pp. 201 e ss. Sobre o feudalismo pode ver-se o estudo recente de F. L. GANSHOF, *Qu'est-ce que la féodalité ?* Bruxelles, 1957.

(2) Por *Conimbriensi*.

(3) E talvez este o mais antigo texto conhecido em que se diz o duque de Coimbra Senhor de Montemor, vila que lhe doara o pai em 10 de Setembro de 1416 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 188).

Augustalis potentie monarchia, cuius regimini, ex Omnipotentis Dei mirifica bonitate, quamuis insufficientes presidemus, ad hoc nostrum animum sollicitudine cottidiana fatigat vt, circa ea que sacri romani jmperij decus, dignitatem et gloriam felicibus incrementis amplificant indefessis laboribus et assiduitate continua meditemur. Ad hoc namque fauore Altissimi nobis diuerse sunt credite naciones ut, non solum eis imperando preesse, sed eciam eas fouendo prodesse felicius delectemur. Jnter alias, igitur, occupacionum curas, quibus fluctuantis pelagi more, pro salubri statu subditorum, noster spiritus cottidie fatigatur, occurrit cogitacionibus nostris marchionatus Taruijnus (4), principatus jmperij antiquus, obsequiosus et vtilis, pars eius preciosa, tui marchionis principis, cura et regimine necessaria sibi ab aliquamdiu iam carens, per inimicorum jmperij violentas pressuras in dominijs, juribus, rebus et personis suis, iniurias sustinuit non modicas atque dampna. Suntque ibidem jura jmperij multipliciter diminuta.

Ne, igitur, talentum nobis traditum negligenter abscondere uideamur, qui villicationis nostre racionem sumus in examine districti judicis reddituri, ad hoc conuertimus aciem mentis nostre ut, ad procurandum statum pacificum marchionatus ipsius sollicite prouisionis instancia intendamus. Quia, tamen, circa alias partes jmperij necessario detinemur, dignum arbitramur et consonum racioni ut qui circa plurima uersantes distrahimur ad complementum felicis et debiti regiminis nostri principes nobis sociemus ydoneos et in partem nostre sollicitudinis euocemus, ut ibi uices nostras suppleant et persone nostre effigiem representent, ubi nos loci distancia uel negociorum nobis incumbencium uaria multitudo, personaliter et continue, adesse non permittit.

Hac, igitur, consideracione commoniti, dum marchionatus predicti et jncolarum eius jniurias, pressuras et dampna ante oculos cordis nostri reducimus, nil consulcius nobis occurrit agendum, quam ut, ex omnibus quos fide et uirtute probatos nouimus ydoneum ei et utilem marchionem deputemus. Cumque circa premissa intenti, vota nostra in diuersa meditando dirigimus in te, tandem tutissime quietis anchoram figimus, quem ministra natura viciniorem nobis ydemptitate alti sanguinis deputauit, a quo eciam generosus ortus regalis prosapie omnem scrupulum sinistre suspicionis repellit. Hijs, igitur, et multiplicibus alijs tue uirtutis moti, insignijs tibi, consanguineo nostro carissimo, quem in rerum gerendarum strenuitate conspicuum, singularibus donis graciarum omnium largitor Deus fulciuit, quique cultor iusticie et rebellium es imperterritus debellator, non per errorem aut improuide sed animo deliberato sano prin-

(4) Assim está no manuscrito original, posto noutros passos se leiam geralmente as formas derivadas de *Taruisio*.

cipum, comitum, nobilium nostrorum et jmperij sacri fidelium accedente consilio.

Volentes magnificencie et liberalitatis nostre munus impendere et signum in te ostendere perpetue caritatis; cupientesque in eo condicionem imperij et statum facere meliorem, auctoritate romana regia et, de plenitudine potestatis ac de certa scientia, eundem marchionatum Taruisinum, si opus est, et uetustas, que obliuionis est mater, id exposcit, in marchionatum reerigentes, nominantes et reputantes ac nominari et reputari decernentes;

Damus, tradimus et donamus, in feudum jllustre et jure feudi, tibi, recipienti, pro te tuisque filijs et heredibus omnibus, ex te et eis descendentibus, masculis dumtaxat et legittimis, marchiam Taruasanam predictam necnon prouincias, ciuitates, terras, castra et loca, comitatus, territoria et districtus eiusdem cum prouincialibus uniuersis populis inhabitatoribus et alijs degentibus in eadem cum omnibus suis juribus, jurisdiccionibus, mero ac mixto jmperio ac gladij potestate ac omnimoda jurisdiccione temporali, que per nos et predecessores nostros, diuos romanorum jmperatores, et reges seu marchiones marchie predicte hactenus exercitata fuerunt aut exerceri poterunt uel possint, jure uel consuetudine, speciali priuilegio aut statuto et omnia et singula que dicta marchia tenet et tenuit, possidet et possedit uel quasi et que nos et predecessores nostri uel marchiones ipsius pro tempore existentes tenuerunt et possederunt uel quasi.

Atque tu, filij heredesque tui masculi et legittimi, per te uel eos aut tuos uel eorum officiales, rectores et gubernatores, quos deputaueris et ipsi postea deputauerint, marchiam predictam aut prouincias, terras, ciuitates, castra, uillas uniuersitates, populos, inhabitatores et incolas ipsius et ipsorum salubriter et sub mensura iusticie regere, gubernare, protegere debeas atque possis, debeant et possint. Nos enim tibi, ex nunc, possessionem marchie predicte ac prouinciarum, terrarum, ciuitatum, castrorum, uillarum et locorum ipsius, auctoritate propria, alicuius licencia uel consensu super hijs minime requisitis, apprehendendi, capiendi et retinendi plenam, liberam et omnimodam concedimus, tenore presencium, potestatem.

Et, in robur et confirmacionem concessionis predicte, nobilem uirum Aluarum Gunsalui de Tayde, domus tue gubernatorem, recepto tamen ab ipso ante omnia, uice et nomine tuis, nobis, tamque romanorum regi, et successoribus nostris, romanorum jmperatoribus et regibus, legittime promittente et jurante fidelitatis et homagij debito iuramento et seruatis modis debitis de dicta marchia, pro te et te per illum inuestimus, auctoritate presencium, inuestimus *(sic)*; et, in signum perpetue dileccionis et fidei, ad osculum pacis admittimus. Volentes te marchionem predictum, filios et heredes tuos predictos, tamque jmperij vasallos legittimos et ydoneos, ad instar aliorum jmperij principum, marchionum et uasallorum,

circa marchiam predictam et jura ipsius, in quantum possumus, manutenere, protegere ac perpetuo defensare; jta tamen quod tu, filij et ijdem heredes, tui occasione, marchie predicte nostros et romani jmperij feudales ac uasallos uos esse recognoscatis et fateamini manifeste et, ad seruiendum ac adherendum nobis et sacro jmperio, in Jtalie partibus et alijs dicto marchionatui conuicinis, aduersus quoscumque rebelles, nobis et jmperio ac alias ad nostrum et jmperij sacri honorem et decus, ad instar aliorum principum et marchionum et vasallorum requisiti, teneamini et parati sitis sine contradiccione, excusacione aut subterfugio aliquali, et tociens quociens oportunum fuerit a nobis et successoribus nostris, marchionatus predicti inuestituram recipere et, racione ipsius, fidelitatis et homagij nobis iuramenta corporalia et consueta prestare teneamini et debeatis, dolo et fraude quibuslibet procul motis.

Mandamus, igitur, vniuersis et singulis comitibus, nobilibus, militibus, clientibus, prouincialibus vniuersitatibus, populis, communitatibus et inhabitatoribus dicte marchie Taruisane quatenus tibi, filijs et heredibus tuis, masculis et legittimis antedictis, in omnibus et per omnia obediant, pareant et intendant ac obedienciam et reuerenciam debitam prestent et exhibeant necnon uobis et officialibus, rectoribus et gubernatoribus vestris et a vobis deputatis de omnibus juribus, oneribus et emolumentis respondeant que ibidem per nos, predecessores nostros marchiones, officiales, rectores et gubernatores marchie prefate percipi consueuerunt jure, consuetudine, statuto speciali, priuilegio uel alio quouismodo. Presentium sub nostre maiestatis sigilli appensione testimonio litterarum.

Datum Constancie, prouincie Maguntin., anno Domini millesimo quadringentesimo decimo octauo, vigesima secunda die mensis januarij, regnorum nostrorum anno Hungarie uero trigesimo primo, romanorum uero octauo.

No verso da dobra inferior: Ad mandatum domini regis. Paulus de Tost (5).

---

(5) Vimos acima (DOC. 103) como el-rei D. João I, em Setembro de 1415, em Tavira, ao regressar da conquista de Ceuta, nomeou duques os infantes D. Pedro e D. Henrique, respectivamente de Coimbra e de Viseu, em galardão de seus feitos bélicos naquela praça marroquina. E já então, como sublinha ZURARA, o monarca distinguiu D. Henrique, nomeando-o simultâneamente senhor de Covilhã. O facto é confirmado pelo texto das respectivas cartas ou títulos de ducado dos dois infantes, datadas de Fevereiro de 1416, em que ao D. Pedro apenas dá o pai o título de «duque de Coimbra», enquanto o D. Henrique é dito «duque de Viseu e senhor de Covilhã» (Cfr. os nossos DOCS. 115 e 117). E na mesma ocasião el-rei confiou ao D. Henrique o provimento e defesa da cidade de Ceuta (Cfr. o DOC. 116).

Portanto, D. João I, além de haver nomeado D. Pedro senhor de Montemor apenas em fins do ano de 1416 (Cfr. a nota 2 ao nosso DOC. 117), saltou por cima do

140

22 FEVEREIRO 1418

Letras Quoniam ut ait apostolus, *do papa Martinho V, dirigidas a todos os cristãos, a recomendar-lhes ajudem com esmolas Pedro e Bartolomeu, frades da Ordem de S. Antão da Etiópia, que, em reverência e honra da Santa Igreja e na esperança e no intuito da sua unidade, com grandes perigos, trabalhos e despesas, tinham vindo ao concílio geral de Constança, e a outorgar graças espirituais, durante três meses, a quem os auxiliar no regresso a sua terra* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 187, fl. 294. Publicadas por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 541.

---

primogénito — decerto por necessitar dele no governo do reino — e por cima do filho segundo, D. Pedro, para entregar ao terceiro, D. Henrique, a responsabilidade de Ceuta, praça em que naturalmente a Europa tinha postos olhos atentos e considerada pelo monarca português precioso baluarte nacional, avançado na fronteira mourisca. Tais factos são susceptíveis de haver provocado rivalidade e descontentamento no espírito do futuro Regente do Reino que, por tal ou tais motivos, haveria decidido ausentar-se para o estrangeiro. Era o processo então usado em semelhantes circunstâncias. Quando D. João I quis retirar ao condestável D. Nuno Alvares Pereira parte das muitas e boas terras que lhe havia doado, ele ameaçou-o, dizendo que «se queria hir fora do rregno, a buscar sua vida» (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 153; pode ver-se também a *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, cap. 63). Idêntica atitude lembrou ao infante D. Fernando quando el-rei D. Duarte lhe declarou não poder outorgar-lhe mais terras (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 10).

Nestes termos, a presente carta do imperador Sigismundo pode constituir, històricamente, apenas demonstração do agastamento do infante D. Pedro com seu pai, pelos motivos referidos ou por outros que se desconhecem. Possivelmente algum ressentimento experimentaram também D. Duarte e D. Pedro quando, no ano seguinte, o pai mandou abalar, em socorro de Ceuta, os infantes D. Henrique e D. João, aquele como capitão da frota, e ordenou aos dois mais velhos aguardassem no Algarve os acontecimentos: «de que os ymfamtes nom foram comtemtes», comenta ZURARA, informado naturalmente pelo Navegador (Cfr. o nosso DOC. 165).

(1) O concílio em referência funcionou de 1414 a 1418 e conseguiu extinguir o Grande Cisma, pela deposição de João XXIII e de Bento XIII, renúncia de Gregório XII e eleição de Martinho V. Sobre ele pode ver-se: HEFELE-LECLERQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, parte 1, pp. 108 a 548; e H. FINKE, *Acta Concilii Constanciensis*.

Martinus, etc.

Vniuersis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Quoniam, ut ait apostolus, etc.

Cum itaque, sicut accepimus, dilecti filii Petrus et Bartholomeus, fratres ordinis Sancti Anthonii de Ethiopia, ad sacrum generale Constanciense concilium, de longinquis partibus mundi, ob reuerenciam et honorem sancte matris ecclesie, sub spe et animo uidendi vnionem in eadem ecclesia, magnis periculis, laboribus et expensis uenerint, in quo eciam per nonnula tempora hucusque permanserunt, ut ergo ipsi, quibus ad redeundum ad propria non suppetunt facultates, sed ad hoc eis christifidelium suffragia sint non mediocriter oportuna;

Nos, cupientes quod eisdem fratribus pia subsidia ipsorum fidelium elemosinis suffragentur, vniuersitatem uestram rogamus, monemus et hortamur in Domino, uobis nichilominus in remissionem peccaminum iniungentes quatinus de bonis uobis a Deo collatis, pro sustentacione dictorum pauperum peregrinorum, pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogetis ut, per hec et alia bona opera que, Domino aspirante, feceritis, possitis ad eterne felicitatis gaudia peruenire; nos enim, de omnipotentis Dei misericordia ac beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus uere penitentibus et confessis qui, a die qua mare intrauerint usque ad tremestre ex tunc computandum, pro sustentacione dictorum fratrum pias elemosinas erogauerint, quadraginta dies de iniunctis eis penitenciis misericorditer relaxamus, presentibus post tremestre huiusmodi minime ualituris.

Datum Constancie, octauo kalendas marcii, anno primo (2).

---

(2) Ao aludir-se nesta obra, pela vez primeira, à presença da Etiópia em concílio geral do Ocidente, cumpre referirmo-nos, sumàriamente embora, à origem e evolução da lenda do Preste João e às relações daquele país com a Europa, sobretudo às que precederam o presente diploma pontifício, atenta a repercussão do célebre imperador cristão na época dos descobrimentos henriquinos. Fazemo-lo com base principalmente nos valiosos estudos dos franciscanos Fr. TEODOSIO SOMIGLI DI S. DETOLE e Fr. JOSÉ MARIA POU Y MARTI.

A notícia da tomada de Edessa pelos turcos em Dezembro de 1144 causou profunda emoção no Ocidente e provocou, como sublinha RENÉ GROUSSET, «la mise en mouvement d'une deuxième croisade» (*Histoire des Croisades*, t. 2, p. 225). Como era natural, não foi menor a impressão produzida nas cristandades do Médio Oriente, onde logo se esboçou a ideia do possível socorro prestado por personagem lendária, imperador cristão e sacerdote (*presbyter Johannes*), a cujos feitos, poderio sobre diversos monarcas, excepcionais riquezas e extensos domínios vagamente aludiram escritores dos séculos XII ao XV.

Foi o bispo sírio Hugo de Gabala quem, em Novembro de 1145, trouxe a notícia da sua existência ao Ocidente e a transmitiu em Viterbo ao papa Eugénio III, perante

141

27 FEVEREIRO [1418]

Carta do imperador Sigismundo, a doar ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e seu feudatário, como senhor da marca de Treviso, a pensão anual de 20.000 ducados ou florins da Hungria, da sua câmara régia, para ele e descendentes, caso o infante passe à corte do Império, a deduzir depois dos rendimentos da marca trevisana.

VIENA, Staats-Archiv, *Reichs und Haus-Kanzlei Registratura Bucher: Hands*, 326/1, Buch I, fl. 97.

Publicada por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, p. 338.

Segismundus, etc.

Notum facimus etc. Satis nobis cedit ad gloriam et regie dignitatis fastigia sublimamus, si ad regie celsitudinis negocia consilijs utique promouenda non casibus, viros preclaros eligimus, eos presertim quos naturale fedus nobis non sinit esse suspectos, in quibus sanguinis ydemptitatem agnoscimus et fidei puram constanciam invenimus, quorum quoque deuocio

---

o bispo Otão de Freising, que a registou em seu *Chronicon*, VII, 33 (editado nos *Monumenta Germaniae Historica*, «Scriptores», t. 20, p. 266). E a nova daquele príncipe cristão nestoriano, aliás monofisita, residente para lá da Arménia e da Pérsia, descendente dos Reis Magos, disposto a colaborar na defesa dos Lugares Santos, correu célere pela Europa; de sorte que, o próprio papa Alexandre III dirigiu carta de Veneza, em 1177, «Joanni illustri et magnifico Indorum regi» (Publicada por exemplo por MIGNE, *Patrologia latina*, vol. 200, p. 1148, e por BARONIUS, *Annales ecclesiastici*, ad an. 1177, n.º 33).

A invasão mongólica, partida das margens do Volga em 1237, subjugou em poucos anos a Rússia e a Hungria e atingiu o Adriático em 1241. Por sua vez, os turcos, avançando do Irão oriental, colocaram-se às ordens do sultão do Egito e tomaram Jerusalém em 23 de Agosto de 1244 (Cfr. *Histoire Générale*, de GLOTZ, t. 4, 2 parte, pp. 84-85). Concretizaram-se assim os dois grandes perigos para a cristandade: o sarraceno, com base no Egipto; o asiático, do grande império mongol.

Para neutralizar ou minorar o último, o papa Inocêncio IV diligenciou apaziguar e converter o Grão Kan dos tártaros, enviando-lhe o franciscano João de Plancarpino, a convidá-lo a sustar suas irrompidas bélicas e a aderir ao catolicismo. Aquele minorita, na sua *Historia Mongolorum* (a última edição, crítica, do P. A. VAN DEN WYNGAERT, *Sinica Franciscana*, t. 1, pp. 3-130), fala do Preste João, monarca da India Maior, inimigo dos tártaros. E esta opinião prevaleceu no século XIII, reforçada pelo

non solum prestitis placere cupit obsequijs, sed speratur, in antea, pocius placitura prestandis.

Attendentes, igitur, inuiolabilem fidei et deuocionis puritatem, quam jllustris princeps Petrus infans, serenissimi principis carissimi fratris nostri regis Portugalie et Algarbij secundogenitus, marchio Taruisinus, dux Cohimbrie et dominus Montismaioris, consanguineus noster carissimus, erga nos constanter noscitur habuisse et habere se promittit in futurum; sibi, animo deliberato, sano principum procerum et fidelium nostrorum accedente consilio ac de certa nostra sciencia, in recompensacionem seruiciorum et complacencie nostro culmini exhibende per eum, summam viginti milium ducatorum seu florenorum Vngaricalium, pro annua pensione, de camera nostra regia, singulis annis, persoluendorum, duximus deputandam et assignandam, deputamus et, virtute presentium, graciosius assignamus, hoc videlicet modo et condicione interposita.

Ut, ab eo tempore et die quo idem consanguineus noster, ad seruiendum seu adherendum nobis, et, eo animo, de partibus Portugalie versus curiam nostram regalem iter suum conuerterit, quod, ex tunc, primum solucionem huiusmodi pense annue incipere et eam, singulis annis, soluere debeamus et teneamur, tamdiu quam ipse in nostris seruicijs extiterit aut in dicto suo marchionatu Taruisino tantam possessionem bonorum et tenutam adeptus fuerit, que sit sufficiens ad eandem summam viginti milium ducatorum seu florenorum aut partem eius aliquam, annis singulis, perso-

---

Itinerarium do franciscano GUILHERME DE RUBRUC, enviado aos tártaros em 1253, e ainda pelo célebre viajante veneziano MARCO POLO, no seu *Il Milione* (Pode ver-se a versão portuguesa em *O livro de Marco Paulo*, Lisboa, 1502, ou em *Marco Paulo*, etc., Lisboa, 1922). Passou também ao século XIV a ideia do Preste João «da India».

Porém, ainda no mesmo século, por os missionários o não haverem encontrado no Oriente ou por terem conseguido penetrar na Etiópia, ele foi localizado neste país. Já em Dezembro de 1329 o papa João XXII dirigia as letras *Licet vobis* «magnifico viro imperatori Aethiopum», onde missionavam dominicanos e franciscanos (A.V., *Reg. Vat.*, vol. 274, epist. 273-8; cfr. EUBEL, *Bullarium franciscanum*, t. 5, p. 454, n.º 828, nota 3, e WADDINGUS, *Annales*, ad an. 1329, n.º 16). E, no mapamundi de Dalorto, do mesmo ano, lê-se: «Scias quod Ethiopia habet imperatorem qui nominatur At Senap», forma derivada, como observa SOMIGLI, «di *Abd Selib* (servo della Croce), che fu il nome preso dal Re Amba Syon». Na Etiópia o localizou também o franciscano Fr. JOAO DE MARIGNOLLI, enviado por Bento XII ao reino do Cathay ou da Grande Tartária em 1338 e que estivera na India actual (Cfr. o seu *Chronicon Bohemicum*, por ex. em *Sinica Franciscana*, t. 1, pp. 524 a 560). E o mesmo fez seu confrade espanhol o anónimo autor do *Libro del conoscimiento de todos los reynos y tierras y señorios que son por el mundo*, ao dizê-lo «patriarca de la Nubia y de Etiopia» (edição de Madrid, 1877, p. 62), obra cuja redacção o Professor CHARLES VERLINDEN localizou recentemente nos anos de 1348 ou 1349 (*Lanzarotto Malocello*, p. 1200).

Ocorre perguntar agora: porque demorou tanto a identificação e o encontro do celebrado Preste João ? Di-lo o coevo LUDOLFO DE SUDHEIM, que visitou a Pales-

luendam. Qua possessione apprehensa seu adepta, nos eidem consanguineo nostro adsoluendam ab inde dictam summam aut partem eius, iuxta ratam reddituum apprehense possessionis seu tenute, esse nolumus obligatos nec astrictos. Ita quod, quantum ex redditibus possessionis huiusmodi perceperit, tantundem nobis, ex summa prefata, minuatur seu defalquetur. Presentium, etc. Maiestas.

Datum Constancie, anno, etc., penultima die februarij.

Ad mandatum domini regis. Iohannes Kirchen.

142

4 ABRIL 1418

Súplicas de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe: a) *as remissões, indulgências e graças da Terra Santa para si e seus filhos e para os fiéis que desejem coadjuvá-lo na prossecução da luta contra os infiéis, — concedidas aos que forem ou mandarem outrem em seu lugar;* b) *que dois prelados ou dois sacerdotes escolhidos pelo monarca possam administrar os Sacramentos a quem seguir na armada, — concedido a dois prelados;* c) *que possam os*

---

tina e o Egito pelos anos de 1336-41. Refere o autor que tinha o sultão fortaleza no Mar Vermelho, a impedir os europeus de passarem à Abissínia e contactarem com o Preste João, mas que, entretanto, alguns bispos e senhores haviam conseguido comunicar com ele pelo dito Mar Vermelho (*De itinere Terrae Sanctae*, na «Bibl. des lit. Vereins», Stuttgart, 1851, p. 64). SOMIGLI DI S. DETOLE esclarece melhor as dificuldades, de carácter político-religioso, oferecidas pelo sultão egípcio, difíceis sim, mas não intransponíveis:

— «Difficili, perchè la leggenda del Prete Ianni, nel suo contenuto storico, significava un tentattivo di alleanza con un re cristiano contra l'Islam; e poichè questo re cristiano ricercato dai cristiani era il Re dell'Etiopia, era logico che il Sultano d'Egitto facesse di tutto perchè il contatto di quelli con questo non avvenisse, per impedire ogni alleanza a suo danno [...]. Difficili anche, perchè l'Etiopia era circondata da ogni parte dai Mussulmani [...]. Il Re d'Etiopia era un ostaggio dell'Islam e il suo regno chiuso» (*Etiopia Francescana*, p. XVI).

No século XV, continuavam difíceis, mas não impossíveis, as relações da Europa com a Etiópia. Intensificam-se então os contactos comerciais e iniciam-se as relações diplomáticas possíveis, especialmente por parte de Veneza e da Santa Sé. Etíopes visitam Veneza em 1402 e Florença em 1404 (Cfr. autor e obra retrocitados, p. XXXI, e sobretudo IORGA, *Cenni sulle relazioni fra l'Abissinia e l'Europa cattolica nei secoli XIV-XV*). Da bibliografia citada sobre o assunto ao fim do presente volume cumpre-nos sublinhar, por seu maior valor e actualidade, os estudos de C. MARINESCU, de A. T'SERSTEVENS e de VSEVOLOD SLESSAREV.

habitantes de Ceuta e as pessoas que lá forem tratar e comerciar com os sarracenos, na compra e venda de tudo, nomeadamente de víveres, pois deseja o monarca reduzi-los à fé cristã, por amor ou temor, — concedido quanto a víveres; d) *que outorgue e ordene a algum prelado «in partibus» que, na outrora mesquita principal dos sarracenos, boa para o efeito, erija igreja catedral e sé episcopal, com cabido e outras insígnias próprias de cidade, — cometido aos arcebispos de Braga e de Lisboa;* e) *que se digne conceder dispensa a seus filhos e filhas em geral de qualquer impedimento, em grau não proibido pela lei divina, para poderem contrair matrimónio com filhos ou filhas dos reis de Castela, de Inglaterra, de Aragão e de Navarra e com outros homens ilustres e, não desejando outorgar dispensa assim geral, ao menos para seu segundo e terceiro filhos e para Isabel sua filha, pois o primogénito já a obtivera, — concedida sòmente para o segundo filho.*

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 110, fl. 178. Os textos das presentes Súplicas e de outras adiante lançadas, encontrados por SOUSA COSTA, em investigação particular efectuada em Roma, como Professor do Pontificium Athenaeum Antonianum, foram pelo mesmo cedidos a *Monumenta Henricina*, limitando-se aquele a citá-los e sumariá-los em *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*.

Beatissime pater.

Supplicat sanctitati vestre deuotus filius eiusdem sanctitatis Johannes, Portugalie et Algarbij rex, quatenus omnes et singulas jnfrascriptas peticiones ad exaudicionis graciam admittere et eas sufficienter signare dignemini, de gracia speciali.

[I]

Et quia, beatissime pater, prefatus rex, in seruicium Dei et ecclesie sue sancte, non obstante captione ciuitatis de Cepta per eum, quam spurcissimi sarraceni et crucis Christi jnimici, ante debellacionem ipsius, possidebant, contra et aduersus sarracenos et jnfideles prefatos, in partibus affricanis et alibi, hoc sanctum Dei negocium, cui omnipotens Deus ab alto optimum principium dedit, cum ipsius Dei et ecclesie sue ac sanctitatis vestre auxilio prosequi intendat ipsasque partes debellare et ad christianitatem reducere jdem dominus rex se disponat (1);

(1) Como já observámos em anotação ao vol. 1 e o sublinhou recentemente SOUSA COSTA, à expansão portuguesa ultramarina cabe perfeitamente o qualificativo de Reconquista cristã ou de recuperação pela Santa Igreja das zonas das antigas

Supplicatur igitur sanctitati vestre, pro parte ipsius regis, quatenus ipsi regi filijsque suis atque vniuersis christifidelibus crucesignatis et eorum cuilibet, qui in sua seu filiorum predictorum suorum aut alicuius eorum societate, corde contriti et ore confessi, ad huiusmodi tam laudabile opus personaliter aduenerint, qui uero in proprijs non venerint personis sed alias personas, eorum nomine, proprijs expensis, miserint et qui eciam, iuxta suas facultates, licet non veniant, expensas in subsidium huiusmodi tam sancti operis fecerint et alias pro ipsius ciuitatis custodia et defensione ac huiusmodi negocij prosecucione manus porrexerint adiutrices, dignemini concedere quod gaudeant et gaudeat illis remissionibus et indulgencijs et gracijs apostolicis quibus transfretantes in Terre Sancte subsidium gaudere consueuerunt, quia tanto rex et filij ac christifideles predicti istam Dei causam libencius prosequentur quanto potiorem se nouerint fructum ex suis laboribus spiritualiter percepturos atque maioribus gracijs et indulgencijs apostolicis se a sede apostolica intuebuntur cor⁄munitos. Et cum omnibus clausulis oportunis.

Fiat in forma consueta, pro euntibus personaliter uel mittentibus loco eorum. O (2).

[II]

Jtem, cum jdem rex secum et cum filijs suis ad huiusmodi negocij prosecucionem aliquos prelatos et viros religiosos et personas ecclesiasticas ut confessiones crucesignatorum (3) audire et eos, iuxta potestatem sibi a sede apostolica et sanctitate vestra tradendam, absoluere et ecclesiastica sacramenta sibi ministrare ac ipsos spiritualibus remedijs confouere possint ducere intendat;

Supplicatur igitur humiliter et deuote, pro parte eiusdem regis, quatenus duobus ecclesiasticis prelatis, quos duxerit eligendos et eorum cuilibet quod, per se uel alium seu alios premissa facere et exequi valeant, prout qualitas negociorum exegerit et ipsis prelatis uel ipsorum alteri visum fuerit expedire, et possint sibi plenarie committere quodque, ipsis seu eorum altero decedentibus, duo alij ecclesiastici viri, quos jdem rex seu filius suus princeps exercitus crucesignatorum (3) ad hoc duxerit eligendos

---

cristandades do norte de Africa, como se infere deste passo da Súplica joanina. E por isso aquele autor conclui:

— «Esta era também a mentalidade dos nossos reis e do Infante D. Henrique» (*O Infante D. Henrique e a Expansão Portuguesa*, p. 425, nota 17). O facto é confirmado, como em seu lugar se sublinhará, também por textos posteriores.

(2) A respectiva bula de cruzada, a *Rex regum*, da mesma data, é o nosso DOC. 143.

(3) No ms. *crucissignatorum*.

in eius seu eorum loco, cum illa potestate sic sibi, ut premittitur, per sanctitatem vestram concessa aut concedenda, surrogetur eidem regi concedere dignemini, de gracia speciali. Quodque transgredientes ordinaciones et mandata regis predicti seu illius filij sui, qui dux exercitus predicti fuerit, penam aliquam formidabilem incurrant, de qua eidem sanctitati videbitur talibus imponenda. Et cum clausulis oportunis.

Fiat et committatur duobus prelatis citra excommunicationem etc. O.

[III]

Jtem, quia jdem rex cupiat sarracenos circumadiacentes ad christianam religionem reducere, quod fieri minime potest, nisi amore aut timore; et quia, ut predictus amor interueniat, oportet ut inter ipsos christianos, qui ad custodiendam ipsam ciuitatem de Cepta intersunt et ipsos sarracenos mutua conuersacione, vendicione et empcione, eciam rerum comestibilium et victualium tractetur, quod iam per ipsos sarracenos extitit petitum, quodque nonnulli christiani in captiuitate positi et alij quondam christiani, qui timore nomen Christi blasphemarunt, sub huiusmodi colore, ad dictam ciuitatem confluere, a quibus multa pro predicti negocij prosecucione scire poterunt;

Jdeo supplicatur eidem sanctitati, pro parte eiusdem regis, quatenus ut, non obstantibus quibuscunque penis, sentencijs et censuris ecclesiasticis in contrarium edictis, illi qui in eadem ciuitate pro tempore habitauerint aut alias pro custodia ipsius sunt aut fuerunt aut ad ipsam confluerint possint cum adiacentibus et circumuicinis sarracenis sic in emptione et vendicione omnium rerum, eciam comestibilium et victualium, conuersari. Et cum omnibus clausulis oportunis.

Fiat de rebus comestibilibus. O (4).

[IV]

Jtem, quoniam jdem rex cupit quod in eodem loco de Cepta quedam cathedralis ecclesia erigatur, cum episcopo et jnsignijs ciuitati conuenientibus;

Supplicatur eciam eidem sanctitati, pro parte eiusdem regis, qua-

(4) A bula respectiva, *Super gregem dominicum*, de 3 de Julho de 1418, é o nosso DOC. 146.

tenus alicui prelato in partibus committere et mandare vt de misquicta principaliori quondam sarracenorum ad hoc satis conuenienti quandam cathedralem ecclesiam et sedem episcopalem cum capitulo et alijs insignijs sibi conuenientibus, ut prefertur, erigere et ordinare, auctoritate apostolica, possit ac valeat graciose concedere dignemini. Cum clausulis oportunis.

Fiat et committatur Bracarensi et Vlixbonensi archiepiscopis. O. (5).

[V]

Jtem, beatissime pater, quoniam inter regem predictum necnon Castelle, Anglie, Aragonie, Nauarre reges et reginas atque nonnullos alios reges et jllustres mundi personas vtriusque sexus maximum consanguinitatis seu parentele vinculum existit, adeo quod, absque sedis apostolice licencia, matrimonium minime contrahere possunt, obstante jmpedimento predicto; et, quoniam reges Portugalie, predecessores sui, qui pro tempore fuerunt, sepe odiorum rancores et guerrarum turbines ac dissensiones mortales, que inter ipsos et reges Castelle prefatos emerserunt, ad inuicem sacro matrimoniorum federe, cum predictis regibus amicabiliter concordarunt ipsosque rancores guerrarumque turbines et mortales dissensiones in pacem, concordiam et amorem conuerterunt (6) atque alios amore coniunctos, interueniente huiusmodi sacramento, se forciori vinculo et indissolubiliori nexu astrinxerunt, quod eciam inter ipsos reges per huiusmodi matrimonia contrahenda fieri speratur;

Supplicatur igitur sanctitati vestre humiliter et deuote, pro parte ipisus regis, quatenus pie premissis attentis, cum eius filijs vtriusque sexus quod cum Castelle, Anglie, Aragonie, Nauarre regibus et reginis regalibusque et jllustribus hominibus, eciam vtriusque sexus, atque eorum filijs et filiabus matrimonium in quocunque gradu per diuinam legem non prohibito contrahere possint, prolem exinde suscipiendam legittimam nunciantes. Et, si non ita generaliter eadem sanctitas concedere uellit, saltem pro secundo et terciogenitis ac Helisabeth, eius filia, concedere dignetur, quia primogenitus eiusdem regis super premissis a sede apostolica dispensationem obtinuit. Cum clausulis oportunis.

Fiat iuxta formam iam exhibitam et pro secundogenito tantum. O

Datum Constancie, pridie nonas aprilis, anno primo.

---

(5) A respectiva bula, do mesmo dia 4 de Abril, é o nosso DOC. 144.

(6) No ms. *conuertendo*.

143

4 ABRIL 1418

Bula da Cruzada Rex regum, *de Martinho V, a reconhecer implìcitamente a Portugal a praça de Ceuta e as demais cidades e terras que el-rei D. João I, auxiliado pelos demais príncipes e fiéis cristãos, vier a tomar aos sarracenos, a conceder aos combatentes e a quem os custear a indulgência plenária e garantias dos cruzados da Terra Santa e a ordenar às autoridades eclesiásticas do orbe cristão preguem a cruzada todas as vezes que lhes for solicitado pelo referido monarca.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 352, fl. 153, — texto que se reproduz; repetida no vol. 358, fl. 6.

Publicada: por E. STAEDLER, *Die* Cruciata *Martins V von 4. April 1418*, no *Archiv für Urkundenforschung*, 1942, t. 17, p. 310, segundo a primeira fonte citada; incompleta, por omitido o preâmbulo, e por isso erradamente designada por *Sane charissimus*, em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1418, n.os 21 a 23, donde a tomaram JORDÃO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 9, e SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 246. A súplica respectiva no documento anterior.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 403 e em ABRANCHES, *Suma*, n.º 2028. Estudada por DE WITTE, *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV.e siècle*, t. 48, pp. 686 e 690, e por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, pp. 424 e ss.

Martinus, etc.

Venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs electis, administratoribus, abbatibus, prioribus alijsque ecclesiarum et monasteriorum prelatis necnon ceteris christiane religionis professoribus vbilibet constitutis, ad quos presentes littere peruenerint, salutem, etc.

Rex regum et Dominus dominancium vnigenitus Dei Filius Jhesus Christus, ut humanum genus de laqueo seruitutis eripiens ad celestes sedes ineffabili misericordia reuocaret, e celorum summo descendit in terras et, caducam humane fragilitatis carnem clementer indutus, doctrina sanctissima simul et exemplo vite mortalis viam qua graderentur homines ad eandem vere vite patriam demonstrauit et, cum ipse summus omnium rerum opifex incorruptus et immortalis existeret, non renuit inter cor-

ruptibiles et mortales, probos et inprobos, conuersari, languores (1) humanos perpeti, tormenta corporis sustinere et tandem, in cruce pendens, mortem pacienter suscipere, ut mortem nostram moriendo destrueret ac vitam, sacratissime vite sue ministerio, repararet et cum nullis humanis meritis sed ex vberantissima sui clemencia cunctos qui vere crediderint in cruce duxerit liberandos.

Nos, eius vices, quanquam insufficientibus meritis, ex indulgenti sua bonitate gerentes, considerantesque creditum solicitudini nostre gregem non satis posse condignas tanto beneficio laudes exsoluere debitaque veneratione complecti, prefate crucis sacratissimum signum, que perpetue mortis uinculis dissolutis rectissimum iter ad vitam et immarcescibilem (2) gloriam patefecit, ad illa curis assiduis vigilamus et operibus indefessis enitimur, per que gregem ipsum huiusmodi doctrine fideliter obsequentem et in conspectu diuine maiestatis acceptum reddere valeamus, ingratissimos vero tanti muneris homines saracenos, agarenos et alios infideles qui, veri luminis vereque salutis iter pertinacissima mentium caligine contempnentes, prefate crucis insidiatores et hostes Deo odibiles et christiane religionis persecutores accerrimos sese reddunt, a nequissimis eorum insultibus, quibus in christianum sanguinem sepius debachantur, non solum spiritualibus verum etiam temporalibus accitis presidijs possimus, auctore Domino, salubriter cohercere.

Sane carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugallie rex jllustris, sicuti tam aliquorum fide dignorum plurima relacione quam suadente fama didicimus, christiane propagationis (3) affectibus inflammatus ac cupiens collatam sibi a summo rege potentiam in exaltacionem gloriosi sui nominis exterminiumque ipsorum (4) hostium exercere, instructis christianorum militum aciebus, ad debellandos tam in Affricanis quam alijs partibus conuicinis sarracenos et alios infideles qui christianos crebris insultationibus, captiuitatibus et occisionibus affligebant, in detenta per eos territoria et loca processit ac locum de Cepta, quem longis retroactis temporibus occuparunt, ab ipsorum intollerabili seruitute potenter eripiens suauissimo christiane professionis iugo restituit.

Cum autem idem rex, catholice fidei pugil et athleta fortissimus, indultam sibi felicem victoriam in eosdem infideles viriliter prosequi desideret ac proponat et adiuncta sibi multitudine copiosa fidelium intendat, eodem prestante cuius causam deuote amplectitur, ad subiugan-

---

(1) No ms. *longores*.
(2) No ms. *immarcessibilem*.
(3) No ms. *propagationibus*.
(4) No ms. *ipsius*.

dos (5) sarracenos et infideles huiusmodi redigendasque ad cultum ipsius vere fidei terras quas occupant, omnem suam et dictorum suorum regnorum potentiam adhibere, nostras et catholice ecclesie, que congregacionem ipsorum fidelium comprehendit, pro tam felicis consumacione negocij partes adiutrices humiliter implorauit.

Nos itaque, tam salutare prefati regis propositum maximis in Domino laudibus extollentes, ac pro eiusdem successu directis in celum oculis ei cuius negocium geritur, immensas proinde gracias exsoluentes, omnes et singulos jmperatores, reges, duces, marchiones, principes, barones, comites, potestates, capitaneos, magistratus et quoslibet alios officiales ac eorum locatenentes, communitates quoque ciuitatum, vniuersitates opidorum, castrorum, villarum et aliorum quorumcunque locorum, ceterosque eiusdem christiani nominis zelatores, status et religionis quorumlibet, exhortamur ac, per aspersionem sanguinis eiusdem gloriosissimi Redemptoris, paternis affectibus obsecramus, in suorum eis remissionem peccaminum suadentes ut, ad infidelium errorumque eorumdem exterminium et ad impendenda profutura suffragia quibus huiusmodi negocij prosecutio feliciter adiuuetur, potenter atque viriliter se accingant, ad hoc enim spiritualibus munificencijs, remissionibus videlicet et indulgencijs, ipsorum de fratrum nostrorum consilio prouidimus inuitandos.

Quocirca, vobis et uestrum cuilibet, fratres patriarche, archiepiscopi ac filij electi, administratores et prelati, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus vos et quilibet vestrum, quociens Johannem, predictum Portugalie regem, huiusmodi negocio intendere et aduersus infideles eosdem exercitus instruere et ordinare contigerit, super hoc quoque vigore presentium, quas plene firmitatis robore quandiu idem Johannes rex vitam duxerit in humanis fulciri volumus, debite fueritis requisiti, ad premissum tam pium tamque salubre negocium exequendum, veluti precones fortes, exaltantes ipso nomine voces uestras in singulis ciuitatibus, diocesibus atque locis vbi congruere prospexeritis, per vos aliasque personas seculares et regulares ordinum quorumcumque, quas ad hoc ydoneas duxeritis eligendas, iuxta datam vobis et illis a Deo prudenciam, christifidelibus quibuscunque ad id audiendum confluentibus et accedere volentibus, quibus vere penitentibus et confessis, ut ad id eo libentius inducantur, pro vice qualibet accessus huiusmodi quadraginta dies de iniunctis tunc eis penitencijs per vos, auctoritate apostolica, relaxentur, verbum crucis eiusdem ac ipsius admirabile signum publice proponere et predicare curetis illudque fidelibus ipsis id deuote suscipere volentibus, uestris et eorumdem eligendorum exhortationibus ac oportunis monitio-

(5) No ms. *subjugendos*.

Copyrighted material

nibus preuijs, ut cum reuerencia debita signum huiusmodi recipiant et illud, contra peruersa dictorum infidelium conatus atque molimina, suis cordibus imprimant et negocium ipsum fideli ac feruenti animo prosequantur, libere concedatis eorumque humeris affigatis.

Nos enim, ut fideles ipsi ad id eo feruentius animentur, quo vberiorem gratiam exinde se nouerint percepturos, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius auctoritate confisi et illa quam nobis, licet immeritis, Deus ligandi atque soluendi contulit potestatem, eisdem fidelibus qui, crucis huiusmodi signo suscepto, prefatis exercitibus in personis proprijs interfuerint pariter et expensis, quique ut illis interessent sine fraude iter arripuerint, si in ipso fuerint itinere vita functi, plenam suorum peccaminum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, veniam impertimur et in retribucionem iustorum salutis eterne pollicemur augmentum, eisque qui non in personis proprijs illuc accesserint sed ipsorum dumtaxat expensis, iuxta suarum facultatum qualitatem et exigenciam, ydoneos destinauerint bellatores, ac illis qui, licet alienis expensis, proprijs tamen adierint in personis, plenam suorum concedimus veniam peccatorum, huiusmodi quoque remissionis volumus et concedimus esse participes, iuxta quantitatem subsidij ac deuotionis affectum, eos omnes qui, durantibus exercitibus supradictis, pro huiusmodi consumacione negocij de bonis suis congrue ministrauerint et circa illud consilium et auxilium impenderint oportuna, decernentes nichilominus, auctoritate predicta, omnia et singula ciuitates, terras, castra, munimenta atque loca, que per exercitus eosdem expugnari et ab ipsorum infidelium detentione ac seruitute liberari contigerit, prefati Johannis ac suorum heredum, qui tunc fuerint, ditioni atque dominio subiacere et ad ipsum suosque heredes legitime pertinere, vniuersos preterea et singulos quos huiusmodi crucis signo muniri contigerit, ut prefertur, illo priuilegio eaque immunitate gaudere que crucesignatis pro Terre Sancte subsidio in generali concilio quomodolibet sunt concessa, earumque personas necnon familiam, res et bona sub beati Petri et sedis apostolice atque nostra protectione permanere debere, statuentes rursus ut bona predicta, extunc donec de ipsorum reditu uel obitu certissime constiterit, integra maneant et quieta.

Jllorum vero archiepiscopi, episcopi necnon archidiaconi et alij superiores ac officiales eorumdem ipsos ac huiusmodi bona, auctoritate predicta, tueantur, non permittentes ipsos, contra dicti statuti tenorem, ab aliquibus indebite molestari, molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam aliaque oportuna iuris remedia, appellacione postposita, compescendo, jnuocato eciam ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis, non obstantibus si aliquibus communiter uel diuisim a sede predicta sit indultum quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mencionem.

Ceterum, ut ipsius viuifice crucis signo muniti eo facilius reddantur huiusmodi remissionum (6) et indulgenciarum participes, quo se liberius eximere posse conspexerint ab onere delictorum, Johanni regi prefato ac illis quos vice dicti Johannis regis exercituum duces siue capitaneos fore contigerit, tot ex vobis, fratres patriarche, archiepiscopi, episcopi et filij electi, abbates et prelati, de quibus illis pro tempore visum fuerit, qui ac alij ydonei seculares uel regulares ad id per vos assumendi, omnium pro huiusmodi deductione negocij crucesignatorum confiteri volencium confessiones audire et, huiusmodi confessionibus diligenter auditis, pro peccatis suis ac excessibus omnibus per illos commissis, eciam si manuum iniectores in clericos et religiosos necnon incendiarij et sacrilegi fuerint; nisi adeo graues in ipsarum manuum iniectionibus excessus extiterint quod ad eandem sedem merito debeant destinari, jniunctis ipsis, pro modo culpe, eciam cum exageratione congrua aduersus illos ex ipsis qui, quod absit, in progressu exercituum predictorum, aciebus quoque [contra] infideles eosdem instruendis, Johannis regis prefati et illorum qui exercituum, ut premittitur, duces extiterint, eorumdem ordinaciones ac mandata temere transgredi presumpserint, penitencia salutari ac alijs que de iure fuerint iniungenda, debite absolucionis beneficium eadem auctoritate impendere possitis quociens oportunum fuerit, eligere ac deputare. Et insuper, pro colligendis et acceptandis pecuniarum summis ac rebus alijs, quas pro huiusmodi prosecutione negocij per quosuis erogari contigerit, personas ecclesiasticas honorabiles, ydoneas et fideles, de quibus eis videbitur, assumere libere valeant, auctoritate predicta, tenore presencium indulgemus.

Verum quoniam difficile videretur presentes litteras singulis exhibere, volumus quod vnus uel duo siue tot ex vobis fratres patriarche, archiepiscopi, episcopi ac filij electi, abbates et prelati, de quibus Johanni regi prefato videbitur, huiusmodi litterarum transumptum publica manu confectum eorumque sigillis munitum personis et in locis singulis vbi expedire videbitur transmittere ac insinuare procurent. Cui quidem transumpto, velut originalibus, dari volumus atque decernimus plenam fidem.

Datum Constancie, ij nonas aprilis, pontificatus nostri anno primo (7).

---

(6) No ms. *remissionem*.

(7) É esta uma bula clássica de Cruzada, modelo das expedidas no pontificado seguinte. Endereçada às autoridades eclesiásticas de todo o mundo cristão, falta o texto dirigido a el-rei D. João I e ainda o respeitante aos príncipes cristãos, decerto de igual título, de teor idêntico e da mesma data, segundo o costume da chancelaria pontifícia. Sendo o presente diploma, que nos conste, o primeiro emanado dos romanos pontífices sobre Ceuta após a sua conquista pelos portugueses em 1415, ele assume capital importância política: pois, não só reconhece a Portugal aquela praça marro-

144

4 ABRIL 1418

Bula* Romanus pontifex, *de Martinho V, dirigida aos arcebispos de Braga e de Lisboa, a incumbi-los de se informarem sobre se o lugar de Ceuta merece ser elevado a cidade e a respectiva mesquita a igreja catedral, como lhe solicitara el-rei D. João I, e a ordenar-lhes que, em caso afirmativo, o façam.

ANTT., *Bulas*, maço 11, n.º 13, inserta na executória dos arcebispos de Braga e de Lisboa, de 6 de Setembro de 1420, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 195, fl. 289.

Publicada: por JORDÃO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 8, e na sua *História Eclesiastica Ultramarina*, p. 67; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 245. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 404, e por ABRANCHES, *Suma*, p. 38. Referenciada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 686 e 695.

---

quina, mas ainda as cidades e terras que D. João I, coadjuvado pelos demais príncipes e fiéis cristãos, vier a tomar aos sarracenos; dada, ademais, por Martinho V em Constança, onde decorria o concílio, não consta que tivesse havido contestação da parte dos castelhanos, sem embargo do que seria de esperar nos termos da tese dos mesmos a respeito da conquista de África, denunciada pela carta de Afonso XI de Castela a Clemente VI de 13 de Março de 1345 (Cfr. o nosso vol. I, DOC. 98), confirmada no século XV pelas célebres *Alegações* do bispo de Burgos.

Nem na bula nem na Súplica respectiva, da mesma data (inserta no DOC. **142**), se diz quem a solicitou. Achando-se, porém, no concílio embaixada portuguesa desde 1416, onde o Dr. Gil Martins sublinhara, em discurso, o alcance do feito ceptense, é possível que D. João I houvesse incumbido aqueles seus embaixadores de requererem ao pontífice o presente diploma. Como quer que fosse, «ce qu'il faut noter — sublinhemos com o ilustre historiador DE WITTE —, c'est que le document reflète sans altération les espoirs optimistes que l'on nourrissait à la cour portugaise depuis 1415. Il n'est question dans l'exposé que du désir du roi de *indultam sibi felicem victoriam... viriliter prosequi*» (Cfr. *Les bulles*, t. 48, p. 691).

O aspecto jurídico e todo o alcance do presente diploma pontifício são sublinhados por SOUSA COSTA: — «Martinho V interpretava e punha em prática as teorias jurídicas da época. Segundo elas, ao papa competia, em virtude do seu poder universal e na qualidade de Vigário de Cristo, mover guerra, por si ou por outrem, aos infiéis, para recuperar as terras outrora dos cristãos ou ainda mesmo por motivo da ocupação da Terra Santa. Afora estes casos, não era lícito atacar os infiéis e ocupar as terras que, de direito, lhes pertencessem. Em guerra lícita de própria defesa ou de auxílio aos cristãos, por própria iniciativa ou por autorização do papa, tudo quanto fosse tomado ao inimigo, licitamente passava ao domínio dos vencedores. No caso, pois, da guerra de África, tratava-se de reconquista em nome do papa, o único com direito a autorizar a ocupação das terras que foram outrora possessão dos cristãos, por parte dos que viviam fora da alçada do Imperador» (*O Infante D. Henrique*, p. 425).

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus Bracharensi et Vlixbonensi archiepiscopis salutem et apostolicam benedictionem.

Romanus pontifex, beati Petri celestis regni clauigeri successor et vicarius Jhesu Christi, cuncta mundi climata omniumque nationum in illis degentium qualitates, paterna consideratione, discutit et examinat diligenter, ex officij debito, salutem querens et appetens singulorum, supernaque suffultus potencia illa, suadentibus rationibus et causis, perpensa deliberatione, salubriter ordinat atque disponit que grata diuine magestati fore considerat et per que oues diuinitus creditas ad ouile reducit dominicum eisque felicitatis eterne policito premio ueniam impetrat animarum. Que siquidem, auctore Domino, certius tunc et acceptius prouenire non ambigimus, cum ueritas catholice fidei, ad laudem et gloriam diuini nominis dilatationem, suscipit pariter et incrementa.

Sane nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, nobis fuit expositum quod locus de Cepta, quem rex ipse, Christi uidelicet pugil et athleta, ministerio cooperante diuino, a perfidorum spurcissimorumque sarracenorum et agarenorum dominice crucis obtractatorum et emulorum, qui tunc etiam suam inibi, pro ydolorum et simulachrorum cultu, tenentes mesquitam siue sinagogam, occupabant, eundem manibus uictoriosis eripuit, illum sue dicioni subiugando populosus multum et honestus ipsaque mesquita siue sinagoga apta euidenter existunt ad hoc, quod illa in cathedralem erigatur ecclesiam, presule inibi et clero residentibus pro tempore, per quorum actus et opera, eciam cum ingenti animarum partium illarum habitatorum et incolarum propagatione, salutis fidei firmamentum solidabitur orthodoxe, diuinus quoque cultus ac populi deuotio pullulabunt et instaurabuntur non mediocriter in partibus memoratis. Quare, pro parte dicti regis, nobis fuit humiliter supplicatum ut super hijs opportune consulere de be[ni]gnitate apostolica dignaremur (1).

Nos igitur, qui de premissis certam noticiam non habemus, quique cultum et fidem eosdem nostris temporibus uigere et adaugeri jntensis desiderijs affectamus, huiusmodi supplicationibus jnclinati, fraternitati uestre, per apostolica scripta mandamus quatinus super premissis et eorum qualitatibus uniuersis, auctoritate nostra, uos dilligentius informetis; et,

(1) Conquistada Ceuta em 14 de Agosto de 1415, na mesquita maior da povoação, depois de limpa e benzida, foi celebrada missa solene com sermão em 25 e nela os infantes armados cavaleiros (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 95 e 96). E essa mesquita maior que ora se pretende erigir em catedral.

Copyrighted material

si per informationem huiusmodi locum quod in ciuitatem et mesquitam siue sinagogam predictos ut in ipsam cathedralem ecclesiam erigantur aptos et ydoneos fore inueneritis, locum in ciuitatem et mesquitam siue sinagogam eosdem in ecclesiam prefatam Ceptensem perpetuo nuncupandos, eciam cum juribus et [in]signijs quibusuis alijs eisdem partibus contiguis ciuitatibus et ecclesijs cathedralibus, sub nostra et romane ecclesie deuotione consistentibus, de iure uel consuetudine quomodolibet debitis, auctoritate nostra erigatis, facientes necnon disponentes et ordinantes preterea omnia et singula que in premisis et circa ea expedire uideritis ac necessaria fuerint seu quomodolibet opportuna.

Datum Constancie, ij nonas aprillis, pontificatus nostri anno primo (2).

145

JUNHO 1418

Ordenação para a cobrança do pedido e meio que as cortes de Santarém de 1418 outorgaram a el-rei D. João I, mandada depois observar por el-rei D. Duarte, na tiragem do pedido para a conquista de Tânger.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fl. 43 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 493. Referenciada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Supl. ao vol. 1, pp. 466 e 495.

Esta he a hordenaçom que foy mandada aos contadores das comarcas per que se ouuessem de rreger, em rrazom de hũu pedido que a elrrey foy outorgado pellos procuradores das çidades e villas e lugares de seus rreinos nas cortes que sse fezerom em Santarem, no mes de junho, era iiij^{c} Lbj, com allgũas decraraçõoes que despois fez elrrey dom Joham e elrrey Duarte (1).

Primeiramente, que os contadores e scpriuãaes dem o trellado dos liuros e quadernos per que foy tirado o pedido na era iiij^{c} Riiij^{e} anos e o

(2) A Súplica desta bula, da mesma data, acha-se inserta em nosso DOC. 142.

(1) Este parágrafo constitui o título do documento e é provàvelmente texto de quem o exarou na chancelaria joanina ou já na eduardina, acrescentadas, na segunda hipótese, as palavras «e elrrey Duarte», em 1436.

trellado desta hordenaçom a cada hũu rrequeredor das comarcas de que teem carrego de fazer tirar o dicto pedido.

Jtem, veiam as pessoas conteudas nos dictos liuros e as contyas en que hi som postas e costranganos por ellas e nom por mais, ssalluo se, per enformaçom çerta, for achado que allgũas das pessoas contehudas em os dictos liuros ouuerom mais beens, per heranças ou per casamentos ou per outras allgũas gaanças; e, sse allgũus delles alegarem que nom am de pagar essas contyas que lhe som postas, dizendo que lhes morrerom as molheres ou essas molheres que lhes morrerom os maridos e que partirom os beens e que as partes dos finados herdarom seus herdeiros ou forom uendidos e dados os preços por suas allmas, taaes como estes saibasse se he assy; e nom os costrangerom por mais que por aquillo que for achado e sserom costrangidos os herdeiros que esses beens herdarom ou aquelles que taaes beens comprarom, se uendidos forom, e dados os preços por as almas dos finados; e, sse disserem algũus que dos beens que lhe forom auallyados porque forom postos em esses liuros que pagassem, que perderom gram parte delles, em estes terrees esta maneira: que se as perdas que alegarem som grandes e forom notoreas, entom fazeelhes auallyar esses beens que teuerem e costrangedeos que paguem, dos que lhes forem achados, segundo a hordenaçom; e, sse aconteçer que allgũas dessas pessoas nom qujserem pagar, vendamlhe primeiramente beens moueeis ataa ix dias e a rraiz a quijnze dias, em tanta contya quanta lhe montar no que am de pagar.

Jtem, costrangerees todollos que uaam scpritos nos dictos liuros que paguem em este pedido e nom escusarees nẽhũas pessoas, por cartas nem priujllegyos que tenham, salluo os que achardes que som nossos uassallos, posto que seiam pousados, nem costrangerees os nossos beesteiros de cauallo que paguem no dicto pedydo, aquelles que uos fezerem çerto que o som e mostrarem dello nossos priujllegyos, assijnados e asseellados.

Jtem, sse allegarem que som filhos dalgo de llinhagem e que por esto deuem de seer escusados de pagarem no pedido, em esse teerrees esta maneira.

Jtem, sse forem filhos dalguo conheçidos asy como filhos dalgo de linhagem antiga ou filhos dalgos que forom armados caualeiros per nos ou por nossos anteçessores, a taaees como estes nom costrangeres que pagem no dicto pedido; e, se for duuida que seja de tall condiçom ou nom, porque elles alegarom que o eram e uos nom serees dello çerto, vos penhorayos e daalhes tempo a que uenham a nos por auerem liuramento ssobre ello. E, sse a esse tempo que lhes derdes forem com o nosso liuramento, guardalho; e, se nom forem com elle, costrangeeos por aquillo que lhes amontar de pagar asy como cada hũu dos outros e esso mesmo se entenda nas molheres que dizem que som filhas dalguo, que sse por esta rrazom

quiserem escussar de nom pagar. E destes filhos e filhas dalgo que asy forem escussados pooeres em esses liuros onde forem escpritos esaa rrazom, pera veermos quantos ssom e como forom escussados. E, sse taaes fidalgos poderom serujr na gerra e nom serujram, nom lhes guardes taaees priuillegios e paguem como os çidadãos.

E aquelles que diserem que ssom filhos dalgos ou uillãaoos, viuuas que nos alegarem que sseus maridos morerom em seruindo na gerra como homens darmas ou eram vassallos e ellas ssom veuuas e mantem suas onrras e desto fordes çerto sen outra duuida, nom os costrangaees que paguem.

Jtem, se algũuos alegarem que ssom crelligos, nom os costrangaaees os que ssom benefiçiados que paguem no pidido porque nos fazem seruiço dos dictos benefiçios posto que ajam beens patrimonuaaes, salluo sse ouue beens per conpra ou per doaçom, que todo entendemos que o teem per conpra nem esto nom podem fazer ssalluo per nossas cartas espiçiaaes e todollos outros crelegos costrangerees, posto que sejam dordem ssagraaees, que paguem dos beens patrimoniaaes e aforamentos e emprazamentos que ouuerem, segundo a contia em [que] forom aualiados esses beens pera nos.

Jtem, se uos alegarem algũuos que seruiram na gerra como homens darmas e ora ssom ja velhos ou aleijados ou mancos, per tall guissa que nom podem ja serujr, a taaees como estes se nos dello ferezem çerto sem outra maliçia e engano nom os costrangaaes que paguem e poende senpre no liuro a rrazom porque ssom escussados.

Jtem, sse algũuos uiuerem com algũus ssenhores a bem fazer e nom ssom cassados nem mestres nem viuem por soldadas, a taaees como estes nom costrangaees que paguem, salluo sse for prouado que tem barregaans, que taaes como estes paguem e, sse teuerem beens que dante forem obrigados ao pidido, estes tambem paguem ssegu[n]do seu aualiamento dello.

Jtem, sse algũuos alegarem que ssom nossos offiçiaaes que andam connosco contenuadamente por hu nos andamos e de nos ham mantimentos, nem os nossos contadores e escpriuãaees, oficiaaes dos nosos contos da çidade de Lixboa que seruem contenuadamente e os outros que connosco andam e outrosy nas comarcas dos nossos rreinos fazendo o que lhes per nos he mandado em nosso seruiço, nem outrosy nom costrangaaees os nossos ofiçiaaes da casa do çiuell e nos hi seruem e de nos ham mantimentos.

Jtem, nom costrangeres os corregedores que ssom postos pollas terras e esso medes os meirinhos e escpriuães das chançellarias dessas correçõoes que de nos ham mantimentos e esso medes nom costrangeres os juizes que per nos ssom postos per as terras que de nos ham mantimentos e todollos outros oficiaaees costrangerees.

Jtem, porque dalgũuos lugares pera outros se mudam os poboradores da terra, a taaes como estes se escussaram dizendo que pagauam alhur e em esto farees asy se uos ffezerem çerto que pagarom em outra parte nom os costrangerees e se uos çerto nom fezerem e souberdes que am beens nos lugares donde asy partiram e lhes allo foram aualliados, costrangedeos que paguem a contija dos aualiamentos e, se achardes que esses beens nom forom aualiados, fazelhos aualiar e costranger per esse aualiamento; e, se lhe nom soberdes beens e forem homens que podem ganhar, costrangeeos per a taxa daquelles que nom [am] beens e som taaes pessoas que gançar podem, a quall he ajusso escprita.

E, porque mujtos som mudauees e nom ham beens nẽhũuos e outros que nom ssom nem ham beens nẽhũuos nem mesteres çertos per que uiuam, em estes ataaees terres esta maneira: se forem ataaees que possam gançar algũas coussas poendosse a mester ou trabalho, costrangeeos que paguem a majs pequena taxa conthehuda em estes liuros e em esta ordenaçom.

Jtem, sse achardes alhũus outros em esses llugares a quem nom fossem auallyados sseus beens de quallquer condiçom que seja, fazeelhes escpreuer e auallyar seus beens e a conthia que lhes for achada fazeelhes que paguem, saluo sse forem das pessoas que deuem seer escusadas, ssaluo outrosy aquelles que achardes em esses lliuros que som postos por nihil, que mandamos que nom paguem, ssaluo se lhes achardes beens ou poderem guanhar, como dicto he.

Jtem, uos mandamos que, quaeesquer pessoas a que ouuerdes de aualliar seus beens, perguntadeo per sua uerdade e per boa emformaçom sse am beens em outras comarcas, pera o mandardes dizer ao que allo ouuer carrego de rrequerer o dicto pedido pera os auallyar e uollo mandar dizer em quanto os auallyou e poerdes essa conthia com a outra em que os aualliastes em soma e lhes fazerdes pagar de todo e esso meesmo mandamos que sse em essas comarcas de que auees (1) carrego achardes ou souberdes que hi ha algũas quintaaees ou casaees ou outros beens, quaeesquer que sejam, dalgũas pessoas que morom em algũas comarcas huu essas pessoas ssom moradores, pera esse aualliamento poer com ho outro aualliamento e pagar dello ssegundo o aualliamento que dello ouuer.

Jtem, mandamos que aquelles que poserdes por sacadores e escpriuães do dicto pedido nom sejam costrangidos por este anno que uaam seruir na guerra nem a outras nenhũuas partes fora dos llugares onde som moradores e uos nom tomees daquellas pessoas que ja forom ou ssom apropriadas pera hir serujr.

Jtem, viuuas e horfõos que nom ouuerem mesteres nem beens que cheguem a çem llibras desta moeda nom paguem nenhũua cousa.

---

(1) No ms. *antes*.

Jtem, todo homem que nom for manco ou çego e poder guanhar pague da conthia meor postas em esses lliuros, posto que nom aja beens; e, sse ouuer conthia de dez llibras atee duzentas, pague do que dicto he dez e bj rreaes.

Jtem, nos aualliamentos que hora foram fectos a algũas pessoas que ajnda nom forom aualliados ou per mjnguamentos ou per acreçentamentos ouuerem sseer aualliados teersse ha em ello esta maneira.

Jtem, ssera aualiado pella moeda de dez ssoldos que se corria na era de iiij^{c}xxix anos os primeiros aualiamentos que forom ffectos ssegundo entom as eranças e os outros beens mouees valiam.

Outrosy uos mandamos que aqueles de que fordes çerto que seruem em Çeepta per nosso mandado, per ssi ou per outrem, e esso meesmo daqueles que vaam per noso mandado nas gallees que ora mandamos armar ou derom por ssy outros por demasya, que nom sseiam costrangidos que pagem em este pedido. E o dicto pedido que assi ora mandamos tirar se a de pagar per esta guisa.

Toda pessoa que ouuer de dez libras ataa ij^{c} pello primeiro aualiamento que foy fecto per que sse rrecadase o pedido page — xbj rreaes.

Jtem, quem ouuer ij^{c}x libras ataa iij^{c}R libras page — xxbiij rreaes.

Jtem, quem ouuer iij^{c}R libras atee b^{c}lR libras page — R^{ta} rreaes.

Jtem, quem ouuer bj^{c} libras atee j mil ij^{c} libras page — Lxx rreaes.

Jtem, quem ouuer j mil ij^{c}x libras atee ij mil ij^{c} libras page — Ç rreaes.

Jtem, quem ouuer ij mil ij^{c} libras atee iij mil ij^{c} libras page — CRb rreaes.

Jtem, quem ouuer iij mil ij^{c}x libras atee iiij mil ij^{c} libras page — Clx rreaes.

Jtem, quem ouuer iiij mil ij^{c}x libras atee b mil ij^{c} libras page — ij^{c}xxx rreaes.

Jtem, quem ouuer b mil ij^{c}x libras atee bj mil ij^{c} libras page — ij^{c}lxx rreaes.

Jtem, quem ouuer bj mil ij^{c}x libras atee bij mil ij^{c} libras page — ij^{c}lxxx rreaes.

Jtem, quem ouuer bij mil ij^{c}x libras atee xij mil ij^{c} libras page — iij^{c}L rreaes.

Jtem, quem ouuer xij mil ij^{c}x libras ataa xx mil libras page — iiij^{c} rreaes.

E todas estas pagas ssobredictas ham de sseer fectas e pagadas per rreaes de dez rreaes. E sse a ora de tirar a moeda ssuso scprita dos haualliamentos rreal branco por rreall de dez ssoldos.

Outrossy todallas pessoas que aualliardes lhe poerees todollos beens que teueram em esses lliuros; e, posto que passem da moor contija, que ssom iiij^{c} rreeaes de hũu pedido, nom costrangerees nẽhũua pessoa que

mais pague. E, ajnda que herdem mais beens dos que erom obrigados ao pedido, nom pagem mais dos dictos iiij° rreaes brancos em cadhũu pedido.

Outrossy mandamos a todollos sacadores e escpriuaaes de cadhũua quadrilha ou ffreeguesia dessa comarca que escpreuam em sseus liuros todallas pessoas que em ssua quadrilha e thermo vjuerem, assi casados como ssolteiros, de qualquer condiçom que sseiam, posto que alegem que ssom nossos vasallos ou priueligiados per aquelles que de pagar ouuerem sseerem avaliados e pagarem ssegundo per nos he mandado e quallquer que depois for achado em ssua quadrilha e termo della, que nom he scprito em sseu liuro, que o dicto sacador e escpriuam sseiam presos e pagem da cadea anoueado aquelo que a esses que nom forem scpritos em sseus liuros montar de pagar no pedido.

Outrosy mandamos que todos aquelles que uos diserem que ssom nosos vasallos e que nom deuem de pagar, rrequereeilhe que uos mostrem aluaraaes de Bellendim de Barbudo, scpriuam dos nosos moradores, de como o som; e aquelles que uollos mostrarem escpreuee os nomes delles em hũu quaderno apartado e as eras dos aluaraaes e onde som moradores. E estes taaes nom costranjerees que pagem; e os que o nom mostrarem aualiaelhe seus bees e costrangeyos que pagem. E o pedido acabado, mandaae o dicto caderno ao dicto Belendim de Barbudo pera o comcordar com seus lliuros. E os que aluaraees nom theuerem amostrem como ouuerom carta de contijas ou per alguuas rrecadaçõoes de contadores de como lhe fforom pagadas dalgũus annos e se esto nom theuerem ou nom poderem auer, daelhe espaço conujnhauel como possom vijnr a Belendim de Barbudo e leuem sseu rrecado çerto como som asentados no liuro por vasalos.

Outrossy uos mandamos que ponhaaes algũus boos homees por rrequeredores moores nos logares onde sooes de seer aquelles que uos emtenderdes que o sabem muy bem fazer por noso serujço e lhe daae a rregra e maneira de como se aja de tirar o dicto pedido; e, por rrogo que vejaaes dos jfantes meus jrmãaos nem doutras alguuas pessoas, nom poeerees nẽhũu rrequeredor, saluo aquele que mais entenderdes por noso serujço. E nom poerees nemhũus daquelles que o forom nos outros pedidos nem darees a estes tal ofiçio perpetuu, mas ssoomente por esta uez.

E mandamos a todollos tabeliães e escpriuaaes das çidades e vilas e logares dessa comarca, escpreuam os liuros do dicto pedido e andem com os nosos ssacadores deligentes a tirar e rrecadar ho dicto pedido, posto que sseiam nossos uasallos, e esto so pena dos ofiçios.

Jtem, mandamos a todollos coudees e sseus escpriuaaes que uos mostrem os liuros dos acontijados dos que som pera avaliar e que aquesto medes mandamos aos juizes e scpriuaaes dos horfõos que uos mostrem seus liuros e dem boa emformaçom do que lhes rrequererdes por nosso serujço.

Jtem, ssaberees dalgũuas pessoas que tem mançebos de soldas ou a bem ffazer, sse lhe teem algũus gaados ou pam em couado e outras cousas e daae juramento aos ssanctos euanjelhos a sseus donos e amos que bem e uerdadeiramente uos digam o que assi tem esses mançebos que com elles viuem e do que diserem aualiaaelho e pagem delo.

Jtem, sse achardes que hũu homem ou molher foy aualiado em çerta contya e os bees dessa pessoa herdarom duas ou tres pessoas, sse estes juntamente pagarom aquel pedido que pagaua aquel de que herdarom cadhũu o que lhe montar, ou sera partida a contija em que lhe os dectos beens forom avaliados per esses herdeiros e pagarem sseguundo a taxa e se esto que lhe assi montar pera a dicta contija vnde lhe sera junto com as outras contijas em que andarem aconthiados em outras partes.

Jtem, mandamos que taaes herdeiros partam antre ssi aquela contija em que era acontijado aquele de que herdarom e pagam seguundo a taixa e sseialhe junta com as outras contijas em que andarem acontijados em outras partes e pagem de todo o que lhe montar sseguundo a dicta taixa.

Jtem, algũus que achardes que tomamos por nossos vassallos e teem nossos aluaraees como os filhamos por nossos uasallos e nom ssom asentados nos liuros dos nosos marauedijs, mandamosuos que, se taaes como estes uos fezerem çerto, per aluaraes de Belendim de Barbudo noso escpriuam dos moradores, que som vasallos, que nom paguem; e sse y o nom mostrarem, posto que mostrem os dictos nosos aluaraees, paguem, ca os que taaees aluaraes teem logo se deuem dassentar no liuro por vasallos.

Jtem, sse algũuas viuuas alegarem que seus maridos eram vasallos e que stauam aa uaga e, ante que ouesem ssuas contijas, se finarom, a taaes como estes mandamos que, pois sseus maridos nom ouuerom contijas, que ellas paguem.

Jtem, sse algũuas molheres alegarem que sseus maridos som vassallos e aa muyto tenpo que andam fora do rregno por omjzijo e uos ellas fezerem çerto que seus maridos ssom nosos vasallos e ouuerom de nos contijas que, posto que nom sseiam omeziados e no rregno nom sseiam, que nom paguem.

Jtem, porque hi ha mujtos que tem nosas cartas em que sse contem que os auemos por nossos vasallos e que ajnda que contijas nom ouuesem porquanto serujrom na guerra, que mandamos que nom paguem, contanto que tenham harmas pera nosso serujço.

E esto mandamos que os que taaees cartas mostrem uos façam çerto ssem nẽhũua maliçia como tem o dicto arnes e como he sseu; se y o teuerem nom paguem; e, se y o nom teuerem, paguem; e, se taaes como estes mostrarem harnes que sseu nom seia, mandamos que seia perdido pera nos.

Jtem, os beesteiros de cauallo e ginetes que ha mujto tenpo que forom fectos e mostrarem cartas e priuilegios como som beesteiros e ginetes e nom pagarom no pedido dante, que nom paguem ora.

Jtem, as viuuas que forom molheres de beesteiros de cauallo e ginetes, costrangerees que paguem, porquanto nom ham dauer os priuilegios e onrra das molheres dos vassallos.

Jtem, sse algũuas molheres uos alegarem que ssom viuuas e quanto tijnham dizem que o derom en casamento a algũuas ssuas filhas e que stam en poder dalgũus sseus jenrros, os quaees som vasalos e alegam que nom teem nẽhũua cousa e som molheres que podem guanhar, sse taaes como estes pagarom.

A esto mandamos que cando achardes que taaes molheres som sso poder de taaes jenrros, que uos façam çerto, per scpritura puurica, do que assi derom em casamento a ssuas ffilhas e do mais que lhe fficar desso pague; e, sse nom mostrarem nenhũua scpritura, pague de todollos bees que ella ouuer; e, sse sse mostrar per a dicta scpritura que lhe deu todollos sseus beens en casamento, em tal scpritura como essa sseia rresaluado pera ella ho terço (2) dos dictos beens ou ao menos o quarto e desso pague, porque sse mostra que o fazem comluyosamente, por se escusarem; e per a sobredicta guisa se entenda aalgũus ou aalgũuas que fezerom ou fezerem doaçooes de sseus beens a algũa outra pessoa que seia priuiligiada e escusado de pagar o dicto pedido.

Jtem, se uos algũus mostrarem aluaraees do conde dom Pedro que leixarom em Çepta outros em sseus logos que seruem por elles e dizees que a uos he duuida sse estam la os dictos homees ou nom e, posto que os allo tenham, sse pagarom.

E outrosy que muytos beesteiros e outras pessoas som ora costrangidos que vaam serujr ao dicto logo de Çepta e som costrangidos que paguem em este pedido e sse agrauom dello e uos serija duujda de y os costrangerdes porque se andam atauyando pera sse hirem a Çeepta.

A esto uos mandamos que aqueles de que fordes çerto, per aluaraes do conde dom Pedro, que ora stam em Çeepta e outros por elles que allo leixarom de ssua mãao per licença do dicto conde, taaes como estes nom pagem nem esso medes aqueles beesteiros de conto e serujçaaes que ora ssom apurados pera alo hirem e nom contradizerem dhirem e se façam prestes pera hir; e se algũus dos dictos beesteiros e serujçaaes ficarem e allo nom forem per qualquer guisa que sseia, pague.

Jtem, mandamos que os homeens dos meirinhos que andam em a nossa corte uos fezerem çerto que passa de seis meses que andam com os dictos meirinhos na corte, que nom paguem e se dos dictos sseis meses pera fundo ha que seruem, paguem dos beens que ham ssegundo a taixa e se beens nom ouuerem paguem da meya contija. E esto porque algũus se uam e outros sse uem por se escusarem dalgũus emcarregos.

---

(2) No ms. *çerto*.

Copyrighted material

Jtem, sse uos algũa molher vehuua de uassallo diser que mantem sua honrra e tem em poder filhos, algũuos soilteiros com os quaaees ajnda nom partyo [e] os beens estam mistigamente, sse taaees como estes pagaram do quinham que a cada hũu montar.

A esto mandamos que sse tall molher de uassallo esteuer em sua honrra e os filhos esteuerem sob seu poderiyo e os beens esteuerem por partijr em poder della, nom viuendo os dictos seus filhos com outrem por soldada nem auendo nẽhũu mester, mandamos que nom paguem; e, se uiuerem com outrem por soldada ou ouuerem mesteres ou sua madre he ja cassada com outrem, mandamos que pagem do que a cada hũu amontar dos bens que herdarem e teuerem segundo a taxa, posto que alleguem que estam mistigamente com os de sua madre e ajnda nom partiram.

Jtem, se achardes que algũuos homeens ssolteiros ja uiuerom por soldada e pagarom no outro pidido e ora nom uiuem por soldada e tornarom ao poderiyo de seus padres e madres, mandamos que taaes como estes sejam costrangidos que paguem em este pidido, pois pagarom no pidido dante, posto que alegem que estam sob poderiyo de seus padres e madres, porque sse mostra seer conlluyo por nom pagarem, posto que seus padres e madres pagem do que ham pois que ja viuerom apartados e pagarom.

Jtem, mandamos que os logares das frontarias pagem no pidido, salluo se nom pagarom no pi[di]do quando se foy a condessa dArrandell e no pi[di]do do emprestido que foy tirado pera a moeda de cruzados no anno da era de iiij^{c}Riij annos, porque entam nom auia gerra.

Jtem, mandamos que esta medees rrega se tenha nas pessoas que allegarem que ssom priuilligiadas e mostram os priuillegios, salluo sse[em] esses priuillegeyos ou cartas que asy tem for contheudo que lhe forom dados a rrogos dalgũas pessoas, porquanto taaees como estes mandamos que nom sejam escussados que asy ouuerem os priuillegios a rrogo, posto que entom nom pagasem.

Jtem, mandamos que em ffecto dalguuos que seruiram em a hida de Çeipta por homeens darmas, que pagem, ssalluo sse fezerem çerto que ssom escpritos nos liuros dos marrauidijs por vassallos, posto que ajnda nom ouuessem contijas, que nom pagem; e, se estes homeens darmas que asy forom a Çeipta seruem ajnda allo per sy ou per outrem, mandamos que nom pagem.

Jtem, se algũuos nossos criados ou delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, que teem priuillegios nossos per que sejam apossentados ou escussados, de taaes como estes vos nos enuiaae dizer os nomes delles e o porque ssom escussados e nos vos mandaremos dizer o que sobre ello ffaçaees; e antretanto os nom costrangaaes ataa que ssobrello vejaees nosso rrecado como mandamos fazer.

Jtem, sse algũas pessoas daquellas que nom pagam no dicto pi[di]do ja teem pagado, a taaes como estes nom sejam tornados os djnheiros, pois os ja teem pagados, e que lhe sejam tornados seus penhores se lhe forom tomados.

Jtem, em esta hordenaçom he contheudo que os nossos ofiçiaaees da nossa casa do çiuel e contadores e scpriuaaes dos contos nom paguem no dicto pedido; e ora mandamos que sse aconteçer que alguns destes ofiçiaaes sseiam finados e ssuas molheres seiam vyuuas e manteem ssuas honrras, que sseiam scusadas de pagar no dicto pedido assi como seriam com sseus maridos sse vyuos fossem.

Jtem, sse alguuas pessoas sse uos agrauarem dizendo que haa mujto tenpo que forom aualiados elles e outros de que herdarom os bees que ja som finados e em aquel tenpo tijnham herdamentos e gaados e outros beens de que pagauom e que agora nom tem os dic[t]os beens e os gastarom em casamentos que derom a filhos ou en perdas que ouuerom e que lhe deuem de sseer descontados e nom pagarem, ssaluo dos que ora theuerem.

A esto mandamos que sse uos dello fezerem çerto ssem nẽhũua maliçia e ssouberdes que he assi, que os aualiees agora nouamente nos beens que lhe achados fforem e desso os costrangee que paguem e mais nam; e, sse taaes pesoas derom os dictos beens em casamento ou doaçooes a alguuas pessoas ou os venderom, que uos nomeeem as pessoas a que os derom ou venderom e os beens quejendos erom, pera os aualiardes a esses que os assy ouuerom e pagarom deles, sse forem pesoas que de pagar ajam.

E per esta meesma guisa uos mandamos que por nosso serujço saibaaes de todalas outras pessoas sse mais beens agora teem dos que ssoyam per que pagauom no pedido dante e aualiaaelhos e paguem delles com os outros que teuerem sseguundo a nossa hordenaçom.

E porque nos he dicto que muytas pessoas que pagam nos pedidos tragem muijtos gaados e teem colmeas e, quando lhos querem aualiar, dizem que som dos donos das herdades em que viuem ou dalguus ffidalgos ou de vasalos ou de beesteiros de cauallo que nom paguem pedido e esto por elles conliarem e nom pagarem dello.

A esto mandamos que tenhaaes esta maneira: sse uos fezerem çerto, per testemunhas jurementadas aos ssanctos euanjelhos, que algũus gaados ou colmeas ssom dalguuas das pessoas ssobredictas, que entom as façaaes vijr perdante uos e vos lhe daae tambem juramento do que uos diserem easo lhe nom aualiees; e os mais que lhe ficarem aualiaae e paguem delles com os outros bees que teuerem (2).

---

(2) Omitimos, seguidamente, o alvará eduardino, relegado para o seu lugar cronológico, o ano de 1436. O pedido joanino em referência destinava-se a saldar despesas de guerra defensiva contra Castela; pois «vieram nouas a elirrey dom Johão como os

Copyrighted material

146

3 JULHO 1418

Bula Super gregem dominicum, *de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a conceder licença aos cristãos de Ceuta para comerciarem com os muçulmanos, desde que lhes não cedam ferro, cordas, navios, armas e outras mercadorias proibidas.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 195, fl. 291 v. — Revelada e comentada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 686 e 691.

Martinus, etc.

Carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie jllustri, salutem, etc.

Super gregem dominicum nostre vigilantie diuinitus creditum, solertis, prout nobis desuper conceditur, speculatoris extendentis officium ad ea per que, supersticiositatum elisis sontibus, gregis eiusdem ac fidei catholice speratur augmentum, opem libenter et operam dirigimus efficaces.

Sane, nuper, pro parte tua fuit nobis expositum quod cum tu, cetus ductu supercelestis, locum de Cepta, tunc perfidorum et infidelium christiani quoque nominis ac crucis viuifice blasphematorum et hostium sarracenorum et agarenorum faucibus subditum, manu forti, in fidei dilatacionem orthodoxe, tue ditioni subegeris et per te aliosque, in tam salubris ac Deo necnon toti curie triumphanti acceptabilis directione negotij, suos

---

castellãos queriam emtrar pello rregno», pelo que o monarca mandou por fronteiros a Vila Real o infante D. Pedro, a Viseu D. Henrique e a Bragança o conde de Barcelos (Cfr. o final do nosso DOC. 160). O mesmo afirma o infante D. Pedro, na carta de oferecimento a D. Duarte do *Trauctado da Uirtuosa Benfeiturya*, onde se lê: «eirey senhor nosso teue cortes por perçebimento da guerra sperada com os castellãos, em Sanctarem» (Cfr. *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, p. 21). Na Câmara de Coimbra conserva-se o original da convocatória das referidas cortes, de 28 de Fevereiro de [1418], as quais deviam reunir em Santarém a 1 de Maio seguinte, «pera teermos conselho comuosco e com os outros que pera ello mandamos chamar da maneira que auemos de teer e sobre prouijmento de djnheiro pera o soldo, sse mester for» (ACMC., *Cartas originais dos infantes*, n.º 1). Sobre as ditas cortes pode ver-se J. PEDRO RIBEIRO, *Memorias sobre as fontes do Codigo Filipino*, p. 71.

motus animosque conuertentes, crucis eiusdem suscepto signaculo, infidelibus illis ut, errorum et precipitiorum quibus indurescunt relictis aceruis, in cuius hactenus, tenebrarum obfuscati caligine, prosilierunt iniuriam, cordium cum puritate humiliter reuertantur ad Dominum aut, eis improperij ignominia mortis aculeisque prostratis, eminus orbis deleantur a finibus, ritu bellico hostilique more prosequi et inuadere proponas, ipso comite Domino pariter et protegente, si christicolis quibuslibet, pro dicti loci tuitione et custodia deputatis, alijsque residentibus ac degentibus inibi, pro tempore, cum sarracenis et agarenis eisdem, circa bonorum rerumque etiam victualium emptiones et venditiones aliasque exercendas merces, conuersatio mutua libere cedere valeret, hinc inde, quemadmodum per plerosque ex infidelibus ipsis desideratum extitit hactenus pariter et petitum, nonnullis christifidelibus, in illorum captiuitate detentis, ac alijs qui, eorum timore impulsuque, ipsius nominis blasphematores fore cernuntur et quorum, utpote plurimorum ex eisdem infidelibus noticiam habentium relatibus atque suasu, non modica ad ipsorum infidelium exterminium cooperantia erui possent (1), ipsum adeundi locum succederet oportunitas et alias pro executione felicique consumatione negotij multipliciter profuturum foret antedicti. Quare, pro parte tua fuit nobis humiliter supplicatum ut, in premissis, salubriter consulere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, itaque, huiusmodi supplicacionibus inclinati, omnibus et singulis christicolis eisdem presentibus et futuris, ut ipsi quandiu locum prefatum illiusque habitatores et incolas fidelium ac dicte ecclesie deuotorum regimini subesse contigerit, cum predictis infidelibus vendiciones et empciones de rebus et bonis predictis ac merces huiusmodi, dummodo propterea a christicolis ipsis ferra, lignamina, funes, naues seu armaturarum genera quecumque prefatis infidelibus nullatenus cedantur (2) siue transferantur, exercere omniaque et singula in talibus et circa ea necessaria atque consueta facere et explere libere et licite valeant auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus, non obstantibus prohibicionibus et constitucionibus apostolicis, etiam quauis adiectione penarum munitis et alijs contrarijs quibuscumque.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Gebennis, quinto nonas julij, anno primo (3).

---

(1) Este passo, de finalidade bélica, colidindo notàvelmente com o texto da respectiva Súplica, parece se deve atribuir a retórica de quem redigiu a bula, com pouca fidelidade e menos atenção aos desejos do suplicante.

(2) No ms. *cedant*.

(3) Na Súplica desta bula, da mesma data (inserta em nosso DOC. 142), el-rei D. João I aduziu como motivo o desejo de reduzir à fé cristã os sarracenos circunjacentes, o que se não podia fazer, sublinha o monarca, senão por amor ou temor:

Copyrighted material

147

8 OUTUBRO 1418

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda o Mestrado da Ordem de Santiago da Espada a seu filho o infante D. João; pois, fundada aquela em Portugal pelos monarcas seus antecessores, principalmente para combater os infiéis e por eles dotada de castelos, vilas e outros bens e governada até agora pelo Mestre e cavaleiros, casados, vários Mestres dispenderam seus rendimentos noutra finalidade, com escândalo do reino; subtraída porém Ceuta aos sarracenos pelo suplicante, contra os quais deseja prosseguir a luta, a referida Ordem contribuirá assim para aumento da fé e continuação da dita empresa. Concedido, a beneplácito da Sé Apostólica (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 115, fl. 240. Revelada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 426. A bula respectiva no número seguinte.

Beatissime Pater.

Exponit sanctitati vestre deuotus eiusdem sanctitatis filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex necnon dominus de Cepta, quod olim sui prede-

---

«nisi amore aut timore». E, preferindo a via do amor, ou seja do convívio e da amizade, até mais económica e sobre isso rendosa, entende que a conversação e comércio de tudo empreendido pelos cristãos residentes em Ceuta com os vizinhos infiéis podem ser benéficos sob tal aspecto.

Limitou o pontífice a concessão na Súplica aos víveres, mas outorgou na bula maior amplitude; pois apenas exceptuou nesta o ferro, as madeiras, cordame, barcos e armas, em obediência à decisão do terceiro concílio de Latrão de 1179 e do quarto, de 1215 (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 5, p. 1104 e 1394), integrada depois nas *Decretais* de Gregório IX, liv. 5, tit. 6, caps. 6 e 17 (Cfr. *Corpus Iuris Canonici*, ed. de FRIEDBERG, t. 2, col. 773 e 777). Para maior minúcia e bibliografia do assunto, pode ver-se DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 691-92.

(1) Para a história da origem e para a bibliografia das Ordens de Cavalaria em geral pode ver-se a *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, t. 9, 2.e partie, Paris, 1953, pp. 307 e ss. Para a história da Ordem Militar de Cáceres, de Uclés ou de Santiago da Espada em Portugal, confira FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, sobretudo a pp. 323 e ss., e t. 2, especialmente a pp. 182 e ss.

Como se vê da presente Súplica, el-rei D. João I que, anteriormente à sua ascensão ao trono, desempenhara o cargo de Mestre da Ordem Militar de Avis ou dos Cava-

cessores, cum terras ipsorum regnorum ab infidelium manibus liberarent, zelo pie deuocionis accensi, magistratum Sancti Jacobi de Spata nominatum, in regno Portugalie constitutum, principaliter ad impugnandum dictos infideles pie instituerunt ipsumque multis castris, villis et possessionibus dotauerunt, qui ex tunc per magistrum et milites coniugatos gubernari consueuit.

Verum, pater sancte, licet magistratus huiusmodi, ut premissum est, pro impugnacione et persecucione dictorum infidelium institutus fuerit, tamen multi magistri ipsius magistratus, qui fuerunt pro tempore, fructus ipsius magistratus in alienos vsus, cum scandalo regnicolorum, conuerterunt.

Et quia, pater beatissime, dictus rex guerram facit et, Deo duce, facere intendit perfidis sarracenis, a quorum manibus, Deo anuente, ciuitatem de Cepta iam dictam liberauit et religioni christiane subiugauit, et dictus magistratus pro simili guerra et impugnacione infidelium, vt premissum est, institutus fuit; supplicat sanctitati vestre rex prefatus quatinus Johanni, eius quartogenito, administracionem ipsius magistratus, qui ad presens vacat, committere dignemini gratiose, quod multum cedet in augmentum fidei et prosecucionem dicti negocii iam incepti.

Fiat ad beneplacitum sedis apostolice. O.

Datum Papie, octauo idus octobris, anno primo.

---

leiros de Évora, começa em 1418 a passar para seus filhos as Ordens Militares existentes em Portugal. Fá-lo alegando má administração de seus rendimentos por alguns Mestres; intimamente, porém, parece que a razão principal consistia em utilizar o máximo dos sobejos respectivos nas lutas contra os sarracenos, nos termos da bula da cruzada *Rex regum*, de 4 de Abril do mesmo ano de 1418 (o nosso DOC. 148).

Pretendeu até o monarca administrar esses rendimentos directamente, como se infere de reclamações dos filhos, segundo adiante se verá documentalmente. Um facto cumpre sublinhar desde já: as Ordens Militares portuguesas transitaram paulatinamente, a rogo de D. João I, para os Altos Infantes, não como seus Mestres, mas como Administradores, e deles, mais tarde, para a Coroa, definitivamente. Outro facto digno de registo: a Ordem de Santiago foi concedida, a rogo do pai, ao infante D. João, a de Cristo ao infante D. Henrique e a de Aviz ao infante D. Fernando; nenhuma, porém, ao infante D. Pedro, conquanto fosse mais velho que aqueles seus irmãos. O infante D. João tinha então apenas 18 anos de idade.

148

8 OUTUBRO 1418

Bula Jn apostolice dignitatis specula, *de Martinho V, dirigida ao infante D. João, filho de el-rei D. João I de Portugal, em que, a pedido deste, o nomeia Administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada, para evitar que se convertam os rendimentos da Ordem em fins diversos daqueles para que ela foi instituída, como sucedera anteriormente com alguns Mestres, e sobretudo para os aproveitar na luta contra os sarracenos e na dilatação da fé católica* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 189, fl. 183 v.
Revelada e sumariada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, pp. 686 e 696.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Johanni, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis illustris nato, administratori generali ordinis milicie Sancti Jacobi de Spata, in regno Portugalie, per sedem apostolicam deputato, salutem, etc.

Jn apostolice dignitatis specula, licet immeriti, disponente Domino, constituti, pro singulorum christiane religionis ordinum statu salubriter dirigendo, quantum nobis ex alto conceditur, solicite cogitamus et ipsis dum vacacionis incommoda deplorare noscuntur, ut gubernatorum utilium pociantur presidio libenter, prout ipsorum necessitas et temporis qualitas exigunt, prouidemus.

Sane, sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris peticio continebat, licet ordo milicie Sancti Jacobi de Spata, ab olim per inclite memorie reges Portugalie, ipsius Johannis regis progenitores, in regno Portugalie, pie et

(1) Posto que só agora, em 1418, o Mestrado de Santiago haja transitado para filho de el-rei D. João I, este já em carta de 18 de Fevereiro de 1416 (DOC. 116) afirmou estarem a ser aplicadas à defesa e conservação de Ceuta, entre outras receitas eclesiásticas, as *rrendas do meestrado de Santiago*, então administradas e, decerto, ainda em 8 de Outubro de 1418, pelo infante D. Henrique, a quem o pai cometera a defesa e manutenção daquela praça africana. O infante D. João faleceu em 18 de Outubro de 1442, em Alcácer do Sal. (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 83; e LEÃO, *Chronica del Rey D. Afonso V*, cap. 13).

presertim ad impugnandum pro tempore sarracenos et alios infideles et crucis Christi inimicos et persequendum eosdem institutus, multisque castris, villis et alijs possessionibus dotatus fuerit, tamen nonnulli magistrorum generalium dicti ordinis, quj pro tempore fuerunt, fructus et redditus ipsius ordinis non pro impugnacione et persecucione sarracenorum et infidelium huiusmodi, sed in alios usus, ad eorum libitum, non sine scandalo dicti regni, conuerterunt; quodque ipse Johannes rex, quj eosdem sarracenos et infideles, ad presens, impugnat quantum potest, contra eos guerram gerit incessanter iamque ciuitatem de Cepta ab eorum, cum Dei adiutorio, manibus eripuit et huiusmodi christiane religioni subdidit, spem tenet indubiam quod, si administratio dicti ordinis, quj per magistrum et milites coniugatos gubernari consueuit, cuiusque magistratus, per obitum quondam Menendi, ultimi ipsius ordinis magistri, ad presens vacare dinoscitur, tibi commicteretur, hoc in non modicum cederet christiane fidei et prosecucionis huiusmodi impugnacionum augmentum et eciam eiusdem ordinis ad talia, ut premictitur, principaliter instituti conseruacionem et honorem;

Nos igitur, premissis eciam alias fidedignis relatibus intellectis, actendentes quod tu, eiusdem Johannis regis, genitoris tui, consilio, fauore et potentia interuenientibus, poteris, Deo tibi propicio, eidem ordini ac in impugnacionum et guerrarum earundem prosecucione esse quamplurimum fructuosus; te, pro quo eciam dictus Johannes rex, asserens te dilectum quartogenitum suum fore, nobis super hoc humiliter supplicauit, administratorem dicti ordinis in regno predicto, usque ad apostolice sedis beneplacitum, auctoritate apostolica, tenore presencium, constituimus et etiam deputamus, curam, regimen et administracionem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius tibi plenarie commictentes, ut dictum ordinem, tue administracioni commissum, iuxta datam tibi a Deo prudenciam, regas, dirigas et augmentes ac de eius fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuencionibus vniuersis ordines et disponas et illos in tuos et dicti ordinis ac prosecucione impugnationum et persecucionum prefatarum usus conuertas, prout veri magistri ipsius ordinis in dicto regno, quj pro tempore fuerunt, de illis ordinare et disponere potuerunt et eciam debuerunt, alienacione tamen bonorum immobilium et preciosorum mobilium eiusdem ordinis tibi penitus interdicta.

Tu igitur, circa ipsius ordinis administracionem feliciter et fideliter exercendam te sic exhibeas fructuosum, quod idem ordo, diuina tibi fauente clemencia, sub tua gubernacione prouida et salubri uotiuis continue amplietur commodis et salubribus proficiat incrementis nosque, tue diligencie studium fructuosum possimus, dignis in Domino laudibus, merito commendare.

Datum Papie, octauo jdus octobris, anno primo.

Copyrighted material

Simili modo: Dilectis filijs conuentui ordinis milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie, salutem, etc. Jn apostolice dignitatis, etc. Quocirca, discrecioni uestre, per apostolica scripta mandamus quatenus eundem administratorem, pro nostra et dicte sedis reuerencia, benigne recipientes ac honorifice pertractantes, exhibeatis eidem, dicto durante beneplacito, obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, eius salubria monita et mandata suscipiendo humiliter et efficaciter adimplendo; alioquin, sentenciam quam ipse administrator rite tulerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari. Datum ut supra.

Simili modo: Dilectis filijs vniuersis preceptoribus domorum ordinis milicie Sancti Jacobi de Spata in regno Portugalie, salutem, etc. Jn apostolice dignitatis, etc. Quocirca, vniuersitatem uestram rogamus, monemus et hortamur attente, per apostolica uobis scripta mandantes quatenus eidem administratori, tanquam membra capiti, obsequentes exhibeatis eidem, dicto durante beneplacito, obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, ita quod mutua inter uos et ipsum gratia gratos sorciatur effectus et nos deuocionem uestram possimus, propter hoc, dignis in Domino laudibus commendari. Datum ut supra (2).

---

(2) Aplicados por D. João I à defesa e manutenção da praça de Ceuta, logo após a sua conquista, os direitos e rendimentos do Mestrado de Santiago, do arcebispado de Lisboa e de outros bispados vagos do país e bem assim os da Câmara Apostólica, ou seja as colectas efectuadas no reino a favor da Santa Sé, e ainda outras receitas não declaradas, que eram arrecadadas pelo Corregedor da Corte e dispendidas por ordem do infante D. Henrique (Cfr. o nosso DOC. 116), apurou o monarca, de 1415 a 1418, serem insuficientes todos aqueles recursos à finalidade em vista.

As despesas ordinárias da praça marroquina acresceram, nos referidos anos, os dispêndios efectuados com a actuação bélica ali desenvolvida sob a direcção de seu capitão D. Pedro de Meneses e relatada por ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, caps. 14 a 62. De sorte que, a partir de 1418, buscou o rei de Portugal outros recursos financeiros em benefício de Ceuta: os das Ordens Militares, sucessivamente requeridas a Roma para seus filhos, a pretexto, real ou ficticio, de que eram os seus rendimentos mal administrados. E assim, vemos em 1418 a Ordem Militar de Santiago da Espada confiada por Martinho V, a pedido de D. João I, ao infante D. João, no presente diploma, e em 1420 a Ordem Militar de Cristo entregue ao infante D. Henrique (Cfr. os DOCS. 147 e 180).

149

29 OUTUBRO 1418

Alvará do Infante — D. Henrique (?) —, a manter aos lentes da Universidade o antigo privilégio de procurarem e advogarem perante quaisquer juizes, apesar da recente ordenação em contrário (1).

AUC., *Livro Verde*, fl. 93, em certidão de 6 de Abril de 1419 e cópia de 1471 — texto que se reproduz; no *Livro dos privilegios*, fl. 116, em cópia de 1604.

Publicado o primeiro texto em *Livro Verde*, p. 183, e o segundo em RODRIGUES, *O Infante*, p. 493, e por JOAQUIM DE CARVALHO, *Aditamentos e Notas* a LEITÃO FERREIRA, *Noticias Chronologicas*, 1.ª parte, p. 670. — Sobre o presente alvará pode ver-se também MARIO BRANDÃO e M. LOPES D'ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, p. 122.

Nos o jfante fazemos saber a todollos juizes e justicas e outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que este aluara for mostrado, que os leentes no studo da çidade de Lixboa nos emuiarom dezer rrecomtando como elles tijnham e teem preuillegios dos rreis amtijgos e confirmados

(1) Nem o texto da certidão de 1419 nem o do presente documento nos dizem quem seja o *Jfante* que passou o presente alvará, cuja data parece indiscutível: era de 1456, ano de Cristo de 1418. O Prof. JOSÉ MARIA RODRIGUES *(loc. cit.*, p. 487, nota 6) escreveu a propósito:

— «Este alvará, por causa de algumas expressões que n'elle se encontram, poderia attribuir-se ao infante D. Pedro, durante o tempo em que foi regente na menoridade de D. Affonso V, e seria posterior à publicação do Livro I das *Ordenações Affonsinas*. Cf. o tit. xiii d'este livro. Oppõe-se, porém, a esta hypothese, não tanto a data do alvará, que podia estar errada nas copias que nos restam, mas principalmente, a data da publica-fórma, que se encontra no *Livro Verde* e no *Livro dos privilegios* (6 de abril de 1419), o logar em que elle se acha inserido n'estes livros, e a menção que na publica-fórma se faz do conservador da Universidade, Vicente Domingues. Este nome apparece desde 1397 a 1434. De 1437 até 1456 o conservador é Vasco Gil».

E o mesmo autor, ao editar o presente documento, atribuiu-o com interrogação ao infante D. Henrique, como também já fizera JOSÉ MARIA DE ABREU *(O Instituto*, vol. 2, p. 90, nota), enquanto ROCHA MADAHIL, na edição do *Livro Verde*, optou por D. Duarte, também com interrogação. O argumento de J. M. RODRIGUES parece decisivo quanto à marcação definitiva da data do documento: ano de 1418. Ora, sendo assim, cumprirá atribui-lo a D. Duarte ou a D. Henrique. Como se diz em anotação ao alvará de Pedro Lobato de 29 de Abril de 1441, não se vê prova de que

per elrrej meu ssenhor, per que elles possam procurar, peramte quaeesquer juizes que sejam (2).

E, porquanto se hora elles temiam de ho asi fazerem, per bem da hordenaçam que hora foi ffeita, que lhe deffemde que nom rrazoem nem voguem nem procurem, em praca nem em scondido, peramte nenhũus que sejam; nos pedirom por merçee que lhe ouuessemos a ello rremedio e lhe dessemos pera ello logar.

E, porque nossa merçee he de darmos liçemça aos contheudos em os ditos preujllegios que o possam fazer em aquelles lugares honde procuradores, per mandado delrej meu ssenhor e nosso (3), deuem de amdar; mamdamos que lhe dees a ello logar e os leixees procurar em os logares sobredictos honde asi he hordenado que os ditos procuradores andem, sem embargo da dita hordenaçam, e lhes nom façades nem conssemtades [por ello] fazer algũu nojo nem semrrezam, saluo se elles passarem nosso mandado e fazem esto em algũua manejra peramte algũus outros que lhes deffemdemos que ho nom façam, senom honde suso dito he sem outro nenhũu embargo que a ello ponhades. Honde al nom façades.

Fecto em Simtra, xxix dias de outubro. O jfamte ho mandou. Joham Uaasquez a fez. Era de mjl e iiij^{c}Lbj annos. E este lugar lhe damos se asi he que elles teem os ditos priuillegios dos rreis antijgos, como dizem.

O jfante.

D. Henrique fosse governador ou protector da Universidade em 1418. E tal afirmação sairá reforçada do exame do alvará em causa, daquele ano: ele dispensa os lentes da Universidade de uma Ordenação régia, faculdade que não competiria nunca ao Navegador mas a el-rei D. João I ou ao príncipe herdeiro D. Duarte, que, como é sabido, com ele governava o reino e não são invulgares textos legais passados por este infante, invocado ou não o nome do pai.

Cremos, pois, que ao infante D. Duarte se deve atribuir o alvará em exame, o de 29 de Outubro de 1418; pois, decerto por ser dele, não discriminaram, na sua pública-forma de 1419, quem fosse tal infante, subintendível. Mantemo-lo, contudo, em D. Henrique com interrogação e inserimo-lo em *Monumenta*, visto não se ter chegado ainda a certeza absoluta. Neste apuramento, de bem pouco serve a Ordenação afonsina do liv. I, tit. XIII, pois se trata de redacção não datada mas já do reinado do Africano, como se deduz de seu princípio, revistas as ordenações dos monarcas anteriores sobre o particular, desconhecendo-se assim o texto e data da de D. João I.

(2) Em alvará de 3 de Outubro de 1384, o Mestre de Avis confirmara à Universidade todos os privilégios e liberdades que lhe haviam outorgado os monarcas seus antecessores; por outro alvará, da mesma data, confirmou-lhe nomeadamente o privilégio fernandino de poderem os doutores, licenciados e bacharéis em ambos os Direitos advogar, sem embargo de não possuirem carta; e, já rei, por diploma de 23 de Setembro de 1385, lhe confirmou os costumes, direitos e liberdades anteriormente concedidas. Os documentos respectivos estão publicados no *Livro Verde*, a pp. 98, 100, 105 e 224.

(3) Esta expressão *per mandado delrej meu ssenhor e nosso* parece dever confirmar a autoria eduardina do presente alvará. Nunca o infante D. Henrique se associaria assim ao governo do reino.

150

1418

Embaixada portuguesa a Castela, a solicitar a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411.

Crónica de Don Juan II, Ano 12, cap. 4, p. 375. — A mesma embaixada se referiram: LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 97, com a data errada de 1378; SOARES DA SILVA, *Memorias...* del Rey *D. João I*, t. 2, cap. 188, p. 940; e *Quadro elementar*, t. 1, p. 296.

De como vinieron embaxadores del Rey de Portugal demandando paz perpetua.

En este mesmo tiempo vinieron embaxadores del Rey de Portugal demandando paz perpetua, á los quales fué respondido quel Rey no era de edad, é que en este caso no podian responder hasta quel Rey cumpliese los catorce años, é que entonce podian venir é serian respondidos (1).

151

5 JANEIRO [1419 ?]

Carta de el-rei D. João I ao rei de Aragão, seu sobrinho, a recomendar-lhe mossem João de Pomar, que já trabalhara em seu serviço e viera em Dezembro a Portugal, a fim de se preparar para a guerra que tem com os mouros de África, mas que voltara a sua terra, por motivo de recado que de lá lhe viera; e ainda a solicitar-lhe carta de saca para tomar cavalos na Sicília, onde lhe consta haver muitos, para manter a dita guerra.

ACA., *D. Afonso V*, caja 18, n.º 2 (numeração provisória). Original em papel, com picos de traça.

---

(1) Foram embaixadores, segundo as citadas fontes portuguesas: João Gomes da Silva e os doutores Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beleágua.

Muitalto, muy nobre e muy poderoso prinçipe, nosso muy amado e muy preçado sobrinho e amigo, dom Afonso, pela graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

Nos, dom Joham, per essa meesma graça rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta, uos enuyamos mujto saudar, como aquel que mujto amamos e preçamos e pera que queriamos que Deus desse saude e longa uida com mujta honrra e boauentura.

Muytalto e muy nobre rrey sobrinho amigo. Fazemosuos saber que mose Joham de Pomar chegou aqui a nos, em este mes de dezenbro, por se correger dalgũas cousas que lhe conpriam pera jr a nossa guerra que auemos com os mouros dAfrica. E, a pouco tenpo que aqui chegou, lhe chegou rrecado dalo, de sua terra, por a qual cousa lhe foi forçado de tornar ala.

E porque, mujtalto rrey sobrinho, este mosse Joham ha trabalhado em noso seruiço (1) e outrosi teem em uoontade de fazer, rrogamosuos que, pollo noso, o ajaaes em uossa merçee encomendado e rreçeba de vos merçees e ajuda e defendimento naquelas cousas que uos per el forem demandadas e que vos bem queiraaes fazer. E seede bem çerto que nos uolo gradeçeremos mujto.

Outrossi, a nos foi dicto que, em o uosso rregno de Çezilia, ha mujtos caualos. Rogamosuos que uos plaza de nos dardes uossa carta de saca pera podermos tirar hũa soma deles e fazernosees em esto grande ajuda, pera manteermos aquela guerra.

Muytalto e muy nobre rrey sobrinho amigo. Deus uos aia em sua sancta guarda e encomenda e acreçente uoso stado e honrra.

Scprita na çidade dEuora, çinquo dias de janeiro.

(as.) ElRey.

No verso: Ao muytalto muy nobre e muy poderoso prinçipe nosso muy amado e muy preçado sobrinho dom Afonso, pela graça de Deus rrey dAragom e de Çezilia.

---

(1) É possível que este súbdito aragonês haja tomado parte na conquista de Ceuta em 1415. A 16 de Junho de 1417, el-rei D. João I recompensara-lhe o muito serviço dele recebido e chama-lhe «cavaleiro nosso servidor» (Cfr. o DOC. 134). Conquanto ele não tenha seguido em socorro de Ceuta, em 1419, ali encontramos então porventura parente seu, mosem Martim de Pomar (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv, 1, cap. 61). Vejam-se no vol. I os DOCS. 141 e 142 e neste o DOC. 134.

152

9 MARÇO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe plena remissão dos pecados, em artigo de morte e sem a cláusula do jejum, para os fiéis cristãos de ambos os sexos que vivam na cidade de Ceuta ou lá forem, em sua defesa, a qual conquistou aos sarracenos e recuperou para a religião cristã, mas urge defendê-la dos infiéis, com população numerosa e permanente; porque, atenta a distância a que fica do país, não pode mandar-lhe socorro constantemente. Concedida por 5 anos, com comutação do jejum (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 121, fl. 255. Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 427.

Beatissime pater.

Nuper deuotissimus et fidelissimus sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex, ciuitatem de Cepta, quam infideles a diu occupabant, ab huiusmodi infidelibus, manu forti, recuperauit et religioni christiane subiugauit; sed quia, pater sancte, ciuitas ipsa magna est et, pro defensione contra infideles facienda, populo magno indiget et, propter distanciam, dictus rex ei continue succurrere non potest;

Supplicat sanctitati vestre idem rex quatinus christicolas, ad accedendum dictam ciuitatem et ad standum in ipsa eamque defendendum animentur et confortentur, omnibus et singulis vtriusque sexus christifidelibus qui in eadem ciuitate sunt seu ad eam accedere contigerint, plenam remissionem omnium peccatorum suorum, in mortis articulo, eciam sine clausula de ieiunio, si in eadem ciuitate uel extra ipsam decesserint, dignemini misericorditer elargiri.

Fiat pro omnibus ad quinquennium, etiam cum commutatione ieiunii. O.

Datum Florencie, septimo idus marcii, anno secundo.

---

(1) Começa D. João I a fomentar a ocupação da cidade de Ceuta por famílias portuguesas, iniciando assim a nossa colonização na zona marroquina, mercê das graças espirituais outorgadas e sucessivamente confirmadas por Martinho V, do mesmo passo que lhe assegura mais fácil, mais eficiente, menos dispendiosa e menos morosa defesa. Com razão repara DE WITTE, ao comentar a bula *Ab eo qui humani* (o nosso DOC. 154), na força que então desempenhavam, no ânimo dos fiéis, as graças espirituais: — «Détail curieux, qui montre combien de telles faveurs étaient prises au sérieux à cette époque» (*Les bulles*, t. 48, p. 694). Podiam provocar o povoamento de praça afastada do país e encostada aos sarracenos.

Copyrighted material

153

26 MARÇO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que a plena remissão dos pecados em artigo de morte, concedida dias antes, por 5 anos, aos cristãos residentes em Ceuta ou que ali forem em defesa da cidade, se entenda não desde a data da concessão, mas da sua publicação em Ceuta. Estendida a 7 anos, contados desde a sua publicação lá, como consta do despacho pontifício e da bula da mesma data, que se segue.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 122, fl. 212 v. Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 427.

Beatissime pater.

Alias per sanctitatem vestram intellecto quod deuotissimus filius eiusdem sanctitatis Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris quj, veluti athleta fidei, ciuitatem de Cepta dudum tunc de manibus jnfidelium eripuit ac sibi, pro christiane fidej propagacione, subiugauit, ad manutenendum et defensandum eandem contra insultus eorumdem jnfidelium, continua, magna multitudine gencium egeret ac, pro parte ipsius regis, eidem sanctitati humiliter et [deuote supplicantis, quatenus] ut christifideles eo libencius accederent ad ipsam necnon ad standum inibi eamque defensandum feruencius animarentur, de spiritualibus eis donis, remissione videlicet peccaminum, prouidere dignaretur sanctitas vestra, omnibus fidelibus eciam vtriusque sexus, qui in ipsa ciuitate essent uel ad illam accederent, vsque ad quinquennium, plenam remissionem omnium peccatorum suorum, etiam cum commutacione jeiunij, duxit concedendam, prout in supplicacione desuper signata plenius continetur. Quia tamen, beatissime pater, huiusmodi quinquennium, a data ipsius concessionis gracie computari debere censetur et presentis concessionis noticia illac nonnisi per magni temporis interualli spacium peruenire poterit, dubitat propterea dictus rex ipsius gracie, pro dictis essentibus et confluentibus, effectum frustrari posse.

Supplicat igitur sanctitati vestre rex prefatus quatinus huiusmodi quinquennium, a die noticie presencium in antea computari debere, declarare ac literas apostolicas super huiusmodi concessione de huiusmodi quinquennio, a die noticie ipsius remissionis in illis partibus constite computando expediri mandare dignemini graciose. Cum clausulis oportunis.

Fiat ad septennium, incipiendo a die publicacionis faciende jn partibus. O.

Datum Florencie, septimo kalendas aprilis, anno secundo.

154

26 MARÇO 1419

Bula Ab eo qui humani, *de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a cuja instância, durante sete anos e nos termos que indica, o pontífice concede a todos os fiéis cristãos que, por motivo da guerra contra os infiéis, viverem em Ceuta ou ali permanecerem com demora possam escolher confessor que, em perigo de vida, por autoridade apostólica, lhes conceda plenária remissão dos pecados.*

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 8, original em pergaminho, com falta do selo pendente, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 59, transcrita na bula *Quia dilatacionem*, de 14 de Novembro de 1419, o DOC. 174.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 251. Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 405; por ABRANCHES, *Suma*, p. 38; e por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 694.

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Ab eo qui humani sumens generis effigiem ut illud, post primiparentis lapsum, gehenne concussum faucibus reconciliaret Deo Patri gloriosissimi sui aspersione sanguinis crucis in ara mercari non abnuit, ad summi stationem pontificij insufficientibus uocati meritis, ad id nostri uota cordis hominisque interioris affectus desideranter exponimus, ut quos ille morte cruenta euexit ad portum nos, quibus sui gregis curam regimenque uniuersale commisit, collatis fruendo clauibus celesti clauigero, cuius successores existimus, et electorum committere cetui, prout nobis ex alto permittitur, concite properemus. Ad illorum, igitur, qui in fidei propagationem orthodoxe et pro perfidorum sarrazenorumque, a quibus, ut accepimus, manu potenti Domini, ciuitatem de Cepta illis alias subditam eiusque habitatores et jncolas christiane religionis commercio ac tue ditioni uictoriosius subigere meruisti consternendis uesania et erroribus ciuitatem eandem frequentare et in illa moram trahere reperti fuerint animarum salutis incentiuum paternis zelantes affectibus et ut illi spiritualibus donis muneribusque preuenti, ad huiusmodi frequentationem atque moram feruentius animentur, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, ut confessor ydoneus, quem singuli fidelium sexus utriusque in ciuitate ipsa presentialiter et etiam infra septennium, a die notificationis presentium, in illis faciende

partibus computandum, moram trahentes huiusmodi duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, in mortis articulo plenam ipsis in sinceritate fidei, unitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuotione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentibus, remissionem, auctoritate apostolica, concedere ualeat tibi et illis, tenore presentium, indulgemus. Sic tamen quod idem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda, eam illis per eos, si superuixerint, uel per suos, si tunc forte transierint, heredes faciendam iniungat, quam ipsi uel illi facere teneantur, ut prefertur.

Et ne, quod absit, fideles ipsi, propter huiusmodi concessionem, reddantur procliuiores ad illicita im posterum committenda, volumus quod, si ex confidentia remissionis huiusmodi, aliqua forte comiserint, quoad illa predicta remissio eis nullatenus suffragetur quodque per vnius anni, a tempore quo huiusmodi concessionis uelle concluserint censeri participes computandi spacium, impedimento cessante legitimo, singulis sextis ferijs quibus tunc, ex precepto ecclesie, regulari obseruantia iniuncta penitentia, uoto uel alias ad ieiunandum non fuerint astricti, alioquin, pro illis quibus alias ieiunium eis extiterit indictum totidem alijs etiam annorum sequentium, quibus ad id, ut premittitur, non sint astricti diebus, quamprimum commode poterunt ieiunare aut alia ipsis propterea per dictum confessorem, si id ab eo petierint, iniungenda pietatis opera facere et exercere debeant atque teneantur. Alioquin, huiusmodi concessio nullius sit penitus roboris uel momenti.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis et uoluntatis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Florentie, vij kalendas aprilis, pontificatus nostri anno secundo (1).

---

(1) Solicitada a presente graça por el-rei D. João I, em Súplica de 9 de Março de 1419 (DOC. 152) e então concedida por 5 anos, foi estendida, a pedido do mesmo, de 26, (DOC. 153) a 7 anos, na presente bula. A petição do monarca e no mesmo ano de 1419, pelas bulas *Cum omnia virtutum* e *Quia dilatacionem*, foi aquele período alargado respectivamente a mais 10 e a mais 8 anos, o que constitui, com a presente bula, um período global de 25 anos. (Cfr. os DOCS. 170 *e* 174). Trata-se, como se observa nas Súplicas deste diploma, de engrossar a população cristã de Ceuta para melhor defesa da povoação contra os infiéis, atendendo ainda a que, pela sua distância em relação a Portugal, não podia el-rei socorrer continuamente aquela praça africana. Demais, talvez se pressentisse já o assédio mourisco ocorrido em 13 de Agosto seguinte (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 62), pressentimento porventura confirmado pela letras *Decens esse videtur*, de Martinho V, de 4 de Abril seguinte, o DOC. 155.

155

4 ABRIL 1419

Letras Decens esse videtur, *do papa Martinho V, a conceder que el-rei D. João I, seus filhos e demais fiéis cristãos que desejem participar na defesa da cidade de Ceuta contra os sarracenos possam comprar, nos reinos das Espanhas e noutras partes da cristandade, armas, cavalos, víveres e demais coisas necessárias à defesa e aprovisionamento da dita cidade e transportá-las para lá livremente, por terra e por mar.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 352, fl. 246 v., — texto que se reproduz.

Publicada parcialmente em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1419, n.° 8, donde a tomaram: JORDÃO, *Bullarium Patronatus*, vol. 1, p. 11, e SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 95. Todos estes autores omitiram o preâmbulo; pelo que erradamente lhe deram o título de *Cum charissimus*.

Sumariada em ABRANCHES, *Suma*, n.° 2030, e por DE WITTE, *Les bulles*, p. 694.

Martinus, etc.

Uniuersis et singulis ad quos presentes littere nostre peruenerint, salutem, etc.

Decens esse videtur et a racione ipsa certissime flagitari ut qui aduersus christiani nominis inimicos et hostes religionis, tanquam fidei pugiles et jnuicti athlete, iugiter depugnant, eis debeat a cunctis christifidelibus auxilium et fauor, pro cuiusque viribus, obsequiose impendi.

Cum itaque carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris, celsitudine (1) animi et maturitate consilij fretus, ob feruorem fidei, transmisso nuper propria classe mari exercituque in partibus Affrice exposito, terras quas sarraceni inibi occuparunt magna-[ni]miter et potenter inuaserit atque in hijs locis Ceptam, vrbem magnam atque notabilem, ceperit captamque tenuerit atque teneat in Christi nomine custoditam, ac persepe, ut accepimus, magni impetus sarracenorum pro illa recuperanda fiant, ad quos repellendos et custodiendam vrbem prefatam idem rex armis, viris, equis, victualibus et alijs rebus

(1) No ms. *celcitudine*.

necessarijs plurimum indigere videtur; nos, cupientes ab intimis ut prefato regi, utpote commendabiliter et gloriose in hoc operanti, per christifideles oportune subueniatur, vniuersitatem vestram requirimus, hortamur atque eciam rogamus quatenus, pro fauore fidei et christianitatis augmento, in hoc tam pio et glorioso opere, pro Dei reuerencia et debito religionis, ad quam deffendendam vnusquisque vestrum astringitur, prestare velitis auxilium et fauorem.

Nos enim, quo liberius idem rex ad custodiam et deffensionem (2) predictas incumbere valeat, tam eidem regi et filijs suis quam eciam ceteris omnibus christifidelibus, qui ad prosequtionem huiusmodi negocij ire voluerint, quod tam in regnis Hispaniarum quam in alijs partibus et dominijs christianorum arma, equos, victualia ac ceteras res ad ipsos ac exercitum eorum necnon deffensionem (3) et substentationem dicte vrbis necessarias et quomodolibet vtiles emere ac secum de regno ad regnum, de patria ad patriam, tam per mare quam per terram, ad dictam vrbem et exercitum portare et ducere libere possint et valeant, auctoritate apostolica concedimus per presentes, hortantes nichilominus vniuersos et singulos reges, principes, duces ac ceteros dominos temporales, communitatesque quoque et vniuersitates ciuitatum et opidorum, quatenus, pro Dei amore et sedis apostolice reuerencia, huiusmodi concessionem nostram obseruari faciant et obedienter a singulis custodiri (4).

Datum Florencie, ij nonas aprilis, pontificatus nostri anno secundo.

---

(2) No ms. *deffentionem*.

(3) No ms. *deffentionem*.

(4) Observa oportunamente DE WITTE achar-se interdito entre Portugal e Castela, pelo Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, o comércio de armas e cavalos, ou, textualmente, «traer e leuar e sacar qualesquier mercaderias» menos «oro, plata, monedado o non monedado, monedas, armas, cauallos, potros, yeguas, moros» (Cfr. o DOC. 5, art. 8, p. 19). E pergunta o referido autor: — «Faut-il interpréter cette bulle (ou talvez simples «lettre de recommandation et une autorisation pontificales», como também ele lhe chama) comme une intervention de l'autorité apostolique dans un accord international en vue du bien supérieur de la chrétienté? Il semble, — comenta DE WITTE — dans ce cas, que la mesure resta lettre morte, car dans la lettre de ratification du traité de 1411 (Avila, 30 avril 1423), le roi Juan II de Castille prescrit que les Portugais traversant le territoire castillan pour se rendre à Ceuta ne pourront emporter avec eux les choses interdites par le dit traité» *(Les bulles,* t. 48, p. 649, nota 1). O que textualmente se afirma na citada ratificação de 1423, é que os moradores e defensores de Ceuta «puedan pasar del rregño de Portogal pera la dicha çibdat de Çebta por nuestros rregnos omnes o todas las otras cosas que pasar quisieren, segund que pasar podrian del dicho rregno de Portogal pera Aragon o pera otras partes, non leuando njn ssacando de nuestros rregnos cosa alguna de las defendidas en el dicho trapto» (ANTT., *Gaveta* 18, maço 11, n.º 4, original).

Portanto, o que a citada ratificação proibiu foi extrairem os portugueses de Castela as coisas inibidas pelo Tratado de 1411, mas não passarem com armas e demais

156

5 MAIO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe dispensa para seu filho o infante D. Henrique poder contrair matrimónio com qualquer pessoa e em qualquer grau não proibido por direito divino, para permanecer no matrimónio depois de contraído e ainda a rogar-lhe declare legítima a prole dele oriunda. Concedida a dispensa além do 2.º grau.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 125, fl. 81.

Beatissime pater.

Supplicat sanctitati vestre deuotissimus eiusdem sanctitatis filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex, quatinus cum deuoto eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filio Henrico, dicti regis terciogenito, ut cum quacunque persona, in quocunque gradu, diuina tamen lege non prohibito ei coniuncta, contrahere matrimonium et in eo, postquam contractum fuerit, perpetuo remanere libere et licite valeat misericorditer dispensare, prolem exinde suscipiendam legitimam nunciantes, constitutionibus apostolicis et aliis contrariis non obstantibus quibuscunque.

Fiat vltra secundum gradum. O.

Datum Florencie, tercio nonas maii, anno secundo (1).

---

coisas proibidas pelo território castelhano para Ceuta. É o que se deduz aliás de RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 22. Como quer que fosse, se havia dificuldade em os portugueses adquirirem em Castela armas e cavalos para a defesa de Ceuta em 1419, a teor do aduzido Tratado de 1411, o presente diploma pontifício permitiu-lhes obterem, nos restantes reinos das Espanhas e noutras partes e domínios dos cristãos e transportar para Ceuta, de reino em reino, de pátria em pátria, por terra e por mar, armas, cavalos, víveres e demais coisas necessárias à defesa e sustentação daquela praça, sem criar, por isso, ao que parece, qualquer problema diplomático.

(1) A bula respectiva é de 26 de Outubro seguinte, — o nosso DOC. 172.

157

13 JUNHO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que todos os arcebispos, bispos, demais prelados e pessoas eclesiásticas, seculares e regulares, do reino contribuam anualmente, durante 3 anos, com 9.000 florins de câmara, para as despesas da guarda, defesa e manutenção da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos sarracenos e entregue à religião cristã, a qual foi chave dos ditos infiéis e de suas terras, é grande, requer muita gente e constantes e graves despesas, que não pode o monarca suportar sem o auxílio e subsídio da Sé Apostólica. Concedido como pede (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 127, fl. 13 v. Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 428.

Beatissime pater.

Cum quot et quantis periculis et expensis fidelissimus et deuotissimus sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filius Johannes, Portugalie et Algarbii rex, ciuitatem de Cepta a sarracenis et infidelibus eripuerit et christiane religioni mancipauit, fama communis sufficienter diuulgat et satis notorium est. Sed quia, pater sancte, ipsa ciuitas, que clauis ipsorum sarracenorum et terrarum eorundem fuit (2), magna est et pre ceteris, pro

---

(1) Sobre anteriores subsídios eclesiásticos para defesa e manutenção de Ceuta pode ver-se os nossos DOCS. 116 e 148 e as anotações respectivas.

(2) Que nos conste, esta precisa ideia de Ceuta «chave dos sarracenos e de suas terras» deve-se, em primeira mão, ao universitário e embaixador português Dr. Gil Martins, no final do discurso que pronunciou em 1416 no concílio de Constança, ali generalizada a toda a África: — «...Christus hodie in ea colitur et adoratur, quod universali ecclesie totique populo christiano ad ingens gaudium et leticiam merito cedere debet, quoniam per eandem ciuitatem mari terraque potentem, *que portus et clavis est tocius Africe*, Omnipotens suis christicolis aperuit viam, ut per eam, ad animarum suarum salutem gradientes, contra eosdem sarracenos bene valeant operari» (HEINRICH FINKE, *Acta Concilii Constanciensis*, t. II, p. 301, texto já reproduzido parcialmente por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 690, e totalmente por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 423, nota 9). Aquele autor belga denomina o passo transcrito «un écho fidèle de la pensée et des espoirs de Jean I^er^»; e comenta ainda: — «Par la prise de Ceuta, le Portugal a ouvert la voie; que les chrétiens le suivent dans sa lutte contre les infidèles. Cette invitation discrète ne devait, d'ailleurs, nullement

eius custodia ac manutencione et defensione, multarum gencium requiritur multitudo; pro quarum gencium necessariis incessanter multiplices et graues requiruntur expense, quas idem rex de cetero difficiliter, ymmo minime facere et continuare potest, nisi sibi de aliquo subsidio et suffragio per sedem apostolicam subueniatur;

Quare dignetur sanctitas vestra eidem regi, in subsidium et pro aliquali supportacione et exoneracione expensarum huiusmodi, nouem milia florenorum de camera, singulis annis, vsque ad triennium, persoluenda, concedenda a quibuscunque archiepiscopis, episcopis et aliis prelatis et personis ecclesiasticis suorum regnorum Portugalie et Algarbii, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, quorumcunque ordinum fuerint, petenda et exigenda concedere graciose, non obstantibus priuilegiis, exemptionibus, constitutionibus et ordinacionibus apostolicis et aliis contrariis quibuscunque et cum aliis non obstantibus et executionibus et clausulis oportunis.

Fiat vt petitur. O.

Datum Florencie, idibus junii, anno secundo.

158

14 JUNHO 1419

El-rei D. João I manda a Castela João Gomes da Silva, Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beleágua, a requerer novamente ao monarca do país vizinho a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, porém sem resultado.

Crónica de Don Juan II, ano 13, 1419, caps. 8 e 9, p. 379.

Pode ver-se também: FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 195; LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 97; SOARES DA SILVA, *Memorias de el-rey D. João I*, t. 2, cap. 189; *Quadro elementar*, t. 1, p. 297, onde se citam estes autores.

---

détonner dans l'assemblée de Constance où le thème de la croisade s'était déjà fait entendre» *(Lug. cit.)*, nomeadamente pelo discurso de Sigismundo, rei dos romanos, de 13 de Julho de 1415, como observa o mesmo autor, que sublinha haver D. João I, no conselho tido em Ceuta em 1415, abordado a mesma ideia de Ceuta «portal aberto» para alastramento da conquista norte-africana (Cfr. ZURARA, *Crónica de... Ceuta*, cap. 97). Outro aspecto estratégico de Ceuta nos é dado pela carta joanina de 20 de Outubro de 1415 (o nosso DOC. 108), o de isolar os granadinos do auxílio marroquino.

De como vinieron embaxadores del Rey Don Juan de Portugal al Rey Don Juan, por haber respuesta de la embaxada que ya dos veces era venida demandando perpetua paz.

Estando el Rey en Segovia, en catorce dias de Junio del dicho año, vinieron á él embaxadores del Rey Don Juan de Portugal, los quales en su presencia é de los Infantes sus primos, é de los otros Grandes Señores que ende estaban, dixeron al Rey que bien sabia Su Merced como otra vez eran venidos embaxadores del Rey de Portugal, su señor, á le demandar perpetua paz, é que entonce les habia seydo respondido que por Su Señoría no ser de edad, no se les podia responder cosa alguna; é que pues á Dios gracias él era venido en edad en que la governacion de sus Reynos le era dada, que le pluguiese responder lo que en este caso le placia hacer, porque le parecia que la paz entre los Christianos era á Dios muy placiente, é que á todos era bien de la buscar. É para esto un Doctor que proponia esta embaxada dió muy grandes razones, así de la Sacra Escriptura como de Sanctos Doctores, para fundar que la paz se debia dar á aquellos que la demandaban, mayormente seyendo Christianos. Á los quales el Rey respondió que veria en ello con los de su Consejo, é les mandaria responder.

De la respuesta quel Rey Don Juan dió á los embaxadores del Rey de Portugal.

El Rey mandó llamar á todos los de su Consejo, é vista la embaxada de los Portugueses, fué gran diversidad de opiniones, é por eso el Rey determinó de responder á los embaxadores en la forma siguiente; el qual los embió llamar é les dixo quél habia visto en la embaxada que ellos traian, é tenia determinado de embiar sus embaxadores en Portugal, é con ellos embiaria sua respuesta; é con esto los embaxadores de Portugal se partieron.

159

13-18 AGOSTO 1419 (1)

Primeiro cerco da cidade de Ceuta por granadinos e marroquinos, durante cinco dias, neutralizado pelas forças portuguesas locais.

---

(1) O dia e mês são indicados pelo autor no presente capítulo; o ano no liv. 2, cap. 5.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 62, segundo o ms. 439 da BGUC. (Cód. A), com anotação das variantes do ms. B. 99 da BSGL. (Cód. B), neste como nos subsequentes capítulos. Apenas se reproduz este capítulo; mas, rigorosamente, o desenvolvimento dos acontecimentos estende-se até o cap. 70.

Tres annos, ou poucos dias menos, durou a çidade e os fromteyros della obramdo estas cousas que atequy temos comtadas (2). No qual tempo, posto que os mouros nom viesem rreallmemte çercar a çidade, nom creais que fose por mymgoa de vomtade nem semtydo que perdesem de sua perda e desomrra; mas, seguyose que sempre depois amtre elles ouue (3) muy gramdes guerras. Caa Mulley Bucayde comtemdeo com Mulley Aaço, seu jrmão, sobre o rreall senhorio do rregno de Fez, e asy Mulley Bualley, rrey de Marrocos, com outro gramde marim que se chamaua Fare; de guysa que sempre teueram que fazer amtre sy tamto, per que nom poderam vyr sobre a çidade (4).

Mas elrrey de Grada que, aallem da desomrra que rreçebia daquella perda, emquanto hera mouro, sentia muyto o dapno que rreçebia, porque a sua primçipall gouernamça toda hera daquelle rregno de Bellamarym; e, como jaa ouuistes, cada dia lhe tomauão os nauios e gemtes. E porem mamdaua ameude seus embaixadores aaquelles rreys, rrequeremdoos que acabasem ou apaçificasem suas comtendas pera se ajuntarem todos e vyrem sobre o çerco da çidade. E tamto que ellrrey Bualle teue morto seu jrmão, aquelle rrey de Grada fez comvir os outros e tratou com elles que lhe desem o senhorio da çidade de Çepta, o quall fycase pera sempre aa coroa dos rreys que viesem a Grada e que elle vyria com toda a sua gemte e frota sobre a nosa gemte; porque manyfesto hera que sem frota elles nom podiam fazer cousa de que tyrasem vitoria, amte manifesto dapno.

E tamto tratou ellrrey em esto, ate que se ouuerão dajumtar. E seguyose que, hũ domingo, que heram treze dias do mes dagosto, a horas de prima, as atallayas fezeram synall que aviam vista de gemte e rrepicaram logo. Ao quall rrepique o comde cauallgou; e, como foy fora, mamdou a tres de cauallo que fosem saber parte das atallayas que hera o que avia (5), pois estauam quedas e nom se aballauam. Dizee ao comde,

---

(2) O cronista corrige esta afirmação no retrocitado capítulo: «correrom quatro annos antre a tomada e o cerco», ou seja entre 21 de Agosto de 1415 e 13 de Agosto de 1419. Sobre esta discrepância de datas veja-se a nota 4 ao DOC. 175.

(3) Em B: *ouue antre elles*.

(4) O autor alude às rivalidades locais dos merinidas, as quais lhes vieram a prejudicar qualquer eficiente reacção, como também sublinha CH.-ANDRÉ JULIEN, *Histoire de l'Afrique du Nord*, p. 195.

(5) Em B: *viom*.

Copyrighted material

diseram elles, que vimos gemte comtra Bulhões, como quer que nos pareçee pouca.

O comde tynha (6) jaa rrecado, como temos dito, que os mouros aviam de vir. E não avia muitos dias que hũ Gomçallo Esteuez Tauares, que estaua em Taryfa, lho viera a dezer (7). E mamdou logo dar aviso aas portas que não deyxasem sahir nenhũa gemte de pee. E partio dally com aquelles de cauallo que ally heram e foy pera çima, comtra a atallaya; e vio ate duzemtos homens que vinham comtra aquella parte, que ho da atallaya disera e presumio que seriam allmogauares, porque sohyam ally de amdar. E jaa elle, na outra somana pasada, mamdara Joham Rodriguez Gudinho com cemto XXX homens, que fose ver se os poderia acuytellar. E, porque ouueram delle vista, nom veo a fim o que começaram. E, portamto, pemsaua ho comde que os outros foram per aquelles e que vinham buscar os nossos.

Mas esta duujda nom esteue muyto por determinar; caa, em se queremdo o comde partyr, vio uir, per çima do castello de Metene, gemte de cauallo e de pee, pello quall se deteue hũ pouco. Ally (8) conheçeo que aquella hera a gemte que vinha pera o çerco, caa viu como vinham todallas estradas cheas de todallas partes direitamente ca[m]inho da çidade, omde se deyxou estar ally ate que gramde parte da gemte hera jaa sobre as quimtãs. E porem fez logo deter (9) as atallayas e veose comtra a porta de Fez, domde (10) esteue, sobre hũ outeyro, vemdo como vinham, ate que os mouros de cauallo chegarão omde estaua Martym de Crasto com outros dous de cauallo por atallaya, aos quais o comde mamdou que se vyesem logo.

E, tamto que foram jumtos, que seriam ate dez, emderemçarão comtra os mouros, os quais, peroo tamtos fosem, nom ousarão esperar. E como o comde vio que trespunhão, volueose pera a cydade e aymda esteue hũ pedaço que não emtrou demtro, olhamdo como vinham seus ymigos. E, porque vio que allgũs que vinham (11) com elle começaram de murmurar, pella mulltydom de gemte que vinha, o comde, com sua comtenemça muy segura e allegre, rimdo, dise comtra eles: como esta cuytada gemte nom sabe a ma prostimeira que tem (12) aparelhada, porque sey, com (13) a graça de Deus, se elles vem com emtemçom de nos combater, que nos

(6) Em B: *auia.*
(7) Em B: *viera dizer.*
(8) Em B: *E ally.*
(9) Em B: *deçer.*
(10) Em B: *omde.*
(11) Em B: *algũus dos que erom.*
(12) Em B: *a ma postumaria que aquy tem.*
(13) Em B: *que com.*

mandaremos oge ou quamdo quer que o (14) elles cometerem tamtas allmas ao ymferno, que os primçipes (15) sejam emfadados de os rreçeber.

Ally (16) partio o comde pera a çidade; e, com gramde rrepouso e segura comte[ne]mça, fez ordenar gemte pera o muro e barreira, como tinha acostumado, mamdamdo que todos fezessem trazer de comer aos caramanchões, omde estauam, mandamdo elle, per semelhamte, fazer pera sy. Hy, dise elle comtra Diogo Vaz de Portocarreiro, e armay aquele bragamtym e seguy via do castello de Metene e vede que gemte laa jaz ou se, porvemtura, não he mais que esta que pareçee desta parte.

Diogo Vaz hera homem prestes e de bom coração e, muy (17) em breue, fez o que lhe seu senhor mamdaua. E desy tornou (18) com seu rrecado: o numero da gemte que, senhor (19), laa jaz me pareçee casy emfimdo; e, com tudo esto, veem agora aymda (20) que nom quedam e, tamto que nos vyram, logo foram na praya. Mas do gasalhado que rreçeberam de nosas beestas sey que vam pouco comtemtes. E allem disto, disparamos tres trons. com que os fezemos de todo pomto leyxar a praya.

Ora, dise o comde, venham aquy besteyros e gemte de pee e daram allgũ desemfadamento a estes nosos amigos que, por suas bomdades, nos vem visytar, mamdando que amdasem escaramuçando com elles, como de feito andaram ate a tarde, que J[o]am Lopez dAzeuedo com dez escudeyros hia pera os rrecolher. Mas, tamto amdauam jaa emcarnados na pelleja que, se ho comde nom fora per pesoa, nom leyxaram tam çedo sua escaramuça. E esto hera jaa soll posto; e porem os mouros emcaminharam pera seus alojamemtos. E, mandando o comde saber ho caminho que lleuauam, achou que hiam delles pera o castellejo e outros pera o canaueall.

Ora, dise elle:amigos, comtra os allmogauares vos me atrauesay esta terra de maar a mar, poemdouos em tall guisa que esteys seguros. E desy mandou llogo dobrar todallas vellas e rroldas da çidade e dise a Affomso Marquez que filhase todolos homens que tinha na atallaya e que se fose a Allmina e mais xxiiij° beesteyros que jaa laa (21) tinham a guarda e que tomasem todallas callas. E desy andou ho comde a çidade toda a rrededor e, tamto que foy no castello, mandou que dez escudeyros de sua casa tomasem emcarrego damdar a cauallo a vella da madorra, porque a da menhã jaa ficaua emcarregada a outros.

---

(14) Em B: *quamdo o elles.*
(15) Em B: *primçipes das trevas sejam.*
(16) Em B: *Dally.*
(17) Em B: *coração muy.*
(18) Em B: *dehy se tornou.*
(19) Em B: *numero, senhor, da gemte que.*
(20) Em B: *veem aymda.*
(21) Em B: *que laa.*

Copyrighted material

Os escudeyros fezerão o que lhe seu senhor mamdara. E, quamdo aquella vella pasou, hos mouros quiseram ver o muro. E, hũs a cauallo e outros a pee, vinhamse chegando comtra a çidade. E os allmogauares ouueram delles semtydo e o mesmo os mouros dos nossos (22) e quiseram de bõamente pellejar; mas a nosa gemte nom avia aquelle comselho, amte emcaminharam via da çidade, dando rrumor que vinha gemte, pello quall derão ao syno na torre dAlluaro Memdez.

O comde, que aynda não dormia (23), foy logo posto a cauallo, no quall esteue ate que foy menhã, que os mouros começaram de vir. E veo tambem rrecado da Allmina, daquelles que laa tynham a atallaya, e da outra dAlluaro Affomso que os mouros começauam a poer arrayall e fazer choças e asemtar temdas, desde as quimtas pera o mar, e que lhes pareçia que traziam muitas beestas de carrega e o gado e manadas (24), come que queriam mamter asesego. Tornae, dise o comde, e vede se veres allgũas fustas e vinde llogo (25) com rrecado, trigosamemte.

160

SETEMBRO 1419

Informado o capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, por cartas recebidas de Tarifa, de que el-rei de Granada preparava frota para novamente atacar Ceuta, informa disso D. João I; e o infante D. Henrique segue apressadamente de Viseu para os Paços da Serra de El-Rei, a encontrar-se com seu pai, no intuito de socorrer aquela praça marroquina.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 72.

Ho comde, vemdo quamto lhe compria (1) dellrrey ser avisado de semelhamte feito, spreueo logo trigosamemte, mandando com aquellas cartas (2) dous seus criados, homens de que elle avia boa esperamça

(22) Em B: *e os mouros esso mesmo dos.*
(23) Em B: *dormira.*
(24) Em B: *em manadas.*
(25) Em B: *vindeme llogo.*
(1) Em B: *conde conheçendo quanto compria.*
(2) Recebidas de Tarifa (Cfr. o cap. 71 desta Crónica).

que(3) se, per caso, allgũ adoeçese, que o outro(4) podese seguyr a viagem. E, por que estes mesageiros podesem mais prestesmente ser lleuados, mandou o comde a Diogo Vazquez que armase o bragamtym e que os posese em Taryfa, mamdamdo outrosy a Fernam Gomez que armase hũa zavra, em que posese os mouros que Foçem emviara em Allcaçer. E, porque hera tarde quamdo partyrão, nom poderão aver senam a calla de Çillees e lançarãose hũ açerca do outro.

E, jazemdo asy, veo hũa fusta que pasaua de Grada com ho embaixador pera Fez e nom se poderam tam asynha preçeber, que hos mouros primeiro nom salltaram em terra. Tomaram porem a fusta, na quall acharam muitas allcauallas e figos (5) e amendoas. E, per tres selas e freos (6) e esporas que acharão, soube o comde que hera ally allgũ embaixador; a quall cousa se çerteficou pellas cartas que acharam depois caa, pero muitas lamçasem ao mar, aymda ficarão allgũas per que ho comde soube a çertydão da embaixada. Empero, quisese aynda melhor çerteficar e mamdou a Diogo Vazquez que armase outra vez e que se pasase da parte de Grada, a filhar allgũ sallto omde podese tomar allgũa lymgoa.

Diogo Vazquez hera homem que sabia muy bem (7) aquella terra e foyse lamçar amtre Estapona e Gibralltar, omde filhou çimco mouros allmocreues, que leuauam farinha e espeçiarya. E tomaram aymda, em aquella noite, duas zavras que os mouros poseram em terra, quamdo ouuiram ho rrugido da agua que ho bragamtym fazia com hos rremos. De hũ destes mouros soube o comde muy (8) perfeitamemte como se ellrrey de Grada aparelhaua pera pasar em Çepta (9) e que aquelle mesageiro, que avia nome Adux Raphamem Abem Quevira (10), leuaua o trato todo acertado, e como Çalla bem Çalla se fazia vasallo dellrrey de Grada e (11) lhe queria fazer aquelle tributo que fazia a ellrey de Fez. E o comde, comsyramdo como este feyto se aparelhaua pera ser de verdade, pois per tamtas testemunhas hera prouado e que, allem daquestes, lho spreueram homens que ellrey tinha pera esto em Sevilha e em Taryfa, avisados pera taes cousas, emvio[u] logo outros mesageyros a ellrrey.

E, como Deus queria bem emcaminhar estas cousas e não mymgoar daquelle samto sacrefiçio que se fazia naquella çidade de Çepta, em

---

(3) Em B: *esperança porque.*
(4) Em B: *que outro.*
(5) Em B: *allcauallas, figos.*
(6) Em B: *selas, freos.*
(7) Em B: *sabia bem.*
(8) No Cód. A: *muy.*
(9) Em B: *a Çepta.*
(10) Em B: *Adurrafamem Abenquira.*
(11) Em B: *e que lhe.*

Copyrighted material

rrenembramça da sua morte e paixão, e açertarase (12) que pouco tempo avia que vieram nouas a ellrrey dom Johão como os castellãos queriam emtrar pello rregno, por cuja rrezão elle mamdara ho ymfamte dom Pedro por fromteyro a Villa Reall e o ymffamte dom Emrrique a Viseu e o comde de Barçellos a Bragança (13). E, porque se não seguyra mais, nem de Castella nom vieram mais nouas, seguyose dellrrey adoeçer, as quais nouas em breue foram llevadas aos ymfamtes e comde (14). E foy cousa maravilhosa que ho ymffamte dom Hemrrique veo de Viseu aos Paços da Serra (15) em hũ dia e em hũa noyte (16), que sam coremta legoas.

161

SETEMBRO 1419

El-rei D. João I manda para Lisboa os infantes D. Duarte e D. Henrique, a fim de prepararem a frota de socorro a Ceuta, depois reduzida, por os mouros haverem retirado o cerco.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 73.

Pouco espaço esteueram os ymfamtes com seu padre naquelles Paços da Serra, omde o acharam doemte, quamdo achegaram as cartas dos primeyros mouros que heram em Çepta, as quais lhe emviaram de Taryfa, porque aymda o comde não teuera vagar de ho spreuer. E, porque jaa dias avia que ellrrey sabia que os mouros aviam de vir, pellos rrecados que lhe o comde emviara, como jaa ouuistes, mandou logo ao ymfamte Eduarte que se fose a Lixbõa e que fezese aviar a frota, de guysa que esteuese prestes que, se o comde spreuese ou elle soubese que os mouros aturavão seu çerco, que llogo partysem pera o socorro.

Senhor, dise o ymfamte dom Enrrique, eu vos peço por merçee que me deys liçemça pera vos serujr neste feito. Meu filho, rrespomdeo

---

(12) Em B: *paixão, acertarase.*

(13) Cfr. com o nosso DOC. 158 e com a carta do infante D. Pedro de oferecimento do *Trautado da Virtuosa Benfeitoria* a seu irmão D. Duarte.

(14) Em B: *e ao conde.*

(15) Serra de El-Rei, freguesia do concelho de Peniche.

(16) Em B: *e hũa noyte.*

ellrrey, vos estay asy ate que vejamos se sereis laa compridouro. Hy vos, porem, com voso jrmão e ajudayo a aviar esa frota o melhor que poderdes e emtretamto allgũ outro rrecado vyra, que nos avise do que nos (1) comvenha fazer. Os ymfamtes partyram llogo aquelle serão e amdarão toda a noyte, de guysa que, pouco mais de sol saydo, chegaram a Lixboa, que sam xiij legoas, omde, com muy gramde trigamça, começaram daviar sua frota.

E em esto chegaram as primeyras cartas do comde dom Pedro como estaua çercado, que lhe fose socorro, as quais foram feitas logo no segumdo dia que hos mouros achegaram. O ymffamte dom Henrrique partyo logo caminho da Serra, pedir a seu padre liçemça; a qual lhe com bõa vomtade foy outorgada. Mas, se nos maravilhamos do amdar que fez de Viseu, muyto mais o deuemos de fazer deste caminho (2); caa, em pouquo mais de quymze oras, amdou xxbj legoas, comtamdo aquy a detemça que fez em fallar a seu padre e dar lugar aos seus que comesem allgũa cousa.

Amtre aquelles que ellrrey ordenou que fosem com ho ymffamte seu filho, fforam (3) o comde de Barçellos com outros senhores e fydallgos. E semdo o ymfamte dom Emrrique tornado a Lixboa, com emtemçam de se logo partyr, chegaram as cartas (4) do comde, nas quais rrecomtaua como os mouros que ho tinham çercado (5) heram jaa partidos e desy de todo o que soubera de sua tornada, como temos sprito.

Ora, jrmão, dise o ymfamte Duarte, pareçeme que he bem que, pois as cousas asy estam, que mamdemos emtretamto allgũa gemte e que esperemos per outro rrecado, ordenamdo logo que dom Joham de Noronha fose capitão de seysçemtos homens que logo mandaram que fosem, amtre os quais heram estes capitães, a saber: dom Fernamdo, que depois foy comde de Villa Reall e capitão daquella çidade, Pero Vazques e Joham Vazquez dAllmada, filhos de Joham Vazquez, que naquelle amçejo fezera sua fim, vimdo de Ymglaterra, e Joham Pereira, que se chamaua Damão (6), Ruy Borges de Sousa (7), Luys Gomçalluez, que ao diamte foy rrico homem e veador da fazemda em Lixbõa, e Vasco Martyz dAlbergaria e Joham dAllmeida, com outros muitos boons escudeiros e gemte estremada.

Variantes do Cód. B:

(1) *que vos auise do que vos.*
(2) *deuemos ser daqueste caminho.*
(3) *foy hũu.*
(4) *chegaram outras cartas.*
(5) *ho teueram çercado.*
(6) *e.*
(7) *e.*

Os quaes ouueram tam bõa viagem que, em tres dias, foram na çidade de Çeepta, sãos e allegres. E, aallem destes seysçemtos que ho ymffamte Eduarte ordenou que partysem de Lixboa, partyram (8) aymda do Porto Fernam de Saa, allcayde mor daquella çidade, e Diogo Soarez de Payua, que amtes estauam prestes pera partyr per degredo. E do rreyno do Allgarue partyrão miçer Carllos, filho do allmyramte, [e] Affomso Vazquez da Costa, os quais se foram logo, ouuimdo (9) o primeiro rrecado, com quamta gemte poderam aver (10).

E çertamente que, depois que aquella çidade foy tomada aos mouros, os daquele rreyno trabalharam em ello muito; caa, como estauam mais açerca, asy aviam as nouas primeiro, porque muitas vezes os nauios, chegamdo aaquela costa, lhes he neçesaryo outro vemto pera dobrar o Cabo de Sam Viçemte e seguyr viagem pera Lixboa, e asy de Lixboa pera Çepta. Os moradores daquelle rreyno pella mayor parte sam homens audaçes e fortes, espiçiallmemte sobre maar.

Quamdo asy estes senhores chegaram a Çepta, não foram muy comtemtes, porque hij não acharam os mouros; caa, tamanha vomtade aviam de se combater com elles, que rreçeauam que ho medo do primeiro çerco os faria cobrar themor por que não vyesem ao segumdo. Porem, o comde lhe comtou hos rrecados que avia, pellos quais se elle rregera pera spreuer a ellrrey.

Dom Johão e seu jrmão e (11) asy os outros fidallgos esteueram asy bem hũ mes que nunca ouuerão rrecado de mouros. Enojaramse (12) muito por ello; pello quall a gemte miuda amdaua rrazoamdo mall do comde, dezemdo que ficara tam espamtado dos primeiros mouros, que femgira asy aquelles rrecados, por lhe a gemte ser emviada e ter com elles ousyo. E breuememte dyseram a mayor parte delles a dom Joam que se queriam partir; o qual, vemdo suas vomtades e desy como hi nom avia rrecado de mouros, dise que lhe pareçia que pediam rrezom e porem que se aparelhasem com suas fazemdas e se (13) metesem nos navios pera quando Deus dese tempo de viagem, que emtemdia (14) que os mouros não vyriam pello ymverno, que hera tam açerca, no quall todalas gemtes, pella mayor parte, desejam asesego. E não soomemte as criaturas rrazoaues desejam asesego em aquelles dias, mas as brutas allymarias o desejam e buscam.

Variantes do Cód. B:

(8) *partysem, partyram.*
(9) *ouuido.*
(10) *auer poderam.*
(11) *Joham, seu jrmãao, e.*
(12) *E anojauãose.*
(13) *e que se.*
(14) *ca entendia.*

Como (15) a gemte da plebe sempre he desejosa de sua natureza, muy alegremente trabalharam (16) de se rrecolher; pero, quis Deus ordenar melhor (17) sua viagem do que a elles desejavão. E foy que, depois que foram nos navios, ho vemto, que hera leuamte quamdo elles começauam de embarcar (18), que he pera fazer direita viagem pera Portugall, volueo logo ao comtrario, que he ao ponemte, e asy lhe foy neceessaryo esperar ate que o vemto tornase ao lugar que lhe podese aproueitar; caa, posto que em outros portos os navios posam navegar com dous ou tres vemtos ou mais, aaquele estreyto soomemte dous vemtos sam neçesarios, [a saber], lleuamte e ponemte.

Estamdo (19) asy os navios com as vellas alltas, esperamdo que lhe voluese o vemto, como jaa disemos, hũ domimgo a noyte, pareçeeo sobre o mais allto momte da Ximeira hum gramde fogo, o qual durou por espaço de quatro oras (20); a quall cousa vista pello comde e pellos outros senhores, [asentarom] que tall synall não hera senam avysamento pera os mouros de Grada. E porem teueram logo comselho, esa mesma noyte, de se preçeber. Mas, quem poderia meter em cabeça a gemte que hera nos navios que se tornasem outra vez em terra ?

Agora cremos nos, deziam elles, o trabalho em que ellrey he com este homem; o quall, como vee hum pouco de fogo que allgũs pastores fazem pera se quemtar ou pera fazerem de comer, logo mete em alluoroço todo ho rregno de Portugall. Tam amedromtados ficaram daquelles mouros, que as sombras das arvores lhe fazem espanto. Sobre tall deziam elles: vyese agora tempo de viagem, caa nos os leixariamos ficar (21) com seu medo.

O comde, como foy menhã, mandou poer as atallayas pera ho avisarem da frota quando sayse do porto de Giblaltar; caa elle bem conheçia que semelhamte synall nom podia synificar senão gramde ajumtamemto, quamto mais pello que jaa damtes sabia. E porem nom quedaua de basteçer (22) seu muro e basteçello de pedras e de traues e de todo outro fornymento que lhe pareçia que hera neçesaryo.

E, semdo pouco mais de oras de terça, começaram as fustas de sahir, primeiro da baya (23) de Gibralltar e desy as galles e outra frota miuda,

---

Variantes do Cód. B:

(15) *E como.*
(16) *se trabalharam.*
(17) *melhor ordenar.*
(18) *a embarcar.*
(19) *E estando.*
(20) *o qual per spaço de quatro oras durou.*
(21) *leixariamos muy asinha ficar.*
(22) *correger.*
(23) *sair da baya.*

a quall em muy breue foy ajuntada sobre o porto da nosa çidade; e heram per todas Lxiiij° vellas. E as galles foram vogamdo, des a porta dAllmina per davamte (24) a çidade, e seguyram pera Bulhões. E em aquellas gallees hera toda a nobreza e primçipall força dos mouros; porque toda sua esperamça se acabaua no filhar de terra da Allmina, caa per ally tynham que hera gramde parte do seu feito acabado.

E como aquella gemte toda hera (25) do rreyno de Grada, que são homens husados em guerra, polas comtemdas que comunallmemte ham com o rregno de Castella, ouueram ally muy gramdes debates, asy de (26) como se azaria a primeira sayda. E hera ally por capitão hum vallemte e ardydo mouro e muy avisado nos autos da caualaria, peroo que mamçeebo fose, que se chamaua Moley Çaide; o quall dise que elles fosem hũa vez de rrosto a Allmina e que fezesem mostramça de querer filhar terra per força e que hos christãos acudiriam ally, nom se avisamdo das outras partes e que, emtamto, se sayria elle com allgũs nauios pequenos e hyria filhar terra da outra parte de Barbaçote (27).

162

SETEMBRO 1419

Entretanto, em Ceuta, D. Pedro de Meneses vai conduzindo as operações, dirigindo-se as galés de Bulhões para Almina, onde os portugueses desembarcam e combatem os sarracenos.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 74.

Ho comde, tamto que vio a frota dos mouros, começou de rrepartir suas guardas. Senhor, dise elle comtra dom Joham, quero saber de uos omde uos prazera (1) ter carrego de estar, pera eu perder o cuydado desa

---

Variantes do Cód. B:

(24) *ponta dAllmina dauante a çidade.*
(25) *hera toda.*
(26) *debates antresy de como.*
(27) *Barbate.*
(1) *pareçera.*

parte omde vos esteuerdes; caa, pero este cuydado primçipall seja meu, vista vosa gramdeza nom vos ey em este caso de ter senão por parceiro.

Dom Joham, como hera homem de gramde samgue, caa hera neto de dous rreys, a saber, dellrrey dom Joham de Castella o primeiro e dellrrey dom Fernamdo de Portugall, asy (2) hera homem de gramde mesura. E rrespomdeo ao comde que estaua ally pera obedeçer e nom pera mandar; porem, que filharia aque[lle] lugar em que semtyse que faria mais seruiço a Deus e a ellrrey seu senhor e homrra sua.

O voso lugar, rrespomdeo ho comde, me pareçee que deue ser a Allmina, porque a mor parte da pelleja, por agora, me pareçee que a de ser (3) em aquelle çerco; caa, çerto he que os mouros desta parte do sertão não ham de fazer nada emquamto vyrem as galles acompanhadas de gemte. E porem me pareçee que sera bem que vos vos vades pera laa com esa gemte que trouuestes e guardes todo ese çerco.

Dom Joham chamou sua gemte e foy tomar sua guarda. Com ho quall heram: Pero Vazquez dAllmada e seu jrmãao, Luis Vazquez da Cunha e Afomso Pereira, Joham Pereira Agustinho (4), Luis Gomçalluez Mallafaya, miçe Carllos, Alluaro Barreto, Martym de Crasto, Pero Lopez dAzeuedo; porque, allem dos que elle trouxera, se chegaram outros pera elle, por ser fidallgo nobre e de gramde gasalhado.

E elles postos na Allmina, os mouros das galles começaram de uogar ao lomgo daquella çidade e mandaram hos navios pequenos que fosem tomar a frota dos christãos, que jazia (5) junto com has coyraças. E, pero que em ello poseram toda sua deligemçia, nunca o poderam acabar; caa os christãos se defemderam muy bem. E ouue hy muitos delles feridos; pero, per graça de Deus, nenhũ falleçeeo; e dos mouros morreram allgũs asy logo de presemte e ao depois (6) muitos mais.

As galles se foram a Allmina com aquelle comselho que ouveram em Bulhões, omde foram rreçebidas como cumpria a quem queria defemder sua terra. E começouse ally hũa aspera (7) pelleja, da quall se Moley Çayde espidio o melhor que pode, leixando os outros naquele trabalho, e foyse arredor do momte, com duas gallees, e filhou terra; de guisa que, quamdo se hos nosos dello avisarão, jaa amdauão de fora obra de mill b^{c} mouros, dos quaes peça delles heram jaa sobre o monte.

Variantes do Cód. B:

(2) *e assy.*
(3) *por agora, ha de ser.*
(4) *Luis Vasquez da Cunha e Afomso Pereira Agustinho,*
(5) *jaziam.*
(6) *e depois.*
(7) *hũa grande e aspera.*

Copyrighted material

Ally se apartou Luis Gomçalluez dAllbergaria e Joham das Agueas e Affomso Pereira e Nuno de Barros, que amtre os outros heram a cauallo, e começaram a pellejar com hos comtrarios, dos quais ally foram mortos quatro, e os outros se começaram a (8) rrecolher pello sopee comtra as galles; mas, quamdo jaa os nosos fezeram a vollta, ja hera gramde soma de comtrarios amtre elles e a çidade. E dom Joham e os outros christãos estauam rrecolhidos jumto com ha porta da çidade; pello quall, aquelles de cauallo que dise (9) heram postos em (10) gramde cuydado, caa lhe nom ficaua por emtão rremedio senam poerse a vemtura da morte.

Porem detreminaram de se ajumtarem todos; e, com has lamças nos (11) rrestes e os cauallos corremdo, pasasem per meo dos ymigos, caa hos mouros todos heram de pee. E bem he verdade que seu comselho hera por emtão o derradeiro que elles tynham e, firmandose bem sobre seus estribos, emdereçaram seus cauallos comtra os ymigos, derribando cada hũ seu mouro. E porem (12) foy ally morto Joham das Agueas e Afomso Pereira ferido e a Nuno de Barros mataram o cauallo. E vemdo dom Joham como aquelles vinham trabalhados, volueose com hos mouros, onde mataram logo sete e dos nosos morreo hũ.

E, asy de hũa parte como da outra, foram muytos feridos, espiçiallmemte dom Joham, que rreçebeo hũa ferida, de que ao diamte morreo em Allmodouuar. A força dos mouros hera gramde e os nosos nom ha poderam sofreer. E foylhe neçesario rrecolherse a çidade, caa os mouros creçiam cada uez mais; ca, como tynham a sayda despachada, em muy breue foram em terra mais de (13) çimco mill.

163

SETEMBRO 1419

Como os marroquinos, ao verem os granadinos de posse de Almina, se associam à luta, que foi renhida, e a mortandade grande.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 75.

Variantes do Cód. B:

(8) *de.*
(9) *disemos.*
(10) *em muy.*
(11) *nas restres*
(12) *Porem.*
(13) *em terra pasante de.*

Xeber e Mafamede Augelym heram dos mayores capitãis que os mouros do sertão ally traziam. E, tamto que viram os outros mouros de Grada de pose da Allmina, começaram despertar os outros ao combate, o qual foy, em aquelle dia, muy gramde e muy perseuerado. E, como quer que o primçipall dano fose dos jmigos, todavia os nossos foram muy trabalhados e muitos delles mais do espritu que do corpo; caa, espamtados daquella tamanha mulltydão, perdiam (1) esperamça de sua salluação. Mas ho comde amdaua per todallas partes, avivamdo (2) as gemtes e damdolhes esforço, com sua cara muy allegre, com que todos rreçebiam comforto; porque casy a todos nomeaua per seu nome, pregumtamdo a cada hũ per sy se lhe hera allgũa cousa mister. E, homde via que cunpria gemtes ou armas ou outra cousa neçesaria, llogo lhas fazia trazer.

. . . . . .

Ora sabee que, asy comtra (3) Alljazira como da outra parte da Allmina, foram casy ymfindos mouros mortos e feridos. E os que da nossa parte morreram foram aquelles (4) que nomeamos e mais dous ou tres desa gemte miuda; e esto primçipallmente per causa da herua que traziam aquelles de Grada. Porem todo esto foy neste primeiro dia, pello avysamento que não tinham; pello quall nom curauão (5) de se achegar aos rremedios, como ao diamte fezerão. Dom Joham, de sua parte, como quer que ferido fose, trabalhaua açaz, como nobre e ardido. E por aquelle dia nom achamos cousa de que mais espresa memção deuamos fazer.

. . . . . .

164

SETEMBRO 1419

Prossegue a luta, na qual figuram bons elementos tanto de Granada como de Marrocos, mas com prejuízos e baixas para os sarracenos.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 76.

Variantes do Cód. B:

(1) *perdiam a.*
(2) *animando.*
(3) *contra a.*
(4) *morrerom aquelles.*
(5) *curarom.*

Sentio o comde que a filha[da] da (1) terra que os mouros fezeram na Allmina nom era de tamto dapno pera a çidade como seria se sahisem pellas outras partes da praya. E porem teue sobrello muy bõo avisamemto; caa mamdou que çimquoemta de cauallo e çemto de pee nom teuesem outro cuydado senam guardar todallas partes per homde os mouros podesem tomar allgũa pose da terra, aallem daquella que jaa tynham filhada. Sobre a quall cousa os comtrarios trabalharam com toda sua força, mas nom podiam elles tam rrijamente fazer vogar (2) seus nauios, a[o] (3) lomgo da çidade, ou de hũa parte ou da outra, que jaa nom achasem os nosos amte sy, com has armas nos punhos, emderemçados pera elles.

E, porque viam que lhes nom aproueitaua trabalho que sobre ello fezesem, ca nunca tamtas vezes poderão fazer comtenemça pera filhar terra em nenhũa parte da praya que se nom achasem comtrariados, tornaram sua esperamça em derribar o muro a força de pedras. E porem mamdaram per duas bombardas muy grosas (4), as quaes muy trigosamemte fezeram asemtar; pero, amtes que começasem de fazer obra, conheçeo o comde sua temção e esguardou a parte per homde o queriam cometer. E mamdou logo aparelhar dous emgenhos que tyrasem pera comtra omde as bombardas estauam. Nem prestou aos mouros hũa gramde pauesada que em sua defemsom hordenaram; caa ho mestre dos emgenhos do comde, como homem ensynado naquelle offiçio, esguardou bem o geito per homde as pedras começauam (5) fazer tyro e mamdou que ho avisasem do tempo em que se os mouros aparelhauam pera tyrar.

E, tanto que a atallaya vio como se ajumtauam pera poer ho fogo a bombarda, avisou o mestre do emgenho, o qual emderemçou asy seu artefiçio que, ao tempo que a bombarda estaua pera desfechar, fez carregar o emgenho de mais pedra e foy dar no meio da bombarda. A quall, afora ser quebrada em muytos pedaços, matou o mestre della e tres daquelles sergemtes que lhe ministrauam as cousas, por que fose acompanhado pera aquelle lago ymfernall, pera o que a sua maa vemtura tinha guardado. De que os mouros ouueram geralmente gramde tristeza, asy pella gramde esperamça que naquellas bombardas tinham, como pella perda daquelle mestre, que amtre sy aviam por espiçiall. E a outra bombarda que ficou ou não ousaram ou não souberam, por mingoa do mestre, fazer

---

Variantes do Cód. B:

(1) *a filhada da.*
(2) *rrijamente vogar.*
(3) *ao.*
(4) *muy grandes.*
(5) *de.*

com ella tiro. Tornauão a combater asy da hũa parte como da outra; mas sempre hera com seu dapno.

Os mouros de Grada, que heram da parte dAllmina, com presumção de melhores guerreiros, comtinuavam muito seus combates, como quer que se sempre afastasem com sua perda; caa heram ally nobres fidallgos e outra gemte de bõa nação e criação. Nem da parte dos mouros nom hera de todo gemte villam; caa aquelle sobrinho dellrrey hera dos milhores do rregno. E asy senhoreaua muyta gemte (6) nobre, afora outra da corte que se com elle viera e desy, geralmemte, casy a melhor parte do rreyno (7), como jaa disemos.

E aynda amtre as outras gemtes de sua lley [era tido] (8) por mais audaz; porque, allem de sua fortalleza, a comtynuação das guerras que ham com hos christãos lhes daa gramde ajuda. Pero, depois que a çidade de Çepta foy tomada, mais rrazão teuerão os seus comarcãos no auto das armas que hos moradores do rreyno de Grada; porque comtynuadamemte teueram guerra, sem nenhum amtrepoimemto de paz, o que os de Grada sam pello comtrayro, caa muito mais tempo tem pazes e tregoas que guerra com seus comarcãos.

Esto vimos asy em nosos dias pasar e, dos rreys pasados, segumdo leemos, ou per outras comquistas ou neçesydades do rregno, muitos annos despois que daquella pasada que ellrrey Alle Albofaçem (9) fez em Espanha, domde se syguyo a gramde batalha do Sallado, casy pella mayor parte esteuerão hos mouros em asesego; emperoo, todavia são avidos amtrelles por gemte espiçiall e asy trabalharão em aquelle çerco, não sem gramde esperamça de cobrarem a çidade.

165

SETEMBRO 1419

Recebida carta do alcaide de Tarifa, a recomendar a el-rei D. João I a necessidade de socorro imediato a Ceuta, manda aquele seguir a frota, capitaneada pelo infante D. Henrique, na qual embarca também o infante D. João, e ordena sigam para o Algarve

---

Variantes do Cód. B:

(6) *e asenhoreaua muita gente e nobre.*

(7) *parte da outra do reino.*

(8) As palavras entre colchetes faltam em ambos os códices.

(9) *Alee Alboaçem.*

Copyrighted material

os infantes D. Duarte e D. Pedro e ali tomem a resolução que o caso requerer.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 77.

Como aquella villa de Taryfa he vezynha do rregno de Grada, espiçiallmemte de Giballtar, como se os mouros começaram de correger pera hir çercar a çidade, logo o allcaide daquella villa teue cuydado de spreuer a ellrrey, avysamdoo que, se queria defemder a sua çidade, que lhe emviase trigosamemte socorro. Ellrrey estaua jnda nos Paços da Serra, como jaa disemos; e, tamto que ho rrecado pasou per Lixboa, logo os ymffamtes foram com ellrrey.

E porquamto, naquelle asejo se finara Breatiz Gomçalluez de Moura, que fora molher de gramdes paremtes e criados, casy a mayor parte da corte foram com ella, ate que (1) a poseram no moesteiro das Sarzedas, omde tem sua sepulltura. Tornamdose pera a corte, ouueram as nouas no caminho. Trygaramse ho mais que poderam, de guysa que em breue foram em Lixboa. E quis Deus que foram todos juntos em este asejo, em que seu seruiço tamto hera neçesaryo.

Hera yso mesmo o ymfamte dom Pedro em suas terras, que são no meyo da Estremadura, per espaço de XXX legoas de Lixbõa. E, corremdo eses rrecados pellas estradas, sabemdo como ho ymfamte dom Emrrique, seu jrmão, tynha jaa liçemça de seu padre, tememdose que, pero que ha pedise, que lhe nom seria dada, desejamdo per quallquer maneira ser em aquelle feito, o mais escusamemte que pode, se veo aa çidade de Lixbõa, com emtemção de se meter em allgũ (2) dos navios, com femgimemto de seruidor dallgũ outro capitão, com que seu segredo tinha fallado.

Emperoo, como primçipe catholico, quis primeiro fazer autos de christão e foyse comfesar a hum frade, ao qual pareçee que comveo de dezer, per neçesydade, o estado de quem hera, nom presumyndo (3) que segredo asy dito em tall tempo e lugar, per allgũ modo fose rreuellado. Mas o frade, ou per seu desavisamemto ou gloria vãa ou por lhe pareçer neçesarlo, ouueho de noteficar. O quall, pregamdo amte o pouo, quamdo foy em fim de seu sermão, emcomemdamdo o estado do rregno, amtre os primçipes da terra que dise que emcomemdasem a Deus que os guardase dos perigos

---

Variantes do Cód. B:

(1) *ella, e tanto que.*
(2) *em hum.*
(3) *de que hera, presumindo.*

do maar e dos ymigos, foy hũ o ymffamte dom Pedro, dezemdo que elle sabia que avia laa de hir e que estaua naquella çidade; pello quall foy neçesaryo ser de todo sua vimda declarada.

Emtom, juntamemte com ho ymfamte Eduarte, seu jrmão, rrequererão a seu padre liçemça, a qual lhe de todo foy denegada, mandando que todavia o ymfamte dom Emrrique partyse logo com a frota, como amte tinha detreminado, e que ho ymffamte Duarte e o ymffamte dom Pedro se fosem ambos ao Allgarue e hy ouuesem seu conselho e o que lhe bem pareçeese posesem em obra. O ymfamte dom Joham criara seu jrmão ymffamte Duarte, o qual emtão hera de hidade de xbiij° ou xix anos; e, trazemdo[o] (4) seu jrmão comsygo, mamdou que se fose na frota com ho ymfamte dom Emrrique. E, como a frota estaua (5) perçeebida, breuememte fez sua viagem; pella quall seguymdo, chegaram ao Cabo de Sam Viçemte, omde acharam nauios carregados de trigo e vinhos; e, ora fose por serem ymigos ou por causa da neçesydade, foram llogo filhados, o qual mamtymemto ao diamte fez gramde proueito.

E, como a flota chegou a Lagos, logo os capitãis quiseram que ho ymfamte partira. Mas elle, sabemdo como seus jrmãos aviam de hir, quiseos esperar, os quaes se foram a Farão e a frota per esa guysa. Omde lhes chegou rrecado dellrrey que logo desem aviamemto a flota que seguyse (6) sua viagem pera Çepta e que os ymfamtes ficasem ally esperamdo quallquer rrecado que vyese e que, se porvemtura elles vysem que cumpria, que lhes ficaua tempo pera hyrem, caa em breue o podiam fazer, e que elle eso mesmo faria, ymda que estaua mais afastado. De que os ymfamtes nom foram comtemtes, pero obedeçerão a seu padre, como gerallmemte heram acostumados; caa taes çimque filhos creemos que nunca teue prymçipe que tamta obidiemçia e rreueremçia guardasem a seu padre e a sy mesmos hũs a (7) outros.

Variantes do Cód. B:

(4) *trazendoo.*

(5) *frota ja estaua.*

(6) *que partise.*

(7) *aos.* Sobre a obediência dos Altos Infantes a seu pai pode ver-se: FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 148; e D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. 24. Nesta última fonte há passo que poderá explicar o «geralmente» acima lançado pelo cronista ZURARA.

Copyrighted material

166

SETEMBRO 1419

Avisado também D. Pedro de Meneses pelo alcaide de Tarifa de que preparavam os granadinos maior contingente de forças contra Ceuta, resolve comunicar a D. João I o perigo que ali corriam, por Afonso Garcia de Queirós, que depara no mar com a frota portuguesa de socorro.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 78.

Ho comde dom Pedro, como homem prudemte e avisado, vio como os mouros cada vez rrecreçiam, asy da parte do maar como da terra, e sobretodo que lhe spreuerom de Taryfa como ellrrey de Grada queria pasar, fallou com dom Johão e com dom Fernando, seu jrmão, se lhes pareçia rrezão de se noteficar aquelle feito a ellrrey. O que os outros diseram que lhe pareçia muyto bem. E asy jumtamemte foy logo a carta feita e asynada e o comde fez logo chamar a Affomso Garçia de Queiros.

Ora, dise elle: amigo, compre que vos armeis logo hũa minha fusta da melhor gemte que aquy ouuer, asy nos nauios como fora (1), e que llogo esta noyte vos emderemçeys de partir o mais escusamemte que poderdes, de guisa que ellrrey, meu senhor, em breue posa per uos ser avisado do pomto em que somos e mais do que esperamos de ser. E vos bem vedes o caso quejamdo he. Nom cumpre que uos (2) diga quamto vos deueis a esto de trigar.

Affomso Garçia hera homem prestes e de bom coração. E emderemçouse muito asynha, de guisa que, sobre a boca do serão, começou de fazer sua viagem. Desy fez vogar sua fusta, com suas vogas largas e mamsas, per que os mouros nom ouuesem rrezão de conheçer que a fusta hera de christãos, somemte que emtemdesem que hera da companhia. E asy se foy sahymdo Affomso Garçia ate que foy alomgado dos nauios dos comtrarios, que esforçou sua voga e meteo sua fusta em hordenamça de fazer mais trigosamemte viagem. E, pasamdo per Taryfa, que sam sete llegoas, foram amanheçer ao Cabo da Prata.

Variantes do Cód. B:

(1) *fora delles.*

(2) *vos eu.*

E asy se foram sayndo aquelle dia ate que chegaram a Pena Furada, que he jumto com ho Cabo de Trasfelegar. E, porque Affomso Garçia semtio que a gemte hera trabalhada, folgou ally ate o quarto da allua, que começou de dobrar o cabo. Mas, tamto que ha allua começou de mostrar sua allegre crarydade, em dobramdo elles ho cabo, ouueram vista da frota, que amdaua com callma, que nom podia ganhar a boca do estreito. Ora, senhores, dise Affomso Garçia, nosa viagem nom pode melhor ser, caa me pareçee que vejo a frota de Portugal.

Os outros esguardaram comtra aquella parte e vyram yso mesmo como a frota amdaua trabalhada, pella mymgoa do vemto; e porem muy allegres fezeram vogar sua fusta comtra lla (3). E, no primeiro nauio, souberam como ho primçipall capitão hera o ymfamte dom Emrrique, pera cujo navyo se emderemçarão logo. Mas, quamdo os ymfamtes vyram a fusta e lhes foy comtado o çerquo da çidade e como os mouros estauam azados pera se poder em elles fazer gramde dampno, ouueram muy gramde prazer, preguntamdolhe por todallas cousas que naquelles dias foram pasadas.

Ally fez o jffamte ajuntar todolos capitães e teue com elles comselho. E casy todos acordaram que nom hera bem que (4) hordenasem sua chegada senão de dia. O jffamte mamdou llogo avisar todos da maneira que aviam (5) de ter em sua sahida e desy que nenhũ não tomase avemtagem da sua naao, por velleyra que fose. E, como quer que o vemto fose pouco, senam quamto a jusamte os lleuaua, pasaram aquelle dia per Taryfa sem lhes o vemto fazer nenhũa melhoria.

E, porque a baya de Giballtar jaz a rrosto de Çepta, pero asy como os que vem da parte do lleuamte descobre[m] primeiro a nosa çidade, asy os que vão da parte do ponemte são vistos primeiro de Gibralltar. E desy, porque ellrrey de Grada estaua jaa ally corregemdose pera fazer sua pasagem, a gemte que amdaua metemdo sua frasca começarão de ver os nauios poucos e poucos, asy como hiam descubrimdo aquella Pomta do Carneiro.

Oo, senhor, diseram os primeiros que foram com estas nouas a ellrrey, a nosa tardamça nos daa perda, não soomemte da çidade de Çepta, mas aymda da melhor parte de vosa (6) gemte. Vedes ally a frota de Portugall? Veede que fareys a nobreza de vosa caualaria. E asy como os mouros começauam mais esguardar, asy hiam os nauios mais descobrimdo. E ally

---

Variantes do Cód. B:

(3) No Cód. A: *comtralla*. Em B: *contra laa*.
(4) Em B: *nom hera rrazom que*.
(5) Em B: *que ouuesem*.
(6) Em B: *da nossa*.

começaram a fazer (7) muy gramdes fumaças contra os mouros que estauam sobre ho çerco. Mas que seria, caa elles cuydauam, que lhes dauam esforço, noteficamdolhe a vimda dellrrey de Grada, e por ello nom leixauam dobrar no que de amte (8) tinham começado?

167

SETEMBRO 1419

A frota chega a Ceuta, enquanto na Almina se combate denodadamente, com baixas de ambos os lados.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 79.

. . . . . .

E quamdo foy em aquelle dia, como quer que hos hũs nem os outros (1) da vimda da frota pouca parte soubesem, porem amtre os mouros avia duas maneiras de comtenemças, caa hũs andauam carregados de pemsamemtos. E, pero que se esforçauam a pellejar, nom podiam postar com hos membros que se desemvoluesem com aquella leveza que amte sohiam. E, como são homens discretos e de gramde e semtyda cuydação, deziam amtre sy mesmos: por çerto esto nom he synall de nosa conheçida vitorea. Outros avia hy que amdauam tam uiuos e espertos no combate, que lhe parecia que queriam voar, sentymdo hũ sobrepujamemto de lledíçe quall em suas vidas nunca teuerom; e estes heram os que naquelle dia aviam dacabar.

. . . . . .

Os nosos, em sua parte, se achauam tam despejados, que nem aquelles mouros que ally heram nem todolos do mundo nom lhe podiam fazer sombra de temor. E asy foy hũ forte combate, em aquella menhã, amte que os navios pareçesem. Emperoo, semdo jaa o dia em bõo creçimemto, aquelles que tinham offiçio de soterrar os mortos (2), estamdolhe abrimdo

---

Variantes do Cód. B:

(7) *de fazer.*
(8) *de obrar no que ante.*
(1) *que hũus e os outros.*
(2) *denterrar mortos.*

as sepulturas daquella parte da Allmina, ouverão conheçimento das gramdes fumadas que se, per todallas partes daquella costa, amtre seus amigos (3) faziam. E, sospeitamdo que nom hera sem allgũ gramde mesterio de allgũa manyfesta comtrariedade, mamdarão hũ homem ao castello dAllmina, avisamdoo que esguardase comtra a sayda do estreito se veria (4) cousa que hos, em allgũa guisa, podese toruar (5).

E tamto que aquelle foy em çima, vio como hũ navio se emcostaua comtra a pomta de Bulhões. E asy fez hũ fogo; e, logo apos aquelle, vio outro navio, e per semelhamte fez outro fogo. E a esto atemdiam (6) jaa tambem os mouros dAlljazira como os da Allmina, pelas gramdes fumadas que avia peça que viam. E, quamdo hũs e os outros viram aquelles dous fogos, sentiram que heram nauios que vinham a socorro. E começaram logo de se torvar e floxar allgũ tamto de seu combate. Mas, nom tardou muito, quamdo ho mouro fez dez ou xij fogos ajumtadamemte e depois espalhou o fogo per todallas partes, em synal que os nauios heram tamtos que os não podia jaa comtar.

Ally ficaram os mouros tam toruados, espiçiallmemte os que estauam na Allmyna, que se nom sabiam dar a comselho. E as galles heram todas da outra parte de Barbaçote. E Molley Çayde, como homem experto e ardido, mamdou trigosamemte, asy aas galles como aos outros nauios, que dobrasem trigosamemte o cabo do momte e que rreçebesem, asy de hũa parte como doutra, quamtos mouros podesem. Empero, não foy mais de hũa que se quisese atreuer a cumprir aquelle mamdado, porque as outras, ou por se semtyrem menos ligeiras ou por verem o tempo mais comvinhaueli pera salluar sy mesmos que de se poerem em duujda com ha salluação alhea, nom quiserom dally aballar pera homde hos mandauão, amte se aparelharam pera logo partir pera Giballtar.

O comde, como semtyo aquelle allvoroço e conheçeo que tinha socorro, emtão se perçeebeo milhor. E mamdou aos que guardauão o muro que, per nenhũ caso, se partysem delle; caa se poderia seguyr que os que tinham as guardas, vemdo os mouros alluoroçados, quereriam sahir a elles e nom se saberiam rreger como comvinha pera gemte de tam pouca soma, amtre tamanha mulltydão. E pos aymda hy outras guardas sobre aquellas, que sosteuesem a gemte, se allgũ mouimemto quisesem (7) fazer. E emvio[u]

Variantes do Cód. B:

(3) *jmigos.*
(4) *viria.*
(5) *estoruar.*
(6) *E esto entendiam.*
(7) *quisese.*

dezer a dom Joham que lhe rrogaua que ho esperase, caa em breue seria com elle.

Mas o feito nom estaua jaa neses termos; caa os fidallgos que naquella parte guardauam, sem rregra nem ordem (8), queriam cometer sua pelleja, ao que dom Joham foy neçesario dar comsemtymemto. E aymda a elle mesmo pareçeeo que comvinha de se fazer asy, por rreter aos ymigos, que se nom podesem asy rrecolher. Mas aquelle capitão dos mouros quis bem most[r]ar que hera digno daquelle offiçio: caa, tamto que vio aos nosos sahir, logo rrecolheo sua gemte. E não soomemte os esperou; mas, com gramde ardideza, os foy rreçeber ao caminho omde vinham. Agora, dise elle per seu aravigo, se asy he que nos avemos aquy de (9) falleçeer, nom seja nosa morte sem gramde memoria de nosa ffama.

Ally começaram de pellejar tam rrijamemte, que os nosos nom ho poderam sofrer, amtes se rrecolherão o melhor que poderam pera a sombra das portas da çidade, tornamdo porem outra vez a cometellos com mayor força; e todavia ouueram de leyxar o campo. O comde, como teue da outra parte suas cousas comçertadas, chegou aa porta dAllmina; e, quamdo vio a gemte estar asy asesegada, pregumtou omde hera dom Joham, o quall, visto per elle como estaua amte os outros, chegou a elle.

Ora, senhor, dise o comde, cometamos estes mouros, caa jaa vedes como se começam a rrecolher. E os de cauallo sejam avisados que se apartem da gemte de pee, por nom toruarem ou, pervemtura, danarem hũs aos outros. E desy, senhores e amigos, nom vos esqueçam vosas forças e amtiga virtude em que fostes gerados. Jaa vedes o que vos estes danados quiseram fazer. Pois Deus nos traz tempo em que posais tomar a vimgamça, nom espereis que, se agora a (10) perdeys, que a posais (11) mais cobrar. Comemdaeuos a Jhesu Christo, armamdo vosos corações de sua Samta Cruz, e cometeos per toda parte e nom perdoeis a gramde nem pequeno. E em esto deu das esporas a seu cauallo e derribou sua lamça e foy salltar no meo dos ymigos, bradamdo aos seus per muytas vezes: esforçaeuos, senhores, caa esta he a nosa (12). Nom temais sua mulltydão, caa melhor he a fee de Jhesu Christo, em cujo nome trabalhaes.

Os mouros, doutra parte, quamdo semtyram os comtrairos comsygo, volueram os rrostos e começaram sua pelleja; na quall hũs e os outros trabalhauam com gramde força. E se hos mouros, em outros tempos,

---

Variantes do Cód. B:

(8) *ordenança.*
(9) *que nos aquy auemos de.*
(10) *se agora o.*
(11) *que o podeis.*
(12) *vossa.*

sohiam tyrar os mortos e feridos damtre os sãos, muy afastados amdauão, per aquella vez, de semelhamte cuydado. Caa, pois os mais sãos nom esperauam de viuer, que carrego podiam ter dos corpos sem allmas, a que jaa nom podiam aproueitar ? Molley Çayde, aquelle sobrinho dellrrey de Grada, acaudellou sua gemte muy gramde peça, a qual cada uez se lhe fazia menos, asy daquelles que morriam, como doutros que fugiam pera hos navios (13), com esperamça que se poderiam rrecolher.

A llamça do comde hera jaa quebrada e o cauallo morto e elle açaz trabalhado; pero, seus criados lhe acorrerão em breue com outro cauallo, no qual posto, começou de bradar aos seus que tomasem ho momte. E, como quer que trabalhoso (14) fose dacabar, ouueramse porem em çima, e os mouros, que ho tinham, começaram de fugir. O comde ouue hũa pedrada tam gramde sobre a barreta que lhe fez perder o lume dos olhos e hũ pouco foy fora de seu conhecimento.

Ally matarão: Fernam Rodriguez de Buarcos, nobre homem e que muito seruiço fezera em aquella çidade; e Diogo Vazquez de Portocarreiro, que tam gramdes trabalhos ouuera por defemsão daquella çidade, foy per semelhamte ferido; e Fernam Rodriguez do Cadauall, de que, a poucas oras, fezeram sua fim. Porque aquella malldita e escomumgada gemte trazia mortall peçonha em suas armas de ferir, espiçialmente no allmazem. Vasquo Martjns da Allbergaria foy ally ferido, pellejamdo como vallemte e ardido caualeiro; e bem he que elle nom morreo logo, amte viueo depois açerca de xx annos, empero avisado que daquella ferida avya de morrer, como de feito foy.

E nom he rrezão que a nobreza de Sueiro da Costa, hum escudeiro fidalgo que viuia com ho ymfamte Eduarte, aja de ficar fora daqueste rregistro; caa elle soomemte se achou com tres mouros allarues, gramdes e fortes, com hos quaes pellejou per gramde espaço, ate que matou os dous e ferio ho hũ (15) do quall rreçebeo hũa ferida com ha agu[m]ya (16) per hũa mãao, de que, a pouco tempo, ficou de todo sem ella. Este Sueyro da Costa foy ao diamte allcayde de Lagos e aymda, com aquella mão (17) que lhe ficou, pellejou com hos mouros da terra de Guynee, omde, asy pella bomdade pasada, como pella presemte, foy feito caualeiro (18).

Variantes do Cód. B:

(13) *pera os mouros.*

(14) *como trabalhoso.*

(15) *ferio hũu.*

(16) No Cód. A: *agunya.*

(17) Em B: *aquella outra mão.*

(18) Cfr. ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 51 a 58, 67 e 72 e também os documentos sobre o mesmo editados por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, «passim».

Copyrighted material

Outros muitos christãos foram feridos naquella pelleja da Allmina, cujos nomes aquy expresamente nomeando fariamos lomga (19) estoria. Porem os mais delles ouueram em breue saude. E allgũs que morreram mais foy pella peçonha que as armas traziam, que pella gramdeza das chagas. E os outros que no dito feito seruiram sejam comtemtes da homrra que, por emtom, rreçeberão e muita merce ao diamte, asy dellrrey como de seus filhos. E nos pasemos noso rrazoado a outro capitollo, n[o] (20) qual ponhamos em soma a gramde estroyçam que foy feita nos mouros aquelle dia (21).

168

SETEMBRO 1419

Desembarcam os infantes no Porto de El-Rei, são recebidos pelo D. Pedro de Meneses e pelos demais fidalgos, tingidos de sangue, pela refrega tida com os mouros, entre os quais houvera grande mortandade.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 80.

Hora vejamos que faziam as galles e fustas dos mouros, depois que a vimda da frota foy per todas partes noteficada. Omde sabee que, de homze galles grossas que os mouros trouxeram, nom dobrou o cabo da Allmina senam hũa soo, a qual rrecorrerão tamtos mouros, que a ouuerom dallagar; mas o patrão della, com hũa agumia, e outros ofyçiaes que o ajudauão cortauam braços e mãaos a todos aquelles que viam trauar nas bordas (1) per apoyar açima ou per outra quallquer parte, comtra sua hordenamça. De guysa que, com pouco mais de çimquoemta sobresallemtes, começou de vogar o mais apresa que pode e fazer via de Gibralltar.

As outras galles e nauios que estauão da outra parte de Barbaçote, como viram que os mouros asy hiam de rroldam, teuerão que, se os esperasem, que se poderiam perder; e, senam allgũs que chegaram nadamdo,

---

Variantes do Cód. B:

(19) Em B: *larga.*
(20) No Cod. A: *na.*
(21) Em B: *em aquelle dia.*
(1) Em B: *bandas.*

emquamto elles corregiam seus aparelhos, todollos outros ficaram ao lomgo daquella praya. Delles se afogauam nas omdas do maar, bradamdo aos outros dos navios que os esperasem. Oo, deziam elles, com a derradeira lastima, nembraeuos que somos homens que guardamos, como uos, obidiemçia a hũ rrey e a hũa ley. Nom nos deyxeis asy desemparados, pois nos trouxestes a esta terra e a (2) este porto de tamta tristura.

Os mareamtes nom curauam de suas pallavras; mas, com muy gramde força, tyrauão pellos rremos, tememdo a vimda dos comtrairos, cuja chegada muito açerca semtiam. E, porque aquelle momte da Allmina emtra bem hũa llegoa pello maar e daquella parte vay outra costa de mouros, em que ha gramdes pouorações, teueram allgũs daquelles nauios pouco trabalho de guareçeer, porque acharam logo açerca os portos em que poseram (3) seus navyos.

Caa, posto que fosem naturais da outra parte de Grada, cuydauam que podiam ally esperar ate que visem tempo em que podesem tornar com mayor seguramça. Aymda que allgũs delles, espiçiallmemte os dos nauios mais pequenos, se emganaram naquella cuydação; porque, ao depois, queremdo tornar de noite pera sua terra, filhaua[m]nos os nauios dos christãos. Ho capitão, que hera sobrinho dellrrey de Grada, nunca fez rrostro pera fugir; amte morreo ally, pellejamdo como homem esforçado e de gramde coração. E com elle cayram casy todos hos melhores que ally heram, asy dos maryns, como dos outros.

E, em esto, chegarão os navios aaquelle Porto que se chama dEllrrey e avisarão o comde como os jffamtes queriam (4) sahyr. O qual muito a presa fez ajuntar todos os de (5) cauallo que ally heram pera hyr rreçeber os ymfamtes, mandamdolhe leuar bestas em que cauallgasem ate o lugar omde aviam de pousar. E, quamdo se o comde pos em giolhos, pera beyjar as mãaos aaquelles senhores, elles nom lha quiseram dar per nenhũa maneira, avemdo muy gramde prazer quamdo o vyram asy com sua espada nua nas mãos, toda banhada em samgue, e as armas timtas per muytas partes, e asy dom Joham e dom Fernamdo, seu jrmão, com todollos nobres fidallgos que ally heram.

E asy, cauallgamdo, foram pello (6) lugar per homde fora aquella (7) pelleja, na quall (8) amdauam judeus e molheres e outra gemte a rroubar.

Variantes do Cód. B:

(2) *terra a.*
(3) *acharom.*
(4) *quiseram.*
(5) *todos aquelles de.*
(6) *caualgando pello.*
(7) No Cod. A: *aquelle.*
(8) Em B: *qual jaa.*

Copyrighted material

E não sem causa; caa foram ally avidas muytas e muy (9) bõas cousas, de gramde vallor. E, quamdo os ymfamtes vyram a gramde mulltydão dos mouros que jazia per aquelle campo, louuaram muito o comde e asy aaquelles fidallgos e senhores que com elle heram. Ally viram como jazia, temdydo naquelle campo, aquelle nobre caudell Moley Çayde; caa, posto que elle fose ymfiell, nom leixaremos de louuar sua virtude, sequer por seu gallardão deste mundo, pois no outro, por seus pecados (10), sua gloria he perdida. Elle avia o corpo de bõa gramdura, com nembros correspomdemtes a sua gramdeza, e avia a cara gramde e allua e os cabellos louros e amaçarocados. E bem pareçia elle, jazemdo, capitam daquella gemte.

E por çerto que outras muitas pellejas se poderom spreuer em que mayores somas de mouros (11) podesem falleçer; mas, gemte asy estremada, pella mayor parte cobiçosa de homrrada fim, nom creo que ate este tempo se posa spreuer nem achar.

. . . . . .

Caa, leyxamdo a gramde soma dos corpos sem allmas que jaziam naquelle ajumtamemto, que heram dos nobres e daquelles que morrerom pellejamdo, casy emfindos jaziam ao lomgo daquella praya, hũs sem braços e outros sem mãos, que feriram aquelles das galles, por não pereçerem com elles. Outros amdauão nas omdas do mar, que se afogarão com rrayua de chegar a seus nauios; outros tynham ymda vyda e amdauão nadamdo com tanto desacordo, que não sabiam estremar a quall parte se deyxariam sahyr; outros se vinham com hos braços cruzados lamçar aos pees dos christãos; outros andauam corremdo por aquelles matos, avemdo ymda allgũa esperamça de fugir. Mas, quamdo de todallas partes se viam çercados de maar, malldeziam sy mesmos; e, por fraca pesoa comtraria que visem, com myserauell contenença se lamçauão amtelle.

Caa hũa molher foy vista que leuaua tres mouros amte sy, que ella, per comsemtymemto delles mesmos, atara. Nem os judeus nom ficauão (12) sem parte daquella gloria; caa, como elles som gemtes cujo animo (13) se esforça (14) muito sobre as cousas vemçidas, amdauam tam ferozes em aquelle dia, que aquillo soomemte ficaua por descamso aos vemçedores vellos postos naquelle ardimemto comtra sua amtiga natureza.

E finallmemte que dos (15) catyuos que se poderam comtar, emtra-

---

Variantes do Cód. B:

(9) No Cod. A: *nuy.*
(10) *pois no outro sua gloria, por seus pecados.*
(11) *de gentes de mouros.*
(12) *ficarom.*
(13) *cujos animos.*
(14) *esforçam.*
(15) *finalmente dos.*

ram (16) aquelle dia na çidade nouecemtos e oytemta e seys. Outros muytos foram demtro que a este comto não vieram; porque aquelles que os tinham escomdiamnos do comde, por lhe nom demandarem o quimto, aymda que cremos que, por aquella vez, llyvrememte posoyo cada hũ aquillo que tomou. Outros muytos ficarão escomdidos per aquelles matos, que pellos outros dias achauão, ou elles mesmos, costramgidos de fome, se vinham a çidade.

E nom seja allgũ que queyra presumir que nos fimgemos esta soma ser mayor por emgramdeçermos nosa estoria. Caa devem ter que homde heram homze galles grossas e vimte galleotas e outros navios de rremos, que poeriam muyta gemte em terra, quamto mais pasamdo duas ou tres vezes. Dos mortos nom podemos fazer çerta soma, porque foram tamtos e em tamtas partes, que se não poderão estimar.

Os que estauão no sertão, tamto que vyram a frota na Allmina e as galles dos mouros partydas, bem semtyrão o que avia de ser. E porem começarão logo de se partir cada hũs pera suas terras. Porem, avees de saber que ally ficarão os primçipais capitães que ally vieram (17). Soomemte Xeber, que se pasara a Allmina, omde foy catyuo de hũ escudeyro de Joham Pereira, a que se elle mesmo ofreçeo, por escusar o outro mayor dano; o qual, visto de (18) Joham Pereira, sageesmemte fez troca com ho escudeiro e cobrou aquelle outro. E, apartamdoo, lhe comfesou como hera aquele.

Oo, dise elle, nobre fidallgo, pera vos husardes de vosa nobreza, vos [me] deuiais soltar (19) llyvrememte sem outra rremdição, sequer por não perderdes o exerçiçio da caualaria; caa pois Aabu e desy Zaem e os outros melhores daquy (2) derrador sam mortos, jaa não avera hy quem vos venha guerrear. E, se vos me solltais, jaa sabeis que me temdes aquy cada mes. Se foses christão, dise Joham Pereira, cree que logo te esa graça faria. Mas, pois hes ymfiell, he neeçesario que sayas per tua rremdição.

Duas mill dobras daua o mouro per sy. E depois morreo, creemos que por Joham Pereira se nom trigar a mamdar rrequerer seu rresgate, por causa de sua vymda a este (21) rregno. Aquy morreo o senhor de Beneigem, que hera hum gramde senhor, o quall matou Gomçallo Velho, que depois foy comendador de Christus.

Variantes do Cód. B:

(16) *entrarom em.*
(17) *prinçipaes que ally vierom todos.*
(18) *visto por.*
(19) *vos me deueis de soltar.*
(20) *outros velhos daquy.*
(21) *em este.*

169

27 SETEMBRO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe, para que mais se povoe e melhor se defenda a cidade de Ceuta, por ele libertada das mãos dos infiéis, prorrogue por mais 10 anos a plena remissão dos pecados, em artigo de morte, aos fiéis de ambos os sexos que na dita cidade vivam ou a ela forem, anteriormente outorgada por 7 anos. Concedida gratuitamente.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 132, fl. 7. Revelada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 428. A bula respectiva é o documento que se segue a este.

Beatissime Pater.

Ad supplicacionem deuotissimi et fidelissimi sanctitatis vestre sancteque romane ecclesie filii Johannis, Portugalie et Algarbii regis, vt amplius populetur et melius defendatur ciuitas de Cepta, quam predictus rex a manibus infidelium eripuit, omnibus et singulis vtriusque sexus christifidelibus, qui in eadem ciuitate sunt, seu quos ad ipsam accedere contigerint (1), vsque ad septennium, plenariam remissionem omnium peccatorum suorum, in mortis articulo, si in eadem ciuitate uel extra eam decesserint, sanctitas vestra primo concessit.

Sed quia, pater sancte, predicta concessio modicum proderit, cum ad tempus breuissimum est, supplicat sanctitati vestre idem rex quatinus illam dignemini vltra prorogare, saltem vsque ad alios annos decem; nam exinde plurimum sperat populacionem et defensionem predicte ciuitatis.

Fiat. O. Et gratis vbique.

Datum Florentie, quinto kalendas octobris, anno secundo.

170

28 SETEMBRO 1419

Bula* Cum omnia uirtutum exercicia, *de Martinho V, dirigida a elrei D. João I, a renovar por mais dez anos, a contar do fim dos sete já concedidos, que possam os cristãos residentes em Ceuta ou

(1) No ms. *contingerint*.

ali de passagem escolher confessor que, em artigo de morte, confessados e arrependidos, os absolva.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 31 v, — texto que se reproduz; e fl. 59 v., transcrita na bula *Quia dilatacionem* de 14 de Nov. de 1419, — o DOC. 174. Referenciada e revelada por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 694.

Martinus, etc.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem, etc.

Cum omnia uirtutum exercicia preclaris digna sint meritis et magna commendacione, illa tamen laudabiliora sunt et excellenciori digna premio ac Deo longe graciora et magis magisque publice saluti et toti ecclesie fructuosa, per que aduersus infideles, paganos et saracenos christiana religio strenue defenditur, roboratur et salutaria sue dilatacionis accipit incrementa.

Prouide catholici reges et principes ac fideles vniuersi gloriosis extollendi sunt apud ecclesiam preconijs et fauoribus apostolicis ac spiritualibus donis amplificandi qui, fidei zelo succensi (1), christianorum fines strenuis operibus militando, protegere simul et augere conantur, quemadmodum tua serenitas effecisse dinoscitur, que suis posthabitis periculis, aduersus ferocitatem gentilium potenter insurgens, diuina sibi suffragante clemencia, ciuitatem de Cepta, in partibus ultramarinis, ab ipsis infidelibus occupatam, regali potentia conquisiuit et illam principatui catholico sue uidelicet subiciens dicioni christianitati restituit, addidit et submisit ecclesie. Ad cuius ciuitatis aduersus vicinas infidelium naciones defensionem, magna opus est fidelium inibi iugiter habitancium multitudine et continua christicolarum frequencia populorum.

Nos igitur, deuotionis tue zelum in fide sincerum et tam gloriosa regie virtutis opera quamplurimum in Domino commendantes et paternis zelantes affectibus, ut ciuitas ipsa ab infidelium tirannica seruitute, sub Christi iugo suaui, in vnitate fidei et ipsius ecclesie preseruetur atque perseueret et, ut fideles ipsi ad huiusmodi frequenciam atque moram feruencius animentur tantoque libentius et copiosius affluant et concurrant ad eandem ciuitatem, quo se maioribus gracijs et muneribus spiritualibus per sedem apostolicam nouerint esse preuentos, tuis in hac parte supplicationibus

(1) No ms. *successi*.

Copyrighted material

inclinati, gratiam illam plenarie remissionis peccatorum, qua per nostras litteras alias sub datum Florencie, bij kalendas aprilis, pontificatus nostri anno secundo (2), concessimus ut confessor ydoneus, quem singuli fidelium sexus utriusque, tunc in ipsa ciuitate et eciam infra septennium, a die notificacionis dictarum litterarum in illis partibus faciende computandum, moram trahentes huiusmodj duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, in mortis articulo, plenam ipsis, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostra uel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrancium persistentibus, remissionem, auctoritate apostolica, concedere ualeat de uberioris gracie dono usque ad decennium, a fine dicti septenij, computandum duximus prorogandam.

Et, ut omnes eciam utriusque sexus fideles, qui infra huiusmodi decennium, in ciuitate predicta, huiusmodi moram siue mansionem traxerint, consimilem graciam, uidelicet omnium peccatorum suorum, de quibus simili modo confessi et contriti fuerint, plenariam ab eo quem eligendum duxerint ydoneo confessore, in mortis articulo, remissionem, auctoritate apostolica, consequi ualeant, tenore presencium, indulgemus. Sic tamen quod idem confessor de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio impendenda eam illis per eos, si superuixerint, uel per alios, si tunc forte transierint, faciendam iniungat quam ipsi uel illi facere teneantur, ut prefertur.

Et ne, quod absit, fideles ipsi, propter hujusmodi concessionem, reddantur procliuiores ad illicita im posterum committenda, volumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi forte aliqua commicterent, quoad illa predicta remissio eis nullatenus suffragetur, quodque per vnius anni, a tempore quo huiusmodi concessionis uelle concluserint, censeri participes computandi, spacium, impedimento cessante legitimo, singulis sextis ferijs, quibus tunc ex precepto ecclesie regulari obseruancia iniuncta penitencia, voto uel alias ad ieiunandum non fuerint astricti. Alioquin, pro illis quibus alias ieiunium eis extiterit indictum totidem alijs, eciam annorum sequentium, quibus ad id, ut premittitur, non sint astricti, diebus quamprimum commode poterunt ieiunare aut alia ipsis propterea, per dictum confessorem, si ab eo pecierint, iniungenda pietatis opera facere et exercere debeant atque teneantur. Alioquin, huiusmodj nostra presens concessio nullius sit roboris uel momentj.

Nulli ergo, etc. nostre prorogacionis, concessionis et voluntatis infringere, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Florencie, quarto kalendas octobris, anno secundo.

---

(2) Alusão à bula *Ab eo qui humani*, o nosso DOC. 154.

171

SETEMBRO-DEZEMBRO 1419

O capitão de Ceuta oferece as chaves do castelo ao infante D. Henrique, que não lhas aceita; os dois infantes demoram ali três meses, hóspedes seus, após o que D. Henrique projecta tomar Gibraltar, o que não efectua em razão de haver sido afastado por tormenta e detido por calmaria e ainda por el-rei seu pai o mandar regressar a Portugal.

ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 81.

Hos ymfamtes foram llogo dereytamemte a see, ofreçerse a Deus, como catolicos primçipes que heram; e, em saymdo della, o comde dom Pedro se pos de giolhos, temdo as chaues do castello na mão, pera as emtregar ao ymfamte dom Emrrique. O quall lhe rrespomdeo que lhas não tomarya, mas que elle guardase com bõa vemtura seu castello, asy como lhe per seu padre fora mamdado, caa a elles nom lhes falleçeria pousada. Pois, senhores, dise elle, nom he tempo de me vos denegardes hũa merçe, a qual he que, emquamto aquy esteuerdes, sejais meus comvydados.

Os jffamtes, asy por emtemderem que aviam ally pouco de estar, como por conheçerem a gramde nobreza do comde, outorgaramlhe o que lhe tam aficadamente pedia. E, por çerto, que não he rrezão que tamta framqueza de senhor aja de ficar sem perpetua nembramça. Caa, em tres meses que os ymffamtes ally esteuerão, asy no gasto da viamda como nas dadiuas que deu, nos achamos per seus lyvros, despois de sua morte, que subio a despesa a seys mill e seteçemtas e çimquoemta e (1) seys dobras, as quais foram despesas com tamta framqueza e com tamta liberallydade, que todos fallarão de sua gramde manyfiçemçia. E por çerto que, asy como Deus quis dar homrrada fim a ellrrey dom Joham, em lhe damdo tam gramde e tam nobre çidade, asy lhe deu logo hũ dos homrrados caualeiros do mundo pera seu capitão.

E, porque a allgũ, pelos tempos que ham de vijr, podera pareçer esta soma gramde, saybam que hos jffamtes esteueram ally açerca de tres meses. E bem deuem de comsyrar çidade que duas vezes fora çercada,

---

Variante do Cód. B:

(1) *mil seteçentas cincoenta e.*

aymda que muito não fose, que nom poderia ter as cousas em tall abastamça como compria pera tais dous primçipes e pera os senhores que ally heram. Caa, posto que ho comde aos outros ordenadamemte nom dese de comer, ora hũs ora outros (2) casy cada dia comiam com elle, de guisa que rraramemte se podia achar dia em que sua mesa nom fose chea de fidallgos e nobres homens.

E achamos que, em aquelles dias que hos ymffamtes ally esteuerom, chegaram (3) o vallor das gallinhas a oytemta rreays e a canada do vinho a coremta, semdo naquelle tempo o vallor da coroa velha do cunho de Framça çem rreays e nouemta, e as valledias, que hera moeda mourisca, Lxxx, nouemta; e comunallmemte esta hera a moeda de ouro que se mais corria nestes rregnos. E isto hera porquamto casy em todolos tempos dos rreys pasados sempre os mouros dallem trautarão em estes rreynos de mercadaria, compramdo pola mayor parte todolos annos a fruyta do Allgarue, a qual nom pagauam senam em ouro.

E a mayor parte daquellas dobras heram feitas em Tunez e heram xxiij quillates e terço de peso. Outras dobras traziam aquelles ymfies, a saber, dobras de Prazida e de Sagillmemça e de Marrocos, de que este rregno foy açaz fornydo, espyçiallmemte os thesouros dos rreys, como nos começos (4) dos feitos deste rrey fica comtado e se comtara mais adiamte, omde fallarmos na mudaçom que fez este rrey dom Affomso, que este llyvro mamdou spreuer, destes rreays bramcos em outra moeda mais bayxa, a que chamarão espadins.

Ora tornando a primçipall esemçia de nosa estoria, dezemos que o comde dom Pedro mamdaua que se rrepartyse aquelle esbulho, que fora ganhado aos mouros, yguallmemte; o que ao ymfamte dom Hemrrique não pareçeeo rrezão, amte dise que cada hũ devia de pesuyr aquello com que ho a sua bõa fortuna emcomtrara, de cujo mamdado muitos foram allegres. E porquamto este gramde e exçellemte primçipe, que viera por capitam daquella frota, hera magnanymo, pareçeolhe que, porquamto se asy os mouros vemçeram amte que elle chegase, que nom fezera nada.

E porem temtou de querer filhar a villa de Gibralltar, pera a quall mamdou ordenar artelharias e outros emgenhos, de guysa que em breue foy todo aparelhado. E queremdo elle sobre a obra ser comselhado, os mais comtrariarão sua vomtade, asy por ser lugar da comquista de Castella, como por ser ymverno, em que se podiam (5) seguyr desvayrados

---

Variantes do Cód. B:

(2) *ora os outros.*
(3) *chegou.*
(4) *no começo.*
(5) *poderiam.*

perigos. Pero, como quer que fose, ordenou ho ymffamte de hyr (6) llaa por pesoa pera ver ho perigo quamto hera.

E seguyose que aquella noite rrecreçeo tamta tormemta de vemto, que llamçou as gallees ao Cabo de Gata, omde depois esteueram bem xb dias, que nom podiam aver vemto pera tornar; porem ouue ho tempo damamsar. As galles aballaram per aquella costa de Grada ate que chegaram a Çepta, omde jaa estauam cartas dellrey pera hos ymfamtes, que se tornasem logo pera ho rregno; caa bem presumya elle, segumdo a gramdeza de seus coraçõis, espiçiallmemte do ymfamte dom Hemrrique, que quereriam temtar allgũa gramde cousa a que o tempo e o numero da gemte nom dariam lugar.

E porque jaa disemos, em outros lugares, da gramde obydiemçia dos filhos deste rrey, ajamos agora por detremynada sua tornada (7); caa, sobre tall mamdado nom ouue outra detemça (8) senam o tempo, que per hũs dias foy muy comtrayro pera fazer (9) viagem pera Portugall. E aymda quamdo partyrão, ouuerão muy (10) gramde tormemta, com ha quall correrão allgũs navios a Alljazira (11), omde porque lhe foy necesario, lançarão amcora, sobre a quall esteueram (12) em gramde perigo.

Quisera Ruy Gomez dAzeuedo, allcayde que hera dAllamquer, sahir no batell; e, com piadade que avia da gemte, deu lugar que se carregase tamto, que foy necesaryo que se perdesem todos. Outro navyo em que hera Alluaro Vazquez dAllmada com allgũs outros fidallgos estaua naquelle mesmo perigo; e sayramse no batell, mas teuerão melhor avisamemto que os outros porque, com has espadas fora, não tomarão senam aquelles primçipais e ajnda com aquelles nom heram (13) sem gramde perigo. E por çerto que hera cousa piadosa de ouuir os brados daquelles que fycauam; caa, vemdo a morte tam açerca, dorosamemte pediam socorro, com que lastymauam as orelhas dos que hos ouujam.

Porem foy neçesario de fazerem ally fim; caa a tormemta não deu lugar que ho batell mais tornase e o navyo, emtretamto, correo sobre as pedras, homde se perdeo com toda a gemte que em elle hera. Hũ navyo em que hera Diogo Soarez dAllvergaria e outro em que hera o comemdador dAllmada se salluarom per gramde vemtura. E Alluaro Vazquez e os

---

Variantes do Cód. B:

(6) *ordenou o jffante per pesoa pera ver o perigo quanto era.*
(7) *sua outra detença.*
(8) Omitidas as palavras *caa, sobre tall mamdado nom ouue outra detemça.*
(9) *pera se fazer.*
(10) No Cód. A: *nuy.*
(11) *as Aljaziras.*
(12) *estauão.*
(13) *hiam.*

Copyrighted material

outros fidallgos que ho seguyram nom pasarão sem outro trabalho, caa sayrom em terra de mouros. E o frio foy gramde e tamto (14) que hũ da companhia falleçeo, com sobegidão daquella frialldade. E esto porque elles nom ousauão de fazer fogo nem buscar pouoado, com temor dos comtrarios.

E, amdamdo asy de noyte, guyamdose a esmo comtra Taryfa, foram semtydos dos allmogauares. E, como hos corpos postos em temor, nas cousas duujdosas, sempre se emcostam a pior parte, pemsarão que heram os allmogauares dos mouros. Mas quamdo conheçeram que heram christãos, perderam allgũa parte do semtymemto do trabalho passado, e nam sem causa; caa, em Taryfa estaua aquelle Portocarreiro que viera a esta terra, domde tornara com muyta homrra e merçe, como jaa disemos no filhamemto desta çidade de Çepta (15), e asy fez aaquelles fidallgos muyto gasalhado e homrroso acolhymemto.

Os ymfamtes com outros muitos navios correram aas prayas, outros a Castella, outros ouueram a costa do Allgarue, em tamto que pemsaram que os ymfamtes heram perdidos. Hũ navio em que hera Bellemdym (16) de Barbudo pareçee que ouue melhor viagem e foy portar a Lixboa. E quamdo lhe ellrrey pregumtou por seus filhos e lhe o outro comtou que não avia delles nouas, cullpouho muyto porque se viera sem elles ao rregno. E gram tempo [se] lhe mostrou por ello semtydo.

172

26 OUTUBRO 1419

Bula* Apostolice sedis, *de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, duque de Viseu, em que, a pedido de seu pai el-rei D. João I, lhe concede possa contrair matrimónio com a senhora que desejar, qualquer que seja o grau de consanguinidade e afinidade entre os dois, ressalvada porém a lei divina.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 58.

Variantes do Cód. B:

(14) *em tanto.*

(15) *no fallamento desta filhada de Çepta.* Cfr. *Crónica... de Ceuta*, caps. 55 e 56.

(16) *Bernaldim.*

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Henrico, duci Visensi, carissimi in Christo filij nostri Johannis, regis Portugalie jllustris nato, salutem, etc.

Apostolice sedis circumspecta benignitas, nonnunquam rigorem iuris mansuetudine temperans, de gracia benignitatis indulget quod iuris auctoritas interdicit, presertim cum id in Domino conspicit, personarum maxime sublimium statu et temporum qualitate pensatis salubriter expedire.

Hinc est quod nos, dicti regis progenitoris tui pro te, dilecto filio suo, nobis super hoc humiliter supplicantis ac tuis in hac parte supplicacionibus inclinati, tecum ut cum quacunque muliere, quocumque consanguinitatis uel affinitatis gradu tibi coniuncta, diuina tamen lege non prohibito, uos impedimentis que ex consanguinitate et affinitate huiusmodi proueniunt, non obstantibus, matrimonium inuicem libere contrahere et in eo, postquam contractum fuerit, licite remanere ualeatis, auctoritate apostolica, de speciali gratia, tenore presencium, dispensamus, prolem ex huiusmodi matrimonio suscipiendam legitimam nunciantes.

Nulli ergo etc. nostre dispensacionis infringere etc.

Si quis autem etc.

Datum Florencie, septimo kalendas nouembris, anno secundo (1).

---

(1) A Súplica respectiva, de D. João I, é de 5 de Maio anterior, — o DOC. 156. O infante D. Henrique não casou nem teve filhos. Assim o asseveraram os autores coevos: — «Luxurya nem auareza nunca em seu peito ouuerom repouso, porque assy foe temperado no primeyro auto, que toda sua vida passou em limpa castidade e assy que virgem o rrecebeo a terra» (ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 4); — «ledit seigneur don Henry, iij^e^ filz du roy, josne de xviij à xx ans *(alias 21)* et de son aaige très bel, de corps grant et puissant, lequel on disoit chaste vraiement, par sa grant vaillance» etc. (Depoimento do coevo companheiro da conquista de Ceuta, escrito entre 1457 e 1459, ANTOINE DE LA SALLE, *Du réconfort de Madame du Fresne*, editado por JOSEPH NÈVE, *Antoine de La Salle. Sa Vie et ses Ouvrages*, Paris-Bruxelles, 1903, p. 145); — «Non uolse mai prender dona, soto grande castita» (CADAMOSTO, *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 4); — «Dominus Infans vsque ad mortem virgo permansit» (Martinus de Behaim, *De prima inuentione Guynee*, p. 199). Com base certamente nos autores do séc. XV asseveraram o mesmo os do XVI (Cfr. DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo de situ Orbis*, liv. 1, cap. 22; RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 147, e JOÃO DE BARROS, *Ásia*, década 1, liv. 1, cap. 16).

Há anos, JOSÉ DE BRAGANÇA escreveu: — «Na Bib. Vaticana, o rev. dr. Maurício dos Santos viu um verbete do cardial Carampi que refere o pedido do Infante (D. Henrique) ao Papa, a favor de sua filha natural» (Na Introdução a GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, vol. 1, Porto, s. d., p. XXXI). Pouco depois, DUARTE LEITE acrescentava um ponto ao conto: — «O P.^e^ Domingos Mauricio dos Santos (S. J.) viu na Biblioteca do Vaticano um verbete do cardial Carampi, relativo a um pedido do infante D. Henrique ao papa em favor

Copyrighted material

173

14 NOVEMBRO 1419

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe, para mais se povoar e melhor se defender a cidade de Ceuta, onde o monarca faz habitualmente grandes despesas, e ainda para invasão das terras circunvizinhas, no que se trabalha diàriamente, prorrogue, pelo menos por mais 8 anos, a plenária remissão dos pecados em artigo de morte, anteriormente concedida pelo pontífice por 10 anos e depois por mais 7, às pessoas de ambos os sexos que viverem em Ceuta ou lá forem. Concedida como pede, gratuitamente.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 134, fl. 104 v. Referenciada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 428.

Beatissime pater.

Ad supplicacionem deuotissimi et fidelissimi sanctitatis vestre sancteque romane ecclesie filii Johannis, Portugalie et Algarbii regis, vt amplius populetur et melius defendatur ciuitas de Cepta, quam predictus rex a manibus infidelium eripuit, omnibus et singulis vtriusque sexus christifidelibus, qui in eadem ciuitate sunt, seu quos ad ipsam accedere contigerint (1) vsque ad septennium, plenariam remissionem omnium peccatorum suorum, in mortis articulo, si in eadem ciuitate uel extra eam decesserint, sanctitas vestra primo concessit, predictam autem gratiam ad decennium, finito predicto septennio, post ampliauit. Sed, pater beatissime, si predicta indulgencia ad maius tempus dilatetur, spes est quod

---

duma sua filha natural, que desejava prover numa comenda de Cristo» *(Coisas de vária história*, p. 209). Declarado por DE WITTE: «Nous avons examiné aux archives du Vatican les pages du *schedario* Garampi relatives au Portugal (vol. 83. f.° 151v. à 189) et n'y avons trouvé aucune mention d'un enfant naturel du Navigateur» (*Les bulles*, p. 461), MAGALHAES GODINHO arrojou-se a supor «já lá não se encontrar» o documento no arquivo do Vaticano (*Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. 3, p. 366). A pôr cobro a semelhante especulação acorreu, recentemente, o próprio e probo historiador P. MAURICIO GOMES DOS SANTOS, *História e Mito Henriquinos* (Na rev. *Brotéria*, vol. 68, pp. 272 a 279), donde nos permitimos extratar este oportuno comentário: — «...mais triste e sintomática nos parece esta obstinação de historiógrafos contemporâneos para sublinhar doentiamente traços escuros, não por amor da verdade, mas como se as fisionomias sem jaça dos heróis os estonteassem nas alturas» (p. 279).

(1) No ms. *contingerint*.

predicta ciuitas adeo populabitur, quod non solum dicte ciuitatis incole eam defendent, sed terras circumuicinas predictorum inuadent, sicut cotidie faciunt.

Supplicat sanctitas vestra idem rex quatinus illam dignemini vltra prorogare, saltem vsque ad alios octo annos, vt fructus iam dictus inde sequatur et predictus rex in expensis, quas in dies dinumerabiles facit, aliquantulum releuetur.

Fiat vt petitur. O. Et gratis. O.

Datum Florencie, decimo octauo kalendas decembris, anno secundo.

174

14 NOVEMBRO 1419

Bula Quia dilatacionem, *de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a renovar-lhe por mais oito anos os privilégios espirituais que outorgara anteriormente, a seu pedido, por sete e por dez anos, aos habitantes da cidade de Ceuta.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 202, fl. 58 v.
Revelada e sumariada por DE WITTE, *Les bulles*, p. 694.

Martinus, etc.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem, etc.

Quia dilatacionem fidei catholice et christiane religionis augmentum paternis zelamus et exoptamus affectibus, proinde libenter indulgemus et clementi benignitate liberaliter impartimur et concedimus ea que ipsius orthodoxe fidei et fidelium protectioni conferunt et augmento.

Dudum igitur, tuis eciam in hac parte deuotis supplicacionibus inclinati, ad defensionem ciuitatis de Cepta, quam de tirannica seruitute gentilium et infidelium nationum, regia uirtute, potenter eripiens, salutifero Christi iugo submisisti et acquisiuisti ecclesie, per nostras alias litteras indulsimus ut uidelicet confessor ydoneus, quem singuli fidelium sexus utriusque in ipsa ciuitate presencialiter et eciam infra septennium, a die notificacionis ipsarum litterarum nostrarum in illis faciende partibus computandum, moram trahentes duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, plenam in mortis

articulo remissionem, auctoritate apostolica, concedere ualeat, modo et forma contentis in ipsis litteris, quarum tenor, de uerbo ad uerbum, inferius describitur.

Cum etiam postmodum, eandem gratiam plenarie remissionis omnium peccatorum a fine prefati septennij usque ad decennium, per nostras alias litteras, quarum etiam tenor de uerbo ad uerbum inferius inscribitur, duximus prorogandum.

Nunc, uero, ut ciuitas ipsa de Cepta, successu temporis longioris, ab ipsis diucius et copiosius frequentata inhabitataque fidelibus ad christianitatis aduersus infideles propugnaculum et defensionem potencius muniri roborarique possit tantoque feruentius animentur fideles ad illam inhabitandam protegendamque ciuitatem et ut uberius confluant ad eandem quo se maioribus stipendijs spiritualibus et gratiarum muneribus conspexerint adiuuari; nos, de amplioris gratie dono eandem plenarie remissionis omnium peccatorum indulgenciam, per nos modo et forma expressis in ipsis apostolicis litteris concessam, a fine prefati decennij in ipsis litteris descripti usque ad octo annos immediate sequentes, apostolica auctoritate, tenore presentium, prorogamus.

Tenores autem prefatarum litterarum nostrarum, quarum totum effectum, ualorem et efficaciam prorogamus, sequitur in hec uerba.

Segue-se a transcrição das letras do mesmo pontífice Ab eo qui humani *e* Cum omnia virtutum, *os nossos DOCS.* **154** *e* **170**.

Nulli ergo etc. nostre concessionis, prorogacionis et voluntatis infringere etc.

Si quis autem etc.

Datum Florencie, decimo octauo kalendas decembris, anno secundo.

175

1419-1420

Como foi redescoberto o arquipélago da Madeira pelos escudeiros do infante D. Henrique João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira e como foram povoados aquele e o dos Açores (1).

---

(1) Conquanto os nossos cronistas sejam unânimes em atribuir o descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira a pessoal do infante D. Henrique e o declare o próprio, em carta testamentária de 18 de Setembro de 1460 (Publicada por ex. em

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 83. — Sobre o assunto pode ver-se também: *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 108-118 e 203-207; DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo «de situ orbis»*, Prólogo; JOÃO DE BARROS, *Asia*, Dec. 1, liv. 1, cap. 3; e demais bibliografia aduzida por DAMIÃO PERES, *Obra e lugs. infracitados.*

Porquanto eu disse no quinto capitollo desta obra, onde faley das cousas specyaaes que o jffante fez por seruiço de Deus e honra do rregno, antre as outras que elle tijnha fectas, assy era a pouoraçom das jlhas (2), quero aquy fallar breuemente da dicta pouoraçom, quanto mais pois, em estes passados capitollos, tenho falla[do] das jlhas de Canarea (3).

E foe assy que, em casa do jffante, auya dous scudeiros nobres, de criaçom daquelle ssenhor, homeens mancebos e pera muyto, os quaaes, despois da vijnda que o jffante fez do descerco de Cepta (4), quando a o poderyo daquelles rrex mouros teue cercada juntamente, segundo ja dissemos, rrequererom que os auyasse como podessem fazer de ssuas honras, come homeens que o muyto deseiauam, parecendolhes que seu tempo era mal despeso se nom trabalhassem algũa cousa per seus corpos.

E, veendo o jffante suas boas voontades, lhes mandou aparelhar hũa barcha, em que fossem darmada contra os mouros, encaminhandoos como

---

SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 579), os mais recentes historiadores portugueses retrotraem o descobrimento daquele arquipélago para antes dos meados do século XIV, atenta a precisão com que são localizadas as ilhas respectivas em cartas desde a de Dulcert de 1339; pelo que, denominam *redescobrimento* o achamento do mesmo arquipélago pelo pessoal henriquino, na segunda década do século XV (Cfr. DAMIÃO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 15 e ss., e e JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 233). Sobre o lendário descobrimento da Madeira, aliás tardio e ignorado dos nossos cronistas, veja-se D. PERES, *Obra cit.*, pp. 45 e ss. e a bibliografia ali aduzida.

(2) Eis o passo em referência: — «Elle (D. Henrique) fez povoar no grande mar occiano cinquo jlhas, as quaaes, ao tempo da composiçom deste liuro, estauam em rezoada pouoraçom, specialmente a jlha da Madeira. E, assy desta como das outras, sentirom os nossos rregnos muy grandes proueitos, a saber, de pam e açuquar e mel e cera e madeira e outras muytas cousas, de que nom tam soomente o nosso rregno, mas ajnda os estranhos ouuerom e ham grandes prouentos».

(3) O autor alude às Ilhas Canárias nos capítulos 79, 80, 81 e 82.

(4) Discute-se a data em que se efectuou o descerco de Ceuta, com base na discrepância das afirmações de ZURARA, que ora o situa três anos ora quatro após a conquista da cidade (Cfr. *Crónica... de Guiné*, cap. 5, e *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 62, e liv. 2, cap. 5). E da fixação daquela data depende a do ano do redescobrimento do arquipélago madeirense. DAMIÃO PERES, *Obra cit.*, p. 58, situa-o na primavera de 1419, no que é seguido por JAIME CORTESÃO, *Obra cit.*, p. 232. Os nomes dos mancebos em referência são dados adiante pelo cronista.

fossem em busca de terra de Guinee, a qual elle ja tijnha em voontade de mandar buscar (5). E, como Deus querya encaminhar tanto bem pera este rregno e ajnda pera outras muytas partes, guyouhos assy que, com tempo contrairo, chegarom aa jlha que se agora chama do Porto Sancto, que he junto com a jlha da Madeira, na qual pode auer sete legoas em roda. E, estando assy ally per algũus dyas, sguardarom bem a terra e pareceolhe que serya grande proueito de sse pouorar.

E, tornando dally pera o rregno, fallarom sobrello ao jffante, contandolhe a bondade da terra e o deseio que tijnham acerca de sua pouoraçom, de que ao jffante muyto prouue, ordenando logo como podessem auer as cousas que lhe compriam pera se tornarem aa dicta jlha. E, andando assy em este trabalho de sse encaminharem pera partyr, se ajuntou a ssua companha Bertollameu Perestrello, hũu fidalgo que era da casa do jffante dom Joham. Os quaaes, teendo todas suas cousas prestes, partiram vyagem da dicta jlha.

E acertousse que, antre as cousas que leuauam consigo pera lançarem na dicta jlha, assy era hũa coelha, a qual fora dada ao Bertollameu Perestrello per hũu seu amjgo, jndo a coelha prenhe em hũa gayolla; e acertousse de paryr no mar e assy leuarom todo aa jlha. E, sseendo elles alloiados com suas cabanas, pera ordenarem suas casas, soltarom aquella coelha com seus filhos pera fazer criaçom; os quaaes, em muy breue tempo, multiplicarom tanto, que lhe empacharom a terra, de guisa que nom podyam semear nhũa cousa que lhe elles nom stragassem. E he muyto pera marauilhar; porque acharom que, no anno seguinte que ally chegarom, matarom delles muy muytos, nom fazendo porem mingua; por cuja rezom, leixarom aquella jlha e passaronse aa outra da Madeira, que sera quareenta legoas em cerco e doze do Porto Sancto. E ally ficarom os dous, a saber, Joham Gonçalluez e Tristam; e Bertollameu Perestrello se tornou pera o rregno.

Esta segunda jlha acharom boa, specialmente de muy nobres auguas corredyas, que leuam pera regar a qualquer parte que querem. E começarom ally de fazer suas sementeiras muy grandes, de que lhes vierom muy abastosas nouidades. Desy, virom a terra de boons aares e saadya e de muytas aues, que logo no começo tomauam com as mãaos, e assy outras muytas bondades que acharom na dicta jlha. Fezerom assy todo

---

(5) De sublinhar este passo, a dizer-nos que, desde 1419, era programa do infante D. Henrique buscar as terras de Guiné, o que excede o praso marcado pelo mesmo cronista no capítulo 9 da presente obra, ao asseverar que, no ano de 1433, havia já 12 anos consumidos em tentativas da passagem do Cabo do Bojador. Donde será lícito inferir: embora começado a executar apenas pelos anos de 1421, o programa henriquino data dos anos de 1419 ou 1420 e o descobrimento português das Ilhas Adjacentes constitui o primeiro passo do desenvolvimento desse programa.

saber ao jffante, o qual se trabalhou logo de enuyar la outras gentes e corregimento de jgreia com seus clerigos, de guisa que, em muy breue tempo, foe grande parte daquella terra aproueitada.

E, consijrando o jffante como aquelles dous homeens forom começo de ssua pouoraçom, deulhes a principal gouernança da jlha, a saber, a Joham Gonçaluez Zarco, que era hũu nobre homem, o qual fora caualleiro no cerco de Tanger, em hũa batalha que ally o jffante venceo, em hũa quinta feira, da qual a Estorea do Regno mais compridamente faz mençom; e ia este Joham Gonçalluez fora em outras muytas boas cousas, specialmente no dececrco de Cepta, no desbarato dos mouros que se fez no dya da chegada. E a este deu o jffante a gouernança daquella jlha, donde sse chama a parte do Funchal (6). E a outra parte, que se chama do Machico, deu a Tristam, o qual tambem fora caualleiro em hũa caualgada que se fez em Cepta, homem assaz ardido, mas nom tam nobre em todallas outras cousas come Joham Gonçalluez (7).

E foe o começo da pouoraçom desta jlha no anno do nacimento de Jhesu Christo de mil e iiij^{c}.xx annos (8). A qual, ao tempo da feitura desta estorya, estaua em razoada pouoraçom; ca, auya em ella CL. moradores, afora outras gentes que hi auya, assy como mercadores e homeens

---

(6) Desconhece-se o texto e data da atribuição pelo infante D. Henrique a João Gonçalves Zarco da capitania da ilha da Madeira na parte do Funchal. Aquele figura em documento de 1426 (?), como distribuidor de terras, por ordem de el-rei D. João I, aos povoadores das ilhas (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 109; em 3 de Maio de 1447 diz-se «rregedor por ho dicto ssenhor (o infante D. Henrique) em a jlha da Madejra, em ho Fonchall e seus termos» (Documento publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 453); em 2 de Março de 1450, o infante D. Henrique afirma que Zarco tem a capitania da ilha da Madeira «na parte do Funchal» (*Ibi*, p. 471); e, em 1 de Novembro do mesmo ano, o Navegador concede-lhe a capitania de parte da ilha da Madeira desde além do rio do Caniço, através da serra, até à ponta de Tristão (*Ibi*, p. 483).

(7) Em 8 de Maio de 1440, portanto dez anos antes da concessão pelo infante da capitania do Funchal a Zarco, nos termos do último documento retrocitado, o infante D. Henrique doou a Tristão, cavaleiro de sua casa, a capitania de parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço até à ponta de Tristão (Na *Obra e vol. retrocits.*, p. 403).

(8) Na carta de doação do espiritual das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta à Ordem de Cristo, de 1460, já acima citada, D. Henrique asseverou: — «começei de pouorar a mjnha jlha da Madeira auera ora xxxb anos e jsso meesmo a do Porto Santo e desy prosegujndo a Deserta, das quaaes jlhas que assy edifiquej e nouamente achej...», — o que equivale, portanto, aos anos de 1425. No original de sentença do Dr. Diogo Pinheiro, Vigário de Tomar, das Ilhas e da costa guineense, de 20 de Fevereiro de 1499, lê-se — «podera bem auer oytenta annos que a dicta jlha era achada pouco mais ou menos e sse começara de pouorar» (ANTT., *Arquivo do Cabido da Sé do Funchal*, maço 1, n.º 1), — o que nos reporta ao ano de 1419. Por duas vezes se faz aquela afirmação no documento em causa.

e molheres solteiros e mancebos e moços e moças, que ja nacerom na dicta jlha, e esso meesmo clerigos e frades e outros que vãao e veem, por suas mercadaryas e cousas que daquella jlha nom podem scusar.

E, na era de mil e iiij^{c} Rv. annos, mandou o jffante a hũu caualleiro, que se chama Gonçallo Velho, comendador que era na ordem de Christus, que fosse pouoar outras duas jlhas, que estam afastadas daquellas CLxx legoas ao noroeste (9). E hũa daquestas começou o jffante dom Pedro de mandar pouorar, com prazimento de seu jrmãao. E seguyusse sua morte em breue, pello quall ficou despois ao jffante dom Henrique. E a esta posera o jffante dom Pedro nome a jlha de Sam Miguel, pella singullar deuaçom que el sempre ouuera em aquelle sancto (10).

E tambem fez o jffante dom Henrique tornar aa jlha do Porto Sancto Bertollameu Perestrello, aquelle que primeiramente fora com Joham Gonçalluez e com Tristam, que a fosse pouorar; pero, com a multidom dos coelhos, que caasy som jnfijndos, nom se pode em ella fazer laura, soomente se criam ally muytos gaados e apanhasse sangue de dragom, que trazem a uender a este rregno e assy leuam a outras muytas partes (11). E fez lançar gaado em outra jlha que esta a ssete legoas da jlha da Madeira, com entençom de a mandar pouorar como as outras, a qual se chama a jlha Deserta. E, destas vij. jlhas, as quatro som tamanhas como a da Madeira e as tres mais pequenas.

E, por acrecentamento da ordem de Christus, cujo gouernador o jffante era ao tempo da dicta pouoraçom, deu aa dicta ordem todo

---

(9) Sobre a discutida data do descobrimento dos Açores veja-se DAMIÃO PERES, *Obra cit.*, pp. 59 e ss., o qual, relativamente aos grupos oriental e central do arquipélago, os primeiro conhecidos, afirma: — «Em resumo, o pouco que com suficiente segurança pode afirmar-se a respeito das primeiras navegações portuguesas nas águas açorianas consiste no seguinte: em 1427, um navio pilotado por Diogo de Silves atingiu o arquipélago açoriano, de que em 1439 eram já conhecidas as sete ilhas que compõem os grupos oriental e central; entre essas duas datas enviou o Infante expedições de reconhecimento, que ali foram lançar animais domésticos. É ainda plausível que essas expedições tivessem tido lugar em 1431 e 1432, e que as comandasse Frei Gonçalo Velho» (pp. 68-69). O diploma mais antigo conhecido sobre os Açores é a carta da Regência de 2 de Julho de 1439, a conceder a D. Henrique o povoamento das sete ilhas dos Açores, onde ele já mandara lançar ovelhas (Publicado por ex. em *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 402).

(10) Sobre a origem desta devoção de D. Pedro pode ver-se RUI DE PINA, *Crónica de... D. Afonso V*, cap. 126.

(11) Em 1 de Novembro de 1446, o infante D. Henrique doou a' Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes primogénitos para sempre a ilha do Porto Santo, «por elle ser o primeiro que, per meu mandado, a dicta ylha pobrou e por outros muitos seruiços que me fez» (Publicada em SILVA MARQUES, *Obra e vol. cits.*, p. 449).

o spritual da jlha da Madeira e do Porto Sancto e todo o spritual e temporal da outra jlha, de que fez comendador Gonçalo Velho. E mais da jlha de Sam Miguel lhe leixou o dizemo e ameetade dos açucaraaes (12).

176

7 JANEIRO 1420

Carta de el-rei D. João I, a nomear administrador dos bens que deixara em testamento Sancha Anes de Palhavã, para sufrágios por sua alma, a Pedro Eanes, contador do infante D. Henrique, por morte do último administrador dos mesmos.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 39.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que PedrEannes, contador do jffante dom Anrrique, meu filho, nos dise que Sancha Anes de Palhauãa, ja finada, fez seu testamento, no qual apartou certos beens dos que auja em termo da cidade de Lixboa e em outros lugares, de raiz, pera se per elles auerem de dizer, em cada hũu anno, em Santa Justa da dicta cidade, por dia de Todollos Sanctos, hũa mjsa officiada e leuarem em oferta duas marrãas e dous cestos de pam aluo e dous almudes de vinho pollo dicto dia

E, pera esto fazerem e auer de conprir em cada hũu anno, leixou dos dictos beens por amjnjstrador Vicente Afonso, morador em a dicta cidade, e que, morto elle, ficase o dicto encargo a seu filho de fazer conprir o que suso dicto he e assy per linha djreita; e que os dictos beens nem parte delles nom pudesem seer uendidos nem em alheados nem em outras pesoas transmudados, mais sempre enteiramente andarem em a pesoa do dicto Vicente Afonso e seus sucesores, como menjstradores pera sempre, elles

(12) Aparte a alusão à carta testamentária já citada de 1460, de doação espiritual da Madeira à Ordem de Cristo, os factos aqui aduzidos pelo cronista não são testemunhados por diplomas conhecidos. Gonçalo Velho já era comendador das ilhas açorianas em 5 de Abril de 1443 (Cfr. *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 425); e, em carta henriquina de 19 de Maio de 1460, a regular a administração da justiça nas ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, é dito aquele pelo infante «meu cavaleiro e capitão por mim em minhas ilhas de Santa Maria e São Miguel, dos Açores» *(Ibi*, p. 569).

auer de manteer pera sempre as cousas suso dictas, segundo esto e outras cousas se contem no testamento da dicta Sancha Annes.

O qual Vicente Afonso, per uertude do dicto testamento e clausullas delle, ouue e cobrou a posse dos dictos beens, como amjnjstrador, e os ouue em sua vida, mantendo e conprindo as cousas suso dictas ataa sua morte. E, despois de sua morte, ficarom os dictos beens e amjnjstraçom delles a seu filho Martim Vicente, o qual os assy ouue e amjnjstrou com os dictos encargos ataa sua morte; e, per sua morte, ficarom os dictos beens e amjnjstraçom delles a Lourenço, filho do dicto Martim Vicente Moço, que era aaquelle tenpo meyor de hidade, ao qual foe dado titor, a saber Joham Dominguez, torneiro, morador que foe em a dicta cidade, que teue encargo de amjnjstrar os dictos beens em nome do dicto Lourenço.

O qual Lourenço ha gram tenpo que se ausentou destes regnos pera outras partes, ha bem xbiij annos, que nom pode seer achado nem nouas del, pero per o titor sobredicto fosse requerido, e se morreo sem auendo hi filho que ouuese dauer a amjnjstraçam dos dictos beens. E assy a dicta amjnjstraçam era e he uaga, per morte do dicto Lourenço, e pertencia a nos de djreito de dar amjnjstrador a elles. E que nos pedia que lhe fizesemos mercee dos dictos beens e amjnjstraçom delles que aujam os sobredictos.

E nos, veendo o que nos dizia e pedia, se assy he como elle diz e a dicta amjnjstraçom perteence a nos; teemos por bem e damollo por amjnjstrador dos dictos beens e amjnjstraçom delles, assy e pella guisa que o eram os sobredictos e seus sucesores que depos elle vierem per linha djreita, fazendo elle, em cada hũu anno, por a alma da dicta Sancha Annes, as cousas suso dictas. E, per esta presente carta, lhe damos poder que possa amjnjstrar os dictos beens e os aproueitar e arrendar a quem por elles mais der, gardando as clausullas contheudas no dicto testamento.

E que outrossy possa demandar todos aquelles ou aquelas que os dictos beens ou parte delles quiserem ocupar ou puserem algũu embargo, per qualquer guisa que seia, perante quaaesquer jujzes e justiças que ouuerem e deuam dauer dello conhicimento.

E mandamos ao corregedor da dicta cidade e a outros quaaesquer jujzes e justiças a que esto perteencer, se achardes que assy he como elle diz, que o metades em posse o dicto PedrEannes dos dictos beens e amjnjstraçom delles ou a seu certo procurador e lhe leixedes auer e lograr e posujr e receber as rendas e foros e djreitos delles, sem outro nehũu embargo que lhe sobre ello seia posto. E defendemos ao dicto Pedro Eannes que nom uenda nem possa uender nem dar nem scambar nem per outra guisa em alhear os dictos beens nem parte delles. E, posto que o fazer queira, nom seia ualioso tal uenda nem scambo. E, em testimunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em a dicta cidade, bij dias de janeiro. Elrrey o mandou per Gonçalo Caldeira, seu uasallo, scpriuam da sua camara, nom seendo hi os ueedores da sua fazenda, a que esto perteencia. Joham Afonso a fez. Era de mjl iiij^{c} Lbiij annos.

177

15 JANEIRO 1420

Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Diogo Fernandes Homem, criado do infante D. Henrique, filho de Nuno Fernandes Homem, Comendador do Casal, e de Isabel Roiz, mulher solteira.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 18.
Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 468.

Outra legitimaçam ouue Diego Ferrnandez Homem, criado do iffante dom Anrrique, filho de Nuno Ferrnandez Homem, comendador do Casal, e de Jsabella Roïz, molher solteira ao tempo da nacença do dicto Diego Ferrnandez, etc.

Em Lixboa, xb dias de janeiro de mjl iiij^{c} Lbiij annos.

178

20 FEVEREIRO 1420

Carta de Filipe o Bom, duque de Borgonha, a confirmar, a pedido dos mercadores, mestres de navios, marinheiros e demais súbditos do rei de Portugal e para incremento do comércio de Flandres, a carta de seu pai João Sem Medo, de privilégios aos mesmos, de 26 de Dezembro de 1411.

ANTT., *Casa da feitoria portuguesa de Antuérpia*, caixa 3, maço A, n.º 9, — donde se reproduz. Original com o selo bastante danificado.
Publicada por BRAAMCAMP FREIRE, *A feitoria de Flandres*, p. 422.

Phelippe, duc de Bourgoingne, conte de Flandres, dArtois et de Bourgoingne palatin, seigneur de Salins et de Malines. A tous ceulx qui ces presentes lectres verront, salut.

Sauoir faisons nous auoir fait veoir par aucuns et plusieurs des gens de nostre conseil les lectres patentes de feu nostre tres redoubte seigneur et pere, dont Dieu ait lame, scellees de son grant scel, en cire vermeille et double queue pendant, desquelles la teneur est telle.

Segue-se a transcrição da carta de João Sem Medo de 26 de Dezembro de 1411, — o DOC. 8.

Lesquelles lectres dessus transcriptes et tous les poins, articles, graces et franchises contenues en jcelles, a lumble supplicacion et requeste des marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit royaume de Portugal, et pour le bien, auancement et augmentacion de la marchandise, que desirons de plus en plus estre excercee, multipliee et accreuee en nostre pais de Flandres;

Nous auons, par grant et meur aduis et deliberacion sur ce euz auecques plusieurs des gens de nostre conseil, loe, gree, consenti, rratiffie et approuue; louons, greons, consentons, ratiffions, approuuons et, se mestier est, de nostre grace especiale et a nostre science, auctorite et plaine puissance, par ces presentes, confirmons, voulans, pour nous et noz hoirs et successeurs, selon que nostre dit feu seigneur et pere lauoit voulu et octroye, par ses dictes lectres cy deuant incorporees, iceulx poins, graces, articles et franchises et chacun a par lui estre tenuz bien et fermement aux dessusdits marchans, maistres de nefz, maronniers et subgiez du dit royaume de Portugal, sans enfraindre ou aler a lencontre, a tousiours mais perpetuelment, se ne feust que, pour aucune cause, jl nous pleust ces poins, graces et preuileges rappeller, laquelle chose nous pouuons faire touteffois quil nous plaira.

Et, en cellui cas, se nous les rrappellons, les dessusdiz marchans, maistres de nefz (1), maronniers et subgiez auront, apres jcellui rrappell a eulx signiffie, trois mois despace, pour vidier paisiblement hors de nostre dit pais de Flandres et juridicion, a toutes leurs nefz, biens et marchandises et tout ce que a eulx et ausdictes nefz appartient, sauues les loys, previleges, franchises et ordonances faictes et donnees par noz deuanciers et nous aux villes et bonnes gens de nostre pais de Flandres dessusdit; lesquelles, entre tous autres cas et personnes, nous voulons du tout demourer en leur vertu. En tesmoing desquelles choses et pour ce que voulons quelles soient bien et fermement tenues, par la maniere que dessus sont escriptes et declarees, nous auons fait mectre et appendre nostre grant scel a ces presentes.

---

(1) No ms. *nez* por *nefz*, certamente por equívoco do escrivão.

Donne en nostre ville de Gand, le vintiesme jour de feurier, lan de grace mil quatrecens et vint.

Sobre a dobra: Par monseigneur le duc,
vous et autres presens.

Bouesseau. Colon est faicte (2).

179

25 MAIO 1420

Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda a regência e o governo da Ordem Militar de Cristo a seu filho o infante D. Henrique, para aproveitamento dos rendimentos da mesma na guerra contra os sarracenos e na dilatação da fé católica, pois alguns Mestres os dispenderam em fins ilícitos, bem diversos daqueles para que a Ordem fora instituída.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 143, fl. 2 v. Encontrado o presente texto por P. ANTONIO BRASIO, em investigação para *Monumenta Henricina*, foi pelo mesmo revelado, aproveitado e comentado em *A Acção Missionária no Período Henriquino*, p. 62.

Beatissime Pater. Cum olim, per serenissimos reges Portugalie et Algarbi[j], ad impugnationem inimicorum crucis Christi, pro defensione fidelium, fuerit fundatus et dotatus castris, villis (1) et alijs possessionibus ordo milicie Christi, qui per magistrum est solitus gubernari et, proh

(2) Sobre Filipe o Bom, filho único e herdeiro de João Sem Medo no ducado de Borgonha, pode ver-se o recente estudo de JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, pp. 181 a 236, e a bibliografia ali aduzida. Como é sabido, ele casou em 1430, em terceiras núpcias, com a infanta D. Isabel, filha de el-rei D. João I de Portugal (Cfr. SOUSA VITERBO, *D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha* e a restante bibliografia citada por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, vol. 2, p. 46, nota 1, e bem assim a mencionada no referido estudo de CALMETTE, p. 206). Pode ver-se também LUC HOMMEL, *Marie de Bourgogne ou le grand héritage*, Paris, 1951, pp. 161 e ss..

Como já observou B. FREIRE, antes da D. Isabel, demos a Flandres, em matrimónio, a gentil infanta D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, em 1184, casada com Filipe de Alsácia, conde de Flandres, a qual passou a chamar-se Matilde, e, em 1211, o infante D. Fernando, filho de Sancho I, à órfã Joana, condessa de Flandres (*A feitoria*, p. 323). De maneira que, Portugal e Flandres, de tempos remotos, se achavam ligados não só por interesses comerciais, mas ainda por laços matrimoniais.

(1) No ms. *vallis*.

Copyrighted material

dolor, temporibus nostris, qui magistratui illi prefuerant, potius redditus et prouentus ipsius magistratus ad vsus illicitos exposuerunt, quam ad id ad quod fundatus fuerat magistratus ipse deuotusque filius vestre sanctitatis Johannes, predictorum regnorum rex, quodammodo assidue contra perfidos saracenos guerram faciat, de quorum manibus, eciam suffragante gratia diuina, eripuerit nobilem ciuitatem Cepte, in Affrica existentem, et religioni christiane subiugauit, pro cuius custodia etiam continue magna expensarum onera cogitur subire.

Supplicat sanctitati vestre quatenus dictum magistratum, iam vacantem per obitum Lopi Didaci, extra romanam curiam defuncti, dignemini carissimo eius filio infanti Henrico terciogenito concedere regendum et gubernandum etc., ut, contra eosdem saracenos, pro augmento christiane religionis et in alios suos usus, fructus expendere ualeat, de gratia speciali, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque.

Fiat ut petitur, ad beneplacitum nostrum. O.

Datum Florencie, octauo kalendas junij, anno tercio.

180

25 MAIO 1420

Bula Jn apostolice dignitatis specula, *de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, em que, a pedido de el-rei D. João I seu pai, o nomeia Administrador Geral da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, por morte do derradeiro Mestre D. Lopo Dias, enquanto for seu beneplácito; porque, instituída outrora aquela Ordem para combater os sarracenos e outros infiéis e para defender os cristãos e dotada para tanto de castelos, vilas e outras possessões e bens, alguns dos seus Mestres Gerais aplicaram os rendimentos dela a outros fins, com escândalo do reino, os quais o monarca referido deseja aproveitar agora na guarda e defesa da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos mouros e que lhe causa grandes despesas, na certeza de que, cometida a administração da dita Ordem ao infante D. Henrique, os seus rendimentos serão aproveitados em benefício da fé cristã, da luta contra os infiéis e ainda na conservação e honra da própria Ordem.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 208, fl. 198 v. A presente bula e os três textos pontifícios subsequentes, encontrados por P. ANTÓNIO BRÁSIO, em investigação para *Monumenta Henricina*, foram pelo mesmo revelados, aproveitados e comentados em *A Acção Missionária no Período Henriquino*, pp. 61 e ss.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris nato, administratori generali ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, per sedem apostolicam deputato, salutem, etc.

Jn apostolice dignitatis specula, licet immeriti, disponente Domino, constituti, pro singulorum christiane religionis ordinum statu salubriter dirigendo, quantum ex alto nobis conceditur, solicite cogitamus et ipsis dum vacationis incommoda deplorare noscuntur ut gubernatorum utilium pociantur presidio libenter, prout ipsorum necessitas et temporis qualitas exigit, prouidemus.

Sane sicut exhibita nobis nuper pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, peticio continebat, licet ordo milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis ab olim per inclite memorie Portugalie et Algarbij reges, ipsius Johannis regis progenitores, in dictis regnis laudabiliter et presertim ad impugnandum pro tempore sarracenos ac alios infideles et crucis Christi inimicos et persequendum eosdem necnon pro christifidelium defensione institutus, multisque castris, villis et alijs possessionibus et bonis nobiliter dotatus fuerit; tamen, nonnulli magistrorum generalium dicti ordinis quj pro tempore fuerunt fructus, redditus et prouentus ipsius ordinis, non pro impugnatione et persecutione sarracenorum infidelium et inimicorum huiusmodi, sed in alios vsus, ad eorum libitum, non sine scandalo dictorum regnorum conuerterunt; quodque ipse Johannes rex, quj eosdem sarracenos infideles et inimicos ad presens impugnat quantum potest dirisque cum ipsis assidue guerris inuoluitur, de quorum etiam manibus ciuitatem de Cepta, cum Dei adiutorio, eripuit et huiusmodi christiane religioni subiugauit pro cuiusque ciuitatis custodia et conseruatione continue magna subire cogitur onera expensarum, spem tenet indubiam quod, si administratio dicti ordinis, quj per magistrum gubernari consueuit cuiusque magistratus per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti, ad presens vacare dinoscitur, tibi committeretur, hoc in non modicum cederet christiane fidei et prosecutionis huiusmodi impugnationum augmentum et etiam eiusdem ordinis ad talia, ut premittitur, principaliter instituti conseruacionem et honorem.

Nos igitur, premissis etiam alias fidedignis relatibus intellectis, attendentes quod tu, eiusdem Johannis regis genitoris tui consilio, fauore et potencia interuenientibus poteris, Deo tibi propicio, eidem ordini ac in impugnationum et guerrarum earumdem prosecutione esse quamplurimum fructuosus; te, pro quo etiam dictus Johannes rex, asserens te dilectum terciogenitum suum nobis super hoc humiliter supplicauit, administrato-

Copyrighted material

rem dicti ordinis, usque ad nostrum beneplacitum, auctoritate apostolica, tenore presentium, constituimus et etiam deputamus, curam, regimen et administrationem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius tibi plenarie committentes, ut dictum ordinem tue administrationi commissum, iuxta datam tibi a Deo prudenciam, regas, dirigas et augmentes ac de eius fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis ordines et disponas et illos in tuos et dicti ordinis ac prosecutione impugnationum et persecutione prefatarum usus conuertas, prout veri magistri ipsius ordinis, quj fuerunt pro tempore, de illis ordinare et disponere potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione tamen bonorum immobilium et preciosorum mobilium eiusdem ordinis tibi penitus interdicta.

Tu igitur, circa ipsius ordinis administrationem et regimen, feliciter et fideliter exercenda, te sic exhibeas fructuosum, quod idem ordo, diuina tibi fauente clementia, sub tua gubernatione, prouida et salubri votiuis continue amplietur, commodis et salubribus proficiat incrementis, nosque tue diligencie studium fructuosum possimus dignis in Domino laudibus merito commendare.

Datum Florencie, octauo kalendas junij, anno tercio.

181

25 MAIO 1420

Letras Cum nos hodie, *do papa Martinho V, dirigidas aos freires do Convento da Ordem da Milicia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 208, fl. 199 v.

Martinus, etc.

Dilectis filijs conuentui ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, salutem, etc.

Cum nos hodie dilectum filium nobilem virum Henricum, carissimi in Christo filij nostrj Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris

natum, in administratorem generalem ordinis vestri, quj per magistrum gubernari consueuit et cuius magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti vacabat, auctoritate apostolica, usque ad nostrum beneplacitum, constituerimus et etiam deputauerimus, curam, regimen et administrationem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius sibi plenarie committentes, discrecioni vestre, per apostolica scripta, mandamus, quatenus eundem administratorem, grato admittentes honore ac exhibentes sibi, huiusmodi durante beneplacito, obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, eius salubria monita et mandata suscipiatis humiliter et efficaciter adimplere curetis. Alioquin, sentenciam siue penam, quam idem administrator rite tulerit seu staturit in rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari.

Datum Florencie, octauo kalendas junij, anno tercio.

182

25 MAIO 1420

Letras Cum nos hodie, *do papa Martinho V, dirigidas a todos os vassalos da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 208, fl. 199 v.

Martinus, etc.

Dilectis filijs vniuersis vassallis ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, salutem, etc.

Cum nos hodie dilectum filium nobilem virum Henricum, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris natum, in administratorem generalem ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, quj per Magistrum gubernari consueuit et cuius magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi

ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti vacabat, auctoritate apostolica, usque ad nostrum beneplacitum, constituerimus et etiam deputauerimus curam, regimen et administracionem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius sibi plenarie committentes; discrecioni vestre, per apostolica scripta, mandamus, quatenus eundem administratorem, dicto durante beneplacito, debito prosequentes honore ac ipsius monitis et mandatis salubribus humiliter intendentes ei fidelitatem solitam necnon consueta seruicia et iura a vobis sibi debita exhibere integre studeatis. Alioquin, sententiam siue penam, quam idem administrator rite tulerit seu statuerit in rebelles, ratam habebimus et faciemus, auctore [Domino], usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari.

Datum Florencie, octauo kalendas junij, anno tercio.

183

25 MAIO 1420

Letras Cum nos hodie, *do papa Martinho V, dirigidas a todos os Comendadores das casas da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 208, fl. 200.

Martinus, etc.

Dilectis filijs vniuersis preceptoribus domorum ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, salutem, etc.

Cum nos hodie dilectum filium nobilem virum Henricum, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris natum, in administratorem generalem ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij regnis consistentis, quj per magistrum gubernari consueuit et cuius magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, vltimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti, vacabat,

auctoritate apostolica, usque ad nostrum beneplacitum, constituerimus et eciam deputauerimus curam, regimen et administracionem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iurium et bonorum ipsius sibj plenarie committentes; vniuersitatem vestram rogamus, monemus et hortamur attente, per apostolica uobis scripta mandantes quatenus eidem administratorj, dicto durante beneplacito, tanquam membra capiti obsequentes, exhibeatis eidem obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, ita quod mutua inter uos gracia gratos sorciatur effectus et nos deuocionem vestram possimus, propter hoc, dignis in Domino laudibus commendare.

Datum Florentie, octauo (1) kalendas junij, anno tercio.

184

26 MAIO 1420

Letras Sincere deuocionis affectus, *do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa ter altar portátil e que sobre ele, em sua presença e em lugares honestos e convenientes, celebrem missa e demais ofícios divinos, sem prejuízo de direito alheio.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 251 v., texto completado pelo de *Reg. Vat.*, vol. 176, fl. 308, como indicam os colchetes. No fl. 244 da primeira fonte aduzida, o título: «De altaribus portatilibus, anno tercio».

Martinus [episcopus, seruus seruorum Dei].

Dilecto filio nobili viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, tercio genito, duci Visensi, salutem [et apostolicam benedictionem].

Sincere [deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, non indigne meretur ut peticionibus tuis, illis presertim quas ex deuocionis

(1) No ms. a data deve estar errada no dia do mês, achando-se nesta cópia e única conhecida *nono* por *octauo*. Não só as restantes letras são do dia 25 como a bula de nomeação do infante é do mesmo dia; portanto talvez não devam ser as presentes anteriores àquela bula. De resto, já o copista sobrepôs à palavra *nono* sinal de erro. Por isso a corrigimos para *octauo*.

feruore prodire conspicimus, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus.

Hinc est quod nos, tuis deuotis supplicacionibus inclinati, ut liceat tibi habere altare portatile, cum debita reuerencia et honore, super quo, in locis ad hoc congruentibus et honestis, possis, per proprium sacerdotem ydoneum, missam et alia diuina officia sine iuris alieni preiudicio, in tua presencia, facere celebrarj, deuocioni tue, tenore presencium, indulgemus.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.].

Datum Florencie, septimo kalendas junij, anno tercio.

185

26 MAIO 1420

Letras Deuocionis tue sinceritas, *do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, que, se acontecer passar por terra em que vigore interdito eclesiástico, ele e seus familiares possam ouvir missa celebrada em voz baixa e assistir a outros ofícios divinos, cerradas as portas, não tocados os sinos e excluídas as pessoas excomungadas e interditas, desde que ele ou os seus não hajam dado azo ao interdito nem ele os vise especialmente.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 258, texto que se completa pelo de *Reg. Vat.*, vol. 180, fl. 271, como vai indicado pelos colchetes. A fl. 256 da primeira fonte citada, o título: «De locis interdictis, anno tercio».

Martinus [episcopus, seruus seruorum Dei].

Dilecto filio nobili viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, tercio genito, duci Visensi, salutem [et apostolicam benedictionem].

Deuocionis tue [sinceritas promeretur ut uotis tuis, in hijs presertim que ad tue salutem anime cedere ualeant, quantum cum Deo possumus fauorabiliter annuamus.

Tuis supplicacionibus inclinati, auctoritate tibi presencium indulgemus vt, si forsan ad aliqua loca ecclesiastico interdicto supposita te con-

tigerit declinare, liceat tibi in illis, clausis januis, excommunicatis et interdictis exclusis, non pulsatis campanis et submissa voce, missam, diuina et alia officia tibi et familiaribus tuis domesticis facere celebrari, dummodo tu uel illi causam non dederitis interdicto nec id tibi uel eis contigerit specialiter interdici.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.].

Datum Florencie, septimo kalendas junij, anno tercio.

186

26 MAIO 1420

Letras Benigno etc., *do papa Martinho V, dirigidas aos familiares e comensais do infante D. Henrique, duque de Viseu, presentes e futuros, a conceder a cada um deles possa escolher confessor próprio, ou seja idóneo e discreto presbítero que o oiça de confissão e o absolva dos pecados não reservados à Sé Apostólica e lhe administre os eclesiásticos sacramentos na forma costumada.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 265, completado o texto com o do fl. 264, do mesmo teor, dirigido aos familiares e comensais do infante D. Pedro, como o indicam os colchetes.

Martinus, etc.

Dilectis filijs omnibus et singulis familiaribus dilecti filij nobilis viri Henrici, carissimj in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis jllustris, tercio genito, duci Visensi, continuis commensalibus, salutem, etc.

Benigno, etc.

[Hinc est quod nos, vestris deuotis supplicationibus inclinati, vobis omnibus et singulis prefati ducis familiaribus, tam presentibus quam futuris, auctoritate presencium, indulgemus ut cuilibet vestrum, prout deuocioni vestre videbitur, aliquem ydoneum et discretum presbyterum in suum possit eligere confessorem, qui, quociens fuerit oportunum, cuiuslibet vestrum confessionibus diligenter auditis, pro commissis cuilibet vestrum, nisi talia fuerint propter que sedes apostolica esset merito consulenda, debitam

absolucionem impendat et iniungat penitentiam salutarem vobisque et cuilibet vestrum ministret ecclesiastica sacramenta in forma ecclesie consueta.

Nulli, etc. Si quis, etc.].

Datum Florencie, septimo kalendas junij, anno tercio.

187

28 MAIO 1420

Letras Sincere deuocionis affectus, *do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido e quando os seus trabalhos assim o exijam, possam ele e familiares ouvir missa um pouco antes de romper a aurora.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 253 v., completado o texto pelo de *Reg. Vat.*, vol. 176, fl. 311, como o indicam os colchetes. A fl. 252 da primeira fonte citada, o título: «De litteris ante diem, anno tercio».

Martinus [episcopus, seruus seruorum Dei].

Dilecto filio Henrico, duci Visensi, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, tercio genito, salutem [et apostolicam benedictionem].

Sincere [deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, promeretur ut uotis tuis fauorabiliter annuamus, illis presertim per que, sicut pie desideras, diuinis officijs intentus existas et spiritualis salutis tibi proueniat incrementum.

Hinc est quod nos, tuis deuotis precibus inclinati, ut missam antequam illucescat dies et circa tamen diurnam lucem, cum qualitas negociorum pro tempore ingruencium id exegerit, liceat tibi, per proprium uel alium sacerdotem ydoneum, in tua ac familiarium tuorum presencia, facere celebrari, ita quod id nec tibi nec sacerdoti taliter celebranti ad culpam ualeat imputari, deuocioni tue, auctoritate presencium, de speciali gracia, indulgemus. Prouiso quod parce huiusmodi concessione utaris; quia, cum in altaris officio immoletur Dominus Noster Dei Filius Ihesus Christus, qui candor est lucis eterne, congruit hoc non in noctis fieri tenebris, sed in luce.

Nulli ergo, etc. nostre concessionis infringere, etc.].

Datum Florencie, quinto kalendas junij, anno tercio.

188

28 MAIO 1420

Letras Benigno etc., *do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa escolher presbítero secular ou religioso para seu confessor, o qual, uma vez por ano, o absolva dos casos reservados à Sé Apostólica.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 237, fl. 265, texto que se completa com o do fl. 182, como o indicam os colchetes.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Henrico, duci Visensi, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, terciogenito, salutem, etc.

Benigno etc.

[Hinc est quod nos, tuis deuotis supplicacionibus inclinati, ut aliquem ydoneum et discretum presbyterum secularem uel religiosum in tuum possis eligere confessorem, qui, quotiens tibi fuerit oportunum, confessionibus tuis diligenter auditis, pro commissis etiam in casibus sedi apostolice reseruatis, semel duntaxat in anno, debitam tibi absolucionem impendat et iniungat penitenciam salutarem, auctoritate apostolica, indulgemus.

Nulli ergo etc. nostre concessionis infringere etc. Si quis etc.].

Datum Florencie, quinto kalendas junij, anno tercio.

189

2 JUNHO 1420

Bula In eminenti specula, *de Martinho V, a erigir em convento o eremitério dos franciscanos de Ceuta, do título de Santiago, a pedido do infante D. Pedro, duque de Coimbra.*

LUCAS WADDING, *Annales Minorum* (Ex lib. 1 de Regularibus, an. 3, fol. 197), ed. de Quaracchi, t. 10, 1932, p. 373, — texto que se reproduz; *Bulla-*

rium Franciscanum, t. 7, p. 537 (omitido o preâmbulo da bula); GUBERNATIS A SOSPITELLO, *Orbis Seraphicus*, t. 1, p. 549; JORDÃO, *Bullarium patronatus Portugalliae*, vol. 1, p. 12, e *História eclesiástica ultramarina*, t. 1, p. 103; SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 253, que tomou o texto de SOSPITELLO.

Sumariada em ABRANCHES, *Suma*, p. 349, n.º 2031, e por DE WITTE, *Les bulles*, p. 695.

Sobre este convento veja-se Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, *Historia Serafica*, liv. 11, cap. 23, onde o autor, que parece não ter visto a bula, pois cita Waddingo, a data de 4 de Junho, por evidente equívoco.

Martinus episcopus, servus servorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

In eminenti specula militantis ecclesiae romanus pontifex beati Petri, coelestis regni clavigeri, successor et vicarius Jesu Christi, habens super orbis ecclesias et monasteria universa aliaque loca religiosa plenitudinem potestatis, pervigilis more pastoris, suae providentiae oculis universum orbem terrarum et nationum in illo degentium, qualitates paterna consideratione discutiens et examinans diligenter, ex injuncto sibi apostolatus officio, singulorum salutem appetens et exquirens, quaedam ex locis hujusmodi, pro reductione infidelium, ad ovile Dominicum, ad fastigia ecclesiasticae dignitatis attollit et, tamquam munificus dispensator, donis spiritualibus ac allectivis muneribus erga devotos suos, suum aperit apostolicae largitatis thesaurum, praesertim versus ea loca in quibus, in agro militantis ecclesiae, novellae plantationis in odorem suavitatis et exaltationem christianae fidei fructus in ubertate succedit, catholici populi profectus acquiritur, animarum salus procuratur et divini cultus quaeritur augmentum; unde, quaedam ex illis interdum, pro incremento fidei orthodoxae, attollit, per erectionis ministerium, ac titulo decoris et gradus amplioris illustrat, prout personarum et temporum, qualitate pensata, id conspicit in Domino salubriter expedire.

Nuper siquidem, pro parte dilecti filii nobilis viri Petri, carissimi in Christo filii nostri Joannis, Portugalliae et Algarbii regis illustris, secundigeniti, ducis Colimbriensis, nobis fuit expositum quod, cum idem rex, suorum praesidiis et potentia suffultus, terraque marique contra infidelium nationes, suis regnis conterminas, bella movens, novissime civitatem Ceptae, quae per ipsos infideles tenebatur, multa potentia expugnaverit atque devicerit; in qua, sicut accepimus, quoddam eremitorium in honorem et sub vocabulo Sancti Jacobi fundatum existit, ac cupiat idem dux, sicut asserit, pro defensione et augmento catholicae fidei ac reductione

infidelium circumjacentium populorum ad eandem, ipsum eremitorium in monasterium et conventum fratrum Ordinis Minorum erigi et monasterii titulo decorari, in quo guardianus et fratres dicti ordinis professores pro tempore, virtutum Domino famulantes, ad divinae majestatis obsequia, quandoque per predicationis ministerium, quandoque ob singularem et laudabilem vitam suam, trahunt alios per exemplum; pro parte dicti ducis nobis fuit humiliter supplicatum ut dictum eremitorium in monasterium erigere ac in illo degentibus pro tempore de opportuno remedio providere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos igitur, attendentes ex praemissis maximum catholicae fidei profectum verisimiliter proventurum, illis gravitate discussis, matura prius cum venerabilibus fratribus nostris sanctae romanae ecclesiae cardinalibus super hoc deliberatione praehabita, de ipsorum fratrum consilio et assensu ac apostolicae potestatis plenitudine, ad laudem et honorem omnipotentis Dei Patris et Filii et Spiritus Sancti ac beati Jacobi, sub cujus vocabulo dictum eremitorium est constructum, beatorum quoque apostolorum Petri et Pauli ac beati Francisci totiusque caelestis curiae gloriam ac exaltationem militantis ecclesiae ipsorumque divini cultus et fidei incrementum fideliumque salutem, praefatum eremitorium in monasterium fratrum ordinis praefati, auctoritate apostolica, tenore praesentium, erigimus ac monasterium fratrum ejusdem ordinis, dignitatis et honoris titulo decoramus et etiam insignimus ipsumque eremitorium monasterium dicti ordinis, in memoriam indelebilem eorum quae in hac parte geruntur, perpetuis futuris temporibus volumus ab omnibus appellari.

Statuentes, eadem auctoritate, et etiam decernentes quod tam prior et guardianus quam ceteri fratres dicti ordinis, qui in dicto monasterio, pro tempore, residebunt omnibus et singulis privilegiis, immunitatibus, exemptionibus, libertatibus, gratiis et indultis eidem ordini per sedem apostolicam concessis hactenus, et in posterum concedendis et quibus ministri, priores et guardiani et fratres ejusdem ordinis professores ubilibet constituti, de consuetudine vel de jure gaudent et gaudebunt quomodolibet in futurum, uti valeant et etiam gaudere.

Sancimus etiam quod nullus ipsius prius eremitorii rector vel administrator illius possessiones auferre aut ablatas retinere seu minuere aut ipsos guardianum et fratres, qui ibi pro tempore residebunt, aliquibus molestiis fatigare seu temere perturbare praesumant; sed, omnia eis integra et illibata serventur eorum pro quorum gubernatione et sustentatione concessa sunt, usibus omnino profutura, sedis praefatae reverentia in omnibus salva. Nos enim, ex nunc, irritum decernimus etc. Nulli ergo etc. nostrae erectionis, decorationis, insignitionis, statuti, voluntatis, sanctionis et constitutionis infringere etc.

Datum Florentiae, iv nonas junii, anno iii.

190

9 JULHO 1420

Instrumento notarial, passado ao concelho de Lisboa, sobre a requisição feita ao mesmo por Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses, em nome deste, de peças de armadura e demais apetrechos bélicos dos moradores da cidade e termo que são recolhidos por ordem do infante para levar em esta armada a Ceuta.

AHCML., *Místicos de Reis*, liv. 1, fol. 7, doc. 7. Original em pergaminho. Publicado pela Câmara Municipal de Lisboa, *Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1947, p. 41.

Sabham quantos este stromento virem que no ano da era de mjll e iiij^{c} e çimquoenta e oyto anos, noue djas do mes de julho, em na çjdade de Ljxboa, no paço dos tabalyães, em pressença de mym Affomso Goterrez, tabalyom delrrey na dicta çjdade, e testemunhas ao deante scriptas pareçeo Vasco Martijnz, escudeiro de dom Fernando de Menesses, e apressentou hũa procuraçom escripta em purgamynho, ffecta e assygnada per mym, dicto tabaliam, que contava que era ffecta na dicta çjdade, no dicto paaço, oyto djas do dicto mes de julho da dicta era, na quall eram teinhudas por testemunhas Gonçallo Perez e Aluaro Martijnz e Joham de Bragaa, tabalyães e Joham Domjnguez, criado de Martjm Anes, tabalyon, na quall era contheudo:

Que o dicto dom Fernando de Menesses ffez seu procurador o dicto Vasco Martijns, seu scudeiro, que em sseu nome possa pedir e [de]mandar e rreçeber todollos arnesses que lhe ho jffante manda dar per sua carta, dos moradores da dicta çjdade e de seu termo, pera leuar em esta armada a Çepta e fazer e outorgar quaesquer stromentos dobrigações e as tornar a sseus donos taes quaes as rreçebem, com quaesquer penas e clausullas e condyções que conprir, e obrigar seus beens a as entregar as dictas armas a seus donos, de torna vjagem, guardando Deus elle e seus homens e armas de todo perjgo. E que avya ffirme e estaujll todo o que per o dicto Vasco Martijnz, seu procurador, ffoor ffecto e dicto e procurado no que dicto he, so obrigaçom dos seus beens que pera esto obrigou. E mostrada a dicta procuraçom, o dicto Vasco Martijnz, em nome do dicto dom Fernando, per poder da dicta procuraçom, conhoçeo e conffesou que elle rreçebera, na camara da dicta çjdade, per Gomez

Eanes, scripuam da caudelaria em a dicta çjdade, estas armas que sse sseguem:

Primeiramente, jtem, de baçjnetes dez, convem aa saber: hũu baçjnete de baueira, ssem cara; jtem, outro baçjnete de camall com cara, e camall com camall ameado de laton e hũa çjmeira branca; jtem, outro baçjnete de cammall com cara e camall rrasso; jtem, outro baçjnete com camall ameado de latom e com cara; jtem, outro baçjnete com camall e caara com camall rraasso; jtem, outro baçjnete com camall rrasso e com cara; jtem, outro baçjnete com caara e camall ameado de latom; jtem, outro baçjnete de camall rraasso e com cara; jtem, outro baçijnete de Joham Martijnz de Santo Antonynho com camall rrasso e cara; jtem, outro baçjnete de Lourenço Gonçaluez, que ffoy tabaliam, e camall ameado de fferro.

Jtem, de cootas oyto, conuem a ssaber; jtem, hũa cota rraassa e rraara; jtem, outra coota rraassa e rraara e rrota; jtem, outra coota rraassa e rrara; jtem, outra grossa rrassa; jtem, outra coota com presas de latom pera faldra; jtem, outra coota rrassa e rraara; jtem, outra coota rrassa e rraara ameada de feerro e duas presas de latom cada amea.

Jtem, de peças çinquo, conuem a ssaber:

jtem, hũa peça com seus allões çarrada de tras e deante, rrasa e tres pregos onde anda a rreste; jtem, outra peça rrassa con seus allões e con duas uergas no peyto e hũa argolla pequena em ellas; jtem, outra peça com seus allões com dous pregos onde anda a rreste e hũa uerga de fferro atrauessada nos peytos; jtem, outra peça con seus allões bordada de latom e com tres asfroo (?) de portaes em nos peytos de latom; jtem, outra peça com sseus allões com faldra destama deanteira e com hũa rreste e duas uergas de ffeerro e no cabo hũa argolla pequena.

Jtem, de landes: jtem, dous, hũu branco que he de SteuEannes, çurrador, de fustam ajnda boo com outro laudell de ffustam preto; jtem, outro laudell branco de fustam de Vasco Lourenço de Carnyde, hondado na ffaldra e debruado de pano preto.

Jtem, de ssolhas: hũas guarnydas em cajro uerde; jtem outras ssoolhas em pano de ssarapjlheira branca com seus mangotes.

Jtem, de braçaes dez pares, conuen a saber: dous pares bordados e os outros todos brancos, dos quaes som huuns de Joham Domjnguez, caudeeiro, e outros de Denys Stevez do Lumear e outros de Steuam Martijnz, vinhateiro.

Jtem, de rrebraços çjnquo pares, dos quaes ssom huuns de Joham Domjnguez das Couas, e outros de Lourenço Gonçaluez, que ffoy tabalyom, e huuns dalmazem de Joham Affomso de Carnyde.

As quaes armas o dicto Vasco Martijnz djsse que sse obrigaua, per os beens do dicto don Fernando, a as tornar e entregar na dicta camara de Ljxboa taes quaes as elle rreçebeo, de torna vjagem que veerem de Çepta, guardando Deus o dicto dom Fernando e sua companha e armas de todo

perjgo de maar e de jmjgos, sso pena de lhes pagar por as dictas armas o uallor que ualleren.

E, em testymunho de uerdade, o dicto Vasco Martijnz mandou aseer ffecto este stromento pera dicta camara, a quall pedjo o dicto Gomez Eanes. Testemunhas que presentes forom: Steuom Martijnz e Gonçalo Perez e Johan de Coynha e Aluaro Martijnz e Gomez Martijnz o Moço, tabalyaes, e outros. E eu, Affomso Goterrez, tabaliam delrrey na dicta çjdade, que este stromento screpvy, no quall meu sjgnal fjz, que tall (*Sinal público*) he.

Pagou o dicto Vasco Martijnz por este stromento e com outro tanto de nota xx rreaes.

No verso: Diego Lopez de Sousa xx
Diego Soairez de Bragara
Fernam Gonçallvez seu jrmãao iij
Sancho Gomez de Auelaar bj
Dom Fernando de Menezes x
Vaasco Fernandez Coutinho bj

191

15 JULHO 1420

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Gonçalves Farto, criado do infante D. Henrique, genro de Gil Gonçalves Sobral, residente na dita cidade, de chão e árvores sitas na mesma povoação, a par da igreja de S. Miguel, pelo foro anual de 9 libras da moeda antiga ou seu equivalente valor, pagas às terças do ano, e um par de capões, pelo Natal.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 35, n.º 45, original em pergaminho, destinado ao cabido. Em resumo coevo, exarado no verso do documento, declara-se ser o emprazado João Gonçalves Farto.

Sabham quantos esta carta dencartamento virem que nos, PedrEannes, chantre, e cabidoo da see da çidade de Viseu, estando juntos e chamados per canpaa tanjuda, segundo noso custume, dentro na clasta noua da dicta çidade;

Encartamos a vos, Joham Gonçalluez, criado do jfante dom Anrique, jenrro de Gil Gonçalluez Soueral, e a Branca Gil, vosa molher, moradores na dicta çidade, e pera hũu voso filho ou filha e neto ou neta dantre anbos e, nom aveendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pesoas, hũa empos outra, quaees o postumeiro de vos nomear em vosa vida ou a ora de vosa morte, hũu chãao com suas aruores que em elle estam, que o dicto cabijdoo ha junto com a dicta çidade, a par da jgreia de Sam Migel, que de nos soya de trazer Aluoro Pirez, tesoureiro que foj da dicta çidade, que parte com vjnha que ora he de Martim Annes, mercador, he da outra parte per hũa careira que vaj antre o dicto chãao e outro chãao que foj de Steuam Ferrnandez, coregedor, e da outra pello rresio que esta a par de Sam Migel e per outras devysoes, asy como o trazia o dicto tesoureiro.

O qual chãao vos encartamos pera vos e pera as dictas pesoas, como dicto he, so tal preeito e condiçom que vos aproueitedes bem o dicto chãao e façedes em elle toda bemfeitoria que fazer poderdes, em tal gisa que melhore e nom pejore, e que dedes, em cada hũu anno, ao dicto cabidoo, noue ljbras de moeda antyga ou uerdadeiro valor delas e hũu par de capoes, e pagar as dictas noue ljbras da dicta moeda antyga ou uerdadeiro valor dellas aas terças do anno, a saber, Natal e Pascoa e Sam Joham Bautista, e os dictos capoes por dia de Natal.

E, se uos ou as dictas pesoas quiserdes vender o dicto encartamento, vendelo ao dicto cabijdoo, tanto por tanto; e, se ell conprar nom quiser, vendelo a tal pesoa que nom seia de maior condiçom que vos e que seia senpre bem obidiente ao dicto cabijdoo com o dicto foro. E obrigamos os beens da mesa do dicto cabijdo de vos lyurar o dicto chãao de quallquer enbargo que vos sobre ell sayr pola nosa rrazom.

E o dicto Joham Gonçalluez, que presente estaua, por sy e por a dicta sua molher e pesoas, filhou em sy o dicto encartamento e consentyo em elle. E obrigou todos seus beens moujs e rraiz, avudos e por auer, a conprir as condiçõoes em este estormento contehudas e a pagar, em cada hũu anno, os dictos djnheiros e capoes como dicto he. E pedirom asy senhos estormentos. E este he o do dicto cabijdoo, que foj fecto na clasta noua da dicta see, quinze dias de julho, era de mjl e quatroçentos e cijnquoeenta e oyto anos. Testemunhas: Gonçalo Lourenço Pynheiro e Afonso Pirez, porteiro do dicto cabydoo, e Martim Gil, creligo, e outros. E eu, Gil Afonso, tabeliom delrrej na dicta çidade, que este estormento escpreuj e aquj fiz meu synall, que tal he. *(Sinal do notário).* Sancta Maria me guarde de mal.

192

6 SETEMBRO 1420

Sentença executória da bula Romanus pontifex, *de Martinho V, de 4 de Abril de 1417, dada por D. Fernando, arcebispo de Braga, e por D. Diogo, arcebispo de Lisboa, pela qual elevam a vila de Ceuta a cidade e sua antiga mesquita a igreja catedral da nova diocese, a que marcam, como termos, todo o reino de Fez e os territórios do reino de Granada mais vizinhos do mar.*

ANTT., *Bulas*, maço 11, n.º 13, original em pergaminho, que teve dois selos pendentes.

Publicada: por JORDÃO, *Bullarium patronatus*, t. 1, p. 14; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 255.

Fernandus, Dei et apostolice sedis gratia archiepiscopus Bracarensis et primas, necnon Didacus, eadem gratia archiepiscopus Vlixbonensis, executores, auctoritate apostolica, ad jnfrascripta specialiter deputati, vniuersis et singulis presentes litteras inspecturis, salutem in Redemptore Nostro Jhesu, qui est omnium uera salus et mandatis nostris ymmo uerius appostolicis firmiter obedire.

Noueritis quod, pro parte serenissimi principis et domini domini nostri regis jllustris, nobis fuit presentata quedam littera sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Martini, diuina prouidentia pape quinti, executoria cum cordula canapi, bullata sua uera bulla plumbea (1), more romane curie pendenti, non uiciata, non cancellata nec aliqua sui parte suspecta, sed prorsus omni uicio et suspectione carens, ut prima facie apparebat, cuius tenor, de uerbo ad uerbum, sequitur et est talis.

Segue-se a transcrição da bula de Martinho V supracitada.

Quibus quidem litteris sic, ut premictitur, nobis presentatis, cum ea que decuit reuerencia per nos receptis, pro parte eiusdem domini nostri regis fuimus cum debita instantia (2) requisiti quatinus ad executionem dictarum litterarum procederemus, secundum formam et tenorem earun-

(1) No ms. *pumblea*.

(2) No ms. *debita in instancia*.

dem et iuxta traditam (3) seu directam in eisdem a sede apostolica nobis formam.

Nos uero, executores (4) prefati, suis precibus inclinati, volentes in hac parte obedire prefatis litteris et verius mandatis apostolicis et reuerenter in eisdem contenta exsequi, ut tenemur; examinatis diligenter per nos prius dictis litteris, ut tenor earum exigit et requirit, auctoritate apostolica nobis in eisdem commissa et pro ulteriori nostra informatione, fecimus aliquos certos nobiles et alios prouidos discretos et honestos viros, fidedignos, expertos et, plenariam de premissis in eisdem litteris noticiam habentes, coram nobis conuocari.

Cum alias, in partibus Affrice et specialiter in regno de Fez et eadem villa de Cepta et regno Granate et tempore quo dicta villa de Cepta erat in potestate jnfidelium et, per Dei gratiam, post recuperationem eiusdem ad fidem et potestatem eiusdem domini regis prefati reperti fuerunt, pro tempore conuersari, habita per nos solerti et diligenti inquisicione singulariter cum predictis, super premissis in eisdem litteris apostolicis contentis, quia reperimus et fuimus, ex eorum dictis, diligenter certi et informati quod eadem villa de Cepta est locus aptus, condecendens et ydoneus ad erigendum in ciuitatem; et, quia etiam reperimus quod misquita eiusdem ville, que nunc est in ecclesiam erecta, est ydonea et sufficiens ad erigendam in ecclesiam cathedralem;

Jdcirco, nos, auctoritate apostolica nobis in hac parte commissa, predictam villam de Cepta in ciuitatem et ecclesiam predictam, olim mizquitam, in ecclesiam cathedralem erigimus, constituimus, facimus et ordinamus. Et, eadem auctoritate, precipimus, constituimus et ordinamus predictam ciuitatem et ecclesiam cathedralem perpetuo Ceptensem nominari, haberi et reputari. Et, auctoritate predicta, eidem ciuitati concedimus et asignamus perpetuo, jn territorium, limitem diocesis, totum regnum de Fez; jtem omnia loca et territoria magis propinqua et contigua mari de regno Granate, quod regnum et loca reperimus, per jnquisicionem prefatam, fore et esse propinquiora et uiciniora eidem ciuitati et decenciora in eiusdem territorium terminum diocesis et limitem.

Jdeo, auctoritate predicta, mandamus, statuimus, concedimus et ordinamus quod eadem ciuitas et ecclesia cathedralis eiusdem, deinceps et im perpetuum, gaudeant et gaudere possint omnibus priuilegijs, gratijs, libertatibus et insignijs quibusuis alijs eisdem partibus contiguis ciuitatibus et ecclesijs cathedralibus sub sancte romane ecclesie obediencia et prefati domini nostri pape deuotione consistentibus, de iure uel de consuetudine, quomodolibet debitis. Et generaliter concedimus et eisdem dona-

(3) No ms. *tradictam*.
(4) No ms. *exicutores*.

mus omnia et singula que de jure et consuetudine sunt necessaria ad reformationem prefate ciuitatis de Cepta et ecclesie cathedralis eiusdem. Jn quorum testimonium fieri mandauimus hanc litteram, sub nostris signo et sigillo.

Datum in Sintria, diocesis Vlixbonensis, die sexta mensis septembris, anno Domini M.° cccc.° vicesimo (5).

(as.) Fernandus archiepiscopus. *(as.)* Didacus archiepiscopus Vlixbonensis.

193

2 OUTUBRO 1420

Carta de el-rei D. João I, a conceder licença ao infante D. Henrique para feira franca anual em Tomar, a começar no quinto dia depois da Páscoa e durante 15 dias, com os privilégios constantes do diploma.

---

(5) Conquistada Ceuta em 14 de Agosto de 1415, no dia 23 el-rei D. João I chamou Mestre Fr. João Xira, seu pregador, e Afonso Eanes, seu capelão-mor, e disse-lhes que no domingo seguinte desejava ouvir missa solene com sermão na mesquita maior da vila; pelo que lhes ordenou preparassem as coisas para o efeito. Em 24, o dito capelão foi ver a mesquita — «e achou (conta ZURARA) que lhe compria de seer limpa; ca, posto que ella fosse muy bem ladrilhada açerca do chãao, jazia em ella gramde multidam desterco. E esto era por rrezam das mujtas esteiras uelhas e podres que em ella jaziam; porquamto os mouros, quamdo fazem sua oraçam, mujtas uezes jazem em terra e outras uezes estam descalços, lamçam assy aquellas esteiras por rrezam da frielidade. E, segumdo pareçe, que depois que a primeira esteira que alli lamçaram apodreçeo, nom a quiseram tirar e lamçaram outras sobre ella [...]; por cuja rrezam, em aquelle sabado, forom jumtadas mujtas emxadas e çestos com que lamçaram toda aquella esterqueyra fora e alimparam muy bem toda a casa». Na manhãzinha de 25, foi benzida, nela montado altar e procedeu-se à missa solene, precedida de solene *Te-Deum*, «muy bem comtrapomteado» — sublinha o cronista —, com sermão de Mestre Xira. Após aquela, seguiu-se a cerimónia em que el-rei D. João I armou os infantes seus filhos cavaleiros e estes, por sua vez, armaram pessoal seu (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 95 e 96). Dedicada à Assunção de Nossa Senhora, foi mais tarde ampliada.

NICOLAU LANCKMAN DE WALKENSTEIN, capelão da infanta D. Leonor, imperatriz da Alemanha, na descrição da viagem daquela de Portugal para a Alemanha, ao falar de Ceuta, aonde aportaram a 22 de Novembro de 1451, informa que tinha aquela mesquita, agora igreja, 180 colunas de mármore de diversas cores e que junto do altar-mor se viam duas magníficas estátuas de pedra verde (*Historia desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica*, t. 2, p. 51 e ss. dos *Rerum Germanicarum scriptores varii* de STRUVE, 1717, — cit. por JORDAO, *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tânger*, p. 9).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 11 v. — Publicada por VIRGINIA RAU, *Subsídios para o estudo das feiras...*, p. 163, doc. XIV (1).

Dom Joham pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, emsembra com o jffante Duarte, meu filho primogenjto, herdeiro em os dictos regnos, auendo por nosso serujço e bem da nossa terra, damos poder e lugar e licença ao jffante dom Anrrique meu filho, regedor da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo e duque de Viseu e senhor de Coujlhãa, que elle mande fazer e se faça, em cada hũu anno, em a sua villa de Tomar, hũa feira franqueada, a qual se comece de fazer aos b. dias despois da Pascoa da Sureiçam (2) e dure ataa xb dias primeiros segujntes.

E queremos e mandamos que os que aa dicta feira vierem conprar e uender, quaaesquer cousas que seiam as que hi trouuerem a uender e se hi uenderem, assy os que as cousas uenderem como os que as conprarem, nom paguem mais que ametade da sisa, posto que os que as dictas cousas conprarem ou uenderem seiam moradores da dicta villa de Tomar ou de seu termo ou outras quaaesquer partes que seiam. E esto nom se entenda em vinho que se uenda atauernado nem em carne que se uenda a talho. Mandamos que destas duas cousas que se pague toda a sisa em cheo.

---

(1) A autora faz, a propósito, este interessante comentário: — «Esta carta de feira de Tomar, de 1420, constitui uma verdadeira inovação sob o ponto de vista das imunidades concedidas aos feirantes e revela a ascensão da classe popular na conquista de prerrogativas e liberdades. Pela primeira vez, nesses documentos que regulam as feiras, vemos abaixarem-se perante o modesto e anónimo feirante ou mercador, certas normas jurídicas e sociais até então inflexíveis. O tráfico comercial e o comerciante têm nesta carta os seus títulos de liberdade e a sua acção é nela abertamente favorecida pelo poder central. No dia em que ela foi registada na chancelaria joanina, apareceu um novo tipo de carta de feira, sempre utilizado nos reinados seguintes para favorecer determinadas feiras, e sempre ambicionado por aqueles que o não alcançavam. Como este tipo de carta foi vulgarmente seguido no reinado de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, não só para feiras que se criavam como para beneficiar outras já existentes, classificarei todas as que têm os mesmos privilégios nela contidos, como feiras do tipo de Tomar, e são: Montemor-o-Velho (1426), Penela (1433), Salvaterra de Magos (1434), Vila Real (1435), Tarouca (1435), Almendra (1441), Pombal (1442), Amarante (1442), Viseu (1442-44), Beja (1446), Ourém (1449), Guimarães (1452), Bragança (1455), Valença do Minho (1458) e Sintra (1460)». (*Ibi*, p. 119, nota 1). E no texto da mesma página assevera ainda aquela Professora: — «Os privilégios concedidos nesta carta são extraordinàriamente amplos».

Sobre este assunto e interpretação do facto pode ver-se DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 46 e ss.

(2) Em vez de *Ressursiçam*.

Copyrighted material

Outrossy mandamos que aos que aas dictas feiras vierem que lhe nom seiam tomadas suas bestas de seella nem dalbarda pera nehũas cargas que seiam nem elles nom seiam constrangidos pera nehũa serujdom, emquanto aa dicta feira vierem e em ella andarem e pera suas casas tornarem.

Outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem nom seiam presos nem acusados nem demandados por nẽhũus malleficios em que seiam culpados, se esses malleficios nom forem daquelles em que nos mandamos que se guardem os coutos do stremo, saluo se esses mallefficios forem fectos em no dicto lugar ou termo ou fectos nouamente na dicta feira; que, por taaes malleficios como estes, mandamos que seiam presos e se liurem per seu djreito (3).

Outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem nom seiam citados nem demandados por nehũas diujdas que deuam nem por heranças nem por outra nehũa cousa a que seiam theudos e obrigados, saluo se forem diujdas de cousas que conprarem ou uenderem na dicta feira.

Outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem, emquanto a dicta feira durar, elles possam trazer suas armas emquanto na dicta feira andarem.

Outrossy possam andar em a dicta feira em quaeesquer bestas que lhes prouuer, nom embargando a nossa defesa e hordenaçam que em contrairo desto he fecta.

Outrossy mandamos e defendemos aos nossos corregedores e meirinhos, assy da nossa corte como dos nossos regnos, que nom uãao aa dicta feira por fazer correiçom nem a façam em a dicta feira. Se allo quiserem hir, que uaao conprar ou uender, se lhes prouuer, e nom por outra nehũa cousa.

E, em testimunho desto, mandamos dello seer fecta esta carta, asignada per nos.

Dante em Tentugal, dous dias doutubro. Elrrey o mandou. Joham Afonso a fez. Era de mjl iiij^{c} Lbiij annos.

---

(3) Cfr. *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, tit. 118.

194

24 NOVEMBRO 1420

Bula Eximie deuocionis affectus, *de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, a declarar perpétua, se a Santa Sé não determinar o contrário, a nomeação temporária, a beneplácito do mesmo pontífice, de Administrador da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, efectuada pela bula* Jn apostolice dignitatis specula *de 25 de Maio anterior.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 218, fl. 27. É portanto esta a bula definitiva de nomeação do infante D. Henrique para Administrador da Ordem de Cristo.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobilj viro Henrico, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij (1) regis jllustris, nato, administratori generali ordinis milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij (1) regnis consistentis, per sedem apostolicam deputato, salutem, etc.

Eximie deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, promeretur ut te specialibus fauoribus et gracijs prosequamur.

Dudum siquidem, pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, genitoris tui, nobis exposito quod, licet ordo milicie Jhesu Christi in Portugalie et Algarbij (1) regnis ab olim per inclite memorie Portugalie et Algarbij (1) reges, ipsius Johannis regis progenitores, in dictis regnis laudabiliter et presertim ad impugnandum pro tempore sarracenos et alios infideles et crucis Christi inimicos et persequendum eosdem necnon pro christifidelium defensione institutus multisque castris, villis ac alijs possessionibus et bonis nobiliter dotatus fuerat; tamen nonnulli magistrorum generalium dicti ordinis, quj pro tempore fuerunt, fructus, redditus et prouentus ipsius ordinis non pro impugnatione et persecutione sarracenorum infidelium et inimicorum huiusmodi, sed in alios vsus, ad eorum libitum, non sine scandalo dictorum regnorum, conuerterant; et quod ipse Johannes, quj eosdem sarracenos infideles et

(1) No ms. *algarbi.*

inimicos tunc impugnauerat quantum potuit dirisque cum ipsis assidue guerris inuoluebatur, de quorum etiam manibus ciuitatem de Cepta, cum Dei adiutorio, eripuerat et christiane religionis subiugauerat, pro cuiusque ciuitatis custodia et conseruatione continue magna subire cogebatur onera expensarum, spem teneret indubiam quod, si administracio dicti ordinis, quj per magistrum gubernari consueuit, cuiusque magistratus tunc, per obitum quondam Lopi Didaci, ultimi ipsius ordinis magistri, extra romanam curiam defuncti, vacare noscebatur, tibi committeretur, hoc in non modicum cederet christiane fidei et prosecutionis huiusmodi impugnationum augmentum et etiam eiusdem ordinis ad talia, ut premittitur, principaliter instituti, conseruationem et honorem.

Nos, attendentes quod tu, eiusdem Johannis regis, genitoris tui, consilio, fauore et potencia interuenientibus, posses, Deo tibi propicio, eidem ordini ac impugnationum et guerrarum earumdem prosecutione esse quamplurimum fructuosus, te, pro quo etiam idem Johannes rex, tuus genitor, nobis super hoc humiliter supplicabat, administratorem dicti ordinis usque ad nostrum beneplacitum, auctoritate apostolica, per nostras litteras constituimus et etiam deputauimus, curam, regimen et administrationem plenam, generalem et liberam eiusdem ordinis ac personarum, iuriumque et bonorum ipsius tibi plenarie committentes, ut dictum ordinem regeres, dirigeres et augmentares ac de eius fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuencionibus vniuersis ordinares et disponeres et illos in tuos et dicti ordinis ac prosecutione impugnationum et persecutione prefatorum vsus conuerteres, prout veri magistri ipsius ordinis quj fuerunt pro tempore de illis ordinare et disponere potuerunt seu etiam debuerunt, prout in ipsis litteris plenius continetur.

Nos, igitur, volentes te, premissorum intuitu necnon consideratione dicti regis, nobis pro te super hoc humiliter supplicantis, uberioribus prosequi gratia et fauore, predictum beneplacitum nostrum usque ad beneplacitum sedis apostolice, auctoritate predicta, prorogamus et volumus perdurare, constitucionibus et ordinacionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus dicti ordinis et alijs contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo etc. nostre prorogationis et voluntatis infringere etc. Si quis autem etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, octauo kalendas decembris, anno quarto.

195

1420

Desacordo no Conselho de Castela sobre a ratificação do Tratado de Paz de 1411 com Portugal, em que se dividem as opiniões entre trégua por breve tempo e preparação de grande armada com a qual os castelhanos se imponham aos portugueses.

Crónica de Don Juan II, Ano 14, cap. 22, p. 388.

De la discordia que hubo en el Consejo del Rey sobre el otorgamiento de las treguas al Rey de Portugal.

Hecho el desposorio del Infante Don Enrique é de la Infante Doña Catalina, fué hablado al Rey como ya sabia como no estaba hecho concierto con el Rey de Portugal, ni le habia seydo hecha respuesta á dos embaxadas que habia embiado, é que era razon que en ello se entendiese; sobre lo qual se hicieron algunos consejos, en que hubo muy diversas opiniones, que unos decian que era bien que se le diese la paz perpetua, otros decian que no era honra del Rey ni del Regno, é que se le debia dar tregua por algun breve tiempo, en tanto que la edad del Rey fuese más madura para entender en lo que le cumplia; otros decian que ante que se entendiese en cosa alguna de lo de Portugal, era razon quel Rey hiciese grande armada, é apercebiese gente é hubiese el dinero que para ello era menester, é que como esto supiese el Rey de Portugal, vernia á qualquier partido quel Rey demandase, lo qual no haria conosciendo las divisiones que en sus Reynos habia; é concluyóse quel Rey debia mandar llamar á los Procuradores, é mandarles hacer relacion del caso, é demandarles lo necesario para en esta guerra.

Los quales venidos, otorgaron de servir al Rey con todo lo necesario; é comenzóse á entender en el dinero que menester sería, así para armar gran flota, como para ocho mil lanzas é treinta mil peones que entendian ser menester, é hallóse por los Contadores que así para esto, é para pertrechos é otras cosas necesarias para la guerra, eran menester ciento é veinte cuentos de maravedis. En este tiempo el Almirante Don Alonso Enriquez vino allí de Santander donde habia estado por despachar la flota quel Rey embiaba en ayuda al Rey de Francia, en la qual embió por capitán General á Juan Enriquez, su hijo bastardo, é no fué ende bien aposentado, é aposentóse en San Francisco, é no estuvo ende mas de tres dias porque el Infante no consentia que ningun Grande allí estuviese, salvo los que conoscidamente eran de su parcialidad.

196

10 JANEIRO 1421

Letras Etsi nonnulla, *do papa Martinho V, dirigidas ao dominicano João de Curral e ao tesoureiro da igreja de Córdova, a conceder-lhes possam absolver das penas eclesiásticas 150 mercadores que nelas tenham incorrido por negociarem com os sarracenos na fronteira do reino de Castela, devendo impor-lhes penitência salutar, nomeadamente a de esmola para reparação das igrejas de S. Pedro e de S. Paulo de Roma.*

AV., *Reg., Lat.*, vol. 213, fl. 88 v.

Martinus, etc.

Dilectis filijs Johanni de Curralli, ordinis fratrum predicatorum, in theologia professori, minori penitenciario nostro et thesaurario ecclesie Cordubensis, salutem, etc..

Etsi nonnulle sunt culpe quibus est culpa relaxare uindictam, illius tamen, licet immeriti, vicarij constituti, qui parcendo maxime et miserando suam omnipotentiam manifestat, scientes illi nil esse acceptius quam lucrum querere animarum, libenter in cunctis nostris actibus misericordiam amplexamur ac, modis quibus possumus, conuertentes allicimus et ab ouili dominico ad illud reducimus aberrantes, hijs presertim qui culpas suas humiliter recognoscunt misericorditer ignoscendo ut misericordes a Domino misericordiam consequamur.

Sane, sicut accepimus, nonnulli ex mercatoribus et personis alijs partium frontarie regni Castelle, presertim Cordubensis et Giennensis ciuitatum et diocesium, qui cupiditatis uicio cecati, sarracenis et infidelibus arma, oleum, carnes et alia prohibita, quibus christianos impugnare poterant, post et contra prohibiciones et processus apostolicos uendiderunt uel illa eis ad terras ipsorum detulerunt ac propterea excommunicacionis et anathematis sententias aliasque penas in tales promulgatas damnabiliter incurrerunt et in illis cum talium absolutio, preterquam in mortis articulo, soli romano pontifici, ad quem ipsis, propter locorum distantiam uiarumque discrimina, guerras et alias perturbaciones que in eisdem partibus uiguerunt necnon personarum suarum fragilitatem aut alias uarias causas grauis et dispendiosus fuit et est accessus, diutius

insorduerunt, ad cor reuersi, de premissis dolentes, ab intimis desiderent ad ecclesie redire unitatem.

Nos igitur, eorundem mercatorum et personarum animarum periculis obuiare eorumque salutem, quantum cum Deo possumus, procurare uolentes, discrecioni uestre, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus quilibet vestrum illorum ex mercatoribus et personis predictis uobis aut alteri vestrum sua peccata confiteri uolentibus, usque ad numerum centum et quinquaginta duntaxat, confessionibus diligenter auditis, eis pro commissis etiam in casibus in quibus minores penitentiarij nostri eos absoluere possent, satisfacta tamen prius per eos quibus de iure satisfactio impendenda fuerit debitam absolucionem impendat et iniungat, penitencias salutares eosque, si id humiliter petierint, a predictis ac omnibus alijs sententijs et penis, quas propter premissa, a iure uel ab homine, sub quacunque expressione uerborum promulgatas, incurrerunt, auctoritate nostra absoluat hac uice duntaxat, in forma ecclesie consueta, iniunctis ipsis et eorum cuilibet inter alia quod ex facultatibus suis, iuxta illorum exigentiam seu quantitatem, quotam seu summam, de qua uobis uidebitur, in reparacionem ecclesiarum beatorum Petri et Pauli apostolorum de vrbe conuertendam, infra tempus, de quo vobis seu alteri vestrum similiter uidebitur, collectori uel succollectori fructuum et prouentuum in illis partibus camere apostolice debitorum, in eisdem partibus deputato, realiter et cum effectu tradant et assignent et, sub uirtute iuramenti per ipsos et eorum quenlibet in vestris uel alterius uestrum prestandi manibus, quod similia propter que huiusmodi sententias, ut premittitur, incurrerunt, de cetero nom commictant nec ea facientibus prebeant auxilium, consilium uel fauorem ac, pro modo culpe, penitencia salutari et alijs que de iure fuerint iniungenda.

Volumus autem quod vos de summa huiusmodi, postquam collectori uel succollectori predicto assignata fuerit, gentes dicte camere, per vestras litteras, uestro sigillo munitas, quantotius certificare curetis quodque illi ex mercatoribus et personis predictis, quibus huiusmodi absolucionem ab eisdem sentencijs impendetis seu alter vestrum impendet et qui summam ipsam eis pro reparacione huiusmodi decretam, infra dictum tempus per vos eis statuendum, ut prefertur, collectori uel succollectori prefato efficaciter, integre et expedite non tradiderint seu persoluerint lapso dicto tempore, eo ipso in sententias relabantur easdem.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto jdus januarij, anno quarto.

BIBLIOGRAFIA

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas no presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

D. Fernando I, Originais, caja 1, n.os 2, 3, 32, 33 e 245; caja 2, n.º 257; caja 3, n.os 412, 413, 438, 465 e 495; caja 4, n.º 655; caja 5, n.º 844; caja 6, n.os 898, 936, 946 e 969; caja 7, n.os 1269 e 2291; caja 8, n.º 1392; caja 10, n.os 1747, 1751, 1759 e 1760; caja 12, n.os 2120 e 2291; caja 13, n.os 2391, 2490, 2491 e 2549. *D. Afonso V,* Originais, caja 15, n.os 159 e 190; caja 18, n.os 1 e 2. *Registros,* n.º 2391, fl. 39 v. e 45 v.; n.º 2400, fl. 4 v.; n.º 2405, fls. 56 v. e 142 v.; n.º 2406, fls. 53, 53 v., 54, 124 e 127 v.; n.º 2408, fls. 5 e 17; n.º 2409, fl. 104 v.; n.º 2410, fls. 11 v. e 12 v.

BRAGA

Arquivo Distrital

Arquivo do Cabido e Sé de Braga: *Colecção cronológica,* caixa 21.

BRUGES

Stadsarchief

Stadscartularium, *Ouden Wittenbouc,* fl. 94.

COIMBRA

Arquivo da Câmara Municipal

Cartas originais dos infantes, n.º 1.

Arquivo da Universidade

Livro dos privilégios, fl. 116; *Livro Verde,* fl. 93.

Biblioteca Geral da Universidade

Ms. 439, liv. I, caps. 5, 6, 9, 62, 72 a 81; e liv. II, cap. 5.

LISBOA

Arquivo Histórico da Câmara Municipal

Livro do provimento do pão, fl. 4; *Místicos de Reis,* liv. 1, fl. 7, doc. 7. *Provimento de Ofícios,* liv. 1, fl. 15.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Cabido da Sé do Funchal, maço 1, n.º 1. *Bulas,* maço 5, n.º 8 e maço 11, n.º 13. *Casa da feitoria portuguesa de Antuérpia,* caixa 3, maço A, n.ºs 9, 15, 17 e 21. *Chancelaria de D. João I,* liv. 3, fls. 43 v., 157 v., 167 v., 179, 188, 188 v., 195, 196 e 198; liv. 4, fls. 6, 11 v., 18 e 39; liv. 5, fls. 90, 91 v., 93 e 97. *Chancelaria de D. Duarte,* liv. 2, fl. 43 v. *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 19, fls. 36 v. e 85 v. *Colecção Especial,* parte 1, caixa 6, maço 2, n.º 26. *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama,* maço 18, n.º 343. *Extras,* fl. 237. *Gavetas,* 3, maço 5, n.º 5, e maço 7, n.º 12; 17, maço 6, n.º 1; e 18, maço 11, n.º 4. *Místicos,* liv. 3, fl. 218 v. *Núcleo Antigo,* n.ºs 12, fl. 147, e 14-A, fl. 102.

Biblioteca da Sociedade de Geografia

Ms. B. 99, liv. I, caps. 5, 6, 9, 62, 72 a 81; e liv. II, cap. 5.

LONDRES

British Museum

Additional, ms. 18.840, fls. 2 e 2 v.

Copyrighted material

MUNIQUE

Bayerische Staats-Bibliotheck

Handschriften-Abteilung, *Codex monacensis hispanicus* 27, fl. 270.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Manuscrits portugais, n.° 42.

PORTO

Biblioteca Pública Municipal

Cód. 784.

Gabinete de História da Cidade

Pergaminhos, liv. 3, doc. 76; *Livro A*, fl. 15 v.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Avinionense, vol. 348, fls. 646, 647 v., 653 v. e 669. *Regestum Lateranense*, vol. 157, fl. 124; vol. 160, fl. 49; vol. 172, fl. 305 v.; vol. 187, fl. 294; vol. 189, fl. 183 v.; vol. 195, fls. 289 e 291 v.; vol. 202, fls. 31 v., 58, 58 v., 59 e 59 v.; vol. 208, fls. 198 v., 199 v. e 200; vol. 213, fl. 88 v.; vol. 218, fl. 27; vol. 237, fls. 251 v., 253 v., 256, 258, 264 e 265. *Regestum Supplicationum*, vol. 110, fl. 178; vol. 115, fl. 240; vol. 121, fl. 255; vol. 122, fl. 212 v.; vol. 125, fl. 81; vol. 127, fl. 13 v.; vol. 132, fl. 7; vol. 134, fl. 104 v.; vol. 143, fl. 2 v.. *Regestum Vaticanum*, vol. 176, fls. 308 e 311; vol. 180, fl. 271; vol. 274, ep. 273-8; vol. 328, fls. 348 v., 372 v., 373, 376, 395, 395 v. e 396; vol. 343, fls. 2 v., 66 v., 89 v. e 90 v.; vol. 348, fl. 647; vol. 352, fls. 153 e 246 v.; vol. 358, fl. 6.

SEVILHA

Arquivo da Província Franciscana de Andaluzia

Ms. n.° 88.

VIENA

Staats-Archiv

Reichs und Haus-Kanzlei Registraturs Bucher, Hands 326/1, Buch 1, fls. 89 e 97.

VISEU

Arquivo Distrital

Pergaminhos do Cabido, maço 35, n.° 45.

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e dos títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses pela ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida no vol. I, especialmente a respeitante às Ilhas Canárias.

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. — *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez. I. — Summa do bullario portuguez.* Coimbra, 1895.

AGRELA, Carlos de. — *Famílias da Madeira e Porto Santo — Câmara de Lobos.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 9, Funchal, 1951, pp. 10-33.

AGUIAR, Fernando de. — *Breve memória sobre a terceira residência de Zarco na Madeira.* No Arquivo cit., vol. 7, Funchal, 1949, pp. 31-48.

ALBUQUERQUE, Irene Truninger. — *Os desígnios do Infante D. Henrique e a sua continuidade até Afonso de Albuquerque.* Rio Maior, 1956.

ALBUQUERQUE, Luís. — *Introdução à História dos Descobrimentos.* S. l. n. d., separata da rev. «Vértice», vols. 17 e 18, Coimbra, 1957-58.

ALCOFORADO, Francisco Manuel. — *Qual foy o azo com que se descobrio a Ilha da Madeira.* Publicada por C. Fernandez Duro. No «Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid», t. 5, Madrid, 1878, pp. 65-80.

— *Relation historique de la découverte de l'Isle de Madère.* Traduit du portugais de François Alcoforado, escuyer de l'Infant de Portugal D. Henry. Paris, 1671.

ALIGHIERI, Dante. V. — DANTE ALIGHIERI.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História da Igreja em Portugal,* ts. 1 e 2, Coimbra, 1910.

— *História de Portugal,* ts. 2 e 3, Coimbra, 1923 e 1925.

ALMEIDA, Gabriel d'. — *As Ilhas dos Açores.* Lisboa, 1889.

— *A Ilha de Santa Maria* (Em que esteve a tripulação dos navios de Colombo no seu regresso da descoberta da América) 1432-1893. S. Miguel, 1893.

— *A Ilha de S. Miguel, seu descobrimento, etc., etc.*. Ponta Delgada. 1885.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. V. — BRANDÃO, Mário.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. — *História da maravilhosa tomada de Ceuta aos mouros.* Lisboa, 1940.

— *História da grande rainha Dona Felipa de Lencastre e dos preparativos de guerra.* Lisboa, 1939.

AMAT DI SAN FILIPPO, Pietro. — *I veri scopritori delle Isole Azore.* No «Bolletino della Società Geografica Italiana», série 3, vol. 5, Roma, 1892, pp. 529-40.

ANDRADE, Diogo José Pereira. — *The portuguese and Prester John of Abyssinia.* Bastorá, 1940.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de. — *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal,* t. 1, Lisboa, 1875.

ARMELIM JÚNIOR, M. V. — *Os Açores.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 40, Lisboa, 1922, pp. 233-70.

ARRIBAS PALAU, Mariano. — *Repercusión de la Conquista Portuguesa de Ceuta en Aragón.* Separata de «Tamuda», ano 3, semestre 1, Tetuán, 1955.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores.* Precedida de um ensaio crítico por..., Ponta Delgada, 1932.

ARTUR, Alberto. — *Notícia histórico-militar sobre a ilha do Porto Santo.* Funchal, 1933.

AZEVEDO, João Lúcio de. — *Épocas de Portugal Económico.* Esboços de História. 2.ª ed., Lisboa, 1947.

AZEVEDO, Pedro Augusto de. — *Os encargos da ocupação militar de Ceuta durante o século XV.* Na «Folha de Viana» de 17 de Agosto de 1915.

— *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Lisboa-Coimbra, 1915-34, 2 vols.

BALLESTEROS Y BERETTA, D. António. — *História de España y su influencia en la Historia Universal.* 2.ª edição, Barcelona-Madrid, 1944-58, 12 vols.

BAPTISTA, Júlio César. — *Portugal e o Cisma do Ocidente.* Na rev. «Lvsitania Sacra», t. 1, Lisboa, 1956, pp. 65-203.

BARONIUS, Cardeal. — *Annales ecclesiastici,* t. I, Romae, 1588.

BARRIENTOS, Don Lope. — *Refundición de la Crónica del halconero.* Por el obispo... (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

BARROS, Henrique da Gama. — *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV.* 2.ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares. 11 vols., Lisboa, 1945-54.

BARROS, João de — *Ásia.* Década primeira. — Seguimos sempre a edição de Coimbra, 1932, conforme a «princeps».

BASTOS, Aristides Pinto Ferreira de. — *Comemorações João Gonçalves Zarco. Descubrimento da ilha da Madeira. 2 de Julho de 1420.* Em «O Instituto», vol. 8, Coimbra, 1859, pp. 118-19.

BASTOS, José Timóteo da Silva. — *Porque fomos nós a Ceuta ?* Em «O Instituto», vol. 86, Coimbra, 1933, pp. 129-40.

BEAZLEY, Charles Raymond. — *Prince Henry the Navigator the hero of Portugal and of modern discovery, 1394-1460. A. D.* New-York--London, 1895. Versão portuguesa, anotada, de António Álvaro Dória, *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos modernos.* Porto, 1945.

— *Prince Henri of Portugal and the progress of exploration.* No «The Geographical Journal», vol. 36, London, 1910, pp. 703-715.

— *Prince Henry of Portugal and the African Cruzade.* Em «The American Historical Review», t. 16, 1910.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. — *Rainhas de Portugal.* Estudo histórico com muitos documentos. Lisboa, 1878-79, 2 vols.

BENOIT, M. P. — *Le Prêtre Jean.* Paris, 1952.

BERNARD, Augustin. — *Le Maroc.* Paris, 1931.

BETTENCOURT, Emiliano Augusto de. — *Memória sobre a descoberta das Ilhas do Porto Santo e Madeira. 1418-1419.* (Fragmento de um livro inédito). Porto, 1875.

— *Descobrimentos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI.* Lisboa, 1881-82.

BETTENCOURT, J. de A. Albuquerque de. — *Duques de Portugal.* No «Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», vol. 1, 1925, pp. 41-79.

BOÉMIA, Martinho de. — *De prima jnuentione Guinee.* Em «O Manuscrito «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940, pp. 187-207.

BOTELHO, José Nicolau Raposo. — *Feitos d'armas dos portugueses na Idade Média* (Fragmento da «Historia Militar de Portugal»). Na «Revista Militar», t. 43, Lisboa, 1891.

BRAGA, Theophilo. — *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza.* Tomo 1, 1289 a 1555. Lisboa, 1892.

BRAGADIN, Commandant M. A. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes. Venise-Amalfi-Pise-Gênes.* Paris, 1955.

BRANCO, Manuel Bernardes. — *Portugal e os estrangeiros.* Lisboa, 1879, 2 vols.

BRANDÃO, Manuel José da Cunha. — *O Infante D. Henrique como soldado.* Na «Revista Militar», t. 46, Lisboa, 1894, pp. 87-102.

BRANDÃO (Mário) e ALMEIDA (Manuel Lopes de). — *A Universidade de Coimbra.* Esboço da sua história. Coimbra, 1937.

BRÁSIO, P. António. — *Santa Maria de África.* Na rev. «Portugal em África», 2.ª série, ano 1, Lisboa, 1944, pp. 151-161, e ano 4, 1947, pp. 56-57.

— *A Padroeira do Império.* Na rev. e série retrocits., ano 3, Lisboa, 1946, pp. 350-57.

Copyrighted material

— *A primitiva catedral de Ceuta.* Na rev. e série cits., ano 7, Lisboa, 1950, pp. 231-44.

— *O culto de Nossa Senhora na África Portuguesa.* Na dita rev. e série, vol. 11, Lisboa, 1954, pp. 138-44.

— *A Acção Missionária no Período Henriquino,* Colecção Henriquina. Lisboa, 1958.

BRUCHET, M. — *Archives départamentales du Nord. Répertoire numérique.* Série B (Chambre des comptes de Lille). Lille, 1921.

BRUGES, Theotonio Paím de. — *Os Descobrimentos e os Açores.* Importância nacional do Arquipélago. Angra do Heroísmo, 1932.

BULLARIUM FRANCISCANUM. Vols. I-IV ed. a Ihoanne Hyacintho Sbaralea, Romae, 1759-68; vols. V-VII ed. a Conrado Eubel, Romae, 1898-904.

BURBURE, Albert de. — *Foram as ilhas dos Açores descobertas por flamengos ?* Na rev. «Insulana», vol. 9, Ponta Delgada, 1953, pp. 310-14.

CABRAL, Mariano José. — *Comemorações. Descobrimento da ilha de S. Miguel por Gonçalo Velho Cabral.* Na «Revista Universal Lisbonense», vol. 4, Lisboa, 1844-45, p. 504.

CABRAL, Morais. — *O Infante D. Henrique conquistador de Ceuta.* Na rev. «O Mundo Português», vol. 6, Lisboa, 1939, pp. 101-104.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra.* Prefácio e notas históricas por Damião Peres. Lisboa, 1948.

— *Navegações de Luís de Cadamosto.* Texto italiano e tradução portuguesa de Giuseppe Carlo Rossi. Lisboa, 1944.

— *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Ca' Da Mosto.* A cura di Rinaldo Caddeo con prefazione, note, appendici... Milano, 1929.

CADDEO, Rinaldo. V. — CADAMOSTO, Luís de.

CAILLAUD, Romanet de. — *Les tentatives des Franciscains au moyen âge pour pénétrer dans la Haute Ethiopie.* No Bolletin de la Société Géographique», t. 17, Paris, 1894.

CALMETTE, V. — DROUOT.

CALMETTE, Joseph. — *Les Grands Ducs de Bourgogne.* Paris, 1949.

— *L'Élaboration du Monde Moderne.* Troisième édition, revue et corrigée. Paris, 1949.

— *Le Monde Féodal.* Paris, 1951.

— *Le Moyen-Âge.* Paris, 1951.

CALMETTE (Joseph) et DÉPREZ (Eugène). — *Histoire du Moyen Âge.* Na «Histoire Générale» de Glotz, t. 7, parte 2, Paris, 1939.

CAMPOS, José Moreira. — *Corsários célebres.* Lisboa, 1946.

CANALE, Michele Giuseppe. — *Degli antichi navigatori e scopritori genovesi.* Génova, 1846.

CANESTRINI, Giusepe. — *Intorno alle relazioni commerciali dei fiorentini co'portoghesi avanti e dopo la scoperta del capo di buona speranza.* No «Archivio Storico Italiano» (Appendice). Firenze, 1846, pp. 93-110.

CANTO, Ernesto do. — *Cartas dos provedores das armadas dos Açores.* No «Archivo dos Açores», vol. 1, 2.ª ed., 1878, pp. 118-140.

CANTO, Eugénio do. — *Collecção de documentos relativos ás ilhas dos Açores extrahidos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, &...* No «Archivo dos Açores», 2.ª edição, vol. 1, 1878, pp. 3-76, e vol. 2, 1880, pp. 9-56.

CAPELLI, A. — *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo.* Seconda edizione interamente rifalta. Milano, 1930.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. — *Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete.* (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CARVALHO, A. L. — *Guimarães em Ceuta.* Guimarães, 1954.

CARVALHO, Joaquim de. — *Aditamentos e Notas a* Francisco Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* Primeira parte, 2.ª ed., Coimbra, 1937, pp. 539 e ss.

— *Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara* (Notas em torno de alguns plágios deste cronista). Na rev. «Biblos», vol. 25, Coimbra, 1949, pp. 1-160.

Copyrighted material

— *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*. Vol. 1, Coimbra, 1949.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. — *O túmulo do Infante*. Na rev. «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, pp. 574-92.

CARVALHO, Vasco de. — *La domination portugaise au Maroc — 1415-1769*. Lisbonne, 1936.

— *La domination portugaise au Maroc du XV.ème au XVIII.ème siècle (1415-1769)*. Lisbonne, 1942.

CASTRIES, Henry de. — *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, Paris, 1905-09, 4 vols.

CHRONICA do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira. Com revisão prefacio e notas por Mendes dos Remedios. Coimbra, 1911.

CIVEZZA, Marcellino da. — *Storia universale delle Missioni Francescane*. Ts. I-VI, Roma-Prato, 1857-81; VII, 1-4, Prato-Firenze, 1883-94; VIII-XI, Firenze, 1895.

— *Saggio di Bibliografia Francescana*. Prato, 1879.

CONSTANTINO, Manuel. — *História da Ilha da Madeira*. Funchal, 1930.

CORDEIRO, P. António. — *História insulana das ilhas a Portugal sugeitas no oceano ocidental*. Lisboa, 1866, 2 vols.

CORNEVIN, Robert. — *Histoire de l'Afrique des origines à nos jours*. Paris, 1956.

CORPUS IURIS CANONICI. Ed. Friedberg, Leipzig, 1879-81.

CORTESÃO, Jaime. — *Africa nostra. II. — A tomada e ocupação de Ceuta*. No «Boletim da Agência Geral das Colónias», ano 1, Lisboa, 1925, pp. 7-30. Tem separata.

— *Os Descobrimentos Portugueses*. Vol. 1, Lisboa, 1960.

— *A génese da expansão portuguesa*. Na «História de Portugal» da «Portucalense Editora», Barcelos, vol. 3, 1931, pp. 333-51.

COSTA, Abel Fontoura da. — *Descobrimentos marítimos africanos portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II*. Lisboa, 1938.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *O doutoramento em Bolonha do Secretário de D. João I — Doutor Lançarote, Conde Palatino e embaixador ao concílio de Pisa.* Na rev. «Itinerarium», ano 3, Braga, 1957, pp. 202-20.

— *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Na rev. cit., ano 5, Braga, 1959, pp. 419-68.

— *A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique.* Na rev. «Brotéria», vol. 71, Lisboa, 1960, pp. 409-21.

COSTA, José Pedro da. — *Primeira igreja erecta nas ilhas dos Açores — Casa de residência de Frei Gonçalo Velho na ilha de Santa Maria.* No «Archivo dos Açores», vol. 13, 1906, pp. 198-99.

COUTINHO, Carlos Viegas Gago. — *A náutica dos Descobrimentos.* 2 vols., Lisboa, 1951-52.

COUTO, E. do. — *Historiadores do século XV. Diogo Gomes de Cintra. Descobrimento das ilhas dos Açores.* No «Archivo dos Açores», vol. 1, 1878, pp. 77-86.

CRÓNICA del Rey Don Alfonso el Onceno. Na «Biblioteca de Autores Españoles», t. 66, Madrid, 1877; 2.ª ed., Madrid, 1953, pp. 173-392.

CRÓNICA de Don Alvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, 1940.

CRÓNICA del serenísimo principe Don Juan. V. — PEREZ DE GUZMAN, Fernan.

CRUZ, António. — *O Porto na génese dos Descobrimentos.* Porto, 1960.

CUNHA, D. Rodrigo da. — *Catalogo e Historia dos bispos do Porto.* Porto, 1623; 2.ª ed. Porto, 1742.

DANTE ALIGHIERI. — *Divina Comedia.* Ed. Scartazzini, 9.ª ed. Vandelli, Milano, 1929.

DELACROIX, Simon. — *Histoire universelle des Missions Catholiques,* 4 vols., Paris-Mónaco, 1956-59.

Copyrighted material

DE LANNOY (Charles) e VAN DEN LINDEN (Hermann). — *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens.—Portugal et Espagne (Jusqu'au début du XIX siècle).* Bruxelles-Paris, 1907.

DENUCÉ, Jean. — *Rapports économiques et anciens entre le Portugal et la Belgique.* No «Boletim da Casa de Portugal», Antuérpia, 1935.

— *Privilèges royaux portugais accordés aux marchands flamands et allemands du XV^e^ et XVI^e^ siècle,* Ibi, 1936.

DÉPREZ, Eugène. V. — CALMETTE, Joseph.

DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. V. — MARQUES, João Martins da Silva.

DESCOBRIMENTOS (Primeiros) maritimos dos portugueses. Na «Revista Litteraria», vol. 1, Lisboa, 1838, pp. 437-47.

DE WITTE, Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e^ siècle.* Na «Revue d'Histoire Eclésiastique», t. 48, pp. 683-718, t. 49, pp. 438-461, t. 51, pp. 413-453 e pp. 809-836, e t. 53, pp. 5-46 e 444-471, Louvain, 1953, 1954, 1956 e 1958, respectivamente.

DIAS, Urbano de Mendonça. — *História dos Açores.* 2.ª ed., remodelada. Vila Franca do Campo, 1942.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *As Crónicas Medievais Portuguesas.* Na rev. «Colectânea de Estvdos», 2.ª série, ano 1, Braga, 1950, pp. 299-345.

— *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara.* Introdução à «Crónica dos feitos de Guiné», Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949.

— *Estudos Henriquinos.* Vol. 1, Coimbra, «Acta Universitatis Conimbrigensis», 1960.

DOCUMENTOS do arquivo histórico da Câmara Municipal de Lisboa. — Livros de Reis. Lisboa, 1957-58, 3 vols..

DOCUMENTOS para a história da cidade de Lisboa. Lisboa, 1947.

DOCUMENTOS das Chancelarias Reais. V. — AZEVEDO, Pedro de.

DOCUMENTOS (5) sobre o Infante D. Henrique e a Universidade. Macau, 1939.

DOEHAERD, R. — *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont d'après les archives notariales génoises aux XIII^e^ et XIV^e^ siècles.* Bruxelles, 1941.

DORESSE, J. — *L'empire du Prêtre Jean.* Paris, 1957.

DÓRIA, António Álvaro. — *Estudos de História dos Descobrimentos. I. — O problema do descobrimento da Madeira.* Guimarães, 1945.

— *Los descubrimientos en el Atlantico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesilhas.* Separata da rev. «Bracara Augusta», Braga, 1951.

DORNELAS, Afonso de. — *As armas de Ceuta.* Lisboa, 1925.

— *O bastão de Ceuta.* Na «Folha de Viana» de 17 de Agosto de 1915.

— *Elementos de História. II. — Santíssima Virgem d'Africa padroeira de Ceuta.* Lisboa, 1924.

— *História e genealogia.* Lisboa, 1913-26, 14 vols.

— *Uma planta de Ceuta.* Lisboa, 1913.

DROUOT et CALMETTE. — *Histoire de Bourgogne.* Paris, 1928.

DRUMOND, Francisco Ferreira. — *Empresas do Infante D. Henrique e descobrimento da Ilha Terceira de Jesus Christo.* Nos «Annaes da Ilha Terceira», t. 1, Angra do Heroismo, 1850, pp. 1-17.

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro.* Paris, 1842; 2.ª ed., Coimbra, 1942, a que seguimos.

DUMONT, Georges H. — *Marie de Bourgogne.* Bruxelles, 1943.

DUMONT, J. — *Corps Universel Diplomatique,* t. 2, Amsterdam, 1726.

ENCICLOPEDIA italiana di scienze, lettere et arti. Vol. 34, Roma, 1937.

ENTWISTLE (W. J.) e RUSSEL (P. E.). — *A rainha D. Felipa e a sua Côrte.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, secção 2.ª, vol. 2, Lisboa, 1940, pp. 317-46.

Copyrighted material

ERRERA, Carlo. — *L'epoca delle grandi scoperte geografiche.* 3.ª ed., Milano, 1926.

— *Lancelloto Malocelli.* Na supracit. «Enciclopedia italiana», t. 22, Milano, 1934, v. «Malocelli».

ESPARTEIRO, António Marques. — *As caravelas latinas e redondas de Portugal.* Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 71, Lisboa, 1941, pp. 773-79.

ESPERANÇA, Fr. Manoel da. — *Historia Serafica da Ordem dos Fradres Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.* Parte 1.ª, Lisboa, 1656; parte 2.ª, *ibi,* 1666.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi.* Vol. I, Monasterii, 1913; vol. II, *ibi,* 1914.

— *Bullarium Franciscanum.* Veja-se este lançamento.

FARMHOUSE, J. — *Subsidio bibliografico para a história da conquista de Ceuta.* Lisboa, 1915.

FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. — *Descubrimiento de la Isla de Madera.* No «Boletin de la Sociedad Geográfica de Madrid», t. 6, Madrid, 1879, pp. 245-50.

— *Como se descubrió la Isla de Madera.* No Boletim cit., t. 5, Madrid, 1878, pp. 65-80.

FERNANDES, Valentim. V. — MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes».

FERREIRA, Fernando Bandeira. — *As viagens de descobrimento de iniciativa particular no tempo de D. Henrique.* Lisboa, 1946.

FERREIRA, Francisco Leitão. — *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra, dedicadas à Magestade delRey Nosso Senhor D. João V.* Parte 1.ª, Lisboa, 1729. Reeditadas em Coimbra, 1937, com *Notícia preliminar, Aditamentos e Notas* do Prof. Joaquim de Carvalho.

FERREIRA, Manuel Juvenal Pita. — *Notas para a história da Ilha da Madeira. I — Descoberta e início do povoamento.* Funchal, 1957.

FERREIRA, Marino da Cunha Sanches. — *O sentido europeu e cristão da conquista de Ceuta.* Braga, 1958.

FIGANIER, Joaquim. — *Descrição de Ceuta Muçulmana no século XV.* Lisboa, s. d..

FIGUEIREDO, António Pereira de. — *Portuguezes nos Concilios Geraes.* Lisboa, 1878.

FIGUEIREDO, Jaime de. — *Ilha de Gonçalo Velho.* Da descoberta até ao aeroporto. Lisboa, 1954.

FIGUEIROA, Francisco Carneiro de. — *Memórias da Universidade de Coimbra.* Coimbra, 1937.

FINKE, Heinrich. — *Acta Concilii Constanciensis.* Münster i. W., 1923.

FINOT, Jules. — *Étude historique sur les relations commerciales entre Flandres et l'Espagne au Moyen Âge.* Paris, 1899.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ª ed., 3 vols., Coimbra, 1921-30.

— *Um aventureiro na Empresa de Ceuta.* Lisboa, 1913.

— *A feitoria de Flandres.* No «Archivo Historico Portuguez», vol. 6, Lisboa, 1908, pp. 322-442.

FREITAS, Jordão Apolinário de. — *Madeira, Porto Santo e Deserta. Ilhas que o Infante D. Henrique «novamente» achou e povoou.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.ª secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 161-185.

— *Quando foi descoberta a Madeira?* (Resenha histórica). Lisboa, 1911.

FRUCTUOSO, Gaspar. — *Saudades da Terra.* Livro I, Ponta Delgada, 1939; II, Porto, 1925; III e IV, Ponta Delgada, 1922 e 1926.

GANSHOF, F. L. — *Qu'est-ce que la féodalité?* Bruxelles, 1957.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés. — *La Corona de Aragón y Granada.* Barcelona, 1908.

— *La Edad Media en la Corona de Aragón.* Barcelona, 1941.

Copyrighted material

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.* 3 vols., Lisboa, 1943-45-46.

GOMES, Armando Sousa. — *O descobrimento e os descobridores das ilhas dos Açores.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 66, Lisboa, 1948, pp. 527-55.

GOMES, Diogo. — *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde.* Versão do latim por Gabriel Pereira. No Boletim retrocit., série 17, Lisboa, 1898-99, pp. 265-93. Tem separata, sem data.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro, as «Sete Partidas» e a Génese dos Descobrimentos.* Lisboa, 1955.

GORIS, J. A. — *Étude sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567.* Louvain, 1925.

GOSSART, Ernest. — *Antoine de la Salle. Sa vie et oeuvres.* 2.ª ed., Bruxelles, 1902.

GREGÓRIO IX, Papa. — *Decretais.* No «Corpus Iuris Canonici», ed. Friedberg, t. 2, Leipzig, 1879-81.

GRIBAUDI, Pietro. — *Storia delle scoperte e delle esplorazioni geografiche.* Torino, 1945.

GROUSSET, René. — *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem.* 3 vols., Paris, 1934-36.

— *Histoire de l'Extrême-Orient.* 2 vols., Paris, 1929.

— *L'Empire des Steppes.* Paris, 1939.

— *Histoire de l'Asie.* Paris, 1922.

— *L'Asie Orientale, des origines au XV^e siècle.* Paris, 1941.

— *Histoire de la Chine.* Paris, 1946.

GUADALUPE, P. Fr. Andrés de. — *Historia de la Provincia de los Angeles.* Madrid, 1662.

GUBERNATIS A SOSPITELLO, Dominicus de. — *Orbis seraphicus.* Ts. I-IV, Romae-Lugduni, 1682-85; V, Romae, 1689; VI, Quaracchi, 1886.

GUICHOT, D. Joaquín. — *Historia general de Andalucía.* Sevilla, 1870.

GÜNTHER, Siegmund. — *La Época de los Descubrimientos.* Traducido de la 4.ª edición alemana por el Prof. L. Martin Echeverria. Barcelona, 1926.

GUTTON, Francis. — *La Chevalerie Militaire en Espagne. L'Ordre de Calatrava.* Paris, 1955.

HARDISSON, Emílio. — *Las Canarias y Portugal.* Porto, 1947. Separata do «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 10, pp. 165-184.

HEFELE (Charles-Joseph) et LECLERCQ (Dom H.). — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Tom. 5, parte 2.ª, Paris, 1913, e t. 7, parte 1.ª, Paris, 1916.

HERRMANN, Paul E. — *La aventura de los primeros descubrimientos.* De la Prehistória al final de la Edad Media. Versión española por Francisco Payrols. Barcelona, s. d..

HEYD, Wilhelm von. — *Histoire du commerce du Levant au Moyen-Âge.* Édition française refondue et considérablement augmenté par l'auteur. 2 vols., Leipzig, 1885-86. Reimpressa em 1936.

HISTOIRE de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours. Tom. 9, Paris, 1953.

HISTOIRE GÉNÉRALE (de Glotz), t. 4, 2.ª parte.

HISTÓRIA da Expansão Portuguesa no Mundo. 3 vols., Lisboa, 1937-40.

HOMMEL, Luc. — *Marie de Bourgogne ou le Grand Heritage.* Paris, 1951.

HUGUES, T. M. — *The ocean flower a poem preceded by an historical and descriptive account of the Island of Madeira.* London, 1845.

HUICI MIRANDA, Ambrosio. — *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines).* Madrid, 1956.

Copyrighted material

«INDICE CHRONOLOGICO dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INDICES E SUMMARIOS dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Fasc. I, Coimbra, 1867.

IORGA, Nicolas. — *Cenni sulle relazioni tra l'Abissinia e l'Europa Cattolica nei secoli XIV-XV. Con un itinerario inedito del secolo XV* (Iter de Venatiis ad Indiam). No «Centenario di Michele Amari», t. 1, Palermo, 1910, pp. 139-150.

IRIA JÚNIOR, Joaquim Alberto. — *A tradição marítima do Algarve anterior às navegações do século XV e depois ao serviço do Infante D. Henrique* (Subsídios para uma introdução à «História dos Descobrimentos»). Na rev. «Las Ciencias», vol. 11, Madrid, 1946, pp. 598-606.

— *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos.* Com um prefácio de João Martins da Silva Marques. Lisboa, 1956, 2 vols.

— *Por que foi o Algarve, e não outro sítio do país, a região eleita do Infante D. Henrique ?* (Antecedentes da conquista de Ceuta à luz de novos documentos). Lisboa, 1953.

JACOME CORRÊA, Marquês de. — *História da Descoberta das Ilhas.* Coimbra, 1926.

JONES (A. H. M.) e MONROE (E.). — *Histoire de l'Abyssinie des origines à nos jours.* Traduit de l'anglais par A. et H. Collin Delevaud. Paris, 1935.

JONG, Marcus de. — *Koning Johan I van Portugal en de «Hertog van Holland».* Em «Tijdschrift voor Geschiedenis», de Maio de 1958, pp. 86-95.

JORDÃO, Levy Maria. — *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger.* Na «Collecção de historia e memorias da Academia Real das Sciencias» de Lisboa, nova série, t. 2, p. 11. Lisboa, 1858. Reeditada em volume, com aditamentos e correcções, pelo autor, quando usava já o

título de Visconde de Paiva Manso, sob o título de *História ecclesiástica ultramarina*, t. 1 (e único), Lisboa, 1872.

— *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae.* Tom. 1, (1171-1600), Olisipone, 1878.

JULIEN, Ch.-André. — *Histoire de l'Afrique du Nord. Tunisie-Algérie-Maroc.* Paris, 1952, 2 vols.

— *Les voyages de découverte et les premiers établissements (XV^e^-XVI^e^ siècles).* Paris, 1948.

KAMMERER, Albert. — *La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Arabie, depuis l'Antiquité.* Caire, 1929-52, 7 vols.

KRAUSSE, Kurt. — *Os Portugueses na Abissínia.* Subsídio para a história da descoberta da África. Lisboa, 1915.

KROHN, N. — *Heinrich der seefahrer und die Insel Madeira.* Erfurt, 1903.

LACERDA, Álvaro Pereira. — *O Infante D. Henrique e o sítio de Belém.* Lisboa, 1941.

LACOURT-GAYET, Jacques. — *Histoire du Commerce.* Paris, 1950-55, 6 vols.

LAFUENTE, Don Modesto. — *Historia general de España desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII.* Continuada desde dicha época hasta nuestros dias por Juan Valera. Barcelona, 1877-85, 6 vols.

LAGOA, Visconde da. — *Estímulo económico da conquista de Ceuta.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, secção 1.ª, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 55-77.

LANDIM, Gaspar Dias de — *O Infante D. Pedro.* Chronica inedita por..., Lisboa, 1892.

LA RONCIÈRE, Charles de. — *La découverte de l'Afrique au Moyen Âge.* Cartographes et explorateurs. 3 ts., Le Caire, 1925-27.

LA SALLE, Antoine de. — *Du réconfort de Madame du Fresne.* No livro de Joseph Nève, *Antoine de la Salle. Sa vie et ses Ouvrages,* Paris-

Copyrighted material

-Bruxelles, 1903. Versão portuguesa de Carlos Bocage, com Prefácio de David Lopes, *Consolações dirigidas a Catarina de Neufville, Senhora de Fresne*. Lisboa, 1933.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Chronicas del Rey Dom João de gloriosa memoria, o I deste nome, e dos reys de Portugal o X, e as dos reys D. Duarte, e D. Affonso o V*. Lisboa, 1780.

LECLERCQ, Dom H. V. — HEFELE, Charles-Joseph.

LEFEBRE, Renato. — *Documenti pontificii sui rapporti con l'Etiopia nei secoli XV e XVI*. Em «Rassegna di Studi Etiopici», vol. 5, Roma, 1947, pp. 17-41.

LEITE, Duarte. — *Coisas de vária história*. Lisboa, 1941.

— *Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*. Lisboa, 1941.

LEITE, Jerónimo Dias. — *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*. Tratado composto em 1579 e agora publicado com introdução e notas de João Franco Machado. Coimbra, 1947.

LLIBRE de les solemnitats de Barcelona. Vol. 1 (1424-1546), Barcelona, 1930.

LIBRO DEL CONOSÇIMIENTO de todos los reynos & tierras & señorios que son por el mundo & de las señales & armas que han cada tierra & señorio por sy & de los reys & señores que los proveen, escrito por un franciscano español á mediados dal siglo XIV. Edição de Marco Jiménez de la Espada. Madrid, 1877.

LIVRO (O) de Marco Paulo. V. — PAULO, Marco.

LIVRO VERDE da Universidade de Coimbra. (Cartulário do século XV). Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Conservador do Arquivo da mesma Universidade. Coimbra, 1940.

LOBO, António de Sousa Silva Costa. — *Historia da sociedade em Portugal no seculo XV*. Lisboa, 1904.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. — *A verdade e a lenda de Preste João*. Coimbra, 1944. Separata de «O Instituto», vol. 104, Coimbra, 1944, pp. 1-50.

LOPES, David. — *A conquista de Ceuta. A sua importância política e económica.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», t. 1, Lisboa, 1937, pp. 131-36.

— *Os Portugueses em Marrocos: Ceuta e Tânger.* Na «História de Portugal» da «Portucalense Editora», vol. 3, Barcelos, 1931, pp. 385-432.

— *Les Portugais au Maroc.* Na «Revue d'Histoire Moderne», t. 14, 1939, pp. 337-68.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I.* 2 vols., Porto, 1945-49, texto que sempre seguimos, à falta de melhor de toda a obra.

LOPEZ, P. Atanásio — *Obispos en el Africa Septentrional desde el siglo XIII.* 2.ª ed., Tânger, 1941.

LÜTOLF, A. — *Acerca del descubrimiento y cristianización de las islas del occidente de Africa.* Na «Revista de Historia», n.º 64, La Laguna, 1942, pp. 284-92.

MACHADO, João Franco. — *Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira. — A questão das Canárias.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», t. 1, Lisboa, 1937, pp. 275-290.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

MARIGNOLI, Fr. Johannes de. — *Chronicon Bohemicum.* Em «Sinica Franciscana», t. 1, pp. 524-60.

MARINESCU, Constantin. — *Le prêtre Jean, son pays, explication de son nom.* No «Bulletin de la Section Historique de l'Académie Roumaine», t. 10, Bucarest, 1923.

— *Encore une fois le problème du prêtre Jean.* No dito «Bulletin», t. 26-2, Bucarest, 1945, pp. 202-22.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por..., Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MASCARENHAS, D. Jerónimo de. — *História de la ciudad de Ceuta.* Lisboa, 1918.

Copyrighted material

MAURÍCIO, Domingos. V. — SANTOS, S. J., P. Domingos Maurício Gomes dos.

MEES, Jules. — *Les Açores d'après les Portulans.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 17, Lisboa, 1898-99, pp. 455-77.

— *Histoire de la découverte des iles Açores et de l'origine de leur dénomination d'Iles Flamandes.* Gand, 1901.

MENESES, Manuel. — *O problema da descoberta e povoamento dos Açores.* Angra do Heroísmo, 1949.

— *Revisão ao problema da descoberta e povoamento dos Açores.* Angra do Heroísmo, 1949.

MIGNE, J. P. — *Patrologiae cursus completus: Series latina,* vol. 200, Paris, 1844.

MONROE, E. — *Histoire de l'Abyssinie.* Paris, 1936. V. — JONES, A. H. M.

MONUMENTA Germaniae Historica. Berlim, 1826 e anos ss.

MONUMENTA HENRICINA. Vol. 1, Coimbra, 1960.

NÈVE, Joseph. — *Antoine de la Salle. Sa vie et ses Ouvrages.* Paris-Bruxelles, 1903.

NONO, I. — *La marca amorosa.* Treviso, 1931.

NOWELL, Charles E. — *Prince Henry the Navigator and his brother Dom Pedro.* Na «Hispanic American Historical Review», vol. 28, 1948.

OOM JUNIOR, T. — *O Descobrimento da ilha da Madeira.* Na «Revista Universal Lisbonense», vol. 6, Lisboa, 1846-47.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Afonso V. 5 vols., Coimbra, 1786; ibi, 1792.

ORTEGA, O. F. M., P. Angel. — *Las casas de estudios en la Provincia de Andalucía.* Na rev. «Archivo Ibero-Americano», ano 2, Madrid, 1915, pp. 7-62 (continuação).

OSÓRIO, Baltasar. — *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437).* Lisboa, 1933.

— *Descrição da cidade de Ceuta no século XV.* Lisboa, 1916.

PAIVA MANSO, Visconde de. V. — JORDÃO, Levy Maria.

PALY, Norbert. — *La Casa de Portugal d'Anvers.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 63, Lisboa, 1945, pp. 411-29.

PAULO, Marco. — *Ho livro de Nycolao Veneto — O trallado da carta de huũ genoves das ditas terras.* Lyxboa, 1502.

— *O livro de Marco Paulo.* Introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, 1922. V. — POLO (Marco).

PEDRO, Infante D. — *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro.* 3.ª edição, com uma Introdução e notas por Joaquim Costa. Porto, 1946.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo «de situ Orbis»,* 1.ª ed., Lisboa, 1892; 2.ª ed., crítica, anotada por Augusto Epiphanio da Silva Dias, Lisboa, 1905; 3.ª ed., com Introdução e anotações históricas do académico Dr. Damião Peres, Lisboa, 1954. Versão inglesa de George H. T. Kimble, London, 1937.

PEREIRA, Eduardo C. N. — *Ilhas de Zarco.* 2.ª ed., Funchal, 1956-57, 2 vols.

— *A lenda de Machim.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.ª secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 187-208.

PEREIRA, Gabriel. — *As ilhas do Atlântico — Chronicas de Valentim Fernandes Alemão.* Lisboa, s. d..

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses.* Porto, 1943.

— *A Madeira sob os donatários. Séc. XV e XVI.* Funchal, 1914.

— *Génese da expansão Portuguesa.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, pp. 121-27.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilla, 1948.

PEREZ DE GUZMAN, Fernan. — *Generaciones, semblanzas é obras de los Excelentes Reys de España Don Enrique el Tercero é don Juan el Segundo, y de los venerables Perlados y notables caballeros que en los tiem-*

pos destos reys fueron. Na «Biblioteca de Autores Españoles», t. 68, Madrid, 1877; 2.ª ed., Madrid, 1953, pp. 697-719.

— *Cronica del serenisimo principe Don Juan, segundo rey deste nombre en Castilla y en Leon.* Na retrocit. «Biblioteca» e tomo, pp. 277-695.

PERIALE, Marise. — *Maroc Lusitanien — 1415-1769.* Paris, 1938.

PESTANA, Alberto da Veiga. — *Uma lenda inconsistente. — Alguns episódios ligados à história da Madeira.* Funchal, 1945.

PESTANA JÚNIOR, M. G. — *Ensaios de crítica histórica. — O reconhecimento do arquipélago da Madeira (1421-1425).* Funchal, 1920.

PIMENTA, Alfredo. — *As ilhas dos Açores.* (Esboço de síntese histórica). Lisboa, 1943. E na sua *Idade Média (Problemas & Soluçoens),* Lisboa, 1946, pp. 349-72.

PLANO CARPINI, Johannes de. — *Historia Mongolorum.* Edição crítica por P. A. vanden Wyngaert em «Sinica Franciscana», t. 1, pp. 3-130. Notas biográficas do autor e recente versão francesa em A. T'SERSTEVENS, *Les précurseurs de Marco Polo,* Paris, 1959, pp. 117-193.

PIMENTEL, Alberto. — *Um contemporâneo do Infante D. Henrique.* Porto, 1894.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; ed. da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V.* Na retrocit. colecção académica e volume, pp. 210-489; na Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901-02.

PISANO, Mateus de. — *Incipiunt gesta illustrissimi regis Johannis de Bello Septensi, acta (fere anno M.CD.LX) per reverendum Matthaeum de Pisano.* Na aduzida colecção e tomo, pp. 7-57. Costuma citar-se apenas *De bello Septensi.* Há versão portuguesa de Roberto Corrêa Pinto, *Livro da guerra de Ceuta, escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460.* Coimbra, 1915.

POLO, Marco. — *Il Milione. Della cosi d'Tartari e dell'India Orientali, nella versione di Gio. Battista Ramusio.* A cura del comuni di Venezia, 1954. V. — PAULO, Marco.

PORTVGALIAE MONVMENTA CARTOGRAPHICA, Coimbra, 1960, 5 vols.

POU Y MARTÍ, O. F. M., P. José Maria. — *La leyenda del Preste Juan entre los Franciscanos de la Edad Media.* Na rev. «Antonianum», ano 20, Roma, 1945, pp. 65-96.

PRESTAGE, Edgar. — *Descobridores Portugueses.* 2.ª ed., Porto, 1943. Versão por Francisco Eduardo Baptista de «The Portuguese pioneers», London, 1933.

— *Viagens portuguesas de Descobrimento,* Lisboa, 1940, versão por Centeno Fragoso de «The portuguese Voyages of Discovery», London, 1939.

QUADRO ELEMENTAR das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Pariz-Lisboa, 1842-1876, 18 vols.

RAU, Virgínia. — *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas.* Lisboa, 1943.

RIBEIRO, João Pedro. — *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philippino.* Parte 1, secção 1, Cortes. Nas «Memorias de Litteratura Portugueza» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, pp. 46-129.

RIBEIRO, Mário de Sampayo. — *Do sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém.* Lisboa, 1949.

RIBEIRO, Victor. — *Privilégios de estrangeiros em Portugal* (Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos). Coimbra, 1917.

RICARD, Robert. — *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc.* Coimbra, 1955.

— *Les Portugais au Maroc (1415-1550).* Nos «Annales de l'Université de Paris», ano 21, Paris, 1951, pp. 331-39.

ROCHA, João da. — *O Descobrimento da Terra Alta (1416-1916).* Coimbra, 1916.

— *Frei Gonçalo Velho.* S. d. [1916].

RODRIGUES, António Gonçalves. — *D. Francisco Manuel de Melo e o Descobrimento da Madeira (A lenda de Machim).* Lisboa, 1935.

RODRIGUES, José Maria. — *O Infante D. Henrique e a Universidade.* Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, pp. 485-508.

ROGERS, Francis M. — *O sonho de unidade entre cristãos ocidentais e orientais no século XV.* Bahia, 1960.

ROMA DU BOCAGE, Carlos. — *Étude préliminaire sur la prise de Ceuta par les Portugais — Le 21 août 1415.* No «Boletim Comemorativo do V Centenário da Sociedade de Geografia de Lisboa», Agosto de 1915, p. 15-34.

— *O Cartel de desafio do Duque de Bourbon aos Infantes D. Pedro e D. Henrique.* Na «Revista de Historia», vol. 6, Lisboa, 1917, pp. 47-61.

RONCIÈRE, Charles de la. V. — LA RONCIÈRE, Charles de.

RUBRUK, Willelmus de. — *Itinerarium terre Tartarorum.* Edição crítica por P. A. vanden Wyngaert em «Sinica Franciscana», t. 1. Notas biográficas do autor e recente versão francesa por A. T'SERSTEVENS, *Les précurseurs de Marco Polo,* Paris, 1959, pp. 194-331.

RUSSEL, P. E. V. — ENTWISTLE, W. J.

RYMER (Thomas) e SANDERSON (Roberto). — *Foedera, conventiones, litterae et cujuscumque generis acta publica inter reges Angliae et alios.* 3.ª ed., London, 1816-69.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho.* Lisboa, 1899-1900, 2 vols.

SALAS, Javier de. — *Dos Cartas sobre la expedicion á Ceuta en 1415.* Coimbra, 1931. Separata da rev. «O Instituto», vol. 81, pp. 317-38.

SAMPAIO, Luís Teixeira de. — *Os Desafios do Duque João de Bourbon.* Na «Revista de Historia», vol. 7, Lisboa, 1918, pp. 97-108.

— *Antes de Ceuta.* Coimbra, 1923. Separata do «Arquivo de História e Bibliografia».

SANCEAU, Elaine. — *Em demanda do Preste João.* 3.ª ed., Porto, 1956.

SANCHES, José Dias. — *Belém e arredores através dos tempos.* Lisboa, 1940.

SANDERSON, Roberto. V. — RYMER, Thomas.

SANTOS, S. J., P. Domingos Maurício Gomes dos. — *A «Carta do Preste João das Indias e seu reflexo nos descobrimentos do Infante D. Henrique.* Lisboa, 1960.

— *História e Mito Henriquinos.* Na rev. «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, pp. 272-79.

SANTOS, Luís Reis-. — *Iconografia Henriquina.* Coimbra, 1960.

S. LUIS, Fr. Francisco de. — *Obras completas.* Lisboa, 1872-83, 10 vols.

— *Reflexões geraes acerca do Infante D. Henrique e dos descobrimentos de que elle foi autor no século XV.* Lisboa, 1840.

SARMENTO, Alberto Artur. — *Ensaios históricos da minha terra (Ilha da Madeira).* Funchal, 1939.

— *A Madeira e as praças de Africa.* Funchal, 1932.

— *Notícia histórico-militar sobre a ilha do Porto Santo.* Funchal, 1933.

SARAIVA, Cardeal. V. — S. LUIS, D. Fr. Francisco de.

SARMENTO, Moraes. — *O Centenário da tomada de Ceuta.* Na «Revista Militar», Lisboa, 1915, t. 67, pp. 499-510.

SAYOUS, A. E. — *Les méthodes commerciales de Barcelone au XV^e siècle.* Na «Revue d'Histoire de Droit Français et Étranger», 1936.

SBARALEA, Ihoannes Hyacinthus. V. — BULLARIUM FRANCISCANUM.

SCHMELLER, J. A. — *Ueber Valentī Fernandez Alemā und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckung und Besitzungen der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508, enthalten in einer gleichzeitigen portugiesischen Handschrift der Königl.* Hof-und Staats--Bibliothek zu München. Em «Abhandlungen der Philos. — Philologischen Classe der Königlich Bayerichen Akademie der Wissenschaften», vol. 4, 1847, pp. 1-73.

S. DETOLE, O. F. M., Fr. Teodosio Somigli di. — *Etiopia Francescana nei documenti dei secoli XVII e XVIII.* Na «Biblioteca Bio-Bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente Francescano», Serie terza-Documenti.

Copyrighted material

Diretta dal P. Girolamo Golubovich, O. F. M., t. 1, parte 1, Quaracchi (Firenze), 1928, Introduzione, parte prima, pp. IX-XCI.

SEPTENVILLE, Édouard de. — *L'Expédition de Ceuta en 1415.* Paris, 1879.

SÉRGIO, António. — *A conquista de Ceuta* (Ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara). Nos seus *Ensaios,* t. 1, Rio de Janeiro, 1920, pp. 279-305.

— *Repercussões de uma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal.* Na dita obra, t. 4, Lisboa, 1934, pp. 229-75.

SERPA, António Ferreira de. — *O descobrimento do arquipélago dos Açores.* Porto, 1925.

— *Açores e Madeira.* Lisboa, 1929.

— *Frei Gonçalo Velho e o fantástico 5.º Centenário do Descobrimento dos Açores em 1932.* Na rev. «Portvcale», vol. 2, Porto, 1929, pp. 335-44.

SERRA RÁFOLS, Elias. — *Portugal en las islas Canarias.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.ª secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 209-41.

SEVILHA, S. Isidoro de. — *Etymologiarum sive originum libri XX.*

SILVA, P. Fernando Augusto da. — *João Gonçalves Zarco.* Traços biográficos. Funchal, 1948.

SILVA (P. Fernando Augusto da) e MENESES (Carlos Azevedo). — *Elucidário Madeirense.* 3 vols., Funchal, 1945.

SILVA, José Soares da. — V. SYLVA, Joseph Soarez da.

SIMÕES, A. da Veiga. — *O Infante D. Henrique. O seu tempo e sua acção.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, pp. 311-56.

S. JOSÉ, Fr. Jeronymo de. — *Historia chronologica da esclarecida Ordem da Santissima Trindade, Redempção de Captivos, da Provincia de Portugal.* 2 tomos, Lisboa, 1789-94.

SLESSAREV, Vsevolod. — *Prester John — The letter and the legend.* Minneapolis, 1959.

SOLDEVILA, F. V. — VALLS-TABERNER, E.

SOUSA, António Sérgio de. V. — SÉRGIO, António.

SOUSA, José Maria Cordeiro de. — *O Infante D. Henrique e os Primeiros Descobrimentos Marítimos segundo uma inscrição de Tomar.* Lisboa, 1942.

— *O Infante D. Henrique e os primeiros descobrimentos marítimos.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, 1.ª secção, vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 97-104.

STAEDLER, E. — *Die Cruciata Martins V von 4 April 1418.* No «Archiv für Urkundenforschung», t. 17, 1942, pp. 310-18.

SUDHEIM, Ludolphus de. — *De itinere Terrae Sanctae.* Na «Bibl. des lit. Vereins», Stuttgart, 1851, p. 64.

SUMMARIOS dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra, parte 2.ª, fasc. 1, Coimbra, 1867, p. 29.

SYLVA, Joseph Soarez da. — *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delRey D. João I...* Lisboa, 1730-34, 4 vols., especialmente as páginas 379-476 do t. 1.

TOVAR, Pedro de. — *Um Desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique (1414-1415).* Na «Revista de Historia», vol. 5, Lisboa, 1916, pp. 278-81.

— *O desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique.* Na rev. cit., vol. 6, Lisboa, 1917, pp. 249-62.

T'SERSTEVENS, A. — *Les précurseurs de Marco Polo.* Textes intégraux établis, traduits et commentés par... Avec une Introduction sur la géographie de l'Asie avant Marco Polo. Paris, 1959.

VALERA, Diego de. — *Memorial de diversas hazañas. Crónica de Henrique IV, ordenada por Mosén...* Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1941.

VALERO, Denise. — *Petite histoire des ruines portugaises au Maroc.* Casablanca, 1952.

VALLS-TABERNER (F.) y SOLDEVILA (F.). — *Historia de Cataluña.* Traducida del catalán por Nuria Sales. 2 tomos, Barcelona, 1957.

VAN DEN BUSSCHE, Émile. — *Flandre et Portugal. Mémoires.* Bruges, 1874.

VAN SEVEREN, L. Gilliodts. — *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges.* Bruges, 1904-05, 2 tomos.

— *Cartulaire de l'ancien consulat d'Espagne à Bruges.* Bruges, 1901.

VAN DEN LINDEN, Hermann. V. — DE LANNOY, Charles.

VAN DEN WYNGAERT, Anastasius. — *Sinica Franciscana.* Vol. 1, Firenze, 1929.

VAZ, Cónego Meneses. — *Famílias da Madeira e Porto Santo — Teixeiras e Tristão Vaz.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 8, Funchal, 1950, pp. 145-179.

VERCI, G. B. — *Storia della marca trevigiana.* Venezia, 1786-91.

VERLINDEN, Charles. — *Lanzarotto Malocello et la découverte portuguise des Canaries.* Extrait de la «Revue belge de Philologie et d'Histoire», t. 36, n.º 4, Bruxelles, 1958, pp. 1173-1209.

— *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen-âge (Harfleur au XIV^e siècle Middelbourg au XIV^e et au XV^e.* Na «Revista Portuguesa de História», vol. 4, Coimbra, 1949, pp. 169--209.

VIEIRA, M. Higino — *Descobrimento do arquipélago da Madeira. Estado actual do problema.* Introdução. Na «Revista da Faculdade de Letras», t. 6, Lisboa, 1939, pp. 209-35.

VON DOELLINGER, I. — *Materialen zur Geschichte des fünfzehnten und sechszehnten Jahrhunderts.* Regensburg, 1863.

VON FREISING, Otto. — *Chronicon.* Em «Monumenta Germaniae Historica, Scriptores», vol. 20, Hannover, 1868, pp. 263-66.

VITERBO, Sousa. — *D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha.* No «Archivo Historico Portuguez», vol. 3, Lisboa, 1905, pp. 81 e ss.

— *A batalha de Toro.* Alguns dados e documentos para a sua monographia historica. Lisboa, 1900.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorum.* 3.ª ed., Quaracchi, 1931.

WALKENSTEIN, Nicolau Lanckmann de. — *Historia desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica.* Nos «Rerum Germanicarum Scriptores varii», t. 2, pp. 51 e ss.

WESEMBEECK, Albert de Burbure de. — *Le Portugal et la Fortune d'Anvers.* No «Boletim da Casa de Portugal», Antuérpia, 1936.

— *Les Belges au Portugal dans le Passé.* Lug. cit..

— *Une colonie portugaise à Ostende.* Lug. cit..

ZUNZUNEGUI, José. — *Los orígenes de las Misiones en las Islas Canarias.* Na «Revista Española de Teologia», vol. 1, Madrid, 1941, pp. 361-408.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Composta por... Publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa segundo os manuscritos N.os 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. Nas transcrições atemo-nos sempre a fotocópia do códice de Paris da mesma obra. Sob o título de *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné,* Paris, 1841; em transcrição modernizada, com notas, glossário e Introdução de José de Bragança, Porto, 1937, 2 tomos.

— *Chronica do Conde D. Pedro* [*de Menezes*] *continuada aa tomada de Cepta...* Na «Collecção de livros ineditos de historia portugueza», t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635.

Nas transcrições desta obra reproduzimos o texto do ms. 439 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, com anotação das variantes do ms. B. 99 da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, ambos do séc. XVI, os mais antigos e melhores que se conhecem.

— [*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*] ou *Historia que fala dos feitos que fez o Illustre e muy nobre Caualeiro Dom Duarte de Menezes...* Na retrocit. Colecção, vol. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-385.

ZURITA, D. Jeronimo. — *Anales de la Corona de Aragon,* t. 3, parte 2, Zaragoza, 1579.

BIBLIOTECA GERAL UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

6 AGOSTO 1411. — Letras *Significarunt nobis*, do antipapa João XXIII, a ordenar ao abade do mosteiro de Santa Maria de Seiça tome as providências que lhe indica para que voltem ao convento de Cristo de Tomar os bens dele distraídos, segundo queixa do mestre e freires do dito convento . . . . . p. 1

1 SETEMBRO 1411. — Letras *Cum pro nonnullis*, do antipapa João XXIII, dirigidas ao colector dos rendimentos da câmara apostólica em Portugal, a ordenar-lhe custeie as despesas de Nicolau, prior da Ordem do Santo Sepulcro, e de Lançarote de Portugal, enviados pontifícios a el-rei D. João I . . . . . p. 2

1 OUTUBRO 1411. — Bula *Sincere deuotionis*, do antipapa João XXIII, dirigida a Lançarote de Portugal, a comunicar-lhe as providências tomadas para a liquidação das despesas por ele feitas em serviço da Santa Sé . . . . . p. 4

1 OUTUBRO 1411. — Bula *Sincere deuotionis*, do antipapa João XXIII, a ordenar aos prelados de Braga, Porto e Évora dêem a Lançarote de Portugal aquilo a que ele tem direito, pelas despesas feitas em serviço da Igreja e noutras ocasiões e lugares . . . . p. 6

31 OUTUBRO 1411. — Tratado de Paz e de aliança perpétua, celebrado em Ayllon, entre os delegados de el-rei de Castela e de el-rei D. João I de Portugal, a ratificar por aquele depois de completados os 14 anos de idade . . . . . p. 8

10 NOVEMBRO 1411. — Carta de el-rei D. João I, a doar o lugar de contador dos contos de Lisboa a Rodrigo Anes, contador do cardeal da mesma cidade, a quem o prometera antes da partida deste para Roma . . . . . p. 32

1411. — Concluído o Tratado de Paz entre Portugal e Castela, em 31 de Outubro de 1411, e pouco depois de regressarem a Portugal os representantes de el-rei D. João I, a rainha de Castela solicita-lhe auxílio para retomar a guerra contra Granada, no verão próximo . . . p. 35

26 DEZEMBRO 1411. — Carta de João Sem Medo, duque de Borgonha, a outorgar privilégios aos mercadores, mestres de navios, marinheiros e súbditos dos reinos de Portugal e Algarve em Flandres, especialmente na cidade de Bruges . . . . . p. 40

1412. — Após o Tratado de Paz com Castela, de 31 de Outubro de 1411, el-rei D. João I de Portugal oferece-se ao rei D. Fernando de Aragão para cooperar na conquista do reino mouro de Granada . . . . p. 48

ANTES DE 22 AGOSTO 1412. — El-rei D. João I manda o Prior do Hospital e o capitão Afonso Furtado à Sicília, cometer casamento à ex-rainha D. Branca com seu filho o infante D. Pedro, como estratagema para, a ida e à vinda, eles estudarem as condições militares de Ceuta . . . . . p. 49

22 NOVEMBRO 1412. — Carta dos jurados e conselho de Iviça (Baleares), dirigida a Fernando I, rei de Aragão, a rogar-lhe oiça G. Roig e Bernardo Nicolau, a quem e a outros habitantes da ilha roubaram 10 cativos, levados por nau flamenga e por outra portuguesa a Génova, onde foram vendidos, e a suplicar-lhe faça o possível por que sejam restituídos a seus donos . . . . . p. 53

23 NOVEMBRO 1412. — Carta dos jurados e conselho de Iviça ao rei de Aragão sobre nau portuguesa que passou recentemente por Iviça e roubou dois cativos mouros . . . . . p. 54

20 AGOSTO [1412-15]. — Carta de el-rei D. João I a D. Fernando de Aragão, a comunicar-lhe que envia Antão Martins, seu servidor, portador da presente, que vai tratar de coisas do serviço régio e próprias, e a rogar-lhe lhe dê facilidades, nomeadamente para passar a outras partes . . . . . p. 55

23 JANEIRO 1413. — Carta de el-rei D. João I, a fazer mercê ao infante D. Henrique, a pedido deste, de dívida contraída por João de Évora, contador do infante, por desvio de parte da renda da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa . . . . . p. 57

10 MAIO 1413. — Bula *Apostolatus officium*, do antipapa João XXIII, dirigida a Aimaro de Aureliaco, professo da Ordem Franciscana, a nomeá-lo bispo de Marrocos, por morte de D. Fr. Diego de Jerez . . . p. 58

24 MAIO 1413. — Carta do infante D. Henrique, a dar por quite João de Évora, seu contador, da dívida acima referida . . . p. 60

8 JUNHO 1413. — Carta de João Scrivá, governador do reino de Valência, dirigida ao rei de Aragão, sobre o português Pero Eanes, mandado submeter a tortura, por lhe haverem encontrado cartas suspeitosas e prejudiciais ao monarca . . . . . p. 61

15 JUNHO 1413. — Carta dos jurados de Valência a Fernando I de Aragão, em defesa do governador, por este haver procedido contra o português Pero Eanes, pelo que fora censurado pelo monarca . . p. 63

[1413]. — Carta de João Toreyó, mercador de Maiorca, ao bailio geral de Valência sobre aprisionamento, a 20 milhas de Iviça, de nau portuguesa com 90 mouros peregrinos que seguiam para Bugia . . . . p. 64

9 SETEMBRO 1413. — Carta do bailio geral de Valência a Fernando I de Aragão, a solicitar-lhe autorize a libertação dos mouros a que se refere o documento anterior, por possuirem a devida licença . p. 65

25 SETEMBRO 1413. — Carta da rainha de Aragão a Fernando I, a rogar-lhe tome para seu serviço ou a autorize a tomar Álvaro Mendes, filho de Lourenço Mendes, chegado do reino de Portugal, por queixas que dele tivera o monarca português, o qual era copeiro-mor da infanta e desejava viver com o rei aragonês . . . . . p. 66

7 OUTUBRO 1413. — Carta dos cônsules da vila de Perpinhão, a comunicar ao rei de Aragão, entre outras coisas, haver chegado ali um gentil-homem português, Gomes Pais, que se lhes tornara suspeito; pelo que, detido, apuraram segue para Itália, enviado por D. Afonso I, primogénito do rei de Portugal, com cartas de crença para um bispo e para João de Malatesta e com instruções sobre contrato de casamento, de que é promotor Bernardo de Fortia, entre o dito D. Afonso e a duquesa de Milão . . . . . p. 67

13 OUTUBRO 1413. — Carta do primogénito de Aragão a D. Fernando I, seu pai, a remeter-lhe carta do rei de Portugal . . . p. 69

25 OUTUBRO 1413. — Carta de João Otger, governador de Iviça, a Fernando I de Aragão sobre nau portuguesa detida em Setembro por nau castelhana e por galera maiorquina, a qual transportava 85 mouros de Valência para Bugia com seguro do bailio geral de Valência e foi levada para Maiorca . . . . . p. 70

19 DEZEMBRO 1413. — Letras *Pij patris affectu*, do antipapa João XXIII, dirigidas ao Dr. Nicolau de Lapis, colector apostólico nos rei-

nos de Portugal e Algarve, a ordenar-lhe não obrigue o mestre e freires da Ordem de Cristo a pagar a quota das dízimas imposta ao clero de Portugal, pois eles têm colocado seus bens e pessoas ao serviço da Igreja nas guerras contra os cismáticos . . . . . p. 71

[1413-1414]. — Festejos promovidos em Coimbra pelo infante D. Pedro a seu irmão D. Henrique e por este em Viseu àquele, antes da ida para Ceuta . . . . . p. 73

24 MARÇO 1414. — Carta de el-rei D. João I ao corregedor da cidade de Lisboa, em que, a pedido da câmara da mesma cidade, proibe levar a terra de mouros pão, castanha, avelãs, nozes e outros mantimentos, e ainda aço, ferro e armas, sob pena de morte e confiscação de navios e bens dos infractores. . . . . p. 76

28 MARÇO 1414. — Carta de el-rei D. João I, a ordenar aos almoxarifes e escrivães da alfândega de Lisboa e do armazém do Porto que não mais se tome conta aos mercadores e donos de navios dos fretes, mas apenas se lhes exija juramento sobre o assunto e se lhes receba o livro da carga, e a dar providências para se arrecadarem os direitos dos nacionais e estrangeiros e observarem as leis sobre importações e exportações ou sacas . . . . . p. 77

[1414 ?]. — Parecer do infante D. Henrique sobre a conquista de Ceuta e resolução de el-rei D. João I de a tomar . . . . . p. 79

[1414]. — O infante D. Henrique, por ordem do pai, transmite a seus irmãos a resolução régia da conquista de Ceuta, e el-rei D. João I, a pretexto de embaixada à rainha da Sicília, resolve mandar estudar as condições estratégicas da praça a conquistar . . . . . p. 81

[1414]. — Preparativos da armada para a conquista de Ceuta, ordenados por el-rei D. João I . . . . . p. 83

[JUNHO 1414]. — Reunião de el-rei D. João I com seus conselheiros em Torres Vedras para tratarem do feito de Ceuta e pedido que ao monarca fez antes dela, em Lisboa, o infante D. Henrique . . . . . p. 85

[1414]. — Organização da armada com navios nacionais e estrangeiros por el-rei D. João I para o assalto a Ceuta . . . . . p. 87

[1414-1415]. — Convite de el-rei aos fidalgos, azáfama de preparativos e boatos que corriam no país sobre o destino da armada . p. 90

16 SETEMBRO 1414. — Convite de João I, duque de Bourbon, aos infantes D. Pedro e D. Henrique de Portugal, para se baterem com ele e com mais 16 cavaleiros e escudeiros, em satisfação de voto que fizera e a fim de evitar a ociosidade, etc. . . . . p. 93

26 SETEMBRO [1414]. — Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a conceder ao cavaleiro João Vasques de Almada possa trazer dali para o rei de Portugal, seu irmão caríssimo, 400 lanças . . . p. 95

12 OUTUBRO 1414. — Carta de Fernando I, rei de Aragão, a D. João I de Portugal, a solicitar-lhe providências, em razão das tomadias e malefícios praticados por súbditos portugueses em terras castelhanas depois do tratado de paz com Castela e sobretudo pelos habitantes de Valverde, que últimamente destruiram aldeia do Mestre de Alcântara, seu filho . . . . . p. 96

9 NOVEMBRO [1414]. — Carta de el-rei D. João I, dirigida a D. Fernando, rei de Aragão, em resposta a outra dele, em que historia as negociações havidas entre Portugal e Castela após as pazes, por causa de Valverde, único ponto discutido, e a propor se delimite ali definitivamente a fronteira . . . . . p. 97

[1414]. — Alvoroço em Castela pelos preparativos de armada em Portugal; resolução de enviar embaixada a D. João I para que este jure o Tratado de Paz de 1411, como prova real do seu pacifismo a respeito do país vizinho . . . . . p. 100

[1414]. — Embaixada de Castela a Portugal, constituída pelo bispo de Mondonhedo e por Dia Sanches de Benavides, para juramento por el-rei D. João I e seus filhos do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, então firmado pelos procuradores das duas nações . . . . . p. 103

[28 NOVEMBRO 1414]. — Memorial dado por D. Fernando, rei de Aragão, a mossem Suero de Nava e ao Dr. Dalman de Sant Dionis, seus conselheiros e embaixadores a el-rei de Portugal, à rainha e a D. Nuno Álvares Pereira, com os assuntos que com eles hão de tratar, pois receia que a armada portuguesa em preparação se dirija contra o seu reino da Sicília . . . . . p. 107

28 NOVEMBRO 1414. — Carta credencial do rei de Aragão a D. João I de Portugal, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros mossem Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem. p. 109

28 NOVEMBRO 1414. — Carta credencial do rei de Aragão, D. Fernando, à rainha D. Filipa de Lencastre, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, e a solicitar-lhe dê plena fé a tudo o que da sua parte lhe disserem . . . . . p. 109

28 NOVEMBRO 1414. — Carta credencial de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a D. Nuno Álvares Pereira, de apresentação de seus embaixadores e conselheiros Suero de Nava e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, por ele enviados ao rei de Portugal, e a solicitar-lhe dê plena fé e cumpra por obra o que da sua parte lhe disserem . . . p. 110

5 DEZEMBRO 1414. — Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, ao rei de Aragão, a dizer-lhe que lhe envia pelo mesmo correio o depoimento obtido do patrão e mercador de nau de Castela ali chegada de Portugal sobre o que sabiam da armada deste país e da finalidade dela . . . . . p. 111

[1414]. — Embaixada de el-rei D. Fernando de Aragão a Portugal, em razão do aprestamento da armada, e oferecimento de serviços de estrangeiros a D. João I . . . . . p. 112

[1414 ?]. — Embaixada do rei de Granada a Portugal pelo mesmo motivo do receio da finalidade da armada portuguesa em preparação . . . . . p. 117

2 JANEIRO 1415. — Juan Otger, escrevendo de Iviça a Fernando I de Aragão, pede-lhe o informe da chegada das naus de Portugal; pois, como tem notícia de que se preparam os portugueses para avançar para alguma parte de levante, a ilha de Iviça, que lhes fica no caminho, está a preparar-se contra qualquer possível ataque, o que lhe ocasiona avultadas despesas . . . . . p. 120

9 JANEIRO [1415]. — Carta da rainha D. Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, seu sobrinho, em resposta à que ele lhe mandara por mossem Suero de Nava, cavaleiro, e Dalman de Sant Dionis, doutor em leis, seus embaixadores a el-rei de Portugal, na qual lhe assegura que nunca el-rei seu marido, que sobre o assunto lhe escreve o bastante, fará qualquer coisa contra ele . . . . . p. 121

10 JANEIRO 1415. — Carta de el-rei D. João I, de quitação a João Roiz, seu escudeiro, ichão da rainha, das despesas que ele fizera com o

Copyrighted material

bispo de Mondonhedo e com Dia Sanches de Benavides, embaixadores da rainha de Castela a Portugal, cuja alimentação o monarca custeou p. 122

20 JANEIRO [1415]. — Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a ordenar às autoridades do porto de Londres que, tendo autorizado Álvaro Vasques de Almada a equipar vários homens de armas e a comprar no país 350 lanças para o serviço de el-rei de Portugal, lhes dêem livre trânsito, com dispensa de todos os direitos . . . . . p. 123

12 FEVEREIRO 1415. — Carta do embaixador Martinho de Torres a D. Fernando, rei de Aragão, sobre vários assuntos respeitantes ao reino da Sicília, nomeadamente acerca dos preparativos de defesa dos sicilianos contra a armada de Portugal, que julgavam ir contra aquele reino p. 124

23 FEVEREIRO 1415. — Carta de Guilherme Mir a Fernando I, rei de Aragão, a dizer-lhe, entre outras coisas, que os reis de Portugal e de Inglaterra preparam muitos soldados, naus e artilharia para fins que ele ignora e que lhe transmitirá de palavra outras notícias que tem de Portugal . . . . . p. 126

[FEVEREIRO-JUNHO 1415]. — Por ordem de seu pai, el-rei D. João I, o infante D. Henrique segue para o Porto, a preparar ali a armada . . . . . p. 127

22 MARÇO 1415. — Carta de Fernando I, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a recepção da carta que lhe mandou por seus embaixadores e a agradecer-lhe a maneira como ele os recebeu e acolheu e ainda a boa resposta, aliás já esperada, visto o parentesco e a amizade existentes entre as duas casas régias . . . . . p. 130

3 ABRIL 1415. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a seu servidor Ruy Dias de Vega, a ordenar-lhe se informe sobre quantos pilotos leva consigo, na armada, o rei de Portugal, qual a sua naturalidade e linguagem, quais vitualhas e mercadorias transporta e ainda sobre todas as demais circunstâncias . . . . . p. 131

23 ABRIL [1415]. — Relatório do espião castelhano Ruy Dias de Vega ao rei D. Fernando I de Aragão, redigido em Lisboa, a dar-lhe minuciosa notícia, entre outras coisas, dos preparativos da armada que então se organizava em Portugal, dos navios de que se compunha, com indicação da respectiva origem, tonelagem, tripulação e soldo, dos boatos que corriam no país a propósito do seu destino, nomeadamente contra o reino da Sicília, e a oferecer-se para obter a retirada imediata dos barcos de Espa-

nha e para lançar fogo a todos os restantes fundeados no Tejo, se a seu monarca assim aprouver, o que considera feito de fama . . p. 132

18 MAIO 1415. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a Ruy Dias de Vega, a acusar a que ele enviara, a ordenar-lhe escreva tudo por largo e a comunicar-lhe que lhe remete a solicitada carta da rainha . p. 146

27 MAIO 1415. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe haver recebido sua carta, enviada pelo deão seu mensageiro e por seu secretário, a quem ouviu de sua parte e com eles concordou certos capítulos, como os próprios lhe referirão largamente . . . . . p. 147

[JUNHO-JULHO 1415]. — Por mandado de el-rei D. João I seu pai, o infante D. Henrique parte do Porto com a frota ali organizada e fundeia em frente do Restelo . . . . . p. 148

[JUNHO-JULHO 1415]. — Recebe o infante D. Henrique notícia da grave doença de sua mãe, a rainha . . . . . p. 151.

[JULHO 1415]. — Entrega das espadas pela rainha D. Filipa de Lencastre aos infantes seus filhos, nas vésperas da partida destes para Ceuta . . . . . p. 152

Como o infante D. Henrique cumpriu os desejos da mãe, na protecção dispensada a fidalgos e cavaleiros . . . . . p. 155

Recomendações da rainha D. Filipa a seus filhos D. Pedro e D. Henrique e alusão do cronista à atitude do segundo nos precedentes de Alfarrobeira . . . . . p. 156

[19-25 JULHO 1415]. — Os infantes vão a Alhos Vedros conferenciar com el-rei seu pai sobre seguir a armada para Ceuta imediatamente ou não, após o que reunem no Restelo com membros do Conselho Régio . . . . . p. 158

21 JULHO 1415. — Os infantes voltam para o Restelo, jantam com o infante D. Henrique na galé deste, tiram o luto, mandam embandeirar os barcos festivamente, com espanto das tripulações e da cidade, que se entretêm em comentários vários sobre a mudança rápida do cenário . p. 161

23-25 JULHO 1415. — El-rei segue, em 23, de Alhos Vedros para o Restelo na galé do conde de Barcelos, onde se lhe juntam os infantes, e no

dia seguinte ancora com sua frota junto de Santa Catarina, para recolher o pessoal mais fàcilmente, a qual levantou ferro em 25 . . . p. 163

24 JULHO [1415]. — Carta de João Gomes da Silva, alferes-mor de el-rei D. João I, ao arcebispo de Santiago, seu amigo, a agradecer-lhe os informes recebidos, que transmitiu ao monarca, a dizer-lhe qual a composição da armada e ainda, com autorização régia, que ela se dirige contra os mouros de Belamarim (Marrocos) . . . . . p. 164

26-27 JULHO 1415. — A armada desce a costa, dobra o Cabo de S. Vicente, onde presta honras às relíquias daquele santo, e fundeia em Lagos, na noite de sábado . . . . . p. 165

28 JULHO 1415. — O franciscano Mestre Fr. João Xira prega em Lagos ao pessoal da armada, perante el-rei e os infantes seus filhos . . . . . p. 165

28 JULHO [1415]. — Carta de Ruy Dias de Vega, servidor e espião do rei de Aragão, escrita de Sacavém àquele monarca, a comunicar-lhe o enterro da rainha de Portugal e o que depois sucedeu, especialmente com a partida da armada portuguesa, cujo destino supõe ser Gibraltar ou Ceuta . . . . . p. 166

28 JULHO 1415. — Mestre Fr. João Xira promulga a bula da cruzada e absolve todos os presentes de culpa e pena . . . . p. 168

31 JULHO-10 AGOSTO 1415. — Parte a armada de Lagos para Faro, onde demora até 7 de Agosto, por motivo de calmaria, segue então viagem, e vai aproar a Algeciras na tarde do dia 10, crente ainda o pessoal de que seguia contra a Sicília . . . . . p. 169

6 AGOSTO [1415]. — Carta do arcebispo de Santiago ao rei de Aragão, a enviar-lhe inclusas outras recebidas de Portugal com notícias sobre a armada portuguesa e seu destino, nomeadamente a de João Gomes da Silva, a comunicar-lhe que o conde D. Fradique tornou a Santiago e partiu para Baiona de Minho e ainda a prometer que o duque e marechal alemães serão bem recebidos . . . . . p. 170

12 AGOSTO 1415. — Iniciada a viagem para Ceuta, grande cerração e impetuosas correntes a estorvaram, lançando as naus em direcção a Málaga, menos a de Estêvão Soares de Melo, as galés, fustas e navios pequenos que, naquele dia, ancoraram diante de Ceuta . . . p. 172

[12 AGOSTO 1415]. — Satisfação, por el-rei D. João I, nas imediações de Ceuta, a pedido que seu filho o infante D. Henrique lhe havia feito em Lisboa, antes da reunião de Torres Vedras . . . p. 172

[12-16 AGOSTO 1415]. — Escaramuça dos mouros com os barcos que primeiro se aproximaram da cidade de Ceuta; em 14 manda D. João I o infante D. Henrique buscar o infante D. Pedro na sua galé e ordenar que todo o resto da frota se aproxime do monarca . . . . . p. 174

[15-19 AGOSTO 1415]. — Como a frota, por via da tormenta, torna outra vez a Algeciras e como, ao dobrar o cabo de Almina, as galés correram perigo . . . . . p. 176

[15-19 AGOSTO 1415]. — Vendo Saláh ben Saláh como a frota retirara, despediu os alarves do interior, que tinha chamado em seu socorro, calculados em 100.000, o que veio a facilitar a conquista da cidade pelos cristãos, e el-rei torna a mandar o infante D. Henrique chamar as naus, em cuja ida socorre uma que se desfazia . . . . . p. 177

[19 AGOSTO 1415]. — Reunião do Conselho com el-rei, em que se dividem as opiniões, propondo uns que voltem para Portugal, outros que se tome Gibraltar e outros enfim, no número dos quais os infantes, que se tome Ceuta . . . . . p. 178

[19 AGOSTO 1415]. — Em remate das opiniões do Conselho, el-rei manda juntar a frota na Ponta do Carneiro e ali resolve ir sobre a cidade de Ceuta . . . . . p. 178

[20 AGOSTO 1415]. — O infante D. Henrique aproxima-se da cidade de Ceuta e seus escudeiros manifestam-lhe apreensões acerca da manobra da frota, ordenada por el-rei . . . . . p. 180

[20 AGOSTO 1415]. — O infante D. Henrique responde a seus escudeiros e sua frota chega à cidade de Ceuta . . . . . p. 182

[20 AGOSTO 1415]. — O infante D. Henrique desembarca na praia de Ceuta e começa a combater os mouros . . . . . p. 183

[20 AGOSTO 1415]. — Os infantes D. Duarte e D. Henrique tomam posições dentro da vila . . . . . p. 185

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Duarte foi tomar a altura do Cesto e D. Henrique se tornou para a Rua Direita . p. 186

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique tornou à Rua Direita e das coisas que ali fez . . . . . p. 188

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique ali pelejou com os mouros e como Fernão Chamorro foi derrubado . . . . p. 190

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique e alguns poucos homens estiveram duas horas entre aqueles muros, cercados de mouros . . . . . p. 192

[20 AGOSTO 1415]. — Como todos pensavam que o infante D. Henrique era morto e como ninguém ousava passar aquela porta, com temor dos mouros que estavam em cima dos muros . . . . . p. 193

[20 AGOSTO 1415]. — Garcia Moniz atreve-se a transpor aquela porta para ir buscar o infante . . . . . p. 195

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante regressou ao local em que estivera e como os mouros abandonaram totalmente o castelo . p. 197

[20 AGOSTO 1415]. — Como o infante D. Henrique chegou aonde estavam seus irmãos e como foi morto Vasco Fernandes de Ataíde p. 199

[20 AGOSTO 1415]. — Como el-rei mandou chamar o infante D. Henrique e como lhe falou em armá-lo cavaleiro, honra que o infante não aceitou antes de conferida também a seus irmãos . . . p. 200

[21 AGOSTO 1415]. — Como João Vaz de Almada foi hastear a bandeira da cidade de Lisboa sobre as torres do castelo de Ceuta e como o conde D. Pedro de Meneses, alferes do infante D. Duarte, hasteou a deste na torre de Fez . . . . . p. 202

[21 AGOSTO 1415]. — El-rei D. João I comunica a tomada de Ceuta a Martim Fernandes Portocarreiro, alcaide de Tarifa . . . p. 204

[AGOSTO 1415]. — Após a conquista de Ceuta, el-rei D. João I manda João Escudeiro, homem de sua casa, comunicar o facto ao rei de Aragão . . . . . p. 206

25 AGOSTO 1415. — Os Altos Infantes são armados cavaleiros solenemente na mesquita maior de Ceuta, transformada em igreja cristã, com as espadas que a mãe moribunda lhes entregara, e eles, por sua vez, armam outros . . . . . p. 207

28 AGOSTO [1415]. — Carta do Patriarca de Constantinopla, Administrador perpétuo do arcebispado de Sevilha, ao rei de Aragão, a enviar-lhe junto traslado de carta que recebera de Martim Fernandes Portocarreiro, Senhor de Moguer e alcaide da vila de Tarifa, a comunicar-lhe a conquista de Ceuta por el-rei de Portugal . . . . . p. 209

2 SETEMBRO 1415. — El-rei D. João I nomeia capitão para guarda e defesa da cidade de Ceuta, antes de retirar para Portugal . . p. 210

2 SETEMBRO 1415. — Guarnição que ficou em Ceuta, sob a capitania de D. Pedro de Meneses, alferes que era do infante D. Duarte, a seu próprio pedido . . . . . p. 213

2 SETEMBRO 1415. — Determina el-rei o regresso da frota ao reino, comunica ao conde D. Pedro de Meneses que tenciona voltar ali em Março seguinte, a prosseguir a conquista, apenas iniciada, e recomenda-lhe o pessoal que fica em Ceuta . . . . . p. 215

2 SETEMBRO 1415. — Zarpa a frota de Ceuta e fundeia em Tavira, onde el-rei D. João I nomeia solenemente duques seus filhos D. Pedro e D. Henrique, o primeiro de Coimbra e o segundo de Viseu . . p. 217

DEPOIS DE 2 SETEMBRO 1415. — Ordenação de el-rei D. João I sobre os que foram na armada de Ceuta e ficaram lá por seu serviço, a providenciar sobre dívidas deles, demandas, vendas de bens, arrendamentos e prazos e ainda sobre a comutação das penas de morte, de mutilação, etc., a que haviam sido condenados os homiziados que ficaram naquela cidade, incluída na confirmação de el-rei D. Afonso V, ambas sem data . . . . . p. 218

13 SETEMBRO 1415. — Carta de João Mercader, bailio geral de Valência, a comunicar a Fernando I, rei de Aragão, a tomada de Ceuta por el-rei D. João I de Portugal em 21 de Agosto último, a dizer-lhe que fará o que possa sobre o assunto do florão da coroa real, etc. . . p. 222

18 OUTUBRO 1415. — Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, escrita de Perpinhão, a el-rei D. João I, a acusar a carta em que lhe notificara a tomada de Ceuta aos mouros, no que teve singular prazer, por ser coisa que respeita ao serviço de Deus e exaltação da fé católica, a que todos os cristãos e especialmente reis e príncipes são obrigados, e não pouco aumento de sua honra e fama, e a comunicar-lhe que estivera muito doente, mas se acha já em convalescença . . . . . p. 224

20 OUTUBRO [1415]. — Carta credencial de el-rei D. João I a D. Fernando, rei de Aragão, de apresentação de Álvaro Gonçalves da Maia, vedor de sua casa, que envia para falar com ele sobre algumas coisas e a rogar-lhe o atenda e lhe dê crédito no que lhe disser da sua parte p. 225

20 OUTUBRO [1415]. — Carta de el-rei D. João I a D. Fernando I, rei de Aragão, a convidá-lo para, com a cooperação de Castela, empreenderem, por serviço de Deus e libertação da Espanha, a conquista do reino de Granada, por ser ocasião propícia, atenta a paz existente entre Aragão, Castela e Portugal e dado o isolamento dos granadinos a respeito dos mouros de Belamarim e de Marrocos pela recente conquista de Ceuta, como lhe notificara noutra carta, enfraquecidos ademais os marroquinos por fome e peste, e a dar-lhe instruções para, em sua ausência, não perigar a sua suzerania no Aragão . . . . . p. 227

23 OUTUBRO 1415. — Resposta dos infantes D. Pedro e D. Henrique ao convite ou desafio que, em 16 de Setembro de 1414, lhes fizera D. João I, duque de Bourbon, para se baterem com ele e mais 16 cavaleiros e escudeiros, primeiro protelado para depois do regresso de Ceuta e agora ainda impedido por aguardarem o bom tempo para a conquista de mais algumas cidades e vilas dos sarracenos, mas não arrumado de vez, pois terão muita satisfação em o aceitar . . . . . p. 229

18 NOVEMBRO [1415]. — Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, a Abū Saīd Utmān, rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que ele maltrate súbditos aragoneses e outros cristãos residentes em seus reinos, dando como motivo a conquista de Ceuta pelos portugueses, o que equivale a condenar os inocentes pelos pecadores ou por quem lhe causou dano, e a rogar-lhe se abstenha de o fazer e dê facilidades aos que desejem regressar a Castela ou a Aragão, procedendo com eles com justiça e razão e como desejaria que ele, em semelhante caso, procedesse com os marroquinos . . . . . p. 231

26 NOVEMBRO 1415. — Carta de D. Fernando I, rei de Aragão, ao rei de Benamarim e de Fez, a estranhar-lhe que, por ordem sua, seus almoxarifes, alcaides e demais oficiais tenham tomado a mercadores catalães e castelhanos residentes em seus reinos, sem motivo, dinheiros, bens e roupas, achando-se aliás em paz os ditos reinos, e a rogar-lhe que lhes sejam restituídos . . . . . p. 233

20 DEZEMBRO 1415. — Carta de el-rei D. João I, a dar a escrivania da audiência dos homens do mar, pertencente à Câmara de Lisboa, a Martim Anes, criado do infante . . . . . p. 234

1415-1416. — Expedições portuguesas às Ilhas Canárias e para além deste arquipélago, ordenadas pelo infante D. Henrique . . . p. 235

21 JANEIRO [1416]. — Carta de el-rei D. João I a el-rei de Aragão a comunicar-lhe que manda ao Concílio de Constança e ao Imperador a D. Fernando de Castro, Álvaro Gonçalves de Ataíde, o Dr. Gil Martins e o Dr. Vasco Peres ou Pires, como seus embaixadores, a rogar-lhe os tenha em sua guarda e encomenda, enquanto forem em seu território, e lhes passe carta para poderem transitar livremente pessoas e coisas, a qual carta entregará a Constantinopla, seu arauto . . . . . p. 238

16 FEVEREIRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique a alcaidaria-mor da cidade de Viseu, enquanto for sua mercê, e todos os rendimentos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos da cidade e termo, reservadas apenas ao monarca as sisas gerais, as imposições ou sisas dos vinhos e o serviço novo dos judeus . . . . . p. 239

18 FEVEREIRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver confiado ao infante D. Henrique o provimento e defensão da cidade de Ceuta e a ordenar aos oficiais régios façam e dispendam quanto lhes ele mandar por suas cartas e alvarás, como se estes dimanassem do próprio monarca . . . . . p. 240

18 FEVEREIRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Pedro seu filho, enquanto sua mercê for, o castelo da cidade de Coimbra com todos os rendimentos, direitos, foros, censos, emprazamentos, tributos, pensões, frutos, novos e demais rendimentos régios da cidade e termo, reservados porém ao monarca as sisas gerais, as imposições dos vinhos e o serviço novo dos judeus, devendo o infante fazer-lhes preito e homenagem pelo castelo . . . . . p. 242

25 MARÇO 1416. — Por ordem do antipapa Bento XIII, a sua Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que devem passar à ilha de Canária por mandado do mesmo pontífice, 45 soldos barceloneses . . . . . p. 243

29 MARÇO 1416. — Carta de D. Fernando, rei de Aragão e de Sicília, a el-rei D. João I de Portugal, a acusar a carta que este lhe enviara por Álvaro Gonçalves da Maia, a propor-lhe a prossecução da conquista do reino de Granada e a responder-lhe que, por ser coisa que toca principalmente ao rei de Castela, seu neto, vai comunicar o assunto à rainha, mãe daquele, a quem escreve juntamente com Álvaro Gonçalves . . p. 244

29 MARÇO 1416. — Carta da rainha de Aragão a el-rei D. João I sobre a proposta por este feita a seu marido para a conquista do reino de Granada, a louvar-lhe a boa e grande intenção que mostra em desejar o exaltamento da religião cristã e o extermínio dos infiéis, conformemente aos anelos do rei aragonês, pelo que receberá de Deus merecimento e remuneração eterna e, neste mundo, como aliás já aufere, fama, renome e singular glória; e a assegurar-lhe que, dando Deus saúde a seu marido, ele irá a Castela, conferenciar com a rainha, logo que possa, sobre o assunto que lhe propôs e sobre outros, após o que se encontrará com o rei de Portugal . . . . . p. 245

29 MARÇO 1416. — Por mandado do antipapa Bento XIII, a sua Câmara Apostólica dá, a título de esmola, aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar em 29 do citado mês, 3 florins aragoneses . . . . . p. 246

1 ABRIL 1416. — Letras *Pia fidelium uota,* do antipapa Bento XIII, dirigidas aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a conceder-lhes, a seu pedido, licença para fundarem casa na ilha de Forteventura, do arquipélago das Canárias e da diocese Rubicense . . . p. 247

1 ABRIL 1416. — Bula *Prouenit ex uestre deuocionis,* do antipapa Bento XIII, dirigida aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, residentes na casa que lhes permitiu construir na ilha de Forteventura, Canárias, a conceder, a pedido dos mesmos, indulgência plenária em artigo de morte aos próprios, a confrades seus e a seis familiares que habitem a referida casa durante dez anos . . . . . p. 248

1 ABRIL 1416. — Letras *Ad ea libenter,* do antipapa Bento XIII, dirigidas ao bispo de Rubicão (Canárias), a ordenar-lhe ponha à disposição dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, a quem autorizou a fundar casa na ilha de Forteventura, os animais de que eles necessitem para construção da mesma . . . . . p. 250

1 ABRIL 1416. — Bula *Deuocionis sinceritas* do antipapa Bento XIII, a conceder, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, que possam os religiosos residentes na sua casa da ilha de Forteventura eleger anualmente de entre si guardião, a confirmar pelo Capítulo Provincial da Província franciscana de Castela ou pelo seu Ministro, que este nomeie Visitador e ainda a permissão de escolherem confessor idóneo para os absolver . . . . . p. 251

1 ABRIL 1416. — Bula *Ad ea que,* do antipapa Bento XIII, em que, a pedido dos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, lhes concede e

a seus sucessores na casa de Forteventura, Canárias, possam pedir e receber esmolas, por si ou por outrem, no reino de Castela, com autorização dos ordinários do lugar e segundo o parecer deles, para sustento do culto divino e dos religiosos . . . . . p. 252

6 ABRIL 1416. — A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII concede aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para provisão deles, 4 florins, a somar aos 3 outorgados em 29 de Março anterior . . . . . p. 254

13 ABRIL 1416. — Bula *Justis petentium desideriis* do antipapa Bento XIII, dirigida ao arcebispo de Sevilha, ao bispo de Rubicão (Canárias) e ao dilecto filho oficial de Sevilha, a confirmar a licença que dera aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça para fundarem casa na ilha de Forteventura (Canárias), da diocese Rubicense . . p. 254

12 MAIO 1416. — A Câmara Apostólica do antipapa Bento XIII pagou mais 5 florins aragoneses aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça, para sua provisão, a começar do dia 11 do dito mês . p. 256

7 JULHO 1416. — Letras *Ad ea libenter,* do antipapa Bento XIII, dirigidas aos arcebispos de Sevilha e de Toledo, a ordenar-lhe entreguem aos operários que hão-de construir a casa franciscana da ilha de Forteventura, Canárias, até 1.000 florins aragoneses, deduzidos das dispensas matrimoniais de sua província eclesiástica, da comutação de votos e de outras esmolas disponíveis . . . . . p. 257

8 AGOSTO 1416. — Aforamento pela igreja de S. Estêvão de Alfama, da cidade de Lisboa, a João Rodrigues de Amorim, em três vidas, de casas sitas na mesma freguesia, as quais partem com João Martins, mestre dos tréus, por seis libras da moeda antiga . . . . . p. 258

6 NOVEMBRO 1416. — Carta de el-rei D. João I, a legitimar João Fernandes Homem, filho de Fernão Vasques, clérigo de missa, residente em Bretiande, e de Maria Anes, solteira . . . . . p. 260

30 NOVEMBRO 1416. — Instrumento notarial relativo à compra feita por João de Lisboa, corrector, a Maria Perestrela, residente na cidade de Lisboa, para o infante D. Henrique e em seu nome, de vinte tonéis de vinho por 141.400 libras, já entregues estas mas não aqueles . p. 260

16 JUNHO 1417. — Carta de el-rei D. João I, a doar, de juro e herdade, a mosem João de Pomar, cavaleiro, seu servidor, pelo muito serviço

dele recebido, o castelo de Larotona e seus termos, junto da cidade de Ceuta, reservados ao monarca o senhorio, correição e alçadas . p. 262

10 JULHO 1417. — Carta de el-rei D. João I, a providenciar sobre o pagamento a D. Leonor da Cunha, mulher de D. João de Castro, das terras de Tarouca, Valdigem e Lalim, pelo monarca adquiridas por 2.281.800 libras para património do infante D. Henrique, e das quais tomara posse em 1 de Março de 1413, etc. . . . . p. 263

12 JULHO [1417]. — Carta de el-rei D. Henrique V de Inglaterra, a comunicar a seus almirantes que autorizara o cavaleiro Pedro Lobato, enviado do rei de Portugal seu tio, a levar 300 lanças destinadas ao infante D. Henrique, filho daquele, para guerrear os incrédulos e inimigos da fé cristã, e ainda armadura completa para ele, o que tudo isenta de direitos . . . . . p. 266

14 JANEIRO 1418. — Carta de el-rei D. João I, a doar a João Pereira, seu criado, escudeiro do infante D. Henrique, pelos muitos e estremados serviços dele recebidos, para si e herdeiros, todas as quintas, casais, herdades, bens, terras e heranças de Bulhões, em Ceuta, com seus rendimentos, direitos, tributos, foros, pertenças e jurisdições . . p. 267

18 JANEIRO 1418. — Carta de el-rei D. João I, a legitimar Aparício Vasques, cantor do infante D. Henrique, filho de Vasco Gonçalves de Sortelha, clérigo de missa, e de Maria Antoninha, mulher solteira . p. 268

22 JANEIRO 1418. — Doação pelo imperador Sigismundo ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, da marca de Treviso, em feudo, para ele, filhos e herdeiros legítimos por via masculina, com as províncias, cidades, terras, castelos, etc., com todos os direitos, jurisdições, mero e misto império, de que tomou posse o nobre varão e governador da casa do dito infante Álvaro Gonçalves de Ataíde . . . . . p. 269

22 FEVEREIRO 1418. — Letras *Quoniam ut ait apostolus,* do papa Martinho V, dirigidas a todos os cristãos, a recomendar-lhes ajudem com esmolas Pedro e Bartolomeu, frades da Ordem de S. Antão da Etiópia, que, em reverência e honra da Santa Igreja e na esperança e no intuito da sua unidade, com grandes perigos, trabalhos e despesas, tinham vindo ao concílio geral de Constança, e a outorgar graças espirituais, durante três meses, a quem os auxiliar no regresso a sua terra . . . . p. 274

27 FEVEREIRO [1418]. — Carta do imperador Sigismundo, a doar ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e seu feudatário, como senhor da

marca de Treviso a pensão anual de 20.000 ducados ou florins da Hungria, da sua câmara régia, para ele e descendentes, caso o infante passe à corte do Império, a deduzir depois dos rendimentos da marca trevisana p. 275

4 ABRIL 1418. — Súplicas de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe: *a)* as remissões, indulgências e graças da Terra Santa para si e seus filhos e para os fiéis que desejem coadjuvá-lo na prossecução da luta contra os infiéis, — concedidas aos que forem ou mandarem outrem em seu lugar; *b)* que dois prelados ou dois sacerdotes escolhidos pelo monarca possam administrar os Sacramentos a quem seguir na armada, — concedido a dois prelados; *c)* que possam os habitantes de Ceuta e as pessoas que lá forem tratar e comerciar com os sarracenos, na compra e venda de tudo, nomeadamente de víveres, pois deseja o monarca reduzi-los à fé cristã, por amor ou temor, — concedido quanto a víveres; *d)* que outorgue e ordene a algum prelado «in partibus» que, na outrora mesquita principal dos sarracenos, boa para o efeito, erija igreja catedral e sé episcopal, com cabido e outras insígnias próprias de cidade, — cometido aos arcebispos de Braga e de Lisboa; *e)* que se digne conceder dispensa a seus filhos e filhas em geral de qualquer impedimento, em grau não proibido pela lei divina, para poderem contrair matrimónio com filhos ou filhas dos reis de Castela, de Inglaterra, de Aragão e de Navarra e com outros homens ilustres e, não desejando outorgar dispensa assim geral, ao menos para seu segundo e terceiro filhos e para Isabel sua filha, pois o primogénito já a obtivera, — concedida sòmente para o segundo filho . . . . . p. 278

4 ABRIL 1418. — Bula da Cruzada *Rex regum,* de Martinho V, a reconhecer implicitamente a Portugal a praça de Ceuta e as outras cidades e terras que el-rei D. João I, auxiliado pelos demais príncipes e fiéis cristãos, vier a tomar aos sarracenos, a conceder aos combatentes e a quem os custear a indulgência plenária e garantias dos cruzados da Terra Santa e a ordenar às autoridades eclesiásticas do orbe cristão preguem a cruzada todas as vezes que lhes for solicitado pelo referido monarca . p. 282

4 ABRIL 1418. — Bula *Romanus pontifex,* de Martinho V, dirigida aos arcebispos de Braga e de Lisboa, a incumbi-los de se informarem sobre se o lugar de Ceuta merece ser elevado a cidade e a respectiva mesquita a igreja catedral, como lhe solicitara el-rei D. João I, e a ordenar-lhes que, em caso afirmativo, o façam . . . . . p. 288

JUNHO 1418. — Ordenação para a cobrança do pedido e meio que as cortes de Santarém de 1418 outorgaram a el-rei D. João I, mandada depois observar por el-rei D. Duarte, na tiragem do pedido para a conquista de Tânger . . . . . p. 289

Copyrighted material

3 JULHO 1418. — Bula *Super gregem dominicum*, de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a conceder licença aos cristãos de Ceuta para comerciarem com os muçulmanos, desde que lhes não cedam ferro, cordas, navios, armas e outras mercadorias proibidas . . . . . p. 299

8 OUTUBRO 1418. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda o Mestrado da Ordem de Santiago da Espada a seu filho o infante D. João . . . . . p. 301

8 OUTUBRO 1418. — Bula *Jn apostolice dignitatis specula*, de Martinho V, dirigida ao infante D. João, filho de el-rei D. João I de Portugal, em que, a pedido deste, o nomeia Administrador da Ordem Militar de Santiago da Espada, para evitar que se convertam os rendimentos da Ordem em fins diversos daqueles para que ela foi instituída, como sucedera anteriormente com alguns Mestres, e sobretudo para os aproveitar na luta contra os sarracenos e na dilatação da fé católica . . . . . p. 303

29 OUTUBRO 1418. — Alvará do Infante — D. Henrique (?) —, a manter aos lentes da Universidade o antigo privilégio de procurarem e advogarem perante quaisquer juízes, apesar da recente ordenação em contrário . . . . . p. 306

1418. — Embaixada portuguesa a Castela, a solicitar a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 . . . . . p. 308

5 JANEIRO [1419 ?]. — Carta de el rei D. João I ao rei de Aragão, seu sobrinho, a recomendar-lhe mossem João de Pomar, que já trabalhara em seu serviço e viera em Dezembro a Portugal, a fim de se preparar para a guerra que tem com os mouros de África, mas que voltara a sua terra, por motivo de recado que de lá lhe viera; e ainda a solicitar-lhe carta de saca para tomar cavalos na Sicília, onde lhe consta haver muitos, para manter a dita guerra . . . . . p. 309

9 MARÇO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe plena remissão dos pecados, em artigo de morte e sem a cláusula do jejum, para os fiéis cristãos de ambos os sexos que vivam na cidade de Ceuta ou lá forem, em sua defesa. Concedida por 5 anos, com comutação do jejum . . . . . p. 310

26 MARÇO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que a plena remissão dos pecados em artigo de morte, concedida dias antes por 5 anos aos cristãos residentes em Ceuta ou que para ali forem em defesa da cidade, se entenda não desde a data da concessão, mas

Copyrighted material

da sua publicação lá, como consta do despacho pontifício e da bula da mesma data, que se segue . . . . . p. 311

26 MARÇO 1419. — Bula *Ab eo qui humani,* de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a cuja instância, durante sete anos e nos termos que indica, o pontífice outorga a todos os fiéis cristãos que, por motivo da guerra contra os infiéis, viverem em Ceuta ou ali permanecerem com demora possam escolher confessor que, em perigo de vida, por autoridade apostólica, lhes conceda plenária remissão dos pecados . . . p. 312

4 ABRIL 1419. — Letras *Decens esse videtur,* do papa Martinho V, a conceder que el-rei D. João I, seus filhos e demais fiéis cristãos que desejem participar na defesa da cidade de Ceuta contra os sarracenos possam comprar, nos reinos das Espanhas e noutras partes da cristandade, armas, cavalos, víveres e demais coisas necessárias à defesa e aprovisionamento da dita cidade e transportá-las para lá livremente, por terra e por mar . . . . . p. 314

5 MAIO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe dispensa para seu filho o infante D. Henrique poder contrair matrimónio com qualquer pessoa e em qualquer grau não proibido por direito divino, para permanecer no matrimónio depois de contraído e ainda a rogar-lhe declare legítima a prole dele oriunda. Concedida a dispensa além do 2.º grau . . . . . p. 316

13 JUNHO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe que todos os arcebispos, bispos, demais prelados e pessoas eclesiásticas, seculares e regulares, do reino contribuam anualmente, durante 3 anos, com 9.000 florins de câmara, para as despesas da guarda, defesa e manutenção da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos sarracenos e entregue à religião cristã. Concedido como pede . . . . p. 317

14 JUNHO 1419. — El-rei D. João I manda a Castela João Gomes da Silva, Martim do Sem e Fernão Gonçalves Beleágua, a requerer novamente ao monarca do país vizinho a ratificação do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, porém sem resultado . . . . . p. 319

13-18 AGOSTO 1419. — Primeiro cerco da cidade de Ceuta por granadinos e marroquinos, durante cinco dias, neutralizado pelas forças portuguesas locais . . . . . p. 320

SETEMBRO 1419. — Informado o capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, por cartas recebidas de Tarifa, de que el-rei de Granada preparava frota para novamente atacar Ceuta, notifica-o a D. João I; e o infante

D. Henrique segue apressadamente de Viseu para os Paços da Serra de El-Rei, a encontrar-se com o pai, no intuito de socorrer aquela praça marroquina . . . . . p. 323

SETEMBRO 1419. — El-rei D. João I manda para Lisboa os infantes D. Duarte e D. Henrique, a fim de prepararem a frota de socorro a Ceuta, depois reduzida, por os mouros haverem retirado o cerco . . p. 325

SETEMBRO 1419. — Entretanto, em Ceuta, D. Pedro de Meneses vai conduzindo as operações, dirigindo-se as galés de Bulhões para Almina, onde os portugueses desembarcam e combatem os sarracenos . p. 329

SETEMBRO 1419. — Como os marroquinos, ao verem os granadinos de posse de Almina, se associam à luta, que foi renhida, e a mortandade grande . . . . . p. 332

SETEMBRO 1419. — Prossegue a luta, na qual figuram bons elementos tanto de Granada como de Marrocos, mas com prejuízos e baixas para os sarracenos . . . . . p. 333

SETEMBRO 1419. — Recebida carta do alcaide de Tarifa, a recomendar a el-rei D. João I a necessidade de socorro imediato a Ceuta, manda aquele seguir a frota, capitaneada pelo infante D. Henrique, na qual embarca também o infante D. João, e ordena sigam para o Algarve os infantes D. Duarte e D. Pedro e ali tomem a resolução que o caso requerer . . . . . p. 335

SETEMBRO 1419. — Avisado também D. Pedro de Meneses pelo alcaide de Tarifa de que preparavam os granadinos maior contingente de forças contra Ceuta, resolve comunicar a D. João I o perigo que ali corriam, por Afonso Garcia de Queirós, que depara no mar com a frota portuguesa de socorro . . . . . p. 337

SETEMBRO 1419. — A frota chega a Ceuta, enquanto na Almina se combate denodadamente, com baixas de ambos os lados . . p. 339

SETEMBRO 1419. — Desembarcam os infantes no Porto de El-rei, são recebidos pelo D. Pedro de Meneses e pelos demais fidalgos, tingidos de sangue, pela refrega tida com os mouros, entre os quais houvera grande mortandade . . . . . p. 343

27 SETEMBRO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a rogar-lhe, para que mais se povoe e melhor se defenda a cidade

de Ceuta, por ele libertada das mãos dos infiéis, prorrogue por mais 10 anos a plena remissão dos pecados em artigo de morte aos fiéis de ambos os sexos que na dita cidade vivam ou a ela forem, anteriormente outorgada por 7 anos. Concedida gratuitamente . . . . . p. 347

28 SETEMBRO 1419. — Bula *Cum omnia uirtutum exercicia,* de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a renovar por mais dez anos, a contar do fim dos sete já concedidos, que possam os cristãos residentes em Ceuta ou ali de passagem escolher confessor que, em artigo de morte, confessados e arrependidos, os absolva . . . . . p. 348

SETEMBRO-DEZEMBRO 1419. — O capitão de Ceuta oferece as chaves do castelo ao infante D. Henrique, que não lhas aceita; os dois infantes demoram ali três meses, hóspedes seus, após o que D. Henrique projecta tomar Gibraltar, o que não efectua em razão de haver sido afastado por tormenta e detido por calmaria e ainda por el-rei seu pai o mandar regressar a Portugal . . . . . p. 350

26 OUTUBRO 1419. — Bula *Apostolice sedis,* de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, duque de Viseu, em que, a pedido de seu pai el-rei D. João I, lhe concede possa contrair matrimónio com a senhora que desejar, qualquer que seja o grau de consanguinidade e afinidade entre os dois, ressalvada porém a lei divina . . . . . p. 354

14 NOVEMBRO 1419. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe, para mais se povoar e melhor se defender a cidade de Ceuta, onde o monarca faz habitualmente grandes despesas, e ainda para invasão das terras circunvizinhas, no que se trabalha diàriamente, prorrogue, pelo menos por mais 8 anos, a plenária remissão dos pecados em artigo de morte, anteriormente concedida pelo pontífice por 10 anos e depois por mais 7, às pessoas de ambos os sexos que viverem em Ceuta ou lá forem. Concedida como pede, gratuitamente . . . . p. 355

14 NOVEMBRO 1419. — Bula *Quia dilatacionem,* de Martinho V, dirigida a el-rei D. João I, a renovar-lhe por mais oito anos os privilégios espirituais que outorgara anteriormente, a seu pedido, por sete e por dez anos, aos habitantes da cidade de Ceuta . . . . . p. 356

1419-1420. — Como foi redescoberto o arquipélago da Madeira pelos escudeiros do infante D. Henrique João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira e como foram povoados aquele e o dos Açores . . . . . p. 358

7 JANEIRO 1420. — Carta de el-rei D. João I, a nomear administrador dos bens que deixara em testamento Sancha Anes de Palhavã, para

sufrágios por sua alma, a Pedro Eanes, contador do infante D. Henrique, por morte do último administrador dos mesmos . . . . . p. 362

15 JANEIRO 1420. — Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Diogo Fernandes Homem, criado do infante D. Henrique, filho de Nuno Fernandes Homem, Comendador do Casal, e de Isabel Roiz, mulher solteira . . . . . p. 364

20 FEVEREIRO 1420. — Carta de Filipe o Bom, duque de Borgonha, a confirmar, a pedido dos mercadores, mestres de navios, marinheiros e demais súbditos do rei de Portugal e para incremento do comércio de Flandres, a carta de seu pai João Sem Medo, de privilégios aos mesmos, de 26 de Dezembro de 1411 . . . . . p. 365

25 MAIO 1420. — Súplica de el-rei D. João I ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conceda a regência e o governo da Ordem Militar de Cristo a seu filho o infante D. Henrique, para aproveitamento dos rendimentos da mesma na guerra contra os sarracenos e na dilatação da fé católica, pois alguns Mestres os dispenderam em fins ilícitos, bem diversos daqueles para que a Ordem fora instituída . . . . . p. 366

25 MAIO 1420. — Bula *Jn apostolice dignitatis specula,* de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, em que, a pedido de el-rei D. João I seu pai, o nomeia Administrador Geral da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, por morte do derradeiro Mestre D. Lopo Dias, enquanto for seu beneplácito, etc. . . . . p. 368

25 MAIO 1420. — Letras *Cum nos hodie,* do papa Martinho V, dirigidas aos freires do Convento da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência . . . . . p. 369

25 MAIO 1420. — Letras *Cum nos hodie,* do papa Martinho V, dirigidas a todos os vassalos da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência . . . . . p. 370

25 MAIO 1420. — Letras *Cum nos hodie,* do papa Martinho V, dirigidas a todos os Comendadores das casas da Ordem da Milícia de Jesus

Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, a comunicar-lhes haver nomeado o infante D. Henrique para Administrador Geral da sua Ordem, que costumava ser governada por um Mestre, e a ordenar-lhes o recebam e lhe prestem a devida obediência e reverência . . . . . p. 371

26 MAIO 1420. — Letras *Sincere deuocionis affectus,* do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa ter altar portátil e que sobre ele, em sua presença e em lugares honestos e convenientes, celebrem missa e demais ofícios divinos, sem prejuízo de direito alheio . . . . . p. 372

26 MAIO 1420. — Letras *Deuocionis tue sinceritas,* do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe a seu pedido, que, se acontecer passar por terra em que vigore interdito eclesiástico, ele e seus familiares possam ouvir missa celebrada em voz baixa e assistir a outros ofícios divinos, cerradas as portas, não tocados os sinos e excluídas as pessoas excomungadas e interditas, desde que ele ou os seus não hajam dado azo ao interdito nem ele os vise especialmente . p. 373

26 MAIO 1420. — Letras *Benigno etc.,* do papa Martinho V, dirigidas aos familiares e comensais do infante D. Henrique, duque de Viseu, presentes e futuros, a conceder a cada um deles possa escolher confessor próprio, ou seja idóneo e discreto presbítero, que o oiça de confissão e o absolva dos pecados não reservados à Sé Apostólica e lhe administre os eclesiásticos sacramentos na forma costumada . . . . . p. 374

28 MAIO 1420. — Letras *Sincere deuocionis affectus,* do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido e quando os seus trabalhos assim o exijam, possam ele e familiares ouvir missa um pouco antes de romper a aurora . . . p. 375

28 MAIO 1420. — Letras *Benigno etc.,* do papa Martinho V, dirigidas ao infante D. Henrique, duque de Viseu, a conceder-lhe, a seu pedido, possa escolher presbítero secular ou religioso para seu confessor, o qual, uma vez por ano, o absolva dos casos reservados à Sé Apostólica p. 376

2 JUNHO 1420. — Bula *In eminenti specula,* de Martinho V, a erigir em convento o eremitério dos franciscanos de Ceuta, do título de Santiago, a pedido do infante D. Pedro, duque de Coimbra . . . p. 377

9 JULHO 1420. — Instrumento notarial, passado à Câmara de Lisboa, sobre a requisição feita à mesma por Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses, em nome deste, de peças de armadura e demais

apetrechos bélicos dos moradores da cidade e termo que são recolhidos por ordem do infante para levar em esta armada a Ceuta . . . p. 379

15 JULHO 1420. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Gonçalves Farto, criado do infante D. Henrique, genro de Gil Gonçalves Sobral, residente na dita cidade, de chão e árvores sitas na mesma povoação, a par da igreja de S. Miguel, pelo foro anual de 9 libras da moeda antiga ou seu equivalente valor, pagas às terças do ano, e um par de capões, pelo Natal . . . . . p. 381

6 SETEMBRO 1420. — Sentença executória da bula *Romanus pontifex,* de Martinho V, de 4 de Abril de 1417, dada por D. Fernando, arcebispo de Braga, e por D. Diogo, arcebispo de Lisboa, pela qual elevam a vila de Ceuta a cidade e sua antiga mesquita a igreja catedral da nova diocese, a que marcam, como termos, todo o reino de Fez e os territórios do reino de Granada mais vizinhos do mar . . . . . p. 383

2 OUTUBRO 1420. — Carta de el-rei D. João I, a conceder licença ao infante D. Henrique para feira franca anual em Tomar, a começar no quinto dia depois da Páscoa e durante 15 dias, com os privilégios constantes do diploma . . . . . p. 386

24 NOVEMBRO 1420. — Bula *Eximie deuocionis affectus,* de Martinho V, dirigida ao infante D. Henrique, a declarar perpétua, se a Santa Sé não determinar o contrário, a nomeação temporária, a beneplácito do mesmo pontífice, de Administrador da Ordem da Milícia de Jesus Cristo nos reinos de Portugal e do Algarve, efectuada pela bula *Jn apostolice dignitatis specula* de 25 de Maio anterior . . . . . p. 388

1420. — Desacordo no Conselho de Castela sobre a ratificação do Tratado de Paz de 1411 com Portugal, em que se dividem as opiniões entre trégua por breve tempo e preparação de grande armada com a qual os castelhanos se imponham aos portugueses . . . . . p. 390

10 JANEIRO 1421. — Letras *Etsi nonnulla,* do papa Martinho V, dirigidas ao dominicano João de Curral e ao tesoureiro da igreja de Córdova, a conceder-lhes possam absolver das penas eclesiásticas 150 mercadores que nelas tenham incorrido por negociarem com os sarracenos na fronteira do reino de Castela, devendo impor-lhes penitência salutar, nomeadamente a de esmola para reparação das igrejas de S. Pedro e de S. Paulo de Roma . . . . . p. 391

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

AABU, 346.
ABD SELIB, 275. V. — JOÃO (Preste).
ABISSINIA, 276. V. — ETIOPIA.
ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 282, 288, 314 e 372.
ABREU (Aires Gonçalves de), 208.
ABREU (José Maria de), 306.
ABRI (António), 54.
ABRI (Nicolau), habitante de Iviça (Baleares), 54.
ABÛ SAID UTMAN, rei de Benamarim e de Fez, 231 e 233.
ABYLA, 180.
AÇORES, 235, 357 e 361-62.
ADICE, 269.
ADRIATICO (Mar), 275.
ADURRAFAMEM ABENQUIRA, 324.
ADUX RAPHAMEM ABEM QUEVIRA, 324 V. — ADURRAFAMEM ABENQUIRA.
AFAN DE RIBERA (Pero), fronteiro mor de Castela, 31.
AFONSO (Mestre), embaixador de Fernando I de Aragão, junto de ABÛ SAID, rei de Benamarim e de Fez, 233.
AFONSO (D.), primogénito de Fernando I de Aragão, 225, 232, 234, 244 e 309. V. — AFONSO V (D.), rei de Aragão.
AFONSO (D.), oitavo conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de D. Inês Pires Esteves, 1.º Duque de Bragança, 135, 143, 150, 163 e 185. V. — BARCELOS (Conde de).
AFONSO I (D.), primogénito do rei de Portugal, 67-68. V. — AFONSO (D.), 8.º Conde de Barcelos.
AFONSO III (D.), rei de Portugal, 92.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 58, 137, 157-58, 164, 170, 213, 214, 218, 239, 241, 303, 306-07, 351, 354, 361 e 386-87.
AFONSO V (D.), rei de Aragão, filho de Fernando I de Aragão, 69, 121 e 308. V. — AFONSO (D.).
AFONSO XI, rei de Castela, 287.
AFONSO (Álvaro), 323.
AFONSO (Bartolomeu), 215.
AFONSO (Fernando), criado do infante D. Henrique, recebedor de el-rei D. João I, 153, 203 e 264. Porta de —, 203.
AFONSO (GIL), tabelião de el-rei em Viseu, 382.

AFONSO (João), corregedor de el-rei D. João I na cidade de Lisboa, 76.
AFONSO (João), escrivão de el-rei D. João I, 241, 364 e 387.
AFONSO (Lopo), mercador de Santarém, 260-61.
AFONSO (Maria), mulher de João Rodrigues Amorim, 258.
AFONSO (Pero), escrivão de el-rei D. João I, 123 e 266.
AFONSO (Rodrigo), escrivão de el-rei D. João I, rei de Portugal, 34 e 78.
AFONSO (Vicente), 362-63.
AFRAG, 181. V. — ALJAZIRA.
AFRICA, 86, 129, 180, 228, 230, 236, 238, 279, 283, 287, 308, 309, 314, 317, 367 e 384. Norte de —, 279. — do Norte, 86 e 320. Santa Maria de —, 214 e 267.
AFRICANO, 307. V. — AFONSO V (D.), rei de Portugal.
AGOSTIM (João Pereira), 213 e 330. V. — PEREIRA (João).
AGOSTINHO. V. — PEREIRA (João).
AGOSTINHO (Afonso Pereira), 330. V. — PEREIRA (João).
AGRIGENTO, 126.
AGUIAS (João das), 331.
AGUILES, 50.
ALANDROAL (Rui Pires do), tesoureiro da moeda de el-rei D. João I, 84.
ALARTS (Mestre Daniel), do conselho do duque de Borgonha, 47.
ALBERGARIA (Diogo Soares de), comendador de Almada, 352.
ALBERGARIA (Luís Gonçalves de), 331.
ALBERGARIA (Vasco Martins de), 149, 326 e 342.
ALCACER SEGUER, 324.
ALCACER DO SAL, 303.
ALCUDIA DE BERBERIA, 222.
ALDEIA GALEGA, actual Montijo, 167.
ALEMANHA, 87 e 385. Grão-Duque da —, 115. Grão-Barão da —, 203. Imperatriz da —, 385.
ALENQUER, 191 e 352. Alcaide de —, 352.
ALENQUER (João Afonso de), vassalo e vedor da fazenda de el-rei D. João I, 34, 57, 79 e 84.
ALEXANDRE III (Papa), 275.
ALEXANDRE V (Papa), 5 e 6.
ALFARROBEIRA, 156 e 158.
ALGARVE, 4, 6, 8-12, 226, 242, 273, 334, 336, 351, 353, 369 e 373. Rei do —, 23, 37, 57, 60, 71, 76-77, 97, 122, 130, 225, 238, 240, 263, 269, 276, 278, 301, 303, 309-12, 314, 316-17, 347-48, 355-56, 366, 370-71, 375-77, 386 e 388. Reino do —, 9-12, 19, 21-25, 39, 71-72, 89, 213, 263, 318, 327, 368-71 e 388. Rainha do —, 121.
ALIGHIERI (Dante). V. — DANTE ALIGHIERI.
ALJAZIRA, Afrâg merinida ou vila d'al-Mansura, um dos quarteirões ou bairros da vila de Ceuta no século XV, 181, 192, 214, 332 e 340.
ALLE ALBOAGEM, rei mouro, 334.
ALGECIRAS, 9-10, 169, 172, 175-76, 179 e 352. Rei de —, 9. Reino de —, 9 e 10.
ALGEZIRA. V. — ALJAZIRA.
ALHO (Martim), genro de João Lobato, 34.
ALHOS VEDROS, 158, 159, 161 e 163.
ALMAÇAM (Rodrigo Fernandes de), escudeiro e cavaleiro de el-rei de Castela, 96-97.
ALMADA, 80 e 353. Castelo de —, 80. Comendador de —, 352.
ALMADA (Álvaro Vaz de), conde de Avranches, 123-24, 208 e 352.
ALMADA (João Vaz de), cavaleiro e embaixador de el-rei D. João I, a Castela e a Inglaterra, 94-95, 150, 153, 170, 202-03, 263-65 e 326.

Copyrighted material

ALMADA (Pero Vaz de), 203, 208, 326 e 330.
AL-MANSURA (Vila de), bairro de Ceuta, 181.
ALMEIDA (Vila de), 98. Alcaide de —, 98.
ALMEIDA (Diogo Fernandes de), 204 e 208.
ALMEIDA (Fortunato de), 32, 33, 58, 73, 91, 141, 238, 301 e 366.
ALMEIDA (João de), 326.
ALMEIDA (Manuel Lopes de), 306.
ALMENDRA (Feira de), 386.
ALMINA, actual Monte Acho, 173, 180, 187, 189, 191, 206, 215, 322-23, 329-34, 339-40, 343-44 e 346. Cabo de —, 175 e 343. Ponta de —, 176. Porta de —, 184, 329 e 341. Puerta de la —, 184 e 192. Castelo de —, 340. Monte de —, 344.
ALMIRANTADO DO REINO, 54.
ALMODOVAR, 331.
ALSÁCIA (Filipe de), conde de Flandres, marido de D. Teresa, filha de el-rei D. Afonso Henriques, 366.
ALTISSIMO, 6, 125 e 270.
ALTOS INFANTES, 207, 302 e 336.
ALVAIAZERE, 242.
ALVARES (Fernando), escudeiro de el-rei D. João I e depois da casa do infante D. Henrique, 191.
ALVARES (João), tabelião, 261.
ALVARO (D.), bispo de Évora, 6.
AMADO (Afonso Domingues), 215.
AMARANTE (Feira de), 386.
AMBA SYON, rei da Etiópia, 276.
AMORIM (João Rodrigues), 258 e 259.
ANAFILON (?), 141.
ANDALUZIA (Província da), 236.
ANES (Afonso), rendeiro da casa de el-rei D. João I, 57 e 60.
ANES (Alvaro), tabelião, 261.
ANES (Catarina), mulher de Rui Fernandes, mãe de João Rodrigues de Amorim, 258.
ANES (Gomes), escrivão da Câmara de Lisboa, 235.
ANES (Lourenço), 259.
ANES (Maria), mãe de João Fernandes Homem, 260.
ANES (Martim), criado do infante, escrivão da audiência dos homens do mar, 234-35.
ANES (Martim), tabelião de el-rei D. João I em Lisboa, 259-61 e 379.
ANNES (Martim), mercador, 382.
ANES (Pedro), escrivão de D. João I, 268.
ANES (Rodrigo), contador do cardeal de Lisboa e depois dos contos da mesma cidade, 32-34.
ANES (Rodrigo), escrivão do infante D. Henrique, 60.
ANTEQUERA, povoação espanhola da província de Málaga, 36 e 48-49.
ANTEQUERA (Fernando de). V. — FERNANDO I (D.), infante de Castela e rei de Aragão.
ANTOING (Messire Henry d'), da Casa de França, 116.
ANTONINHA (Maria), mãe de Aparício Vasques, 268.
ANTONINO (Frei), 125.
ANTUERPIA, 39 e 364. Casa da feitoria portuguesa em —, 39. V. — ANVERS.
ANTUNES (Nuno), filho de Antão Vaz de Góis, 196.
ANVERS, 39. V. — ANTUERPIA.
ARAGÃO, 7, 10, 31-32, 36, 49-50, 53, 69, 92-94, 102, 104, 107, 112-13, 117, 125-26, 133,

144-46, 168, 204, 207, 224, 226-27, 231, 233, 241, 245, 257, 262 e 315. Rei de —, 38, 48-49, 53-56, 61, 63-65, 67, 71, 79, 94-97, 100-01, 106, 108-14, 120-22, 124-26, 130-132, 134, 147, 166, 168, 170-71, 204, 206, 208-09, 216, 222, 224-227, 229, 231-32, 237-39, 241, 243-44, 278, 281 e 308-09. Rainha de —, 66 e 245. Memorial do rei de —, 125.

ARAGÃO (Augusto Carlos Teixeira de), 137.

ARAUJO (Pay Roiz de), 149.

ARCAMUA (Mundy de), 141.

ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 2, 4-5, 58, 71, 243, 246-48, 250-53, 256, 273, 276, 278, 282, 287, 299, 301, 303, 310-12, 314, 316-17, 347-48, 353, 355-56, 366-67, 369-76, 388 e 391.

ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 50, 53-55, 61, 63-67, 69-70, 95, 97, 106, 108-11, 114, 120-21, 124, 126, 130-32, 146-47, 166, 170, 208, 222, 224-26, 231, 233, 237, 243, 245 e 308.

ARCHIVO IBERO-AMERICANO, 254.

ARIONA (Duque de), 102.

ARMANACH (Conde de). V. — ARMANHAQUE.

ARMANHAQUE (Conde de), 126.

ARMENIA, 275.

ARNALHO (João Gomes), escudeiro de Évora, 211.

ARQUIVO DO CABIDO DA SÉ DO FUNCHAL, 360.

ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 299.

ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO, 77.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, 260.

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 381.

ARQUIVO HISTORICO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 76, 234 e 379.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Lisboa), 1, 8, 33, 39, 48, 56, 60, 76, 122, 137, 239-41, 258, 260, 262-63, 267-69, 287, 289, 312, 315, 360, 362, 364, 383 e 386.

ARQUIVO DA PROVINCIA FRANCISCANA DE ANDALUZIA (Sevilha), 254.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 306.

ARRAIOLOS, 85.

ARRANDEL (Condessa de), 297. V. — ARUNDEL.

ARRAS (Paz de), 231.

ARREDENTAM (Mossem). V. — ANTOING (Messire Henry d').

ARRIBAS PALAU (Mariano), 224, 231 e 233.

ARRUDA, 191.

ARTOIS (Conde de), 40 e 365.

ARUENNA, 139.

ARUNDEL (Conde de), 141. Condessa de —. V. ARRANDEL, Condessa de —.

ÁSIA, 354 e 358.

ATAIDE (D. Álvaro Gonçalves de), embaixador de el-rei D. João I ao concílio de Constança e ao imperador de Constantinopla, 237-38, 269 e 271.

ATAIDE (João de), 208.

ATAIDE (Vasco Fernandes de), governador da casa do infante D. Henrique, 148, 198 e 200.

ATLANTICO, 236.

ATOUGUIA (Martim Afonso da), escudeiro do infante D. Pedro, 92-93.

AURELIACO (Aimaro de), sacerdote professo da Ordem Franciscana, depois bispo de Marrocos; inglês de nacionalidade, confessor de D. Filipa de Lencastre, capelão-mor dos reis D. Duarte e D. Afonso V e Abade Comendatário do mosteiro de Pombeiro, 57-59.

AURELIACO (João Aimaro de). V. — AURELIACO (Aimaro de).
AUVERNIA, 126.
AVELAR (Sancho Gomes de), 381.
AVILA, 8 e 32. Bispo de —, 101.
AVINHÃO, 92.
AVRANCHES (Conde de), Alvaro Vaz de Almada, 95, 124 e 158.
AYLLON (Tratado de), 7, 31 e 97.
AZAMBUJA (D. João Afonso de), carteal do título de S. Pedro «ad vincula», ex-bispo de Silves, do Porto e de Coimbra e arcebispo de Lisboa, 33-34.
AZAMBUJA (D. João Esteves de). V. — AZAMBUJA (D. João Afonso de).
AZEVEDO (Fernão Lopes de), 149.
AZEVEDO (João Lopes de), 322.
AZEVEDO (Lopo Dias de), 214.
AZEVEDO (Lúcio de), 136.
AZEVEDO (Martim Lopes de), 149 e 208.
AZEVEDO (Pedro de), 56, 262, 267 e 289.
AZEVEDO (Pero Lopes de), filho de Lopo Dias de Azevedo, 214 e 330.
AZEVEDO (Rui Gomes de), alcaide de Alenquer, 352.
AZINCOURT (Batalha de), 141.
AZOHIA. V. — LAEZUYA.
BADAJOZ, cidade de Espanha, 17-18.
BAEÇA (João de), franciscano, 243, 246-248 e 250-57.
BAIÃO (Segundo Senhor de), 82 e 150.
BAIONA DE MINHO, povoação do município de Galiza, a sul da Ria de Vigo, 170-71.
BALAGUER, 144.
BALEARES (Ilhas), 53.
BALIONIBUS (Nicolau de), Prior da Ordem do Santo Sepulcro, 2.
BALLESTEROS Y BERETTA, (D. António), 36, 38, 50, 146, 207 e 244.
BAPTISTA (Júlio César), 92.
BARBACENA (Senhor de), 86.
BARBAÇOTE, denominação dada pelos portugueses a uma parte de Ceuta, 174-75, 177, 179, 190, 329, 340 e 343.
BARBACSAN (Seigneur de), 229.
BARBATE. V. — BARBAÇOTE.
BARBUDO (Bellendim de). V. — BARBUDO (Bernaldym de).
BARBUDO (Bernaldym), escrivão, 294-95 e 353.
BARCELONA, 61, 69, 137 e 244.
BARCELOS (Conde de), D. Afonso, oitavo conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de Inês Pires Esteves, e 1.º duque de Bragança, 53, 73, 85, 89, 91, 135, 148, 150, 159, 161, 163, 178-79, 181, 188, 203, 299 e 325-26.
BARONIUS, 275.
BARRETO (Alvaro), 330.
BARRETO (Fernão), 215.
BARRETO (Gonçalo Nunes), fidalgo do reino de Algarve, conselheiro de el-rei e primo de D. Pedro de Meneses, 213 e 215.
BARRIENTOS (Don Lope), bispo 102, 103, 204-05 e 207.
BARROS (Henrique da Gama), 73.
BARROS (João de), 354 e 358.
BARROS (Nuno de), 331.
BARTOLOMEU, frade da Ordem de S. Antão da Etiópia, 272-74.
BASSÚL (Bahr), 174.

BATAILLER (Seigneur de), 229.
BATALHA (Igreja da), 149.
BAVIERA (Duque de), 88.
BAYERISCHE STAATS-BIBLIOTHEK, 235.
BAYONA. V. — BAIONA DO MINHO.
BEANGIEU (Senhor de), João I, duque de Bourbon, 93.
BEATRIS (D.), rainha de Castela, filha de D. Fernando I, rei de Portugal, 7, 9, 12 e 143.
BEHAIM (Martim de), V. — BOEMIA (Martinho de).
BEIRA, (Provincia da), 73 e 89. Comarca da —, 73 e 89.
BEJA (Escudeiros de), 214. Feira de —, 386.
BELAMARIM. V. — BENAMARIM.
BELEAGUA (Fernando Gonçalves), doutor, embaixador de el-rei D. João I de Portugal, presente em Aylion ao Tratado de Paz com Castela de 31 de Outubro de 1411. — 31, 35, 104, 308 e 318.
BELEM (Igreja de Santa Maria de), 150 e 158.
BELGICA, 39.
BELVIS, 70.
BENAMARIM, 142, 164, 226, 228, 231, 233 e 320.
BENAVENTE (Conde de), 102.
BENEIGEM (Senhor de), 346.
BENTO XII (Papa), 276.
BENTO XIII (Antipapa), 4, 6, 49, 92, 207, 235-36, 243, 245-48, 250-54, 256-57 e 273.
BENTO (João), franciscano, 243.
BENXERNIT (Dom), 64-65.
BERMEO, 138.
BIBLIOTECA DE AUTORES ESPAÑOLES, 32.
BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 212 e 320.
BIBLIOTECA NACIONAL DE BAVIERA, Munique, Departamento de manuscritos da —. V. — BAYERISCHE STAATS-BIBLIOTHEK.
BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 37.
BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 212 e 320.
BIBLIOTECA DO VATICANO, 354.
BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE PARIS, 358.
BILBAU, 138.
BISCAIA, 9, 88 e 137-39. Senhor de —, 9. Senhorio de —, 9-10.
BLANKENBERGHE, 46.
BOEMIA, (Martinho de), 235, 255 e 354.
BOEMIA (Rei da), 171.
BOLONHA, 2, 4, 5, 33 e 92. Diocese de —, 2. Universidade de —, 2. Conde de —, 92.
BONIFACIO VIII (Papa), 255.
BORGONHA (Duque de), 39, 91 e 364-65. Duquesa de —, 157, 235 e 366. Cavaleiro camariengo do duque de —, 127. Conde de —, 365. Ducado de —, 366.
BORGONHA (Maria de), 366.
BOUESSEAU, 366.
BOURBON, arauto de João I, duque de Bourbon, 93-94 e 230.
BOURBON (Duque de), João I, 93 e 229-30.
BRABANTE, 39.
BRABANTE (Clivet de), almirante de França, 229.
BRAGA, 5-6. Prelado de —, 5. Arcebispo de —, 6, 278, 281, 287-88 e 383. Chantre da Sé de —, 261.

Copyrighted material

BRAGA (Diogo Soares de), 381.
BRAGA (Fernão Gonçalves de), 381.
BRAGA (João de), tabelião, 379.
BRAGANÇA, 135, 299 e 325. Primeiro duque de —, 150. Senhor de —, 208. Feira de —, 386.
BRAGANÇA (D. Fernando de), 148.
BRAGANÇA (José de), 354.
BRANCA (D.), regente da Sicília, filha de Carlos III, rei de Navarra e viúva de Martinho da Sicília, 49, 50, 107, 114 e 125.
BRANDÃO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 306.
BRASIO (P. António), 214 e 366-67.
BRENTA, Itália, 269.
BRETANHA, 48, 76 e 140.
BRETIANDE, 260.
BRITES (D.), infanta de Portugal, filha de el-rei D. João I, casada com o conde de Arundel, 141.
BRITES (D. Inês de), mulher de Martim Afonso de Melo, mãe de Estêvão Soares de Melo, 183.
BRITISH MUSEUM, 93 e 229.
BRUCHET (M.), 39.
BRUGES, 33-34, 39-42, 45-46, 91 e 137. Canal de —, 42.
BRUNO (Sampaio). V. — SAMPAIO (José Pereira).
BRUXELAS, 269 e 354.
BUARCOS, 242.
BUARCOS (Fernão Rodrigues de), 342.
BUGIA, povoação argelina, 64, 65 e 70.
BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 33-34, 276, 279-80, 302, 310, 313 e 388.

Ab eo qui humani, de Martinho V, de 26 de Março de 1419, — 312.
Ad ea libenter, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 250.
Ad ea que, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 252.
Apostolatus officium, de João XXIII, de 10 de Maio de 1413, — 57.
Apostolice sedis, de Martinho V, de 26 de Outubro de 1419, — 353.
Benigno, etc., de Martinho V, de 26 de Maio de 1420 e 28 de Maio de 1420, — 374 e 376.
Cum nos hodie, de Martinho V, de 25 de Maio de 1420, — 369-71.
Cum omnia virtutum exercicia, de Martinho V, de 28 de Setembro de 1419, — 347.
Cum pro nonnullis, de João XXIII, de 1 de Setembro de 1411, — 2.
Decens esse videtur, de Martinho V, de 4 de Abril de 1419, — 314.
Deuocionis sinceritas, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 251.
Deuocionis tue sinceritas, de Martinho V, de 26 de Maio de 1420, — 373.
Etsi nonnulla, de Martinho V, de 10 de Janeiro de 1421, — 391.
Eximie deuocionis affectus, de Martinho V, de 24 de Novembro de 1420, — 388.
In apostolice dignitatis specula, de Martinho V, de 8 de Outubro de 1418 e 25 de Maio de 1420, — 303 e 367.
In eminenti specula, de Martinho V, de 2 de Junho de 1420, — 376.
Justis petentium desideriis, de Bento XIII, de 13 de Abril de 1416, — 254.
Pia fidelium vota, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 247.
Pia patris affectu, de João XXIII, de 19 de Dezembro de 1413, — 71.
Prouenit ex vestra deuocionis, de Bento XIII, de 1 de Abril de 1416, — 248.

Quia dilatacionem, de Martinho V, de 14 de Novembro de 1419, — 313 e 356.
Quoniam ut ait apostolus, de Martinho V, de 22 de Fevereiro de 1418, — 273.
Rex regum, de Martinho V, de 4 de Abril de 1418, — 282.
Romanus pontifex, de Martinho V, de 4 de Abril de 1418 e 6 de Setembro de 1420, — 287 e 383.
Significarunt nobis, de João XXIII, de 6 de Agosto de 1411, — 1.
Sincere deuotionis, de João XXIII, de 1 de Outubro de 1411, — 4-5.
Sincere deuocionis affectus, de Martinho V, de 26 de Maio de 1420 e 28 de Maio de 1420, — 372 e 375.
Super gregem dominicum, de Martinho V, de 3 de Julho de 1418, — 281 e 299.

BULHOES, em Ceuta, 267, 321, 329-30 e 340. Ponta de —, 340.
BURGOS, cidade de Espanha, 18, 19. Bispo de —, 102 e 287.
BUSSCHE (Emile Van den), 39 e 47.
CABO DO BOJADOR, 359.
CABO DA GATA, 352.
CABO NAO, 236.
CABO DA PRATA, 337.
CABO VERDE, 235.
CABO DE S. VICENTE, 165, 327 e 336.
CABO DE TRASFELEGAR, 338.
CABRAL (Fernando Alvares) filho de Luís Alvares Cabral, 149.
CABRAL (Luís Alvares), 149.
CACERES, 301.
CAÇORLLA (Adiantado de), 102.
CADAMOSTO (Luís de), 354.
CADAVAL (Fernão Rodrigues do), 342.
CAIADO (Antão Martins), armador. V. — MARTINS (Antão).
CALAMOCHA, 127.
CALDEIRA (Gonçalo), escrivão da Câmara de el-rei D. João I, 239 e 364.
CALMETTE (Joseph), 40, 91, 141 e 366.
CAMARA APOSTOLICA, 305 — do antipapa Bento XIII, 243, 246 e 256.
CAMARATE, povoação de Portugal, 135.
CAMELO (Alvaro Gonçalves), Prior do Crato, marechal da hoste e Senhor de Baião, 49, 50, 82, 86, 150, 162 e 211.
CAMELO (Gonçalo Rodrigues). V. — CAMELO (Gonçalo Roiz).
CAMELO (Gonçalo Roiz), contador-mor de el-rei D. João I, 34.
CAMPAYANCH (Senhor de), 68.
CAMPO MAIOR (Alcaide de), 214.
CAMPORES (Reguengo de), 242.
CANARIA (Ilha de), 243.
CANARIAS (Ilhas), 84, 235-36, 247-55 e 358.
CANIÇO (Rio do), na ilha da Madeira, 360.
CANTOR, na Gâmbia, 237.
CAPPELLI (A.), 83.
CAPLES (Mestre Robert de), do Conselho do duque de Bolonha, 47.
CARAMPI (Cardeal), aliás Garampi, 354-55.
CARAUS (Pedro Otays de). V. — OTAYS DE ÇARAUS (Pero).
CARLOS III, rei de Navarra, 49.
CARLOS VI, rei de França, 40.
CARLOS O TEMERARIO, 48 e 235.

CARMELECH, 229.
CARNEIRO (Ponta do), 178-79, 181 e 186.
CARNIDE, 87.
CARNIDE (João Afonso de), 380.
CARNIDE (Vasco Lourenço de), 376.
CARRILLO (Juan), 137.
CARRILLO DE HUETE (Pedro), 205.
CARTAGENA, 50.
CARTAGENA (Don Alonso de), deão de Santiago de Compostela, 32.
CARVALHAL (Vasco Martins do), 203.
CARVALHO (Senhor de), 191.
CARVALHO (Joaquim de), 128, 166 e 306.
CARVALHO (Joaquim Martins Teixeira de), 149.
CASA DE TRASTAMARA. V. — TRASTAMARA.
CASAL (Comendador do), 364.
CASCAIS, 167.
CASPE, povoação espanhola da província de Saragoça, 36, 49 e 144.
CASSIODORO, 9.
CASTELA, 7-9, 31-36, 38, 41-42, 48-49, 65, 86, 95, 97-98, 100, 102-03, 105, 111-12, 117, 122, 137, 142-44, 146, 164, 172, 214, 221, 226-28, 231, 244-45, 287, 298, 308, 315-16, 318, 325, 329-30, 351 e 353. Rei de —, 7, 9, 31, 36, 38, 51, 70, 80, 96-99, 104, 107, 137-38, 143, 204, 223, 231-34, 243-44, 278 e 281. Reino de —, 9, 10, 16, 18, 79, 91, 99, 101, 204-05, 233, 246, 252-53 e 391. Rainha de —, 35, 37, 99, 122 e 246. Coroa de —, 236. Capítulo Provincial da Província franciscana de —, 251. Ministro Provincial da Província franciscana de —, 251. Conselho de —, 390.
CASTELHANOS, 86.
CASTELO BRANCO —, 98. Morgado de —, 98.
CASTELO BRANCO (Gonçalo Vasques de), filho de Lopo Vaz de Castelo Branco, do Conselho de D. Afonso V, 213.
CASTELO BRANCO (Lopo Vasques de), monteiro-mor de el-rei D. João I e alcaide de Moura, 213.
CASTELO BRANCO (Nuno Vasques de), filho de Lopo Vaz de Castelo Branco monteiro-mor de el-rei, 204, 208 e 213.
CASTELO BRANCO (Rui Vasques de), fidalgo defensor do reino contra Castela, nos séculos XIV e XV, e alcaide da vila de Almeida, 98.
CASTILLEJOS, 174.
CASTRO (D. Álvaro Pires de), 149.
CASTRO (D. Fernando de), 204, 235 e 237-38.
CASTRO (D. João de), capitão de armada henriquina, 204, 235-36, 255 e 263-65.
CASTRO (Martim de), 321 e 330.
CASTRO (D. Pedro de), filho de D. Álvaro Pires de Castro, 149.
CASTRO MARIM (Vila de), 217 e 226.
CATALUNHA, 50, 67 e 114.
CATANIA, 50, 107 e 125.
CATARINA (Rainha D.), mãe de D. João II de Castela, 7, 9, 10, 27, 29, 30, 35, 38 48, 102-03, 122, 142, 244 e 390.
CATARINA (D.) infanta de Castela, irmã de D. João II rei de Castela, 51.
CATHAY (Reino do), 276.
CERNACHE, alcunha de Álvaro Eanes Vieira. V. — VIEIRA (Álvaro Eanes).
CERVEIRA (Álvaro Mendes), 203 e 213-14. Torre de —, 214.
CERVEIRA (Mem), 77-78.

CERVEIRA (Mendo Afonso), 203.
CERVEIRA (Rui Mendes), 214.
CESTO, 186-87 e 215.
CEUTA, 8, 31, 33-34, 38-39, 48, 49-52, 55, 58, 73, 75, 79, 81, 83, 85-89, 91-93, 95, 100, 103, 111-12, 117, 122-24, 127, 129, 132, 136, 141-42, 151-53, 155-56, 158, 161, 163-69, 171-73, 175-76, 178-83, 185-86, 188, 190-93, 195, 197-98, 200, 202, 204, 206-09, 211-15, 217-24, 226-31, 233, 238, 240-42, 255-56, 260-62, 266-67, 272-73, 278, 280, 282-83, 286-89, 296-99, 301-02, 304-05, 309-20, 323-25, 327, 329, 334, 336-39, 347-48, 350, 352-58, 360, 367-68, 377, 379-80, 383-85 e 389. Senhor de —, 55, 242, 263, 309 e 386. Bispo de —, 58. Bispado de —, 385. — La Vieja, 181. Capitão de —, 323. Franciscanos de —, 376.
CHALLON (Jean de), 229.
CHAMORRO (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, 190, 196 198 e 200.
CHANTEMELLE (Senhor de). V. — PHILIBERT.
CHARNECA, povoação de Portugal, 135.
CHARROLOIS (Conde de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
CIDADE DE DEUS, 9.
CILES (Rua de), 324.
CIPIAO o Africano, 129.
CISMA, 7, 8 e 125. Grande —, 273. do Ocidente —, 92.
CLEMENTE VI (Papa), 287.
CLEMENTE VII (Antipapa), 92.
CLERMONT (Conde de), João I, duque de Bourbon, 93.
COCHET (Luís), 229.
COIMBRA, 73, 241-42 e 306. Diocese de —, 1. Bispo de —, 33 e 238. Ducado de —, 242. Cortes de —, 82. Duque de —, 157, 217, 230, 242, 269, 272, 275-76, 376-77. Sé de —, 238. Castelo da cidade de —, 241-42. Câmara de —, 299.
COLEGIADA DE SANTO ESTÊVAO DE ALFAMA, 258.
COLLON, escrivão do Duque de Borgonha, Filipe o Bom, 366.
COMENGE (Emerico de), Conde de Comenge, 68.
COMOLLIS (Pedro), 246.
CONCILIO DE CONSTANÇA, 33, 125, 207, 237-38, 241, 273 e 317.
CONSELHO régio, 158, 161, 178 e 263. V. — TORRES VEDRAS, Conselho.
CONSTANÇA, 33, 125, 207, 237, 238, 241, 272-74, 277, 281, 286, 289 e 317-18.
CONSTANCIA, povoação de Portugal, 135.
CONSTANTINOPLA, 237-38. Patriarca de —, 208-09. Imperador de —, 237.
CORARIO (Angelo). V. — GREGÓRIO XII (Papa).
CORDOVA, 9 e 391. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10. Igreja de —, 391.
COROA de Portugal, 242 e 302.
CORREGEDOR DA CORTE, 305.
CORREIA (João Esteves), procurador de Lourenço Gomes, prior da igreja de Santo Estêvão, 258-59.
CORREIA (Martim), 208.
CORTE-REAL (Vasco Eanes), 184.
CORTESAO (Jaime), 179 e 358.
COSTA (Afonso Vasques da), 327.
COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), 2, 4, 5, 273, 278, 282, 287, 301, 310-11, 317, 347 e 355.
COSTA (Soeiro da), escudeiro fidalgo da casa de D. Duarte, alcaide de Lagos, 342.
COUTINHO (Álvaro Gonçalves), o legendário Magriço, cavaleiro português, camarista de João Sem Medo, 40.

Copyrighted material

COUTINHO (Gonçalo Vasques), alcaide-mor e herói de Trancoso e marechal de Portugal, 86, 148 e 210.
COUTINHO (Vasco Fernandes), 381.
COVAS (João Domingues das), 380.
COVILHÃ (Senhor de), 217, 230, 239, 240, 272 e 386.
CRATO (Prior do), 144.
CREADOR, 69.
CRISTAOS, 32, 86 e 319.
CDOACIA (Rei da), 269.
CRUZADA (Bula da), 286.
CUNHA (Alvaro da), 149.
CUNHA (Gil Vaz da), 149.
CUNHA (João da), tabelião, 381.
CUNHA (D. Leonor da), mulher de D. João de Castro, 263-65.
CUNHA (Lopo Vasques da), 214.
CUNHA (Luís Alvares da), 214.
CUNHA (Luís Vasques da), 214 e 330.
CUNHA (D. Rodrigo da), 238.
ÇURITA (Gerónimo). V. — ZURITA (Gerónimo).
CURRAL (João de), dominicano, 391.
DALMACIA (Rei da), 269.
DALORTO, 276. Mapamundi de —, 276.
DAMAO (João Pereira), 326.
DAMME, cidade no sanal de Bruges, em S. Luís (L' Ecluse), 42 e 44-45. Costume do —, 41 e 44.
DANTE ALIGHIERI, 269.
DAYERES (Drouet), 229.
DENDAROA, 139.
DENUCÉ (Jean), 39.
DERTUSENSE (Diocese), 248-50, 252-53, 255 e 257.
DESERTA (Ilha), do arquipélago da Madeira, 360-61.
DEUS, 1, 4, 6, 8, 9, 11-13, 15-16, 26-30, 33, 35-38, 48, 51, 54-57, 63, 66, 76-77, 79-80, 83-84, 87, 91, 94, 96-97, 100, 108-09, 113, 115, 117, 119, 121-22, 130, 134, 137, 142, 144-45, 147, 153, 155-57, 160, 168, 171, 173, 176, 179, 182, 186, 188, 192, 195-96, 200-01, 204, 206-07, 209-10, 212, 216-18, 222-31, 238-40, 242, 244-47, 249, 253-54, 257-58, 263, 269-70, 274, 278-79, 282-85, 288, 297, 299, 302, 304, 309, 312-13, 315, 319, 321, 324, 327-28, 330, 335, 341, 348, 350, 358-59, 365, 368-69, 372-73, 375, 377-80, 383-84, 386, 389 e 392. Padre —, 9 e 374. Nosso Senhor —, 54, 62, 67, 80, 92, 111, 159, 160, 177, 218, 223 e 375. Senhor —, 91, 168, 179, 184 e 203. Omnipotente —, 270.
DEVA, 138, 139.
DEVA (Juan de), 138.
DE WITTE (Charles-Martial), 33, 207, 226, 238, 282, 287, 299, 301, 303, 310, 314-15, 317, 348, 355-56 e 377.
DIAS (D. Lopo). V. — SOUSA (D. Lopo Dias de).
DIAS DE VEGA (Rui), castelhano, servidor de Fernando I rei de Aragão e seu espião em Portugal, 131-32, 145-47, 166 e 168.
DIAZ DE ORTEGA (Pero), 138.
DINIS (D.), rei de Portugal, 47.
DINIS, O. F. M., (António Joaquim Dias), 153, 158, 239, 241, 267 e 386.
DIOGO (D.), arcebispo de Lisboa, 383 e 385.

DIREITA (Rua), em Ceuta, 186 e 188.
DOMINGUES (João), criado do tabelião Martim Anes, 379.
DOMINGUES (João), torneiro, 363.
DOMINGUES (João), caudeeiro, 380.
DOMINGUES (Vasco), tabelião geral, 260.
DOMINGUES (Vicente), conservador da Universidade, 306.
DOURO, 89.
DUARTE (D.), rei de Portugal, 9, 50, 58, 179, 241, 273, 289, 299, 306, 316, 336 e 386. Infante —, 50-52, 73-75, 82-83, 85-86, 88-89, 119, 129, 134-35, 151-57, 159, 167, 170, 184-88, 197-99, 202-03, 208, 211-13, 217, 239, 242, 263, 267, 307, 325-27, 335-36, 342 e 386. Príncipe herdeiro —, 307.
DUCHASTEL (Tanguy), 229.
DU FRESNE (Madame), 137 e 354.
DULCERT (Carta de), 358.
DUMAYNE, arauto do duque de Borgonha, João I, 230.
DUMONT, 8.
DUNKERKE, 46.
DU PONT (Jean), 229.
EANES (Afonso), capelão-mor de el-rei D. João I, 385.
EANES (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, depois contador da cidade do Porto, 148 e 151.
EANES (Estêvão), surrador, 380.
EANES (Gomes), escrivão da coudelaria, 379 e 381.
EANES (João), escrivão de el-rei D. João I, rei de Portugal, 57.
EANES (Pedro), chantre da Sé de Viseu, 381.
EANES (Pedro), contador do infante D. Henrique, 362-63.
EANES (Pero), 61-63.
EANES (Rodrigo), 123.
EDESSA, 274.
EGIPTO, 275 e 277. Sultão do —, 275 e 277.
ELGAS (Comendador das), 98.
ELVAS, cidade de Portugal, 17-18.
ENTRE DOURO E MINHO (Comarca de), 89.
ENTRE TEJO E GUADIANA (Comarca de), 89.
ENTRUDO, 85.
ERRYCHARTE, o mesmo que Richarte, 141.
ESCUDEIRO (João), 204 e 206.
ESPANHA, 36, 38-39, 48, 50, 92, 132, 146, 226, 229, 244 e 334. Reis de —, 48.
ESPANHAS (Reinos das), 314-16.
ESPERANÇA (Fr. Manuel da), cronista franciscano, 58 e 377.
ESPIRITO SANTO, 9, 88, 131, 147, 244, 246 e 378. Missa do —, 88.
ESTAPONA, 324.
ESTORYA DO REGNO, 360.
ESTREMADURA, província de Portugal, 89 e 335.
ESTREMOZ, 239-42.
ESTÚNIGA (Fernão Lopes de), 98-99.
ETIOPIA, 273-74 e 276-77. Imperador da —, 276. Patriarca da —, 276.
EUBEL, 33, 58, 101, 103, 164, 209 e 276.
EUGÊNIO III (Papa), 274.
EUGÊNIO IV (Papa), 241.
EUROPA, 273-75 e 277.

ÉVORA, 5, 6, 73, 85-86, 153, 211, 226, 229, 268, 299, 302 e 309. Prelado de —, 5. Bispo de —, 6. Alcaide-mor de —, 86. Escudeiros de —, 214.
ÉVORA (João de), contador do infante D. Henrique, 56-57 e 60.
EXEA (D. Alfonso de), patriarca de Constantinopla e Administrador do arcebispado de Sevilha, 209.
FARE, mouro importante, 320.
FARO, 140, 169, 217 e 336.
FARTO (João Gonçalves), criado do infante D. Henrique, 381-82.
FEMBUSTERA, 137.
FERNANDES (Diogo), marechal de Castela, 31.
FERNANDES (Estêvão), corregedor, 382.
FERNANDES (Gomes), 98.
FERNANDES (Gonçalo), prioste e raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
FERNANDES, Isabel. V. — FERRANDEZ, Isabel.
FERNANDES (João), escrivão de el-rei D. João I, 99.
FERNANDES (Pedro). V. — PORTOCARREIRO (Pedro Fernandes).
FERNANDES (Rui), pai de João Rodrigues de Amorim, 258.
FERNANDES (Valentim), 235 e 358.
FERNANDO (D.), rei de Portugal, 330.
FERNANDO (D.), filho de el-rei D. Sancho I, 366.
FERNANDO (D.), senhor de Bragança, 208.
FERNANDO (D.), infante de Portugal, filho de el-rei D. João I, 86, 135, 157, 273 e 302.
FERNANDO (D.), arcebispo de Braga, 383 e 385.
FERNANDO I (D.), infante de Castela, tio de D. João II de Castela e depois Fernando I de Aragão e rei da Sicília, 7, 9, 10, 27, 29-31, 36, 38, 48-50, 53-56, 61, 63-67, 69, 95, 97, 100-02, 104-115, 120, 124-26, 130-132, 134, 146-47, 166, 168, 204, 206-08, 216, 222, 224-26, 229, 231-33, 237-39 e 243.
FERNANDO III (D.), rei de Castela, 86.
FEROL, 139.
FERRANDEZ (Isabel), mulher de Gonçalo Martins de Rueda, 231-32.
FERREIRA (Diogo de), raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
FERREIRA (Francisco Leitão), 238 e 306.
FERRER (Guilherme), 66.
FEZ, 86, 142, 231-34. Torre de —, 202-04 e 213-14. Reino de —, 320 e 383-84.
FIGERA (Gomes de), 139.
FIGUEIREDO (Aires Gonçalves), nobre cavaleiro, 129, 149 e 199.
FIGUEIREDO (Pereira de), 238.
FILIPA DE LENCASTRE (D.), rainha de Portugal, 9, 58, 83, 92, 109, 113, 118, 121, 152, 156 e 158.
FILIPE II, Rei de França, 48.
FILIPE II, duque de Borgonha, 40.
FILIPE O BOM, duque de Borgonha, 39, 48, 91, 364-66.
FINKE (Heinrich), 33, 238, 273 e 317.
FLANDRES, 39-48, 76, 137, 139, 141 e 364-66. A feitoria de —, 39. Conde de —, 40 e 365-66. Condessa de —, 366.
FLAMENGOS, 39.
FLORENÇA, 277, 310-11, 313, 315-16, 318, 347, 349, 354-55, 357, 367, 369-76 e 378.
FOCEM, 324.
FOGAÇA (Fernão), vedor da casa do infante D. Duarte e embaixador de el-rei D. João I à Corte do duque, aliás conde, de Holanda, 87-88 e 92.

FOIX (Conde de), 126.
FORESTZ (Conde de), João I, duque de Bourbon, 93.
FORTIA (Bernardo de), 67-68.
FORTEVENTURA (Ilha de), Canárias, 235-36 e 247-257. Visitador da casa dos franciscanos da —, 251.
FOURMELLES (Mestre Symon de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
FRADIQUE (D.), de Aragão ou da Sicília, conde de Luna, 49, 143-44 e 170-71.
FRANÇA, 7, 13, 18, 40, 91, 126-27, 141-42, 213 e 351. Rei de —, 7, 10, 265 e 390. Reino de —, 40 e 91. Casa de —, 116. Almirante de —, 229.
FRANCISCANOS, 276 e «passim».
FREDERICO (D.) de Aragão. V. — FRADIQUE (D.) de Aragão.
FREDERICO III, imperador da Alemanha, 269 e 385.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 39, 40, 82, 86, 98, 141, 150, 179, 183, 191, 211, 213-14, 364 e 366.
FREISING (Otão de), bispo, 275.
FRIEDBERG, 301.
FRIVLI, Marca de, 269.
FRYSA, 142.
FUERTEVENTURA (Ilha de). V. — FORTEVENTURA (Ilha de).
FUNCHAL, 360.
FURTADO (Afonso), Capitão-mor do mar do reino de Portugal, 49, 50, 82 e 150.
FURTADO (Diogo), capitão-mor do reino de Portugal, 50.
GABALA (Hugo de), bispo sírio, 274.
GABINETE DE HISTORIA DA CIDADE DO PORTO, 77.
GALIZA, 9, 88, 137, 139, 144 e 171. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10.
GAMACHES (Seigneur de), 229.
GAMBIA, 237.
GAND, 47 e 366.
GANSHOF (F. L.), 269.
GANTE, 48.
GARAMPI. V. — CARAMPI.
GARMINA (Juan de), 139.
GASCONHA, 68.
GAUCOURT (Seigneur de), 229.
GEBENNEN, 300.
GENEBRA. V. — GEBENNEN.
GENOVA, 53.
GERONA (Príncipe de), filho primogénito de Fernando I de Aragão, 131, 224. V. — AFONSO V (D.), rei de Aragão.
GIANA, 141.
GIBOTALHER. V. — LE BOUTTILLER (Guy).
GIBRALTAR, 166-67, 172, 178-79, 324, 328, 335, 338, 340, 343, 350-51. Estreito de —, 169 e 174. Porto de —, 328. Baía de —, 328 e 338.
GIL (Branca), mulher de João Gonçalves Farto, 382.
GIL (Martim), clérigo, 382.
GIL (Vasco), licenciado em leis e oficial do desemprego de el-rei D. João I, 77 e 98-99.
GIL (Vasco), conservador da Universidade, 306.
GIMENEZ SOLER (Andrés), 36, 92 e 144.
GODINHO (João Rodrigues), cunhado de Gonçalo Nunes Barreto, 215 e 321.
GODINHO (Vasco Esteves), 191.

Copyrighted material

GODINHO (Vitorino Magalhães), 355.
GOIS (Antão Vaz de), 196.
GOIS (Gomes Dias de), natural de Alenquer, senhor das saboarias de Alenquer, Arruda, etc., 191.
GOMES (Diogo), 235.
GOMES (Fernão), 324.
GOMES (Lonrenço), prior da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 256.
GOMEZ (Pelegrín), 222-23.
GOMEZ DE TAPIA (Garcia), doutor em leis de Castela, 96 e 98-99.
GOMIDE (Gonçalo Lourenço de), escrivão da puridade de el-rei D. João I. V. — LOURENÇO DE GOMIDE (Gonçalo).
GONÇALVES (Júlio), 269.
GONÇALVES (Lourenço), tabelião, 380.
GONÇALVES (Luis), vedor da fazenda de Lisboa, 326.
GONÇALVES (Rui), 184.
GORIS (J. A.), 39.
GOTERREZ (Afonso), tabelião de el-rei em Lisboa, 261, 379 e 381.
GRA-CANARIA (Ilha), Canárias, 236.
GRANADA, Reino de —, 33-39, 48-49, 79-80, 86, 117, 142-43, 222, 226-28, 243-44, 324, 328-29, 332, 334-35, 337, 344, 352 e 383-84. Rei de —, 117-20, 320, 323, 337-39, 342 e 344.
GRANDE TARTARIA, 276.
GRAO KAN, 275.
GREGÓRIO IX (Papa), 301.
GREGÓRIO XII (Papa), 4, 6 e 273.
GRONINGEN, 88.
GROUSSET (René), 274.
GUADIANA, rio de Portugal e Espanha, 73 e 89.
GUARDIOLA (Mossen Andreu), 124.
GUERRA (D. Fernando da), 33.
GUILHERME VI, Conde de Holanda, 88.
GUIMARAES (Feira de), 386.
GUINE, 128, 149, 157, 191, 255-56, 342, 354 e 358-59.
GUIOMAR (D.), Condessa, 172 e 204.
GUZMAN (Don Juan), bispo de Avila, 101.
HALLUIN (Monsenhor Guilhaume de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
HARFLEUR, cidade da França, 141.
HEFELE (Charles-Joseph) — LECLERCQ (Dom H.), 207, 226, 238, 273 e 301.
HENRIQUE (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 90, 95, 135, 176-77, 179, 214, 268, 272-73, 278-79, 282, 287-99, 301-03, 305, 317, 334, 347 e 357. D. João I doa-lhe dívida de contador seu 56-57. Carta do infante, de perdão da referida dívida, 60. Festejos por ele promovidos em Viseu, 73-74. Parecer seu sobre a conquista de Ceuta, 79-81. Por ordem do pai, transmite aos irmãos a notícia daquela, 81-82. Privilégio que solicita a el-rei de ser dos primeiros a desembarcar na dita praça, 85-87. Incumbido pelo pai de preparar no Porto a frota com gente das comarcas da Beira e de Trás-os-Montes, 87-89. Desafiado, bem como D. Pedro, pelo duque de Bourbon para se baterem, 93-94. Por ordem do pai segue para o Porto, a preparar a frota, 127-30. Avança com ela para Lisboa, 148-50. Ali recebe a notícia da grave doença da mãe, 151. Entrega-lhe ela a espada, 152-55. Como D. Henrique cumpriu os seus desejos, de protector de fidalgos e cavaleiros, 155-58. Ele

e irmãos vão a Alhos Vedros, conferenciar com o pai sobre a data da partida para Ceuta, 158-61. Volta ao Restelo e convida os irmãos a jantar na sua galé, 161-62. Sua viagem para Ceuta, 165, 168-70 e 171-72. Satisfação do pai ao pedido que lhe havia formulado sobre o desembarque em Ceuta, 172-74. Missões que ele lhe comete, 173-75. Aproxima-se da cidade e receios de seus marinheiros, 180-82. Sua frota chega junto de Ceuta e ele desembarca e começa a pelejar com os mouros, 182-85. Ele e o infante D. Duarte tomam posições na vila e prosseguem a luta, 185-93. Lutando denodadamente e isolado, é julgado morto e junta-se aos irmãos, 193-200. Recusa ser armado cavaleiro pelo pai antes de o serem os demais irmãos, 200-01. São armados cavaleiros por el-rei, após o que armam pessoal seu, 207-08. Pessoal henriquino que fica na guarnição de Ceuta, 212-15. Nomeado duque de Viseu e senhor de Covilhã, em Tavira, no regresso de Ceuta, 217-18. Resposta ao desafio do duque de Bourbon, 229-30. Expedições portuguesas às Canárias e para além daquele arquipélago ordenadas pelo infante, 235-37. Carta do ducado de Viseu, 239-40. El-rei comunica haver-lhe confiado o provimento e defensão de Ceuta, 240-41. Possível pretensão do infante à ilha de Forteventura, Canárias, a teor de intensa reacção castelhana testemunhada por letras do antipapa Bento XIII a favor dos castelhanos, 243 e 246-58. Aquisição de vinte tonéis de vinho pelo infante, 260-61. Pagamento por el-rei de terras do património henriquino, 263-66. O infante importa de Inglaterra lanças e armadura individual para guerrear os infiéis, 266. Alvará do infante — D. Henrique (?) — sobre a Universidade, 306-07. Seu pai solicita de Roma dispensa para ele casar em grau não proibido por direito divino, 316. O infante deixa Viseu e segue para Lisboa, a preparar o socorro a Ceuta, ameaçada pelos mouros, 323-29. Chefia a frota no descerco daquela praça, 335-43. Desembarca em Ceuta, 343-46. Demora ali meses e projecta tomar Gibraltar, no que é impedido por tormenta, e regressa ao país, 350-53. É-lhe concedida dispensa para casar em qualquer grau de parentesco, ressalvada a lei divina, 353-54. Escudeiros seus redescobrem o arquipélago da Madeira e povoam aquele e o dos Açores, 358-62. Súplica a Roma para ele reger e governar a Ordem de Cristo, 366-67. Nomeado administrador geral da dita Ordem Militar, 367-72 e 388-89. Concessão pontifícia de altar portátil, 372-73. Privilégio em caso de interdito, 373-74. Privilégio pontifício a seu pessoal, 374-75. Autorizado a ouvir missa antes da aurora quando os seus trabalhos o exijam, 375. Permite-se-lhe escolher confessor que uma vez por ano o absolva dos reservados à Sé Apostólica, 376. Concede-lhe el-rei feira franca anual em Tomar com excepcionais privilégios, 358-87. Pessoal seu, 56-57, 60, 267-68, 358-64 e 381-82.

HENRIQUE IV (D.), rei de Castela, pai de D. João II, rei de Castela, 9, 11, 103 e 106.

HENRIQUE (Conde D.), filho de el-rei de Castela, depois Henrique III, 99 e 390.

HENRIQUE V, rei de Inglaterra, 94, 123, 141 e 266.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, 125.

HENRIQUES (D. Afonso), rei de Portugal, 366.

HENRIQUES (Afonso), Almirante-mor de Castela, 31, 102 e 390.

HENRIQUES (D. Frei João), bispo de Lugo, 31.

HENRIQUES (João), filho bastardo de Afonso Henriques, almirante-mor de Castela, 390.

HÉRCULES, colunas de —, 236.

HESDIN (Castelo de), 48.

HISTORIA DO REINO. V. — ESTORYA DO REGNO.

HOLANDA, 142, Duque de —, 34, 87-88, 92, 101 e 169.

HOMEM (Diogo Fernandes), criado do infante D. Henrique, filho de Nuno Fernandes Homem, 364.
HOMEM (João Fernandes), 260.
HOMEM (João Gonçalves), 177.
HOMEM (Nuno Fernandes), comendador do Casal, 364.
HOMMEL (Luc), 366.
HUNGRIA, 93-94 e 275-76. Rei da —, 269. Ano da —, 272.
IBN-JAHIA (Dom Juda). V. — NEGRO (Juda).
IBN MARZOK, 181.
IÇARAUS (Fortun Sanchez de). V. — SANCHEZ DE IÇARAUS (Fortun).
IÇARAUS (ou Çaraus) (Pero Otays de), 138.
IGREJA, 5, 71, 125 e 241. Santa —, 273 e 279.
IGUALADA, povoação espanhola da província de Barcelona, 38, 207, 244 e 246.
ILHAS ADJACENTES, 236 e 359.
IMPÉRIO ROMANO, 275.
ÍNDIA, 276. Maior —, 275. Preste João da —, 276.
ÍNDIAS (Rei das), 275.
INGLATERRA, 48, 76, 88, 91, 93-95, 119, 123-24, 126-27, 141-42, 144, 164, 213, 278, 281 e 326. Doze de —, 213.
INOCÊNCIO IV (Papa), 275.
IORGA (Nicolas), 277.
IRÃO, 275. — oriental, 275.
ISABEL (D.), filha de el-rei D. João I e de D. Filipa de Lencastre, casada com Filipe o Bom, Duque de Borgonha, 91, 135, 142, 157, 242, 278, 281 e 366.
ISLÃO, 277.
ISORNA (D. Álvaro de), bispo de Mondonhedo, embaixador da rainha de Castela, D. Catarina, a Portugal, 103.
ITÁLIA, 67 e 272.
IVIÇA, ilha do arquipélago das Baleares, 53-55, 64, 69-71 e 120-21.
JACOB, doutor em Leis, 77.
JAÉN, 9. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10. Bispado de —, 103.
JAFA (Porto de), 91.
JEREZ (D. Fr. Diego de), franciscano, Bispo de Marrocos, 57-59.
JERUSALÉM, 2, 137, 142 e 275.
JESUS CRISTO, 3-4, 6, 9, 11, 31, 39, 54, 71, 124, 142, 259, 278, 280, 282-83, 288, 299, 303-04, 306, 314, 317, 341, 348, 354, 355-56, 360, 366, 369-74, 376-77, 383 e 388-89. Nosso Senhor —, 11, 31, 54, 66, 71, 97, 110-11, 121, 152, 157, 163, 225, 232, 234 e 246. Corpo de —, 142. Salvador —, 9. Deus Filho —, 282.
JOANA (D.), rainha de Nápoles, 125.
JOANA (D.), condessa de Flandres, 366.
JOANELA, 133.
JOÃO (D.), bispo do Porto, 6.
JOÃO (Infante D.), pai de D. Fernando de Bragança, 148.
JOÃO (D.), infante de Portugal filho de el-rei D. João I, 135, 157, 273, 301-03, 305, 334, 336 e 359.
JOÃO (D.), infante de Aragão, 125 e 133.
JOÃO I, duque de Bourbon, conde de Clermont, de Forest, de Lisle e senhor de Beaujeu, 93 e 229-30.
JOÃO I (D.), rei de Portugal, 2-4, 6-13, 15, 28, 31-35, 39, 48-51, 55-58, 60, 71, 75-77, 79, 81-87, 95, 97-98, 100-01, 103, 107-08, 112-13, 115, 122, 124, 127, 130, 137, 141, 144, 146-48, 150, 164, 168, 171-73, 179, 181, 184, 204, 206, 209-10, 217-18,

222, 224-26, 230, 234-35, 237-39, 241-43, 245, 260-63, 267-69, 272-73, 277-78, 282-89, 298-05, 307-14, 316-18, 323, 325, 334, 336-37, 347-48, 350, 353-56, 360, 362, 364, 366-370, 372-77, 385-86 e 388-89. Filhos de —, 269. Conselho de —, 83. Fazenda de —, 83. Justiça de —, 83.
JOÃO (D.) I, rei de Castela, 9, 11, 15-16, 103 e 330.
JOÃO II (D.), rei de Castela, de Leão, de Toledo, da Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Múrcia, de Jaén, do Algarve, de Algeciras e senhor de Biscaia e de Molina, 8-9, 32, 36, 48, 122, 144, 308, 315, 318-19 e 390. Conselho de —, 319.
JOÃO XXII, (Papa), 275.
JOÃO XXIII (Antipapa), 1, 2, 4-6, 33-34, 57, 71, 238, 273.
JOÃO (Preste), imperador da Etiópia, 274 e 276-77.
JONG (Marcus de), 88.
JORDÃO (Levy Maria), 282, 287, 314, 377, 383 e 385.
JULIÃO, pai de Maria Perestrela, 261.
JULIEN (Ch.-André), 86 e 320.
JUSARTE (João), 211.
KIRCHEN (João), 277.
LA CHAPELLE (Philippe de), flamengo, 137.
LA CHAPELLE (Martin de), flamengo, 137.
LAEZUYA, 50.
LA FEAYCTE (Seigneur de), 229.
LA FUENTE, 36.
LAGOS, 34,, 165, 169, 336 e 342. Baía de —, 165.
LA HEUSE (Baudran de), 299.
LALIM, 263.
LAMEGO, 263.
LANÇAROTE DE PORTUGAL (Dr.). V. — PORTUGAL (Lançarote de).
LANCELAU (Rei), 67-68.
LAPIS (Nicolau de), arcipreste da igreja dos Santos Gervásio e Protasio de Butrio, diocese de Bolonha e colector dos rendimentos da Câmara Apostólica em Portugal, 2 e 71.
LARAVRY (Pero Yanez de), V. — YANEZ DE LARAVRY (Pero).
LA ROCHELA, 141.
LA ROCHELLE. V. — LA ROCHELA.
LAROTONA, castelo junto da cidade de Ceuta, 261-62.
LASAO (Juán de), 139.
LA SALLE (Antoine de), 137, 141 e 354.
LA TENERIE (Mestre Jaques de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
LAS CASAS (Alfonso de), 236.
LAS MARCHAS (Conde de), 133. Condado de —, 134.
LATRÃO (Concilio de), 301.
LAUDE, 72.
LEÃO (Reino de), Espanha, 9. Rei de —, 9 e 104. Reino de —, 9-10, 16 e 18. Rainha de —, 35 e 37.
LEÃO (Duarte Nunes de), 8, 111-12, 117, 123, 206-07, 303, 308 e 318.
LE BOUTTILLER (Guy), fidalgo da casa de França, 116.
LECLERCQ (Dom H.). V. — HEFELE (Charles-Joseph) et LECLERCQ (Dom H.).
L'ECLUSE. V. — S. LUIS, no canal de Bruges.
LEIBNITZ (G. C.), 8.
LEITE (Duarte), 128, 149 e 354.
LEMOS (Gomes Martins de), aio do conde de Barcelos, 148, 159 e 161.

LENCASTRE (D. FILIPA DE). V. — FILIPA DE LENCASTRE (D.).
LEONOR DE ARAGÃO (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Duarte, 156. Infanta —, 262.
LEONOR (D.), infante de Portugal e imperatriz da Alemanha, 385.
LEPUZCA, 138.
LESPEE (Porta de), 42.
LETRAS PONTIFICIAS. V. — BULAS e outras Letras Pontificias.
LEVANTE, 120.
LEYDA, 67.
LIBIA, 236.
LISBOA, 32-34, 51, 53, 56-57, 60, 74-77, 85, 87, 89-90, 101, 104, 128, 132, 135-40, 145, 148, 150, 172, 180, 202, 210, 215, 217, 230, 234, 258, 260, 262-64, 266, 276, 292, 306, 325-27, 335, 353, 362, 364 e 379. Diocese de —, 1 e 385. Cardeal de —, 33. Igreja de Santo Estêvão de Alfama de —, 258. Arcebispo de —, 33, 238, 278, 281, 287-88, 383 e 385. Arcebispado de —, 240 e 305. Alfândega de —, 77. Igreja de Santa Justa de —, 362. Mosteiro de Santa Maria do Carmo —, 210. Câmara Municipal de —, 379-80. Arnesados de —, 215. Concelho de —, 234 e 379. Universidade de —, 238.
LISBOA (João de), corrector, 260-61.
LISLE (Conde de), João I, duque de Bourbon, 93.
LIVIO (Tito), 128-29 e 216.
LOBATO (João), contador dos contos de Lisboa, 32-34.
LOBATO (Pedro), 306.
LOBATO (Pero Eanes), cavaleiro, vassalo de el-rei D. João I e genro de João Lobato, 34 e 266.
LOBO (António de Sousa Silva Costa), 136.
LOMBARDIA, na Itália, 269.
LONDRES, 93, 123, 141 e 229.
LOPES (Fernão), 8, 31, 35-36, 38, 46, 95, 98, 164, 204, 226, 277, 318 e 336.
LOPEZ (Alfon), 136.
LOPEZ (P. Atanásio), 58.
LOPEZ (Sebastião), 138.
LOPEZ DE AVALOS (Rui), condestável de Castela, 102.
LOPEZ SETZEDO (Garcia), 231.
LOURENÇO DE GOMIDE (Gonçalo), escrivão da puridade e do Conselho de D. João I, 84, 89 e 133.
LUGARES SANTOS, 275.
LUGO (Bispo de), 31.
LUIS (D.), rei, 133.
LUMIAR (Dinis Esteves do), 380.
LUNA (Conde de). V. — FRADIQUE (D.), de Aragão.
LUNA (Alvaro de), sobrinho de Bento XIII, 92 e 205.
LUNA (D. Maria de), avó de D. Fradique de Aragão, 144.
LUNA (Pedro de). V. — BENTO XIII, Antipapa.
MACHICO (Capitania de), na ilha da Madeira, 360.
MADAHIL (António da Rocha), 306.
MADEIRA (Ilha da), 235 e 357-62.
MADRAGA, 214.
MADRID, 254 e 276.
MAE, 96. V. — NOSSA SENHORA.
MAGRIÇO, V. — COUTINHO (Alvaro Gonçalves).

MAGUNTIN (Província), 272.
MAIA (Alvaro Gonçalves da), Escrivão da Câmara de el-rei D. João I, rei de Portugal, e vedor da casa do mesmo rei, 31, 35, 37, 207, 225-27 e 243-45.
MAIORCA. V. — MALHORCA.
MALHORCA, cidade das Ilhas Baleares, 49, 64-66- e 70. Reino de —, 49.
MALAFAIA (Luís Gonçalves), 330.
MALAFAIA (Pero Gonçalves), vedor da fazenda de el-rei e do seu conselho, 213-14.
MALAGA, 142, 171-73 e 176.
MALATESTA (João de), 67.
MALINES (Senhor de), 40 e 365.
MALOCELO (Lanzarotto), 84 e 276.
MANJÕES (Quinta dos), 261.
MANRRIQUE (Pero), adiantado de Castela, 102 e 106.
MAR VERMELHO, 277.
MARÇALA (Juan de), 143.
MARCAS. V. — LAS MARCHAS, Conde de.
MARCOS (Lourenço), 258.
MARIGNOLLI (Fr. João de), franciscano, 276.
MARINESCU (Constantin), 277.
MARINO (Gonçalo), 231.
MARQUES (Afonso), 322.
MARQUES (João Martins da Silva), 33, 39, 48, 76-77, 84, 95, 123, 214, 218, 234, 262, 266-67, 282, 287, 289, 314, 342, 358, 360-61, 364, 377 e 383.
MARROCOS, 34, 57-58, 86, 164, 173, 180-81, 184, 213, 226, 228 e 332. Bispo de —, 57-58. Cabido da igreja de —, 59. Rei de —, 320. Dobras de —, 351.
MARTIN (D.), rei de Navarra, 125.
MARTINEZ DE RUEDA (Gonçalo), 231.
MARTINHO (D.), Arcebispo de Braga, 6.
MARTINHO V (Papa), 272, 273-74, 277, 282, 287-88, 299, 301, 303, 305, 310-12, 314, 316-17, 347-48, 353-56, 366-377, 383, 388 e 391.
MARTINS (Alvaro), tabelião, 261, 379 e 381.
MARTINS (Antão), servidor de el-rei D. João I de Portugal, 55-56.
MARTINS (Diogo), doutor em leis, 77.
MARTINS (Estêvão), vinhateiro, 380.
MARTINS (Estêvão), tabeliáó, 381.
MARTINS (Dr. Gil), embaixador de el-rei D. João I ao Concílio de Constança e ao Imperador de Constantinopla, desembargador e protector da Universidade, 237-38, 287 e 317.
MARTINS (João), mestre dos tréus ou velas latinas, 258.
MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira), 269 e 275.
MARTINS (Vasco), tabelião em Santarém, 260-61.
MARTINS (Vasco), escudeiro de D. Fernando de Meneses, 379-81.
MARTINS o Moço (Gomes), tabelião de el-rei D. João I em Lisboa, 258-59, 261 e 381.
MARTRES, 68.
MARVÃO (Castelo de), 214.
MASCARENHAS (Alvaro Fernandes), Senhor de Carvalho, 149 e 191.
MASCARENHAS (Jerónimo de), 191.
MATILDE (D.), nome que passou a ter D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, depois do casamento com Filipe de Alsácia. V. — TERESA (D.).
MEDIO ORIENTE, 274.
MEDITERRANEO (Mar), 91.

MELO (Estêvão Soares de), 6.º senhor de Melo, filho de Martim Afonso de Melo e de D. Inês de Brito, 149, 171-72, 174 e 183.
MELO (Martim Afonso de), guarda-mor de el-rei D. João I, alcaide-mor de Évora, de Olivença e Senhor de Barbacena, 86, 183-85 e 210-11.
MENDES, mestre da Ordem de Santiago, 304.
MENDES (Alvaro). V. — CERVEIRA, Alvaro Mendes. Porta de —, 204. Torre de —, 323.
MENDES (Alvaro), filho de Lourenço Mendes, Aragão, 66.
MENDES (João), corregedor da Corte de el-rei D. João I, 240.
MENDES (Lourenço), pai de Alvaro Mendes, 66.
MENDOZA (D. Lopo de), arcebispo de Santiago de Compostela, 164.
MENESES (D. Duarte de), 213-15 e 267.
MENESES (D. Fernando de), 208 e 379-81.
MENESES (D. João Afonso Telo de), 1.º Conde de Viana do Alentejo, 211.
MENESES (Conde de D. Pedro de), alferes do infante D. Duarte, depois 2.º conde de Viana do Alentejo, 1.º de Vila Real, almirante do reino e durante 22 anos capitão de Ceuta, 171-72, 202-04, 208-09, 211-215, 262, 267, 296, 305, 309, 313, 320, 323, 325-26, 329, 331-32, 335, 337, 339, 343, 350-51 e 358.
MENESES (Fr. Sebastião de), trinitário português, 33.
MERCADER (João), bailio geral de Valência, 64-66, 111, e 222-23.
MERINIDAS, 86.
MESSINA, 125-26.
METENE (Castelo de), em Ceuta, 321-22.
MIGNE, 275.
MILÃO (Duquesa de), 67-68.
MINHO, 89.
MIR (Guilherme), 126-27.
MIRANDA (Ambrósio Huici), 86.
MOGUER (Senhor de), 204, 208-09. Senhorio de —, 205.
MOLEY ÇAIDE, sobrinho do rei de Granada, 329-30, 340, 342 e 345.
MOLINA (Senhor de), 9. Senhorio de —, 9-10.
MOLYNOS, 132.
MONDANHEDO, 99 e 103-04. Bispo de —, 99, 103-04, 122 e 144.
MONDO, inglês que combateu em Ceuta, 141.
MONDONHEDO. V. — MONDANHEDO.
MONIZ (Garcia), fidalgo que foi da guarda do infante D. Henrique, 149 e 195-96.
MONTBLANCH, 97 e 109-111.
MONTE ACHO, 173, 184 e 189. V. — ALMINA.
MONTEMOR-O-NOVO, 85 e 88.
MONTEMOR-O-VELHO, 242. Senhor de —, 242, 269, 272 e 276. Feira de —, 386.
MONTES CLAROS, perto da Líbia, 236.
MONTPROUX (Senhor de), do conselho do duque de Borgonha, 47.
MOTREÇU, 138.
MOURA (Alcaide de), 213.
MOURA (Beatriz Gonçalves de), 335.
MOUROS, 192.
MUGE, 85.
MULLEY AÇO, 320.
MULLEY BUALLEY, rei de Marrocos, 320.
MULLEY BUÇAYDE, 320.
MUNENDO, 141. V. — MONDO.

MUNIQUE, 235.
MURCIA, 9. Rei de —, 9. Reino de —, 9-10.
MURTA (Dom), proprietário de galés em Maiorca, 64-65 e 70.
MUSSULMANOS, 86 e 192.
NAPOLES, 134. Reino de —, 91 e 134. Rainha de —, 125 e 133.
NARBONA (Tratado de), 238.
NATAL, de Jesus Cristo, 74 e 381-82.
NAVA (Mossem Suero de), cavaleiro e conselheiro de Fernando I de Aragão, 106-110, 113 e 121.
NAVARRA, 49. Infanta de —, 134. Rei de —, 125. 178 e 281.
NAVEGADOR, cognome do infante D. Henrique, 277, 307, 355, 360. V. — HENRIQUE (Infante D.) de Portugal.
NEGRELOS (Alvaro Afonso de), sobrinho de D. Pedro de Meneses, 215.
NEGRO (Juda), judeu, servidor da rainha D. Filipa de Lencastre, 92-93.
NEUFPORT, 46.
NEUSTADT, 269.
NEVE (Joseph), 137 e 354.
NICOLAS (Don Père), 70-71.
NICOLAU (Bernardo), habitante de Iviça, Ilhas Baleares, 53.
NICOLAU (Paulo de), escrivão de Fernando I rei de Aragão, 108-111, 131, 147, 225 e 244.
NOGUEIRA (Alvaro), 203.
NONO (I.), 269.
NORMANDIA, 48, 92 e 141.
NORONHA (D. Fernando de), Conde de Vila Real, 326, 337, 344.
NORONHA (D. Henrique de), 203 e 208.
NORONHA (D. João de), 203, 208, 326-27, 329-332, 337, 341 e 344.
NOSSA SENHORA, 94 e 96. Assunção de —, 385.
NOVES (Miguel de), 126.
NÚBIA (Patriarca da), 276.
ÓBIDOS (Castelo de), 80.
OCIDENTE, 274. Concilio geral do —, 274.
ODIVELAS, 166.
OGIERLANDE (Mestre Dankart de), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
OLIVENÇA (Alcaide-mor de), 86.
ORDEM DE ALCANTARA, Mestrado de —, 98; mestre da —, filho de Fernando I, rei de Aragão, 95-96 e 98.
ORDEM DOS FRADES MENORES ou Franciscanos, 378.
ORDEM FRANCISCANA, 57 e 373 e «passim».
ORDEM DE JESUS CRISTO, 1, 71-72, 152, 302, 305, 360-62, 366-68 e 388. Regedor da —,386. Comendador da —, 346 e 361. Comendadores das Casas da —, 371. Administrador Geral da —, 367, 369, 370, 371 e 388. Mestres gerais da —, 367. Freires do Convento da —, 369. Freires da —, 370. Mestre da —, 71, 85, 150, 203, 211 e 214. Escudeiro do Mestre da —, 203.
ORDEM MILITAR DE AVIS, Mestre da —, 85, 302 e 307.
ORDEM MILITAR DE CACERES, 301.
ORDEM MILITAR DE CALATRAVA (Mestre da), 102.
ORDEM MILITAR DOS CAVALEIROS DE ÉVORA, 302.
ORDEM MILITAR DE SANTIAGO DE ESPADA, 301 e 305. Mestrado da —, 240, 301 e 305. Em Portugal —, 302. Administrador da —, 303. Mestre da —, 85, e 134-35.

ORDEM DE S. ANTÃO DA ETIOPIA, 273-74.
ORDEM DO SANTO SEPULCRO, 2-3.
ORDEM DE UCLÉS, 301.
ORDENS DE CAVALARIA, 301. V. — ORDEM MILITAR.
ORDENS MILITARES PORTUGUESAS, 8, 86, 302 e 305. V. — ORDEM MILITAR.
ORIENTE, 276.
ORLÉANS (Duque de), regente de França no tempo de Carlos VI, 40.
ORTEGA, O. F. M. (P. Ángel), 254.
ORTES, 127.
ORVALHO (João Gomes). V. — ARNALHO (João Gomes).
OSÓRIO (João Alvares), guarda-mor de D. João II de Castela, 31.
OSTENDE 39 e 46.
OTAYS DE ÇARAUS (Pero), 138.
OTGER (João), governador de Iviça, 69, 71 e 120-21.
OUDEN WITTENBOUC, 39.
OUGUELA (Alcaide de), 214.
OUREM (Conde de), 211. Feira de —, 386.
PAÇOS DA SERRA DE EL-REI, na Serra de El-Rei, freguesia do concelho de Peniche, 323, 325 e 335.
PAIS (Gomes), gentil-homem português, 67.
PAIVA (Diogo Soares de), 327.
PALENÇA, 101.
PALESTINA, 276.
PALHAVÃ (Sancha Anes de), 362-63.
PALMA (Senhor de), 204.
PANISCOLA, 248-250, 252-53, 255 e 257.
PAPIA. V. — PAVIA.
PARIS, 40, 94, 149, 354 e 366.
PARISIS, moeda de Flandres, 46.
PASCOA, 85, 205, 382 e 385-86.
PATRIARCA DE CONSTANTINOPLA, administrador perpétuo do arcebispado de Sevilha, 208-09.
PAULO, secretário de D. Fernando I de Aragão, 107-08.
PAULO (Marco). V. — POLO (Marco).
PAVIA. 302 e 304.
PEDRO, frade da Ordem de S. Antão da Etiópia, 372-73.
PEDRO (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. João I depois Regente do Reino, 49-52, 73, 75, 82, 85-86, 88-90, 92-93, 128-29, 134-35, 143, 150, 152, 154, 156-57, 161, 163, 173, 175, 177, 179, 187, 196, 203, 208, 213, 217, 229-30, 241-42, 269, 272-73, 275-76, 299, 302, 306, 325, 335-36, 361, 374 e 376-77.
PEDRO I (D.), rei de Portugal, 92.
PENA FURADA, 338.
PENELA, 242. Feira de —, 386.
PENICHE, 325.
PENINSULA Ibérica, 79 e 86.
PENISCOLA. V. — PANISCOLA.
PEREIRA (Afonso), 330-31.
PEREIRA (Duarte), 186.
PEREIRA (Duarte Pacheco), 354 e 358.
PEREIRA (Francisco Maria Esteves), 93 e 149.
PEREIRA (Gabriel), 235.

PEREIRA (D. Gonçalo), Capela de —, 261.
PEREIRA (João), por alcunha o Agostinho, um dos doze de Inglaterra, combatente da tomada de Ceuta, 213 e 330.
PEREIRA (João), criado de el-rei D. João I, escudeiro do infante D. Henrique e mais cavaleiro, 267-68, 326, 346.
PEREIRA (João Alvares), 149.
PEREIRA (Nuno Alvares), Condestável do Reino de Portugal, 85, 88, 106-08, 110-11, 135, 150, 210 e 273.
PERES (Damião), 358 e 361.
PERES (Gonçalo), tabelião, 379 e 381.
PERES (Vasco), embaixador de el-rei D. João I ao Concílio de Constança e ao Imperador de Constantinopla, cónego da Sé de Coimbra, 237-38.
PERESTRELA (Maria), 260-61.
PERESTRELO (Bartolomeu), 359 e 361.
PEREZ EMBID, 236.
PEREZ DE GUZMAN (Fernan), 31.
PERIZ DE LA BARRECA (João), patrão de nau de Castela, 70.
PERNIA (Pedro de), franciscano, 243, 246-248 e 250-57.
PERPINHÃO, 67-68, 207, 224-26, 232 e 234.
PERRIBATALHA, fidalgo da casa de França, 116.
PERSIA, 275.
PESSANHA (Carlos), almirante do reino, filho de Lançarote Pessanha, 84, 150, 327 e 330.
PESSANHA (Lançarote), almirante do reino, pai de Carlos Pessanha e filho de Manuel Pessanha, 84 e 150.
PESSANHA (Manuel), almirante do reino, pai e avô de Lançarote e Carlos Pessanha, respectivamente, 84.
PESSANHAS, almirante do reino, 84. V. — PESSANHA (Carlos, Lançarote e Manuel).
PHILIBERT, Senhor de Chantemelle, do Conselho do duque de Borgonha, 47.
PIANCARPINO (João de), franciscano, 275.
PIAVA, na Itália, 269.
PIAVE. V. — PIAVA.
PIMENTEL (Alberto), 95.
PINA (Rui de), 158, 213, 277, 303, 316, 354 e 361.
PINHEIRO (Dr. Diogo), vigário de Tomar, 360.
PINHEIRO (Gonçalo Lourenço), 382.
PIRES (Afonso), porteiro do cabido da sé de Viseu, 382.
PIRES (Alvaro), tesoureiro da cidade de Viseu, 382.
PIRES (Gonçalo), 259.
PIRES (Vasco). V. — PERES (Vasco), embaixador de el-rei D. João I ao Concílio de Constança.
PISA (Concílio de), 2, 4, 6 e 33.
PISANO (Mateus de), 8, 32, 141, 180, 184 e 189.
PLANO CARPINO (João de). V. — PIANCARPINO (João de).
POLO (Marco), viajante veneziano, 276.
POMAR (Mossem João de), 261-62 e 308-09.
POMAR (Martim de), fidalgo da corte de Aragão, 262 e 309.
POMBAL (Feira de), 386.
POMBEIRO (Mosteiro de), 56.
PONTA DO CARNEIRO, 338.
PONTIFICIUM ATHENAEUM ANTONIANUM, 278.
PORTEL, 135.

PORTO, 5-6, 31, 33, 35, 74, 77, 89, 90, 127-28, 135, 137, 140, 148, 150, 173, 199, 217, 327, e 354. Prelado do —, 5. Bispo do —, 6, 33 e 238. Armazém do —, 77.
PORTO DE EL-REI, em Ceuta, 343-44.
PORTO PETRO, 64-65.
PORTO SANTO (Ilha de), 359-61.
PORTOCARREIRO (Diogo Vaz), 322 e 342.
PORTOCARREIRO (Elvira Fernandes), filha de Martim Fernandes Portocarreiro e 1.ª mulher de Alvaro de Luna, 205.
PORTOCARREIRO (Martim Fernandes), português ao serviço de Castela fronteiro e alcaide-mor de Tarifa e Senhor de Moguer, 172, 204-06, 208-09 e 353.
PORTOCARREIRO (Pedro Fernandes), filho de Martim Fernandes Portocarreiro, 172 e 205.
PORTUGAL, 2, 4, 7-9, 11-13, 15, 20, 32-33, 35, 39, 41-42, 45-48, 50-53, 55, 62, 65-67, 69 71, 86, 91-93, 95, 97, 100, 106, 108, 111-13, 117, 119-20, 122-27, 130, 132, 136, 141, 144, 146-47, 168, 170-71, 178-81, 206, 208-09, 222, 226-27, 230-31, 235-36, 242, 255, 262, 276, 282, 286, 301, 308, 313, 315, 319, 328, 330, 338, 350, 352, 355, 364, 368-371, 373 e 381. Rei de —, 6, 10, 16-18, 21-25, 28, 31-38, 47, 50, 52, 55-57, 60, 62, 66, 69, 71, 76-77, 87, 93-95, 97, 102, 106-111, 114, 117, 122-24, 127, 130-31, 142-44, 170, 204, 209, 222, 224, 226, 231, 238, 240, 243-46, 263, 266, 269, 276, 278, 281, 283-84, 288-89, 301-03, 305, 308-12, 314, 316-17, 319, 347-48, 354, 356, 364, 366, 372, 374-77, 386 e 388-89. Rainha de —, 107, 110, 121 e 166. Reino de —, 3, 9-12, 19, 21-25, 32, 39-41, 43-44, 47, 50, 66, 71-72, 88, 92, 101, 111, 132, 140, 170, 235, 263, 302-03, 305, 315, 318, 328, 365, 367-71, 385 e 388.
PORTUGAL (Lançarote de), Doutor em Direito pela Universidade de Bolonha, professor da portuguesa, do desembargo de ei-rei D. João I e seu secretário, conde Palatino e embaixador do Concilio de Piso, 2-7 e 50.
PORTUGAL (Fr. Lourenço de), franciscano, bispo de Ceuta, 58.
PORTUGUESES, 39, 192 e 213. Privilégios reais —, 39.
POU Y MARTI (Fr. José Maria), franciscano, 274.
POULARGUES (Seigneur de), 229.
PRAZIDA (Dobras de), 351.
PRIOR DO HOSPITAL. V. — CAMELO (Alvaro Gonçalves).
PUNHETE, 135. V. — CONSTANCIA.
QUARACCHI, junto de Florença, 376.
QUEIROS (Afonso Garcia de), 337-38.
RABAÇAL (Reguengo do), 242.
RAPPONDE (Mestre Dine), do Conselho do duque de Borgonha, 47.
RAU (Virginia), 386.
RAYNALDUS, 282 e 314.
RECONQUISTA, 86 e 278.
REDENTOR, 284 e 383.
REIS MAGOS, 275.
REFOIOS (Mem Roiz de), alferes do infante D. Henrique, 149 e 183.
REGÊNCIA (Carta da), 361.
REGENTE DO REINO. V. — PEDRO (Infante D.), de Portugal.
REI DOS REIS, 282.
REIS (Ofício dos), 75.
RENGATGES, 68.
RESTELO, 148, 150-51, 158-59, 161, 163-64, 167 e 171.
RIALTO, na Itália, 269.
RIBA-GUADIANA, 85.

RIBATEJO, 90.
RIBEIRA DO SOR, 85.
RIBEIRO (João Pedro), 299.
RIBEIRO (Mário Sampayo), 150.
RIBESALTES (João de), conservador-mor do Património de el-rei D. Fernando I de Aragão, 67.
RICARD (Robert), 173, 180-81, 184, 189, 191 e 213-14.
RICHARTE. V. — ERRICHARTE.
ROBERTO (Conde), 40.
ROCHELA, 48. V. — LA ROCHELA.
ROIZ. V. — RODRIGUES.
RODRIGUES (Estêvão), escrivão de el-rei D. João I, 262.
RODRIGUES (Gonçalo), raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
RODRIGUES (João), comitre ou oficial de galés, 204-05.
RODRIGUES (José Maria), 306.
RODRIGUES (Vasco), chantre da Sé de Braga, 261.
ROIG (G.), habitante de Iviça (Baleares), 53.
ROIZ (Isabel), mãe de Diogo Fernandes Homem, 364.
ROIZ (João), escudeiro de el-rei D. João I e ichão da rainha D. Filipa de Lencastre, 123.
ROIZ (Mem), porta-bandeira em Ceuta, 199.
ROJAS (D. Sancho de), arcebispo de Toledo, 102.
ROMA, 2-3, 5, 7, 33-34, 59, 269, 278, 305, 389 e 392. Papa de —, 92. Igreja de S. Pedro de —, 391.
ROMA DU BOCAGE (Carlos), 230.
ROMAGNA. V. — ROMANHA.
ROMANHA, na Itália, 269.
ROMERO (Sancho), escrivão da câmara de D. João II de Castela e notário, 31.
ROVIRA (F.), 249, 255 e 257.
RUBICAO (Bispo de), Canárias, 250 e 254.
RUBICENSE (Diocese), 247, 249, 251, 253-54 e 257. V. — RUBICAO (Bispo de).
RUBRUC (Guilherme de), franciscano, 276.
RUBRUK. V. — RUBRUC.
RÚSSIA, 275.
RYCHARTE, 141.
RYMER, 95, 123 e 266.
SA (Fernão de), alcaide-mor do Porto, 327.
SA (João Roiz de), 149.
SACAVEM, 122-23, 128, 133, 135, 152, 166 e 168.
SACRAMENTOS, 277.
SAGILLMENÇA (Dobras de), 351.
SAGRADA ESCRITURA, 319.
SAINT CLOUD, 40.
SAINT GEORGE, 46.
SAINT-REMY (Seigneur de), 229.
SALADO (Rio), 86. Batalha do —, 334.
SALAH BEN SALAH, 174, 176-77, 202-03 e 324.
SALAS (Javier de), 132 e 166.
SALINS (Senhor de), 40 e 365.
SALVATERRA DE MAGOS (Feira de), 386.
SALZEDAS (Mosteiro de), 335.

SAMPAIO (José Pereira), 40.
SAMPAIO (Luis Teixeira de), 230.
SANCHES (Sancho), 124.
SANCHES DE BENAVIDES (Dia), embaixador da rainha de Castela e caudilho do bispado de Jaén, 103-06 e 122-23.
SANCHES DE IÇARAUS (Furtun), 138.
SANCHEZ DE LYANDRE (Gonçalo), 139.
SANCHO (D.), infante de Aragão,filho de Fernando I, 132.
SANCHO I (D.), rei de Portugal, 366.
SANCTA PAU (Mossen Calceram de), 126.
SAN JUAN DONDARA, 139.
SANLÚCAR DE BARAMEDA, 143.
SANTA CATARINA, (Forte de), 163.
SANTA CRUZ, 341.
SANTA ESCRITURA, 92.
SANTA MARIA, 382.
SANTA MARIA, lugar da velha Ceuta, 215.
SANTA MARIA (Ilha de), 362.
SANTA MARIA DE AGOSTO, 174.
SANTA MARIA DO CARMO (Mosteiro de), 210.
SANTA MARIA DOS MARTIRES (Igreja de), 133.
SANTA SÉ, 4, 277, 305 e 388.
SANTA TRINDADE. V. — SANTISSIMA TRINDADE.
SANTANDER, 139 e 390.
SANTARÉM, 34, 57, 60, 73, 75, 77-78, 80, 85, 132, 135, 137, 260, 289 e 299. Castelo de —, 80. Cortes de —, 289.
SANTARÉM (Visconde de), 48.
SANT DIONIS (Dr. Dalman de), doutor em leis e conselheiro de Fernando I de Aragão, 106-10, 113 e 121.
SANTIAGO, 163 e 167.
SANTIAGO (Convento de), dos franciscanos em Ceuta, 376-378.
SANTIAGO DE COMPOSTELA, 32, 115, 170-71. Deão de —, 32 e 102. Arcebispo de —, 164 e 170-71.
SANTISSIMA TRINDADE, 33, 36, 109-10, 127, 225, 229 e 269.
SANTISTEVAN DEL PUERTO, 106.
SANTO AGOSTINHO, 8.
SANTO ANTONINHO (João Martins de), 380.
SANTO ESTÊVÃO (Freguesia de), Lisboa, 258. Igreja de —, 258.
SANTO LENHO, 152.
SANTO PADRE, 169.
SANTO SEPULCRO, 91.
SANTOS S. J. (Domingos Maurício Gomes dos), 354-55.
SANTOS DOUTORES, 319.
S. DETOLE (Fr. Teodósio Somigli di), franciscano, 274 e 276-77.
S. FRANCISCO, 390. — de Assis, 378.
S. ISIDORO DE SEVILHA, 128.
S. JOÃO BAPTISTA, 75, 87-88 e 382.
S. JORGE. V. — SAINT GEORGE.
S. JORGE (Mosteiro de), 201.
S. JOSÉ (Jerónimo de), 33.
S. LUIS, no canal de Bruges, 42-45.

S. MIGUEL (Dia de), 11.
S. MIGUEL (Igreja de), junto a Viseu, 381-82.
S. MIGUEL (Ilha de), 361-62.
S. PAULO, 274, 285, 313, 378 e 391-92.
S. PEDRO, 2-3, 5, 7, 59, 92, 251, 274, 285, 288, 313, 377-78, 389 e 391-92.
S. PEDRO «ad Vincula» (Cardeal do titulo de), 33.
S. VICENTE (Bandeira de), 202.
SARDENHA (Reino da), 49.
SARZEDAS. V. — SALZEDAS.
SAULS (Jean de), escrivão do duque de Borgonha, 47.
SCHMELLER, 235.
SCRIVA (João), governador do reino de Valência, 61 e 63.
SÉ APOSTOLICA, 301, 317 e 374.
SEABRA (Diogo de), alferes, de el-rei D. João I, 187 e 208.
SEGOVIA, 319.
SEIÇA, (Abade do Mosteiro de Santa Maria de), 1.
SEM (Martim do), Doutor e embaixador de el-rei D. João I, rei de Portugal, presente ao Tratado de 1411 com Castela, 31, 35, 104, 308 e 318.
SEM MEDO (João), duque de Borgonha, 39-40, 48 e 364-66.
SEM PAVOR (João). V. — SEM MEDO (João).
SENHOR — referido a Jesus Cristo, 58-59, 80, 235, 251-52, 257, 272, 274, 283-84, 288, 300, 303-05, 312, 348, 354, 369-72, 377-78, 385 e 391-92.
SEPTE, (Serpa ?), 230.
SEQUEIRA (D. Fr. Fernão Rodrigues de), 85.
SEQUEIRA (Fernão Vaz de), 208.
SERPA, 230.
SERRA DE EL-REI, do concelho de Peninhe, 325-26.
SERRA RAFOLS, 235.
SEVILHA, 9, 101, 103, 142-43, 209, 222, 254 e 324. Rei de —, 9. Reino de —, 9 e 10. Administrador perpétuo do arcebispado de —, 204 e 208-09. Arcebispo de —, 254 e 256-58. Custódia franciscana de —, 255.
SICILIA, 49-50, 55-56, 81, 91, 106-07, 113-14, 125-26, 129, 134, 143-44, 146-47, 169, 222-23 e 308-09. Rainha da —, 49-50, 81-82, 245. Reino da —, 49, 51, 91, 106-07, 124-25, 132. Rei da —, 55-56, 67, 96-97, 100, 109-10, 130, 132, 147, 166, 168, 171, 209, 224-26, 229, 238-39, 243-44 e 309.
SICILIA (Martinho da), rei de Aragão e da Sicilia, 49, 125 e 144.
SIGISMUNDO, imperador dos romanos, 171, 207, 226, 269, 273, 274, 277 e 318.
SILVA (Aires Gomes da), filho de João Gomes da Silva, 208.
SILVA (Diogo Gomes da), 149.
SILVA (João Gomes da), Embaixador de el-rei D. João I de Portugal, seu alferes-mor, presente ao Tratado de 1411 com Castela, 31, 35, 86, 104, 148, 164, 170-71, 208, 308 e 318.
SILVA (José Soares da), 8, 111-12, 117, 123, 206, 308 e 318.
SILVA (Rui Gomes da), genro de D. Pedro de Meneses e alcaide de Campo Maior e Ouguela, 214.
SILVEIRA (Nuno Martins da), 203 e 208.
SILVES, 33, 152. Bispo de —, 33.
SILVES (Diogo de), 361.
SIMÕES (Veiga) 237.
SINAI (Monte), 236.
SINT ANNA TER MUIDEN, 42-43 e 46.

SINTRA, 53, 80, 82, 85-86, 98, 100, 150, 180, 211, 307 e 385. Castelo de —, 80. Feira de —, 386.
SINTRA (Pedro de), 354.
SLESSAREV (Vsevolod), 277.
SOBRAL (Gil Gonçalves), sogro de João Gonçalves Farto, 381-82.
SOMIGLI. V. — S. DETOLE.
SORTELHA (Vasco Gonçalves de), clérigo de missa, pai de Aparício Vasques, 268.
SOSPITELLO (Dominicus de Gubernatis a), 377.
SOUSA (Diogo Lopes de), 213 e 381.
SOUSA (Gonçalo Eanes de), 149.
SOUSA (Gonçalo Roiz de), pai de Luís de Sousa, 152 e 214.
SOUSA (D. Lopo Dias de), mestre da Ordem de Jesus Cristo, 72, 85, 150, 211, 214, 367-68, 370-71 e 389.
SOUSA (Luís de), claveiro da Ordem de Cristo, camareiro-mor do infante D. Henrique e filho de Gonçalo Roiz de Sousa, 152.
SOUSA (Martim Afonso de), 149.
SOUSA (Rui de), alcaide do castelo de Marvão, 214. Postigo de —, 214.
SOUSA (Rui Borges de), 326.
SOUTHAMPTON, 266.
STAATS-ARCHIV, Vienna de Áustria, 269 e 275.
STADSARCHIEF, Bruges, 39.
STADSCARTULARIUM, 39.
STAEDLER (E.), 282.
STRUVE, 385.
STUTTGART, 277.
SUDHEIM (Ludolfo de), 276.
SUPLICAS, 277-79, 287, 289-01, 310-11, 313, 316-17, 347, 354-55.
SURANA (Francesch), 65.
TANGER, 33, 156, 289 e 360. Bispado de —, 385.
TARIFA, 172, 204-06, 208-09, 321, 323-25, 335, 337-38 e 353. Alcaide de —, 334 e 337.
TAROUCA (Terras de), 263. Feira de —, 386.
TAVARES (Gonçalo Esteves), 321.
TAVIRA, 217, 226 e 272.
TAVORA (Pero Lourenço de), 149.
TEIXEIRA (Tristão), escudeiro do infante D. Henrique e descobridor da ilha da Madeira, 357 e 359-61.
TEJO (Rio), 89, 132 e 135. Ribeira do rio —, 132.
TELLI, na ilha de Grã-Canária, 236.
TENTUGAL, 75, 85, 242 e 387.
TERESA (D.), filha de el-rei D. Afonso Henriques, casada com Filipe da Alsácia, conde de Flandres, 366.
TERRA ALTA, 236.
TERRA SANTA, 277-79, 282, 285 e 287.
TERRASSE (Henri), 86.
TISNADO (Álvaro Vasques), 211.
TODOS OS SANTOS (Dia de), 362.
TOLEDO (Rei de), 9. Reino de —, 9 e 10. Arcebispo de —, 102 e 256-57. Província de —, 258.
TOLOSA, 68.
TOMAR, 385-86. Convento de Cristo de—, 1. Vigário de—, 360. Feira anual de —, 385-86.
TOMBUCTU, 237.

TOREYO (João), mercador de Maiorca, 64-66.
TORO (Batalha de), 213-14.
TORRENT, lugar da província de Barcelona, 62.
TORRES (Martinho de), embaixador de Fernando I de Aragão, 107 e 124-26.
TORRES VEDRAS, 75, 80, 85, 87, 89, 116 e 172. Castelo de —, 80. Conselho régio em 1414 em —, 87.
TOST (Paulo de), 272.
TOVAR (Pedro de), 93 e 229-31.
TRAGLIAMENTO, 269.
TRANCOSO, 86 e 210.
TRAS-OS-MONTES (Comarca de), 89.
TRASTAMARA (Casa de), 145.
TRATADO de Paz de 31 de Outubro de 1411 entre Portugal e Castela, 7-8, 31-32, 34-35, 39, 48, 97, 100, 103, 122, 308, 315-16, 318 e 390.
TRAVAÇOS (Diogo Gonçalves de), vedor de el-rei D. João I, 187 e 208.
TREVISO, antiga capital da província italiana do Véneto, 269. Marca de —, 269-72 e 275-76.
TRISTÃO (Ponta de), 360.
TSERSTEVENS (A.), 277.
TUNES, 351.
UBILA (San Juan de), 138.
UNIVERSIDADE, 238 e 306-07; — de Coimbra, 306; — de Lisboa, 238. Protector da —, 307.
URGEL (Condessa de), 107.
URGEL (Jaime), Conde de Urgel pretendente ao trono de Aragão, 36, 68, 106-07, 112, 144-46.
VALDIGEM, 263.
VALENÇA DO MINHO (Feira de), 386.
VALÊNCIA, 61-66, 70, 111, 121, 125, 131, 137, 146-47 e 223. Reino de —, 61, 63 e 107. Bailio geral de —, 64-65 e 22. Rei de —, 224.
VALÊNCIA DE ALCANTARA, 132.
VALÊNCIA DEL CID, 226.
VALERA (Diego de), 106.
VALVERDE, 95-98.
VAN SEVEREN (L. Gilliodts), 39.
VASCONCELOS (D. Mem Rodrigues de), Mestre da Ordem de Santiago, 85.
VASQUES (Aparício), cantor do infante D. Henrique, 268.
VASQUES (Diogo), 324.
VASQUES (Fernão), clérigo de missa, pai de João Fernandes Homem, 260.
VASQUES (Gonçalo), raçoeiro da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 258.
VASQUES (Gonçalo), escrivão da audiência dos homens do mar, 234.
VASQUES (Gonçalo). V. — CASTELO BRANCO (Gonçalo Vasques de).
VASQUES (João), pai de Pero e João Vaz de Almada, 326.
VASQUES (João), 77-78.
VASQUES (João), escrivão, 307.
VASQUES (Martim), escrivão de el-rei D. João I, 240 e 242.
VASQUES (Nuno). V. — CASTELO BRANCO (Nuno Vasques de).
VAZ. V. — VASQUES.
VATICANO, 59 e 354-55.
VAZ (Gil), 185.
VELASCO, licenciado em Leis, 77.

VELHO (Fr. Gonçalo), 235-36, 255, 346 e 361-62.
VENEZA, 269, 275 e 277.
VENETO, provincia italiana, 269.
VERCI (G. B.), 269.
VERLINDEN (Charles), 84 e 276.
VERONA (Marca de), 269.
VIANA (Alvaro de), criado do arcebispo de Santiago de Compostela, 164.
VIANA DO ALENTEJO (1.º Conde de), 211. (2.º Conde de), 211.
VICENTE (Lourenço), 123.
VICENTE (Lourenço), filho de Martim Vicente Moço, 363.
VICENTE MOÇO (Martim), filho de Vicente Afonso, 363.
VICENTE (Pero), escrivão de D. João I, 77.
VIEIRA (Alvaro Eanes), anadel-mor dos besteiros de cavalo por alcunha o Cernache, 214.
VIENA, 269 e 275.
VIGO, 171.
VILA NOVA DE ANÇOS, 242.
VILA REAL, 229 e 325-26. 1.º Conde de —, 211. Fronteiro de —, 325. Feira de —, 386.
VIRGEM MARIA, 108 e 224. V. — NOSSA SENHORA.
VISEU, 73, 75, 239, 323 e 325-26. Duque de —, 157, 217, 230, 239, 240, 272, 299, 353, 354, 372-76 e 386. Bispo de —, 238. Alcaidaria-mor da cidade de —, 239. Cabido da Sé de —, 381. Igreja de S. Miguel de —, 381-82. Feira de —, 386.
VISSOC ET THIERRY LE ROY (Mestre Anthoine), do conselho do duque de Borgonha, 47.
VITERBO, cidade, 274.
VITERBO (Sousa), 91, 213-14 e 366.
VIVAS (Frances Juan), da facção de D. Jaime, Conde de Urgel, 137 e 144.
VOLGA (Rio), 275.
VON DOELLINGER (I.), 238.
WADDINGUS (Lucas), 58, 276 e 376-77.
WALKENSTEIN (Nicolau Lanckman de), capelão da infanta D. Leonor, 385.
WESEMBEECK (Albert de Burbure de), 39.
WESTMINSTER (Abadia de), 95 e 124.
WYNGAERT (P. A. van den), 275.
XEBER, capitão mouro, 332 e 346.
XIMEIRA, 328.
XIMENEZ (Fernão), 98.
XIRA (Mestre Frei João), franciscano, 34, 165-66, 168 e 385.
YANEZ DE LARAVRY (Pero de), 139.
YANNEZ DE SARASPE (Furtun), 138.
ZAEM, 346.
ZARCO (João Gonçalves), escudeiro do infante D. Henrique descobridor da ilha da Madeira, 357 e 359-61.
ZEZERE (Rio), 135.
ZUNZUNEGUI (José), 236, 246, 248, 250, 252-53 e 256.
ZURARA (Gomes Eanes de), 8, 31-32, 34, 38, 48-50, 73, 75, 79, 81, 83, 85, 87, 89, 92-93, 95, 100, 103, 111-13, 117, 123, 127-29, 141-42, 148-49, 151-52, 155-56, 158, 161, 163-69, 171, 173, 175-76, 178, 180, 182-83, 185-86, 188, 190, 191-93, 195, 197-98, 202, 204, 206-07, 209, 212-15, 217, 226-27, 230, 238, 242, 256, 267, 272-73, 288, 305, 309, 313, 318, 320, 323, 325, 329, 331-32, 335-37, 339, 342-43, 350, 354, 358 e 385.
ZURITA, (Jerónimo), 32, 49-50, 106, 125, 146, 224, 241 e 245.

BIBLIOTECA GERAL UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I. — Retrato do infante D. Henrique segundo o códice da «Crónica dos feitos de Guiné» da Biblioteca Nacional de Paris, pp. VIII-IX.

Est. II. — Carta da rainha D. Filipa de Lencastre ao rei de Aragão, de 1415 (Doc. 49), pp. 128-29.

Est. III. — Ceuta segundo *Civitates orbis terrarum* de Jorge Braun, de 1572 (Lib. I, p. 56), pp. 160-61.

Est. IV. — Carta de el-rei D. João I de Portugal a D. Fernando de Aragão, de 1415 (Doc. 108), pp. 240-41.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR . . . . . pág. IX
ABREVIATURAS . . . . . pág. XVII
DOCUMENTOS . . . . . págs. 1-392
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA . . . . . pág. 395
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA . . . . . pág. 399
INDICE CRONOLÓGICO . . . . . pág. 429
INDICE ANALITICO . . . . . pág. 455
INDICE DAS ESTAMPAS . . . . . pág. 487

Copyrighted material

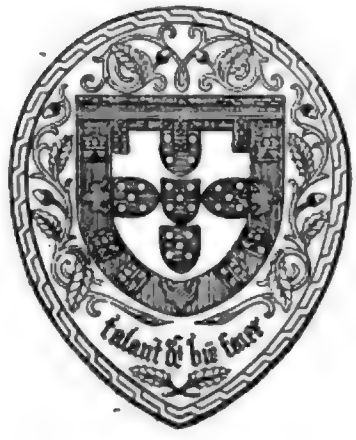
ADDENDA & CORRIGENDA

Página	*Linha*	*Onde se lê*	*Leia-se*
1	22	autenticas	authenticas
50	31	jndicione	jndicio
»	34	*Dyago*	Assim no ms., por *Afonso*
»	39	Diogo	Afonso
»	44	*Laezuya*	*Laezuya* (Azohía)
93	18	Britsh	British
106	19	*embaxadores*	*embaixadores*
116	4	Arredentam, Perribatalha e Gibotalher	Identificados no Índice Analítico pelo texto de Antoine de la Salle.
164	36	RUI DE PINA	FERNAO LOPES
172	17	*pedidos*	*pedido*
173	28	*D. João II*	*D. João I*
237	16	*Fernandes*	*Gonçalves*
243	3	*a Câmara*	*a sua Câmara*
246	23	» »	» » »
260	5	*Annes*	*Anes*
269	8	*Alvaro de Ataide*	*Alvaro Gonçalves de Ataide*
282	4	*demais*	*outras*
312	5	*concede*	*outorga*
323	20	*informa disso*	*notifica-o a*
358	1	cap. 83	cap. 83, segundo o ms. 42 dos *Manuscrits portugais* da BNP., pp. 133-35.
360	8	Estorea	Estorya

Copyrighted material

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLÂNTIDA», EM COIMBRA, RUA DE FERREIRA BORGES, N.os 103 - 111, SOB A DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPÓGRAFO JOSÉ ABRANTES MACHADO E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM 26 DE DEZEMBRO DE 1960. O RETRATO DO INFANTE D. HENRIQUE FOI EXECUTADO PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E AS DEMAIS ESTAMPAS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», DE LISBOA.

05 MAR 2008
COIMBRA



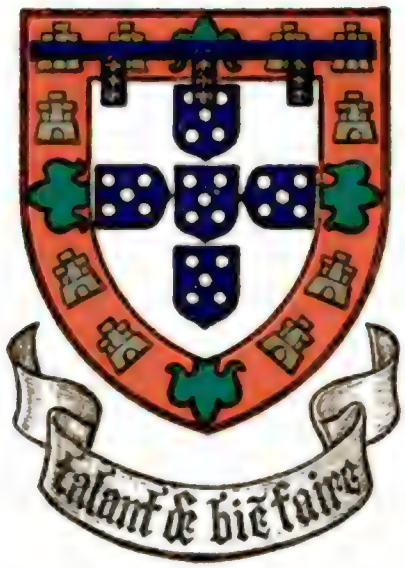
Copyrighted material

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME III

(1421-1431)



COIMBRA

1961

MONUMENTA
HENRICINA

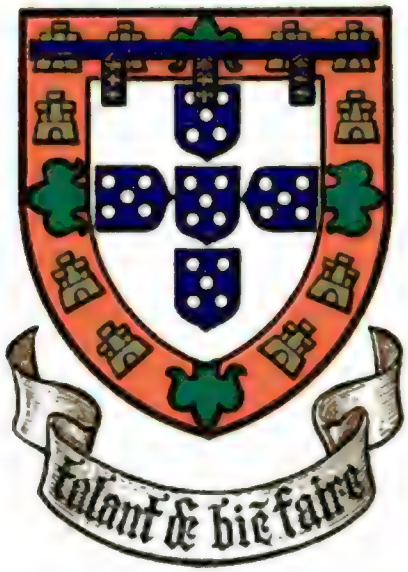
Copyrighted material

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME III

(1421-1431)



COIMBRA

1961

Copyrighted material

SUBCOMISSÃO DE «MONUMENTA HENRICINA»

MANUEL LOPES DE ALMEIDA

IDALINO FERREIRA DA COSTA BROCHADO

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.

Copyrighted material

Aqui se começa a chronica
[illegible] fom[illegible] [illegible]
[illegible] notauelmẽte [illegible] se passa
[illegible] na conquista de Guince
[illegible] per mandado do muy alto
[illegible] muyto honrado [illegible] pe
[illegible] muyto vertuoso senhor
[illegible]ffante dom Henrique duq
[illegible] de viseu [illegible] senhor de Coullhã
[illegible]egedor [illegible] gouernador da
[illegible] caualleria da ordem de
[illegible]hũ [illegible]po. ¶ Aqual chronica
[illegible] foy [illegible]mada em este vellu
[illegible]me p[illegible] mandado do muyto
[illegible] muyto excellente [illegible] pe
[illegible]muyto poderoso senhor
[illegible] dom Affonso quinto
[illegible] de Portugal. Cap[illegible] p[illegible] q
[illegible] [illegible] apollogo no[illegible] o autor
[illegible]mostra [illegible] a sua entençom
[illegible] este [illegible]

Ee primeyramente
somente
[illegible]
[illegible]
[illegible]

Est. 1 — Primeira página do texto da «Crónica dos feitos da Guiné», do códice da Biblioteca Nacional de Paris.

Copyrighted material

AO LEITOR

O presente volume de Monumenta Henricina *vai do ano de 1421 ao de 1431. Sua delimitação, como aliás dos restantes volumes desta colectânea documental, não obedece a determinados períodos temporais ou a épocas precisas da historiografia henriquina, nem sempre fáceis de circunscrever, mas ao intuito de abranger cada volume da obra, quanto possível, idêntica extensão textual.*

Aos anos de 1419 ou 1420 parece remontar o início da tarefa ultramarina do infante D. Henrique, denunciada pelo descobrimento ou redescobrimento, por pessoal seu, dos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores, como se provou no volume anterior; e do segundo daqueles anos data a sua nomeação, por proposta do pai ao romano pontífice, para Administrador Geral da portuguesa Ordem Militar de Cristo, cujos interesses o Navegador, substituído assim aos antigos Mestres, começou imediatamente a zelar.

Documentam-no textos insertos neste volume: a confirmação do Procurador Geral da Ordem e dos privilégios da mesma; a concessão de feira-franca em sua sede, Tomar, com privilégios excepcionais; regalias para os cultivadores de determinadas terras; medidas tendentes ao melhor aproveitamento das herdades da Ordem, algumas delas dadas de sesmaria; normas para arrecadação das primícias e dízimas das miuças de Tomar; providências sobre o destino dos bens dos freires da Ordem de Cristo; enfim, a defesa da posse pela Ordem da igreja de Azinhoso contra o arcebispo de Braga.

Simultâneamente principia o infante D. Henrique, o único entre os irmãos, a montar indústrias pessoais, com anuência de el-rei D. João I seu pai: a da pesca no rio Tejo, no passo do Ródão, e a da saboaria, inicialmente em Santarém e em Lisboa, as quais, como também outras de criação posterior, vieram a transformar-se em verdadeiros monopólios henriquinos, mantidos e ampliados pelos reis D. João, D. Duarte e D. Afonso V, e a produzir ao infante consideráveis receitas. É evidente serem estas absolutamente desnecessárias a seus gastos individuais de homem solteiro e de viver modesto, para mais suficientemente dotado desde 1411 por ampla carta patrimonial, reforçada em 1415-16 pela concessão e rendimentos do ducado viseense.

Como duque, o infante permuta, neste período, com a Câmara de Viseu o relego régio, ou seja o direito da primazia da venda dos vinhos na região, o qual o pai lhe cedera ao conferir-lhe, em 1416, a carta do ducado, e outorga ao cabido local privilégio anteriormente concedido às congregações capitulares e a outras entidades e pessoas do país apenas pelos monarcas. Quer dizer: o príncipe exerce assim, como duque, funções régias em suas terras. Com autorização do pai penhora os seus bens patrimoniais de Benviver e de Sul e a quinta de Reriz (Lafões), por não empatar capital, e recebe dele o lugar das Alcáçovas.

Príncipe real, o Navegador interfere nos grandes factos da política portuguesa da época, associando-se ao pai e aos irmãos nos compromissos oficialmente assumidos perante as cortes de Castela, Aragão e Navarra, nomeadamente nos Tratados de Paz e de Aliança e na harmonização dos chefes daqueles reinos peninsulares. Em família, é de sublinhar a sua curiosa reportagem, em carta a el-rei D. João I, do casamento do infante irmão D. Duarte em Coimbra, — nota psicológica de alto valor para o estudo da sua personagem.

No aspecto ultramarino D. Henrique não esmoreceu nesta época. Do mesmo passo que se devota ao povoamento e exploração do arquipélago madeirense, coadjuvado ao que parece pelo pai (1), *continua a diligenciar assenhorear-se de alguma ou algumas das Ilhas Canárias, como trampolim para salto mais avantajado; porque, como havia de observar mais tarde o cronista Gomes Eanes de Zurara, «pera os fectos vijrem a milhor perfeiçom, lhe era necessaryo algũa das jlhas de Canarea»* (2).

Provam-no, quanto a este período, os factos seguintes, aqui documentados: a reacção dos mercadores andaluzes, com apoio de el-rei de Castela e do papa Martinho V, agora susbtituído ao antipapa Bento XIII do nosso volume anterior, manifestada nos documentos de 2 e 28 de Maio de 1421, de concessão ao sevilhano Afonso de las Casas e herdeiros das ilhas de Grã-Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas; os franciscanos da Custódia de Sevilha secundam as conveniências políticas e comerciais dos andaluzes, empenhando-se vivamente numa ocupação religiosa e jurídica

---

(1) Cfr. o nosso DOC. 72.

(2) *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 95.

do arquipélago canariense, para o que solicitam do árbitro político da época, o romano pontífice, em 1423-24, confirmação das letras do antipapa Bento XIII de 1416 sobre o assunto, posto por motivos óbvios as não aduzam, e sublinham a Martinho V, textualmente, a denunciarem os seus propósitos de anexação política e territorial, acharem-se os reinos de Castela e de Aragão «mais vizinhos das ditas ilhas do que os restantes reinos cristãos» (3); *enfim, a expedição de D. Fernando de Castro, pessoa do infante D. Henrique, contra a Grã-Canária em 1424, ordenada por aquele* (4).

A norte de África firma-se juridicamente o domínio português, pelo provimento da diocese ceptense no franciscano D. Fr. Aimaro, confessor que fora da rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre e bispo de Marrocos, em 1421 transferido para Ceuta pelo papa Martinho V, a solicitação de el-rei D. João I. E a ratificação, em 30 de Abril de 1423, por D. João II de Castela do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 com Portugal reconhece-nos, implìcitamente, a posse daquela praça marroquina, onde prossegue o avassalamento lusitano, sob a direcção imediata e eficiente de D. Pedro de Meneses (5).

Estabilizam-se, nesta época, as nossas relações de boa vizinhança com as demais monarquias peninsulares, como convinha ao alvorecer de nossa expansão ultramarina, pela preparação insistente do Tratado de Paz definitivo com Castela e de Aliança com Aragão e Navarra, a ponto de o monarca português e filhos intervirem até, como medianeiros eficazes, no apaziguamento das desarmonias existentes entre os castelhanos e os aragoneses e navarreses, cindidos em lutas fraternas, por motivo das cobiças dos irrequietos Infantes de Aragão.

---

(3) Cfr. o nosso DOC. 50. A vizinhança constituía na época um dos títulos jurídicos da posse de territórios, como se infere, por exemplo, das Alegações do bispo de Burgos por Castela contra Portugal, precisamente a propósito dos direitos sobre as Canárias (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 317 e 343, em latim e em português, respectivamente). Pode ver-se também PAULO MERÊA, *Como se sustentaram os direitos de Portugal sobre as Canarias*, em seus *Estudos de História do Direito*, Coimbra, 1923.

(4) Cfr. o nosso DOC. 51.

(5) Cfr. o § [3] da nossa pág. 61.

Novos documentos, extraídos principalmente dos arquivos do Vaticano, de Florença e de Barcelona vêm ilustrar as biografias seguintes: do infante D. Pedro de Portugal, sobretudo nos anos em que, porventura desgostoso do pai, peregrinou lá por fora, encostado mormente ao imperador Sigismundo, de quem era vassalo feudal, de 1425 a 1428, — datas agora apuradas documentalmente (6); *de D. Pedro de Meneses e de D. Duarte de Meneses, capitães que foram, respectivamente, de Ceuta e de Alcácer-Seguer; enfim, das infantas D. Leonor e D. Isabel de Aragão, esposas dos infantes D. Duarte e D. Pedro, respectivamente, cujos processos matrimoniais e vinda para o país se esclarecem melhor, em textos reproduzidos na íntegra e em edição cuidada.*

Revelam-se ainda: a participação de clérigo belga no descerco de Ceuta, a incipiente desarmonia entre el-rei D. João I de Portugal e os filhos mais novos, a propósito da administração, isenção e privilégios das Ordens Militares por eles regidas, — querela familiar subida respeitosamente a Roma; os projectados esponsais de Filipe o Bom de Borgonha com Leonor de Aragão, depois rainha de Portugal; alude-se documentalmente aos amos do infante D. Henrique, às bases das relações comerciais de Portugal com o ducado borgonhês; dão-se algumas achegas para o estudo do nosso comércio com Bruges e sublinham-se certos factos de interesse náutico e mercantil interno, da guerra henriquina de corso, das diligências de D. João I para libertar do domínio de Castela as terras portuguesas sujeitas a dioceses castelhanas, do início da actividade diplomática a favor de Portugal do abade beneditino D. Gomes Ferreira em Roma e de subsídios financeiros outorgados a nosso monarca por disposições e concessões legais desconhecidas (7); *publicam-se, enfim, os textos da época conducentes ao Tratado de Paz perpétua entre Castela e Portugal, em sua melhor lição.*

Editam-se também na íntegra alguns documentos do Arquivo da Coroa de Aragão sobre as relações da Península com o Preste João, dito ainda das Índias a pesar de há muito localizado na africana Etiópia, como sublinhámos no volume anterior, e com o qual a família régia aragonesa pro-

---

(6) Cfr. sobretudo os nossos DOCS. **30**, **55**, **80**, **83**, **103**, **106-09** e **112**.

(7) Cfr. os DOCS. **79** e **145**.

Copyrighted material

curava aliança militar e laços matrimoniais em 1428. E cumprirá, a propósito, antecipar as relações do Aragão com o Preste para o ano de 1415, atendendo ao documento aduzido em a nota 4 da nossa página 209.

Finalmente, uma série de diplomas, quase todos inéditos, fornecem elementos para a biografia de algum do muito pessoal henriquino: dos escudeiros Rodrigo Esteves de Ortigueira, Gonçalo de Pina, Afonso Gonçalves da Maia, João de Almeida e Pero Nunes Homem; dos criados e escudeiros Gonçalo de Tavares, João Afonso de Matos, João Gonçalves Zarco, Afonso de Mansilha e Álvaro Vasques; do cavaleiro João Afonso de Gorizo; de Pedro Afonso, bordador do infante; de João Rodrigues, seu capelão-mor, comensal e governador da sua capela; de Vasco Gonçalves, vedor de sua fazenda; de Lourenço Vasques, seu almoxarife em Tomar; de Aparício Vasques, mestre cantor da sua capela; do nobre Gonçalo Cação, seu familiar; de João de Albuquerque, cavaleiro de sua casa; de João Gonçalves de Jugueiros, cerieiro, seu criado; e de Leonardo, dito mestre da pena do Navegador.

•

Este volume insere oito «fac-similes» de página, em heliogravura, de textos originais nele transcritos e extraídos dos arquivos Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, da Câmara Municipal da Lousã, Distrital de Viseu e General de Simancas, em que as estampas IV e VIII constituem, que nos conste, os mais antigos autógrafos conhecidos dos infantes D. Pedro e D. Henrique, datados, respectivamente, dos anos de 1423 e 1427.

Abre o volume pela reprodução, em litografia, da primeira página de texto da Crónica dos feitos de Guiné *do códice da Biblioteca Nacional de Paris. No volume anterior reproduziu-se, também em litografia, o retrato do infante segundo o mesmo códice. Ambas estas estampas policromadas se apresentam emolduradas por larga iluminura de ramos de carrasqueiro entrelaçados, elementos constitutivos da divisa ou empresa henriquina.*

Na base da primeira, figura o brasão de armas do infante D. Henrique, sobrepujado pela Cruz de Cristo: de prata, com cinco escudetes de azul apontados em cruz, carregado cada um deles de cinco besantes do campo; bordadura de vermelho, carregada das quatro pontas florenciadas da Cruz

de Avis, cosidas de verde, e, entre elas, dez castelos de ouro. Diferença: lambel ou banco de pinchar de três pendentes, de azul, com três flores-de-lis de ouro em cada pendente, sobreposto no chefe da bordadura (8).

Idêntico brasão ou escudo de armas se vê no selo grande das armas do infante, o usado habitualmente por ele nos documentos conhecidos: de chapa, do diâmetro de 65mm, com as armas e banco de pinchar, de filho segundo, como acima se descreveram, emolduradas por dois círculos concêntricos, dentro dos quais, em caracteres góticos minúsculos, os dizeres: sigillum magnum infantis enrici portugalie, — *selo grande do infante Henrique de Portugal. Tinha o Navegador mais dois selos, pelo próprio ditos* o seello de meu camafeu e o ssynete das mjnhas armas, *cuja composição não é porém conhecida* (9).

A letra capital da mesma estampa leva inscritas as armas do infante D. Henrique como duque de Viseu, vendo-se assim, além do descrito brasão: elmo de ouro, posto a três quartos, coroa aberta, por timbre dragão nascente, de ouro, de lado; paquife e virol de azul e prata. A presença da Cruz de Avis no brasão henriquino é legitimada pelo facto de ele haver sido Administrador da referida Ordem Militar de 1449 a 1453, como a seu tempo se documentará. Estas mesmas armas ducais figuram no Livro da Torre do Tombo, *de António Godinho.*

Na base da segunda estampa citada, a divisa ou empresa henriquina, assim descrita por Mello e Castro: — «dois círculos alinhados em faixa, formados pelo entrelaçamento de ramos de carrasqueiro, com folhas, bolotas e bugalhos, tudo de sua cor; cada círculo terceado por dois segmentos que convergem no bordo superior do chefe, ao centro: I, de azul; II, de branco (ou prata); III, de negro (ou o que é exactamente o mesmo, cada círculo de branco (ou de prata), o campo chapado de azul e de negro); brocantes, de oiro, as palavras Talant de, *no primeiro círculo, e* biẽ faire, *no segundo, escritas em letra gótica»* (10).

---

(8) Leitura de ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, 2.ª ed., Coimbra, 1930, p. 256, e de MIGUEL DE MELLO E CASTRO (ALVELLOS), *A heráldica do Infante Dom Henrique*, Lisboa, 1960, pp. 27-28.

(9) Veja-se A. J. DIAS DINIS, O. F. M., *Estudos Henriquinos*, vol. 1, Coimbra, 1960, pp. 290-91.

(10) *A heráldica* cit., p. 34.

Copyrighted

Já o cronista Zurara aludira à divisa ou empresa do infante D. Henrique: — «a do jffamte eram hũuas capellas de carrasco, bem acompanhadas de chaparia, e por meyo hũus motos que deziam uoomtade de bem fazer, e as suas coores eram bramco e preto e uijs». E refere o autor que tal empresa henriquina figurara nos barcos da armada para a conquista de Ceuta trazidos do Porto pelo infante em 1415: — «porque todallas naaos e gallees e outros nauios eram nobremente apemdoadas com balssõoes e pemdõoes pequenos das coores, motos e deuisa do jffamte; e, porque eram todos nouos e bem acompanhados douro, dauam mujto gramde uista; e as gallees eram tolldadas de finos panos daquelles motos e deuisa que ja disse» (11).

Não há dúvida sobre serem as cores da empresa do infante o azul, o branco e o preto; pois em instrumento de visita à Vigairaria de Tomar, feita por ordem do infante D. Fernando, portanto entre 1460 e 1471, se lê o lançamento seguinte no Inventário da Igreja de Santa Maria do Olival: — «Jtem duas galhetas de prata que deu o jffante dom Anrrique, que Deus aja, que teem smaltes sobre as cuberturas das coores do dicto ssenhor, a saber azull e branco e preto, que pesaram hũu marco e bij onças» (12).

Interpretou assim a divisa Fr. Luís de Sousa, ao referir-se aos ornatos do mausoleu do infante D. Henrique na Batalha: — «Quem trataua de cultiuar os desertos da Libia tão agrestes & feros, com infinitos perigos de mar & terra, como elle pretẽdia cõ seus descobrimentos (que todauia foraõ principio de amãsar aquella barbaria, & darlhe a conhecer o verdadeiro Deos) bẽ podia significar sua boa tẽção, & a difficuldade da empresa, na fereza e humildade de hũ carrasco, & no fruito seco, & sem proueito que delle nace, cõ a letra tambẽ Frãcesa. Talaint de bien faire. *Talante & animo de bem fazer. Porque na verdade ainda que lhe custauaõ muita fazẽda & trabalho, nũca estẽdeo os pensamẽtos a cuydar, que poderiaõ ser de mais vtilidade, do que saõ os carrascos, & seus fruitos no mõte»* (13).

---

(11) *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, Coimbra, 1915, cap. 36.
(12) ANTT., *Convento de Cristo de Tomar*, maço 13, doc. 1236 (vermelho), fl. 2 v.
(13) *Historia de S. Domingos*, parte 1, Benfica, 1623, liv. 6, cap. 15.

Propositadamente ou não, quem debuxou a iluminura da estampa em análise do códice de Paris deixou nela a feição de duas pirâmides, que constituem até o branco, bis ou beige *da divisa henriquina. Fr. Luís de Sousa viu em Valença de Aragão códice porventura da mesma obra, no qual faltava, porém, a cercadura de carrasqueiro, e em que o infante «vsaua com a mesma letra differẽte corpo de empresa, mas muito auentajado em agudeza de significação & graça». Como o códice parisino, ele inseria as pirâmides: — «Erão hũas piramides que forão obra dos Reys antigos do Egypto, & sendo emprego & trabalho sem nenhum fruito, auidos por hũa das marauilhas do mundo: & na verdade ficauã dizendo melhor cõ o animo & obras do Infante, & cõ a sua letra»* (14).

Avisadamente observou Duarte Leite a estes passos do ilustre dominicano: — «Nestas considerações sobre D. Henrique deixou-se o cronista levar da fantasia. Em primeiro lugar não lhe seria difícil, se o tentasse, verificar que os carrascos eram sua emprêsa muito antes de iniciar suas navegações africanas; depois não sei onde achou que alguma vez o Infante se persuadiu da esterilidade destas navegações; e por fim é rebuscado e inexacto que as pirâmides significassem o nenhum proveito dos descobrimentos, pois aludem ao rio Nilo, que corre ao longo das pirâmides faraónicas, e do qual então e muito depois os portugueses supunham derivar um poderoso braço até o Atlântico, que eles identificavam com o Çanaga ou Senegal» (15). *Verdadeira ou não, é plausível a interpretação deste autor, a qual tem base por exemplo nas numerosas referências da* Crónica dos feitos de Guiné *ao rio Nilo (Senegal) e ao Egipto* (16).

---

(14) *Ibidem.*

(15) *Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*, Lisboa, 1941, p. 65. Sobre o códice referenciado por Fr. Luís de Sousa pode ver-se ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M., *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, 1949, sobretudo a pp. 297 e ss. e a bibliografia ali aduzida. A empresa henriquina se referiu também, entre outros autores, FRANCISCO MARIA ESTEVES PEREIRA, *A divisa do Infante D. Henrique*, no «Boletim da Segunda Classe» da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 8, 1913-14, Coimbra, 1915, pp. 274-79.

(16) Caps. 2, 31, 59-61, 63, 64, 71, 75, 77 e 86.

Copyrighted material

ABREVIATURAS

ACA. — Archivo de la Corona de Aragón.
ACMC. — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.
ACML. — Arquivo da Câmara Municipal da Lousã.
ADP. — Arquivo Distrital do Porto.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AGS. — Archivo General de Simancas.
AMT. — Arquivo da Misericórdia de Tomar.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
as. — assinado.
AV. — Archivio Segreto Vaticano.
BGUC. — Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
BMLF. — Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença.
BNL. — Biblioteca Nacional de Lisboa.
BNP. — Bibliothèque Nationale de Paris.
BPMP. — Biblioteca Pública Municipal do Porto.
Cfr. — Confira.
Chanc. — Chancelaria.
Cit., cit., Cits., cits. — citado, citados.
Cód., cód. — códice.
Doc., doc., docs. — Documento, documentos.
ed. — edição.
Efes. — Efésios.
ex. — exemplo.
f.°, fl., fol., fls. — fólio, fólios.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
liv. — livro.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.°, n.°s. — número, números.
O. F. M. — Da Ordem dos Frades Menores (Franciscano).
O. S. B. — Da Ordem de S. Bento (Beneditino).
p., pp. — página, páginas.
Ps. — Psalmo ou Salmo.
r. — recto.

Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
retrocit., retrocits. — retrocitado, retrocitados.
rev. — revista.
Rom. — Romanos.
s. d. — sem data.
sèc. — século.
Separ. — Separata.
SGL. — Sociedade de Geografia de Lisboa.
S. J. — Da Companhia de Jesus (Jesuíta).
SS. — Santíssima.
ss. — seguintes.
t. — tomo.
V. — veja.
v. — verso.
vol., vols. — volume, volumes.

1

10 JANEIRO 1421

Carta de el-rei D. João I, pela qual, a pedido do infante D. Henrique e sob as penas na mesma cominadas, proíbe que alguém faça canal ou estacada no Ródão, onde o infante mandara fazer canal e ia colocar estacada, para reter o peixe (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 29 v., texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 20, e liv. 20, fl. 40 v.; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 36 v. e liv. 3, fl. 217; *Ordem de Cristo*, cód. 233, fl. 148 v. e cód. 234, parte 2, fl. 91.

Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 394, doc. 14.

Referenciada por GAMA BARROS, *História da Administração*, 2.ª ed., t. 9, p. 281.

Dom Joham, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Anrrique, meu filho, nos enujou dizer que tem hũu seu canal no Rodom e que lhe queria fazer hũa stacada, de guisa que o pescado nom pasase pera cima, e que se teme dalgũus fazerem ora nouamente canaaes e estacadas em fundo e lhe peiarem o dicto pescado nom hir ao dicto seu canal e a despesa que na dicta stacada fizer seer embalde; e que nos pedia que sobresto o proueesemos de remedio.

E nos, visto seu dizer e pedir, mandamosuos e defendemosuos que, daquj en diante, nehũu nom faça canal do dicto Rodom pera fundo, nem ho aia hi, saluo aqueiles que ja antes hi eram fectos. E, se ataagora nom teuerom stacadas, que as nom tenham nem as façam daquj en diante, sob pena de polla primeira vez pagarem L^{ta} mjl llibras e polla segunda cem mjl llibras e polla terceira uez percam os canaaes e estacadas que assy fizerem pera nos.

E porem mandamos aas nossas justiças que façam apregoar pollos lugares da dicta comarca esto que uos assy mandamos e conpram e guar-

(1) Sobre o assunto pode ver-se *O infante e a indústria da pesca*, na obra infracitada de DIAS DINIS, pp. 74 e ss.

dem esta nossa carta pella guisa que per nos he mandado. Vnde al nom façades.

Dante em a cidade dEuora, x dias de janeiro. Elrrey o mandou. Pero de Guimarãaes a fez. Era de mjl iiij° Lix annos.

2

18 FEVEREIRO 1421

Carta de el-rei D. João I, em que, a pedido do infante D. Henrique, Regedor da Ordem de Cristo, confirma os privilégios outorgados à mesma Ordem e a seus Mestres; pois, por falta da confirmação régia, não queriam as justiças guardá-los ao infante, seu Governador desde o ano anterior.

ANTT., *Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 2, doc. 16, original em pergaminho. Pelo motivo aduzido ao fim do documento, este não levou selo régio, mas o de lacre do infante, no verso, donde caiu ou foi arrancado. Ali se lê a palavra *Jfante*, talvez a assinatura do infante D. Duarte. Cópia oficial do séc. XVI, feita em Tomar, em *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 4, fl. 10 v.

Dom Joham, polla graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A todollos corregedores, meirinhos e juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer ofiçiaaes a que desto o conheçimento perteençer per quallquer guisa, a que esta carta ou o trelado della em probica forma, fecta per autoridade de justiça, for mostrada, saude.

Sabede que o jfante dom Anrrique, meu filho, rregedor da hordem de Noso Senhor Jhesu Christo e duc de Viseu e ssenhor de Coujlhãa, nos dise que a dicta hordem tem algũus nossos priujlegios que demos a ella e aos meestres que della forom, os quaees diz que, porquanto elle ajnda nom ouuera nossa carta pera lhe seerem guardados, que uos, justiças, lhos nom querees guardar nem conprir. Polla quall cousa, nos pedio por merçee que a esto lhe ouuesemos algũu rremedio e lhos mandasemos conprir e guardar (1).

(1) Nomeado o infante D. Henrique para Administrador da Ordem Militar de Cristo pelo papa Martinho V no ano anterior, sob proposta de el-rei D. João I (Cfr. o

E nos, veendo o que nos dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e mandamosuos que uejaaes os dictos priujlegios que per nos foram e som dados aa dicta hordem e meestres della e lhos conpraaes e guardees e façaaes conprir e guardar em todo bem e conpridamente, polla guisa que em elles for conteudo. E esso meesmo se per elles achardes que nos confirmamos e mandamos guardar algũus outros priujlegios per que os sanctos padres ou rreis e outras algũuas pesoas aa dicta hordem fosem dados, que uos lhos mandees conprir e guardar segundo em elles for conteudo, porquanto nosa merçee he de lhe seerem bem conpridos e guardados. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nosa carta.

Dante em a çidade dEuora, xbiij dias de feuereiro. Elrrej o mandou per Diego Martjnz, doutor em leix, seu uasallo, do seu desenbargo. E, porquanto aqui nom era o noso seelo grande, mandamos seelar esta carta com o seello do jfante. Farto Gonçalluez a fez. Era de mjll iiij^{c} Lix anos.

(*as.*) Jacobus legum doctor.

3

24 FEVEREIRO 1421

Carta de el-rei D. João I, a conceder, a pedido do infante D. Henrique, os privilégios e liberdades dos caseiros e lavradores das quintas e casais encabeçados dos fidalgos a 30 homens que cultivassem a granja de Alpriate, da Ordem de Cristo, abandonada por não haver quem a amanhasse.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 44, texto que se reproduz; *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 19 e liv. 20, fl. 40; *Mestrados*, fls. 132 e 154; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 68, em cópia do século XVI, feita no convento de Cristo de Tomar.

---

vol. 2 desta obra, DOCS. 179, 180, 181, 182 e 194), faltava a comunicação do facto às autoridades civis pelo monarca, para aquela nomeação surtir efeitos legais na esfera civil do país.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem ou o trellado della em puurica forma, fecta per autoridade de justiça, fazemos saber que o jffante dom Anrrique, meu filho, regedor da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu e senhor de Coujlhãa, nos dise que a granja dAlperiate, que he da dicta hordem, nom he adubada e aproueitada como deue, per mjngoa de lauradores e aproueitadores, que nom teem; e que nos pedia por mercee que lhe desemos priujllegio pera xxx homens que laurasem e adubasem e aproueitasem as herdades e beens da dicta grania, os quaaes ouuesem os priujllegios e liberdades que ham os caseiros e lauradores que stauam nas qujntãas e casaaes emcabeçados dos fidalgos (1).

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia e, querendolhe fazer graça e mercee; teemos por bem e priujligiamoslhe ataa os dictos xxx homens que teuerem encargo de laurar e aproueitar as herdades e beens da dicta granja, dos quaees elle de os nomes em scprito asignado per sua mãao, os quaaes, emquanto teuerem o dicto encargo, aiam todollos priujllegios e liberdades que ham os dictos caseiros dos fidalgos.

E porem mandamos ao corregedor e jujzes da cidade de Lixboa e a todalas outras nossas justiças e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer que aquelles que o dicto jffante der em scprito asignado per sua mãao que lhe teem o dicto encargo, como dicto he, conpraaes e guardees e façaaes conprir e guardar os dictos priujllegios e liberdades que ham os dictos caseiros e laurado[re]s dos fidalgos, bem e conpridamente. E nom uaades nem consentades contra elles hir em nẽhũa guisa, senom seiam certos os que contra ello forem que lhes sera (2) stranhado. Vnde al nom façades.

Dante em a cidade dEuora, xxiiij dias de feuereiro. Elrrey o mandou per Diego Martijnz, doutor em leis, seu uasalo e do seu desembargo. Martim Anes a fez. Era de mjl iiij^{c} Lix annos.

---

(1) VITERBO, *Elucidario*, v. «Casal encabeçado» define a expressão: — «Assim chamavam ao casal, ou prazo fatiosim, que dividido por muitos, ou alguns colonos, um só, a que chamam *Cabeceira*, *Cabeça* ou *Cabecel*, he obrigado *in solidum* a responder pela pensão, e fóros, cobrando-os dos mais pessoeiros, e entregando-os elle só ao direito senhorio».

(2) Aqui no ms. está *seia* por *sera*.

Copyrighted material

4

5 MARÇO 1421

Bula Romani pontificis, *de Martinho V, dirigida a D. Fr. Aimaro, bispo de Marrocos, a transferi-lo para a cidade e diocese de Ceuta.*

ANTT., *Bulas*, maço 26, n.º 12, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 217, fl. 201.

Publicada: por SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 4, doc. 38, pp. 370-74; por SOUSA, *Provas*, t. 1, n.º 7; por JORDÃO, *Bullarium Patronatus*, t. 1, p. 16 e ainda na sua *Historia ecclesiastica*, p. 106; por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 260; e no *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 550 (omitido o preâmbulo).

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 405; por ABRANCHES, *Suma*, p. 39; em [RAMOS COELHO], *Alguns documentos*, p. 1; e por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 695.

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri Aymaro, episcopo Ceptensi, salutem et apostolicam benedictionem (1).

Romani pontificis, quem pastor ille celestis et episcopus animarum, potestatis sibi plenitudine tradita, ecclesijs pretulit uniuersis plena uigilijs solicitudo requirit ut, circa cuiuslibet statum ecclesie sic uigilanter excogitet sicque prospiciat diligenter quod, per eius prouidenciam circunspectam, nunc per simplicis prouisionis officium, nunc uero per ministerium translationis acommode, prout personarum, locorum et temporum qualitas exigit et ecclesiarum utilitas persuadet, ecclesijs singulis pastor accedat ydoneus et rector prouidus deputetur qui, commissum sibi populum, per suam circunspectionem prouidam et prouidentiam circunspectam, salubriter dirigat et informet ac bona ecclesie sibi commisse non solum gubernet utiliter, sed etiam multimodis efferat incrementis.

---

(1) É D. Fr. Aimaro de Aurillac, franciscano inglês, confessor que fora da rainha D. Filipa de Lencastre, em cuja companhia viera de Inglaterra para Portugal e que tinha sido nomeado bispo de Marrocos a 10 de Maio de 1413 (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, pp. 57 e ss. e a bibliografia ali aduzida).

Copyrighted material

Dudum siquidem, pro parte carissimi in Christo filij nostri Johannis, regis Portugalie illustris, nobis exposito quod locus de Cepta, quem rex ipse, uidelicet ut Christi pugil et athleta, ministerio cooperante diuino, a perfidorum spurcissimorumque sarracenorum et agarenorum, dominice crucis obtrectatorum et emulorum, qui tunc etiam inibi suam pro ydolorum et symulachrorum cultu tenentes, mesquitam siue synagogam occupauerant, eundem manibus uictoriosis eripuerat, illum sue dicioni subiugando, populosus multum et honestus ipsaque mesquita siue synagoga apta euidenter existebant ad hoc quod illa in cathedralem erigeretur ecclesiam, presule inibi et clero residentibus pro tempore, per quorum actus et opera, etiam cum ingenti animarum partium illarum habitatorum et jncolarum propagatione salutis fidei firmamentum solidaretur orthodoxe, diuinus quoque cultus ac populi deuotio pullularent et instaurarentur non mediocriter in partibus memoratis (2).

Nos tunc, ipsius regis in hijs supplicationibus inclinati ac de premissis certam noticiam non habentes, Bracharensi et Vlixbonensi archiepiscopis, eorum proprijs nominibus non expressis, nostris dedimus litteris in mandatis ut, super premissis et eorum qualitatibus uniuersis, auctoritate nostra, se diligentius informarent; et, si per informationem huiusmodi, locum quod in ciuitatem et mesquitam siue synagogam predictos ut in cathedralem ecclesiam erigerentur aptos et ydoneos fore inuenirent, locum in ciuitatem et mesquitam siue synagogam eosdem in ecclesiam cathedralem Ceptensem perpetuo nuncupandas, etiam cum iuribus et insignijs quibusuis alijs eisdem partibus contiguis ciuitatibus et ecclesijs cathedralibus sub nostra et romane ecclesie deuotione consistentibus, de iure uel consuetudine quomodolibet debitis, auctoritate prefata, erigerent, faciendo necnon disponendo et ordinando preterea omnia et singula que in premissis et circa ea expedire uiderent ac necessaria forent seu quomodolibet oportuna, prout in ipsis litteris plenius continetur (3).

Cum itaque postmodum venerabiles fratres nostri Fernandus, Bracharensis, et Didacus, Vlixbonensis, archiepiscopi, super premissis diligenti informatione recepta eisque ueris repertis, locum in ciuitatem et mesquitam siue synagogam huiusmodi in ecclesiam cathedralem Ceptensem perpetuo nuncupandas, iuxta tenorem litterarum erexerint earundem (4); nos, cupientes eidem ecclesie Ceptensi, que nondum alicuius prouincie existit, de pastore secundum cor nostrum utili et ydoneo, per quem circunspecte regi et salubriter dirigi ualeat prouidere, post deliberationem quam super hijs cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad te episcopum

---

(2) Cfr. *Obra e vol. cits.*, pp. 280-81.

(3) Pela bula *Romanus pontifex*, de 4 de Abril de 1418. *(Ibi*, p. 288).

(4) Pela Sentença Executória de 6 de Setembro de 1420 *(Ibi*, p. 383).

Marrochitanum, consideratis grandium uirtutum meritis, quibus personam tuam illarum largitor Dominus insigniuit et quod tu, qui Marrochitane ecclesie hactenus laudabiliter prefuisti, eandem Ceptensem ecclesiam scies et poteris, auctore Domino, salubriter regere et feliciter gubernare, conuertimus oculos nostre mentis.

Jntendentes, igitur, tam ipsi Ceptensi ecclesie quam eius gregi dominico salubriter prouidere, te a uinculo quo prefate Marrochitane ecclesie, cui tunc preeras, tenebaris, de dictorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absoluentes, te ad eandem Ceptensem ecclesiam auctoritate apostolica transferimus teque illi preficimus in episcopum et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie Ceptensis tibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo liberamque tibi tribuendo licenciam ad ipsam Ceptensem ecclesiam transeundi, firma spe fiduciaque conceptis quod prefata Ceptensis ecclesia, per tue industrie et circunspectionis studium fructuosum, gratia tibi assistente diuina, regetur utiliter et prospere dirigetur grataque in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa.

Volumus autem quod, antequam possessionem administrationis bonorum dicte Ceptensis ecclesie recipias, fidelitatis debite solitum prestes iuramentum, sub forma quam venerabilibus fratribus nostris Elborensi et Maioricensi episcopis, sub bulla nostra, mittimus interclusam, quibus et eorum cuilibet, per alias nostras litteras mandamus ut a te nostro et romane ecclesie nomine, huiusmodi recipiant aut eorum alter recipiat iuramentum.

Quocirca, fraternitati tue per apostolica scripta mandamus quatinus ad prefatam Ceptensem ecclesiam cum gratia nostre benedictionis accedens, curam et administrationem predictas sic diligenter geras et solicite prosequaris quod ipsa Ceptensis ecclesia gubernatori prouido et fructuoso administratori gaudeat se commissam ac bone fame tue odor ex laudabilibus tuis actibus latius diffundatur tuque, preter eterne retributionis premium, nostram et apostolice sedis gratiam proinde uberius consequi merearis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, iij nonas marcij, pontificatus nostri anno quarto.

No AV., Reg. Lat., *vol. 217, fl. 202 v., após o registo desta bula, lê-se:*

Simili modo: Dilectis filijs clero ciuitatis et diocesis Ceptensis, salutem, etc. Romani pontificis, etc. Quocirca, discrecioni vestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus eundem episcopum tamquam patrem et pastorem animarum vestrarum grato admictentes honore ac exhibentes sibi obedienciam et reuerenciam debitam et deuotam, eius salubria monita et mandata suscipiatis humiliter et efficaciter adimplere curetis. Alio-

quin, sentenciam quam idem episcopus rite tulerit in rebelles ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfactionem condignam inuiolabiliter obseruari. Datum ut supra.

Simili modo: Dilectis filijs populo ciuitatis et diocesis Ceptensis, salutem, etc. Romani pontificis, etc. Quocirca, vniuersitatem vestram rogamus et hortamur actente, per apostolica vobis scripta mandantes quatenus eundem episcopum, tamquam patrem et pastorem animarum vestrarum deuote suscipientes et debita honorificencia prosequentes, eius salubribus monitis et mandatis humiliter intendatis, ita quod ipse in vobis deuotionis filios et uos in eo per consequens patrem inuenisse beniuolum gaudeatis. Datum ut supra.

Simili modo: Dilectis filijs vniuersis vasallis ecclesie Ceptensis, salutem, etc. Romani pontificis, etc. Quocirca, vniuersitati uestre, per apostolica scripta mandamus quatenus eundem episcopum, pro nostra et apostolice sedis reuerencia, debito prosequentes honore ac ipsius salubribus monitis et mandatis efficaciter intendentes, ei fidelitatem solitam necnon consueta seruicia et iura a uobis sibi debita exhibere integre studeatis. Alioquin, sententiam siue penam quam idem episcopus rite tulerit seu statuerit in rebelles ratam habebimus et faciemus, auctore Domino, usque ad satisfa[c]tionem condignam inuiolabiliter obseruarj. Datum ut supra.

5

5 MARÇO 1421

Letras Gratie diuine premium, *de Martinho V, dirigidas a el-rei D. João I, a comunicar-lhe haver transferido D. Fr. Aimaro, bispo de Marrocos, para bispo da cidade de Ceuta e a recomendá-lo à protecção do monarca.*

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 10, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo, — texto que se reproduz; AV., *Reg. Lat.*, vol. 217, fl. 202 v., com omissão do preâmbulo.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 257. Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 9, p. 405; por ABRANCHES, *Suma*, p. 39; e por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 695.

Copyrighted material

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Gratie diuine premium et humane laudis preconium acquiritur si, per seculares principes, prelatis, presertim ecclesiarum cathedralium regimini presidentibus, oportuni fauoris presidium et honor debitus impendatur.

Dudum siquidem, pro parte tua, nobis exposito quod locus de Cepta, quem tu, uidelicet ut Christi pugil et athleta, ministerio cooperante diuino, a perfidorum spurcissimorumque sarracenorum et agarenorum, dominice crucis obtrectatorum et emulorum, qui tunc etiam inibi suam pro ydolorum et symulachrorum cultu tenentes, mesquitam siue synagogam occupauerant eundem manibus uictoriosis eripueras illum tue ditioni subiugando populosus multum et honestus ipsaque mesquita siue synagoga apta euidenter existebant ad hoc quod illa in cathedralem erigeretur ecclesiam, presule inibi et clero residentibus pro tempore, per quorum actus et opera, etiam cum ingenti animarum partium illarum habitatorum et incolarum propagatione salutis fidei firmamentum solidaretur orthodoxe diuinus quoque cultus ac populi deuotio pullularent et instaurarentur non mediocriter in partibus memoratis.

Nos tunc, tuis in hijs supplicationibus inclinati ac de premissis certam notitiam non habentes, Bracharensi et Vlixbonensi archiepiscopis, eorum proprijs nominibus non expressis, nostris dedimus litteris in mandatis ut, super premissis et eorum qualitatibus uniuersis, auctoritate nostra, se diligentius informarent; et, si per informationem huiusmodi, locum quod in ciuitatem et mesquitam siue synagogam predictos ut in cathedralem ecclesiam erigerentur aptos et ydoneos fore inuenirent, locum in ciuitatem et mesquitam siue synagogam eosdem in ecclesiam cathedralem Ceptensem perpetuo nuncupandas, etiam cum iuribus et insignijs quibusuis alijs eisdem partibus contiguis ciuitatibus et ecclesijs cathedralibus sub nostra et romane ecclesie deuotione consistentibus, de iure uel consuetudine quomodolibet debitis, auctoritate prefata, erigerent, faciendo necnon disponendo et ordinando preterea omnia et singula que in premissis et circa ea expedire uiderent ac necessaria forent seu quomodolibet oportuna, prout in ipsis litteris plenius continetur.

Cum itaque, postmodum, venerabiles fratres nostri Fernandus, Bracharensis, et Didacus, Vlixbonensis archiepiscopi, super premissis diligenti informatione recepta eisque ueris repertis locum in ciuitatem et mesquitam siue synagogam huiusmodi in ecclesiam cathedralem Ceptensem perpetuo nuncupandas, iuxta tenorem litterarum erexissent earundem; nos, cupientes eidem ecclesie Ceptensi, que nondum alicuius prouincie existit, de pastore secundum cor nostrum utili et ydoneo, per quem circunspecte

regi et salubriter dirigi ualeret prouidere, post deliberationem quam super hijs cum fratribus nostris habuimus diligentem, demum ad venerabilem fratrem nostrum Aymarum Ceptensem, tunc Marrochitanum episcopum, consideratis grandium uirtutum meritis, quibus persona sua illarum largitor Dominus insigniuit, et quod ipse episcopus, qui Marrochitane ecclesie hactenus laudabiliter prefuit, eandem Ceptensem ecclesiam sciet et poterit, auctore (1) Domino, salubriter regere et feliciter gubernare conuertimus oculos nostre mentis.

Jntendentes igitur, tam ipsi Ceptensi ecclesie quam eius gregi dominico salubriter prouidere, prefatum episcopum a uinculo quo prefate Marrochitane ecclesie, cui tunc preerat, tenebatur, de dictorum fratrum consilio et apostolice potestatis plenitudine absoluentes, ipsum ad eandem Ceptensem ecclesiam auctoritate apostolica transtulimus ipsumque illi prefecimus in episcopum et pastorem, curam et administrationem ipsius ecclesie Ceptensis sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie commictendo liberamque sibi tribuendo licentiam ad ipsam Ceptensem ecclesiam transeundi, firma spe fiduciaque conceptis quod prefata Ceptensis ecclesia per eiusdem episcopi industrie et circunspectionis studium fructuosum, gratia sibi assistente diuina, regetur utiliter et prospere dirigetur grataque in eisdem spiritualibus et temporalibus suscipiet incrementa.

Cum itaque, fili carissime, sit uirtutis opus Dei ministros benigno fauore prosequi ac eos, uerbis et operibus, pro Regis Eterni gloria, uenerari, serenitatem tuam regiam rogamus et hortamur attente quatinus eundem episcopum et prefatam Ceptensem ecclesiam sue cure comissam habens, pro nostra et apostolice sedis reuerentia, propensius commendatos, ipsos benigni fauoris presidio prosequaris. Jta quod idem episcopus, tue celsitudinis fultus auxilio, in commisso sibi pastorali officio possit, Deo propitio, prosperari ac tibi exinde a Deo perennis uite premium et a nobis condigna proueniat actio gratiarum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, iij nonas martij, pontificatus nostri anno quarto.

6

4 ABRIL 1421

Súplica de el-rei D. João I e de D. Pedro, bispo eleito de Évora, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe declare que não incorreu aquele prelado em excomunhão ou em qualquer outra pena ou sentença nem

(1) No ms. *auctoritate*.

vagou a sé de Évora pelo facto de ele não haver recebido a sagração episcopal no prazo marcado pelos cânones nem satisfeito as anatas à Câmara Apostólica; porque, tendo irmão seu, de nome João, tomado parte na guerra de libertação da cidade de Ceuta, ali veio a falecer, após a vitória, mortalmente ferido pelos sarracenos, o que ao prelado suplicante causou profunda impressão, prolongada e grave enfermidade. Concedida a absolvição (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 151, fl. 85 v.

Beatissime pater.

Exponitur sanctitati vestre, pro parte humilimi et deuotissimi eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filii Johannis, regis Portugalie, et deuote creature vestre Petri, electi Elborensis, eiusdem nepotis, quod, cum ciuitas Septe maximi sarracenorum crucis Christi et christiani nominis inimicorum exercitus vi opprimeretur obsidione ac quondam Johannes, ipsius electi frater, feruidus christiane religionis zelator fideique catholice et ecclesie Dei strenuus pugil et fortis athleta, cum pluribus aliis christifidelibus, per eundem regem, ad liberandum ciuitatem ipsam et populum Dei defensandum, missus, post gloriosam victoriam quam reportauerat, letaliter per infideles ipse vulneratus occubuisset in Domino, de ipsius morte fuit prefatus electus adeo doloris stimulis perpessus, quod tam grauem incidit infirmitatem, quod eciam medici de eius vita desperarent; in qua eciam infirmitate tamdiu laborauit, quod, infra [lapsum] tempus de consecrandis episcopis, a canonibus diffinit[um], ad debitos

(1) O prelado em referência é D. Pedro de Noronha, filho de D. Afonso, conde de Gijon, e bastardo de D. Henrique II de Castela e de D. Isabel, também bastarda de el-rei D. Fernando de Portugal (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, p. 48, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 556). Foi nomeado Administrador da diocese de Évora em 11 de Janeiro de 1419 e seu bispo a 20 de Março de 1420, donde em 1423 transitou para a diocese de Lisboa (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, pp. 236 e 507). Muito referenciado pelo cronista RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, como arcebispo de Lisboa, durante as lutas da Regência, a favor da rainha (Caps. 3, 9, 10, 14, 16, 35, 42 e «passim»).

O falecido irmão do prelado é D. João de Noronha, que tomara parte na conquista de Ceuta em 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 50, 86 e 96) e, como capitão de 600 homens, interveio também no descerco da mesma praça em 1419 ou 1420, onde faleceu (Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, caps. 73 e ss.).

ordines promoueri et se consecrari atque interim camere apostolice de annatis, in quibus illi, racione dicte ecclesie, tenebatur, satisfacere nequiuit. Eapropter, idem electus, consciencia motus, dubitat iuris et eciam in quadam constitutione et statuto eiusdem sanctitatis dudum editis penas siue sentencias incurrisse.

Supplica[n]t igitur eidem sanctitati humiliter rex et electus prefati quatinus decernere et declarare dignemini prefatum electum nullam, propter premissa, excommunicacionis aut quamuis aliam penam uel sentenciam incurrisse nec eciam eandem ecclesiam Elborensem, propter aliquod premissorum, vacauisse aut vacare ac omnia et singula per eundem electum et eius nomine, circa regimen et administracionem dicte ecclesie, tam in spiritualibus quam temporalibus gesta, valida et efficacia censeri et haberi debere, statuentes et prorogantes sibi tempus et terminum ad sex menses, propter longinquam distanciam eiusdem ciuitatis a romana curia, infra quod munus suscipere et annatam huiusmodi persoluere debeat et teneatur et nichilominus, in quantum expediat, ipsum ab excommunicacionis et aliis sentenciis et penis, si quas propterea forsan incurrit, absoluere ipsumque integrum ad statum pristinum restituere, premissis et aliis contrariis non obstantibus quibuscunque. Et cum clausulis oportunis.

Fiat et absoluatur in forma. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie nonas aprilis, anno quarto.

7

13 ABRIL 1421

Carta de el-rei D. João I, a autorizar o infante D. Henrique a mandar fazer feira franca anual na sua vila de Tomar, de 16 de Julho a 1 de Agosto, com os privilégios para os feirantes constantes do mesmo diploma (1).

ANTT., *Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 2, doc. 17, inserta na de confirmação da Regência de 16 de Junho de 1445, cujo texto se reproduz, por mais correcto e por supormos tratar-se de transcrição directa do próprio original; encontra-se também na *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 19, em traslado tardio, em *Estremadura*, liv. 3, fl. 247 v., em con-

(1) Cfr. com o diploma régio da instituição da feira em 2 de Outubro de 1420 (Em nosso vol. 2, p. 386).

firmação de D. João II, e em *Ordem de Cristo*, Cód. 234, parte 2, fl. 36 v., onde se transcreveu, pelos anos de 1568, a primeira fonte citada. A grande novidade do novo diploma joanino, que vai seguindo o de 2 de Outubro de 1420, é a mudança da data da feira.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Purtugall e do Allgarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, ensseenbra com o jfante Duarte, meu filho primogenito e herdeiro nos dictos rregnos, auendoo por nosso seruiço e bem da nossa terra, damos poder e llugar e lleçença ao jfante dom Anrrique, meu filho, rregedor da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo e duc de Viseu e ssenhor de Coujlhãa, que elle mande fazer e sse faça, daquy en deante, em cada hũu ano, em a ssua villa de Tomar, hũa feira franqueada, a quall sse começe aos quinze dias por andar de julho e dure ataa primeiro dia dagosto.

E queremos e mandamos que todos aquelles que aa dicta feira veerem conprar ou vender quaaesquer coussas que ssejam, os que as hy trouuerem a uender e sse hy venderem, assy os que as cousas venderem como os que as conprarem nom paguem mais que a meetade da ssisa, posto que os que as dictas cousas conprarem ou venderem sejam moradores na dicta villa de Tomar ou em sseu termo ou em outras quaaesquer partes que seja. E esto sse nom entenda em vinhos que sse venderem atauernados nem em carne que sse venda a talho, que mandamos que destas duas cousas sse pague ssisa em cheeo.

Outrosy, mandamos que os que aas dictas feiras veerem que lhe nom ssejam tomadas ssuas bestas de ssella nem dalbarda pera nẽhũas carregas que ssejam nem elles nom sejam constrangidos pera nehũa seruidõoe, emquanto aa dicta feira veerem e em ella andarem e pera ssuas casas tornarem.

Outrossy, mandamos que nẽhũu dos que aa dicta feira veerem nom ssejam pressos nem acusados nem demandados por nẽhũus mallefiçios em que sejam culpados, sse esses mallefiçios forem daquelles em que nos mandamos que sse guardem os coutos do estremo, ssalluo sse estes mallefiçios forem fectos no dicto llugar ou termo ou fectos nouamente na dicta feira que, por taaes mallefiçios como estes, mandamos que ssejam pressos e sse lliurem por sseu dereito.

Outrosy, mandamos que os que aa dicta feira veerem nom sejam çitados nem demandados por nẽhũas diujdas que deuam nem por heranças nem por outra nẽhũa cousa a que ssejam tehudos e hobrigados, ssalluo sse forem diujdas que deuam de cousas que hy conprarem ou venderem na dicta feira.

Outrosy, mandamos que os que aa dicta feira veerem, emquanto a dicta feira durar, elles possam trazer ssuas armas, emquanto na dicta feira andarem.

Outrosy, possam andar em a dicta feira em quaaesquer bestas que lhes prouguer, nom enbargando a nosa defesa e hordenaçom que em contrairo desto he fecta.

Outrossy, mandamos e defendemos aos nossos corregedores e meyrinhos, asy da nossa corte como dos nosos rregnos, que nom vaam aa dicta feira por fazer correyçom nem a façam na dicta feira. E, sse allo quisserem hir, vãao, conprar ou vender, sse lhes prouuer, e nom por outra nẽhũa cousa. E, em testemunho desto, mandamos dello sseer fecta esta carta, assignaada per nos.

Dante em a çidade dEuora, xiij dias dabrill. Elrrey o mandou. Farto Gonçalluez a fez. Era de mjll iiij° Lix anos.

8

2 MAIO 1421

Súplica de D. João II, rei de Castela e de Leão, ao papa Martinho V, a rogar-lhe confirme ao nobre sevilhano Afonso de las Casas e a seus herdeiros a concessão que lhe fizera aquele monarca da conquista das ilhas livres de Grã Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas com todos seus direitos e pertenças, para redução delas à fé católica.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 151, fl. 274.

Beatissime pater.

Dudum deuota creatura eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filius Johannes, Castelle et Legionis rex, prouide attendens grata plurima et diuersa sibi, per deuotum vestrum Alfonsum de Casaus, nobilem jspalensem impensa seruicia et que verisimiliter impendere deberet in futurum talem (1) illi gratiam proposuit exhibere, per quam Altissimo et christiane fidei gloriam augmentaret et ipsi regi, successu temporis, maiori potencia

(1) No ms. *tale*.

ministraret obsequia, de Magna Canaria, de Tenerife, de La Gumera et de Palmas jnsularum jnfidelibus possessarum conquestam, sub spe subiugacionis et ad fidem catholicam reductionis, cum omnibus juribus et pertinentijs suis, pro se et heredibus suis, sub certis modis et modificationibus tunc expressis commisit, concessit et libere donauit, prout in litteris ipsius regis inde confectis plenius continetur (2).

Verum, pater sancte, ut jdem Alfonsus eo (3) feruencius ad reduccionem et recuperacionem jnsularum huiusmodi animetur, quo ex hoc dono romani pontificis senciat se fulcitum (4); supplicatur sanctitati vestre humiliter, pro parte dicti Alfonsi (5), quatenus commissionem, concessionem et donacionem huiusmodi et omnia ac singula in ipsis litteris contenta confirmare et apostolici scripti munimine roborare et, quantum expedit, prefatas jnsulas, cum mero et mixto imperio ac omnibus juribus et pertinencijs suis, recuperandas prefato Alfonso, pro se et heredibus ac successoribus suis, in perpetuum commictere, concedere et donare dignemini, de gratia speciali. Constitucionibus et ordinacionibus ceterisque contrarijs non obstantibus quibuscunque. Cum clausulis oportunis, etc. (6).

---

(2) A carta do rei castelhano em referência é de Avila, a 29 de Agosto de 1420 (Cfr. PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 127 e a bibliografia ali aduzida). WOLFEL, *El efímero obispado*, p. 85, refere que foi o dito Afonso chamado antes «de Canarias», «y eso probablemente por ser uno de los corsarios o cazadores de esclavos que infestaron las islas» (Cit. por P. EMBID, *lug. cit.*).

(3) No ms. *et* por *eo*.

(4) No ms. *fulsitum*.

(5) No ms. *Alfonsij*.

(6) Referindo-se à atitude da Coroa de Castela quanto às Canárias, no período de 1415-1435, PEREZ EMBID, sublinha: — «Durante este primer momento (1415--1435) la Corona de Castilla acepta pasivamente una titulación de soberanía sobre Canarias, que le había sido ofrecida por el vasallaje de Jean de Bethencourt, pero no interviene de manera directa en los acontecimientos de las islas.

«La Corona de Castilla se ocupa únicamente de extender algunos documentos que sirvan de legitimación a los esfuerzos prácticos de algunos andaluces, que tienen suficiente poder para organizar expediciones particulares. Este caso es el de la concesión hecha al sevillano Alfonso de las Casas, en 1420, encomendándole la conquista de las islas libres en determinadas condiciones. Mientras tanto, en el archipiélago, la renuncia de su primer poseedor, Jean de Bethencourt, en el conde de Niebla no altera las circunstancias de hecho, puesto que las islas siguen gobernadas por Maciot, que antes representaba a su tío y ahora representa al conde andaluz. No hay que olvidar a este respecto que esa situación afecta sólo a Lanzarote y Fuerteventura y cuando más a la isla de Hierro.

«En cuanto a la totalidad del archipiélago, la concesión de las islas libres a Alfonso de las Casas simultanea una duplicidad de señoríos, puesto que el conde de Niebla no deja de dar señales de que se consideraba como poseedor legítimo de su parte, y así en 1422 concede franqueza de pechos a los habitantes españoles de las islas que le pertenecían. Dicha duplicidad termina cuando (1430) el noble andaluz vende sus

Fiat in forma. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto nonas maij, anno quarto (7).

9

2 MAIO 1421

Letras Sincere deuotionis, *de Martinho V, para o sevilhano Afonso de las Casas, a confirmar a concessão e doação que lhe foram feitas pelo rei de Leão e Castela, da conquista e domínio de certas ilhas do arquipélago das Canárias.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 212, fl. 12.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Alfonso de Casaus, domicello Jspalensi, salutem, etc.

Sincere deuotionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, non indigne meretur ut votis tuis, illis presertim que orthodoxe fidei propagacionem et animarum salutem respiciunt, quantum cum Deo (1) possumus, fauorabiliter annuamus.

Exhibita siquidem nobis nuper, pro parte tua, peticio continebat quod olim carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Castelle et Legionis jllustris, prouide considerans nonnullarum jnsularum Canarie gentes, a multis temporibus ab alijs incognitas, catholicam fidem non tenentes, diuina preueniente gratia, eiusdem fidei agnouisse veritatem ac, per eas suscepto sacro baptismatis sacramento, fideles et deuotos esse christicolas, desiderans aliarum insularum populos similiter, diuina fauente cle-

---

derechos al que entonces poseía ya los de las islas insumisas, Guillén de las Casas, hijo de Alfonso, a quien Juan II confirma en 1433 la concesión hecha a su padre y el encargo de proseguir en la conquista» (*Obra cit.*, pp. 127-28 e a bibliografia ali aduzida).

(7) A confirmação de Martinho V, aqui solicitada, foi concedida na mesma data da Súplica, 2 de Maio de 1421, e não em 1434, como por equívoco escreveu PEREZ EMBID, *Lug. cit.*, p. 127, nota 123 (Cfr. o documento seguinte).

(1) No ms. *de* em vez de *Deo*.

Est. II. – Bula *Romani pontificis*, de Martinho V, a transferir o bispo de Marrocos D. Fr. Aimaro para a diocese de Ceuta, em 1421 (Doc. 4).

Est. III. — Letras *Gratie diuine premium*, de Martinho V a comunicar a el-rei D. João I a nomeação de bispo para Ceuta, em 1421 (Doc. 5)

mencia, eandem agnoscere fidem et sacro fonte baptismatis regenerari, sperans te ad id specialem gerere voluntatem ac, diuino suffultus iuuamine ipsiusque regis adiutus potencia, circa hoc finem adipisci peroptatum, tibi insularum Magne Canarie, de Tenerif dicte, de Jnferno, de Gomera et de Palmas conquestam et acquisicionem, cum omni iurisdictione, dominio criminali et ciuili ac mero et mixto imperio, sub certis formis et condicionibus, postquam illarum populi huiusmodi christicole forent, pro te tuisque heredibus, per lineam masculinam descendentibus, ac alijs de tuo genere existentibus concessit et donauit, prout in ipsius regis inde confectis litteris dicitur plenius contineri. Quare, pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum ut concessioni et donacioni predictis alijsque omnibus et singulis in eisdem litteris contentis et inde secutis, pro eorum subsistencia (2) firmiori, robur apostolice confirmacionis adijcere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, eiusdem fidei propagationem, etiam in jnsulis dudum eidem romane ecclesie concessis, dilatari totis desiderijs affectantes, huiusmodi supplicacionibus inclinati, concessionem et donacionem predictas et quecumque in dictis litteris contents rata habentes et grata, ea auctoritate apostolica confirmamus et presentis scripti patrocinio communimus.

Volumus, autem, quod prefatus rex, uel eius successor, in dictis regnis, postquam huiusmodi jnsule fidei acquisite fuerint memorate, ipsarum suppremum dominium ecclesie pertinere romane predicte, per suas litteras eius sigillo signatas et nobis aut successori nostro romano pontifici destinandas, recognoscat, alioquin, presentes littere nullius existant roboris vel momenti.

Nulli ergo, etc., nostre confirmationis, communicionis et voluntatis infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, sexto nonas maij, anno quarto.

10

28 MAIO 1421

Súplica de D. João II, rei de Castela e de Leão, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conservatória perpétua para Afonso de las Casas da confirmação pontifícia da conquista das ilhas

(2) No ms. *susistencia*.

de Grã Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas. Concedida por 5 anos.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 152, fl. 70.

Beatissime pater.

Dudum deuotus filius eiusdem sanctitatis Johannes, rex Castelle et Legionis, deuoto vestro nobili Alfonso de Casaus, jspalensi, de conquesta jnsularum Canarie, videlicet Canarie Maioris et Tenerifi ac de La Gomera et de Palmas, gratiam fecit specialem, quam quidem gratiam eadem sanctitas confirmauit gratiose.

Dignetur igitur sanctitas vestra conseruatoriam in forma militantis ecclesie in perpetuum super premissis eidem Alfonso concedere misericorditer de gratia speciali. Constitutionibus et ordinacionibus apostolicis et alijs in contrarium editis non obstantibus quibuscunque.

Fiat ad quinquennium. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto kalendas junij, anno quarto.

11

2 JUNHO 1421

Letras Sedes apostolica, *do papa Martinho V, dirigidas ao clérigo Galiano de Vleschanlber, da diocese de Tournay, Bélgica, que participara na defesa de Ceuta contra os sarracenos e matara um deles, a absolvê-lo, a pedido do rei de Hungria, Jerusalém e Sicília, das penas eclesiásticas em que por isso houvesse incorrido e a permitir-lhe a promoção a ordens sacras e a benefícios eclesiásticos* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 219, fl. 136.

(1) Este combatente de Ceuta não é referenciado pelas fontes diplomáticas e narrativas coevas.

Copyrighted material

Martinus, etc.

Dilecto filio Galiano de Vleschanlber, clerico Tornacensis diocesis, salutem, etc.

Sedes apostolica, etc.

Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua peticio continebat quod olim dominus carissimus in Christo filius noster Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris, contra perfidos sarracenos, Christi nominis inimicos, quj ciuitatem Ceptensem potenti obsidione in opprimendo grauabant, ad eosdem sarracenos, cum signo uiuifice crucis, viriliter expugnandos ac ciuitatem eandem ab obsidione huiusmodi liberandam et populum christianum inibi defensandum potenter assurgeret, tu, in conflictu per prefatum regem contra eosdem sarracenos tunc habito, eidem regi deseruiens, quendam ex eisdem sarracenis cum quodam gladio perforasti et interfecisti; quodque in pluribus alijs guerris publicis, in quibus diuersa homicidia laicorum, mutilaciones membrorum, spolia, rapine et incendia in locis sacris et non sacris et quorum nonnulla cum sacrorum locorum effractione perpetrata fuerunt pluribus vicibus interfuisti et equitando seruiuisti, nullum tamen alias quam in personam dicti sarracenj homicidium perpetrasti.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, tu, ex magna deuocionis feruore, cupias ad omnes eciam sacros ordines promoueri, vt in eis possis virtutum Domino perpetuo famulari, pro parte tua fuit nobis humiliter supplicatum ut te ab excommunicacionis et alijs sentencijs atque penis, quas, incendiorum et effractionum huiusmodi et aliorum premissorum occasione, incurristi, absoluere ac tecum ut ad omnes eciam sacros ordines huiusmodi promoueri et in eis ministrare necnon quecumque beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, obtinere possis misericorditer dispensare de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, attendentes quod sedes apostolica non consueuit petentibus veniam denegare ac, volentes te alias apud nos de vite ac morum honestate alijsque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendatum, horum intuitu, fauoribus prosequj graciosis, carissimj quoque in Christo filij nostri Jacobi, Vngarie ac Jerusalem et Sicilie regis jllustris, pro te, dilecto suo, nobis super hoc humiliter supplicantis, ac huiusmodi tuis in hac parte supplicacionibus inclinati; te ab omnibus excommunicacionis et alijs sentencijs atque penis in talia committentes generaliter promulgatis et quas, premissorum occasione, ut premittitur, incurristi, auctoritate apostolica, tenore presencium, absoluimus ac omnem inhabilitatis et infamie maculam siue notam per te, eorumdem premissorum occasione, contractam eadem auctoritate abolemus ac tecum ut ad omnes eciam sacros ordines huiusmodi promoueri et in eis ministrare ac quecumque beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, inuicem compatibilia, eciam si canonicatus et prebende

ac dignitates, personatus, administraciones uel officia in metropolitanis uel alijs cathedralibus aut collegiatis ecclesijs fuerint, dummodo dignitates ipse in eisdem metropolitanis uel alijs cathedralibus post pontificales maiores aut in collegiatis ecclesijs principales non existant, si tibi alias canonice conferantur, recipere et retinere libere et licite valeas, auctoritates apostolica supradicta, de speciali gracia, tenore presencium, dispensamus.

Nulli ergo, etc., nostre absolucionis, abolicionis et dispensacionis infringere, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto nonas junij, anno quarto.

12

10 JUNHO 1421

Bula Sacre religionis obseruantia, *de Martinho V, dirigida ao guardião e frades do convento franciscano de Ceuta, a conceder-lhes os privilégios dos seus confrades do convento de Monte Sião em Jerusalém, atendendo às suas súplicas e do infante D. Pedro, duque de Coimbra.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 213, fl. 196, — texto que se reproduz.

Publicada com omissões: por LUCAS WADDINGUS, *Annales Minorum*, vol. 10, 2.ª ed. Quaracchi, p. 391, doc. LXX; por GUBERNATIS A SOSPITELLO, *Orbis Seraphicus*, vol. 1, p. 550; por JORDÃO, *Bullarium patronatus*, vol. 1, p. 18.

Sumariada: por ABRANCHES, *Suma*, p. 350, n.º 2032; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 262, com o título errado de *Cum itaque*. Pode ver-se Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, *Historia Serafica*, parte 2, liv. 11, cap. 28, pp. 589-90, onde o autor diz conservar-se o original no convento de S. Francisco de Alenquer.

Martinus, etc.

Dilectis filijs guardiano et fratribus domus fratrum Ordinis Minorum de Obseruantia nuncupati, in ciuitate Ceptensi constitutis, salutem, etc.

Sacre religionis obseruantia, sub qua, mundanis abiectis illecebris, deuotum et sedulum exhibere proponitis Domino famulatum, non indigne

meretur ut illa uobis fauorabiliter concedamus que animarum uestrarum salutem respiciunt et quietem et per que uos in huiusmodi ualeatis assumpto laudabili proposito confoueri.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper, pro parte uestra, petitio continebat, dilectus filius nobilis vir Petrus, dux Colimbriensis, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, secundogenitus, quandam domum, in ciuitate Ceptensi, pro usu et habitacione vnius guardiani et fratrum Ordinis Minorum de Obseruantia nuncupati, in illa pro tempore Domino deseruire uolentium, in qua ad presens in humilitatis spiritu uirtutum Domino laudabilem impenditis famulatum, de bonis sibi a Deo collatis nouiter fundauerit atque erexerit, uosque propterea proponatis inibi, iuxta prefati ordinis instituta regularia, de apostolice sedis licentia, de cetero commorari.

Nos, pium uestrum in hac parte propositum condignis in Domino laudibus extollentes uestrisque et eiusdem ducis supplicationibus inclinati, ut tam uos quam guardianus et reliqui fratres in domo prefata pro tempore diuinis obsequijs mancipati, secundum ordinem et instituta huiusmodi uiuere ac omnibus et singulis priuilegijs, immunitatibus, libertatibus, exempcionibus, gratijs et indultis fratribus alijs domus de Syon Jerosolimitani dicti ordinis et eorum domui per sedem eandem uel alias quomodocunque concessis et quibus fratres ipsius domus de Syon utuntur et gaudent, uti et gaudere libere et licite ualeatis deuotioni uestre, auctoritate apostolica, tenore presentium indulgemus.

Nulli ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto jdus junij, anno quarto (1).

---

(1) O cronista ESPERANÇA, *Vol. cit.*, pp. 590-91, sublinha a dificuldade de se aguentarem ali os Religiosos materialmente: — «Padeciamos porèm grãde dispendio no rigor da Observancia, porq̃ os sujeitos eraõ poucos pera sustentar seu pezo na companhia de soldados, gẽte livre & muito dificultosa na sua pobreza delles a nossa sustentação. ElRei nos dava muito grandes Ordinarias, mas isto mesmo nos fazia mais escrupulo (eraõ esses tempos santos), porque a sua cobrança nos dava algum cuidado & ellas per si nos erão desvios de pedirmos pelas portas, na forma da nossa Regra. Em fim, encampamos o convento a os Claustraes desta Provincia, que por serem dispensados nalguns pontos da mesma Regra Serafica podiaõ viver melhor a seu modo com boas comodidades. E entendo que foi isto pelos annos de 1460, no qual tempo por semelhantes rezoẽs deixamos tambem o Oratorio de S. Francisco do Ves & a casa de S. Paio». Os Observantes guardavam a Regra à letra; os Conventuais ou Claustrais aproveitavam-se das dispensas concedidas pelos sumos pontífices (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 134). Já então, em terras de infiéis, os Missionários tinham de valer-se de auxílios do Estado.

13

30 JUNHO 1421

Carta de Henrique V, rei de Inglaterra, a autorizar Pedro Lobo do Quintal e Luís Fernandes, embaixadores do rei de Portugal, a transportar da Inglaterra para o nosso país, em dois navios portugueses, de que são mestres João Afonso e Gil Eanes, presentemente surtos no porto de Southampton, 60 lanças e todos seus cavalos e armaduras (1).

Publicada em RYMER, *Foedera*, t. 10, p. 134, — donde se reproduz.
Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 14, p. 175; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 470.

Rex universis & singulis admirallis &c. ad quos &c. salutem.

Mandamus vobis, firmiter injungentes quod Petrum Lopi de Quintaal, militem, & Lodevicum Fernandi, justiciarium, ambassiatores regis Portugaliae, infra regnum nostrum Angliae existentes, cum duabus navibus de Portugalia (unde Johannes Alfonsi et Egidius Johannis sunt magistri), in portu villae nostrae Suthamptoniae ad praesens existentibus, una cum sexaginta lanceis, equis, bonis, rebus & hernesiis suis quibuscumque, in navibus praedictis, versus partes suas proprias, absque impedimento seu perturbatione quacumque, transire permittatis, aliquo aresto in hac parte facto non obstante.

Teste Johanne, duce Bedfordiae, custode Angliae apud Westmonasterium, tricesimo die junii.

Per Concilium.
Et erat patens.

14

15 JULHO 1421

Carta de el-rei D. João I, a doar a Gonçalo de Tavares, seu vassalo, criado e escudeiro do infante D. Henrique, um pardieiro régio, sito junto do mercado da vila de Portalegre.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 33 v.

---

(1) Será o navegador Gil Eanes da ultrapassagem do Cabo Bojador da *Crónica dos feitos de Guiné* (cap. 9), em 1434 ?

Copyrighted material

Dom Joham, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçallo de Taauares, nosso uasallo e criado, scudeiro do jffante dom Anrrique meu filho, nos dise que nos auemos, em a nossa villa de Portalegre, junto com os açougues da dicta villa, hũu pardieiro, o qual foe conprado per Ruy Martijnz, que hi foe almoxarife, por b. mjl llibras da moeda de tres llibras e mea. O qual pardieiro parte com casas de Gonçallo Gomez, creligo, e com pardieiro de Joham Dominguez Muacho e com rruas puuricas e com outros com que de djreito deue partir. E pedionos por mercee que lhe fizesemos doaçam do dicto pardieiro.

E nos, veendo o que nos assy pedia, querendolhe fazer graça e mercee; teemos por bem e fazemoslhe mercee e doaçam do dicto pardieiro, se assy he e nosso he e perteence a nos de djreito.

E porem mandamos a UaasquEannes, nosso almoxarife em a dicta villa, e a outros quaaesquer almoxarife[s] nossos e scpriuaaes que hi depos el veerem e esto ham de ueer e aos jujzes e justiças da dicta villa a que esta carta for mostrada que, se acharem que assy he e o dicto pardieiro he nosso e perteence a nos e o podemos dar de djreito a quem nossa mercee for, que logo, vista esta carta, sem outro meo, metaaes o dicto Gonçalo de Taauares ou seu certo procurador em posse do dicto pardieiro e lho leixedes auer e lograr e posujr e uender, dar e doar e scambar e fazer delle e em elle o que lhe prouuer, como de sua cousa propria e corporal posisom, sem outro nehũu embargo; porquanto nos lhe fazemos mercee e doaçam do dicto pardieiro, como dicto he, o mais firmemente que seer pode, se a outrem primeiro nom he dado per nossa carta. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xb dias de julho. Elrrey o mandou per Pero Gonçalluez, seu uassallo e ueedor da sua fazenda. Martim Afonso a fez. Era de mjl iiij^{c} Lix annos.

15

28 AGOSTO 1421

Carta de el-rei D. João I, de transacção do relego de Viseu entre a Câmara da cidade e o infante D. Henrique, a quem o monarca o havia concedido, pagando aquela ao infante, anualmente, 25 coroas de ouro da moeda de França.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 38. — Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 395, doc. 15.

Dom Joham, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o concelho e homens boons da cidade de Viseu nos enujarom dizer, per Gil Martijnz, seu vizinho e procurador, per poder de hũa procuraçam que nos mostrou, a qual parecia seer fecta e asignada per Gil Afonso, tabaliam da dicta cidade, aos xxiiij dias do mes de março da era de mjl iiij^{c} Lix annos, pella qual procuraçam os sobredictos deram lugar ao dicto Gil Martijnz que, por elles e em seu nome e de todo o dicto concelho, pudese firmar e firmase aueença com o jffante dom Anrrique, meu filho, regedor e gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Nosso Senhor Jhesu Christo e duque da dicta cidade de Ujseu e ssenhor de Coujlhãa, por razam do relego (1) que, em cada hũu anno, na dicta cidade auemos dauer, o qual ora o dicto jffante ora de nos tem, emquanto nossa mercee for; e que, se o com el nom pudese firmar, que o pudese firmar comnosco ou com o jffante Duarte meu filho; e que aujam por firme e stauel todo aquello que pollo dicto seu procurador em esto fosse fecto e outorgado, so obrigaçam dos beens do dicto concelho.

Veo comnosco a tal aueença e amjgauel composiçom, per maneira de transauçom, que o dicto concelho nos dese, em cada hũu anno, por o dicto relego, vinte e cinquo coroas de boo ouro e justo peso do cunho e moeda delrrey de França, e que estas coroas dem e paguem, em cada hũu anno, ao dicto jffante, emquanto o dicto relego de nos teuer, e que despois a nos e a nossos sucesores ou aquelles a que nos ou elles dermos esto, por Sancta Maria dAgosto, em paz e em saluo, na dicta cidade. Que a primeira paga comece de fazer por o dicto dia de Sancta Maria, primeiro que uem da era de mjl iiij^{c} Lx annos.

E nos, visto seu dizer, porque entendemos que he nosso serujço, praznos dello e que elles aiam em ssy o dicto relego e que dem e paguem por elle, em cada hũu anno, ao dicto tempo, na dicta cidade, as dictas vinte e cinquo coroas douro, pella guisa que dicto he.

E porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda e contadores e nosso almoxarife que ora he da dicta cidade auer nehũu relego, que por nos nem per outrem pera nos seia posto, e que o leixem auer ao dicto concelho, pagando elles a nos, em cada hũu anno, as dictas xxb coroas, como dicto he. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta,

---

(1) «He um direito, com que o Soberano, ou o seu donatario, podem livremente vender o vinho, que nos seus *Reguengos* ou *jugadas* ou *coutos* se cria: e isso em certos mezes, e por tantos dias, nos quaes se não póde vender impunemente outro qualquer; segundo que nos respectivos foraes, ou mercês se determina» (Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidario*, v. «Relego I»). Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 55 e ss. e a bibliografia ali aduzida.

a qual uos fazede registrar em o liuro do dicto almoxarifado, pera em cada hũu anno pera nos recadardes o dicto ouro. E o concelho tenhaa pera sua guarda. Vnde al nom façades.

Dada na cidade dEuora, xxbiij dias do mes dagosto. Elrrey o mandou, Pero Gonçalluez a fez. Era de mjl iiij^{c} Lix annos.

16

FINS DE 1421

El-rei D. João II de Castela manda a Portugal o Dr. Afonso de Cartagena, deão de Santiago e de Segóvia e do seu Conselho, com o escrivão da câmara régia João Afonso de Zamora, responder às duas anteriores embaixadas portuguesas àquele país.

Crónica de Don Juan II, año 15.º, 1421, cap. 34, p. 411. — A esta embaixada se referiram: LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 99; FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 197; SOARES DA SYLVA, *Memorias... del Rey Dom João I*, t. 2, cap. 189, p. 941; e *Quadro elementar*, t. 1, p. 297.

De como el Rey embió al Dean Don Alonso de Cartagena al Rey de Portugal á le responder á las embaxadas que le habia embiado sobre las treguas.

En este tiempo el Rey acordó, pues embaxadores de Portugal habian venido en tiempo de las tutorías de la Reyna Doña Catalina é del Infante Don Fernando, á demandar paz perpétua, é no se les habian en alguna manera otorgado hasta que el Rey fuese de edad, é despues sobre esto mesmo habian venido á él quando el movimiento de Tordesillas(1), y el Rey les mandó responder quél embiaria sobre esto sus embaxadores en Portugal; parescióle que era razon de lo poner en obra, é luego acordó de embiar al Rey de Portugal al Doctor Don Alonso de Cartagena, Dean de Santiago y de Segovia, é del su Consejo; é mandó que fuese con él un Escribano de

(1) O cronista parece aludir aqui ao facto por ele narrado nos cap. 18, 20 e ss. do mesmo ano de 1421 (pp. 405 e ss.).

cámara suyo que llamaban Juan Alonso de Zamora; é mandó al Dean que concordase treguas ó paces con el Rey de Portogal por el menos tiempo que pudiese, con ciertas condiciones de las quales se hará mencion en su lugar (2).

---

(2) Aludindo à carreira de D. Alfonso García de Santa María que, a partir de 1441, já bispo, passou a usar o nome de Alfonso de Cartagena, bispo de Burgos e célebre por suas Alegações contra Portugal sobre os direitos de Castela às Ilhas Canárias, LUCIANO SERRANO, O. S. B., informa: — «A fines de este año de 1421 fué de embajador real a la Corte portuguesa con misión de lograr continuasen las treguas y paces entre Castilla y Portugal por cierto tiempo y bajo determinadas condiciones, que antes habían acordado los procuradores a Cortes de Castilla. Las negociaciones duraron todo el año de 1422; para ocupar los ratos libres e instruir al príncipe Duarte, hijo mayor del monarca portugués, con quien se veía frecuentemente en la cámara real, compuso el *Memorial de Virtudes*, donde recopiló cuantas alocuciones fueron hechas sobre este tema al susodicho príncipe (Rodríguez de Castro, *Biblioteca*, t. I, p. 240). Y a ruegos del secretario de la embajada y por ende suyo y escribano real Juan Alonso de Zamora, tradujo al castellano la obra de Cicerón titulada *De Senectute (Ibid.*, p. 643)» *(Los conversos D. Pablo de Santa María y D. Alfonso de Cartagena*, p. 126). O autor cita carta de el-rei de Portugal, datada de Santarém a 13 de Março de 1422, a autorizar D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, e o Dr. Fernando Afonso para firmarem as pazes e jurá-las entre Portugal e Castela (*Archivo de la Catedral de Burgos*, vol. 17, fl. 436, original). Informa-nos, porém, o arquivista R.^mo^ Cónego D. Nicolas Lopez Martinez de que está quase toda ilegível.

Sobre o embaixador castelhano e humanista em causa podem ver-se também: JOSEPH M. PIEL, *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Cicerom*, Coimbra, 1948, Introdução, pp. XII e XIII; JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, pp. 35 e ss.; e ROBERT RICARD, *L'Infant D. Pedro de Portugal et «O Livro da Virtuosa Bemfeitoria»*, p. 40 e a bibliografia ali aduzida. Na Biblioteca do Escurial, fl. T. 12, conserva-se a versão de Alfonso de Cartagena da *Rethorica* de Cicero, assim intitulada: *Libro de marchio tullio çiceron q̃ se llama dela Retorica tras/ladado de latin en Romançe por el muy Reuerendo don Alfoñ / de Cartajena obispo de Burgos a ynstançia del muy esclareçi/do Prinçipe don eduarte Rey de portogal.* E em seu «Prologo en la translaçion», o tradutor começa por dizer a D. Duarte: — «Hablando con vos, prinçipe esclareçido, en materias de sçiençia, en que vos bien sabedes fablar, en algunos dias de aquel tiempo en que en la vuestra corte, por mandado del muy catholico Rey, mj sseñor estaua, vinovos a voluntad de auer la arte de la Retorica en claro lenguaje por conoscer algo de las doctrinas que los antiguos dieron para fermoso fablar. E mandastesme, pues yo a esa sazon paresçia aver algunt espaçio, para me ocupar en cosas estudiosas, que tomase vn pequeño trabajo e pasase de latyn en nuestra lengua la Rethorica que Tullio conpuso. E, como quier que, en el estudio della fuy yo tan poco ocupado e despendi tan poco tiempo, que no digo para la trasladar, mas avn para entender algo della, me reputaua e reputo ynsufiçiente. Pero, acatando al vuestro studioso deseo, començe a poner en obra vuestro mandamjento. E, començando ocupar en ello la peñola, sobrevino mj partida e quedo a vos, segunt se suele fazer en las compras, commo por manera de señal, vna muy pequeña parte del comjenço. Et vino comjgo el cargo de lo aca complir. Et pasaron despues tiempos asas en que otra obra mucho mayor e de mas trabajo e estudio se podiera acabar. Mas esta non se acabo fasta aquj».

17

4 JANEIRO 1422

Súplica do infante D. João, filho de el-rei D. João I e Administrador da Ordem de Santiago da Espada, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe declare que a referida Ordem, seus membros e bens móveis e imóveis são eclesiásticos e dependem exclusivamente da jurisdição da Igreja e que ninguém, excepto aquela e o respectivo Superior, se pode intrometer na Ordem, civil e criminalmente isenta do poder laical, que abusivamente a pretende submeter à sua jurisdição. Concedido (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 159, fl. 101. Publicada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 551, a cuja investigação particular devemos outros textos dos Arquivos do Vaticano reproduzidos no presente volume.

Beatissime pater.

Exponitur sanctitati vestre, pro parte deuotissimi filii et fidelis seruitoris sanctitatis vestre Johannis, serenissimi principis Johannis, regis Portugalie et Algarbii nati, quod, licet tempore quo ordo Sancti Jacobi de Spata, in Hispaniarum partibus, ad expugnandum fidei inimicos, quibus

(1) A Ordem Militar de Cáceres, de Uclés ou de Santiago — por todos estes nomes foi conhecida —, fundada em Espanha em 1170, inicialmente para protecção contra os sarracenos dos peregrinos cristãos que se dirigiam a Santiago de Compostela, veio a dedicar-se, como as restantes ordens militares peninsulares e internacionais, à conversão da mourisma e à luta contra ela. Os seus primeiros estatutos, redigidos na junta de Sória de 1172, a instância do cardeal legado Jacinto, foram aprovados pela bula *Benedictus Deus* do papa Alexandre III, de 7 de Julho de 1177 (Cfr.: RADES Y ANDRADA, *Chronica de las 3 ordenes y cancillerias de Santiago, Calatrava y Alcantara*, 1572; P.-H. HELYOT, *Histoire des ordres monastiques, religieux et militaires;* A. ARCELIN, *Morimond et les milices chevaleresques d'Espagne et de Portugal;* A. BENAVIDES, *Historia de las Ordenes de Caballeria;* F. AGUADO DE CORDOBA, *Bullarium equestris ordinis sancti Jacobi de Spatha).*

Cedo a nova Ordem foi introduzida em Portugal; pois D. Afonso Henriques lhe doou a vila da Arruda em 1172. Sobre a sua evolução no país, pode ver-se sobretudo: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 323-24, e t. 2, pp. 182-84. Já em 1416, el-rei D. João I, aproveitando a vacância do Mestrado da Ordem de Santiago, fizera reverter em favor da defesa de Ceuta, conquistada no ano anterior, os rendimentos daquela ordem militar. Dois anos depois, solicitava-a para seu filho o infante D. João, a quem foi concedida pelo papa Martinho V (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, pp. 240, 301 e 303). O presente documento prova zelar aquele infante os interesses e isenções da Ordem que administrava.

partes eedem tunc valde affligebantur, primo creatus et institutus fuit, sancta sedes apostolica et summus pontifex, qui tunc eidem sedi preerat, ordinem ipsum et eius regulam approbando et confirmando, omnes et singulas personas ac bona ipsius ordinis presentia et futura, sub iurisdictione et protectione eiusdem sedis submiserit et ordo predictus, qui etiam in Portugalie et Algarbii partibus existit, cuius administracionem sanctitas vestra eidem seruitori vestro commisit, a seculari domini et genitoris sui iurisdictione, tam criminaliter quam ciuiliter, sit exemptus; nichilominus, ex quadam vsurpatiua potestate ab eadem laicali iurisdictione, de facto, plurimum vexatur, asserendo ordinem predictum, qui penitus ecclesiasticus est, ad suam laicalem iurisdictionem pertinere.

Cum autem, beatissime pater, non sit dignum quod illi qui regulares et sub ecclesiastica religione sunt ad forum trahantur vetitum; eapropter, supplicat sanctitati vestre idem seruitor vester, humiliter et deuote, quatinus auctoritate apostolica decernere et declarare dignemini ordinem et personas ac bona eius mobilia et immobilia ecclesiastica esse et ad iurisdictionem ecclesie pertinere nullumque, preter ecclesiam et superiorem suum, de ordine et personis ac bonis predictis se intromittere debere, certos executores, auctoritate eadem, contra personas easdem, ad seculare iudicium, tam ciuiliter quam criminaliter, trahentes, in forma debita deputando de gratia speciali. Cum clausulis oportunis.

Fiat vt petitur. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, pridie nonas januarii, anno quinto.

18

16 JANEIRO 1422

Procuração do infante D. Henrique, como Regedor da Ordem de Cristo, passada a seu almoxarife em Lisboa, Pedro Nunes de Faria, ali encarregado do arrendamento dos direitos da Ordem, pela qual, atendendo a que algumas pessoas que traziam aforados e emprazados bens da dita Ordem os não aproveitavam nem zelavam como deviam, lhe confere poderes para demandar herdades e éstimos da Ordem existentes nessas condições em Lisboa, Sintra e seus termos (1).

(1) Menos de dois anos após a sua nomeação para Administrador da Ordem de Cristo, vemos o infante D. Henrique a zelar o aproveitamento dos bens daquela (Cfr. também o nosso DOC. 26, de 30 de Outubro deste mesmo ano).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 137, maço 1, n.º 30, transcrita em emprazamento feito pelo citado Pedro Nunes de Faria a Pedro Afonso, escrivão do tesouro de Ceuta em Lisboa, em 14 de Março de 1429.

Eu, o jffante dom Anrryque, rregedor da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo e duc de Vjsseu, ssenhor de Couylhãa, ffaço ssaber a uos, corregedor e jujzes da muj nobre e leall çidade de Ljxboa e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer per quallquer gujssa, a que esta carta ffoor mostrada, que a dicta hordem de Christos tem, em essa çjdade e termo della e em Sjntra e em outros logares darredor, algũus beens de rrayz, assy afforados comee enprazados a çertas pessoas e por çertas penssoes.

E agora me he dicto que algũus dos ssobredictos fforeyros nom adubam nem aproueytam as dictas herdades e beens e sse perdem per sseus azos e ssom dapnyfficados e postos em mortorjo, da quall coussa aa dicta hordem uem grande perda e dapno e a mjm desseruyço, aa hũa por a dicta hordem nom auer todo sseu conprimento dos djrectos sseus, como os averya sse aproueytados ffosem, e majs as dictas herdades sseerem perdjdas e dapnyffjcadas.

E, porquanto hy, em essa çjdade, esta por meu almoxaryffe Pero Nunnez de Farja, que tem encarrego de arrendar todollos djrectos ssusso dictos que a hordem ha; e, por elle sseer tall que ho ssabera bem ffazer, como conpre por meu sseruyço e proll da dicta hordem; eu per esta lhe dou poder que, sse ell achar que taes pessoas nom tem aproueytadas as dictas herdades como deuem e todallas outras coussas que enprazadas teuerem, que elle lhes possa demandar as dictas herdades e os estjmos dellas, ssegundo entender por meu seruyço. Ao quall eu mando que assy o ffaça e rrequeyra como ssoffjçyente procurador pera esto. E, por desto sseerdes çertos, lhe mandey dar esta mynha carta, assynada per mym e sseellada com meu seello.

Fecta em Montemayor ho Nouo, dez e sseijs djas de janeiro. RodriguEanes a ffez. Era de mjll e quatrocentos e ssassenta anos.

19

4 FEVEREIRO 1422

Sentença da corte de el-rei D. João I, a confirmar a do corregedor de Entre Doutro e Minho dada no pleito entre a Câmara e o cabido do Porto, em que se julgou contra este que os navios toma-

dos por el-rei por força, como haviam sido muitos desde a tomada de Ceuta e desde 1414 ou 1415, para abastecimento daquela praça africana, não deviam pagar à sé do Porto o sal de Santa Maria, que eram, inicialmente, vinte almudes de sal de quantos milheiros fossem capazes de levar, mesmo que transportassem outra mercadoria, e depois, por novo acordo, não levando sal, seis peças de ouro em dinheiro.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, liv. 3, doc. 85, original em pergaminho, com pedaço de selo de cera, pendente de fita azul e branca, — texto que se reproduz; *Livro B*, fl. 206.

Sumariada no *Indice Chronologico dos docs. mais notaveis... da Camara do Porto*, p. 129.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Purtugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A vos, Joham Fogaça, caualeyro, corregedor por nos em a correyçam dantre Doyro e Minho, ssaude.

Sabede que, dante Joham Ferrnandez, que hy foy corregedor ante uos, veho, per apellaçam, aa nossa corte hũu fecto, o quall era antre o conçelho da çidade do Porto, per sseu procurador, auctor da hũua parte, e o adayam e cabidoo da ssee dessa çidade, per sseu procurador, rreeo da outra; dizendo o auctor contra o rreeo que, no anno da era de mjll e iiij^{c} e Lij ou Liij annos, nos fezeramos armada de grã frota de naujos, grandes e pequenos e guallees, pera sobre a dicta nossa çidade de Çepta e tomada della, a qual nos Deus dera a gaançar, por ssua merçee, e foy e he em nosso poder.

A quall çidade nos bastiçemos de jentes e mantijmentos e a defenssamos ataa aqui e entendemos a defenssar ao diente, plazendo a Deus, dos ymjgos da fe. Por a quall rrazom, nouamente e per constrangimento, mandamos per nossos ofiçiaaes em a dicta çidade tomar os naujos e barchas pera dhy leuarem armas e mantijmentos e os homeens pera gouernamento e defenssam da dicta çidade de Çepta, por seruiço de Deus e acreçentamento da santa fe catolica, sem lhes seerem fectas cartas de fretamentos aos meestres e senhores dos dictos naujos nem lhes darmos nem pagarmos, por o que dicto he, saluo aquello que aa nossa merçee aplaz. Em tanto que os senhores dos naujos perdem grosamente e escasamente podem soportar per ello mantijmento pera esses que guyam e seruem esses naujos, sem auendo outro percalço nem gaanho, ante perdem grosamente no que dicto he.

Polla quall rrazom, nom ssom tehudos a pagar o ssall que, per custume e forall, os naujos em a dicta çidade pagam de Santa Maria aa egreia e

Copyrighted material

bispo e cabidoo das ydas e viageens que fazem e que ssom dello ysentos, des a tomada da dicta çidade de Çepta, de o pagarem assy como dos outros logares de todo nosso ssenhorio, porque vãao per constrangimento, como dicto he, e per nossa prema e contra ssuas vontades. E, nom enbargando esto, que os vigairos da dicta egreia fazem nouamente demandar perante ssy os senhores e meestres dos dictos naujos que lhes paguem o ssall de Santa Maria das viagees que assy per constrangimento fazem pera Çepta como doutras viageens que uãao pera outras partes, ssegundo sse no forall uelho e conprimjsso dennouaçam que foy fecto e Joham Afonso Aranha, bispo que foy dessa çidade, contem.

O quall nom ha logar em este caso, ssabendo outrossy esses vigairos que taaes pessoas ssom leygas e da nossa jurdiçam, e os costrangem e fazem por a dicta rrazom rresponder perante ssy, por gastarem o que ham, poendolhes ssentenças e penas descomunhões e exbulhandoos dos seus beens per ssuas ssentenças que dam e as fazem eixecutar a sseus moordomos, nos beens desses meestres e ssenhores desses naujos, ssabendo elles que de taaes viageens pera Çepta nom ham dauer sal de Santa Maria, pois ssom contra ssuas vontades, e demais que he artigo quando algũu leygo, per ano e dia, esta de posse dalguua cousa que perteençe aa egreia, que manda o papa que tall leigo seia demandado perante sseu juiz ssecular e esso meesmo do creligo. E que porem os meestres e senhorios dos dictos naujos nom deujam seer demandados, saluo perante o juiz secular; pois per tanto tempo estauam em posse de nom pagar de taaes viageens o ssall de Santa Maria. E demais que faziam força em tomarem jurdiçam do que a elles nom perteençia, da quall força nos ssomos jujz.

Por a quall rrazom, os cidadãaos da dicta çidade do Porto e conçelho della nos escpreueram, em rrazom destes agrauos e males que lhes assy eram fectos per os dictos vigairos e cabidoo da see dessa meesma; e que nos escpreueramos ao dicto corregedor que soubesse sobre ello a uerdade e fezesse dereito aas partes, segundo antre as outras cousas na carta que lhe sobre ello enujaramos mais conpridamente era contehudo. Porem pidia o procurador do dicto conçelho que, per ssentença do dicto corregedor, fosse constrangudo o dicto cabidoo que nom demandasse mais as sobredictas pessoas pollo que dicto he e que, sse algũu dereito sobre ello teuessem, que o demandassem perante o dicto corregedor, ssegundo em a dicta nossa carta era contehudo e per nos mandado que sse fezesse.

O quall libello foy julgado que proçedija e foy contestado per o procurador do dicto cabidoo, delle per confissam e delle per negaçam, e julgado que contestaua quanto auondaua. E, por parte do conçelho, foram dados arrtigos perteençentes e outrossy foram, por parte do cabidoo, dados outros, em contrayro. Em os quaees, antre as outras cousas, dizia que queria prouar e fazer çerto que a dicta egreia e cabidoo da ssee dessa çidade cobrara e ouuera toda a jurdiçam sprituall e tenporall, crime e

çiujll e ssenhorio, poderio e sobieyçam e ssuperioridade da dicta çidade do Porto e çidadãaos della, per doaçõoes que aa dicta egreia foram fectas per a rraynha dona Tareyga, que fora ssenhora da dicta çidade, e per algũus rrex que forom de Purtugall (1); e foram dello de posse per mujtos anos e longos tenpos, ataa que a alguus rrex que foram ao depois aprouuera de tomarem a jurdiçam tenporall e outras cousas que aa dicta egreia perteenciam; e que, na era de mjll e iiij^{c} e Riiij^{o} anos, fora fecta conposiçam antre nos e a dicta egreia sobre as cousas assy tomadas per nossos anteçessores, pormetendo nos de conseruar e defenssar a dicta egreia em as cousas de que assy estaua de posse; e que ha forall antigo antre a dicta egreia e a dicta çidade, agardado e confirmado per mujtas ssentenças e per tanto tenpo que a memoria dos homees nom he em contrayro, que todallas barcas, tambem naaos, bayxees como outros naujos, de quaeesquer vizinhos da dicta çidade que corressem o mar e filhassem frete ou fossem carregados pera Frandes ou pera alem mar ou pera outra quallquer terra, pagassem, de quantos mjlheiros fossem extimados cada hũu naujo, de cada hũu mjlheiro, aa dicta egreia, vijnte almudes de ssall, posto que ssall nom leuassem nem trouuessem; e que, ao depois, porque alguuas uezes faleçia o ssall e era mujto caro, ao tenpo que faleçia, os dictos çidadãaos com Joham Afonso Aranha, a esse tenpo bispo da dicta çidade, contrautaram, per maneyra de conposiçam, que o nauyo nom pagasse ssall, saluo o que o trouxesse a essa çidade, e os outros que o nom trouxessem pagassem çerta estimaçam douro, segundo fosse o naujo e a extimaçam da carrega, que podesse leuar, pollo dicto ssall de Santa Maria, ataa seis peças douro e mais nom, por grande que o naujo fosse, obligandosse a pagar o que dicto he sob çerta pena douro, no dicto contraucto contehuda.

E que, per bem e uertude do dicto contraucto e foraaes, esteueram e estauam de posse de leuarem de todollos nauyos que fossem e partissem da dicta çidade carregados pera fora, per a foz do rryo, pera Frandes ou pera outras partes e espeçialimente pera o dicto logo de Çepta, o dicto ssall, quando husauam do forall antygo; e, depois da dicta conposiçam, o dicto ouro per o tenpo que dicto he e espeçiallmente depois da tomada da dicta çidade ataa ora, posto que taaes nauyos fossem e uãao per nosso constrangimento e por nosso seruiço e dos nossos rregnos, e posto que outrossy rreçebessem mais pequenos fretes, segundo a istançia dos logares a que assy hiam e vãao, per nosso constrangimento, como dicto he, e

(1) A carta de doação e coutamento do burgo do Porto pela rainha D. Teresa ao bispo D. Hugo e seus sucessores é de 18 de Abril de 1120 e conserva-se, por cópia: no ANTT., *Chancelaria de D. Afonso II*, fl. 75; e, em pública-forma do séc. XIV, no ADP., Arquivo do Cabido, *Pergaminhos*, liv. 6, doc. 2. Publicada por ex. em *Documentos Medievais Portugueses*, Régios, vol. 1, t. 1, p. 66, doc. 53.

Copyrighted material

dos rrex dante nos; e que outrossy, per uertude de ssuas doações e foraaes, foram senpre e som em posse, elles e a dicta egreia per os bispos della e seus vigayros e ouujdores e logoteentes, per o dicto tenpo e espeçiallmente des a tomada da dicta çidade e era sobredicta de Liij annos ataa ora, de auerem conhiçimento dos naujos que fossem tehudos de pagar o dicto ssall ou a dicta estimaçam douro aa dicta egreia e espeçialmente dos naujos que foram e uãao ao dicto logo de Çepta, de constrangerem os senhores e meestres delles que fezerem as dictas vjageens que paguem o dicto ssall ou ouro per ssuas ssentenças dexcomunham e fectas eixecuçõos per os moordomos da dicta egreia e rrematações e entregua aa dicta egreia e sseu cabidoo do que forem tehudos per a dicta condapnaçam, posto que taaes meestres e ssenhores sejam pessoas leygas, ssegundo em sseus arrtigos contra nos mais conpridamente era contehudo; os quaees lhe foram rreçebudos e mandado que sse soubesse a uerdade, assy per elles como per os da auçam. E as partes deram a elles ssuas jnquirições e prouas, assy per testemunhas como per escprituras publicas.

As quaees acabadas e abertas e publicadas e vistas per o dicto corregedor, dando a deffinjtiua, per ssentença julgou que anbas as partes prouauam de ssuas teenções que lhes auondaua. Mais, porque o fundamento do fecto era tam soomente por rrazom do ssall que o dicto cabidoo queria leuar dos (2) naaos que ssom tomados pera Çepta, per bem de sseu forall e conposiçam fecta antre esse cabidoo e o dicto conçelho, quanto a esta parte; visto como as dictas naaos ssom tomadas aos ssenhorios per nos e nossos ofiçiaaes per fforça e contra ssuas vontades, ssem auendo dellas outro proueyto, ssaluo aquello que lhes nos mandamos dar, de que sse lhes segue mais perda que proueyto, e assy nom serya rrazom de pagarem o dicto sall ou estimaçam delle contehuda na dicta conposiçam, moormente que esses nauyos nom vãao carregados doutras mercadarias saluo de mantijmento pera as jentes que estam em a dicta çidade; e, sse sse destes mantijmentos ouuesse de pagar ssall ou a dicta estimaçam seeria foro nouo, que o dicto forall nom declaraua nem o podya hy de dereito outra alguua pessoa poer, saluo nos, pois nouamente fora tomada aos ymjgos da fe.

Porem, visto todo e em como o cabidoo soomente fundara ssua contrariadade e proua a ella dada sobre a jurdiçam deste aucto perteençer aa egreia; e, porquanto essa egreia ajnda nom fora em posse de conheçer de taaes trabutos ora nouamente per esse cabidoo demandados, ante estaua em nossa merçee conheçermos dello; julgou que, emquanto nos e nossos ofeçiaaes assy tomarmos os dictos naaos aos ssenhorios delles pera os

(2) O termo *naaos* figura aqui ora como masculino ora como feminino. Porque se trata de documento original, mantemos o texto tal qual se encontra.

dictos mantijmentos, que elles nom paguem o dicto ssall ou a dicta estimaçam por elle ao dicto cabidoo e ssua egreia e que fossem dello rrelleuados e quites esses naaos. E, se esses naaos forem fretados e carregados dalguuas mercadarias pera a dicta çidade de Çepta, que entam paguem o dicto ssall ou ssua estimaçam na dicta conposiçam contehuda por elle. E, visto o fecto quall era e em como o dicto conçelho auya rrazom de demandar e o dicto cabidoo de sse defender, julgou que fosse ssem custas.

Da quall ssentença o dicto cabidoo, per sseu procurador, pera nos apellou. E, visto per nos o dicto fecto e apellaçam, presentes os procuradores das dictas partes, acordamos que he bem julgado e, declarando a ssentença do dicto corregedor naquella parte em que mandou que os dictos nauyos seiam escusados quando forem per nosso mandado ou dos nossos ofiçiaaes, que esto sse entenda quando forem tomados os dictos naujos contra uontade dos ssenhores e meestres delles. E mandamos que seja ssem custas, visto o que sse pollo fecto mostra.

Porem, mandamos a uos e aas outras nossas justiças que façades conprir e agardar como pollo dicto corregedor foy julgado e per nos he declarado e confirmado. Vnde al nom façades.

Dante em a çidade de Lixboa, quatro dias de ffeuereiro. Elrrey o mandou per Fernam Roiz e Afonso Giraldez, sseus vassallos e ssobrejuizes. JohannEsteuez a fez. Era de mjll e iiij^{c} Lx annos. XXX rreaaes.

(as.) Alfonsus legum scollaris.

(as.) Fernandus bacalaurius legum.

20

17 MARÇO 1422

Salvo-conduto de Micaela de França, duquesa de Borgonha, na ausência do marido, Filipe o Bom, passado aos mercadores, mestres e marinheiros dos navios dos reinos de Portugal e dos Algarves, por um ano, a começar em 22 de Abril seguinte (1).

---

(1) Micaela de França, filha de Carlos VI, casara com Filipe, então conde de Charolais, filho único de João Sem-Medo e seu sucessor no ducado de Borgonha, os quais, à morte daquele, ocorrida em 1419, residiam em Gand, onde a duquesa veio a a falecer em 8 de Julho de 1422. Na data do presente documento, Filipe devia achar-se em Dijon (Cfr. JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, Paris, 1949, pp. 181 e 191-92, e a bibliografia aduzida pelo autor, a que pode adicionar-se P. BONENFANT, *Philipe le Bon*, 2.ª ed., Bruxelles, 1955).

Copyrighted material

BRUGES, STADSARCHIEF, Stadscartularium, *Groenenbouc A*, fl. 150 v., inserta na carta de confirmação de 31 de Março, — o nosso DOC. 21.

Análise em L. GILLIODTS-VAN SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*, t. 1, p. 547. Este documento e o seguinte foram transcritos pelo ilustre historiógrafo belga D. Charles-Martial de Witte, mantida a ortografia da época.

Michiele, fille du roy de France, duchesse de Bourgoingne, contesse de Flandres, dArtois et de Bourgoigne palatine, dame de Salins et de Malines, ayant, en absence et par lordonnance de monseigneur, le gouuernement de ses diz contez et pays de Flandres et dArtois. A tous ceulx qui ces presentes lettres verront ou orront, salut.

Scauoir faisons comme les marchans, maistres de neifs et maronniers du royaume de Portugale et dAlgarbe, lesquelz ont accoustume, avec leurs neifs et marchandises, a frequenter ou (2) dit pays de Flandres, ayent entencion, si comme len dist, de laissier la dicte frequentacion et avecq leurs neifs et marchandises eulx transporter et retraire en autres pays et marches, parce quilz se doubtent que, se ilz arriuoient en icelluy pays de Flandres auec leurs dictes neifs et marchandises, ils porroient estre arrestez et empeschiez, pour occasion daucunes prinzes que len porroit imputer a aucuns des subges des diz royaumes par eux auoir este faictes ou temps passe sur aucuns castillains, bretons ou autres.

Pour ce est il que nous, pour lutilite de la marchandise et chose publique du dit pays de Flandres, auons donne et donnons generalement, par ces presentes, aux marchans, maistres de neifz et maronniers des diz royaumes de Portugal et dAlgarbe et a chacun deulx qui doresenauant vouldront venir et frequenter marchandement et autrement en ycellui pays de Flandres, bon, seur et sauf conduit, durant vng an entier, commenchant le xxij.e jour dauril prouchain venant et fenissant le xxij.e jour du mois dauril lan mil iiij^{c} xxiij ensuivant, pour paisiblement arriuer, demourer, frequenter, conuerser et marchander ou dit pays et eulx en retourner avec leurs neifs et marchandises sanz aucun destourbier ou empeschement a eux estre fait le dit temps durant, en leurs personnes ne en leurs biens pour occasion daucunes prinzes faictes ou temps passe, en fait de guerre ou autrement, par aucuns des subges des diz deux royaumes sur aucuns castillains, bretons ou autres, suppose quilz ammenassent aucunes neifs ou biens prins sur les diz castillains, bretons ou autres ou se aucuns des principaulx preneurs arriuassent au dit pays, excepte les ennemis de monseigneur, bannis et fugitifz du dit pays de Flandres.

---

(2) No ms. lê-se sempre *ou* por *au*.

Si donnons en mandement ou souverain bailly de Flandres et a tous les autres bailliz, justiciers et officiers du dit pays de Flandres quilz et chacun deulx les diz de Portugal et dAlgarbe laissent et facent paisiblement joir et vser, le dit temps durant, de notre present sauf conduit selonc le contenu dicellui sanz venir ne souffrir venir ou faire ou contraire en aucune maniere, sur tout ce quilz porroient ou porront mesprendre enuers nous. En tesmoing de ce, nous auons fait mettre notre seel a ces presentes.

Donne a Gand, le xvij^{e} jour de mars, lan de grace mil iiij^{c} vint et vng.

21

31 MARÇO 1422

Instrumento dos Quatro Membros da Flandres, reunidos em Gand, de aceitação e ratificação do salvo-conduto dado pela duquesa de Borgonha e condessa de Flandres, Micaela de França, na ausência de seu marido, Filipe o Bom, em 17 de Março anterior, aos mercadores e mestres dos navios dos reinos de Portugal e dos Algarves.

BRUGES, STADSARCHIEF, Stadscartularium, *Groenenbouc A*, fl. 150 v.
Análise em L. GILLIODTS-VAN SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*, t. 1, p. 547, n.° 657.

Promesse des quatre membres faicte aux marchans de Portugael et dAlgarbe de tenier et garder le saulfconduict a eux donne par madame la contesse de Flandres, en absense de son mary.

A tous ceulx qui ces presentes lettres verront ou orront, escheuins et conseil de la ville de Gand et les deputez des villes de Bruges, Ypre et du terroir du Franc, presentement assamblez en la dicte ville de Gand, salut.

Comme naguerres il ait pleu a notre tres redoubte dame et princesse, madame la duchesse de Bourgoingne, contesse de Flandres, dArtois et de Bourgoingne, ayant en absence et par ordenance de notre tres redoubte seigneur et prince monseigneur le duc de Bourgoingne, conte de Flandres, dArtois et de Bourgoingne, son mary, le gouuernement de ses diz contez et pays de Flandres et dArtois, donner certaines lettres de saufconduict aux marchans, maistres de neifs et maronniers des royaumes de Portugal et dAlgarbe, desqueles la teneur sensieut.

Segue-se a transcrição da carta de Micaela de França, de 17 de Março anterior, — o nosso DOC. 20.

Ainsi signe par madame la duchesse, le sire de Comines, le doyen de Liege et autres presens. Christian. Scauoir faisons nous, a la diligente prierre et requeste des diz marchans, maistres de neifs et maronniers, et pour laugmentation de la marchandise ou pays de Flandres et affin que les diz de Portugale et dAlgarbe soient plus astrains de auecques leurs marchandises entierement hanter et frequenter le dit pays de Flandres, comme ilz ont fait danchien temps, auoir promiz et par ces presentes promettons de aus diz de Portugale et dAlgarbe fermement garder et entretenir le sauf conduit es dictes lettres de nostre redoubtee dame dessuz incorporees contenu et non faire ne venir ne souffrir estre fait ou venu en tant que en nous est au contraire, le temps dicellui durant, pourueu toutesuoies se aucuns subges de notre dit tres redoubte seigneur et prince aient este ou feussent aucunement adommagiez par aucuns de Portugale ou dAlgarbe que notre entencion nest pas, comme tenons que aussi nest de notre dicte tres redoubtee dame, que alencontre diceulx subgetz le dit saulf conduit doiue tenir lieu ou sortir aucun effect. En tesmoing de ce, nous auons fait mettre le seel aux causes de la dicte ville de Gand pour nous tous a ces presentes.

Faictes et donnees en icelle ville de Gand, lan de grace mil quatre cens ving et vng, le derrenier jour de mars, auant Pasques.

22

13 ABRIL 1422

Dispensa solicitada ao papa Martinho V para que Duarte Peres ou Pires de Meneses, escolar da diocese de Coimbra, de oito anos de idade, filho do conde D. Pedro de Meneses, capitão e governador de Ceuta, possa ser promovido a todas as ordens sacras e usufruir benefícios eclesiásticos ou ingressar em ordem militar e nela desempenhar cargos, após três anos de professo, apesar de ser filho de matrimoniado e de solteira. Concedida (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 162, fl. 214.

---

(1) Este D. Duarte de Meneses, depois segundo conde de Viana do Minho e capitão e governador de Alcácer Seguer, era filho natural de D. Pedro de Meneses, que foi

Beatissime pater.

Supplicatur sanctitati vestre, pro parte deuoti vestri Edhuardi Petri de Meneses, scolaris Colimbriensis diocesis, nati nobilis viri domini Petri, comitis, capitanei, gubernatoris ciuitatis Cepte, quatenus secum vt, non obstante defectu natalium, quem patitur de dicto comite coniugato genitus et soluta, ad omnes eciam sacros ordines promoueri ac vnum, duo, tria et plura beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica, cum cura et sine cura, jnuicem compaciencia, necnon quecunque, quotcunque et qualiacunque beneficium seu beneficia ecclesiasticum seu ecclesiastica, cum cura vel sine cura, eciam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administraciones et officia existant, eciam si ad dignitates vel beneficia huiusmodi consueuerint, qui per electionem assumj et in ecclesijs cathedralibus metropolitanis maiores post pontificales aut in collegiatis ecclesijs principales fuerint et eciam electiue ac eciam si dignitates episcopales vel archiepiscopales principales cathedralium ecclesiarum fuerint, si sibi alias canonice conferantur aut eligatur vel assumatur ad illa, libere recipere et licite retinere valeat et possit sibique, de vberiori dono gratie concedentes et misericorditer dispensantes quod, si contingat ipsum Edhuardum aliquem ordinem regularem de militaribus ingredi seu jntrare ac habitum recipere et professionem facere ad omnes dignitates, honores, preceptorias, commendas, prioratus, preheminentias, bayllias, administraciones et officia cuiuscunque ordinis, cuius habitum forsan assumpserit seu receperit, eciam si preceptorie, commende, prioratus et dignitates principales ordinis seu ordinum predictorum electiue fuerint et ad eam uel ad eas consueuerint quj per electionem assumj, si sibi alias canonice conferantur vel assumatur ad illud, illas vel illa libere recipere et licite retinere valeat, predicto defectu non obstante, ac statutis et stabilimentis ecclesie vel ecclesiarum secularium et regularium, ordinis seu ordinum, cuius seu quorum habitum forsan assumpserit, quo seu quibus cauetur quod nullus preceptoriam seu preceptorias, commendam seu commendas

---

segundo marquês de Vila Real e capitão e governador de Ceuta, «o qual seu padre fezera em hũua moça nobre de sua casa» (ZURARA, *Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*, cap. 3). Nascido em Outubro de 1414, foi criado em casa de João Alvares Pereira, segundo Senhor da Feira, até à morte de D. Margarida de Miranda, primeira esposa de D. Pedro de Meneses, ou melhor até o casamento daquele com D. Filipa Coutinho, filha do marechal Gonçalo Vasques Coutinho, em 1420 (*Ibi*, cap. 4, e BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, p. 126). Segundo o cronista, D. Duarte e os restantes filhos de D. Pedro teriam seguido com aquela para Ceuta, em 1420. Porém, se foram os legítimos, o presente documento provará que o filho natural D. Duarte, dois anos depois, se conservava no país, «escolar da diocese de Coimbra», então com 8 anos de idade. Na *Chronica de D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 3, e liv. 2, cap. 6, afirma ZURARA que apenas seguiram para Ceuta com D. Filipa Coutinho as filhas naturais de D. Pedro: D. Aldonça e D. Isabel.

aut aliquem honorem in ordine seu milicia huiusmodi habere valeat, nisi in eodem ordine seu eisdem ordinibus primo per triennium professus fuerit, necnon eciam dicta beneficia, dignitates, abbatias, personatus, prioratus seu officia et dignitates principales et prioratus huiusmodi, ex causa permutationis uel alias, simpliciter libere dimictere et permuctare et loco dimissi uel dimissorum alium, aliud vel alia, simile uel dissimile aut similia vel dissimilia seu similes vel dissimiles, beneficium seu beneficia, dignitates, personatus, abbacias, prioratus, officia et dignitates principales episcopatus, archiepiscopatus et prioratus principales cuiuscunque ordinis existant, tociens quociens sibi videbitur expedire, recipere et retinere ac eciam permutare valeat, dispensare digneminj graciose, quibuscunque eciam alijs statutis, juribus, ordinacionibus, consuetudinibus, tam apostolicis quam ecclesiarum seu monasteriorum et ordinum generalibus et specialibus et alijs jn contrarium editis, non obstantibus, secumque, de vberiori dono gratie concedentes et misericorditer dispensantes, vt predicta beneficia, dignitates, personatus, episcopatus et archiepiscopatus libere recipere possit et valeat. Non obstante defectu etatis quem patitur, in octauo anno sue etatis constitutus, et alijs jn contrarium editis non obstantibus quibuscunque. Signantes, pater sancte, per fiat, vt petitur, et dispensamus, etc., ad dignitates principales predictas, de vestra gratia speciali.

Fiat vt petitur et dispensamus. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, jdibus aprilis, anno quinto.

23

13 ABRIL 1422

Letras Jllegitime genitos, *do papa Martinho V, dirigidas a D. Duarte Peres de Meneses, filho do conde de Vila Real, capitão e governador de Ceuta, D. Pedro de Meneses, e escolar da diocese de Coimbra, a dispensá-lo do impedimento de ilegitimidade para ele poder ingressar na milícia clerical, ascender às ordens sacras e receber benefícios eclesiásticos.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 220, fl. 45.

Copyrighted material

Martinus, etc.

Dilecto filio Edhuardo Petri de Meneses, dilecti filij nobilis viri Petri, comitis de Villa Real ac capitanei et gubernatoris ciuitatis Ceptensis nato, scolari Colimbriensis diocesis, salutem, etc.

Jllegitime genitos, quos morum decorat honestas, natura vicium minime decolorat, quia decus uirtutum geniture maculam abstergit in filijs et pudicicia morum pudor originis aboletur.

Cum itaque, sicut ex serie pro te nobis exhibite peticionis accepimus, tu, quj defectum pateris natalium de dilecto filio nobili viro Petro, comite de Villa Real ac capitaneo et gubernatore ciuitatis Ceptensis, tunc coniugato genitus et soluta, ascribi desideres milicie clericali (1); nos, actendentes quod, sicut assercio habet fidedignorum, defectum huiusmodj litterarum scientia, morum honestate et vite alijsque probitatis et uirtutum meritis recompensas, redimens fauore uirtutum quod in te ortus odiosus ademit et, ob hoc, volentes tecum misericorditer agere, in hac parte tuis supplicacionibus inclinati; tecum ut ad omnes, eciam sacros ordines, promoueri et quatuor beneficia ecclesiastica, cum cura uel sine cura, se inuicem compaciencia, eciam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administraciones uel officia in metropolitanis cathedralibus uel collegiatis ecclesijs et dignitates ipse in metropolitanis uel alijs cathedralibus post pontificales maiores aut in collegiatis ecclesijs huiusmodj, principales fuerint et ad dignitates, personatus, administraciones uel officia huiusmodj consueuerint quj, per electionem assumi, si tibi alias canonice conferantur, uel eligaris seu assumaris ad illa, recipere illaque simul uel successiue, simpliciter uel ex causa permutacionis, dimictere et loco dimissi uel dimissorum aliud uel alia, simile uel dissimile aut similia uel dissimilia beneficium seu beneficia ecclesiasticum uel ecclesiastica, quatuor duntaxat insimul compatibilia similiter recipere et retinere libere et licite valeas, defectu predicto ac Pictauensis concilij et quibuscunque alijs constitucionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus beneficia huiusmodj forsan fuerint, contrarijs iuramento, confirmacione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presencium, de speciali gracia, dispensamus.

Nulli ergo, etc., nostre voluntatis et dispensacionis infringere, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, jdibus aprilis, anno quinto.

---

(1) Duarte de Meneses foi legitimado em 15 de Março de 1424 (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 74, — ed. em AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 461).

Copyrighted material

24

25 MAIO 1422

Procuração do infante D. Henrique, redigida pelo notário público Martim Vasques, no verso do original de outra do falecido Mestre da Ordem de Cristo D. Fr. Lopo Dias de Sousa, pela qual o infante confirma a de seu antecessor, de nomeação de Fr. Afonso, *freire da dita Ordem e Prior de Alvaiázere, para Procurador Geral da mesma Ordem.*

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 135, maço 2, n.º 6, transcrita em pública-forma original de 1 de Agosto de 1440, cujo texto se reproduz. Também se encontra no mesmo arquivo, em cópias da *Ordem de Cristo*, Cód. 234, parte 2, fls. 57 v. e 60 v., em instrumentos de 1 e 25 de Agosto de 1440. Notam-se algumas variantes sem importância na do fl. 57 v., sendo a mais notável dizer-se ali o notário Martim Vasques *escriuam da puridade do dicto senhor jfante* D. Henrique, em actualização notarial de 1440 do texto de 1422.

Saybam os que esta presente procuraçom virem como eu, o jfante dom Anrrique, rregedor da ordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duc de Viseu e ssenhor de Coujlhãa, em meu nome e da dicta ordem, faço e estabeleço por meu çerto procurador auondoso, sufficiente em todo, asy como elle mjlhor e mais conpridamente pode e deue sseer e de djrecto mais ualler, frey Afonso, prior dAluayazere, freyre da dicta ordem, ao quall dou e outorgo todollos poderes ssob aquellas clausullas e condiçõoes que he contheudo em esta procuraçom desta outra parte scprita, que a elle foy fecta pollo meestre dom frey Lopo Diaz de Sousa, cuja alma Deus aja, e comendadores em a dicta procuraçom contheudos. E eu ey por firme e estauell todo o que per elle for fecto e dicto [e] procurado nos beens e cousas da dicta ordem, sob obrigaçom dos beens da dicta ordem, que pera ello obrigo.

Fecta em Alanquer, nas pousadas do dicto ssenhor jfante, aos vijnte e çinquo dias de mayo, era da Encarnaçom de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatrocentos e vijnte e dous annos. Testemunhas: Fernam Lopez dAzeuedo e Joham Roiz, capellam moor, e Gonçallo Uaasquez, escudeiro do dicto ssenhor, e outros. E eu, Martim Uaasquez, scpriuam da camara delrrey e notairo jeerall na sua corte e em todo sseu ssenhorio, que a esto com as testemunhas presente fuy e esta procuraçom, per mandado e outorgamento do dicto ssenhor jfante, scpriuj e aqui meu signall fiz, que tall he.

25

6 OUTUBRO 1422

Quitação passada por Gomes Gonçalves, sobrinho de Fernão Garcia de Neiva, de 750.000 libras que el-rei mandou dar ao Neiva pelos 3 contos que havia o monarca de entregar-lhe dos dois cavaleiros mouros tomados para os cavaleiros e escudeiros de Alcácer que seguiram na nau do dito Fernão Garcia para o descerco de Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 135 v.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias*, tom. 1, p. 5.

Sabham todos que, na era do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° xxij annos, bj dias de outubro, em a çidade de Lixboa, no paaço dos tabaljã[e]s, Gomez Gonçalluez, sobrinho de Fernam Garçia de Najua, que presente estaua, confessou que rreçebeu de Vasco Martijnz, thesoureiro moor delrrej, seteçentas e cinquoenta mjl llibras da moeda ora corrente, que lhe o dicto ssenhor rrej mandou dar, que ao dicto Fernam Garçja amontaua dos tres contos que o dicto ssenhor rrej auja de dar dos dous caualeiros (1) mouros que forom tomados pera os caualejros e escudejros dAlcaçar, que forom em hũa naao do dito Fernam Garçia ao desçerco de Cepeta.

E porem o dicto Gomez Gonçalluez deu por quite e ljure o dicto ssenhor rrej de toda a parte que ell e o dicto Fernam Garçja e a naao e conpanha della aujam e amontaua dauer dos dictos mouros, porque confessou que de todo he bem pagado e entrege. Testemunhas: Joham de Cojnbra, tabaliam, e Martjm de Torres, espriuam da portajem, e Gonçalo Domjnguez, criado dAfomso Lourenço. Eu, Gonçalo Pirez, tabaliam delrrej em a dicta çidade, que este estormento espreuj e meu sinal fiz, que tal he.

Concertada perante mjm Joham Gonçalluez, contador do dicto ssenhor.

(1) Aqui parece se deveria ler *caualos* e não *caualeiros;* mas assim está no manuscrito e hesitámos em fazer a correcção.

Copyrighted material

26

30 OUTUBRO 1422

Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique possa dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem de Cristo, a perderem-se à míngua de amanho, para serem cultivadas e aproveitadas, como manda a Ordenação que el-rei sobre isso fizera.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v., cujo texto se reproduz, inserta na de confirmação de D. Afonso V de 11 de Março de 1449; em leitura nova, *Livro dos Mestrados*, fl. 154 v.

Dom Joham, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrriq[u]e, meu filho, nos dise que em suas terras e na terra da hordem do mestrado de Christo, de que ell he rrejedor e gouernador, ha mujtas terras e herdades que nom som adubadas nem aproueytadas e se perdem per minga de adubio; e que, entendendo que algũas pesoas as adubariam e aproueytariam se lhas desem de sesmaria, que nos pidia que lhe desemos lugar pera (1) as ell poder dar.

E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, porque o entendemos por proll e bem de nosa terra; teemos por bem e damoslhe poder e lugar que el ou aqueles a que el dello der carrego posam dar de sesmaria quaaesquer terras e herdades que el achar nas suas (2) terras e na terra da dicta hordem que nom som lauradas e aproueytadas, polla gisa e condiçom que na hordenaçom que nos sobresto teemos feyta he conteudo (3).

E porem mandamos a todalas nosas justiças a que esta carta for mostrada e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer que o façam asy conprir e guardar. Vnde al nom façades.

Dada em Tentugal, xxx dias doutubro. Elrrej o mandou. Afonso Roĩz a fez. Era do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} xxij annos.

---

(1) No ms. *peras.*

(2) No ms. *nasuas.*

(3) Cfr. *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 1, tit. 23, §§ 16 e 34. Pode ver-se também o estudo da sr.ª Professora VIRGINIA RAU, *Sesmarias medievais portuguesas.*

27

22 NOVEMBRO 1422

Carta do infante D. Duarte à Câmara do Porto, em resposta à que ela enviara por Álvaro Dias de Teive e Vasco Lourenço Tendeiro, a confirmar à cidade o privilégio de não poder o sal transitar pelo rio acima nem ser descarregado fora dela e apenas por seus moradores e a dizer-lhe que quanto ao costume de não se exportar pão da cidade pela foz do rio fica o assunto em estudo.

GHCP., Câmara Municipal do Porto, *Livro A*, fl. 70 v., inserta em pública-forma de 3 de Dezembro do mesmo ano, — o nosso DOC. 28.

Conselho e homens bons. Nos o jnfante vos enuiamos muito saudar, como aquelles que muito amamos. Fazemosuos saber que vimos hũa carta de crença que nos enuiastes per Aluaro Diaz de Teiue e Vasco Lourenço Tendeiro, vossos vesinhos, e a crença que nos por ella da vossa parte disseraõ, em a qual principalmente se continhaõ duas cousas: a primeira hera que fosse merçe delrrej meu senhor e nossa de vos fazermos gardar vossas liberdades e franquezas e bons vsos e custumes que vos sempre foraõ confirmados pellos rreys e saõ por elrrej meu ssenhor na parte do sal, que não possa ser leuado pello rrio assima nem descarregado em outra parte senaõ dentro em a cidade e polos vesinhos della; e a segunda cousa hera que pellos dittos vossos custumes naõ podiaõ carregar pão nenhum em essa cidade para leuarem fora, por a fos della.

E sobre estas cousas falamos com elrrej meu ssenhor; e, quanto a parte do sal, sua merce e nossa he de vsardes como atequi vsastes e auemos a cousa por desembargada; e na parte do paõ, lhe pareçe a causa embargosa e duuidosa e, a menos dauer declaraçaõ dalgũas cousas, nom vos pode em ello dar desembargo, bem que sua tençaõ e nossa he de vos naõ ser feita innouaçaõ nenhũa ata auermos desto determinaçaõ.

Escrita em Tentugal, vinte e dous dias de nouembro. Ruj Galuaõ a fez. Era quoatrocentos e vinte e dous annos.

Copyrighted material

28

3 DEZEMBRO 1422

Texto notarial da publicação da carta eduardina de 22 de Novembro anterior, endereçada à Câmara do Porto, sobre o movimento fluvial do sal e do pão na dita cidade.

GHCP., CÂmara Municipal do Porto, *Livro A*, fl. 70 v. Referenciado no *Indice chronologico dos documentos mais notaveis da... Camara da cidade do Porto*, p. 130.

Saibão os que este estromento virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quoatrocentos e vinte e dous annos, tres dias do mes de Dezembro, na cidade do Porto, dentro no paço do concelho, perante Aluaro Diaz de Teiue, escudeiro, vassalo delrrej, juis ordinario na ditta cidade, e presente mim, Joaõ Afonso, tabaliaõ pello ditto senhor rrej em essa mesma e em seus termos, e testemunhas adiante escritas, pareceo hj Luis Domingues, oliues, procurador do conselho da ditta cidade; e, em nome do ditto conselho, presentou perante o ditto juis e per mim, sobreditto tabaliaõ ler em publico fez hũa carta de nosso ssenhor o jnfante, sinada per sua maõ e sellada do sello camafeu, segundo per ella parecia, da qual carta o theor tal he.

Segue-se a transcrição da carta do infante D. Duarte de 22 de Novembro de 1422, — o nosso DOC. 27.

A qual carta assj mostrada e leuda e publicada, como dito he, o dito Luis Domingues, em nome do ditto conselho, pedio ao ditto juis que lhe mandasse della dar o treslado em publica forma e desse a ello sua authoridade ordinaria. E o ditto juis, vista a dita carta e o pedir do ditto procurador do ditto conselho, mandou a mim, tabaliaõ sobreditto, que lhe desse hum estromento com o theor da dita carta e que daua a elle sua authoridade ordinaria e mandasse que valesse e fizesse fee como o proprio original, em juiso e fora delle.

Testemunhas que presentes estauaõ: Aluaro Gonçaluez, tabaliaõ da dita cidade, e Fernaõ Anes de Cancre, vassalo delrrej, e Pedro Gonçaluez da Freira, moradores na dita cidade, e outros. E eu, Joaõ Afonso, tabaliaõ sobredito, que este estromento escreuj e aqui meu sinal fis, que tal he.

29

8 FEVEREIRO 1423

Carta de el-rei D. João I, a nomear Rodrigo Esteves de Ortigueira, escudeiro do infante D. Henrique, para recebedor da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 5, fl. 136.
Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplem. ao vol. 1, p. 472.

Dom Joham, pella graça de Deus rrej de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta vjrem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Rodrigo Esteuez de Ortiguejra, morador em a çidade de Ljxbõa, escudejro do jfante dom Anrrique, meu filho; teemos por bem e damollo por rreçebedor da nossa sysa dos panos de coor da dicta çidade.

E porem mandamos aos nosos veedores da fazenda e contadores e ao noso thesoureiro moor e rrecebedores do noso thesouro e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, que o ajam por rreçebedor da dicta sysa e outro nemhũu nom e o lejxem serujr e husar do dicto ofiçio sem outro enbargo que lhe sobrello ponham, porquanto nossa merçee he de o ell seer e outro nhũu nom. O quall Rodrigo Esteuez jurou em a nossa chançelaria aos santos auangelhos que bem e dereitamente e como deue, sem outra nhũa maliçia, obre e huse do dicto ofiçjo e guarde a nos o nosso djreito e ao poboo o seu. Vnde al nom façades.

Dante em os nossos paaços dAlmejrim, biij dias de feuereiro. Elrrey o mandou per Pero Gonçaluez, caualejro, seu uassallo e veeador da sua fazenda. Paay Rojz a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxiij annos.

30

10 (?) FEVEREIRO 1423

Alvará do infante D. Pedro à Câmara da Lousã, a ordenar-lhe penhore todos os que morarem fora do termo da vila e que sejam obrigados a pagar-lhe colheita de bens que tiverem no termo da povoação sem mais os mandar requerer, a não ser no próximo ano.

ACML., *Pergaminhos*, n.° 9, original em pergaminho. Sumariado em MAGALHAES MEXIA, *Vila da Lousã e seu termo*, p. 9.

Eu o yfante dom Pedro mando a uos, uereadores e procurador que ora sooes ou ao deante fordes em a minha villa da Lousãa que penhorees todollos que morarem fora do thermo della que forem obrigados a pagar em a minha colheita em os beens que teuerem em o termo da dicta villa sem os mandar mais rrequerer aos lugares onde moram, saluo fazendolho saber este primeiro anno que vijnra e mais nom.

Fecto em a minha villa de Penella, dez (?) de feuereiro. Steuam Pirez o fez. Era de mjl iiij° xxiij annos.

(as.) Jfante dom Pedro.

31

16 MARÇO 1423

Instrumento notarial de aforamento, em três vidas, feito por Frei Afonso, prior de Alvaiázere e procurador geral da Ordem de Cristo, a João Afonso de Matos, escudeiro, criado do infante D. Henrique e seu escrivão do almoxarifado em Lisboa, de casa, vinha, olival e chão da mesma Ordem, sitos em Arroios, termo da dita cidade.

ANTT., *Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 1, n.° 9, original em pergaminho.
Sumariado por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, pp. 348-49.

Saibham quantos este estormento de fforo virem que, dezesejs djas do mes de março, era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vjnte e tres annos, em Thomar, na rrua de Maria Dona, em pressença de mjm, Stevam Vaasquez, tabeliam na dicta vjlla, e testemunhas ssoespritas, por nosso ssenhor o jffante dom Anrrique, rregedor da hordem de Christos, estando hij frej Affonso, da dicta hordem e priol dAluaiazere, procurador geral da dicta hordem, e outrosy hũu escudeyro que per nome sse dizia Joham Affonso de Matos e criado do dicto ssenhor jfante e morador na çidade de Lixboa e seu espriuam do sseu almoxarifado na dicta çidade;

E llogo per o dicto frej Affonso ffoy mostrada hũa procuraçom, ffecta e sijnada per Joham Martijnz, que ffoj tabeliam na dicta vjlla e,

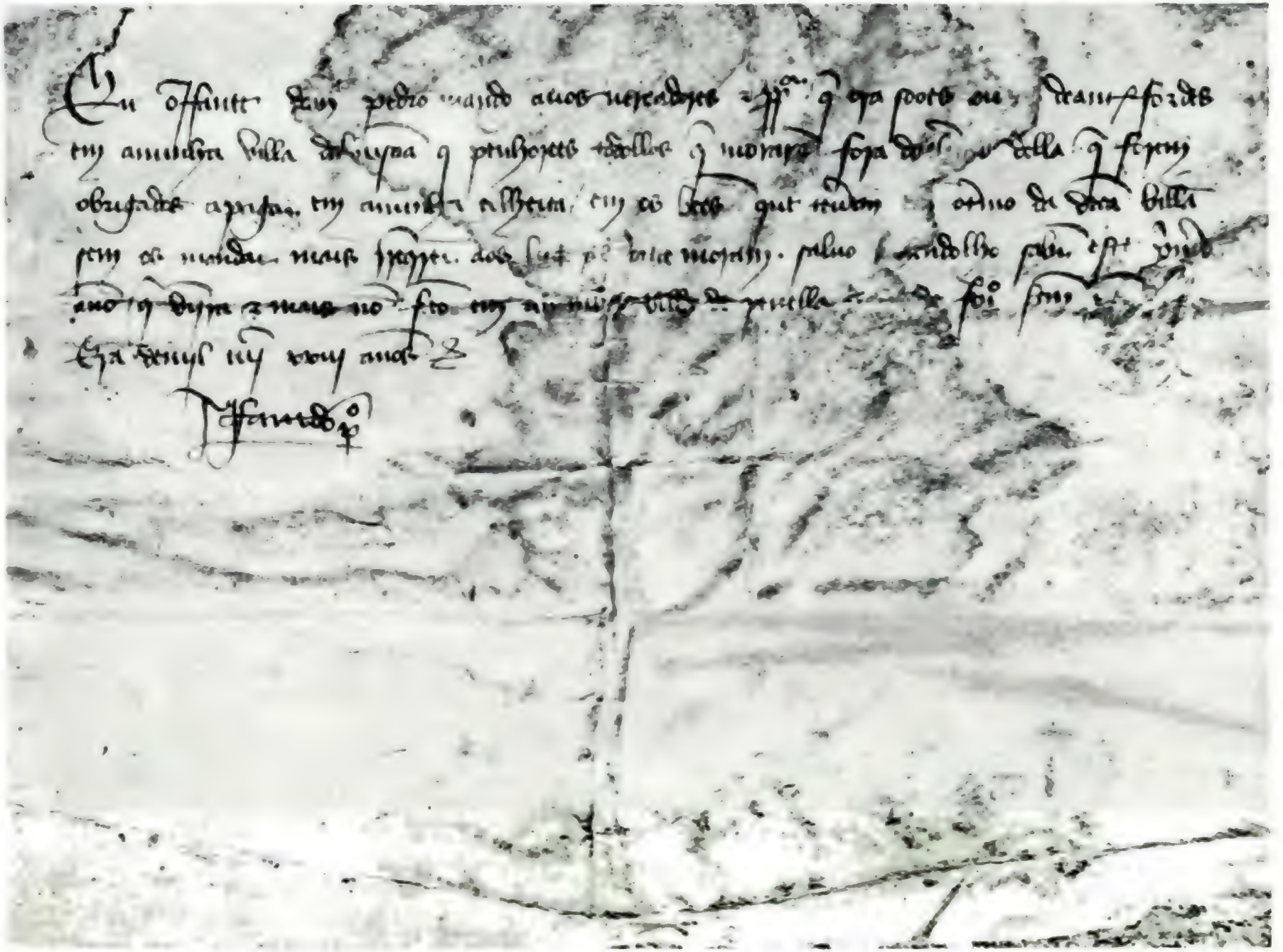
nas costas della, outra procuraçom, fecta e sijnada per Martjm Vaasquez, espriuam da poridade do dicto ssenhor jffante, ssegundo todo per ellas pareçia e fazia mençom; das quaees, hũa empos a outra, o teor tall he.

Segue-se a transcrição da procuração de D. Lopo Dias de Sousa, Mestre da Ordem de Cristo, de 25 de Março de 1418, passada a Frei Afonso, e logo a do infante D. Henrique de 25 de Maio de 1422 ao mesmo.

As quaes procurações mostradas, o dicto frej Affonso, em nome da dicta hordem e proueito della, disse que daua e deu logo a foro ao dicto Joham Affonso de Matos, que pressente estaua, hũa cassa e hũa vjnha e hũu oljual com hũu chãao que a dicta hordem ha em Arroyos, termo da dicta çidade de Lixboa, que ssoya de trazer Ljonor Symoez, per hu quer que de djreito partam e pella gissa que as ella lograua e pessoya, em nome da dicta hordem, e per as devissoys per hu emtom partiam e as ella lograua, como dicto he.

A qual cassa e vjnha e oljual e chaao, que he ante a porta do lagar da dicta casa, asi como parte com Alcobaçil, mouro, e com meestre Gonçalo, per a guisa que com elles o dicto chãao he demarcado, e o oliual he aalem da estrada, per o camjnho que uay pera a quintãa dAluaro Afonso de Buarcos, lhj afforou pera djas de ssua vjda e da primeira molher que ouuer e de hũa pessoa que o pustumeiro delles nomear. E sse molher nom tomar nem casar com ella, que a possa leixar a outra perssoa segunda e a nomear; e a que el nomear a possa leixar e nomear a terceira pessoa, asij que seiam, per hũa gissa ou pella outra, tres pessoas e majs nom que em ssuas vjdas as tragam e possuam, sso tal condiçom e emcarrego de elle e as dictas outras duas pessoas adubarem e rrefazerem e rrechantarem a dicta vjnha e oljual, fazendo hij todos adubjos que lhij conprir, em cada hũu ano e ssegundo custume da terra, e esso medes o dicto chãao do que lhj conprir.

E esso medes rreffaçam e adubem a dicta cassa de pedra e qual e telha e madeira e de todo o que lhe conprir, em gissa que asij a dicta cassa e vjnha e oljual e chãao tragam ssenpre em suas vjdas bem adubadas e rrepayradas do que lhj conprir e ssem maliçia e assij ficarem melhoradas e nom peioradas aa dicta hordem e ljuremente acabados os djas de todos trres. E sso condiçom que elles as aiam e logrem com todas ssuas emtradas e saydas e djreitos e pertenças ssuas e aiam as proees e nouos e ffruitos e rremdas delles e que dem aa dicta hordem, de fforo e pensom, em cada hũ ano, por dja de Natal e em paz [e] em ssaluo, na dicta çidade, çinquoenta e sejs ljbras de boa moeda antjga ou por ella, ssegundo elrrej mandar em ssua hordjnaçom, e majs hũu par de capões, boons e rreçebondos; e começar de ffazer a primeira paga por este primeiro Natal que uem primeiro e asij em cada hũu ano.



Est. IV. — Alvará do infante D. Pedro à Câmara da Lousã, de 1423 (Doc. 30)

E, nom pagando elles nem conprindo nem ffazendo todo o que dicto he, que sseiam teudos a todo pagar e conprir e ffazer e leixar fecto com todas custas e perdas e dapnos que sse aa dicta hordem sseguir e com cinquoenta ljbras de penas cada dja; demais, que a dicta hordem seia poderossa, per sij e sseus homens, de os penhorar por o sseu djreito e vender e rrematar por ello seus bens, ssem ssendo por ello majs çitados e chamados a jujzo e ssem auemdosse por fforçados nem emjuriados nem chamandosse a outro priuylegio nem graça nem merçee que aiam e possam auer; e, posto que o mostrem e alegem, que lhjs nom ualha e dello todo seiam lançados elessos. E este contraito sse conpra como dicto he.

E obrigou os beens da dicta hordem a lhj deffender, emparar o dicto fforo em suas vjdas de quem lho embargue, sso as dictas penas e custas e perdas que lhjs vier por ello. E o dicto Joham Affonso disse que elle, por sij e por as dictas duas pessoas asy declaradas, em ssas vjdas, ffilhaua o dicto foro com todallas clasullas e condições e obrigações e penas sobredictas e pera todo pagarem e ffazerem e conprirem em todo, como dicto he; e obrigou todos seus beens e das dictas duas pessoas, auudos e por auer.

Das quaees coussas o dicto frej Affonso pera a dicta hordem pedjo hũu estormento e dous e tres e dhũu teor e majs, sse lhj conprir, ssem as dictas procurações, porque as tem de ffora. E o dicto Joham Affonso, pera sij e pera as dictas pessoas, pedjo outros tantos com teor das dictas procurações e majs, sse lhj conprir. Este he o primeiro do dicto Joham Affonso e pessoas que sayo da nota. Testemonhas: Joham Affonso, tabeljam de Thomar, e Esteuam Domjnguez Traitas, moradores na dicta vjlla, e Aluaro Gonçalluez, criado de Meem Royz de Raffoyos, alferez moor do dicto ssenhor jffante, e outros. Eu, Steuam Vaasquez, tabeljam suso esprito na dicta vjlla por o dicto senhor jffante, que [a] esto presente foj com as dictas testemunhas que, de outorgamento e mandado das ssobredictas, este estormento espriuj, em que meu sijnal fiz, que tal (*Sinal do notário*) he.

Pagou deste estormento e do outro da hordem com rregisto delles e hida Lxviij^{s} rreaaes.

32

9 ABRIL 1423

Súplica de Fr. João de Baeça, franciscano da Província de Castela e missionário nas ilhas Canárias, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe: o nomeie Vigário Geral nas ditas ilhas com os poderes do Ministro Geral da Ordem, como se faz nas de Córsega e Sardenha, de

sorte que, falecido ele, os confrades das Canárias nomeiem sempre o sucessor, a confirmar pelo Ministro Provincial de Castela, por delegação perpétua do Ministro Geral; que todos os frades da mesma Ordem que desejem passar às Canárias o possam fazer com licença do dito Vigário, sem contradição de qualquer prelado, desde que sejam bons, fortes na fé, não fugitivos nem escandalosos; que os frades ali residentes possam administrar aos cristãos todos os Sacramentos, por falta de clero secular; que frades e Vigário ali residentes gozem de todos os privilégios concedidos à Ordem pela Sé Apostólica e sejam isentos dos bispos das referidas ilhas, nos termos em que o são os confrades de outras regiões; que possa o Vigário receber, administrar e distribuir, por interposta pessoa secular, os dinheiros e demais coisas doadas pelos fiéis e por quaisquer pessoas para as necessidades das igrejas e dos frades. Concedido.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 167, fl. 39 v.

Beatissime pater.

Exponitur sanctitati vestre, pro parte deuoti fratris Johannis de Baeça, ordinis fratrum minorum professi, prouincie Castelle dicti ordinis, quod dudum ipse, cum licentia Petri de Luna, olim Benedictus xiij, in sua obediencia nuncupati, necnon quondam Johannis, ipsius ordinis generalis ministri, ad insulas Canarias, in quibus (1) aliqui utriusque sexus, a paucis citra temporibus, relicta infidelitate, ad fidem catholicam conuersi fuerant, se transtulit ibique verbum Dei fidelibus et nonnullis aliis infidelibus ad fidem ipsam conuerti cupientibus publice predicauit (2). Cum autem, pater sancte, idem Johannes, pro continuacione rei iam incepte, ad partes ipsas, de quibus ad sedem apostolicam, pro nonnullorum ibidem exposicione negociorum accessit, se transferre proponat ac dictus Petrus de Luna eidem Johanni fundandi, in qualibet ex dictis quatuor insulis, vnum monasterium ipsius ordinis, licentiam concesserit, supplicat eidem sanctitati prefatus Johannes quatinus supplicaciones infrascriptas, attento fidei fauore, dignetur misericorditer concedere de dono et gracia speciali.

Et primo, supplicat sanctitati vestre prefatus Johannes quatinus

(1) No ms. qua.

(2) Cfr. em nosso vol. 2 as pp. 243, 246-48 e 250-57, e a bula desta mesma data, que se segue.

Copyrighted material

concessionem ipsius, de qua supra fit mencio, misericorditer confirmantes, dignetur ipsum Johannem vicarium generalem in ipsis insulis cum tanta et plena potestate, quantam ipsius ordinis generalis minister habet, ad instar insularum in Corsiga et Cerdeniam constitutarum, ita quod, cedente uel decedente ipso Johanne, liceat fratribus ipsarum insularum Canarie, loco ipsius vicarii cedentis uel decedentis, perpetuis temporibus, alium vicarium generalem eligere ipseque sic electus et per ministrum ipsius ordinis in regno Castelle confirmatus, ad quem huiusmodi electionis confirmacio pertineat, huiusmodi officium vicariatus exercere libere et licite ualeat, qui minister recipiat auctoritatem confirmandi a generali ministro semel pro semper.

Item, eciam supplicat eidem sanctitati predictus Johannes quod quicunque fratres ipsius ordinis ad insulas prefatas transire volentes, cum licencia ipsius vicarii ac fratris ibidem commorantes ad quascunque christianorum partes, pro necessariis monasteriis et fratribus eiusdem ordinis in dictis insulis se transferre, cum licencia dicti vicarii, libere et licite ualeant, eadem sanctitas concedere dignetur, sine contradictione alicuius prelati, qui fuerint et sint (3) boni et fortes in fide et nullomodo fugitiui uel scandalosi.

Item, quod fratres ipsius ordinis, ibidem commorantes, christifidelibus uel ad dictam fidem conuerti volentibus, in eisdem insulis habitantes, ob defectum clericorum secularium, omnia ecclesiastica sacramenta ministrare valeant libere et licite, constitucionibus apostolicis non obstantibus et aliis quibuscunque.

Item, quod fratres et vicarius prefati, qui ibidem erunt pro tempore, omnibus priuilegiis per sedem apostolicam uel quoscunque alios eidem ordini concessis gaudere ualeant et quod episcopi ipsarum insularum plus iurisdictionis in ipsos vicarium et fratres nullatenus exercere ualeant quam alii prelati, in aliis mundi partibus, in fratribus ipsius ordinis habere consueuerunt.

Item, dignetur sanctitas vestra concedere ac licenciam impertiri vicario qui nunc est uel qui pro tempore fuerit quod possit et ualeat recipere, facere per interpositam personam secularem, eciam distribuere pecunias et alias res que a christifidelibus et a quibusuis personis largite et donate ac date fuerint, pro necessitatibus et commodo ecclesiarum et fratrum qui nunc in insulis Canarie sunt uel erunt pro tempore, regulis et constitutionibus dicti ordinis, eciam aliis in contrarium editis, non obstantibus quibuscunque.

Fiat de omnibus. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto idus aprilis, anno sexto.

---

(3) No ms. *sunt*.

33

9 ABRIL 1423

Letras Meritis tuarum, *do papa Martinho V, dirigidas ao franciscano João de Baeça, a confirmar-lhe a licença do antipapa Bento XIII de evangelizar os infiéis das Canárias, onde já convertera alguns de ambos os sexos, e de fundar casa franciscana em quatro das ditas ilhas; a nomeá-lo, a seu pedido, Vigário Geral da Ordem naquele arquipélago com poderes semelhantes aos do Ministro Geral e iguais aos dos Vigários da Córsega e da Sardenha; a conceder-lhe a faculdade de receber quaisquer frades idóneos que desejem lá trabalhar e ainda de incumbir os seus religiosos de recolher esmolas em terra de fiéis para ocorrer às necessidades das ditas missões e, enfim, que possam administrar todos os Sacramentos onde não houver clero secular* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 234, fl. 7, — donde se reproduz.
Publicada por EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 591, n.º 1568.
Referenciada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 382.

Martinus, etc.

Dilecto filio Johanni de Baeça, ordinis fratrum minorum professori, in jnsulis Canarie, Rubicensis diocesis, secundum morem dicti ordinis vicario generali, salutem, etc.

Meritis tuarum deuotionis et virtutum inducimur ut ad ea, ex quibus animarum salutem et orthodoxe fidei propagationem prouenire conspicimus, solicitis studijs intendentes te, pro illorum prosecucione, specialibus fauoribus prosequamur.

Exhibita siquidem nobis nuper, pro parte tua, petitio continebat quod olim tu, de licentia Petri de Luna, in sua obedientia, de qua partes ille tunc erant, Benedictj xiij nuncupati, necnon quondam Johannis, fratrum minorum ministri generalis, ad jnsulas Canarie, Rubicensis diocesis, in qui-

(1) A série de letras do papa Martinho V de 1423 que reproduzimos e por estas iniciada, sobretudo a confirmar aos franciscanos de Sevilha as do antipapa Bento XIII de 1416 sobre as Canárias (Cfr. os textos cits. em nossa nota 2 do documento anterior), é possível que denunciem nova ofensiva portuguesa contra aquele arquipélago, prosseguida já no ano de 1423 e culminada, em maior escala, na expedição de D. Fernando de Castro de 1424-25, adiante referenciada (Cfr. o DOC. 51).

bus aliqui utriusque sexus, a paucis temporibus citra, infidelitate recognita, ad fidem catholicam conuersi fuerant, te transferens ibidem, verbum Dei fidelibus et nonnullis infidelibus ad eandem fidem conuerti cupientibus predicasti idemque Petrus, tunc Benedictus xiij, tibi fundandi et construendi seu fundari et construi faciendi, in qualibet ex quatuor ex predictis jnsulis, vnum locum dicti ordinis licentiam et facultatem concessit. Quare, pro parte tua, fuit nobis humiliter supplicatum ut, cum opus huiusmodi continuare desideres et, ut illud eo liberius perficere valeas, quo maiori fueris auctoritate munitus, licentiam et facultatem huiusmodi confirmare necnon te in eisdem jnsulis vicarium generalem constituere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque, tuis supplicationibus inclinati ac licenciam et facultatem huiusmodi confirmantes, te in eisdem jnsulis vicarium generalem secundum morem dicti ordinis, cum simili potestate qua generalis minister habet et prout in Corsice et Sardinie jnsulis vicarij eiusdem ordinis deputati habere consueuerunt et habent, tenore presentium, facimus, constituimus et etiam deputamus, tibi et cuilibet vicario inibi pro tempore existentj quoscunque fratres ydoneos ad easdem jnsulas transire et inibi moram trahere volentes recipiendi eosque ad partes fidelium elemosinas, pro necessarijs tuis ac suis et aliorum fratrum in eisdem jnsulis commorantium, petituros destinandi prefatisque fratribus, quos ad premissa destinaueris, huiusmodi elemosinas, cuiuscunque ordinarij seu prelati aut alicuius alterius super hoc licentia petita, licet non obtenta, petendi necnon fratribus eiusdem ordinis ibidem, ut premittitur, commorantibus quod ipsi singulis christifidelibus in eisdem jnsulis existentibus et in futurum, Deo propitio, ad eandem fidem conuertendis, si clerici seculares ad quos pertineat non fuerint, omnia ecclesiastica sacramenta ministrare valeant licentiam et potestatem plenariam elargimur.

Nulli ergo etc. nostre confirmationis, constitutionis, deputationis et elargitionis infringere, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto jdus aprilis anno sexto.

34

9 ABRIL 1423

Letras Ad ea, *do papa Martinho V, a autorizar os franciscanos residentes nas ilhas Canárias a que, de futuro, possam nomear os sucessores do Vigário Geral da Ordem nas ditas ilhas, o qual deve ser confirmado pelo Ministro Provincial da Província de Castela,*

por delegação perpétua do Ministro Geral da Ordem; a confirmar-lhes todos os privilégios das casas da Ordem com a declaração de que os bispos e prelados das referidas ilhas não têm sobre os religiosos mais jurisdição do que nas outras regiões; a conceder, enfim, que possam os Vigários deputar uma ou muitas pessoas idóneas seculares para recepção e administração das esmolas recolhidas em favor das mesmas missões.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 234, fl. 208, — donde se reproduz.
Publicada por EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 591, n.º 1569.
Referenciada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 382.

Martinus, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Ad ea que pro catholice fidei augmento cedere dinoscuntur, prout ex debito cogimur officij pastoralis libenter intendimus et, ad extirpandum de cordibus infidelium errores, quibus irretiti sunt, eosdemque infideles ad fidei prefate noticiam conuertendum partes nostre solicitudinis adhibemus.

Hodie siquidem, pro parte dilecti filij Johannis de Baeça, ordinis fratrum minorum professoris, nobis exposito quod olim ipse, de licencia Petri de Luna, in sua obediencia, de qua partes ille tunc erant, Benedicti xiij nuncupati, necnon quondam Johannis, ordinis prefati generalis ministri, ad jnsulas Canarie, Rubicensis diocesis, in quibus aliqui utriusque sexus, a paucis temporibus citra, infidelitate relicta, ad fidem predictam conuersi fuerant, se transferens, ibidem verbum Dei fidelibus et nonnullis infidelibus ad eandem fidem conuerti cupientibus predicauerat; quodque idem Petrus, tunc Benedictus xiij, eidem Johanni de Baeça fundandi et construendi seu construi et fundari faciendi, in qualibet ex quatuor ex prefatis jnsulis, vnum locum dicti ordinis licenciam et facultatem concesserat ac nobis humiliter supplicato ut, cum ipse Johannes de Baeça opus huiusmodi continuare desideraret, ut illud eo libencius perficere ualeret, quo maiori foret auctoritate munitus, licentiam et facultatem huiusmodi confirmare necnon eundem Johannem in ipsis jnsulis vicarium generalem constituere [de] benignitate apostolica dignaremur.

Nos, huiusmodi supplicacionibus inclinati ac licenciam et facultatem huiusmodi confirmantes, prefatum Johannem, in eisdem jnsulis vicarium generalem secundum morem dicti ordinis, cum simili potestate quam minister generalis habet et, prout in Corsice et Sardinie jnsulis vicarij eiusdem ordinis deputati habere consueuerunt et habent, per alias nostras litteras

Copyrighted material

fecimus, constituimus et eciam deputauimus, eidem Johanni et cuilibet vicario inibi pro tempore existenti quoscunque fratres ydoneos ipsius ordinis ad easdem jnsulas transire et inibi moram trahere volentes recipiendi eosque ad partes christifidelium elemosinas pro necessarijs suis et aliorum fratrum in eisdem jnsulis pro tempore commorancium petituros destinandi prefatisque fratribus, quos ad premissa destinaret, huiusmodi elemosinas cuiuscunque ordinarij seu prelati aut alicuius alterius super hoc licencia petita, licet non obtenta, petendi necnon fratribus eiusdem ordinis, ibidem, ut premittitur, commorantibus quod ipsi christifidelibus in eisdem jnsulis existentibus et in futurum ad eandem fidem conuertendis, si clerici seculares, ad quos pertineat, non forent, ecclesiastica sacramenta ministrare ualerent licenciam et facultatem concessimus, prout in eisdem litteris plenius continetur (1).

Nos igitur, eorundem fratrum in dictis jnsulis pro tempore commorancium, ne propter hoc cogantur ad romanam curiam veniendo personaliter laborare, uolentes parcere laboribus et expensis, auctoritate apostolica, tenore presencium, statuimus et eciam ordinamus quod, cedente uel decedente prefato Johanne uel alio in eisdem jnsulis vicario, pro tempore existente, liceat prefatis fratribus, qui fuerint et erunt pro tempore, alium vicarium in eisdem jnsulis eligere qui, sic electus, per dilectum filium ministrum prouincialem in prouincia Castelle, secundum morem dicti ordinis, ad quem confirmacio electionis huiusmodi per ministrum generalem supradictum eidem prouinciali ministro concessa perpetuo pertineat, confirmetur et officium vicariatus huiusmodi valeat licite gerere et exercere, in jnsulis memoratis.

Et nichilominus vicario et fratribus huiusmodi, pro tempore existentibus in jnsulis prelibatis, omnibus priuilegijs eidem ordini per apostolicam sedem concessis gaudere et uti ualeant, quibus alij fratres in alijs domibus ubique commorantes gaudent seu quomodolibet pociuntur, eadem auctoritate, concedimus quodque episcopi seu prelati in eisdem jnsulis pro tempore existentes nullatenus plus iurisdictionis in vicarium et fratres huiusmodi habere possint uel ualeant quam habeant alij prelati seu episcopi, in alijs mundi partibus, in fratres eiusdem ordinis siue habere consueuerint; et jnsuper vicario predicto et qui pro tempore erit deputandi vnam uel plures personam uel personas, ydoneam seu ydoneas, secularem uel seculares, et per ipsam aut ipsas eaque pro tempore eidem vicario existentj pro tempore et dictis fratribus a christifidelibus erogabuntur et donabuntur recipi et pro necessitatibus, utilitatibus et commodo ecclesiarum edificandarum in eisdem jnsulis ac vicarij et fratrum predictorum distribui faciendi. Constitucionibus apostolicis et eiusdem ordinis ceterisque contrarijs nequa-

(1) Alusão às letras *Meritis tuarum* da mesma data, o nosso DOC. 33.

quam obstantibus, auctoritate predicta, tenore presentium, licentiam et facultatem plenariam elargimur.

Nulli ergo, etc. nostrorum statuti, ordinacionis et elargicionis infringere, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto jdus aprilis, anno sexto.

35

11 ABRIL 1423

Auto notarial da posse tomada por João Afonso de Matos, criado do infante D. Henrique, com autorização do almoxarife daquele, Pedro Nunes de Faria, de casa, vinha, olival e chão da Ordem de Cristo, por esta aforados em Arroios, termo de Lisboa.

ANTT., *Pergaminhos do Convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 1, n.º 9.

Saibham quantos este stormento de outoridade e posse vjrem que, no anno da era do naçimento do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e vjnte e tres annos, onze dias do mes dAbrill, na çidade de Lixboa, nos paaços de dona Lionor da Cunha (1), que ssoom acerqua de Santa Marinha, jazendo hi doente Pero Nunez de Faria, almoxarife do jfante dom Anrrique, em prezença de mjm, Joham de Cojnbra, tabaljam delrrey em a dicta çidade de Lixboa, e testemunhas adiante spritas, logo per ele foy dicto que daua ssua outoridade e conssintimento a mjm, sobredicto tabaljam que, per bem de emprazamento que era fecto a Joham Afonso de Matos, que de pressente estaua, de certas herdades e cassa, o metesse em posse das dictas herdades, como no dicto contrayto era conthudo. Testemunhas: Pedro Afonso, spriuam da cassa de Çepta, e Joham Colaço e Stevam Anes.

E despos desto, no dicto dia, a par da quintaa de Joham da Veyga, o Uelho, caualeyro, que he açima dArrojos, termo da dicta çidade, o sobredicto Joham Afonso de Matos tomou a posse de hũa vijnha, que parte com o dicto Joham da Veyga e com o mouro que chamom Alcobaçill e com o

(1) No ms. *Chunha*.

Copyrighted material

mouro que chamom Hida, e de outra courella de vijnha com hum pedaço de chãao, que parte com mestre Gonçalo danballas partes, e de hũ oljual que parte com Aluoro Afonso de Buarqos e com Ruj Gomez, pedreyro, e com o dicto Joham da Veyga e com Joham Perez, ferrador, e de hũ lagar com ssua cassa; a qual posse tomou per rramos e per terra e per pedra e telha e chaues da dicta cassa, ssegundo coustume, e sse deu de todo por emtregue.

A qual posse dissy que tomaua per bem do dicto emprazamento e outoridade do dicto almoxarife. E pidio a mjm, sobredicto tabaljam, que asy lhe desse delo hũ e dous stormentos. Testemunhas: o dicto Pedro Afonso e o dicto Joham Colaço e Steuom Eanes e Johane Stevez. Eu, sobredicto tabaljam delrrej em a dicta çidade, que este stormento, a rrequyrimento dos sobredictos, spreuy e aquy meu sinal fiz, que tal he *(Sinal do notário)*.

Pagou com hida e rregisto xx rreaaes.

36

30 ABRIL 1423

Ratificação pelo rei de Castela, D. João II, do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, celebrado entre Portugal e o país vizinho, na menoridade daquele monarca.

Crónica de Don Juan II, año 17, 1423, cap. 2, p. 423. — O original do Tratado em nosso DOC. 37. — A ele se referiram: FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 195; LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 99; SOARES DA SYLVA, *Memorias del Rey Dom João I*, t. 2, cap. 189, p. 941; e *Quadro elementar*, t. 1, p. 297.

De como se concertaron las treguas entre los Reyes de Castilla y de Portugal.

Ya la historia ha hecho mencion como el Rey habia seydo diversas veces requerido por el Rey de Portugal por la paz ó treguas entrellos, así en tiempo de sus tutorias, como despues que habia tomado el regimiento del Reyno; sobre lo qual de consejo de todos los Grandes é de los Procuradores de las cibdades é villas, él habia en Portugal enviado á Don Alonso de Cartagena, Dean de Santiago, el qual habia tardado allá un año sobre este negocio, porque el Rey de Portugal demandaba algunas cosas no

Copyrighted material

dignas de ser otorgadas; el qual embaxador habia escrito al Rey quel principal artículo sobre que contendian era demandando el Rey de Portugal que las treguas se otorgasen en la forma que la Reyna Doña Catalina y el Infante Don Fernando las habian otorgado, lo qual era del todo contra el querer del Rey (1).

E despues de muchas altercaciones pasadas entre el Rey de Portugal y el Dean de Santiago, los tratos de las paces destos Reyes se concertaron en esta manera (2). Que fuesen treguas que llamaban paces hasta veinte é nueve años, é si alguno destos Reyes no quisiese estar por las paces del dicho tiempo en adelante, que no pudiese hacer guerra al otro Rey, sin gelo hacer saber año é medio ante de que la comenzase. E porque muchos de los Reynos de Castilla habian rescebido daño del Rey de Portugal é de su Reyno, é muchos del Reyno de Portugal lo habian rescebido del Rey de Castilla é de sus Reynos, que fuesen deputados dos Jueces, uno de la parte del Rey de Castilla, é otro de la parte del Rey de Portugal, para que oyesen é librasen é determinasen las demandas que ante ellos fuesen puestas, é diesen sentencias en ellas segun por derecho hallasen; y estos Jueces estuviesen juntos cierto tiempo en un lugar de Castilla que fuese en frontero de Portugal, é otro tanto en otro lugar de Portugal cercano á la frontera de Castilla; é para publicar estas paces, que estos dos Jueces fuesen juntos. E fueron otorgadas primero por el Rey de Castilla, porque eran á él venidos embaxadores del Reyno de Portugal sobre esto; las quales treguas se pregonaron en presencia de los embaxadores del Rey de Portugal, que para esto eran venidos; é que asimesmo el Rey de Castilla embiasse sus embaxadores en Portogal, para que en su presencia el Rey las otorgase é fuesen pregonadas.

37

30 ABRIL 1423

Carta de el-rei D. João II de Castela, dada em Avila, a aprovar e ratificar o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, então celebrado por seus tutores, a rainha D. Catarina e o infante D. Fernando, mãe e tio do monarca, com el-rei D. João I de Portugal, com validade até 6 de Março de 1434 e pelo mais tempo que el-rei qui-

(1) Cfr., em nosso vol. 1, as pp. 308, 319 e 390; e no presente volume as pp. 60 e ss.

(2) O texto respectivo em nosso documento seguinte.

Copyrighted material

sesse, abrangida nele a cidade de Ceuta, a que não fará guerra e para a qual podem passar os portugueses por seus reinos, não tomando deles coisas defesas, e resolvidas as dúvidas do Tratado por delegados de ambas as partes.

ANTT., *Gaveta* 18, maço 11, n.º 4, original, em caderno de pergaminho, assinado pelo rei castelhano, por Martín Gonçalez, escrivão da sua câmara e seu notário público, e por Martim Vasques, escrivão da câmara do rei de Portugal e notário público, com os sinais destes, cujas assinaturas se vêem também ao fundo de cada página.

Resumida no *Quadro elementar*, t. 1, p. 298. Citada sobretudo: por FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 195; por SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 2, cap. 192; por LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 99. Pequeno extracto em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplem. ao vol. 1, p. 472.

[D]on Iohan, por la graçia de Dios rrey de Castilla, de Leon, de Toledo, de Gallyzia, de Seuilla, de Cordoua, de Murçia, de Iahen, del Algarbe, de Algezira et sseñor de Vizcaya e de Moljna.

A quantos esta carta vieren fazemos saber que, porquanto entre la reyna doña Cataljna, nuestra señora e nuestra madre, et elrey don Ferrando de Aragon, nuestro tio, seyendo jnfante, cuyas anjmas Dios aya, asi commo nuestros tutores e regidores de nuestros regnos, fue firmada paz perpetua entre nos e nuestros regnos e señorios et elrey don Iohan de Portogal et del Algarbe et señor de Çebta, segund que largamente en la carta del trapto de la paz que sobre esto fue fecha se contiene. E en el dicho trapto es contenido que quando, plaziendo a Dios, nos fuesemos de hedat de catorze años conplidos e, pasados dos meses, dende en adelante, des que fuesemos requerido por parte del dicho rey de Portogal, jurasemos e firmasemos la dicha paz. Venjeron a nos los doctores Martjn do Sem e Ferrand Gonçalez Beliagua, del conseio del dicho rey de Portogal, e Aluar Gonçalez de Amaya, sus enbaxadores, a nos requerir sobre la dicha razon, por lo qual nos mandamos traer ante nos e veer e examjnar el dicho trapto, et el tenor del qual es este que se sigue.

Segue-se a transcrição do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 — em nosso volume 2, pp. 7 e ss.

E visto el dicho trapto, fue fallado e traptado por algunas personas, a quien nos lo encomendamos, con los dichos enbaxadores sobre este negoçio. Et, por algunas razones e causas, non fue firmado njn ratificado el dicho trapto. Et los dichos enbaxadores se partieron. Et despues nos enbiamos al dicho rey de Portogal, por nuestros enbaxadores, al doctor Alfonso Garçia, dean de Sanctiago e de Segouja, oydor de la nuestra

abediençia e del nuestro conseio, et a Johan Alfonso de Çamora, nuestro escriuano de camara, los quales, por nuestro mandado, fablaron e traptaron en el dicho negoçio e concordaron a çierta forma e manera en que nos jurasemos e ratificasemos el dicho trapto, segund se adelante se sigue (1). Sobre lo qual venjeron a nos don Ferrnando de Castro, del conseio del dicho rey de Portogal e gouernador de la casa del jnfante don Enrrique, su fijo, e Ferrnando Alfonso, dotor en leys, del su desenbargo, sus enbaxadores. Et requerieronnos e pedieron, de parte del dicho rey de Portogal, que quisiesemos firmar la dicha paz en la manera que fuera por los dichos nuestros enbaxadores concordada. Et nos, aujda nuestra deliberaçion e acuerdo con los del nuestro conseio, acordamos de aprouar e ratificar el dicho trapto de la paz, seegund la dicha concordia (2).

[1]

Porende nos, el dicho rey don Johan de Castilla e de Leon, aprouamos e ratificamos el trapto de la paz fecho e firmado por nuestros tutores, por nos e por nuestros herederos e subçesores, regnos e señorios, tierras, gentes e subditos dellos, fasta seys dias de março que sera en el año del nasçimiento del nuestro Saluador Jhesu Christo de mill e quatroçientos e treynta e quatro años, en el qual trapto, plaziendo a Dios, nos conpliremos hedat de veynte nueue años.

La qual paz prometemos e juramos de guardar segund la forma del dicho trapto, durando el dicho tienpo, et que non moueremos demanda njn guerra en el dicho tienpo, por njnguna de las razones contenjdas en el dicho trapto njn por derecho, sy alguno nos pertenesçe, a los reynos de Portogal, por razon de la succesion de la reyna doña Beatriz njn por otra cabsa o razon alguna que, fasta el tiempo de agora, aya venjdo.

Et prometemos que, pasado este tienpo, non moueremos demanda njn guerra al dicho rey de Portogal fasta que le fagamos notificar que non queremos estar por la dicha paz; et, del dia que gelo fizieremos notificar fasta vn año e medio primero seguiente; pero, pasado este tiempo e fecha la notificaçion que non queremos estar por la dicha paz. E, pasado año e medio despues de la tal notificaçion, que podamos fazer demanda o guerra, sy nos plugiere.

---

(1) Em fins do ano de 1421 (Cfr. o nosso DOC. 16).

(2) A esta embaixada de D. Fernando de Castro, do Conselho de el-rei, e do jurista Fernando Afonso da Silveira a Castela em 1423 aludem: FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2. cap. 195; SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 2, caps. 189 e 192; DUARTE NUNES DE LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 99; e *Quadro elementar*, t. 1, pp. 297-98.

Copyrighted material

[2]

E prometemos e juramos que, durando el dicho tiempo njn despues, enquanto nos plugiere estar por lo dicho trapto, que non podamos dezjr contra el dicho rey de Portogal que por su parte fuese fecha cosa por que venjese contra el dicho trapto o jncurriese perjurio e penas del, por razon de tomas, enbargos, preudas e robos que de su parte fuesen fasta agora fechas njn por otra alguna razon que fasta el tienpo de agora aya venjdo.

[3]

Otrosi queremos que, en durando este dicho tienpo et despues, enquanto a nos plugier estar por el dicho trapto, esta paz se estienda, guarde e aya lugar en la çibdat de Çebta e todos los moradores e defensores della, quanto a les non ser fecha guerra, daño njn ofensa alguna, en sus personas njn en sus cosas, asy por mar commo por tierra. Et queremos que puedan pasar del regno de Portogal pera la dicha çibdat de Çebta por nuestros regnos omnes o todas las otras cosas que pasar quisieren, segund que pasar podrian del dicho regno de Portogal pera Aragon o pera otras partes, non leuando njn sacando de nuestros regnos cosa alguna de las defendidas en el dicho trapto.

[4]

Otrosi, enquanto atañe a los dañjficamientos fechos de vna parte a otra, queremos que sean tomados omnes buenos entendidos, vno o dos por nuestra parte, et otro o otros por parte del dicho rey de Portogal, los quales fagan juramento que libraran e determjnaran e esecutaran los dañjficamientos de amas las partes lo mas sin luenga que lo bien fazer pudieren; et, en razon de los dichos dañjficamientos, non conosçeran njn faran razon de penas, daños, despensas njn jntereses algunos, sinon tan solamente del verdadero valor e estimaçion de las cosas que, tomadas o enbargadas, preudadas o robadas de vna parte a otra fueron.

Et esto non aya lugar en las cosas onestas e razonables que los dañjficados fizieren en requerer su derecho por ante estos juezes, en el qual caso puedan judgar e difinjr lo que les bien paresçiere segund derecho. En la qual determjnaçion, los sobredichos proçederan por sus juramentos verdaderamente, segund derecho, sin sospecha e afecçion alguna de las partes. Et, sy los sobredichos se non acordaren en ello, que sea dado vn comisario por nuestro muy sancto padre, el qual sea tal que sea sin sospe-

Copyrighted material

cha a amas las partes. Et, por su juramento, proçeda e lo libre e determjne segunt derecho, sin njnguna sospecha e affecçion de las partes. Et lo qual, con vno o dos de los sobredichos juezes que acordados fueren a alguna de las partes acordare e determjnare que aquello vala e sea esecutado.

Et nos ponemos por juez, de nuestra parte, al doctor Ruy Garcia de Villalpando, oydor de la nuestra abdiençia (3), al qual prometemos de dar poder conplido bastante pera juzgar e esecutar los dichos daños, de guisa que non aya apellaçion njn suplicaçion njn nuljdat, de lo qual, en vno con el juez dado por el dicho rey de Portogal o en vno con el dicho comisario, fiziere e mandare. E queremos que vaya a la nuestra çibdat de Badajoz, del dia de la fecha desta carta fasta quatro meses primeros seguientes, e se junten con el juez que por parte del dicho rey de Portogal fuere dado, por que amos juntos por si o, si se non avenjeren, el vno dellos con el dicho comisario que por nuestro muy santo padre sera dado, libren e determjnen e executen los dichos dañjficamientos.

Et queremos que los dichos juezes, asy el nuestro commo el que por parte del dicho rey de Portogal sera dado, esten juntamente en la çibdat de Badajoz vn mes e otro mes en la villa de Yelues, que es en el dicho regno de Portogal. Et asy alternadamente vn mes en la dicha çibdat et otro en la dicha villa, fasta que los negoçios se acaben. Et mandamos que, en tanto que en la dicha çibdat de Badajoz estovieren, que les sean dadas posadas sin dineros e viandas e las otras cosas que oujeren menester por sus djneros.

Et prometemos de guardar e cunplir e fazer guardar e cunplir bien e verdaderamente, sin arte e sin engaño, todo lo que los dichos juezes, sy concordes fueren, libraren e detremjnaren o, si ellos discordes fueren, lo que el dicho comisario, en vno con el vno dellos, librare e detremjnare.

Et, por que esto mas aÿna venga al fecto e los dañjficados alcancen conplimiento de justiçia, prometemos de enbiar por el dicho comisario, de gujsa que, a nuestro poder, nuestra suplicaçion llegue al dicho nuestro muy santo padre del dia de la fecha desta carta fasta seys meses primeros seguientes. E prometemos de procurar bien e verdaderamente, sin arte e sin engaño, que el dicho muy sancto padre de el dicho comjsario lo mas en breue que ser pueda. Et, sy acaesçiere porventura el juez por nos dado o el comisario que nuestro padre muy santo dara morir o auer otro jnpedimiento, por que non pueda acabar los dichos negoçios, prometemos de enbiar otro juez, de gujsa que sea en la dicha çibdat de Badajoz del dia que sopieremos su muerte o jnpidimiento fasta tres meses primeros seguientes e de enbiar por otro comisario, de manera que nuestra supli-

(3) As palavras *al doctor... abdiençia* são de outra mão.

caçion llegue al dicho muy sancto padre del dia que sopieremos su muerte o jnpidimiento fasta seys meses primeros seguientes.

Et queremos e otorgamos que los plazos a que se paguen las quantias en que los juezes condenaren sean estos, conujene a saber: que, si la quantia de la condenaçion fuere quarenta mill florines, que sea el termjno de la paga de la tal condenaçion del dia de la sentençia fasta diez meses primeros seguientes; et, sy la quantia fuere mas o fuere menos, que se alargue e abreuje el termjno a este respecto, de gujsa que, por cada quatro mill florines que se contengan en la condenaçion, aya vn mes de termjno.

Et queremos que la esecuçion de las sentençjas que fueren dadas contra nuestros subditos que se faga por nos o por nuestro mandado. Sy acaesçiere sermos condenado en algunas quantias e las non pagaremos o non fizieremos pagar en los dichos termjnos o si non fizieremos justiçia de los nuestros subditos que condenados fueren, dende en adelante, seyendo requerido por parte del dicho rey de Portogal, si lo non cunplieremos o fizieremos cunplir fasta vn mes primero seguiente; e, pasado el mes despues del dicho requerimiento, quel dicho rey de Portogal se pueda entregar en la dicha quantia.

[5]

Lo qual todo nos, el dicho rey don Johan de Castilla e de Leon, de nuestra çierta sçiençia e voluntad libre, con conseio e acuerdo de los del nuestro conseio, aprouamos e firmamos e ratificamos e prometemos que ternemos, guardaremos e faremos tener, guardar e cunplir bien, fiel, leal e verdaderamente, sin njnguna arte o engaño, el dicho trapto de la paz e lo auemos por firme, grato, rato, segunt que en el se contiene et por nuestros tutores, en nuestro nonbre, fue firmado, durando el dicho tienpo, segunt dicho es, e en la dicha concordia desuso jnsierta se contiene.

[6]

E queremos e otorgamos e prometemos, por nos e por nuestros herederos e subçesores que por tienpo fueren et por los dichos nuestros regnos e señorios, tierras, partidas, lugares, gentes e subditos dellos e de cada vno dellos que guardaremos, ternemos, cunpliremos, faremos tener e cunplir e guardar bien, fiel e leal e verdaderamente la dicha paz e aprobaçion e ratificaçion della e todas las otras cosas e cada vna dellas que en el dicho trapto e en esta aprouaçion e ratificaçion del se contiene, durando el dicho tienpo, con las condiçiones e clausulas desuso contenjdas et que non vernemos nin faremos contra la dicha paz njn aprouaçion della njn cosas en ella et en esta nuestra carta contenjdas njn cada vna dellas njn

demandaremos njn consentiremos demandar las dichas cosas njn cada vna dellas, por nos njn por otro, en juyzio o fuera de juyzio, por njnguna razon, causa o manera que sea, de derecho njn de fecho, derechamente o non derechamente, publicamente njn escondidamente, agora njn de aqui adelante, durando el dicho tienpo, njn por razon de sçisma njn por razon de la dicha reyna doña Beatriz njn de otra persona o personas qualquier o qualesquier, de qualquier ley o estado o condiçion que sea, so la pena contenjda en el trapto de la dicha paz. La qual pena pagada o non pagada, prometemos, queremos, otorgamos que la dicha paz e concordia, con todas las cosas en ella e en esta nuestra carta contenjdas, duren e sean firmes e estables e valederas, durando el dicho tienpo deste trapto nueuo e aprouaçion nueuamente fecha.

[7]

Otrosi, prometemos, por nuestra fe real, e juramos por Dios e por la cruz e los sanctos euangellios, con nuestras manos corporalmente tañjdos, por nos e por todos los nuestros herederos e subçesores e por los dichos nuestros regnos e señorios, tierras, partidas, lugares, gentes e subditos dellos e de cada vno dellos, que ternemos, guardaremos, cunpliremos e faremos tener, guardar e cunplir bien, fiel, leal e verdaderamente, sin njnguna arte e engaño, la dicha paz e concordia e aprouaçion della por nos fecha e jurada et todas las otras cosas e cada vna dellas, durando el dicho tienpo, asi e en aquella manera que en el dicho trapto e en esta nuestra carta mas largamente se contiene; njn vernemos njn faremos contra ello njn contra parte dello, durando el dicho tienpo, njn moueremos njn faremos guerra njn demanda, por razon del dicho derecho de la dicha reyna doña Beatriz, por nos njn por otro, njn demandaremos njn prosegujremos en juyzio njn fuera de juyzio, derechamente o non derechamente, publicamente o ocultamente o por qualquier otro modo, njn daremos lugar, ayuda njn fauor a njnguna persona de qualquier estado o condiçion que sea que, durando el dicho tienpo, pretendiese auer algunt derecho, por razon de la dicha herençia e sucçesion de la dicha reyna doña Beatriz.

[8]

Otrosi, prometemos e juramos de nunca pedir njn jnpetrar, por nos o por otro, restituçion [*in*] *jntegrum* (4) njn absoluçion njn despensaçion o relaxaçion del dicho juramento contra el dicho trapto de la paz e aproua-

(4) No ms. *jntregum*.

Copyrighted material

Est. V. — Assinatura autógrafa do rei de Castela na ratificação do Tratado de Paz com Portugal, em 1123 (Doc. 37).

çion ratificaçion por nos fecha e jurada e cosas en ella e en esta nuestra carta contenjdas, durando el dicho tienpo, por njnguna razon que sea njn por razon de menor hedat, dapño o engaño que oujsemos resçibido, asi commo menor o commo rey o commo fisco o por qualquier otra razon, causa, de derecho e de fecho que, por nos o por nuestra parte, contra lo que dicho es, todo o parte dello, se pudiese razonar o oponer o allegar por qualquier gujsa.

[9]

Otrosi, renunçiamos expresamente a toda abçion e exepçion de qualquier natura e condiçjon que sean; e, espeçialmente renunçiamos a todo e a qualquier derecho canonjco, çeuil, espeçial, comun o general, escripto o non escripto, e a todo e a qualquier ofiçio e beneficio, preujllejo de derecho, espeçial, comun e general e a todo vso e costunbre espeçial, comun, general et a todos e a qualesquier estatutos, leys e ordenaçiones de nuestros regnos que en contrario desto sean e de que nos podamos aprouechar e ayudar en qualquier manera e por nos e nuestra parte contra el dicho trapto de la paz e aprobaçion e ratificaçion della se pudiese razonar, oponer o allegar por qualquier gujsa, agora e a lo de adelante, durando el dicho tienpo; e, en espeçial renunçiamos a todo e a qualquier derecho que diz que renunçiaçion general non vala.

Los quales derechos, todos e cada vno dellos, ofiçio e beneficio e preuillejo o preuillegios, vsos e costunbres, estatutos, leys e ordenaçiones de nuestros regnos auemos aqui por espresos e espeçialmente espaçificados e nonbrados, asi commo sy aqui todos e cada vno dellos, de uerbo a uerbo, fuesen expresamente jnsiertos e espaçificados; de los quales derechos, preujllejos, ofiçio e beneficio, vsos e costunbres, estatutos, leys e ordenaçiones todos e cada vno dellos nos auemos por los del nuestro conseio por bien enformado e çertificado. Todos e cada vno dellos, quanto al dicho trapto de la paz e aprobaçion e ratificaçion della e cosas en esta nuestra carta contenjdas, espeçialmente renunçiamos e espresamente reuocamos.

[10]

Otrosi, de nuestro querer e poder absoluto, suplimos qualquier defecto o defectos, solepnjdat o solepnjdades de derecho o de fecho, en caso que, en el dicho trapto de la paz o aprouaçion o ratificaçion del, por nos fecha e jurada, fueren, fallezcan o sean omjsos, puesto que tal o tales sean de que deujese aqui ser fecha mençion espeçial e expresa; el qual o quales defectos nos todos e cada vno dellos auemos aqui por espaçificados e espresamente nonbrados. Et queremos e otorgamos que

non enbarge el dicho defecto o defectos la dicha paz e aprouaçion e ratificaçion della e cosas en esta nuestra carta contenjdas sean firmes e estables e valederas, durando el dicho tienpo, e tan conplidamente commo sy en ello njngunt defecto o defectos fuesen njn alguna solenjdat o solenjdades qualesquier falleçiesen o fuesen omjsas.

E, finalmente, prometemos e juramos tener e guardar bien, fiel, leal e verdaderamente la dicha paz e cosas en ella e en esta nuestra carta contenjdas e la dicha aprobaçion e ratificaçion della por nos fecha e jurada, njn vernemos contra ello njn contra parte dello, agora njn alo de adelante, durando el dicho tienpo, por njnguna razon o causa, en njnguna forma o manera qualquier que sea, commo dicho es. Et todo esto fazemos e prometemos e juramos tener, cunplir e guardar so aquella obligaçion e obligaçiones, pena o penas que en el dicho trapto de la paz son contenjdas et por aquella guisa que en el se contiene.

[11]

Otrosi, queremos e protestamos que, por nomjnaçion e nomjnaciones que se contengan en esta nuestra carta o en otra qualquier carta o cartas o por palabra o por mensagero e, avn que todo concurra que, durando el dicho tienpo, nos fizieremos o mandaremos ffazer de qualesquier persona o personas, so titulo de qualquier señorio, dignjdat o dignjdades, non se pare perjuyzio para lo adelante; mas, pasado el dicho tienpo que de qualquier derecho entero e ylleso en la manera e fforma que agora cada vna de las partes lo tiene. Ca, nuestra entençion non es de dar o dexar o renunciar, por las dichas nomjnaçion o nomjnaçiones, derecho alguno para adelante, pasado el dicho tienpo njn lo perjudicar o amenguar en alguna manera (5).

[*Errata*]

Va escprito entre rrenglones, en el comjenço de la terçera foja, donde diz: o dapño o engaño alguno que oujsemos resçibido, asi commo menor de hedat; et va escprito, entre renglones, en la dicha terçera foja, onde diz: o de solenpnjdat o solenpnjdades de derecho o de derechos; et fallesçe, en la septena foja, en el postrimero renglon de la primera coluna della: lo que se sigue.

(5) O que se segue é em letra de outra mão.

[*Confirmantes*]

Don Alfonso e don Iohan, mjs primos, fijos del jnfante don Ferrnando, mj tio, don Enrrique, maestre de Santiago, e don Sancho, maestre de Alcantara, fijos del dicho jnfante. Estos dos maestros juraran despues que oujeren hedad cunplida pera lo poder fazer. El arçobispo de Toledo, jtem el arçobispo de Santiago, el arçobispo de Seujlla, el obispo de Palençia, el obispo de Burgos, el obispo de Çamora, el obispo de Çiguença, el obispo de Aujla, el obispo de Segouja, el obispo de Mondoñedo, el obispo de Leon, el obispo de Salamanca, el obispo de Plazençia, el obispo de Cartajena, el obispo de Lugu, el obispo de Çibdat Rodrigo, el arçidiano de Guadalhajara, el obispo de Tuy, el obispo dOrense, el obispo de Oujedo, el obispo de Cordoua, el obispo de Jahen, el obispo de Badajoz, el obispo de Cadiz, el obispo de Cuenca, el obispo de Osma, el obispo de Calahorra, el obispo de Coria, el prior de Sant Johan.

Don Enrrique, fijo de don Pedro; el conde don Fadrique; el conde don Enrrique Manuel; el conde de Njebla; don Ruy Lopez de Daualos, nuestro condestable; don Alfonso Enrriquez, nuestro almjrante; Johan de Velasco, nuestro armero mayor; Diego Lopez dAstuñjga, nuestro justiçia mayor; Pero Manrrique, nuestro adelantado, notario mayor de Leon; don Pero Ponçe de Leon, sseñor de Marchena; Diego Ferrnandez, nuestro mariscal; Per Afan de Ribera, nuestro adelantado mayor de la frontera; Johan Aluarez Osorio; Diego Gomez de Sandoual, nuestro adelantado mayor de Castilla; don Aluar Perez de Guzman, nuestro alguazil mayor de Seujlla; Garçia Ferrnandez Manrrique; Dia Sanchez de Benaujdes; Carlos dArellano; Ferrnando Perez de Ayala; don Pero Velez de Gueuara; Pero Lopez de Ayala; Johan Furtado de Mendoça; Diego Ferrnandez de Quiñones; Garçia Ferrnandez Sarmjento, nuestro adelantado mayor de Gallizia; Martjn Ferrnandez Portocarrero; Gomez Suarez de Figueiroa; Pero Nuñez de Avellaneda; Pero Garçia de Ferrera, nuestro mariscal; Diego Perez Sarmjento, nuestro repostero mayor; Pedro dAstuñjga, nuestro alguazil mayor; Diego dAstuñjga; Martjn Ferrnandez, nuestro alcayde de los donzeles; Nuño Freyre dAndrade; Johan Alfonso de Muxica; el doctor Pero Yañez; el dotor Pero Sanchez; el dotor Johan Rodriguez; el dotor Johan Alfonso. Et las çibdades e villas Burgos, Leon, Toledo, Seujlla, Cordoua, Murçia, Çamora, Salamanca, Aujla, Segouia, Çiguença, Osma, Cuenca, Cartagena, Jahen, Calahorra, Palençia, Plazençia, Caljx, Badajoz, Coria, Oujedo, Lugu, Mondoñedo, Orense, Tuy, Sanctiago, Valladolid, Toro, Caçeres, Trogillo, La Cruña, Betanços, Bjuero, Santander, Sant Sebastian, Vermeo, Biluao non le enpezcan.

Et, porque esto sea firme e non venga en dubda, firmamos esta carta de nuestro nonbre et mandamosla sellar con nuestro sello de plomo

pendiente. Et mandamos a los presentes escriuanos publicos e notarios que la den signada de sus signos, pera guarda de amas partes; et a los presentes que sean dello testigos, los quales son estos: don Alfonso Enrriquez, nuestro almjrante mayor, e Johan Furtado de Mendoça, nuestro mayordomo mayor, e don Diego Gomez de Sandoual, nuestro adelantado mayor de Castilla, e don Aluaro, obispo de Cuenca, e don Diego, obispo de Çamora, e los doctores Pero Yañez e Diego Rodriguez e Alfonso Garçia, dean de Santiago, e Furtun Velasquez, todos del nuestro consejo (6). Et el bachiller Ferrando Diaz de Toledo, nuestro relator e secretario, e Ferrando Lopez de Saldaña et Diego Gonçalez de Medjna e Iohan Gonçalez de Cordoua, nuestros escriuanos de camara.

Dada en la çibdat de Aujla, postrimero dia del mes de abril del año del nasçimiento del nuestro Señor Jhesu Christo de mill e quatroçientos e veynte e tress años.

(as.) Hyo El Rey.

Et yo, Martjn Gonçalez, escriuano de camara de nuestro señor elrrey e su notario publico en la su corte e en todos los sus regnos, fuy presente, en vno com Martin Vasquez, escriuano de camara del dicho rey de Portugal, e con los testigos en esta carta contenjdos, quando el dicho señor rey otorgo esta carta desta aprobaçion e retificaçion e todas las cosas en ella contenjdas e cada vna dellas e fizo el dicho juramento, ponjendo su mano derecha sobre vna cruz e hũ libro de euangelios, segund e por la forma e manera que desuso es contenjdo e declarado. E, por mandamjento del dicho señor rey et a requerimjento de los dichos don Fernando de Castro e Fernando Alfonso, cauallero, doctor, que presentes estauan, por parte del dicho rey de Portugal, commo sus enbaxadores, la fize escriuir en este quaderno de pergamjno, en que ha doze fojas escpritas, con esta en que va mj signo e, en fin de cada plana de las dichas fojas va escprito mj nonbre e fize hemendar, en vno con el dicho Martjn Vaasquez, aquello de que desuso faze mençion que esta hemendado, e fize aqui mio signo, en testimonio de verdat.

(Sinal do notário) *(as.)* Martin Gonçalez, notario (7).

E eu, sobredicto Martim Uaasquez, scpriuam da camara do dicto ssenhor rrey de Portugall e notairo pubrico em sua corte e em todo o seu ssenhorio que, por leçença, poder e auctoridade que me foy dada e outor-

(6) Letra de outra mão.
(7) Em letra de outra mão, de Martim Vasques, tudo o que se segue.

Copyrighted material

gada per aluara do dicto rrey de Castella, pera em sua corte dar fe e testemunho de uerdade em este trauto de aprouaçom e rratificaçom e nas cousas que a elle perteençem, em hũu com o dicto Martim Gonçalluez, scpriuam da camara do dicto rrey de Castella e com as testemunhas suso scpritas, fuy presente quando o dicto rrey de Castella outorgou esta carta de aprouaçom e rratificaçom e todallas cousas em ella contheudas e cada hũa dellas e fez o dicto juramento, poendo sua mãao dereita em hũa cruz e em hũu liuro de euangelhos, segundo e em na maneira que desuso he contheudo e declarado, e fiz emmendar, em hũu com o dicto Martim Gonçalluez, aquillo que desuso faz mençom que he emmendado, e pus meu nome em fim de cada hũa plana das sobredictas doze folhas e mais esta plana em que uay meu signal. E, per mandamento do dicto rrey de Castela e, a rrequerimento dos dictos ambaxadores do dicto ssenhor rrey de Portugal, fiz em esta carta meu signal, em testemunho de uerdade, que tal he.

(as.) Martim Uaasquez. *(Sinal do notário).*

38

ABRIL - DEZEMBRO 1423

Os embaixadores régios D. Fernando de Castro e o Dr. Fernando Afonso da Silveira assistem em Castela à publicação da trégua com Portugal e aqui fazem o mesmo o deão de Santiago e o escrivão do rei castelhano João Afonso de Zamora (1).

Crónica de Don Juan II, año 17.°, 1423, cap. 3, p. 423.

(1) Há dois homónimos coevos D. Fernando de Castro, o que foi governador da casa do infante D. Henrique (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 2, p. 171) e o dito Cegonho, governador da casa do infante D. Fernando *(Obra cit.*, liv. 1, p. 146). Supomos tratar-se do primeiro, que depois chefiou a expedição às Canárias (Cfr. o DOC. 51), falecido em Abril de 1440 ou 41 no mar, às mãos de piratas genoveses, quando ia proceder à troca de Ceuta pelo infante D. Fernando. Sobre o Dr. Fernando Afonso da Silveira veja-se a rectificação do autor aduzido *(Obra cit.*, liv. 1, p. 241).

De como vinieron embaxadores del Rey de Portugal, para ver pregonar las treguas susodichas.

Estando el Rey en la cibdad de Avila, vinieron por embaxadores del Rey de Portugal un Caballero que se llamaba Don Fernando de Castro, é un Doctor llamado Fernan Alonso de la Silvera, porque en su presencia en la Corte del Rey se pregonase esta paz é concordia, lo qual se pregonó en la forma que era acordado en presencia destos embaxadores. En el qual tiempo se hacian grandes justas en la Córte del Rey; é Don Fernando de Castro dixo al Rey que queria justar. Al Rey plugo dello, é fuéle dado á escoger entre muchos caballos que tomase el que mas le pluguiese, y él escogió el que mas le plugo, sobre el qual vino á la tela muy bien aderezado, é acompañado de muchos Caballeros de la casa del Rey, especialmente del Conde Don Fadrique, que era su pariente, é anduvo tres ó quatro carreras sin encontrar ni ser encontrado, é á la fin Ruy Diaz de Mendoza, hijo de Juan Hurtado de Mendoza, le dió un tan grande encuentro en las cuerdas del escudo, que Don Fernando é su caballo fueron al suelo, é tan grande fué la caida, que estuvo fuera de si amortecido dos ó tres horas, y estuvo en la cama tres dias, é por esto cesaron las justas por entonce.

Y el Rey hizo mucha honra á estos embaxadores, especialmente á este Don Fernando, é mandóles dar mulas é piezas de seda; é así se despidieron del Rey é se fueron á Portugal. E porque era acordado que estos pregones asimesmo se hiciesen en Portugal en presencia de los embaxadores del Rey de Castilla, hubo de volver en Portugal el Dean de Santiago, é con él Juan Alonso de Zamora, Escribano de Cámara del Rey, en presencia de los quales fueron pregonadas las treguas por la manera que se pregonaron en la Corte del Rey.

39

4 MAIO 1423

Letras Ecclesiarum et religiosorum, *do papa Martinho V, dirigidas a todos os cristãos, a solicitar-lhes a sua cooperação em favor do franciscano Frei João de Baeça, que tenciona fundar casas da Ordem nas ilhas Canárias.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 234, fl. 47, — donde se reproduz.

Publicada por EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 592, n.º 1572. Referenciada por ZUNZUNEGUI, *Los orígenes*, p. 382.

Martinus, etc.

Vniuersis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Ecclesiarum et religiosorum locorum fabricis manum porrigere adiutricem pium apud Deum et meritorium reputantes, frequenter christifideles, ad impendendum ecclesijs et locis ipsis auxilium, nostris litteris exhortamur et, ut ad id eo fortius animentur, quo magis ex hoc animarum commodum se sperauerint adipisci, nonnunquam pro hijs temporalibus suffragijs spiritualia eis munera, videlicet remissiones et indulgentias, elargimur.

Cum itaque, sicut accepimus, dilectus filius Johannes de Baeça, ordinis Fratrum Minorum professor, in jnsulis Canarie, Rubicensis diocesis, aliquas domos cum ecclesijs, in fauorem et augmentum catholice fidei et propagationem dicti ordinis, pro vsu et habitatione aliquorum fratrum ipsius ordinis, construere et edificare proponat;

Nos, cupientes quod domus huiusmodi cum ecclesijs in fauorem catholice fidei congrue construantur, vniuersitatem vestram requirimus et hortamur in Domino, in remissionem vobis peccaminum iniungentes quatenus, de bonis vobis a Deo collatis, ad constructionem et edificationem predictas, pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogetis ut, per subuentionem vestram, huiusmodi domus ipse decenter ualeant construi et edificari uosque, per hec et alia bona que, Domino inspirante, feceritis, possitis ad eterne felicitatis gaudia peruenire. Nos enim, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus uere penitentibus et confessis, qui ad constructionem et edificationem dictarum domorum manus porrexerint adiutrices, tres annos et totidem quadragenas de iniunctis eis penitentijs misericorditer relaxamus, presentibus, post decennium minime valituris, quas mitti per questuarios districtius inhibemus eas, si secus actum fuerit, carere viribus decernentes.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto nonas maij, anno sexto (1).

---

(1) Cfr. com os nossos DOCS. 32, 33 e 34. Sublinharemos aqui com ZUNZUNEGUI, que, depois de se referir aos nossos DOCS. 33, 34 e 39, observa: — «Pero la bula más importante que Fr. Juan consiguió en su estancia en Roma fué la titulada «Illius celestis Agricole», en la que el Papa eleva la iglesia de Fuerteventura a la dignidad de Catedral y le asigna como diócesis las islas de Fuerteventura, Gran Canaria, Infierno, Gomera, Hierro y Palma. Todas menos Lanzarote» (*Los orígenes*, p. 383, que cita: *Bullarium Romanum* (TOMASSETTI), IV, 701-2, y VIERA, IV, 614-5). Observe-se ainda, com o mesmo autor, que em 20 de Novembro de 1424 Martinho V provia de bispo a nova diocese, nomeando para ela Martín de las Casas, parente de Guillén de las Casas (Cfr. EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, t. 7, p. 620, n.° 1633).

40

4 SETEMBRO 1423

Carta de el-rei D. João I, endereçada aos infantes e ao conde D. Afonso, seus filhos, aos mestres das Ordens Militares e ao prior da do Hospital, aos ricos-homens, a seu almirante e a todos os alcaides dos castelos e fortalezas do reino, a seu Conselho, a seu chanceler-mor, ao pessoal do Desembargo e Relação e a todas as justiças e oficiais de todas as cidades e vilas do país, a notificar-lhes haver aprovado e ratificado o Tratado de Paz com Castela até 6 de Março de 1434, cujo teor de publicação na corte lhes transmite, e a ordenar-lhes o cumpram.

AGS., *Patronato Real*, Legajo 49, fl. 16, original em papel, com selo de chapa no verso, — donde se transcreve.

Publicada por LUIS SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, p. 179, com erros.

Referenciada pelo P. FRANCISCO MANUEL ALVES, *Catálogo dos manuscritos de Simancas*, p. 94, e pelo *ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, Catalogo V, Patronato Real (834-1851)*, t. 1, p. 560, n.º 4062.

Dom Joham, pela graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

Aos jfantes e conde dom Affonso, meus filhos, e aos prellados, meestres, prioll do Spital e rricos homeens e ao nosso almirante e a todollos alcaides dos castellos e fortelezas de nossos rregnos e aos do nosso consselho e chançeller moor e aos do nosso desenbargo e rrolaçom e a todallas nossas justiças e ofiçiaaes, de quallquer estado e condiçom que sejom, de todallas çidades e villas dos nossos rregnos a que esta nossa carta ou o trellado della, asijnado de scripuam pubrico for mostrada, saude.

Sabede que nos aprouamos e rretificamos o tracto da paz fecto e firmado per nos e per os titores delrrey dom Joham de Castella antre nos e nossos rregnos e ssenhorios e ell, dicto rrey dom Joham e seus rregnos e ssenhorios, por çerto tempo, segundo se contem em a carta do tracto que sobre ello mandamos dar. E mandamos pobricar e apregoar a dicta paz, a qual foi pobricada e apregoada em a nossa corte, em a forma que sse segue.

Saibham todos que nosso senhor elrrey ha firmado e rretificado, por ssy e por seus herdeiros e sobçessores e por seus rregnos e ssenhorios e terras, partidas e jentes e sodictos delles, o tracto da paz fecto e firmado per nos e per a rrainha dona Catelina, madre do dicto rrey dom Joham de Castella, e per dom Fernando, rrey dArragom, seu tio, titores que forom

do dicto rrey dom Joham de Castella e rregedores de seus rregnos por o dicto rrey dom Joham e por seus herdeiros e sobçesores e por seus rregnos de Castella e de Leom, ssenhorios, terras, partidas e jentes e sobdictos delles ataa seis dias do mes de março do ano que sera do naçimento de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill e iiij^{c} e trijnta e quatro annos (1).

Porem, manda aos suso dictos e a todollos outros seus naturaaes e sobdictos, de quallquer dignjdade, preheminencia e estado e condiçom que sejom, que guardem a dicta paz e o que em na pobricaçom della sse contem e nom façam aucto de guerra algũu contra o dicto rrey de Castella nem contra os dictos seus rregnos nem sobdictos delles, per mar nem per terra, durando o dicto tempo nem despois, ataa que o dicto ssenhor rrej faça notificar ao dicto rrey de Castella que nom quer estar polla dicta paz, e do dia que lho fezer noteficar ataa ano e meyo primeiro seguynte, so aquellas penas em que caaem aquelles que nom gardam paz fecta, firmada e outorgada per seu rrey e ssenhor natural.

E manda que os seus sobdictos e naturaaes conuersem com os castellãaos e os castelãaos com os seus sobdictos e naturaaes, durando o dicto tempo, per mar e per terra, segundo que soyam conuersar no tempo das pazes; por que uos mandamos a todos e cada hũu de vos que guardees e conpraaes e façaaes gardar e conprir a dicta paz e nom façaaes contra ello nem contra parte dello, durando o dicto tempo. E os hũus e os outros nom façaaes ende all por algũa maneira, so pena da nossa merçee e das penas susso contheudas.

Dante em a nossa uilla de Sintra, quatro dias de setenbro. Elrrey o mandou. Joham Afonso a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill iiij^{c} e vijnte e tres anos.

(as.) ElRey.

41

26 SETEMBRO 1423

Letras Cum uenisset, *do papa Martinho V, dirigidas a el-rei D. João I, a queixar-se do estranho procedimento do cavaleiro Pedro Lobo, enviado pelo rei e pelo infante D. Duarte à cúria romana, e a prevenir o monarca contra qualquer deturpação dos factos feita pelo sobredito.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 359, fl. 6 v., cujo texto se reproduz; também no mesmo volume, a fl. 176, e ainda no *Armadio* 39, vol. 5, fl. 252v., e na BV., *Fondo Chigi*, D-VII-101, fl. 1.

(1) Cf. o texto respectivo, de 30 de Abril de 1423, cap. [1], em nossa pág. 60.

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Johanni, regi Portugalie et Algarbij illustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Cum uenisset ad nos Petrus Lupi, miles et orator tuus, cum litteris credentie tue serenitatis etiam et dilecti filii nostri nobilis uiri Eduardi, infantis primogeniti tui, benigne eum recepimus, prout solemus eos quos mittis ad presentiam nostram, et humaniter audiuimus ea que uoluit nobis referre. Est enim moris nostri ut tum singulos grato animo audiamus, tum presertim eos quos tales mittunt principes, qualem te esse et experti sumus et maxime letamur, propugnatorem scilicet nominis christiani et erga nos romanamque ecclesiam deuotissimum filium.

In primis, autem, cum quedam ille petisset a nobis ex parte tua, nos, propter iustas et rationabiles causas et tibi quoque satis probabiles, diximus ea non posse fieri, rogantes eum ut patienter id ferret. Et, cum sepius uenisset ad presentiam nostram, patuit enim semper ei aditus cum ad nos uoluit accedere, homo impatiens animi ac preceps consilii, usus est pluries uerbis parum decentibus et que, cum in oratore regio non bene residerent, rectius tacuisset. Multa sepius dixit et egit indigna probo uiro, que modicum cederent ad honorem tuum, parum sapientie in se esse ostendens. Cum uero plura ab initio se dixisset habere nobis referenda, nihil amplius de rebus tuis, nihil omnino de primogeniti nobis exposuit, vsus indignatione quadam, ex qua paruam conmendationem est consecutus.

Nos, tamen, tulimus omnia patienter et equo animo, considerantes non quis ipse esset sed quem representaret. Atque utinam quemadmodum personam representabat tuam, ita etiam representasset maturitatem, sapientiam, consilii grauitatem. Non enim ita aberrasset. Cum autem speraremus ut, propter mansuetudinem nostram ac patientiam, se ipsum corrigeret, non solum se non emendauit sed, quod certe doluimus, repentinus discessit a curia, nulla licentia petita a nobis, quod an recte fecerit consideret discretio sapientie tue. Nescimus qualiter in aliis seruierit maiestati tue, aut qua prudentia, humanitate, probitate, uirtute utatur apud maiestatem eandem, neque enim id querimus. Vnum scimus illum, in hoc suo oratorio munere, parum nobis, minus tibi, minimum reliquis satisfecisse atque egisse singula que magis robusti militis audaciam saperent quam consilium aut prudentiam maturi uiri.

Hec celsitudini tue uoluimus scripsisse ut, cum eius facta cognoueris, si quid ipsi celsitudini, prout comminatus est, [retulit] indignum nobis, uideat serenitatis tue prudentia quanta sit eius uerbis fides adhibenda. Nouimus autem tuam celsitudinem tali sapientia preditam ut certi reddamur te non solum eius parum consultis relatibus fidem non daturum,

Copyrighted material

cum nostrum erga te animum et paternam beneuolentiam cognoscas, sed etiam reprehensurum ipsum, prout eius opera requirunt.

Datum Rome, apud sanctam Mariam Maiorem, vj kalendas octobris [pontificatus nostri anno sexto] (1).

42

15 OUTUBRO 1423

Letras Nobilitas generis, *do papa Martinho V, dirigidas ao presbítero João Rodrigues, da diocese de Braga, capelão-mor, comensal e governador da capela do infante D. Henrique, a conceder-lhe possa receber quaisquer benefícios eclesiásticos compatíveis, mesmo em igrejas catedrais, metropolitanas e colegiadas* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 233, fl. 149.

Martinus, etc.

Dilecto filio Johanni Roderici, presbytero Bracharensis diocesis, salutem, etc.

Nobilitas generis vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut te specialibus fauoribus et gracijs prosequamur.

Exhibita siquidem nobis nuper pro parte tua peticio continebat quod olim tecum super defectu natalium, quem pateris de soluto genitus et soluta, ut, eo non obstante, ad omnes eciam sacros ordines promoueri ac vnum eciam, si curam haberet animarum primo, et deinde ut vnum aliud beneficia ecclesiastica se inuicem compaciencia, si tibi alias canonice conferrentur, recipere et retinere illaque, ex causa permutacionis uel alias, simul uel successiue, semel tantum, dimictere et loco dimissi uel dimisso-

(1) As palavras entre colchetes vêm na outra cópia destas letras, no mesmo volume a fl. 176. Trata-se certamente do cavaleiro Pedro Lobo do Quintal, ido a Inglaterra em 1421 (Cfr. o DOC. 18), e que, em 16 de Setembro de 1422, como embaixador do rei de Portugal em Roma, obteve do papa Martinho V carta de trânsito (A.V., *Armadio* 29, vol. 8, fl. 10).

(1) Sobre o mesmo veja-se os nossos DOCS. 64 e 65, de 9 de Junho de 1426.

rum, aliud uel alia, simile uel dissimilia aut similia uel dissimilia, duo tantum beneficia ecclesiastica, inuicem compatibilia, eciam recipere et retinere valeres apostolica extitit auctoritate dispensatum; tuque postmodum, huiusmodi dispensacionis vigore, ad omnes ordines huiusmodi rite promotus, beate Marie de Cornice (1), qua per te simpliciter et omnino dimissa, Sancti Adriani de Sancto Adriano (2), quam etiam post, certis legitimis de causis, extra romanam curiam sponte et libere resignasti, Bracharensis et Visensis diocesum parrochiales ecclesias canonice tibi successiue collatas, fuisti pacifice assecutus.

Nos, volentes tibi qui, ut asseris, de nobili genere procreatus ac dilecti filij nobilis viri Henrici, ducis Visensis, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris nati, maior capellanus, continuus commensalis ac ipsius ducis capelle gubernator existis, premissorum meritorum tuorum intuitu, fauoribus prosequi graciosis, tuis in hac parte supplicacionibus inclinati, tecum ut quecunque, [quotcunque] et qualiacunque beneficia ecclesiastica, cum cura vel sine cura, se inuicem compaciencia, eciam si canonicatus et prebende aut dignitates, personatus uel officia in metropolitanis uel alijs cathedralibus seu collegiatis et dignitates ipse in metropolitanis uel alijs cathedralibus post pontificales maiores aut in collegiatis ecclesijs huiusmodi principales fuerint et ad illas, illos uel illa consueuerint qui per electionem assumi, si tibi alias canonice conferantur, aut eligaris uel assumaris ad illa recipere et retinere illaque simul uel successiue, simpliciter uel ex causa permutacionis, quociens tibi placuerit, dimictere et loco dimissi uel dimissorum aliud uel alia, simile uel dissimile, aut similia uel dissimilia beneficium seu beneficia ecclesiasticum uel ecclesiastica, se inuicem compaciencia, eciam recipere et retinere libere et licite valeas, defectu predicto necnon Pictauensis concilij et quibusuis alijs constitutionibus et ordinacionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, iuramento, confirmacione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis, ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, de vberioris dono gratie, tenore presencium, dispensamus.

Nulli ergo, etc. nostre dispensacionis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Dome, apud Sanctam Mariam Maiorem, jdibus octobris, anno sexto.

---

(1) Deve tratar-se da paroquial de Cornes, do arciprestado de Vila Nova de Cerveira, aliás do orago de S. Pantaleão, tanto actualmente como já no Catálogo de 1320-21 (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 653).

(2) Possivelmente Santo Adrião de Sal, que figura no retrocitado Catálogo do século XIV, no arciprestado de Lafões *(Lug. cit.*, p. 661).

43

7 JANEIRO 1424

Carta de el-rei D. João I, a conceder a João Afonso de Gorizo, pelo infante D. Henrique armado cavaleiro em Ceuta, possa possuir, sem embargo das Ordenações em contrário, bens havidos da parte de sua mulher nos reguengos de Unhos, Camarate, Sacavém e Frielas, e ainda herdar os do clérigo Gonçalo Anes, seu sogro.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 72 v.
Publicada: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 2, p. 651; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 105.

Dom Joham, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Joham Afomso de Gorizo, nosso criado, nos dise que elle tijnha, em nossos reguengos de Hunhos e Camarate e Sacauem e Freellas, certos beens que elle ouue da parte de sua molher; e, porque elle ouujo dizer que per os reis destes regnos que ante nos forom e per nos forom postas hordenações que os caualleyros nom teuesem beens em nossos reguengos nem os pudesem guanhar em elles e que se temja perder por esto os dictos beens e que nos pedia por mercee que nos hordenasemos como os elle nom perdese e os teuese seguramente.

E nos, veendo o que nos pedia e como a rrazam mais requere de nos fazermos mercee aos [que] em nosso serujço recebem honrra de caualaria, per que suas honrras posam gouernar, que de perderem por esto seus beens; e, porque elle foe fecto caualeyro em a nossa cidade de Cepta per mãao do jffante dom Anrrique, meu filho, jndo elle em nosso serujço quando elle, dicto meu filho foe por acorrer aa dicta cidade (1); porem a nos praz e mandamos, pois que o dicto Joham Afomso em nosso serujço

(1) Ou seja ao descerco de Ceuta, em 1419 ou 1420. Os Gorizos estão representados, na ajuda dispensada por fidalgos e cidadãos ao Mestre de Avis, na defesa do reino por Afonso Martins de Gorizo (Cfr. FERNÃO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, vol. 1, cap. 161). Entre o pessoal da casa da rainha D. Filipa de Lencastre em 1402 figura Beatriz ou Brites Afonso Goriça, com 700 libras de ordenado (Cfr. o nosso vol. 1, p. 289). Este João Afonso de Gorizo é possivelmente o pai do moço da câmara do infante D. Henrique, João Gorizo, que em 1446 acompanhou Gomes Pires ao Rio do Ouro, «o

guanhou honrra de caualaria, que elle e todos seus herdeiros aiam e possam auer, liure e seguramente, os beens que agora teem e todos os outros que, per sucesam e herança, a elle pertencerem nos suso dictos lugares e em quaaesquer outros nossos reguengos, nom embargando quaaesquer lex, hordenações que em contrairo desto seiam fectas.

E que esso meesmo aia e possa auer todollos beens que Gonçalo Anes, seu sogro, que era creligo, auja nos dictos reguengos e em outras quaaesquer partes dos nossos regnos, assy do que lhe elle fizese doaçam, como do que ouuese per herança, assy ante da sua morte, como despois, sem embargo de lhos o dicto Gonçalo Anes nom poder dar, por seer creligo e pertencerem a nos; porque nossa mercee he que, se algũu djreito nos dictos beens teemos ou de djreito podemos auer, que o aia o dicto Joham Afonso, porque nos lho damos e doamos o mais firmemente que seer pode. Vnde al nom façades.

Dada em Almeirim, vij dias de janeiro. Elrrey o mandou. Pero Gonçalluez a fez. Era do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxiiij annos.

44

16 JANEIRO 1424

Carta de el-rei D. João I, a conceder licença ao infante D. Henrique para ele dar as suas terras patrimoniais de Benviver, Sul e a quinta de Reriz a D. Pedro de Castro, seu criado, em casamento com D. Teresa, filha de João Mendes de Vasconcelos, enquanto lhe não possa entregar as prometidas 5.000 coroas de ouro em herdades, devendo, porém, tais terras vir a ser resgatadas pelo infante ou por el-rei.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 71 v., — texto que se reproduz; e *Além-Douro*, liv. 1, fl. 187.

---

qual leuaua carrego de screuer todallas receitas e despezas dos mouros» (ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 89). Tendo-se mantido porventura ao serviço do Navegador, acompanhou-o no descerco de Ceuta, como o prova este documento; pois o cronista não o referenciou ao historiar aquele facto na *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*. É ainda João Gorizo quem, na Vila do Infante, a 9 de Outubro de 1460, redige a carta testamentária henriquina relativa à igreja de Alcácer-Seguer (Cfr. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 200-201).

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta, emsembra com o jffante Duarte, meu filho primogenjto e herdeiro.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Anrrique, meu filho, nos dise que elle acertara casamento a dom Pedro de Castro, seu criado, com dona Tareyia, filha de Johane Meendez de Uasconcellos, e que lhe pormetera de dar, em casamento, cinquo mjl coroas douro metidas em herdades; e que, porquanto logo de presente lhas nom podia assy dar, que a elle prazia de lhe dar as suas terras de Bemviuer e de Sul e a sua qujntaa de Reeriz (1), que he no julgado dAlafõoes. E que, porquanto elle esto nom podia fazer sem nossa licença, segundo a doaçam que lhe dello tijnhamos fecta (2), que nos pedia por mercee que lha desemos.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia; teemos por bem e damoslhe licença e lugar que elle possa dar ao dicto dom Pedro as sobredictas terras e qujntaa, em preço das dictas b. mjl coroas. E queremos que o dicto dom Pedro as posa teer e auer, nom embargando que a doaçam que assy fizemos ao dicto jffante das dictas terras e qujntaa nom de pera ello lugar, comtanto que cada uez que o dicto jffante ou seus herdeiros derem ao dicto dom Pedro ou a seus herdeiros as dictas b. mjl coroas em herdades, que lhe fiquem as dictas terras e qujntaa liure e desembargadamente, sem nehũu empacho. E, nom as dando o dicto jffante ou seus herdeiros, que as posamos nos dar ou nossos herdeiros e auermos as sobredictas terras e qujntaa sem embargo nehũu. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta carta, asignada per nos e per o dicto jffante e asellada do nosso seello e do seu.

Dante em os nossos paaços dAlmeirim, xbj dias de janeiro. Elrrey o mandou. Martim Uaasquez a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxiiij annos (3).

---

(1) No ms. *Rooriz*, por equívoco do copista. Estes bens eram do património do infante (Cfr. o nosso DOC. abaixo citado).

(2) Pela carta joanina de 17 de Abril de 1411. (Em nosso vol. 1, pp. 343 e ss.).

(3) Sobre este D. Pedro de Castro, filho de D. Alvaro Pires de Castro e 1.º Senhor de Benviver, pode ver-se B. FREIRE, *Brasões*, liv. 1, pp. 145-46, onde o autor cita o presente documento e o sumaria. Deu, por equívoco, o nome de D. Catarina à D. Teresa, o que aliás rectificou em a nota 4 da p. 352.

45

18 JANEIRO 1424

Carta de el-rei D. João I, a doar ao infante D. Henrique, a pedido de D. Álvaro Pires de Castro, o lugar de Alcáçovas, que aquele tinha da Coroa, em satisfação de 5.000 coroas de ouro em herdades, total do prometido pelo infante e por D. Álvaro, em casamento pelo filho deste, D. Pedro de Castro, com a filha de João Mendes de Vasconcelos, e de cuja liquidação integral se responsabilizara D. Henrique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 72. Sumariada por B. FREIRE, *Brasões*, liv. 1, pp. 145-46.

Dom Joham, etc.

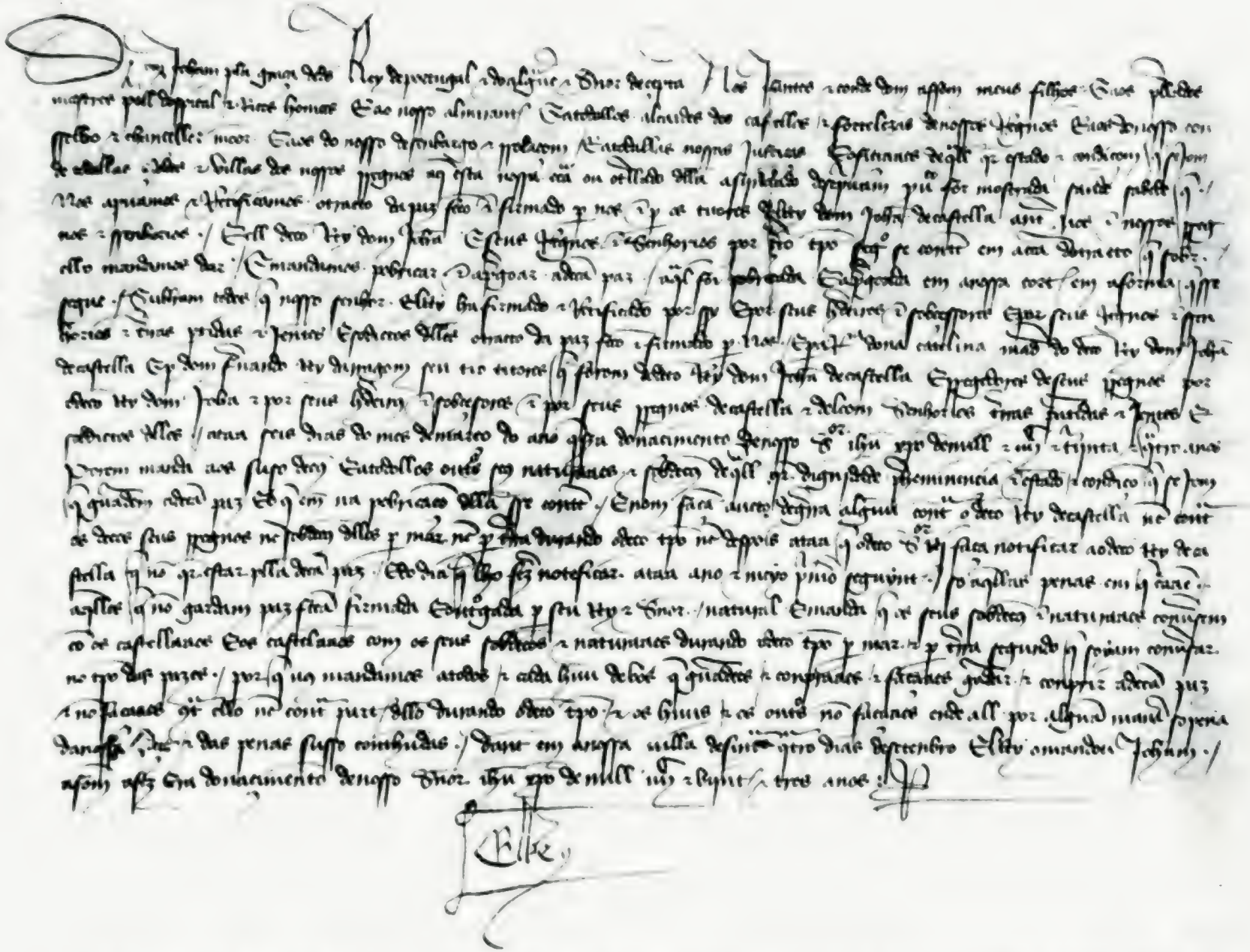
A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Anrrique, meu filho, nos dise que elle pormetera a Johane Meendez de Uasconcellos de dar a dom Pedro de Castro, em casamento com sua filha, b. mjl coroas douro em herdades, pollo que dom Aluaro Pirez de Castro auja de dar ao dicto dom Pedro, seu filho, e pollo que elle, dicto jffante, auja de refazer; e que o dicto dom Aluaro Pirez lhe pedira por mercee que pagase por elle o que elle assy auja de dar e que tomase o lugar das Alcaceuas e reguengos e todollos outros djreitos que lhe nos deramos, e que a elle aprouue dello, e dera das suas terras tanto ao dicto dom Pedro, em preço das dictas b. mjl coroas, de que o dicto Johane Meendez se contentara, segundo era contheudo no contracto que dello fora fecto; e que, porquanto elle nom podia auer o dicto lugar e rendas, por lho assy dar ho dicto dom Aluaro Pirez, sem nossa carta, que nos pedia por mercee que lha mandasemos dar.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia, apraznos de todo o que suso dicto he e damos ao dicto jffante dom Anrrique, emquanto nossa mercee for, o dicto lugar das Alcaceuas e reguengos e todollos outros djreitos que assy tijnhamos dados ao dicto dom Aluaro Pirez no dicto lugar.

E porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e scpriuãaes e aos jujzes do dicto lugar e a outros quaaesquer

(1) Sobre D. Alvaro Pires de Castro, Conde de Arrailolos, condestável, pode ver-se o autor, obra e livro infracitados, a pp. 144 e ss. e «passim».

Copyrighted material



Est. VI. — Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver ratificado o Tratado de Paz com Castela, de 1423 (Doc. 10).

jujzes e justiças e pesoas que esto ouuerem de ueer per qualquer guisa que seia, que leixem ao dicto jffante teer e auer o dicto lugar e reguengos e todollos djreitos e rrendas que nos em o dicto lugar auemos e deuemos dauer, assy e tam conpridamente como os de nos tijnha e auja o dicto dom Aluoro Pirez e lhe façam responder e acudir com todo o que dicto he, sem nehũu embargo. E mandamos que elle, per seu mandado e per quem lhe prouuer, sem mais autoridade de justiça, tome e possa mandar tomar a posse do dicto lugar e reguengos e djreitos suso dictos, sem embargo nehũu que lhe sobrello seia posto. Vnde al nom façam. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em os nossos paaços dAlmeirim, xbiij dias de janeiro. Elrrey o mandou. Martim Uasquez a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxiiij annos.

46

21 JANEIRO 1424

Carta de el-rei D. João I, a doar ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê for, umas suas casas e chãos da Ribeira de Santarém, para ele fazer nelas casas para saboaria (1).

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 78.
Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 474.

Carta per que o dicto senhor fez doaçam, emquanto sua mercee fosse, ao jffante dom Anrrique, seu filho, de hũas casas que forom faangas, que elle ha em Santarem, na Ribeira, e de tres chãaos de casas que stam acerca dellas, pera em todo fazer casas pera saboarias, porque stauam em lugar pera ello bem aazado etc.

Nos paaços dAlmeirim, xxj dias de janeiro de mjl iiij^{c} xxiiij annos.

(1) A saboaria do infante D. Henrique em Santarém é localizada na Rua Cega em tombo das herdades da Colegiada de Santa Iria de Santarém, de 28 de Março de 1436: — «Jtem outras casas que ssom na dicta rua (Rua Cega), que traz empraçadas Aluaro Perez Raualdo, que partem com casas que ora ssom de Nuno Uelho e com a sabuaria do jffante dom Anriquy e com rua publica» (ANTT., *Colegiada de Santa Iria de Santarém*, maço único, doc. n.º 3, fl. 7).

47

26 JANEIRO 1424

Pública-forma notarial da acta da súplica formulada por Álvaro Perez Borreguín, deão da sé de Leão e bacharel em leis, e por João de Olmedo, escudeiro, familiar e embaixador de el-rei de Castela, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe, nos termos da confirmação régia do Tratado de Paz entre Portugal e Castela de 30 de Abril do ano anterior, se digne nomear um prelado ou varão probo, perito e experimentado, neutral a ambas as partes, para juiz comissário das dúvidas que viessem a surgir entre portugueses e castelhanos na execução do referido Tratado.

AGS., *Patronato Real*, Legajo 49, fl. 17, original em pergaminho, — donde se reproduz.

Publicada por SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, p. 181, com erros, omissão de palavras e do texto final de Diogo Gomes da Câmara.

Referenciada: por FRANCISCO MANUEL ALVES, *Catálogo dos Manuscritos de Simancas*, p. 94; e por ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Catalogo V, Patronato Real (834-1851)*, t. 1, p. 560, n.º 4063.

Jn Dei nomine, amen.

Nouerint vniuersi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod, anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo vicesimo quarto, indicione secunda, die vero vicesima sexta mensis januarij, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Martini, diuina prouidencia pape quinti anno septimo, post horam videlicet Vesperorum uel quasi, infra palacium apostolicum ipsius domini nostri pape, prope Sanctum Petrum de vrbe, vbi protunc idem dominus presencialiter residebat, et in eius sanctitatis presencia personaliter constitutus, circunspectus vir dominus Aluarus Petri Barregujm, decanus ecclesie Legionensis, in legibus bacallarius, prefatique domini nostri pape acolitus et familiaris, ex parte serenissimi principis ac domini domini Johannis, regis Castelle et Legionis, presentibus ad infrascripta me notario et testibus inferius nominatis, quendam discretum virum Johannem de Olmedo, suo proprio nomine nuncupatum, dictique domini regis scutiferum et familiarem, per ipsum dominum regem ad prefatum dominum nostrum papam, cum nonnullis suis licteris missiuis negocium concernentibus, infrascriptum nunçium destinatum, ibidem personaliter exhibuit et presentauit et inconti-

Copyrighted material

nenti, de prefati domini regis, ut asseruit, speciali et expresso mandato et ex ipsius parte, flexis genibus, alta disertaque et intelligibili vcce, eidem domino nostro pape intimauit et notificauit qualiter inter prefatum dominum regem Castelle et Legionis eiusque regnicolas et subditos, ex parte vna, et illustrissimum dominum dominum Johannem, regem Portugalie, nonnullosque eciam subditos et regnicolas suos, ex parte altera, de et super nonnullis questionibus, actionibus, dampnis, jniurijs ac diuersis alijs rebus, que ad inuicem hinc inde et ab utraque parcium predictarum, tam per terram quam per maria, temporibus retroactis, facta fuerant et subsecuta, pro bono pacis et concordie, inter ipsos illustrissimos reges vnanimiter hinc inde erat firmatum et omnimodo concordatum in modum qui sequitur (1).

Videlicet, quod vtraque parcium predictarum vnum aut duos, probum virum seu probos viros eligeret, deputaret seu nominaret eligereque, deputare seu nominare teneretur qui, infra certum tempus et terminum, per eos ad hoc prefixum, et in certis, nominatis similiter et expressis ipsorum Castelle et Portugalie locis, simul in vnum, cum potestatibus et mandatis ipsorum dominorum regum sufficienter fulciti, conuenirent et procuratores ipsorum necnon omnes alias singulas personas dictorum regnorum, cuiuscumque status, gradus, legis, ordinis aut condicionis existerent et hinc inde temporibus supradictis lesas aut quouismodo dampnificatas ipsarumque querelas et peticiones audirent et plenarie examinarent eisque iusticie complementum ministrarent. Verumtamen, quia actentis causarum et negociorum huiusmodi varietatibus ac parcium ipsarum et personarum grauitatibus valde dubitauerant et difficile reputabant judices ipsos sic, ut prefertur, per reges prefatos deputatos seu deputandos super diffinicione dictarum questionum in vnam posse conuenire concordiam, sentenciam seu eciam voluntatem et, ne igitur tam sanctum tamque laudabile propositum tantorum malorum sedationum indiscussum et absque finali effectu remanere valeret, prelibati domini reges et eorum vterque, volentes super hijs, quantum eis possibile foret, remedium adhibere, voluerunt atque inter se hinc inde vnanimiter conuenerunt de effectualiter supplicando sanctitati dicti domini nostri pape ut eisdem regibus, super hijs, ad huiusmodi litium et questionum decisionem consequendam, vnum prelatum aut probum peritumque et expertum virum, de quo sue sanctitati placeret et uideretur, neutrum tamen parcium predictarum suspectum, eis super hijs in communem et tercium judicem commissarium daret et deputaret qui, vna cum alijs probis viris, ab eisdem dominis regibus super hoc,

(1) Alusão à carta de el-rei D. João II de Castela, de 30 de Abril de 1423, de ratificação do Tratado de Paz entre Portugal e Castela de 31 de Outubro de 1411, — o nosso DOC. 37, p. 61, cap. [4].

ut premictitur, deputatis seu deputandis, in et super discordiarum et litium predictarum sedacionem et decisionem conueniret, promictentes quoque firmiter dicti dominj reges et vterque ipsorum, pro parte sua, sub certis pennis, sentencijs et ordinacionibus prefati judicis apostolici et aliorum judicum, per ipsos deputatorum seu deputandorum, stare et obtemperare et nullo modo nulloque tempore contrauenire, sed ea omnia et singula, iuxta modum, formam et tenorem quibus inter ipsos reges fuit et est concordatum, firmiter tenere et adimplere et ad debitam execucionem deducere seu deduci facere, prout premissa omnia et singula et nonnulla alia negocium huiusmodi concernencia in quadam publica et auctentica, communi scriptura, ex inde inter ipsos illustrissimos reges confecta, prenominatus dominus Aluarus decanus lacius asseruit contineri.

Quibus omnibus et singulis supradictis sic, ut premictitur, in effectu per ipsum dominum decanum, in presencia et conspectu dicti domini nostri pape, humiliter expositis, idem Aluarus decanus, vice et nomine prefati serenissimi domini regis et eius parte, sue sanctitati humiliter supplicauit quatinus ipse, ut pius pater et pastor, de dictorum dominorum regum concordia congaudens, dictum tercium apostolicum judicem eis deputare et assignare placeret, de quibus sic, per ipsum Aluarum decanum, ut premictitur, dictis et expositis et de diligencia per ipsum, ex parte prefati domini regis adhibita, ad perpetuam rei memoriam, omnibus melioribus via, modo et forma quibus de iure potuit et debuit, a me infrascripto notario, vnum uel plura, publicum seu publica instrumentum seu instrumenta fieri et dari pecijt rogauitque ibidem presentes sibi fore testes.

Et, in continenti, idem sanctissimus dominus noster papa, benigne respondens, dixit quod ipse dicta et proposita per dictum decanum, ex parte dicti serenissimi regis, libenter audiebat et de ipsorum regum bona pace et concordia summe gaudebat et quod, suo tempore et loco, ad suspicionem omnimodam euitandam, alia parte expectata et conueniente, dictum tercium judicem deputare erat paratus (2). De quibus dictus decanus, ut supra, vna cum alijs premissis pecijt publicum instrumentum.

Acta fuerunt hec Rome, anno, die et hora, mense, indicione et pontificato quibus supra, presentibus ibidem honorabilibus et circunspectis viris dominis videlicet domino Odone de Varris et Nicholao de Ciciliano, dicti

---

(2) Como se vê, o sumo pontífice mostrou-se disposto a nomear o juiz solicitado, mas apenas depois de ouvir a outra parte, ou seja Portugal, para evitar toda a suspeita. Supomos que nunca chegou a ser nomeado; de sorte que, pelos fins do mesmo ano de 1424, el-rei de Castela, achando-se em Valhadolide, mandou a Portugal o deão de Santiago «por dar conclusion en los jueces que habian de ver los dañificados de ambos Reynos» *(Crónica de D. Juan II*, año 18.°, 1424, cap. 4, p. 429), — expressão ambígua, que tanto pode aludir apenas aos juízes especiais de ambas as nações como ao estudo da nomeação do dito juiz comissário ou árbitro.

Copyrighted material

domini nostri pape cubicularijs et domesticis familiaribus, et alijs testibus ad premissa specialiter vocatis pariter et rogatis.

Et ego, Didacus Gomecij de la Camara, presbiter Zamorensis, publicus apostolica auctoritate notarius, premissis presentauj intimacionj, requjsicionj et peticionj per dictum domjnum decanum legionensem prefato sanctissimo domino nostro pape ac responsionj per ipsum domjnum nostrum papam facte ac omnjbus alijs et singulis supradictis, vna cum prenomjnatis testibus, presens interfui eaque omnja et singula supradicta sic vidi et audiuj et in nota recepi, ex qua, ad instanciam et requisicionem dicti dominj decanj, hoc presens publicum instrumentum, aliena manu fideliter scriptum, in publicam formam redegi in eoque solito et consueto signo signauj, in fidem et testimonium omnjum et singulorum premissorum, rogatus et requjsitus. Constat mjchi de dicionjbus, rasis et scriptis in xij singulas et in xv lineis conuenjre. *(À esquerda do presente lançamento, o sinal do notário Diogo Gomes de la Camara).*

48

14 MARÇO 1424

Instrumento de D. Afonso V, rei de Aragão, a nomear Berenguer Barutell, arcediago-mor da igreja de Lérida e conselheiro régio, para tutor das infantas D. Isabel, D. Leonor e D. Joana, respectivamente de 15, 14 e 10 anos de idade, suas sobrinhas maternas e filhas do detido D. Jaime, ex-conde de Urgel.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2613, fl. 114 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, doc. 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502. Editada a segunda fonte por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 13.

Jn Dei nomjne.

Pateat vnjuersis quod nos, Alfonsus, Dei gratia rex Aragonie, Sicilie, Valentie, Maiorice, Sardinie et Corsice comesque Barchinone, dux Athenarum et Neopatrie et eciam comes Rossilionis et Ceritane, quja bona omnja, tam mobilja quam sedentia ac se mouentia, obligaciones accionesque et diuersa alia jura que jnclita jnfantissa Ysabel de Aragonia, quondam

amjta nostra percara (1), dum jn humanis agebat, habebat et possidebat habereque possidere debebat et seu quasi queque, ob eius decessum, egregijs Ysabelj, Elionori et Johanne, filiabus communjbus ipsi jnfantisse et Jacobo, oljm comiti Vrgellj, viro suo, pronunc jn carceribus detento (2), consangujneis nostris percaris (3), jure testamenti dicte jnfantisse peruenerunt; que quidem filie sunt jn etate, videlicet, Ysabel qujndecim, Elionor quatuordecim, et Johanna decem annorum uel jnde circa constitute, et duo ex eisdem, videlicet, Ysabel et Eljonor, pro nunc resident in regno Castelle,penes illustrissimam domjnam reginam, matrem nostram clarissimam, et altera residet et habitat jntus nostrum domjnjum, videlicet, penes illustrem reginam consortem nostram percaram (4), carent regimjne et rectore et, propter absentiam duarum ex ipsis tenere etatis, ipsarum omnjum et vel alias prorsus remanent jndefensa, quodque a nonnulljs possent subito vastarj vel vsurparj per fraudem aut per calumpnjam exaurirj, nisi prouideretur eisdem de legitimo deffensore, qui personas et bona dictarum sororum regat et dirigat ipsarunque curam diligenter assumat ac sciat et optet (5) earum jndempnjtatibus precauere. Considerantes igitur quod, licet jnfrascripta officia penes nos, ad quem, secundum juris ordjnem, defferuntur, remaneant; quja tamen, alijs ardujs negocijs perpediti, premissis jntendere non possemus, expedit illis de alia prouiderj persona, que gerat earum curam sollicite et dicta ac jnfrascripta diligenter officia exequatur.

Jdcirco, confidentes de fide, probitate, jndustria et legalitate vestri, dilecti consiliarij nostri Berengarij Barutellj, archidiaconj maioris ecclesie Jllerdensis, quj cum dictis sororjbus estis nexu sangujnis abligatus, cum presenti carta nostra, ex certa nostra scientia et consulte et ex auctoritate et potestate nostra regalj, damus, constitujmus, creamus atque decernjmus vos, dictum Berengarjum Barutellj, jn tutorem et curatorem personarum dictarum sororum, et bonorum predictorum omnjum et aliorum quoruncunque ad ipsas et quamlibet earum expectantium, pertinentium et competentium vbique, tam premissorum occasione quam alia quacunque ratione seu causa, videlicet, cuiuslibet dictarum sororum, secundum earum etatem.

---

(1) No ms. *precara*.

(2) Competidor de Fernando de Antequera ao trono de Aragão, Jaime de Urgel foi por aquele derrotado e reduzido a prisão perpétua, o qual também lhe confiscou os bens. Encerrado no castelo de Urueña, Castela, veio a morrer no de Játiba, Aragão (Cfr. VALLS-TABERNER y SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, p. 36, GIMENEZ SOLER, *La Edad Media en la Corona de Aragon* e sobretudo o recente estudo de FRANCESCA VENDRELL DE MILLAS i ANGELS MASIA DE ROS, *Jaume el Dissortat, darrer comte d'Urgell*, Barcelona, 1956).

(3) No ms. *precarijs*.

(4) No ms. *precaram*.

(5) No ms. *obtet*.

Jta quod vos, dictus Berengarjus Barutellj, tam per vos quam per alios ydoneos, quos possitis ad hec actores, procuratores seu subadministratores vestros constituere, teneatis, recuperetis, regatis et admjnistretis et tenere, recuperare, regere seu administrare possitis, libere et absque jmpedimento et contradjctione alterjus cuiuscunque persone, tam villam Alcolegie, Ripparie, Cinque, quam redditus ciuitatis Balagarij, quam eciam omnja et quecunque alia bona atque jura eisdem et cuilibet ipsarum pertinentia et expectantia quouis modo, et omnes causas et negocia earundem prosequj, gerere seu tractare, jn judicio et extra judicium, tam jn agendo quam jn deffendendo, bona debjta et actiones ipsarum exigere, petere, recipere et recuperare; et de receptis apocas, absolutiones, quitaciones et alias quascunque cautelas facere et recipere ab alijs quibuscunque, procuratoremque et procuratores bajulumque et justitiam jn dicta villa, tam jn et super regimjne et exercicio jurisdictionis (6) eiusdem quam alias constituere et creare ipsosque officiales, quando et quocienscunque volueritis, amouere et suspendere et vel amouerj seu suspendj facere, aliosque de nouo creare eisdemque salarium vel salaria decentia de bonjs dictarum tutele et cure tacxare et soluere, prout vobis bene visum fuerit, ad vtilitatem et comodum ipsarum tutele et cure, et generaliter omnja alia et singula facere, complere, exequj et ljbere exercere, que circa personas et bona predicta et administrationem ipsorum et alias super officio dictarum tutele et cure vobis, dicto Berengario, expedienda occurrerint, fuerint necessaria ac eciam opportuna, et que potest facere, gerere, exercere, exequj et complere qujcunque tutor et curator vel adminjstrator ad personas et bona absentis et seu mjnoris jndeffensi, datus ex certa scientia et legittime a principe constitutus.

Et demum eciam vobis concedimus, super premissis omnjbus et circa predicta officia exequenda et peragenda, ljberam et generalem administracionem, cum plenissima facultate, supplentes, ex nostra regalj prehemjnencia et ex regie plenjtudine potestatis, omnem deffectum, si quis sit vel emerserit, et omne jmpedimentum, obiectionem et obstaculum, que possjnt premissis obici vel opponj, aut que illis valeant derogare. Jmo ea omnja per nos vobis, dicto tutori et curatorj, concessa ex nostre regie plenjtudine potestatis jure optimo semper valere volumus et ea que possent premissis quomodoljbet jmpugnare decernjmus non obstare; mandantes cum presenti carta gubernatorj nostro generalj eiusque vices gerentibus, necnon baiulo justitie et juratis ac vnjuersitati et sigularibus dicte ville alijsque vnjuersis et singulis officialjbus et subdjtis nostris eorumque locatis, presentibus et futuris, quod vos, dictum Berengarjum, pro legittimo tutore et curatore, administratore et gubernatore personarum et bonorum predicto-

(6) No ms. *juredictionis*.

rum dictarum sororum et cuiuslibet ipsarum et quorumjs aljorum bonorum, que eisdem et cujcunque ipsarum expectant et competunt, expectabuntque et competent jn futurum quoquomodo, habeant et teneant et premissa omnja et singula rata habeant atque firma, vobisque respondeant et responderj faciant de bonjs, redditibus et alijs juribus quibuscunque dictis sororibus et cuilibet ipsarum pertinentibus vbique quouismodo, et in eis que circa curam et adminjstracionem (7) bonorum ipsorum ordjnanda, facienda, complenda et exequenda fuerjnt, vobis prestent auxiljum, consiljum, et fauorem, cum, quando et quociens jnde fuerint requisiti.

Ad hec, autem, ego dictus Berengarjus Barutell, tutor, curator et gubernator supradictus, suscipiens cum illis quibus debet humjlj reuerentia et honore, a uobis, dicto domino rege, scienter et sponte, officia tutele, cure, gubernationjs et adminjstracionis predicte, promitto vobis, dicto domino regi, dictisque sororibus et cuilibet ipsarum, licet absentibus, tanquam presentibus, et notario secretario vestro jnfrascripto, tanquam publice et auttentice persone, pro dictis sororjbus et vnaquaque ipsarum et alijs eciam personis omnjbus quarum jnterest et jntererit, recipienti et legittime stipulanti quod, in dictis tutele et cure officijs, per vos michj nunc decretis ac comissis, bene et legaliter ac diligenter me habebo ac bona dictarum sororum et cuiusque ipsarum custodjam, regam et saluabo, faciendo et procurando eisdem et earum cujlibet vtilia et jnvtilia pro posse eujtando, pretermjttendo atque pro viribus propellendo, eaque procurabo omnjno salua fore, prout tutor, curator et admjnjstrator legittimus ad hec de jure, ratione vel foro, astringitur et tenetur.

Jnsuper promitto quod, licet jam vestri ordinacione et mandato et, tanquam manumjssor dicte jnfantisse, jnuentarium de bonjs predictis fecerjm; atamen, si quid etiam de bonjs predictis extra dictum jnuentarjum reppertum fuerit, id eidem jnuentario addam quodque de dicta tutela et cura reddam, tempore debito, verum et bonum compotum atque legitimam racionem et reliqua omnja restituam breujter et de plano, sine malitia, diffugio atque litte. Pro quibus omnjbus attendendis et firmiter complendis obligo vobis, dicto domjno regi, et dictis sororjbus et cuilibet ipsarum omnja bona mea mobilia et jnmobilia vbique habita et habenda, renuncians, quod ad hec, omnj juri, foro, racionj et consuetudinj contra hec repugnantibus.

Quod est datum et actum Valentie, die quartadecima marcij, anno a natiuitate Dominj M.° cccc.° vicesimo quarto regnique nostri nono.

Signum *(Sinal)* Alfonsi, Dei gratia regis Aragonie, Sicilie, Valentie, Maiorice, Sardinie et Corsice, comitis Barchinone, ducis Athenarum et Neopatrie ac eciam comitis Rossilionis et Ceritane, quj creacionj et consti-

(7) No ms. *admſtracionem.*

tucionj tutele, cure, gubernationis et adminjstracionjs (8) predictarum, ex nostre regie plenjtudine potestatis facte, et omnjbus et singulis superius contentis auctoritatem nostram jnterponjmus pariter et decretum hujcque publico jnstrumento sigillum nostrum commune jnpendenti jussimus apponendum.

Rex Alfonsus.

Sig *(Sinal)* num Berengarij Barutellj, tutoris et curatoris predicti, quj predicta laudo, concedo et firmo.

Testes fuerunt ad predicta presentes, videlicet: firme dominj regis, Petrus Basseti, baiulus Cathalonie generalis, consiliarius; Guillelmus de Vich et Raymundus de Muro, mjlites, camerarij, et fjrme dicti tutoris et curatoris; Raymundus de Salas, ciuis Valentie, Raymundus Mjralles, de scribanja eiusdem dominj regis.

Sig *(Sinal)* num mei Francisci dArinyo, secretarij dominj regis predicti auctoritateque (8) regia notarij publici per totam ipsjus domjnacionem et terram, quj predictis jnterfui eaque, de mandato dicti dominj regis, scribi feci et clausi.

49

22 ? 1424

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Pedro Afonso, bordador do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de casa-torre e demais casas sitas junto dela na mesma povoação e lugar do Miradouro, pelo foro anual de 3 libras da moeda antiga ou seu equivalente valor, pagas às terças do ano.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 35, n.º 46, em pergaminho e pública-forma de 2 de Janeiro de 1460, solicitada pelo cabido e feita sobre o próprio original, sem indicação de mês, por ordem do Vigário Geral de Viseu, pois não tinha o cabido cópia do prazo. Nesta data era falecido o Pedro Afonso, como consta do texto da citada pública-forma.

Saibham quantos esta carta de encartamento virem como nos, PedrEannes, douctor e chantre na ssee da çidade de Visseu, e o cabydo do dicto logo, estando juntos e chamados per canpãa tangida, segundo nosso custume, dentro na crasta noua da dicta ssee;

(8) No ms. *admistrationjs*.

Encartamos a uos, Pedro Afonso, brollador do jffante dom Henrrique, que presente estais, e a Jnes Gonçalluez, vossa molher, moradores na dicta çidade, e pera hũu uosso filho e filha ou neto e neta dantre anbos e, nom aueendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pessoas, hũa despos outra, quaees uos ou cada hũu de uos nomeardes em uossa ujda ou aa ora de uossa morte, hũa cassa torre com outras cassas que estam junto com ella, que o dicto cabydo ha na dicta çidade, hu chamam o Mjradoiro, que hy fez Martim Anes, meo cooĩgo que foy da dicta çidade.

A qual torre e cassa, que uos asy encartamos pera uos e pera as dictas pessoas, como dicto he, partem da hũa parte com outras cassas e cortinhal em que ora mora Aluoro Fernandez, arçediaago, que som do dicto cabydo, e da outra com cassas e cortinhal em que mora Martim Anes, que outrosy som do dicto cabydo, e da outra polla rrua puurica. As quaees uos encartamos pera uos e pera as dictas pessoas, que uos façades, rrefaçades, mantenhedes a dicta torre e cassas de pedra, telha, madeira e de todallas outras coussas que ouuerem mester e fazerdes em ellas toda benfeitoria, melhoria que fazer poderdes, em tal guissa que sejam melhoradas, nom pejoradas e que dedes, em cada hũu anno, ao dicto cabydo tres liuras de moeda antiga ou o uerdadeiro uallor dellas e pagardes as dictas tres liuras da dicta moeda antiga ou o uerdadeiro uallor dellas cada hũu anno, aas terças, a saber por Natal, Pascoa e Sam Joham Bautista.

E, se uos ou as outras pessoas quiserdes uender o dicto encartamento, vendello ao dicto cabydo, tanto por tanto, ante que a outrem nẽhũa pessoa. E, se o elle conprar nom quiser, vendello a tal pessoa que nom seja de mayor condiçom que uos e que seja senpre bem obedjente ao dicto cabydo com o dicto foro nem seja dona nem caualleiro nem outra pessoa poderossa nem das outras pessoas que o dereito defende em tal casso. E obligamos os beens da messa do dicto cabydo de uos liurar o dicto encartamento de qualquer enbargo que uos sobre elle sahir por a nossa rrazam. E o dicto PedrAfonso, que presente estaua, por sy e por a dicta sua molher e pessoas que despois delles ham de vijr, filhou em sy o dicto encartamento e consentyo em elle. E obligou todollos seus beens, mobijs e de rraiz, aujdos e por auer, a conprir as condiçõees em este encartamento conteheudas e a pagar, em cada hũu anno, os dictos djnheiros, como dicto he, nom enbargante ley nem defessa nem hordenaçom que em contrairo desto seja fecta.

E, em testimunho desto, pedirom senhos encartamentos. E este he o do dicto PedrAfonso e sua molher, que foy fecto na crasta noua da ssee da dicta çidade, vijnte dous dias, anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} vijnte quatro annos. Testemunhas: Joham Anes, criado de Joham Afonso, vigairo, e Martim Gil, creligos. E eu, Gil Afonso, tabaliam delrrei na dicta çidade, que este estormento scpreuj e aqui meu sinal fiz, que tal he.

50

4 OUTUBRO 1424

Súplica de João de Baeça, Vigário Geral dos franciscanos das ilhas Canárias, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe autorização para o bispo e reitores das igrejas da cidade de Barcelona, pelos legados incertos para causas pias e pelas restituições vagas, adquirirem navio, devidamente equipado e tripulado, para serviço e uso do dito Vigário e de seus confrades das referidas ilhas, que evangelizam há pouco tempo, e onde já converteram numerosos indígenas, em algumas delas; porém, em razão da grande distância a que se encontram dos reinos de Castela e de Aragão, «mais vizinhos às ditas ilhas do que os restantes reinos cristãos», e bem assim pela distância entre as mesmas ilhas, não podem transitar sem navio e falecem-lhes recursos para o adquirirem. Concedido.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 179, fl. 29.

Exponitur sanctitati vestre, pro parte humilis et deuoti vestri Johannis de Baeça, fratris expresse professi ordinis fratrum minorum, vicarii generalis fratrum dicti ordinis in insulis Canarie, quod, cum idem exponens et alii fratres eiusdem ordinis, feruore deuocionis succensi, zelo orthodoxam fidem augmentandi et incolas dictarum insularum viam ignorantes veritatis, in quibus, a paucis citra temporibus, euangelicum verbum seu certis earum promeretur, ad eandem conuertendi fidem accesserunt et, tam eorum quam aliorum predicationibus et instructione, multi ex huiusmodi incolis, in certis insulis, ad ipsam fidem fuerunt conuersi; sed, propter longam maris distanciam, tam de Castelle eciam Aragonum regnis, propinquioribus eisdem insulis ceteris christianis regnis, quam de vna ad aliam ex dictis insulis, sine magno nauigio transire nequeunt, et careant facultatibus pro huiusmodi habendo nauigio et illud sustinendo, ad quod habendum sine piis christifidelium elemosinis sufficere non possunt.

Idcirco, supplicat sanctitati vestre frater Johannes predictus quatinus, pro huiusmodi nauigio habendo, sustinendo et gubernando, duo milia florenorum auri de camera super quibuscunque legatis incertis ad pias causas seu restitucionibus vagis per christifideles regnorum predictorum, in eorum ultimis voluntatibus seu testamentis hactenus dimissis seu de cetero dimittendis, concedere et assignare misericorditer dignemini, committentes episcopo et rectoribus ciuitatis Barchinonensis, qui pro tempore

fuerint, vt ipsi quandam personam fidelem, vicario et fratribus congruentem, cui iidem vicarius et fratres satisfacere teneantur, ad huiusmodi duo milia florenorum ex predictis legatis incertis in eisdem regnis, per se uel alias personas fideles, quas duxerint deputandas, colligendum et recipiendum cum potestate, apostolica auctoritate, contradictores compellendi per censuram ecclesiasticam et alia iuris remedia, possint deputare; quibus collectis et receptis ab eis assignatis, iidem episcopus et rectores ex eis prefatum nauigium, cum omnibus necessariis pro seruicio et vsu vicarii et fratrum predictorum, emant seu emi faciant ipsumque semper sub sua custodia teneant et fidelitate ac in eo quandam bonam personam fidelem et in nauigando peritam ponant, que vicario et fratribus predictis et aliis pro tempore in eisdem insulis existentibus seruiat ipsumque nauigium regat et gubernet; quod quidem nauigium alienari, vendi seu impignorari non possit nec eciam ad alium locum commutari seu mitti aut conduci absque dictorum vicarii et fratrum consensu, necnon vicarius et fratres predicti huiusmodi nauigio de necessariis prouidere ac nautis et gubernatoribus ipsius satisfacere teneantur, locorum ordinariorum et quoruncunque aliorum in premissis licencia minime requisita, ac iuribus, constitutionibus, ordinacionibus, priuilegiis, indultis et graciis apostolicis, illis presertim quibus caueri asseritur quod fratres ordinis beate Marie de Mercede et Sancte Trinitatis Redempcionis Captiuorum possint in regnis predictis omnia incerta legata ad pias causas dimissa petere et exigere et ea in redemptionem captiuorum conuertere, aliisque contrariis non obstantibus quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

Fiat ut petitur. O.

Datum Rome, apud Sanctam Mariam Maiorem, quarto nonas octobris, anno septimo.

51

1424

Sobre a conquista das Ilhas Canárias e a expedição de D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária, com 2.500 homens e 120 cavalos, ordenada pelo infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 79, segundo o ms. n.º 42 dos *Manuscrits portugais* da BNP., fl. 129 v..

De muytas cousas me parece que me conuem dar rezom em este liuro; porque, fallando dellas tam breuemente, ficarya deseio aos que leessem a estorya, querendo saber de suas particullaridades, per onde chegassem ao fim de seu conhecimento. E porque, no começo deste liuro, disse como o jffante dom Henrique mandara sobre as jlhas de Canarea (1) e despois disse como os nauyos foram a ellas fazer algũas presas (2), quero agora mostrar quantas som estas jlhas e de que pouoraçom e assy de suas maneiras de creença e desy de todallas cousas que a ellas perteecem (3).

E, ssegundo achey per scprituras antijgas, no tempo que rregnaua em Castella elrrey dom Henrique, filho delrrey dom Joham o primeiro, aquelle que foe vencido na batalha dAljubarrota, hũu fidalgo de França, que se chamaua mosse Joham de Botancor, seendo homem nobre e cathollico, deseiando fazer seruiço a Deus, auendo sabedorya como estas jlhas eram de jnfiees, se partiu de sua terra, com entençom de as conquistar. E, vijndo em Castella, ouue nauyos e mais gente da que trazya e foe sobre ellas, onde ouue assaz trabalho em sua conquysta; empero, aa fym, sojugou as tres; e as quatro ficarom por conquystar.

E, porque mosse Joham gastara ja seus mantijmentos e dinheiro que trazya, foelhe necessaryo de sse tornar pera sua terra, com entençom de vijnr outra vez, pera acabar de as conquistar todas, leixando em aquellas tres que ja conquistadas tijnha, por capitam, hũu seu sobrinho, que se chamaua mice Maciote (4). Mas, mice Joham, tanto que foe em França,

---

(1) Alusão a este passo do Cap. 5 da mesma crónica: — «Fez outrossy (o infante D. Henrique) muy grande armada sobre as jlhas de Canarya, com entençam de lhe fazer mostrar o caminho da sancta ffe». — referência, naturalmente, à expedição de D. Fernando de Castro, narrada no presente capítulo. Ambos estes capítulos pertenceram, segundo parece, à *Crónica dos feitos do infante D. Henrique*, parcialmente conservada no códice de Paris da *Crónica dos feitos de Guiné*, e constituída: pela carta de Zurara a D. Afonso V, por parte do cap. 1, pelos caps. 3 a 6 inclusive, 79 a 85 inclusive, o 95 e o 97 com o seu «explicit» (Cfr. ANTÓNIO J. DIAS DINIS, O. F. M., *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, 1949, pp. 326 e ss.).

(2) No Cap. 9 da mesma obra, ao tratar da viagem de Gil Eanes: — «O qual, seguindo a uyagem dos outros, tocado daquelle meesmo temor, nom chegou mais que aas jlhas de Canarya, donde trouxe certos catiuos, com que se tornou pera o rregno. E foe esto no anno de Jhesu Christo de mil e quatrocentos e trinta e tres».

(3) Embora o autor intitule este capítulo «Que falla da jlha de Canarea e da sua maneyra de viuer», nele se refere às restantes do arquipélago; contudo, nos subsequentes capítulos 80, 81 e 82 regista mais alguns dados etnográficos sobre as ilhas Gomeira, Inferno ou Tenarife e Palma, respectivamente.

(4) Sobre a expedição franco-normanda de João de Bethencourt e de Gadifer de la Salle em referência, saída de La Rochela a 1 de Maio de 1402 para as Canárias, pode ver-se PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, pp. 101 e ss. e a

nom tornou mais a esta terra; porquanto, disserom algũus que enfermara de doenças graues, pellas quaaes foe estoruado de tornar mais, pera acabar seu boo proposito; outros disserom que fora embargado per elrrey de França, por causa das guerras em que andaua, onde lhe foe necessaryo seu seruiço. Pollo qual, o dicto mice Maciote ficou ally ao despois per tempos, ataa que se foe pera a jlha da Madeira, como ao dyante sera contado.

E a pouoraçom destas tres jlhas, aa feitura deste liuro, som per esta guisa: na jlha que se chama de Lançarote morauam Lx. homeens; e na de Forteventura Lxxx; e na outra, a que dizem do Ferro, auera doze homeens. E estas som as tres que forom conquistadas per aquelle grande ssenhor de França. E todos estes seus moradores som christãaos e fazem antre ssy os officios diuinos, teendo jgreias e sacerdotes. Mas, ha hi outra jlha, que se chama da Gomeira, a qual se trabalhou de comquistar mice Maciote com algũus castellãaos que tomou em sua companhya. E nom poderom acabar sua conquista, como quer que antre aquelles canareos aja algũus christãaos. E esta sera de pouoraçom de vij^{c}. homeens. Na outra jlha, da Palma, moram v^{c}. homeens; e na seista jlha, que he de Tanarife ou do Jnferno — e chamamlhe assy do Jnferno, porque tem em cima hũu algar por que saae sempre fogo — moram seis mil homeens de pelleia; aa sseptima jlha chamam a Gram Canarea, em que auera cinquo mil homeens de pelleia.

E estas tres, des do começo do mundo, nunca forom conquistadas, porem que forom ja dellas tomados muytos homeens, de que souberom casy todallas maneiras de seu viuer. E, porque me parecerom muy desuairadas do huso das outras gentes, quero aquy dello fallar hũu pouco, por tal que aquelles que do Senhor cobrarom tamanha graça, per que seiam fora do conto de tanta bestyalidade, louuem por ello ao Senhor, a que prouue de todallas cousas seerem fectas em tam desuayradas maneiras. E aquelles que na santa ley de Christo som collocados e pollo seu amor algũa aspereza de vida querem sofrer ajam pera ello grande esforço pera o poderem bem soportar, quando sse nembrarem que estes som homeens e que, com prazer e folgança sua, passam tam forte e tam aspera vida.

De todas estas jlhas que ja nomehey, a Gram Canarea he a mayor, a qual sera darredor xxxvj legoas. Os moradores della de naçom som entendidos, empero de pouca lealdade. E conhecem que ha hy Deus, do qual aquelles que bem fezerem aueram bem e os contrairos aueram mal. E teem antre ssy dous, que nomeam por rrex, e hũu duque; porem, todo o rregi-

---

bibliografia ali aduzida. Após a desistência de la Salle, também João veio a retirar definitivamente para França, deixando em seu lugar, no arquipélago canariense, o sobrinho Maciot de Bethencourt, em 1405.

Copyrighted material

mento da jlha he em certos caualleiros, os quaaes nom ham de minguar de CLR (5) nem chegar a ij^{c}. E, despois que morrem cinquo ou seis, ajuntanse os outros caualleiros e scolhem outros tantos daquelles, que som outrossy filhos de caualleiros; porque outros nom ham descolher. E aquelles pooem no lugar dos que fallecem, em guisa que sempre o conto seia comprido. E algũus dizem que estes som dos mais fidalgos que se sabem, porque sempre forom da linhagem de caualleiros, sem mestura de villãaos. E estes caualleiros sabem sua creença, do que os outros nom sabem nada, senom dizem que creem naquello que creem seus caualleiros.

E todallas moças virgeens ham elles de rromper. E, despois que algũu dos caualleiros dorme com a moça, entom a pode casar seu padre ou elle com quem lhe prouuer. Mas, ante que com ellas dormam, com leite as engordam tanto, que o coiro della se arregoa, como fazem os figos; porque a magra nom tem por tam boa como a gorda, porque diz que se lhe alarga o uentre pera fazerem grandes filhos. E, despois que assy he gorda, amostranna nua aaquelles caualleiros. E o que a quer corromper diz a sseu pay que ja he assaz de gorda. E o padre ou madre a fazem entrar no mar algũus dyas e certo tempo cada dya e tirasselhe daquella sobeia gordura. E entom leuanna ao caualleiro. E, ella corrompida, trazea seu pay pera sua casa.

A pelleia destes he com pedras, sem outras armas, senom hũu paao curto, pera dar com elle. E ssom bem ardidos e de forte pelleia, por a terra, que he de muytas pedras, e defendem bem sua terra. Todos andam nuus e soomente trazem hũa forcadura (6) de palmas de collores darredor, por bragas, que lhe cobrem sua vergonça, e muytos som os que as nom trazem. Nom teem ouro nem prata nem djnheiros nem joyas nem outras cousas dartelharya, senom algũas cousas que fazem com as pedras, de que se aproueitam em lugar de cuitellos. E assy fazem as casas em que viuem. Todo ouro e prata e assy qualquer outro metal ham em despreço, contando por sandice a qualquer que o deseia.

E, comunalmente, nom he antre elles algũu que seia fora da openyom dos outros. Nem panos de nhũa feiçom lhe praz, pouco nem muyto; ante scarnecem de quemquer que os preza, como fazem do ouro e prata, com todallas outras cousas que ja disse. Soomente prezam muyto ferro, o qual corregem com aquellas pedras, fazendo delle anzollos pera pescar. Ham trijgo e ceuada; mas, fallecelhe o engenho pera fazer pam. Soomente fazem farinha, a qual comem com carne e com manteiga. E teem muytos figos e sangue de dragom e tamaras, empero nom boas, e heruas, que

(5) 190.

(6) No códice de Paris está *forcadura* por *sercadura*, segundo cremos, também mantida no de Munique (Cfr. *O Manuscrito*, p. 173); por esse motivo a conservamos.

comem. E teem ouelhas e cabras e porcos abasto. E ssom cinquo mil de pelleia, como ja disse. As barbas nom fazem senom com pedras. Algũus delles se chamam christãaos.

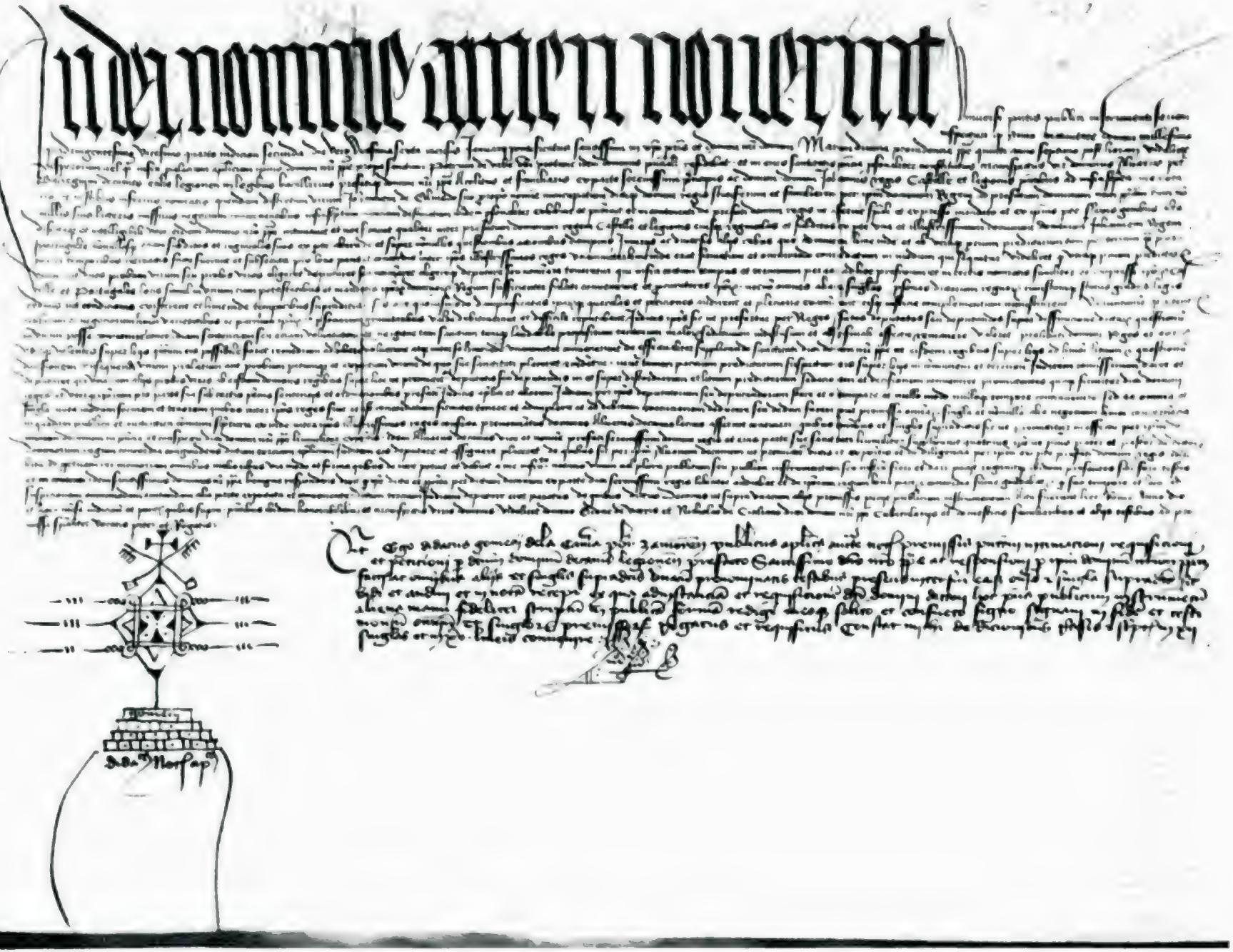
E, despois que alla o jffante mandou dom Fernando de Castro com sua frota, em que leuaua dous mil e quinhentos homeens e Cxx cauallos, forom muytos delles christãaos. E, porquanto se dom Fernando temeo de lhe fallecerem os mantijmentos que leuaua, leixarom de os conquistar de todo. E despois quisera o jffante la mandar outra vez e antremeteosse elrrey de Castella sobrello, dizendo que eram de sua conquista, o que certamente nom he assy. Por cujo aazo, ficou por acabar hũa cousa tam virtuosa como fora de aquella gente viuer na lei de Christo. E foe esta frota la enuyada no anno de Christo de mil e iiij^{c} xxiiij^{o}. (7).

---

(7) Em 1435, por duas vezes o bispo de Burgos D. AFONSO DE CARTAGENA, em suas célebres *Alegações*, localizou esta expedição, ao que parece, no ano de 1425: — «cum anno Domini millessimo iiij^{c}xxv^{o}, de mandato serenitatis sue (do rei de Castela), ut ambaxiator suus, super nonnullis negotijs, ad eundem dominum Johannem, regem Portugalie, existerem et classis quedam de Portugalia moueretur uersus has jnsulas, ex precepto regio tunc mihi facto, locutus fui tam cum eodem domino Johanne rege, quam cum domino Eduardo rege moderno, tunc jnfante primogenito, et cum aliquibus alijs super jure huius conqueste»; e ainda: — «Anno xxv^{o}, ut supra premittitur, quedam gentes portugalensium, sub quodam capitaneo qui dicitur Fernandus de Castro, profecti sunt ad aliquas ex illis insulis, non utique ad insulam Lanceloti nec Fortisuenture, que sunt occupate et possidentur per dominum nostrum regem et alios nomine suo, sed ad alias, presertim ad illam que dicitur Canaria et solet uocari Canaria Magna, et temptauerunt occupare eam et fecerunt aliquos actus bellicos, non tamen occupauerunt, et regressi sunt, illa sicut prius in sua libertate seu feritate dimissa» (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 295 e 296, respectivamente).

Se não há equívoco de qualquer dos autores, ZURARA e CARTAGENA, a discrepância de datas pode provir do facto de o primeiro nos dar o ano da ida da armada e o segundo o do regresso daquela ou da data do protesto feito em Portugal pelo prelado de Burgos, ainda nesta cidade espanhola em Julho de 1424: — «En este mismo año, — informa LUCIANO SERRANO — y después de la estancia del rey en Burgos, volvió como embajador a Portugal, porque en los tratados de 1422 «habia ciertos capítulos sobre que se originaron grandes debates», y también en los referentes «a los jueces que ambas partes habian de dar para satisfacer a los damnificados de ambos los reinos» (*Los conversos D. Pablo de Santa Maria y D. Alfonso de Cartagena*, p. 127 e as fontes manuscritas ali citadas). Em Abril de 1425 achava-se aquele prelado, então ainda deão de Santiago, em Valhadolide e em 14 de Janeiro de 1426 em Compostela (*Ibi*, p. 128).

D. João II de Castela visitou Burgos, pela primeira vez, em 28 de Agosto de 1424, onde parece haver demorado uns 3 meses, e dali passou a Valhadolide, donde despachou o deão de Santiago para Portugal: — «E desde aquí el Rey embió en Portugal al Dean de Santiago, que ya otras veces habia embiado, por dar conclusion en los jueces que habian de ver los dañificados de ambos Reynos» (*Crónica de Don Juan II*, año 18.º, 1424, caps. 3 e 4, pp. 427 e 429). Portanto, o referido embaixador castelhano deve ter entrado em Portugal pelos fins do ano de 1424, onde demorou o máximo até Março ou



Est. VII. — Solicitação por Castela em Roma de juiz árbitro, em execução do Tratado de Paz com Portugal, em 1424 (Doc. 47).

Os desta jlha ham por grande mal matar carne nem de a esfollar. E porem, se podem auer de fora algũu christãao, folgam muyto seer seu carniceiro. E, quando o nom podem auer tantos que lhe abastem em aquelle mester, buscam dos pyores que ha na jlha, pera teer aquelle encarrego, dos quaaes nom curam nhũas molheres nem os homeens nom comem com elles, ca os ham por pyores do que nos auemos os gafos. O fogo acendem com paaos, esfregando hũu com o outro. Nojosamente criam as madres aos filhos, polla qual a mayor parte da criaçom de suas criaturas he com as tetas das cabras (8).

52

1 FEVEREIRO 1425

Letras Personam tuam, *do papa Martinho V, dirigidas a D. Fr. Lourenço, mestre em teologia, administrador do mosteiro beneditino de S. João de Alpendorada, capelão-mor de el-rei D. João I e bispo titular de Mayorgas, a nomeá-lo administrador dos bens da diocese de Badajoz sitos em Portugal, a fim de ele poder viver com a decência exigida por sua dignidade* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 355, fl. 155 v.

Abril de 1425, sendo estas as datas limites da expedição portuguesa às Canárias, se ela se efectuou durante a sua estadia neste país. Sobre o assunto pode ver-se ainda o *Quadro elementar*, t. 1, p. 299 e a bibliografia ali aduzida. Também VALENTIM FERNANDES, quer no seu resumo da Crónica da Guiné, quer ao tratar das ilhas do Mar Oceano, localiza a expedição de D. Fernando de Castro às Canárias no ano de 1424 (Cfr. *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 101 e 174).

(8) Sobre a expedição de D. Fernando de Castro em referência podem ver-se também: as Alegações do Bispo de Burgos, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. supra cit., p. 295; *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 99 e ss., 172-74 e 187 e ss.; JOAO DE BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 12; JAIME CORTESAO, *O designio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte*, na «História de Portugal», de Barcelos, t. 3, pp. 352 e ss.; JOAO FRANCO MACHADO, *Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira. — A questão das Canárias*, na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, pp. 275 e ss.,; DAMIAO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., p. 56; PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, especialmente a pp. 123-124; e SERRA RAFOLS, *Portugal en las islas Canarias*, nas Publicações do Congresso do Mundo Português, vol. 3, t. 1, pp. 209 e ss..

(1) Sobre o prelado franciscano em referência pode ver-se: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 113 e 500 e a bibliografia ali

Martinus, etc.

Venerabili fratri Laurentio, episcopo Maiorensi, salutem, etc.

Personam tuam nobis et apostolice sedi deuotam, tuis exigentibus meritis, paterna beniuolentia prosequentes, illa tibi libenter concedimus per que tuis opportunitatibus consulatur.

---

aduzida, especialmente Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, *História Serafica*, parte 2, liv. 12, cap. 17, pp. 685-86. Este último autor e os mais antigos escritos intitulam o prelado «bispo de Mayorga, de Malhorgas ou de Mayorgas»; F. DE ALMEIDA, em nota da citada pág. 500, observa: «Parece que é Malhorca, ou Maiorca, uma das ilhas Baleares». Sucede, porém, que EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, p. 323, dá como bispo presidencial de Maiorca, de 20 de Junho de 1407 a 26 de Agosto de 1429 D. Luís de Prades, ex-bispo de Tortosa, em Espanha. Reparamos também na divergência entre a forma *Maiorensis* das presentes letras e *Majoricensis* usada para Mallorca, o que parece significar terras distintas. Não conseguimos identificar em EUBEL a forma vulgar da primeira, com segurança; a que mais se aproxima é a de *Meicriensi «in Tartaria»*, Quersoneso, onde porém não figura nenhum prelado do século XV.

O documento em causa parece representar a continuação de vitória diplomática de el-rei D. João I de Portugal contra Castela. «Logo que findou o scisma, — sublinha FORTUNATO DE ALMEIDA — o bispo de Tui pediu ao pontifice que restituisse à sua jurisdicção as terras de Portugal que d'ella se haviam separado. Neste sentido expediu o papa Martinho V uma bulla (Publicada por LEVY MARIA JORDÃO na coll. de *Hist. e Mem. da A. R. das Sciências*, nova série, t. II, p. II, pág. 71 e seg.) em 23 de Janeiro de 1423; mas a natureza de relações que então havia entre Portugal e Castella excluía a possibilidade de êxito, porque D. João I, empenhado em isentar por completo os seus estados de qualquer dependência estranha, conseguiu que se não desse execução á bulla e continuou trabalhando por separar dos bispados de Tui e Badajoz as terras e direitos que elles possuiam em Portugal» (*História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 17).

O presente documento diz-nos ter o monarca conseguido de Roma cometer a administração dos bens da diocese de Badajoz sitos em Portugal ao subdiácono de Évora Vasco Peres ou Pires, eleito bispo do Porto em 2 de Abril de 1421 e transferido para a diocese de Évora a 10 de Março de 1423 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia*, vol. 1, pp. 407 e 236, respectivamente), achando-se vaga aquela diocese castelhana. Pela nomeação de D. Vasco para arcebispo de Évora, o romano pontifice considera devoluta a si a referida administração, que entrega agora a D. Fr. Lourenço, naturalmente a rogo do soberano português. Parece que D. Fr. Lourenço, que fora o primeiro abade comendatário de Alpendorada (Cfr. Fr. LEÃO DE SANTO THOMAS, *Benedictina Lvsitana*, t. 2, Coimbra, 1641, p. 230), cedeu os rendimentos daquele mosteiro em troca dos de Badajoz; pois D. Fr. Estêvão de Aguiar, em carta de Roma, sem data, dirigida a confrades seus, informava pela mesma ocasião: — «Sabede que o papa nos deu o mosteiro de Sam Johane da Alpenderada e que em elle posamos, cada hũu ano, fazer hũu abbade, que ha rrenda do bispado de Badalhouçe, que nos ala ouuemos, tijnha ia dada o papa ao bispo que tijnha o moesteiro e ouvelha aca hũu seu homem sem ele saber parte, com a ajuda dhũu prioll de Sanctiago de Beia, por seer vigairo no bispado e por lhe vijnr a elle dozentas coroas cada ano. E portanto o papa ordenou

Copyrighted material

Dudum siquidem, ex certis causis ad hoc animum nostrum mouentibus, venerabilem fratrem nostrum Valascum episcopum Elborensem, tunc subdiaconum Elborensis diocesis, omnium et singulorum possessionum, rerum et bonorum ad ecclesiam Pacensem, tunc pastore carentem, pertinentium et in regno Portugalie consistentium administratorem, vsque ad dicte sedis beneplacitum, per alias nostras litteras fecimus, constituimus et etiam deputauimus, prout in eisdem litteris plenius continetur.

Cum autem nos postmodum de persona eiusdem Valasci ecclesie Elborensi tunc vacanti duxerimus prouidendum, preficiendo (2) eum illi in episcopum et pastorem, et propterea dicta administratio, quam etiam ex nunc, tenore presentium, reuocamus, cassamus et jrritamus, cessauerit et etiam expirauerit ipsaque possessiones, res et bona vero administratore et gubernatore de presenti carere noscantur; nos, attendentes quod tu hucusque possessionem regiminis et administrationis bonorum ecclesie Maiorensis, cui preesse dinosceris, nondum adeptus existis et ex illius fructibus, redditibus et prouentibus nichil percipis et propterea tam tibi, qui etiam administrator monasterij sancti Johannis de Pendorada, ordinis Sancti Benedicti, Portugalensis diocesis, ac magister in theologia necnon carissimj in Christo filij nostri Johannis, Portugalie regis illustris, maior capellanus existis, vt statum tuum, iuxta episcopalis dignitatis decentiam et tuorum meritorum exigentiam, commodius tenere et incumbentia tibi expensarum onera facilius supportare valeas de alicuius subuentionis auxilio, quam possessionibus, rebus et bonis prefatis, ut manuteneri [et] conseruari possint, de gubernatore secundum cor nostrum vtili et administratore ydoneo prouidere volentes, prefati regis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, te possessionum, rerum et bonorum predictorum administratorem in spiritualibus et temporalibus, cum plenario arbitrio, potestate et auctoritate, vsque ad beneplacitum dicte sedis, auctoritate apostolica, tenore presentium, facimus, constituimus et etiam deputamus, curam, regimen et administrationem possessionum, rerum et bonorum eorumdem tibi, in eisdem spiritualibus et temporalibus, plenarie committendo, ita quod, huiusmodi administratione durante, de fructibus, redditibus et prouentibus possessionum, rerum et bonorum predictorum libere disponere et ordinare illosque in tuos vsus ac eorundem possessionum, rerum et bonorum conseruationem et meliorationem conuertere libere et

---

que nos paguemos ao bispo frey Lourenço cada ano dozentos ducados e despois que esta bula foj fecta» (BMLF., *Fondo Ashburnam* cód. 1792, t. 1, p. 376).

Em carta do infante D. Duarte, datada de Camarate a 11 de Abril, sem indicação de ano, e endereçada à Câmara de Coimbra, referindo-se ao «bispo de Mayorga», aquele diz que «o elrrey meu ssenhor emuya a corte de Roma, por algũas cousas que conprem a seu seruiço» (ACMC., *Cartas originais dos Infantes*, n.º 15).

(2) No ms. *prefitiendo*.

licite possis et debeas, sicut veri episcopi Pacenses, qui fuerunt pro tempore, de illis disponere et ordinare potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione tamen possessionum, rerum et bonorum predictorum et mobilium preciosorum eorundem, si que sint, tibi penitus interdicta.

Sic igitur tua fraternitas, in predictorum possessionum, rerum et bonorum gubernatione ac etiam conseruatione et melioratione, se diligentem exhibeat et etiam fructuosum, curamque, regimen et administrationem huiusmodi, per te vel alium seu alios, sic geras solicite, fideliter et prudenter quod propter eterne retributionis premium, quod exinde mereberis, nostram et eiusdem sedis benedictionem et gratiam vberius consequi merearis.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, kalendis februarij, pontificatus nostri anno octauo.

53

8 MAIO 1425

Carta de el-rei D. João I, a doar a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, e a duas pessoas depois dele, de aforamento por dois quarteiros de trigo anualmente, azenhas régias em Ribeira da Vila, termo de Castelo de Vide.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 92.

Carta per que o dicto senhor deu de foro hũas acenhas que elle ha na Ribeira da Ujlla, termo de Castel da Ujde, a Gonçalo de Pina, scudeiro do jffante dom Anrrique, e a duas pesoas, por dous quarteyros de trigo de foro em cada hũu anno, por dia de Sam Joham Bautista, em saluo pera o dicto senhor etc.

Em Sintra, biij dias de mayo de mjl iiij^{c} xxb annos.

54

19 JULHO 1425

Súplica do infante D. Duarte, primogénito do rei de Portugal, dirigida ao papa Martinho V, em nome de seus irmãos os infantes D. Henrique e D. João e de Fernão Rodrigues de Sequeira, Administradores e Mestre, respectivamente, das Ordens Militares de Cristo, de Santiago e de Avis, para que aos respectivos membros seja confirmada a isenção do pagamento da dízima para a guerra contra os infiéis, outorgada pelo papa Gregório e confirmada pelos pontífices seus sucessores, em razão de os freires das ditas ordens intervirem sempre corporalmente nas referidas lutas, porque el-rei D. João I a exigia.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 188, fl. 279.
Publicada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, doc. XIII.

Beatissime pater.

Exponitur, pro parte deuotorum uestrorum Henrrici et Johannis, Johannis Portugalie et Algarbii regis illustris natorum (1), administracionem ordinum milicie Sancti Jacobi et de Christus nuncupatorum, ordinis Sancti Benedicti, in regnis predictis regencium ac tenencium, et Fernandi Roderici de Sequeira, magistri milicie de Auis, predicti ordinis, necnon ordinum et fratrum earumdem ac ecclesiarum eis subiectarum quod, cum olim, per clare memorie Gregorium papam[xj.](2), tempore vnionis sancte matris ecclesie existentem preterite, eisdem ordinibus, magistris et fratribus eorumdem, tam illis tunc presentibus quam futuris eorum in dictis ordinibus successoribus, concessum seu indultum extiterit, quod, non obstante quod a sede apostolica indultum existerit et concessum seu mandatum fuerit datum speciale quod quelibet ecclesia saltem (?) prefatorum regnorum, pro subsidio guerre que, tunc temporis, contra infideles in partibus Jerosolimitanis fiebat, daret regi pro tempore existenti, in regnis eisdem, decimam partem fructuum et reddituum suorum annuatim iidem ordines, magistri, fratres nec alique ecclesiarum eis aut alicui eorum subiecta, ex eo quod iidem magistri et fratres dicte guerre personaliter

(1) No ms. *nati*.
(2) Cfr., em nosso vol. 1, as bulas *Accedit nobis* do papa Gregório XI, os nossos DOCS. 105 e 107.

intererant, prout hucusque et nunc semper in regnis contra infideles insudarunt et intersunt, dictam decimam soluerent nec ad eam soluendam quouis modo compelli possent; quam quidem concessionem ratificarunt et confirmarunt omnes et singuli summi pontifices eiusdem Gregorii successores ac eciam eadem sanctitas confirmauit et corroborauit, prout omnia in litteris super hoc confectis clare apparet, quarum litterarum tenorem hic habere dignemini pro sufficienter expresso.

Nouissime autem, pater sancte, deuoto filio eiusdem sanctitatis [vestre] Johanni, Portugalie et Algarbii regi prefato, pro subsidio guerre, quam hucusque et ad presens, contra [...] (3) regi facte non fuit nec est [...] magistris et fratribus earumdem ac ecclesiis predictis factis [...] concesio per eandem sanctitatem prefato domino regi facta non debet eisdem exponentibus in aliquo preiudicare. Verum, pater sancte, idem dominus rex a prefatis exponentibus prefatam decimam extorquere continue conatur.

Supplicat igitur eidem sanctitati vestre Eduardus, vestre sanctitatis filius et prefati regis primogenitus, infans et heres, pro parte exponentium predictorum, quatinus eo quod ipsi guerris predictis corporaliter insudant ac semper intersunt dum fiunt, omnes et singulas concessiones huiusmodi eisdem exponentibus, per eandem sanctitatem vestram ac alios summos pontifices predecessores vestros seu quascunque alias personas, tam ecclesiasticas quam seculares, factas, ratas et gratas habentes, de nouo confirmare et mandare, ne predicta concessio prefato domino regi facta eis in aliquo preiudicet nec eius vigore ad predictam decimam soluendam quoquo modo compelli possint misericorditer concedere dignemini, de gracia speciali, predicta concessione prefato domino regi facta ac aliis quibuscunque in contrarium facientibus non obstantibus et cum clausulis oportunis.

Fiat ut petitur. O.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, quartodecimo kalendas augusti, anno octauo.

55

26 OUTUBRO 1425

Alvará do infante D. Duarte, passado a pedido do infante D. Fernando, a ordenar às justiças do reino não consintam que nenhum fidalgo esteja nas terras do infante D. Pedro seu irmão,

(3) O manuscrito, em papel grosso, roto nos três passos que vão marcados entre colchetes.

ausente do reino, salvo se lá tiver bens ou se em trânsito para logo seguir; e, no primeiro caso, se mantenha do que é seu e não faça tomadias nas ditas terras (1).

ACML., *Pergaminhos*, doc. n.º 30, em pública-forma original, em pergaminho, de 29 de Novembro de 1425, passada na Lousã à respectiva Câmara. Sumariado por MAGALHAES MEXIA, *Vila da Lousã e seu termo*, p. 31.

Nos o jfante fazemos ssaber a todollos corregedores e jujzes e justiças e a outros quaeesquer que este aluara for mostrado que o jfante dom Fernando meu jrmãao nos disse como elle emtendja que algũus fidalgos, por o jfante dom Pedro meu jrmãao non seer em estes rrejnos, sse viriam lançar em ssuas terras e stariam em ellas, em a quall coussa os moradores dellas reçeberiam perjujzo, e que nos pedja que pera ello lhe dessemos nosso aluara per que nẽhũu nom esteuesse em ellas.

Porem uos mandamos que uos, cada hũus em sseus lugares, nom consentades a nẽhũu fidalgo que este em elles nem terras do dicto ssenhor jfante dom Pedro meu jrmãao, ssaluo sse hy teuerem algũus beens sseus ou que cheguem de camijnho por sse partirem logo. E, posto que hy tenham os dictos beens, per este aluara mandamos aos ssobredictos fidalgos que per elles sse mantenham e nom façam nẽhũa tomadja nem perjujzo aos dictos lugares e terras do dicto ssenhor jfante dom Pedro meu jrmãao, ca assi he nossa merçee, ssem outro enbargo que hũus e ooutros a ello ponhades. Vnde all nom façades.

Fecto em Aldea Galega, xxbj djas doutubro. Roy Galuam o fez. Era iiij^{c} xxb annos.

---

(1) Este documento prova duas coisas: primeira, que nesta data já o infante D. Pedro se achava ausente do país; segunda, que ele deixara suas terras confiadas ao irmão e infante D. Fernando, — dado histórico novo, segundo cremos. Outro pergaminho da mesma Câmara da Lousã, de Fevereiro de 1423 (o nosso DOC. 30), demonstra que D. Pedro se encontrava então na sua vila de Penela, ou seja no reino, contra o que durante anos se afirmou sobre o período da sua permanência no estrangeiro. Ele retirou efectivamente no ano de 1425, segundo a expressa informação de ZURARA: — «Em este anno de iiij^{c} xxb. partyo o jffamte dom Pedro, ssegundo filho deste rrey, pera Allemanha, onde andou tres annos com ho emperador Sagismundo e foy com elle ssobre os turcos e tornou pera ho rregno a cabo de tres annos e veo per Roma; e pellas terras per homde foy e tornou rrecebeo muyta homrra e foy conheçido por muito prudemte primçipe, digno de gramde senhorio» (*Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 2, cap. 13, segundo o ms. 493 da BGUC).

Em Miscelânea manuscrita da BPMP., de fins do século XVI, lê-se, a este propósito: — «Jtem na era de mil iiij^{c} e vinte e cimquo, em quinta feira, oyto dias de julho,

56

20 NOVEMBRO 1425

Salvo-conduto passado por el-rei D. João I a Dom Gomes Ferreira, Abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, de livre trânsito pelo reino e suas fronteiras ou portos ao próprio e a quem consigo levar, bem como a suas bestas, armas, ouro, prata, dinheiros e quaisquer outras coisas.

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 1, original em papel, donde se reproduz.

Publicado por G. BATTELLI, *Relazioni storiche*, p. 159 e também em «fac-simile». Sumariado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 476.

Nos elrrey per este aluara damos licença e lugar a dom abade de Frolença que ell e os que comsigo leuar com suas bestas e armas, ouro, prata e djnheiros e outras quaeesquer coussas, posto que sejam das defessas, sseguramente possa com todo jr e passar per nossos rregnos e pellos portos delles (1).

---

partio ho jfamte dom Pedro pera Jmgraterra» *(Ms. 80 F. A.*, fl. 117 v.). Sucede, porém, que ou está errado o dia do mês ou o da semana; pois o dia 8 de Julho de 1425 foi domingo (Cfr. A. CAPELLI, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*, 2.ª ed., Milano, 1930, p. 71). Sobre as viagens de D. Pedro pode ver-se: OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 79 e ss.; CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS, Introdução a CONDESTAVEL D. PEDRO DE PORTUGAL, *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*, pp. 39 e ss., FRANCISCO MARIA ESTEVES PEREIRA, Introdução a *Marco Paulo*, pp. XXVI e ss.; MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, pp. 13-14; JÚLIO GONÇALVES, *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos;* DOMINGOS MAURICIO, *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria;* COSTA PIMPÃO, *Idade Média*, Coimbra, 1959, pp. 196 e 214, n.º 6; ROGERS, *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal*, Cambridge-Massachusetts, 1961, e a bibliografia aduzida por aqueles autores.

(1) O abade em referência, depois núncio apostólico a Portugal e a outras partes da cristandade e ainda protector do país junto da cúria pontifícia nos reinados de D. João I e de D. Duarte, a quem e a outros portugueses prestou bons serviços, é o beneditino português D. Gomes Ferreira, natural de Lisboa, filho de João Martins. Estudante em Pádua, ali ingressou na Ordem e professou em 1414, no mosteiro de Santa Justina. Eleito abade de Santa Maria de Florença em 1419, reformou diversos mosteiros por ordem pontifícia, nomeadamente o de Santa Cruz de Coimbra, onde veio a falecer nos meados do século XV. A bibliografia sobre o mesmo aduzida por DOMIN-

E porem mandamos a todalas nossas justiças e goardas dos dictos portos e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer que o leixem seguramente jr per todos nossos rregnos e pasar pellos portos deles com todalas sobredictas coussas. E lhas nom enbarguem nem filhem nem façam por ello outro nehũu desaguisado sem outro nehũu enbargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façaaes.

Fecto em Montemoor o Nouo, xx dias de nouenbro. LopAfonso o fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e xxb.

(as.) ElRey.

57

[1425]

Carta do infante D. Duarte a seu irmão D. Pedro, quando este retirou de Portugal, a aconselhá-lo, em razão de sua tristeza e enfadamento (1).

D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. 24, segundo o exemplar coevo daquela obra conservado na BNP., *Fond portugais*, n.º 5, — texto que se reproduz segundo a edição crítica infracitada de PIEL, por ser o mais antigo e, ao que parece, o próprio original da obra oferecido pelo autor à esposa; ANTT., *Livraria*, cód. 1928, fl. 17, em cópia de fins do século XVI; BNL., *Pombalina*, cód. 147, fl. 176, e *Fundo Geral*, cód. 3.390, fl. 26, e 4.446, fl. 53.

Publicada nas duas edições daquela obra: Paris, 1842, dirigida pelo egresso franciscano J. I. ROQUETE; Lisboa, 1942, edição crítica, anotada e organizada por JOSEPH M. PIEL.

GOS MAURICIO GOMES DOS SANTOS, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, p. 13, nota 1, pode adicionar-se a coeva biografia redigida pelo jurista florentino Tomás Salvetto, infelizmente destituída de cronologia, dedicada ao infante D. Pedro de Portugal, datada de Florença a 4 de Fevereiro de 1442 e conservada na BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. *885*, fls. 1 e ss.

(1) A ocasião e, em parte, o motivo da carta deduzem-se do final do cap. 23 do *Leal Conselheiro*, que trata «Das partes do enfadamento» e conclui pelas palavras seguintes: — «E ssento per graça de Nosso Senhor que boa, sages, bem parecente e graciosa molher, com que homem seja casado e se muyto amem he grande remedio contra a tristeza e emfadamento. E quando meu irmãao, o iffante dom Pedro, desta terra se partio, sabendo eu que algũa desto sentia, lhe fiz este consselho ajuso scripto, o qual, ainda que falle em outras partes, sobreste caso he seu principal fundamento. E mandeyo aquy screver, por algũus remedios pera esto proveitosos em elle seerem scriptos».

Como D. Duarte afirma que escreveu a presente carta ao irmão quando ele «desta terra se partiu» e, apurado que foi no ano de 1425, dele a datamos. Sobre esta data veja-se a bibliografia aduzida em nota ao nosso DOC. 55.

Do consselho que sobresto dey ao iffante dom Pedro.

Consselho pera vos sobejo me parece screver, porque a vossa grande bondade e discreçom me faz nom saber que avysamento vos possa dar, per que vos melhor nom sejaaes avisado. Mas, por algũu pouco comprir o que vos disse, em breve esto vos screvo. E, ainda que muyto conviinha seer enmendado e corregido na sustancia e modo descrever, por o pequeno tempo e a pressa que avya de outros feitos e, porque som certo que aa entençom principalmente olharees, nom quis sobrelo mais trabalhar.

Temperaae as afeiçõoes, assy que per ellas nom desejees nem façaaes algũa cousa contra razom e dereito. Nem ponhaaes tam ryjo a voontade no que vos por alguem parece que devaaes requerer que, nom se compryndo o que bem e dereitamente cuidaaes que requerees, muyto empeece a vosso stado e repouso de vosso boo coraçom. Mas todo fazendo e requerendo com razoada deligencia e boa discliçom, ordenaae assy a voontade, que as fiins dos feitos viindo de qualquer guysa, este prestes e aparelhada nom filhar tal torvaçom que vos empeecymento p[o]ssa trazer.

Na sanha, esso medes vos compre avysamento, em tal guysa, que compraaes o que diz o apostollo: Assanhad[e]vos (2) e nom queiraaes pecar. E farees esto dando spaço aas execuçõoes de feito e dicto quando a comvosco sentirdes, salvo em os casos que nom recebem trespasso; e naquellas obraae temperadamente, conhecendo que a voontade com ella quer obrar sobejo.

Da tristeza vos avisaae quanto com a graça de Nosso Senhor poderdes. E desto el soo he de todo meestre. Mas, fallando do que a nos perteece dobrar, a mym parece que, com sua mercee, cada hũu pode receber grande ajuda, sguardando aos tres poderes que som em nos de ssuas ordenadas folgaças. E estes som: primeiro, de creer e governar o corpo; segundo, do sentir; terceiro, do entender e razom. E devees de ssaber que, per desfallecymento de boo stado de cada hũu destes, a tristeza vem, algũas vezes conhecendo donde e outras nom, salvo aquelles que de ssy teem hũa grande industria, per muyto special graça ou per muyta grande pratica de coraçom repousado, que se examyne sem afeiçom por o que el sente e a outros dignos de autoridade ouvio e teem aprendido.

E, pera esto, he de ssaber que o poderio de crescer e governar requere comer, bever, dormyr e, lançando fora toda sobegidõoe daquello em que se sostem, de sse ja manteer o corpo em saude, e necessario lhe convem trabalho e folgança. E o ssentir demanda cousas lygeiras de passar com prazer, com toda deleitaçom da voontade, sem reguardando seer bem feito,

(2) No ms. *assanhandouos*. — «Irascimini et nolite peccare» (*Ps.*, IV, 5, e *Efes.*, IV, 26).

segundo razom e ley do Senhor Deos. E o do entender requere bemfazer com folgança em cuidar de compoer em obra e em obrando; e, des que o tem feito, nembrandolhe que o fez, seendo obra em ssy boa e bem feita ou lhe pareça que he tal, ainda que o nom seja.

E a cada hũa destas partes compre reger muyto bem e discretamente aquel que de tristeza se quer afastar e, com a graça do Senhor, traz seu coraçom em boo assessego, porque em elle som estes tres poderes. E, per aazo de cada hũu, recebemos cada dia folgança, segundo per sperіencia sentymos. E assy nos entra a tristeza, posto que o nom conheçamos; [e], por teermos afeiçom a hũa das partes, nom sentymos o que da outra nos vem, nacendo assy como hũu devoto sem discreçom, sentyndo em sy grande folgança de vigilia ou de jejũu, cuidando muyto, per aquelo prazer a Deos, que perteence ao poder da rrazom, correndo per seu camynho muyto desordenadamente, nom proveendo ao que lhe demandam os outros poderes, se per sua special graça nom fosse guardado, de que se nom fazia merecedor, pois a discreçom desemparava nem se scusaria de cair em tristeza e perder a folgança que penssava daver.

E assi hũu que, desejando vyver em folgança e fora de tristeza, por satisfazer ao que requere aquel poderio de crecer, toda sua vyda despendesse em largo comer, bever e dormyr, falleceria sem duvyda da fim que per aquel camynho percalçar entende; porque, teendo femença a aquel sentido, desemparou os outros dous que no coraçom teem seu quynhom e, ssentyndosse fallecidos de lhe darem o que devem aver, convem que tragam tristeza ou myngua de boa ledice que aver podera, se cada hũu proveesse como devya. E esto dando mais ao melhor e assy cada hũu o que per necessydade requere; e, conhecendo que a nos he dado vyver per razom, em vantagem sobre todallas outras potencias, a este poder daremos a m[a]yor parte da [n]ossa folgança. E, porque a filha, principalmente fazendo bem, em esto despenderemos a mayor parte de toda nossa vyda.

Do sobrepojamento dalgũus humores que desgovernam o corpo, que a este poder de ssua governança perteence, convem resguardar; porque algũas vezes vem por el a tristeza, mais nom sempre. Porem, errom muytos querendosse logo purgar ou sangrar, como som tristes. E a tristeza nom he sempre dally, mas vem da myngua de nom dar a cada hũu destes poderes o que bem requere. Ca, se mal deseja, nom lhe he de outorgar; mas, com discreçom e boo consselho, vos trabalhaae, emquanto poderdes, de conhecerdes vossos desfalecymentos. E, onde os poderdes forçar, forçayos, e onde nom, com temperança e industria, vos fazee scorregar, por vos tornardes a aquel geito que vos boo parecer e louvarom os boos que som em vyda e aquelles que enssynanças em livros aprovados leixarom. E porem he de proveer, em qualquer caso que a tristeza venha, se o corpo he em boa desposiçom e saude; porque, ainda que per aquel aazo nom venha, a tristeza meesma traz desordenança do corpo, a qual sempre

requere enmenda, porque a faz acrecentar. E assy, quando derdes a cada hũu poder com boa discliçom [e] conhecymento aquellas folgaṇças que bem deseja, com a ajuda daquel, per que todo bem se começa, perssevera e acaba, vyverees ledo em esta vida e com sperança daverdes mayor ledice da que ha de viinr.

E ssobresto vos convem poer grande guarda nos desordenados desejos de quererdes fazer algũas cousas, as quaaes, nom viindo segundo nossa voontade, convem per força que nos traga tristeza. E tambem vos devees guardar de presumir que muyto merecees e nom vos fazem o que he razom, mas fazee todo bem que poderdes, conhecendo que mais nom podees do que Deos quyser ordenar. E esto medes das voontades, que nada he todo vosso querer nem poder pera fazer o que quyserdes, se el nom manda que venha a perfeiçom.

E de mericimentos conhecee que os nom teendes e que mais vos da do que dar devya, segundo vossas obras, avendo sobresto hũu tal geito que, se vossa voontade se desatentar em grande ledice ou se levantar em soberva, presunçom ou vãagloria, apresentaae ante vos os falicymentos que de vos conhecees de cada hũu daquelles tres poderes de que mais quer presumyr ou se gloriar. E tanto acharees que, nom trestombando per vosso presumyr ou ledice sobeja, que depois faz cair em tristeza, vos tornarees a vosso boo stado de coraçom spaçoso e bem ledo. E, sse vos veem ameude taaes nembranças, que muyto vos querem derribar em abaixamentos e menospreços de vossos feitos, pessoa ou vida, logo vos alçaae, dando graças a Deos, trazendo aa memoria todos aqueles beens que del avees recebidos de cada hũu dos sobredictos poderes. E, com devydo agradecymento, oolhando em elles, tiraae da memoria aquella nembrança; porque, em ella muyto durando, per força vos trazera grande tristeza.

E esto fazee, enmendando sempre naquelles erros de que verdadeiramente vos sentirdes culpado, trazendo ante vos a nembrança da mysericordia de Nosso Senhor, em que devees aver segura sperança que todallas cousas faz por bem daquelles que o amam e servem ou servir desejom, segun[do] diz o apostollo: que todallas cousas se tornam a bem aos que teem propositos de sanctos (3), que he tomar de ssua mãao todallas cousas que nos faz, que som por nosso bem, conhecendo que mais nos gallardoa que merecemos e menos pena do que somos culpados. E, trazendo sempre comnosco tal teençom e avysamento com boa sperança, andaremos com a graça do Senhor muyto arredados de todas tristezas.

No bever fazee poer temperança em vossa casa, porque la fora, onde sse mais acustuma husarem sobejamente esta manha, desordenarsseham

(3) «Scimus autem quoniam diligentibus Deum omnia cooperantur in bonum, iis que secundum propositum vocati sunt sancti» *(Rom.*, VIII, 28).

se os bem nom guardaaes. E farom esto porque a voontade lhe ha grande afeiçom, per todollos tres poderes; porquanto, el sente do que perteence ao poderio de crecer grande mantiimento de ssua governança. E pera o sentyr grande ledice em o bever com as fallas e outras cerimonyas que acustumam os que em esta golosice filham folgança de a fazer e fallarem em ella. E, quanto aa rrezom, lhes parece que he bem convydar seus amygos e lhes teer companhia; e porem, teendo taaes razõoes, com fundamento de custume da terra, convem de tressayrem, se per vossos consselhos e avisamentos, com a ajuda do Senhor, muito nom som enmendados.

Seede mais avisado que, nas cousas que ouverdes dacabar, busquees geito com spaço da voontade no obrar, quando comprir, ainda que seja aficada na teençom. E nom tenhaaes que com todollos homeens convem de nos aver dhũa guysa; mas conhecee, quanto a mim parece, que cada hũu requere sua maneyra de obrar com elles e converssar, mayormente se he senhor ou igual. E porem, guardando vosso boo estado, trabalhaae de os conhecer; e, ssegundo delles conhecerdes, assy vos governaae, nom porem que em tal geito ponhaaes final entençom mas, obrando em esto, per discreçom, avee vossa sperança em aquel que vos deu a muy boa voontade e entender, que el vos d[a]ra (4) as boas fiins e saydas em todos vossos feitos, em tal guysa que o gramde e boo nome que per el levaaes daquesta terra seja sempre verdadeiramente por sua mercee de bem em melhor acrecentando.

E, pera boo encamynhamento e ajuda destes feitos, achey por grande remedio e consselho falar claro e descuberto com boo, sages e verdadeiro amygo, e que seja nom derribado nem tocado daquel fallicymento de que homem se queria correger. E nom se deve fallar com muytos, ainda que os ajaaes por amygos, mas com aquel ou aquelles que pera tal caso scolherdes por melhores e mais chegados aa geeral boa teençom; e, sse poder sseer, com os que ja daquel caso ouverom speriencia per grande husança e ssom em boo stado retornados ou que contra el sempre se bem governarom (5).

---

(4) No ms. *dera*.

(5) Segundo todos os visos, o infante D. Pedro retirou para o estrangeiro nesta data desgostoso porventura com o pai, que inclusivamente não lhe distribuira o governo de nenhuma das Ordens Militares, cuja administração aquele requerera e obtivera de Roma para seus filhos mais novos D. Henrique, D. João e D. Fernando. Sobre o particular tenham-se também em vista a nota 5 da pág. 272 do volume 2 da presente colectânea, o memorando eduardino de 1 de Maio de 1429 adiante lançado e ainda o seguinte passo do *Leal Conselheiro*, cap. 44: — «O iffante dom Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmãao, posto que fosse no reyno dUngria com pequena teençom de tornar a esta terra, bem penssо que sempre conheceo seer assy presente em meu coraçom como fosse naquel logar onde eu era».

58

6 MARÇO 1426

Letras Oblate nobis, *do papa Martinho V, dirigidas ao bispo de Lamego, a ordenar-lhe que, no caso de não ter havido rapto, dispense D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, e D. Beatriz Coutinho do impedimento de pública honestidade existente entre ambos, por D. Beatriz ser prima direita de D. Filipa Gonçalves Vasques, anterior esposa do sobredito D. Pedro, posto o matrimónio com D. Filipa não tivesse sido consumado* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 263, fl. 65 v..

Martinus, etc.

Venerabili fratri episcopo Lamecensi, salutem, etc.

Oblate nobis, pro parte dilecti filij nobilis viri Petri, comitis Ville Regalis, et dilecte in Christo filie nobilis mulieris Beatricis Coutinha, domicelle tue et Bracharensis diocesis, peticionis series continebat quod ipsi, ex certis racionabilibus causis, cupiunt inuicem matrimonialiter copulari, sed obstante impedimento publice honestatis iusticie, ex eo proueniente quod idem comes dudum cum quondam Philippa Gonsalui Valasci, que prefate Beatrici secundo gradu consanguinitatis coniuncta fuerat,

---

(1) D. Pedro de Meneses, 1.º conde de Vila Real, 2.º de Viana e primeiro capitão da praça de Ceuta, casou quatro vezes, se bem que de uma delas não chegou a consumar-se o matrimónio: a primeira com D. Margarida de Miranda, filha de D. Martinho de Miranda, a qual jaz no mesmo túmulo do marido, na igreja do convento da Graça de Santarém; a segunda, em 1420, com D. Filipa Gonçalves Vasques Coutinho, filha do marechal do reino Gonçalo Vasques Coutinho, falecida no mar, pouco afastada da costa algarvia, quando ia ter com o marido; a terceira em 1426, com D. Beatriz Coutinho, filha de Fernão Martins Coutinho, Senhor de Mafra e de outras terras; e, enfim, com D. Genebra Pereira, filha do almirante Carlos Pessanha (Cfr. ZURARA, *Chronica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 3, e liv. 2, cap. 6, e BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 126-27).

Do matrimónio de D. Pedro de Meneses com D. Beatriz Coutinho, ao qual respeita a presente dispensa, foi lavrado contrato em Sintra, a 17 de Agosto de 1426, «nos paços delrei D. João, na casa em que ora pousa D. Beatriz Coutinha, casa que é dentro no curral dos ditos paços, estando hi o ifante Eduarte e o ifante D. Henrique e o ifante D. Fernando e peça de ricos-homens, cavaleiros e outros». Ali se celebrou então o casamento por procuração, sendo oficiante o bispo de Mayorgas D. Fr. Lourenço (*Brasões*, liv. cit., p. 126, e *Archivo historico portuguez*, vol. 4, p. 166).

Copyrighted material

matrimonium per verba legitime de presenti contraxerunt, carnali tamen copula non subsecuta, huiusmodi eorum desiderium adimplere nequeunt, dispensatione apostolica super hoc non obtenta; quare, pro parte dictorum comitis et Beatricis, nobis fuit humiliter supplicatum ut prouidere ipsis super hoc de oportune dispensacionis gratia de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, ex premissis et alijs causis nobis expositis, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta committimus et mandamus quatenus, si ita est dictaque Beatrix propter hoc rapta non fuerit, cum eisdem comite et Beatrice ut, impedimento huiusmodi non obstante, matrimonium inuicem libere contrahere et in eo, postquam contractum fuerit, licite remanere valeant auctoritate nostra dispenses, prolem ex huiusmodi matrimonio suscipiendam (2) legitimam nunciando.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, secundo nonas martij, anno nono.

59

15 ABRIL 1426

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e homens bons da sua vila de Tomar, com as normas a observar na arrecadação das primícias e dízimas das miúças.

ANTT., *Convento de Cristo de Tomar*, maço 10, n.º 1352, minuta original, em pergaminho, sem a assinatura do infante, — texto que se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 119, em cópia oficial, feita em Tomar pelos anos de 1542, com omissão de palavras.

Eu, o jfante dom Anrrique, rregedor da hordem de Noso Senhor Jhesu Christo e duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, faço saber a uos, juizes e homeens boons desta minha uilla de Tomar, que esta he a maneira que minha merçee he que se tenha em fecto das promjçias e djzemas das mjhuças que se nom sujam pagar, a saber.

Todo aquell que ouuer quoreenta aalqueires de pam de a frey Martim Uaasquez, comendador dellas, hũu alqueire de promjçia; e esto per esta guissa: posto que o laurador aia muytas sementes, nom de senom o

(2) No ms. *sucipiendam*.

dicto alqueire da milhor semente, porque do mais a mjm praz que nom seia leuado. E, per esta medes guissa, ho dem do uinho.

E as dizimas asy das mjhuças ajaas destas coussas que sse seguem: jtem de lãa, jtem de queijos, jtem de manteiga, jtem de e[n]xames, jtem de mell, jtem de çera, jtem de fauas, jtem deruanços, jtem de tremoços, jtem dos alhos, jtem de çebollas, jtem dos mojnhos, jtem das pescarias dos canaaes.

E destas outras ajuso escpritas nom paguem dizimo nehũu; mais fique rreguardado ao ujgayro que aia as conhoçenças, como as senpre ouue, naquelas em que as auja. Jtem de chicharos e feijões e de todos outros lagumes, afora os suso escpritos. Jtem de nhũa hortaljça, afora a suso escripta; jtem de leite; jtem de nhũas aues nem ouos; jtem dos farregeaaes, alcaçeres, segados em uerde; jtem de nehũuas fruytas; jtem de nhũus pastos; jtem de pensões de casas; jtem de gaanços de caualarias; jtem de soldadas de mançebos; jtem de fornos de cozer pam; jtem dos çenços e seruidões; jtem de feno e palha; jtem dos vinhos; jtem dos lagares do vjnho; jtem das pedreiras; jtem das negociações e trabalhos de suas mãaos. E, em testemunho desto, mandey fazer esta carta, asynada per mjm e aseelada com ho meu seello.

Fecta em Tomar, xb dias dabrill. Joham Afonso a fez. Era do naçimento do Senhor de mjll iiij^{c} xxbj anos.

No verso, em letra da época: Das primjcias o concelho tem outra tal, asynada e seelada.

60

19 MAIO 1426

Carta do infante D. Henrique, a transcrever a constituição e ordenação feita por ele e pelos comendadores da Ordem de Cristo em Capítulo Geral, celebrado no convento de Tomar naquela mesma data, sobre o destino dos bens dos freires da Ordem e com as providências ali tomadas a seu respeito.

ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 51 v., em cópia oficial, feita em Tomar, no convento de Cristo, pelos anos de 1568.

Ev ho jfante dom Anrrique, rregedor da hordem de Nosso Senhor Jesu Christo, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, faço saber a quantos esta carta de hordenaçom virem que, fazendo eu cabijdoo geeral em Tho-

Copyrighted material

mar, por Pinticoste, que foy aos xjx dias de mayo, era do naçimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil cccc.xxvj annos, dentro no conuento e jgreja de Sam Thomas, seendo hi dom frey Afonso, prior do conuento da dita hordem, e dom frey Gonçalo Vaasquez Coutinho, comendador moor, e frey Afonso Vasquez de Sousa, claueyro, e frey Lourenço, samcristãao, e frey Fernam Lopez dAzeuedo, comendador de Caseuel, e frey Martim Vaasquez, comendador do castello de Thomar, e frey Martim Lourenço, comendador de Pinheyro, e frey Vaasco Rebello, comendador de Pinheyro dAzer, e frey Aluaro Gonçaluez da Mota, comendador das Olalhas, e frey Johão de Ferreyra, comendador do Rodom, e frey Diego Afomso, comendador das Pias, e frey Joham Afonso, comendador de Beselga, e frey Pay Roïz, comendador de Rio Frio, e frey Vaasco Lopez, comendador da Granja dUlmeyro, e frey Joham Mendez, comendador de Crastomarim, e frey Lopo Esteuẽz, comendador do Mogadoiro, e frey Eytor Mendez, comendador de Pennas Rojas e Bemposta, e frey Martim Vasquez Villela, comendador das Primiçias, e frey Lopo Diaz, comendador dAlmourol, e frey Rogel Horlanda, comendador da Cardiga, e frey Martim Ferreira, comendador da Pouoa, e frey Martim de Gooes, comendador de Pucos, e frey Aluaro Gonçaluez, comendador do Prado, e frey Diego Aluarez da Cunha, comendador do Castelejo, e frey Joham Fernandez, comendador de Castelnouo, e frey Aluaro Ribeiro, comendador da Ydanha, e frey Afonso Vaasquez do Beeco, comendador da Meda, e frey Joham Aluarez, comendador de Sancta Ouaya, e frey Afonso, procurador da dita hordem, e frey Vaasco, prior do Mogadoyro, e frey Joham das Pias e frei Fernando e frey Joham Cantor e frey Joham Manhãas Bõoas e frey Joham de Soure, freires clerigos de missa, todos ajuntados em cabidoo, per campãa tangida, aa hora acostumada, segundo costume da hordem, ffoy acordado per mym e per todollos sobredictos e posto per constituçom pera sempre firme e estauel, que se nom podesse quebrar nem desfazer.

Porque, quando hos freires e caualeyros se finaua[m], nom podiam fazer testamento nem deyxar nẽhũua cousa do que tinham a seus seruidores nem a outra pessoa a que fossem theudos nem aviam suas sepulturas nem lhe faziam seus offiçios e exequias, segundo a elles perteençia; ha qual cousa, assy a elles como aa dicta hordem, era doesto e vergonha e ainda perda, porque elles nom leyxauam çerta recadaçom do que aviam, e esso que ficaua era todo rroubado e furtado, em tal guisa que ha dicta hordem nom avia nada. E, ainda ho que pior era, suas almas, por ho que dicto he, encarregadas (1).

(1) A este respeito sublinha-se que no cap. 65 dos Estatutos da Ordem de Calatrava, então em vigor na de Cristo, se determina claramente: — «Mandamos que daquelles beens (móveis) que per elles se podem despoer em ha forma sobredicta

Que, de aqui em diante, cada hũu freyre, asy clerigo como caualeyro, possam fazer seu testamento em esta guisa, a saber: que elle, segundo Deus e conçiençia e sem engano, escreua e faça poer todalas cousas e beens, mouijs e rraiz, que ouuer e das compras que comprar e dalgũuas heranças que soceder e ouuer, em auentayro. E, feyto asy ho dicto auentayro, elle aja pera sy, pello hordenar e leyxar a quem quiser e pera sua alma, a meetade de todolos mouijs que per bem da hordem ouuer; e, dos outros que per bem da herança e compras ouuer, asy de rraiz como do mouel, aja pera sy has duas partes e ha terça fique aa hordem com a meetade dos mouijs da hordem que dictos som. E em esto se entenda tambem ho direito que auia dauer ho comendador moor e dom prior e claueiro, que de todo possam fazer testamento pella guisa que dicto he, e nom dos hornamentos das ygrejas nem das cousas e alfayas que hos comendadores acharem nas comendas quando pera ellas forem.

Outrosy foy acordado que ho anno que se ho caualeyro finar que aja ha meatade da rrenda que auia; e, posto que se fine logo no outro dia depois de Sam Joham Baptista, que he ho começo do anno, que aja ha meetade da dicta rrenda e possa della fazer seu testamento pella guisa que suso dicto he. E possam fazer testamenteiros quaaes pessoas quiserem, contanto que nom sejam doutra ley. E, se algũu se finar abintestado, fique em aluidro do meestre e dos caualeiros da hordem que hordenem ho que entenderem que he bem que se faça polla alma do finado e contentamento de seus seruidores. E mando aas justiças dos logares das comendas e aos meus almoxarifes e escriuãaes e outros officiaaes que, quando aconteçer de se algũu comendador finar e teuer feito inuentairo e testamento, que atee hos oito dias primeiros seguintes nom rrequeiram nem ponham mãao nas cousas que ficarem per sua morte. E, acabados hos oyto dias, entom requeiram ho testamenteiro que mostre ho testamento e ho ynuentayro que for feito e arecadem pera mym ho que meu for de direito, segundo ho que foy hordenado no cabijdoo geeral que fiz.

E, finandose abintestado, que entom ho meu almoxarife, honde ho ouuer, ou que seja tam aredado que possa hir em huum dia, vaa logo poer em ynuentayro todo ho que ficar per sua morte, e ho ponha em rrecadaçom e façalhe fazer sua sepultura honrradamente e suas exequias. E façame saber todo ho que lhe for achado e hos seruidores que hi haa e ho tempo que seruirom, pera lhe mandar como sobre ello façam. E, onde non

---

nenhũas leteras ou estormentos publicos, per maneira de testamento ouse nem presuma fazer, mas soomente simplezes cedulas, per maneira de memorial, escriptas de suas mãaos e signadas pera a desposiçom dos dictos beens mouijs assy como dito he ho façam; e, em outra maneira, fazendo ho contrairo, saibasse auer encorrido em sentença de excomunhom» (No supracitado códice da *Ordem de Cristo*, parte 1, fl. 73).

ouuer meu almoxarife nem em outro lugar tam chegado que possa hir em huum dia, faça esto pella guisa suso dicta ho comendador da hordem que mais acerca viuer, que possa hir em outro dia ou dous. E, se ho hi non ouuer tam preto (2), cumpramno has justiças, pella guisa que suso dicto he.

Ha qual constituçom assy acordada e feita, como dicto he, hos sobredictos dom prior e comendador moor e claueyro e samcristãao e todolos outros freyres, caualeyros, comendadores e clerigos me pedirom por mercee que lhes mandasse delo dar hũua carta com ho theor da dicta hordenaçom e constituçom. E eu, veendo em como ha dicta constituçom e hordenaçom era feyta a seruiço de Deus e a saude das suas almas e prol da dicta hordem, porque elles, por este aazo, aueriam vontade de acreçentar em ella e suas sepulturas seerem homrradas e hos que hos seruirem e de que encargo teuerem poderiam seer pagados e contentes; me prouue e praz e outorgo ho que dicto he e per elles pedido.

E lhes mandei dar ha dicta carta, asijnada per mym e seellada do meu seello pendente, na qual, por mayor auondamento e firmidõe, porque per todos hos sobredictos foy acordado, mandey ao dicto dom prior e comendador moor e claueyro e samcristão e a todolos outros caualeyros e freyres clerigos que assijnassem esta carta e lhe fizessem poer ho seello do dicto conuento.

Feyta no dicto cabijdoo, dia, mes e era suso dictos.

61

21 MAIO 1426

Instrumento notarial de doação, feita em Tomar, por Frei Afonso, prior de Alvaiázere e procurador geral da Ordem de Cristo pelo infante D. Henrique, a Frei Fernando Falcão e Frei Estêvão de Aguiar, da Ordem de S. Bento, de casas sitas em Lisboa, acima de S. Martinho, prometendo aqueles, em troca e no prazo de quatro meses, outros bens de raiz na referida cidade ou termo, que valham e possam render mais (1).

ANTT., *Convento de Cristo de Tomar*, maço 51, n.º 40, original em pergaminho.

---

(2) Por *perto*.

(1) Segundo Fr. MANUEL DOS SANTOS, D. Fr. Estêvão de Aguiar, natural da cidade de Lisboa, filho de pais nobres mas não abastados, «criou-se em casa da Infanta D. Izabel filha delRey D. Joaõ I, Duqueza de Borgonha e a servio de menino,

Saibham quantos este estormento virem que, vjnte e hũu djas do mes de mayo, era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vjnte e sejs annos, em Thomar, na cerca, dentro nas pousadas de dom priol do conuento da hordem de Christos, que pertencem e som da dicta hordem, estando hij frej Affonso, da dicta hordem e priol dAluaiazere, procurador geral da dicta hordem e senhor ifante; e outrosij, estando hij frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar, frades que dizem que som da hordem de Sam Bento, em presença de mjm, Stevam Vaasquez, tabeljam na dicta vjlla de Thomar, e testemunhas ssoescpritas por nosso ssenhor o jfante dom Anrrique, rregedor da dicta hordem, duc de Visseu, ssenhor de Covilhaa; e logo per o dicto freij Afonso foy dicto que elle, per mandado do dicto ssenhor jfante e em nome da dicta hordem, em seruiço de Deus e por ser prol da dicta hordem, elle daua e outorgaua aos dictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar, deste dja pera todo ssenpre, hũas cassas que ssom da dicta hordem e a ella pertençem, que ssom na çidade de Lixboa, açima de Sam Martjnho, e partem com Sam Bras e com casas que forom de Joham Aluarez, caualeiro, e com rrua prubjca e com muro da çerca uelha.

As quaes cassas lhe deu e outorgou pera todo senpre, com todas ssuas emtradas e saidas e djreitos e pertenças que a ellas pertençem; que façam dellas [e] em ellas, come de suas proprias, todo o que lhjs prouguer, com

---

& ao depoes de escudeiro...; do serviço da Infanta passou a militar em Itália; & ha tocado de superior impulso tomou o habito de N. P. S. Bento na cidade de Florença... De Florença voltou outra vez a este Reyno; & como trouxesse licensa do Papa Martinho V para levantar huma Igreja, ou mosteyro da sua ordem, aonde melhor pudesse, edificou a sua custa em Lixboa a Igreja de nosso Padre S. Bento de Xabregas; e foi a primeira que teve naquella cidade o Smo. Patriarcha. De Xabregas foi chamado para Abbade do Mosteyro de Pedroso Benedictino; e delle o tirou elRey D. João I para governar a Real Abbadia de Alcobaça... Morreo em 13 de Fevereyro de 1446 jaz em S. Bento de Enxobregas, porque naquelle tempo era mosteyro nosso, & casa de residencia dos Monges de Alcobaça quando assistião na Corte» (*Alcobaça Illustrada*, pp. 255 e 264, respectivamente). Pode ver-se também Fr. FORTUNATO DE S. BOAVENTURA, *Historia Chronologica, e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*, p. 179, que diz haver sido D. Fr. Estêvão ali abade «desde 1431 até 1446».

Entre os manuscritos do coevo D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, conservam-se algumas cartas autógrafas de D. Fr. Estêvão de Aguiar e outras que se lhe referem bem como a seu confrade Fr. Fernando Falcão, — os dois beneditinos nomeados no presente instrumento notarial. Em carta sem indicação de lugar nem data de D. Fr. Estêvão, este dizia de Portugal a D. Gomes: — «Sabede que frej Fernando (Falcão) e eu nos ueemos, por aqui ou açerca fazermos hũu moestejro, asy como temos ljçença do papa: e agora frej Fernando se fez frade de Sam Francjsco e eu, com a graça de Deus, farej o mosteiro, asy como era nosso preposyto. Ja tenho huas casas dentro na çjdade, que me deu o jnfante dom Anrjque» (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, pp. 355-56). Portanto, o sitio das casas da Ordem de Cristo a que se reporta o documento que vimos anotando, de 21 de Maio

tal condiçom que os ssobredictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar dem por as dictas cassas aa dicta hordem outros beens de rrajz, na dicta çidade de Lixboa ou em seu termo, que seiam mjlhores e ualham majs e possam rrender majs que as dictas casas som e podjam rrender. E, porquanto ora ajnda os ssobredictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar nom tynham nem podjam ora teer nem auer os dictos beens que aujam por ellas de dar aa dicta hordem, que elles lhos dessem, emtregasem do dja e feytura deste estormento ataa quatro messes primeiros sseguintes. E, nom lhe dando nem entregando os dictos beens pera a dicta hordem ata os dictos quatro messes, que a dicta hordem possa auer e tomar suas casas com qualquer bemfeitoria [que] elles hij ouuesem fecta, sem embargo e contenda nẽhũa, e que elles lhas desembarguem logo. E, emtregandolhij os dictos beens pera a dicta hordem como dicto he, que lhjs auja por outorgadas e outorgaua as dictas cassas da dicta hordem pera senpre, como dicto he.

E mandou que os ssobredictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar aiam porem logo a pose das dictas cassas e ao almoxarife do dicto ssenhor em Lixboa que os ponha logo em posse dellas, sso as dictas condições suso dictas. E logo os ssobredictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar disserom que de todo lhjs prazia. E outorgarom todallas clausullas e condições suso dictas e de as asij conprirem e fazerem e guar-

---

de 1426, doado pelo Navegador aos dois citados beneditinos, como administrador da referida Ordem, destinava-se à construção do mosteiro de S. Bento de Xabregas. Mas, não foi este edificado à custa de D. Fr. Estêvão de Aguiar e só por sua indústria, depois que Fr. Fernando Falcão transitou para a Ordem Franciscana, como poderia deduzir-se do que acima refere Fr. MANUEL DOS SANTOS, senão por interferência da infanta D. Isabel que, diligenciando harmonizar D. Gomes com os dois aludidos confrades, em 30 de Dezembro de 1428, endereçou àquele a seguinte, interessante e demonstrativa carta, que supomos inédita e desconhecida:

«Dom abade. A jfante me encomendo em uosas oraçoees. Façouos saber que a mim he dicto que uos enuiastes rrequerer frei Steuom dAguiar e frey Fernam Falcom por algũuas cousas que, por uosa partida, ficarom em seu poder e, se uolas nom enuiasem, que uos proçeederies contra elles. Outrosi mais que elles eram per voso rrequerimento escomungados em corte, nos dias das festas, mostrando que eram fora de uosa obediençia, o que a mim pareçe que nom deuerees de fazer, de os poerdes em famia como posestes, nom seendo elles em nhũua culpa, asi de hũua cousa como doutra; porquanto he ao da obidiençia, o dicto frey Steuom tem logar do padre santo que posa estar honde quiser e fazer mosteiro per si honde este. E asi eu lhe tenho começado hũu, acerqua acabado, e ja esta em ele. Outrosi, sabees que o dicto frei Fernando tem uosa liçença pera estar honde quiser e se mudar em outra hordem; asi que nhũu delles nom fez cousa que de rezom nom deuesse fazer.

«Porem uos encomendo que nom procedaees mais per tall fecto nem vaades per elle en diante e encaminhees como per uos todo sseia desfeito, mostrando taees rrezõees per as quaees elles seiam avimdos por sem culpa. E fazendoo uos asi, enten-

darem, e o dicto frej Affonso esso medes de o asij conprir e guardar, como dicto he, obrigando pera ello os beens da dicta hordem e os dictos frej Fernam Falcam e frej Stevam dAgiar quaesquer beens que ouuerem e poderem auer. E pedirom asij cada huuns de todo senhos estormentos e dous e tres e majs dhũ teor, sse lhe a cada huns conprir. Este he o primeiro, dos dictos frej Fernando e frej Steuam.

Testemunhas: o dicto dom priol e Lope Esteuez, caualeiro, comendador do Mogadoiro, e Gonçalo Lourenço, quantor da capella do dicto ssenhor jfante, e Pero Alaao, escudeiro do dicto ssenhor, morador em Tomar, e Meem Lourenço, sobrinho de Joham Fernandez, comendador, e outros. Eu, Stevam Vaasquez, tabaljam suso escprito na dicta vjlla por o dicto ssenhor jfante, que este estormento escpriuj, em que meu sijgnal ffiz, que tal *(Sinal do notário)* he. Pague deste estormento com nota x rreaaes.

---

derej que auees uontade de me seruir e me farees prazer por o dicto mosteiro que asi faço, o qual eu nom queeria que ouuese torua de se poer em algũua delonga ou se nom fazer, do que a mym vinria grande perda, segundo o que nele tenho despeso, e grande enpacho quanto ao do mundo. E, na parte do breuiairo que ficou a frei Fernando, elle diz que nom tendes nhũua rrezom em dele teerdes queixume, porque uos lho leixastes de uosa uontade; e frei Steuom esso mesmo diz, polo outro liuro que tem, que entendia que per uosa uontade lhe ficaua, que doutra guissa o nom teuera, e que, se lhe uos screpuerdes que uos nom praz de o elle teer, que uollo mandara logo e que, de suas uontades, uos nom queriam anojar nem fazer cousa que uos fosse desprazer, em que me pareçe que nom teendes rrezom de contra elles proçeder. E sobresto uos screpue o jfante meu ssenhor, como uerees, sua carta, per a quall entenderees que, leixando uos esto que teendes começado e encaminhando como seia desfecto, lhe farees prazer; e esto mesmo a elrrej meu ssenhor. E quando nom quiserdes, teem uontade de tomar desto carrego e sopricar por elo ao padre santo. E, porque eu em uos tenho feuza e perteçe este fecto a mim mais que a outro nhũu, uos screpuo todo, por auerdes conselho e nom quererdes fazer cousa em que os anojees nem a mim esso mesmo e teerdes maneira como boo deue de teer. E que o seruiço de Deus nom seia toruado per uosso azo nem estes homeens postos em famea, como nom deuem nem o merecendo. E uos rrogo que asi como per uos esto foi desencaminhado, que asi o coregaees, porque a mim prazeria mujto que o fosse antes por uos que per outro nhũu. E, fazendoo asy, seede çerto que me farees em esto estremado prazer e seruiço e cousa que uos mujto gradeçerej.

«Scripta em Saluaterra, xxx dias de dezembro em 1428».

(as.) A Jfante *(Cód. cit.*, p. 281).

62

29 MAIO 1426

Súplica de D. Duarte de Meneses ao papa Martinho V, a solicitar-lhe autorização para a permuta da igreja paroquial de S. Martinho de Lisboa, do padroado real, pelo lugar de Viana do Alentejo, dado este em condado a seu avô, mas pertencente à capela instituída por el-rei D. Afonso IV no claustro da sé de Lisboa, a fim de se constituir em Viana condado a seu pai, alferes-mor e governador da cidade de Ceuta, onde ele muitos trabalhos e perigos, até de morte, tem suportado e continua a suportar, em defesa da mesma cidade e dos fiéis ali residentes e por exaltação e honra do nome de Cristo e da fé cristã, merecendo por isso ser remunerado com bens eclesiásticos. Concedido.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 199, fl. 44 v.

Beatissime pater.

Cum deuotus vester, nobilis et strenuus miles Petrus de Meneses, diocesis Vlixbonensis, deuoti filij vestri Eduardi, primogeniti regnorum Portugalie et Algarbij jllustris, maior vexillarius et gubernator ciuitatis de Ceupta, in vltramarinis ac partibus Africanis constituta, pro defensione eiusdem ciuitatis ac fidelium inibi degentium, in exaltacione et honore nominis Ihesu Christi et fidei christiane, plures continuos et maximos indefesse et assidue substinuerit, prout substinet, labores personam suam sepissime mortis periculis exponendo, prout eciam exponit, ac potestatibus Africanorum infidelium victoriose ac fideliter et viriliter, dextera Domini ei assistente, resistendo, prout resistit eciam de presenti, et propterea bonis ecclesiasticis merito sit remunerandus, vt alij remuneracionem eius conspicientes, ad similia facilius pertrahantur.

Cum autem, beatissime pater, nobilis ac magificus quondam Petrus (1), genitor Petri predicti, locum de Viana, diocesis Elborensis in titulum comitatus habuerit, quem locum cum omnibus juribus et per-

(1) Aqui há equívoco de quem minutou a súplica na Cúria Pontifícia; pois o pai de D. Pedro de Meneses, 2.º conde de Viana do Alentejo, foi o primeiro conde de Viana D. João Afonso Telo, filho do conde de Ourém. Portanto, onde se lê *Petrus* deve ler-se *Johannes* (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, pp. 246-47 e 258 e ss.). No documento seguinte, — 63 —, já se lhe chama *João de Meneses*.

tinenciis suis capella clare memorie quondam Beatricis, regnorum predictorum regine jllustris, in claustro ecclesie Vlixbonensis constituta, vigore donacionis, per recolende memorie quondam Alfonsum, regnorum predictorum regem illustrem, ei concesse possidet de presenti quodque Eduardus, primogenitus predictus, titulo comitatus eiusdem loci de Viana quo, ut premitttitur, pater eiusdem Petri, dum viuebat in humanis, fuit preditus, in recompensacione laborum et meritorum suorum, dictum Petrum desiderat decorari, quod tamen facere non potest absque sedis apostolice concessione speciali (2).

Jdcirco supplicat sanctitati vestre Eduardus, primogenitus predictus, quatenus ut ipse parrochialem ecclesiam Sancti Martini Ulixbonen., que de patronatu regali existit, cum omnibus juribus et pertinencijs suis eam pro loco de Viana predicto, eciam cum omnibus juribus et pertinencijs suis, cum predicta capella eiusque porcionarijs seu beneficiatis valeat permutare, qui ex eadem ecclesia jpsiusque fructibus, redditibus et prouentibus ac alijs redditibus eis restantibus, iuxta eorum statuum decencias poterunt commode substentari, jpsi licenciam et facultatem concedere et impertiri dignemini de gracia speciali, juribus, constitucionibus et ordinacionibus apostolicis alijsque contrariis non obstantibus quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

Fiat vt petitur, de consensu. O.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas junij, anno nono (3).

---

(2) «Vinte e tantos dias antes de morrer, em Lisboa a 4 de Maio de 1357, fez D. Afonso IV doação a sua mulher a rainha D. Beatris, para a sua capela, da vila de Viana em Entre Tejo e Guadiana, com suas terras, padroados e jurisdição civel» (ANTT., *Chancelaria de D. João II*, liv. 17, fl. 64 em diante, onde se encontram muitos documentos respeitantes às capelas, — cit. por B. FREIRE, *Ibi*, p. 259). A capela em referência é já citada e localizada no testamento de D. Afonso IV, de 13 de Fevereiro de 1345 (Publicado por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 2, n.º 24).

(3) O presente documento dá-nos certamente a data em que D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, foi nomeado por el-rei D. João I conde de Viana do Alentejo. Não se conhece o diploma da sua nomeação; e o mais que B. FREIRE pudera apurar foi que ela é anterior a 8 de Maio de 1433 (*Brasões*, liv. cit., p. 263).

63

29 MAIO 1426

Letras Eximie deuotionis affectus, *do papa Martinho V, dirigidas ao bispo de Silves, a conceder-lhe poderes, a pedido do infante D. Duarte, para restituir a D. Pedro de Meneses, filho de D. João Afonso Telo de Meneses, o lugar e título de conde de Viana, depois de entregar à capela da rainha D. Beatriz, na diocese de Lisboa, e ao seu reitor e capelães bens cujo rendimento anual atinja a quantia de 60 coroas de ouro* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 263, fl. 64 v.

Martinus, etc.

Venerabili (2) fratri episcopo Siluensi, salutem, etc.

Eximie deuotionis affectus, quem dilectus filius nobilis vir Eduardus, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, primogenitus, ad nos et sedem apostolicem habere dinoscitur, promeretur ut petitionibus suis, quantum cum Deo possumus, fauorabiliter annuamus.

Sane pro parte eiusdem primogeniti nobis nuper exhibita petitio continebat quod olim clare memorie Alfonsus, rex Portugalie et Algarbij, locum de Viana (3), Elborensis diocesis, cum omnibus iuribus et pertinencijs suis capelle recolende memorie Beatricis, regine Portugalie et Algarbij, infra limites Vlixbonensis ecclesie constitute, que per certum rectorem, qui ad nutum regis pro tempore regnorum predictorum deputatur, qui etiam ad nutum capellanos qui in eadem capella deseruient, in diuinis etiam ad nutum recipere debet, pro salute anime sue pure et simpliciter donauit pariter et concessit; et deinde rector qui tunc erat et capellanj eiusdem capelle, concessionis et donationis predictarum uigore possessionem dicti loci cum iuribus et pertinencijs supradictis assecuti, illum extunc tenue-

(1) Sobre os precedentes deste documento veja-se B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 132-33 e liv. 3, pp. 259-60, e o nosso documento anterior.

(2) No ms. *venerabilo*.

(3) No ms. *Diana*. Cfr. a nota 2 do documento anterior.

runt et possederunt, prout tenent et possident pacifice de presenti. Expost, clare memorie quondam Fernandus, rex regnorum predictorum, locum de Viana prefatum in titulum comitatus quondam Johanni de Meneses, militi Colimbriensis diocesis, dedit et assignauit qui, dum vixit in humanis, titulum predictum tenuit.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, dilectus filius nobilis vir Petrus, eiusdem militis natus, etiam miles, redire cupiens ad hereditatem paternam, propter eius opera gloriosa a Deo, contra infideles affricanos, in partibus illis, pro fide catholica defendenda, pugnauerit, exponendo intrepide se et sua, ut gubernationem et regimen ciuitatis Cepte de manibus infidelium recuperate per ipsum regem sibi commissa meruerit obtinere ac prefatus primogenitus desideret quod ipse Petrus miles, propter singularium ipsius Petri uirtutum studia in rebus militaribus per experienciam comprobata, ut, facta prius eidem capelle debita recompensa, ad locum et titulum dicti comitatus, quem prefatus Johannes, genitor suus, obtinuit, sedis apostolice interueniente auctoritate, reponatur et restituatur; pro parte eiusdem primogeniti nobis fuit humiliter supplicatum ut super premissis eius desiderio ac ipsius Petri militis statui et honori et eiusdem capelle indemnitati oportune consulere et prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, eiusdem Petri militis uirtutes et condigna merita recensentes ac sperantes quod ipse, pro defensione orthodoxe fidei, tanto uiribus laborabit quanto se nouerit maiori apostolice sedis fauore et gratia preueniri, huiusmodi quoque supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta commictimus et mandamus quatenus si et postquam prefatus primogenitus tot de possessionibus et bonis immobilibus sibi a Deo collatis, quorum annui fructus, redditus et prouentus ad sexaginta coronas auri ascendant communiter annuatim eidem capelle, pro augmento dotis sue, et eius rectori et capellanis tradiderit, assignauerit et donauerit cum effectu et ad id rectoris eiusdem capelle ac aliorum quorum interest accedat assensus, super quibus tuam consciencianm oneramus, extunc eidem primogenito prefatum Petrum militem, ad locum et titulum comitatus eiusdem restituendi et reponendi eumque in illis legitime instituendi plenam et liberam, auctoritate nostra, licenciam largiaris, premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas junij, anno nono.

64

9 JUNHO 1426

Súplica do infante D. Henrique ao papa Martinho V, de dispensa para João Rodrigues, tesoureiro da sé de Viseu, seu capelão-mor, seu comensal e governador da sua capela, apesar de oriundo de nobre solteiro e de mulher solteira, poder ser promovido a todas as ordens sacras e usufruir benefícios eclesiásticos (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 199, fl. 99 v.

Beatissime pater.

Supplicat sanctitati vestre deuotus orator vester Henricus, dux Visensis, deuote creature vestre Johannis, Portugalie et Algarbij regis, filius, quatenus sibi, in personam deuoti vestri Johannis Roderici, thezaurarij ecclesie Visensis ac eiusdem ducis maioris capellanj et continui commensalis et eius capelle gubernatoris, gratiam facientes specialem cum eodem Johanne, cum quo alias super defectu natalium, quem patitur de soluto nobili genitus et soluta, ut, eo non obstante, ad omnes eciam sacros ordines promoueri et vnum eciam si curam haberet animarum primo et deinde aliud ac postmodum ut quecunque, quotcunque et qualiacunque beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, se invicem compaciencia recipere et retinere eciam sufficienter dispensatum extitit, prout in litteris desuper confectis plenius continetur, vt cum thezauraria dicte ecclesie, que in ea dignitas, non tamen maior post pontificalem, et cuius fructus, redditus et prouentus centum florenorum auri, secundum communem extimationem, valorem annuum non excedunt, vnum aliud quodcunque beneficium curatum aut alias cum dicta thezauraria incompatibile, eciam si alia dignitas, personatus, administracio vel officium et dignitas ipsa maior post pontificalem aut in collegiatis ecclesijs principalis curata et electiua necnon parrochialis ecclesia fuerit recipere et quoad uixerit retinere jllaque simul uel successive, tociens quociens voluerit, simpliciter vel ex causa permutacionis, dimictere et loco dimissi recipere et, quoad uixerit, retinere libere et licite valeat misericorditer et de gratia speciali dispensare digne-

(1) Era presbítero da diocese de Braga, segundo o nosso DOC. 42, de 15 de Outubro de 1423.

mini. Constitucionibus apostolicis et alijs in contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque.

Fiat vt petitur. O.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, quinto jdus junij. ano nono.

65

9 JUNHO 1426

Letras Vite ac morum honestas, *do papa Martinho V, para João Rodrigues, tesoureiro da sé de Viseu e capelão-mor do infante D. Henrique, a conceder-lhe licença para aceitar e reter, durante cinco anos, qualquer outro benefício não incompatível com o primeiro, apesar das determinações e costumes em contrário* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 263, fl. 241.

Martinus, etc.

Dilecto filio Johanni Roderici, thesaurario ecclesie Visensis, salutem, etc.

Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut te specialibus fauoribus et gratijs prosequamur.

Volentes igitur te qui, ut asseritur, dilecti filij nobilis viri Henrici, ducis Visensis, maior capellanus ac familiaris continuus commensalis existis, premissorum meritorum tuorum intuitu fauore prosequi gratioso, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tecum cum quo dudum, ut asseris, super defectu natalium quem pateris, de soluto nobili genitus et soluta ut, eo non obstante, ad omnes etiam sacros ordines promoueri et quecunque et qualiacunque beneficia ecclesiastica, cum cura uel sine cura, se inuicem compacientia, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus uel officia in metropolitanis uel alijs cathedralibus seu collegiatis, et dignitates ipse in metropolitanis uel alijs cathedralibus post pontificales maio-

(1) Vejam-se o documento anterior e o ali citado.

Copyrighted material

res aut in collegiatis ecclesijs huiusmodi principales forent et ad illas, illos uel illa consueuissent, qui per electionem assumi, si tibi alias canonice conferrentur, aut eligereris seu assumereris ad illa, recipere et retinere illaque simul uel successiue, simpliciter uel ex causa permutationis, quociens tibi placeret dimittere et, loco dimissi uel dimissorum, aliud uel alia simile uel dissimile aut similia uel dissimilia beneficium seu beneficia ecclesiasticum uel ecclesiastica se inuicem compacientia etiam recipere et retinere libere et licite valeres apostolica extitit auctoritate inter alia dispensatum; postquam quidem dispensationem thesaurariam ecclesie Visensis, tunc certo modo vacantem, canonice tibi collatam, fuisti pacifice assecutus, ut cum dicta thesauraria, que dignitas non tamen maior post pontificalem in eadem ecclesia Visensi existit, et ad quam quis per electionem non assumitur cuique cura non imminet animarum et cuius fructus, redditus et prouentus centum florinorum auri, secundum communem extimationem, valorem annuum, ut asseris, non excedunt, vnum aliud beneficium ecclesiasticum curatum, seu alias cum dicta thesauraria incompatibile, etiam si parochialis ecclesia aut alia dignitas, personatus, administratio uel officium in cathedrali uel collegiata ecclesia et dignitas ipsa in cathedrali post pontificalem maior aut collegiata ecclesijs huiusmodi principalis fuerit, et ad dignitatem, personatum, administrationem uel officium huiusmodi consueuerit quis per electionem eique cura immineat animarum, si tibi alias canonice conferatur uel assumaris ad illud, recipere et per quinquennium retinere libere et licite valeas, generalis concilij constitutionibus quibuscunque alijs apostolicis necnon statutis et consuetudinibus Visensis et illius in qua huiusmodi beneficium forsan fuerit ecclesiarum, etiam iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis, ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gratie, dispensamus; jta tamen quod, infra dictum quinquennium, alterum et thesauraria et beneficio incompatibili huiusmodi pro alio beneficio ecclesiastico cum reliquo eorundem compatibili permutare [non possis], alioquin thesaurariam predictam, quam, lapso dicto quiquennio, vacare decernimus, omnino dimittere tenearis, prouiso quod thesauraria et beneficium incompatibile predicta debitis interim non fraudentur obsequijs et animarum cura, si qua dicto beneficio immineat, nullatenus negligatur.

Nulli, ergo, etc., nostre dispensationis et decreti infringere, etc. Si quis autem, etc.

Datum Rome, apud sanctos apostolos, quinto jdus junij, anno nono.

66

15 JUNHO 1426

Letras Ex debito ministerij, *do papa Martinho V, dirigidas ao deão da sé de Viseu, a ordenar-lhe investigue, junto da prioresa e freiras do mosteiro do Espírito Santo de Toro, da diocese de Zamora (Espanha), sobre se a venda por elas feita a D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, de propriedades suas em terra portuguesa redundou em utilidade do dito mosteiro e, neste caso, a confirme e sane quaisquer defeitos.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 263, fl. 66.

Martinus, etc.

Dilecto filio decano ecclesie Visensis, salutem, etc.

Ex debito ministerij pastoralis, quo ecclesiarum omnium regimini presidemus, ad ea per que ipsarum atque eciam nobis et apostolice sedi deuotarum personarum quarumlibet statui et indemnitatibus consulimus (1) libenter intendimus illaque fauoribus prosequimur oportunis.

Dudum siquidem, pro parte dilecti filij nobilis viri Petri de Menesses, comitis de Villa Regali, bone memorie Baldassari episcopo Tusculano, in sua obediencia de qua partes ille tunc fuerant, Johanni xxiij nuncupato, exposito quod olim dilecte in Christo filie priorissa et conuentus monasterij monialium Sancti Spiritus de Tauro, per priorissam soliti gubernari, ordinis Sancti Augustini, Zamorensis diocesis, sub cura et secundum instituta fratrum ordinis predicatorum viuentes, nunnulla terris dicti comitis contigua necnon alia terras, casalia, possessiones et bona in regno Portugalie sub temporali dominio dicti comitis et alibi infra dictum regnum consistentia, que eidem comiti non modicum accomoda forent, habere noscerentur, et comes predictus pro eisdem terris, casalibus et alijs bonis tot de terris, casalibus et alijs bonis ad ipsum legitime spectantibus priorisse et conuentui predictis, ex causa permutacionis uel alias, si vendicionis titulo eidem comiti liberarentur, tantum in pecunia numerata tradere et assignare desideraret, quod per hoc dicti monasterii condicio melior foret euidenter; ac pro parte eiusdem comitis dicto Baldassari supplicato ut priorisse et conuentui prefatis faciendi permutacionem siue vendicionem

(1) No ms. *consuliter*.

Copyrighted material

huiusmodi licenciam propterea concedere dignaretur, ipse tunc Baldassar dilecto filio abbati monasterij Beate Marie de Boyro, Bracharensis diocesis, eius proprio nomine non expresso, per suas litteras dedit in mandatis quatenus de premissis omnibus et singulis et eorum circunstantijs vniuersis auctoritate sua se diligenter informaret et, si per informacionem huiusmodi ita esse inueniret quodque huiusmodi permutacio seu vendicio, si fieret, in euidentem cederet vtilitatem monasterij antedicti, eisdem priorisse et conuentui faciendi cum prefato comite permutationem seu vendicionem huiusmodi, auctoritate apostolica licenciam largiretur, prouiso quod precium quod ex huiusmodi vendicione, si fieret, prouenire contingeret in eandem vtilitatem fideliter et integre conuerteretur.

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper pro parte dicti comitis peticio continebat, licet priorissa et conuentus prefati in regno Castelle consistentes de eadem obediencia tunc non fuissent et, antequam littere prefate eidem abbati presentarentur, dictus Baldassar, tunc Johannes xxiii, eidem obediencie preesse desierit, tamen dilectus filius Gomecius, abbas ipsius monasterij, ad execucionem earumdem litterarum procedens, qui per diligentem informacionem desuper habitam repperit premissa fore vera, eisdem priorisse et conuentui cum prefato comite eandem vendicionem faciendi predicta auctoritate licentiam concessit, licet de facto, jdemque comes, huiusmodi licentie et vendicionis pretextu, terrarum, casalium, possessionum et bonorum predictorum possessionem fuit pacificam assecutus illaque possidet bona fide de presenti et, sicut eadem peticio subiungebat, dictus comes dubitet eciam certis alijs de causis vendicionem cum inde secutis viribus non subsistere, pro parte ipsius comitis nobis fuit humiliter supplicatum ut vendicionem et inde secuta huiusmodi approbare et alias super hiis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, qui super eo potissime an huiusmodi vendicio et precium in euidentem ipsius monasterij cesserit vtilitatem certam noticiam non habemus, huiusmodi supplicacionibus inclinati, discrecioni tue per apostolica scripta mandamus quatenus, si vocatis priorissa et conventu prefatis et alijs qui fuerint euocandi, per diligentem informacionem, vendicionem eandem in euidentem ipsius monasterij vtilitatem cessisse siue cedere ac precium huiusmodi in eandem vtilitatem conuersum fuisse, ut prefertur, inueneris, seu postquam conuersum fuerit, super quo tuam consciencium oneramus, vendicionem et inde secuta huiusmodi auctoritate nostra approbes pariter et confirmes, supplendo defectus, si qui alias forsan interuenerint in eisdem. Non obstantibus constitucionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ordinis et monasterij Sancti Spiritus predictorum, iuramento, confirmaciones apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, decimo septimo kalendas julij, anno nono.

Copyrighted material

67

28 JUNHO 1426

Letras Prouenit, *do papa Martinho V, dirigidas a D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real e governador de Ceuta, a conceder-lhe faculdade de escolher confessor para o absolver de quaisquer pecados em perigo de morte, em que incorre constantemente na fronteira dos infiéis* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 260, fl. 270.

Martinus, etc.

Dilecto filio nobili viro Petro, comiti de Villerreall, domicello Bracharensis diocesis, salutem, etc.

Prouenit, etc.

Cum itaque, sicut accepimus, tu, qui etiam pro carissimo in Christo filio nostro Johanne, rege Portugallie jllustri, in ciuitate Cepte in temporalibus gubernator existis, pro defensione et tuitione ipsius ciuitatis, que in confinibus infidelium situata existit, ac christifidelium illarum partium fideique catholice a pluribus citra temporibus maximis te submiseris periculis et dietim subeas studio indefesso cupiasque in huiusmodi laudabili exercitio tuos dies feliciter terminare;

Nos, ut eo fortius ad huiusmodi exercitium animeris, spiritualibus muneribus te preuenire uolentes, tuis etiam in hac parte supplicationibus inclinati, ut confessor tuus, quem duxeris eligendum, omnium peccatorum tuorum, de quibus corde contritus et ore confessus fueris, quocienscunque in periculo mortis constitutus extiteris, plenam remissionem, etc. Et insuper, etc. Porro, etc.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, quarto kalendas julij, anno nono.

---

(1) Posto D. Pedro de Meneses tenha sido, legalmente, apenas capitão de Ceuta, alguns documentos pontifícios e até régios dão-lhe não raro o título de *governador*. Vários documentos deste mesmo ano e relativos àquele se conservam no AV., *Reg. Suppl.*, vol. 199, fls. 44v., 205 e 224, e *Reg. Lat.*, vol. 263, fl. 64v.

Copyrighted material

68

28 JULHO 1426

Carta de el-rei D. João I, em que se regulam os direitos e rendimentos da alcaidaria de Lisboa, alguns dos quais respeitantes a mouros e a navios carregados para além-mar.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 94 v., excertos.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Ruy Nugueira, nosso criado, caualeiro da casa do jffante meu filho, que ora demos por alcaide mayor do nosso castello da nossa muy nobre, leal cidade de Lixboa, nos dise e pedio que, pois lhe fizeramos mercee do dicto castello, que lhe fizesemos mercee que ouuese com elle todollos djrectos e rendas e prooes que aa dicta alcaidaria pertencerem, assy e per a guisa que as ouuera Afonso Anes Nogueira, do nosso conselho, seu padre, que foe alcaide do dicto castello, e esso meesmo todollos outros alcaides que ante elle forom. E nos lhe disemos que nos mostrase cartas e hordenações de todallas rendas e djrectos que aa dicta alcaidaria pertencerem. O qual nos fez certo, per cartas e hordenações, que as rendas e djrectos que aa dicta alcaidaria perteencem som estes que se adiante seguem.

. . . . . .

Jtem, aia mais o dicto nosso alcaide moor, pera ssy, as coymas que som postas aas barcas e batees que som achadas tomando agoa ou lastro em o tenpo da guarda da ujlla de noyte, que som, per cada hũa uez que assy forem achados, tres libras da moeda antijga, e mais que perca toda a louça que trouuer pera tomar a dicta agoa.

Jtem, aia mais o dicto alcaide pera ssy todallas armas que forem achadas leuandoas algũu mouro em algũu naujo que uaa pera allem mar, afora algũa que leuar por defensam de seu corpo. E, nom tornando esta arma que assy leua, pague por ella tres ou tres uezes aquello que leuar.

. . . . . .

Jtem, aia mais o dicto nosso alcaide moor pera ssy a rredizima de todo mouro que se forrar e pagar dizima na nossa alfandega.

Jtem, aia mais o dicto nosso alcaide moor pera ssy a coyma de todo judeu ou mouro forro que beuer em tauerna, que som xxb libras da moeda antijga.

Jtem, aia mais o dicto nosso alcaide moor pera ssy, de todollos naujos que forem carregados pera allem mar, por cada hũa tonellada, dous soldos da moeda antijga. E mais que qualquer naujo que for achado aa ora da guarda da dicta cidade filhando carga ou descarregar ou metendo homens ou molheres ou pescado ou outra qualquer cousa, por cada hũa uez que for achado, pague tres libras da moeda antijga. E esto se entenda nos naujos que antijgamente nom ham lugar pera descarregar as cousas que trazem no dicto tenpo.

. . . . . .

Dante em Sintra, xxbiij dias de julho. Elrrey o mandou. Ruy Galuam a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} xxbj annos.

69

4 AGOSTO 1426

Carta do infante D. Duarte, a ordenar ao provedor da fazenda régia no Porto aforasse a Álvaro Fernandes, a pedido de Afonso Gonçalves da Maia, escudeiro do infante D. Henrique, uma das casas da Rua Nova da mesma cidade.

ADP., *Convento de S. Domingos do Porto*, vol. 26, na respectiva escritura de aforamento, de 27 de Novembro de 1432.

Aluoro Gonçaluez (1). Nos, o jffante, vos ffazemos ssaber que Affonsso Gonçalluez, escudeiro do jffante dom Anrrique meu jrmaao, nos disse como na Rua Noua dessa çidade estauom ajnda hũas cassas por dar e que a moor parte doutras cassas semelhantes a estas se derom por cimquoenta quatro llibras e que nos pidya por merçee que por este preço lhas mandasemos dar perAluoro Ferrnandez (2), seu cunhado.

E porem nos vos rrogamos que, por o preço rrazoado que as outrem devija de teer que, tanto por tanto, as dees ante ao dicto Aluoro Ferrnandez que a outro nhũu. E, de o assy ffazerdes, seede çerto que nos prazera.

Escprita em Simtra, quatro dias dagosto. Ruy Pjrez a ffez. Era de iiij^{c} xxbj.

---

(1) E Alvaro Gonçalves da Maia, cavaleiro e provedor da fazenda de el-rei na cidade.

(2) Criado de Martim Afonso de Miranda, residente no Porto, como se vê da citada escritura.

70

4 OUTUBRO 1426

Testamento de el-rei D. João I, redigido no Paço de Sintra por Lopo Afonso.

ANTT., *Gaveta* 16, maço 1, n.º 8, transcrição em papel, de 19 de Dezembro de 1525, a qual Tomé Lopes, em obediência a carta régia, fez extrair do próprio livro, conservado na Torre do Tombo.

Publicado: em apêndice a FERNAM LOPEZ, *Chronica delRey D. Ioam I*; por SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 1, pp. 285 e ss.; e por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 4. Referenciado por Fr. LUIS DE SOUSA, *História de S. Domingos*, parte 1, liv. 6, cap. 21.

Em nome do verdadeiro Deus, que he Padre, Filho e Esprito Samto, tres pesoas em hũua substamçia, e da bem avemturada Virgem gloryosa Samta Maria, sua madre, e de todollos samtos e samtas da glorya çelestriall.

Nos, dom Joam, pella graça de Deus, rrey destes rregnos de Portugall e do Alguarue e ssenhor de Çepta, vemdo e consyramdo em como he força que nos e todollos homeens ajamos de finjr a vjda deste mumdo per morte, a qual nom sabemos quando ha de ser; porem, queremdo nos prouer dalgũas cousas, a que nos pareçe que compre despois de nosso acabamento, seemdo sãao e em noso entemder comprido, qual nos Deus deu, e, sem outra nehũua duujda nem embarguo, fazemos, hordenamos, estabelleçemos noso testamento e postumeira vomtade pella guisa que se adiamte segue.

Primeiramente, damos e encomendamos a mynha alma ao sobredicto verdadeiro Deus e rrogamos aa Virgem Samta Maria, sua madre, e corte celestriall que rroguem a ell por nos, ao qual pedimos por merçe que aja della piedade e se nembre do que sofreo, por nos e por todollos outros pecadores, ataa ser posto na cruz, de guisa que ajamos parte e quinham com ell no seu santo rregno.

Jtem, mandamos que noso corpo se lamçe no moesteiro de Samta Maria da Vitoria(1), que nos mandamos fazer com a rrainha dona Felipa, mynha

(1) Ou da Batalha, na hoje vila e concelho do mesmo nome, mandado construir pelo monarca em cumprimento de voto feito em 14 de Agosto de 1385, por ocasião da vitória alcançada em Aljubarrota contra as armas castelhanas e depois, por diligências do Dr. João das Regras, entregue à Ordem Dominicana. Da copiosa bibliografia sobre este mosteiro recortamos: Fr. LUIS DE SOUSA, *História de S. Domingos*, parte, 1, vol. 2; VERGILIO CORREIA, *Batalha. Estudo Histórico-Artístico-Arqueológico do*

molher, a que Deus acreçente em sua glorya, em aquell moymento em que ella jaaz, nom com os seus ossos della, mas em hũu ataude, asy e em tall guisa que ella jaça em seu ataude e nos em o noso, pero jaçamos ambos em hũu moymento, asy como o nos mandamos fazer. E esto seja na capella moor, asy como ora ella jaaz, ou na outra que nos ora mandamos fazer, despois que for acabada.

Jtem, fazemos noso testamenteyro e compridor de todallas cousas, que aquy em este testamento mandamos e estabelleçemos, o jffamte Duarte, meu filho primogenyto e herdeyro que, prazemdo a Deus, despois de nossos dias ha de ficar em noso lugar por rrey e senhor destes rregnos e senhoryo, ou seu filho ou neto lidimo, desçemdemte per linha direita, segundo se rrequere per direito e custume, em soçessam destes rregnos e senhoryo, ou algũu de meus filhos, por sua direita hordenança, a saber: primeiramente, o jffamte dom Pedro e, despois de sua morte, seu filho ou neto, na maneira suso dita; e, nom o avemdo hy, fique ao jfamte dom Amrrique, deshy aos outros meus filhos pollo modo sobredito. Aos quaaes mandamos e encomendamos e a outros quaaesquer, que despois forem rreix e senhores destes rregnos e senhoryo, que tomem e tenham encarreguo deste noso testamento e cumpram, guardem, façam compryr e guardar a todo seu poder, asy e pella guisa como per nos he fecto, hordenado e mamdado.

Jtem, primeiramente mandamos ao dito jfamte que aja em sua guarda e encomemda a jfamte dona Jsabell, mynha filha, sua jrmãa (2), e o jfamte dom Pedro e o jfamte dom Amrrique e o jfamte dom Joham e o jfamte dom Fernamdo e o comde dom Afomso (3), seus jrmãaos e meus netos, seus sobrinhos, filhos do dicto comde. E os ajude a casar e alojar e lhes faça toda homrra e bem que poder. E, em espeçiall, lhe encomendamos e mandamos que aos sobreditos seja sempre muy bõo senhor e os leixe viuer nas terras que lhes per nos forom e forem dadas e aver as rrendas

---

Mosteiro da Batalha; VISCONDE DE CONDEIXA, *O mosteiro da Batalha em Portugal;* ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO, *A Batalha;* Fr. FRANCISCO DE S. LUIS, *Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Vitória, chamado vulgarmente da Batalha*, em suas *Obras Completas do Cardial Saraiva*, vol. 1; POSSIDONIO DA SILVA, *Resumo da fundação do real mosteiro da Batalha e dos túmulos reais e particulares que ali existem;* JOAQUIM DE VASCONCELOS, *A Batalha*, em «A Arte e a Natureza em Portugal», vol. 6.

(2) Futura duquesa de Borgonha, matrimoniada em 7 de Janeiro de 1430 com Filipe o Bom (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 45 e a bibliografia da pág. 46, a que pode adicionar-se JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, Paris, 1949, p. 206 e a bibliografia ali aduzida).

(3) 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, filho legitimado de el-rei D. João I e da nobre D. Inês Pires, sobre o qual se pode ver B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., liv. 3, pp. 267-68 e «passim».

e senhoryo dellas. E ao jfamte dom Pedro, aalem das terras que tem, o que lhe demos no comũu de Floremça (4), pella guisa que as them per nossas cartas, e asy a seus filhos mayores e netos e a outros desçemdemtes lidimos per linha direita. E lhes hordene, em cada hũu anno, como ajam seus asentamentos na maneira que os ham de nos.

Outrosy, lhe encomendamos todos nosos criados e criadas, que os guarde em suas homrras e em seus priuyllegios e lhes faça todo bem e merçes que poder. E, porquanto nos fomos muy bem serujdo dos fidalguos e outrosy dos poboos destes rregnos e nos fezeram muitos e estremados serujços pera tirarmos estes rregnos de sobgeiçam a que os quiseram sojugar os castellãaos, que sempre os aja em sua guarda e encomemda. E lhes guarde suas homrras e priuyllegios e lhes faça toda homrra e merçes que poder, como pertemçe a cada hũus em seus estados.

Jtem, porque nos prometemos, no dia da batalha que ouuemos com elrrey de Castella, de que Noso Senhor Deus nos deu vitoria, de mandarmos fazer, aa homrra da dita Nossa Senhora Samta Maria, cuja vespera emtom era, ally açerqua domde ella foy, hũu moesteiro, o quall, depois que foy começado, nos rrequereo o doutor Joham das Regas, do noso comselho, e frey Lourenço Lamprea, noso comfessor, estamdo nos em o çerquo de Meligaço, que hordenasemos que fose da hordem de Sam Domymguos e nos dovidamos de ho fazer, porque asy foy noso prometimento de se fazer aa homrra da dita Senhora Samta Maria; e rrespomderamnos que a dita hordem, em espeçiall, era muyto da dita Senhora, declaramdonos as rrezõoes porque. As quaaes, vistas per nos, acordamos e prouuenos de hordenar o dicto moesteiro que fose da dita hordem. E, pera prouymento dos frades que ouuesem destar em ell, sopricamos ao padre samto que nos dese lugar de comprar pera elles çertos beens, que podesem aver e possuyr pera sua governança (5). E foynos por ell outorguado. E, comsyramdo nos despois a maneira que estes frades tem amtresy em semelhantes casas, hordenamos que se tenha esta hordenança no acabamento do dito moesteiro e seu bõo soportamento e mantimento dos dictos frades; aa qual mandamos, rrogamos e encomendamos ao dicto jfante Duarte, meu filho, e a outro qualquer que veer, que seja rrey e ssenhor dos ditos rregnos, que a faça conpryr e guardar pella guisa que per nos he determynado.

Primeiramente, mandamos que ho dito moesteiro se acabe de crasta, casaryas e de todollos outros edefiçios que a bõo comprimento do dicto

---

(4) Alusão, naturalmente, a depósitos do monarca na banca daquela cidade, cedidos ao infante D. Pedro pelo pai e a que se reportam algumas cartas da época endereçadas a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, conservadas em seu espólio, na Biblioteca Medicea Laurenziana da mesma povoação.

(5) Sobre o particular pode ver-se Fr. LUIS DE SOUSA, *História de S. Domingos*.

moesteiro forem neçessaryos, pellas rremdas de Leyrea e seu termo com seu almoxarifado, asy e pella guisa que se hora faz. E sejam em ell mantheudos e governados aquell numero de frades que hora hy de cote jguallmente esta, asy e pella guisa que o ora sam. Os quaaes tenham aquella maneira de rrezar suas horas e dizer suas myssas, rrespomssos e fazer sahymentos por mynha alma e da rrainha mynha molher, em cuja glorya Deus acreçente, asy como se ora faz, acreçemtando por mynha alma, despois do noso enterramento, aquellas myssas e oras que ho dicto jfamte ou outro que tras nos ficar rrey destes rregnos hordenar, ataa o dicto moesteiro ser acabado e o numero dos trimta frades em ell postos e governados, como a juso faz memçam, e dally avamte se tenha a maneira per nos hordenada.

E, acabado o dito moesteiro de todallas obras neçessaryas, como dicto he, pellas ditas rremdas de Leyrea e termo e seu almoxarifado, tiramdo aquello que for neçessaryo pera governança dos dictos frades, se comprem tamtas e taaes herdades e beens per que se possam rrazoadamente mamteer e governar de comer, beber, vestir, calçar os ditos xxx frades da dita hordem de Sam Domynguos, a saber: os vimte dordeens sacras e os dez nouyços e frades leyguos e, allem desto, çertos seruydores, asy como amasadeyra, cozinheyro, azemell, lauamdeyra, çapateyro e outros semelhamtes, se lhes forem neçessaryos. E aquestes xxx frades hordenamos que estem continoadamente no dicto moesteiro. E, pella esmolla que de nos rreçebem e averam de rreçeber, seram theudos de dizerem, por mynha alma e da dita rrainha, mynha molher, em cada hũu dia, duas missas rrezadas, a saber: hũua de Samto Sprito e outra de Samta Maria; e aa quimta feira diram hũua myssa camtada de Samto Sprito e hũua rrezada de Samta Maria; e ao sabado diram camtada a de Samta Maria e do Samto Sprito rrezada. E, aa segunda feyra, diram por nos as oras dos mortos e hũua mysa de *Requiem* camtada, aalem das ditas duas missas rrezadas, que ham de dizer. E todollos dias, como acabarem suas horas, amte que vam comer, venham todos homde nos e a dita rrainha jouuermos, com cruz e agoa bemta, e digam hũu rrespomsso camtado. E, nos dias que se ouuerem de fazer os saymentos por nos e pella dita rrainha, asy como no dia em que se faz saymento jeerall por todollos finados e em os dias dos nossos finamentos, elles digam todallas horas, a saber: Vesperas, Matinas e todollos outros Offiçios dos mortos e duas missas de *Requiem* e dous rrespomssos, aalem das duas missas, que sempre averam de dizer.

E, nos dias dos finamentos da dita rrainha e meu, os frades dAlcobaça e os do dicto moesteiro e outros quaaesquer frades e cleriguos que hy venham digam hum trimtayro rrezado em cada hũu sahimento, aalem das missas e Oras que ham de dizer. E sejam sempre pagadas as ditas mysas pello proueedor e scprivam do moesteiro, segundo se custumarem de pagar as missas rrezadas aaquelles tempos que se fezerem os ditos say-

Copyrighted material

mentos. E mandamos e encomendamos ao dito jffamte, meu filho, e a outro qualquer que for rrey destes rregnos que saiba parte, em cada hũu anno, como estes frades viuem e cumprem esto que per nos he hordenado. E toda cousa em que acharem erro faça correger naquella mylhor maneira que lhe Deus der a entemder, com serujço de Deus e proll de nossas almas e guarda deste noso hordenamento.

Jtem, lhe mandamos e encomendamos que os beens, que asy forem comprados, pera mantimento e governança dos ditos frades e serujdores, nom sejam entregues aos ditos frades, mas ponham em elles dous boons homeens, naturaaes destes rregnos, de boas famas e comçiemçias, moradores na dita villa de Leyrea, que ajam boons beens de rraiz e sejam bem arreyguados: hũu que seja proueedor dos dictos beens e o outro scprivam. Os quaaes tenham carreguo de adubar e aproueytar e colher os fruytos e rremdas delles, pellas quaaes proueram aos ditos trymta frades e serujdores de todallas cousas que lhes forem mester pera seus comeres, beberes, vestidos e callçados. E o dicto proueedor e scprivam tenham poder de arremdar estes beens ataa tres annos e mais nom. Pero, se virem que he neçessaryo rremdaremsse por mais tempo ou se aforarem ou emprazarem, façamno saber ao que emtam for rrey destes rregnos e, por sua carta e autoridade, se faça e doutra guisa nom.

Jtem, mandamos e emcomemdamos ao dito jffamte, meu filho, e aos outros que despois de nossos dias forem rreix destes rregnos que saibam e provejam o mylhor e o mais conthinoadamente que poderem que maneyra them este proueedor e scprivam em seus offiçios e lhes façam tomar conta, em cada hũu anno, e dar quitaçam. E, emquanto acharem que os seruem bem e como devem, lhos leixem aver e nom lhos tirem. E ajam por seu affam, em cada hũu anno: o proueedor hum moyo de tryguo e dous de çeuada e hum tonell de vinho e hum marco de prata; e o scprivam aja outro tamto como a meetade do que dam ao dito proueedor. E quamdo acharem que ho fazem como nom devem, demlhes aquelle escarmento que entemderem que mereçem e tiremlhe os offiçios e ponham logo em elles outros proueedor e scprivam, que seja da maneira suso scprita. Os quaaes averam o mantimento sobredicto emquanto seruirem os ditos offiçios. E mamdamoslhe e emcomendamos que, se acomteçer que, per algũa esterilidade ou outro caso que sobrevenha, estes beens que asy forem comprados nom abastarem pera esta dita guovernança, que das rrendas da dita villa e termo com seu almoxarifado lhes seja proueudo tam compridamente e em tall guisa, que esta nosa hordenamça seja em todo bem comprida e guardada pera sempre.

Jtem, mandamos e emcomendamos ao dicto jffamte e a outro qualquer que for rrey destes rregnos que nom comsymtam que nymguem se lamçe nem soterre demtro no jazijguo que nos mandamos fazer em a nossa capella, em alto nem no chãao, saluo se for rrey destes rregnos. E man-

Copyrighted material

damos que pellos jazyguos das paredes da capella todas em quadra, asy como sam feytas, se posam lamçar filhos e netos de rreix e outros nom. E, de quaaesquer cousas que cada hũu dos que se lamçarem na dita nossa capella quiserem leixar ao dito moesteiro, possam seer apropreadas aos dictos frades as duas partes e aa nossa capella se apropie todauja a terça parte de todo o que asy leixarem e se comjumtem aos outros beens della. E o dito proueedor e scprivam os aproueytem e amynistrem com os outros beens, pera ajuda e gouernança dos ditos frades. E doutra guisa se nom posa nehũu lamçar nos jazijguos da dita nosa capella, asy dos de çima, que apropiamos pera os rreix, como dos outros darredor della, que apropiamos aos filhos e netos dos rreix, saluo leixamdo aa dita capella o terço de todollos beens e cousas que asy quiserem leixar ao dito moesteiro, pella guisa suso dita.

Jtem, mandamos que se nom lamçe nehũu de qualquer estado e comdiçam que seja na capella primçipall e mayor do dito moesteiro.

Jtem, nom embarguamdo que os ditos frades ajam de nos o sobredito mantimento de comer, beber, vestir e calçar, nom lhes seja embarguado nem tolhido de elles averem e poderem aver suas offertas e mortoryos e todallas outras cousas que os frades de Sam Domymguos ham em todollos outros moesteiros.

Jtem, porque podera ser que os frades, por nom serem apoderados das rremdas desta nossa capella, nom atemderiam ao rrepayramento e corregimento do dito moesteiro como lhe comprya, pella qual rrezam se dapneficaria em as cassaryas, guarnymentos e todallas outras cousas que pera elles e pera o dito moesteiro fossem compridoyras; porem, encomendamos e mamdamos ao dito jffamte meu filho e a outro qualquer que for rrey destes rregnos e senhoryo, a que damos carreguo deste nosso testamento, que elles tenham espeçiall emcarreguo que asy como, em cada hũu anno, ham de mandar proueer as rremdas do dito moesteiro, que asy, em cada hũu anno, mamdem proueer o corpo do dicto moesteiro com a capella mayor e a nosa e eso medes as outras capellas do cruzeyro e a samcrestia e o cabijdo de todollos adubios que lhe forem compridoyros e necessaryos; e que eso mesmo façam veer todollos hornamentos da samcristia de cruzes, callezes, tribollos e todollos outros hornamentos douro e de prata e tambem as capas e vestimentas, fromtaaes e todollos outros hornamentos que lhes per nos ataa ora forom dados e, daquy em diamte, dermos e outros quaaesquer que lhe som ou forem dados e leixados pollo dicto jffamte, meu filho, e per seus jrmãaos ou pellos que forem rreix e filhos ou netos de rreix. Os quaaes hornamentos encomemdamos e mandamos que se apropiem aa nosa capella e sejam postos em mãaos do dicto proueedor e scprivam, que os tenham e guardem. E de suas mãaos rreçebam os frades aquelles que lhes compryr pera seus offiçios cotedianos. E, quamdo veerem os dias das festas primçipaaes, demlhes tambem os

que ouuerem mester e logo se tornem aos sobreditos. E as outras cousas do dicto moesteiro asy como rrefeitoyro e cassa de dormytoryo e a crasta e todallas outras cousas dofiçios sejam emtregues aos ditos frades, bem rrepairadas e corregidas, e sejalhes dello feita scpritura que, asy como as rreçebem bem feytas, rrepayradas e corregidas, que asy sejam theudos e obriguados de as mamter, correger e rrepayrar e fazer que sejam bem corregydas e rrepairadas de todo o que lhes fezer mester, em tall guisa que sejam cada uez melhoradas e nom pejoradas. E esto façam os dictos frades pollas esmollas que ouuerem e per outra maneira, segundo o elles melhor entemderem, asy como ho fazem os outros frades nos outros moesteyros dos nosos rregnos. E se os ditos frades estas casaryas e crasta com seus pumares, ortas e auguoas teuerem mall rrepayradas e corregidas, o que for rrey destes rregnos os faça rrequerer e costramger na mylhor maneira que bem poder que as correguam como devem. Pero, se acomteçer, por algũu caso fortuyto, sem culpa dos ditos frades, que algũas das ditas casas e edefiçios de que elles averam de teer carreguo sejam de todo ou pella mayor parte derribados, encomemdamos e mandamos ao dicto jfante e a outro qualquer que seja rrey tras nossos dias, que as faça leuamtar e correger em tall guisa, que as tornem ao seu primeiro e boom estado e asy as emtreguem aos ditos frades, que as rreçebam em sy e ajam cujdado de seu rrepayramento e corregimento como amte aviam.

Jtem, porquamto poderaa ser que, ao tempo do nosso acabamento, seram ajmda por nos devudas algũas cousas a algũas pesoas, asy do que lhes per nos e noso mandado como dos nossos offiçiaaes fossem tomadas ou que nos algũus emprestasem ou aos nossos offiçiaaes ou que nos devessemos, per bem de merçes de cassamentos e corregymentos delles, e muytos vestires, temças como dalgũas merçes de graças que per nos fosem feytas a algũus ou a algũuas que lhes nom fosem paguadas ataa o dicto tempo; e, porque nosa teemçom e vomtade he que todo esto seja bem paguado, encomendamos e mamdamos ao dicto jffante, meu filho, e aos outros que veerem por rreix destes rregnos, a que temos dado ho carreguo de compryr este noso testamento, que façam bem todo pagar. Primeiramente, as cousas que, per nos e per nosos offiçiaaes, de noso mandado, forom tomadas e despois as cousas que a nos ou a algũu delles forom emprestadas; e, finalmente, todallas outras que nos devermos, per bem de merçes, de cassamentos e corregimentos delles e mantymentos, vestires e teemças e outras quaaesquer graças e cousas de que a algũus fezessemos merçees. E a maneira que nos acordamos como se estas sobredictas cousas paguem he esta: que, logo despois do noso acabamento, o dicto jffamte, meu filho, ou outro qualquer que veer por rrey e senhor destes rregnos aparte todallas rremdas dalfamdegua de Lixboa e do almazem do Porto e per ellas se faça pagamento das ditas diujdas; primeiro do que foy tomado e despois do que ouuemos emprestado ou doutra qualquer guisa do alheo; e, finalmente,

todo ho all de que fezemos merçees, como dicto he. E das ditas rremdas dalfamdegua de Lixboa e almazem do Porto nom se façam nehũuas despesas ataa prymeiramente todo esto ser paguado. E encomendamoslhe e mandamos que ho façam asy compryr. E, se pervemtura o dicto jffamte ou outro que for rrey destes rregnos achar algũu modo e maneira per que se estas cousas mylhor e mais tostemente paguem, emcomendamoslhe e mandamos que asy o façam, ca muyto nos prazeria de ser todo çedo e bem paguado, por nossa comçiemçia seer desemcarreguada.

Jtem, emcomendamos e mandamos ao dicto jffamte, meu filho, ou a outro qualquer que for rrey destes rregnos, a que ho carreguo deste noso testamento fica, que por mjnha alma e da dita rrainha, mynha molher, casem e dem casamentos a quorenta molheres de bõoa linhagem que sejam mymguoadas e os nom possam aver todos ou gram parte delles, segundo compre a suas comdiçõoes e estados; as quaaes sejam naturaaes destes rregnos e nossas criadas ou filhas de nosos criados ou criadas, damdolhe cassamentos rrazoados, segundo as pesoas e as comdiçõoes e linhagem de que forom e com quem casarem. E estes casamentos se paguem pellas ditas rremdas dallfamdegua de Lixboa e almazem do Porto, das quaaes rremdas se nom façam outras nehũuas despesas ataa esto ser primeiro paguado. E, se porvemtura o dicto jffamte ou aquel que for rrey destes rregnos achar algũu camynho como se estes casamentos mjlhor e mais tostemente possam pagar, encomendamoslhe e mandamos que asy o façam.

Jtem, porquamto nos, por algũas vezes, mandamos a Gonçalo Lourenço, cuja alma Deus aja, noso criado e scprivam da nosa puridade e do noso comselho e do jffamte(6), e entemdemdo por noso seruyço, asy quamdo se foy Martym Vasquez da Cunha e Joham Afonso Pimjmtell pera Castella, como pollo casamento e jda de mjnha filha dona Briatiz, comdessa dAaromdell, a Jmgraterra(7); e esso mesmo em lhe mandarmos despemder, por noso mandado, as nossas despesas nom çertas per seus aluaraaes, sygnados per sua mãao, sem outra nossa carta, e nos foy mostrado que todo o que per ell e per seus mandados foy feito, em as cousas sobreditas e cada hũua dellas, em seus tempos, como forom feytas, e achamos que fora todo per ell bem feyto, leallmente e verdadeiramente e como comprya a noso serujço; mandamos e emcomemdamos ao dicto jffamte e a outro qualquer que veer por rrey destes rregnos que, em nehũu tempo nem per nehũua maneira, nom lhe seja comtradicto nem seja fecto a seus beens e

(6) E Gonçalo Lourenço de Gomide, 1.º Senhor de Vila Verde dos Francos (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, ed. de 1915, pp. 19, 67, 76, 153 e 211-12, e B. FREIRE, *Brasões*, liv. 2, p. 198).

(7) D. Brites, filha bastarda de el-rei D. João I e de D. Inês Pires, a qual casou em primeiras núpcias, a 26 de Novembro de 1405, com o conde de Arundel (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *Obra e tom. supracits.*, p. 46 e a bibliografia ali aduzida).

herdeiros por esto mall nem costramgimento nem outro nehũu desaguysado, nem demamdado comto nem rrecado de como nem per que guisa foy despeso nem que mostrem noso mamdado de como lhe esto mamdamos fazer; ca nos vimos todo e achamos que nos serujo em ello muy bem, leall e verdadeiramente, e que nom fez em ello cousa nehũua senom pella guisa que lhe nos mandamos fazer. E semelhamte achamos e soubemos do doutor Martim do Sem, do comselho nosso e do jffamte, meu filho, e seu chamçeler moor que, em desembargar as nossas nom çertas e fazer outras cousas por noso seruiço, asy amte que fose em casa do dicto jffamte, como despois que em ella hamdou, que todo fez muyto bem e como devia, com rreguardo de noso seruiço (8).

E porem, queremos e mamdamos que ho dito doutor e Gonçalo Lourenço nem seus herdeiros nem beens nom rreçebam por ello nehũua perda, mall nem dampno, per nehũua guisa. E mandamos ao dicto jffamte Duarte ou a outro quallquer que for rrey que asy lho cumpram e guardem e façam cumpryr e guardar. E nom comsemtam que lhes nehũu comtra ello vaa, em nehũua guisa que seja; ca nom comprya a nosa comçiemçia que aquelles que nos bem serujram e seruem rreçebessem por ello nehũu mall nem dampno. E o dicto jffamte, meu filho, ficou a compryr e mamter bem, verdadeiramente e compridamemte, todallas cousas comtheudas em este noso testamento. E, em testemunho dello, asygnou comnosquo por sua mãao.

Feyto em os nosos paaços de Symtra, quatro dias doutubro. Lopo Afomsso o fez. Anno do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de myll iiij^{c} xxbj.

O qual testamento eu, Thome Lopez, fiz treladar do proprio liuro que amda nesta Torre do Tombo, per vertude dhũua carta delrrej noso senhor, que me sobresto foy dada. Em Lixboa, a xix dias de dezembro de 1525.

(as.) Thome Lopez

Fora, na mesma letra de Tomé Lopes: Ao muito prezado senhor o senhor secretareo Amtonio Carneiro, do conselho delrrey noso senhor etc. *E mais abaixo:* Testamento delrrey noso senhor.

(8) Sobre o jurista Dr. Martim do Sem pode ver-se B. FREIRE, *Brasões*, liv. 2, 2.ª ed., especialmente as pp. 371-74, 376-80, 382-84 e 392-94.

Copyrighted material

71

DEZEMBRO 1425 a ABRIL 1426 (1)

Carta do infante D. Pedro, escrita de Bruges, a seu irmão o infante D. Duarte, sobre diversos assuntos, tais como a preparação dos clérigos, instituição de colégios universitários, sobre religiosos e frades, vassalos, coudeis, guarnição das vilas e castelos, virtudes cardeais aplicadas, fidalgos, feitos de Ceuta, quebra da moeda, Conselho régio, escassês de cavalos, etc., em parte para satisfazer pedido que seu irmão lhe fizera quando partiu do reino.

ANTT., *Livraria*, cód. 1928, fls. 24 e ss., — texto que se reproduz, por ser o mais antigo conhecido, de fins do século XVI; outras cópias, tomadas daquela, na BNL., *Fundo Geral*, cód. 3390, fl. 32, e 4446, fl. 61, e *Colecção Pombalina*, cód. 147, fl. 249, todas do século XVIII.

Publicada; por JOAO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas*, t. 1, Appendice, doc. n.º CXVIII, com omissões; por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 343 e ss.; e por A. MOREIRA DE SÁ, *A «Carta de Bruges» do Infante D. Pedro*, Coimbra, 1952, onde o autor editou a primeira fonte citada e anotou as variantes das demais.

Referenciada por GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, 2.ª ed., vol. 9, pp. 181-82.

Muy alto e muy honrrado prinçipe e muyto prezado senhor.

Per vos me foy mandado, em hum uosso regymento, que, despois que fose em esta terra, uos fizese hum escrito daujsamento, tal como o outro que me vos destes; e a mym pareçe, senhor, que, prjnçipalmente por tres embargos, eu são muyto toruado de o fazer. O primeiro pola autorjdade do senhorjo que vos sobre mym aues e o segundo pola majorja da jdade e o terceiro pola melhorja da bondade e syso. Mas, porque som ensinado daquel doctor cuja ensinança nunqua faleçe, que melhor he obediençia que sacrifiçio, por obedeçer a uoso mandado, varlauenteando contra aquestes embargos e contra ocupação doutros grandes cuydados que de presente tenho, uos escreuerey o que me pareçe per o senhor que eu esgardo em vos dobrez pesoa.

---

(1) Não leva a carta lugar nem data, ao menos nas cópias conhecidas. O primeiro consta do índice do códice cuja lição seguimos, onde se lê: *Carta que o ifante Dom Pedro mandou a elrey Dom Duarte de Bruxes;* a data deduz-se das fontes citadas por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 118 e ss.

A primeira he uos singularmente, a segunda he o senhor rrey e vos com toda a comunjdade de uosa tera. Quanto, senhor, ao singular, eu nam sey que escreua; porque, segundo era a mjnha partida, espero em Deus que sempre sera melhorado; eu mais vya de que me maraujlhar e que desejasse de seguyr que cousas que podesse pera emenda avisar. Quanto, senhor, ao comum, escreuerey algũas cousas, nas quaes, antes de mjnha partida, per uezes uos faley e algũas outras que me parecerom, despois que de la party.

Muy alto e muyto honrrado prinçipe e muyto prezado senhor. Porque todo o mundo confessa que todalas merçes e galardões nos vem de Deus e nemhum senhor galardoa ao serujdor per comprymento de sua propia vontade, mas por fazer aquelo que a seu serujço pertençe; porem, senhor, por vos Deus galardoar, aderençando bem todolos vosos feytos, deueis ter cuydado de encamjnhar aqueles que mais prinçipalmente são seus e estes são os que pertençem a jgreja ou a clerezia. E, porque a bondade dos prelados faz grande emenda em os subditos e estes jgoalmente não saom feytos em vosa tera senam per uoso consentymento e autoridade, pareçeme, senhor, que deueis de ter maneyra como em uosa terra os aja bons e feytos direitamente. E, de como eu entendo que se ysto deuja fazer uos leixey hum escrito que fyz, per uoso mandado (2). Pareçeme, senhor, que de em ysto terdes bom geyto, fareis grande serujço a Deus, o qual não ficara sem bom galardão. E nam duujdo que, por parte de pena, nos vem que alguns daqueles que, por em esto muyto trabalhastes, uos obedeçem menos e hão de vos mais pouco conheçymento. E ysto, senhor, nam sescreue polo do pasado, mas por avysamento do que ha de vyr. E porque vos, senhor, sabeis quão pouco serujço de Deus he e grande embargo a vosa justiça os muytos clerigos de ordens menores, asy com os prelados que agora são, como com quaesquer outros que despois uyerem, deuieis de ter maneira que nom dessem ordens senão a homem que quisesse ser cleriguo, fazendolhe, antes que as ordens meores filhase, çerto que filharia as ordens sacras; e, se se os prelados em esto não quisesem acordar, ao menos fação muyto que nom dem ordens a nhũa pesoa que não sayba falar latym. Porque, segundo vy e ouuy dizer a outros, fora nas terras dEspanha, he auido por grande mingoa e mais pertençentes serem ordenados. E, por se os prelados não escusarem que por mjngoa de latynados não poderão ter esta ordenança, a mym pareçe que a vnjuersidade da uosa terra deuja ser emendada e a maneyra vos escreuerey, segundo ouuy dizer a outro que nysto mais entendia que eu.

---

(2) Como já observou, em seu citado estudo, o Prof. MOREIRA DE SÁ, este escrito, intitulado «Conselho a El Rei para que ouuesse boons prelados Ecclesiasticos no Reino», conserva-se, em cópia do séc. XVIII, nos aduzidos códices da BNL., respectivamente a fl. 47, e pp. 69 e 254 v.

Primeiramente, que na dita vnjuersidade ouuese dez ou mais colegios, em os quaes fosem mantheudos escolares pobres, e outros ricos viuesem dentro em eles aas suas propias despesas e todos morasem do colegio a dentro e fossem regidos per o mestre que de tal colegio teuese carrego. A ordenança desto he tal; em a çidade de Lixboa e em seu termo ha, da vnjuersidade, cinquo ou seis jgrejas (3); e, em aquestas, se podiam bem fazer outros tantos collegios e, a cada hum, que tiuese hum vigayro que dese os sacramentos e desem a este mantymento pertençente da jgreja e o mais fose pera os scolares que pera aquele colegio fosem deputados; e estes dormisem em hum paço que tyuese çelas e comesem juntamente em hum lugar e fossem çarrados de so hũa clausura; aquestes, senhor, despois que ouuysem dous anos em a vnjuersidade, fossem graduados e lessem, per juramento; e, auendo eles tal criação, com ajudoiro da graça de Deus, serião bem acustumados eclesiasticos.

E ajnda os bispos com seus cabidos poderião fazer, cada huns, colegios pera seus naturaes; e os monges pretos outrosy, pera sy; e os conegos regrantes outro; e os monges brancos outro. E ordenasemse estes colegios por maneyra dos de Vxonia e de Paris e asy creçerião os leterados e as sçiencias e os senhores acharião donde tomassem capellães honestos e entendidos; e, quando taes promouesem, naom serião desditos. E, alem dysto, se seguyria que uos acharieis leterados pera offiçiaes da justiça. E, quando alguns uos desprouuesem, terieis donde tomar outros; e eles, temendosse do que poderja aconteçer, serujrião melhor e com mais diligençia. E destes uerião bons benefiçiados, que serião bons electores e des hy bons prelados, bispos e outros. Aquesto auya mester bons hordenadores em o começo. E pareçeme, senhor, que se a uosa merçe ysto quisese mandar, auerja grande honrra a terra e proueyto, por azo da sabedorja que deue ser muito prezada, que a muytos tyrou e tyra de mal fazer; mas, deujão ser taes ordenadores que ja estiuerão em as ditas vnjuersidades, bons homens e aujsados dos custumes ou mandardes a alguem que uos escreuese o regimento dos ditos collegios (4).

---

(3) Tomadas do padroado real por bula de Clemente V, de 10 de Janeiro de 1345, e anexadas por sentença de 20 de Dezembro de 1348, que eram as seguintes: Santa Maria de Sacavém, Santa Maria de Azambuja, Santa Maria de Torres Vedras, Santa Maria e Santigo de Óbidos (Cfr. MARIO BRANDÃO e M. LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, p. 89 e a bibliografia ali aduzida).

(4) Nem D. Duarte, quando rei, nem D. Pedro, nos dez anos da sua regência do reino, introduziram as reformas aqui preconizadas pelo segundo para a Universidade. D. Pedro limitou-se, como é sabido, a projectar uma nova Universidade em Coimbra com os privilégios da de Lisboa. A criação dos Colégios Universitários foi iniciada apenas pelo Dr. Diogo Afonso de Mangancha que, em seu testamento, de 9 de Dezembro de 1447, instituiu o primeiro «nas nossas Casas de morada da beira de Sam Jorge, em nas quaes se recebessem dez escolares proues de todo» (Cfr. THEOPHILO BRAGA,

Copyrighted material

Pareçeme, senhor, que pois, por autorjdade do poderio que uos Deus deu, uos tendes poder de dardes administração de muytas albergarias e capelas, que as deueis de dar a tais pesoas que as minjstrasem a serujço de Deus; porque eu entendo que uos lhe fareis mor serujço em administrardes e regerdes bem, a poder uoso, o que derão os que pasados saom, que de lhe dardes quanto de presente lhe não podereis dar. E, em contrayro desto, geralmente, em uosa terra he de custume de se darem a quem as destruya; e, por não ficar cousa que gastar, vsão mais, em qualquer lugar hu uos chegais, onde aja albergarias ou outras semelhantes casas que a Deus pertenção, se dão a uosa cadea e os presos e os outros rompem e rroupa e estragão todo o que ha em a casa, em tal guisa que tarde se podera emendar segundo antes era corregido.

Senhor, não deueis esqueçer a muyto prinçipal parte da spiritualidade, que são os religiosos, e em os quaes uos ajnda podeis ser majs prelado que em outros clerigos; e, se eles não trabalhão por serem entendidos e honestos e sesudos, uos podeis mandar chamar seus mayores e dizerlho; e, se ujrdes que leuam o feyto a de çima e não curão hum prelado, que uos o mandeis tirar e dizer ao proujnçial e ministro que asy fareis a ele ou que não tomais tal cujdado deles senão pela grande affeição que a eles aueis, entendo que os corregereis bem asaz.

Dos frayres, mandar que nhum frayre não coma em camara, senão for por notauel neçesidade, nem durma senam em comum dormjtorio e asy doutras cousas, das quaes alguns poderião jnformar uosa merçe. Prelado antre os fraires nunqua o seja senão o que for jnlecto; e, se algum vier per carta, nam curem delo, senão se prouuer aos frayres. E sempre, senhor, antre os prelados me pareçe que deuem ser mais prezados os uelhos, que per grande tempo bem vyuerão, que os mançebos sobejamente honestos, que muytas uezes o sol, em seu começo feruente, traz chuyua e o que he menos claro dura todo o dia. Antre os frayres, deue ser muy esqujuada a oçiosidade, que as oras não são muy grandes; pero, asaz he ao mançebo de as rezar, mas podem escreuer ou se ocupar em outras cousas, em guysa que a vida naom seja tam seguyda de quem não cumpre.

Senhor, de uos em estas cousas que a jgreja pertençem filhardes autoridade, se o fizeseis com tyranja ou temporal cobiça, eu não seria em conselho, e aueria por mal a quemquer que o fizese; e, se o fizerdes com entenção de fazer serujço a Deus e com acordo dos prelados e doutros homens sesudos, que a uoso pareçer sejam de boa conçiençia, eu entendo que ele uos dara por elo bom galardão.

Historia da Universidade de Coimbra, t. 1, p. 156). E só depois que D. João III, em 1537, transferiu a Universidade para Coimbra é que ali começaram a funcionar os Colégios Universitários.

Falando, senhor, nas cousas temporaes, a mym pareçe que o regymento de toda a terra vem das quatro virtudes cardeaes; e destas algũas entendo que não saom em ese reyno em boa perfeição. Prymeiramente, falando da fortaleza per que os reynos são defesos e acreçentados, a mym pareçe que, no uoso, nam tem dela cuydado; mas antes, ha hy muytos azos por que de todo faleça. Porque a fortaleza, despois dajuda de Deus e dos bons corações, esta em a multidom da gente e em ser bem corregida e em quantas mestrias se buscam em uosa terra pera os que em ela são se hirem pera outra e os que em ela naom são auerem muy pequena uontade de se hyrem pera ela, uos o podereis claramente conheçer, e ysto mesmo quantos azos hão uosos uasalos e os aconthiados pera serem mal corregidos. E a maneira em breue, senhor, como me pareçe que se ysto poderia emendar serya, primeiramente, a despouoração da terra, escusando os perigos e os encarregos e trabalhos em que são postas as gentes dela, sem neçesidade e com grande dano, e tyrando algũas outras leis ou ordenações que a eles agraũão, que não seja grande proueito da terra nem muyto serujço do senhor rey e uoso.

Do dano e empacho que faz a multidão, sem ordenança, dos vasalos, a uos o ouuy, primeiramente, razoar que a outro nhum; e, porende, senhor, a mym pareçe que uos deuyeis ordenar hum çerto conto deles em toda vosa terra, repartindoos polas comarqas, segundo entendeseis que a cada hũa era compridoyro. E desto nam fosem acreçentados, por rogo nem requyrimento que algũa pesoa podesse fazer; e, porque, senhor, eles soyão auer dous proueytos, hum era de serem preujligiados e outro era por auerem conthias, e asy tinhão dous encarregos, hum de terem armas e outro de terem caualos; a mym pareçe que a cada hum proueyto deuja ser apropriado seu encarrego. E, porque uosa terra he muyto desfeyta de caualos e, segundo o estado em que era quando eu dela party, nom penso que ajnda agora seja melhorado. Eu entendo que a uos sera mais pouco empacho de lhe gardardes os priuilegios, que de lhe dardes as conthias. A mym pareçe que deueis ordenar que todolos vasalos que naom são homens fidalgos nem forão nas guerras pasadas, se quiserem auer os priuilegios, que tenham caualos; e, se lhe derdes as conthias, que tenhão armas; e, se se podesse ter manejra como eles as conthias ouuesem, entendo que farieis muyto de uoso seruiço e grande defensom de uosa terra. E não me pareçe que deue ser sem grande pena da uosa autorjdade o bem que uosos auos, ha tam longuo tempo, ordenarão e se manteue ate agora, em nosos dias, faleçer.

Sobre as armas e caualos que tem as gentes dos conçelhos são feitas tantas e tam boas ordenações, que não saberia hy al diujsar, senão que se tyuese maneira como se melhor executase; e a maneyra he esta. Pareçeme, senhor, que deujeis ordenar aos coudeis do uoso ou do conçelho çerto mantymento, que fose tal que eles ouuesem uontade de serujr os offiçios,

Copyrighted material

ajnda que deles naom ouuesem outro proueyto que fose contra uoso serujço; qa uos, senhor, sabeis bem que o que em tal carrego ouuer de serujr que tem asas de grande trabalho, asy do corpo como do entendymento; e os homens que sesudos são e vsão de razão, quejandos deuem ser aqueles a que tal encarreguo derdes, não trabalham de boamente sem esperança de ganho e proueyto. E, porque uos não ordenaes a esto ganho çerto, eles o tomão desordenado, quebrando e pasando uosas ordenações e regymento, com grande dano e gastamento de uoso povo. E ajnda me pareçe que, pero em esto fação mal, que tem razoada escusa, dizendo que, se o nom fizerem, que se nom podem soportar com os encarregos que lhe uos dais; e, dandolhe mantymento, não terião razão de esto fazerem e uos terieis razom de os penardes quando os achaseis em erro. Sobre todolos feitos que pertençem a coudelaria e aos coudes, deujeis de dar carreguo a hum homem em vossa terra, segundo que creo que o tendes dado; mas deuja de ser tal, que nom tyuesse outro carreguo mesturado com ele e que o serujsse muy fielmente; e, se o achaseis em erro, passadas duas ou tres amoestações, por grande pesoa que fosse, logo lhe tirardes o offiçio e dardelo a outrem.

Outra parte, senhor, da fortaleza esta no repayramento e garnjção das vilas e castelos e boa garda dos almazens e açalmamentos que estão em elas. E a regra que eu ate agora vy ter em uoso reyno sobre tudo ysto he que as obras neçesarias são muytas uezes esqueçidas e sobre as voluntarias se da grande trabalho ao pouo e se fas grande despesa. E ajnda, senhor, me pareçe que o trabalho que lhes he mandado que eles ajão de filhar, se fose per constrangimento razoado, que lhe seria de pouqua pena; porque as obras que se jgoalmente fazem per uosa terra, ao mais, os homens que hão de seruyr são constrangidos hum dia no mes e, ajnda que o sejam ou fossem dous dias no mes, por algũa cousa que fose de mayor neçesidade, se os requeresem e constrangesem pera elo asy como deuem, çertamente eles a não auerião por graueza; qa, onde em uosa terra se açerta de a eles darem dous e tres dias a hum sayom, nam lhe sera empacho de os darem em algũas cousas que sejão seu proueyto e defensom e de todo o reyno. Mas, a mayor parte dos seus agrauos naçe dos desordenados constrangimentos que lhe fazem os uossos offiçiaes; e porende, senhor, como disse dos feitos das caudelarias, asy digo das obras e dos desembargos delas. Vos deueis dar carrego a outro homem, que fose bom e de boa autoridade, que os feitos meudos desembargase e dos grandes uos fizese recontamento, pera uos em eles dardes desembarguo, segundo entendesseis por uosso seruyço.

Quanto, senhor, dos almazens, eu creyo que, de poucos anos aca, são muytos mais feitos dos que erão antes; mas, eu não duujdo que, em algũas fortalezas onde foram repartidos, per mingoa de tres ou quatro taboas, de que fizerom hum almario em que estyueram gardados, ou por outra tam pequena despesa, muytos deles serão agora perdidos. E o

remedio desto e doutras muytas cousas seria gardarse bem o regymento que he dado aos danadores, que se chamam corregedores das comarqas; mas eu creo, senhor, que eles nem tambem este regimento, como ouuy contar ao senhor rey que Gonçalo Perez vyra hum que lhe ele dera, que nunqa o tyrou dhũa arca ate que acabou todo o que lhe elle mandara fazer. E outro muyto espeçial proueyto a todos feitos de uosa terra: cada hum ano ou, ao menos de dous em dous anos, andardes uos, por todalas comarqas dela e leuaseis conuosco boa gente e nom muyta. E ysto me pareçe que deuja de ser a uos e aos de uosa corte desenfadamento e aos bos de uoso reyno proueyto e prazer e aos maos castigo e espanto. E os outros bens que se disto seguyrião me seria longo descreuer.

A justiça, senhor, que he outra ujrtude, me pareçe que não reyna nos corações daqueles que tem carrego de julgarem a uosa terra, afora no do senhor rey e no uoso. E, se mais são, eu não são çerto. E ajnda me pareçe, senhor, que esta justiça que asy he em uosos corações não sae dela fora como deuja sayr; porque, nam somente uos deujeis querer que em toda uosa terra se gardase a todos dereitura, mas ajnda ordenardes como se fezese. E esto seria ordenando que os que ouuesem de ter carrego de uosa justiça fosem bos e temesem mais a Deus que a vos e mais de perderem a uosa merçe que de todalas outras afeições nem proueitos mal gançados. E, quando estes serujsem como deujam, reçebessem conheçidos galardões; e os que fizesem o contrayro e uos delo foseis çerto, como agora sois e fostes dalguns outros, naom escaparem dalgũa pena, ca bem sabereis, senhor, que uos sois posto no mundo per autorjdade do apostolo, pera louuor dos bons e ujngança dos maos. E, se desto bem vsardes, não sey mais outra sufiçiente regra pera melhoramento de todos os que ouuerdes de reger.

Pareçeme, senhor, que a justiça tem duas partes, hũa he dar a cada hum o que he seu e a outra darlho sem delonga. E, ajnda que eu cuydo que ambas, em uosa terra, jgoalmente faleçem, da derradeira são bem çerto; e esta faz tam grande dano em uosa terra, que a muytos feitos aqueles que tarde vençem ficão vençidos; e eu vejo, em uosa corte, muytos offiçiaes de justiça e de todos eles sayr poucos desembargos. E pareçeme que se pode destes e da multidom dos cortesãos, de que uos diante escreuerey, bem fyrmar o dicto de Ysaias: *Multiplicasti gentem, sed non magnificasti leticiam* (5).

Bem creo, senhor, que se eles tyuesem uontade de desembargar e fosem diligentes em seu offiçio, que farião mais que çinqoenta que tal uontade nom tem; e pareçeme, senhor que, para abreuyamento dos feytos, aproueitara muyto seguyrse a maneira que o senhor rey ordenou sobre o

(5) Isaias, IX, 3.

Bartolo (6), contanto que o liuro seja bem ordenado e corr[eg]ydo por dous bos doctores, afora aquele que o treladou, e yso mesmo de as leys e ordenações do reyno serem proujdas e atituladas cada hũa daquelo a que pertençe. E, se antre elas fosem achadas algũas que ja fosem reuogadas, que as tyrem, pois que delas não hão dusar, e as boas ordenações se gardasem nas cousas sobre que são feytas.

Da ujrtude da temperança e do que se faz ou fizer contra ela deixo carreguo aos pregadores e confessores de o dizer; porem que me pareçe que, a respeito das outras terras que eu vy, ela he, na uosa, em melhor ponto que em nhũa das outras.

Contra prudençia, que he mais prinçipal, eu vejo nela asaz derros; pero que deles escreuerey poucos. E deles he prinçipal hũa desordenança de que se seguem em uosa terra grandes empachos, que poderia ser bem remediada; e esto he da muyta gente que tomão, sem esgardo, o senhor rey e uos e nos todos, uosos jrmãos, pera suas casas e, por este azo, todolos outros senhores da terra. E todolos males que se desto seguem uos não poderja escreuer, mas tangeruosey alguns. O senhor rey e uos e nosoutros todos, sobreditos, fazerem tam grandes despesas, que a terra o nom pode soportar; e, por ysto, se lanção peytas e outras jmposições, per que ela he muyto gastada. Outro he que, em qualquer vila ou lugar que uos ponhais, per azo da pousadoria; a gente da terra perdem suas casas e suas roupas e nom as querem mais recobrar; e, por esto, em todo lugar, os uosos são ja jgoalmente mal apousentados. Outro he do perdymento das bestas dos lauradores, que se requerem muytas, quando andays camynho, por este azo.

Outro he a terra e todolos fidalgos dela serem mal serujdos: porque nhum se contenta de aprender dofiçio que seu padre auja nem de serujr outros senhores, senão lançaremse a corte, em esperança de serem escudeyros delrey ou uosos ou de cada hum de uosos jrmãos. E, ajnda por ysto, eu vy algũa uez ao senhor rey e a uos tam gastados, que ajnda que quiseseis fazer bem e merçes a alguns outros a que ereis theudos ou fazer algũa outra boa obra, nam tynheis tal geyto pera o fazer. E, se esta gente he tomada pera bo agardamento e pera uos fazerem serujço, a mym pareçe desto muyto contrayro; porque, por ela asy ser muyta, as cousas lhe naom são dadas como lhes faz mester. E porem, ajnda que uos queirão serujr e agardar, naom o podem fazer; e, se o fazem, he com tamanha tristeza e aborreçimento, que eu entendo que seu serviço he a uos mais de nojo que de folgança.

Ajnda, senhor, que outros empachos me nembrassem, por agora eu entendo que estes são tam grandes e claros, que mais nom compre escreuer.

---

(6) Parece aludir-se a tratado jurídico português deduzido do célebre Bártolo e mandado organizar por el-rei.

Copyrighted material

Senhor, o remedio destes males seria o senhor rey e uos e todolos que viuemos sob uosa ordenança nam filhardes gente senom aquela que uos era compridoira e que abastadamente podieis gouernar. E os que tomaseis por escudeiros fosem homens fidalgos e de bom linhajem; e da outra somenos nam fose posta em este grao nhum, salvo por algum estremado serujço que fizese. E asy se teria cada hum por contente de serujr o que lhe pertençese.

Do que sentya dos feitos de Çepta, per algũa uez, senhor, uolo razoey; mas a conclusão he que, emquanto asy estiuer ordenada como agora esta, que he muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e darmas e de dinheiro. E, segundo eu senty dalguns bons homens de Jngraterra dautorjdade e daquy, deixão ja de falar na honrra e boa fama que he em a asy terem e falam na grande jndiscreção que he em a manterem, com tam grande perda e destruyçom da terra, do que a mym pareçe que eles hão muyto peor jnformação do que ajnda he. O rremedio desto, senhor, per muytas uezes o falastes e o sabeis melhor do que uos eu poderia escreuer; pareçeme, senhor, que farieis serujço de Deus e uoso ordenalo sem delonga (7).

Pero senhor que aquy non ha nouas de mudação de moedas, porque he cousa que se custuma fazer em uosa terra e uem delo grande mal a todos aqueles a quem uos soes theudo de fazer bem e se segue delo grande proueza a terra, pareçeme, senhor, que deujeis muyto de requerer que se não faça.

Senhor bem sabeis quanto presta o bom conselho que he theudo e ouuydo em boa ordenança e de homens bons e sesudos. Porende me pareçe, senhor, que todos uosos feytos asy e com tais deujão ser detremjnados; e asy, senhor, em este conselho como na uosa rolação, me pareçe que deujeis ter homens de todolos estados de uosa terra, asy de clerezia como de fidalgos e do pouo, por uos aconselharem que nam ordenaseis cousa contra seus proueitos nem em quebranto de seus bons priujlegios. Qua eu ouuy dizer que, por minguoa de non estar nhum fidalguo na uosa rolação, hũa uez

---

(7) Esta alusão a Ceuta parece denunciar, no espírito de D. Pedro, a opinião de que deve o país desfazer-se daquela praça, sorvedoiro de gente, armas e dinheiro, ou de que deve ser administrada de outra maneira: «emquanto asy estiuer ordenada como agora esta» etc. A administração da cidade marroquina achava-se cometida ao infante D. Henrique, ao qual, portanto, é possível que se enderece o comentário do autor da carta. Foi talvez por esse motivo que, no seu projecto de Regimento do Reino de 1438, o Navegador propôs: — «Çepta seja gouernada per o conselho com autoridade da rrejnha e acordo do jfante dom Pedro. E, se per aas cortes for acordado algũa boa maneira per que se possa rrejer melhor do que se ata aqui rrejeo e com mais proueito e menos carrego do rregno, que se de aa exucoçom» (ANTT., *Colecção de S. Lourenço*, vol. 1, fls. 1 e ss. Publicado por MOREIRA DE SÁ, *As Actas das Cortes de 1438*). Entretanto, nos seus dez anos de regência do país, o infante D. Pedro não alterou, que nos conste, a administração de Ceuta, praça por ele conservada.

em Montemor se ordenou tal cousa que, se pasara, fora bem grande agrauo aos fidalgos contra suas liberdades antigas.

Senhor, hũa vsança vy em algũas casas dalguns senhores de uosa terra; e, pero que non seja de mesturar com tam grandes feytos como estes ja escritos, porque me sempre desprouue delo e he contra o que sempre qa vy vsar, uolo escreuo. A qual vsança he que os offiçiaes que mais são chegados as suas pesoas são serujdos de gente muy pequena e de muy pouca valya; e desto se segue que os bos e de grande estado se descontentão de os serujr como deujam e os pequenos se alteram, pelo lugar que eses dão.

Bem sabeis, senhor, como em uosa terra ha muy poucos caualos, o que he grande mjngoa a terra onde os não ha, pera os efeitos da guerra. E pareçeme, senhor, que seria bem ordenardes como os em ela ouuese. E a maneira que em elo podereis mandar ter he esta: nas comarcas priujligiardes çertos homens que os tyuesem e os lançassem a caualajem a algũas boas egoas ou, ao menos, a alguns que som aconthiados em armas e caualos mandardes que tenhão caualos e nom armas e que os lançem as ditas egoas, aos tempos que cumpre. E estas ordenanças se deuem, senhor, fazer doçemente e nom com graue constrangymento, por se a terra nom sentir por agrauada e todos terem uontade de fazer aquelo que lhe he mandado.

Senhor, de muytas destas cousas eu bem creyo que atees agora fuy grande parte ajudador; mas, prouuese a Deus que todos tyuesem tal uontade de ser emendado que eu tenho e, com a sua ajuda, entendo que o seria em breue tempo. E se me dela party, hũa das razões, foy por mais nam ser em culpa deles. E, ajnda que eu bem sey que, por azo da mjnha partida, o senhor rey e uos tendes agora mais encarreguos, se me Deus encamjnhar bem e mjnha ujda, aqua ou ala tornar daseseguo, eu espero nele de uos escusar daqueles que, por meu azo, tendes de presente e ajudar em toda outra cousa que eu sentyr que he uoso serviço e emenda daquestes empachos.

Se estas cousas que aquy escreuy nam som boas nem bem razoadas, eu uos peço por merçe que uos me nom ajais por culpado; porque eu nom o sey melhor entender. E, se o fiz, foy mais por compryr uoso mandado, que por auer uontade de por agora falar em taes cousas.

Voso jrmão e servidor.

(*as.*) Jfante dom Pedro (8).

---

(8) A presente carta, ao menos na parte eclesiástica, parece denunciar mão de clérigo regular, possivelmente do dominicano Fr. João Verba, confessor do infante D. Pedro, seu colaborador literário e prior comendatário do mosteiro de S. Jorge de

72

[1426 ?]

Capítulo de carta de ordenação de el-rei D. João I, a regular a concessão de terras aos povoadores da ilha da Madeira, as quais, por seu mandado, João Gonçalves Zarco foi distribuir.

ANTT., *Alfândega do Funchal*, n.º 1150, fl. 101, inserto em carta régia de confirmação de 7 de Maio de 1493, em traslado do séc. XVII.

Publicado: por JOÃO FRANCO MACHADO, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. 1, p. 290; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 109, que lhe atribui aquela data, em hipótese.

Jtem, hey por bem e me pras de dar, doar e fazer graça e merçe, como por esta dou, e doo, pera sempre dos sempres, aos nouos pouoadores da ilha da Madeira que, por meu mandado, Joam Gonçaluez Zargo foi distrobuir, que as terras lhe seijão somente dadas forras, sem penção algũa, áquelles de maior qualidade e a outros que posansas tiuerem pera as aproueitarem; e aos de menor, que viuão de seu trabalho e de cortar e talhar madeiras e das criaçoes de gados.

E as terras serão rrepartidas pellos capitamis e as aproueitarão em des annos. E somente lhe sera dada a terra que rrezoadamente elles, nos ditos des annos, aproueitarem, digo possam aproueitar. E toda aquela que nos ditos des annos aproueitarem lhes pasara e não a outra que não aproueitarem. E pedirão de nouo athoridade minha pera a poderem aproueitar.

E, nas madeiras, paos, lenhas, matos, aruoredos, fontes, tornos e olhos de agoa, pastos, eruas, pazigos nem defezas, rramas e eruagens, bagas, belotas, lande das aruores, praias e costas do mar, rrios e rribeiros, particular algum não tera nem yamais, em tempo algũ, posão ter nem adquirir dominio nem direito algũ, digo nem direito por titulo algum nem por posse immemorial, vzo nem custume em contrairo, nem se possa filhar nem emtroduzir.

E de todo o que dito he comcedo o vzo a todos os moradores da dita ilha pera que de todo vzem esta merçe que de todas estas faso merçe

---

Coimbra, que acompanhou o infante em sua viagem pelo estrangeiro. Repare-se nos dizeres relativos a religiosos e a frades, aos colégios universitários e a outros assuntos meramente eclesiásticos. (Cfr. DIAS DINIS, *Quem era Fr. João Verba* e *Ainda sobre a identidade de Fr. João Verba*).

aos moradores e nouos pouoadores da dita ilha e em rrezão de a hirem pouoar e deixarem suas terras e patrias. E, por firmidão de todo, lhes mandey dar esta minha carta, pella quoal, como rrey e senhor da dita ilha e de todo o que nella ha, e de todo meu poder rregulado e absoluto, lhes faso a dita merçe pera sempre, como de cousa minha propia, em que não podem ser offendidos meos ssucessores, a quem pesso e rrogo não uão contra esta minha vontade, tenhão e mantenhão aos moradores da dita ilha que gozem e vzem todo esto. E asim o mando a todas as minhas yustiças.

Para maior fermidam e por esta minha carta rreuogo e anullo, abrogo e quebro e hey por reuogado e anullado todo e quoalquer outro direito comum ou ley que ahy ouuer. E hey por bem e me praz e mando que, na dita ilha, sse não guardem nem cumprão nem minhas justiças do direito comum ou outras leis que o contrario que, em todo esto que dito he, dispuzerem e pratiquem na dita ilha não uzem nem pello direito comum iulguem nem sentenceem nem se alegue contra o contheudo nesta minha carta e pera todo o que dito he se comthem em essa ilha, lhe rreuogo e tiro toda a forsa e uigor e o dou por nenhum. E, se para esto faltar aquy algũa clausula solene e esencial de direito ou de feito, eu a supro e hey por suprida e em todo e por todo me pras e he minha vontade se guarde e cumpra como ahy he comtheudo e declarado.

73

1426

Inscrição que declara terem sido amos do infante D. Henrique o cavaleiro Vasco Gonçalves de Almeida e sua mulher Mécia Lourenço.

Reproduzida por LUCIANO CORDEIRO, *Inscripções portuguesas*, p. 9, e novamente por BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões*, liv. 2, p. 301, nota 2.

Em pequena lápide da sacristia velha do Convento de Cristo de Tomar lê-se a inscrição seguinte:

Esta : capela : mandou : fazer / vaasco : goncalvez : dalmey / da : cavaleyro : e sua : molher / mecia : lourenço : amos : do ifa / nte : don : anrryq : e foy : feyta / era : do saluador : de mill : cccc : xxbi /.

74

10 JANEIRO 1427

Carta de Gomes Nogueira a D. Gomes Ferreira, Abade do Mosteiro de Santa Maria de Florença, com notícias relativas a Outubro anterior, de combates havidos em Ceuta, dirigidos pelo conde D. Pedro de Meneses, e a falar-lhe do êxito das armas portuguesas.

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 235.

Senhor dom abade. Despoys da deujda a Deus e a uos encomendaçom, uos praza saber que, aos noue de janejro, uj hũua letera per uos [a] Afonso Anes mandada, a quall mostrada foy a mym. E, quanto per ella entender pude, me pareçeo que ho Senhor, a que teudos somos serujr, hordenou de sy mesmo que per uos me companhja fosse fejta e que a uos mesmo confortes da paçiençia uos a mjm esprito terdes algũas uezes; mes pessame, porquanto me pareçeo nom poderdes sajr desta furtuna se hũua posysom das uossas ujndida nom for; e lembrado sejaes das auersydades que Deus quiser que seus amjgos per elle soportem. Da encomendaçom que em ella ujnha uos tenho mujto em merçee ho boo nome que me possestes; de mjm uos escreuo que, aho Senhor Deus prazendo de seer bem encamjnhado, como estas naos de nossa terra aquj chegadas forem, que ja mujto nom podem tardar, segundo aquj dellas ha nouas.

Outrosy sabee que, des da Pjfanja me forom duas leteras dadas, as quaes hũua ujnha [a] Afonso Nogejra e a nos forom enujadas per Ruy Nogejra de Cepta (1), honde sua estada he, e forom fejtas a noue de hou-

(1) A este Rui Nogueira alude ZURARA, ao notificar que, durante a estadia de D. Pedro de Meneses em Portugal em 1424, quando foi nomeado conde de Vila Real, e perante rebate vindo de Ceuta de que armava o rei de Tunes contra aquela praça, para ela partira «açaz bõa gemte, amtre os quaes heram dom Fernamdo de Noronha e dom Samcho seu jrmãao e Ruy Nogueira e asy allgũs outros nobres homeens e da gemte comũ quamta hos nauios podiam leuar» *(Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. 2, cap. 11, segundo o ms. 439 da BGUC; e, para a data do facto, veja-se B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, p. 257). Portanto, era o Rui Nogueira nobre ou fidalgo e em Ceuta se conservava ou ali voltara em 1427, segundo se lê na presente carta. Trata-se do Rui Nogueira, criado de el-rei e cavaleiro da casa do infante D. Duarte que, em 28 de Julho de 1426, foi nomeado alcaide-mor do castelo de Lisboa, como o fora seu pai Afonso Eanes Nogueira, do Conselho de el-rei. Era casado com D. Aldonça, filha natural de D. Pedro de Meneses *(Chronica cit.*, liv. 1, cap. 3) e porventura o mesmo Rui Nogueira em cuja morte se achava

tubro e faznos mençom em ellas de mujtas cousas, as quaes longas de escreuer serjam. Mes das nouas daquella terra me escreueo a que uos escreuo, porquanto presumo que uos prazera saberllas. Que a Deus prouue de dar tam boo aqueçimento aos cristauos que todo houuindo de seer ledo deuja e esto em como contense asy: que antes que a molher do conde a Cepta chegasse (2), as suas fustas filharom hũua barqueta com L. e tres mouros e b. mouras negras; e em a djta barqueta ujnha prata e jojas que forom apodadas a quarenta mjl dobras e, a quabo de djas, fjlharom houtra fusta com quarenta e b. mouros.

E, em este comeos, ueerom sobre Cejta mjl mouros de pee e XXX de cauallo (3) e saju o conde fora a elles com xxb de cauallo e algũs homens a pee e pelegou com elles e desbaratouos todos e forom mortos, da parte dos mouros, cento e trijnta e xxij presos; e, dos cristauos, forom mortos tres, hũu de cauallo e dous de pee e xj cauallos mortos e outros fjridos. E, quando foy uespera da uoda do conde, mandou cjnquo foustas suas [a] Alquaçer, por tjrarem çertos catjuos; e ellas, jndo pera poer fero, sajrom a ellas outras b. de mouros; e as de Cejta, quando as ujrom, começarom de lhe fogjr contra ho mar e as dos mouros empos ellas; e, quando as do conde ujrom que erom afastados de terra quanto hũua legoa, tornarom sobre elles e pellejarom e a Deus prouue de os uençerem e tomarom dellas quatro e em ellas ij^{c} e dezsete mouros, e a outra lhe fugju, afora outros mujtos que na pelleja morerom. E, antre aquelles que presos forom, foy hũu ho alcajde dAlquaçer e hũu jrmão do alquajde de Gjbaltar e outro caualejro de Graada.

Estas erom as nouas que [em] as [s]obredjctas leteras conteudas erom. Nom sey majs que uos escreua senom que a Senhor Deus praza de uos fazer djnos da sua sancta grorja e a quall praza asy ho querer conprjr. Se souberdes algũas nouas dAfonso Nogejra as escreuerees.

Esprita a X de janeirro 1427.

Ho todo uosso Gomez Nogejra (4).

---

incriminado, em 16 de Novembro de 1449, o fidalgo da casa de el-rei João Rodrigues Pereira (Cfr. os textos publicados por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 471 e 354, respectivamente).

(2) Referência a D. Beatriz Coutinho, filha de Fernão Martins Coutinho, Senhor de Mafra e da Ericeira, com quem o conde D. Pedro de Meneses casara em terceiras núpcias, a 17 de Agosto de 1426 (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. cit., p. 264).

(3) ZURARA situa o acontecimento em 7 de Setembro, portanto de 1426, nos termos da presente carta: — «em hũua vespera de Santa Maria de Setembro vierom a Cepta quatrocentos mouros de cauallo e mil seiscentos de pee» (*Crónica e liv. supracitados*, cap. 25, p. 570). O cronista eleva ali os mouros desaparecidos a 620 e os presos a 50. E dos cristãos mortos apenas menciona o fidalgo Rui Mendes de Vasconcelos e Vasco Eanes, homem do conde D. Pedro.

(4) Os Nogueiras estiveram representados na conquista de Ceuta, em 1415, ao menos pelo fidalgo Alvaro Nogueira, filho do conselheiro régio Afonso Eanes Nogueira

75

3 MARÇO 1427

Carta do infante D. Henrique, dz privilégio aos cónegos da sé de Viseu, pela qual os dispensa de aposentadoria e proíbe que alguém lhes tome roupa, bestas, pão, vinho, palha, cevada, lenha, galinhas ou qualquer outra coisa contra sua vontade.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 13, doc. 95, o original em pergaminho, assinado pelo infante. — Publicada e comentada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 397, doc. 17.

Eu, o jfante dom Anrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, ffaço saber a vos, juizes da cidade de Uisseu, e ao meu apousentador e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer, que minha merçee he, daquj en dyante, seerem escusados todollos coonegos dessa çidade e cada hũu delles per pesoa seerem escusados *(sic)* de nhũu nom pousar com elles.

E porem uos mando que nom dees nem consentaaes dar a nehũu de pousentadaria suas cassas nem sua rroupa nem consentaaes que tomem suas bestas pera jrem a nehũu cabo com nehũas carregas, nem consentaaes que lhes tomem pam nem vinho nem palha nem çeuada nem lenha nem gali-

---

e portanto irmão do Rui Nogueira supracitado, o qual foi casado com Catarina Gonçalves e veio a falecer de peste naquele mesmo ano (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 50, 86 e 103, e o documento publicado por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 466). Na presente missiva, Gomes Nogueira alude a Afonso Anes Nogueira, que em 23 de Junho de 1416 era vassalo de el-rei e capitão, residente em Lisboa (Cfr. *Chanc. de D. João I*, liv. 5, fl. 99, apud *Brasões*, liv. cit., p. 210, em excerto), e a Rui Nogueira, irmãos seus. Rui Nogueira, Afonso Nogueira e Gomes Nogueira eram pois filhos de Afonso Eanes Nogueira, cavaleiro e conselheiro de el-rei D. João I, referenciado na Crónica deste (parte 1, caps. 1, 11, 41, 141, 161 e 182), e que deve ter falecido em 1426; pois, em 19 de Junho os ditos Nogueiras tratavam em Roma da execução do testamento paterno, em razão da baixa do valor da moeda (AV., *Reg. Suppl.*, vol. 199, fl. 223v., e *Reg. Lat.*, vol. 263, fl. 49). Na Chancelaria de D. João I e noutros livros do ANTT. conservam-se os traslados de uma dezena de documentos relativos a Afonso Eanes Nogueira; mas nada encontrámos sobre Gomes Nogueira, autor da presente carta, em Itália assim como Afonso Nogueira, nos anos de 1426 e 1427, como se vê do aduzido códice florentino, a pp. 203, 209, 211, 215, 217, 223, 225 e 297, achando-se o Gomes Nogueira habitualmente em Pisa, donde deve ter escrito a presente carta.

Copyrighted material

nhas nem outras nehũas cousas do seu contra suas voontades. E nom ponhaaes sobrello enbargo nehũu, em nehũa guissa.

Fecta em Viseu, iij dias de março. Joham Afonso a fez. Era do naçimento do Senhor de mil iiij^{c} xxbij annos.

(*as.*) J. d. a. (1).

76

14 MARÇO 1427

Carta do infante D. Henrique, dirigida a Vasco Gonçalves, vedor da sua fazenda, e a Lourenço Vasques, seu almoxarife em Tomar, a conceder a Martim de Góis, Comendador de Pussos, como tença vitalícia, as rendas e direitos que havia o infante ou a Ordem de Cristo em Maçãs de Caminho, como as tivera Aparício Vasques, mestre da sua capela.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72. Original em pergaminho, assinado pelo infante, não selado.

Eu o jfante dom Anrrique, rregedor da hordem de Noso Senhor Jhesu Christo, [duque] de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, faço saber a uos, Uaasco Gonçalluez, ueedor da mjnha fazenda, e a Lourenço Uaasquez, meu almoxarife em Tomar (1), e a outro quallquer que depos ell vier por meu almoxarife e escpriuam e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer, que mjnha merçee he de Martim de Gooes, comendador de Puços (2), teer daquj en dyante, em sua vida, de mjm, em teença, as mjnhas rrendas e derejtos que eu ey em Maçãas de Camjnho, assy e polla guissa que as auia Apariço Uaasquez, meestre da mjnha capella (3).

E porem uos mando que o metaaes e façaaes meter em posse dellas e acudir com todo o que eu ey no dicto lugar, assy e polla maneira que

(1) Jfante dom anrrique.

(1) Ou seja talvez da Ordem de Cristo, de que era o infante administrador.

(2) Freguesia do concelho de Alvaiázere, velha comenda da Ordem do Templo e depois da de Cristo, à qual o infante D. Henrique anexou agora os rendimentos da matriz de Nossa Senhora da Graça da freguesia de Maçãs de Caminho, dos mesmos ditos concelho e Ordem.

(3) Aparício Vasques, então cantor do infante D. Henrique, fora legitimado por el-rei D. João I em 18 de Janeiro de 1418 (Cfr. o nosso vol. 2, a p. 268).

acudiam ao dicto Apariço Uaasquez, sem enbargo nehũu que sobrello ponhaaes. E mando ao escpriuam desse almoxaryfado que rregiste esta carta em seu liuro.

Fecta em Uiseu, xiiij dias de março. Joham Afonso a fez. Era do naçimento do Senhor de mjl iiij^{c} xxbij annos.

(as.) J. d. a.

Nom seja duujda onde diz em sua vida, porque asy he a uerdade.

(as.) J. d. a.

77

10 ABRIL 1427

Letras Vite ac morum, *do papa Martinho V, dirigidas ao deão da sé da Guarda, a ordenar-lhe faça entregar a igreja de Santa Maria de Teixoso, do padroado do infante D. Henrique, ao presbítero Gonçalo Martins, sob condição de este renunciar à posse da igreja de S. Miguel da Covilhã* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 270, fl. 37.

Martinus, etc.

Dilecto filio decano ecclesie Egitaniensis, salutem, etc.

Vite ac morum aliaque laudabilia probitatis et uirtutum merita, super quibus dilectus filius Gundissaluus Martini, rector parrochialis ecclesie Sancti Michaelis de Couilhaa, Egitaniensis diocesis, apud nos fidedigno

(1) A igreja da actual vila de Teixoso era do padroado do infante D. Henrique, Senhor de Covilhã desde 1415, por nomeação de seu pai, e nos termos da respectiva carta de senhorio, cujo original joanino se inutilizou ao destinatário e foi reconstituído, a pedido do Navegador, em 4 de Dezembro de 1449, por el-rei D. Afonso V. Naquela carta, D. João I cedera ao filho, entre outras coisas, o padroado das igrejas: — «E que o dito yffamte dom Amrrique e seus soçessores ajuso escpritos ajam a dita villa e sseu termo (da Covilhã) e padroados de ygreias e todallas outras cousas suso escpritas e direitos daquy em dyamte liuremente, assy na propiedade como na posse, pella maneyra que sse adiamte segue» (ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 130 v., documento estudado e parcialmente extratado por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 30 e ss.). Teixoso era do termo da Covilhã, como é hoje do seu concelho.

commendatur testimonio, nos inducunt ut sibi reddamur ad gratiam liberales.

Exhibita siquidem nobis nuper, pro parte dicti Gundissalui, peticio continebat quod, licet olim ipse ad parrochialem ecclesiam Beate Marie de Teyxoso, predicte diocesis, que de iure patronatus laicorum existit, tunc per obitum quondam Johannis Martini, ipsius ecclesie Beate Marie rectoris, extra romanam curiam defuncti uacantem, per dilectum filium nobilem virum Enricum, carissimi in Christo filij nostri Johannis, Portugalie et Algarbij regis jllustris, natum habentem, ut dicebat, a ueris patronis laicis dicte ecclesie Beate Marie, ad quos presentacio persone ydonee ad eandem ecclesiam, cum uacat, de antiqua, approbata et hactenus pacifice obseruata consuetudine, pertinet seu ipsorum maiori parte potestatem specialem, bone memorie Gundissaluo, Egitaniensi episcopo (2), infra tempus legitimum presentatus fuisset; tamen, idem episcopus presentacionem huiusmodi admittere ac eundem Gundissaluum Martini in rectorem dicte ecclesie Beate Marie contra iusticiam instituere denegans, ecclesiam ipsam dilecto filio Fernando Alfonsi, qui se gerit pro clerico dicte diocesis, auctoritate ordinaria contulit et prouidit eciam de eadem, a quibus quidem denegacione et collacione et prouisione, pro parte dicti Gundissalui Martini, fuit ad curiam Vlixbonensis loci metropoliticam appellatum; et quod deinde dilectus filius Valascus Stephani, officialis Vlixbonensis ac vicarius venerabilis fratris nostri Petri, archiepiscopi Vlixbonensis (3), in spiritualibus generalis, in huiusmodi causa procedens, perperam per suam deffinitiuam sentenciam, prefatum Fernandum ab instancia judicij absoluit, collacionem et prouisionem predictas approbando. A qua quidem sentencia dictus Gundissaluus Martini ad sedem apostolicam appellauit et, super appellacione ultima huiusmodi, nostras ad te litteras impetrauit. Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, a nonnullis asseratur neutrum Gundissalui Martini et Alfonsi predictorum in dicta ecclesia Beate Marie seu ad eam ius habere et, sicut accepimus, ipsa ecclesia Beate Marie adhuc, ut prefertur, uacare noscatur;

Nos, statum cause huiusmodi habentes presentibus pro expresso ac uolentes eidem Gundissaluo Martini, qui presbyter est, premissorum meritorum suorum intuitu graciam facere specialem, discrecioni tue, per apostolica scripta, mandamus quatenus, postquam huiusmodi causa fuerit coram te legitime introducta, si per euentum litis huiusmodi tibi constiterit neutrum Gundissalui Martini et Alfonsi predictorum in dicta ecclesia

---

(2) É D. Gonçalo Vasques, bispo da Guarda de 29 de Maio de 1395 a 14 de Agosto de 1426 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia*, vol. 1, p. 235).

(3) D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa de 10 de Março de 1423 a 1452 *(Obra e vol. retrocits.*, p. 507).

Beate Marie seu ad eam ius habere, ecclesiam ipsam, cuius fructus, redditus et prouentus quinquaginta librarum turonensium paruorum, secundum communem extimacionem, ualorem annuum, ut idem Gundissaluus Martini asserit, non excedunt, siue ut premittitur siue alias quouis modo uel ex alterius cuiuscunque persona seu per constitucionem felicis recordacionis Johannis pape xxij, predecessoris nostri, que incipit *Execrabilis*, uacet, eciam si tanto tempore uacauerit quod eius collacio, iuxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem predictam legitime deuoluta uel ipsa ecclesia Beate Marie disposicioni apostolice specialiter reseruata existat, super ea quoque inter aliquos alios in dicta curia uel extra eam lis, cuius statum presentibus haberi uolumus pro expresso, pendeat indecisa, dummodo tempore date presentium non sit in ea alicui specialiter ius quesitum, cum omnibus iuribus et pertinencijs suis eidem Gundissaluo Martini, auctoritate nostra, conferas et assignes, jnducens per te uel alium seu alios, eundem Gundissaluum Martini uel procuratorem suum eius nomine, in corporalem possessionem ecclesie Beate Marie iuriunque et pertinenciarum predictorum et defendens inductum, amoto exinde quolibet illicito detentore, ac faciens sibi de ipsius ecclesie Beate Marie fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuencionibus vniuersis integre responderi, contradictores, auctoritate nostra, etc.

Non obstantibus pie memorie Bonifacij pape viii, eciam predecessoris nostri, et aliis constitucionibus apostolicis contrarijs quibuscunque aut, si aliqui super prouisionibus sibi faciendis de parrochialibus ecclesijs uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus, speciales uel generales dicte sedis uel legatorum eius litteras impetrauerint, etiam si per eas ad inhibicionem, reseruacionem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus prefatum Gundissaluum Martini, in assecucione dicte ecclesie Beate Marie, uolumus anteferri, sed nullum per hoc eis, quoad assecucionem parrochialium ecclesiarum aut beneficiorum aliorum, preiudicium generari. Seu si episcopo Egitaniensi pro tempore existenti uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, a dicta sit sede indultum quod ad recepcionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint quodque de parrochialibus ecclesijs uel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collacionem, prouisionem, presentacionem seu quamuis aliam disposicionem, coniunctim uel separatim spectantibus, nulli ualeat prouideri, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac, de uerbo ad uerbum, de indulto huiusmodi mencionem et qualibet alia dicte sedis indulgencia generali uel speciali cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gracie impediri ualeat quomodolibet uel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mencio specialis. Aut quod idem Gundissaluus Martini, ut asserit, dictam ecclesiam Sancti Michaelis, cuius fructus, redditus

Copyrighted material

et prouentus decem librarum turonensium similium, secundum predictam extimacionem ualorem annuum non excedunt, noscitur obtinere.

Volumus autem quod idem Gundissaluus Martini, quamprimum uigore presentium dictam ecclesiam Beate Marie fuerit pacifice assecutus, eandem ecclesiam Sancti Michaelis, quam extunc uacare decernimus, omnino dimittere teneatur. Et insuper ex nunc irritum decernimus et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, quarto jdus aprilis, anno decimo.

78

12 ABRIL 1427

Carta de el-rei D. João I, a confirmar a Mestre Jácome o aforamento que lhe fizera em 13 de Dezembro de 1426 Afonso Martins, porteiro do lugar de Alverca, por ordem de João Peres da Veiga, ouvidor da capela de el-rei D. Afonso, e de Vicente Anes Mendes, escrivão de el-rei no dito lugar da referida capela, da herdade da Lagoa, no referido condado, por 10 libras anuais (1).

---

(1) DUARTE PACHECO PEREIRA informa que o infante D. Henrique «mandou á ilha de Malhorca por um mestre Jacome, mestre de cartas de marear, na qual ilha primeiramente se fezeram as ditas cartas, e com muitas dadiuas e mercês ho ouue nestes rreynos; ho qual as ensinou a fazer áquelles de que os que em nosso tempo viuem aprenderam» (*Esmeraldo «de situ orbis»*, liv. 1, cap. 33). JOAO DE BARROS, repisando ou não aquele autor, escreveu: que mandou o dito infante «vir da jlha de Malhórca hũ mestre Jacome, hómẽ muy docto na árte de nauegár, que fazia cártas & instrumentos: o qual lhe custou muyto polo trazer a este reino, pera ensinar sua sciẽcia aos officiáes portugueses daquelle mistér» (*Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 16).

Em 1930, GONÇALO DE REPARAZ JUNIOR, *Mestre Jácome de Mallorca, cartógrafo do Infante*, identificou-o com o judeu maiorquino Jaffuda Cresques, depois de convertido ao cristianismo Jacobus Ribes, Jacome ou Jaime de Maiorca. No índice da chancelaria de el-rei D. João I de Portugal, aliás muito desfalcada, figura um único indivíduo de nome Jácome, o referenciado no documento presente. Revelado e publicado este em 1940 por ARMANDO SOUSA GOMES, o autor produziu então a argumentação seguinte a seu respeito, a qual nos leva a inseri-lo na presente colectânea:

«Eu digo que êste documento se deve referir ao mestre de cartas de marear Jácome, maiorquino, mandado vir a Portugal pelo Infante D. Henrique, filho do rei D. João I, pelas razões que vou apontar:

1.° — É o único mestre Jácome que aparece na chancelaria de D. João I.

2.° — O texto, que é dum documento avulso que se extraviou, não diz que êle fôsse mercador. O título, que é a vermelho, foi pôsto pelo copista do reinado de D. Manuel,

ANTT., *Estremadura*, liv. 11, fl. 180, — donde se reproduz.
Publicada e comentada por ARMANDO SOUSA GOMES, *O mestre Jácome de Maiorca*, pp. 647 e ss.

Aforamento da herdade da Alagoa no comdado dAluerca a meestre Jacome, mercador, etc.

Dom Joham, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que meestre Jacome, morador nAlverca, nos mostrou hũu estormemto, feito e assignado per Lourenço Periz, tabaliãao desse logo, treze dias de dezembro, era de mjll e cccc.xxbj annos, em que he contheudo que Affomsso Martijnz, porteiro do dito logo, disse e deu em fee que, per mandado de Joham Perez da Veyga, ouuydor da capella delrrey dom Affomsso, nosso avoo, a que Deus perdoe (2), e de Viçemte Meemdez, escpriuam delrrey no dito logo da dita capella, trouue em preguam, pera arremdar pera sempre, tres noue dias e muito mais, toda a herdade da Alagoa, que he no dito comdado, que jaz em brauio, e que nom achara quem em ella mais lamçar que o dito meestre Jacome, morador no dito logo dAluerca, que lamçou em ella dez liuras, em cada hũu anno.

---

ou seja uns setenta anos depois. E costume era repetir parte do contexto, como se vê, por exemplo, neste outro documento do mesmo livro, a fl. 85 v. — «Aforamento de hũuas casas nesta çidade de lixboa na Rua de morraz a *mestre Jacob çapateiro:*» (título); Dom Joham etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que *mestre Jacob çapateiro* morador em a çidade de lixboa...».

Por outro lado, parece-me que não havia *mestres* de *mercadores*. Os *mestres* ou o eram de ofícios ou da Universidade. Como fosse estrangeiro e residente fora de Lisboa, o copista imaginou que se tratava de um mercador, pois os estranhos desta profissão alojavam-se nos arredores da cidade. Talvez mesmo a ausência, na carta, de mester, seja pelo facto de, nos inícios do século XV, não haver cá o ofício de cartógrafo, e ainda com *mestre Jácome* ficar-se-ia logo sabendo quem era, dada a sua especial categoria.

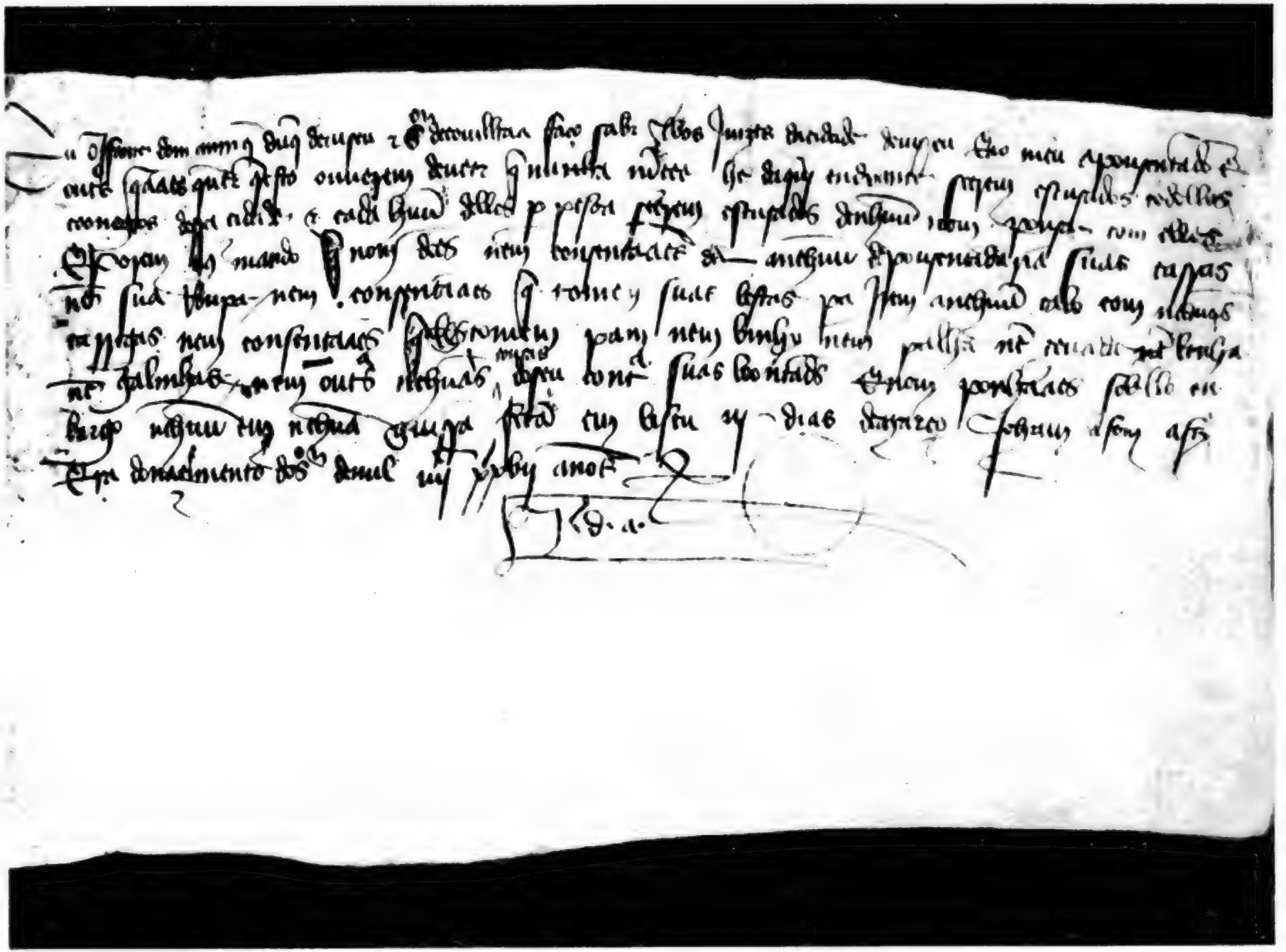
3.° — As datas que figuram nele — 1426 e 1427 — estão dentro da época que Gonçalo de Reparaz concluiu que Jácome de Maiorca tinha vindo para Portugal — 1420-1427.

Se na realidade estamos na presença dum documento referente a mestre Jácome de Maiorca, nada mais podemos dizer que êle começava a aplicar o seu dinheiro como judeu que era» (*O mestre Jácome de Maiorca*, pp. 648-49).

Impugnada a identificação do documento em causa por DUARTE LEITE defende-a JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 299, nota 8.

(2) Alusão à capela instituída na sé de Lisboa por el-rei D. Afonso IV em 1345 (Cfr. D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. 1, liv. 2, n.° 24).

Copyrighted material



Est. VIII. — Carta do infante D. Henrique, de privilégio ao cabido de Viseu em 1427 (Doc. 75).

E, porque o dito Viçemte Meemdez nom achou quem por a dita Alagoa mais dar, que a mamdou e rrematou ao dito mestre Jacome, que dee e pague, em cada hũ anno, pera sempre, as ditas dez lyuras e começar de paguar de Natall primeiro seguimte da era do dito estormemto a hũu anno as ditas dez liuras e assy dhy em diamte, em cada hũu anno, da moeda que correr ao tempo das pagas, segumdo sse no dito estormemto mais compridamemte comthem. E pedionos o dito meestre Jacome por merçee que lhe comfirmassemos o dito aforamento pella guisa que no dito estormemto era comtheudo.

E nos, vemdo o que nos assy dizia e pedia e visto o dito estormemto; teemos por bem e outorgamoslhe e comfirmamoslhe o dito aforamemto, assy e pella guisa que no dito estormemto era comtheudo.

E porem mamdamos a quaaesquer que esto perteemçer ou que esto ouuerem de ver que lhe guardem e façam comprir e aguardar o dito estormemto em todo, pella guisa que se em elle comthem e que nom vãao comtra elle em nehũua guisa que seja. E, em testemunho desto, lhe mamdamos dar esta nossa carta.

Damte na çidade de Lixbooa, doze dias dabrill. Elrrey o mamdou per Aluoro Gomçaluez e Martim da Maya, veedores da sua fazemda. Martijm Vasquez a fez. Era de mjll iiij^{c} xxbij annos.

79

7 JULHO 1427

Letras Exhibita nobis, *do papa Martinho V, dirigidas ao bispo de Silves, a ordenar-lhe chame à sua presença D. Vasco, bispo de Évora, e outras pessoas, para inquirir e resolver o caso do aumento indevido da quota a pagar pelo cabido eborense ao rei D. João I, exigido pelo seu prelado, por ocasião da liquidação dos 9.000 florins anuais, durante três anos outorgados ao referido monarca pelo pontífice e a deduzir dos bens eclesiásticos do país* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 270, fl. 270 v.

(1) Trata-se de reclamação do cabido de Évora, levada em apelação ao sumo pontífice, sobre suplemento exigido pelo arcebispo da mesma cidade, como comissão sua, na cobrança de subsídio trienal de 9.000 florins anuais, pelo papa Martinho V concedido ao rei de Portugal, possivelmente para manutenção e defesa de Ceuta, pelos anos de 1427, e sobre o qual não conhecemos mais nenhum texto coevo. Sobre a praça nesta data pode ver-se a *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 2, cap. 21.

Martinus, etc.

Venerabili fratri episcopo Siluensi,salutem, etc.

Exhibita nobis, pro parte dilectorum filiorum capituli Elborensis, petitio continebat quod, licet ipsi de subsidio nouem milium florenorum auri de camera, per triennium, annis singulis, ex ecclesiasticis redditibus Portugalie et Algarbij regnorum, per nos, carissimo in Christo filio nostro Johanni, Portugalie et Algarbij regi jllustri, ex certis tunc expressis causis concesso, quotam soluissent eos contingentem; quia tamen venerabilis frater noster Velascus (2), episcopus Elborensis, cui, ut dicebat, venerabili frater noster Garsias, episcopus Lamecensis (3), executor litterarum concessionis huiusmodi, suas super hijs uices commisit, pretextu commissionis eiusdem, per suas certi tenoris litteras, huiusmodi capitulum, sub certis penis et censuris ecclesiasticis tunc expressis, monuit et mandauit eisdem ut etiam ultra quotam predictam, ratione concessionis huiusmodi, certam persoluerent pecuniarum quantitatem, prefati capitulum sentientes exinde indebite se grauarj, ad sedem apostolicam appellarunt nobisque humiliter supplicarunt ut causam appellationis huiusmodi alicui presbytero in partibus illis committere eisque super hijs oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, per apostolica scripta mandamus quatenus, vocatis Velasco episcopo predicto et alijs qui fuerint euocandi et auditis hinc inde propositis, quod iustum fuerit, apellatione remota, decernas, faciens quod decreueris per censuram apostolicam firmiter obseruarj. Testes autem qui fuerint nominati, si se gratia, odio uel timore subtraxerint, censura simili, apellatione cessante, compellas ueritati testimonium perhibere. Non obstante si Velasco episcopo prefato uel quibusuis alijs, coniunctim uel diuisim, a dicta sede indultum existat quod interdici, suspendi uel excommunicarj, aut extra uel ultra certa loca ad iudicium euocarj non possint, per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, nonis julij, anno decimo.

---

(2) É D. Vasco Peres ou Pires, ex-deão de Viseu, nomeado bispo do Porto em 2 de Abril de 1421, transferido para Evora em 10 de Março de 1423 e falecido ali a 11 de Fevereiro de 1429 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, pp. 407 e 236, respectivamente).

(3) No ms. *Lamacensis*. O prelado é D. Garcia de Meneses, segundo FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 569, 589 e 595. Porém EUBEL, *Obra e vol. cits.*, denomina-o Garcia Rodrigues, ex-cónego de Braga, nomeado bispo de Silves em 15 de Julho de 1418, transferido para Lamego a 25 de Junho de 1421 e para Viseu a 10 de Abril de 1426 (pp. 452, 291 e 532, respectivamente).

Copyrighted material

80

4 AGOSTO 1427

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, ao infante D. Pedro de Portugal, que se encontra junto do imperador Sigismundo, a comunicar-lhe haver firmado matrimónio da infanta D. Leonor, sua irmã, com o infante D. Duarte, irmão dele, e sobretudo a recomendar-lhe o portador, Francisco Corberán, seu camareiro, que, em cumprimento de voto, vai servir o imperador e a ele na guerra contra os turcos.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2577, fl. 32 v. No fólio também carta do referido monarca e da mesma data, em latim, dirigida ao imperador Sigismundo, de recomendação de Francisco Corberán.

Muy caro e muy amado ermano. Por que cremos que hauredes desto plazer, vos certifficamos que, por la gracia de Dios, nos hauemos firmado matrimonjo de la jnclita jnfanta dona Elionor, nuestra muy cara e muy amada ermana, con el jnfant don Odoart, primogenito de Portogal, vuestro ermano.

Jtem, vos notifficamos que el amado cambrero nuestro mossen Francesch Corberan, portador de la present, por complir cierto voto, que en djas pasados hauja feyto, va de present, por seruir al emperador e a vos. E, como sea cosa nuestra e persona, que en muytas maneras nos ha bien seruido e al qual, por sus meritos e seruicios, somos obligados; vos rogamos, tan affectuosament como podemos que, por contemplacion nuestra, quj aquesto hauemos muyto a corazon, hayades e recibades el dito mossen Francesch fauorablement por recomandado e lo tractedes segunt de vos confiamos e fariamos por cosa vuestra en otro semblant caso e mayor, certificantesvos que daquesto nos faredes plazer asenyalado, el qual muyto vos agradeceremos.

E, si de las partes de aqua vos son plazientes cosas algunas, scriuitnos ende, car nos las faremos de buena voluntat.

Dada en Valencia, dius nuestro siello secreto, a iiij.° dias de agosto del anyo mil cccc.xxvij. Rex Alfonsus.

Al inclito e magnifico don Pedro, jnfant de Portugal, nuestro muy caro e muy amado ermano.

Dominus rex mandauit michi, Francisco dArjnyo.

Prouisa.

81

14 AGOSTO 1427

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a comunicar a Filipe o Bom, duque de Borgonha, que, visto não ter recebido dentro do prazo fixado os embaixadores que haviam de vir dar execução aos seus desejos, de se unir à família aragonesa por laços de casamento, e porque a infanta sua irmã estava em idade de se matrimoniar, tratara e promovera, dias antes, o casamento dela com o príncipe D. Duarte, primogénito e futuro rei de Portugal, conforme o texto que junto lhe envia (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2680, fl. 111 v.

Rex Aragonum, Siçilie, etc.

Jllustris et potens dux, consanguinee et amice noster carissime.

Accepimus nuperrime vestris apicibus quam grandis affectio et desiderium mentem vestram vt nobis nexu tractati connubij jungereminj excitabat, pro cuius execucione et effectu, ambassiatores vestros serenitati nostre, infra certum temporis spatium, erat vestri propositi destinare. Vnde illud idem tamdiu reciproce gestientes summe letati, vestre dignas magnificentie grates reddimus pro premissis, quibus amoris sinceritas et affectus, quos erga vos semper gessimus atque gerimus, eximjum quidem suscepere [in]crementum verum.

Dux illustris et potens consanguinee et amice noster carissime. Preuijs vestris ambassiatoribus, per longa mora detentis, accrescentem cothi-

(1) Não encontrámos nos historiadores nem mesmo em ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, nomeadamente no liv. 13, cap. 45, fl. 181, ao aludir ao matrimónio da infanta D. Leonor de Aragão com o infante D. Duarte de Portugal, qualquer referência às pretensões que à mesma infanta aragonesa teve o duque de Borgonha Filipe o Bom e que afinal veio a casar com a infanta portuguesa D. Isabel, em 7 de Janeiro de 1430, parece que por insinuação de Inglaterra, a quem politicamente convinha tal união, naquele momento: — «En vain encore l'Angleterre manoeuvre pour s'attacher Philippe par un lien matrimonial, lui faisant épouser en troisièmes noces Isabelle de Portugal, issue d'une famille alliée à Londres, la famille lusitanienne d'Avis, et descendante du premier Lancastre Jean de Gand» (JOSEPH CALMETTE, *Les Grands Ducs de Bourgogne*, Paris, 1949, p. 206, e a bibliografia ali aduzida). O matrimónio de D. Leonor com o infante D. Duarte veio a celebrar-se no ano seguinte, em Olhos Negros, como em seu lugar se documenta.

Copyrighted material

die inclite infantisse, nostre germane dilectissime, etate jllamque iam maritali iugo porrigi exposcente, cum illustri principe Odoardo, primogenito et futuro rege regni Portugalie, de ea per paucis antehac diebus coniugium tractauimus atque fecimus, quod huiusmodi contextum vestre ilustri magnificentie notum deducimus, vt exinde sitis plenarie aduisatus. Sumus tamen, nichilominus his non obstantibus, sicut prius vestris vestreque domus comodis et honoribus toto corde parati eademque complacendi voluntas jdemque zelus in nobis vigent; et gratum nempe celsitudinj nostre erit quod operis per effectum id actingere valeamus.

Ceterum, quoniam de nostris nostreque regie domus successibus et felicitate vos non ambigimus, sicuti nos de vestris plurimum gratularj, nos jllustremque reginam, consortem nostram carissimam, ac inclitum infantem Petrum, germanum nostrum, predictarum dictamque jnfantissam, sororem nostram, votiua incolumitate, diuina fauente clementia, cum gerendarum rerum prosperitate potiri eidem vestre magnificentie nunciamus, a qua vice versa similes rumores aures nostras cupimus propulsare. Quare vos ab intimjs exoramus vt continue, cum opportunitas se obtulerit, ad nostram consolationem et gaudium, de vestre prosperitate persone vestris nos literis velitis reddire certiores, quecumque vestre eidem illustri magnificentie placita nobis fraterna fiducia intimando.

Datum Valencie, sub nostro sigilo secreto, die xiiij.ª augusti, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc.°xxvij.°. Rex Alfonsus.

Jllustrj et potenti viro Filippo, duci Burgundie, consanguineo et amico nostro carissimo.

Dominus rex mandauit michj, Francisco dArinyo.
Prouisa.

82

20 SETEMBRO 1427

Carta de el-rei D. João II de Castela, com os capítulos aditados ao tratado de paz firmado com Portugal, aprovados por el-rei D. João I e por este transmitidos e mandados guardar por carta de 22 de Dezembro do mesmo ano, — o nosso DOC. **89**.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, vol. 3, doc. 19, inserta na retrocitada carta de D. João I, onde se afirma ser o original assinado pelo rei castelhano e selado com o seu selo de chumbo, como também se declara no presente diploma —, texto que se reproduz; AHCML, *Místicos de Reis*, liv. 1, n.° 9.

Publicado o segundo texto citado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplem. ao vol. 1, p. 111.

Dom Joham per graça de Deus rrey de Castella e de Leom e de Tolledo e de Galliza e de Sevilha e Cordoua e de Murça e de Jahen do Algarue e dAljazira e ssenhor de Bizcaya e de Molina.

A todos quantos esta carta virem ffazemos ssaber que, despois do trauto da paz firmada e outorgada antre nos e nossos rregnos e ssenhoryos e elrrey dom Joham de Portugal, nosso tyo, e seus regnos e ssenhoryos e sseu filho nosso primo(1), nos enuyou ffalar çertos capitollos expedientes pera mjlhor conseruaçom da dicta paz e pera euytar as tomas e daneficamentos que per o mar sse ffazyam. Aos quaaes nos enuyamos rresponder per o dayam de Santyago e de Sagoyua (2), nosso enbaixador, que aos dictos rrey e jffante sobre esto e outras coussas enuyamos. E os que pello dicto dayam, por a nossa parte, e o dicto rrey de Portugal fforom apresentados ssom estes que sse seguem.

Primeiro, que os nauyos, assy de Castela como de Portugall, posto que çertamente leuem mercadaryas de jmijgos, nom ssejam buscados, os de Castela per os portugueses nem os de Portugall per os de Castella. E, como ao bordo do nauyo pareçerem todos de Castella, que logo aquelle nauyo nom sseja mais buscado, posto que alguas mercadaryas leuassem de jmijgos de Portugall. Esso meesmo sse ffezesse aos nauyos de Portugall, posto que leuassem mercadaryas dos jmijgos de Castella, ssaluo em dous cassos: ho hũu sse leuassem os corpos dos jmijgos; e o ssegundo sse o nauyo ffosse filhado em porto de terra de seus jmijgos, assy como aos de Portugall em porto de Jngraterra, ffilhando em os nauyos de Castella algũas mercadaryas ou coussas de jngreses que as possam tomar. E esso meesmo os nauyos de Portugall possam buscar os nauyos de Castella, estando no porto de seus jmijgos, e tomar delles quallquer coussa que hi ffor achada que de jmijgos sseja.

E o ssegundo he que sse algũus nauyos fforem armados em Castella ou em Portugall que, em aquelle lugar ou lugares em que armados fforem, as justiças e officiaaes delles ssejam tehudos de tomar segurança dos que assy fforem armados que nom façam nojo nem dano a sseus amjgos com

---

(1) Alusão ao nosso DOC. 37, de 30 de Abril de 1423.

(2) É D. Alfonso García de Santa María, formado em Direito por Salamanca, auditor da audiência régia de Castela pelo menos desde 1415, deão de Santiago de Compostela e de Segóvia em fins de 1419 ou princípios de 1420, cónego de Burgos e de outras catedrais a partir de 1421, núncio apostólico e colector geral pontifício em Castela, embaixador a Portugal desde fins daquele ano e mais tarde bispo de Burgos, com o nome de D. Alfonso de Cartagena, por ele usado a partir de 1441 (Cfr. LUCIANO SERRANO, O. S. B., *Los conversos D. Pablo de Santa María y D. Alfonso de Cartagena*, pp. 119 e ss.).

quem ham paz; pero, porquanto serya hũa coussa jnçerta a contya de que sse tomassem as dictas fianças, porque nom sse sabe o dano que depois sse podya fazer e serya ocasiom que nehũu nom podesse armar contra os jmijgos, por nom poder auer fianças geeraaes e himçertas, que sse dem ffianças de çerta contya, em esta maneira: por cada pesoa que entrar em essa armada de[e] fiança de çinquoenta coroas douro. E as justiças que ssejam tehudas de as tomar; e, sse as nom tomarem, que ssejam tehudas aas dictas contyas; e, sse nom forem abonados, que ssejam tehudos a ello a ujlla ou lugar onde a armada sse fezer. Elrrey seja tehudo a ffazer pagar o dano que sse fezer aos ffiadores que forem tomados ou aas justiças, sse as nom tomarem, ou aa villa ou lugar donde sse a armada fezer, sse as justiças nom fforem abonadas. E, sse o dano ffor mayor que a contya das fianças, que elrrey cujos sobdictos o dano fezerem sseja tehudo a fazer pagar o que monta em as dictas fianças, segundo dicto he, e de o rrestante que entregado nom sseja que ffa[ça] justiça contra os ffazedores dos danos, segundo a forma dos trautos das pazes.

O terçeiro he que, porquanto os nauyos da armada de Castella, assy de Bizcaya como doutras partes, sse ueem lançar çerca dos portos e abras e quebradas de Portugall e ali tomam e rroubam os nauyos dos jngresses e doutros que ueem com ssuas mercadaryas, seguros merchantes, e os de Portugall ffazem semelhante aos de Castella; que esto nom sse ffaça daqui em deante e cada hũu dos dictos rrex de[e] cartas per que nenhũus de sseus naturaaes nom ffaçam ssemelhante em outro rregno. E, por quitar toda duuyda, que esto sse entenda em esta maneira: que dos lugares onde em hũu rregno ssooem sseer ancorados nauyos ataa hũa legoa, nom possam sseer tomados por naturaaes e ssobdictos doutro rregno em todollos portos e abras e quebradas e ancoraçõoes de cada hũu dos dictos rregnos e ssenhoryos.

O quarto he que, sse algũu nauyo de jmijgos de hũu dos rrex tomar algũus nauyos de sseus sobdictos, que nom sseja acolhydo em porto nem em praya dos ssenhoryos do outro rrey nem lhe sseja dado vitualha algũa; e, sse ffor rreçebido e lhe ffor dada vitualha, que a cidade ou uylla ou lugar donde sse ffezer sseja tehuda a pagar todo o dano que tal nauyo ouuer fecto. E esto sse entenda e aja lugar de nauyo que sse partjr dalgũu lugar do rregno e sse tornar aly donde partyo ou a outro porto do dicto rregno. E, tornando ally com o que tomou, que lho nom consentam que o ally uenda nem desbarate nem lhe dem vitalhas, sso a pena ssuso dicta. Mais que nom aja lugar em os nauyos que veerem de suas terras, posto que algũus nauyos tomem em o camjnho, ssaluo sse os tomarem em os portos ou em abras ou dentro de hũa legoa, segundo em o capitollo ssuso escprito sse contem. E, sse algũu nauyo de Castella jouuer em algũu

porto de Portugall e sse temer de algũus outros sseus jmijgos que jaçam em o dicto porto que, rrequerendo elles aas justiças, que sejam tehudos de fazer dar segurança aos nauyos de seus jmijgos que nom partam dally a dous dyas. E, posto que partam, que nom ffaçam dano nem ssemrrazom algũa a tall nauyo ou nauyos. E, ffecto tall rrequerimento, sse algũu dano rreçeberem, que a çidade ou villa ou lugar de cujo porto tall nauyo ssayr sseja tehuda de pagar todo o dano que tall nauyo fez. E, sse peruentura, tall rrequerymento aas dictas justiças nom ffor ffecto ou, ssendolhe fecto, ffor dada segurança de nom partjr dhy a dous dyas e os nauyos dos jmijgos nom partirem ante dos dictos dyas, que nom aja lugar a dicta pena.

E, porque nos o dicto rrey de Portugall enuyou djzer, per ssua carta, que, per bem de paz e conseruaçom della, lhe prazya lhe açeptar e firmar os dictos capitollos nos, assy per nossa parte e por nossos rregnos, os outorgamos e firmamos e queremos que ssejam guardados em todo o tenpo que a dicta paz durar, assy como sse ffossem postos e eixeridos em o dicto trauto. E mandamos a nossos sobdictos e naturaaes de quallquer prehemjnençia ou dinidade, stado ou condiçom que sejam que os guardem durando o dicto tenpo; ca nos os auemos por jnclusos e postos e exprimjdos em o dicto trauto, sso aquellas penas que encorrem aquelles que nom guardam paz firmada e outorgada por sseu rrey e por sseu ssenhor naturall e sso as outras penas contehudas no dicto trauto; pero queremos que começem a ligar do dya [da] dada desta carta ataa seis meses conpridos primeiros sseguintes e durem en deante emquanto durar a dicta paz, porque aja espaço em que sse possam pobricar [por] todas as nossas costas do mar e o saberem os nossos sobdictos e naturaaes e todallas cousas ssuso dictas e cada hũa e parte dellas.

Prometemos por nossa ffe rreall e por mayor firmeza juramos sobre a cluz e aos santos auangelhos, por nossas mãaos corporalmente tangidos, de guardar e conprir, ssem arte e ssem emgano e ssem cautella algũa, sso as clasullas e juramento, penas e firmezas contehudas em o dicto trauto da paz, as quaaes todas e cada hũa dellas queremos auer e auemos aqui por jnxiertas e expressas enteiramente. E, em testemunho dello que lhe mandamos dar esta nossa carta, firmada de nosso nome e seelada com o nosso sseello.

Dante em Tudella, lugar de Valladolid, xx dias de setenbro, anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} xxbij annos.

83

3 OUTUBRO 1427

Carta de Afonso Eanes, datada de Génova e endereçada a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, a comunicar-lhe, entre outras coisas: que lhe envia duas cartas, levadas de Portugal por Gomes de Arábio, que segue para casa do infante D. Pedro; que em Portugal grassa a peste, pelo que receia a sorte de sua mulher e filhos, no Porto; que o infante D. Pedro com muitos outros senhores infligiram pesada derrota aos turcos, sendo ele capitão de 70.000 cavaleiros, e que lhe atribuem até a vitória bem como as tréguas entre eles e o imperador.

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 231, original, em papel.

Deo gracias. Senhor. AfonsEanes me envio mujto encomendar em uossa graça (1). Enviouos com aquesta duas cartas que trouxe Gomez dAraujo, que uem de Portugal e vay pera cassa do ssenhor jfante dom Pedro. As nouas que conta som uelhas, que ha mais de iij messes que partiu (2) da terra. A Deus graças, de mantimentos he bem auondada, mas ha hi per todo grande pestelença, e da do Porto me pessa, por azo de mjnha molher e filhos. Encomendoos ao Todo Poderosso Senhor, que mos queira gardar todos e mos mostrar com paz e saude. E peçouos por merçee que nas uossas oraçoes e de uossos jrmaaos seiam encomendados.

---

(1) E Afonso Eanes contador do rei de Portugal, como declara o infante D. Duarte (Cfr. a nota ao nosso DOC 104, de 11 de Junho de 1428). O indivíduo em referência manteve-se habitualmente em Pisa, naturalmente em missão oficial mas cujo objectivo desconhecemos, pelo menos na segunda metade do ano de 1426 e em parte do de 1427, como se infere da copiosa correspondência então por ele enviada a D. Gomes Ferreira e conservada no supracitado códice de Florença. Carteava-se também com a corte de Lisboa e procurava estar em contacto com o infante D. Pedro, então em ajuda militar do imperador Sigismundo na luta contra os turcos (Cfr. DOMINGOS MAURICIO, *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria*, pp. 25 e ss. e a bibliografia ali aduzida), ao qual muito estimava e a quem mandava emissário, diligenciando constantemente obter notícias suas. Em carta de 16 de Agosto de 1426, datada de Pisa, ele afirmava até: «Eu entendo partirme com hũu embaixador do duc, que jra daquj a bj dias nas galees de Genoa e dhi a Mjlam, onde me disse que acharia hũu scudeiro do jfante dom Pedro e di onde quer que o jfante steuer» (BMLF., *Cód. supracit.*, p. 205). Porém, em 29 de Outubro seguinte já se encontrava em Pisa (*Ibi*, p. 211).

(2) No ms. *parteu*.

Copyrighted material

Eu tenho enviado, dias ha, hũu homem a elrey meu ssenhor e outro ao jfante dom Pedro; e, a menos que me uenham, nom me posso daquj partir. Prazermja ia de uos ueer com paz e saude. Se o meu liuro ja he jlumjnado, gardademo asy porque, prazendo a Deus, quando eu ala for, ho farey encadernar e coreger como acordardes (3).

As nouas de ca som mujtas, graças a Sancta Trindade. Que o jfante dom Pedro, em conpanha de mujtos outros senhores, desbaratarom os turcos e forom delles mujtos pressos e mortos. Dizem que o jfante era capıtam de $\overline{\text{Lxx}}$ caualos e que a batalha foj uençida per ele e damlhe dello o louuor e ha onra. E jsto fez logo fazer as pazes antre o emperador e elles (4).

O ssenhor duc de Mjlam he senhor de Genoa e ha pouco temor de a perder, porque elle tem aquj mujtas gentes, asi de cauallo como de pee, e a maior parte dos da çidade som por elle e em sua ajuda. E desses que som por parte dos fragosos, delles enforcam e delles mandam fora da çidade. E os florentijes uam gastando os djnheiros que ganham a vsura com pouco sua honra e fazem ala fazer fogos e folos, em sinal de ujtoria, e todo he per o contrairo (5).

---

(3) Em suas missivas a D. Gomes, Afonso Eanes alude constantemente a este seu Livro de Horas, em organização e iluminação em Florença, indicando os textos que deseja nele insertos e até fornecendo dados deveras interessantes no aspecto litúrgico. De tais dizeres recortamos os seguintes: — «A mjm prazeria dauer as Oras de Sancta Maria segundo o custume de Sam Domjngos; rrogouos que se as poderdes auer, que as dedes ao uosso capelam pera traladar per ellas» *(Cód. cit.*, p. 201); «O liuro uos rogo e peço que ho façades bem emluminar, segundo uos ia screuj, ao modo toscano, com booas folhagees per as margees e com algũas aues dentro em ellas. E, se em nas letras grandes poderem seer figuras ou meas feguras, segundo requer a estoria, sera mais fremosso e mjlhor, contanto que seia feito per boo meestre; doutra gisa nom ualerom nada...» (*Ibi*, p. 219); «dos santos do calandrairo asas me pareçe que abastarom os de hũu misal da corte, mas conpre poersse, xb dias ante Natal, a festa de Sancta Maria e aos biij dias seguintes outra uez a festa de Sancta Maria; a primeira he vsso de França e ora vsase ia em nossa terra, e a outra foj stabilicida per saltil Afonso (Santo Ildefonso ?) e gardasse em nossa terra» *(Ibi*, p. 219).

(4) A muita amizade de Afonso Eanes pelo infante D. Pedro faz-lhe exagerar até este ponto os méritos militares daquele na luta contra os turcos. Sobre o particular veja-se o acima citado estudo de DOMINGOS MAURICIO. Noutra sua missiva, de 22 de Dezembro de 1426, o aludido contador régio assevera a D. Gomes: — «do ssenhor ifante dom Pedro me prazeria auer booas [nouas], porque he hũu ssenhor o qual queria veer mujto honrado e posto em algũu grande stado; e praza a Deus que lhe conpra seus deseios. Se algũas nouas delle ouuerdes, rogouos que mas screuades. De quantos rrecados lhe screueo Gonçalo Ferrnandez soo spantado nom auer algũu recado» *(Ibi*, p. 225).

(5) Afonso Eanes, escrevendo de Génova, reporta-se aqui às dissenções entre as repúblicas italianas da época e denomina «fragosos» os adeptos do doge Campofregoso. Aludindo ao declinio de Génova nesta data, M. A. BRAGADIN assevera, na ver-

Encomendademe mujto a dom Aluaro e a todos uosos jrmaaos. Prazauos rrogardes a Deus por mjm. Des que, prazendo a Deus, ala for, uos contarey mujtas nouas. Praza ao Senhor que uos mostre çedo com paz e saude, com mais de uirtudes e com menos de pecados. As nouas do casamento do jfante com a jrmaa delrey dAragom nom uollas screuo. porque dias ha que ho deujades de saber.

Scprita em Genoa, iij dias doutubro 1427.

(*as.*) Vester semper serujtor et amjcus Alfonsus.

84

18 OUTUBRO 1427

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Afonso de Mansilha, escudeiro, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de leira de herdade e pardieiro anexo na Rua da Regueira, da mesma povoação, pelo foro anual de 30 soldos da moeda antiga, pagos às terças do ano, e um par de capões, pelo Natal.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 39, n.º 24, original em pergaminho destinado ao cabido.

Sabham quantos esta carta dencartamento virem que nos, PedrEannes, chantre na see da çidade de Viseu, e o cabidoo do dicto logo, seendo juntos e chamados pera esto que se adeante segue, dentro na clasta noua da dicta see, encartamos a vos, Afonso de Mansilha, escudeiro, criado do jfante dom Anrique, morador na dicta çidade, que presente estaua, e pera voso filho e filha ou neto e neta e, se filho ou filha ou neto ou neta nom

---

são francesa da sua obra: — «Pour se procurer les ressources nécessaires à la résistance en Corse et à la défense de la république contre le péril milanais, le doge Campofregoso vendit à Florence la ville de Livourne, devenue prospère depuis la ruine de Porto Pisano, pour la somme de 100.000 sequins: cette transaction fut exploitée par ses adversaires pour fomenter une nouvelle rébellion et solliciter le concours des Milanais; Gênes ne tarda pas à être assiégée par les troupes du duc de Milan, Philippe-Marie Visconti. Campofregoso, n'ayant guère le moyen de résister, préféra traiter avec le Visconti et lui céder, en 1421, la souveraineté sur la république; le gouvernement fut confié au célèbre *condottiere* François Bussone, comte de Carmagnola» (*Histoire des Républiques Maritimes Italiennnes*, Paris, 1955, p. 143). Sobre o assunto pode ver-se também ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, parte 2, liv. 13, cap. 39.

ouuerdes, pera duas pesoas, hũa empos outra, quaaes vos nomeardes em vosa vida ou a ora de vosa morte, hũa leira derdade com seu paredeiro que esta junto com ella, que o dicto cabidoo ha na dicta çidade, na Rua da Regeira, que vaj da dicta çidade pera Sam Migel, que parte com outra leira derdade que traz Joham da Regeira, em nome de Jnes Eannes, sua filha, e de outra entesta com outra leira que traz o dicto chantre, que he do dicto cabidoo, e pela rrua puurica que vaj da dicta çidade pera Sam Migel.

O qual paredeiro e leira que a el perteeçe com suas perteenças vos encartamos pera vos e pera as dictas pesoas, como dicto he, com esta condiçom que, se quiserdes tirar algũa pedra do dicto paredeiro, que a tiredes e ha ponhades, em prol do dicto cabidoo, nos outros paredeiros que de nos tragedes e teendes enprazados na dicta çidade na Rua da Regeira ou em outra prol do dicto cabidoo, e que aproueitedes bem a dicta leira e o al que a ella perteençe, de tal gisa que melhore e nom pejore; e que dedes, em cada hũu ano, ao dicto cabidoo trijnta soldos da moeda antyga e hũu par de capoes e pagar os dictos trijnta soldos da dicta moeda antyga aas terças do anno, a saber, por Natal e Pascoa e Sam Joham Bautista, e os dictos capoes por Natal. E, se uos quiserdes vender o dicto encartamento, vendades ao dicto cabidoo, tanto por tanto; e, se elle nom conprar, vendello a tal pesoa que nom seia de maior condiçom que vos.

E obrigamos os beens da mesa do dicto cabidoo de vos ljurar o dicto encartamento de qualquer enbargo que vos sobre elle sayr polla nosa rrazom. E o dicto Afonso de Mansilha, que presente estaua, consentyo em esto que dicto he e obrigou todos seus beens, moujs e rraiz, estar por as condições em este estormento contehudas. Em testemunho desto, pedirom senhos estormentos e este he o do dicto cabidoo, que foj fecto na clasta noua da see da dicta çidade, dez e oyto dias doytubro, ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vjnte e sete annos. Testemunhas: Fernam Gonçaluez de Gulfar e Aluaro Ferrnandez, notairos, e Afonso, porteiro do dicto cabidoo. E eu, Gil Afonso, tabeliom delrrej na dicta çidade, que este encartamento escpreuj e aqui fiz meu synal, que tal he *(Sinal do notário)*. Santa Maria me guarde de mal.

85

5 DEZEMBRO 1427

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal e ao infante D. Duarte, a comunicar-lhes que, apesar de ali se encontrar o arcebispo de Lisboa, a solicitar a partida da infanta

D. Leonor, ocupações grandes e árduas o têm impedido de a despachar, mas que ela seguirá por todo o próximo mês de Janeiro.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2.680, fl. 146.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos elrrey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar como aquel que muyto amamos e pora qujen querrjamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanta pora nos mismo deseamos.

Rey muy caro e muy amado tio. Ya sea el reuerend padre en Christo el arcebispe de Lisbona, nuestro muy caro cosino, con grand diligencia e cura haya sollicitado el desempachamjento e partida de la jnclita jnfanta dona Eleonor, nuestra muy cara e muy amada hermana, pera vuestros regnos, e nos assi mesmo lo hayamos houjdo grantment a coraçon; empero, por algunas occupaciones grandes e arduas que a nos han occorrjdo, no hauemos podido entender en ello, segund deseauamos (1).

Noresmenos agora, haujendo alguna opportunjdat, entendremos en los ditos desempaxamjento e partida, por manera que, plaziendo a Nuestro Senyor, por todo el mes de janero primer vinjent, la dita jnfanta, nuestra hermana, sera del todo desempachada e partira pera los ditos regnos vuestros. La qual cosa vos hauemos consido notifficar, porque somos ciertos que de aquella hauredes consolacion e plazer.

Et si cosas algunas, rey muy caro e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, embiatlas nos a dezir, car nos las compliremos de muy buena volundat. Et sea vuestra curosa guarda la Sancta Trinjdat.

Dada en Teruel, dius nuestro siello secreto, a v°. dias de deziembre del anyo M.cccc.xxvij. Rex Alfonsus.

---

(1) O prelado em referência é D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa desde 10 de Março de 1423 até 12 de Agosto de 1452 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol, 1, p. 507, e vol, 2, p. 259). Sobre ele pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 556 e 575-76 e a bibliografia aduzida pelo autor. D. Pedro fora ao Aragão para acompanhar a Portugal a infanta D. Leonor, desposada com o infante D. Duarte, filho do monarca português (Cfr os nossos DOCS. 90 e 91).

O presente documento e os retrocitados obrigam-nos a retrotrair para o ano de 1427 os esponsais da infanta aragonesa com o primogénito de Portugal e a embaixada de D. Pedro de Noronha ao Aragão, colocados no ano de 1428 por DUARTE NUNES DE LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 100, por SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 2, pág. 942, por ZURITA, *Anales*, t. 3, liv. 13, cap. 45, fl. 181, e pelo *Quadro elementar*, t. 1, p. 299.

Al muy alto princep don Johan, por la gracia de Dios rey de Portugal e del Algarue, nuestro muy caro e muy amado tio.

Sub forma predicta, mutatis mutandis, fuit scriptum primogenito Portugalie.

Al muy jllustre princep el jnfant don Odoart, primogenjto de Portugal, nuestro muy caro e muy amado hermano (2).

86

9 DEZEMBRO 1427

Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Álvaro Vasques, criado do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 107 v.

Carta de legitimaçam dAluaro Uaasquez, criado do jffante dom Anrrique, filho de Uaasco Gonçalluez, conego da Guarda, e de Maria Cremente, molher solteira ao tenpo da nacença do dicto Aluaro Uaasquez.

Em Lixboa, ix dias de dezembro de mjl iiij^{c} e xxbij annos.

87

9 DEZEMBRO 1427

Carta de el-rei D. João I com a resposta a certos capítulos apresentados pelo concelho de Guimarães nas cortes de Lisboa de 1427, na qual, entre outras coisas, se alude aos arneses tomados pelo infante D. Henrique quando foram para Ceuta.

---

(2) O presente documento demonstra que meses antes de efectuado o contrato matrimonial do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, o qual teve lugar apenas a 16 de Fevereiro de 1428 na povoação aragonesa de Olhos Negros (Cfr. o nosso DOC. 91), se assentara, entre Aragão e Portugal, na vinda dela para o nosso país; pelo que ao Aragão se deslocara o arcebispo de Lisboa, a fim de a acompanhar. (Cfr. também o nosso DOC. 90, de 8 de Fevereiro de 1428).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 113, — texto que se reproduz; *Além-Douro*, liv. 4, fl. 133v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 2, p. 371. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 479.

Sobre o assunto pode ver-se ANTONIO LOPES DE CARVALHO, *Guimarães em Ceuta*, Guimarães, 1954.

Dom Joham, pella graça de Deus, rrej de Portugall e do Alguarue e ssenhor de Çeepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em estas cortes que ora fezemos em Lixboa, nos forom dados hũus capitollos espiçiaaes do concelho da nossa uilla de Guimarãjs, aos quaees, ao pee de cada hũu, demos nosas rrepostas de como era nosa merçee de sse fazer. E, per os procuradores do concelho da dicta uilla, nos foy pedido de merçee que lhe mandassemos dar, em hũa nossa carta, sijnada per nos e asseellada com o nosso sseello, com o trellado dalgũus que lhe conpriram, com nosa rreposta. E nos, visto sseu pedir e, querendolhes fazer graça e merçee, mandamoslha dar, ssegundo ao diante bem e conpridamente verees.

Item, ao que dizees que he contheudo, em hũu caderno que nos deu Ruj Ferrnandez Homem, corregedor por nos em esa comarca dantre Doiro e Mjnho, dordenaçooes, em o quall caderno he contheudo que nos mandamos ao coudell que ora he posto em essa uilla, per nosa carta, que façam alardo com todollos moradores dessa uilla e termo e que apure todos e lhe mande teer armas e cauallos aos acontiados em ellas e os piaaes escudos e lanças e que nosa merçee sabe que, a rroguo do conde dom Afonso, meu filho, demos hũu aluara a este conçelho per que nom teuessem cauallos aquelles que acontiados fossem [em] ellas, saluo que teuessem dous arnesses e que assy os teuerom ssenpre, e que prouguesse (1) a nossa merçee que mandassemos ao dicto coudell que os nom constrangesse por os dictos cauallos etc. (2).

Item, a esto nos rrespomdemos que sse guarde o aluara que sobre esto dado teemos e que nom tenham cauallos

Item, ao que dizees que o jffante dom Emrrique, meu filho, quamdo forom pera Çeepta, mandou dar, per sseus aluaras, a todos os que eram acontiados em arnesses çertos arnesses, a saber, a dom Fernando de Bra-

(1) No ms. *prououusse*.

(2) O D. Afonso a que se faz alusão no texto é o 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, filho legitimado de el-rei D. João I.

gança e a Gonçallo Pereira e a outros caualleiros e escudeiros do jffamte, e que prouguesse a nossa merçee de lhes mandar entregar sseus arnesses ou que nom sejam costrangidos por elles (3).

Item, a esto nos rrespomdemos que pidijs bem e uos rrequere o jffamte dom Enrrique, meu filho, que lhas façam entregar. E mamdamos que ajam hũu anno despaço que nom tenham arnesses.

Item, ao que dizees que os lauradores desse termo ham tantas perseguiçooes com Ceepta e ssysas e seruintijas pera as torres que hi mamdamos fazer e pera outros encarregos do concelho, que som tam prooues que, sse lhe mandamos lançar lanças e escudos, venderom os bois com que laurom e os bees per que sse maanteem pera conprar as dictas lanças e escudos, e que, ajnda que algũus lauradores sejam abastantes pera teerem as dictas lanças e escudo, que essa terra he tam mall aforada que, tanto que algũus fidalgos da terra soubessem que as tijnham, que logo lhas mandariam tomar ou os seus homeens lhas tomariam, per bem ou per mall, e que elles, com sseu medo, nom ousariam a o dizerem. E que nos pidiees que a esto uos ouuessemos rremedjo com djreito.

Item, a esto rrespomdemos que pedem bem e mamdamos que as nom tenham.

E porem mamdamos a todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que cunpram e guardem e façam conprir e guardar esta carta assy e pella guisa que em ella he contheudo e nom comssemtam que nehũu nom vaa comtra ella ssem outro algũu enbarguo que a elo ponhaes. Vnde al nom façades.

Damte em Saluaterra de Maguos, ix dias de dezembro. Elrrej o mandou. Martim Gill a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxbij anos.

---

(3) O facto deve ter-se passado na primeira metade do ano de 1415, quando o infante D. Henrique foi ao norte preparar a armada para a conquista de Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 35). A D. Fernando, Senhor de Bragança, alude a crónica retrocitada, nos caps. 36, 50 e 96; e a Gonçalo Pereira, o das Armas, 2.º Senhor de Cabeceiras de Basto, no cap. 50.

88

16 DEZEMBRO 1427

Gonçalo Cação, oriundo de nobre estirpe e familiar do infante D. Henrique, pede ao papa Martinho V a criação e concessão do decanato da sé de Ceuta, onde o bispo D. Aimaro instituíra oito cónegos, e a adjudicação ao mesmo do rendimento dos pauis de Almeirim. Concedido.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 219, fl. 215.

Beatissime pater.

Dudum sanctitas vestra in ciuitate Cepte, in partibus Africanis constituta, per deuotum filium vestrum serenissimum principem Johannem, Portugalie et Algarbii regem illustrem, de potestate infidelium sarracenorum acquisita et fidei christiane restituta, sub inuocatione beate Marie cathedralem ecclesiam erexit ipsique ecclesie de persona deuote facture vestre Aymari prouidit ipsumque illi in episcopum prefecit pastorem (1); qui quidem episcopus in eadem ecclesia capitulum ecclesie cathedralis statuit, in quo octo canonicos instituit. Cum autem, beatissime pater, racionabile et eciam vtile foret in dicta ecclesia dignitatem curatam et electiuam maiorem post pontificalem institui, ut ipsam obtinens, caput eiusdem capituli haberetur;

Supplicat igitur sanctitati vestre deuotus vester Gundissaluus Caçon, de nobili genere ex vtroque parente procreatus, deuoti filii vestri Henrici, regis predicti infantis tercii geniti, familiaris, quatinus in dicta ecclesia Ceptensi decanatum, qui dignitas curata et electiua ac maior post pontificalem existat, creare, erigere et statuere necnon, pro sustentacione decani pro tempore dicte ecclesie, omnes et singulas decimas et primicias loci de Almeirim, diocesis Vlixbonensis, quarum valor summam centum scutorum, secundum communem extimacionem non excedit, alias inculti seu mortibus (?) constituti per regem predictum facti seu alias ad cultum reducti, ad ecclesiam collegiatam beate Marie de Alcaçeua, ville de Santaren, diocesis predicte spectantis, ipsi ecclesie decimis et primiciis, quas ex eodem loco, antequam per eundem regem ad culturam reduceretur, reseruatis, decanatui predicto im perpetuum vnire, annectere et incorpo-

(1) Cfr. o nosso DOC. 4.

rare; quodque de huiusmodi decanatu, postquam creatus, erectus et statutus fuerit, si in premissis omnibus eiusdem regis consensus interuenerit, predicto Gundissaluo prouideri dignemini, iuribus, constitucionibus et ordinacionibus apostolicis aliisque contrariis non obstantibus quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

Fiat ut petitur et commictatur. O.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, decimo septimo kalendas januarii, anno vndecimo.

89

22 DEZEMBRO 1427

Carta de el-rei D. João I, a transmitir ao país a de el-rei de Castela de 20 de Setembro anterior, de aditamento ao Tratado de Paz firmado em 1423 com Portugal, em que as duas partes outorgantes assentam em determinados capítulos para se evitarem tomadias e prejuízos por mar, e a mandá-la cumprir.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Pergaminhos*, vol. 3, doc. 19, original em pergaminho que teve selo pendente, em transcrição um pouco descuidada, em exemplar destinado ao porto de Aveiro, segundo se infere do documento, — texto que se reproduz, preenchidas as lacunas pela lição infracitada de Lisboa; *Liv. A*, fl. 41 v.; AHCML., *Místicos de Reis*, liv. 1, n.º 9, em traslado autêntico de 4 de Dezembro de 1427, com variantes sem valor histórico, como pode ver-se na edição seguidamente aduzida.

Publicado o segundo texto por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 113, e parcialmente nos *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis. I*, Lisboa, 1957, p. 16.

Dom Joham pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que nos ffirmamos e juramos ora nouamente com elrrey de Castella, aaleem dos trautos da paz que com elle auyamos firmada, hũus capitollos, ssegundo he contehudo em hũa carta delrrey de Castella, asijgnada per ssua mãao, sseelada do sseu sseello do chunbo, dos quaaes o teor, de uerbo a verbo, sse adeante ssegue.

Segue-se a transcrição da carta de D. João, rei de Castela, de 20 de Setembro anterior, — o DOC. 82.

E, por assy os nossos naturaaes [como os naturaaes] dos rregnos de Castella come de outros quaaesquer estrangeiros ajam notiçya destes capi-

tollos e das coussas em elles contehudas nom ajam rrazom de pretender e auer jnorançya, nos mandamos a todallas nossas justiças, assy da nossa nobre, leal cidade de Lixbõa e de todollos outros nossos portos de mar de todollos nossos rregnos de Portugall e do Algarue conpram e guardem bem e fiellmente os dictos capitollos pella guissa que em elles he contehudo e nom uãao nem consentam [hir contra] elles e cada hũu delles, em parte nem em todo.

E ffaçam pobricar esta nossa carta em o porto do mar da dicta çidade e todollos outros portos e abras das costeiras do mar ataa Buarcos e da costeira do mar da parte do leuante ataa a ujlla de Lagos. E a cada hũu porto e abras leixem o trelado desta carta em pruujca forma com o ssinall dos tabaliaaes. E a ffaçam leer cada mes hũa uez, perante todos os moradores dos dictos portos e abras, pera nom preteenderem jnorancya. E mandamos a uos, juizes dAueiro, que conpraaes e guardees esta como em ella he contehudo. Vnde al nom ffaçades.

Dada em a cidade de Lixboa, xxij dias do mes de dezenbro. Elrrey o mandou per o doutor Gill Martijnz, caualleiro, sseu uassallo e chançeler moor. Felipe Affonso a ffez. Era do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} xxbij anos.

(as.) Egidius.

90

8 FEVEREIRO 1428

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a D. João I de Portugal, a recomendar-lhe Perr Met e Michalet de Netanvila, respectivamente tocadores de órgão e de harpa de sua casa, os quais envia em companhia e serviço da infanta D. Leonor e que devem passar alguns dias em Portugal, por serviço e prazer do nosso monarca (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2577, fl. 106. À margem, por três vezes, a palavra *vaccat*.

Sobre o assunto pode ver-se HIGINIO ANGLÈS, *La música en la corte del rey Don Alfonso V de Aragón*. Em «Spanische Forschungen des Görres-Gesellschaft», I, Bd. 8.

(1) Com data do dia seguinte, como se vê do fl. 106 v., carta idêntica foi enviada também ao rei de Castela, à rainha D. Leonor, ao rei de Navarra, à rainha de Castela, aos infantes portugueses D. Duarte, D. Henrique, D. João, D. Fernando e D. Isabel, ao infante D. Henrique de Aragão, à infanta D. Catarina, a D. Alvaro de Luna e ao conde de Castro. Por esta ocasião deve ter partido a infanta D. Leonor para Olhos Negros, onde se efectuou o contrato de casamento dela com o infante D. Duarte de Portugal, oito dias depois, como consta do documento seguinte.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos el rey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e por aqujen querriamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanta pora nos mismo desseamos.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos, de present, embiamos aaqueixos vuestros regnos, en companyia e seruicio de la jnclita e magnifica jnfanta dona Elienor, nuestra muy cara e muy amada ermana, los fieles Perr Met, prebostel, sonador dorganos de nuestra capella, e Michalet de Netanuila, sonador darpa de casa nuestra; los quales, por mandamiento e premission nuestra deuen star aquj algunos dias, por vuestro seruicio e plazer. Por que, rey muy caro e muy amado tio, vos rogamos affectuosament que, por nuestra contemplacion e amor, que aquesto hauemos muyto a coraçon, hayades los dictos Perr Met e Michalet spacialment por recomandados, segunt de vos confiamos, por manera que conezcan las presentes nuestras pregarias hauerlos aprouechado. Car cosa sera dj que nos faredes assenyalado plazer, el qual muyto vos agradesceremos.

E, si cosas algunas, rey muy caro e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros regnos e tierra, embiatlas nos a dezir, car nos las compljremos de muy buena voluntat. E sea vuestra curosa guarda la Sancta Trinidat.

Dada en Teruel, dins nuestro siello secreto, a viij dias de ffebrero del anyo mil cccc.xxviij. Rex Alfonsus.

Al muy alto princep don Johan, por la gracia de Dios rey de Portugal e del Algarue, nuestro muy caro e muy amado tio.

Dominus rex mandauit michi, Francisco dArinyo.

Similes alie terdecim fuerunt expedite sub eiusdem data, mandato atque sigillo, mutatis mutandis, directe infrascriptis.

91

16 FEVEREIRO 1428

Contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, celebrado em Olhos Negros, aldeia vizinha da cidade aragonesa de Daroca, entre el-rei D. João I de Portugal e aquele seu filho, representados por D. Pedro, arcebispo de Lisboa, e el-rei D. Afonso V de Aragão e aquela sua irmã, cujas cláusulas principais são estas: D. Duarte dá de arras à D. Leonor 30.000 flo-

Copyrighted material

rins de ouro de Aragão, assegurados por D. João I e filho em seus bens, sobretudo nos rendimentos da vila de Santarém; aquela terá metade da câmara que houvera a rainha D. Filipa e, depois de rainha, a mesma câmara por inteiro, ou seja as vilas de Alenquer, Sintra, Óbidos, Alvaiázere, Torres Novas, Torres Vedras e demais terras e rendimentos que tivera D. Filipa; a infanta recebe o dote de 200.000 florins de Aragão, metade paga pela rainha aragonesa, sem compromisso do monarca, e a outra metade por este, em 10 anos, à razão de 10.000 florins anuais, seguros sobretudo nas vilas de Fraga, Berga e Liria; a infanta recebe pelo menos o mantimento dado outrora às infantas aragonesas e castelhanas vindas para Portugal; por honra deste matrimónio, el-rei D. João I e seus filhos comprometem-se a não dar conselho ou ajuda a qualquer pessoa contra o reino de Aragão e os reis de Aragão e de Navarra e os infantes aragoneses farão o mesmo a respeito de Portugal.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 4, n.º 8, cópia coeva em papel, em versão demasiado literal do original castelhano, com algumas discrepâncias abaixo anotadas, — texto que se reproduz e que denominamos cód. A); ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2692, fls. 13 v. — 19 v., em castelhano, lição que denominamos cód. B) e que tem o título: «Capitula matrimonjalia jnclite jnfantisse Elienoris».

Sumariado em ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, liv. 13, cap. 45, fl. 181, e no *Quadro elementar*, t. 1, p. 299.

Sabham todos quantos esta carta e estormento puurico ueerem e ouujrem como nos, dom Afonso, pella graça de Deus rrej dAragom e de Sezilia, de Valença, de Malhorquas, de Cerdonia, de Corcega, conde de Barçelona, duc de Atenas e de Neopatria e ajnda conde de Roselam e de Cerdenia, e nos, a jfante dona Lianor, filha do ssenhor rrei dom Fernando, de louuauel (1) rrecordaçom, [e] de a rrainha dona Lianor, de aquel rrelicta, de hũua parte; e nos, dom Pedro, arçebispo de Lixboa, asy como procurador do muy exçelente ssenhor dom Joham, rrej de Purtugal e do Algarue, e do muy jnclito jfante dom Eduarte, filho primogepnyto do dicto rrej de Purtugal, espiçialmente constituido (2) per[a] o negoçio ajuso scripto, segundo se mostra per duas cartas de procuraçoees (3);

(1) No cód. A) *nouuauel*. A copulativa que introduzimos figura em B).

(2) Em A) *cõestutuyndo*, mas em B) *constitujdo por al negocio;* pelo que fizemos a correcção exigida pelo contexto.

(3) Em B) *segundo consta... cartas de procuracion*.

Hũa pello dicto ssenhor rrej de Purtugal, a nos outorgada, dada em os paaços dAlmeirim, a par de Santarem, a x dias de janeiro, anno (4) do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} xxb[ij] (5), em poder de Gonçalo Caldeira, notairo e scripuam da camera do dicto ssenhor rrej de Purtugal, e outra pello dicto jfante dom Eduarte, dada em a çidade dEuora, a noue dias dabril, anno (6) de Noso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} xxbij, em poder de Felipe Afonso, puurico notairo, mostrase (7) ajnda per outra carta de procuraçom dos dictos ssenhores rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte, dada em a dicta çidade dEuora, a xb dias dabril do anno suso (8) mais açerqua rreçitado, em poder do dicto Felipe Afonso, da outra parte.

Confesamos e outorgamos que, por rrazom que antre nosoutros, em os dictos nomes, foi concordado e conujndo que a dicta jlustre jfante dona Lianor, muy cara e muy amada irmãa de nos, dicto rrei dAragom, se esposase, segundo de fecto foy esposada, per palauras de presente, taaes (9) que fazem matrimonyo, som estados concordados, firmados e subsignados (10) do nome de nos, dicto rrej dAragom, e da dicta jfante e do nome de uos, dicto arçebispo de Lixboa, em nome e como procurador suso dicto, çertos capitellos, o teeor de quaees he este que se ssegue.

Capitellos fectos e concordados antre o muy alto (11) dom Afonso, rrej dAragom e de Sezilia, e a jlustre jfante dona (12) Lianor, filha do dicto senhor (13) dom Fernando, rrej dAragom, de gloriosa memoria, e da rainha dona Lianor, de aquel relicta, de hũa parte; e o muy alto senhor dom Joham, rrej de Purtugal e o jlustre jfante dom Eduarte, filho primogepnyto esdeuenjdor (14), suçesor do dicto rrej de Purtugal, e o rreuerendo padre em Christo dom Pedro, arçebispo de Lixboa, procurador dos dictos rreis de Pur-

---

(4) Em B) *era*.
(5) Assim em B.)
(6) Em B) *era*.
(7) » » *consta*, em vez de *mostrase* do A).
(8) » » *desuso*.
(9) » » *tales*, portanto *taaes* e não *atees*, como se lê em A) e que por isso corrigimos, tanto mais que a forma reaparece mais adiante da mesma maneira.
(10) Em A) *sobsygrados*, que corrigimos segundo B): *subsignados*.
(11) Em B) *alto senyor*.
(12) Em B) *jllustre dona*.
(13) » » *fija del senyor rey don*.
(14) Por ininteligível em A), tomámos a palavra de B).

tugal e primogepnyto e em nome de aqueles, da parte outra, sobre o matrimonyo dejuso espaçificado.

[1]

E, primeiramente, foi concordado, consentido e pacionado antre as partes suso dictas que, em nome da Santa Trindade, fose e seja fecto, com toda solenydade e acabamento, matrimonyo, segundo [a] (15) hordenaçom da sancta madre jgreia, antre o dicto (16) jfante dom Eduarte, primogepnyto desuso dicto do dicto rrei de Purtugal e [a] jlustre dona Lianor, filha dos dictos senhores rej dom Fernando, de gloriosa memoria, e da senhora rrainha dona Lianor, de aquel relita e hermana do dicto ssenhor rrej dom Afonso, rrei dAragom, com os pautos e aueenças de juso scriptas (17).

[2]

Jtem, he concordado que o dicto jlustre jfante dom Eduarte, primogenyto de suso dicto, com uontade [e] expreso consentimento do dicto ssenhor rrej de Purtugal, seu padre, da e constitue, por arras e em nome de arras, a dicta jlustre jfante dona Lianor, por honra de seu linhagem e do seu corpo, trinta mil frolis douro dAragom, os quaees lhe asegurarom os dictos rrey de Purtugal e jfante dom Eduarte sobre todos seus beens e, em espeçial, sobre a villa de Santarem e rrendas dela, com todas clausolas, seguridades e contrautos, segundo em taees matrimonyos he acustumado e em toda maneira como mais seguro se podera ditar e (18) a proueito da dicta jfante, e agora, de presente, lhe asegura (19) o dicto procurador em a milhor forma que, de direyto e custume, pode (20) seer entendido.

[3]

Jtem, he concordado que a dicta ssenhora jfante cõestituhira, em e por dote daquela, ao dicto jlustre jfante dom Eduarte, primogepnyto desuso dicto, dozentos mil frolis pagadoiros, a saber: os çem mil frolis per a

---

(15) Em B) *a.*
(16) » » *jllustre.*
(17) » » *con los pactos e conuenciones deiuso jnsertos.*
(18) » » falta a copulativa.
(19) » » *lo assegura,* pelo que emendámos o *asegurara* de A).
(20) » » *pueda.*

senhora rrainha dona Lianor, sua senhora e madre, sem obrigaçom (21) algũua do dicto senhor rrei dAragom nem de seus beens (22), quanto aos dictos cem mil frolis pella dicta senhora pagadores; e os outros çem mil frolis, a razom de xj soldos de rraiaes de moeda de Ualença por cada hum frolim, pagara o dicto senhor rrei dAragom, dentro no tempo (23) de dez annos, contadores do dia que o dicto matrimonyo seia cousumado adiante, conuem a saber: cada hum anno dez mil frolis. Em casso empero que o dicto ssenhor rrej dAragom fose fora de seus rregnos e terras, he conujndo que a paga daquele anno posa seer fecta em outro anno seginte.

Em todo casso, que o dicto senhor rrej j[n]stara, a todo seu leal poder, [e] subplicara aa dicta senhora sua madre que page os dictos cem mil frolis a ela tocantes pagar; o pagamento, empero, dos outros dictos çem mil frolis, pagadoiros pello dicto ssenhor, he concordado que seia fecto pelo dicto ssenhor rrej, em a çidade de Ualença ou em a vila de Sete Augo[a]s, onde ante quiser o dicto senhor jfante dom Eduarte ou o que seu poder teera pera rreçeber a dicta paga (24). E que a dicta soluçom (25) ou paga de aqueles posa seer fecta pello dicto ssenhor rrej dAragom em prata booa, marcadoira, a razom de çento e dous soldos o marco de Ualença ou em rraiaees douro ou de prata do dicto rregno, segundo que ante el queira a toda sua uoontade.

Pera (26) pagar estes dictos cem mil frolis, o dicto senhor rrej dAragom obriga todos seus beens e, em espiçial, as villas de Fraga, de Berga (27) e de Liria (28); e que os dictos senhores rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte asegurarom e segura (29) logo o dicto procurador pella mjlhor maneira que pode e deue a dicta dote aa dicta jfante e ao dicto senhor rrej dAragom, em o caso que lhe deua seer rrestetuhida, segundo dejuso se contem, per contrautos certos e firmes sobre todos seus beens geeralmente e, em espiçial, sobre as vilas que seerom dadas em camera aa dicta jfante, segundo se de juso se contem (30).

---

(21) Em B) *sines empero obligacion.*
(22) » » *de bienes suyos.*
(23) » » *dentro tiempo de.*
(24) » » *pora recebir la paga.*
(25) » » *la solucion.*
(26) » » *E por apagar.*
(27) Em A) *Brega.* Em B): *de ffraga de berga e de lirja.*
(28) Em A) *Liera.*
(29) Em B) *asseguraran e assegura*, pelo que corrigimos o *segurarom* de A) para *segura*, como o próprio contexto o exige.
(30) Em B) *segund diuso se contiene.*

[4]

Jtem, he concordado que aa dicta jfante seia dado mantimento honrradamente e conpridamente, honesta (31), tanto e ho maior que foi dado, em tenpo pasado, a outras jfantes que do rregno dAragom e de Castela entrarom a Purtugal (32) e, alem daquesto, que de continente lhe seia dada camera a metade das rrendas e terras que tinha e posohia a senhora rrainha dona Felipa, madre do dicto jfante dom Eduarte; e, despois que seera rrej o dicto jfante, aia emteiramente a dicta jfante a dicta camera e o dicto mantimento que auja a dicta rrainha por todos tenpos da ujda da dicta senhora jfante, pella maneira de juso contheuda e declarada (33).

[5]

Jtem, he concordado que, se aqueçera, o que Deus nom queira, que a dicta jfante dona Lianor moura durando o dicto matrimonyo, sem leixar filhos legitimos, naçedoiros do dicto matrimonyo ou em qualquer outro casso que, de dereyto, aia lugar rrestituçom de dote, que os dictos çem mil frolis da dicta dote, que o dicto ssenhor rrej dAragom da, seiom tornados e rrestetuhidos ao dicto ssenhor rrej ou a qualquer que depois de seus dias soçedera em os rregnos dAragom. Pero, que a dicta jfante posa testar e despoer, ao tenpo de seu finamento, da terça parte dos dictos cem mil frolis, com todas suas uontades; pero, do que lhe dara a dicta senhora rrainha sua madre, em dote ou em outra qual[quer] maneira, e das dictas arras posa a dicta jfante despoer e testar a todas suas uontades, como de cousa sua propria. E, em caso que a dicta jfante aia filhos do dicto matrimonyo, posa despoer do suso dicto ataa quantidade de trinta mil frolis por sua alma e onde lhe aprazera e nom mais; pero, que antre os dictos seus filhos posa despoer, testar e hordenar a todas suas uontades

[6]

Jtem, he concordado que os dictos senhores rrej de Purtugal e jfante Eduarte farom juramento que nom empacharom nem enbargarom nem persuaadirom, per sy nem per outros, em puurico nem em escondido, aa dicta senhora jfante, per maneira que, em seu testamento ou em qualquer

(31) Em B) *honradament, conplidament e honesta.*
(32) » » *entraron al regno de Portugal.*
(33) » » faltam *e declarada.*

outra derradeira uontade, ela nom posa hordenar e despoer do seu, comtanto que nom seia contra a forma do que em estes capitollos he contheudo, a todas suas uontades, nem darom conselho nem fauor, esforço nem ajuda a pessoa algũua que a enbarge nem (34) consentiram nem prometeram nem enbargaram (35), ante darom todo fauor e ajuda, por tal maneira que ela, liuremente e sem opresyom e persuasiom algũua, posa despoer e hordenar do seu, a todas suas uontades.

[7]

Jtem, he concordado antre as dictas partes que, se aqueçer, o que Deus nom mande, que o dicto jfante dom Eduarte moura durando o dicto matrimonyo ou em qualquer outro casso que, de derejto, aia lugar rrestetuhiçom de dote, que, em tal casso, a dicta senhora jfante posa, do dia que morer o dicto ssenhor jfante ataa dous annos compridos, seerlhe, se queira, teer e auer a dicta camera que, em aquel tenpo e casso, teera e rrendas dela e o dicto mantimento, ou auer e cobrar o que lhe sseera dado em dote e os dictos trinta mil frolis de arras. E, en caso que escolhera de teer e auer a dicta camera e rrendas dela e mantimento, que ho aja e tenha jnteiramente, por toda sua ujda, tanto quanto nom casar (36), e queira viuer (37) e estar no dicto rregno de Purtugal; e que nom lhe seia pagado nem rrestetuhido a dicta dote ou qualquer parte dela e que os dictos trinta mil frolis darras lhe seiom em todo casso pagados.

Pero, se aqueçer que a dicta jfante escolha de teer a dicta camera e rrendas della e mantimento, como dicto he, e despois daqueste tal escolhimento em algũu tenpo queira cassar ou nom viuer (38) em o dicto rregno de Purtugal que, em este casso, lhe seia pagado a dicta dote ou qualquer parte que dela seera pagada e os dictos trinta mil frolis de arras, defalcando empero e descontando de aquelo que ela ouuer rreçebido (39) e cobrado das rrendas da dicta camera e mantimento, des o dia que ouue fecto o dicto escolhimento de teer a dicta camera e mantimento ataaquela ora. En caso, empero, que ela escolher rrestituçom da dicta dote, que ha (40) dicta dote e arras lhe seiam pagados pella forma dejuso declarada,

---

(34) Em B) *njn lo.*
(35) » » *njn permetran embargar.*
(36) » » *non casara*, pelo que corrigimos a forma de A) *çessar* para *casar.*
(37) » » *venir.*
(38) » » *venjr.*
(39) » » *todo lo que haura recebido.*
(40) Aqui em A) *da*, não existente em B) e não pertencente ao contexto, pelo que se omite.

asy empero que, durando o dicto tenpo dos dictos dous annos de escolhimento, nom lhe seia desfalcado cousa algũua do que rreçeber da dicta camera e rrendas dela e mantimento.

[8]

Jtem que, em qualquer casso dos suso dictos ou em (41) outro qualquer que aa dicta jfante, de dereyto, aja de seer rrestetuhido aa dicta dote e pagadas as dictas arras, a dicta ssenhora jfante aja e tenha a dicta camera e mantimento e leue todas as rrendas da dicta camera e mantimento ataa que lhe seiam pagadas as dictas dote e arras jnteiramente e rrealmente e com efecto, e que lhe nom posa seer (42) defalcado nem descontado cousa algũua das dictas dote e arras de que asy leuar da dicta camera e rrendas dela e mantimento, ante o aja pera sy como seu e cousa sua.

[9]

Jtem que, em qualquer casso que se aja de fazer a rrestetuçom da dicta dote, asy ao dicto senhor rrej dAragom como aa dicta senhora jfante da dicta dote e paga das dictas arras, seia todo pagado [a] (43) qualquer deles ou aquel ou aqueles que de qualquer deles auera poder pera ello, dentro de quatro annos, contadores do dia que sera casso e lugar aa dicta rrestetuçom, fazedoira em a çidade de Lixboa ou na villa dEluas, onde mais prouuer ao que ouuer de rreçeber a dicta paga, a saber; cada hũu anno a quarta parte do que aquelo montar e que a dicta dote posa seer reestetuhida em aquela meesma moeda que seia rreçebonda (44).

[10]

Jtem, que o dicto mantimento que seera dado aa dicta senhora jnfante lhe seia asinado e posto em a çidade de Lixboa e rrendas dela, per maneira que a dicta senhora jfante ou o que dela poder teuer pera aquelo, cada hũu anno, aja e cobre o dicto mantimento rrealmente e com efecto, sem demjnuçiacom algũua, per as tenças e termos acustumados

---

(41) Em B) *o otro.*
(42) » » *descontado njn defalcado.*
(43) » » *a*, que introduzimos.
(44) » » *que sera estada recebida.*

Copyrighted material

em o dicto rregno de Purtugal; e que, logo como for em Purtugal, lhe seiam dados priujlegios e proujsõees abastantes pera aquelo.

[11]

Jtem, que a dicta camera que tinha a senhora rrainha dona Felipa, que som as villas de Alenquer, Sintra, Obidos, Aluajazere, Torres Nouas, Torres Uedras e outras quaeesquer villas e lugares e herdamentos e rrendas dellas, que a dicta senhora rrainha tinha em camera, seiam fectas duas partes por o dicto ssenhor rrej de Purtugal ou per quem el mandar; e, asy fectas, a dicta jfante aia em escolha (45) pera sy qualquer parte delas que ela mais quiser; e que aquela parte que ela escolher lhe seia dada em camera e que a aja e tenha, tanto quanto for jfante, e que, logo que a Deus prouger que seia rrainha que, por aquel meesmo fecto, sem auer outra doaçom nem prouisom algũua, aja inteiramente a dicta camera que auja e tinha a dicta rrainha dona Felipa e leue pera sy as rrendas e [e]molumentos e proueitos della e ministraçom della.

[12]

Jtem, porque a dicta senhora jfante esta bem arrayada e tem mujtas joyas e ouro e prata e outros muytos beens [mouees] (46), dos quaees nom se faz estimaçom algũua, e asy meesmo tem outras rrendas e spera (47) de cada dia auer outros muytos mais beens mouees; he concordado que, se aqueçer, o que Deus nom queira, que o dicto matrimonyo se desffaça, que nom lhe posa seer dito, em algũu casso nem por algũua maneira, que as joyas, panos e perlas (48), pedras preiçiossas e rraiamentos (49) de sua cassa e [de] (50) seus ofiçios e outros quaeesquer beens mouees [e] (51) semouentes que ella teue[r] ao dicto tenpo que som do dicto jfante (52), ante se entendam (53) seerem seus propios e posa hordenar e fazer e des-

---

(45) Em B) *haya e esleyra.*

(46) » » *bienes muebles;* pelo que introduzimos o adjectivo.

(47) » » *e se spera.*

(48) Termo castelhano, por *pérolas.* Em A) *pelras,* que se corrigiu.

(49) Em B) *arryamentos* ou seja adereços.

(50) » » *e de;* por isso introduzimos a preposição.

(51) Segundo B).

(52) Em B) *que son del dito jnfant.* Pelo que em A) corrigimos *da dicta* para masculino, em alusão ao infante D. Duarte, como aliás o pede o texto.

(53) Em B) *se entienda seer suyos e cosa suya non embargante que algunos dellos le sean dados...*

poer deles como de seu e cousa sua, nom enbargando que algũus deles lhe seiam dados pello dicto ssenhor rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte; e que nom lhe posa seer dicto que lhe foram dados por contenplaçom do dicto matrimonyo e honra do dicto jfante nem se prosuma a dicta jfante os auer gaanhados (54) de beens do dicto jfante dom Eduarte e que nom lhe posa seer posto enbargo nem contrairo algũu em eles nem qualquer parte deles nem de algũus deles, por qualquer cousa ou rrazom que seia ou ser posa, nem lhe seiam desffalcados da dicta dote e arras nem de qualquer outra cousa que lhe ajam de dar e pagar de derejto.

[13]

Jtem, porque a dicta senhora jfante leuara comsigo algũuas donas e donzelas e outras molheres, escudeiros e outras pessoas de sua casa ao dicto rregno de Purtugal, que lhe nom seiam lançadas de sua cassa por os dictos senhores rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte nem per qualquer deles nem per outra pessoa algũua, sem uontade e expreso consentimento da dicta senhora jfante, antes as honraram e trautaram rrazoadamente.

[14]

Jtem, he concordado antre as dictas partes que o dicto matrimonyo seia solenjzado em face da santa madre igreia daqui ataa dous messes despois que a dicta jfante for dentro no rregno de Purtugal, sub as penas e juras dejuso contheudas; e promete o dicto senhor rrej dom Afonso (55) que, per todo o corrente mes de feuereiro, a dicta jfante dona Lianor partira do rregno dAragom, mediante a graça deujnal, [jn]opinado (56) caso ou justo empidimento çesantes, pera fazer seu caminho ataa o rregno de Purtugal, por terra, e por dar conprimento ao dicto matrimonyo solenjzado, segundo dicto he, em façe da santa madre jgreia e consumador, segundo de matrimonyo perteçer, e continuara seu caminho ataa o dicto rregno, asy como mjlhor se podera fazer, esguardada a condiçom e denjdade de sua pessoa.

---

(54) Em B) *hauerlos haujdos e ganados.*
(55) » » *don Alfonso rey dAragon.*
(56) Assim em B).

[15]

Jtem, os dictos senhores rrey [de Portugal] (57) e jfante dom Eduarte e os jfantes dom Pedro, dom Henrique, dom Joham [e] dom Fernando, filhos legitimos do dicto ssenhor rrej de Purtugal, querendo amostrar a booa e grande afeiçom [e amor] (58) que ham aos senhores rrex dAragom e de Nauarra e jfantes dom Henrrique e dom Pedro, jrmãaos da dicta jfante, por rrazom do dicto matrimonyo e conseruar aquelle, conuem, poem e prometem aos dictos senhores rrex e jfantes ou [a] (59) qualquer deles que o dicto rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte e ajnda os dictos jfantes dom Pedro e dom Henrrique, dom Joham e dom Fernando nom darom conselho nem fauor nem ajuda nem asistaram, dereyta ou endereytamente, a algũua nem algũuas pessoas de qualquer estado, condiçom, dinjdade ou premjne[n]çia que seia, ajnda que taees pesoa ou pessoas seiam ou sseeram cõeste[t]huida ou cõestethuidas em dipnydade papal ou emperial ou rreal ou de cardeal ou de outra qualquer, maior ou menor, que nomear nem dizer se posa, contra os dictos senhores rrex e jfantes nem contra suas pessoas, corroas, estados ou denjdades, rregnos, beens, terras nem contra algũu deles, asy por causa ou g[u]era justa como jnjusta nem por algũua outra rrazom ou causa, cuydada ou nom cuydada, e ajnda que taees pessoas seiam muy juntas ou conjuntas em qualquer graao de parentesco ou cunhadia ou outro qualquer diujdo (60) aos dictos rrex de Purtugal e jfantes seus filhos e qualquer deles, por chegado que seia. Pero, que (61) do desuso em este capitulo contheudo e cada cousa e parte delo seiam exceptados e exçeptam os suso dictos senhores rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte e os dictos jfantes seus filhos a elrrej de Jngraterra e a seus rregnos e senhorios e terras e quaeesquer e qualquer dellas e aos uezinhos e moradores delas.

[16]

E, per semelhante, os dictos senhores rrex dAragom e de Nauara e jfantes dom Henrique e dom Pedro, seus jrmãaos, querendo mostrar a booa e grande afeiçom e amor que ham aos senhores rrei de Purtugal e jfante dom Eduarte e aos jfantes dom Pedro, dom Henrrique, dom Joham e dom Fernando, seus filhos, per rrazom do dicto matrimonyo, e conseruar

---

(57) Assim em B).
(58) » » »
(59) » » »
(60) Em B) *grado de consangujnjdat, affinjdat o otro parentesco.*
(61) » » *por que.*

Copyrighted material

aquel, conueem, poeem e prometem aos dictos rrei de Purtugal e jfantes seus filhos ou [a] (62) qualquer deles que os dictos senhores rreis dAragom e de Nauarra e jfantes seus jrmãaos nom darom conselho nem fauor, esfforço nem ajuda nem asestaram, directamente ou endereytamente, algũua nem algũuas pessoa ou pessoas de qualquer estado e condiçom, dinjdade ou preminençia que seia, ajnda que taees pessoas seiam ou seeram cõestetuhida ou cõestethuidas em dinjdade papal o[u] jnperial ou rrei[al] (63) ou [de] (64) cardeal ou de outra qualquer maior ou menor que nomear ou dizer se posa contra os dictos senhores rrei de Purtugal e jfante dom Eduarte e outros jfantes, filhos do dicto ssenhor rrej (65), nem contra suas pessoas, corroa e estados, denjdades, rregnos, beens ou terras nem contra algũu deles, asy por causa ou guera justa como jnjusta, nem por algũua outra rrazom ou causa, cuydada ou nom cuydada, e ajnda que taees pessoas seiam muy juntas ou conjuntas em qualquer graao de consanganydade, afinjdade (66) ou outro parentesco aos dictos rreix dAragom e de Nauara e jfantes dom Henrrique e dom Pedro e qualquer delles, por chegado que seia. Pero, que do desuso em este capitelo contheudo e cada cousa e parte dello seia exceptado e exçeptem os dictos senhores rreix dAragom e de Nauara e jfantes dom Henrique e dom Pedro ao rrej de Castela, seu primo, e a seus rregnos e senhorios e terras e quaeesquer ou qualquer deles e aos uezinhos e moradores deles.

[17]

Jtem, querem as dictas partes [que] (67) dos presentes capitellos e de cada hũu deles seiam feitas cartas puuricas com todallas estipulaçõees, clausolas e cautelas decentes e oportunas, com todas solenjdades em taaees autos acustumadas e ajnda autorizadas (68) com autoridade e decreto dos rreis suso nomeados; os quaees queiram especificadamente e hordenaram que os dictos pautos ajom força de ley, asy como contrautos de rreix ham e auer deuem, segundo desposiçom das leis comuees e ajnda das leix e custumes dos seus rregnos, em os quaaes som presydentes, despensantes a todos dereitos que contrairos seiam, sopleitos (69) de plenjtude

(62) Em B) *e a.*
(63) Assim em B).
(64) » » »
(65) Em B) *fijos del dito rey.*
(66) Em A) *afirmjdade,* que corrigimos para *afinjdade.*
(67) Assim em B).
(68) Em A) *autorezidados,* que emendámos.
(69) Em B) *suplientes.*

de poder todo desfalimento ou nota que podesem seer anotadas ou fosem derrogantes aos dictos capitellos.

[18]

Jtem, porque sobreste matrimonyo foram fectos e concordados algũus outros capitellos, em diuersos tenpos e uezes, que taaes capitellos nem algũu deles nom aja (70) força nem vigor algũua, saluo estes que agora se firmam, per esta presente escpritura; e que aqueles, daqui adiante, seiam nullos, cassos e de nhũu uallor e força, saluo empero que ha obrigaçom fecta per frey Joham de SantEsteuam, confessor da dicta ssenhora rrainha dona Lianor, emtanto emquanto obrigou a dicta senhora rrainha, madre da dicta senhora jfante, que dara em dote os dictos cem mil frolis aa dicta senhora jfante, fique e quede em sa força e ualor, sem obrigaçom, empero, algũua do dicto ssenhor rrej dAragom e beens del, segundo de suso dicto he.

[19]

Jtem, o dicto arçebispo, em os dictos nomes, promete, jura e se obriga que o dicto senhor rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte louuarom, firmarom e outorgarom os presentes capitelos e quaeesquer ou qualquer parte deles, emquanto a eles ou qualquer deles se esguardem, e enujaram e farom apresentar e liurar ao dicto ssenhor rrej dAragom, em suas mãaos, puurica carta ou estormento, signado de mãao deles e aseelado com seus seellos, per maneira autentica e que faça plena fe de todo o sobredicto, daqui per todo o mes dabril primeiro que ujnra.

[20]

Jtem, he concordado que o dicto jnclito jfante dom Pedro, que aquy he presente, e o doutor Ruy Garçia de Vilharpando (71), como procurador do muy alto ssenhor dom Joham, rrej de Nauara, e do jnclito jfante dom Henrrique, jrmãaos suso dictos, jurem e firmem o capitelo desuso me[n]çionado, em que se contem que nom darom fauor nem ajuda nhũa contra (72) o dicto rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte e os outros jfan-

(70) Em B) *algunos...* non hayan.
(71) » » *Villalpando.*
(72) » » *nj ajuda a njnguno contra.*

tes seus filhos; jso meesmo (73) que, se casso vier que o dicto senhor rrej de Nauara e o dicto (74) jfante dom Henrrique ou jfante dom Pedro soçedam ao dicto rrej dAragom em seus rregnos (75) e que, em este casso, o que asy soçedera seia theudo e obrigado de teer e guardar todas as cousas em os dictos capitellos contheudas, em tanto quanto o dicto (76) rrej dAragom se obriga aaquelas per os presentes capitellos e nom em mais. Asy (77) de presente o jurarom e prometem e firmam (78) os dictos jfantes dom Pedro e o doutor Ruj Garçia em os dictos nomes e consta da procuraçom dos dictos rrey de Nauara e jfante dom Henrrique, per puurica carta, com seus sseellos sseelada e de mãaos delles signada, dada em Valhedolide, a xix dias dagosto do anno de mjl iiij^{c} xxbij, em poder de Antam Nogueras, secretario do dicto senhor rrej de Nauara.

[21]

Jtem, he concordado que o dicto rreuerendo arçebispo, como procurador dos sobredictos jfantes dom Henrrique, dom Joham e dom Fernando, filhos do dicto rrej de Purtugal, jure e firme ho capitello de suso me[n]cionado, em que se contem que nom darom fauor nem ajuda contra os dictos rreis dAragom e de Nauara e jfantes dom Henrrique e dom Pedro, jrmãaos; e asy meesmo que, se caso vier que os dictos jfantes dom Henrrique, dom Joham e dom Fernando, filhos do dicto rrej de Purtugal, ou algũu deles suçedam aos dictos senhor rrei de Purtugal e jfante dom Eduarte em seus rregnos e terras que, em este casso, o que asy soçeder seia theudo e obrigado de teer e guardar todas as cousas em os dictos capitellos contheudas, emtanto quanto solamente o dicto ssenhor rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte seiam obrigados, e aas quaees o dicto arçebispo, em seus nomes, se obriga, per os presentes capitellos.

E que de aquesto se aja firme juramento e aprouaçom dos dictos jfantes, as quaees deuam e ajom de seer fectas e liuradas ao dicto senhor rrej dAragom, em maneira que faça[m] autentica fe, daquy a per todo o mes dabril primeiro que vier. E que outra tal firme louuaçom e aprouaçom e juramento do jfante dom Pedro de Purtugal, por seer [aquell] (79) absente

(73) Em B) *E assi mesmo.*
(74) » » *Nauarra o el dicto.*
(75) » » *regnos e tierras.*
(76) » » *el dito senyor rey.*
(77) » » *E assin.*
(78) » » *lo juran, prometen e firman.*
(79) Assim em B).

do [dicto] (80) rregno de Purtugal, se aja dauer dentro doze meses primeiros que vinram, polla qual o dicto jfante dom Pedro firme, jure, louue e aproue o capitelo desuso me[n]çionado. E asy o promete e jura e firma, de presente, o dicto reuerendo arçebispo, em os nomes suso dictos e em qualquer deles, e mostrase per as procuraçõees dos dictos jfantes dom Henrrique [e] dom Fernando de Purtugal, per duas cartas, dadas em os paaços dAlmeirim, a xxbj dias de julho do anno de mil iiij^{c}xxbij, em poder de Lopo Afonso, notairo puurico, scriuam da camera do dicto senhor rrej de Purtugal, e per a (8) procuraçom do dicto jfante dom Joham se mostra per outra carta, dada em a villa de Setuuel, a xxbiij dias de julho do dicto anno de mil iiij^{c}xxbij, em poder de Nuno Gonçaluez, notairo puurico do rregno de Purtugal.

[22]

E, porque o dicto matrimonyo asy concordado, conujndo e fecto antre nos, dicto rrej dAragom, e a dicta jfante e uos, dicto arçebispo, em os dictos nomes, e os presentes capitellos ajom maior coroberaçom, ualidaçiom e uenham e ajom ho efecto desejado, asy como as partes ham uontade (82); nos, dicto rrej dAragom, fazemos pacto e juramos, ao nome de Noso Senhor Deus todo poderoso e a este signal da + e aos santos quatro auangelhos, de nosa mãao dereita corporalmente tanjudos que, a todo nosso lleal poder, curaremos e procuraremos por que (83) a dicta jfante dona Lianor, ja desposada per palauras de presente e taaees que ligitamamente fazem e ligam matrimonyo com o dicto jfante, consume o dicto matrimonyo com o dicto jfante dom Eduarte. E nom consentiremos que a dicta jfante, nosa jrmãa, entre em rreligio[m] algũua, antes curaremos e procuraremos que senpre o dicto matrimoyo seia trazido ao deujdo efecto e teer e conprir os presentes capitellos e quaeesquer e qualquer parte deles, emquanto a nos se sguarda.

[23]

E sse, o que [a] Deus nom prazera, nom faziamos nem conpr[i]amos as dictas cousas e o contrairo procurasemos ou fezesemos (84) que, aalem das penas pecuniarias contheudas em os dictos capitellos, por aqueste

---

(80) Assim em B).

(81) Em B) *e de la procuracion... don Johan consta.*

(82) » » *asin como las partes han haujdo e han a coraçon.*

(83) » » *curaremos por que.*

(84) Aqui, em A) *ou procurasemos*, palavras repetidas e não existentes em B); pelo que se omitiram.

meesmo fecto emcorramos em pena de perjuro e ajnda em pena de cem mjl frolis douro dAragom, cometedoiro tantas uegadas (85) como sseeria contra fecto aas cousas suso dictas e juradas e ajnda ficando firmes os dictos capitellos, segundo suso (86) he contheudo.

[24]

Esso meesmo nos, o arçebispo de Lixboa, em nome e almas dos dictos senhores (87) rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte, nossos prinçipaees, fazemos pauto e juramos, per o nome de Noso Senhor todo poderoso e a este signal da + e per os santos quatro auangelhos, com nosa mãao corporalmente tocados, que os dictos senhores rrei de Purtugal e jfante dom Eduarte, nosos principaees, curarom e procurarom, a todo seu leal poder, e farom que o dicto jfante dom Eduarte, ja desposado per palauras de presente e taees que ligita[ma]mente fazem e ligam matrimoyo com a dicta jfante dona Lianor, consume o dicto matrimoyo com a dicta ifante (88). E, nom consintira o dicto rrej de Purtugal que o dicto jfante dom Eduarte entre nem el dicto jfante entrar[a] (89) em rrelegiom algũua, antes curarom, procurarom e farom que senpre o dicto matrimonyo seia consumado e tragido a fecto e que teeram e conpriram os dictos capitellos e quaeesquer ou qualquer parte delles, emquanto a eles se esguarda.

[25]

E sse, o que a Deus nom praza, os dictos senhores rrei de Purtugal e jfante dom Eduarte nom faziam nem conpriam as dictas cousas e o contrairo procurasem ou fezesem que, aalem das penas pecuniarias em os dictos capitelos contheudos, por aqueste meesmo fecto emcorram em pena de perjuro e ajnda em pena de çem mjl frolis douro dAragom, cometedoura tantas uegadas como sseera contrafecta aas cousas susso dictas e juradas e ajnda ficando firmes os dictos capitelos, segundo desuso he contheudo.

---

(85) Termo castelhano antigo, por *vezes*.

(86) Em B) *desuso*.

(87) » » *E por semblant nos el dito arcebispe, en nombre e assin como procurador de los ditos senyores.*

(88) Em B) faltam as palavras de A) *dona Lianor... a dicta ifante*.

(89) Assim em B).

Copyrighted material

[26]

Outrosi nos, dicto rrej (90), sub uertude do pacto e juramento sobredicto e nosa booa fe rreal, prometemos que nom demandaremos ou empetraremos ou açeptaremos absoluçom, rrelaxaçom do dicto juramento e de papa noso senhor nem de seu legado ou doutro prelado de santa madre jgreia, que poder aja pera aquesto; e, sse o contrairo fezermos, que, por aqueste meesmo fecto, encorramos em perjuro e em as outras penas suso contheudas, asi meesmo que nom posamos husar de tal absoluçom ou rrelaxaçom (91) com cauçom nem per outra maneijra nem cautela algũua e rrenunçiamos todas leis, foros com todos desaforos hordenadores a conselho de leterados sobre o que dicto he.

[27]

E, por semelhante, nos, dicto arçebispo, em nome e asy como procurador dos dictos senhores rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte, nosos prinçipaees, sub uertude do dicto pacto e juramento per nos em suas almas fecto, prometemos que o dicto ssenhor rrej de Purtugal e jfante dom Eduarte nem algũu deles nom demandaram nem empetraram nem açeptaram absoluçom nem rrelexaçom dos dictos juramentos de noso ssenhor o papa nem de seu delegado (92) nem doutro prelado de santa madre jgreya que poder aja pera aquesto; e, sse elles ou qualquer deles o contrairo fezer que, por aqueste meesmo fecto, emcorram em perjuro e em as outras penas suso contheudas, asy meesmo que nom posam husar de tal ausoluçom ou rrelexaçom com cauçom nem por outra maneira nem cautella algũua. E rrenunçiamos a todas lex e forros com todos desaforos hordenadores a conselho de leterados.

Feytas foram as dictas cousas em o lugar de Olhos Negros, aldea da cidade de Arrouca (93), a xbj dias de feuereiro do anno de mil iiij^{c} xxbiij (94).

---

(90) Em B) *Otrosi nos el rey dAragon.*

(91) » » faltam *ou rrelaxaçom,* de A).

(92) » » *legado.*

(93) » » *de daroca.*

(94) Nas palavras seguintes, o tradutor português resumiu o texto castelhano, que reza assim, no fol. xvilj, após as assinaturas:

«Testimonios fueron presentes a las ditas cosas los nobles mossen Franci dArill, mayordomo, mossen Ramon de Cabrera, mossen Johan de Gurrea, cama-

Aqui uaam os signaces delrrey e da jfante e do jfante dom Pedro e do arçebispo e do doutor Ruy Garçia de Vilharpando. Testemunhas foram presentes: mosem Frances dAril e mosen Remomde Cabrera e mosem Joham de Gorrea, camareiro e baile jeeral do rregno, e mosem Calceram de Requessees, uxer do dicto ssenhor rrej, e soescprito de Joham dOlzina, secretario, e os sseellos dos sobredictos (95).

92

16 FEVEREIRO 1428

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a comprometer-se, em seu nome, no do rei de Navarra e dos infantes seus irmãos, a que a infanta D. Leonor de Aragão, desposada com o infante D. Duarte de Portugal, seja dentro deste país no prazo de 60 dias, se assim lho requererem o soberano português e seu filho primogénito.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2692, fl. 18 v.

---

rero e bayle general del regno, e mossen Calceran de Requesens, vxer del dito senyor rey dAragon.

«Yo Johan Olzina, secretario del dito senyor rey dAragon e por su auctoridat notario publico por todos sus regnos e senyoria, fago testimonjo que los capitoles e cosas sobreditas fueron feytas, firmadas e juradas en mj poder, segund desuso es contenjdo e declarado. Assi enpero que los ditos senyor jnfant don Pedro dAragon e de Sicilia e el doctor Ruy Garcia en los suso ditos nombres solamente firmarom, consintiron e juraron en quanto en vn capitolo se dize specifficadamente ellos en los ditos nombres hauerlo atorgado, firmado e jurado e no en mas. E por esto me diuscreuo aquj de propria mano e poso mj acostumbrado sig*(Sinal)* no.

(95) ZURITA classifica este contrato de casamento de estreita confederação e aliança contra o rei de Castela: — «Fue en effecto esta concordia vna muy estrecha confederacion y aliança contra el Rey de Castilla o contra los que lleuauan el cargo del gouierno de su persona y estado» *(Anales*, cap. supracit., fl. 181 v.). O aspecto de aliança militar transparece claramente e predomina nos parágrafos 15, 16, 20 e 21 do documento em causa, entre os reis de Aragão e de Navarra e os infantes aragoneses, de uma parte, e el-rei D. João I de Portugal e seus filhos, pela outra; mas os primeiros excluem Castela e os segundos a Inglaterra. Deste compromisso os infantes portugueses haviam de passar carta autêntica ao rei de Aragão até fim de Abril, menos o infante D. Pedro a quem, por se achar ausente da Península, se deu o prazo de um ano para o fazer (Cfr. o art. 21). Tal instrumento foi passado em Almeirim, a 12 de Abril, assinado pelo rei D. João I e por seus filhos D. Duarte, D. Henrique, D. João e D. Fernando, segundo afirmação da carta de D. Afonso V de Aragão de 2 de Maio de 1428, — o nosso DOC. 97.

Nos don Alfonso, etc.

Porquanto nuestra voluntat es quel matrimonjo feyto entre el muy jllustre jnfante don Odoard, primogenito de Portugal, e la jnclita jnfante dona Elionor, nuestra muy cara e muy amada hermana, ya desposados, sea en faz de sancta madre esglesia solemnitzado e consumado, segund en tales casos es acostumbrado;

Prometemos, en nuestra buena fe reyal, a vos reuerend padre en Christo don Pedro, arcebispe de Lisbona, procurador delrey de Portugal e del dito jnfant, e juramos a Nuestro Senyor Dios e a los sanctos quatro euangelios, de nuestra mano dreyta corporalment tocados, que, haujdas e cobradas primeramente por nos e en nuestras manos liuradas las cartas o jnstromentos publicos e autenticos que se han de hauer e cobrar, otorgados, firmados e signados por el dito rey de Portugal e jnfante don Odoard e otros jnfantes sus fijos, aiuso nombrados, en razon de las loaciones e atorgamjentos, juramentos e ratifficaciones de ciertos capitolos entre nos e la dita jnfanta e vos, dito arcebispe, en los ditos nombres e encara por el jnclito jnfante don Pedro e por el doctor Ximenez Garcia, como procurador delrey de Nauarra e del jnfante don Enrique, nuestros muy caros e muy amados hermanos, de vna parte, e vos dito arcebispe, como procurador de los jnfantes don Enrique, don Johan e don Ferrando de Portugal, en cierta manera, en el dia doy, que se conta xvj dias de ffebrero aiuso scripto, en poder de nuestro secretario Johan Olzina, firmados, jurados e otorgados;

Faremos, curaremos e procuraremos, por todo nuestro leal poder, que, dentro tiempo de sexenta dias depues de liuradas a nos las ditas cartas o jnstromentos, si nos e los ditos rey de Nauarra e jnfantes nuestros hermanos desto seremos o seran requeridos, por parte del dito rey de Portugal e del dito jnfant don Odoard, que la dita jnfanta dona Elionor, nuestra ermana, sea personalmente dentro el rregno de Portugal, por solenizar, complir e consumar el dito matrimonio, jnopinado caso o justo jmpedimento (1) cessantes. En testimonio de la qual cosa, mandamos la present seer feyta e con nuestro siello secreto siellada.

Dada en el lugar de Oios Negros, a xvj dias de ffebrero del anyo mill quatrocientos xxviij. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi
Johannj Olzina.
Prouisa.

(1) No ms. *jmpedimentos.*

Copyrighted material

93

21 FEVEREIRO 1428

Carta de el-rei D. João I, a autorizar João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a hipotecar as terras de Figueiredo e Assequins, da coroa, por 4.500 coroas de ouro que ele há de dar de dote e arras a Catarina Pereira, filha de João Álvares Pereira, com a qual vai casar.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 109.

Dom Joham etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Joham dAlbuquerque, caualeiro da casa do jffante dom Anrrique, meu filho(1), nos dise que elle casaua ora com Catelina Pireira, filha de Joham Aluarez Pireira, e que lhe auja de dar, de arras e dote, quatro mjl b^{e}. coroas douro, pollas quaaes lhe queria apenhar as terras de Figueiredo e dAcinqujns(2); e que, porquanto ho nom podia fazer sem nossa licença e consentimento, porquanto estas terras som da coroa dos regnos, que nos pedia que lhe desemos lugar e licença per que as por esto pudese apenhar e obrigar.

E nos, visto seu dizer e pedir, porque nos praz dello, per esta nossa carta lhe damos licença e lugar que elle apenhe e obrigue e possa apenhar e obrigar as dictas terras de Figueiredo e de Cinqujns aa dicta Catelina Pireira pollas dictas quatro mjl b^{e}. coroas que lhe assy ha de dar em dote e arras, casando com ella, sem embargo de as dictas terras seerem da coroa do regno, como dicto he. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asignada per nos e selada do nosso seello pendente.

Dante em os nossos paaços dAlmeirim, xxj dias de feuereiro. Elrrey o mandou. Martim Annes a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxbiij annos.

---

(1) Parece ser João de Albuquerque depois Senhor de Angeja e de Figueiredo e, pelo visto também de Assequins, cujos feitos em Marrocos são referenciados por ZURARA, *Chronica de D. Pedro de Menezes*, liv. 2, cap. 37, e *Chronica de D. Duarte de Menezes*, caps. 17, 62 e 138. Fora progenitor destes Albuquerques Pero Vasques da Cunha, Senhor de Angeja, Pereira, Assequins, Bemposta, Figueiredo e dos coutos do Pinheiro e Castanheira (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões*, liv. 1, p. 167, e liv. 2, p. 197).

(2) *Assequins*, lugar da freguesia de Santa Eulália, concelho de Agueda.

94

18 ABRIL 1428

Escritura da venda, feita uns quatro anos antes ao infante D. Henrique por Mestre Aires e sua mulher Leonor Afonso de casas sitas na freguesia de S. Nicolau da cidade de Lisboa, por 650 coroas de ouro da moeda de França, nas quais o infante tem agora saboaria (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 135, maço 1, doc. 42. Original em pergaminho. Foi lavrada em Santarém pelo tabelião régio naquela vila Pedro Alvares, cujo sinal leva.

En nome de Deus amem.

Saibham os que esta carta de uenda virem que, no anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vynte e oyto annos, dezoyto dias dabrill, em Santarem, nas casas de meestre Ayras, en presença de mjm, Pero Aluarez, tabaliam de meu ssenhor elrrey em a dicta villa e das testemunhas que adeante som scpritas;

Estando no dicto logo o dicto meestre Ayras com Lyanor Afonso, sua molher, pareceo hy Vaasco Gonçalluez, contador das coussas que perteençem a Çepta, e disse e rrequereo ao dicto meestre Ayras e sua molher

(1) Vimos como em 21 de Janeiro de 1424 o infante D. Henrique obteve do pai terreno da Ribeira de Santarém para nele instalar saboaria (Cfr. o DOC 46). Agora se prova que, quatro anos depois, funcionava já em Lisboa outra saboaria sua, em casas compradas pelo próprio a particular. Assim ia montando o Navegador a sua nova indústria e juntando rendimentos para a empresa ultramarina, sem embargo do reparo das populações do país, depois que el-rei D. João I lhe concedeu o exclusivo do fabrico e venda do sabão preto e branco no reino, monopólio que veio a ser-lhe confirmado pelo irmão e rei D. Duarte e pelo sobrinho D. Afonso V (Cfr. ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 18, e *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 17). Nas cortes de Coimbra-Évora de 1472-73 ainda os procuradores se lamuriavam deste privilégio henriquino: — «Senhor. Em tempo delrrey dom Joham voso auoo, rreçebeo uoso pouo agrauo muy gramde, em lhes tomar as saboarias, por as dar ao jfamte dom Amrrique, seu filho; porque asas he gramde agrauo nam poder cada hũu fazer sabam do seu azeite, sequer pera despeza de sua casa» (ANTT., *Cortes*, maço 2, n.º 14, «Capitulos Misticos», fl. 78). Nesta indústria do infante seria aproveitado o óleo de foca trazido pelos descobridores e navegadores subsequentes do Rio do Ouro, nos termos do que refere ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 11, 12 e 93.

que bem sabiam em como elles venderam ao ssenhor jfante dom Anrique hũas cassas que aujam na çidade de Lixbooa, na freeguisya de Sam Nycollaao, em que ora o dicto ssenhor jfante [tem] a sua saboaria, e que eram pagados do preço por que lhas venderam; e que porem lhes rrequeria, em nome do dicto ssenhor jfante, que lhe fezessem a dicta carta, segundo tehudos eram de fazer.

E o dicto meestre Ayras e sua molher disseram que era uerdade que, pode ora auer quatro annos pouco mays hou pouco me[n]os, que elles firmaram com o dicto ssenhor jfante a dicta venda das dictas cassas e que lhe nom aujam ajnda fecta a dicta carta dellas; e que ora porem elles vendyam e firmauam, per carta da dicta venda, e mandauam fazer carta de uenda ao dicto ssenhor jfante das dictas cassas que aujam na dicta çidade de Lixbooa, que som na freeguisya de Sam Nycollaao, que partem: da hũa parte, contra aguiam, com serujdooe de cassas; e da outra com rrua plubica; e da outra, com outra rrua plubica, em que mora a madre dos Gorizos, segundo tem as dictas cassas suas entradas; e da outra, com Lopo Jacome e com outras confrontaçõoes com que de dereito deuem de partyr.

As quaaes cassas disseram que lhe vendyam e tinham vendydas ao dicto ssenhor jfante por propias, com todas suas entradas e saydas e derectos e perteenças, assy e pella guissa que as elles, vendedores, ham e de derecto deuem dauer, por preço çerto nomeado, que conheçeram e confessaram elles vendedores rreçeberam do dicto ssenhor jfante, conuem a saber seysçentas e çincoenta coroas douro da moheda delrrey de França, do quall preço se deram por bem entregues e pagados e que dell lhes nẽhũa coussa nom ficou por pagar.

E porem mandaram e outorgaram que o dicto ssenhor jfante, per sy hou per quem por bem houuer, tome e aja e cobre e contynue a posse e corporall posyssom das dictas cassas e as aja e logre elle e todos seos herdeiros e sobçessores, deste dia pera todo senpre, e que façam dellas e em ellas todo aquello que lhes aprouuer, come de sua coussa propia e posyssom que he. E obrigaram todos seus beens a lhe defenderem e enpararem as dictas cassas a todo tenpo, de todo enbargo, sob pena de lhe conpoer o dicto preço em dobro e todo aquello que nas dictas cassas e parte dellas for fecto e mjlhorado e ao ssenhorio da terra outro tanto.

E, em testemunho desto, mandaram e outorgaram seer fectas hũa e duas e tres e mays cartas, as que conpridoiras forem, ao dicto ssenhor jfante, que foram fectas e outorgadas no dicto logo, dia e mes e anno sobredictos. Testemunhas: Joham Lopez e Lourenço Eannes Folgado e Afonso Lourenço, porteiro dos contos, e Joham Eannes, escpriuam das jugadas de Vallada, e Gill Vaasquez, filho do dicto Vaasco Gonçalluez, e Joham Vaasquez, criado do dicto meestre Ayras. E eu, Pero Aluarez, tabaliam sobredicto, que esta carta, per mandado e outorgamento dos dictos

meestre Ayras e sua molher, escpreuj e em que meu synal fiz, que tal *(sinal)* he.

Pagou xxx rreaaes.

95

[ABRIL 1428]

A infanta D. Leonor de Aragão parte de Valência, a caminho de Portugal, por Valhadolide, onde se despede de el-rei de Castela.

ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, liv. 13, cap. 45, fol. 181 v., — texto que se reproduz. Pode ver-se também a *Crónica de Don Juan II*, año 22.°, 1428, cap. 7, p. 446.

Salio la Infante doña Leonor de Valẽcia muy acompañada de los Perlados y caualleros que se hallaron con el Rey: y fueron en su acompañamiento el Arçobispo de Lisbona y el Obispo de Segouia: y por camarera mayor doña Costãça de Touar, Condessa de Ribadeo, muger del Condestable don Ruy Lopez de Aualos: y como el Rey de Nauarra y el Infante don Enrique estauan en la corte del Rey de Castilla, se embiaron a los confines del reyno de Aragon, por donde auia de lleuar su camino derecho para Valladolid, don Aluaro de Ysorna, Obispo de Quenca, Iñigo Lopez de Mẽdoça, y Mendoça, señor de Almaçan, q̃ la acompañaron. Detuuose en Valladolid muchos dias, a dõde se hizieron grãdes fiestas: y de alli fue al reyno de Portugal: y la acompañaron dõ Lope de Mẽdoça, Arçobispo de Santiago, y el Obispo de Quenca.

96

29 ABRIL 1428

A infanta D. Leonor de Aragão, vinda de Medina com el-rei de Navarra e o infante D. Henrique de Aragão, seus irmãos, com o arcebispo de Lisboa e muitos cavaleiros castelhanos, aragoneses e portugueses, a caminho de Portugal, é recebida em Valhadolide pelo rei de Castela.

Copyrighted material

PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 1. Pode ver-se também: DON LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, cap. 27 (1); *Crónica de Don Juan II*, año de 1428, cap. 7, p. 446; e ZURITA, *Anales... de Aragon*, t. 3, liv. 13, cap. 45.

. . . . . .

Juebes, veinte y nuebe días de abrill del año que suso dize, entró la ynfanta doña Leonor en Valladolid, e vino con ella desde Medina el rrey de Navarra, e el ynfante don Enrrique, e el arçobispo de Lisboa, fijo del conde don Alfonso de Castilla (2), e otros cavalleros que de ante venían con ella. E salióla a rrezebir el Rey de Castilla, con muchos cavalleros, fasta las huertas, e llebóla fasta la posada de la Reyna su muger. E comió esse día la ynfanta con la señora Reyna.

Domingo a dos días del mes de mayo deste año escripto, mantovo en arnés rreal el condestable de Castilla, don Álbaro de Luna, e otros syete cavalleros que con él yban. E salieron a ellos el Rey de Castilla, e el rrey de Navarra, e el ynfante don Enrrique; e todos tres juntos venieron a la tela, e después salieron otros muchos cavalleros. E el Rey de Castilla quebró dos varas vien fuertes, e el rrey de Navarra vna.

Este día a la noche cenaron con el condestable en su posada el Rey de Castilla, e el rrey de Navarra, e la Reyna de Castilla e el ynfante don Enrrique, e la ynfanta doña Catalina, su muger, e la ynfanta doña Leonor. E dormieron dentro en el cuerpo de la posada del condestable todos los sobredichos, saluo el rrey de Nabarra e el condestable, que dormieron en la posada del doctor Diego Rodríguez, vno del Consejo del señor Rey (3).

---

(1) Preferimos o texto da *Crónica* ao da *Refundición*, por dar aquele geralmente a cronologia dos factos.

(2) O arcebispo de Lisboa em referência é D. Pedro de Noronha, filho dos condes de Gijon e Noronha D. Afonso, bastardo de Henrique II de Castela, e D. Isabel, também bastarda de el-rei D. Fernando de Portugal. Transferido da diocese de Evora para a de Lisboa em 10 de Março de 1423, aqui faleceu a 12 de Agosto de 1452 (Cfr.: EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, p. 507, e vol. 2, p. 259; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, sobretudo pp. 556 e 575 e a bibliografia ali aduzida).

(3) A *Refundición* acrescenta aqui: «que es en la calle de Theresa Gil».

97

2 MAIO 1428

Carta testemunhal de D. Afonso V, rei de Aragão, a declarar que, pelo Dr. Rodrigo Fernandes, desembargador do rei de Portugal, em 29 de Abril passado recebera instrumento público, passado em Almeirim a 12 de Abril do mesmo ano, assinado por el-rei D. João e por seus filhos os infantes D. Duarte, D. Henrique, D. João e D. Fernando, de confirmação e ratificação dos capítulos matrimoniais do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2692, fl. 19.

Nos don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Aragon etc.

Por tenor de la present, en nuestra buena fe reyal confessamos, otorgamos e reconoscemos que, por manos del amado e deuoto nuestro el doctor Rodrigo Ferrando, desembargador del jllustre rey de Portogal, a xxviiij dias del mes de abril mas cerca passado, nos fue restituhido e liurado e nos hauemos houjdo e cobrado en nuestras manos vn stromento publico, dado en el lugar dAlmeyrjn, del regno de Portogal, a dotze dias de abril del anyo de la Natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xxviij, otorgado, firmado e signado de manos e nombres del jllustre don Johan, por la gracia de Dios rey, e de los jnclitos e magnificos don Odoard, primogenito, don Enrich, don Johan e don Ferrando, jnfantes de Portogal, fijos suyos, de loacion, otorgamjento, juramento e ratificacion de ciertos capitoles entre nos e la jnclita jnfanta dona Elionor, nuestra muy cara e muy amada hermana, e encara el doctor Ruy Garcia, como procurador del alto rrey de Nauarra e del jnclito jnfante don Enrique, nuestros muy caros e muy amados hermanos, de vna part, e el reuerent padre en Christo don Pedro, arcebispe de Lisbona, procurador de los ditos rey de Portugal e jnfantes sus fijos, de la part otra, sobrel matrjmonjo contractado e firmado entrel dito jnfante don Odoard, primogenito suso dito, e la dita jnfanta dona Elionor, nuestra muy cara hermana, en el lugar de Ojos Negros, a setze dias de ffebrero, en el anyo present e diuscripto, en poder de nuestro secretarjo Johan Olzina, otorgados, firmados e jurados segund

(1) Nos termos do n.º 21 dos referidos capítulos, de 16 de Fevereiro de 1428, — o nosso DOC. 91. Não se conhece, porém, o documento de 12 de Abril aqui referenciado.

por el dito arcebispe, procurador suso dito, fue prometido, jurado e otorgado, por tenor de los ditos capitoles. E, por que es la verdat e somos contentos de aquesto, mandamos seer feyta la present letra testimonial con nuestro seello secreto seellada.

Dada en Valencia, a dos dias de mayo, en el anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xxviij. Rex Alfonsus.

98

7 MAIO 1428

Alvará do infante D. Duarte, dirigido à Câmara de Lisboa, a comunicar-lhe que Palenço e Álvaro do Cadaval vão agora de armada contra os mouros por seu serviço, numa galeota do infante D. Henrique, e a ordenar-lhe desembargue a fusta que aí têm e os deixe partir, pois os liberta da pena contida no Tratado de Paz com Castela, em que haviam incorrido.

AHCML, *Místicos de Reis*, liv. 1, pergaminho n.º 10, inserto em pública-forma de 1 de Abril de 1429, — donde se reproduz.

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 115, e pela CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Documentos para a história da Cidade de Lisboa, Livro I de Místicos de Reis*, etc., Lisboa, 1947, p. 57.

Nos o jffante ffazemos saber a uos, uereadores e procurador e homeens boons da çidade de Lixboa que Pallenço e Aluaro do Cadauall vãao ora darmada, em hũa galleota do jffante dom Anrrique meu jrmãao, contra os mouros, por nosso serujço (1).

(1) Trata-se de Álvaro Fernandes Palenço e de Álvaro Fernandes do Cadaval, o primeiro «grande homem em pelejas de mar», ao qual ZURARA traça os maiores elogios, como valente marinheiro, nas lutas empreendidas na zona marroquina, habitualmente de companha com o segundo, antes e depois do ano de 1424, às ordens de D. Pedro de Meneses (Cfr. *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 2, caps. 10, 16, 20 e 21, e *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 51). Em Junho de 1428, Álvaro do Cadaval andava em guerra de corso, como patrão de galiota; pois, em 18 e 19 de Fevereiro de 1429, o rei de Aragão endereçava cartas aos infantes D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro e à infanta D. Leonor, a recomendar-lhes o valenciano e «fiel nuestro» Afonso Rodrigues, que ia demandar em justiça Álvaro de Cadaval, «vezino de Lixbona, patron de vna galeota». Porquanto, indo o primeiro, em Junho anterior, de Sevilha para Valên-

Porem vos mandamos que lhe desenpachees a dicta fusta què hi teem e os lejxees hir; porquanto nos os auemos por enffiados na pena que he conthuda nos contrautos das pazes dantre elrrej meu ssenhor e elrrej de Castella. E nos, per este aluara, uos auemos por ljures da dicta ffiodarja que nos, por esto, aujees denujar por a dicta fusta e jentes que em ella vãao. E nom ponhaaes em ello outro enpacho nem embargo nẽhũu.

Fecto em Almejrim, bij dias de mayo. Joham Affomso o fez. Era do Senhor de mjll iiij^{c} e ujnte e ojto anos.

99

13 MAIO 1428

Mandado de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu conselheiro e tesoureiro o cavaleiro e doutor em leis Francisco Sarçola, para que dos dinheiros da cúria régia entregue a Pedro de Bonia, da cidade de Valência, 11.000 soldos valencianos, metade a distribuir pelo dito Pedro aos embaixadores do Preste João vindos à sua corte e que ora regressam às próprias terras, para ajuda das suas despesas, e a outra metade destinada ao mesmo Pedro de Bonia, em razão da viagem que, em seu serviço, vai empreender às partes das Índias, em companhia dos referidos embaixadores (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2681, fl. 175 v..

---

cia, com barca do sevilhano Afonso Fernandes de Atalaia carregada de mercadoria diversa, contra ela investira o Cadaval e a metera no fundo, perdendo-se assim mercadoria nela embarcada do dito Afonso Rodrigues (ACA., *Registro* 2578, fls. 55 r. e v.). Em Junho de 1428 andavam Palenço e Cadaval na costa de Marrocos, em fusta do infante D. Henrique, por serviço régio ou do infante D. Duarte, a teor do presente alvará, onde o Palenço e 52 homens seus foram presos e o Cadaval mais 15 homens mortos: «e em este mesmo tempo foy filhada hũa fusta jumto com Targa, a quall hera do ymfamte dom Hemrrique, e amdauam em ella Alluaro Fernamdez do Cadauall e Pallemço, o quall hera fora, em hũ sallto, com çimquoenta e dous homens, e Alluaro Fernamdez ficaua na fusta com xb. E vieram a ella hũa fusta e seys emxabeques e mataram a Alluaro Fernamdez e os xb. que com elle heram. E Pallemço foy presso e os Lij. com elle» (*Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 2, cap. 21, segundo o ms. 439 da BGUC). Alvaro Fernandes Palenço veio a ser nomeado patrão das galés de el-rei pelo Regente D. Pedro, em carta de 23 de Janeiro de 1444 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 25, publicada por SILVA MARQUES em *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 437).

(1) Noutra carta, do dia seguinte, o monarca ordenou a seu citado tesoureiro entregasse a Pedro de Bonia, para as suas despesas da mesma viagem, mais 1.100 sol-

Copyrighted material

Petrj de Bonia.

Alfonsus, etc. Dilecto consiliario et thesaurario nostro Francisco Sarçola, militi, legum doctorj, salutem et dilectionem.

Dicimus et mandamus vobis, de certa sciencia et expresse, quatenus de quibuscumque pecunijs curie nostre que penes vobis sunt vel erunt detis et tradatis fideli nostro Petro de Bonja, ciuitatis Valentie, vndecim mille solidos monete regalium Valentie, quos per vos ei tradj volumus et mandamus, videlicet quinque mille quingentos solidos per ipsum Petrum distribuendos jnter nuncios Perstrj *(sic)* Johannjs Jndiarum, ad nostram maiestatem missos, jn auxilium missionum et expensarum fiendarum per eos, jn regressu quem de presenti facturj sunt ad dictas eorum partes, et restantes quinque mille quingentos solidos, ad complementum dictorum vndecim mille solidos, pro laboribus et expensis per eundem Petrum fiendis et sustinendis jn viagio quod de presenti, mandato nostro, facturus est, pro negocijs nostris, ad dictas partes Jndiarum, vna cum nuncijs antedictis (2). Et, jn eorum solucione, recuperate a dicto Petro presentem cum apoca de soluto.

Datum Valentie, sub nostro sigillo secreto, terciadecima die madij, anno a natiuitate Domini M.°cccc.°xx.°viij.° Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michj,
Francisco dArjnyo.
Prouisa.

---

dos *(Reg. cit.*, fl. 176). Vejam-se também os nossos DOCS. 100 e 101. Este D. Pedro de Bonia, era um nobre valenciano versado na lingua árabe, do qual se conserva na Biblioteca Nacional de Paris a seguinte tradução: «Canones quadrantis universalis, authore Alfachy, Saraceno, et interprete Joanne Boniae, Valentino» *(Ms. latino* 7416ª, do século XV, citado por CHARLES DE LA RONCIÈRE, *La découverte de l'Afrique*, t. 2, p. 116).

(2) A finalidade principal de Bonia, ou seja do rei de Aragão, era a de entrar em relações amistosas com o soberano da Etiópia, o célebre Preste João das Indias, já então localizado pelos cristãos ocidentais em Africa, apesar de ainda aqui o denominarem *das Indias*, repisando velha tradição. Mas, «pour entrer en relations avec lui, il fallait passer par l'Égypte; et le sultan Bursbai — como sublinha RONCIÈRE — avait pour les Catalans une telle méfiance qu'il les excluait formellement en 1422, comme passagers ou marchands, de la libre pratique accordée aux Florentins (WILIAM MUIR, *The Mameluke or Slave dynasty of Egypt*, London, 1896, in-8.°, p. 136, 139, 147). Sa méfiance était justifiée. A l'appel adressé aux roix francs par le roi d'Éthiopie Isac, à son offre de coopérer a l'attaque de l'Islam (MACRIZI, *Historia regum islamiticorum in Abyssinia*, Lugduni Batavorum, 1790), Alphonse V d'Aragon avait répondu. «Isac, fils de David, par la Grace de Dieu Prêtre Jean, maitre des Indes, détenteur des Tables du Sinaï et du Trône de David, roi des rois d'Éthiopie», prendrait à ses frais l'armement de la flotte auxiliaire catalane: un double mariage, de l'Infante Doña Juana avec Isac et de l'Infant Don Pedro avec une princesse éthiopienne, cimenterait l'alliance des deux pays: et des maitres d'art accompagneraient l'Infante à Axoum» *(La découverte*, lug. cit.). E o autor aduz aqui os nossos dois documentos subsequentes, utilizados já por CONSTANTIN MARINESCO, *Un roi de la Renaissance, Alphonse d'Aragon et de Naples, et l'Orient*, 1923).

100

15 MAIO 1428

Carta credencial de D. Afonso V, rei de Aragão, ao monarca Dom Isaac, filho de David, por graça de Deus presbítero ou preste João, senhor dos Indios, das tábuas do Monte Sinai e do trono de David, rei dos reis da Etiópia e irmão seu singularíssimo, a comunicar-lhe haver recebido de-bom-grado os seus embaixadores e a dizer-lhe que sobre aquilo em que lhe falaram e sobre outras coisas que lhe interessam lhe envia Pedro de Bonia, seu embaixador, portador das presentes, largamente informado, o qual segue ainda para outras partes do mundo, e a quem deve dar plena fé em tudo o que da sua parte lhe disser.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2.680, fl. 165.
Citada e utilizada já por CONSTANTIN MARINESCO, *Un roi de la Renaissance*, e por CHARLES DE LA RONCIERE, *La découverte de l'Afrique*, t. 2, p. 116.

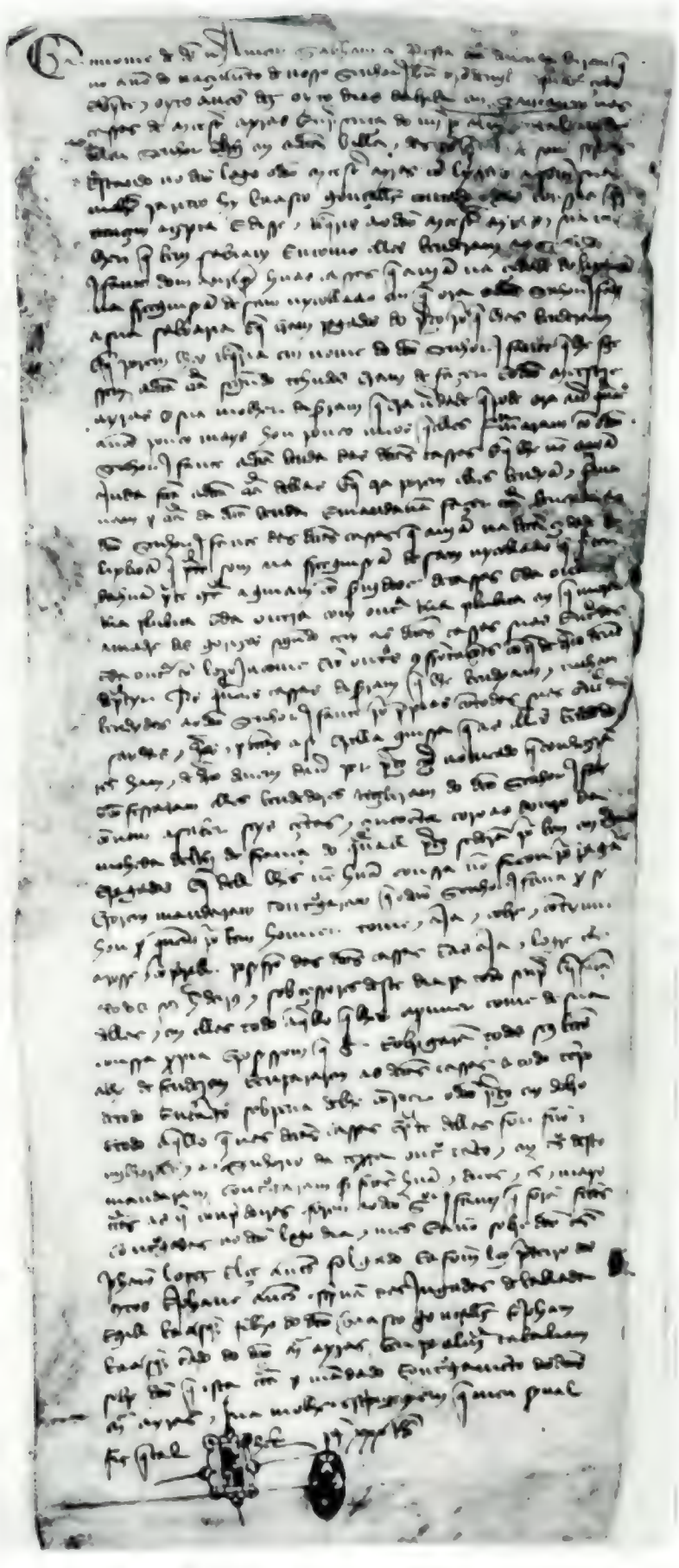
Eminentissimo et jnvictissimo monarche domjno Ysach, filio Daujd, Dej gratia presbytero Johannj, Jndorum domino, tabularum Montis Sinay et tronj Dauid regumque Ethiopie regi, tanquam fratri nobis singularissimo.

Alfonsus, Dei gratia rex Aragonum, Sicilje, Valencie, Maioricarum, Çardinie et Corsice, comes Barchinone, dux Athenarum et Neopatrie ac etiam comes Rossilionis et Ceritanie, salutem cunctisque desiderijs ad vota cum successoribus glorjarj.

Ambaxiatores vestre grandissime maiestatis, per eandem nobis pridem missos, gratanter audiujmus et cuncta que nostre celsitudinj, vestri parte, narrare voluerunt, leto vultu, percepimus ac libenter. Super quibus et alijs, que nostro jnsident valde cordi, de nostrj mentis jntentu (1), fidelem Petrum de Bonja, nuntium et oratorem nobis sincere dilectum, presencium latorem, largissime jnstructum, ad eandem vestram magestatem, vna cum dictis vestrjs ambassiatorjbus, aliasque mundi partes, jm presenciarum decreujmus destinare (2); cuius relatibus fidei certitudinem jmper-

(1) Aqui riscadas as palavras: «religiosum fratrem Philipum Fandell jn sacra theologia magistrum, confessorem nostrum».

(2) De carta seguidamente registada no arquivo de Aragão, dirigida «serenissimo principi Jano, Dei gratia Jherusalem, Cipri etc. regi», se vê que a embaixada de Pedro de Bonia se destinava também àquele monarca.



Est. IX. — Compra pelo infante D. Henrique de casas em Lisboa para saboaria, em 1428 (Doc. 94)

tirj quesumus, velut nostrjs (3). Offerentes nos pro vobis cunta que eidem majestati de regnis et terrjs nostrjs grata occurrerjnt fiducialiter adjmplere. Et conseruet maiestatem eandem Summus Oppifex feliciter plenjs annjs.

Datum in nostra ciuitate Valencie, sub nostro sigillo secreto, xv die madij, anno a natiuitate Dominj M°.cccc°.xxviij°. Rex Alfonsus.

Emjnentissimo et jnuictissimo monarche domjno Ysach, filio Dauid, Dei gratia presbytero Johannj, Jndorum domino, tabularum Montis Sinay et tronj Dauid regumque Ethiopie regi, tanquam fratri nobis singularissimo (4).

Dominus rex mandauit michi Francisco dArinyo.
Prouisa.

101

[15 MAIO 1428]

Memorial dado por D. Afonso V, rei de Aragão, a Mestre Filipe Faiadel, seu confessor, e a D. Pedro de Bonia, por ele enviados à terra do Preste João, com credenciais também para o Mestre de

---

(3) Mão diferente da que registou a carta riscou as palavras reproduzidas em nossa nota 1; e, em razão disto, emendou para o singular os plurais *nuntios, oratores, dilectos, latores jnstructos, quorum relatibus;* na data, riscou também o nome da cidade, que parece ser *Turolij*, substituído por *Valencie*, e emendou *xxij die januarij* para *xv die madij*, bem como após ao documento o endereço final, que reproduzimos.

(4) Em a nota 2 da pág. 274 do vol. II de *Monumenta Henricina*, referimo-nos às diligências da Cristandade em busca do lendário Preste João das Índias, localizado afinal, a partir do século XIV, na Etiópia e com o qual, nos primeiros anos do século seguinte, estabeleciam contactos comerciais e diplomáticos, respectivamente Veneza e a Santa Sé, apesar das dificuldades postas pelo Egipto. Sublinharemos agora o facto seguinte: a 16 de Janeiro de 1415, o rei de Aragão datou em Valência salvo-conduto, dirigido às autoridades de seus reinos, a dar livre trânsito a «Jacobo», clérigo de missa, «natural de les Jndies», «negro e de color de Jtiopia», o qual viera visitar o túmulo de Santiago na Galiza e regressava a sua terra, «ab vna mula e vn roci e ab la pecunia e moneda que portara per son despense e ab vn breuiari de lengua caldea e ab tots ço que portara sobre si» (ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2386, fl. 103, onde se acha registado o documento na íntegra). Poderemos assim concluir que data do ano de 1415 o primeiro contacto histórico conhecido entre a Etiópia e a Península Hispânica. Cumpre-nos sublinhar, porém, com LA RONCIÈRE: — «Un frère Mineur qui avait résidé plusieurs années chez le Prêtre-Jean et qui en racontait des merveilles au comte de Foix, était mandé le 8 avril 1391 par Jean I^er^ d'Aragon; le roi désirait l'entendre» *(La découverte d'Afrique*, t. 2, p. 112, que cita: *Documents per l'historia de la cultura catalana mig-eval*, publicats per ANTONI RUBIÓ Y LLUCH, Barcelona, 1908, t. 1, p. 365). Pode ver-se também os estudos de RENATO LEFÈVRE, aduzidos em nossa Bibliografia.

Rodes e para o rei de Chipre, e a ordenar-lhes redijam memorial secreto sobre a terra do Egipto, sua fertilidade, povoações e modo de de vida dos habitantes, títulos, poderio e riquezas daquela assim como da do Preste João e digam a este da disposição do monarca aragonês para a empresa em causa, para o casamento dele com sua parenta D. Joana e do infante D. Pedro com dona de cuja pessoa e dote se informarão, assim como do que o dito monarca teria de fazer por mar e que ajuda poderia haver em moeda do referido Preste (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2677, fl. 54.

Citado e utilizado já por MARINESCO e por LA RONCIÈRE, aduzidos no documento anterior.

Memorial pera Mestre Phelipe Faiadell, confessor del senyor rey, e en Pere de Bonia, missatgers per lo dit senyor rey trameses a Pestre Johan de les Jndies e altres parts.

Primerament, precedents degudes e acostumades salutacios, daran al maestre de Rodes la letra de creença del dit senyor qui sen portan per aquell, en virtut de la qual explicaran al dit maestre la salut e bon stament del dit senyor rey e de la senyora reyna e de tots sos frares. Apres lj djran paraules que demostren lo dit senyor hauerlj gran affeccio e la gran contentacio que lo dit senyor ha dell. E pregarlan, de part del dit senyor, molt affectuosament, quels do vna bona persona quj les guje els meta en lo camj que ells han afer els acompanye tro jaqujrlos en camj auiat e segur e tro maestre, lo djt maestre sia pregat que decontinent screura e aujse lo dit maestre, lo djt mestre sia pregat que decontinent screura e aujse lo dit senyor rey de les parts on la dita tal persona hauro jaqujt los dits missatgers e de tot lo subseguit tro allj, en manera que lo dit senyor rey sia permenut de tot auisat tro en aquella jornada. E aço lo pus secretament, en tanta que fer se puixa.

Et apres si arribaran en Xipre, daran la letra del djt senyor al rey de Xipre, ab degudes e acostumades salutacios e paraules confortatiues e djranlj com van en nom del djt senyor rey a veure la casa sancta de Jherusalem, per certes coses e represalies quel dit senyor rey vol trametre per ca dalguns vots fets per aquell.

Apres, com arribaran en la tierra del Solda e dalljauant per tot lo camj fins en Pestre Johan, anant e encara al tornar, pendran se esmetre de la

(1) Sem data, supomos o presente Memorial da mesma data da carta credencial retrolançada, — o nosso DOC. 100.

Copyrighted material

disposicio de la tierra e de la fertilitat, viures e aygues e aximateix de les poblacios, forces e passos; de tot aço ab les circumstances faran vn memorjal molt secretament, auisantse de la manera de les gents e dela vida lur.

Jtem, com a Deu plaura seran ab lo dit Pestre Johan, donarljan la letra de creença del dit senyor rey e, apres explicacio affectuosa de saluts degudes, darljhan lo present quel dit senyor lj tramet e presentarljan axjmateix los maestres de les cegujes e mes auant djranlj la jntencio del dit senyor rey, bona e ben disposta en lo fet de la empresa.

Jtem, lj djran la voluntat e bona disposicio del dit senyor rey en lo matrimonj dell ab sa parenta dona Johana.

Jtem, se pendran be esmetre de la disposicio del dit Pestre Johan e de les titres e puxança sua e del gran tresor e riquesa daquell e de totes circumstances.

Jtem, si disposicio haura de do o prefet fahedor per lo dit Pestre Johan al dit senyor rey disposarljhan lo quels sera vist honestament e lo mjlls que poran.

Jtem, silo sera mogut matrimonj per al jnfant don Pedro, scoltarlan, djents que de tal cosa de la part de ca no haujen haud sentiment algu por que ho reportaran e jnformarsehan de la persona de la dona e de ço que sera fet e donat al dit jnfant per contemplacio del dit matrimonj.

Jtem, se auisaran qujn horde e manera poran esser dats que puxa anar segurament dona Johana de la parte della e com vjndra laltra, se cas era que lo negoci vingues a conclusio.

Jtem, sobre lo fet de la empresa, secretament se jnformaran de la manera de la puxança e del temps e de ço que lo senyor rey hauria a fer per mar e qujna ajuda porja hauer en moneda del dit Pestre Johan e en qujna forma segurament se porja auer. Rex Alfonsus (2).

---

(2) Aludindo à política oriental de Afonso o Magnânimo, VALLS-TABERNER e SOLDEVILA asseveram: — «Mientras en su faustosa corte de Nápoles daba el rey acogimiento a sabios y artistas, iba desarrollando una sutil política oriental a fin de oponer resistencia al avance de los turcos, que amenazaban Constantinopla y podían llegar a ser pronto un peligro para sus estados italianos. Entró en relaciones con Túnez, Egipto y la lejana Abisinia. Alfonso había respondido (1428) a la llamada que el emperador de este país cristiano del África había dirigido a los reyes cristianos de Europa. Se trataba entonces de estabelecer una alianza entre ambos monarcas» *(Historia de Cataluña*, t. 2, p. 55). Acerca do assunto pode ver-se também F. CERONE, *La politica orientale di Alfonso d'Aragona* e R. RUIZ ORSATI, *Tratado de paz entre Alfonso V de Aragón y el sultán de Egipto, Al-Malik al Asrag Barsbay.*

Transcrevamos ainda o seguinte comentário de LA RONCIÈRE: — «Le confesseur du roi d'Aragon et un membre d'une famille de Valence versée dans la langue arabe partirent donc en fourriers pour préparer à la princesse les logis et en éclaireurs pour s'assurer de l'importance des troupes abyssines.

«Mais par quelle route passer ? Des plis adressés par Alphonse V au grand maître de Rhodes et au roi de Chypre laissaient entendre que ses envoyés allaient à

102

16 MAIO 1428

Letras Venit ad presentiam nostram, *do papa Martinho V, dirigidas a el-rei D. João I, a referir-lhe estivera com ele seu filho o infante D. Pedro e que, entre outras coisas, lhe falara na unção e imposição aos monarcas portugueses da coroa ou diadema régio por autoridade pontifícia e com as solenidades usadas noutros reinos, e a dizer-lhe se acha disposto a fazer tal concessão, se ele a requerer; pois as graças e privilégios da Sé Apostólica reverterão em liberdade eclesiástica no país e em maior fervor na luta contra os ímpios sarracenos e outros inimigos do nome de Cristo* (1).

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 3. Original em pergaminho com selo de chumbo, pendente de cordão de cânhamo.

Publicada: com muitos erros, por SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 4, doc. 21, pp. 148-49; por MARCELO CAETANO, *As Cortes de 1385*, p. 74.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 9, p. 437. Citada: por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, p. 122; por P. ANTONIO BRASIO, *Do último cruzado ao padroado régio*, p. 131; e por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 484.

Martinus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Johanni, Portugallie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Venit ad presentiam nostram dilectus filius nobilis vir Petrus, dux Colimbriensis, secundogenitus celsitudinis tue, quem libenter uidimus et audiuimus. Et, inter cetera nobis per eum grauiter et sapienter exposita, ipse deuotissimus princeps, ex precipuo deuotionis feruore, quem ad nos

---

Jérusalem accomplir un voeu. De là, leurs instructions portaient de traverser l'Égypte et d'en inspecter secrètement les forces et les routes» *(La découverte de l'Afrique*, t. 2, pp. 116-17).

(1) Recortemos, a propósito, o seguinte comentário do jurista SOUSA COSTA, O. F. M.: — «O pedido da coroação e sagração régias parece estar relacionado, ao menos indirectamente, com a guerra aos infiéis. No seu significado de independência e importância para o rei, em relação aos outros monarcas, a começar pelos vizinhos, podia conferir-lhe maior liberdade de acção nesta guerra, em face dos princípios juri-

Copyrighted material

et romanam ecclesiam et, ob reuerentiam singularem quam ad serenitatem tuam et dilectum filium nobilem virum Adoardum, eius fratrem, primogenitum tuum, gerit nobis, non tamen ex parte tua, cum instantia supplicauit ut statuere et decernere dignaremur quod tam tua regia celsitudo quam etiam ipse primogenitus, pro regnis tuis Portugallie et Algarbij tuique in eisdem regnis et illorum dominijs successores, auctoritate nostra, haberent et reciperent regiam coronam seu regium diadema, etiam cum oblatione prestationis fidelitatis, iuramenti soliti, ut est moris, nobis et ecclesie faciendi et quod tu, primogenitus et successores predicti, in recipiendo huiusmodi nouo diademate inungeremini, more quorundam catholicorum regum, cum solemnitatibus in regnis alijs in talibus solitis obseruari.

Nos autem, eximium deuotionis feruore prefati ducis, quem principem uere catholicum et catholici regis filium prudentissimum et sapientissimum iudicamus, tue quoque serenitatis fidei plenitudine nobiscum merito recensentes, uotis prefati ducis, super premissis benignum assensum prebuimus, offerentes nos dispositos et paratos ad exequendum premissa quandocunque super illis eadem tua serenitas et ipse primogenitus nos requirent. Tenemus enim indubie quod quanto maioribus gratijs et priuilegijs, per sedem apostolicam et ex nostra liberalitate, tu et filij tui uos noueritis preueniri, tanto magis in regnis et dominijs uestris tueri studebitis ecclesiasticam libertatem et maioribus animis insurgetis ad opprimendos et expugnandos impios sarracenos ac alios hostes nominis Jhesu Christi, a quo, post huius labilis uite cursum, pro tam pijs et meritorijs operationibus uestris recipietis beatitudinem sempiternam.

Datum Rome, apud Sanctos Apostolos, xbij kalendas junij, pontificatus nostri anno vndecimo.

No verso: Carissimo in Christo filio Johanni, Portugallie et Algarbij regi jllustri.

E, em letra da época: Letera do papa dautoridade apostolica per que o jfante possa reger o regno como filho primogenito e auer coroa de rrey.

---

dicos da época. D. João I, conforme diz um dos jurisconsultos, obtivera de Bonifácio IX a coroação, mas não fora ungido (AV., *Cod. Chigi* E. VII, 208, fl. 456). O interesse da Coroa portuguesa neste sentido é patente nas diligências do Infante D. Pedro em obter a sagração régia para seu pai, concedida por Martinho V pela bula *Venit ad praesentiam nostram* de 16 de Maio de 1428. El-rei D. Duarte não se mostrava menos interessado (Cf. os seus dizeres ao abade Gomes em Bibl. Medicea-Laurenziana de Florença, cod. Ashb. 1792, I, fl. 8-9 v)». *(O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 483-84). Sobre o assunto da coroação e sagração régias pode ver-se também o citado estudo de MARCELO CAETANO, pp. 37-39.

103

6 JUNHO 1428

Justa que fez em Valhadolide D. João II, rei de Castela, em honra da infanta D. Leonor de Aragão, sua prima, que ia matrimoniar-se com o infante D. Duarte de Portugal.

PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 6. Pode ver-se também: Don LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, cap. 30; e a *Crónica de Don Juan II*, año de 1428, cap. 7, p. 446.

De la fiesta que fizo el Rey de Castilla.

Domingo, a seys días de junio, año del Señor de mill y quatroçientos e veynte y ocho años, fizo nuestro señor el Rey don Jhoan vna fiesta, por onor de la ynfanta doña Leonor, su prima, quando yva a casar con el ynfante Duarte, primogénito de Portugal, de vna justa en arnés rreal.

E fizo poner vn alfaneque en la plaça de Valladolid, con diez y ocho gradas de vien rricos paños de oro. E puso vna tela de paño de çestre colorado, e a la otra parte de la tela vn cadahalso çercado de paños françeses. E luego salió el señor Rey a la tela, él e otros doze cavalleros, él como Dios Padre, e los otros, todos con sus diademas, cada vno con su título del santo que era, e con su señal en la mano cada vno del martirio que avía pasado por Nuestro Señor Dios. E todas sus cubiertas de los cavallos de grana, e daragas bordadas, e vnos rrétolos que dezían: *Lardón.*

Así que bien entendida la ynuençión. E luego él así esperando aventura en la tela, vino el ynfante don Enrrique a la tela, con doze cavalleros, todos por orden vno delante otro, los seys sus sobrevistas de llamas de fuego, e los otros seys todos cuviertos de fojas de moral. E fechos todos sus carreras, e delibrados, fuése el ynfante con todos ellos a desarmar a su posada.

E después vino otra vez, armado en el dicho arnés, solo, saluo tres pajes muy rricos, de muy rricos paños, brocados de oro e vordados, ellos e los cosares. E traya el ynfante vnas sobrevistas de clamesín velludo vellutado de brocado de oro, con vna cortapisa de fasta vn codo de armiños, e los pajes todos con cortapisas de martas. E delibráronlo, e voluióse.

E luego vino el rrey de Navarra, armado en arnés rreal, dentro en vna rroca metido, ençima vn cavallo. E ençima de la rroca vn ome con vn estendarte. E çinquenta cavalleros, todos armados en arnés de guerra,

Copyrighted material

que yban guardando la rroca, los veynte y çinco delante e los otros detrás; e otros lançando truenos, a pie, de fuera de la rroca.

E llegó ansy, e anduvo por el rrencle dos vueltas. E luego fizo çiertas carreras, e desarmóse en la tela, e fuése adonde estava el Rey. E luego el conde de Castro tomó todos los cavalleros, e fuése a la posada del rrey de Navarra. Y vino luego con veynte cavalleros armados en arnés rreal, e duró la justa fasta que vbo estrellas en el çielo.

E desque los partió, fuéronse con el Rey de Castilla el rrey de Navarra, e el ynfante, e la Reyna, e las ynfantas doña Catalina e doña Leonor, a San Pablo, e çenaron con el señor Rey de Castilla e otros muchos grandes cavalleros; e dormieron allá.

104

11 JUNHO 1428

Carta de Rafael Fogaça, datada de Bruges e endereçada a Afonso Eanes, residente em Itália, a dizer-lhe, entre outras coisas, haver ali chegado a nau régia Trindade com carregamento de vinhos do rei de Portugal para comprar algumas coisas para a festa do infante, a referir-lhe que continuam os piratas biscainhos a importunar os nossos barcos, pois ainda ùltimamente apreenderam nau do Porto, carregada de vinhos e aver-de-peso, a qual seguia de Lisboa para Flandres e a levaram para La Rochela, onde venderam a mercadoria, e a notificar-lhe haver em Bruges dificuldades nos pagamentos, pela baixa do ouro e insuficiência de moeda branca.

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 231, original, em papel.

+ Jn Christi nomine amen. M°.cccc°.xxbiij, dia xj junho, em Bruges. Affonso Anes. O uosso amjgo e prestes a uosso serujço Raffael Fogaça me enujo encomendar em graça uossa. Prazauos saber que en este dia rreçeby hũa uosa carta, fecta em Florença xij de mayo 428, e dentro em ella hũa letra de caybo segunda, per que rreçeba de Galiaço Boramym biij° florijs, a saber Rix grossos por florin. E per esta me fezestes mençom que enujarades a primeira letra com carta do ssenhor jnfante dom Pedro meu ssenhor, a quall letra primeira nem carta do dicto ssenhor ataa este dia nom rreçeby; mais eu as rrequererey desta conpanhia. Mais aujssouos que per esta ij°. letra Galiaço me prometeo a pagar logo. E, prazendo a

Deus, eu encamjnharey pera enviar llogo as cousas todas que aquy estom do ssenhor jfante na naao Trindade delrrey nosso ssenhor, que agora aqui chegou, carregada de ujnhos do ssenhor rrey pera conprar algũas cousas pera a festa do ssenhor jfante (1). E depois que rreçeber a carta do jfante que me dallo foy enujada, eu uos aujsarey e farey como pollo dicto ssenhor me for mandado.

Jtem, amjgo, façouos saber que os bizcaynhos nom nos querem ahinda lleixar en paz; que, ujndo hũa naao do Porto, nosa, de Joham Afonso dArrifana, carregada de ujnhos e auer de pesso, que partira de Lixboa pera en Frandes, foy tomada delles e lleuada a Rochella e aly uenderom os bizcaynhos toda a mercadaria e os mercadores ueeronse por terra a Bruges com senhas uaras na maao; he ujnha en ella hũu criado delrrej, que chamom Pero Anes Çarrabodes, que agora aqui esta pera conprar alguas cousas pera o ssenhor rrej e, a Deus graças, nom ujnha nada delrrej nem de seus filhos, saluo letras de caybo, as quaees Çarrabodes trouue consigo.

E os pagamentos som agoraquy muy maaos dauer, por o abaxamento do ouro, e nom ha hy tanta moeda branca que auonde. Amjgo, como for pagado deste caybo, eu uollo farey saber per mjnha carta. Eu prestes a uosso comendamento. O Senhor Deus emcamjnhe bem uosos fectos e uos aja em sua encomenda, amen.

(as.) Raffael.

105

5 JULHO 1428

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Gonçalves de Jugueiros, cerieiro, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de pardieiro sito na Rua do Arco da mesma povoação, pelo foro anual de 10 soldos da moeda antiga, pagos às terças do ano.

---

(1) Alusão, porventura, à festa do casamento do infante D. Duarte, o qual veio a ser celebrado em Setembro de 1428 (Cfr. o nosso DOC. 125). Em carta do mesmo infante de 16 de Outubro, talvez do ano de 1427, endereçada ao abade D. Gomes Ferreira, dizia D. Duarte: — «Fazemosuos saber que a nos ssom muyto conpridoyros algũus panos douro e outras cousas pera corregimentos da festa de nosso casamento, ssegundo uos desto dara mays conprida enformaçom AfonssEanes, contador delrrej meu ssenhor, que alla he, a que dello teemos dado carrego. E, porquanto podera sseer que el auera pera esto mester vossa ajuda, uos rroguamos e encomendamos que, pello noso, uos praza de o encamjnhardes a algũas fyanças ou outras cousas que lhe neçesarias ssejom, sse per ell rrequerido fordes» (BMLF., *códice supracitado*, p. 121).

Copyrighted material

ADV., *Pergaminhos do cabido,* maço 36, n.º 11, original em pergaminho, destinado ao arquivo capitular.

Sabham quantos esta carta dencartamento virem que, çynquo dias de julho do anno do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vjnte e oyto annos, dentro na clasta velha da see da çidade de Viseu, seendo hj os coonjgos da dicta see em cabidoo, juntos e chamados per canpaa tanjuda, segundo seu custume;

Os dictos coonjgos, em seu nome e do dicto cabidoo, encartarrom a Joham Gonçalluez de Joeiros, çirieiro, criado do jfante dom Anrique, que presente estaua, e a Catelyna Anes, sua molher, moradores na dicta çidade, e pera seu filho e filha e neto e neta dantre anbos e, se filho nem filha nem neto nem neta nom ouuerem, pera duas pesoas, hũa empos outra, quaees elles nomearrem em sua vida ou a ora de sua morte, hũu paredeiro que o dicto cabidoo ha na dicta çidade, na Rua do Arco, acyma de Sam Lazaro, que parte dhũa parte com outro paredeiro dAfonso Coelho, creligo, e da outra com a quintaa que foj de Maria Ferrnandez e pella rrua puurica.

O quall paredeiro encartarrom ao dicto Joham Gonçalluez e sua molher e pesoas, como dicto he, so tal preeito e condiçom que façom o dicto paredeiro em que era de pedra e telha e madeira e do al que mester ouuer, em tal gisa que melhore e nom pejore, e que pagem, em cada hũu anno, ao dicto cabidoo dez soldos da moeda antyga e pagar os dictos dez soldos da dicta moeda aos terços do ano, a saber Natal e Pascoa e Sam Joham Bautista. E que esta pensom lhes seja quite estes tres annos primeiros segyntes, que lhe quitarrom pera ajuda de fazer a dicta casa. E, pasados os dictos tres annos, entom pagar, em cada hũu anno, os dictos dez soldos da dicta moeda antyga. A qual primeira paga se conpeçara no Natal que vera no anno da era de mjl e quatroçentos e trynta annos.

E obrigarrom os beens da mesa do dicto cabidoo de lhes ljurar o dicto encartamento de qualquer enbargo que lhes sobre ele saise polla sua rrazom. E o dicto Joham Gonçalluez, que presente estaua, por sy e por a dicta sua molher e pesoas que depos elles ham de vijr, filhou em sy o dicto encartamento e obrigou todos seus beens, moujs e rraiz, a conprir o dicto encartamento como dicto he. E pedirom asy senhos estormentos e este he o do dicto cabidoo. Testemunhas: Afonso Pirez, porteiro do dicto cabidoo, e Afonso Coelho, creligo, e Bertolameu Afonso, criado que foj do chantre. E eu, Gil Afonso, tabaliom delrrej na dicta çidade, que este estormento escpreuj e aqui fiz meu synal, que tal he *(Sinal do notário)*. Santa Maria me gvarde de mall. Pagou x rreaaes.

106

6 JULHO 1428

Salvo-conduto passado em Valência por D. Afonso V, rei de Aragão, ao infante D. Pedro de Portugal, seu carissimo consanguíneo, para ele e comitiva de cavaleiros e peões, com todos seus bens e coisas, morarem e transitarem, segura e livremente, por seus reinos e terras, sob pena, para os contraventores, de 5.000 florins de ouro de Aragão para o erário régio, e a ordenar o tratem honrosa e convenientemente, como seu afim e consanguíneo.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2577, fl. 170.

Jncliti jnfantis Petrj Portugalie.

Nos Alfonsus, etc. Jnter perstrictos nexus sanguinjs et amjcicie vincula forciora, nulli sunt formjdandi euentus; sed, quia vestri jncliti et magnifici jnfantis Petrj Portugalie, consanguinei nostri carissimj, ad regna et terras nostras securior liberiorque sit jngressus, tenore presentis, in nostra bona fide regia guidamus, affidamus et assecuramus vos, dictum jnclitum jnfantem Petrum ac totam vestram equitum et peditum comjtiuam, cum adzemulis, auro, argento, suppellectilibus et quacumque rerum et bonorum specie onustis.

Jtaque vos, dictus jnclitus jnfans, vna cum equitum et peditum comjtiua ac rebus et bonjs vestris predictis et dictorum vos concomjtatuum ad, jn et pro passus, portus, loca, villas, terras, ciujtates et castra dicionis nostre venire, morarj et transsire quociescumque vobis libuerit seu alias expedierit, libere, secure et absque et vestri et vestrorum in personjs et bonjs jnferenda noujtate et jactura, valeatis et liceat; mandantes, per hanc eandem, nobilibus et fidelibus gerentibus vicum, gubernatorijs, justicijs, çalmedjnijs, vicarijs, baiulis, alguazirijs, subujcarijs, subbajulijs, juratis, paciarijs, consulibus, consiliarijs et procuratorjbus necnon et custodibus siue guardianijs portuum et passuum, rerum prohibitarum, jn confinibus regnorum et terrarum nostrarum constitutis ceterisque vniuersis et singulis officialibus et subditis nostris dictorumque officialium locorum presentibus et futuris, sub nostre gracie et mercedis obtentu ac pena quinque milium florenorum aurj de Aragonja de bonjs cuiuslibet contrafacientium jrremissibiliter exhigendorum et nostro applicandorum erarjo, quatenus forma huiusmodi saluiconductus per eos et eorum quemlibet diligenter jnspecta, vos, dictum jnclitum jnfantem Petrum, cum comitiua et bonjs ves-

Copyrighted material

trjs predictis, per passus et loca (1) predicta dicionjs nostre, die noctuque transsire uel eisque stare et morarj, dum vobis placuerjt, libere sinant et absque contradictione quacumque; vosque, vt affinem et consanguineum nostrum, tractent honoriffice et decenter et non contraueniant seu aliquem contrauenjre sinant quauis causa, si penam predictam cupiunt jrremjssibiliter eujtare. Jn cuius rei testimonium, presentem fierj jussimus, nostro sigillo secreto munitam.

Datum Valentie, die sexta julij, anno a natiujtate Dominj M°.cccc.° xxviij°. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi,
Francisco dArinyo.
Prouisa.

107

9 JULHO 1428

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a seu bailio geral, aos conselheiros de Barcelona e aos deputados da Catalunha, a comunicar-lhes dispensa o infante D. Pedro de Portugal, seu muito caro e muito amado coirmão, que vai chegar à costa catalã a caminho de sua pátria, do pagamento de direitos e que dá livre trânsito às jóias, panos de ouro e de seda e demais coisas e bens que lhe consta traz para si e para seu pai e irmãos (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2577, fl. 171 v..

---

(1) No ms. *locha*.

(1) «De nombramiento exclusivo de la Corona continuó habiendo también el *Batlle* general, cargo de variadas atribuciones, cada día más extensas. Llegó así también a ser uno de los oficios de mayor importancia. Toda una organización peculiar dependía de él, relativa a la administración del Patrimonio real y a una amplia jurisdición civil y criminal que le correspondía en una serie de assuntos: cuestiones de aduanas, de bienes vacantes y naufragios; sobre aguas públicas, ríos, riberas y molinos, y referentes a ferias y a exportación e importación de artículos prohibidos, causas de amortización, etc.. En Cataluña había un *batlle general*, y en Valencia otro; cada uno con su corte o tribunal, con sus asesores, escribanos y funcionarios, y con los diversos bailes en las ciudades y lugares principales, nombrados por él, que habían de darle cuenta de su administración» (VALLS-TABERNER y SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, p. 19). Sobre a orgânica medieval aragonesa podem ver-se: todo o capítulo 41 da retrocitada obra, GIMÉNEZ SOLER, *La Edad Media en la Corona de Aragón*, pp. 250 e ss.; BALLESTEROS y BERETTA, *Historia de España*, vol. 4, t. 3, 2.ª ed., pp. 269 e ss.; e JOSE MARIA FONT i RIUS, *Las instituciones de la Corona de Aragón en la primera mitad del siglo XV*, Palma, 1955.

Jncliti jnfantis Petri Portugalie.

Batle general. Segons creem sabets, lo jnclit jnfant don Pedro de Portugal, nostre molt car e molt amat cosi, seria arribat en la costa de Cathalunya, per venjr a nos e apres fer la via de nostre molt car e molt amat oncle lo rey de Portogal, son pare. E, segons hauem sabut, portarja alguns joyels, draps daur e de seda e altres coses e bens, axi per si com per lo dit son pare e ffrares.

E, vullan en tot cas que, sens solucio del dret del general e de tots altres qualscuol drets e sens aximateix scrutinj o altra jnquisicio, lo dit jnfant e los seus passen los dites joyels, draps e altres bens e coses, vos manam molt stretament que axi o façaes fer e conpljr, sens alguna mutacio, e no premetats sobre aço fos feta al dit jnfant o homens seus alguna cosa qui tornas en nostre carech, ans liberament e sens alguno enpatex o scrutinj, segons dit es, passen los dits joyels, draps e altres coses, si amats nostro honor e seruicy.

Dada en Valencia, sots nostre segell secret, a nou dies de juliol del [any] M.cccc.xxviij. Rex Alfonsus.

Dirigitur bajulo generalj Cathalonie.

Dominus rex mandauit mihi, Francisco dArjnyo.
Prouisa.

Fuerunt expedite due alie littere, vna directa consiliarijs Barchinone et altera deputatis Cathalonie, sub hac conclusione: vos pregam e encarregam molt affectuosament e streta que axi ho facats fer e conpljr, car com de maior honor e curialitat vsarets vers lo dit jnfante, tant vos ho agrahirem mes.

Dada en Valencia, sots nostre segell secret, a nou dies de juliol del any mil cccc.xxviij. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michj, Francisco dArjnyo.

108

10 JULHO 1428

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a ordenar às autoridades da Catalunha e a todos seus súbditos recebam com a maior honra que possam e provejam de todas as coisas necessárias o infante D. Pedro de Portugal, seu muito caro e muito amado coirmão, e sua

Copyrighted material

comitiva, chegados ao castelo e vila de Cobliure e que se dirigem à sua presença, segundo as instruções de mossem Benet Albert, seu conselheiro e procurador régio nos condados de Rosselhão e Sardenha, o qual envia ao encontro dele, e a quem devem dar plena fé.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2577, fl. 173. Transcrita pela sr.ª D.ª Sara Cuncillos de Loscertales, M. D. Arquivista do Archivo de la Corona de Aragón, a qual fez também algumas outras transcrições de textos em catalão e reviu parte dos transcritos por Dias Dinis.

Incliti jnfantis Petri Portugalie.

N'Alfonso etc. A los amats e feels nostres los portant veu de gouernador en lo principat de Cathalunya, veguers, batles e tots altres officials e no res menys a totes e sengles vnjuersitats e subdits nostres, al qual o als quals les presents perueuran, salut e dileccio (1).

Com nouament lo jnclit jnfant don Pedro de Portogal, nostro molt car e molt amat cosi, sia arrjbat en lo castell e vila de Cobliure e sia per a venjr de continent a nos; e, per aquesta raho e axj mateix per reebre e acompanyar lo dit jnfant, trametam a aquell, de present, lamat conseller nostre mosen Benet Albert, procurador reyal en los comptats de Rossello e de Cerdanya, vos dehim e manam, axi secretament como podem, sots jncorrjment de nostra jra e jndignacio, que lo dit jnfant e gens sues reebats ab aquella major honor que porets el aleujets honestament e prouehiscats de totes coses necessarjes, segons pus longament vos jnformara lo dit pro-

(1) Referindo-se ao Principado de Catalunha, a *Historia de Cataluña* citada em nosso documento anterior observa: — «Hasta mediados del siglo XIV no se generalizó esta denominación referente a la Cataluña estricta; la cual hasta entonces había tenido como designación oficial la de condado de Barcelona, comprensiva de todos los otros antiguos condados que se le habían ido incorporando. También con el nombre de universidad o de general de Cataluña se había indicado a principios del siglo XIV el conjunto de los estamentos sociales de todo el territorio. Pero el título oficial de soberanía de nuestros monarcas, en relación a Cataluña, continuó siendo siempre el de conde de Barcelona, con la añadidura del de conde de Rosellón y Cerdaña, después de la agregación de estos territorios. Estos y los demás títulos de rey de Valencia, de Mallorca, de Cerdeña y de Córcega completaban, con el de duque de Atenas y de Neopatria, la fórmula de intitulación de los diplomas expedidos a nombre del rey de Aragón» (t. 2, p. 20).

O *veguer* era magistrado que «juzgaba civil y criminalmente, mandaba tropas, debía procurar la observancia de la paz y tregua y perseguir a los malhechores». No século XV, o Aragão estava repartido nas seguintes veguerías: Barcelona, Gerona, Vich, Urgel, Lérida, Tarragona, Cervera, Balaguer, Tortosa, Berga, Agramunt, Panadés, Manresa y Montblanch (Cfr. GIMENEZ SOLER, *La Edad Media en la Corona de Aragón*, p. 325).

curador real, a les paraules del qual donets plena fe e creença como a nostra propria persona. E aço e res no mudets, per causa o raho alguna, si nos desijats serujr e complaure; certificants vos que, del contrarj, ço que no creem, pendrjem enuig e desplaher.

Dada en Valencia, a deu de juliol del any M.cccc.xxviij. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michj,
Francisco dArjnyo.
Prouisa.

109

12 JULHO [1428]

Carta do infante D. Pedro, a comunicar de Barcelona a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, que ele e comitiva chegaram bem e que nessa semana tenciona seguir para Portugal, e a providenciar sobre rocim que prometera a Tomás de Corsi (?).

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 95, original, em papel.

Dom abade amigo. O jffante dom Pedro me comendo em uossas deuotas oraçoees.

Bem sey que uos plazera auer nouas da mjnha saude e stado. E porem eu uos certifico per esta que, merçees ao poderoso Deus, eu com todos os que dala comjgo partirom chegamos a Cathellonha sãaos e em bõa disposiçom e, aa fectura da presente, soom em esta cidade, donde entendo partir esta somana e encamjnhar pera Portugual, com sua ajuda.

Outrossy uos faço saber que eu disse a Thomas de Corsi (?) que lhe mandaria dar hũu rocim murzello em que eu vijm a Liboray; e, per error, hũu homem que tijnha carrego da strebaria o deu a hũu venezeãao que hya pera Roma, ao qual eu mandara dar hũu rocim de hũu meu seruidor. E porque minha uoontade nom he fallecer do que lhe disse, vos lhe dizee como se esto passou e que a mym plaz que el aja dos meus djnheiros trijnta e dous florins por elle, que he o dobro de dez e seis que custou em Alla. E peço a Gonçalo Ferrnandez que lhos rreceba em despesa.

Scripta em Barcellona, xij dias de julho. Meem Roiz a ffez.

(as.) Jfante dõ p°.

110

21 JULHO 1428

A infanta D. Leonor de Aragão parte de Medina por S. Félix dos Galegos para Portugal com a sua comitiva e um observador do rei de Castela.

PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 9. — Pode ver-se também: Don LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, cap. 32.

De la partida de la ynfanta doña Leonor, que se yba a velar con el ynfante Duarte de Portugal.

Miércoles 21 días de julio, año dicho, partió la ynfanta doña Leonor, fija del rrey don Fernando de Aragón, de Medina, e fué a velar al monesterio de La Mejorada, media legoa de Olmedo. E dende fuése para Portugal, para San Felices de los Gallegos, a casar con el ynfante Duarte, primogénito de Portugal.

E yban con ella de Castilla el arçobispo de Santiago, don Lope de Mendoça, e el obispo de Cuenca, don Álvaro de Isornia. E llevaba consigo el arçobispo çien caballeros e escuderos, e el obispo quarenta e çinco. Y yban mucho bien arreados. De Portugal yvan con ellos el arçobispo de Lisboa, e su hermano don Fernando de Gijón, e don Sancho, que eran çiento e çinquenta cavalgaduras.

El Rey don Jhoan nuestro señor enbió a ver la fiesta que fazía el rrey de Portugal a las bodas de la ynfanta doña Leonor, su nuera, a Jhoan de Padilla, su criado e su donzel, fijo de Pedro López de Padilla. El qual fué muy vien adereçado, así de arreamiento de su persona e de gentiles omes, fasta quinze cavalgaduras, muy vien endereçados.

111

[JULHO 1428]

A infanta D. Leonor de Aragão segue de Valhadolide para Portugal, em cuja entrada neste país ocorre grave incidente entre os homens do arcebispo de Lisboa e os do arcebispo de Santiago, no

qual intervem o infante D. Duarte, que castiga àsperamente os culpados.

Crónica de Don Juan II, año 22.°, 1428, cap. 11, p. 447.

De como la Infanta Doña Leonor tomó licencia del Rey.

E la Infanta Doña Leonor pidió por merced al Rey que le diese licencia para continuar su camino para Portugal, é al Rey plugo de gela dar, é despachó todas las cosas que le suplicó, é mandóle dar tres mil florines de oro para ayuda de su camino, é dióle de ricos brocados é de otras joyas de su cámara; é así la Infanta se despidió del Rey, el qual salió con ella mas de media legua, é todos los Grandes que en la Corte estaban, la mayor parte de los quales fueron mas de una legua con ella.

E mandó que fuesen con ella á Portugal el Arzobispo de Santiago, Don Lope de Mendoza, y el Obispo de Cuenca, Don Alvaro de Isorna, é Juan de Padilla, hijo mayor de Pero Lopez de Padilla, é otros Caballeros é Donceles de su casa, que serian por todos hasta ciento é cinqüenta cavalgaduras, los quales iban todos muy bien arreados, é iban á despensa del Rey; y en el primero lugar de Portugal donde entró, hubo ruido entre hombres del Arzobispo de Lisbona y el Arzobispo de Santiago, é los del lugar ayudaban á los Portogueses; é con todo eso, los Castellanos pelearon de tal manera, que los Portogueses fueron retraidos é muchos dellos feridos é algunos muertos; é mucho mayor daño recibieran, salvo porque el Arzobispo de Lisbona, desque vido el daño que los suyos rescebian, trabajó de despartir el ruido. E desque el Principe Don Eduarte lo supo, hizo áspero castigo en los del lugar, é mandó enforcar algunos é á otros azotar; é dixo al Arzobispo de Lisbona asaz ásperas é duras palabras.

112

25 - 29 JULHO E 1 AGOSTO 1428

Despesas feitas em Valença de Aragão com as festas então ali celebradas em honra do infante D. Pedro de Portugal (1).

(1) A este propósito informa ZURITA que D. Pedro «entro en Valencia a veynte y quatro del mes de Iulio deste año y le fue hecha gran fiesta por el Rey y hizo se le sala por el Rey y por la ciudad y concertose matrimonio suyo con doña Isabel de Ara-

ACA., *Claveria Comuna*, liv. 48, 1, publicado por SALVADOR CARRERAS ZACARES, *Ensayo de una Bibliografía de Libros de Fiestas celebradas en Valencia y su Antiguo Reyno*, Documentos, Valencia, 1926, doc. XXV, pp. 110 e 111, donde se transcreve.

Los Jurats, etc. Pagats an Johan del Poyo, mestre dobra de vila de la dita ciutat, treents quaranta sis solidos, valents xvij liures, vj solidos reyals, als quals munten lo cost e despeses per aquell, precedent nostra ordinacio, fetes en fer certs castells de fusta, los quals havien a servir per alguns entrameses fets a ops de la festa quis devia fer en lo Mercat de la ciutat damunt dita digmenge primer dia del present mes dagost del any corrent Mccccxxviij al inclit infant don Pedro de Portogal, axi en compra de fusta e claus com en salaris diurnals de aquells qui ajudaren a obrar e fer los dits castells. E com en apres per ordinacio de nosaltres los dits castells fossen manats desfer, la fusta e clavo daquells es venguda en la sala e casa de la dita ciutat e roman conservada en poder den Domingo Valero, statger e guarda de la dita casa, segons que de totes les dites coses lo dit En Johan del Poyo ha donat compte de menut al honorable Racional de la dita ciutat, lo qual assummat e verifficat... (2). E cobrats etc. Dat. Valenc. xviiij die augusti, anno a Nativitate Domini M° cccc° xxviij. G.ª Gençor.

Los Jurats, etc. Metets en compte de vostra data Lxxxxij liures, xj solidos, iiij diners reyals, los quals, precedent nostra ordinacio, havets despeses en lo cobriment del Mercat per obs del jorn quel molt alt senyor Rey e lo senyor infant don Pedro de Portogal junyeren ab altres barons e cavallers en aquell, es saber, per sexanta dues liures, xviiij solidos, quatre diners, los quals foren donats an Johan del Poyo, mestre dobra de vila dela ciutat dessus dita, per estall fet entre nosaltres e aquell de cobrir lo dit Mercat de draps de lana blanchs e vermells. Item, xxvj liures, les quals foren donades an Thomas Salvat, mercader, per lo desavanç e esmena de Lxxiiij draps vermells que per ell foren prestats ala dita Ciutat per obs del dit cobriment de Mercat, a raho de sis solidos per drap. Item,

---

gon, que era la hija mayor del Conde de Vrgel» (*Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, liv. 13, cap. 45, fl. 181 v.). De facto, em Valência, a 2 de Agosto, o infante começou a cuidar do seu casamento, mas então apenas com qualquer ilustre senhora aragonesa (Cfr. o nosso DOC. 113). E só em 1 de Setembro seguinte D. Pedro especificou ser com a dita filha do conde de Urgel (Cfr. o nosso DOC. 120).

(2) O *Racional* ou *maestre Racional* era uma espécie de chefe da tesouraria, responsável supremo pelas despesas (Cfr. VALLS-TABERNER y SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, pp. 15-16).

xxxiij solidos per j dels dits draps vermells que fon squexat. Item, xxxx solidos per hun dinar ques feu en casa den Roiç on foren los honorables En Pere Bou, lochtinent de Governador, mossen Ffrancesch Corts, En Ponç Despont e En Manuel de Xarch, administradors del dit cobriment, a fi que pus prest fos desempaxat, segons segon (sic) que deles dites despeses per vos dit Clavari es stat donat compte de menut en j. full de paper al honorable Racional dela dita ciutat, lo qual assumat e verifficat.... E retenits etc. Dat. Valent., quarta die novembris, anno a Nativitate Domini M°. cccc°. xxviij. Gualceran de Quastellvi.

Los Jurats, etc. Pagats al honrat En Ffrancesch de Rojals, sindich dela dita ciutat, quatre milia dohents sexanta solidos, han diner, valents ccxiij liures, iiij solidos, j. diner reyals, als quals munten les despeses per aquell, precedent nostra ordinacio, fetes en la collacio que a xxviiij de juliol del any prop passat M.cccc.xxviij fon feta en la Sala del Consell dela dita ciutat al alt infant don Pedro de Portogal, es saber, en cost de confits de çucre e altres confits, pomes, carabaçat, aloses e benjuhi, aygua ros, aygua almescada, vins grech e malvesia, murta, en cost de fusta e fayço de mans de j. gran sitial que fon fet en la dita Sala e empaliar e desempaliar aquella, salaris de macips que muntaren aygua, strenes que foren dades als haraus del dit Infant e an Borra e en altra manera per la dita collacio, segons que de totes les dites coses lo dit honorable Sindich ha donat compte de menut al honorable Racional. E cobrats etc. Dat. Valent., xxvij die aprilis, anno a Nativitate Domini millesimo cccc°.xxviiij. Johan Alegre.

Los Jurats, etc. Metets en compte de vostra data dohentes sexanta una liures, dotze solidos, tres diners reyals, los quals devets cobrar de j. compte que havets retut e donat al honorable Racional dela dita ciutat de la administracio que haveta tenguda de les despeses, les quals, precedent nostra ordinacio, son stades fetes per la festa, la qual fon feta en lo Mercat de la dita ciutat acanyiçant e corrent bous, a xxv de juliol del any prop passat Mccccxxviij, per la novella venguda del inffant don Pedro de Portogal. En lo qual compte munten les dates que havets fetes, es saber, en compres de thoros novellos, en salaris de certs homens quils menaren dels lochs on se conpraren a la dita ciutat, en cost e fayço dels cadafals grans de fusta, en la hun dels quals stigueren lo senyor Rey e lo dit inffant don Pedro de Portogal, en laltre la senyora Reyna e en lo terç cadaffal nosaltres e altres officials e molta altra notable gent de la dita ciutat mirants la dita festa, e en altres messions e despeses necessaries per aquella cclxxxiij liures, viiij solidos. E les reebudes que posats haver fetes del procehit de alguns dels dits bous qui foren tallats e venuts a menut en les taules de la Carniceria maior de la dita ciutat, xxj liures, xvj solidos viiij diners. E axi egualades les dates ab les reebudes roman

finalment que vos, dit Clavari, havets a cobrar ço que munten mes les dates de les dites reebudes, es saber, les dessus dites ccLxj liures, xij solidos, iij diners, segons que totes les dates e reebudes son contengudes scrites e assumades largament per menut e per sumes en lo dit compte, lo qual sumat e verifficat.... Es ver quel present albara de necessitat per orde de la dita vostra Claveria ses haud despatxar en lo kalendari deius scrit en lo qual han pres fi nostra juraderia e vostra Claveria. E retenits etc. Dat. Valent., xiiij die madij, anno a Nativitate Domini Mccccxxviiij. Johan Alegre.

Los Jurats, etc. Pagats an Macia Marti, specier, ciutadan de la dita ciutat, dehenou liures, dos diners, mealla, moneda reyals de Valencia, a aquell deguts per raho de certs confits de çucre, axi gengibre vert, carabaçat, ametles e codonys exaropats en conserva de çucre, com osties, algalia e pots de terra en que anaren los dits confits, los quals del obrador de aquell foren preses a obs dela collacio que per nosaltres ensemps ab molta altra notable gent de la dita ciutat fon feta al senyor infant don Pedro de Portogal en la Sala de la dita Ciutat a xxviiij del mes de juliol dal any prop passat M.cccc.xxviij, dels quals confits lo dessus dit en Macia Marti ha donat compte per menut al honorable Racional de la dita ciutat qui aquell ha moderat e tatxat, segons lo dit compte assummat e verificat roman conservat en larchiu de son offici es larch contengut e jassia per lo honorable En Francesch de Rojals, sindich dela dita ciutat, sin stat donat compte de les despeses fetes en la dita collacio, es ver quen lo dit compte no es feta mencio dels confits dessus dits, segons que de totes les dessus dites coses som stats certificats per lo dit honorable Racional ab son albara dreçat al scriva de la Sala. E cobrats, etc. Dat. Valent., xiiij die madij, anno a Nativitate Domini M.cccc.xxviiij°. Alfonso Roiz de Corella (3).

---

(3) Dos precedentes textos se conclui que as festas efectuadas em Valença de Aragão em honra do infante D. Pedro de Portugal com a presença do monarca aragonês decorreram na Sala do Conselho da cidade e no mercado em 25 e 29 Julho e 1 de Agosto de 1428. Para o efeito cobriram o mercado de panos de lã brancos e vermelhos, nele ergueram castelos de fusta e três tribunas, uma para el-rei e o infante português, outra para a rainha e ainda outra para as autoridades e nobreza. Ali assistiu D. Pedro a uma tourada em 25 de Julho ou seja no dia imediato ao da sua chegada, e também a entremeses em 1 de Agosto. Na Sala do Conselho da cidade, festivamente ornamentada, perfumado o ambiente com benjoim e as toalhas de mesa com água almiscarada, foi-lhe oferecido lauto banquete municipal a 29 de Julho, no qual não faltaram as melhores iguarias, diversas frutas, especificadas nos documentos que reproduzimos, doces variados, a que também se alude em minúcia, e vinhos brancos e de malvasia.

113

2 AGOSTO 1428

Procuração passada pelo infante D. Pedro de Portugal, no paço episcopal de Valença de Aragão, ao nobre Aires Gomes da Silva, seu conselheiro, e ao Dr. Estêvão Afonso, seu chanceler, para, em seu nome, tratarem, começarem e prosseguirem o seu contrato de casamento com qualquer senhora ilustre.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2613, fl. 116, — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, n.º 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502.
Editada a segunda fonte aduzida por SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real*, t. 1, liv. 3, n.º 13.
Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 300.

Jn nomjne Dominj, amen.

Cunctis jnnotescat presens publicum jnstrumentum visuris et jnspecturis quod illustris et excelsus princeps ac magnjficus domjnus dominus Petrus, regnorum Portugalie et Algarbij secundo genjtus, Colimbrie dux, etc., meljori modo, forma et lege quibus potest, creaujt, constituit et fecit jrreuocabiliter suos veros, certos, legictimos actores, factores, procuratores seu negociorum gestores, cum plena et libera potestate, nobilem virum Ariam Gometij de Silua, eius consiliarjum (1), et egregium virum Stephanum Alfonsi, decretorum doctorem, cancellarjum suum (2), presen-

(1) Aires Gomes da Silva, filho de João Gomes da Silva, que foi copeiro-mor, alferes-mor e embaixador de el-rei D. João I, e de sua esposa D. Margarida Coelho, já estava ao serviço do infante D. Pedro em 1415, data em que ele o armou cavaleiro em Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 96). Em 1425 seguiu com D. Pedro para o estrangeiro, donde agora regressa. Em Aires Gomes, seu único filho legítimo varão, renunciou o pai o senhorio de numerosas terras que possuía da coroa, pelo que foi aquele 2.º Senhor de Vagos e de Unhão, por confirmação régia de 1434. Nomeado pelo D. Pedro, em 7 de Julho de 1441, regedor da justiça da Casa do Cível de Lisboa, seguiu o partido político do Regente e com ele esteve em Alfarrobeira a 20 de Maio de 1449; mas foi indultado e conseguiu rehaver parte dos seus bens. Para maior minúcia biográfica pode ver-se B. FREIRE, *Brasões*, liv. 2, pp. 49 a 55 e «passim».

(2) O Dr. Estêvão Afonso em referência deve ser o futuro professor de Direito Canónico da Universidade portuguesa, de cujo exame de estado o *Liber Secretus Iuris Pontificii* assevera: — «Optime se habuit... cum vir eximie scientie sit, pariter omni honore dignissimus» (Cit. por SOUSA COSTA, O. F. M., *O doutoramento em Bolonha do Secretário de D. João I*, p. 211).

Copyrighted material

tes et huius procuracionjs et actorie honus sponte suscipientes, ambos jn solidum et eorum quemlibet, jta quod non sit melior condicio occupantis, sed quod vnus jnceperit alter possit prosequj, mediari et finire, scilicet, ad tractandum, jnhiendum et prosequendum, vice et nomjne suo, cum quacunque seu quibuscunque personis illustribus, magnificis viris seu alijs quibuscunque dominjs aut dominabus, super sponsalijs, conjugio aut connubio cuiuscunque domine ipsarum personarum vel cuiuslibet earum filie, sororjs aut consanguinee, et ad exigendum, requirendum et acceptandum ab ipsa desposanda seu illius parentibus, tutoribus vel curatoribus vel tutricibus promissionem, stipulacionem et constitucionem et assignacionem dotis dande et assignande, contemplacione futurj matrimonij, cum pactis, promissionjbus, obligacionibus realibus et personalibus et alijs cauteljs opportunjs, et ad promjttendum solenniter et obligandum ipsum dominum predicte desponsande seu alterj persone, ipsius nomine, dotem constituenti seu assignanti, ad restituendum quod restituendum fuerit, jn casu dotis restituende, si quod absit acciderit, cum penjs, promissionibus, obligacionibus realibus et personalibus et cautelis jnteruenjentibus opportunjs, et ad assecurandum et assignandum eidem disponsande seu (3) cujljbet ex personis pro ea auctoritatem huiusmodj habentibus, pro securitate sua, certos redditus, jn casu acceptande seu recipiende per eum dotis, et ad assignandum, constituendum, vice et nomine suo, ipsi disponsande donacionem seu arras, propter nupcias, jn quantitate et summa quam viderjnt expedire, et super hoc obligandum et ypotecandum, super premissis et quolibet premissorum, omnja bona sua, mobilia et jnmobilia, cum penjs, juramentis et cautelis congrujs seu opportunjs, et specialiter ac finaliter ad recipiendum et disponsandum eandem dominam, sponsandam per verba legittima de presenti, jn forma ecclesie consueta, et super omnjbus premissis et quolibet premissorum scripturas et jnstrumenta autentica per notarios quos viderjnt confici requirendum et confecta exigendum et recipiendum, et generaliter omnja et singula dicendum, faciendum, stipulandum, obligandum, jurandum, promittendum, assecurandum et exercendum que bonj, verj et legittimj procuratores facerent, etiam si majus et specialius exigant mandatum, et que ipsa feceret, diceret, si ad hec omnja personaliter jnteresset, jurans ad sacra Dei euangelia, corporaliter tacta, contra premissa non venjre promitensque ratum, gratum, valjdum atque firmum semper habere, tenere et jnujolabiliter obseruare quidqujd per dictos procuratores, actores et factores suos seu alterum (4) eorum per se, jn soljdum, super eis omnjbus et singulis fuerjt actum, gestum, factum, dictum, juratum, concessum, stipulatum, promissum et obligatum,

(3) No ms. *sed.*
(4) No ms. *altero.*

Copyrighted material

sub bonorum suorum vbique habitorum et habendorum omnjum obligacione et ypoteca.

Actum est hoc jn palacio episcopalj Valentie, die secunda augusti, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc.° vicesimo octauo.

Sig*(Sinal)*num illustris, excelsi ac magnifici principis et dominj dominj Petri supradicti, quj hec concessit, laudaujt, roboraujt et hujc jnstrumento suum apponj jussit sigillum jmpressum.

Jnfant don Pedro.

Testes jnde sunt nobiles virj dominj Aluarus Valacij de Almadahan, capitanus marjs regnj Portugalje, et Aluarus de Castro et Djdacus Gonçaluj Rombo, magister curie ac consiliarij dicti dominj ducis, et honorabilis et egregius vir Rodericus Ferdinandj, legum professor et in regis Portugalie palacio supplicacionum expeditor (5).

Sig*(Sinal)*num Vincencij Çaera, regia auctoritate notarij publici per totam terram et dominacionem illustrissimj dominj regis Aragonie, qui predictis jnterfuit et hec scribi fecit, vna cum dicti dominj ducis sigilli jnpressione, clausitque loco, die et anno prefixis, cum rasis et emendatis in vicesima et vltima ljnea, vbi videtur *jnpressum*, et jn prima ljnea presentis clausure, vbi cernjtur *per*.

114

7 AGOSTO 1428

Procuração de D. Isabel de Aragão, filha de D. Jaime, conde de Urgel, passada a Berenguer Barutell, arcediago-mor de Lérida e de Mari, Barcelona, e seu tio materno, para ele a representar no contrato do seu matrimónio com o infante D. Pedro de Portugal.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2613, fl. 114, — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, n.° 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502.

Editada a segunda fonte citada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.° 13.

---

(5) Como se vê, testemunharam o presente documento, em Valência de Aragão, o capitão-mor da frota portuguesa Alvaro Vasques de Almada, 1.° conde de Abranches e adepto do D. Pedro, falecido também em Alfarrobeira (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, pp. 270-72 e «passim»), D. Alvaro de Castro, Diogo Gonçalves Rombo, mestre da cúria do duque e seu conselheiro, e Rodrigo ou Rui Fernandes, professor de Direito e expedidor das súplicas no paço régio.

Copyrighted material

Jn Dei nomine, amen.

Nouerint vniuersi quod nos, Ysabel de Aragonia, filia jncliti Jacobi de Aragonia et domine Ysabelis, jnfantisse Aragonie, memorje recolende, eius consortis, dominaque ville Alcolege Ripparie Cinque, ex certa nostra scientia facimus, constitujmus, creamus et ordinamus procuratorem nostrum vos, venerabjlem magneque circunspectionjs virum domjnum Berengarjum Barrutellj, archidiaconum majorem jn ecclesia Jlerdensi et archidiaconum de Marj in ecclesia Barchinonensi, auunculum nostrum carissimum presentem, ad tractandum, contractandum de et super matrimonjo faciendo et complendo jnter nos et illustrem ac potentem vjrum domjnum jnfantem Petrum, secundum natum filjum illustrissimj dominj regis Portugalje, et super dote nostra, augmentum sjue donaciones propter nupcias faciendum et pro ipsis dote et augmento siue donacione propter nupcias quascunque cautiones, obligaciones et securjtates fieri faciendum, petendum et acceptandum, prout neccessarjum fuerit parjter et opportunum, et de et super predictis jnstrumenta nupcialja (1) faciendum et fieri firmandum et de tota dote nostra nobjs danda et soluenda, seu per nos portanda, quamcunque caucionem et securitatem nomine nostro recipiendum et alias super premissis quascunque promissiones, stipulaciones, pacta, capitula, condiciones, obligaciones, juramenta et jnstrumenta recipiendum, faciendum et prestandum, et cum dicto jnfante Petro, vt predicitur, matrjmonjum per verba canonjca de presenti, per nos et nomjne nostro, in personam nostram contrahendum et omnja alia et singula faciendum, jn predictis omnjbus et singulis deppendentibus ex eisdem aut ea tangentibus aut ex eisdem emergentibus, pro nobis et nomine nostro, quantuncunque vtilia sint seu eciam opportuna et que nos faceremus aute facere possemus personaliter constituta, eciam si talia sint que mandatum exigant speciale.

Nos enjm, super predictis omnjbus et singulis et deppendentibus ex eisdem aut ea tangentibus seu ab ejs emergentibus, donamus et concedjmus plenarie vobis vices nostras et administracionem generalem, promittentes jnsuper vobis, dicto procuratori nostro ac notario jnfrascripto, vt publice persone, pro quarum personis jnterest, jntererit et jnteresse poterit, stipulanti et recipienti legictime sub bonorum omnjum nostrorum ypotheca, que ad hec scienter et caute obligamus de presenti, jurantes ad Deum et eius sancta iiij.^{or} euangelia, manu nostra dextera tacta corporaliter, jn posse (2) notarij publici jnfrascripti, nos ratum et firmum habere perpetuo quidquid per vos, dictum procuratorem nostrum, in et super predictis et deppendentibus ex eisdem aut ea tangentibus seu ab eis emergentibus, nobis et

(1) No ms. *nubcialja*.
(2) No ms. *pose*.

nomjne nostro procuratum, actum fuerit siue gestum nulloque tempore reuocare.

Quod est actum apud castrum dicte ville, die septima mensis augusti, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc.° vicesimo octauo, presentibus testibus honorabilibus dompnis Jacobo Martinj, presbytero, et Michaele Christoforo, de domo dicte domjne Ysabelis de Aragonja, ad premissa vocatis specialiter et assumptis.

Sig*(Sinal do notário)*num mei Johannjs Fajol, habitatoris (3) dicte ville, notarij publici auctoritate illustrissimj dominj regis Aragonie, per totam terram et dominacionem, quj premissis omnjbus et singulis, dum sic, vt premjctitur, agerentur et fierent, presens fuj, hecque scripsi cum raso et correcto jn penultima ljnea, vbi dicitur *testibus*, et clausi.

115

13 AGOSTO 1428

Carta de Aires Gomes da Silva, dirigida de Valença de Aragão a D. Gomes Ferreira, Abade de Santa Maria de Florença, a dizer-lhe, entre outras coisas, que, por ordem do infante D. Pedro, seu senhor, ele e o Dr. Estêvão Afonso ficaram ali, a tratar de alguns assuntos junto do respectivo monarca (1).

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 1, p. 279, original, em papel, — donde se reproduz.

Publicada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 555.

Dom abade amjgo. Ayras Gomez da Silua me comendo mujto em uossa graça e deuotas oraçõoes.

Amigo. Façouos saber que a mym plazeria auer recado certo dos djnheiros meus que aujam de vijr de Brujes a essa cidade, per caanbo, se

---

(3) No ms. *habitator*.

(1) A 24 de Julho de 1428, em regresso da sua longa viagem pela Europa, chegou o infante D. Pedro, filho de el-rei D. João I, a Valença de Aragão, onde deixou Aires Gomes da Silva e Estêvão Afonso, com procuração ali passada em 2 de Agosto seguinte para tratarem do seu casamento (Cfr. ZURITA, *Anales... de Aragon*, t. 3, liv. 13, cap. 45, fl. 181 v.; LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 101; e *Quadro elementar*, t. 1, p. 300). Sobre estes procuradores veja-se a nota 1 da nossa p. 228.

forom tragidos ou nom. E porem uos rrogo que me certifiquees dello per uossa carta.

Esso meesmo uos plaza enviarme o meu liuro, se ia for corregido; e, se poderdes encamjnhar que esto me seia tragido cedo, enviaaemo a esta cidade, onde, per mandado do jffante dom Pedro, meu ssenhor, ficamos eu e o doctor Steuam Affonso, seu chançeller, por desembarguarmos com elrrey dArragom algũas cousas que entendeo por seu seruiço. E pensamos nom poder daqui partir pera Portugual mais cedo que em fim do mes de setempbro que ora vijnra.

Mas, se acontecesse de uossa carta e meu liuro poder aquy cheguar atees aquel tempo e nos ia fossemos partidos, ordenasees como todo fosse entregue em casa de hũu DomjnguEanes, portugues, que moora em esta çidade, na Pescadaria, e el também uende pescado seco, pera el mo enviar. E, se peruentujra nom entenderdes poderme enviar o dicto liuro atees aquel tempo ou nom achardes pessoa certa, entom uos rrogo que mo enviees a Portugual e nom aquy.

Outrossy, amjgo, eu uos faço saber que em rrazom de meu casamento nom he mais fallado nem fecto do que eu conuosco falley; e de qualquer cousa que ao deante for eu uollo entendo scpreuer, plazendo a Deus.

Com esta carta, uos uay hũa letera de porguamjnho çarrada, a qual o jffante dom Pedro envia ao papa; e, porque he sobre cousas de proueyto da sancta egreia e compria em todas as guisas seerlhe dada e cedo, a uos plaza envialla aa sua sanctidade per algũa certa pessoa.

Se algũa cousa uos comprir que eu fazer possa, deuees uos ma scpreuer com grande fiuza porque, onde quer que eu seia, complillaey com bõa uoontade. Sabeo o poderoso Deus, o qual tenha por bem auer sempre uos e uossas cousas em sua sancta guarda e encomenda.

Scripta em Valença dArragom, xiij dias dagosto. Era de 1428.

(as.) Ajras Gomez.

116

16 AGOSTO 1428

Procuração passada por D. Afonso V, rei de Aragão, ao Dr. Pere Ram, seu conselheiro e protonotário, para em seu nome assistir à reforma do contrato matrimonial celebrado em Olhos Negros entre a

infanta aragonesa D. Leonor e o infante D. Duarte, primogénito do rei de Portugal (1).

ANTT., *Gaveta* 17, maço 8, n.º 4, em traslado feito em papel, no referido arquivo, por Tomé Lopes, a 28 de Julho de 1528, em português, mas muito ressentido do original castelhano.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 40. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 300-01.

Manyffesta cousa seja a todos que esta presemte carta vyrem que nos, dom Afomso, pella graça de Deus rrey dAragom, de Sezyllya, de Valença, de Mayorques, de Çerdenya e de Corcega, comde de Barçellona, duque de Athenas e de Neopatria e ajmda comde de Rossellom e de Cerdenya; consyramdo que, por comtemplaçam de matrymonyo, ffeyto e ffyrmado amtre o jnlustre jffamte dom Eduarte, prymogenyto de Purtugall, e a jnclita jffamte dona Lyanor, nosa muy prezada e muy amada jrmãa, fforom feytos e fyrmados certos capytolos amtre nos e a dyta jffamte, de hũa parte, e o rreueremdo em Cristo padre dom Pedro, arcebispo de Lyxboa, procurador do muy allto prymcype dom Joam, pella mesma graça rrey de Portugall, e do dyto jnlustre dom Eduarte, seu ffylho prymogenyto, segumdo pareçeo per estormemto pruuyco, dado e ffecto em o llugar de Olhos Negros, alldea da cydade Darouca, a dezeseys dias de ffeuereiro deste presemte anno myll e quatrocemtos e vymte e oyto, em poder de Joam Ollzina (2), noso secretaryo.

E nos, comsyramdo outrosy que da presemte a corob[o]raçam e execuçam dos dytos capytollos ajmda em ademdo, coregemdo, enmemdando e rreformando aquelles, a contenplaçam do dyto matrymonyo, som estados trautados e comcordados, por nosa parte e da dyta jffamte, de hũa parte, e do dyto senhor rrey de Portugall e do jmffamte dom Eduarte, doutra parte, certos outros capytollos, pactos, comvemções e outras cousas. Poremde, comffyamdo da lealldade, jndustria e boa descryçom de uos, fyell comselheyro e protonotayro (3) noso, myçe an Pere Ram (4), doutor em lex; per theor desta presemte carta ou estormento pruuyco, de nosa certa cyemçya e comselhadamemte uos, dyto myce an Pere Ram ausemte, como se ffoses presemte, fazemos, constetuymos e ordenamos certo e jnduydado noso procurador e uos damos comprydo poder e ffaculdade que,

(1) Cfr. o nosso DOC. 91.
(2) No ms. *Allzina*.
(3) » » *pretonotayro*.
(4) » » *anperrã*.

Copyrighted material

em noso nome e por nos, posaes tratar e comcordar, fyrmar e outorgar os dytos postumeyros (5) e outros quaesquer capytollos, pautos (6), comvemçoees e outras cousas que se esguardem a corob[o]raçom, execuçom, adiçom, coreyçom, emmemda ou rrefformaçan dos dytos prymeyros capytolos, segumdo ja dyto he, desuso ffyrmados, com aquellas obrygações, adyeeçõees, quallydades, rrenuncyações, estipullações, clausollas, forma e maneyra, asy como uos veredes e poderdes comcordar com os dytos rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte e ajmda com os jnclitos jffamte dom Pedro, dom Amryque, dom Joham, dom Fernamdo, ffylhos do dyto senhor rrey de Portugall, emquamto a elles ou quaesquer delles as dytas cousas ou allgũa dellas se esguardem, e uos, dyto noso procurador, conhocerdes poder e de auerse outorgar e fyrmar com estormentos puuricos e autemtycos, em poder de qualquer notayro, com a soma de pallauras que ha uos parecerem e as ffyrmas e outorgamentos e estipulaçõees dos dytos pautos, comvenças, capitolos e obrygações e rrenuncyações, sopricaçom de quaesquer juramentos, preytos e menajeens e outra quallquer ffyrme sollenydade dos dytos rrey de Portugall e do jnffamte dom Eduarte e outros jffamtes seus ffylhos susodytos, por semelhamte aceytar e rreceber e os dytos juramemtos, pleytos e omenajes, em noso nome e por nos, prestar sobre a + e aos samtos auamgelhos e com outra quallquer ffyrme sollenydade que com elles poderdes comcordar e auer e cobrar os estormentos, cartas, escryturas que, por parte delle[s], sejam ffeitas, ffyrmadas e outorgadas em poder de quaesquer notayros e as que por nosa parte seram outrosy per nos ffyrmadas acerqua do sobredyto; a elles posaes eso mesmo rrequerer (7), demamdar e pedyr e que as cousas que sam ou seram conuydas, paitadas, outorgadas, ffyrmadas e juradas, em rrazam das segurydades da dote e aras e asynaçom de mantymento e camara e outras cousas da dyta jffamte, sejam postas em execuçom e deduzydas a deuydo effeyto e, fynallmente, [a]cerca [d]as dytas cousas e quaesquer dellas, em noso nome e por nos, posaes ffazer fyrmar, outorgar, jurar e prometer o que nos poderyamos, se pesoallmente presemte fosemos, ajmda que ffosem a taes cousas que de dereyto ou deffeyto rrequeresem especyall mamdado, sem as quaes as dytas cousas ou allgũa dellas ffazer nom se podesem.

E nos aquellas e quaesquer dellas, per a presemte, damos ssegumdo dyto he, outorgamos e emcomemdamos a uos, dyto myçe Pere Ram, noso comprydo poder e faculldade com llybera e gerall admynystraçam, prometendo nos, em nosa boa fee reyal (8), em poder e mãao de notayro e secre-

(5) No ms. *pestumeyros.*
(6) Por *pactos.*
(7) No ms. *rrequeryr.*
(8) » » *rayal.*

tayro noso dejuso escryto, como a pesoa puurica pera nos e pera outras quaesquer pesoas, das quaes seja ou pode ser jmterese stepullamte e aceytante, e juramos a Deus e aos quatro samtos auamgelhos, per nos corporallmemte tamgidos, e a este synall da + que haveremos por ffyrme, compryremos, ffaremos e guardaremos todo o que uos acerqua das dytas cousas e quallquer dellas aueres trautado, convymdo, fyrmado, comcordado, outorgado e nom rreuogallo nem contra hyr aaquello por nenhũa rrezãao ou cousa que seja, sob obrygaçam de todos nosos beens moves, sedentes e nom mouentes.

Dado e ffeyto foy este em no paço rreall da cidade de Vallemça, a dezaseys dyas daguosto, no anno do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de myll e quatrocemtos e vynte e oyto e de noso rreyno treze.

117

23 AGOSTO 1428

O infante D. Pedro, no seu regresso de Alemanha, visita el-rei de Castela em Aranda, e recepção que ali lhe foi feita.

PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, caps. 11 e 12. — Pode ver-se também Don LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, cap. 33.

Del rresçebimiento que fué fecho al ynfante don Pedro de Portugal, que venía del enperador de Alemania.

Martes, 23 días del mes de agosto, año del Señor de 1428 años, vino el ynfante don Pedro, fijo del rrey de Portugal, a fazer rreberençia al señor Rey don Jhoan de Castilla, a Aranda. Este ynfante don Pedro venía del enperador de Alemania, que abía ydo allá a ver mundo, e avía estado allá vien dos años y medio.

De cómo salió el Rey e los siguientes a rresceuir al ynfante.

Este día lo salieron a rreçeuir fasta media legoa don Álvaro de Luna, condestable de Castilla, e el conde de Castro, Diego Gómez de Sandoval, e el adelantado Pero Manrique, e don Pedro Ponze de León, señor de Mar-

chena. E desque llegaron al ynfante, volbiéronse los sobredichos para la villa, a salir con el señor Rey. E salió el Rey a rrecevir al ynfante asta vn tiro de vallesta de la villa.

118

[23 AGOSTO] 1428

O infante D. Pedro de Portugal, regressado de Alemanha, Hungria, Inglaterra e outras partes, entrou por Aragão e dali foi cumprimentar o rei de Castela, com quem se encontrou em Aranda do Duero, e depois em Peñafiel com o rei de Navarra, donde seguiu para Portugal (1).

Crónica de Don Juan II, año 22, 1428, cap. 14, p. 448.

De como el Infante Don Pedro de Portugal vino á hacer reverencia al Rey en la villa de Aranda.

Partido el Rey de Navarra de Tordesíllas, él se partió para Aranda de Duero, á la cual vino el Infante Don Pedro de Portugal, hijo segundo del Rey Don Juan de Portugal, el qual habia quatro años que partió de su tierra, é habia estado en Alemaña é Ungría é Inglaterra é otras partes, é se volvia para su tierra, é vino por Aragon, é dende era venido en Castilla por hacer reverencia al Rey, que era su primo, hijo de dos hermanas que fueron hijas del Duque de Alencastre é nietas del Rey Don Pedro de Castilla é del Rey Eduarte de Inglaterra. El Rey le salió á rescibir quanto dos tiros de ballesta de la villa, y estuvo con él cinco dias; el Rey le hizo mucha honra, é comió con él, é mandó dar todas las cosas necesarias para él é para su gente; é á la partida mandóle dar de sus joyas, é dos mulas é quatro caballos, é dos mil doblas para ayuda de su costa, é mandóle dar sus cartas para todas las cibdades é villas principales de sus Reynos por donde

(1) Confere com o que escreveu GARIBAY: — «Salió de Tordesillas (o rei de Navarra) teniendole elrey de Castilla compañia en media legoa y caminó a Peñafiel y, en esta villa, estando adereçandose para venir á Navarra, le llegó D. Pedro, infante de Portugal que venia de ver las cortes de los principes christianos, y aviendole hecho muchas fiestas le presentó dos cavallos sicilianos y fue a Portugal» (*Compendio historial de las Cronicas*, t. 3, Amberes, 1571, p. 437, — passo já transcrito por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, p. 122, nota 200).

habia de pasar, que le diesen de comer de balde, y en todos los otros lugares le diesen posadas é todo lo que hubiese menester por su dinero.

É desde allí el Infante Don Pedro se fué para Peñafiel, donde el Rey de Navarra estaba aparejándose para se ir en Navarra, el qual le hizo mucha honra, é le dió dos caballos cecilianos; é de allí el Infante Don Pedro continuó su camino para Portugal; é partido el Infante Don Pedro, como quiera que el Rey de Navarra era ya despedido del Rey, por algunas cosas que le habian quedado de despachar volvió al Rey en Aranda, y estuvo ahí dos dias, é luego se partió [...].

119

28 AGOSTO 1428

Despede-se o infante D. Pedro do rei de Castela, que o presenteou, e segue para Portugal por Zamora, depois de haver visitado o rei de Navarra em Peñafiel.

PEDRO CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 13. Pode ver-se também Don LOPE BARRIENTOS, *Refundición de la Crónica del Halconero*, cap. 33.

De cómo se despedió el ynfante para se yr a Portugal.

Sábado que se contarom veinte y ocho días del mes de agosto, año del Señor de mill y quatrocientos veinte e ocho años, se despedió el ynfante don Pedro de Portugal, segundo del ynfante Duarte, primogénito de Portugal, de nuestro señor el Rey don Johan de Castilla, de Aranda de Duero.

E quando se ovo de yr, fué a fazer colaçión con nuestro señor el Rey, a su posada. E fecha la colaçión, tomólo por la mano, e metiólo a su cámara, e dióle vn diamante de los llanos, e vna sortija de safir, que valía tres mill florines, e dióle quatro cavallos. E fízole mucha onrra; pero no salió con él, e saliólo a rrescebir.

E fué essa noche a Roa, e dende partió e fuése el lunes a comer con el rrey don Jhoan de Navarra, a Peñafiel. E dende en adelante continuó su camino, e fuése alli por Çamora (1).

---

(1) Segundo lançamento de miscelânea manuscrita de fins do século XVI conservada na BPMP., o infante D. Pedro teria chegado a Coimbra, vindo do estrangeiro,

Copyrighted material

120

1 SETEMBRO 1428

Carta do infante D. Pedro de Portugal, escrita de Valhadolide, a nomear para seus embaixadores ou procuradores no contrato do seu casamento com D. Isabel de Aragão, filha do conde de Urgel, Aires Gomes da Silva, cavaleiro de sua casa e do seu conselho, e o Dr. Estêvão Afonso, do seu conselho e seu chanceler-mor, pois apenas lhes tinha deixado procuração para contratarem e receberem em seu nome qualquer senhora nobre e não determinada pessoa.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2613, fl. 116 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, n.º 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502.

Editada a segunda fonte citada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 13.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 301.

Eu, jnfant don Pedro, secundo genjto de Portugal, duque de Cojmbra, etc., faço saber a quantos esta mj carta vieren que lexi en Aragon Ayres Gomez de Silua, cauallero de mj casa e de mj consello, e el doctor Steuan Alfonso, de mj consello e mj canceller mayor, por mjs embaxadores, por hauer de tractar pera mjn vn cassamjento, a los quales lexj mj procuracion habundosa porque ellos, en mj nombre, pudiessen tractar e firmar e recebir qualquiera noble senyora, segund mas complidament en ella es contenjdo. E non declare (1) el nombre daquella con la qual el cassamjento se hauja de fazer e con la qual de casar tenja et tiengo jntencion, por no saber el nombre della tras ante que fuese firmado; agora eu sey por cierta jnformacion que el nombre della deue expressament por mj seyer declarado,

---

a 18 de Setembro de 1428: — «Jtem no ano do nacimento do Saluador de mil e quatrocemtos e vimte e oyto, a dezoyto dias do mes de setembro, chegou ho jfamte dom Pedro de fora do rreino a cidade de Coimbra» *(Ms. 80 F. A.*, fl. 117 v.). Parece-nos, porém, mais segura estoutra noticia de carta coeva do infante D. Henrique a seu pai: — «Outrosi, ssenhor, meu jrmão o jfante dom Pedro chegou a Auellaas esta sesta feira passada. E o jffante meu senhor (D. Duarte) e eu com elle fomos aa noyte a elle, ao dito lugar» (Cfr. o nosso DOC. 125). Portanto, o infante D. Pedro teria chegado a Avelãs de Caminho ou a Avelãs de Cima, ambas freguesias do concelho de Anadia, no dia 17 de Setembro de 1428, uma sexta-feira.

(1) No ms. *declarare*.

Copyrighted material

por se poder firmar sjn dubda (2). E porende eu, por esta present, notifico e declaro que ella es dona Ysabel, filla del magnjfico olim comte dUrgell, e quiero e otorgo que con esta firmen mj casamjento, seendo ellos concertados con ella con la dote, como les eu tiengo encomjendado, e reciban por mj e en nombre mjo; e prometo e juro, em mj clara fe, de hauer por firme el recebimjento e toda otra cosa que ellos sobre esto entro agora tiengan feyto o daquj adelant fizieren.

En testimonj dello, mande seyer feyta esta carta, por mj signada e seellada del seello de mjs armas.

Feyta en Valladoljt, primero dia de setiembre, era de jncarnacion de nuestro Senyor Jhesu Christo de mil cccc.° xxviij.°.

Jnfant don Pedro.

121

5 SETEMBRO 1428

Nova procuração, passada pelo infante D. Pedro de Portugal, no convento franciscano de Zamora, a Aires Gomes da Silva e ao Dr. Estêvão Afonso, para eles tratarem do seu matrimónio com a infanta D. Isabel de Aragão, por não haver indicado na primeira o nome da senhora com quem deseja casar, mantido entretanto em vigor tudo o que na outra procuração declarara.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2613, fl. 116 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, n.° 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502.

Editada a segunda fonte citada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.° 13.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 301.

Jn nomine Domini, amen.

Cunctis hoc presens publicum procuracionjs jnspecturjs (1) jnstrumentum pateat eujdenter quod, anno a natiuitate Domini millesimo cccc.° xxviij.°, qujnto enjm die mensis septembris, extra muros ciujtatis Zamore, jn monasterio ordinjs fratrum mjnorum, in mei notarij apostolici et tes-

(2) No ms. *dubdo*.

(1) No ms. *jnspecturj*.

Copyrighted material

tium jnfrascriptorum presencia, jllustris et excelsus princeps et dominus domjnus Petrus, regnorum Portugalie et Algarbij (2), etc., secundo genjtus, Coimbrie dux, etc., non reuocando quandam procuracionem factam jn ciuitate Valencie, jn domo serenissimj principis et dominj regis Aragonie, subscriptam per quendam Vjncencium Zaera, dicti dominj regis auctoritate notarium, qua jnfra scribendos procratores ad certos actus tractatus matrjmonjalis constitujt, sed (3) istam procuracionem illi acumulans et deffectus, si qui in alia fuerint, per istam suplens rataque et firma, stabilia quecunque per aliam gesta jn hac et per hanc gerens, firmans et corroborans omnj meliorj modo, lege, jure et forma quibus potuit et validius debujt, de nouo, si expedit, creaujt, fecit constituit et solennjter ordinaujt suos veros, legittimos, certos et jndubitatos ac sufficientes procuratores, factores, negociorum suorum actores, gestores ac nunctios generales et speciales, videlicet, vjrum nobilem et strenuum (4) mjlitem Ayrem Gomecij de Silua et spectabilem vjrum Stephanum Alfonsi, decretorum doctorem, ipsius dominj secundo genjti constituentis consiliarios absentes tanquam presentes, conjunctim et diuisim, jta quod non sit condicio melior occupantis sed quod vnus eorum jnceperit alter prosequj, continuare et finjre possit, videlicet, ad tractandum, jnhiendum et prosequendum, vice et nomine suo, cum quacunque seu quibuscunque persona vel personis cuiuscunque gradus, status, condicionis, dignjtatis, ordinjs existat vel existant, ad quam vel ad quas pertineat vel spectare dignoscitur quoquomodo, super sponsalibus matrimonjo contrahendis seu contrahendo, jnter ipsum illustrem principem domjnum Petrum, secundo genjtum Cojmbrieque ducem prefatum, et magnjficam dominam Elizabet de Aragonia, dominj Jacobj, oljm comitis de Vrgello, primogenjtam, et ad exigendum, requirendum, acceptandum et recipiendum ab ipsa domina prjmogenjta seu illius curatoribus, gubernatoribus et a quacunque (5) seu quibuscunque persona seu personis alia vel alijs, pro ea et eius nomine, promissionem, stipulacionem, consignacionem et constitucionem dotis dande et assignande, jn quacunque specie et forma, contemplacione dicti matrimonij, cum pactis, promissionibus, obligacionibus realibus et personalibus, penjs et cautelis opportunjs, et ad ipsam dotem effectualiter et realiter recipiendam et receptam permutandam, cambiandam, transactionandam (6) jn parte vel in toto, vendendam et pignorandam seu jn pignus collocandam, ad eorundem procuratorum beneplacitum et voluntatem, et de receptis cognoscendum, quitandum et qui-

(2) No ms. *Algarbi.*
(3) No ms. *set.*
(4) No ms. *strenum.*
(5) No ms. *quocunque.*
(6) No ms. *transhactionandam.*

Copyrighted material

taciones dandum, scripta publica et jnstrumenta seu quascunque alias scripturas priuatas consignandum et darj jubendum soluciones, donaciones, qujtaciones, pactiones, juramenta, stipulaciones, fideiiussiones, jnouaciones, delegaciones, obligaciones, firmjtates, promissiones et corroboraciones, et quecunque alja contractuum genera, quocunque seu quibuscunque nomine seu nomjnibus nuncupentur (7), prestandum et concedendum, ac jn premissis et premissorum quoljbet quecunque spatia et conditiones ponendum, ordjnandum et disponendum et fjnaliter tractandum, tam respectu dotis constituende quam restituende, quam donacionjs, propter nupcias seu eciam arrarum, penarum, bonorum, palafernarjum, quam eciam aljorum quoruncunque faciendum, agendum, determjnandum et complendum, prout prefatis suis procuratoribus seu eorum alterj vtilius et conuenjencius pro prefato domjno secundo genjto vjdebitur expedire, et ad promittendum solennjter et ad obligandum eidem domjne desponsande seu alterj persone vel personis, dotem constituenti et assignanti seu constituentibus et assignantibus, et ad restituendum quod restituendum fuerit, jn casu dotis restituende, si, quod absit, acciderit, cum penjs, promissionibus, ypotecis, obligacionibus et cauteljs jnteruenjentibus opportunjs, et ad securandum et assignandum eidem desponsande seu cujlibet ex personjs, pro ea super hoc auctoritatem habenti seu habentibus, pro securitate sua certos redditus et prouentus, jn casu acceptande seu recipiende per eum dotis, et ad constituendum et assignandum, vice et nomine suo, ipsi domine disponsande vel cuicunque alterj persone ad hoc potestatem habenti, vel personjs quibusujs auctoritatem talem habentibus, et super hoc obligandum et ypotecandum omnja bona sua presentia et futura, mobilia et jnmobilia, cum penjs, juramentis, cauteljs, firmjtatibus, roboracionibus congrujs et legitimis, et specialiter ad contrahendum, suo nomine, cum eadem domjna Elisabet, ipsius comitis primogenita, sponsalia, per verba de futuro et, si viderjnt, per verba legitima consensum exprjmencia de presenti, jn forma ecclesie consueta, et super omnjbus premissis et quolibet premissorum ad petendum, dandum, confici faciendum et recipiendum quascunque scripturas auttenticas, tam publicas quam priuatas, jn premissis et quolibet premjssorum necessarias et opportunas, ad robur et fortitudinem eorundem, et generaliter ad omnja alia et singula faciendum, dicendum, procurandum, jnhiendum, tractandum, firmandum, disponendum, ordinandum, promouendum, concordandum, obligandum, recipiendum et ypotecandum, circa sponsalia et matrjmonjum huiusmodj ac omnja alia et singula supradicta et ab eis et eorum aliquo dependentia et descendentia, que bonj, verj (8), legitimj, ydonei et sufficientes procuratores ac nuntij speciales, conjunctim

(7) No ms. *nuncupetur*.
(8) No ms. *virj*.

seu diuisim, ad simjlia constituti facerent, dicerent, procurarent, inhirent, tractarent, concordarent, disponerent, firmarent, ordinarent, obligarent, reciperent et ypotecarent et que ipse dominus Petrus, secundo genjtus et dux, constituens antedictus, facere, dicere, procurare, jnhire, tractare, concordare, firmare, disponere, ordjnare, obligare, recipere et ypotecare posset, si jn premissis et jn premissorum quoljbet personaliter jnterfuisset, eciam si mandatum magis speciale ac lacius exigerent quam hic est expressum; et ad jurandum jn animam predicti dominj constituentis quodcunque licitum juramentum ad premissa necessarjum et opportunum, promittentes michj, jnfrascripto notario, stipulanti, vice et nomine omnjum et singulorum quorum interest [aut interesse] poterit quomodolibet jn futurum se ratum, gratum, firmum et stabile perpetuo habjturum qujdquid per eosdem Ayriam Gomecij et Stephanum Alfonsi, procuratores suos, jn premissis et premissorum quoljbet, actum, gestum, dictum, tractatum, procuratum et ordinatum, obligatum, concordatum et firmatum fuerit et non contrauenjre, de facto vel de jure, sub ypoteca et obligatione omnjum bonorum suorum presentium et futurorum, que ad obseruationem premissorum expresse et specialiter obligaujt et ypotecaujt, renunciando omnjbus excepcionjbus, tam juris quam facti, dolj, mali, fraudis et alijs quibuscunque, eciam si de eis aut earum aliqua requiratur mentio specialis seu reuocacio singularjs et expressa, quam et quas jn eneruacione presentis mandati volujt habere locum.

Acta fuerunt hec anno, die, mense, loco quibus supra, presentibus ibidem nobilibus ac extrenujs mjlitibus Aluaro Gunsaluj de Atayde, ipsius secundo genjti gubernatore domus et consiliarjo, domjno Aluaro de Castro, eciam suo consiliario, Ludouico de Atayde ac expectabilj viro fratre Johanne Verba, ipsius principis secundo genjti confessore, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis (9). Jnfant don Pedro.

(Sinal de Nicolau Gerardo Cloterschafe). Et me, Nicholao Gerardj Cloiterschafe, Coloniensis diocesis clerjco publico, apostolica et jn prefatis regnis Portugalie et Algarbij regali auctoritatibus nomjne, qui omnjbus et singulis premissis, dum sic agerentur et fierent, vna cum prenomjnatis testibus presens fuj, eaque sic fierj vidi et audiuj, de mandato prefati prin-

(9) Testemunharam a procuração: o cavaleiro Alvaro Gonçalves de Ataíde, governador da casa do infante e seu conselheiro, D. Alvaro de Castro, também seu conselheiro, Luís de Ataíde e Fr. João Verba, seu confessor. Sobre o primeiro, nomeado 1.º Conde de Atouguia em 17 de Dezembro de 1448, pode ver-se B. FREIRE, *Brasões*, liv. 1, pp. 81-84, e liv. 3, pp. 274-76 e «passim», e sobre o segundo *ibi*, liv. 1, p. 146. Sobre o dominicano Fr. João Verba, prior comendatário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, confessor de D. Pedro e seu colaborador literário, pode ver-se A. J. DIAS DINIS, *Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro ?* e *Ainda sobre a identidade de Fr. João Verba.*

cipis secundo geniti. Jdeoque hoc presens publicum procuracionis jnstrumentum, manu propria scriptum, nomjne et signeto meis consuetis signatum ac in maioris auctoritatis judicium et roborem manu ipsius principis propria roboratum et firmatum, ipsius sigillj jnpressione presentibus fulcitum et appositum, jn hanc publicam formam redegi (10), jn fidem et testimonjum omnium et singulorum premissorum.

122

13 SETEMBRO 1428

Contrato matrimonial celebrado entre o infante D. Pedro de Portugal, filho de el-rei D. João I e duque de Coimbra, e a infanta D. Isabel de Aragão, filha de D. Jaime, conde de Urgel, representado o primeiro pelo cavaleiro e seu conselheiro Aires Gomes da Silva e por seu chanceler o Dr. Estêvão Afonso, e ela por Berenguer Barutell, seu tio materno e arcediago da igreja de Barcelona, cujas condições principais são as seguintes: D. Pedro dá à infanta, de arras, 6.000 florins de ouro de Aragão, seguros sobre seus bens, especialmente sobre os castelos e vilas de Montemor-o-Velho, e Tentúgal; D. Isabel é dotada com 40.900 florins de ouro de Aragão, seguros sobre o castelo e vila de Alcolea com sua jurisdição, sendo-lhe permitido e ao infante D. Pedro, com anuência das irmãs da infanta, vender o dito castelo e vila para satisfação do dote, contanto que entreguem o remanescente às ditas infantas, irmãs e cunhadas dos matrimoniados.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2613, fl. 112, — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, n.º 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502.

Editada a segunda fonte citada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 13.

Sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, p. 302.

Capitoles feytos e concordados entre el jllustre senyor don Pedro, jnfante de Portugal, duque de Cohjmbria, e o el noble cauallero Aris Gomez da Silua, consellero, e el muy honorable Stheuan Alfonso, doc-

(10) No ms. *redigi*.

tor en decretos, cancellero, e procuradores suyos para las cosas djuso scriptas principalmente constituidos, de vna parte, e la muy egregia senyora dona Ysabel, fija legittima e natural de don Jayme, oljm comte dUrgell, e de la muy jnclita senyora dona Ysabel, jnfanta dAragon, de lohable recordacion, e o el muy honorable mossen Berenguer Barutell, arcedjano en la [e]sglesia de Barchinona, tio e procurador otrosi a las cosas diuso contenjdas, expressamente constituido por la dita senyora dona Ysabel, de la otra parte, en razon del matrimonjo, de voluntat et ordinacion del muy excellent principe el senyor don Alfonso, rey dAragon e de Sicilia, entre los ditos senyor jnfante don Pedro de Portugal e la dita senyora dona Ysabel trattado, concordado e conuenjdo e, mediant la diujnal gracia, en faz de sancta madre eglesia solemnjzador, el tenor e serie de los quales capitoles es segund que se sigue.

[1]

Prjmerament, la dita egregia senyora dona Ysabel, con voluntat e expresso consentimiento e ordjnacion del dito senyor rey dAragon, su senyor e prjmo, en contemplacion del dito matrjmonjo, traye consigo e constituexe, en e por dote suya, al dito senyor jnfante don Pedro, quarenta mjl e nueucientos florines doro dAragon, valientes quatrozientos quarenta nueue mjl e nueucientos sueldos barcelonesos; los quales la dita senyora dona Ysabel asigna e assegura al dito jnfante en, de e sobre los castiello e villa de Alcolea, situada en el regno dAragon, en la Ribera del Rio de Cjnqua, segund confruenta con termjnos de los lugares de Santa Lizinia de Castellfollit, de Villanueua de Ontinyena, de Xalamera e con el rio de Cinqua. E aquellos ditos castiello e villa de Alcolea con todo su dominjo, propriedat, possession, jurisdiccion alta e baxa, mero e mjxto jmperio, vassallos, hombres e mujeres, rentas, fruytos, emolumentes e pertinencias e otros qualesquier dreytos, por mayor firmeza e seguridat de paga de la dita dote, la dita senyora dona Isabel de presente, con auctoridat e decreto del dito senyor rey dAragon, en e so titulo e contracto de prenda, da, cede, transpuerta e entre manos pone e liura al dito senyor jnfante, pora que cada e quando bien visto le sera el dito senyor jnfante, por si o por su legittimo procurador, ensemble con la dita senyora dona Ysabel o procurador suyo, conuocando a ello las egregias dona Elionor e dona Johana, sus ermanas, o el curador o procurador de aquellas, segund deiuso es contenjdo, puedan vender los ditos castiello e villa e del precio de aquellos el dito senyor jnfante pueda recebre e hauer la dita dote. Entretanto empero, e fasta la dita venda sera feyta e el dito precio recebido, las rentas, fruyto e emolumentes de la dita villa sian proprios del dito senyor jnfante e aquel faga suyos aquellos, a todas sus voluntades.

[2]

Jtem, porque y es presumjdor que el precio de los ditos castiello et villa de Alcolea seria o montaria a mayor quantidat de los ditos quaranta mjl nueuecientos florjnes de la dita dote, es conuenjdo e concordado entre las ditas partes, por especial pacto, que, en tal caso, el dito senyor jnfante haya e reciba e hauer e recebir deua e pueda del dito precio los ditos quaranta mjl nueucientos florjnes. E la restant parte del dito precio, deduzida la dita dote, puedan e deuan recebir e hauer las ditas egregias dona Elionor e dona Johana, en paga pro rata de lo que a ellas fue lexado e dado por la dita jnclita senyora jnfanta, su madre. E el dito illustre senyor jnfante don Pedro, considerado en aquesto la clarjdat del linatge de la dita muy egregia senyoria dona Ysabel e las virtudes, fama e buenas costumbres de aquella, en contemplacion del dito matrjmonio, por voluntat de Dios ya entre ellos o por sus partes concordado e en breue tiempo, con la diuinal gracia, en faz de santa madre esglesia, segund dito es, solemnjzador, de muy buena voluntat da, constituexe, por arras e en nombre de arras, a la dita senyora dona Ysabel, sposa e mujer aduenjdora suya, seys mjl florines doro dAragon, los quales asigna e asegura aaquella sobre todos sus bienes generalmente e especialmente sobre los castiello e villas o lugares de Montemayor e de Tentugal (1), diuso mas largamente designados.

[3]

Jtem, el dito senyor jnfante, en contemplacion del dito matrimonio, acceptando la dote a el desuso constitujda con las seguredades, maneras, qualidades e forma ya specificadas, promete e conujene, por especial pacto,

---

(1) No ms. sempre *Tentulga*, que corrigimos para *Tentugal*, sua verdadeira forma. Não se conhecem a data e o teor da carta patrimonial dada ao infante D. Pedro por seu pai, naturalmente pela mesma ocasião da do infante D. Henrique, em 1411 (Cfr. o nosso vol. 1, pp. 343 e ss.), em obediência ao preceituado pelas cortes de Évora de 1408 (*ibi*, pp. 317 e ss.); pelo que não sabemos quais as terras que constituiram verdadeiramente o seu património. Era uma delas Alvaiázere, pelo infante trocada por Montemor-o-Velho, de que foi Senhor, em 10 de Novembro de 1416 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fls. 188 e 188 v.); em carta régia de 23 de Setembro de 1461, passada a seu filho D. Pedro, diz-se ter havido o pai deste o castelo e vila de Penela e termo, o reguengo de Campores, o do Rabaçal, Vila Nova de Anços, Buarcos, a vila e castelo de Montemor-o-Velho e seu termo e a vila de Tentúgal (ANTT., *Gaveta* 3, maço 7, n.º 12); acresce ainda o ducado de Coimbra (Cfr. o nosso vol. 2, p. 242), que após a morte do Regente, 1449, deve ter revertido para a coroa do reino.

a la dita senyora dona Ysabel, aduenjdora mujer suya, que en qualquier caso de dote restitujra, tornara e pagara a ella o a los suyos o a qujen ella querra, la suso dita dote en la moneda, forma e quantidat que por el fuere o sera estada recebida et haujda del precio o venda de la dita (2) villa dAlcolea. E esso mesmo le pagara realmente los ditos seys mjl florjnes de arras. E, por todo esto tener, seruar e complir, obliga generalmente a la dita senyora dona Ysabel todos sus bienes e dreytos priuiligiados e otros qualesquier haujdos e hauedores.

[4]

Jtem, por especial e mas expressa seguredat de las ditas arras e dote e solucion de aquellas, fazederas cada e quando conteciere el caso de dote deuerse restitujr e pagar, segund dito es, el dito senyor jnfante don Pedro specialmente assigna e assegura a la dita senyora dona Ysabel las ditas arras e dote, en e sobre los ditos castiello, villas o lugares de Montemayor e de Tentugal, situados en el regno de Portugal, segund confrontan con termjnos de la ciudat de Coymbra e de las villas e lugares de Buarcus, de Leirea, de Villanueua de Soure, de Cantanhede et de Pereyra. E aquellos ditos castiello, villas o lugares, con todas sus fortalezas, senyorjo, propriedat, possession, jurisdiciones, emolumentes, fruytos, vassallos, hombres e mujeres e otras qualesquiere rentas e pertinencias daquellos, el dito senyor jnfante specialmente obliga a la dita senyora dona Ysabel. Assi empero que, por la special obligacion, no sea derogada a la general suso dita, ne por la general a la special, antes la vna sea vista toda via seyer feyta en corroboracion de la otra.

[5]

Jtem, es conuenjdo entre las ditas partes que, cada e quando e luego que sea o sera caso e tiempo de restituçion de la dita dote, la dita dona Ysabel pueda, deua e haya de hauer e recebre la possession de los ditos castiello, villas o lugares de Montemayor e de Tentugal, a ella specialmente por las ditas arras e dote desuso obligados, e aquellos realmente tenga e possida, vsufructue e spleyte, con toda plena senyoria, propriedat, possession, jurisdicciones, fruytos, rentas, dreytos e otras qualesquiere pertinencias de aquellas, fasta tanto las ditas arras le sean pagadas e la dita dote li sia restitujda enteramente (3). E por mayor cautela e seguredat de la dita senyora dona Ysabel de lo que dito es, los ditos procuradores del dito

(2) No ms. *ditha*, forma que rectificámos.
(3) No ms. *entregamente*, decerto por equívoco do copista.

senyor jnfante don Pedro meten e ponen de presente a ella entre manos los ditos castiello, villas o lugares de Montemayor e de Tentulga, segund dito es, con los dreytos e pertinencias de aquellos suso ditos, e le liuran e agora por la hora qujeren seyer haujda por liurada la real e plenera possession de aquellos, por manera que, quando quier que vjnjere el caso de restitucion de dote e paga de arras suso ditas, los ditos castiello, villas o lugares sian vistos tenerse por la dita senyora dona Ysabel e non por otra persona nenguna. E, por execucion de aquesto, el dito senyor jnfante luego de present dara e atorgara las cartas e recaudos que cumpljeren.

[6]

Jtem, porque las cosas suso concordadas, otorgadas e conuenjdas, por parte e en nombre del dito senyor jnfante don Pedro, por tienpo aduenjdor e toda via sian vistas e parescan seyer estadas feytas de e con voluntat, ordinacion e expresso consentimjento del muy alto e esclarecido (4) principe don Johan, rey de Portugal, su senyor e padre, e del muy illustre principe don Adoard, jnfante primogenjto de Purtugal, su caro ermano, e con auctoridat e decreto de aquellos o de qualquiere dellos, los ditos procuradores del dito illustre senyor jnfante don Pedro prometen e obligan, en el dito nombre, fazer e curar por todo su leyal poder que, dentro de tres meses del dia de la firma de los presentes capitoles enauant continuament comptadors, el dito senyor jnfante don Pedro e o los ditos sus procuradores hauran haujdo e liurado a la dita dona Ysabel carta o cartas e o jnstrumentos publicos, signados de proprias manos de los ditos senyores rey e primogenjto de Portugal e con sus siellos seelladas e en poder de sus secretarjos o scriuanos de camera o otros publicos e autenticos scriuanos (5) o notarios feytos e firmados, por la qual o quales ditas carta o cartas o jnstrumentos publicos los ditos senyores rey o primogenjto de Portugal hauran dado, otorgado e jnterpuesto a los presentes capitoles e cosas suso e deiuso scriptas, en general e special, sus auctoridat, decreto e consentimjento expressos e senyaladament enquanto atanye o se esguarde a las cosas por parte del dito senyor jnfant aquj en los presentes capitoles prometidos, atorgados e conuenjdos, con plenera ratificacion, ratihabicion (6) e aprobacion de lo que de presente, por los procuradores del dito senyor jnfante, aquj es estado firmado, atorgado e conuenjdo. E esso mesmo los ditos procuradores del dito jllustre senyor jnfante don Pedro, en el dito

(4) No ms. *esclaraxado*, que corrigimos.
(5) No ms. *scrijianos*.
(6) No ms. *ratihibicion*.

Copyrighted material

nombre, prometen e se obligan fazer e curar, por todo su leal poder, que, dentro el dito termjno de tres meses, ellos o el dito senyor jnfante, hauran ljurado, en mano e poder de la dita senyora dona Ysabel, carta o jnstrumento publico, signado de su mano e nombre e con su siello sellada e en poder de notario publico e auctentico firmado, por la qual constara el dito senyor jnfante don Pedro hauer haujdo rato, firme e valedero e hauer lohado, aprouado, otorgado e firmado todo lo que por los ditos sus procuradores, en su nombre e por parte suya, juxta serie de los presentes capitoles, es estado conuenjdo e otorgado, so e con las obligaciones, clausulas e renunciaçiones, tenor de paraulas, cautelas e seguredades, a plenera corroboracion e validicion de lo en estos capitoles contenjdo complideras e oportunas.

[7]

Jtem, el dito mossen Berenguer Barutell, tio, tutor e curador por el dito senyor rey dAragon dado e assignado a las ditas egregias dona Elionor e dona Johana, de mandamjento e ordjnacion del dito senyor rey dAragon, por el jnteresse daquellas, firma e presta sus consentimjentos en los presentes capitoles e cosas suso ditas, con retencion e condicion empero que, en el caso de venda fazedera de los ditos castiello et villa de Alcolea, las ditas dona Elionor e dona Johana hayan de seyer certificadas del tiempo e lugar do la dita venda se haura de fazer e firmar, por manera que ellas o el dito su curador, por ljnteresse dellas, pueda procurar manera de hauer sufficient e buen precio a la dita venda, afin que la restant parte del precio, deduzido lo que la dita senyora dona Ysabel e o por aquella el dito senyor jnfante deura hauer e recebre, segund dito es, ellas puedan hauer e recebre, en paga pro rata de lo que a ellas fue lexado e dado por la dita jnclita senyora jnfanta su madre. Assin empero que, si dentro de hun mes appres la certificacion suso dita continuament comptador, las ditas dona Elionor e dona Johana o alguna dellas e el dito su curador no hauran nombrado o mostrado otro o otros comprador o compradores quj den mayor precio por los ditos castiello e villa dAlcolea, el dito senyor jnfante don Pedro o el dito su procurador, ensemble con la dita senyora dona Ysabel o su procurador, puedan lyberamente fazer la dita venda, no esperadas otra o otras personas o certificaciones.

[8]

Jtem, el dito senyor rey dAragon jnterposa su actoridat e decreto a la firma e contracto de los presentes capitoles, prestando a aquellos su expresso consentimjento, por seyer estados feytos e concordados de volun-

tat e ordinacion suya. Otrosi, da e atorga plena licencia e facultat al dito jllustre jnfante don Pedro e a la dita egregia dona Ysabel, prima del dito senyor rey, e a qualqujer procurador o procuradores que seran de aquellos o de qualquiere dellos por aquesto constituidos que, cada e quando bien visto les sera, sin embargo e solucion de dreyto o vectigal alguno reyal, puedan liberalment sacar e leuar doqujer que ben visto les sera, por tierra o por mar, de las tierras e senyoria del dito senyor rey dAragon, qualesquier monedas doro o dargent, joyeles, piedras preciosas, roppas e panyos doro, de seda, de ljno e de lana, fruytos, rentas e otras qualesqujere cosas e bienes, por razon de la dita constitucion de dote e cosas suso ditas al dito jllustre jnfante don Pedro e o la dita egregia dona Ysabel pertenescientes. E, por obseruança e execucion del presente capitolo, el dito senyor rey quiere, atorga e manda seyer feytas todas prouisiones e letras opportunas.

[9]

Jtem, quieren las ditas partes que de los presentes capitoles e cada uno dellos sean feytas cartas publicas, con todas stipulaciones, clausulas e cautelas decentes e opportunas, con todas sus solemnidades en tales actos acostumbradas e encara auctorizadas con auctoridat e decreto de los reyes suso ditos, dispensantes a todos dreytos que contrarjos hi sean e supplientes, de plenjtut de poder, todo desfalljmjento e nota que pudiessen seyer annotadas o fuessen derogantes a los capitoles suso ditos.

123

13 SETEMBRO 1428

Texto notarial do contrato de casamento do infante D. Pedro, filho de el-rei D. João I de Portugal e duque de Coimbra, com a infanta D. Isabel de Aragão, filha de D. Jaime, conde de Urgel.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2613, fls. 112 e 119 v., — texto que se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 6, n.º 19, em pública-forma de 6 de Julho de 1502.

Editada a segunda fonte citada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 13.

Capitula jnhita et concordata, de voluntate dominj regis, super matrimonjo jnhito et contractato jnter illustrem jnfantem Portugalensem secundo genjtum, parte vna, et egregiam Ysabelem de Aragonia, filiam egregij Jacobi de Aragonia, olim comitis Vrgellj, etc.

Jn Dei nomine et glorjose Virginis Marie.

Pateat vniuersis quod, cum de ordjnacione et voluntate illustrissimj principis et dominj dominj Alfonsi, Dei gracia regis Aragonie nunc feljciter regnantis, tractatum fuisset matrimonjum jnter jllustrem domjnum jnfantem Petrum, secundo genjtum Portugalie, ducem Coljmbrie, ex vna parte, et egregiam domjnam Ysabelem, filiam domini Jacobj, olim comitis Vrgellj, et jnclite domine Ysabelis, jnfantisse de Aragonia, exjimie recordacionis, parte ex altera. Super quo quidem matrimonjo, habitis et secutis tractatibus quamplurjmjs jnter me, Berengarium Barutelli, archidiaconum de Marj, jn ecclesia Barchinone, auunculum et procuratorem jam dicte egregie domine (1) Ysabelis ac tutorem et curatorem egregiarum dominarum Eljonorjs et Johanne, ejusdem domine Ysabelis sororum, ex vna parte, et nos, Ayrem Gomez da Silua, militem, et Sthefanum Alfonsi, decretorum doctorem, consiliarios et procuratores prefati illustris dominj jnfantis Petrj, parte ex altera, facta et concordata extiterjnt, de jam dicti dominj regis voluntate et ordjnacione capitulorum que secuntur.

Segue-se a transcrição do texto dos capítulos matrimoniais respectivos, — o nosso DOC. 122.

Jdcirco nos, dicte partes, videlicet, ego dictus Berengarjus Barutellj, procurator jam dicte egregie domine Ysabelis ac tutor et curator dictarum egregiarum dominarum Elionoris et Johanne, habens ad hec plenariam potestatem, cum jnstrumentis publicis que sunt huiusmodj seriey.

Segue-se a transcrição dos documentos seguintes: procuração da infanta D. Isabel, de 7 de Agosto de 1428, — o nosso DOC. 114; *e o instrumento notarial da nomeação, por el-rei D. Afonso de Aragão, de Berenguer Barutell para tutor das infantas D. Isabel, D. Leonor e D. Joana, em Valência, a 14 de Março de 1424, — o nosso DOC.* 48.

Et nos, prefati Ayres Gomes de Silua et Stephanus Alfonsi, procuratores sepedicti dominj jnfantis Petri, habentes ad hec et alia plenariam potestatem, cum jnstrumentis et albarano, quorum tenores per ordinem sic secuntur.

---

(1) No ms. *dominj.*

Segue-se a transcrição da procuração passada pelo infante D. Pedro em Valência, a 2 de Agosto de 1428, — o nosso DOC. **113** *—, a carta do mesmo infante, de Valhadolide, a 1 de Setembro de 1428, — o nosso DOC.* **120** *— e a sua nova procuração, de Zamora, a 5 de Setembro de 1428, — o DOC.* **121**.

Volentes ac cupientes tractata, facta et concordata per nos, nomjnibus antedictis, super matrimonjo precontento et eundem ad finem peroptatum (2) deduci et totaliter, diuina mediante gratia, adjmplerj, laudamus, approbamus, ratifficamus et confirmamus eciam et firmamus capitula supra jnserta et eorum quodlibet ac omnja et singula jn eisdem et quolibet ipsorum contenta ac promictimus nos, dicte partes, ad jnujcem et vicis[s]im, nomjnjbus precontentis, firma et stipulacione solennj jn posse secretarij et notarij jnfrascripti, hec pro nobis dictis partibus, nominibus quibus supra, ac pro dictis principalibus nostris et ipsorum quoljbet et pro omnjbus quorum jntersit, recipientis, paciscentis ac legittime stipulantis, jam dicta capitula ac vnjuersa et singula que continentur et declarantur jn eis, prout ab vtraque parte nostrum seu dictis principalibus nostris et quoljbet ipsorum tenenda sunt atque complenda, tenere ac complere fjrmiter et exequj ac rata, grata et valida habere et efficaciter obseruare ad bonam et sanam mentem jllorum, fraude et dolo cessantibus quibuscunque, sub ypoteca et obljgacione omnjum bonorum principalium nostrorum predictorum, que ad hec nobis ad jnujcem obljgamus. Et, vt majori robore fulciantur, nomjnibus sepedictis, in animas prjncipalium nostrorum predictorum et cuiuslibet ipsorum juramus, per Domjnum Deum et eius sancta quatuor euangelja, manjbus nostris corporaliter tacta, predicta omnja et singula attendere et complere, tenere et jnujolabiliter obseruare ac tenerj, seruarj et compleri facere, iuxta formam et series ac tenores capitulorum predictorum et cuiuslibet ipsorum, et non contrafacere vel venjre jure aljquo, causa vel eciam ratione.

Ad hec nos, dicta Ysabel, filia dominj Jacobi, oljm comitis Vrgellj, et jnclite domjne Isabeljs, jnfantisse de Aragonia, predictorum, certiorata per secretarium et notarjum jnfrascriptum de capitulis preinsertis et omnjbus et singulis jn eisdem et ipsorum quolibet contentis, laudantes, approbantes, rattificantes et confirmantes omnja et singula per dictum Berengarjum Barutellj, vt procuratorem nostrum, tractata, facta, concordata super dicto matrjmonjo et firmata, promissa ac jurata, eisque consentientes, ad corroboracionem omnjum et singulorum predictorum, firmamus capitula superius jnserta ac vniuersa et singula in eisdem et vno quoque ipsorum contenta et specificata, promjctentes, firma et stipula-

(2) No ms. *perobtatum*.

Copyrighted material

cione solennj, jn posse secretarij et notarij jnfrascripti, ea omnja et singula actendere et complere ac jnuiolabiliter obseruare et jn nullo contrafacere vel venjre, aliquo jure, causa vel eciam ratione.

Actum est hoc (3) Valentie, tercia decima die septembris, anno a natiuitate Dominj millesimo quadringentesimo vicesimo octauo.

Sig*(Sinal)*num Berengarij Barutellj, procuratoris, tutoris et curatoris predicti, quj hec, nominjbus predictis, laudo, firmo et juro.

Sig*(Sinais)*na Aries Gomez de Silua et Stephanj Alfonsi, procuratorum predictorum, qui hec, nomjnibus supradictis, laudamus, firmamus et juramus.

Sig*(Sinal)*num Ysabelis predicte, que predicte laudamus, concedimus et firmamus, die videlicet vicesima octaua septembris, anno predicto, jn castro ville Alcolege, presentibus testibus nobili (4) Geraldo de Ipes, Andrea Barutellj, Dalmatio de Jardino et Ludouico Dezualls, militibus, ac Jacobo Nauarra, ciue et patiario hoc anno ciuitatis Jlerde.

Signum *(Sinal)* Alfonsi, Dei gratia regis Aragonie, Sicilie, Valentie, Maiorice, Sardinie et Corsice, comitis Barchinone, ducis Athenarum et Neopatrie ac eciam comitis Rossilionis et Ceritane, quj premissis capitulis et alijs omnjbus supra dictis, tanquam de nostris licentia, voluntate et ordinacione factis, auctoritatem nostram jnterponjmus pariter et decretum apposita hic de nostri mandato, die et anno predictis, per fidelem secretarjum illustris regine conjugis nostre percare (5) Petrum de Colle, alias Lobet. Et, pro maiorj premissorum corroboracione, huic publico jnstrumento sigillum nostrum jn pendenti jussimus apponendum. Rex Alfonsus.

Testes fuerunt ad premissa presentes honorabjles Franciscus Sarçuela, consiliarius et thesaurarius, Johannes de Guerra et Garcerandus de Requesens, camerarij milites, et Franciscus dArjnyo, secretarjus domini regis predicti.

Sig*(Sinal)*num mei, Petri de Colle, alias Lobet, serenissime domine regine secretarij auctoritateque illustrissimj dominj regis Aragonie notarij publici per totam terram et dominacionem suam, quj hoc instrumentum jn hijs duobus pargameneis, cum filo canapis simul junctis siue sutis, jn prjmo quorum sunt nonaginta quatuor linee, quarum prima jncipit: ***Jn Dei nomine et gloriose Virginis Marie*** et finjt *Portugalie, ducem;* secunda jncipit *Coljmbrie* et finjt *Barchinone, auunculum;* penultima jncipit *stipulandum* et finjt *contra premissa;* vltima jncipit *non venjre* et finjt *promissum.* Et in secundo vero pergameno sunt, preter decretum et ljneam de testjbus mentionem facientem, quadraginta quatuor ljnee, quarum prima jncipit

(3) No ms. *ho.*
(4) No ms. *nobile.*
(5) No ms. *precare.*

obligatum et finjt *et dominj dominj;* secunda jncipit *Petri supradicti* et finjt *ac consiliarij,* penultima vero jncipit *quj hec nomjnibus predictis* et finjt *octaua septembris;* ultima jncipit *anno predicto* et finjt *ciuitatis Jlerde,* scribi, feci et clausi. Constat autem de rasis et correctis in lineis xxj dicti secundi pergameni, ubi dicitur *et assignandum eidem desponsande seu cuj,* et xxviiij ubi legitur *mecij,* et xxxvj ubi dicitur *parte nostrum,* et xxxxj ubi dicitur *superius inserta ac.*

124

15 SETEMBRO 1428

Procuração passada em Estremoz por el-rei D. João I de Portugal ao infante D. Duarte, seu filho primogénito, para que ele, em nome do monarca, possa firmar, fazer e concordar quaisquer escrituras e contratos relativamente às arras a dar à infanta D. Leonor, sua esposa, assim como ao provimento de sua câmara e mantimento, e ainda ao dote a receber pelo mesmo infante, obrigando, da parte de Portugal, quaisquer lugares e vilas que lhe aprouver.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 1 n.º 2, inserta no instrumento original de reforma, em Coimbra, do contrato de casamento do dito D. Duarte com D. Leonor, de 4 de Novembro de 1428, — o nosso DOC. 129.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de procuraçom virem fazemos saber que nos, confiando da nobleza, prudencia e grande discreçom do meu muyto amado filho jfante Eduarte, primogenito e herdeyro dos nossos rregnos e senhorios, fazemollo, constituymolo, ordenamollo e estabeleçemolo por nosso lijdimo e sufficiente e abastante procurador, o mais firmemente e compridamente que seer pode e per djreito mjlhor valer. E lhe damos e outorgamos nosso comprido poder geeral e mandado espeçial com libera, per que elle, por nos e em nosso nome, possa firmar e fazer e concordar quaaesquer scprituras e contractos, asi publicos come priuados, com todas clasulas e condiçõoes, penas e juramentos e outras quaaes[quer] firmidõoes que el quiser e por bem teuer, posto que taaes seiam que requeyram nosso espeçial mandado; porquanto as nos auemos aquy, per esta nossa procuraçom, por especificadas e outorgadas assy e tam compridamente como se fossem, de uerbo a uerbo, expresso e declarado, assy sobre as arras que se

aueram de dar aa jfante dona Leonor, sua esposa, como o que ha dauer pera prouijmento de sua camera e seu mantjmento, e esso medes por a obligaçom da dote prometido ao dicto jfante, se o dicto jfante rreçeber o dicto dote. E que, pera esto, possa o dicto jfante, por nos e em nosso nome, obligar nossos beens pera ello.

Outrosi, possa obligar quaaesquer villas e logares dos nossos rregnos que lhe aprouguer, como el vir que compre. E nos prometemos de auer por firme, grato e rrato e stauel pera todo sempre todo aquello que per o dicto jfante meu filho, como nosso procurador [for] fecto, dicto, procurado, tractado, firmado e jurado açerca das dictas cousas e cada hũa dellas, emergentes, dependentes, connexas a ellas e cada hũa dellas. E esto asi tam compridamente como se em nossa presença e per nos meesmo fosse fecto, dicto, concordado e firmado. E rreleuamos o dicto jfante, nosso procurador, de todo encarrego de satisfaçom (1) como o djreito outorga em tal caso. E, em testemunho desto, mandamos seer fecta esta procuraçom.

Fecta em Estremoz, em os nossos paaços do castello da dicta villa, quinze dias do mes de ssetembro, era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e vijnte e oyto annos. Testimunhas que presentes forom: o doctor Martim do Sem, do nosso conselho, e o doctor Diego Martijnz e Joham Gonçalluez, scpriuam da nossa puridade, e Pero Gonçalluez, veedor da nossa fazenda. PedrEanes a fez.

125

22 SETEMBRO 1428

Carta do infante D. Henrique, escrita de Coimbra a el-rei D. João I seu pai, a dar-lhe notícias suas e dos irmãos, especialmente a relatar-lhe como decorrera o casamento do infante D. Duarte, então ali celebrado.

BNP., *Fond Portugais*, n.º 20, fl. 87, cópia em papel, do século XV ou já do XVI, — texto que se reproduz; BNL., *Fundo Geral*, cód. 3.776, fl. 195, e cód. 8.920, fl. 249, em cópias do século XVI ou XVII, feitas com certa liberdade; BM., *Additional*, ms. 20.922, fl. 30 v., em cópia do séc. XVII.

Publicada: por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 6, n.º 43, p. 350, no suplemento às provas do t. 2, onde o autor declara: «Conserva-se o Original na Bibliotheca Régia», porém não o encontrámos; e por SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 1, pp. 470 e ss.

(1) No ms. *satisdaçom*.

Copyrighted material

Muito alto e muito honrrado e
muj prezado senhor.

Uosso filho e seruidor o jffante dom Amrrique, duc de Uiseu e senhor de Couilha, mujto omildosamente emuio beijar vossas mãaos e emcomendarme em vossa merçe e bemção.

Mujto alto e mujto homrrado e muy prezado ssenhor. Prazauos saber que as cousas que seguiram, depojs que vos escpreui, sam estas que se seguem. O jffante meu senhor chegou aqui, segumdo aa vossa merçee escpreui, e pousou na outra camara que esta no cabo do paço das casas homde posa a jffante minha ssenhora; e, cada dia, a hia ver e folgar a sua casa duas e tres vezes. Porende, segundo eu pude saber, em todo este tempo elle tam soomente nom ha beijou.

E, nestes dias, elle aas vezes hia a caça e folgaua, segumdo lhe prazia; majs ao monte nom quiria hir. E hũu dia me mandou elle que fosse alla e leuey comigo algũs castellaos e matey hũu porco jumto com a villa. E outro dia mandei emprazar dous ao arçebispo de Lixboa e pidio leecemça ao jffante e foy a elles. Matarom os moços meus que com elle mandei hũu delles, como sahio da cama. Porende, himdo pera cahir, topou com hũu villãao da terra e deulhe quatro cujtiladas, porque o errou, e nom pode mais hir por diamte e cahio logo que o acabaram os meus moços que hi estauam; e ho outro fugio.

O jffante meu senhor em ver damçar e camtar e em qualquer outra cousa que pode filhar prazer filhao de bom tallamte e he beem ledo e bem saao, a Deus graças. E louua mujto ho camtar da senhora a jffante e ho seu tamger do manicordio e do damçar segumdo sua maneira, e asi dizem que bajlha. E mandou hi dona Guiomar correr dous touros aa jfante; e corriamnos ambos jumtos, hũu no curral dos paaços e o outro omde ouueram de ser as justas, ante Santa Crara. E ao do paaço aguardaromno dous moços meus, porque era pequeno, e mataromno mujto bem.

Outrosi, ssenhor, meu jrmão o jfante dom Pedro chegou a Auellaas esta sesta feira passada. E o jffante meu senhor e eu com elle fomos aa noyte a elle, ao dito lugar. E elle, quamdo o soube, sayo fora com tochas hũu lamço de pedra, em çima de hũa faca; e, quamdo vio o jfante, deçeosse. E o jfante e nosoutros todos deçemos. E pareçeome toda gente asaz de leda, assi de hũu cabo como doutro. E dalli nos fomos logo pera sua casa e bebemos a comsoada. E o jfante dormio alli aquella noite. E fuy em outro dia comer com elle a Botam, ao qual lugar chegou o comde meu jrmãao. E, em aquelle dia, forom ouuijr missa a Santa Cruz. E eu vijm dormir aquella noyte logo hũa legoa dali. E, ao sabado, vym ouuir missa a este mosteiro em que pouso.

E, logo depojs de comer, o fui reçeber. E hiam comigo o arçebispo de Lixboa e o de Braga e o bispo daqui e o marichal e outros fidallgos e

Copyrighted material

era asaz de boa jente. E fomos açerca de hũa legoa, onde meu jrmão e o comde meu jrmão vijnham, com os quaes vinham mujta boa jemte. E, como chegamos a elle, meu jrmãao mandou ho arçebispo de Lixboa e o de Bragaa pera a condessa dona Costamça. Em vimdo ja todos de mestura, o bispo de Santiago e o bispo de ca chegarom a rreçebello; e, aa emtrada do arraualde, estaua o bispo de Çepta, rreuestido em pontifical, e com priçisam dalli pera Santa Cruz, asaz de boa.

E, quamdo meu jrmão chegou aa priçisam, deçeosse e foy beijar as rreliquias. E tinha diamte tapetes e hũua almafada de damasco, em que pos os giolhos. E di foy com priçisam de pee ataa Santa Cruz e fez hi oraçam. E dhi foy ueer a jfante e beijoulhe a mãao e ella rreçebeo muj bem. E, ante que chegassemos ao paaço, veo o jfante dom Fernando meu jrmãao e fomos todos tres e o conde meu jrmãao fallar a dita senhora e dhi nos fomos a casa do jfante dom Pedro meu jrmão; e eu conuidauao este dia e elle nom quis senam hir a sua casa.

E, depojs que o alla leixamos, emuiey o comde meu jrmão pera sua e leuey o jfante dom Fernando a fallar ao jfante meu ssenhor. E aquelle dia e o outro, ao jantar, foy meu comuidado; e, dalli auamte, o leuou meu jrmãao pera ssi. E a segumda feira amdamos damçamdo e meu jrmãao e os seus pareçeme que vem bem vestidos asaz. E a terça feira aa noyte foy determinado que sse fezesse o casamento a quarta feira. E a maneira como se fez, com a uossa bençam, que lamçastes ao jfante meu senhor, he esta.

Primeiramente, o corrigimento era per esta guisa. Hũu gramde pedaço da crasta de Samta Crara, per omde auia dhir a senhora jfante, era emparamentada e estrada com tapetes. E, aa porta da jgreja que he dentro no coro das freiras, estaua hũu pano rrico de borcado cremisim, que cubria o lugar omde aviam de ser as bemçõoes e atrauessauam toda a jgreja o armamento dos panos asi como a rrua e hiam asi per hũa escada açima ataa o coro omde jaz a rrainha dona Jsabel. E todo este caminho era asi emparamentado e estrado de tapetes e o coro era todo emparamentado de panos de Ras, asi da parte da jgreja como da parte de fora, e estrado todo de tapetes; e des ho altar e passaua per sootaanho e hiam atees a parede. E era de dez panos damcho hũu pano de çetim velutado azul, estrado per çima dos tapetes.

E o frontal e o sobreçeeo do altar era de brocado cremisim asaz de rrico e a cobertura do tambo e hũu çeeo que estaua em çima era tambem de brocados crimisim bem rricos. O cabeçal em que auiam de poer os giolhos era todo douro teçido sem outros lauores. O altar estaua asaz de bem guarnido de prata, asi da uossa como doutra de ca. E o bispo fazia ho ofiçio com a vossa mitra e bagoo. Asi que todo, a Deus graças, estaua bem corregido.

E a jfante estaua no cabidoo. E o jfante meu senhor veo de sua casa en çima de hũa faca bem guarnido e hũa opa bem rrica vistida e a sua esmeralda por firmal. E meu jrmãao o jfante dom Pedro e o jfante dom Fernando hiam de hũa parte e eu e o conde meu jrmãao hiamos da outra parte; e asi outros mujtos fidalgos bem vistidos. E fomos asi atas portas. E hi deçeo o jfante e foy de pee ataa o coro. E esteue hi com elle o jfante dom Fernando e o comde. E o jfante dom Pedro e eu fomos polla jfante e trouuemolla omde sse fezeram as beençõeş e o jfante meu senhor chegou.

E o chantre dEuora fez hũu aauto pequeno e dessi rreçeberonos e fezesse o ofiçio. A jffante hia vestida bem rricamente. As tochas leuauamnas dom Fernando e dom Sancho e dom Duarte e dom Fernando de Crasto e dos outros majores senhores mançebos que hi auia. E a missa foy rrezada. Porende, com diacono e sodiacono e feito todo em pontifical, como sse fosse cantada. E a oferta foram duzemtas dobras. E, em fim do ofiçio, aa jffante estaua tam camssada, polla opa, que era mujto pesada, e pollo esquentamento da jemte daquelles boos que hi estauam e das tochas, que era gramde, que, quando a quisemos leuar, esmoreçeo; e lamçamoslhe auga e acordou. E deshi foronsse todos e ficaram as molheres. O padrinho foy o comde e a madrinha a comdessa. E as faldras lhe leuaua dona Guiomar.

O iffante se tornou pella hordenança como veo. E quando veo a noyte, fomos polla jffante ao mosteiro, porque ella comera lla, que pareçia que casaua de casa da rrainha dona Jsabel, que assi foy dAragam. E todos emtemdemos que, polla santidade da dita rrainha dona Jsabel, foy esto feito tamto bem e homrradamente de sua casa. E a jffante veo cauallgar e teuemos as tauoas meu jrmãao o iffante dom Pedro e eu e fomos de pee ambos e o jffante dom Fernando e o conde e todollos outros fidallgos tes sua casa. E ella hia em hũa faca rruça pomba e os guarnimentos douro que a vossa merçe vio que lhe [o] jffante emuiou. E hia[m] hũas sessenta tochas, que leuauom escudeiros; e, depos ella, vijnha a comdessa e dona Jsabel de Taide e outras donas e domzellas.

E, depois que ficou na camara, damçamos e cantamos hũu pedaço no paaço. E o jffante veo hi e tinha seu estrado e seu pano destado. E a salla era toda emparamentada. E foy seruido de vinho e fruita per nosoutros. E o jffante dom Pedro leuaua o pano e eu o confeiteiro e o jffante dom Fernando a fruita e o comde o vinho. E, depojs que bebeo, espidimosnos delle e viemosnos pera nossas casas. E, ao acabamento da feitura desta carta, emtendo que auia ja pedaço que a senhora jfante era conpridamente vossa filha. Elles, a Deus graças, e nosoutros todos que aqui somos, uossos seruidores e eu, somos [em] boom ponto, a Deus graças.

Mujto alto e mujto homrrado e muj prezado senhor. O todo poderoso Deus tenhavos e vossos feitos em sua santa guarda, a seu seruiço, com

Copyrighted material

eixalçamento de uosso estado e homrra, asi como o vosso boom coraçam deseja.

Escprita em Coimbra, xxij dias de setenbro 1428 (1).

126

6 OUTUBRO 1428

Procuração passada em Évora, por el-rei D. João I de Portugal, a seu filho o infante D. Duarte, para, em nome daquele, proceder à reforma do contrato do próprio casamento, de acordo com D. Afonso V, rei de Aragão, por assim haverem resolvido os dois monarcas.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 8, n.º 4, em traslado feito no referido arquivo por Tomé Lopes, a 28 de Julho de 1528.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 40. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 303.

Saybam quamtos este pruuyco estormemto e carta de procuraçam vyrem que nos, dom Joam, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Allgarue e ssenhor de Ceyta, comsyramdo que, por comtemplaçom do matrymonyo ffeito e ffyrmado amtre o jmllustre jnffamte dom Eduarte, meu muyto prezado e amado ffylho prymogenyto e herdeyro dos dytos nosos rreynos e jlustre (1) prymceza e ssenhora jffamte dona Lyanor, sua muy prezada e muyto amada molher, fforom feytos e ffyrmados certos capytolos amtre o muy excellemte e muy poderoso prymçype e senhor rrey dAragom e a dyta prymceza e senhora jfante dona Lyanor, sua jrmãa, de hũa parte, e o reueremdo em Crysto padre dom Pedro, arçebyspo de Lyxboa, noso procurador e do dyto ssenhor jffamte meu fylho, da outra parte, seguumdo pareçeo per estormento puurico, dado e ffeyto em ho llugar de Olhos Negros, alldea da çydade Darouca, a dezaseys dyas de ffeuereyro

(1) No códice 8.920 segue-se: «Voso filho e seruidor o Jf^e^. D. A.». Sobre o casamento de el-rei D. Duarte, em Coimbra, a 22 de Setembro de 1428, pode ver-se a bibliografia aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 59, nota.

(1) No ms. *jlustra*.

deste presemte anno myl e quatrocemtos e vymte e oyto, ssoescryto e asynado per Joam Olzina, secretaryo do dyto senhor rrey dAragam (2).

E, comsyramdo nos outrosy como acerqua dos dytos capytollos auemos trautado e acordado com o dyto ssenhor rrey dAragom que hallgũs delles, por jguallamça das partes, ajom de sser rrefformados, ennouados e emmemdados em outra fforma e maneyra; pella quall rrezãao o dyto ssenhor rrey dAragam nos emuyou o doutor myçer Pere Ram (3), seu comselheyro e pretonotayro (4), com sua procuraçam abastamte, pera comnosco aver de emnovar, rreformar e emmemdar os dytos capytollos. Poremde nos, comfyando da lealldade, prudencia, jndustrya e boa descryçom do dyto meu mujto amado e prezado ffylho dom Eduarte, prymogenyto e herdeiro dos dytos nosos rreynos, conestetuimollo, ordenamollo, ffazemollo e solenememte (5) o cryamos, em toda fforma de dereyto e vya e modo e lex, per que mays affycadamente e mylhor podemos, certo, verdadeyro, enduuydado, llydemo, subffecyemte, pertecemte e jdonio noso gerall, especiall nuncio e procurador e dos negocyos juso espritos ffaytor, geestor absemte asy como persemte, com lybera, geral e especyall admynystraçam que por nos, em noso nome, posa emnovar, rreformar, emmemdar e jurar os dytos capitolos ou parte delles, no dyto comtrato ssobre o dyto matrymonyo ffeyto comteudos, em aquella mylhor fforma e maneyra que el mylhor emtemder e sse poder comcordar com o dyto senhor rrey dAragam e a nos sobrelo emuyado per elle, como dyto he, e com a dyta prymceza e senhora jffamte dona Lyanor, ssua jrmãa e nosa muyto amada ffylha; e que posa sobre a dyta emnovaçam, rreformaçam e coreyçom ffazer e outorgar quaesquer paitos (6) e avemças, comcordyas e estypullações que a ell prouuer e por bem teuer e mandar sobreffazer quaesquer escryturas que pera ello fforem neseçaryas e pertecentes. E que houtrosy posa trautar, fyrmar e outorgar a carta da dyta rrefformaçam e emnovaçom e coreyçom, todo aquello que nos trautar, ffyrmar e outorgar poderyamos sse a ello presemte ffosemos, posto que taes cousas sejam que, de ffeyto ou de dereyto, rrequeyram especiall mandado, porque nosa ffynal temçom e vomtade he que aja em ello e pera ello todo noso liure, comprydo poder com llybera, gerall e especyall admynystraçom.

E prometemos, per ffyrme estepulaçom a uos, dyto notayro presemte, estepullamte e aceytamte, em nome de todos aquelles cujo jmterese per o presemte ou ao adyamte pode tamger e esguardar, per quallquer guysa que

---

(2) Cfr. o nosso DOC. 91.
(3) No ms. *pererã*.
(4) Sempre assim, por *protonotayro*.
(5) No ms. *solenamente*.
(6) Por *pactos*.

seja, e juramos, ssobre o synall da + e ssobre os samtos auamgelhos, per nosa mãao corporallmemte tamgydos, que haueremos por rrato e grato, firme e stauel pera todo sempre e assy o ffaremos, conprir, ter e guardar e rreallmemte e com effeyto teremos, compryremos e gardaremos bem, ffyell e lleall e verdadeyramemte, sem arte e sem emgano, todo aquello que hacerqua do que dyto he e todallas outras cousas emergemtes e depemdemtes dello per o dyto noso procurador ffor gesto, trautado, ffyrmado, outorgado e jurado e nunca jamays em nenhum tempo comtra ello hyremos nem vynremos, de ffeyto nem de dereyto, em parte nem em todo, per nos nem per outrem, per quallquer guysa que seja, nem daremos ffauor nem ajuda nem conselho a nenhũa pesoa de quallquer estado ou comdyçam que seja pera comtra ello uyr, sob obrygaçam de nosas terras e beens, que pera ello obrygamos.

E, em testemunho desto, lhe mamdamos ser ffeyta esta procuraçam, na cydade dEuora, em nosos paaços, que sam no moesteyro de Sam Framcysquo, seys dyas doutubro, anno do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de myll e quatroçemtos e vymte e oyto.

Testemunhas que presemtes fforom: os jnllustres e excellsos prymcypes e ssenhores jffamtes dom Amrique, dom Joham e dom Fernamdo, fylhos do dyto senhor rrey, e o nobre caualleyro Martym Affomso de (1) Merllo, guarda moor e do comselho do dyto senhor rrey.

127

11 OUTUBRO 1428

Carta do infante D. Henrique, a doar de sesmaria a Afonso Vaqueirão e mulher terra da Ordem de Cristo, dita Mata, em Vila Franca.

ANTT., *Pergaminhos do Convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 2 A, doc. 18, original em pergaminho, muito oxidado e por isso ilegível nalguns passos e noutros de leitura duvidosa.

Eu, o jffante dom Anrrique, rrejedor da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duc de Ujsseu e ssenhor de Cuujlhãa.

A quantos esta carta de sesmaria ujren ffaço ssaber que dom Lopo

(1) No ms. *da*.

Diaz de Sousa, cuja alma Deus aja, meestre que ffoy da dicta hordem, mandou ffazer edictos e apregoar que todolos moradores e pouoadores da mjnha Ujlla Franca e de sseu termo, terra da dicta hordem, que teuessem ou ouuessem herdades no dicto logo que as laurassem e aproueitassem ataa hũu tenpo çerto que lhes pera ello e pollo dicto meestre foy assynaado, pera ell e a dicta hordem nom perderem o derejto e trabuto que das dictas terras de derejto deujam dauer. E, nom o ffazendo elles asy, que elle as mandaria dar de sesmarias a quem as aprouejtasse, pera ell e a dicta hordem dellas auerem proll; os quaees nom curaram nem curam de o fazer pola gissa que lhes ffoy mandado.

Porem eu, ueendo esto, mandey [a] Affonso Dinjs e a Martim Paaez, meu almoxarife e espriuam em o dicto logo de Ujla Franca, que dessem todallas herdades e matos e montes e chãaos de que eu e a dicta hordem nom auemos nẽhũu trabuto que as dessem de sesmarias a quem as aprouejtasse, come patrymonio que he da dicta hordem. E foy pedido ao dicto almoxarife e espriuam per Affonso Uaqeirom e per Caterina Njcolas (?), ssua molher, moradores no dicto logo de Ujlla Franca, hũa terra hu chamam a Mata. E parte de hũa parte com o dicto Affonso Uaqueirom e doutra parte com ujnha que ffoy de Gonçalo Anes, thesoureiro, e emçima com Domingos Lourenço e com Joham Gonçalluez e com camjnho que uay pera a dos Burros(?) (1), segundo marcos ffazem deujssam, a quall terra ha longo tenpo que jaz em monte e braujo, e que [a] aprouejtariam e dariam a dicta hordem o derejto e trabuto ssegundo husso e custume he de dar das outras herdades do dicto logo de Ujlla Franca e de sseu termo.

A quall terra os ssobredictos almoxariffe e espriuam deram de sesmaria aos ssobredictos Affonso Uaqeirom e a ssua molher, deste dia pera todo ssenpre e pera todos sseus herdejros e soçesores que depos elles ueerem, a tall prejto e condiçam que elles a prantem em ujnha de boa pranta, do dia da feitura desta carta ataa bij anos. E, passado o dicto tenpo, que lhes sseja estjmada a que fficar pera aprouejtar e que pagem della come daprouejtada, ssalluo sse ouuer anagoçio (?) que sseja de conheçer per que o nom possam ffazer e, di en diante, adobem de todollos adubios que lhe conprjr e ffezer mester e ponham holjueiras pollos comaros e dem, em cada hũu anno, a mjm e a dicta hordem o quynto do pam que Deus em ela der e ojtauo do ujnho e augas (?) que tem no lagar e (2) e azejtona na tulha e o ljnho no teydall (?) e assy de todallas outras coussas que Deus em ella der dem e pagem a mjm e a dicta hordem o derejto e trabuto ssem nẽhũa maljçia.

Outrossy, que os ssobredictos Affonso Uaquejrom e ssua molher e

(1) No ms. *Brrôs*.

(2) Aqui duas ou três palavras que não se conseguiram ler.

sseus herdeiros que depos elles ueerem nom possam uender nem em al[h]ear a dicta terra a nẽhũa pessoa em derejto deffessa nem majs poderossa que eu e a dicta hordem, que nos possa poer embargo em os derejtos que da dicta terra deuemos dauer; e, fazendoo, que nom ualha. E os ssobredictos Affonso Uaqeirom e ssua molher, em sseu nome e de seus herdeyros, louuaram as dictas cousas e cada hũa dellas e se obrigaram de pagar o dicto foro, como dicto he.

E eu, sobredicto ssenhor jfante, obrigo os beens da dicta hordem a lha emparar e defender de quaeesquer pessoas que lhe ssobre a dicta terra algũu embargo qyserem poer. E, por esta carta, dou poder ao dicto almoxariffe e espriuam que os metam em posse da dicta terra e nom uaam nem consentam hjr contra ella em nẽhũa gissa que sseja, porque mjnha merçee e uontade he de a elles auerem pola gissa que dicto he, salluo sse a outrem he dada per nossa carta antes desta.

E, por esta carta, mando a todollos jujzes e justiças, que ora sam e ao diante forem que, posto que algũas pessoas queiram poer algũas demandas aos sobredictos sobre a dicta terra, uos de taaes demandas como estas lhes nom conheçaees, porque mjnha merçee he de outrem nom conheçer de taees fectos senom eu.

Esprita em Ujlla Franca, xj dias doutubro. O jfante o mandou per Affonso Dinjs, sseu almoxarife. Affonso Anes, espriuam, em logo de Martim Paaez, a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e xxbiij anos.

No verso: J. d. a. (1).

128

4 NOVEMBRO 1428

Reforma, em Coimbra, de alguns dos capítulos do contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, acordados em Olhos Negros, a 16 de Fevereiro anterior (1), *e cujas cláusulas principais ficaram agora assim estabelecidas: D. Duarte dá de arras à infanta sua mulher 30.000 florins de ouro de Aragão, seguros em seus bens, especialmente na vila de Santarém; o rei aragonês dota a infanta com 100.000 florins de Aragão, a saldar em 10 anos, ao que obriga seus bens, sobretudo as vilas de Fraga,*

(1) Jfante dom anrrique.

(1) Cfr. o nosso DOC. 91, não derrogado por este, mas apenas alterado em alguns dos seus capítulos.

de Berga e de Liria; a rainha D. Leonor, mãe do monarca, compromete-se a dar à infanta outros 100.000 florins de Aragão, obrigação por cuja satisfação se empenhará o soberano aragonês, sem compromisso de seus bens; por honra do mesmo matrimónio, D. João I e os infantes seus filhos não darão conselho nem ajuda contra o rei de Aragão, o de Navarra e os infantes aragoneses, assumindo todos estes o mesmo compromisso a respeito de Portugal.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 8, n.º 4, em traslado do original, feito em papel, no mencionado arquivo, por Tomé Lopes, a 28 de Julho de 1528, — texto que se reproduz e que se ressente de ser versão muito literal de original castelhano e por este demasiado influenciada; BNP., *Mss. de Baluze*, arm. 5, caixa 6, n.º 2.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 40.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 303-04, e ainda pelo mesmo VISCONDE DE SANTAREM, *Noticia dos manuscriptos... que existem na Bibliotheca Real de Paris*, p. 88.

[1]

Jtem, prymeyramente o dyto ssenhor jffamte Eduarte, prymogenyto, com vomtade e expreso comsemtymento do dyto senhor rrey de Portugall, seu padre, da e constytue, por aras e nome de aras, a dyta senhora jffante, sua muy prezada e muy amada molher, que presemte he, estepullamte e aceytamte, por omra de seu llynhagem e do seu corpo, trymta mjll ffloryns douro dAragam, os quaes seguram a dyta jffamte os dytos rrey de Portugall e o jnfamte dom Eduarte sobre todos seus beens e especyallmente sobre a villa de Santarem, sytuada demtro no rreyno de Portugall, e outrosy sobre as rrendas da dyta vylla de Samtarem, com todas segurydades, obrigações, estepullações, rrenuncyações, clausollas e comtrautos em taes matrymonyos acustumados e em toda maneira como mays de dereyto e custume se posa emtemder, a proueyto da dyta jffamte.

[2]

Jtem, o dyto senhor rrey dAragam daa a dyta senhora jffamte, em e per dote, cem myl ffrolyns dAragam com os paytos (2) e vyncolos (3) dejuso comteudos, os quaes a dyta senhora jnffamte, com vomtade do dyto

(2) Por *pactos*.

(3) No ms. *vyncelos*.

senhor rrey dAragam, com os dytos paytos e vyncolos constytue e trazem em e por dote, ao dyto jlustre jffamte dom Eduarte, prymogenyto; os quaes cem mil ffrolyns, a rrezam de omze soldos de rreeaes de moeda de Vallemça por cada hum fflorym, pagara ao dyto senhor rrey dAragam demtro tenpo de dez annos, comtadores do dya que ho dyto matrymonyo sera comsumado adiamte, conuem a saber, cada hum anno dez myll ffrolys; em caso, empero, que ho dyto senhor rrey dAragam ffose fora de seus rreynos e terras, [h]e comvymdo que ha paga daquele anno posa e deua ser ffeyta no outro anno seguymte. Em todo caso, as quaes dytas pagas dos dytos cem myll fflorys sejam ffeytas por o dyto senhor rrey dAragam na çydade de Vallemça ou na vylla de Sete Augo[a]s, hu mays queera o dyto senhor jnfamte dom Eduarte ou quem seu poder teuer pera rreceber aquello, e que as pagas dos dytos cem myll ffrolys posam ser ffeytas pollo dyto senhor rrey dAragam em boa prata mercadoyra, a rrazam de cemto e dous solldos ho marco de Vallemça ou çem reaes douro ou de prata do dyto rreyno, segumdo ho dyto senhor rrey dAragam mays queyra, a toda sua vomtade. E, por pagar os dytos cem myll ffrolys, o dyto senhor rrey dAragam obryga de presente todos seus beens e especyallmemte as vylas de Fraga, de Berga e de Liria.

[3]

Jtem,allem dos dytos cem myll ffrollyns, a dyta senhora rraynha dona Lyanor ha oferycydo que dara, em e por dote, a dyta jffamte os paytos e vymcollos dejuso comteudos outros cem myll ffrolys dAragam. E elle, dyto senhor rrey dAragam, instara, a todo seu lleal poder, e soplycara a dyta senhora rrainha, sua madre, que dee e page os dytos çem myll fflorys que ha ella pertemçem de pagar, exceptado empero que ho dyto senhor rrey dAragam nem seus beens nom sejam teudos nem obrygados em allgũa maneyra por os dytos cem myll fflorys que ha dyta senhora rraynha ha hofferecydos dar e pagar.

[4]

Jtem, os dytos senhores rrey de Portugall e o jffamte dom Eduarte segurarom de presemte a dyta dote a dyta senhora jnffamte que presemte he, aceytamte, e o dyto senhor rrey dAragam e ao myçe Pere Ram, presemte, procurador do dyto senhor, aceytamte em caso de rrestetuyçom da dote, segumdo nyso se comtem, per comtratos certos e ffyrmes sobre todos seus beens gerallmemte e especyallmemte sobre as vyllas que se dam em camara a dyta jffamte, segumdo desuso, em os prymeyros capytollos ja ffyrmados, se comtem.

[5]

Jtem, se acomtecera, o que Deus nom queyra, que ha dyta senhora jffamte dona Lyanor morera, duramdo e semdo o dyto matrymonyo, sem lleyxar ffylhos llegytymos do dyto matrymonyo, que hos dytos çem myll fflorys da dyta dote que [a] ell, dyto senhor rrey dAragam, sejam tornados e rrestetuydos ao dyto senhor rrey ou aquel que despoys seus dias soçedera nese rreyno dAragam; pero, que ha dyta senhora jffamte posa testar e despoer, ao tempo de seu ffynamemto, da terça parte dos dytos cem myll fflorys, a toda sua vomtade, e entemdydo e comvenydo que daquello que lhe dara a dyta senhora rraynha sua madre, em dote ou em outra quallquer maneyra, e da terça parte tam somente das dytas aras poderya a dyta senhora jffamte despoer e testar a toda sua vomtade, como de cousa sua propya; e que, em este caso, as duas partes rrestamtes das dytas aras seram de todo quites e rremetydas; e, em caso que ha dyta jffamte aja fylhos do dyto matrymonyo, podera despoer de todo o suso dyto ffasta em camtydade de trymta myll fflorys, por sua allma, ou omde a ella prazera, e mays nom, pero amtre os dytos ffylhos que a ella sobreuiyerem podera despoer e testar e ordenar a toda sua vomtade de todo suso dyto.

[6]

Jtem, os dytos senhores rrey de Portugall e jfamte dom Eduarte ffazem e prestam juramento que nom empacharom nem embargaram nem persuadaram, per sy nem per outros, em puurico nem escomdydo, a dyta senhora jffamte, per maneyra que, em seu testamento ou em quallquer outra sua deradeyra vomtade, ella nom posa ordenar e despoer do seu, poys que nom seja comtra o em estes capytollos comteudo, a toda sua vomtade, nem daram comselho nem ffauor, esfforço nem ajuda a pesoa allgũa que ha embargue nem comsyntyrom nem lleixaram embargar, amte daram todo ffauor e ajuda, em tall maneyra que ella, llyurememte e sem opresom e persuasom algũa, posa despoer e hordenar do seu segumdo e pella maneira desuso dyto, a toda sua vomtade.

[7]

Jtem, se acomtecera, o que Deus nom queyra, que ho dyto jffamte dom Eduarte moura duramdo o dyto matrymonyo, que, em tall caso, a dyta senhora jffamte posa, daquell dia que morera ho dyto senhor jmffamte atees quatro annos comprydos, escolher e queyra ter e auer a camara que, segumdo fforma e o teor dos prymeyros capitolos ja e, segumdo dyto he,

ffyrmados, em aquell tempo e caso e tera e ter deuera e rremdas della e ho mamtymento com as aras sobredytas em nos dytos capytolos mee[n]cyonado ou auer e cobrar o que sera pagado da dyta dote. E os dytos trynta myll fflorys de aras, em caso que escolhera de ter e auer a dyta camara e remdas della, e o mamtymento que ho aja e tenha jmteyramemte por toda sua vyda, tamto quamto nom casara e queyra vyuer e estar no dyto rreyno de Portugall. E que, em este caso, auemdo e temdo ha dyta camara e mamtymemto, nom lhe sera dada nem rrestetuyda a dyta dote ou quallquer parte della; e os dytos trymta myll fflorys de aras lhe sejam, em todo caso, pagados. Pero, se acomtecera que ha dyta senhora jffamte aja escolhydo de teer a dyta camara e rrendas della e mantimento, como dyto he, e despoys aqueste tall escolhymento, em allgum tempo queyra casar ou nom vyuer no dyto rreyno de Portugall, que, em tall caso, lhe seja pagada ha dyta dote com quallquer parte que della sera pagara, e os dytos trymta myll fflorys de aras, desffalcamdo empero e descomtamdo daquello todo o que ella auera rrecebydo e cobrado das rrendas da dyta camara e mantymento, des ho dia que hauera ffeyto o dyto escolhymemto de ter a dyta camara e mantymento atees aquella ora; empero, em caso que ella escolhera rrestetuyçam da dyta dote, que ha dyta dote e aras lhe seram pagadas segumdo a forma dejuso declarada, asy que, duramdo o tempo sobredyto dos dytos quatro annos do escolhymemto, nom lhe seja desfallcado cousa allgũa do que rrecebera da dyta camara e rremdas della e mantymento nem por elles lhe posa ser ffeyta compensaçam allgũa.

[8]

Jtem, que, em quallquer caso dos susodytos e em outro quallquer que ha dyta senhora jffamte aja de ser rrestetuyda a dyta dote e pagadas as dytas aras, a dyta senhor jffamte aja e tenha a dyta camara e mantymento e lleue todalas rremdas da dyta camara e mamtymemto atees que lhe sejam pagadas as dytas dote e aras emteyramemte, rreallmemte e com effeyto. E que lhe nom posa ser descomtada nem desffallcada cousa allgũa das dote e aras delo e que asy lleuara da dyta camara e rremdas della e mantymento; amtes o aja pera sy, como seu e cousa sua. E daquelles o dyto senhor rrey de Portugall e o dyto jffamte dom Eduarte ffazem doaçam pura e jreuogauell amtre vyuos a dyta senhora jffamte.

[9]

Jtem, ho dyto senhor rrey de Portugall e o dyto jffamte dom Eduarte e cada hum delles se obrygam que, em quallquer caso que seya de ffazer a rrestetuyçom da dyta dote e cada hum delles e paga das dytas aras, asy

ao dyto senhor rrey dAragam como a dyta senhora jffamte e aos seus socesores, em aquesto seja todo pagado a qualquer ou aquell e aquelles que de quallquer deles aja poder per[a] aquello, demtro de quatro annos, comtando do dya que sera caso e llugar a dyta rrestetuyçam, ffazedoyra na cydade de Lyxboa ou na vylla dElluas, omde mays prazera aquell que hauera de rreceber a dyta paga, comvem a saber: cada hum anno a quarta parte do que aquello montara e que a dyta dote deue ser rrestetuyda em aquella mesma moeda em que sera rrecebyda.

[10]

Jtem, os dytos senhores rrey de Portugall e ho jmffamte dom Eduarte dam, asynam e seguram a dyta senhora jffamte o dyto mantymemto, especyallmemte sobre a cydade de Lyxboa e rremdas e pertemças della, com todas seguranças, obrygações, rrenuncyações, clausollas e comtrautos em taes matrymonyos acustumados; em maneyra que ha dyta senhora jffamte ou aquell que ouuer poder pera aquello, cada hum ano, aja, rreçeba e cobre o dyto mantymento rreallmente, com effeyto, sem diminuçion (4) algũa pera as terças e termos acustumados no dyto rreyno de Portugall, e que sobre jsto se ffaçom e ordenem e fyrmem llogo os dytos comtratos ou pryuyllegyos e prouysões abastamtes pera aquello, em toda maneyra, como mays de dereyto e custume se posa dictar, a proueyto da dyta senhora jffamte (5).

[11]

Jtem, porque em hum dos capytollos desuso dytos ja, segumdo dyto he, amtre as dytas partes ffyrmados, se comtem que da dyta camara que tynha a senhora rraynha dona Fellypa, que som as vyllas dAllamquer, Symtra, Obydos, Alluajazer e Torres Novas e Torres Vedras e outras quaesquer vyllas e llugares e herdamentos e rremdas dellas, que ha dyta senhora rraynha tynha em camara, sejam ffeytas duas partes, per o dyto senhor rrey de Portugall ou per quem elle mamdar; e asy ffeytas, a dyta jfamte ouuese e escolhese pera sy quallquer parte delas, qual ella mays queyra, e aquella parte que ella escolhera lhe sera dada em camara e aquella aja e tenha tamto quamto sera jffamte; e que, lloguo, queremdo Deus, prazera que seja rraynha, que, per aquell mesmo ffeyto, sem auer outra doaçom nem prouysom allgũa, ouuese jmteyramemte a dyta camara

(4) No ms. *diminaçion*.

(5) Cfr. o instrumento respectivo, desta mesma data, — o nosso DOC. 129.

que havya e tynha a dyta senhora rraynha dona Felypa e lleue pera sy as rremdas, emollymentos (6) e proueytos della e admenystraçam della; de presemte, o dyto senhor rrey de Portugall ffaz a dyta diuysam em duas partes, comvem a saber: Torres Novas e Torres Vedras e Alluajazer, por hũa parte, e a outra parte Allamquer e Symtra e Obydos. E a dyta senhora jffamte toma, escolhe, por sua parte, as dytas vyllas dAllamquer, Symtra e Obydos.

[12]

Jtem, he acordado que, ffallecemdo a dyta senhora jffamte dona Lyanor em duramdo o dyto matrymonyo, todallas joyas, perllas (7) e pedras prycyosas e asy ouro, argemte (8), rrayamentos (9) de casa e outras quaesquer cousas que pollo dyto senhor rrey de Portugall ou senhor jffamte Eduarte, seu marydo, que fforem dadas ou postas em guarda e emcomemda e seram tomadas e rrestetuydas aaquell ou aquelles que lhas deram ou em guarda e emcomemda poseram; e, no caso que ho dyto senhor jffamte Eduarte, seu marydo, ffalleça e, duramdo ho dyto matrymonyo, todallas dytas joyas e cousas todas susodytas que pello dyto senhor rrey ou per ell, dyto senhor jffamte, seu marydo, ou cada hum dos jffamtes seus jrmãaos fforom dadas a dyta senhora jfamte dona Lyanor, sejam suas como de cousa sua propya; e as que lhe fforem postas em guarda e emcomenda seram tornadas e rrestetuydas aquelles que has em guarda e emcomenda derom e poseram. E, se per vemtura acomteçera ocorrer ou emerger allgũa questom ou douyda sobre as dytas joyas e cousas susodytas, se fforom dadas ou emcomemdadas pellos dytos senhores rrey ou jffamtes a dyta senhora jffamte, em tall caso, ella rrestamte do dyto matrymonyo sera cryda per sua verdade com juramento dos samtos auamgelhos e segumdo que ella, dyta senhora jffamte, pello dyto juramento affyrmar, asy sera a dyta duuyda e questom de todo ffynda e termynada. E de todallas joyas e cousas susodytas que ha dyta senhora jffamte agora de presemte ha e ao dyamte ouuer doutra parte, per quallquer tytollo que seja, que nom ffose per doaçam ou emcomemda dos dytos senhores rrey ou jffamte seu marydo, a dyta senhora jffamte em todo caso poderya despoer a todas suas vomtades, asy como de cousa propya, sobre as quaes o dyto senhor rrey e jffamte seu marydo nem cada hum dos seus jrmãaos nunqua em nenhum tempo lhe poeram nenhum embargo per quallquer guysa que

(6) Está por *emolumentos*.
(7) Termo castelhano, por *perolas*.
(8) Por *prata*.
(9) Por *adereços*.

seja. E semelhauel maneyra se tenha acerca das joyas e cousas todas susodytas que polla dyta senhora jfante fforem dadas e emcomemdadas ao dyto senhor jffamte seu marydo.

[13]

Jtem, como quer que asy seya, que nos dytos capytollos, segumdo dyto he, ffyrmados, seja comteudo que porquanto a dyta senhora jffamte lleuara comsygo allgũas donas, donzellas e outras molheres e escudeyros e outras pesoas de sua casa ao dyto rreyno de Portugall, que nom lhe ffosem llamçadas de sua casa per os dytos senhores rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte nem per quallquer delles nem per outra pesoa allgũa, sem vomtade e expreso comsemtymemto da dyta senhora jffamte; amte as homrraram e trautaram rrazoadamente ell, dyto senhor rrey dAragam e a dyta senhora jffamte. Nom embargamte o comteudo no dyto capytollo, rrametem e lleyxom de presemte aquello a arbytrio, vomtade e hordenaçam dos dytos senhores rrey de Portugall e jfamte dom Eduarte.

[14]

Jtem, os dytos senhores rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte e os jffamtes dom Pedro, dom Amryquy, dom Joham e dom Fernamdo, fylhos llydemos do dyto senhor rrey de Portugall, queremdo mostrar a boa e gramde affeyçom e amor que ham aos senhores rreys dAragom e de Nauarra e jffamtes dom Amryque e dom Pedro, jrmãaos da dyta jffamte, por rrezom do dyto matrymonyo, e comseruar aquell, querem e poem e prometem aos dytos senhores rreys e jfantes ou quallquer delles que ho dyto senhor rrey de Purtugall e jffamte dom Eduarte e ajmda os dytos jffamtes dom Pedro e dom Anryque e dom Joam e dom Fernando nom darom comselho nem ffauor nem ajuda nem asystyram dyreytamente ou endyreytamente a allgũa nem allgũas pesoas, de quallquer estado, comdyçam, dynydade ou perhemynencya que seja, ajnda que taes pesoa ou pesoas sejam ou seram constetuyda ou conestetuydas em dynydade emp[e]ryall ou rreall ou doutra quallquer, sagral ou cllasyastyca, que nomear nem dyzer se posa, contra os dytos senhores rreys e jffamtes nem comtra suas pesoas, coroas, estados ou denydades e rreynos e beens e teras nem contra allgum dellos, asy por cousa ou guera justa como enjusta, nem por allgũa outra rrazam ou cousa cuydada ou emcuydada, ajmda que taes pesoas sejam muy juntas ou comjuntas em quallquer grao de comsanydade, affynidade ou outro parentesquo aos dytos senhores rreys de Portugall e jffamtes seus ffylhos e quallquer delles, por propinquo ou chegado que seja. Pero, que de todo o desuso em este capytollo comteudo e cada cousa e parte

dello sejam exceptados (10) e exceptam os susosdytos senhores rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte e os dytos jffamtes seus ffylhos aos rreys de Castela e de Jmgraterra e os rreynos e senhoryos e teras delles e de cada hum delles e quaesquer ou quallquer dellas e os vezynhos e moradores dellas.

[15]

Jtem, semelhauellmente os dytos senhores rreys dAragam e de Navara e jffamtes dom Amryque e dom Pedro, seus jrmãaos, queremdo mostrar boa e gramde affeyçom e amor que ham aos senhores rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte e aos jffamtes dom Pedro, dom Amryque, dom Joam e dom Fernamdo, seus fylhos, por rrezam do dyto matrymonyo, e comseruar aquell, conveem, poem e prometem aos dytos rrey de Portugall e jffamtes seus ffylhos e a quallquer delles que hos dytos senhores rreys dAragam e de Navara e jnffamtes seus jrmãaos nom daram comselho nem ffauor nem esforço nem ajuda nem asysteram dyreytamemte ou [in]dyreytamente allgũa nem a allgũas pesoa ou pesoas de quallquer estado ou comdyçam, dynydade e premynemcya que seja, ajnda que taes pesoas sejam ou seram conestetuyda ou costetuydas em dynydade emperyall ou rreall ou doutra quallquer, sagral ou clesyastica, que nomear ou dyzer se posam, comtra os dytos senhores rrey de Portugall e jffamte dom Eduarte e outros jffamtes, ffylhos do dyto rrey, nem comtra suas pesoas, coroa, estados, dynydades, rreynos ou beens e teras nem comtra allgum delles, asy por cousa ou guera justa como emjusta, nem por algũa outra rrazam ou cousa, cuydada ou nom cuydada, ajmda que taes pesoas sejam muyto juntas ou comjumtas em quallquer graao de comsamguenydade, affynidade e outro paremtesco aos dytos senhores rreys dAragom e de Navarra e jffamtes dom Amryquy e dom Pedro e quallquer delles, por propimquo ou chegado que seja; pero que de llo desuso em este capitolo comteudo e cada cousa e parte dello seja exceptado ho dyto senhor rrey dAragam, ellrrey de Castela, seu prymo, e ellrrey de Navara, seu muyto amado jrmãao, e os rreynos e senhoryos e teras delles e de cada hum delles e quaesquer e quallquer dellas e os vezynhos e moradores daquellas. E outrosy o dyto senhor rrey de Navara e os dytos jffamtes dom Amryque e dom Pedro exceptam de llo desuso em este capytollo conteudo e cada hũa cousa e parte della ao dyto senhor rrey dAragam, seu muy amado jrmãao, e a ellrrey de Castella, seu prymo, e os rreynos e senhoryos e teras delles e de cada hum delles e quaesquer e quallquer delles e os vezynhos e moradores dellas.

(10) No ms. *aceytados*.

[16]

E, porque esta rrefformaçam, ennovaçam e coreyçom com os capytollos em ella comteudos assy comcordada, conuynda e outorgada amtre ho dyto prymcype e senhor jnffamte, em nome do dyto senhor rrey seu padre e ajmda em seu nome, de hũa parte, e ha dyta prymceza e senhora jffamte e o dyto doutor comselheiro e pretonotario do dyto senhor rrey dAragam, como seu procurador, da outra, aja mayor fforça, coroboraçam e ffyrmydoem e com ualydiçom que venha a effeyto deseyado; ffizerom as dytas partes payto, auença e comcordya e prometerom amtre sy, per ffjrme estepullaçom, e a vos, notayros presemtes, asy como puuricas pesoas, estepullantes e aceytamtes, em nome asy dos presentes como dos ausentes, cujo jmterese pode tanger e esguardar per quallquer guysa que seja. E asy o jurarom sobre o synall da + e aos santos auamgelhos, com suas mãaos corporallmente tamgydos, com hos dytos senhores rreys, seus prymcypaes, cujos procuradores sam. E os dytos prymcypaes e senhores jmffamte dom Eduarte e senhora jffamte dona Lyanor compryram e mamteram e guardarom esta rreformaçam, emnovaçam e correyçom e todollos capytollos em ella comteudos rreallmente e com effeyto e que ja nunqua mays em nenhum tempo, per sy nem per outrem, de ffeyto nem de dereyto, em juyzo nem ffora dele, hyram comtra ella, em parte nem em todo, nem darom ffauor, ajuda nem comselho a nenhũa pesoa de quallquer estado e comdyçam que seja, em puurico nem escomdydo, pera comtra ella poder vyr, em parte nem em todo; e, ffazemdo o comtrayro, a parte que ho comtravyer emcora nas penas comteudas no dyto comtrato prymcypallmente ffeyto sobre o dyto matrymonyo, tamtas vezes como seera comtradyto ou ffeyto (11). As quaes penas, pagadas ou nom pagadas, que esta rrefformaçam, emnovaçam e coreyçom, com os capytollos em ella comteudos, sera e ffyque senpre ffyrme e estauell e perpetua pera todo sempre e que jamays nunqua em nenhum tempo posa ser rreuogada.

[17]

Jtem, o dyto doutor, em nome do dyto senhor rrey dAragam, como seu procurador, prometeo, per ffyrme estipullaçom, e jurou sobre o synal da cruz e aos samtos auamgelhos, com suas mãaos corporallmente tamjudos, que ho dyto senhor rrey dAragom, seu senhor e prymçypall, llouuara, ffyrmara, outorgara e jurara de mamter e guardar e compryr e de ffeyto guar-

(11) Alusão ao nosso DOC. 91, cap. [25].

dara e compryra e mamtera bem, ffyell, lleall e verdadeyramente esta presemte emnovaçam, rreformaçam e coreyçom e capytollos em ella comteudos. E outrosy curara e fara, a todo seu comprydo, leal e verdadeyro poder, que ho senhor rrey de Navara e o jffamte dom Amrryque e dom Pedro, seus jrmãaos, semelhauellmente outorgaram, fyrmarom e jurarom a dyta emnovaçam, rreformaçam e coreyçom, emquanto e [a] cada hum delles se esguarda, e que todos os dytos senhores e cada hum delles emvyarom e faram emvyar e apresentar ao dyto senhor rrey de Portugall, em seu poder, publycas cartas ou estormentos, asynados de suas mãaos e aselladas com seus selos, per maneyra autemtyca, que ffaça ffee de todo o sobredyto, da ffeytura deste estormento atees seys meses prymeyros seguymtes.

[18]

Jtem, o dyto senhor jffamte dom Eduarte, em nome do dyto senhor rrey, seu senhor e padre, como seu procurador, prometeeo, per fyrme estipullaçom, e jurou sobre o synall da cruz que, aos samtos auamgelhos com suas mãaos corporallmemte tamgydos, per que ho dyto senhor rrey seu padre e prymcipall llouuara, fyrmara e outorgara e jurara de mamter, guardar e compryr e de ffeyto compryra, guardara e mamtera bem, fyell, lleall e uerdadeyramente, esta presemte emnovaçom, rrefformaçom e coreyçom e capytollos em ella comteudos, da ffeytura deste presemte estormento atees hum mes. E outrosy curara e fara, a todo seu comprydo, leall e verdadeyro poder, que hos jmffamtes dom Pedro, dom Amryque, dom Joam, dom Fernamdo, seus jrmãaos, que semelhauellmente outorgarom, louuarom, ffyrmarom e jurarom a dyta emnovaçam, rreformaçam e coreyçom, emquanto [a] cada hum delles se esguarda. E que hos dytos senhores e cada hum delles emvyarom e ffaram emvyar, apresemtar ao dyto senhor rrey dAragam, em seu poder, cartas puuricas ou estormentos asynados de suas mãaos e asellados de seus sellos, per maneyra autemtyqua, que ffaçom ffee de todo sobredyto, da feytura deste estormemto atees seys meses prymeyros seguymtes.

[19]

Outrosy, as partes sobredytas, em nome dos prymcypes, rreys e senhores cujos procuradores sam e ajmda o dyto prymcype e senhor jmffamte, em seu nome, e a dyta prymçesa e senhora jfamte, como parte que a esto pertemçe, prometerom, per fyrme estepullaçom e sob uertude do pauto e juramento susodyto, que nom demamdarom nem empetrarom nem aceptarom, per sy nem per outrem, absoluçom, relaxaçom do dyto juramento do samto padre noso senhor nem de nenhum seu socesor nem do seu dellegado

nem doutro prellado da samta madre jgreya, que poder aja per[a] aquesto; e que quallquer delles que ho comtrayro ffezer que, por eso mesmo ffeyto, emcora em perjuro [e] em as outras penas no dyto comtrauto prymcypallmente sobre o dyto matrymonyo ffeyto comteudas e ajnda per nenhũa guysa husar nom posa de tall absolluyçom ou rrellaxaçom com cauçom nem per outra maneyra nem cautella allgũa. E rrenuncyarom gerallmemte e especyallmemte todallas lleys, fforos, custumes, ffaçanhas, das quaes se per allgũa guysa ajudar poderem pera vyr contra este comtrauto ou pera empetrar e gamçar a dyta rrellaxaçam, os quaes dereytos aqui ouueram por expresos e especeffycados, e rrenuncyarom ajnda as lex que dyzem que gerall rrenuncyaçom nom valha. E amte quyserom e outorgaram que esta gerall rrenuncyaçam aja vertude de expresa e espeçiall, em tall guysa e maneyra que este comtrauto de emnovaçam, rreformaçom e coreyçom e capitollos em ella comteudos perpetuamemte seja ffyrme, estauell e ja nunca em nenhum tempo posa em nenhũa maneyra ser rreuogado.

[20]

Outrosy, subplirom o dyto senhor jffamte, em nome dellrrey seu senhor e padre, em seu nome delle e a dyta prymceza e senhor jfamte, quamto a ella pertemce, e o dyto doutor myçe Pere Ram, em nome do dyto senhor rrey dAragam, seu senhor, como seu procurador que he, de seus propyos e ausolutos pòderyos, todo e quallquer ffallecymento, de ffeyto ou de dereyto ou de sollenydade, de custume ou dereto que em este comtrauto ffose ou falleçese, posto que tall ffose de que deuese em elle ser ffeyta especyall e expresa mençam. O quall fallecymento ou fallecymemtos os dytos senhores jffamte e jnfamta e doutor ouueram e ham aqui por expresos, jnsertos e expressamente espacyffycados, mamdamdo, queremdo e outorgamdo que, nom embargamdo quallquer deffeyto ou defeytos, que este comtrauto com todallas cousas em elle comteudas e cada hũa dellas seja fyrme, estauell e valledoyro pera todo sempre, asy e tam comprydamente como se em ell nhũu defejto ou solenydade ffalleçesem ou ffosem omisos. E destas cousas os sobredytos prymcypes jffamte dom Duarte e jnffamte dona Lyanor e o dyto miçe Pere Ram, como procurador que he do dyto senhor rrey dAragam, pedyrom e rrequereram a Joam Vasquez, escryvam da camara do dyto senhor jfamte e notayro puurico do dyto senhor rrey de Portugall em todos seus rreynos e senhorios, e Martym Vasquez, notayro apostollyquo, chamado e rrequerydo pellas dytas partes pera auer destar a esto, como deffeyto esteue e ffoy presemte, que lhes desem dello estormentos quamtos lhe mester ffosem e ajnda queserom, por mayor fyrmidãao, que estes fosem asynados per elles e asellados de seus sellos; e asy o ffezerom e compryram.

Copyrighted material

Testemunhas que ha todo presemtes fforom: o nobre e homrado conde de Barcellos, fylho dellrrey, e o rreuerendo em Christo padre dom Pedro, arcebispo de Lixboa, sobrynho dellrrey, e dom Fernando de Loronha, camareiro moor do dyto senhor jffamte e do comselho dellrey, e o descreto doutor Martym do Sem e Alluaro Gonçalluez dAtayde, caualeiro, ambos do comselho do dyto senhor rrey, e o doutor Ruy Fernamdez, do seu desembargo, e mosem Luys de Falsas, caualeiro aragoes, e myçe Gaspar Espynolla, tesoureiro da dyta prymceza e senhor jfamte, e outros.

Feyto foy este estormento na dyta cydade de Cojmbra, quatro dias do dyto mes de novembro, era suso esprita. Jffamte e a jmfamte, Pere Ram.

E eu, Joam Vasquez, sobredyto espriuam da camara do dyto senhor jffamte, notayro puurico delrrey em todos seus rreynos e senhoryos, que com o dyto Martym Vasquez, notayro apostollyquo, [e] testemunhas suso espritas, fuy presemte ao comteudo em este estormento de comtrato e a Gomçalo Afomso, meu fyell espriuam, o fyz espreuer e aqui meu synall fyz, que tall he. Joannes.

E eu, M[ar]tym Vasquez, notayro apostollyquo suso esprito, que a esto todo, comteudo em este estormento de comtrato, com ho dyto Joam Vasquez, escryvam e notayro puurico e testemunhas sobredytas, ffuy presemte e aqui meu synall fyz, que tall he.

Jn jsto quaterno continentur septem folia escripta cum dimidio.

129

4 NOVEMBRO 1428

Texto notarial e original do contrato feito no paço régio de Coimbra entre o infante D. Duarte, primogénito de Portugal, em seu nome e no de el-rei D. João I e com procuração deste, e a infanta D. Leonor de Aragão e de Sicília, sua esposa, em que, em aditamento a seu contrato matrimonial, fixam o mantimento anual daquela, a dar-lhe D. Duarte enquanto ela viver, em 7.500 florins de ouro de Aragão ou por cada florim 80 reais brancos, a arbítrio do infante, o que totaliza 21.000.000 de libras anuais, a pagar em Lisboa, pelos rendimentos da sisa dos panos da mesma cidade.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 1, n.º 2, original em pergaminho, com vestígios de dois selos pendentes, de que restam respectivamente fios de retrós em azul

e vermelho, e em verde, azul e branco; vêem-se também dois selos de chapa com cercadura de verga entrançada, — texto que se reproduz; BNP., *Mss. de Baluze*, arm. 5, caixa 6, n.º 2. — Publicado por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 40. Referenciado no *Quadro elementar*, t. 1, p. 303.

En nome de Deus amen.

Saibbam quantos este publico estormento virem que, no anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos e vijnte e oyto annos, quatro dias do mes de nouembro, na çidade de Coimbra, dentro nos paaços do muy alto e excelente e poderoso principe dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta, que som acerca do moesteiro de Sancta Clara, em presença de nos, publicos notayros, e as testimunhas adeante scriptas, seendo hi presentes os muy nobles, jllustres e excelsos principes e senhores o jfante dom Eduarte, primogenito e herdeyro nos dictos rregnos e senhorio, em nome do muy alto e victorioso principe elrrey seu senhor e padre, per poder de hũa procuraçom, asignaada per el e seellada com o seu seello pendente e sobscprita com signal de Fernam Lopez, pubrico notaryo, da qual se o theor adeante segue.

Segue-se a transcrição da procuração de el-rei D. João I, de 15 de Setembro de 1428, — o DOC. 124.

E em fundo, na soscripçom, diz: Eu, Fernam Lopez, notayro puurico do dicto senhor rrey em todo seu senhorio, presente fuy ao outorgamento, com as testimunhas em el nomeadas, desta presente procuraçom e a todallas cousas em ella contheudas e, per meu fiel scpriuam suso scprito, a fiz screuer e aquj meu signal fiz, que tal he.

E, no cabo desta procuraçom, hyam os signaaes das dictas testimunhas e ajnda em seu nome.

E a jllustre jfante dona Leonor dAragam e de Secilia, sua muyto preçada e amada molher, os dictos principes e senhores jfante dom Eduarte, asi em nome do dicto senhor rrey seu padre, como seu procurador, e ajnda em seu nome, e a dicta jfante dona Leonor disserom que asi he uerdade que sobre e rrazom do dicto matrimonio, celebrado e sollepnizado antre elles, seia fecto, firmado contracto antre o muy alto e muy poderoso excelente principe dom Afonso, pella graça de Deus, rrey dAragom e de Sicilia, de Valença, de Malhorca, de Sardenha e Corcega, conde de Barçelona, duc de Athenas e de Neopatria e ajnda conde de Rosselom e de Cerdenya, jrmãao da dicta senhor jfante, e ella, dicta senhora princesa, da hũa parte, e o rreuerendo e honrrado em Christo padre dom Pedro, arçebispo de Lixboa, como procurador dos dictos principes e senhores rrey de Portugal e jfante dom Eduarte, da outra, com çertos capitulos em el contheudos.

Copyrighted material

Antre os quaaes, em hũu delles, se conthem que aa dicta senhor jfante seia dado mantijmento honrradamente e compridamente e honesta, tanto e mylhor que foy dado aas outras jfantes que do rregno dAragom e de Castella entrarom a Portugal (1). E que porende, elles, dictos senhores jfante dom Eduarte e jfante dona Leonor, auendo ella primeiro conselho com micer Pere Ram, doctor em leis e fiel conselheyro e prothonotayro do dicto senhor rrey dAragom, o qual per elle foy enujado com sua auctoridade pera em estes fectos star e lhe dar a elles conselho, por comprimento do dicto contrato e capitolo suso scprito, veerom aa tal pacto e aueença, grata e rrata e firme, valedoyra pera todo sempre, que ia em nẽhũu tenpo non possa seer rreuogada, que per todo o dicto mantijmento, contheudo no dicto contracto, o dicto senhor jfante, seu marido, lhe aja de dar de ffeyto, e rrealmente de, em cada hũu anno, ssete mjl e quinhentos florijns douro dAragom ou, por cada hũu florim, oyteenta rreaaes brancos, qual ante o dicto senhor jfante quiser, em que monta, em toda a soma, per cada hũu anno, vijnte e hũu contos de libras. E, em caso que aconteça a dicta moeda ora corrente seer mudada per qualquer guisa que seia, que o dicto senhor jfante seia theudo e obligado ao jntrinsico e uerdadeyro ualor de cada hũu florim. Os quaaes florijns ou a contya que em elles montar lhe seram pagados, em cada hũu anno, na çidade de Lixboa, aos quartees del, segundo a hordenança do rregno, pella rrenda da sisa dos panos da dicta çidade.

E promete, per sua fe rreal, de mandar a seus officiaaes que ora som ou forem na dicta rrenda que nom façam nẽhũas despesas, tirando as neçessarias da cassa da dicta sisa que, em cada hũu quartel, a dicta senhor jfante sera primeiro pagada e satisfeyta do que ha dauer. E assi o fara jurar sobre a cruz e os sanctos euangelhos aos dictos officiaaes que ora som ou forem ao adeante. Aos quaaes manda que, tanto que lhe este contracto for mostrado, o jurem e compram pella guisa e maneyra suso dicta, non esperando de primeiro pera ello auerem outro nẽhũu nosso mandado. E el, dicto senhor jfante, assi o jurou, segundo de juso he contheudo. E, per a ssoma dos dictos sete mjl e quinhentos florijns ou moeda que em elles monta, a dicta senhora jfante disse que se daua, e de fecto deu, por contenta e satisfeyta, compridamente e enteyramente, de todo o mantijmento no dicto contracto fecto sobre o dicto matrimonio contheudo, emquanto Deus quiser que viuer e em este rregno esteuer, segundo a forma do dicto contracto.

E o dicto senhor principe jfante dom Eduarte, em nome do dicto senhor rrey seu padre, come seu procurador, e ajnda em nome seu, e a dicta

---

(1) Cfr. o documento anterior, capa. 7, 8 e 10 e ainda os respectivos do nosso DOC. 91, de 16 de Fevereiro de 1428.

senhor jfante sua molher, todos stipulantes e acceptantes, prometerom antre sy, per firme stipulaçom, e a mjm, notayro presente, asi como a pessoa puurica, stipulante e acceptante, em nome dos presentes e absentes, a cuio interesse pode esguardar e tanger per qualquer guisa que seia, de teer e comprir e guardar bem, fiel, leal e uerdadeyramente o dicto pacto e conueença e cousas em el contheudas, asi antre elles tractado e firmado e outorgado. E que ia nunca em nẽhũu tempo, em nẽhũa maneyra, per si nem per outrem, de fecto nem de djreito, em juizo nem fora del, possam contra el vijr, em parte nem em todo, nem per outra nẽhũa guisa que possa seer cuydada nem daram fauor, ajuda nem conselho, em publico nem em escondido, a nẽhũa pessoa de qualquer stado e condiçom que seia pera contra el vijr em nẽhũu tempo iamais, per nẽhũa guisa que seia, so as penas e clasulas contheudas no dicto contracto, principalmente fecto sobre o dicto matrimonio.

As quaaes penas, pagadas ou nom pagadas, as dictas partes quiserom e assi o prometerom, per firme stipulaçom, que este contracto, pacto e aueença e concordia em ella contheuda seia e fique sempre rrata, firme e stauel pera todo sempre e que ia em nẽhũu tempo, emquanto viuer na terra, como dicto he, possa seer contradicto per nẽhũa guisa. E, por moor corroboraçom e firmydom do dicto contracto, pacto e aueença e concordia, as dictas partes prometerom e jurarom, sobre o signal da cruz e sobre os sanctos euangelhos com suas mãaos corporalmente tangidos, a teer, comprir e guardar e fazer teer e comprir e guardar todallas cousas em el contheudas, sem nẽhũa contradiçom; e, vijndo contra ello, em parte ou em todo, que encorram em perjuro. E ajnda prometerom, per o dicto juramento, que nunca enpetrariam, nem de fecto enpetrarom relaxaçom do dicto juramento, caso o que a Deus non plazera, que em parte ou em todo contra el tentem avijnr per qualquer maneyra que seia.

E, por mayor firmydom do dicto contracto, o dicto senhor jfante, em nome do dicto senhor rrey, seu senhor e padre, e ajnda em nome seu proprio, e a dicta princesa e senhor jfante, quanto a ella perteençe e cabe, de toda sua liure e pura voontade e poder absoluto, disserom que suppliam e de fecto supplirom todo e qualquer faliçimento ou faliçimentos, de fecto ou de djreito, ou sollenpnidade de costume ou de djreito que em este contracto fosse ou faleçesse ou, per outra qualquer guisa, fosse omissa ou mjnguada, posto que tal fosse de que deuesse em el seer especial e expressa mençom. O qual falicimento ou faliçimentos os dictos principes e senhores jfante dom Eduarte e jfante dona Leonor ouuerom aquj por expressos, insertos e expressamente specificados, mandando, querendo e outorgando que, non embargante qualquer defecto ou defectos, que este contracto com todallas cousas em el contheudas e cada hũa dellas seia firme, stauel e valedoyro pera todo sempre, assi e tam compridamente como se em el nẽhũu defecto ou solenpnidade falecesse ou fossem omissos.

E desto todo requererom as dictas partes a Joham Uaasquez, scpriuam da camera do dicto senhor jfante e notayro publico do dicto senhor rrey de Portugal, em todos seus rregnos e senhorios, e a mjm Martim Uaasquez, notayro apostolico, chamado e requerido per as dictas partes, pera auer de star a esto, como de fecto stiue e fuy presente, que lhe dessemos dello estormentos quantos lhe mester fossem; e ajnda quiserom, por mayor firmidoem, que estes fossem asignados per elles e seellados dos seus seellos, e assi o fezerom e comprirom.

Testimunhas que a esto presentes forom: o noble e honrrado senhor conde de Barçellos e o rreuerendo em Christo padre arcebispo de Lixboa, sobrinho delrrey, e dom Fernando de Loronha, camareyro moor do dicto senhor jfante e do conselho delrrey, e o discreto doctor Martim do Sem e Aluaro Gonçalluez dAtayde, caualeiro, ambos do conselho do dicto senhor rrey, e o doctor Roy Fernandez, do seu desembargo, mosem Luys de Falces, caualeiro aragoes, e mice Gaspar Espinolla, thesoureyro da dicta princesa e senhora jfante, e outros. Foy fecto este estormento na dicta cidade, logo, dia, mes e anno susoscriptos.

(as.) Jfante. *(as.)* la jnfante. *(as.)* Pere Ram.

E eu, sobredicto Martim Uaasquez, notayro appostolico susoscprito, que a esto todo susoscprito com o dicto Joham Uaasquez, scpriuam e puurico notayro, e testimunhas susodictas, fuj presente e aqui meu signal fiz, que tal he *(Sinal do notário) — et hunc jnstrumentum manu mea propria scripsi.*

E eu, sobredicto Joham Uaasquez, scpriuam da camera do dicto ssenhor jfante e notayro puurico delrrey em todos seus rregnos e senhorios, que com o ssobredicto Martim Uaasquez, notayro, e testemunhas suso scpritas fuy a todo esto presente e aqui meu signall fiz, que tall he (*Sinal do notário*). Johannes.

130

4 NOVEMBRO 1428

Texto notarial da reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte de Portugal, filho de el-rei D. João I, com a infanta D. Leonor de Aragão, com aquiescência dos monarcas português e aragonês.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 8, n.º 4, em transcrição do original, feita no dito arquivo por Tomé Lopes, em 28 de Julho de 1528, — texto que se reproduz; BNP., *Mss. de Baluze*, arm. 5, caixa 6, n.º 2.

Publicado por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 40.

Em nome de Deus amem.

Saybam quamtos este pruuyco estormemto vyrem que, no ano do nacymemto de Noso Senhor Jhesuu Christo de myll e quatrocemtos e vymte e oyto annos, quatro dyas do mes de novembro, na cydade de Cojmbra, demtro nos paços do muy allto, poderoso e excellente prymcype e ssenhor dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Allgarue e ssenhor de Ceyta, que som acerqua do moesteyro de Samta Clara, em presemça de nos, notayros, e das testemunhas adyamte espritas, ssemdo hy presemtes hos muy nobres, jnlustres prymcypes e ssenhores jmffamte dom Duarte, prymogenyto e herdeyro nos djctos rreynos de Purtugall e do Allgarue e ssenhoryo de Çepta;

Em nome do sobredyto muy allto e victoryoso (1) prymcype ellrrey, seu senhor e padre, per poder de hũa procuraçam, da quall o teor se adyante segue, e a jnlustre prymçesa e senhora jffamte, dona Lyanor dArago[m], sua muyto amada e muy prezada molher, os sobredytos senhores dyseram que asy he verdade que, amte disto, fforom atrautados, ffectos e ffyrmados allgũs comtratos, com çertos capitollos em elles comteudos, amtre o muy allto e muy poderoso e excellente (2) pryncype dom Afomso, pella graça de Deus rrey dAragom e de Sezylya e de Vallemça etc., e a sobredyta jlustre e excelsa prymçeza e senhora jffamte, de hũa parte, e o reueremdo e homrado em Crysto padre dom Pedro, arcebispo de Lyxboa, em nome dos sobredytos prymcypes e senhores rrey de Portugall, etc., e jffante seu muyto amado e prezado ffylho, como seu procurador, sobre e per rrezam do matrymonyo trautado e fyrmado amtre os dytos jnlustres prymcypes e ssenhores jlustres dom Eduarte e jffamte dona Lyanor, dos quaes se mostra o pestumeyro (3) ser ffeito em Olhos Negros, alldea da cydade Darouca, do rreyno dAragam, pollo quall sse mostra os outros comtrautos amte ffeytos serem de todo emnovados, rrefformados e rretrautados.

Acerqua do qual postumeyro comtrauto, comsyramdo o dyto prymçepe e senhor rrey de Portugall e vysto per ele, examynado com os do seu comselho, acordou que hallgũs dos dytos [capitolos] no dyto postumeyro comtrauto comteudos deueram ser emmendados, rrefformados e rrenova-

(1) No ms. *victyryoso*.
(2) No ms. *exceyllente*.
(3) Por *postumeyro*.

Copyrighted material

dos em outra fforma e maneyra, por jbgualamça das partes. Sobre a quall emmemda, emnovaçom e rrefformaçom espreueo ao dyto prymcype e senhor rrey dAragam, ao quall prouue de os dytos capytollos serem emmemdados, rrefformados e emnovados, em a fforma que ao dyamte se seguyraa. E, sobre a dyta rrezam, emvyou ao dyto prymcype e ssenhor rrey de Portugall, etc., o doutor myçer Pere Ram, seu ffyel comselheiro e protonotairo, com sua procuraçam abastamte e suffecyente pera os dytos capytollos emmemdar, rrefformar, emnovar com o dyto prymcype e senhor rrey de Portugall, sem emnovaçam pero e derogaçam do sobredyto comtrauto sobre o dyto matrymonyo prymcypallmemte ffecto e comcordado, saluo emquanto per esta emnovaçam, rrefformaçam e coreyçam novamemte ffeita, se mostrara ou podera mostrar ser emnovado, rrefformado, emmendado ou coregydo, etc. Das quaes procurações os theores se adyamte seguem. E prymeyramemte seguese a procuraçom dellrrey dAragam, em esta fforma.

Segue-se a transcrição da procuração do rei de Aragão, de 16 de Agosto de 1428, — o nosso DOC. **116**.

E, em fumdo desta procuraçam, estaua escryto e asynado o ssynall do dyto senhor rrey dAragão, segundo em ella pareçya, em esta guysa: synall de nos, dom Affomso, pella graça de Deus rrey dAragam, de Sezelya, de Vallemça, de Malhorquas, de Cerdenya e de Corcega, comde de Barcelona, duque de Atenas e de Neopatria e ajnda comde de Rosellom e de Cerdenya, que has dytas cousas llouuamos, ffirmamos e outorgamos e juramos; e a este estormento puurico mandamos sser posto noso sello pemdemte, por mayor fyrmeza das cousas suso dytas. E esto asy acabado, pareçiam hũas lletras que se dezyam que eram escrytas per mãao do dyto senhor rrey dAragam e dezyam asy: rex Alfomsus.

Jtem, em ffumdo desta subescryçom, estaua hũa rreg[r]a, escryta em esta fforma: testemunhas fforom presemtes as dytas cousas o nobre mossem Eximenez Perez de Corilha, copero, mossem Joam de Gireita, camareyro, caualeiros, e Framcysquo dArinyo, secretaryo do dyto senhor rrey. Jtem, em toda ffym desta mesma procuraçam parecya estar escrytura e synall do dyto Joam Ollzina (4), secretaryo do dyto ssenhor rrey dAragam, e se dezya per esta guysa: signum mey Joanis Olzina (5), secretarij dominj regis predity ejusque auctoritate notarij publicj per vniuersam dictionem sua[m], qui predictis ynterfui eaque, de ipsius dominj regis mandato, scriby feci et clausy. Seguese a procuraçam delrrey de Portugall em esta fforma.

---

(4) No ms. *Allzina*.

(5) No ms. *Joanes Alzena*.

Segue-se a procuração de el-rei D. João I de Portugal, de 6 de Outubro de 1428, — o nosso DOC. **126.**

E, em ffym desta procuraçam, se comtynha hum synall de lletras, o quall parecya seer ffeyto per mãao do dyto senhor rrey, e dezya asy: ElRey. E, ajuso do dyto synall, seguyase scriptura (6), que dezya asy: eu Joam Vasquez, espriuam da camara do senhor jnffamte, meu senhor, e notayro gerall, per autorydade do dyto senhor rrey nos dytos sseus rreynos e ssenhoryo, que este puurico estormemto de procuraçam per mym espreuy e aquy meu synall pugy, que tall he.

As quaes procurações asy mostradas, as dytas partes, de seu propyo arbitrio (7) e liure uontade, acordaram amtre sy e conuyerom, ffyrmaram, llouuarom e outorgaram que hos dytos capytollos no dyto comtrauto pustumeyramente ffeyto comteudos ffosem emnouados, rrefformados e emmendados em esta fforma e maneyra que se segue, sem emnovaçam pero e derogaçom do dyto comtrauto amte deste ffeyto, salluo em aquella parte que se per esta rrefformaçam, emnovaçam e coreyçom mostrara ou podera mostrar ser emnouado, rrefformado e coregydo, como suso dyto he.

Segue-se a transcrição dos capítulos de casamento reformados, de 4 de Novembro de 1428, e do alvará joanino de confirmação dos mesmos, de Estremoz, a 2 de Dezembro do mesmo ano, — os nossos DOCS. **128** *e* **131.**

131

2 DEZEMBRO 1428

Declaração de el-rei D. João I, a confirmar, em Estremoz, a reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor, efectuada em Coimbra, a 4 de Novembro anterior, — o DOC. **130.**

ANTT., *Gaveta* 17, maço 8, n.º 4, cópia em papel, efectuada no citado arquivo por Tomé Lopes, a 28 de Julho de 1528, — donde se reproduz.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, n.º 40. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 304.

---

(6) No ms. *scripytura.*

(7) No ms. *arbetro.*

E nos dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Allgarue e ssenhor de Ceyta, aprouamos e rreteffycamos e comfyrmamos e houtorgamos e fyrmamos o comtrauto suso esprito e cousas comteudas em elle, feytas em noso nome per o dyto jffamte Eduarte meu fylho, como noso procurador, e juramos sobre o ssynall da + e aos samtos auamgelhos, per nosa mãao corporallmente tamjydos, a todo compryr e guardar, sob as clausollas em elle comteudas.

E, em testemunho dello e por mayor ffyrmeza, asynamos aqui de noso nome e mamdamos asellar com noso sselo de chumbo e ajnda quisemos, por mayor fyrmydom, que Joam Vasquez, noso notayro puurico, fose a ello presemte com as testemunhas ajuso espritas e se suescreuese.

Feyto foy esto em Estremoz, nos nosos paços, que som demtro no castello da dyta vylla, aos dous dias de dezembro, anno do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de myll e quatrocentos (1) e vymte e oyto. El Rey.

Testemunhas que a esta comfyrmaçam presemtes fforom: os homrrados, descretos (2) doutor Martym do Sem, do comselho do dyto senhor rrey e do jmffamte e sseu chamceler moor, e o doutor Dyego Martijnz, caualeiro, e o doutor Ruy Fernandez, ambos do desembargo do dyto senhor rrey, e Pero Gonçalluez, sseu veedor da ffazenda, e outros. E eu, Joam Vasquez sobredyto, que tambem ffuy a ello presente e aqui meu synall fyz, que tall he. Joan[n]es.

132

2 DEZEMBRO 1428

El-rei D. João I confirma, em Estremoz, o contrato sobre mantimento feito na cidade de Coimbra, em 4 de Novembro anterior, entre o infante D. Duarte, seu filho primogénito, e a infanta D. Leonor, esposa daquele, — o DOC. 129.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 1, n.º 2, lançada a confirmação régia no original, em pergaminho, do referido contrato, — texto que se reproduz.

Sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, p. 304. Publicado por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, liv. 3, inserto no doc. 40.

(1) No ms. *quinhentos*.
(2) No ms. *despretos*.

E nos dom Joham, pella graça de Deus rrey de Purtugal e do Algarue e senhor de Çepta, aprouamos e rretificamos e confirmamos, outorgamos e firmamos este estormento suso escprito e cousas em el feytas em noso nome pello dicto jfante Eduarte, meu filho, como noso procurador; e juramos sobre o sinal da + e aos santos auangelhos, com nossa mãao corporalmente tanjidos, a todo conprir e guardar, sub as clausolas em el contheudas. E. em testemunho delo e por mayor firmeza, asinamos aqui de noso nome e mandamos asseelar com noso seello do chunbo e ajnda queremos, por major firmidom, que Joham Uaasquez, noso notairo puurico, fose a elo presente com as testemunhas ajuso scpritas e se soescreuese.

Fecto foy esto em Estremoz, nos nosos paaços do castello da dicta villa, a dous dias de dezenbro, anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e vinte e oyto.

(as.) ElRey

Testemunhas que a esta confirmaçom do dicto ssenhor rrey forom de presente: os honrrados discreptos doctor Martim do Sem. do conselho do dicto ssenhor e do jfante e sseu chançeler moor, e o doctor Diego Martijnz, caualeiro, e o doctor Ruy Fernandez, anbos do desenbargo do dicto ssenhor rrey, e Pero Gonçaluez, seu ueedor da fazenda, e outros. E eu, sobredicto Joham Uaasquez, que tanbem fuy a ello de presente e aqui meu sinal fiz, que tall he. *(Sinal do notário João Vasques).*

(as.) Johannes.

133

7 MARÇO 1429

Subvenção de 1.000 florins de ouro de Aragão, dada pelo rei aragonês à infanta D. Isabel, esposa do infante D. Pedro de Portugal, para as despesas da sua viagem a caminho do nosso país.

ACA.,*Cancilleria Real*, Registro 2712, fl. 70 v. — Publicada nas *Memorias de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, t. 7, Barcelona, 1901, p. 413, — donde se reproduz.

Alfonsus, etc.

Dilecto consiliario et thesaurario nostro Francisco Sarçola, militi, legum doctori, salutem et dilectionem.

Copyrighted material

Dicimus et mandamus vobis, de certa scientia et expresse, quatenus de quibuscunque peccuniis curie nostre, que penes vos sunt vel erunt, detis et tradatis egregie infantisse Isabeli, sponse incliti et magnifici infantis Petri, secundi geniti Portugalie, ducis de Coymbra, vel cui voluerit loco sui, mille florenos auri de Aragonia, in succursum expensarum fiendarum per eam in viagio per ipsam de proximo nostri mandato fiendo ad regnum Portugalie, ad inclitum infantem predictum. Et, in solutione, recuperetis presentem cum apoca de soluto.

Data Cesarauguste, sub nostro sigillo secreto, septima die marcii, anno a Nativitate Domini millesimo cccc.xxviiij. Rex Alfonsus.

134

7 MARÇO 1429

Carta de el-rei de Aragão a D. João I de Portugal, aos infantes D. Duarte e D. Pedro, seus filhos, e à infanta D. Leonor, a dizer-lhes que, por desejar saber da sua saúde, lhes envia o portador e seu escrivão da câmara, Pedro de Reus (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2579, fl. 39.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos elrey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquel que muyto amamos e pora quien querrjamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanta para nos mismo desseamos.

Rey muy caro e muy amado tio. Por los deudos e amorios que son entre vuestra casa e la nuestra, haujentes no poco deseo de saber vuestra salut e de vuestros fillos, nuestros muy caros e muy amados cosinos, hauemos deliberado enujar a vos el fiel scrjuano de camera nuestro Pedro de Reus, exhibidor de las presentes. Por que vos rogamos affectuosamente que, por nuestra consolacion e plazer, nos querades agora e por auant continuamente scrjujr de vuestra sanitat e de los ditos vuestros fillos. E, porque somos ciertos que daquesto vos assi mesmo hauredes plazer, vos notificamos que nos e la jllustre reyna, nuestra muy cara e muy amada muller,

(1) O Memorial seguidamente reproduzido prova que não se trata de embaixada de mera cortesia entre as duas cortes.

por gracia de Nuestro Senyor Dios, somos bien sanos e en muy buena disposicion de nuestras personas, segund por relacion del dito Pedro de Reus poredes seer mas largamente jnformado.

E, si cosas algunas, rey muy caro e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, embiatlas nos a dezir, car nos las conpljremos de muy buena voluntat. E sea la Santa Trjnitat vuestra curosa guarda.

Dada en Carage, a vij de março del anyo mil cccc.xxviiij. Rex Alfonsus.

Al muy alto princep don Johan, por la gracia de Dios rey de Portugal e del Algarue, nuestro muy caro e muy amado tio.

Dominus rex mandauit michj Francisco dArjnyo.
Prouisa.

Sub forma predicta, mutatis mutandis, fuit scriptum infrascriptis.

Al muy jllustre princep el jnfant dom Odoart, primogenito de Portugal, nuestro muy caro e muy amado ermano.

A la jnclita e magnifica la jnfanta dona Elienor, nuestra muy cara e muy amada ermana.

Al jnclito e magnifico el jnfant don Pedro de Portugal, nuestro muy caro e muy amado cosino.

135

[7 MARÇO 1429]

Memorial enviado pelo rei aragonês, por intermédio de seu escrivão Pedro de Reus, a el-rei D. João I de Portugal, a propor-lhe que as negociações da paz e concórdia entre Portugal e Castela sejam tratadas pelos monarcas de Aragão e de Navarra e pelos infantes aragoneses, que se comprometem a zelar os interesses de Portugal como se foram os próprios, no intuito de evitar que elas redundem em prejuízo dos referidos soberanos (1).

(1) O presente texto provará que, apesar de el-rei de Castela haver ratificado, em 30 de Abril de 1423, o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 entre aquele país e Portugal, com validade até 6 de Março de 1434 (Cfr. o nosso DOC. 37), já neste ano de 1429 se agenciava entre as duas cortes régias o Tratado de Paz perpétua que veio a ser firmado em 31 de Outubro de 1431. Parece um pouco estranha a proposta de Aragão e Navarra neste momento, em que precisamente os dois, reagindo contra a supremacia política do condestável D. Álvaro de Luna em Castela, se preparavam para inva-

Copyrighted material

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2677, fl. 92 v. Inferimos a data deste texto da carta que o precede, — o nosso DOC. 134.

Memorial de les coses que en Pedro de Reus, scriua del senyor rey, deu fer en Portogal per lo dit senyor rey.

Primerament, preposades les saluts acostumades de part del dit senyor al rey de Portugal, al princep don Odoart e al jnfant don Pedro e ala jnfanta dona Eljonor, los dara les letres que sen porta, djhent los com lo dit senyor lo tramet a ells por saber lur salut, pregant los que de aquella lj scriuen per ell, car gran consolacio e plaher ne haura, e aximateix per certificar los del bon stament del dit senyor e de la senyora reyna su muller.

Apres, hauda opportunjdat de temps e loch, dara a la dita jnfanta la letra de creença que sen porta, de ma del dit senyor, e en virtud de la dita creença lj dira com lo dit senyor ha, entes que per lo rey de Castella o los quj stan apres de aquell serien moguts alguns partits als djts rey e princep de Portogal de pau e concordia, e que aços faria es tractarja per alguns quj no han bona jntencio al dit senyor rey ne al senyor rey de Nauarra ne als jnfants sos frares, asi de procurar dans o jnconuenjents aaquells o algu dells; per que lo dit senyor prega la dita jnfanta ques entremeta e sapperia si es axi envitat e fin es llauors, lo dit Pedro lj dira com la dita pau o concordia, fahent se per tal via o manera, no pot esser proffitosa ne honorosa als dits rey e princep de Portogal ne a lur casa e regne, ans confidants los deutes e amor qui son entre lo djt senyor, lo rey de Nauarra e ljnfant don Enrich, sos germans, e los dits rey e princep de Portogal e los jnfants sos fills, mellor se pora tractar e praticar per via del dit senyor e dels djts sos germans, los quals treballaran e faran axi per la honor, profit e auantatge dels djts rey e princep e lur casa e regne como de lurs propris. E, jnformada la dita jnfanta de la jntençio e bon proposit del dit senyor, a

---

dir aquele país, depois de rejeitarem a paz e amizade perpétuas que em Valhadolide lhes havia proposto o rei castelhano (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 2, liv. 13, cap. 50, fl. 184 v. e a *Crónica de Don Juan II*, año 23.°, 1429, caps. 1, 2 e 4. Sobre o assunto pode ver-se também BALLESTEROS Y BERETTA, *Historia de España*, vol. 3, 2.ª ed., pp. 427 e ss.). A grande finalidade do presente documento e da embaixada em causa parece haver sido principalmente a de obter, num à-pressa, a aliança ou ao menos a neutralidade de Portugal no caso, em benefício de Aragão e Navarra, três anos antes de celebrado o tratado de paz e amizade entre aquelas duas monarquias e o nosso país. Em Agosto seguinte, o rei de Navarra começa a diligenciar obter a desejada aliança com Portugal (Cfr. o nosso DOC. 144). E o mesmo vieram a fazer o rei de Aragão em 17 de Abril de 1431 (Cfr. o nosso DOC. 167) e os infantes aragoneses a 2 de Maio de 1432 (ANTT., *Gaveta* 18, maço 4, n.° 19).

consell e ordjnacio de aquella, presentara als djts rey, princep e jnfant don Pedro les letres de creença que sen porta, scrites de ma del djt senyor, explicant aaquells, ab les pus bones paraules que pora, la dita jntençio e voluntat del dit senyor, pregant los que no donen orello o permissio a tals tractes en manera alguna, sino per la via del dit senyor e dels dits rey de Nauarra e jnfant don Enrich, los quals tots tres son prests es offiren treballar hj segons es djt e ho poran ben fer ab tot auantatge, honor e profit dels djts rey, princepe jnfant de Portogal e de lur casa e regne. E, si sera cas que la dita jnfanta trobara los dits partits no esser moguts segons es djt, lo dit Pedro la pregara, de part del dit senyor, quen sia auisada per auant e que aço tringa sectar. E si res ne pora sentir, ne auist secretament lo dit senyor, per tal quey puxa prouehjr e monstrar la gran affecçio e valor que ha a la honor e benauenjr del dit rey de Portogal, princep e jnfants sos fills e de lur casa e regne. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michj,
Francisco dArjnyo.

136

16 MARÇO 1429

Carta do arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ao infante D. Henrique sobre a igreja de Azinhoso, disputada à Ordem de Cristo pelo referido prelado, que se propõe comutá-la com a Ordem por outros bens desta, nomeadamente com Pombal ou Soure, e ainda levar o pleito para Roma, para onde manda seguir o seu deão Rui Dias, que ali vai tratar também de outros assuntos.

ANTT., *Convento de Cristo de Tomar*, maço 55, n.º 2, original, em papel.

Senhor.

O arçebispo de Bragaa, uosso ssobrinho e de uoontade serujdor, enujo beyjar uossas mãaos e me encomendo em uossa merçee (1). Aa quall

(1) D. Fernando da Guerra era filho de D. Pedro da Guerra, bastardo do infante D. João, ou seja bisneto, pelo pai, de el-rei D. Pedro e de D. Inês de Castro, e neto, pela mãe, D. Teresa, do conde de Ourém João Fernandes Andeiro. Chanceler de D. João I, foi

praza saber que hũu uosso escudeiro, chamado Uaasco Ferrnandez do Ualle, chegou aqui em busca de Ruy Dijaz, dayam de Bragaa, meu criado, dizendo que lhe trazia uossa carta de creença. E, porque o dicto dayam aqui nom era e logo esperaua por elle, acordou de o esperar aquj. E o dia doje ueeo o dicto dayam; e, des que lhe fallou o dicto escudeiro e deu uossa carta, veerom presente mjm fallar ssobre a creença. A quall, segundo meu entender, he que a uos praz, porquanto entendees teer dereito na egreia do Azinhoso, per bem da hordem de Christus auer a dicta agreia, mais por escusar despesas e demandas; e desy, por nom desfazerdes e danardes o dicto Ruj Diaz, que lhe querees dar beneficio que outro tanto ualha ou rrendas a elle sseguras doutra tanta uallia e que uos leixe a dicta egreia. E o dicto Ruj Dijaz lhe rrespondeu que escpreueria aa uossa merçee sua tençom. E, ssobretodo, porque a mjm toca este fecto prinçipalmente, lhe nom pode rresponder ho certo nem screpuer aa uossa merçee. Desy, porquanto eu ho enujo a corte de Roma depressa, aallem do que em esto a mjm perteece, leixoume o carrego do que a ell toca.

Ora, ssenhor, antes que mais scpreua, eu ssom maraujlhado em este fecto dalgũas cousas. Primeiramente, a mjm nenbra que uos me fallastes algũa cousa em este fecto. E eu uos disse que esta egreia do Azinhoso he mjnha. E foy de longo tenpo senpre possujda per meus anteçessores. E honde eu esperaua de uos mujta merçee e honrra, fazerdesme demanda em meus dias do que os outros posuirom, que a uoontade sse me agrauaua com rrazom; ca, honde ha demandas nom pode auer amor nem caridade. Porem, quando uos de todo quisessees mouer tall demanda, que a mjm conuijnha de a defender, por bem do carrego que tijnha da egreia. E pareçeome que apacificastes a uoontade em tall fecto. E nom penssey que ssobrello fezessees outra ennouaçom.

Jtem, me maraujlhey porque a uossa merçee sabia que este fecto era asy meu e Ruj Diaz nom tem esta egreia ssenom de mjnha mãao, querer-des com elle trautar cousa ssem meu consentimento e nom me scpreuerdes sobrello cousa, demais sseendo elle meu criado e feitura, que nom deue fazer cousa ssem meu mandado e consselho. Desy, deujees de cujdar que, fallando conmjgo, algũa afeiçom que teuessees açerqua dalgũa cousa eu

---

nomeado bispo de Silves em 2 de Julho de 1409, transferido para o Porto em 18 de Junho de 1414 e arcebispo de Braga de 15 de Dezembro de 1417 até à morte, ocorrida a 26 de Setembro de 1467 (Cfr.: EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, pp. 452, 407 e 144, e vol. 2, p. 110, respectivamente; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, sobretudo a pp. 540-542 e a bibliografia ali aduzida; Mons. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, t. 2, pp. 249 a 298; e BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 2, pp. 150-151). Sobre D. Pedro da Guerra pode ver-se também FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 129.

me trabalharia de conprir todo uosso mandado, ssegundo eu mjlhor podesse.

Ora, ssenhor, sse demanda conmijgo querees, a mjm pesa mujto, ca uos ssooes hũu dos principaaes ssenhores do mundo que mais amo e desejo serujr. E teeruoshia em grande merçee que me mandassees serujr e nom fazerdes cousa contra mjm, per que estranheza sse mostrasse. Pero, quando doutra guisa uos prouguer de sseer chãamente, eu ssoom contente enujar todos meus direitos que tenho desta egreia em corte de Roma. E uos enujaae os da hordem. E desy ssumariamente sse podera ueer quem tem direito. E creeo que a hordem nom pode em ella teer direito, por mujtas rrazões que mostrarey perante ho juiz.

E consijraae, ssenhor, que todallas egreias e hermjdas ssom dos prellados, sse outrem nom mostrar em espeçiall como lhe perteeçem. E consijraae que, de todollas egreias que naquella comarca ha, eu hey çerta parte das rrendas. E com moor rrazom poderia eu demandar ao comendador do Mogadoiro que me mostrasse o direito que tijnha nas mjnhas egreias pera leuar dellas ho que leua, o que nom pode auer ssem anexaçom do papa ou do prellado.

Jtem, ssenhor, consijraae sse he tam priujlligiada a egreia como a hordem e sse pode hũa egreia contra outra perscreuer. Desto nom ha duujda. Assy, ssenhor, que auerdes demanda conmjgo ssobre tall cousa he assaz duujdosa e eu ficarej agrauado.

Jtem, ssenhor, sse uos teendes algũa hordenança pera que mujto desejees auer a dicta egreia, a mjm praz escaynbar com a hordem por outra cousa conujnhauel. E ajnda me praz escaynbar as rrendas de Lixboa e rrefazer mjll dobras de rrenda com ellas e com esta egreia. E uos me daae alguũ lugar que rrenda outro tanto, asy como Poonball ou Soyre, descontando por a jurdiçom o que mereçer, segundo for a rrenda e a jurdiçom grande e de mujtos homeens ou poucos. Ou, sse por esta ssoo egreia me derdes outra cousa que a ualha, eu serey contente. E eu contentarej Ruj Diaz em outra cousa. E assy poderees auer a dicta egreia liuremente e ssem encarrego de conçiençia e com moor segurança pera senpre e ssem meu escandallo e agrauo.

E porquanto, ssenhor, este negoçio he todo meu e hey de sseer auctor a esta cousa e por meus fectos enujo o dicto dayam em corte de Roma, mandeylhe que sperasse alla pera procurar esta demanda sse uossa merçee fosse de a conmjgo auer ou sse nos acordassemos no scaynbo, pera o enujarmos alla e auer reformaçom do papa, pera segurança perpetua das partes e o dicto dayam auer seu contentamento sseguro, que lhe assy fosse dado.

E de como, ssenhor, uossa merçee for em este negoçio obrar, assy mo scpreuee, ca eu prestes ssoom de fazer toda cousa que uos mandardes em esto e em todo ho all que em meu poder for. O todo poderoso Deus aja uosso estado em sua guarda.

Scprita em SantEsteuam da ueyga da par de Chaues, xbj dias de março em 429.

(as.) Vester Fernandus archiepiscopus.
No verso: Ao jfante dom Enrrique meu ssenhor.

137

20 MARÇO 1429

Carta de el-rei D. João I, de confirmação do contrato de casamento do infante D. Pedro, celebrado a 13 de Setembro de 1428, e de declaração da maneira por que há de ser segura a restituição do dote e arras à infanta D. Isabel, sua mulher, em caso de dissolução ou de separação do dito matrimónio.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 260 v., inserta na carta de ratificação de el-rei D. Afonso V de 10 de Março de 1448.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. 1, liv. 3, n.º 14. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 304-05.

Dom Joham pella graça de Deus etc., emsembra com ho iffamte dom Duarte, meu filho primogenito e herdeyro em os ditos rregnos e senhorio.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que amtre o iffamte dom Pedro, meu filho segumdo genito, e a egregia dona Isabell, esposa do dito iffamte, he feito hũu contrauto, em o quall se contem hũu capitullo amtre os outros que, avijmdo tempo de matrimonio amtre os sobreditos seer dessoluto per algũua maneira, que o dote prometido ao dito iffamte dom Pedro e arras ajam de seer tornadas aa iffamte dona Isabell, sua esposa; que lhe obriga a villa e castello de Montemoor e a villa de Temtugall, segumdo no trauto he comfirmado amtre a dita iffamte dona Isabell e os procuradores do dito iffamte dom Pedro a esto deputados, a saber Ayres Gomez da Sillua, caualleyro da casa do dito iffamte dom Pedro, e o doutor Esteuam Affomsso, ambos do comselho do dito iffamte, mais compridamente he contheudo.

E, porque em outro capitullo dos ditos trautos se comtem que nos e o iffamte dom Duarte meu filho aprouemos os ditos capitullos e trauto do

dito casamento; nos, veemdo e conssijramdo como a nos praz mujto do dito casamento, porem aprouamos e rratificamos, comfirmamos os ditos capitullos e trautos per a guisa que per os ditos procuradores e embaixadores do iffamte dom Pedro som firmados e jurados, com a declaraçam que sse segue: que o dito castello de Montemoor o Velho e a villa de Temtugall com suas jurdiçõoes, rremdas e trabutos e senhorio seiam geerallmente e espiçiallmente e expressamente obrigadas aa dita iffamte dona Isabell, pera restituiçom do dito dote e arras, em tall guisa que, quamdo caso acomteçer de sse averem de rrestituir e paguar, a saber per dessolluçom ou separaçom do dito matrimonio, o que a Deus nom prazera, o dito castello, villas e lugares lhe seiam rreallmente obrigados e jpotecados aa dita restituiçom do dote e arras.

Pero, em duramdo o dito matrimonio, ella iffamte aja e possa aver a posse autuall, per rrespeito do direito que em ellas avera por lhes assy seerem obrigadas, ipotecadas pera rrestituiçom do dito dote e pagamento de arras, e que corporall e rreall e assy ciuill como naturall possissom, per rrespeito da propiedade e senhorio e totall direito primçipall, o quall agora de presemte he e sera ao diamte açerqua do dito iffamte dom Pedro meu filho, ste e fique sempre comtinuadamente açerqua do dito jffamte, em tall guisa que elle aja sempre o senhorio comprido e propiedade com toda posse, assy ciuill como naturall, com todas as rremdas e proueitos, fruytos e nouos e jurdiçõoes emquamto o dito matrimonio durar, assy e tam compridamente como agora ha.

E, avimdo caso de rrestituiçom do dote e pagamento darras, como dito he, que logo per esse meesmo feito, sem seemdo pera ello mais neçessaria outra nehũua prouisom nem aprehemssom, [tome] corporall posse logo emteyramente e seia trespassada toda a dita posse em a dita jffamte dona Isabell, rrestamte do dito matrimonio, a quall aja compridamente per ssi e per quem lhe aprouguer, sem outro nehũu empacho, assy e tam compridamente como ha agora o dito iffamte dom Pedro. A quall em ssy e por ssy e per quem lhe aprouguer possa rreteer e com effecto rretenha ataa seer compridamente e emteyramente pagada do dito dote e arras, segumdo a forma dos ditos capitullos [que] per os ditos seus procuradores sobre o dito matrimonio som comcordados. E com este emtemdimento e declaraçam, jmterpretaçam, limitaçam, dada ao capitollo comtheudo no dito trauto do dito matrimonio, louuamos e [a]prouamos, afirmamos e rretificamos todos os ditos capitullos e cada hũu delles na dita comcordamça comtheudos. E prometemos de os comprir e guardar bem e fiellmente e verdadeyramente pera sempre jamais, o que per os ditos procuradores do dito jffamte dom Pedro foi feito e firmado, prouicado e jurado.

A quall aprouaçam, firmamento, comfirmaçom prometemos de comprir e guardar os ditos capitollos com a dita declaraçam e que nom vijmremos comtra elles nem cada hũu delles em nehũu tempo nem daremos aazo,

Copyrighted material

comsselho nem fauor, per nos nem per outrem, em pruuico nem escomdido, dereitamente nem jmdyreitamente vijr comtra elles em nehũua guisa e maneyra, amte os avemos por bem firmados, louuados e outorgados e aprouamos e afirmamos e outorgamos per a guisa e modo suso declarados.

E, em testemunho desto, lhe mamdamos assy dar nossa carta, asignada per nos e per o dito iffamte e asseellada do nosso seello do chumbo e do seello do dito iffamte Duarte, em o nosso castello dAuis, xx dias de março. Fernam Vieyra a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill e iiij^{c} xxix annos.

138

1 ABRIL 1429

Texto da pública-forma do alvará dado pelo infante D. Duarte à cidade de Lisboa em 7 de Maio de 1428.

AHCML., *Misticos de Reis*, liv. 1, fl. 10, doc. 10, original em pergaminho, donde se reproduz.

Publicado pela CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA, *Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Livro I de Misticos de Reis etc., Lisboa, 1947, p. 57.

Saibham quantos este pubrico estromento de trallado daluara do jffante virem que, na era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e ujnte e noue annos, primeiro dia de Abrjll, em a çidade de Lixboa, no paaço do jfante, em a cassa da rrollaçom, perante PedrEanes Lobato, rregedor por elrrej da cassa do çiujll e crime, que ora em a dicta çidade esta, pareçeo Joham Deveessa, scudeiro e procurador que ora he da dicta çidade, e disse que per mandado do dicto rregedor ffora rrequerido, em a camara da dicta çidade, aos vereadores e procurador e homeens boons della, se tijnham elles algũa fiança ou actorjdade ou mandado do ssenhor rrej ou do jfante per que foy desenbargada hũa galleota darmada que dante a dicta çidade partira, da quall forom principaaes armadores Pallenço e Aluaro do Cadauall, que lha mostrasem pera fazer o que lhe per o ssenhor jfante he mandado. E que os dictos vereadores, a seu rrequerjmento e mandado, lhe mandauom mostrar hũu aluara o quall

pareçia sseer asignado per o ssenhor jffante, scripto em purgamjnho per Joham Afomso, ssete djas de Mayo era do Senhor de mjll iiij^{c} e vjnte e ojto annos, do qual ho teor tall he:

Segue-se a transcrição do alvará dado pelo infante D. Duarte à Câmara de Lisboa, em 7 de Maio de 1428, — o DOC. 98.

O quall aluara asy apresentado, o dicto rregedor dise que ell tijnha mandado do ssenhor jffante per que lho allo mandase pera ho veer e que lho querja allo mandar. E o procurador da dicta çidade disse, pois asy era que lhe auja denujar ho pubrico aluara e a çidade nom ficaua outro per que fosse fora da fiança da dicta galleota nem era rregistado, que pedia que lhe mandase dar ho trallado delle, em puurico estromento, pera rreguardo do direito da dicta çidade. E o dicto rregedor lhe mandou dar este stromento de trallado do dicto aluara pera a dicta çidade mostrarem como da dicta fiança forom quites. E o dicto procurador pedio este stromento.

Testemunhas: Gonçallo Gonçalluez Camello e Lopo Martijnz, do desenbargo do dicto ssenhor, e RodrjguEanes de Valladares e RodriguEanes, ouujdores do dicto ssenhor, e Joham do Porto, scripuam, e outros. E eu, Lujs Gonçalluez, vassallo do dicto ssenhor e seu tabaliam em a dicta çidade, que a esto com as dictas testemunhas presente fuj e, per actorjdade do dicto rregedor, este stromento screpuj, em o quall meu ssignall acustumado ffiz, que tall he.

(Sinal público) Dez soldos.

139

14 ABRIL(?) 1429

Carta do rei de Aragão ao conde D. Pedro de Meneses, capitão da praça de Ceuta, a dizer-lhe que em breve deseja sair do reino e fazer certa viagem com gente de armas e deliberara servir-se dos seus súbditos e naturais mossem Franci des Valls e mossem João de Boxadores e de seus parentes e amigos; pelo que lhe roga tome conta da praça ou campo por ele outorgado ao primeiro para fazer certas armas ou batalha contra o segundo, não permita a luta entre os dois e lhos remeta para ele os utilizar em seu serviço e oiça sobre o assunto o portador, o cavaleiro António de So.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2579, fl. 85.

Conde. Recuerdanos, en stos dias cerca passados, por otras letras nuestras, hauervos rogado que, por quanto por algunos afferes que sguardan nuestro seruicio e honor, queriamos dentro breues dias sallir de nuestros regnos e tierras e fazer cierto viatge con nuestra gent darmas e hauiamos deliberado de emprar e serujrnos de los amados nuestros mossen Franci dez Valls e mossen Johan de Boxado[r]s (1), nuestros subditos e naturales, e de sus parientes e amigos, quesiessedes emparar e tomar en vos la plaça o campo que por vos es stada atorgada al dito mossen Franci dez Valls, por fazer ciertas armas o batalla contra el dito mossen Johan de Boxadors, e no permetiessedes en ste caso fazerse entre aquellos las ditas armas o batalla, antes los remessiessedes de continent, por serujrnos en los ditos afferes.

E, considerando que, si las ditas armas o batalla venjan a conclusion, redundarja en deseruicio nuestro e danyo de los ditos afferres e no nos poriamos emprar e serujr de los ditos mossen Franci e mossen Johan ne de sus parientes e amigos, quj por su honra los haurian de aconpanyar e segujr, por el caso de la dita batalla; por sto vos rogamos quanto mas affectuosament podemos que, por nuestra contenplacion querades emparar e tomar en vos las ditas armas o batalla, segunt por las ditas otras nuestras letras vos hauemos rogado e no permetade fazerse en ste caso las ditas armas, antes remetades de continent aquellos, por serujr a nos en los ditos afferes, hauiendovos en aquesto con todas aquellas maneras e vias que conoscereys seer mas expedientes e necessarias para deduzir nuestras rogarias a proposito e deuido effecto, segunt de las ditas cosas vos jnformara mas largament de nuestra jntencion el amado nuestro mossen Anthonj de So, cauallero, exhibidor de la present, qui por aquesta razon embiamos aaquexas partes; al qual vos rogamos dedes fe e creença como a nuestra propria persona, certefficantesvos que, de aquesto, porque redunda en nuestro proprio jnteres, serujcio e honor, attendida la necessitat e el caso occorrientes, muyto nos complazeredes (2).

---

(1) Nos três documentos que publicamos relativos ao assunto aparecem as formas *Boxados*, sem qualquer indicação de letra ou letras omitidas, e menos vezes *Boxadors*. Optamos pela segunda, por condizer com a usada pelo coevo cronista português GOMES EANES DE ZURARA, como provamos em a nota seguinte.

(2) ZURARA, referindo-se aos acontecimentos do ano de 1429 em Marrocos, alude a estes textos e completa-os, com base naturalmente nos apontamentos do próprio D. Pedro de Meneses ou em relatos que precederam o seu: — «Em estes dias chegou a Cepta hũ caualeiro da casa delrrey dAragão, que se chamaua mose Framcees de Sualhe, morador em Barçallona, a rrequerer o comde que lhe teuese praça com outro caualeiro com que hera desafiado e o comde ho mamdaua poer em Barbate; e, porque pareçee que lleyxara suas beestas em Taryfa, sayu ally.

. . . . . .

«Mosse Framcis de Sualhe tornou a sua rrequesta e veo o seu rrequestado, que se chamaua mose Joham de Boxadores; e, tendolhe o comde outorgada a praça, elrrey

Dada en Barchinona, dius nuestro siello secreto, a xiiij dias de [abril] (3) del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor Dios mil cccc.xxviiij. Rex Alfonsus.

Al egregio e caro cosino nuestro el conde de Villareyal, capitan e gouernador de la ciudat de Cepta.

Dominus rex mandauit michi Francisco dArinyo.

Prouisa (4).

---

dAragão spreueo ao ymfamte Duarte e a ymfamte sua molher, que lhe rrogaua que spreuesem ao comde que não viese aquelle feito a derradeira fim, por serem fidallgos nobres e taes que por cada hũ delles rreçebia perda; e per semelhamte espreueo ao comde, o qual per nenhũa guisa quis leixar de comprir sua promesa. E teue tall modo, que elle comprio o que deuia e elirrey dAragão foy satisfeito do que desejaua.

E foy asy que o mose Françi foy primeiro em Çepta que o outro; porem seu comtrario, aymda que fose detheudo per elirrey dAragão, ouue lugar e chegou em hũa gallee a çidade de Çepta açaz bem corregido; e açertouse que o outro chegaua aaquella ora em hũ bragamtym, omde fora ver o castello de Metene e outras cousas, por seu desemfadamemto. E breuemente o comde lhe fez muita homrra, agasalhamdoos primeiro muy bem, mandamdoos rrequerer por caualeiros e depois per frades onestos que leixassem aquella comtemda, e esto por duas vezes.

E emfim, ouueram de vir a mamter sua rrequesta, omde nom curamos despreuer seu corregimemto, que hera açaz de boom, mas dizemos, por comclusam, que elles postos na praça e rremesandose hũ a outro, o comde os mamdou tyrar, aymda que elles cada hũ per sy se queixaua açaz; porem, emfim, fezeos amigos e os fez comer em hũa messa e lhe fez merçee como quem hera e os mandou pera sua terra açaz comtemtes, do que elirrey dAragão foy muito ledo e o agradeçeeo muito ao comde e aymda casy todolos boons do rregno ouuerom daquelle feyto gramde prazer; porque, aallem dos fidallgos serem muito aparemtados, hera[m] avidos per boons» *(Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, livro 2, cap. 22, segundo o ms. 439 da BGUC). Com este texto confere, nos topónimos e antropónimos, o do ms. B 99 da SGL.

(3) No ms. o mês está em branco. Mas, como as cartas dirigidas a el-rei D. João I, a seus dois filhos mais velhos e à infanta D. Leonor são de 30 de Abril, supomos datada a presente do referido mês.

(4) Os reis de Aragão e de Navarra entraram em Castela em armas por Ariza em 23 de Junho seguinte. Dali prosseguiram pelo condado de Medinaceli e acamparam em Jadraque, donde se transferiram para junto de Cogolludo. Ali se encontraram com as tropas castelhanas frente a frente; mas a oportuna intervenção do cardeal franciscano D. Pedro de Foix, irmão de João conde de Foix e legado pontifício a Espanha, e não menos a da rainha D. Maria de Castela, irmã dos monarcas de Aragão e de Navarra, conseguiu evitar o recontro (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, t. 2, liv. 13, cap. 53, fl. 186, e *Crónica de Don Juan II*, año 23.°, 1429, caps, 13 e 14).

140

30 ABRIL 1429

Carta do rei de Aragão a D. João I de Portugal, a dizer-lhe que em breve deseja sair do reino e fazer certa viagem com gente de armas, por negócios respeitantes a seu serviço e honra, e que deliberara servir-se de seus súbditos e naturais mossem Franci dez Valls e mossem João de Boxadores e dos parentes e amigos deles; pelo que lhe roga tome em si a praça ou campo que pelo conde de Vila Real, capitão e governador por ele da cidade de Ceuta, fora outorgada ao primeiro, para fazer certas armas ou batalha contra o segundo, não permita se batam e lhos envie para os utilizar em seu serviço, assim como seus parentes e amigos, para o que lhe manda micer Johan dez Coll, o portador, formado em Direito, e pede o oiça.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2579, fl. 77 v.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos el rey dAragon e de Sicilia vos enbiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e pora quien queriamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanta vos mesmo deseades.

Rey muy caro e muy amado tio. Recuerdanos, en stos dias cerca passados, por otras nuestras letras, hauervos affectuosament rogado que, por quanto por algunos afferes sgardantes nuestro seruicio e honor, queriamos dentro breues dias sallir de nuestros regnos e tierras e fazer cierto viatge con nuestra gent darmas e hujamos deliberado de emprar e serujrnos de los amados nuestros mossen Françi dez Valls e mossen Johan de Boxado[r]s, nuestros subditos e naturales, e de sus parientes e amigos, quisiessedes emparar o tomar en vos la plaça o campo que por ell conde de Villareyal, capitan e gouernador por vos de la ciudat de Cepta es stada atorgada al dito mossen Franci dez Valls, por fazer ciertas armas o batalla contra el dito mossen Johan de Boxadors e no permjtiessedes en este caso fazerse entre aqueles ditos armas o batalla, antes los remetiessedes de continent por seruirnos en los ditos afferes, considerando que, si las ditas armas o batalla venian a conclusion, redundaria en deseruicio nuestro e danyo de los ditos afferes, car no nos poriamos emprar e serujr de los ditos mossen Franci e mossen Johan nj de sus parientes e amigos, quj

por su honra los haurian de aconpanyar e segujr, por ell caso de la dita batalla.

Porque otra vez vos rogamos, quanto mas affectuosament e de coraçon podemos, que, por nuestra contemplacion, querades emparar e tomar en vos o fazer tomar e enparar por el dito conde en si las ditas armas o batalla, segunt por las ditas otras nuestras letras vos auemos rogado, ne pormetades o pormeta fazerse en ste caso, antes remetades de continent aquellos por serujr a nos en los ditos afferes, haujendovos en aquesto en todas aquellas manera e vias que conoscereys seer mas expedientes e necessarias pora deduzir nuestras rogarias e proposito a deuido effecto e segunt nos fariamos por vos o cosas vuestras proprias.

Sobre las ditas cosas vos embiamos el fiel nuestro micer Johan dez Coll, doctor en decretos, exhibidor de la present, jnformado mas largament de nuestra jntencion, al qual vos rogamos dedes fe e creyença como a nuestra propria persona, certefficantesvos que de aquesto, porque redunda en nuestro proprio jnteres, seruicio e honor, attendida la necessidat e caso ocorrientes, muyto nos complazeredes.

Et, si uosas algunas, rey muy caro e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, enbiatlas nos a dezir, car nos las conpljremos de muy bona volundat. E sea vuestra guarda la Santa Trinidat.

Dada en Barchinona, dius nuestro siello secreto, a xxx dias dabrill del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc.xxviiij. Rex Alfonsus.

Al muy alto princep don Johan, por la gracia de Dios rey de Portugal e del Algarue, nuestro muy caro e muy amado tio.

Dominus rex mandauit michi Francisco dArinyo.
Prouisa.

Predicta littera fuit duplicata, absque tamen credencia dicti Johannis dez Coll.

Jtem fuit expedita, mutatis mutandis, alia consimilis directa al egregio e caro cosino nuestro el conde de Villareyal, capitan e gouernador de la ciudat de Cepta.

141

30 ABRIL 1429

Carta do rei de Aragão aos infantes D. Duarte e D. Pedro e à infanta D. Leonor, para que insistam com D. João I de Portugal, seu pai, sobre o objectivo do documento anterior.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2579, fl. 78.

Muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado ermano. Nos, el rey dAragon e de Sicilia, etc.

Muy illustre princep, nuestro muy caro e muy amado hermano. Recuerdanos, en stos dias cerca passados, por otras nuestras letras, hauer scripto, rogandovos que, por quanto por algunos afferes que sguardan nuestro seruicio e honor, queriamos dentro breues dias sallir de nuestros regnos e tierras e fazer cierto viatge con nuestra gent darmas, e haujamos deliberado demprar e serujrnos de los amados nuestros mossen Franci dez Valls e mossen Johan de Boxado[r]s, nuestros subditos e naturales, qujsiesedes fazer procurar e tener manera con el muy alto princep don Johan, rey de Portugall, padre vuestro, que emparasse e tuuiesse en si la plaça o campo que por el conde de Villareyal, capitam e gouernador por el dito rey de la ciudat de Çepta, es stada atorgada al dito mossen Franci dez Valls, por fazer ciertas armas o batalla contrel dito mossen Johan de Boxado[r]s, ne permetiesse en sto caso fazerse entre aquellos las ditas armas o batalla, antes los remetiesse de continent por serujrnos en los ditos afferes, considerando que, si las ditas armas o batalla venjan a conclusion, redundarja en gran danyo e deserujcio nuestro e de los ditos afferes e no nos poriamos emprar e serujr de los ditos mossen Franci e mossen Johan ne de sus parientes e amigos, qui por su honra los haurian daconpanyar e segujr, por al caso de la dita batalla.

Por esto vos rogamos, quanto mas affectuosament podemos, que, por nuestra contenplacion, querades fazer procurar e tener manera con el dito rey, vuestro padre, que enpare e tome en si o faga emparar e tomar por el dito conde las ditas armas o batalla, segunt por las ditas otras letras nuestras vos hauemos rogado ne permeta fazerse en sto caso, antes remeta de continent aquellos por serujr a nos en los ditos afferes, haujendovos en aquesto con todas aquellas maneras e vias que conoscereys seer mas expedientes e necessarjas para adeduzir nuestras rogarias e proposito a deujdo effecto e segunt nos farjamos por vos o cosas vuestras proprias, segunt de las ditas cosas vos jnformara mas largament de nuestra jntencion el

fiel nuestro micer Johan dez Coll, doctor en decretos, exhibidor de la present, quj por aquesta razon embiamos aaqueixas partes; al qual vos rogamos dedes fe e creyença como a nuestra propria persona, certefficantesvos que, de aquesto, porque redunda en nuestro proprio jnteres, seruicio e honor, attendida la necessidat e caso occorrientes, muyto nos conplazeredes.

E, si cosas algunas, muy illustre princep, nuestro muy caro e muy amado ermano, vos son prazientes de nuestros regnos e tierras, enbiatlas nos a dezjr, car nos las compliremos de muy buena volundat. E sea vuestra guarda la Santa Trinidat.

Dada en Barchinona, dius nuestro siello secreto, a xxx dias dabrill del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor Dios M.cccc.xxviiij. Rex Alfonsus.

Al muy illustre, princep el jnfant don Odoard, primogenito de Portugal, nuestro muy caro e muy amado ermano.

Dominus rex mandauit michi Francisco dArinyo.
Prouisa.

Fuit duplicata predicta littera sine tamen credencia dicti Johannis dez Coll.

Jdem, mutatis mutandis, sub forma predicta, fuit scriptum jnfrascriptis.

A la jnclita e magnifica dona Elionor, nuestra muy cara e muy amada ermana.

Al jnclito e magnifico linfant don Pedro de Portugal, nuestro muy caro e muy amado cosino.

142

1 MAIO 1429

Memorando do infante D. Duarte a seu irmão D. Fernando, para tratar e aconselhar o infante D. Pedro acerca dos assuntos dele constantes, o qual parece se achava agastado com o pai, e a enviar também ao D. Pedro carta de el-rei, cujo texto se desconhece.

ANTT., *Livraria*, cód. 1928, fl. 52 v., — texto que se reproduz, por ser o mais antigo conhecido, conservado em Livro de apontamentos de el-rei D. Duarte, conhecido vulgarmente por Livro da Cartuxa de Évora, de onde veio para o arquivo em que se encontra, e é apógrafo do séc. XVI; BNL., *Colecção Pombalina*, cód. 147, fl. 173, e *Fundo Geral*, cód. 3390, fl. 45, e 4446, fl. 12.

Copyrighted material

Crença delrey que per o jfante dom Fernando enujou a seu jrmão o jfante dom Pedro (1).

A meu jrmão direys que eu vy sua carta, per que me declarou quanto pouco contente era do que elrey, meu senhor, ordenara em feyto da vynda de sua espossa e que, de ser ysto asy, a mym despraz muyto. E, porende, falando elrey, meu senhor, agora comiguo sobrelo, detreminou, presente nos, o que per estoutra crença sua el bem podera uer.

E eu o faço muyto çerto que ele he muyto errado se el pensa que elrey, meu senhor, algũa cousa faz contra ele por myngoa de boa uontade e, com razom, deue ele ser ja tam çerto e tam seguro como o sempre foy da mjnha, em que lhe nunqua vy por duujda nem Deus queira que a em algum tempo ponha.

E, porende, que ele pense esto serem tentações do jmiguo; porque o vyo, por a graça de Deus, comprido de tantas ujrtudes, o tenta desta tristeza e lhe faz sentyr e tomar estas cousas pelo contrayro do que deue. Qa, se el tomara conselho de Noso Senhor onde diz: aprende de mym que manso som e humildoso de coração e achares folgança pera uosas almas, nunqa sentyra estas cousas tam destemperadamente, antes seria sempre contente de todo quanto ele rey, meu senhor, em seus feitos quisese ordenar, posto que seja contra seu prazer e contra seu juizo, consyrando que he seu senhor e padre e a que, por outras razões, alem destas, que el bem pode consyrar, he tanto obrigado.

Ca, se el fizese e ordenase todalas cousas muyto a seu prazer, que grado averia de as sofrer e reçeber ledamente em sua uontade, porque os mais estranhos faram outro tanto; mas em esto se enxergam os leaes e verdadeyros e obedientes serujdores onde as cousas feytas por seu[s] senhores contra seu prazer e seu juizo eles as recebem asy bem e temperadamente em seus corações, que nom solamente lhe obedeçem e non contradizem parçeyramente, mes, nem per escrito nem per palaura nem per

(1) Este título, não original, é devido certamente a copista posterior, que não reparou bem no texto do documento; pois se acha em contradição com ele. No índice do manuscrito que seguimos lê-se estoutro, também ainda não exacto: «Crença que elrey mandou per o jfante Dom Fernando ao jfante Dom Pedro seu jrmão dalgũas cousas de que estaua descontente. He muyto boa cousa».

Refere-se esta carta eduardina a factos que não conseguimos objectivar através da documentação conhecida, quais são os motivos da queixa que havia o infante D. Pedro de seu pai e bem assim os que refere o primogénito também poder alegar. Dela se deduz, contudo, que, após três anos de ausência no estrangeiro, continuava o futuro Regente amuado com o pai. Tão-pouco se conhece a carta que este lhe mandou pelo infante D. Fernando e a que se alude na presente. Sobre o particular tenham-se em vista a nota 5 ao documento 139 do nosso vol. 2 bem como o DOC. 57 deste volume e as anotações que lhe fizemos.

continença arrufada nem triste nem per obra contrafeyta, dão a entender a el nem a outros seu sentymento. Mas, lympamente, dizem a seu senhor a razom chammente, o que lhes pareçe, offereçendose prymeiro a Deus em reçeber toda detrimjnação por boa, que em eles e em seus feitos quiser dar, sem consentyr que lhe fique contradição no coração que lhe empeçimento possa trazer. Mas, onde começa creçer sobejo desejo ou desordenada folgança de propia avantajem donrra ou de proveito e esforço de presunçom de seu juizo, nunqua consente bem agardar esta dita obediençia, salvo se he per a graça de Deus, com grande discriçom, que faça conheçer estes falymentos e gardarse deles, posto que os o coração muyto queyra e deseje enganosamente, nom descobryndo sua maldade aquel que taes sentydos em sy ha; mas deue de crer ao conselho bom que lhe for dado daqueles que, pola graça de Deus, de taes faleçimentos algũa parte são arredados e consyrar os fruytos dos cuydados e penas que taes desejos trazem, e asy seguyrem antes conselho daqueles que he razom, que sua tençom nem desejo. E, fazendoo asy, posto que a prymeira senta algũa pena, como fazem no sentymento das mais virtudes, despois sem duujda sentyra mais festa e grande folgança.

E de mym lhe dizey que, per esperiençia senty esto que lhe escreuo asaz de uezes e achaua que, se coração toruadamente querja reçeber as cousas que contra mym erão feytas, as boas muytas uezes me parecião mas e as mas muyto peores; e, quando em elas me auya temperadamente, eu as jntrepretaua todas aaquela melhor parte que se podiam jnterpretar. E, quando lhe eu per mym nom podia dar boa sayda, per fe sempre nas cousas delrey, meu senhor, e de uos, meus jrmãos, tomaua e crya verdadeiramente que erão feitas com muyto boa e direita tençom, ajnda que per mym o entender nom podesse. E asy asesegaua e contentaua meu coração com esta boa crença, como se de feyto o soubese. E com tal tençom me pareçe que, antre nos todos, per a graça de Noso Senhor Deus, andamos muyto bem e direitamente ata o tempo dora. E asy lhe encomendae e rogae, da mjnha parte, quanto poderdes que el queyra sempre njsto contynuar e nom consenta em sy outra tençom nem outra vontade auer por boa nem querer obrar dela; qa, se el em elrey meu senhor põe duujda, como poderey de mym estar seguro que em a semelhante non filhe, que do seu comprymento de virtudes me synto tam alongado?

E, posto que outros exemplos ihe podesse dar, solamente regarde o feito da jfante minha molher, que ao menos era detremjnado vir com elrey de Nauarra ou com o jfante dom Anrrique e veo da gujsa que el sabe. E esperaua que ela me vise em tal estado como era razom e, per conselho delrey, meu senhor, e uos meus jrmãos, e daçertamento que se seguyo, ela me vio tanto tempo asy desconçertadamente como per el foy bem visto. E fiz sobre elo grande despesa per muitas partes sem nhũ recobramento. E, emfym, a festa que se ouuera de fazer em Euora, posto que eu disese

muytas uezes que, por a mjnha parte, bem me auenturarya a tam fraca pestenença como então era, por çinquo ou seis dias, em que se podera grande parte delo compryr, por comprazer a molher prinçipalmente e nom ser tornado em nada o per que se tanto trabalhara e despendera, foy detremjnado per elrey, meu senhor, e per uos todos, que se nom fizese. E, por eu ter sempre a tençom suso escrita, asy filhey sua detremjnação como se per Deus fose dada. E ajnda el asy mo conselhou algũas uezes, dandome a entender que Deus o fazia por melhor. E tal conselho qual me ele a mym daua, que eu filhey e achey por muito bom, deue filhar pera sy, e tal entendo que o sempre achara.

Do que toca da crença da estrologia e que, por eso mesmo, me estoruou que nom fose a ele, a esto lhe respondo que esto foy tardada do moço e a peste que andaua no estremo, como el bem sabe, per que a ele me nom pude mais chegar e despois polas cartas que me el emujou, que vinha pera Tras os Montes, ao tempo que eu auja de ser em Coimbra, polo recado que viera de Castela sobre meu casamento e asy o que eu nelo fyz e, per palaura e per escrito, mostrey a todolos principaes, foy tanto como se de feito cumprira tudo per obra. Em aquesto conheço que algum pedaço vem estas cousas dalgum desordenado sentymento de seu coraçom, quando de tal cousa ser mais asy que asy filha sentymento, vendo ele o que eu nelo fiz e conheçendo de mym como sempre obrey sem contrafeita. E, porende, lembresse que o homem sabedor se asenhorea das estrelas e elas nom podem mais fazer que darnos tentaçom ou algũas reclinações de desejos. Mais escrito he que Noso Senhor nom consentyra seremos tentados mais do que sabe que, por boa vontade, se qujseremos, poderemos resystir; e porende, o poder todo de nosas obras a Deus somente deue ser dado e a nos, per aquela parte do liure aluidrio que nos outorgou, e das estrelas nem estrolomja nhum bom homem deve curar, saluo naqueles casos que o a geral vsança da terra custumam e dele bem çerto som que o asy fara. E, alem ou menos destas rrazões, uos lhe dizey, da mjnha parte, o que uos bem pareçer.

Na parte dos procuradores que me requereo que ele podesse dar, elrey, meu senhor, diz que a ele e a mym pertençe dispensar com suas leys. E porende, a quemquer que lhe prouuer que em espeçial lhe seja dado, mandeme requerer e serlheha dado; e quando, prazendo a Deus, o uyr, lhe fa[la]rey em este caso mais largamente. As cartas que sobre ysto el enujou e a que lheu respondy e a que me o jfante enujou uos emujo pera lhas amostrardes, se virdes que compre.

Jtem, mais podeis dizer que, pera el uer como elrey meu senhor faz ysto per grande neçesidade e espeçial uontade do casamento da jfante mjnha jrmã, que regarde ao filhamento das mercadorias, o qual, alem da geral perda, a mym a trouxe ja e traz tam grande, que he muito. E solamente nos caymbos sos, de que nom hão de trazer retorno, pera eu nom o

poder auer direito nalfandega nem sysa dos panos, e nas outras que a mym pertençem, eu reçebo perda per o orçamento açerca de dez mil dobras. E, posto que per uezes lhe requerese que buscase outro caminho algum, como vos bem sabeis, nunqua quys; e, vendo eu tal sua vontade, outorguey e consenty em elo, como uos vistes.

Jtem, por a jfante minha molher ter esperança que el lhe fizesse algũa merçe, ao tempo de sua chegada, e uer que lha nom fazia, me mostrou asaz de sentymento; e porende, faleylhe duas ou tres uezes e o jfante dom Anrrique meu jrmão e Pero Gonçalvez eso medes e ja dyso nunqua mais quis curar. E, posto que eu conheçese nom lhe ser a elo feito o que era razom, sempre per todas estas cousas tyue aquela maneira que em çima escreuo que o bom servidor deue ter com seu senhor. E estes exemplos de mym lhe escreuo, pera conheçer ele que, quando contra mym as fez, asy as pode fazer a el. E nom he, porem, por myngoa de boa uontade; porque em outras cousas a torna a mostrar de tal guysa, que se pode bem conheçer que mais he por seguyr seu pareçer açerca destas cousas, que por mingoa de bom desejo que pera nosoutros aja. E quem no, per algũas causas espeçiaes, quiser julgar, sempre o erradamente julgara; mas quem, sem afeiçom e com boa uontade, regardar todalas cousas que el fizer, bem vera como a mayor parte delas são obradas tam bem e tam largamente, que as outras que o asy não são deuem muyto ligeyramente ser soportadas.

Destas crenças a mym non ficão trellados, porque me nom uagou tempo; porem uos encomendo que mas façais gardar. E se, desta minha, algũa parte qujserdes dar a meu jrmão, pareçeme que he bem que a façais treladar em lympo e aquela lhe dardes, e seja treladada per tal pessoa como vyrdes que compre. A crença delrey, meu senhor, lhe podeys mostrar como vay. As cartas de crença, sua e minha, per uos som escusadas.

Escrita em Saluaterra, ao j° de Mayo de 1429.

143

7 JUNHO 1429

Mandado de el-rei D. João II de Castela, a ordenar a todos os fidalgos de seus reinos e senhorios acudam à guerra contra os reis de Aragão e de Navarra, vindo para junto de seu monarca devidamente preparados, no fim do mês.

BURGOS, *Actas del Ayuntamiento*, año 1429, fl. 42. Publicado por LUCIANO SERRANO, O. S. B., *Los conversos D. Pablo de Santa María y D. Alfonso de Cartagena*, p. 272, donde o reproduzimos.

Don Juan etc. A todos los fijos dalgo de mis regnos e señorios, salud e gracia.

Sepades que yo so informado que los Reys de Aragon e de Navarra, contra Dios e contra toda justicia e contra mi voluntad, quieren fazer entrada en mis regnos con gentes de armas, lo qual, con el ayuda de Dios, yo poderosamente les entiendo resistir, commo cunple a servicio de Dios e mio e provecho e bien e defension de mis regnos e señorios, e les dar batalla. Para lo qual es mi merced que todos los fijos dalgo de mis regnos vengades a me servir por vuestros cuerpos, aderezados lo mejor que podieres, segund que sodes tenudos por la lealtad que me devedes.

Porque vos mando a todos e a cada uno de vos que luego partades e vos vengades para mi e continuedes vuestro camino, por tal manera que seades comigo do quier que yo sea en fin deste mes de junio de la data desta mi carta para lo suso dicho, e vos presentedes ante mi, e venidos yo vos mandaré pagar vuestro sueldo. E non fagades ende al por alguna manera, so pena de la mi merced e de caer por ello en mal caso e perder los cuerpos e quanto avedes, certeficandovos que los que asi non fizieredes que, dende en adelante, vuestro linaje seran avidos por pecheros para siempre; lo qual mando a las justicias de todas las cibdades e villas e lugares de los mis regnos e señorios que lo fagan asi pregonar por las plazas e mercados e otros lugares acostunbrados de cada una destas cibdades e villas e lugares, porque venga a noticia de todos e dello non podades pretender ynorancia. E mando, so pena de la mi merced e de privacion del oficio, a qualquier escribano publico que para esto fuere llamado que dé ende al que esta mi carta mostrare testimonio signado con su signo, sin dineros, porque yo sepa en commo se cunple mi mandado.

Dada en la cibdad de Palencia, siete dias de Junio, año del nascimiento de nuestro señor Jhesu Christo de mill e quatrocientos e veinte e nueve años. Yo el Rey. Yo Garcia Lopes de Leon la fiz escrebir por mandado de nuestro señor el Rey. Registrada (1).

---

(1) Em 25 do mesmo mês, em circular endereçada às autoridades da cidade de Burgos, o monarca expôs-lhes o procedimento e desleal conduta dos reis de Aragão e de Navarra para com Castela (*Arq. cit.*, año 1429, fl. 53, — também publicada por SERRANO, *Obra cit.*, p. 274). A *Crónica de Don Juan II* refere-se a esta convocatória no ano 23.º, cap. 8, p. 454.

144

19 AGOSTO 1429

Procuração de D. João I, rei de Navarra, passada a mossem Garcia Aznares, deão de Tarragona, para tratar com el-rei D. João I de Portugal e com os infantes seus filhos quaisquer ligas, alianças, etc., em nome do referido monarca.

ANTT., *Gaveta* 18, maço 4, n.º 19, transcrita no Tratado de Paz e Amizade, celebrado em Torres Novas em 11 de Agosto de 1432, entre o infante D. Duarte e seus irmãos, de uma parte, e os reis de Navarra e de Aragão e os infantes irmãos deste, D. Henrique e D. Pedro, da outra, — texto que se reproduz; e *Místicos*, liv. 3, fl. 260, inserta na ratificação de 10 de Março de 1448.

Resumida no *Quadro elementar*, t. 1, p. 305.

Notum sit cunctis presentis publici jnstrumenti seriem jnspecturis quod nos, Johannes, Dei gratia rex Nauarre, jnfans Aragonum et Sicilie, dux Nemorensis, Gandie, Montisalbi et Petrefidelis, comes Ripacurcie et Denie ac domjnus ciuitatis Balagarij, de fide, suficiencia, legalitate et animj probitate, jam aliter expertis, viri dilecti nostri Garsie Aznarez, decanj Tiraconensis (1), quam plurimum confidentes gratis et, ex nostra certa scientia, tenore presentis carte nostre, vos eundem Garsiam Aznarez presentem facimus et constituimus, creamus et ordinamus nuncium et procuratorem nostrum certum et specialem ac in subscriptis generalem, videlicet ad accedendum et conferendum vos ad regnum Portugalie (2), ad presentiam jllustrissimj regis Portugalie, auunculj nostri, procuratorij.

Et, cum dicto rege jnclitibusque jnfantibus, eius filijs, ceterisque ducibus, baronjbus, militibus et magnatibus et alijs quibuscunque personis, tam ecclesiasticis quam secularibus, et tractandum, comunjcandum, faciendum, jnhiendum et firmandum quasuis confederationes, ligas et amicitias et jn pro ac super eisdem confederationibus, ligis et amicicijs, capitula quecunque cum eisdem et eorum quolibet, conjunctim vel diuisim, concordandum; et proinde instrumenta quelibet faciendum et firmandum cum omnibus clausulis, cautelis, penis, pactis, conuentionjbus, stipulacionjbus, obligacionjbus, renunciationjbus necessarijs et opportunjs ac vobis etiam visis et pro illorum tuicione et securitate personam et bona nostra

(1) No ms. *Tirasonensis*.
(2) No ms. *Purtogalie*.

Copyrighted material

quequnque obligandum et juramenta queuis et quantumcunque solennja, quod tenebimus, seruabimus et complebimus omnia per vos, nostro nomine, facienda et firmanda jn animam nostram, prestandum et generaliter omnia alia et singula faciendum et libere exercendum, que jn predictis et eorum quelibet vtilia fuerint et necessaria ac etiam opportuna et vobis, dicto procuratorj nostro, beneuisa et sine quibus predicta comode adimpleri nequirent, et que nos facere possemus, personaliter constituti, dantes et concedentes vobis, eidem procuratori nostro, jn et super predictis et circa ea jncidentibus, dependentibus ex eisdem et eis annexis quoquomodo totum locum nostrum vicesque et voces nostras plenarie cum presenti atque liberam et generalem administrationem, cum plenissima facultate, promitentes et conuenjentes jn nostra bona fide regia ac jurantes ad Dominum Deum eiusque sancta euangelia, nostra manu dextera corporaliter tacta, quod quicquid per vos, dictum procuratorem nostrum, jn predictis et circa ea procuratum, tractatum, firmatum, juratum et actum fuerit siue gestum, ratum, gratum, validum atque firmum semper habebimus et nullo vnquam tempore reuocabjmus, sub bonorum nostrorum omnjum obligatione.

Quod est datum et actum jn ciuitate Calatambij, decima nona die augusti, anno a natiuitate Domini millesimo cccc.xxbiiij, regnique nostri iiiij°.

Nom seja dhuuida em na antrelinha que he posta na oytaua rregra desta procuration, onde diz *militibus,* e respançado e emmendado en na xj[a] regra, onde diz *confederationjbus, ligis,* e na vinte e duas regras, respançado e emmendado, onde diz *jurantes ad Dominum Deum;* ca eu scripuam corregi e esso mesmo algũus outros vicios que aquj erom contheudos, por fazer verdade.

Johannes, Dei gratia regis Nauarre, jnfantis Aragonie et Sicilie, ducis Nemorensis, Gandie, Montisalbi et Petrefidelis, comjtis Ripacurcie et Denie ac dominj ciuitatis Balagarij, qui predicta laudamus, concedimus et firmamus dictumque facimus juramentum et huic publico jnstrumento sigillum nostrum maius apponi jussimus jmpendenti.

Testes sunt qui fuerunt ad predicta presentes: Rodericus Diaz de Mendoça, miles, custos maior; Rodericus Garcie de Vila[l]pando, legum doctor, consiliarij, Ferdinandus de Sandoval, maiordomus domini regis predicti. Sig + num mei, Bartholomei de Reus, dicti domini regis secretarij regiaque auctoritate notarii publici per vniuersam ditionem et terram serenissimj regis Aragonum, quj predictis, una cum prenomjnatis testibus, interfui eaque scripsi et clausi loco et die [supra] (?). Dominus rex mandauit michi Bartholomeo de Reus, jn cuius posse firmauit et jurauit.

145

6 OUTUBRO 1429

Recibo passado por João Vicente, capelão de el-rei e prior de Santiago de Óbidos, a Fr. Estêvão de Lima, prior do mosteiro de Alcobaça, de 36.000 reais brancos, de uma dízima de que é recebedor das duas dízimas e meia prometidas pelos prelados a el-rei por motivo do casamento de sua filha D. Isabel (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 116, maço 1, n.º 15. Original em pergaminho.

Sabham quantos este stormento de conhecjmento virem que eu, Joham Ujcente, capelam delrrej e prior de Santjago dObjdos, conhesco e confeso que eu rreçebj de frey Steuam de Ljma, prior e rregedor do moesteiro dAlcobaça e do conuento do dicto moesteiro, per frey Martjnho de Beia, monge e procurador do dicto moesteiro, trjnta e seis mjll rreaaes brancos dhũa dizema de que eu soo[m] rreçebedor das duas dizemas e mea que forom prometjdas per os prelados ao dicto ssenhor rrej e a sua filha dona Jsabel, em casamento. E, porque esto he uerdade, lhe mandey dar este stormento de conhecjmento dos dictos trjnta e seis mjll rreaaes brancos.

Fecto no dicto, no paaço de estar, seis djas do mes doutubro da era do naçjmento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} vjnte e noue annos. Testemunhas: Joham Affonso, meirjnho do conto do dicto moesteiro, e Vaasco Lourenço, barueiro, e Joham Annes, fereiro, morador na cidade de Lixboa, e outros. E eu, Affonso Martijnz, tabeljom por o dicto ssenhor rrej em o dicto moesteiro, que a esto presente fuj e este stormento, per mandado e outorguamento do dicto Joham Ujcente, scpreuj, em que fiz meu sjnal, que tal he *(Sinal do notário)*.

(1) E a infanta D. Isabel, filha de el-rei D. João I, casada em 7 de Janeiro de 1430 com Filipe o Bom, duque de Borgonha, sobre a qual se pode ver a bibliografia aduzida em nossa pág. 34. Julgamos ser o presente recibo a única prova conhecida da dizima em causa.

Copyrighted material

146

DEZEMBRO (?) 1429

El-rei D. João I manda Álvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Martins da Silveira a Castela, a fim de diligenciarem harmonizar o rei D. João II com os soberanos de Aragão e de Navarra e com os infantes aragoneses (1).

Crónica de D. Juan II, año 23, 1429, caps. 44 e 45, p. 472.

De como el Rey de Portugal embió sus Embaxadores al Rey por tratar con él algunos medios para la concordia de entrél é los Reyes de Aragon é de Navarra é los Infantes sus hermanos.

En este tiempo vinieron al Rey embaxadores del Rey de Portugal, los quales eran un Caballero llamado Alvargonzalez de Atayde, de quien el Rey de Portugal mucho fiaba, é Nuño Martinez de la Silveyra; los quales dadas al Rey sus cartas de creencia, é las saludes acostumbradas del Rey de Portugal, é habida licencia del Rey para proponer su embaxada, le dixeron quel Rey de Portugal su señor, vista la guerra comenzada entrél é los Reyes de Aragon é Navarra, é los Infantes sus hermanos, le despla-

(1) Sobre o assunto vejam-se: DUARTE NUNES DE LEÃO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 101; SOARES DA SYLVA, *Memorias para a historia de Portugal*, t. 2, cap. 189; e *Quadro elementar*, t. 1, pp. 307 e 308. Com o mesmo objectivo foi enviado Nuno Martins da Silveira ao rei de Aragão pelo monarca português, como consta deste e dos documentos seguidamente lançados.

Evitado o recontro entre as tropas navarro-aragonesas e castelhanas em Junho de 1429 (Cfr. a nota 4 da nossa pág. 296), nem por isso cessou o desacordo politico entre os dois blocos contendores: de um lado, os reis de Aragão e de Navarra e os infantes aragoneses D. Pedro e D. Henrique; do outro, el-rei D. João II de Castela, onde preponderava o condestável D. Alvaro de Luna, inimigo daqueles. ZURITA, concretizando a desarmonia em causa, afirma que D. Afonso V de Aragão significara, em 1429, a D. Alvaro de Luna que, se desejava sossego e paz, lançasse da corte castelhana o Adiantado Pero Manrique, causador de cisão entre o rei de Navarra e o infante D. Henrique, por cujo motivo sobrevieram todas as demais perturbações em Castela. E o cronista sublinha: — «Esta era la quexa del Rey en lo publico contra el Adelantado Pero Manrique; pero bien se entendia que la cierta y verdadera era por auerse declarado que, por su medio y artificio, se procuro que boluiesse el Condestable de Castilla a la corte y el Rey de Nauarra y el Infante don Enrique se sacassen del consejo y mando que tenian en todo y se diesse orden como el Rey de Nauarra no boluiesse a Castilla: que

cia mucho dello, é le parescia ser cosa razonable quél se interpusiese para hablar é buscar algunos medios por que la guerra cesase é las cosas viniesen en la forma que debia, segun los grandes debdos que entrél é los Reyes de Aragon é Navarra é los Infantes sus hermanos habia.

Por ende que si á él placia, con buena voluntad tomaria cualquier trabajo que pudiese, y en quanto en él fuese ternia manera por que los debates entrellos hubiesen el buen fin que debia segun los debdos que entrellos era, é que le rogaba mucho le pluguiese no haberse con tanto rigor contra estos Reyes é Infantes con quanto se habia. Y esto mesmo le embiaron rogar é suplicar los Infantes Don Eduarte é Don Pedro, hijos del Rey de Portugal.

Como el Rey respondió á los embaxadores del Rey de Portugal.

A los quales el Rey respondió agradesciendo mucho al Rey de Portugal la buena intencion con que se movia á querer intervenir en estos hechos, é que le placeria quél supiese de fundamento todas las cosas como habian pasado, porquél dello bien informado, no habria por sin razon lo quél hasta aquí habia hecho. Por ende quél les mandaria hacer relacion largamente de todo lo pasado, porque lo embiasen hacer saber al Rey de Portugal, é á los Infantes sus hijos, por donde se conosceria lo quel Rey debiese hacer. É quando estos embaxadores del Rey de Portugal al Rey vinieron, ya el uno dellos habia ido hablar con los Reyes de Aragon é Navarra, al qual habian dicho que á ellos placeria de poner [los] hechos en mano del Rey de Portugal, al Rey de Castilla placiendo.

---

fue consejo del Condestable y del Adelantado Pero Manrique, y se conspiraron en esto con los Grandes de su opinion» (*Anales*, t. 2, liv. 13, cap. 50, fl. 185). Para melhor conhecimento dos precedentes, pode ver-se BALLESTEROS Y BERETTA, *História de España*, vol. 3, t. 3, parte 1, 2.ª ed., pp. 422 e ss.

Sintetizando os acontecimentos posteriores a Julho de 1429, o último autor citado refere: — «El infante Don Henrique se rebelaba en Extremadura apoyado por su hermano el infante Don Pedro, mientras que el condestable, en vista del escaso fruto de las embajadas y negociaciones, penetraba en territorio aragonés con mil quinientos hombres de armas y caballería, talando las comarcas fronterizas, causando daños en la vega de Cetina y apoderándose del castillo de Monreal, y el rey de Castilla penetraba por Ariza con mil lanzas y dos mil jinetes, volviéndose luego a Medinaceli (agosto de 1429). Tomó entonces Juan II en Medina del Campo una medida extrema, y fué el confiscar todas las ciudades y bienes que el rey de Navarra y el infante Don Enrique tenian en Castilla, dando el maestrazgo de Santiago a Don Alvaro de Luna. Mandaba recluir en Santa Clara de Tordesillas a Doña Leonor, reina viuda de Aragón, y acogía en sus Estados a Don Fadrique de Aragón, conde de Luna, hijo natural de Don Martín de Sicilia, y que, a la sazón, se hallaba sublevado contra Alfonso V (1430)» (*Historia e vol. cits.*, p. 430). Para maior desenvolvimento dos acontecimentos podem ver-se: ZURITA, *Obra, liv. e t. cits.*, caps. 54 e ss., e a *Crónica de Don Juan II*, año 23.º, caps. 18 e ss.

Copyrighted material

147

DEZEMBRO 1429

El-rei D. João I de Portugal manda Nuno Martins da Silveira por seu embaixador ao rei de Aragão, a propor-se por medianeiro entre ele e os irmãos e o soberano de Castela; oferecem aqueles trégua ao rei castelhano, se também ele lha conceder, até fim de Março seguinte.

ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, liv. 13, cap. 59, fl. 193 v.. Sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, p. 305, que coloca a ida do embaixador no fim do ano de 1429.

De la embaxada que el Rey don Iuan de Portugal embio al Rey, para procurar algun sobreseymiento de la guerra, que se começo con el Rey de Castilla.

Assistiendo el Rey a las cortes que tenia a los Catalanes ẽ la ciudad de Tortosa, que estauan no solo embaraçadas pero sin esperãça de tomarse en ellas ninguna buena resolucion en lo que tocaua al seruicio que el Rey pretendia se le hiziesse para vna guerra con vn Principe tan poderoso, que se comẽçaua a mouer por todas partes (1), llego a la corte vn cauallero emba-

(1) Alusão ao rei de Castela, com o qual o de Navarra firmara trégua, em princípios deste mesmo ano, em Valhadolide, em seu nome e no do rei aragonês; contudo, este não a ratificou, por não concordar com o respectivo texto e por desejar fosse expulso da corte castelhana o Adiantado Pero Manrique, a quem acusava como já sublinhámos, de provocar cisão entre o rei de Navarra e o infante D. Henrique, seus irmãos, origem, segundo afirmava o monarca, de todos os outros males de Castela. (Cfr. ZURITA, *Anales*, liv. 13, cap. 50. Pode ver-se também a *Cronica de Don Juan II*, año 23.°, 1429, caps. 1 e ss.).

Entretanto, os reis de Aragão e de Navarra preparavam todo seu poder para entrar em Castela: «no en fauor del Rey Carlos de Francia, como se publicaua, sino para entrar en Castilla» (ZURITA, *Lug. cit.*). «Comenzaba ya Alfonso a invadirla, y estaban los ejércitos enemigos a punto de combatir, cuando la llegada y la intervención de la reina María, quien trabajó siempre para poner paz entre su hermano y su marido, evitó la batalla, y los reys de Aragón y Navarra salieron de las tierras castellanas. La guerra continuó todavía, pero al año siguiente (1430) se firmaron en Majano treguas de cinco años entre Aragón y Castilla. Contribuyó mucho a esta solución la actitud irreductible de Cataluña, la cual, no viendo en esta lucha más que ambiciones dinásticas y familiares, que ningún bien le reportarían, no quiso acceder a las peticiones del rey Alfonso para que contribuyese a ella con hombres y dinero» (TABERNER y SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, p. 52).

xador del Rey don Iuan de Portugal llamado Nuño Martinez de Silueyra (2). Este embaxador propuso: que como el Rey su señor tuuiesse en voluntad y proposito de ponerse entre el Rey y sus hermanos y el Rey de Castilla, por razon de la guerra, tuuiesse por bien el Rey de dar lugar a algun sobreseymiento della, porque entre tanto el se pudiesse disponer para entender en ello por su persona o por la via y platica que pareciesse al Rey cerca destos hechos.

Despues de auer el Rey consultado y deliberado sobre ello con los de su cõsejo, auiso al Rey de Nauarra que a el y a los de su consejo parecia que se deuia dar lugar a que cessasse la guerra por todo el mes de Março y encargole que le escriuiesse lo que le parecia. Esto fue el segundo dia del mes de Enero; y dentro de tres dias se dio al embaxador la respuesta. Y fue que al Rey y al Rey de Nauarra, su hermano, plazia de dar y otorgar tregua al Rey de Castilla y a sus tierras y vassallos, otorgandola el Rey de Castilla a ellos y a sus reynos y dando bastante seguridad de no permitir que se hiziesse algũa nouedad, en lo que tocaua a las personas y bienes de la Reyna su madre ni de los Infantes sus hermanos ni de los que estauan con ellos ni a sus tierras y vassallos y que durasse la tregua hasta por todo el mes de Março deste ano. Y no quiso el Rey dar lugar q̃ se firmasse la tregua por los Infantes, como principales, porq̃ no se declarassen por enemigos del Rey de Castilla; pues, en lo q̃ tocaua a sus honras y estados, el Rey auia de tener con ellos la quenta q̃ consigo mismo.

Pensaua el Rey de apercibirlos siẽpre y animarlos para q̃ se gouernassen contan buen esfuerço, como hasta entonces lo auiã hecho: porq̃ el, por su parte, se disponia de manera q̃ esperaua salir en aq̃lla empresa con gran honra y en beneficio general de todos ellos, lo q̃ fue muy differẽte de como el lo imaginaua. Fuese mas confirmando cada dia la confederacion entre elRey y sus hermanos con el Infante dõ Duarte y con los Infantes de Portugal; pero aq̃llo dio muy poco socorro a las cosas del Rey, aun q̃ era tan cierta la enemistad de aq̃llos Principes cõ la casa de Castilla, q̃ no podia ser mayor y el odio y aborrecimiento de las naciones sin ningun medio y muy terrible.

Teniendo el Rey auiso de la batalla q̃ estaua aplazada entre los Infan-

---

(2) Reparamos em que na embaixada a Castela figuram Alvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Martins da Silveira (Cfr. o doc. anterior) e nesta apenas o segundo. Tratando-se de obter trégua entre as duas partes beligerantes, parece deveria tratar-se de uma única embaixada, ser da mesma data e chefiada pelos mesmos delegados régios de Portugal. A razão é dada pelo cap. 45 da *Crónica de Don Juan II*, transcrito em nossa página anterior: — «E quando estos embaxadores del Rey de Portugal al Rey vinieron (ao de Castela), ya el uno dellos habia ido hablar con los Reyes de Aragon é Navarra». Também nos documentos agaroneses que reproduzimos adiante, de 19 e 29 de Fevereiro e 1 de Abril de 1430, continua a figurar apenas Nuno Martins da Silveira.

Copyrighted material

tes sus hermanos y el Condestable de Castilla y el Conde de Benauente, no quiso dar lugar q̃ se pusiesse en execucion, teniẽdolo por cosa vana; antes les embio a mandar q̃ en todas maneras la desuiassen, porque por ningun camino no podrian salir bien de aquella requesta, siendo quien ellos eran, pues ninguna honra, ni reputacion les seria auenturar sus personas tan ligeramente, estando en aquella prouincia tan encendida la guerra. Mayormente que, en lo que tocaua al Rey de Portugal y a los Infantes sus hijos, segun los auisos que el Rey tenia y lo que se pudo entender de las platicas de su embaxador, se descubria bien que no se declararian de parte del Rey de Aragon hasta que le viessen con gran poder; y por esta causa se haziã grandes apparatos de guerra para entrar por estas fronteras; y entre tanto, por justificar mas el Rey su causa, vino en la tregua, que pidio con grande instancia el embaxador del Rey de Portugal.

148

[19 FEVEREIRO 1430]

D. Afonso V, rei de Aragão, de acordo com o de Navarra, responde ao de Portugal, árbitro entre eles e o soberano de Castela, por intermédio do embaixador português Nuno Martins da Silveira, dizendo que outorgarão trégua ao rei castelhano desde a data em que a assinem até fim de Março próximo, uma vez que a dê aquele a seus reinos, terras e vassalos e ainda plena segurança às pessoas e bens da rainha-mãe, dos infantes de Aragão D. Henrique e D. Pedro e da infanta D. Catarina, sua prima, bem como aos partidários, terras e vassalos deles (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2683, fl. 59, — texto que se reproduz; outra cópia no Registro 2692, fl. 28.

---

(1) Estabelecemos a data do presente texto com base em ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, liv. 13, cap. 62, fl. 196, onde o autor assevera: — «Despves qve el rey tomo a su mano los castillos y fortalezas del Conde de Luna, que fueron muchas y de grande importancia..., el embaxador de Portugal, que no dexaua al Rey vn momento, hazia muy grande instancia que se assentasse vna larga tregua, porque el Rey de Portugal se pusiesse por medianero en las differencias destos Principes». É certo que não se faz aqui referência directa a este documento; mas, como se atribui a data de 19 de Fevereiro ao datado de Cariñena que seguidamente reproduzimos e não é de 19 mas de 29 e em seu principio se afirma que «en dias passados» os reis de Aragão e de

Resposta del senyor rey a la explicacio pera ell feta por lo embaxador del senyor rey de Portugal.

A lo propuesto a los senyores reyes dAragon e de Nauarra por Nunyo Martinez de Silueyra, cauallero, embaxador del rey de Portugal, responden los ditos senyores reyes que los plaze dar e atorgar tregua al rey de Castilla e a sus tierras e vassallos, el dito rey dando e atorgandola a ellos e a los regnos, tierras e vassallos daquellos e atorgando plena e bastant seguretat de no fazer o prometer seyer feyto mal nin danyo o nouidat alguna, en personas o bienes de la senyora reyna madre nin de los jnfantes don Enrique e don Pedro, ermanos, njn de la jnfanta dona Catalina, prima de los ditos senyores reyes dAragon e de Nauarra, e de los que con ellos stan, ne a las tierras e vassallos de aquellos que possiden, duradoras las dichas tregua e seguredat del dia que por los ditos reyes dAragon, de Castiella e de Nauarra sera firmada entro a por todo el mes de março primero vinient. Rex Alfonsus.

149

29 FEVEREIRO 1430

Cédula de el-rei de Aragão, a protelar, em seu nome e no do rei de Navarra, para 15 de Maio seguinte a trégua com Castela, fixada anteriormente para fim de Março, ainda a rogo de Nuno Martins da Silveira, embaixador do monarca português, sob condição porém de serem abrangidos na referida trégua e segurança os oficiais e servidores de cada um dos ditos reis e dos infantes aragoneses e de o novo acordo ser firmado pelo rei castelhano no prazo de 24 dias

---

Navarra haviam respondido a Nuno Martins da Silveira, conclui-se ser o texto presente de 19 de Fevereiro e haver Zurita fundido os dois textos e factos num só.

Sobre o particular podem ver-se também: DUARTE NUNES DE LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 101; SOARES DA SYLVA, *Memorias para a historia de Portugal*, t. 2, cap. 189, p. 944; e *Quadro elementar*, t. 1, pp. 307-08. Cfr. ainda o texto, acima lançado, da *Crónica de Don Juan II*, año 23, 1429, caps. 44 e 45 (o nosso DOC. 146), do qual e do presente se infere haver sido a embaixada portuguesa a Aragão precedida por outra a Castela com o mesmo objectivo no ano de 1429, constituída esta por Alvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Martins da Silveira. Assim se resolve o desacordo a que se reporta o VISCONDE DE SANTAREM em a nota 551, p. 308, do cit. vol. do *Quadro elementar*.

Copyrighted material

subsequentes e cometida a ratificação do mesmo pelo rei de Portugal aos de Aragão e de Navarra dentro do dito prazo.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2683, fl. 59.

Copia de la oferta feta per lo senyor rey de la ampjacio de la dita treua.

En dias passados, por los senyores reyes dAragon e de Nauarra fue respuesto a lo propuesto a ellos por Nunyo Martinez de Silueyra, cauallero, embaxador de Portugal, que les plazie dar e atorgar tregua al rey de Castiella e a sus tierras e vassallos, el dito rey de Castiella dando e atorgandola a ellos e a los regnos, tierras e vassallos daquellos et atorgando plena e bastant seguredat de no fazer ni prometer seyer feyto mal nin danyo o nouidat alguna en personas o bienes de la senyora reyna madre njn de los jnfantes don Enrique e don Pedro, ermanos, nin de la jnfanta dona Catalina, prima de los ditos senyores reyes dAragon e de Nauarra, e de los que con ellos stan ni a las tierras e vassallos de aquellos que possiden, duradoras las ditas tregua e seguredat del dia que por los ditos reyes dAragon e de Castilla e de Nauarra seria firmada entro a por todo el mes de março primero corrjent de present (1). Empero, porque el dicho Nunyo Martinez, por parte del dicho rey de Portugal, ha mouido a los dichos senyores reyes dAragon e de Nauarra que, por quanto del suso dicho tiempo hauia passado grant part, quisiessen aquel ampliar.

Responden que les plaze que, como era por todo el mes de março sea daqui a los xv dias de mayo primero vinient, assi empero que sian compresos en la dita seguretat los officiales e seruidores de cada uno de los ditos reyes e jnfantes, cada e quanto durant el dito tiempo alegrar de aquella se guerran. Et todo lo sobredito plaze a los ditos reyes dAragon e de Nauarra, el rey de Castilla atorgando e firmando lo sobredito dentro xxiiij° dias primero uinientes e jntimandose dentro los ditos xxiiij° dias la firma e atorgamiento a los ditos senyores reyes dAragon e de Nauarra, por part del dito rey de Portugal.

Dada en Carinyena, a xviij dias de ffebrero del any mil cccc. xxx. Rex Alfonsus.

---

(1) Alusão ao nosso DOC. 148, de 19 de Fevereiro.

(2) Por evidente equívoco ou fusão num só do presente documento e do anteriormente lançado, ZURITA datou este de 19 de Fevereiro (*Anales de la Corona de Aragon*, liv. 13, cap. 62, fl. 196, onde o sumariou).

Elucida aqui o mesmo autor: — «Perseuerando el embaxador en que la tregua se assentasse, sucedio que se puso de por medio otro impedimento: y fue que, a ocho del

150

24 MARÇO 1430

Carta de el-rei D. João I, a aforar casas suas em Lisboa, em Vila Franca, junto das fangas da farinha, a Leonardo, mestre da pena do infante D. Henrique, e a duas pessoas depois dele por 20 libras da moeda antiga, anualmente.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 117. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 480.

Carta per que o dicto senhor deu de foro hũas casas que elle ha em Lixboa, em Ujlla Franca, acerca das faangas da farinha, e partem com outras casas suas que traz Diego Gil e com outras que traz mestre Jaques, çapateiro, a Lionardo, mestre da pena do jffante dom Anrrique, e a duas pesoas depos el por xx libras da moeda antjga em cada hũu anno de foro, etc.

Em Almeirim, xxiiij dias de março de mjl iiij^{c} xxx annos.

---

mes de Março, mostro el embaxador al Rey vna cedula, que auia recibido por parte del Rey de Castilla, en que se declaraua q̃ plazia al Rey de Castilla de otorgar las treguas y seguridades por vn año, con tal orden que entrasse en ellas el Cõde de Luna y le fuesse restituydo lo q̃ le era tomado y embargado despues q̃ era partido de Aragon; pues el no hizo porque lo deuiesse perder. Ca, por el partir por miedo de su persona y no auiendo fecho otro deseruicio nin mal en el reyno de Aragon, no estaua en razon que le fuesse tomada cosa ninguna de lo suyo. Demas desto se declaraua, en aquella cedula, que en estas treguas no entrassen los officiales de los Reyes e Infantes, que eran subditos naturales y vassallos del Rey de Castilla y estauan en su obediencia. Pero, entre tanto que el embaxador del Rey de Portugal trataua de alargar la tregua, se hizo por el Rey de Castilla repartimiento de las villas y lugares y castillos que el Rey de Nauarra y los Infantes sus hermanos tenian en Castilla...» *(Lug. cit.)*.

151

1 ABRIL 1430

Cédula de D. Afonso V, rei de Aragão, em que, a pedido de Nuno Martins da Silveira, embaixador de el-rei de Portugal, diz enviar a este os traslados das respostas recebidas de Castela pelos monarcas de Aragão e de Navarra sobre a trégua em causa e bem assim das que lhe mandaram, solicita uma vez mais a arbitragem do soberano português e propõe-lhe efectuar-se a trégua pelos ditos monarcas e pelos infantes aragoneses até fim de Maio seguinte, durando ela meio ano, desde 1 de Junho, prorrogável, contudo, pelo árbitro português, se ele assim o entender.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2683, fl. 59 v.

Offerta del rey dAragon de metre los debats en poder del dit rey [de] Portugal.

A lo propuesto e demandado postrimerament a los senyores reyes dAragon e de Nauarra por Nunyo Martinez de Silueyra, cauallero, embaxador del rey de Portugal, responden los ditos senyores reyes que les plaze quel dito rey de Portugal sea jnformado de las cosas que son fechas, seydas propuestas por los embaxadores del rey de Castiella, embiados a los ditos senyores reyes, e a las respuestas que los ditos senyores reyes de Aragon e de Nauarra les han feytas e de las cosas que los embaxadores de los ditos senyores reyes, embiados al rey de Castiella, le han propuesto e encara nesta, que los ditos senyores reyes entienden breuement embiar sus embaxadores al rey de Castiella, por proposar algunas cosas e replicar e responder a lo quel bispo de Aztorga, Pero Lopez dAyala, e el doctor Fernand Gonçalez dAuila, embaxadores del dito rey de Castiella, han de su part propuesto a los ditos senyores reyes (1). E por esto, le embian los translados de todas las ditas cosas, en los quales se demuestra toda la manera de la question e debat que es entre ellos e el rey de Castiella e se veye e se pusca clarament e manifesta veyer como los ditos senyores reyes no han cargo alguno del debat e guerra que es entre ellos e el rey de Castiella.

(1) Sobre o assunto pode ver-se: ZURITA, *Anales*, liv. 13, cap. 62, fl. 196 v.; e *Crónica de Don Juan II*, año 24.º 1430, especialmente os caps. 9, 10 e 18.

Pero, por dar buen conto e razon de si a Nuestro Senyor Dios, confiando de la bondat, virtut e prohombria del dito rey de Portugal, los ditos senyores reyes se offrescen todo el dito debat poner e comprometer bastantment en poder del dito rey de Portugal, como en arbitro e arbitrador e amigable composidor, con aquellas fremezas e seguridades que en compromis de semblantes cosas se suelen fazer e se offrescen, que semblantment faran fremar a sus hermanos los jnfantes don Enrich e don Pedro, de todos debates que hayan con el rey de Castiella, pues quel rey de Castiella assi mismo lo faga; e que haya el dito rey de Portugal bastant poder, no solament sobre las ditas questiones, debat e guerra, mas encara sobre las cosas por occasion de la dita guerra seguidas e sobre las jncidentes, deppendentes e emergentes de aquella e aaquella accessorias.

Et todo aquesto ofrescen los ditos senyores reyes con esto: que la frema del dito compromis se faga por todas las partes, daqui a por todo el mes de mayo primero vinient, e les plaze quel tiempo dentro el qual se haya a dezir e pronunciar dure medio anyo, contadero del primer dia de junio continuo siguient en adelant, e quel arbitro pueda, si visto le sera, porrogar el tiempo del dito con[tracto, dura]dero medio anyo. Queren e entienden, empero, los ditos senyores reyes dAragon e de Nauarra que, por la present offierta, no se entienden a desistir de la pro[puesta] de la present guerra, segunt que antes les conuenja.

Dada en la ciudat de Valencia, dius el siello secreto del dito senyor rey dAragon, el primer dia de abril, en lanyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc. [xxx] (2).

Prouisa.

152

1430

El-rei D. João I de Portugal envia embaixadores ao de Castela a solicitar-lhe, a pedido de sua sobrinha a rainha D. Leonor de Aragão, permita a esta sair do mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas, para onde ele a havia mandado, e lhe tomara as fortalezas, ao que anuiu o rei castelhano (1).

(2) Faltam aqui os x por se achar roto o papel.

(1) Cfr. a nota ao nosso DOC. 146.

Crónica de D. Juan II, año 24, 1430, cap. 15, p. 483.
Vejam-se também: DUARTE NUNES DE LEAO, *Chronicas dos Reis*, t. 3, cap. 101; SOARES DA SYLVA, *Memorias*, t. 2, cap. 189; e *Quadro elementar*, t. 1, pp. 308-09.

De como el Rey de Portogal embió sus embaxadores al Rey Don Juan rogándole afectuosamente que diese lugar á la Reyna Doña Leonor de Aragon que saliese del Monesterio de Santa Clara de Tordesillas, é le mandase desembargar sus castillos é rentas; é de la respuesta quel Rey á ello dió.

Estando el Rey en Burgos, vinieron á él embaxadores del Rey de Portogal, por los quales le embió afectuosamente rogar que le pluguiese dar lugar á la reyna Doña Leonor de Aragon que saliese del Monesterio de Santa Clara de Tordesillas donde le habia mandado estar, é asimesmo le mandase desembargar sus rentas é tornar sus castillos, lo qual él debia hacer por ser ella quien era, é por el debdo que con ella tenia, é porque era cierto que de qualquier error que á él hubiesen hecho sus hijos, ella habia muy grande desplacer, é porque él lo recebiria en gracia.

El Rey le respondió que sin dubda si él supiera que á la Reyna desplacia de estar en aquel Monesterio, que él no hiciera que estuviera en él, é que él lo habia hecho creyendo que á ella venia bien, por la quitar de las sospechas que della se tenian; é que las rentas no gelas habia mandado embargar por le quitar nada de lo suyo, mas porque le decian que socorria con ellas á sus hijos los Infantes, é que su voluntad no era de le tomar cosa de lo suyo, ante de la ayudar é honrar como á verdadera madre suya. Que ella podia dende adelante salir del Monesterio de Santa Clara é ir á donde quisiera que á ella pluguiese, é luego le mandaria desembargar sus castillos é rentas, lo qual puso luego en obra; é mandó á Pero Lopez de Ayala, su Aposentador mayor, é al Doctor Franco que fuesen al Rey de Portogal con esta respuesta, é que pasasen por Tordesillas é hiciesen todo esto saber á la Reyna Doña Leonor; y embió mandar á Gonzalo de Cartagena, Obispo de Plasencia, que despues fué de Sigüenza, que fuese á Tordesillas para que si la Reyna de Aragon quisiese dende salir, fuese con ella á Medina del Campo, ó á otra parte donde á ella mas pluguiese. E mandóle asimesmo luego desembargar todas sus rentas é castillos con tanto que ella le diese su fe que no socorreria con cosa alguna de lo suyo á sus hijos, ni de aquellos castillos rescebiria daño ni deservicio alguno, pues le hacian guerra como ella sabia; é respondió mas á los embaxadores de Portogal, que porque él habia respondido por sus embaxadores al Rey de Portogal cerca de la tregua ó paz en que él entendia de entremeterse, que era entrél é los Reyes de Aragon é Navarra, que no convenia por entonces mas decir;

y el Rey mandó á los dichos sus embaxadores Pero Lopez de Ayala é Doctor Franco que muy largamente informasen al Rey de Portogal de todas las cosas en estos Reynos acaescidas despues de la muerte de la Reyna Doña Catalina su madre. Oido por la Reyna lo que estos embaxadores de parte del Rey le dixeron, é visto como el Obispo Don Gonzalo era allí venido por ir con ella, respondió que tenia en mucha merced al Rey lo que por ellos le embiaba decir, é por ella queria hacer, é que certificasen á Su Merced que ella no habia entendido ni entendia de entender en cosa alguna que sus hijos contra su servicio hiciesen, é que esperaba en Dios y en la virtud que dél conoscia, que los Reys de Aragon é Navarra harian tales cosas porque Su Merced perdiese qualquier enojo que dellos tuviese; é que los Infantes lo servirian por manera que él les hiciese merced como á súbditos é vasallos, que en Su Merced tan gran debdo tenian.

153

6 ABRIL 1430

Carta de el-rei D. João I, a conceder a João de Almeida, escudeiro do infante D. Henrique, e a Beatriz de Gouveia a tença anual de 300.000 libras, na falta de pagamento de 1.000 coroas de ouro que lhes prometera por seu casamento (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 38, fl. 4 v.

Dom Joham etc., emseenbra com o jfante Eduarte, meu filho primogenyto e herdeiro nos dictos rregnos e ssenhorio.

A quantos esta carta vjrem fazemos saber que nos casamos Briatijz de Gouuea, nossa criada, com Joham dAlmeida, escudeiro do jfante dom Anrrique, meu filho, e prometemoslhe da dar com ell em casamento mjl coroas de boom ouro e justo pesso da moeda e crunho de França.

E porque lhas pello presente nom pagamos, hordenamos que aja de nos por ello de teença em cada hũu ano, ataa que lhe sejam pagadas, trezentas mjl libras e esto pellas nossas rrendas e djreitos do almoxarifado

(1) Talvez o João de Almeida combatente de Ceuta referenciado na *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 73 e liv. 2, cap. 9.

Copyrighted material

de Viseu. E que esta teença lhe nom seja descontada das dictas mjll coroas nem tirada ataa que aja pagamento dellas.

E porem mandamos a Aluaro Diaz, nosso almoxarife que ora he no dicto almoxarifado de Viseu, e ao escripuam do dicto ofiçio e a outros quaeesquer que hi depos ell veerem por nossos almoxarifes e escripuaaees, que dos djnheiros que por nos rreçeberem das nossas rrendas e djreitos do dicto almoxarifado des este primeiro dia de janeiro que ora foy do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e xxx anos en diante dem e paguem ao dicto Joham dAlmeida ou aa dicta Briatijz de Gouuea ou a qualquer delles, em cada hũ ano, as dictas trezentas mjl libras, aos quartees do ano, sem embargo de nos nom auerem asentamento nem doutros quaeesquer mandados nem defessas que de nos em contrairo dello tenhom ou ouuerem daqui en diante que enbarguem a elles a auerem esta teença, porque queremos que se nom entenda a lhes tornar sua paga segundo aqui faz meençom. E como os em cada hũ ano pagarem cobrem delles ou de cada hũ delles o trellado desta nossa carta e seja rregistada em seu liuro e estromentos de conhoçimento.

E mandamos aos nossos contadores que lho rreçebam em despesa. E os dictos Joham dAlmeida e Briatijz de Gouuea tenham esta carta pera per ella em cada hũ anno rrequadarem a dicta teença e auereem de fazer çerto como lhes prometemos as dictas mjl coroas em casamento, quando lhes comprir. E em testemunho dello lhe mandamos dar esta carta asijnada per nos e per o dicto jfante e aseellada do nosso seello pendente.

Dada em Almerin, bj dias dabril. Pay Rodrijguez a fez. Era de mjl e iiij^{c} e xxx anos.

154

17 MAIO 1430

Carta de el-rei D. João I, em que, atendendo aos diminutos rendimentos da Universidade de Lisboa, lhe doa os da igreja de S. Nicolau da mesma cidade, do seu padroado, por morte do actual prior, com as obrigações de prover de vigário a dita igreja, de não reduzir o culto divino e de serem mantidas as rações a seus raçoeiros; pois o Santo Padre, a pedido do monarca, concedera à mesma Universidade uma igreja das do padroado régio e uma de cada arcebispado do reino.

ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 117 v.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, consirando em como a vnjuersidade do studo que sta em a nossa cidade de Lixboa he cousa tam honrrada e tam proueitosa, assy no spritual como no tenporal; e, porquanto nom tem tam grandes rendas per que abastadamente possam auer as cousas que lhe necesarias som pera os leentes e pera os outros cargos do dicto studo, hordenamos de sopricar ao padre sancto que prouuese a sua santidade outorgarnos que lhe desemos hũa igreia do nosso padroado e a anexasemos ao dicto studo e, per este guisa, os arcebispados e bispados dos nossos regnos lhe dese cada hũu sua igreia; e ao dicto padre sancto aprouue outorgallo assy, segundo he contheudo em hũa bulla que os dictos studantes teem do dicto padre sancto.

E porem hordenamos, por serujço de Deus e por proueito da nossa terra, de dar ao dicto studo hũa igreia de Santiago, que he na dicta cidade. O dicto studo nom quis [a]ceptar, porquanto era pequena renda. E, porque nossa mercee he de acrecentar no dicto studo, porem hordenamos que o dicto studo aia a jgreia de San Njcollaao desa meesma, que he do nosso padroado. E logo, per esta nossa carta, a anexamos, vnjmos e encorporamos a dicta igreia ao dicto studo e mandamos que elle, per ssy e per quem lhe prouuer, tome e possa filhar logo a posse della, ficando resguardado a Aluoro Lopez, nosso criado, prior que ora he della, de a teer e auer em sua ujda e auer os fructos e nouos e rendas della assy e pella guisa que ataagora ouue; e, tanto a Deus aprouuer leuallo deste mundo, auer a dicta vnjuersidade todollos fructos e nouos e rendas della, comtanto que a dicta vnjuersidade ponha vigairo em a dicta igreia, que o oficio diujno seia conprido e ho officio diujno e serujço de Deus nom seia mjnguado; e mais fique reguardado aos raçoeiros que aiam suas razõoes pella guisa que as taa ora ouuerom. E, per esta nossa carta, tiramos de nos todo o djreito e auçom e propriedade que em ella ataa ora ouuemos e o poemos em o dicto studo, que a aia assy conpridamente pella guisa que a nos ataaquj ouuemos.

E porem mandamos a todollos corregedores e jujzes e justiças e outras quaaesquer pesoas que esto ouuerem de ueer metam logo em posse da dicta igreia o dicto studo, ficando resguardado ao dicto prior seu djreito, em sua vida. Vnde al nom façades.

Dante em Almeirim, xbij dias de mayo. Elrrey o mandou. Joham Uaasquez a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxx annos (1).

---

(1) Sobre o assunto vejam-se: LEITAO FERREIRA, *Noticias chronologicas*, 1.ª parte, 2.ª ed., p. 237; e MOREIRA DE SA, *O Infante D. Henrique*, pp. 79 e 100.

155

11 JUNHO 1430

Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique possa escambar suas terras de Reigada e Pereiro, em Riba-Coa, que foram de Pero Gonçalves de Curutelo, e casas que tinha em Lisboa, junto de S. Nicolau, e que haviam sido de Mestre Aires, físico, por bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação fazer hospital em que se mantenham certos pobres, sejam vestidos, calçados e assistidos de outras coisas necessárias.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 133 v., texto que se reproduz; AMT., vol. n.º 71, fl. 234 v., transcrita do cartório do convento de Tomar na de confirmação de el-rei D. Afonso V de 11 de Março de 1449 e ambas em traslado autêntico de 29 de Dezembro de 1565; ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 37, em cópia feita no convento de Cristo de Tomar pelos anos de 1568.

Dom Joham etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que ho yffamte dom Amrrique meu filho, rrejedor e gouernador da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu, senhor de Couilhãa, nos disse que, por seruiço de Deus e bem da dita hordem, elle queria fazer hũu espitall na villa de Tomar, pera sse em elle manterem çertos proues e averem de vestir e de calçar e camas e outras cousas que lhe neçessarias fossem (1);

E que, porquamto elle nom tinha beens patrimoniaaes no dito lugar que lhe a ello apropiasse pera [polla] rremda delles sse o dito espitall e proues averem de manteer; que elle queria escambar as suas terras da Reygada e do Pereyro, que ssam em Riba de Coa (2), que foram de Pero Gomçalluez de Curutello, e hũuas suas casas que ssam na çidade de Lixboa, açerqua de Sam Nicollaao, que forom de meestre Ayras, fisico (3),

---

(1) Como se infere do contexto, trata-se de «hospital» no sentido medieval do termo anteriormente à criação das Misericórdias, portanto com o tríplice significado de albergaria, asilo e hospital para pobres viandantes, de que havia quantidade nas principais povoações portuguesas da época (Cfr. VITERBO, *Elucidario*, vv. Albergaria, Charidade IV e Tempreiros).

(2) Nos ms., cremos que por errada leitura do copista, está *em a villa de Coa* em vez de *em Riba de Coa* ou Riba-Coa, como se lê nas outras fontes citadas, forma esta que preferimos por geogràficamente mais exacta.

(3) Veja-se a escritura de venda de casas em Lisboa, a 18 de Abril de 1428, por Mestre Aires ao infante D. Henrique e por este destinadas a saboaria, — o DOC. 94.

Copyrighted material

por outros beens da hordem sobredita que seiam no dyto logo de Tomar e seu termo; e que lhe era dito que tall escambo nom podia fazer sem nossa liçemça e autoridade e que nos pedia de merçee que lho outorgassemos.

E nos, visto seu dizer e pedir e como sseu mouimento he boom e seruiço de Deus; teemos por bem e damoslhe lugar e liçemça que elle escambe e possa escambar as ditas terras da Reigada e do Pereyro com suas perteemças, segumdo as ouue do dito Pero Gomçalluez, e as ditas casas de Lixboa por quaaesquer beens da dita hordem que seiam no dito logo de Tomar e seu termo, pera sse o dito espitall aver de manteer, sem embargo de quaasquer lex, hordenaçõoes ou outros quaaesquer dereitos que em comtrayro desto seiam (4).

---

(4) Comentando este documento pelos anos de 1568, o comendador da Ordem de Cristo Dr. Pedro Alvares Seco escreveu: — «A ordem (de Cristo) possue estes bens da Reigada e Pereiro e casas de Lixboa des o falecimento do dito jffante pera ca sem contradição de pessoa algũa. E na villa de Thomar não ha sprital feito polo dito jffante, dotado por elle, posto que ha na dita villa o sprital de Nossa Senhora da Graça, a que o dito jffante vnio quatorze spritaes e albergarias com seus bens que auia na dita villa, instituidos e dotados por pessoas priuadas, sem ter outros nenhũs bens que o dito jffante lhe dotasse. Nem se achou no cartorio da ordem nem na torre do tombo de Lixboa outro titulo per que se mostre como os ditos bens viessem do dito jffante á ordem senão a carta da dita licença [joanina, acima reproduzida], que se deue auer por doação feita á ordem pollo dito jffante, e esta he a primeira que lhe fez. A ordem não somente está em posse do temporal destes lugares como he dito, mas tambem da spritualidade *pleno jure*, como na villa de Thomar, sem contradição do bispo de Lameguo, em cuja diocesi está. E pode ser a causa porque a egreja do lugar do Pereiro he parrochia dambos estes lugares; e mostrasse por hũa bulla do papa Gregorio 8, que se achará na quarta parte deste liuro, que este lugar do Pereiro foy da ordem de Callatraua, a qual parece que possuya tambem a espritualidade destes lugares. E, per que titulo a temporalidade delles veio da ordem de Callatraua a Pero Gonçaluez Curutelo, de cuja mão a ouue o dito jffante, nem per que via a espritualidade delles veo a esta ordem de Nosso Senhor Jhesu Cristo nom se achou por escritura algũa nem ha outro titulo senão estar a dita ordem em posse dhũa e outra cousa, des do tempo do dito jffante pera ca, que ha cento e oito annos, que basta pera ligitimo titulo, segundo disposição de dereito» (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 3, fl. 5 v.).

O problema do hospital do infante D. Henrique em Tomar é deveras complexo e não parece ter sido resolvido pelo retrocitado autor. Se a Ordem de Cristo possuiu a Reigada e Pereiro e as citadas casas henriquinas de Lisboa pelo menos desde a morte do infante, como assevera Pedro Alvares Seco, é porque aquele, em sua vida, efectuou a permuta de bens com a Ordem, autorizada por D. João I e por D. Afonso V, devendo ter sido, portanto, adquiridas as casas da Ordem em Tomar para fundação ali de hospital pelo Navegador. E, se este juntou num só hospital os 14 particulares existentes na povoação, como quer o mesmo comentarista, é porque D. Henrique curou realmente do seu projecto de hospital. Porém, como harmonizar tal fusão de casas hospitalares numa pelo citado infante em sua vida com este passo, de sua carta testamentária de 22 de Setembro de 1460 relativa à feira de Tomar, na qual se supõe existirem na referida vila, menos de dois meses antes de sua morte, diversos hospitais: — «Outrossy me praz e mando que, per ajuda mais desto, mande o dicto dom prior rrecadar ao dicto

Copyrighted material

E porem mandamos a todallas nossas justiças, offiçiaaes e pessoas e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer que lhe nom ponham sobre ello embargo nenhũu e lhe cumpram e guardem e façam comprir e guardar esta carta segumdo em ella he comtheudo. E, por esso, a ssynamos com nossa mãao e mandamos seellar com ho nosso seello do chumbo.

Dada em Almeyrim, xj de junho. Gill Pirez a fez. Anno do Senhor Jhesu Cristo de mill e iiij^{c} xxx annos.

156

23 - 31 JULHO (?) 1430

D. João II, rei de Castela, comunica ao de Portugal, por seus embaixadores, haver firmado trégua com os monarcas de Aragão e de Navarra nas condições constantes dos respectivos capítulos, cujo texto lhe envia, — facto estranhado pelo soberano português, em razão de haverem procedido sem seu conhecimento depois de lhe terem confiado o assunto (1).

Crónica de Don Juan II, año 24.º, 1430, cap. 26, p. 488.

---

sanchristam todo o aluguer que cada ano se poder auer das casas e moradas que em a dicta mjnha feira estam, do quall elle mande, cada anno, pagar os espritaaes que estam em a dicta villa, quanto elle for bem çerto que pera os dictos espritaaes rrendiam ou podiam higualmente rrender as casas que tinham all onde mandey faz[er] a dicta feira. E o mais todo sse despenda assy em as dictas mjssas». (Cfr. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 205, onde se publica o documento na íntegra).

Em tombo do Arquivo da Misericórdia de Tomar, de princípios do século XVI, lê-se: — «Tijnha o dito espritall ssete moradas de casas na praça desta ujlla, as quaaes o jfante dom Anrrique, que Deus tem, mandou meter na casa da feira que elle mandou fazer na dita praça. A quall feira rrendia pera a capella que o dito jfante leixou. E deixou em seu testamento que dall em diante o proueador da dita capella pague, em cada hũu anno, ao dito espritall seteçemtos rreaaes. E elrrey dom Manoell mandou desfazer a casa da dita feira e mandou fazer em praça e mandou ao sseu almoxarife desta villa que pague cadanno os ditos sseteçemtos rreaaes ao dito esprital. E asy os paga o dito allmoxarife em cada hũu anno» (AMT., vol. 77, fl. xxxx).

(1) No texto da Crónica em referência não conseguimos apurar o dia e mês da presente embaixada. Tão-pouco os encontraram DUARTE NUNES DE LEÃO, *Chronicas dos Reys*, t. 3, cap. 101, e o VISCONDE DE SANTARÉM, *Quadro elementar*, t. 1, pp. 309-10. Atendendo, porém, a que a trégua foi celebrada em Majano a 16 de Julho de 1430 e ratificada pelo soberano de Castela a 25 do dito mês (ZURITA, *Anales*, liv. 13, caps. 69 e 70, e *Crónica de Don Juan II*, año 24.º, 1430, cap. 21), é natural que a aludida embaixada a Portugal tenha vindo ainda no mês de Julho de 1430.

De como el Rey embió hacer saber por sus embaxadores al Rey de Portogal, como los Reyes de Aragon é Navarra le habian embiado à demandar treguas, é las habias otorgado.

En este tiempo el Rey de Castilla embió hacer saber al Rey de Portogal por sus embaxadores, como los Reyes de Aragon é Navarra le habian embiado demandar treguas y él las habia otorgado con ciertas condiciones, contenidas en los capítulos que veria, los quales le embió (2). El Rey de Portogal hubo muy gran sentimiento de los Reyes de Aragon é Navarra, por haber hecho estas treguas sin sabiduria suya, porque de una parte habian dexado todos sus negocios en sus manos, é de otra parte hicieron las treguas sin gelo hacer saber; é con esto los embaxadores del Rey se partieron, é se vinieron á Salamanca á donde hallaron al Rey.

157

9 AGOSTO 1430

Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a el-rei D. João I, aos infantes seus filhos D. Duarte e D. Leonor, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, e à rainha de Castela, a comunicar-lhes, pelo portador e seu arauto Catalunha, que pede seja recebido favoràvelmente, achar-se de boa saúde e desejar informes sobre a deles (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2580, fl. 107.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos el rey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e pora quien queriamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanta para nos mesmo desseamos.

Rey muy caro e amado tio. Por que somos ciertos que daquesto haurades consolacion e plazer, vos certificamos que, por gracia de Dios, somos bien sanos e en muy buena disposicion de nuestra persona, rogantes vos affectuosament que nos querades scriujr de vuestra salut e buen stamjento por nuestro plazer.

(2) O resumo dos mesmos em ZURITA, *Anales*, caps. cits., e *Crónica e cap. cits.*

Copyrighted material

Et, por que el fiel heraut nuestro Cathalunya, portador de las presentes, va de present en aquexas partes nos, considerados los buenos serujcios que nos ha feytos, hauremos plazer que sea fauorablement tractado. Rogamos vos portanto que, por nuestra contemplacion e amor, lo querades hauer recomendado, car cosa sera a nos muy agradable.

Et, si cosas algunas, rey muy caro e muy amado tio, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, enbiat las nos a dezir, ca nos las compljremos de muy buena voluntat. Et sea la Santa Trjnjtat vuestra custodia la Santa Trinjtat *(sic)*.

Dada en la villa de la Almunja, a viiij°. dagost del anyo mil cccc.xxx. Rex Alfonsus.

Al muy alto princep don Johan, por la gracia de Dios rey de Portogal e del Algarbe, nuestro muy caro e muy amado tio.

Dominus rex mandauit michj, Johannj Olzina.

Sub forma predicta fuit scriptum jnfrascriptis:

A la muy alta princessa dona Marja, por la gracia de Dios reyna de Castiella, nuestra muy cara e muy amada hermana.

Muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado hermano. Nos el rey dAragon, etc.

Al muy jllustre princep el jnfant don Aduart, primogenjto de Portogal, nuestro muy caro e muy amado hermano.

El rey dAragon e de Sicilia. Muy caro e muy amado cosino.

Al jnclito e magnifico el jnfant don Pedro, secundogenjto de Portogal, nuestro muy caro e muy amado cosino.

Al jnclito e magnifico el jnfant don Ferrando de Portogal, nuestro muy caro e muy amado cosino.

Simjliter al jnfant don Enrjch et al jnfant don Johan.

Muy cara e muy amada hermana. Por que somos ciertos, etc.

A la muy jllustre princessa la jnfanta dona Elionor dAragon e de Sicilia, primogenjta de Portogal, nuestra muy cara e muy amada hermana.

---

(1) Não é natural que nesta data o rei de Aragão, com as presentes missivas, tivesse apenas em mira saber da saúde dos destinatários e participar-lhes a sua.

158

15 OUTUBRO 1430

Memorial dado pelo rei aragonês a D. João de Ixar, por ele enviado a Portugal com cinco galés e duas naus, a fim de levar o infante D. Henrique de Aragão, devendo continuar aqui o infante D. Pedro; a propor liga de Portugal com Aragão contra Castela, de molde a serem os contratantes de uma parte amigos e inimigos dos da outra, exceptuada a Inglaterra pelo lado do monarca português se ele assim o entender; e a agradecer o bom acolhimento e socorro dispensados por aquele e por seus filhos aos infantes aragoneses, a quem transmite certas instruções de carácter político em relação a Castela (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2692, fl. 111.

Jnstruccions donades a don Johan dIxar sobre ço que, per part del senyor rey, deu dir e fer en Portugal.

Primerament, donara les letres de creença que sen porta, dreçades als jnfants don Enrich e don Pedro, frares del dit senyor, en virtut de les quals les dira e explicara com lo dit senyor tramet ell dit don Joan dIxar ab cinch

(1) A 16 de Julho de 1430, celebrou-se em Majano trégua por cinco anos, a partir do dia de Santiago, entre os reis de Aragão e de Navarra e o de Castela, em suspensão da luta iniciada entre aqueles países pelos infantes de Aragão, irmãos do soberano aragonês, contra a preponderância política do Condestável D. Álvaro de Luna na corte de D. João II de Castela e com mira em se apoderarem do poder. Uma das cláusulas do acordo fora ausentarem-se e manterem-se fora de Castela os ditos infantes por todo o período da trégua; pelo que, eles retiraram para Portugal (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, liv. 13, caps. 69 e 70, fls. 203 e ss.). O infante D. Henrique de Aragão já no ano anterior estivera homiziado em Portugal; pois Fr. Estêvão de Aguiar, em carta datada de Lisboa a 5 de Setembro e endereçada ao abade D. Gomes Ferreira, dava-lhe as novas seguintes: — «A jfant esposada com ho duc de Bergonha e fazem prestes de a leuarem em este setembro e uay com ella o jfant dom Fernando e ho conde dOurem. Ho jfant dom Anrique fugio de Castella e he aquj em Purtugal» (Conservado o original na BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 333).

ZURITA historia os acontecimentos a partir de Agosto do referido ano, integrando assim neles o presente documento: — «En Valencia entendio el Rey que los Infantes sus hermanos estauan mas puestos en la guerra que nunca y se auian concer-

Copyrighted material

galees e dues naus, per reebre e dur a ells en aquestes parts (2). Pero, que al dit senyor par esser expedient entressar que vn dells, ço es linfant don Pedro romangna de la part dalla, per sostenir en sperança los parciales e altres qui vulgan mostrar voluntat ala oppinio dells et per que aximateix los castells dAlburquerque e altres ques sostenen de aquella part, per absencia lur o en altra manera, nos perdessen, e per que aximateix lo rey de Castella haura mes raho de recelarse e guardarse a diuerses parts, e sera lj de mes vexacio e despesa que si de vna sola part se hauia a guardar, e mes encara que, per aquesta via, lo rey de Castella haura causa de star en recel e sospita del rey e casa de Portugal e per molts altres consideracions; car lo dit senyor, aturant lo dit jnfant don Pedro dela part dalla, es content

---

tado con don Iuan de Soto mayor, Maestre de Alcantara, y que el Rey de Portugal y el Infante don Duarte offrecian de entrar en nueua confederacion y aliança con el Rey y sus hermanos; y, por esta causa, despues de auer embiado a Ramon de Perellos a los Infantes, les embio a su Secretario Bartholome Sellent, que se hallo con los embaxadores al concierto de la tregua. Este lleuaua orden para que se saliessen los Infantes de Castilla y se detuuiessen algun tiempo en Portugal y diose orden que, saliendo la Infante doña Cathalina de Segura, quedasse en el castillo Garcia de Heredia y que este caualiero encomendasse el suyo de Socobo a persona de confiança.

«Pero, visto que dela estada de los Infantes en Portugal, si los dos estuuiessen juntos, se podian seguir algunos inconuinientes, dio orden que don Iuan de Ixar fuesse con cinco galeras y dos naues a la costa de Portugal, para traer al Infante don Enrique, y que el Infante don Pedro quedasse en aquella frontera, para sostener en alguna esperança a los que se declarassen por su parte y para que mejor se sustentasse el castillo de Alburquerque y las otras fuerças, porque el Rey de Castilla tuuiesse mas causa de tener sospecha del Rey de Portugal. Para en caso de rompimiento, se acordaua que el Infante don Enrique hiziesse guerra por las fronteras de Segura y del reyno de Valêcia, y el Rey de Nauarra por su reyno. La principal causa de la yda de don Iuã de Ixar a Portugal era para procurar estrecha confederacion y liga con el Rey de Portugal y con los Infantes sus hijos; porque, dentro de pocos dias, se acabauan las treguas entre Castilla y Portugal y en el mismo tiempo no cessauan los Infantes de Aragon de procurar de allarse con muchos de los Grandes y caualleros de Castilla; y desta vez persuadieron a su opinion a don Iuan de Soto mayor, Maestre de Alcantara, y a don Enrique de Guzman, Conde de Niebla; y pocos dias despues, fue a Portugal vn Iuan Sanchez, que auia sido secretario del Duque de Arjona, con platica de matrimonio entre el Infante don Pedro y vna hermana del Duque, con offerta de ciertos castillos y lugares, y el Infante yua entreteniendo este negocio con buenas palauras. De suerte que, de la misma manera se trataua de la guerra, como antes que se firmasse vna tan larga tregua; y esto no porque vuiesse forma ni socorro para executarla, sino por entretener en esperança de nueuas cosas a los que las desseauan en Castilla y eran enemigos del Condestable y le desseauan sacar de la priuança que tenia; pero, no se osauan declarar. Salio don Iuan de Ixar de la playa de Valencia a quinze del mes de Otubre» (*Autor, obra e liv. cits.*, cap. 70, fls. 205 v.-206). Sobre o particular podem ver-se também a *Crónica de Don Juan II*, año 24.°, 1430, caps. 21, 25 e 26, e o *Quadro elementar*, t. 1, pp. 306-07.

(2) Trata-se de Don Juán Fernandez, Senhor de Ixar (Cfr. ZURITA, *Obra e liv. cits.*, cap. 70, fl. 205 v.).

trametre lj, cascun any, mentres que no sia guerra, quinze milia florins, por sustentacio sua e de son stat e suplir a ses necessitats enquant pora. E, en temps e cas de guerra, darlj a sustentacio de cinchcents rocins o pus, per que de aquells en aquelles parts pusca fer la dita guerra. E per semblant, linfant don Enrich faça guerra per la via de Segura o de regne de Valencia e ell dit senyor en Arago e el rey de Nauarra en son regne. Et sobre aço les dira lo que lo dit senyor recela e arbura dels affers de la treua. Johan Olzina, secretarius.

Jtem, les dira com ell, dit don Johan, los porta poder e procuracio bastant del dit senyor pora contractar e fer liga ab lo dit rey de Portugal e jnfant don Odoart e encara don Pedro e altres fills de aquell. Et que par al dit senyor que ells, dits jnfants, deien, per tot lur poder, fer e procurar que la dita liga se faça e ferme ço co que los vns dels altres sien amichs de amichs e enemichs de enemichs e en special contra el rey de Castella. E es content lo dit senyor quen sia exceptat lo rey dAnglaterra, sil dit rey de Portugal ho volra. Et par al dit senyor que ells, dits jnfants, deuen fer son poder de atraurels a fer la dita liga posant al deuant al dit rey de Portugal e jnfants sos fills que consideren que dius breu temps deuen passar lurs treues ab los castellans; e, com es quasi jmpossible que ab lo dit rey de Castella e vassalls lurs haien james pau, atteses que sempre los han haut e han en odi e mala voluntat, e que fahent se la dita liga sens algun dubte exiran encara dell, no sens gran honor e vtilitat de tots, e que sobre aço guyen los dits jnfants tot lo que possible les sera per dur ho a deguda fe e conclusio. Olzina, secretarius.

Jtem, dara les letres de creença que ab si sen porta, dreçades al rey de Portugal e als jnfants e jnfanta et regraciar les ha, de part del dit senyor, lo bon aculliment e socors que han fets als dits jnfants don Enrich e don Pedro, frares del dit senyor, offerints se a ell en tot lo que complauer los pusca. Olzina, secretarius.

Jtem, dira al dit rey de Portugal e jnfant don Odoart com ell, dit senyor, ans e apres de feta la treua ab lo rey de Castella, hauia a voluntat de notificar les los tractes e capitols de aquella fins per que segons algunes nouitats fetes per los castellans en les fronteres, les quals lo dit senyor ha volgut tollerar per metre pau en Spanya quant en ell sera, segons sempre ha hagut en preposit se dubtaua que la dita treua fos de efficacia alguna. E per ço, encara com lo dit senyor hauia deliberat fer la notificacio de les dites coses per ell, dit don Johan dIxar e, per via del dit, passarie per mar, com en altra manera no fos segura la via, lo qual se es dilatat per la guerra que duraua en mar per Lx dies apres feta la treua; car lo dit senyor tots temps ha haut en proposit e voluntat axi aquests fets com qualscuol altres sens comunjcar principalment als dits rey e primogenit de Portugal, com a persones en les quals ha singular confiança e sperança, com ser se deu, per los deutes e bones amistats que son entre ells. Et par que lo dit rey

Copyrighted material

de Castella seria enfer aço preuengut e que sens dubte algu poden creure non ha fet per que aquell haia mellor zel ne voluntat envers ells quel dit senyor, com de aço a ell ne a negun altre non entenga dar auantatje. E axi ho conexerien per obra en totes coses que esguarden honor e vtilitat sua e de tots sos fills e casa. Olzina, secretarius.

Jtem, dira e comunicara les dites coses a la jnfanta dona Elionor, germana del dit senyor, e fara quels dits jnfants, sos frares, facen e procuren ab ella que la dita liga se faça e ferme decontinent e que considere los grans bens e honors que sen poden segujr a tots. Olzina, secretarius. E aximateix que procure, per tot son poder, que linfant don Pedro romangne e ature de les parts dalla, car no sera sens gran fauor al princep son marit e a ella, per raho maiorment del captemment del dit jnfant don Pedro en esguart del esdeuenidor. Olzina, secretarius.

Jtem, dira als dits jnfants don Enrich e don Pedro, germans del dit senyor, quel dit senyor hauria per ho que ells tractassen e fessen ligues e confederacions ab qualscuol cauallers o altres de Castella, si loch o manera hi trobaran, e que se excusen de dar cartells lo mes que poran; pero, si albarans o cartells hauien a fer, ques fessen en aquesta manera, es assaber: quels dits jnfants diguessen e mostrassen, per los dits lurs albarans, que jnstats per los dits cauallers, se liguen ab ells contra les persones que han donat causa a guerra e discordia entre lo dit senyor e sos frares e lo dit rey de Castella e que ells aximateix cobren albarans de aquells, als quals ne daran. E no mostren ligar se contra lo dit rey de Castella ne so honor e stat. Olzina, secretarius.

Jtem, los dira com lo dit senyor complira de fet al temps lo cambi dels ījd. florins que lj han trames a pagar e ara los tramet cambi de x̄. florins reyals de Valencia e no de pus, com no haia pogut trobar manera axi presta a empenyorar res de les castells e lochs del comdat de Luna nj de altres coses, com volguera, per trametrels maior quantitat. Olzina, secretarius.

Tradita Valencie, die xv^{a}. octobris, annj M.cccc.xxx.

Dominus rex mandauit michj, Johannj Olzina.
Prouisa.

159

16 OUTUBRO 1430

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida ao infante D. Henrique de Aragão e de Sicília, Mestre da Ordem de Santiago, a dizer-lhe que, por causa da sua vinda, lhe envia, com certas galés e fustas, o seu conselheiro e mordomo D. João de Ixar, largamente

informado de sua intenção, ao qual deve dar pleno crédito no que, de sua parte, lhe disser.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2687, fl. 9 v.

Muy caro e muy amado ermano. Nos, de present, por causa de vuestra venjda a las partes daqua, enbiamos con ciertas galeras e fustas a las partes dalla el noble e amado consellero e mayordomo nuestro don Johan dIxar, jnformado largament de nuestra jntencion, a les paraules del qual, que de nuestra part vos dira, vos rogamos dedes plenera fe e creença como a nuestra propria persona.

Dada en Valencia, dius nuestro seelo secreto, a xbj dias de octubre del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc.xxx. Rex Alfonsus.

Al jnclito e magnjfico jnfante don Enrich dArragon e de Sicjlia, maestre del orden e cauallerja de Santiago, nuestro muy caro e muy amado ermano.

Dominus rex mandauit michj Johannj Olzina.
Prouisa.

160

16 OUTUBRO 1430

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe que, em razão da ida dos infantes D. Pedro e D. Henrique seus irmãos, manda, com certas galés e fustas, seu conselheiro e mordomo D. João de Ixar, largamente informado de sua intenção, pelo que pode dar plena fé ao que ele lhe disser da sua parte.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2687, fl. 9 v.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos elrey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, asin como aquel que muyto amamos e para qujen muyta salut, honor e buena ventura deseamos.

Rey muy caro e muy amado tio. Nos, de presente, por causa de la venjda de los jnfantes don Enrich e don Pedro, nuestros muy caros e muy

Copyrighted material

amados ermanos, a las partes daqua, enbiamos con ciertas galeras e fustas a las partes dalla el noble e amado consellero e mayordomo nuestro don Johan dIxar, jnformado largamente de nuestra jntencion, a las paraules del qual, que de nuestra part vos dira, vos rogamos muy affectuosament dedes plena fe e creença como a nuestra propria persona.

E, si cosas algunas, rrey muy caro e muy amado tio, vos plazen de nuestros regnos e tierras, enbiatlas nos dezir, ca nos las conpliremos de buena voluntat.

Dada en Valencia, dius nuestro siello secreto, a xbj dias doctubre, en el anyo dela natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc.xxx. Rex Alfonsus.

Al muy alto prinçep don Johan, por la gracia de Dios rey de Portugal e dAlgarue, nuestro muy caro e muy amado tio.

Dominus rex mandauit michi Johannj Olzina.
Prouisa.

Sub simjlj forma, prescripto sigillo datum, fujt scriptum jllustribus jnfanti Odoardo, primogenito regnj Portugalie, et infante Elionorj, eius vxori.

161

16 OUTUBRO 1430

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos infantes D. Pedro e D. Henrique de Portugal, a dizer-lhes que, por causa da vinda dos infantes D. Henrique, Mestre de Santiago, e D. Pedro, seus irmãos, lhes manda o seu conselheiro e mordomo D. João de Ixar, largamente informado de qual é sua intenção a respeito dos negócios que tratará e a quem devem dar toda a fé e crença.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2687, fl. 11 v.

Nos elrey dAragon e de Sicilia embiamos muyto a saludar a vos, el jnclito e magniffico el jnfant don Pedro, segundo genjto de Portugal, duch de Coimbre, nuestro muy caro e muy amado cosino, como aquell que muyto amamos e por aqujen querijamos diesse Dios tanta honor e buena ventura quanto vos mismo deseades.

Muy caro e muy amado cosino. Nos de present, por causa de la venjda de los jncljtos e magnifficos jnfantes don Enrich, maestre de San-

tiago, don Pedro, nuestros muy caros e muy amados ermanos, embjamos asi el noble, amado consellero e majordomo nuestro don Johan dIxar, jnformado largament de nuestra jntencion sobre algunos afferes que hauemos a coraçon, al qual vos rogamos que dedes fe e creencia como a nuestra propria persona. E sea, muy caro e muy amado cosino, vuestra curosa guarda la Sancta Trinjdat.

Dada en Valencia, a xvj de octubre del anyo M.cccc.xxx. Rex Alfonsus.

Al jnclito e magniffico el jnfant don Pedro, segundo genjto de Portugal, duch de Cojmbre, nuestro muy caro e muy amado cosino.

Dominus rex mandauit michj Johannj Olzina.
Prouisa.

Simjlis alia fuit expedjta, nichilominus addito nichilominusque remoto, sub simjlj signo data atque mandato, directa jnfrascripto.

Al jnclito e magniffico el jnfant dom Enrich de Portugal, nuestro muy caro e muy amado cosino.

162

24 NOVEMBRO 1430

Carta do infante D. Henrique, dirigida ao cabido da sé de Viseu, a solicitar-lhe conceda, por emprazamento e por preço razoável, a Pedro Nunes Homem, escudeiro de sua casa e sobrinho de seu padrinho o bispo que foi daquela cidade, a terra de Canas de Senhorim.

Não se conhece o original nem cópia coeva. Referenciada em 1630 pelo viseense MANUEL BOTELHO RIBEIRO PEREIRA, *Dialogos Moraes, Historicos, e Politicos*, cap. 32 (cópia de 1747, na BPMP., ms. 544), foi publicada por MAXIMIANO DE ARAGÃO, no jornal *Liberdade*, n.º 1293, e depois em *Viseu* (Apontamentos históricos), tom. 2, p. 191, e reeditada por PINTO LOUREIRO em *O Instituto*, vol. 97, pp. 104-105, e por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 398-99.

O texto, redigido no estilo da época, mostra-se contudo bastante distanciado dela, na ortografia actualizada. Sua autenticidade parece, entretanto, indubitável, confirmada implicitamente pelo emprazamento de Canas de Senhorim a Pedro Nunes Homem, em 26 de Março de 1431, feito pelo cabido de Viseu e por sete marcos de prata, como consta do original respectivo, conservado no ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 32, doc. 6 — o nosso DOC. 166.

Nos o Infante vos enviamos muito saudar. Fazemosvos saber que a nos he dito que essa egreja tem, alem essa comarca, huma terra chamada Cannas de Senhorim, a qual he nam muito alongada donde Pedro Nunez Homem, escudeiro da nossa casa, tem seus bens e esso que lhe ficou de seu padre em que, a Deus prazendo, intende de fazer seo assentamento.

E, porque a dita terra lhe [he] bem a mão e lhe seria mui compridoura para ajuda de vansamento da sua vida e, por elle ser homem de que nos temos muito grande e especial cargo, por bondade que em elle ha e por serviço que nos ha feito e esperamos delle receber e assim pelo de seu tio o bispo que foi dessa cidade, que foi nosso padrinho, que volo deu (1); nos havemos desejo de o augmentar e de lhe fazer merces em quaesquer cousas que bem possamos e entendemos que de todo o bem e accrescentamento é assas merecedor.

Porem, nosso desejo seria, aprazendo a Deus e a vos, elle haver a dita terra, por emprazamento que lhe della fosse feito em preço razoado e de que a egreja houvesse prol e o escudeiro, por seu trabalho, ajuda para sua vida. E vos rogamos e encomendamos, quanto bem podemos, que vos praza continuar bem esso e os mais bens e cousas que seu tio fez em esse bispado e algumas heranças e herdades que a nos é dito que alguns de seu linagem dotarão e deixarão a essa egreja. E sede certos que, a bem de fazerdes em ello vossas bondades e ganhardes por ello o escudeiro, fazeis a nos muito grande prazer e cousa que vos teremos em serviço. E hajamos logo nosso bom recado do que em ello vos prazer de fazer.

Escripta em Santarem, a 24 de Novembro. João de Sousa a fez, mil quatrocentos e trinta.

Infante.

163

[JANEIRO(?) 1431]

El-rei D. João I de Portugal envia embaixada a Castela, para negociar paz perpétua com aquele reino, como fora tratada na menoridade do monarca castelhano, sendo embaixadores Pedro Gonçalves Malafaia e seu irmão Luís Gonçalves Malafaia, acompanhados pelo Dr. Rui Fernandes e tendo como secretário Rui Galvão.

Crónica de Don Juan II, año 25.º, 1431, cap. 4, p. 491. Cfr. *Quadro elementar*, t. 1, p. 311.

(1) Alusão ao bispo de Viseu D. João Homem (1386-1425).

De como estando el Rey en Palencia le vinieron embaxadores del Rey de Portugal demandandole perpetua paz.

Estando el Rey en esta cibdad de Palencia (1), vinieron á él dos embaxadores del Rey de Portugal, el uno llamado Pero Gomez Malafaya, y el otro el Doctor Ruy Fernandez. E dadas sus cartas de creencia al Rey con la reverencia que se debia, é habida licencia para explicar su embaxada, el Doctor propuso muy largamente las cosas quel Rey de Portugal, su Señor, les habia mandado, la conclusion de las quales era, que bien sabia Su Merced como en tiempo de su menor edad la Reyna Doña Catalina, su madre, y el Rey Don Fernando de Aragon, su tio, Infante de Castilla, sus Tutores é Regidores de sus Reynos, con consejo de los Perlados, Condes, Caballeros é Grandes dellos, de los Procuradores de las cibdades é villas fuera tratada é firmada paz perpetua entre su Merced y el Rey de Portugal su señor y entre sus Reynos (2). E como el Rey fuera despues de edad de catorce años, fuera requerido por parte del Rey de Portugal, su señor, que aprobase esta paz ó se hiciese de nuevo, é como por los debates é negocios muy árduos que en sus Reynos recrecieran, no hubiera el Rey de Portugal respuesta final, salvo que fuera acordada paz por los embaxadores suyos y embaxadores del Rey de Portugal por tiempo de veinte y nueve años, en cierta forma é con ciertos apuntamientos, como la historia en su lugar lo ha contado (3), é que agora como el Rey de Portugal su señor fuese viejo, deseaba saber su intencion é queria hacerle saber la suya, la qual era que habria gran placer que en sus dias fuese firmada la paz perpetua con él, é su casa con la suya, donde tan buenos é tan cercanos debdos habia, é que le rogaba que gela quisiese otorgar, dando muchas razones porque el Rey lo debia así hacer.

El Rey, oida la proposicion de los embaxadores de Portugal, respondió que agradecia mucho al Rey de Portugal la buena intencion que en esto habia, é que habria su Consejo sobrello con los Grandes de sus Reynos, é le responderia: sobre lo qual el Rey mandó quel Conde de Benavente, Don Rodrigo Alonso Pimentel, é los Doctores Periañez é Diego Rodriguez practicasen con los embaxadores de Portugal, con los quales muchas veces platicaron, é determinóse como la historia adelante lo dirá.

---

(1) Segundo ZURITA, *Anales... de Aragon*, liv. 13, cap. 71, fl. 206 v., o soberano de Castela encontrava-se em Palência «en fin del mes de Enero».

(2) Alusão ao Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411 (No vol. 2 de *Monumenta Henricina*, pp. 7 e ss.).

(3) Cfr. o nosso DOC. 37, de 1423.

Copyrighted material

164

5 MARÇO 1431

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao infante D. Duarte, primogénito de Portugal, a acusar a que lhe mandara por Mem Rodrigues, portador da presente, e a comunicar-lhe que sobre certos assuntos, nomeadamente sobre o ventilado em sua carta, lhe manda pessoa informada da sua intenção para conferenciar com ele.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2689, fl. 15.

Muy caro e muy amado ermano. Nos elrey dAragon e de Sicilia vos embiamos muyto a saludar, como aquell que muyto amamos e pora quien querriamos Dios diesse tanta salut, honra, prosperidat e buena ventura quanta vos mesmo deseades.

Muy caro e muy amado ermano. Vuestra letra hauemos reçebido por Mendo Rodriguez, portador de la presente; e, por que sobre ciertos afferes e otrosi sobre lo contenido en la dita vuestra letra, entendemos aqui muy prestamente embiar cierta persona jnformada de nuestra jntencion, por comunjcarvos aquellos e faular con vos de lo contenido en la dita letra, non vos respondemos a present mas largament.

E, si cosas algunas, muy caro e muy amado ermano, vos son plazientes de las partes daqua, embiatlas nos dezir, car nos las compliremos de buena voluntat. E sea vuestra guarda la Sancta Trinidad.

Dada en Lerjda, dius nuestro seello secreto, a cinquo dias de março del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc.xxxj. Rex Alfonsus.

Al muy jnclito e magnifico jnfante don Aduart, primogenito de Portogal, nuestro muy caro e muy amado ermano.

Dominus rex mandauit michj Johannj Olzina.

Prouisa.

165

16 MARÇO 1431

Pública-forma da cláusula de Regimento escrito em papel, assinado pelo infante D. Henrique e constante de coisas que ele mandava fazer ao Vigário de Soure e em posse deste, no qual ele ordenava que tivessem os clérigos de Ordens Menores sobrepelizes e se incorporassem nas procissões gerais, senão pagariam jugada (1).

ANTT., *Leis*, maço 1, n.º 148, original em pergaminho. Transcrito no mesmo arquivo, *Reforma das Gavetas*, liv. 7, p. 133.

Sabham todos que, dez e seys dias de março da era do nacijmento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e trinta e hũu anos, em Soire, na praça de Sanctijago, estando hy frey Joham, vygairo da dicta villa, e outrosy estando hy Aluaro de Soire, vereeador da dicta villa, e outros homeens boons dessa meesma, em presença de mym, Pedro Afonso, pubrico tabaliam na dicta villa por nosso ssenhor jfante dom Anrrique, e testemunhas adeante escpritas, o dicto vygairo mostrou, na dicta praça, e per mym ssobredicto tabaliam leer fez hũu rregymento escprito em papell, de coussas que o dicto ssenhor jfante mandaua fazer ao dicto vygairo e asijnado per o dicto senhor, segundo que per elle parecija e ffazija mençam. Em o quall rregymento andaua escprita hũa craussolla, que tall he:

E que rrequeira a todollos crellegos leigos dordeens mẽores que tenham sobrepelizas e que andem nas proçisooees geeraaees. E, se o asy nom fezerem, mando a Dijego de Matos que os costranga que paguem a jugada; e fazendoo asy, sejam escussos dello.

A quall crausolla asy mostrada e leuda no dicto rregijmento, o dicto Aluaro de Soire, vereeador, pediju hũu estormento com o tehor da dicta crausolla, por guarda do djreito dos crellegos dordees meores.

Fecto dia, mes, era suso escprita. Testemunhas que presentes estauam: Joham Galego e Fernam de Soire e Joham Fereiro e Joham dos Sanctos e outros. E eu, sobredicto tabaliam, que este estormento escrepuy e em elle meu synall fiz, que tall he (*Sinal*) em testemunho de uerdade.

Pagou bj rreaaes.

---

(1) Soure era comenda da Ordem de Cristo (Cfr. em nosso vol. 1 os DOCS. 73 e 74).

Copyrighted material

166

26 MARÇO 1431

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Pero Nunes Homem, escudeiro da casa do infante D. Henrique, e para um seu filho e neto sòmente, do couto de Canas de Senhorim, com seus direitos, rendimentos e jurisdição cível, menos a alçada das apelações, reservada pelo cabido, pelo foro anual equivalente a sete marcos de prata, pagos às terças do ano.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 32, n.º 6, original em pergaminho, destinado ao cabido.

Saibham quantos este estormento denprazamento virem que, no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e xxxj annos, vijnte e seis dias do mes de março, dentro na crasta uelha da see da çidade de Viseu, em presença de mjm Joham Lourenço, tabaliom por noso ssenhor elrrey em a dicta çidade e seu termo, e das testemunhas que adjante sem sepritas; e outrosy, estando hy Joham Roiz, thesoureiro, e Gonçallo Gonçalluez e Joham Lourenço, abade de Taauares, e Afonso Anes e Vaasco Anes e Joham Afonso e Meestre Reymom e Fernam Martijnz e Joham Diaz Pestana e Lourenço Afonso e RodriguEannes, todos cooïgos da dicta çidade, jumtos e chamados per canpãa tanjuda, segundo seu custume em cabydoo fazendo;

Logo o dicto thesoureiro e cooïgos diseram que elles todos juntamente enprazauom a Pero Nunez Homem, escudeiro da cassa do jfante, e pera filho e neto, e pera outras pessoas nom, o couto de Canas de Senhorjm, que he do dicto cabydoo, com todos seus derectos e rrendas que a elle perteeçem e de derecto perteeçer deuem e com sua jurdiçom çiuel, afora a alçada das apellaçõoes, que rresaluauom pera o dicto cabydoo, e asi e per a guisa que o dicto cabydoo senpre ouue e mjlhor se o elle e pessoas depos elle mjlhor poderem auer, com tall preeito e condiçom que elle e as pessoas depos elle dem de rrenda, em cada hũu anno, ao dicto cabydoo, tantos djnheiros, aos tenpos das pagas, de quallquer moeda que corra, per que posam conprar sete marcos de prata chãa rreçebonda, aas terças do anno, a saber Natall e Pascoa e Sam Joham Bautista, e começar de fazer a primeira paga este Natall que ora vem primeiro seguynte aalem da feitura deste stormento.

E que obrjgauom os beens do dicto cabydoo a lhe fazerem de paz o dicto enprazamento de quallquer enbargo que lhe por a sua parte sahir

e se pararem delo por autores. E que, faleçendo o dicto Pero Nunez e as pessoas depos elle, que o dicto couto com sua jurdiçom ficasse liure e desenbargado ao dicto cabydoo, sem outra contenda. E logo o dicto Pero Nunez deu por principaaes deuedores e pagadores aa dicta contya Fernam de Crasto, almoxarife do jfante dom Anrrique, e Lopo Gonçalluez, escudeiros, moradores na dicta çidade, e eu tabaljam sobredicto, que presentes estauamos.

Os quaees Fernam de Crasto e Lopo Gonçalluez e eu tabaljom com elles obrjgamos nosos beens movys e rraiz, auudos e por auer, e esso meesmo de nosos herdeiros e subçesores que, se perventura o dicto Pero Nunez e pessoas depos elle nom pagasem a dicta penssom aos dictos termos ao dicto cabydoo, que nos pagemos a dicta penssom em cada hũu anno. E esso meesmo nossos herdeiros e subçesores, em durando as pessoas do dicto prazo, sem seendo o dicto Pero Nunez e pessoas depos elle pera ello mais çitados nem demandados. E que pera esto nos nom possamos escussar, por tomada nem chamada de rrey nem doutros ssenhores nem per outro casso fortoito, e de rrespondermos por ello perante os vigairos que aos tenpos forem da dicta see. E que pera esto rrenunçiamos todollos derectos canonicos e çiuys, lex, hordenaçõoes, foros, façanhas, custumes e openjõoes de doutores, que nos nom posamos a ello chamar em algũu tenpo, per nos nem per outrem nem esso meesmo nossos herdeiros e subçesores, em jujzo nem fora dell.

Das quaaes coussas o dicto thesoureiro e cooĩgos pedirom asy hũu estormento, que foy fecto e outorgado na dicta çidade, dia e mes [e] era sobredictos. Testemunhas: o dicto Fernam Gonçalluez e Antom Gonçalluez, notairos da dicta see, e Afonso Pirez, porteiro do cabydoo, e outros. E eu, Joham Lourenço, tabaliam sobredicto, que a todo esto presente fuj e este stormento scpreuj e meu sinall fiz, que tall he. (*Sinal do notário*).

167

17 ABRIL 1431

Procuração de D. Afonso V, rei de Aragão, passada a mossem Garcia Aznares, deão de Tarragona e do seu Conselho, para tratar com el-rei D. João I de Portugal e com os infantes seus filhos quaisquer ligas, alianças etc., em nome do referido monarca.

ANTT., *Gaveta* 18, maço 4, n.º 19, transcrita no Tratado de Paz e Amizade, celebrado em Torres Novas, em 11 de Agosto de 1432, entre o infante

D. Duarte e seus irmãos, de uma parte, e os reis de Navarra e de Aragão e os infantes irmãos deste, D. Henrique e D. Pedro, pela outra.

Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 310. Com a pretensão de seguir à letra o mais possível o texto original castelhano, apresenta esta versão portuguesa frequente mistura de termos daquele idioma.

Manifesta cousa seja a todollos que esta presente carta virem que nos, dom Afonso, pella graça de Deus rrey dAragom e de Sezilia, de Valença, de Malhorcas, de Cerdenya e de Corcega, conde de Barçelona, duc de Athenas e de Neopatria et ajnda conde de Rosalon e de Cerdenya;

Porque experiencia de cada dia demonstra que, quando algũus dos terraaos rrey e princepes e senhores se ajunctam em amigança e boaa afaçom, entonçes os subditos et naturaaes daqueles ham mayor causa e manera de bem tractarse, em pesoas e beens, e hauer entre si conuersation e aguardarse booa uoontade; de certa cyencia et aconselhadamente e, confiantes enteiramente com saber, endustria e bondade de vos, amado conselheiro noso, mosem Garcia Aznarez, dayam de Taracona, por experiencia manifesta a nos, de grande tenpo aca demonstrada, por o theor da presente carta nosa, por todos tenpos valedoira, fazemos e costethimos, creamos e hordenamos procurador noso certo, spicial e aas cousas de juso scpritas geeral, asi que a generalidade (1) nom deroge ou preiudique em alguna manera a especelidade, o dicto mosem Garcia Aznarez, ausente, asi como si fosedes presente.

Conuem a saber que, en noso nome e por nos, posades trautar, açeptar, autorgar, afremar quaaesquer lianças e amiganças, confederaaçoes, juramentos, conuenças e concordias com o muyto jllustre princepe dom Joham, pella graça de Deus rrey de Purtugal, noso muy caro e muy amado tio, et ajnda com o princepe Eduarte e com os jfantes dom Pedro, dom Henrique e os outros seus filhos, nosos muyto caros e muy amados yrmãaos, e com quaaesquer delos, em hũu ou departidamente; e, por esto, fazer e autorgar e fremar quaaesquer conuenças, promentenças, pactos, condiçõoes, juramentos, preytos e menajees e obrigaçõoes e com as adições, clausolas, formas e maneyras que [por] uos forem vistas. E uos poderees com aqueles ou algũu delos comcordar e conhoçer (2) poder e deuerse fermar et autorgar com cartas, cartellos et auuteras (3) scripturas puuricas e autenticas et com as serie e tenor de palauras que a uos pareceram.

---

(1) No ms. *gerenelidade*.

(2) No ms. *conhocerçes*.

(3) Por *outras*.

Et outrosi fazer prestar por nos os ditos homenajees, preytos e juramentos sobre a + e aos santos auangelhos e com autra qualquer mais firme solenidade, forma e manera que com aqueles ou alguu deles em hũu ou departidamente uos, em nome e por parte nousa, poderees concordar. Et, porende, de aquelas em noso nome reçaber, os dictos e com sembrantes preytos ou manejees, juramentos et hauer e cobara os dictos estormentos, cartas, cartelas ou scripturas que, por parte nosa, forem fazedeiras acerqua o sobredicto, e elas liurar e finalmente cerqua as dictas cousas e qualquer delas, em nome noso et por nos, posaees façer, firmar, autorgar, jurar e prometer o que nos poderiamos, persoealmente constituidos, aynda que fossem taaes cousas que, de direito o de feyto, requeresem mandamento espicial e sem as quaes dictas cousas ou algũua dellas fazer nom se podesem; ca nos, acerqua daquelas ou qualquer delas, por a presente, damos, segundo direito, et autorgamos e encomendamos a uos, dicto mosem Garcia Aznarez, todo noso poder e faculdat com libera e geeral administracçon.

Prometemos, em nosa booa fe real, em poder e em mãao de notario e secretario noso de juso scripto, como a puurica persoaa, por nos e por outras quaaesquer pesoaas, das quaaes seja ou posa seer jnterese estipulante e acceptante. E juramos ao Noso Senhor Deus et aos santos quatro auangelhos, por nosas maaos corporalmente toquados, a este signal da + que aueremos por firme, compriremos, faremos e guardaremos todo o que por vos, acerqua das dictas cousas e qualquer delas, em hũu o em parte, aueredes trauctado, conuymdo, jurado, firmado, concordado e autorgado e nom reuogarlo nem aquelo contravijr por alguma rrazom ou causa, sub obrigaçom de todos nosos beens, quanto quer que sejom priuiligiados.

Dada et feyta foi aquesta em a cidade de Barçelona, a xvij dabril, anno do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} xxxj et do rregno noso anno dezeno.

De nos, dom Afonso, pella graça de Deus rrey dAragom e de Sezilia de Valença, de Malhorcas, de Cerdenya e de Corcega, conde de Barçelona, duc de Atenas e de Neopatria e ajnda conde de Rosalom e de Cerdania, que as dictas cousas firmamos, louuamos e juramos e a este puurico estormento noso seelo pendente mandamos seer posto, por mayor firmeça das cousas suso dictas. Rex Alfonsus.

Testemunhas a esto presentes: mosem Joham Lopez de Gorrea, gouernador do rregno dAragom, mosem Calçara de Requesees, baile jeeral do principado de Catellona, e mosem Joham de Vjquicamẽs,caualeiros e conselheiros do dicto senhor rrei. Sig + num mei, Johannjs Olzina, secretarij dominj regis predicti eiusque auctoritate notarij publici per vniuersam ditionem suam quj, de ipsius mandato, predicta scribi, feci et clausi.

Corrigitur jn lineis iiij^{a} et firmat; viij por viiij fuerem, fazades; e jn setima linea firme dicti dominj regis et pendente, mandamos seyr posto, por; e, jm prima linea testium, gouernador.

168

3 JULHO 1431

Carta do infante D. Duarte, a fundar o convento de Santa Maria das Virtudes em ermida da mesma invocação, de Aveiras, por devoção à Virgem Maria e em satisfação de voto que fizera a quando da tomada de Ceuta, e a entregá-lo à Ordem Franciscana.

ANTT., *Convento de Chelas*, caixa 1, maço 1, n.º 19. Original, em pergaminho, com selo de chumbo do infante D. Duarte, pendente de fita de seda, verde e branca.

Referenciada por FR. MANUEL DA ESPERANÇA, *Historia Serafica*, parte 2, liv. 11, cap. 22.

Eduarte, pella graça de Deus jfante primogenito e herdeiro nos rreynos de Portugal e do Algarue e do senhorio de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, auendo grande deuaçom e fiuza em a muyto alta senhora e cellestial rreynha madre de Deus, da qual, per experiencia, muytas uezes sentimos que era nossa singular uogada, procurandonos do seu Sancto Filho largos e grandes beneficios com auondança de rricas mercees, as quaaes nos, reconhecendo com algũa pequena de boa uoontade; e, por nom seermos a tam graciosa Senhora seruo sem proueito, proposemos, quando com elrrey meu senhor fomos na tomada de Cepta, hedificar e ordenar hũu moesteiro de Sam Francisco ẽna hermida de Sancta Maria das Virtudes onde, em começo de nossa mocidade, a ella prouue, querendo naquelle logar receber algũu special seruiço, demonstrar hũa sua ymagem a hũu prouee laurador.

E, porque o Spirito Sancto onde quer logo spira uirtuosamente. obrando assi, espirou em os moradores daquelle termo onde foy achada, que logo lhe hedificarom hũa bem pequena casa, em que logo começarom de sentir graça e uirtude da beenta madre de Deus, chamada em seu começo Sancta Maria da Adema. E, ante de muytos dias, por a grande multipli[ca]çom de milagres e uirtudes, foy chamada como agora he Sancta Maria das Uirtudes. E nos, ouuyndo e sabendo as marauilhas e uirtudes que Deus obraua per os mericimentos da sua boa e sancta madre, firmamos ali comprir nossos deuotos deseios.

Mes, porque era hedificada a dicta hermida no limiti de Sancta Maria dAueyras e a gouernança e aministraçom della perteencia de derecto ao prior da sobredicta, soplicamos ao sancto padre Martinho Quinto que teuesse por bem fazernos della graça e mercee, significandolhe nosso fiel

Copyrighted material

e deuoto proposito e uoontade. E o sancto padre, enclinado aa nossa soplicaçom e honesto requerimento, nolla outorgou e concedeo, contanto que, de nossos beens ou dizimas das terras que nouamente mandassemos abrir e laurar, contentassemos a dicta igreia de Sancta Maria dAueyras e prior della, assijnando em esta causa por juiz comisayro dom Aluaro, bispo do Algarue que entom era; o qual, acceytando a comisam, segundo ordem de derecto, fez chamar perante sy nos, de hũa parte, e Vaasco Dominguez, prior da dicta igreia dAueyras, da outra.

O qual, preguntado e requerido de quantas rendas entendia, segundo Deus e conciencia, que a dicta Sancta Maria dAueyras seeria bem satisfeita, rrespondeo que per doze moyos de trigo em cada hũu anno e que de tanto el era bem satisfeito e contento, prazendo a nos de lhos dar em cada hũu anno pera todo senpre. E nos, preguntado se nos prazia de lhe dar os dictos doze moyos, rrespondemos que sy. E logo obrigamos nossas rendas a dar e entregar compridamente os dictos doze moyos de trigo ao dicto prior, seendo el bem contento; e assy recebeo dello nossa carta. E, ueendo o dicto bispo e juiz comissairo o contentamento de hũa e de outra parte, julgou per sentença definitiua, que nom foy apellada mes ledamente recebida, que nos dally adiante ouuessemos a dicta hermida com seus derectos e rendas liuremente e o prior ouuesse os dictos doze moyos de trigo.

A qual sentença, leuda e poblicada, logo per nossos procuradores, mandamos tomar posse da dicta hermida com entrega de joyas, a saber panos, paramentos, uestimentas, cruzes, callezes, frontaaes e outras cousas que per o dicto prior logo forom entregues, como mais compridamente som contheudas em o auentairo fecto das sobredictas joyas e cousas. As quaaes, per nosso mandado, recebeo frei Gil Lobo, nosso confessor, ao qual as mandamos entregar com determinaçom de fazer pura doaçom da dicta hermida e cousas que a ella perteecem aa ordem de Sam Francisco, segundo nosso proposito, a qual agora liuremente fazemos pera todo sempre ualedoira, per esta nossa carta. E entregamos compridamente ao ministro da dicta ordem, frey Afonso do Paraiso, bacharel em sancta theologia, a dicta hermida com todas suas oficinas, joyas, calezes, cruzes, uestimentas, paramentos e todas outras cousas que a dicta ordem pode receber com pureza de boa conciencia, reseruando pera nos senhorio e propriedade de todallas outras cousas de que a dicta ordem nom he capaz nem pode auer com guarda e obseruancia de sua regra, assy como som pumares, vinhas e oliuaaes, paaços de nossa pousada e ajnda esmolas ou rendas de tal condiçom que os frades da dicta ordem nom podem receber sem perjuizo de sua profissom; querendo que hũa pessoa, em nosso nome e per nosso mandado, que nos asynarmos, receba, tenha as dictas rendas e esmollas e as despenda assy como per esmolla em necessidades dos frades que na dicta casa morarem, quando per o guardiam for requerido, reseruando a nos

sempre propriedade dellas e senhorio, e a nos seia theudo de dar conto com recadaçom e nom aos dictos frades.

Queremos ajnda e outorgamos que dos pumares, ortas e vinhas que lhes per nos som encomendadas possam husar a seu proueito e a sua recreaçom e consollaçom temporal, sayndo, andando, spaçando em elles e lograndose dos fruytos delles, reseruando, como dicto he, propriedade e senhorio a nos.

Jtem, encomendamos ao ministro que ora he e a quaaesquer outros que depois delle ueherem que lhes praza, por o nosso, teer cuydado da dicta hermida e moesteiro e pouoalo sempre em seus capitollos de boons e honestos frades, que uyuam enna obseruancia da regra e comunydade; ca esta foy e he nossa deuaçom e uoontade. E o conto delles ataa doze e treze com o prelado, rogando e encomendando que nẽhũu destes moradores que hi forem asynados seiam de ydade meor de xx. annos, por squiuar desoluçõoes de moços, por aazo do lugar, que he caminheiro e de grande romaria, cousa de perigoo pera aquelles que discreçom boa e spritual nom ham, e aynda por escusar toruaçom e desoluçom que per os moços aquecem aos uelhos. E nossa teençom he procurar paz e folgança aos que em o dicto moesteiro uiuem e uiueram ao diante, os quaaes com todo o moesteiro e perteenças tomamos so nossa guarda e proteçam e defesa assy como nossos capellãaes e oradores, a que deseiamos fazer sempre mercee e esmola.

E assy o encomendamos a todos os rreys e jfantes que depos nos ueherem que, por seruiço de Nosso Senhor e de sua Santa Madre e algũa parte por nossa contemplaçom, que assy meesmo tenham e tomem o dicto moesteiro e frades delle em sua guarda e defesa, mercee e esmola quando per o guardiam do dicto moesteiro forem requeridos ou elles uirem que lhes he compridoiro ou necessario. Nem consentam que lhes seia feito agrauo algũu contra esta nossa doaçom, graças e priuilegios, jndulgencias ao dicto moesteiro outorgadas e concedidas per o sancto padre; ca nossa uoontade he seerem defesos e guardados em toda liberdade spritual, ficando ao ministro e prelados da dicta ordem reservado o rregimento e gouernança do dicto moesteiro.

O qual regimento e gouernança em as cousas sobredictas rrogamos e encomendamos a elles sobredictos que seia sempre com nosso acordo e dos rreys destes rreynos que ao diante forem, os quaaes a nos praz que aiam pera sempre a propriedade e senhorio de todallas cousas suso scriptas na forma e modo que pera nos ressaluamos. E lhe pedimos que lhe praza continuadamente mandarem dar aa igreia dAueyras doze moyos de trijgo, segundo per nos he ordenado. E, posto que faleça de sse poderem auer pellas rendas que lhe nos asijnamos, que elles lhas façam dar per outras, em tal guisa que a dicta igreia aia boo pagamento.

E, por renembrança e firmeza de todo esto, mandamos fazer duas cartas de hũu theor, assijnadas per nos e aseeladas do nosso seello, das

quaaes esta mandamos entregar ao dicto frei Gil Lobo, pera a teer no dicto logar de Sancta Maria, e a outra mandamos lançar na torre do castelo da cidade de Lixboa, em que jazem as scripturas.

Dada na dicta cidade, iij dias de julho. Vicente Dominguez a fez. Era do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e cccc.xxxj annos.

(as.) Jfante.

No verso, assinada: Fernam/Fogaça.

169

5 AGOSTO 1431

Representação da cidade de Silves a el-rei D. João I contra o facto de pretenderem alguns habitantes da aldeia de Alvor deixar a sua jurisdição e passar à do infante D. Henrique, a quem se ofereceram e convidaram a transformar a dita aldeia em vila, com a resposta do monarca.

ANTT., *Cortes*, Suplemento n.º 4, doc. 36, entre vários Capítulos de Cortes da cidade de Silves, transcritos em carta régia, dada em Lisboa, a 5 de Agosto de 1431. Original em pergaminho.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A vos, juizes, concelho e homens boos da nossa çidade de Sillue[s] e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que nos vjmos hũus capitollos que nos da uossa parte fforom presentados, em os quaes, antre as outras cousas, era conthudo que essa çidade e seus termhos senpre fforam da nossa coroa rreall e da nossa jurdiçom; e que ora nouamente alguns (1) da aldea dAluor, que he termho dessa çidade, sse fforom ao jffante dom Anrrique, meu ffilho, e sse fezerom seus, dizendolhe que nos pedisse a jurdiçom da dicta aldea e os fezesse isentos da jurdiçom da dicta çidade e fezesse a dicta aldea villa e a ouuesse pera ssy; e que o dicto jffante dom Anrrique meu filho uos scpreuera sobre ello

(1) No ms. *algũa*.

e vollo enviara pedir, ao quall uos derades em rresposta que erades nossos e a dicta alldea e que o nom fariades; e que porem nos pediades por merçee que nom consentissemos que a dicta çidade e termhos della com sua jurdiçom fosse doutrem, saluo nossa e da nossa coroa, como senpre fora, e po[se]semos tall castigo aos da dicta aldea, que outra vez nom ousasem esto mais fazer.

A este capitollo nos rrespondemos e mandamos que, se a dicta aldea he do termho dessa çidade e a jurdiçom della, que assi (2) seja e nom doutro nẽhũu.

170

9 AGOSTO 1431

Letras Quoniam ut ait, *do papa Eugénio IV, a solicitar protecção para Tomé, sacerdote abissínio, na sua viagem de regresso à pátria, de visita a Roma, e a conceder indulgências a quem o ajudar.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 370, fl. 32.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Uniuersis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Quoniam, ut ait apostolus, omnes stabimus ante tribunal Christi recepturi, prout in corpore gessimus, siue bonum siue malum, oportet nos diem messionis extrenuis (1) operibus misericordie preuenire et eternorum intuitu seminare in terris quod, retribuente Domino, cum multiplici fructu in celis recolligere ualeamus, firmam spem fidutiamque tenentes quoniam quj parce seminat parce et metet et quj seminat in benedictionibus de benedictionibus metet vitam eternam.

Cum itaque dilectus filius Thomas de Ethiopia sacerdos, ut asserit, quj zelo deuotionis et feruore fidei de longinquis Ethiopie partibus innumerabilibus periculis et laboribus se exponens, ad visitanda apostolorum limina est profectus, ad patriam suam cupiat, auxiliante Domino, remeare et pauper sit nec sine aliorum christifidelium auxilio implorando reuerti

(2) No ms. *asio* por *asst.*

(1) No ms. *extrenis.*

valeat ullo modo; nos pium existimantes et inter precipua caritatis opera inopes peregrinos et procul a patria laborantes aliquo pietatis officio subleuare, vniuersitatem vestram et vestrum singulos rogamus et hortamur in Domino quatenus, de bonis uobis a Deo collatis, ad sustentationem itineris eiusdem Thome pias elemosinas et grata caritatis subsidia erogetis, ut per hoc et alia bona que, Domino inspirante, feceritis opera ad eterne possitis felicitatis gaudia peruenire. Nos enim, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus vere penitentibus et confessis, quj ad sustentationem et releuationem inopie huiusmodj manus porrexerint adiutrices, quadraginta dies de iniunctis eis penitentijs misericorditer relaxamus presentibus, post vnum annum a data presentium minime ualituris.

Datum Rome, apud sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo primo, quinto jdus augusti, pontificatus nostri anno primo.

171

10 AGOSTO 1431

Carta do infante D. Duarte, em nome de el-rei e no seu, a confirmar a Diogo Lopes de Sousa, seu mordomo-mor, o lugar da Ameixoeira que, a pedido daquele infante, lhe fora doado vitaliciamente pelo infante D. Henrique, a quem o Santo Padre provera no Mestrado da Ordem de Cristo por morte do Mestre D. Lopo Dias de Sousa.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72, entre os documentos inumerados dos infantes. Original em pergaminho. Teve selo pendente e assinatura, naturalmente de D. Duarte, em parte do pergaminho cortada.

Eduarte, pella graça de Deus jfante primogenito, herdeiro nos rregnos de Purtugall e do Algarue e senhorio de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, per morte de dom Lopo Diaz de Soussa, meestre que foy da hordem de Christos, cuja alma Deus aja, o Padre Santo proveeo do dicto meestrado (1) ao jfante dom Anrrique meu

(1) Aliás no governo e administração da Ordem, em 1420 (Cfr. o nosso vol. 2, DOCS. 179 a 183 e 194).

jrmãao, ao quall, tanto que foy em posse delle, rrequeremos que lhe prouuesse de dar a Diego Lopez de Soussa, nosso moordomo moor, o lugar dAmexoeira em sua ujda, com todallas rrendas, dereitos, perteenças que a dicta hordem neelle ha. E, per bem de nosso rrequerimento, ao dicto meu jrmãao prouue de o dicto Diego Lopez auer o dicto lugar com todallas coussas susso dictas em sua vida dell, dicto Diego Lopez, contanto que lhe nom fosse descontado de seu aseentamento que auja ante que do dicto meestrado fosse proueudo outro tanto quanto o dicto lugar rrendia.

E, veendo nos que seu rrequerimento era rrazoado e por segurança sua e do dicto Diego Lopez, fallamos sobrello a elrrej meu ssenhor que lhe nom mandasse fazer o dicto desconto, segundo rrequeria. E a ell prouue dello, por fazer merçee ao dicto Diego Lopez. E asy ouue per seu outorgamento e nosso e do dicto meu jrmãao o dicto lugar dAmexoeira.

E ora, ell nos disse que lhe era neçesario, por çertidõoe dello e segurança sua, auer nossa carta de como lhe o dicto lugar he dado, pedindonos por merçee que lha mandasemos dar. E, visto per nos seu justo e rrazoado rrequerimento, a nos praz. E porem certificamos que, por prazer e outorgamento delrrej meu ssenhor e nosso e do dicto meu jrmãao, foy e he dado o dicto lugar com todallas rrendas, dereitos e perteenças, ao dicto Diego Lopez, em sua vida, como dicto he. E nos, prazendo a Deus, ficamos de lho asy fazermos conprir e guardar sem outra nhũa contradiçom.

E, em rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asijnaada per nos e aseelada do nosso seello do chumbo, per a quall mandamos a todallas justiças que o mantenham em posse do dicto lugar e lhe façam auer e rresponder com todallas rrendas, derectos e perteenças, trabutos e foros que os moradores do dicto lugar deuem de dar, asy e per a guissa que de derecto ssom ou forem obligados a dar e pagar ao dicto meu jrmãao ou quem teuer o senhorio da hordem de Christos, ca asy he nossa merçee. Vnde all nom façades.

Dante em Sintra, x dias dagosto. Ruj Galuom a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} xxxj annos.

Ao fim, em letra de outra mão: Vigairo amjgo. Diogo Lopez de Sousa tijnha estas cartas. E porque eram oudiossas aa ordem, demandeihas e briteilhe os sinaes e os seelos e, por nom vijnr aalgũa duujda, uollas enujo alla, pera as guardardes. Scripto em Soure, ij dias de mayo 1442.

(as.) J. d. a. (1).

No verso do pergaminho, pública-forma da entrega da carta, de 1432.

(1) Jfante dom anrrique.

172

22 SETEMBRO 1431

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao infante D. Duarte de Portugal, a acusar a que ele lhe endereçara pelo escudeiro de sua casa Fernão Lopes e a responder-lhe que, de momento, por necessidades que lhe ocorreram, não pode satisfazer o que lhe deve do tempo passado do dote da infanta D. Leonor, sua mulher; pelo que lhe manda 5.000 florins de ouro de Aragão pelo conde de Ourém e pede-lhe que tenha paciência; pois, logo que possa, lhe satisfará o mais.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2688, fl. 7.

Muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado hermano. Nos elrrey dAragon, de Sicilia etc., vos embiamos muyto a saludar, como aquel que muyto amamos et pora quien querriamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanta pora nos mesmo deseamos.

Muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado hermano. Por Ferran Loppez, scudero de vuestra casa, hauemos recebido vuestra letra, la qual entendida, vos respondemos que ya sea nos hayamos hauido e haiamos de present tanta voluntat e affeccion en fazervos responder delo que vos es deuido del tiempo passado, del dot de la muy jllustre principessa vuestra muler e nuestra muy cara e muy amada hermana, que deuedes hauer de nos quanto vos hauedes de recebirlo; pero, por causa de las grandes necessidades que nos han occorrido, a las quales no podiamos fallecer, no lo hauemos podido fazer e complir segunt deseauamos, de que hauemos no poco desplazer.

Pero, de present, por suplir en ello algun tanto, hauemos mandado dar e librar al agregio conde dOuren, vuestro sobrino, cinquo mil florines doro dAragon quj aquellos ha recebido por vos, e muy breument speramos de vos scriuir del tiempo que vos poremos dar otras quantidades, porque la hora podades embiar por aquellas; rogantesvos, muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado hermano que, consideradas las ditas cosas,

---

(1) Nos termos do respectivo contrato matrimonial, de 16 de Fevereiro de 1428, o rei aragonês devia pagar 100.000 florins de ouro de Aragão durante 10 anos, à razão de 10.000 por ano. (Cfr. o nosso DOC. 91, pp. 183-84).

haiades paciencia, tomando agora los dictos cinquo mil florines e supportedes algun tanto como nos, en semellant caso, fariamos por vos. car nos, sin dubdo alguno, vos lo hauremos en plazer singular, el qual muyto vos agradeceremos; certificantesvos que de aquesto hauremos tanto cargo e cura, como si nos lo hauiamos de recebir, segunt experiencia mostrara.

E si otras cosas, muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado hermano, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, embiatlas nos a dezir, car nos las compliremos de muy buena voluntat. E sea la Sancta Trinidat vuestra curosa guarda.

Dada en Barchinona, a xxij de setiembre del anyo mil cccc.xxxj. Rex Alfonsus.

Al muy jllustre princep el jnfant don Odoart, primogenjto de Portogal, nuestro muy caro e muy amado ermano.

Dominus rex mandauit michj Johannj Olzina.

Prouisa.

173

24 SETEMBRO 1431

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a sua irmã a infanta D. Leonor, a acusar a que lhe enviara por Fernão Lopes, portador da presente, à qual responde dizendo que mandara entregar 5.000 florins de ouro de Aragão ao conde de Ourém para o ilustre príncipe seu marido e que, por ora, consideradas suas precisões, nada mais pode mandar, mas em breve o avisará de quando o pode fazer.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2688, fl. 7.

Muy jllustre principessa, nuestra muy cara e muy amada hermana. Nos elrey dAragon, de Sicilia etc., vos embiamos muyto a saludar, como aquella que muyto amamos e pora quien querriamos diesse Dios tanta salut, prosperidat e buena ventura quanto vos mesma deseades.

Muy jllustre principessa, nuestra muy cara e muy amada hermana. Vuestra letra hauemos nueuamente recebido por Ferran Lopez, portador de la present, ala qual vos respondemos que hauemos mandado dar e librar al egregio conde dOuren cinquo mil florines doro dAragon por el jllustre

princep vuestro marido, nuestro muy caro e muy amado hermano, al qual scriujmos rogandolo muy affectuosament que, consideradas nuestras necessidades, tome aquellos pora agora con paciencia, car nos muy breument le scriujremos a que tiempo le poremos dar otras quantidades.

Por que, muy jllustre principessa, nuestra muy cara e muy amada hermana, vos rogamos assi affectuosament como podemos e encargamos que, por nuestra contemplacion e amor, fagayes con el dito princep vuestro marido que, por agora, consideradas las ditas cosas, se contente de aquesto, suportandonos con paciencia, como nos fariamos a el en semblant caso, car cosa sera que hauremos a plazer singular, el qual muyto vos agradescemos.

E, si cosas algunas, muy jllustre principessa, nuestra muy cara e muy amada hermana, vos son plazientes de nuestros regnos e tierras, embiat las nos a dezir, car nos las compliremos de muy buena voluntat. E sea vuestra curosa guarda la Sancta Trinidat.

Dada en la ciudat de Barchinona dius nuestro siello secreto, a xxiiij dias de setiembre del anyo mil cccc.xxxj. Rex Alfonsus.

A la muy jllustre principessa la jnfanta dona Elionor, primogenjta de Portogal, nuestra muy cara e muy amada ermana.

Dominus rex mandauit michi Johannj Olzina.

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas no presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancillería Real, Registros: n.º 2386, fl. 103; n.º 2577, fls. 32 v., 106 r. e v., 170, 171 r. e v. e 173; n.º 2578, fls. 55 r. e v.; n.º 2579, fls. 39, 77 v., 78 e 85; n.º 2580, fl. 107; n.º 2613, fls. 112, 114 r. e v., 116 r. e v. e 119 v.; n.º 2677, fls. 54 e 92 v.; n.º 2680, fls. 111 v., 146 e 165; n.º 2681, fls. 175 v. e 176; n.º 2683, fls. 59 r. e v.; n.º 2687, fls. 9 v. e 11 v.; n.º 2688, fl. 7; n.º 2689, fl. 15; n.º 2692, fls. 13 v., 18 v., 19 r. e v., 28 e 111; e n.º 2712, fl. 70 v. *Clavería Comuna,* liv. 48, fl. 1.

BRUGES

Stadsarchief

Stadscartularium, *Groenenbouc A,* fl. 150 v.

BURGOS

Archivo del Ayuntamiento

Actas, año 1929, fls. 42 e 53.

COIMBRA

Arquivo da Câmara Municipal

Cartas originais dos Infantes, n.º 15.

Biblioteca Geral da Universidade

Mss. n.ºs 439 e 493.

ESCORIAL

Ms. ii, T. 12.

FLORENÇA

Biblioteca Medicea Laurenziana

Fondo Ashburnam, cód. 885, fls. 1 e ss.; e cód. 1792, t. 1, pp. 1, 8, 95, 121, 201, 205, 211, 219, 225, 231, 235, 279, 281, 333, 355-56 e 376.

LISBOA

Arquivo Histórico da Câmara Municipal

Místicos de Reis, liv. 1, fls. 9 e 10.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Além-Douro, liv. 1, fl. 187, e liv. 4, fl. 133 v. *Alfândega do Funchal*, n.º 1150, fl. 101. *Bulas*, maço 5, n.ºs 3 e 10; maço 26, n.º 12. *Chancelaria de D. Afonso II*, fl. 75. *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fls. 188r. e v.; liv. 4, fls. 19, 29v., 33 v., 38, 44, 71r. e v., 72r. e v., 74, 78, 92, 94 v., 107 v., 109 e 117r. e v.; liv. 5, fls. 99, 135 v. e 136. *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 18. *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 113; liv. 19, fls. 17, 19 e 20; liv. 20, fls. 38 v. e 40 r. e v.; liv. 24, fl. 25; e liv. 38, fl. 4 v. *Chancelaria de D. João II*, liv. 17, fl. 64. *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72 (inumerados); caixa 116, maço 1, n.º 15; caixa 135, maço 1, n.º 42, e maço 2, n.º 6; caixa 137, maço 1, n.º 30. *Colecção de S. Lourenço*, vol. 1, fls. 1 e ss. *Colegiada de Santa Iria de Santarém*, maço único, doc. 3, fl. 7. *Convento de Chelas*, caixa 1, maço 1, n.º 19. *Convento de Cristo de Tomar*, maço 10, n.º 1352; maço 51, n.º 40; e maço 55, n.º 2. *Cortes*, maço 2, n.º 14 «Capítulos Místicos», fl. 78; Suplemento n.º 4, doc. 36. *Estremadura*, liv. 3, fl. 247 v., e liv. 11, fl. 180. *Gavetas*, 3, maço 7, n.º 12; 16, maço 1, n.º 8; 17, maço 1, n.º 2, maço 4, n.º 8, maço 6, n.º 19 e maço 8, n.º 4; 18, maço 4, n.º 19 e maço 11, n.º 4. *Leis*, maço 1, n.º 148. *Livraria* (Manuscritos), cód. 1928, fls. 17, 24 e ss. e 52 v. *Livro dos Mestrados*, fls. 132 e 154 r. e v. *Místicos*, liv. 2, fl. 36 v.; liv. 3, fls. 130 v., 133 v., 217 e 260 r. e v. *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 119; cód. 233, fl. 148 v; cód. 234, parte 1, fls. 51 v. e 73, e parte 2, fls. 36 v., 37, 57 r. e v., 60 v., 68 e 91; cód. 235, parte 3, fl. 5 v., e parte 4, fl. 10 v. *Pergaminhos do Convento de Cristo de Tomar*, caixa 2, maço 1, n.º 9, maço 2, n.ºs 16 e 17, e maço 2A, n.º 18. *Reforma das Gavetas*, liv. 7, p. 133.

Biblioteca Nacional

Fundo Geral, cód. 3390, fls. 26, 32, 45 e 47; cód. 3776, fl. 195; cód. 4446, fls. 12, 53, 61 e 69; cód. 8920, fl. 249. *Colecção Pombalina*, cód. 147, fls. 173, 176, 249 e 254 v.

LONDRES

British Museum

Additional, ms. 20.922, fl. 30 v.

LOUSÃ

Arquivo da Câmara Municipal

Pergaminhos, n.^{os} 9 e 30.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Fond portugais, n.° 5 e n.° 20, fl. 87, e cód. 42, fl. 129 v. *Mss. de Baluze*, arm. 5, caixa 6, n.° 2. *Ms. latino* 7416^{a}.

PORTO

Arquivo Distrital

Arquivo do cabido, Pergaminhos, liv. 6, doc. 2. *Convento de S. Domingos do Porto*, vol. 26.

Biblioteca Pública Municipal

Ms. 80 F. A., fl. 117 v.; *ms.* 544, cap. 32.

Gabinete de História da Cidade

Pergaminhos, liv. 3, docs. 19 e 85. *Livro A)*, fls. 41 v. e 70 v. *Livro B)*, fl. 206.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Armadios: 29, vol. 8, fl. 10; e 39, vol. 5, fl. 252 v. *Regestum Lateranense,* vol. 212, fl. 12; vol. 213, fl. 196; vol. 217, fls. 201 e 202 v.; vol. 219, fl. 136; vol. 220, fl. 45; vol. 233, fl. 149; vol. 234, fls. 7, 47 e 208; vol. 260, fl. 270; vol. 263, fls. 49, 64 v., 65 r. e v., 66 e 241; vol. 270, fls. 37 e 270 v. *Regestum Vaticanum,* vol. 355, fl. 155 v.; vol. 359, fls. 6 v. e 176; e vol. 370, fl. 32. *Regestum Supplicationum,* vol. 151, fls. 85 v. e 274; vol. 152, fl. 70; vol. 159, fl. 101; vol. 162, fl. 214; vol. 167, fl. 39 v.; vol. 179, fl. 29; vol. 188, fl. 279; vol. 199, fls. 44 v., 99 v., 205, 223 v. e 224; e vol. 219, fl. 215.

Bibliotheca Apostolica Vaticana

Chigi, códs. D-VII-101, fl. 1, e E-VII-208, fl. 456.

SIMANCAS

Archivo General

Patronato Real, Tratados con Portugal, Legajo 49, fls. 16 e 17.

TOMAR

Arquivo da Misericórdia

Volumes 71, fl. 234 v., e 77, fl. xxxx.

VISEU

Arquivo Distrital

Arquivo do cabido, Pergaminhos, maço 13, doc. 95; maço 32, doc. 6; maço 35, doc. 46; maço 36, doc. 11; e maço 39, doc. 24.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e os títulos das obras citadas no presente volume: para os autores portugueses pela ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores, especialmente a respeitante aos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias.

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. — *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez. I. — Summa do bullario portuguez.* Coimbra, 1895.

AGUADO DE CORDOBA, F. — *Bullarium equestris ordinis sancti Jacobi de Spatha.* Madrid, 1719.

ALBUQUERQUE, Luís. — *Introdução à História dos Descobrimentos.* Em publicação na «Atlântida», de Coimbra.

ALBUQUERQUE, Mário Correia Teles de Araújo e. — *A Expansão Portuguesa e o problema da liberdade dos mares.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 3, Lisboa, 1940, pp. 161-73.

— *O significado das Navegações e outros ensaios.* Lisboa, 1930.

ALDASY, Antal de. — *Les rapports de Sigismond avec le royaume d'Aragon* (Trad. del húngaro por Oliver-Brachfeld). Nos «Estudis Universitaris Catalans», vol. 20, 1935.

ALFO, A. R. — *Sobre la fundación de la Orden de Calatrava.* 1917.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História da Igreja em Portugal,* ts. 1 e 2, Coimbra, 1910. Do tomo 1 há segunda edição, Coimbra, 1930.

— *História de Portugal,* ts. 2 e 3, Coimbra, 1923 e 1925.

ALTMANN, Wilhelm. — *Die Urkunden Kaiser Sigmunds (1410-1437).* Innsbruck, 1896-1900, 2 vols.

ALVES, P. Francisco Manuel. — *Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa.* Coimbra, 1933.

AMZALAK, Moses Bensabat. — *La Méditerranée et les découvertes maritimes des portugais.* Lisboa, 1951.

ANGLÈS, Higinio. — *La música española desde la Edad Media hasta nuestros días.* Barcelona, 1941.

— *La música en la corte del rey Don Alfonso V de Aragón.* Em «Spanische Forschungen der Görres-Geselschaft», I, Bd. 8.

ARAGÃO, Maximiano de. — *Viseu* (Apontamentos Históricos), t. 2, Viseu, 1895.

ARCELIN, A. — *Morimond et les milices chevaleresques d'Espagne et de Portugal.* Chaumont, 1864.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. — *Catalogo V. Patronato Real (834-1851).* Edición completa. Tom. 1, Valladolid, 1946.

ARCHIVO HISTORICO PORTUGUEZ. Vol. 4, Lisboa, 1906.

ASCHBACH, Joseph. — *Geschichte Kaiser Sigmunds.* Hamburg, 1838-45, 4 vols.

AZEVEDO, Pedro A. de. — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Coimbra, 1915 e 1934, 2 vols.

AZEVEDO, Ruy Pinto de. V. — *DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES.*

BAKER, J. N. L. — *Histoire des découvertes géographiques et des explorations.* Paris, 1949.

BALLESTEROS Y BERETTA, D. Antonio. — *Historia de España y su influencia en la Historia Universal.* Vol. 3, t. 3, parte 1, 2.ª ed., Barcelona-Madrid, etc., 1948; Vol. 4, t. 3, parte 2, 2.ª ed., *ibi,* 1948.

BARBOSA, António. — *Instrumentos náuticos da época dos descobrimentos marítimos: sua importância histórica.* Em «O Instituto», vol. 74, Coimbra, 1927, pp. 470-534.

— *História da sciência náutica portuguesa.* Coimbra, 1927.

Copyrighted material

— *Arte de navegar dos portugueses na época dos Descobrimentos.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, pp. 231-68.

— *Origem da Navegação astronómica. Navegação pela altura do polo. Regimento da Estrela do Norte. O Infante «inventor da carta plana». A «Escola Náutica de Sagres».* No «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, vol. 1, Porto, 1938, pp. 423-40 e 561-72.

— *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa da época dos Descobrimentos.* Porto, 1948.

— *Origem e evolução da cartografia náutica portuguesa na época dos Descobrimentos.* Lisboa, 1938.

— *Astronomia e cartografia náutica portuguesa durante os Descobrimentos.* Lisboa, 1944.

BARRIENTOS, Don Lope. — *Refundición de la Crónica del halconero. Por el obispo...* (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

BARROS, Henrique da Gama. — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV,* 2.ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, 1945-54.

BARROS, João de. — *Ásia. Década Primeira.* Coimbra, 1932.

BASTO, Artur de Magalhães. — *O Porto e a era dos Descobrimentos.* Barcelos, 1932.

— *O Porto dos Descobrimentos.* Em «Nova Monografia do Porto», Porto, 1938.

— *O «Portuense» Infante D. Henrique* (Comemoração da data da morte do Infante). No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 61, Lisboa, 1943, pp. 259-77.

BATTELLI, Guido. — *L'Abate Don Gomes Ferreira da Silva e i portoghesi a Firenze nella prima metà del Quattrocento.* Nas «Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e Documenti», Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 149-163.

— *Due celebri monaci portoghesi in Firenze nella prima metà del Quattrocento: L'Abate Gomes e Velasco di Portogallo.* No «Archivio Storico Italiano», vol. 96, 1938, pp. 218-227.

BECKMAN. — *Der Kampf Königs Sigismunds gegen werdende Weltmacht des Osmanen, 1392-1437.* Gotha, 1902.

BENAVIDES, A. — *Historia de las Ordenes de Caballeria,* t. 1, Madrid, 1865.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. — *Rainhas de Portugal.* Estudo historico com muitos documentos. Lisboa, 1878-79, 2 vols.

BENSAÚDE, Joaquim. — *L'astronomie nautique au Portugal a l'époque des grandes découvertes.* Bern, 1912.

— *Origines du plan des Indes.* Coimbra, 1930.

— *Lacunes et surprises de l'Histoire des Decouvertes Maritimes.* 1.ª partie, Coimbra, 1930.

— *Études sur l'histoire des découvertes maritimes.* Coimbra, 1931.

— *A Cruzada do Infante D. Henrique.* Lisboa, 1942.

— *O roteiro de Flandres e D. João I.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 62, Lisboa, 1944, pp. 344-67.

BIBLIOGRAFIA HENRIQUINA. Lisboa, 1960, 2 vols.

BLOCH, M. — *La société féodale.* Paris, 1939-40, 2 vols.

BONENFANT, P. — *Philippe le Bon.* 2.ª ed., Bruxelles, 1955.

BOUTRUCHE, R. — *Seigneurie et féodalité,* t. 1, Paris, 1959.

BRAGA, Theophilo. — *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza.* Tom. 1, 1289 a 1555, Lisboa, 1892.

BRAGADIN, Marc'Antonio. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes.* Venise. — Amalfi. — Pise. — Gênes. Traduit de l'italien par R. Juffé et R. Jouan. Paris, 1955.

BRANDÃO (Mário) e ALMEIDA (Manuel Lopes de). — *A Universidade de Coimbra.* Esbôço da sua história. Coimbra, 1937.

BRÁSIO, C. S. Sp., P. António. — *Do Último Cruzado ao Padroado Régio.* Na rev. «Stvdia», n.º 3, Lisboa, 1959, pp. 124-54.

— *A acção missionária no período henriquino.* Lisboa, 1958.

Copyrighted material

BRUCHET, M. — *Archives départamentales du Nord. Répertoire numérique.* Série B (Chambre des comptes de Lille). Lille, 1921.

BULLARIUM FRANCISCANUM. Vol. VII, ed. a Conrado Eubel, Romae, 1904.

BULLARIUM Ordinis de Calatrava. Madrid, 1761.

BULLARIUM ROMANUM. V. — MAGNUM BULLARIUM ROMANUM.

BURON, Edmond. — *Imago Mundi, par Pierre d'Ailly, cardinal de Cambrai et chancellier de l'Université de Paris (1350-1420).* Paris, 1930, 3 vols.

CABREIRA, António. — *Portugal nos mares e nas sciências.* Lisboa, 1929.

CAETANO, Marcelo. — *As Cortes de 1385.* Na «Revista Portuguesa de História», t. 5, vol. 2, Coimbra, 1951, pp. 5-86.

CALMETTE, Joseph. — *La société féodale,* 6.ª ed., Paris, 1947.

CANELLAS LOPEZ, Angel. — *El reino de Aragón en los años 1410-1458.* Palma de Mallorca, 1955.

— *Panorama de la historia interna de Aragón en los años 1410 a 1458.* Zaragoza, 1959.

— *Algunas proyecciones económicas y comerciales de Aragón en el siglo XV.* Zaragoza, 1958.

CANIVEZ, Joseph. — *Statuta Capitulorum Ordinis Cisterciensis ab anno 1116 ad annum 1786.* Louvain, 1933.

CANTERA BURGOS, Francisco. — *Alvar García de Santa María y su familia de conversos. Historia de la Judería de Burgos y de sus conversos más egregios.* Madrid, 1952.

CAPELLI, A. — *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo.* 2.ª ed., Milano, 1930.

CARACI, Giuseppe. — *Italiani e Catalani nella primitiva cartografia nautica medievale.* Roma, 1959.

CARO DE TORRES, Francisco. — *Historia de las Ordenes Militares de Santiago, Calatrava y Alcantara, desde su fundación hasta el Rey dom Felipe II, administrador perpetuo dellas.* Madrid, 1629.

CARRERAS ZACARÉS, Salvador. — *Ensayo de una Bibliografia de libros de fiestas celebradas en Valencia y su Antiguo Reyno.* Valencia, 1926.

CARRÈRE, Claude. — *Le droit d'ancorage et le mouvement du port de Barcelone au milieu du XV^e siècle.* Em «Estudios de Historia Moderna», vol. 3, 1953.

CARRILO DE HUETE, Pedro. V. — *CRÓNICA del Halconero de Juan II.*

CARTELLIERI, O. — *La cour des ducs de Bourgogne.* Trad. franc., Paris, 1946.

CARVALHO, António Lopes de. — *Guimarães em Ceuta.* Guimarães, 1954.

CARVALHO, Joaquim de. — *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV.* Vol. I (e único), Coimbra, 1949.

CASTRO (ALVELOS), Miguel de Mello e. — *A heráldica do Infante Dom Henrique.* Com desenhos do Autor. Lisboa, 1960-61, Separata da rev. «Ocidente».

CERONE, Francesco. — *La politica orientale di Alfonso di Aragona.* No «Archivio storico per le provincie napolitane», vol. 27, 1902, pp. 3-93, 380-456, 555-634 e 774-852; vol. 28, 1903, pp. 154-212.

CHEYNEY, Edward. — *The Dawn of a new era.* New-York and London, 1936.

CICERONIS, Marcus Tullius. — *De Senectute.*

COCHERIL, P. Maur. — *Calatrava y las Ordenes Militares Portuguesas.* Em «Cistercium», Viaceli, 1958, e Ciudad Real, 1959.

— *Essai sur l'origine des Ordres Militaires dans la Péninsule ibérique.* Westmalle, 1959.

Copyrighted material

— *Recherches sur l'Ordre de Cîteaux au Portugal.* No «Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», nouv. série, t. 22, Lisbonne, 1960, pp. 30-102.

COELHO (Henrique Trindade) e BATTELLI (Guido). — *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Itália.* Florença, 1934-35, 4 vols.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas.* Lisboa, 1892.

COLL, Nuria. — *Aspectos del corso catalán y del consorcio internacional en el siglo XV.* Nos «Estudios de Historia Moderna», vol. 4, 1954.

CONDEIXA, Visconde de. — *O mosteiro da Batalha em Portugal.* Lisboa, 1892.

CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. — *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel.* 2.ª ed., revista e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra, 1922.

CORDEIRO, P. António. — *Historia insulana das ilhas a Portugal sugeitas no occeano occidental.* Lisboa, 1866, 2 vols.

CORDEIRO, Luciano. — *Inscripções portuguezas.* Em «Arte Portugueza», Lisboa, 1895.

CORREIA, Vergílio. — *Batalha.* Estudo histórico-artístico-arqueológico do Mosteiro da Batalha. Porto, 1929-31, 2 vols.

CORTESÃO, Armando Zuzarte. — *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (Contribuição para um estudo completo). Lisboa, 1935.

CORTESÃO, Jaime. — *O descobrimento das Canárias.* No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa», vol. 19, Lisboa, 1925, pp. 256-58.

— *O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte.* Na «História de Portugal», de Barcelos, t. 3, 1931, pp. 352-384.

— *O Franciscanismo e a Mística dos Descobrimentos.* Na rev. «Seara Nova», n.º 301, de 2 de Junho de 1932, pp. 198-204.

— *Os Descobrimentos Portugueses.* Vol. I, Lisboa, 1960.

COSTA, Abel Fontoura da. — *A marinharia dos Descobrimentos.* Lisboa, 1939.

— *La science nautique des portugais à l'époque des découvertes.* Lisboa, 1935.

— *La lieue marine des portugais aux XV^e^ et XVI^e^ siècles.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 56, Lisboa, 1938, pp. 370-79.

— *Bibliografia náutica portuguesa até 1700.* Lisboa, 1940.

— *Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres depois.* No «Arquivo Histórico da Marinha», vol. 1, Lisboa, 1933-36, pp. 25-56 e 251-58.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *O doutoramento em Bolonha do secretário de D. João I — Doutor Lançarote, Conde Palatino e embaixador ao Concílio de Pisa.* Na rev. «Itinerarium», ano 3, Braga, 1957, pp. 202-20.

— *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Na rev. cit., ano 5, Braga, 1959, pp. 419-568.

— *A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique.* Na rev. «Brotéria», vol. 71, Lisboa, 1960, pp. 409-21.

CORREIA, Francisco António. — *História económica de Portugal.* Lisboa, 1929-30, 2 vols.

CROCE, B. — *La corte spagnuola di Alfonso d'Aragona.* Naples, 1894.

CRÓNICA de Don Álvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.

CRÓNICA de Don Juan II. V — PEREZ DE GUZMAN, Fernan.

CRÓNICA del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

DELORME, Jean. — *Chronologie des Civilisations.* Paris, 1949.

DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. V. — MARQUES, João Martins da Silva.

DE WITTE, O. S. B., Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle.* Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», t. 48, Louvain, 1953, pp. 683-718.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara.* Lisboa, 1949.

— *Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do Infante D. Pedro.* Na rev. «Itinerarium», ano 2, Braga, 1956, pp. 424-91.

— *Ainda sobre a identidade de Fr. João Verba.* Na cit. rev., ano 3, Braga, 1957, pp. 479-90.

— *Estudos Henriquinos.* Vol. I, Coimbra, 1960.

DOCUMENTOS (Alguns). — V. [COELHO, José Ramos].

DOCUMENTOS do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis. I. Lisboa, 1957; II. Lisboa, 1958. — Publicação parcial de textos.

DOCUMENTOS para a história da Cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I. — Lisboa, 1947.

— Idem. *Livro I de Misticos. Livro II delRei Dom Fernando.* Lisboa, 1949.

DOCUMENTOS MEDIEVAIS PORTUGUESES. Documentos Régios, vol. 1, t. 1, Lisboa, 1958.

DOEHAERD, R. — *L'expansion économique belge au moyen âge.* Bruxelles, 1946.

DOEHAERD, R., et KERREMANS, Ch. — *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont, d'après les archives notariales génoises (1400-1440).* Bruxelles-Rome, 1952.

D'OLWER, L. Nicolau. — *L'expansió de Catalunya a la Mediterrània oriental.* Barcelona, 1926.

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro.* 2.ª ed., Coimbra, 1942.

DUPRÉ-THESEIDER, Eugenio. — *La politica italiana di Alfonso il Magnanimo.* No «IV Congreso de História de la Corona de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi.* Vol. I, Monasterii, 1913; vol. 2, *ibi,* 1914. V. — *BULLARIUM FRANCISCANUM.*

ESPERANÇA, Fr. Manuel da. — *Historia Serafica da Ordem dos Fradres Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.* Parte I, Lisboa, 1656; Parte II, *ibi,* 1666.

FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo. — *Viajes del Infante D. Pedro de Portugal en el siglo XV.* Madrid, 1903.

FERRAND, Gabriel. — *Instructions nautiques et routiers arabes et portugais des XV^e^ et XVI^e^ siècles.* Paris, 1923.

FERREIRA, Francisco Leitão. — *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* Primeira parte. 2.ª ed., Coimbra, 1937.

FERREIRA, Mons. José Augusto. — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga,* t. 2, Braga, 1930.

FINKE. — *Sigismunds reichstädtischen Politik.* Tübingen, 1860.

FONSECA, Quirino da. — *Os portugueses no mar.* Memórias históricas e arqueológicas das Naus de Portugal. Com um prefácio de Henrique Lopes de Mendonça. Vol. II. — Ementa histórica das Naus portuguesas. Lisboa, 1926.

— *Os navios do Infante D. Henrique.* Lisboa, 1933.

— *A caravela portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas.* Coimbra, 1934.

FONT i RIUS, José Maria. — *Las instituciones de la Corona de Aragón en la primera mitád del siglo XV.* No «IV Congresso de Hist. de la Cor. de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

FOUCHET, Max-Pol. — *Portugal des voiles.* Lausane, 1959.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ª ed., Coimbra, 1921-30, 3 vols.

— *A feitoria de Flandres.* No «Archivo Historico Portuguez», vol. 6, Lisboa, 1908, pp. 322-442.

GARIBAY. — *Compendio historial de las Cronicas,* t. 3, Amberes, 1571.

GARNAULT, Emile. — *Les bourgeois rochelais des temps passés et les causes de la décadence du commerce rochelais.* Na «Revue Historique», t. 70, 1899, pp. 53-67.

GÉNICOT, Léopold. — *Les lignes de faïte du Moyen Âge.* 2.ª ed., Paris, s. d.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés. — *La Edad Media en la Corona de Aragón.* Barcelona, 1941.

GIUNTA, Francesco. — *Aragonesi e Catalani nel Mediterraneo,* t. 1, Palermo, 1953.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.* Lisboa, 1943-46, 3 tomos.

GOMES, Armando Sousa. — *A Vila do Infante e a Escola Náutica.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, vol. 3, t. 1. pp. 78-91.

— *O Mestre Jácome de Maiorca.* No dito vol., pp. 645-51.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro, as «Sete Partidas» e a Génese dos Descobrimentos.* Lisboa, 1955.

GONNARD, René. — *La conquête portugaise.* Découvreurs et Économistes. Paris, 1947.

GRAVIÈRE, Jurien de la. — *Les Marins du XV^ème^ et du XVI^ème^ siècles.* Paris, 1879.

GROUSSET, R. — *Histoire de l'Asie.* 3.ª ed., Paris, 1942.

GUAL CAMARENA, M. — *Las treguas de Majano entre Aragón, Navarra y Castilla (1430).* Em «Cuadernos de Historia de España», n.º 16, Buenos Aires, 1951, pp. 79-109.

GUBERNATIS A SOSPITELLO, Dominicus de. — *Orbis seraphicus.* Ts. I-IV, Romae-Lugduni, 1682-85; V, Romae, 1689; VI, Quaracchi, 1886.

HEATON, Herbert. — *Histoire économique de l'Europe.* Paris, 1950.

HEERS, Jacques. — *Le commerce des Basques en Méditerranée au XV^e siècle.* No «Bulletin Hispanique», vol. 57, 1955.

— *Il commercio nel Mediterraneo alla fine del secolo XIV e nei primi anni del XV.* No «Archivio Storico Italiano», vol. 113, 1955.

HELENO, Manuel. — *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra.* Lisboa, 1933.

HELYOT, P.-H. — *Histoire des ordres monastiques, religieux et militaires.* Paris, 1714-19, 8 vols.

HISTÓRIA da Expansão Portuguesa no Mundo. Vol. 1, Lisboa, 1940.

HUIZINGA, J. — *La valeur politique et militaire des idées de chevalerie à la fin du moyen âge.* Na «Revue d'Histoire Diplomatique», t. 35, 1921.

— *Le déclin du Moyen Âge.* Trad. franc., 2.ª ed., Paris, 1948.

«INDICE Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INDICE chronologico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portuguezes nos paizes ultramarinos desde o principio do seculo XV. Lisboa, 1841.

IORGA, N. — *Geschichte des osmanischen Reichs.* Gotha, 1908-13, 5 vols.

— *Un Print Portughez Cruciat in Tara-Românească a secolului al XV-lea.* Bucaresti, 1926; ou *Un prince portugais croisé en Valachie au XV.^e siècle,* na «Revue Historique du sud-est européen», vol. 3, 1926, pp. 8-43.

— *Histoire des Roumains et de la Romanité orientale.* Bucharest, 1937, 4 vols.

ITALIANO (Un) in Etiopia nel XV secolo. Pietro Rombulo da Messina. Em «Rassegna di Studi Etiopici», ano 1, Roma, 1941, pp. 173-202.

JAVIERRE MUR, Áurea. — *Aportación documental a las relaciones entre Alfonso V de Aragón y el ducado de Milán.* No «IV Congresso de la Hist. de la Corona de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

— *La orden de Calatrava en Portugal.* No «Boletín de la Real Academia de la História», t. 130, Madrid, 1952, pp. 333-343.

JORDÃO, Levy Maria. — *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae.* Tom. I (1171-1600), Olisipone, 1878.

— *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger.* Na «Collecção de Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias» de Lisboa, nova série, t. 2, parte 1, Lisboa, 1858. Reeditada em volume, com aditamentos e correcções pelo autor quando já usava o título de Visconde de Paiva Manso, sob o título de *Historia Ecclesiastica Ultramarina,* t. 1 (e único), Lisboa, 1872.

JOURDAN, J. B. Ernest. — *Ephémérides historiques de la Rochelle.* La Rochelle, 1861-1871, 2 vols.

KERLER, Dietrich. — *Deutsche Reichstagsakten unter Kaiser Sigmund: Dritte Abtheilung 1427-1431.* Em «Deutsche Reichstagsakten», vol. 9, Gotha, 1887, pp. 406, 425 e 431.

KIMBLE, H. T. — *Geography in the Middle Ages.* London, 1938.

LAGRANGE, A. de. — *Itinéraire d'Isabelle de Portugal.* Nos «Annales du Comité Flamand de France», t. 42, Lille, 1938.

LA ROERIE, Guilleux. — *Histoire de la Marine. Navires et marins de la rame à l'hélice.* Paris, 1946.

LA RONCIÈRE, Charles de. — *La découverte de l'Afrique au Moyen Âge.* Cartographes et explorateurs. Le Caire, 1925-27, 3 ts.

— *À la conquête des mers.* La navigation des anciens et les connaissances géographiques depuis la plus haute antiquité jusqu'à Christophe Colomb. Paris, 1938.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Chronicas del Rey Dom João de gloriosa memoria, o I deste nome, e dos reys de Portugal o X, e as dos reys D. Duarte, e D. Affonso o V.* Lisboa, 1780.

LEFÈVRE, Renato. — *La legenda del prete Giovanni e l'Etiopia.* Em «L'Africa italiana», Napoli, Out.-Dez. 1935.

— *Riflessi etiopici nella cultura europea del Medioevo e del Rinascimento: «La leggenda del Prete Gianni.* Nos «Annali Lateranensi», vol. 8, pp. 9-89, vol. 9, pp. 331-444, e vol. 11, pp. 255-342, Roma, 1944-45-47.

— *L'Etiopia e terre contermini nella cartografia medievale. — Note sulla penetrazione europea in Etiopia. — Giovanni Battista Brocchi da Imola e i suoi viaggi in Etiopia.* Nos cits. «Annali», vol. 9, Roma, 1945.

— *Rassegna di Studi Etiopici.* Roma, 1941-47.

— *S. Stefano degli Abissini al Vaticano. — L'Etiopia nella politica orientale di Gregorio XIII. — Roma e la communità etiopica di Cipro nei seccoli XV e XVI.* Nos cits. «Annali», vol. 11, Roma, 1947.

LE GENTIL, Georges. — *Découverte du Monde.* Paris, 1954.

LE GOFF, J. — *Marchands et banquiers au Moyen Âge.* Paris, 1956.

LEITE, Duarte. — *Lendas na história da navegação astronómica em Portugal.* Na rev. «Biblos», vol. 26, Coimbra, 1950, pp. 413-30.

LEMOS, Álvaro V. — *A Lousã e o seu concelho.* Lousã, 1950.

LESTOCQUOY, J. — *Les villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des patriciens (XI^e-XV^e siècles).* Paris, 1952.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I.* Porto, 1945-49, 2 vols., — texto que sempre seguimos, à falta de melhor de toda a obra.

LOPEZ, P. Atanásio. — *Obispos en el Africa Septentrional desde el siglo XIII.* 2.ª ed., Tánger, 1941.

LOUREIRO, José Pinto. — *Para a história de alguns antigos concelhos da Beira.* Em «O Instituto», vol. 97, Coimbra, 1940.

— *Concelho de Nelas* (Subsídios para a história da Beira). Coimbra, 1957.

MACHADO, João Franco. — *Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira — A questão das Canárias.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, pp. 275 e ss.

MACRIZI. — *Historia regum islamiticorum in Abyssinia.* Lugduni Batavorum, 1790.

MAGNUM BULLARIUM ROMANUM.

MANTALTO, L. — *La corte di Alfonso I d'Aragona. Vesti e Gale.* Naples, 1922.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

MARC-BONNET, H. — *Histoire des Ordres Religieux.* Paris, 1949.

MARINESCU, Constantin. — *Manuel II Paléologue et les rois d'Aragon.* Paris, 1923.

— *Notes sur le faste à la cour d'Alphonse V d'Aragon, roi de Naples.* Em «Mélanges d'histoire générale» da Universidade de Cluj, 1927.

— *Le Prêtre Jean. Son Pays. Explication de son Nom.* No «Bulletin de la Section Historique de l'Académie Roumaine», vol. 10, 1923, pp. 73-112.

— *Un roi de la Renaissance, Alphonse d'Aragon et de Naples, et l'Orient.* 1923.

MARINIS, T. de. — *La liberazione di Alfonso V d'Aragona prigionero dei Genovesi.* No «Archivio Storico per le provincie napoletane», vol. 24, Napoli, 1955.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por..., Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. — *Os Filhos de D. João I.* 7.ª ed., Lisboa, 1947.

MASIÀ DE ROS, Angels. — *El Maestre Racional en la Corona de Aragón. Una pragmática de Juan II.* Em «Hispania», vol. 38.

MAS LATRIE (Comte de), Louis. — *Généalogie des rois de Chypre de la famille de Lusignan.* No «Archivio Veneto», vol. 21, Venezia, 1881, pp. 309-59.

MASSÉ, H. — *L'Islam.* 3.ª ed., Paris, 1940.

MAUNY, Raymond. — *Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte portugaise (1434).* Lisboa, 1960.

MEMORIAS de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona, t. 7, Barcelona, 1901.

MEXIA, Fernando Carlos Pinto de Campos de Magalhães. — *Vila da Lousan e seu termo.* (Colecção de documentos antigos). Lousan, 1936.

MICHIELI, Adriano Augusto. — *Storia di Treviso.* Firenze, 1938.

MOLLAT, Michel. — *Quatre lettres-missives d'Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne.* Coimbra, 1955, Separ. da «Revista Portuguesa de História», vol. VI.

— *Le commerce maritime normand à la fin du Moyen-Âge.* Paris, 1952.

MONFAR y SORS, Diego. — *Historia de los Condes de Urgel.* Barcelona, 1853, 2 vols.

MONTEIRO, J. P. Franco. — *As Donatarias de Alenquer (Historia da Casa das Rainhas).* Lisboa, 1893.

MONUMENTA HENRICINA, vols. 1 e 2, Coimbra, 1960.

MORAIS, Coronel Faria de. — *Dona Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha.* No «Boletim do Arquivo Histórico Militar», vol. 28, Lisboa, 1958, pp. 9-96.

MOROSINI, Paolo. — *Historia della Città e Republica di Venetia.* Venetia, 1637.

MUIR, Wiliam. — *The Mameluke or Slave dynasty of Egypt.* London, 1896.

MUSSET, G. — *La Rochelle et ses ports.* La Rochelle, 1890.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Afonso V. Coimbra, 1786; *ibi,* 1792, 5 vols.

PAINTER, Sidney. — *A History of the Middle Ages 284-1500.* New York, 1953.

PARIAS, L.-H. — *Histoire universelle des explorations.* Paris, 1955-56, 4 vols.

PASSOS, Carlos de. — *Relações históricas luso-italianas.* Nos «Anais da Academia Portuguesa da História», 2.ª série, vol 7, Lisboa, 1956, pp. 143-240 e 167-68.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo «de situ orbis».* Edição crítica anotada por Augusto Epiphanio da Silva Dias. Lisboa, 1905. Pode ver-se também: a edição dirigida por Raymond Mauny: *Esmeraldo de situ orbis.* Côte occidentale d'Afrique du Sud Marocain au Gabon, par Duarte Pacheco Pereira (vers 1506-1508), Bissau, 1956, e ainda a da Academia Portuguesa da História, com Introdução e anotações históricas pelo académico de número Damião Peres, Lisboa, 1954.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. — *Introdução* a *O livro de Marco Paulo.* Lisboa, 1922.

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses.* Porto, 1943; 2.ª ed. (em publicação), Coimbra, 1960.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilla, 1948.

PEREZ DE GUZMAN, Fernan. — *Crónica del serenísimo principe Don Juan, segundo Rey deste nombre en Castilla y en Leon.* Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, Madrid, 1877 e 1953, pp. 277-95.

PIEL, Joseph Maria. — *Livro dos Oficios de Marco Tullio Ciceram.* Coimbra, 1948.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. — *História da Literatura Portuguesa. Idade Média.* Coimbra, 1959.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte.* Na «Collecção de livros ineditos da Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; ed. da «Bibliotheca de Classicos Portuguezes», Lisboa, 1901.

PIRENNE, H. — *Histoire de l'Europe des invasions au XVI^e siècle.* Paris-Bruxelles, 1936.

PO, Guido. — *La collaborazione italo-portoghese alle grandi esplorazioni geografiche ed alla cartografia nautica.* Il contributo di ammiragli,

navigatori e cartografi italiani alle grandi scoperte geografiche portoghesi. Em «Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e Documenti», Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 261-322.

PORTUGALIAE MONUMENTA CARTOGRAPHICA. Coimbra, 1960, 5 vols.

POU Y MARTÍ, J. — *La Legenda del preste Juan*. Roma, «Miscellanea Oliger», 1945.

QUADRO ELEMENTAR das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Paris-Lisboa, 1842-76, 18 vols.

RADES Y ANDRADA. — *Chronica de las 3 ordenes y cancillerias de Santiago, Calatrava y Alcantara*, 1572.

RANDLES, W. G. L. — *Notes on the Genesis of the Discoveries*. Na rev. «Studia», n.º 5, Lisboa, 1960, pp. 20-46.

RAU, Virgínia. — *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, 1943.

— *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa, 1946.

REALE ACCADEMIA D'ITALIA. — *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo*. Memorie e Documenti. Roma, 1940.

RELAZIONE storiche fra l'Italia e il Portogallo. V. — REALE ACCADEMIA D'ITALIA.

RENOUARD, Yves. — *Pour des recherches sur les relations entre pays de la Méditerranée et pays de l'Atlantique au Moyen-Âge*. Na «Revista Portuguesa de História», t. 4, vol. 1, Coimbra, 1949, pp. 253-261.

— *Les hommes d'affaires italiens du Moyen-Âge*. Paris, 1949.

REPARAZ, G. de — *Catalunya a les mars. Navegants, mercaders i cartògrafs catalans de l'edat mitjana i del renaixement*. Barcelona, 1930.

— *«Mestre Jacome de Malhorca» cartógrafo do Infante*. — Contribuição para o estudo da origem da cartografia portuguesa. Coimbra, 1930, Separ. do vol. 6 da rev. «Biblos».

REVILLA VIELVA, R. — *Ordenes militares.* No «Boletin de la Real Academia de la Historia», t. 92, Madrid, 1928, pp. 402-43.

RIBEIRO, João Pedro. — *Dissertações chronologicas e criticas sobre a jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal.* Lisboa, 1860-96, 5 tomos. V. — *«INDICE Chronologico dos documentos...».*

RICARD, Robert. — *L'Infant D. Pedro de Portugal et «O Livro da Virtuosa Bemfeitoria».* No «Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», nouv. série, t. 17, Coimbra, 1953.

ROGERS, Francis M. — *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal.* Cambridge-Massachusetts, 1961.

— *O sonho de unidade entre cristãos ocidentais e orientais no século XV.* Bahia, 1960.

ROSSINI, C. Conti. — *Portogallo ed Etiopia.* Em «Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogalo. Memorie e Documenti», Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 323-359.

RUIZ ORSATI, R. — *Tratado de paz entre Alfonso V de Aragón y el sultán de Egipto, Al-Mālik al Asrag Barsbāy.* Em «Al-Andalus», t. 4, 1936-39.

RUIZ DE VERGARA, F. — *Regla y estabelecimientos nuevos de la Orden y Caballeria del glorioso Apóstol Santiago.* Madrid, 1655.

RYMER (Thomas) e SANDERSON (Roberto). — *Foedera, conventiones, litterae et cujuscumque generis acta publica inter reges Angliae et alios.* 3.ª ed., London, 1816-69.

SÁ, Artur Moreira de. — *A «Carta de Bruges» do Infante D. Pedro.* Coimbra, 1952. Separ. da rev. «Biblos», vol. 28, pp. 33-54.

— *As Actas das Cortes de 1438.* Na «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», t. 22, 2.ª série, n.º 2, Lisboa, 1956.

— *O Infante D. Henrique e a Universidade.* Lisboa, 1960.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho,* vol. 1, Lisboa, 1899.

SAMPAIO, Albino Forjaz de. — *Os Monumentos. A Batalha.* Noticia, descripção e gravuras. Lisboa, 1924.

SANTAMARIA, A. — *El reino de Mallorca en la primera mitad del siglo XV.* No «IV Congresso de Historia de la Cor. de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

SANTARÉM, Visconde de. — *De la priorité de la découverte faite par les portugais des côtes occidentales de l'Afrique situées au-delà du cap Bojador.* No «Bulletin de la Société de Geographie», Paris, 2.ª série, t. 5, Paris, 1841, pp. 201-51.

— *Memoria sobre a prioridade dos Descobrimentos Portuguezes na costa d'Africa Occidental.* Paris, 1841. Com o título de *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses,* Lisboa, Colecção Henriquina, 1960, edição de divulgação.

— *Introdução* e Notas a GOMES EANNES DE AZURARA, *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné.* Pariz, 1841.

— *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au-delà du Cap Bojador, et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des portugais, au XV^e siècle.* Pariz, 1842.

— *Rapport lu par M. le Vicomte de Santarém à la Société de Géographie sur un memoire de M. da Silveira, relativement à la découverte des terres du Prêt-Jean et de la Guinée par les portugais.* No dito «Bulletin», 3.ª série, t. 5, Pariz, 1846, pp. 5-17.

— *Notice sur plusieurs monuments géographiques inedits du Moyen Âge et du XVI^e siècle qui se trouvent dans quelques bibliothèques de l'Italie, accompagné de notes critiques.* No cit. «Bulletin», 3.ª série, t. 7, 1847, pp. 289-317.

— *Essai sur l'Histoire de la Cosmographie et de la Cartographie pendant le Moyen-Âge, et sur les progrès de la géographie après les grandes découvertes du XV^e siècle, pour servir d'introduction à l'Atlas composé de mappemonds et de portulans, et d'autres monuments géographiques, depuis le VI^e siècle de notre ère jusqu'au XVII^e.* Pariz, 1849-52, 3 vols.

— *Noticia dos manuscriptos pertencentes ao Direito Publico Externo Diplomatico de Portugal e á historia e litteratura do mesmo paiz que existem na Bibliotheca Real de Paris e outras da mesma capital, e nos archivos de França, examinados e colligidos pelo Segundo Visconde de Santarém.* Segunda edição, Lisboa, 1863.

— *Opusculos e esparsos.* Coligidos e coordenados por Jordão de Freitas, Lisboa, 1910.

Copyrighted material

— *Inéditos* (Miscellanea). Coligidos, coordenados e annotados por Jordão de Freitas. Lisboa, 1914.

— *Estudos de Cartographia Antiga.* Lisboa, 1919.

SANTOS, S. J., Domingos Maurício Gomes dos. — *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria.* Na Rev. «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, pp. 17-37.

— *A «Carta do Preste João» das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do Infante D. Henrique.* Na rev. cit., vol. 71, Lisboa, 1960. pp. 219-244.

— *Ainda a «Carta do Preste João» das Índias.* Na dita rev., vol. 72, Lisboa, 1961, pp. 285-303.

— *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438).* Lisboa, 1960.

SANTOS, Luís Reis. — *Iconografia Henriquina.* Coimbra, 1960.

SANTOS, Fr. Manuel dos. — *Alcobaça Illustrada.* Coimbra, 1710.

SANTO THOMAS, Fr. Leão de. — *Benedictina Lvsitana,* t. 2, Coimbra, 1641.

S. BOAVENTURA, Fr. Fortunato de. — *Historia Chronologica e Critica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação á Alcobaça Illustrada do Chronista-mor Fr. Manuel dos Santos.* Lisboa, 1827.

SÃO LUIZ, Fr. Francisco de. — *Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente da Batalha.* Nas «Obras completas do Cardeal Saraiva», t. 1, Lisboa, 1872, pp. 271-342.

SCHMITZ, Dom Philibert. — *Histoire de l'Ordre de saint Benoît.* Maredsous, 1942-56, 7 vols.

SERRA y RÁFOLS, Elías. — *Portugal en las islas Canarias.* Nas Publicações do Congresso do Mundo Português, vol. 3, t. 1, pp. 209 e ss.

SERRANO, O. S. B., P. Luciano. — *Los conversos D. Pablo de Santa Maria y D. Alfonso de Cartagena, obispos de Burgos, gobernantes, diplomaticos y escritores.* Madrid, 1942.

SHEPERD, W. R. — *Historical Atlas.* New-York-London, 1929.

SHILLINGTON (V. M.) and CHAPMANN (A. B. Wallis). — *The Commercial Relations of England and Portugal.* London, 1907.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da. — *Resumo da fundação do real mosteiro da Batalha e dos túmulos reais e particulares que ali existem.* Lisboa, 1890.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa, 1739-48; 2.ª ed., Coimbra, 1946-54, 6 tomos.

SOUSA, Fr. Luís de. — *Historia de S. Domingos.* Lisboa, 1623-62; 2.ª ed. Lisboa, 1767, 3 tomos.

STEPHENSON, C. — *Mediaeval Feudalism.* Ithaca-New-York, 1942.

SUAREZ FERNANDEZ, Luís. — *El Atlántico y el Mediterraneo en los objectivos políticos de la Casa de Trastamara.* Na «Revista Portuguesa de História», t. 5, Coimbra, 1951, pp. 286-307.

— *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique 1393-1640.* Madrid, 1960.

SURJOUS, J. M. — *Isabelle de Portugal et les Portugais à la Cour de Bourgogne.* Mémoire (dactylographié) de Diplôme d'Études Supérieures d'Histoire. Lille, 1953. (En dépot au Centre d'Études Régionales de la Faculté des Lettres).

SYLVA, Joseph Soares da. — *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo delRey D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres até o anno de mil quatrocentos e trinta e tres.* Lisboa, 1730-34, 4 vols.

VALLS-TABERNER (F.) y SOLDEVILA (F.). — *Historia de Cataluña.* Traducida del catalán por Nuria Sales. Barcelona, 1955-57, 2 tomos.

VAN DEN BUSSCHE, Émile. — *Flandre et Portugal. Memoires.* Bruges, 1874.

— *Mémoires sur les relations qui existèrent autrefois entre les Flamands de Flandre — particulièrement ceux de Bruges — et les Portugais.* Em «La Flandre. Revue des Monuments d'Histoire et d'Antiquités», vols. 4-6, 8 e 16, 1872-1885.

VAN SEVEREN, L. Gilliodts. — *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*, t. 1, Bruges, 1904.

— *Cartulaire de l'ancien consulat d'Espagne à Bruges.* 1.° partie, de 1280 à 1550. Bruges, 1901.

VAN WERVEKE, H. — *Bruges et Anvers. Huit siècles de commerce flamand.* Bruxelles, 1944.

— *Essor et déclin de la Flandre.* Em «Studi in onore di G. Luzzatto», Milano, 1949, pp. 152 e ss.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. — *Introdução* a CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL, *Tragédia de la insigne Reina Doña Isabel.* 2.ª ed., Coimbra, 1922.

VASCONCELOS, Joaquim António da Fonseca. — *A Batalha.* Em «A Arte e a Natureza em Portugal», vol. 6.

VENDRELL DE MILLÁS (Francesca) i MASIÀ DE ROS (Angels). *Jaume el Dissortat, darrer comte d'Urgell.* Barcelona, 1956.

VERCI, Giambatista. — *Storia della Marca Trivigiana e Veronese.* Venezia, 1786-91, 20 vols.

VERLINDEN, Charles. — *Initiation à l'histoire économique générale.* Coimbra, 1948.

— *Le problème de l'expansion commerciale portugaise au moyen âge.* Coimbra, 1948, Separ. da rev. «Biblos», vol. 23.

— *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen-âge. (Harfleur au XIV^e siècle. Middelbourg au XIV^e et au XV^e).* Na «Revista Portuguesa de História», t. 4, Coimbra, 1949, pp. 169-209.

VICENS VIVES, Jaime. — *El Segle XV. Els Trastàmares.* Barcelona, 1956.

— *Consideraciones sobre la Historia de Cataluña en el siglo XV.* Nos «Cuadernos de Historia Jerónimo Zurita», I, Zaragoza, 1951.

— *Evolución de la economía catalana durante la primera mitad del siglo XV.* No «IV Congresso de Hist. de la Corona de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

— *Cataluña a mediados del siglo XV.* Barcelona, 1956.

Copyrighted material

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. — *Um companheiro do infante D. Pedro o das sete partidas.* Na «Revista Militar», vol. 54, Lisboa, 1902, pp. 641-49.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. — *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.* Lisboa, 1789-92; 2.ª ed., Lisboa, 1865.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorum.* 2.ª ed., Romae, 1731-36; 3.ª ed., Quaracchi, 1931.

WAUGH, W. T. — *A History of Europe from 1378 to 1494.* 3.ª ed., London, 1949.

WÖLFEL, Dominik Josef. — *El efímero obispado de Fuerteventura y su único obispo.* Na rev. «Investigación y Progreso», Madrid, vol. 8, 1934, n.º 3.

WYLIE, James Hamilton. — *The Reign of Henry the Fifth.* Cambridge, England, 1914-29, 3 vols.

ZUNZUNEGUI, José — *Los orígenes de las Misiones en las Islas Canarias.* Na «Revista Española de Teologia», vol. 1, Madrid, 1941, pp. 361-408.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. Nas transcrições atemo-nos sempre a fotocópia do códice de Paris da mesma obra. Sob o título de *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné,* Paris, 1841. Em transcrição modernizada, com notas, glossário e Introdução de José de Bragança, Porto, 1937, 2 tomos.

— *Chronica do Conde D. Pedro* [*de Menezes*] *continuada aa tomada de Cepta...* Na «Collecção de livros ineditos de historia portugueza», t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635.

— [*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*] ou *Historia que fala dos feitos que fez o Illustre e muy nobre Caualeiro Dom Duarte de Menezes...* Na retrocit. Collecção, vol. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-385.

ZURITA, D. Jeronimo. — *Anales de la Corona de Aragon,* t. 3, parte 2, Zaragoza, 1579.

Copyrighted material

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

10 JANEIRO 1421.—Carta de el-rei D. João I, pela qual, a pedido do infante D. Henrique e sob as penas na mesma cominadas, proibe que alguém faça canal ou estacada no Ródão, onde o infante mandara fazer canal e ia colocar estacada, para reter o peixe . . . . . p. 1

18 FEVEREIRO 1421. — Carta de el-rei D. João I, em que, a pedido do infante D. Henrique, Regedor da Ordem de Cristo, confirma os privilégios outorgados à mesma Ordem e a seus Mestres . . . . p. 2

24 FEVEREIRO 1421. — Carta de el-rei D. João I, a conceder, a pedido do infante D. Henrique, os privilégios e liberdades dos caseiros e lavradores das quintas e casais encabeçados dos fidalgos a 30 homens que cultivassem a granja de Alpriate, da Ordem de Cristo . . . p. 4

5 MARÇO 1421. — Bula *Romani pontificis*, de Martinho V, dirigida a D. Fr. Aimaro, bispo de Marrocos, a transferi-lo para a cidade e diocese de Ceuta . . . . . p. 5

5 MARÇO 1421. — Letras *Gratie diuine premium*, de Martinho V, dirigidas a el-rei D. João I, a comunicar-lhe haver transferido D. Fr. Aimaro, bispo de Marrocos, para bispo da cidade de Ceuta e a recomendá-lo à protecção do monarca . . . . . p. 9

4 ABRIL 1421. — Súplica de el-rei D. João I e de D. Pedro de Noronha, bispo eleito de Évora, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe declare que não incorreu aquele prelado em excomunhão ou em qualquer outra pena ou sentença nem vagou a sé de Évora pelo facto de ele não haver recebido a sagração episcopal na prazo marcado pelos cânones nem satisfeito as anatas à Câmara Apostólica, em razão da enfermidade grave que lhe causou a notícia da morte de seu irmão na libertação de Ceuta. . p. 11

13 ABRIL 1421. — Carta de el-rei D. João I, a autorizar o infante D. Henrique a mandar fazer feira franca anual na sua vila de Tomar, de 16 de Julho a 1 de Agosto, com os privilégios para os feirantes constantes do mesmo diploma . . . . . p. 13

2 MAIO 1421. — Súplica de D. João II, rei de Castela e de Leão, ao papa Martinho V, a rogar-lhe confirme ao nobre sevilhano Afonso de las Casas e a seus herdeiros a concessão que lhe fizera aquele monarca da conquista das ilhas livres de Grã Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas, para redução delas à fé católica . . . . . p. 14

2 MAIO 1421. — Letras *Sincere deuotionis*, de Martinho V, para o sevilhano Afonso de las Casas, a confirmar a concessão e doação que lhe foram feitas pelo rei de Leão e Castela, da conquista e domínio de certas ilnas do arquipélago das Canárias . . . . . p. 16

28 MAIO 1421. — Súplica de D. João II, de Castela e de Leão, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe conservatória perpétua para Afonso de las Casas da confirmação pontifícia da conquista das ilhas de Grã Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas. Concedida por 5 anos . . p. 18

2 JUNHO 1421. — Letras *Sedes apostolica*, do papa Martinho V, dirigidas ao clérigo Galiano de Vleschanlber, da diocese de Tournay, Bélgica, que participara na defesa de Ceuta contra os sarracenos e matara um deles, a absolvê-lo, a pedido do rei de Hungria, Jerusalém e Sicília, das penas eclesiásticas em que por isso houvesse incorrido e a permitir-lhe a promoção a ordens sacras e a benefícios eclesiásticos . . . p. 19

10 JUNHO 1421.—Bula *Sacre religionis obseruantia*, de Martinho V, dirigida ao guardião e frades do convento franciscano de Ceuta, a conceder-lhes os privilégios dos seus confrades do convento de Monte Sião em Jerusalém, atendendo às suas súplicas e do infante D. Pedro . p. 20

30 JUNHO 1421. — Carta de Henrique V, rei de Inglaterra, a autorizar Pedro Lobo do Quintal e Luís Fernandes, embaixadores do rei de Portugal, a transportar da Inglaterra para o nosso país, em dois navios portugueses, 60 lanças e todos seus cavalos e armaduras . . . . p. 22

15 JULHO 1421. — Carta de el-rei D. João I, a doar a Gonçalo de Tavares, seu vassalo, criado e escudeiro do infante D. Henrique, um pardieiro régio, sito junto do mercado da vila de Portalegre . . p. 23

28 AGOSTO 1421. — Carta de el-rei D. João I, de transacção do relego de Viseu entre a Câmara da cidade e o infante D. Henrique, a quem o monarca o havia concedido, pagando aquela ao infante, anualmente, 25 coroas de ouro da moeda de França. . . . . p. 24

FINS DE 1421. — El-rei D. João II de Castela manda a Portugal o Dr. Afonso de Cartagena, deão de Santiago e de Segóvia e do seu Conselho,

com o escrivão da câmara régia João Afonso de Zamora, responder às duas anteriores embaixadas portuguesas àquele país. . . . p. 25

4 JANEIRO 1422. — Súplica do infante D. João, filho de el-rei D. João I e Administrador da Ordem de Santiago da Espada, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe declare que a referida Ordem, seus membros e bens são eclesiásticos e dependem exclusivamente da jurisdição da Igreja . . . . . p. 27

16 JANEIRO 1422. — Procuração do infante D. Henrique, como Regedor da Ordem de Cristo, passada a seu almoxarife em Lisboa, Pedro Nunes de Faria, pela qual, atendendo a que algumas pessoas que traziam aforados e emprazados bens da dita Ordem os não aproveitavam nem zelavam como deviam, lhe confere poderes para demandar herdades e éstimos da Ordem existentes nessas condições em Lisboa, Sintra e seus termos . . . . . p. 29

4 FEVEREIRO 1422. — Sentença da corte de el-rei D. João I, a confirmar a do corregedor de Entre Douro e Minho dada no pleito entre a Câmara e Cabido do Porto, em que se julgou contra este que os navios tomados por el-rei por força, como haviam sido muitos desde a tomada de Ceuta e desde 1414 ou 1415, para abastecimento daquela praça africana, não deviam pagar à sé do Porto o sal de Santa Maria . . p. 30

17 MARÇO 1422. — Salvo-conduto de Micaela de França, duquesa de Borgonha, na ausência do marido, Filipe o Bom, passado aos mercadores, mestres e marinheiros dos navios dos reinos de Portugal e dos Algarves, por um ano, a começar em 22 de Abril seguinte . . . . . p. 35

31 MARÇO 1422. — Instrumento dos Quatro Membros de Flandres, reunidos em Gand, de aceitação e ratificação do salvo-conduto dado pela duquesa de Borgonha e condessa de Flandres, Micaela de França, na ausência do marido, em 17 de Março anterior, aos mercadores e mestres dos navios dos reinos de Portugal e dos Algarves . . . . p. 36

13 ABRIL 1422. — Dispensa solicitada ao papa Martinho V para que Duarte Peres ou Pires de Meneses, escolar da diocese de Coimbra, de oito anos de idade, filho do conde D. Pedro de Meneses, capitão e governador de Ceuta, possa ser promovido a todas as ordens sacras e usufruir benefícios eclesiásticos ou ingressar em ordem militar e nela desempenhar cargos, após três anos de professo, apesar de ser filho de matrimoniado e de solteira. Concedida. . . . . p. 38

Copyrighted material

13 ABRIL 1422. — Letras *Illegitime genitos*, do papa Martinho V, dirigidas a D. Duarte Peres de Meneses, filho do conde de Vila Real, capitão e governador de Ceuta, D. Pedro de Meneses, e escolar da diocese de Coimbra, a dispensá-lo do impedimento de ilegitimidade para ele poder ingressar na milícia clerical, ascender às ordens sacras e receber benefícios eclesiásticos. . . . . p. 40

25 MAIO 1422. — Procuração do infante D. Henrique, redigida pelo notário público Martim Vasques, no verso do original de outra do falecido Mestre da Ordem de Cristo D. Fr. Lopo Dias de Sousa, pela qual o infante confirma a de seu antecessor, de nomeação de Fr. Afonso, freire da dita Ordem e Prior de Alvaiázere, para Procurador Geral da mesma Ordem . . . . . p. 41

6 OUTUBRO 1422.—Quitação passada por Gomes Gonçalves, sobrinho de Fernão Garcia de Neiva, de 750.000 libras que el-rei mandou dar ao Neiva pelos 3 contos que havia o monarca de entregar-lhe dos dois cavaleiros mouros tomados para os cavaleiros e escudeiros de Alcácer que seguiram na nau do dito Fernão Garcia para o descerco de Ceuta. p. 42

30 OUTUBRO 1422.—Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique possa dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem de Cristo, a perderem-se à míngua de amanho, para serem cultivadas e aproveitadas, como manda a Ordenação que el-rei sobre isso fizera . . . p. 43

22 NOVEMBRO 1422. — Carta do infante D. Duarte à Câmara do Porto, em resposta à que ela enviara por Álvaro Dias de Teive e Vasco Lourenço Tendeiro, a confirmar à cidade o privilégio de não poder o sal transitar pelo rio acima nem ser descarregado fora dela e apenas por seus moradores e a dizer-lhe que quanto ao costume de não se exportar pão da cidade pela foz do rio fica o assunto em estudo . . . p. 44

3 DEZEMBRO 1422.—Texto notarial da publicação da carta eduardina de 22 de Novembro anterior, endereçada à Câmara do Porto, sobre o movimento fluvial do sal e do pão na dita cidade . . . . p. 45

8 FEVEREIRO 1423. — Carta de el-rei D. João I, a nomear Rodrigo Esteves de Ortigueira, escudeiro do infante D. Henrique, para recebedor da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa. . . . . p. 46

10 (?) FEVEREIRO 1423.—Alvará do infante D. Pedro à Câmara da Lousã, a ordenar-lhe penhore todos os que morarem fora do termo da

Copyrighted material

vila e que sejam obrigados a pagar-lhe colheita de bens que tiverem no termo da povoação sem mais os mandar requerer, a não ser no próximo ano. . . . . p. 47

16 MARÇO 1423. — Instrumento notarial de aforamento, em três vidas, feito por Frei Afonso, prior de Alvaiázere e procurador geral da Ordem de Cristo, a João Afonso de Matos, escudeiro, criado do infante D. Henrique e seu escrivão do almoxarifado de Lisboa, de casa, vinha, olival e chão da mesma Ordem, sitos em Arroios, termo da dita cidade . . . . . p. 47

9 ABRIL 1423. — Súplica de Fr. João de Baeça, franciscano da Província de Castela e missionário nas ilhas Canárias, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe: o nomeie Vigário Geral nas ditas ilhas com os poderes de Ministro Geral da Ordem, como se faz nas de Córsega e Sardenha; que todos os frades da mesma Ordem que desejem passar às Canárias o possam fazer com licença do dito Vigário, sem contradição de qualquer prelado; que os frades ali residentes possam administrar aos cristãos todos os Sacramentos, por falta de clero secular; que frades e Vigário ali residentes gozem de todos os privilégios concedidos à Ordem pela Sé Apostólica e sejam isentos dos bispos das referidas ilhas; que possa o Vigário receber, administrar e distribuir, por interposta pessoa secular, os dinheiros e demais coisas doadas pelos fiéis e por quaisquer pessoas para as necessidades das igrejas e dos frades. Concedido . . . . . p. 50

9 ABRIL 1423. — Letras *Meritis tuarum*, do papa Martinho V, dirigidas ao franciscano João de Baeça, a confirmar-lhe a licença do antipapa Bento XIII de evangelizar os infiéis das Canárias, onde já convertera alguns de ambos os sexos, e de fundar casa franciscana em quatro das ditas ilhas; a nomeá-lo, a seu pedido, Vigário Geral da Ordem naquele arquipélago com poderes semelhantes aos do Ministro Geral e iguais aos dos Vigários da Córsega e da Sardenha; a conceder-lhe a faculdade de receber quaisquer frades idóneos que desejem lá trabalhar e ainda de incumbir os seus religiosos de recolher esmolas em terra de fiéis para ocorrer às necessidades das ditas missões; e, enfim, que possam administrar todos os Sacramentos onde não houver clero secular . . . . . p. 52

9 ABRIL 1423. — Letras *Ad ea*, do papa Martinho V, a autorizar os franciscanos residentes nas ilhas Canárias a que, de futuro, possam nomear os sucessores do Vigário Geral da Ordem nas ditas ilhas, o qual deve ser confirmado pelo Ministro Provincial da Província de Castela; a confirmar-lhes todos os privilégios das casas da Ordem; a conceder, enfim, que possam os Vigários deputar uma ou mais pessoas idóneas seculares para

recepção e administração das esmolas recolhidas em favor das mesmas missões. . . . . p. 54

11 ABRIL 1423. — Auto notarial da posse tomada por João Afonso de Matos, criado do infante D. Henrique, com autorização do almoxarife daquele, Pedro Nunes de Faria, de casa, vinha, olival e chão da Ordem de Cristo, por esta aforados em Arroios, termo de Lisboa . . p. 56

30 ABRIL 1423. — Ratificação pelo rei de Castela, D. João II, do Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, celebrado entre Portugal e o país vizinho, na menoridade daquele monarca . . . . . p. 57

30 ABRIL 1423. — Carta de el-rei D. João II de Castela, a aprovar e ratificar o Tratado de Paz de 31 de Outubro de 1411, então celebrado por seus tutores com el-rei de Portugal, com validade até 6 de Março de 1434 e pelo mais tempo que el-rei quisesse, abrangida nele a cidade de Ceuta, a que não fará guerra e para a qual podem passar os portugueses por seus reinos, não tomando deles coisas defesas, e resolvidas as dúvidas do Tratado por delegados de ambas as partes . . . . . p. 59

ABRIL - DEZEMBRO 1423. — Os embaixadores régios D. Fernando de Castro e o Dr. Fernando Afonso da Silveira assistem em Castela à publicação da trégua com Portugal e aqui fazem o mesmo o deão de Santiago e o escrivão do rei castelhano João Afonso de Zamora . . . . p. 70

4 MAIO 1423. — Letras *Ecclesiarum et religiosorum,* do papa Martinho V, dirigidas a todos os cristãos, a solicitar-lhes a sua cooperação em favor do franciscano Frei João de Baeça, que tenciona fundar casas da Ordem nas ilhas Canárias . . . . . p. 71

4 SETEMBRO 1423. — Carta de el-rei D. João I, endereçada aos infantes e ao conde D. Afonso, seus filhos, aos mestres das Ordens Militares e ao prior da do Hospital, aos ricos-homens, a seu almirante e a todos os alcaides dos castelos e fortalezas do reino, a seu Conselho, a seu chanceler-mor, ao pessoal do Desembargo e Relação e a todas as justiças e oficiais de todas as cidades e vilas do país, a notificar-lhes haver aprovado e ratificado o Tratado de Paz com Castela até 6 de Março de 1434, cujo teor de publicação na corte lhes transmite, e a ordenar-lhes o cumpram. . . . . p. 72

26 SETEMBRO 1423. — Letras *Cum uenisset,* do papa Martinho V, dirigidas a el-rei D. João I, a queixar-se do estranho procedimento do cavaleiro Pedro Lobo, enviado pelo rei e pelo infante D. Duarte à cúria

romana, e a prevenir o monarca contra qualquer deturpação dos factos feita pelo sobredito . . . . . p. 74

15 OUTUBRO 1423. — Letras *Nobilitas generis,* do papa Martinho V, dirigidas ao presbítero João Rodrigues, da diocese de Braga, capelão-mor, comensal e governador da capela do infante D. Henrique, a conceder-lhe possa receber quaisquer benefícios eclesiásticos compatíveis, mesmo em igrejas catedrais, metropolitanas e colegiadas . . p. 75

7 JANEIRO 1424. — Carta de el-rei D. João I, a conceder a João Afonso de Gorizo, pelo infante D. Henrique armado cavaleiro em Ceuta, possa possuir, sem embargo das Ordenações em contrário, bens havidos da parte de sua mulher nos reguengos de Unhos, Camarate, Sacavém e Frielas, e ainda herdar os do clérigo Gonçalo Anes, seu sogro . p. 77

16 JANEIRO 1424. — Carta de el-rei D. João I, a conceder licença ao infante D. Henrique para ele dar as suas terras patrimoniais de Benviver, Sul e a quinta de Reriz a D. Pedro de Castro, seu criado, em casamento com D. Teresa, filha de João Mendes de Vasconcelos, enquanto lhe não possa entregar as prometidas 5.000 coroas de ouro em herdades, devendo, porém, tais terras vir a ser resgatadas pelo infante ou por el-rei. p. 79

18 JANEIRO 1424. — Carta de el-rei D. João I, a doar ao infante D. Henrique, a pedido de D. Álvaro Pires de Castro, o lugar de Alcáçovas, que aquele tinha da Coroa, em satisfação de 5.000 coroas de ouro em herdades, total do prometido pelo infante e por D. Álvaro, em casamento pelo filho deste, D. Pedro de Castro, com a filha de João Mendes de Vasconcelos, e de cuja liquidação integral se responsabilizara D. Henrique . . . . . p. 80

21 JANEIRO 1424. — Carta de el-rei D. João I, a doar ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê for, umas suas casas e chãos da Ribeira de Santarém, para ele fazer nelas casas para saboaria . . . p. 81

26 JANEIRO 1424. — Pública-forma notarial da acta da súplica formulada por Álvaro Perez Borreguín, deão da sé de Leão e bacharel em leis, e por João de Olmedo, escudeiro, familiar e embaixador de el-rei de Castela, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe, nos termos da confirmação régia do Tratado de Paz entre Portugal e Castela de 30 de Abril do ano anterior, se digne nomear um prelado ou varão probo, perito e experimentado, neutral a ambas as partes, para juiz comissário das dúvidas que viessem a surgir entre portugueses e castelhanos na execução do referido Tratado . . . . . p. 82

14 MARÇO 1424. — Instrumento de D. Afonso V, rei de Aragão, a nomear Berenguer Barutell, arcediago-mor da igreja de Lérida e conselheiro régio, para tutor das infantas D. Isabel, D. Leonor e D. Joana, respectivamente de 15, 14 e 10 anos de idade, suas sobrinhas maternas e filhas do detido D. Jaime, ex-conde de Urgel . . . . . p. 85

22 ? 1424. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Pedro Afonso, bordador do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de casa-torre e demais casas, sitas junto dela na mesma povoação e lugar do Miradouro, pelo foro anual de 3 libras da moeda antiga ou seu equivalente valor, pagas às terças do ano . . . . . p. 89

4 OUTUBRO 1424. — Súplica de João de Baeça, Vigário Geral dos franciscanos das ilhas Canárias, ao papa Martinho V, a solicitar-lhe autorização para o bispo e reitores das igrejas da cidade de Barcelona, pelos legados incertos para causas pias e pelas restituições vagas, adquirirem navio, devidamente equipado e tripulado, para serviço e uso do dito Vigário e de seus confrades das referidas ilhas, que evangelizam há pouco tempo, e onde já converteram numerosos indígenas, em algumas delas; porém, em razão da grande distância a que se encontram dos reinos de Castela e de Aragão, «mais vizinhos às ditas ilhas do que os restantes reinos cristãos», e bem assim pela distância entre as mesmas ilhas, não podem transitar sem navio e falecem-lhes recursos para o adquirirem. Concedido . . . . . p. 91

1424. — Sobre a conquista das Ilhas Canárias e a expedição de D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária, com 2.500 homens e 120 cavalos, ordenada pelo infante D. Henrique . . . . . p. 93

1 FEVEREIRO 1425. — Letras *Personam tuam,* do papa Martinho V, dirigidas a D. Fr. Lourenço, mestre em teologia, administrador do mosteiro beneditino de S. João de Alpendorada, capelão-mor de el-rei D. João I e bispo titular de Mayorgas, a nomeá-lo administrador dos bens da diocese de Badajoz sitos em Portugal, a fim de ele poder viver com a decência exigida por sua dignidade . . . . . p. 98

8 MAIO 1425. — Carta de el-rei D. João I, a doar a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, e a duas pessoas depois dele, de aforamento por dois quarteiros de trigo anualmente, azenhas régias em Ribeira da Vila, termo de Castelo de Vide . . . . . p. 100

19 JULHO 1425. — Súplica do infante D. Duarte, primogénito do rei de Portugal, dirigida ao papa Martinho V, em nome de seus irmãos

os infantes D. Henrique e D. João e de Fernão Rodrigues de Sequeira, Administradores e Mestre, respectivamente, das Ordens Militares de Cristo, de Santiago e de Avis, para que aos respectivos membros seja confirmada a isenção do pagamento da dízima para a guerra contra os infiéis, outorgada pelo papa Gregório e confirmada pelos pontífices seus sucessores, em razão de os freires das ditas ordens intervirem sempre corporalmente nas referidas lutas, porque el-rei D. João I a exigia . . . . p. 101

26 OUTUBRO 1425. — Alvará do infante D. Duarte, passado a pedido do infante D. Fernando, a ordenar às justiças do reino não consintam que nenhum fidalgo esteja nas terras do infante D. Pedro seu irmão, ausente do reino, salvo se lá tiver bens ou se em trânsito para logo seguir; e, no primeiro caso, se mantenha do que é seu e não faça tomadias nas ditas terras. . . . . p. 103

20 NOVEMBRO 1425. — Salvo-conduto passado por el-rei D. João I a Dom Gomes Ferreira, Abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, de livre trânsito pelo reino e suas fronteiras ou portos ao próprio e a quem consigo levar, bem como a suas bestas, armas, ouro, prata, dinheiros e quaisquer outras coisas . . . . . p. 104

[1425]. — Carta do infante D. Duarte a seu irmão D. Pedro, quando este retirou de Portugal, a aconselhá-lo, em razão de sua tristeza e enfadamento . . . . . p. 106

6 MARÇO 1426. — Letras *Oblate nobis,* do papa Martinho V, dirigidas ao bispo de Lamego, a ordenar-lhe que, no caso de não ter havido rapto, dispense D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, e D. Beatriz Coutinho do impedimento de pública honestidade existente entre ambos, por D. Beatriz ser prima direita de D. Filipa Gonçalves Vasques, anterior esposa do sobredito D. Pedro, posto o matrimónio com D. Filipa não tivesse sido consumado . . . . . p. 110

15 ABRIL 1426. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juízes e homens bons da sua vila de Tomar, com as normas a observar na arrecadação das primícias e dízimas das miúças . . . . . p. 111

19 MAIO 1426. — Carta do infante D. Henrique, a transcrever a constituição e ordenação feita por ele e pelos comendadores da Ordem de Cristo em Capítulo Geral, celebrado no convento de Tomar naquela mesma data, sobre o destino dos bens dos freires da Ordem e com as providências ali tomadas a seu respeito . . . . . p. 112

21 MAIO 1426. — Instrumento notarial de doação, feita em Tomar, por Frei Afonso, prior de Alvaiázere e procurador geral da Ordem de Cristo pelo infante D. Henrique, a Frei Fernando Falcão e Frei Estêvão de Aguiar, da Ordem de S. Bento, de casas sitas em Lisboa, acima de S. Martinho, prometendo aqueles, em troca e no prazo de quatro meses, outros bens de raiz na referida cidade ou termo, que valham e possam render mais . . . . . p. 116

29 MAIO 1426. — Súplica de D. Duarte de Meneses ao papa Martinho V, a solicitar-lhe autorização para a permuta da igreja paroquial de S. Martinho de Lisboa, do padroado real, pelo lugar de Viana do Alentejo, dado este em condado a seu avô, mas pertencente à capela instituída por el-rei D. Afonso IV no claustro da sé de Lisboa, a fim de se constituir em Viana condado a seu pai, alferes-mor e governador da cidade de Ceuta, onde ele muitos trabalhos e perigos, até de morte, tem suportado e continua a suportar, em defesa da mesma cidade e dos fiéis ali residentes e por exaltação e honra do nome de Cristo e da fé cristã, merecendo por isso ser remunerado com bens eclesiásticos. Concedido . . . . p. 119

29 MAIO 1426. — Letras *Eximie deuotionis affectus,* do papa Martinho V, dirigidas ao bispo de Silves, a conceder-lhe poderes, a pedido do infante D. Duarte, para restituir a D. Pedro de Meneses, filho de D. João Afonso Telo de Meneses, o lugar e título de conde de Viana, depois de entregar à capela da rainha D. Beatriz, na diocese de Lisboa, e ao seu reitor e capelães bens cujo rendimento anual atinja a quantia de 60 coroas de ouro. . . . . p. 121

9 JUNHO 1426. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Martinho V, de dispensa para João Rodrigues, tesoureiro da sé de Viseu, seu capelão-mor, seu comensal e governador da sua capela, apesar de oriundo de nobre solteiro e de mulher solteira, poder ser promovido a todas as ordens sacras e usufruir benefícios eclesiásticos . . . . p. 123

9 JUNHO 1426. — Letras *Vite ac morum honestas,* do papa Martinho V, para João Rodrigues, tesoureiro da sé de Viseu e capelão-mor do infante D. Henrique, a conceder-lhe licença para aceitar e reter, durante cinco anos, qualquer outro benefício não incompatível com o primeiro, apesar das determinações e costumes em contrário . . . . p. 124

15 JUNHO 1426. — Letras *Ex debito ministerij,* do papa Martinho V, dirigidas ao deão da sé de Viseu, a ordenar-lhe investigue, junto da prioresa e freiras do mosteiro do Espírito Santo de Toro, da diocese de Zamora (Espanha), sobre se a venda por elas feita a D. Pedro de

Meneses, conde de Vila Real, de propriedades suas em terra portuguesa redundou em utilidade do dito mosteiro e, neste caso, a confirme e sane quaisquer defeitos . . . . . p. 126

28 JUNHO 1426. — Letras *Prouenit*, do papa Martinho V, dirigidas a D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real e governador de Ceuta, a conceder-lhe faculdade de escolher confessor para o absolver de quaisquer peçados em perigo de morte, em que incorre constantemente na fronteira dos infiéis . . . . . p. 128

28 JULHO 1426. — Carta de el-rei D. João I, em que se regulam os direitos e rendimentos da alcaidaria de Lisboa, alguns dos quais respeitantes a mouros e a navios carregados para além-mar . . p. 129

4 AGOSTO 1426. — Carta do infante D. Duarte, a ordenar ao provedor da fazenda régia no Porto aforasse a Álvaro Fernandes, a pedido de Afonso Gonçalves da Maia, escudeiro do infante D. Henrique, uma das casas da Rua Nova da mesma cidade . . . . . p. 130

4 OUTUBRO 1426. — Testamento de el-rei D. João I redigido no Paço de Sintra por Lopo Afonso . . . . . p. 131

DEZEMBRO 1425 a ABRIL 1426. — Carta do infante D. Pedro, escrita de Bruges, a seu irmão o infante D. Duarte, sobre diversos assuntos, tais como a preparação dos clérigos, instituição de colégios universitários, sobre religiosos e frades, vassalos, coudeis, guarnição das vilas e castelos, virtudes cardeais aplicadas, fidalgos, feitos de Ceuta, quebra da moeda, Conselho régio, escassês de cavalos, etc., em parte para satisfazer pedido que seu irmão lhe fizera quando partiu do reino . . . p. 140

[1426?]. — Capítulo de carta de ordenação de el-rei D. João I, a regular a concessão de terras aos povoadores da ilha da Madeira, as quais, por seu mandado, João Gonçalves Zarco foi distribuir . . . p. 150

1426. — Inscrição que declara terem sido amos do infante D. Henrique o cavaleiro Vasco Gonçalves de Almeida e sua mulher Mécia Lourenço . . . . . p. 151

10 JANEIRO 1427. — Carta de Gomes Nogueira a D. Gomes Ferreira, Abade do Mosteiro de Santa Maria de Florença, com notícias relativas a Outubro anterior, de combates havidos em Ceuta, dirigidos pelo conde D. Pedro de Meneses, e a falar-lhe do êxito das armas portuguesas . . . . . p. 152

3 MARÇO 1427. — Carta do infante D. Henrique, de privilégio aos cónegos da sé de Viseu, pela qual os dispensa de aposentadoria e proíbe que alguém lhes tome roupa, bestas, pão, vinho, palha, cevada, lenha, galinhas ou qualquer outra coisa contra sua vontade . . . p. 154

14 MARÇO 1427. — Carta do infante D. Henrique, dirigida a Vasco Gonçalves, vedor da sua fazenda, e a Lourenço Vasques, seu almoxarife em Tomar, a conceder a Martim de Góis, Comendador de Pussos, como tença vitalícia, as rendas e direitos que havia o infante ou a Ordem de Cristo em Maçãs de Caminho, como as tivera Aparício Vasques, mestre da sua capela . . . . . p. 155

10 ABRIL 1427. — Letras *Vite ac morum*, do papa Martinho V, dirigidas ao deão da sé da Guarda, a ordenar-lhe faça entregar a igreja de Santa Maria de Teixoso, do padroado do infante D. Henrique, ao presbítero Gonçalo Martins, sob condição de este renunciar à posse da igreja de S. Miguel da Covilhã . . . . . p. 156

12 ABRIL 1427. — Carta de el-rei D. João I, a confirmar a Mestre Jácome o aforamento que lhe fizera em 13 de Dezembro de 1426 Afonso Martins, porteiro do lugar de Alverca, por ordem de João Peres da Veiga, ouvidor da capela de el-rei D. Afonso, e de Vicente Anes Mendes, escrivão de el-rei no dito lugar da referida capela, da herdade da Lagoa, no referido condado, por 10 libras anuais . . . . . p. 160

7 JULHO 1427. — Letras *Exhibita nobis*, do papa Martinho V, dirigidas ao bispo de Silves, a ordenar-lhe chame à sua presença D. Vasco, bispo de Évora, e outras pessoas, para inquirir e resolver o caso do aumento indevido da quota a pagar pelo cabido eborense ao rei D. João I, exigido pelo seu prelado, por ocasião da liquidação dos 9.000 florins anuais, durante três anos outorgados ao referido monarca pelo pontífice e a deduzir dos bens eclesiásticos do país . . . . . p. 162

4 AGOSTO 1427. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, ao infante D. Pedro de Portugal, que se encontra junto do imperador Sigismundo, a comunicar-lhe haver firmado matrimónio da infanta D. Leonor, sua irmã, com o infante D. Duarte, irmão dele, e sobretudo a recomendar-lhe o portador, Francisco Corberán, seu camareiro, que, em cumprimento de voto, vai servir o imperador e a ele na guerra contra os turcos . . p. 163

14 AGOSTO 1427. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a comunicar a Filipe o Bom, duque de Borgonha, que, visto não ter recebido dentro do prazo fixado os embaixadores que haviam de vir dar execução aos seus

Copyrighted material

desejos, de se unir à família aragonesa por laços de casamento, e porque a infanta sua irmã estava em idade de se matrimoniar, tratara e promovera, dias antes, o casamento dela com o príncipe D. Duarte, primogénito e futuro rei de Portugal, conforme o texto que junto lhe envia . p. 164

20 SETEMBRO 1427. — Carta de el-rei D. João II de Castela com os capítulos aditados ao tratado de paz firmado com Portugal, aprovados por el-rei D. João I e por este transmitidos e mandados guardar por carta de 22 de Dezembro do mesmo ano . . . . . p. 166

3 OUTUBRO 1427. — Carta de Afonso Eanes, datada de Génova e endereçada a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, a comunicar-lhe, entre outras coisas: que lhe envia duas cartas, levadas de Portugal por Gomes de Arábio, que segue para casa do infante D. Pedro; que em Portugal grassa a peste, pelo que receia a sorte de sua mulher e filhos, no Porto; que o infante D. Pedro com muitos outros senhores infligiram pesada derrota aos turcos, sendo ele capitão de 70.000 cavaleiros, e que lhe atribuem até a vitória bem como as tréguas entre eles e o imperador . . . . . p. 169

18 OUTUBRO 1427. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Afonso de Mansilha, escudeiro, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de leira de herdade e pardieiro anexo. p. 171

5 DEZEMBRO 1427. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a el-rei D. João I de Portugal e ao infante D. Duarte, a comunicar-lhes que, apesar de ali se encontrar o arcebispo de Lisboa, a solicitar a partida da infanta D. Leonor, ocupações grandes e árduas o têm impedido de a despachar, mas que ela seguirá por todo o próximo mês de Janeiro . . . p. 173

9 DEZEMBRO 1427. — Carta de el-rei D. João I, de legitimação de Álvaro Vasques, criado do infante D. Henrique . . . . . p. 174

9 DEZEMBRO 1427. — Carta de el-rei D. João I com a resposta a certos capítulos apresentados pelo concelho de Guimarães nas cortes de Lisboa de 1427, na qual, entre outras coisas, se alude aos arneses tomados pelo infante D. Henrique quando foram para Ceuta . . . p. 175

16 DEZEMBRO 1427. — Gonçalo Cação, oriundo de nobre estirpe e familiar do infante D. Henrique, pede ao papa Martinho V a criação e concessão do decanato da sé de Ceuta, onde o bispo D. Aimaro instituíra oito cónegos, e a adjudicação ao mesmo do rendimento dos pauis de Almeirim. Concedido . . . . . p. 177

22 DEZEMBRO 1427. — Carta de el-rei D. João I, a transmitir ao país a de el-rei de Castela de 20 de Setembro anterior, de aditamento ao Tratado de Paz firmado em 1423 com Portugal, em que as duas partes outorgantes assentam em determinados capítulos para se evitarem tomadias e prejuízos por mar, e a mandá-la cumprir . . . . . p. 178

8 FEVEREIRO 1428. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a D. João I de Portugal, a recomendar-lhe Perr Met e Michalet de Netanvila, respectivamente tocadores de órgão e de harpa de sua casa, os quais envia em companhia e serviço da infanta D. Leonor e que devem passar alguns dias em Portugal, por serviço e prazer do nosso monarca . . p. 180

16 FEVEREIRO 1428. — Contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, celebrado em Olhos Negros, aldeia vizinha da cidade aragonesa de Daroca, entre el-rei D. João I de Portugal e aquele seu filho, representados por D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, e el-rei D. Afonso V de Aragão e aquela sua irmã . . p. 181

16 FEVEREIRO 1428. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a comprometer-se, em seu nome, no do rei de Navarra e dos infantes seus irmãos, a que a infanta D. Leonor de Aragão, desposada com o infante D. Duarte de Portugal, seja dentro deste país no prazo de 60 dias, se assim lho requererem o soberano português e seu filho primogénito . . . . . p. 198

21 FEVEREIRO 1428. — Carta de el-rei D. João I, a autorizar João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a hipotecar as terras de Figueiredo e Assequins, da coroa, por 4.500 coroas de ouro que ele há de dar de dote e arras a Catarina Pereira, filha de João Álvares Pereira, com a qual vai casar . . . . . p. 199

18 ABRIL 1428. — Escritura da venda, feita uns quatro anos antes ao infante D. Henrique por Mestre Aires e sua mulher Leonor Afonso de casas sitas na freguesia de S. Nicolau da cidade de Lisboa, por 650 coroas de ouro da moeda de França, nas quais o infante agora tem saboaria . . . . . p. 200

[ABRIL 1428]. — A infanta D. Leonor de Aragão parte de Valência, a caminho de Portugal, por Valhadolide, onde se despede de el-rei de Castela. . . . . p. 202

29 ABRIL 1428. — A infanta D. Leonor de Aragão, vinda de Medina com el-rei de Navarra e o infante D. Henrique de Aragão, seus irmãos, com

o arcebispo de Lisboa e muitos cavaleiros castelhanos, aragoneses e portugueses, a caminho de Portugal, é recebida em Valhadolide pelo rei de Castela . . . . . p. 203

2 MAIO 1428. — Carta testemunhal de D. Afonso V, rei de Aragão, a declarar que pelo Dr. Rodrigo Fernandes, desembargador do rei de Portugal, em 29 de Abril passado recebera instrumento público, passado em Almeirim a 12 de Abril do mesmo ano, assinado por el-rei D. João e por seus filhos os infantes D. Duarte, D. Henrique, D. João e D. Fernando, de confirmação e ratificação dos capítulos matrimoniais do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor . . . . . p. 204

7 MAIO 1428. — Alvará do infante D. Duarte, dirigido à Câmara de Lisboa, a comunicar-lhe que Palenço e Álvaro do Cadaval vão agora de armada contra os mouros por seu serviço, numa galeota do infante D. Henrique, e a ordenar-lhe desembargue a fusta que aí tem e os deixe partir, pois os liberta da pena contida no Tratado de Paz com Castela, em que haviam incorrido . . . . . p. 205

13 MAIO 1428. — Mandado de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu conselheiro e tesoureiro o cavaleiro e doutor em leis Francisco Sarçola, para que dos dinheiros da cúria régia entregue a Pedro de Bonia, da cidade de Valência, 11.000 soldos valencianos, metade a distribuir pelo dito Pedro aos embaixadores do Preste João vindos à sua corte e que ora regressam às próprias terras, para ajuda das suas despesas, e a outra metade destinada ao mesmo Pedro de Bonia, em razão da viagem que, em seu serviço, vai empreender às partes das Índias, em companhia dos referidos embaixadores . . . . . p. 207

15 MAIO 1428. — Carta credencial de D. Afonso V, rei de Aragão, ao monarca Dom Isaac, filho de David, por graça de Deus presbítero ou preste João, senhor dos Índios, etc. . . . . p. 208

[15 MAIO 1428]. — Memorial dado por D. Afonso V, rei de Aragão, a Mestre Filipe Faiadel, seu confessor, e a D. Pedro de Bonia, por ele enviados à terra do Preste João, etc. . . . . p. 210

16 MAIO 1428. — Letras *Venit ad presentiam nostram,* do papa Martinho V, dirigidas a el-rei D. João I, a referir-lhe estivera com ele seu filho o infante D. Pedro e que, entre outras coisas, lhe falara na unção e imposição aos monarcas portugueses da coroa ou diadema régio por autoridade pontifícia e com as solenidades usadas noutros reinos, e a dizer-lhe se acha disposto a fazer tal concessão, se ele a requerer, etc. . . . . p. 212

6 JUNHO 1428. — Justa que fez em Valhadolide D. João II, rei de Castela, em honra da infanta D. Leonor de Aragão, sua prima, que ia matrimoniar-se com o infante D. Duarte de Portugal . . . p. 214

1 JUNHO 1428. — Carta de Rafael Fogaça, datada de Bruges e endereçada a Afonso Eanes, residente em Itália, a dizer-lhe, entre outras coisas, haver ali chegado nau portuguesa com carregamento de vinhos do rei de Portugal para comprar algumas coisas para a festa do infante, a referir-lhe que continuam os piratas biscaínhos a importunar os nossos barcos, nomeadamente nau que de Lisboa seguia para Flandres, a qual apreenderam e levaram para La Rochela, e a notificar dificuldades de pagamentos em Bruges . . . . . p. 215

5 JULHO 1428. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Gonçalves de Jugueiros, cerieiro, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade . . . . . p. 217

6 JULHO 1428. — Salvo-conduto passado em Valência por D. Afonso V, rei de Aragão, ao infante D. Pedro de Portugal . p. 218

9 JULHO 1428. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, às autoridades da Catalunha, a dispensar o infante D. Pedro de Portugal, que vai chegar à costa catalã a caminho de sua pátria, do pagamento de direitos pelas jóias, panos de ouro e de seda e demais coisas e bens que lhe consta traz para si e para seu pai e irmãos . . . . . p. 220

10 JULHO 1428. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a ordenar às autoridades catalãs e a todos seus súbditos recebam com a maior honra que possam o infante D. Pedro de Portugal e sua comitiva, chegados ao castelo e vila de Cobliure . . . . . p. 221

12 JULHO [1428]. — Carta do infante D. Pedro, a comunicar de Barcelona a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, haver chegado bem e que nessa semana tenciona seguir para Portugal, etc. . . . . p. 222

21 JULHO 1428. — A infanta D. Leonor de Aragão parte de Medina por S. Félix dos Galegos para Portugal com a sua comitiva e um observador do rei de Castela . . . . . p. 223

[JULHO 1428]. — A infanta D. Leonor de Aragão segue de Valhadolide para Portugal, em cuja entrada neste país ocorre grave incidente entre os homens do arcebispo de Lisboa e os do arcebispo de Santiago,

no qual intervém o infante D. Duarte, que castiga àsperamente os culpados . . . . . p. 224

25 - 29 JULHO E 1 AGOSTO 1428. — Despesas feitas em Valência de Aragão com as festas então ali celebradas em honra do infante D. Pedro de Portugal . . . . . p. 225

2 AGOSTO 1428. — Procuração passada pelo infante D. Pedro de Portugal, no paço episcopal de Valença de Aragão, a Aires Gomes da Silva, seu conselheiro, e ao Dr. Estêvão Afonso, seu chanceler, para, em seu nome, tratarem do seu casamento com qualquer senhora ilustre . p. 228

7 AGOSTO 1428. — Procuração de D. Isabel de Aragão, filha de D. Jaime, conde de Urgel, passada a Berenguer Barutell, arcediago-mor de Lérida e de Mari, Barcelona, e seu tio materno, para ele a representar no contrato do seu matrimónio com o infante D. Pedro de Portugal . p. 231

13 AGOSTO 1428. — Carta de Aires Gomes da Silva, dirigida de Valença de Aragão a D. Gomes Ferreira, Abade de Santa Maria de Florença, a dizer-lhe, entre outras coisas, que, por ordem do infante D. Pedro, seu senhor, ele e o Dr. Estêvão Afonso ficaram ali, a tratar de alguns assuntos junto do respectivo monarca . . . . . p. 232

16 AGOSTO 1428. — Procuração por D. Afonso V, rei de Aragão, ao Dr. Pere Ram, seu conselheiro e protonotário, para em seu nome assistir à reforma do contrato matrimonial celebrado em Olhos Negros entre a infanta aragonesa D. Leonor e o infante D. Duarte, primogénito do rei de Portugal . . . . . p. 234

23 AGOSTO 1428. — O infante D. Pedro, no seu regresso de Alemanha, visita el-rei de Castela em Aranda e recepção que ali lhe foi feita . . . . . p. 236

[23 AGOSTO] 1428. — O infante D. Pedro de Portugual regressado de Alemanha, Hungria, Inglaterra e outras partes, entrou por Aragão e dali foi cumprimentar o rei de Castela, com quem se encontrou em Aranda de Duero, e depois em Peñafiel com o rei de Navarra, donde seguiu para Portugal . . . . . p. 237

28 AGOSTO 1428. — Despede-se o infante D. Pedro do rei de Castela, que o presenteou, e segue para Portugal por Zamora, depois de haver visitado o rei de Navarra em Peñafiel . . . . . p. 238

1 SETEMBRO 1428. — Carta do infante D. Pedro de Portugal, escrita de Valhadolide, a nomear para seus embaixadores ou procuradores no contrato do seu casamento com D. Isabel de Aragão, filha do conde de Urgel, Aires Gomes da Silva, cavaleiro de sua casa e do seu conselho, e o Dr. Estêvão Afonso, do seu conselho e seu chanceler-mor, pois apenas lhes tinha deixado procuração para contratarem e receberem em seu nome qualquer senhora nobre e não determinada pessoa . . . . p. 239

5 SETEMBRO 1428. — Nova procuração, passada pelo infante D. Pedro de Portugal, no convento franciscano de Zamora, a Aires Gomes da Silva e ao Dr. Estêvão Afonso, para eles tratarem do seu matrimónio com a infanta D. Isabel de Aragão, por não haver indicado na primeira o nome da senhora com quem desejava casar, mantido entretanto em vigor tudo o que na outra procuração declarara . . . . . p. 240

13 SETEMBRO 1428. — Contrato matrimonial celebrado entre o infante D. Pedro de Portugal e a infanta D. Isabel de Aragão . p. 244

13 SETEMBRO 1428. — Texto notarial do contrato de casamento do infante D. Pedro de Portugal com a infanta D. Isabel de Aragão. . . . . p. 251

15 SETEMBRO 1428. — Procuração passada em Estremoz por el-rei D. João I de Portugal ao infante D. Duarte, seu filho primogénito, para que ele, em nome do monarca, possa firmar quaisquer escrituras e contratos relativamente às arras a dar à infanta D. Leonor, sua esposa, assim como ao provimento de sua câmara e mantimento, e ainda ao dote a receber pelo mesmo infante, obrigando, da parte de Portugal, quaisquer lugares e vilas que lhe aprouver . . . . . p. 254

22 SETEMBRO 1428. — Carta do infante D. Henrique, escrita de Coimbra a el-rei D. João I, seu pai, a dar-lhe notícias suas e dos irmãos, especialmente a relatar-lhe como decorrera o casamento do infante D. Duarte, então ali celebrado . . . . . p. 256

6 OUTUBRO 1428. — Procuração passada em Évora por el-rei D. João I de Portugal a seu filho o infante D. Duarte para, em nome daquele, proceder à reforma do contrato do próprio casamento, de acordo com D. Afonso V, rei de Aragão, por assim haverem resolvido os dois monarcas . . . . . p. 259

11 OUTUBRO 1428. — Carta do infante D. Henrique, a doar de sesmaria a Afonso Vaqueirão e mulher terra da Ordem de Cristo, dita Mata, em Vila Franca . . . . . p. 261

4 NOVEMBRO 1428. — Reforma, em Coimbra, de alguns dos capítulos do contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, acordados em Olhos Negros a 16 de Fevereiro anterior . . . . . p. 264

4 NOVEMBRO 1428. — Texto notarial e original do contrato feito no paço régio de Coimbra entre o infante D. Duarte, primogénito de Portugal, e a infanta D. Leonor de Aragão e de Sicília, sua esposa, em que, em aditamento a seu contrato matrimonial, fixam o mantimento anual daquela . . . . . p. 276

4 NOVEMBRO 1428. — Texto notarial da reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte de Portugal com a infanta D. Leonor de Aragão . . . . . p. 280

2 DEZEMBRO 1428. — Declaração de el-rei D. João I, a confirmar, em Estremoz, a reforma do contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor, efectuada em Coimbra, a 4 de Novembro anterior . . . . . p. 283

2 DEZEMBRO 1428. — El-rei D. João I confirma, em Estremoz, o contrato sobre mantimento feito na cidade de Coimbra, em 4 de Novembro anterior, entre o infante D. Duarte, seu filho primogénito e a infanta D. Leonor, esposa daquele . . . . . p. 284

7 MARÇO 1429. — Subvenção de 1.000 florins de ouro de Aragão, dada pelo rei aragonês à infanta D. Isabel, esposa do infante D. Pedro de Portugal, para as despesas da sua viagem a caminho do nosso país . . . . . p. 284

7 MARÇO 1429. — Carta de el-rei de Aragão a D. João I de Portugal, aos infantes D. Duarte e D. Pedro, seus filhos, e à infanta D. Leonor, a dizer-lhes que, por desejar saber da sua saúde, lhes envia o portador e seu escrivão da câmara, Pedro de Reus . . . . . p. 285

[7 MARÇO 1429]. — Memorial enviado pelo rei aragonês, por intermédio de seu escrivão Pedro de Reus, a el-rei D. João I de Portugal, a propor-lhe que as negociações da paz e concórdia entre Portugal e Castela sejam tratadas pelos monarcas de Aragão e de Navarra e pelos infantes aragoneses, que se comprometem a zelar os interesses de Portugal como se foram os próprios, no intuito de evitar que elas redundem em prejuízo dos referidos soberanos . . . . . p. 287

16 MARÇO 1429. — Carta do arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ao infante D. Henrique sobre a igreja de Azinhoso, disputada à Ordem de Cristo pelo referido prelado . . . . . p. 288

20 MARÇO 1429. — Carta de el-rei D. João I, de confirmação do contrato de casamento do infante D. Pedro, celebrado a 13 de Setembro de 1428, e de declaração da maneira por que há de ser segura a restituição do dote e arras à infanta D. Isabel, sua mulher, em caso de dissolução ou de separação do dito matrimónio . . . . . p. 291

1 ABRIL 1429. — Texto da pública-forma do alvará dado pelo infante D. Duarte à cidade de Lisboa em 7 de Maio de 1428 . . p. 293

14 ABRIL(?) 1429. — Carta do rei de Aragão ao conde D. Pedro de Meneses, capitão da praça de Ceuta, a rogar-lhe tome conta da praça ou campo por ele outorgado a mossem Franci dez Valls para fazer certas armas ou batalha contra João de Boxadores, ambos seus súbditos e naturais, não permita a luta entre eles e lhos remeta, pois deseja sair do reino em armas e necessita deles e de seus parentes . . . . . p. 295

30 ABRIL 1429. — Carta do rei de Aragão ao de Portugal sobre o mesmo assunto . . . . . p. 297

30 ABRIL 1429. — Carta do rei de Aragão aos infantes D. Duarte e D. Pedro de Portugal e à infanta D. Leonor, para que insistam com el-rei D. João I, seu pai, sobre o objectivo do documento anterior p. 299

1 MAIO 1429. — Memorando do infante D. Duarte a seu irmão D. Fernando, para tratar e aconselhar o infante D. Pedro acerca dos assuntos dele constantes, o qual parece se achava agastado com o pai, e a enviar também ao D. Pedro carta de el-rei, cujo texto se desconhece . . . . . p. 301

7 JUNHO 1429. — Mandado de el-rei D. João II de Castela, a ordenar a todos os fidalgos de seus reinos e senhorios acudam à guerra contra os reis de Aragão e de Navarra, vindo para junto de seu monarca devidamente preparados, no fim do mês . . . . . p. 305

19 AGOSTO 1429. — Procuração de D. João I, rei de Navarra, passada a mosem Garcia Aznares, deão de Tarragona, para tratar com el-rei D. João I de Portugal e com os infantes seus filhos quaisquer ligas, alianças, etc., em nome do referido monarca . . . . . p. 306

Copyrighted material

6 OUTUBRO 1429. — Recibo passado por João Vicente, capelão de el-rei e prior de Santiago de Óbidos, a Fr. Estêvão de Lima, prior do mosteiro de Alcobaça, de 36.000 reais brancos, de uma dízima de que é recebedor em razão das duas dízimas e meia prometidas pelos prelados a el-rei, por motivo do casamento de sua filha D. Isabel . . . p. 308

DEZEMBRO(?) 1429. — El-rei D. João I manda Álvaro Gonçalves de Ataíde e Nuno Martins da Silveira a Castela, a fim de diligenciarem harmonizar o rei D. João II com os soberanos de Aragão e de Navarra e com os infantes aragoneses . . . . . p. 309

DEZEMBRO 1429. — El-rei D. João I de Portugal manda Nuno Martins da Silveira por seu embaixador ao rei de Aragão, a propor-se por medianeiro entre ele e os irmãos e o soberano de Castela; oferecem aqueles trégua ao rei castelhano, se também ele lha conceder, até fim de Março seguinte . . . . . p. 311

[19 FEVEREIRO 1430]. — D. Afonso V, rei de Aragão, de acordo com o de Navarra, responde ao de Portugal, árbitro entre eles e o soberano de Castela, dizendo que outorgarão trégua ao rei castelhano desde a data em que a assinem até fim de Março próximo, uma vez que a dê aquele a seus reinos, terras e vassalos, e ainda plena segurança às pessoas e bens da rainha-mãe, dos infantes de Aragão D. Henrique e D. Pedro e da infanta D. Catarina, sua prima, bem como aos partidários, terras e vassalos deles . . . . . p. 314

29 FEVEREIRO 1430. — Cédula de el-rei de Aragão, a protelar, em seu nome e no do rei de Navarra, para 15 de Maio seguinte a trégua com Castela, fixada anteriormente para fim de Março, ainda a rogo de Nuno Martins da Silveira, sob condição porém de serem abrangidos nela os oficiais e servidores de cada um dos ditos reis e dos infantes aragoneses e de o novo acordo ser firmado pelo rei castelhano no prazo de 24 dias subsequentes e cometida a ratificação do mesmo pelo rei de Portugal aos de Aragão e de Navarra dentro do dito prazo . . . . . p. 315

24 MARÇO 1430. — Carta de el-rei D. João I, a aforar casas suas em Lisboa, em Vila Franca, junto das fangas da farinha, a Leonardo, mestre da pena do infante D. Henrique, e a duas pessoas depois dele por 20 libras da moeda antiga, anualmente . . . . . p. 316

1 ABRIL 1430. — Cédula de D. Afonso V, rei de Aragão, em que, a pedido de Nuno Martins da Silveira, embaixador de el-rei de Portugal, diz enviar a este os traslados das respostas recebidas de Castela pelos monar-

cas de Aragão e de Navarra sobre a trégua em causa e bem assim das que lhe mandaram, solicita uma vez mais a arbitragem do soberano português e propõe-lhe efectuar-se a trégua pelos ditos monarcas e pelos infantes aragoneses até fim de Maio seguinte, durando ela meio ano, desde 1 de Junho, prorrogável, contudo, pelo árbitro português, se ele assim o entender . . . . . p. 317

1430. — El-rei D. João I de Portugal envia embaixadores ao de Castela, a solicitar-lhe, a pedido de sua sobrinha a rainha D. Leonor de Aragão, permita a esta sair do mosteiro de Santa Clara de Tordesilhas, para onde ele a havia mandado, e lhe tomara as fortalezas, ao que anuiu o rei castelhano . . . . . p. 319

6 ABRIL 1430. — Carta de el-rei D. João I, a conceder a João de Almeida, escudeiro do infante D. Henrique, e a Beatriz de Gouveia a tença anual de 300.000 libras, na falta de pagamento de 1.000 coroas de ouro que lhes prometera por seu casamento . . . . . p. 320

17 MAIO 1430. — Carta de el-rei D. João I, em que, atendendo aos diminutos rendimentos da Universidade de Lisboa, lhe doa os da igreja de S. Nicolau da mesma cidade, do seu padroado, por morte do actual prior, nos termos que indica. . . . . p. 322

11 JUNHO 1430. — Carta de el-rei D. João I, a conceder ao infante D. Henrique possa escambar suas terras de Reigada e Pereiro, em Riba-Coa, que foram de Pero Gonçalves de Curutelo, e casas que tinha em Lisboa, junto de S. Nicolau, e que haviam sido de Mestre Aires, físico, por bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação fazer hospital em que se mantenham certos pobres, sejam vestidos, calçados e assistidos de outras coisas necessárias. . . . . p. 323

23-31 JULHO (?) 1430. — D. João II, rei de Castela, comunica ao de Portugal, por seus embaixadores, haver firmado trégua com os monarcas de Aragão e de Navarra nas condições constantes dos respectivos capítulos, cujo texto lhe envia, — facto estranhado pelo soberano português, em razão de haverem procedido sem seu conhecimento depois de lhe terem confiado o assunto . . . . . p. 326

9 AGOSTO 1430. — Carta de D. Afonso V, rei de Aragão, a el-rei D. João I, aos infantes seus filhos D. Duarte e D. Leonor, D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, e à rainha de Castela, a comunicar-lhes, pelo portador e seu arauto Catalunha, que pede seja recebido favoràvelmente, achar-se de boa saúde e desejar informes sobre a deles. . . p. 326

15 OUTUBRO 1430. — Memorial dado pelo rei aragonês a D. João de Ixar, por ele enviado a Portugal com cinco galés e duas naus, a fim de levar o infante D. Henrique de Aragão, devendo continuar aqui o infante D. Pedro; a propor liga de Portugal com Aragão contra Castela, de molde a serem os contratantes de uma parte amigos e inimigos dos da outra, exceptuada a Inglaterra pelo lado do monarca português, se ele assim o entender; e a agradecer o bom acolhimento e socorro dispensados por aquele e por seus filhos aos infantes aragoneses, a quem transmite certas instruções de carácter político em relação a Castela . . . . . p. 328

16 OUTUBRO 1430. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida ao infante D. Henrique de Aragão e de Sicília, Mestre da Ordem de Santiago, a dizer-lhe que, por causa da sua vinda, lhe envia, com certas galés e fustas, o seu conselheiro e mordomo D. João de Ixar, largamente informado de sua intenção, ao qual deve dar pleno crédito no que de sua parte lhe disser . . . . . p. 332

16 OUTUBRO 1430. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a el-rei D. João I de Portugal, a comunicar-lhe que, em razão da ida dos infantes D. Pedro e D. Henrique seus irmãos, manda, com certas galés e fustas, seu conselheiro e mordomo D. João de Ixar, largamente informado de sua intenção, pelo que pode dar plena fé ao que ele lhe disser da sua parte. . . . . p. 332

16 OUTUBRO 1430. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos infantes D. Pedro e D. Henrique de Portugal, a dizer-lhes que, por causa da vinda dos infantes D. Henrique, Mestre de Santiago, e D. Pedro, seus irmãos, lhes manda o seu conselheiro e mordomo D. João de Ixar . . . . . p. 333

24 NOVEMBRO 1430. — Carta do infante D. Henrique, dirigida ao cabido da sé de Viseu, a solicitar-lhe conceda, por emprazamento e por preço razoável, a Pedro Nunes Homem, escudeiro de sua casa e sobrinho de seu padrinho o bispo que foi daquela cidade, a terra de Canas de Senhorim. . . . . p. 335

[JANEIRO (?) 1431]. — El-rei D. João I de Portugal envia embaixada a Castela, para negociar paz perpétua com aquele reino, como fora tratada na menoridade do monarca castelhano, sendo embaixadores Pedro Gonçalves Malafaia e seu irmão Luís Gonçalves Malafaia, acompanhados pelo Dr. Rui Fernandes e tendo como secretário Rui Galvão . p. 336

Copyrighted material

5 MARÇO 1431. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao infante D. Duarte, primogénito de Portugal, a acusar carta que lhe mandara por Mem Rodrigues, portador da presente, e a comunicar-lhe que sobre certos assuntos, nomeadamente sobre o ventilado em sua carta, lhe manda pessoa informada da sua intenção para conferenciar com ele . p. 337

16 MARÇO 1431. — Pública-forma da cláusula de Regimento escrito em papel, assinado pelo infante D. Henrique e constante de coisas que ele mandava fazer ao Vigário de Soure e em posse deste, no qual ele ordenava que tivessem os clérigos de Ordens Menores sobrepelizes e se incorporassem nas procissões gerais, senão pagariam jugada . . . . . p. 338

27 MARÇO 1431. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Pedro Nunes Homem, escudeiro da casa do infante D. Henrique, e para um seu filho e neto sòmente, do couto de Canas de Senhorim . . . . . p. 339

17 ABRIL 1431. — Procuração de D. Afonso V, rei de Aragão, passada a mossem Garcia Aznares, deão de Tarragona e do seu Conselho, para tratar com el-rei D. João I de Portugal e com os infantes seus filhos quaisquer ligas, alianças, etc., em nome do referido monarca. p. 341

3 JULHO 1431. — Carta do infante D. Duarte, a fundar o convento de Santa Maria das Virtudes em ermida da mesma invocação, de Aveiras, por devoção à Virgem Maria e em satisfação de voto que fizera a quando da tomada de Ceuta, e a entregá-lo à Ordem Franciscana. . p. 343

5 AGOSTO 1431. — Representação da cidade de Silves a el-rei D. João I contra o facto de pretenderem alguns habitantes da aldeia de Alvor deixar a sua jurisdição e passar à do infante D. Henrique, a quem se ofereceram e convidaram a transformar a dita aldeia em vila, com a resposta do monarca. . . . . p. 346

9 AGOSTO 1431. — Letras *Quoniam ut ait*, do papa Eugénio IV, a solicitar protecção para Tomé, sacerdote abissínio, na sua viagem de regresso à pátria, de visita a Roma, e a conceder indulgências a quem o ajudar. . . . . p. 347

10 AGOSTO 1431. — Carta do infante D. Duarte, em nome de el-rei e no seu, a confirmar a Diogo Lopes de Sousa, seu mordomo-mor, o lugar da Ameixoeira que, a pedido daquele infante, lhe fora doado vitaliciamente pelo infante D. Henrique, a quem o Santo Padre provera no Mestrado da Ordem de Cristo, por morte do Mestre D. Lopo Dias de Sousa. p. 348

22 SETEMBRO 1431. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao infante D. Duarte de Portugal, a acusar a que ele lhe endereçara pelo escudeiro de sua casa Fernão Lopes e a responder-lhe que, de momento, por necessidades que lhe ocorreram, não pode satisfazer o que lhe deve do tempo passado do dote da infanta D. Leonor, sua mulher; pelo que lhe manda 5.000 florins de ouro de Aragão pelo conde de Ourém e pede-lhe tenha paciência; pois, logo que possa, lhe satisfará o mais . . p. 350

24 SETEMBRO 1431. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a sua irmã a infanta D. Leonor, a acusar a que lhe enviara por Fernão Lopes, portador da presente, à qual responde dizendo que mandara entregar 5.000 florins de ouro de Aragão ao conde de Ourém para o ilustre príncipe seu marido e que, por ora, consideradas suas precisões, nada mais pode mandar, mas que em breve o avisará de quando o pode fazer . p. 351

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

ABISSINIA, 207 e 211.
ABRANCHES, 1.º Conde de — 230.
ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 5, 8 e 20.
AFAN DE RIBERA (Pero), fronteiro-mor de Castela, 67.
AFONSO, escolar de leis, 34.
AFONSO, porteiro do cabido da sé de Viseu, 172.
AFONSO (D.), primo de D. João II de Castela, filho de Fernando I de Aragão, 67.
AFONSO (D.), oitavo conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de D. Inês Pereira Esteves, 1.º Duque de Bragança, 72, 132 e 175.
AFONSO (D.). V. — NORONHA (D. Afonso de).
AFONSO (Fr.), da Ordem de Cristo, prior de Alvaiázere e procurador geral da Ordem, 41, 47-49, 113, 115-16 e 118.
AFONSO (Fr.), prior do Convento de Cristo de Tomar, 113.
AFONSO II (D.), rei de Portugal, 32.
AFONSO IV (D.), rei de Portugal, 119-21 e 159-60.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 1, 3, 11, 43, 93, 156, 175, 200, 206, 291, 320 e 324.
AFONSO V (D.), rei de Aragão, Sicília, Valência, Maiorca, Sardenha e Córsega, conde de Barcelona, duque de Atenas e de Neopatria e conde de Rossilhão e de Cerdânia, 85, 88-89, 163-65, 172-73, 179-83, 189, 197-98, 204-09, 211, 218-22, 233-34, 245, 251, 253, 259, 276, 280-81, 284-86, 288, 296, 298, 300, 309-11, 313-14, 317, 326-27, 331-34, 337, 340-42 e 350-52. V. — MAGNANIMO.
AFONSO (Bartolomeu), criado do chantre da sé de Viseu, 217.
AFONSO (Diogo), comendador das Pias, 113.
AFONSO (Estêvão), doutor e professor da Universidade, 228, 232-33, 239-41, 243-44, 251, 253 e 291.
AFONSO (Fernando), 157.
AFONSO (Fernando), doutor em leis, do desembargo de el-rei D. João I. V. — SILVEIRA (Fernando Afonso da).
AFONSO (Filipe), escrivão e notário público de el-rei D. João I, 179 e 182.
AFONSO (Gil), tabelião da cidade de Viseu, 24, 90, 172 e 217.
AFONSO (Gonçalo), escrivão de João Vasques, 275.
AFONSO (João), mestre de navios, 22.
AFONSO (João), tabelião, 45.
AFONSO (João), tabelião em Tomar, 49.

AFONSO (João), doutor, 68.
AFONSO (João), escrivão de el-rei D. João I, 73 e 112.
AFONSO (João), clérigo, 90.
AFONSO (João), escrivão do infante D. Henrique, 155-56.
AFONSO (João), escrivão do infante D. Duarte, 206 e 294.
AFONSO (João), meirinho do conto do mosteiro de Alcobaça, 308.
AFONSO (João), cónego da sé de Viseu, 339.
AFONSO (Frei João), comendador de Beselga, 113.
AFONSO (Leonor), mulher de Mestre Aires, 200.
AFONSO (Lopo), escrivão 105.
AFONSO (Lopo), escrivão notário público de el-rei D. João I, 131, 139 e 194.
AFONSO (Lourenço), cónego da sé de Viseu, 339.
AFONSO (Martim), escrivão de el-rei D. João I, 23.
AFONSO (Pedro), escrivão do tesouro de Ceuta em Lisboa, 29 e 56-57.
AFONSO (Pedro), bordador do infante D. Henrique, 89 e 90.
AFONSO (Pedro), tabelião público na vila de Soure, 338.
AFONSO PIMENTEL (D. Rodrigo). V. — ALONSO PIMENTEL (D. Rodrigo).
AFRICA, 119, 177, 207-09 e 211-12.
AGRAMUNT, 221.
AGUADO DE CORDOBA (F.), 27.
AGUEDA, 199.
AGUIAR (D. Fr. Estêvão de), da Ordem de S. Bento, 98, 115-18 e 328.
AIMARO (D. Fr.), bispo de Marrocos, 5, 8, 10 e 177.
AIRES (Mestre), físico, 200-02 e 323.
ALAO (Pero), escudeiro do infante D. Henrique, 118.
ALBERGARIA, 323.
ALBERT (Benet), conselheiro e procurador régio de D. Afonso V, rei de Aragão, nos condados de Rosselhão e Sardenha, 221.
ALBUQUERQUE, 329. Castelos de —, 329.
ALBUQUERQUE (João de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, Senhor de Angeja, Figueiredo e Assequins, 199.
ALBUQUERQUES (Família dos), 199.
ALCACER DO SAL, 42.
ALCACER SEGUER, 37, 78 e 153. Alcaide de —, 153.
ALCAÇOVAS (Vila das), 80.
ALCOBAÇA, 116 e 134. Monges de —, 116. Real Abadia de —, 116. Prior do mosteiro de —, 308.
ALCOBACIL, mouro, 48 e 56.
ALCOLEA, 87, 231, 244-47, 249 e 253.
ALCOLEGIE RIPPARIE CINQUE, 87 e 231. V. — ALCOLEA.
ALDEIA GALEGA, 103.
ALDONÇA (D.), filha natural do conde D. Pedro de Meneses, casada com Rui Nogueira, 38 e 152.
ALEGRE (João), 227.
ALEMANHA, 103 e 236-37.
ALEM-DOURO, 78.
ALENQUER, 41, 181, 188 e 268-69. Convento de S. Francisco de —, 20.
ALEXANDRE III (Papa), 27.
ALFACHY, sarraceno, 207.
ALFARROBEIRA, 228 e 230.
ALGARVE, 28, 36-37, 177 e 213. Bispo do —, 344. Rainha de —, 121. Rei do —, 2,

4, 13, 19, 21, 27, 30, 46, 59, 72, 74, 76, 79, 101-02, 121, 123, 129, 157, 162, 166, 174-75, 178, 180-81, 212-13, 254, 259, 276, 280, 283-84, 286, 298, 322, 327, 333 e 346. Reino do —, 34-36, 119, 131, 179, 228, 241, 243, 280, 343 e 348.
ALGECIRA, Rei de —, 59 e 166.
ALJUBARROTA (Batalha de), 93 e 131.
ALLA, 222.
ALMAÇAN, Senhor de —, 202.
ALMADA (Álvaro Vasques de), 1.º conde de Avranches, capitão-mor da frota portuguesa, 230.
AL-MALIK AL ASRAG BARSBAY, sultão do Egipto, 207 e 211.
ALMEIDA (Fortunato de), 11, 21, 27, 76, 97-98, 132, 138, 154, 162, 173, 203, 259 e 289.
ALMEIDA (João de), escudeiro do infante D. Henrique, 320-21.
ALMEIDA (Manuel Lopes de), 142.
ALMEIDA (Vasco Gonçalves de), amo do infante D. Henrique, casado com Mécia Lourenço, 151.
ALMEIRIM, 46, 78-79, 81, 177, 182, 194, 197, 199, 204, 206, 316, 321-22 e 325.
ALMOUROL, Comendador de —, 113.
ALMUNIA, 327.
ALONSO PIMENTEL (D. Rodrigo), conde de Benavente, 336.
ALPENDORADA, 97-99.
ALPERIATE (Granja de). V. — ALPRIATE (Granja de).
ALPRIATE (Granja de), lugar da freguesia de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, 3-4.
ALTISSIMO, 14.
ALVAIAZERE, 155, 181, 188, 246 e 268-69. Prior de —, 41 e 47.
ALVARES (João), cavaleiro, 116.
ALVARES (Frei João), comendador de Santa Ovaia, 113.
ALVARES (Pedro), tabelião régio em Santarém, 200-01.
ALVARES OSÓRIO (João), 67.
ALVARO (D.), bispo de Cuenca, 68.
ALVARO (D.), bispo do Algarve, 344.
ALVARO (D.), monje do mosteiro de Santa Maria de Florença, 171.
ALVERCA, 159-60. Condado de —, 160.
ALVES (P.e Francisco Manuel), 72 e 82.
ALVOR, povoação do Algarve, 346.
AMBERES, 237.
AMEIXOEIRA, 348-49.
ANADIA, 239.
ANDEIRO (João Fernandes), conde de Ourém, 288.
ANDRADE (Nuno Freire de). V. — FREIRE DE ANDRADE (Nuno).
ANES (Afonso), escrivão, 263.
ANES (Afonso), cónego da sé de Viseu, 339.
ANES (Estêvão), 56.
ANES (Gonçalo), clérigo, sogro de João Afonso de Gorizo, 77-78.
ANES (Gonçalo), tesoureiro, 262.
ANES (João), criado de João Afonso, 90.
ANES (João), ferreiro, morador em Lisboa, 308.
ANES (Martim), escrivão de el-rei D. João I, 4.
ANES (Martim), cónego da cidade de Viseu, 90.
ANES (Vasco), cónego da sé de Viseu, 339.
ANGEJA, Senhor de, 199.

ANGLES (Higino), 179.
ANTEQUERA (Fernando de), 86. V. — FERNANDO I (D.), infante de Castela e rei de Aragão.
ARABIO (Gomes de), 169.
ARAGAO, 61, 72, 86, 164, 173-74, 180-81, 183, 195, 197, 202-03, 206, 211, 214, 218, 221, 223, 225, 227-28, 230-32, 237, 239-41, 244-46, 250-52, 258, 263-65, 270, 275-77, 279-80, 284-87, 296, 306-07, 309-11, 313-14, 318-19, 328-33, 336-37 e 350-51. Rainha de —, 319. Rei de —, 85, 88, 163-64, 171-73, 179-85, 187, 189-94, 197, 205, 207-09, 211, 218-21, 230, 232-34, 241, 245, 249-51, 253, 259-60, 264-66, 268, 270-74, 276-77, 280-81, 285-87, 294-97, 299, 304-07, 310-11, 313-20, 325-27, 332-33, 340-42 e 350-51. Reino de —, 91, 181, 185, 189, 202, 245, 266, 277, 280 e 342.
ARAGAO (Fernando de), 59. V. — FERNANDO I (D.).
ARAGAO (D. Henrique de), infante. V. — HENRIQUE (D.), infante de Aragão.
ARAGAO (Isabel de), infanta, 85, 231-32, 245 e 251-52.
ARAGAO (D. Leonor de), rainha de Aragão, mãe de D. Afonso V de Aragão. V. — LEONOR (D.), rainha de Aragão.
ARAGAO (D. Leonor de), infanta de Aragão, mulher de el-rei D. Duarte. V. — LEONOR (D.), infanta de Aragão, mulher de el-rei D. Duarte.
ARAGAO (D. Maria de), rainha de Aragão, 311.
ARAGAO (Maximiano de), 334.
ARAGAO (D. Pedro de), infante. V. — PEDRO (D.), infante de Aragão.
ARANDA DE DUERO, 236-38.
ARANHA (D. João Afonso), bispo do Porto, 31-32.
ARCELIN (A.), 27.
ARCHIVIO SECRETO VATICANO, 5, 7, 8, 11, 14, 16, 18, 20, 27, 37, 39, 50, 54, 70, 73, 75, 91, 97, 101, 110, 119, 121, 123-24, 126, 128, 154, 156, 161, 177, 213 e 347.
ARCHIVO DE LA CATEDRAL DE BURGOS, 26.
ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN, 85, 163-64, 173, 179, 181, 197, 204, 206, 208-10, 218-19, 221, 225, 228, 230, 239-40, 244, 250, 284-85, 287, 294, 297, 299, 313, 315, 317, 326, 328, 332-33, 337 e 350-51.
ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 72 e 82.
ARCO (Rua do), em Viseu, 216-17.
ARELLANO (Carlos de), 67.
ARIL (Frances de), Mossem, 196-97.
ARINYO (Francisco de), secretário de D. Afonso V, rei de Aragão, 89, 163, 165, 180, 207, 209, 219-20, 222, 253, 281, 286, 288, 296, 298 e 300.
ARJONA (Duque de), 329.
ARIZA, 296 e 310.
ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 99.
ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ, 47 e 103.
ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO, 30, 165 e 178.
ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO, 32 e 130.
ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 89, 154, 171, 217, 334 e 339.
ARQUIVO HISTORICO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 165, 178, 205 e 293.
ARQUIVO DA MISERICORDIA DE TOMAR, 323 e 325.
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1-3, 5, 8, 12, 22-23, 29, 32, 40-43, 46-47, 56, 59, 77-78, 80-81, 85, 100, 105, 112, 115, 120, 129, 131, 140, 148, 150, 154-56, 160, 174-75, 181, 199-200, 206, 212, 228, 234, 239-40, 244, 246, 250, 254, 259, 261, 264, 275, 280, 282-83, 287-88, 291, 300, 306, 308, 316, 320-21, 323-24, 338, 340, 343, 346 e 348.
ARRAIOLOS, 80.

ARRAS. V. — RAS.
ARRIFANA (João Afonso de), 216.
ARROIOS, termo da cidade de Lisboa, 47-48 e 56.
ARROUCA. V. — DAROCA.
ARRUDA, 27.
ARTOIS, 35-36. Condessa de —, 35-36. Conde de —, 36.
ARUNDEL, Condessa de —, 138. Conde de —, 138.
ASIA, 97.
ASSEQUINS (Terras de), 199.
ASTORGA, Bispo de —, 317.
ASTUÑIGA (Diego de). V. — ESTUÑIGA (Diego de).
ASTUÑIGA (Pedro de), alguazil-mor de D. João II de Castela. V. — ESTUÑIGA (Pedro de).
ATAIDE (Alvaro Gonçalves de), governador da casa do infante D. Pedro e seu conselheiro, 1.º Conde de Atouguia, 243, 275, 279, 309, 312 e 314.
ATAIDE (D. Isabel de), 258.
ATAIDE (Luís de), 243.
ATALAIA (Afonso Fernandes), sevilhano. V. — FERNANDES ATALAIA (Afonso).
ATENAS, Duque de, 85, 88, 181, 208, 221, 234, 253, 276, 281 e 341-42.
ATLANTICO, 15, 93 e 97.
ATOUGUIA, 1.º Conde de —, 243.
AURELIACO (Aimaro de). V. — AIMARO (D. Fr.), bispo de Marrocos.
AURILLAC (D. Fr. Aimaro de). V. — AIMARO (D. Fr.).
AUSTRIA-HUNGRIA, 104 e 169.
AVEIRAS, 343-45. Santa Maria de —, 343-44 e 346.
AVEIRO, 178-79.
AVELAS DE CAMINHO, freguesia do concelho de Anadia, 239 e 256.
AVELAS DE CIMA, freguesia do concelho de Anadia, 239.
AVILA, 15, 58, 67-68 e 70. Bispo de —, 67.
AVIS, 164 e 293.
AVRANCHES, 1.º Conde de. V. — ABRANCHES, 1.º Conde de.
AXUM, na Etiópia, 207.
AZAMBUJA, Igreja de Santa Maria de, 142.
AZEVEDO (Fr. Fernão Lopes de), comendador de Casével, da Ordem de Cristo, 41 e 113.
AZEVEDO (Pedro de), 40, 42, 77, 153-54 e 175.
AZINHOSO, Igreja de —, 288-89.
AZNARES (Garcia), deão de Tarragona, 306, 340-42.
BADAJOZ, 62, 67 e 98. Bispado de —, 98. Bispo de —, 67. Diocese de —, 97-98.
BADALHOUCE. V. — BADAJOZ.
BAEÇA (Fr. João de), franciscano da Província de Castela, 49-52, 54-55, 70-71 e 91.
BALAGUER, 87 e 221. Senhor de —, 306-07.
BALDASSARI, bispo de Tusculano, 126-27.
BALLESTEROS Y BERETTA (António), 219, 287 e 310.
BARBATE, 295.
BARCELONA, 86, 91, 209, 219-22, 230-31, 244-45, 251, 253, 295-96, 298, 300, 342, e 351-52. Condado de —, 221. Conde de —, 85, 88, 181, 208, 234, 253, 276, 281 e 341-42.
BARCELOS, 97. 8.º Conde de —, 132, 175, 275 e 279.
BARRIENTOS (Dom Lope), 203, 214, 223, 236-38.
BARROS (Henrique da Gama), 1 e 140.

BARROS (João de), 97 e 159.
BARTOLO, jurista, 147.
BARUTELL (Andrea), 253.
BARUTELL (Berenguer), arcediago-mor da igreja de Lérida e de Mari e tio materno das infantas D. Isabel, D. Leonor e D. Joana de Aragão, 85-89, 230-31, 244-45, 249 e 251-53.
BASSETI (Pedro), bailio geral da Catalunha, 89.
BATALHA (Mosteiro da), 131-32.
BATTELLI (Guido), 104.
BEATRIZ (Infanta D.), filha de el-rei D. Fernando de Portugal, 60 e 64.
BEATRIZ (D.), mulher de el-rei D. Afonso IV, 120-21.
BECO (Frei Afonso Vasques do), comendador da Meda, 113.
BEJA, Bispo de —, 100. Igreja de —, 99. Prior de Santiago de —, 98.
BEJA (Fr. Martinho de), monge e procurador do mosteiro de Alcobaça, 308.
BELEAGUA (Fernando Gonçalves), doutor e embaixador de el-rei D. João I, rei de Portugal, presente ao Tratado de 1411 com Castela, 59.
BÉLGICA, 18.
BEMPOSTA, 199. Comendador da —, 113.
BENAVENTE (Conde de), 313 e 336.
BENAVIDES (A.), 27.
BENTO XIII (Papa), 50 e 52-54.
BENVIVER, 78-79.
BERGA, cidade da província de Barcelona, 181, 184, 221 e 264-65.
BESELGA, Comendador de—, 113.
BETANÇOS, 67.
BETHENCOURT (João de), 15 e 93-94.
BETHENCOURT (Maciot de), sobrinho de João de Bethencourt, 93-94.
BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 103 e 296.
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 105, 140-41, 255 e 300.
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 103 e 238.
BIBLIOTHECA APOSTÓLICA VATICANA, 73.
BIBLIOTECA MEDICEA LAURENZIANA DE FLORENÇA, 99, 104-05, 116, 133, 152, 169, 213, 215-16, 222, 232 e 328.
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE PARIS, 92-93, 105, 207, 255, 264, 276 e 280.
BILBAU, 67.
BISCAIA, 167. Senhor de —, 59 e 166.
BIVERO, 67.
BOAS (Frei João Manhãs), clérigo de missa da Ordem de Cristo, 113.
BOLONHA, 228.
BONENFANT (P.), 34.
BONIA (Pedro de), valenciano, 206-10.
BONIFACIO VIII (Papa), 158.
BONIFACIO IX (Papa), 213.
BORAMYM (Galiaço), 215.
BORGONHA, Conde de —, 36. Condessa de —, 35-36. Ducado de —, 34. Duque de —, 36, 164-65, 308 e 328. Duquesa de —, 34-36, 115 e 132.
BORRA, 226.
BOTÃO, povoação do concelho da Mealhada, 256.
BOU (Pere), 226.
BOURO, Mosteiro de Santa Maria de, 127.
BOXADORES (João de), 294-95, 297 e 299.

BRAGA, 162 e 289. Arcebispo de —, 6, 9, 256-57 e 288-89. Diocese de —, 75, 110, 123 e 127-28.
BRAGA (Joaquim Teophilo), 142.
BRAGADIN (Marc'António), 170.
BRAGANÇA, 1.º duque de —, 132 e 175. Senhor de —, 176.
BRAGANÇA (D. Fernando de), 175-76.
BRANDÃO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 142.
BRASIO (P.e António), 212.
BRITES (D.), filha bastarda de el-rei D. João I e de D. Inês Pires, condessa de Arundel, 138.
BRITISH MUSEUM, 255.
BRUGES, 35-36, 140, 215-16 e 232.
BRUXELLES, 34.
BUARCOS, 179 e 246-47.
BUARCOS (Alvaro Afonso de), 48 e 57.
BULAS e outras Letras Pontificias, reproduzidas e citadas: 6, 27, 55, 71, 101 e 142.

Ad ea, de Matrinho V, de 9 de Abril de 1423, — 53.
Cum venisset, de Martinho V, de 26 de Setembro de 1423, — 73.
Ecclesiarum et religiosorum, de Martinho V, de 4 de Maio de 1423, — 70.
Ex debito ministerii, de Martinho V, de 15 de Junho de 1426, — 126.
Exhibita nobis, de Martinho V, de 7 de Julho de 1427, — 161.
Eximie devotionis affectus, de Martinho V, de 29 de Maio de 1426, — 121.
Gratie divine premium, de Martinho V, de 5 de Março de 1421, — 8.
Illegitime genitos, de Martinho V, de 13 de Abril de 1422, — 39.
Meritis tuarum, de Martinho V, de 9 de Abril de 1423, — 52.
Nobilitas generis, de Martinho V, de 15 de Outubro de 1423, — 75.
Oblate nobis, de Martinho V, de 6 de Março de 1426, — 110.
Personam tuam, de Martinho V, de 1 de Fevereiro de 1425, — 97.
Provenit, de Martinho V, de 28 de Junho de 1426, — 128.
Quoniam ut ait, de Eugénio IV, de 9 de Agosto de 1431, — 347.
Romani pontificis, de Martinho V, de 5 de Março de 1421, — 5.
Sacre religionis observantia, de Martinho V, de 10 de Junho de 1421, — 20.
Sedes apostolica, de Martinho V, de 2 de Junho de 1421, — 18.
Sincere devotionis, de Martinho V, de 2 de Maio de 1421, — 16.
Venit ad presentiam nostram, de Martinho V, de 16 de Maio de 1428, — 212.
Vite ac morum, de Martinho V, de 10 de Abril de 1427, — 156.
Vite ac morum honestas, de Martinho V, de 9 de Junho de 1426, — 124.

BURGOS, 26, 67, 304-05 e 319. Bispo de —, 26, 67 e 96-97. Cónego de —, 166.
BURROS, 262.
BUSSONE (François), condottiere, conde de Carmagnola, 171.
CABECEIRAS DE BASTO, 2.º Senhor de, 176.
CABO BOJADOR, 22.
CABRERA (Ramón de), Mossem, 196-97.
CAÇÃO (Gonçalo), familiar do infante D. Henrique, 177-78.
CACERES, 67.
CADAVAL (Alvaro Fernandes de), 205-06 e 293.
CADIZ, 67. Bispo de —, 67.
CAERA (Vincencius), 230.
CAETANO (Marcelo), 212-13.

CALAHORRA, 67. Bispo de —, 67.
CALATAMBII, 307.
CALDEIRA (Gonçalo), notário e escrivão da câmara de el-rei D. João I, 182.
CALMETTE (Joseph), 34, 132 e 164.
CAMARA APOSTOLICA, 11.
CAMARATE, 99. Reguengo de —, 77.
CAMELO (Gonçalo Gonçalves), do desembargo do infante D. Duarte, 294.
CAMPOFREGOSO, doge de Génova, 170-71.
CAMPORES, Reguengo de, 246.
CANARIAS (Ilhas), 15-16, 18, 26, 49-53, 69-71, 91-93 e 97. Vigário Geral dos franciscanos das —, 91.
CANAS DE SENHORIM, 334-35 e 339.
CANCRE (Fernão Anes de), vassalo de el-rei D. João I, 45.
CANTANHEDE, 247.
CANTOR (Frei João), clérigo de missa, da Ordem de Cristo, 113.
CAPELLI (A.), 104.
CARAGE, 286.
CARDIGA, Comendador da —, 113.
CARINENA, 313 e 315.
CARLOS, rei de França, 311.
CARLOS VI, rei de França, 34.
CARMANHOLA, Conde de —, 171.
CARNEIRO (António), do conselho de el-rei D. João I, 139.
ÇARRABODES (Pero Anes), 216.
CARRERAS ZACARES (Salvador), 225.
CARRILLO DE HUETE (Pedro), 203, 214, 223, 236 e 238.
CARTAGENA (Don Afonso de), deão de Santiago de Compostela e de Segóvia, 25-26, 57, 96, 166 e 304. Bispo de —, 67.
CARTAGENA (Gonçalo de), bispo de Placência e prior de Siguença, 319-20.
CARTAJENA. V. — CARTAGENA.
CARVALHO (António Lopes de), 175.
CARVALHO (Joaquim de), 26.
CASA DE S. PAIO, oratório franciscano, 21.
CASAUS (Afonso de), sevilhano, 18.
CASEVEL, Comendador de, 113.
CASTANHEIRA, Couto da —, 199.
CASTELA, 11, 25-26, 49-51, 53, 55, 58, 60, 63, 67-69, 72-73, 83, 86, 93, 98, 127, 138, 165-67, 197, 203, 205-06, 214, 223, 236-38, 286, 296, 303-05, 309-14, 317, 328-29, 331 e 335-36. Coroa de —, 15. Ministro Provincial de —, 50. Rainha de —, 179, 203 e 326-27. Rei de —, 14, 16-18, 57-59, 69-70, 73, 82-84, 96, 133, 166, 178-79, 191, 197, 202-03, 215, 223, 236-38, 271, 286-87, 310, 312-14, 316-18, 325-26, 328-31 e 336. Reino de —, 58, 91, 179, 185, 277, 311 e 315.
CASTELA (D. Maria de), rainha de Castela, irmã dos reis de Aragão e de Navarra, 296 e 327.
CASTELEJO, Comendador do —, 113.
CASTELO NOVO, Comendador de —, 113.
CASTELO DE VIDE, 100.
CASTRO (Alvaro Pires de), 1.º Senhor de Benviver, conde de Arraiolos, condestável, 79-81.
CASTRO (Conde de), 179, 215 e 236.
CASTRO (D. Alvaro de), 230 e 243.

CASTRO (D. Fernando), do conselho de el-rei D. João I e governador da casa do infante D. Henrique, 26, 52, 60, 68-70, 93, 96-97 e 340.
CASTRO (D. Fernando de), dito Cegonho, governador da casa do infante D. Fernando, 69 e 258.
CASTRO (D. Inês de), mulher de el-rei D. Pedro I, 288.
CASTRO (D. Pedro de), criado do infante D. Henrique, 78-80.
CASTRO MARIM, Comendador de —, 113.
CATALUNHA, 86, 211, 219-22, 311 e 342.
CATALUNHA, arauto de D. Afonso V de Aragão, 326-27.
CATARINA (Infanta D.), mulher do infante D. Henrique de Aragão e prima dos reis de Aragão e de Navarra, 179, 203, 215 e 313-15.
CATARINA (D.), 79. V. — TERESA (D.), filha de João Mendes de Vasconcelos, mulher de D. Pedro de Castro.
CATARINA (Rainha D.), mãe de D. João II de Castela, 25, 58-59, 72, 320 e 336.
CEGA (Rua), em Santarém, 81.
CEGONHO. V. — CASTRO (D. Fernando de).
CERDANIA, Conde de —, 85, 88, 208 e 253.
CERONE (Francesco), 211.
CERVERA, 221.
CESAR AUGUSTA. V. — SARAGOÇA.
CETINA, 310.
CEUTA, 5-6, 9, 11, 18-21, 27, 29-34, 37-38, 42, 59, 61, 69, 77, 110, 122, 128, 138, 140, 148, 152-54, 161, 174-77, 200, 228, 294-99, 320 e 343. Bispo de —, 8, 10 e 257. Capitão e Governador de —, 38-40, 119-20 e 128. Castelo de Metene em —, 296. Catedral de Santa Maria de —, 177. Convento franciscano de —, 20. Descerco de —, 78. Diocese de —, 5 e 7-8. Escrivão do tesouro de —, 29. Igreja catedral de —, 6-7 e 9-10. Sé de —, 177. Senhor de —, 2, 4, 13, 30, 46, 59, 72, 79, 129, 131, 175, 178, 254, 259, 276, 280, 283-84, 322 e 346. Senhorio de —, 280, 343 e 348.
CHAROLAIS, Conde de —, 34.
CHAVES, 291.
CHELAS (Convento de), 343.
CHIPRE, 208, e 210. Rei de —, 210-11.
CICERO (Marco Túlio), 26.
CICILIANO (Nicolau de), 84.
CIDADE RODRIGO, Bispo de —, 67.
CINCA. V. — CINQUA.
CINQUA (Rio de), 245. Ribeira do —, 245. V. — ALCOLEA.
CINQUINS. V. — ASSEQUINS, forma actual.
CIPRI. V. — CHIPRE.
CLAVARI, 226-27.
CLEMENTE V (Papa), 142.
CLEMENTE (Maria), mãe de Alvaro Vasques, 174.
CLOITERSCHAFE (Nicolau Gerardo), notário público da diocese de Colónia, 243.
COA (Vila de), 323.
COBLIURE, vila da Catalunha, 221.
COELHO (Afonso), clérigo em Viseu, 217.
COELHO (D. Margarida), esposa de João Gomes da Silva, 228.
COELHO (José Ramos), 5.
COGOLLUDO, 296.
COIMBRA, 26, 98, 104, 122, 140, 150, 238-39, 247, 253-55, 258-59, 263, 275-76, 280,

282-83 e 303. Bispo de —, 154. Câmara de —, 99. Cortes de —, 200. Diocese de —, 37-40. Ducado de —, 246. Duque de —, 20-21, 104, 228, 239, 241, 244, 250-51, 285 e 333-34. Mosteiro de Santa Clara de —, 256-57, 276 e 280. Mosteiro de Santa Cruz de —, 104 e 256-57. Mosteiro de S. Jorge de —, 149 e 243. Universidade de —, 142-43.
COIMBRA (João de), tabelião de el-rei D. João I em Lisboa, 42 e 56.
COLAÇO (João), 56-57.
COLEGIOS UNIVERSITARIOS, 142-43.
COLL (João dez), doutor em Decretos, 297-98 e 300.
COLLE (Pedro de). V. — LOBET (Pedro de).
COLONIA, cidade da Alemanha, 243.
COMINES, Senhor de —, 37.
CONCILIO PICTAVENSE, 40 e 76.
CONDEIXA (Visconde de), 132.
CONSELHO REGIO, 72 e 140.
CONSTANÇA (Condessa D.), 257.
CONSTANTINOPLA, 211.
CORBERAN (Francisco), camareiro de D. Afonso V de Aragão, 163.
CORDEIRO (Luciano), 151.
CORDOVA, 67. Bispo de —, 67. Rei de —, 59 e 166.
CORIA, Bispo de —, 67.
CORNES, 76.
CORREIA (Vergílio), 131.
CORSEGA, 49, 51, 53-54 e 171. Rei de —, 85, 88, 181, 208, 221, 234, 253, 276, 281 e 341-42. Vigários de —, 52-53.
CORSI (?) (Tomás de), 222.
CORTESÃO (Jaime), 97 e 160.
CORTS (Francisco), 226.
COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), 27, 101, 212, 228 e 232.
COUTINHO (D. Beatriz), filha de Fernão Martins Coutinho, Senhor de Mafra e terceira esposa do conde D. Pedro de Meneses, 110-11 e 153.
COUTINHO (Fernão Martins), Senhor de Mafra e da Ericeira, pai de D. Beatriz Coutinho, terceira mulher de D. Pedro de Meneses, 110 e 153.
COUTINHO (D. Filipa Gonçalves Vasques), filha do marechal Gonçalo Vasques Coutinho e 2.ª esposa do conde D. Pedro de Meneses, 38 e 110.
COUTINHO (Gonçalo Vasques), marechal de Portugal, 38 e 110.
COUTINHO (D. Frei Gonçalo Vasques), comendador-mor da Ordem de Cristo, 113.
COVILHÃ, 156. Senhor da —, 2, 4, 13, 24, 29, 41, 111-12, 116, 154-56, 256, 261 e 323. Igreja de S. Miguel da —, 157-59.
CRESQUES (Yaffuda), 159. V. — MAIORCA (Jácome de).
CRISTOFORO (Micael), 232.
CUENCA, 67. Bispo de —, 67, 202 e 223-24.
CUNCILLOS DE LOSCERTALES (Sara), 221.
CUNHA (Frei Diogo Alvares da), comendador do Castelejo, 113.
CUNHA (Leonor da), 56.
CUNHA (Martim Vasques da), 138.
CUNHA (Pero Vasques da), Senhor de Angeja, Pereira, Assequins, Bemposta, Figueiredo e dos coutos do Pinheiro e Castanheira, 199.
CÚRIA PONTIFICIA, 119.
CURUTELO (Pero Gonçalves de), 323-24.
DAROCA, cidade aragonesa, 180, 196, 234, 259 e 280.

DAVID, rei de Israel, 207-09.
DENIA, Conde de —, 306.
DESPONT (Ponç), 226.
DEUS, 2, 4, 9-11, 13, 16, 21, 27, 30, 41, 46, 50, 53, 59-60, 64, 71-72, 74, 79, 82, 85, 93-94, 107-08, 114-16, 118, 121-22, 129, 131-32, 134-35, 138, 141-44, 146, 148-49, 152-53, 160, 163, 166, 169-71, 173-75, 178, 180-81, 185-86, 188, 194-95, 200, 204, 207-09, 211-12, 216, 222, 229, 231, 233-34, 236, 246, 251, 253-54, 256-59, 262, 266, 268, 276-78, 280-81, 283-86, 290-92, 297-98, 301-03, 305-07, 320, 322-27, 333, 335, 337, 341-44 e 346-51. Nosso Senhor —, 133, 194, 198, 214, 286, 296, 300, 302, 318 e 342. Padre —, 214. Senhor —, 107, 152-53, 216, 252 e 307.
DEVESA (João), escudeiro e procurador da cidade de Lisboa, 293.
DE WITTE O. S. B. (Charles-Martial), 5, 8 e 35.
DEZUALLS (Luís), 253.
DIAS (Alvaro), almoxarife de el-rei D. João I em Viseu, 321.
DIAS (Frei Lopo), comendador de Almourol, 113.
DIAS (Rui), deão da sé de Braga, 288-90.
DIAZ DE MENDOÇA (Rodrigo). V. — DIAZ DE MENDOZA (Rui).
DIAZ DE MENDOZA (Rui), filho de João Furtado de Mendoza, 70 e 307.
DIAZ DE TOLEDO (Fernando), bacharel, relator e secretário de D. João II de Castela, 68.
DIJON, 34.
DINIS (Afonso), almoxarife do infante D. Henrique, 262-63.
DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 1, 23-24, 78, 93, 150, 154, 156, 221, 243, 325 e 334.
DIOGO (D.), arcebispo de Lisboa, 6 e 9.
DIOGO (D.), bispo de Zamora, 68.
DOMINGUES (Gonçalo), criado de Afonso Lourenço, 42.
DOMINGUES (Luís), 45.
DOMINGUES (Vasco), prior da igreja de Santa Maria de Aveiras, 344.
DOMINGUES (Vicente), escrivão, 346.
DUARTE (D.), rei de Portugal, 2, 96, 104-05, 142, 200, 213, 243, 259 e 300. Infante —, 13, 24, 26, 44-45, 73-74, 79, 99, 101-02, 105, 110, 121, 130, 132-33, 139-40, 152, 163-65, 169, 172-74, 179-86, 188-98, 204-06, 213-14, 216, 223-24, 234-35, 238-39, 248, 254-55, 258-60, 263-80, 282-87, 291, 293-94, 296, 299-300, 306, 310, 312, 320, 326-27, 329-30, 333, 337, 341, 343, 348 e 350-51.
EANES (Afonso), contador do rei de Portugal, 169-71 e 215-16.
EANES (Catarina), mulher de João Gonçalves de Jugueiros, 217.
EANES (Domingos), 233.
EANES (Estêvão), 57.
EANES (Gil), mestre de navios, 22.
EANES (Gil), navegador henriquino que dobrou o Cabo Bojador, 22 e 93.
EANES (Inês), filha de João da Regueira, 172.
EANES (João), escrivão das jugadas de Valada, 201.
EANES (Pedro), chantre da sé de Viseu, 171.
EANES (Pedro), escrivão de el-rei D. João I, 255.
EANES (Rodrigo), escrivão do infante D. Henrique, 29.
EANES (Rodrigo), ouvidor do infante D. Duarte, 294.
EANES (Rodrigo), cónego da sé de Viseu, 339.
EANES (Vasco), almoxarife em Portalegre, 23.
EANES (Vasco), homem do conde D. Pedro de Meneses, 153.
EDUARDO, rei de Inglaterra, 237.

EGIPTO, 207 e 209-12.
ELVAS, 62, 187 e 268.
ENCERRABODES (Pero Anes). V. — ÇARRABODES (Pero Anes).
ENTRE DOURO E MINHO, 30 e 175. Corregedor de —, 29.
ENTRE TEJO E GUADIANA, 120.
ENXOBREGAS. V. — XABREGAS.
EPIFANIA, 152.
ERICEIRA, Senhor da —, 153.
ESCORIAL, Biblioteca do —, 26.
ESPANHA, 27, 98, 126, 287, 296 e 330.
ESPANHAS, 27.
ESPERANÇA (Fr. Manuel da), 20-21, 98 e 343.
ESPINOLA (Gaspar), tesoureiro da infanta D. Leonor de Aragão, 275 e 279.
ESPIRITO SANTO, 131, 134 e 343.
ESTEVES (Frei Lopo), comendador de Mogadouro, 113 e 118.
ESTEVES (João), escrivão de el-rei D. João I, 34.
ESTEVES (João), 57.
ESTEVES (Vasco), 157.
ESTREMOZ, 254-55 e 282-84.
ESTUÑIGA (Diego de), poeta espanhol, 67.
ESTUÑIGA (Pedro de), alguazil-mor de D. João II de Castela, 67.
ETIOPIA, 207-09 e 347.
EUBEL (Conradus), 11, 52, 70-71, 98, 157, 162, 173, 203 e 289.
EUGENIO IV (Papa), 347.
EUROPA, 211 e 232.
ÉVORA, 2-4, 13, 23, 25, 162, 182, 259, 261 e 302. Administrador da diocese de —, 11. Arcebispo de —, 98-99. Bispo eleito de —, 10-11. Bispo de —, 7 e 161-62. Cabido de —, 161-62. Chantre de —, 258. Cortes de —, 200 e 246. Diocese de —, 98, 119, 121 e 203. Igreja de —, 11 e 99. Livro da Cartuxa de —, 300. Mosteiro de S. Francisco de —, 261. Sé de —, 11. Subdiácono de —, 98-99.
EXTREMADURA, província espanhola, 310.
FAIADEL (Filipe), confessor de D. Afonso V de Aragão, 208-10.
FAJOL (João), notário de Barcelona, 232.
FALCÃO (Frei Fernando), da Ordem de S. Bento, passado à de S. Francisco de Assis, 115-18.
FALCES (Luís de), cavaleiro aragonês, 275 e 279.
FALSAS (Luís de). V. — FALCES (Luís de).
FANDELL (Filipe), 208. V. — FAIADEL (Filipe).
FARIA (Pedro Nunes de), almoxarife do infante D. Henrique em Lisboa, 28-29 e 56.
FEIRA, 2.º Senhor da —, 38.
FERNANDES (Álvaro), arcediago do cabido de Viseu, 90.
FERNANDES (Álvaro), criado de Martim Afonso de Miranda, 130.
FERNANDES (Álvaro), notário em Viseu, 172.
FERNANDES (Gonçalo), 170 e 222.
FERNANDES (João), corregedor de Entre Douro e Minho, 30.
FERNANDES (Frei João), comendador de Castelo Novo, 113 e 118.
FERNANDES (Luís), embaixador de el-rei D. João I, 22.
FERNANDES (Maria), proprietária em Viseu, 217.
FERNANDES (Rodrigo), professor de Direito, do desembargo de el-rei D. João I, 204, 230, 275, 279, 283-84 e 335-36.
FERNANDES (Rui). V. — FERNANDES (Rodrigo).

FERNANDES (Valentim), 97.
FERNANDES ATALAIA (Afonso), sevilhano, 206.
FERNANDEZ (Diego), marechal de D. João II de Castela, 67.
FERNANDEZ (Juán), senhor de Ixar, 329.
FERNANDEZ (Martin), alcaide dos donzéis de D. João II de Castela, 67.
FERNANDEZ MANRRIQUE (Garcia), 67.
FERNANDEZ DE QUIÑONES (Diego), 67.
FERNANDEZ SARMIENTO (Garcia), adiantado-mor da Galiza, 67.
FERNANDO, bacharel em leis, 34.
FERNANDO (D.), arcebispo de Braga, 6 e 9.
FERNANDO (D.), infante de Portugal, filho de el-rei D. João I, 69, 102-03, 109-10, 132, 179, 190, 193-94, 197-98, 224, 235, 257-58, 261, 270-71, 300-01 e 326-28.
FERNANDO (D.), rei de Portugal, 122 e 203.
FERNANDO I (D.), infante de Castela, tio de D. João II de Castela e depois rei de Aragão e de Sicília, 25, 58-59, 67, 72, 181-83, 223 e 336.
FERNANDO (Frei), clérigo de missa, da Ordem de Cristo, 113.
FERREIRA (Don Gomes), abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, 104, 116-17, 133, 152, 169-70, 213, 216, 222, 232 e 328.
FERREIRA (Frei João de), comendador do Ródão, 113.
FERREIRA (Mons. José Augusto), 289.
FERREIRA (Frei Martim), comendador da Póvoa, 113.
FERREIRO (João), 338.
FERRO (Ilha de), Canárias, 15, 71 e 94.
FIGUEIREDO (Terras de), 199.
FILIPA DE LENCASTRE (D.), 5, 77, 131, 181, 185, 188 e 268-69.
FILIPE O BOM, duque de Borgonha, 34, 36, 132, 164-65 e 308.
FLANDRES, 32, 35-37 e 215-16. Conde de —, 36. Condessa de —, 35-36. Quatro Membros de —, 36.
FLORENÇA, 105, 116, 133, 169-71 e 215. Mosteiro de Santa Maria de —, 104, 116, 152, 169, 222 e 232.
FOGAÇA (Fernão), 346.
FOGAÇA (João), corregedor de Entre Douro e Minho, 30.
FOGAÇA (Rafael), 215-16.
FOIX (Conde de), 209 e 296.
FOIX (João de), conde de Foix, 296.
FOIX (D. Pedro de), cardeal franciscano, irmão do conde de Foix, 296.
FOLGADO (Lourenço Eanes), 201.
FONT I RIUS (José Maria), 219.
FORTEVENTURA (Ilha de), Canárias, 15, 71, 94 e 96.
FRADIQUE (Conde D.), 67, 70 e 310.
FRAGA, cidade da província de Huesca, 181, 184, 263 e 265.
FRANÇA, 23-24, 36, 93-94, 170, 311 e 320. Moeda de —, 23-24 e 200-01. Rei de —, 35 e 94.
FRANÇA (Micaela de), duquesa de Borgonha, filha de Carlos VI, casada com Filipe o Bom, 34-37.
FRANCISCANOS. V. — AIMARO (D. Fr.), BAEÇA (Fr. João de), CANARIAS (Ilhas), CASA DE S. PAIO, CEUTA, COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), FALCÃO (Fr. Fernando), LOURENÇO (D. Fr.), ORDEM DOS FRADES MENORES, ORDEM FRANCISCANA e SANTA MARIA DAS VIRTUDES.
FRANCO (Doutor), 319-20.

FREIRA (Pedro Gonçalves da), 45.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 11, 38, 69, 79-80, 110, 119-21, 132, 138-39, 151-53, 199, 228, 230, 243 e 289.
FREIRE DE ANDRADE (Nuno), 67.
FRIELAS, Reguengo de —, 77.
FUNCHAL, 150.
FURTADO DE MENDONÇA (João), mordomo-mor de D. João II de Castela, 67-68 e 70.
FUERTEVENTURA (Ilha de). V. — FORTEVENTURA (Ilha de).
GABINETE HISTÓRICO DA CIDADE DO PORTO, 30, 44-45, 165 e 178.
GALEGO (João), 338.
GALIZA, 67 e 209. Rei de —, 166.
GALVÃO (Rui), escrivão de el-rei D. João I, 44, 103, 130, 335 e 349.
GAND, 34 e 36-37.
GAND (Jean de), 164.
GANDIA, 306-07.
GARCIA (Afonso), deão de Santiago e de Segóvia, 59 e 68. V. — CARTAGENA (Afonso de).
GARCIA (Rui), doutor, procurador do rei de Navarra, 204.
GARCIA (Giménez), doutor de Navarra, 198.
GARCIA DE FERRERA (Pero), marechal de Castela, 67.
GARCIA DE SANTA MARIA (D. Alfonso), 26 e 166. V. — CARTAGENA (Dom Afonso de).
GARCIA DE VILLALPANDO (Rodrigo). V. — GARCIA DE VILLALPANDO (Rui).
GARCIA DE VILLALPANDO (Rui), ouvidor da audiência de D. João II de Castela, 62, 192-93, 197 e 307.
GARIBAY, 237.
GENCOR (Gualceran), 225.
GÉNOVA, 169-71. Senhor de —, 170.
GERONA, 221.
GIBRALTAR, 153. Irmão do alcaide de —, 153.
GIJON (Conde de), 11 e 203.
GIJÓN (D. Fernando de), irmão de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, 223. V. — NORONHA (D. Fernando de).
GIL (Diogo), 316.
GIL (Martim), clérigo, 90.
GIL (Martim), escrivão, 176.
GIL (Teresa), rua de, 203.
GIMÉNEZ SOLER (Andrés), 86, 219 e 221.
GIRALDES (Afonso), sobrejuiz, 34.
GIREITA (João de), camareiro de D. Afonso V de Aragão, 281.
GÓIS (Frei Martim de), comendador de Pussos, 113 e 155.
GOMECIUS, abade do mosteiro de S. Maria de Bouro, 127.
GOMEIRA (Ilha de), Canárias, 71 e 93-94. V. — LA GOMERA.
GOMES (Armando Sousa), 159-60.
GOMES (Gonçalo), clérigo, 23.
GOMES (Rui), pedreiro, 57.
GOMES DA CÂMARA (Diogo), presbítero de Zamora, 85.
GOMEZ DE SANDOVAL (Diego), adiantado-mor de Castela, 67-68 e 236.
GOMIDE (Gonçalo Lourenço de), 1.º Senhor de Vila Verde dos Francos e escrivão da puridade de el-rei D. João I, 138-39.

GONÇALEZ (Martim), escrivão da câmara e notário público de el-rei D. João II de Castela, 59 e 68-69.
GONÇALEZ DE CORDOVA (João), escrivão da câmara de D. João II de Castela, 68.
GONÇALEZ DE MEDINA (Diogo), escrivão da câmara de D. João II de Castela, 68.
GONÇALO (Mestre), 48 e 57.
GONÇALVES (Álvaro), tabelião, 45.
GONÇALVES (Álvaro), criado de Mem Rodrigues de Refoios, alferes-mor do infante D. Henrique, 49.
GONÇALVES (Álvaro), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 161.
GONÇALVES (Frei Álvaro), comendador do Prado, 113.
GONÇALVES (Antão), notário da sé de Viseu, 340.
GONÇALVES (Catarina), casada com Álvaro Nogueira, 154.
GONÇALVES (Farto), escrivão de el-rei D. João I, 3 e 13.
GONÇALVES (Fernão), notário da sé de Viseu, 340.
GONÇALVES (Gomes), sobrinho de Fernão Garcia de Neiva, 42.
GONÇALVES (Gonçalo), cónego da sé de Viseu, 339.
GONÇALVES (Inês), mulher de Pedro Afonso, bordador do infante D. Henrique, 90.
GONÇALVES (João), contador, 42.
GONÇALVES (João), escrivão da puridade de el-rei D. João I, 255.
GONÇALVES (João), 262.
GONÇALVES (Júlio), 104.
GONÇALVES (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, 340.
GONÇALVES (Luís), vassalo e tabelião do infante D. Duarte em Lisboa, 294.
GONÇALVES (Nuno), notário público do reino de Portugal, 194.
GONÇALVES (Pero), vassalo e vedor da Fazenda de el-rei D. João I, 23, 46, 255 e 283-84.
GONÇALVES (Pero), escrivão de el-rei D. João I, 25 e 78.
GONÇALVES (Pero), 304.
GONÇALVES (Vasco), vedor da fazenda do infante D. Henrique, 155.
GONÇALVES (Vasco), contador das coisas que pertencem a Ceuta, 200-01.
GONÇALVES (Vasco), cónego da sé da Guarda, 174.
GONZALEZ DE ÁVILA (Fernando), doutor e embaixador do rei de Castela, 317.
GORIÇA (Beatriz Afonso), 77.
GORIÇA (Brites Afonso). V. — GORIÇA (Beatriz Afonso).
GORIZA (Beatriz Afonso). V. — GORIÇA (Beatriz Afonso).
GORIZO (Afonso Martins de), 77.
GORIZO (João). V. — GORIZO (João Afonso de).
GORIZO (João Afonso de), cavaleiro, 77-78.
GORIZOS, Mãe dos —, 201.
GOUVEIA (Beatriz de), mulher de João de Almeida, 320-21.
GRÃ-CANÁRIA (Ilha de), Canárias, 14-15, 17-18, 71, 92, 94 e 96.
GRANJA DO ULMEIRO, Comendador da —, 113.
GRANADA, 153.
GREGÓRIO VIII (Papa), 324.
GREGÓRIO XI (Papa), 101-02.
GUADALAJARA, Arcediago de —, 67.
GUARDA, Deão da sé da —, 156. Diocese da —, 156. Bispo da —, 157-58.
GUERRA (D. Fernando da), arcebispo de Braga, 288 e 291.
GUERRA (João de), cavaleiro, camareiro de D. Afonso V de Aragão, 253.
GUERRA (D. Pedro da), pai de D. Fernando da Guerra, bastardo do infante D. João, neto de el-rei D. Pedro e de D. Inês de Castro, 288-89.

GUIMARAES, 174-75.
GUIMARAES (Pero de), escrivão de el-rei D. João I, 2.
GUINÉ, 22, 78, 93, 97, 200 e 205.
GUIOMAR (D.), 256 e 258.
GULFAR (Fernão Gonçalves de), notário em Viseu, 172.
GURREA (João de), camareiro e bailio geral do reino de Aragão, 196-97.
GUZMAN (D. Henrique de), conde de Niebla, 329.
HELENO (Manuel), 104.
HELYOT (P. H.), 27.
HENRIQUE (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 22-23, 26-27, 46-48, 56, 60, 69, 75-77, 89-90, 100-01, 109-110, 124, 130, 148, 156-57, 159, 171, 174, 177, 179, 198-99, 204-06, 212-13, 216-17, 232, 235, 239, 246, 288, 291, 304, 316, 320, 326-27, 333-34 e 339-41. Canal e estacada do Ródão para a indústria de pesca do —, 1. Confirmação dos privilégios outorgados à Ordem Militar de Cristo e a seus Mestres, 2. Privilégios e liberdades para os que cultivassem a granja de Alpriate concedidos a pedido do —, 3-4. Concede-lhe el-rei feira franca anual em Tomar com excepcionais privilégios, 12-13. Transacção do relego de Viseu entre a Câmara da cidade e o —, 23-24. Passa procuração a seu almoxarife em Lisboa, Pedro Nunes de Faria, para demandar herdades e éstimos da Ordem Militar de Cristo em Lisboa, Sintra e seus termos às pessoas que as traziam aforadas e emprazadas e que não as aproveitavam e zelavam como deviam, 28-29. Confirma a nomeação de Fr. Afonso, freire da Ordem Militar de Cristo e prior de Alvaiázere, para Procurador Geral da mesma Ordem, 41. D. João I concede-lhe autorização para dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem Militar de Cristo, 43. Autorizado por D. João I, sob condição de futuro resgate, a oferecer como prenda de casamento a D. Pedro de Castro, seu criado, as suas terras patrimoniais de Benviver, Sul e a quinta de Reriz, 78-79. D. João I doa-lhe o lugar de Alcáçovas, 80. D. João I doa-lhe casas e chãos da Ribeira de Santarém para fazer nelas casas para saboaria, 81. Envia D. Fernando de Castro com expedição contra a Grã-Canária, 92-93. Normas a observar na arrecadação das primícias e dízimas das miuças na vila de Tomar, marcadas pelo —, 111. Transcreve a constituição e ordenação redigida em Tomar sobre o destino dos bens dos freires da Ordem Militar de Cristo —, 112. Doa a Frei Fernando Falcão e a Frei Estêvão de Aguiar, da Ordem de S. Bento, casas sitas em Lisboa, acima de S. Martinho, prometendo-lhe estes, em troca, outros bens de raiz na referida cidade —, 115-16. Dirige súplica ao papa Martinho V, para João Rodrigues, tesoureiro da sé de Viseu, seu capelão-mor, seu comensal e governador da sua capela, poder ser promovido a todas as ordens sacras e usufruir benefícios eclesiásticos —, 123. Designado testamenteiro de seu pai, na hipótese de à morte deste não estarem vivos seus irmãos mais velhos ou os descendentes destes —, 132. Inscrição indicativa dos nomes dos amos do —, 151. Concede privilégios aos cónegos da sé de Viseu, 154. Concede a Martim de Góis, comendador de Pussos, como tença vitalícia, as rendas e direitos que tinha em Maçãs de Caminho, 155. Os representantes do concelho de Guimarães reclamam os arneses requisitados naquela região para a conquista de Ceuta pelo —, 174-76. Toma posição jurídica no contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, sendo seu procurador o arcebispo D. Pedro de Noronha, 190, 193-94 e 197-98. Escritura da compra de casas sitas na freguesia de S. Nicolau da cidade de Lisboa onde instala saboaria, 200-01 Relata a D. João I como decorrera o casamento do infante D. Duarte, celebrado

em Coimbra, 255-58. Doa de sesmaria a Afonso Vaqueirão e mulher terra da Ordem de Cristo, dita Mata, em Vila Franca, 261-63. Firma em Coimbra, com o pai e irmãos, a reforma dos capítulos do contrato de casamento do infante D. Duarte com a infanta D. Leonor de Aragão, 270-71 e 273. Concede-lhe el-rei autorização para escambar terras e casas suas por bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação instalar hospital para pobres, 323-25. Ordena ao Vigário de Soure que todos os clérigos de Ordens Menores tenham sobrepelizes e se incorporem nas procissões gerais, senão pagariam jugada, 338. D. João I responde aos representantes da cidade de Silves que não deixará passar a aldeia de Alvor, como era desejo de alguns dos habitantes, para a jurisdição do —, 346. Confirmação pelo infante D. Duarte da doação feita a Diogo Lopes de Sousa do lugar da Ameixoeira, pelo —, 348-49. Pessoal seu, 22-23, 46, 56, 75-77, 89-90, 100, 124, 130, 171, 174, 177, 199, 216-17, 316, 320, 339 e 348. V. — NAVEGADOR.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, irmão da infanta D. Leonor, esposa de el-rei D. Duarte de Portugal, 179, 190-93, 198, 202-04, 214, 287-88, 302, 306, 309-11, 313-15, 318, 328-33 e 341.

HENRIQUE (D.), filho de D. Pedro, 67.

HENRIQUE (D.), mestre da Ordem Militar de Santiago da Espada, 67.

HENRIQUE (D.), rei de Castela, filho de D. João I de Castela, 93.

HENRIQUE II (D.), rei de Castela, 11 e 203.

HENRIQUE V, rei de Inglaterra, 22.

HENRIQUE MANUEL (Conde D.), 67.

HENRIQUES (D. Afonso), rei de Portugal, 27.

HENRIQUES (Afonso), almirante de D. João II de Castela, 67-68.

HEREDIA (Garcia de), 329.

HIDA, mouro, 57.

HOMEM(D. João), bispo de Viseu, padrinho do infante D. Henrique, 335.

HOMEM (Pedro Nunes), escudeiro da casa do infante D. Henrique, sobrinho de D. João Homem, 334-35 e 339-40.

HOMEM (Pero Nunes). V. — HOMEM (Pedro Nunes).

HOMEM (Rui Fernandes), corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, 175.

HORLANDA (Frei Rogel), comendador da Cardiga, 113.

HUGO (D.), bispo do Porto, 32.

HUNGRIA, 237. Rei da —, 18-19. Reino da —, 109.

IDANHA, Comendador da —, 113.

INDIAS, 206-07 e 209-10.

INDIOS, Senhor dos —, 208-09.

INFERNO (Ilha do), Canárias, 17, 71 e 93-94.

INGLATERRA, 5, 22, 75, 104, 138, 148, 164, 166, 190, 197, 237, 271, 328 e 330.

IPES (Gerardo de), 253.

ISAAC, rei da Etiópia, 207-09.

ISABEL (D.), mulher de Henrique II de Castela e filha bastarda de el-rei D. Fernando de Portugal, 11 e 203.

ISABEL (D.), filha natural do conde D. Pedro de Meneses, 38.

ISABEL (D.), 104.

ISABEL (D.), filha de D. Jaime, conde de Urgel, sobrinho de Afonso V de Aragão, 85-86, 224, 230-31, 239-41, 244-53, 284-85 e 291-92.

ISABEL (D)., filha de el-rei D. João I, duqueza de Borgonha, 115, 117-18, 132, 164, 179 e 308.

ISABEL (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Dinis, 257-58.

ISAIAS, Profeta, 146.

ISLÃO, 207.
ISORNA (D. Álvaro de), bispo de Cuenca, 202 e 223-24.
ITÁLIA, 116, 154 e 215.
IXAR (Senhor de), 329.
IXAR (D. João de), 328 e 330-34. V. — FERNANDEZ (D. Juán).
JACINTO, cardeal legado, 27.
JACOB, doutor em leis, 3.
JACOB, rei da Hungria, Jerusalém e Sicília, 19.
JACOB, Mestre, sapateiro em Lisboa, 160.
JACOBO, clérigo de missa, natural das Índias, 209.
JACOME (Lopo), 201.
JADRAQUE, povoação aragonesa, 296.
JAEN, 67. Rei de —, 59 e 166. Bispo de —, 67.
JAIME (D.), conde de Urgel, 85-86, 230-31, 241, 244-45 e 250-52. V. — URGEL (Jaime de).
JANO, rei de Jerusalém e de Chipre, 208.
JAQUES, mestre sapateiro, 316.
JARDINO (Dalmácio de), 253.
JATIBA (Castelo de), 86.
JERUSALÉM, 101, 208 e 212. Rei de —, 18-19. Convento de Monte Sião em —, 20-21.
JESUS CRISTO, 6, 9, 11, 16, 19, 21, 74, 76, 82, 93-94, 96, 99, 110, 113, 119, 121, 126, 128, 157, 162, 173, 182, 198, 204, 212-13, 215, 234, 259, 275-76, 279-80, 322 e 347. Encarnação de Nosso Senhor —, 41. Nosso Senhor —, 2, 42-43, 45, 47, 56, 68, 73, 78-79, 81, 90, 105, 116, 130, 139, 168, 172, 176, 179, 182, 199-200, 217, 236, 255, 261, 263, 276, 280, 283-84, 293, 305, 308, 321, 338-39, 342, 346 e 349. Salvador —, 60. Senhor —, 240 e 325.
JOANA (D.), filha de D. Jaime, conde de Urgel, e sobrinha de D. Afonso V de Aragão, 85-86, 207, 210-11, 245-46, 249 e 251.
JOÃO (Infante D.), filho de el-rei D. João I, 27, 101, 109, 132, 179, 190, 193-94, 197-98, 204, 235, 261, 270-71 e 273.
JOÃO (Infante D.), filho de el-rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro, 288.
JOÃO (D.), primo de D. João II de Castela, filho de Fernando I de Aragão, 67.
JOÃO, duque de Bedford, 22.
JOÃO (Frei), vigário da vila de Soure, 338.
JOÃO I (D.), rei de Portugal, 1-4, 6, 8-13, 19, 21-25, 27, 29-30, 40, 42-43, 46, 57-60, 72-74, 76-81, 83, 96-102, 104, 110, 115-16, 120-21, 123, 128-29, 131-32, 138, 140, 150, 154-57, 159-62, 165-66, 172, 174-75, 177-82, 197, 199-200, 204, 212-13, 228, 232, 234, 237, 244, 246, 248, 250, 254-55, 259, 264, 275-76, 279-80, 282-86, 288-89, 291, 296-99, 306, 308-09, 311-12, 316, 318, 320-24, 326-27, 332-33, 335, 340-41 e 346. V. — MESTRE DE AVIZ.
JOÃO I (D.), rei de Castela, 93 e 307.
JOÃO I (D.), rei de Aragão, 209.
JOÃO I (D.), rei de Navarra, 238 e 306.
JOÃO II (D.), rei de Portugal, 13 e 120.
JOÃO II (D.), rei de Castela e de Leão, de Toledo, de Galiza, de Sevilha, de Córdova, de Múrcia, de Jaén, do Algarve, de Algeciras e senhor da Biscaia e de Molina, 14, 16-18, 25, 57-60, 63, 69, 72-73, 82-84, 96, 165-66, 178, 192, 202-03, 214, 223-24, 236-38, 287, 296, 304-05, 309-12, 314, 317, 319, 325, 328-29 e 235.
JOÃO III (D.), rei de Portugal, 143.
JOÃO XXII (Papa), 158.
JOÃO XXIII (Antipapa), 126-27.

JOÃO (Preste), imperador da Etiópia, 206-11.
JORDÃO (Levy Maria), 5, 20 e 98.
JUGUEIROS (João Gonçalves de), cerieiro, criado do infante D. Henrique, 216-17.
LA CORUÑA, 67.
LAFÕES, Arciprestado de —, 76. Julgado de —, 79.
LA GOMERA (Ilha de), Canárias, 14-15 e 17-18.
LAGOA (Herdade da), em Alverca, 159-61.
LAGOS, 179.
LAMEGO, 162. Bispo de —, 110, 162 e 324.
LA MEJORADA (Mosteiro de), 223.
LAMPREIA (Fr. Lourenço), confessor de el-rei D. João I, 133.
LANÇAROTE (Ilha de), Canárias, 15, 71, 94 e 96.
LANCASTRE, 164.
LA ROCHELA, 93 e 215-16.
LA RONCIÈRE (Charles de), 207-11.
LA SALLE (Gadifer de), 93-94.
LAS CASAS (Afonso de), nobre sevilhano, 14-18.
LAS CASAS (Guilherme de), filho de Afonso de Las Casas, 16 e 71.
LAS CASAS (Martim de), 71.
LAS PALMAS (Ilha de), Canárias, 14-15 e 17-18.
LEÃO, 60, 67, 73 e 207. Bispo de —, 67. Notário-mor de —, 67. Rei de —, 14, 16-18, 59, 82-83 e 166. Sé de —, 82.
LEÃO (Duarte Nunes de), 25, 57, 59-60, 63, 173, 232, 309, 314, 319 e 325.
LEFÈVRE (Renato), 209.
LEIRIA, 134-35 e 247.
LEITE (Duarte), 160.
LENCASTRE (Duque de), 237.
LENCASTRE (D. Filipa de). V. — FILIPA DE LENCASTRE (D.).
LEONARDO, mestre da pena do infante D. Henrique, 316.
LEONOR (D.), rainha de Aragão, filha de D. Sancho de Castela, 179, 181-84, 192, 264-65, 310 e 318-19.
LEONOR (D.), infanta de Aragão e mulher de el-rei D. Duarte, filha de Fernando I de Aragão e de D. Leonor, filha de D. Sancho de Castela. Infanta —, 163-64, 173-74, 179-83, 185, 189, 194-95, 197-98, 202-05, 214-15, 223-24, 234, 254-55, 259-60, 263, 266, 269, 272, 274-80, 282-83, 285-87, 296, 299-300, 326-27, 333 e 350-52.
LEONOR (D.), filha de D. Jaime, conde de Urgel, e sobrinha de Afonso V de Aragão, 85-86, 245-46, 249 e 251.
LÉRIDA, 85-86, 221, 253-54 e 337. Arcediago-mor de —, 230-31.
LETRAS PONTIFÍCIAS. V. — BULAS e outras Letras Pontifícias.
LIBORAY, 222.
LIÈGE, 37.
LIERA. V. — Liria.
LIMA (Fr. Estêvão de), prior do mosteiro de Alcobaça, 308.
LIRIA, cidade da província de Valência, 181, 184 e 264-65.
LISBOA, 4, 28-29, 34, 42, 46-48, 56, 93, 104-05, 115-17, 121, 129, 139, 142, 154, 157, 160-61, 169, 174, 178-79, 187, 200, 205, 215-16, 268, 275, 290, 293, 308, 316, 322-24, 328 e 346. Alcaidaria de —, 129. Alfândega de —, 137-38. Almoxarife de —, 28. Arcebispo de —, 6, 9, 11, 154, 157, 172-74, 180-82, 195, 198, 202-04, 223-24, 234, 256-57, 259, 275-76 e 279-80. Câmara de —, 205 e 293-94. Casa do Cível —, 228. Convento de Santa Maria das Virtudes —, 343. Cortes de —, 174-75. Diocese

de —, 11, 121, 177 e 203. Freguesia de S. Nicolau de —, 200-01. Igreja de —, 120. Igreja de S. Martinho de —, 115-16 e 119-20. Igreja de S. Nicolau —, 321-23. Igreja de Santiago —, 322. Sé de —, 119 e 160. Torre do Tombo —, 346. Universidade de —, 142 e 321.
LIVORNO, 171.
LOBATO (Pedro Eanes), regedor de el-rei D. João I da casa do cível e crime, 393.
LOBET (Pedro de), 253.
LOBO (Frei Gil), confessor de el-rei D. Duarte, 344 e 346.
LOBO (Pedro) ou Pedro Lopes, cavaleiro, 73-74.
LONDRES, 164 e 207.
LOPES (Álvaro), prior da igreja de S. Nicolau em Lisboa, 322.
LOPES (Fernão), cronista, 25, 57, 59-60, 77, 131 e 289.
LOPES (Fernão), notário público, 276.
LOPES (Fernão), escudeiro da casa do infante D. Duarte, 350-51.
LOPES (João), 201.
LOPES (Pedro). V. — LOBO (Pedro).
LOPES (Tomé), 131, 139, 234, 259, 264, 280 e 282.
LOPES (Frei Vasco), comendador da Granja do Ulmeiro, 113.
LOPEZ DE ASTUÑIGA (Diego), justiça-mor de D. João II de Castela, 67.
LOPEZ DE AYALA (Pero), embaixador do rei de Castela e seu aposentador-mor, 67, 317 e 319-20.
LOPEZ DE DAVALOS (D. Ruy), condestável de D. João II de Castela, 67 e 202.
LOPEZ DE GORREA (João), governador do reino de Aragão, 342.
LOPEZ DE LEÓN (Garcia), 305.
LOPEZ MARTINEZ (D. Nicolás), cónego da catedral de Burgos, 26.
LOPEZ DE MENDOÇA Y MENDOÇA (Iñigo), senhor de Almaçan, 202.
LOPEZ DE PADILLA (Pedro), pai de João de Padilla, 223-24.
LOPEZ DE SALDAÑA (Fernando), escrivão da câmara de D. João II de Castela, 68.
LORONHA (D. Fernando de). V. — NORONHA (D. Fernando de).
LOUREIRO (José Pinto), 334.
LOURENÇO(D. Fr.), mestre em teologia, administrador do mosteiro beneditino de S. João de Alpendorada, capelão-mor de el-rei D. João I e bispo titular de Mayorgas, 97-99 e 110.
LOURENÇO (Frei), sacristão da Ordem de Cristo em Tomar, 113.
LOURENÇO (Afonso), 42.
LOURENÇO (Afonso),porteiro dos contos, 201.
LOURENÇO (Domingos), 262.
LOURENÇO (Gonçalo), cantor da capela do infante D. Henrique, 118.
LOURENÇO (João), tabelião de el-rei D. João I em Viseu, 339-40.
LOURENÇO (João), cónego da sé de Viseu e abade de Tavares, 339.
LOURENÇO (Frei Martim), comendador do Pinheiro, 113.
LOURENÇO (Mécia), ama do infante D. Henrique, esposa de Vasco Gonçalves de Almeida, 151.
LOURENÇO (Mem), sobrinho de João Fernandes, 118.
LOURENÇO (Vasco), barbeiro, 308.
LOURENÇO DE GOMIDE (Gonçalo). V. — GOMIDE (Gonçalo Lourenço de).
LOUSÃ, 47 e 103. Câmara da —, 46 e 103.
LUGO, Bispo de —, 67.
LUNA (Conde de), 310, 313 e 316. Condado de —, 331.
LUNA (D. Álvaro de), condestável de Castela, 179, 203, 236, 286, 309-10 e 328.
LUNA (Pedro de), depois Antipapa Bento XIII, 50 e 52-54.

MAÇAS DE CAMINHO, Igreja de Nossa Senhora da Graça da freguesia de —, 155.
MACHADO (João Franco), 97 e 150.
MACIOT, 15.
MACRIZI, 207.
MADEIRA (Ilha da), 94 e 150.
MAFRA, Senhor de —, 110 e 153.
MAGNANIMO, cognome de D. Afonso V, rei de Aragão, 211.
MAIA (Afonso Gonçalves da), escudeiro do infante D. Henrique, 130.
MAIA (Alvaro Gonçalves da), escrivão da câmara de el-rei D. João I de Portugal, vedor da casa do mesmo, 59. Cavaleiro e provedor da fazenda de el-rei D. João I, 130.
MAIA (Martim da), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 161.
MAIORCA, 98. Rei de —, 85, 88, 208, 221, 234, 253, 276, 281 e 341-42.
MAIORCA (Jácome de), cartógrafo, 159-60.
MAIORCA (Jaime de). V. — MAIORCA (Jácome de).
MAIORICENSE (Bispo), de Mayorgas, 7. V. — LOURENÇO (D. Fr.).
MAJANO, 311, 325 e 328.
MALAFAIA (Luis Gonçalves), 335.
MALAFAIA (Pedro Gonçalves), 335-36.
MALHORCA (Ilha de), 159. Rei de —, 181.
MALINES, Dama de —, 35.
MANGANCHA (Diogo Afonso), 142.
MANRESA, 221.
MANRIQUE (Pero), adiantado de Castela, 67, 236 e 309-11.
MANSILHA (Afonso de), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 171-72.
MANUEL I (D.), rei de Portugal, 159 e 325.
MARCHENA, Senhor de —, 67 e 236.
MARI, Arcediago-mor de —, 230-31 e 251.
MARIA DONA (Rua de), em Tomar, 47.
MARINESCU (Constantin), 207-08 e 210.
MARQUES (João Martins da Silva), 5, 8, 20, 22, 46, 59, 77, 81, 96-97, 104, 150, 165, 175, 178, 205-06 e 316.
MARROCOS, 199, 206 e 295. Bispo de —, 5, 7-8 e 10. Igreja de —, 7 e 10.
MARTI (Macia), 227.
MARTINHO V (Papa), 2, 5, 8-10, 14, 16-20, 27, 39, 49, 52-53, 70-71, 73-75, 82, 91, 97-98, 101, 110, 116, 119, 121, 123-24, 126, 128, 156, 161-62, 177, 212-13 e 343.
MARTINS (Afonso), porteiro do lugar de Alverca, 159-60.
MARTINS (Afonso), tabelião de el-rei D. João I no mosteiro de Alcobaça, 308.
MARTINS (Diogo), doutor em leis, vassalo e do desembargo de el-rei D. João I, 3-4, 255 e 283-84.
MARTINS (Fernão), cónego da sé de Viseu, 339.
MARTINS (Gil), procurador da cidade de Viseu, 24.
MARTINS (Gil), doutor, cavaleiro, vassalo e chanceler-mor de el-rei D. João I, 179.
MARTINS (Gonçalo), presbítero, 156-59.
MARTINS (Jaime), presbítero, 232.
MARTINS (João), tabelião em Tomar, 47.
MARTINS (João), pai de D. Gomes Ferreira, 104.
MARTINS (João), reitor da igreja de Santa Maria de Teixoso, 157.
MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira), 104, 140, 212 e 237.
MARTINS (Lopo), do desembargo do infante D. Duarte, 294.
MARTINS (Rui), almoxarife da vila de Portalegre, 23.

MARTINS (Vasco), tesoureiro-mor de el-rei D. João I, 42.
MASIA DE ROS (ANGELS), 86.
MATA, terra da Ordem de Cristo em Vila Franca, 261-62.
MATINAS (Hora de), 134.
MATOS (Diogo de), 338.
MATOS (João Afonso de), escudeiro, criado do infante D. Henrique e seu escrivão do almoxarifado de Lisboa, 47-49 e 56.
MAURICIO (Domingos). V. — SANTOS S. J. (Domingos Maurício Gomes dos).
MAYORGAS, 97-98. Bispo titular de —, 97, 99 e 110. Igreja de —, 99.
MEDA, Comendador de —, 113.
MEDINA, 202-03 e 223.
MEDINA DEL CAMPO, 310 e 319.
MEDINACELLI, 310. Condado de —, 296.
MELGAÇO, 133.
MELO (Martim Afonso de), guarda-mor e do conselho de el-rei D. João I, 261.
MENDES (Frei Heitor), comendador de Penas Rojas e de Bemposta, 113.
MENDES (Frei João), comendador de Castro Marim, 113.
MENDES (Vicente Anes), escrivão de el-rei D. João I, 159-61.
MENDOZA (D. Lope de), arcebispo de Santiago de Compostela, 202 e 223-24.
MENESES (D. Duarte de), filho do conde D. Pedro de Meneses, 119-20 e 199.
MENESES (Duarte Peres de), escolar da diocese de Coimbra, depois 2.º conde de Viana do Minho e capitão e governador de Alcácer Seguer, filho natural de D. Pedro de Meneses, 37-40.
MENESES (Duarte Pires de). V. — MENESES (Duarte Peres de).
MENESES (D. Garcia de), bispo de Lamego, 162.
MENESES (João de), 119. V. — MENESES (João Afonso Telo de) e TELO (João Afonso).
MENESES (D. João Afonso Telo de), 121-22. V. — TELO (D. João Afonso).
MENESES (Conde D. Pedro de), 11, 37-40, 78, 103, 110, 119-22, 126, 128, 152-53, 161, 199, 205-06, 294-96 e 320.
MENESES (D. Pedro de), 2.º conde de Viana do Alentejo, 119.
MERCEDARIOS. V. — ORDEM DE SANTA MARIA DAS MERCÊS.
MERLO (Martim Afonso de). V. — MELO (Martim Afonso de).
MESTRE DE AVIZ, 77. V. — JOAO I (D.), rei de Portugal.
MET (Perr), tocador de órgão da casa de D. Afonso V de Aragão, 179-80.
MEXIA (Fernando Carlos Pinto de Magalhães), 47 e 103.
MILAO, 104 e 169. Duque de —, 170-71.
MIRADOURO, lugar da cidade de Viseu, 89-90.
MIRALLES (Raimundo), escrivão de D. Afonso V de Aragão, 89.
MIRANDA (D. Margarida de), 1.ª esposa do conde D. Pedro de Meneses, 38 e 110.
MIRANDA (Martim Afonso de), 130.
MIRANDA (D. Martinho de), 110.
MISERICORDIAS, 323.
MOGADOURO, Comendador de, 113, 118 e 290. Prior de —, 113.
MOLINA, Senhor de —, 59 e 166.
MONDONEDO, Bispo de —, 67.
MONREAL, Castelo de —, 310.
MONTBLANCH, 221 e 306-07.
MONTEMOR-O-NOVO, 29 e 105.
MONTEMOR-O-VELHO, 149, 243, 246-48 e 291-92. Senhor de —, 246.
MONTE SINAI, Tábuas do —, 207-09.

MONTISALBUS. V. — MONTBLANCH.
MOTA (Frei Alvaro Gonçalves da), comendador das Olalhas, 113.
MUACHO (João Domingues), proprietário de pardieiro em Portalegre, 23.
MUIR (William), 207.
MUNIQUE, 95.
MURCIA, 67. Rei de —, 59 e 166.
MURO (Raimundo de), 89.
MUXICA (João Afonso de), 67.
NAPOLES, 207 e 211.
NATAL, 48, 90, 161, 170-72, 217 e 339.
NAVARRA, 181, 238, 286-87 e 330. Rei de —, 179, 190-93, 197-98, 202-04, 214-15, 237-38, 264, 270-71, 273, 286-88, 296, 302, 304-06, 309-20, 325-26, 328-29 e 341.
NAVARRA (Jaime de), 253.
NAVEGADOR, cognome do infante D. Henrique, 78, 117, 148, 156, 200 e 324.
NEIVA (Fernão Garcia de), 42.
NEMORENSE, Duque —, 306-07.
NEOPATRIA, Duque de —, 85, 88, 181, 208, 221, 234, 253, 276, 281 e 341-42.
NETANVILA (Michalet de), tocador de harpa de casa de D. Afonso V de Aragão, 179-80.
NICOLAS (?) (Catarina), mulher de Afonso Vaqueirão, 262.
NIEBLA (Conde de), 15, 67 e 329.
NOGUEIRA (D. Afonso), filho de Afonso Eanes Nogueira, 154.
NOGUEIRA (Afonso Eanes), alcaide do castelo de Lisboa, 129 e 152-54.
NOGUEIRA (Alvaro), filho de Afonso Eanes Nogueira, 153.
NOGUEIRA (Gomes), filho de Afonso Eanes Nogueira, 152-54.
NOGUEIRA (Rui), criado de el-rei D. João I, cavaleiro da casa do infante D. Duarte, alcaide-mor do castelo de Lisboa, filho de Afonso Eanes Nogueira, 129, 152 e 154.
NOGUEIRAS, referido aos irmãos Rui, Afonso e Gomes Nogueira, 153-54.
NOGUERAS (Antão), secretário do rei de Navarra, 193.
NORONHA (D. Afonso de), conde de Gijón e Noronha, pai do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, 11 e 203.
NORONHA, (Conde de), 203.
NORONHA (D. Fernando de), filho do conde de Gijón, 152 e 258. Camareiro-mor do infante D. Duarte, 275 e 279.
NORONHA (D. João de), filho de D. Afonso, conde de Gijón, 11.
NORONHA (D. Pedro de), bispo eleito de Evora, filho de D. Afonso, conde de Gijón, depois arcebispo de Lisboa, 11, 157, 173, 180-82, 198, 203-04, 234, 259, 275-76 e 280.
NORONHA (D. Sancho de), filho do conde de Gijon, 152, 222 e 258.
NOVA (Rua), da cidade do Porto, 130.
NUÑEZ DE AVELLANEDA (Pero), 67.
OBIDOS, 181, 188 e 268-69. Igreja de Santa Maria de —, 142. Igreja de Santiago de —, 142 e 308.
OJOS NEGROS, aldeia vizinha da cidade aragonesa de Daroca, 164, 174, 180, 196, 198, 204, 233-34, 259, 263 e 280.
OLALHAS, Comendador das —, 113.
OLHOS NEGROS. V. — OJOS NEGROS.
OLMEDO, 223.
OLMEDO (João de), escudeiro, familiar e embaixador de D. João II de Castela, 82.
OLZINA (João de), secretário do rei D. Afonso V de Aragão, 197-98, 204, 234, 260, 281, 327, 330-34, 337, 342 e 351-52.

ORATORIO DE S. FRANCISCO DO VEZ, 21.
ORDEM DE ALCANTARA, 27 Mestre da —, 67 e 329.
ORDEM FRANCISCANA, 117 e 343. V. — ORDEM DOS FRADES MENORES.
ORDEM DOS FRADES MENORES, 71. Ministro Geral da —, 49-50 e 52. Ministro Provincial de Castela, 50 e 54. Provincia de Castela dos, 49-50. Vigário Geral da —, 49-50 e 52-53. V. — ORDEM FRANCISCANA.
ORDEM DOS FRADES MENORES DA OBSERVANCIA, 20-21. V. — ORDEM FRANCISCANA e ORDEM DOS FRADES MENORES.
ORDEM DO HOSPITAL, Prior da —, 72.
ORDEM DE JESUS CRISTO, 1-3, 13, 41, 43, 56, 111-14, 116-17, 155, 261, 288-89, 323-24, 338 e 348-49. Administrador da —, 24, 28 e 101. Capítulo Geral da —, 112. Comendadores da —, 112 e 324. Mestre da —, 41 e 48. Prior do Convento da —, 116. Procurador Geral da —, 41, 47, 113 e 115. Regedor da —, 2, 4, 13, 24, 28-29, 41, 47, 111-12, 155, 261 e 323. Regimento da —, 338.
ORDEM MILITAR DE AVIS, Mestre da —, 101.
ORDEM MILITAR DE CACERES, 27.
ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 27 e 324. Estatutos da —, 113.
ORDEM MILITAR DE SANTIAGO DA ESPADA, 27. Administrador da —, 27 e 101. Mestrado da —, 27 e 310. Mestre da —, 67 e 331-34.
ORDEM MILITAR DE UCLES, 27.
ORDEM DE SANTA MARIA DAS MERCÊS, 92.
ORDEM DA SANTISSIMA TRINDADE DA REDENÇAO DOS CATIVOS, 92.
ORDEM DE SANTO AGOSTINHO, 126.
ORDEM DE S. BENTO, 99 e 115-16.
ORDEM DE S. DOMINGOS, 133-34. Frades da —, 136.
ORDEM DE S. FRANCISCO, 344.
ORDEM DO TEMPLO, 155.
ORDENAÇAO, 43.
ORDENAÇÕES, 77.
ORDENS MILITARES PORTUGUESAS, 72 e 109. V. — ORDEM MILITAR.
ORENSE, Bispo de —, 67.
ORIENTE, 207.
ORTIGUEIRA (Rodrigo Esteves de), escudeiro do infante D. Henrique, 46.
OSMA, Bispo de —, 67.
OVIEDO, Bispo de —, 67.
OUREM, Conde de —, 119, 288, 328 e 350-51.
OXFORD. V. — UXONIA.
PADILLA (João de), criado e donzel de el-rei D. João II de Castela, 223-24.
PADUA, 104.
PAIS (Martim), escrivão do infante D. Henrique, 262-68.
PALÊNCIA, 67, 305 e 336. Bispo de —, 67.
PALENÇO (Álvaro Fernandes), 205-06 e 293.
PALMA (Ilha de), Canárias, 71 e 93-94.
PALMA DE MAIORCA, 219.
PANADÊS, 221.
PARAISO (Frei Afonso do), bacharel em Santa Teologia, 344.
PARIS, 34, 93, 105, 132, 142, 164 e 171.
PASCOA, 37, 90, 172, 217 e 339.
PAULO (Marco), 104.
PEDRO I (D.), rei de Portugal, 288.
PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, depois Regente do Reino,

20-21, 26, 46-47, 102-06, 109, 132-33, 140, 142, 148-49, 163, 169-70, 190, 193-94, 197, 205, 212-13, 215, 218-22, 224-28, 230-33, 235-41, 243-53, 256-58, 270-71, 273, 284-87, 291-92, 299-301, 310, 326-27, 333-34 e 341. Regente —, 206.
PEDRO (D.), infante de Aragão, irmão da infanta D. Leonor, esposa de el-rei D. Duarte de Portugal, 190-93, 197-98, 207, 210-11, 288, 306, 309-10, 313-15, 318, 328-34 e 341.
PEDRO (D.), rei de Castela, 237.
PEDRO (D.), bispo eleito de Évora e arcebispo de Lisboa, 10-11. V. — NORONHA (D. Pedro de).
PEDRO (D.), 67.
PEDROSO, Abade do Mosteiro de —, 116.
PEÑAFIEL, 237-38 e 306-07.
PENAS ROJAS, Comendador de —, 113.
PENELA, 47, 103 e 246.
PENINSULA HISPANICA, 197 e 209.
PENTECOSTES, 113.
PEREIRA, freguesia do concelho de Montemor-o-Velho, 199 e 247.
PEREIRA (Catarina), filha de João Álvares Pereira, 199.
PEREIRA (Duarte Pacheco), 159.
PEREIRA (Francisco Maria Esteves), 104.
PEREIRA (D. Genebra), filha do almirante Carlos Pessanha, 110.
PEREIRA (Gonçalo), 2.º senhor de Cabeceiras de Basto, 176.
PEREIRA (João Álvares), 2.º senhor da Feira, 38 e 199.
PEREIRA (João Rodrigues), fidalgo da casa de el-rei, 153.
PEREIRA (Manuel Botelho Ribeiro), 334.
PEREIRO, terra na região de Riba-Coa, 323-24.
PERELLOS (Ramon de), 329.
PERES (Damião), 97.
PERES (Gonçalo), 146.
PERES (João), ferrador, 57.
PERES (Lourenço), tabelião, 160.
PERES (Vasco), subdiácono de Évora, eleito bispo do Porto e depois arcebispo de Évora, 98-99 e 161-62.
PEREZ DE AYALA (Fernando), 67.
PEREZ BORREGUIN (Álvaro), deão da sé de Leão e bacharel em leis, 82 e 84.
PEREZ DE CORILHA (Giménez), copeiro de D. Afonso V de Aragão, 281.
PEREZ EMBID (Florentino), 15-16, 93 e 97.
PEREZ DE GUZMAN (Álvaro), alguazil-mor de Sevilha, 67.
PEREZ SARMIENTO (Diego), reposteiro-mor de D. João II de Castela, 67.
PERLAÑEZ (Doutor), 336.
PESSANHA (Carlos), almirante do reino, 110.
PESTANA (João Dias), cónego da sé de Viseu, 339.
PETREFIDELIS. V. — PEÑAFIEL.
PIAS, Comendador das —, 113.
PIAS (Frei João das), clérigo de missa, da Ordem de Cristo, 113.
PICTAVENSE, 40 e 76.
PIEL (Joseph Maria), 26 e 105.
PIMENTEL (João Afonso), 138.
PIMPÃO (Álvaro Júlio da Costa), 104.
PINA (Gonçalo de), escudeiro do infante D. Henrique, 100.
PINA (Rui de), 11.

PINHEIRO, Comendador do —, 113. Couto do —, 199.
PINHEIRO DE AZERE, Comendador do —, 113.
PIRES (Afonso), porteiro do cabido da sé de Viseu, 217 e 340.
PIRES (Estêvão), escrivão do infante D. Pedro, 47.
PIRES (Gil), escrivão 325.
PIRES (Gomes), 77.
PIRES (Gonçalo), tabelião de el-rei D. João I, 42.
PIRES (Inês), mãe de D. Afonso, 2.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, 132 e 138.
PIRES (Rui), escrivão, 130.
PIRES (Vasco), subdiácono de Évora. V. — PERES (Vasco).
PISA, 154 e 169.
PLAZÊNCIA, Bispo de —, 67 e 319.
POMBAL, 288 e 290.
PONCE DE LEÓN (D. Pedro), Senhor de Marchena, 67 e 236.
PORTALEGRE, 22-23.
PORTO, 30-32, 45, 130, 169, 215 e 289. Armazém do —, 137-38. Arquivo da Câmara Municipal do —, 165. Bispo do —, 98 e 162. Cabido do —, 29. Câmara do —, 29-30 e 44-45. Câmara Municipal do —, 44-45. Sé do —, 30.
PORTO (João do), escrivão, 294.
PORTO PISANO, 171.
PORTOCARRERO (Martim Fernandes), 67.
PORTUGAL, 5, 11, 21-22, 25-28, 32, 36-37, 57-59, 69-70, 76, 82-84, 96-98, 104-05, 116, 132, 152, 159-60, 162-69, 172-74, 177-82, 185, 188, 193-94, 197-98, 202-04, 213-14, 218-28, 230, 233-34, 236-40, 244-45, 248-51, 253-54, 275, 277, 279, 282, 284-87, 289, 297, 299-300, 306, 311-15, 318-19, 325, 327-30, 332-35, 337, 340 e 350-52. Diocese de —, 99. Rainha de —, 121. Rei de —, 2, 4, 6, 9, 11, 13, 19, 21-22, 25-27, 30, 46, 57-63, 68-70, 72, 74-76, 79, 83, 96, 99, 101-02, 121, 123, 128-29, 157, 161-62, 164-66, 168-69, 174-75, 178, 180-85, 188-96, 198, 203, 212-13, 215, 220, 223, 231, 234-36, 248, 254, 259, 264-71, 273, 276, 279-81, 283-84, 286-87, 298, 306, 309-10, 312-20, 322, 325-27, 329-30, 333, 336, 341 e 346. Reino de —, 34-36, 58, 60-62, 99, 119, 126, 131, 179, 186, 188-89, 194, 198, 202, 204, 228, 230, 241, 243, 247, 264, 267-68, 270, 280, 285, 306, 333, 343 e 348.
POVOA, Comendador da —, 113.
POYO (João do), mestre de obras de Valência, 225.
PRADES (D. Luís de), bispo de Maiorca, antes bispo de Tortosa, 98.
PRADO, Comendador do —, 113.
PRIMICIAS, Comendador das —, 113.
PUSSOS, freguesia do concelho de Alvaiázere. Comendador de —, 113 e 155.
QUARACCHI, junto de Florença, 20.
QUASTELLVI (Gualcerán de), 226.
QUERSONESO, 98.
QUINTAL (Pedro Lobo do), embaixador de el-rei D. João I, 22 e 75.
RABAÇAL, Reguengo do —, 246.
RACIONAL (Mestre), designação do responsável supremo das despesas de Valência, 225-27.
RADES Y ANDRADA, 27.
RAM (Pere), doutor em leis, conselheiro e protonotário de el-rei D. Afonso V de Aragão, 233-35, 260, 265, 274-75, 277, 279 e 281.
RAS, Panos de —, 257.
RAU (Virgínia), 43.

RAVALDO (Álvaro Peres), 81.
REBELO (Frei Vasco), comendador de Pinheiro de Azere, 113.
REFÓIOS (Mem Rodrigues de), alferes-mor do infante D. Henrique, 49.
REGÊNCIA, 12. Lutas da —, 11.
REGIMENTO DO REINO, 148.
REGRAS (João das), Doutor, 131 e 133.
REGUEIRA (João da), agricultor na cidade de Viseu, 172.
REGUEIRA (Rua da), na cidade de Viseu, 171-172.
REIGADA, terras na região de Riba-Coa, 323-24.
RELAÇÃO, 72.
REPARAZ JÚNIOR (Gonçalo de), 159-160.
REQUESENS (Calcerán de), bailio geral do principado de Catalunha, 197, 253 e 342.
RERIZ, Quinta de —, 78.
REUS (Bartolomeu de), secretário régio e notário público do rei de Aragão, 307.
REUS (Pedro de), escrivão de D. Afonso V, rei de Aragão, 285-88.
REYMON (Mestre), cónego da sé de Viseu, 339.
RIBA DE COA. V. — RIBA-COA.
RIBA-COA, 323.
RIBADEO (Condessa de), 202.
RIBAGORZA, na província de Huesca. Conde de —, 306-07.
RIBEIRA DE SANTARÉM, 81 e 200.
RIBEIRA DA VILA, termo de Castelo de Vide, 100.
RIBEIRO (Frei Álvaro), comendador de Idanha, 113.
RIBEIRO (João Pedro), 140.
RIBES (Jacobus), 159. V. — MAIORCA (Jácome de).
RICARD (Robert), 26.
RIO FRIO, Comendador de —, 113.
RIO DO OURO, 77 e 200.
RIPACURCIA. V. — RIBAGORZA.
ROA, 238.
RODÃO, Comendador de — 113. Rio —, 1.
RODES (Mestre de), 210-11.
RODRIGUES (Afonso), escrivão de el-rei D. João I, 43.
RODRIGUES (Afonso), valenciano, 205.
RODRIGUES (Fernão), sobrejuiz, 34.
RODRIGUES (D. Garcia), cónego de Braga, depois bispo de Silves e de Lamego, 162.
RODRIGUES (João), presbítero da diocese de Braga, capelão-mor, comensal e governador da capela do infante D. Henrique, 41 e 75.
RODRIGUES (João), tesoureiro da sé de Viseu, 123-24 e 339.
RODRIGUES (Mem), escriba do infante D. Pedro, 222.
RODRIGUES (Mem), emissário do infante D. Duarte ao rei de Aragão, 337.
RODRIGUES (Frei Pay), comendador de Rio Frio, 113.
RODRIGUES (Pay), escrivão de el-rei D. João I, 46 e 321.
RODRIGUEZ (Diego), doutor, 68, 203 e 336.
RODRIGUEZ (João), doutor, 67.
RODRIGUEZ DE CASTRO, 26.
ROGERS (Francis), 104.
ROIÇ, 226.
ROIZ. V. — RODRIGUES.
ROIZ DE CORELLA (Afonso), 227.

ROJALS (Francisco de), síndico de Valência, 226-27.
ROMA, 7, 10, 12, 16-19, 21, 28, 39-40, 51, 53, 56, 71, 75-76, 84, 92, 98-100, 102-03, 111, 120, 122, 124-25, 127-28, 154, 159, 162, 178, 213, 222, 288-90 e 347-48.
ROMBO (Diogo Gonçalves), mestre da cúria do infante D. Pedro e seu conselheiro, 230.
ROQUETE (José Inácio), 105.
ROSSELHÃO, 221. Conde de —, 85, 88, 181, 221, 234, 253, 276, 281 e 341-42.
RUBICÃO (Diocese de), na ilha de Lançarote, Canárias, 52 e 71.
RUBICENSE. V. — RUBICÃO.
RUBIO Y LLUCH (Antoni), 209.
RUIZ ORSATI (R.), 211.
RYMER (Thomas), 22.
SÁ (Artur Moreira de), 140-41 e 148.
SÁ (Ayres de), 47.
SACAVÉM, Reguengo de —, 77. Igreja de Santa Maria de —, 142.
SALAMANCA, 67, 166 e 326. Bispo de —, 67.
SALAS (Raimundo de), 89.
SALINS, Dama de —, 35.
SALVADOR, referido a Jesus Cristo, 239.
SALVAT (Tomás), mercador, 225.
SALVATERRA DE MAGOS, 118, 176 e 304.
SALVETTO (Tomás), 105.
SAMPAIO (Albino Forjaz de), 132.
SANCHEZ (Juán), secretário do duque de Arjona, 329.
SANCHEZ (Pero), Doutor, 67.
SANCHEZ DE BENAVIDES (Dia), 67.
SANCHO (D.), mestre da Ordem de Alcântara, 67.
SANDOVAL (Fernando de), mordomo de D. João I de Navarra, 307.
SAN SEBASTIAN, 67.
SANTA EULÁLIA, freguesia do concelho de Águeda, 199.
SANTA LIZINIA DE CASTELLFOLLIT, 245.
SANTA MARIA, Festas de —, 170. Nossa Senhora —, 133. Sal de —, 30-32. Virgem —, 131, 134, 172 e 217. — de Agosto, 24. — Maior, 75-76 e 92. — de Setembro, 153.
SANTA MARIA (D. Pablo de), 26, 96, 166 e 304.
SANTA MARIA DA ADEMA, 343.
SANTA MARIA DE CORNES, 76.
SANTA MARIA DE FLORENÇA, Abade do mosteiro de —, 104 e 133.
SANTA MARIA DA VITÓRIA (Mosteiro de), 131-32. V. — BATALHA (Mosteiro da).
SANTA MARIA DAS VIRTUDES (Ermida e Convento de), 343.
SANTA OVAIA, Comendador de —, 113.
SANTA MARINHA, zona da cidade de Lisboa, 56.
SANTANDER, 67.
SANTARÉM, 26, 81, 181-83, 200, 263-64 e 335. Colegiada de Santa Iria de —, 81. Convento da Graça de —, 110. Igreja de Santa Maria da Alcáçova de —, 177.
SANTARÉM (Visconde de), 264, 314 e 325.
SANTA SÉ, 209.
SANTIAGO (Dia de), 328.
SANTIAGO DE COMPOSTELA, 25, 27, 57-59, 67-68 e 209. Arcebispo de —, 67, 202, 223-24 e 257. Deão de —, 69-70, 84, 96 e 166.
SANTÍSSIMA TRINDADE, 170, 173, 180, 183, 286, 298, 300, 327, 334, 337 e 351-52.

SANTO ADRIAO DE SAL, 76.
SANTO ESTÊVAO da veiga a par de Chaves, 291.
SANTO ESTÊVAO (Fr. João de), confessor da rainha D. Leonor de Aragão, 192.
SANTO ILDEFONSO, 170.
SANTO PADRE, 321 e 348.
SANTO THOMAS (Fr. Leão de), 98.
SANTOS, S. J. (Domingos Maurício Gomes dos), 104-05 e 169-70.
SANTOS (João dos), 338.
SANTOS (Fr. Manuel dos), 115 e 117.
SANTOS APOSTOLOS, 100, 102, 111, 124-25, 127-28, 159, 162, 178 e 213.
S. BENTO, 116.
S. BENTO DE ENXOBREGAS. V. — S. BENTO DE XABREGAS.
S. BENTO DE XABREGAS, Mosteiro de —, 117. Igreja de Nosso Padre —, 116.
S. BOAVENTURA (Fr. Fortunato de), 116.
S. BRAS, 116.
S.ª DOMINGOS, 170.
S. FÉLIX DOS GALEGOS, 222.
S. FRANCISCO, 116.
SAO JOAO, Prior de —, 67.
S. JOAO DE ALPENDORADA, Mosteiro beneditino de —, 97-99. Abade comendatário de —, 98.
SAO JOAO BAPTISTA, 90, 100, 114, 172, 217 e 339.
S. JORGE, 142.
S. LAZARO, em Viseu, 217.
S. LUIS (Fr. Francisco de), 132.
S. MARTINHO (Igreja de) —, em Lisboa, 115-16 e 119-20.
S. MIGUEL, lugar junto à cidade de Viseu, hoje incorporado nela, 172.
S. PANTALEAO, 76.
S. PAULO, 71 e 348.
S. PEDRO, 7, 10, 12, 16-19, 21, 28, 39-40, 51, 53, 56, 71, 82, 120, 122 e 348.
SARAGOÇA, 285.
SARAIVA (Cardeal), 132. V. — S. LUIS (Fr. Francisco de).
SARÇOLA (Francisco), cavaleiro e doutor em leis, conselheiro e tesoureiro de D. Afonso V de Aragão, 206-07, 253 e 284.
SARDENHA, 49, 51, 53-54 e 221. Conde de —, 181, 221, 234, 276, 281 e 341-42. Rei de —, 85, 88, 181, 208, 234, 253, 276, 281 e 341-42. Vigários da —, 52-53.
SÉ APOSTOLICA, 50 e 212.
SECO (Pedro Álvares), doutor e comendador da Ordem de Cristo, 324.
SEGOVIA, 25, 59 e 67. Bispo de —, 67 e 202. Deão de —, 166.
SEGURA, 329-30.
SEGURA (D. Catarina de), 329.
SELLENT (Bartholomeu), 329.
SEM (Martim do), doutor e embaixador de el-rei D. João I, rei de Portugal, presente ao Tratado de 1411 com Castela, do conselho de el-rei D. João I e do infante D. Duarte e chanceler-mor deste. 59, 139, 255, 275, 279 e 283-84.
SEM MEDO (João), 34.
SENHOR, referido a Jesus Cristo, 7-8, 10-11, 19-21, 71, 82, 88, 94, 96, 108-09, 111, 119, 122, 152, 155-56, 165, 171, 173, 206, 208, 214, 225-28, 230-31, 236, 238, 240, 253, 294, 307 e 347-48. Nascimento do —, 225-27. Nosso —, 106, 108, 195, 204-05, 285, 298, 318, 332-33, 337 e 345. Todo Poderoso —, 169.
SEQUEIRA (Fernão Rodrigues de), mestre de Avis, 101.

SERRA RAFOLS, 97.
SERRANO, O. S. B. (Luciano), 26, 96, 166 e 304-05.
SETE AGUAS, vila de Espanha, 184 e 265.
SETUBAL, 194.
SEVILHA, 52, 67 e 205. Alguazil-mor de —, 67. Arcebispo de —, 67. Rei de —, 59 e 166.
SICILIA, 197, 275-76, 306-07 e 331-32. Rei de —, 18-19, 85, 88, 164, 173, 180-82, 208, 234, 245, 253, 276, 280-81, 285, 297, 299, 326-27, 332-33, 337, 341-42 e 350-51.
SICILIA (Martinho da), 310.
SIGISMUNDO, imperador dos romanos, 103, 163 e 169.
SIGUENÇA, 67. Bispo de —, 67 e 319.
SILVA (Aires Gomes da), conselheiro do infante D. Pedro, 228, 232-33, 239-41, 243-44, 251, 253 e 291.
SILVA (João Gomes da), pai de Aires Gomes da Silva, copeiro-mor e embaixador de el-rei D. João I, 228.
SILVA (José Soares da), 5, 25, 57, 59-60, 131, 173, 212, 255, 309, 314 e 319.
SILVEIRA (Fernando Afonso da), doutor em leis, do desembargo de el-rei D. João I, 26, 60 e 68-70.
SILVEIRA (Nuno Martins da), cavaleiro, embaixador de el-rei D. João I, 309, 311-15 e 317.
SILVES, 346. Bispo de —, 121, 161-62 e 289.
SIMANCAS, 72.
SIMOES (Leonor), 48.
SINAI, Tábuas do —, 207.
SINTRA, 11, 28-29, 38, 73, 100, 110, 121, 130-32, 139, 181, 188, 268-69, 289 e 349. Paço de —, 131.
SO (António de), 294-95.
SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 296.
SOCOBO (Castelo de), 329.
SOLDEVILA (F.), 86, 211, 219, 225 e 311.
SÓRIA, 27.
SOSPITELLO (Dominicus de Gubernatis a), 20.
SOTO MAIOR (Juán de), mestre de Alcântara, 329.
SOURE, 247, 288, 290, 338 e 349. Praça de Santiago em —, 338. Vigário de —, 338. V. — VILA NOVA DE SOURE.
SOURE (Alvaro de), vereador da vila de Soure, 338.
SOURE (Fernão de), 338.
SOURE (Frei João de), clérigo de missa, da Ordem de Cristo, 113.
SOUSA (Frei Afonso Vasques de), claveiro da Ordem de Cristo, 113.
SOUSA (António Caetano de), 5, 85, 120, 131, 160, 228, 230, 234, 239-40, 244, 250, 255, 259, 264, 276, 280, 282-83 e 291.
SOUSA (Diogo Lopes de), mordomo-mor do infante D. Duarte, 348-49.
SOUSA (João de), escrivão do infante D. Henrique, 335.
SOUSA (D. Lopo Dias de), mestre da Ordem de Jesus Cristo, 41, 47, 261 e 348.
SOUSA (Fr. Luís de), 131 e 133.
SOUTHAMPTON, 22.
SUAREZ FERNANDEZ (Luís), 72 e 82.
SUAREZ DE FIGUEIROA (Gomez), 67.
SUL, 78-79.
SÚPLICAS, 10, 14, 16-17, 27, 91, 101, 119 e 123.
SUPREMO ARTIFICE, referido a Deus, 209.

TANGER, 105.
TARGA, povoação em Marrocos, 206.
TARIFA, 295.
TARRAGONA, 221. Deão de —, 306 e 340-41.
TARTARIA, 98.
TAVARES (Abade de), 339.
TAVARES (Gonçalo de), vassalo de el-rei D. João I, criado e escudeiro do infante D. Henrique, 22-23.
TEIVE (Alvaro Dias de), escudeiro de el-rei D. João I, 44-45.
TEIXOSO, 156. Igreja de Santa Maria de —, 156-59.
TELO (D. João Afonso), 1.º conde de Viana, filho do conde de Ourém, 119. V. — MENESES (D. João Afonso Telo de).
TEMPLARIOS. V. — TEMPREIROS.
TEMPREIROS, 323.
TENARIFE (Ilha de). V. — TENERIFE (Ilha de).
TENDEIRO (Vasco Lourenço), 44.
TENERIFE (Ilha de), Canárias, 14-15, 17-18 e 93-94. V. — INFERNO (Ilha do).
TENTUGAL, 43-44, 244, 246-48 e 291-92.
TERESA (D.), rainha de Portugal, 32.
TERESA (D.), filha de João Mendes de Vasconcelos, mulher de D. Pedro de Castro, 78-79.
TERESA (D.), mãe de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, 288.
TERESA GIL (Rua de), em Valle de Cid, 203.
TERRUEL, 173 e 180.
TOLEDO, 67. Arcebispo de —, 67. Rei de —, 59 e 166.
TOMAR, 2, 12-13, 47, 49, 111-13, 115-16, 118, 155 e 323-25. Comendador do castelo de —, 113. Convento de Cristo de —, 2-3, 12, 47, 56, 111-12, 115, 151, 261 e 288. Hospital de Nossa Senhora da Graça de —, 324. Igreja de S. Tomás do convento de Cristo de —, 113.
TOMASSETTI, 71.
TOMÉ, sacerdote abissinio, 347-48.
TORDESILHAS, 25, 237 e 319. Mosteiro de Santa Clara de —, 310 e 318-19.
TORO, 67. Mosteiro do Espirito Santo de —, 126.
TORRE DO TOMBO, 131 e 139. V. — ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO.
TORRES (Martim de), escrivão da portagem, 42.
TORRES NOVAS, 181, 188, 268-69, 306 e 340.
TORRES VEDRAS, 181, 188 e 268-69. Igreja de Santa Maria de —, 142.
TORTOSA, em Espanha, 98, 221 e 311.
TOURNAY, Diocese de —, 18-19.
TOVAR (D. Constança de), condessa de Ribadeo, camareira-mor da infanta D. Leonor de Aragão quando esta casou com D. Duarte de Portugal, 202.
TRAITAS (Estêvão Domingues), 49.
TRAS-OS-MONTES, 303.
TRATADO DE PAZ de 31 de Outubro de 1411, entre Portugal e Castela, 57-59, 72, 82-83, 205, 286 e 336.
TRATADO DE PAZ de 1423, entre Portugal e Castela, 178.
TRATADO DE PAZ de 1431, entre Portugal e Castela, 286.
TRATADO DE PAZ E AMIZADE, celebrado em Torres Novas em 11 de Agosto de 1432 entre Portugal, Aragão e Navarra, 306 e 340.
TRINDADE (Nau régia), 215-16.

TRINITARIOS. V. — ORDEM DA SANTISSIMA TRINDADE DA REDENÇÃO DOS CATIVOS.
TROGILLO, 67.
TRUJILLO. V. — TROGILLO.
TUDELLA, lugar de Valhadolid, 168
TUNES, 211. Rei de —, 152.
TUROLII, 209.
TUSCULANO, Bispo de —, 126.
TUY, 67. Bispo de —, 67 e 98.
UNHAO, 2.º Senhor de —, 228.
UNHOS, Reguengo de, 77.
UNIVERSIDADE, 142, 160 e 228.
URGEL, 221.
URGEL (Conde de), D. Jaime, 85-86, 225, 230, 239-41, 244-45 e 250-52.
URGEL (Jaime de), 86.
URUEÑA (Castelo de), 86.
UXÓNIA, 142.
VAGOS, 2.º Senhor de —, 228.
VALADA, 201.
VALADARES (Rodrigo Eanes de), ouvidor do infante D. Duarte, 294.
VALE (Vasco Fernandes do), escudeiro do infante D. Henrique, 289.
VALENÇA DE ARAGAO, 224, 228, 230 e 232-33.
VALÊNCIA, 88-89, 163, 165, 184, 202, 205-07, 209, 211, 218-20, 222, 225-28, 230, 232, 236, 241, 251-53, 265, 318, 328-29 e 331-34. Carniceria de —, 226. Rei de —, 85, 88, 181, 208, 221, 234, 253, 276, 280-81 e 341-42. Reino de —, 329-30.
VALERO (Domingo), 225.
VALLADOLID, 67, 84, 96, 168, 193, 202-03, 214, 223, 239-40, 252, 287 e 311.
VALLS (Franci des), 294-97 e 299.
VALLS-TABERNER (F.), 86, 211, 219, 225 e 311.
VAN SEVEREN (L. Gilliodts), 35-36.
VAQUEIRAO (Afonso), 261-63.
VARRIS (Odon de), 84.
VASCO (Frei), prior do Mogadouro, 113.
VASCONCELOS (Carolina Michaëlis de), 104.
VASCONCELOS (João Mendes de), 78-80.
VASCONCELOS (Joaquim de), 132.
VASCONCELOS (Rui Mendes de), 153.
VASQUES (Alvaro), criado do infante D. Henrique, 174.
VASQUES (Aparício), mestre da capela do infante D. Henrique, 155-56.
VASQUES (Estêvão), tabelião em Tomar, 47, 49, 116 e 118.
VASQUES (Gil), filho de Vasco Gonçalves, 201.
VASQUES (Gonçalo), 41.
VASQUES (D. Gonçalo), bispo da Guarda, 157.
VASQUES (João), criado de Mestre Aires, 201.
VASQUES (João), escrivão da câmara do infante D. Duarte, 274-75, 279 e 282-84.
VASQUES (João), escrivão de el-rei D. João I, 322.
VASQUES (Lourenço), almoxarife do infante D. Henrique em Tomar, 155.
VASQUES (Martim), escrivão da puridade do infante D. Henrique, 48.
VASQUES (Martim), escrivão da câmara e notário público de el-rei D. João I, 41 e 59.
VASQUES (Martim), escrivão da câmara de el-rei D. João I, 68-69, 79, 81 e 161.
VASQUES (Martim), notário apostólico, 274-75 e 279.

VASQUES (Frei Martim), comendador do castelo de Tomar, 113.
VATICANO, Arquivos do —, 27.
VEIGA (João Peres da), ouvidor da capela de el-rei D. Afonso IV, 159-60.
VEIGA, o Velho (João da), cavaleiro, 56-57.
VELASCO (João de), armeiro-mor de D. João II de Castela, 67.
VELASQUEZ (Furtun), 68.
VELEZ DE GUEVARA (D. Pedro), 67.
VELHO (Fr. Gonçalo), 47.
VELHO (Nuno), 81.
VENDRELL DE MILLAS (Francesca), 86.
VENEZA, 209.
VERBA (Fr. João), dominicano, confessor do infante D. Pedro, prior comendatário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, 149-50 e 243.
VERMEO, 67.
VÉSPERAS, Hora de —, 82 e 134.
VIANA DO ATENTEJO, 119-22.
VIANA DO MINHO, 37, 110 e 119.
VICENTE (João), capelão de el-rei D. João I e prior de Santiago de Óbidos, 308.
VICH, 221.
VICH (Guilherme de), 89.
VIEIRA (Fernão), escrivão, 293.
VIERA, 71.
VILA FRANCA, 261-63 e 316.
VILA DO INFANTE, 78.
VILA NOVA DE ANÇOS, 246.
VILA NOVA DE CERVEIRA, 76.
VILA NOVA DE SOURE, 247.
VILA REAL, Marquês de —, 38. Conde de —, 39-40, 110, 126, 128, 152 e 296-99.
VILA VERDE DOS FRANCOS, 1.º Senhor de —, 138.
VILELA (Frei Martim Vasques), comendador das Primícias, 111 e 113.
VILLA NUEVA DE ONTINYENA, 245.
VIQUICAMES (João de), cavaleiro e conselheiro de D. Afonso V de Aragão, 342.
VIRGEM MARIA, 251, 253 e 343.
VISCONTI (Philippe-Marie), duque de Milão, 171.
VISEU, 23-24, 125, 154-56, 162, 171, 321, 334-35 e 339. Câmara de —, 25. Deão de —, 162. Duque de —, 2, 4, 13, 24, 29, 41, 76, 111-12, 116, 123-24, 154-55, 256, 261 e 323. Relego de —, 23. Sé de —, 89, 123-26, 154, 171, 216-17, 334 e 339. Vigário Geral de —, 89.
VITERBO (Fr. Joaquim de Santa Rosa de), 4, 24 e 323.
VLESCHANLBER (Galiano de), clérigo da diocese de Tournay, 18-19.
WADDINGUS (Lucas), 20.
WESTMINSTER, 22.
WÖLFEL, 15.
XABREGAS, Mosteiro de S. Bento de —, 116.
XALAMERA, 245.
XARCH (Manuel de), 226.
YAÑEZ (Pero), doutor, 67-68.
YPRE, 36.
ZAERA (Vicente), 241.
ZAMORA, 67, 126, 238, 240 e 252. Bispo de —, 67. Convento franciscano de —, 240. Presbítero de —, 85.

ZAMORA (João Afonso de), escrivão da câmara de el-rei D. João II de Castela, 25-26, 60 e 69-70.
ZARCO (João Gonçalves), 150.
ZUNZUNEGUI (José), 52 e 70-71.
ZURARA (Gomes Eanes de), 11, 38, 78, 92, 96, 103, 110, 138, 152-54, 176, 199-200, 205, 228 e 295.
ZURITA (Jerónimo), 164, 171, 173, 181, 197, 202-03, 224, 232, 287, 296, 309-11, 313-15, 317, 325-26, 328-29 e 335.

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I — Primeira página do texto da «Crónica dos feitos da Guiné», do códice da Biblioteca Nacional de Paris, pp. VIII-IX.

Est. II — Bula *Romani pontificis,* de Martinho V, a transferir o bispo de Marrocos D. Fr. Aimaro para a diocese de Ceuta, em 1421 (Doc. 4), pp. 16-17.

Est. III — Letras *Gratie diuine premium,* do papa Martinho V, a comunicar a el-rei D. João I a nomeação de bispo para Ceuta, em 1421 (Doc. 5), pp. 16-17.

Est. IV — Alvará do infante D. Pedro à Câmara da Lousã, em 1423 (Doc. 30), pp. 48-49.

Est. V — Assinatura autógrafa do rei de Castela na ratificação do Tratado de Paz com Portugal, em 1423 (Doc. 37), pp. 64-65.

Est. VI — Carta de el-rei D. João I, a comunicar ao país haver ratificado o Tratado de Paz com Castela, de 1423 (Doc. 40), pp. 80-81.

Est. VII — Solicitação por Castela em Roma de juiz árbitro, em execução do Tratado de Paz com Portugal, em 1424 (Doc. 47), pp. 96-97.

Est. VIII — Carta do infante D. Henrique, de privilégio ao cabido de Viseu em 1427 (Doc. 75), pp. 160-61.

Est. IX — Compra pelo infante D. Henrique de casas em Lisboa para saboaria, em 1428 (Doc. 94), pp. 208-09.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR	pág.	IX
ABREVIATURAS	pág.	XVII
DOCUMENTOS	págs.	1-352
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA	pág.	355
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA	pág.	359
INDICE CRONOLÓGICO	pág.	385
INDICE ANALITICO	pág.	411
INDICE DAS ESTAMPAS	pág.	446

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLANTIDA», EM COIMBRA, RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPÓGRAFO JOSÉ ABRANTES MACHADO E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM 25 DE SETEMBRO DE 1961. A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», AMBAS DE LISBOA.

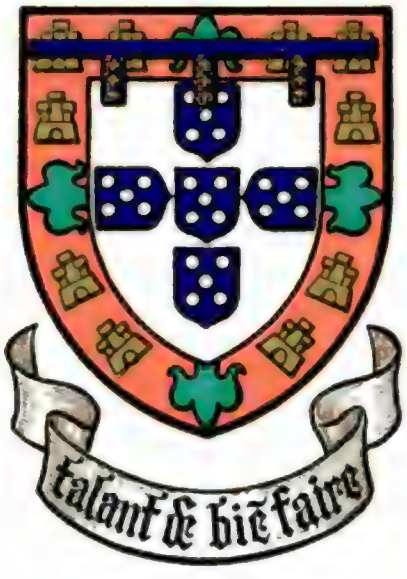
talant de bien faire

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME V

(1434-1436)



COIMBRA

1963

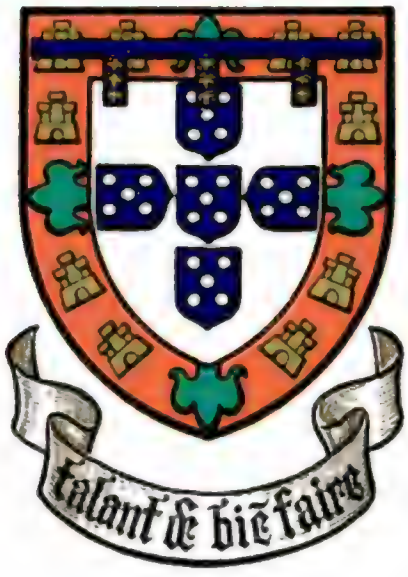
MONUMENTA HENRICINA

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME V

(1434-1436)



COIMBRA

1963

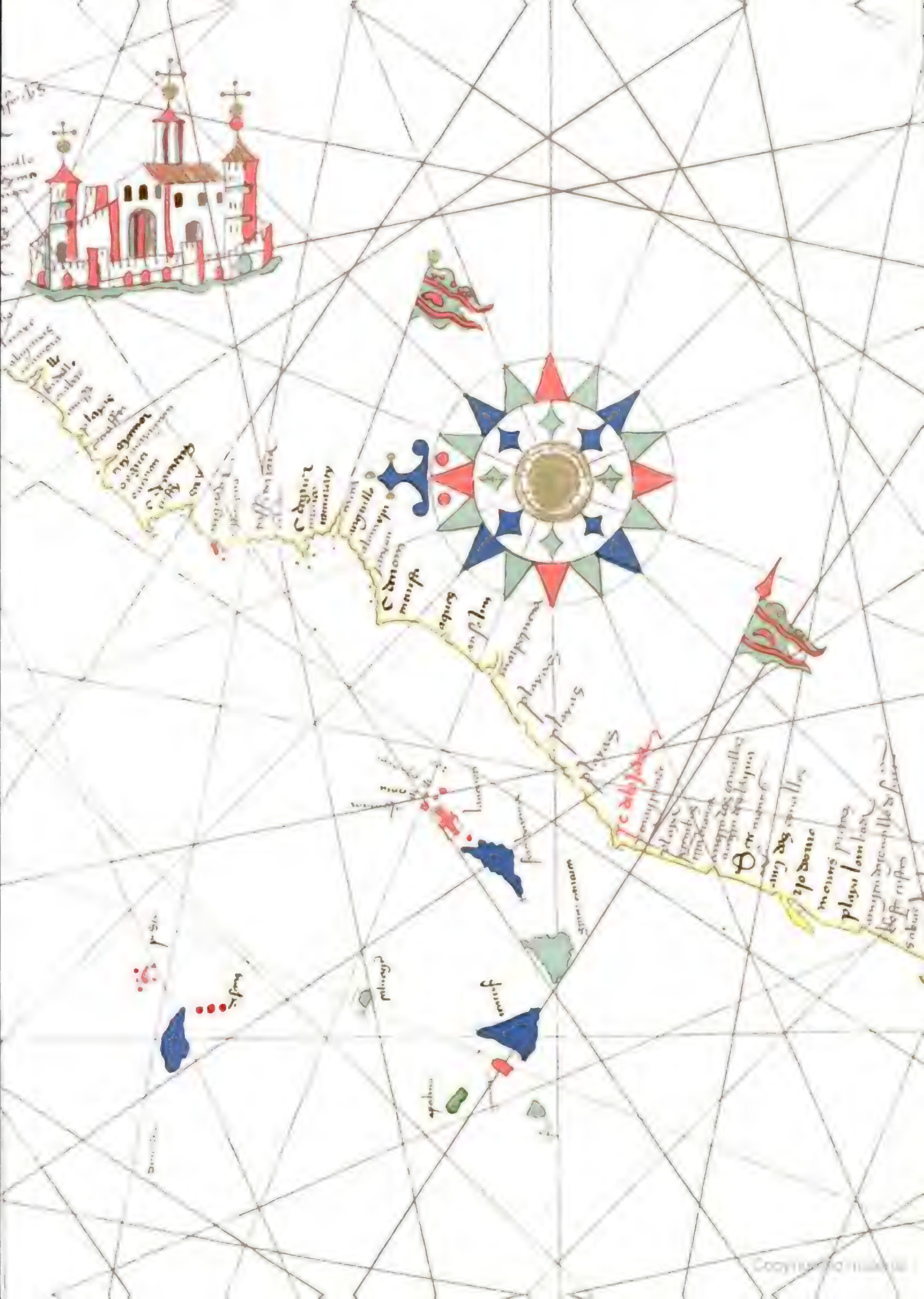
SUBCOMISSÃO DE «MONUMENTA HENRICINA»

Manuel Lopes de Almeida

Idalino Ferreira da Costa Brochado

António Joaquim Dias Dinis, O. F. M.

righted material



Est. I – Litoral africano da costa marroquina ao Cabo das Barbas
e arquipélagos da Madeira e Canárias no último quartel do séc. XV.
(Segundo a carta portuguesa da Biblioteca Estense de Módena).

Copyrighted material

AO LEITOR

Como fizemos nos volumes anteriores, focamos, neste lugar, os principais problemas documentados no presente volume de Monumenta Henricina, *cujos textos, diplomáticos e narrativos, abrangem parte do ano de 1434 e os anos de 1435 e 1436. Entramos agora em período de intensa e multiforme actividade do infante D. Henrique, no qual sobressai o início do descobrimento marítimo da costa ocidental africana.*

Infelizmente, pelo que respeita àquele facto histórico, a cuidadosa investigação a que se procedeu em arquivos nacionais e estrangeiros não conseguiu pormenorizar nem ampliar o que sabíamos dos textos narrativos quatrocentistas e quinhentistas de Gomes Eanes de Zurara, de Martinho de Boémia, de Duarte Pacheco Pereira, de Valentim Fernandes e de João de Barros. Sobre o particular reproduzimos apenas o essencial de Zurara, cronista coevo dos acontecimentos. Adicionamos-lhe sugestão nossa, desenvolvida em comunicação à Academia Portuguesa da História, com base em claríssimo e reiterado depoimento do próprio infante D. Henrique, de haver constituído o Cabo Não o ponto de partida dos descobrimentos henriquinos no oeste africano e, portanto, o Cabo transposto em 1434 por Gil Eanes, o qual identificámos com o actual Cabo Juby.

No âmbito temporal do presente volume (1434-1436), a devassa marítima da costa oeste africana atingiu apenas, em 1436, o Porto ou Pedra da Galé, a actual Piedra Galhe o Roca del Norte, *no Rio do Ouro, sita em 22° 13′ N. e 16° 53′ W* (1). *Aberta assim a porta da expansão portuguesa África abaixo, parece que se deteve o Navegador em outras duas empresas, talvez condicionantes, no seu plano, do desenvolvimento daquela. Pelo menos, é o que deverá inferir-se dos textos conhecidos: Canárias e Tânger constituem, simultâneamente, dois grandes objectivos henriquinos.*

---

(1) Cfr. A. TEIXEIRA DA MOTA, *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África.* Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Caterina, Bissau, 1950, pp. 78-80.

Os nossos documentos n.os 129 e 137, extraídos do Arquivo do Vaticano, conjugados com os documentos n.os 13 e 16 a 23, reproduzidos do Archivio di Stato *de Génova, denunciam, pelos meados do ano de 1434, mais uma expedição henriquina às Canárias, arquipélago sito precisamente defronte do Cabo Juby e no qual D. Henrique desejaria instalar porventura, desde logo, base de reparação e de avitualhamento mais vizinha da derrota que haviam de prosseguir os barcos do descobrimento; porque, como depois sublinhou Zurara, «pera os fectos vijrem a milhor perfeiçom, lhe era necessaryo algũa das jlhas de Canarea»* (2).

Porém, como em 1416 e em 1424 (3), *também agora surgiu a reacção dos armadores andaluzes, conduzida junto do papa Eugénio IV ainda pelo mesmo franciscano da Custódia de Sevilha e missionário das Canárias, Fray Juan de Baeza, e continuada pelo bispo canariense de Rubicón, sufragâneo de Sevilha, D. Fernando Calvetos, os quais não conseguiram ocultar o móbil político das suas reclamações junto da Santa Sé, suficientemente evidenciado a favor de Castela e de Aragão, ao invocarem o título jurídico de posse por vizinhança das ditas ilhas: — «utpote ceteris christianis regnis dictis insulis propinquioribus»* (4). *E levaram o assunto ao ponto de obterem do papa Eugénio IV, em 1434, letras de excomunhão «ipso facto incurrenda», inicialmente reservada à Santa Sé, contra quem escravizasse ou roubasse os habitantes das ilhas Canárias* (5). *Reagiu el-rei D. Duarte e conseguiu do romano pontífice autorização para conquistar as ilhas não em posse de cristãos. Umas e outras foram reclamadas, porém,*

---

(2) GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 95.

(3) Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, Lisboa, 1960, DOCS. n.os 113, 118 e 121 a 130, e vol. 3, Coimbra, 1961, DOCS. n.os 32-34, 39, 50 e 51.

(4) Cfr. o DOC. 56 do presente volume, de 28 de Dezembro de 1434. Termos idênticos já na Súplica de Fr. Juan de Baeza de 4 de Outubro de 1424 ao papa Martinho V: — «tam de Castelle eciam Aragonum regnis, propinquioribus eisdem insulis ceteris christianis regnis» (Cfr. o DOC. 50 do vol. 3 de *Monumenta Henricina*).

(5) Cfr. os DOCS. 38, 52, 92 e 93 do presente volume.

Copyrighted material

pelo soberano de Castela ao papa, alegando pertencer-lhe a conquista de África e das ditas ilhas; pelo que Eugénio IV anulou a concessão que fizera ao rei de Portugal, por não ser intenção sua prejudicar os anteriores direitos castelhanos (6).

Venhamos agora a outra faceta da actividade henriquina na época do presente volume. Nos mesmos anos de 1434 a 1436 decorrem os primeiros preparativos da futura expedição contra Tânger, advogada pelo infante D. Henrique desde 1432 e depois também pelo irmão D. Fernando, mas sempre contrariada por D. Duarte. Ainda em Maio de 1434 tentou o monarca fazê-la derivar para Granada, porém, como sempre, sem resultado, pela rejeição de Castela; mas veio a aceder aos desejos dos ditos seus irmãos, após porfiadas diligências henriquinas, culminadas no ano de 1436. Há todos os visos de haver sido decisivo, no caso, o alvará de D. Henrique de 7 de Março daquele ano, de perfilhação do sobrinho D. Fernando e, simultâneamente, primeiro testamento do Navegador, a legar ao dito infante todos os bens móveis e de raiz que houvesse à hora da morte; pois, logo no mesmo dito Março, el-rei D. Duarte, não aguardando sequer a concessão da respectiva bula de cruzada (7), *convocou as cortes para Évora, a fim de obter do reino «pedido e meio» para custeamento da armada contra Tânger* (8).

A par destas empresas de D. Henrique, de 1434 a 1436 documentam-se outros assuntos henriquinos, dos quais sublinharemos: as reclamações das cortes de 1434 contra o exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino; a doação, pelo infante, de algumas das suas saboarias a D. Álvaro de Castro; possível indústria henriquina de lanifícios; criação de feira franca anual em sua vila de Tarouca e desdobramento da de Tomar; remodelação e actualização das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem de

---

(6) Cfr. os DOCS. 129, 137, 143 e 144.

(7) A *Rex regum*, passada apenas a 8 de Setembro de 1436, — o nosso DOC. 133.

(8) Cfr. o final do nosso DOC. 112 e a nota 1 da pág. 210.

Cristo; reclamações das câmaras ou concelhos de Santarém e de Lamego e dos lavradores e valadores das lezírias de Vila Franca; bens concedidos ao infante no Porto; doação do paul de Boquilobo; pesca de atuns e corvinas no Algarve; sepultura de criados seus na Batalha; proposta que lhe fora feita, ao menos indirectamente, de casamento com infanta aragonesa; e rectificação sobre quem foi o padrinho de baptismo do infante D. Henrique.

Extensa série de diplomas fornece também achegas biográficas sobre o seguinte pessoal henriquino: criados Gabriel Eanes, Gonçalo Eanes, Lopo Dias, Pero Peixoto, Rodrigo Álvares, Rodrigo Eanes; Pero Lopes, tabelião; Mestre José Arame, ourives; Nuno Álvares, estribeiro; Vasco Martins, pescador; Garcia Mendes, ouvidor; peões Álvaro Vasques e Martim Gonçalves; Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro e navegador; D. Fernando de Castro, governador da casa do infante; João Nunes e Martim Pais, clérigos e familiares; escudeiros Afonso Anes de Calheiros, Bartolomeu Eanes, Duarte Vasques, Fernão de Covilhã, Gil Eanes, Gonçalo de Pina, Gonçalo do Rego, Lopo Afonso e Martim Gonçalves; e cavaleiros fidalgos Álvaro de Castro, Fernando Álvares Cabral, João de Albuquerque, João Álvares da Cunha e Luís Mendes de Refoios.

Edita-se ainda: a documentação relativa à Lei Mental com a excepção régia em favor da Casa de Bragança, a qual regulou a transmissão de bens da coroa desde o século XV até o século passado, aplicável também aos que havia o infante D. Henrique; a relativa às providências tomadas por el-rei D. Duarte e pelo Navegador sobre Ceuta e sobre a armada em preparação para Tânger; a atinente às relações de Portugal com a Santa Sé e com o concílio de Basileia, condicionantes da nossa expansão ultramarina, e bem assim com o reino de Aragão; e, pela vez primeira, se publicam três valiosos pareceres jurídicos quatrocentistas, extraídos da Biblioteca Apostólica Vaticana, cujo primeiro, anónimo, versa os problemas da unção régia e da cruzada contra os infiéis, e os dois restantes, dos juristas bolonheses António Minucci da Pratovecchio e António de Rosellis, a legitimidade da guerra contra os sarracenos. A transcrição e a anotação destes

últimos textos são do jurista Dr. António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., Professor do «Pontificium Athenaeum Antonianum», de Roma.

•

«Terminadas as funções da Comissão e Subcomissão henriquinas que se ocuparam de «Monumenta Henricina», os restantes volumes serão publicados ainda sob a direcção do Rev.º P.e Dias Dinis, pertencendo a administração da obra à Universidade de Coimbra, através da respectiva Biblioteca Geral» (9). *Nestes termos, prossegue o signatário com o plano e organização da obra e com a anotação crítica dos textos. Entende, porém, não dever alterar a apresentação inicial dos volumes, mantendo assim, no presente e nos subsequentes, o nome da Comissão Executiva do Centenário Henriquino e os da que foi Subcomissão legal e responsável de* Monumenta Henricina.

E aproveita o ensejo para agradecer à extinta Comissão Executiva, a cujo saudoso Presidente, o falecido Professor e Presidente da Academia Portuguesa da História Doutor José Caeiro da Mata, aqui se presta a mais grata e sentida homenagem, e aos ex-colegas da Subcomissão as facilidades, atenções e cooperação que se dignaram dispensar-lhe, gentilmente.

DIAS DINIS

---

(9) Presidência do Conselho. Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique*, Volume IV, Lisboa, 1963, pág. 198.

ABREVIATURAS

ACA. — Archivo de la Corona de Aragón, Barcelona.
ACMC. — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.
ADB. — Arquivo Distrital de Braga.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AGS. — Archivo General de Simancas, Espanha.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
art. — artigo.
ASG. — Archivio di Stato de Génova.
as. — assinado.
ASF. — Archivio di Stato de Florença.
AV. — Archivio Segreto Vaticano.
BAV. — Bibliotheca Apostolica Vaticana.
BMLF. — Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença.
BNL. — Biblioteca Nacional de Lisboa.
BNP. — Bibliothèque National de Paris.
BSGL. — Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.
ca., cap. — capítulo.
Cfr. — Confira.
cit. — citado.
cód. — códice.
col., cols. — coluna, colunas.
dec. — década.
dist. — distinctio.
Doc., docs. — documento, documentos.
ed. — edição.
fl., fol., fls. — fólio, fólios.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
Jo. — S. João (Evangelho de).
le. — lege.
lib. — liber.
liv. — livro.
lug. cit. — lugar citado.
Mat. — S. Mateus (Evangelho de).
Ms., ms., mss. — manuscrito, manuscritos.

n.°, n.°s — número, números.
O. F. M. — Da Ordem dos Frades Menores (Franciscano).
O. S. B. — Da Ordem de S. Bento (Beneditino).
p., pág., pp. — página, páginas.
Ps. — Psalmo ou Salmo.
quaest. — quaestio.
r. — recto.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
retrocits. — retrocitados.
S. J. — Da Companhia de Jesus (Jesuíta).
SS. — Santíssima.
ss. — seguintes.
t., tom. — tomo.
tít. — título.
v. — verso.
Vat. lat. — Vaticani latini (Codices).
vol., vols. — volume, volumes.

1

7 ABRIL 1434

Doação pela rainha de Aragão a sua filha D. Leonor, mulher de el-rei D. Duarte, da vila de San Felices de los Gallegos com suas aldeias e termos, em razão do que lhe pertence herdar de seus bens, após o seu falecimento (1).

ANTT., *Gaveta* 17, maço 7, n.º 20, donde se reproduz. Original, em pergaminho. Deve ter tido selo pendente.

Publicada segundo a mesma fonte, mas com erros de transcrição, por D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, provas do liv. 3, n.º 42. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 320.

De nos, la rreyna doña Leonor de Aragon e de Seçilia, muger del muy exçelente rrey don Fernando de Aragon e de Seçilia, cuya anjma Dios aya. De nuestra çierta sciençia e agradable e deliberada voluntad e consentimjento, syn premja e syn temor e jnduzimjento alguno, e por fazer graçia e donaçion a vos, la rreyna doña Leonor de Portogal e del Algarbe, fija legitima del dicho señor rrey e nuestra, por el cargo que de vos tenemos e por descargar nuestra conçiençia, en rrazon de lo que a vos pertenesçe heredar de nuestros bienes, es nuestra voluntad que ayades e tengades pera despues de nuestros dias e, despues que nos fallesçieremos desta presente vida naturalmente, en parte de la legitima que a vos pertenesçe here-

(1) No contrato matrimonial celebrado entre o infante D. Duarte de Portugal e a infanta D. Leonor de Aragão, em Olhos Negros, a 16 de Fevereiro de 1428, reformado em Coimbra em 4 de Novembro seguinte, a rainha aragonesa comprometera-se a dar o dote de 100.000 florins à dita sua filha (Cfr. os Docs. 91 e 128 do nosso vol. 3). E, em seu testamento, legou-lhe 5.000 florins de legítima, os quais foram entregues à rainha de Portugal pela rainha D. Maria de Castela, sua irmã, como consta do recibo passado pela primeira em Medina del Campo, a 26 de Maio de 1438 (No AGS., *Patronato Real*, legajo 49-24).

dar de nuestros bienes de vuestra herençia que de nos auedes de aver e vos pertenesçe, la nuestra villa de Sant Felizes de los Gallegos, con su fortaleza e aldeas e lugares e tierra e termjnos e con los vezinos e moradores della, nuestros vassallos, que agora ende vjuen e viujeren despues de nuestro fallesçimjento, de qualquier naçion e condiçion que ssean, con la juridiçion e justiçia çeujl e crimjnal alta e baxa e mero e mjsto jmperio e con todos sus termjnos e solares, poblados e por poblar, e con todas sus vozes e acciones, petiçiones, reales, perssonales, vtiles, direitas, vanas, omissas e con montes de hesas e prados e pastos e aguas corrientes e estantes e manantes e con todas las heredades e possessiones e con todas las rentas e pechos e derechos della, qualesquier que sean e qualquier nonbre que ayan, e con todos los pedidos e serujçios qualesquier que pertenesçen e pertenesçer deuen, en qualquier manera e por qualquier razon, a nos como señora e al señorio de la dicha nuestra villa e fortaleza e aldeas e lugares e tierra della e con todos los fueros e franquezas e libertades e vsos e costunbres e con todas sus entradas e salidas, para que lo ayades e tengades para despues de nuestra vida, para vos e para vuestros herederos e succesores que por el tiempo fueren, en parte de vuestra herencia que de nuestros bienes avedes de aver e heredar commo dicho es, con condiçion e postura que, em toda nuestra vida natural, nos tengamos e posseamos la dicha nuestra villa de Sant Felizes de los Gallegos con su fortaleza e lugares e aldeas e termjno e juridiçion e el señorio e propiedat e exerciçio dello e que ayamos e quede en nos e para nos la juridiçion alta e baxa, çeujl e crimjnal e con mero e mjsto jmperio e con todas las dichas rentas e pechos e derechos ordjnarios e extraordjnarios e con todas las otras cosas e cada vna dellas que del señorio e propiedat e possesion qual (?) quier dello e de cada parte dello pertenesçe e pertenesçer deue, asy de fecho como de derecho, e que lo tengamos e posseamos enteramente, sin enbargo e sin contradiçion e sin dimjnuçion alguna, en toda e por toda nuestra vida.

E, si por aventura vos, la dicha rreyna doña Leonor de Portugal, fija nuestra muy cara, non otorgaredes esta dicha condiçion e postura e cada cosa e articlo dello e lo non loardes e aprouaredes, rretificaredes e confirmaredes e por grato, rato e aprouado e loado non lo oujerdes, segund que en esta dicha nuestra carta es contenjdo solepnemente, porante escriuano publico e testigos, con juramento que fagades de lo guardar e compljr e que nos dedes e entreguedes, o otro por vos, recabdos dello, tales que sean firmes e nos sean entregados en nuestras manos e poder, que non podades vsar nj vsedes, vos njn otro por vos, de todo lo contenjdo en esta carta njn de parte dello, mas que sea en si njnguna e de njngund valor, bien asy commo si non fuese otorgada e que non vala en juyzio njn fuera del, njn nos pare perjuyzio njn a vos pueda aprouechar njn dar derecho alguno en alguna manera; pero vos la dicha reyna, fija nuestra muy cara, accetando la dicha legitima e herençia e donaçion que de la dicha villa e fortaleza e

Copyrighted material

aldeas e lugares con todo lo sobredicho que vos damos e donamos e señalamos para que la ayades e tengades despues que nos fallesçieremos desta presente vida, pera vos e pera todos vuestros herederos e sucçessores que por el tiempo fueren, segund de suso es dicho, con la dicha postura e condiçion de suso en esta carta contenjdo, sin djmjnuçion alguna.

Nos, por esta dicha nuestra carta, mandamos al conçejo, alcaldes, justiçia, regidores, sesmeros e omnes buenos de la dicha nuestra villa que al dicho tiempo fueren, de agora pera entonçe que, del dia e despues que nos fallesçieremos naturalmente desta presente vida, que vos resçiban e ayan por su señora e vos resçiban al señorio e possession de la dicha nuestra villa e su fortaleza e lugares e aldeas con todo lo suso dicho o a qujen vuestro poder pera ello oujere e que vos obedescan por señora, segund a nos oy tienen, e obedesçan e cumplan vuestras cartas e mandamjentos e vos fagan las otras subjeçiones e fidelidades que buenos e leales vasallos deuen fazer a su señor, so pena de caer en mal caso. E esto que lo fagan para despues de nuestros dias, nos fallesçida desta presente vida naturalmente, commo dicho es, e assy estante, compliendose por vos todo lo sobredicho, segund que en esta carta suso es contenjdo e cada parte dello.

De aquj e por esta carta reuocamos e anulamos e jrritamos e cassamos e damos por reuocadas e nulas e cassas e jrritas e de njngund efeito e mjsterjo qualquier e qualesquier merçed e mercedes, donaçiones e donaçion, bençion e bençiones e otras qualesquier alienaçiones e contractos de qualquier natura e condiçion sean, que de la dicha villa de Sant Felizes de los Gallegos e su fortaleza e lugares e aldeas e termjnos e territorio e districto e juridiçion e justiçia ceujl e cremjnal e vassalos e pechos e derechos o de cada vna parte o cosa dello ayamos fecho fasta aqui, a qualquier e qualesquier perssona e perssonas de qualquier estado, grado, prorrogatiua, preemjnencia, dignjdat e condiçion sean, avnque a nos detangan e sean anexos por qualquier grado o ljnea de consangujnjdat e parentesco asçendiente o desçendiente e avnque sean fechas e otorgadas las tales alienaçiones e contractos con causa o sin causa e avn con razones legitimas, aprouadas en derecho e avn que contengan clausulas derogatorias con qualesquier vjnculos e firmezas que sean; ca nos lo reuocamos todo e queremos que non vala nin aya efecto njn vigor, en perjuyzio desta dicha nuestra carta e de lo en ella contenjdo; porquanto esta es nuestra voluntad deliberada e final entençion, por nuestro descargo e por que ayades la dicha villa con su fortaleza con todo lo suso dicho pera despues de nuestros dias, pera vos e pera vuestros herederos e sucçessores, en la manera que dicha es, en parte de nuestra herencia que de nuestros bienes auedes de auer e heredar, segund suso dicho es.

E, por esta dicha nuestra carta, rogamos a nuestro muy caro e muy amado fijo señor elrrey don Iohan de Castilla que, si nesçessarjo fuere, le plega de vos confirmar esta dicha donaçion e mas verdaderamente satisf-

façion de vuestra legitima e parte de vuestra herençia pera despues de nuestros dias, nos fallescida naturalmente desta presente vida, commo suso dicho es. E assy mesmo encargamos e jungimos a vuestros hermanos nuestros muy caros e amados fijos e a cada vno dellos es a saber: el rey don Alfonso de Aragon, elrrey don Iohan de Nauarra e a la reyna doña Marja de Castilla e a los jnfantes don Emrique e don Pedro que, por sy njn por otros, de fecho njn de derecho, en juyzio [njn fuera del, que vos non vayan njn passen contra lo contenido en esta dicha nuestra carta njn contra parte delo por vos lo anular o estrouar e menguar, en todo o en parte o cosa alguna dello, ante que sienpre lo loen e aprouen, lo qual les ruego e jnjugo que tengan, guarden e cumplan realmente e con efecto, por que nuestra bendiçion ayan.

E, por mayor firmeza e vigor desta dicha donacion, prometemos, por nuestra fe real, que ternemos e compliremos e goardaremos bien, leal e verdaderamente todo lo en esta dicha nuestra carta contenjdo e cada cosa dello. E no hiremos ni vernemos contra ella nin contra parte dello, por nos nin otro por nos, en alguna manera e dado que sea, de fecho njn de derecho, en juizio njn fuera del. E sobretodo lo que dicho es e pera mayor validaçion dello e por que sea firme, renunciamos e partimos de nos e de nuestra ayuda e favor todas e qualesquier leys, canones e decretos e proclamas, pramaticas sanciones e extravagantes que, en general o en espeçial, fablan todos e qualesquier estatutos, fueros e costunbres, estillos, preujllejos e las clausulas dellos, de papa o de emperador o de rey o de rreyna o de otra qualquier persona] (2) que en nuestro fauor sean, pera poder reuocar lo sobredicho e cada cosa dello, todas e qualesquier acciones vtiles e directas, personalles, reales, mjstas, *in rem* escpritas todas e qualesquier exepçiones perentorias e dilatorias e decljnatorias e otras qualesquier exepçiones e defensiones de qualquier natura e condiçion que sean, avnque nos competan o podiesen competer por derecho natural.

Jtem renunciamos el remedio de las appellaciones e agrauios e nullidades.

Jtem, el beneficio de restitucion *jn jntegrum*, avnque nos competa e competer pueda, por preujllejo o prerrogatiua special, o por clausula general.

Jtem, renunçiamos la acçion e exepçion del mal engaño, perterito presente e futuro, avnque de causa deste contrato e jnçida en el.

Jtem, renunçiamos todas ferias repentinas o reuerenciales, todas dilaciones e oposiciones e jmploraciones e el traslado desta carta todo e qualquier derecho comun e munjcipal todo e qualquier auxilio ordjnarjo e

---

(2) O passo entre colchetes foi reconstituído através da cópia do Livro da Reforma das Gavetas, por mau estado do original.

Copyrighted material

extraordjnario jncluso en el cuerpo del derecho e non jncluso e en espeçial renunciamos e partimos de nos la ley del *senatus consulto* Velliano e del emperador Justinjano, que fabla en fauor de las mugeres, seyendo çertificado della e de su fauor e ayuda, la qual avemos aqui por expressada.

Jtem, renunciamos la ley que dize que njnguno non puede renunciar lo que non sabe competerle.

Jtem, la ley em que dize quel dolo futuro non puede ser renunçiado.

Jtem, la ley que dize quel derecho natural o lo que compete a causa del non puede ser renunciado; e, en espeçial, renunçiamos la ley que dize que general renunciaçion non vala.

En testimonjo de lo qual vos mandamos dar esta nuestra carta, firmada de nuestro nonbre e sellada con nuestro sello e signada del escriuano ayuso escprito, antel qual la otorgamos en presençia de los testigos ayuso nonbrados, al qual mandamos e rogamos que la escreujese o fiziese escreujr e la signase con su signo.

Dada en los nuestros palaçios, que son cabe el monesterio de Santa Maria de las Dueñas, cerca de la villa de Medjna del Campo, a siete dias de abril, año del nasçimjento del Nuestro Señor Ihesu Christo de mjll e quatrocientos e treynta e quatro años. Testigos que a esto fueron presentes, llamados e rogados pera esto que dicho es: Bartolomé Rodriguez e Pero Gonçalez, porteros de la dicha señora reyna, e Alfonso de Avilez, criado de la dicha señora reyna.

(as.) la tryste Reyna.

Yo Gracia Fernandez de Sant Martin, escriuano de nuestro señor elrrey e su notario publico eu la su corte e en todos los sus rregnos, fuy presente a todo lo en esta carta contenjdo con los dichos testigos. E, por otorgamjento e mandado de la dicha señora reyna doña Leonor de Aragon, que en esta carta firmo este su nombre con su mano propia, en nuestra presençia e de los dichos testigos, la fize escreujr. E porende, fize aqui este mio ssig *(Sinal público)* no, en testimonio de verdat.

2

8 ABRIL 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a aprovar os termos da concórdia estabelecida entre D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante e governador de Ceuta, e D. Fernando de Castro, governador da casa

do infante D. Henrique, e D. Isabel de Castro, por motivo da herança da condessa D. Guiomar, avó deles, promovida a referida concórdia pelo infante, que devia 3.500 dobras ao dito conde.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 67, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 6, fl. 3; *Chancelaria de D. João III*, liv. 16, fl. 173; em leitura nova: *Místicos*, liv. 1, fl. 284 v., e *Estremadura*, liv. 12, fl. 90 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 478.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que perante nos era contenda e debate antre dom Pedro de Meneses, conde de Ujana e nosso almjrante e capitam e gouernador da nossa cidade de Cepta e do nosso conselho, e dom Fernando de Clastro, do nosso conselho e gouernador da casa do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado jrmãao, e dona Jsabel de Crasto, seus primos, sobre e per razam dos beens e herança que ficarom per morte da condesa dona Guiomar, sua auoo, sobre os quaees beens e herança fora fecta antre elles hũa trasauçom, segundo em ella mais compridamente he contheudo.

E dizendose perante nos, por parte do dicto conde, que certos dos dictos beens e heranças que assy ficarom per morte da dicta condesa, sua auoo, pertenciam a el em solido e se nom deujam de partir, e rrepricando o dicto dom Fernando, por ssy e por sua jrmãa, dizia que todollos beens e heranças eram comũus e se deujam partir, per bem da dicta trasauçom antre elles fecta, e outras mujtas razõoes e allegações que de hũa e da outra parte perante nos puserom. E consirando nos como a boo rey perteence tirar as contendas e dasauenças da sua terra, specialmente antre as grandes e poderosas pesoas, e poer fim aas brigas e duujdas, segundo que de toda uontade senpre deseiamos, e encomendamos ao sobredicto meu mujto amado e prezado jrmãao que trautase antre elles auença e transauçom e concordia, a qual em nossa presença foe apresentada em esta guisa que se segue, a saber.

Que o dicto conde aia pera todo senpre, pera ssy e pera seus herdeiros, Alcoentre, que he terra da coroa dos nossos regnos, com todas suas perteenças e jurdições e djreitos e senhorios e padroados, e mais todo o outro djreito e beens e padroados que o dicto dom Fernando auer ou teer pode em os beens de rraiz da dicta condesa sua auoo, de que ella em posse estaua a ora de sua morte, e outros quaaesquer que ella de djreito deuese e podese auer per qualquer guisa que seia. E trespasa no dicto conde toda auçom que elle nos dictos beens aia e lhe excede auçom e auçõoes que nos dictos beens tem ou teer pode, afora os beens ajuso nomeados, a saber: que [a]o

Copyrighted material

dicto dom Fernando fique Sam Lourenço do Barro e Ançaa (1) com todas suas perteenças e jurdições e senhorio e padroado ou padroados que em elles ha, que esso medes som da dicta coroa dos nossos regnos, e mais heranças, herdades e estijs que forom da dicta condesa, que agora traz Joham Uasquez Maçam, morador na Golegãa, e rendem tres moyos de pam. E todo ho outro djreito de beens de raiz leixa ao dicto conde, como sobredicto he, e que o dicto conde entregue ao dicto dom Fernando tres mjl e quinhentas dobras uallediaa, de boo ouro e justo peso. E ficam assy ao dicto dom Fernando, per bem da sua lidima da herança e da terça que ja o dicto dom Fernando tijnha comprada aos testamenteyros da dicta condesa dona Guiomar quatro mjl e qujnhentas dobras uallediaa e Sam Lourenço e Ançaa e as herdades e stijns suso dictos e as tres mjl e qujnhentas dobras. As quaaes tres mjl e qujnhentas dobras uallediaa o dicto dom Fernando rrecebeo do dicto conde dom Pedro per o jffante dom Anrrique, que as deuja ao dicto conde, e se deu o dicto dom Fernando dellas por bem pagado e deu o dicto conde por qujte e liure dellas.

E por esto que dicto he os sobredictos conde e dom Fernando se derom por qujtes e contentes e entregues e satisffectos da dicta herança, quanto perteence a elles, conde e dom Fernando, por ssy e por seus filhos, assy do dicto conde como do dicto dom Fernando, como lidimos tetores e amjnjstradores que som de seus filhos. E outrossy se derom, por ssy e por seus filhos, por qujtes e liures de todo aquello que, per razam da dicta herança e terça, que cada hũu poderia demandar ao outro. E que ao dicto conde fique encargo de dar aos outros jrmãaos do dicto dom Fernando seus qujnhõoes, assy como os deuem de djreito dauer. E, per esta meesma, a dicta dona Jsabel se ha por contente em sua partiçom dos beens que ella ha em Casauel e na dos Uaqueiros, termo de Santarem, que forom da condesa sua auoo, que ella agora posue. E lhe praz que todos os outros beens fiquem ao dicto conde, segundo a forma suso scprita na uerba de dom Fernando. E lhes prougue que a primeira transauçom suso nomeada ficase limite dantre elles, per esta que agora fazem.

---

(1) No manuscrito, por duas vezes, *aueera*, lido por PEDRO DE AZEVEDO, *lug. cit.*, sempre *aveera*, do verbo *haver*. Trata-se, porém, do topónimo *Ançaa*, que é o que se lê nas demais cópias supracitadas, erradamente transcrito na chancelaria eduardina. E, de facto, não só o exige o contexto, como também se prova historicamente ter sido assim. O avô de D. Pedro de Meneses e marido da condessa D. Guiomar Lopes, D. João Afonso Telo, conde de Ourém e de Barcelos, houvera de el-rei D. Fernando, entre vários outros bens, para si e herdeiros, em 12 de Junho de 1368, o padroado de S. Lourenço do Bairro e, em 13 de Dezembro de 1371, a vila de Ançã (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 117-18 e as fontes ali citadas). Sobre D. Pedro de Meneses veja-se a nota 2 ao documento seguinte.

A qual pormeterom de teer e comprir e manteer e nunca contra ella vijnr, em parte nem em todo, s[o]b pena de dez mjl dobras ualedias de boo ouro e justo peso. E a pena pagada ou nom, sempre ficar firme o que dicto he e seer denegada auçom e jujzo ao que o contrayro desto quiser fazer e dizer, pagando por esso a pena suso dicta, outorgando esto por ssy e por todos seus herdeyros, sob a dicta pena. E quiserom mais que, per esta transauçom, nom seia fecto algũu perjujzo ao dicto conde, per razam dalgũu erro, se o teuer, contra os outros jrmãaos do dicto dom Fernando e contra algũus outros que na dicta herança da dicta condesa tenham algũu djreito ao dicto conde poder dizer e allegar todo seu djreito e se algũus beens a elle perteencem em solido a se nom deuerem partir. E o dicto conde assy o protestou, pedindonos por mercee que desemos a ello nossa autoridade.

E nos, veendo e consirando todo com diligencia, assy o mandamos per sentença e outorgamos e queremos que ualha pera todo sempre, assy antre estas partes como antre seus herdeiros, sem embargo de quaaesquer djreitos ou custumes que em contrayro possam seer allegados, os quaaes, quanto a esto, reuogamos e queremos que nom ualham, nom perjudicando as terras suso dictas da coroa dos meus regnos nem outras, por darmos lugar de se fazer esta partiçom per aueença suso scprita, porque nossa tençom he que, esto nom enbargando, se guardem as hordenações na herança delles e todallas outras cousas como nas leis dos nossos regnos e nas outras onde elles nom declaram se guardem e per djreito guardar deuem.

E, em testimunho desto, lhe mandamos dar senhas cartas, asignadas per nos e aseelladas do nosso seello do chumbo, e mais outra, que mandamos poer na torre das scripturas que estam no nosso castello da cidade de Lixboa. Esta he pera o dicto dom Fernando e sua jrmãa.

Dante em Santarem, viij dias dabril. Elrrey o mandou. Afomso Cotrim a fez. Era de mil iiij^{c} xxxiiij annos.

3

8 ABRIL 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a mandar observar e registar na sua chancelaria aclarações de D. João I à Lei Mental, prestadas a propósito da sua execução em pleito decorrente entre D. Fernando de Castro e D. Joana, sobrinha daquele, sobre a terra do Cadaval, e ainda a respeito da herança da condessa D. Guiomar por D. Pedro

Copyrighted material

de Meneses, bem como a legislar sobre a sucessão nos padroados régios de igrejas e nos foros, rendimentos, direitos e prazos outorgados pelos monarcas.

ANTT., *Leis*, maço 1, n.º 158, — texto que se reproduz, inserto em carta original eduardina de 12 de Setembro do mesmo ano; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 36 v., *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fl. 99 v.; e, em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 16, e liv. 3, fl. 201.

Publicada por D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, provas do liv. 6, n.º 14, extraída de confirmação do século XVI, então conservada no Arquivo da Casa de Bragança, onde também existia o original eduardino. Referenciada por JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Additamentos e retoques*, p. 110.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esto uirem fazemos saber que, conssijrando nos em como elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, auia fecta hũa ley, em sua uoontade, sobre as terras da coroa do rregno, a quall ataagora nunca fora pobricada nem scprita e, por esta rrazom, sse rrecreçiam sobre ella mujtas duujdas e contendas em nossa corte, as quaaes querendo nos tolher, porque fomos enfformado que, em hũu ffecto que ffoy trautado antre dom Fernando de Crasto e dona Johana, sua sobrinha, sobre a terra do Cadauall, era scprito hũu depoymento do dicto ssenhor rrey e çertos artigoos que, por parte do dicto dom Fernando, em o dicto fecto forom dados, per o quall se mostra seer declarada sua uoontade açerca da dicta ley, mandamos perante nos vijnr o dicto fecto e depoymento com os dictos artigoos, os quaaes som estes que sse sseguem (1).

Jtem, preguntado elrrey pollo bij.º artigo, que lhe ffoy em todo leudo e decrarado per o meudo, que tall he. Entende a prouar que nosso ssenhor elrrey, depois que rregnou, stabeleçeu e hordenou e mandou que as terras todas da coroa do rregno que ell ou seu jrmãao elrrey dom Fernando ou os rreis dante elle derom e doarom a quaeesquer pessoas que ffossem, e esto per doaçom antre viuos, pera elles e seus desçendentes ou pera seus herdeiros e soçessores, ffossem auudas por terras feudauees e ouuessem natura de ffeudo, em este modo que sse ssegue.

---

(1) A pendência era com a condessa D. Joana de Castro, filha e herdeira de D. João de Castro, senhor do Cadaval e Peral, casada em 1429 com o 3.º conde de Arraiolos, D. Fernando, depois duquesa de Bragança, marquesa de Vila Viçosa e senhora do Cadaval (Cfr. B. FREIRE, *Brasões*, liv. 3, pp. 257, 280 e 286).

A este artigoo rrespondeu o dicto ssenhor que ell nom ffezera nẽhũu ordenamento, nem teuera uoontade de ffazer, que as dictas terras fossem feudaaes nem auerem natura de feudo. E do artigo all nom disse.

Jtem, preguntado pollo biij.º artigo, que lhe foy todo leudo, que tall he. Entende a prouar que stabelleçeu, ordenou e mandou e declarou que nehũa das dictas terras da coroa do rregno que ffosem dadas, assy per ell como per os outros rreis, nom fossem partidas antre os herdeiros, ante andassem sempre em hũa pessoa; a quall pessoa que as herdasse e socçedesse ouuesse de serujr o dicto ssenhor rrey e os rreis que depos ell viessem com çertas lanças, segundo o uallor das rrendas das dictas terras, ou lhe ffosse o uallor da rrenda das dictas terras descontado em suas contias, per as quaaes som obrigados de serujr como serue uasallo a sseu senhor, etc.

A este artigo disse elrrey que ell nunca sobre esto fezera nẽhũa ordenaçom nem era sobre esto fecta, mais que sua voontade ataa ora fora de sse taaes terras e outras ssemelhantes nom partirem por hereeos, ante fora sua voontade e he de as auer o ffilho mayor barom daquell que assy finar e as dictas terras teuer. E esto nom he por seruir com çertas lanças, mais por seruir com seu corpo. E do dicto artigo al nom disse.

Jtem, preguntado o dicto ssenhor por o ix.º artigo, que lhe ffoy todo leudo, que tall he. Entende a prouar que stabelleçeu mais e mandou e ordenou e declarou todallas terras da dicta coroa do rregno que per ell, dicto ssenhor rrey, ou per os rreis que dante ell forom dadas a quaesquer pessoas pera sempre e pera seus herdeiros e soçessores, assy como forom dadas as sobredictas terras, que em ellas herdasse e sobçedesse o ffilho barom lijdimo do quall a que assy fforom dadas, emquanto hi ouuer ffilho barom ljdemo do sobredicto a que assy forom dadas, e em ellas nom herdasse ffemea nẽhũa, asçendente nem desçendente nem transuerssall.

A esto rrespondeu o dicto ssenhor e disse que hi nom auja nẽhũa hordenaçom fecta sobre esto, mas que sua voontade fora e he de, quando taaes terras fficassem per morte dalgũu fidalgo que as teuesse, de as auer sseu ffilho mayor barom, sse o hi ouuesse; e, quando hi nom ha ffilho barom e hi ha ffilha, que aas uezes as herdaua a ffilha, nom per ordenaçom nẽhũa que hi aja sobre esto fecta, saluo per doaçom ou merçee que lhe ell dellas queyra ffazer e segundo os contractos e ordenaçõoes que ell fazia aaquelles a que as daua, assy como aa ffilha do doutor Joham das Regras, que herdou outras terras semelhantes, per morte do dicto sseu padre, per bem de doaçom e merçee que lhe elle dellas fezera em speçial, e assy aa filha de Fernam Martijnz. E do dicto artigo al nom disse.

Copyrighted material

E mandamos outrossy perante nos vijnr hũa carta, firmada per o dicto ssenhor rrey e seelada de seu uerdadeiro seello de çera pendente, da quall o theor tall he.

[*Carta de el-rei D. João I de 6 de Maio de 1403*]

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos auemos ordenado que quaaesquer doaçõoes que, per nos ou per nossos anteçessores sejam fectas a quaaesquer pessoas dalgũas terras ou dalgũus outros herdamentos que sejam da coroa do rregno que, aa morte daquelles que esto assy teem, fique[m] ao ffilho mayor primogenito e herdeiro, pera per ellas serujrem. E ora nos disse dom Pedro, neto da condessa dona Guy[o]mar, que sse entendia dajudar desto e que nos pedia por merçee que lhe mandassemos dello dar nossa carta testemunhauell (2).

E nos, veendo o que nos assy pedia e, porquanto nos esto assy teemos em hordenança; teemos por bem e mandamoslha dar.

Dante em a nossa villa de Sanctarem, bj dias de mayo. Elrrey o mandou. Vaasco Annes a ffez. Era de mjll iiij^{c} R^{ta} e hũu anos.

E, porque nossa tençom he, com a graça de Deus e emquanto bem podermos, sempre quitar todallas duujdas que antre as partes ao diante, per qualquer guisa que possa avijnr, e dar certa forma e maneira, per que justamente possam sseer tragidas a çerto juizo e treminaçom; mandamos poer o dicto depoymento e trellado da dicta carta no liuro da nossa chancelaria, por tall que, quando semelhantes duujdas aconteçerem, possam per nos e per as dictas declaraçõoes çertamente seer determjnadas.

E, conssijrando nos outrossy como os rreis que ante nos forom fezerom doações dalgũus padroados a algũas jgreias que eram da coroa dos nossos rregnos a algũus fidalgos e a outras pessoas, per sseus mereçimentos, pera elles e pera todos seus herdeiros e soçessores; e, porque poderia aconteçer duujda sse os dictos padroados deueriam seer partidos antre

(2) Alusão a D. Pedro de Meneses, filho do 1.º conde de Viana do Alentejo, D. João Afonso Telo, e neto do homónimo 1.º conde de Ourém, e de D. Guiomar de Vilalobos, também dita D. Guiomar Lopes e D. Guiomar de Ferreira ou, mais vulgarmente, apenas condessa D. Guiomar (Cfr. *Obra e liv. retrocits.*, pp. 244-47 e 257-60). Por carta de 1 de Dezembro de 1371 el-rei D. Fernando doara a vila do Cadaval a D. João Afonso Telo, 4.º conde de Barcelos e seu alferes-mor, o qual faleceu em 1381, sendo 1.º conde de Ourém, e era casado com a referida D. Guiomar que, no ano seguinte, recebeu do monarca as jugadas da referida vila (ANTT., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 89, e liv. 2, fl. 93 v.).

os dictos herdeiros; declarando açerca dello nossa tençom, detreminamos e poemos por ley que, posto que, per falleçimento de taaes fidalgos ou quaaesquer outras pessoas, de qualquer stado e condiçom que seiam, a que algũus padroados de jgreias forom dados per os rreis que dante nos fforom ou forem per nos, ao deante, de jure e de herdade, fiquem mujtos herdeiros, os dictos padroados uenham soomente ao filho barom lijdimo e assy dhi adiante, per linha dereita desçendente, per a guisa que suso dicto he, na herança das terras da coroa do rregno.

E esta meesma hordenança queremos e mandamos que sse tenha em quaaesquer foros e rrendas e dereitos rreaaes de que per os rreis que forom ante nos foy fecta merçee e doaçom ou for per nos ao adiante a algũa pessoa, de qualquer stado etc., de jure e de herdade, pera ssy e pera seus herdeiros e sobçesores, em tall guisa que taaes foros e rrendas e direitos rreaaes andem sempre todos juntamente no ffilho mayor barom lijdimo, sem seerem partidos antre os herdeiros nem poderem seer em alheados pollos donatarios em outras nẽhũas pessoas, em suas uidas, como dicto he, nas terras e padroados da coroa dos dictos rregnos, nom embargante que nas dictas doações seia contheudo que os donatarios possam dar e scambar e em alhear as cousas que lhe fforom dadas e doadas, assy como suas cousas proprias; porque nossa tençom e voontade he que, sem embargo de taaes clausulas, as dictas doações uenham sempre ao filho mayor barom lijdimo, como dicto he, ssaluo quando, per nossa graça speçiall, ffor outra cousa em contrayro hordenada.

E, quanto he aas cousas e beens aforadas ou emprazadas, mandamos que sse garde a forma dos contractos sobre taaes beens e cousas fectos, em tall guisa que as dictas cousas e beens aforados ou emprazados andem nas pessoas nos dictos contractos contheudas, segundo for achado per dereito que deuem de andar.

E porem mandamos e stabeleçemos por ley que todallas contendas e debates que ao adiante sse rrecreçerem em semelhantes casos sejam fijndas e determjnadas per as dictas decraraçõoes, fectas per o dicto ssenhor rrey meu padre e per nos, as quaees auemos por ley; e, assy como ley, mandamos que sse guarde e compra daqui em adiante, como dicto he. Ca bem certos somos que, sobre estas cousas suso scpritas, a tençom do dicto rrey meu meu ssenhor, cuja alma Deus aja, era tall como per nos he decrarada, e porquanto com ell, dicto ssenhor, sobre estes casos mujtas uezes fallamos e praticamos. E onde diz, em seu depoymento, ffilho barom, sempre sse entende lijdimo, que tall era sua tençom. E nos assy mandamos que sse garde.

Fecta em Sanctarem, oyto dias do mes dabrill. Elrrey o mandou. AluarEanes a ffez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} trinta e quatro.

4

8 ABRIL 1434

***Carta de el-rei D. Duarte, a promulgar, nas cortes de Santarém, a Lei Mental ou sejam as normas legais de sucessão nas terras e bens da coroa do reino* (1).**

Não conservada na chancelaria eduardina, contra o que no documento se declara explicitamente, não foi inserta nas *Ordenações Afonsinas*, mas apenas nas *Ordenações Manuelinas*, liv. 2, título 17, de cuja edição de 1514 a transcrevemos, e nas *Ordenações Filipinas*, liv. 2, título 35. Para comodidade de citação antepõe-se número a cada uma das disposições. Sobre o assunto cfr. também o nosso DOC. 24.

Nos, dom Duarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta, esguardando que a santa ley e vontade de Nosso Senhor Deus nos assy bem e perfeitamente a nom poderiamos guardar e cumprir

---

(1) El-rei D. João I, para recompensar os fidalgos que o tinham auxiliado em sua ascensão ao trono e nas lutas com Castela, distribuiu-lhes grande parte das terras e bens da coroa do reino. E pelo menos D. Nuno Alvares Pereira, decerto o mais contemplado pela liberalidade régia, em razão de seus preponderantes serviços ao país, começou a aliená-las, partilhando-as com seus servidores (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 151). Os invejosos e os inimigos do condestável, entre os quais o prior do Hospital e o Dr. João das Regras, comentavam «que bem podia aquilo fazer e muito mais se quisese, pois tinha ametade do rregnno, em terras e remdas e outras dadivas que delrrei avia recebidas»; e sugeriam ao monarca lhe tiraase algumas, tanto mais que havia já três filhos, outro no ventre da rainha e outros se sucederiam, e não tinha que partir com eles *(Ibi*, cap. 152).

Enveredou então D. João I por solução geral e menos dolorosa para os donatários: comprar-lhes algumas das terras anteriormente doadas. De sorte que, ainda em 1392 ou já em 1393, reuniu, nos seus paços da Serra de El Rei, então do concelho de Atouguia da Baleia, o condestável e muitos fidalgos, a quem expôs o assunto. Protestou D. Nuno, o principal visado, até por seus inimigos; e, vendo ambiente desfavorável, magoado, retirou para Estremoz, a pensar ausentar-se do país. Manteve, contudo, el-rei o seu programa e comprou a vários fidalgos terras que lhes havia distribuído: a Martim Vasques da Cunha, a João Fernandes Pacheco e a seu irmão Lopo Fernandes, a Egas Coelho, a João Gomes da Silva, etc. *(Ibi*, caps. 152 e 153).

Porém, numa altura em que apenas se achava firmada trégua por 15 anos e não paz com Castela — em 15 de Maio de 1393 —, não convinha a el-rei D. João I ter indisposto o seu grande cabo de guerra, o condestável D. Nuno, de cujos bons serviços podia vir a necessitar. E assim mandou-lhe diversos emissários a Estremoz, a diligenciar congraçá-lo consigo. Finalmente, acordou-se em «que elrrei tomase pera

como deuemos se della nom teuessemos ho çerto e verdadeiro conheçimento que temos nos seus sanctos preçeptos e mandamentos, assy nos que, por sua infinda bondade e merçee, somos per elle posto no estado real destes regnos pera, em seu nome e com sua graça, temporalmente os regermos, nom ho poderiamos bem e direitamente fazer sem darmos a nossos subditos çertas leys e claras determinações per que ajam de seer regidos.

---

sy todollos vasallos que o comde e outros fidallguos tinham e que outrem nam tivesse vasallos senam elle; e que o comde tomase pera sy as terras que ja disemos que dera, o que elle fez comtra sua vomtade, mas nam pode all fazer. E, como as terras forom tiradas, elrrey pos a todos suas comtias. E asy ficou o comdeestabre aseseguado naquelas que tinha de juro e de erdade; mas as que eram de prestimo lhe foi fforçado deixar» *(Ibi,* cap. 153).

Estes factos devem ter levado el-rei D. João I a pensar a sério nas providências a tomar, de futuro, quanto à sucessão e alheamento de terras, padroados e rendimentos da coroa do reino, doados pelo próprio e por seus antecessores e sucessores, em recompensa de serviços e por outros motivos legítimos. «Nenhuma dúvida pode restar, de que na côrte de D. João I se reconhecia — tendência de resto geral em tôda a Europa — o princípio da inalienabilidade dos bens da coroa, e não repugna portanto aceitar que, sob a influência da política que êste princípio jurídico reflectia, se tornassem sempre mais freqüentes as doações com cláusulas restritivas, em condições de assegurar eficazmente os interêsses do fisco. Não devia, porém, ficar por aqui a evolução das doações régias. Graças a uma curiosa transformação jurídica, estas iam em breve adquirir, *independentemente de qualquer cláusula,* um carácter especial, uma índole precária e resolúvel — precisamente a essência da Lei Mental» (PAULO MERÊA, *Génese da «Lei Mental»* (Algumas notas), nos seus *Novos Estudos de História do Direito,* p. 66).

O autor aduz como documento mais antigo que encontrou sobre o particular na chancelaria joanina carta régia de 15 de Maio de 1393, a confirmar ao filho de Diogo Lopes Pacheco, por ser o «maior filho lidimo» do falecido, as doações feitas àquele; donde concluiu: «Suponho que foi precisamente neste ano que entrou de fazer-se aplicação da «Lei Mental». Esta ficou perfeitamente esboçada pelo próprio D. João I em carta de 6 de Maio de 1403, em pleito de D. Pedro de Meneses, por causa dos bens da condessa de Ourém D. Guiomar de Vilalobos: «fazemos saber que nos auemos hordenado que quaaesquer doações que per nos ou per nossos antecessores seiam fectas a quaeesquer pesoas dalgũas terras ou algũus outros herdamentos que seiam da coroa do regno que, na morte daquelles que esto assy teem, fique ao filho mayor primogenito e herdeiro; pera per elles serujrem» (Publicada na íntegra por aquele autor, a pp. 69-70, e por nós a p. 11 do presente volume).

El-rei D. Duarte desenvolveu, depois, a referida Lei, que vigorou no país até 13 de Agosto de 1832. Fê-lo segundo a mente e a prática de seu falecido pai, pelo que ela se denominou Lei Mental, e estendeu-a a todos seus sucessores no trono. Promulgada nas cortes de Santarém de 8 de Abril de 1434, não foi inserta nas Ordenações Afonsinas, mas apenas nas Manuelinas e nas Filipinas. A 30 de Junho de 1434, o monarca aclarava dúvidas surgidas sobre a mesma Lei (Cfr. o nosso DOC. 24). E dela dispensou D. Pedro de Meneses, em 17 de Abril, e toda a família do conde de Barcelos e futuro 1.º duque de Bragança, portanto seu irmão e sobrinhos, em 12 de Setembro seguinte (Cfr. os nossos DOCS. 10 e 34). Esta mesma lei se aplicava aos bens que da coroa do reino tinha o infante D. Henrique.

Copyrighted material

E porem, querendo nos, per semelhante maneira, vsar com nossos vassallos e naturaes, por tirarmos antre nos e elles duuidas e debates que em nosso deseruiço e seu desassessego podiam recreçer; quisemoslhe nesta parte dar çerta e declarada ley per que, açerca do que dito he, verdadeiramente se ajam de reger. A qual, por seer fundada sob a regra e doctrina da geeral justiça, a que todo homem naturalmente deue seer sometido, tambem sojugamos nossa real pessoa.

Pello qual, veendo nos como ho muyto virtuoso e de grandes virtudes elrey dom Joham, meu senhor e padre, da louuada memoria, que Deus aja, fez em sua vontade hũa ley sobre as terras e cousas da coroa do regno, a qual, posto que, em seu tempo, nunca fosse escripta, porem elle, por ho assy sentir por seruiço de Deus e seu e bem de seus regnos e vassallos, quando de feito os casos della aconteçiam, sempre em seus dias assi a mandaua guardar e praticar, por seer enformado, per leterados do seu conselho, que ao rrey da terra, per dereito comũu, he dado especial priuilegio que quaesquer clausulas e condições que, por seruiço de Deus e bem de seus regnos sentir, elle, em todo ho tempo que lhe aprouuer, as possa poer aas doações e contractos per ele e seus anteçessores feitos.

E depois que, pella graça de Deus, regnamos, fomos per nossos naturaes requerido e per algũus do nosso conselho bem aconselhado que, pera tirarmos as ditas duuidas e contendas que açerca da dita ley, por nom seer escripta, muytas vezes recreçiam, ha mandassemos, como mandamos, declaradamente escreuer e poer em a nossa chançellaria, por tal que ho nosso pouoo fosse sempre della em verdadeiro conheçimento. E despois de assy ser escripta, posta e declarada, nos ocorrerom açerca della algũas duuidas e outras per leterados nos foram mouidas, as quaes pella dita ley se nom podiam tam perfeitamente determinar como os casos dellas requeriam. As quaes vistas per nos, com acordo dos do nosso conselho e leterados, as determinamos, conformandonos com ho direito e razam e com a vontade e tençam do dito senhor rey, meu padre, e ao que a elle ouuimos e vimos praticar e em seus tempos vsar; as quaes, na fim desta ley, por ser declaraçam sua, mandamos assentar (2).

---

(2) Por datadas de 30 de Junho seguinte, deslocámo-las para a sua ordem cronológica. Ocorre formular uma pergunta: por que não foi a Lei Mental inserta nas Ordenações Afonsinas? Vamos tentar uma explicação. Concluídas as primeiras a 28 de Julho de 1446, como se declara em seu liv. 5, tit. 119, § 31, a sua promulgação competia ao regente D. Pedro, a quem é geralmente atribuída e localizada naquele ano. Porém, a mandar inserir nelas a dita Lei, cumpria ao infante incluir também nas Ordenações a supracitada excepção, outorgada por el-rei D. Duarte ao conde de Barcelos, duque de Bragança desde 1442, e a seus filhos os condes de Ourém e de Arraiolos. Ora as relações entre o infante D. Pedro e o duque de Bragança não eram

1. — Primeiramente, determinamos e poemos por ley geeral, em todos nossos regnos e senhorios, e mandamos que todas as terras, beens e herdamentos da coroa de nossos regnos que, per nos ou per os rreys que ante nos foram dadas e doadas a quaesquer pessoas de qualquer estado que sejam, pera elles e todos seus descendentes ou seus herdeiros e soçessores, fiquem sempre inteiramente, per morte do possuidor dos taes beens e terras, ao seu filho legitimo baram mayor que delle ficar.

2. — Outrosy, determinamos que as ditas terras da coroa do regno nom sejam antre os herdeiros partidas nem em algũa maneira emlheadas, mas andem sempre inteiramente em ho filho mayor baram legitimo daquelle que se finar e as ditas terras teuer. E esto nom sera por seer obrigado seruir com çertas lanças, como por feudo; porque queremos que nom sejam auidas por terras feudaaes nem ajam natura de feudo, mas sera obrigado seruir com seu corpo.

3. — E quando, per morte do posuidor das terras da coroa do regno ou de algũus beens e dereitos da coroa, nom ficar tal filho baram nem neto baram legitimo, filho de filho baram lidimo, a que deuam ficar, e ficar algũua filha, queremos que esta tal filha, per ley e ordenaçam, as nom possa herdar, saluo per especial doaçam ou merçee que lhe queiramos dellas fazer e segundo os contrautos e doações que nos e os reys nossos anteçessores fezemos ou fezermos aaquelles a que assy demos as ditas terras e como a algũas filhas de algũs de nossos regnos particular e especialmente se fez, segundo em suas doações se contem.

4. — Outrosy, determinamos e poemos por ley que os padroados das ygrejas que som da coroa de nossos regnos e foram dados a algũus fidalgos e a outras pessoas, per seus mereçimentos, pera elles e pera todos seus herdeiros e soçessores, nom possam seer partidos nem emlheados e venham somente ao filho mayor baram lidemo e assy dhy en diante, per linha direita descendente, assy como dito he nas herança e terras, cousas da coroa do regno.

---

boas naquele ano de 1446. Nas cortes de Lisboa, de Janeiro, em que D. Afonso V ratificara o seu casamento com a filha do regente, matrimónio, como é sabido, mal visto pelo duque, este não só não compareceu, sem motivo plausível, mas enviou às cortes procurador e instruções, datadas de Chaves a 3 do dito mês, para que fosse o reino entregue ao monarca, que então completava 14 anos de idade, a quem protestou obedecer dai em diante: «E pormeto de me rreger e guouernar per mandados do dicto meu ssenhor rrej e lhe obedeçer, como vassallo obediente he theudo a seu rrej naturall» (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 5). O infante D. Pedro nem permitiu sequer fossem lidas em cortes a procuração e a instrução do duque de Bragança!

5. — E esta mesma ordenança queremos e mandamos que se tenha em quaesquer foros, rendas e direitos reaes de que pellos reys que forom ante nos foy feita merçee ou doaçam ou per nos for feita a algũa pessoa de qualquer estado, de juro e herdade, pera sy e pera seus herdeiros e soçessores, em tal guisa que taes foros e rendas e dereitos reaes andem sempre todos juntamente no filho mayor baram lidimo sem serem partidos antre os herdeiros. Nem poderam seer emlheados pellos donatarios em outras nẽhũas pessoas em suas vidas, como dito he, nas terras e padroados da coroa dos regnos, nom embargante que nas ditas doações seja contheudo que os donatarios possam dar, escambar e emlhear as cousas que lhe foram dadas e doadas, assy como suas proprias; porque nossa tençam e vontade he que, sem embargo de taes clausulas, as ditas doações venham sempre ao filho mayor baram lidimo, como dito he, saluo quando, per nossa especial graça, for outra cousa em contrairo ordenada, com expressa e especial derogaçam desta ley.

6. — E, quanto aas cousas e beens aforados ou emprazados, mandamos que se guarde a forma dos contractos sobre taes beens e cousas feitas, em tal guisa que as ditas cousas e beens aforados ou emprazados andem nas pessoas nos ditos contractos contheudas, segundo for achado per direito que deuem de andar. E porem mandamos e estabeleçemos e poemos por ley que todas as contendas e debates que ao diante se recreçerem em semelhantes casos sejam findas e determinadas pellas ditas declarações que foram feitas per ho dito rrey meu senhor e padre e per nos, as quaes auemos por ley e, assy como ley, mandamos que se guardem e cumpram daqui em diante. E declarando mais que onde, nas sobredictas declarações, diz filho baram, sempre se entenda lidimo, porque esta foy sua e nosa tençam. E nos assy mandamos que se guarde.

Dada em Santarem, a oyto dias do mes dabril. Elrey ho mandou. Aluaro Eanes a fez. Anno de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatroçentos e xxxiiij.

5

10 ABRIL 1434

Ordenação de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, capitão e governador da cidade de Ceuta, sobre os navios, fustas e homens que ali vão de armada e voltam ao reino sem ordem régia ou fogem para Castela, sobre presos

***e homiziados que vão servir a Ceuta e acerca do processamento e punição de crimes ali perpetrados* (1).**

ANTT., *Núcleo antigo*, cód. 12, fl. 150 v., — texto que se reproduz basilarmente, por mais correcto, em geral; mas, como apresenta evidentes erros, demonstrados pelo cód. 14, fls. 104 v. e ss., reconstituiu-se o texto sobre os dois códices, cujas variantes não se anotam mas se encontram na infracitada colectânea de SILVA MARQUES.

Publicada: nas *Ordenações do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, título 84; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 278.

Este he o rregimento e hordenança que nos, elrrej, mandamos a uos, dom Pedro de Meneses, conde de Vjana, nosso almjrante, capitam e gouernador por nos em a nossa çidade de Çepta, que tenhaaes acerca das duujdas que nos, da uossa parte, forom moujdas, ao tempo da uossa partida pera a dicta cidade.

Jtem, primejramente que algũas pessoas, assi caualleiros como escudeiros e meestrres de naujos e marinheiros trrazem, ssem uosso mandado, homeens de Çepta e assy naujos e ffustas que uãao darmada. E esto sse ffaz por lhes nom sseer aca dado escarmento, o que he grade dampno e mujto contrra nosso sserujço; ssobre a qual cousa ja ffallastes ao jfante dom Henrriquj, meu jrmãao. E elle uos disse que era bem que paguem, por cada hũa pessoa que de lla trrouxerem ssem uosso mandado, çinquo mjl rreaes brancos pera as obrras da dicta çidade e que a penna corporal fficasse aa nossa merçee.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que qualquer que trrouxer da dicta çidade algũa de taaes pessoas ssem uosso mandado e autoridade,

(1) Há uma certa antinomia nos elementos cronológicos do presente texto, datado em ambos os códices de 10 de Abril de 1434. Já reparou nela SILVA MARQUES, que, por isso, o situou no ano de 1433, sem indicação de dia e de mês. Também JOAO PEDRO RIBEIRO observara, com base apenas na expressão da confirmação afonsina referida a D. Duarte «sseendo jfante», que ele «se deve reduzir ao menos ao anno de 1433»; porém manteve-o o autor, na sua seriação cronológica, em 10 de Abril de 1434 (*Additamentos e retoques*, p. 111). De dois passos do contexto da Ordenação se infere ser ela posterior à morte de el-rei D. João I, ocorrida a 14 de Agosto de 1433, data que destroi, portanto, os dizeres da confirmação afonsina «sseendo jfante», a menos que, realmente, o primogénito, antes da morte do pai, houvesse dado a dita Ordenação a D. Pedro de Meneses, o que se harmoniza com os dizeres da mesma «ante do primeiro mes de junho que agora passou, da era de iiij^{c} xxxiij annos», e ele a houvesse repetido para o público nas cortes de Santarém de 1434, actualizados texto e data. Mantêmo-la, por isso, na data com que figura em ambos os infracitados códices.

Copyrighted material

por cada hũa dellas pague çinquo mjl rreaes brrancos; dos quaees os dous mjl ssejam pera quem os acusar e os trres mjl ssejam pera as obras da dicta çidade. E, sse mujtos fforem culpados na obrra de taaes homeens assy sserem trrazidos, pague cada hũu delles a dicta penna e sseja preso e leuado aa dicta çidade, pera sse delle fazer comprimento de justiça e derreito. E o que assy fogir da dicta çidade sseja tornado preso a ella, por sserujr o tempo que era obrigado de sserujr e majs o tempo que nos entendermos que he bem. E mandamos aas justiças dos nossos rregnos que prendam quaeesquer dos ssobrredictos que uos, per uosso rrecado çerto, mandardes prender, que uollos envjem bem presos aa dicta çidade, pera sse em elles comprir o que dicto he.

Jtem, o ssegundo capitulo he que, sse algũus outros ffogem com barcas, de nojte e de dja, em algũas fustas, as quaees lejxam desenparadas em Castella, e leuam beestas e almazeens que em ellas andam e bitalhas, da qual cousa sse ssegue a nos grande desserujço e perda aa çidade.

A este arrtigo rrespondemos e mandamos que os que tal cousa fezerem ssejam presos e leuados aa dicta çidade e sseruam em ella pera ssenpre; e, aalem desto, ajam aquella penna corporal que uos entenderdes que em tal caso cabe. E, sse nom poderem sseer achados, percam a meetade de todollos beens que ouuerem, dos quaees a quarta parte aja quem os acusar e as trres partes ssejam pera as obrras da dicta çidade.

O terçejro capitulo he que todos aquelles que agora comvosco querem hjr pera a dicta çidade ajam espaço de todos sseus fectos, mouudos e por mouer, e assy das diujdas que deuerem.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que ajam espaço destada por hũu anno, sse tanto tempo alla esteuerem, assy dos fectos como das diujdas, e majs dous meses despojs de ssua vijnda, ssaluo sse esses fectos ou diujdas perteençerem a nos ou ja ssom ffijndos per ssentenças ou ouuerem esses fectos com algũas pessoas que vãao comuosco ou esteuerem em a dicta çidade de Çepta ou sse fforem ssobrre cousa de fforça ou rroubos, guardas e comdesilhos e ssoldadas de mançebos.

Jtem, o quarto capitulo he que os omjziados que comuosco quiserem hjr e em uossos rroolles forem escpritos, ssejam sseguros emquanto em esta terra esteuerem comuosco e despojs da tornada de Çepta trres meses, quando per uossos aluaraaes sse tornarem.

A este capitulo rrespondemos que nos auemos acordado, per consselho dos jffantes meus jrmãaos, que nehũu culpado em moeda ffalssa ou em allejue ou em treiçom ou em morte de proposito ou em leuamento de molher casada ou em pecado contrra natura ou ladrrom publico ou que seja encantador, nom possa sseer coutado em Çepta nem em outro nehũu couto dos

que pellos rrejx que ante nos forom ssom hordenados. E porem uos mandamos que taaes como estes nom leuees comvosco aa dicta cidade; pero, sse o que for culpado em morte de proposito, ao tempo da partida pera a dicta çidade, ouuer ja ssete annos compridos que foj a dicta morte em que he culpado, tal como este podera hjr a Çepta e sseer coutado em ella e podera andar sseguramente comvosco ataa uossa partida, contanto que nom entrre nos lugares dos mallefiçios, ssaluo sse o dicto lugar do mallefiçio for lugar honde uos enbarquees.

Jtem, o qujnto capitulo he que os omjziados que em a dicta çidade esteuerem bij annos contjnuados ssejam perdoados de morte de preposito. E, estando alla çinquo annos, ssejam perdoados de morte de rrejxa; e dos outros mallefiçios majs pequenos ssejam perdoados estando hũu anno ou dous ou trres, ssegundo os mallefiçios foram.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que as mortes que forom ante do falljçimento delrrej, meu ssenhor e padrre, cuja alma Deus aja, sse forom fectas em rrejxa, ssejam perdoados, estando os culpados em ellas çinquo anos contjnuados em a dicta çidade. E, fazendonos çerto, per uossas cartas, de como alla esteuerom o dicto tempo, nos lhe mandaremos dar cartas de perdom, veendo primejramente as jnqujrjçõoes deuassas que ssobrre as dictas mortes forom ou forem tiradas e çitando as partes a que as acusaçõoes perteeçem, ssegundo estillo da nossa corte; as quaees partes ssoomente rreçeberemos a enbargar os dictos perdõoes sse quiserem prouar que as dictas mortes forom de proposito e nom em rreixa ou alejue ou treiçom, e nom doutrra guisa.

E as mortes que forem de proposito sserom perdoadas, sse forom ou forem fectas ante ssete annos que os culpados em ellas vãao ou forem aa dicta çidade, os quaees, fazendonos çerto, per uossas cartas, como alla esteuerom outrros ssete annos contjnuadamente, nos lhes mandaremos dar nossas cartas de perdom, veendo primejramente as inquirições deuassas e çitando as partes, como dicto he; as quaees ssoomente rreçeberemos a enbargar os dictos perdõoes, prouando que as dictas mortes forom aalejue ou treiçom e nom doutrra guisa. E esto sse nom entenda aaquelles que aa dicta çidade forom estar ante do primeiro mes de junho que agora passou, da era de iiij^{c} xxxiij annos; em o qual mes o dicto consselho foj fecto; porque taaes como estes poderam estar em Çepta e auer o dicto perdom, como dicto he, nom enbargando que nom ssejam passados os ssete annos.

Nos outros mallefiçios, porque sse nom pode dar çerta forma, mandamos que nollo façam ssaber, declarando os mallefiçios de que natura ssom, ante que vãao pera a dicta çidade ou despojs que em ella esteuerem ou della vjerem, pera lhe nos ljmjtarmos ↄ tempo da estada, ssegundo a culpa em que forem. E, sse algũus dos dictos omjziados sse strremarem em bem sserujr na dicta çidade, fazendo algũas cousas assijnadas, e nos

Copyrighted material

dello ffezerem çerto per uossas cartas, nos lhe faremos fauorança dos dictos tempos, ssegundo entendermos e vjrmos que he bem e rrazom.

Jtem, o ssejxto capitulo he que as mortes que forom ante do desffalljcimento delrrej, meu ssenhor e padrre, cuja alma Deus aja, ssejam ljmjtadas em majs pequeno tempo que o ssuso dicto; porque, pollo tempo sseer mujto perlongado, rrecusam mujtos de lla hjr e estarem e vãaosse a Castella e a outrras partes.

A este capitulo rrespondemos que uos rrequejraaes esto pera o mes dagosto. E entom, com a graça de Deus, uos daremos a ello termjnaçom.

O setimo capitulo he que, sse algũu omjziado comuosco esteuer em a dicta çidade e vos comprir de o ca mandardes por nosso sserujço, sse o poderees mandar sseguro.

A este capitulo rrespondemos e mandamos que taaes como estes que uos assy mandardes e uosso rrecado çerto trrouxerem, como veem per uosso mandado, mandamos que ajam dous meses despaço pera a estada dos nossos rregnos, contanto que nom entrrem nos lugares honde forom os malleffiçios, ssaluo sse nos esteuermos no lugar honde foj fecto o mallefiçio e sseus mallefiçios ssejam taaes, que possam estar sseguros em a dicta çidade.

Jtem, o oytauo capitulo he que nos mandamos entregar presos os que ssom julgados pera hirem sserujr aa dicta çidade e que uollos entreguem presos nos naujos que ssom prrestes pera la hjr.

A este capitulo rrespondemos que vejaaes a ley ssobrre esto fecta; e, com a graça de Deus, nos a mandaremos dar aa ejxecuçom.

Jtem, o nono capitulo he que, sse algũus ssom presos por diujdas que nom podem pagar, que uollos dem por sserujçaaes, por tempo çerto, e que darees o que for hordenado pera dar por elles.

A este capitulo rrespondemos que vejaaes a hordenaçom ssobrresto fecta e guardesse a fforma della.

Jtem, o deçimo capitulo he que algũus homeens fazem em Çepta algũus mallefiçios, assy como mortes dhomeens, furtos, feridas, adulterjos e outrros ssemelhantes, e despojs ffogem e sse veem pera ca. Que maneira sse terra com elles.

A este capitulo rrespondemos que, quando de taaes mallefiçios fordes çertamente enfformado, poderees mandar çerto rrecado uosso aas justiças dos nossos rregnos, per que taaes malfectores ssejam presos; aas quaees mandamos que, veendo pera ello uosso rrecado çerto, per que os ajam de prender, que façam uosso mandado e uollos envjem bem presos, de conçe-

lho em conçelho, em tal guisa, que possam chegar presos aa dicta çidade, pera delles mandardes fazer conprimento de justiça. E, açerca do comprimento da justiça nos mallefiçios que em essa çidade forem cometidos, mandamos que tenhaaes esta maneira, a saber: nos mallefiçios em que nom couberem mortes ou cortamento de nenbrros, uos os poderees mandar pennar e justiçar, ssegundo uos bem pareçer que o deuem sseer os malfectores, per dirreito e rrazom, ssem dando hj apellaçom nem agrauo pera nos.

Jtem, nos casos honde couber morte ou cortamento de nembrro, darees geeralmente apellaçom e agrauo pera nos, ssaluo ssoomente em estes casos que sse sseguem, a saber: alejue, treiçom, ssodomja, furto, rroubo de naujo, que leuem ou quejram leuar dessa çidade, e sse algũu quebrrantar ssegurança que per nos meesmo e em nossa pessoa sseja posta e dada ou ssaltar per çima dos muros e com proposito e teençom de fazer mal; ca, em taaes casos como estes e cada hũu delles, uos ljurremente poderees mandar pennar e justiçar os malfectores, ssegundo o caso for e a uos, per derreito, pareçer, ssem outrra apellaçom nem agrauo pera nos nem pera outrrem que pera ello nosso lugar tenha. E, sse algũu quebrrantar ou rronper ssegurança que per nosso jujz ou per nosso ouujdor sseja posta, posto que algũu tal ssegurança quebrre, uos nom o pennees nem façaaes em elle justiça ssem dando apellaçom ou agrauo pera nos ou pera quem pera ello nosso lugar aja.

Fecta em Santarem, dez dias do mes dabril. Elrrej o mandou. Gonçalo Uaasquez a ffez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij° xxxiiij annos.

6

[1434]

Razões que moveram o infante D. Henrique a mandar buscar as terras de Guiné (1).

GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 7, — segundo o códice n.° 42 dos *Manuscrits portugais* da BNP., fl. 19 v.

Entom maginamos que sabemos algũa cousa quando conhecemos o sseu fazedor e a fim pera que elle fez tal obra. E, pois que nos capitollos ante destes teemos posto o ssenhor jffante por principal obrador destas

(1) Após alguns capítulos que fizeram outrora parte de uma *Crónica dos feitos do infante D. Henrique* (Cfr. DIAS DINIS, *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*,

cousas, dandouos delle aquelle claro conhecimento que podemos, bem he que em este presente capitollo saibamos a fim por que as fez. E uos deuees bem de notar que a magnanydade deste principe, per hũu natural costrangimento, o chamaua sempre pera começar e acabar muy grandes feitos, por cuia razom, depois da tomada de Cepta, sempre trouxe continuadamente nauyos armados contra os jnfiees (2). E, porque elle tijnha voontade de saber a terra que hija aallem das jlhas de Canarya e de hũu Cabo que se chama do Boiador, porque, ataa aquelle tempo, nem per scriptura nem per memorya de nhũus homeens, nunca foe sabudo determinadamente a callidade da terra que hya aallem do dicto cabo (3).

---

pp. 319 a 352 e os autores ali citados), o cronista do infante D. Henrique entra agora pròpriamente na *Crónica dos feitos de Guiné*. E como ele conviveu com o Navegador, pôde saber deste e transmitir-nos os motivos que o impeliram ao descobrimento marítimo da costa ocidental africana, expostos no presente capítulo e, mais concretamente, na carta henriquina de 26 de Dezembro de 1457, de doação da vintena da Guiné à Ordem de Cristo (ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 151, publicada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 544-45). Não deverão ser reduzidos, portanto, pelos historiadores destes nossos tempos a um único, o comercial. Vivemos numa época de intenso industrialismo e dominados, às vezes, pela endemia do economismo do judeu Carl Marx, a dar-nos, como único anseio e móbil da humana actividade de todas as épocas históricas, as preocupações económicas, o que não é verdade. (Cfr. NUNES DIAS, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*, vol. 1, pp. 75 e ss.; e DIAS DINIS, *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa)*.

(2) Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 113, vol. 3, docs. 51 e 98, e vol. 4, doc 125. O cronista tem frase idêntica em seu capítulo 5. Sobre a guerra de corso pode ver-se também a citada colectânea documental, vol. 4, nota da p. 329.

(3) Aqui labora o cronista em equívoco. E é possível que fosse ele quem, através desta obra, o transmitiu a DUARTE PACHECO PEREIRA, a VALENTIM FERNANDES, a JOÃO DE BARROS e, pelos escritos destes, a outros autores até nossos dias. Levado por informe erróneo, pelo desconhecimento da geografia da costa africana da época ou até, porventura, por passos de cartas do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443 e de 3 de Fevereiro de 1446 (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 435 e 445), o autor, não sabemos se CERVEIRA se ZURARA, faz começar os descobrimentos henriquinos no Cabo Bojador, o que não é verdade, pois principiaram no Cabo Não, segundo o claríssimo informe do próprio D. Henrique, em carta sua de 26 de Dezembro de 1457. Sobre o assunto veja-se a nota 1 ao nosso DOC. 8. Observa TEIXEIRA DA MOTA que o nome de Cabo Bojador «já existia no século XIV, pelo menos, sendo provàvelmente de origem catalã ou italiana. Indicamo-lo aqui (diz) porque a forma hoje generalizada — *Bojador* é o aportuguesamento do primitivo *buyeder*», e há «indícios de que outros antes, sobretudo o espanhol Jaime Ferrer, já teriam navegado para além dele» (*Topónimos de origem portuguesa*, pp. 62-63 e autores ali citados). Podem ver-se também: PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, e RUMEU DE ARMAS, *España en el Africa Atlántica*.

Temos sérias dúvidas sobre a autenticidade da expedição de Gonçalo Velho de 1416 — ou mesmo de 1426, segundo agora se tem aventado — referida por MARTINHO DE BOÉMIA como havendo atingido a «Terra Alta», no litoral africano

Bem he que algũus deziam, que passara per ally Sam Brandam (4); outros deziam, que forom la duas gallees e que nunca mais tornarom (5). Mas esto nom achamos per nhũu modo que podesse seer; porque nom he de presumyr que se as dictas gallees la forom, que outros algũus nauyos se nom antremeteram de saber a uyagem que fezerom. E porque o dicto senhor quis desto saber a uerdade, parecendolhe que se elle ou algũu outro senhor se nom trabalhasse de o saber, nehũus mareantes nem mercadores nunca se delle antremeteryam; porque claro sta que nunca nhũus daques-

---

(Cfr. o DOC. 113 do nosso vol. 2); pois DUARTE PACHECO (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 23) situa a *Terra Alta* claramente entre Angra dos Ruivos e o Rio do Ouro, ou seja para lá do Cabo Bojador, o que representa contradição flagrante com os demais textos primitivos, que dão aquele Cabo dobrado, pela vez primeira e após porfiadas tentativas, apenas em 1434 por Gil Eanes. Com base em passo da carta de D. João II de Castela, de 8 de Julho de 1449, a doar para sempre ao duque de Medina Sidónia, senhor de Sanlúcar de Barrameda, «la dicha mar é tierra desde el cabo de Aguer hasta la tierra alta é cabo de Bojador», DAMIAO PERES sugere que a supracitada viagem de Gonçalo Velho «teria constituído uma das 14 infrutíferas tentativas anteriores ao definitivo feito de Gil Eanes», havendo sido efectuada não à Terra Alta de além-Bojador, porém a «um outro local também assim chamado, mas ao norte daquele cabo» (*História dos Descobrimentos*, 2.ª ed., p. 95). Sucede, contudo, não haver prova de o dito passo da carta de D. João II assumir, na inscrição dos topónimos, ordem geográfica rigorosa, como aliás acontece por exemplo nas bulas citadas em a nota 1 do nosso Doc. 8, em que se antepõe sempre o Cabo Bojador ao de Não; em segundo lugar, lemos no *Esmeraldo:* — «a costa que uem do cabo Nam pera ho Bojador toda he muito baixa e harea ao longo do mar e quasy deserta» (liv. 1, cap. 22).

(4) Alusão ao récito lendário das viagens efectuadas pelo monge irlandês Brandan, falecido em 578, o qual mais respeita às ilhas atlânticas do que à costa africana. «La légende, relatée dès 1047 par Raoul Glaber, était apparentée au conte de Sindbad le Marin mais reflétait cependant peut-être quelques connaissances des Anciens relatives aux Canaries, transmises par l'intermédiaire des Arabes: après une longue navigation vers le sud le Saint arrive aux îles des Délices (qui rappellent les légendes latines et arabes sur les îles Fortunées), des Moutons et des Oiseaux. L'île d'Enfer, située loin vers le nord, serait plutôt Jean Mayen au nord de l'Islande, que Ténériffe. Les premières étaient-elles les Canaries, le seul archipel alors peuplé, et Madère? La chose est possible mais l'ensemble du récit est cependant sans conteste une légende. Il en est resté des îles imaginaires qui vont peupler l'Océan sur les cartes du Moyen Age, contribuant peut-être ainsi à la découverte des archipels réels: Canaries, Madère, Açores» (MAUNY, *Les navigations médiévales*, p. 103). A cartografia fez-se eco da mesma lenda, como era natural. Sobre esta pode ver-se a bibliografia citada por aquele autor.

(5) Referência à expedição dos irmãos Ugolino e Vadino Vivaldi, financiados em 1921 pelo rico genovês Tedisio de Oria e por outros e partidos no mês de Maio, em duas galés, carregadas de víveres e de mercadoria, com escala em Maiorca e em Ceuta, «a fim de navegarem para as Índias e terras indianas pelo oceano, para trocarem mercadorias», acompanhados de dois franciscanos. Dobrado o Cabo Não, nada mais se soube deles (Cfr. o *Autor e obra supracits.*, pp. 92-93 e os autores ali aduzidos).

Copyrighted material

tes se trabalham de nauegar senom pera donde conhecidamente speram proueito. E, ueendo outrossy como nhũu outro principe se trabalhaua desto, mandou elle contra aquellas partes seus nauyos, por auer de todo magnifesta certidom, mouendosse a ello por seruiço de Deus e delrrey dom Eduarte, seu ssenhor e jrmãao, que aaquelle tempo rregnaua. E esta ataaquy foe a primeira razom de seu mouimento.

E a ssegunda foe porque consijrou que, achandosse em aquellas terras algũa pouoraçom de christãaos ou algũus taaes portos em que, sem perigoo, podessem nauegar, que se poderyam pera estes rregnos trazer muytas mercadaryas, que se aueryam de boom mercado, segundo razom; pois com elles nom trautauom outras persoas destas partes nem doutras nhũas, que sabidas fossem, e que esso meesmo leuaryam pera la das que em estes rregnos ouuesse, cuio trafego trazerya grande proueyto aos naturaaes.

A terceyra razom foe porque se dezia que o poderyo dos mouros daquella terra dAfrica era muyto mayor do que sse comũumente pensaua e que nom auya antre elles christãaos nem outra algũa geeraçom. E porque todo sesudo, per natural prudencia, he costrangido a querer saber o poder de seu jmijgo, trabalhousse o dicto senhor de o mandar saber, pera determinadamente conhecer ataa onde chegaua o poder daquelles jnfiees.

A quarta razom foe porque, de xxxj. annos que auya que guerreaua os mouros, nunca achou rrey christãao nem ssenhor de fora desta terra que, por amor de Nosso Senhor Jhesu Christo, o quysesse aa dicta guerra ajudar, querya saber se se acharyam em aquellas partes algũus principes christãaos, em que a caridade e amor de Christo fosse tam esforçada, que o quisessem ajudar contra aquelles jmijgos da ffe (6).

---

(6) Adicionando os 31 anos ao de 1415, data da conquista de Ceuta, obtém-se o de 1446, donde se segue que tal passo foi redigido naquele ano. Por Afonso Cerveira, como opinou DUARTE LEITE (*Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*, p. 89) e, na sua peugada, recentemente, LÉON BOURDON (ZURARA, *Chronique de Guinée*, p. 67, nota 3), ou por Zurara? Infelizmente, ignora-se o que, no códice de Paris, pertence a cada um dos ditos cronistas nem se vê facilidade em descortiná-lo; desconhece-se igualmente em que data começou Zurara a redigir a *Crónica dos feitos de Guiné*. Cumpre sublinhar ainda que actualizou o cronista alguns dos capítulos e passos da obra e outros não; pelo que se torna mui difícil formular deduções sobre a respectiva data de redacção. Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 441 e ss. Temerária nos parece, assim, esta conclusão de BOURDON: — «Les «cinq raisons qui poussèrent le seigneur Infant à faire découvrir les terres de Guinée» ont donc été mises en lumière par Afonso Cerveira. Zurara s'est borné à ajouter, comme on va le voir, une «sixième raison» de son cru» (*Lug. cit.*). Parece-nos ilacção não provada. Poderá atribuir-se, porventura, a CERVEIRA o último parágrafo que transcrevemos deste capítulo *Ca eu*, etc.?

O capítulo 94 da Crónica em referência demonstra que supunha o Navegador encontrar rei cristão na costa africana, nomeadamente no Cabo Verde, o qual o poderia

Copyrighted material

A quinta rrazom foe o grande deseio que auya de acrecentar em a ssancta ffe de Nosso Senhor Jhesu Christo e trazer a ella todallas almas que se quisessem saluar, conhecendo que todo o mesteryo da encarnaçom, morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo foe obrado a esta fim, a saber por saluaçom das almas perdidas, as quaaes o dicto senhor querya, per seus trabalhos e despesas, trazer ao verdadeiro caminho, conhecendo que se nom podya ao Senhor fazer mayor oferta. Ca, se Deus prometeo cem beens por hũu, justo sta que creamos que por tantos beens, a saber por tantas almas quantas, por aazo deste senhor, som saluas, elle tenha, no rregno de Deus, tantos centanaryos de gallardõoes per que a ssua alma, depois desta vida, possa seer gloreficada no celestrial rregno.

Ca eu, que esta estorya screuy, vi tantos homeens e molheres daquellas partes tornadas aa ssancta ffe que, ajnda que este principe fora gentyo, as oraçõoes daquestes eram abastantes pera o trazer a ssaluaçom. E nom tam soomente vy aquestes, mas vy seus filhos e netos tam verdadeiros christãaos como se a deuinal graça espirara em elles pera lhe dar claro conhecimento de ssy meesmo.

. . . . . .

7

[1434]

Por que razão não ousavam os navios de Portugal passar além do Cabo Bojador.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 8, — segundo o códice n.º 42 dos *Manuscrits portugais* da BNP., fl. 21 v.

---

auxiliar na guerra contra os mouros. Observa BOURDON que «on n'a connaissance d'aucune démarche effectuée personnellement par Dom Henrique pour obtenir le concours de rois ou princes chrétiens» *(Ibidem)*. Não lhe incumbia fazê-lo, mas aos reis de Portugal. Veja-se, por exemplo, a carta de D. João I ao rei de Aragão de 20 de Outubro de 1415, em *Monumenta Henricina*, vol. 2, pp. 227-29. Entretanto DUARTE PACHECO assevera: «e tanto que a estes Reynos foram trazidos os primeiros negros e por elle (infante D. Henrique) sabida a uerdade da Samta Reuelaçam, loguo o Infante escreueo a todolos Rex cristãaos que o ajudasem a este descobrimento e comquista por serviço de nosso senhor e todo ho proueito igualmente lograsem, o que elles nam quiseram fazer, mas, auendo isto por uaydade, lhe renunciaram seu direyto» (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22).

Copyrighted material

Posto assy o jffante em aqueste mouimento, segundo as razõoes que ja ouuistes, começou dauyar seus nauyos e gentes, quaaes a necessydade do caso requerya; mas, tanto podees aprender que, pero la enuyasse muytas vezes, e ajnda homeens que, per experiencia de grandes fectos, antre os outros auyam, no officio das armas, auanteiado nome, nunca foe algũu que ousasse de passar aquelle Cabo do Boiador pera saber a terra daalem, segundo o jfante deseiaua (1). E esto, por dizer verdade, nom era com mingua de fortelleza nem de boa voontade, mas por a nouidade do caso, mesturado com geeral e antiga fama, a qual ficaua ja antre os mareantes dEspanha caasy per socessom de geeraçõoes.

E, ja seia que fosse enganosa, porque a experiencia dello ameaçaua com o postumeiro dano, era grande duuida qual serya o primeiro que quisesse poer sua vida em semelhante ventuira. Como passaremos, deziam elles, os termos que poserom nossos padres ou que proueito pode trazer ao jffante a perdiçom de nossas almas juntamente com os corpos, ca conhecidamente seremos omecidas de nos meesmos? Per ventura nom forom em Spanha outros principes nem senhores tam cobijçosos desta sabedorya como o jffante nosso senhor? Por certo nom he de presomyr que, antre tantos e tam nobres e que tam grandes e tam altos feitos fezerom, por honra de sua memorya, nom fora algũu que se dello nom atremetera (2). Mas, seendo magnifestos do perigoo e fora da sperança da honra nem proueito, cessarom de o fazer.

Jsto, he claro, deziam os mareantes, que despois deste cabo nom ha hi gente nem pouoraçom algũa; a terra nom he menos areosa que os desertos de Libya, onde nom ha augua nem aruor nem herua verde. E o mar he tam baixo, que, a hũa legoa de terra, nom ha de fundo mais que hũa braça. As correntes som tamanhas que nauyo que la passe jamais nunca podera tornar. E portanto os nossos antecessores nunca se antremeterom de o passar (3) E, por certo, nom foe a elles o sseu conhecimento de pequena

---

(1) Sobre o assunto veja-se a nota 3 ao nosso DOC. 6 e a nota 1 ao DOC. 8.

(2) No ms. *atremetetera*.

(3) Aqui tenham-se em vista os valiosos estudos de GAGO COUTINHO, *A ndutica dos Descobrimentos*. Sobre o problema pode ver-se também em MAUNY, *Les navigations médiévales*, pp. 1 e ss., o capítulo intitulado «Les conditions géographiques et les facteurs constants de la navigation à voile sur les côtes sahariennes», do qual transcrevemos este passo: — «Les instructions nautiques anciennes indiquent: «La mauvaise saison dure, sur la côte du Maroc, en général, depuis octobre jusqu'à avril; cette côte ne peut être fréquentée sans danger à cette époque. On y rencontre alors constamment de la brume, et quelquefois elle est extrêmement épaisse» (PHILIPPES DE KERHALLET et LE GRAS: 1871, p. 85. Fait que a dû contribuer à accréditer la légende de l'Océan «ténébreux» chez les Arabes). La côte du Dra au Cap Bojador est la fraction la plus dangereuse du littoral du nord-ouest africain: on ne peut accoster de novembre à mars à cause des rouleaux. Plus au sud, jusqu'au Cap Blanc, la mau-

escuridom, quando o nom souberom asseentar nas cartas per que se regem todollos mares per onde gentes podem nauegar. Hora qual pensaaes que auya de seer o capitam do nauyo a que posessem semelhantes duuydas dyante, e mais per homeens a que era razom de dar ffe e autoridade em taaes lugares, que ousasse de tomar tal atreuimento, sob tam certa sperança de morte como lhe ante os olhos apresentauam?

Oo tu, virgem Temis, diz o autor (4), que antre as noue musas do Monte Parnaso auyas special porrogatiua descoldrinhar os segredos da coua de Apollo ! Eu douido se o teu temor era tam grande de poer os teus pees sobre aquella sagrada mesa onde as reuellaçõoes deuinaaes te dauam trabalho pouco menos de morte, quanto era em aquestes, ameaçados nom soomente do medo, mas de sua soombra, cuio grande engano foe causa de muy grandes despesas; ca doze annos continuados durou o jffante em aqueste trabalho, mandando, em cada hũu anno, aaquella parte seus nauyos, com grande gasto de suas rendas, nos quaaes nunca foe algũu que se atreuesse de fazer aquella passagem (5). Bem he que elles nom se tornauam sem honra; ca, por enmendar o que falleciam em nom compryr perfeitamente o mandado de seu senhor, hũus hyam sobre a costa de Graada, outros corriam per o mar de Leuante, ataa que filhauam grossas presas dos jnfiees, com que se tornauam honradamente pera o rregno.

8

[1434]

Como Gil Eanes, natural de Lagos e escudeiro do infante D. Henrique, foi o primeiro que passou o Cabo Bojador, ao fim de doze anos de tentativas, e como lá voltou com Afonso Gonçalves

---

vaise saison dure depuis octobre jusqu'à avril, avec des alternances de beau temps» (*Ibi*, p. 13 e autores ali aduzidos).

(4) A expressão *diz o autor* é vulgar nas obras de Zurara, referida ao próprio, como se pode ver em DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, p. 53. A digressão erudita sobre a virgem Temis, é tomada de Lucano, *Pharsalia*, V, 116-20. Cit. por BOURDON, (ZURARA, *Chronique*, p. 70, nota 2).

(5) Os 12 anos aqui indicados pelo cronista e enumerados também por DUARTE PACHECO (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22) e por BARROS (*Ásia*, dec. 1, liv. 1, cap. 4) reportam-nos ao de 1422, pouco mais ou menos à data em que homens do Navegador, por este encaminhados para que «fossem em busca de terra de Guinee» (ZURARA, *Crónica... de Guiné*, cap. 83), descobriram ou redescobriram o arquipélago da Madeira.

Baldaia, copeiro do mesmo infante, tendo então os dois ultrapassado o referido cabo 50 léguas (1).

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 9, — segundo o códice n.º 42 dos *Manuscrits portugais* da BNP., fl. 23.

Com grande paciencia recebya sempre o jffante aquelles que assy enuyaua por capitãaes de seus nauyos em busca daquella terra, nom lhe mostrando algũu reprendimento de sua mingua, ante, com graciosa conte-

(1) Neste capítulo e no anterior assevera o cronista ter havido dificuldade grande em os navios portugueses transporem o Cabo Bojador e aduz os motivos, após o que celebra o feito de Gil Eanes. Mas, aos textos narrativos cumpre antepor e preferir os diplomáticos. De maneira que, damos a palavra ao próprio infante D. Henrique. Este não alude a Gil Eanes, mas informa, em carta de 26 de Dezembro de 1457, de doação da vintena da Guiné à Ordem de Cristo: — «Eu, o jfamte dom Emrrique [...], seemdo certo como, des a memoria dos homes, se non auja algũua noticia na cristiandade dos maares, terras e jemtes que eram aalem do Cabo de Naam, contra o meo dia [...], me fundei de emquerer e saber parte, de mujtos anos pasados aca, do que era des o dito Cabo de Naam em diamte, non sem grandes meus trabalhos e infindas despesas, especialmente dos dereitos e remdas da dita hordem (de Cristo), cuja gouernança asi tenho, mandando, per os ditos anos, mujtos naujos e carauelas com meus criados e serujdores, os quaees, per graça de Deus, pasando o dicto Cabo de Naam auante e fazendo grandes guerras, algũus recebendo morte e outros postos em grandes perigoos, prouue a Nosso Senhor me dar certa emformaçom e sabedoria daquellas partes, des o dito Cabo de Naam ataa passante toda a terra de Berberia e Nubia e asi mesmo per terra de Guinea [...], des o dicto Cabo de Naam pera auante [...], todallas cousas que sse em a dita terra de Gujnea, des o dicto Cabo de Nam por diante», etc. (Publicada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 544-45, segundo o texto do ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 151).

Como se vê, neste documento o Navegador alude seis vezes ao *Cabo de Não*, como ponto de partida dos seus descobrimentos marítimos na costa ocidental africana, e nenhuma ao *Cabo Bojador*, em que os faz começar a *Crónica dos feitos de Guiné*. Ora o promontório do Bojador situava-se muito a sul do Cabo Não, como pode ver-se: no excerpto da *Carta náutica portuguesa* do último quartel do século XV que damos ao princípio deste volume; no coevo *Livro de rotear* (Em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, p. 212); e no *Esmeraldo* de DUARTE PACHECO PEREIRA (liv. 1, cap. 22). Que nos conste, a primeira vez que, nos diplomas quatrocentistas, aparece o topónimo *Cabo de Bojador* é na carta do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, a doar ao infante D. Henrique o exclusivo da navegação para além dele; vêmo-lo, novamente, na carta do mesmo D. Pedro de 3 de Fevereiro de 1446, de concessão ao Navegador do exclusivo da navegação para as Canárias, e ainda na carta de D. Afonso V de 2 de Setembro de 1448, a confirmar a primeira daquelas, bem como na de 25 de Fevereiro de 1449, a outorgar a D. Henrique os direitos régios, menos a sisa, das mercadorias que ele recebesse de entre os Cabos Cantim e Bojador (Cfr. o cit. vol. de *Descobrimentos Portugueses*, pp. 435, 445, 458 e 462). Em nenhum daqueles documentos figura, porém, o topónimo *Cabo de Não*. Este começa a apa-

Copyrighted material

nença, ouuya seus aqueecimentos, fazendolhe aquellas mercees que tijnha acostumado de fazer aos que o bem seruyam. E ou aquelles ou outros algũus speciaaes de sua casa fazia logo tornar com seus nauyos armados, acrecentando cada uez mais no encarrego, com prometimento de mayores

---

recer, nos documentos coevos e sempre associado ao de *Cabo de Bojador*, na bula *Romanus pontifex*, de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, de concessão a D. Afonso V, a seus sucessores e ao infante D. Henrique da «conquestam a Capitibus de Boiador et de Nom», e na *Inter cetera*, do papa Calisto III, de 13 de Março de 1456 (Na retrocit. obra e vol., pp. 506 e 536).

Numa palavra, nos documentos em que interferiu o infante D. Henrique — ou seja nas citadas bulas, de que foi certamente um dos suplicantes e o maior interessado, e na sua já aduzida carta de 1457 —, figura sempre o *Cabo de Não* como ponto de partida dos descobrimentos henriquinos em Africa. Nestes termos, cumpre preferir à expressão da carta do infante D. Pedro de 22 de Outubro de 1443 — «o jfante dom Anrrique [...] se meteo a mandar seus naujos a saber parte da terra que era alem do Cabo de Bojador» — a da supracitada carta do Navegador de 1457: — «me fundei de emquerer e saber [...] do que era des o dito Cabo de Naam em diamte», sito 80 léguas acima do Cabo Bojador (*Livro de rotear* cit., p. 212) ou 60 (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22). Também DUARTE PACHECO, posto dê a versão dos caps. 8 e 9 da Crónica de Guiné, e quase textualmente nalguns passos, sobre as dificuldades da ultrapassagem do Cabo Bojador, afirma e reafirma:—«ho infante dom Anrique [...] descobrio mais per Guinee [...], começando dos promontorios de Nam e Bojador atee ha Serra Lyoa» (*Esmeraldo*, Prólogo); «e deste Cabo de Nam começou a descobrir o virtuoso infante dom Anrique» (*Ibi*, liv. 1, cap. 21); «a qual naueguaçam começou o infante, por serviço de Deos, do Cabo de Nam pera diante» (*Ibi*, liv. 1, cap. 22).

É indubitável, portanto, haver começado no Cabo Não o descobrimento henriquino da costa ocidental africana e não no Bojador, como pode inferir-se dos aduzidos capítulos da *Crónica dos feitos de Guiné*. Esta obra não alude sequer ao Cabo de Nam, a respeito do qual DUARTE PACHECO informa: — «e no principio desta nauegaçam soyam dizer «quem for ao cabo de Nam, ou uirá ou nam» (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 21). Parece assim de aceitar que as dificuldades maiores não eram, já então, as da ultrapassagem do Promontório do Bojador, mas do de Não, onde o Navegador iniciou realmente os seus descobrimentos africanos. Cotejando a *Carta náutica portuguesa* supracitada com a actual de Africa, parece dever-se identificar o *Cabo de Nom* daquela com o actual *Cabo Juby*, onde, efectivamente o *Esmeraldo* situa o Cabo de Bojador, ou seja o Cabo pelo autor considerado de mais difícil transposição: — «se aparta (o Cabo de Bojador) em ladeza do circolo equinocial contra ho polo artico vinte e sete graaos e dez minutos» (liv. 1, cap. 22), ou seja, na realidade 27° 57′ N., como já observou MAUNY, (*Les navigations médiévales*, p. 3). O próprio ZURARA apoia esta interpretação, ao escrever que tinha o infante D. Henrique «voontade de saber a terra que hija aallem das jlhas de Canarya e de hũu cabo que se chama do Boiador» (*Crónica de Guiné*, cap. 7, em nossa p. 23); pois o arquipélago das Canárias situa-se em frente do actual Cabo Juby. E, no presente capítulo, afirma o autor que Gil Eanes, em 1433, «nom chegou mais que aas jlhas de Canarya» ou seja à altura do Cabo Juby, pelo mesmo navegador transposto no ano seguinte.

Por isso, MAUNY, depois de sublinhar serem, de facto, muito maiores as dificuldades da navegação costeira nas imediações do actual Cabo Juby do que no dito hoje de Bojador, formula a pergunta: — «Mais est-il bien sûr que le Cap Buyder ou

Copyrighted material

gallardõoes, se acrecentassem algũa cousa na uyagem que os primeiros fezerom, per que elle podesse cobrar algũu conhecimento daquella duuyda.

E, finalmente, despois de doze annos, fez o [j]ffante armar hũa barcha, da qual deu a capitanya a hũu Gil Eanes, seu scudeiro, que ao despois fez caualleiro e agasalhou muy bem (2). O qual, seguindo a uyagem dos

---

Bojador des auteurs du XIV^e^ et XV^e^ siècles soit bien celui que nous appelons aujourd'hui de ce nom? Ne serait-ce pas plutôt le Cap Juby?» (*Ibi*, p. 4). Julgamos que tem o autor razão, em parte: os Cabos de Não e Bojador figuram claramente na aduzida *Carta náutica portuguesa*, como promontórios distintos; mas as dificuldades topadas pelos navegadores henriquinos no Cabo de Não, que, pelo que fica dito, supomos ser o actual Cabo Juby, devem ter sido atribuídas indevidamente pela *Crónica dos feitos de Guiné* ao Cabo de Bojador da época, a qual não fala sequer no Cabo de Não, e onde o autor supôs haverem principiado os descobrimentos henriquinos da costa africana, com base, possivelmente, nas acima aduzidas cartas do infante D. Pedro. E da referida Crónica ou de outra fonte desconhecida haveria transitado a notícia para os escritos de DUARTE PACHECO PEREIRA, de VALENTIM FERNANDES, de JOÃO DE BARROS, etc. Sobre as discussões travadas em torno da localização do velho Cabo de Não pode ver-se PIERRE DE CENIVAL, *Sources inédites de l'histoire du Maroc*, p. 207, nota 2. Recortemos ainda a observação de MAUNY. «Le Cap Noun fut depuis le second siècle environ après notre ère jusqu'au XIV^e^ siècle la limite méridionale des navigations atlantiques. C'est de là qu'EL BEKRI (*Description de l'Afrique septentrionale*, trad. de SLANE, *Alger, Jourdan*, 1913, p. 175) fait partir son routier maritime» (Em *Notes* a DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo*, p. 161).

Mas subsiste um problema que necessita de explicação: como harmonizar a carta do regente D. Pedro de 1443 com a do Navegador de 1457? Tratámos do assunto em comunicação recentemente apresentada à Academia Portuguesa da História, sob o título *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?* Das respectivas conclusões transcrevemos: — «O aduzido diploma do regente do reino não visou historiar a ultrapassagem do Cabo Bojador nem o início dos descobrimentos henriquinos em África, este plenamente documentado pela carta do infante D. Henrique de 1457. D. Pedro aproveitou, entretanto, o facto histórico como argumento político, como título jurídico de posse portuguesa, para marcar, perante as ambições imperialistas de Castela ao continente africano, a presença e os direitos de Portugal no litoral de além-Bojador. É possível que este houvesse sido reclamado pelo reino vizinho naquele Outubro de 1443, não só em reacção contra a bula de cruzada *Rex regum* de Janeiro anterior, concedida a Portugal por Eugénio IV, sem embargo do prévio protesto castelhano, mas ainda por motivo do avanço dos descobrimentos henriquinos, no dito ano chegados à baía de Arguim, depois de haverem transposto o Cabo Não, actual Juby, ou o Aguer do duque de Medina Sidónia, o Cabo Bojador e a Terra Alta, ou seja os litorais outorgados, seis anos depois, por D. João II de Castela a D. Juán Alonso de Guzmán, conde de Niebla, primeiro duque de Medina Sidónia e senhor do porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda».

(2) São numerosos os indivíduos de nome Gil Eanes nos documentos da época; porém, do infante D. Henrique apenas encontrámos documentado criado seu, confirmado em escrivão dos órfãos de Alenquer e termo pela rainha D. Leonor e por ela também nomeado para inquiridor do número da mesma vila em 1 de Fevereiro de 1434, cargos em que foi confirmado pelo regente D. Pedro em 6 de Fevereiro de 1444 (ANTT.,

outros, tocado daquelle meesmo temor, nom chegou mais que aas jlhas de Canarya, donde trouxe certos catiuos, com que se tornou pera o rregno. E foe esto no anno de Jhesu Christo de mil e quatrocentos e trinta e tres. Mas, logo no anno seguinte, o jffante fez armar outra vez a dicta barcha. E, chamando Gil Eanes a departe, o encarregou muyto que todauya se tra-

---

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 24, fl. 44 r. e v., — editado o primeiro documento em *Monumenta Henricina*, vol. 4, pp. 328-29). O Gil Eanes referenciado neste capítulo e noutros da mesma obra era escudeiro do infante D. Henrique e foi depois seu cavaleiro. Supomo-lo também marinheiro, uma vez que lhe confiou o infante a capitania da barca em que ele efectuou a ultrapassagem do Bojador. Será o Gil Eanes mestre de navio que em 1421 transportou armamento de Southampton para Portugal (Cfr. *Mon. Henr.*, vol. 3, p. 22) ou o que em 8 de Dezembro de 1433 teve de el-rei o ofício de escrivão dos navios que aportassem a Lisboa, cargo que lhe foi confirmado em 21 de Fevereiro de 1439? (Cfr. *Chanc. cit.*, liv. 19, fl. 57 v., editado o primeiro documento em *Mon. Henr.*, vol. 4, p. 296).

Ao Gil Eanes do Bojador se refere o cronista nos capítulos 9, 19, 20, 22, 51, 52, 55, 58 e 88 da presente obra; porém, como dados biográficos, apenas nos diz que ele foi escudeiro e cavaleiro da casa de D. Henrique, natural da vila de Lagos e ali residente e ainda as viagens que efectuou à costa ocidental africana. MARTINHO DE BOEMIA chama-lhe «Gylianes de Villalobos, miles» (Cfr. *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, p. 190). DUARTE PACHECO, referindo-se ao mesmo descobridor, informa: «e da vinda que veyo, o infante o fez caualeiro e o galardoou como deuia e, com muita honrra e fazenda ho casou na villa de Laguos, honde uiueo muitos annos» (*Esmeraldo* liv. 1, cap. 22). BARROS nada adianta sobre o particular (*Asia*, déc. 1, liv. 1, caps. 4 e 5). A identificação proposta recentemente por JAIME CORTESÃO, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 284, não parece de aceitar. Os Vilalobos da época estão representados especialmente pela condessa de Ourém, D. Guiomar, filha de Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira, e de D. Maria de Vilalobos. Mais indivíduos do mesmo apelido figuram em Ceuta, ao serviço de D. Pedro e de D. Duarte de Meneses, como por exemplo Martim Vicente Vilalobos e Nuno Martim de Vilalobos (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, 2.ª ed., pp. 394 e ss.).

Desconhecem-se o dia e mês da ultrapassagem do Bojador, situada por todos os autores retrocitados e bem assim pelos modernos no ano de 1434, se exceptuarmos JOÃO DE BARROS, que a antecipou para 1433, porque, segundo BOURDON, «Barros a voulu voir dans l'exploit de Gil Eanes la raison déterminante de deux lettres royales du 26 septembre 1433 en faveur de l'infant Dom Henrique et de l'Ordre du Christ, et cela l'a entraîné à dater de 1434 et 1435 les deux expéditions suivantes, que Zurara date, l'une implicitement et l'autre explicitement, de 1435 et 1436» (*Chronique*, p. 16, nota 4). Ao lançarmos neste lugar, entre 10 e 13 de Abril, o presente capítulo da *Crónica dos feitos de Guiné*, de maneira nenhuma desejamos nem podemos tomar posição quanto à cronologia do facto histórico nele referenciado, pelo que respeita ao dia e mês, inteiramente desconhecidos. Sublinharemos, contudo, de harmonia com o texto transcrito em a nota 3 do nosso documento anterior, que, na costa marroquina, o período mais duro e difícil para a navegação era de Outubro a Abril. A *barcha* utilizada por Gil Eanes teria sido navio de alto bordo, de uma só coberta e de um único mastro, munido de vela quadrada (Cfr. LOPES DE MENDONÇA, *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*, pp. 11 e ss.).

Est. II. — Página da *Crónica dos feitos de Guiné*, cód. de Paris (Doc. 8).

balhasse de passar aquelle Cabo e que, ajnda que por aquella vyagem mais nom fezesse, aquello teerya por assaz.

Vos nom podees, disse o jffante, achar tamanho perigoo que a esperança do gallardom nom seia muyto mayor. E, em verdade, eu me marauilho que maginaçom foe aquesta que todos filhaaes de hũa cousa de tam pequena certidom; ca, se ajnda estas cousas que se dizem teuessem algũa autoridade, por pouca que fosse, nom vos darya tamanha culpa; mas, quereesme dizer que, por openyom de quatro mareantes, os quaaes como som tirados da carreira de Frandes, ou dalgũus outros portos pera que comũumente nauegam, nom sabem mais teer agulha nem carta pera marear (3). Porem vos hij todauya e nom temaaes sua openyam, fazendo vossa vyagem; ca, com a graça de Deus, nom poderees della trazer senom honra e proueito (4).

O jffante era homem de muy grande autoridade, polla qual suas amoestaçõoes, por brandas que fossem, eram pera os sesudos de muy grande encarrego, como se mostrou per obra em aqueste que, despois destas pallauras, determinou em sua voontade nom tornar mais ante a presença de seu senhor sem certo recado daquello por que o enuyaua, como de fecto fez; ca, daquella vyagem, menospreçando todo perigoo, dobrou o Cabo aallem, onde achou as cousas muyto pello contrairo do que elle e os outros ataally presumyram. E, ja seia que o fecto, quanto aa obra, fosse pequeno, soo pello atreuimento foe contado por grande. Ca, se o primeiro que chegou acerca daquelle cabo fezera outro tanto, nom lhe fora tam louuado nem agradecido; mas, quanto o perigoo da cousa aos outros foe posto em mayor temor, tanto trouxe mayor honra ao cometimento daqueste.

Se o acontecimento de Gil Eanes entrinsicamente lhe apresentaua algũa glorya, bem deue seer conhecido pellas pallauras que lhe o jffante disse ante de sua partida, cuja certa speryencia foe assaz magnifesta ao tempo de sua chegada; ca foe delle muy bem recebido, nom sem proueitoso acrecentamento na honra e fazenda. E entom lhe contou todo o caso como passara, dizendo como fezera lançar o batel fora, no qual sayra em terra, onde nom achara gente algũa nem sinal de pouoraçom. E porque, senhor, disse Gil Eanes, me pareceo que deuya trazer algũu sinal de terra, pois que em ella sahya, apanhey estas heruas que aquy apresento aa uossa mercee, as quaaes nos em este rregno chamamos rosas de Sancta Marya.

---

(3) Sobre o assunto pode ver-se FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3.ª ed., pp. 293-94.

(4) Idêntica narrativa em DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo*, liv. 1, cap. 22. Parece inútil, por improficua, a discussão do caso em MAGALHAES GODINHO, *Documentos sobre a expansão*, vol. 1, p. 231, nota 5, e em BOURDON, (ZURARA, *Chronique*, p. 72, nota 1).

E, acabado assy o rrecontamento de sua vyagem, fez o jffante armar hũu barinel, no qual mandou Affonso Gonçaluez Baldaya, que era seu copeiro, e assy Gil Eanes com sua barcha, mandando que tornassem la outra vez, como de feito fezerom, e passarom aallem do cabo cinquoenta legoas, onde acharom terra sem casas e rastro dhomeens e de camellos. E, ou por lhe seer assy mandado ou por necessydade, tornarom com este recado, sem fazendo outra cousa que de contar seia (5).

9

13 ABRIL 1434

Instrumento notarial da nomeação, por el-rei D. João II de Castela, dos seus embaixadores ao concílio de Basileia, a saber: D. Alfonso Carrillo, protonotário pontifício, D. Álvaro de Ysorna, bispo de Cuenca, Juán de Silva, seu alferes-mor, e o jurista Dr. Alfonso García de Santa María, deão de Compostela, seus conselheiros, e Luís Álvarez de Paz, doutor em leis, ouvidor da audiência régia, Fr. Lopo de Galdo, provincial dos dominicanos, e o seu confrade Fr. Juán de Curral, ambos professores de teologia (1).

AGS., *Estado*, Francia, cód. K.-1711, fl. 445 v., transcrição coeva, em papel.

---

(5) O cronista não marca a data desta segunda viagem à costa ocidental africana, efectuada ainda em 1434 ou já no ano seguinte. JOÃO DE BARROS deu-lhe, como limite geográfico, uma baía dita *Angra dos Ruivos* (actual Garnet Bay), cujo nome figura já na Carta Náutica Portuguesa do último quartel do século XV, de que reproduzimos extracto, em litografia, ao princípio deste volume. Sobre os Baldaias pode ver-se A. J. DIAS DINIS, *Dois Embaixadores de el-rei D. Afonso V*, pp. 21 e ss., e *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 278 e ss., com a documentação e bibliografia ali aduzidas. Cfr. também o DOC. 109 sobre Afonso Gonçalves Baldaia.

(1) Em carta da mesma data o monarca nomeou para secretário da embaixada Juán González, mestre-escola da sé de Siguenza, seu capelão e secretário, a quem incumbiu de redigir, em pública e autêntica forma, tudo o que respeitasse ao concílio, para sua informação e segurança do seu direito, ou seja de Castela: — «Super quibus omnibus et singulis dilectum nostrum Johannem Gundisalui, scolasticum Seguntinum, cappellanum secretariumque nostrum, vna cum dictis ambaxiatoribus et procuratoribus nostris, transmictimus vt, per eundem, cuncta in premissis negocijs et circa ea gesta et gerenda in formam publicam et auctenticam reddigantur, ad nostram informationem et juris tuictionem» (*Arquivo e lug. infracits.*, fl. 445). E assim é que a melhor cópia das alegações ditas do bispo de Burgos contra os direitos de Portugal às Canárias,

Johannes, Dei gratia rex Castelle et Legionis, etc.

Jn mei, notarij publici, testiumque infrascriptorum ad hoc specialiter vocatorum et rogatorum presencia, personaliter constituti. Per hoc presens publicum instrumentum cunctis pateat euidenter quod, anno a natiuitate Domini millesimo iiij^{c}. xxx.^{mo} iiij^{o}, jndicione duodecima, die vero tercia decima mensis aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri domini Eugenij, diuina prouidencia pape quarti, anno quarto.

Confidentes de fidelitate, prudencia et legalitate reuerendorum domni Alfonsi Carrillo, sanctissimi domini nostri pape prothonotarij, et patris in Christo dominj Aluari de Ysorna, episcopi Conchensis, et strenui millitis Johannjs de Silua, vexilliferi nostri, et venerabilis et circunspecti viri Alfonsi Garsie de Sancta Maria, legum doctoris, decani Compostellani, consiliariorum nostrorum, et Ludouici Aluari de Paz, legum doctoris, audiencie nostri auditoris, necnon religiosorum virorum fratris Lupi de Galdo, prouincialis, et fratris Johannjs de Currali, sacre theologie professorum, eos et eorum quemlibet constituimus, creamus ac eciam ordinamus jn nostros procuratores, actores et negociorum nostrorum infrascriptorum gestores ac nuncios speciales et generales, jta tamen quod generalitas ipsa specialitati non deroget nec, e contra, videlicet specialiter et expresse ad jmpediendum et arrestandum, jmpediri ac arrestari petendum et faciendum quascunque literas apostolicas, graciam seu justiciam continentes vel alias, per quascunque personas, contra nostram regiam magestatem seu contra nostra regna et dominia aut prelatos, nobiles, millites, subditos et naturales nostros emanatas seu emanandas, jmpetratas seu jmpetrandas, sub quauis verborum forma concessas.

Quibus omnibus et singulis et eorum cuilibet concedimus plenam et liberam potestatem ad omnia alia et singula faciendum, dicendum, gerendum et procurandum que in premissis et circa premissa neccessaria fuerint seu eciam opportuna et que nosmet faceremus, diceremus ac facere et dicere possemus, si in premissis et eorum quolibet presentes personaliter jnteresseremus, eciam si sint talia que mandatum exigant magis speciale,

---

ou seja do Dr. Alfonso García de Santa María, nesta data apenas deão de Compostela e aqui nomeado delegado ao concílio, se encontra precisamente no códice de Simancas, donde extraímos o presente documento, embora o facto não signifique terem sido as Alegações presentes ao concílio (Cfr. SOUSA COSTA, O. F. M., *A Expansão Portuguesa à luz do Direito*, p. 3, nota 14).

A presente embaixada se referiram: CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 162; LOPE BARRIENTOS, *Refundicion de la Crónica del Halconero*, cap. 88; a *Crónica de Don Juan II*, año 28.°, 1434, cap. 3, p. 515; e, modernamente, sobretudo o extenso estudo de SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el Cisma y la crisis conciliar*, onde não vemos, contudo, publicado nem citado o presente documento nem o acima aduzido, como aliás seria natural. Sobre os precedentes do texto que ora editamos veja-se a nota 1 de pp. 214-15 do vol. 4 de *Monumenta Henricina*.

Copyrighted material

promictentes, jn nostri verbi regij stabilitate, nos ratum, gratum et firmum perpetuo habiturum id totum et quidquid per dictos nostros procuratores et eorum alterum actum, dictum gestumue fuerit siue procuratum, in premissis et circa premissa. Jn quorum omnium et singulorum fidem et testimonium premissorum, has nostras presentes literas, nostro nomine roboratas ac per notarium publicum infrascriptum signatas et sigillo nostro jnpendenti communitas, illis duximus concedendas.

Acta fuerunt hec in Valleoleti, anno, die, mense, jndicione et pontificatu quibus supra, presentibus ibidem nobilibus et strenuis viris dominis domno Aluaro de Luna, commite stabulario Castelle, et domno Garsia Ferdinandi, commite de Castañeda, et domno Petro Njño, commite de Buelna, et domno Petro Manuel, consiliarijs eiusdem illustrissimi domini nostri regis constituentis, testibus ad premissa vocatis specialiterque rogatis.

10

17 ABRIL 1434

Carta de el-rei D. Duarte, em que, a pedido de D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, do seu conselho, capitão e governador da cidade de Ceuta, dispensando a Lei Mental, lhe concede partilhar como quiser os bens da coroa havidos de juro e herdade pelas filhas e pelo filho legitimado D. Duarte, por não ter filhos legítimos e não haverem de transitar esses bens para a coroa, por sua morte.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 90; em leitura nova, *Místicos*, liv. 4, fl. 36 v.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que dom Pedro de Meneses, conde de Ujana, nosso almjrante e do nosso conselho, capitam e gouernador da nossa cidade de Cepta (1), nos dise que el tem terras, beens e herdamentos da coroa dos nossos regnos de jurderdade pera filhos e netos e todos que del descenderem per linha dereita lidimos; e que, porquanto el

(1) No ms. o copista repetiu aqui *do nosso conselho*, expressão que omitimos, por já se encontrar acima.

nom tem, ao presente, nehũu filho lidimo, que, morrendo sem el, os dictos beens e terras e herdamentos ficariam a coroa dos nossos regnos, per bem da ley que o virtuoso rrey dom Joham, meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, em ssy trazia, per que nehũas filhas, posto que lidimas fosem, nem filhos bastardos pudesem herdar beens que fossem da coroa dos nossos regnos sem sua especial mercee, a qual ley he aprouada per nos (2); e que nos pedia que, sem embargo della, lhe desemos lugar per que elle pudese leixar as dictas terras e beens e herdamentos repartir per suas filhas lidimas e com dom Duarte, seu filho bastardo, segundo lhe prouuese e entendese que era bem (3).

E nos, visto seu requerimento e as mujto grandes razõoes que teemos pera o outorgar, por seus mujto grandes e estremados merecimentos e serujços que o dicto senhor e nos e nossos regnos del recebemos e entendemos a rreceber; e, querendolhe fazer graça merçee, despensamos com a dicta ley e damoslhe licença e lugar que, nom ficando del filho barom lidimo que, per bem da nossa hordenaçam, os deua herdar ou seu neto barom lidimo, que especialmente nos praz que as aia, trazendo as armas do dicto conde e chamandose de Meneses, que o dicto conde possa leixar e partir as terras e beens e herdades que assy tem da coroa dos nossos regnos de jurderdade pera filhos e netos e todollos que del descenderem per linha djrecta lidimos, com suas filhas lidimas e com o dicto seu filho bastardo, porquanto he legitimado por o dicto senhor e per nos, segundo lhe prouuer e entender por bem, nom embargando a dicta ley; a qual, sem embargo desto, queremos que fique em sua força e ualha em todas as outras pesoas e casos, per a guisa que a o dicto senhor em ssy tragia, hordenada e outorgada per nos.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores e almoxarifes, corregedores, jujzes e justiças e a outros quaaesquer officiaaes e pesoas que esto ouuerem de ueer que lhe nom ponham sobre ello embargo nehũu. E, por sua segurança, lhe mandamos dar esta carta, asignada per nos e seellada do nosso seello pendente.

Dante em Almeirim, xbij dias dabril. Paay Roïz a fez. Era de mjl iiij^{c} xxxiiij annos.

---

(2) Curiosa referência à Lei Mental, observada mas não escrita por el-rei D. João I, a qual ele «em sy trazia», redigida e promulgada por D. Duarte (Cfr. o nosso DOC. 4).

(3) D. Duarte de Meneses, filho de D. Pedro de Meneses, «o qual seu padre fezera em hũua moça nobre de sua casa» (ZURARA, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, cap. 3), era portanto bastardo, mas fora legitimado por carta de el-rei D. João I de 15 de Março de 1424 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 74). A Lei Mental respeitava aos filhos e netos varões legítimos, como herdeiros dos bens da coroa, nos termos na mesma preceituados, e não às filhas nem bastardos.

Copyrighted material

11

18 ABRIL 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a conceder privilégio a dois marnotos que João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, trouxesse a seu serviço nas marinhas de Aveiro (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 127 v., inserta na de confirmação afonsina de 14 de Junho de 1459.

Dom Eduarte, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta. A uos, juizes dAueiro, e a todallas outras nossas justiças e a outros quaeesquer oficiaaes e pesoas a que desto o conhecimento perteemçeer per quallquer guisa, a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham dAlboquerque, caualeiro da casa do jfamte, meu muyto preçado e amado jrmãao, teemos por bem e mandamos que dous seus marnoteiros que esteuerem em hũua ssua marinha seiam, daqui en diante, escusados de paguar em nẽhũuas peitas, fintas, talhas, pididos, enprestidos nem em outros nemhũus encarregos que per esse concelho forem lançados, per quallquer guisa que seia, nem vaam com presos nem com djnheiros nem sejam tetores nem curadores de nhũuas pessoas, saluo se as titorias forem lijdimas, nem ajam ofiçios do dicto concelho contra suas voontades.

E porem vos mamdamos que, daqui em diante, os nom costranguaaes nem mandees costranger pera nhũua das dictas cousas em nhũua maneira que seia, porquanto nossa merçee e voontade [he] de serem de todo lliberdados e escusados.

Outrossi mamdamos e defemdemos que nom seia nhũua pessoa tam ousada, de quallquer estado e condiçom que seja, que lhes pousse em suas cassas de morada, adeguas nem cauallariças, nem lhe tomem seu pam, vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas nem outra nehũua cousa do seu contra sua[s] voontades.

E estes dous marnoteiros que assi forem escusados sejam taaes pesoas que nom ajam conthias pera teerem cauallos nem sejam beesteiros do conto nem amdem na vijntena do mar.

---

(1) A este João de Albuquerque se refere também o DOC. 93 do nosso vol. 3, a p. 199.

Copyrighted material

E ysso meesmo mandamos que esses dous marnoteiros que ora som seus, ou os outros que o depois forem ao diante, nom sejam postos na vijntena do mar; e, sse [o]s poserem ou escpreuerem depois que elles assi ouuerem carreguo da dicta marinha, que seiam logo tirados della, sem outro enbargo que lhe sobre ello seja posto, porque nossa merçee e vontade he serem escusados pella guisa que dicto he. E sse lhe alguem contra ello for, mandamos que pague os encoutos de seis mjll soldos, quallquer que, em parte ou en todo, esto nom comprir; os quaaes mandamos ao nosso almuxarife que os rrecade pera nos e ao scpriuam desse ofiçio que os aseente sobre elle em rreçepta, sob pena de os paguarem de suas casas. E em caso que lhe alguem contra esto vaa ou queira hir, mamdamos a uos, justiças, que lho nom consemtaaes e lhe façaaes todo correger e emmendar como for direito. E, por suas guardas, lhes mandamos dar esta carta, asignaada per nos e aseellada do nosso seello peemdente.

Vnde [al] nom façades.

Dada em os nossos paaços dAlmeyrim, xbiij dias dabrill. Lopo Afonso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° e trinta e quatro annos.

12

21 ABRIL 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar de aposentadoria Catarina Rodrigues, residente em Setúbal, sogra de Rodrigo Eanes, criado do infante D. Henrique, a pedido deste.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 23, fl. 50. Inserta na de confirmação do regente D. Pedro de 30 de Janeiro de 1442.

Dom Eduarte, etc.

A uos, Ruy Meendez Cerueira, noso pousentador moor, e aos de meos jrmãaos e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, ssaude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaaes dar a nẽhũu, de pousadja, as casas da morada de Catelina Roiz, morador em Setuual, sogra de RodriguEannes, criado do jffante dom Anrrique, meu jrmãao, nem lhe filhar dellas rroupa de cama nem alfayas de casa contra sua voontade; porquamto nosa mercee he que seja dello scusada pollo dicto RodriguEannes, que nolo por ella pidio.

Copyrighted material

E esto lhe fazemos, porquamto nos foy mostrado hũu aluara sijnado per nos e fecto em esta forma per Ruy Galuam, aos xxiiij dias de janeiro que foy de iiij° xxbiij annos. E lhe mandamos asy dar esta carta, sijnada per nos, por sua guarda.

Dada em Almeyrim, xxj dias dabril. Afonso Cotrim a fez. Anno de iiij° xxxiiij.

13

11 MAIO 1434

Carta das autoridades de Génova, endereçada a Bartolomeu Bondenário, patrão de nau, e a Nauclério, escrivão, e à tripulação respectiva, fundeados na Sicília, a ordenar-lhes recolham imediatamente e em viagem directa ao porto de Génova, sob pena de morte e de confiscação dos bens, pois lhes consta acharem-se armadas em Portugal duas grandes naus e dois varinéis com mil combatentes, que não deixarão de atacar as naus genovesas se as encontrarem (1).

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri* 7, n.° 50, fl. 27 v. Desta colecção epistolar reproduzimos apenas as cartas principais.

Referenciada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 32.

---

(1) Este alarme de Oldrado de Lampugnano, lugar-tenente do doge de Génova, e do respectivo Conselho tem algum fundamento. Havia anos que o infante D. Henrique vinha a insistir na obtenção de base na arquipélago canariense, «visto como pera os fectos (de Guiné) vijrem a milhor perfeiçom, lhe era necessaryo algũa das jlhas de Canarea» (ZURARA, *Crónica... de Guiné*, cap. 95). A essa diligência henriquina se reportam sobretudo os textos já reproduzidos em *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 113 e os ali citados em a nota 1, o doc. 51 do vol. 3 e o doc. 8 deste volume.

Porfiava assim o Navegador com expedições, decerto nem todas conhecidas por nós, contra aquelas ilhas, igualmente cobiçadas por Castela ou, mais exactamente, pelos interesses comerciais dos armadores andaluzes, como já observou PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos*, p. 127. Há todos os visos de que se deve situar neste ano de 1434 (Cfr. DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. 1, p. 702, nota 2, e SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 32), e porventura já depois da ultrapassagem do Bojador por Gil Eanes e, em virtude do presente texto, talvez por Maio ou Junho daquele ano, a expedição henriquina às Canárias mencionada por el-rei D. Duarte em súplica por ele endereçada ao papa Eugénio IV em Agosto de 1436. Aquela data de 1434 é corroborada também pela reacção castelhana ou antes andaluza, demonstrada pela série de Letras do papa Eugénio IV de 29 de Setembro do mesmo ano, adiante exaradas, sob os n.°s 37 e 38, contra «aliquos christiani nominis marinos piratas». (Cfr. o DOC. 38).

Conta el-rei de Portugal ao romano pontífice que o infante D. Henrique, havendo recebido do pai, em herança, o munus de dilatar o reino de Cristo, «parata nauium

Copyrighted material

Oldradus, locumtenens, etc., et consilium antianorum Janue.

Egregio viro Bartholomeo Bondenario (2), patrono vnius nauis, ac Nauclerio, scribe, et toti turme eius in Sicilia.

Vir egregie ac vos, dilecti nostri. Armate sunt in regno Portugallie naues due magne et balenerij duo, in quibus nauigijs dicuntur esse propugnatores mille, nec dubitamus quod damna illature sint nauibus nostris, si eis obuiabunt. Propter quod, intendentes saluti vestre et aliarum nostrarum nauium opportune prouidere, mandamus expresse vobis, patrono, ac vobis omnibus et singulis qui in ea naui nauigatis, vt, omni exceptione et excusatione remota, ad portum Janue, recta via, confestim, visis presentibus, veniatis, sub pena capitis et confiscationis omnium bonorum vestrorum, que, si inobedientes esse presumeretis, ex nunc confiscamus communi. Hic autem cum eritis, inuenietis ordinem appositum nauigationi vestre.

Data xi^{a} maij, Mcccc xxxiiii^{o}.

14

11 MAIO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a Jofredo Italiano e aos demais mercadores genoveses residentes em Maiorca, a ordenar-lhes entreguem a Bartolomeu Bondenário e à tripulação do seu barco as cartas que enviam junto, diante de testemunhas e dos

---

et galiarum armatarum classe, de consenssu et mandato serenissimi regis Eduardi, domini et fratris sui, (portanto já depois de 15 de Agosto de 1433, em que D. Duarte fora proclamado rei), ad preffatas insulas Canarie misit ut, primum, eos ipsos paganos ad fidem christianam et deuocionem corone Portugalie conuertisset, leges eciam ciuiles et politicum viuendi modum eisdem traderet», etc. (Revelado e publicado o documento e a respectiva bula, de 15 de Setembro de 1436, por DE WITTE, *Les bulles*, art. cit., pp. 715 e ss.).

Nestes termos, parece completarem-se, mùtuamente, os dois documentos, quanto à data e essência do facto histórico referenciado em ambos. Reparamos na identidade da composição da armada, num e noutro texto: no genovês, *naues due magne et balenerij duo;* no português, igualmente alusão a duas qualidades de barcos: *parata nauium et galiarum armatarum classe.* Os 1.000 combatentes do primeiro é que deve ser exagero: *in quibus nauigijs dicuntur esse propugnatores mille.* É possível que a armada haja regressado a Portugal em Julho, nos termos do nosso DOC. 50, de 10 de Dezembro do mesmo ano.

(2) HEERS, *Gênes au XV^{e} siècle*, pp. 134, 298-99 e 519, alude a dois indivíduos de apelido Bondenário, a saber Gregório e Lodisio, mas não ao presente.

seus homens, para ele não poder alegar desconhecê-las, e que digam quando e em presença de quem foram entregues (1).

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 28, n.º 53.

Oldradus, locumtenens, et consilium.

Nobilibus viris Jofredo Jtaliano et ceteris mercatoribus nostris residentibus Maioricis (2).

Viri nobiles, volumus vobisque committimus vt litteras annexas, quas Bartholomeo Bondenario ac turme eius scribimus, eidem, in presentia testium ac turme sue, tradatis, ita demum vt negare non possit illas habuisse. Qua in re nobis rescribite quando et in quorum presentia eas sibi tradideritis.

Data xi^{a} maij.

15

12 MAIO 1434

El-rei D. Duarte manda Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda, ao rei de Castela, a oferecer-lhe ajuda na guerra contra o rei de Granada, sem outra recompensa que não fosse o serviço de Deus e a própria honra, oferecimento aliás não aceite (1).

CARRILLO DE HUETE, *Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 164, — texto que se reproduz; RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 13, sumariado, neste passo, pelo *Quadro elementar*, t. 1, p. 321, onde não se indicam, porém, o dia, mês e ano certos, hesitando o autor entre os de 1434 e 1435.

---

(1) Referindo-se ao comércio exterior de Génova antes de 1460, JACQUES HEERS observa: — «Majorque surtout est le grand entrepôt du commerce génois en Méditerranée occidentale. La colonie y est fort active. Allant de Chio en Flandre, les navires y laissent les épices d'Orient; de même pour le coton que travaillent les artisans de l'île et ceux de Barcelone. Sans parler des grains de Sicile, en période de disette. Dans l'autre sens, ce sont les draps de Catalogne ou de Majorque. Mais, pour les bâtiments qui naviguent entre Gênes et l'Atlantique, l'île est surtout un grand entrepôt des produits africains». (*Gênes au XV^{e} siècle*, pp. 459-60). O principal factor genovês ali era Giovanni Centurione.

(2) O autor cita vários individuos de apelido Italiano, mas não o presente.

(1) O texto de HUETE apenas fornece a data precisa da embaixada. O objectivo desta e o seu resultado inferem-se de RUI DE PINA, da argumentação do infante D. Henrique ao irmão e monarca D. Duarte, quando, anos depois, lhe requeria licença para retomar a campanha contra os sarracenos a norte de Africa: — «Porem, lembreuos que, despois de serdes rrey, mandastes Pero Gonçalluez, veedor da fazenda, a

Jueves, que se contaron 12 días de mayo [del año] del Señor de 1430 y quatro años, entró en Medina del Canpo Pero Gonçales Malalfaya, caualero envaxador de [don] Duarte, rrey de Portugal.

16

13 MAIO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spinola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus genovesas, e às tripulações respectivas, a dizer-lhes que já lhes deve ter constado que em Portugal estão armadas duas naus e dois varinéis com quase mil combatentes, os quais, posto se diga que apenas desejam atacar o Baptista, tudo leva a supor que não pouparão qualquer barco genovês, pelo que é necessário tomar providências; e assim ordenam as referidas autoridades aos ditos patrões se previnam com armas e munições e se preparem para o encontro, Simão com 90 homens, aptos e idóneos, Baptista com 80 e Nicolau com 70, aos quais os comissários Leonel Spinola e João de Marinis juntarão 60 ou mais, e que partam quando os ditos comissários lho ordenarem e naveguem sempre juntos até Cádiz, evitando, em qualquer dos casos, combater ou tomar os barcos portugueses, e ali receberão ordens dos cônsules de Sevilha.

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 28 v., n.º 54.

Oldradus de Lampugnano, ducalis in Jannua locumtenens, et consilium antianorum ciuitatis Jannue ac officium prouisorum rerum Portugalie (1).

---

elrrey de Castella que vos recebesse em companhia na guerra de Graada, de que nom queriees outra parte nem galardom, saluo ho serujço a Deus que fariees e ha honrra que njsso ganhariees. E, se consentira e nom se escusara de vosso requerimento, sey, pella muyta verdade que em vos ha, que, pospostos todos estes pelos e outros mayores, hos forees comprir, nom sem muyta vossa despesa e trabalho» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 13, segundo o cód. iluminado 359, *Livraria*, do ANTT.). Julgamos ter sido ocasião do oferecimento eduardino a campanha empreendida por Rodrigo Manrique contra a vila e castelo de Huesca, então tomados aos mouros (Cfr. a *Crónica de Don Juan II*, p. 516).

(1) No ms. *Portusgallie*. O governo habitual da República ou Comuna de Génova era presidido pelo Duque ou *Doge* («dux et populi defensor») e pelo Conselho

Nobilibus viris Baptiste Lecanelum, Simoni Spinule et Nicole Cataneo, patronis trium nauium, nauclerijs quoque ac scribis et turmis earum, dilectis nostris, salutem (2).

Non dubitamus vos, et fama et nuncijs, cognouisse quod, in regno Portugallie (3), armate sint naues due et totidem belenerij, cum propugnatoribus fere mille, qui, quanquam dicant velle solum vos Baptistam offendere, multa tamen sunt que nos inducunt credere quod omnes quascunque poterjnt naues nostras offendent. Propter quod, necesse nobis visum est saluti vestre et aliarum nostrarum nauium, sine mora, consulere.

Committimus itaque et mandamus vobis omnibus supradictis vt vos, diligenter et cum studio, prouideatis de ijs omnibus munitionibus et armis que ad pugnam necessarie sunt. Deinde vos, Simon, conducatis et, sumptibus vestris, habeatis viros nonaginta, aptos et idoneos; vos, Baptista, sumptibus vestris, viros octoginta, etiam aptos et idoneos; et vos, Nicola, viros septuaginta; vltra quem numerum, viri nobiles Leonel Spinula et Johannes de Marinis (4), quos, cum ampla potestate, commissarios et executores nostros elegimus, vobis addent viros sexaginta vel forsitan plures.

Cum his autem nauibus vestris, sic preparatis et armatis, et si forsitan alie addentur in vestri comitiua, iubemus vobis vt recedatis, tempore ab ipsis Leonele et Johanne vobis statuendo, nauigetis quoque semper in fideli societate, vsque ad insulam Gadium, cauentes omnino ne ab inuicem separemini. Et, si contingat vobis obuiare his nauigijs Portugalliorum (5) et sciretis illa offendisse jannuenses uel tunc tentarent vos offendere, volumus vt omnino euitamini, pro viribus, illa expugnare et capere. Si

---

dos Anciãos, *Consilium Antianorum*. O primeiro, electivo e vitalicio, era também o chefe militar. O segundo, em quem repousava a maior parte da autoridade politica, constituia a única magistratura ordinária; compunha-se de oito membros, substituidos de quatro em quatro meses, e nada se podia resolver sem ele. A tarefa deste achava-se facilitada por uma espécie de sub-Conselhos ou *Officii*, nomeadamente pelo *Officium Maris*, que superentendia nos transportes e no comércio maritimos, e em que também havia, como se infere do presente documento e doutros que reproduzimos, uma secção de Portugal, dita «Officium prouisorum rerum Portugallie». Nos *Litterarum registri* eram transcritas todas as cartas expedidas pelo Doge e pelo Conselho dos Anciãos (Cfr. HEERS, *Gènes au XV^e siècle*, pp. 601 e ss. e 686).

(2) Na obra retrocitada alude-se a vários indivíduos destas familias, nomeadamente a Nicolau Cataneo.

(3) No ms. *Portusgallie*.

(4) Em HEERS, *Obra cit.*, figuram alguns *Marinis* e *Leonello Spinola di Luccoli*, o presente, este a p. 434. Os aqui citados residiam em Bruges, como se infere do documento seguinte.

(5) No ms. *Portusgallicorum*.

Copyrighted material

autem nec jannuensibus nocuissent nec uos tentarent offendere, nolumus vt, aliqua ratione, vos ad eorum offensiones prorumpatis, sed nauigia ipsa abire permittatis, sine vlla lesione.

Cum vero in portum Gadium perueneritis, si sciretis nauigia ipsa esse in stricto (?) montis uel citra versus orientem, nolumus vt societatem vestram aliqualiter abrumpatis, sed nauigetis simul, iuxta commissiones quas consules Sibilie vobis dabunt. Si autem naues ille uel exarmassent uel post terga vestra relicte essent, tunc remittimus vos arbitrio vestro, vt nauigetis uel simul uel diuisim, vt volueritis. Ceterum, quia ijdem Leonel et Johannes, commissarij nostri, multas vobis dabunt in hac materia commissiones, iniungimus vobis vt quicquid illi vobis preceperint, vos prompte et obedienter exequamini, eorum quoque mandatis pareatis, vt nostris. Que quidem suprascripta mandata nostra et item mandata ipsorum commissariorum nostrorum a vobis et vestrum quolibet precise seruari volumus, sub pena indignationis nostre et exactionis fidemssionum vestrarum.

Data xiii[a] maij.

17

13 MAIO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a seus concidadãos Leonel Spinola di Luculli e João de Marinis, residentes em Bruges, os quais supõem já informados de que vão sair de Portugal duas grandes naus e dois varinéis que, se poderem, não deixarão de atacar os barcos genoveses, nomeadamente os referenciados no documento anterior; por isso lhes mandam cartas destinadas aos patrões deles, para que lhas entreguem, os nomeiam comissários seus com plenos poderes para tratarem da segurança dos mesmos e avisam os mercadores genoveses residentes em Londres de que devem cumprir as ordens que eles lhes derem sobre o assunto. Recomendam-lhes depois: que vejam se as três naus acima referenciadas têm as armas e munições precisas; que adicionem às respectivas tripulações mais 60 homens; que lhes marquem a data da partida e lhes ordenem naveguem sempre juntas; que, se os portugueses aumentarem o seu potencial e eles virem não serem por isso suficientes as ditas três naus com 300 homens, lhes juntem outros barcos ou mais combatentes, de maneira que elas sigam com segurança; que providenciem sobre o custeamento dos 60 homens,

oneradas inclusivamente as mercadorias transportadas nas naus ou como virem que é melhor, ouvidos os demais genoveses; enfim, que paguem ao portador, nos termos que indicam.

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 29 v., n.° 55.

Oldradus, locumtenens, consilium et officium prouisorum rerum Portugallie (1).

Nobilibus viris Leoneli Spinule de Luculo et Johanni de Marinis, ciuibus nostris, residentibus Brugijs, dilectissimis nostris, salutem.

Credimus vos, et fama et litteris, didicisse quemadmodum naues due magne cum totidem balenerijs, cum propugnatoribus fere mille, e regno Portugallie (2) exiture erant. Nec dubitamus quin, si poterunt, offensure sint jannuenses. Quare metus nos mouit vt saluti nostrarum nauium, omni ope possibili, consulamus.

Mittimus itaque vobis annexas litteras, quas superinde scribimus nobilibus viris Baptiste Lecanelum, Simoni Spinule et Nicole Cataneo, patronis trium nauium, quas litteras volumus perlegatis et earum copiam accipiatis; deinde vt eas illis tradatis, in presentia testium, ita vt negare non possint illas habuisse. Eligimus autem ac vos, virtute harum litterarum, deputamus in commissarios et executores nostros in hoc negocio, cum illa eadem potestate quam nos ipsi habemus, volentes ac mandantes vt omnes, tam patroni quam mercatores et alij, vestris mandatis obtemperent in hoc negocio, tanquam nobis; et, per litteras annexas, scribimus etiam mercatoribus nostris Londinij residentibus, vt quicquid illis iniunxeritis ad hanc materiam pertinens prompte exequantur (3). Que autem a vobis curari et fieri volumus hec sunt:

Primum, vt, cum diligentia, videatis quod he naues tres habeant arma et munitiones necessarias ac numerum virorum quem illis taxauimus; deinde, vt illis addatis viros sexaginta, quos, iudicio vestro, inter eas distribuatis; post hec, vt statuatis illis tempus recessus sui, vt certius possint

---

(1) No ms. *Portusgallie*.

(2) No ms. *Portusgallie*.

(3) A carta em referência é o documento seguidamente lançado. Bruges, na data o mais importante mercado do noroeste europeu, e Londres constituiam então os grandes centros comerciais dos genoveses na Europa, como observa HEERS: — «Tout compte fait, leurs positions commerciales en Occident se limitent à deux grandes villes, Londres et Bruges et, du point de vue des transports maritimes, à deux étroites façades, de Sandwich à Southampton d'une part, de l'Ecluse à Middelbourg de l'autre» (*Gênes au XV^e siècle*, p. 415).

et simul discedere et simul nauigare; quod, si forte, cum has nostras litteras acceperitis, sciretis Portugalliorum (4) potentiam creuisse, ita vt he tres naues cum his ccc.tis viris non viderentur satis tute, volumus vt, hoc casu, uel addatis eis alias naues vel, si ita vobis videbitur, addatis plures in eis propugnatores. Si autem aliqua ipsarum trium nauium iam discessisset, tunc et in detinendo has duas et in augendo virorum numero ita prouideatis, vt non nauigent cum periculo. Et denique saluti ipsarum et aliarum ita consulite, vt res extra periculum posita videatur.

Pro habendis autem pecuniis que in stipendium horum Lx.ta virorum necessarie sunt, damus vobis arbitrium ac volumus vt, auditis alijs jannuensibus qui illic erunt, eas exigatis uel per impositionem faciendam super mercibus harum nauium uel per alias vias que vobis equiores et minus damnose videbuntur; nam nos eas prouisiones et impositiones quas, pro habendis pecuniis istis feceritis, ex nunc approbamus ac valere volumus, quemadmodum si a nobis legitime facte forent. Si vero res ipsa exigeret plures superaddi in ipsis nauibus homines, ita vt Lx.ta non sufficerent, hoc casu volumus vt quicquid impendetur vltra stipendium virorum Lx.ta nobis, officialibus Portugalie (5), solutum mittatis; nam, nos solutioni harum peccuniarum plenarie prouidebimus.

Demum ita concludimus. Habetis ordinationes nostras, habetis a nobis potestatem et arbitrium, estis in re presentes, curate igitur negocium hoc, ita vt, pro condictione temporum, naues omnes, sed he tres precipue, tute nauigent ab insultibus horum predonum. Huic autem nuncio quem ad vos propterea mittimus, nomine Petraquinum Bismum, si illuc ad vos peruenerit in dies decem et octo, qui cras defluere incipiant, soluite ducatos octo, nam nos illi soluimus hic ducatos quatordecim, qui faciunt complementum solutionis sue. Si autem in dies xviii illuc non peruenerit, ipsa die comprehensa, nichil prorsus illi soluatis. Si autem diebus decem et septem ad vos peruenerit, soluite illi ducatos nouem. Et si in diebus se[x]decim, soluantur ei ducatos vndecim. Si autem in diebus quindecim ad vos venerit, soluite illi ducatos quatuordecim. Hec igitur omnia recte curate.

Data xiij maij.

---

(4) No ms. *Portugallicorum*.

(5) No ms. *Portugallie*. A expressão «officialibus Portugallie» deve entender-se «oficiais genoveses das coisas ou negócios relativos a Portugal», nos termos da que se lê ao principio do documento e de harmonia com a nota 1 do documento anterior.

18

13 MAIO 1434

Carta das autoridades de Génova aos mercadores genoveses residentes em Londres, a comunicar-lhes: que, para as naus genovesas navegarem mais seguramente e livres dos insultos dos portugueses, deram instruções oportunas aos patrões de três naus que supõem encontrar-se naquele mar; que elegeram para seus comissários e executores no assunto Leonel Spinola e João de Marinis, com amplos poderes; e, pois eles lhes devem dar instruções sobre o particular, as cumpram pronta e diligentemente (1).

ASG:, Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 30 v., n.° 56.

Oldradus, locumtenens, etc., consilium et officium Portugallie (2).

Nobilibus viris mercatoribus januensibus Londinij residentibus, nobis carissimis.

Viri nobiles, nobis carissimi. Vt naues nostre ab insultu Portugaliorum (3) possint tutius nauigare, dedimus opportunas commissiones patronis trium nauium nostrarum, quas in mari illo esse credimus. Elegimus etiam in commissarios nostros et executores huius materie viros nobiles Leonelem Spinulam et Johannem de Marinis, quibus et dedimus potestatem amplam et arbitrium illis, quare iniunximus ea que illos facere oporteat. Et, quoniam vobis iniungent quedam ad hanc materiam pertinentia, iubemus expresse vobis omnibus vt commissiones eorum prompte et impigre exequamini, tanquam nostras.

Data xiij maij.

---

(1) Vejam-se os nossos documentos anteriores da mesma data.

(2) No ms. *Portusgallie*.

(3) No ms. *Portugalliorum*.

19

13 MAIO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spinola e João de Marinis, súbditos genoveses residentes em Bruges, a ordenar-lhes cumpram cuidadosamente o que lhes dizem noutra carta e paguem ao portador, a teor do que na mesma se refere (1).

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 30 v., n.° 57.

Oldradus, locumtenens, consilium et officium prouisorum Portugallie (2).

Leoneli Spinule et Johanni de Marinis, Brugijs.

Viri nobiles. Ex inspectione nostrarum patentium litterarum omnia plene cognoscetis que vestra cognitione digna sint. Legite igitur et perlegite litteras ipsas ac mandata nostra studiose conficite et nuncio harum portitori soluite, iuxta formam et condictiones que in nostris patentibus litteris declarantur.

Data xiii^{a} maij.

20

12 JUNHO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spinola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus, na qual, em referência à carta que lhes endereçaram em 13 de Maio e por lhes haver constado que as naus e varinéis portugueses devem sair antes de 1 de Junho e que a sua partida assume intenção má quanto à nação genovesa, renovam as recomendações feitas na carta anterior, mas quanto a não atacarem, mudaram de parecer, resolvendo e ordenando que onde encontrarem aquelas naus ou quaisquer outros barcos portugueses armados procurem tomá-los, como barcos pira-

(1) A carta aqui referenciada é o nosso DOC. 17.

(2) No ms. *Portusgallie*.

tas, pois é Génova a nação que mais gravemente pode ser por eles lesada; para o que se não bastarem os homens de que dispõem, recorram a Leonel Spinola e João de Marinis.

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 40 v., n.° 78.

Oldradus de Lampugnano, ducalis in Jannua locumtenens, consilium antianorum et prouisores rerum Portugallie (1).

Nobilibus viris Baptiste Lecanelum, Simoni Spinule et Nicole Cataneo, patronis trium nauium, nobis carissimis.

Viri nobiles, nobis carissimi. Scripsimus vobis die xiii^{a} maij vosque certos reddidimus de duabus nauibus ac totidem balenerijs qui, cum mille propugnatoribus e Portugallia exire debebant, constituimusque, ex ipsis litteris nostris, prouisiones, tam hominum addendorum, quam societatis et conserue, quas a vobis fieri volebamus.

Nunc, autem, cum rursus informati simus naues ipsas exire debuisse ante kalendas junij et prefectum earum habere erga nationem nostram pessimam mentem, quicquid ex ipsis litteris nostris vobis precepimus id nunc approbamus et a vobis omnino seruari ac perfici volumus, omni excusatione reiecta (2).

Verum, quia vobis iniunximus vt nisi naues ipse uel iam offendissent uel vos offendere tentarent, non lederetis eas, nunc, mutato consilio, volumus ac vobis precise et expresse mandamus vt vbicumque eas inuenire contingat et similiter alias quaslibet naues Portugalliorum (3) que essent armate, illas enitamini expugnare et capere, vt naues predonum. Scimus enim quod tales naues armate ad predam armate sunt nec vlla natio est que ab eis grauius ledi possit quam nos; propter quod expedit, si possumus, vt eas e mari tollamus. Quare accingimini et viriliter agite.

Et, si viros tot non habetis quot huic rei sufficiant, recurrite ad nobiles Leonelem Spinulam et Johannem de Marinis, quibus opportune scribimus quod expedientes prouisiones facient et adhibebunt huic negocio ordines opportunos.

Data xii^{a} junij.

---

(1) No ms. *Portusgallie*.

(2) Este passo permite-nos localizar na segunda metade de Maio ou já em Junho a partida da expedição henriquina de 1434 destinada às Canárias à qual nos referimos em a nota 1 do nosso DOC. 129. Pelo visto, em 12 de Junho ainda Génova não sabia se ela havia partido.

(3) No ms. *Portugallicorum*.

21

12 JUNHO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spinola e João de Marinis, residentes em Bruges, sobre o assunto do documento anteriormente reproduzido, a ordenar-lhes o entreguem aos patrões nele referenciados e provejam para que as naus deles tenham as armas e o pessoal que lhes fora marcado, juntem mais os 60 homens em que lhes falaram e os que julguem ser precisos para expugnar os barcos portugueses, bem como uma outra nau e que ponham toda a diligência em assunto de tamanha monta.

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 41, n.º 79.

Oldradus, consilium et officium prouisorum rerum Portugallie (1).

Nobilibus et egregijs viris Leoneli Spinule et Johanni de Marinis, Brugijs residentibus.

Viri nobiles, nobis carissimi. Ea que vobis scripsimus de preparandis nauibus Baptiste Lecanelum, Simonis Spinule et Nicole Catanei et addendis in ipsis hominibus, prout littere nostre, die xiii.ª maij scripte, diffuse loquuntur, rursus approbamus et, omni excusatione amota, seruari a vobis ac perfici volumus (2). Sed, quoniam sumus certiores facti quod naues et balenerij illi Portugalliorum (3) exiture erant in kalendas junij quodque prefectus earum pessimam gerit mentem aduersus nationem nostram, consilium mutauimus.

Nam, vbi, in litteris ipsis, scripseramus quod naues nostre non offenderent illas, nisi uel ille iam offendissent uel offendere tentarent, nunc patronis nostris iniungimus vt ubicunque illas inueniant enitantur, pro viribus, eas expugnare et capere. Cum enim sciamus illas nonnisi ad predam fore armatas, nulla est profecto natio que ab eis grauius ledi possit quam nos.

Quare volumus et vobis committimus vt litteras nostras his annexas patronis tradatis ac prouideatis vt naues Baptiste, Simonis et Nicole habeant arma et homines a nobis ordinatos et vos eis addite illos Lx^ta^ de

(1) No ms. *Portusgallie*.
(2) Cfr. o nosso DOC. 17.
(3) No ms. *Portugallicorum*.

quibus scripsimus. Ac preterea enitimini, pro viribus, si potestis, vnam aliam nauem eis adiungere; et tamen, siue eam adiungatis siue non, considerate an homines quos habent sufficiant expugnationi nauium Portugalliorum (4).

Et, si non sufficere iudicarentur, addite vltra illos Lx^ta^ tot quot sufficere credantur. Et quicquid capient stipendia ipsorum, exceptis illis Lx^ta^, mittite solutum nobis prouisoribus. Relinquimus cure et prudentie vestre huius prouisionis expeditionem. Vos igitur apponite ad hoc diligentiam quam res tanta meretur.

Data xii^a^ junij.

22

14 JUNHO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe o procedimento dos portugueses, aliás sempre bem recebidos em sua terra, para com os súbditos genoveses no mar, tomando-lhes os bens e as mercadorias e atacando-os como se foram inimigos, nomeadamente no caso da nau portuguesa que capturou, no mar da Sicília, o navio de Francisco de Lignolis e o levou para o ocidente, e no da expoliação de Domingos Gentile, encontrado no mar e a quem deixaram quase só o fato, a solicitar-lhe a entrega das coisas assim tomadas e a rogar-lhe recomende aos portugueses se abstenham, de futuro, de tais malefícios.

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fl. 42, n.° 80.

Sacre regie maiestati Portugallie (1).

Serenissime et clarissime princeps. Jnnumere sunt querele, quas, paucis ab annis citra, ad nos detulerunt ac deferunt quotidie ciues nostri, referentes se ac merces et bona sua capi, spoliari et iniurijs affici ab subditis maiestatis vestre, non secus quam hostes facere soleunt. Ea res inijcit nobis magnum angorem nec minorem tamen admirationem. Scimus enim esse nobis cum maiestate vestra non pacem modo, sed pacem bonam ac sinceram, nostri parte sancte religioseque seruatam. Scimus subditos

(4) No ms. *Portugallicarum*.

(1) No ms. *Portusgallie*.

Copyrighted material

maiestatis vestre, quotiens in terras nostras veniunt, adeo amice fraterneque tractari vt non putemus illos in propria patria humanius posse tractari.

Non intelligimus, igitur, vnde sit vt, pro his officijs, damna iniurieque nobis rependantur. Clamant ciues nostri regnum Castelle frequentantes se et sua, more hostium, indesinenter diripi a subditis vestris. Clamant participes nauis Francisci de Lignolis fuisse eam nauiculam ab vna naui Portugallie (2) nuper, in mari Siculo, captam et inde in occiduum auectam. Eandem detulit querelam carus ciuis noster Dominicus Gentilis, quem, nuper in mari repertum, ita vestri spoliauerunt, vt vix illi amictus corporis relictus sit. At nos, quanquam difficile videatur credere, maiestatem vestram horum facinorum ignaram esse, statuimus tamen, his litteris nostris, ea sibi iudicare, vt nos ipsi, qui iniurias passi sumus, querelas nostras ad eam, vt decet, deferamus.

Quam precamur, ex animo, vt, pro iusticia et honore suo, ita prouidere velit vt predones hi nostris restitutionem plenariam faciant rerum omnium ablatarum; deinde vt naues, quas ex regno vestro deinceps exire continget, ita moneantur vt ab omni nostrorum iniuria sese contineant.

Jd enim pax iubet, id ipsum iusticia efflagitat, sine qua, vt sapientes tradiderunt, regna verius latrocinia vocantur quam regna. Nobis autem spes certa est quod vestra maiestas adeo sufficienter prouidebit et restitutioni preteritorum damnorum et abstinentie futurorum, quod nobis opus non erit, propterea, vllas alias querelas accumulare. Super qua quidem materia placeat, precamur, nobis rescribere quasnam prouisiones a vestra maiestate, pro indemnitate nostrorum facte fuerint. Nos insuper in omnia gloriam et decus maiestatis vestre concernentia nos et nostra offerimus, ex animis semper paratos.

Data xiiii^{a} junij. Oldradus, locumtenens, et consilium ciuitatis Jannue.

23

14 JUNHO 1434

Carta das autoridades de Génova, dirigida aos cônsules e mercadores genoveses residentes em Sevilha, a dizer-lhes que enviam carta ao rei de Portugal sobre os danos e injúrias incessantemente

(2) No ms. *Portusgallie*.

inflingidos pelos seus súbditos, e a ordenar-lhes a mandem ao monarca, por homem de confiança, que inste pela resposta e lha façam chegar pela via que julguem melhor (1).

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum registri*, 1783, fol. 42 v., n.º 81.

Oldradus, locumtenens, et consilium.

Nobilibus et egregijs viris consulibus et mercatoribus januensibus Hispali residentibus.

Carissimi. Scribimus sacre regie maiestati Portugallie (2) litteras his annexas, in quibus ad eam querelas deferimus pro tot damnis atque iniurijs quibus nostri ab eius subditis indesinenter afficiuntur, nec mediocriter optamus accipere ab ea responsionem.

Quare volumus vt litteras nostras per hominem fidum illi transmittatis, qui instet littere responsionem, quam postea ad nos vos ipsi mittatis, ea via que vobis melior videatur.

Data vt supra (3).

24

30 JUNHO 1434

Dúvidas formuladas a el-rei D. Duarte sobre a Lei Mental, por ele promulgada em 8 de Abril anterior, e respectivas respostas (4).

Não conservadas nos volumes existentes da chancelaria eduardina nem insertas nas *Ordenações Afonsinas*, foram-no nas *Ordenações Manuelinas*, liv. 2, título 17, de cuja edição de 1514 as transcrevemos, bem como nas *Ordenações Filipinas*, liv. 2, título 35. Cópia do século XVI no ANTT., *Fundo Antigo*, n.º 15, fls. 86 a 92, com algumas variantes que se nos não afiguram de registar, motivadas até, porventura, por descuido ou liberdade do copista, a qual não nos pareceu preferível ao texto oficial impresso. Para comodidade de citação, antepomos número a cada uma das dúvidas.

(1) A carta em referência é o nosso documento anterior.
(2) No ms. *Portusgallie*.
(3) Ou seja *xiiij° junij*.
(4) Cfr. o DOC. 4.

Copyrighted material

E as duuidas que açerca da dita ley e declaraçam della despois ocorreram, que foram mouidas e determinadas, som as seguintes.

1. — Primeiramente, se a dita ley, assy per nos declarada, auera lugar no filho mayor lidimo de ordeens sacras ou beneficiado, que em todo he sometido aa jurdiçam eclesiastica e exempto da nossa.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que a dita ley aja lugar em taes pessoas, ante mandamos e ordenamos que, quando tal caso aconteçer, que, per morte, daquelle que a terra ou terras da coroa de nossos regnos teuer, ficar tal filho lidemo do dito seu padre soo, sem outro jrmão, tal terra ou terras seram logo tornadas aa coroa de nossos regnos. E, ficando hy outro filho ou filhos lidimos do dito finado que as ditas terras teuer, ajaas ho mayor delles, segundo a forma da dita ley e segundo em estas declarações he contheudo.

2. — Outra duuida foy: se tal filho mayor lidimo daquelle per cuja morte a dita terra ficou nom he clerigo dordeens sacras ou beneficiado, mas he caualleiro dordem, se tal caualleiro podera herdar e auer a dita terra ou terras, per virtude da dita ley.

A qual duuida determinamos que se ho dito caualleiro for de tal ordem que possa casar, ajnda que de feito nom case, aja e herde as ditas terras sem outra contenda, assy como se nom fosse homem dordem. E, depois da sua morte, fique ao seu filho mayor lidimo baram, se ho teuer, segundo a forma da ley sobredita. E, nom ficando, per sua morte, filho baram lidemo, em todo caso as ditas terras sejam tornadas aa coroa dos regnos. E, se for de tal ordem que nom possa casar, aja seu padre, em sua vida, liure poder e faculdade de leixar as ditas terras a elle ou a outro seu filho lidemo baram, se ho teuer, a qual delles ante quiser, auendo pera ello nossa autoridade ou dos reys que a esse tempo forem. E, nom fazendo a dita declaraçam em sua vida, com nossa expressa autoridade, como dito he, em tal caso as ditas terras fiquem ao filho mayor, nom embargante que seja caualleiro dordeem, e, per sua morte, se tornem logo aa coroa dos regnos, sem outro trespassamento a nenhũu do seu linhagem, pois que delle nom pode descender baram lidimo, por ser homem dordem, que casar nom podia, como dito he, nem possa vijr aa dita ordem donde aquelle caualleiro for nem auer em ella algũu direito, em sua vida nem despois de sua morte. E, no caso que aconteçe ho postumeiro que a dita terra teuer auer muytos filhos barões lidimos, se lhe no[m] prouuer que ho dito filho caualleiro dordem aja as ditas terras, nom podera escolher dos outros senom aquelle que segundogenito for; e esto com nossa autoridade, como dito he, em tal guisa que sempre as ditas terras venham ao mayor filho baram, como suso dito he.

3. — Outra duuida foy: se a dita ley auera lugar no filho ou neto, natural ou espurio, legitimado per autoridade real ou per nomeaçam feita pello padre, em seu testamento, nomeandoo por filho, ou por seer offereçido aa corte e feito cortesãao, ou no filho perfilhado, que se chama em direito adoptivo ou arrogado.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que tal filho ou neto assy legitimado ou perfilhado possa herdar tal terra ou terras da coroa dos regnos, saluo se, no caso onde for per nossa autoridade legitimado ou perfilhado, na dita legitimaçam per nos feita ou no perfilhamento per nos confirmado, expressamente for declarado que os possa herdar e auer, sem embargo do faleçimento da sua nascença e sem embargo desta ordenaçam. Pero, se tal filho for legitimado per matrimonio seguinte, despois de sua nascença celebrado antre seu padre e sua madre, porque este legitimado he em todo perfeitamente lidimo, auera lugar a dita ley em elle, assy como se, ao tempo da sua naçença, ja ho dito matrimonio fora celebrado; contanto que este filho seja tal que, per direito, seja legitimado per seguinte matrimonio, sendo ho dito casamento feito parçeiramente ou em façe de ygreja. E nom embargante que atee aqui ajam passadas muytas legitimações e confirmações de perfilhamento, per que os legitimados ou perfilhados possam auer e herdar feudos e morgados e outras semelhantes heranças, nom he nossa tençam que, per taes palauras nem outras semelhantes, de qualquer guisa que sejam ditas, assy açerca da restituiçam do nascimento como açerca da abilitaçam pera poder auer e herdar as cousas que lhe forem dadas ou leixadas, tal legitimado ou perfilhado possa auer e herdar as ditas terras da coroa do regno, saluo no caso onde especialmente lhe for outorgado que as possa auer ou herdar sem embargo desta ley, e doutra guisa nom.

E em ho caso onde, per morte daquelle que a terra possuya, ficou algũu filho baram lidimo, nado de legitimo matrimonio, nom podera herdar per sua morte nem auer em sua vida as ditas terras nehũu filho legitimado per nossa carta, ajnda que especialmente se contenha em ella que as possa auer e herdar. E esto posto que seja legitimado ante que ho dito filho lidimo, lidimamente nado, naçesse; porque nossa tençam he que tal legitimaçam nunca possa, em algũu caso, empeçer ao filho lidimamente nado, ajnda que seja vallada, afortelizada de quaesquer clausolas derogatorias e vinculos de dereito, per qualquer guisa que sejam ou possam seer ditas e compostas.

4. — Outra duuida foy: se, per morte daquelle que a terra postumeiramente ouue, nom ficar nenhũu baram lidimo descendente per linha masculina e ficar hy algũu seu descendente lidemo de filha lidema, se tal como este podera auer a dita terra da coroa do regno.

Copyrighted material

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que tal descendente per linha femenina herde a dita terra, antes acordamos que seja logo tornada aa coroa do regno sem outra nenhũa contenda; porque achamos per direito que, pois a filha de que tal lidimo baram descendeo nom podia auer a dita terra, a sua incapaçidade faz ho seu descendente nom ha poder auer. E, segundo as leys imperiaes, a dita terra nom pode fazer salto ao dito seu descendente baram. E portanto deue seer tornada aa coroa do regno, como dito he, que, se for baram descendente per linha lidima masculina, podellaa auer, segundo a forma da dita ley per nos declarada.

5. — Outra duuida foy: se, per morte daquelle que postumeiramente ouue e possuio a terra ou terras da coroa dos regnos, nom ficou nenhũu seu descendente baram lidimo per linha direita masculina, se herdara em ella seu jrmãao lidimo descendente per linha direita masculina lidima daquelle a que a dita terra primeiramente foy dada.

A qual duuida declaramos que nom, porque somos çerto que tal foy a tençam do dito rrey, meu senhor e padre, e assy ho vimos por elle determinar em algũs casos semelhantes que, em seu tempo, aconteçeram, a saber em Martym Vaaz de Mello, que foy senhor de Pouoos e de Castanheira e de Chelheiros, e com Aluaro Rodriguez de Lima, senhor da terra de Valdevez; per cujas mortes delles nom ficarom nenhũus descendentes, pero que ficassem seus jrmãos lidimos, filhos daquelles a que as ditas terras primeiramente forom dadas de jure e de herdade, nom herdarom em ellas, ante forom logo tornadas aa coroa dos regnos. E ho dito ssenhor rrey fez dellas nouamente merçee a Pero Vaz e a Lyonel de Lima, seus jrmãos, sem querendo nunca consentir que fizesse trespassamento a elles, ditos jrmãos, per via de soçessam, pero que ho dito Pero Vaz fosse neto lidimo de Gonçalo Vaz de Mello e o dito Lyonel de Lima filho lidimo de FernandEanes de Lima, a que primeiramente foram dadas de jure e de herdade, como dito he. E porem mandamos que, quando tal caso aconteçer, se guarde e cumpra assi como pello dito rrey, meu senhor e padre, foy determinado e que as ditas terras sejam logo tornadas aa coroa do regno, sem outra nenhũua contenda.

6. — Outra duuida foy: se a terra nouamente foy dada a algũ de jure e de herdade e elle morreo sem nenhũu descendente lidimo, se a tal como este herdara seu padre ou auoo na dita terra, no caso onde ho filho foy nado lidimamente.

A qual duuida declaramos que nom he nossa tençam que as ditas terras façam trespassamento a nenhũu ascendente, ante mandamos que, quando tal caso aconteçer, a dita terra ou terras sejam logo deuolutas aa coroa do regno, sem outra algũa contenda. Pero, se a dita terra for primeiramente do dito padre ou auoo e, per nossa antoridade, foy per elle dada ao dito

filho ou neto, em tal caso, per morte do dito filho ou neto, tornarsea ao dito padre ou auoo cuja antes foy e, per sua morte, fique a seu filho baram lidimo, segundo a forma da dita ley e declaraçam aqui contheuda.

7. — Outra duuida foy: se em algũa doaçam de terras da coroa do regno he contheudo que se possam partir ygualmente antre os jrmãos, se, per virtude de tal clausula, aueram de seer partidas, sem embargo da dita ley.

A qual duuida determinamos que nom, antes mandamos que, nom embargante a dita clausula, as ditas terras venham sempre e fiquem todas in solido ao filho mayor baram lidimo, segundo na dita ley he contheudo; porquanto, segundo per muytas vezes ouuimos ao dito senhor rrey, meu senhor e padre, as ditas doações, pella mayor parte, forom feitas no tempo das guerras passadas e, pella ocupaçam dellas, nom podiam tam perfeitamente seer examinadas, como ao caso de cada hũ se requeria (1). E, despois que os regnos forom postos, com a graça do senhor Deus, em assessego, achou que eram feitas em tal forma que, sendo assy compridamente guardadas como em ellas era contheudo, seguirseia (2) disso grande dãno e perjuizo aa coroa dos regnos. E portanto ordenou, com acordo de leterados do seu conselho, fazer em sua vontade a dita ley, per que declarou e limitou as ditas doações segundo a dita sua declaraçam, a qual sempre mandou guardar, sem embargo de quaesquer palauras em ellas contheudas que pareçessem seer contrairas aa dita declaraçam, saluo onde expresamente declaraua que as podessem auer filhas; que, em tal caso, mandaua que as ouuessem quando filhos barões lidimos nom ficassem daquelle que a terra possuia, enformado per elles que, segundo direito, ho podia fazer. A qual, pero que nom fosse escrita em seu tempo, foy sempre guardada e praticada em todo caso que de feito aconteçia, como dito he.

8. — Outra duuida foy: se aquelle a que a dita terra ou terras da coroa dos regnos foram nouamente dadas ou vieram a elle, per herança ou per qualquer outra soçessam, quer dellas ou de cada hũa dellas fazer doaçam simprez ou per causa de casamento a algũu outro filho ou filha lidimos, segunda ou terçeiramente gerados, em prejuizo de filho primogenito baram lidimo a que a dita terra he deuida, per beem da dita ley, se ho podera fazer, sem embargo della.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que, em tal caso, a dita doaçam se possa fazer com nossa expressa autoridade, nom embar-

---

(1) No impresso, decerto por gralha, *requeira*. Também na edição de 1521 se lê *requeria*.

(2) No impresso *seguirsea*, corrigido na ed. de 1521 para *seguirsia*.

gante que, ao tempo que assy foy feita, aquelle que a dita doaçam fezer aja outro filho major baram lidimo. E esto quer ho filho major seja na primeira doaçam que ao pay foy feita expressamente nomeado, quer nom; contanto que a dita doaçam seja feita de terra ou terras enteiramente, assy como antijgamente cada hũa foy limitada e demarcada, em tal guisa que nom sejam partidas em nenhũu tempo, per nenhũa guisa. E, se a dita doaçam for feita com nossa expressa autoridade, por causa de casamento, em dote com algũa filha, falecendo ella da vida deste mundo sem filho ou neto baram lidimo, em tal caso a dita terra ou terras sejam logo tornadas a coroa dos regnos, sem outro nenhũ embargo. E, ficando, per sua morte, algũu filho ou neto baram lidimo descendente della per linha masculina, aja elle a dita terra ou terras, em sua vida; e, dhy em diante, vaa ao seu filho major ou neto barões lidimos que descendam, per linha direita e nom doutra guisa, se ho ouuer, ao tempo de sua morte, segundo a forma da dita ley. E, nom ho auendo hy, tornese aa coroa dos regnos. Pero, nossa tençam he que tal doaçam, assy feita, em perjuizo do primogenito, nom chegue aa metade de todallas terras da coroa do regno que teuer aquelle que fezer a dita doaçam. Pero, se aquelle que assy tal doaçam quiser fazer nom teuer mais que hũa terra, nom a possa dar sem nossa expressa autoridade e consentimento do filho primogenito a que a terra he deuida, per bem da dita ley.

9. — Outra duuida foy: se aquelle que a dita terra ou terras ouue, per real doaçam ou per outra qualquer soçessam, ouuer filho lidimo baram e, em seu prejuizo, a quiser dar ou vender a algũa outra pessoa estranha, se ho podera fazer.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que, em tal caso, a dita terra ou terras nom possam seer dadas nem vendidas per nenhũa guisa a nenhũa pessoa, saluo a cada hũu dos outros filhos ou netos nados despois do primogenito, como dito he na outra duuida suso declarada. Pero, se a quiser escaymbar por outra terra da coroa do regno, possaho fazer com nossa expressa autoridade, contanto que nom valha menos a terça parte daquella per que for escaymbada, e doutra guisa nom. E, no caso que nom teuer filho baram lidimo que herdar deua na dita terra, nom a podera vender, dar nem escaimbar nem emlhear per nenhũa guisa, em nenhũa maneira, em pessoa algũa, de qualquer estado e condiçam que seja, senom com nossa expressa autoridade. E, fazendose ho contrairo, a dita terra ou terras sejam logo tornadas aa coroa dos regnos, por serem assy vendidas, dadas ou escaimbadas contra nossa ley. E aquelle a que assy forem vendidas ou escaimbadas ou emlheadas possa auer recurso contra aquelle que lhas assy vendeo, deu ou escaimbou ou emlheou (3), segundo per direito

(3) Corrigimos o *emlheu* para *emlheou;* pois na ed. de 1521 está *emalheou*.

lhe for theudo e obrigado. E todo esto aja lugar sem embargo que em as ditas doações se contenha que os donatarios as possam vender, dar e doar e escaimbar e fazer dellas ho que lhe aprouuer, como de sua cousa propria.

10. — Outra duuida foy: se aquelle a que a dita terra ou terras foram nouamente dadas ou as ouue per algũa herança ou qualquer outra soçessam as podera apenhar, por causa de dote ou por arras, em seu casamento.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que ho possa fazer, auendo pera ello nossa expressa autoridade, nom embargando que a esse tempo elle aja filho lidimo baram dalgũa outra molher com que ja primeiramente fosse casado, com tal condiçam que, separado ho dito casamento, per morte de cada hũu dos contrahentes, sejam descontados os fruitos da dita terra ou terras nas ditas dotes e arras, segundo que em saluo renderem em cada hũu anno, posto que no trauto do apenhamento assy feito se contenha que possa a molher auer as ditas rendas em saluo atee ella seer compridamente paga de toda a dita dote ou arras, sem descompensar dello nenhũa cousa; porquanto somos enformado, per leterados do nosso conselho, que, separado o dito matrimonio, as ditas rendas nom se poderiam leuar em saluo, nom descontando da diuida principal, sem pecado de vsura. Em, o qual pecado encorriamos dando a elle lugar e autoridade per algũa guisa. E, feito assy pagamento de toda a dita dote e arras ou per outro qualquer modo, seja logo a dita terra ou terras tornadas ao filho ou neto mayor baram lidimo, e assy dy em diante, daquelle que a dita terra ou terras assy apenhar, como dito he, se a esse tempo viuo for, segundo forma da dita ley. E, nom auendo hy filho ou neto baram lidimo per linha masculina descendente, em tal caso seja logo a dita terra ou terras tornadas aa coroa dos regnos, sem outro nenhũ embargo, entregandose primeiro a dita molher per as nouidades da terra, como dito he. E se, no caso que ho dito matrimonio for separado e hy ouuer tantos beens patrimoniaes per que se possa pagar a dita dote e arras, mandamos que per elles seja entregue e ho que faleçer que ho possa a dita molher auer pelas rendas das terras da coroa dos regnos, se, per autoridade nossa, forem a ello obrigados. Porque nossa tençam he que primeiramente se aja e pague a dita dote e arras pellos beens patrimoniaes e, aa mingua delles, se ajam e paguem pellas nouuidades das terras da coroa dos regnos.

11. — Outra duuida foy: se aquelle a que a dita terra nouamente foy dada ou a elle veo per algũa herança ou per qualquer outra soçessam ha quiser a nos vender ou escaimbar, se ho podera fazer em perjuizo do filho baram lidimo que a esse tempo hy ouuer.

A qual duuida declaramos que em todo caso a dita terra ou terras poderam liuremente a nos ser vendidas ou escaimbadas ou per outra qual-

Copyrighted material

quer guisa emlheadas, nom embargante que, a esse tempo da venda ou escaimbo ou outro qualquer emlheamento, ho vendedor ou escaimbador aja filho lidimo; porque somos enformado, per leterados, que nenhũa ley per nos feita nos lega nem obriga, senom emquanto nos, fundado em boom juizo e ygualdade, quisermos a ella sojugar ho nosso real poderio. E, porquanto as ditas terras proçederom de nosso real patrimonio, ho qual, segundo as leys imperiaes, somos theudo dacreçentar; acordamos, em fauor da coroa dos regnos, por nom tolher a via como licitamente e com justa razam possam ser tornadas ao dito patrimonio real donde proçederam as ditas terras, poderem a nos serem vendidas ou escaimbadas liuremente em todo caso, como dito he. E ajnda achamos que ho dito rey, meu senhor e padre, assi ho vsou e praticou sempre em muytas terras que comprou e escaimbou, em semelhante caso.

12. — Outra duuida foy: se a dita ley auera lugar nos beens que forom aplicados ou confiscados aa coroa dos regnos por algũs maleficios ou indinações, desobediências ou por ficarem vagos, per morte dalgũus abintestados.

A qual duuida declaramos que, nos beens que ate ora forom dados, se guardem as leys do regno e direito comũu, segundo que ate aqui, em semelhantes casos, foy praticado. E nos beens de raiz que se derem daqui em diante, se ao tempo que forom dados ja eram encorporados no patrimonio real, a saber escritos nos liuros dos nossos propios ou na carta da merçee faça expressa mençam que foram encorporados em nosso patrimonio, em taes casos como estes e cada hũu delles sejam os ditos beens auidos por da coroa do regno e sejam julgados segundo a natura e condiçam delles; e, nos outros que se derem simprezmente e nom forem encorporados em nosso patrimonio fiscal, por cada hũua das razões susoditas, taes como estes sejam auidos por beens patrimoniaes e, segundo a sua natura e condiçam, sejam julgados. E quanto he aos beens mouees que se daqui em diante derem siguam sempre a natura dos beens patrimoniaes e segundo aquella condiçam sejam julgados.

13. — Outra duuida foy: se algũas terras da coroa do regno ou direitos reaes foram escaimbadas per cada hũu dos reys que ate aqui foram ou forem daqui em diante destes regnos por outros beens patrimoniaes, com tal condiçam que as ditas terras ou direitos reaes sejam em todo do patrimonio daquelle que os reçebem, e os que nos elle deer seram em todo do patrimonio real, quaes destes beens seram auidos por da coroa do regno e sometidos aa ordenança desta ley com suas declarações.

A qual duuida determinamos em esta guisa, a saber: se os ditos beens priuados, que a nos vierem per virtude dos ditos escaimbos, sempre foram e som per nos possuidos sem delles nunca ser feita merçee pellos reys que

ante nos foram ou per nos a nenhũa pessoa, em tal caso sera em aluidro nosso, achando que foram feitos em daño ou perjuizo do regno, de os reprouar e resoluer da feitura delles atee quatro annos primeiros seguintes, guardandose açerca desto em todo ho direito comũu. E, sendo reprouados e resolutos taes escaimbos, realmente e com efeito, em tal caso as ditas terras e direitos reaes fiquem em sua propia natura de que primeiramente foram, antes que os ditos escaimbos fossem feitos, assy e tam compridamente como se nunca os ditos escaimbos fossem feitos. Pero, se ho dano for tanto que passe alem da metade do justo preço, em tal caso se possam reuogar atee trinta annos porque achamos per direito que assy se pode e deue fazer.

E se os ditos beens que assy a nos ou aos ditos reys nossos anteçessores vieram e, per virtude dos ditos escaimbos, forom trespaasados a algũuas outras pessoas, per merçe que lhe delles fosse feita, em tal caso, tornando taes beens, em algũu tempo, ao patrimonio real, per qualquer guisa e, seendo outrosy em algũu tempo extinta a linhagem dereitamente descendente per linha masculina, segundo a forma desta ordenaçam, daquelle com que as ditas terras da coroa do regno ou direitos reais forom escaimbadas, se achado for pello rey que a esse tempo for que taes escaimbos ou cada hũu delles som em dãno ou perjuizo da coroa dos regnos, possa liuremente, ate quatro annos, contados do dia que os ditos beens forem tornados aa coroa do regno, reuogar e resoluer os ditos escaimbos e cada hũ delles e cobrar realmente e com efeito as ditas terras da coroa do regno e direitos reaes, tornando outrosy com efeito outros quaesquer beens por que assy forom escaimbados, como dito he.

E, sendo achado que ho dito engano ou lesam passou a metade do justo preço, em este caso mandamos que os ditos escaimbos possam ser desfeitos e resolutos, ao tempo que for achado, per direito comũu, que ho pode ser. O qual queremos que em esta parte seja guardado em todo e as ditas terras e direitos reaes sejam tornados, dy en diante, aa sua propria e verdadeira natura da coroa do regno, de que primeiramente forom, sometidos a ordenança desta ley com suas declarações. E, emquanto esta restituiçam nom for em todo realmente feita per ambalas partes, como dito he, os ditos beens patrimoniaes que, per bem do dito escainbo, aos ditos reys vierem sejam auidos por beens da coroa do regno e assy sejam auidos e julgados. E as outras terras e direitos reaes que por elles forom escaimbados sejam por entanto auidos e julgados por bens patrimoniaes em todo caso emquanto assi nom forem tornados a coroa do regno, como dito he.

14. — Outra duuida foy: se pellos reys que ante nos forom foy feita doaçam a algũ fidalgo ou a qualquer outra pessoa dalgũa terra, villa ou castello geralmente com toda sua jurdiçom, mero, mixto imperio, com todo outro qualquer direito real que a elle, dito senhor, hy pertença dauer se, em

tal caso, passaram per taes palauras assy geraes os padroados das ygrejas que elle, dito senhor, hy aja a estes donatarios.

A qual duuida declaramos segundo a tençam do dito rey, meu senhor e padre, ao qual vimos, per muytas vezes, assy vsar e julgar em seu tempo, quando tal caso de feito aconteçia, enformado per leterados do seu conselho que per direito se deuia assy de fazer, a saber quando em tal doaçam especialmente for declarado que o rey da os ditos padroados, em tal caso pasem ao dito donatario e, dy em diante, a seu filho baram lidimo que herdar a dita terra, segundo forma da dita ley, e doutra guisa nom passaram ao dito donatario, per tal doaçam, nom embargando que a dita terra, villa ou castello seja dado com toda sua jurdiçam, mero e mixto imperio e todo outro direito real que elrey hy aja ou auer possa ou quaesquer outras palauras geraes per qualquer guisa que possam ser compostas, ajnda que algũa pareça que, per beem de sua generalidade, possam em sy compreender os ditos padroados.

E se os ditos padroados a algũ forem dados apartados, per graça especial, de jure e de herdade, sem terra, villa ou castello, em tal caso passaram, per morte do donatário, ao seu filho major lidimo baram, per aquelle modo que he ordenado que passem as terras da coroa do regno, segundo forma da dita ley. E esto queremos e mandamos que se guarde e aja lugar geralmente em quaesquer doações feitas pellos reys que ante forom, per nos ou pellos que adiante forem.

15. — Outra duuida foy: se per algũ rey for ou foy feita doaçam a algũ fidalgo ou qualquer outra pessoa dalgũa terra, villa ou castello, em vida ou enquanto for merçe do rey que a deu, e o dito donatario deu em sua vida, a prazo ou a foro pera sempre ou em çertas pessoas, algũas quintãas, casaes, casas ou quaesquer outras herdades ou direitos que aa dita terra, villa ou castello pertençe se, acabada a vida do dito donatario ou reuogada a dita doaçam, sera ho dito rey theudo a manteer taes contractos.

A qual duuida declaramos que nossa tençam he que os ditos donatarios nom façam taes contractos sem nossa especial autoridade e, sendo doutra guisa feitos, nom seja ho rey theudo a os manteer, saluo emquanto lhe aprouuer e o sentir por seu seruiço; porque, auido conselho com algũs leterados, achamos per direito que taes contractos nom deuem durar mais que a merçe feita ao dito donatario; e, sendo dadas as ditas terras da coroa do regno de jure e de herdade, se algũ tempo tornarem aa coroa do regno, achando algũu contracto que fosse feito maliciosamente ou em perda conheçida de nossas rendas e direitos que, em este caso, se possa desfazer ho contracto, se ao dicto senhor rey aprouuer.

16. — As quaes declarações assy per nos feitas auemos por ley e mandamos que, daqui em diante, como ley vniuersal sejam cumpridas e guar-

dadas e ajam lugar geeralmente, em qualquer caso dos sobreditos que ao diante de feito aconteçerem, assy nas doações atee aqui feitas das terras da coroa do regno pellos reys que ante nos foram ou per nos ou pellos reys que ao diante forem a quaesquer pessoas, de qualquer estado e condiçam que sejam, ou forem feitas daqui auante. Pero, no[m] he nossa tençam tolhermos a nos ho poderio pera despensar com esta ley em todo caso que nos pareçer justo ou razoado ou for nossa merçee, assy em parte como em todo, ante ho possamos liuremente fazer quando nos bem pareçer, nom embargante quaesquer direitos canonicos, çiues, custumes, façanhas, estilos que em contrairo desto sejam, em parte ou em todo, porque, todo nom embargante, queremos e mandamos e de nosso poder absoluto e çerta sabedoria, que esta ley valha e tenha firmemente, sentindoho assi por seruiço de Nosso Senhor Deus e nosso e beem de nossos regnos e conformandonos (4) aa vontade e tençam do dito senhor rey, meu senhor e padre, e ho que lhe assi vimos vsar em seus dias ate o tempo de seu faleçimento, como dito he, e per muytas vezes nos sobre ello falou.

Feita em Lixboa, aos trinta dias do mes de junho. Viçente Dominguez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatroçentos e xxxiiij annos.

E porque per as sobreditas determinações nom he declarado ho modo per que se faz a verbal encorporaçam dos beens e heranças que, por algũus casos, som confiscados, determinamos que quando quer que se mostrarem algũuas doações feitas a quaesquer pessoas de algũs beens, terras ou herdamentos que, por razam de algũs delitos que cometessem as pessoas cujos foram por morrerem abintestado[s] e sem herdeiros ou por causa de indinações em que encorressem ou per outro qualquer modo fossem confiscados, se em as ditas doações forem postas em estas palauras, a saber que nos confiscamos, apropiamos ou vnimos ou encorporamos os ditos beens, terras, herdamentos aa coroa de nossos regnos e, elles assy confiscados e apropiados, os damos e doamos per taes palauras em taes doações postas, os ditos beens, terras, herdamentos e quaesquer outros direitos ficam assy realmente encorporados e feitos da coroa do regno, como se fossem com toda solenidade de direito escritos e postos nos liuros dos propios beens da coroa do regno. E os taes beens assy verbalmente aa coroa apropiados ou encorporados deuem auer e ham aquellas propias qualidades e condições em todo e per todo que ham aquelles beens e terras que foram com toda solenidade encorporados e escritos nos liuros dos propios. Porque a tal verbal encorporaçam ou apropriaçam he de tal e tanta eficacia, que deue

(4) No impresso *confirmandonos;* na ed. de 1521 *conformandonos*.

Copyrighted material

auer aquelle mesmo efeito que ha a autual e corporal encorporaçam e que ham os beens e terras que antijguamente e de sempre forom e som da coroa do regno e per aquellas leys e ordenações, costumes e qualidades e condições deuem seer julgadas.

25

4 JULHO 1434

Escritura da partilha feita entre Gomes Eanes e sua mulher, Catarina Anes, e Frei Gonçalo, dos bens de raiz situados entre Leiria e Pombal, que lhes tinham ficado por morte de João Abade e sua mulher Constança Anes, seus pais, em presença de Pero Lopes, tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 217.

Saibam quantos este sturmento de partilha virem que, na era do naçjmento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e trjnta quatro anos, quatro dias do mes de julho, em Ponbal, em presença de mjm, Pero Lopes, tabeliam na dicta vjlla, por o jfante dom Amrique, e testemunhas adeante scpritas, pareçeram partes, a saber, Gomez Eanes e sua mulher Catarina Anes, moradores em termo da dicta ujlla, de hũa parte, e frey Gonçalo, filho de Joham Abade, per sy e per Joham Lourenço, seu partjdor, dado pela justiça, da outra parte.

As quaes partes diseram que elles partiram os beens de rraiz que lhes ficarom per morte de Joham Abade e Custança Anes, sua mulher, seu padre e madre. E que aconteçia ao dicto frey Gonçalo um seu quinham, hũas herdades que os sobredictos aujam em termo de Leirea, hu chamam o Lameiro, e todollos beens e djreitos que aujam na Ribeira do Alitem, asy do termo de Leirea e de Ponbal, afora hũu baçello que o dicto Gomez Eanes fez na dicta Ribeira. E, outrosy, lhe acontecia hũa herdade que aujam no termo de Soire.

E que os dictos Gomez Eanes e sua molher ajam todollos outros bens e djreitos e pertenças de rraiz que os sobredictos aujam, hu quer que achados seiam. A quall partjlha as dictas partes ouueram por bõa e jguall e a outorgaram e prometeram dauer por fjrme e estaujll, pera todo senpre, e ha nom contradizer, em parte nem em todo. E que quallquer que ha contradiser que pague a parte que ha manteuer dous mjll rreais brancos de

pena. E, leuada ou nom, que todauja a dicta partilha seija firme. E pedirom as partes senhos stormentos.

Testemunhas: Martim Gonçalluez da Barregueira e Lourenço Pirez e Gonçalo Abade e Ruy Diaz e outros. E eu, tabeliam sobredicto, que este stormento pera o dicto frey Gonçalo scpriuj e meu sjnall fiz, que tal he. *(Sinal do notário).*

26

2 AGOSTO 1434

Reclamação dos procuradores às cortes de Leiria-Santarém de 1434 contra a concessão do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino por D. João I ao infante D. Henrique e resposta de el-rei D. Duarte (1).

BNL., *Fundo Geral*, ms. 6969, cap. 83, pp. 518-19, em cópia do século XVIII.

Outrossy, ssenhor, os poobos ssom agravaados por ellrrey voosso padre, cuja alma Deus aaja, tomaar a ssaboarija e [a] daar ao jffamte dom Amrrique, defemdemdo que nemhuum nom fezesse ssaboom, ssaalvo quem elle mandaasse, e os que o comtrayro fezessem ouveessem certa pena, no que rreceberom e rrecebem agravoo Deus dar aos homens modo de vyver, pera manteerem ssuas homrras, e sseremlhis assy privaados. Praza aa voossa mercee temperardes esto e mandardes que quem o quizeer fazer que o faça como amtyguamente foy; e, quamdo nom prouguer, que o possa cada huum fazer pera ssua caza. E o que o comtrayro fezeer aaja essa pena.

Jtem, rrespomde o dicto ssenhor que ellrrey, sseu ssenhor e padre, cuja alma Deus aaja, deu esto ao jffamte dom Amrrique, sseu jrmaaom, que lhis leixou emcomendado, em sseu testamento, que couza alguuma do que derom a sseus jrmaaons lhis nom tirasse nada; e peroo que esto o

(1) Desconhecida a carta de el-rei D. João I em referência, fôra-lhe esta confirmada por el-rei D. Duarte em 26 de Setembro de 1433 (Cfr. o DOC. 83 do nosso vol. 4). E tal exclusivo veio a ser novamente reclamado pelos procuradores a cortes em anos subsequentes, como em seu lugar se verá, porém sempre sem resultado.

Copyrighted material

nom emtemde de fazeer. E, quamto ao que rrequerem, que possam fazeer ssaboom em ssuas cazas, que lho nom outorgua, por emtemder que sseeria maais aazo de sse sseguirem muytas rreuoltas e demandas; peroo, sse o dicto jffamte dom Amrrique nom mandaar vemder ssaboom que avomde, nas cidaades e villas cercaadas, que os moradores de taaes lugares possam fazer o dicto ssaboom ssem pena.

27

16 AGOSTO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a D. Inês de Sousa, mulher de Pero Peixoto, criado do infante D. Henrique, a carta de D. João I de 13 de Dezembro de 1415.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 36, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 34; *Chancelaria de D. João III*, liv. 13, fl. 23; em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 269.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que da parte de dona Jnes de Sousa, molher de Pero Peixoto, criado do jffante dom Anrrique, meu jrmãao, nos foe mostrada hũa carta do muy virtuoso rrey dom Joham, meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, da qual o theor he este que se segue.

Segue-se a transcrição de carta de el-rei D. João I de 13 de Dezembro de 1415.

E fomos requerido, da parte da dicta dona Jnes, que lhe outorgasemos a mercee que lhe assy fora fecta por o dicto senhor. E, porquanto a nos praz de lhe esto seer fecto e vistas as mujtas razõoes que teemos pera lho outorgar; teemos por bem e confirmamoslhe a dicta mercee, contheuda em a dicta carta do dicto senhor.

E porem mandamos a uos ueedores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta nossa carta for mostrada que lha compram e guardem e façam cumprir e guardar as dictas cousas contheudas em a presente, assy e pella guisa que em ella

se contem, sem outro nehũu embargo que lhe sobre ello seia posto. Vnde al nom façades.

Dada em o nosso moesteiro dAlcobaça, xbj dias dagosto. Elrrey o mandou. AluarEannes a fez. Era de mjl iiij° xxxiiij annos.

28

21 AGOSTO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gabriel Eanes, criado do infante D. Henrique, para escrivão dos resíduos do couto do mosteiro de Alcobaça.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 45, inserta na de confirmação de 4 de abril de 1439.

Jtem, carta de Graujel Eannes, criado do jfante dom Anrryque, per que o damos por escpriuam dos rresydoos do couto do mosteiro dAlcobaça etc.

Dada em o dicto mosteiro, xxj dias dagosto. Lourenço de Gujmarãaes a fez. Era xxxiiij° (1).

29

7 SETEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante de el-rei e regedor e governador de Ceuta, a nomear Bartolomeu Eanes, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para o cargo de tesoureiro em Ceuta de todos os dinheiros e coisas que, por ordem do monarca, forem enviadas àquela cidade para seu governo.

(1) Seguem-se, no mesmo registo da chancelaria, os dizeres: — «E a confirmaçom dada em Lixboa, iiij° dias de abrill, per o doutor Joham do Sem. Luis Fernandez a fez. Era xxxix anos».

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 36, inserta na de confirmação de 18 de Março de 1440.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 146. Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 285.

Dom Edhuarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Bertollameu Eanes, scudeiro da casa do jfante dom Anrrique, meu jrmãao, pollo do dicto jfante, que nolo por el pidio; teemos por bem e damollo por nosso thesoureiro em a nossa cidade de Cepta de todollos dinheiros e cousas que allo forem, per nosso mandado, pera gouernança della.

E porem mandamos a dom Pedro de Meneses, conde de Vjana, noso almyrante e rregedor e gouernador da dicta cidade, que aja, daqui em djante, por nosso thesoureiro em a dicta cidade o dicto Bertolameu Eanes e outro nhũu nom e lhe leixem serujr e husar do dicto oficio e rreceber e despender todollos dinheiros e cousas que mandarmos aa dicta cidade pera o que dicto he.

E mandamos e defendemos ao dicto Bertollameu Eanes que nom rreçeba nem despenda nẽhũa cousa do que a seu oficio perteeçe ssob pena do corpo e beens, ssaluante presente os scpriuãaes de seu ofiçio, pera todo scpreuerem em seus lliuros e poerem todo em rrecadaçom. E mandamos aos dictos scpriuãaes e lhe defendemos, so pena de perderem a nosa merçee, que scpreuam com o dicto Bertolameu Eanes e nom com outro nẽhũu, o qual jurou em a nosa chancelaria, etc.

Em forma, dada em Obidos, sete dias de setenbro. Elrrey o mandou. AluarEanes a fez. Era de Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxxiiij.

30

9 SETEMBRO 1434

Bula Sincere deuotionis, *de Eugénio IV, dirigida ao infante D. Fernando, filho de el-rei D. João I, a conceder-lhe o mestrado da Ordem Militar de Avis, vago por morte de D. Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira* (1).

---

(1) Sobre a Ordem Militar de Avis pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 321-22, e t. 2, pp. 181-82, e sobretudo a recente

ANTT., *Cartório de Avis*, n.º 29. Original em pergaminho, a que falta o selo pendente.

Referenciada no *Quadro elementar*, t. 10, p. 5.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio nobili viro Fernando, clare memorie Johannis Portugalie et Algarbij regis nato, salutem et apostolicam benedictionem.

Sincere deuotionis, quam erga nos et romanam geris ecclesiam, promeretur integritas ut deuotis tuis petitionibus, illis presertim quibus tuis

---

bibliografia já aduzida em nosso vol. 1, p. 105, nota. Fernão ou Fernando Rodrigues de Sequeira, um dos que ajudaram o Mestre de Avis a defender o reino contra Castela, foi por aquele feito cavaleiro da referida Ordem e desempenhou papel preponderante nas lutas da independência, especialmente como fronteiro-mor de Lisboa. Pela ascensão de D. João I, Mestre de Avis, ao trono de Portugal, Fernando Rodrigues, então comendador-mor da Ordem, foi eleito Mestre dela pelos respectivos freires em 1388, os quais, em 20 de Dezembro desse ano, solicitaram do antipapa Clemente VII o confirmasse, em virtude de o Mestre da Ordem de Calatrava, que era quem, segundo os Estatutos, o devia confirmar, ser cismático (ANTT., *Ordem de Avis*, doc. n.º 706). Sobre o mesmo Mestre de Avis veja-se FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, especialmente o vol. 1, cap. 161, e vol. 2, caps. 1, 22, 24, 38, 128, 153 e 160. Ficou a reger o reino durante a conquista de Ceuta: — «Ficarom jsso meesmo no rreyno, per todallas comarquas, fidallgos rrepartidos, pera guardar as fromtarias, e sobre todos o mestre dAuis, que ficaua em pessoa delrrey» (ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 50 e também os caps. 2 e 43).

Falecido Fernão Rodrigues de Sequeira no ano de 1434, el-rei D. Duarte, prosseguindo a orientação assumida por seu pai a partir do ano de 1418, o qual nessa data, com autorização pontifícia, entregara a Ordem de Santiago ao filho e infante D. João, e em 1420 a de Cristo ao infante D. Henrique (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, docs. 147 e 148 e 179 a 183), confia agora a de Avis ao infante D. Fernando, o mais novo dos Altos Infantes. O facto sugere, naturalmente, comentário idêntico aos que fizemos a propósito do outorgamento régio das outras duas Ordens Militares: agora é o rei D. Duarte que tão-pouco contempla o irmão D. Pedro, segundogénito, com a Ordem que vagara. Parece não ter sido fácil obter em Roma este Mestrado para o infante D. Fernando; pois D. Gomes, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, em carta a el-rei D. Duarte, de que se conserva cópia do próprio, sem data, diz: — «Cum persepe summum pontificem adissem, pro expeditione magistratus de Auis, persuadensque ei ut tue serenitatis supplicationem humanissime subsciperet, post longam tandem reluctationem, petitionem nostram adsequtj sumus, quam pro illustrj infantj Fernando tua serenitas optabat. Et, cum interim hoc ageretur, discrepabat multum dominus noster, iustissimis atque honestissimis rationibus, nec ei resistere poterat nemo ut concedere uellet, asserens pietatem et iustitiam uiolarj; tamen, omnia obicta honestissime superauimus», etc. (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 2, p. 75).

oportunitatibus et commoditatibus consuli possit ut, iuxta generis claritatem, gratius honoris et temporalium rerum affluentia apostolici fauoris decoreris patrocinio singularis ministerij presidio, gratiosius annuamus.

Cum itaque, sicut accepimus, magistratus siue preceptoria domus de Avis, militie Calatraue, Elborensis diocesis, quem quondam Fernandus Roderici, ipsius domus preceptor magister nuncupatus, dum uiueret, obtinebat, per obitum eiusdem Fernandi, qui extra romanam curiam diem clausit extremum, uacauerit et uacet ad presens;

Nos, uolentes te specialibus fauoribus et gratijs prosequi intuitu premissorum, magistratum siue preceptoriam huiusmodi, etiam si ille dignitas personatus ac conuentualis sit et ad ipsum consueuerit quis per electionem assumi, cuiusque fructus, redditus et prouentus quatuor milium librarum turonensium paruorum, secundum communem extimationem, ualorem annuum, ut asseritur, non excedunt, siue ut premittitur siue alias quouis modo aut ex alterius cuiuscunque persona seu per constitutionem felicis recordationis Johannis pape xxij, predecessoris nostri, que incipit *Execrabilis,* uacet, etiam si tanto tempore uacauerit quod eius collatio, iuxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem apostolicam legitime deuoluta ipseque magistratus dispositioni apostolice specialiter uel ex quauis causa generaliter reseruatus existat et super eo inter aliquos lis, cuius statum presentibus haberi uolumus pro expresso, pendeat indecisa, dummodo tempore date presentium non sit in eo alicui specialiter ius quesitum, tibi et per te, quoad uixeris, tenendum, regendum, et gubernandum, auctoritate apostolica, commendamus; jta quod de fructibus, redditibus et prouentibus eiusdem magistratus siue preceptorie, debitis illius ac dilectorum filiorum fratrum eiusdem suportatis oneribus, disponere et ordinare libere ac licite ualeas, sicuti de illis ueri ipsius domus magistri siue preceptores, qui pro tempore fuerunt, disponere et ordinare potuerunt siue etiam debuerunt, alienatione tamen bonorum immobilium et pretiosorum mobilium eiusdem magistratus siue preceptorie tibi penitus interdicta, mandantes tibi ab eisdem fratribus reuerentiam et obedientiam congruentes necnon a dilectis filijs vasallis et subditis ipsius magistrataus siue preceptorie debita et consueta seruitia exhiberi efficaciter et impendi.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifatij pape viij, predecessoris nostri, et quibusuis alijs apostolicis constitutionibus et ordinationibus, necnon magistratus siue preceptorie et militie huiusmodi iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, statutis et consuetudinibus contrarijs quibuscunque; aut si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de magistratibus siue preceptorijs huiusmodi, speciales uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus generales dicte sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omni-

bus te, in dicti magistratus siue preceptorie assecutione, uolumus anteferri, sed nullum, per hoc, eis, quoad assecutionem magistratuum siue preceptoriarum aut beneficiorum aliorum, preiudicium generari; seu si venerabili fratri nostro . . episcopo Elborensi (2) et dilectis filijs capitulo siue conuentui ipsius magistratus aut preceptorie uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, ab eadem sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint quodque de magistratibus siue preceptorijs huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis ad eorum collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim, spectantibus, nulli ualeat prouideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impediri valeat quomodolibet uel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis. Nos enim ex nunc irritum decernimus et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli, ergo, omnino hominum liceat hanc paginam nostre commende, mandati, uoluntatis et constitutionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Florentie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo (3) quarto, quinto jdus septembris, pontificatus nostri anno quarto (4).

---

(2) Segundo o costume então usado na cúria pontifícia, os dois pontos estão em vez do nome do arcebispo de Évora, que era D. Alvaro de Abreu, eleito em 11 de Fevereiro de 1429 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, pp. 236, e vol. 2, p. 149).

(3) No ms. *tricessimo*.

(4) Desconhece-se a súplica eduardina relativa a esta bula bem como as restantes bulas que devem ter sido passadas pelo romano pontífice, a teor das do infante D. Henrique de 1420, em idêntica circunstância (Cfr. os supracits. docs. 179 a 183 do nosso vol. 2).

31

DEPOIS DE 9 DE SETEMBRO DE 1434 - 1436 (1)

O infante D. Fernando, não satisfeito com os bens que possuía, que eram o seu assentamento, Atouguia, Salvaterra e a Ordem de Avis, solicita, em Almeirim, ao irmão e rei D. Duarte mais terras ou então licença para ir buscar honra e fortuna fora do país, ao que ficou o monarca de dar resposta definitiva.

RUY DE PINA, *Cronica de elRey dom Duarte*, cap. 10, — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 11 v.

Porque na teençam e fundamento que elrrey dom Duarte teue de mandar os jfantes dom Anrrique e dom Fernando, seus jrmãaos, sobre a cidade de Tanger, em Africa, achey muytas opinjões, por breujdade poerey aquy soomente a que mais aprouada me pareçeo (2). Pera que he de saber que, dos quatro jrmãaos jfantes que ficarom a elrrey dom Duarte, ho jfante dom Fernando era ho menor, que, ao tempo do falecimento delrrey dom Joham, seu padre, aalem de seu assentamento, nom tijnha de terras, saluo a Atouguya e Saluaterra do Campo de Santarem.

E despois, per falecimento de dom Fernam Rodrjguez de Sequeira, meestre dAvis, foy prouijdo per elrrey daquelle meestrado e despenssado pello papa pera o teer, como teue, em comenda. E, porque lhe pareçia que com estas cousas ajnda em honrra, terras e rrendas era desigual em muyta parte aos jfantes seus jrmãaos, mostraua de sy grande descontentamento. E, pera abrir camjnho de acreçentar mais seu estado, falou, em Almeirim, a elrrey nesta maneyra: ssenhor, claros sam a todos os muytos trabalhos

---

(1) Pina não aduz a data do facto a que se reporta na presente narrativa; mas, se o autor não cometeu anacronismo, ao dizer D. Fernando já administrador da Ordem de Avis, ele é necessàriamente posterior a 9 de Setembro de 1434, data em que, pelo falecimento do Mestre Fernando Rodrigues de Sequeira e pela bula *Sincere deuotionis*, o papa Eugénio IV entregou ao dito infante, a rogo de D. Duarte, a administração da Ordem Militar de Avis (Cfr. o nosso DOC. 30); e é anterior ao ano de 1436, bem como os dois documentos subsequentes, em razão do que o mesmo autor afirma em seu capítulo 13. Tenha o leitor presente que são do cronista os diálogos, de que interessa apenas o fundo ou base histórica.

(2) Rui de Pina confessa, pois, haver diversas versões sobre o assunto e ter seguido a que lhe pareceu mais histórica. O autor denuncia assim a imprecisão com que viu o problema, naturalmente por não haver-se reportado à época anterior ao ano de 1434, como já observámos a p. 113 do vol. 4.

e grandes cujdados que, pollo amor que nos tendes, tomaaes por nos manteer na honrra e estado em que naçemos e mereçemos e mais porventura do que vossos rregnos e fazenda ho sofrem. E que isto satisfaça aos jfantes meus jrmãaos, pella honrra que per suas mãaos dinamente ganharom, eu nom som satisfecto. Porque, posto que arrezoadamente seia abastado de mantimento, sey que som esfaymado da honrra e de meus proprios mereçimentos pera [a] auer.

E como quer, senhor, que vosso rregno foy assaz grande pera berço em que nos criassemos de pequenos, agora he muy pequeno pera nos criar em grandes, como a nos compre. E por isto e porque, per graça de Deus, vos creçem cada dia filhos, a que he necessareo que prouejaaes, e teendes vossos rregnos em assessego e com os rrex vezinhos e alongados segura paz; e eu som mançebo que ajnda nom fiz per mym cousa per que ouse chamarme ou filho de tal padre ou jrmãao de taaes jrmãaos, eu, senhor, vos peço por meerçe que queiraaes me dar vossa bençom e liçença pera me hir fora destes rregnos, onde Deus e mynha ventura me gujarem. E, prazendo a elle, meu proposito he jr ao sancto padre ou pera o emperador ou pera França onde, pella mais largueza das terras, teerey em meu acreçentamento, ajnda que seia com meu trabalho, mayor esperança. E per aquy descarregarey a vos de despesas e cujdados e a mym procurarey honrra e proueito, como som obrigado. E, se cousa, em algũu tempo de mjnha vida sobreujesse pera que meu serujço vos seia neçessareo e eu ho soubesse, avee, ssenhor, por muy certo, posto que fosse emperador dAlemanha ou Grecia, que nom compriria pera ysso vosso recado; porque, pello amor que uos tenho e lealdade que uos deuo, eu uos vijnria logo serujr, como fiel vassalo. Elrrey, destas palauras que ouuyo ao jfante, ficou triste e sospensso, porque lhe pareçeo que ho jfante nom era contente do que tijnha e sabia que seus rregnos nom estauam em desposiçam pera, sem desfazimento de sua coroa, lhe poder dar mais. E, porem, com graciosa contenença, lhe disse:

Irmãao, rrogouos muyto que tal liçença me nom rrequeiraaes, pois sabees que vossa partida de meus rregnos ou faria a mym abatimento, parecendo que uos nom trataua nelles como deuo e vos merecees, ou a uos pouca honrra e louuor, ca pareceria nom me amardes como he rrazom, partindouos de mym sem justa causa. E, posto que nom tenhaaes tantas terras como merecees, eu sempre ho emmendarey com outras merçees, de guysa que ho vosso estado sempre tenha aquelle rrepayro e conseruaçam que for possiuel. Porque, em caso que a teençam com que uos mouees seia boa, nom se leixara dentender ao contrayro. E, que satisfaça a uos, he contrayra a mym, cujo senhorio pareçera que, por duro e aspero ou nom proueytoso, o nom podees soportar, e que o faço por a terra do rregno me ficar mais liure pera mym e meus filhos. E isto Deus sabe que nom he assy. Porque, onde eu, por comprir com ho amor e obediencia que sem-

pre tiue a elrrey meu ssenhor e pello que rreleuaua a descargo de sualma, trabalhey dagasalhar, contentar e acrecentar todos seus criados, que deuo eu fazer a uos, a quem, aalem de serdes seu filho legitimo, sey que, por vossos merecimentos, vos amaua muyto?

E vos, jrmãao, bem sabees como, em vida delrrey meu ssenhor, nom tijnhees mais que Saluaterra e a Atouguja e vosso assentamento (3). E despois ouuestes, per meu aviamento, ho meestrado dAvis, com que he rrazom que, por agora, vos contentees, consirando como este rregno he pequeno, de que elrrey, meu senhor e vosso padre, deu muyta parte aaquelles que lho aiudaram a ganhar e defender. E deuees poer mais ante vosso jujzo como ho jfante dom Ioham, vosso jrmãao, he muyto contente do meestrado de Sanctiago, que de rrenda he menos que ho dAvis, que vos tendes, e que da coroa, a sua pessoa se deu soomente os paaços de Bellas, porque as mais terras e rrendas que teem ouueas em casamento, como sabees. E se este proposito ia tinhees em vida delrrey meu ssenhor, a elle ho deuerees emtam rrequerer e nam agora a mym, a que muyto contradiz. E, sobrisso, por averdes a beençom da rraynha, nossa senhora e madre, nestes rregnos vos deuees antes de contentar do pouco que nos estranhos do muyto, porque, aa ora de sua morte, como muy prudente e que nos muyto amaua, asy nollo conselhou e mandou a todos por sua beençom, e asy o fezera a uos se forees em ydade pera ysso.

Senhor, rrespondeo ho jfante, Deus sabe que mynha tençom nunca foy nem sera fazer cousa em que vossa merçee rreçeba desseruiço, nojo nem desprazer. Mas tambem co jsto espero de uos, nom soomente como de meu principal ssenhor, mas como de jrmãao e padre, que queyraaes

---

(3) Em 20 de Agosto de 1429, el-rei D. João I doara a seu filho D. Fernando, para ele e herdeiros, a «nossa villa de Saluaterra de Maagos com seu termo e jurdiçom e padroado da igreia, se de dereito a nos perteençe, com a nossa lizira que chamam a do Romãao e com os dereitos que nos auemos no campo de Çacarabotam», reservadas ao monarca e sucessores a correição, alçadas, peixes reais, a dízima das coisas vindas por mar de fora do reino e a confirmação dos tabeliães (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 114 v.). Em 23 de Outubro de 1434, el-rei D. Duarte concedeu ao irmão feira franca anual em Salvaterra, por 8 dias, com diversos privilégios (*Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 33, e *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 80; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 4, fl. 225 v.; e *Místicos*, liv. 3, fl. 208). E o mesmo monarca, em 20 de Junho de 1435, isentou-lhe da jurisdição de Santarém, a que pertenciam, Sacarabotão e Romão (*Chanc. de D. Duarte*, liv. 1, fl. 126, e *Místicos*, liv. 4, fl. 39 v.). Desconhecemos a data e o teor da doação joanina de Atouguia da Baleia ao infante D. Fernando, aqui referenciada. Dessa doação régia deviam fazer parte talvez as Berlengas e o Baleal, «que sam jumto com a villa da Atouguia», por D. Afonso V traspassadas, após a morte daquele, ao infante D. Henrique, a 4 de Dezembro de 1449 (ANTT., *Místicos*, liv. 4, fl. 22, diploma editado em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 154). Do *assentamento* do D. Fernando na fazenda régia ignoramos o quantitativo e onde era pago.

Copyrighted material

mjnha honrra e acreçentamento; pois sabees que ajnda per mym nom fiz cousa que pareça de caualeyro. Porque uos e os jfantes dom Anrrique e dom Pedro, meus jrmãaos, fostes na tomada de Çepta (4) e o jfante dom Ioham foy despois no desçerco da cidade (5), em cuja empresa e perijgo merecestes e uos deram a honrra da caualaria que tendes. E eu fico soo, em mayor idade da que entom erees, sem a teer nem veio esperança pera ysso (6).

E a esto lhe disse elrrey que sobreseuesse algũus dias e que, despois de nysso melhor consirar, lhe tornaria a rreposta.

32

1434 - 1436

Comunicados por el-rei D. Duarte ao infante D. Henrique os desejos do irmão de ambos, D. Fernando, de retirar do país, propõe-lhe o Navegador irem os dois com seu pessoal e o das ordens militares de Cristo e de Avis combater os infiéis de África, programa de que discorda o monarca, pela necessidade de se refazer o país dos trabalhos passados e em razão das dificuldades financeiras, agravadas pela manutenção de Ceuta.

RUY DE PINA, *Cronica delRey dom Duarte*, cap. 11, — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT:, fl. 12 v:

Dos jfantes que na corte eram ordenados andar, ho jfante dom Anrrique, por mais despeiado, era ho mais residente, porque, despois de comprir seu giro, folgaua, por comprazer a seus jrmãaos, de serujr os seus,

---

(4) Nesta data, 1415, os infantes D. João e D. Fernando, — «porque hũu delles aula quimze annos e o outro doze, assy ficaram em este rregno com a jffamte sua jrmãa, sob a gouernamça do meestre dAuis, a que o rregimento do rregno ficou emcomemdado» (ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43).

(5) Cfr. ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, cap. 77.

(6) Repare-se no apreço em que era tida a honra da cavalaria, dado, bem entendido, que esta observação tenha algum fundamento histórico; mas se o tinha ainda em tempos de Rui de Pina, maiormente o havia de assumir em meados do século XV, como aliás se infere das crónicas de ZURARA. E o facto pode haver causado, no ânimo do infante D. Fernando, um certo complexo de inferioridade. E, afinal, veio ele a suportar em Marrocos prova excepcionalmente rude, até à morte.

Copyrighted material

delles (1). E hũu dia ho apartou elrrey e lhe disse todo o que passara com ho jfante dom Fernando, em que seu spiritu recebia muyta fadiga, ca nom achaua, pera seu contentamento, meo algũu expediente. Porque, se lhe nom desse a liçença que lhe pedira, andaria sempre carregado e descontente; e, se lha outorgasse, pareçeria que a causa disso seria seu maao trato, com que nom podia viuer no rregno; rrogando muyto ao jfante dom Anrrique que fallasse sobrisso com seu jrmãao ho jfante dom Fernando e, por seu descansso, ho tirasse deste proposito.

Senhor, rrespondeo ho jfante, njsto e em todo o que em mym for sempre farey ho que uossa ssenhoria manda; porem, a mym pareçe que o jfante meu jrmãao, no que vos requere, nom faz menos do que uos lhe deuees e a elle compre. Porque nom he rrazom, sendo filho de tal padre e neto de taaes avoos, que gaste asy sua vida sem fazer nella algũa cousa de louuor, per que mereça e aja honrra. E, portanto, quanto a mym, nom lhe dou culpa em seu descontentamento; pois, sem honrra, deue auer sua vida por mal empregada. E pois, ssenhor, se atrauessa este caso, rrepetirey meu fundamento mais alto, como quem de mais dias ho tem cujdado.

Vos, a Deus graças, com a firmeza das pazes de Castella, tendes asy uosso rregno em paz e assessego que, por agora, nom ha outro rreçeo de que se siga nem espere ho contrayro. Nelle ha muyta e boa gente e nos, quatro jfantes, que uos fazemos pouco seruiço, em rrespeyto do muyto que uos poderiamos fazer. Peçouos, senhor, por merçee, pois Deus, per sua graça, quys que nom saysees da soçessom delrrey nosso ssenhor e padre, que tambem nom sayaaes da sua teençom, que foy, despois de asentar as pazes com Castella, buscar taaes empresas e conquistas a seus vassallos com que nom perdessem ho exercicio das armas e caualaria em que eram acustumados. Porque, como muy prudente, sabia que muytos rrex e principes, com a longa ouciosidade e segurança da paz, nos primeiros rreueses da fortuna cayrom torpemente no mundo de seus estados e ssenhorios. Os exempros disto vos nom allego, de que os liuros sam cheos. E mais sey que destes e dos que sam pera hũu princepe virtuosamente viuer vossa memoria he hũu claro rregisto.

E, posto que o credito comũu seia que a empresa de Çepta foy por nos honrradamente armar caualeiros, cujdo, segundo sua muyta prudencia e grandeza de coraçom, que esse foy ho achaque; mas, despois do seruiço de Deus, a causa e fundamento prinçipal foy a que disse: por em seu rregno se nom perder ho vso das armas, que ouue por çerta segurança e acrecen-

(1) Interessante informe este, repetido pelo autor no capítulo seguinte, da assistência habitual do infante D. Henrique na corte eduardina, nesta época. Ele lá sabia porquê.

tamento de sua coroa e estado (2). Pollo qual, ssenhor, uos teendes tempo muy desposto pera seruir a Deus e saluardes seguramente a alma e acreçentardes muyto em vosso nome e estado. Nos somos, ho jfante dom Fernando e eu, em vosso rregno sem jmpidimento de molheres e filhos; daaenos liçença pera passarmos em Africa, onde, com nossos criados e serujdores e com os caualeiros das ordeens de Christus e Avis que teemos, guerreando os jnfiees, seruiremos a Deus e a uos, a quem, como a principal mouedor, perteeçera todo este louuor e mereçimento. E co isto sey que ho jfante dom Fernando assessegara em sua mudança sem vosso trabalho e fadiga. E a gente de vossos rregnos, pera quando uos comprir, teeres exercitada como deue e uos deuees querer.

Bem sento, jrmãao, rrespondeo elrrey, que do grande amor que me teendes e deseio de mjnha honrra e saluaçom proçedem as rrazõoes que me dizees e ajnda sam as que conuem a hũu tal princepe e tal caualeiro como uos sooes. Porem, ao presente, os tempos em que estamos o nom padecem, porque aas gentes de meu rregno he agora muy necessareo rrepouso com que, em suas fazendas e forças, cobrem o que nos trabalhos passados perderom. E certo, se asy nom fosse, a mym pareceria desagardeçer a Deus ho beneficio da paz. E desy mjnha fazenda, pellas grandes despesas que della sayrom, esta muy gastada; e sobrisso sabees com quanta dificuldade e despesas Cepta se manteem, com outros jnconuenientes que muyto jmpidem pera nom ser rrazom de se ysso comprir (3). E portanto vos rrogo, deixados estes mouymentos, que todavya fallees ao jfante dom Fernando; e, na melhor maneira que poderdes, lhe repousees a vontade, nom lhe tocando nada desta pratica em que esteuemos, porque seria causarlhe moor aluoroço, com que me desse mais fadiga.

E o jfante dom Anrrique, como a principal uirtude que tijnha e que mais estimaua era a obediencia a elrrey, comprio em todo seu mandado. Mas ho jfante dom Fernando, como quer que sobre sua partida nom jmportunasse a elrrey em pessoa, nom leixaua de se agrauar disso em sua aussencia e a pessoas de que elrrey ho soubesse, ho que elrrey muyto sentia.

---

(2) A presente argumentação, no que respeita à intenção joanina e à henriquina sobre a finalidade da guerra contra os mouros, é pura fantasia literária do cronista, em cujas narrativas cumpre fixar apenas a substância dos acontecimentos históricos e, sempre que possível, objectivada pelos textos diplomáticos. Sobre o particular vejam-se por exemplo, o documento 108 do nosso vol. 2 e os documentos 21, 23, 24, 128, 133, 134, 137 e 138 do vol. 4.

(3) Já em 1432, vivo ainda el-rei D. João I, D. Duarte era avesso a retomar-se a luta em Marrocos, como claramente se infere das consultas que então fez sobre o particular (Cfr. os cits. docs. 21, 23, 24 e 26 do nosso vol. 4), se bem que viesse a confessar, em 24 de Agosto de 1433, que seu pai falecera «com este proposito e entençom e desejo» de guerrear os mouros (*Ibi*, doc. 74).

Copyrighted material

33

1434 - 1436

O infante D. Henrique procura aliciar para o seu partido, de campanha imediata em África contra os infiéis, as pessoas principais da corte régia, onde assiste mais do que seus irmãos, sobretudo a rainha D. Leonor, no intuito de ela influir sobre o particular no ânimo do marido (1).

RUY DE PINA, *Cronica delRey dom Duarte*, cap. 12, — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 13 v.

Ho jfante dom Anrrique foy princepe a que Deus grandemente dotou de todas as uirtudes dalma e, das do corpo, a natureza lhe nom foy escassa. Em spicial, era de muy esforçado coraçom, com que sempre zellaua e procuraua grandes empresas. E certo, se elle fora em algũa grande potencia, cuja gouernança esteuera soomente a sua desposiçam, bem poderiamos

---

(1) No ano de 1432, o infante D. Duarte, havendo consultado à puridade o infante D. João e os condes de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos, entre outras coisas sobre «hũa armada que o jfante dom Anrrique tratou com elrey que lhe encaminhasse» para Granada ou para Marrocos (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 4, p. 124), obteve do conde de Ourém, em 4 de Junho, em resposta a campanha marroquina, «que melhor he de jr a uosa senhoria», pelos motivos que alegou (*Ibi*, p. 132). Falece-nos texto a documentar quais as verdadeiras razões por que D. Duarte, anos depois e já rei, pretendeu derivar esse projecto henriquino para Granada, aproveitando o surto a que nos referimos em a nota da p. 214 do nosso vol. 4, aliás sem resultado (Cfr. o DOC. 15 do presente volume). É possível que, em seu espírito, pesasse a opinião da esposa, D. Leonor, a discordar da ida do marido, na hipótese de este se inclinar para a sugestão do conde de Ourém, acima citada; pois ela, ainda em 31 de Janeiro de 1437, em carta ao bispo de Lérida, durante os preparativos da campanha de Tânger, dizia: — «Encomjendovos que nos ayaes en memoria en vuestras oraciones, porque somos asy trabados con esta armada que el señor rrey faze, de la qual yo tengo grande cuydado. Ruego a Nuestro Señor que la adereçe bien; por que el sseñor rrey non aya de acudir personalmente, que este es el mayor cuydado que, al presente, yo tengo» (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 2, fl. 24, — texto editado por DOMINGOS MAURICIO, em «Brotéria», vol. 12, 1931, p. 157). De sorte que, teve o infante D. Henrique de levar a rainha a dar-lhe o seu assentimento e a demover igualmente, por ela, o marido, como sublinha RUI DE PINA. Conseguiu-o, ao que parece, perfilhando o sobrinho e filho de ambos, o infante D. Fernando, e fazendo-lhe testamento de tudo o que possuísse à hora da morte, como fez em 7 de Março de 1436 (O documento respectivo conserva-se, por cópia, no ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v.,

Copyrighted material

congeyturar que seu estado e cujdado nom teuera outro rrespecto, saluo conquistas virtuosas.

Este princepe, como vio a materia da passagem dAfrica moujda, como quer que fosse entam denegada, nom leyxaua de ha reuoluer em sua memoria; e, como cousa que lhe parecia que Deus jnspiraua, trabalhaua buscar camjnhos e rrazõoes pera hir ao effecto della. E pera ysso, serujndo elrrey na corte, como era seu custume, sabeendo ho grande amor que tijnha aa rraynha, sua molher, e a muyta parte que lhe de sy daua; consirando quanto, em seu proposito e em outro mais dificil, ella, com sua discripçam e virtudes, lhe podia com elrrey muyto aproueitar, tomou por envençom serujlla mais continoadamente e com mostranças de moor amor do que antes fazia. E a rraynha, veendose estrangeira e sentindo quanto elrrey era afeiçoado aos jfantes seus jrmãaos e, em special, ao jfante dom Pedro, antre o qual e ella ja avia duuydas de suas boas vontades, estimou, por muyto seu interesse e segurança, aver pera sy o coraçom do jfante dom Anrrique, a que, pera ysso, respondia igualmente com obras e virtuosos synaaes de amor (2).

E conheçendo ho jfante que tijnha ja ganhada sua boa vontade, trabalhou mais, pera o fim de seu deseio, acolher pera sy, com hũa espicialidade de merçees e fauores, a esses principaaes da corte, com que emtendia que elrrey tijnha mais familiaridade e a que, em seus conselhos, daua mais credito. Com os quaaes, antre as cousas que principalmente praticaua, asy era quanto deseiaua que elrrey seu ssenhor fezesse em Africa algũa façanha que ficasse em sua memoria pera sempre e ho grande deseio que tijnha de ho nysso seruir, confirmandoos per suas exortações em sua vontade, pera lhe nom rresistirem quando o caso se cometesse. E, seendo ia ho jfante pungido de seu deseio e asi triste pella tardança do effecto que se nom procuraua, veendo pera ysso tempo desposto, fallou aa rraynha, dizendo:

Senhora, quanto uos Deus fez de mais alto e de mais nobre sangue, tanto deuees deseiar mais honrra e acrecentamento de moor estado a

---

liv. 12, fl. 12, e em *Místicos*, liv. 2, fls. 156 e 183, sempre inserto na carta de confirmação afonsina de 23 de Novembro de 1451).

Ambos estes textos foram estudados e publicados por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 111 e ss. e 442-43). Já então a fortuna do infante D. Henrique era considerável e de molde a pesar no espirito dos pais do perfilhado. Também ela veio a pesar no de el-rei D. Afonso V (Cfr. *Reflexos politicos do Segundo Testamento Henriquino*, na obra e vol. retrocits., pp. 213 a 267).

(2) Começa RUI DE PINA a esboçar a sua tese, dominante na *Crónica de el-rei D. Afonso V:* — «Parcial todavia, pouco inclinado a cousas de Hespanha e da nobreza, conta-nos a historia d'esse periodo [o afonsino] de fórma que parece preparar o espirito do leitor para as grandes luctas do reinado seguinte» (GABRIEL PEREIRA, Introdução a RUY DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Afonso V*, Lisboa, 1901, p. 5).

elrrey vosso marido; porque seu louuor acreçenta no vosso e muyto mais na honrra de vossos filhos. E por ha rraynha, mynha ssenhora e madre, ser a ysto conforme, nunqua em seu deseio prepos algũa bem aventurança aa honrra; e esta, sobre todas, deseiou a elrrey meu ssenhor e a nos, seus filhos. E deulha asy Deus em todolos dias de sua moçidade e velhiçe, como creo que ouuyriees e sabees. Leyxou, per graça de Deus, a elrrey meu ssenhor, vosso marido, em assessego com seus vassallos e em paz com os christãaos, em que ficou ho honrroso senhorio de Çepta como porta aberta de honrra e gloria, per que elle entrasse e, açerca da guerra dos jnfiees, seguyse suas peegadas, em que acharia honrra sem soberua e merecida saluaçom pera alma e grande e louuada herança pera seus filhos.

E pera sua merçee isto comprir, aalem da obrigaçom com que o deue fazer, teem ha melhor desposiçam que nunqua princepe teue, asy pella geeral paz que ha com todos, como pella muyta gente de seu rregno deseiosa dhonrra. E somos mais, ho jfante dom Fernando e eu, jrmãaos despeiados pera escusarmos sua pessoa e ho serujrmos em quallquer cousa que elle mandar; e, sobrisso, no rregno ha muyta abastança de mantimentos e muytas armas que, ao menos pera aver rrazom de se alimparem, seria necessario e proueitoso fazerse hũa grossa armada.

Queria, ssenhora, que vossa merçee nom soomente ouuesse por bem mouer eu isto a elrrey meu ssenhor, mas ajnda que com elle me ajudassees; porque, aallem da certa honrra que se ganha, ajnda nom he sem seu proueyto e vosso passarmos em Africa. Ca, se Deus nos der vitoria dos jmjgos de sua fe e lhe tomarmos algũu lugar junto com Cepta, daly, com sua ajuda, os guerrearemos por tal maneyra, que ajam, por seu proueyto e saude, leyxarnos sua terra e nos a cobrarmos, como os mouros dEspanha fezerom a nossos anteçessores, e la viuiremos, acrecentando cada dia a Nosso Senhor Ihesu Christo e aa bem auenturada Virgem Maria, sua madre, mais casas doraçom, em que seiam louuados e adorados, e a elrrey meu ssenhor moor louuor e aa coroa de seus rregnos mais honrrada herança e a vossos filhos ficarom estes rregnos mais liures pera nelles poderem viuer, como a suas honrras e estado perteençe.

E a rraynha, despois de bem ouujr ho jfante, lhe rrespondeo: vos jrmãao sooes delrrey meu ssenhor e eu nom sey no mundo quem moor honrra e mais bem lhe deua com rrazom deseiar que vos e os jfantes vossos jrmãaos. Vos lhe podees ysso requerer; porque, se a natural fraqueza de meu entendimento me nom engana, ho rrequerimento em sy he justo, honesto e sancto e tal que bem pareçe que o cujde e faça hũu tal princepe e tam boom caualeiro como vos sooes. E se sobrisso entenderdes que mjnha interçessom pode aproueytar, eu, por seruiço delrrey meu ssenhor e por vossa honrra e prazer, me despoerey a ysso com boa vontade.

34

12 SETEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar da Lei Mental o conde de Barcelos, seu irmão, os condes de Ourém e de Arraiolos e a infanta D. Isabel, mulher do infante D. João, respectivamente filhos e filha daquele (1).

ANTT., *Leis*, maço 1, n.º 158, original em pergaminho, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 36 v., aqui datada de 10 de Setembro; *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fl. 99 v.; e *Misticos*, liv. 1, fl. 16, e liv. 3, fl. 201.

Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, liv. 6, n.º 43.

Referenciada sobretudo por JOZE ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Synopsis chronologica*, t. 1, p. 27, e por JOAO PEDRO RIBEIRO, *Additamentos e retoques á Synopse Chronologica*, p. 111.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o conde de Barçellos, meu jrmãao, nos mostrou hũa ley, fecta per nos, a quall andaua rregistada nos liuros da nossa chancelaria. E ho theor della he este que sse segue.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 8 de Abril de 1434, — o nosso DOC. 3.

A quall ley assy mostrada, o dicto conde, meu jrmãao, nos disse que a jfante dona Jsabell, molher do jffante dom Joham, meu jrmãao, ssua ffilha, e elle e os condes dOurem e dArrayollos, meus sobrinhos, seus filhos, tijnham todallas terras e padroados de jgreias que forom do condestabre, per suas doaçõoes, confirmadas per elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, e per nos; as quaaes eram fectas a ell e aos dictos seus ffilhos per maneira de moorgado; e que, quando nom ouuesem ffilhos barões, que as ffilhas podessem herdar as dictas terras e padroados; e quando hi nom

(1) Das quatro cartas, todas de Óbidos, da mesma data de 10 de Setembro, apenas se conserva por extenso, na chancelaria eduardina, a destinada ao conde de Barcelos, com algumas variantes da que publicamos, a destinada ao Arquivo Nacional; as demais vêem-se ali apenas por ementa. De sublinhar o facto de todas aquelas serem datadas de 10 e a presente, o único original conservado, de 12.

ouuesse ffilhos nem ffilhas decendentes, que as podessem herdar os herdeiros colleteraaes; e que esso meesmo ell tijnha, per a dicta guisa, [a] terra de Vermoym e as terras que forom do conde dom Gonçallo, das quaaes lhe fezera doaçom o dicto ssenhor rrey dom Joham, meu padre (2); e que outrossy nos ffezemos merçee a ell do paul de Paay Lepa e a[o] conde dOurem (3), sseu ffilho, da auga dAluiella e artefiçios que em ella forem fectos, pera poderem fazer dello o que qujsessem, como doutra qualquer herdade; a quall cousa a dicta nossa ley contradizia. E pedyonos por merçee o dicto conde, meu jrmãao, que mandassemos que tall ley nom fosse em perjuizo a elles nem a seus herdeiros.

E nos, veendo o que nos dizia e pidia e, querendolhes fazer merçee, mandamos que, nom embargante a dicta nossa ley, sse guardem pera sempre as doaçõoes e confirmaçõoes que elles teem delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, e nossas, das merçees que lhes ffez o dicto ssenhor e confirmaçõoes das doaçõoes do condestrabre com as clausullas e condiçõoes em ellas contheudas, assy nas terras como nos padroados. E queremos, por nos e nossos soçessores, que elles e seus herdeiros as ajam per a guisa que em ellas he contheudo. E, em testemunho desto, lhes mandamos dar, a cada hũu, sua carta, sijgnada per nossa mãao, seellada com o nosso seello do chumbo, e outra tal que sse ponha na nossa torre de Lixboa com as nossas scripturas. E esta he pera se poer na dicta torre.

Dante em Obidos, xij dias de setenbro· Conçertada com as outras per mjm, Afonso Cotrim, scripuam da camara do dicto ssenhor rrey. Era do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxxiiij anos.

(*as.*) ElRey.

---

(2) D. Afonso, filho bastardo e legitimado de el-rei D. João I e da nobre D. Inês Pires, recebera do pai, em 31 de Outubro de 1391 o condado de Neiva, então confiscado ao 1.º conde D. Gonçalo Teles e constituído pelas terras de Neiva, Aguiar de Neiva, Perelhal, Faria e Vermoim (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 46). No dia de seu primeiro matrimónio com D. Brites Pereira foram-lhe confirmadas e acrescidas de Darque, Rates, Penafiel de Bastuço e couto da Várzea e foi também nomeado conde de Barcelos (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 186, texto incompleto, mas na íntegra na *Chancelaria de D. João III*, liv. 7, fl. 211, — textos já referenciados por BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 247-49 e 253-54).

(3) E D. Afonso, 4.º conde de Ourém e filho primogénito do retrocitado D. Afonso, neto materno do condestável D. Nuno Alvares Pereira, de quem recebera, em 4 de Abril de 1422, entre outros bens, o condado referido. Também D. Fernando, segundo filho do 8.º conde de Barcelos, tivera, na mesma data, do dito seu avô, o condado de Arraiolos (Cfr. *Brasões*, liv. cit., pp. 256-57).

35

21 SETEMBRO 1434

Alvará de el-rei D. Duarte, a conceder os privilégios dos caseiros encabeçados dos fidalgos, a pedido do infante D. Henrique, a 10 pastores deste que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v., inserto na carta de confirmação afonsina de 8 de Março de 1449, — texto que se reproduz; *ibi*, liv. 19, fl. 13 v.

Nos elrrey fazemos saber a vos, dom abade dAlcobaça, e aos juizes e justiças dese couto e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, que o jfamte dom Hemrrique, meu jrmãao, nos dise como ell entende hi de trazer hũa soma de ouelhas e com ellas dez ouelheiros, a saber cada hũ com ij^{c}. cabeças. E, porque pera elo lhe conpre algũ scusamento, nos pedio de merçee que lhe desemos sobrello noso rrecado.

E, visto seu rrequerimento, a nos praz que cada hũu dos dictos dez ouelheiros que asy trouuer ij^{c}. ouelhas de guarda sobre sy seja scusado e liberdado de todollos encarregos e seruidõoes que o som os caseiros encabeçados dos fidalgos.

E porem uos mandamos que asy os scusees e os nom costrangaaes pera elas em nehũa gisa que seja.

Fecta em o Bonbarrall, xxj dias de setenbro. Afonso Cotrim a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} xxxiiij^{o} anos.

36

29 SETEMBRO 1434

Letras Etsi cunctis, *do papa Eugénio IV, a isentar os conversos presentes e futuros das ilhas Canárias do pagamento das dízimas e primícias à Igreja e de quaisquer outros tributos que se cos-*

(1) O presente documento talvez nos possa habilitar a afirmarmos que, entre outras indústrias, se dedicou o infante D. Henrique à dos lanifícios, sobre a qual, porém, não se conhece mais nenhum texto, a não ser a infracitada carta afonsina de confirmação de 1449, quinze anos depois.

tumam pagar nas terras cismarinas aos senhorios temporais, pois lhe consta que alguns reclamam o domínio sobre os habitantes e terras das ditas ilhas, onde há convertidos à fé católica, e exigem a estes o quinto dos frutos da terra e das crias dos animais (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 78.

Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Etsi cunctis fidei catholice cultoribus, ex iniuncto nobis apostolice seruitutis officio, viam quietis et pacis, ut liberius viuere et conuersari et Altissimo famulari valeant, oportunis fauoribus et auxilijs assistere debeamus, illis tamen precipue nos conuenit huiusmodj jmpendere auxilia et fauores qui, propter ipsorum nouam conuersionem ad fidem, sunt pater-

(1) Parece fora de dúvida que esta série de Letras do papa Eugénio IV sobre as Canárias constitui reacção castelhana contra a expedição henriquina deste ano àquele arquipélago, nos termos do que observámos em a nota da pág. 255. E, ao que se depreende do presente texto, as ilhas visadas pela armada portuguesa de 1434 teriam sido as de Grã Canária e de Gomeira. É de sublinhar que reaparece aqui, nominalmente citado (Cfr. os DOCS. 38 e 39), a conduzir ainda a reacção de Castela contra as pretensões portuguesas às Canárias, Fr. João de Baeza, da Custódia Franciscana de Sevilha, o mesmo precisamente que a iniciara em 1416, patrocinado e subsidiado pelo antipapa Bento XIII, em defesa da ilha de Forteventura (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOCS. 118 e 121 a 130), contra a expedição henriquina de 1415, referenciada por MARTINHO DE BOÉMIA (Cfr. o DOC. 113 do cit. vol.), e que a retomara em 1423, sob o papado de Martinho V, já então como Vigário Geral da sua Ordem no referido arquipélago, que ele pretextou haver ocupado religiosamente, fundando ou alegando ter fundado casas franciscanas em quatro das ilhas, por se preparar já, porventura em prévias sondagens, a expedição henriquina de 1424, chefiada por D. Fernando de Castro (Cfr. *Obra cit.*, vol. 3, DOCS. 32-34, 39 e 51).

Parece-nos que não se podem tomar a sério, na historiografia do missionamento das Canárias, os supracitados textos pontifícios, que, por assumirem, segundo todos os visos, carácter sobretudo político, pelo que respeita aos suplicantes, devem ser postos de remissa. Trata-se, porquanto, de hábeis diligências em defesa dos interesses castelhanos e até, ainda mais, dos das gentes andaluzas, patrocinadas pelos franciscanos de Sevilha, que se empenharam numa ocupação religiosa ou jurídica do arquipélago canariense, a transformar pelo romano pontífice em reconhecimento político a Castela. Mais tarde aduziremos novas provas desta asserção, no respectivo lugar cronológico. Por agora, limitar-nos-emos a adicionar esta justa observação do historiador PÉREZ EMBID: — «Durante este primer momento (1415-1435) la Corona de Castilla acepta pasivamente una titulación de soberanía sobre Canárias, que le había sido ofrecida por el vasallaje de Jean de Bethencourt, pero no interviene de manera directa en los acontecimientos de las islas. La Corona de Castilla se ocupa únicamente de extender algunos documentos que sirvan de legitimación a los esfuerzos prácticos de algunos anda-

naliter confouendi, ut in ea, aliorum christicolarum ad instar, bonis exemplis instructi plenius roborentur.

Accepimus siquidem quod nonnulli, qui in jnsulis Canarie, in quarum aliquibus habitatores ad fidem catholicam sunt conuersi, eorundem habitatorum et terrarum sibi dominium temporale uendicant, ab eisdem conuersis de omnibus fructibus terre et fetibus animalium quintam partem exigunt, in eorundem conuersorum onus nimium et grauamen (2).

Nos, igitur, illius celestis pastoris qui oues huiusmodi, ut uocem suam audirent et sub vnico pastore vnum ouile fieret, uocare dignatus est, cupientes oues jnsularum predictarum, ut prefertur, a Domino ad ouile predictum uocatas ac omnes alias quas uocari continget jm posterum, quantum nobis ex alto conceditur, ad illud adducere et bonis moribus informare, volumus atque decernimus et auctoritate apostolica statuimus et etiam ordinamus quod prefati habitatores earundem jnsularum iam conuersi et jm posterum conuertendi ad fidem catholicam et quicunque alij fideles in eisdem jnsulis et alijs pro tempore moraturi, tam ecclesie, in decimis et primitijs et alijs, quam temporalibus dominis, in fructibus, redditibus et prouentibus ac seruicijs et alijs spiritualibus et temporalibus juribus persoluendis, illos laudabiles et humaniores consuetudines atque mores, qui per alios fideles christianos antiquos, in partibus cismarinis eisdem

---

luces, que tienen suficiente poder para organizar expediciones particulares» (*Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 127).

Neste Setembro de 1434, há uma outra circunstância a ter em consideração: os embaixadores de Castela ao concílio de Basileia, nomeados por D. João II a 13 de Abril anterior (Cfr. o nosso DOC. 9), «hicieron su entrada en aquella ciudad el 26 de Agosto de 1434» (Cfr. SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, p. 112). Cumpria preparar o ambiente e o papa Eugénio IV para as reclamações oficiais castelhanas sobre o referido arquipélago, as quais vieram a ser redigidas por um daqueles delegados de Castela ao concílio, o bispo de Burgos Alfonso Garcia de Santa Maria, contra as pretensões portuguesas às Canárias, e apresentadas ao pontífice por outro dos ditos delegados, o Dr. Luís Alvarez de Paz (Editadas, por exemplo, em texto bilingue, por SILVA MARQUES, *Descobrimentos portugueses*, vol. 1, pp. 295 e ss.).

(2) Não se disse ao papa Eugénio IV quem convertera alguns infiéis nas ilhas Canárias, como se infere deste resumo da súplica no texto pontifício. Afirma, porém, el-rei D. Duarte, em sua súplica de 1436, reportando-se à expedição henriquina de 1434 àquele arquipélago, que D. Henrique se propusera, como em herança paterna, trazer à fé cristã e à civilização os seus habitantes e acrescenta logo: — «Cumque preffata classis ad vnam predictarum insularum aplicuisset et multitudo armatorum in terram descendisset, quadringenti circiter ipsorum paganorum, illico sacri baptismatis fonte renati, fidem christianam deuotissime nacti sunt, quam plerique ipsorum, usque in presentiarum, colunt. Dignum facinus! Vbi nunquam Christi nomen auditum est, iam Christus colitur, et ubi Deus ab inicio incognitus fuerat, iam cognoscitur et adoratur» (Cfr. o nosso DOC. 129). A *quinta parte* referida no presente documento devia constituir tributação imposta por Las Casas, por Maciot de Bethencourt ou por ambos.

Copyrighted material

insulis propinquioribus, obseruantur, seruare [non] debeant et ad ultra uel aliter jura huiusmodj alicui persoluenda minime teneantur et ad id compelli a quoquam jnuiti nequeant seu etiam coartari, decernentes ex nunc jrritum et inane, si secus super his, per quoscunque, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit actemptari. Et nichilominus uolumus quod presentibus litteris, per publicum notarium seu tabellionem cum instrumento publico exemplatis, tanta fides, in judicio et extra, adhibeatur quanta eisdem originalibus licteris adhiberetur, si forent exhibite uel ostense.

Nulli ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tercio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

37

29 SETEMBRO 1434

Salvo-conduto Deuotionis tue, *passado pelo papa Eugénio IV ao nativo cristão Pedro Chymboyo, da ilha de Gomeira, nas Canárias, o qual intitula duque, para ele e muitas outras pessoas poderem viajar livremente pelas demais ilhas e pelas terras cismarinas, a fim de melhor se instruirem nos costumes cristãos e na fé católica.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 78 v.
Em transcrição inaproveitável, em WÖLFEL, *Un jefe de tribu de Gomera*, pp. 103-04.

Eugenius, etc.

Dilecto filio nobili viro Petro Chymboyo, duci, in jnsula Gomere conmoranti, salutem, etc.

Deuotionis tue sinceritas, quam ad nos et Romanam ecclesiam geris, promeretur, ut tu, qui dudum inter populos jnsularum Canarie, Deum minime agnoscentes, consistens, fidei catholice primitias omnipotenti Deo, per sacri baptismatis susceptionem, exhibuisti, in hijs per que Jhesu Nazarenj, Saluatoris nostri crucifixi, beneplacitis et eiusdem fidei cerimonijs et (1) coaptare ualeas, nos tibi exhibeamus fauorabiles et benignos.

Cum itaque sicut, pro parte tua, fuit propositum coram nobis, tu, qui olim, de secta jnsulas predictas inhabitantium, ut prefertur, ad fidem

(1) Neste passo, parece faltar texto.

predictam conuersus fuisti, eiusdem fidei maiora documenta sentire et experientia christicolarum informari ac in agibilibus mundi, quorum notitia in eisdem jnsulis non habetur, instrui ac propterea ad alias jnsulas predictas et partes cismarinas, pluribus associatus personis, transire desideres et proponas;

Nos igitur, tuum laudabile propositum in Domino conmendantes ac sperantes quod, sicut generositate sanguinis et statu ducali alijs earundem jnsularum habitatoribus preemines, in alijs, pro animarum suarum salute, ad conuersionem huiusmodj actrahendis, tuam preeminentiam fructuosius exercebis, ac propterea et alias volentes tuam honorare personam tibique et alijs de familia tua et quibusuis alijs (2) te conmictantibus, ut securius vota tua huiusmodi exequi valeas, apostolicos fauores jmpendere, tibi, pro te ac dilecta in Christo filia nostra, uxore tua, ac dilectis filijs utriusque sexus natis et consanguineis et affinibus tuis et quibuscunque et quotcunque alijs de jnsulis eisdem natiuis, pro tempore ad predictam fidem conuersis, et alijs quibusuis fidelibus christianis tecum ad predictas alias jnsulas seu ad terras et partes cismarinas transire uolentibus, in eisdem jnsulis conmorando, et alias ex eisdem ad alias seu ad partes cismarinas transeundo, stando et redeundo, cum nauigijs et nautis ac bonis et rebus tuis et ipsorum, plenam ab omnibus alijs quaruncunque nationum christianis securitatem et libertatem (3) ac plenum et firmum saluum conductum concedimus, per presentes, jta quod nullus, cuiuscunque dignitatis, status, gradus aut conditionis existat, te aut vxorem, filios, filias, consanguineos, affines, familiares aut alios, etiam dictarum insularum habitatores, ad fidem conuersos et alios fideles in tua comitiua, pro tempore, ad jnsulas easdem aut extra illas pacifice incedentes seu nauigia, nautas, bona uel res huiusmodi capere, jnuadere, captiuare, occupare, perturbare seu quominus ad alias jnsulas et partes fidelium libere transire ac in eis stare et ab eis redire ualeatis, quotiens tibi placuerit et fuerit oportunum, quoquomodo jmpedire presumat.

Si quis uero, quod absit, securitatem ac libertatem et saluum conductum nostrum huiusmodj, quouis modo seu quesito colore, ausu temerario infringere presumpserit, eo ipso sententiam exconmunicacionis incurrat a qua, nisi apud sedem apostolicam et prius personis huiusmodi captiuatis libertati restitutis ac de alijs damnis illatis satisfactione parti lese realiter impensa, absolui nequeat, preterquam in mortis articulo constitutus.

Nos enim, ut premissa ad conmunem plurium notitiam deducantur, vniuersis et singulis patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis

---

(2) No ms. *quosuis alios*.

(3) No ms. *liberam*.

filijs electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, cantoribus, thesaurarijs et alijs ecclesiarum prelatis mandamus ut presentes litteras in eorum ecclesijs, cum major inibi ad diuina conuenerit populi multitudo et super hoc fuerint requisiti, alta et intelligibili voce legant et publicent ac in ydiomate vulgari declarari procurent. Et nichilominus quibuscunque religionis christiane cultoribus, regibus, principibus, ducibus, marchionibus, comitibus, baronibus ac ciuitatum, castrorum, villarum et aliarum terrarum rectoribus et quibusuis alijs dominis temporalibus, in remissionem peccaminum, iniungimus ut, in fauorem fidei et ob reuerentiam sedis apostolice, libertatem ac securitatem et saluum conductum nostrum huiusmodi teneant et obseruent et faciant a subditis eorum inuiolabiliter obseruari. Et insuper volumus quod presentibus litteris, per notarium seu tabellionem publicum, cum instrumento publico exemplatis, tanta fides in judicio et extra adhibeatur quanta eisdem originalibus litteris adhiberetur, si forent exhibite et ostense.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis, mandati et voluntatis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Florentie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tertio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

38

29 SETEMBRO 1434

Letras Regimini gregis, *do papa Eugénio IV, a proibir, sob pena de excomunhão reservada à Santa Sé, fora do artigo de morte, que se escravizem ou roubem os fiéis das ilhas Canárias e a conceder a todos eles salvo-conduto para transitarem entre elas e de lá para as terras cismarinas; pois, segundo informe de Fr. João de Baeza, franciscano, do leigo nativo e intérprete João Afonso de Ydubaren e de outras pessoas, sabe que, sobretudo nas ilhas de Grã Canária e de Gomeira, onde há já alguns cristãos, os indígenas desejam visitar as demais ilhas vizinhas e as terras cismarinas, para contactarem com os cristãos e aprenderem as artes mecânicas e outros modos de vida, quando houver transporte, mas receiam ser reduzidos ao cativeiro, como já sucedeu com outros, por alguns piratas cristãos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 79 v., — donde se reproduzem.
Publicadas por TORRES CAMPOS, *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias*, pp. 207 e ss., e por WOLFEL, *La Curia Romana y la Corona de España*, pp. 1039-41.

Eugenius, etc.

Vniuersis christifidelibus presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Regimini gregis dominici, diuina disponente clementia, presidentes, curis assiduis angimur et continua meditatione pulsamur ut ad ea, per que nedum ipsius gregis sane oues custodiri, sed etiam morbide ad ouile Domini induci valeant, fauorabiliter intendamuus et, pro eis reducendis ac salubriter a prauorum incursibus preseruandis in Domino quoque paternaliter confouendis, pias adhibeamus solicitudinis nostre partes.

Sane tamen, ex insinuatione dilectorum filiorum Johannis de Baeza (1), ordinis fratrum minorum professoris ac ipsius ordinis in jnsulis de Canaria nuncupatis vicarij auctoritate apostolica deputati, ac Johannis Alfonsi de Ydubaren, laici, de jnsula Magne Canarie natiui, ac inter christicolas et homines dictarum jnsularum jnterpretis, quam aliorum fidedignorum relatu, percepimus quod in predictis, presertim Magne Canarie et de Gomera jnsulis, in quibus iam nonnulli pauci ad fidem conuersi existunt, multitudo populorum qui Deum hactenus non nouerunt nouissime cupiunt catholicam fidem suscipere ac sacri baptismatis unda renasci ac nedum alias propinquas jnsulas ac seipsos vicinos agnoscere (2), sed etiam partes cismarinas, ut fideles christianos in pleniori obseuantia fidei conuersantes ac meccanicas artes et alios modos uiuendi exercentes ut in eis instrui et informari ualeant, si quando eis nauigiorum facultas affuerit, desiderant personaliter uisitare; sed quia nonnulli ex dictarum jnsularum iam conuersis ad fidem per aliquos christiani nominis marinos piratas fuerunt hactenus captiuati, expedit ut nos, qui omnium christifidelium et presertim talium nouiter conuersorum pastores et custodes existimus, circa premissa taliter prouidere curemus ut et ipsi iam conuersi securitate debita gaudeant et alij a conuersione, metu captiuitatis huiusmodi, minime retrahantur (3).

---

(1) No ms. *Baesca*.

(2) No ms. *agnoscant*.

(3) Aqui temos, no preâmbulo do documento e, portanto, achava-se no texto da súplica respectiva, segundo o uso da cúria pontifícia e segundo todos os visos, a acusação de Fr. João de Baeza contra os portugueses, a quem chamou marinheiros piratas, de nome cristão, «aliquos christiani nominis marinos piratas», e contra os quais solicitou providências a Eugénio IV.

Nos igitur, qui populorum predictorum et omnium aliorum extra fidem oberrantium conuersionem intensis desiderijs affectamus, intendentes in premissis salubriter prouidere, omnibus et singulis utriusque sexus omnium et singularum predictarum de Canaria, ut premittitur, nuncupatarum jnsularum habitatoribus nunc et pro tempore ad fidem Christi conuersis et baptismatis unda renatis (4) et alijs quibuscunque fidelibus christianis, pro ministerio conuersionis eorum in eisdem jnsulis conmorando et ad alias quascunque jnsulas seu loca, ciuitates, castra, terras, dominia, regna fidelium cismarina pacifice transeuntibus, in mari et in terra, eundo, stando, et redeundo ac ipsorum et aliorum fidelium nauigijs, in quibus eos transire contigerit, ac nautis cum rebus et bonis eorum quibuscunque, plenam ab omnibus et singulis alijs quaruncunque nationum christianis securitatem et libertatem ac plenum et firmum saluum conductum concedimus per presentes, jta quod nullus, cuiuscunque dignitatis, status, gradus, aut conditionis existat, dictarum jnsularum habitatores ad fidem conuersos, pro tempore apud jnsulas easdem aut extra illas pacifice incedentes, seu nauigia, nautas, bona uel res huiusmodi capere, jnuadere, captiuare, occupare, perturbare, seu quominus ad alias jnsulas et partes fidelium libere transire ac in eis stare et ab eis redire ualeant, quotiens eis placuerit et fuerit oportunum, quoquomodo jmpedire presumat (5).

Si quis uero, quod absit, securitatem ac libertatem et saluum conductum nostrum huiusmodi, quouis modo seu quesito colore, ausu temerario infringere presumpserit, eo ipso sententiam exconmunicationis incurrat a qua, nisi apud sedem apostolicam et prius personis huiusmodi captiuatis libertati restitutis ac de alijs damnis illatis satisfactione parti lese realiter impensa, absolui nequeat (6), preterquam in mortis articulo constitutus (7).

---

(4) No ms. *rinatis*.

(5) No ms. *presumant*.

(6) No ms. *nequeant*.

(7) Eis a pena de excomunhão reservada à Santa Sé, menos em artigo de morte, assim historiada por D. Duarte em súplica de 1436, ao referir-se ao ano de 1434, ou seja às consequências da expedição henriquina da mesma data: — «Et quia, ut seppe euenit, opposita aura perflante, diucius valde quam sperabatur clasis ipsa morata est, nonnulli ex eadem, descendentes in duabus paruis insulis ex predictis, que a quibusdam christicolis posidentur, haud multas capellas jndomitas in magna neccesitate exceperunt. Quo factum est ut episcopus qui preffatis duabus insulis preest, supplicatione facta, a sanctitate vestra obtinuit prohibitorium edictum ut nemo, sub excommunicacionis pena, non modo preffatis duabus, sed vniverssaliter singulis Canarie jnsulis, bellum inferat neque res aliquas ex eisdem excipiat. Quod certe, pater beatissime, serenjssimo principi domjno regi Portugalie, qui, per illustrem infantem Henrricum, fratrem suum, jam reliquarum insularum, ut premissum fuit, rem belli jnceperat,

Nos enim, ut premissa ad conmunem plurium noticiam deducantur, vniuersis et singulis venerabilibus fratribus nostris patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, cantoribus, thesaurarijs et alijs ecclesiarum prelatis mandamus ut presentes litteras in eorum ecclesijs, cum maior inibi ad diuina conuenerit populi multitudo et super hoc fuerint requisiti, alta et intelligibili uoce legant et publicent ac in ydiomate vulgari declarare procurent. Et nichilominus quibuscunque religionis christiane cultoribus, regibus, principibus, ducibus, marchionibus, comitibus, baronibus ac ciuitatum, castrorum, villarum et aliarum terrarum rectoribus et quibusuis alijs dominis temporalibus, in remissionem peccaminum, jniungimus ut, in fauorem fidei et ob reuerentiam sedis apostolice, libertatem ac securitatem et saluum conductum nostrum huiusmodi teneant et obseruent et faciant a subditis eorum jnuiolabiliter obseruari. Et insuper uolumus quod presentibus litteris, per notarium seu tabellionem publicum, in instrumento publico exemplatis, tanta fides, in judicio et extra, adhibeatur quanta eisdem originalibus litteris adhiberetur, si forent exhibite uel ostense.

---

maximo non absque preiudicio est; tum, quia primus ipse jncepit preffatas insulas subigere, magis certe animarum illarum insularum paganorum salutis gracia, quam priuate vtilitatis, que nulla erat, unde rei tam pie, que auxilio pocius et directorio sanctitatis vestre digna fuit, eadem sanctitas vltro impedimento esse non debuit; tum eciam quia preffate jnsule adjacent magis et appropinquant Africe, quemadmodum per cosmografiam et maritimas perscripciones luculenter videri potest, ymo verius porcio quedam Africe sunt, cuius ipse idem rex serenissimus Eduardus, causam armis sue dicioni subigendam, a uictoriosissimo semperque inuicto principe rege Johanni, diuo patre, jam dudum inchoatam, persequendam et suis posteris, per fideicomissum, relinquendam suscepit» (Cfr. o nosso DOC. 129).

E el-rei de Portugal, na mesma súplica de 1436, rogou a Eugénio IV limitasse a excomunhão às ilhas do arquipélago canariense em que viviam alguns poucos cristãos, lhe permitisse prosseguir a tarefa iniciada de subjugar e conduzir as demais para a Igreja de Deus sem receio de excomunhão e lhe concedesse as que conquistasse aos infiéis. O papa acedeu pela bula *Romanus pontifex* de 15 de Setembro de 1436, uma vez que nenhum príncipe cristão as havia reclamado, nem se havia oposto à sua conquista, por palavra nem por obra, nem alegado direito a elas (A bula em referência é o nosso DOC. 137).

Era bispo de Rubicão, na ilha de Lançarote, desde 1 de Outubro de 1431, o castelhano D. Fernando de Talmonte ou Calvetos do mosteiro hieronimiano de S. Pedro «ad Vincula», de Roma, onde, por sinal, os jerónimos haviam sido introduzidos pelo cardeal português e arcebispo de Lisboa D. João Esteves de Azambuja, levados, possivelmente, da casa-mãe dos mesmos em Portugal, o mosteiro de Penha Longa, em Sintra (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 2, p. 226, e DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, p. 713 e as fontes ali aduzidas). De início, o prelado preocupara-se em recolher as colectas efectuadas em diversas terras a favor das Canárias (Cfr. as letras *Ad hoc* do papa Eugénio IV, de 5 de Fevereiro de 1432, editadas por WÖLFEL, *Lug. cit.*,

Nulli ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tercio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

39

29 SETEMBRO 1434

Letras Ad ea ex apostolice, *do papa Eugénio IV, a ordenar não seja destinado a outros fins o navio concedido para serviço dos missionários franciscanos das ilhas Canárias, onde trabalham há muitos anos Fr. João de Baeza, que conhece o idioma dos nativos e baptizou muitos deles, e João Afonso de Ydubaren, leigo, natural de Grã Canária e intérprete, e para onde se propõem seguir alguns*

---

pp. 1032-34, por sinal com erro no ano). E outras graças recebeu na mesma data D. Fernando do sumo pontifice: licença de tomar para seu capelão o confrade Dr. Diogo de Sevilha; permissão de erigir a catedral de Rubicão em igreja regular da Ordem de S. Agostinho, a fim de ter cabido sob a regra da dita Ordem; e outras faculdades tendentes ao missionamento do arquipélago, de que demos alguns textos pontifícios em nosso vol. 4, pp. 90-95 (Cfr. AV., *Reg. Vat.* vol. 371, fls. 217 v., 218 v., 219, 219 v., 220 v. e 221).

Nomeado, pois, bispo de Rubicão em 1431, não é contudo D. Fernando de Calvetos quem figura como requerente nas letras pontifícias relativas às Canárias neste ano de 1434 antes das *Creator omnium* de 17 de Dezembro, mas sim Fr. João de Baeza. Do próprio documento que vimos a anotar se infere haverem sido delatores dos portugueses Baeza e o misterioso canariense João Afonso de Ydubaren: — «Cum itaque, sicut ex... Johannis Baeza... necnon Johannis Alfonsi de Ydubaren... insinuatione percepimus», etc. O problema decorria, portanto, à margem do rei de Castela e do prelado das Canárias e apenas entre Andaluzia, advogada segundo cremos por Baeza, e o infante D. Henrique de Portugal.

Fr. João de Baeza foi nomeado bispo Libariense em 1 de Outubro de 1434 (Cfr. EUBEL, *Obra e vol. cits.*, p. 176). Já depois de eleito, ele diligenciou, contudo, segundo se deverá deduzir dos textos, assegurar nas Canárias a sua política; porquanto, propôs ao papa Eugénio IV, contra as normas estatuídas pelas letras *Ad ea* do Papa Martinho V de 9 de Abril de 1423 (Cfr. o DOC. 34 do nosso vol. 3), o seu confrade Fr. Francisco de Moya para Vigário Geral dos franciscanos no referido arquipélago, como consta da nomeação do mesmo, em 10 de Novembro de 1434 (Cfr. o nosso DOC. 48). Porém, quem passou a dirigir a política canariense não foi Moya, mas D. Fernando de Talmonte, como o atestam as letras *Creator omnium* supracitadas, que mitigaram um pouco o problema da absolvição da excomunhão, agora também concedida pelo bispo de Sevilha ou pelo de Rubicão. Por isso, el-rei D. Duarte se queixou deste último prelado ao papa, em sua aduzida súplica de 1436.

religiosos da mesma ordem e cristãos dedicados a Deus, nomeadamente peritos nas diversas artes mecânicas, para converter e civilizar os indígenas.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 80 v., — donde se reproduz.
Publicada por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1041-1042.

Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Ad ea ex apostolice nobis desuper jniuncte seruitutis officio libenter intendimus per que vniuersi christifideles, presertim pietatis et caritatis operibus dediti, in exequendis uirtutibus et propellendis (1) vicijs, cooperante Domino, quietius ualeant conuersari.

Cum itaque, sicut ex dilectorum filiorum Johannis de Baeza, ordinis fratrum minorum professoris ac in jnsulis Canarie predicti ordinis vicarij auctoritate apostolica deputati, necnon Johannis Alfonsi de Ydubaren (2), laici, de jnsula Magne Canarie natiui ac inter fideles christianos ac dictarum jnsularum habitatores interpretis, insinuatione percepimus, magna populorum multitudo in eisdem jnsulis habitantium, qui Deum hactenus non nouerunt, cupiat ad catholicam fidem conuerti, ac Johannes de Baeza, qui in eisdem jnsulis annis pluribus conuersus fuit et linguam (3) eorum nouit et ex eis plurimos baptizauit, et Johannes Alfonsi predicti, vna cum nonnullis alijs predicti ordinis fratribus et alijs christifidelibus Deo deuotis, etiam in diuersis artibus meccanicis exercendis peritis (4), ad jnsulas predictas, pro eisdem populis conuertendis ad fidem ac in illius cerimonijs necnon alijs catholicorum fidelium uiuendi modis informandis et nonnullis iam conuersis in fide predicta roborandis, personaliter transire proponant, nos qui, pro aliquo congruo nauigio, ad faciendum huiusmodi transitum ac uisitationem jnsularum predictarum et populorum ipsorum, post quam ad fidem conuersi fuerint, necessitates et oportunitates exequendas deputando, per alias nostras litteras, de nonnullis peccuniarum sunmis certo modo prouideri [volentes], concessimus ut nauigium huiusmodi ad usus dumtaxat ad quos fuerit deputatum deseruiat et ad alios usus minime transferatur.

Quodque ipsi vicarius ac fratres necnon Johannes Alfonsi et alij fideles, qui ad jnsulas predictas premissorum occasione transibunt, in caritate

(1) No ms. *propellandis*.
(2) No ms. *Ydubare*.
(3) No ms. *lingam*.
(4) No ms. *periti*.

Copyrighted material

et bona concordia conuersentur et continue perseuerent, uolumus et auctoritate apostolica ordinamus quod nauigium predictum ad usus predictos dumtaxat et non alios deputetur atque Johanni de Baeza, quandiu uixerit, et pro tempore existenti vicario ac fratribus necnon Johanni Alfonsi et alijs fidelibus illuc transeuntibus et pro tempore ibidem conuersis eorunque neccessitatibus et oportunitatibus duntaxat deseruiat et ad vsus alios quoslibet nullatenus transferatur (5) ac illius regimen et gubernatio ad Johannem de Baeza, quoad uixerit, et pro tempore existentem vicarium et fratres, necnon dum uixerit Johannem Alfonsi, predictos, in conmuni pertineat.

Jtaque, de bonis et elemosinis que ad conseruationem nauigij supradicti pro tempore a fidelibus conferentur, quidquid, deductis necessarijs et oportunis reparationibus dicti nauigij, supererit, in acquisitione possessionum in dictis jnsulis pro eiusdem nauigij reparatione et conseruatione (6) huiusmodi conuertatur. Et nichilominus vicarius huiusmodi pro tempore existens helemosinas ad sustentationem fratrum et personarum que ad opus conuersionis eiusdem illuc transibunt, a fidelibus erogandas, recipiat et conseruet, in uictu et vestitu et alijs eorundem neccessitatibus, de aliorum fratrum consilio, fideliter conuertendas.

Nulli ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, tertio kalendas octobris, pontificatus nostri anno quarto.

40

4 OUTUBRO 1434

Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe se digne confirmar e aprovar a atribuição que seu pai, para ampliação e propagação da fé, manutenção e conservação da cidade de Ceuta, fizera a esta dos rendimentos das igrejas catedrais vagas durante o concílio de Constança. Concedida (1).

---

(5) No ms. *transferantur.*

(6) No ms. *conuersatione.*

(1) Não se conhece o diploma pelo qual el-rei D. João I apropriou àquela finalidade os benefícios vagos do país, mas deve situar-se entre 30 de Maio de 1415 e 11 de Novembro de 1417, período em que esteve vacante a Sé Apostólica, motivo por que o monarca não solicitara a devida autorização pontifícia. Carta régia de 18 de Fevereiro de 1416 permite-nos retroceder o termo *ad quem*, pois nela mandara já o Rei da

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 299, fl. 61.

Revelada e parcialmente extractada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 25, o qual se dignou oferecê-la, bem como outras Súplicas devidas à sua investigação particular, a *Monumenta Henricina*, — gentileza que se agradece.

Beatissime pater.

Vt deuotissimus sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filius Eduardus, Portugalie et Algarbij rex, apostolicos fauores sibi profuturos percipiat ac eo feruencius, in deuotione erga eandem sanctitatem et sanctam romanam ecclesiam permaneat, supplicat eidem sanctitati quatinus infrascriptas peticiones ad exaudicionis gratiam admittere dignemini.

Et primo, quia, tempore concilij Constanciensis, plures ex cathedralibus regni Portugalie ecclesijs aliquamdiu absque hoc quod illis de pontifice prouideretur, vacarunt, clare memorie Johannes, Portugalie rex, ipsius Eduardi genitor, pro ampliatione et propagatione fidei catholice plurima, pro manutenenda et conseruanda ciuitate Ceptensi, quam tunc nouiter de faucibus saracenorum, diuino cooperante presidio, eripuerat et ad dictam fidem reduxerat, subire habuit onera expensarum. Et, propterea, fructus etc. prefatarum ecclesiarum, quamdiu ille vacarant, in vsus et ad opus conseruationis huiusmodi conuertit et exposuit, vnde prefatus E[duardus] rex, consciencie scrupulo ducitur, desiderio affectans eius genitoris anime saluti, in premissis feliciter consuli et etiam prouideri.

Quare supplicat eidem sanctitati dictus E[duardus] rex quatinus expositionem et conuersionem predictas et quecunque inde secuta rata habentes et grata, ea omnia, auctoritate apostolica et ex certa sciencia, confirmare et approbare ac sibi quod ad restitucionem quorumcunque bonorum, fructuum etc. premissorum, occasione quomodolibet perceptorum, aliquibus personis uel locis quomodolibet faciendam nullatenus teneatur nec ad id a quoquam, quauis auctoritate, compelli possit inuitus, concedere et indulgere dignemini, non obstantibus contrarijs quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

Concessum ut petitur, in presencia domini nostri pape. C. Ceruiensis.

[Datum Florencie, quarto nonas octobris, anno quarto.]

Boa Memória a seu corregedor da corte, João Mendes, «que tem encargo de fazer rrecadar os direytos e rrendas do meestrado de Santiago e do arcebispado de Lixboa e dos outros bispados e da camara apostolica e doutras cousas que sam hordenadas pera despesa da dicta çidade de Ceuta» as entregasse ao infante D. Henrique, incumbido por el-rei seu pai do provimento e defesa daquela praça africana (Cfr. o DOC. 116 do nosso vol. 2).

Copyrighted material

41

4 OUTUBRO 1434

Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe licença para fundar, no eremitério do Cabo de S. Vicente, da diocese de Silves, casa franciscana com hospital, a fim de albergar quem por ali passe e nele exercerem os religiosos as obras de humanidade e caridade, para eles lá celebrarem os ofícios divinos, administrarem os Sacramentos e darem sepultura aos mortos, pois é lugar solitário e deserto, muito afastado de povoações e por onde transita muita gente. Concedido, excepto quanto à administração dos Sacramentos (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 299, fl. 62 v.
Revelada e sumariada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, p. 26.

Jtem beatissime pater.

Quia locus de Cabo, Siluensis diocesis, in regno Portugalie, per sex miliaria parcium illarum, veluti solitarius et desertus, a locis inhabitatis distat ac plures per partes huiusmodi transitum facientes, propter rerum

(1) A história da fundação do eremitério do Cabo de S. Vicente, de S. Vicente do Cabo, o Cabo do Corvo dos cronistas árabes *(Tarf-al-Gorab)* ou ainda da Igreja do Corvo remonta, pelo menos, aos nebulosos tempos da invasão árabe e anda intimamente ligada ao encontro, trasladação e culto do mártir S. Vicente, padroeiro de Lisboa (Cfr. *Translatio et miracula S. Vincentii*, nos «Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores», vol. 1, pp. 95 e ss.). Pequeno santuário de eremitas ou monges moçárabes, é referenciado pelos cronistas islâmicos como edifício em forma de cúpula, debruçado sobre o Atlântico, em frente do qual se erguia também mesquita, sendo os dois santuários muito visitados por peregrinos de ambas as religiões (Cfr. MARIO MARTINS, *Peregrinações a S. Vicente do Cabo*, em *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, pp. 103 e ss. e a bibliografia ali aduzida). Sobre a região nos textos greco-latinos pode ver-se LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, vol. 2, pp. 9 e ss.

A trasladação do corpo de S. Vicente para a sé de Lisboa não extinguiu a devoção dos fiéis cristãos àquele santuário algarvio, pelo qual se interessaram os monarcas portugueses. Em carta de 1316, el-rei D. Dinis alude a herdamento que seu pai doara para hospitalidade das pessoas que iam em romaria à ermida de S. Vicente do Cabo e recomenda-a ao bispo de Silves bem como a capela (ANTT., *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 105 v.). E vemos até que passam os nossos reis a dispor dos seus rendi-

Copyrighted material

necessitatem (2), periculo subici possunt, dictus rex desuper prouidere cupiens, in heremitorio Sancti Vincencij dicti loci, quandam domum ordinis fratrum minorum cum hospitali, pro confluentibus ad eandem domum personis recipiendis ac colligendis, fundare necnon sufficientibus pro aliquibus eiusdem ordinis fratribus missas inibi et alia diuina officia celebraturis necnon pauperes et miserabiles aliasque personas collecturis et recepturis ac eis humanitatis et caritatis opera impensuris bonis et redditibus dotare feruencius corde gerit.

Supplicat eidem sanctitati quatinus eciam tam piis et bonis operibus cooperantes, sibi dotandi et fundandi domum cum campana, campanili necnon hospitali huiusmodi licenciam concedere quodque ipsius domus fratres pro tempore existentes degentibus in ea ac dicto hospitali pauperibus et personis Eucaristie et alia sacramenta ecclesiastica ac sacramentalia ministrare necnon decedencium inibi corpora ecclesiastice sepulture tradere ac ipsorum degencium confessiones audire ipsosque a suis peccatis etc. absoluere ac penitenciam salutarem iniungere possint et valeant, concedere et indulgere dignemini, non obstantibus contrarijs quibuscunque. Cum clausulis oportunis.

Concessum ut petitur, preter sacramenta. C. Ceruiensis.

Datum Florencie, quarto nonas octobris, anno quarto.

---

mentos; pois em 29 de Janeiro de 1387 D. João I doou a Martim Gonçalves, seu capelão-mor, «todallas rendas e derectos e ofertas da sua capella e hermjda de Sam Vicente do Cabo, pella guisa e condiçam que os ouuera Vasco Lourenço, capellam moor que foe delrrey dom Fernando» (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 179 v.).

Desconhece-se a bula relativa à presente súplica eduardina; mas parece fora de dúvida que, em meados do século XV, houve eremitério franciscano no Cabo de S. Vicente. Provam-no os seguintes textos de ZURARA: — «Pero, primeiramente que se em aquello outra cousa fezesse, leuarom em oferta o milhor daquelles mouros aa jgreja daquelle lugar (de Lagos) e outro, pequeno, que despois foe frade de Sam Franciquo, enuiarom a Sam Vicente do Cabo, onde sempre viueo como catholico christãao»; e «Dos outros mouros que filharom em Tider enuyarom Lançarote e os outros capitãaes a Sam Vicente do Cabo hũu mouro e a Sancta Marya da Augua da Lupe, hũa ermida que esta naquelle termo de Lagos, outro, pera se vender, e do preço comprarem ornamentos pera aquella jgreia» (*Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 24 e 55). Atribui-se também ao infante D. Pedro a reconstrução da ermida. Ignoramos em que data dali retiraram os franciscanos, aonde voltaram na segunda década do século XVI e lá se conservaram até 1834, primeiramente no convento mandado edificar pelo bispo de Silves D. Fernando Coutinho (1502-1536) para os monges jerónimos, que pouco ali demoraram, queimado e destruído pelos holandeses em 1586 e reconstruído a sério nos primeiros anos do século XVII (Cfr.: ANTT., *Guadiana*, liv. 7, fls. 68 v. e 105 v.; *Corpo cronológico*, parte 1, maço 113, doc. 106, texto editado em *O Archeologo Português*, vol. 14, pp. 380-81; FR. MANOEL DE MONFORTE, *Chronica da Provincia da Piedade*, caps. 16-21; e SILVA LOPES, *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado do Algarve*).

(2) No ms. *necessitatum*.

Copyrighted material

42

24 OUTUBRO 1434

Carta passada, em nome de el-rei D. Duarte, por Fernão Lopes, escrivão da puridade do infante D. Fernando e guarda das escrituras do tombo que estão na torre do castelo de Lisboa, a Pero Nunes Homem, a pedido deste, com os documentos relativos ao couto de Canas de Senhorim e Valbom, Lageosa, Pala, Teives e Vinal, em execução de alvará régio de 8 de Abril anterior (1).

---

(1) É altura de esclarecermos um problema henriquino, o que só últimamente nos foi possível, o do padrinho de baptismo do infante D. Henrique. Há séculos que se vem a afirmar tê-lo sido D. João Homem, bispo de Viseu. O mesmo asseverámos em *Estudos Henriquinos*, cap. 1, e em anotação a alguns textos da presente colectânea documental (Cfr. vol. 1, p. 271 e vol. 3, p. 335). Porém, a documentação relativa a Pero ou Pedro Nunes Homem leva-nos a conclusão inteiramente diferente: aquele prelado foi padrinho de baptismo do infante D. Duarte e não de D. Henrique. Vejamos como surgiu a errónea afirmação, já tradicional.

Em 1630, o viseense MANUEL BOTELHO RIBEIRO PEREIRA escreveu um volume que intitulou *Dialogos Moraes, Historicos, e Politicos. Fundação da Cidade de Viseu historia de seus Bispos geraçoens das suas familias, com a noticia de muitas couzas, que nella aconteceraõ, varias antiguidades, e outros sucessos curiozos*. A obra ficou manuscrita. Seguimos cópia feita em Lisboa em 1747 sobre o original de Viseu e conservada na Biblioteca Pública Municipal do Porto, ms. 544. No capítulo 32, «Do Bispo Dom João Homem e fundação do Mosteiro de S. Francisco e da geração dos Costas, Homens», o autor escreveu o seguinte: — «Foi D. João Homem singular Prelado, e que muito viveu e mui amado do povo, deixando-se tratar de todos como se fora irmão de cada hum, era de mui nobre geraçaõ e da familia antiga dos Homens, padroeiros da Lagioza, como se vê de huma carta que o infante D. Henrique, senhor que foi desta cidade, escreveu á meza capitular della, em favor de Pero Nunes Homem, sobrinho deste Prelado, pedindolhe emprazassem Canas de Senhorim, por ser de sua caza e lhe ter feito muito serviço, chamandoo sobrinho do bispo D. Joaõ Homem, a quem o infante chama Padrinho; foi escrita a carta em Santarem, a 24 de 9bro. por Joaõ de Souza, anno do Senhor 1430».

A carta em referência foi editada por MAXIMIANO DE ARAGÃO, no jornal *Liberdade*, n.º 1293, e depois em *Viseu* (Apontamentos históricos), t. 2, pp. 191-92. Reeditou-a PINTO LOUREIRO, em *O Instituto*, vol. 97, pp. 104-105, e também voltámos a publicá-la em *Estudos Henriquinos*, p. 398, e em *Monumenta Henricina*, vol. 3, p. 335, ainda na persuasão de que nada havia a rectificar. No exame minucioso, a que procedemos, aos documentos do Arquivo do Cabido e Mitra da sé viseense não encontrámos o documento em causa; não duvidámos, porém, da sua autenticidade, nem duvidamos ainda agora, por vermos a dita carta confirmada, pràticamente, pela do cabido de Viseu de 26 de Março de 1431, a doar a Pedro Nunes Homem o couto de Canas de Senhorim (Editada em *Monumenta Henricina*, vol. supracit., pp. 339-40, o próprio original); e, embora o texto da primeira, da de 1430, se mostre bastante distanciado

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 32, n.º 11. Original em pergaminho, com assinatura autógrafa de Fernão Lopes e o selo de cera dos contos de Lisboa, pendente de fita azul e branca.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Purtugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que Pero Nunjz Homem, escudeyro de nossa cassa, nos disse que a ell era (2) conpridoiro auer o trellado dalgũaas escripturas que pertencem ao couto de Canas de Senhorim e Valboo e Palla e a Lageossa e de Teiues e do Vinal; e que nos pedija por merçee que lhe mandasemos dar nosso aluara pera Fernam Lopez, escripuam da poridade do jfante dom Fernando, meu jrmãao, que tem car-

---

da época, no aspecto ortográfico da cópia que nos chegou, o estilo é da data em que foi escrita.

Há anos já que reparámos no facto de ela estar assinada simplesmente *Infante* e não *J. d. a.*, como usava o Navegador em todos os documentos conhecidos. Sabíamos, por outra parte, que a primeira daquelas assinaturas era a forma usada pelo infante D. Duarte. Deixámos, porém, o assunto em estudo até agora, em que outro elemento nos veio auxiliar a repor e resolver o problema: o facto de em todos os documentos relativos a Pedro Nunes Homem ele nunca ser dito escudeiro ou pessoa de D. Henrique e sempre: *escudeiro da nossa casa* (Doc. cit. de 1430), *escudeiro da cassa do jfante* (Cit. doc. de 1431), *escudeyro de nossa cassa*, neste documento de 1434 que vimos a anotar, e *caualeiro da cassa delrrej*, em escritura notarial de venda pelo próprio, em 8 de Agosto de 1443, de casas na Rua Direita da cidade de Viseu (Cfr. ADV., *Arquivo do Cabido*, Pergaminhos, maço 1, doc. 18). Quer dizer: em 1430, o infante D. Duarte di-lo escudeiro de sua casa; em 1431, o notário viseense di-lo escudeiro da casa do infante D. Duarte; em 1434, o mesmo infante, já rei desde o ano anterior, di-lo escudeiro de nossa casa; e, enfim, o notário da escritura de 1443 di-lo cavaleiro da casa de el-rei, ou seja de D. Afonso V.

Numa palavra: a carta de 24 de Novembro de 1430 em referência é do infante D. Duarte, que sempre assinava, antes de subir ao trono, apenas *Jfante* (Cfr. por ex. as estampas III e IV do vol. 4 de *Monumenta Henricina*, a pp. 96-97 e 176-77). Portanto o passo da mesma carta «pelo de seu tio o bispo que foi dessa cidade, que foi nosso padrinho» é do infante D. Duarte, nascido na cidade de Viseu a 31 de Outubro de 1391 (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 147), e naturalmente ali baptizado, havendo sido assim seu padrinho o prelado respectivo, D. João Homem. Nestes termos, ficamos sem saber quem foi o padrinho de baptismo do infante D. Henrique no Porto em 1394; talvez D. João Afonso de Azambuja, transferido para ali da diocese de Silves em 15 de Fevereiro de 1391 e onde permaneceu até 1398 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, p. 406). Era pessoa da intimidade de D. João I, jurista e seu conselheiro desde que ele, ainda Mestre de Avis, assumira a chefia do reino, foi seu embaixador e, enfim, cardeal de Lisboa (Cfr.: F. LOPES, *Obra cit.*, vol. 1, caps. 27, 161, 167, e vol. 2, caps. 1, 22, 123, 125 e 201; FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 502-03, 548, 574-75, 581-82, 589 e «passim», e autores ali cits.).

(2) No ms. *eram*.

Copyrighted material

rego de guardar as nossas escripturas do tonbo, que estam na torre do castello de Lixboa, per que as buscasse, e daquellas que achasse que pertençiam pera cada hũu dos dictos lugares lhe desse o trellado, ssegundo lhe per nos he mandado.

E nos, visto sseu rrequirimento, lhe mandamos dar hũu aluara, asijnado per nos, que foy fecto em Santarem, oyto dijas dabrjl da era desta carta, per o qual mandamos ao dicto Fernam Lopez que as buscasse e daquellas que achasse que lhe pertençiam lhe desse o trellado, segundo per nos he hordenado. E o dicto Fernam Lopez, visto o dicto aluara, buscou as dictas escripturas, antre as quaees foy achado, em hũu almareo onde jazem as Enquirições que forom tiradas ssobre os dereytos e rreguengos, hũu estormento escripto em purgaminho, que foy fecto per Esteuam Nunjz, tabaliom delrrey en Uisseu, e asynado per ell, que foy tirado ssobre o couto de Canas de Senhorim, do qual o teor tal he.

Segue-se a transcrição dos documentos em referência, que não reproduzimos, por não interessarem ao nosso objectivo, sendo o instrumento de Estêvão Nunes aqui transcrito datado de Viseu, a 10 de Junho da era de 1333 e no qual se inserem: carta de el-rei D. Dinis, dada em Coimbra em 8 de Outubro da era de 1317 e outra de el-rei D. Sancho, de Novembro da era de 1224, ambas incluídas em instrumento de Geraldo Lourenço, tabelião público de Azurara e de Senhorim, de Fevereiro da era de 1318, e depois na inquirição de Estêvão Nunes, de 10 de Junho da era de 1333.

O qual tralado do orreginal do dicto couto de Canas de Senhorim em esta carta escripto o dicto Pero Nunez Homem pedyo ao dicto Fernam Lopez que lhe desse o trellado del. E ell, uisto sseu rrequerimento, lho mandou dar, asynado per ell e assellado do ssello dos nossos contos da çidade de Lixboa.

Dada na dicta çidade, xxiiij.° dijas do mes doytubro. Elrrey o mandou per o dicto Fernam Lopez, sseu vassallo e guardador das dictas escripturas. GonçalEanes a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e trinta e quatro anos.

(as.) Fernandus / Lopis.

43

3 NOVEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a alterar, a pedido do infante D. Henrique, a data da feira franca anual de Tomar, concedida por carta de el-rei D. João I de 13 de Abril de 1421 e agora repartida em duas: uma de 1 a 8 de Agosto, com os privilégios joaninos; a outra de 30 de Novembro a 8 de Dezembro, com os mesmos privilégios menos a isenção do pagamento da sisa pelos feirantes.

ANTT., *Estremadura*, liv. 3, fl. 248 v., incluída na de confirmação de D. João II de 5 de Outubro de 1487, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 26, fl. 43.

Referenciada sobretudo por VIRGINIA RAU, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, p. 120.

Dom Eduarte per graça de Deus rrey de Portugual e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Amrrique, meu mujto amado e preçado jrmãao, nos mostrou hũua carta que ouue do muj vertuoso e de muj gramdes vertudes elrrey, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, asynada per elle e per nos, semdo jfamte, pella qual pareçe que o dicto ssenhor lhe deu lugar e licença que pudesse mandar fazer, na ssua uilla de Tomar, hũua feyra franqueada, a qual se começasse aos xb dias por andar de julho e durasse ataa o primeyro dia dagosto, que eram quimze dias, e que aquelles que a dicta feira uiessem conprar e vender nam paguassem mais que a metade da sisa e ouuessem outras liberdades, segumdo mais compridamente na dita carta he comtheudo.

E ora nos emuyou pedir que estes quimze dias que auia de framqueza pera a dita feira que lhos rrepartissemos em duas, per esta guisa; jtem que hũua feira se começasse o primeyro dia dagosto e dure oyto dias, e que esta seja franqueada na metade da sisa como de todollos outros preuillegeos e liberdades na dicta carta comtheudos; e que a outra feira se começe por dia de Samcto Amdre e dure ataa festa de Sancta Maria da Comceiçam, que sam noue dias, a qual nam seja franqueada da metade da ssisa, ssaluo que todos paguem a sisa direita, como paguam nos outros tenpos, e que os outros preuillegeos e liberdades na dicta carta contheudos lhe sejam guardados nos dictos noue dias da feira.

E, porque a nos nos desto praz, nos, per esta carta, lhe damos a dicta licemça e lugar e poder que mande fazer as ditas duas feiras no dito anno,

no dito lugar, aos ditos tenpos, pella guisa que em ella he comtheudo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asynada per nos e asellada do nosso sello pendente.

Damte em a cidade de Lixboa, tres de nouenbro. Elrrey o mandou. Pedro Afonso a fez, de mjl iiij^{c} xxxiiij.

44

6 NOVEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar o veneziano António Valim para não ser besteiro do conto nem servir os ofícios do concelho da Raposeira, onde mora, e bem assim a comunidade veneziana, a pedido de Lourenço Donado, carpinteiro das galés de Veneza (1).

---

(1) Este documento não foi reproduzido nem referenciado pelo falecido CONDE DE TOVAR nem mesmo na 2.ª edição do seu estudo *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495)* (Na colecção *Estudos Históricos* da Academia Portuguesa da História, vol. 6, t. 2, Lisboa, 1961, pp. 80-136). Entretanto, afigura-se-nos ser texto de valor, pois documentará a existência de colónia veneziana instalada na povoação algarvia da Raposeira no ano de 1434, precisamente na data em que iniciara o infante D. Henrique o descobrimento marítimo da costa ocidental africana. A República de S. Marcos, então em pleno esplendor político e artístico (Cfr. BRAGADIN *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes*, pp. 146 e ss.), usufruia em Portugal, nomeadamente na zona algarvia, privilégios especiais, no aspecto de intercâmbio comercial. Em carta posterior ao ano de 1415, dirigida ao almoxarife e escrivão de Lagos, el-rei D. João I informava-o: «nos teemos dado preujlegio aos ujnjzianos que a nossa terra ujerem nas galees de Ueneza que de cousas que venderem nom pagem dizima nenhúua nem aysa da sua parte nem esso medes das cousas que comprem pera aseus mantjmentos» (No cit. estudo e edição do CONDE DE TOVAR, doc. 3, p. 132, extraído do ANTT., *Chancelaria de D. Joâo II*, liv. 8, fl. 217 v.). Talvez a existência e persistência daquela colónia ou «comunidade de Veneza» na Raposeira explique o seguinte passo de CADAMOSTO: — «E achando-me, por força do tempo contrário, parado com as ditas galés no Cabo de S. Vicente, que assim vem sendo chamado, aconteceu achar-se não muito longe dele estar pousando o sobredito senhor infante D. Henrique, numa povoação vizinha chamada Raposeira. O qual senhor, tendo notícia de mim, mandou às nossas galés um seu secretário, de nome Antão Gonçalves, e, na sua companhia, um Patrício de Conti, que assim se chamava, o qual se dizia veneziano e cônsul da nossa nação no dito reino de Portugal, como mostrou ser por uma sua carta da nossa Senhoria com selo pendente, o qual Patrício também trazia provisões do sobredito senhor infante» (*Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, 1948, ed. da Academia Portuguesa da História, p. 87).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 18, — donde se reproduz. Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 285.

Dom Eduarte, etc.

A vos, juizes de Lagos e ao coudel dos beesteiros do conto da dicta villa e a outros quaeesquer [a] que esto pertençer e esta carta for mostrada, saude.

Mandamosuos que nom ponhaaes nem conssentaaes por beesteiro de conto, sse ataa ora ajnda posto nom he, Antonio Uallim, ujneziano, morador que he na Raposeira, termo dessa, nem uaa com pressos nem com djnheiros nem aja nhũu ofiçio do concelho contra sua voontade e a outros quaeesquer pousentadores a que esta carta for mostrada que lhe nom conssentaaes de a nhũu dar de pousadia suas casas de morada nem lhe filhar delas rroupa de cama nem alfayas de casa contra ssua voontade; porquanto nossa merçee he sseer asy dello releuado e escusado e comunjdade de Ueneza, pello de miçe Lourenço Donado, carpenteiro das galees de Ueneza, que nollo por ell pedio, ssem outro nhũu embargo. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, bj dias de nouembro. Afonso de Beja a fez. Era de mjll e iiij° e xxxiiij° annos.

45

8 NOVEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Garcia, criado que fora da rainha D. Filipa de Lencastre, no cargo de escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta (1).

(1) Em diploma de teor e data desconhecidos, «elrrey dom João, ho primeiro deste nome, ordenou e mandou que os pouos das comarquas dAmtre Douro e Mynho e Trallosmontes paguasem, em cada hũ ano, cada pesoa dez reaes que se chama de Cepta, pollo seruiço que pesoalmente erão obriguados ffazer na cidade de Cepta» (Arquivo da Câmara Municipal de Moncorvo, *Processo sobre os 10 reais para Ceuta, de 1572*). A distância geográfica de algumas provincias em relação ao norte de Africa levara o Rei da Boa Memória a substituir assim o contributo das mesmas em pessoal para manutenção e defensão de Ceuta, com que eram oneradas as gentes das provincias mais vizinhas daquela praça africana, se bem que de ambas as formas de assistência militar se lamentavam os povos a cada passo, especialmente em cortes.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 35 v., inserta na carta de confirmação de 13 de Janeiro de 1442, — donde se reproduz.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 192.

Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos portugueses*, vol. 1, p. 285, e no Suplemento ao vol. 1, p. 491, com o dia errado, 7 por 8.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Pero Garçia, criado da rreinha mjnha madre, cuja alma Deus aja, teemos por bem e damollo por scpriuam da rrecepta e despesa dos

---

Também os judeus foram sobrecarregados com tributo monetário, dito para os ferreiros de Ceuta (Cfr., por exemplo, os documentos publicados por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 18-36 e 38-39).

Tais receitas, como aliás ainda outras, eram administradas superiormente pelo infante D. Henrique, incumbido pelo pai, em 1416, do provimento de Ceuta, como consta de carta joanina de 18 de Fevereiro daquele ano (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, doc. 116) e se deduz dos lançamentos de algumas cartas de quitação da época, reproduzidas nos dois supracitados volumes de PEDRO DE AZEVEDO. Nas províncias oneradas como aquele tributo dos 10 reais era este recolhido por indivíduos nomeados como recebedores privativos e escriturado também por escrivães próprios, cujos honorários desconhecemos. Em Lisboa, havia o tesoureiro-mor dos dinheiros, panos e todas as coisas destinadas às despesas de Ceuta, pessoa do Navegador, em vida deste, de quem recebia ordens, naturalmente, mas prestava também contas ao monarca, como se infere das cartas de quitação.

Não conhecemos nenhum diploma de el-rei D. João I a nomear tais recebedores ou tesoureiros e escrivães, ou por se achar muito desfalcada a chancelaria respectiva ou, mais provàvelmente, por tais nomeações serem então feitas pelo infante D. Henrique, cuja chancelaria desapareceu, nos termos do diploma joanino de 18 de Fevereiro de 1416 supracitado, as quais depois el-rei D. Duarte, logo em 25 de Setembro de 1433, chamou a si, declarando «porquanto taaes ofiçios nem outros nẽhũus semelhantes a este nom pertençem dar a outra nẽhũa pesoa, saluante nos» e anulando assim a nomeação henriquina de Pero Gonçalves para escrivão do tesouro e almoxarifado de Ceuta (Cfr. o DOC, 80 do nosso vol. 4. Pode ver-se também o DOC. 69, de 26 de Abril de 1435, adiante lançado). Em 20 de Janeiro de 1434 era tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa Gonçalo de Tavares, dito já em 15 de Julho de 1421 criado e escudeiro do infante D. Henrique (Cfr. *Mon. Henr.*, vol. 3, docs. 14 e 121); sucedeu-lhe, por nomeação de el-rei D. Duarte, outro escudeiro henriquino, Gonçalo Pacheco, que foi confirmado no cargo pela regência do reino em 12 de Fevereiro de 1439 (*Documentos das Chancelarias Reais* cit., t. 1, pp. 43-44). Infere-se dos textos conhecidos que também os recebedores ou tesoureiros e escrivães provinciais dos dinheiros de Ceuta eram nomeados habitualmente pelos monarcas. Constituem excepção, por exemplo, Pero Garcia, o escrivão a que se reporta o presente documento, cuja nomeação fora feita por alvará de D. Duarte «em seendo jfante», e agora confirmado no cargo pelo monarca, e Vasco Jorge, servidor do infante D. Henrique, residente em Braga em 14 de Junho de 1437, então nomeado pelo Navegador para recebedor dos 10 reais para Ceuta na cidade de Braga e termo, nas terras de Vermoim, Faria, Pena-

dinheiros que se tiram na comarca de Trallos Montes pera seruiço da dicta cidade de Cepta, que se entregam em Villa Real.

E porem mandamos a Martim Afonso do Paaço, noso contador em a dicta comarca, e a quaaesquer outros oficiaaes e pesoas a que o conhocimento desto perteeçer per qualquer guisa, que esto ouuerem de veer, a

---

fiel de Bastuço, Vila do Conde, Póvoa e demais lugares e julgados do almoxarifado de Guimarães, nomeação confirmada por el-rei D. Duarte, provisòriamente, durante a ausência de D. Henrique em Tânger, por haver surgido pendência sobre o caso (*Documentos* cit., t. 1, pp. 116-17).

Na comarca de Trás-os-Montes, com sede em Vila Real, se manteve, como escrivão dos ditos dinheiros, o Pero Garcia em referência, confirmado no lugar pelo regente D. Pedro em 1442 (Cfr. *Obra e tomo cits.*, pp. 192-93), talvez até 10 de Abril de 1450, data em que el-rei D. Afonso V nomeou Fernão Gonçalves (*Ibi*, pp. 595-96), que ainda ali se conservava em 31 de Janeiro de 1454 (*Ibi*, t. 2, p. 198). Neste mesmo período, encontramos, como «reçebedor dos dinheiros dos dez rreaaes e dinheiros das comunas dos judeus que se tiram no almoxarifado de Ujlla Real pera as custageens e seruijdãaes da cidade de Çepta», a partir de 15 de Março de 1441, Rui Gonçalves, escudeiro do regente D. Pedro, a quem se seguiu Manuel Gil e, após este, Lourenço Pires, que teve como sucessor, desde 12 de Outubro de 1453, o escudeiro Alvaro Eanes (*Ibi*, t. 1, p. 178, e t. 2, p. 190). Do último dos documentos citados se deduz constituirem superiores imediatos dos ditos funcionários vilarrealenses, em 1453, Pedro Lourenço, «prouedor das coussas da dita çidade de Çeepta no Porto», e Rodrigo Afonso, «contador delias».

Várias foram as entidades e pessoas que vieram a ser dispensadas do pagamento dos 10 reais para Ceuta. Citemos alguns casos. Entre os capítulos da cidade do Porto atendidos pelo regente D. Pedro em 18 de Fevereiro de 1439, lê-se: — «Grande pena e miseria padeçem os cabaneiros e os empeeguados e mancos e çegos e mançebas de soldadas e outros muitos proves e braçeiros que nom teem que comer, saluo o que lhes dam, auerem de pagar os x reaaes que se pagam pera os seruiçaaes de Çeipta. Seja vossa merçee, asenhor, que taees pessoas como estas e outros muitos proves sejam dello releuados e escusarseam por ello grandes choros e gimidos, que os mysquinhos por ello fazem, e rogam a Deus por vos. Foy acordado que as molheres que nom viuem desonestamente e os homeens que nom som em tall desposyssom que nom possam seruir nem tem beens de seu que nom paguem» (*Ibi*, t. 1, p. 508). O mesmo regente do reino eximiu de tal imposto: em 24 de Fevereiro de 1440, quatro homens do alcaide-mor de Braga para sempre, privilégio confirmado por el-rei D. Afonso V em 18 de Agosto de 1449 (*Ibi*, t. 1, pp. 136-37 e 588-89); e, em 31 de Outubro de 1443, a mãe de João Gonçalves, capelão do arcebispo de Braga, por este motivo e ainda por se achar viúva há 25 anos e em sua honra (*Ibi*, t. 1, pp. 560-61); mas, o mesmo D. Pedro, em 6 de Março de 1448, remeteu ao infante D. Henrique a seguinte queixa da Câmara do Porto: — «E ao quarto, per rrazom das perssoas que dizees que costrangem que pagem os dez rreaes pera Çepta quaaes nunca pera ello pagarom, porquanto nos desto teemos dado encarrego ao jfante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tio, nos lhe encomendamos que proueja ssobre ello, em tall maneira que sse nom faça emnouaçom, mays que estes djnheiros se tirem polla gujssa que sse senpre custumarom de tirar» (GHCP., *Pergaminhos*, vol. 4, doc. 39). Enfim, nas cortes de Lisboa de 1455 representaram os procuradores do Porto que tantos eram ali os privilegiados, que não achavam quem tirasse os 10 reais para Ceuta (*Arquivo e secção cits.*, doc. 48):

Copyrighted material

que esta carta for mostrada, que ajam o dicto Pero Garçia por scpriuam do dicto ofiçio e outro nhũu nom e lhe leixem auer as proes e direitos del sem lhe poerem sobre ello nẽhũu embargo, porquanto nos lhe fazemos merçee do dicto ofiçio, se el ataa ora del esteue em posse e o serujo, per sy ou per outrem em seu nome, e porque nos mostrou hũu noso aluara, sijnado per nos, que lhe demos em seendo jfante, per o quall lhe fezemos delle mercee, se elle senpre serujo. O qual Pero Garçia jurou, etc.

Dada em Lixboa, biij de novembro. Elrrej o mandou, per Nuno Vaasquez de CastelBranco, veedor de sua fazenda e do seu conselho. AluarEannes a fez. Anno de iiij^{c}xxxiiij.

46

8 NOVEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a conceder porte de arma em Portugal ao inglês Guilherme Nony, morador em Bristol, o qual já tinha recebido autorização idêntica de el-rei D. João I (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 18 v.
Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 491.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Guilhelme Nony, jngres, morador em Bristoll, do ssenhorio do rregno dEngraterra e portador desta carta, teemos por bem e damoslhe leçença e lugar que ell seguramente traga e possa trazer armas per todos nossos rregnos, ssem enbargo da defesa e hordenaçom que ssobrello he posta.

E porem mandamos a todollos corregedores e juizes e justiças que lhe leixes todo auer e lhe nom filhes nem embarguees nem lhas coutees nem lhe façaaes nem consentaaes por ello fazer outro nhũu desaguisado, porquanto nossa merçee he. E damoslhe asy a dicta leçença, como dicto

(1) Recordaremos, a propósito, que, em 12 de Janeiro deste mesmo ano, el-rei D. Duarte, a pedido do infante D. Henrique, concedera a João Antão, mercador, residente em Bristol, o uso e porte de arma no reino (Cfr. o DOC. 120 do nosso vol. 4). Terão os dois diplomas algum significado henriquino?

Copyrighted material

he, contanto que as ell nom traga de noyte, aas desoras, ou de dia fazendo com ellas o que nom deue, ssem outro nhũu embargo que sobrello sseja posto. E esta merçee lhe fazemos e outorgamos, porquanto o muj ujturioso elrrej, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, que lhe daua asy a dicta leçença. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, biij° dias de nouembro. Afonso de Beja a fez. Era de mjll e iiij° e xxxiiij° annos.

47

9 NOVEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a proibir tomadias no reguengo de Azurara da Beira, de que era rendeiro Fernando Alvares Cabral, cavaleiro da casa do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Beira*, liv. 2, fl. 32, inserta na carta de confirmação de el-rei D. Afonso V de 8 de Novembro de 1464, — donde se reproduz, por se achar incompleta na chancelaria afonsina; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 43 v.

Publicada por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, pp: 240-41.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portuguall e do Algarue e senhor de Çepta.

A vos, Pero Lourenço, nosso contador nos almoxarifados de Viseu e de Lamego, e a Aluaro Diaz, nosso almoxarife em a dita çidade de Viseu, e a outros quaesquer a que esto pertençer per qualiquer guisa, saude.

Sabede que FernamdAlluarez Cabrall, caualleyro da casa do yffamte dom Amrrique nosso yrmãao, nos emviou dizer que nos deramos a Luis Aluarez, sseu padre, a nossa terra rreguemguo de Zurara e lhe deramos hũua nossa carta, em a quall era comtehudo, amtre as outras cousas, que nos mandamos a Gomçallo Piriz, nosso almoxarife que emtam era em a dita çidade de Viseu, que defemdesse, de nossa parte, a Joham Louremço, alcayde que fora da Guarda, e a Joham Affonsso de Sam Colmade e a outros quaaesquer fidallgos e escudeyros, que homrras e quimtaans teuessem na dita terra de Zurara, que he nosso rreguemgo, como dito he, e nom

(1) Sobre o Cabral em referência vejam-se os documentos publicados a pp. 294-96 e 326-27 do nosso vol. 4.

Copyrighted material

fezessem hy nenhũuas tomadias, porquanto a hordenaçom dos nossos rregnos ho defemde, que nenhũu fidallgo nem escudeyro nom façom tomadias nos nossos rreguengos nem possam hy gaanhar herdades e quimtaans nem possam hy aver homrras nem malladias; e que polla dita carta nom fora fecta nenhũua obra nem defesa aos sobreditos fidallgos [e] escudeyros. E esto porquamto o dito Luis Aluarez, padre delle, dito FernamdAluarez, ouuera de nos a dita carta, nos tiraramos ho offiçio do almoxarifado ao dito Gomçallo Piriz e que, por esta rrezam, nom ouuera luguar pera fazer obra per ella e que por elle, dito FernamdAlluarez, rrequereo a vos, dito Aluaro Diaz, que lhe comprissedes a dita carta como em ella era comtheudo e que vos o nam quisestes fazer, damdolhe em rreposta que sse nom comtinha em ella que a nos mandassemos, ssenam ao dito Gomçallo Piriz que rrequeresse e defemdesse aos ditos fidallgos e escudeyros o que em a dita carta era comtheudo e que portamto vos nom aviades pera ello tall poder de o comprir, no que o dito FernamdAlluarez, que ora de nos tem a dita terra e rreguemgo, dizia que sse seguia a nos dello gramde perjuyzo e a elle gramde perda, porquamto os ditos fidallgos e escudeyros faziam tomadias em a dita terra, a saber, pam, vinho e carnes e rroupas e palhas e outras muytas cousas, pedimdonos o dito FernamdAlluarez por merçee que a esto lhe ouuessemos algũu rremedio com direito e lhe mandassemos dar nossa carta, per que defemdessedes, da nossa parte, aos ditos fidallgos e escudeyros, que nom tomassem em a dita terra nenhũuas das ditas cousas.

E, visto per nos sseu dizer e pedir com a dita carta, em rrolaçam com os do nosso desembargo; teemos por bem e mamdamosuos que sse algũus fidallgos ou escudeyros fezerem algũuas tomadias na dita terra e rreguemgo e vos nom amostrassem titollo nem priuillegio per que possam fazer as ditas tomadias do dito nosso rreguemgo, que os façades peramte vos çitar e os ouuide com seu direito, damdo apellaçõoes e agrauos a cada hũuas das ditas partes que apellar e agrauar quiserem da vossa semtemça, em os casos que o de direito deuedes de dar. E esto fazede ssem outro embargo nenhũu que a ello ponhades. E all nom façades.

Damte em a çidade de Lixboa, ix dias do mes de nouembro. Elrrey ho mandou per Diego Affonsso, escolar em lex, sseu vassallo, do seu desembargo e juiz dos sseus fectos. Pero Diaz a fez, escpriuam em logo de Joham de Lixboa. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} e xxxiiij^{a} annos.

48

10 NOVEMBRO 1434

Letras Ad ea que catholice, *do papa Eugénio IV, a nomear Fr. Francisco de Moya para Vigário Geral dos frades menores nas Canárias com as faculdades do seu antecessor, pela ascensão de Fr. João de Baeza a bispo Libariense* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 121 v.º — donde se reproduzem. Publicadas por WADDINGUS, *Obra e tom. cits.*, doc. 66.

Eugenius, etc.

Dilecto filio Francisco de Moya, ordinis fratrum minorum professori, salutem, etc.

Ad ea que catholice fidei augmento cedere dinoscuntur, prout ex debito cogimur officij pastoralis, libenter intendimus, et, ad extirpandum de cordibus infidelium errores quibus irretiti sunt eosdemque infideles ad fidei prefate noticiam conuertendum, partes nostre sollicitudinis adhibemus.

Nuper siquidem (2), pro parte dilecti filij Johannis de Baeza, eiusdem ordinis professoris, nunc uero episcopi Libariensis, nobis exposito quod olim ipse, de licentia Petri de Luna, in sua obedientia, de que partes Jspanie tunc erant, Benedicti xiij nuncupati, necnon quondam ordinis prefati generalis ministri ad jnsulas Canarie, Rubicensis diocesis, in quibus aliqui utriusque sexus, a paucis temporibus citra, infidelitate relicta, ad fidem predictam conuersi fuerant, se transferens ibidem uerbum Dei fidelibus et nonnullis infidelibus ad eandem fidem conuerti cupientibus predicauerat; quodque jdem Petrus, tunc Benedictus xiij, eidem Johanni fundandi et construendi seu construi et fundari faciendi, in qualibet ex quatuor de prefatis jnsulis, vnum locum dicti ordinis licentiam et facultatem concesserat.

---

(1) Baeza fora nomeado bispo Libariense pela bula *Apostolatus officium*, de 1 de Outubro do mesmo ano de 1434 (Parcialmente publicada por WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 10, doc. 62). Moya veio a ser promovido ao bispado de Rubicão, Canárias, por bula do mesmo título de 26 de Setembro de 1436. (*Ibi*, doc. 96, e EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, p. 226).

(2) No ms. *siquidam*.

Copyrighted material

Ac felicis recordationis Martino pape V.to, predecessori nostro, humiliter supplicato ut, cum ipse Johannes opus huiusmodi confirmare desideraret, ut illud eo libentius perficere ualeret quo maior foret auctoritate munitus, licentiam et facultatem huiusmodi confirmaret, necnon eundem Johannem in ipsis jnsulis vicarium generalem secundum morem dicti ordinis, cum simili potestate quam jdem minister generalis habet, et prout in Corsice et Sardinie jnsulis vicarij eiusdem ordinis deputati habere consueuerunt et habent, per quasdam suas litteras fecit, constituit et etiam deputauit, eidem Johanni et cuilibet vicario inibi pro tempore existenti, quoscunque fratres ydoneos ipsius ordinis ad easdem jnsulas transire et inibi moram trahere uolentes recipiendi eosque ad partes christifidelium, elemosinas pro neccessarijs suis et aliorum fratrum in eisdem jnsulis pro tempore conmorantium petituros, destinandi prefatisque fratribus, quos ad premissa destinaret, huiusmodi elemosinas, cuiuscunque ordinarij seu prelati aut alicuius alterius super hoc licentia petita, licet non obtenta, petendi necnon fratribus eiusdem ordinis ibidem, ut premittitur, conmorantibus, quod christifidelibus in eisdem jnsulis existentibus et in futurum ad eandem fidem conuertendis, si clerici seculares ad quos pertineat non forent, ecclesiastica sacramenta ministrare valerent, licentiam et facultatem concessit, prout in eisdem licteris plenius continetur.

Eorundemque fratrum in eisdem jnsulis pro tempore conmorantium, ne propter hoc cogerentur ad romanam curiam veniendo personaliter laborare, uolentes parcere laboribus et expensis, auctoritate apostolica, per quasdam alias suas licteras, statuit et etiam ordinauit quod, cedente uel decedente dicto Johanne uel alio in eisdem jnsulis vicario pro tempore existente, liceat prefatis fratribus, qui fuerint et erunt pro tempore, alium vicarium in eisdem jnsulis eligere, qui, sic electus, per dilectum filium ministrum prouincialem in prouincia Castelle, secundum morem dicti ordinis, ad quem confirmatio electionis huiusmodi per ministrum generalem supradictum eidem prouinciali ministro concessa perpetuo pertineret, confirmaretur et officium vicariatus huiusmodi ualeret licite gerere et exercere in jnsulis memoratis.

Et nichilominus vicario et fratribus huiusmodi pro tempore existentibus, in jnsulis prelibatis, omnibus priuilegijs eidem ordini, per apostolicam sedem concessis, gaudere et uti ualerent, quibus alij fratres, in alijs domibus ubique conmorantes, gaudent seu quomodolibet potiuntur, eadem auctoritate, concessit quodque episcopi seu prelati in eisdem jnsulis pro tempore existentes nullatenus plus iurisdictionis in vicarium et fratres huiusmodi habere possint uel valeant quam habeant alij prelati seu episcopi in alijs mundi partibus in fratres eiusdem ordinis siue habere consueuerunt. Et insuper vicario predicto et qui pro tempore erit deputandi vnam uel plures personam uel personas, ydoneam seu ydoneas, secularem uel seculares, et per ipsam aut ipsas ea que pro tempore eidem vicario exis-

Copyrighted material

tenti pro tempore et dictis fratribus a christifidelibus erogabuntur et donabuntur, recipi et pro necessitatibus, utilitatibus et conmodis ecclesiarum edificandarum in eisdem jnsulis vicarij fratrum predictorum distribui faciendi benigne concessit, cum clausulis oportunis. Ac. [cum] per eundem Johannem nobis fuerit humiliter supplicatum quatenus, cum, per cessionem ipsius seu promotionem ad episcopatum prefatum, prefatus in nostra curia vacauerit vicariatus, te in prefatis jnsulis, cum simili ac eadem plenaria potestate, vicarium generalem instituere dignaremur.

Nos igitur qui, ut prefertur, ad ea libenter intendimus per que de cordibus hominum fugata erroris et infidelitatis caligine ad ueritatis lumen uenire noscuntur ac de tua maturitate et circunspectione plurimam in Domino sumentes fiduciam, necnon prefati predecessoris nostri concessionibus, exemptionibus, priuilegijs et indultis premissis innitentes eisque necnon quibuscunque inde secutis apostolice confirmationis robur adijcientes, necnon quoscunque, si qui forsan in eis interuenerint, defectus supplentes, te in prefatis jnsulis omnibus et singulis vicarium generalem cum omnibus et singulis concessionibus, exemptionibus, priuilegijs, gratijs et indultis, per prefatum predecessorem predicto Johanni de Baeza concessis, tenore presentium, ex certa scientia, apostolica auctoritate, instituimus et institutum denuntiamus, cum potestate etiam prefate vicarie cedendi seu ei renuntiandi, necnon alium siue alios ex fratribus ipsis in vicarium siue vicarios substituendi in prefatis jnsulis et in qualibet ipsarum, cum simili potestate, quotiens, sicut et quando tibi placuerit et pro pace et quiete anime tue aliorunque fratrum in prefatis jnsulis pro tempore conmorantium salute seu negocij expeditioni uidebitur expedire, addentes insuper et uolentes quod si electum huiusmodi, alio canonico non obstante, minister Castelle prefatus, ultra decem dies postquam sibi electio ipsa, per fratres ipsos uel alios nomine ipsorum, extiterit presentata, confirmare distulerit, auctoritate apostolica, ipso facto sit confirmatus ac gaudeat et cum fratribus et locis eiusdem cure conmissis gaudere ualeat et possit omnibus et singulis priuilegijs, exemptionibus, gratijs, concessionibus et jndultis prefato ordini, ut premittitur, necnon fratribus et conuentibus siue locis eiusdem ordinis in regnis Castelle et Legionis consistentibus per sedem apostolicam iam concessis et jm posterum concedendis, in contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque.

Nulli ergo, etc.

Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, quarto idus nouembris, pontificatus nostri anno quarto.

Copyrighted material

49

22 NOVEMBRO 1434

***Bula* Super gregem dominicum, *de Eugénio IV, dirigida a D. João Vicente, bispo de Lamego, na qual, a pedido do infante D. Henrique, se comete àquele prelado a revisão e remodelação das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem de Cristo, por serem algumas dessas disposições dispendiosas e outras menos razoáveis, causando assim grave detrimento espiritual e temporal à mesma Ordem, segundo significara o dito infante ao pontífice, a quem pedira providências* (1).**

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 27, em cópia inserta no original da sua execução pelo bispo de Viseu D. João Vicente, de 2 de Outubro de 1449, — texto que se reproduz; *Pergaminhos da Ordem do Templo e de Cristo*, Régios, maço 1, n.º 25, cópia do século XV, em caderno de pergaminho, anterior a 1481; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fl. 53, em cópia oficial, feita no Convento de Cristo de Tomar pelos anos de 1568; BNL., *Fundo Geral*, cód. 735, t. 1, fl. 94, em cópia do século XVI; *ibi*, caixa 28, H. 5. 47, n.º 19. As presentes letras pontifícias apenas foram executadas em 1449, tendo sido apresentadas ao referido prelado pelo citado infante sòmente em 1443 (Cfr. a fonte citada em primeiro lugar).

Referenciada e comentada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 82-84.

---

(1) O prelado em referência é D. João Vicente, eleito bispo de Lamego em 7 de Maio de 1431 e transferido para a diocese de Viseu em 1 de Abril de 1444 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, pp. 171 e 269). Mais conhecido pelo nome de Mestre João ou Mestre João Vicente, por haver sido catedrático de medicina na Universidade e médico de el-rei D. João I, foi também o principal fundador da Congregação dos Cónegos de S. João Evangelista, ditos em Portugal *Loios*, em razão da sua casa de Santo Elói, em Lisboa, e autor dos respectivos Estatutos (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, sobretudo a pp. 153, 569 e 596, bem como a bibliografia ali aduzida, especialmente a obra do P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *O céu aberto na terra*, a que se deve adicionar o manuscrito do Padre Mestre JORGE DE S. PAULO, *Epilogo e Compendio da origem da congregaçaõ de Sam Joam Euangelista & do nacimento, vida, & morte dos seus tres fundadores*, de 1658, *ms.* 924 da Biblioteca Pública Municipal de Braga, cujo autor se refere a D. João Vicente em vários capítulos, nomeadamente no 32, pelo que respeita ao presente assunto).

Vimos e provámos, nos volumes anteriores, como o infante D. Henrique foi nomeado pela Santa Sé, em 1420, a rogo do pai, Administrador perpétuo da Ordem da Milícia de Jesus Cristo, a fim de melhor se aproveitarem os rendimentos daquela Ordem Militar portuguesa na luta contra os sarracenos e na difusão da fé católica (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, pp. 366 a 372 e 388-89). Quase logo, o infante soli-

Copyrighted material

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri Iohannj, episcopo Lamacensi, salutem et apostolicam benedictionem.

Super gregem dominicum nostre diuinitus uigilantie creditum intenti, prout nobis desuper conceditur speculatoris officium exercentes, religioni dedito eo proujdentius studio gubernari cupimus, ut in eis cordium scrutator almificus, nichil inueniat nota dignum. Ad hec enim nostros quotidie cogitatus diffundimus ad id nostri pectoris studia desideranter exponimus ut, illustrata uirtutum radijs, religio huiusmodi dilatetur ac uigeat et, medijs normisque debitis, existentiam iugiter contingat salutarem.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte dilecti filij nobilis uiri Henrricj, ducis Visensis et perpetuj administratoris in spiritualibus et temporalibus milicie Ihesu Christi per sedem apostolicam deputati, peticio continebat, propter uaria dicte milicie ordinationes ac statuta et quorum aliqua plurimum illi dispendiosa, quedam uero minus rationabilia sunt, grauia in huiusmodi spiritualibus et temporalibus ipsa milicia sustinuerit detrimenta; pro parte dicti ducis et admjnistratoris, nobis fuit humiliter supplicatum ut super hijs oportune prouidere, de benignitate apostolica dignaremur.

---

citou de D. João I a confirmação dos privilégios civis da Ordem, por hesitarem as justiças em lhos reconhecerem, e se devotou o Navegador à exploração dos terrenos e a zelar os interesses materiais da dita milícia (Cfr. a *Obra cit.*, vol. 3, pp. 2, 3, 12, 28, 43, 111, 155, 261 e 348; e vol. 4, pp. 11, 143, 269, 272 e 331), cujos bens foi ampliando no país, em Marrocos e nas ilhas atlânticas (*Ibi*, vol. 4, pp. 339, 340, 352, 354, 355 e 357).

No aspecto da orgânica interna da Ordem, D. Henrique confirmou o seu Procurador Geral em 1422, organizou, no Capítulo Geral de Tomar de 1426, normas sobre os bens móveis dos freires (*Ibi*, vol. 3, pp. 41 e 112); e, em 1434, obteve do papa Eugénio IV a confirmação da bula de fundação da Ordem e numerosas graças espirituais, nomeadamente conservatória perpétua para manutenção dos direitos e liberdades daquela (*Ibi*, pp. 335, 347, 349 e 361). Um dos assuntos que se propôs o Navegador reformar, ainda a dentro da orgânica interna da Ordem de Cristo, foram os velhos Estatutos da Ordem Militar de Calatrava, impostos à mesma pela bula da fundação *Ad ea ex quibus* de 1319 (Cfr. o nosso vol. 1, pp. 105 e 109), e em que havia disposições antiquadas, algumas até dispendiosas e menos razoáveis. A esse efeito se dirigiu súplica henriquina de 1 de Abril de 1434 (Cfr. o DOC. 141 do nosso vol. 4), deferida pela presente bula de 22 de Novembro do mesmo ano. Observaremos que D. Henrique só entregou a bula em causa a D. João Vicente em 2 de Janeiro de 1443 e que ele apenas apresentou os Estatutos da Ordem de Cristo a 2 de Outubro de 1449, datas em que tornaremos ao assunto e nos referiremos aos problemas por estes factos suscitados.

Nos igitur, huiusmodi supplicationibus inclinati, fraternitati tue, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta commictimus et mandamus quatinus, uocans qui fuerint euocandi ac uisis et diligenter examinatis per te statutis et ordinationibus predictis necnon eiusdem militie consuetudinibus, ex ipsis, etiam si roboribus apostolice firmitatis (2) uallata sint, illa que minus rationabilia seu militie predicte uel eius fratribus ac personis dispendiosa censseri possint et ex quorum obseruantia scandalum ac inconueniens succedere deberent, auctoritate apostolica, tollas, reuoces, casses, irrites et annulles ipsosque fratres et personas deinceps ad illorum obseruantiam non teneri, auctoritate prefata, denuncies ac reliqua que congruentia et profuctura milicie necnon fratribus et personjs predictis honesta quoque et rationabilia fuerint et per que, si seruentur, uotiuum in spiritualibus et temporalibus predictis incrementum dictaque milicia suscipere prefatorumque et personarum status, etiam cum diuinj propagatione cultus salubriter dirigi ualeant, eadem auctoritate, approbes et confirmes.

Alia quoque statuta et ordinationes edas ac illa necnon ea omnia ex premissis, que non reuocaueris, statutis et ordinationibus ab ipsis fratribus et personis irrefragabiliter obseruanda decernas ac uniuersa et singula facias, disponas, exequaris, que pro statu et incremento necnon alijs premissis congruere prospexerjs pariter et expedire, super quibus plenam et liberam tibi concedimus, tenore presentium, facultatem, non obstantibus constitutionibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Datum (3) Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quarto, decimo kalendas decenbris, pontificatus nostri anno quarto.

50

10 DEZEMBRO 1434

Carta das autoridades de Génova ao rei de Portugal, a solicitar-lhe sejam entregues, em Lisboa, a Franco Maraboto ou a Torpeto de Vivaldis as mercadorias que indicam, tomadas em Julho anterior pela armada portuguesa à nau de que era patrão Cristiano Vancampónio Farmeucho, carregadas em Nápoles pelo mercador genovês António Calvo e consignadas a Gregório Pinelli, outro

(2) No ms. *apostolica firmitate.*
(3) No ms. *Datis.*

Copyrighted material

cidadão genovês, residente em Londres, as quais foram levadas a Lisboa e não eram proibidas nem conduzidas para terra de infiéis (1).

ASG., *Litterarum registri*, vol. 4, fl. 178 v., n.º 562.
Referenciada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 32.

Serenissimo principi et domino, domino regi Portugalie.

Serenissime princeps et domine. Non sine cordis amaritudine informati sumus classem vestram, hoc anno, de mense julij, intercepisse quandam nauim patronizatam per Christianum Vancanponium Farmeuchum, in qua naui carissimus ciuis noster Antonius Caluus, mercator, in Neapoli onerauerat seu onerari fecerat fardellos tres septe et ballam vnam meru-

(1) Cfr. também o nosso DOC. 13, de 11 de Maio anterior. Tendo em vista aquele e o presente texto e relacionando-os com a súplica eduardina de Agosto de 1436, em que se reporta o monarca à expedição henriquina de 1434 para as Canárias, talvez se possa datar esta do mês de Junho do mesmo ano. SOUSA COSTA *(Lug. infracitado)* formula até a seguinte hipótese: — «Não é de todo improvável que Oldrado se refira aos navios que vieram buscar víveres a Portugal, enquanto os outros permaneciam nas Canárias. De qualquer maneira, podemos colocar a expedição às Canárias nos meados do ano de 1434». Para mais, não alude o presente documento a navio corsário português que houvesse interceptado a nau genovesa, mas a autêntica *armada* portuguesa, «classem vestram», que não singraria habitualmente pelos mares vizinhos do país. Também se pode ter dado o caso de a armada lusitana haver encontrado o barco italiano a quando do seu regresso das Canárias, hipótese porventura ainda mais viável. Maraboto aparece-nos em carta de quitação passada a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor em Lisboa das coisas de Ceuta, e relativa ao período de 1 de Janeiro de 1440 a 1 de Julho de 1441: — «e de duas mill oitoçentas e noue arrouas e mea de carne, de que fezerom quarenta e seis mill e duzentas e cinquoenta e hũua soãas, que recebeo do Franco Maraboto, jenoes, que era obrigado a dar pera Ceptа» (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 17 v., publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 556 e ss.). Também aos mercadores genoveses Vivaldi encontramos referência em documento português de 25 de Junho de 1389, carta de quitação de el-rei D. João I: — «Jtem, de mjçe Canteneo de Vijualdjs, mercador jenoes, estante em Bruges, quatroçentos frolijs, per carta de canbho do dicto Benedjto Leorcadeo; jtem, reçebeo maijs do dicto Cateneo de Vijualdes mjl e cem frolijs, per carta de canbho do dicto Joham de Palma» (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 5, fl. 9, editada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 307). Em recente obra de JACQUES HEERS são referenciados alguns mercadores daquelas famílias: António Maraboto e Galeazo, Rafael e Tomás Vivaldi (*Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio homme d'affaires Génois 1456-1459*, Paris, 1959). Também figuram nos textos daquela obra alguns Calvo e Pinelli, mas não os citados no presente documento.

Copyrighted material

gete, consignandas Londone, Gregorio Pinello, etiam ciui nostro. Qui fardelli cum dicta balla conducta fuerunt in Lisbona.

Cum ergo et fardelli ipsi et etiam balla merugete a Neapoli mitterentur in Angliam, vt supra dictum est, nec deferri deberent ad aliqua loca jnfidelium aut quouis modo prohibita, cogimur admirari quod dicti ciues nostri taliter dictis suis priuentur, quod tamen non credimus procedere de mente vestre serenitatis, presertim cum communitas hec et tota natio Januensis semper fuerit et sit prona quibuscunque incrementis dicte serenitatis.

Supplicamus igitur sepedicte serenitati quatenus dignetur et velit mandare dictam setam et merugetam restitui cum effectu Francho Maraboto aut Torpeto de Viualdis, procuratoribus in solidum dictorum Antonij et Gregorij. In hoc enim celsitudo vestra faciet iusticie debitum nobisque complacentiam singularem, qui continuo sumus proni pro eadem, ad similia et maiora.

Data die x.ª decembris [anno 1434].

Eiusdem serenitatis seruitores Oldradus de Lampugnano, ducalis in Janua locum tenens, et consilium antianorum.

51

17 DEZEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar os caseiros e lavradores do mercador João de Santarém, residente em Lisboa (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 2.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 492.

Dom Eduarte, etc.

A uos, corregedor e juizes da nossa muy nobre, leall çidade de Lixboa e aos juizes de Sintra e de Mafora (2) e a todallas outras nossas justiças e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer per quallquer guisa que sseja, a que esta carta for mostrada, ssaude.

---

(1) Sobre este mercador veja-se o DOC. 115 do nosso vol. 4 e a nota 2 da p. 317 do mesmo volume.

(2) Por *Mafra*.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham de Santarem, mercador, morador em essa çidade, teemos por bem e mandamos que todos sseus casseeiros e lauradores que ell tem em esses logares e sseus termos sseja[m] daqui em diante escusados de pagarem em algũas peitas e fintas e talhas nem emprestidos nem seruiços nem em outros nhũus encarregos que per esses conçelhos ssejam lançados e direm com pressos nem com djnheiros nem sseerem titores nem curadores de nhũas pessoas e dauerem outros algũus ofiçios desses conçelhos contra suas vontades, nem lhe tomem suas palhas nem çeuada nem galinhas nem gaados nem bestas nem outra algũa cousa do sseu contra sua voontade.

E porem uos mandamos que assy lhos compraes e guardees e façaaes comprir e guardar esta nossa carta ssem outro nhũu enbargo, posto que nos ou a rrainha minha molher e jnffantes meus filhos e jrmãaos ssejamos em essa comarca, nem lhj uaades nem consentades hir contra ella em algũa guisa que sseja. Vnde all nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xbij dias de dezembro. Ruy Pjrez Gudinho a fez. Era de mjll e iiij^{c} e xxxiiij^{o} annos.

52

17 DEZEMBRO 1434

Letras Creator omnium, *do papa Eugénio IV, a ordenar a todos os fiéis cristãos que, no prazo de 15 dias após o conhecimento das presentes, restituam à liberdade os indígenas das ilhas Canárias e a proibir sejam cativados e vendidos, sob pena de excomunhão «ipso facto incurrenda», da qual, fora do artigo de morte, apenas poderão ser absolvidos pela Sé Apostólica, pelo arcebispo de Sevilha ou pelo bispo de Rubicão; pois por este e por outras pessoas lhe constou que na ilha de Lançarote e noutras ilhas do arquipélago canariense alguns cristãos, a pretextos vários e com navios armados, capturaram muitos indígenas de ambos os sexos, alguns dos quais cristãos e catecúmenos, e os trouxeram às partes cismarinas, onde os reduziram à servidão, venderam e ultrajaram, o que impede a conversão dos restantes nativos das Canárias, em ofensa grave da Majestade Divina, perigo das almas e detrimento da religião cristã* (1).

(1) Nesta data, a dependência política das Canárias era a seguinte: Maciot de Bethencourt detinha a posse da ilha de Lançarote e Guillén de las Casas a das ilhas de Forteventura e Ferro (Cfr. PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*,

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 44 v.,—texto que se reproduz; *Armadio* xxxi. 54, fl. 322, em cópia de 1630.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1044-46, segundo a primeira fonte citada, mas em transcrição inaproveitável.

Eugenius, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Creator omnium rerum Deus, ex precipui amoris feruore, ad sui ymaginem et similitudinem humanam formauit naturam et, ut eciam que prothoplausti preuaricacione eterne salutis dispendia incurrerat a perpe-

---

pp. 129 e 147). A respeito da evangelização do arquipélago e, portanto, do significado das letras de 1434 do papa Eugénio IV observa o mesmo autor: — «Y mientras tanto, la empresa de la evangelización, que las expediciones mallorquinas del siglo XIV habían tomado como un motivo constante de sus peticiones ante el Pontífice, y que había vuelto a provocar abundante documentación pontificia cuando el viaje de Bethencourt, no se abandona. Así, en 1434 tenemos testimonio de la preocupación por este asunto de los Concelleres de Barcelona, que recomiendan primero al obispo de Mallorca y después al propio Papa, al franciscano Fray Juan de Baeza, que ostenta entonces el título de vicario de las islas, y que protesta ante la autoridad del Pontífice de los malos tratos que las gentes de Maciot de Bethencourt daban a los naturales de aquéllas, recién convertidos al cristianismo, lo cual era una rémora evidente para el progreso de la evangelización. Es la protesta que lleva a Eugenio IV a dar en octubre del mismo año una bula prohibiendo esos malos tratos y que se les apresase como esclavos» (*Ibi*, pp. 129-30, onde o autor aduz dois documentos datados de Barcelona, a 30 de Junho e 1 de Julho de 1434, publicados por SERRA RAFOLS, *Los mallorquines en Canarias*, docs. 6 e 7 e, quanto a letras eugenianas, apenas as *Regimini gregis*, — o nosso DOC. 38).

Mais recentemente, DE WITTE entende haverem-se encontrado em Florença com Eugénio IV, nos derradeiros meses de 1434, D. Fernando Calvetos, Fr. João de Baeza e Juan Alonso de Ydubaren, que teriam submetido ao papa «un véritable plan de stratégie missionnaire», benèvolamente acolhido pelo sumo pontífice. E, aludindo às letras *Etsi cunctis* e *Creator omnium*, — os nossos DOCS. 36 e 52 — o autor opina: «mais ce serait une erreur de croire que ces mesures étaient toutes dirigées contre les *conquistadores* portugais. A notre avis, — mais la chose devrait être étudiée de plus près que nous n'avons pu le faire —, les deux premières visaient surtout les Las Casas, ces gros marchands-armateurs de Séville qui avaient acquis depuis peu la seigneurie des Canaries et avaient fait irruption dans les îles de façon brutale. Seule l'interdiction de la guerre avait incontestablement pour origine les actes de pillage commis par les Portugais en 1434» (*Les bulles*, art. 1, pp. 711-13).

Das letras pontifícias de 1434 sobre as Canárias impossível é inferir-se com segurança se elas visavam Maciot de Bethencourt, Guillén de las Casas ou Portugal, em conjunto ou separadamente. Daí a discrepância sobre o particular entre PÉREZ EMBID e DE WITTE. O problema da defesa dos indígenas canários agitava-se então ùnicamente entre eclesiásticos, como se deduz das letras de Eugénio IV: até às presentes, de 17 de Dezembro de 1434, entre o franciscano Fr. João de Baeza e o sumo pontífice, com estranheza nossa, pois D. Fernando Calvetos era bispo de Rubicão,

tue seruitutis iugo eriperet, adueniente temporis plenitudine, de summa celi arce, vnigenitum suum filium ad huius seculi infima misit, ut ex purissima Uirgine Maria mortalitatis humane naturam assumeret ac tandem, crucis in ara, sui preciosi sanguinis prefusione, genus humanum uotiue restitueret libertati.

Nos ergo, licet insufficientibus meritis ipsius Creatoris uices gerentes in terris, pro singulorum christifidelium et potissime illorum qui, seruitutis iugo afflicti, libertatis gloria destituti censentur, statu felici ac successu

---

na ilha de Lançarote, desde 1 de Outubro de 1431; após aquela data, entre o dito prelado e o papa. Por isso, WÖLFEL inseriu inùtilmente uma dúzia de letras de Eugénio IV dos anos de 1434 a 1436, a pretender demonstrar o que apenas pôde documentar desde a carta dos Reis Católicos de 1474-81, em seu citado estudo *La Curia Romana y la Corona de España en la defensa de los aborígenes Canarios*. Não só não existiu *Corona de España* anteriormente a Fernando e Isabel como tão-pouco, nos referidos textos pontifícios, se alude a qualquer interferência dos monarcas da Península em defesa dos indígenas das ilhas Canárias.

Nas citadas letras eugenianas, o sumo pontífice providenciou, evidentemente, a teor do que lhe representaram os suplicantes Baeza e Calvetos e que das mesmas se infere terem sido: a concessão de facilidades para missionamento do arquipélago canariense, a criação de ambiente local favorável à eficiência da evangelização e civilização do mesmo e a repressão de abusos de colonos e de invasores europeus, por destrutores do programa missionário. Porém, o que, no dizer dos requerentes eclesiásticos soa a interesse cristão e evangelizador pode haver assumido também, na mente dos mesmos e até principalmente, significado bem diferente, atentos alguns factos anteriormente ocorridos e as especiais circunstâncias do momento (Cfr. a nota da p. 85).

Expliquemo-nos. A primeira expedição henriquina às Canárias parece datar do ano de 1415 (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOC. 113); pois logo em 1416 o franciscano de Sevilha Fr. Juan de Baeza, aproveitando a circunstância de Portugal não obedecer, como obedecia Espanha, ao antipapa Bento XIII, surgiu com uma pretensa mas, quanto a nós, dúbia ocupação missionária da ilha de Forteventura, apoiada e cooperada pelo referido antipapa castelhano (*Ibi*, DOCS. 118 e 121 a 130). Nova expedição henriquina, em 1424, chefiada por D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária (*Ibi*, vol. 3, DOC. 51); logo Baeza impetrou do papa Martinho V a confirmação da licença de Bento XIII para evangelizar as Canárias e autorização para fundar casa franciscana em quatro das ditas ilhas (*Ibi*, DOCS. 33-34) e diligenciou constasse o facto em todo o mundo cristão (*Ibi*, DOC. 39); mas evidenciou os seus intuitos políticos, ao dizer a Martinho V, em sua súplica de 4 de Outubro de 1424, encontrarem-se os reinos de Castela e de Aragão mais próximos das ditas ilhas do que os restantes reinos cristãos (*Ibi*, DOC. 50), ao mesmo tempo que, em Lisboa, o embaixador castelhano Alfonso García de Santa María estranhava, — em nome de quem? — a referida expedição henriquina (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 321-22 e 323). Enfim, sucede-se, em 1434, a expedição promovida também pelo Navegador às Canárias a que se reporta a súplica eduardina de Agosto de 1436 (Cfr. o DOC. 129), e cá temos novamente Fr. Juan de Baeza a manobrar o papa Eugénio IV para que a Portugal seja tolhido o acesso ao dito arquipélago, nomeadamente com excomunhão «ipso facto incurrenda» (Cfr. o DOC. 38 e o presente).

Retomou a mesma orientação o bispo Rubicense D. Fernando Calvetos a partir das presentes letras de 17 de Dezembro de 1434, aqui ainda associado a Baeza, o qual,

prospero, inter assiduas quibus dietim urgemur solicitudinum curas (2), uoluntarios labores amplectimur, ut, per diligencie nostre ministerium, inter fideles quoslibet, salubris directionis et optate libertatis prodeat incrementum.

Sane, sicut dudum venerabilis fratris nostri Fernandi, Rubicensis episcopi, inter christifideles ac habitatores jnsularum Canarie interpretis et ab eis ad sedem apostolicam nuncij destinati, aliorumque fidedignorum insinuacione intelleximus, licet in jnsulis predictis, quedam de Lancellot nuncupata, et nonnulle alie circumadiacentes jnsule, quarum habitatores et incole, solam legem naturalem imitantes (3), nullam antea fidelium aut hereticorum sectam nouerant, a paucis citra temporibus, diuina cooperante clemencia, ad orthodoxam catholicam fidem sint reducte, pro eo tamen quod, labente tempore, in quibusdam alijs ex predictis jnsulis gubernatores ac defensores idonei, qui illarum habitatores et incolas in spiritualibus et temporalibus ad rectam fidei obseruanciam dirigerent ac eorum res et bona grate tuerentur, defuerunt, nonnulli christiani, quod dolenter referimus, diuersis confictis coloribus et captatis occasionibus, ad prefatas insulas, cum eorum nauigijs, manu armata, incedentes, plures inibi, eciam iuxta ipsorum simplicitatem incaute raptos (4), utriusque sexus homines, nonnullos iam tunc baptismatis unda renatos et alios ex eis, sub spe ac pollicitacione quod eos uellent sacramento baptismatis insignire, eciam quandoque fraudulenter et deceptorie securitatis fide promissa et non seruata, secum captiuos eciam ad partes cismarinas duxerunt, bonis eorum prede expositis seu in eorum usus et utilitatem conuersis, nonnullos quoque ex habitatoribus et jncolis predictis subdiderunt perpetue seruituti ac aliquos personis alijs uendiderunt et alia (5) contra eos diuersa illicita et nepharia commiserunt, propter que quamplurimi ex residuis dictarum jnsularum

---

como fizera este último no ano de 1424, sublinhou também, em 28 de Dezembro de 1434, ao papa Eugénio IV acharem-se as ilhas Canárias mais vizinhas de Castela e de Aragão do que dos restantes reinos cristãos (Cfr. o DOC. 56). Ora a *vizinhança* era considerada, na época, com base em BARTOLO, como um dos títulos jurídicos a territórios (Veja-se, por ex., PAULO MERÊA, *Estudos de História do Direito*, p. 144). Ou por o papa Eugénio IV se haver certificado do que realmente se passava, mercê talvez da actuação da diplomacia portuguesa, ou por el-rei D. Duarte vir a utilizar, em Agosto de 1436, o mesmo argumento missionário, agora porém com estatística e asserções promissoras de mais fagueiros e reais êxitos evangélicos nas Canárias, em 15 de Setembro daquele ano o soberano de Portugal obteve a bula *Romanus pontifex*, a permitir-lhe a conquista das ilhas do arquipélago canariense não possuídas por cristãos (Cfr. os nossos DOCS. 129 e 137).

(2) Aqui no ms. *et*.

(3) No ms. *immitantes*.

(4) No ms. *reptos*.

(5) No ms. *alia*.

habitatoribus, seruitutem huiusmodi plurimum execrantes, prioribus erroribus remanent inuoluti, se propterea ab suscipiendi (6) baptismatis proposito retrahentes, in grauem diuine maiestatis offensam et animarum periculum et christiane religionis non modicum detrimentum.

Nos igitur, ad quos pertinet, presertim in premissis et circa ea, peccatorem quemlibet corrigere de peccato, non uolentes ea sub dissimulacione transire ac cupientes, prout ex debito pastoralis tenemur officij, quantum possumus salubriter prouidere, ac ipsorum habitatorum et incolarum afflictionibus, pio et paterno compacientes affectu, vniuersos et singulos principes temporales, dominos, capitaneos, armigeros, barones, milites, nobiles, communitates et alios quoscunque christifideles, cuiuscunque status, gradus uel condicionis fuerint, obsecramus in Domino et, per aspersionem sanguinis Ihesu Christi, exhortamus eisque in remissionem peccaminum suorum iniungimus ut et ipsi a premissis desistant et eorum subditos a talibus retrahant rigideque compescant. Et nichilominus vniuersis et singulis eisdem vtriusque sexus christifidelibus precipimus et mandamus quatenus, infra quindecim dierum spacium, a die publicacionis presencium, in loco in quo ipsi degant faciende (7), computandorum, omnes et singulos utriusque sexus dictarum jnsularum olim habitatores, canarios nuncupatos, tempore captionis eorum captos, quos seruituti subditos habent, pristine restituant libertati ac totaliter liberos perpetuo esse et, absque aliquarum pecuniarum exactione siue recepcione, abire dimittant; alioquin, lapsis diebus eisdem, excommunicacionis sentenciam ipso facto incurrant, a qua nisi apud sedem apostolicam uel per archiepiscopum Jspalensem pro tempore existentem, seu Fernandum episcopum antedictum, ac personis captiuatis huiusmodi prius et ante omnia libertati deditis et bonis eorum primitus restitutis, absolui nequeant, preterquam in mortis articulo constituti.

Similem excommunicacionis sentenciam incurrere uolumus omnes et singulos qui eosdem canarios baptisatos aut ad baptismum uoluntarie uenientes capere aut uendere uel seruituti subicere attemptabunt, a qua, aliter quam ut prefertur, nequeant absolutionis beneficium obtinere. Jlli, uero, qui exhortacionibus et mandatis nostris huiusmodi humiliter paruerint cum effectu, preter nostram et apostolice sedis graciam et benedictionem, quam proinde uberius consequantur, eterne beatitudinis professores fieri mereantur et a dextris Dei cum electis, perpetua requie, collocari.

Nos, enim, vniuersis et singulis patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs electis, abbatibus, prioribus, decanis, archidiaconis, prepositis, cantoribus, thesaurarijs et alijs ecclesiarum prelatis precipimus

(6) No ms. *ad suscipiendum*.
(7) No ms. *faciendam*.

et mandamus quatenus presentes litteras ac in eis contenta, in ecclesijs, dominicis et festiuis ac alijs diebus oportunis, dum maior inibi populi multitudo conuenerit ad diuina, legant, publicent, intiment ac legi et publicari et intimari ac eciam in idiomate uulgari declarari procurent, ut sic illis quos tangunt plenius nota fiant et ipsi nequeant ignoranciam allegare. Volumus, autem, quod presentibus, per notarium seu tabellionem publicum, sub instrumento publico fideliter exemplatis, perinde stetur et plena fides adhibeatur, in iudicio et extra, quemadmodum adhiberetur et eisdem litteris presentibus staretur, si essent exhibite uel ostense.

Nulli, ergo, etc., nostri mandati et uoluntatis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Florencie, anno jncarnacionis dominice millesimo quadringentesimo xxxiiij, sexto decimo kalendas januarij, anno quarto.

53

23 DEZEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação de el-rei D. Fernando, homologada já por D. João I, a Gil Eanes, dos bens de raiz que os mouros haviam deixado em Faro quando passaram a África sem licença régia e bem assim doutros bens de raiz pertença da coroa no reino do Algarve.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 56, — donde se reproduz, em leitura nova *Guadiana*, liv. 6, fl. 166 v.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que os herdeiros de Gill Eannes, que foy corregedor na corte do muy uiturioso e de grandes uirtudes elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, emviarom mostrar perante nos hũa carta que o dicto Gill Eannes ouue do dicto ssenhor, asijnada per Aluaro Gonçalluez e Martim da Maya, sseus veadores da fazenda, e asseellada do sseu sseello pendente de çera e foy dada em Tentugall, aos xb dias dabril da era de Cezar de mjll e iiij^{c} xxxiiij annos; em a quall era contheudo o trellado de hũua carta que elrrej dom Fernando, meu tio, deu ao dicto Gill Eannes, por que lhe fez merçee e doaçom, com outorgamento da rrainha dona Lianor, ssua molher, e lhe deu de jur dherdade os

beens de rraiz que auya em Faarom, que ficarom dos mouros que sse forom aalem mar ssem sua leçença, e doutros beens de rraiz que auya no rregno do Algarue, e o trellado doutra carta do dicto ssenhor, per que lhe confirmou a carta do dicto rrey dom Fernando, sseu jrmãao, e lhe fez merçee que ouuesse, pera ssy e sseus filhos, todollos dictos beens e fructos e nouos e rrendas e djreitos delles, per a guisa que lhe forom dados pello dicto sseu jrmãao, nom embargando cartas ou aluaraes nem doaçõoes que dos dictos beens elle teuesse fectos a LopAluarez nem a sseus filhos nem a outros nhũus; as quaees ell ouue por rreuogadas quanto tange aos dictos beens, porque achou que as fezera contra djreito, por enformaçom nom uerdadeira, segundo todo esto e outras cousas em a dicta carta mais compridamente ssom contheudas, e que nos pediam que lhe confirmassemos a dicta carta.

E nos, visto sseu rrequerimento e querendolhes fazer graça e merçee, teemos por bem e confirmamoslhe e aprouamos a dicta carta que do dicto ssenhor ouue com trellado da dicta carta delrrey dom Fernando e sua confirmaçom, pella guisa que em ella he contheudo, contanto que dos beens que forem achados paguem a nos e a nossos ssoçessores a dizima dos fructos e nouos e rrendas delles, segundo per nos he hordenado e mandado.

E porem mandamos aos veadores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e juizes e justiças e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que lhe compram e guardem a dicta carta que do dicto ssenhor ouue pella guisa que em ella he contheudo, sem outro nhũu embargo que lhe sobrello ponham. Vnde all nom façades.

Dante em Euora, xxiij dias de dezembro. Ruy Lopes a fez. Era de mjll e iiij^{c}xxxiiij annos.

54

24 DEZEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar aos carpinteiros, calafates e petintais das suas galés, tercenas e demais obras de Lisboa os privilégios que lhes haviam sido outorgados pelos monarcas anteriores.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 3, — texto que se reproduz, com anotação das variantes do liv. 1, fl. 103.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 492, n.º 794.

Dom Eduarte, etc. (1).

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee aos nossos carpenteiros e callafates e pitintaaes que nos serueem e estam prestes pera nos seruir nas nossas galees e taraçenas da dicta çidade (2) de Lixboa e nas outras obras nossas que ora ssom ou forem escolheitas per Steuam dObidos, nosso almoxarife das taracenas da dicta çidade, ou per outro quallquer que hy for nosso (3) almoxarife, por muyto seruiço que delles rreçebemos e entendemos de rreçeber ao diante; e, porque fomos çerto que elles ouuerom priuelegios e liberdades dos rrex que ante nos forom destas cousas que sse adiante sseguem e doutras ssemelhaueis (4) e os perderom nas guerras que sse seguirom;

Teemos por bem e mandamos que nom ssejam nhũas pessoas tam ousadas, dos da nossa merçee nem dos jnffantes nem doutros ssenhores nhũus, de quallquer estado e condiçom que ssejam, que pousem com elles em suas casas de morada nem adegas nem em caualariças nem palheiros nem lhe tomem (5) as rroupas que teuerem nem trigo nem çeuada nem gallinhas nem guados nem llenha nem bestas nem palha nem outras nhũas cousas contras suas voontades, ssob pena de pagarem a nos os nossos encoutos de bj mil soldos; os quaees encoutos mandam[os] que rrecadem os almoxarifes da dicta çidade, ssob pena de os pagarem de suas cassas, e mandamos aos nossos escpriuãaes dos dictos almoxarifados que os ponham em rreçepta ssobre os dictos almoxarifes.

E porem mandamos a todollos meirinhos, corregedores e juizes e justiças a que esta carta for mostrada que, sse lhe algũas pessoas quiserem hir contra este priuillegio em algua guisa, que lho nom conssentam e lhes alçem delles forças e lhes compram e guardem e façam conprir e guardar o dicto priuilegio assy e pella guisa que em elle he conteudo e lhes nom conssentam hir contra elle em nẽhũa maneira que sseja, ca nossa merçee he de lhe sseer comprido e guardado pella guisa que dicto he. E esto lhe fazemos, porquanto nos mostrarom outro tall priuilegio delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em a çidade dEuora, xxiiij° dias de dezembro. Nicolaao Rodriguez a fez. Era de mjll e iiij° e xxxiiij annos.

---

(1) Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue, e senhor de Cepta.

(2) da cidade de Lixboa.

(3) que hi vier ou for nosso.

(4) semelhantes.

(5) nem palhas.

55

28 DEZEMBRO 1434

Letras Ad ea, *do papa Eugénio IV, dirigidas ao bispo de Cádiz, nas quais, atendendo à falta de recursos e às avultadas despesas que lhe significara ter de fazer o bispo de Rubicão, D. Fernando, que em breve vai seguir com pessoal para as ilhas Canárias, lhe ordena tome 1.000 ducados de ouro dos rendimentos da mesa arquiepiscopal de Sevilha, diocese vaga, e os aplique, a seu arbítrio, na viagem do dito bispo Rubicense, em alfaias para as igrejas do mesmo bispado, na aquisição de navio conveniente para ligação entre as ilhas, em contratar peritos nas artes mecânicas para ensino dos indígenas, na compra de ferro e de outros metais, na construção de igrejas, nos gastos do referido prelado e dos frades menores que vão com ele, no resgate dos canários cativos detidos aquém-mar e na conversão dos infiéis* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 5.

Publicadas por TORRES CAMPOS, *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias*, pp. 208 e ss., e por WÖLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1034-35, em transcrição insegura.

Eugenius, etc.

Venerabili fratri Johanni, episcopo Gadicensi, salutem.

Ad ea ex apostolice sedis nobis desuper iniuncte seruitutis officio, que fidelium animarum salutem respiciunt et per que illarum profectibus consulitur libenter intendimus et operibus caritatis, que circa hec a fidelibus exercentur, quantum cum Deo possumus, auxilia impartimus.

Cum itaque, sicut pro parte venerabilis fratris nostri Fernandi, episcopi Rubicensis, cum ecclesia Rubicensis, in insulis Canarie, existere dinoscitur, nuper fuit propositum coram nobis quod, cum ipse, qui ad eccle-

(1) O prelado Gadicense em referência era Juán González, jurista e capelão pontifício, nomeado bispo de Cádiz sendo cónego de Sevilha, em 8 de Julho de 1426 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 1, p. 258). A diocese sevilhana achava-se vaga pela transferência de D. Juán de Luna para a toletana em 8 de Novembro de 1434 e assim se conservou até à nomeação do bispo de Tarso, D. Diogo, para arcebispo de Sevilha, em 25 de Fevereiro de 1435 (*Ibi*, vol. 2, pp. 165 e 252).

siam et insulas predictas, que populis Deum ab olim nullatenus ante noscebant, populate existebant et quarum nonnullarum habitatores, plurium fidelium christianorum diuersorum statuum, ecclesiasticorum et laicorum, secularium et regularium, potencia, industria et virtute, ad fidem catholicam sunt conuersi, tam pro huiusmodi conuersis in fidem huiusmodi conuertendis, cum decenti et oportuna aliarum personarum comitiua personaliter transire in breui desideret et proponat; ac pro huiusmodi ipsius transitu faciendo et ecclesiarum ornamentis ac vno congruo nauigio ad alias insulas visitandas ac personis in artibus mechanicis instructis, qui eosdem canarios in illis instruant et informent, ac ferro et alijs metallis opportunis emendis necnon ecclesijs edificandis ac pro se et fratribus minoribus secum euntibus ad prefatas insulas et aliquibus canarijs citra mare in captiuitate detemptis a seruitute redimendis et ad libertatem et easdem insulas reducendis, non modica peccuniarum indigeat quantitate;

Nos, ne ex huiusmodi peccuniarum defectu valeat tanti boni execucio impediri, fraternitati tue, de fructibus, redditibus et prouentibus ecclesie Ispalensis, ad presens pastore carentis, ad mensam archiepiscopalem Ispalensem spectantibus et tempore vacacionis ipsius ecclesie obuenientibus, apud quoscumque consistant, summam mille ducatorum auri ad manus tuas recipiendi, exigendi, habendi ac omnes illos et pro huiusmodi transitu ac predictis necessitatibus et alijs opportunitatibus, super quibus tuam conscienciam oneramus, ad tuum arbitrium exponendi, distribuendi et eciam conuertendi, contradictores quoque, per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, compescendi, plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus facultatem.

Datum Florencie, anno incarnacionis dominice millesimo quadringentesimo quarto, quinto kalendas januarij, anno quarto.

56

28 DEZEMBRO 1434

Letras Pijs et honestis, *do papa Eugénio IV, dirigidas aos prelados dos reinos de Aragão e de Castela, ao abade do mosteiro de Poblet e ao prior de Coma, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a ordenar-lhes que dos fundos de usuras e restituições destinados à Câmara Apostólica distraiam 2.000 florins de ouro de câmara para compra e equipamento de navio a utilizar nas ilhas Canárias, confiado ao bispo de Rubicão; pois este o informara de que alguns*

nativos do arquipélago, por indústria e diligência dos fiéis cristãos, dos bispos, dos eremitas, dos nobres e leigos e de certos religiosos da Ordem Franciscana, se haviam convertido ao catolicismo e de que se propunham os mesmos difundir a Fé pelas restantes ilhas, mais vizinhas dos reinos de Castela e de Aragão do que dos demais reinos cristãos, para o que necessitam de barco para ligação entre elas.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 6, — texto que se reproduz; *ibi*, fl. 46 v., insertas nas letras *Ad ea libenter*, de 13 de Janeiro de 1436.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1035-38, com indicação errada do ano, 1433 por 1434, e em transcrição incorrecta.

Eugenius, etc.

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis et eorum officialibus regnorum Aragonie et Castelle necnon dilectis filijs .. abbati monasterij de Populeto, ac .. priori de Coms, Terraconensis et Jspalensis diocesum, salutem, etc.

Pijs et honestis supplicum uotis, illis potissime que catholice fidei augmentum et animarum salutem respiciunt, libenter annuimus eisque, quantum cum Deo possumus, fauorem apostolicum impartimur.

Sane pro parte venerabilis fratris nostri Fernandi, episcopi Rubicensis, nobis nuper exhibita peticio continebat quod olim, cum fama publica laboraret quosdam ex incolis insularum Canarie, quorum antea nullus Deum agnouerat, ad fidem catholicam, Deo inspirante et christifidelium, episcoporum, heremitarum, nobilium et laicorum ac quorundam religiosorum ordinis fratrum minorum industria et diligencia procurante, fuisse conuersos, ob eam causam, illuc profectorum predicaciones et instructiones euangelicas; pijs huiusmodi fidelium subsidijs adiutas, plures alij ex ipsis incolis ad eandem fidem, fauente diuina gracia, sunt conuersi.

Quodque episcopus, heremite et nobiles ac religiosi predicti, ipsius zelo fidei magis atque magis accensi, ut reliqui ex jncolis prefatis, in uie veritatis ignorancia et cecitate restantes, ad fidem ipsam cooperante Domino, similiter conuertantur, solercia indefessa, eciam personarum suarum periculis non parcendo, laborare proponunt, ac huiusmodi propositum et desiderium ipsorum, propiciante Domino et mediantibus similibus subsidijs, sperant feliciter adimplere, dunmodo pro marino de Castelle et Aragonie, in quibus, utpote ceteris christianis regnis dictis insulis propinquioribus, huiusmodi subsidia commodius habere sperant, ad illas indeque de

singulis ad singulas earundem (1) ad inuicem satis remotarum transitu, quociens et quando expediatur, aliquod ad hec sufficiens nauigium, cum nautis et rebus ad illius directionem, regimen, gubernacionem et conseruacionem, oportunum, promptum et paratum habeant.

Cum autem, sicut eadem peticio subiungebat, ad habendum huiusmodi nauigium cum nautis et rebus predictis celeriter, prout tanti boni necessitas exigit, ampla et uelox dictorum fidelium requiratur impensa, circa quam eis nulle suppetunt facultates; pro parte dicti episcopi fuit nobis humiliter supplicatum vt, pro eodem nauigio habendo, dirigendo, regendo, gubernando et conseruando, ut prefertur, summam duorum milium florenorum auri de camera, de et super legatis et relictis ad pias incertas causas et male ablatis incertis ac vsuris restituendis, in Castelle et Aragonie regnis predictis, per executores testamentorum seu ultimarum voluntatum defunctorum, aut illos ad quos legatorum et relictorum distribucio seu male ablatorum et usurarum restitucio huiusmodi pertinet, exsoluendam concedere et assignare, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos igitur, qui supremis, vt debemus, desiderijs affectamus nostris efficere temporibus quod ipsa catholica fides nedum illibata preseruetur sed eciam in vniuerso orbe lacius diffundatur, huiusmodi supplicacionibus inclinati, discrecioni uestre, de qua in hijs et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, et cuilibet uestrum, prout, iuxta tenorem presentium, infra scripta exequi ad quemlibet vestrum quomodolibet pertineat uel spectet, per apostolica scripta commictimus ac districte, in virtute sancte obediencie, precipimus et mandamus quatenus vos uel alter vestrum, in Aragonie et Castelle regum carissimorum in Christo filiorum nostrorum dicioni subiectis ciuitatibus et diocesibus citra mare consistentibus, de et super legatis et relictis ad pias incertas causas seu de male ablatis, incertis et usuris restituendis huiusmodi, summam duorum milium florenorum huiusmodi, videlicet ex ea in qualibet ciuitatum et diocesum tantum quantum iuxta illius qualitates et facultates exigencia (2) pro celeriori, uelut necessitas tam laudabilis negocij postulat, dicte summe leuacione et collectione ad opus ipsius nauigij, in usum et vtilitatem duntaxat conuersionis dictorum infidelium habendi, dirigendi, regendi, gubernandi et conseruandi (3), ut prefertur, auctoritate nostra, postquam pro parte dicti episcopi Rubicensis uel ipsius procuratoris ad hoc specialiter constituti, seu dilectorum filiorum vicarij fratrum ordinis minorum ac Johannis Gundissalui, clerici Bracharensis diocesis (4), fueritis requisiti, seu alter vestrum

---

(1) No ms. *eandem*.

(2) No ms. *exigenciam*.

(3) No ms. *habendam, dirigendam, regendam, gubernandam et conseruandam*.

(4) De sublinhar a inserção aqui de João Gonçalves, clérigo da diocese de Braga, Simples disfarce político junto do sumo pontífice? Por convir demonstrar assim ao

Copyrighted material

fuerit requisitus, de consensu et voluntate dicti episcopi uel eius procuratoris, infra quinque dies immediate sequentes post requisicionem huiusmodi, nominetis, eligatis et ordinetis, seu alter vestrum nominet, eligat et ordinet vnum uel duos dictarum peccuniarum receptores, collectores et leuatores, probos et fideles, prout necessarium fuerit et videbitur expedire.

Alioquin, lapsis dictis quinque diebus, volumus et mandamus quatenus vos, filij abbas in regno Aragonie et prior in regno Castelle et quilibet vestrum in solidum, auctoritate nostra, simili modo facere, eligere, nominare et ordinare dictos collectores seu receptores, de consensu et voluntate dicti Rubicensis episcopi uel ipsius procuratoris seu vicarij et Johannis predictorum, teneamini (5), facientes eadem auctoritate, per vos uel alium seu alios, summam predictam ab executoribus testamentorum seu ultimarum voluntatum predictorum aut ab illis ad quos legatorum et relictorum distribucio, siue male ablatorum et usurarum earumdem restitucio huiusmodi et alia ad rei execucionem necessaria pertineant, vt prefertur, seu quibusuis alijs penes quos legata et relicta uel male ablata et usure ipsa (6) consistant, vos, videlicet, archiepiscopi, episcopi, officiales, abbas et prior prefati, in qua facilius, commodius et celerius uenale nauigium huiusmodi inueniri et haberi posse dicitur, ad hoc fidedignis deputantis personis, integraliter et cum effectu persolui, ac notarios et tabelliones publicos, apud quos testamenta horum fore dicantur, ad illa in publicum exhibenda compeli. Jtaque tota summa Castelle priori et tota summa Aragonie regnorum predictorum abbati vobis, dilectis filijs, tradantur per receptores et leuatores predictarum pecuniarum et illas conseruetis et custodiatis (7) dicteque pecunie leuate et recepte venerabilibus fratribus Johanni Gadicensi et prefato Rubicensi episcopis, simul uel eorum procuratoribus ad hoc specialiter constitutis, quas (8) [per] ipsum episcopum Rubicensem ad ipsius nauigij directionem, regimen, gubernacionem et conseruacionem huiusmodi necessariijs conuertendas deputauimus, ne persecucio tanti boni propterea impediri quomodolibet uel diferri ualeat, libere et realiter tradantur et etiam assignentur.

Tu uero, fili prior de Coms, summam mille ducatorum Castelle ad manus tuas recipias et eam episcopis predictis realiter tradas, ita tamen quod huiusmodi nauigium, postquam emptum fuerit, ut prefertur, a quoquam uendi seu alienari aut alias distrahi, siue ipsum nauigium ac residuum

---

mesmo a anuência de Portugal? Intuito do aproveitamento de fundos do nosso país para a mesma finalidade?

(5) No ms. *teneantur*.

(6) No ms. *ipsi*.

(7) No ms. *conserues et custodias*.

(8) No ms. *quam*.

summe huiusmodi, si quid (9) ipso nauigio et eius oportunis et necessarijs municionibus persolutis superesse contigerit, ad alios quam prefatos vsus, uidelicet gubernacionis, sustentacionis, reparacionis nauigij et municionum suarum et utilitatem conuerti uel applicari aut deputari non possit nec debeat quoquomodo, sed per episcopum gubernatorem nauigij antedictum, si ei uidebitur, apud aliquam tutam et fidelem personam deponantur, in premissis exponendis temporibus oportunis.

Si quis autem huiusmodi residuum summe aut partem ipsius aliquam sibi apropriare aut in alios usus conuertere seu alijs rebus uel usibus applicare presumpserit, ipso facto sententiam excommunicationis incurrat, a qua, preterquam in mortis articulo constitutus, nisi prius et ante omnia tantumdem ad premissa realiter et cum effectu reddiderit, absolutionis beneficium nequeat obtinere, sed ipsum nauigium ac residuum summe florenorum huiusmodi, si quid superesse contigerit, ad alios quam prefatos vsus et vtilitatem deputari uel applicari non possint et debeant (10) quoquomodo, contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, non obstantibus testamentis et ultimis voluntatibus predictorum alijsque ipsorum defunctorum ordinacionibus necnon apostolicis et prouincialibus ac sinodalibus constitutionibus ceterisque contrarijs quibuscunque, seu si aliquibus, conmuniter uel diuisim, a prefata sede indultum existat quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Nos quascunque alias litteras apostolicas, super hoc hactenus emanatas, tenore presentium, reuocamus ac volumus quod, post annum a tempore quo ipsum nauigium ad jnsulas predictas declinauerit, aliquis ex canarijs ad fidem conuersis, ad hoc ydoneus, ad regendum ipsum nauigium per ipsum episcopum Rubicensem eligatur et eciam deputetur quodque transumpto (11) presentium litterarum nostrarum, manu puublica notarij signato siue sigillo alicuius ordinarij roborato, sicuti originalibus litteris, plenaria fides adhibeatur. Et insuper, ex nunc irritum decernimus et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scientur uel ignoranter, contigerit actemptare.

Datum Florencie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo trecesimo quarto, quinto kalendas januarij, pontificatus nostri anno quarto.

---

(9) No ms. *quod.*
(10) No ms. *possit et debeat.*
(11) No ms. *transsumpto.*

Copyrighted material

57

28 DEZEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Afonso de Matos a que lhe passara, sendo infante, de alcaide do mar da cidade do Porto.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 77 v., inserta na de confirmação da Regência de 29 de Setembro de 1441.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 288.

Dom Eduarte (1), etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Afonso de Matos, morador em a cidade do Porto, teemos por bem e damollo por noso alcaide do mar da dicta cidade, asy e pella guisa que o era em ujda delrrej meu senhor e padre, cuja alma [Deus aja], per hũa carta nossa, que demos em seendo jfante, a qual hia pera o conde dom Afonso, meu jrmãao, per que lhe outorgamos o dicto oficio, a seu rrequerimento, a qual perante nos ffoy quebrada.

Porem mandamos ao juiz do mar em a sobredicta cidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada, que ajam daqui em deante o dicto Afonso de Matos por alcaide do mar em a dicta cidade e lhe leixees serujr e husar do dicto ofiçio e outro nhũu nom e auer as proees e gaanças que el com o dicto oficio de djreito deue e pode auer. O qual jurou etc.

Dada em os nossos paaços dAlmeirim, xxbiij de dezembro. Elrrey o mandou. AluarAnnes a fez. Anno de iiij^{c} xxxiiij annos.

58

30 DEZEMBRO 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a conceder a Vasco Martins, pescador do infante D. Henrique, isenção de dar pousada em suas casas de moradia, adegas e cavalariças, e licença para poder usar armas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 11 v., inserta na carta de confirmação da Regência de 29 de Março de 1439.

---

(1) No ms. *Afonso*.

Copyrighted material

Dom Eduarte, etc.

A uos, nosso pousentador moor, e ao da rrainha mjnha molher e aos pousentadores dos jfantes meus (1) jrmãaos e a quaeesquer outros que esto ouuerem de veer e esta carta for mostrada, saude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaaes dar de pousadia a nhũ que seja as casas da morada e adegas e cauallariças de Vaasquo Martjnz, pescador do jfante dom Anrrique, meu jrmãao, nem lhe filhar dellas rroupa de cama nem gallinhas nem çeuada nem palha nem outra nhũa cousa do seu, contra sua uontade.

Outrosy, lhe damos licença e lugar que ell possa trazer armas de noyte e de dia, sem enbargo da defessa e hordenaçom que sobre ello he posta.

E porem mandamos a todollos corregedores e juizes e justiças e a outros quaeesquer a que esta carta for mostrada que lhas nom filhees nem enbargees nem lhe façaaes nem consentaaes fazer por ello outro nhũ desagujsado, ca asy he sobre todo nossa merçee. Vnde all nom façades.

Dada em os paaços dAlmerim, xxx dias de dezembro. Elrrej o mandou. Afonso Estevez a fez. Era de mjl e iiij^{c} e xxxiiij anos.

59

16 ? 1434

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Gonçalves em alcaide das tercenas do Porto, a pedido do infante D. Henrique, como o era em vida de D. João I.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 29, inserta na carta de confirmação da Regência de 10 de Julho de 1439.

Jtem, outra tal carta de Pero Gonçalluez, por que o dam por alcaide das taraçenas da cidade do Porto, pello do jfante dom Amrique, meu jrmaao, que o por ell pidio, asy e pella guisa que o era em vida delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, etc.

[Carta] em forma, dada em Almeirim, xbj dias de .... Elrrej o mandou. Lourenço de Guimaraes a fez. Era de mjl e iiij^{c} e xxxiiij anos.

---

(1) No ms. *neus*.

60

11 JANEIRO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a doar à rainha D. Leonor, sua esposa, vitaliciamente, as vilas e termo de Alvaiázere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Óbidos, a teor do seu contrato de casamento (1).

ANTT., *Gaveta* 17, maço 1, n.º 14, original em pergaminho, o qual teve selo pendente, — donde se reproduz; *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 113 v.; aqui por ementa; *ibi*, liv. 3, fl. 46 v.; em leitura nova, *Reis*, liv. 1, fl. 65.

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, de nosso moto proprio e poder abssoluto e liure voontade, damos e doamos e fazemos liure e pura doaçam aa rreinha dona Lienor, minha muyto prezada e sobre todas amada molher, em dias de sua vida, das nossas villas dAluayazer e de Sintra e de Torres Nouas e de Torres Uedras e dAlanquer e dObidos, com todos seus derectos e rendas e perteenças e com todas suas jurdiçõees e igreias, de juro e de herdade e mero e mixto jmperio, per aquella meesma guisa que as de sempre ouuerom os rrex que ante nos forom e as nos auemos e de derecto deuemos dauer, com seus termos.

Porem mandamos que ella as aia e possa auer como dicto he, sem outro embargo e contenda nẽhũa que lhe sobrello seia posta. E mandamos aas justiças das dictas villas, a que esta carta for mostrada, que a metam em posse das dictas villas, per seus procuradores, cada que lhes esta carta ou o trallado della em publica forma for mostrada, so synal de taballiom, e lhe façam responder e acudir com os dictos dereitos e rendas e com as outras cousas, nom embargando que as a outrem aiamos dadas per nos-

(1) Nos termos do contrato matrimonial celebrado em 1428 entre o infante D. Duarte e a infanta D. Leonor teria esta, enquanto infanta, apenas uma parte das vilas da falecida rainha D. Filipa de Lencastre, as quais eram Alenquer, Sintra, Óbidos, Alvaiázere, Torres Novas e Torres Vedras; e, quando passasse a rainha, receberia a outra parte. Feitas as duas partes por el-rei D. João I, D. Leonor escolhera, em 1428, as primeiras três povoações citadas; agora recebe, como rainha, as restantes (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 3, pp. 268-69). O monarca, entretanto, enumera-as agora todas.

Copyrighted material

sas cartas; porquanto nossa merce he que as aia ella e outro nemhũu nom. Onde al nom façades.

E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asijnada per nossa mãao e asseellada do nosso seello.

Dada em a nossa cidade dEuora, xj dias de janeiro. Vicente Dominguez a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos e trijnta e cinquo annos.

(as.) El Rey.

61

12 JANEIRO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar a moura Aziza, residente em Evora, de dar aposentadoria em suas casas de morada, a pedido de D. Isabel, duquesa de Borgonha (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv, 3, fl. 71 v.

Dom Eduarte, etc.

A uos, Ruy Mendeez Çerueyra, nosso pousentador moor e ao da rraynha minha molher e dos jffantes meus filhos e jrmãaos e a outros quaesquer a que esto perteençer, saude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaaes a nhũu dar de pousadia as casas da morada de Aziza, moura, morador em esta çidade, porquanto nossa merçee he seer dello escusada, pello da duquesa mjnha jrmãa. Vnde all nom façades.

Dada em Euora, xij dias de janeiro. Nicolaao Roiz a fez. Era de mjll e iiij° e xxxb annos.

---

(1) Os termos *mouro, moura* tiveram, na época, também o significado de *negro, negra*, como se vê constantemente por exemplo em GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*. Por isso, CHARLES VERLINDEN, ao ocupar-se de «L'esclavage au Portugal à l'époque des grandes découvertes», em *L'Esclavage dans l'Europe médiévale*, t. 1, p. 616, nota 6, observa: — «L'emploit du mot «mouros» ne doit pas nécessairement faire croire qu'il s'agissait de musulmans. Tous les peuples africains sont à cette époque qualifiés de Maures par les Portugais».

62

25 JANEIRO 1435

Carta de el-rei D. Duarte aos infantes de Aragão, a dizer-lhes quais as maneiras usadas pelos Altos Infantes com el-rei D. João I, seu pai, por aqueles solicitada através do plenipotenciário mossem Garcia de Aznares (1).

D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap. 98, segundo o exemplar coevo daquela obra, conservado na BNP., *Fond portugais*, n.º 5, — texto que se reproduz, por ser o mais antigo através da infracitada edição de PIEL; ANTT., *Livraria*, cód. 1928, fl. 107 e ss.; BNL., *Fundo Geral*, cód. 3390, *fls*: 96 v. e ss., e cód. 4446, fls. 18 e ss.; e *Colecção Pombalina*, cód. 147, fls. 163 e ss.

Publicada: por D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, provas do liv. 3, n.º 41; e nas duas edições do *Leal Conselheiro*, Paris, 1842, e Lisboa, 1942.

Classificada por JOSEPH PIEL como «o mais belo trecho do Leal Conselheiro e altamente significativo para a interpretação da personalidade do seu autor» (2.ª ed., p. 357, nota).

Da pratyca que tiinhamos com elrrey, meu ssenhor e padre, cuja alma Deos aja.

Muy prezados e amados irmãaos (2). Quando, em Abrantes (3), vos falley que com os rrex vossos irmãaos vos quizessees sempre bem acordar, vos recontey algũas praticas que meus irmãaos e eu, per graça e merçee de Nosso Senhor Deos e de sua madre Nossa Senhora Sancta Maria, guardavamos ao muy vytorioso, digno de grande e louvavel memoria elrrey, meu senhor e padre, cuja alma Deos aja, per as quaaes avyamos recebido tal graça, que jamais antre nos nom fora desacordo nem afroixamento de

(1) A Garcia de Aznares, deão de Tarazona e embaixador aragonês a Portugal, em preparação do Tratado de Paz e Amizade de 11 de Agosto de 1432, entre Aragão e Navarra e o nosso país, aludimos repetidas vezes nos dois volumes anteriores, como pode ver-se nos respectivos índices.

(2) Como já observou o Prof. PIEL (*Leal Conselheiro*, lug. cit.), aqui o termo *irmãaos* refere-se aos cunhados de D. Duarte, os Infantes de Aragão, com alguns dos quais o monarca se encontrara anteriormente em Abrantes.

(3) D. Duarte, ainda infante, recebeu em Abrantes, amigàvelmente, os infantes aragoneses D. Pedro e D. Henrique, então homiziados em Portugal, no ano de 1432 (Cfr. o depoimento de ZURARA em nosso vol. 4, p. 213).

grande amor. E despois, fallando a mossem Garcia dAznares, el me disse que vos prazeria averdes sobresto de mym, per scripto, algũus avisamentos, porque da nossa pratica, que el avya bem vista, era muyto contente.

E, porquanto eu tenho grande desejo de vos complazer em toda cousa que bem poder, nom reguardando quanto se poem em juizo quem taaes cousas screve de poder seer prasmado em sustancia e forma; consiirando que satisfaço ao que vos praz e que estes avisamentos nom som per muytos sabidos e per menos praticados, vollos ponho per scripto, como realmente forom per nos guardados com o dicto senhor rey, em tal guisa que sempre fomos em sua boa graça. E, em fym de sseus muy honrrados dias, mostrandonos sempre grande boa voontade, em nossa presença se partio pera seu Criador, leixandonos em aquella real concordia de coraçõoes e honesta converssaçom que el nos criara (4).

Screvo todo compridamente como o praticamos, nom declarando de cada hũa cousa a rrazom, porque entendo que pera vos seria prolexidade de scriptura bem scusada, rogandovos que aa ssustancia de boo desejo com que vollos envyo queiraaes reguardar, nom desprezando algũas cousas, por vos parecerem de pequena conta; ca, de pequenas occasiõoes se recrecem grandes desacordos e se acrecentam as boas voontades. E as outras nom filhees que screvy por as aprender per enssynos de livros ou dictos de ssabedores; mes Nosso Senhor, ante da hidade comprida, nos outorgou grande parte da pratica ajuso scripta e despois per ella fomos enssynados, conhecendo como recibiamos tanto comprymento de beens quanto no começo pouco entendiamos. E assy, o praticar nos espertou a rrazom e per ella nos esforçamos com a graça do Senhor Deos a mylhor obrar. E, da lembrança do que vy e senti que fezemos, screvo esta breve leitura.

O prymeiro nosso fundamento comendarmos todos nossos feitos ao Senhor Deos, trabalhandonos de sseguyr sua sancta voontade, conssiirando que, nom seendo com el em boo acordo, com elrrey nem antre nos nunca o poderiamos seer; e, per sa graça, se com el fossemos bem acordados, seguindo sempre seu serviço, nossos feitos averiam melhores fiins do que nos soubessemos penssar nem devysar, conhecendo que o saber dos homeens pera qualquer feito val nada se, per special mercee do Senhor Deos, nom for sempre aderençado ao que el sabe he mylhor e lhe mais praz que se faça.

Amor e temor sobretodo ao dicto ssenhor rrey avyamos. E de fazer cousa errada ou desonesta, digna de rreprehenssom ou de vergonça, pryncipalmente de nos era receado. Das cousas em que duvydavamos se lhe desprazeria, nos aguardavamos de as fazer, como se decerto soubessemos

---

(4) El-rei D João I, a cuja morte aqui se alude, faleceu em Lisboa, a 14 de Agosto de 1433 (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 1).

que dellas lhe pesava, ataa que fossemos em boa certidõoe quejanda era sobrello sua voontade. E assy nom erravamos dizendo: nom sabia vossa teençom, — sabendo que o pecado da ignorancia nom he sem culpa.

Esforçavamos nossa voontade pera refrear a ssanha e desejo e, sem empacho de nehũa pessoa nem da openyom geeral, davamos a enxecuçom o que sentiamos que era mais seu serviço e boo prazer, por nom seermos do conto daquelles que a tempos amam, obedecem e servem e, no tempo da tentaçom, fallecem.

Aviamos teençom, sem duvyda, que nos amava e prezava muyto e era bem firme em esta boa voontade, avendo segura sperança que nunca jamais antre nos averia mudamento de todo boo amor. E, por a teermos em grande preço, eramos avisados, em toda cousa que a sseu serviço e boo prazer tocasse, com tam grande cautella, como se el fosse muy engradoso e nom tam firme, que aballamento e mudaçom podesse aver.

Da prymeira parte nos recrecia grande amor, penssando que tanto e assy firmemente nos amava, nunca pera o contrairo nos percebendo nem avysando. Da segunda avyamos aquel grande temor que procede do perfeito amor, que faz mui firme e manteer as boas amizades.

Naquellas cousas em que eramos em duvyda do que sobre ello lhe prazeria, o mais cedo que podiamos nos tiravamos de ssospeita, sabendo sua teençom; sobre a qual logo repousavamos e avyamos por determinado de a seguyr quanto bem podessemos. E aquesto nos fazia mais certo e seguro obrar em todallas cousas de que sua certidõoe avyamos e nas semelhantes.

Estabelleciamos em nossos coraçõoes hũu procurador por el, que nos fezesse todos seus feitos entrepetar aa mylhor parte; e, onde o nom achassemos, viinha[n]os em lembrança quanto nos amava e suas grandes bondades e virtudes, por as quaaes, per ffe e boa openyom del, criamos que com boo fundamento fazia todallas cousas que a nos tocavom. E, sse a obra manigfestamente era errada, lembramonos que soo Deos he perfeito e que porem seus fallicimentos deviamos soportar como queriamos que el os nossos soportasse e algũas cousas que nos virtuosamente passara. E aquesta teençom nos fazia poer em todo assessego da voontade e, por nossa boa pratica, o legavamos mais em nosso boo amor.

Nas cousas que fallavamos ou trautavamos com el, nom queriamos levar nossa teençom em diante; mes todo nosso desejo e prazer lhe declaravamos, oferecendonos a, ssem empacho, receber sua determynaçom, avendo em esto proposito que, obrando assy, faziamos ante Deos, que ordenou em seu amor e obediencia vyvermos, o que eramos theudos e que, por ello, todos nossos feitos, per sa graça, nos viinriam a melhor termo do que saberiamos devisar.

Acerca del e de seus feitos guardavamos nom sollamente a pratica vista e sentida e o fallar e contenença e o que se podia sospeitar; mas a

ssecreta camara do coraçom era guardada de toda entençom e openyom qual teer nom deviamos, conhecendo quanto e por quantas partes lhe eramos obrigados e que cada hũu se nom poderia teer na conta que desejava, se em seu coraçom, em tal caso, leixasse reinar cuidado ou desejo qual nom devesse.

Com el por cousa nom aperfia[va]mos. E, se algũu fallamento avyamos em que o nosso juyzo e parecer do seu desvairasse, posto que despois nossa teençom achassemos certa e mais provada, jamais nunca lhe referiamos; ante, se el nos tornava dizer que era melhor, com humildade recebiamos seu dicto. E, sse com verdade a ssua podiamos aprovar, sem empacho o faziamos [e], nom lhe referindo mais, nos sayamos da dicta estoria. E, sse achavamos que teveramos algũa contraira da sua, qual teer nom devyamos, logo nos reconheciamos, tanto que o podiamos entender, demandando perdom, se tal caso era.

Nem so fundamento de mesura com el nos refertavamos; mes, como duas ou tres vezes nosso parecer lhe deziamos, logo o que el mais queria faziamos, sabendo que melhor era obediencia que sacrificio.

Eramos bem guardados, por cousa que el fezesse contra nosso prazer e voontade, de lhe mostrar por geito, dicto ou mostrança, que nos enfingiamos ou arrufavamos, nem triste contenença nem a outra pessoa del nos agravavamos; mes, todo que nos parecia lhe razoavamos como bem entendiamos, concludindo que, pois era nosso senhor e padre, parelhados eramos de seguir e sofrer, a todo poder, sua voontade.

De fallar contra seus feitos, em praça nem ascondido, por nos scusar dalgũas cousas, querermos dizer o que nos parecia ou complazer a algũa pessoa, eramos muyto aguardados; mes, quando aazo se dava, suas muytas virtudes e grandes feitos, quanto com razom podiamos, sempre louvavamos.

Seus boos servidores e os que el amava prezavamos e recebiam de nos sempre boo gasalhado e mercees. E, ainda que fossem em algũa parte per suas pessoas fora de nosso prazer, per honestas maneiras, de nos erom soportados, assy que por ello sempre mercessemos louvor e nunca prasmo.

Em todo caso que se oferecia per pallavra, contenença e boa pratica, lhe mostravamos que seu serviço e boa voontade sobre a nossa e todo nosso proveito avançavamos.

Em nas cousas de conta que faziamos sempre aviamos grande reguardo como per o dicto senhor seriam filhad[a]s ou lhe prazeria, alegrandonos se as por bem tomava; e do contrairo aviamos tal empacho e sentimento como aquel feito requeria.

Segredo em todo que nos mandava era realmente guardado; e esso medes no que nos entendiamos que devyamcs guardar, posto que avisados nom fossemos.

Copyrighted material

Sempre husavamos de lhe fallar verdade, trazendo em custume, se tal caso era que razom nom fosse dizer todo claramente, de lhe pedir que, naquelle feito, sua mercee nos ouvesse por scusados por nom lhe dizermos o que sabiamos ou sobre ello entendiamos. E o dicto ssenhor avya por bem tal resposta, sabendo que com ella poderiamos husar verdadeiramente como devyamos e sem ella nunca se bem poderia fazer.

Pera todos feitos grandes e outras cousas de seu serviço ou boo prazer, que a nos convehesse de obrar, trabalhavamos de sseer realmente e nos mostrar tam despostos per querer, saber e poder que, ainda que nom foramos filhos, parentes ou criados, mes quaaesquer estranhos, per nossa boa maneira e grande desposiçom, fossemos bem amados e prezados, nom fazendo fundamento pryncipal nas grandes virtudes do dicto senhor nem das razõoes que com el per muytas partes aviamos; mes, na graça de Nosso Senhor Deos e per ella, em nossos continuados merecimentos.

E todos carregos que nos dava nunca os per mingua de voontade refusavamos e obravamos sobrello sempre o mylhor que podiamos, sometendonos com devyda humyldade a ssua correiçom e de quem el mandava. E, posto que sua encomenda ou regimento nom fosse a nosso juyzo dereita, nom nos embargava, sabendo que nosso carrego em esto sollamente era servillo e obedecerlhe perfeitamente. E porem muitas vezes naquelles feitos viinham taaes ffins nom penssadas, que aquellas enmendas nom penssavamos que dalhur podessem viinr, senom do dicto Senhor Deos.

Se algũus carregos do que nos encomendava a outrem, por seu serviço ou querer, lhe prazia dar, sem algũa torvaçom os leixavamos, mostrando que dello sentiamos outra honrra nem proveito, senom quanto mais fosse seu serviço e boa voontade.

Em todos casos que se oferecia, muy dereitamente, segundo nosso juyzo, o consselhavamos, guardando tempos e boa desposiçom, sem empacho, com brandeza de pallavras e contenença, lhe contradeziamos o que nos razom parecia; e, no muyto bem e grandes virtudes que Deos lhe dera, o louvavamos temperadamente, segundo se os feitos e razoamentos seguyam.

Eramos bem guardados que jamais nunca sentisse que o queriamos per força contrariar ou por nosso proveito ou prazer nem doutra pessoa enganar nem per manha qual nom devyamos aderençar com el nehũa cousa.

Se algũu tanto de nossas razõoes se queria agravar, com grande segurança lhe mostravamos que nosso dicto e consselho nom poderia com verdade na teençom seer prasmado, porque sempre era fundado em serviço de Nosso Senhor Deos e seu, como melhor o entendiamos. E por estas duas partes a el nom devya de desprazer de lhe teermos acontra de ssua voontade; ca, por outro proveito nem prazer nosso nem doutra pessoa, nunca lha contradeziamos nem entendiamos contradizer.

Nas cousas que nos mandava ou viamos que lhe prazia de fazermos, nom resguardando stado nem voontade, mes com grande deligencia sym-

Copyrighted material

prezmente obedeecendo, as compriamos, nom entendendo cousa poder seer errada que por seu serviço e boo prazer fezessemos, se nom fosse contra o do Senhor Deos, o que bem sabiamos que nunca nos mandaria.

Em monte e caça, quando com o dicto senhor eramos, das folganças que em ello custumavamos de aver faziamos pequena conta, por a ssua sempre seer acrecentada, sentindo mais hũu seu pequeno desprazer que perda de todas veaçõoes ou desavyamento de toda montaria.

Todas festas, jogos e folganças honestas — porque outras nunca consentia — que por seu boo prazer lhe podiamos ordenar, sem empacho de nossas voontades, trabalho e custa, faziamos.

Assy ledamente como bem podiamos, com boo reguardo do seu e nossos estados, segundo os tempos e lugares, com el fallavamos e praticavamos.

Se algũas vezes comnosco, per seu espaço, lhe prazia fallar, com razoadas repostas sua rezom per nossa parte nom era quebrada nem mudada; mas, emquanto lhe prazia, sempre lhe mostravamos que de tal sua falla nom eramos enfadados.

De contar novas contrairas e doutros fallamentos em que penssavamos poder sentir desprazer eramos sempre guardados nem lhe diziamos algũa cousa de que o sentiamos, se bem podia seer scusado, conhecendo que nossos contrayros sentimentos como seus dereitamente os sentya.

Em suas doenças, por longe que estevessemos, logo muy sem tardança viinhamos a el; e, quanto melhor podiamos, era per nos em todo bem servido e vysitado. E o comer e bever e dormir e todas folganças muy sem empacho, quando compria, por ello leixavamos.

Todas cerimonias em seu serviço, por acrecentamento de sua honrra, que lhe prazia de receber de nos, muy sem empacho eramos contentes de as fazer.

Quanto mais em grandes dias se acrecentava, tanto lhe mostravamos e avyamos mayor reverença com humyldade, conformando nossa voontade sempre com a ssua e seguindo suas determynaçõoes em nossos consselhos.

Se os do seu consselho da ssua teençom desacordavom, nos filhavamos carrego de fazer as cartas e regimentos. E de tal guisa se fazia que, com boo prazer do dicto senhor, sempre ficavamos em boo acordo.

Quando algũa pessoa notavel se queria del agravar, per nossas boas maneiras o tornavamos em sua boa graça, como razom era.

Do tempo certo que aa ssua corte nos mandava chamar, com poucos ou muytos, como el devisava, per nosso poder nom falliciamos. E, des que eramos em ella, outros mais deligentes pera todo seu serviço e boo prazer de qualquer estado nom eram.

Nos carregos que nos dava, eramos bem guardados de nos alargar mais do que el ordenava sem autoridade sua, por requerimentos que nos fezessem nem voontade que nos requeresse.

Em todos nossos feitos que o requeria[m], com o dicto senhor rey nos consselhavamos, per seu grande e boo saber e special graça que Deos lhe outorgara de acordarem muytos seus boos consselhos com as boas conclusõoes que nos feitos avyam de viinr aalem do que se poderia per razom compreender e por aguardar seu boo amor e nossa obediencya. E do que com el nos acordavamos, sem outro seu acordo ou razom muyto manigfesta, nom era feita mudança. E, sse a faziamos, sem tardança lhe recontavamos por que seu conselho em todo nom fora guardado, demandando perdom do mudamento, ainda que dereitamente se fezesse.

Todas teençõoes geeraaes e speciaaes do dicto senhor em que com el nos acordavamos, ryjamente, quando sse o caso dava, defendiamos; e nas que nosso juyzo do seu se desacordava, fallavamos pouco ou nada, salvo se vyssemos que compria, em apartado, por servyço de Deos ou seu, de lha contradizer, o que faziamos na mais conveniente forma que se nos entendia.

Com bestas, aves, cãaes e quaaesquer outras cousas pera seu prazer o sserviamos, ssendo muyto mais ledos de filhar el com nossas cousas hũa pequena folgança, que nos muito mayor.

Em desembargar com o dicto senhor guardavamos esta ordem: se eramos requeridos de taaes cousas que fossem contra serviço de Deos ou seu ou que tocassem a taaes pessoas que devessem[os] guardar, nom recebiamos dello carrego, ainda que nos dissesse[m] que semelhantes fazia; ante, se tal cousa era, o avisavamos que resguardasse em elles o que per razom ou dereito devya fazer. Os outros requerimentos geeralmente recebiamos, ainda que nos parecessem dovydosos de os o dicto senhor querer ou poder fazer. E esto faziamos porque algũas cousas penssavamos que se nom fariam, das quaaes elle nos mostrava maneiras certas e fundamentos per que se podiam e devyam fazer e outros pello contrairo. E porem symprezmente recebiamos os requerimentos, sem declarar o que dello nos parecia.

E, quando pello dicto senhor algũas cousas denegar, as partes se agravavam, quanto com boa razom podiamos, defendiamos sua teençom, fazendo a nosso poder que todos fossem del bem contentes e nom agravados. E, no que lhe assy deziamos, avyamos em custume de lhe declarar por algũus que lhe fallavamos por mandar como aas partes respondessemos e outras cousas por nos parecerem razom e dereito e algũas por em ellas avermos syngullar voontade, concludindo todos nossos requerimentos que todo porem fosse comprido como a el mais prouvesse, salvo se era contra justiça e conciencia. Ca, naquelles casos, o rrequeriamos mais afficadamente e com toda mayor avoondança de evydentes razõoes que podiamos entender.

Nom custumavamos desembargar com el cada dia, mas aaquelles tempos que devisava, e nom mais que quanto sem empacho lhe prazia de

Copyrighted material

nos ouvir, despachandonos per nossa parte muyto brevemente e com poucas replicaçõoes no que lhe fallavamos, se cousa muito special nom era.

Os desembargos que nos outorgava davamos logo a enxecuçom, aalem dos outros proveitos, por ao dicto senhor por tempo perlongado nom poder aver delles perfeita renembrança e nos culpar em sua voontade que, por favor nosso ou das partes, allargavamos algũas cousas mais que outorgara. E, sse o tempo algũu tanto se passava com o dicto senhor, nos poynhamos em renembrança antes que os desembargos mandassemos fazer, por tal que sobre nossa teençom e pallavra nunca podesse com razom filhar duvyda.

Se de nosso fallamento desprazer demostrava, algũa razom outra de grande peso faziamos acarretar em que fallassemos e della scorregavamos a outros ledos fallamentos em que nossa falla se acabasse. E, sse nom podiamos logo fazer o mais sem tardança que se fazer podia, tornavamos a el, guardando esta ordem: em na estoria de que el filhara desprazer nom fallavamos ataa que vyssemos tempo convenyente e que el fosse fora de todo empacho. E alli, demandando perdom, se conviinha, mostrando por nos algũas poucas e forçosas razõoes, nos scusavamos ou de todo a leixavamos passar sem mais fallar em ella, mais per outros exempros, quando sse ofereciam, davamos nossa scusa se a suficiente por nossa parte avyamos. E, a Deos graças, estas cousas eram tam poucas e de tam pequena substancia que, per qualquer destas guisas, se poderam sempre muy bem e ligeiramente enmendar e correger.

Pera todos seus criados e servydores, assy como pera os nossos speciaaes, lhe demandavamos mercees e acrecentavamos e nunca em justas nem em outros jogos conssentiamos que se fezesse apartadamente, por hũus seerem de hũa parte e outros doutra; mas todo sempre faziam de mestura. E os seus, per pallavra, contenença e obra, eram de nos mais favorezados em os feitos de verdade que sse antre elles aconteciam e assy nos jogos nom conssentiamos que os de hũa casa sobre os da outra, em nossa presença, por geeral louvor, se quissessem avançar, mais syngullarmente cada hũu gabassem como razom fosse.

Antre mym e meus irmãaos, per mercee de Nosso Senhor Deos, se guardavam todas estas praticas suso scriptas, como razom era, nunca sentindo antre nos enveja, desordenada cobiiça, avareza, desejo ou mostrança de sobrançaria; mes, ao dicto senhor rey pediamos mercee pera cada hũu de nos ou pera os seus que se acertava, como pera nos medes ou pera os nossos. E, quando lha fazia realmente, era per todos remerceada. E ssoportavamos hũus aos outros as condiçõoes e voontades speciaaes, ainda que em todo se nom concordassem tam perfeitamente como se fosse em todallas cousas hũu juyzo, voontade e proposito, dando passada ao que contra nosso desejo per algũu de nos se acertava de fazer, tirandoa da nembrança como se nunca fora. E aquesto nos fazia comprir grande amor,

muyta obediencya, com singullar desejo de sempre seermos em perfeito acordo que Nosso Senhor Deos e Sancta Maria, Nossa Senhora, nos outorgarom des nossa mocidade, o que per o dicto senhor rey era recebido em grande mercee e a nos, por ello, muyto amava e prezava.

Em jogos, perfias e openyõoes muyto nos guardavamos de sseer contra o dicto senhor, nhũus contra os outros. E, quando sse acertava, obravamos e fallavamos com tanta cautella de todas partes, que nunca desprazer ou scandallo hũu do outro podesse filhar.

Homeens nem moços hũus dos outros nunca filhavamos; e assy faziam os de nossas casas. E das cousas que possuyamos muy liberalmente as ofereciamos e, com grande reguardo, as queriamos receber.

Conhecendo que, per os poderes que som em nos das almas vegetatyva, senssetiva e racional avemos [de] todas estas pessoas special amor, com boo reguardo delles o gaançavamos do dicto senhor rey. Pera o prymeiro, as cousas boas que aver podiamos, lhe era[m] per nos oferecida[s], leixando toda nossa folgança por fazer a ssua. Ao segundo, trabalhavamos por lhe sempre comprir a voontade. E, porque do bem parecer o coraçom se contenta, em ssa presença avyamos desejo de nos correger, de tal guisa que de nossa vista nom ouvesse descontentamento nem filhasse despreço. Do racional, sabendo que lhe praz de virtudes, geeral boondade, boas manhas com boo, grand[e] amor, em todo esto nos trabalhavamos de lhe comprazer.

Por screver verdade, como tenho teençom, a meu boo poder, sempre fallar, todo esto nom era per todos igualmente guardado. Ca, segundo cada hũu de Nosso Senhor recebera de paciencia, avysamento, sotilleza, manhas e avantajosa desposiçom, em cada hũua cousa mais perfeitamente se avya. Porem a voontade, proposito e desejo de todos hũu era e assy boo, mercees a Deos, em que fallimento nom sentiamos, nem na maneira que cada hũu em todas estas partes guardava que fosse digno de rreprehenssom.

Em todas estas guardas nom sentiamos algũa pena nem as faziamos como costrangidos; mas recebiamos continuada, grande folgança, qual nom pode sentir nem bem creer quem semelhante nom praticou. Ca, certamente a lembrança do que sentimos, aprendemos, conhecemos do dicto senhor rrey, nos da continuada ledice. E nos avemos por muyto bemaventurados, aalem da honrra e proveito, por avermos tam virtuosos padre e madre por senhores, dos quaaes recebemos nossa pryncipal enssynança.

Por toda esta pratica que com el avyamos, sempre claramente confessavamos que a grande feuza e confiança que avya em nos e as muitas mercees, honrra e gasalhado que del recebiamos procedia da mysericordia de Nosso Senhor Deos e da sua grande bondade e mercee que nos queria fazer. E as boas maneiras per que nos governavamos com el nem os trabalhos e cuydados que, por seu serviço, levavamos n[om] lho referiamos;

mes afirmavamos que o nom servyamos tam perfeitamente como era nosso desejo e, por muytas razõoes, nos sentiamos obrigados. E porem do dicto senhor rrey, des a idade que nos bem acordamos, nunca em sanha ouvemos ferida nem recebemos hũa maa pallavra nem sentimos que algũu dia eramos fora do seu amor e boa graça; mes, recebiamos del muytas mercees e grande honrra ataa fim de seus muy honrrados dias.

No sentido per seu fynamento, honrra de sepultura, tralladaçom prymeira e segunda pera sua capeella (5), agasalhamento de todos seus criados, outorgamento das mercees per el feitas, comprymento de seu testamento e outras obras, por bem e desencarregamento de conciencia do dicto senhor, mercees a Deos, tevemos tal maneira, que bem respondeo com a pratica suso scripta que em sua vida sempre com el teveramos.

Tal maneira nom se pode bem teer com todos senhores nem se guardar em todas amyzades. Ca, scripto he amizade perfeita nom pode seer senom antre persoas virtuosas, de hũu proposito e querer e nom querer nas cousas pryncipaaes, que ajam entendimentos humyldosos e voontades concordavees, fundadas em muyta lealdade de grandes, largos e boos coraçõoes, pera fazerem e dizerem e soportarem, por seu senhor ou amigo, quanto dereitamente fazer se deve e lhes obdeecerem nas determynaçõoes de todas cousas dereitas e honestas; porque hũa das mais pryncipaaes lex de taaes amyzades he nunca requerer cousas injustas ou torpes nem as fazer, posto que requeridas sejam. E per o dicto senhor rey nos fomos, per suas grandes virtudes, muyto saber e boo amor, em esta pratica bem soportados e sempre entendemos que per el e por a rraynha, nossa senhora e madre, em todas grandes virtudes muyto perfeita, cuja aalma creemos que he em sancta gloria, fomos encamynhados a qualquer boa maneira que sobresto tevemos. E assy tenho teençom que os dictos rex vossos irmãaos (6) som tam boos e prudentes e vos amam de tal amor, que toda boa maneira que com elles teverdes vos responderom como devem, com a graça de Nosso Senhor, ao qual praza que sempre lhe façaaes servyço e prazer e pera todo vosso bem e grande honrra vos outorgara o que pera vos for mylhor.

Feito per dom Eduarte, pella graça de Deos rrey de Portugal e do Algarve e ssenhor de Cepta, em a cidade dEvora, xxv dias de janeiro, anno do nacimento de Nosso Senhor Jesu Cristo de myl e iiij^{c} e xxxv.

---

(5) Cfr. PINA, *Crónica cit.*, caps. 1 e 5.

(6) Como já observou o Prof. PIEL, deve tratar-se de referência a D. João II de Castela e a sua esposa, D. Maria, irmã dos Infantes de Aragão, com quem estes andavam em luta, por não lhes conceder o rei castelhano interferência nos negócios do reino, entregues a D. Alvaro de Luna (Cfr. BALLESTEROS Y BERETTA, *História de España*, vol. 3, pp. 427 e ss., a *Crónica de Don Alvaro de Luna*, caps. 15 e ss., e os documentos sobre o assunto publicados em nossos volumes anteriores).

Esto me parece que deve seer mostrado a poucas e certas pessoas; ca, sse o vyrem os que som fora de tal proposito e pratica, mais querram prasmar e contradizerme, que filhar dello, pera senhor ou amygos, proveitosa enssynança.

63

10 FEVEREIRO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a manter a sujeição dos lavradores e valadores das lezírias do termo de Vila Franca ao seu almoxarife, em razão de embargo do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 22, inserta na carta de confirmação afonsina de 18 de Janeiro de 1469.

Dom Eduarte, per graça de Deus, rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Vaaz de Loulee, nosso criado e almoxarife das nosas lizirias, e o noso porteiro dellas nos emujarom dezeer que senpre fora de custume que os nosos almuxarifes que dante nos forom conheçiam e liurauam todollos fectos que pertençiam aos lauradores das dictas nosas leziras e que outro nhũu nom conheçia dellas, saluo elle, e que as ssentenças que dariam em taees fectos eram exequetadas e fectas penhoras per ellas e per ho dicto porteiro, sobre a quall coussa lhe era posto enbarguo, per mandado do jffante dom Anrryque, meu jrmãao, que muyto amamos e prezamos.

Sobre a quall coussa mandamos preguntar a Joham Afonso, vedor da fazenda, e a Joham Esteuez, que foy almoxarife das dictas leziras, per que guissa se custumara em tempo delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. Os quaees nos emuiarom dezeer que em vida do dicto ssenhor senpre fora de custume do dicto noso almoxarife fazer suas audiençias no dicto logo de Vjlla Franca de todollos fectos e cousas que pertençiam aos dictos lauradores das dictas nossas laziras e que elle os liuraua e desenbarguaua como achaua por djreito e mandaua ao dicto porteiro executar as ssentenças, aquellas em que nom avia apellaçom nem agrauo, e que hij tijnha a cadea, em que jaziam presos, e que outra nenhũua pesoa nom conheçia de taaes fectos, saluo elle.

E, porquanto nosa merçee he que, daqui em diamte, se huse e custume assy e pella guisa que se husaua e custumaua em vida do dicto ssenhor;

porem mandamos a todollos juizes e justiças, almoxarifes do dicto jfamte no dicto logo de Ujlla Framca e a quaeesquer outros a que esta nossa carta for mostrada que nom conheçam de taaes fectos nem ponham em elles mãao, em nhũua guisa que seja, e os leixem desenbargar e liurar ao dicto nosso almoxarife e a outro nhũu nam. Ao quall nos mandamos que faça audiencia no dicto loguo de Uilla Franca e hi tenha a cadea e conheça dos dictos fectos e os desenbargue como achar por dyreito, damdo apellaçam e agrauo aas partes, nos casos que o djreito outorga. E all nom façades.

Dada na cidade dEuora, x dias de feuereiro. Elrrej o mamdou. Ruj Vaaz a fez. Anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxxb annos.

64

16 MARÇO 1435

Carta da rainha de Aragão, em resposta a outra do arcebispo de Lisboa, a dizer-lhe que quanto aos 10.000 florins que el-rei devia pagar do dote da rainha de Portugal nada pode fazer, por não ter a administração dos dinheiros do monarca e que, portanto, lhe escrevam sobre o assunto, para ele prover.

ACA., *Cancilleria real*, Registro 2975, fl. 106 v.

La reyna dAragon e de Sicilia. Reuerend padre en Christo e caro tio. Vuestra letra recebiemos e, fasta agora, no hauemos podido oyr la credencia del portador de aquella, por causa de nuestro acçident. Por tanto, oyda aquella, vos respondemos que, en el fecho de los djez mjl florjnes que por el senyor rey se deujen pagar por la dote de nuestra cara hermana la rreyna de Portugal, hauriemos muyt grand plazer que uos hi de podiessemos dar recando (1). Mas, de pecunies del dito senyor no hauemos cargo ne admjnjstraçion alguna ne tan pocho manera ne opportunjdat alguna de poder complir, sino quen sea scripto al dito senyor, el qual hi de prouedira (2). E sea, reuerend padre en Christo e caro tio, vuestra special guarda la Sancta Trinjdat.

---

(1) Sobre o dote em referência pode ver-se o DOC. 128, § 2 do nosso vol. 3.

(2) D. Afonso V de Aragão devia encontrar-se já possivelmente em Messina, a preparar a solene embaixada ao papa Eugénio IV, para que ele o investisse no reino

Dada en Valencia, a xbj dias de março del anyo mil cccc. trenyta cinch. La Reyna.

Al reuerend padre en Christo e caro tio nuestro el arcebispe de Lisbona.

Domina regina mandauit michj vestro (?) Bernardo de Brugada.

Prouisa.

65

16 MARÇO 1435

Carta da rainha de Aragão ao infante D. Pedro de Portugal, em que, em resposta a outra dele, lhe diz: que sobre a recomendação de D. Leonor e de D. Joana sempre tivera intenção e vontade de proceder como mãe, diligenciando quanto pode colocá-las e exalçá-las; que o matrimónio de D. Joana com o conde de Orenys fora tratado achando-se lá el-rei e alguns outros grandes senhores, porém aquele, atentos os seus grandes negócios, não pudera ocupar-se disso; que ela pensara contudo em que, dados o parentesco das ditas donzelas com o infante e o grande afecto que sempre lhes dispensara, a linhagem de que descendem e as virtudes que as exornam, podiam ser dadas aos dois irmãos solteiros do infante (1).

ACA., *Cancilleria real*, Registro 2975, fl. 107.

La rreyna dAragon e de Sicilia, etc.

Muyt caro e muyt amado primo. Vuestra letra hauemos (2) recebida, por la qual, con muyt grand plazer e consolacion, hauemos sabida la salut e buen stamjento vuestro e de nuestros muyt caros cosinos, vuestros muger e fijos.

---

de Nápoles, vago pelo falecimento da rainha D. Joana, em 2 de Fevereiro anterior (Cfr. ZURITA, *Anales de la corona de Aragon*, parte 2, liv. 14, caps. 23 e 24, sobretudo o fl. 227 v.).

(1) Nesta data, os únicos filhos solteiros de el-rei D. João I de Portugal e irmãos do destinatário da carta, D. Pedro, eram os infantes D. Henrique e D. Fernando. Deve ter chegado, portanto, ao Navegador este alvitre de matrimónio com uma das infantas aragonesas aqui referenciadas.

(2) No ms. *heuemos*.

Copyrighted material

A la recomendacion de dona Elienor e de dona Johana vos respondemos que siempre hauemos haujda jntencion e voluntat tractar e fazer les obras de madre e, tanto como podiemos, por ellas collocar e exalçar, fazemos lo que podemos. El matrjmonj de dona Johana con el conde dOrenys fue moujdo stando aca el senyor rey e ahũ alcunos otros assaz grandes e magnjficos. E el dito senyor, con los grandes negocios que hauja, no hi de entendja.

Hauemos pensado que, guardando el deudo que las ditas donzellas han con vos e la grand affeccion que siempre les haueys mostrada e a lo que ellas merescen, no solament por el linatge do descenden, mas por la honestat e vretudes de que Nuestro Senyor Dios les ha dotadas, nos parecerja seyer cosa muy congrua e de grand consolacion a todos e a todas que fuessen dadas a los dos hermanos vuestros que quedan por casar. E creemos que seria cosa que a Nuestro Senyor Dios, en el cielo, e a las personas, en la tierra, seria muyt plazjent e acceptabla. E sea, muyt caro e muyt amado prjmo, vuestra special guarda la Sancta Trjnjdat.

Dada en Valencia, a xbj dias de março del anyo M.cccc.xxxb. La Reyna.

Al jnclito e magnifico el jnfant don Pedro de Portugal, duch de Cohimbre, nuestro muyt caro e muyt amado primo.

Domina regina mandauit michj vestro (?) Bernardo de Brugada.

Prouisa.

66

17 MARÇO 1435

Carta da rainha de Aragão à de Portugal, escrita em Valência, a comunicar-lhe: não ter recebido há muito mensageiro ou carta de el-rei, mas que, por via de Florença, lhe consta achar-se na Sicília e são; que o infante D. Pedro está na Calábria; e que, a todo o momento, devem chegar com três galés o rei de Navarra e o infante D. Henrique.

ACA., *Cancilleria real*, Registro 2975, fl. 106 v.

Reyna muyt cara e muyt amada hermana. Nos, la rreyna dAragon e de Sicilia, etc., vos embiamos muyt a saludar, etc.

Reyna muyt cara e muyt amada hermana. Vuestra letra hauemos recebida, de la qual hauemos muyt gran consolacion e plazer, como por

Copyrighted material

aquella hauemos sabido la salut e el buen stamjento vuestro e de nuestro muyt caro prjmo el rrey, vuestro marjdo, e de los fijos; certifficandovos que, grand tiempo ha, del senyor rrey no ha venjdo persona ne letra alguna, sino que, per via de Florençia, hauemos mension que es en Sicilia, sano, por gracia de Dios, e el jnfant don Pedro, nuestro muyt caro ermano, en Calabrja. Los otros caros hermanos, es a ssaber el rrey de Nauarra [e] el jnfant don Enrich speramos cada dia, los quales deuen allegar aca con tres galeas.

Por causa de nuestro accident de fiebre e de otros enoyos que nos ha sobreuenjdos, ya sea, por gracia de Dios, seamos en alguna conualecencia, por la flaquesa ahũ no podemos screujr de nuestra mano. E assi hayades nos por excusada. Mas, si algunas cosas vos son plazientes de las partes daca, rescreujt nos las, car nos las compliremos de buena voluntat. E sea, rreyna muyt cara e muyt amada hermana, vuestra special guarda la Sancta Trjnjtat.

Dada en Valencia, a xbij (1) dias de março del anyo mil cccc.xxxb. La Reyna.

A la muyt alta princessa dona Elienor, por la gracia de Dios rreyna de Portugal, nuestra muyt cara e muyt amada hermana.

Domina regina mandauit michj, vestro (?) Bernardo de Brugada.

Prouisa.

67

27 MARÇO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Anes, caseiro de Pero Gonçalves, mestre dos treus, possuidor de quinta nos Olivais, Beirolas, o privilégio de ser dispensado de aposentadoria, outorgado por el-rei D. João I.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 42.

Dom Eduarte, etc.

A uos, corregedor e juizes da nosa muy nobre leall çidade de Lixboa e ao anadell e apurador dos nossos beesteiros do conto e a outros quaees-

(1) Depois de feito o registo, juntaram um *j* à data *xbj*. Parece datado, por isso, o documento de *xbij*.

quer ofiçiaaes e pessoas que esto per quallquer guisa ouuerem de veer a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Pero Gonçalluez, mestre dos nossos treus (1), morador em essa çidade, nos disse que elle tem hũa sua quintãa nos Oliuaaes, onde chamam Beirollas, freguisia de Santa Maria dos Oliuaaes, termo da dicta çidade, per a quall lhe era conpridoiro hũu casseiro; e que porem nos pedia por merçee que lho escusassemos dos carregos do concelho e de sseer posto por beesteiro de conto e que queria poer por casseiro, na dicta sua quintaa, Rodrigo Annes, morador nos dictos Oliuaaes.

E eu, veendo sseu pedir e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e mandamos que, sse ell teuer na dicta quintãa o dicto Rodrigo Anes por casseiro, emquanto em ella esteuer, nom o costrangades nem mandees costranger nem sirua em nhũus encargos e seruidõoes desse conçelho nem pousem com ell nem lhe tomem sua rroupa nem bestas nem outra nhũa ..... sseu contra sua voontade, saluo quando nos ou a rrainha minha molher e jffantes meus filhos e jrmãaos formos em a çidade, entom nom escusamos a dicta pousentadaria.

Outrossy uos mandamos que, sse ataa ora nom he posto por beesteiro do conto, que o nom ponhaaes daqui em diante. E comprilhe e guardaaelhe esta nossa carta pella guisa que em ella he conteudo, ssob pena dos nossos encoutos de sseis mjll soldos, que mandamos que pague pera nos quallquer que lhe contra ello for e ao nosso almoxarife que rrecade e rreçeba de quemquer que lhe contra ello for e ao escripuam de sseu ofiçio que os ponha sobrelle em rrecepta pera auer deles çerta rrecadaçom, ssob pena de nollos pagarem em dobro, de suas casas. E esto lhe fazemos, porquanto nos mostrou outra carta delrrey, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xxbij dias de março. Afonso de Beja a fez. Era iiij^{c} e xxxb annos.

68

20 ABRIL 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a conceder dispensa de aposentadoria a Galebo de Meira, mouro, residente em Evora, a pedido de Aldonça Martins Toscana (1).

---

(1) Os *treus* eram velas quadradas para navios latinos, usadas em ocasiões de temporal, feitas de lona estreita e forte (Do árabe *taraha*, pano).

(1) Cfr. a nota ao nosso DOC. 61.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 75 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 15 v., inserta na carta de confirmação afonsina de 10 de Março de 1452.

Dom Eduarte, etc.

A vos, Ruy Meendez Cerueira, nosso pousentador moor e aio da rainha, minha molher, e dos jffantes meus ffilhos (2) e a outros [quaes]quer que esto ouuerem de veer, saude.

Mandamosuos que nom dees nem consentaees dar a nhũu de pousadia as casas de morada de Gallebo de Meira, mouro, morador na mouraria desta cidade, nem lhe filhar dellas roupa de cama nem alfayas de casa contra sua voontade.

Outrosy lhe nom dees nem consentaees dar de poussadia a sua caualariça, porquanto nossa merçe he de lhe seer asy todo escusado, como dicto he, pollo dAldonça Martjnz Toscana, que nollo por el pedio, sem outro embargo. Unde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xx dias dabrill. Afonso de Beja a fez. Era de mjll e iiij^{c} e xxxb anos.

69

26 ABRIL 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a nomear o seu escudeiro João Rodrigues Trigueiro para escrivão do porto de Elvas, pela forma por que o infante D. Henrique o nomeara em alvará, ao tempo em que as dízimas dos portos se arrecadavam para Ceuta (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 86 v.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Rodriguez Trigueiro, escudeiro da nossa casa,

---

(2) No texto da chancelaria afonsina:—«molher, e aos pousemtadores dos jfamtes meus filhos e jffamtes meus jrmãaos» etc.

(1) Desconhecem-se os dois documentos aqui referenciados: o alvará henriquino e o diploma régio sobre as dízimas dos portos para Ceuta. Sobre a nomeação pelo infante D. Henrique pode ver-se a nota 1 ao DOC. 45, de 8 de Novembro de 1434, p. 104.

temos por bem e damollo por escripuam do porto dEluas (2), asy e pella guissa que elle era per aluara do jfante dom Anrriquj, meu jrmão, quando se as dizimas dos portos rrecadauam pera Çepta, o quall aluara perante nos fezemos quebrar.

E porem mandamos aos rreendeiros e rreçebedores que ora som do dicto porto e a outros quaeesquer que esto ouuerem de uer, a que esta carta for mostrada, que ajam o dicto Joham Rodriguez Trijgueiro por escripuam do dicto porto dEluas, como dicto he, e lhe leixes serujr e husar do dicto ofiçio e auer todallas prooees e dereitos delle e outro nhũu nom, [nom] enbargando que lhe a ello seja posto; o quall Joham Rodriguez jurou em a nossa chancelaria aos santos auangelhos, etc. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xxbj dias dabrill. Elrrej o mandou per Pero Gonçaluez, do seu conseelho e ueador da sua fazenda. DiegAluarez a fez. Era de mjl e iiij^{c} xxxb annos.

70

27 ABRIL 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar as malfeitorias praticadas por Estaço Eanes, outrora preso por mandado de Garcia Mendes, ouvidor do infante D. Henrique na correição da Beira.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 74.

Dom Eduarte, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que EstaçEannes, morador na Ameixiosa de Riba de Payua, do julgado de Lafões, nos emviou dizer que ha dez anos que ell fora preso na prisom que andava perante Graçia Meendez, ouuidor na correiçom da Beira do jffante dom Anrrique, meu jrmãao, tres annos, per rrazom de

(2) Denominavam-se também *portos* as terras que davam entrada e saída por terra para o reino vizinho, donde *portagem*, direito régio que se cobrava nesses lugares sobre as mercadorias importadas ou exportadas, como pode ver-se nas Ordenações Afonsinas e nos forais manuelinos das diversas terras.

Copyrighted material

querela que dell dera Aluaro Giraldez, morador no dicto julgado, dizendo que sseendo ell sseu moordomo, viuendo com ell, lhe furtara cento almudes de vinho e çinquo dobras douro; e outrossy por querella que dell dera Gonçalo Dominguez, sseu casseeyro, dizendo que lhe furtura cinquoenta e hũa pelles de cordouam cortido.

Sobre as quaees querellas fora contra ell fecto hordenado e que as partes o nom quiserom acusar, ante rriquereram ao dicto ouuidor que o soltasse e que proçederom tanto contra ell, que fora julgado por liure e apellado pella justiça e que, vendo ell como o liuramento da apellaçom tardaua e que elle e os outros fugirom da dicta prissom e sse acoutaram a hũa jrmida de ssam Domingos, da quall forom tirados, e que foram mandados pellos da nossa rrellaçom que fosse a ella tornado, e que, des o dicto [dia] ataa ora, andara e anda por ello amoorado; e que, porquanto as dictas partes o auyam desto por ssem culpa, segundo era contheudo em dous estormentos puuricos, que pareçiam sseer ffectos e asijnados per Joham Dominguez, tabeliam do julgado de Parada, que porem nos pedia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, por a dicta rrazom, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir emviou e querendolhe fazer graça e merçee, vistos os dictos estormentos e o tempo que ha que esto foy e o tempo que por esto jouue preso e como as partes ssom contentes; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos ell, por as cousas suso dictas, era teudo, contanto que ell pagasse quinhentos rreaes brancos pera a arca da piedade. E, porquanto os logo pagou a Pero Aluarez, rrecebedor da nossa chamcelaria, segundo dello fomos çerto per aluara de Afonso Annes, escpriuam das malfeiturias, que lhos pos em rrecepta. E porem vos mandamos, etc.

[Carta] em forma, dada em a çidade dEuora, xxbij dias dabrill. Elrrey o mandou per Afonso Giraldez e Luis Martinz, do sseu desembargo. Rodrigo Annes a fez. Era de mjll e iiij^{c} e xxxb annos.

71

30 ABRIL 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Dias, criado do infante D. Henrique, para procurador dos resíduos dos julgados de Lafões, Besteiros, Arouca, Paiva e seus termos.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 65.

Copyrighted material

Jtem, carta de Lopo Diaz, criado do jffante dom Amrrique, por que o dam por procurador dos rresidos dos julgados de Lafões e de Beesteiros e dArouca e de Paiua e sseus termos, etc.

[Carta] em forma, dada em a dicta çidade dEuora, xxx dias dabrill, por Johane Mendez Afonso. Rodrigo Anes a fez. Era de mjll e iiij^{c} e xxxb annos.

72

4 MAIO 1435

Carta credencial das autoridades de Génova, de apresentação do jurista e seu legado o nobre varão Demétrio de Vivaldis a el-rei D. Duarte, a quem pedem se digne ouvi-lo e despachá-lo bem e ràpidamente (1).

ASG., Archivio Segreto, *Litterarum Registri*, 1783, fl 132, n.° 275.

Serenissimo et clarissimo principi et domino domino Eduardo, Dei gratia Portugallie (2) et Algarbij regi ac Cepte domino.

Serenissime et clarissime princeps. Ad maiestatis vestre conspectum transmittere constituimus virum nobilem, legum doctorem, egregium dominum Demetrium de Viualdis, legatum nostrum, cui commissiones dedimus serenitati vestre, nostri parte, referendas; quam precamur, ex animo, vt adhibita relatibus eius fide plenaria, veluti nobis ipsis, dignetur illum bene ac celeriter expedire. Nos autem, in quoque gloriam maiestatis vestre concernentia, nos et nostra offerimus, ex animis, paratos.

Data iiii^{a} maij. Oldradus, locumtenens etc., et consilium antianorum ciuitatis Jannue.

---

(1) O apelido *Vivaldi* lembra imediatamente a expedição comercial capitaneada em 1291 pelos irmãos genoveses Ugolino e Vadino Vivaldi, que, com escala em Maiorca e em Ceuta, haveriam ultrapassado o Cabo Não, na mira de atingirem a índia, por mar, mas dos quais nada mais se soube (Sobre o assunto cfr. por exemplo MAUNY, *Les navigations médiévales*, pp. 93-94 e a bibliografia ali citada). No século XV, vários são os genoveses do mesmo apelido encontrados nos textos conhecidos: Dario, Francesco, Galeazzo, Giovanni Petro, Raffaelle e Tomaso (Cfr. HEERS, *Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio*, pp. 9, 14, 36 e 76, e *Gênes au XV^{e} siècle*, pp. 66, 114, 122, 125, 182, 188 e 414).

(2) No ms. *Portusgallie*.

73

14 MAIO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a conceder, de juro e herdade, a D. Telo de Meneses, seu criado e filho de D. Fernando de Meneses, metade dos bens que mandara confiscar a 15 moradores do Porto, que ali haviam entrado em ajuntamento contra o serviço régio, no ano anterior, com excepção dos bens de dois dos réus, de que já fizera mercê aos infantes D. Pedro e D. Henrique, seus irmãos.

GHCP., Arquivo da Câmara Municipal do Porto, *Livro A*, fl. 119, em cópia do séc. XVII.

Sumariada por JOAO PEDRO RIBEIRO, no *Indice chronologico dos documentos mais notáveis... da Camara da cidade do Porto*, p. 139.

Dom Duarte, por graça de Deos rej de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A vos, Joham de Burgos, nosso almoxarife em a çidade do Porto e a todolos juizes e justiças e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer e esta nossa carta for mostrada fazemos saber que, polla onjom e ajuntamento que principalmente fizerão quinze homens moradores em a ditta çidade contra nosso seruiço, o anno passado de iiij^{c} e xxxiiij, acordamos com os do nosso conselho que fossem tomados aos sobredictos todos seus beens moujs e de raiz, onde quer que lhe fossem achados, e se ouuesem pera nos; os quaes lhe foram filhados para Airas Guomes da Silua, do nosso conselho, regedor dAntre Douro e Minho da nossa justiça, e forão entregues ao ditto João de Burgos, para delles fazer o que lhe por nos fosse mandado.

E porquoanto fomos depois rrequeridos, pola parte das molheres dos sobredittos, que, per tal erro, feito por os dittos seus maridos, ellas nom deuiam perder sua ametade e lha deuiamos mandar restitoir, a qual cousa mandamos veer em a nossa relação. E foi achado por direjto que lhe deuião ser tornados a dita sua metade e a outra se recadar para nos, a qual ametade mandamos entregar as ditas suas molheres e a outra ametade se recadar para nos, a qual mandamos entregar ao ditto Joam de Burgos, que a recadasse e recebesse desembargadamente.

E ora, querendo nos fazer graça e merçe a dom Tello de Menezes, nosso criado, filho de dom Fernando de Menezes, do nosso conselho, dametade dos dittos beens que se assj ouuerom dos sobredittos, pella ditta oniom e ajuntamento que fezerom, tirando afora desto os bens dos dous dos sobre-

dittos, dos quaes ja temos feita merçe de hum delles ao jnfante dom Pedro e outro ao infante dom Henrrique, meus jrmãos; de nossa liure vontade e certa çiencia, poder absoluto, temos por bem e fazemoslhes delles liure, pura, inreuogauel doação antre os viuos valedoira, deste dia para todo sempre, para el e para todos seus herdeiros e socessores, e que os possa dar, doar, vender, trocar e escaibar e fazer delles e em elles como de sua cousa propria [e] corporal posisom.

E porem vos mandamos e a quoaesquer que esto perteçer que, logo liuremente, sem outra nenhũa briga e contenda, lhe façaes dar e entregar, a el ou a seu certo procurador, a ditta ametade dos sobredittos treze homens, assj mouis como de rraiz, que elles tinhão e auião, ao tempo que tal erro fezerom, e lhe forão tomados para nos, e o metaes logo em posse delles para delles fazerem o que lhe prouger; porquanto lhe fazemos delles a ditta merce e doação, como ditto he, o mais firmemente que ser pode. E, de todo o que lhe for entregue a quoanto de cada hũa pessoa, mandamos ao ditto João de Burgos que cobre em si delle estormento de confissom em que todo vaa decraradamente e por os dittos conhecimentos; e, por o registo desta carta, que tomara em publica forma, feita por cada huu dos escriuães de seu ofiçio, mandamos aos contadores que lho reçebam em despeza, amostrandose que taes bens som postos e assentados sobre el em sua reçeita. E o ditto dom Tello tenha a ditta carta em sua mão, para sua guarda e para por ella mostrar como lhe fezemos a ditta merçe. E por ella mandamos ao nosso chançeler ou a qualquer que teuer carrego de reçeber, de fazer recadar a nossa chancelaria, que lha dee sem pagar nenhũa chancelaria da ditta merce; porquanto lha auemos por quite, sem outro nenhum embargo que lhe sobrello seia posto. E huus e outros al nom façades.

Dada em Santarem, xiiij dias de mayo. Elrej o mandou. Aluaro Anes a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mjl e iiij^{c} e xxxb annos. E, porquoanto aqui nom era o nosso seelo grande, mandamos aseellar esta carta com o nosso sello da puridade. xxx rreaaes. ElRej.

74

15 JUNHO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de arma a Álvaro Eanes, de Ferreira de Aves, o qual cumprira pena em Ceuta, por ser culpado da morte de Gomes Aires, mestre das galés reais, e se temia dos parentes do falecido.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 69 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 487. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplem. ao vol. 1, p. 494, n.º 804.

Jtem, carta de AluarEannes de Ferreira dAue.

Disse que ell fora culpado na morte de Gomez Airas, meestre que foy das nossas galees, que foy morto em a cidade de Lixboa, por a quall rrazom sse ell rrecorrera a elrrej meu senhor e padre, cuja alma Deus [aja], e lhe perdoara a sua justiça, a que por ello era theudo, contanto que ell seruisse çerto tempo em a çidade de Çepta, ssegundo na dicta carta de perdom que do dicto meu padre ouuera era contheudo; pella [qual] carta sse elle fora aa dicta çidade de Çepta e seruira em ella o tempo que lhe per o dicto meu padre fora mandado, segundo dello fezera çerto, per carta do conde dom Pedro; e que, nom embargando esto, que sse temja dos filhos e primos e parentes do dicto morto, sse temja de o matarem ou ferirem ou lhe fazerem outro algũu desaguisado, por elle nom seer ousado de trazer suas armas, com temor da nossa defesa ffecta em contrairo; pella quall carta elle ouue hũa carta do dicto ssenhor per que podesse trazer suas armas, a quall ora confirmou per que as podesse trazer, etc.

[Carta] em forma acustumada, dada em A[r]ruda, xb dias de junho, per Afomso Giraldez e Luis Martjnz, do sseu desembargo. Rodrigo Afonso a fez. Era de mjll e iiij^{c} xxxb annos.

75

15 JUNHO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Martim Gonçalves e Alvaro Vasques, moradores no Porto, homens de pé do infante D. Henrique, a pedido deste, com os privilégios dos oaseiros encabeçados dos fidalgos e vassalos.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 82 v.

Dom Eduarte, etc.

A uos jujzes e homes boons da çidade do Porto e a outros quaeesquer jujzes e justiças a que esto ouuerem de ueer e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que o jfante dom Anrrique, meu jrmão, nos deu em esprito estes dous seus homens de pee, hij moradores, aalem dos outros que ja lhe

escusa e dalgũs corregedores do conçelho, a saber, Martim Gonçalluez, çapateiro, hij morador, e Aluaro Uasquez tambem, e estauam prestes pera o serujrem, pidindonos por merçee que lhe escusa[sse]mos os sobredictos dalgũus encarreguos e serujdoees do conçelho.

E, visto seu rrequerimento, nos praz que elles sejam escusados dos dictos encarregos e serujdoees, asy e pella guisa que o sam os caseiros encabeçados dos fidalgos e uassallos. E porem uos mandamos que asy lhos guardes e os nom costrangaees pera auerem de serujr em nhũa, porquanto nossa merçee he seerem asy delles escusados sem outro nhũu enbargo. Vnde all nom façades.

Dante em Lanquer (1), xb dias de junho. Afonso de Beja a fez. Era de mjl e iiij^{c} xxxb annos.

76

21 JUNHO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação feita por Leonor Vaz, viúva de Nuno Vicente Sintrão, de Tomar, a Nuno Álvares, estribeiro do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 61 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 10, fl. 165.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, perante nos, pareçeo hũu estormento de doaçom que pareçia seer ffecto e asijnado per Pero Afonso, tabelliam em villa de Tomar, em o quall, antre as outras cousas, era contheudo que, veendo e consirando Leanor Uaaz, molher que foy de Nuno Uicente Sintrãao, morador em a dicta villa, como nom podia rreger nem aministrar nem aproueytar sseus beens nem auja herdeiros que, de djreito, sseus beens podesse[m] herdar; e, esguardando as booas obras que rrecebera e entendia de rreçeber de Nuno Aluarez, estrabeiro do jffante dom Anrrique, meu jrmãao, e querendolhe rremunerar, de sua propria e liure uoontade, ssem outra prema nem costrangimento, lhe fezera doaçom de todollos sseus beens, mouejs e de rraiz, que ella auya em a dicta villa e em Dornes e em Torres Nouas e sseus termos, dos quaees logo podesse tomar posse, ssem outra autoridade, segundo se todo esto e outras cousas

(1) Por *Alanquer*, Alenquer.

em a dicta doaçom milhor e mais conpridamente eram contheudas; e que porem no[s] pedia por merçee que lhe confirmassemos a dicta doaçom e a ouuessemos por boa e firme e valliosa.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia, ante que lhe em ello dessemos liuramento, mandamos saber, per jnquiriçom, sse a dicta Leanor Uaaz fezera a dicta doaçom ao dicto Nuno Aluarez de sua liure voontade, [sem] nẽhũu enganno nem malliçia nem prema nem costrangimento que lhe sobrello ffosse fecto ou per algũu conluyo nem outra algũua maneira; outrossy sse tijnha filhos algũus. E, vista per nos a dicta jnquiriçom e como sse per ella mostra que a dicta Leanor Uaaz lhe fez a dicta doaçom de sua liure uoontade, ssem nhũu enganno nem prema nem maliçia nem costrangimento que lhe sobrello ffosse fecto, e como ella nom tijnha filhos nẽhũus nem outros herdeiros que em djreito ajam de herdar sseus beens; e, querendolhe fazer graça e merçee ao dicto Nuno Aluarez, visto per nos ho estormento da dicta doaçom e enquiriçom, que ficou em poder do escpriuam juso nomeado; portanto teemos por bem e confirmamoslhe e rrectificamos e outorgamos e a auemos por booa e firme, ffecta como deue em todo, pella guisa que fecta he e no estormento da dicta doaçom he conteudo.

E porem mandamos, etc.

Carta em forma, dada em a Arruda, xxj dias de junho. Elrrey o mandou, per os sobredictos desembargadores. Rodrigo Afonso a fez. Era iiij° e xxxb annos.

77

23 JUNHO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar a Martim Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, a agressão que em tempo fizera a Egas Gonçalves, por ter querelado dele com outros moradores do Porto, que o acusavam de irregularidades no ofício de procurador, contanto que vá servir 3 anos seguidos em Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 66 v.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 489.

Dom Eduarte, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Martim Gonçalluez, escudeiro do jffante dom Anrrique, meu jrmãao, morador em no Porto, nos enviou dizer que poderia auer tres

ou quatro annos que forom dados dell çertos capitollos, em nome do concelho da dicta çidade, os quaees forom dados por encamjnhamento de hũu Aluaro Diaz e dAfonso Lourenço e de Joham dEspanha e dEgas Gonçalluez e de Joham Gonçalluez, moradores em a dicta çidade; nos quaees fazia mençom que lhe fosse defesso que nom procurasse por nhũa pessoa e que ffosse tirado que nom fossem da jurdiçom dalfandega e dos ffectos do mar, que ell tijnha cargo, em logo dAluarEannes de Cernache, cuja a jurdiçom era, e que o dicto Martim Gonçalluez era hũu ssayam (1) e homem que encaminhaua e hordenaua grandes demandas perlongadas, em tanto que muitas pessoas eram perdidosas de sseus beens, per sseu aazo dell. E, ueendo os ssobredictos que, per taaes capitollos, lhe nom podiam empeçer, começarom logo a tirar jnquiriçom deuassa sobre ell, perguntando em ellas pessoas muito ssospectas e que lhe queriam grande mall e que lhe era dicto que os ssobredictos que contra ell testemunharom que o culpauom que dormja com molheres casadas e que rroubara hũu judeu, a que chamauam Abraão Baru ou Jaco Baru, hũas cento e tantas coroas e que fezera outros mujtos mallifiçios, ssendo a dicta jnquiriçom tirada per Aires Gomez, como uereador que era, sseendo sseu jmijgo, pella quall rrazom ouuera carta de ssegurança pera sse mostrar de todo ssem culpa; e que hũu dia, jndo ell pera a dicta çidade e chegando [a] hũu logar que chamam Uvar da Trofa, encontrara com Egas Gonçalluez e veeram a taaes pallauras, que ouuerom arroido e volta, em no quall arroido ouuera hũa ferida no rrostro e tres ou quatro pellas partes do corpo, das quaees era ssãao e ssem cajom (2) e sem perdimento de nembro; pella quall rrazom o dicto Egas Gonçalluez querelara dell que lhe dera as dictas feridas ssobre ssegurança e sseitosamente e em vindjta e rreuendita e o rroubara, segundo todo esto e outras cousas mais conpridamente lhe era dicto que sse contijnha em a dicta querella.

Pella quall rrazom sse elle amoorara, com temor das nossas justiças, que auya de o prenderem por ello, e que nos pedia por merçee que a esto lhe ouuessemos algũu remedio e lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos ell, por rrazom das feridas que dera ao dicto Egas Gonçalluez, era theudo e que lhe ficasse sseu djreito aguardado ao dicto Egas Gonçalluez e demandasse sua emmenda e corregimento, sse quisesse, pois que lho o dicto Egas Gonçalluez nom quisera perdoar nem pello dicto meu jrmãao, que lhe ssobrello escpreuera e mandara contentar e nom quisera, segundo era contheudo em escripturas; e esso meesmo lhe perdoassemos o malldizer dos capitullos que nos delle escpreuera o dicto concelho, pois que lhe a çidade perdoara, a rrogo do dicto meu jrmãao, ssegundo era contheudo

(1) Algoz, verdugo.
(2) Aleijamento.

em hũu puulico estormento que pareçia sseer ffecto e asijnado per Joham Gonçalluez, escpriuam da camara da dicta çidade, tabeliam geeral em nossos regnos.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enviou e querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo; e, visto per nos o estormento da çidade, como perdoou ao dicto Martim Gonçalluez o mall e desonrra que assy fezera ao dicto Egas Gonçalluez, vistas as auondanças que lhe fezerom e o contentamento que lhe foy ffecto; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos elle, por rrazom das dictas feridas, que assy deu ao dicto Egas Gonçalluez, era theudo, ficandolhe ao sobredicto rreguardado sseu djreito a demandar o dicto Martim Gonçalluez, por ssua emmenda e corregimento, sse quiser, e quanto aos outros ffectos liuresse por sseu djreito, contanto que elle nos uaa seruir, per sseu corpo, aa nossa çidade de Çepta dous anos conpridos. E, pera aderençar ssua fazenda, lhe damos despaço, da dante desta carta ataa tres meses primeiros sseguintes, no quall tempo mandamos que ande sseguramente per todo nosso ssenhorio e nom sseja preso nem acusado por a dicta rrazom, contanto que nom entre no llogar onde forom dadas as dictas fferidas.

E, acabados os dictos tres meses, que elle, ataa tres dias primeiros seguintes, sse apresente em a dicta çidade de Çepta, persoalmente, perante o conde dom Pedro. Ao quall nos mandamos e assy a outro qualquer que hy por nos esteuer que o faça escpreuer no liuro dos omjziados, que hy pera esto he fecto, o dia que sse hy apresentar e que dhy em diante lhe nom sseja dada leçença pera hir pera outra parte. [E] elle more continuadamente em a dicta çidade, per ssua perssoa, os dictos annos. E, nom sse apresentando elle ao dicto dia e nom morando os dictos dous anos continuadamente em a dicta çidade, esta carta lhe nom valha; e, fazendoo elle assy e conprindo o que dicto he, dhi em diante mandamos que elle possa uiuer e morar em nossos rregnos, em quaeesquer logares em os dictos nossos regnos, em quaeesquer çidades e villas e lugares delles onde elle quiser e por bem tiuer.

E mandamos, etc.

[Carta] em forma, dada em a Arruda, xxiij dias de junho, per Afonso Giraldez e Luis Martinz, do sseu desembargo. Rodrigo Afonso a fez. Era iiij^{c} e xxxb annos.

Copyrighted material

78

27 JUNHO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de armas a Fernão de Covilhã, escudeiro do infante D. Henrique, ilibado de suspeita do assassínio de Fernão Anes, mas que se teme dos parentes do assassinado.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 69 v.

Jtem, carta de Fernam de Cuujlhãa, escudeiro do jnfante dom Anrrique.

Disse que a ell culparom na morte de Fernam Annes, morador que foy em Cuuilhãa, que foy morto em o dicto logo, por a quall rrazom ouuera carta de ssegurança e que a nossa justiça, a falimento das partes, que o nom quiserom acusar e demandar, contendera tanto contra ell per ffecto, que foy jullgado por liure da dicta morte, ssegundo diz que todo esto mais conpridamente he contheudo em hũa sentença que dello teem; e ora diz que, nom embargando todo esto e que assy sseja, que sse teme dalgũas pessoas, que ssom sseus jrmãaos e primos com-jrmãaos e parentes e amjgos do dicto morto, de o matarem ou ferirem ou lhe fazerem outro algũu desaguisado ssem rrazom, por ell nom sseer ousado de trazer ssuas armas, com temor da nossa defesa, pedindonos por merçee que lhe dessemos lugar de as ell trazer.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, vista per nos a dicta sentença; teemos por bem, etc.

[Carta] em forma, dada em a Arruda, xxbij dias de junho. Elrrey o mandou, per Afonso Giraldez e Luis Martjnz, do sseu desembargo. Gonçalo Botelho a fez. Era iiij^{c} e xxxb annos.

79

15 JULHO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, emprazamento que lhe fizera D. João I, seu pai, em três vidas, de duas azenhas régias em Ribeira de Vide, de que ele paga de foro, anualmente, dois quarteiros de trigo.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 163 v.
Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 494.

Carta per que o dicto senhor confirmou hũu emprazamento de seu padre, fecto a Gonçalo de Pina, scudeiro do jffante dom Anrrique, pera el e duas pesoas que depos elle viesem, de duas acenhas que o dicto senhor ha na Ribeira da Uide, de que paga, em cada hũu anno, de foro, per dia de Sam Joham Bautista, dous quarteiros de trigo, etc.

Em Alanquer, xb dias de julho de mjl iiij° xxxb annos (1).

80

1 AGOSTO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Afonso Anes de Calheiros, criado do infante D. Henrique, em procurador dos resíduos de Celorico da Beira, Melo e Folgosinho, como o fora em vida de el-rei D. João I.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 15, inserta na carta de confirmação afonsina de 31 de Dezembro de 1440; outra cópia, também por ementa, mas ainda mais incompleta, na *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 85 v.

Jtem, carta dAfomso Annes de Qualheiros, nosso vasalo, criado do ifamte dom Anrrique, meu tjo, por que o damos por procurador dos rresidoos em Celorico da Beira e em Melloo e Felgosinho, asy e pella guisa que o era em ujda delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, etc.

Carta em forma, dada em Alanquer, primeiro dia do mes dagosto. Elrrey o mandou, per Fernam Fogaça, do sseu consselho e chanceler moor. Rodrigo Annes, scpriuam em logo de Filipe Afonso, a fez. Era de mjl iiij° xxxb.

---

(1) Sobre este escudeiro do infante D. Henrique cfr. o DOC. 58 do nosso vol. 3 e os DOCS. 118 e 145 do presente volume.

Copyrighted material

81

25 AGOSTO 1435

Letras Romani pontificis, *do papa Eugénio IV, a transferir a sede da diocese canariense de Rubicão, na ilha de Lançarote, para a ilha de Grã-Canária, por ser aquela muito acessível, exposta à pirataria e pouco segura para residência do prelado, e a ordenar que, de futuro, a diocese se denomine Canariense e Rubicense.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 249 v.

Eugenius, etc.

Ad perpetuam rei memoriam.

Romanj pontificis prouidentia circunspecta gesta per eam interdum corrigit, reuocat, limitat uel annullat, prout, temporum uel locorum qualitate pensata, id in Domino cognoscit salubriter expedire.

Dudum siquidem, cum, diuina cooperante virtute, habitatores quarumdam insularum, que Canarie uulgariter nuncupantur, ex profundis infidelitatis et ignorantie tenebris ad verum orthodoxe fidei lumen, opera presertim venerabilis fratris nostrj Fernandj, quem, ea de causa, in locis illis episcopum constituimus, deuenerunt, locum et sedem episcopalem in quadam insula, que Rubicensis appellatur, ereximus ipsamque ecclesiam Rubicensem duximus nominandam.

Cum autem, prout intelleximus, ipsa jnsula Rubicensis adeo peruia et exposita piratis et predonibus sit et habitatoribus inficiens, vt non satis tute valeat ibidem episcopus seu ecclesia comorarj, ecclesiam ipsam ad jnsulam que Canaria Magna nuncupatur transferendam et Canariensem et Rubicensem simul, perpetuis futuris temporibus, cognominandam, presentium tenore, decernimus.

Nullj ergo, etc. Si quis autem, etc.

Datum Florentie, anno incarnationis dominice M.cccc.xxxv, octauo kalendas septembris, pontificatus nostrj anno quinto.

82

25 AGOSTO 1435

Letras Personam tuam, *do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe a faculdade de dispensar e absolver nos casos de matrimónios abusivamente contraídos entre parentes de certas dioceses de Espanha, com o direito de reter as esmolas que então lhe derem e de aplicá-las à aquisição de navio destinado às Ilhas Canárias, para conversão dos habitantes, e ainda a alfaias de igreja e a outras obras pias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 373, fl. 250.

Eugenius, etc.

Venerabilj fratrj Fernando, episcopo Rubicensi et Canariensi, salutem, etc.

Personam tuam nobis et apostolice sedi deuotam, tuis exigentibus meritis, paterna beniuolentia prosequentes, illa tibi libenter concedimus, per que te alijs possis reddere gratiosum.

Cum igitur, prout nobis innotuit, in partibus Biscaye, cum contentis in suis priuilegijs, et in Quepuscua siue Lepuscua, in confinibus episcopatuum Calaguritanensis, Burgensis et Pampilonensis necnon in montibus et locis Pernie et Sanctj Turinij de Leuanasturias de Sancta Illana vulgariter nuncupatis et Roczaualensibus ac alijs montibus et locis in confinibus episcopatuum Palentinensis et Legionensis, Ouetensis et Pampilonensis predicti (1) consistentibus, quedam reproba inualuerit consuetudo ut hij quj ibidem commorantur, sacramenta ecclesiastica et presertim sacramentum matrimonij spernentes nec censuras et sententias ecclesiasticas suorum prelatorum uerentes, matrimonium in tertio et quarto consanguinitatis gradibus a iure prohibitis contrahere non formidant, penas et censuras a iure latas, in periculum salutis animarum suarum et in scandalum orthodoxe fidei dampnabiliter incurrendo.

Nos igitur, animarum salutj predictarum personarum succurrere cupientes, fraternitatj tue omnes et singulas personas utriusque sexus

(1) No ms. *predicte*.

Copyrighted material

quas, usque in diem date presentium, in illis partibus, in infra dictos episcopatus et loca, matrimonium taliter contraxisse repereris, a sententijs et alijs censuris ecclesiasticis, quas, premissorum occasione (2), incurrerunt, requisita tamen et obtenta licentia suorum diocesanorum, auctoritate apostolica absoluendj et liberandj secunque, vt in talj matrimonio remanere ualeant, dispensandj prolemque ex talibus matrimonijs susceptam uel suscipiendam legitimam fore decernendi.

Et ne, de cetero, huiusmodj matrimonia contrahere presumant, monendi et prohibendj plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem, volentes ac tibj, eadem auctoritate, concedentes quod, si quid, premissorum occasione, tibj fuerit, ex erogatione fidelium, mera liberalitate, donatum, illud libere recipere possis in fabricam et apparatum nauis pro transitu ad insulas Canarie, pro conuersione hominum illarum partium ad catholicam fidem necnon in ornamentis ecclesie et alijs pijs operibus conuertendum.

[Datum Florentie, anno incarnationis dominice M.cccc.xxxv, octauo kalendas septembris, pontificatus nostrj anno quinto].

83

26 AGOSTO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a fazer feira franca anual na sua vila de Tarouca durante sete dias, a começar três dias antes da festa do Corpo de Deus e a acabar três dias depois, com os privilégios para os feirantes constantes da mesma carta e pagando a el-rei a sisa e os demais direitos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 162 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 4, fl. 44 v.

Referenciada por VIRGINIA RAU, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, p. 124.

---

(2) No ms. *occaxione*.

(1) O documento foi decalcado sobre a carta joanina da concessão ao infante D. Henrique de feira franca anual em Tomar, o protótipo de todas as feiras henriquinas, dotadas de privilégios especiais (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOC. 193, e vol. 3, DOC. 7). Sobre a interpretação de tais cartas veja-se VIRGINIA RAU, *Subsídios* cit., p. 119, nota 1, e DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 46 e ss.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, auendo por nosso serujço e bem das nossas terras, damos poder e lugar e licença ao jffante dom Anrrique, meu jrmãao, que elle mande fazer e se faça, daquj en diante, em cada hũu anno, em a sua villa de Tarouca (2), hũa feira franqueada, a qual se começe aos tres dias ante do dia do Corpo de Deus e se acabe a tres dias despois do dicto dia, de guisa que seiam sete dias.

E queremos e mandamos que todos aquelles que aa dicta feira vierem e em ella andarem e pera suas casas tornarem que nom seiam presos nem acusados nem demandados por nehũus maleficios em que seiam culpados, se esses malleficios forem daquelles em que nos mandamos que se guardem os coutos do estremo, saluo se esses maleficios forom fectos no dicto lugar ou termo ou fectos nouamente em a dicta feira, que, por taaes maleficios como estes, mandamos que seiam presos e se liurem per seu djreito.

E outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem nom seiam citados nem demandados por nehũas diujdas que deuam nem por heranças nem por outra nehũa cousa que seiam theudos ou embargados, saluo se forem diujdas que deuam de cousas que hi conprarem ou venderem na dicta feira.

E outrossy mandamos que os que aa dicta feira vierem, emquanto a dicta feira durar, elles possam trazer suas armas, emquanto em a dicta feira andarem.

E outrossy possam andar em a dicta feira em quaesquer bestas que lhe aprouuer, nom embargando a nossa defesa e hordenaçom que em contrairo desto he fecta.

E outrossy mandamos e defendemos aos nossos corregedores e meirinhos, assy da nosa corte como dos nossos regnos, que nam vaao aa dicta feira por fazer correiçom nem a façam na dicta feira; e, se allo quiserem hir, vaao, por conprar ou uender, se lhe prouuer, e nom por outra cousa.

E estas liberdades e mercees fazemos aos sobredictos que assy vierem aa dicta feira, como dicto he, comtanto que nos paguem nossa sisa djreita e todollos outros djreitos que nos obrigados e theudos forem de pagar de todallas mercadorias e cousa[s] que allo uenderem e conprarem e escambarem e trocarem e assy pella guisa que se contem em os nossos artijgos e foraaes, sob a pena em elles contheuda. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, asignada per nos.

Dada em Sintra, xxbj dias dagosto. Elrrey ho mandou. AluorEanes a fez. Era de mjl iiij^{c} e xxxb annos.

---

(2) Tarouca fazia parte dos bens patrimoniais do infante D. Henrique (Cfr. a p. 343 do nosso vol. 1).

Copyrighted material

84

4 SETEMBRO 1435

Letras comendatícias Cum pro rebus, *do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, que envia a Portugal e a outras partes tratar assuntos respeitantes à honra de Deus, ao bem do pontífice, da Santa Igreja e do povo cristão, para que a ele e à sua comitiva de 30 cavaleiros dêem, em trânsito, todas as facilidades* (1).

ASF., *Badia Fiorentina*, n.° X/22, original em pergaminho, com selo de chumbo pendente, — texto que se reproduz; AV., *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 103, em cópia do século XVI.

Publicadas por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 142-43, doc. 16.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Uniuersis et singulis presentes inspecturis salutem et apostolicam benedictionem.

Cum pro rebus, honorem Dei et bonum nostrum ac romane ecclesie et totius populi christiani concernentibus, presentialiter mittamus, ad partes regni Portugalie et ad alia mundi loca, dilectum filium Gometium, abbatem Florentie;

Nos, uolentes eum cum socijs et familiaribus suis, usque ad numerum triginta equitum, plena ubique securitate et immunitate gaudere, vniuersitatem uestram rogamus et hortamur attente nostris et ecclesie predicte

(1) Como junto deste documento se encontram os originais de duas pequenas credenciais pontifícias secretas, assinadas por Biondus, as quais começam pelas mesmas palavras «Cum pro rebus», são datadas de Florença, «apud Sanctam Mariam Nouellam» a 9 de Setembro do mesmo ano e endereçadas «Dilecto filio D. tituli Santorum Johannis et Pauli presbitero cardinali Terraconensi» e «Dilecto filio nobili viro Johanni Mercadet, legum doctori, baiulo generali regni Valentie», deduz-se que as outras partes a que se destinava o núncio ou mensageiro pontifício eram Tarragona e Valência; e aos destinatários asseverou Eugénio IV: «aliqua sibi commisimus tue deuotioni referenda, cui poteris plenariam credulitatis fidem adhibere» (N.os X/20 e X/21). (Publicada a primeira por SOUSA COSTA, *Lug. infracitado*, p. 143, doc. 17).

Sobre D. Gomes pode ver-se a nota ao DOC. 56 do nosso vol. 3. A viagem daquele beneditino a Portugal nesta altura deve ter sido motivada sobretudo pelo problema

subditis, officialibus et gentium armorum, capitaneis ac conductoribus ubique constitutis, mandantes quatinus dictum abbatem, socios et familiares eius, cum per loca nostra et uestra transitum fecerit, tam eundo quam redeundo, pro nostra et apostolice sedis reuerentia, benigne commendatum habentes et honorifice tractantes cum omnibus rebus suis, libere et expedite, sine aliqua datij, pedagij, passus, transitus, fundinauis, angarij, perangarij aut alterius oneris uel grauaminis solutione, permittatis transire nullamque ipsi, in rebus et bonis, iniuriam uel offensam inferatis aut ab aliquibus infer[r]i permittatis, quin potius eis de libero transitu guidis, scorta et saluoconductu, si opus fuerit et duxerint requirendum, taliter prouidere curetis, quod uestra exinde deuotio, apud nos et sedem apostolicam, non immerito ueniat commendanda.

Datum Florentie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quinto, pridie nonas septembris, pontificatus nostri anno quinto.

L. de Ritijs.

85

7 SETEMBRO 1435

Carta da rainha de Aragão, endereçada a el-rei D. Duarte, a comunicar-lhe a dolorosa notícia — o que não fez mais cedo pela depressão que ela lhe produziu — do aprisionamento pelos genoveses de el-rei seu marido, do rei de Navarra, do infante D. Henrique de Aragão, dos nobres barões e de outras pessoas notáveis, nomeadamente dos reinos de Nápoles e de Sicília, bem como de muitos outros, como verá pelas cartas cuja transcrição lhe envia, e a solicitar-lhe se interesse por tão aflitiva situação como se fora coisa própria.

ACA., *Cancilleria real*, Registro 2975, fl. 171 v.

---

das anatas ou seja do rendimento de um ano de benefício eclesiástico vago ou de quantia superiormente taxada, cativa para a Câmara Apostólica, como recurso financeiro dos sumos pontífices. O concílio de Basileia, em sua sessão 21.ª, de 9 de Junho de 1435, proibira a percepção daquele imposto contra cujo decreto reclamaram dois legados pontifícios, por não estar o papa Eugénio IV resolvido a prescindir das anatas (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 11, pp. 349-50). D. Gomes trouxe também carta do pontífice sobre o assunto para el-rei D. Duarte, em cuja fidelidade e apoio aquele confiava. De facto, o soberano português inclinou-se para Eugénio IV sobre o particular, como se vê das letras de agradecimento *Inter nonnullas litteras*, de 19 de Junho de 1436, — o nosso DOC. 120. D. Gomes deve ter partido de Florença para Portugal depois de 13 de Setembro de 1435, data das letras pontifícias *Cum te pro nonnullis*, de 13 de Setembro de 1435, o documento seguinte.

Copyrighted material

Rey muy caro e muyt amado primo. Con plancto doloroso e amargoso, vos notifficamos la muyt desauenturada e sinistra nueua que hauemos hauido del muy alto senyor rey, marido e senyor, e de los rey de Nauarra e jnfant don [Enrich], ermanos nuestros muy caros, con los nobles barones e otras personas notables, assi de los regnos de Napoles e de Sicilia, con otros qui eran con ellos en grand numero, detenidos por sos enemjgos, segund vuestra altesa pora veyer por la copia de la letra de nuestro muy caro hermano el jnfant don Pedro (1). Depues, por la ciudat de Barchinona, nos es embiada otra letra, con copia en aquella jnterclusa, de vna letra por el capitan del stol de los genoueses, embiada a la ciudat de Genoua e por la mesma ciudat embiada copia de aquella a la dicha ciudat de Barchinona. De las quals letras, del dicho jnfant don Pedro e de la ciudat de Barchinona e de la dita copia de la letra del dicho capitan, vos embiamos translado dentro la present. E esta es materia de muy grand dolor e tristor a vos e a todos aquellos que hauran los dichos senyor rey e sus hermanos, de las quales, por la causa del buen deudo, soes vos vno e de los principales. Es empero materia de excitar e mouer la virtut de la vera amicicia e cominicion, la qual proua los jnfurtunios.

Portanto, con tanta affeccion e tant carament como podemos, vos rogamos que, en aquesto tan grand e tan orrible caso, querades estos afferes tomar por proprios e fazer e procurar e de lo quel dicho senyor e nos de vuestra excellencia speramos (2). E que nos querades perdonar por que

---

(1) Como é sabido, na batalha naval travada junto da ilha de Ponza, entre as armadas aragonesa e genovesa, os reis de Aragão e de Navarra foram vencidos e presos pelos genoveses, às ordens do duque de Milão, Filipe Maria, então também senhor de Génova, a 29 de Agosto de 1435 (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, liv. 13, caps. 27 e ss.). «La muerte de la reina Juana (1435) y su nombramiento de heredero a favor de Renato de Anjou, hermano de Luis, que también había muerto, impulsaron a Alfonso a la conquista de Nápoles. El Papa lanzó contra él a los genoveses y al duque de Milán, y Alfonso, que había puesto sitio a Gaeta, fué vencido en el combate naval de Ponza y cayó prisionero, con su hermano el rey de Navarra y gran número de caballeros» (F. VALLS-TABERNER y F. SOLDEVILA, *Historia de Cataluña*, t. 2, p. 53). Sobre o particular podem ver-se também os estudos aduzidos ao fim deste volume, na Bibliografia, especialmente os de EUGENIO DUPRE-THESEIDER, de T. DE MARINIS, de AUREA JAVIERRE MUR e de C. MARINESCU.

(2) Naturalmente pelo respeito que lhe merecia o papa Eugénio IV, a quem Portugal obedecia, o nosso rei D. Duarte limitou-se, ao que parece, às medidas apontadas pelo cronista RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 9, ao sentimento oficial. Já ZURARA tinha escrito sobre o particular: — «Outrosi, em este anno quisera elrrey fazer hũuas grandes festas em Lisboa, pera mandar poer o oleo a seus filhos, e sobrechegaram nouas de como elrrey dAragam e elrrey de Nauarra e o jfante dom Henrrique, jrmãao da rainha dona Leanor, molher deste rrey, eram presos em poder de Filipe Maria, duque de Millam, e cessaram as festas de se fazer, de guisa que nunqua se mais fizeram. E tal ventura houue aquelle bom rrey que, em cinco annos e tantos dias que regnou, sempre trouxe doo» (*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*, cap. 16).

mas ayna no vos hauiamos notifficado el dito caso; car, por la grand alteracion que nuestra persona ha tomada, por occasion de la dicha orrible nueua, no somos seyda en desposicion de scriuir. E seya, rey muy caro e muy amado primo, vuestra special guarda la Sancta Trinjdat.

Dada en Valencia, a siete dias de setiembre del anyo M.cccc.xxxv. La Reyna.

Al muyt alto princep don Odoart, por la gracia de Dios rey de Portugal, nuestro muyt caro e muyt amado primo.

Domina regina, ex delliberacione concilij (3), mandauit michj, Gonçalo Bernardo de Brugada. Visa per concilium et aranda.
Prouisa.

Similis littera fuit expedita, directa domine regine Purtugalensis, mutatis mutandis, et eciam erat en ela seguẽs, manu propria dicte domine regine, post datum, scripta: Ruegouos me perdones por nos screujr toda la letra de mj mano que, tal sta mj coraçon; non es por a poder scriujr. La Reyna.

Domina regina etc., vt supra.
Prouisa.

86

13 SETEMBRO 1435

Letras Cum te pro nonnullis, *do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Gomes, abade do mosteiro beneditino de Santa Maria de Florença, seu núncio a Portugal, para tratar de alguns árduos negócios concernentes ao bem da igreja universal, a conceder-lhe, para as despesas respectivas, 400 florins de ouro, que lhe devem ser pagos pelos colectores apostólicos do país e tomados dos dinheiros outrora recolhidos no reino para proceder-se contra os Boémios* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 370, fl. 182 v.

---

(3) Durante o cativeiro de el-rei D. Afonso V de Aragão, «la reina ejerció la lugartenencia, asistida por un consejo de prohombres» (Cfr. TABERNER y SOLDEVILA, *Obra e tom. cits.*, p. 54).

(1) O concílio de Basileia teve em mira três grandes finalidades: a reforma da Igreja; negociações com os gregos, ameaçados pelos turcos e precisados de auxílio do Ocidente, e a extirpação da heresia hussita, surgida na Boémia no século XV e da qual fora animador principal João Huss, por cuja morte, ocorrida em 26 de Maio de 1416, aquela não cessou. Este movimento heterodoxo contra a Igreja tinha a apoiá-lo, teimosamente, a ânsia do povo checo à independência política. Para as des-

Copyrighted material

Eugenius, etc.

Dilecto filio Gometio, abbati monasterij sancte Marie Florentinensis, salutem.

Cum te, pro nonnullis arduis negocijs, bonum vniuersalis ecclesie concernentibus, ad partes regnorum Portugalie et Algarbij nuncium et oratorem nostrum destinemus, nos, ut onera expensarum, propter hoc, tibi necessario subeunda conmode sustinere possis, de aliquo possibili subuencionis auxilio prospicere cupientes, deuocioni tue, de pecunijs que olim pro eundo contra Boemos in regnis predictis imposite ac deputate fuerunt, si que exacte aut exigende reperte fuerint apud quencunque seu quoscunque collectorem uel collectores seu alium uel alios cuiuscunque status, gradus, ordinis uel condicionis existant, usque ad sunmam florenorum auri de camera quadringentorum, ab ipsis pro huiusmodi expensis tuis petendi, exigendi et recipiendi, ac de receptis quitandi, liberandi et absoluendi plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presencium, concedimus facultatem.

Volentes ac serie presencium districte mandantes omnibus et singulis in dictis regnis collectoribus ad exactionem predictarum pecuniarum deputatis quatenus tibi de huiusmodi pecunijs, si penes se habuerint, usque ad dictam sunmam integre respondeant, mandantes collectoribus fructuum et prouentuum camere apostolice, in dictis regnis deputatis, quatenus pecunias ipsas tibi, ut premittitur, exsolutas, usque ad quantitatem quam tibi, huiusmodi occasione, contulerint, restituant ipsis, ad exactionem earundem deputatis in prefatam Boemorum causam, cum opus fuerit, conuertendas (2), non obstantibus alijs litteris a nobis in contrarium emanatis, quibus, quoad hoc, omnino uolumus derogari. Omnes autem et singulas pecuniarum quantitates et sunmas, usque ad dictam quadringentorum florenorum summam, quam tibi eos contigerit assignari, ratam habebimus et faciemus, ipsis in racionibus eorum gentibus dicte camere reddendis computari et admitti.

Datum Florentie, anno incarnacionis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quinto, jdibus septembris, anno quinto.

---

pesas da luta a empreender contra os hereges da Boémia ordenara o papa Martinho V, em 25 de Outubro de 1427, ao arcebispo de Braga que pagasse a dízima dos seus rendimentos e a fizesse pagar aos outros prelados e demais eclesiásticos da sua provincia eclesiástica; e é possível que tal ordem houvesse sido extensiva a todo o país (Cfr. as letras *Hodie iustis ex causis* e *Permisit Deus* de Martinho V, — no ADB., *Arquivo da Mitra e Cabido de Braga*, Bulas, caixa 4, inumeradas). É a esse fundo que recorre Eugénio IV no presente documento para custear as despesas do Abade D. Gomes.

(2) No ms. *conuertendis*.

87

11 NOVEMBRO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Luís Mendes, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Mem Rodrigues de Refoios, a carta de D. João I de 29 de Dezembro de 1411, de confirmação ao segundo do escambo feito pelo monarca com Rui Vasques, pai daquele, de Sarzedas e Sobreira Formosa por Almeida.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 129 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 120, e liv. 33, fl. 13 v.; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 185.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte de Lujs Meendez, filho de Meem Rodriguez de Refoyos, nos foe mostrada hũa carta delrrey dom Joham, meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, per a qual se mostraua que o dicto senhor, emsembra com a rrainha dona Filipa, mjnha senhora e madre, a que Deus de a sua sancta gloria, e connosco, em seendo nos iffante, confirmara ao dicto Meem Rodriguez hũu scambo e premudaçom que o dicto senhor fezera com Ruy Uaasquez, padre do dicto Meem Rodriguez, das ujllas e lugares das Cerzedas e da Souereyra Fremosa, que som antre Castelbranco e a Cortiçada, com todos seus termos e senhorios e rendas e djreitos e perteenças e tabaliados e com toda sua jurdiçom ciuel e crime, asy como as o dicto senhor auja e de djreito deuja dauer, e mais quinhentas libras da moeda que corria ao tempo da feitura da dicta carta, real por tres llibras e mea, por a ujlla e castello dAlmeida, que he em Riba de Coa, de que lhe tijnha fecta mercee e doaçom de jur e herdade, por todallas casas e vinhas, prados, herdades, heranças, defesa e barca que o dicto Ruy Uasquez cobrara e ouuera dos moradores do dicto lugar, por mercee e doaçom que lhe o dicto senhor dello fizera, segundo todo esto e outras cousas mais conpridamente som contheudas em a dicta carta do dicto senhor. A qual parecia seer asignada per os dictos senhores e per nos e aseellada do seu seello pendente, dada em Lixboa, xxix dias de Dezembro da era de Cesar de mjl iiij^{c} Rix anos, scprita per Rodrigo Afonso. E fomos rrequerido, da parte do dicto Lujs Meendez, que, porquanto o dicto Meem Rodriguez, seu padre, era ja finado e ele era primeiro seu filho lidimo que elle tijnha e que os dictos lugares pertencia auer de djreito, lhe mandasemos dar nossa carta de confirmaçom da dicta carta do dicto senhor.

Copyrighted material

E, visto per nos seu requerimento, por algũas razõoes que teemos pera lho outorgar e querendolhe fazer graça e mercee; teemos por bem e outorgamoslhe e confirmamoslhe a dicta carta do dicto senhor, da dicta permudaçom e escambo dos dictos lugares das Cerzedas e da Souereira Fremosa por a dicta ujlla e castello dAlmeida.

E porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda, contadores, almoxarifes, jujzes e justiças e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta nossa carta for mostrada que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar a sobredicta carta do dicto senhor, assy e pella guisa e tam conpridamente como em ella faz mençam, sem outro nehũu embargo que lhe sobrello seia posto. Vnde hũus e outros al nom façades.

Dada em Santarem, xj dias de Nouembro. Elrrey o mandou. AluarEanes a fez. Era de mil iiij^{c} xxxb annos.

88

18 NOVEMBRO 1435

Carta de el-rei D. Duarte, dirigida ao concílio de Basileia, a comunicar-lhe que envia ao mesmo, como seus embaixadores, D. Afonso, 5.º conde de Ourém e seu sobrinho, D. Antão Martins de Chaves, bispo do Porto, e D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, seus conselheiros, Mestre Fr. Gonçalo, provincial dos dominicanos portugueses, o franciscano Fr. Gil Lobo, licenciado em teologia, e os doutores em leis Diogo Afonso Mangancha, formado em ambos os Direitos, e Vasco Fernandes de Lucena, para ali tratarem dos assuntos relativos ao povo cristão, à igreja de Deus e a seu país; roga-lhe os receba e diz-lhe não os ter podido mandar mais cedo pelos motivos que os próprios exporão (1).

AGS., *Estado*, K. 1711, p. 382, em cópia da época.

---

(1) Sobre os precedentes desta carta régia vejam-se os DOCS. 58 a 60 do nosso vol. 4 e a anotação respectiva. Como motivos do adiamento do envio da embaixada portuguesa ao concílio, para mais partida sòmente a 11 de Janeiro de 1436, e aqui não revelados por D. Duarte, porventura por serem reservados, alega RUI DE PINA «acupaçõoes do rregno» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 8). Porém, a explicação não satisfaz e tão-pouco se pode aplicar ao mesmo protelamento por D. João I. Por mais ocupado que tivesse estado o Rei Eloquente com os negócios do país de 15 de Agosto de 1433 a 18 de Novembro de 1435, havemos de convir que não lho faltou

Littera dominj regis Portugalie ad sacrum concilium (2).

Sacrosancte synode Basiliensi, in Spiritu Sancto legitime congregate, vniuersalem ecclesiam representanti.

Eduardus, Dei gratia regnorum Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus, filialem deuocionem, legitimam et sinceram.

Eam ad hec usque tempora de vestris paternitatibus famam accepimus, illos qui pro honestis officijs ad vos se conferunt, grato animo et illari vultu, semper excipiatis. Que cum ita sint, mittimus ad vestras paternitates magnificum comitem dOurem, nepotem nostrum, virum et moribus et honestate laudatum, mittimus reuerendum patrem A[ntonium], episcopum Portugalensem, et L[udouicum], episcopum Visiensem, consiliarios nostros, et venerabiles viros fratrem Gundisaluum, magistrum et Ordinis Predicatorum in nostro dominio prouincialem, ac fratrem Egidium, Ordinis Minorum, licenciatum in sacra pagina, necnon Didacum Alfonsi, vtriusque iuris, ac Velascum Fernandi, legum doctores egregios, ambaxiatores nostros dilectos, presencium ostensores, tocius populi christiani et ecclesie Dei et nostri statum concernencia cum vestris paternitatibus tractaturos;

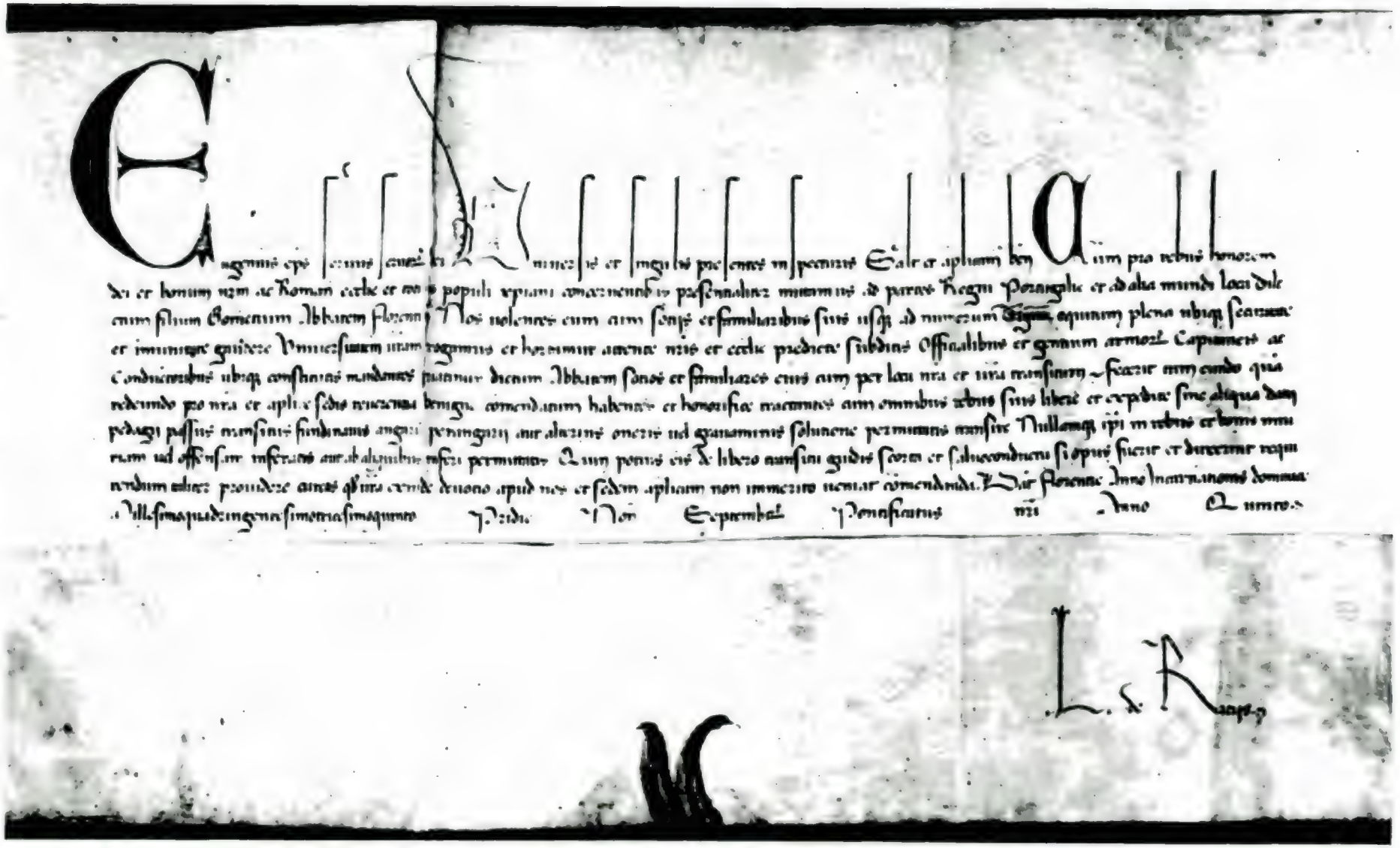
---

oportunidade de proceder à presente nomeação. Que não o houvesse feito durante o período de dissidência entre o papa Eugénio IV e o concílio, compreende-se; pois, a teor do que se passou com Castela (Cfr. SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, pp. 110-112 e 338 e ss.), é possível que também a Portugal haja solicitado o pontífice o protelamento do envio dos embaixadores ao concílio; mas, depois da bula *Dudum cum* de Eugénio IV, de 15 de Dezembro de 1433, a autorizar continuasse a assembleia conciliar os seus trabalhos e a declarar legítimas as conclusões pela mesma tomadas anteriormente (Cfr. HEFELE-LECLERCQ, *Histoire des Conciles*, t. 7, 2.ª parte, p. 843), não se vê motivo para a ausência de Portugal em Basileia.

Quanto aos anos de 1434 e 1435, é possível que se possa explicar o facto, ao menos em parte, por um certo arrefecimento diplomático entre el-rei D. Duarte e o papa Eugénio IV, motivado pela série de letras daquele pontífice passadas a súbditos castelhanos sobre o arquipélago das Canárias no ano de 1434, publicadas no presente volume, por serem ilhas também desejadas por Portugal, especialmente em razão das letras *Creator omnium*, de 17 de Dezembro de 1434, e da tensão diplomática provocada por aqueles textos pontifícios, possivelmente agravada pelas primeiras expedições de descobrimento da costa ocidental africana, iniciadas naquele ano. Podem constituir prova desta hipótese as bulas *Rex regum* e *Romanus pontifex*, passadas a Portugal por Eugénio IV, respectivamente em 8 e 15 de Setembro de 1436, a primeira de cruzada contra os infiéis e a segunda para a conquista das ilhas das Canárias não ocupadas por cristãos, depois de clarificada a atmosfera pela embaixada portuguesa ao concílio, que se encontrou com o sumo pontífice em Bolonha no mês anterior (Cfr. os nossos DOCS. 133 e 137 e o Diário da viagem da delegação portuguesa ao concílio, em SOUSA, *Provas da história genealógica*, t. 5, provas do liv. 10, n.º 6).

(2) Este título lançado sobre a margem direita do manuscrito.

Copyrighted material



Est. III. — Letras comendaticias do papa Eugénio IV, de 1435 (Doc. 84).

quos magnopere rogamus, nostri contemplacione, benignissime atque piissime recipiatis, audiatis fidemque, ut nobis, intemeratam, in hijs que exponent, tribuatis. In hoc vestre paternitates plurimum nobis gratiam facient singularem. Ceterum, si cicius ad vestras paternitates non misimus, admiracio vos non teneat; nam, ut nostri ambaxiatores planius exponent, causa fuit. Rogamus igitur vos indefesius, nostra contemplacione, omnia optime absoluatis. Valete tranquilissime.

Datum in oppido Santerene, xviij.ª die mensis nouenbris, anno a natiuitate Domini M.° cccc°. xxxb°. El Rey.

89

21 NOVEMBRO 1435

Sentença de Frei Afonso, da Ordem de Cristo, Vigário Geral de Tomar e da igreja de Santiago de Santarém, sobre divergências havidas entre o prior e raçoeiros daquela igreja, na qual o prior aduziu ordens do infante D. Henrique para legitimar o seu procedimento (1).

ANTT., *Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar*, caixa 1, maço único, n.° 25. Original, em pergaminho, com vestigios de selo, de que resta fio de cânhamo.

Nos, dom ffrey Affomso, da ordem de Cristos, vigairo jeeral de Thomar e de Santiago de Santarem, per autorydade da santa egreia de Roma.

A quantos esta nosa carta de ssentença e decraraçõoes della virem, saude em Christo.

Fazemos ssaber que, em jujzo, perante nos pareçerom partes, comuem a saber: ffrey Affomso Domjnguez, prior na sobredicta egreia de Santiago, e os rraçoeiros da dicta egreia, per Affomso Anes e Uasco Ujcente, rraçoeiros em ella, em sseuos nomes e dos outros sseuos parceiros rraçoeiros. E per os dictos rraçoeiros, como autores, ffoy dicto e dado per emformaçom, perante nos, contra o dicto prior, rreeo, dizendo que elles autores

(1) O Vigário Geral de Tomar era, simultâneamente, vigário da igreja de Santiago de Santarém, pertença da Ordem de Cristo, nos termos dos DOCS. 3 e 61 do nosso vol. 1.

rreceberom e rrecebem do dicto prior, rreeo, alguuns agrauos, os quaes som estes, conuem a saber: diziam que ell, dicto prior, quer poer prioste e que elles, autores, o paguassem da sua parte; e que outrossy lhes tomaua e tijnha tomado todo o pam e ujnho dos anjuersairos, de que elle, dicto prior, nom auja dauer saluo de sseys hũu; e que outrossy ell, dicto prior, ffezera fazer de dez preuendas, que aujam de seer com a do prioste, seys, por ell leuar mays duas rraçõoes, que leuaua pera ssy, affora as suas duas partes, e a hũa era de Diego Affomso das Ilhas e a outra de Pero dAlentejo; e mays da capeella, que he nosa de djreito, de Santa Cateryna, elle a canta atees aquj; e outrossy o quasall das Lepas, que he danjuersaryo, elle ouue o pam e ujnho todo pera ssy. E que outrossy tijnha mays o dicto prior todo o pam em ssy, que o nom querya dar senom a quem lhe prazja, e que assy se perdia em hũa cassa em que jazia, ssegundo todo mays conpridamente em sseu dicto, dos dictos autores, e rrazoado e conformaçom que nos per elles, dictos auctores, ffoy dada, era conteudo, pedindonos que lhes fezesemos tornar todo ho sseu, de que os assy o dicto prior tijnha forçados, e que lhe asijnasemos dia a que lho emtreguasse, so certa pena e censura, poendolhe silencio perpetuu que, dhy emdiante, nom teuesse de fazer com a sua djrecta parte.

Dizendo o dicto prior e rrespondendo ao que comtra ell era assy dicto perante nos, disse que, ao que era dicto que ell poynha prioste, disse que ell o posera em logo de Pero dAlentejo, a que perteecya de djreito, e que o ssenhor jfante assy lho mandara e que assy o fezera, per sseu mandado.

Jtem, outrossy disse que rrespondia ao que diziam que lhe tomaua todo o pam e o vinho dos anjuersairos. Disse que, quanto montaua ao foro dos olyuaaes e ujnhas e erdades de pam, que nom querya leuar ssenom duas rraçõoes, segundo era conteudo no compromjsso, e as dizemas que os dictos fforeiros dam aa dicta egreia que auja dauer as duas partes, porque era dizima.

Jtem, rrespondeo ao que diziam contra ell que fazia dez peruendas. Dizia que era per contraito, porque dizia que nom sse faziam mays de sseys, porque dizia que nom erom mays de sseys rraçoeiros e que, porquanto no compromysso era conteudo que sse fezessem dez rraçõoes e que, porque agora nom serujam mays de sseys, que as quatro rraçõoes que nom erom serujdas que sse rrepartjsem per todos seys que serujam e que ouuesem tanto hũu como ho outro, e que assy sse costumaua em todallas egreias de Santarem; e que, na parte das duas rraçõoes, que diziam que ell leuaua, dizia que, quanto perteecya aa de Diego Affomso, que elle a mandaua ao dicto Diego Affomso, per mandado do ssenhor jfante, e que a de Pero dAlemtejo que elle a leuaua, ssegundo eles autores sabiam. E disse que, quanto perteecya ao que os dictos rraçoeiros diziam que a capella de Santa Cateryna era sua delles, que assy era sua del prior come dos dictos

Copyrighted material

rraçoeiros. E disse mays que, quanto perteecya ao pam e ujnho que tomara do casal das Lepas, disse que o querya entreguar. E disse que outrossy, por a dicta egreia seer mjlhor sserujda, que mandasemos que sse fezese consatis.

Jtem, disse mays que, quanto perteecya a tesourarya, que nos pedia que ffose dada a tal persoa per que a egreia fosse bem serujda, ssegundo todo esto e outras cousas mays conpridamente per o dicto prior, per palaura e per escprito, que perante nos deu e rrazoou, era conteudo, do quall hos autores pedirom ho trellado, o quall lhe nos mandamos dar. E sobre todo ffoy rrazoado, assy da hũa parte como da outra, tanto que ffoy conclusso. O quall visto per nos, presentes as dictas partes, pronucyamos e pobrequamos hũa ssentença que tal he, segundo sse adiante ssegue.

Visto este ffecto e o rrazoado e pedido das partes; e, visto ho compromjso, por partir contenda e fazer djreito per ssentença; julgo e mando que, daquj em diante, o prior nom ponha prioste, mays que o ujgairo que ffor na dicta egreia prioste, ssegundo manda ho compromjso, que este o seja e que este faça as dez rraçõoes e as rreparta com hos rraçoeiros, ssegundo sse costumarom ata aquj; e o vigayro aia duas, ora seiam mujtos ou poucos, e o prior nom. E, sse se apanharom per o dicto ujgairo os ffrujtos todos e rrendas da egreia juntamente, que ell de ao prior as duas partes, paguando primeiro ho carreto, ssegundo cada hũu leuar, e o carreteiro seja de prazer das partes, affora os anjuerssairyos, de que o prior nom aja senom a seyxta parte, assy dos dizemos delles como das pensõoes daquelles que elle ha dauer, affora os quatro de que ha dauer hũa rraçom. E das Lepas aja o sexto, porque acho que o a dauer; e mando que o pam e vinho que elle tomou que o entregue ataa dez dias. E a capeella de Santa Cateryna mando que o prior com os rraçoeiros a cante, sse qujser.

E, na parte da ssentença que diz Uasco Ujçente que pagou, mando que, poys bem ffez, que o prior lhe de çem rreaes, porque acho que elle sse podera emtreguar do mays, e o tesoureiro seja posto em a dicta egreia ssegundo manda o conpromjso, que o seja hũu dos rraçoeiros e seja ho logo hora Affomso Anes. E, na parte do consatis, mando que o prior com os rraçoeiros o ffaçom, ssegundo que virem que he serujço de Deus e da egreia, ataa dez dias, e mo emujem, pera ho eu veer e comfirmar, sse tal ffor. E das duas rraçõoes que o prior leua, conuem a saber de Diego Affomso e Pero dAlemtejo, porque pareçe que teue em ello algũa rrazom, mando que, por hora, passe e nom seja a ello teudo. Paguem as custas de permeyo.

Jtem, a quall ssentença assy per nos pobricada, presentes as dictas partes, como dicto he, os dictos Affomso Eanes e Uasco Ujçente, rraçoeiros, em seuos nomes e dos outros rraçoeiros da dicta egreia, nos pedirom

assy de todo hũa nosa carta de ssentença. E nos lhe mandamos dar esta, sijnada per nos e aseelada do noso sseello.

Dada na dicta vjlla de Thomar, vijnte e hũu dias do mes de Nouembro. Joham Affomso a ffez. Era do nacymento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij° xxxb anos. Pagou L rreaes.

(as.) Vicarius Tomariensis.

90

30 DEZEMBRO [1435]

Carta de privilégio de João Vaqueiro, cunhado de Rodrigo Esteves, cavaleiro da casa do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 3, fl. 23 v.

Jtem, outro tal priuilegio pera a correiçom da Stremadura, fecto xxx dias do dicto mes per o dicto scpriuam e dessenbargadores, de Joham Uaqueiro, cunhado de Rodrigo Esteuez, caualeiro da casa do jfamte dom Anrrique, etc. Em forma.

91

12 JANEIRO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a D. Alvaro de Castro, criado e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a D. Isabel Pereira, sua mulher, a doação de certas saboarias, a qual lhes fora feita pelo citado infante, em compensação de 5.000 dobras prometidas em casamento (1).

---

(1) O Rodrigo Esteves aqui referenciado deve ser Rodrigo Esteves de Ortigueira, em 8 de Fevereiro de 1423 escudeiro do infante D. Henrique, o qual foi então nomeado por el-rei D. João I para recebedor da sisa dos panos de cor da cidade de Lisboa (Cfr. o DOC. 29 do nosso vol. 3), e no presente texto e em carta da regência de 6 de Fevereiro de 1446 dito cavaleiro da casa do Navegador (Cfr. ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 18 v.).

(1) Este D. Alvaro de Castro era filho de D. Alvaro Pires de Castro, senhor das Alcáçovas, e de D. Maria Lobo, e irmão de D. Pedro, D. Fernando, D. Fradique e

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 47 v., inserta na de confirmação afonsina de 10 de Janeiro de 1452. Os pontos indicam passos ilegíveis, que não foi possível preencher, por não se haver encontrado nenhuma outra cópia.

Dom Eduarte, per graça de Deus rrej de Purtugall e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem [fazemos saber] que o iffamte dom Amrrique, meu jrmãao, nos disse que ele casara dom Aluoro de Castro, seu criado e caualeiro de sua casa, com dona Jsabell Pereira, filha de Maria de Rezende, e que no trauto do casamemto se comtijnha que ele lhe fezesse merçee da saboaria de... e dEuora Momte e do Redomdo e de Portel e de [A]rray[o]llos e de ..., em vida dos dictos dom Aluoro e dona Jsabell, sua molher, com comdiçom que... dom Joham e Maria de Resemde dauam a dicta dona Jsabell, que he... cimquo mil dobras; que, morremdo ella, elle ouuesse e pesoysse, em sua vida, sem... a filhos nem a [her]dejros nem a outro nenhũu a que de direito pertence; e que, depois de sua morte, ho herdasse e ouuesse a quem de direito perteemçesse, segumdo todo mais compridamente no dicto contrauto he comtheudo; e pedimdonos elle meu jrmãao, por merçee, que qui[se]semos histo asy dar e outorgar aos dictos dom Aluoro e dona Jsabel, sua molher.

E nos, veemdo seu pititorio e, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e damos ao dicto dom Aluoro e dona Jsabel, sua molher, as dictas saboarias, asy e per a gisa que lhes o dicto meu jrmãao tem dadas. E, acomteçemdo que morram eles ambos, fiquem as dictas saboarias ao dicto meu jrmãao, segumdo as amte de nos tinha. E, por certidom dello, lhe mandamos dar esta carta de merçee, asinada per nos e aselada do nosso sello.

Damte em Montemoor o Nouo, xij dias de janeiro. Joham Afomso a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxx bj annos.

D. Diogo de Castro. D. Isabel Pereira, era filha de Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem Militar de Santiago e governador da casa do infante D. João, e de sua mulher Maria de Resende (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 145-47). Sobre o assunto das saboarias henriquinas veja-se o DOC. 83 do nosso vol. 4 e a respectiva nota.

Copyrighted material

92

12 JANEIRO 1436

Letras Jn excelso, *do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando Calvetos, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe, para evangelização das ilhas de Gomeira e Grã-Canária e iniciação de seus habitantes nas artes e ofícios dos povos civilizados, as quantias devidas à Câmara Apostólica na diocese de Sevilha, desde o anti-papa Bento XIII até à eleição de Martinho V, as quais ainda se conservam na posse e guarda de algumas pessoas.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 48.
Publicadas por WOLFEL, *La Curia Romana*, pp. 1042-44, com errada indicação do ano, 1435 por 1436, e em transcrição não segura, como aliás todas as mais editadas por aquele autor, em seu citado estudo.

Eugenius, etc.

Venerabili fratri Fernando, episcopo Rubicensi et Canariensi, salutem.

In excelso sedentis throno, qui ex ineffabilis caritate dilectionis, ut decimam deperditam dragmam celicis ascriberet ceribus, proprium ad huius mundi infima misit filium, uices gerentes in terris, quotidianas pro commissi nobis diuinitus dominici gregis saluatione solicitudines indefesse gerimus et, ut nostre prouisionis ope christifidelibus singulis, errorum relictis semitis, in perfecte salutis itinere gressus dirigendi prebeatur occasio, assiduas meditaciones amplectimur uigilanter, ut dextra Domini plantata uinea, ne singularis ferus depascat eam, per deuote congregacionis populum fecundis ampliata propaginibus, multiplicatum in ubertate fructum afferat et dilatetur (1).

Sane pro parte tua, nobis nuper exhibita peticio continebat quod tu ad insulam Gomerie necnon Magne Canarie, quorum habitatores et incole, ueluti humano (2) non suffulti ingenio, christiane religionis ritum non acceptarunt nec eo freti fuerunt, pro habitatoribus et jncolis ipsis in dicta fide imbuendis et ad illam conuertendis, te personaliter transtulisti et plures ex eisdem habitatoribus et incolis, in copioso numero, bone uite et

(1) No ms. *dilatet*.
(2) No ms. *humanis*.

Copyrighted material

predicacionis exemplo, ab eorum erroribus ad predictam fidem reduxisti et multiplicem inibi fructum fecisti ac ampliorem, in dicta jnsula, dante Domino, fructum facere uoto geris, sed, ad premissa salubriter dirigenda et eciam perficienda, facultates rerum, que tibi non affluunt, extant plurimum oportune.

Et, sicut eadem petitio subiungebat, in ciuitate ac diocesi Jspalensi, plures, que camere apostolice, a tempore quondam Petri de Luna, tunc Benedicti xiij in sua obedientia, de qua ciuitas et diocesis predicte erant tunc nuncupati, usque ad felicis recordationis Martinj pape v, predecessoris nostri, ad summi apostolatus apicem assumptionem, efficaciter debite remanserant pecuniarum summe, apud diuersos habentur ac eciam conseruantur (3) et, si ille tibi, ad ministerium et opus amplioris reductionis et ad hoc quod ipsarum insularum habitatores et incole, qui, ueluti nimium grossi et materiales, alicuius, de qua uite indigenciam suscipere possent, artis exercicium penitus ignorant, in artificibus et ministerialibus operibus, eciam pro ipsius fidei exaltacione necnon christiane professionis corroboracione, instrui possent, assignarentur, exinde fidei et professionis predictarum propagacio, cum multiplici salutis animarum augmento, succederent euidenter, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut, super hijs, oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque, qui propagacionem et augmentum huiusmodi intensis desiderijs affectamus, eisdem supplicationibus inclinati, tibi quascunque pecuniarum summas, que eidem camere, infra tempus premissum, debite fuerunt seu remanserunt, quauis occasione uel causa, a quibuscunque personis, cuiuscunque status, gradus, ordinis, religionis uel condicionis fuerint, exigendi, petendi, colligendi et leuandi et ad propagacionem et augmentum huiusmodi exponendi, necnon quascunque personas, penes quas alique ex dictis pecunijs seu scripturis huiusmodi debita (4) continentibus publice uel occulte fuerint, ut illas tibi tradant et assignent, monendi et citandi ac contra eos desuper iuridice procedendi, ipsasque ac traditionem et assignationem predictas tibi effectualiter faciendas, per censuram ecclesiasticam ac interdicti appositionem et alia oportuna iuris remedia, appellationis cuiusuis sublato diffugio, cohercendi et compellendi, eciam cum secularis brachij auxilij ad hoc, si opus fuerit, inuocacione, vnum eciam uel plures ad hoc collectores uel subcollectores faciendi, substituendi et ordinandi, necnon omnia alia et singula, in premissis et circa ea quomodolibet oportuna, necessaria faciendi, disponendi et exequendi, plenam et liberam, apostolica auctoritate, tenore presentium, concedimus facultatem.

---

(3) No ms. *conseruentur.*

(4) No ms. *debite.*

Non obstantibus constitutionibus et ordinacionibus apostolicis necnon priuilegijs, exempcionibus, libertatibus quibusuis personis, secularibus uel regularibus, ordinibus, eciam Cisterciensi, ecclesijs, capitulis et vniuersitatibus, exemptis et non exemptis, in specie uel in genere, seu alias per sedem apostolicam quomodolibet concessis, eciam si de illis eorumque totis tenoribus presentibus, de uerbo ad uerbum, mencio foret habenda, et quibusuis alijs priuilegijs ac indultis apostolicis, generalibus uel specialibus, quorumcunque tenorum existant, per que, presentibus non expressa uel totaliter non inserta, effectus presencium impediri ualeat quomodolibet uel differri, que omnia tibi nullatenus uolumus preiudicare, eis alias in suo pleno robore duraturis.

Nulli, etc., concessionis et uoluntatis infringere, etc..

Datum Florencie, anno incarnacionis dominice millesimo quadringentesimo trecesimo quinto, pridie jdus januarij, anno quinto.

93

13 JANEIRO 1436

Letras Dudum nostras, *do papa Eugénio IV, dirigidas aos bispos de Rimini, Badajoz e Córdova, para que urjam pelo cumprimento das letras* Creator omnium *do mesmo papa, passadas a 17 de Dezembro de 1434, a ordenar a libertação dos indígenas das Canárias reduzidos à escravidão, agora e de futuro, sem compensação alguma e com obrigação de lhes restituírem os bens roubados.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 44 v.

Publicadas por WOLFEL, *La Curia*, pp. 1044-46, com omissão de texto e erros de leitura.

Eugenius, etc.

Venerabiljbus fratribus Ariminensi et Pacensi ac Cordubensi episcopis, salutem.

Dudum nostras concessimus litteras, tenoris subsequentis:

Segue-se a transcrição das letras Creator omnium, *de Eugénio IV, de 17 de Dezembro de 1434, — o nosso DOC. 52.*

Cupientes, igitur, ut dicte littere salubrem sorciantur effectum et per illas habitatoribus et incolis prefatis salubriter prouideatur, frater-

nitati uestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus uos uel duo aut vnus uestrum, per uos uel alium seu alios, episcopo necnon habitatoribus et incolis predictis in premissis, efficacis defensionis auxilio assistentes et ad plenariam ipsarum litterarum execucionem procedentes illasque, ubi et quando expedire uideritis, auctoritate nostra, solempniter publicantes, omnes et singulos, cuiuscunque status, gradus uel condicionis fuerint et quacunque seculari uel ecclesiastica, eciam si pontificali dignitate prefulgeant, qui aliquem seu aliquos ex habitatoribus et incolis predictis, presentibus et futuris, ex causa seruitutis, captiuos seu detentos tenuerint uel alias quominus habitatores et incole predicti plenarie libertati restituantur aliquod eis impedimentum prestiterint, quociens super hoc, pro parte habitatorum et jncolarum predictorum uel alicuius christifidelis requisiti fueritis, in ecclesijs ac alijs locis, de quibus uobis uidebitur, tamdiu excommunicatos nuncietis publice et ab alijs nunciari faciatis ac ab omnibus arctius euitari, donec et quousque prefatos habitatores et jncolas a captiuitatibus et seruitutibus integre relaxent et liberos dimittant ac plenarie restituant libertati, facientes, ordinantes et exequentes omnia alia et singula que in premissis et circa ea necessaria fuerint seu eciam quomodolibet oportuna, et insuper, legitimis super hijs et etiam in dictis litteris contentis, si expedierit, per uos habendis seruatis processibus, eos, quociens expedierit, aggrauare curetis, contradictores per censuram eclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, jnuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis.

Non obstantibus quibuscunque appellationibus ad sedem apostolicam seu alias a quibusuis qualitercunque interpositis ac felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, illis presertim quibus cauetur ne quis, extra suam ciuitatem uel diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis ultra vnam dietam a fine sue diocesis, ad iudicium euocetur, seu ne judices a sede apostolica deputati, extra ciuitatem uel diocesim in quibus deputati fuerint, contra quoscunque procedere, siue alij uel alijs uices suas commictere presumant ac de duabus dietis in concilio generali et alijs apostolicis constitutionibus contrarijs quibuscunque. Aut si aliquibus, communiter uel diuisim, ab eadem sede indultum existat quod interdici, suspendi uel excommunicarj aut extra uel ultra certa loca ad iudicium euocari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Florencie, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo xxxv.°, jdibus januarij, anno quinto.

94

13 JANEIRO 1436

Letras Ad ea libenter, *do papa Eugénio IV, dirigidas aos arcebispos e bispos de Aragão e de Castela, ao abade do mosteiro de Poblet e ao prior de Coms, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a urgir pelo cumprimento das letras* Pijs et honestis, *de 28 de Dezembro de 1434, em que se ordenara a recolha e entrega de 2.000 florins de ouro, sobre restituições a fazer e legados pios para coisas incertas, soma destinada à compra, apetrechamento e conservação de navio destinado à evangelização das Canárias.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 46 v.

Eugenius, etc.

Venerabilibus fratribus archiepiscopis, episcopis ac eorum officialibus, in Aragonie et Castelle regnis consistentibus, ac dilectis filijs abbati monasterij de Populeto ac priori de Coms, Terraconensis et Jspalensis diocesum, salutem, etc.

Ad ea libenter intendimus per que fidelium uoluntates, que pijs desiderijs conuertuntur, celerius consequantur effectum. Dudum siquidem nostras uobis direximus litteras, in hec uerba.

Segue-se a transcrição das letras Pijs et honestis, *de Eugénio IV, de 28 de Dezembro de 1434, — o nosso DOC.* 56.

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper, pro parte dicti Fernandi episcopi, peticio continebat, per modum in predictis litteris designatum, prout rei qualitas exigit, faciliter consequi non poterit, sed ipsarum litterarum execucionem in longius protelari;

Nos, ipsius Fernandi episcopi supplicationibus inclinati, discrecioni uestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus summam pecuniarum predictam liberam, in illis locis et diocesibus regnorum predictorum et per illum decentem et honestum modum de quibus uobis uidebitur, eciam si in altero ipsorum tota summa reperiretur, pro premisssorum in eisdem litteris contentorum execucione, habere ac in usus in eisdem litteris contentos conuertere aut fideliter conuerti facere procuretis, prouiso ne ultra

summam predictam liberam, tam predictarum quam presentium litterarum pretextu, exigere aut exigi facere presumatis seu eciam permictatis, super quo uestras conscientias oneramus. Non obstantibus omnibus et singulis que, in predictis litteris, uolumus non obstare ceterisque contrarijs quibuscunque.

Datum Florencie, anno jncarnacionis dominice millesimo quadringentesimo trecesimo quinto, jdibus (1) januarij, anno quinto.

95

20 JANEIRO 1436

Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear como seus embaixadores especiais e gerais ao concílio de Basileia, com plenos poderes, D. Gonçalo de Santa Maria, bispo de Plaséncia, seu auditor e conselheiro, e o cavaleiro Gutierre de Sandoval (1).

AGS., *Estado*, Francia, K - 1711, fl. 427, em cópia da época, — donde se reproduz.

Publicada, com erros e omissão de palavras, por LUIS SUAREZ FERNANDEZ, *Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, pp. 356-57.

---

(1) No ms. *jdus*.

(1) O objectivo da presente embaixada castelhana a Basileia é assim oficialmente expendido noutra carta do mesmo monarca, depois de enumerar os delegados enviados por Castela ao concílio em 1434: — «Cum jtaque, fama referente, in sedibus siue locis, nostri nomine, ambaxiatoribus atque nuncijs et procuratoribus nostris supradictis, in dicto sacro concilio asignatis siue asignandis, honor atque prerrogatiua et preemjnentia nobis solioque regali atque regnis nostris debiti minus plene seruantur, quod, si ita est, permoleste atque egre ferentes et tali et tanto prejudicio nullatenus consentientes, jdcirco citra tamen reuocacionem supradictorum nostrorum ambaxiatorum, nunciorum, oratorum atque procuratorum, confidentes ad plenum de industria, prudencia, fidelitate et legalitate reuerendi patris in Christo dominj Gundissaluj de Sancta Maria, episcopi Placentini, audiencie nostre auditoris nostrique consiliarij, eum ordinamus, creamus, constituimus et deputamus in nostrum solemnem et sufficientem ambaxiatorem, oratorem, nuntium et procuratorem, cuj concedimus et committimus plenam, perfectam et liberam potestatem vt, vice et nomine nostris et solij nostrj regalis regnorumque nostrorum, ad prefatum sacrum concilium, quod Basilee celebratur, vel alias vbilibet forsan contigerit transmutari, accedat et in eodem concilio, loco nostri, jn et circa questione dictarum sedium siue locorum, prefatis nostris ambaxiatoribus ac procuratoribus asignatorum siue asignandorum et id quoquo modo tangentia atque concernentia, plenissime, pro nobis et nostro nomine

Johannes, Dei gratia, etc.

Vniuersis et singulis presentes nostras litteras jnspecturis, salutem in veri salutari.

Notum facimus quod nos, confidentes ad plenum de jndustria, prudencia, fidelitate ac legalitate reuerendi patris in Christo Gundisaluj de Sancta Maria, episcopi Placentinj, auditoris atque consiliarij nostri, et strenuj militis Guterrij de Sandoual, nostri corporis custodis, citra tamen reuocacionem quorumcumque nostrorum ambaxiatorum, nunciorum, oratorum atque procuratorum per nos constitutorum, ipsos et eorum quemlibet in solidum ordinamus, creamus, constitujmus et deputamus in nostros sufficientes procuratores, oratores, actores et negociorum nostrorum jnfrascriptorum gestores ac nuncios speciales et generales, jta tamen quod generalitas ipsa specialitati non deroget nec, e contra, videlicet specialiter et expresse, ad sacrum concilium Basiliense accedendum ibique, vice et nomine nostris regnorumque nostrorum, pro nobis et nomine nostro regnorumque nostrorum, requirendum, exprimendum, petendum, jnpugnandum, jnpediendum, contradicendum, reuocandum, dissenciendum, protestandum, procurandum, dicendum, tractandum, concordandum, consenciendum, decernendum quecunque et qualiacunque et super quibuscunque questioni-

---

solijque nostri ac regnorum nostrorum contradicendum, reuocandum», etc. (AGS., *Estado*, Francia, cód. K-1711, fl. 443).

Na versão oficial, a presente embaixada constituía portanto uma diligência para a solução, a favor de Castela, da questão sobre a prioridade dos assentos no concílio, disputada pelos castelhanos aos ingleses desde 6 de Setembro de 1434 e que apenas ficou resolvida em Maio de 1436 (Cfr. SUAREZ FERNANDEZ, *Obra infracit.*, pp. 115-120 e 347-55). Este autor, que parece não haver reparado no retrotranscrito texto, comenta assim a carta joanina que vimos a anotar: — «En los primeros meses del año 1436 la composición de la embajada castellana ante el Concilio había sufrido un importante cambio: Gonzalo de Santa María, obispo de Plasencia, otro miembro de la famosa familia de conversos burgaleses, y Gutierre de Sandoval, sustituyeron a Luis Alvarez de Paz, que se trasladó a Bolonia. Se dijo que tal modificación, que iba a permitir a Juan II tener agentes en Basilea y en la Corte pontificia al mismo tiempo, era debida a la disputa surgida entre Castilla y Portugal a causa de las Canarias» (*Ibi*, p. 123).

Em verdade, embora a razão oficialmente aduzida pelo rei castelhano como móbil do envio de D. Gonçalo de Santa Maria a Basileia tivesse sido a da questão da prioridade dos lugares no concílio, é bem possível que a verdadeira, posto que reservada, fosse outra, muito mais ponderosa, a do problema das Canárias, o qual D. João II se resolvera, finalmente, a encarar. De facto, no mesmo dia em que nomeara o bispo de Plasência para aquela embaixada, o rei de Castela nomeou também, como embaixador seu a Eugénio IV, para tratar de «alguns árduos negócios» do seu interesse, não minuciados, o jurista Pedro Bocanegra, deão da sé de Cuenca e seu conselheiro (Cfr. o nosso DOC. 96); e, antes de 24 de Maio deste mesmo ano de 1436, se deslocava de Basileia para Bolonha, como embaixador castelhano junto do sumo pontífice, um dos embaixadores permanentes de Castela no concílio, Luís Alvarez de Paz

Copyrighted material

bus, negocijs, factis, gestis siue gerendis, pendentibus et futuris, ceptis et non ceptis, nos, honorem, prerrogatiuam et preemjnenciam soliumque regale nostrum atque regna nostra quomodolibet tangentibus atque concernentibus, prout videbitur dictorum nunciorum et procuratorum nostrorum discrecionibus ac cuiuslibet ipsorum in solidum potius expedire; necnon omniaque alia et singula que, in premissis et circa premissa, neccessaria seu etiam opportuna fuerint, faciendum et exercendum que nos facere, dicere, exercere, requirere, petere, jnpugnare, jnpedire, protestari explereque valeremus, si in propria persona presencialiter jnteressemus, etiam si sint talia que mandatum nostrum exigant magis expressum ac speciale;

Concedentes ac committentes prefatis procuratoribus ac nuncijs nostris ac cujlibet eorum in solidum, in premissis omnibus et eorum singulis et ea eorumque singula directe vel jndirecte tangentibus, plenissimam, perfectam et liberam potestatem, promjttentes, in verbi regij stabilitate, habere grata, rata et firma omnia et singula que, per supradictos procuratores et nuncios nostros et per quemlibet eorum in solidum, acta gestaue

---

(Cfr. na *Obra cit.*, pp. 359-60, a carta do mesmo, datada de Bolonha a 28 de Maio de 1436).

A ele havia de vir a entregar D. Alfonso García de Santa María as suas célebres Alegações contra as pretensões portuguesas ou do infante D. Henrique às Canárias, como das mesmas consta, as quais não podem datar de 1435 mas são posteriores, evidentemente, a Janeiro-Maio de 1436, época em que Luis Alvarez de Paz transitou de embaixador castelhano no concílio para a embaixada do seu país na corte pontifícia, e até às bulas *Romanus pontifex*, de 15 de Setembro do mesmo ano, e *Preclaris tue deuotionis*, de 25 de Maio de 1437 (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 379), nos termos da data que se lê no final da cópia das ditas Alegações do AGS., de Agosto de 1437. Aquele último texto pontifício se deve referir o autor das Alegações, ao dizer, em sua abertura: — «O serenissimo principe rei de Castela e de Leão [...] mandou, por suas cartas, a nós, seus embaixadores (ao concílio) que [...] escrevêssemos a Luis Alvarez de Paz, doutor em leis, seu embaixador na cúria romana, a informá-lo do que nos parecesse conveniente e oportuno para a conservação e defesa do seu direito, a fim de que, informado de tudo o que toca a este negócio, o pudesse alegar, em nome de el-rei, perante o santissimo papa nosso senhor e obter a revogação de uma bula que, segundo se dizia, fora concedida ao senhor rei de Portugal sobre esta conquista» (Na versão portuguesa do Dr. José Saraiva, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 321).

Foi dura e contundente a disputa entre castelhanos e ingleses no concílio, motivada pela questão da precedência de lugares, a qual se arrastou nos anos de 1434 a 1436, e em que intervieram, como protagonistas principais pelo lado de Castela, os embaixadores seguintes: o bispo de Burgos, D. Alfonso García de Santa María, o bispo de Cuenca, D. Alvaro de Ysorna, e o alferes-mor de el-rei, Juán de Silva, como consta, pormenorizadamente, do *Diário* da embaixada portuguesa ao mesmo concílio (Cfr. SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 5, parte 2, provas do liv. 10), preciosa fonte, não aproveitada aliás por LUIS SUAREZ FERNANDEZ, ao aludir àquela ridícula pugna (*Castilla, el cisma y la crisis conciliar*, pp. 115-120).

erunt ac per nos successoresque nostros, perpetujs tenporibus, jnujolabiliter obseruari; mandantes jnsuper omnjbus et singulis, tam prelatis quam nobilibus et alijs quibuscunque, cuiuscunque dignitatis, preemjnentie existant, subditis nostris seu regnorum nostrorum naturalibus procuratoribusque eorum, in prefato concilio existunt uel existent, ut suprascriptis procuratoribus et nuncijs nostris ac cujlibet eorum, in dicendis, nostri ex parte, in premissis et circa premissa, fidem adhibeant jndubiam et, omni fraude postposita, quantum in se fuerit, omnia que per dictos nostros procuratores et nuncios ac quemlibet eorum illis dictum, preceptum jnjunctumue, nostra ex parte, erit, in premissis et circa premissa, exequantur, scituris, si quid secus egerint, nostram jndubie jllos indignacionem jncursuros nosque contra eos et eorum quemlibet, prout ratio dictauerit, legitime processuros. Jn cuius rey testimonjum, has nostras litteras presentes nomine nostro subscripsimus ac, per notarium et secretarium jnfrascriptum subscriptas, sigilloque nostro jnpendenti, ad totius roboris firmitatem, jussimus communirj, in fidem et testimonjum omnium premjssorum.

Datis et actis in opido de Alcala de Henares, Toletane diocesis, vicesima die mensis januarij, anno a natiujtate Dominj millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, presentibus ibidem magnificis nobilibus ac strenujs viris dominjs domino Aluaro de Luna, commjte stabulario Castelle, ac domino Garsia Fernandi Manrrique, comjte de Castañeda, majori chancellario, et domjno Alfonso Roderici Pimentel, comjte de Benauento, ac prudentibus viris Petro Johannis, Didaco Roderici, legum doctoribus, auditoribus ac referendarijs eiusdem illustrissimj domini nostri regis, omnibus consiliarijs, testibus ad premissa vocatis specialiter et rogatis.

96

20 JANEIRO 1436

Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear Pedro Bocanegra, licenciado em leis, deão da sé de Cuenca, abade de Hermides e seu conselheiro, como seu embaixador especial ao papa Eugénio IV, com plenos poderes para tratar de alguns árduos negócios de grande interesse régio e firmar, em nome do monarca, quaisquer instrumentos (1).

AGS., *Estado*, Francia, cód. K-1711, *fl.* 442.

(1) Cfr. a nota ao documento anterior.

Copyrighted material

Johannes, Dei gratia rex Castelle et Legionis, etc.

Omnibus presentes litteras jnspecturis, salutem.

Notum facimus quod nos, anjmo reuoluentes quam laudabile, quam salubre, quam dulce senper extitit in vnitatis amore vinculum caritatis circa omnes christicolas, et precipue erga summum pontificem, Christi vicarium, et eius sedem apostolicam, cui honor, obediencia et reuerencia, jure diujno pariter et humano, ab omnibus orthodoxis debentur efficaciter obseruare, que sue virtutis efficacia omnia ligat cum Christo nec permittit eos quos perfecte semel junxit ab jnuicem separari nec consilium et auxilium sibi mutuo denegare, quin potius eorum omnia facit esse communia, et jnsuper operatur in ipsis idemptitatem voluntatum;

Dirigentesque nostre considerationis aciem ad cultum ipsius summj ac jncommutabilis Dej atque ad honorem dicte sedis apostolice, vestigijs nostrorum gloriose memorie progenjtorum, qui, toto cum animo, pro honore et exaltacione fidej catholice atque prefate sedis apostolice, maxima cum deuotione, sempre jnsudarunt, totaliter jnherentes, confidentes ad plenum de fidelitate, circunspectione, prudentia et diligentia dilecti Petri Bocanegra, in legibus licenciati, ecclesie Conchensis decanj ac abbatis de Hermjdes, consiliarij nostri fidelis, quem jn presentiarum ad sanctissimum ac beatissimum nostrum summum pontificem Eugenium quartum, pro nonnullis ardujs negocijs, que non parum cordi gerimus, duximus destinandum, ipsum, ex certa scientia precedenteque maturo consilio, nostrum procuratorem, tractatorem et nuncium specialem facimus, constitujmus, deputamus et ordjnamus, per presentes;

Dantes et concedentes eidem plenam et liberam potestatem, facultatem, auctoritatem et mandatum speciale faciendj, jneundi, tractandi, firmandj, pro nobis et nomine nostro regnorumque, subditorum et adherencium nostrorum, cum prefato sanctissimo Eugenjo, nostro summo pontifice, amjcicias, confederaciones et ligas, ad perpetuum vel ad tenpus, sub quacunque forma, tenore, ut dicti nuncij et procuratoris nostri discrecionj videbitur potius expedire, tractatusque per eum super hec habitos, amjcicias, pacta, conuenciones, confederationes atque ligas, promissionibus, juramentis, stipulacionibus, obligacionibus siue penis et alijs securitatibus quibuscunque hinc et jnde firmandi, munjendi, vallandi et roborandi atque jurandi in animam nostram;

Quod omnia, per eum, super his tractata et concordata tenebimus et faciemus firmiter, constanter et jrrefragabiliter obseruari simileque juramentum a prefato sanctissimo nostro papa petendi, requirendi et recipiendj ac jnsuper omnia alia et singula gerendi, exercendi et faciendj ac expediendi que in premissis et circa ea fuerint neccessaria seu quomodolibet opportuna, et que faceremus seu facere possemus, si presentes jnteressemus, etiam si talia sint que mandatum exigant speciale, promjttentes, bona fide et in verbo regio, sub obligacione omnium bonorum nostrorum,

pro nobis regnisque subditis et adherentibus nostris, stabile, ratum et firmum habituros quicquid per dictum procuratorem et nuncium nostrum actum, tractatum seu gestum, in premissis et eorum singulis, fuerit ac, per nostras patentes litteras, ad maius robur, quociens opus fuerit et requiremur, confirmare. Jn cuius rey testimonium, has nostras litteras presentes nomine nostro subscripsimus ac, per notarium et secretarium infrascriptum, subscriptas sigilloque nostro jnpendenti, ad tocius roboris firmitatem, jussimus communiri, in fidem et testimonium omnium premissorum.

Datis et actis in opido de Alcala de Henares, Toletane diocesis, vicesima die mensis januarij, anno a natiujtate Domini mjllesimo, quadringentesimo tricesimo sexto, presentibus ibidem magnificis, nobilibus ac strenujs viris dominjs domino Aluaro de Luna, comjte stabulario Castelle, et domino Alfonso Roderici Pimentel, comjte de Benauento, ac prudentibus viris Petro Johannis, Didaco Roderici, legum doctoribus, auditoribus ac referendarijs eiusdem illustrissimj domini nostri regis, omnibus consiliarijs, testibus ad premissa vocatis et specialiter et rogatis.

97

26 JANEIRO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique e juiz dos órfãos em terra de Seia, para juiz e contador na dita terra e em todos seus termos, com normas para exercício do cargo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 87 v., inserta na carta de confirmação afonsina de 25 de Janeiro de 1447.

Dom Eduarte, etc.

A uos, Gonçalo Anes, criado do jfante dom Emrrique, meu jrmãao, jujz dos horfoos em a terra de Sea, saude.

Sabede que nos, por serujço de Deus e de os rresidos dos nosos rregnos auerem de seer tirados pera acabamento dalgũas hobras de nosos rregnos e outras hobras piadossas; confiando da uosa bondade e descriçom e que o saberees bem fazer; teemos por bem e damosvos por jujz e contador em a dicta terra de Sea e todos sseus termos ataa onde scpreuem os tabaliaaes de Sea.

E, per esta carta, mandamos aos scpriuaaes que scpreuem perante uos nos fectos dos orfoos sseja perante uos scpriuam dos rresidoos e aja pera ello nosa carta do dicto ofiçio, mandandouos çitar perante nos os erdeiros e testamenteyros que forom e ssom das pesoas finadas, a rrequerjmento do procurador dos dictos rresydoos que ffor dante uos, per nosa carta que uos de conto e rrequerido sse conpriron os testamentos e uontades dos dictos finados, ao tenpo que deujam, ssegundo uontade dos testadores, no caso en que ha rresidoo. E todo o que per uos for achado que nom foy conprido julgaao todo pera os rresijdoos.

E, per esta carta, mandamos ao tesoureyro dessa que pollos anos for que rreçeba os djnheiros que asy per uos forem julgados pera os dictos rresijdoos e os tenha em si bem goardados pera delles auer de dar rrecadaçom. E todollos fectos que per uos forem finalmente dessenbargados que perteeçam aos rresijdoos e de toda rreçepta e despesa fazee fazer ao scpriuam desse hofiçio hũu ljuro de matricolla, em que ssejam conthiudos todollos fectos dessenbargados e de que pesoas e em que tenpo e en quanta comthia, ssendo cada mes asijnado per uos e per o scpriuam e pello tesoureiro e pello procurador. E este liuro tenha o scpriuam em sseu poder. E qualquer das partes que de uos apellar ou agrauar quiser uos rreçebedelhe sua apellaçom e agrauo, nos casos que o djreito e ordenaçõoes dos nosos rregnos mandam. E (1) todollos ffectos que per uos forem jullgados, hora ssejam por parte dos rresidoos, hora contra o rresidoo, enujaae as apellaçõoes e agrauos perante Lujs Affonso, ouujdor em a nosa corte e jujz per nos das apellaçõoes dos rresidoos, pera o ell ueer e ouujr as partes e dar a cada hũu liuramento, como achar que he djreito.

E, per esta carta, uos damos poder que possaaes costranger todollos tabaliaaes e scpriuaaes dessa terra que dem ao dicto noso procurador todollos testamentos e çedullas e condiçilhos que teuerem, pera per elles demandar o que entender que de djreito perteeçem ao rresidoo; e esses tabaliaaes e scpriuaaes ajam por sseus trabalhos daquelles testamentos e çedullas e condiçilhos em que for achado que a rresidoo dous rreaaes por cada hũu e mais nom; os quaees dous rreaes lhe ssejam dados pello dicto tesoureyro, dos djnheiros que rreçeber dos dictos rresidoos. E o scpriuam o scpreua em seu ljuro, pera lhe serem leuados em despesa. O quall Gonçalo Anes jurou em a nosa chancelaria aos santos euangelhos que bem e djreitamente e como deue obre e usse do dicto ofiçio e goarde a nos nosso serujço e ao poouo sseu djreito. Vnde all nom façades.

Dada em Stremoz, xxbj dias do mes de janeiro. Elrey o mandou per Lujs Afonso, seu uasallo e ouujdor em sua corte e jujz das apellaçõoes dos dictos rresidoos. Rodrigo Annes, scpriuam em logo de Fillipe Afonso,

(1) No ms. *a*.

a fez. Anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° e xxxbj anos.

E, porquanto ao asseellar desta carta, aqui nom era o noso sseello grande, mandamosslla asseellar com o sseello pendente da nosa puridade.

98

27 JANEIRO 1436

Letras Superna dispositione, *do papa Eugénio IV, dirigidas a João Maroquino, presbítero de Valência, a conceder-lhe faculdades: para fundar três oratórios na ilha da Madeira, a fim de lá viver como religioso, com outros, e administrar os sacramentos aos moradores dos oratórios sobreditos; de poderem os membros dessas comunidades religiosas escolher confessor que os absolva de todos os pecados, excepto dos reservados à Santa Sé, e lhes conceda indulgência plenária em artigo de morte; e a declarar os três oratórios isentos da autoridade do Ordinário* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 347, fl. 53 v.

---

(1) Este documento é verdadeiramente estranho: um sacerdote de Valência que com outros desejam montar três casas ou eremitérios na ilha da Madeira, por simples ardor de devoção, da salvação da alma e excluídas todas as ambições ou desejos humanos, para lá viverem vida eremítica como religiosos. O papa Eugénio IV concorda e sujeita-os directamente à Santa Sé, com plena isenção de qualquer autoridade episcopal ou equivalente, em razão da qual cada uma das casas pagaria, anualmente, sete libras de cera à Câmara Apostólica. É possível que assuma o documento feição política, ou seja tentativa de montagem de posto de observação ou mesmo de ocupação religiosa da ilha da Madeira pelo Aragão, a qual veio a ser encarada mais tarde por Castela, relativamente às nossas ilhas adjacentes, por intermédio dos franciscanos das Canárias. Das letras pontifícias reproduzidas no presente volume e relativas ao arquipélago canariense se infere que os requerentes das mesmas sublinharam frequentemente ao sumo pontífice acharem-se as ilhas Canárias mais perto dos reinos de Aragão e de Castela do que dos restantes reinos cristãos; portanto, poder-se-á talvez concluir que também ao reino aragonês interessavam já em 1434 os arquipélagos atlânticos, numa altura em que o infante D. Henrique tratava de povoar e explorar o da Madeira e onde vieram a avitualhar-se depois os barcos que demandavam a costa ocidental africana.

Eugenius, etc.

Dilecto filio Johanni Moroquino, presbytero Valentinensi, salutem, etc.

Superna dispositione, cuius inscrutabili prouidencia ordinacionem suscipiunt vniuersa, ad apostolice dignitatis apicem sublimati, pro singulorum christifidelium, quorum generalis nobis celitus cura commissa est, excitanda (2) deuocione, religionis cuiusuis propagacione et diuini cultus augmento, apostolici curas ministerij diffundimus incessanter.

Sane, pro parte tua nobis nuper exibita peticio continebat quod tu, ob singularis deuocionis ardorem et vt anime tue saluti salubrius consuli possit, mundi sepositis desiderijs, ad remota et salutaria loca te transferre et jbidem, cum quibusdam bone (3) et laudabilis conuersacionis (4) fratribus, in solitudine (5), ad christifidelium edificacionem, sub castimonie norma, exemplarem ac honestam vitam ducere necnon in insula Maderie, de bonis que tibi pijs christifidelium suffragijs obuenire poterunt, nonnulla oratoria cum campanis, campanilibus, ortis, ortalicijs necnon (6) alijs necessarijs officinis, pro vsu et habitacione personarum vitam huiusmodj amplecti affectancium, construere et edifficare siue construi et edificari facere, feruencius corde geris; quare, pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum vt tuis votis supplicibus, in premissis, fauores apostolicos impartiri et alias super hiis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos jtaque, qui singulorum fidelium animarum salutem intensis desiderijs exquirimus, huiusmodj supplicationibus inclinati, tibi, in dicta insula, tria oratoria cum campanis et campanilibus, cimiterio, ortis, ortalicijs et officinis huiusmodj, pro vsu et habitacione premissorum, construendi et edificandj, siue construi et edificari faciendj, absque prestacione primiciarum, decime aut alicuius alterius, occasione fructuum ab eisdem prouenientium, et in illis vnum vel plures sacerdotem seu sacerdotes, qui inibi missas celebrare ac in diuinis deseruire necnon fratrum et personarum predictorum confessiones audire ac eos de omnibus suis peccatis, criminibus, excessibus in singulis, preterquam sedi apostolice reseruatis casibus, absoluere ac salutarem penitenciam iniungere necnon eucaristie et extreme vnctionis et alia sacramenta et sacramentalia ministrare, necnon decedencium fratrum jbidem corpora ecclesiastice sepul-

(2) No ms. *exitanda.*
(3) No ms. *bone.*
(4) No ms. *conuersacionibus.*
(5) No ms. *soNcitudine.*
(6) No ms. *nec.*

ture tradere [possint], licenciam et facultatem [concedimus], quodque confessores ydonei, quos tu, fili (7) Johannes, ac fratres et persone predicti duxeritis eligendos, omnium peccatorum uestrorum, [que] corde contricti et ore confessi fueritis, semel tantum in mortis articulo, plenam remissionem tibi ac fratribus et personis predictis, presentibus et futuris, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostris vel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentibus, auctoritate apostolica concedere valeant (8), sic tamen quod ipsj confessores, de hiis quibus fuerit alteri satisfactio(9) impendenda, eam tibj ac fratribus et personis predictis per te ac illos, si superuixeritis, uel per tuos aut eorum heredes, si tunc forte transieritis, faciendam iniungant (10), quam tu vel illi facere teneamini, ut prefertur.

Et ne, quod absit, propter (11) huiusmodi graciam tu, fili Johannes, ac fratres et persone predicti (12) reddamini procliuiores ad illicita im posterum commictenda, volumus quod, si ex confidencia remissionis huiusmodi tu, fili Johannes, vel fratres et persone predicti aliqua forte commiseritis (13), quoad illam (14) vobis presens concessio nullatenus suffragetur et quod quilibet ex te, fili Johannes, necnon fratribus et personis predictis, qui presentis nostre concessionis effectum consequi delegerit, per vnum annum, a tempore quo presens nostra concessio ad eius noticiam peruenerit computandum, singulis sextis feriis, impedimento legitimo (15) cessante, ieiunet. Quod si predictis feriis, ex precepto ecclesie, regularj obseruancia, iniuncta penitentia, voto vel alias, jeiunare teneatur, vna alia die singularum septimanarum eiusdem anni, quum ad ieiunandum, ut premictitur, non sit astrictus, jeiunet. Et si in dicto anno vel aliqua eius parte esset legitime impeditus, anno sequenti vel alias quamprimum poterit, modo simili supplere huiusmodi jeiunium teneatur; verum si forsan alias prefatum jeiunium, in toto vel in parte (16), quandocunque adimplere commode nequiuerit, eo casu confessor ydoneus, quem ipse ad hoc elegerit, huiusmodi jeiunium in alia pietatis opera commutare valeat,

---

(7) No ms. *filli*.
(8) No ms. *valeat*.
(9) No ms. *satisfacio*.
(10) No ms. *iniungat*.
(11) No ms. *proter*.
(12) No ms. repetida aqui a expressão *propter huiusmodi graciam*, talvez por distracção do copista.
(13) No ms. *commiteretis*.
(14) Depois de *illam*, a palavra *presens*, suprimida.
(15) No ms. *legictimo*.
(16) No ms. *imparte*.

Copyrighted material

que ipse parj modo debeat adimplere, alioquin dicta concessio nullius sit roboris vel momenti.

Quodque tu, fili Johannes, quamdiu in humanis (17), ipsorum oratoriorum, tanquam illorum superior, curam, regimen et gubernationem habeas et habere debeas ac illorum bonorum dispensacionem et administracionem ac, te jn Domino quiescente, residui fratres et persone vnum similiter, qui etiam curam, gubernationem et administrationem huiusmodi habeat, [eligere possint], deuocioni tue, auctoritate apostolica, concedimus per presentes. Et insuper, ut tu ac fratres et persone predicti ab aliorum dominio et oppressionibus(18) securj eo liberius et quietius Altissimo nostra vota dirigere possitis, oratoria prefata, postquam illa constructa et edificata fuerint, cum omnibus et singulis eorum bonis et rebus que, dante Domino, iuste adipiscj poteritis, ac fratres et personas ipsas (19), ad beneplacitum sedis apostolice, ab omnj jurisdictione (20), dominio, superioritate, auctoritate, correctione, cohercione, uisitacione et potestate quorumcunque archiepiscoporum, episcoporum, archidiaconorum et aliorum judicum ordinariorum, necnon ipsorum officialium presencium et futurorum (21), apostolica auctoritate penitus eximimus et totalitter liberamus necnon sub beati Petri et eiusdem sedis protectione suscipimus atque nostra, jta quod archiepiscopi, episcopi, archidiaconi et judices predicti, etiam ratione delicti, contractus aut rei de qua agitur, ubicunque conmittatur delictum, iniatur contractus aut res ipsa consistat, non possint in oratoria, res, bona, te, fratres et personas predicta, utpote prorsus exempta, jurisdictionem (22), dominium, superioritatem, auctoritatem, correctionem, cohercionem, uisitationem et potestatem aliquam exercere.

Omnes quoque et singulos processus necnon excommunicationis, suspensionis et interdicti aliasque ecclesiasticas sententias, censuras et penas, quos contra premissa uel contra aliquos fierj seu promulgarj, necnon totum id et quicquid in contrarium a quoquam, quaius auctoritate, scienter vel ignoranter, fierj vel actemptarj contigerit, nullum subsistere robore firmitatis presentium serie decernimus et eciam declaramus, non obstantibus constitucionibus et ordinacionibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque.

Volumus, autem, quod in signum exempcionis (23) huiusmodi, tu, fili Johannes, necnon illi, quibus cura huiusmodi pro tempore imminebit,

---

(17) Aqui, no ms., *ut*.
(18) No ms. *opressionibus*.
(19) No ms. *fratribus et personis ipsis*.
(20) No ms. *jurisdicione*.
(21) No ms. *futturorum*.
(22) No ms. *jurisditionem*.
(23) No ms. *exempcionibus*,

pro quolibet dictorum oratoriorum septem libras cere camere apostolice, annis singulis, soluere teneamini et eciam debeatis.

Nulli, ergo etc.

Si quis, etc.

Datum, etc., anno incarnacionis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo quinto, sexto kalendas februarii, pontificatus nostrj anno quinto.

99

8 FEVEREIRO 1436

Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Álvares, alcaide do mar em Faro e criado do infante D. Henrique, a plena jurisdição, como a tivera seu pai Rodrigo Álvares até que entrou de almirante o conde de Viana, D. Pedro de Meneses, sem embargo de alvará em contrário.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 120 v., inserto na carta de confirmação da regência de 1 de Junho de 1440.

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos...*, vol. 1, p. 347.

Nos ellrrey fazemos saber a uos, Gonçalo Pirez, corregedor por nos em o rregno do Algarue, e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que este aluara for mostrado, que Rodrigo Aluarez, scudeiro da casa do jfante dom Anrrique, meu jrmãao, nos disse que seu padre fora certos anos alcaide dos homeens do mar em a ujlla de Faarom, por carta delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja; e que esso meesmo el, dicto Rodrigo Aluarez, ouuera ho dicto offiçio per nossa carta e o serujra algũus anos, conheçendo dos fectos dos homeens do mar da dicta vjlla.

E que ora uos, corregedor, leuarees nosso aluara per que lhe embargauees sseu offiçio em algũas cousas, defendendolhe que nom husasse delle, saluo em çertas pessoas, assy como alcaydes e arraizes, em o que diz que lhe era fecto grande agrauo e ssemrrazom, pidjndonos por merçee que mandassemos que compridamente husasse do dicto ofiçio como ante fazia, da qual cousa a nos praz, visto como ho assy tem per nossa carta.

Porem uos mandamos que uos o lleixees husar delle, assy e pella guisa que del husaua o dicto sseu padre e esso medes elle, ataa o tempo que o

conde dom Pedro começou de sseer almyrante, ca asy he nossa merçee. Vnde al nom façades.

Fecto em Estremoz, biij dias de ffeuereiro. Ruj Galuam a ffez. Era de mjl iiij^{c} xxxbj anos.

100

12 FEVEREIRO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar mestre José Arame, judeu, morador em Évora, ourives do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 139 v., inserta na carta de confirmação da regência de 12 de Setembro de 1439.

Dom Edhuarte, etc.

A todolos corregedores, juizes, justiças, almoxarifes e scpriuãaes e arrabijs e ofiçiaes da cidade de Lixboa e a todallas outras nossas justiças, almoxarifes, arrabis, ofiçiaaes e a outras quaaesquer pessoas que esto ouuerem de veer per qualquer guisa que sseja, a que esta carta for mostrada ou trellado della em publica forma fecta per autoridade de justiça, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Josepe Arame, judeu, ouriuez de meu jrmãao o jfante dom Henrrique, por algũus seruiços que lhe fez e entende de ffazer, teemos por bem e priujligiamollo e liberdamollo que nom pague em o nosso seruiço rreal que nos os judeus de nosso ssenhorio pagam, que he quatrro djnheiros aa liura, nem nas perteenças del e sseja delle liure e quite e jsento, nom embargando que nos teemos fecta merçee do dicto seruiço a algũas pessoas de qualquer guisa e condiçom e estado que ssejam. Outrossy do seruiço nouo das trezentas mjll libras que nos pagam os judeus de nosso ssenhorio em cada hũu anno. E que outrossy nom pague em nossos pididos e peitas que a nos pagam os judeus de nosso ssenhorio, nem pague outrosy em todallas peytas, fintas, talhas, enprestidos e em seruiços, nem em outros nẽhũus encarregos, asy dos que em este priujlegio ssom scpritos como outros que o hij nom ssom que nos ou os concelhos e comunas lançem ou tenham lançados per qualquer guisa que seja.

E que outrosy nom pague em nẽhũa ssisa de dinheiro que a comuna dos judeus da cidade de Lixboa ou outra algũa comuna antre asy tem llançado, pera suas despesas nem pera outros nẽhũus encarregos que as

Copyrighted material

dictas comunas antre sy tenham lançados ou lançarem daqui em diante, per qualquer guisa e pera qualquer cousa, nom embargando cartas ou aluaraaes, mandados nem portarias que sobrello tenhamos dados ou dermos ao deante aa dicta comuna da cidade [de] Lixboa, a rrogo do condestabre, ou a outra algũa comuna, a rrogo do dicto conde ou doutra algũa pessoa per que nos mandassemos que nom ffosse dello scusado.

E que outrossy nom pague em todallas ssisas e encarregos que as dictas comunas antre sy teem postos ou poserem daqui em djante sobre carne ou ujnho. E mandamos que possa comer e beuer a dicta carne e vjnho quer a engres ou quer a carne a talho e o ujnho atauernado, ssem pagando dello os dictos encarregos e ssisas. E que outrossy nom sirua per ssy nem per seus beens em nẽhũus encarregos, assy nossos como dos concelhos e comunas, nem em nẽhũas obras que sse fezerem ou ffora della nem em outros nẽhũus encaregos nem seruiços que sseer possam, porque nossa merçee e voontade he de sseer de todo liure, como dicto he, e quite e scusado e jsento e liberdado, nom embargando quaaesquer cartas ou mandados ou deffesas que em contrairo dello ssejam ou posermos ao deante. E posto que algũus rrendeiros arrendem de nos ou doutro por nos ou doutras algũas pessoas a que nos tenhamos fecta mercee das dictas cousas, com condiçom que o dicto Josepe Arame pague nos dictos seruiços e rrendas e encarregos dos concelhos e comunas, mandamos que, ssem enbargo da dicta condiçom, elle sseja todauja liure e quite e scusado e rreleuado das dictas cousas e cada hũa dellas. E mandamos aos que ouuerem de arrendar as dictas cousas que as arrendem com condiçom que elle seja liure delo, scusado e rreleuado e jsento; e, posto que a ele asy arr ... hũu tam ousado de qualquer condiçom ... nem lhe tomem seu pam, vinho ... contra ssua voontade, posto que nos ... e defendemos ao nosso pousentador moor ... que em nẽhũus dos dictos lugares ... pera em ellas pousar nẽhũua pessoa, nem pera em ellas fazerem outra nẽhũa cousa. E ... almoxarifes, juizes, justiças, arrabis, ofiçiaaes, pessoas e cada hũa dellas que esto ouuerem de veer... e mandem comprir e guardar em todo, bem e compridamente, nom embargando que hordenassemos que todolos priujllegios fossem quebrados, porque nosa merçee e voontade he de sse nom entender em o dicto Josepe Arame, pello do dicto jfante dom Henrrique, meu jrmãao, que nollo por elle pidio.

Mais, ante nos praz e queremos e mandamos que lhe seja este priuelegio comprido e guardado em todo, como dicto he. E mandamos que qualquer que contra este priujllegio for em parte ou em todo que pague a nos os nossos encoutos de sseis mjl soldos. E mandamos aos nossos almoxarifes que os rrecadem pera nos e constrangam pera ello as pessoas que contra este priujlegio forem, ssob pena de os pagarem em dobro, de ssuas casas. E mandamos aos scpriuãaes que os scpreuam em rrecepta sobre esses almoxarifes.

Copyrighted material

Outrosy mandamos aas nosas justiças que nom consentam que lhe vãao contra este priujllegio em nẽhũa guisa, ssem embargo de qualquer hordenaçom que tenhamos fecta ou fezermos ao deante. E mandamos a qualquer tabeliam dos nossos rregnos que o enprazem, per pessoa, aquel ou aquelles que [contra] este priujllegio forem e o nom qujserem guardar, que per pessoa pareçam em nossa corte, honde quer que nos formos, perante o nosso corregedor, pera dizerem por que o nom querem comprir. E que, do dia que forem enprazados a quinze dias primeiros segujntes, pareçam, pera lhe nos darmos scarmento, como aquelles que passam mandado de sseu rrey e ssenhor. E se lhe ja por cada hũa destas cousas suso scpritas ssom tomados algũus beens ou penhores, fazeelhos logo entregar, ssem outra nẽhũa contenda. Vnde al nom façades.

Dada em Estremoz, xij dias de feuereiro. Elrrey ho mandou. Ruy Vaaz a ffez. Anno de mjl iiij^{c} xxxbj annos.

101

1436

Resposta do infante D. Henrique a pergunta que lhe formulara seu irmão e rei D. Duarte sobre se era coisa justa, direita e razoável fazer guerra aos mouros de África em as partes de Benamarim (Marrocos) ou se era melhor o monarca folgar e reger as suas terras e reinos e evitar-lhes assim os males derivados da guerra (1).

ANTT., *Livraria*, cód. 1928, fl. 126 v., — texto que se reproduz, por ser o mais antigo conhecido; BNL., *Fundo Geral*, cód. 3390, fl. 110, e cód. 4446, fl. 57; e *Colecção Pombalina*, cód. 147, fl. 182, em cópias do século XVIII.

Publicada: por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 360 e ss.; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, pp. 85-86.

Muy alto e muy honrrado, exçelente rrey e ssenhor.

Vosso jrmão e serujdor, o jfante dom Anrrique, gouernador da ordem de Noso Senhor Jhesu Christo, duque de Ujseu e senhor de Couilhã e pro-

(1) Datado de Estremoz, em 1436, sem indicação de dia e mês, é possível que haja o documento precedido o que se lhe segue no presente volume, também dali datado; pois nesta ocasião o infante e o monarca ali se encontravam.

Copyrighted material

tector dos Estudos de Portugal (2), com humildosa reuerença, respondo ao conselho que me perguntastes: se era cousa justa, direita e razoada de fazerdes guerra aos mouros da terra dAfrica, em as partes de Belamarym, ou sera melhor de folgardes e regerdes uosas terras e reynos e de a escusardes dos males que se de guerra seguem.

Por compeço deste conselho, he de saber que as fyns desta vida som postas em saluar alma e honrra da pesoa, nome, lynhagem, naçom e em alegrar o corpo e, a derradeira, em auer gança temporal.

A prymeira, de saluar alma, he pera fym finda, porque he conjunta a Deus, que he jnfindo, e portanto se diz dos que em ela som, em memoria eternal (3) som os justos, e he melhor fym que todas e mayor.

A segunda he donrra da pesoa, nome, lynhajem, naçom; e, porquanto esta fym he de erança, que fica de lynhajem em lynhajem, he fundada no ser do mundo; e, porque se spera ele muyto durar, portanto esta fym he muyto prezada, por ser por seu nome, por sua lynhajem e por sua naçom. E dizia Noso Senhor Deus destes: se honrrardes o padre e madre vyuireis longamente sobre a terra. Honrra[r] o padre e madre, direitamente falando, he quando o homem faz taes obras e feitos per que seu padre e lynhajem e naçom som honrrados, viujrão longamente sobre a terra, porque o seu nome fica ates a fym da terra.

A terceira, de se alegrar, he muyto pequena fym, porque cada dia se perde; qa, çerto he que comer, beber, dormyr, cantar, vyr, ver, ouuyr, companhia de molheres, casar, motejar, falar e asy todas outras cousas trazem cansaço e perdymento dela e a velhiçe e dor bem lhas gastão e a morte acaba. E dizia Noso Senhor Deus, por esta, que he asy como o lyrio, que a sua frol he fermosa, mais que logo desfaleçe; porem diz o apostolo que a tenhamos asy como se a nom tyuesemos, que asy husemos dela.

A quarta, que he de ganço temporal, esto non se deue çhamar fym, mais hase e trautasse pera as outras ou pera despender por Deus ou por a honrra sua ou da sua lynhajem, ou por despender em prazer. E os que querem delo fazer fym, dizia Noso Senhor por eles que mais jmposiuel cousa seria de hirem ao paraiso que o camelo caber per o fundo dhũa agulha. E o cuydado do ganço logo deue ser conjunto aa outra fym. E, se a fym he boa, bom he o ganço; e, se bem he auydo, he; e, se ma fym requerem, mao he o ganço, empero que bem aujdo seja, a saber: hũ homem pedio hũa esmola pera ajuntar dinheiro pera empeçer a seu jmigo; por

---

(2) Ou seja da Universidade. Sobre o assunto podem ver-se: MARIO BRANDÃO e MANUEL LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*, pp. 122 e ss. e a bibliografia ali citada.

(3) No ms. *aeternal*, forma alatinada, a denunciar, porventura, mão de clérigo, suspeitável aliás em texto assim repleto de citações escriturísticas.

ma ser a fym, todo a ela conjunto, pera o ajudar a cumpryr sem justiça, he mao; e asy nom deue ser auydo por fym. Asy, senhor, bem se mostra que a fym nossa e de todo bom deue ser em fazer serujço a Deus e em honrra, que estas são fyns direitas. E o fym do prazer que vseis nela, como se nela non tyueseis coração, e do auer que vseis dela pera as outras fijns, mais nom por ela, pois nom he fym.

E da guerra dos mouros ser serujço de Deus nom ha que duujdar; pois a jgreja o detrimyna e per os grandes milagres e por as coronjcas he autorizado e todolos bons çertamente lho crem; e porem o bem nom he esforço com as muytas razões que tem, pois que a fe e pratica abasta. E de ser honrra nom quero escreuer, porque esta he a mayor honrra que ha neste mundo; e, em respeito desta, as outras sam qasy nom aujdas por honrra. E, de ser prazer, entendo que de todos he mayor; que os outros asynha tem fym e este dura pera sempre neste mundo e no outro. E testemunha sera desto os que bem na guerra dos mouros tem feito. E uos, meu bom senhor, testemunhae se tendes prazer dos que passarão, em que uos mais alegraes que no daquelle dia em que fostes na tomada de Çepta (4). E pensae, por merçe, por quanto o venderieis e uede se tendes mereçymento per ele auerdes prazer na outra vida; e, pois direito christão soes, creo que sy. E porem diz a Jgreja: alegres vão os bons aos perigos, antre os reis e prinçipes nom tristes com grande medo, mais alegres; porem, mandou o muy alto e muy honrrado, sempre vençedor elrey, uoso e meu senhor e padre, que tyrassemos o do que trazyamos pola muyto exçelente raynha nossa madre, quando fomos a Çepta, dizendo que a guerra nom se queria tryste, mais alegre e de prazer (5).

E, pois da guerra dos mouros se consegue seruiço de Deus e honrra e prazer, meu conselho he que uos obres nela quanto bem poderdes, per uos ou per outrem; e, se nom poderdes de nehũ cabo, que obres per outra parte, asy que uoso cuydado e obra seja nelo, e o que tendes e ouuerdes seja pera estas fijns e o que cuydardes dauer seja pera elo e seruosha contado em justiça. E, pera conseguyrdes esta guerra, uos cumpre, primeiramente, auer grande uontade de seruyr a Deus, e, a segunda, desejo de muita honrra direita: *gratia uolenti*, etc. E, tendo nesto bem fyrme uontade, alegraruoseys em todo o que nelo obrardes e cuydardes. A este seruiço de Deus e honrra nom podeys uyr sem preço de periguo e trabalho e despesa, segundo as esperiençias e exemplos e escrituras mostraom.

Christo, Noso Senhor, periguo e trabalho asaz pasou e toda riqueza leixou, nom tendo onde poer a cabeça. Abel ueo a Abraham. Jsac, Jacob,

---

(4) Em 21 de Agosto de 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, cap. 86).

(5) Alusão ao dó ou luto que el-rei D. João I mandou cessar, pelo falecimento de sua esposa, ao partir a armada para Ceuta (Cfr. a *Crónica cit.*, cap. 49).

Mouses, Dauid e outros bons da ley uelha, euangelistas, apostolos, martires, bem se per eles mostra confesores em desempararem todo per Jesus, vigilias e penas de pendença; e as uirgens e santas, per o sobrescrito e per abstinençia, e os jnoçentes e em fym todos per a pena [de] morte encalção a fym de Deus e da honrra, qa em fym he todo louuor. Os grandes jnperadores e reis e grandes senhores, dos quaes grande conto he dos nosos anteçesores e de quem uos desçendes, per perigos e trabalhos e despesas, gançarom e merçarom o seruiço de Deus e as grandes honrras, do qual he bom exemplo ao noso uirtuoso padre. E os que deste conto nom som, dizem as coronjcas deles, nom fezerom cousa que de contar seja em a escriptura santa, nom som escritos no liuro da ujda. Porem, dizia Noso Senhor: nom sejais soliçitos, dizendo que comereis e bebereis e uestireis, porque as gentes que som nomeadas os gentios, que nom ham ley, o buscão; mais mandou que buscassem periguo, trabalho, despesa, dizendo: como eu faço, asy o fazee, ca eu nom vym meter paz, mas cuytelo.

E, porque periguo e trabalho e despesa sam contra a vida folgadia, desejada per as gentes neste mundo, e a cousa muyto desejada muyto he reçeada de perder; porem, compre outra cousa, pera bem delo, a qual he nom temer periguo, trabalho nem despesa; e esto razoadamente. E, sabendo Noso Senhor Deus que esto nos era muyto compridoiro, per muytas uezes, asy na ley uelha como noua, dise aos seus amiguos: nom temaes. Bem he que os bons nom reçeem os perigos direitos; qua, por muyto reçeo que aja, a morte nom se scusa e o trabalho, pois pera ele som nados, e a despesa, pois todo ham de leixar. E de uontade de seruyr a Deus e desejo donrra e de non temer se consegue detremjnaçom de executar e a execução Deus Noso Senhor sera sua ajuda. E porem, senhor, pois tendes esperança dajuda de Deus, non aues que temer.

E asy concludo que a guerra he justa, pois serujço de Deus he, e direita, pois de uosa conquista he e por uosa honrra, e razoada me pareçe. Visto o grande desuayro daquela terra, que toda he partida em senhorios, como non he ouuydo que tal fose, uos podees esforçar no dito de Noso Senhor que todo reyno partido sera destruydo. E, como som sem armas e de poucas fortalezas e, demais, por seus sabedores, tem que ham de ser conquistados de senhor desta terra, que lhe britara muyto os corações, e mais a esperança dajuda de Noso Senhor Deus, que he tam forte e tamanha, que toda força pera ela he pequena. E porem com esforço a deues compeçar e proseguyr. E, de folgardes e regerdes uosa terra e a tyrardes de trabalho da guerra, todo esto ey por bem que folgueys em bem obrar, segundo em çima escreuy, e regerdes bem uosa terra a elo sois theudo, per uos ou per outrem, e de a tyrardes do trabalho da guerra que seja dos christãos e que a façais valer ante Deus e no mundo, pera a guerra dos jnfies.

Em Estremoz, era de 1436 anos.

Copyrighted material

102

7 MARÇO 1436

Alvará e primeiro testamento do infante D. Henrique, a perfilhar o sobrinho e afilhado o infante D. Fernando, por não ter filho nem esperar havê-lo e para que, por sua morte, ele lhe cure dos criados e de lhe sufragar a alma, e a doar-lhe todos os bens móveis e de raiz que então haja, excepto o terço de alma; pelo que roga a el-rei confirme a presente doação nas terras que tem da coroa do reino, como se D. Fernando fora seu filho próprio e legítimo (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v., — texto que se reproduz; *ibi*, liv. 12, fl: 12; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fls. 156 e 183, sempre inserto na carta afonsina de confirmação de 23 de Novembro de 1451.

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 125; e por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 112 e ss.

---

(1) O presente documento constitui o primeiro testamento, sumário e urgente, do infante D. Henrique, redigido pelo próprio e sem as formalidades habituais então usadas bem como sem as legais prescritas pelas Ordenações, supridas estas, ao que parece, pela confirmação régia autógrafa, dada no mesmo dia, a qual se lhe seguia no pergaminho original, como declara a carta afonsina de confirmação de 23 de Novembro de 1451 (Publicada no infracitado estudo de DIAS DINIS, pp. 442-43). Ainda em vida de el-rei D. João I diligenciara o Navegador retomar a campanha de Marrocos (Cfr. os DOCS. 21, 23, 24 e 26 do nosso vol. 4). Após a morte daquele, não cessou D. Henrique de instar com o irmão e monarca para que lhe permitisse fazê-lo (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, caps. 10 a 13). Pretendeu D. Duarte derivar aquela empresa para Granada, em Maio de 1434, porém sem êxito (Cfr. o DOC. 15 do presente volume). Parece que era sobretudo a rainha D. Leonor quem se opunha ao programa henriquino, com receio de ter de seguir também o marido para Marrocos e de que ele por lá falecesse; pois ainda em 31 de Janeiro de 1437 D. Leonor, referindo-se à armada para Tânger, dizia textualmente ao bispo de Lérida: — ...«que el señor rrey no aya de acudir personalmente, que este es el mayor cuydado que al presente yo tengo» (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 2, p. 83). O mesmo se infere da narrativa de PINA; de sorte que D. Henrique agiu sobretudo no ânimo da rainha, para obter a sua anuência: — «O qual, por a mais obrigar e inclinar neste caso a seu desejo — sublinha o cronista —, fez com ho jfante dom Fernando que ambos adoptassem, como adoptarom, por filho, ho jfante dom Fernando, filho segundo delrrey e da rraynha, que despois de suas mortes, por virtude da dicta adopçom, socedeo e herdou toda sua herança dambos. E do jfante dom Fernando nom ouue mais que Saluaterra do Campo de Santarem, que era sua de juro» (*Crónica supracitada*, cap. 13, segundo o códice iluminado 359 do ANTT).

Se aos bens e rendimentos da carta patrimonial do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1) adicionarmos os que ele adquiriu de 1411 a 1436, especialmente através dos seus monopólios e empresas comerciais e industriais, e os muitos que era de prever viesse a juntar até à morte, havemos de convir que semelhante doação

Eu, o jfante dom Anrrique, gouernador da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Visseu, senhor de Coujlhãa, faço saber a quamtos este meu aluara virem que, esguardamdo como o desejo de todolos homeens he de ssua vida sseer per longos dias; e, porque a hordenança que Deus deu aa jeraçom humanall o nom consente, amte em poucos e breves dias acaba o homem a vida deste mundo; e, por rremediar esto, os homens desejam auer jeeraçom, per que o sseu nome fique na terra, pois per vyda a nom pode pesuyr, e pera soprirem os sseus encarregos, quamdo sse deste mundo partem, asi em gassalhar sseus criados como em proueer ao bem de ssua alma;

E, porquamto eu nom tijnha filho nhũu nem esperaua dauer, por rresorgir mjnha jeeraçom; tomo por meu filho e herdeiro o jfamte dom Fernamdo, meu sobrinho e afilhado. E peço a elrrej, meu ssenhor, que lhe confirme esta mjnha perfilhaçom e que a acepte por ell, pois he sseu filho e meor de hidade. E prazme que esto lhe sseja firme em todos meus beens, rraizes e mouees, rreguardamdo o terço da mjnha alma (2). E peço por

---

constituía argumento muito forte e decisivo no ânimo dos pais do infante D. Fernando. Por isso, D. Duarte, no mesmo dia e no próprio pergaminho henriquino, dispensando todas as formalidades curiais e a própria Lei Mental, por seu punho confirmou aquele testamento de D. Henrique, feito a seu filho, nomeadamente nos bens da coroa havidos vitaliciamente pelo Navegador, assim transformados em bens de juro e herdade ou hereditários. (Cfr. o doc. seguinte). Dissemos acima constituir o presente documento testamento sumário e urgente, por isso destituído das formalidades habituais e legais. Cremos derivar a urgência do facto de haver partido para o concílio de Basileia a embaixada portuguesa, nomeada por el-rei em 18 de Novembro do ano anterior (Cfr. o nosso DOC. 88), a qual havia de se encontrar em Bolonha com o papa Eugénio IV, como encontrou em Julho (Cfr. o Diário respectivo em SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 5, parte 2, provas do liv. 10, n.º 6), e ia solicitar a respectiva bula de cruzada, como solicitou e obteve, a *Rex regum*, dada em Bolonha a 8 de Setembro de 1436 (O nosso DOC. 133).

Parece não restar dúvida de que foi o presente alvará ou testamento henriquino o argumento decisivo para que el-rei D. Duarte anuísse ao programa do irmão; pois logo vemos o monarca a convocar as cortes de Évora, naquele mesmo Março, a fim de obter do país os recursos para a dita campanha marroquina e a dar ordens e instruções, ainda de Estremoz, onde o referido testamento fora lavrado e aprovado, ao provedor dos rendimentos régios Bartolomeu Gomes para a recolha do pedido e meio, destinado à projectada expedição de Marrocos (Cfr. os nossos DOCS. 112 a 114). Em 1460, pouco antes de sua morte, foi o infante D. Henrique obrigado a redigir novo testamento (Publicado na íntegra, estudado e anotado por DIAS DINIS, *Obra e vol. supracitados*, pp. 114 a 211), pelo sobrinho e rei D. Afonso V, constituindo-o seu herdeiro universal dos bens que havia da coroa vitaliciamente; porém, o infante D. Fernando conseguiu impor-se ao irmão e fazer executar integralmente o presente testamento do Navegador (Cfr. DIAS DINIS, *Reflexos políticos do Segundo Testamento henriquino*, na obra e vol. cits., pp. 213 a 267).

(2) Ao referirem-se aos Testamentos, dispunham as *Ordenações Afonsinas*: — «Segundo custume destes rregnos, o padre ou madre podem tomar a terça de

merçee a elrrej meu asenhor que elle aja por firme esta doaçom em as terras que tenho da coroa do rregnno, asy como sse fosse meu filho lidimo propio (3). E, por certidom desto, lhe dej este aluara, fecto e asijnado per mjnha mão.

Fecto em Estremoz, bij dias de março, na era de mjll e iiij^{c} xxxbj annos.

103

7 MARÇO 1436

Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar o documento anterior.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118 v., texto que se reproduz; *ibi*, liv. 12, fl. 12. Na chancelaria régia o presente alvará figura como se fora continuação do citado alvará henriquino confirmado; e, por isso, não foi redigido nos moldes habituais e, na data, reporta-se à do alvará do Navegador. De facto, segundo se declara na carta de confirmação de el-rei D. Afonso V de 23 de Novembro de 1451, no original, via-se o de D. Duarte lançado em seguida ao do infante D. Henrique: *e mais em fundo do dicto alvara era escprito outro do muy alto e muy eçelente principe de gloriosa memoria elrrej meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, feyto e asijnado per elle.*

Publicado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos...*, Suplemento ao vol. 1, p. 125, e por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 113.

Nos, elrrej, de nosso conprido poder, confirmamos, outorgamos e aprouamos este aluara e todallas coussas em elle conthudas, per o jfamte dom Anrrique, meu mujto prezado e amado jrmãao a meu filho o jfamte dom Fernando outorgadas, asi perfectamente como sse per djreito mjlhor pode e deue fazer, em cuja firmeza e rrenebrança, de mjnha mãao fezemos e asijnamos este escprito.

Fecto e asjnado per nos no dicto lugar, dia e mes e era.

---

seus bens e a destribuir e fazer em ella seu herdeiro quem por bem teuerem; e as duas partes som dos filhos, per bem do dito custume, dado que os filhos sejam muitos quer poucos» (Liv. 4, tit. 97, n.º 1). Neste seu primeiro testamento o infante D. Henrique reservou essa terça para bens de alma ou seja para sufrágio dela, aliás não descriminadamente. A este propósito pode ver-se PAULO MERÊA, *Sobre as origens da Terça*, Porto, 1940.

(3) A teor da Lei Mental (Cfr. os nossos DOCS. 4 e 24).

104

MARÇO 1436

El-rei D. Duarte e o infante D. Henrique orçam em 14.000 homens o efectivo necessário à projectada campanha de África; mas, apurado pelo monarca com seus oficiais não poder a fazenda régia cobrir toda aquela despesa, resolve D. Duarte recorrer ao país, para o suprimento preciso, e convoca cortes para Évora, onde lhe é outorgado «pedido e meio», logo recolhido, porém não sem reclamações.

RUY DE PINA, *Crónica delRey dom Duarte*, cap. 14, — segundo o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT., fl. 15 v.

Com a liçença que o jfante teue delrrey pera passar foy muy alegre; ca, despois que foy no primeiro desçerco de Cepta, em que ho jfante dom Ioham, seu jrmãao, foy com elle, sempre seu coraçom foy guerreado do deseio de tornar em Africa. E ajnda por este proposito, que elle atou em sualma com firmes noos de muyta fe, afirmou que mudaria seu custumado sinal em tres leteras que deziam J. d. a., porque, per partes, signjficassem seu nome, a saber Jfante dom Anrrique; e todas juntas declarassem a Jda em Africa, que sempre deseiaua.

E pera a poer loguo em efecto, despois de sobrisso aver com elrrey muyta pratica, acordarom que passasse com quatorze mil homens, a saber tres mjl e quinhentos homeens darmas e qujnhentos beesteiros de caualo e dous mjl e qujnhentos beesteiros de pee e sete mjl piãaes e quinhentos serujçaaes. Aos quaaes nom se acordaua daar mais que o soo mantijmento, ao que foy contrariado, per a comparaçom da tomada de Cepta, em que as gentes ouuerom soldo e mantijmento; e, aalem disto, as pessoas principaaes, segundo a gente que leuauom, asy ouueram mais suas avantageens em djnheiro. E, finalmente, se tomou assento que se desse soldo e mantimento e mais graças aos capitãaes, por rrespecto da gente que leuassem.

E, pera esto, orçando elrrey e seus officiaaes as despesas que seriam neçessarias, achou muyto aaquem dellas sua fazenda, pera soprimento do qual acordou socorrerse a seus pouoos, os quaaes, per seus procuradores, forom per seu mandado juntos pera cortes em Euora, aos qujnze dias do mes dabril (1), onde, na oraçom publica que o doctor Ruy Fernandez, em

(1) Aliás no mês de Março (Cfr. a nota 1 ao documento seguinte).

nome delrrey, prepos, em sustancia concludio: que asy como muytos rregnos e potencias, por continoa guerra, assy outros por longa paz se perderom; pollo qual elrrey, por serujço de Deus, honrra e acreçentamento mayor seu e de seus rregnos e por se nelles nom perder ho proueytoso exerçiçio das armas e tambem por comprir mandado e obediencia delrrey seu senhor, que na fim de seus dias lho muyto encomendara, e asi por honestamente se escusar a algũus princepes, a que tijnha obrigaçom, e lhes nom dar ajudas pera christãaos, pera que era requerido; tijnha, com a ajuda de Deus, determjnado emviar em Africa os jfantes seus jrmãaos. E, porque sua fazenda, por entam, nom podia tamanho gasto soprir, lhes rogaua e emcomendaua que ho quisessem ajudar pera ysso com djnheiro, pera que trouxe autorizados exempros de rrex e princepes antijgos que, pera conqujstas nom de tamanho mereçimento e obligaçom, forom de seus pouoos com suas rriquezas grandemente ajudados.

E, despois de os procuradores sobrisso averem seu conselho, lhe outorgarom, pera esta passagem, hũu pedido e meo, que loguo foy lançado e tirado, nam sem grande murmuraçom e descontentamento do pouoo, cujas vozes e lamentações, per interpostas pessoas, que folgauam nom com boa tençam de ho publicar, feriam [a] alma delrrey com muyta tristeza. E çertamente, nas primeiras escusas que de sua bondade e prudencia naçiam, bem pareçe que lhe jnspiraua Deus na vontade que rreuogasse e nom conçedesse a hida. Porque, pera veer que ha nom avia entom por seu serujço, bem lhe mostrou claros synaaes: porque, aallem do desaazo que em todalas cousas pera ysso avia, ainda no primeiro conselho que em Almeirim teue, em que publicamente declarou o que secretamente tijnha determjnado, em fallando no jfante dom Fernando, que hya e era presente, loguo *ex improujso*, como quer que era jnverno, lhe arrebentou muyto sangue dos narizes e assy a Diego Lopez de Sousa, que tambem era presente, o que foy pronostico e agoyro verdadeiro do sacrificio de seu corpo e sangue de muytos que no fecto se seguyo, como adiante se dira.

105

5 ABRIL 1436

Carta de el-rei D. Duarte com o teor e resposta dos 27 capítulos especiais de Santarém apresentados às cortes de Évora do mês anterior, nos quais, entre outras coisas, o concelho reclamou contra o facto de o monarca haver tirado do termo de Santarém e dado a Salvaterra de Magos o Campo de Sacarabotão e Albufeira, ao

doá-las ao infante D. Fernando, e lhe significou também o desejo de que ele concluisse a já longa demanda do concelho com o infante D. Henrique, sobre os termos (1).

ANTT., *Suplemento de Cortes,* maço 2, n.º 1, original em pergaminho, donde se extratam os dois presentes capítulos; *Chancelaria de D. Duarte,* liv. 1, fl. 146 v.; *Cortes,* maço 1, n.º 33, em cópia do século XVIII.

Os 27 capítulos especiais de Santarém em referência foram publicados na íntegra por FLORES GONÇALVES, *Capítulos especiais* cit., nos termos que dissemos em a nota 1.

Dom Eduarte, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que hora fezemos em a nossa çidade dEuora, nos forom dados hũus capitollos espeçiaaes da nossa villa de Sanctarem, aos quaees, ao pee de cada hũu, lhe demos nossa rreposta. E os precuradores da dicta uilla nos pediram que lhe mandassemos assy dello dar nossa carta. E nos, visto seu rrequerimento e, querendo fazer graça e merçee ao conçelho e homeens boos da dicta ujlla, teemos por bem e mandamoslha dar. A qual he esta que sse segue.

. . . . . .

(1) As cortes de Évora de 1436, cuja finalidade principal consistiu na concessão pelo país a el-rei D. Duarte do «pedido e meio» para a campanha de África, ou seja para a de Tânger, tiveram lugar não em 15 de Abril, como erradamente se lê em RUI DE PINA (*Crónica de el-rei D. Duarte,* cap. 14), mas, como já notou JOAO PEDRO RIBEIRO, em Março do mesmo ano (*Memoria sobre as Fontes do Codigo Philippino,* p. 73) e, ùltimamente, foi sublinhado e reforçado por MARIA ANTONIETA FLORES GONÇALVES, com base no DOC. 112 do presente volume, nas datas de alguns dos capítulos especiais concelhios apresentados e respondidos nas referidas cortes e transcritos em cartas régias datadas de 5, 8, 11, 12 e 14 de Abril de 1436 e na data da estadia de D. Duarte em Évora, que foi de 22 a 30 de Março de 1436, depois de haver passado em Estremoz os dias 3 a 21 de Março e onde voltou a residir de 2 a 30 de Abril. (*Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436,* pp. 6 e 8). Das ditas cortes conservam-se pelo menos os capítulos especiais relativos às terras seguintes: Beja, Braga, Coimbra, Elvas, Évora, Guarda, Guimarães, Lamego, Lisboa, Montemor o Novo, Portalegre, Porto, Silves, Trancoso, Vila Real e Viseu. Originais, os de Coimbra (No ACMC., *Pergaminhos da Câmara,* doc. 63), e Santarém (ANTT., *Suplemento de Cortes,* maço 2, n.º 1); os restantes em cópia coeva (Na *Chancelaria de D. Duarte,* liv. 1, fls. 146 v., 182 v., 184 v., 185, 208, 214, 216, 217 r. e v., 218 r. e v., 219 v. e 221 r. e v.). A supracitada autora não teve conhecimento do presente original; e, por isso, editou na íntegra os capítulos especiais de Santarém, mas com base na terceira fonte que aduzimos, com anotação das variantes da chancelaria eduardina, a que após algumas notas, sobretudo à guisa de glossário.

Jtem, ao que dizees que fezemos mercee ao jfante dom Fernamdo do Campo de Çecarabotom com Albofeira e que em esto ho conçelho rreçebe grande agrauo, em nos tirarmos ho termo e jurdiçom a Santarem, que he nossa e da coroa do rejgno, e a darmos por termo a Saluaterra, e que em esto fezesemos conçjençia que, posto que o jfante dom Fernando seja meu jrmãao, como he, nom deuemos de tomar ho termo a Santarem, que he nosso, e o darmos por termo a Saluaterra; que, sse nossa merçee he de o darmos ao jfante, que o nom demos por termo a Saluaterra (2).

Aos onze capitollos, que he ssobre ho Campo de Çecarabotam, uos rrespondemos que fazemos como fez elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aia, que tirou a Cojnbra Cernache e Tentugall e outros lugares (3); e porem que nossa teençom he fazer a essa ujlla e aos moradores della todallas cousas de bem e merçees que podermos e nam agrauamentos.

Jtem, ao que dizes que hũa demanda he antre ho jfante dom Henrrique e esse conçelho, ssobre os termos, e que fose nosa merçee de o desenbargarmos com djreyto e nam seer tanto perlonguada, como he (4).

Aos doze capitollos, que he sobre a dicta demanda, uos rrespondemos que nos praz de desenbargarmos esto de muj booa uontade, com guarda e djreyto do conçelho; e porem, tanto que a Deus prazendo que la formos, nollo rrequeiram e logo sera liure, porque entendemos que alla sera mjlhor tempo pera o desenbargar, com rreguardo de uosoutros, do que ora aqui teemos.

. . . . . .

Dada em Estremoz, b dias dabrill. Joham Uaaz a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} xxxbj anos.

---

(2) Sobre o assunto veja-se a nota 3 ao nosso DOC. 31. Na descrição do termo de Santarém de 1527, lê-se: — «Pera a parte de Salvaterra tem tres legoas de termo, ate a barqa dAscouroupym» (Cfr. *Arquivo histórico português*, vol. 6, p. 263).

(3) Reporta-se aqui o monarca a caso idêntico ou seja aos termos da doação, por el-rei D. João I, ao infante D. Pedro; de Cernache, Condeixa, Pereira e Tentúgal (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 193 v., e liv. 4, fl. 12 v.).

(4) Não se diz concretamente onde era a queixa do concelho scalabitano contra o infante D. Henrique, relativa a termos de propriedade ou propriedades; mas, tendo a Ordem de Cristo bens bastantes naquela zona, nomeadamente as comendas de Casével, Pinheiro Grande, Salvaterra, Cardiga e Almourol, e ainda em torno de Vila Franca (Cfr. os DOCS. 73 e 74 do nosso vol. 1, DOCS. 3 e 127 do vol. 3, e DOCS. 5 e 84 do vol. 4), não admira que surgissem, por vezes, conflitos jurisdicionais e de termos ou limites de propriedades, fosse com o concelho ou Câmara de Santarém, fosse com outros concelhos e com o próprio monarca (Cfr. o DOC. 63 do presente volume).

106

11 ABRIL 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a legitimar Duarte Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, filho de Vasco Anes, clérigo de missa, abade de Figueiredo, e de Domingas Gonçalves, solteira.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 213, texto que se reproduz; em leitura nova, *Legitimações*, liv. 2, fl. 248. Em ambas as fontes apenas por ementa.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 496, n.º 815.

Carta de legitimaçam de Duarte Uaasquez, scudeiro do jffante dom Anrrique, filho de Vasco Anes, creligo de mjsa, abade de Figueiredo, e de Domjngas Gonçalluez, molher solteira ao tenpo da naçença do dicto Duarte Uaasquez, etc.

Em Stremoz, xj dias dabril de mjl iiij^{c} xxxbj.

107

12 ABRIL 1436

***Carta de el-rei D. Duarte com os capítulos especiais do Porto nas cortes de Évora desse ano, em que se alude, entre outras coisas, aos serviços prestados pela cidade aos monarcas, nomeadamente contra Castela e em Ceuta* (1).**

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 182 v., — donde se reproduz; GHCP., *Livro B*, fls. 250-53, e *Livro Grande*, fls. 54-55.

---

(1) Sobre o assunto principal deste documento pode ver-se PINTO FERREIRA, *O Porto e a Residência dos fidalgos. Subsídios para a sua história*; e, pelo que respeita aos serviços prestados pela cidade a el-rei D. João I, a Crónica respectiva, bem como ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*.

Copyrighted material

Publicada na íntegra por JOAO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações chronologicas e criticas*, vol. 1, pp. 318 e ss.; no CORPVS CODICVM *latinorum et Portvgalensivm*, vol. 1, pp. 141-144; por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 5 e ss.; e, parcialmente, por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 348 e ss.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que ora fezemos em a nossa cidade dEuora, nos forom dados hũus capitulos speciaaes da nossa muy nobre, leal cidade do Porto, aos quaaes demos nossa rresposta e os procuradores da dicta cidade nos pedirom que lhe mandasemos assy dello dar nossa carta. E nos, visto seu requerimento e querendo fazer graça e mercee ao concelho e homeens boons da dicta cidade, teemos por bem e mandamoslha dar, a qual he esta que se segue.

Jtem, ao que dizees que rrecebestes nossa carta, per que uos faziamos saber que meu jrmãao, o conde, nos disera que algũas uezes vijnha a essa cidade, por cousas que compriam a nosso serujço, e nom tijnha casas em que bem pudese pousar nem em que pusese algũas mercadorias, que por uezes carregaua, ou cousas que lhe vijnham de fora; e que porem uos mandamos que, sem embargo de uossos priujlegios, lhe leixassees fazer hũas casas, porque quando uollos elrrey meu padre, cuja alma Deus aia, dera, nom foy sua tençom de se entender a elle e a seus filhos; e que outrossy bem sabia a nossa alta sabedoria o proujmento que deujamos de teer, per desuayradas maneyras, sobre o ujuer e gouernança de cada hũu lugar da nossa terra, segujndo em ello a tençom dos primeiros edificadores delles; porque hũus edificauam por o genero da terra seer tal que podia hi ujuer por laurar e criar e outros por ajuntarem e carregarem em elles seus aueres e mercadorias e outros por razam das pescarias e algũus por todo; e que nosa senhoria podia saber que os antijgos edificarom hi sua pouoaçom, soomente por viuerem pollo trafego das mercadorias e as ajuntarem em ella, porquanto, de Lixboa ataa Galiza, nom acharom outro porto de mar mais seguro que esse. E nom o fizerom por laurar nem criar, porquanto a terra ho nom leua de ssy nem he de tal genero.

E, por razam de sse mjlhor pobrar e de fazer mais nobre cidade, trabalharom de lhe achegar aquellas cousas per que mjlhor pudese seer, antre as quaees puserom por hordenamento, pera sempre confirmado pellos reis, que nehũu fidalgo nem pesoa poderosa nom ouuese em ella herdamento nem casas de morada nem pousase hi hũu dia comprido; e esto ataa ora nos foe sempre bem guardado, que tam soomente os reis antijgos nem meu padre, cuja alma Deus aia, nunca em ella, pera ssy nem pera seus filhos, fizerom pousadia perlongada nem casas de morada, sentij[n]doo assy mujto por seu serujço, ante uos leixauam auer e posujr uossos priujlegios em lugar de herdamento, por multipricar em moor pouoaçam, como

de fecto, per aazo dello, multipricou, em tanto que era o segundo membro de Portugal, e ajnda se diriam hũas grandes defensõoes dello de que se os reis mujto serujrom e especialmente meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, em todollos mesteres da guerra, e que nossa mercee era dello mujto sabedor, assy em tomarem sua uoz, quando o Deus trouxe a gouernança destes regnos, como em requerer a fidalgos e a grandes senhores que teuesem sua uoz, dandolhes mujtos djnheiros, pagandolhe grande soldo, assy como fizerom a Ruy Pireira e a outros fidalgos, que mandarom com grande armada a descercar Lixboa, onde elrrey jazia cercado delrrey de Castella, seu auersairo, e que despenderom em aquella armada, per conto, xxxij mil llibras dafonsijs, e que despois derom a Gonçalo Uaasquez Coutinho, por hir com elles ataa o castello da Feira, mjl llibras da dicta moeda, porque doutra guisa o nom qujs fazer.

E que outrossy fizerom grande despesa com o conde dom Pedro, que esteuera grande tempo na cidade, rreguardandose a cidade del, porque nom sabia como vijnha, ataa que o elrrey mandara chamar a Tomar, e que lhe derom iij mil llibras dafonsijs pera o camjnho e que ajnda mandarom hũu barenel a Jngraterra, por trazer jngreses, pera ajuda e defensom da cidade e da terra, porquanto a mayor parte dos fidalgos eram contra elrrey, entanto que os que tijnham villas e castellos Antre Doiro e Mjnho os derom a elrrey de Castella, saluo o Porto e Monçom, que nom tijnham capitam sobre ssy, e que tiuerom estes jngreses mujtos tempos consigo, pagandolhes grandes soldos cada mes e que gastarom mujto e que ajnda ao mujto honrrado senhor conde, que entom era Nuno Aluarez, porque o ujrom e era mujto serujdor delrrey, lhe oferecerom e mandarom, a el e a sua molher, que chegarom aa cidade, mjl ij^{c} llibras da dicta moeda.

E tambem mandarom mujtos djnheiros a Gonçalo Uaasquez Coutinho e a Martim Uaasquez da Cunha, por teerem a batalha de Trancoso, e como outrossy enujarom mujtos djnheiros e panos a Cojmbra, ao conde dom Gonçalo, que teuese a uoz por elrrey com quantos pudese auer, e fizeromno vijnr aa cidade, onde lhe dauam quanto auja mester (2). E, porque hũu dia que se queria partir, porque lhe nom dauam poos pera a cozinha, deromlhe mjl llibras da dicta moeda, e ajnda mandauam beesteiros e gentes que guardasem o castelo de Neuja e tambem forom tomar o castelo de Faria e o de Uermuy e outrossy acorrerom a elrrey, com suas mercadorias que tjnham carregadas, que lhe derom em Jngraterra xj mil francos, com que mando[u] vijnr mujtos jngreses, archeiros e homens darmas, pera defensom do regno. E, aallem destas e doutras jnfindas despesas que fizerom,

(2) Acerca da batalha em referência pode consultar-se SALVADOR DIAS ARNAUT, *A Batalha de Trancoso*.

Copyrighted material

por teerem sua uoz, lhe emprestarom mjl e b^{c} marcos de prata, de que ajnda a mujtos he deuudo gram conthia, e que assy o fora essa cidade serujndo muj lealmente, com os corpos e com os aueres; e, veendo elrrey esto, em como ouue em ella grande poderio de naaos, quando forom a Cepta, que forom bem lxx naaos e barchas, afora outra mujta fustalha, que nom sabees hũu soo lugar na Espanha de que tam poderosa armada pudera sair.

E, sentindo como todo esto procedia da grande pouoraçam e que soomente se povoaua por se guardarem os dictos priujlegios porque, por razam delles, corriam as gentes a ella, onde tresfegauam com suas mercadorias a mujtas partes do mundo, durando como durauam lla mujtos tempos, em tresfegando per mar e per terra, de hũas partes e doutras, sem fazerem grande estimaçam de vijrem tam cedo a suas casas, porque sabiam que suas molheres e aueres estauam em lugar exento e seguro. E por esto mandou o boo rrey, meu padre, guardar os dictos priuilegios e ajnda se guardaua mujto de fazer em ella estada perlongada, nem qujs hi nunca fazer paaços, pera ssy nem pera seus filhos que tiuese, nem dar lugar a outrem que os fizese, mais hũas casas que Lopo Gomes de Lira e outras que o prior do Esprital faziam junto com o muro, a rrequerimento uosso e por conseruaçom e guarda dos dictos priujlegios e por seu serujço, lhas mandou derribar, sentindo como a cidade antre ssy nom auja mester tresfego doutra gente, saluo daquelles que viuem per seus mesteres e mercadorias; porque se os doutra guisa trilharem, logo se parteriam pera outras partes com o que teem; porque nom ham heranças que os em ella tenha relegados, e assy a cidade verria em despouoaçom, porque se perderia hũa das milhores cousas de sua terra.

E por esto trabalhou mujto de a criar, e porem todo per nosso encamjnhamento, que lhe traziamos aa memoria o bem della, e porque elle foy sempre muy leal serujdor ao regno e aa nossa mercee ho sabia bem; e que, pero antre nos nom ouuese outro senhor saluo a nossa senhoria, tanto que soubestes que o boo rrey meu padre, cuja alma Deus aia, era saido deste mundo, sem auer nosso mandado nem doutrem, logo em aquel dia, fecto uosso doo com gram solenjdade, tomastes nossa uoz e por ella fechastes as portas da cidade e leuantastes nossas bandeiras, rroldando de noyte os muros, o que, segundo nos dise o bispo della que diseramos em Leirea aos uossos embaxadores das cortes que uollo teueramos em grande serujço e que uos fariamos por ello mujtas mercees; pedindonos que nom fosse esta a mercee que desfizesemos a nossa cidade nem fosemos começo do quebrantamento de seus priujlegios que ella tem por seu herdamento, porque assy viriam de quantos de nos descendesem o que, pella graça de Deus, ataa ora nom veera de nehũu de nossos auoos. E por mercee nos enujastes pedir que proueesemos sobre ello mjlhor e com mjlhor conselho, como se uossa cidade nom perdese, porque o senhor conde, des

Copyrighted material

quarenta annos, que antre uos husa e nunca lhe mjnguarom pousadas em ella nem lhe forom refertados priujlegios e que tam pouco lhe faleceriam daquj en diante e que, pera suas mercadorias e guarda das suas cousas, tijnha hi tam abastados criados que seriam suficientes e fiees pera guardar todo o thesouro do mundo; e que assy lho escreuesemos e que nollo teeredes em grande mercee.

A esto uos respondemos que nos scpreueremos sobre ello ao conde em tal maneyra que uossos priujlegios uos seiam guardados.

Jtem, ao que dizees que vistes alla hũa carta per que demos os residoos a frey Diego, pera repairamento desse moesteiro de sancta Clara, e que o jujz hordenairo dessa cidade fosse dello jujz, como sempre foy, e hũu Afonso Annes, scpriuam que o he ha longo tempo, per cartas delrrey meu padre, cuja alma Deus aia, e nossas, que pera ello he perteencente, e ora destes outra carta per que Ruy Uaasquez dAbreu, jujz dos horfãaos, seia delles juiz e ho scpriuam dante el scpriuam e que nom podiees pensar que a nossa mercee dello ouuese sabedoria, porque criees que lho nom consentiramos. E esto pollas mujtas querellas que nos ameude delle fizestes e ora fazees, por elle seer homem que nom sabe leer nem scpreuer e auer determjnar o que os doutores determjnar nom podem e ajnda por sua condiçom teer muj desuayrados modos em seus auditorios, onde as partes longamente por hũa nada andam perante el, gastando mujto, fazendo sempre scpreuer quanto dizem e que lho mostrem, o que nom faria se fosse outro, por a esperiencia do tempo pasado nollo faz conheceer que, quando a cidade puynha o jujz das sisas, nom fazia audiencia mais que duas uezes na somana e nom duraua mea ora e este fazea cada dia e he mujto mayor que a da cidade, ajnda acrecentarlhe nossa mercee hũu fogo sobre outro, a saber, os residos; e nos pedijs que guardasemos a nosa mujto santa hordenaçom, fecta em cortes, a saber, que o que nom soubese leer nom aia jurdiçom de iij^{c} homens acima, moormente pois nom aceptam taaes officios, saluo por sayoria, que nom ham com elles mantijmento nẽhũu; e, sse mantijmento lhe dam, por as sisas e nom por os horphãaos, e pois com elle nom ha dauer mantijmento algũu, saluo a sujugaçom de todos, nos pedijs por mercee que tirasemos tal afriçom e agastamento de sobre nosso pouoo e de sobre os horfãaos, no que farees grande serujço a Deus, e ho mandasemos tornar aa cidade, como dantes era, e tinhees cartas delrrey, meu padre, per que ho hi nunca ouuese, entendendoo assy por seruijço de Deus, e que prouesemos a jnquiriçom que nos enujauees sobre este jujz.

A esto uos rrespondemos que, prazendo a frey Diego que o dicto Afonso Annes seia scpriuam, a nos praz dello, emquanto durar o tempo que teemos dado os dictos regidoos pera o dicto mooesteiro.

Jtem, ao que dizees que os tabaliãaes dessa cidade som muj agrauados, porque soyam descreuer todollos fectos dessa cidade e ora som repartidos por mujtos jujzes que teem scpriuãaes, assy como dos horfãaos e judeus e residoos e do mar e da moeda e dos beesteiros do conto e do cauallo e outros, e ajnda os scpriuãaes dos contos e do almazem e da casa de Cepta e das sisas damos lugar que dem scprituras puvricas sem sinal perante seus jujzes e contadores e uedor da fazenda, e todallas scripturas puvricas os tabaliãaes soyam de fazer e outrem nom, e pagauam de pensom b^{c} llibras da moeda antijga todos, e era ho numero de oyto e mais nom, de que pagaua cada hũu Lxiij llibras e soldos, e ora som outros aalem do numero e outros geeraaees e demandalhes ho almoxarife Lxiij llibras; e, porque lhe alegam que todos ham de pagar as dictas b^{c} llibras, elle diz que o nom quer fazer sem nosso recado, dizendo que lhes mjnguaa a escriptura e teem a penson, que he grande, a cada hũu mjl ij^{c} e tantos reaes por anno, pedindonos por mercee que assy geeraaes como speciaaes pagasem aquellas b^{c}. llibras e mais nom e que mandasemos que outrem nom fizese scriptura puvrica, saluo elles; e, se a outrem fizer, que contribuam com elles a pensom ou leixem ho oficio aos tabaliãaes como sen pre foy.

A esto uos rrespondemos que, se assy he, que os tabaliãaes nom ham de pagar mais de b^{c} llibras e que nom deujam mais de seer que oyto, a nos praz nom darmos tabaliado algũu, posto que se uague, ataa que fique o numero certo dos oyto.

Jtem, ao que dizees que nossa merce he bem sabedor que, por outorgarmos em cortes, que cada hũu lugar enlegese certos procuradores do numero e especial, deramos a essa cidade lugar que falasem hũus pollos outros; e ora a esperiencia uos mostraua seer muy grande erro, porque se metem a ello mujtos jnorantes, que derrancam os fectos e fazem gastar as partes, e os prudentes sabedores nom querem dello tomar cargo, o que o povoo mujto sente, e pedijs a nossa mercee que mandasemos que tres ou quatro, que uos pera ello enlegesees e constrangesees, procurasem os fectos per o povoo e outro nẽhũu nom, sob as penas contheudas na nosa hordenaçom, o que nos teeriees em grande mercee.

A esto uos rrespondemos que, pois uos praz auer procuradores do numero, que nos uollos daremos segundo se dam nos outros lugares hu procuradores do numero ha. E mandamos a esses, que ora husam de procurar, que nom husem mais de seus oficios, saluo aquelles que per nossas cartas forem dados. E, se antes quiserdes estar como soyees, mandamos que se faça como uos mais prouuer.

E porem mandamos a quaaesquer nossas justiças e oficiaaes a que o conhecimento desto perteencer que assy o compram e guardem e façam comprir e guardar polla guisa que aqui he contheudo, sem outro embargo.

E, por sua guarda, lhe mandamos dar esta carta, asignada per nos e seellada do nosso seello. Vnde al nom façades.

Dada em Stremoz, xij dias dabril. Joham Uaasquez a fez. Era de mjl iiij^{c} xxxvj annos.

108

12 ABRIL 1436

Carta de el-rei D. Duarte com os capítulos especiais de Lamego nas cortes de Évora desse ano, em que, entre outras coisas, a cidade se queixa dos indivíduos que, para fugirem dos encargos concelhios, se refugiaram nas terras dos privilegiados, nomeadamente nas do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 184 v.

D. Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que ora fizemos em a nossa cidade dEuora, nos forom dados hũus capitolos speciaaes da nossa cidade de Lamego, aos quaaes demos nossa reposta, e os procuradores da dicta cidade nos pedirom que lhe mandasemos assy dello dar nossa carta. E nos, visto seu requerimento, querendolhe fazer graça e mercee, ao concelho e homens boons da dicta cidade, teemos por bem e mandamoslha dar como se adiante segue.

Jtem, ao que dizees que nos fizemos hordenações sobre os corregedores e officiaaes que com elles andam, do tempo que ouuesem destar nas cidades e villas e lugares chãaos, outrossy dos fectos de que ham de tomar conhicimento, as quaaes hordenações nom eram guardadas, porque os corregedores estauam per grandes tempos em as dictas cidades e ujllas, aas suas uontades, e tomauam conhicimento de todollos fectos, assy ciuees como crimes, do que se seguja aos moradores mujto dampno e perda e a nos deserujço; e que nos pedijes por mercee que a esto tornasemos com justiça e djreito e mandasemos firmemente que se guardasem nossas leis

(1) Pela sua carta patrimonial de 17 de Abril de 1411 (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1), o infante D. Henrique tinha as terras de Tarouca, Lalim e Valdigem, nas imediações de Lamego; de maneira que as «terras do jffante» referenciadas neste documento não podem ser outras senão as daquele infante, posto aqui não nomeado.

e hordenações, como per nos era mandado e hordenado, e que os seus scpriuãaes pedem pousadas e que lhes dem palhas e roupas e que erees costrangidos pollos corregedores que lhas desees sem djnheiros.

A esto uos rrespondemos, quanto aa primeira parte, que se guardem as hordenações sobre esto fectas; e quanto aa segunda, acharees reposta nos artijgos geeraaes; e quanto ao terceiro, sobre razam da palha e roupa e pousadia dos scpriuãaes, que se guarde a hordenaçam sobre esto fecta. E assy mandamos que se faça.

Jtem, ao que dizees que em essa cidade ha mujtas pesoas que som priujligiadas, de priujlegios que lhe forom dados per elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, e outros que per nos forom dados, a rrogo dos bispos e doutras pesoas, chamandoos seus serujdores e achegados, e outros que se chamam moedeyros e avijntes a nos, que viuem em essa cidade de sosego e teem boons beens; e, des o dicto tempo aca, nom ueem serujr em moeda nem em outra cousa de nosso serujço, em tal guisa que hũus eram escusados pellos dictos priujlegios e outros per senhores a que se acostauam, de guisa que eram tam poucos os que ficauam pera officiaaes e pera pagar nas fintas som muj poucos e ho nom pudijees soportar; e, per este aazo, leixauam a cidade e se hiam a ujuer nas terras do jffante e dos outros fidalgos e coutos e honrras e a cidade ficaua despobrada, o que era nosso deserujço e a uos grande agrauo; que fosse nossa mercee que mandasemos que, sem embargo de taaes priujlegios, que husasem e serujsem como seus vizinhos, pois se aproueitauam dos proueitos da dicta cidade, e os dictos priujlegios nom eram dados por serujço que fezesem a nos nem ao regno, nem eram gaanhados, soomente por seerem escusados do nosso serujço.

A esto uos rrespondemos e mandamos que os que teuerem priujlegios delrrey, meu senhor e padre, confirmados per nos, que lhos guardem, e esso meesmo outros quaaesquer priujlegios que nos de nouo tenhamos dados e nom se guardem outros nẽhũus. E quanto he aos moedeiros, taaes priujlegios se lhes nom guardem, saluo aos moedeiros de Lixboa e do Porto, que mandamos que se guardem, etc.

Jtem, ao que dizees que, nas cortes que fizemos em Santarem (2), fizeramos hũa hordenaçom de como se ouuesem de pagar os foros e rendas que se pagauam per ouro ou per prata ou per djnheiros da moeda antijga, da qual hordenaçam ho trellado, em puvrica forma, a pubricarees ao marichal (3) e ao bispo e ao cabijdo dessa cidade, e que ho marichal a non qui-

(2) Em 1434.

(3) Gonçalo Vasques Coutinho.

sera guardar e leua a vij^{c} por hũa dos prazos que forom fectos des quarenta annos aca, o que a dicta hordenaçam defende, e o dicto bispo e cabijdo e jgreias e moesteiros querem assy leuar; e que nos pediees por mercee que a esto pusesemos tal remedio, que a dicta hordenaçom fosse guardada como per nos foy fecta.

A esto uos rrespondemos e mandamos ao corregedor que faça guardar a dicta hordenaçom em todo. E, se alguem for contra ella, o que se sentir agrauado tome stormento com a rreposta do que lhe fizerem e fazerlheam del djreito.

Jtem, ao que dizees que em essa cidade ha duas judarias, em que moram iiij^{c} judeus e judias, e que eram deuasas e sem portas, como ho nom som outras judarias dos nossos regnos, e per este aazo eram soltos e deuasos pera andarem de noyte, aas desoras, a suas uontades, fazendo mujtos dampnos nas vinhas e agros alheos e ajnda, o que peyor he, som delles enfamados com as christãas e em outros malles, pella qual razam ja foy dada carta per elrrey meu senhor e padre (4), cuja alma Deus aia, perque se çarrasem, e depois demos nos outra carta, a rrequerimento dos dictos judeus, que se çarrasem; e, per aazo dos corregedores e justiças, que lhe som fauorauees, nunca forom çarrados nem som, e que fosse nossa mercee de poermos tal pena ao corregedor e jujzes que os façamençarrar e nom seia dado aazo pera os dictos dampnos.

A esto uos rrespondemos que pedijs bem. E mandamos ao corregedor da comarca e aos jujzes da dicta cidade que costrangam logo os dictos judeus que seençarrem e façam portas que se fechem cada noyte, segundo se acostumaua de fazer nas outras judarias de nossos regnos. E esto façam do dia que lhe for mandado ataa dous meses primeiros segujntes. E, nom o fazendo assy, paguem quatro mjl reaes, a metade pera nos e a outra metade pera o concelho. E se o dicto corregedor ou jujzes esto nom fizerem logo assy dar a execuçom, mandamos que o paguem de suas casas.

E porem mandamos a quaaesquer nossas justiças e officiaaes a que o conhecimento desto perteencer que assy o compram e guardem pella guisa que aquj he contheudo, sem (5) outro nehũu embargo. E, por sua guarda, lhe mandamos dar esta carta, asignada per nos e seelada do nosso seello. Vnde al nom façades.

Dante em a nossa villa dEstremoz, xij dias dabril. Joham Uaasquez a fez. Era de mjl iiij^{c} xxxbj annos.

---

(4) No ms. *madre*.
(5) » » *nem*.

109

1436

Como Afonso Gonçalves Baldaia, prosseguindo no descobrimento marítimo da costa ocidental africana, por ordem do infante D. Henrique, atingiu o Rio do Ouro e chegou ao Porto ou Pedra da Galé.

GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 10, segundo o cód. n.º 42 dos *Manuscrits portugais* da BNP.

Pois que assy he, disse o jffante (1) contra aquelle Affonso Gonçaluez Baldaya (2), que uos achastes rastro dhomeens e de camellos (3), bem parece que a pouoraçom nom he dally muy afastada ou, perventura, sera gente que atrauessa com suas mercadaryas pera algũu porto do mar, onde ha algũa ancoraçom segura, em que os nauyos recebem carrega. Ca, pois gente he, por muyto bestyal que seia, necessaryo he que se aja de gouernar das cousas do mar, sequer ao menos em pescarya, quanto mais aquelles que viuem no sertãao. Porem, he minha tençom de uos enuyar la outra vez, em aquelle meesmo varinel. E, assy por me fazerdes seruiço como por acrecentamento de vossa honra, vos encomendo que vaades o mais auante que poderdes e que vos trabalhees dauer lingua dessa gente, filhando algũu per que o certamente possaaes saber; ca nom sera pequena cousa, segundo o meu deseio, auer algũa persoa per que desto possa seer en conhecimento.

O nauyo foe muy asinha prestes, no qual Affonso Gonçaluez partiu, nom sem grande deseio dacabar a uoontade do jffante (4). E, nauegando per sua vyagem, passarom seteenta legoas aallem donde foram a outra vez, que erom cxx do cabo, onde acharom hũa foz como se fosse de rryo cabedal, em que auya muytas boas ancoraçõoes, cuia entrada era, per

---

(1) D. Henrique.

(2) A quem aludiu o autor ao descrever a viagem de 1434, em seu capítulo anterior (Cfr. o nosso DOC. 8).

(3) Cfr. o final do retrocitado capítulo.

(4) MARTINHO DE BOEMIA (*De prima inuentione Guinee*, p. 188) e JERÓNIMO MÜNZER (*Itinerarium*, p. 40) dão ao barco o nome, respectivamente, de *Talbin* e *Talvim*.

terra, spaço de viij.ᵉ legoas, onde lançarom suas ancoras (5). E, porque antre as cousas que Affonso Gonçaluez leuaua, assy eram dous cauallos, que lhe o jffante dera, pera mandar em elles dous moços, fez logo poer os caualos em terra. E, ante que nhũa outra gente saisse fora, mandou aos moços que caualgassem naquelles caualos e fossem per terra quanto podessem, esguardando bem a todallas partes se veryam algũa pouoraçom ou gente que fizesse vyagem per algũu caminho.

E, por darem menos trabalho a ssy e aos cauallos, mandou que nom leuassem nhũas armas de defesa, soomente suas lanças e spadas, pera ofender, se comprisse; ca, se gente achassem e os quisessem filhar, o sseu principal remedyo serya os pees dos cauallos, saluo se achassem algũu soo, de que, sem seu perigoo, se aproueitar podessem. E bem mostrarom aquelles moços, no cometymento daquelle fecto, queiandos homeens ao dyante seryam. Ca, pero fossem tam alongados de sua terra, nom sabendo quaaes nem quantas gentes acharyam ou ao menos temor de bestas saluageens, cuja temerosa soombra os deuera empachar, segundo sua noua jdade ca, pouco mais ou menos, nom passauam de xvij annos cada hũu; pero, posposto todo esto, partirom com grande esforço, seguindo aa llonga daquelle rryo per spaço de vij. legoas, onde acharom

---

(5) O cronista, que vinha a usar sujeito e verbo no singular, referidos a Afonso Gonçalves Baldaia, passa agora os verbos ao plural sem indicar mais nenhum sujeito. Duas explicações pode assumir o facto: omissão de palavras nesta cópia do capítulo ou, ao parecer de BOURDON (ZURARA, *Chronique*, p. 74, nota 2), o plural é alusivo à equipagem do varinel. MARTINHO DE BOEMIA e MÜNZER citam apenas o Baldaia como chefe da expedição, mas BARROS (*Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 5) parece dar a entender que Gil Eanes havia seguido com aquele navegador, o que DUARTE PACHECO assevera explicitamente (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 23), em notícia, comenta DAMIÃO PERES, «de certo errada» (*Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., p. 97). Como quer que tenha sido, parece não restar dúvida de que este capítulo da Crónica enferma de redacção confusa e incompleta. Diremos como.

a) Em seu título lê-se, no códice parisino, «Como Affonso Gonçaluez Baldaya chegou ao Ryo do Ouro», mas, no texto, o autor leva-o até o Porto ou Pedra da Galé, «Pedra da Galle» (*Carta náutica portuguesa)*, actual «Piedra de Galéa», em 22° 3' lat. N., portanto muito a sul daquele Rio ou, como o define DAMIÃO PERES, «braço de mar cuja extensa penetração pelo litoral justifica a ilusão geográfica de que lhe proveio o nome» (*Descobrimentos* cit., p. 96). Cfr. também a aduzida *Carta náutica*.

b) O topónimo *Rio do Ouro* não figura, contudo, no corpo do capítulo, o qual é ali apenas implicitamente referenciado, na alusão ao «rryo cabedal» e aos «lobos marinhos» ou focas, de que nos capítulos 11, 12, 78 e 93 da obra se diz haver abundância no Rio do Ouro.

c) Como já observou DUARTE LEITE, o *Esmeraldo* (liv. 1, cap. 23) denomina Angra dos Cavalos o ponto em que os dois jovens cavaleiros encontraram os mouros, enquanto na Crónica, que não fala naquela Angra em parte nenhuma, se situa o facto nas cercanias do Rio do Ouro, pelo que o autor concluiu: «Fico perplexo diante das duas versões» (*Acerca da «Crónica»*, p. 72 e nota 74). Para mais, como já subli-

Copyrighted material

xix. homeens, todos juntos em magote, sem outras nhũas armas pera ofensa nem defesa, soomente azagayas.

E, tanto que os aquelles moços viram, com grande ardimento forom a elles. Mas aquella gente nom conhecida, pero tantos fossem, nom teuerom atreuimento de sse teer com elles no campo chãao, ante, por sua segurança, se colherom a hũus penedos, donde steuerom pelleiando com os moços per boo spaço. E, durando sua contenda, foe ferido hũu daquelles moços em hũu pee; a qual ferida, pero pequena fosse, nom passou sem vingança, ca elles esso meesmo ferirom a hũu dos contrairos. E assy durarom em sua pelleia ataa que o sol começou de mostrar os sinaaes da noite, por cuia razom se tornarom a sseu nauyo. E bem creo que o dano da pelleia nom fora tam pequeno, se os jmijgos steuerom no campo chãao [...] Hũu daquestes moços conheci eu despois, seendo fidalgo nobre, assaz vallente no officio das armas, e chamauasse Eytor Homem, o qual na Cronica do Regno acharees prouado em grandes fectos; o outro chamarom Diego Lopez dAlmeida, fidalgo e boo homem per sua pessoa, segundo aprendy dalgũus que o conheciam (6).

---

nhou DAMIAO PERES (*Obra cit.*, p. 98), na *Carta náutica portuguesa* figura uma «Angra dos cauallos» a norte e outra a sul do Rio do Ouro.

d) De tal confusão de narrativa resulta que MARTINHO DE BOEMIA, DUARTE PACHECO PEREIRA, BARROS e o VISCONDE DE SANTAREM localizaram em Angra dos Cavalos o salto dos dois moços referenciado neste passo da Crónica, enquanto BOURDON, por exemplo, o situa no Rio do Ouro (*Obra cit.* p. 74, nota 3): DAMIAO PERES opina «que o recontro teve lugar sobre a alongada nesga de terra que separa do mar o Rio do Ouro e não na Angra dos Cavalos» (*Obra cit.*, p. 98). «Le golfe du Rio de Oro— informa MAUNY —, de 40 km. de longueur sur 10 de large environ, s'ouvre par 23° 38' N, à la pointe Durnford. C'est sur cette baie que s'élève Villa Cisneros, capitale du Sahara espagnol» (*Notes* a DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo de situ orbis*, p. 164).

e) Julgamos ter provado noutro lugar (Cfr. DIAS DINIS, *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa*, pp. 21 a 28) que as 120 léguas aqui aduzidas pelo cronista respeitam à distância entre o Cabo Bojador e a Pedra da Galé e não apenas entre aquele Cabo e o Rio do Ouro, como supôs DUARTE LEITE, atenta a confusa redacção deste passo da Crónica, e em cuja conclusão BOURDON, ladeando o problema, repousa còmodamente, mas não cientificamente: — «Il reste à conclure que, dans les premiers temps de la découverte de la côte d'Afrique, les navigateurs avaient une bien naturelle et presque inévitable tendance à exagérer les distances qu'ils avaient parcourues» (*Obra cit.*, nota 3 da p. 74). Será talvez mais exacto e mais histórico concluir-se: nas viagens de descobrimento do litoral africano, empreendidas em frágeis embarcações veleiras, ignorados o contorno e escolhos da costa e o regime de ventos, nevoeiros e correntes marítimas, os descobridores portugueses viram aumentadas necessàriamente as distâncias, diminuidas em viagens posteriores, efectuadas já com outra prevenção e precisão náuticas.

(6) JOAO DE BARROS di-los «ambos homẽes fidalgos e especiaes caualeiros, criados na eschola da nobreza e virtude daquelle tempo que foy a casa deste excelente

Seguirom assy aquelles sua vyagem pera o nauyo, como teemos contado, ao qual chegarom acerca da manhãa, onde filharom algũu pequeno repouso. E, tanto que a luz pareceo, Affonso Gonçaluez fez aparelhar seu batel, no qual se meteo com algũa gente. E, sseguindo aa llonga daquelle ryo, mandado[s] os moços com os cauallos per terra, chegou ao lugar onde os mouros ficarom o outro dya, com entençom de pelleiar com elles e filhar algũu; mas seu trabalho foe debalde, porque o spanto foe tamanho que, pero fossem leixados dos moços, nom poderom ficar sem grande temor, com o qual partirom, leixando ally a mayor parte de sua proue fazenda, da qual Affonso Gonçaluez fez carregar seu batel, casy por testemunha de seu trabalho. E, ssentindo que nom aproueitarya seguyr mais auante, tornouase pera seu nauyo.

E, porque vyo, em hũa coroa que estaua aa entrada do rryo, grande multidom de lobos marinhos, os quaaes, segundo stimaçom dalgũus, seryam ataa cinquo mil, fez matar aquelles que pode, de cujas pelles fez carregar seu nauyo. Ca, ou por seerem ligeiros de matar ou por o engenho daquelles seer auto pera tal fecto, fezerom em aquelles lobos muy grande matança. Empero, com todo esto, Affonso Gonçaluez nom era contente, porque nom filhara algũu daquelles mouros. E sseguyo porem mais auante cinquoenta legoas, por veer se poderya fazer presa em algũu homem ou sequer molher ou moço, pello qual satisfizesse aa voontade de seu senhor. E assy foe seguindo sua vyagem ataa que chegou a hũa ponta onde estaua hũa pedra que, aa de llonge, parecya gallee, por cuja razom, dally adyante, chamarom aaquelle porto o Porto da Gallee.

E ally sayrom em terra, onde acharom redes, que trouxerom ao nauyo. E aquy podees notar hũa noua cousa, quanto a nos, que viuemos em esta

---

principe jnfante dom Anrrique» (*Asia*, déc 1, liv. 1, cap. 5). Supomos Heitor Homem dos Homens da zona de Viseu. Em 27 de Junho de 1450 ele era fidalgo da casa do infante D. Henrique e el-rei D. Afonso V confirmava-o em vedor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, para que havia sido nomeado pelo dito infante, «como fronteiro e veedor moor que he das obras dos dictos castellos, vilas e lugares», e o mesmo monarca, em 3 de Julho seguinte, concedia-lhe e a Brites de Sousa, sua mulher, para ajuda de seu casamento, 1.000 coroas de ouro do cunho de França (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 112 v., e liv. 34, fl. 125 v., respectivamente). De 1565 e 1593 conservam-se prazos feitos pelo cabido da sé viseense a Heitor Homem e a D. Ana Soares, sua mulher, o qual era escrivão da câmara do bispo da mesma cidade e genro de Pero Gomes de Abreu (ADV., *Arquivo do Cabido*; maço 7, n.º 9, maço 20, n.º 6 e maço 8, n.º 2). Citaremos ainda prazo de 1623 feito a Heitor Homem da Silveira, residente na mesma cidade (*Ibi*, maço 14, n.º 38). Diogo Lopes de Almeida é talvez o Diogo de Almeida, escudeiro do infante D. Henrique, referenciado em carta de perdão de 25 de Outubro de 1458 (ANTT.; *Chanc. cit.*; liv. 36, fl. 62) e em ZURARA, *Crónica de D. Duarte de Menezes*, p. 305). Sobre a «Crónica Geral do Reino» aqui referenciada pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 150-59.

Espanha. E esto he do fyado, de que aquellas redes eram feitas, o qual era de casca de hũu paao, assy ordenado pera tal mester que, sem outro cortimento nem mestura de linho, se pode bem fyar e fazer delle redes e toda outra cordoalha. E daquy se tornou Afonso Gonçaluez pera Portugal, sem poder auer certo conhecimento se aquelles homeens eram mouros ou gentios nem que vida trautauam ou maneira de viuer tijnham. E foe esto no anno de Jhesu Christo de mil e quatrocentos xxxbj (7).

110

9 MAIO 1436

Recibo passado por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, no mosteiro de S. Bento de Lisboa, dos 400 florins de ouro que, para as despesas da embaixada pontifícia a que viera, lhe entregou João Rodrigues, deão da sé de Lisboa e colector apostólico nos reinos de Portugal e do Algarve, os quais serão deduzidos da colecta outrora efectuada no país por ordem do papa Martinho V contra os Boémios, nos termos das letras do papa Eugénio IV de 13 de Setembro anterior (1).

BNF., *Badia Fiorentina*, cód. 26, doc. 21, p. 61, original.
Publicado por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 143-44.

Ego, domnus Gometius, abbas Sancte Marie de Florentia, ordinis Sanctj Benedictj et nuntius apostolicus ad regem Portugallie, promitto uobis, domno Johannj Roderici, decano Vlisbonensi et collectorj generalj camere apostolice in regnis Portugallie et Alguarbij, dare, facere unam quitantiam de quadringentis ducatis, a collectoribus decime imposite in dictis regnis per papam Martinum quintum contra Boemos, quos ab ipsis collectoribus eram recepturus, pro expensis meis, uigore unius bulle pape Eugenij iiij; et hoc faciam saltim ab aliquo ipsorum.

---

(7) Como o cronista apenas dá o ano e não os dias e mês ou meses em que decorreu esta expedição, situamo-la, na presente colectânea documental cronológica, ao acaso, a dentro do ano de 1436.

(1) Cfr. o nosso Doc. 86.

Et, quia dictj collectores non ita mihi cito soluere potuerunt, uos mihi soluistis eos ducatos, cum dictam quantitatem quadringentorum florenorum ipsis collectoribus tenebaminj restituere, si mihi eam soluissent, sicut plenius in dicta bula continetur. Et, si dictam quitantiam uobis non dedero et aliquo tempore camera apostolica por dicta solutione mihi facta uobis dederit impedimentum, ego me obligo uos liberare a dicta camera apostolica, sine aliquo damno quod uobis euenerit ratione dicte solutionis mihi facte.

Et ut hoc pateat omnibus, hoc scripsi in Sancto Benedicto, prope Ulisbonam, nono die maii, M.° cccc.° xxx.° vj.°, et etiam nostre sigillo benedictionis roborauj.

(as.) Gomecius, abbas Florentinus.

111

13 MAIO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Pombal e termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 112. Inserta na de confirmação do regente D. Pedro de 23 de Abril de 1440.

D. Edhuarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Lopo Afonso, scudeiro do jfante dom Anrrique, meu jrmãao, teemos por bem e damollo por jujz das nossas ssisas de Poonbal e seu termo.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarca e aos rrendeiros e rrecebedores, que ora ssom e ao deante fforem, das dictas ssisas e a outros quaesquer que esto ouuerem de veer que ajam o dicto LopAffonso por juiz das dictas ssisas e outro nẽhũu nom, e o lleixem serujr e husar do dicto ofiçio sem lhe sobre ello sseer posto nẽhũu enbargo. O qual LopAfonso jurou, etc.

Dada em Estremoz, xiij dias de mayo. Elrrey o mandou, per Diego Ferrnandez dAlmejda, do sseu conselho e veedor de sua fazenda. DiegAluarez a fez. Anno de mjl iiij° xxxbj annos.

112

MARÇO - MAIO 1436

Alvará de el-rei D. Duarte, dirigido a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios de Lisboa, a enviar-lhe cópia das ordenações de el-rei D. João I de 1418 relativas à tiragem de «pedido» no reino, para ele as observar na recolha do «pedido e meio» em Lisboa e termo, concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março de 1436 (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fl. 47 v., — donde se reproduz, no final do texto das supracitadas ordenações de 1418, já lançadas em nosso vol. 2, pp. 289 e ss.

Publicado: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 502; por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 44, nota 118, e por FLORES GONÇALVES, *Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436*, p. 8. Sumariado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 495, n.º 811.

Nos, elrrey, ffazemos ssaber a vos, Bertollame[u] Gomez, prouuedor das nossas rrendas de Lixboa, que estas som as hordenaçõoes que ffez elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, per que sse tirarom os pididos pasados, com algũuas nossas decraraçõoes (2); as quaees vos

---

(1) O presente alvará eduardino não leva indicação de lugar nem data, na única cópia conhecida. PEDRO DE AZEVEDO e SILVA MARQUES, *Lugares infra-citados*, situaram-no em Março de 1436, porém sem base; pois a única coisa que nele se afirma é que fora o «pedido e meio» concedido ao monarca «em as cortes que fizemos em a cidade de Evora no mês de Março de 436 anos.» A expressão deve denunciar até haver sido redigido o documento já em Abril ou Maio; doutra sorte, ler-se-ia nele talvez «neste mês de Março». Por isso o colocamos, em hipótese, em Março-Maio, tendo em consideração o DOC. 114. O cronista RUI DE PINA datou erradamente de 15 de Abril de 1436 as cortes de Évora em referência, de Março anterior (Cfr. a nota 1 ao nosso DOC. 105).

(2) As ordenações em referência, conservadas na *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fls. 43 v. e ss., são as prescritas por el-rei D. João I para o lançamento de «pedido» no ano de 1418, outorgado ao monarca pelas cortes de Santarém da mesma data, as quais publicámos em nosso vol. 2, pp. 289 e ss., posto seja possível que elas encerrem, como se poderá deduzir do presente texto, algumas declarações eduardinas, de 1436.

Copyrighted material

mandamos dar pera ffazerdes per ellas tirar e rrecadar, em essa cidade e sseu termo, hũu pedido e meeo, que nos ora ffoy outrogado pelos conçelhos, em as cortes que ffezemos em a çidade dEuora, no mes de março de iiij^{c} xxxbj annos.

113

MARÇO - MAIO 1436

Dúvidas sobre «o pedido e meio», esclarecidas por el-rei D. Duarte.

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte,* liv. 2, fl. 47 v.
Publicado por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais,* t. 1, p. 502.

Duujdas deste pedido e meo, pera determinar com elrrey nosso ssenhor se pagarom ou nom.

Jtem, os estrangeiros aqui cassados e que teem beens e gouuem (1) dos priuillegios de vezinhos.

Jtem, os homeens dalfandega. Cada vez ham carta. Costrangamnos.

Jtem, os homeens do thesouro. Cada uez am carta. Costrangamnos.

Jtem, os homeens dalcaydaria. Cada uez am carta. Costrangamnos.

Jtem, moedeiros. Priuillegios teem. Os que laurom contenuados ssejom escusados e outros nom.

Jtem, escolares. Priuillegios (2) teem. Som cassados e procuradores. Se nom ffor leente ou nom ouue contenuadamente, pague (3).

---

(1) Gozam, do latim *gaudere*.

(2) No ms. *priuillegiados*, decerto por equívoco do copista.

(3) Sobre o assunto havia já legislado el-rei D. João I, por cartas de 8 de Fevereiro de 1392 e de 25 de Outubro de 1400; na primeira, dispensara do pagamento do «pedido» então lançado os lentes e bedel da Universidade e ordenara fossem vistos e cumpridos sobre o particular os privilégios dos escolares e de outras pessoas universitárias; na segunda, isentou do pagamento de «pedido» três lentes de Leis e de Decretais, quatro de Gramática, dois de Lógica, um de Física, de Teologia e de Música, assim como o bedel e o conservador (Cfr. *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1940, pp. 133 e 179). E, por carta 3 de Dezembro de 1433, el-rei D. Duarte confirmara à mesma Universidade os privilégios concedidos pelos monarcas seus antecessores (*Ibi*, pp. 194 e 239).

Copyrighted material

114

21 MAIO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, endereçada a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios, com normas sobre a cobrança, em Lisboa e termo, do «pedido e meio» concedido ao monarca pelas cortes de Evora de Março anterior (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 2, fl. 43.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 503.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 497, n.º 817.

Referenciada principalmente por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 33 e ss.

Bertollameu Gomez. Nos elrrey vos enuiamos saudar. Fazemosuos saber que, em estas cortes que ora fezemos em a nossa cidade dEuora, pellos procuradores das çidades e villas e lugares dos nossos rreinos, que hi pera esto forom juntos, nos foy outorgado hũu pidido e meo pera a armada que auemos de fazer, prazendo a Deus.

E porem uos mandamos que, logo vista esta carta, sem outro alongamento, ajaaes enformaçom das pessoas dessa cidade e termo que seram pertençentes pera rrequeredores moores, e mandayos chamar e dizeelhes, da nossa parte, que o sejam, e daaylhes o trellado da hordenaçom que uos hora mandamos, per que uos ajaaes de rreger e se o dicto pidido e meyo ha de tirar, pera se rregerem per ella.

E esso medes lhes dade o trellado dos liuros e cadernos em que ssom escpritas as pesoas e contijas que a nos ham de pagar pedido, pera tirarem

(1) Na chancelaria eduardina, única fonte conhecida, o documento leva o titulo seguinte, da autoria de quem nela o exarou, e que reveste interesse histórico, por nos dizer que já na data em que nela foi lançado, talvez não muito depois da data do documento, estava assente seguirem na armada para Tânger os infantes D. Henrique e D. Fernando e o conde de Arraiolos.

— «Hordenaçom per que se tirou o pidido e meo na çidade de Lixboa e seu termo, o quall ffoy outorgado a elrrey dom Eduarte, nosso ssenhor, nas cortes que fez em a çidade dEuora na era iij^{c}xxxbj pera a armada em que, a Deus prazendo, he hordenado que vaam os ssenhores jffante dom Anrique e jffante dom Fernando, seus jrmãos, e conde dArrayolos, seu sobrinho, do quall pidido e meo teue carrego de o fazer tirar, na dicta çidade e termo, Bertollameu Gomez».

Copyrighted material

o dicto pidido e meyo em essa çidade e termo, de que tendes carrego darrendar e fazer e rrecadar as nossas rrendas e dereitos e pididos. Mandaye a cada hũu desses rrequeredores que ponham logo tantos sacadores e escpriuãaes em essas freguesias da comarqua de que teuer carrego, per que o dicto pidido e meyo seja logo tirado. E dos mouros fazee logo tirar e rrecadar dous pididos. E costrangee os dictos rrequeredores que o façam; e, se o fazer nom quiserem, mandamos aas nossas justiças que os costrangam que o ajam asy de fazer e que façom outrosy todollos outros costrangimentos que lhes per nos for mandado que ajam de fazer e conprir, pera sse o dicto pidido e meyo melhor e majs conpridamente auer de tirar, como conpre a nosso seruiço.

E, porque esta coussa conpre mujto a nosso seruiço de sse auer de fazer tostemente(2), encomendamosuos e mandamos que o façaees com boa diligençia e o majs tostemente que se fazer poder. E çerto sseede que, sse o asy fezerdes, que nos farees em ello seruiço e prazer e coussa per que uos faremos merçees. E mandamosuos que, em tirar o dicto pidido, vos rrejaaes per essa ordenaçam que uos mandamos pera o tirar e per o rrigimento que em ella uay, per que uos mandamos que ajaaes de liurar as duuidas e agrauos que sse sobre ello rrecreçerem perante os ssacadores e rrequeredores moores, por se escussar de muytas pessoas virem a nos sobre ello e auerem custas e trabalhos que ssobresto sse poderem rrecreçer (3).

E todollos djnheiros que o dicto pidido e meyo rrender fazeeos entregar a Joham Gonçalluez, nosso thesoureiro moor em a dicta çidade, que os rreçeba presente o escpriuam de seu ofiçio, e de estromentos de conhicimentos aos sacadores dos djnheiros que asy delle rreçeberem, ffectos per o dicto scpriuam, sem lhe delles leuarem djnheiro, pera per elles rrecadarem, em contos, perante nos; e façam hũu liuro apartado sobre ssy da rrecepta e despesa dos dictos djnheiros e nom os mesturem com outros nem façam delles nẽhũas despesas sem nosso espeçiall mandado.

E entreguees asy os dictos djnheiros ao dicto Joham Gonçalluez, vos tomade logo conta aos dictos ssacadores, presente os escpriuãaes e rrequeredores moores, per os liuros e rrolles per que o tirarom e rrecadarem, de todo o que asy rreceberam. E sse em algũus ficarem deuedores, costrangeeos que os entreguem loguo ao dicto Joham Gonçalluez, thesoureiro

---

(2) Depressa. De sublinhar a urgência que el-rei põe na cobrança do «pedido», muito antes de chegarem a Bolonha os embaixadores portugueses ao concílio e de impetrarem do papa Eugénio IV a bula de cruzada para a campanha em projecto bem como sem saber se a conseguiria. (Cfr. o nosso DOC. 133).

(3) Sobre a ordenação aqui referenciada veja-se a nota 2 ao nosso DOC. 112.

moor, como dicto he. E mandamosuos que ffaçaees dar a cada hũu desses rrequeredores moores bj^{c} rreaes brancos, que lhe mandamos dar por seu trabalho e pera ajuda de seu mantimento. E uos rreçebee os dictos djnheiros em despesa a quallquer ssacador que lhos, per nosso mandado, der.

Outrosy uos mandamos que mandees logo aos arrabijs e ueereadores e procuradores das cumunas dos judeus dessa çidade e termo de que tendes carguo que nos dem logo de seruiço, de que nos ora delles queremos serujr, em que monta dous pididos (4).

E mandaaylhes que rrepartam loguo antre sy a dicta contija, per aquella guissa que a rrepartiram nos trinta e dous contos que nos pagarom pollos erros de que os rrelleuamos. E fazee entreguar os dictos djnheiros ao dicto Joham Gonçalluez, thesoureiro moor, presente o escpriuam de seu ofiçio, pera os guardar, com os outros do dicto pidido e meo christãaos, como dicto he; e do dia que lho rrequererdes, seja tirado ataa hũu mes.

E aquelles que assy entregarem os dictos djnheiros ao dicto Joham Gonçalluez, thesoureiro, cobrem delle estormento de conffissom, fecto per escpriuam de sseu offiçio, pera sua guarda.

E, tomadas as dictas contas, fazeenos saber, per uossa carta, quantos djnheiros se rrecadarom em essa çidade e termo, de que teendes carrego do dicto pedido e meo e serujço dos judeus. Honde all nom façades.

Dante em Monte Moor o Nouo, xxj dias de mayo. Era 1436.

115

26 MAIO 1436

Carta do infante D. Henrique, a doar para sempre a D. Fernando de Castro, administrador de sua casa, o paul de Boquilobo, com a condição de ele andar sempre indiviso, por demonstrar a experiência que pauis divididos são perdidos, por os herdeiros não refazerem as valas (1).

---

(4) No ms.: *seruiço dous pididos de que nos ora delles queremos serujr, em que monta.*

(1) Sobre os antecedentes do presente texto vejam-se os DOCS. 19, 32, 126, 127 e 129 do nosso vol. 4, bem como o documento seguinte. Sublinha-se, uma vez mais, o empenho do infante D. Henrique pelo aproveitamento das terras incultas, fonte de riqueza do país. O topónimo Boquilobo mantém-se hoje em lugar da freguesia de Brogueira, concelho de Torres Novas, zona abrangida pelo velho paul, parte do qual sito no campo da Golegã.

BSGL., *Colecção Vidigueira*, maço 1, n.º 8. Original em pergaminho, com vestígios do selo rodado no verso.

Eu o jffante dom Henrrique, duc de Uiseu e ssenhor de Coujlhãa, ffaço saber a quantos esta carta de pura doaçom antre viuos valedoira virem que eu scaibey o paul de Buquelobo com dom Fernando de Castro, gouernador de mjnha casa, por o paul de Traaua (2), do quall paul de Buquelobo elle logo foy de posse e o logrou e ouue tenpos çertos, per hũa carta que delrrey, meu ssenhor e jrmãao, ouue. E a mjm nunca foy dada carta de doaçam do dicto paul de Traaua, que me elle asy auya de dar pollo dicto escaibo, porquanto nom tijnha delle nhũu titollo per que mo podesse entregar, pera o dicto escaibo seer boo e valioso, segundo todo esto mais conpridamente foy dicto e rrazoado, da mjnha parte e sua, perante o dicto ssenhor rrej. E elle ouue por nhũu o dicto escaibo, segundo se pode veer per sua carta, que sobrello mandou dar; por a quall rrazam eu mandey lançar mãao do dicto paul de Buquelobo pera mym e ouue por filhada a posse e menistraçam delle.

E ora, consijrando eu os muytos seruiços que me o dicto dom Fernando tem fectos e nom çesa de fazer em cada hũu dia e, querendolhe fazer graça e merçee; eu lhe faço e outorgo do dicto paul pura doaçam antre viuos valedoira pera todo senpre, em tal guisa que elle faça delle e em elle como de sua cousa propria e isenta e que possa dar e doar e vender em alhear e trocar e escaibar e leixar per aquelle modo e maneira que por bem teuer, com tal condiçam que senpre o dicto paul ande juntamente em hũa pesoa soo, a quem o elle queira dar ou doar ou leixar ou vender ou trocar, per tal maneira que nunca em algũu tempo possa seer partido antre herdeiros nem molher rreçebida per via de casamento. E esto porque soo[m] çerto, assy per homeens antigos, que teem rrazam de o saber, como per pratica e experiençia de fecto que eu vy e ja aconteçeo per mujtas vezes a outros, que todos os pauees en que auya partiçam logo eram perdidos, porquanto os herdeiros a que parte perteeçe sse nom querem ajuntar a adubar as valas, e portanto sse perdem muito de ligeiro, por a gram vista e rrepairamento que ham mester as dictas valas, o que se nom pode assy fazer quando muitos teem parte.

E porem, com estas condiçõoes lhe faço a doaçam sobredicta e mando que assy ho aja pera todo senpre, como dicto he, segundo todo esto sse contem em hũa carta doutorgamento que lhe he dada per o dicto ssenhor rrey e a rrainha e prinçepe, meus senhores (3). E, em testemu-

(2) No ms. sempre *Traada*, por *Traaua*, como se lê nos demais textos; pelo que corrigimos.

(3) Alusão ao documento seguidamente lançado.

Copyrighted material

nho desto, lhe dey esta mjnha carta, asijnada per mjm e aseelada do meu seello.

Fecta em Montemoor o Nouo, xxbj dias de mayo. Joham de Basto a fez. Ano do Senhor de mjl e iiij^{c} xxx seis anos.

(*as.*) J. d. a. (4).

116

26 MAIO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar, juntamente com a rainha D. Leonor e o infante D. Afonso, a D. Fernando de Castro, do seu Conselho e governador da casa do infante D. Henrique, a doação que este lhe fizera do paul de Boquilobo, junto a Torres Novas, nas precisas condições da doação, o qual fora doado de sesmaria ao dito infante por el-rei D. João I, por haver então mais de 40 anos que não era aproveitado (1).

BSGL., *Colecção Vidigueira*, maço 1, n.º 7, original em pergaminho, com selo de cera das armas régias envolto em pergaminho e pendente de fita de algodão azul e branca, — texto que se reproduz; ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 193 v.; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 172; em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 291 v.; e liv. 3, fl. 236 v.; e *Estremadura*, liv. 11, fls. 52 v. e 124.

Publicada por VIRGINIA RAU, *Sesmarias medievais portuguesas*, pp. 165-66, segundo a cópia da chancelaria eduardina.

---

(4) Jfante dom Anrrique.

(1) Cfr. o documento anterior e os ali citados. Em 4 de Junho seguinte, D. Fernando de Castro, no instrumento de contrato de casamento de seu filho D. Álvaro com D. Isabel de Cascais, doou ao novo casal, em sua vida, tanta terra do paúl em referência que dele pudessem colher, anualmente, 100 moios de trigo e, para depois da sua morte, todo o dito paul, a eles e herdeiros. O contrato foi celebrado em Montemor o Novo, na presença de el-rei, da rainha e do infante D. Henrique, entre o citado D. Fernando e D. Afonso de Cascais, pai de D. Isabel. (O documento, extraído do arquivo da Casa de Cascais, foi publicado por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 6, provas do liv. 13, n.º 13). Era aquele D. Afonso filho bastardo do infante D. João e neto de D. Inês de Castro, casado em 1408, em primeiras núpcias, com D. Branca da Cunha, filha do Dr. João das Regras, ao qual el-rei D. João I, em 4 de Julho daquele ano, doara em casamento 7.000 dobras de ouro para compra de herdades; e, por não lhas poder dar, entregou-lhe os reguengos de Algés, de Oeiras e todos os mais de ribamar, termo de Lisboa (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 103 v.). No aludido contrato de 1436, D. Afonso doou a sua filha, em dote, o reguengo de a par de Oeiras. Sobre o assunto pode ver-se também B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, pp. 353-54.

Copyrighted material

Dom Eduarte, pella graça de Deus rrey de Portugual e do Alguarue e senhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos fomos çerto que o muy vituriosso e de grandes uertudes elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, foy rrequerido per o jfamte dom Anrrique, meu muyto preçado e amado yrmãao, que lhe desse, de sesmaria, o paul de Boquilobo, que he açerqua de Torres Nouas; porquanto, em outros tempos soya seer laurado e aproueitado e que auja quareenta annos e mais que o nom era, do que vijnha perda aa terra, e, porquamto o elle emtendia de mandar abrir e aproueitar, que nom possese duujda a lho dar.

E, amte que per o dicto senhor lhe fosse outorgado, elle mandou fazer editos nas villas e lugares em cujos termos o dicto paul jaz pera, se alguus teuesem alguuas herdades em elle, que as aproueitasem ataa çerto tempo e senom que as daria de sesmaria. Os quaees editos forom fectos e passou o tempo que asijnado fora e muito mais a que as auyam daproueitar e nom as aproueitarom; por a qual rrazom e por o dicto paul ser aproueitado e aos da terra e comarqua se seguir proueito, prouue ao dicto senhor de o dar de sesmaria ao dicto jfamte. E fomos çerteficado que logo lho deu.

E, despois que lhe asi per el foy outorgado, o dicto jfamte escambou o dicto paul com dom Fernando de Crasto, gouernador de sua casa e do nosso conselho, por o paul de Traaua, que lhe o dicto senhor deu tanbem de sesmaria, segundo o dicto dom Fernando dezia. O qual comtrauto de escanbo foy fecto e per nos confirmado e autorizado e fica dello carta ao dicto dom Fernando, sijnada per nos e seelada do nosso seello, demarcando nos porem primeiramente o dicto paul de Boquilobo per certas demarcaçooes, comthudas na dicta carta que asi o dicto dom Fernando de nos ouue. E somos çerteficado que, por bem do dicto escanbo, ouue logo o dicto dom Fernando a posse e corporal posisom do dicto paul de Boquilobo e o posoyo per alguus tempos.

E, veendo o dicto meu jrmãao como o dicto dom Fernando ouuera e posoya o dicto paul de Boquilobo que lhe elle asi dera em escanbo e commo elle comprira o comtrauto de sua parte e o dicto dom Fernando nom lhe dava o dicto paul de Traaua, porque o asi escanbara, nem compria o dicto comtrauto de premudaçom ou escanbo de sua parte nem o podia dar nem comprir, porque nom tijnha carta delrrej seelada, per que o dicto paul de Traava lhe fosse dado nem outorgado; portamto o dicto meu yrmãao deitou mãao por o dicto seu paul de Boquilobo e ouue por filhada a posse delle e ouve o dicto contrauto descanbo por nehũu, por o dicto dom Fernando o asi nom comprir da sua parte nem poder comprir. E por tal foy auudo e a nos noteficado e nos por nehũu ho ouuemos, presemte o dicto dom Fernando, que sobrelo compridamente foy ouuydo, e o ouuemos por nehũu e de nehũu vallor, asi como [se] nunca fosse fecto.

E ora nos foy dicto pello dicto jfante meu yrmãao que, consijrando elle os muytos seruiços que lhe o dicto dom Fernando tijnha fectos e nom çessa cada dia de fazer, querendolho gallardoar com merçees, elle era mouijdo, com justa rrazom, a lhe fazer doaçom e merçee do dicto paul de Boquilobo, porem com çertas comdiçooes, se a nos prouuese e o quisesemos aprouar e dar a ello nossa autoridade e comsentimento. As quaees decrarando, disse que elle conssijrara e fora çerteficado, asi per homees antijgos que teem rrazom de o saber, como per pratica e experiençia de fecto em seu tempo e que acomteçera a outros no seu tempo damtes elles, que todos os pauus em que auja partiçom logo eram perdidos, porquamto os herdeiros e outros a que parte perteeçe se nom querem ajuntar a adubar vallas, e portamto se perde mujto de ligeiro, por a gram vista e rrepairamento que ham mester as dictas vallas, o que se nom pode assi fazer quando mujtos teem parte. E porende sua voontade era dar o dicto paul ao dicto dom Fernando com tal condiçom que nunca em algũu tempo fosse partido nem comũu antre herdeiros, nem molher, mas sempre amdase em huua pessoa soomente, o que a nos pareçeo e pareçe mujto rrazoado.

Porem logo em nossa presença, o dicto meu yrmãao, com nosa autoridade e comsentimento, fez liure e pura doaçom, valledoira antre viuos, pera todo sempre, pera elle e seus herdeiros e sobçesores, do dicto paul de Boquilobo, ao dicto dom Fernando com todos seus dereitos e perteenças e dereytos com proueitos per aquellas demarcaçooes que per nos foy demarcado, segundo na dicta carta que de nos ouue o dicto dom Fernamdo he comthudo, com tal comdiçom que elle o possa dar, doar, vender, escambar assi como sua cousa propia; porem, que nunca possa ser partido nem comunjcado antre herdeiros nem outra algũua pessoa, mas sempre ande em hũua pessoa soomente, e o dicto dom Fernando o aja e logre e posua em dias de sua vida assi como sua coussa propia e despois de sua morte o possa dar, se quiser, a hũu seu filho somente, qual elle quiser e por bem teuer e lho der ou nomear em sua vida ou outra persoa qual quiser ou a filha, de guisa que a hũu nom seja, per esta doaçom, moor dereito aquerido que a outro, saluo soomente aaquelle a que o elle der ou nomear ante de sua morte. E, pasando o dicto paul a cada hũu de seus filhos, segundo per elle for ordenado ou ordenar que o aja, que de hi en diante asi passe a seus herdeiros e sobcesores em hũua pessoa soomente, en tal guisa que nunca venha em partilha. E com tal comdiçom lhe fez a dicta doaçom. E pediunos o dicto jfamte, meu jrmãao e o dicto dom Fernando, que asi lho comfirmasemos com a dicta comdiçom, porquamto de o asi auer e açeptar era comtente.

E nos, veendo o que nos assi o dicto meu jrmaao pedia e querendo fazer graça e merçee ao dicto dom Fernando, a que mujto obrigado somos, consijradas mujtas legitimas rrazooes que nos mouem a lho fazer, emssenbra com a rrainha dona Lianor, minha molher, e o primçipe dom Afomso,

nosso filho primogenjto, que a esto presemtes forom e comsemtirom, lhe aprouamos e autorizamos a dicta doaçom asi comdiçionada e a auemos por boa. E queremos e mandamos que o dicto dom Fernando e seus herdeiros e sobçesores ajam e posuam o dicto paul de Boquilobo com saas perteenças, emtradas e saidas per as dictas deuisooes e marcos per nos demarcados e segundo na outra nossa carta, que o dicto dom Fernando tem, he comthudo e com a comdiçom e modo sobredicto em esta presemte. E faça em elle e delle como de sua propia cousa, como dicto he, rresaluando em esto nossas jurdiçooes e dereitos e da dicta rreina.

E porem mandamos a todollos correjedores e justiças, ofeçiaaees e pessoas que esto ouuerem de veer que lhe compram e guardem e façom comprir e guardar esta nosa carta de doaçom e aprouaçom, comsemtimento e autoridade como em ella he conthudo, em todo e per todo, porquamto he nosa merçee de asi ser fecto sem outro nehũu embargo que lhe sobrelo seja posto. E, por sua segurança, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijnada per nos e seellada do nosso sello pemdente.

Damte em Montemoor o Nouo, xxbj dias de mayo. Martim Gil a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl quatroçentos trijnta seis anos.

(*as.*) ElRey (*as.*) A Reynha

Na margem inferior: Confirmaçom do paul de Boquilobo fecta por a carta que elrrey glosou.

117

1 JUNHO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, até 18 homens que hão de andar na armação dos atuns e corvinas no Algarve (1).

---

(1) Por carta de 25 de Setembro de 1433, el-rei D. Duarte concedera ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê fosse, que só ele ou a quem ele desse licença pudesse pescar atum no reino do Algarve e ainda os direitos e rendimentos régios da mesma pesca, excepto a sisa do peixe que vendesse, a qual ficara reservada ao monarca (Cfr. o DOC. 76 do nosso vol. 4). No documento não se fala, porém, nas corvinas, de cuja pesca na mesma zona parece haver o infante detido o exclusivo enquanto viveu (Cfr. DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 77-78), posto não se conheça a respectiva carta régia de doação.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39 v., — texto que se reproduz, inserta na de confirmação afonsina de 8 de Março de 1449, e liv. 19, fl. 19 v., inserta na da regência de 12 de Abril de 1439.

Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 406, doc. 24.

Dom Eduarte, etc.

A uos, noso corregedor do dicto rregno do Algarue e a todolos outros juizes e justiças e ofiçiaaes dele, que ora som e ao diante forem e esto ouuerem de veer per qualquer gisa que seja, a que esta carta for mostrada ou trelado della em pubrica forma, saude.

Sabede que o jfante dom Henrrique, meu jrmãao, nos pedio que lhe priuiligiasemos ataa xbiij° homeens que no dicto rregno (2) ham dandar, na armaçom dos atuns e corujnas. E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e mandamosuos que aqueles que fordes çertos, per aluaraes do dicto jfante, sinados per sua mãao, que som armadores dos dictos atuns e corujnas ata o conto dos dictos dezoyto, nom costrangaaes nem mandees costranger que siruam nem pagem em nẽhũs encarregos e seruidõoes do dicto conçelho, saluo em pontes e fontes e calçadas e nas outras cousas em que seruem e pagam os lauradores dos fidalgos encabeçados (3) e dos nosos uasalos, porque de todalas outras cousas os auemos por priuiligiados, asy como elles.

Outrosy, mandamos que nom pousem com elles, em suas casas de morada, nem lhes tomem rroupa de cama nem alfayas de casa nem outra nehũa cousa do seu contra sua vontade.

E outrosy, per esta carta, lhe damos liçença e lugar que seguramente, per todos nosos rreynos, posam trazer suas armas, sem enbargo da nosa defesa nem hordenaçom. E nom lhas filhem nem coutem nem façam outro nehũu desagisado, contanto que as nom tragam de noyte, aas desoras, nem de dia fazendo com ellas o que nom deuem. E, por suas guardas, lhe mandamos dar esta nosa carta, asinada per nos e aselada do noso selo. Vnde al nom façades.

Dante em Montemoor [o] Nouo, primeiro dia de junho. Lopo Afonso a fez. Ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iiij° xxxbj anos.

---

(2) Do Algarve.

(3) No liv. 19 *lauradores encabeçados dos fidalgos*. O adjectivo refere-se de facto a *lauradores* e não a fidalgos.

118

8 JUNHO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a coutar a Gonçalo de Pina, escudeiro, criado do infante D. Henrique, herdade sita a duas léguas da cidade de Evora, para o lado de Viana, a qual seu sogro, João Esteves Lourinho, vassalo de el-rei, lhe doara em casamento e havia sido coutada àquele, em sua vida, por el-rei D. João I (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 196 v., texto que se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 6, fl. 181 v. (aqui datada de 1426, por haverem raspado o primeiro *x*) e fl. 227 v. Não reproduzimos a carta joanina por ela não interessar directamente à presente colectânea documental.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 497, n.º 819.

Dom Eduarte, etc.

A uos, jujzes da nossa cidade dEuora, e a todalas justiças dos nossos regnos e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer, saude.

Sabede que da parte de Gonçallo de Pina, scudeiro, criado do jffante dom Anrrique meu jrmãao, que mujto prezamos e amamos, nos foy mostrada hũa carta do muj virtuoso rrey dom Joham meu senhor e padre, cuja alma Deus aia, seelada do seu seelo pendente, asignada per Fernam Gonçalluez, licenciado em leis, e per Vaasco Gil de Pedroso, escollar em leis, do seu desembargo, fecta per Gonçalo Afonso, em Sintra, xb dias de julho da era de Cesar de mjl iiij^{c} Riij annos, da qual o theor, de uerbo a uerbo, tal he.

Segue-se a transcrição da carta joanina de 15 de Julho de 1405, passada a João Esteves Lourinho, vassalo de el-rei, residente em Evora, a coutar-lhe a mesma herdade.

E emujounos dizer o dicto Gonçallo de Pina que o dicto Joham Steuez (2) lhe dera a dicta herdade em casamento com hũa sua filha, com que ora he casado; e que nos pedia que mandasemos que a dicta herdade fosse coutada a elle pella guisa que o era ao dicto Joham Steuez, seu sogro.

---

(1) A este mesmo escudeiro henriquino se referem os DOCS. 53 do nosso vol. 3 e o 79 do presente volume, assim como outros posteriores, que em seus lugares serão lançados.

(2) Joham Steuez Lourinho, seu sogro.

E nos, visto seu requerimento, nom embargando que a dicta coutada se nom estendia mais que na ujda do dicto Joham Steuez; querendolhe fazer graça e mercee, a nos praz que a dicta herdade seia a elle coutada pella guisa que o era ao dicto seu sogro e na dicta carta faz mençam. Porem uos mandamos que lhe conpraaes e guardees e façaaes conprir e guardar segundo em ella he contheudo. Vnde al nom façades.

Dante em Montemoor o Nouo, biij dias de junho. Elrrey o mandou. Fernam Gil a fez. Era do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° xxxbj annos.

119

19 JUNHO 1436

Letras Litteris tuis, *do papa Eugénio IV ao rei D. Duarte, que lhe pedira nomeasse D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, para visitador e reformador das igrejas e lugares eclesiásticos de Portugal, a dizer-lhe que, devendo estar a chegar os seus enviados, por certas razões trataria do assunto com eles presentes* (1).

ASF., *Badia Fiorentina*, X/25, em pergaminho, — texto que se reproduz; AV., *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 99, em cópia do século XVI.

Editadas por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 144. Reveladas e sumariadas por DOMINGOS MAURICIO, *O Infante Santo Cardial*, p. 33.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Litteris tuis, fili carissime, quas dudum cum alijs nonnullis accepimus, nos requiris ut dilecto filio Gometio, abbati Sancte Marie Florentinensis, apud celsitudinem tuam nuntio nostro, uisitandi et reformandi ecclesias et loca ecclesiastica in regno tuo facultatem tribuere uelimus.

(1) Alusão aos embaixadores de Portugal ao concílio de Basileia, sob a chefia do conde de Ourém, os quais passaram por Bolonha, em visita ao pontífice, aonde chegaram em 24 de Julho seguinte (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, t. 2, pp. 464 e ss. e a bibliografia ali aduzida).

Ceterum, cum oratores tuos ad nos uenturos in dies expectemus, negotium ipsum, nonnullis rationibus animum nostrum mouentibus, usque ad illorum aduentum proferre decreuimus, quid in ea re melius uisum fuerit, illis presentibus, disposituri.

Datum Bononie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, tertiodecimo kalendas julij, pontificatus nostri anno sexto.

Jo. de Steccatis.

Fora: Carissimo in Christo filio Eduardo / Portugalie et Algarbij regi jllustri.

120

19 JUNHO 1436

Letras Inter nonnullas litteras, *do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a mostrar-lhe a sua satisfação por ele, tanto nas cartas que lhe enviou por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, como em resposta a outra sua, não haver acatado o decreto contra a percepção das anatas, menos honesta e razoàvelmente promulgado no concílio de Basileia* (1).

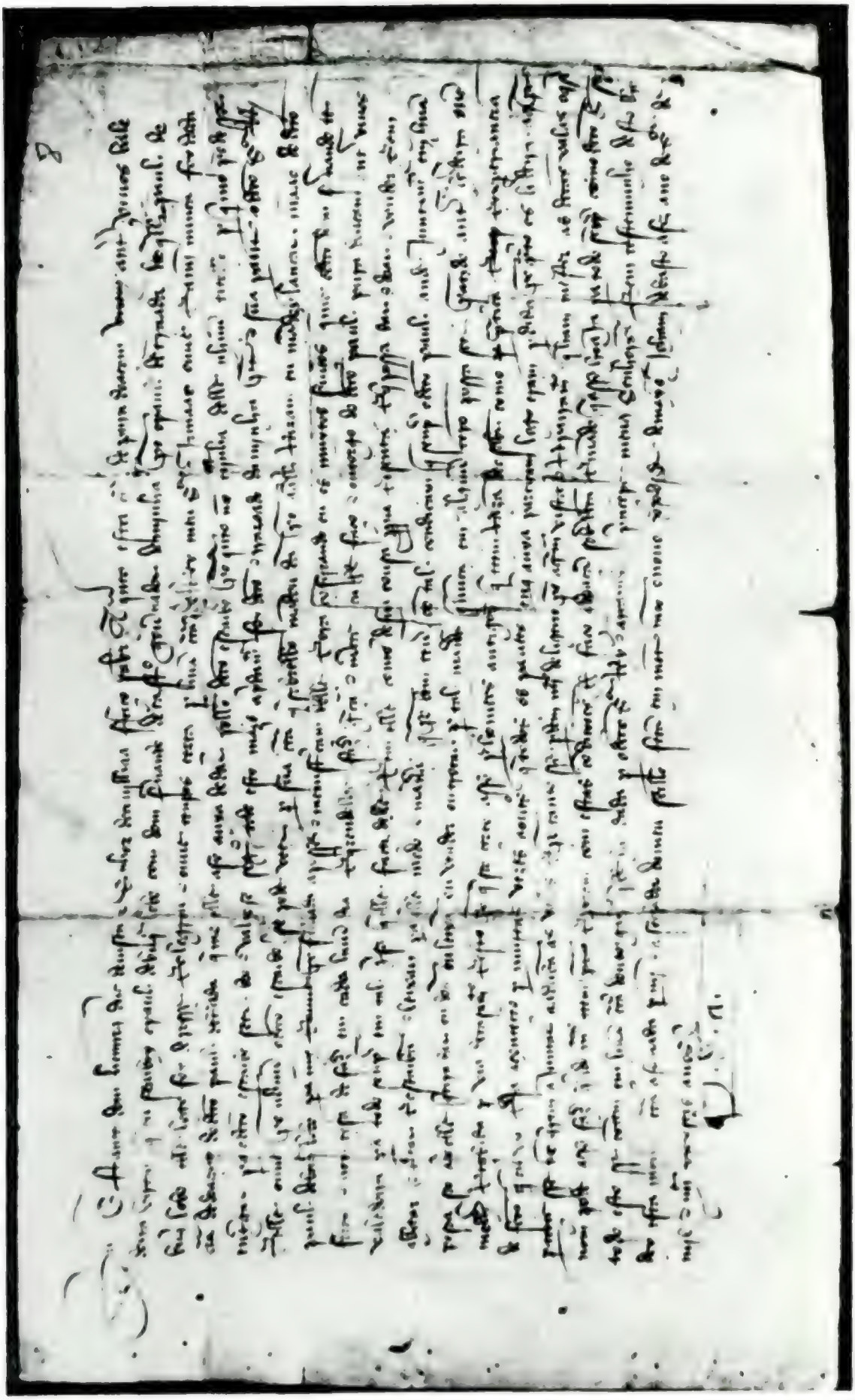
ASF., *Badia Fiorentina, X/24*, em pergaminho, certamente um duplicado, — texto que se reproduz; AV., *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 100, em cópia do século XVI.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

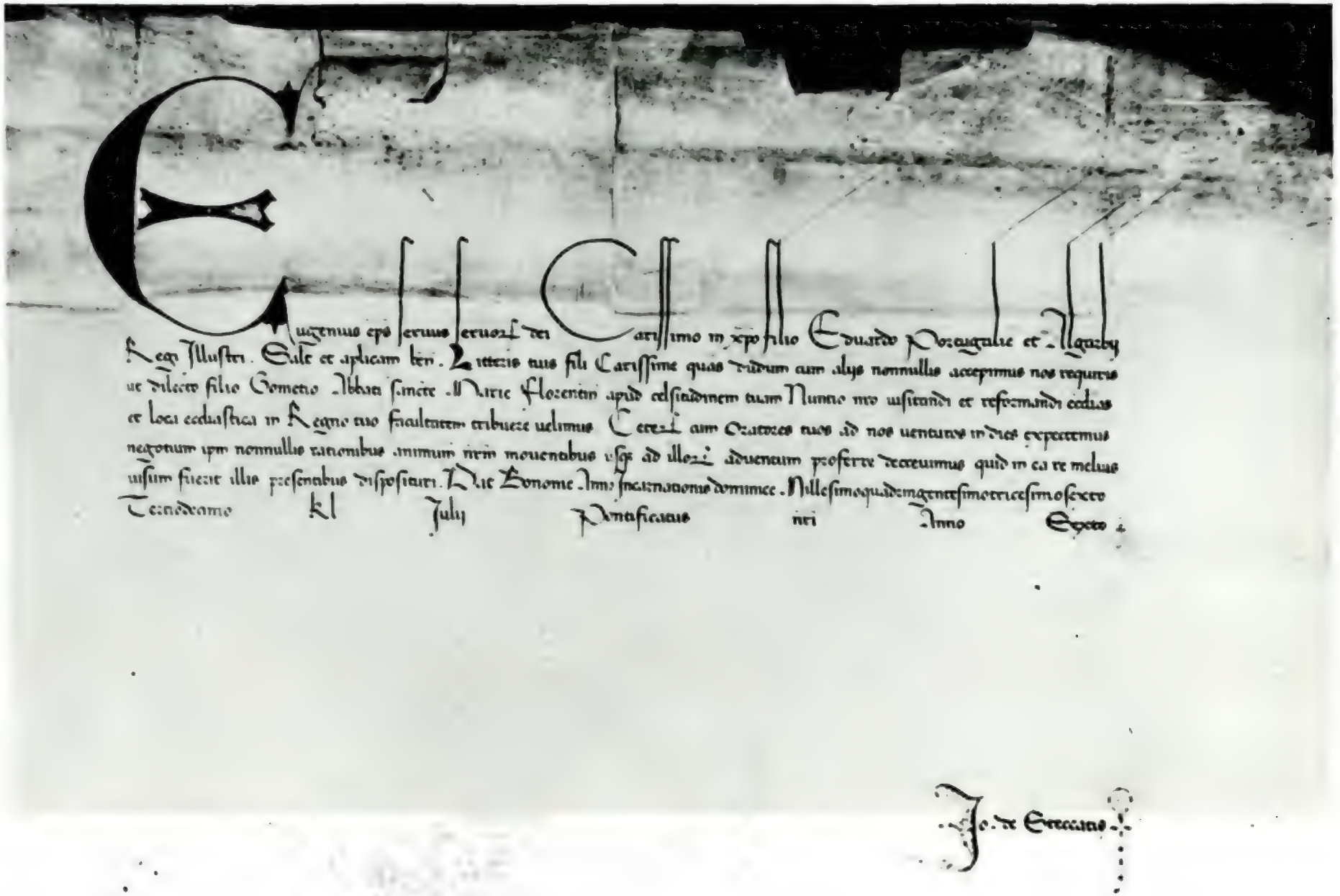
Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Jnter nonnullas litteras quas nuper a tua serenitate recepimus, ille nobis gratissime fuere quibus decretum de annatis non recipiendis, in concilio Basiliensi minus honeste et rationabiliter editum, te non recipere responsum reddidisti, tam per dilectum filium Gometium, abbatem Sancte Marie Florentinensis, nuntium nostrum, quam per nostras litteras requisitus.

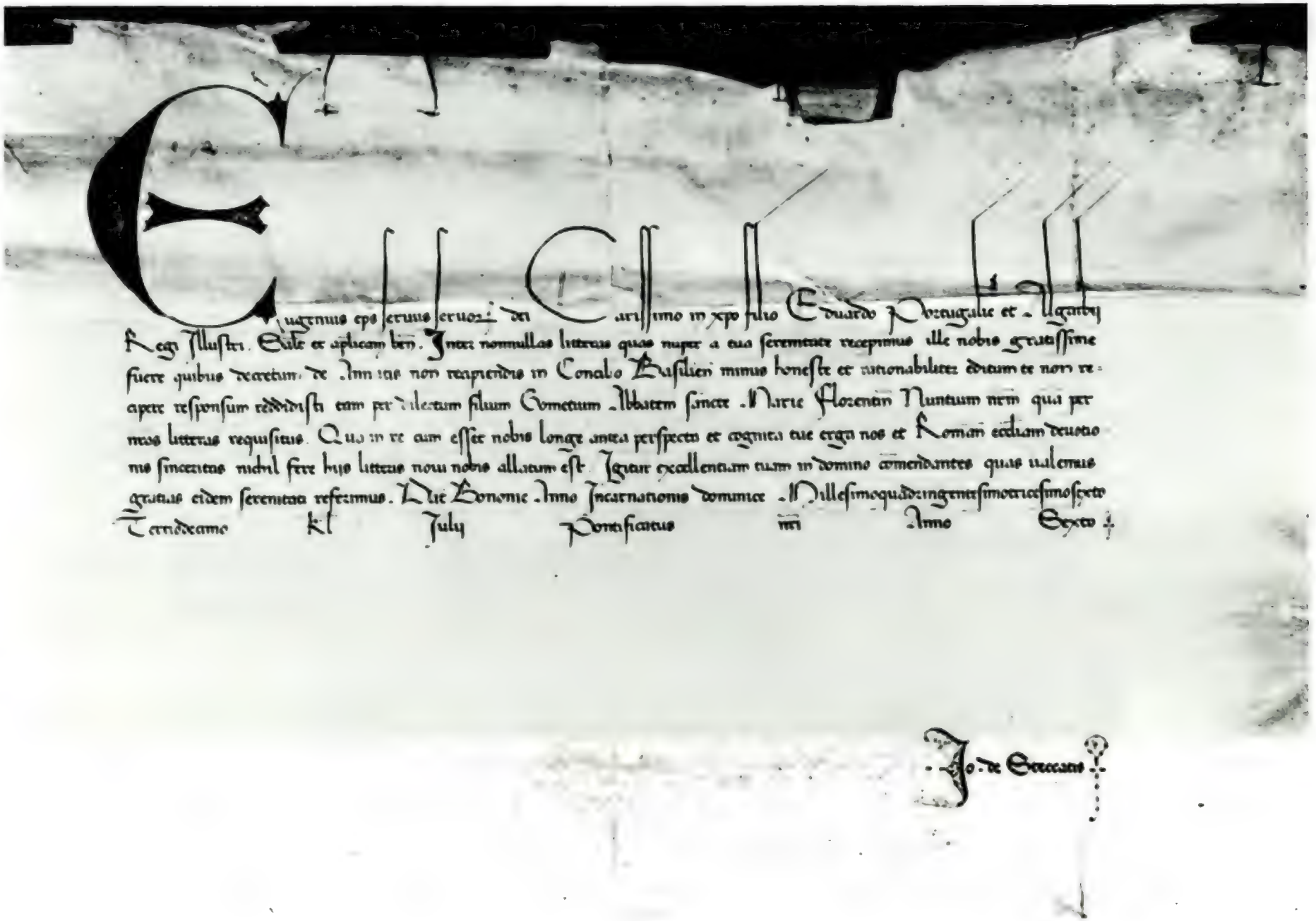
(1) Sobre o assunto veja-se a nota ao nosso DOC. 84.



Est. IV. — Doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique, em 1436 (Doc. 115).



Est. V. — Letras *Litteris tuis* do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 119).



Est. VI. — Letras *Inter nonnullas*, do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 120).

Qua in re, cum esset nobis longe antea perspecta et cognita tue erga nos et romanam ecclesiam deuotionis sinceritas, nichil fere hijs litteris noui nobis allatum est. Jgitur, excellentiam tuam in Domino commendantes, quas ualemus gratias eidem serenitati referimus.

Datum Bononie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, tertiodecimo kalendas julij, pontificatus nostri anno sexto.

Jo. de Steccatis.

Fora: Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi jllustri.

121

[1436]

Queixas formuladas pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ou em seu nome, ao papa Eugénio IV contra el-rei D. Duarte, acusando-o de coarctar as liberdades da igreja e de prejudicar a diocese Bracarense em seus rendimentos e no senhorio da cidade (1).

(1) Não leva o documento, nesta cópia, data nem assinatura; localizamo-lo, contudo, neste ano, atentos os textos pontifícios seguidamente lançados e os referenciados; dirigidos ao arcebispo de Braga sobre o assunto. Que seja este o queixoso infere-se do título e do conteúdo do documento. D. Fernando da Guerra era filho de D. Pedro da Guerra, bastardo do infante D. João, e de D. Maria Anes, bisneto, pelo lado paterno, de D. Pedro e de D. Inês de Castro, e neto, pela mãe, D. Teresa, de João Fernandes Andeiro, conde de Ourém: Sendo chanceler-mor de el-rei D. João I, ascendeu a bispo de Silves em 1409, transitou para a diocese do Porto em 1414 e para a arquidiocese de Braga em 15 de Dezembro de 1417, onde faleceu em 1467 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 1, pp. 144, 407 e 452, e vol. 2, p. 110). Sobre o mesmo podem ver-se também: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja de Portugal*, t. 2, especialmente as pp. 540 e ss., e Mons. J. AUGUSTO FERREIRA, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, t. 2, pp. 249 e ss.; e B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 2, pp. 150-151 e 350-51.

Ao ocupar-se das relações da coroa portuguesa com a Santa Sé e com o clero nacional nesta época, FORTUNATO DE ALMEIDA aludiu aos desentendimentos da cleresia com el-rei D. João I e à concordata firmada entre os mesmos em Santarém, a 30 de Agosto de 1427 (Cfr. *Historia*, t. cit., pp. 235-36); mas nada disse o autor a respeito da atitude de el-rei D. Duarte, sem embargo de a presente bula se achar já então sumariada no *Quadro elementar*, t. 10, pp. 8-9. Mons. AUGUSTO FERREIRA sublinhou, porém: — «Apezar da Concordia de Santarem entre D. João I e o Episcopado portuguez, os vexames e oppressões ao Estado ecclesiastico repeti-

Copyrighted material

BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, vol. 2, p. 379, cópia coeva, em papel, conservada no espólio de D. Gomes, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença.

Estes som os agrauos que elrrej faz contra a egreia de Bragaa.

Jtem, affirma seer juiz hordinajro da pessoa do arçebispo em quaeesquer auçõees perssoaaes, crimes e çiuees, porque nom tem aquj no rregno subprior, per que sse segue que o papa nom sseja seu juiz e perca o priuillegio e honrra que teem todollos outros clerigos e bispos. E assy ficaria todo ssobiecto e da jurdiçom delrrej, o que o papa e egreia de Roma nom ha de consentir, e he grande abusom e exhorbitançia. E posse, custume nem prescripçom em tall fecto nom sse poderia causar.

Jtem, conhoçe das scomunhõees e jnterdictos; e, per cartas e sentenças abertas e seelladas, pronunçia e declara serem jnjustamente scomungados e jnterdictos.

---

ram-se no reinado do seu filho e successor D. Duarte; e, assim, Eugenio IV em 19 de Junho de 1436 endereçou a D. Duarte a Bulla *Nonnullorum querellis*, em que lhe requeria que não fizesse nem consentisse fazer coisa alguma contra a liberdade ecclesiastica, principalmente na matéria de padroados dos Beneficios, mas antes a favorecesse, e, se, porventura, alguma contenda sobre ella houvesse, o Pontifice desejaria ser seu juiz. Em 15 de Novembro do mesmo anno o sobredito Papa expediu a Bulla *Inter ceteras graviores*, dirigida a El Rei Duarte para se abster das violencias que fazia ao Clero, e no dia 20 do referido mez enviou a Bulla *Cupientes prout ex debito* a D. Fernando da Guerra, incluindo uma copia da citada Bulla para mandar a El Rei. Em 10 de Janeiro do anno seguinte de 1437 Eugenio IV pela Bulla *Non potuimus tandem* annullou as leis e ordenações do Estado contra a liberdade ecclesiastica» (*Fastos Episcopaes*, pp. 262-63, onde o autor cita a *Colecção cronológica* e o *Rerum memorabilium* do ADB.).

Mons. FERREIRA não conheceu o documento ou letras que hoje editamos. Das bulas por ele referenciadas damos apenas a *Nonnullorum querelis*, também publicada agora pela vez primeira, — o documento seguinte. As demais conservam-se no referido arquivo, secção de *Bulas*, caixa 4. Cumpre adicionar-se-lhes as letras *Ad sacram Petri sedem* do mesmo pontifice, sobre o assunto, datadas de 8 de Janeiro de 1437 (ADB., *Gaveta de noticias várias*, n.º 52). Em 5 dos rectrocitados mês e ano, el-rei D. Duarte endereçou carta a Aires Gomes da Silva, regedor da correição de Entre Douro e Minho, e aos demais corregedores e justiças, a dizer que «por alguas rrazoees que nos entom mouerom, mandamos fazer certos procedimentos contra dom Fernando, arçebispo de Bragaa, meu sobrinho, e contra os seus, priuandoos de quaeesquer ofiçyos e priuilegios que teuesem e que nom fossem rreçebidos ao rregimento e ofiçios dos conçelhos e lugares onde morassem, assegundo mais conpridamente ne contheudo nas cartas e mandados que uos entom sobrello enuyamos», as quais agora revoga (ADB., *Colecção cronológica*, caixa 25, original em pergaminho, com assinatura régia).

Jtem, manda aos prellados e uigairos que abssoluam os scomungados e alleuantem os jnterdictos; e, nom o fazendo, que os ha por çitados que, a çerto dia, pareeçam perante elle e seus desembargadores, pera mostrar como scomungam e porque. E, sse o nom querem fazer, os manda condepnar em çerta ssoma douro e djnheiro e lhes manda tomar as rrendas, ataa que, per força e medo, os faz absoluer, ssem contriçom nem satisfaçom, o que he contra a ley de Deus. E taaes nom ssom abssoltos, mais som outra uez scomungados e quem o assy manda fazer.

Jtem, ssobre quallquer cousa manda aos prellados e uigairos e defende que nom conhoçam mais dos fectos que perteeçem aas perssoas leigas, posto que, em mujtos casos, a jurdiçom perteença aa igreia. E, posto que os prellados achem que o conhoçimento, em tall caso, perteença aa egreia, mandaos logo çitar que, per pessoa ou seu procurador, uãao aa ssua rrellaçom ou perante seu juiz, pera lhe mostrarem como a jurdiçom perteençe a elrrej; e assy se faz subprior da egreia. E com estes medos e terrores e despesas e trabalhos leixam antes perder as jurdiçõees nem ousam ja de conhoçer de nẽhũu fecto que perteença a perssoa leiga, ajnda que seja sacrillegio, nem quallquer outro crime ecclesiastico. E de todo quer tomar a jurdiçom.

Jtem, o peor que he nom eujta nem manda eujtar os scomungados, ante manda que partiçipem com elles e os nom ajam por scomungados. E assy lhes faz perder suas almas em pecado mortall. E, per este aazo, os leigos despreçam o pecado e a obediençia de Deus e da sancta egreia. E assy sse perde todo o senhorio e a rreuerença da egreia e os homeens sse dessoluem em tanto mall, que sse podem geerar grandes heresias. E estas cartas, que assy manda o dicto ssenhor, sse dam geeralmente a quaeesquer scomungados que as rrequerem. E, per este aazo, ajnda que a egreia proçeda contra os partiçipantes, nom curam dello cousa e nom sse ham por scomungados. E ajnda sse metem nas egreias e toruam os ofiçios diujnos e, de praça, dizem que sse nom ham por scomungados, pois elrrej manda que o nom sseiam. E assy as chaues de Deus e da egreia, de ssoltar e legar, som na mãao delrrej.

Jtem, costrange os abbades e prellados dhirem perante ell e seus juizes litigar sobre os padroados das egreias. E mujtas uezes lhes manda tomar liuremente os beneficios e as rrendas delles, dizendo que acha em seus liuros que os padroados ssom seus. E assy os sbulha de seus beneficios, de que estam em paçifica posse, sem os mais mandar çitar perante seus prellados, a que, de dereito, perteençe o conhoçimento dos padroados.

Copyrighted material

Jtem, manda, per suas cartas, aos jujzes leigos que ponham perssoas leigas por jconemos nas egreias, que as façam serujr no sprituall e temporall e rreçebam as rrendas ataa ueerem seu mandado.

Jtem, cada dia aconteçe que os prellados e uigairos, por algũus crimes ecclesiasticos de que a elles perteençe o conhoçimento das perssoas leigas, dandolhes penjtençias pecunjarias ou outras temporaaes que, pellos corpos, ajam de conprir, o que o dereito outorga e lhes da poder; e, como sse agrauam a elrrej, logo manda que nom conpram a dicta penjtençia nem paguem djnheiro nem outra cousa. E assy nom satisfazem nem som abssoltos. E com tall esforço sse leixom jazer em pecado e scomunhom. E o prellado nom ousa declarar serem tornados na scomunhom nem contra elles proçeder. E esto he hũu dos grandes malles que sse faz, que, sse a egreia nom pode dar penjtençia, çessa o prinçipall sacramento e o poderio de legar e soltar. E os leigos nom sse enpacham nemjgalha de cousa que seja nem ham temor da egreia.

Jtem, allem destes agrauos que toquam aa egreia toda unjuersall, ajnda que a mjm em spiçiall aconteçesse e platicasse per uezes, e assy creeo que faria a algũus outros prellados, porem a mjm em spiçiall ssento hũu muj grande agrauo sobre o contracto do scainbo que he fecto antre esta egreia e elrrej sobre o ssenhorio desta çidade, no quall scainbo elle sse faz juiz e determjna todallas duujdas como lhe praz, seendo parte, nem rreseruando pera ssy algũa jurdiçom nem conhoçimento. E assy a egreia em todo he forçada. E ajnda agora mandou tomar parte das rrendas que tijnha dadas em Lixboa, de que a egreia staua em posse passa de xxx annos(2). E esto, pois he ssenhor e juiz, pode forçar com cauillações de dereito. E por mujtas uezes lhe alleguej e rrequeri que o conhoçimento deste scainbo perteençia ao sancto padre, nom me uall cousa. E esta perda he tam grande, que nom sse deue passar ssem algũu rremedio e conuem auer sobresto juizes apostollicos.

Jtem, outros mujtos casos hij ha em que, cada dia, sse husurpa a jurdiçom da egreia e ssobre que ja ouue grandes debates, a saber, que o dicto

(2) D. Fernando da Guerra alude aqui ao contrato firmado em Coina, a 10 de Janeiro de 1402, entre el-rei D. João I e o arcebispo de Braga, em que este cedeu àquele o senhorio e a jurisdição temporal da cidade metropolitana e de seu termo por 4.000 libras, consignadas em casas da Rua Nova e da Judiaria Nova de Lisboa, etc. (Cfr. o cit. vol. de *Fastos Episcopaes*, pp. 237 e ss.). Ao mesmo assunto respeita carta eduardina de 30 de Novembro de 1436, a ordenar se mantenha ao arcebispo, naquele contrato, a equivalência antiga da moeda, ou sejam 25 libras antigas por marco de prata (*Ibi*, pp. 239-40 e 263). Julgamos que assim respondeu o monarca à presente reclamação.

Copyrighted material

ssenhor afirma, quando algũus ffogem e sse acoutam aas egreias, que a elle perteençe examjnar os proçessos e mandar que lhe guardem o priujllegio da egreia ou nom. E ajnda as justiças ssobramente os tiram logo das egreias com as ymagens abraçadas e britando as portas. E sse o prellado quer proçeder, segundo o dereito manda, rreçebe delle mujtas enjurias e todauja a egreia he desonrrada e ujollada.

Jtem, toma conhoçimento dos rresidoos e legados leixados nos testamentos a causas piadosas, de que nom he duujda perteeçer o conhoçimento e disposiçom aa egreia. E da os dictos rresidoos pera os muros e pera quaeesquer outras cousas tenporaaes que lhe apraz. E põe juizes e assy a egreia perde ja de todo a dicta jurdiçom nem ousam os prellados poer em ello mãao, segundo lhe o dereito outorga.

Jtem, ajnda deffende, per hordenaçom, que os taballiãaes nom façam stormentos em que nẽhũa perssoa leiga sse obligue, per juramento ou per aa boa fe, porque em estes dous casos, ajnda que seja antre leigo e leigo, a egreia de juiz pera lhe ffazer conprir o juramento e a boa fe, per rrazom do pecado. Esso meesmo defende que sse nom possam obligar nem rrespondam perante a egreia. As quaees cousas som em odio da egreia e liberdade della. Porque mujtas cousas contractam os clerigos com os leigos, per esta gujsa, por auerem com elles dereito perante a egreia, o que nom podem acalçar perante o juiz leigo, que senpre, segundo dereito, ssom jnfestos contra a egreia. E taaes ordenaçõees assy per expresso contra a egreia e liberdade della, *directe uel indirecte,* per que ella nom possa seer em sua propria liberdade, ssom nẽhũas per dereito. E os que as fazem e consselham e scpreuem e publicam e husam dellas encorrem nas penas do dereito, se as nom rreuogarem ataa çerto tenpo.

122

19 JUNHO 1436

Letras Nonnullorum querelis, *do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe haverem-lhe chegado queixas contra o facto de o poder civil invadir no país o eclesiástico, revogando sentenças e censuras cominadas pelos prelados e pelos juízes competentes e sendo julgadas no foro secular as causas eclesiásticas, nomeadamente do direito de padroado, e citados perante a cúria régia os próprios arcebispos e bispos; e que, a ser assim, se*

Copyrighted material

abstenha de tais excessos e defenda as liberdades e imunidades da igreja, como príncipe tão amigo da Santa Sé, a quem deve recorrer em conflitos com prelados (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 367, fl. 15, — texto que se reproduz; *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 104 v., em cópia do século XVI; ANTT., *Bulas*, caixa 27, em cópia autêntica do século passado, extraída da fonte retrocitada.

Resumidas no *Quadro elementar*, t. 10, p. 8, sobre a citada cópia do ANTT., chama-se-lhes ali bula, e o mesmo título lhes deu, em seu breve resumo, PEDRO DE AZEVEDO, *A Colecção*, p. 198. Parece tratar-se, contudo, de carta particular de Eugénio IV, por isso sem as formalidades habituais das bulas.

Eugenius, etc.

Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi illustri, salutem.

Nonnullorum querelis, per hos dies, pulsati sumus serenitatem tuam quibusdam se negocijs, in regno tuo, ingessisse atque eciam cottidie ingerere, que, si uera essent, procul dubio uergerent in magnum dispendium ecclesiastice libertatis existimacionemque sublimitatis tue non leui infamia sigillarent, quod sane intelligimus non nunquam usu euenire, cum uel

(1) Cfr. o documento anterior, nomeadamente a sua nota 1, e também o subsequente. O presente diploma foi assinado pelo papa Eugénio IV em Bolonha, onde então residia, a 19 de Junho de 1436, mais de um mês antes de ali chegarem os embaixadores régios de Portugal ao concílio de Basileia, os quais atingiram a cúria pontifícia apenas em 22 de Julho seguinte (Cfr. o respectivo *Diário* em SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 5, provas do liv. 10, n.º 6). É possível que as acusações formuladas ao pontífice contra el-rei D. Duarte em nosso DOC. 121, as quais provocaram as presentes letras e as demais já citadas sobre o mesmo assunto, se devam não tanto ao arcebispo D. Fernando da Guerra quanto a Rodrigo Dias, deão da sé de Braga, ido para o concílio, como representante da diocese bracarense, no ano de 1433 (Cfr. a nota ao DOC. 59 do nosso vol. 4, e Mons. FERREIRA, *Fastos Episcopaes*, t. 2, p. 280), o qual efectivamente se encontrava em Bolonha em Julho de 1436, à chegada dos embaixadores portugueses e os acompanhou na recepção pontifícia, como consta do supracitado Diário. Somos levados a esta conclusão pelo facto de, no ano seguinte, el-rei D. Duarte se mostrar deveras agravado com o referido deão, como veremos, a ponto de, por exemplo em carta de 29 de Janeiro de 1437, dizer textualmente ao abade D. Gomes: — «Jtem, saberees quaees som aquelles nossos naturaees que estas jnfamjas andarom semeando. E, per nossa parte, os rreprendee, cada hũu segundo seu mereçimento. E em espiçiall dizee ao dayam de Bragaa que nos o conheçemos por tall, que a nos nom apraz que elle vjua nos nossos rregnos nem em elles aja beneficio» (BMLF., *Fondo Ashburnam*, cód. 1792, t. 1, p. 14).

improborum consilio etiam egregie animati principes fruuntur, uel cum, imprudencia quadam ducti, recte illa ad se pertinere existiment; sed utrumque summopere deuitandum est, ne incurras et, si incideris, quantum fieri humana ope potest, emendandum.

Querele, autem, de quibus loquimur, circa huiusmodi fere uersantur: sententias uidelicet et censuras ecclesiasticas, per prelatos et alios judices potestatem habentes inflictas, excellenciam tuam seu eius officiales examinare et, si uidetur, retractare et, quasi superior iudex, reuocare, falcem in alienam messem precipue immictendo, causas etiam et questiones juris patronatus, quas, cum ecclesiasticis rebus sint annexe, secundum iuris et sacrorum canonum dispositiones, ecclesiasticas esse constat, ad forum et iudicium tuum et eorum uendicare uos asserunt, nonnullos eciam ex venerabilibus fratribus nostris regni tui episcopis et archiepiscopis, ut ad tribunal tuum accederent citarj personaliter fecisse, in grande uilipendium et contemptum (2) summe ecclesiastice dignitatis (3). Que sane omnia, etsi in quocunque tyranno abominanda (4) essent, in rege, presertim cuius honor iudicium diligit, turpissima essent iudicanda. Neque enim solum sanctorum patrum decretis, sed ipsis seculi principum legibus monentur tam personas quam bona ecclesiastica precipua libertate et immunitate letari debere, grauissimasque penas et censuras in eos irrogare qui illa quoquomodo uiolauerint.

Jtaque, carissime fili, licet filialem obedientiam et deuocionem tuam erga nos, ecclesiam romanam et apostolicam sedem actendentes, vix possumus induci ut credamus huiusmodi querelas ueritatem continere. Si tamen uera sunt que obiciuntur, ut consulas saluti anime et existimacioni tue, quarum nos, pro singulari caritate qua tue sublimitati afficimur, libenter racionem habemus, serenitatem tuam requirimus et hortamur districte, nichilominus eidem mandantes quatenus talia deinceps nullo modo aut facias aut per officiales tuos aut quoscunque alios fieri permictas, quin pocius, pro conseruacione et defensione libertatis et immunitatis ecclesiastice, pro uiribus, operarj et agere uelis; si tamen cum dictis prelatis aliquando te aliquam controuersiam habere contigerit, ad nos, qui parati sumus cuique iusticiam ministrare, recurrere malis, quam tibi aliquid indebite uendicare, ex quibus, post eterna premia, apud nos et apostolicam sedem gratiam, penes ceteros laudem et gloriam consequeris.

Datum Bononie, anno jncarnationis dominice M° CCCC° xxxvj°, xiij kalendas julij, anno sexto.

---

(2) No ms. *contentum*.

(3) Como se vê, a carta pontificia vai seguindo o libelo acusatório constante do nosso documento anterior.

(4) No ms. *abhominanda*.

123

19 JUNHO 1436

Carta do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, da Ordem de S. Bento, a enviar-lhe cópia de carta que, na mesma data, expede ao rei D. Duarte e a ordenar-lhe que, em seu nome e por sua autoridade, paternalmente o advirta e exorte a que desista daquilo em que lhe fala, se é verdade, e acate a advertência pontifícia, como convém a reis católicos (1).

AV., *Vat. Lat.* t. 8031, fl. 104, em cópia do século XVI.

Dilecto filio Gometio, abbati monasterii Sancte Marie Florentinensis, ordinis Sancti Benedicti.

Dilecte fili, salutem et apostolicam benedictionem.

Super nonnullis nuper nobis de carissimo in Christo filio nostro Eduardo, Portugalie rege illustri, delatis querelis, paterna commoti caritate, sue serenitati rescribimus et literarum nostrarum copiam devotioni tue presentibus mictimus interclusam, eidem devotioni tue mandantes quatenus regem ipsum, nomine et auctoritate nostris, paterne moneas et horteris ut ab his que illi scribimus, si vera sunt, desistere effectualiter velit, monitis vero nostris, prout christianos catholicos principes decet, diligenter obtemperare.

Datum Bononie, sub anulo nostro secreto, die xviiii junii, pontificatus nostri anno sexto.

(1) Cfr. os dois documentos anteriores. D. Gomes achava-se então em Portugal.

124

3 JULHO 1436

Súplica de Luis de Guzmán, Mestre Geral da Ordem Militar de Calatrava, ao papa Eugénio IV, para que lhe restitua o direito de visita das casas das Ordens Militares de Alcântara, em Castela, de Avis, em Portugal, e de Montesa, no Aragão, interrompida, desde há alguns anos, por diversos impedimentos e causas, pelo que os respectivos freires se recusam a recebê-lo e tal visitação lhe foi ordenada, sob pena de excomunhão, pelo abade de Morimundo. Concedido (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 323, fl. 98 v.
Publicada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 145.

Beatissime Pater. Licet generalis magister Calatraue, Cisterciensis ordinis, de Alcantara, in Castelle, et de Abbis, in Portugalie, ac de Montesia, in Aragonie regnis, eiusdem milicie domos et fratres et personas uisitare consueuerit et in pacifica possessione vel quasi iuris visitandi, temporibus retroactis fuerit; pro eo, tamen, quod, ab aliquibus annis citra, magistri dicte milicie, domus et personas huiusmodi, propter nonnulla impedimenta ac alijs de causis, visitare non curauerint, preceptores ac superiores ac persone dictarum domorum deuotum oratorem vestrum Ludouicum de Gusmam, magistrum dicte milicie, ad visitacionem huiusmodi admictere renuunt et recusant, et, propterea, abbas de Morimondo, visitator eiusdem ordinis, dicto Ludouico, sub excommunicacionis pena, ut domus et personas prefatas visitaret mandauit. Et, ne occasione negligencie aliquorum dicte milicie magistrorum, domus et persone prefate inuisitate ac ipsarum personarum excessus et crimina remaneant impunita;

Suplicat eidem sanctitati dicus Ludouicus quatinus aliquibus in partibus illis commictere et mandare vt, si magistrum dicte milicie pro tempore

(1) Os «impedimentos e causas» aqui referenciados derivaram sobretudo do Cisma do Ocidente, que foi ocasião, para Portugal, de libertar da sujeição de Castela e da Ordem Militar de Calatrava territórios e pessoas nacionais. Como veremos documentalmente, Castela continuou a reagir contra a isenção dos territórios portugueses outrora sujeitos ao reino vizinho, qualquer que fosse o título da sua sujeição, e também contra a isenção da Ordem de Avis. Sobre esta pode ver-se o que dissemos a p. 105 do nosso vol. 1 e a p. 358 do vol. 4, com a bibliografia ali citada.

existentem ius visitandi domos et personas predictas habere uel ipsius milicie magistros, [qui] pro antea fuerunt, domos et personas predictas visitasse per tanta tempora, quod exinde prescriptio legitime completa fuerit seu alias de dicto iure rite constiterit, dictum Ludouicum ac eius successores, eiusdem milicie magistros, in statum pristinum visitandi domos et personas predictas, in quo videlicet dicti magistri, ante tempus negligencie huiusmodi, erant, restituere et repponere necnon preceptoribus et personis predictis ut Ludouicum et successores prefatos ad visitaciones huiusmodi et procuraciones sibi, illius ratione debitas, quemadmodum alijs magistris, temporibus preteritis, facere consueuerunt, admictant, precipere et mandare necnon Ludouico et successoribus prefatis, vt preceptores, superiores et personas predictas ad visitacionem et procuracionem huiusmodi, per censuram ecclesiasticam et alia oportuna iuris remedia, etiam cum auxilio brachij secularis inuocacione, compellere possint et valeant, concedere et indulgere dignemini. Non obstantibus negligencijs et alijs premissis ceterisque contrarijs quibuscunque; cum clausulis oportunis.

Concessum vt petitur, in presencia domini nostri pape. C. Ariminensis.

Datum Bononie, quinto nonas julij, anno sexto.

125

22 JULHO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a emprazar a Gonçalo do Rego, alcaide pequeno da Ribeira de Santarém, em três vidas, chão régio da dita Ribeira por duas onças de prata, anualmente (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 222.

Carta per que o dicto senhor enprazou hũu chãao çarrado que elle ha na Ribeira de Santarem a Gonçallo do Rego, alcaide pequeno da dicta Ribeira, e a Maria Afonso, sua molher, e a outra pesoa que o postumeiro delles nomear.

(1) Gonçalo do Rego era escudeiro, criado do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 119, p. 322 do nosso vol. 4).

E parte o dicto chãao com as sete tendas do sal do dicto senhor e com ho almazem e com as estalageens de Diego Uaasquez, de que pagam, em cada hũu anno, de foro, duas onças de prata.

Dada em Sintra, xxij dias de julho de mjl iiij^{c} e xxxbj annos.

126

10 AGOSTO 1436

Carta do infante D. Henrique, dirigida a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, a prometer-lhe 2.000 coroas de ouro, em dote, para o seu casamento com Mécia Gomes (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 52 v., inserta na de confirmação eduardina de 17 de agosto de 1436 e esta na de confirmação afonsina de 4 de Novembro de 1449.

Eu, o jffante dom Anrrique, duque de Viseu e ssenhor de Coujlhaa, faço saber a todos quantos esta carta virem, que eu, queremdo fazer graça e merçee a Joham Aluarez da Cunha, caualeiro de mjnha casa, por a criaçom que neelle fiz e seruiço que me elle fez e espero ao diante delle rreçeber; prometo a lhe dar, em casamento com Meçia Guomez, filha de Gomez Martjnz de Lemos, cuja alma Deus aja em sua santa groria, duas mjl coroas de boo ouro e justo pesso, as quaees lhe mamdarey pagar rrealmente e com efeito tanto que, prazemdo ao Nosso Senhor Deus, elle casara e começara a manteer sua casa com a dicta Meçia Gomez, ou lhe mandarey, des o dicto tenpo em diante, pagar, em cada hũu anno, xx mil rreaes bramcos da moeda corrente ao tenpo presente em estes rregnos, atee que lhe perfeitamente faça boom pagamento de toda a dicta contia das dictas ij mil coroas.

E, falecendo o dicto Joham Aluarez da vida deste mundo ante que aja ele pagamento das dictas coroas, mando que seus herdeiros nom ajam mais, dhi em diante, a dicta teença nem posam mais demandar as dictas coroas nem parte dellas; pero, se aconteçer que seemdo viua sua molher Meçia Gomez, filha do dicto Gomez Martjnz, quero que aja a dicta teença e, morrendo ella e avemdo hi filhos danbos, que o mayor barom aja a dicta

(1) Cfr. o documento seguinte.

teença e paga; e, nom avemdo hi filhos delles anbos e avemdo filha, quero que herde a filha maayor, e assi dhi em diante per linha djreita; e, nom avemdo herdeiros de linha djreita lidima proçedida dantre anbos, quero que sse torne a mym ou a meus herdeiros, sem ser thudo de nehũua cousa dello paguar.

E quero que esto se nom posa dar nem vemder nem escambar, mas fique assi aos herdeiros susso scriptos de linha djreita do dicto Joham Aluarez. E mamdo que, em qualquer tenpo que eu ou meus herdeiros fezermos paguo ao dicto Joham Aluarez ou a cada hũu dos dictos seus herdeiros das dictas ij mjl coroas, nom seja mais thudo de dar, dhi em diante, a dicta teença dos dictos xx mil rreaes. E mando que, faleçendo eu da vida deste mundo ante que faça pagamento das dictas ij mil coroas ao dicto Joham Aluarez ou a cada hũu dos dictos seus herdeiros a que perteça de as auer, elles ajam e posam auer rrealmente e com efeito, por meus beens e herança, a dicta teença, em cada hũu anno, atee serem conpridamente pagados das dictas coroas. Os quaees beens e toda mjnha heramça quero e mamdo que ssejam rreealmente obrigados ao pagamento das dictas coroas ou teença, como dicto he. E, em testemunho desto, mandeylhe asj dar esta mjnha carta, ssijnada do meu nome e asseellada do meu sello.

Fecta em Tomar, x dias dagosto. Joham de Basto a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} xxxbj annos.

127

17 AGOSTO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, de confirmação da promessa de dote feita pelo infante D. Henriquue a João Alvares da Cunha, cavaleiro de sua casa, para o seu casamento com Mécia Gomes (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 52 v., inserta na de confirmação afonsina de 4 de Novembro de 1449.

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Amrrique, duque de Viseu e ssenhor de Coujlhaa, meu mujto, etc., nos disse que elle tinha açertado casamento de Joham Aluarez da Cunha, caualeiro de

(1) Cfr. o documento anterior.

sua casa, com Meçia Guomes, filha de Gomez Maartijns de Lemos, e lhe hordenou que ouuese delle seu casamento, segundo he conthudo em hũua carta que nos mostrou, ssjnada per ell, da qual o theor, de uerbo a uerbo, tal he.

Segue-se a transcrição do documento anterior.

E pedionos o dicto jffante meu jrmãao que, por guarda e seguramça do dicto Joham Aluarez, lhe comfirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento e as mujtas rrazooees que teemos pera ho outorguar e, queremdo fazer graça e merçee ao dicto Joham Aluarez, ao pititorio e rrequerimento do dicto meu jrmãao, lhe comfirmamos a dicta carta segundo em ella he comthudo.

E porem mamdamos a quaeesquer nossos ofeçiaaes e pessoas a que ho conheçimento dello per qualquer guisa perteçer que a compram e guardem e façom comprir e guardar como se em ella contem. E, por sua guarda, mamdamos dar ao dicto Joham Aluarez esta carta, ssijnada per nos e asseellada do nosso sello pendente.

Vnde al nom façades. Damte em a nossa villa de Leirea, a xbij dias dagosto. Joham Afonso a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c} xxxbj.

128

24 AGOSTO 1436

Alvará de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a mandar sepultar, na capela da igreja da Batalha que está junto da sacristia, os criados que quiser, pois fica destinada a jazigo deles.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38, inserta na de confirmação afonsina de 10 de Março de 1449, — texto que se reproduz, com anotação das variantes do segundo; *ibi*, liv. 19, fl. 18, inserta na carta de confirmação da regência de 12 de Abril de 1439.

Nos elrrej, per este aluara, damos liçença e lugar ao jfante dom Henrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Coujlhãa, meu (1) jrmãao, que possa mandar lançar (2) na capella do noso moesteiro da Uitoria que

(1) No liv. 19: *meu mujto pezado e amado jrmãao.*
(2) » » »: *lançar no nosso mosteiro.*

esta junto com a samchristia aq[u]eles seus creados que (3) lhe a ell prouuer (4), porque a nos praz (5) que seja pera jazijgoo delles.

E porem (6) mandamos aq[u]elles a que esto pertençer que lhe nom ponham enbargo nehũu.

Feyto em Obidos (7), xxiiij (8) dias dagosto (9). Joham Afonso o fez. Anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} xxxbj annos.

129

AGOSTO 1436

Súplica dirigida pelos embaixadores de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, em que lhe referem: que o infante D. Henrique, diligenciando fazer render o talento que Deus lhe deu, seguindo a sua vocação e os passos de seu falecido pai, de quem recebera, como em herança, a missão de difundir o nome cristão, com licença de seu irmão o rei D. Duarte, preparara e mandara armada, constituída por naus e galés, às ilhas Canárias, habitadas por selvagens pagãos, para os converter à fé cristã, à amizade da coroa de Portugal e também para lhes levar a civilização; que, tendo saltado os expedicionários numa das ditas ilhas, eles conseguiram abraçassem a fé católica cerca de 400 habitantes, conservada ainda agora por muitos destes; mas que, devido à sua grande selvajaria e atemorizados pelas armas, muitos pagãos ràpidamente se refugiaram nos ermos, em cavernas e em montes quase inacessíveis, de sorte que, não encontrando ali o pessoal da armada os precisos víveres, resolvera buscá-los em Portugal; mas que, tendo ali demorado, em razão de ventos contrários, alguns portugueses da armada, compelidos por extrema necessidade, desceram em duas pequenas ilhas, possuídas

---

(3) No liv: 19: *de que.*
(4) » » » : *prouger.*
(5) » » » : *porque nos praz.*
(6) » » » : *Porem.*
(7) » » » : *Almada.*
(8) » » » : *xxbij dias dagosto.*

(9) Ignoramos por que motivo está o documento datado numa das fontes de Óbidos, a 24 de Agosto, e na outra de Almada, a 27. Uma nota de grande humanidade e até de verdadeiro escrúpulo de consciência do Navegador transparece dos textos relativos a seu pessoal. Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 137 e ss.

por colonos cristãos, e nelas tomaram algumas cabras selvagens; que, por esse motivo, o bispo que preside às mesmas ilhas suplicara e obtivera de Sua Santidade édito proibitório para que, sob pena de excomunhão, ninguém faça guerra não só àquelas mas a todas as ilhas Canárias nem ali tome seja o que for; que, considerando porém o prejuízo daí advindo ao rei de Portugal que, por intermédio do infante D. Henrique, seu irmão, iniciara já a guerra nas demais ilhas; considerando também haver sido ele o primeiro a subjugá-las, com maior proveito da fé cristã do que utilidade sua, e ainda porque as ditas ilhas são vizinhas da África, como pode ver-se claramente pela cosmografia e pelos escritos náuticos, e constituem verdadeiramente parte de África, de cuja conquista, iniciada por seu pai D. João, o rei D. Duarte e sucessores receberam o encargo; por todos estes motivos, D. Duarte, rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta, suplica encarecidamente a Sua Santidade se digne restringir o édito proibitório e a pena de excomunhão apenas às ilhas em que moram alguns poucos cristãos, a fim de ele poder subjugar as demais e conduzi-las para a Igreja de Deus, e lhe dê licença de reter as que conquistar aos infiéis (1).

BAV., *Cod: Lat.* 1932, fl. 99, em cópia provàvelmente coeva, — donde se reproduz. Sumariada e publicada por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 702-03 e 715-17; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, 1960, pp. 87-88. Referenciada por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, pp. 32-33.

Inter jnnumeras fere insulas quas mare circunclaudit, pater beatissime, septem insule adjacentes finitime jnuicem in occeano, a meridie Portugalie includuntur, que generali nomjne Canarie uulgo appelantur. Has indomiti siluestres fere homines inhabitant, qui nulla religione coa-

(1) A presente Súplica, hàbilmente redigida e de evidente finalidade política, foi lida em Bolonha ao papa Eugénio IV em Agosto de 1436, como nela se declara, pela embaixada portuguesa que ia a caminho do concílio de Basileia e teve, como consequência, a bula *Romanus pontifex*, ali passada a 15 de Setembro seguinte, (o nosso DOC. 137). No manuscrito donde se reproduz lê-se ao alto, sobre a direita, em letra da época: «De situ jnsularum/oceanj». Reporta-se o valioso documento a expedição henriquina às Canárias, infelizmente não datada. Porém, a expressão do mesmo *de consensu et mandato serenissimi regis Eduardi* leva-nos a situar a armada ali referenciada entre 15 de Agosto de 1433, dia em que D. Duarte ascendeu ao trono, e Agosto de 1436, a data deste texto; e a alusão nele à excomunhão imposta pelo papa Eugénio IV a quem atacasse as Canárias e os nossos DOCS. 18 e 16 a 23 permitem datá-la do ano de 1434, talvez do mês de Junho.

gulati, nullis denique legum uinculis irretiti, ciuili conuersatione neglecta, in paganitate, veluti pecudes, uitam agunt. Ijs nauale comercium, literarium exercicium, genus aliquod metali aut numismatis (2) nullum est. Habitacio denique nulla et amictus corporis nullus, set velut quedam perizomata, de palmarum folijs aut caprarum pellibus, ad operimentum dumtaxat uerendorum circuncingentes, nudi pedes, per ascabra (3), saxosa et abrruta moncium celerime transiliunt et in magnis yatibus et abditis antris terre latitant (4).

Considerans, igitur, illustris et magnificus princeps jnfans Henrricus, serenissimj regis Portugalie Eduardi frater, quod longe melius esset talentum sibi traditum fenerari ut tantumdem Domjno lucrifaceret quam ipsum sub terra abscondere et quod, secundum vocationem qua vocatus est, amplificando christianum nomen, expresius gereret ymaginem et specimen victoriosissimj semper inuicti principis clare memorie regis Johanis, a quo sibi, quasi hereditario jure, illud munus relictum est; parata nauium et galiarum armatarum classe, de consenssu et mandato serenjssimj regis Eduardi, domini et fratris sui, ad preffatas insulas Canarie misit ut primum eos ipsos paganos ad fidem christianam et deuocionem corone Portugalie conuertisset, leges eciam ciuiles et politicum uiuendi modum eisdem traderet (5).

Cumque preffata clasis ad vnam predictarum insularum aplicuisset et multitudo armatorum in terram descendisset, quadringenti circiter ipsorum paganorum, illico sacri baptismatis fonte renati, fidem christianam deuotissime nacti sunt, quam plerique ipsorum, usque jn presentiarum, colunt (6). Dignum facinus! Vbi nunquam Christi nomen auditum est, iam Christus colitur et ubi Deus ab inicio incognitus fuerat, jam

---

(2) No ms. *munismatis*.

(3) *Sic*, por *aspera?*

(4) Sublinharemos os elementos etnográficos aqui fornecidos pela súplica bem como os aduzidos no parágrafo terceiro da mesma, a respeito dos indígenas das Canárias. A este propósito, lembramos os recolhidos pela primeira expedição portuguesa ao dito arquipélago em 1341 (Cfr. o DOC. 88 do nosso vol. 1). Sobre o assunto pode ver-se também ZURARA, *Crónica... de Guiné*, caps. 79-82, e *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, pp. 99-106 e 200-03).

(5) De salientar que se trata de expedição da iniciativa do infante D. Henrique, cuja vocação ultramarina, em sequência hereditária da actuação de seu pai, é posta aqui em relevo por testemunhas coevas. Sobre esta armada veja-se a nossa nota ao DOC. 13.

(6) Supomos tratar-se da ilha de Tenerife, então dita também do Inferno, de cujo interior, muito montanhoso, emerge o Pico vulcânico de Tenerife ou de Teide, com 3.700 metros, o que confere com a expressão a seguir lançada «in altissimis et fere inaccessibilibus moncium verticibus insidebant»; também a «in speluncis latebant» se harmoniza com a asserção de Zurara de que não tinham os indígenas de Tenerife «casas soomente choças e couas» (*Crónica cit.*, cap. 81).

cognoscitur et adoratur. Set, quoniam plurimi paganorum, ferocitate quadam jnmanes, armatorum virtute (7) perterriti, per heremi latam vastitatem, mira quadam celeritate fugientes, alij in speluncis latebant, alij in altissimis et fere inaccessibilibus moncium verticibus insidebant et exercitus in preffata insula uictualia nusquam inuenisset, consilium fuit in Portugaliam vella parare ut, resumpta inde victualium copia, ad jnceptum negocium, oportuno tempore, reuerteretur.

Et quia, ut seppe euenit, opposita aura perflante, diucius ualde quam sperabatur clasis ipsa morata est, nonnulli ex eadem, descendentes in duabus paruis insulis ex predictis, que a quibusdam christicolis posidentur, haud multas capellas jndomitas in magna neccesitate exceperunt (8). Quo factum est ut episcopus qui preffatis duabus insulis preest, supplicatione facta, a sanctitate vestra obtinuit prohibitorium edictum ut nemo, sub excomunicacionis pena, non modo preffatis duabus, sed vniuerssaliter singulis Canarie jnsulis bellum inferat neque res aliquas ex eisdem excipiat (9). Quod certe, pater beatissime, serenjssimo principi domjno regi Portugalie, qui, per illustrem infantem Henrricum, fratrem suum, jam reliquarum insularum, ut premissum fuit, rem belli jnceperat, maximo non absque preiudicio est; tum, quia primus ipse jncepit preffatas insulas subigere (10), magis certe animarum illarum insularum paganorum salutis gracia, quam priuate vtilitatis, que nulla erat, vnde rei tam pie, que auxilio pocius et directorio sanctitatis vestre digna fuit, eadem sanctitas vltro inpedimento esse non debuit; tum eciam quia preffate jnsule adjacent magis et appropinquant Africe, quemadmodum per cosmografiam (11) et maritimas perscripciones luculenter videri potest, ymo verius porcio quedam Africe sunt, cuius ipse idem rex serenissimus Eduardus, causam armis sue dicioni subigendam, a uictoriosissimo semperque inuicto principe rege Johanni diuo patre jam dudum inchoatam, persequendam et suis posteris, per fideicomissum, relinquendam suscepit (12).

---

(7) No ms. *virtutem*.

(8) Decerto as ilhas de Lançarote e Forteventura na posse, respectivamente, de Maciot de Bethencourt e de Guillén de las Casas (Cfr. PÉREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, pp. 128-29).

(9) Alusão às letras *Creator omnium*, de 17 de Dezembro de 1434, impetradas pelo bispo Rubicense D. Fernando Calvetos, — o nosso DOC. 52.

(10) Ao aduzir a primazia portuguesa da conquista das ilhas Canárias no século XV, a súplica não evocou idêntica afirmação de el-rei D. Afonso IV, na sua célebre carta de 12 de Fevereiro de 1345 (Cfr. o DOC. 97 do nosso vol. 1), em relação à supracitada expedição portuguesa de 1341.

(11) No ms. *comografiam*.

(12) Parece resposta directa às frequentes alusões das letras pontifícias anteriores, em que, sob informação de Fr. João de Baeza e de D. Fernando Calvetos, começada a sublinhar pelo primeiro em 4 de Outubro de 1424 (Cfr. o DOC. 50 do nosso

Exorat, igitur, preffatus serenissimus princeps deuotissimus vestre sanctitatis filius Eduardus, Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus, maioremque jn modum precatur eamdem santitatem quatenus dignemini prohibitorium illud eddictum et excomunicacionis penam ad illas tamtum insulas in quibus pauci quidam christiani morantur restringere, vt reliquas preffatas, quas primus ipse et subiugare et ecclesie Dei adigere jncepit, sublato excomunicacionis metu, armata manu, cum auxilio omnjpotentis Dei et sanctitatis vestre, accipiat. Exorat eciam idem serenissimus princeps eamdem sanctitatem ut eas insulas quas e manibus infidelium exceperit auctoritatem conquestandi atque retinendi easdem vestra sanctitas dignetur eidem regi concedere et graciose elargiri. Per id, enim, magis animabitur ad prosecucionem huius preclare rei inchoate et ad incrementum deuocionis sanctitatis vestre.

Quamuis enim infidelium loca propria auctoritate plerique debellare et occupare nitantur, nichilominus, quia Domini est terra et plenitudo eius, qui et sanctitati vestre plenariam orbis tocius potestatem reliquit, que, de auctoritate et permissu sanctitatis vestre, possidebuntur, de speciali licencia et permissione omnipotentis Dei possideri videntur (13). Vnde, perspecta pietate tam preclari (14) operis, pater beatissime, et justicia atque sinceritate deuocionis petentis, cum hoc concesseritis, magnam admodum laudem, apud Deum et homines, sanctitas vestra consecutura est. Explicit.

Recitata Bononje, de mensse augusti 1436.

---

vol. 3), se afirmava acharem-se as ilhas Canárias mais vizinhas de Aragão e de Castela do que dos demais reinos cristãos, — processo indirecto de as reclamar, junto do romano pontífice, para aqueles países. Porém, o argumento português aqui produzido afigura-se-nos mais valioso e demonstrativo, pois denuncia já ocupação portuguesa de parte da Africa a que pertence o referido arquipélago e, portanto, como que posse política do mesmo: o arquipélago canariense é parte integrante da Africa, começada a subjugar por el-rei D. João I de Portugal, de cuja actividade ultramarina D. Duarte é sucessor e continuador. Era grande a força política desta argumentação, ampliada pelos êxitos e finalidade religiosa aduzidos no documento. Sobre a *vizinhança* como título jurídico na época, cfr. por exemplo, PAULO MERÊA, *Estudos de História do Direito*, p. 144.

(13) É do maior interesse este depoimento, alusivo ao poder do papa como árbitro político da Cristandade: reconhecendo que embora muitos se esforcem por conquistar e ocupar, por autoridade própria, as terras dos infiéis, D. Duarte, tomando por base a abertura do Salmo 23, onde se afirma que toda a terra é do Senhor Deus e que este legou ao papa poder sobre todo o orbe, conclui que quem tiver terras por autoridade e licença do romano pontífice as possui por especial licença e permissão da Divindade.

(14) No ms. *pleclari*.

Copyrighted material

130

31 AGOSTO 1436

Letras Venerabiles fratres, *do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, em resposta ao que, entre outras coisas, lhe solicitara pelos embaixadores de Portugal ao concílio de Basileia: quanto a não prover nenhuma diocese do país sem o seu consentimento, é coisa que ainda nenhum príncipe cristão ousou pedir, mas fique certo de que não será provido ninguém menos idóneo ou a ele suspeito; sobre unir à igreja de Ceuta, pobre e sita em meio de infiéis, os bens das igrejas de Tuy e de Badajoz existentes em seu reino, opõe-se-lhe decreto do concílio de Constança, a ordenar se reintegrem nas próprias igrejas as terras delas desmembradas no tempo do cisma; pelo que, se procedesse contra aquele decreto, provocaria o facto reacção contra si no concílio de Basileia e ademais também o rei de Castela instara pelo mesmo; porém, com o tempo tudo virá a resolver-se.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 359, fl. 305.

[Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei].

Carissimo in Christo filio Eduardo, regi Portugalie illustri, salutem, etc.

Venerabiles fratres nostri Antonius, Portugalensis, et Ludouicus(1), Uisensis, episcopi, et dilecti filij nobilis uir Alfonsus, recolende memorie Iohannis, quondam Portugalie regis illustris, nepos, comes dOuren, ac Gunsaluus Mendi, Predicatorum, Egidius de Tauira, licentiatus in theologia, Minorum Ordinum professores, Didacus Alfonsi, utriusque iuris, et Ualascus Fernandi, legum doctores, tui oratores, quos libentissime uidimus et audiuimus, tui comtemplatione, inter cetera, ex tue serenitatis parte, nobis supplicarunt (2):

---

(1) No ms. *Lodouicus*.

(2) Os requerentes das presentes letras pontifícias, aqui mencionados nominalmente, são os embaixadores portugueses ao concílio de Basileia, nomeados por el-rei D. Duarte em 18 de Novembro de 1435, partidos de Portugal em 11 de Janeiro de 1436 e chegados a Bolonha a 24 de Julho seguinte, os quais levavam instruções

Ut nullum preficeremus alicui ecclesie catedrali tui regni, nisi prius de tuo consensu certiores facti essemus. De qua quidem petitione admodum admirati sumus, tum quia nullus principum christianorum adhuc id a nobis postulauit, tum quia dubitare uideris ne aliquem minus idoneum aut tibi suspectum ecclesijs tui regni preficiamus. Verum, hanc suspitionem omnino a tua mente abesse uolumus; nam, intentionis nostre est, prout semper fecimus, non solum in tuis, qui es nobis filius precipuus ac peculiaris, sed ne in alijs quidem dominijs, quantunuis paruis, aliquem prelatum ponere qui non sit idoneus et aptus ad regimen ecclesie aut qui merito esse suspectus principibus possit. Jtaque, ad tuam consolationem, tibi duximus respondendum quod sicut hucusque fecimus huiusmodi ecclesijs, cum eas uacare contigerit, Deo dante, etiam in futurum curabimus dare tales pastores ecclesijs prefatis, qui et utiles sint ecclesijs et tibi merito grati atque accepti (3).

Petierunt etiam a nobis ipsi oratores ut bona ecclesiarum Tudensis et Pacensis (4), in tuo regno consistentia, ecclesie Ceptensi applicare et unire uellemus, cum sit tenuis et in medio infidelium constituta. Hoc ne tibi concedamus, fili carissime, plura obstant, sed maxime decretum Constantiensis concilij, per quod statuitur ut membra, tempore scismatis, ab ecclesijs disiuncta reintegrentur ecclesijs suis. Si illud infringeremus(5), multi possent in concilio Basiliensi sumere obloquendi occasionem contra nos et posset uergere in preiudicium nostrum. Jnstat etiam carissimus in Christo filius noster Johannes, rex Castelle et Legionis illustris, ut predicta bona restituant suis ecclesijs, iuxta prefatum decretum. Jtaque, tot cause contradicunt huic tue uoluntati, ut nullum modum uideamus, ad presens, tuis in hac parte uotis complacendi; verumtamen, tempora poterunt inmutari, ita ut [quod] nunc non licet, alijs temporibus, cum honore nostro, prout cupimus, fieri possit quodque partes dicte ecclesiarum ipsarum que in tuo dominio sunt, tue serenitatis intuitu, in eo statu in quo in presentiarum uigent uolumus interim permanere (6).

Datum Bononie, [sub annulo nostro secreto, die ultima mensis augusti, pontificatus nostri anno sexto].

---

para solicitar do papa Eugénio IV um certo número de graças de interesse nacional, constantes dos diplomas pontifícios de concessão das mesmas, visto que nem de todas nos chegaram as súplicas respectivas (Cfr. o nosso DOC. 88).

(3) Pelo que respeita ao nosso país, havia base histórica para este pedido do rei de Portugal, embora talvez não aduzida em 1436, ou seja a bula *Eximie nostre deuotionis*, do papa Bonifácio IX, de 13 de Setembro de 1401, outorgada a el-rei D. João I (Cfr. o DOC. 118 do nosso vol. 1).

(4) No ms. *Picensis*.

(5) No ms. *infrigeremus*.

(6) Antes da constituição da nacionalidade portuguesa e desde fins do século IX, várias igrejas e mosteiros e outros bens do que depois foi território de Portugal

Copyrighted material

131

[AGOSTO-SETEMBRO 1436] (1)

Parecer jurídico sobre a unção régia e a cruzada contra os infiéis, dado ao papa Eugénio IV, a pedido de el-rei D. Duarte.

BAV., *Cód. Chigi* E. VII. 208, fl. 451.

Revelado e sumariado por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 66-70. Do mesmo jurista são a transcrição e a anotação do presente documento.

Licet de ministerio sacre vnctionis multa dicenda forent, verumtamen, quia scientes legem ista auditurj et lecturj sunt, paucissimjs res absoluenda est et, obmissis argumentis arundineis pro parte affirmatiua, videtur, saluo judicio meliorj, vnctio communis certis modis si tandem concedenda et in capite nullatenus concedenda.

Primo, quia textus in cap. vnico de sacra vnctione dicit: «Principis vnctio a capite ad brachium est translata, ut princeps, ex tunc, non vngatur in capite sed in brachio siue humero», etc., juxta jllud: «Factus est

---

foram doados por monarcas e particulares a dioceses espanholas, que mantiveram tais bens pelos séculos fora, ainda após a nossa independência política. Por ocasião do Cisma do Ocidente, que se arrastou de 1378 a 1417, durante o qual Portugal obedeceu ao pontífice romano e Castela ao antipapa, os territórios portugueses sujeitos a bispos castelhanos recusaram obedecer-lhes, por eles serem cismáticos, e diligenciou-se obter assim entre nós a independência religiosa daquelas terras (Sobre o assunto pode ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 1, pp. 193-96, e t. 2, pp. 14-19). Nisso se empenhou el-rei D. João I, como o prova a bula de Bonifácio IX *Eximie deuocionis sinceritas*, de 3 de Julho de 1403, a separar da diocese de Ciudad Rodrigo os bens e terras possuídos pela mesma em Portugal, na região de Cima-Coa, então anexados à de Lamego (Cfr. o DOC 128 do nosso vol. 1). Também o infante D. Henrique conseguiu do papa Eugénio IV, em 1 de Abril de 1434, a anexação à Ordem de Cristo dos bens que a Ordem Militar de Calatrava, espanhola, tinha em território português e de que, durante o cisma, pessoas laicas se haviam apropriado (Cfr. o DOC. 137 do nosso vol. 4).

(1) As concessões relativas a estes pedidos datam de Setembro e Outubro de 1436. Cfr. DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 698 ss., e SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 69. Este arrazoado jurídico deve colocar-se, portanto, na segunda metade do ano 1436. É possível que a referência de RUI DE PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. 20, pp. 134-136, sobre a consulta de D. Duarte e a resposta de Eugénio IV, baseada nos dizeres dos *Doutores Theologos*, esteja relacionada com este e com o parecer seguinte.

principatus super humeris eius» (2); et infra, in eodem cap., dicitur: «Refert autem inter pontificis et principis vnctionem, quia caput pontificis crismate consecratur; brachium vero principis oleo delinitur, vt ostendatur quanta sit differentia inter auctoritatem pontificis et principis potestatem», etc. (3).

Secundo, quia non reperitur sedem apostolicam alicuj concessisse. Nullus enim regum in capite vngitur, exceptis regibus Francie et Anglie, quibus ex consuetudine competit, vt dici videtur Hostiensis, ibidem, in Summa (4). Si ex consuetudine, ergo non ex concessione.

Tertio, quia non est honestum aperire hanc viam alijs regibus, etiam potentioribus, citra iniuriam loquendo, rege Portugalie; ista enim sunt specialia et specialissima, pontificibus reseruata, in signum auctoritatis et preheminentie singularis. In dicto enim cap. dicitur: «Jn capite vero pontificis sacramentalis est delibutio conseruata, quia personam capitis pontificali officio representat» (5), capitis, «id est Christi, quj est caput ecclesie», dicit glossa (6), quam personam Christi reges quj sunt merj laicj, quoad spiritualia representare non possunt; nam, aliter faciendo, processu modicj temporis esse poterit omnes reges illam habere, tum jmportunitate, tum malorum temporum conditione, quod esset abolere ex toto illam decretalem de sacra vnctione, quantum ad hoc pertinet. Quod fierj non debet, juxta canonem quj dicit: «Ridiculum est, et satis abhominabile dedecus, ut traditiones, quas antiquitus a patribus suscepimus, infrangj patiamur», xij dist., Ridiculum (7).

Quarto, quia consuetudo longissimj temporis, cuius contrarij memoria non existit, optinuit ut nullus rex in capite vngatur, exceptis duobus, quibus de consuetudine competit, ut dictum est, etc. Consuetudo et specialiter jurj communj consona et conueniens seruanda est, vt canon dicit: «Diuturnj mores, consensu vtentium approbatj, legem imitantur, nisi legi sint aduersi», xij. dist., Diuturnj mores (8) et in multis alijs canonibus;

---

(2) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 132-133.

(3) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 133.

(4) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *A quo et qualiter fiat*, fl. 61 va.

(5) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 133.

(6) *Decretales Gregorii IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1, fl. 200 a.

(7) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XII, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 28.

(8) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XII, ca. 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 28.

sed rex Portugalie vnctionem capitis sibi, ex consuetudine, competere non allegat, ergo, etc.; et sic clare et manifeste patet dicto domino regj, salua caritate, in capite omnino deneganda, cum neque juri communi, quod est expresse contra petitionem suam, neque consuetudine neque concessione, quia petit.

In euentum concessionis ut in brachio, etc., vngatur, petita sunt aliqua, etc.

Primo, quod recognoscat regnum pertinere ad ecclesiam romanam, etc., ut li. reperitur.

Secundo, quod eum absoluat et habilitet, etc.

Tercio, quod satisfaciat lesis.

Quarto, quod alijs regibus non faciat preiudicium.

Quinto, quod juret quemadmodum et jmperator, etc.

Sexto, quod dominus noster faciat vnam bullam, in qua casset, jrritet et annullet et declaret nulla fuisse et esse omnia, tam constitutiones quam consuetudines contra libertatem ecclesiasticam, tam in rebus quam in personis clericorum, quomodolibet facta et obseruata, et mandet sub grauissimis penis, etc.

Septimo, quod mittatur legatus, etc.

Octauo, quod mandetur regj sub penis, etc., quod imposterum nichil faciat contra libertatem ecclesiasticam.

Nono, quod, si tandem cruciata concedenda est, tantum quoad uixerit, etc., dictus Rex, etc.

Ad primum, verbo audire poterit, si placebit domino nostro.

Ad secundum, si ea que dicuntur vera sunt, ipse est excommunicatus, et sic extra ecclesiam et sic, etc., non est membrum Christi, etc. Quiuis christianus «quj a sacerdotibus excommunicatur sathane traditur, quando scilicet quia extra ecclesiam est dyabolus, sicut in ecclesia Christus», xj., quest. iij., omnis (9) et «nemo contempnat vincula ecclesiastica; non enim homo est quj ligat, sed Christus quj hanc potestatem dedit», eadem causa et questione, Nemo (10). Quare, si horum conscientiam non habet, male sentiendum et multum dolendum (11) tanto principe parumque valebit extra et minus intus vnctio sua. Et simpliciter est oppositum in obiecto; propter quod, omnino necesse est ut recognoscat et

---

(9) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 32; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 653.

(10) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 31; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 653.

(11) Espaço em branco deixado pelo copista.

Copyrighted material

absoluatur et saltim non proponat facere jmposterum nec faciat; et sic, cuj committetur vnctio, committantur ista ad partem, in aliqua bulla, etc.

Ad tertium, istud est de necessitate salutis in valente restituere, etc.

Ad quartum, clarum est et notorium quod, in preiudicium tercij, nil est faciendum, et presertim absentis et non cognita causa, etc.

Ad quintum, istud est necessarium et potissime propter obseruare laudabilem consuetudinem et approbatam et jn jure communj fundatam ecclesie Romane, que nunquam consueuit aliquam dignitatem tribuere sine juramento speciali et specialissimo, vltra generalem obligationem, qua quilibet christianus ecclesie romane tenetur. Patriarche, archiepiscopj, episcopi, abbates, etc. jurant; et alias, tempore Pascalis pape, archiepiscopus Panormitanus dubitare videbatur de tali juramento, propter quod emanauit decretalis Significastj, de Electione (12), ut clare patet jntuentj illam, et in cap. Ego N., de jurejurando (13) et dietim fit. De Jmperatore, Clementine, cap. Romanj.

Ego Henricus (14), et vltimo modernus Jmperator jurauit, notorium est. Prefectus vrbis idem.

Ad sextum, videtur ponenda aliqua clausula sufficiens, per bonum modum, in litera commissionis fiende, etc.; alias, si jterum aliquod faceret, jncideret jn penas excommunicationis, vt supra.

Ad septimum, vtile esset si domino nostro placeret et videretur.

Ad octauum, idem quod ad sextum responsum est.

Ad nonum, concedenda quoad uixerit, ita tamen quod si alique pecunie soluuntur, aliquo modo, per clerum, deputetur per sedem apostolicam aliquis notabilis prelatus, quj computa et rationes reddere teneatur camere apostolice, ita quod oblationes [?] (15) pecunie non conuertantur ad alium vsum quam debitum.

---

(12) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6, *De electione*, cap. 4, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II. col. 49-50.

(13) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 24, *De iureiurando*, cap. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 360.

(14) *Clementinae*, lib. II, tit. 19, *De iureiurando*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1149.

(15) A abreviatura daria mais para *elemosynae* que para *oblationes*, mas el'es não se pode rigorosamente desdobrar em *elemosyne*. — Desta alegação referente às contribuições do clero para a guerra contra os sarracenos, bem como das precedentes alusivas às liberdades eclesiásticas, se deve concluir que as limitações pontifícias à cruzada contra os infiéis provêm de causas extrínsecas. Como dizemos em *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, pp. 66-70, os papas não só estavam de acordo, mas promoviam até a guerra contra os sarracenos, dispostos a conceder aos reis de Portugal tudo o que estes lhes pedissem; enquanto os pedidos não colidissem com outros interesses ou as circunstâncias do momento outra coisa não aconselhassem. A influência quanto às limitações e a oposição, no caso, da cúria é manifesta e reflecte as queixas e pressão de alguns clérigos portugueses ali residentes.

Copyrighted material

Preterea dictj ambassiatores dicunt duo: primum, quod de jure communi competit regibus vnctio; secundum, quod metropolitanj hoc possunt facere, etc.; allegant cap. vnicum, de sacra vncione (16).

Licet non oporteat respondere, quia contrarium est notorium, nichilominus duobus verbis absoluimus.

Ad primum: nunquam hoc reperietur quod, de jure communj, regibus competat; ymo etiam, ante aduentum Christi Saluatoris nostrj, mandabat Deus prophetis: vadas et vngas talem in regem, ut est uidere de multis, iij. Reg. cap. 30 (17); et sic quj aliter intrabat quam per hostium, fur erat et latro (18); cuius Dei locum, in terris, tenet papa, in omnibus et per omnia, in his maxime spiritualibus. Et sic, ad eum pertinet dicere et mandare: «vade et vnge talem in regem», etc., tam ex jure Veteris Testamentj, quam ex approbata consuetudine, que est optima legum interpres (19), ad papam pertinet reges benemeritos decorare hoc specialissimo sacramento, per quod non est dubium quod augetur gracia merentibus et existentibus in via salutis (20). Consuetudo enim obtinuit vt volentes iniungi a papa petant et ab ipsa sede apostolica, a qua omnis dignitas sumpsit exordium, xxij dist., omnes (21). Et ita tenet et recitat Hostiensis, allegando duos testes, regem Aragonum et Scotie (22), vt in ore duorum uel trium, etc. (23).

Ad secundum: non oportet respondere. Legatur totum cap. illud. Et nunquam metropolitanus neque pro hoc neque pro aliquo nominatur, etc.; sed tantum de quodam episcopo Bracarensi (24), quj fuit vnctus in capite, de mandato pape (25).

Finis

---

(16) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 15, *De sacra unctione*, cap. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 132-133.

(17) 3 Reg., 19, 15-16. O texto lê *cap. 30*.

(18) Jo. 10, 1.

(19) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 4, *De consuetudine*, cap. 8; ed. FRIEDBERG; *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 40.

(20) *Cf.* HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *quis sit effectus vnctionis*, fl. 61 vb.

(21) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 73.

(22) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *A quo et qualiter fiat*, fl. 61 va.

(23) Mat. 18, 16.

(24) O texto traz *Bremensis*.

(25) Eugénio IV teve em consideração as razões dos jurisconsultos, tanto deste como do seguinte, pois ao conceder a sagração régia a D. Duarte e a seus sucessores, depois de repetidamente instado pelos embaixadores do rei, como se exprime o ponti-

Copyrighted material

132

[AGOSTO-SETEMBRO 1436] (1)

Parecer jurídico, dado a propósito de três pedidos formulados pelo rei de Portugal, D. Duarte, ao papa Eugénio IV, sobre a coroa e unção régias e sobre a cruzada contra os infiéis, para si e sucessores.

BAV., *Cod. Chig.* E. VII. 208, fl. 453.

Revelado e sumariado por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 67-70, cujas são a transcrição e a anotação do presente documento.

Dominus rex Portugalie tria petit, ut dicitur, a domino nostro: coronam, vnctionem et cruzatam contra jnfideles, pro se et successoribus suis.

Premitto quod legitur in libro feudorum: quod regales dignitates non transmittuntur nisi per quamdam vsurpationem, vt in c. si clienticulus, § in feudo, de feudi alienatione (2) et in c. i., de feudo marchie, coll. x. (3).

Secundo, quod regj excommunicato est subtrahenda obedientia, in titulo hic finitur lex, deinde consuetudines regnj incipiunt, c. domino guerram (4).

Tercio, quod in jure communj duo reperiuntur cap. loquencia de regibus Portugalie, scilicet cap. grandi (5), de supplenda negligentia prela-

---

fice, e de ter ouvido os cardeais, confiou ao arcebispo de Braga «Sacram Unctionem in Brachio et Armo ac insignia solita cum solemnitatibus et talibus fieri consuetis». Cf. a bula *Sedes Apostolica* de 23 de Outubro de 1436, segundo uma cópia impressa em Lisboa no ano de 1707, publicada em *Supplement au Corps universel diplomatique du droit des Gens contenant un recueil des Traitez d'alliance, de paix, de treve, de neutralité...*, t. I, partie I tome II, Amsterdam — La Haie 1739, n. 227, p. 378.

(1) Cf. nota 1 do parecer precedente.

(2) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 13, *De alienatione feudi*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 10.

(3) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 14, *De feudo marchiae vel ducatus vel comitatus*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 10.

(4) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 40.

(5) Na margem esquerda do texto lê-se: *Jnnocentius quartus, 1248.*

Copyrighted material

torum, lib. vj (6), et cap. ex speciali (7), de judeis (8). Quod hodie in illo regno non seruatur.

Quarto, quod penam cap. quamquam (9), de censibus, lib. vj (10), jncurrerunt pater et filius notorie et etiam nouissime filius et nulla est secuta absolutio. quia non precessit restitutio, ij. quest. vij, accusatio(11), in fine.

Quinto, quod offensio clericorum ad Christum pertinet, iij., quest. i., ca. nulli (12), sicut et eorum honor dicitur esse Christi, ij., quest. v., habet hoc (13). Et qui eius locum tenet in terris, illorum jniuriam pati non debet. Nam ecclesia vna est, cuius sponsus est papa, et cardinales sunt filij primi gradus, ut notat Joannes Andree, post Joannem Monacum (14), in cap. felicis, in fine, de penis, lib. vj (15).

Sexto, quod regnum Portugalie est feudale romane ecclesie, vt patet in libro censuali camere apostolice, et quod pater huius habuit coronam a Bonifacio ix. et non fuit vnctus nec, ex post, soluit annuum censum, ad quem tenebatur et jurauerat (16).

Septimo, quod reges Portugalie non legitur quod fuerint vncti vnquam per papam uel de eius mandato. Et in rebus nouis construendis, ut jurisconsultus dicit, euidens debet esse vtilitas, ff. de constitutionibus principum, le. in rebus (17).

---

(6) *Liber Sextus Decretalium*, lib. I, tit. 8, *De supplenda negligentia praelatorum*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 972-973.

(7) Na margem direita do texto lê-se: *jbi domino preficiendo aliquem judeum officijs, Greg. ix, 1227.*

(8) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 6, *De Judaeis, Sarracenis et eorum servis*, cap. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 778.

(9) Na margem esquerda do texto lê-se: *De extorquentibus et cogentibus ecclesiasticas personas, etc. ad pedagia et alia onera.*

(10) *Liber Sextus Decretalium*, lib. III, tit. 20, *De censibus, exactionibus et procurationibus*. cap. 4; ed. FRIEDBERG,*Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1058.

(11) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. VIII, ca. 15; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 486.

(12) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaest I, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 506.

(13) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. V, ca. 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 456.

(14) João Mónaco, também conhecido pelo nome de Cardeal, nasceu na França. Morreu a 22 de Agosto de 1313. Glosou algumas constituições de Bonifácio VIII e de Bento XI. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 474-476.

(15) JOANNES ANDREAE, *In Sextum Decretalium librum novella commentaria*, lib. V, Rubrica *De poenis*, cap. V, fl. 156.

(16) Na margem direita do texto: *De censu. ... constitutus jn presentia episcopus Albanensis.*

(17) *Digesta*, lib. I, tit. 4, *De constitutionibus principum*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 7.

Octauo, quod solum reges Francie et Anglie, ex approbata consuetudine, vnguntur in capite; alij in brachio seu humero. Sed ipsi non vnguntur, nisi jmpetrent de nouo a papa, propter magna eorum merita et seruicia jmpensa ecclesie, sicut refert Ostiensis regem Aragonum fecisse et cotidie suo *(sic)* instare Regem Scotie, ut ipse testatur in in Summa, titulo de sacra vnctione, § qui et a quo, ver. in veteri (18) et ver. vnctio regum (19).

Nono, si dominus noster, cum consilio dominorum cardinalium, tandem deliberaret duo prima petita concedere, animaduertat, in primis, si dominus rex jncurrit penas predictorum jniurium et eum habilitet, cum alias esset inhabilis, prius tamen lesis satisfacto.

Jtem, consideret et si aliquid preiudicium alijs regibus, ex hoc, generatur. Jtem, eum astringat ad formam juramenti quod prestat jmperator, dum per papam vngitur et coronatur, de quo in Clementinis. Romani, § ego Henricus, de iureiurando (20), quod hodie eciam est ampliatum, ut appareat in libris Camere.

Decimo, quod, per suam bullam, quecunque statuta, ordinamenta, leges monicipales seu regias constitutiones, ordinaciones et consuetudines contra libertatem ecclesiasticam, tam in rebus quam in personis quomodolibet hactenus facta et obseruata, tam in preteritum quam in futurum, casset, annullet ac nullius roboris uel momenti fuisse et esse declaret; et mandet domino regi et quibuscunque officiallibus, sub grauissimis penis, quas jncurrant ipso facto, si contra fecerint, quod dicta statuta, etc. de eorum libris et regestris tollant, abrogent et penitus aboleant, easdem penas jncursuri, si illa, aliquo modo seu aliquo tempore, innouauerint seu obseruare presumpserint.

Vndecimo, quia coronatio et vnctio non commode possunt prestari in absencia, propter grauitatem rei, tum etiam propter prestacionem juramenti et alia que prius veniunt examinanda et fienda, mittatur legatus magne auctoritatis et, si fieri potest, sit cardinalis, qui habet preuidere omnia grauamina clerj et ecclesiarum, a quibuscunque, etiam ab ipso rege et patre eius, facta et illata, et illa reuocet et dampnum passis emendam congruam fieri ordinet, etiam si layci fuerint qui dicta dampna passi sint, vt saluti sui patris et sue salubriter consulatur. Quia non remititur peccatum, etc.

Duodecimo, jdem legatus, de speciali mandato domini nostri, perpetuo statuat, sub penis congruis et formidabilibus, quod dominus rex modernus

---

(18) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *Qui et quo ungantur*, fl. 60 vb.

(19) HOSTIENSIS, *Summa*, lib. I, Rubrica *De sacra unctione*, § *A quo et qualiter fiat*, palavra *unctio regis*, fl. 61 va.

(20) *Clementinae*, lib. II, tit. 9, *De iureiurando*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1149.

et sui successores nullatenus presumant petere uel exigere aliquod subsidium a clero, prout hactenus factum fuit, absque speciali licencia summi pontificis, etiam si clerus ipse consentire vellet; quia non presumitur verus consensus ubi timor semper imminet, ut experientia docuit. Et, si ipse clerus etiam consentiret, easdem penas jncurrat, a quibus dumtaxat per sedem apostolicam absolui possint, preterquam, etc.

Ad vltimum, de Cruzata, etiam a[nima]duertat dominus noster: quia eius predecessor Martinus non concessit domino regi Johanni, patri huius, nisi quoad viueret (21); et hoc fecit cum summa difficultate, et vtinam non fuisset factum, nec guerre incepte cum sarracenis, saltem longinquis, postquam molesti non erant. Quia scriptum est, Jo. x°.: «Alias oues habeo que non sunt de hoc ouili», scilicet ecclesie (22). Et sine distinctione dictum fuit Petro, Jo., vltimo: «Pasce oues meas»(23). Successor ergo Petri habet illas pascere et defendere, ergo non jmpugnari uel ledi permittere, de natis ex libero ventre, cap. vno (24), ut latius disputat et concludit in hac sentencia Joannes Andree, post Oldradum (25), in Additionibus Speculi, in titulo de judeis (26) et plene notatur per Jnnocentium (27) et per alios modernos, in cap. quod super hijs, de voto (28). Et licet bonum sit jnfideles expugnare, tamen non sufficit bonum facere, nisi fiat bene, vt dicit glossa, in cap. i., de colusione detegenda (29). Et multa mala sunt perpetrata in regno, huiusmodi occasione, ut est notorium, et sequeretur, nisi Deus et eius vicarius prouideant, vna cum prouidencia reuerendissimorum dominorum cardinalium. Non enim est tentendum ad finem bonum per mala media, vt dicit textus i., quest. i., non est putanda (30).

---

(21) Bula *Rex regum* de 4 de Abril de 1418. Cf. SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa*, pp. 8-10.

(22) Jo. 10, 16.

(23) Jo. 21, 17.

(24) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 10, *De natis ex libero ventre*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 693.

(25) OLDRADUS DE PONTE, *Consilia seu responsa et quaestiones aureae*, Cons. LXXII, fl. 32 vb-33 b.

(26) Em GUILLELMI DURANDI, *Speculum Iuris cum Joannis Andreae... theorematibus*, pars III et IV, p. 488.

(27) INNOCENTII IV, *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(28) Por ex.: ANTONIUS DE BUTRIO, *Lectura super tertio Decretalium*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII *Quod super his*, fl. 151 a.

(29) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 22, *De colusione detegenda*, cap. 1; ed. *Decretales Gregorii papae IX suae integritati vna cum glossis restitutae*, fl. 242 b.

(30) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa I, quaest. I, ca. 27; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 369. — Estas últimas palavras, como aliás as condições anteriormente propostas, no caso de Eugénio IV conceder a D. Duarte a sagração régia, revelam bem que as dificuldades movidas contra a concessão da cruzada

133

8 SETEMBRO 1436

Bula de cruzada Rex regum, *de Eugénio IV, dirigida aos patriarcas, arcebispos, bispos e demais prelados, a ordenar-lhes preguem a cruzada em favor da guerra que el-rei D. Duarte de Portugal pretende fazer aos infiéis, arrancando-lhes as terras que eles ocupam para as converter à lei de Cristo, pelo que concede o pontífice a quem o ajudar plenária remissão dos pecados e aos que se alistarem as imunidades e privilégios dos que passam à Terra Santa; para tal empresa são convidados todos os imperadores, príncipes e demais chefes dos povos; declaram-se enfim sujeitas ao dito monarca e a seus sucessores as terras assim conquistadas aos sarracenos* (1).

---

rei de Portugal, extensiva a seus sucessores, provinham das queixas do clero português que, por essa ocasião, se via sobrecarregado de impostos e vexado nos seus privilégios e liberdades. As referências a direitos de terceiro e condição proposta de sua salvaguarda, de forma a não causar prejuízo a outros reis a graça a conceder da sagração, bem podem denunciar acção diplomática de curiais castelhanos, como já frisámos em *A Expansão Portuguesa à luz do Direito*, em *Revista da Universidade de Coimbra*, 1962, p. 3.

(1) A presente bula de cruzada, como já foi observado por DE WITTE (*Les bulles* art. 1, pp. 699-700), é simples réplica da do mesmo título outorgada a el-rei D. João I por Martinho V a 4 de Abril de 1418 (Publicada em nosso vol. 2, pp. 282-86). Foi solicitada pelos embaixadores portugueses ao concílio de Basileia, ao encontrarem-se, em Bolonha, com o papa Eugénio IV. Como sublinha DOMINGOS MAURÍCIO, ela «não foi dada expressamente para a campanha de Tânger. Todavia, o tempo da expedição e as singulares facilidades da publicação supõem esse destino» (*D. Duarte*, p. 25). Nem convinha, de maneira nenhuma, que da mesma constasse qual fosse então o programa português de cruzada, até para não alertar os sarracenos de Granada e de Marrocos. Demasiadamente se espalhou, antes do assalto a Tânger, o objectivo daquela, o que muito deve ter influído no insucesso, como se demonstrará no próximo volume. Bem diverso proceder usara el-rei D. João I, no engenhoso disfarce e no maior segredo seguidos antes da conquista de Ceuta.

A concessão desta bula foi prèviamente impugnada, directa e sèriamente, num dos pareceres jurídicos então dados a Eugénio IV, advertindo-o de que seu antecessor Martinho V outorgara a cruzada a D. João I de Portugal sòmente enquanto ele vivesse e que o fizera com a maior dificuldade: «et hoc fecit cum summa difficultate». E o jurista opina que melhor fora não a ter concedido, uma vez que não haviam os sarracenos molestado ninguém. Argumenta com a Escritura Sagrada: «Tenho também outras ovelhas que não são deste aprisco» (Jo., X, 16); e, indistintamente, se disse a Pedro: «Apascenta as minhas ovelhas» (Jo., XXI, 17). Também, segundo diversos juristas, incumbe ao sucessor de Pedro apascentá-las e defendê-las e não impugná-las ou permitir as lesem. Porque, embora seja bem combater os infiéis, é

ANTT.; *Bulas*, maço 4, n.º 9, original em pergaminho, com selo de chumbo, pendente por cordão de cânhamo, — texto que se reproduz e em cujo verso se lê, em letra da época: «letras da cruzada quando passarom os jffantes dom Henrique e dom Fernando aas partes dAfrrica»; AV., *Reg. Vat.*, vol. 365, fl. 92 v., com a data errada, de 13 de Setembro.

Publicada: segundo a cópia do Vaticano, por E. STAEDLER, *Die Cruciata Martini V. von 4. April 1418*, no *Archiv für Urkundenforschung*, 1942, t. 17, p. 310; por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 366, segundo o original; e por DOMINGOS MAURICIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, 1960, p. 88.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 10, p. 10; por ABRANCHES, *Suma* p. 39, em RAMOS COELHO, *Alguns documentos*, p. 5. Comentada: por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 699-700, e sobretudo por DOMINGOS MAURICIO, *D. Duarte...*, pp. 25-26, e por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 66 e ss.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs electis, administratoribus, abbatibus, prioribus alijsque ecclesiarum et monasteriorum prelatis necnon ceteris christiane religionis professoribus ubilibet constitutis, ad quos presentes littere nostre peruenerint, salutem et apostolicam benedictionem.

Rex regum et Dominus dominantium, vnigenitus Dei filius Jhesus Christus, ut humanum genus, de laqueo seruitutis eripiens, ad celestes sedes, ineffabili misericordia, reuocaret, e celorum summo descendit in terram et caducam humane fragilitatis carnem clementer indutus, doctrina sanctissima simul et exemplo uite mortalis, uiam qua graderentur homines ad eandem uere uite patriam demonstrauit; et, cum ipse summus omnium rerum opifex incorruptus et immortalis existeret, non renuit inter corruptibiles et mortales, probos et improbos, conuersari langores humanos perpetim tormenta corporis sustinere et tandem, in cruce pendens, mortem patienter, pro nostri redemptione, suscipere, ut mortem nostram moriendo

---

preciso, ao praticar o bem, olhar-se aos meios, que devem ser bons. Muitos males — sublinha o autor — se praticaram já no reino (de Portugal), como é notório, por tal motivo, e continuarão a praticar-se se Deus, o seu Vigário e os cardeais não providenciarem (Cfr. o nosso DOC. 132). Ignoramos quem tenha sido o autor do Parecer. Constituirá este opinião sincera de jurista ou pendência, embora razoàvelmente fundamentada, para os interesses de Castela? Como se vê, o autor do Parecer enveredou por um dos aspectos defendidos já em 1432, no Parecer atribuído ao infante D. João, sobre a continuação da guerra contra os sarracenos (Cfr. o DOC. 23 do nosso vol. 4). Sobre o particular vejam-se também os DOCS. 140 e 141 do presente volume.

Copyrighted material

destrueret et uitam sacratissime uite sue ministerio repararet et cum non humanis meritis, sed exuberantissima sui clementia, cunctos qui uere crediderint in cruce duxerit liberandos. Nos, eius uices, quanquam insufficientibus meritis, ex indulgenti sua bonitate gerentes considerantesque creditum solicitudini nostre gregem non satis posse condignas tanto beneficio laudes ex[s]oluere debitaque ueneratione complecti, prefate crucis sacratissimum signum, que perpetue mortis, uinculis dissolutis, rectissimum iter ad uitam et eternam gloriam patefecit, ad illa, curis assiduis, uigilamus et operibus indefessis enitimur, per que gregem ipsum, huiusmodi doctrine fideliter obsequentem, in conspectu diuine maiestatis acceptum reddere ualeamus; ingratissimos, uero, tanti muneris homines sarracenos, agarenos et alios infideles, qui ueri luminis uereque salutis iter pertinacissima mentium caligine contemnentes, prefate crucis insidiatores et hostes Deo odibiles et christiane religionis persecutores acerrimos sese reddunt a nequissimis eorum insultibus, quibus in christianum sanguinem sepius debachantur, non solum spiritualibus uerum etiam temporalibus accitis presidijs, possimus, auctore Domino, salubriter cohercere.

Sane, cum dudum preclare memorie quondam Johannes, Portugalie et Algarbij rex jllustris, christiane propaginis affectibus inflammatus ac, cupiens collatam sibi a summo rege potentiam in exaltationem gloriosi sui nominis exterminiumque ipsius hostium exercere, instructis christianorum militum aciebus, ad debellandos, in Africanis partibus, sarracenos et alios infideles, qui christianos crebris insultationibus, captiuitatibus et occisionibus affligebant, in detenta per eos territoria et loca processerit, locum de Cepta, quem longis retroactis temporibus occuparunt, ab ipsorum intolerabili seruitute potenter eripiens, suauissimo christiane religionis iugo restituit.

Cum autem, postmodum, carissimus in Christo filius noster Eduardus, eiusdem regis filius, qui sibi, post eius obitum, in prefatis regnis successit, uolens prudenter ostendere non solum regni successionem, sed etiam uirtutum paternarum hereditatem ad se peruenisse ac, per ipsius parentis uestigia progrediens, tanquam catholice fidei pugil et athleta fortissimus, incepta per patrem contra eosdem infideles uiriliter prosequi desideret et proponat et, adiuncta sibi multitudine copiosa fidelium intendat, illo prestante cuius causam deuote complectitur, ad subiugandum sarracenos et infideles huiusmodi regidendasque ad cultum ipsius nostre fidei terras quas occupant, omnem suam et dictorum suorum regnorum potentiam adhibere, nostras et catholice ecclesie, que congregationem ipsorum fidelium comprehendit, pro tam felicis consumatione negotij, partes adiutrices humiliter implorauit.

Nos itaque, tam salutare prefati regis propositum, maximis in Domino laudibus, extollentes ac pro eiusdem successu directis in celum oculis, ei

Copyrighted material

cuius negotium geritur, immensas proinde gratias ex[s]oluentes, omnes et singulos jmperatores, reges, duces, marchiones, principes, barones, comites, potestates, capitaneos, magistratus et quoslibet alios officiales ac eorum locatenentes, communitates quoque ciuitatum, vniuersitates opidorum, castrorum, villarum et aliorum quorumcunque locorum ceterosque eiusdem christiani nominis zelatores status et religionis cuiuslibet exhortamur ac, per aspersionem sanguinis eiusdem gloriosissimi Redemptoris, paternis affectibus, obsecramus, in suorum eis remissionem peccaminum, suadentes ut, ad infidelium errorumque eorundem exterminium et ad impendenda profutura suffragia, quibus huiusmodi prosecutio feliciter adiuuetur, potenter atque uiriliter se accingant, ad hoc enim spiritualibus munificentijs, remissionibus uidelicet et indulgentijs ipsorum, de fratrum nostrorum consilio, prouidimus eos inuitandos.

Quocirca, uobis et uestrum cuilibet patriarche, archiepiscopi et episcopi ac filij electi, administratores et prelati, per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus uos et quilibet uestrum, quotiens Eduardum, predictum Portugalie regem, huiusmodi negotio intendere et aduersus infideles eosdem exercitus suos ordinare contigerit, super hoc quoque uigore presentium, quas plene firmitatis roboris, quandiu idem Eduardus rex uitam duxerit in humanis, fulciri uolumus, debite fueritis requisiti ad premissum tam pium tamque salubre negotium exequendum, ueluti precones fortes exaltantes, ipso nomine, uoces uestras, in singulis ciuitatibus, diocesibus atque locis ubi congruere perspexeritis, per uos aliasque personas seculares et regulares, ordinum quorumcunque, quas ad hoc ydoneas duxeritis eligendas, iuxta datam uobis et illis a Deo prudentiam, christifidelibus quibuscunque ad id audiendum confluentibus et accedere uolentibus, quibus, uere penitentibus et confessis, ut ad id eo libentius inducantur, pro uice qualibet accessus huiusmodi, centum dies de iniunctis eis penitentijs per uos, auctoritate apostolica, relaxentur, uerbum crucis eiusdem ac ipsius admirabile signum publice proponere et predicare curetis illudque fidelibus ipsis id deuote suscipere uolentibus, uestris et eorundem eligendorum exhortationibus ac oportunis monitionibus preuijs ut, cum reuerentia debita, signum huiusmodi recipiant et illud contra peruersos dictorum infidelium conatus suis cordibus imprimant et negotium ipsum, fideli ac feruenti animo, prosequantur libere concedatis eorumque humeris affigatis.

Nos enim, ut fideles ipsi ad id eo feruentius animentur, quo uberiorem gratiam exinde se nouerint percepturos, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi et illa quam nobis Deus, licet immeritis, ligandi atque soluendi contulit potestate, eisdem fidelibus, qui, crucis eiusdem signo suscepto, prefatis exercitibus, in personis proprijs, interfuerint pariter et expensis quique ut illis interessent sine fraude iter arripuerint, si in ipso fuerint itinere uita functi,

plenam suorum peccaminum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, ueniam impartimur et in retributionem iustorum salutis eterne pollicemur augmentum eisque qui non in personis proprijs illuc accesserint, sed ipsorum duntaxat expensis, iuxta suarum facultatum quantitatem et exigentiam, ydoneos destinauerint bellatores ac illis qui, licet alienis expensis, proprijs tamen adierint in personis, plenam suorum concedimus ueniam peccatorum, huiusmodi quoque remissionis uolumus et concedimus esse participes, iuxta quantitatem subsidij ac deuotionis affectum, eos omnes qui, durantibus exercitibus supradictis, pro huiusmodi confirmatione negotij, de bonis suis congrue ministrauerint et circa illud consilium et auxilium impenderint oportuna; decernentes nichilominus, auctoritate predicta, omnia et singula ciuitates, terras, castra, iniuncta atque loca, que per exercitus eosdem expugnari et ab ipsorum infidelium detentione ac seruitute liberari contigerit, prefati Eduardi et suorum heredum, qui tunc fuerint, ditioni atque dominio subiacere et ad ipsum ac heredes prefatos legitime pertinere; vniuersos preterea et singulos quos huiusmodi crucis signo muniri contigerit, ut prefertur, illo priuilegio illaque immunitate gaudere que crucesignatis, pro Terre Sancte subsidio, in generali concilio, quomodolibet sunt concessa, eorumque personas necnon familiam, res et bona, sub beati Petri et sedis apostolice atque nostra protectione, permanere debere. Statuentes rursus ut bona predicta extunc, donec de ipsorum reditu uel obitu certissime constiterit, integra maneant et quieta. Jllorum uero archiepiscopi, episcopi necnon archidiaconi et alij superiores et officiales eorumdem ipsos ac huiusmodi bona, auctoritate predicta, tueantur, non permittentes eos contra dicti statuti tenorem ab aliquibus indebite molestari, molestatores huiusmodi per censuram ecclesiasticam et alia oportuna iuris remedia, appellatione postposita, compescendo, jnuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis, non obstante si aliquibus communiter uel diuisim a dicta sit sede indultum, quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Volumus autem quod, si forte contingeret prefatum Eduardum regem, dum sui exercitus in expeditione esset, decedere ab humanis, presentes littere nichilominus, durante dicta expeditione, in suo pleno robore permaneant quodque, si aliqua classis seu aliqua nauigia per ipsum regem ad defensionem loci de Cepta prefati siue ad offensionem sarracenorum circunuicinorum per eum mitterentur, homines qui in eis fuerint, si eos decedere inibi contingat, similiter plenam suorum peccatorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, indulgentiam consequantur.

Ceterum, ut ipsius uiuifice crucis signo muniti eo facilius reddantur huiusmodi remissionum et indulgentiarum participes, quo se liberius exi-

mere posse conspexerint ab onere debitorum dicto regi ac illis quos, uice dicti regis, exercituum duces siue capitaneos fore contigerit, tot ex uobis fratres patriarche, archiepiscopi et episcopi, electi, abbates et prelati de quibus illis pro tempore uisum fuerit qui ac alij ydonei sacerdotes seculares uel regulares ad id per uos assumendi, omnium pro huiusmodi deductione negotij crucesignatorum confiteri uolentium confessiones audire et, ipsis confessionibus diligenter auditis, pro peccatis suis et excessibus omnibus, per illos commissis, etiam si manuum iniectores in clericos etiam religiosos necnon incendiarij et sacrilegi fuerint, nisi adeo graues in ipsarum manuum iniectoribus excessus extiterint, quod ad eandem sedem merito debeant destinari, iniunctis ipsis, pro modo culpe, etiam cum exaggeratione congrua, aduersus illos, ex ipsis quoque qui in progressu exercituum predictorum aciebus uel contra infideles eosdem instruendis Eduardi regis prefati et eorum qui exercituum, ut premittitur, duces extiterint, eorundem ordinationes et mandata temere transgredi presumpserint, penitentia salutari et alijs que de iure fuerint iniungenda debite absolutionis beneficium, eadem auctoritate, impendere possitis, quotiens oportunum fuerit, eligere ac deputare.

Et insuper, pro colligendis et acceptandis pecuniarum summis et rebus alijs, quas pro huiusmodi prosecutione negotij, per quosuis erogari contigerit, personas ecclesiasticas honorabiles, ydoneas et fideles, de quibus eis uidebitur assumere ualeant, autoritate predicta, tenore presentium, indulgemus. Verum, quoniam difficile uideretur presentes litteras singulis exhiberi, uolumus quod vnus uel duo siue tot ex uobis fratres patriarche, archiepiscopi ac filij electi, abbates et prelati, de quibus Eduardo regi prefato uidebitur huiusmodi litterarum trasumptum, publica manu confectum eorumque sigillis munitum, personis et in locis singulis ubi expedire uidebitur, transmittere ac insinuare procurent, cui quidem transumpto, uelut originalibus litteris, dari uolumus atque decernimus plenam fidem.

Datum Bononie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo trigesimo sexto, sexto jdus septembris, pontificatus nostri anno sexto.

134

10 SETEMBRO 1436

Carta de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, a solicitar-lhe se interesse deveras pela pacificação entre a Inglaterra e a França, pois a peste da guerra é venenoso contágio que infecta e perturba

Copyrighted material

não só os próprios contendores mas também muitos príncipes, pelo que é de agir não só com palavras salutares mas ainda, se for preciso, com censuras eclesiásticas (1).

AGS., *Estado*, Francia, cód. K-1711, fl. 111, em cópia da época. Sobre a margem direita do texto: «Litera domjni regis Portugalie super pace Francie et Anglie».

Sacrosancte Generalj Synodo Basiliensi, in Spiritu Sancto legitime congregate, vnjuersalem ecclesiam representantj.

Eduardus, Dej gracia regnorum Portugalje et Algarbij (2) rex Cepteque dominus, filialem deuocjonem legitimam et sinceram.

Grande desiderjum vehemensque cogitatio bonj tocjus christianitatis, presertim pacis atque concordie infidelium, principio vestre congregacjonjs, ob vestra virtuosa opera et labores satis habundeque omnjbus patent, pro quibus apud Deum amplissimum munus et homjnes laudes jnmortales vobis vendicastis. Verum, si qui perfidi in sua cupiditate et elacjione tumjdi vestris sanctis, pijs atque justis operibus et requisicionibus condescendere noluerunt, dampnum atque dedecus minjme effugerunt, quod cum sic perperam molirj adnjterentur, nihilomjnus vestre fame et optimo proposito detrahere non potuerunt; que, cum ita sjnt, postquam Sancto Spiritu tot prestantissimorum orbis terrarum homjnum synodum congregastis, jbi laus, ibi gloria, non dyabolica humanalique malicia quin sanctum propositum confirmetur eo mjnus vos sinatis, ymo, virtute vestra duce,

(1) A Guerra dos Cem Anos, lamentável e moroso conflito político, que dominou a história do Ocidente nos séculos XIV e XV, especialmente da Inglaterra e da França, aparentemente querela dinástica mas, em verdade, tentativa de domínio da primeira sobre a segunda ou até de fusão dos dois países num só, atingira, nesta data, uma das fases mais graves. D. Duarte, na presente carta, apelou, por isso, para o concílio de Basileia, como também já sublinhou RUI DE PINA: — «E he de saber, por boom exempro e gloriosa fama delrrey dom Duarte, que hũa das cousas mais principaaes porque mandou tam honrrada embaixada a hũu conçilio e ao outro foy por, em seu nome, rrequerer a paz e concordia antre os rrex de França e Ingraterra, que naquelle tempo aviam antre sy cruas guerras. E, per suas cartas e jnstruçõoes que sobrisso enviou, nom soomente ofereçeo pera medeaneiros, e com suas despesas, seus embaixadores, mas ajnda, se neçessareo fosse, em pessoa prometeo de o hir seer, e do papa Eugenjo e seu collegio e emperador grego, a que os embaixadores primeiramente sobrisso falarom, e asi do emperador Segismundo e concilio de Basilea, a que tambem o foram pedir e rrequerer. Foy elrrey dom Duarte muy muyto louuado e per toda a christandade encomendado por muy virtuoso» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 8, segundo o cód. 359, *Livraria*, do ANTT.).

(2) No ms. *Algabie*.

vndecunque discordias, jnimicicias huiusmodique mala senserjtis, vestris oracionibus, admonjcionibus et salutaribus consilijs ad pacem atque concordiam trahere non cessetjs.

Enim uero, jnter cetera clara et celebranda vestra facta, sic a vobis laborandum est ut crudelis, acerba et tot jam dju malis jnueterata jnter anglicos et francos guerra, vos, opere plurjmum ad vnjonjs pacem sollicjte, quorum ab vtrinque vires atque nobilitas jnter ceteras christjanjtatjs gentes maximum nomen obtjnent. Verum, hec pestis et vere venenosa contagio non solum sese mutuo, verum etiam plerosque princjpes inficit atque turbat. Non enim eorum duricja, pro jneunda inter eos pace, oratores missistis, vos expaueat ac remoretur, ymo uero exemplum vndecim tribuum que contra Benjamjm certauerunt, sequj debetjs, quj non usque adeo semel ac jterum multorum jnterjtu confrictj sunt, quin tercio ad certamen conuersi victoriam atque triumphum reportarjnt; parjter jgitur vos neque laboribus atque jmpensis fatigatj diujnalj conatu quoscumque in dampnum sue consciencje et christianjtatis esse moneritis, debelletis, ne tam sedulo suorum fratrum, more pecudum et ferarum bestiarum, sangujnem effundant.

Ceterum, salutaribus verbis et, si opus fuerit, ecclesiastica censura vulneretis, ne per vos stet quominus christianitas reparetur, Saluatoris nostrj Dej hereditatem pacis quam in illa ultima Cena dimjsit, jnmjtatj. Preterea hec, reuerendissimj patres, que amplissima sunt, adnitamjni omnes principes, domjnos et populos fidelium, vobis jubentibus atque suadentibus, ad ferendam opem tam sanctissimo operj adjuuent. Nos in hac re et ceteris que commune bonum respiciunt, quantum in nobis est, pro viribus omnem conatum nostre mentis, pro bono pacis, ultro atque grato animo despondemus, jn hoc autem, reuerendissimj patres, enjxius supplicamus ne mora huiusmodj que nisi cjto per vos finjs jmponatur, rujtura sunt, felicem euentum consequantur. Altissimus vestrum statum conseruare dignetur.

Datum in villa de Turribus Veteribus, decjma dje mensis septembris, anno a natiujtate Dominj millesimo quadringentesimo xxxvj°.

El Rey

135

12 SETEMBRO 1436

Letras secretas Tenemus omnia, *pelo papa Eugénio IV endereçadas a D. Gomes Ferreira, abade de Florença, a dizer-lhe que tratara, solícita e diligentemente, quanto as circunstâncias lho permitiam, os assuntos que lhe cometera, a mostrar-se satisfeito pela*

boa disposição do rei de Portugal e dos infantes seus irmãos para com ele, pontífice, e a comunicar-lhe que, quanto à comissão da visita, aguardara a chegada do conde e restantes emissários régios, que apenas traziam a recomendação de lhe falar na visita da Ordem dos Cistercienses, inoportuna neste momento, pela ausência de seu abade em Basileia e não urgente para os demais isentos; pelo que lhe ordena regresse a seu mosteiro, como aliás o solicitam os seus súbditos **(1).**

ASF., *Badia Fiorentina*, X, 26, original em pergaminho, — texto que se reproduz; AV., *Vat. Lat.*, t. 8031, fl. 101, em cópia do século XVI. Publicadas por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, p. 146. Reveladas e sumariadas por DOMINGOS MAURICIO, *O Infante Santo Cardial*, pp. 33-34.

Eugenius papa iiij.

Dilecte fili, salutem et apostolicam benedictionem.

Tenemus omnia sollicite et diligenter a tua deuocione curata fuisse, iuxta commissionem tibi a nobis factam, que rerum condicio disposicioque adimplerj posse sunt passa.

Jm primis, uero, nos delectauit carissimi illius in Christo filij nostrj regis Portugalie jllustris bona disposicio, quam erga nos et sedem apostolicam illum habere dixisti, ex litteris quas accepimus die decimo marcij, Vlisbone datis. Cumque ipsum et infantes, germanos suos, nobis obedientes affectosque esse et in futurum, iudicio tuo, futuros affirmes, tibi respondemus nos pariter illos, paterna caritate et beniuolencia, amplecti et in futurum amplexare dispositos, prout rerum dietim occurrencium effectus demonstrabunt.

---

(1) A visita em referência devia ser efectuada pelo bispo de Lamego, D. João Vicente, e por D. Gomes; mas houve forte reacção em contrário, como se infere desta representação dos delegados de Portugal junto do papa Eugénio IV: — «Scit etiam sanctitas vestra quod qui alienos mores corrigere volunt omni vitio carere debent, litterarum peritiam, vtriusque iuris doctrinam ignorare non tenentur. Episcopus Lamacensis et abbas Florentinus, licet probi viri sint, tamen ad tantum munus expiendum creditur quod non sufficiant. Et propterea prelati regni Portugalie, quorum tres sunt de genere regali et alij de nobili genere procreati, docti, experti, quomodo patientur per tales visitari, quorum parentes ignorantur et vita cognoscitur, mores sciuntur, et non sunt tante opinionis apud illos, quantum ab alijs extraneis reputantur (?) et, si de personis, ipsorum meritis et vita dicere cogentur, multa latent que et audientes et intelligentes offendent. Ideo, consultius esset eis ut in vocationem ipsorum viuerent et alias dignitates non appeterent» (Cfr. BMLF., *Fondo Strozziano*, cód. 33, fl. 125 v., em D. MAURICIO, *Art. infracit.*, p. 34, nota 2).

Copyrighted material

Ceterum, ad ea que dicis de commissione uisitandi a nobis fienda, respondemus: quando istas a te accepimus, nos forte, per eos dies, certiores factos fuisse de aduentu comitis et oratorum regis predicti, a quibus, prout postea factum est, de voluntate dicti regis et regni illius necessitatibus cerciorem habere informacionem sperabamus. Quam ob rem, certis supersedimus diebus.

Cum, uero, oratores ipsi ad nostram presenciam aliquot fuissent uicibus et nichil de uisitacione predicta dicerent, eosdem de illa interrogarj fecimus. Qui responderunt se nullam de ipsa specialem habere commissionem, preterquam de uisitacione ordinis Cisterciensium, quem rex uisitarj desiderat atque eciam ut de ipsa uisitacione commissionem tibi faceremus supplicarj iusserat.

Nos, uero, qui cum venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus predicta communicauimus, de ipsorum consilio, in dicta uisitacione supersedendum esse deliberauimus, ne illorum abbatem, qui est Basilee, ad aliquod scandalum prouocemus; aliorum, uero, exemptorum uisitacionem, in dicto regno, non est uisum tanti ad presens faciendam, ut te diutius monasterio tuo extorem velimus retinere.

Quam ob rem, tibi et honorj nostro consultius fore iudicantes, si ad nos remeabis ut, uisis presentibus, venias tibi mandamus. Nam, de huiusmodi reditu tuo a filijs tuis monachis quotidie sollicitamur, qui monasterium et illius bona non paruis, propter absenciam tuam, damnis et incommodis affici dicunt.

Datum Bononie, sub anulo nostro secreto, die xij septembris M. cccc. xxxbj, pontificatus nostrj anno sexto.

Fora: Dilecto filio Gomecio/abbatj Floren. Blondus.

136

15 SETEMBRO 1436

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe declare válidas certas graças, concessões, dispensas, pedidos, privilégios e indultos obtidos por João Nunes, clérigo de Viseu, oriundo de nobre estirpe, seu familiar e comensal, depois de, em 24 de Abril de 1431, o mesmo pontífice lhe haver outorgado a graça expectativa de poder haver duas colacções e outros tantos benefícios, com dispensa para duas incompatibilidades, sem haver feito menção daquela graça.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 326, fl. 181 v.

Beatissime Pater. Nuper sanctitas vestra, ad dilecti filij Henrici, jnfantis Portugalie et ducis Visensis, supplicationem, deuoto vestro Johannj Nunij, clerico Visensi, de nobili genere procreato, dicti jnfantis familiari continuo commensali, gratiam fecit expectatiuam, sub data octauo kalendas maij anno primo, ad duas collationes et totidem beneficia et ad canonicatus et prebendas, dignitates, personatus, administrationes uel officia, etiam curata et electiua, ecclesiarum cathedralium et metropolitanarum, etiam cum dispensatione ad duo jncompatibilia, prout in supplicatione desuper signata plenius continetur (1).

Verum, pater sancte, euenit quod dictus Johannes obtinuit a sanctitate vestra, medio tempore, videlicet post datam dicte gratie expectatiue et ante ipsius jmpetrationem, nonnulas gratias, concessiones, dispensationes, jmpetrationes, priuilegia et jndulta, jn quibus de dicta gratia expectatiua siue dispensatione in ea contenta nullam mentionem fecit; cum reuera, illo tempore, gratia et dispensatio huiusmodi in rerum natura non essent nec de ipsis diuinare poterat, et quia huiusmodi gratie et dispensationis in ea contente expressionis obmissio redderet forte gratias, concessiones, jmpetrationes, dispensationes, priuilegia et jndulta medio tempore obtenta huiusmodi surrepticia et, per consequens, de jure nulla;

Vt igitur ipse Johannes, quj in premissis de negligentia siue culpa in aliquo notari non potest, oportuno de remedio per eandem sanctitatem valeat prouideri, dignetur eadem sanctitas vestra litteras apostolicas super huiusmodi gratia expectatiua conficiendas expediri mandare, cum huiusmodi expressione, videlicet quod in jmpetrationibus, concessionibus, dispensationibus, jndultis, priuilegijs, siue gratijs quibuscumque, per eundem Johannem Nunij, post datam dicte gratie expectatiue a sanctitate vestra obtentis siue etiam obtinendis, nullam de dicta gratia expectatiua siue dispensatione in ea contenta nec de quauis ex qualitatibus eius mentionem siue expressionem facere teneatur, ymmo quod jn impetrationibus, concessionibus, dispensationibus, jndultis, priuilegijs et gratijs huiusmodi habeantur pro specifice et nominatim expressis, cum non obstantibus et clausulis in dicta supplicatione contentis.

Concessum in presentia domini nostre pape. C. Ariminensis.

Datum Bononie, decimo septimo kalendas octobris, anno sexto.

---

(1) É possível que se trate de João Nunes Homem, tesoureiro do cabido da sé de Viseu em 2 de Janeiro de 1434 e ainda em Fevereiro e Agosto de 1448 (ADV., *Pergaminhos do Cabido*, maço 15, n.º 20, e maço 1, n.ºs 15 e 26, respectivamente).

137

15 SETEMBRO 1436

Bula Romanus pontifex, *de Eugénio IV, dirigida a el-rei D. Duarte, a conceder-lhe, para propagação do nome cristão, a conquista das ilhas Canárias não pertencentes a cristãos e a submissão das mesmas à Coroa de Portugal, uma vez terminadas suas conquista e conversão, e a declarar, em referência à Súplica de Agosto anterior, que a proibição de atacar as ilhas em causa apenas se referia às cristãs* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 336, fl. 189, — texto que se reproduz; *Armadio* XXXI, 54, fl. 639, em cópia de 1630.

Publicada por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 717-18, e por DOMINGOS MAURICIO, *D. Duarte*, p. 91.

Na margem esquerda da lição que seguimos: «Poggius B[artholomeus]», ou sejam os nomes de Poggio Bracciolini, secretário apostólico, célebre humanista e redactor do documento, e de Bartolomeo de Vincio, bispo de Valva, registador das letras apostólicas, como já observou DE WITTE, *Lug. infracit*. Ao fim do texto: «B[artholomeus] Valuensis. Gratis de mandato domini nostri pape».

Eugenius, etc..

Carissimo in Christo filio Eduardo, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem, etc.

Romanus pontifex, beati Petri celestis clauigeri successor, vicarius Jhesu Christi, ex superna Dei prouidencia, cuius est orbis terre et plenitudo eius, in supreme dignitatis specula constitutus, ad singula mundi climata, ex pastoralis officij debito, opem sue considerationis extendit et que ad propagationem christiani nominis spectare videntur ordinat et disponit, prout id salubriter, pro fidelium commodo, conspicit in Domino expedire.

Sane, ex parte tua nobis expositum fuit quod, cum in mari occiduo sint jnsule quedam, jnsule Canarie (2) generali verbo nuncupate, quarum aliquas fideles incolunt, nonnulle vero a paganis occupantur, tu, zelo fidei accensus ac cupiens clare memorie genitoris tui vestigia imitari, aliquas ex ipsis insulis per paganos habitatas, missa illuc classe, tue ditioni

(1) Cfr. a Súplica respectiva, de Agosto anterior, o nosso DOC. 129.

(2) No ms. *Cannarie*.

subijcere cepisti ac iam circiter quadringentas personas ibidem baptizari fecisti, ad eiusdem fidei augmentum.

Cum autem, sicut asseris, cupias laudabile opus per te inceptum vlterius prosequi et perficere, ad gloriam et laudem saluatoris nostri, nobis humiliter supplicasti vt prefatas insulas per infideles possessas, ad finem vt ipsi ad Christi fidem conuertantur, tibi in conquestam concedere et certam prohibitionem. sub excommunicacionis pena, ne quis jnsulis Canarie bellum aut grauamen inferre auderet, per nos dudum factam, solum ad christianas jnsulas se extendere declarare et alias tibi, in premissis, oportune prouidere dignaremur.

Nos, igitur, qui pre ceteris rebus christianam fidem augeri nostris temporibus summis desiderijs affectamus, tuum honestum propositum in Domino commendantes ac attendentes quod, sicut asseritur, nullus in hoc tuo incepto in aliquo reclamauit aut se, verbo vel facto. opposuit, neque aliquis christianus princeps in eisdem jnsulis paganorum vllum ius adhuc se habere pretendit, prefatas Canarie insulas, illis exceptis que antea per christianos possidebantur, auctoritate apostolica et de plenitudine potestatis nobis desuper tradite, tibi concedimus in conquestam et eas, postquam in tuam ditionem redegeris et ad fidem conuerteris, tibi subijcimus per presentes, jta vt ad te et tuos successores perpetuo spectare debeant et pertineant pleno iure, declarantes nichilominus, auctoritate prefata, voluntatis nostre fuisse et esse quod prefata nostra prohibitio tantummodo se extendat ad eas Canarie (3) jnsulas que, tunc temporis, sequebantur cultum fidei christiane et a christianis possidebantur.

Jn contrarium editis non obstantibus quibuscunque, nos enim ex nunc irritum decernimus et inane quicquid in contrarium a quoquam, quauis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli. ergo, etc., nostre concessionis, subiectionis, declarationis et constitucionis infringere, etc..

Si quis, etc.

Datum Bononie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo tricesimo sexto, decimo septimo kalendas octobris, anno sexto.

(3) No ms. *Cannarie*.

138

20 SETEMBRO 1436

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a pedir-lhe que seu familiar e capelão Martim Pais, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Cambra, já dispensado do defeito de nascimento para receber todas as ordens sacras e um benefício, mesmo com cura de almas, possa também aceitar e permutar quaisquer benefícios eclesiásticos incompatíveis entre si.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 326, fl. 226.

Supplicat sanctitati vestre humilis et deuota creatura vestra Henricus, jnfans regni Portugalie et dux Visensis, quatinus cum dilecto suo familiari, continuo commensali ac maiori capellano Martino Pelagij, abbate (1) seu alias rectore (2) parrochialis ecclesie sancti Juliani de Cambra (3), Visensis diocesis, cum quo dudum super defectu natalium, quem patitur de presbytero genitus et soluta, ut ad omnes etiam sacros ordines promoueri et beneficium ecclesiasticum, etiam curatum, obtinere valeret, apostolica fuit auctoritate dispensatum, ut quecunque, quotcunque et qualiacunque beneficia ecclesiastica inuicem jncompatibilia, etiam si dignitates et maiores uel principales personatus, perpetue administrationes uel officia etiam curata et electa, etc., in cathedralibus etiam metropolitanis uel collegiatis ecclesijs, aut archipresbyteratus seu perpetue vicarie existant, si sibi alias canonice conferantur aut sumatur seu eligatur ad illa, libere et licite obtinere illaque simpliciter aut ex causa permutationis, quotiens sibi placuerit, dimittere et, loco dimissi, dimisse uel dimissorum, aliud seu alia similia uel dissimilia ecclesiastica beneficia recipere et retinere etiam libere et licite valeat, de uberioris dono gratie, dignemini misericorditer dispensare, defectu predicto ac Pictauensis concilij et alijs apostolicis constitutionibus et ordinationibus ceterisque in contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque.

Concessum ut petitur, in presentia domini nostri pape. C. Ariminensis.

Datum Bononie, duodecimo kalendas octobris, anno sexto.

---

(1) No ms. *abbati.*
(2) No ms. *rectori.*
(3) No ms. *Canbar.*

139

2 OUTUBRO 1436

Lei de el-rei D. Duarte, a restringir a concessão de alvarás e de cartas de seguro aos homiziados que fossem servir em Ceuta e em esta armada (de Tânger), nos delitos praticados antes de Janeiro de 1436, com a excepção na mesma referida.

ANTT., *Núcleo Antigo*, cód. 12-A, fl. 187 v., — texto que se reproduz, preenchida uma lacuna pelo cód. 14-A, fl. 129 v., por se achar truncado o presente documento quase a meio, com anotação das variantes principais do segundo.

Publicada nas *Ordenações do Senhor Rei D. Afonso V*, liv. 5, tit. 115, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 370-71.

Dom Eduarte, etc.

Fazemos ssaber que, considerando nos como mujtas pessoas, em nossos rregnos, com esperança de hirem em armadas com algũus ssenhores capitãaes e fidalgos e outros quaeesquer que em armada uãao, pera Çepta ou pera outros algũus [lugares], per nosso mandado e sserujço, cujdando que hirom e vijnrom sseguros, per bem de (1) cartas e (2) aluaraaes que de nos ham, per que aseguramos aquelles que algũus mallefiçios tenham fectos e cometidos (3) e com elles forem em as dictas armadas, que nom ssejam presos ataa ssua vijnda e despojs çerto tempo, ljgeiramente sse mouem e nom rreçeam cometer mallefiçios e sse sseguem mortes, forçamentos, adulterios, furtos, rroubos e outrros desuajrados deljtos; e, porque nossa teençom nunca foy nem he dar esperança e aazo de mal fazer, majs antes rrefrear e punjr quanto majs com justiça possamos;

Porem, hordenamos e mandamos que taaes cartas e aluaraas de sseguro, que ja ataaqui dessemos ou daquj en djante dermos (4), sse nom entendam nem ssejam guardadas aaquellas pessoas que algũus mallefiçios tenham cometidos des janeiro passado desta presente era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e xxxbj annos pera ca ou daquj en djante. E quaeesquer que os mallefiçios ssejam ou forem,

---

(1) *das*.
(2) *ou*.
(3) *tenhham cometidos*.
(4) *demos*.

ou (5) ffossem fferidas ou mortes ou adulterios, ffurtos ou rroubos e outros quaaesquer e per qualquer modo cometidos, ou de preposito ou em rrejxa ou (6) doutrra qualquer guisa; e, posto que a algũa pessoa em espiçial demos carta ou aluara dalgũu mallefiçio que cometesse des o dicto tempo pera ca, moujdo por algũa justa causa ou qualljdade do deljto, mandamos que lhe nom sseja guardada, ssaluo sse em ella for fecta expressa mençom desta nossa hordenaçom e, espeçificando em ella que, ssem enbargo della, lhe sseja guardado.

E, sse algũus aluaraaes teemos dados assy em espiçial e os mallefiçios ffossem cometidos des o dicto tempo pera ca, mandamos a todos aquelles que os de nos ouuerom que, da pobrricaçom desta atee hũu mes, os venham mostrrar, pera sse em elles poer a dicta clausulla, sse nossa merçee for; e, nom vijndo e despojs pareçendo ssem ella, mandamos que lhes nom ssejam guardados. E todo esto ssuso dicto queremos que sse entenda e aja lugar em todallas hidas e armadas que sse fezerem, assy pera Çepta como pera quaeesquer lugares em que sse taaes cartas ou aluaraaes de sseguro derem, assy em esta armada rreal que ora, com a graça de Deos, hordenamos de sse fazer, como em outras quaeesquer que ssejam.

Porem, mandamos a todollos corregedores, alquajdes e mejrjnhos e a todallas outrras nossas justiças que assy cunprram e guardem e façam conprir e guardar e, ssem enbargo de taaes cartas de ssegurança, prendam e mandem prender os dictos malfectores que os dictos mallefiçios assy tenham cometidos des o dicto tempo pera ca ou cometerem ao djante, ssem outro embargo.

Dante em a vjlla de Torres Vedrras, e hj foj pobricada, presente Rodrigo Anes Vjllella, ouujdor na corte delrrej, que ssija em audiencia, aos dous dias do mes doutubrro, era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e xxxbj annos.

140

17 OUTUBRO 1436

Parecer do jurista bolonhês António Minucci da Pratovecchio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra aos infiéis, com base no facto de certo rei católico, não reconhecendo superior, desejar guerrear sarracenos que não ocupam terras suas,

(5) *ora.*
(6) Falta o demais texto.

mas que foram de outros cristãos, na Berberia; a qual consulta é concretizada nas perguntas seguintes: se ele pode declarar guerra sem licença; se, declarando-a com licença papal, ela pode ser considerada justa, embora tais terras nunca houvessem sido de cristãos; se ele pode obrigar o seu povo a tal guerra; a expensas de quem devem os súbditos combater; se pode impor tributos a seu povo para tal luta; se estará obrigado, no foro da consciência, pelos homicídios que na mesma se perpetrem.

À primeira pergunta, depois de haver mostrado a probabilidade da sentença contrária, responde o autor ser mais provável a sentença que nega a liceidade da guerra sem licença do imperador, por não se tratar de guerra de defesa nem de recuperação, mas sim de invasão, que só é permitida com autoridade do imperador, a quem o rei deve sujeição por direito e ao qual essas terras estão sujeitas. Quanto à segunda, recorda a opinião dos canonistas e civilistas sobre o poder da papa, como vigário de Cristo, extensivo aos infiéis quanto ao direito natural, para concluir que, no caso de lhe serem desobedientes, não aceitando os missionários, ou de possuirem terras de cristãos ou por motivo da recuperação da Terra Santa ou no caso de negligência, por parte do imperador, em recuperar as terras pertencentes ao Império Romano, o papa pode puni-los com a guerra e dar autoridade ao rei para os combater. Passa depois a responder ao último quesito, dizendo que o rei e seus súbditos não estão obrigados, no foro da consciência, pelos homicídios ocorridos na guerra feita com autoridade do papa. Valendo-se de vários argumentos, prova poder o rei obrigar os súbditos a participarem em tal guerra. Bastará que ela, atentas as condições expostas, seja lícita. Relativamente à quarta dúvida, distingue, conforme as pessoas que entrarem na guerra. Os vassalos ou légios *que, em virtude do feudo ou juramento, devem entrar nela, têm de arrostar com as despesas. Tratando-se, porém, de despesas dos soldados, tanto as armas como os salários ficam à conta do rei. Com toda o certeza o rei pode taxar o povo com impostos especiais destinados a tal guerra, por ser este um direito que lhe compete, em virtude do seu poder supremo, como o autor prova.*

BAV., *Cod. Vat. Lat.* 1932, fl. 100, original, em papel.

Referenciado: por DE WITTE, O. S. B., *Les bulles*, art. 1, p. 700; e por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, pp. 33-35. Deste último autor e jurista é a transcrição e anotação do presente documento.

[Q]uidam princeps seu rex catholicus (1), non recognoscens superiorem, vult jnducere bellum contra sarracenos, non possidentes nec detinentes terras ipsius regis, sed detinentes terras que fuerunt aliorum christianorum, quemadmodum in Barbariam.

De sex principaliter dubitatur. Primum dubium: Vtrum possit sine alterius auctoritate bellum jnducere. Secundum: An papali auctoritate et licentia, si bellum jnduxerit, bellum possit iustum censeri, etiam si terre nunquam fuerunt christianorum. Tertium: An possit populum suum compellere ad bellum hoc. Quartum: Cuius expensis subditi debeant esse in campo. Quintum: An populo suo possit collectas imponere et angarias pro

---

(1) Segundo RUI DE PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. 20, pp. 134-136, el-rei D. Duarte, depois de ouvir, nas cortes de Agosto de 1436, os pareceres contrários do infante D. Pedro e o do conde de Barcelos e o indeciso do infante D. João, sobre a expedição de Tânger, que havia de realizar-se no ano seguinte, mandara consultar o papa sobre a legitimidade da guerra contra os infiéis e do lançamento de impostos ao reino, com esse fim. O cronista apresenta a resposta do papa, que teria distinguido entre guerra justa necessária de legítima defesa e justa voluntária, destinada à conquista de terras de infiéis. Quanto a esta última, segundo essa resposta, não poderia o rei lançar *pedidos* ao povo. A notícia de Rui de Pina não é bem exacta, como se colhe deste parecer de António de Pratovecchio e do seguinte de António de Rosellis, que se publicam. Dissemos, há tempos, que, embora por essa época tivesse o papa ou alguém da cúria pontifícia consultado alguns juristas sobre a concessão da cruzada e sagração ao rei de Portugal, todavia a consulta de D. Duarte ao papa parece ser anterior àquela data de 1436. (Cf. SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique*, p. 33ss.). Hoje corrigimo-nos um tanto. D. Duarte já em Maio de 1436 dava ordens a Bartolomeu Gomes sobre o arrecadamento do *pedido e meio* na cidade de Lisboa. E o facto de paleogràficamente a indicação da data deste documento ser um tanto duvidosa, mas apresentar mais as características de um cinco, levou-nos a colocar a consulta de D. Duarte antes de 17 de Outubro de 1435. Contudo, a data do presente parecer jurídico, escrita pelo próprio autor, deve ser de 17 de Outubro de 1436. As circunstâncias históricas, a que nos referimos no estudo citado, corroboravam aquele nosso ponto de vista quanto à data destes pareceres, cuja existência nos foi dada a conhecer, pela vez primeira, por DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 700. Essa mesma série de circunstâncias prova que o rei católico *non recognoscens superiorem* só pode ser o nosso D. Duarte. Há, porém, outras circunstâncias históricas que, a fundarmo-nos no próprio texto dos pareceres jurídicos, nos dizem só em 1436 podermos colocar a composição deles. Como se pode ver na nota seguinte, António de Pratovecchio só em Julho de 1436 aparece na Universidade de Bolonha, não como professor mas como vigário do arcediago. Isso poderia indicar-nos que ele era professor de direito civil na cúria pontifícia, que neste tempo se encontrava, efectivamente, em Bolonha. António de Rosellis, autor do parecer seguinte, diz tê-lo escrito em Bolonha quando ensinava direito canónico na cúria romana ou pontifícia. Ora Eugénio IV só em Abril de 1436 passou a Bolonha. E assim a data do parecer de António de Pratovecchio tem de ser de Outubro de 1436. Nos meses anteriores estava na cúria de Eugénio IV a embaixada de D. Duarte e com ela se podem relacionar muito bem estas consultas, feitas por ele mesmo aos seus embaixadores ou até talvez, não sabemos se com maior probabilidade, provocadas pelos seus pedidos.

expensis necessarijs jn campo. Sextum: An, propter homicidia que in bello committerentur, jn foro conscientie teneatur.

Jn Christi nomine. Amen. Occurrit michi (2) jn primis, juxta sententiam Baldi (3), C., si quis aliquem testari prohibuerit, jllud Senece in Exclamationibus suis, ita inquientis: «Quis es tu qui de facto Patrum sententiam feras ? Respondeo: Non sum agricola, sed semino verbum jn agro Domini exercituum; et si bonum est, terra suscipiet et vouebit; si malum, tanquam mala herba eradicabitur» (4). Jtaque circa id primum quo queritur: An potuerit propria auctoritate hoc bellum jndicere (5). Ex tribus concludi videtur indicere (6) potuisse. Primum quidem principalis potestas, quam sibi nactum esse constat, ex quo superiorem non recognoscit, per id quod dixit glossa in aucth. de defensoribus ciuitatum, § et judicare (7),

---

(2) O autor deste arrazoado jurídico é António de Pratovecchio ou Pratovetere, professor de direito civil em Bolonha, como se colhe das palavras finais do parecer, escritas pelo autor, que autenticou a consulta com o selo próprio. As palavras «Laus Deo eiusque matri Virgini Marie et beatis Anthonio et Romualdo» parecem indicar que ele era religioso. Desde 12 de Julho de 1436 que António de Pratovetere, doutor em ambos os direitos, aparece na Universidade de Bolonha, como vigário do arcediago, a fazer o sermão de doutoramento dos novos laureandos em direito civil. Nesta qualidade o vemos ainda em 23 de Fev. de 1442 e 12 de Nov. de 1450. Cf. SORBELLI, *Il «Liber Secretus Iuris Caesarei»*, II, p. 145, 189, 195, 256. Passou também pela Universidade de Sena. Cf. ZDEKAUER, *Lo Studio di Siena*, p. 48. CHIAPELLI, *Vita e opere giuridiche di Cino da Pistoia*, p. 186, fala-nos de uma obra que *Antonio Minucci da Pratovecchio scrisse nel secolo XV, intitolata* «Singularia Domini Cini».

(3) Baldo de Ubaldis foi um dos juristas mais famosos do seu tempo, muito apreciado pelas suas obras de direito canónico e civil. Nasceu em Perusia à volta de 1319 e morreu em Pavia em 28 de Abril de 1400, depois de ter ensinado em várias Universidades. Sobre a sua vida, carreira jurídica, valor de sua produção literária e teorias jurídicas próprias, cf. G. CHEVRIER em *Dictionnaire de Droit Canonique*, II, Paris, 1937, col. 39-52.

(4) Esta transcrição feita por Baldo não vem, como diz António de Pratovecchio, no comentário ao título 34, *Si quis aliquem testari prohibuerit vel coegerit*, do livro VI do *Codex Iustinianus*. Encontra-se na questão que, segundo a edição por nós seguida, vem antes deste título, imediatamente depois do título 33 *De edicto divi Hadriani tollendo*. Esta questão vem indicada nas edições como *Quaestio Baldi de Schismate*. Cf. BALDI VBALDI PERUSINI *In Sextum Codicis librum commentaria*, fl. 120 vb. Eis o texto de Séneca, como lá vem: «Quid dicendum ? Occurrit mihi verbum Senecae in Declamationibus. Quis es tu qui de facto patrum sententiam feras ? Sed respondeo, sum agricola rudis, et non fero sententiam, quia ad me non pertinet ullo modo, nec pono os in caelum, sed semino uerbum in agro Domini exercituum et largitoris, et si bonum est, terra recipiet et fouebit, si autem malum, tamquam mala herba eradicabitur».

(5) Primitivamente lia-se *inducere*, mas foi corrigido, ao que parece, pelo autor.

(6) Também aqui o verbo *inducere* foi corrigido para *indicere*.

(7) Nov. XV, col. III, t. 2, *De defensoribus civitatum*, cap. III, 2, ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 112. Ver a glosa na ed. Lugduni, 1546, p. 65.

et Bartolus (8), ff., de captiuis, le. hostes (9). Et etiam de jure, si est rex Francie vel Hyspanie, per id quod dixit glossa lxiij. dist., Adrianus (10), extra, qui filij sint legitimi, cap. per venerabilem (11), de quo solet dici, vij., quest. i., in apibus (12), xi., quest. i., hec si quis, ver. volumus (13), viij. dist., quo iure (14), xxiij., [quest. viij.], conuenior (15) et de electione, cap. per (16) venerabilem (17). Et imperij est bellum inducere seu principis et populi Romani, ff., de captiuis, le. hostes (18). Secundum est causa belli inductiua. Cum enim populus christianus fuerit spoliatus bello tali terra, eodem bello ipse rex et quicumque christianus alter videtur posse possessores expellere, per id quod dixit Alexander papa (19) omnibus episcopis Hispanie, xxxiij. *(sic)*, quest. vltima, ca. dispar (20), sic jnquiens: «dispar [nimirum (21)] est judeorum et sarracenorum causa. Jn illos enim

---

(8) Bártolo de Saxoferrato foi um dos mais celebrizados legistas do século XIV. Nasceu em 1314 e doutorou-se em Bolonha no ano de 1334. Ensinou em várias universidades de Itália, sobretudo nas de Pisa e de Perusa. Morreu nesta cidade em 1357. Abriu novo período no ensino do direito romano, de tal forma que os legistas posteriores se chamaram *Bartolistas*. Cf. KURTSCHEID, O. F. M., *Bartoli de Saxoferrato vita...*, II, p. 110-117, e VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 520-521. Algumas de suas obras fazem parte da colecção *Tractatus Universi Iuris*, t. III, p. I, fl. 330; t. III, p. II, fl. 140; t. IV, fl. 63,73; t. II, fl. 158.

(9) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 214 vb-215 b.

(10) *Decretum Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis*, Romae, 1584, pars I, dist. LXIII, ca. 2, p. 297.

(11) *Decretales Gregorii IX*, lib. IV, tit. 17, *Qui filii sint legitimi*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 714.

(12) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaest. I, ca. 41; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 582.

(13) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. I, *dictum ante* ca. 37; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 636.

(14) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(15) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 21; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 959.

(16) Neste lugar a primeira palavra do ca. é *venerabilem* e não *per venerabilem*. Todavia, na glosa do liv. IV, tit. 17, ca. 13, *per venerabilem*, à palabra *Minime recognoscat*, lê-se: «De hoc dicitur supra, de electione, *per venerabilem*»: *Decretales Gregorii IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, p. 1095.

(17) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6, *De electione et electi potestate*, cap. 34; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 79.

(18) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio et de redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

(19) Alexandre II, papa de 1061 a 1073.

(20) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955. O texto lê erròneamente *xxxiij*.

(21) No texto, espaço em branco.

qui christianos persequuntur et ex vrbibus et proprijs sedibus pellunt, iuste pugnatur, hii vbique seruire parati sunt» (22). Ad que facit quod in simili dixit Jnnocentius (23) in cap. querelam, de electione (24), quem Baldus refert in lege ij., C., de seruitutibus et aqua, circa finem (25), vbi voluit quod si res fuerit furto subtracta, puta castrum, vel per violentiam occupatur, licitum est eadem forma, etiam jn foro conscientie, recuperare, etc. Tertium est quia in hiis que spectant ad esse publicum vnusquisque posset agere et defendere pro jure illo, ff., de acquirendo dominio, le. statuas (26). Hoc videmus in simili, in jure populari, le. licet, § jn popularibus, ff., de procuratoribus (27), le. eum qui, § jn popularibus, ff., de iureiurando (28), et plene, ff., de popularibus (29) ac per totum. Certo autem certius est quod bellum inducere contra illos occupatores concernit jnteresse publicum, quia sanctam catholicam ecclesiam et christianam fidem. Ergo ei licitum est.

Contraria tamen sententia probabilior est. Bellum enim triplex licitum esse assempsit Baldus in lege ij., C., de seruitutibus et aqua (30),

---

(22) Na edição de FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*. I, col. 955 e outras ajuntam-se as palavras *nimirum*, depois de *dispar* e *vero* depois de *hii*.

(23) Inocêncio IV, papa de 1243 a 1254, além de ter promulgado colecções autênticas, algumas das quais foram comentadas pelo nosso canonista João de Deus (SOUSA COSTA, *Um mestre português em Bolonha*, p. 109, 133-134) escreveu, sendo já papa, mas como autor privado, o famoso comentário às Decretais de Gregório IX, a que se refere o texto da consulta. Escreveu-o entre os anos 1246-1253, possivelmente à volta de 1251. Antes de subir à cátedra de Pedro, foi aluno e professor na Universidade de Bolonha. Durante este tempo, talvez escrevesse o tratado *De exceptionibus*, sob o nome de Sinibaldo Fliisco, como era conhecido antes de ser eleito papa a 25 de Junho de 1243. Morreu a 7 de Dezembro de 1254. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 453, 477.

(24) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, Rubrica VI, *De electione et electi potestate*, cap. XXIV, p. 66 s. Contudo, pelo que António de Pratovecchio diz a seguir a propósito desta citação, relativamente a Baldo, parece haver equívoco, pois os dizeres seguintes referem-se ao lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Olim causam*, p. 287 vb-279.

(25) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, tit. *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 b-228 va. Como se observou na nota precedente, o cap. citado aqui é o *Olim causam*, ou seja o cap. 12.

(26) *Digesta*, lib. XLI, tit. 3, *De adquirendo rerum dominio*, le. 41; MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 649.

(27) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 42; MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 41.

(28) *Digesta*, lib. XII, tit. 2, *De iureiurando sive voluntario sive necessario sive iudiciali*, le. 30, § 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 165.

(29) *Digesta*, lib. XLVII, tit. 23, *De popularibus actionibus;* ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 790 ss.

(30) BALDI VBALDI PERUSINI, *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, tit. *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 va: «Nota quod

scilicet publice defensionis uel priuate, et istud est licitum, le. iij., § cum igitur, ff., de vi et vi armata (31); benefacit quod scribitur ff., si quadrupes pauperiem fecisse dicatur, le. i., § cum arietes (32), in lege vt uim, ff., de justitia et iure (33) et in c. i., de militi vaxali qui contumax (34), C., de iure fisci, le. prohibitum (35) et C., de metatis, le. deuotum (36); et quod etiam per quosdam scribitur in c. i., hic finitur lex, deinde jncipiunt consuetudines regni (37); et pro tali bello licitum est congregare amicos et conducere stipendiarios, vt plene jn juribus preallegatis (38).

Secundum est bellum recuperationis; et istud non licet sine auctoritate principis, nisi periculum esset in mora, vt dixit Jnnocentius in cap. olim, de restitutione spoliatorum (39).

Tertium est bellum jnuasionis; et hoc etiam non licet nisi judicis auctoritate uel sententia, ut le. prohibitum, C., de iure fisci (40) et le. finali, C., de bonis vacantibus (41).

---

est triplex bellum, scilicet defensionis publicae vel priuatae et istud est licitum, le, 3, § cum igitur, de vi armata, vnde pro tali bello est licitum congregare amicos et conducere stipendiarios ut ibi no. Item recuperationis, et istud non est licitum nisi auctoritate principis permittatur uel nisi careamus principe et periculum sit in mora, de restitu. spol., cap. olim causam, per Innoc. Item inuasionis et hoc non est licitum nisi auctoritate judicis praecedente sententia vt le. prohibitum, de iure fisci et le. fin., de bon. vac., lib. x.».

(31) Assim no texto e em todos os tratados mais ou menos do tempo. Segundo a edição de MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690, seria *eum igitur* o § e não *cum igitur*, como nas antigas. *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et de vi armata*, le. 3, § 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690.

(32) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(33) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(34) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 22, *De milite vasallo qui contumax est*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 28-29.

(35) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395.

(36) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 40 (41), *De metatis et epidemeticis*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 476.

(37) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1.

(38) Cf. nota 30.

(39) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, fl. 278 v-279 a.

(40) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395.

(41) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 10, *De bonis vacantibus et de incorporatione*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 398.

De primo bello non loquitur titulus questionis. Defensio enim fit tempore illate iniurie vel parum post, vt in § cum (42) igitur (43) et in lege scientiam, § qui cum aliter, ff., ad legem Acquiliam (44); quod enim ex interuallo fit, non ad defensionem sed vindicte ascribitur, vt in dictis juribus et plene in lege i., C., Vnde vi (45); et nemini propria auctoritate licet vindictam assumere, C., vt nemini liceat se sine iudicis auctoritate vendicare (46); et defensio est offensionis obiectum, vt le. ut vim (47) et le. i., § cum arietes (48) et in iuribus preallegatis. Vnde, stante eo quod est positum in puncto questionis, dictus rex non fuit offensus, quia nec iniuria persone illata nec in rebus, quia res de quibus agendum est sue non fuerunt; non ut offensus potest se defensionis titulo juuare.

Sic denique nec de secundo; quamquam enim forte tractandum esset de recuperacione rerum amissarum, quo casu spoliato omni licitum est, etiam furtiue et per bellum, res suas recuperare, si aliter recuperari non possent, vt dixit Jnnocentius, in dicto cap. querelam (49), quem Baldus sequitur, vbi supra (50). Non tamen iste fuit spoliatus; iudicium ergo recuperandi non habet inter hos locum. Possunt enim possessores dicere quo ad te liberas edes habeo, le. loci corpus, § competit, ff., si seruitus vendicetur (51). Vnde si agens iste rex coram judice superiori, puta coram papa, qui est judex etiam illorum possessorum, per id quod dixit Jnnocen-

---

(42) Cf. nota 31.

(43) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*, le. 3, § 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690.

(44) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 45, § 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 130.

(45) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332.

(46) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 16 (17), *Ut nemini liceat sine iudicis auctoritate signa imprimere rebus, quas alius tenet;* ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 106.

(47) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(48) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed: MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(49) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, Rubrica VI, *De electione et electi potestate*, cap. XXIV, p. 67. Como já advertimos, a citação a propósito, mesmo com fundamento em Baldo, seria a do lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Olim causam*, p. 278 vb-279 a.

(50) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, fl. 228 b-228 va. Aqui o cap. citado é o *Olim causam* ou seja o cap. 12.

(51) *Digesta*, lib. VIII, tit. 5, *Si servitus vindicetur vel ad alium pertinere negetur*, le. 4, § 7; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 120.

Copyrighted material

tius in dicto cap. quod super hiis (52), ipse repelleretur exceptus, quia nec spoliatus, nec ius habet, et quia ius est alterius, per id quod dixit Cynus (53), Baldus (54) et Salycetus (55) in lege cum seruum quispiam, C., de seruis fugitiuis (56). Quomodo ergo poterit iustificari vt propria auctoritate bellum possit inducere causa recuperationis eius, de quo si coram competenti ageretur, non posset victoriam reportare? Datur enim judicium spoliato, C., vnde vi (57) et ff., de vi et vi armata (58), per totum, et in lege si quis ad se fundum, C., ad legem Juliam de uj (59) et dicto § cum (60) igitur (61) et Jnstit., de interdictis, § recuperande (62) et pro hoc maxime attento quod dixit Baldus (63), quod non potest hoc bellum induci, nisi auctoritate principis, etsi sit spoliatus.

De tertio genere similiter omnia iura clamant non licere, nisi auctoritate judicis. Vnde itaque, cum titulus questionis non cadat in aliqua specie

---

(52) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514. Devemos, porém, advertir que é a primeira vez que este capítulo *Quod super his* vem citado. Não deveria, portanto, o autor dizer *in dicto cap. quod super hijs*.

(53) CYNUS DE PISTORIO, *Lectura in Codicem*, lib. VI, Rubrica 1, *De servis fugitivis*, le. *Cum servum*, fl. 337 vb-338 a. — Cino de Pistoia nasceu à volta de 1265. Em 1290 terminou os estudos em Bolonha e em 1314 publicou o seu comentário ao Código Justinianeu. Cf. ZACCAGNINI, *Cino da Pistoia*, p. 37-38. Cf. também CHIAPELLI, *Vita e opere giuridiche di Cino da Pistoia*, e CIAMPI, *Vita e memorie di Messer Cino da Pistoia*. Este autor publicou as poesias de Cino de Pistoia *(Poesie di Messer Cino da Pistoia)*.

(54) BALDI VBALDI PERUSINI *In sextum Codicis librum commentaria*, Rubrica *De servis fugitivis et libertis mancipiisque civitatum artificibus et ad diversa opera deputatis et ad rem privatam vel domesticam pertinentibus*, le. 6, fl. 8.

(55) Deve tratar-se de Bartolomeu de Saliceto, um dos principais doutores da Escola de Bártolo. Morreu em 1412. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 521.

(56) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 1, *De fugitivis servis et libertis mancipiisque civitatum artificibus et ad diversa opera deputatis et ad rem privatam vel dominicam pertinentibus*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 238.

(57) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi;* ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332-333.

(58) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata;* ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 688 ss.

(59) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 12, *Ad legem Iuliam de vi publica seu privata*, le. 7; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 377.

(60) Como já advertimos, a edição de MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690, lê *eum igitur*.

(61) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*, le. 3, § 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 690.

(62) *Institutiones*, lib. IV, tit. 15, *De interdictis*, § 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 54.

(63) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, Rubrica *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 va.

dicti belli, affirmatiue probabiliter dico nullo modo hunc potuisse vi propria et auctoritate sua licite quoad has res recuperandas bellum inducere. Esset enim, si eas recuperasset, iniustus possessor, cum etsi per occupatores teneantur, tamen scit eas suas non esse vel forte scit vel scire debet ad alium spectare. Volens ergo illas possidere, esset violentus vel clandestinus possessor, vel alias iniustus, vt in lege finali, C., vnde vi (64), et que iura canonum nullo tempore habere tuentur, vt in cap. finali (65) et quod ibi plene per canonistas, extra, de prescriptionibus (66), et per Bartolum (67) et alios in lege sequitur, § si viam, ff., de vsucapionibus (68), in lege i., C., de judicijs per Angelum (69) et in cap. malefidei possessor, extra, de regulis iuris, lib. vi., vbi Dynus (70) cum alijs, et quidam legiste in aucth. malefidei, de prescriptione longi temporis (71), et in § et rursus, in aucth. vt sponsalitia largitas (72).

Secundo, probatur hec conclusio, ex sententia Jnnocentii, in cap. olim causam inter nos, extra, de restitutione spoliatorum, in glossa super ver. vim, que jncipit quomodo, jn ver. bellum autem (73), vbi dixit quod solus princeps qui superiorem non habet, potest bellum inducere et potest illud inducere contra eos, contra quos non competit executio jurisdictionis, vt puta contra illos qui essent in possessione alicuius iuris illius principis. Jtaque, cum isti non sunt in possessione alicuius iuris illius principis, etiam si alias non habet superiorem, non potest eis bellum inducere.

---

(64) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 11; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332-333.

(65) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 26, *De praescriptionibus*, cap. 20; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 393.

(66) Por exemplo, INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XXVI, *De praescriptionibus*, cap. XX, p. 365.

(67) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLI, tit. 3, *De usucapionibus et usurpationibus*, le. 4, § 14, fl. 90 vb.

(68) *Digesta*, lib. XLI, tit. 3, *De usurpationibus et usucapionibus*.

(69) ANGELI VBALDI PERUSINI *In Codicem commentaria*, lib. III, Rubrica *De iudiciis*, le. 1, fl. 39 v. — Angelo de Ubaldis foi civilista de renome, pertencente à Escola dos Bartolistas. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 521. No *Tractatus Universi Iuris*, t. VIII, p. II, fl. 155, vem publicada a sua obra *De inventario*.

(70) DYNUS MUGELLANUS, *De regulis iuris pontificii* (ed. Lugduni, 1563, juntamente com PHILIPUS DECCIUS, *Instit. ff. de regulis iuris)*, p. 28, 30 — No *Tractatus Universi Iuris*, temos várias obras publicadas deste jurista: t. V, fl. 6, *De interesse;* t. VIII, p. I, fl. 318: *De successionibus ab intestato;* t. XVII, p. I, fl. 50: *De peremptionibus;* t. XVIII, fl. 187: *De glossis contrariis*.

(71) CYNUS PISTORIENSIS, *Lectura in Codicem*, lib. VII, Rubrica 33, *De praescriptione longi temporis decem vel viginti anni*, fl. 444.

(72) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *Super authenticis et Institutionibus*, col. IX, Rubrica *Vt sponsalitia largitas, § rursus*, fl. 50 vb.

(73) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, p. 278 b-279 a.

Copyrighted material

Tertio, probatur ex sententia eiusdem Jnnocentij, eodem loco, in fine (74), dicentis quod vbi ille qui occupat, non sit suppositus iurisdictioni illius qui est spoliatus, debet iustitiam petere coram eo, cui subest possessor, xxiij., quest. iij., ca. dominus (75). Vbi vero talis possessor judicem non haberet, coram quo posset iustitiam optinere actor, licet ei propria auctoritate res suas recuperare, C., de judeis, le. judei (76). Est ergo precipuum in hoc vt recuperare possit propria auctoritate vel bellum inducere, se esse spoliatum a possessore, siue sit spoliator, siue alius, Potuisset ergo ille qui christianus fui dominus Barbarie et spoliatus, bellum propria auctoritate inducere et terras amissas et possessas per barbaros infideles recuperare, nullo temporis curso obstante, per id quod scribitur in dicto cap. finali, extra, de prescriptionibus (77). Et est casus in dicto ca. dispar, xxiij., quest. vl[tima] (78), iniuncta le. christianis, C., de paganis (79).

Quarto, firmatur ex sententia domini Johannis de Lignano (80), in dicto (81) tractatu, in rubrica An alijs a principe bellum inducere liceat (82), vbi conclusit non licere sine principis auctoritate, primo quia

---

(74) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, p. 279.

(75) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894. O texto traz erròneamente *quest. iij.*

(76) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 9, *De judaeis et caelicolis*, le. 8; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 61.

(77) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 26, *De praescriptionibus*, cap. 20; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 393.

(78) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(79) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(80) João de Lignano nasceu em Milão à volta de 1320. Estudou direito em Bolonha. Já em 1350 aparece como doutor em leis. Foi encarregado de difíceis missões políticas e escreveu muitas obras. O tratado *De bello*, aqui citado, dedicou-o ele ao cardeal Albornoz em 1360. Foi tenaz defensor da legitimidade do papa Urbano VI contra o anti-papa Clemente VII. Morreu a 16 de Fevereiro de 1383, como consta do *Liber Secretus Iuris Caesarei* do Colégio de Professores de Direito Civil da Universidade de Bolonha, que o dizem «eximius vir utriusque doctor dominus Johannes de Lignano, fama celeberrimus, ymo singularis in orbe» (SORBELLI, *Il «Liber Secretus Iuris Caesarei»*, I, p. 24). Como observa STELLING-MICHAUD, *Dictionnaire de Droit Canonique*, VI, Paris 1957, col. 112, João de Lignano «é considerado como o criador da doutrina jurídica da guerra e um precursor do direito internacional público».

(81) É a primeira vez que vem citado o tratado *De bello*. O autor enganou-se, pensando tê-lo já citado antes.

(82) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, tertius tractatus tertiae partis principalis, secundus tractatus tertii principalis*, cap. XIV, *An alijs a principe bellum indicere liceat universale, Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, fl. 373 vb.

nemini sine principis licentia licet arma portare, C., vt vsus armorum (83), in rubro et nigro, et glossa de mandatis principum, coll. iij. (84) et in aucth. de armis (85); secundo quia sine licentia principis non licet alicui violare jura principum. Jus autem violat qui sine iuris solempnitate manu regia ius sibi vendicat. Jdcirco sine eius auctoritate non licet. Soli ergo principi competit, sine alicuius auctoritate, cum non habeat superiorem, ad quem recurrat pro justitia consequenda. Nec obstat quod subiungit: «Hodie tamen, quia sunt populi non recognoscentes superiorem de facto, non requiritur superioris auctoritas vt recognoscant, ymo tota die bella inducuntur a populo contra populum, nullo alio requisito», prout etiam conclusit Bartolus in lege hostes, ff., de captiuis (86). Nam quemadmodum non recognoscere superiorem est de facto, non de iure, quia omnia de jure sunt jmperij et principis, vt dicto ca. jn apibus (87), de quo xxiij., quest. ultima, conuenior (88) et plene per Jacobum Buttrigarium (89) in secunda constitutione Codicis et in lege bene a Zenone, C., de quadriennii prescriptione (90), ff., ad legem Rodiam de iactu, le. deprecatio (91), et Bartolum in dicta lege hostes (92). Jta etiam de facto bella inducunt non de iure et ideo non proprie dicuntur bella et hostes sed pirrate, vt dixit glossa in lege hostes, ff., de captiuis (93). Facit quod etiam dixit ibi Bartolus (94) et

---

(83) *Codex Iustinianus*, lib. XI, tit. 47(46), *Ut armorum usus inscio principe interdictus sit;* ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 440.

(84) Nov. 17, col. 3, tit. 4, *De mandatis principum*, ed. Lugduni, 1546, p. 67 ss.

(85) Nov. 85, col. 6, tit. 13, *De armis;* ed. Lugduni, 1546, p. 183 a.

(86) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a-b.

(87) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaest. I, ca. 41; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 582.

(88) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 21; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 959.

(89) Jacobus Butrigarus pertence à Escola dos post-glossadores, posteriores a Acúrsio. Viveu entre os anos 1274-1342. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 518.

(90) *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 37, *De quadriennii praescriptione*, le. 3.

(91) *Digesta*, lib. XIV, tit. 2, *De lege Rhodia de iactu*, le. 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 188.

(92) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a.

(93) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. Lugduni, 1546, p. 910.

(94) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 b.

in lege non dubito, eodem titulo (95), et ea ratione etiam Bartolus (96) conclusit jn dicta lege hostes quod vbi bellum hodie esset inter istas ciuitates non recognoscentes superiorem, quod certe capti non essent captiui seu serui, licet de consuetudine res efficiantur capientis.

Et quamquam forte rex iste, ex priuilegio, posset dicere se non recognoscere superiorem vel alias, tamen non per hoc sequitur quod non sit subditus imperio uel populo romano, prout eleganter conclusit dominus Johannes de Lignano, in dicto tractatu, in rubricella qualiter iure diuino, § secundo quero quo iure (97), vbi reassumendo verba posita per Bartolum in dicta lege hostes (98), dixit duos esse populos, scilicet populum romanum et populum extraneum. De populo romano varie sunt species. Primo, omnis ille qui in totum jmperio romano obedit. Populus enim pro imperio accipitur, vt in lege Roma, ff., ad municipalem (99). Quidam vero non obedi[un]t in totum sed in aliquibus, vt qui viuunt legibus romani jmperij et fatentur ipsum dominum orbis, vt sunt ciuitates Lombardie, de quibus loquitur glossa in aucth. de defensoribus ciuitatum (100), et isti sunt etiam de imperio romano et populo. Quidam vero sunt qui nullo modo jmperatori obediunt nec viuunt jmperii legibus, sed dicunt se hoc facere ex priuilegio, vt sunt Veneti, et isti etiam sunt de populo romano, quia precario hoc tenent ab imperatore et ipse potest reuocare quandocumque voluerit, vt le. si quis in principio testamenti, de legatis iij. (101). Nec enim priuilegium debet videri eis accomodatum vt priuentur romana

---

(95) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 7, fl. 214 a.

(96) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 214 a-215 a.

(97) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, tertius tractatus tertiae partis principalis, primus tractatus huius tertii tractatus*, cap. XI, *qualiter iure divino ortum habuerit bellum universale corporale.* O § *Secundo quero*, segundo a divisão que se pode observar no *Tractatus Universi Iuris*, vem no *Secundus tractatus tertii principalis, scilicet quibus liceat bellum indicere universale*, cap. XIII, *quibus primo et principaliter et quo iure et contra quos bellum indicere liceat universale: Tractatus Universi Iuris*, XVI, fl. 373 va-b. Aqui realmente vem quanto o nosso jurista consulente afirma.

(98) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 214 b-215 a.

(99) *Digesta*, lib. L, tit. 1, *Ad municipalem et de incolis*, le. 33; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 843.

(100) Nov. XV, col. 3, tit. 2, *De defensoribus civitatum;* ed. Lugduni, 1546, p. 64.

(101) *Digesta*, lib. XXXII, tit. *De legatis et fideicomissis* (ed. antigas: *De legatis et fideicomissis tertio)*, le. 22; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 445.

ciuilitate ff., de captiuis, le. jn bello, § si quis seruum (102). Quidam vero sunt qui non obediunt jmperatori et asserunt sibi hoc competere ex contractu, vt sunt prouintie subdite romane ecclesie que asserunt sibi competere ex donatione Constantinj et aliorum jmperatorum, et isti etiam sunt de populo romano. Nam ecclesia exercet ibi iurisdictionem quam habebat jmperium. Simile etiam dicitur de Bononia et Romandiola, donata a Roberto At.° (103), de quo testatur Guillelmus (104) in Speculo, de rescripti presentatione, § Ratio, ver. jtem quod est optentum (105). Vnde non desinunt propterea esse ciues romani. Simile de regibus qui non fatentur se subdictos jmperij, vt rex Frantie, Anglie et Hyspanie, qui asserunt sibi hoc competere ex priuilegio uel prescriptione dicuntur esse de romano jmperio et qui secus diceret, aduersaretur Euangelio dicenti: Exijt edictum a Cesare Augusto vt vniuersus orbis describeretur (106). Cum ergo rex, de quo in themate, sit de populo romano et jmperio, constat, etsi in se imperium in suo regno vsurpauit, non tamen in eos in quos iurisdictionem non habet, poterit bellum inducere, quia hoc est solius principis et jmperatoris romani aduersus populum extraneum, de quo loquitur lex hostes, de captiuis (107). Esset enim inconueniens dicere vt si quis regia potestate et libero imperio in suos subditos vtatur, prorsus sit alienus a superioritate Cesaris in cuncto mundo et quoad cuncta sibi jmperialem vendicaret potestatem. Solum enim hoc in sua iurisdictione et inter subditos habet, non extra, plene per Bartolum (108) et scribentes C., de summa trinitate, le. i. (109) et in lege finali, ff., de iurisdictione omnium iudi-

---

(102) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 833.

(103) Guilherme Durante fala de Rodolfo, rei da Alemanha, ainda não coroado Imperador, e não de Roberto. Cf. *Speculum Iuris*, pars II, lib. II, partic. I, Rubrica *De rescripti praesentatione*, § 9 *Ratione autem causae*, p. 424 b.

(104) Guilherme Durante, conhecido pelo nome de *Speculator*, em razão da sua principal obra *Speculum judiciale*, no qual cita frequentemente o nosso canonista João de Deus, foi jurista de grande nomeada. Morreu em Roma a 1 de Novembro de 1296. Teria nascido à volta de 1230 ou 1231. Sobre a sua vida, pensamento jurídico e actividade literária, cf. o longo estudo de L. FALLETTI, *Guillaume Durand*, em *Dictionnaire de Droit Canonique*, V, Paris, 1953, col. 1014-1075.

(105) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars II, lib. II, partic. I, Rubrica *De rescripti praesentatione*, § 9 *Ratione autem causae*, p. 424 b-425.

(106) Luc. 2, 1-2.

(107) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 24; et. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

(108) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Codicis partem*, lib. I, Rubrica *De summa Trinitate*, le. 1, fl. 3 v.

(109) *Codex Iustinianus*, lib. I, *De summa Trinitate et de fide catholica et ut nemo de ea publice contendere audeat*, le. 1.

cum (110), ymo et cum isti possessores possideant terras subiectas imperio et per violentiam et iniuste, ratione rei et delicti et occupationis, ex quo locus ille erat principis seu imperatoris, sunt facti de foro imperij; non enim possessionis amissio priuauit jmperium suo jure, per id quod dixit Baldus in dicta lege ii., C., de seruitutibus et aqua (111) et in consequentiam possunt ibi conueniri, vt in lege i., cum aucth. sua, C., vbi de criminibus agi oportet (112). Et princeps seu jmperator est qui potest vt hostes repelleret et ut extraneum populum et hic rex volens dictas terras et possessiones occupare, certe forte aduersarius esset Cesaris et imperij inuasor. Et contra eum, vt rebellem, a Cesare procedendum esset, per id quod dicitur in dicta lege hostes, ff., de captiuis (113), in lege i. (114) et ij. (115), ff., ad legem Iuliam maiestatis, nisi forte Cesaris nomine seu imperij hoc fecisset, non suo. Ad que multum facit sententia Baldi in c. i., de pace iuramento firmanda (116), dicentis quod cum omnes sint de jure subiecti jmperij, peccant qui se ab imperio exemptos fuisse asserunt, sicut sunt Francigene et alij reges. Qvinto, probatur per textum cum glossa super ver. principes, xxiij., quest. i., quid culpatur (117) et in ca. justum, eadem causa, quest. iij. (*sic*), vbi teste Ysidoro, xl. Ethimologiarum, dicente: «Justum est bellum quod ex edicto geritur» (118).

Jtaque in hoc primo articulo concludo quod si dominus ille seu rex christianus qui fuit a sarracenis hiis ciuitatibus seu terris spoliatus, vellet bellum inducere propria auctoritate, quod posset. Nam a canone dicitur

---

(110) BALDI VBALDI PERUSINI, *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, lib. II, Rubrica *De iurisdictione omnium iudicum*, le. *Extra*, fol. 78.

(111) BALDI VBALDI PERUSINI, *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, Rubrica *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 a-b.

(112) *Codex Iustinianus*, lib. III, tit. 15, *Ubi de criminibus agi oportet*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 128.

(113) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le 24; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

(114) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4, *Ad legem Iuliam maiestatis*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 793.

(115) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 4, *Ad legem Iuliam maiestatis*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 794.

(116) BALDUS DE UBALDIS, *Super Usibus Feudorum*, lib. II, tit. *De pace iuramento firmanda et servanda*, c. *Hac edictali*, Cod. Vat. lat. 2295, fl. 103 b.

(117) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. *Decretum Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis*, Romae, 1584, II, p. 120.

(118) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 1; el FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894. Não se trata, pois, da *quaest. III*, mas sim da II: ISIDORUS HISPALENSIS, *Etymologiarum libri XX*, lib. XVIII, cap. 2: MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 82, col. 639. A indicação do livro no texto vem, portanto, errada.

auctoritatem suscipere, xxiij., quest. vltima, ca. dispar (119) et dicta le. christianis, C., de paganis (120). Sin autem fuerit alius rex, qui nullo tempore possederit, vel alter cui successerit, certe iste non potest, quia nec priuatus sua possessione nec offensus nec molestatus, ergo, etc., vt dicta le. christianis (121) et sic concordantur prime raciones cum posterioribus. Et hec de primo dubio.

Circa secundum, quo queritur: An bellum inducere possit papali auctoritate. Consentaneum iuri esse existimo papam et principem omnia posse, le. ii., C., de crimine sacrilegii (122), et quod bellum iustum est quod ex edicto procedit, dicto ca. iustum, xxiij., quest. ii., ca. justum (123), et princeps et papa possunt bella inducere, Bartolus in dicta lege hostes (124), Jnnocentius in dicto cap. olim (125) et dicto cap. quod super hiis (126) et ea potestate, cum principis potestate, possunt alijs mandare et committere bellum, argum. le. jta tamen, § gesisse, ff., de administratione tutorum (127), le. i., § vsus, ff., de procuratoribus (128). Non tamen semper licitum est pape bellum inducere contra sarracenos, vt dixit Jnnocentius in dicto cap. quod super hijs (129). Aut enim papa inducit bellum quoad acquisitionem temporalis dominij et certe non licet hoc. Cum enim ipsi sarraceni de iure gentium sint domini suarum possessionum et terrarum et ciuitatum et liberi sunt, vt in lege ex hoc iure, ff., de iustitia et

---

(119) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(120) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(121) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(122) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 29, *De crimine sacrilegii*, le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 385.

(123) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894.

(124) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In II Digesti Novi partem commentaria*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a.

(125) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. XII, p. 268.

(126) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(127) *Digesta*, lib. XXVI, tit. 7, *De administratione et periculo tutorum et curatorum qui gesserint vel non et de agentibus vel conveniendis uno vel pluribus*, le. 5, § 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 341.

(128) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 1, § 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 38.

(129) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

Copyrighted material

iure (130), non potest papa id eis auferre, per id quod dixit glossa (131) et ibi Bartolus (132) in lege finali, C., si contra ius uel vtilitatem publicam, in lege bene a Zenone, C., de quadriennii prescriptione (133). Jnnocentius, de sententia excommunicationis, cap. jnquisitionis (134). Vnde dixit Jnnocentius (135) in cap. quod super hiis, in glossa magna, in ver. predicta, quod dominia, possessiones et iurisdictiones licite sunt apud infideles, nam hec non tantum pro fidelibus sed pro omni rationali creatura facta sunt, le. justissime, ff., de edilicio edicto (136), jniuncta le. jn pecudum, ff., de vsuris (137). Jpse enim solem suum facit oriri super bonos et malos et ipse etiam volatilia pascit, Mathei, cap. v., circa finem (138) et cap. vi. (139); et propter hec dixit quod non licet pape auferre siue dominia siue iurisdictiones infidelibus, quia sine peccato ea possident, sed tamen bene credit «quod papa, qui est vicarius Christi, potestatem habeat non tantum super christianos, sed etiam super omnes infideles, cum Christus super omnes habuerit potestatem. Vnde in psalmo: «Deus iudicium tuum regi da» (140). Non videretur pater familias diligens, nisi in Vicario suo, quem in terra dimittebat, plenam potestatem super omnes dimisisset. Jtem ipse Petro et successoribus dedit claues celorum et ei dixit: «Quodcunque ligaueris», etc. Jtem alibi: «pasce oues meas», de electione, cap. significasti (141). Omnes autem tam fideles quam infideles sunt Christi per creationem, licet non sint de ouili ecclesie». Et sic ex predictis apparet quod papa super omnes habet iurisdictionem et habet potestatem de jure, licet non de facto. Vnde si per hanc potestatem, quam habet, credit quod si gentilis, qui non habet nisi legem nature, si peccat contra legem nature, potest puniri a

---

(130) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(131) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 25, *Si contra ius utilitatemve publicam vel per mendacium fuerit aliquid postulatum vel impetratum*, le. 6; ed. Lugduni, 1546, p. 101.

(132) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Codicis partem*, Rubrica *Si contra ius vel utilitatem publicam*, le. 6, fl. 34.

(133) *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 37, *De quadrienii praescriptione*, le. 3.

(134) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XXXIX, *De sententia excommunicationis*, cap. XLIV, p. 662.

(135) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(136) *Digesta*, lib. XXI, tit. 1, *De aedilicio edicto et redhibitione et quanti minoris*, le. 44; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 277.

(137) *Digesta*, lib. XXII, tit. 1, *De usuris et fructibus et causis et omnibus accessionibus et mora*, le. 28; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 287.

(138) Mat. 5, 45-46.

(139) Mat. 6, 26-27.

(140) Ps. 71.

(141) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 6, *De electione et electi potestate*, cap. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 49.

papa; argum. Genesis xxx *(sic)* (142), vbi Sodomite puniti sunt et plura alia subdit ibidem Innocentius, que obmitto causa breuitatis.

Ex quibus ibi videtur conclusisse Innocentium quod vbi papa ratione iurisdictionis et potestatis quam habet, vellet sarracenos priuare suo dominio et iurisdictione, quam licite possident, non potest. Vnde pariter non poterit alijs committere et mandare; quod enim non possum per me, nec alij mandare, vt in regula iuris, nemo plus iuris (143), et sic bellum inductum a papa causa hac, non esset licitum; ita nec etiam potest alteri mandare, vt quod fit, licitum sit. Aut iste vult bellum etiam mandato pape, vt ad fidem conuertantur et hoc non potest, quia infideles, secundum Jnnocentium in dicto cap. quod super hiis (144), non debent cogi ad fidem, sed omnes libero arbitrio relinquendi sunt et sola gratia Dei in hac vocatione valeat, xlv. dist., de judeis (145). Potest tamen papa mandare illis ut predicatores admittant, ex quo sunt in terris sue iurisdictionis. Et si prohibent predicatores predicare, puniendi sunt. Vnde in omnibus casibus, quibus papa potest eis mandare, si non obediunt, sunt compellendi brachio seculari et eis bellum per papam potest induci, non per alium, nisi de iure suo contendat. Nec obstat ii., quest. i, multi (146), quia illud procedit quoad excommunicandum vel quoad compellendum eos ad fidem. Jtaque papa potest secundum Jnnocentium bellum inducere infidelibus, cum fuerint ei inobedientes vel cum terras possederint, que christianorum fuerint, non alias. Hiis ergo casibus, alijs etiam mandare poterit ut bellum inducant et jnductum papali auctoritate erit iustum, dicto ca. justum (147), non alias.

Et idem firmat Johannes de Lignano in dicto § Secundo queritur (148), referendo verba Jnnocentii in dicto cap. quod super hiis (149), vbi etiam voluit quod propter recuperationem Terre Sancte, consecrate natiuitati Christi, habitationi et morti, licet pape bellum sarracenis indu-

---

(142) Gen. 19, 24-26.

(143) *Liber Sextus Decretalium*, lib. V, *De regulis iuris*, regula 79; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1124.

(144) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(145) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 161.

(146) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. I, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 446.

(147) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894.

(148) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, secundus tractatus tertii principalis scilicet Quibus liceat bellum indicere universale*, em *Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, fl. 373 va.

(149) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

cere, etiam quoad terras, quas licite possident et sine peccato, et indulgentias concedere.

Ex quo potest probabiliter inferri ad quesita secundum et tertium quod cum Barbaria fuerit christianorum et in presentiarum sit per sarracenos occupata, quod ipse papa poterit sarracenis bellum inducere vt relaxent et alij mandare vt belllum faciat. Ex quo enim non est alius ad quem papa possit regressum habere pro iure reddendo, hoc licite facit, per id quod idem Jnnocentius dixit in dicto cap. quod super hijs (150). Quo autem ad alias terras possessas licite per sarracenos et alios infideles, cum non possit bellum inducere quoad dominium auferendum et quoad aduocandos eos ad fidem christianam nec alij poterit mandare, nisi hoc facere instituisset propter recuperationem Terre Sancte et aliarum terrarum olim christianorum ab eis possessarum, secundum Jnnocentium (151) et Johannem de Lignano (152), vbi supra. Quorum sententiam etiam firmat Johannes Andree (153) et Anthonius de Butrio (154) in dicto cap. quod super hiis, dicentes hanc conclusionem non tantum procedere in terris que fuerunt subiecte ecclesie Romane et christiane fidei ratione proprietatis vel nec fidei romane nec ecclesie romane, sed etiam quoad terras subiectas jmpe-

---

(150) Cf. nota precedente.

(151) Cf. nota 149.

(152) Cf. nota 148.

(153) IOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, lib. III, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 173. — João André nasceu à volta de 1270. Em 1301 era já professor das Decretais e em 1303 do Decreto. Ensinou também em Pádua. Foi um dos mais celebrizados canonistas do século XIV. Escreveu numerosas obras, entre elas esta das *Novella commentaria in Decretales Gregorii IX*, terminada em 1338. Sobre a sua produção literária, cf. STELLING-MICHAUD, *Jean D'André*, em *Dictionnaire de Droit Canonique*, VI, Paris, 1957, col. 89-92.

(154) ANTONIUS DE BUTRIO, *Lectura super tertio Decretalium*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, *Quod super his*, fl. 151 a. — António de Bútrio, decretalista de nomeada, nasceu em Bútrio, perto de Bolonha. Doutorou-se em Direito Civil solenemente no dia 15 de Outubro de 1384, depois de ter feito o exame de licenciatura a 20 de Agosto do mesmo ano (SORBELLI, *Il «Liber Secretus Iuris Caesarei»*, I, p. 27-29). Doutorou-se a 12 de Julho de 1387 em Direito Canónico, como consta do *Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 15 (*Archivio di Stato di Bologna*, I): «Die xij Julij [1387] D. Antonius de Butrio, legum doctor, habuit publicam in jure canonico et dominus Guaspar de Caldarinis fecit sermonem archidiaconi; d. Laurentius de Pinu et dominus Johannes de Fantucijs dederunt eibi jnsignia, etc.». Ensinou em Perusa. A 17 de Junho de 1390 era membro supernumerário do Colégio dos Doutores de Direito Canónico, em lugar do cardeal Bartolomeu de Mezavachis e a 29 de Novembro de 1399 foi incorporado no Colégio dos Doutores de Direito Canónico (*Liber Secretus Iuris Pontificii*, fl. 18 v., 25 v.). Em 1393 ensinava em Florença. Morreu em Bolonha a 4 de Outubro de 1408. Escreveu várias obras de Direito, sobretudo de Direito Canónico. Sobre este canonista cf. *Dictionnaire de Droit Canonique*, I, Paris, 1924, col. 630-631.

rio seu principibus romanis quoad proprietatem et omnem iurisdictionem, nunc vero per sarracenos seu alios infideles occupatas. Nec obstat xcvii. (*sic*) dist. (155), vbi concluditur quod ecclesia non habet imperium nisi in Occidente. Nam secundum dominum Anthonium in dicto cap. quod super hiis (156), post Jnnocentium (157) et Johannem Andree (158), jllud verum quoad proprietatem, sed quoad iurisdictionem et tuitionem etiam papa habet iurisdictionem vbilibet. Secundo quia certum est quod vnus gladius debet alteri ad adiuuandum jdeoque licet pars orientalis spectaret ad jmperatorem ratione proprietatis, papa possit in illius negligentiam recuperare. Vnde cum in facto contingeret quod Barbaria fuit imperatoris et jmperator sit negligens in recuperatione illius, poterit papa bellum inducere ad illam recuperandam et auferre jmperatori et vt habens supremam potestatem super omnibus fidelibus et infidelibus, per id quod dixit Jnnocentius (159) et Johannes Andree (160) in dicto cap. quod super hiis et in dicto cap. solite, de maioritate et obedientia (161), et in cap. i., de homicidio, lib. vi. (162), in nouella de judicijs, cap. nouit (163), poterit eam dare cui voluerit; et jdem firmauit Hostiensis (164), concludendo quod omnes

---

(155) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XCVI, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 342. Não se trata, pois, da *dist. XCVII*.

(156) ANTONIUS DE BUTRIO, *Lectura super tertio Decretalium* Rubrica *De voto et voti redemptione* cap. VIII, fl. 151 a.

(157) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 515 a.

(158) JOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 172 v-173.

(159) Cf. nota 157.

(160) Cf. nota 158.

(161) JOHANNIS ANDREAE *In primum Decretalium librum novella commentaria*, Rubrica *De maioritate et obedientia*, cap. VI, fl. 264 v.

(162) JOHANNIS ANDREAE *In Sextum Decretalium librum novella commentaria*, lib V, Rubrica *De homicidio*, cap. I, fl. 142 v.

(163) JOHANNIS ANDREAE *In secundum Decretalium librum novella commentaria*, Rubrica *De iudiciis*, cap. XIII, fl. 9 ss.

(164) HENRICUS DE SEGUSIO (CARDINALIS HOSTIENSIS), *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128. — Henrique de Susa, também conhecido pelo nome de Hostiense, em razão da sua dignidade de cardeal deste titulo, foi um dos decretalistas do século XIII de maior influxo nos canonistas posteriores. Nasceu em Susa, diocese de Turim, antes de 1200. Foi companheiro de estudo em Bolonha de Sinibaldo Flisco, o futuro Inocêncio IV. Foi nomeado bispo à volta de 1243-1244 e arcebispo em 1253. Foi elevado à dignidade cardinalicia em 1262. Entre as suas obras, ocupam o primeiro lugar a *Lectura in quinque libros Decretalium*, aqui citada pelo nosso jurisconsulto António de Pratovetere, terminada depois de 1270, e a *Summa*, a que também se refere o nosso consulente, acabada no ano de 1253. Sobre este decretalista e suas concepções jurídicas, cf. CH. LEFEBVRE, *Hostiensis*, em *Dictionnaire de Droit Canonique*, V, Paris, 1953, col. 1211-1227.

qui occupant uel occupatas tenent terras christianorum, iuste debent auctoritate Ecclesie comprimi. Benefacit dictus ca. dispar (165). Et idem multo fortius concludit de hereticis et scismaticis, de quibus in summa, de hereticis, § qualiter (166) et de hereticis, cap. excommunicamus (167).

His ergo auctoritatibus datur intelligi bellum cum auctoritate papali licite contra hos detentores jnduci posse et terras amissas posse recuperare, etsi imperatoris fuerint, quas ex negligentia papa ad suam proprietatem forte posset recuperando aduocare vel si nullo tempore christianorum fuerunt propter causam recuperande possessionis amisse, contra gentiles vero nullo tempore rerum christianorum occupatores uel christianis non aduersantes, bellum etiam papam inducere non posse, nisi illis contra legem nature operantibus vel predicatores, a papa monitis, non admittentibus.

Ex quibus puto probabiliter deduci, non seruato ordine, ad vltimum scilicet vt conscientia dicti regis et aliorum ex homicidijs non teneantur, de esse Cornelie et cunctorum delictorum temporali pena coherceantur dolus precipuus est, ff., ad legem Cornelie de falsis, le. jmpuberem (168). Hinc est quod infantem propter defectum intellectus nec lex punit nec ei aliquid ad delictum asscribit, ff., de sicariis, le. jnfans (169), le. i., in fine, C., de falsa moneta (170). Similiter nec canon, vt in cap. i., et per totum, extra, de delictis puerorum (171). Hinc est quod furiosus lege non punitur, vt le. senatus, ff., de officio presidis (172), nec secundum canones delinquit. Sic nec dormiens, vt in Clementinis, si furiosus, extra, de homicidijs (173). Et inter cetera in homicidio magis dolus quam facti contingentia preponderatur, ff., de sicariis, le. is qui cum telo (174). Deest

---

(165) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest, VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(166) HENRICUS DE SEGUSIA (CARDINALIS HOSTIENSIS), *Summa*, lib. V, Rubrica *De haereticis, § qualiter vitetur quis in heresi*, fl. 423 b-423 va.

(167) HENRICUS DE SEGUSIA, *In quintum Decretalium librum commentaria*, lib. V, Rubrica *De haereticis*, cap. XIII, fl. 39 b.

(168) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 10, *De lege Cornelia de falsis et de senatus consulto Liboniano*, le. 22; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 805.

(169) *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 8, *Ad legem Corneliam de siccariis et veneficis*, le. 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 802.

(170) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 24, *De falsa moneta*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*. II, p. 384.

(171) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 23, *De delictis puerorum*; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 824-825.

(172) *Digesta*, lib. I, tit. 18, *De officio praesidis*, le. 16; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 16.

(173) *Clementinae*, lib. V, tit. 4, *De homicidio voluntario vel casuali*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1184.

(174) No *Digesta*, lib. XLVIII, tit. 8, *Ad legem Corneliam de sicariis et veneficis*, não se encontra nenhuma lei que principie com as palavras *Is qui cum telo*. Cf. ed.

autem dolus in rege et militibus secum exeuntibus qui papali auctoritate bellum inducunt propter bonum vt terra christianorum recuperetur, jnfideles ad fidem reducantur; et cum alias recuperatio fieri non possit, ita fieri liceat, per id quod dixit Jnnocentius in dicto cap. querelam (175) et Baldus in dicta lege ii., C., de seruitutibus et aqua (176).

Secundo probatur. Si enim auctoritas papalis legitimat bellum, non est dubium quod ex eo non astringitur quis in foro conscientie. Cum enim princeps seu papa sit lex animata in terris, vt in aucth. de consulibus (177). Et quod principi placuit, legis habet vigorem, vt in lege i., ff., de constitutionibus principum (178), et Jnstit., de iure naturali, § sed (*sic*) quod fit principi (179), quod fit eius auctoritate, fit legis virentis auctoritate, nec pene asscribendum est nec delicto, le. Graccus, C., de adulteriis (180). Lex enim obuiat delictis et delicta punit, le. ita vulneratus, ff., ad legem Aquiliam (181), ff., de officio presidis, le. iij. (182) et le. congruit (183), non autem delicta permittit, C., Vnde vi, le. meminerint (184), nec periuria, C., si aduersus venditionem, le. i. (185).

MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 801-802. Encontra-se tal lei no *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 16, *Ad legem Corneliam de sicariis*, le. 6 (7): *Is qui cum telo;* ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 379.

(175) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. I, Rubrica VI, *De electione et electi potestate*, cap. XXIV, p. 66 ss.

Como já advertimos, é precisamente no lib. II, Rubrica XIII, *De restitutione spoliatorum*, cap. *Olim causam*, p. 278 vb-279, que se encontram as palavras de Inocêncio IV, referidas por Baldo de Ubaldis.

(176) BALDI VBALDI PERUSINI *In primum, secundum et tertium Codicis libros commentaria*, lib. III, tit. *De servitutibus et aqua*, le. 2, fl. 228 b-228 va.

(177) Nov. CV, Auth. XXXIV, col. IV, tit. 3, *De consulibus;* ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 500 ss.

(178) *Digesta*, lib. I, tit. 4, *De constitutionibus principum*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 7.

(179) *Institutiones*, lib. I, tit. 2, *De iure naturali et gentium et civili*, § 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(180) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 9, *Ad legem Iuliam de adulteriis et de stupro*, le. 4; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 374.

(181) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 51; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 130.

(182) *Digesta*, lib. I, tit. 18, *De officio praesidis*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 15.

(183) *Digesta*, lib. I, tit. 18, *De officio praesidis*, le. 13; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 16.

(184) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332.

(185) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 27, *Si adversus venditionem*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 111.

Copyrighted material

Tertio hoc deducitur ex canone xxiii., quest. ultima, ca. preterea (186), vbi scriptum est: «qui crimina que potest emendare non corrigit, ipse committit». «Non enim (*ler* est) crudelitas crimina pro Deo punire, sed pietas. Vnde etiam in lege dicitur: Si frater tuus et amicus tuus et vxor que in sinu tuo dormit, deprauare uoluerit veritatem, sit manus tua super eum et effundens sanguinem ipsorum», vt in ca. preterea, xxiii., quest. ultima (187).

Quarto probatur exemplo Ananie, xvii., quest. i., Ananias (188). Si enim ille Ananias propter simplex furtum pecunie fuit reus mortis et mortuus fuit, quanto magis infideles hij sunt rei mortis, qui christianos expulsarunt et propriis bonis spoliauerunt? Non ergo peccat qui eos vt reos mortis opprimit.

Quinto probatur exemplo Finees qui hominem interfecit et reputatum est sibi ad iustitiam, Numerj, xxv. (189). Exemplo Habrahe qui non solum homicida, verum etiam patricida fuit, quod certe grauius est effectu Deo magis placuit, Genesis, xiiij. et Genesis xxij. (190). Exemplo Petri qui geminum fecit homicidium, Actuum, cap. v. (191), xii., quest. i., ca. ii. (192). Fuit tamen opus spirituale quod factum est, xxiij., quest. ultima, ca. occidit (193). Est enim spirituale opus bellum inducere quod ad recuperandam rem christianorum et rebelles fidei christiane repellere. Est enim bellum hoc, etsi inde hec contingunt homicidia, propter bonum effectum licitum et iustum et omni iure approbatum, diuino, naturali, iure gentium et ciuili et canonico. Naturali quidem, vt in lege i., § cum arietes, ff., si quadrupes pauperiem fecisse dicatur (194) et in lege vt vim (195). Ciuili, vt le. hostes, de captiuis (196). Canonico, plene xxiij. causa, per

---

(186) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, c. 12; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(187) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 12-13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955-956.

(188) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XVII, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 812-813.

(189) Num. 25, 7-9.

(190) Gen. 14, 14-17; 22, 1-19.

(191) Act. 5, 1-6.

(192) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaest. I, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 676-677.

(193) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 14; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 956.

(194) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(195) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(196) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 24; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 836.

totum, et quest. fina. maxime (197). Jure diuino probatur, quia omnis facultas tendens in bonum a Deo positiue nedum permissiue deriuatur. Nam «omne datum optimum et omne donum perfectum sursum est descendens a patre luminum», Jacobi (198), i., quest ii., quem pio (199). Belli enim inductio tendit in bonum, quia in pacem et tranquillitatem, auctoritate Augustini ad Bonifacium (200), sic inquientis: «Nom enim [pax] queritur vt bellum exerceatur, sed bellum geritur vt pax queratur. Esto ergo bellando pacificus, vt eos quos bellando expugnas, ad pacis vtilitatem vincendo perducas», xxiii., quest. i., noli (201); bellum vero hic inducitur ad pacem inueniendam et infideles conuertendos, ad patriam amissam recuperandam, ad non obedientes pape puniendos, quod licite et canonice fieri potest, vt dicunt Jnnocentius (202) et Johannes Andree (203) et Hostiensis (204) in dicto cap. quod super hiis. Non enim solum ad operam respitiamus, xv., quest. i., ca. si quis (205), vii., quest. i., scias (206), sed ad tempus, xxiij., quest. iiij., si ecclesia (207) et ad causam et voluntatem, xxxii., quest. v., in principio (208), personarum quoque differentiam, xxiij., quest. v., miles (209), xiiij., quest. i., ca. i., in fine (210) et quantacunque alia ipsis operibus acciderunt, diligentissime

---

(197) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 953 ss.

(198) Jac. 1, 17.

(199) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa I, quaest. II, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 408. Esta edição lê *quam pio*.

(200) Epist. 189; MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 33, col. 856.

(201) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(202) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(203) JOHANNIS ANDREAE *In tertium Decretalium librum novella commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 172 v-173.

(204) HENRICUS DE SEGUSIO, *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128 v.

(205) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XV, quaest. I, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 749.

(206) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VII, quaest. I, ca. 35; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 579-580.

(207) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 42; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 922-923.

(208) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXII, quaest. V; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1132.

(209) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 935.

(210) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XIV, quaest. I, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 732.

requiramus. Non enim possumus ad veritatem aliter peruenire, dicto ca. occidit (211).

Sexto probatur auctoritate beati Gregorij qui ciuibus Tuscie, vt contra Lombardos arma pararent, mandauit et militantibus stipendia decreuit, xxiij., quest. ultima, ca. vt pridem (212), circa finem. Et idem auctoritate Leonis, teste Gratiano, eadem quest., ca. si in morte, ver. ecce (213), sic dicente: «quomodo ergo Leo papa aduersus sarracenos vrbem egreditur, vt reos particulariter arceat, populum vndique conuocat et suorum iniurias presentialiter vendicat. Jtaque cum Gregorius milites ad arma inuitat?» Si ergo papa prouocat milites ad arma et ad bellum, constat eos in foro conscientie non teneri. Non enim credendum est Gregorium et Leonem sacros pontifices et mire sanctitatis hos ad bella prouocasse, si ex homicidijs que in bello contingunt, in conscientia tenerentur, cum hoc esset delinquere, non iuste bellum mouere. Licebat ergo pape hijs barbaris bellum inducere et milites contra barbaros ad arma prouocare in bello. Non ergo minus licitum erit regi, si auctoritate papali hoc fecerit, quia papa ipse fecisse videtur, C., de ueteri iure enucleando, le. ij., § tanta (214).

Septimo probatur auctoritate Augustini in libro de Ciuitate Dei (215), referente Gratiano, eadem quest., ca. qui percutit (216), ita jnquientis: «qui percutit malos in eo quod mali sunt et habet causam interfectionis, minister Dei. Qui vero sine aliqua administratione maleficum, furem, sacrilegum, adulterum, periurum uel quemlibet criminosum interfecerit aut trucidauerit, [uel membris debilitauerit], velut homicida iudicabitur et tanto acrius quanto non sibi a Deo concessum, potestatem abusiue vsurpare non timuit». Jtaque cum causa belli inductiua sit iustissima et contra criminosos, quia contra spoliatores et persecutores fidei christiane et a papa sit auctoritas concessa ac administratio, constat hos homicidas non esse, sed Dei ministros; facit quod legitur extra, de homicidio, cap. si aliquis (217).

---

(211) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII quaest. VIII, ca 14; ed FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 956.

(212) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest, VIII, ca. 17; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 957. Esta edição lê *Et pridem*.

(213) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, *dictum post* ca. 20; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 959.

(214) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 17, *De veteri iure enucleando et auctoritate prudentium qui in digestis referuntur*, le. 2, § 10, ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 72.

(215) Como anota FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici, I*, col. 965, nota 418, parte deste trecho não pertence a Santo Agostinho, mas é de autor mais recente.

(216) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 33; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 965.

(217) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 12, *De homicidio voluntario vel casuali*, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 794.

Copyrighted material

Octauo probatur auctoritate Gratiani ad litteram terminantis xxiij., quest. v., ca. si homicidium (218), jta dicentis: «Si homicidium est hominem occidere, potest occidere aliquem (219) sine peccato, nam et miles hostem et judex vel minister eius nocentem». Cum ergo ex deductis in superiori consultatione hii barbari et possessores dictarum ciuitatum Barbarie sint hostes pape et populi christiani per superius et per ea que dixit Jnnocentius in dicto cap. quod super hiis (220) et quod Bartolus dixit in lege hostes, ff., de captiuis (221), miles qui illum occidit, hostem interficit, ergo sine peccato, quod si est, sequitur necessarie in foro conscientie non esse astrictum. Jn cunctis enim inspicienda est nocendi cupiditas uel iniuste aliquid auferendi an vlciscendi uel obediendi ordine, cum homo ab homine occiditur, xxiij., quest. v., ca. cum homo (222). Hinc est quod «non frustra sunt instituta potestas regis, cognitionis ius, arma militis, disciplina dominantis», etc., eadem quest., ca. non frustra (223).

Nono est textus eiusdem quest., ca. miles (224), vbi litera dicit: «miles cum obediens potestati, sub qua legitime constitutus est, hominem occidit, nulla ciuitatis sue lege reus est homicidij, ymo nisi fecerit, reus imperij, deserti atque conten[p]ti est». Probatur etiam exemplo Habrahe, dum reuerteretur a sede quatuor regum, de quo Genesis, xiij. *(sic)* (225), vbi Dominus ait ad Habraam: «Noli timere Habraham, ego protegam te et merces tua erit magna», transumptiue, eadem quest., ca. dicat aliquis (226). Veteri ergo Testamento probatur eum qui hostem interfecit, dignum mercede et a Deo premiari.

Euidentissimum quoque est hijs omnibus auctoritatibus eum homicidam non esse etiam quoad forum anime et conscientie qui sarracenum in bello occiderit; facit xxiij., quest. v., ca. reos (227), in fine: «qui enim

---

(218) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 41; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 941.

(219) A ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 941, lê *aliquando*.

(220) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(221) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In secundam Digesti Novi partem, De captivis et postliminio reversis et redemptis ab hostibus*, le. 24, fl. 215 a.

(222) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 19; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 936.

(223) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 936.

(224) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 935.

(225) Gen. 15, 1. O texto indica o *cap. XIII.*

(226) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 25; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 938.

(227) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, *dictum post* ca. 7; ed. *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 932.

Copyrighted material

publica potestate functus, ipsius legis imperio malos perimit, nec illius precepti transgressor nec a celesti patria alienus habetur»; et sic responsum est ad secundum et vltimum dubia.

Quoad tertium: Vtrum possit populum et subditos ad bellum compellere vt secum vadant. Plura includunt eum posse: regia et suprema potestas quam, vt non recognoscens superiorem, habet in subditos. Est enim princeps et monarchiam habet in suo territorio, vt princeps in populo Romano, per id quod dixit glossa in dicto § et iudicare (228). Qui ergo principi non obedierit, morte moriatur, extra, de maioritate et obedientia, cap. ii. (229).

Secundo, superioris auctoritas. Nam cum populum vocare ad bellum contra sarracenos sit iustum et licitum, debet id videri justum et sanctum et ideo seruandum, le. i., ff., si quis ius dicenti non obtemperauerit (230).

Tertio probatur ex textu cum glossa in c. i., hic finitur lex, deinde incipiunt consuetudines regni (231).

Quarto, si subditi hii et populus iste iuramentum regi prestat, nam secum ire continetur iuramento, etsi expressum non sit, dicto c., in fine (232) et de forma fidelitatis, c. i. (233) et de noua forma fidelitatis, c. i. (234) et xxij., quest. vltima, ca. de forma (235).

Quinto probatur per textum xxiij., quest. vltima, ca. licet (236), vbi Gratianus ad literam ita inquit: «Licet etiam cum beato Leone quoslibet ad sui defensionem contra aduersarios sancte fidei viriliter adortari, ad quod (237) ad vim infidelium procul arcendam, quosque incitare».

---

(228) Nov. 15, col. 3, tit. 2, *De defensoribus civitatum*, c. III, 2; ed. Lugduni, 1546, p. 65.

(229) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 33, *De maioritate et obedientia*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 195-196.

(230) *Digesta*, lib. II, tit. 3, *Si quis ius dicenti non obtemperaverit*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 19.

(231) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 40-41.

(232) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 41.

(233) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 6, *De forma fidelitatis*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 20-21.

(234) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 7, *De nova forma fidelitatis*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 21.

(235) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXII, quaest. V, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 887.

(236) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, *dictum post* ca. 28; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 963.

(237) A ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 963, lê *atque*.

Sexto exemplo Gregorij pape qui ciuibus Tuscie mandauit vt contra Lombardos arma pararent, xxiij., quest. ultima, ca. vt pridem, ver. jn registro etiam legitur (238).

Septimo hoc firmare videtur dominus Johannes de Lignano in suo tractatu, in rubricella An subditi ratione iurisdictionis tantummodo teneantur ad bellum accedere (239). Ex cuius verbis in discursu puto subditorum plures esse species, quas alias posui (240) in c. i., qualiter uasallus iurare debeat fidelitatem (241).

Quidam sunt serui et hij omnino compellendi sunt; habet enim dominus in eis omnem potestatem et olim vite necisque, licet non sit ita hodie, vt le. i., ff., de hijs qui sunt sui uel alieni iuris (242), nec aliud velle habet quam dominus, vt le. eius est velle (243) et le. velle non creditur, ff., de procuratoribus (244).

Quidam sunt ascripticij, de quibus loquitur textus, C., de seruis fugitiuis, le. mancipia (245), et secundum quosdam (246) et glossam in lege i., eodem titulo (247), et de agricolis et censitis, per totum (248), le. si quis inquilinos in principio, ff., de legatis i. (249), et hij pene non differunt a seruis, vt le. ne diutius, C., de agricolis et censitis (250), quia tamen

---

(238) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, *dictum post* ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 958.

(239) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, IV tractatus tertii principalis*, cap. XLIII, *Subditi an ratione iurisdictionis tantum teneantur ad bellum accedere*, em *Tractatus Universi Iuris*, XVI, fl. 376 vb.

(240) António de Pratovecchio parece indicar aqui ter comentado as *Consuetudines Feudorum* ou ao menos parte.

(241) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 5, *Qualiter iurare debeat vasallus fidelitatem.*

(242) *Digesta*, lib. I, tit. 6, *De his qui sui vel alieni iuris sunt*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 8.

(243) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*. Não conseguimos encontrar esta lei, tanto nas edições antigas como modernas.

(244) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*. Não conseguimos encontrar esta lei, tanto nas edições antigas como modernas.

(245) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 1, *De fugitivis servis et libertis mancipiisque civitatum artificibus et ad diversa opera deputatis et ad rem privatam vel dominicam pertinentibus*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 238.

(246) CYNUS PISTORIENSIS, *Lectura in Codicem*, lib. VI, Rubrica I, *De servis fugitivis*, le. *Mancipia*, fl. 337 vb.

(247) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 1, *De servis fugitivis*, le. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 669-670.

(248) *Codex Iustinianus*, lib. XI, tit. 48 (47), *De agricolis censitis vel colonis;* ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 440-443.

(249) *Digesta*, lib. XXX, *De legatis et fideicomissis* (ed. antigas: *De legatis primo)*, le. 112; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 428.

(250) *Codex Iustinianus*, lib. XI, tit. 48 (47), *De agricolis censitis vel colonis*, le. 21; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 442.

Copyrighted material

stante ascriptione, que est vt ex natura rerum et personarum, non possunt a solo separari, le. cum scimus, eodem titulo (251), forte non poterit dominus hos ascripticios compellere, vt etiam firmat dominus Johannes de Lignano in rubricella An agricole, etc. (252).

Qvidam sunt liberti, de quibus loquitur ff., de iustitia et iure, le. manumissiones (253), ff., (254) et C., de operis libertorum (255), et le. si non sortem, § libertus, ff., de condictione indebiti (256). Et certe cum liberti teneantur ad operas solitas, non insolitas, ff., de operis libertorum, quod nisi (257); benefacit le. sed hec, § ij., ff., de procuratoribus (258), non poterit eos compellere ad bellum, quia hoc consistit in opere diurno; argum. le, i., ff., de operis libertorum (259), ad quod non potest compelli, per id quod in lege si non sortem, § libertus (260), licet alias semper persona patroni visa sit sancta et bona, vt le. finali, ff. de obsequiis a (*sic*) patronis prestandis (261); benefacit lex penultima, C., de operis libertorum (262).

Quidam sunt homines legij, de quibus tractat Guyllelmus in Speculo, de feudis, § quoniam (263) et iste tenetur sub virtute iuramenti sequi dominum suum ad bellum, si ipse et predecessores sui ire consueuerunt;

---

(251) *Codex Iustinianus*, lib. XI, ti. 48 (47), *De agricolis censitis vel colonis*, le. 22; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 442.

(252) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, IV tractatus tertii principalis*, cap. XLI, *Agricolae vocati an teneantur sequi dominum ad bellum*, em *Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, fl. 376 va.

(253) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(254) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. I, *De operis libertorum;* ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 565-568.

(255) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 3, *De operis libertorum;* ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 240-241.

(256) *Digesta*, lib XII, tit. 6, *De condictione indebiti*, le. 26, § 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 171.

(257) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566.

(258) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 35, § 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 40.

(259) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 565.

(260) *Digesta*, lib. XII, tit. 6, *De condictione indebiti*, le. 26, § 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 171.

(261) *Digesta*, lib XXXVII, tit. 15, *De obsequiis parentibus et patronis praestandis*, le. 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 564.

(262) *Codex Iustinianus*, lib. VI, tit. 3, *De operis libertorum*, le. 12; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 241.

(263) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 b.

argum. le. vel vniuersorum, ff., de pignoratitia actione (264), ad instar patroni qui operas consuetas potest inducere liberto, ff., de operis libertorum, le. opere (265) et le. penultima (266), et ita firmat Guyllelmus in dicto § i., xxiij. queritur (267), exemplificando in rege Francorum et rege Hyspanie qui solent continue pugnare contra barbaros et sarracenos. Vbi vero talis dominus seu rex non esset consuetus ire ad bellum contra huiusmodi personas, si ire voluerit, non poterit hominem legium compellere de jure ad secum eundum; argum. dicte le. sed hec, § ij. in dicta lege quod nisi, § finali (268), secundum Guyllelmum, vbi supra (269). Et fuit sententia Johannis de Blanosco (270), de quo etiam Martinus de Fano (271) in suo tractatu de Homagio (272).

Quidam sunt vaxalli, de quibus loquitur consuetudo Roberti et Gherardi in c. i., qualiter vaxallus iurare debeat fidelitatem (273), qui in pluribus differt ab homine legio, vt dixit Guyllelmus in dicto § quoniam, ver. et nota, cum sequentibus (274), et iste regulariter tenetur propter iura-

---

(264) *Digesta*, lib. XIII, tit. 7, *De pignoraticia actione vel contra*, le. 12; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 183.

(265) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 9; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 565.

(266) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 50; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 568.

(267) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 b.

(268) *Digesta*, lib. III, tit. 3, *De procuratoribus et defensoribus*, le. 35, § 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 40. — *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. 1, *De operis libertorum*, le. 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566.

(269) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 232 b.

(270) Como consta das anotações marginais ao *Speculum Iuris* de Guilherme Durando, João de Blanosco foi uma das principais fontes de Durando sobre este ponto. Precisamente quanto a este assunto deparamos com a nota: «Quidam. Jo. de Bla. et continuatur haec quaestio supra prox.»: GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 b.

(271) Martinho de Fano nasceu em Fano, nas Marcas. Estudou em Bolonha. Em 1229 ensinava em Fano. Foi professor também em Arezo, Nápoles e Módena. Entrou nos Dominicanos em 1264. Morreu à volta de 1275. Compôs várias obras sobre Direito Civil e Direito Canónico. Algumas fazem parte da grande publicação *Tractatus Universi Iuris*, t. III, p. II, fl. 102; t. IV, fl. 12; t. XI, p. II, fl. 409 Sobre este jurista cf. *Dictionnaire de Droit Canonique*, VI, Paris, 1957, col. 836.

(272) Na Bibl. do Vaticano, cód. Vat. lat. 2678, fl. 125-126, existe parte deste livro de Martinho de Fano.

(273) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 5, *Qualiter iurare debeat vasallus domino fidelitatem*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 20 b.

(274) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 316 aa.

mentum dominum defendere, vt in ca. de forma, xxij., quest. vltima (275) et c. i., de noua forma fidelitatis (276). Vbi autem dominus alium offendere voluerit, non autem se defendere, tunc teneretur eum sequi, si hoc in conuentione et iuramento fidelitatis fuit expressum, non alias, secundum Jnnocentium in cap. sicut, de iureiurando (277), quod est verum, nisi consuetudo loci et domini se aliter haberet, per id quod dixit Guyllelmus in homine legio (278) et firmat dominus Johannes de Lignano in rubricella An vaxallus vocatus (279). Et quidam habent Baldum in lege penultima, C., de operis libertorum (280), idem asserentem.

Quidam vero sunt homines qui regi sunt subiecti tantum ratione iurisdictionis et hij tenentur secum ire, per quinque rationes et iura in principio huius articuli posita, ex quo bellum est iustum, quod secus esset, si iniustum fuisset, per doctrinam Andree de Ysernia (281) et Baldi (282) in c. domino guerras, hic finitur lex, deinde incipiunt consuetudines regni (283), vbi dixit bellum iustum esse comprehendi ex tribus. Primum est auctoritas principis, xxiij., quest. i., quid culpatur (284). Secundum iusta causa, vt si gens vel ciuitas emendare neglexit quod a suis improbe factum est, non reddere quod per iniuriam est ablatum, xxiij., quest. ij., dominus (285).

---

(275) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXII, quaest. V, ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 887.

(276) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 7, *De nova forma fidelitatis*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 21.

(277) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XXIV, *De iureiurando*, cap. XIII, p. 342.

(278) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 b.

(279) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, IV tractatus tertii principalis*, cap. XXXVIII, *An vasallus vocatus a domino teneatur ipsum sequi in partibus vltramontanis ad pugnandum contra barbaros*, em *Tractatus Universi Iuris*, XVI, fl. 376 va.

(280) BALDI VBALDI PERUSINI *In sextum Codicis librum Commentaria*, Rubrica *De operis libertorum*, le. 12 *Qui manumittitur*, fl. 23.

(281) ANDREAE ISERNIENSIS *In usus Feudorum commentaria*, 1634, lib. II, tit. *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1 *Domino guerram*, fl. 172 vb. O c. aparece sempre nas edições e autores que consultámos, como *Domino guerram*, mas neste parecer de Pratovecchio encontra-se por vezes, v. g. no caso presente, no plural: *Domino guerras*. — André de Isérnia morreu em 1353, segundo ULYSSE CHEVALIER, *Répertoire des Sources historiques du Moyen Age, Bio-Bibliographie*, I, col. 223.

(282) BALDUS, *Super usibus Feudorum*, lib. II, tit. *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1, *Domino guerram*, cod. Vat. lat. 2285, fl. 78-78 v.

(283) Cf. nota precedente.

(284) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest I, ca. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(285) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. II, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 894.

Copyrighted material

Tertium vt intentio bellantium sit recta, scilicet vt intendant ad bonum promouere vel malum euitare, non cupiditate aut crudelitate, quia culpatur «nocendi cupiditas, vlciscendi crudelitas, implacatus animus feritatis bellandi», dicto ca. quid culpatur (286) et sanctus Thomas, ij (?) quest., 2.ª 2.ª, de bello (287); vbi ergo de hijs tribus constat, subditus obedire tenetur, xi., quest. iij., ca. non semper (288) et ca. sequenti (289); de quibus tribus constat, presuppositis hiis, de quibus in superioribus, et si non constaret forte de hijs, non esset credendum regi de mero iure et non credentibus subditis non esset imputandum, xxiij., quest. iiij., quantum (290), ff., quod falso tutore, le. ii. (291) et ff., de eo per quem factum, le. i., § i. (292) et per Andream de Ysernia in dicto c. domino guerras (293), vbi de hoc plene scripsi[t] hacque diuisione concluditur quos ad bellum rex compellere poterit et quos non. Et hec de dubio sufficiunt.

Circa quartum: Cuius expensis. Probabilibus rationibus vtraque pars corroborari posset quod expensis domini et quod expensis ipsius subditi. Breuitate tamen vtendo, puto attendendam esse qualitatem personarum. Si enim esset homo legius uel vaxallus qui ex necessitate ad id teneretur ratione iuramenti uel feudi seu rerum, suo victu et expensis ire tenetur, le. suo victu et le. opere, ff., de operis libertorum (294), dummodo feudum seu res sint ad id sufficientes, per id quod scribitur in c. i., § similiter, de capitulis Coradi (295), et in dicto c. domino

---

(286) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(287) S. THOMAE AQUINATIS *Opera Omnia*, t. VIII, Romae, 1895, *Secunda Secundae Summae Theologiae*, quaest. XL, *De bello*, a. 1, p. 312.

(288) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 92; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 669.

(289) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 93; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 669.

(290) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 14; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 903. Esta edição lê *quantus*.

(291) *Digesta*, lib. XXVII, tit. 6, *Quod falso tutore auctore gestum esse dicatur*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 365.

(292) *Digesta*, lib. II, tit. 10, *De eo per quem factum erit quominus quis in iudicio sistat*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 23.

(293) ANDREAE ISERNIENSIS *In usus Feudorum commentaria*, lib. II, tit. *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1 *Domino guerram*, fl. 172 a-174 va. Também neste passo vem o c. *Domino guerram* no plural. Não sabemos ao certo se António de Pratovecchio com as palavras que se seguem *vbi de hoc plene scripsi*, se refere aqui a algum trabalho seu ou se em vez de *scripsi* se deve ler *scripsit*, referindo-se ele a André de Isérnia, como aliás parece mais natural.

(294) *Digesta*, lib. XXXVIII, tit. I, *De operis libertorum*, le. 18, 21; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 566.

(295) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 40, *De capitulis Conradi*; ed. Lugduni, 1546, p. 47-48.

Copyrighted material

guerram (296), sed vt si non essent alias subditi, nec tenerentur, nisi ratione iurisdictionis, tunc dominus rex debet eis impensas facere et stipendia prebere, per id quod dixit Guyllelmus in Speculo, de feudis, § quoniam, ver. xxij. (297); argum. le. meuia, § finali, ff., de alimentis legatis (298) et quod scribitur in lege jn rebus, § possunt, ff., commodati (299), et firmat Baldus in lege liberti liberteque, C., de operis libertorum (300), et est textus in dicto ca. vt pridem, ver. jn registro (301), vbi Gregorius prouidet Tuscis missis contra Lombardos de stipendijs. Hoc idem firmauit Johannes de Lignano, eodem tractatu, in dicta rubricella an vaxallus, § queritur septimo (302). Hoc etiam videmus in militibus jmperij seu hijs qui nomine jmperij militant, nam princeps stipendia prebet illis. Non autem suis expensis militare compelluntur, C., de erogatione militaris annone, le. per hanc (303) et per plures leges. Et est textus C., de re militari, le. milites (304), vbi bonus textus; quod expensas et arma debent a rege habere et salarium, dicta le. per hanc (305), seu stipendium.

---

(296) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 28, *Hic finitur lex, deinde consuetudines regni incipiunt*, c. 1, *Domino guerram;* ed. Lugduni, 1546, p. 47-48.

(297) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 a-b.

(298) *Digesta*, lib. XXXIV, tit. 1, *De alimentis vel cibariis legatis*, le. 20. Assim deveria ser, a regularmo-nos pelas iniciais da citação do texto. De notar que GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris* pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De Feudis*, § *quoniam*, p. 323 b, também cita esta lei, mas como pertencente ao *Digesta*, lib. XXXIV, tit. 4, *De adimendis vel transferendis legatis vel fideicomissis*. A começar por *Maevia*, só encontrámos, tanto nas edições modernas como antigas, no *Digesta*, lib. XXXIII tit. 1, *De annuis legatis et fideicomissis*, le. 13, § 1, ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 458.

(299) *Digesta*, lib. XIII, tit. 6, *Commodati vel contra*, le. 18; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 181.

(300) BALDI VBALDI PERUSINI *In sextum Codicis librum commentaria*, Rubrica *De operis libertorum*, le. X, fl. 21 v.

(301) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, *dictum post* ca. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 958. Segundo esta edição, o ca. seria *Suppliciter*.

(302) JOHANNES DE LIGNANO, *Tractatus de Bello, IV tractatus tertii principalis*, cap. XXXVIII, *An vasallus vocatus a domino teneatur ipsum sequi in partibus vltramontanis ad pugnandum contra barbaros*, em *Tractatus Universi Iuris*, t. XVI, fl. 376 va.

(303) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 37, *De erogatione militaris annonae*, le. 16; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 473.

(304) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 35, *De re militari*, le. 15; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 470.

(305) *Codex Iustinianus*, lib. XII, tit. 37, *De erogatione militaris annonae*, le. 16; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 473.

Hijs igitur concluditur an suis expensis subditi regem sequi teneantur, etc. Et hec de isto, etc.

Circa quintum quo queritur: An populo suo hic rex occasione sui exercitus collectam possit imponere. Et si rationibus quibusdam posset attemptari imponere non posse. Certo certius existimo de jure posse inducere. Primum quidem suadet hanc potestatem ad quod scribitur per Baldum in lege etiam, C., de executione rei iudicate (306), dicentem villam et quamlibet vniuersitatem posse sibi collectam imponere nec alterius superioris auctoritatem requirj, quod si verum est, fortius poterit ipse rex qui omnem potestatem habet in populo suo, de qua villa seu vniuersitate Bartolus (307) discutit et ibi Angelus in lege iiij., § actor, ff., de re iudicata (308), Guyllelmus in titulo de censibus (309) et Jnnocentius, de sententia excommunicationis, cap. grauem (310).

Secundo probatur etiam per textum in c. i., que sint regalia (311), vbi inter cetera collectam imponere est regum.

Tertio probatur ex sententia Baldi, eodem loco (312), dicentis quod eo ipso quod quis est rex constitutus, habet omnia que illo capitulo describuntur, inter que est collectam imponere.

Quarto probatur ex sententia Bartoli in lege vacuatis, C., de decurionibus (313), dicentis quod vbi ciuitas esset que superiorem non recognosceret, potest immunitatem concedere sine principis auctoritate et omnia potest que princeps; facit glossa in dicto § et iudicare (314). Poterit ergo rex iste qui superiorem papam uel imperatorem non recognoscit.

---

(306) BALDI VBALDI PERUSINI *In VII, VIII, IX, X et XI Codicis libros commentaria*, lib. VII, Rubrica *De executione rei iudicatae*, le. 5 *Etiam*, fl. 73 v.

(307) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLII, tit. 1, *De re iudicata et effectu sententiarum et de interlocutionibus iudicum*, le. 4, § *Actor*, f. 106 va.

(308) ANGELI VBALDI PERUSINI *In I atque II Digesti Novi partem et in tit. de interdictis commentaria*, Rubrica *De re iudicata*, le. 4, § 2 *Actor*, fl. 39.

(309) GUILLELMUS DURANDUS, *Speculum Iuris*, pars III et IV, lib. IV, partic. III, Rubrica *De censibus, exactionibus et procuratoribus*, § *Nunc*, fl. 433-435.

(310) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XXXIX, *De sententia excommunicationis*, cap. LIII, p. 666-667.

(311) *Consuetudines Feudorum*, lib. II, tit. 56, *Quae sint regalia*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 65.

(312) BALDUS, *Super usibus Feudorum*, lib. II, tit. *Quae sint regalia*, c. 1; cod. Vat. lat. 2295, fl. 119.

(313) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De decurionibus et eorum filiis*, le. 19 *Vacuatis*, fl. 16 vb.

(314) Nov. XV, col. III, tit. 2, *De defensoribus civitatum*, cap. III, 2; ed. Lugduni, 1546, p. 65.

Copyrighted material

Quinto imponere collectam est de principi reseruatis, C., de superindicto, le. i. (315), et quod legitur et notatur in lege neminem (316) et lege placet, C., de sacrosanctis ecclesiis (317); sed reseruata principi transeunt ad eum qui sibi iura imperij vsurpauit, per id quod dixit Bartolus in lege hostes, ff., de captiuis (318), et in dicta lege vacuatis (319); facit quod scribitur in lege i., C. de immunitate nemini concedenda (320). Cum jtaque rex ille ius suppreme potestatis sibi vsurpauerit vel de jure habuit seu ex consuetudine in suum populum, merito posset collectam [imponere], vt possit ipse jmperator.

Sexto non est dubium quod ipse rex potest quam legem vult, populo suo imponere, dummodo non contrariam iuri diuino vel nature et a subditis est seruanda, vt in § sed quod placuit, Jnstitut., de iure naturali (321), jniuncta le. formam, C., de officio prefectorum pretorio orientis (322). Ergo potest etiam collectam imponere, quia valet argumentum de potestate statuendi ad potestatem imponende collecte et econtra, secundum sententiam Gandinj in opere suo, in titulo de obserua[tione] statu[torum] (323).

Septimo confirmatur ex sententia Andree de Ysernia in dicto c. i., que sint regalia (324), dicentis regem imponere posse collectam suis subditis, quando est in exercitu, quia legem positam subditis sibi imponit et erit

---

(315) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 16, *De superindicto*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 403.

(316) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 2, *De sacrosanctis ecclesiis et de rebus et privilegiis earum*, le. 11; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 13.

(317) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 2, *De sacrosantis ecclesiis et de rebus et privilegiis earum*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 12.

(318) BARTOLUS A SAXOFFERRATO, *In secundam Digesti Novi partem*, le. 24 *Hostes*, fl. 214 vb-215.

(319) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De decurionibus et eorum filiis*, le. 19 *Vacuatis*, fl. 16 vb.

(320) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 25, *De immunitate nemini concedenda*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 406.

(321) *Institutiones*, lib. I, tit. 2, *De iure naturali et gentium et civili*, § 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(322) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 26, *De officio praefectorum praetorio Orientis et Yllyrici* le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 76-77.

(323) ALBERTUS GANDINUS, *Quaestiones Statutorum*, tit. *De observa[tione] Statu[torum]*. Sobre este jurista do século XIII, cf. H. KANTOROWICZ, *Albertus Gandinus und das Strafrecht der Scholastik*, Berlin, 1907-1926; *Geschichte des Gandinustextes*, em *Zeitschr. der Savigny-Stift., Rom. Abt.*, t. 42, 1921, p. 1-30, t. 43, 1922, p. 1-44, *Leben und Schriften des Albertus Gandinus*, em *Zeitschr. der Savigny-Stift., Rom. Abt.*, t. 44, 1924, p. 224-358.

(324) ANDREAE ISERNIENSIS *In usus Feudorum commentaria*, lib. II, tit. *Quae sunt regalia*, c. 1, § *Extraordinaria collatio*, fl. 299 vb.

Copyrighted material

pro se et contra se, jn aucth. vt non fiant pignorationes, § illud (325). Jtaque concluditur collectam pro bello licite subditis imponi posse, ex quo bellum est iustum, vt patet ex supra conclusis.

De sexto vero et vltimo nichil amplius dicendum est, de quo plenissime discussum est post secundum articulum.

Laus Deo eiusque matri Virgini Marie et beatis Anthonio et Romualdo. Amen.

Et ita ut suprascriptum est, dico et consulo ego Antonius de Pratoueterj minimus legum doctor, Bononie jura ciuilia legens, et in fidem premissorum propria manu subscripsi et sigillo consueto sigillaui, saluo semper saniori consilio et cuiuslibet alterius melius sentientis. Hodie, die xvii. mensis ottubris 1436 (326).

Selo de chapa.

141

[OUTUBRO 1436]

Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a guerra que certo rei católico, não reconhecendo superior, deseja mover contra sarracenos que não ocupam terras suas, mas que foram de outros cristãos, na Berberia. São estes os quesitos que lhe foram formulados: se o rei pode onerar o seu povo com a exacção de dinheiro ou outras coisas e tributos para essa guerra; se o povo pode tomar parte nela, com o devido estipêndio; se pode o monarca obrigar seus súbditos à guerra sem lhes dar salário; se pode declará-la sem autoridade de ninguém e onerar o povo, nestas condições; se o pode fazer

---

(325) Nov. LII, Auth. LI, coll. V, tit. 5, *Ut non fiant pignorationes pro aliis personis et ut sicut principum donationes non egent gestis monumentorum, sic neque a privatis in imperatoribus factae donationes indigeant*, cap. II; ed. KROLL, *Corpus Iuris Civilis*, III, p. 298.

(326) Não obstante no ficheiro da Biblioteca do Vaticano (Secção de Manuscritos) a data venha designada como do ano 1436 e o P. DE WITTE, *Les bulles*, t. 48, p. 700, indique também o mesmo ano, chegámos a pensar que a data deste parecer jurídico seria de 17 de Outubro de 1435. Além das razões e circunstâncias históricas em favor desta nossa asserção, temos o próprio texto paleográfico. Efectivamente o algarismo parece apresentar todas as características dum cinco. O ilustre historiador belga, ao manifestarmos-lhe dúvida sobre a leitura de 1436, concordou plenamente com a nossa leitura de 1435. Atendendo, porém, a quanto dissemos na nota 1, optamos pela de 17 de Outubro de 1436.

com autoridade do papa; se estará obrigado, no foro da consciência, pelos homicídios que se derem em tal guerra; se pode movê-la a infiéis que estejam na posse de terras que nunca foram de cristãos.

O autor não segue a ordem do questionário. Prova pelo direito, natural e divino, das gentes, eclesiástico e civil, a faculdade de os infiéis possuirem e de se governarem, com direito de resistirem a quem os molestar, de forma que nem o papa nem o imperador nem o rei lhes podem mover guerra sem causa, ainda mesmo sob pretexto de os converter à fé ou de os tornar melhores. As leis ou privilégios do sumo pontífice em contrário seriam nulas, por irem contra o direito natural. Nestas condições, não é lícito ao rei impor tributos a seus súbditos para uma guerra injusta nem eles estão obrigados a obedecer-lhe nem tão-pouco ao papa. Também não os pode obrigar à guerra, com ou sem estipêndio, nem mesmo com autoridade do papa. Pelas mesmas razões deve o monarca responder pelos homicídios, no foro da consciência como no contencioso. No caso concreto, porém, é lícito ao rei mover guerra aos sarracenos da Berberia, sem licença de ninguém, por ocuparem terras outrora de cristãos. Para defender estes, indevidamente molestados pelos pagãos, pode o rei mover-lhes guerra por iniciativa própria e até mesmo quando os infiéis estejam em paz com os cristãos, se se presumir os atacarão quando tenham oportunidade. Isto bem se deve entender dos sarracenos; e, por isso, é permitido ao rei mover-lhes guerra à vontade. Para ocupar as terras detidas pelos sarracenos e que outrora foram dos cristãos não necessita o rei de qualquer licença. No caso de elas nunca haverem sido dos cristãos, por motivo da recuperação da Terra Santa ou de eles não admitirem os missionários ou ainda pelo facto de não observarem as suas leis ou por não permitirem a celebração da Santa Missa em seus territórios, o papa pode dar autoridade ao rei para mover guerra aos infiéis e ocupar-lhes as terras. Em tais casos, a guerra é justa e, portanto, não resta dúvida de que para ela é lícito ao monarca impor tributos aos súbditos e obrigar as pessoas capazes a tomarem nela parte, porém dando-lhes o devido estipêndio. Em guerra lícita não há qualquer obrigação, no foro da consciência, pelos homicídios perpetrados, se feitos por amor da justiça e não por ódio.

BAV., *Cod. Vat. Lat.*, 1932, fl. 114.

Referenciado: por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, p. 700; por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique*, pp. 34-35. Deste último autor e jurista é a transcrição e anotação do presente documento.

Quidam princeps siue rex catolicus (1) non recognocens superiorem vult inducere bellum contra saracenos, non possidentes nec detinentes terras ipsius regis, sed detinentes terras que fuerunt aliorum christianorum quemadmodum in Barbaria.

Queritur utrum iste rex seu princeps possit grauare populum suum ad exactionem pechuniarum uel aliarum rerum uel ad impositionem tributorum ob adiutorium istius guerre;

2.° vtrum possit populum suum cogere corporaliter bellare in tali bello, soluto stipendio;

3.° vtrum possit eos cogere bellare, soluto stipendio, sed non perfecte, videlicet quantum ipsi merentur;

4.° vtrum possit eos cogere bellare sine aliquo stipendio;

5.° vtrum possit indicere tale bellum sine alichuius auctoritate et eo indicto sine aliqua autoritate, possit grauare populum suum modis supradictis;

---

(1) Este parecer jurídico deve ser mais ou menos do mesmo tempo do precedente. Como aí dizemos, atentas as circunstâncias e acontecimentos históricos de então, só à iniciativa ou ao facto dos pedidos de el-rei D. Duarte se deve atribuir tal consulta. Pensamos que a data da composição se deve colocar aí por Outubro ou Novembro de 1436. Cf. nota 1 do documento anterior. Compôs este parecer, conforme consta da assinatura autêntica que vem no fim, António de Rosellis, celebrado jurista do tempo, doutor em ambos os Direitos, advogado consistorial e professor de Direito Canónico na cúria pontificia, em Bolonha. Foi discípulo de António de Bútrio, como ele várias vezes confessa na sua obra *Monarchia, pars tertia*, cap. XXII, cap. XXXIX, etc., ed. GOLDAST, *Monarchia S. Romani Imperii*, I, p. 421, 518, 521. Segundo declaração sua, que se pode ler no *Tractatus legitimationis* (cod. da Bibl. do Vat., lat. 2641, fl. 235), ele contava 26 anos quando compôs esta obra em 1407 na cidade de Bolonha, onde se doutorara no ano anterior: «Compositus iste libellus per me... fuit in anno 1407, in civitate Bononiae; etiam 2 anno doctoratus mei ibidem me legente extraordinarie Infortiati et in XXVI anno etatis mee». De documentos autênticos da Universidade de Bolonha consta que o nosso jurista, nascido em Arezo aí por 1380 ou 1381, fez o exame privado de Direito Civil a 13 de Outubro de 1406 e a 16 de Maio de 1407 o Colégio dos Professores de Direito Civil concedeu-lhe todos os privilégios do Doutoramento. Cf. SORBELLI, *Il «Liber Secretus Iuris Caesarei»*, I, p. 178, 180. No dia 31 de Maio de 1407 recebeu as insignias de doutor, com faculdade de ensinar Direito Civil na Universidade de Bolonha, *Ibidem*, p. 181. Eneas Silvio Piccolomini, o futuro papa Pio II, refere no *De viris illustribus*, cap. XIV, que António de Rosellis foi seu professor de Direito Civil em Sena: «Antonius de Rosellis... preceptor meus Senis fuit, nam sub eo jus civile audivi». Morreu a 16 de Dezembro de 1446, depois de ensinar em Bolonha, Sena e Pádua. Cf. VAN HOVE, *Prolegomena*, p. 500. Exerceu vários cargos, alguns deles muito importantes, como o de embaixador do rei de Nápoles e do Imperador e o de legado do papa Eugénio IV. Escreveu obras de valor sobre vários temas jurídicos. Lembremos apenas o famoso *Tractatus de monarchia sive tractatus de potestate imperatoris et papae*, o *De ieiuniis*, o *De successionibus ab intestato;* o *De usuris*, etc. Cf. SCHULTE, *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts*, II, § 79, n. 122, p. 303-305.

6.° vtrum, inducto bello papalj auctoritate, possit facere supradicta;

7.° vtrum propter homicidia que sequuntur ex talj bello, iste princeps in foro conscientie teneatur;

8.° vtrum possit facere guerram contra infideles quoscunque, possidemtes terras que nunquam fuerunt christianorum.

O[m]nipotentis Dey postulato sufragio, pro heruenda ueritate istorum dubiorum, primum intuerj oportet vim quimtj dubij, quod est: An istis infidelibus rex uel primceps iste possit bellum inducere, sua sola auctoritate, an etiam Pontificis aut Cesaris auctoritate. Et primo uidetur quod non, tam inspecto naturalj iure, quam iure gemtium, quam ciuilj.

Naturalj iure insinuatur sic: Omnj emtj formato, animato uel inanimato, naturaliter inest et inclinatio naturalis insita est vt animata excludant vim et inanimata aliter omne repugnans sue naturalj compositioni. Hoc ordinauit ab eterno Deus et natura, ut patet in elementis et in alijs animalibus, non solum rationabilibus sed etiam brutis. Nam aque insitum est ignj resistere et econtra. Et hoc uult Tulius, primo offitiorum, capitulo primcipio (2). Et ideo etiam brutis naturaliter inest propriam salutem tuerj, le. 1., § cum arietes, ff., si quadrupes pauperiem fecisse dicatur (3), cum secundum sententiam filosofi omne animal apetat uiuere ac propriam salutem tuerj, ut in 2.° de anima (4), ibi, naturalissimum. Sic etiam est in rationabilibus creaturis, etiam circunscripto intellectu, ut naturaliter descendant ad repugnandum que ipsis naturaliter aduersamtur, de penitentia, dyst. 2, capitulo corpus nostrum (5). Ex quibus infertur quod omnis actus qui fit propter tollere dissonum siue repugnans proprie conseruationj, iuste fit et ortum habet a primcipijs naturalibus et jure nature, etiam distincto a iure gemtium. Hoc probatur ex notatis in lege ut uim, ff., de justitia et iure (6), prout uim cuique licet propulsare; et ideo glossa in lege ut uim (7) et prima dyst., jus naturale (8), dicunt quod talis iniurie propulsatio etiam brutis naturaliter competit. Et hoc est quod semtiunt naturales, dum dicunt quod in elementis et rebus inani-

---

(2) MARCUS TULIUS, *De officiis*, lib. I, cap. III, p. 24 ss.

(3) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(4) ARISTOTELES, *De anima*, lib. II, cap. II, ss.; *Opera Omnia*, III, p. 446 ss.

(5) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. 2, ca. 5, § 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1191.

(6) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(7) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. Lugduni, 1458, p. 9 b.

(8) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

matis est duplex potemtia, vna per quam intemdunt in propriam quietem et alia per quam resistunt et aghunt in proibemtia et contraria. Videmus enim quod ignis est naturaliter callidus et leuis. Et per leuitatem temdit in locum sibj conueniemtem. Et per caliditatem agit in contraria. Sic etiam natura hoc dedit rebus animatis et animalibus etiam brutis. Nam dedit eis duplicem apetitum semsitiuum, unum per quem consecumtur quietem et delectationem, ut apetitum conchupiscibilem, alium per quem agrediumtur proibemtia et contraria, ut apetitum irascibilem. Et si natura dedit hec in animatis rebus et etiam animalibus ratione caremtibus, sic multo magis dedit etiam hominibus, etiam si non sint lumine vere fidej illustratj, sicut nec animalia bruta sunt, ut habeamt naturalem inclinationem ad appetemdum bona et ad propulsanda contraria et mala, licet in homine hec inclinatio debeat esse reghulata rationis dictamine et prout ipse homo est animal rationale et se tuerj debet rationis dictamine, le i., C., vnde vi (9), et le. ex hoc iure, ff., de justitia et jure (10). Et hoc uidetur semtire glossa in lege naturalem, § finali, in ver. gemtium, ff., de aquirendo rerum dominio (11). Et hoc uult textus in clementinis, pastoralis, in ver. ceterum, de re judicata (12), ubi dicit defemsionem esse iuris naturalis et sic pro ipsa bellare est de jure naturalj, le. itaque, ff., ad legem Aquiliam (13). Et lex ciuilis dicitur hoc permictere, quod est iuris naturalis postquam non uetat, le. sciemtiam, § qui cum aliter, ff., ad legem Aquiliam (14), et ibj hoc dicit glossa (15). Sed cum omnes homines naturaliter liberj nasceremtur et hodie nascantur qui ex seruis non sunt genitj, ff., de justitia et jure, le. manumissiones (16), etiam si sint paganj siue gemtiles, et jure gemtium licite bona possideant, sequitur quod licite resistere poterunt talj regi siue baronj cupientj ipsos inquietare in propria libertate, siue ipsis bona aut seculares iurisdictiones auferre.

---

(9) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 4, *Unde vi*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 332.

(10) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(11) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De adquirendo rerum dominio*, le. 5, § 7; ed. Lugduni, 1547, p. 199.

(12) *Clementinae*, lib. II, tit. 11, *De sententia et re iudicata*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1153.

(13) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 125.

(14) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 45, § 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, 1, p. 130.

(15) *Digesta*, lib. IX, tit. 2, *Ad legem Aquiliam*, le. 46, § 4; ed. Lugduni, 1548, p. 562 b.

(16) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 4; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

Secundo hoc probatur jure diuino. Nam ille actus est jure diuino licitus qui est consonus karitatj, sed defemsio propria et libertatis et patrie et proximj est actus karitatis, ergo est iure diuino permissus. Asumptum probatur. Nam karitate posita, excluditur omnis actus iurj diuino reprobus, cum caritas se non compatiatur cum reprobis, sed sit cuiuslibet liciti fumdamemtum, de penitentia, dyst. secunda, capitulo si (*sic*) radicata (17) et cap. caritas est (18) et cap. quia radix (19); minor de defemsione patrie et proximi ostenditur in lege uelutj, ff., de justitia et jure (20), xxiij., quest. viij., cap. si (*sic*) igitur (21) et cap. omnj timore (22) et capitulo ortatu (23) et lxiij. dyst., cap. Adrianus (24). Et hoc uult Aughustinus, xviiii° De Ciuitate Dey (25), dicens: «pertinet quippe ad uirtutis offitium et jnherere patrie et propter patriam filios procreare». Jdem Tulius, offitiorum primo (26), dicens: «non nobis solum natj sumus, partem patria uendicat, partem amicj». Et hoc Dei uoluntate fierj dicendum est, aliter ratio gemtium et humana non sequeretur, in sua rectitudine, Dei et nature intentionem, quod non est dicendum. Si igitur baro iste uel rex inquietabit gemtiles, se iuste iure diuino tuerj poterunt et patrias et eorum proximos, quia defemsio proximj est actus caritatis, de penitentia, dyst. 2, cap. proximos (27) et cap. proinde (28) et xxiij., quest. iiij., cap. ipsa ueri-

---

(17) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1190. No texto lê-se *si radicata*, mas esta edição traz só *radicata*.

(18) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1191-1192.

(19) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 13; ed. FRIEBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1194.

(20) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(21) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 964-955. No texto lê-se *si igitur;* mas esta edição traz apenas *igitur*.

(22) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(23) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 10; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955.

(24) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. LXIII, ca. 22; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 241.

(25) S. AUGUSTINUS, *De Civitate Dei*, lib. XIX, cap. I; ed. HOFFMANN, II, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, vol. 40, II, p. 364.

(26) MARCUS TULLIUS, *De officiis*, lib. I, cap. VI, p. 34.

(27) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia* dist. II, ca. 5, § 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1191-1192.

(28) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, ca. 5, § 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1192.

Copyrighted material

tas (29), et quest. iij., capitulo fortitudo (30) et cap. non inferemda (31). Et hoc monstrauit Moyses qui egiptium prostrauit conculcamtem ebreum, de penitentia, dyst. 2, § Jtem oppositum (32) et xxiiij. (*sic*), quest. iiij. (*sic*), cap. non inferemda (33). Si igitur iure caritatis et diuino licet defemdere patriam et proximos, ergo iuste gemtiles poterunt aduersus talem regem uel baronem se tueri et proprias libertates.

Tertio istud probatur iure diuino. Nam lex canonica et ciuilis hoc dictat ut paganis uis non inferatur, C., de paghanis, le. christianis (34), et xxiij., quest. v[ii]j., cap. dispar (35), vbi probatur quod demum paganj et judei sunt bello tentandy, cum christianos inquietant, alias autem, quamuis sint malj, non debent ab hijs qui in ipsos iuris potestatem non habent, inquietarj, ut est textus in capitulo penultimo xxiij., quest. vj. (36) et xxiij., quest. v., cap. de occidemdis (37) et cap. si non licet (38). Sed lex canonica et ciuilis diuine legi subalternatur et sic inuicem non debent contradicere, nam ad eundem finem intendunt, licet uarie. Nam lex canonica et ciuilis non solum tractat de conseruatione uniuersitatis humane et unitatis tranquillitate et pace, ut in prohemio Decretalium (39), sed etiam ulterius temdit, preparando ad statum eterne beatitudinis, in quo lex diuina primcipaliter intendit. Et sic necesse est quod, atemta idemtitate finis, quod est lege diuina proibitum sic et lege canonica et ciuilj et econuerso; sed lege canonica est uetita inquietatio paganorum, ut supra dixj, ergo et

---

(29) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 24, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 909-910. Esta edição lê *Ipsa pietas, veritas*.

(30) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. III, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 897.

(31) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. III, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 897-898. Esta edição traz *Non in inferenda*.

(32) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXXIII, quaest. III, *De poenitentia*, dist. II, *dictum post* ca. 39, § 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1200.

(33) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. III, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 897-898. Esta edição traz *Non in inferenda*.

(34) *Codex Iustinianus*, lib. I, tl. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(35) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955. No texto vem indicada erròneamente a *quest. vj.*

(36) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VI, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 948-949.

(37) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 8; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 932-933.

(38) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 933-934.

(39) *Decretales Gregorii IX*, Bula *Rex pacificus* de Gregório IX em FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, p. 2.

lege diuina, per hoc quod dicit apostolus ad Romanos (40): «Vobis iam ultra non esse bella carnalia peragemda» (41).

Quarto istud probatur iure gemtium, juncto cum iure diuino, quod tali regi aut baronj non liceat paganos in suis dominijs uel iuribus inquietare, vnde notandum quod post duo prima dominia que fuerunt, quorum primum fuit Dei, quod est diuinum dominium, iuxta illud: «Ego Dominus et nullus dominus preter me» et «meus est orbis» et «Dominj est terra et plenitudo eius» (42), viij. dyst., cap. quo iure (43) et de decimis, tua nos (*sic*) (44). Aliud uero naturale dominium quod datum fuit primo parentj ratione sue innocentie naturalis, Genesis primo (45) et secundo capitulo (46). Fuit et tertium quod post peccatum primi parentis ortum habuit, quod dicitur seculare siue ciuile, ut dicit Aughustinus super Johannem (47) et habetur viij. dyst., capitulo quo iure (48), ut hoc refert doctor Subtilis, libro quarto sententiarum, dyst. xv., quest. ij. (49). Et hoc dominium fuit et est parthiculare, proprium et possessiuum. Nam diuinum est commune omnium iustorum in mundo uiuentium, xij., quest. ij., capitulo dilectissimj (50), xxiij., quest. vij., cap. i. (51) et secundo (52). Et similiter naturale dominium fuit omnium commune, prima dyst., capitulo

---

(40) Cf. Ep. ad Rom. 8, 1, 8. Mais conforme a este pensamento parece o texto da Ep. 2 ad Cor., 10, 4. Também Oldrado de Ponte(*Consil.* LXXII, fl. 32 vb), donde parece que António de Rosellis tirou esta passagem bem como outras, cita aqui a *Ep. ad Romanos*. O texto vem no *Decretum Gratiani*, Causa XXIII, quaest. I, ca. 1. Conforme observa aí FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 890, nota 30, a ed. de Lião indicava este texto como pertencente à *ep. ad Rom.*

(41) Toda esta exposição de António de Rosellis, a partir das palavras *Omnj emtj*, no princípio, se encontra quase literalmente na sua *Monarchia*, pars V, cap. III-V, ed. GOLDAST, *Monarchia S. Romani Imperii*, p. 536-538.

(42) Ps. 23, 1.

(43) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(44) *Decretales Gregorii IX*, lib. III, tit. 30, *De decimis*, cap. 26; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 564. Segundo esta edição o cap. é *Tua nobis*.

(45) Gen. 1, 29 ss.

(46) Gen. 2, 8 ss.

(47) S. AUGUSTINUS, *In Joannis Evangelium tractatus CXXIV*, tractatus VI, § 25: MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 35, col. 1436-1437.

(48) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(49) DUNS SCOTI, O. F. M., *Quaestiones in IV librum Sententiarum*, dist. XV, quaest. II; ed. VIVES, *Opera Omnia*, t. 16, p. 258.

(50) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XII, quaest. I, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 676-677. O texto traz *Dilectissimj* e *quest ij* erròneamente.

(51) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VII, ca: 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 950.

(52) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VII, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 951.

ius naturale (53), sed tertium sechulare dominium cuilibet tribuit propria et particularia dominia que iure gemtium fuere distimcta, le. ex hoc iure, ff., de justitia et jure (54), prima dyst., capitulo ius naturale (55) et capitulo ius gemtium (56) et viij. dyst., cap. quo iure (57). Nec hoc quippe dominium fuit malum, ymo necessarium atque bonum. Nam, ut uult phylosofus, secundo politicorum (58), melius instituitur regnum et ciuitas, si ciues proprias habeant possesiones quam si omnes ipsas pariter possiderent communes, contra sententiam Socratis, quia naturale est res communes negligi et comunio etiam plurimum discordiam parit, le. cum pater, § dulcissimis, ff., de legatis ij. (59), vnde omixione (*sic*) uel acquisitione propria orta sunt omnia sechularia et ciuilia, ut fecerunt primi parentes Abram et Loet, Genesis xiij. capitulo (60) et probatur le. i. (61) et le. quod enim, ff., de acquirendo rerum dominio (62). Et ideo alterj hoc iure quesita alterj ocupare non licet, alias fieret contra ius quod indussit quod propria occupata uel apreemsa tenerentur, Deutoronomj xiij. (*sic*) cap. (63), ibi, quancumque terram calcauerit pes tuus, ita quod id quod sibi quis nollet auferrj, alijs non auferat, Mathei vij. cap. (64) et prima dyst., cap. ius humanum (65), quia scriptum est: non conchupisces rem proximi tuj, in quibus uerbis est proibita omnis rapina, xxiiij. (*sic*), quaest. i. (*sic*), cap. penale (66), in quo prouidit ius ciuile

---

(53) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col.2.

(54) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(55) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

(56) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, *I*, col. 3.

(57) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. VIII, ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 12-13.

(58) ARISTOTELES, *Politica*, lib. II, cap. II, *Opera omnia*, I, p. 500 ss.

(59) *Digesta*, lib. XXXI, *De legatis et fideicomissis* (nas edições antigas: *De legatis secundo)*, le. 77, § 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 438.

(60) Gen. 13, 5-12.

(61) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De adquirendo rerum dominio*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, 1, p. 644.

(62) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De adquirendo rerum dominio*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 644.

(63) Deut. 11, 24. O texto traz *cap. XIII.*

(64) Mat. 7, 12.

(65) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, *dictum ante* ca. 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 1. Segundo esta edição: *Humanum genus.*

(66) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XIV, quaest. V, ca. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 741. O texto indica erròneamente a *Causa XXIV* e a *quæst. I.*

Copyrighted material

contra rapientes bona paganorum, ut rapiens teneretur in duplum, le. cristianis, C., de paganis (67). Et hoc uidetur uelle Jnocentius in cap. quod super hijs, de uoto (68). Cum igitur paganj bona propria possideant iure gemtium et rex siue dominus, cuj christiani querunt bellum inferre, acquisiuit sibi tale regnum aut iurisdictionem electione forte populorum, ipsum in primcipem sibi constituentium, et sic acquisiuit iure gemtium, ut dicta le. ex hoc iure, ff., de justitia et iure (69), non debent seu possunt in istis eorum iuribus inquietarj, etiam eo respectu ut efficiantur meliores et ad ueram fidem conuertantur, quia nichil ad nos de hijs que foris sunt, nam non sunt compellendy uenire ad fidem, de judeis, cap. sicut (70), xxiij., quest. i. (*sic*), cap. ad fidem (71), xlv. dyst., de judeis (72) et capitulo qui simcera (73), nec possunt aut debent inquietarj, xxiiij (*sic*), quest. iiij, cap. quisquis (74), quod est capitulum penultimum, et si inquietamtur et spoliarj bonis aut iurisdictionibus contimgat, illa forent ipsis spoliatis restituenda, dicta le. christianis, C., de paganis (75), ij., quest. ij., per totum (76), iij., quest. i., reintegramda (77), de restitutione spoliatorum, cap. sepe (78), ff., de vi et ui armata, le. i. (79), in primcipio, et § qui autem ui deiectus (80).

---

(67) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(68) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(69) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(70) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 6, *De Judaeis, Sarracenis et eorum servis*, cap. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 774.

(71) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, ca. 33; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 939-940. O texto indica erròneamente a *quest. i.*

(72) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 161-162.

(73) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 160-161.

(74) *Decretum Gratiani*, II pars. Causa XXIII, quaest. IV, ca. 5; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 900. O texto indica a Causa XXIV.

(75) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 11, *De paganis sacrificiis et templis*, le. 6; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 63.

(76) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa II, quaest. II; ed FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 449 ss.

(77) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa III, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 505-506.

(78) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 18; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 290.

(79) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 688.

(80) *Digesta*, lib. XLIII, tit. 16, *De vi et vi armata*, le. 1, § 31; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 689.

Et adeo hec uera uidentur (81) ut nec auctoritate pape uel alterius primcipis iuste inquietarj possunt, quia constitutio seu primcipis uel pape uoluntas non potest commutare naturam uel naturales stimulos, le. amicissimos, [ff.], de excusatione tutorum (82); facit lex ij. (83) et tertia, ff., de liberali causa (84), et ff., de usufructu earum rerum que usu consumuntur, le. ij. (85), cum ciuilis ratio non possit perimere naturalem, v. dyst., § i. (86), ff., de capite diminutis, le. eas (87), Jnstit., de iure naturali, § sed naturalia (88). Et ideo non potest papa uel primceps tollere huiusmodj defemsiones que sunt de iure naturalj, ut in Clementinis, pastoralis, de re iudicata (89) et C., de iure fisci, le. proibitum (90), alias est le. facultas, lib. x. (91), quia uelit, nolit, primceps et papa subditus est etiam ipse legi nature, ut in cap. que in ecclesiarum, de constitutionibus (92). Et ideo non potest primceps sine causa auferre alichuj priuato dominium rey sue, ut notat Bartolus in prohemio ff. orum (93) et aliquj in lege quotiens, C., de precibus imperatori offerendis (94), ideo non uidetur posse etiam papa uel primceps alius demandare quod istis paganis inferatur bellum ut eis auferamtur bona ipsorum per dicta iura; et si non potest papa, multo minus

---

(81) Na margem direita do texto: *Hoc forte non est simpliciter verum.*

(82) *Digesta*, lib. XXVII, tit. 1, *De excusationibus* (ed. antigas: *De excusatione tutorum)*, le. 36; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 360.

(83) *Digesta*, lib. XL, tit. 12, *De liberali causa*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 638.

(84) *Digesta*, lib. XL, tit. 12, *De liberali causa*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 638-639.

(85) *Digesta*, lib. VII, tit. 5, *De usu fructu earum rerum quae usu consumuntur vel minuuntur*, le. 2; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 107.

(86) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. V, § 1; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 7.

(87) *Digesta*, lib. IV, tit. 5, *De capite minutis*, le. 8; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 62.

(88) *Institutiones*, lib. I, tit. 2, *De iure naturali et gentium et civili*, § 11; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 2.

(89) *Clementinae*, lib. II, tit. 11, *De sententia et re iudicata*, cap. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, col. 1151-1153.

(90) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 5; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 395.

(91) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 1, *De iure fisci*, le. 7; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 394. Esta edição lê *Defensionis facultas*, mas, como diz BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De iure fisci*, le. 7, fl. 4 v, também aparece, por vezes, apenas *facultas*.

(92) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 2, *De constitutionibus*, cap. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 9.

(93) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, Prima constitutio, à palavra *Omnem*, fl. 4.

(94) Cf. CYNUS PISTORIENSIS, *Lectura in Codicem*, lib. I, Rubrica XIX, *De precibus Imperatori offerendis*, le. *Quociens*, fl. 34-35.

Copyrighted material

iste rex uel baro, licet superiorem non recognoscat, quia ex hoc non habet plus iuris quam ipse primceps, licet forte tamtundem iuris habet sicut primceps sechularis, iuxta notata per Ynocentium, de verborum significatione, cap. ex parte (95); cum ergo papa non possit auferre sine causa hec iura ab ipsis paganis, non poterit etiam mamdare ut eis indicatur bellum ut bona auferamtur loquendo (?) siue mandaret, legem generalem condemdo, siue priuilegium speciale concedemdo, ut non possit sine causa auferre dominia que sunt de iure gemtium, licet Bartolus dixerit quod legem generalem condemdo posset, ut notat ipse in dicta prima constitutione, ff., const. j. (96) et in lege Anthiocemsium, ff., de priuilegiis creditorum (97), sed non dicit uerum, quia lex debet esse rationabilis, ut iiij. dyst., erit autem (98) et deriuetur (*sic*) a lege nature, vnde Aughustinus in libro de libero arbitrio (99) dicit quod non uidetur esse lex que iusta non fuerit, illud autem iustum dicitur ex eo quod est rectum secundum regulam rationis, sed rationis regula prima est lex nature, unde lex humana tantum habet de ratione legis inquantum a lege nature deriuatur. Et si discrepat in totum a lege nature, non erit lex sed legis corruptio. Jgitur sicut non potest priuilegia concedendo auferre cuique ius suum, ita nec legem condemdo generalem, quia hec duo habent causam eandem productiuam, scilicet ipsum papam; igitur eundem debent effectum habere, le. de quibus, ff., de legibus (100).

Et ideo uidetur quod papa sine causa etiam paganis, siue concedendo generalem legem siue priuilegiando, non possit mandare bellum inferrj et eis bona propria auferrj; et de hoc uidetur textus in c. i., de natura feudi (101), ubi etiam primceps subdito non potest auferre dominium rei proprie, etiam quam ipse concessit, sine causa. Non obuiat si quis diceret quod licet dominia sint de iure gentium, tamen si dominia que paganj

---

(95) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XL, *De verborum significatione*, cap. XXIII, p. 676.

(96) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, Prima constitutio, à palavra *Omnem*, fl. 4.

(97) *Digesta*, lib. XLII, tit. 5, *De rebus auctoritate iudicis possidendis seu vendendis*, le. 37; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 675. Nas edições antigas: lib. XLII, tit. 6, *De privilegiis creditorum*, le. 21; ed. Lugduni, 1558, p. 411; BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLII, tit. 6, *De privilegiis creditorum*, le. 21, fl. 128.

(98) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. IV, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 5.

(99) S. AUGUSTINUS, *De libero arbitrio*, lib. I, cap. 15: MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 32, col. 1238.

(100) *Digesta*, lib. I, tit. 3, *De legibus senatusque consultis et longa consuetudine*, le. 32; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 6.

(101) *Consuetudines Feudorum*, lib. I, tit. 7, *De natura feudi*, c. 1; ed. Lugduni, 1546, p. 6 b.

habent, princeps uellet trasferre forte in christianos, hoc possit, quia hoc non est tollere dominium quod ipsum de iure naturalj gentium est, sed alterj aplicarj, que aplicatio dominij tibi aut illi non uidetur de iure gentium, ymo plerumque fit de iure ciuilj, le. traditionibus, C., de pactis (102), quia ius gentium non se determinat ad acquisitionem in certa persona et ideo ius ciuile facit quod usucapione uel prescriptione interdum dominium in alium trasferatur, dicta le. traditionibus, C., de pactis, quia ista sunt maledicta, quia et acquisitiones dominiorum simgularibus personis de iure gentium est, iuxta illud Deuteronomi, cap. xiij. (103): «Quamcunque terram calcauerit pes tuus», etc. et le. ij., ff., de acquirendo dominio (104); et hoc uoluit textus in lege ex hoc iure, ff., de iustitia et iure (105), dum dicit quod iure gemtium dominia sunt distimcta, quod etiam non poterat, nisi per aplicationem ad simgulares personas; vnde notandum est quod dominium in se est de iure gentium, loquendo de secularj dominio, quod ipsum fuit inuentum, ut supra dixj, post peccatum primi parentis, et istud papa non posset in totum tollere, quia non potest immutare in totum ius gentium, quod est commune fere omnibus gemtibus, ut prima dyst., cap. ius naturale (106) et cap. ius gemtium (107), et ideo non posset lege generalj introducere ut omnes possiderent bona communia, licet in aliquibus ex causa, sic ut in monacis uolentibus sponte sic uiuere pro uita meliorj contemplatiua. Jtem est ipsius dominij aplicatio ad certam personam et hoc similiter sine causa auferrj non potest, cum ista apud simgulares sint de iure gemtium, et ideo bene dicit glossa in cap. i., x. dyst. (108) quod papa bona ecclesiarum sine causa alienare non potest nec de iure unius ecclesie dare alterj; sic in proposito etiam ut christianis tribueret, non uidetur papa posse auferre bona a paganis et dare christianis sine causa nec ceteris mandare indicj bellum sine causa, quin possint se et sua bona tuerj et defendere proprias terras et proprias et proximorum libertates.

Et ex istis fere omnia dubia uidentur decisa. Et primum quod pro tali bello iniusto talis primceps non possit populos anghariare uel collec-

---

(102) *Codex Iustinianus*, lib. II, tit. 3, *De pactis*, le. 20; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 94.

(103) Deut. 11, 24. O texto traz *cap. XIII*.

(104) *Digesta*, lib. XLI, tit. 1, *De adquirendo rerum dominio*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 644.

(105) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(106) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 2.

(107) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. I, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 3.

(108) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. X, ca. 1; ed. *Decretum Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis*, Romae, 1584, p. 28 b.

Copyrighted material

tare, quia esset sine legiptima causa, ymo uidetur in legiptima eis eorum bona auferre, quod non uidetur licitum per predicta et minus possit eos cogere bellare in tali bello iniusto, etiam si papa mandaret. Nam quando preceptum superioris est iniustum, etiam pape, et non habens legiptimam causam, tunc illi quibus fit, iuste possunt aduersum illud resilire, quia si aliter facerent contra legem diuinam, peccarent mortaliter, et sicut iubentj pape me peccare, non debeo ipsi parere, xj., quest. iij., cap. Julianus (109) et cap. qui resistit (110), et de restitutione spoliatorum, cap. literas (111) et ibi glossa (112), ita ipsi sine causa minus legiptima, etiam legem condemtj, mandantj uel dispensantj parere non debeo. Vnde si mandaret quod sine causa occidam vel spoliem suis bonis paganum, non debeo facere, ymo potius omnem excommunicationem patj atque jacturam. Quinymo quod plus est, quando esset dubium an causa esset legiptima, licet esset parendum superiorj, si conscientia vinci posset, xxiij., quest. i., cap. quid culpatur (113), tamen si illorum quibus fit preceptum conscientia vinci non potest, quia arbitratur contra ius naturale uel gemtium esse quod demandatur a papa uel alio superiore, tunc nullo modo tales parere debent, ita notant canoniste in cap. ad aures, de temporibus ordynationum (114), sed potius Deo celestj parendum est, de restitutione spoliatorum, cap. literas (115), et potius proprias debent sectarj conscientias, ut in cap. jnquisitionj, de sententia excommunicationis (116) notatur, eodem titulo, cap. a nobis, el secundo (117), et in cap. per tuas, de simonia, el secundo (118). Caueat etiam sibi papa et isti superiores in hijs casibus,

---

(109) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 94; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 669:

(110) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 97; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 670.

(111) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 286-288.

(112) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 13; *Decretales Gregorii IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, p. 444.

(113) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 4; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892-893.

(114) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 11, *De temporibus ordinationum et qualitate ordinandorum*, cap. 5. Cf. JOANNES ANDREAE, *In primum Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De temporibus...*, cap. V, fl. 156 v.

(115) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 13, *De restitutione spoliatorum*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 286-288.

(116) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 39, *De sententia excommunicationis*, cap. 44; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 908.

(117) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 39, *De sententia excommunicationis*, cap. 28; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 899.

(118) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 3, *De simonia*, cap. 35; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 763-764.

quia si sine causa mandarent contra iura diuina predicta, ita quod peccata fierent predicta, quanto magis presunt tamto durius iudicabuntur et hoc in foro conscientie; jn foro contentioso facta pape uel istorum superiorum non possunt iudicarj, nisi sint contra fidem, quo casu, sicut concilium est iudex pape, xv. dist., cap. sicut (119), et xl. dist., si papa (120), et xviiij. dist., Anestaxius (121), ita populi possent iudicare et insurgere contra proprium principem loquendo quando suprascripto (?) modo esset contra fidem, ita quod saperet eresim, quia contra articulos fidej, et idem si princeps omnino se uerteret in tirannum, per legem ij., § dominorum (*sic*), ff., de origine iuris (122), sed hoc non prosequor anplius quia alias latius dixj (123).

Ex quibus concluditur quod hijs casibus non possit eos colletare nec cogere bellare cum stipendio aut sine, etiam si mandatum pape interueniret, et quod si homicidia interueniant, in foro nedum penitentialj sed etiam contemtioso sit abnoxius. Et quod bellum, nulla causa subsistemte, [non] potest contra tales infideles mouerj.

Sed licet hec in certo casu uerissima sint, tamen multj sunt alij casus in quibus licite talis rex bella potest predictis paganis indicere, quos presentibus anectamus ut ueritatj locus sit. Et quidem si ipsi christianos impugnant, non est dubium quod licite ipsis bellum mouetur, ut est textus xxiij. dyst. (*sic*), cap. dispar (124), quia tunc si molestant ipsum regem uel eius subditos, licite ipsis resistitur, dicta le. vt uim (125) et iuribus supra allegatis, et possunt tunc bonis et iurisdictionibus spoliarj et acquiruntur ipsis occupantibus. Nam in iuribus queremdis ex guerris siue prelijs, [utrum] initium iustum an iniustum sit spectarj oportet, non quod exinde sequitur; argum. le. si quis initium, § illud quoque, ff., quod quisque iuris (126); faciunt notata in dicta lege i., § cum arietes, ff., si quadrupes

---

(119) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XV, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 35-36.

(120) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XL, ca. 6; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 146.

(121) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 64.

(122) *Digesta*, lib. I, tit. 2. *De origine iuris et omnium magistratuum et successione prudentium*, le. 2. Não conseguimos encontrar este §.

(123) António de Rosellis escreveu várias obras. Cf. SCHULTE, *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts*, II, p. 303-305.

(124) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VIII, ca. 11; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 955. O texto indica erròneamente a *dist. XXIII*.

(125) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(126) *Digesta*, lib. II, tit. 2, *Quod quisque iuris in alterum statuerit ut ipse eodem iure utatur*, le. 3, § 6; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 19.

pauperiem fecisse dicatur (127). Vnde qui bello iniuste causam prebet, etiam si demum defendendo quid raperet uel aduersarium cum quo preliatur spoliaret, iniuste facere diceretur, quia non licet propulsare legiptimum agressorem, C., de hijs qui ad eclesias confugiunt, le. si seruus (128). Et hec est ratio quare non licet iudicj resistere, ymo debet se ultro damnandus ad mortem oferre judicj, ut notat glossa, de re iudicata, Clementi., pastoralis (129). Et subtrahens se a talj judicio pechat; quandocunque ergo iusta est ofemsio, ex parte ofemsi est iniusta defensio, iuxta notata per glossam (130) et doctores in dicta lege ut uim, de justitia et iure (131). Et quj habet initium iusti belli tute potest ocidere et spoliare, ut notatur in cap. sinit, de iureiurando, per Jnocentium (132). Et secundum Deum et in foro conscientie est licita ocisio et spoliatio, ut notatur in cap. de homicidio, in clementinis (133). Nec tunc ad restitutionem tenetur aduersario, ut le. si quis ad se feudum, C., ad legem Iuliam de vi (134), secundum unam lecturam. Nam secundum filosofi sententiam, non incipit quj ira aliquid facit, sed qui ad iram prouocat, le. in tribus, ff., de judiciis (135).

Et ideo si iste rex uel baro mouet bellum ut se et suos subditos tueatur, iuste facit, etiam sine alichuius auctoritate, quia suficit quod faciat iure naturalj permictente sibi tuitionem propriam et suorum subditorum. Quinymo ad defemsionem omnium christianorum et rerum ipsorum. Nam quilibet potest auxiliarj iniuste opresso in persona uel rebus, ut est textus in lege si quis in seruitute, ff., de furtis (136), et ibi per Bartolum notatur in lege culpa caret, ff., de regulis iuris (137). Nam quicquid semtiat Jaco-

---

(127) *Digesta*, lib. IX, tit. 1, *Si quadrupes pauperiem fecisse dicatur*, le. 1, § 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 124.

(128) *Codex Iustinianus*, lib. I, tit. 12, *De his qui ad ecclesias confugiunt, vel ibi exclamant*, le. 4; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 66.

(129) *Clementinae*, lib. II, tit. 11, *De sententia et re iudicata*, cap. 2; Lugduni, 1550, fl. 75.

(130) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. Lugduni, 1548, p. 9 b.

(131) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 1.

(132) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica XXIV, *De iureiurando*, cap. XXIX, p. 347.

(133) *Clementinae*, lib. V, tit. 4, *De homicidio voluntario vel casuali*, cap. único; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 1184.

(134) *Codex Iustinianus*, lib. IX, tit. 12, *Ad legem Iuliam de vi publica seu privata*, le. 7; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 377.

(135) *Digesta*, lib. V, tit. 1, *De iudiciis: ubi quisque agere vel conveniri debeat*, le. 13; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 74.

(136) *Digesta*, lib. XLVII, tit. 2, *De furtis*, le. 7; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 764.

(137) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In secundam Digesti Novi partem*, lib. L, tit. 17, *De regulis iuris*, le. 51, fl. 238.

bus de Butrigarijs (138) et nonnulli doctores in lege ut vim, ff., de justitia et jure (139), credo quod omnis christianus possit auxiliarj alterj christiano ofemso. Nam si possum aliquem tuerj ne spolietur suis rebus, fortius ne inquietetur in personam, presertim cum infideles inquietant christianos, quia faciunt iniuriam reipublice christiane. Nam uidentur facere in contumeliam Creatoris; igitur quilibet de populo christiano potest talem iniuriam propulsare, etiam ofemso contradicente, et etiam christianum inimicum capitalem posset tunc quilibet licite defendere; facit lex sed et partus, § i., ff., quod metus causa (140).

Ex quibus duo casus iam indubitatj concluduntur: quod potest baro iste uel primceps indicere paganis bellum pro defemsione propria uel suorum subditorum. Secundo pro defemsione chuiuscunque christianj qui ab ipsis paganis inquietaretur indebite.

Tertius est casus etiam in quo ipsis existentibus etiam nunc cum quibuscunque christianis pacificis, ipsis licite bellum inferrj potest, si uerisimile est quod ipsi oportunitate captata christianos inuadent, ita quod timeri possit quod eos persequentur uel Ecclesiam, tunc iuste eis potest mouerj bellum. Nam illa bella sine uiolentia geruntur que mouentur «ut ad pietatem uictos uincendo perducas et ut ad pietatem iustitieque societatem uictis facilius consulatur», xxiij., quest. i., cap. paratus (141). Vnde bellare licet ut ad pacis gloriam uictos uincendo perducas, xxiij., quest., i., cap. noli (142). Cum pax sit uinchulum caritatis, de judiciis, cap. nouit (143). Et hoc est quod inquid filosofus (144): Non bellamus ut bellemus, sed ut pacem habeamus, quasi uelit quod pacis quiete bellare licet. Sed quod paganj bella contra nos moueant, cum poterunt, est satis uerisimile et quod cum oportunitatem haberent christianos impugnabunt. Nam dicit magister Scolastice Ystorie in capitulo de fuga agnj (*sic*) (145), quod illud

---

(138) Cf. BALDI VBALDI PERUSINI *In primam Digesti Veteris partem commentaria*, lib. I, Rubrica *De iustitia et iure*, le. 3, fl. 9 vb.

(139) *Digesta*, lib. I, tit. 1, *De iustitia et iure*, le. 3. Cf. nota precedente.

(140) *Digesta*, lib. IV, tit. 2, *Quod metus causa gestum erit*, le. 12, § 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 51.

(141) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. 1, ca. 2, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 891. Segundo esta edição: «...ad pietatis iustitieque societatem».

(142) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. 1, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892.

(143) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 1, *De judiciis*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 242-244.

(144) ARISTOTELES, *Ethica Nicomachea*, lib. X, cap. VII; ed. FIRMIN DIDOT, II, p. 124.

(145) PETRUS COMESTOR, *Historia Scholastica*, *Historia libri Genesis*, cap. 49, *De fuga Agar et ortu Ismaelis:* MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 198,

Copyrighted material

[quod] scribitur Genesj xvj. cap. (146) de patre ipsorum paganorum Ismaele, a quo ipsi paganj descenderunt, ut notatur extra, de judeis, cap. et si iudeos (147): «manus eius contra omnes et manus eorum contra eum et in regione fratrum suorum figet temptoria», uerificatur in saracenis quj de genere Ismaelis descendunt. Nam ipsi pugnant contra omnes et omnes pugnant contra eos et ideo, licet nunc forte sint pacificj, quia uident forsan nocere non posse, si tamen uerisimiliter timetur quod in futurum pacem uiolabunt, non est ipsis indulgendum, dicto cap. noli, xxiiij (*sic*), quest. i. (148), in fyne. Et isto etiam tertio casu iuste eis bellum infertur.

Quarto etiam casu credo quod iuste potest inferrj bellum paganis, quando possident bona que fuerunt condam christianorum. Nam tallis occupatio, violencia primo comissa, actum habet successiuum uiolentie et continuum, quia in retentione uiolenta continuo exercetur uitium uiolentie, ut sentit Inocentius, de judiciis, capitulo nouit, in glossa magna, circha medium (149), et probat le. si quis diuturno, ff., de peni. (150), et le. i. in fyne, ff., de usufructu acrescendo (151), et le. uis maior (*sic*) et quod ibi notatur, C., de probationibus (152), notat glossa in capitulo i., in finalj glossa, quod metus causa, ibi quia uiuente uiro, metus durare intelligitur (153), unde quandocunque uel quis in pristinam se uendicat libertatem uel quis auxilium prebet ut in pristinam libertatem illi reuertantur, iuste fit, nec aliqua pena incurritur, ut notatur per aliquos in dicta lege

---

col. 1096. O texto, nesta passagem, cópia quase à letra de Oldrado de Ponte (*Consil.* LXXII, fl. 32 vb), traz erròneamente, bem como em Oldrado, *De fuga agni*.

(146) Gen. 16, 12.

(147) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 6, *De Judaeis, Sarracenis et eorum servis*, cap. 13; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 775-776.

(148) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. I, ca. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 892. O texto traz *Causa XXIV*.

(149) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. II, Rubrica I, *De judiciis*, cap. XIII, p. 233.

(150) Não encontrámos lei que principie pelas palavras *Si quis diuturno*, pertencente a este titulo. Encontrámos apenas tal lei em *Digesta*, lib. VIII, tit. 5, *Si servitus vindicetur vel ad alium pertinere negetur*, le. 10; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 121.

(151) *Digesta*, lib. VII, tit. 2, *De usu fructu adcrescendo*, le. 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 103.

(152) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 19, *De probationibus*, le. 15; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 157. Segundo as edições: *Vis eius*.

(153) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 40, *De his quae vi metusve causa fiunt*, cap. 1; ed. *Decretales Gregorii papae IX suae integritati una cum glossis restitutae*, Romae, 1584, fl. 342 v. — Tanto nas Decretais como no *Codex Iustinianus* aparece também o titulo *Quod metus causa*.

uis eius, C., de probationibus (154), et Bartolum in lege i., § interdictum, ff., uti posidetis (155). Vnde concludo quod et pro rechuperandis rebus que olim fuerunt christianorum licite paganis bellum infertur, cum in ipsis aduc continuare uiolentiam uideantur. Et hoc sine alterius alichuius superioris autoritate, cum semper, ut supra dixj, violentie que infertur christianis patrocinium quis licite impartirj possit, ut supra dixj. Et hoc etiam uoluit Jnocentius in dicto capitulo quod super hijs, de uoto (156), quod ubi bona fuerunt aliquando christianorum jndictio bellj licita sit et fuerit.

Quintus casus quando bona nunquam fuerunt christianorum, utrum liceat eis bellum indicere, tunc Jnocentius qui fuit lumen iuris et melius ceteris intelessit, uidetur dicere quod nec pape nec alichuj licet eis bellum indicere sine causa, per iura supradicta, quia dominia et acquisitiones iurisdictionum fuerunt de iure gentium et ipsis gentilibus et paganis iure gentium acquisita. Vnde ab ipsis sine causa auferrj non possunt. Cum causa autem, sit ut puta uult papa Terram Sanctam, in qua Christus martirizatus extitit, et illam suo sanctissimo sanguine rubicauit et ibidem est sanctissimum eius sepulcrum; ne igitur profanetur a saracenis, ut fides catolica augmentetur, in qua est tante fidey aumentum propter Dominj sepulcrum et sanctam Terram predictam; et tunc potest papa mandare quod illa terra uendicetur in dominio christianorum. Et si opus est, bellum indicatur pro ea rechuperanda. Simile uidemus quod ex causa iusta primceps aufert dominium aliene rey, ut pro dando stipendium militibus uel pro extruendo opere aliquo sacro uel publico necessario, argum. le. Lutius, ff., de euictionibus (157), et le. uenditor, § si constat, [ff], comunia prediorum (158), et supra dixj quod cum causa potest dominium rey aliene auferre.

Similiter est notandum quod quamuis gentiles et paganj non sint de ouilj Ecclesie, ipsi tamen sunt de ouibus Christi per creationem, ut cap. quod super hijs, de uoto, notat Ynocentius (159); omnia enim subiecta fuerunt Christo, oues et boues et uniuersa pecora campi, ut habetur in

---

(154) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 19, *De probationibus*, le. 15. Cf. BALDI VBALDI PERUSINI *In Quartum et Quintum Codicis libros commentaria*, lib. IV, le. 15, fl. 40 v.

(155) BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In primam Digesti Novi partem*, lib. XLIII, tit. 16, *Ut possidetis*, fl. 140 b-140 vb.

(156) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VII, p. 514.

(157) *Digesta*, lib. XXI, tit. 2, *De evictionibus et duple stipulatione*, le. 11; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 279.

(158) *Digesta*, lib. VIII, tit. 4, *Communia praediorum tam urbanorum quam rusticorum*, le. 13, § 1; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 119.

(159) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica XXXIV, *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

psalmo (160). Et ideo dicit glossa quod omnia dixit, quia nec celestia nec terestria dimixit, xviiij. dyst., cap. si romanorum (161). Et per oues intellexit christianos, quorum ipse Saluator se dixit esse pastorem, dicens: «Ego sum pastor bonus, pastor animam ponit pro ouibus suis», Mathej *(sic)* cap. x. (162) et xxiij., quest. iiij., cap. inter (*sic*) personas (163); istas oues commisit Petro pascendas et successoribus tuemdas et ampliamdas et monendas, viij., quest. i., in scripturis (164); per boues autem et pecoras (*sic*) intelligimus saracenos quj tanquam bestie ratione carentes, spreto Deo uero, idola colunt. Modo etsi ad pascendum Petro isti a Christo non sunt commendatj, sunt tamen sub pedibus Petrj subiecti quoad dominium diuinum et potestatem, iuxta illud quod de Abram legitur, qui dixit vxorj sue Sare conquerentj de illa maledicta muliere amcilla que Saram ipsam contemnebat: «Ecce, inquit, ancilla in manu tua, utere ea», Genesis xvi. capitulo (165). Sed per Saram significatur sancta mater Ecclesia et per Agar amcillam significatur illa amcilla maledicta, in qua secta Macomectj, que ab ea traxit originem, significatur, ex qua ista inproba secta Macometj originem ducit, xxiij., quaest. iiij., cap. quando (166) et cap. si ecclesia (167). Et ideo sancta Ecclesia, que per Saram, ut dixi, figuratur, iurisdictionem habet in hanc amcillam et sectam paganorum, non quidem eos ad fidem conpellendo sed exortando; et ideo debent admictere nostros predicatores ad predicandum uerbum Dej, quia ex hoc non conpelluntur, sed exortamtur. Et si non faciant, potest contra ipsos brachium sechulare implorarj et tunc indicj bellum; idem quando contra eorum leges errarent, quia punirj debent a papa et in exechutione contra eos de mandato pape posset indicj bellum seculare; hoc casu non liceret alijs principibus nisi mandante papa.

---

(160) Ps. 8, 8.

(161) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, ca. 1. O texto parece ler *Si romana*, mas não encontrámos em todo o Decreto de Graciano algum cânone com as palavras *Si romana*. Existe, sim, o *Si Romanorum*.

(162) Jo., 10, 11. O texto traz errôneamente *Mathej*.

(163) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 12; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 902. O texto lê errôneamente *inter*, quando devia ser, segundo as edições, *tres personas*.

(164) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa VIII, quaest. I, ca. 9; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 592-593. Segundo esta edição, o cânon seria *in scriptis*, mas, segundo outras mais antigas, seria *in scripturis*, como traz o texto.

(165) Gen. 16, 6.

(166) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 39; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 919-920.

(167) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 42, ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 922-923. Quase todo este parágrafo é resumo mais ou menos literal de parte do *Cons.* LXXII de Oldrado de Ponte.

Copyrighted material

Quidam tamen, ut Ostyensis (168) et Oldradus (169), uidemtur semsisse quod ipsi gentiles et paganj post Christum non habuerunt nec habent dominium seu iurisdictiones seculares, quia ille traslate fuerunt in Christum, qui factus fuit heres uniuersorum et per quem Deus formauit secula; fuit enim dominium Christi «a marj usque ad mare et a phlumine usque ad fines orbis terrarum» (170). Et hoc dominium fuit et est in christianos translatum, quia «regnum de gente in gemtem propter iniustitiam transfertur», xxiij., quest. finali, capitulo si de rebus (171). Et ex hoc uidetur secundum eos posse inferrj quod ad rechuperationem istorum iurium aduc hodie agi possit et propter ista bellum indicj contra ipsos paganos, tanquam rerum christianorum uiolentos possessores, secundum illa que supra dixj, quando queruntur recuperarj bona a paganis posessa, de quibus supra dixi.

Sed ego non credo quod isti uerum dicant et nimium querunt iura pape ampliare. Nam illud Christi dominium non fuit hoc dominium seculare et ciuile, de quo nunc agimus, sed fuit dominium naturale, quod datur iustis ratione ipsorum iustitie et innocentie, quia dominia ista sunt iustorum et per consequens hoc dominium fuit ipsius Christi, aliorum iustissimj et innocentissimj, sed seculare dominium hoc non habuit rex omnium, quia secundum hoc habuisset etiam dominium aliorum iustorum, quod non est uerum, quia fuissent plures dominj in solidum contra legem finalem, § si duobus ueiculum, ff., comodati (172). Jtem non habuit alia dominia infidelium secularia. Et ideo mulierj *(sic)* querentj iudicium de diuisione hereditatis, dixit mulierj: «quis constituit me iudicem super uos», etc. (173). Et alibi dixit: «vulpes foueas habent et uolucres celj nidum, Filius autem hominis non habet unde caput reclinet» (174), vt articulum hunc latius in alijs meis operibus (175) prosequtus. Ex quibus concluditur quod secularia dominia et iurisdictiones seculares gentilibus iure gentium acquisitas non perdiderunt Christi aduentu, sed hodie habent et ideo in ipsis sine causa

---

(168) HENRICUS DE SEGUSIO, *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128-128 v.

(169) OLDRADUS DE PONTE, *Consilia seu responsa et quaestiones aureae*, Cons. LXXII, fl. 32 vb-33 b.

(170) Ps. 71, 8.

(171) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. VII, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 951. Não se trata, pois, da questão final, que é a oitava, mas sim da sétima.

(172) *Digesta*, lib. XIII, tit. 6, *Commodati vel contra*, le. 5, § 15; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 180. Não se trata, portanto, segundo esta edição, de lei final.

(173) Luc. 12, 14. Aqui, porém, fala-se de um homem e não de mulher alguma.

(174) Mat., 8,20.

(175) Sobre as obras de António de Rosellis, cf. SCHULTE, *Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts*, II, p. 303-305.

inquietarj non debent, ut dixi supra in primis confirmationibus, licet bene in casibus alijs secundo loco dictis possint inquietarj; et sic est uerior sententia Ynocentii (176) quam Ostyensis (177) et Oldradi (178), quj aliter dixerunt.

Credo insuper quod si papa uellet quod ipsi admicterent sacrificantes nostra sacrificia in eorum territorijs et ipsi renuerent, quod posset eis pape autoritate indicj bellum. Ratio quia spoliauerunt hijs iuribus Ecclesiam, quia nullus est locus, in quo Christi nomen non fuerit laudatum et cognitum, iuxta illud quod de apostolis legitur: «in omnem terram exiuit sonus eorum», xviiij. dyst., cap. ita Dominus (179). Et ipse Saluator dixit alias discipulis suis: «Eritis michi testes in omnj Iudea et Samaria usque ad ultimum terre», xl. dyst. *(sic)* existima[n]t (180) et xxi. dyst., in nouo (181), quia dictum est de Christo quod «omnes reges adorabunt eum», xviiij. *(sic)*, quest. iiij., displicet (182). Et ipse Cristus ipsis precepit ut predicarent euamgelium omnj creature; vnde si non permicterent sacrificia, spoliarent Ecclesiam siue continuarent spolium iam initiatum, et iuste posset bellum indicj; et hijs casibus pape autoritate, non aliter.

Nunc liquet quando est cum paganis iustum bellum siue propria auctoritate siue pape autoritate. Et ex predictis patet responsio ad dubia. Et primum quando dixj quod bellum erat uel est iustum, tunc nulli dubium quod populj et subditj possunt colletis honerarj, quia pro necessitatibus ciuitatis uel regnj ipsi ciues possent collectas imponere, ff., quod cuiuscunque uniuersitatis nomine, le. i., § penultima (183), et le. omnes, C., de operibus publicis (184), et de inmunitate nemini concedenda, le. finali (185).

---

(176) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. III, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, p. 514.

(177) HENRICUS DE SEGUSIO, *In tertium Decretalium librum commentaria*, Rubrica *De voto et voti redemptione*, cap. VIII, fl. 128 ss.

(178) OLDRADUS DE PONTE, *Consilia*, Cons. LXXII, fl. 32vb-33b.

(179) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XIX, ca. 7; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 62.

(180) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XI, quaest. III, ca. 84; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 666. O texto indica erròneamente a *dist. XL*.

(181) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XXI, ca. 2; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 69-70.

(182) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. IV, ca. 38; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 917-919. O texto indica erròneamente a *Causa XIX, quaest. IV*.

(183) *Digesta*, lib. III, tit. 4, *Quod cuiuscunque universitatis nomine vel contra eam agatur*, le. 1, § 3; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 43.

(184) *Codex Iustinianus*, lib. VIII, tit. 11, *De operibus publicis*, le. 12; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 339.

(185) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 25, *De immunitate nemini concedenda*, le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 406.

Copyrighted material

Et idem quando imponitur propter publicam aliam utilitatem, quia tunc non potest imponj nisi a primcipe, ut le. placet, C., de excusationibus munerum (186), et le. i., C., de superindicto (187), notat Bartolus in lege i., C., de mulieribus, in quo loco (188). Et ideo iste primceps potest, quj superiorem non recognoscit, sed est ipse loco primcipis, ut notat Ynocentius, de uerborum significatione, cap. ex parte (189). Ex consuetudine etiam, de quibus non extat memoria, ponunt isti reges manus ad illa que sunt ssolli primcipi reseruata, ut in cap. super quibusdam, de verborum significatione (190), licet aliquj legiste aliter dixerint in lege vectigalia, C., noua uectigalia (191).

Similiter ad secundum clara est responsio quod possunt cogi habiles bellare, ymo tenentur, quia ciuis est pars ciuitatis, secundum filosofum, sed pars debet se exponere pro salute totius, quia secundum filosofum, primo eticorum (192), bonum commune est preferendum bono particularj, et sic ipse ciuis, pars ciuitatis, se debet exponere pro toto, tanquam minus bonum pro meliorj, ymo licet patrem et filios pro patria ocidere, le. minime, ff., de religiosis (193), quia publica utilitas est preferenda priuate, le. actione, ff., pro socio (194), le. actione, § Labeo (195), de postulatione prelatorum, cap. bone, el primo (196), maxime quia nascitur magis quis patrie quam parentibus, ff., de uentre in possessionem mittendo, le. i., § generaliter (197) et le. postliminium, § filius, ff., de capti-

---

(186) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 48, *De excusationibus munerum*, le. 8; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 420.

(187) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 18, *De superindicto*, le. 1; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 403.

(188) *Codex Iustinianus*, lib. X, tit. 64, *De mulieribus in quo loco munera sexui congruentia et honores agnoscant*, le. 1: BARTOLUS A SAXOFERRATO, *In tres Codicis libros*, lib. X, Rubrica *De mulieribus et in quo loco*, fl. 25 b.

(189) INNOCENTII IV *In V libros Decretalium commentaria*, lib. V, Rubrica XL, *De verborum significatione*, cap. XXIII, p. 676.

(190) *Decretales Gregorii IX*, lib. V, tit. 40, *De verborum significatione*, cap. 26; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 923.

(191) *Codex Iustinianus*, lib. IV, tit. 62, *Vectigalia nova institui non posse*, le. 2; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 187.

(192) ARISTOTELES, *Ethica*, lib. I, cap. II; *Opera Omnia*, vol. II, p. 1 ss.

(193) *Digesta*, lib. XI, tit. 7, *De religiosis et sumptibus funerum et ut funus ducere liceat*, le 35; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 157.

(194) *Digesta*, lib. XVII, tit. 2, *Pro socio*, le. 65; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 227.

(195) *Digesta*, lib. XVII, tit. 2, *Pro socio*, le. 65, § 5; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 227.

(196) *Decretales Gregorii IX*, lib. I, tit. 5, *De postulatione praelatorum*, cap. 3; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 44-45.

(197) *Digesta*, lib. XXXVII, tit. 9, *De ventre in possessionem mittendo et curatore eius*, le. 1, § 15; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 556.

uis(198), notatur xlv dyst., capitulo [cum] beatus(199). Vnde non dubito quod possunt abiles ad bellum cogi ad bellamdum personaliter cum proprio stipendio debito. Sine stipendio autem credo quod non sint cogemdy, le. stipemdia, C., de executione rei iudicate (200), quia nemo compellendus est proprijs stipendijs militare, de prescriptionibus, cap. cum ex offitij (201) et presertim si non posset aliter militare, le. inpossibilium, ff., de regulis iuris (202).

Alijs patet responsio ex dictis supra, quia constat quando papa potest indicere bellum et quando ipse primceps propria autoritate. Et quod ubi bellum est licitum non obligatur etiam in foro conscientie de homicidio, quando faceret illa fierj amore iustitie, non ex animj ramcore, dicto § hic notandum, xxiij., quest. v. (203).

Laus Deo.

Et ita ut supra scriptum est, dicho iuris esse ego Antonius, olim domini Roselli de Royzellis, iuris utriusque doctor et sacri consistorij auochatus legensque in ciuitate Bononie in romana curia ordinarie ius kanonicum de mane; ideo me suscripsi et sigillo meo consueto signauj.

Selo de chapa.

142

29 OUTUBRO 1436

Letras Pijs et honestis, *do papa Eugénio IV, dirigidas a Fr. Francisco, bispo de Rubicão, a confirmar em seu favor as graças concedidas a D. Fernando, bispo da mesma diocese, pelas quais podia receber determinadas quantias para navio destinado à evangelização das Canárias e para as obras da catedral, absolver*

---

(198) *Digesta*, lib. XLIX, tit. 15, *De captivis et de postliminio et redemptis ab hostibus*, le. 19, § 7; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 835.

(199) *Decretum Gratiani*, I pars, dist. XLV, ca. 8.

(200) *Codex Iustinianus*, lib. VII, tit. 53, *De executione rei iudicatae*, le. 4; ed. KRUEGER, *Corpus Iuris Civilis*, II, p. 318.

(201) *Decretales Gregorii IX*, lib. II, tit. 26, *De praescriptionibus*, cap. 16; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, II, col. 388-389.

(202) *Digesta*, lib. L, tit. 17, *De diversis regulis iuris antiqui*, le. 185; ed. MOMMSEN, *Corpus Iuris Civilis*, I, p. 873.

(203) *Decretum Gratiani*, II pars, Causa XXIII, quaest. V, *dictum post* ca. 49; ed. FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici*, I, col. 945-947. Segundo esta edição: *hinc notandum*.

os fiéis das sobreditas ilhas de todos os pecados e delitos, ainda dos reservados à Santa Sé, e dispensar os fiéis da Biscaia do terceiro e quarto grau de consanguinidade, em caso de matrimónio (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol, 374, fl. 141 v.

Eugenius, etc.

Venerabili fratri Francisco, episcopo Rubicensi, salutem, etc.

Pijs et honestis supplicum votis, illis potissime que catholice fidei ac diuini cultus augmentum necnon animarum salutem respiciunt, libenter annuimus eisque, quantum cum Deo possumus, fauorem apostolicum impartimur.

Sane pro parte tua nobis nuper exhibita peticio continebat quod, licet nos dudum bone memorie Fernando, tunc episcopo Rubicensi, et quem tunc ad insulas Canarias, pro animabus(2) incolarum et habitatorum in illis habitancium Deo lucrifaciendis et in fide Christi informandis, transmisimus, vt pium opus huiusmodj celerius effectum sortiretur, duo milia florenorum super incertis legatis, vsuris et vltimis voluntatibus deffunctorum, in regnis Castelle et Aragonie, super mensa archiepiscopali Ispalensi mille florenorum auri de camera, necnon fructus, redditus et prouentus camere apostolice, a tempore quondam Petri de Luna, Benedicti xiij in sua obediencia nuncupati, debitos, pro nauigio quodam (3) pro transfretacione (4) ac passagio ad insulas prefatas apto, cum nautis et marinarijs ad id sufficientibus et alijs neccessarijs, ordinando, necnon vt ipse Fernandus ecclesiam cathedralem erigere et in illa nonnullos canonicos instituere et creare, ac christifideles insularum predictarum ab omnibus peccatis et delictis suis, eciam in casibus apostolice sedi reseruatis, absoluere, necnon in prouincia Biscaye, cum personis tercio et quarto consanguinitatis gradibus coniunctis, vt matrimonialiter coniungi possent, dispensare posset, facul-

(1) É o franciscano Fr. Francisco de Moya, nomeado pelo papa Eugénio IV, em 10 de Novembro de 1434, para Vigário Geral dos Frades Menores das Canárias (Cfr. o nosso DOC. 48), e pela bula *Apostolatus officium*, de 26 de Setembro de 1436, promovido no bispado de Rubicão, do mesmo arquipélago (Cfr.: WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 10, n.os 56 e 96; EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, p. 226; e VIERA Y CLAVIJO, *Noticias de la Historia General de las Islas Canarias*, Madrid, 1783, liv. 18, p. 340).

(2) No ms. *animarum*.

(3) No ms. *quondam*.

(4) No ms. *transfertacione*.

Copyrighted material

tatem nonnullaque alia priuilegia et indulta concesserimus(5), prout in diuersis nostris superinde confectis licteris plenius continetur; tamen, ex eo quod, in maiori parte licterarum prefatarum, proprium nomen ipsius Fernandi expressum reperitur, dubitas illis vti ac in eis contentorum vlteriori execucioni intendere posse. Quare, pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum vt tibi, super hijs, oportune prouidere, de benignitate apostolica, dignaremur.

Nos, itaque, huiusmodj supplicationibus inclinati, tibi, vt omnibus et singulis concessionibus, priuilegijs, gratijs et indultis, de quibus supra fecimus mencionem, sub quacunque verborum forma prefato Fernando quoquo modo concessis, vti et gaudere necnon licterarum ipsi Fernando concessarum et in eis contentorum totali execucioni intendere possis et valeas, executoresque omnia, ex illis ex licteris prefatis in quibus a nobis deputati sunt, contenta, ad omnem tui vel tui legitimi procuratoris requisicionem, cxequantur ac si ille pro te, in persona tua, a nobis emanassent [atque] tu in ipsis nominatus extitisses, concedimus per presentes.

Nulli, ergo, etc.

Si quis, etc.

Datum Bononie, etc., M.ccccxxxv, quarto kalendas nouembris, pontificatus nostri anno sexto.

143

6 NOVEMBRO 1436

Bula Romani pontificis, *de Eugénio IV, a declarar nula a concessão que fizera a el-rei D. Duarte da conquista das ilhas Canárias ainda em posse de pagãos, na medida em que tal concessão prejudique os anteriores direitos de Castela, cujo monarca declarou que, por título antigo e por outras causas, ela pertence à sua coroa* (1).

AV., *Arm. XXXI*, vol. 54, fl. 747, em cópia de 1630, feita por F. Contelori, Prefeito dos Arquivos do Vaticano.

Publicada por DOMINGOS MAURICIO, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, p. 92.

Revelada e comentada por DE WITTE, *Les bulles*, art. 1, pp. 697 e 705, e também por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 42.

(5) No ms. *consesserimus*.

(1) Pela bula *Romanus pontifex*, de 15 de Setembro de 1436, o romano pontífice concedera ao monarca a conquista das ilhas deste arquipélago que não estivessem

Eugenius, etc.
Ad futuram rei memoriam.

Romani pontificis circunspectio, sicut piis supplicum votis, presertim his que propagationem concernunt nominis christiani libenter annuit, jta si ex concessis per eum suspicionis aut ambiguitatis emerserit, quo vel alicuius scandali aut remissioris dilationis materia inter christifideles, maxime sublimes personas, oriri timeatur, jllud propensiori studio aperit et declarat atque etiam, vbj et quando locorum (2) et temporum conditionem exigere conspicit, vtiliter moderatur.

Pridem, ex parte charissimi in Christo filij nostri Eduardi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, fuit nobis expositum quod, cum in mari occiduo sint jnsule quedam, jnsule Cannarie generali vocabulo nuncupate, quarum aliquas fideles jncolunt, nonnulle vero occupantur ab jnfidelibus et paganis, jpse, zelo fidei accensus et cupiens clare memorie genitoris sui vestigia jmitari, aliquas ex jnsulis illis per paganos habitatas, missa illuc classe, sue ditionj subijcere jncepit ac circiter quadringentas personas ibi baptizari fecit; cumque, sicut asseruit, cuperet illud laudabile opus per jpsum jnceptum vlterius prosequi ac perficere (3), nobis humiliter supplicauit vt prefatas jnsulas per jnfideles et paganos detentas ei in conquestam concedere ac certam prohibitionem, sub excommunicationis pena, ne quis jnsulis Cannarie bellum aut grauamen inferre auderet, per nos dudum factam, solum ad christianorum jnsulas se extendere declarare et alias sibi in premissis opportune prouidere dignaremur (4).

Nos, vero, attendentes quod, sicut asserebatur, nullus in illo suo jncepto [opere] in aliquo reclamauit aut se verbo vel facto opposuit, neque aliquis christianus princeps eisdem jnsulis paganorum nullum jus adhuc se habere pretenderet, eius supplicantis laudabile propositum commendantes, prefatas Cannarie jnsulas, illis exceptis que per christianos possidebantur, auctoritate apostolica ac plenitudine potestatis desuper nobis tradite, concessimus in conquestam easque, postquam in suam ditionem redigere contigisset, sibi et suis successoribus subiicimus, declarantes prohibitionem predictam tantummodo ad eas jnsulas que tunc temporis cultum christiane fidej sequebantur extendere voluisse, prout in nostris litteris super inde confectis plenius continetur.

Cum, autem, nobis nuper [constaret] quod carissimus in Christo filius noster Joannes, Castelle et Legionis rex jllustris, in prefatas jnsulas, tum

---

em posse de cristãos bem como a submissão das mesmas à coroa de Portugal (Cfr. o nosso DOC. 137).

(2) No ms. *eorum*.

(3) No ms. *preficere*.

(4) Alusão à súplica eduardina de Agosto anterior, o nosso DOC. 129.

Copyrighted material

ex antiquo corone sue titulo, tum etiam aliis causis, jus habere, ac ne quis, propter jpsum, de predictis jnsulis se jntromittat sua maxime jnteresse pretendat; nos, considerantes propagationem christiani nominis ac catholice fidej exaltationem ita affectare debere vt que in ipsius sancte fidei titulo, Christo auctore, dudum fundata sunt et conseruata, quacunque scandali aut suspicionis occasione semota, pacis et caritatis vinculo etiam illibata permaneant, auctoritate predicta, tenore presentium, declaramus per prefatas litteras nostras eidem Eduardo regi, vt premittitur, concessas, juri prefato Joanni regi aut alterj cuicunque (5) quomodolibet competenti, vt etiam ex mente verborum nostre concessionis predicte satis elici potest, in aliquo [noluisse] derogari; sed conquestam duntaxat prefato Eduardo regi concedere et prohibitionem, vt premittitur, tollere si et in quantum nemo alter, in prefatas insulas, sibj aliquod jus competere seu ne dictus Eduardus rex se de eis intromitteret quouis modo jnteresse pretenderet, jpsasque litteras et concessionem necnon quecunque inde secuta in hac parte pro nullis et jnfectis haberi volumus, decernentes ex nunc jrritum et jnane quicquid in contrarium a quoquam, quauis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli, ergo, nostre declarationis, voluntatis et constitutionis jnfringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Bononie, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo trigesimo sexto, octauo jdus nouembris, anno sexto.

144

[6 NOVEMBRO 1436 (?)]

Letras Dudum cum ad nos, *do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a observar-lhe que, ao reconhecer os seus pretensos direitos à conquista da África e de algumas das ilhas Canárias, não tivera intenção de prejudicar os de Castela às mesmas ilhas; e por isso lhe ordena que nada faça contra os direitos do rei de Castela e de Leão, que lhe representou pertencer-lhe a conquista da terra de África e das ditas ilhas* (1).

---

(5) No ms. *cuiuscunque*.

(1) Comentando o presente documento, DE WITTE escreveu: — «Il s'agit d'une lettre privée d'Eugène IV à dom Duarte. Le pape y fait part au souverain, non sans

AV., *Reg. Vat.*, vol. 359, fl. 157 v., — texto que se reproduz; BAV., *Chigi*, cód. D.VII. 101, fl. 115 v.

Publicadas: em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ad annum 1436, n.° 24; por JORDÃO, *Bullarium patronatus*, t. 1, p. 19; por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, t. 1, pp. 351-52; e por DOMINGOS MAURÍCIO, S. J., *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960, p. 94, segundo o texto de *Chigi*.

Como já observou DE WITTE, o penúltimo autor citado reproduziu o documento de cópia autêntica de 1842, fornecida por Mário Marini, Prefeito dos Arquivos do Vaticano, «qui s'est permis d'ajouter au texte la suscription d'une bulle au nom de Martin V (!) et une date en style de bref *(die ultima julii anno sexto)* empruntée à tort à une lettre du f.° 155 v. L'original porte simplement: *Datum Bononie etc.* et son contenu démontre que le bref ne peut pas être antérieur au 6 novembre 1436» (*Les bulles*, art. 1, p. 705, nota 2).

[Eugenius etc.].

Carissimo, etc.

Dudum cum ad nos accessissent tue serenitatis oratores ac plura a nobis, ex tui parte, postulassent, nos, ad complacendum tue serenitati, erga quam maxima afficimur, tanquam ad deuotissimum filium, caritate, inter

---

délicatesse, du contenu de la bulle *Romani pontificis*, l'invite au nom de la paix à étudier avec soin ce document et à ne rien entreprendre qui soit contraire aux droits de la Castille. Eugène IV fait état dans cette lettre des plaintes réitérées du roi de Castille: *multum apud nos, per suos oratores et litteras, conquestus fuerit*. Le Dr. Alvarez de Paz, encouragé sans doute par son premier succès, dut continuer ses instances, car le 30 avril 1437, le pape donnait une nouvelle constitution: *Dominator Dominus* qui, toujours par souci de la paix, retouchait cette fois les termes de la bulle *Rex regum*, subordonnant les acquisitions territoriales des Portugais en Afrique aux droits éventuels du roi de Castille» (*Les bulles*, art. 1, pp. 705-06). E o autor cita uma carta de Eugénio IV, de Bolonha, sem data, em que diz a el-rei D. João II ser o seu embaixador Dr. Alvarez de Paz homem «qui magna cum diligentia facta tua prosequitur» (BAV., *Chigi*, cód. D.VII.101, fl. 102).

Realmente, há todos os visos de constituir o presente documento mera carta particular do romano pontífice a el-rei D. Duarte, passada possivelmente na mesma data da bula *Romani pontificis*, o nosso documento anterior, para que este fosse bem aceite pelo soberano de Portugal; por isso a datamos do mesmo dia, com interrogação. Esta carta respeita à prossecução pelos portugueses da conquista da África e das ilhas Canárias, uma e outra reclamadas pelo soberano de Castela contra o nosso país; pelo que devem ter ficado em suspenso as bulas *Rex regum* e *Romanus pontifex*, de 8 e 15 de Setembro anterior — os nossos DOCS. **133** e **137**, situação confirmada pelas letras *Dominator Dominus*, de 30 de Abril de 1437 (Em D. MAURÍCIO, *Obra cit.*, p. 93); porém, em menos de um mês, devido certamente à diplomacia portuguesa, o papa Eugénio IV passava a el-rei D. Duarte a bula de cruzada *Preclaris tue deuotionis*, de 25 de Maio do rectrocitado ano (*Ibi*, pp. 94-95).

Copyrighted material

cetera pro conseruatione et defensione loci de Cepta, quem recolende memorie genitor tuus de manibus perfidorum sarracenorum, in partibus Africe, manu armata, abstulerat, necnon pro recuperatione aliorum terrarum, castrorum et locorum ab ipsis infidelibus in eisdem partibus constitutorum, nostras certi tenoris litteras, que cruciate uulgariter nuncupantur, tibi concessimus. Et similiter tibi certas insulas Canarie, quas ab infidelibus possideri et in quibus nullum principem christianum ius habere aut pretendere asserebas, tibi, per alias nostras litteras, dedimus in conquestam, prout in ipsis litteris latius continetur (2).

Cum autem postmodum, carissimus in Christo filius noster Johannes, Castelle et Legionis rex illustris, intellectis prefatarum litterarum concessione et tenoribus, multum apud nos, per suos oratores et litteras, conquestus fuerit, assertus sibi magnum fieri preiudicium ex litteris prefatis et ex eis sequi iuris sui diminutionem, cum asserat terre Africe et insularum prefatarum conquestam ad se spectare; nos, nolentes ut, ex concessionibus huiusmodi, aliquod tanto regi preiudicium fiat, sicut neque etiam uellemus in aliquo preiudicare iuribus tuis, intendentes quoque nemini eripere ius sibi competens, nuper, per nostras litteras, declarauimus nostre intentionis fuisse et esse in nullo uelle preiudicare, per huiusmodi nostras concessiones, iuribus dicti regis, sed conquestam duntaxat tibi concedere et prohibitionem tolerare si et in quantum nemo alter, in prefatis insulis, sibi aliquod ius competere pretenderet (3).

Itaque, cum cupiamus obuiare omnibus scandalis, que ex hac causa oriri possent, ac prouidere ne aliquid innouetur quod pacem uestram posset in aliquo conturbare, exhortamur sublimitatem tuam ut, maturo consilio et prudenti deliberatione, examines diligenter litteras nostras, nihil attentans quod in prefati regis preiudicium aut iuris lesionem possit redundare neque aliquam causam des discordiis aut materiam excites futuri scandali alicuius.

Datum Bononie, etc.

---

(2) As letras em referência são as já referidas bulas *Rex regum* e *Romanus pontifex*.

(3) Alusão à bula *Romani pontificis*, — o documento anterior.

145

9 NOVEMBRO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a aforar para sempre a Gonçalo de Pina, residente na cidade de Évora, adega térrea da mesma cidade, à torre da porta de Moura, por 25 soldos da moeda antiga (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 231 v.

Carta per que o dicto senhor deu de foro pera sempre a Gonçalo de Pina, morador em a cidade dEuora, hũa adega terrea na dicta cidade, a torre da porta de Moura, que he de longa darredor xxb couodos, de que paga, em cada hũu anno, de foro, xxb soldos da moeda antijga, etc.

Em Lixboa, ix dias de nouenbro de mjl iiij^{c} xxxbj annos.

146

22 NOVEMBRO 1436

Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Antão Eanes, tanoeiro de Lisboa, enquanto exercer o seu mister na Casa de Ceuta pelos preços a que se obrigou (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 7, inserta na de confirmação da regência de 15 de Março de 1439.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 53. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 499, n.º 827.

---

(1) Deve tratar-se do Gonçalo de Pina que em 1425 era escudeiro do infante D. Henrique, posto neste resumo do documento nada se diga a tal respeito (Cfr. o DOC. 53 do nosso vol. 3, e os DOCS. 79 e 118 do presente volume).

(1) Antão Eanes, pessoa do infante D. Henrique ou não, devia estar-lhe subordinado, como um dos tanoeiros da Casa de Ceuta em Lisboa, onde se preparava a louça ou seja o vasilhame de madeira, então usado tanto em líquidos como em sólidos, para envio de mantimentos àquela praça africana, cujo provimento estava a cargo do Navegador desde 1416 (Cfr. o DOC. 116 do nosso vol. 2).

Dom Eduarte, etc.

A quantos esta carta, etc., que porquanto hũua das prinçypaaes cousas que som necesaryas pera proujmento dos que estam em Çepta asy he louça pera lhes leuarem os mantimentos, pera que conpre tonoeyros; hordenamos, por boo rregimento, de priujligiarmos çertos tonoeyros que contynoadamente estem e laurem a dita louça na casa de Çepta, que esta em esta çydade, contanto que estem e laurem por aquelles jornaaes e solayros que ora he hordenado que os tonoeyros que em a dicta casa lauram ou ao diante for hordenado, per nos ou per os nossos veedores ou per outras pesoas a que esto pertencer.

E porquanto Antom Eannes, tonoeiro, morador em a dicta çydade, de seu talente, lhe prouue de laurar em a dicta casa de Çepta contynoadamente pellos preços ssuso dictos e sse obrigou a ello, per escriptura; e nos, por esto, querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e priujligiamollo que daquy em diante, enquanto em a dicta casa laurar pollos sobredictos preços, nom vaa serujr a Çepta nem a outra nẽhũa parte nem sseja pera ello costrangido, posto que seja beesteiro. E, sse per uentura ataa ora nom foy beesteiro, mandamos que daquy em diante nom seja costrangido pera ho sseer.

Esso meesmo queremos e mandamos que nom pousem com ell, em suas casas de morada, nem adegas e caualariças, nem lhe tomem rroupa de cama nem outra nemhũa cousa do seu contra sua vontade e que seja escusado de todollos outros encarregos do conçelho. Outrossy lhe damos lugar e mandamos que possa trazer suas armas de noute e de dia, sem enbargo da hordenaçam que he em contrairo, a quall mandamos que sse nom entenda em ell, contanto que ell nom seja achado fazendo com ellas o que nom deue.

E porem mandamos a todollos corregedores e meyrynhos e jujzes e justiças dos nossos rregnos e apousentadores e a quaaesquer outros ofiçyaees que esto, per quallquer gujsa, ajam de veer, que conpram e guardem e façam conprir e aguardar esta nossa carta pella gujsa que em ella he conteudo. E quallquer que o contrairo fezer, per quallquer gujsa que seja, mandamos a quallquer tabeliam que esta carta vir que o enpraze e lhe asyne tempo conujnhaueel a que pareça perante nos, per pesoa, a dizer quall he a rrazom por que foy contra nosso mandado. E de como for enprazado e do dia do apareçer mandamos a esse tabeliam que nollo faça saber, per escriptura publica, pera nos fazermos sobre ello o que nossa merçee for. E este priujlegio lhe damos e mandamos que lhe ualha, laurando ell em a dicta casa de Çepta, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, xxij dias de nouembro. Rodrigo Afonso a fez. Era xxxbj anos.

147

1431 - 1436

Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, de 1 de Janeiro de 1431 a 1 de Janeiro de 1436 (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 59, segundo a carta de quitação da regência do reino de 5 de Fevereiro de 1439; parcialmente em *Beira*, liv. 1, fl. 100.

Publicada na íntegra por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 18 e ss.

Dom Affonsso, pella graça de Deus rrey de Purtugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de quitaçom virem, escprita em este quaderno, fazemos saber que nos rreçebemos conto e rrecado de GonçallEanes, criado delrrey Eduarte, meu ssenhor e padre, de muytas uertudes e gloriossa memoria, cuja alma Deus aja, nosso almoxarife no almoxarifado da çidade da Guarda, a saber, de çento e çinquoenta e oyto contos, trezentas e trinta e noue mjll e trezentas e vinte e oyto libras, que o dito almoxarifado rrendeo, e ell, por nos e em nosso nome, dello rrecadou e tirou e rreçebeo e despendeo cinquo anos, que se começaram primeiro dia de janeiro que foi do anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e trinta e hũu annos, e se acabaram esse dia de iiij^{c} xxxbj anos, os quaaes dinheiros em cada hũu anno rreçebeo e rrecadou per esta gujsa.

. . . . . .

(1) O infante era provedor de Ceuta (Cfr. o DOC. 116 do nosso vol. 2). Das parcelas abaixo lançadas infere-se que contribuiu o almoxarifado da Guarda, anualmente, para Ceuta, de 1431 a 1436, com uns 27 a 28 milhões de libras da época, cuja equivalência moderna se pode ver em COSTA LOBO, *Historia da sociedade em Portugal no século XV*, p. 418, ou em LÚCIO DE AZEVEDO, *Epocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1947, pp. 469-70. Pena é não se conservar estatistica das demais verbas nacionais dispendidas, anualmente, na defesa e manutenção dequela praça africana. Cfr. o documento seguinte. Sobre os dinheiros para Ceuta pode ver-se a nota de pp. 104 a 106 do presente volume.

Est. VII. — Última página dos pareceres jurídicos de 1436 (Docs. 140 e 141).

1431

. . . . . .

E deu vijnte e sete contos e seteçentas e vynte e tres mil e quatrocentas seteenta hũua libras ao ssenhor jfante dom Anrrique, meu tijo, pera despesa de Çepta.

. . . . . .

1432

. . . . . .

E vijnte e sete contos e trezentas e honze mjl e çento e saseenta e çinquo libras ao ifante dom Anrrique, meu tijo, pera despesa de Çepta, em o dicto anno.

. . . . . .

1433

. . . . . .

E deu o dito almuxarife vynte e sete contos e seiscentas e oito mil e seixcentas e honze libras [e] mea ao jfante dom Anrrique, meu mujto amado tjo, dos trijnta contos e quinhentas mjl llibras que lhe o dicto anno, em o dicto almuxarifado eram asentados pera as despesas da nosa çidade de Çepta.

. . . . . .

1434

. . . . . .

E vijnte e hũu contos e cento e noueenta mjl e quinhentas e nouenta e çinquo libras ao ifante dom Anrrique, meu tijo, dos vijnte e seix contos e çento e çinquoenta mjl libras, que lhe, em o dicto anno, forom asentados pera as despesas da nossa çidade de Çepta. E dous contos e quinhentas e saseenta e noue mjl e seiscentas e noueenta libras que o dicto almoxarife mais deu ao dicto ifante dom Anrrique, pera despesa do dicto asentamento. E çento e trijnta mjl libras, que lhe forom postas em rrecepta, lhe mandamos descontar, porquanto as nom reçebeo.

. . . . . .

E vijnte e çinquo mil libras, que deu (o almoxarife) a Lopo da Cunha, per mandado do jfante dom Anrrique, daquello que auia dauer em o dicto anno, do asentamento da nossa çidade de Çepta.

. . . . . .

1435

. . . . . .

E vijnte e sete contos e quinhentas e trijnta e quatro mjl e seteçentas e oyteenta sete libras a certas pessoas que os o jfante dom Anrrique, meu muito amado tijo, mandou dar dos vijnte e noue contos de libras que auja dauer em o dicto almoxarifado, pera as despesas de Çepta do djto anno.

. . . . . .

Dada na çidade da Guarda, cinquo dias do mes de feuereiro. Elrrej o mandou, per Luis Pirez, seu contador no almoxarifado da dita çidade, com autoridade da rrainha sua madre, nossa senhora, como sua titor e curador que he e acordo do jfante dom Pedro, defensor por elle em todos seus rregnos. Diego dAlmeida, escpriuam dos contos do dito ssenhor em a dicta comarqua, a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} xxxix annos.

148

1436

Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, no ano de 1436 (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 63, segundo a carta de quitação da regência do reino de 8 de Fevereiro de 1439.

Publicada parcialmente por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 39.

Dom Afonsso, pela graça de Deus rrey de Purtugal e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de quitaçom virem, scprita em este caderno, fazemos saber que nos rrecebemos conto e rrecado de GonçalEanes, nosso allmuxarife no almuxarifado da nosa çidade da Guarda, de trijnta e tres contos e seixcentas e saseenta mjl e sexcentas e trijnta e seis libras e mea, que o dicto almuxarifado rrendeo e ell, por nos e em nosso nome, dello rrecadou e tirou e rreçebeo e despendeo o anno que se começou

(1) Cfr. a nota ao documento anterior.

por primeiro dia de janeiro que foy da era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e xxxbj e se acabara por esse dia de iiij^{c} xx[x]bij annos.

. . . . . .

E vijnte e seis contos e quinhentas e sete mjl libras ao jfante dom Anrrique, meu mujto amado tijo, pera o asentamento da nosa cidade de Cepta, que lhe, em o dicto ano, foy aseentado. E deu mais cento e vijnte e duas mjl e quinhentas libras ao dicto jfante dom Anrrique pera os ferreiros que estam na dicta cidade.

. . . . . .

Dada na nosa çidade da Guarda, biij dias do mes de feuereiro. Elrrej o mandou, per Luis Pirez, seu contador em o almoxarifado da dicta çidade, com autoridade da rrainha sua madre, nosa ssenhora, come sua titor e curador que he, e acordo do jfante dom Pedro, seu tijo, defensor de todos seus rregnos e senhorio. Diego dAlmeida, scpriuam dos contos do dicto ssenhor, a fez. Anno do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} xxxix annos.

BIBLIOGRAFIA

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas no presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancillería Real, Registro 2975, fls. 106 v., 107 e 171 v.

BRAGA

Arquivo Distrital

Arquivo da Mitra e Cabido de Braga, *Bulas,* caixa 4, inumeradas.
Item, Colecção cronológica, caixa 25.
Item, Gaveta de notícias várias, n.º 52.

Biblioteca Pública Municipal

Ms. 924.

COIMBRA

Arquivo da Câmara Municipal

Pergaminhos da Câmara, doc. 63.

FLORENÇA

Archivio di Stato

Badia Fiorentina, n.ºs X/20, X/21, X/22, X/24, X/25 e X/26; cód. 26, doc. 21, p. 61.

Biblioteca Medicea Laurenziana

Fondo Ashburnam, cód. 1792, tomo 1, p. 14; tomo 2, fl. 24, p. 75, fls. 83 e 379.

Fondo Strozziano, cód. 33, fl. 125 v.

GÊNOVA

Archivio di Stato

Archivio Segreto, *Litterarum registri,* vol. 4, fl. 178 v. n.° 562; e vol. 7, fls. 27 v. n.° 50, 28 n.° 53, 28 v. n.° 54, 29 v. n.° 55, 30 v. n.os 56 e 57, 40 v. n.° 78, 41 n.° 79, 42 n.° 80, 42 v. n.° 81, e 132 n.° 275.

LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Além-Douro, liv. 4, fl. 269.

Beira, liv. 1, fl. 100; liv. 2, fl. 32 e 185.

Bulas, caixa 27, maço 4, n.° 9.

Cartório de Avis, n.° 29. V. — Ordem de Avis.

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 105 v.

Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 89; e liv. 2, fl. 93 v.

Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 179 v.; liv. 2, fl. 46; liv. 3, fls. 103 v. e 193 v.; liv. 4, fls. 12 v., 74 e 114 v., e liv. 5, fl. 9.

Chancelaria de D. Duarte, liv. 1, fls. 33, 36, 36 v., 67, 90, 103, 113 v., 126, 129v., 146v., 162v., 163v., 182v., 184v., 185, 193v., 196v., 208, 213, 214, 216, 217 r. e v., 218 r. e v., 219 v., 221 r. e v., 222 e 231 v.; liv. 2, fls. 43 e 47 v.; liv. 3, fls. 2, 3, 18, 18 v., 23 v., 42, 46 v., 56, 61 v., 65, 66 v., 69 v., 71 v., 74, 75 v., 82 v., 85 v. e 86 v.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 118 v.; liv. 2, fls. 35 v. e 77 v.; liv. 3, fl. 15 v.; liv. 5, fls. 5, 18 v., 87 v. e 186; liv. 8, fl. 43 v.; liv. 11, fls. 112 v. e 120; liv. 12, fls. 12, 34 e 47 v.; liv. 18, fls. 11 v., 12, 45, 59, 63 e 80; liv. 19, fls. 7, 13 v., 18, 18 v., 19 v., 29 e 57 v.; liv. 20, fls. 15, 36, 38, 38 v., 39 v., 112, 120 v. e 139 v.; liv. 23, fl. 50; liv. 24, fls. 44 r. e v.; liv. 25, fl. 17 v.; liv. 31, fl. 22; liv. 34, fls. 52 v., 125 v. e 172; liv. 35, fl. 13 v.; e liv. 36, fls. 36, 62 e 127 v.

Chancelaria de D. João II, liv. 6, fl. 3; liv. 8, fl. 217 v.; e liv. 26, fl. 43.

Chancelaria de D. João III, liv. 7, fl. 211; liv. 13, fl. 23; liv. 16, fl. 173; liv. 38, fl. 99 v.

Colecção Especial, parte 1, caixa 27.

Corpo Cronológico, parte 1, maço 113, doc. 106.

Cortes, maço 1, n.º 33.

Cortes (Suplemento de), maço 2, n.º 1.

Estremadura, liv. 3, fl. 248 v.; liv. 10, fl. 165; liv. 11, fls. 52 v. e 124; e liv. 12, fl. 90 v.

Fundo Antigo, n.º 15, fls. 86 a 92.

Gavetas, 17, maço 1, n.º 14 e maço 7, n.º 20.

Guadiana, liv. 4, fl. 225 v.; liv. 6, fls. 166 v., 181 v., e 227 v.; liv. 7, fls. 68 v. e 150 v.

Legitimações, liv. 2, fl. 248.

Leis, maço 1, n.º 158.

Livraria (Manuscritos), cód. iluminado 359, fls. 11 v., 12 v., 13 v., e 15 v. e caps. 8 e 13; cód. 1928, fls. 107 e ss. e 126.

Mestrados (Livro dos), fl. 151.

Místicos, liv. 1, fls. 16, 284 v. e 291 v.; liv. 2, fls. 156 e 183; liv. 3, fls. 201, 208 e 236 v.; liv. 4, fls. 22, 36 v., 39 v., e 44 v.

Mosteiro da Batalha, liv. 4, fl. 217.

Núcleo Antigo, cód. 12, fl. 150 v.; cód. 12-A, fl. 187 v.; cód. 14, fls. 104 v. e ss.; cód. 14-A, fl. 129 v.

Ordem de Avis, doc. n.º 706. V. — *Cartório de Avis.*

Ordem de Cristo, cód. 234, parte 1, fl. 53.

Pergaminhos do convento de Cristo de Tomar, caixa 1, maço único, n.º 25.

Pergaminhos da Ordem do Templo e de Cristo, Régios, maço 1, n.º 25.

Reis, liv. 1, fl. 65.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Colecção Pombalina, cód. 147, fls. 163 e ss. e 182.

Fundo Geral, ms. 6969, cap. 83, pp. 518-19; cód. 735, t. 1, fl. 94; cód. 3390, fls. 96 v. e ss. e 110; cód. 4446, fls. 18 e ss. e 57; caixa 28 H. 5. 47. n.º 19.

Biblioteca da Sociedade de Geografia

Colecção Vidigueira, maço 1, n.ºs 7 e 8.

MONCORVO

Arquivo da Câmara Municipal

Processo sobre os 10 reais para Ceuta, de 1572.

PARIS

Bibliothèque National de Paris

Fond portugais, n.º 5, cap. 98.
Manuscrits portugais, códice n.º 42, fls. 19 v., 21 v. e 23 e cap. 10.

PORTO

Biblioteca Pública Municipal

Ms. 544.

Gabinete de História da Cidade

Livro A, fl. 119.
Livro B, fls. 250-53.
Livro Grande, fls. 54-55.
Pergaminhos, vol. 4, docs. 39 e 48.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Armadio, XXXI. 54, fls. 322, 639 e 747.
Regestum Lateranense, vol. 336, fl. 189.
Regestum Supplicationum, vol. 299, fls. 61 e 62 v.; vol. 323, fl. 98 v.; vol. 326, fls. 181 v. e 226.
Regestum Vaticanum, vol. 347, fl. 53 v.; vol. 359, fls. 157 v. e 305; vol. 365, fl. 92 v.; vol. 367, fls. 5, 6, 15, 44 v., 46 v. e 48; vol. 370, fl. 182 v.; vol. 371, fls. 217 v., 218 v., 219, 219 v., 220 v. e 221; vol. 373, fls. 78, 78 v., 79 v., 80 v., 121 v., 249 v. e 250; vol. 374, fl. 141 v.

Bibliotheca Apostolica Vaticana

Cod. Chigi, D. VII. 101, fls. 102 e 115 v.; E. VII. 208, fls. 451 e 453.
Vaticani Latini (Codices): n.º 1932, fls. 99, 100 e 114; n.ºs 2295 e 2641; n.º 2678, fls. 125-26; e n.º 8031, fls. 99, 100, 101, 103, 104 e 104 v.

SIMANCAS

Estado — Francia, K. 1711, fls. 111, 382, 427, 442, 443 e 445 v.
Patrono Real, legajo 49-24.

VISEU

Arquivo Distrital

Arquivo do Cabido, Pergaminhos: maço 1, n.^{os} 15, 18 e 26; maço 7, n.° 9; maço 8, n.° 2; maço 14, n.° 38; maço 15, n.° 20; maço 20, n.° 6; e maço 32, n.° 11.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e dos títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses pela ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores.

ABREU Y GALINDO, Fray Juan de. — *Historia de la conquista de las siete islas de Gran Canaria.* Santa Cruz de Tenerife, 1940.

AFRICA PILOT. Part I comprising... The West Coast of Africa from Cape Spartel to Calabar River. London, 10.ª ed., 1939.

AILLY, Pierre d'. — *Ymago Mundi de Pierre d'Ailly, Cardinal de Cambrai et Chancelier de l'Université de Paris (1350-1420).* Paris, 1930, 2 vols.

ALGUNS DOCUMENTOS. V. — [COELHO, José Ramos].

ALMEIDA, Fortunato de. — *História da Igreja em Portugal.* Tomos 1 e 2, Coimbra, 1910.

ALMONTE, Henrique d'. — *Ensayo de una breve descripción del Sahara español.* No «Boletin de la Real Sociedad Geografica», t. 56, Madrid, 1914, pp. 129-347.

ALVAREZ DELGADO, Juan. — *El «Rubicon» de Lanzarote.* No «Annuario de Estudios Atlánticos», n.º 3, año 1957, pp. 493-561.

— *Primera conquista y cristianización de la Gomera.* Algunos problemas historicos. No «Annuario» cit., n.º 6, año 1960, pp. 445-492.

— *Juan Machin, vizcaino del siglo XV, gran figura historica de Madera y Canarias.* No «Annuario» cit., n.º 7, año 1961, pp. 133-213.

ANDREAE, Joannes. — *In primum Decretalium Librum Commentaria (quae Novellas appellant) Acutissima.* Venetiis, 1581.

— *In Tertium Decretalium Librum Novella Commentaria.* Venetiis, 1581.

— *In Sextum Decretalium Librum Novella Commentaria.* Venetiis, 1581.

ANDREAS ISERNENSIS. V. — *ISERNENSIS.*

ANGELUS UBALDI PERUSINUS. V. — PERUSINUS, Angelus Ubaldi.

AQUINATENSIS. V. — THOMAS (S.).

ARAGÃO, Maximiano de. — *Viseu* (Apontamentos históricos), t. 2, Viseu, 1895.

ARCHEOLOGO (O) PORTUGUÊS. Vol. 14, Lisboa, 1909.

ARISTÓTELES. — *De anima.* Em *Opera Omnia,* ed. Firmin-Didot, t. 3, Parisiis, 1887.

— *De Arte Rectorica.* Em *Opera Omnia,* ed. Firmin-Didot, t. 1, Parisiis, 1848.

— *Politica.* Em *Opera Omnia,* ed. Firmin-Didot, t. 1, Parisiis, 1848.

— *Ethica.* Em *Opera Omnia,* ed. Firmin-Didot, t. 2, Parisiis, 1883.

— *Ethica Nicomachea.* Em *Opera Omnia,* ed. Firmin-Didot, t. 2, Parisiis, 1883.

ARNAUT, Salvador Dias. — *A Batalha de Trancoso.* Coimbra, 1947.

ARQUIVO Histórico Português, vol. 6, Lisboa, 1908.

AUGUSTINUS (S.). — *De libero arbitrio.* Em MIGNE, *Patrologia Latina,* t. 32, Parisiis, 1877, cols. 1221-1310.

— *De Civitate Dei,* ed. Emanuel Hoffman, t. 2, Pragae — Vindobonae — Lipsiae, 1900. Em *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum,* t. 40, II.

AVEZAC, A. d'. — *L'expédition génoise des frères Vivaldi à la découverte de la route maritime des Indes orientales au XIII^e siècle.* Em «Nou-

Copyrighted material

velles Annales de Voyages, de la Géographie, de l'Histoire et de l'Archéologie», t. 3, Paris, 1859, pp. 273-89.

— *Notice des découvertes faites au Moyen Age dans l'Océan Atlantique antérieurement aux grandes découvertes portugaises du XV^e siècle.* Paris, 1845.

— *Note sur la véritable situation du mouillage marqué au Sud du Cap de Bugeder dans toutes les cartes nautiques* (Note à la Société de Géographie de Paris). Paris, 1846.

AZEVEDO, Lúcio de. — *Épocas de Portugal Económico.* Lisboa, 1947.

AZEVEDO, Pedro Augusto de. — *A colecção do Visconde da Carreira.* No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa», vol. 8, Coimbra, 1915, pp. 183-205.

— *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Coimbra, 1915-34, 2 vols.

BABCOCK, W. H. — *Legendary Islands of the Atlantic. A study in Medieval Geography.* New-York, 1922.

— *Saint Brendan's Explorations and Islands.* Em «Geogr. Rev.», vol. 8, 1919, pp. 37-46.

BALDUS UBALDI PERUSINUS. V. — PERUSINUS, Baldus Ubaldi.

BALLESTEROS Y BERETTA, D. António. — *Historia de España y su influencia en la Historia Universal.* Vol. 3, t. 3, parte 1, 2.ª ed., Barcelona-Madrid, 1948.

BARRIENTOS, Don Lope. — *Refundición de la Crónica del Halconero.* Por el Obispo... (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

BARROS, João de. — *Ásia.* Década Primeira. Coimbra, 1932.

BARTOLUS A SAXOFERRATO. V. — SAXOFERRATO, Bartolus a.

BELGRANO, L. T. — *Sulla spedizione dei fratelli Vivaldi nel 1291.* Nas «Atti della Società Ligure di Storia Patria», vol. 15, Génova, 1881.

BELTRAN DE HEREDIA, V. — *La embajada de Castilla en el concilio de Basilea.* Em «Hispania Sacra», t. 10, Madrid, 1957, pp. 5-31.

BENITO RUANO, Eloy. — *Manuscritos canarios del Museo Britanico.* No «Annuario de Estudios Atlánticos», n.° 1, año 1955, pp. 549-75.

BENSAÚDE, Joaquim. — *Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des grandes découvertes.* Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise, Munich, 1915.

BIBLIOGRAPHIE du Sahara occidental. Em «Hespéris», vol. 11, 1930, pp. 203-296.

BOÉMIA, Martinho de. — *De prima inuentione Gujnee.* Em *O Manuscrito «Valentim Fernandes».* Lisboa, 1940, pp. 187-200. V. — GOMES, Diogo.

BONIFACIUS VIII. V. — *LIBER SEXTUS DECRETALIUM.*

BONNET, Buenaventura. — *Las Canarias y el primer libro de geografía medieval escrito por un fraile español en 1350.* Na «Revista de Historia», La Laguna, 1944, pp. 205-227.

BOSCOLO, A. — *La politica italiana di Ferdinando I d'Aragona.* Cagliari, 1954.

BRAGADIN, Marc'Antonio. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes. Venise. — Amalfi. — Pise. — Gênes.* Traduit de l'italien par R. Juffé et R. Jouan. Paris, 1955.

BRANDÃO, Mário, e ALMEIDA, Manuel Lopes de. — *A Universidade de Coimbra.* Esboço da sua história. Coimbra, 1937.

BUTRIO, Antonius de. — *Lectura super Tertio Decretalium.* 1532.

CABREIRA, António. — *O Algarve na Epopeia Marítima. Significado heróico e alcance histórico da passagem do Cabo Bojador.* Discurso lido na sessão solene da Câmara Municipal de Lagos de 23 de Dezembro de 1934. No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 52, n.os 11-12, Lisboa, 1934, pp. 448-55.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra,* Lisboa, 1948.

CADDEO, Rinaldo. — *Storia maritima dell'Italia dell'evo antico ai nostri giorni.* Dirigida por... Vol. 1, Milano, 1942.

CANALE, Michel Giuseppe. — *Tentative dei navigatori e scopritori genovesi per riuscire all'India lunghesso la costa occidentale dell'Africa.* Génova, 1881.

CARO BAROJA, Julio. — *Estudios Saharianos.* Madrid, 1955.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. — *Crónica del Halconero de Juan II* (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CASAS PESTANA, Pedro José de las. — *La isla de San Miguel de La Palma. Su pasado, su presente y su porvenir (Bosquejo histórico).* Santa Cruz de Tenerife, 1898.

CENIVAL, Pierre de. — *Les sources inédites de l'histoire du Maroc.* Publiées par... Première Série — Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome I, Paris, 1934.

CENIVAL, Pierre de, et MONOD, Théodore. — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506-1507),* Paris, 1938.

CHEVALIER, Ulysse. — *Répertoire des Sources Historiques du Moyen Âge. Bio-Bibliographie.* Tom. 1, Paris, 1905.

CHEVRIER, G. — *Baldi de Ubaldi.* No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 2, Paris, 1937, cols. 39-52.

CHIAPELLI, Luigi. — *Vita e opere giuridiche di Cino da Pistoia con molti documenti inediti.* Pistoia, 1881.

CHIL Y NARANJO, D. Gregório. — *Estúdios históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias.* Las Palmas de Gran Canaria, 1876.

CIAMPI, Sebastiano. — *Vita e memorie di Messer Cino da Pistoia.* 3.ª ed., Pistoia, 1826.

— *Poesie di Messer Cino da Pistoia.* 2.ª ed., Pistoia, 1826.

CICERO. V. — MARCUS TULLIUS.

CICERONIS. V. — MARCUS TULLIUS.

CLEMENTINAE. V. — *CLEMENTIS Papae V Constitutiones.*

CLEMENTIS Papae V Constitutiones, ed. Aemilius Friedberg. — *Corpus Iuris Canonici, II, Decretalium Collectiones*, Lipsiae, 1922.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas.* Lisboa, 1892.

COLL JULIÁ (Nuria) y SANTIAGO RODRIGUEZ (Miguel). — *Don Juan Cid, Obispo de Rubicon (1441-1459).* Sus predecesores e inmediatos sucesores. No «Annuario de Estudios Atlánticos», n.° 2, año 1956, pp. 165-194.

COMESTOR, Petrus. — *Historia Scholastica, Historia Libri Genesis.* Em MIGNE, *Patrologia Latina*, t. 198, Parisiis, 1855, cols. 1055-1142.

CONQUISTA de la isla de Gran Canaria. Crónica anónima. Publicada por Buenaventura Bonnet e Elías Serra Ráfols, na colecção *Fontes rerum Canariarum.* La Laguna, 1933.

CONSUETUDINES Feudorum. Lugduni, 1546.

CORPVS codicvm latinorum et Portugalensivm eorvm qvi in Archivo Mvnicipali Portvcalensi asservantvr antiqvissimorvm ivssv cvriae mvnicipalis editvm. Diplomata, chartae et inquisitiones. Volumen I, Portvcale, typis Portvgalensibus, M.DCCCXCI.

CORPUS Iuris Canonici. Ed. Aemilius Friedberg, Lipsiae, 1922, 2 ts.

CORPUS Iuris Civilis. Berolini, 1954-59, 3 ts.

CORTESÃO, Jaime. — *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, s. d.

COSTA, Abel Fontoura da. — *Uma carta náutica portuguesa de circa 1471.* Lisboa, 1940.

— *A Marinharia dos Descobrimentos.* 3.ª ed., Lisboa, 1960.

— *Descobrimentos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina.* No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 243-86.

Copyrighted material

— *Descobrimentos marítimos africanos dos Portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II.* I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, Lisboa, 1938.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *Um Mestre português em Bolonha. João de Deus (Vida e Obras).* Braga, 1957.

— *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Braga, 1960.

— *A Expansão Portuguesa à luz do Direito.* Na «Revista da Universidade de Coimbra», vol. 20, Coimbra, 1962, pp. 1-243 (continua).

— *D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV.* Abadia de Montserrat. 1963. Separata de «Stvdia Monastica», vol. 5, fasc. 1.

COUTINHO, Carlos Viegas Gago. — *Passagem do Cabo Bojador.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 52, n.os 11-12, Novembro-Dezembro de 1934, Lisboa, 1934, pp. 384-412.

— *A Náutica dos Descobrimentos.* Os descobrimentos marítimos vistos por um navegador. Colectânea de artigos, conferências e trabalhos inéditos do Almirante Gago Coutinho. Organizada e prefaciada pelo Comandante Moura Braz. Lisboa, 1951-52, 2 vols.

CRÓNICA de D. Juan II. V. — PÉREZ DE GUSMÁN, Fernán.

CRÓNICA de Don Alvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.

CYNUS PISTORIENSIS. V. — PISTORIENSIS, Cynus.

DARIAS Y PADRÓN, Dacio V. — *Noticias generales históricas de la isla del Hierro.* La Laguna, 1929.

DAUMET, Georges. — *Louis de La Cerda ou d'Espagne.* No «Bulletin hispanique», vol. 15, Paris, 1913.

DECCIUS, Philipus. — *Institut. ff. de regulis iuris.* Lugduni, 1563.

DECRETALES Gregorii Papae IX suae integritati una cum glossis restitutae. Romae, 1584.

DECRETALIUM Gregorii Papae IX Compilatio. Ed. Aemilius Friedberg — *Corpus Iuris Canonici, II, Decretalium Collectiones.* Lipsiae, 1922.

DECRETUM Magistri Gratiani. Ed. Aemilius Friedberg. — *Corpus Iuris Canonici, I,* Lipsiae, 1922.

DECRETUM Gratiani emendatum et notationibus illustratum una cum glossis. Romae, 1584.

DE LA CHAPELLE, F. — *Esquise d'une histoire du Sahara occidentale.* Em «Hespéris», vol. 11, 1930, pp. 35-95.

DE WITTE, O. S. B., Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle.* Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», t. 48, Louvain, 1953, pp. 683-718.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *1446-1946. O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica.* Braga, 1946.

— *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara.* Vol. I. Introdução à *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949.

— *Dois Embaixadores de el-rei D. Afonso V.* Braga, 1955.

— *Estudos Henriquinos.* Vol. I, Coimbra, 1960.

— *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV.* Coimbra, 1962.

— *Antecedentes de Tânger.* Comunicação à Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1963. — Em publicação nos respectivos «Anais».

— *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?* Comunicação à Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1963. — Em publicação nos respectivos «Anais».

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro.* Paris, 1854; 2.ª ed., de J. Piel, a que seguimos, de Coimbra, 1942.

DUNS SCOTO, Joannes. — *Quaestiones in IV Librum Sententiarum.* Ed. Vives, *Opera Omnia,* t. 16, Parisiis, 1894.

DUPRÉ-THESEIDER, Eugénio. — *La politica italiana di Alfonso il Magnanimo.* No «IV Congresso de História de la Corona de Aragón», Palma de Mallorca, 1955.

DURANDUS, Gulielmus. — *Speculum Iuris cum Joannis Andreae, Baldi de Ubaldis, aliorumque aliquot praestantissimorum Iurisconsultorum Theorematibus.* Venetiis, 1573, 3 ts.

EL-BEKRI. — *Description de l'Afrique septentrionale.* Trad. de Slane, Alger, 1913.

ESPINOSA, Fray Alonso de. — *Origen y milagros de N. S. de Candelaria (Con noticia de los guanches y de la conquista de Tenerife).* Santa Cruz de Tenerife, 1848.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi.* Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FALLETTI, L. — *Guillaume Durand.* No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 5, Paris, 1953.

FERNANDES, Valentim. — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal, par Valentin Fernandes (1506-1507).* Trad. de Pierre de Cenival et Theodore Monod, Paris, 1938.

— *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels), par Valentin Fernandes (1506-1507).* Trad. de Theodore Monod, A. Teixeira da Mota et Raymond Mauny. Bissau, 1951.

FERNANDEZ PONSA, R. — *La preeminencia de España sobre Inglaterra en Basilea.* No «Anuario de historia del derecho español», t. 13, Madrid, 1936, pp. 406-408.

FERRAND, Gabriel. — *Instructions nautiques et routiers arabes et portugais des XV^e^ et XVI^e^ siècles,* t. 3. Paris, 1928.

FERREIRA, J. A. — *O Porto e a Residência dos fidalgos.* Subsídios para a sua história. Porto, 1949.

FERREIRA, Mons. José Augusto. — *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga,* t. 2. Braga, 1931.

FIGUEIREDO, Jozé Anastasio de. — *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislação portugueza.* Tomo I. Desde 1143 até 1549. Lisboa, 1790.

Copyrighted material

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *Brasões da Sala de Sintra.* Coimbra, 1921-30.

FRIEDBERG, Aemilius. V. — *CORPUS Iuris Canonici. DECRETALIUM Gregorii Papae IX Compilatio. DECRETUM Gratiani. LIBER Sextus Decretalium. CLEMENTIS Papae V Constitutiones.*

GALINDO Y DE VERA, León. — *Historia, vicisitudes y política tradicional de España respecto de sus posesiones en las costas de Africa.* Madrid, 1884.

GANDINUS, Albertus. — *Quaestiones Statutorum.* V. — KANTOROWICZ.

GARCIA FIGUERAS, Tomás. — *Santa Cruz de Mar Pequeña — Ifni — Sahara.* Madrid, 1941.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sôbre a Expansão Portuguesa.* Vol. 1, Lisboa, 1943.

GOLDAST, Melchior. — *Monarchia S. Romani Imperii.* Graz, 1960, 3 ts.

GOMES, Diogo. — *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde.* Versão do latim por Gabriel Pereira. S. l. n. d. — Cfr. também: MONOD, Th., MAUNY, R., et DUVAL, G. — Texto latino, V. — BOÉMIA, Martinho de.

GONÇALVES, Maria Antonieta Flores. — *Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436.* Coimbra, 1961.

GRATIANUS. V. — DECRETUM *Magistri Gratiani.*

GREGORIUS IX. V. — *DECRETALIUM Gregorii Papae IX Compilatio.*

GUADALUPE, P. Fr. Andrés de. — *Historia de la Provincia de los Angeles.* Madrid, 1662.

GUICHOT, D. Joaquín.—*Historia general de Andalucía.* Sevilla, 1870.

GUILLAMAS, Fernando. — *Historia de Sanlúcar de Barrameda.* Madrid, 1858.

HEERS, Jacques. — *Le Livre de Comptes de Giovanni Piccamiglio homme d'affaires Génois. 1456-1459.* Paris, 1959.

— *Gênes au XV^e siècle.* Activité économique et problèmes sociaux. Paris, 1961.

HEFELE, Charles-Joseph, et LECLERCQ, Dom H. — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Tom. 7, parte 2, Paris, 1916.

HERNANDEZ PACHECO, Eduardo. — *Morfologia y evolución de las zonas litorales de Ifni y del Sahara Español.* Lisboa, 1950.

HISPALENSIS, Isidorus (S). — *Etymologiarum libri XX.* Em MIGNE, *Patrologia Latina,* t. 82. Parisiis, 1878, cols. 74-728.

HISTOIRE Générale des Civilisations. T. III. *Le Moyen Age.* L'expansion de l'Orient et la Naissance de la Civilisation Occidentale. 3.ª ed., Paris, 1961.

«INDICE chronologico dos documentos mais notáveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INFORMACIÓN sobre cuyo es el derecho de la isla de Lanzarote y conquista de Canarias. Parte documental (Biblioteca del Escorial) publicada por CHIL Y NARANJO: *Estudios históricos, climatológicos y patológicos de las Islas Canarias,* Las Palmas, 1876, t. 1, p. 518. La parte testifical (Biblioteca Real, Madrid) publicada por TORRES CAMPOS, *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias.* Madrid, 1901.

INNOCENTIUS IV (Sinibaldus Fliscus). — *In V Libros Decretalium Commentaria.* Venetiis, 1580.

INSTRUCTIONS Nautiques — Côte Ouest d'Afrique. Paris, 1944. Do «Service Hydrographique de la Marine».

ISERNENSIS, Andreas. — *In usus Feudorum commentaria.* 1634.

ISIDORUS (S.) HISPALENSIS. V. — HISPALENSIS, Isidorus (S.).

IUSTINIANUS IMPERATOR. — *Codex.* Ed. Paulus Krueger, *Corpus Iuris Civilis,* t. 2, Berolini, 1959.

— *Digesta.* Ed. Theodorus Mommsen — Paulus Krueger, *Corpus Iuris Civilis,* t. 1, Berolini, 1954.

— *Institutiones.* Ed. Paulus Krueger, *Corpus Iuris Civilis,* t. 1, Berolini, 1954.

— *Novellae.* Ed. Rudolfus Schoell — Guilelmus Kroll, *Corpus Iuris Civilis,* t, 3, Berolini, 1959.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos. — *España en Berberia.* No «Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid», IX, 1880.

JIMÉNEZ SOLER, A. — *Itinerario del rey don Alfonso V de Aragón y de Napoles.* Zaragoza, 1909.

JOANNES ANDREAE. V. — ANDREAE, Joannes.

JOANNES DE LIGNANO. V. — LIGNANO, Joannes.

JORDÃO, Levy Maria. — *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae.* Tom. 1 (1171-1600). Olisipone, 1878.

JUSTINIANUS. V. — IUSTINIANUS.

KANTOROWICZ, H. — *Albertus Gandinus und das Strafrecht des Scholastik.* Berlin, 1907-26.

— *Geschichte des Gandinustextes.* Em *Zeitsch. der Savigny-Stift., Rom. Abt.,* t. 42, 1921, pp. 1-30 e t. 43, 1922, pp. 1-44.

— *Leben und Scriften des Albertus Gandinus.* Em *Zeitscr. der Savigny-Stift., Rom. Abt.,* t. 44, 1924, pp. 224-358.

KURTSHEID, O. F. M., Bertrand. — *Bartoli de Saxoferrato vita, opera, momentum, influxus.* Na rev. *Apollinaris,* t. 2, 1938, pp. 110-117.

LAGOA, Visconde da. — *O plano infantista e a passagem do Bojador.* No «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 52, n.os 11-12, Nov.-Dez. de 1934, Lisboa, 1934, pp. 427-33.

LA RONCIERE, Charles de. — *La découverte de l'Afrique au Moyen Age.* Le Caire, 1925, 3 vols.

LEFEBVRE, Ch. — *Hostiensis.* No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 5, Paris, 1953, cols. 1211-1227.

LEITÃO, Humberto, e LOPES, Vicente (Comandantes). — *Dicionário da linguagem da Marinha antiga e actual.* Lisboa, 1963.

LEITE, Duarte. — *Àcerca da «Cronica dos feitos de Guinee».* Lisboa, 1941.

— *«O V Centenario do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica», por António J. Dias, O. F. M. (1946, Braga).* Na «Seara Nova», n.º 1000-7, de 26-10-1946, pp. 122-130.

LIBER SEXTUS Decretalium D. Bonifacii Papae VIII suae integritati restitutus. Ed. Aemilius Friedberg. — *Corpus Iuris Canonici, II, Decretalium Collectiones.* Lipsiae, 1922.

LIGNANO, Joannes de. — *Tractatus de Bello.* Em *Tractatus Illustrium in utraque tum Pontificii tum Caesarei iuris facultate Iurisconsultorum, De Dignitate, et Potestate seculari,* t. 16, Venetiis, 1584.

LIVRO VERDE da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV). Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Conservador do Arquivo da mesma Universidade. Coimbra, 1940.

LOBO, António de Sousa Silva Costa. — *Historia da sociedade em Portugal no seculo XV.* Lisboa, 1904.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I.* Porto, 1945-49, 2 vols., texto que seguimos.

LOPES, João Baptista da Silva. — *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve.* Lisboa, 1848.

LOUREIRO, José Pinto. — *Para a história de alguns antigos concelhos da Beira.* Em «O Instituto», vol. 97, Coimbra, 1940, pp. 97-139.

LUZZATTO, Ginno. — *Storia economica di Venezia dall'XI al XVI secolo.* Venise, 1961.

MANRIQUE, Antonio María. — *Resumen de la historia de Lanzarote y Fuerteventura.* Arrecife, 1889.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

MARCUS TULLIUS CICERONIS. — *De officiis*. Venetiis, 1747.

MARINESCO, Constantin. — *Un roi de la Renaissance, Alphonse d'Aragon et de Naples, et l'Orient*. 1923.

MARINIS, T. de. — *La liberazione di Alfonso V d'Aragona, prigioniero dei Genovesi*. No «Archivio Storico per le provincie napoletane», vol. 24, Napoli, 1955.

MARÍN Y CUBAS, Tomás. — *Historia de las Siete Islas de Canária*. 1694. *Ms.* R-8-56 da Biblioteca Municipal de Santa Cruz de Tenerife.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses*. Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por... Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MARTINS, S. J., Mário. — *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*. Na «Revista Portuguesa de História», t. 5, pp. 87-236.

MAUNY, Raymond. — *Les navigations médiévales sur les côtes Sahariennes antérieures à la Découverte Portugaise (1434)*. Lisboa, 1960.

— *Notes* a DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo de situ orbis*. Côte occidentale d'Afrique du Sud Marocain au Gabon. Bissau, 1956.

MAURÍCIO, Domingos. V. — SANTOS, S. J., Domingos Maurício Gomes dos.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. — *Estudos sobre navios portuguezes nos séculos XV e XVI*. Lisboa, 1892.

MERÊA, Paulo. — *Sobre as origens da Têrça*. Porto, 1940.

— *Génese da «Lei Mental» (Algumas notas)*. Em seus *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, 1937, pp. 61-74.

MICHAUD. V. — STELLING.

MICHEL, Francisque. — *Les voyages merveilleux de Saint Brendan à la recherche du Paradis terrestre. Légendes en vers du XII^e siècle,*

publiés d'après le manuscrit du Musée Britanique, avec introduction par... A. Claudin, 1878.

MILLARES TORRES, Agustín. — *Historia general de las Islas Canarias.* Las Palmas, 1893-95, 10 tomos.

MILLÁS VALLICROSA, J. M. — *España y Marruecos.* Barcelona, 1945.

MOKHTAR OULD HAMIDOUN. — *Précis sur la Mauritanie.* San Louis du Sénégal, 1952.

MOLLAT, Michel. — *La place de la conquête normande des Canaries (XV^e siècle) dans l'Histoire Coloniale Française.* No «Annuario de Estudios Atlánticos», n.° 4, año 1958, pp. 537-53.

MONFORTE, Fr. Manuel de. — *Chronica da Provincia da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem e regular observancia do Serafico Padre S. Francisco.* Lisboa, 1696; *ibi,* 1751.

MONOD, Theodore. — *La chronologie des découvertes portugaises sur la côte occidentale d'Afrique entre le Cap Bojador et le Cap Rouge (1433-1445).* No «C. R. 1.° Conf. Internac. African. Ouest», Dakar, 1951, pp. 531-34.

MONOD, Th., MAUNY, R., et DUVAL, G. — *De la première découverte de la Guinée.* Récit par Diogo Gomes (Fin XV^e siècle). Bissau, 1959.

MONUMENTA HENRICINA. Vols. 1 a 4, Coimbra, 1960-63.

MORALES PADRÓN, Francisco. — *Canarias en el Archivo de Protocolos de Sevilla.* No «Annuario de Estudios Atlánticos», n.° 7, año 1961, pp. 239-338.

MOTA, Avelino Teixeira da. — *A descoberta da Guiné.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», ano 1, Bissau, 1946, pp. 11-68, 273-326 e 457-509.

— *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na África Ocidental, de 1445 a 1462.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa». Bissau, 1947, pp. 316-341.

— *Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África.* Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Caterina. Bissau, 1950.

MUGELLANUS, Dynus. — *De regulis iuris pontificii.* Ed. Lugduni, 1563.

MÜNZER, Jerónimo. — *«Itinerario» do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos).* Coimbra, 1932.

MYLIUS, Norbert. — *Afrika Bibliographie 1943-1951.* Viena, 1952.

NAZ, R. — *Martin de Fano.* No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 6, Paris, 1957, cols. 836-837.

NUÑEZ DE LA PEÑA, Juan. — *Conquista y Antigüedades de las islas de la Gran Canaria.* Santa Cruz de Tenerife, 1847.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Afonso V. Coimbra, 1786 e 1792.

ORDENAÇÕES (Ljuro segundo das) cõ sua tauoada que assigna os títulos & folhas: & tractase nelle das leys: & ordenações tocãtes aas ygreias: & moesteiros: e pessoas religiosas: & eclesiasticas... Lisboa, 1514.

OURLIAC, Paul. — *Martin V, Eugène IV et le concile de Bâle.* Em «Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours», vol. 14, Tournai, 1962, pp. 203-292.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo «de situ orbis».* Edição crítica, anotada por Augusto Epiphanio da Silva Dias, Lisboa, 1905.

PEREIRA, Gabriel. — *Introdução* a RUY DE PINA, *Chronica de El-Rei D. Afonso V.* Lisboa, 1901.

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses.* Segunda edição (Actualizada). Coimbra, 1960.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilla, 1948.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. — *Crónica del serenísimo principe Don Juan, segundo Rey deste nombre en Castilla y en Leon.* Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, Madrid, 1877 e 1953, pp. 277-95.

PERUSINUS, Angelus Ubaldi. — *In Codicem commentaria.* Venetiis, 1579.

— *In I atque II Digesti Novi partem et in tit. de interdictis.* Venetiis, 1579.

PERUSINUS, Baldus Ubaldi. — *In Primum, Secundum et Tertium Codicis Libros Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In Quartum et Quintum Codicis Libros Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In Sextum Codicis Librum Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In VII, VIII, IX, X et XI Codicis Libros Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *Super Usibus Feudorum.* Biblioteca Apostolica Vaticana, «Vat. Lat.», cod. 2295.

— *Quaestio de Schismate.* Em *In Sextum Codicis Librum Commentaria.*

— *In Primam Digesti Veteris Partem Commentaria.* Venetiis, 1586.

— *In Secundam Digesti Veteris Partem Commentaria.* Venetiis, 1586.

PICCOLOMINI. V. — PIUS II.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; ed. da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901. Nas transcrições seguimos sempre o texto do códice iluminado n.° 359 do ANTT.

PISTORIENSIS, Cynus. — *Lectura in Codicem.* Francoforti ad Moenium, 1578.

PIUS II (Aeneas Silvio Piccolomini). — *De viribus illustribus.* Lucae, 1759.

PONTE, Oldradus de. — *Consilia seu Responsa et quaestiones aureae.* Venetiis, 1585.

PONTIERI, Ernesto. — *Alfonso V d'Aragona nel quadro della politica italiana del suo tempo.* Em «Estudios sobre Alfonso el Magnánimo con motivo del Quinto Centenario de su muerte. Curso de Conferencias (mayo de 1959)», Barcelona, 1960, pp. 245-307.

QUADRO ELEMENTAR das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Pariz-Lisboa, 1842-76, 18 vols.

RAU, Virgínia. — *Sesmarias Medievais Portuguesas.* Lisboa, 1946.

— *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas.* Lisboa, 1943.

RAYNALDUS, Odoricus. — *Annales ecclesiastici post Baronium.* Ad an. 1436.

RENOUARD, Yves. — *Les hommes d'affaires italiens du Moyen-Age.* Paris, 1949.

RIBEIRO, João Pedro. — *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal.* Tomo 1, Lisboa, 1810.

— *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philippino.* Nas «Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. 2, 2.ª ed., Lisboa, 1869, pp. 41 e ss.

— *Additamentos e retoques á Synopse Chronologica.* Lisboa, 1829.

RICARD, Robert. — *Les Portugais et le Sahara atlantique au XV^e siècle.* Na rev. «Hespéris», t. 11, Paris, 1930, pp. 97-110.

— *La côte atlantique du Maroc au début du XVI^e siècle, d'après des instructions nautiques portugaises.* Na rev. «Hespéris», t. 8, Paris, 1927, pp. 229-258.

RICHARD-MOLARD, J. — *Cartes ethno-démographiques de l'Afrique occidentale, feuilles n.° 1.* Dakar, 1952, 4 pp. e 4 cartas.

RODRIGUES, José Honório. — *D. Henrique e a abertura da Fronteira Mundial.* Coimbra, 1961.

ROSA OLIVEIRA, Leopoldo de la. — *Los Bethencourt en las Canarias y en America.* No «Annuario de Estudios Atlánticos», n.° 2, 1956, pp. 111-164.

ROSELLIS, Antonius de. — *Monarchia sive Tractatus de Potestate Imperatoris et Papae.* Em Melchior Goldast, *Monarchia S. Romani Imperii,* t. 1, Graz, 1960, pp. 252-556.

— *Tractatus legitimationis.* Na Biblioteca Apostolica Vaticana, «Codices Vaticani Latini», cód. 2641.

RUIZ DE VERGARA, Pedro Agustín del Castillo y. — *Descripción histórica y geográfica de las islas de Canaria.* Santa Cruz de Tenerife, 1878.

RUMEU DE ARMAS, Antonio. — *La verdad sobre Santa Cruz de Mar Pequeña.* Na rev. «Africa», ano 22, 1943, pp. 15-19.

— *España en el Africa Atlántica.* I. Texto. Madrid, 1956.

— *Piraterias y ataques navales contra las Islas Canarias.* Tomo I, Madrid, 1947.

— *La torre africana de Santa Cruz de la Mar Pequeña.* Su segunda fundación. Em «Annuario de Estudios Atlánticos», n.° 1, año 1955, pp. 397-477.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho,* Vol. 1, Lisboa, 1899.

SANCHO DE SOPRANIS, Hipólito. — *Los conventos Franciscanos de la Misión de Canarias (1443-1487).* No retrocitado «Annuario», n.° 5, año 1959, pp. 375-97.

SAN FILIPPO, Pietro Amat di. — *Delle navigazioni e scoperte marittime degl'Italiani nell'Africa occidentale lungo i secoli XIII, XIV e XV.* No «Boll. della Soc. Geogr. Ital.», t. 14, 1880, pp. 59-77 e 125-145.

SANTA MARIA, Fr. Francisco de. — *O Céu aberto na Terra.* Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, & de S. João Evangelista em Portugal. Lisboa, 1697.

SANTOS, S. J., Domingos Maurício Gomes dos. — *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438).* Lisboa, 1960.

— *O Infante Santo Cardial.* Na rev. «Brotéria», vol. 19, Lisboa, 1934, pp. 31-38.

S. BOAVENTURA, Fr. Fortunato de. — *Sumario da vida, acçoens e gloriosa morte do Senhor D. Fernando chamado o Infante Santo.* Coimbra, 1958.

SAPORI, A. — *Le Marchand Italien au Moyen Age.* Paris, 1952.

SAXOFERRATO, Bartolus a. — *In Primam Digesti Veteris Partem Commentaria.* Venetiis, 1585.

— *In Primam Digesti Novi Partem.* Venetiis, 1585.

Copyrighted material

— *In Secundam Digesti Novi Partem.* Venetiis, 1585.

— *In Primam Codicis Partem.* Venetiis, 1585.

— *Super Authenticis et Institutionibus.* Venetiis, 1585.

— *In tres Codicis Libros.* Venetiis, 1585.

SCHULTE, Joh. Friedrich von. — *Die Geshichte der Quellen und Literatur des Canonishen Rechts von Papst Gregor bis zum Concil Trient, II.* Stuttgart, 1877.

SCHWALBACH, Luís. — *Uma fase da epopeia nacional. Mar Tenebroso.* No «Bol. da Socied. de Geogr. de Lisboa», série 52, n.os 11-12, Nov.-Dez. de 1934, Lisboa, 1934, pp. 419-26.

SCOTO. V. — DUNS SCOTO.

SEGUSIO, Henricus de (Cardinalis Hostiensis). — *Summa.* Venetiis, 1517.

— *In Tertium Decretalium Librum Commentaria.* Venetiis, 1581.

— *In Quintum Decretalium Librum Commentaria.* Venetiis, 1581.

SERRA Y RAFOLS, Elías. — *Los mallorquines en Canarias.* Na «Revista de Historia», t. 7, La Laguna, 1940-41, pp. 196-209 e 281-87.

SOLDEVILA, Ferrán. — *La reyna Maria muller del Magnànim.* Barcelona, 1934.

SORBELLI, Albano. — *Il «Liber Secretus Iuris Caesarei» dell'Università di Bologna.* Bologna, 1938-42, 2 ts.

SOSA, Fray José de. — *Topografía de la isla Fortunada Gran Canaria.* Santa Cruz de Tenerife, 1849.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Vols. 1 e 6.

STAEDLER, E. — *Die* Cruciata *Martini V von 4 April 1418.* No «Archiv für Urkundenforschung», t. 17, 1942.

STASSANO, E. — *La pesca sulle spiage atlantiche del Sahara.* No «Bolletino di pesca, di pisciculture e di idrobiologia», Roma, 1932, pp. 219 e ss.

Copyrighted material

STELLING, S.-Michaud. — *Jean d'André (D'Andrea* ou *Andreae).* No «Dictionnaire de Droit Canonique», t. 6, Paris, 1957, cols. 89-92.

— *Jean de Legnano.* No cit. «Dictionnaire» e tomo 6, Paris, 1957, cols. 111-112.

SUÁREZ FERNANDEZ, Luis. — *Castilla, el cisma y la crisis conciliar (1378-1440).* Madrid, 1960.

SUPPLEMENT au Corps Universel Diplomatique du Droit des Gens contenant un recueil des Traitez d'alliance, de paix, de treve, de neutralité, II, t. I, II partie, Amsterdam, 1739.

TERRASSE, Henri. — *Histoire du Maroc des origines à l'établissement du Protectorat français.* Casablanca, 1949-50, 2 vols.

THOMAS (S.) DE AQUINO. — *Secunda Secundae Summae Theologicae,* quaest. XL, *De bello.* Em *Opera Omnia,* t. 8, Romae, 1895.

THOMAZI, A. — *Histoire de la navigation.* Paris, 1947.

TORRES CAMPOS, Rafael. — *Carácter de la conquista y colonización de las Islas Canarias.* Madrid, 1901.

TORRIANI, Leonardo. — *Descrittione et historia del Regno de l'Isole Canarie già dette le Fortunate con il parere delle loro fortificatione.* Ms. da Bibloteca da Universidade de Coimbra, publicado por DOMININIK JOSEF WÖLFEL, com o título *Die Kanarischen Inseln und ihre Urbewohner,* Leipzig, 1940.

TOVAR, Conde de. — *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495).* No vol. 6 de *Estudos Históricos* da Academia Portuguesa da Historia, t. 2, pp. 81-136, Lisboa, 1961.

TULLIUS. V. — MARCUS TULLIUS.

VALLS-TABERNER, F., y SOLDEVILA, Ferran. — *Historia de Cataluña.* Traducida del catalán por Nuria Sales. Barcelona, 1955-57, 2 ts.

VAN HOVE, A. — *Prolegomena ad Codicem Iuris Canonici.* Ed. altera, Mechliniae-Romae, 1945.

VASCONCELOS, Basílio de. — *«Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer* (Excertos). Coimbra, 1931.

VASCONCELLOS, José Leite de. — *Religiões da Lusitânia.* Vol. 2. Lisboa, 1905.

VELOSO, Queiroz. — *A comemoração do V centenário da passagem do Cabo Bojador.* No «Bol. da Socied. de Geogr. de Lisboa», série 52, n.os 11-12, Nov.-Dez. de 1934, Lisboa, 1934, pp. 381-83.

VERLINDEN, Charles. — *Formes féodales et dominales de la Colonisation Portugaise dans la zone Atlantique aux XIVe et XVe siècles et spécialement sous Henri le Navigateur.* Coimbra, 1961.

VIERA Y CLAVIJO, José de. — *Noticias de la Historia general de las Islas Canarias,* t. 1, Santa Cruz de Tenerife, ed. de 1772-83 e de 1858-63.

VON SCHULTE, Joh. Friedrich. V. — SCHULTE.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco Institutorum.* 2.ª ed., Romae, 1731-36; 3.ª ed., Quaracchi, 1931.

WANGÜEMERT, Pedro. — *Influencia del Evangelio en la conquista de Canarias.* Madrid, 1909.

WATERS, E. G. R. — *The Anglo-Norman voyage of St Brendan, by Benedeit; a poem of the early XII th century.* Ed. with introd., notes and glossary by... Oxford, 1928.

WÖLFEL, Dominik Josef. — *Un jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la curia romana.* Em «Investigación y Progreso», Madrid, Outubro de 1930, pp. 103-105.

— *La Curia Romana y la Corona de España en la defensa de los aborigenes Canarios.* Documentos inéditos y hechos desconocidos acerca de las primacias de las misiones y conquistas ultramarinas españolas. — Na rev. «Anthropos», vol. 25, Viena, 1930, pp. 1011-1083.

— *Quiénes fueron los primitivos conquistadores y obispos de Canarias (Documentos desconocidos acerca de la historia primitiva de Canarias).* Na rev. «Investigación y Progreso», año 9, Madrid, 1931, pp. 130-36.

Copyrighted material

— *Die Kanarischen Inseln und ihre Urbewohner.* Leipzig, 1940.

ZACCAGNINI, Guido. — *Cino da Pistoia. Studio Biografico.* Pistoia, 1918.

ZDEKAUER, Ludovico. — *Lo Studio di Siena nel Rinascimento con due tavole in fototipia ed un Appendice di Documenti.* Milano, 1894.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por elrei D. João I.* Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. Nas transcrições seguimos sempre o Ms. da Biblioteca Nacional de Paris.

— *Chronique de Guinée.* Préface et traduction de Léon Bourdon, Professeur à la Sorbone. Avec la collaboration de Robert Ricard, Professeur à la Sorbone. Notes de L. Bourdon, E. Serra Ráfols, Th. Monod, R. Ricard, R. Mauny. — Infan-Dakar, 1960.

— *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes.* Na «Colecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635. Nas transcrições de textos seguimos o cód. ms. 439 da BGUC.

— [*Chronica do Conde D. Duarte de Menezes*] ou *Historia que fala dos feitos que fez o Illustre e muy nobre Caualeiro Dom Duarte de Menezes...* Na «Colecção» retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-385.

— ZURITA, D. Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segvnda parte de los).* Çaragoça, 1709.

ÍNDICES

Copyrighted material

ÍNDICE CRONOLÓGICO

7 ABRIL 1434. — Doação pela rainha de Aragão a sua filha D. Leonor, mulher de el-rei D. Duarte, da vila de San Felices de los Gallegos com suas aldeias e termos, em razão do que lhe pertence herdar de seus bens, após o seu falecimento . . . . . p. 1

8 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a aprovar os termos da concórdia estabelecida entre D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante e governador de Ceuta, e D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, e D. Isabel de Castro, por motivo da herança da condessa D. Guiomar, avó deles, promovida a referida concórdia pelo infante, que devia 3.500 dobras ao dito conde . . . . . p. 6

8 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a mandar observar e registar na sua chancelaria aclarações de D. João I à Lei Mental, prestadas a propósito da sua execução em pleito decorrente entre D. Fernando de Castro e D. Joana, sobrinha daquele, sobre a terra do Cadaval, e ainda a respeito da herança da condessa D. Guiomar por D. Pedro de Meneses, bem como a legislar sobre a sucessão nos padroados régios de igrejas e nos foros, rendimentos, direitos e prazos outorgados pelos monarcas. p. 9

8 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a promulgar, nas cortes de Santarém, a Lei Mental ou sejam as normas legais de sucessão nas terras e bens da coroa do reino . . . . . p. 13

10 ABRIL 1434. — Ordenação de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, capitão e governador da cidade de Ceuta, sobre os navios, fustas e homens que ali vão de armada e voltam ao reino sem ordem régia ou fogem para Castela e sobre presos e homiziados que vão servir a Ceuta e acerca do processamento e punição de crimes ali perpetrados . . . . . p. 18

[1434]. — Razões que moveram o infante D. Henrique a mandar buscar as terras de Guiné . . . . . p. 22

[1434]. — Por que razão não ousavam os navios de Portugal passar além do Cabo Bojador . . . . . p. 27

[1434]. — Como Gil Eanes, natural de Lagos e escudeiro do infante D. Henrique, foi o primeiro que passou o Cabo Bojador, ao fim de doze anos de tentativas, e como lá voltou com Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro do mesmo infante, tendo então os dois ultrapassado o referido Cabo 50 léguas. . . . . p. 29

13 ABRIL 1434. — Instrumento notarial da nomeação, por el-rei D. João II de Castela, dos seus embaixadores ao concílio de Basileia p. 35

17 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, em que, a pedido de D. Pedro de Meneses, conde de Viana, seu almirante, do seu conselho, capitão e governador da cidade de Ceuta, dispensando a Lei Mental, lhe concede partilhar como quiser os bens da coroa havidos de juro e herdade pelas filhas e pelo filho legitimado D. Duarte, por não ter filhos legítimos e não haverem de transitar esses bens para a coroa, por sua morte. p. 36

18 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder privilégio a dois marnotos que João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, trouxesse a seu serviço nas marinhas de Aveiro. p. 38

21 ABRIL 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar de aposentadoria Catarina Rodrigues, residente em Setúbal, sogra de Rodrigo Eanes, criado do infante D. Henrique, a pedido deste . . . . . p. 39

11 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, endereçada a Bartolomeu Bondenário, patrão de nau, e a Nauclério, escrivão, e à tripulação respectiva, fundeados na Sicília, a ordenar-lhes recolham imediatamente e em viagem directa ao porto de Génova, sob pena de morte e de confiscação dos bens, pois lhes consta acharem-se armadas em Portugal duas grandes naus e dois varinéis com mil combatentes, que não deixarão de atacar as naus genovesas se as encontrarem . . . p. 41

11 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Jofredo Italiano e aos demais mercadores genoveses residentes em Maiorca, a ordenar-lhes entreguem a Bartolomeu Bondenário e à tripulação do seu barco as cartas que enviam junto, diante de testemunhas e dos seus homens, para ele não poder alegar desconhecê-las, e que digam quando e em presença de quem foram entregues . . . . . p. 42

12 MAIO 1434. — El-rei D. Duarte manda Pedro Gonçalves Malafaia, vedor da fazenda, ao rei de Castela, a oferecer-lhe ajuda na guerra

Copyrighted material

contra o rei de Granada, sem outra recompensa que não fosse o serviço de Deus e a própria honra, oferecimento aliás não aceite . . p. 43

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spínola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus genovesas, e às tripulações respectivas, a dizer-lhes que já lhes deve ter constado que em Portugal estão armadas duas naus e dois varinéis com quase mil combatentes, os quais, posto se diga que apenas desejam atacar o Baptista, tudo leva a supor que não pouparão qualquer barco genovês, pelo que é necessário tomar providências; e assim ordenam as referidas autoridades aos ditos patrões se previnam com armas e munições e se preparem para o encontro, Simão com 90 homens, aptos e idóneos, Baptista com 80 e Nicolau com 70, aos quais os comissários Leonel Spinola e João de Marinis juntarão 60 ou mais, e que partam quando os ditos comissários lho ordenarem e naveguem sempre juntos até Cádiz, evitando, em qualquer dos casos, combater ou tomar os barcos portugueses, e ali receberão ordens dos cônsules de Sevilha . . . . . p. 43

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a seus concidadãos Leonel Spínola di Luculli e João de Marinis, residentes em Bruges, os quais supõem já informados de que vão sair de Portugal duas grandes naus e dois varinéis que, se poderem, não deixarão de atacar os barcos genoveses, nomeadamente os referenciados no documento anterior; por isso lhes mandam cartas destinadas aos patrões deles, para que lhas entreguem, os nomeiam comissários seus com plenos poderes para tratarem da segurança dos mesmos e avisam os mercadores genoveses residentes em Londres de que devem cumprir as ordens que eles lhes derem sobre o assunto. Recomendam-lhes depois: que vejam se as três naus acima referenciadas têm as armas e munições precisas; que adicionem às respectivas tripulações mais 60 homens; que lhes marquem a data da partida e lhes ordenem naveguem sempre juntas; que, se os portugueses aumentarem o seu potencial e eles virem não serem por isso suficientes as ditas três naus com 300 homens, lhes juntem outros barcos ou mais combatentes, de maneira que elas sigam com segurança; que providenciem sobre o custeamento dos 60 homens, oneradas, inclusivamente as mercadorias transportadas nas naus ou como virem que é melhor, ouvidos os demais genoveses; enfim, que paguem ao portador, nos termos que indicam p. 46

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova aos mercadores genoveses residentes em Londres, a comunicar-lhes: que, para as naus genovesas navegarem mais seguramente e livres dos insultos dos portugueses, deram instruções oportunas aos patrões de três naus que supõem encontrar-se naquele mar; que elegeram para seus comissários e executo-

Copyrighted material

res no assunto Leonel Spínola e João de Marinis, com amplos poderes; e, pois eles lhes devem dar instruções sobre o particular, as cumpram pronta e diligentemente. . . . . p. 48

13 MAIO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spinola e João de Marinis, súbditos genoveses residentes em Bruges, a ordenar-lhes cumpram cuidadosamente o que lhes dizem noutra carta e paguem ao portador, a teor do que na mesma se refere . . . p. 49

12 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Baptista Lecanelo, Simão Spínola e Nicolau Cataneo, patrões de três naus, na qual, em referência à carta que lhes endereçaram em 13 de Maio e por lhes haver constado que as naus e varinéis portugueses devem sair antes de 1 de Junho e que a sua partida assume intenção má quanto à nação genovesa, renovam as recomendações feitas na carta anterior, mas, quanto a não atacarem, mudaram de parecer, resolvendo e ordenando que onde encontrarem aquelas naus ou quaisquer outros barcos portugueses armados procurem tomá-los, como barcos piratas, pois é Génova a nação que mais gravemente pode ser por eles lesada; para o que se não bastarem os homens de que dispõem, recorram a Leonel Spínola e João de Marinis . . . . . p. 50

12 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a Leonel Spínola e João de Marinis, residentes em Bruges, sobre o assunto do documento anteriormente reproduzido, a ordenar-lhes o entreguem aos patrões nele referenciados e provejam para que as naus deles tenham as armas e o pessoal que lhes fora marcado, juntem mais os 60 homens em que lhes falaram e os que julguem ser precisos para expugnar os barcos portugueses, bem como uma outra nau e que ponham toda a diligência em assunto de tamanha monta . . . . . p. 51

14 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe o procedimento dos portugueses, aliás sempre bem recebidos em sua terra, para com os súbditos genoveses no mar, tomando-lhes os bens e as mercadorias e atacando-os como se foram inimigos, nomeadamente no caso da nau portuguesa que capturou, no mar da Sicília , o navio de Francisco de Lignolis e o levou para o ocidente, e no da expoliação de Domingos Gentile, encontrado no mar e a quem deixaram quase só o fato, a solicitar-lhe a entrega das coisas assim tomadas e a rogar-lhe recomende aos portugueses se abstenham, de futuro, de tais malefícios . . . . . p. 52

14 JUNHO 1434. — Carta das autoridades de Génova, dirigida aos cônsules e mercadores genoveses residentes em Sevilha, a dizer-lhes que

Copyrighted material

enviam carta endereçada ao rei de Portugal sobre os danos e injúrias incessantemente infligidos pelos seus súbditos, e a ordenar-lhes a mandem ao monarca, por homem de confiança, que inste pela resposta e lha façam chegar pela via que julguem melhor . . . . . p. 54

30 JUNHO 1434. — Dúvidas formuladas a el-rei D. Duarte sobre a Lei Mental, por ele promulgada em 8 de Abril anterior, e respectivas respostas . . . . . p. 55

4 JULHO 1434. — Escritura da partilha feita entre Gomes Eanes e sua mulher, Catarina Anes, e Frei Gonçalo, dos bens de raiz situados entre Leiria e Pombal, que lhes tinham ficado por morte de João Abade e sua mulher Constança Anes, seus pais, em presença de Pero Lopes, tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique . . . . . p. 65

2 AGOSTO 1434. — Reclamação dos procuradores às cortes de Leiria-Santarém de 1434 contra a concessão do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino por D. João I ao infante D. Henrique e resposta de el-rei D. Duarte . . . . . p. 66

16 AGOSTO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a D. Inês de Sousa, mulher de Pero Peixoto, criado do infante D. Henrique, a carta de D. João I de 13 de Dezembro de 1415 . . . . . p. 67

21 AGOSTO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gabriel Eanes, criado do infante D. Henrique, para escrivão dos resíduos do couto do mosteiro de Alcobaça . . . . . p. 68

7 SETEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, dirigida a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, almirante de el-rei e regedor e governador de Ceuta, a nomear Bartolomeu Eanes, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para o cargo de tesoureiro em Ceuta de todos os dinheiros e coisas que, por ordem do monarca, forem enviadas àquela cidade para seu governo . . . . . p. 69

9 SETEMBRO 1434. — Bula *Sincere deuotionis*, de Eugénio IV, dirigida ao infante D. Fernando, filho de el-rei D. João I, a conceder-lhe o mestrado da Ordem Militar de Avis, vago por morte de D. Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira . . . . . p. 70

DEPOIS DE 9 DE SETEMBRO DE 1434 - 1436. — O infante D. Fernando, não satisfeito com os bens que possuía, que eram o seu assentamento, Atouguia, Salvaterra e a Ordem de Avis, solicita, em

Almeirim, ao irmão e rei D. Duarte mais terras ou então licença para ir buscar honra e fortuna fora do país, ao que ficou o monarca de lhe dar resposta definitiva . . . . . p. 73

1434 - 1436. — Comunicados por el-rei D. Duarte ao infante D. Henrique os desejos do irmão de ambos, D. Fernando, de retirar do país, propõe-lhe o Navegador irem os dois com pessoal seu e o das ordens militares de Cristo e de Avis combater os infiéis de África, programa de que discorda o monarca, pela necessidade de se refazer o país dos trabalhos passados e em razão das dificuldades financeiras, agravadas pela manutenção de Ceuta . . . . . p. 76

1434 - 1436. — O infante D. Henrique procura aliciar para o seu partido, de campanha imediata em África contra os infiéis, as pessoas principais da corte régia, onde assiste mais do que os irmãos, sobretudo a rainha D. Leonor, no intuito de ela influir sobre o particular no ânimo do marido . . . . . p. 79

12 SETEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar da Lei Mental o conde de Barcelos, seu irmão, os condes de Ourém e de Arraiolos e a infanta D. Isabel, mulher do infante D. João, respectivamente filhos e filha daquele . . . . . p. 82

21 SETEMBRO 1434. — Alvará de el-rei D. Duarte, a conceder os privilégios dos caseiros encabeçados dos fidalgos, a pedido do infante D. Henrique, a 10 pastores deste que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas . . . . . p. 84

29 SETEMBRO 1434. — Letras *Etsi cunctis,* do papa Eugénio IV, a isentar os conversos presentes e futuros das ilhas Canárias do pagamento das dízimas e primícias à Igreja e de quaisquer outros tributos que se costumam pagar nas terras cismarinas aos senhorios temporais, pois lhe consta que alguns reclamam o domínio sobre os habitantes e terras das ditas ilhas, onde há convertidos à fé católica, e exigem a estes o quinto dos frutos da terra e das crias dos animais . . . . . p. 85

29 SETEMBRO 1434. — Salvo-conduto *Deuotionis tue,* passado pelo papa Eugénio IV ao nativo cristão Pedro Chymboyo, da ilha de Gomeira, nas Canárias, o qual intitula duque, para ele e muitas outras pessoas poderem viajar livremente pelas demais ilhas e pelas terras cismarinas, a fim de melhor se instruirem nos costumes cristãos e na fé católica . . p. 87

29 SETEMBRO 1434. — Letras *Regimini gregis,* do papa Eugénio IV, a proibir, sob pena de excomunhão reservada à Santa Sé, fora do

Copyrighted material

artigo de morte, que se escravizem ou roubem os fiéis das ilhas Canárias e a conceder a todos eles salvo-conduto para transitarem entre elas e de lá para as terras cismarinas; pois, segundo informe de Fr. João de Baeza, franciscano, do leigo nativo e intérprete João Afonso de Ydubaren e de outras pessoas, sabe que, sobretudo nas ilhas de Grã Canária e de Gomeira, onde há já alguns cristãos, os indígenas desejam visitar as demais ilhas vizinhas e as terras cismarinas, para contactarem com os cristãos e aprenderem as artes mecânicas e outros modos de vida, quando houver transporte, mas receiam ser reduzidos ao cativeiro, como já sucedeu com outros, por alguns piratas cristãos . . . . . p. 90

29 SETEMBRO 1434. — Letras *Ad ea ex apostolice,* do papa Eugénio IV, a ordenar não seja destinado a outros fins o navio concedido para serviço dos missionários franciscanos das ilhas Canárias, onde trabalham há muitos anos Fr. João de Baeza, que conhece o idioma dos nativos e baptizou muitos deles, e João Afonso de Ydubaren, leigo, natural de Grã Canária e intérprete, e para onde se propõem seguir alguns religiosos da mesma ordem e cristãos dedicados a Deus, nomeadamente peritos nas diversas artes mecânicas, para converter e civilizar os indígenas . p. 94

4 OUTUBRO 1434. — Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe se digne confirmar e aprovar a atribuição que seu pai, para ampliação e propagação da fé, manutenção e conservação da cidade de Ceuta, fizera a esta dos rendimentos das igrejas catedrais vagas durante o concílio de Constança. Concedida . . . . . p. 96

4 OUTUBRO 1434. — Súplica de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe licença para fundar, no eremitério do Cabo de S. Vicente, da diocese de Silves, casa franciscana com hospital, a fim de albergar quem por ali passe e nele exercerem os religiosos as obras de humanidade e caridade, para eles lá celebrarem os ofícios divinos, administrarem os Sacramentos e darem sepultura aos mortos, pois é lugar solitário e deserto, muito afastado de povoações e por onde transita muita gente. Concedido, excepto quanto à administração dos Sacramentos . . . . . p. 97

24 OUTUBRO 1434. — Carta passada em nome de el-rei D. Duarte por Fernão Lopes, escrivão da puridade do infante D. Fernando e guarda das escrituras do tombo que estão na torre do castelo de Lisboa, a Pero Nunes Homem, a pedido deste, com os documentos relativos ao couto de Canas de Senhorim, Valbom, Lageosa, Pala, Teivas e Vinal, em execução de alvará régio de 8 de Abril anterior . . . . . p. 100

3 NOVEMBRO 1434. — Carta de elrei D. Duarte, a alterar, a pedido do infante D. Henrique, a data da feira franca anual de Tomar, concedida por carta de el-rei D. João I de 13 de Abril de 1421 e agora repartida em duas: uma de 1 a 8 de Agosto, com os privilégios joaninos; a outra de 30 de Novembro a 8 de Dezembro, com os mesmos privilégios menos a isenção do pagamento da sisa pelos feirantes . . . . . p. 102

6 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar o veneziano António Valim para não ser besteiro do conto nem servir os ofícios do concelho da Raposeira, onde mora, e bem assim a comunidade veneziana, a pedido de Lourenço Donado, carpinteiro das galés de Veneza , ... p. 104

8 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Garcia, criado que fora da rainha D. Filipa de Lencastre, no cargo de escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta . . . . . p. 105

8 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder porte de arma em Portugal ao inglês Guilherme Nony, morador em Bristol, o qual já tinha recebido autorização idêntica de el-rei D. João I . p. 107

9 NOVEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a proibir tomadias no reguengo de Azurara da Beira, de que era rendeiro Fernando Álvares Cabral, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . p. 108

10 NOVEMBRO 1434. — Letras *Ad ea que catholice*, do papa Eugénio IV, a nomear Fr. Francisco de Moya para Vigário Geral dos frades menores nas Canárias com as faculdades do seu antecessor, pela ascensão de Fr. João de Baeza a bispo Libariense . . . . . p. 110

22 NOVEMBRO 1434. — Bula *Super gregem dominicum*, de Eugénio IV, dirigida a D. João Vicente, bispo de Lamego, na qual, a pedido do infante D. Henrique, se comete àquele prelado a revisão e remodelação das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem de Cristo, por serem algumas dessas disposições dispendiosas e outras menos razoáveis, causando assim grave detrimento espiritual e temporal à mesma Ordem, segundo significara o dito infante ao pontífice, a quem pedira providências . . . . . p. 114

10 DEZEMBRO 1434. — Carta das autoridades de Génova ao rei de Portugal, a solicitar-lhe sejam entregues, em Lisboa, a Franco Maraboto ou a Torpeto de Vivaldis as mercadorias que indicam, tomadas em Julho

anterior pela armada portuguesa a nau de que era patrão Cristiano Vancampónio Farmeucho, carregadas em Nápoles pelo mercador genovês, António Calvo e consignadas a Gregório Pinelli, outro cidadão genovês, residente em Londres, as quais foram levadas a Lisboa e não eram proibidas nem conduzidas para terra de infiéis . . . . . p. 116

17 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-dei D. Duarte, a privilegiar os caseiros e lavradores do mercador João de Santarém, residente em Lisboa . . . . . p. 117

17 DEZEMBRO 1434. — Letras *Creator omnium,* do papa Eugénio IV, a ordenar a todos os fiéis cristãos que, no prazo de 15 dias após o conhecimento das presentes, restituam à liberdade os indígenas das ilhas Canárias e a proibir sejam cativados e vendidos, sob pena de excomunhão «ipso facto incurrenda», da qual, fora do artigo de morte, apenas poderão ser absolvidos pela Sé Apostólica, pelo arcebispo de Sevilha ou pelo bispo de Rubicão . . . . . p. 119

23 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação de el-rei D. Fernando, homologada já por D. João I, a Gil Eanes, dos bens de raiz que os mouros haviam deixado em Faro quando passaram a África sem licença régia e bem assim doutros bens de raiz, pertença da coroa no reino do Algarve . . . . . p. 123

24 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte a confirmar aos carpinteiros, calafates e petintais das suas galés, tercenas e demais obras de Lisboa os privilégios que lhes haviam sido outorgados pelos monarcas anteriores . . . . . p. 125

28 DEZEMBRO 1434. — Letras *Ad ea,* do papa Eugénio IV, dirigidas ao bispo de Cádiz, nas quais, atendendo à falta de recursos e às avultadas despesas que lhe significara ter de fazer o bispo de Rubicão, D. Fernando, que em breve vai seguir com pessoal para as ilhas Canárias, lhe ordena tome 1.000 ducados de ouro dos rendimentos da mesa arquiepiscopal de Sevilha, diocese vaga, e os aplique, a seu arbítrio, na viagem do dito bispo Rubicense, em alfaias para as igrejas do mesmo bispado, na aquisição de navio conveniente para ligação entre as ilhas, em contratar peritos nas artes mecânicas para ensino dos indígenas, na compra de ferro e de outros metais, na construção de igrejas, nos gastos do referido prelado e dos frades menores que vão com ele, no resgate dos canários cativos detidos aquém-mar e na conversão dos infiéis . . . . . p. 126

28 DEZEMBRO 1434. — Letras *Pijs et honestis,* do papa Eugénio IV, dirigidas aos prelados dos reinos de Aragão e de Castela, ao abade

do mosteiro de Poblet e ao prior de Coms, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a ordenar-lhes que dos fundos de usuras e restituições destinados à Câmara Apostólica distraiam 2.000 florins de ouro de câmara para compra e equipamento de navio a utilizar nas ilhas Canárias, confiado ao bispo de Rubicão . . . . . p. 128

28 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Afonso de Matos a que lhe passara, sendo infante, de alcaide do mar da cidade do Porto . . . . . p. 132

30 DEZEMBRO 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder a Vasco Martins, pescador do infante D. Henrique, isenção de dar pousada em suas casas de moradia, adegas e cavalariças, e licença para poder usar armas . . . . . p. 133

16 ? 1434. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Pero Gonçalves em alcaide das tercenas do Porto, a pedido do infante D. Henrique, como o era em vida de D. João I . . . . . p. 133

11 JANEIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a doar à rainha D. Leonor, sua esposa, vitalìciamente, as vilas e termo de Alvaiázere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Óbidos, a teor do seu contrato de casamento . . . . . p. 134

12 JANEIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a dispensar a moura Aziza, residente em Évora, de dar aposentadoria em suas casas de morada, a pedido de D. Isabel, duquesa de Borgonha . . . . . p. 135

25 JANEIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte aos infantes de Aragão, a dizer-lhes quais as maneiras usadas pelos Altos Infantes com el-rei D. João I, seu pai, por aqueles solicitada através do plenipotenciário mossem Garcia de Aznares . . . . . p. 136

10 FEVEREIRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a manter a sujeição dos lavradores e valadores das lezírias do termo de Vila Franca ao seu almoxarife, em razão do embargo do infante D. Henrique . p. 146

16 MARÇO 1435. — Carta da rainha de Aragão, em resposta a outra do arcebispo de Lisboa, a dizer-lhe que quanto aos 10.000 florins que el-rei devia pagar do dote da rainha de Portugal nada pode fazer, por não ter a administração dos dinheiros do monarca e que, portanto, lhe escrevam sobre o assunto, para ele prover . . . . . p. 147

16 MARÇO 1435. — Carta da rainha de Aragão ao infante D. Pedro de Portugal, em que, em resposta a outra dele, lhe diz: que sobre a recomendação de D. Leonor e de D. Joana sempre tivera intenção e vontade de proceder como mãe, diligenciando quanto pode colocá-las e exalçá-las; que o matrimónio de D. Joana com o conde de Orenys fora tratado achando-se lá el-rei e alguns outros grandes senhores, porém aquele, atentos os seus grandes negócios, não pudera ocupar-se disso; que ela pensara contudo em que, dados o parentesco das ditas donzelas com o infante e o grande afecto que sempre lhes dispensara, a linhagem de que descendem e as virtudes que as exornam, podiam ser dadas aos dois irmãos solteiros do infante . . . . . p. 148

17 MARÇO 1435. — Carta da rainha de Aragão à de Portugal, escrita em Valência, a comunicar-lhe: não ter recebido há muito mensageiro ou carta de el-rei, mas que, por via de Florença, lhe consta achar-se na Sicília e são; que o infante D. Pedro está na Calábria; e que, a todo o momento, devem chegar com três galés o rei de Navarra e o infante D. Henrique . . . . . p. 149

27 MARÇO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Anes, caseiro de Pero Gonçalves, mestre dos tréus, possuidor de quinta nos Olivais, Beirolas, o privilégio de ser dispensado de aposentadoria, outorgado por el-rei D. João I . . . . . p. 150

20 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder dispensa de aposentadoria a Galebo de Meira, mouro, residente em Évora, a pedido de Aldonça Martins Toscana . . . . . p. 152

26 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear o seu escudeiro João Rodrigues Trigueiro para escrivão do porto de Elvas, pela forma por que o infante D. Henrique o nomeara em alvará, ao tempo em que as dízimas dos portos se arrecadavam para Ceuta . . . p. 152

27 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar as malfeitorias praticadas por Estaço Eanes, outrora preso por mandado de Garcia Mendes, ouvidor do infante D. Henrique na correição da Beira . p. 153

30 ABRIL 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Dias, criado do infante D. Henrique, para procurador dos resíduos dos julgados de Lafões, Besteiros, Arouca, Paiva e seus termos . . . . p. 155

4 MAIO 1435. — Carta credencial das autoridades de Génova, de apresentação do jurista e seu legado o nobre varão Demétrio de Vivaldis

a el-rei D. Duarte, a quem pedem se digne ouvi-lo e despachá-lo bem e ràpidamente . . . . . p. 155

14 MAIO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a conceder, de juro e herdade, a D. Telo de Meneses, seu criado e filho de D. Fernando de Meneses, metade dos bens que mandara confiscar a 15 moradores do Porto, que ali haviam entrado em ajuntamento contra o serviço régio, no ano anterior, com excepção dos bens de dois dos réus, de que já fizera mercê aos infantes D. Pedro e D. Henrique, seus irmãos . . . . . p. 156

15 JUNHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de arma a Álvaro Eanes, de Ferreira de Aves, o qual cumprira pena em Ceuta, por ser culpado da morte de Gomes Aires, mestre das galés reais, e se temia dos parentes do falecido . . . . . p. 158

15 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Martim Gonçalves e Álvaro Vasques, moradores no Porto, homens de pé do infante D. Henrique, a pedido deste, com os privilégios dos caseiros encabeçados dos fidalgos e vassalos . . . . . p. 158

21 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a doação feita por Leonor Vaz, viúva de Nuno Vicente Sintrão, de Tomar, a Nuno Álvares, estribeiro do infante D. Henrique . . . . . p. 159

23 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a perdoar a Martim Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, a agressão que em tempo fizera a Egas Gonçalves, por ter querelado dele com outros moradores do Porto, que o acusavam de irregularidades no ofício de procurador, contanto que vá servir 3 anos seguidos em Ceuta . . . . . p. 160

27 JUNHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar porte de armas a Fernão de Covilhã, escudeiro do infante D. Henrique, ilibado de suspeita do assassínio de Fernão Anes, mas que se teme dos parentes do assassinado . . . . . p. 163

15 JULHO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Gonçalo de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, emprazamento que lhe fizera D. João I, seu pai, em três vidas, de duas azenhas régias em Ribeira de Vide, de que ele paga de foro, anualmente, dois quarteiros de trigo . . . . . p. 164

1 AGOSTO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar Afonso Anes Calheiros, criado do infante D. Henrique, em procurador dos resí-

Copyrighted material

duos de Celorico da Beira, Melo e Folgosinho, como o fora em vida de el-rei D. João I . . . . . p. 164

25 AGOSTO 1435. — Letras *Romani pontificis,* do papa Eugénio IV, a transferir a sede da diocese canariense de Rubicão, na ilha de Lançarote, para a ilha de Grã-Canária, por ser aquela muito acessível, exposta à pirataria e pouco segura para residência do prelado, e a ordenar que, de futuro, a diocese se denomine Canariense e Rubicense. p. 165

25 AGOSTO 1435. — Letras *Personam tuam,* do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe a faculdade de dispensar e absolver nos casos de matrimónios abusivamente contraídos entre parentes de certas dioceses de Espanha, com o direito de reter as esmolas que então lhe derem e de aplicá-las à aquisição de navio destinado às Ilhas Canárias, para conversão dos habitantes, e ainda a alfaias de igreja e a outras obras pias . . . . . p. 166

26 AGOSTO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a fazer feira franca anual na sua vila de Tarouca durante sete dias, a começar três dias antes da festa do Corpo de Deus e a acabar três dias depois, com os privilégios para os feirantes constantes da mesma carta e pagando a el-rei a sisa e os demais direitos . . . p. 168

4 SETEMBRO 1435. — Letras comendatícias *Cum pro rebus,* do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, que envia a Portugal e a outras partes tratar assuntos respeitantes à honra de Deus, ao bem do pontífice, da Santa Igreja e do povo cristão, para que a ele e à sua comitiva de 30 cavaleiros dêem, em trânsito, todas as facilidades . . . . . p. 169

7 SETEMBRO 1435. — Carta da rainha de Aragão, endereçada a el-rei D. Duarte, a comunicar-lhe a dolorosa notícia — o que não fez mais cedo pela depressão que ela lhe produziu — do aprisionamento pelos genoveses de el-rei seu marido, do rei de Navarra, do infante D. Henrique de Aragão, dos nobres varões e de outras pessoas notáveis, nomeadamente dos reinos de Nápoles e de Sicília, bem como de muitos outros, como verá pelas cartas cuja transcrição lhe envia, e a solicitar-lhe se interesse por tão aflitiva situação como se fora coisa própria . . . . p. 171

13 SETEMBRO 1435. — Letras *Cum te pro nonnullis,* do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Gomes, abade do mosteiro beneditino de Santa Maria de Florença, seu núncio a Portugal, para tratar de alguns árduos negócios concernentes ao bem da igreja universal, a conceder-lhe, para as despesas

Copyrighted material

respectivas 400 florins de ouro, que lhe devem ser pagos pelos colectores apostólicos do país e tomados dos dinheiros outrora recolhidos no reino para proceder-se contra os Boémios . . . . . p. 173

11 NOVEMBRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar a Luís Mendes, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Mem Rodrigues de Refoios, a carta de D. João I de 29 de Dezembro de 1411, de confirmação ao segundo do escambo feito pelo monarca com Rui Vasques, pai daquele, de Sarzedas e Sobreira Formosa por Almeida . . . p. 174

18 NOVEMBRO 1435. — Carta de el-rei D. Duarte, dirigida ao concílio de Basileia, a comunicar-lhe que envia ao mesmo, como seus embaixadores, D. Afonso , 5.° conde de Ourém e seu sobrinho, D. Antão Martins de Chaves, bispo do Porto, e D. Luís do Amaral, bispo de Viseu, seus conselheiros, Mestre Fr. Gonçalo, provincial dos dominicanos portugueses, o franciscano Fr. Gil Lobo, licenciado em teologia, e os doutores em leis Diogo Afonso Mangancha, formado em ambos os Direitos, e Vasco Fernandes de Lucena, para ali tratarem dos assuntos relativos ao povo cristão, à igreja de Deus e a seu país; roga-lhe os receba e diz-lhe não os ter podido mandar mais cedo pelos motivos que os próprios exporão . . p. 176

21 NOVEMBRO 1435. — Sentença de Frei Afonso, da Ordem de Cristo, Vigário Geral de Tomar e da igreja de Santiago de Santarém, sobre divergências havidas entre o prior e raçoeiros daquela igreja, na qual o prior aduziu ordens do infante D. Henrique para legitimar o seu procedimento . . . . . p. 177

30 DEZEMBRO [1435]. — Carta de privilégio de João Vaqueiro, cunhado de Rodrigo Esteves, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 180

12 JANEIRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte a D. Álvaro de Castro, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a D. Isabel Pereira, sua mulher, de doação de certas saboarias, a qual lhes fora feita pelo citado infante em compensação de 5.000 dobras prometidas em casamento . . . . . p. 181

12 JANEIRO 1436. — Letras *Jn excelso,* do papa Eugénio IV, dirigidas a D. Fernando Calvetos, bispo Rubicense e Canariense, a conceder-lhe, para evangelização das ilhas de Gomeira e Grã-Canária e iniciação de seus habitantes nas artes e ofícios dos povos civilizados, as quantias devidas à Câmara Apostólica na diocese de Sevilha, desde o antipapa Bento XIII até à eleição de Martinho V, as quais ainda se conservam na posse e guarda de algumas pessoas. . . . . p. 182

Copyrighted material

13 JANEIRO 1436. — Letras *Dudum nostras,* do papa Eugénio IV, dirigidas aos bispos de Rímini, Badajoz e Córdova, para que urjam pelo cumprimento das letras *Creator omnium* do mesmo papa, passadas a 17 de Dezembro de 1434, a ordenar a libertação dos indígenas das Canárias reduzidos à escravidão, agora e de futuro, sem compensação alguma e com obrigação de lhes restituírem os bens roubados. . . . p. 184

13 JANEIRO 1436. — Letras *Ad ea libenter,* do papa Eugénio IV, dirigidas aos arcebispos e bispos de Aragão e de Castela, ao abade do mosteiro de Poblet e ao prior de Coms, das dioceses de Tarragona e de Sevilha, a urgir pelo cumprimento das letras *Pijs et honestis,* de 28 de Dezembro de 1434, em que se ordenara a recolha e entrega de 2.000 florins de ouro, sobre restituições a fazer e legados pios para coisas incertas, soma destinada à compra, apetrechamento e conservação de navio destinado à evangelização das Canárias . . . . . p. 186

20 JANEIRO 1436. — Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear, como seus embaixadores especiais e gerais ao concílio de Basileia, com plenos poderes, D. Gonçalo de Santa Maria, bispo de Plaséncia, seu auditor e conselheiro, e o cavaleiro Gutierre de Sandoval . p. 188

20 JANEIRO 1436. — Carta de D. João II, rei de Castela e de Leão, a nomear Pedro Bocanegra, licenciado em leis, deão da sé de Cuenca, abade de Herimides e seu conselheiro, como seu embaixador especial ao papa Eugénio IV, com plenos poderes para tratar de alguns árduos negócios de grande interesse régio e firmar, em nome do monarca, quaisquer instrumentos . . . . . p. 191

26 JANEIRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique e juiz dos órfãos em terra de Seia, para juiz e contador na dita terra e em todos seus termos, com normas para exercício do cargo. . . . . p. 192

27 JANEIRO 1436. — Letras *Superna dispositione,* do papa Eugénio IV, dirigidas a João Moroquino, presbítero de Valência, a conceder-lhe faculdades: para fundar três oratórios na ilha da Madeira, afim de lá viver como religioso, com outros, e administrar os sacramentos aos moradores dos oratórios sobreditos; de poderem os membros dessas comunidades religiosas escolher confessor que os absolva de todos os pecados, excepto dos reservados à Santa Sé, e lhes conceda indulgência plenária em artigo de morte; e a declarar os três oratórios isentos da autoridade do Ordinário . . . . . p. 195

Copyrighted material

8 FEVEREIRO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar a Rodrigo Álvares, alcaide do mar em Faro e criado do infante D. Henrique, a plena jurisdição, como a tivera seu pai Rodrigo Álvares até que entrou de almirante o conde de Viana, D. Pedro de Meneses, sem embargo de alvará em contrário . . . . . p. 198

12 FEVEREIRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar mestre José Arame, judeu, morador em Évora, ourives do infante D. Henrique. . . . . p. 199

1436. — Resposta do infante D. Henrique a pergunta que lhe formulara seu irmão e rei D. Duarte sobre se era coisa justa, direita e razoável fazer guerra aos mouros de África em as partes de Benamarim (Marrocos) ou se era melhor o monarca folgar e reger as suas terras e reinos e evitar-lhes assim os males derivados da guerra . . . . . p. 201

7 MARÇO 1436. — Alvará e primeiro testamento do infante D. Henrique, a perfilhar o sobrinho e afilhado o infante D. Fernando, por não ter filho nem esperar havê-lo e para que, por sua morte, ele lhe cure dos criados e de lhe sufragar a alma, e a doar-lhe todos os bens móveis e de raiz que então haja, excepto o terço de alma; pelo que roga a el-rei confirme a presente doação nas terras que tem da coroa do reino, como se D. Fernando fora seu filho próprio e legítimo . . . . . p. 206

7 MARÇO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, a confirmar o documento anterior . . . . . p. 207

MARÇO 1436. — El-rei D. Duarte e o infante D. Henrique orçam em 14.000 homens o efectivo necessário à projectada campanha de África; mas, apurado pelo monarca com seus oficiais não poder a fazenda régia cobrir toda aquela despesa, resolve D. Duarte recorrer ao país, para o suprimento preciso, e convoca cortes para Évora, onde lhe é outorgado «pedido e meio», logo recolhido, porém não sem reclamações. . p. 208

5 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte com o teor e resposta dos 27 capítulos especiais de Santarém apresentados às cortes de Évora do mês anterior, nos quais, entre outras coisas, o concelho reclamou contra o facto de o monarca haver tirado do termo de Santarém e dado a Salvaterra de Magos o Campo de Sacarabotão e Albufeira, ao doá-las ao infante D. Fernando, e lhe significou também o desejo de que ele concluísse a já longa demanda do concelho com o infante D. Henrique, sobre os termos. . . . . p. 210

11 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a legitimar Duarte Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, filho de Vasco Anes, clérigo de missa, abade de Figueiredo, e de Domingas Gonçalves, solteira p. 212

12 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte com os capítulos especiais do Porto nas cortes de Évora desse ano, em que se alude, entre outras coisas, aos serviços prestados pela cidade aos monarcas, nomeadamente contra Castela e em Ceuta . . . . . p. 213

12 ABRIL 1436. — Carta de el-rei D. Duarte com os capítulos especiais de Lamego nas cortes de Évora desse ano, em que, entre outras coisas, a cidade se queixa dos indivíduos que, para fugirem dos encargos concelhios, se refugiaram nas terras dos privilegiados, nomeadamente nas do infante D. Henrique . . . . . p. 218

1436. — Como Afonso Gonçalves Baldaia, prosseguindo no descobrimento marítimo da costa ocidental africana por ordem do infante D. Henrique, atingiu o Rio do Ouro e chegou ao Porto ou Pedra da Galé. p. 221

9 MAIO 1436. — Recibo passado por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, no mosteiro de S. Bento de Lisboa, dos 400 florins de ouro que, para as despesas da embaixada pontifícia a que viera, lhe entregou João Rodrigues, deão da sé de Lisboa e colector apostólico nos reinos de Portugal e do Algarve, os quais serão deduzidos da colecta outrora efectuada no país por ordem do papa Martinho V contra os Boémios, nos termos das letras do papa Eugénio IV de Setembro anterior. p. 225

13 MAIO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a nomear Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Pombal e termo . . . . . p. 226

MARÇO-MAIO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, dirigido a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios de Lisboa, a enviar-lhe cópia das ordenações de el-rei D. João I de 1418 relativas à tiragem de «pedido» no reino, para ele as observar na recolha do «pedido e meio» em Lisboa e termo, concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março de 1436 . . . . . p. 227

MARÇO-MAIO 1436. — Dúvidas sobre o «pedido e meio» esclarecidas por el-rei D. Duarte. . . . . p. 228

21 MAIO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, endereçada a Bartolomeu Gomes, provedor dos rendimentos régios, com normas sobre a

cobrança, em Lisboa e termo, do «pedido e meio» concedido ao monarca pelas cortes de Évora de Março anterior . . . . . p. 229

26 MAIO 1436. — Carta do infante D. Henrique, a doar para sempre a D. Fernando de Castro, administrador de sua casa, o paul de Boquilobo, com a condição de ele andar sempre indiviso, por demonstrar a experiência que pauis divididos são perdidos, em razão de os herdeiros não refazerem as valas . . . . . p. 232

26 MAIO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a confirmar, juntamente com a rainha D. Leonor e o infante D. Afonso, a D. Fernando de Castro, do seu Conselho e governador da casa do infante D. Henrique, a doação que este lhe fizera do paul de Boquilobo, junto a Torres Novas . . . . . p. 234

1 JUNHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, até 18 homens que hão de andar na armação dos atuns e corvinas no Algarve . . . . . p. 237

8 JUNHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a coutar a Gonçalo de Pina, escudeiro, criado do infante D. Henrique, herdade sita a duas léguas da cidade de Évora, para o lado de Viana, a qual seu sogro, João Esteves Lourinho, vassalo de el-rei, lhe doara em casamento e havia sido coutada àquele, em sua vida, por el-rei D. João I . . . . . p. 238

19 JUNHO 1436. — Letras *Litteris tuis,* do papa Eugénio IV ao rei D. Duarte, que lhe pedira nomeasse D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, para visitador e reformador das igrejas e lugares eclesiásticos de Portugal, a dizer-lhe que, devendo estar a chegar os seus enviados, por certas razões trataria do assunto com eles presentes . . . . . p. 239

19 JUNHO 1436. — Letras *Inter nonnullas litteras,* do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a mostrar-lhe a sua satisfação por ele, tanto nas cartas que lhe enviou por D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença, como em resposta a outra sua, não haver acatado o decreto contra a percepção das anatas, menos honesta e razoàvelmente promulgado no concílio de Basileia . . . . . p. 240

[1436]. — Queixas formuladas pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ou em seu nome ao papa Eugénio IV contra el-rei D. Duarte, acusando-o de coarctar as liberdades da igreja e de prejudicar a diocese Bracarense em seus rendimentos e no senhorio da cidade . . p. 242

Copyrighted material

19 JUNHO 1436. — Letras *Nonnullorum querelis*, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a estranhar-lhe haverem-lhe chegado queixas contra o facto de o poder civil invadir, no país, o eclesiástico, revogando sentenças e censuras cominadas pelos prelados e pelos juízes competentes e sendo julgadas no foro secular as causas eclesiásticas, nomeadamente do direito de padroado, e citados perante a cúria régia os próprios arcebispos e bispos; e que, a ser assim, se abstenha de tais excessos e defenda as liberdades e imunidades da igreja, como príncipe tão amigo da Santa Sé, a quem deve recorrer em conflitos com prelados. p. 246

19 JUNHO 1436. — Carta do papa Eugénio IV a D. Gomes Ferreira, abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, da Ordem de S. Bento, a enviar-lhe cópia de carta que, na mesma data, expede ao rei D. Duarte e a ordenar-lhe que, em seu nome e por sua autoridade, paternalmente o advirta e exorte a que desista daquilo em que lhe fala, se é verdade, e acate a advertência pontifícia, como convém a reis católicos . . . p. 248

3 JULHO 1436. — Súplica de Luis de Guzmán, Mestre Geral da Ordem Militar de Calatrava, ao papa Eugénio IV para que lhe restitua o direito de Visita das casas das Ordens Militares de Alcântara, em Castela, de Avis, em Portugal, e de Montesa, no Aragão, interrompida desde há alguns anos por diversos impedimentos e causas, pelo que os respectivos freires se recusam a recebê-lo e tal visitação lhe foi ordenada, sob pena de excomunhão, pelo abade de Morimundo. Concedido . . . p. 249

22 JULHO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a emprazar a Gonçalo do Rego, alcaide pequeno da Ribeira de Santarém, em três vidas, chão régio da dita Ribeira por duas onças de prata, anualmente. . p. 250

10 AGOSTO 1436. — Carta do infante D. Henrique, dirigida a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, a prometer-lhe 2.000 coroas de ouro, em dote, para o seu casamento com Mécia Gomes . . p. 251

17 AGOSTO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, de confirmação da promessa de dote feita pelo infante D. Henrique a João Álvares da Cunha, cavaleiro de sua casa, para o seu casamento com Mécia Gomes . p. 252

24 AGOSTO 1436. — Alvará de el-rei D. Duarte, a autorizar o infante D. Henrique a mandar sepultar, na capela da igreja da Batalha que está junto da sacristia, os criados que quiser, pois fica destinada a jazigo deles . . . . . p. 253

AGOSTO 1436. — Súplica dirigida pelos embaixadores de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, a ponderar-lhe os esforços dispendidos

pelo infante D. Henrique na evangelização e civilização dos indígenas de uma das ilhas Canárias, suspensos em razão de édito proibitório e pena de excomunhão a quem guerreasse as ditas ilhas, a rogar-lhe se digne restringir aquela proibição e penalidade às ilhas em que moram cristãos, a fim de ele poder subjugar as restantes e conduzi-las para a Igreja de Deus e a solicitar-lhe a concessão das que conquistar aos infiéis . p. 255

31 AGOSTO 1436. — Letras *Venerabiles fratres,* do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, em resposta ao que, entre outras coisas, lhe solicitara pelos embaixadores de Portugal ao concílio de Basileia. . . . . p. 259

[AGOSTO-SETEMBRO 1436]. — Parecer jurídico sobre a unção régia e a cruzada contra os infiéis, dado ao papa Eugénio IV, a pedido de el-rei D. Duarte . . . . . p. 261

[AGOSTO-SETEMBRO 1436]. — Parecer jurídico, dado a propósito de três pedidos formulados pelo rei de Portugal, D. Duarte, ao papa Eugénio IV, sobre a coroa e unção régias e sobre a cruzada contra os infiéis, para si e sucessores . . . . . p. 266

8 SETEMBRO 1436. — Bula *Rex regum,* de Eugénio IV, a conceder a el-rei D. Duarte a cruzada contra os sarracenos e as terras que lhes conquistar . . . . . p. 271

10 SETEMBRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, a solicitar-lhe se interesse deveras pela pacificação entre a Inglaterra e a França . . . . . p. 276

12 SETEMBRO 1436. — Letras secretas *Tenemus omnia,* pelo papa Eugénio IV endereçadas a D. Gomes Ferreira, abade de Florença, a dizer-lhe que tratara, solícita e diligentemente, quanto as circunstâncias lho permitiam, os assuntos que lhe cometera, a mostrar-se satisfeito pela boa disposição do rei de Portugal e dos infantes seus irmãos para com ele, pontífice, e a comunicar-lhe que, quanto à comissão da visita, aguardara a chegada do conde e restantes emissários régios, que apenas traziam a recomendação de lhe falar na visita da Ordem dos Cistercienses, inoportuna neste momento, pela ausência de seu abade em Basileia e não urgente para os demais isentos; pelo que lhe ordena regresse a seu mosteiro, como aliás o solicitam os seus súbditos . . . . . p. 278

15 SETEMBRO 1436. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe declare válidas certas graças, concessões, dis-

pensas, pedidos, privilégios e indultos obtidos por João Nunes, clérigo de Viseu, oriundo de nobre estirpe, seu familiar e comensal, depois de, em 21 de Abril de 1431, o mesmo pontífice lhe haver outorgado a graça expectativa de poder haver duas colacções e outros tantos benefícios, com dispensa para duas incompatibilidades, sem haver feito menção daquela graça . . . . . p. 280

15 SETEMBRO 1436. — Bula *Romanus pontifex,* de Eugénio IV, dirigida a el-rei D. Duarte, a conceder-lhe, para propagação do nome cristão, a conquista das ilhas Canárias não pertencentes a cristãos e a submissão das mesmas à Coroa de Portugal, uma vez terminadas suas conquista e conversão, e a declarar, em referência à Súplica de Agosto anterior, que a proibição de atacar as ilhas em causa apenas se referia às cristãs . . . . . p. 281

20 SETEMBRO 1436. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a pedir-lhe que seu familiar e capelão Martim Pais, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Cambra, já dispensado do defeito de nascimento para receber todas as ordens sacras e um benefício, mesmo com cura de almas, possa também aceitar e permutar quaisquer benefícios eclesiásticos incompatíveis entre si . . . . . p. 283

2 OUTUBRO 1436. — Lei de el-rei D. Duarte, a restringir a concessão de alvarás e de cartas de seguro aos homiziados que fossem servir em Ceuta e em esta armada (de Tânger), nos delitos praticados antes de Janeiro de 1436, com a excepção na mesma referida . . . p. 284

17 OUTUBRO 1436. — Parecer do jurista bolonhês António Minucci da Pratovecchio a consulta que lhe fora endereçada sobre a legitimidade da guerra contra os infiéis . . . . . p. 287

[OUTUBRO 1436]. — Parecer de António de Rosellis, jurista bolonhês e advogado consistorial, sobre a legitimidade da guerra contra os sarracenos . . . . . p. 322

29 OUTUBRO 1436. — Letras *Pijs et honestis,* do papa Eugénio IV, dirigidas a Fr. Francisco, bispo de Rubicão, a confirmar em seu favor as graças concedidas a D. Fernando, bispo da mesma diocese, pelas quais podia receber determinadas quantias para navio destinado à evangelização das Canárias e para as obras da catedral, absolver os fiéis das sobreditas ilhas de todos os pecados e delitos, ainda dos reservados à Santa Sé, e dispensar aos fiéis da Biscaia do terceiro e quarto grau de consanguinidade, em caso de matrimónio . . . . . p. 344

Copyrighted material

6 NOVEMBRO 1436. — Bula *Romani pontificis*, de Eugénio IV, a declarar nula a concessão que fizera a el-rei D. Duarte da conquista das ilhas Canárias ainda em posse de pagãos, na medida em que tal concessão prejudique os anteriores direitos de Castela, cujo monarca declarou que, por título antigo e por outras causas, ela pertence à sua coroa. p. 346

[6 NOVEMBRO 1436(?)]. — Letras *Dudum cum ad nos*, do papa Eugénio IV, dirigidas a el-rei D. Duarte, a observar-lhe que, ao reconhecer os seus pretensos direitos à conquista da África e de algumas das ilhas Canárias, não tivera intenção de prejudicar os de Castela às mesmas ilhas; e por isso lhe ordena que nada faça contra os direitos do rei de Castela e de Leão, que lhe representou pertencer-lhe a conquista da terra de África e das ditas ilhas. . . . . p. 348

9 NOVEMBRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a aforar para sempre a Gonçalo de Pina, residente na cidade de Évora, adega térrea da mesma cidade, à torre da porta de Moura, por 25 soldos da moeda antiga . . . . . p. 350

22 NOVEMBRO 1436. — Carta de el-rei D. Duarte, a privilegiar Antão Eanes, tanoeiro de Lisboa, enquanto exercer o seu mister na Casa de Ceuta pelos preços a que se obrigou. . . . . p. 351

1431-1436. — Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, de 1 de Janeiro de 1431 a 1 de Janeiro de 1436. . . . . p. 352

1436. — Dinheiros recebidos pelo infante D. Henrique do almoxarifado da Guarda com destino a Ceuta, no ano de 1436 . . . p. 354

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

ABADE (Gonçalo), testemunha na escritura de partilhas entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.
ABADE (João), casado com Constança Anes, pai de Frei Gonçalo, 65.
ABEL, 203.
ABRAÃO (Patriarca), 203, 307, 310, 328 e 339.
ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 271.
ABRANTES, 136.
ABREU (D. Álvaro de), arcebispo de Évora, 72
ABREU (Pedro Gomes de), sogro de Heitor Homem, 224.
ABREU (Rui Vasques de), juiz dos órfãos, 216.
ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 31 e 103.
AÇORES, 24.
ACÚRSIO, 296.
ADRIANO, 289.
AFONSO (D.), 8.º conde de Barcelos, filho legitimado de el-rei D. João I e de D. Inês Pereira Esteves, 1.º Duque de Bragança, 83 e 132.
AFONSO (D.), 4.º conde de Ourém, filho primogénito de D. Afonso 8.º conde de Barcelos, 83.
AFONSO (D.), 5.º conde de Ourém, embaixador de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
AFONSO IV (D.), rei de Portugal, 257.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 16, 29, 30, 32, 34, 38-39, 67-69, 75, 79-80, 83-84, 100, 105-106, 180, 116, 132-33, 146, 152, 164, 174, 181, 192, 198-99, 205-207, 224, 226, 233, 237, 251-53, 284, 350, 352 e 354. Infante — 233. Príncipe — 235.
AFONSO V (D.), O Magnânimo, rei de Aragão, 147 e 171-72.
AFONSO (Frei), da Ordem de Cristo, Vigário Geral de Tomar e da igreja de Santiago de Santarém, 177.
AFONSO (Diogo), escolar em Leis, vassalo de el-rei D. Duarte, do seu desembargo e juiz dos seus feitos, 109.
AFONSO (Filipe), escrivão, 164 e 193.
AFONSO (Gonçalo), escrivão, 238.
AFONSO (João), vedor da fazenda, 146.
AFONSO (João), escrivão, 180-81 e 253-54.

AFONSO (João Mendes), 155.
AFONSO (Lopo), escrivão de el-rei D. Duarte, 39 e 237.
AFONSO (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, juiz das sisas de Pombal e termo, 226.
AFONSO (Luís), ouvidor na corte de el-rei D. Duarte, 193.
AFONSO (Maria), mulher de Gonçalo do Rego, 250.
AFONSO (Pedro), escrivão, 103.
AFONSO (Pero), tabelião em Tomar, 160.
AFONSO (Rodrigo), contador das coisas de Ceuta no Porto, 106.
AFONSO (Rodrigo), escrivão, 158, 160, 162, 174 e 351.
AFORTUNADAS (Ilhas) ou Canárias, 24. V. — CANÁRIAS, Ilhas.
AFRICA, 23, 25, 30-32, 42, 73, 76, 78-81, 92, 104, 123, 202, 208-10, 223, 255, 257-58, 271-72 e 347-49.
AGAR, escrava de Abraão, 339.
AGUER, V. — CABO DE AGUER.
AGUIAR DE NEIVA, 83.
AIRES (Gomes), mestre das galés reais, 157-58.
ALBORNOZ (Cardeal), 295.
ALBUFEIRA, 209 e 211.
ALBUQUERQUE (João de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 38.
ALCAÇOVAS, Senhor das, 180.
ALCALA DE HENARES, diocese de Toledo, 190 e 192.
ALCOBAÇA, Abade do Mosteiro de, 84. Couto de — 84. Mosteiro de — 68.
ALCOENTRE, 6.
ALÉM-DOURO, 67.
ALEMANHA, Imperador da, 74 e 298. Rei da — 298.
ALENQUER, 31, 134, 159 e 164.
ALENTEJO (Pero do), 178.
ALEXANDRE II, Papa, 289.
ALGARVE, 98 e 236-37. Rainha do —, 1. Rei do — 9, 11, 13, 38, 67, 70, 82, 96, 100, 102, 108, 125, 134, 145-46, 155-56, 173, 181, 210, 234, 239-41, 246, 255, 258, 272, 276, 281, 347, 352 e 354. Reino do — 123-24, 176, 198, 225 e 236-37.
ALGES (Reguengo de), 233.
ALLANT DE CHIO, na Flandres, 42.
ALMADA, 254.
ALMEIDA, 174. Vila e castelo de — 174-75.
ALMEIDA (Diogo de), escudeiro do infante D. Henrique, 224. V. — ALMEIDA (Diogo Lopes de).
ALMEIDA (Diogo de), escrivão dos contos de el-rei D. Afonso V na comarca da Guarda, 354-55.
ALMEIDA (Diogo Fernandes de), do conselho de el-rei D. Duarte e seu vedor da fazenda, 226.
ALMEIDA (Diogo Lopes de), fidalgo, 223-24.
ALMEIDA (Fortunato de), 69, 100, 113, 239, 241 e 261.
ALMEIDA (Manuel Lopes de), 202.
ALMEIRIM, 37, 39-40, 73, 132-33 e 209.
ALMOUROL, Comenda de, 211.
ALONSO DE GUSMAN (Juan), conde de Niebla, 1.º duque de Medina Sidónia e Senhor de Sanlúcar de Barrameda, 31.
ALTISSIMO, 197.
ALTOS INFANTES, os filhos de el-rei D. João I, 70 e 136.

ALVAIAZERE, 134.
ALVARES (Diogo), escrivão, 153 e 226.
ALVARES (Lopo), 124.
ALVARES (Nuno), estribeiro do infante D. Henrique, 159-60.
ALVARES (Pero), recebedor da chancelaria de el-rei D. Duarte, 154.
ALVARES (Rodrigo) criado do infante D. Henrique, alcaide do mar em Faro, pai de Rodrigo Alvares, 198.
ALVARES (Rodrigo), alcaide do mar em Faro, filho de Rodrigo Alvares e criado do infante D. Henrique, 198.
ALVAREZ DE PAZ (Luís), doutor em Direito, ouvidor das audiências régias, embaixador de Castela ao concílio de Basileia, 34-35, 86, 188-89 e 348.
ALVIELA, Rio, 83.
AMARAL (D. Luís do), bispo de Viseu, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
AMEIXIOSA DE RIBA DE PAVIA, região de Lafões, 153.
AMSTERDAM, 266.
ANANIAS, 307.
ANÇA, 7.
ANDALUZIA, 93.
ANDEIRO (João Fernandes), conde de Ourém, 241.
ANDREAE (Joannes), celebrado canonista do século XIV. V. — ANDREA (João).
ANDREA (João), 267, 269, 303-04, 308 e 333.
ANES. V. — EANES.
ANES (Afonso), escrivão das malfeitorias, 154.
ANES (Afonso), raçoeiro na igreja de Santiago de Santarém, 177 e 179.
ANES (Afonso), escrivão, 216.
ANES (Álvaro), escrivão, 132 e 157.
ANES (Catarina), casada com Gomes Eanes, 65.
ANES (Constança), mulher de João Abade, mãe de Frei Gonçalo, 65.
ANES (Fernão), 163.
ANES (Gonçalo), criado do infante D. Henrique, juiz dos órfãos, juiz e contador em terra de Seia, 192-93.
ANES (D. Maria), mãe de D. Pedro da Guerra, 241.
ANES (Rodrigo), caseiro de Pero Gonçalves, 150-51.
ANES (Rodrigo), escrivão, 154-55, 164 e 193.
ANES (Vasco), escrivão de el-rei D. João I, 11.
ANES (Vasco), clérigo de missa, abade de Figueiredo, pai de Duarte Vasques, 212.
ANESTAXIUS, 334.
ANGRA DOS CAVALOS, 222-23.
ANGRA DOS RUIVOS, baía na costa ocidental de África, 24 e 34.
ANJOU (Luís de), 171.
ANJOU (Renato de), irmão de Luís de Anjou, 171.
ANTÃO (João), mercador, residente em Bristol, 107.
APOLO, 28.
AQUILIA, Lei, 292 e 306.
ARAGÃO, 121, 128-30, 147-48, 170-72, 194, 249 e 258. Arcebispos de — 186. Bispos de — 186. Infantes de — 136 e 145. Rainha de — 1, 5, 147-49 e 170. Rei de — 26, 171, 265 e 268. Reino de — 120, 127-28, 130 e 344.
ARAGÃO (D. Afonso), rei de Aragão, filho e sucessor de D. Fernando I, 4.
ARAGÃO (D. Leonor de), rainha de Aragão. V. — LEONOR (D.), rainha de Aragão.
ARAGÃO (Maximiano de), 99.

Copyrighted material

ARAME (José), judeu, morador em Évora, ourives do infante D. Henrique, 199-200.
ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 85, 87, 90, 93-94, 96-97, 110, 119, 126, 128, 165-66, 169, 172, 182, 184, 186, 194, 239-40, 246, 248-49, 259, 271, 278-79, 281, 283, 344-45 e 348.
ARCHIVIO DI STATO DI GENOVA, 40, 42-43, 46, 48-51, 53-54, 116 e 155.
ARCHIVIO DI STATO DI FIRENZE, 169 e 239-40.
ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 147-50 e 170.
ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 1, 34, 175, 187-90 e 276.
AREZO, 314 e 322.
ARGUIM, Baía de, 31.
ARIMINENSIS, de Rimini, na Itália, 250, 280 e 283.
ARISTOTELES, 323, 328, 336 e 342.
ARNAUT (Salvador Dias), 214.
AROUCA, Julgado de, 154-55.
ARQUIVO. V. — ARCHIVIO e ARCHIVO.
ARQUIVO DO CABIDO E MITRA DA SÉ DE VISEU, 99.
ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 210.
ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE MONCORVO, 104.
ARQUIVO DA CASA DE BRAGANÇA, 9.
ARQUIVO DA CASA DE CASCAIS, 233.
ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, 173 e 242.
ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 100, 224 e 280.
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1, 6, 9, 11, 16, 18, 23, 29, 31, 36-39, 43, 54, 65, 67-70, 73, 75-76, 79, 82-84, 97-98, 102-05, 107-108, 113, 116-17, 123--24, 132-36, 146, 150, 152-54, 158-60, 163-64, 167, 174, 177, 180-81, 192, 198-99, 201, 205, 207-08, 210-12, 218, 224, 226-29, 233, 236, 238, 246, 250-53, 271, 276, 284, 350, 352 e 354.
ARRAIOLOS (Conde de), conde de Barcelos, filho de D. Afonso, 79, 82-83 e 299. 3.º Conde de — 9. Condes de — 15. Saboaria de — 181.
ARRUDA DOS VINHOS, 158, 160 e 162-63.
ASCOUROUPYM (Barca de), 211.
ASIA, 28 e 32.
ATLANTICO, 23, 42 e 97.
ATOUGUIA DA BALEIA, 13, 73 e 75.
AVEIRO, 38.
AVEIRO (João de), navegador, 32.
AVILEZ (Alfonso de), criado da rainha D. Leonor de Aragão, 5.
AVIS, Casa de, 71.
AZAMBUJA (João Afonso de), bispo do Porto, 100.
AZAMBUJA (D. João Esteves de), arcebispo de Lisboa e cardeal, 92.
AZEVEDO (Lúcio de), 352.
AZEVEDO (Pedro de), 6, 7, 69, 105, 116, 158, 160, 213, 227-29, 246, 350, 352 e 354.
AZIZA, moura, residente em Évora, 135.
AZNARES (Garcia de), deão de Tarazona, 136-37.
AZURARA, 101.
AZURARA DA BEIRA, 108. Reguengo de —, 108.
BADAJOZ, Bispo de, 184. Igreja de — 259-60.
BAEZA (Fr. João de), da Custódia Franciscana de Sevilha e depois Vigário Geral da sua Ordem, 85, 89-90, 93-95, 110-12, 119-20 e 257.
BALDAIA (Afonso Gonçalves), copeiro do infante D. Henrique, 28, 34, 221-22 e 224-25.
BALDAIAS, 34.

BALEAL, 75.
BALLESTEROS Y BERETTA (D. António), 145.
BARBARIA, 303-04.
BARCELONA, 42, 119 e 171.
BARCELOS (Condes de), D. Afonso, 8.º conde, 79, 82-83 e 287. D. João Afonso Telo, 7 e 14-15.
BARREGUEIRA (Martim Gonçalves da), testemunha na escritura de partilhas entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.
BARRIENTOS (Don Lope), 35.
BARROS (João de), 23, 28, 31-32, 34 e 222-23.
BARTOLO, Escola de —, 293-94. V. — SAXOFERRATO (Bártolo de).
BARU (Abraão), judeu morador no Porto, também conhecido por Jaco Baru, 161.
BARU (Jaco). 161. V. — BARU (Abraão).
BASILEIA, 176, 187-88 e 278-79. Concílio de — 34, 86, 170, 172, 175-76, 187-88, 206, 239-40, 246, 255, 259-60, 270 e 275-76.
BASTO (João de), escrivão, 233 e 252.
BATALHA (Mosteiro da), 253.
BEIRA, Comarca da, 224. Correição da — 153.
BEIROLAS, lugar da freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa, 150-51.
BEJA, 210.
BEJA (Afonso de), escrivão, 104, 108, 151-52 e 159.
BELAMARIM, 202. V. — BENAMARIM.
BELAS, Paços de, 75.
BENAMARIM, 201. V. — BELAMARIM e MARROCOS.
BENAVENTE (Conde de). V. — RODRIGO PIMENTEL (D. Afonso).
BENJAMIM, 277.
BENTO XI, Papa, 267.
BENTO XIII, Antipapa, 85, 110, 120, 182 e 344.
BERBERIA, 29, 286 e 320-21.
BERLENGAS, 75.
BESTEIROS, Julgado de, 154-55.
BETHANCOURT (Jean de), 85 e 119.
BETHENCOURT (Maciot de), 86, 118-19 e 257.
BIBLIOTECA NACIONAL DE FLORENÇA, 225.
BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA, 86, 255, 261, 266, 286, 314, 320-22 e 348.
BIBLIOTECA MEDICEA LAURENZIANA DE FLORENÇA, 70, 79, 241 e 278.
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 66, 136 e 201.
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE BRAGA, 113.
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 99.
BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 232-33.
BIBLIOTHEQUE NATIONAL DE PARIS, 22, 26, 29, 136 e 221.
BISCAIA, 166 e 344.
BISMUM (Petraquinum), 47.
BLANOSCO (João de), 314 .
BLONDUS, 169 e 279.
BOCANEGRA (Pedro), jurista, deão da sé de Cuenca, abade de Herimides, 188 e 190-91.
BOÉMIA, 172-73.
BOÉMIA, (Martinho de), 23, 32 e 221-23.
BOLONHA, 176, 188-89 206, 230, 239-41, 246-48, 250, 255, 258-60, 270, 275, 279-80, 282-83, 287-89, 293, 295, 298, 303-304, 314, 320, 322, 343, 345 e 347-49. Universidade de — 287-88, 290, 295 e 322.

BOMBARRAL, 84.
BONDENARIO (Bartolomeu), patrão de nau de Génova, 40-42.
BONDENARIO (Gregório), genovês, 41.
BONDENARIO (Lodisio), genovês, 41.
BONIFACIO, 308.
BONIFACIO VIII, Papa, 71,185 e 267.
BONIFACIO IX, Papa, 260-61 e 267.
BOQUILOBO (Paul de), 231-36.
BORGONHA (Duquesa de), 135.
BOTELHO (Gonçalo), escrivão, 163 .
BOURDON (Léon), 25-26, 28, 32-33 e 222-23.
BRACARENSE, Diocese, 241.
BRACCIOLINI (Poggio), secretário apostólico, 281.
BRAGA, 105, 113 e 210. Alcaide-mor de — 106. Arcebispo de — 106, 173, 241-42, 244 e 266. Arquidiocese de — 241. Bispo de — 265. Deão da sé de — 246. Diocese de — 129. Igreja de — 242.
BRAGADIN, 103.
BRAGANÇA, 1.º duque de, 14-16. Duquesa de — 9.
BRANDAN, monge irlandês, 24.
BRANDÃO (S.). V. — BRANDAN.
BRANDÃO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 202.
BRISTOL, na Inglaterra, 107.
BROGUEIRA (Freguesia de), concelho de Torres Novas, 231.
BRUGADA (Gonçalo Bernardo de), escrivão aragonês, 184-50 e 172.
BRUGES, 44-46, 49, 51 e 116.
BUELNA (Conde de), 36.
BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 30, 31, 40, 73, 92-93, 114, 119, 121, 128, 170, 173, 176, 184, 186, 189, 206, 242, 255, 257, 260-61, 269, 345 e 348-49.
Ad ea, de Eugénio IV, de 28 de Dezembro de 1434, — 126.
Ad ea ex apostolice, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 93.
Ad ea que catholice, de Eugénio IV, de 10 de Novembro de 1434, — 110.
Ad ea libenter, de Eugénio IV, de 13 de Janeiro de 1436, — 186.
Creator omnium, de Eugénio IV, de 17 de Dezembro de 1434, — 118.
Cum te pro nonnullis, de Eugénio IV, de 13 de Setembro de 1435, — 172.
Cum pro rebus, de Eugénio IV, de 4 de Setembro de 1435, — 169.
Devotionis tue, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 87.
Dudum cum ad nos, de Eugénio IV, de [6 de Novembro de 1436 (?)], — 347.
Dudum nostras, de Eugénio IV, de 13 de Janeiro de 1436, — 184.
Etsi cunctis, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 84.
In excelso, de Eugénio IV, de 12 de Janeiro de 1436, — 182.
Inter nonnullas litteras, de Eugénio IV, de 19 de Junho de 1436, — 240.
Litteris tuis, de Eugénio IV, de 19 de Junho de 1436, — 239.
Nonnullorum querelis, de Eugénio IV, de 19 de Junho de 1436, — 245.
Personam tuam, de Eugénio IV, de 25 de Agosto de 1435, — 166.
Piis et honestis, de Eugénio IV, de 28 de Dezembro de 1434, — 127.
Piis et honestis, de Eugénio IV, de 29 de Outubro de 1436, — 343.
Regimini gregis, de Eugénio IV, de 29 de Setembro de 1434, — 89.
Rex Regum, de Eugénio IV, de 8 de Setembro de 1436, — 270.
Romani pontificis, de Eugénio IV, de 25 de Agosto de 1435, — 165.
Romani pontificis, de Eugénio IV, de 6 de Novembro de 1436, — 345.

Copyrighted material

Romanus pontifex, de Eugénio IV, de 15 de Setembro de 1436, — 281.
Sincere devotionis, de Eugénio IV, de 9 de Setembro de 1434, — 69.
Super gregem dominicum, de Eugénio IV, de 22 de Novembro de 1434, — 113.
Superna dispositione, de Eugénio IV, de 27 de Janeiro de 1436, — 194.
Tenemus omnia, de Eugénio IV, de 12 de Setembro de 1436, — 277.
Venerabiles fratres, de Eugénio IV, de 31 de Agosto de 1436, — 259.
BURGOS. V. — BURGENSE.
BURGOS, Bispo de, 34, 86 e 189.
BURGOS (João de), almoxarife de el-rei D. Duarte na cidade do Porto, 156-57.
BURGENSE, Bispado de Burgos, 166.
BUTRIGARUS (Jacobus), 296 e 335-36.
BOTRIO, perto de Bolonha, 303.
BOTRIO (António de). V. — BOTRIO (Antonius de).
BOTRIO (Antonius de), 269, 303-04 e 322.
CABO DE AGUER ou GUER, 24 e 31.
CABO BOJADOR, 23-24, 26-32 e 223.
CABO BRANCO, 27.
CABO BUYEDER. V. — CABO BOJADOR.
CABO CANTIM, 29.
CABO DO CORVO, 97. V. — CABO DE S. VICENTE:
CABO JUBY, 30-31.
CABO DE NAO, 23-24, 29-31 e 155.
CABO VERDE, 25.
CABO DE S. VICENTE, 103. Eremitério do — 97. Eremitério franciscano no — 98.
CABRAL (Fernando Alvares), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, filho de Luís Alvares Cabral, 108-09.
CABRAL (Luís Alvares) pai de Fernando Alvares Cabral, 108-09.
CADAMOSTO (Luís de), 103.
CADAVAL, 8-9 e 11. Senhor do — 9. Senhora do — 9.
CADIZ, 43-45 e 130. Bispo de — 126.
CALABRIA, 149-50.
CALAGURITANENSE (Bispado) ou de Calahorra, em Espanha, 166.
CALAHORRA. V. — CALAGURITANENSE (Bispado).
CALHEIROS (Afonso Anes de), criado do infante D. Henrique, procurador dos resíduos de Celorico da Beira, Melo e Folgosinho, 164.
CALISTO III, Papa, 30.
CALVETOS (D. Fernando), 119-20, 182 e 257. V. — TALMONTE (D. Fernando).
CALVO, nome de família genovesa, 116
CALVO (António), mercador genovês, 115-17.
CAMARA DE SACARABOTAO, 209 e 211.
CANARIAS, Ilhas, 23-24, 29-30, 32, 34, 40-41, 50, 84-87, 89-93, 110, 116, 118-21, 126-28, 165-67, 176, 184, 186, 188-89, 194, 254-58, 281-82 e 343-49. Vigário Geral dos Frades Menores nas — 344.
CANARIENSE, Bispo, 166-182. Diocese — 165.
CANAS DE SENHORIM, 99-100 e 105.
CARDEAL, 267. V. — MONACO (João).
CARDIGA, Comenda de, 211.
CARNEIROS (Ilha dos), 24.
CARRILLO (D. Afonso), protonotário pontifício, um dos embaixadores de Castela ao concílio de Basileia, 34-35.
CARRILLO DE HUETE (Pedro), 35 e 42.

CASA DE CEUTA, 350-51.
CASCAIS (D. Afonso de), pai de D. Isabel de Cascais, 233.
CASCAIS (D. Isabel de), mulher de D. Alvaro de Castro, 233.
CASEVEL, actual freguesia do concelho de Santarém, 7. Comenda de — 211.
CASTAÑEDA (Conde de), 36 e 190. V. — FERNANDEZ MANRRIQUE (D. Garcia).
CASTANHEIRA, Senhor de, 57.
CASTELA, 1, 3, 17, 19, 21, 31, 34-36, 40, 42-43, 53, 70, 77, 85-86, 112, 121, 128-130, 145, 176, 187-90, 192, 194, 212, 249, 258, 261, 271, 345 e 347-48. Arcebispos de — 186. Bispos de — 186. Coroa de — 85. Provincia de — 111. Rei de — 35, 93, 187-91, 214, 259-60 e 346-49. Reino de — 112, 120, 127-28, 130 e 344.
CASTELA (D. Maria de), filha de D. Fernando I e D. Leonor de Aragão, esposa de el-rei D. João II de Castela, 1-2 e 145. V. — MARIA (D.).
CASTELO BRANCO, 174.
CASTELO BRANCO (Nuno Vasques de), vedor da fazenda e do conselho de el-rei D. Duarte, 107.
CASTRO (D. Alvaro de), criado e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, 180-81.
CASTRO (D. Alvaro de), filho de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, 233.
CASTRO (D. Alvaro Pires de), pai de D. Alvaro de Castro e senhor das Alcáçovas, 180.
CASTRO (D. Diogo de), irmão de D. Alvaro de Castro, 181.
CASTRO (D. Fernando de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique e governador de sua casa e do conselho de D. João I, mais tarde Regedor da Casa do Cível, chefe da expedição henriquina de 1424 às Canárias, 5-9, 85, 120 e 231-36.
CASTRO (D. Fernando de), irmão de D. Alvaro de Castro, 180.
CASTRO (D. Fradique de), irmão de D. Alvaro de Castro, 180.
CASTRO (D. Inês de), mulher de D. Pedro I, 233 e 241.
CASTRO (D. Isabel de), irmã de D. Fernando de Castro, 6-8.
CASTRO (D. Joana de), filha e herdeira de D. João de Castro, senhor do Cadaval e Peral, casada com o 3.º conde de Arraiolos, D. Fernando, depois duquesa de Bragança, marquesa de Vila Viçosa e senhora do Cadaval, 8-9.
CASTRO (D. João de), senhor de Cadaval e Peral, 9.
CASTRO (D. Pedro de), irmão de D. Alvaro de Castro, 180.
CATALUNHA, 42.
CATANEO (Nicolau), patrão de nau genovesa, 43-44, 46 e 49-51.
CELORICO DA BEIRA, 164.
CENIVAL (Pierre de), 31.
CENTURIONE (Giovanni), factor genovês em Maiorca, 42.
CERNACHE, 211.
CERNACHE (Alvaro Eanes de), 161.
CERVEIRA (Afonso), 23 e 25.
CERVEIRA (Rui Mendes), aposentador-mor de el-rei D. Duarte, aio da rainha e dos infantes, 39, 135 e 152.
CERVIENSIS (C.). V. — CRISTÓVÃO (D.), bispo de Cervia, em Itália, referendário do papa.
CESAR, 298-99 e 323 Era de — 123, 174 e 238.
CESAR AUGUSTO, 298.
CEUTA, 5-6, 18-21, 23-25, 31, 36, 68-70, 76-78, 81, 95-96, 104-06, 116, 152-53, 155, 157-58, 160, 162, 203, 208, 212, 215, 217, 270, 272, 274, 284-85, 349 e 351-55. Capitão de — 36. Casa de — 350-51. Governador de — 5-6, 17, 36 e 68. Igreja de — 259-60. Provedor de — 352. Regedor de — 68. Senhor de — 9, 13, 38, 67,

82, 100, 102, 108, 125, 134, 145-46, 155-56, 176, 181, 210, 234, 255, 258, 276, 352 e 354. Tesouro e almoxarifado de — 105.
CHAVES, 16.
CHAVES (D. Antão Martins de), bispo do Porto, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
CHELEIROS, Senhor de, 57.
CHEVALIER (Ulysse), 315.
CHEVRIER (G.), 288.
CHIAPELLI (Luigi), 288 e 293.
CHYMBOYO (Pedro), nativo cristão da ilha de Gomeira, nas Canárias, a quem o papa Eugénio IV intitula duque, 87.
CIAMPI (Sebastiano), 293.
CICERO (Marco Túlio), 323 e 325.
CIMA-COA, 261. V. — RIBA COA.
CISMA do Ocidente, 35 e 261.
CIUDAD RODRIGO, 261.
CLEMENTE VII, Antipapa, 70 e 295.
CLEMENTINAS, 305, 330 e 335.
COELHO (Egas), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13.
COELHO (José Ramos), 271.
COIMBRA, 1, 101, 210-11 e 214. Duque de — 149. Universidade de — 228.
COINA, 242.
COMESTOR (Petrus), 336.
COMPOSTELA. V. — SANTIAGO DE COMPOSTELA.
COMS, prior de, 127-28, 130 e 186.
CONDEIXA, 211.
CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS DE S. JOÃO EVANGELISTA, 113.
CONRADO, 316.
CONSTANÇA, Concílio de, 95-96 e 259-60.
CONSTANTINO, Imperador romano, 298.
CONTELORI (F.) Prefeito dos Arquivos do Vaticano, 345.
CONTI (Patrício de), veneziano, 103.
CORDOVA, Bispo de, 184.
CORNÉLIA, Lei, 305.
CORPO DE DEUS, Festa do, 167-68.
CÓRSEGA, 111.
CORTESÃO (Jaime), 32.
CORTIÇADA, 174.
COSTA (Abel Fontoura da), 32.
COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), 40, 96-97, 113, 116, 169, 225, 227, 229, 239, 249, 255, 261, 269, 271, 278, 286-87, 290, 321 e 345.
COSTAS HOMENS, Geração dos, 99.
COTRIM (Afonso), escrivão da câmara de el-rei D. Duarte, 8, 40 e 83-84.
COUTINHO (Carlos Viegas Gago), 27.
COUTINHO (D. Fernando), bispo de Silves, 98.
COUTINHO (Gonçalo Vasques), marechal de Portugal, 214 e 219.
COVILHÃ, 163. Senhor da — 201, 206, 232 e 251-53.
COVILHÃ (Fernão de), escudeiro do infante D. Henrique, 163.
CRIADOR, 120, 137 e 336.
CRISTANDADE, 258.
CRISTÓVÃO (D.), bispo de Cervia, referendário do Papa, 96 e 98.

Copyrighted material

CUENCA, Bispo de — 34-35 e 189. Deão da sé de — 188 e 190-91.
CUNHA (D. Branca da), filha do Dr. João das Regras, esposa de D. Afonso de Cascais, 233.
CUNHA (João Alvares da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 251-53.
CUNHA (Lopo da), 353.
CUNHA (Martim Vasques da), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13 e 214.
CURIA ROMANA, 120 e 287.
CURRAL (Fr. Juán de), dominicano, professor de teologia e embaixador de Castela ao concílio de Basileia, 34-35.
CUSTODIA FRANCISCANA DE SEVILHA, 85.
CYNUS, 293. V. — PISTOIA (Cynus de).
DARQUE, 83.
DAVID, 204.
DECCIUS (Philipus), jurista, 294.
DECRETAIS, Lentes de, 228.
DELICIAS (Ilhas das), 24.
DEUS, 1, 9, 11-13, 15, 20-21, 25-26, 29-30, 33, 35, 37-38, 42-43, 66-67, 70, 72, 74-75, 77-83, 86-87, 90, 92, 94, 100, 102, 105-06, 108, 110, 114, 119, 122-23, 125, 127-28, 133-34, 136, 138, 140, 142-46, 150-51, 155-56, 158, 164, 169, 172, 174, 179, 188, 191, 198, 202-04, 206-07, 209-11, 213-16, 219-20, 227, 229, 234, 238-40, 242, 251, 254, 256, 258-60, 265, 269, 271-73, 276-77, 281, 288, 301-02, 307, 309-10, 320, 323, 325, 327, 333, 335, 339-40, 343-44, 352 e 354. Senhor — 58, 137, 141 e 258. Nosso Senhor —, 13, 64, 136, 140, 143-44, 149, 202, 204 e 251. V. — CRIADOR, JESUS CRISTO, REDEMPTOR, SALVADOR, SANTA TRINDADE e SENHOR.
DEUS (João de), canonista, 290 e 298.
DEUTERONOMIO, 332.
DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), 40-41, 92, 119, 255, 261, 270-71, 281, 286-87, 320-21, 345 e 347-48.
DIAS (Alvaro), almoxarife de el-rei D. Duarte na cidade de Viseu, 108-09.
DIAS (Alvaro), morador no Porto, 161.
DIAS (Lopo), criado do infante D. Henrique, procurador dos resíduos dos julgados de Lafões, Besteiros, Arouca, Paiva e seus termos, 154-55.
DIAS (Manuel Nunes), 23.
DIAS (Pero), escrivão, 109.
DIAS (Rodrigo), deão da sé de Braga, 246.
DIAS (Rui), testemunha na escritura de partilhas entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.
DINIS (D.) rei de Portugal, 97 e 101.
DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 22-23, 25, 28, 34, 80, 167, 205-06, 223-24, 236-37 e 254.
DIOGO (D.), bispo de Tarso, 126.
DIOGO (Frei), 216.
DOMINGUES (Frei Afonso), prior da igreja de Santiago de Santarém, 177.
DOMINGUES (João), tabelião do julgado de Parada, 154.
DOMINGUES (Gonçalo), 154.
DOMINGUES (Vicente), escrivão de el-rei D. Duarte, 64 e 135.
DONADO (Lourenço), carpinteiro das galés de Veneza, 103-104.
DORNES, 159.
DRA (Costa do), 27.
DUARTE (D.), rei de Portugal, 1, 5-6, 8-9, 13-15, 17-18, 25, 36-43, 52, 54, 66-70, 73, 75-76, 78-79, 82, 84, 86, 91-93, 95-97, 99-100, 102-08, 117, 121, 123-25, 132-37,

145-46, 150-60, 163-64, 167, 170-72, 174-76, 180-81, 192, 198-99, 201, 205-13, 218, 226-29, 233-34, 236-42, 245-46, 248, 250, 252-59, 261, 265-66, 269-76, 281, 284, 287, 322, 345--48, e 350-52. Infante — 1, 79, 99-100 e 134.
DUPRÉ-THESEIDER (Eugénio), 171.
DURANDUS (Gulielmus), 269, 298, 313-15 e 317-18.
EANES. V. — ANES.
EANES (Álvaro), escrivão de el-rei D. João I, e de el-rei D. Duarte, 12, 17, 68-69, 107, 168-69 107, 168 e 175.
EANES (Álvaro), escudeiro, recebedor em Vila Real dos dinheiros para Ceuta, 106.
EANES (Álvaro), natural de Ferreira de Aves, 157-58.
EANES (Antão), tanoeiro de Lisboa, que exercia o seu mister na Casa de Ceuta, 350-51.
EANES (Bartolomeu), escudeiro da casa do infante D. Henrique, tesoureiro em Ceuta de todos os dinheiros e coisas que, por ordem do monarca, fossem enviadas àquela cidade para seu governo, 68-69.
EANES (Estaço), 153.
EANES (Gabriel), criado do infante D. Henrique, escrivão dos resíduos do couto do mosteiro de Alcobaça, 68.
EANES (Gil), navegador henriquino, natural de Lagos a quem se atribui a ultrapassagem do Cabo Bojador, 24, 28-29, 31-34, 40 e 222.
EANES (Gil), corregedor na corte de el-rei D. João I, 123.
EANES (Gomes), casado com Catarina Anes, 65.
EANES (Gonçalo), escrivão, 101.
EANES (Gonçalo), criado de el-rei D. Duarte e depois almoxarife de el-rei D. Afonso V na cidade da Guarda, 352 e 354.
EANES (Rodrigo), criado do infante D. Henrique, 39.
EL-BEKRI, 31.
ELVAS, 210. Porto de — 152-53.
ENTRE DOURO E MINHO, 214 e 242. Comarca de — 104 e 156.
ESCRITURA SAGRADA, 270.
ESPANHA, 23, 27, 80-81, 120, 145, 166, 215 e 225. Bispo de — 289. Coroa de — 120. Rei de — 289, 298 e 314.
ESPANHA (João de), morador no Porto, 161.
ESPÍRITO SANTO, 276.
ESTEVES (Afonso), escrivão, 133.
ESTEVES (João), almoxarife das lezírias do termo de Vila Franca de Xira, 146.
ESTEVES (Rodrigo), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 180. V. — ORTIGUEIRA (Rodrigo Esteves de).
ESTREMADURA, 180.
ESTREMOZ, 13, 193, 199, 201, 204, 206-07, 210-12, 218, 220 e 226.
ESTUDOS DE PORTUGAL, Protector dos, 202.
EUBEL (Conradus), 72, 92-93, 100, 110, 241 e 344.
EUCARISTIA, 98.
EUGENIO IV, Papa, 31, 40, 69, 73, 84-87, 89-90, 92-95, 97, 110, 113-14, 118-21, 126-28, 147, 165-66, 169-73, 176, 182, 184, 186, 188, 190-91, 194-95, 206, 225, 230, 239-42, 245-46, 248-49, 254-55, 259-61, 265-66, 269-71, 276-78, 281, 283, 287, 322 e 343-48.
EUROPA, 14 e 4.
EVANGELHO, 298.
ÉVORA, 118, 124-125, 135, 145, 147, 151-55, 199, 206, 208, 210, 228-29, 238 e 350. Arcebispo de — 72. Bispo de — 72. Cortes de — 209-10, 212-13, 218 e 227. Diocese de — 71. Torre da porta de Moura — 350.

EVORA MONTE, Saboaria de, 181.
FALLETTI (L.), 298.
FANO, nas Marcas, 314.
FANO (Martinho de), 314.
FANTUCIIS (Johannes de), 303.
FARIA, 83 e 105. Castelo de — 214.
FARMEUCHO (Cristiano Vancampónio), genovês, patrão de nau, 115-16.
FARO, 123-24 e 198.
FEIRA (Castelo da), 214.
FERNANDES (Luis), escrivão, 68.
FERNANDES (Dr. Rui ou Rodrigo), professor de Direito, 208.
FERNANDES (Valentim), 23, 29, 31 e 256.
FERNANDEZ MANRIQUE (D. Garcia), conde de Castañeda, 36 e 190.
FERNANDEZ DE SANT MARTIN (Garcia), escrivão da corte de Aragão, 5.
FERNANDO (D.), O Católico, rei de Espanha, 120.
FERNANDO (D.), rei de Portugal, 9, 11, 98 e 123-24.
FERNANDO (D.), conde de Arraiolos, segundo filho de D. Afonso, 8.º conde de Barcelos, 83.
FERNANDO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, governador e regedor da Ordem Militar de Avis, 69-71, 73, 75-78, 81, 99-100, 148, 205, 209-11, e 271.
FERNANDO (Infante D.), filho de el-rei D. Duarte e de sua esposa a rainha D. Leonor, e filho adoptivo do infante D. Henrique, 205-06.
FERNANDO (D.), 3.º Conde de Arraiolos, 9.
FERREIRA, Senhor de, 32.
FERREIRA (D. Gomes), abade do mosteiro de Santa Maria de Florença, 169-70, 172-73, 239, 248 e 277-78. V. — GOMES (D.).
FERREIRA (D. Guiomar de), 11. V. — GUIOMAR (D.), Condessa.
FERREIRA (Mons. José Augusto), 241-42 e 246.
FERREIRA (João Albino Pinto), 212.
FERREIRA DE AVES, 157-58.
FERRER (Jaime), navegador espanhol, 23.
FERRO (Ilha do), Canárias, 118.
FIGUEIREDO (Abade de), Vasco Anes, 212.
FIGUEIREDO (José Anastásio de), 82.
FILIPA DE LENCASTRE (D.), rainha de Portugal, esposa de el-rei D. João I, 104 e 134.
FILIPE MARIA, duque de Milão e senhor de Génova. V. — VISCONTI (Filippo Maria).
FISICA, Lente de, 228.
FLANDRES, 32 e 42.
FLISCO (Sinibaldo), papa Inocêncio IV, 290 e 304.
FLORENÇA, 70, 72, 87, 89, 93, 95-96, 98, 112, 115, 119, 122, 127, 131, 149-50, 165, 167, 169-70, 173, 184-85, 187, 270, 277-79 e 303. Mosteiro de Santa Maria de — 70, 169-70, 172-73 e 224.
FOGAÇA (Fernão), do conselho e chanceler-mor de el-rei D. Duarte, 164.
FOLGOSINHO, 164.
FORTEVENTURA (Ilha de), arquipélago das Canárias, 85, 118, 120 e 257.
FRANÇA, 74, 224, 262, 267-68 e 275-76. Rei de — 289, 298 e 314.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 7, 9, 32, 88, 233 e 241.
FRIEDBERG, Aemilius, 262-65, 267-69, 289-90, 294-96, 299-302, 304-05, 307-12, 315-16, 323-37 e 339-43.

GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 106, 156 e 212.
GAETA, 171.
GALDO (Fr. Lopo de), provincial dos dominicanos em Castela e embaixador ao Concílio de Basileia, 34-35.
GALEAZO, genovês, 116.
GALIZA, 213.
GALVÃO (Rui), escrivão de el-rei D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, 40 e 199.
GANDINUS (Albertus), 319.
GARCIA (Pero), criado da rainha D. Filipa de Lencastre e depois escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiravam na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta, 104-07.
GARCIA DE SANTA MARIA (Alfonso), jurista, deão de Compostela e embaixador de Castela ao concílio de Basileia, 34-35, 86, 120 e 189.
GARNET BAY. V. — ANGRA DOS RUIVOS.
GENOVA, 40-41, 43-46, 48-53, 115, 117, 155 e 171. Comuna de — 43. Conselho de — 40. Conselho dos Anciãos — 44 e 50. Doge de — 40 e 43. Duque de — 44. República de — 43. Senhor de — 171.
GENTILE (Domingos), genovês, 52-53.
GERALDES. V. — GIRALDES.
GHERARDO, 314.
GIL (Fernão), escrivão, 239.
GIL (Manuel), recebedor em Vila Real das receitas para Ceuta, 106.
GIL (Martim), escrivão, 236.
GIRALDES (Afonso), do desembargo de el-rei D. Duarte, 154, 158 e 162-63.
GIRALDES (Álvaro), 153.
GLABER (Raoul), 24.
GODINHO (Vitorino Magalhães), 33.
GODINHO (Rui Pires), escrivão, 118.
GOLDAST, Melchior, 322 e 327.
GOLEGÃ, 7 e 231.
GOMEIRA, ilha do arquipélago das Canárias, 85-87, 89-90 e 182.
GOMES (D.), abade do Mosteiro de Santa Maria de Florença, 70, 225-26, 240, 242, 246 e 279. V. — FERREIRA (D. Gomes).
GOMES (Aires), vereador da cidade do Porto, 161.
GOMES (Bartolomeu), provedor dos rendimentos régios, 206, 227, 229 e 287.
GOMES (Mécia), noiva de João Álvares da Cunha e filha de Gomes Martins de Lemos, 251-53.
GONÇALEZ (Pero), porteiro da rainha D. Leonor de Aragão, 5.
GONÇALO (Conde D.), 214.
GONÇALO (Frei), mestre dos dominicanos e embaixador régio ao concílio de Basileia, 175-76.
GONÇALO (Frei), filho de João Abade e Constança Anes, 65-66.
GONÇALVES (Álvaro), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 123.
GONÇALVES (Antão), secretário do infante D. Henrique, 103.
GONÇALVES (Domingas), mãe de Duarte Vasques, 212.
GONÇALVES (Egas), morador no Porto, 160-62.
GONÇALVES (Fernão), escrivão da receita e despesa dos dinheiros que se tiram na comarca de Trás-os-Montes para serviço de Ceuta, 106.
GONÇALVES (Fernão), licenciado em Leis, 238.
GONÇALVES (João), capelão do arcebispo de Braga, 106.
GONÇALVES (João), clérigo da diocese de Braga, 129-30.

GONÇALVES (João), morador no Porto, 161-62.
GONÇALVES (João), tesoureiro-mor de el-rei D. Duarte em Lisboa, 230-31.
GONÇALVES (Maria Antonieta Flores), 210 e 227.
GONÇALVES (Martim), capelão-mor de el-rei D. João I, 98.
GONÇALVES (Martim), homem de pé do infante D. Henrique, morador no Porto, 158-59.
GONÇALVES (Martim), escudeiro do infante D. Henrique, morador no Porto, 160-62.
GONÇALVES (Pero), da casa do infante D. Henrique, 105.
GONÇALVES (Pero), alcaide das tercenas do Porto, 133.
GONÇALVES (Pero), mestre dos treus, dono de quinta nos Olivais, Beirolas, 150-51.
GONÇALVES (Pero), do conselho de el-rei D. Duarte e vedor da fazenda, 153.
GONÇALVES (Rui), escudeiro do regente D. Pedro, recebedor dos dez reais e dos dinheiros das comunas dos judeus no almoxarifado de Vila Real para Ceuta, 106.
GONZALEZ (Juan), mestre-escola da sé de Siguenza, secretário da embaixada de Castela ao concílio de Basileia, capelão e secretário de D. João II de Castela, 34.
GONZALEZ (Juan), jurista e capelão pontifício, bispo de Cádiz, antes cónego de Sevilha, 126 e 130.
GRÃ CANARIA (Ilha de), arquipélago das Canárias, 85, 89-90, 93-94, 120, 165 e 182.
GRACCUS, 306.
GRACIANO, 262-63, 269, 289, 307-11, 315-17, 325-30, 332-34, 336, 339, 341 e 343.
GRAMATICA, Lentes de, 228.
GRANADA, 43, 79, 205 e 270. Costa de — 28. Rei de — 42.
GRECIA, Imperador da, 74.
GREGÓRIO IX, Papa, 262, 264-65, 269, 289-90, 294, 303, 309, 312, 317, 326-27, 333, 336-37 e 342.
GUADALUPE, (Santa Maria de), ermida no termo de Lagos, 98.
GUARDA, 210 e 354-55. Almoxarifado da — 352 e 354.
GUER, Cabo de. V. — CABO DE AGUER.
GUERRA (D. Fernando da), arcebispo de Braga, 241-42, 244 e 246.
GUERRA (D. Pedro da), pai de D. Fernando da Guerra, 241.
GUERRA DOS CEM ANOS, 276.
GUIMARAES, 210. Julgados do almoxarifado de — 106.
GUIMARAES (Lourenço de), 68.
GUIMARAES (Lourenço de),escrivão, 133.
GUINE, 22-23, 25-26, 28-32, 40, 98, 135, 221 e 223.
GUIOMAR (D.) Condessa, avó de D. Pedro de Meneses e de D. Fernando de Castro, filha de Lopo Fernandes Pacheco e de D. Maria de Vilalobos, 6, 8, 11 e 32.
GUIPÚZCUA. V. — LEPÚZCUA e QUEPUSCUA.
GUZMAN (Luis de), Mestre Geral da Ordem Militar de Calatrava, 249-50.
HEERS (Jacques), 41-42, 44, 46, 116 e 155.
HEFELE (Charles-Joseph), 170 e 176.
HENRIQUE, 264 e 268.
HENRIQUE (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 6-7, 18, 22-23, 26, 28-32, 38-40, 42, 65-70, 72-73, 75-80, 84, 86, 91, 93, 96-97, 99-100, 102-03, 105-08, 113-14, 116, 132-33, 146, 148, 152-54, 156-60, 163-64, 167-69, 174, 177, 180-81, 189, 192, 194, 198-201, 205-08, 210-12, 218, 221, 224-29, 231-34, 236-39, 249-57, 261, 264, 266. 269, 271, 278-80, 283, 286-87, 321, 345, 350 e 352-55.

Por que se moveu o infante D. Henrique a mandar descobrir por mar a costa da Guiné, 22-26. Após porfiadas e vãs tentativas, por ordem sua o seu escudeiro Gil Eanes ultrapassa o Cabo Não, tradicional limite norte da devassa

da costa ocidental africana por mar, em 1434, — 29-32. Ainda por ordem do infante, o dito Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro de D. Henrique, no mesmo ano ou no seguinte, ultrapassam o dito Cabo 50 léguas, 33. Reclamação do reino, nas cortes de Leiria-Santarém de 1434, contra a concessão que D. João I fizera do exclusivo do fabrico e venda de sabão no país ao —, 66-67. O infante busca a anuência do rei irmão para campanha contra os mouros de Marrocos, 76-81. Privilégio régio para 10 pastores do infante que apascentam 2.000 ovelhas no couto de Alcobaça, 84. Rectificação sobre quem foi o padrinho de baptismo do —, 99-100 (nota 1). El-rei D. Duarte altera a data da feira franca anual de Tomar, a pedido do —, 102-08. Administração pelo infante dos dinheiros recolhidos para defesa e manutenção de Ceuta, 104-06 (nota) e 352-55. O infante promove a remodelação e actualização das Ordenações, Estatutos e Costumeiro da Ordem Militar de Cristo, 114-15. O infante e os lavradores e valadores das lezirias de Vila Franca, 146-47. Proposta da rainha de Aragão para o infante D. Henrique casar com uma das infantas aragonesas, 148-49. Nomeação que outrora fizera o infante de escrivão para o porto terrestre de Elvas, 152-53. Bens confiscados no Porto, por motivo de rebelião, e concedidos por el-rei D. Duarte ao —, 156-57. O monarca autoriza o infante a fazer feira franca anual em sua vila de Tarouca, 168. A igreja de Santiago de Santarém e o —, 177-80. Confirmação régia a D. Alvaro de Castro, criado e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, da doação por este de certas saboarias, 181. Parecer dado por escrito a el-rei sobre a guerra contra os infiéis de África pelo —, 201-04. Alvará de adopção do sobrinho D. Fernando e primeiro testamento em favor do mesmo pelo —, 206. Sua confirmação por el-rei, 207. D. Duarte e D. Henrique começam a preparar a campanha contra o norte de África, 208-09. Longa demanda do concelho de Santarém sobre o termo do mesmo com o —, 210-11. Queixa da cidade de Lamego em cortes por alguns indivíduos, no intuito de se eximirem aos encargos concelhios, se refugiarem, entre outras, nas terras privilegiadas do —, 218-20. Afonso Gonçalves Baldaia, prosseguindo no descobrimento marítimo da costa ocidental africana por ordem do infante D. Henrique, atinge o Rio do Ouro e o Porto ou Pedra da Galé, 221-25. Doação pelo infante a D. Fernando de Castro, governador da sua casa, do paul de Boquilobo, 232-33. Confirmação régia da dita doação, 234-36. Carta régia de privilégio a 18 homens ocupados na pesca de atuns e corvinas no Algarve, a pedido do —, 237. O infante promete 2.000 coroas de ouro, em dote de casamento, a João Alvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, 251-52. Confirmação régia do referido dote, 252-53. O monarca autoriza o infante a mandar sepultar os criados que quiser em capela da igreja da Batalha, 253-54. Armada que D. Henrique mandara, anos antes, às Ilhas Canárias para converter os seus habitantes à fé cristã e à amizade com Portugal, 255-58. Súplica do infante ao papa Eugénio IV a favor do clérigo viseense João Nunes, seu familiar e comensal, 280. Outra súplica do mesmo ao dito pontífice, em benefício de Martim Pais, familiar e capelão do —, 283. V. — NAVEGADOR.

Pessoal seu: 5-12, 29-34, 38-40, 65-69, 108-09, 133, 153-55, 158-62, 163, 164, 174-75, 180-81, 193, 198-200, 212, 226, 250-52, 280 e 283.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, irmão da infanta D. Leonor, esposa de el-rei D. Duarte de Portugal, 4, 136, 149-50 e 170-71.

HERIMIDES (Abade de). V. — BOCANEGRA (Pedro).

HOFFMANN (Emanuel) 325.

HOMEM (Heitor), companheiro de Afonso Gonçalves Baldaia no descobrimento da costa ocidental africana, 223-24.

Copyrighted material

HOMEM (D. João), bispo de Viseu, 99.
HOMEM (João Nunes), tesoureiro do cabido da sé de Viseu, 280.
HOMEM (Pedro Nunes). V. — HOMEM (Pero Nunes).
HOMEM (Pero Nunes), escudeiro da casa de el-rei D. Duarte e sobrinho de D. João Homem, 99-101.
HOMENS, 224. Geração dos — 99.
HOSPITAL (Prior do), 13. V. — ORDEM DO HOSPITAL DE S. JOÃO DE JERUSALÉM.
HOSTIENSE, 304. V. — HOSTIENSIS.
HOSTIENSIS, 262, 265, 268, 304, 308 e 340-41.
HOSTIENSIS (Cardinalis), Henricus de Segusio, 304-05. V. — HOSTIENSIS e SEGUSIO (Henricus de).
HUESCA, 43.
HUSS (João), 172.
IGREJA, 84, 172, 203, 205, 336, 339 e 341. — de Deus, 92 e 255. — Romana, 298 e 303. Santa — 169.
IGREJA DO CORVO, 97.
ILHAS (Diogo Afonso das), 178.
IMPÉRIO ROMANO, 286.
INDIA, 155.
INDIAS, 24.
INFERNO (Ilha do) ou de Tenerife, no arquipélago das Canárias, 24 e 256.
INGLATERRA, 107, 117, 214, 262, 268 e 275-76. Rei de — 298.
INOCÊNCIO IV, Papa, 269, 290-95, 300-04, 306, 308, 310, 315, 318, 329, 331, 335, 337-38 e 341-42.
INQUIRIÇÕES RÉGIAS, 101.
ISABEL, rainha de Espanha, mulher de Fernando o Católico, 120.
ISABEL (Infanta D.), filha de el-rei D. João I e da rainha D. Filipa de Lencastre, duquesa de Borgonha, 135.
ISABEL (Infanta D.), filha de D. Afonso, conde de Barcelos e esposa do infante D. João, filho de el-rei D. João I, 82.
ISAAC, 203.
ISERNENSIS (Andreas). V. — ISÉRNIA (André de).
ISÉRNIA (André de), 315-16 e 319.
ISLÂNDIA, 24.
ISMAEL, 337.
ISORNA (D. Alvaro de), bispo de Cuenca, um dos embaixadores de Castela ao concílio de Basileia, 34-35 e 289.
ITALIANO (Jofredo), mercador genovês residente em Maiorca, 41-42.
JACOB, 203 e 308.
JAVIERRE MUR (Aurea), 171.
JEAN MAYEN, ao norte da Islândia, 24.
JESUS CRISTO, 25, 32, 35, 40, 69, 86, 88, 91, 121, 129, 147-48, 177, 187, 191, 203-04, 225, 239-41, 246, 248, 254, 256, 259-60, 262-63, 267, 270-72, 278, 281-82, 288, 301-02, 338-41, 344, 346-47 e 349. Nosso senhor — 5, 12, 17, 22, 25-26, 39, 64-65, 81, 83, 101, 109, 135, 145, 147, 157, 162, 180-81, 194, 211, 236, 239, 252, 284-85, 352 e 354-55. — Salvador, 265. Senhor — 84. Vigário de — 286 e 301.
JESUS NAZARENO, 87.
JOANA (D.), rainha de Nápoles, 148 e 171.
JOANA (D.), infanta aragonesa, 148-49.
JOÃO (D.) 181.

JOÃO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, condestável do reino, regedor e governador do mestrado de Santiago da Espada, 70, 75-76, 79, 82, 181, 208, 271 e 287.
JOÃO (Infante D.), filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, 233 e 241.
JOÃO (Mestre). V. — VICENTE (D. João), bispo de Lamego e depois de Viseu.
JOÃO I (D.), rei de Portugal, 8, 11, 13-15, 18, 26, 37, 66-67, 69-70, 73, 75, 78, 83, 92, 95-96, 98, 100, 102-05, 107, 113-14, 116, 123, 133-34, 136-37, 148, 150, 163-64, 174-75, 180, 203, 205, 211-12, 227-28, 233, 238, 241, 244, 255-61, 270 e 272.
JOÃO II (D.), rei de Portugal, 6 e 102-03.
JOÃO II (D.), rei de Castela, 3, 24, 31, 34-35, 42-43, 86, 145, 187-88, 190-91, 260 e 346-49.
JOÃO III (D.), rei de Portugal, 6, 9, 67 e 82-83.
JOÃO XXII, Papa, 71.
JOÃO (Pedro), castelhano, doutor em Leis, 190 e 192.
JORDÃO (Levy Maria), 348.
JORGE (Vasco), servidor do infante D. Henrique, recebedor dos 10 reais para Ceuta na cidade de Braga e termo, nas terras de Vermoim, Faria, Penafiel de Bastuço, Vila do Conde, Póvoa e demais lugares e julgados do almoxarifado de Guimarães, 105.
JUDEIA, 341.
JUDIARIA NOVA DE LISBOA, 244.
JULIÃO, 293, 306 e 335.
JUSTINIANO, imperador do Império Romano do Oriente, 5.
KANTOROWICZ (H.) 319.
KERHALLET (Philippes de), 27.
KROLL, (Guilelmus), 288, 306 e 320.
KRUEGER (Paulus), 291-96, 300, 305-06, 309, 312-13, 317, 319, 324, 326, 329-30, 335, 337 e 341-43.
KURTSCHEID, O. F. M. (Bertrand), 289.
LAFÕES, Julgado de, 153-55.
LAGEOSA, 99-100.
LAGOS, 28, 32, 98 e 103-04.
LA HAIE, 266.
LALIM, no concelho de Lamego, 218.
LAMEGO, 210, 218 e 261. Almoxarifado de — 108. Bispo de — 113-14 e 278.
LAMEIRO, propriedade no termo de Leiria, 65.
LAMPUGNANO (Oldrado de), lugar-tenente do duque ou doge de Génova e do respectivo Conselho, 40-43, 46, 48-51, 53-54, 116-17 e 155.
LANÇAROTE, capitão, 9.
LANÇAROTE (Ilha de), no arquipélago das Canárias, 92, 118, 120-21, 165 e 257.
LAS CASAS (Guillén de), 86, 118-19 e 257.
LATRÃO, Concílio de, 72.
LEÃO, 187. Rei de — 35, 187, 189-91, 260, 346-47 e 349. Reino de — 112.
LEÃO, Papa, 309.
LECANELO (Baptista), patrão de nau genovesa, 43-44, 46 e 49-51.
LECLERCQ (Dom H.), 170 e 176.
L'ECLUSE, 46.
LEFEBVRE (Ch.), 304.
LE GRAS, 27.
LEI MENTAL, 8, 13-15, 36-37, 54, 82 e 206-07.
LEIRIA, 65 e 253. Cortes de — 66.

Copyrighted material

LEIS, Lentes de, 228.
LEITE (Duarte), 25 e 222-23.
LEMOS (Gomes Martins de), pai de Mécia Gomes, 251 e 253.
LENCASTRE (D. Filipa de). V. — FILIPA DE LENCASTRE (D.).
LEON. V. — LEONENSE, Bispado.
LEONENSE, Bispado, em Espanha, 166.
LEONOR (D.), rainha de Aragão, viúva de el-rei D. Fernando de Aragão e filha de D. Sancho de Castela, 1 e 5.
LEONOR (D.), infanta de Aragão e mulher de el-rei D. Duarte, filha de Fernando I de Aragão e de D. Leonor, filha de D. Sancho de Castela, 1-2, 31, 79, 134, 150, 171, 205, 233 e 235.
LEONOR (D.), rainha de Portugal, esposa de el-rei D. Fernando, 123.
LEONOR (D.), infanta aragonesa, 148-49.
LEORCADEO (Benedicto), genovês, 116.
LEPAS (Casal das), 178-79.
LEPUZCUA, 166.
LERIDA, Bispo de, 79 e 205.
LETRAS PONTIFICIAS. V. — BULAS e outras Letras Pontifícias.
LEVANTE (Mar do), 28.
LIBARIENSE (Bispo), Fr. João de Baeza, 93 e 110.
LIBIA, Desertos da, 27.
LIGNANO (João de), jurista, 295, 297, 302-03, 312-13, 315 e 317.
LIGNOLIS (Francisco de), genovês, 52-53.
LIMA (Alvaro Rodrigues de), senhor da terra de Valdevez, 57.
LIMA (Leonel Rodrigues de), irmão de Alvaro Rodrigues de Lima, 57.
LIMA (Fernando Eanes de), avô de Alvaro e de Leonel Rodrigues de Lima, 57.
LIRA (Lopo Gomes de), 215.
LISBOA, 8, 16, 32, 64, 68, 97, 99-101, 103-09, 115-17, 120, 124-125, 150, 158, 171, 174, 180, 199-200, 210, 213-14, 219, 227, 229, 233, 244, 266, 271, 278, 287 e 350-51. Arcebispo de — 92, 96 e 147-48. Cardeal de — 100. Casa de Ceuta em — 350-51. Casa de Santo Elói em — 113. Castelo de — 99-100. Fronteiro-mor de — 70. Judiaria Nova de — 244. Mosteiro de S. Bento — 225-26. Rua Nova de — 244. Sé de — 97 e 225. Universidade de — 202 e 228.
LISBOA (João de), 109.
LOBO (Francisco Miranda da Costa), 352.
LOBO (Fr. Gil), franciscano, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, Mestre em Teologia e Ministro Provincial da Província Minorítica de Portugal, 175-76 e 259.
LOBO (D. Maria), mãe de D. Alvaro de Castro, 180.
LOGIGA, Lentes de, 228.
LOIOS, 113. V. — CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS DE S. JOÃO EVANGELISTA.
LOMBARDIA, 297.
LONDRES, 45-46, 48 e 116-17
LOPES (Fernão), escrivão da puridade do infante D. Fernando, guarda das escrituras do Tombo e cronista, 13, 70, 99 e 100-01.
LOPES (D. Guiomar), 11. V. — GUIOMAR (D.), Condessa.
LOPES (José da Silva), 98.
LOPES (Pero),tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique, 65.
LOPES (Rui), escrivão, 124.
LOT, 328.
LOULÉ (Gonçalo Vaz de), criado de el-rei D. Duarte e seu almoxarife nas lezírias, 146.

Copyrighted material

LOUREIRO (José Pinto), 99.
LOURENÇO (Afonso), morador no Porto, 161.
LOURENÇO (Geraldo), tabelião público de Azurara e Senhorim, 101.
LOURENÇO (João), alcaide da Guarda, 108.
LOURENÇO (João), procurador de Frei Gonçalo, em partilhas, 65.
LOURENÇO (Pedro), provedor das coisas da cidade de Ceuta no Porto, 106.
LOURENÇO (Pero), contador de el-rei D. Duarte nos almoxarifados de Viseu e de Lamego, 108.
LOURENÇO (Vasco), capelão-mor de el-rei D. Fernando, 98.
LOURINHO (João Esteves), sogro de Gonçalo de Pina, 238-39.
LUCANO, 28.
LUCENA (Dr. Vasco Fernandes de), embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
LÚCIO, 338.
LUCULLI (Leonel Spinola di). V. — SPINOLA (Leonel).
LUNA (D. Álvaro de), condestável de Castela e conde de San Esteban, 36, 145, 190 e 192.
LUNA (D. Juan de), bispo de Cádiz e depois de Toledo, 126.
LUNA (D. Pedro de), antipapa Bento XIII, 110, 183 e 344.
MAÇÃO (João Vasques), rendeiro das propriedades da condessa D. Guiomar e natural da Golegã, 7.
MADEIRA (Ilha da), 24 e 194-95. Arquipélago da — 28.
MAFRA, 117.
MAGESTADE DIVINA, 118.
MAIA (Martim da), vedor da fazenda de el-rei D. João I, 123.
MAIORCA, 24, 42 e 155. Bispo de — 119.
MALAFAIA (Pedro Gonçalves), vedor da fazenda, 42-43.
MANGANCHA (Diogo Afonso), Lente de Leis na Universidade, embaixador de Portugal ao concílio de Basileia, 175-76 e 259.
MANRIQUE (Rodrigo), 43.
MANUEL (Pedro), do conselho de D. João II de Castela, 36.
MAOMETANA (Seita), 339.
MARABOTO (António), genovês, 116.
MARABOTO (Franco), genovês, 115-17.
MARCAS, 314.
MARIA (D.), filha de D. Fernando I e D. Leonor de Aragão, esposa de el-rei D. João II de Castela, 1-2 e 141.
MARINESCU, Constantino, 171.
MARINI (Mário), Prefeito dos Arquivos do Vaticano, 348.
MARINIS, 44.
MARINIS (João de), comissário genovês, 43-46 e 48-51.
MARINIS (T. de), 171.
MARQUES (João Martins da Silva), 18, 23, 29, 69, 86, 104-05, 107, 116-17, 120, 124, 132, 158, 164, 189, 198, 201, 205, 207, 212-13, 227, 229, 238, 271, 284, 348 e 350.
MARROCOS, 27, 76, 78-79, 201, 205-06 e 270.
MARTINHO V, Papa, 85, 93, 111, 120, 173, 182-83, 225, 269-71 e 384.
MARTINHO DE BOÉMIA. V. — BOÉMIA (Martinho de).
MARTINS (Fernão), 10.
MARTINS (Luís), do desembargo de el-rei D. Duarte, 154, 158 e 162-63.
MARTINS, S. J. (Mário Gonçalves), 97.
MARTINS (Vasco), pescador do infante D. Henrique, 132-33.

Copyrighted material

MARX (Carl), 23.
MATOS (Afonso de), alcaide do mar na cidade do Porto, 132.
MAUNY (Raymond), 24, 27, 30-31, 155 e 223.
MAURICIO (Domingos). V. — SANTOS S. J. (Domingos Maurício Gomes dos).
MEDINA DEL CAMPO, 1, 5 e 43.
MEDINA-SIDÓNIA (Duque de), conde de Niebla e senhor do porto de Sanlúcar de Barrameda, 24 e 31.
MEDITERRANEO, 42.
MEIRA (Galebo de), mouro, residente em Évora, 151-52.
MELO, 164.
MELO (Gonçalo Vaz de), avô de Martim e de Pero de Melo, 57.
MELO (Martim Vaz de), senhor de Povos, de Castanheira e de Cheleiros, 57.
MELO (Pero Vaz de), irmão de Martim Vaz de Melo, 57.
MENDES (Garcia), ouvidor do infante D. Henrique na correição da Beira, 153.
MENDES (João), corregedor da corte de el-rei D. João I, 96.
MENDES (Luís), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 174.
MENDONÇA (Henrique Lopes de), 32.
MENESES, 37.
MENESES (D. Duarte de), filho do conde D. Pedro de Meneses, 32, 36-37 e 224.
MENESES (D. Fernando de), pai de D. Telo de Meneses, 156.
MENESES (Conde D. Pedro de), capitão de Ceuta, 2.º conde de Viana do Alentejo e 4.º de Vila Real, 5-8, 11, 14, 17-18, 32, 36-37, 68-69, 76, 158, 162, 198-99 e 214. Ordenação de el-rei D. Duarte ao — 17.
MENESES (D. Telo de), criado de el-rei D. Duarte, 156-57.
MERCADET (João), doutor em Leis, bailio geral do reino de Valência, 169.
MERÊA (Paulo), 14, 121, 207 e 258.
MESSINA, 147.
MESTRE DE AVIS, 70 e 100.
MEZAVACHIS (Bartolomeu de), cardeal, 303.
MIDDELBOURG, 46.
MIGNE, 299, 308, 327, 331 e 336.
MILÃO, 295. Duque de — 171.
MÓDENA, 314.
MOISÉS, 204 e 326.
MOMMSEN (Theodorus), 289-93, 297-301, 305-07, 311-14, 316-17, 323-25, 328-32, 334-38 e 340-43.
MONACO (João), 267.
MONÇÃO, 214.
MONCORVO, 104.
MONFORTE (Fr. Manoel de), 98.
MONTEMOR O NOVO, 181, 210, 231, 233, 236-37 e 239.
MORIMUNDO (Abade de), 249.
MOROQUINO (João), presbítero de Valência, 194-97.
MOTA (Avelino Teixeira da), 23.
MOYA (Fr. Francisco de), Vigário Geral dos franciscanos nas Canárias, depois bispo de Rubicão, 93, 110 e 343-44.
MUGELLANUS (Dynus), 294.
MÜNZER (Jerónimo), 221-222.
MÚSICA, Lente de, 228.
NAPOLES, 115-17, 171, 314 e 322. Reino de — 148 e 170-71.
NAUCLÉRIO, escrivão de nau de Génova, 40-41.

Copyrighted material

NAVARRA, Rei de, 149-50 e 170-71.
NAVARRA (D. João de), rei de Navarra, 4.
NAVEGADOR, cognome do infante D. Henrique, 23, 28-31, 40, 76, 100, 105, 114, 120, 148, 180, 205-07, 254 e 350.
NEIVA, Castelo de, 214. Condado de — 83. Terras de — 83.
NICOLAU V, Papa, 30.
NIEBLA (Conde de), 31. V. — MEDINA-SIDÓNIA (Duque de).
NINO (Pedro), conde de Buelna, 36.
NONY (Guilherme), inglês, morador em Bristol, 107.
NOSSA SENHORA, 144.
NÚBIA, 29.
NUNES (Estêvão), tabelião de el-rei em Viseu, 101.
NUNES (João), clérigo de Viseu, 279-80. V. — HOMEM (João Nunes).
ÓBIDOS, 69, 82-83, 134 e 254.
ÓBIDOS (Estêvão de), almoxarife das tercenas de Lisboa, 125.
OCIDENTE, 46, 276 e 304.
OEIRAS (Reguengo de), 233.
OLDRADO. V. — OLDRADUS.
OLDRADUS. V. — PONTE (Oldradus de).
OLHOS NEGROS, 1.
OLIVAIS, actual freguesia de Lisboa, 150-51.
ORDEM CISTERCIENSE, 184 e 249.
ORDEM DOS CISTERCIENSES, 278-79.
ORDEM DE CRISTO, 23 e 177. V. — ORDEM DE JESUS CRISTO.
ORDEM DO HOSPITAL DE SÃO JOÃO DE JERUSALÉM, Prior da —, 215.
ORDEM DE JESUS CRISTO, 23, 29, 32, 70, 76, 78, 114, 211 e 261. Doação da vintena da Guiné à — 29. Governador da — 201 e 206. Ordenações, Estatutos e Costumeiro da — 113-14.
ORDEM DA MILICIA DE JESUS CRISTO, 113. V. — ORDEM DE JESUS CRISTO.
ORDEM MILITAR DE ALCANTARA, 249.
ORDEM MILITAR DE AVIS, 69, 73, 76, 78 e 249. Mestrado da — 69-71 e 75. Mestre da — 73 e 76.
ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 71 e 261. Estatutos da — 114. Mestre da — 70. Mestre Geral da — 249.
ORDEM MILITAR DE SANTIAGO, 70. Mestrado da — 75 e 96.
ORDEM DE MONTESA, 249.
ORDEM DE SANTO AGOSTINHO, 93.
ORDEM DE S. BENTO, 248.
ORDEM DE S. FRANCISCO, 128. V. — BAEZA (Fr. João de), CANARIAS, CUSTÓDIA FRANCISCANA DE SEVILHA, LOBO (Fr. Gil) e MOYA (Fr. Francisco de).
ORDENAÇÕES RÉGIAS, 205. — Afonsinas, 13-15, 54 e 206. — Filipinas, 13-14 e 54. — Manuelinas, 13-14 e 54.
ORDENS MILITARES, 70.
ORDINARIO, 194.
ORENYS (Conde de), 148-49.
ORIA (Tedisio de), genovês, 24.
ORIENTE, 42.
ORTIGUEIRA (Rodrigo Esteves de), escudeiro e depois cavaleiro do infante D. Henrique, 180.
OURÉM (Condes de). João Fernandes Andeiro, 241. João Afonso Telo, 7 e 11.

4.º —, filho de D. Afonso, conde de Barcelos, 79 e 82-83. 5.º — 175-76, 239 e 259.
OUREM (Condes de), 15.
OUREM (Condessa de), D. Guiomar, 14 e 32.
OVETENSE, Bispado de Oviedo, 166.
OVIEDO. V. — OVETENSE, Bispado.
PACHECO (Diogo Lopes), 14.
PACHECO (Gonçalo), tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, escudeiro do infante D. Henrique, 105 e 116.
PACHECO (João Fernandes), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13.
PACHECO (Lopo Fernandes), fidalgo da casa de el-rei D. João I, irmão de João Fernandes Pacheco, 13 e 32.
PAÇO (Martim Afonso do), contador da comarca de Trás-os Montes, 106.
PADUA, 303 e 322.
PAIS (Martim), capelão e familiar do infante D. Henrique, reitor da igreja paroquial de S. Julião de Cambra, 283.
PAIVA, Julgado de, 154-55.
PALA, 99-100.
PALÊNCIA. V. — PALENCIENSE, Bispado.
PALENCIENSE, Bispado de Paléncia, 166.
PALERMO. V. — PANORMITANUS, Bispado.
PALMA (João de), 116.
PAMPILONENSE, Bispado de Pamplona, 166.
PAMPLONA. V. — PAMPILONENSE, Bispado.
PANORMITANUS, Arcebispo de Palermo Itália, 264.
PARADA, Julgado de, 154.
PARNASO (Monte) 28.
PASSAROS (Ilha dos), 24.
PARIS, 25.
PASCOAL, Papa, 264.
PAVIA, 288.
PAY LEPA (Paul de), 83.
PEDRA DA GALÉ, 221-223. V. — PORTO DA GALÉ.
PEDRO, 307.
PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, depois regente do reino, 15-16, 23, 29-31, 39, 70, 76, 80, 98, 106, 148-49, 156-57, 171, 211, 226, 287 e 354-55.
PEDRO (D.), infante de Aragão, irmão da infanta D. Leonor, esposa de el-rei D. Duarte de Portugal, 4, 136 e 149-50.
PEDROSO (Vasco Gil de), escolar em leis, do desembargo de el-rei D. João I, 238.
PEIXOTO (Pero), criado do infante D. Henrique, casado com D. Inês de Sousa, 67.
PENAFIEL DE BASTUÇO, 83 e 106.
PENHA LONGA (Mosteiro de), em Sintra, 92.
PENÍNSULA, referida à Península Hispânica, 120.
PERAL, Senhor do, 9.
PEREIRA, 211.
PEREIRA (D. Brites), esposa de D. Afonso, 8.º conde de Barcelos, 83.
PEREIRA (Diogo), comendador-mor da Ordem Militar de Santiago e governador da casa do infante D. João, 181.
PEREIRA (Duarte Pacheco), 23-24, 26, 28-33 e 222-23.
PEREIRA (Gabriel), 80.
PEREIRA (D. Isabel), esposa de D. Alvaro de Castro, 180-81.

PEREIRA (Manuel Botelho Ribeiro), 99.
PEREIRA (D. Nuno Alvares), condestável do Reino, 13, 83 e 214.
PEREIRA (Rui), 214.
PERELHAL, 83.
PERES, V. — PIRES.
PERES (Damião), 24 e 222-23.
PEREZ EMBID (Florentino), 23, 40, 85, 118-19 e 257.
PERNIA, 166.
PERUSA, 288-89 e 303.
PICCOLOMINI (Eneas Silvio), 322. V. — PIO II, Papa.
PICTAVENSE (Concilio), de Poitiers, França, 283.
PIEL (Joseph Maria), 136 e 145.
PINA (Gonçalo de), escudeiro do infante D. Henrique, 163-64, 238 e 350.
PINA (Rui de), 42, 73, 76, 79-80, 137, 145, 171, 175, 205, 208, 210, 227, 261, 276 e 287.
PINELLI, nome de familia genovesa, 116.
PINELLI (Gregório), genovês, 115 e 117.
PINHEIRO GRANDE, Comenda de, 211.
PINU (Lourenço de), 303.
PIO II, Papa, 322.
PIRES. V. — PERES.
PIRES (Gonçalo), almoxarife na cidade de Viseu, 108-09.
PIRES (Gonçalo), corregedor no reino do Algarve, 198.
PIRES (D. Inês), mãe de D. Afonso, 1.º duque de Bragança, 83.
PIRES (Lourenço), testemunha na escritura de partilha entre Gomes Eanes e Frei Gonçalo, 66.
PIRES (Lourenço), recebedor dos dinheiros de Ceuta em Vila Real, 106.
PIRES (Luís), contador no almoxarifado da Guarda, 354-55.
PISA, 289.
PISTOIA, 293.
PISTOIA (Cino de), 293. V. — PISTOIA, Cynus de.
PISTOIA (Cynus de), comentador do Código de Justiniano, 293-94, 312 e 330.
PLASÉNSIA, Bispo de, 187-88.
POBLET (Mosteiro de), 127-28. Abade do — 186.
POITIERS. V. — PICTAVIENSE.
POMBAL, 65 e 226.
PONTE (Oldradus de), 269, 327, 337 e 339-41.
PONZA (Ilha de), 171.
PORTALEGRE, 210.
PORTEL, Saboaria de, 181.
PORTO, 99-100, 106, 132, 156, 158, 160, 210, 212, 214 e 219. Alcaide do mar da cidade do — 132. Alcaide das tercenas do — 133. Bispo do — 175-76 e 259. Câmara do — 106. Capítulos especiais do — 212-13. Diocese do — 241.
PORTO DA GALÉ, 221-22 e 224. V. — PEDRA DA GALÉ.
PORTUGAL, 1-2, 9, 26, 31, 33-34, 40-41, 43-48, 50-53, 67, 69-70, 86, 92-93, 96, 103, 107, 113, 116, 119-121, 130, 135-36, 148, 150 169-73, 176, 188-89, 214, 225, 239, 246, 248-49, 254-61, 264, 267, 270-71, 278, 280 e 352. Coroa de — 281 e 346. Rainha de — 1, 147, 149 e 172. Rei de — 9, 11, 13, 38, 40, 52-54, 82, 91-92, 96, 100, 102, 108, 115-16, 125, 134, 145-46, 155-56, 173, 176, 181, 210, 234, 239-41, 246, 248, 255-56, 258-60, 262-63, 266, 270, 272-73, 276, 278, 281, 287, 346, 348, 352 e 354. Reino de — 97, 176, 225, 267 e 283.
PORTUGALLIAE MONUMENTA HISTORICA, 97.

POVOA, 106.
POVOS, Senhor de, 57.
PRATOVECCHIO (António Minucci da), jurista bolonhês, 285, 287-88, 290, 304, 312, 315-16 e 320.
PRATOVETERE (António de). V. — PRATOVECCHIO (António Minucci da).
QUEPUSCUA, Guipúzcua, Espanha, 166.
RAPOSEIRA, 103-04. Conselho da — 103.
RATES, 83.
RAU (Virgínia), 102, 167 e 233.
RAYNALDUS, 348.
REDEMPTOR, 273.
REDONDO, Saboaria de, 181.
REFOIOS (Mem Rodrigues de), pai de Luís Mendes, 174.
REGO (Gonçalo do), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 250.
REGRAS (Dr. João das), 10,13 e 233.
REI DA BOA MEMÓRIA, 96 e 104. V. — JOÃO I (D.), rei de Portugal.
REI ELOQUENTE, cognome de el-rei D. Duarte, 175.
REPÚBLICA DE S. MARCOS, 103.
REZENDE (Maria de), mãe de D. Isabel Pereira, esposa de D. Alvaro de Castro, 181.
RIBA-COA, 174.
RIBEIRA DE LITEM, termo de Leiria e Pombal, 65.
RIBEIRA DE SANTAREM, 250.
RIBEIRA DE VIDE, 163-64.
RIBEIRO (João Pedro), 9, 18, 82, 156, 210 e 213.
RIMINI, Bispo de, 184.
RIO DO OURO, na costa ocidental de Africa, 24 e 221-23.
RITIIS (L.), 170.
ROBERTO, imperador da Alemanha, 298.
ROBERTO, 314.
RODOLFO, rei da Alemanha, 298.
RODRIGO (Diogo), castelhano, doutor em Leis, 190 e 192.
RODRIGO PIMENTEL (D. ALFONSO), conde de Benavente, 190 e 192.
RODRIGUES (Catarina), sogra de Rodrigo Eanes, criado do infante D. Henrique, residente em Setúbal, 39.
RODRIGUES (João), deão da sé de Lisboa, 225.
RODRIGUES (Nicolau), escrivão, 125 e 135.
RODRIGUEZ (Bartolomé), porteiro da rainha D. Leonor de Aragão, 5.
ROIZ. V. — RODRIGUES.
ROIZ (Paio), escrivão de el-rei D. Duarte, 37.
ROMA, 92 e 297-98. Igreja de — 177 e 242.
ROMANDIOLA, 298.
ROMÃO, lezíria no Ribatejo, 75.
ROSELLIS (António de), 287, 320, 322, 327, 334, 340 e 343.
RUA DIREITA, em Viseu, 100.
RUBICÃO, na ilha de Lançarote, Canárias, 165.
RUBICÃO (Bispo de), D. Fernando de Talmonte ou Calvetos e Fr. Francisco de Moya, 92-93, 118-19, 121, 126-131 e 343-44. Bispado de — 344. Catedral de — 93. Diocese de — 110.
RUBICENSE, Bispo, 166, 182 e 257. Diocese — 165.
RUBICON. V. — RUBICÃO.
RUMEU DE ARMAS, 23.

Copyrighted material

SÁ (Ayres de). V. — VASCONCELOS (Aires Augusto de Sá Nogueira e).
SAARA, 223.
SACARABOTAO, campo do actual Ribatejo, 75.
SACRAMENTOS, 97-98.
SALICETO (Bartolomeu de), 293.
SALVADOR, referido a Jesus Cristo, 87, 277 e 341.
SALVATERRA DO CAMPO DE SANTAREM, 205.
SALVATERRA DE MAGOS, 73, 75, 205, 209 e 211. Comenda de — 211. V. — SALVATERRA DO CAMPO DE SANTAREM.
SALVO-CONDUTO. V. — BULAS e outras Letras Pontificias.
SAMARIA, 341.
SANCHO (D.), rei de Portugal, 101.
SANDOVAL (Gutierre de), cavaleiro castelhano, embaixador de D. João II ao concilio de Basileia, 187-88.
SANDWICH, 46.
SAN FELICES DE LOS GALLEGOS, vila de Espanha, 1-3.
SANLUCAR DE BARRAMEDA (Porto de), 24 e 31.
SANTA CATARINA (Capela de), 178-79.
SANTA CLARA (Mosteiro de), 216.
SANTA MARIA, 144. Nossa Senhora — 136. Rosas de — 33.
SANTA MARIA (P. Francisco de), 113.
SANTA MARIA (D. Gonçalo de), bispo de Plasência, embaixador de D. João II de Castela ao concilio de Basileia, 187-88.
SANTA MARIA DE GUADALUPE, ermida no termo de Lagos, 98.
SANTA MARIA DA CONCEIÇAO, 102.
SANTA MARIA DE LAS DUEÑAS (Mosteiro de), 5.
SANTA MARIA DE FLORENÇA (Mosteiro de), 70, 169 e 172-73. Abade do — 225-26, 239-40, 242, 248 e 277-79.
SANTA MARIA DOS OLIVAIS, Freguesia de, 151.
SANTAREM, 7-8, 12, 17, 22, 73, 99, 101, 157, 175, 209-11, 219, 227 e 241. Câmara de — 211. Campo de — 73. Cortes de 13-14, 18, 66 e 227. Igreja de Santiago de — 177. Salvaterra do Campo de — 205.
SANTARÉM (Visconde de), 223.
SANTARÉM (João de), mercador, residente em Lisboa, 117-18.
SANTA SÉ, 89, 91, 113, 194, 241, 246 e 344.
SANTA TRINDADE, 147, 150 e 172.
SANTIAGO DE COMPOSTELA, Deão de, 34-35.
SANTO ANDRÉ, 102.
SANTO ELOI, Casa de, 113. V. — CONGREGAÇAO DOS CONEGOS DE S. JOAO EVANGELISTA, 113.
SANTO TURINO DE LEVANASTURIAS DE SANTA ILLANA, 166.
SANTOS, S. J. (Domingos Mauricio Gomes dos), 79, 201, 239, 255, 270-71, 278, 281, 345 e 348.
SÃO COLMADE (João Afonso de), 108.
S. AGOSTINHO, 308-09, 325, 327 e 331.
S. ANTONIO, 288 e 320.
S. BENTO (Mosteiro de), em Lisboa, 225-26.
S. DOMINGOS (Ermida de), na região de Lafões, 154.
S. FRANCISCO, Frade de, 98.
S. FRANCISCO (Mosteiro de),99.
S. GREGORIO, 309.

S. ISIDORO DE SEVILHA, 299.
S. JOÃO, 169, 269-70 e 327.
S. JOÃO BAPTISTA, Dia de, 164.
S. JOÃO EVANGELISTA, Congregação dos Cónegos de, 113.
S. JULIÃO DE CAMBRA, Igreja paroquial de, 283.
S. LOURENÇO DO BAIRRO, 7.
S. MATEUS, 301, 328 e 339.
S. PAULO, 72, 169 e 273.
S. PAULO (Padre Mestre Jorge de), 113.
S. PEDRO, 72, 197, 269-70, 273-74, 281, 290 e 339.
S. PEDRO «AD VINCULA», DE ROMA (Mosteiro de), 92.
S. ROMUALDO, 288 e 320.
S. TOMAS DE AQUINO, 316.
S. VICENTE, 97. Eremitério de — 98.
S. VICENTE DO CABO, 97-98. Capela e ermida de — 98. V. — CABO DE S. VICENTE.
SARA, mulher de Abraão, 339.
SARAIVA (Dr. José), 189.
SARDENHA, 111.
SARZEDAS, 174-75.
SAXOFERRATO (Bártolo de), legista do século XIV, 121, 289, 294, 296-98, 300-01, 310, 318-19, 330-31, 335, 338 e 342.
SCHULTE (Joh. Friedrich von), 322, 334 e 340.
SCOTO (João Duns), 327.
SE APOSTÓLICA, 95 e 118.
SEGUSIO (Henricus de), 304-05, 308 e 340-41. V. — HOSTIENSIS.
SEIA, 192.
SEM (Dr. João do), 68.
SENA, 322. Universidade de —, 288.
SENECA, 288.
SENHOR, referido a Jesus Cristo, 26, 35, 43, 88, 90, 94, 112, 115, 122, 128-29, 165, 183, 190, 192, 197, 241, 256, 258, 272, 277, 281, 288, 310, 327, 338 e 341. Encarnação do — 72, 87, 89, 93, 95, 131, 165, 167, 170, 173, 184-85, 187, 198, 247, 275 e 282. Nosso — 29, 79, 137, 144 e 202-03.
SENHORIM, 101.
SEQUEIRA (D. Fr. Fernando Rodrigues de), governador e regedor da Ordem Militar de Avis, 69-70 e 73.
SERRA DE EL-REI, no concelho de Peniche. Paços da —, 13.
SERRA LEOA, 30.
SERRA RAFOLS (Elías), 119.
SETÚBAL, 39.
SEVILHA, 43, 45, 53-54, 85, 119-20 e 126-27. Arcebispo de — 118 e 126. Bispo de — 93. Diocese de — 127-28, 182-83 e 186.
SEVILHA (Dr. Diogo de), frade jerónimo, castelhano, 93.
SICILIA, 40-42 e 149-50. Mar da — 52-53. Rainha de — 1 e 147-49. Rei de — 1, 265 e 268. Reino da — 170-71.
SIGISMUNDO, Imperador, 276.
SIGUENZA, Sé de, 34.
SILVA (Aires Gomes da), do concelho de el-rei D. Duarte, regedor da justiça na comarca de Entre Douro e Minho, 156 e 242.
SILVA (João Gomes da), fidalgo da casa de el-rei D. João I, 13.

Copyrighted material

SILVA (Juán de), alferes-mor de D. João II de Castela e seu embaixador ao concílio de Basileia, 34-35 e 189.
SILVEIRA (Heitor Homem da), 224. V. — HOMEM (Heitor).
SILVES, 210. Bispo de — 97-98 e 241. Diocese de — 97 e 100.
SINBAD LE MARIN (Conte de), 24.
SINTRA, 7, 32, 83, 92, 117, 134, 168, 233, 238 e 251.
SINTRA (Pedro de), 103.
SINTRÃO (Nuno Vicente), marido de Leonor Vaz, 159.
SLANE, 31.
SOARES (D. Ana), mulher de Heitor Homem, 224.
SOBREIRA FORMOSA, 174-75.
SÓCRATES, 328.
SODOMITES, 302.
SOLDEVILA (Ferran), 171-72.
SORBELLI (Albano), 288, 295, 303 e 322.
SOURE, 65.
SOUSA (António Caetano de), 1, 9, 82, 136, 176, 189, 206, 233 e 246.
SOUSA (Brites de), mulher de Heitor Homem, 224.
SOUSA (Diogo Lopes de), 209.
SOUSA (Inês de), mulher de Pero Peixoto, criado do infante D. Henrique, 67.
SOUSA (João de), escrivão, 99.
SOUTHAMPTON, 31 e 46.
SPINOLA (Leonel), comissário genovês, 43-46 e 48-51.
SPINOLA (Simão), patrão de nau genovesa, 43-44, 46 e 49-51.
STAEDLER (E.), 271.
STECCATIS (Joannes de), 240-41.
STELLING, S.-Michaud, 295 e 303.
SUAREZ FERNANDEZ (Luis), 35, 86, 176 e 187-89.
SÚPLICAS, 96 e 281. — de el-rei D. Duarte, 95 e 97. — do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, 279 e 283. — dirigida pelos embaixadores de el-rei D. Duarte ao papa Eugénio IV, 254. — de Luis de Guzmán ao papa Eugénio IV, 249.
SUSA, diocese de Turim, 304.
SUSA (Henrique de), 304. V. — HOSTIENSIS.
TALMONTE (D. Fernando), bispo de Rubicão, na ilha de Lançarote, 92-93, 119-22, 126, 128, 165-66, e 343-45. V. — CALVETOS (D. Fernando).
TALBIN, nome dado por Martinho de Boémia ao barco de Afonso Gonçalves Baldaia, 221. V. — TALVIN.
TALVIN, nome dado por Jerónimo Münzer ao barco de Afonso Gonçalves Baldaia, 221. V. — TALBIN.
TANGER, 73, 79, 106, 205, 210, 229, 270-71, 284, 287, 345 e 348.
TARAZONA (Deão de), 136.
TARF-AL-GORAB, 97. V. — CABO DE S. VICENTE.
TAROUCA, 168 e 218. Feira franca anual de — 167-68.
TARRACONENSE (Cardeal), 169.
TARRAGONA, 169. Diocese de — 127-28 e 186.
TARSO (Bispo de), 126.
TAVARES (Gonçalo de), tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, criado e escudeiro do infante D. Henrique, 105.
TAVIRA (Frei Gil de), 259. V. — LOBO (Fr. Gil).
TEIDE, Pico vulcânico de, 256.
TEIVES, 99-100.

TELES (D. Gonçalo), 1.º conde de Neiva, 83.
TELO (D. João Afonso), 1.º conde de Ourém e 4.º de Barcelos, marido da condessa D. Guiomar e alferes-mor de el-rei D. Fernando, 7 e 11.
TELO (D. João Afonso), 1.º conde de Viana do Alentejo, neto do homónimo 1.º conde de Ourém, 11.
TEMIS (Virgem), 28.
TENERIFE (Ilha de) ou do Inferno, arquipélago das Canárias, 24 e 256. Pico vulcânico de — 256.
TENTUGAL, 123 e 211.
TEOLOGIA, Lente de, 228.
TERESA (D.), mãe de D. Fernando da Guerra, 241.
TERRA ALTA, na costa ocidental de África, 23 e 31.
TERRA SANTA, 270, 274, 302-03, 321 e 338.
TIDER, 98.
TOLEDO, Diocese de, 190 e 192.
TOMAR, 159, 180, 214 e 252. Capítulo Geral de — 114. Convento de Cristo de — 113. Feira franca anual de — 102 e 167. Vigário Geral de — 177 e 180.
TORRES CAMPOS, Rafael, 90 e 126.
TORRES NOVAS, 134, 159, 231 e 233-34.
TORRES VEDRAS, 134, 277 e 285.
TOSCANA (Aldonça Martins), 151-52.
TOVAR ((Conde de), 103.
TRANCOSO, 210, Batalha de — 214.
TRAS-OS-MONTES, Comarca de, 104 e 106.
TRATADO DE PAZ E AMIZADE entre Aragão e Navarra e Portugal, 136.
TRAVA (Paúl de), no termo de Santarém, 232 e 234.
TRIGUEIRO (João Rodrigues), escudeiro de el-rei D. Duarte, escrivão do porto de Elvas, 152-53.
TULIUS CICERONIS (Marcus), 323 e 325.
TURIM, Diocese de, 304.
TUSCIE, 309, 312 e 317.
TUY, Igreja de, 259-60.
UBALDI PERUSINUS (Angelus). V. — UBALDO PERUSINO (Ângelo).
UBALDI PERUSINUS (Baldus). V. — UBALDO PERUSINO (Baldo).
UBALDO PERUSINO (Ângelo), 294 e 318.
UBALDO PERUSINO (Baldo), famoso jurista do século XIV, 288, 290, 292-93, 299, 306, 315, 317-18, 336 e 338.
UNIVERSIDADE, 202 e 228. V. — ESTUDOS DE PORTUGAL.
URBANO IV, Papa, 295.
VALBOM, 99-100.
VALDEVEZ, Senhor da terra de, 57.
VALDIGEM, nas imediações de Lamego, 218.
VALENCIA, 148-150, 169, 172 e 194-95.
VALIM (António), veneziano, 103-04.
VALLADOLID, 36.
VALLS-TABERNER (F.), 171-72.
VAN HOVE, 267, 289-90, 293-94, 296 e 322.
VAQUEIRO (João), 180.
VAQUEIROS, termo de Santarém, 7.
VARZEA, Couto da, 83.
VASCONCELOS (Aires Augusto de Sá Nogueira e), 108.

Copyrighted material

VASCONCELOS (José Leite de), 97.
VASQUES (Alvaro), homem de pé do infante D. Henrique, residente no Porto. 158-59.
VASQUES (Diogo), 251.
VASQUES (Duarte), escudeiro do infante D. Henrique, 212.
VASQUES (Gonçalo), escrivão de el-rei D. Duarte, 22.
VASQUES (João), escrivão, 218 e 220.
VASQUES (Rui), pai de Mem Rodrigues de Refoios, 174.
VATICANO, 271.
VAZ (João), escrivão, 211.
VAZ (Leonor), viúva de Nuno Vicente Sintrão, de Tomar, 159-60.
VAZ (Rui), escrivão, 147 e 201.
VELHO (Fr. Gonçalo), navegador, 23-24 e 108.
VELHO TESTAMENTO, 265 e 310.
VELLIANO, senador romano, 5.
VENEZA, 103-04 e 297.
VERLINDEN (Charles), 135.
VERMOIM, 83 e 105. Castelo de — 214.
VIANA DO ALENTEJO, 238. V. — VIANA DO ALENTEJO (Condes de).
VIANA DO ALENTEJO (Condes de). 1.º conde, D. João Afonso Telo, 11. D. Pedro de Meneses, 5-6, 17-18, 30, 68-69 e 198.
VICENTE (D. João), bispo de Lamego depois de Viseu, catedrático de medicina na Universidade, médico de el-rei D. João I e principal fundador da Congregação dos Cónegos de S. João Evangelista ou Lóios, 113-14 e 278.
VICENTE (Mestre João). V. — VICENTE (D. João).
VICENTE (Vasco), raçoeiro na igreja de Santiago de Santarém, 177-79.
VIERA Y CLAVIJO (José de), 344.
VIGARIO, 271.
VILA DO CONDE, 106.
VILA FRANCA DE XIRA, 146-47 e 211.
VILALOBOS, 32.
VILALOBOS (Gil Eanes de), 32. V. — EANES (Gil).
VILALOBOS (D. Guiomar de), 11 e 14. V. — GUIOMAR (D.) condessa.
VILALOBOS (D. Maria de), esposa de Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira, mãe da condessa D. Guiomar, 32.
VILALOBOS (Martim Vicente de), prestou serviço em Ceuta, 32.
VILALOBOS (Nuno Martim de), prestou serviço em Ceuta, 32.
VILA REAL, 106 e 210.
VILA VIÇOSA, Marquesa de, 9.
VILELA (Rodrigo Anes), servidor na corte de el-rei D. Duarte, 285.
VILLA CISNEROS, capital do Saará espanhol, 223.
VINAL, 99-100.
VIRGEM MARIA, 81, 120, 288 e 320. V. — NOSSA SENHORA e SANTA MARIA.
VISCONTI (Filippo Maria), duque de Milão e Senhor de Génova, 171.
VISEU, 99-101, 210, 224 e 279-80. Almoxarifado de — 108. Bispo de — 99, 113, 175-76 e 259. Diocese de — 113 e 283. Duque de — 114, 201, 206, 232, 251-53, 280 e 283. Sé de — 280. V. — ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU.
VITÓRIA (Mosteiro da), 253. V. — BATALHA (Mosteiro da).
VIVALDI, mercadores genoveses, 116.
VIVALDI (Caetano), genovês, 116.
VIVALDI (Dario), 155.
VIVALDI (Demétrio), genovês, 155.

VIVALDI (Francesco), 155.
VIVALDI (Galeazzo), 155.
VIVALDI (Giovanni Petro), 155.
VIVALDI (Rafael), genovês, 116 e 155.
VIVALDI (Tomás), genovês, 116 e 155.
VIVALDI (Torpeto), genovês, 115 e 117.
VIVALDI (Ugolino), navegador genovês, 24 e 155.
VIVALDI (Vadino), navegador genovês, 24 e 155.
VIVES, 327.
WADDINGUS (Lucas), 110 e 344.
WÖLFEL (Dominik Josef), 87, 90, 92, 94, 119-20, 126, 128, 182 e 184.
YDUBAREN (João Afonso de), leigo de Grã Canária, 89-90, 93-95 e 119.
YSORNA (D. Alvaro de). V. — ISORNA (D. Alvaro de).
ZACCAGNINI (Guido), 293.
ZDEKAUER (Ludovico), 288.
ZENÃO, 296 e 301.
ZURARA (Gomes Eanes de), 22-23, 25-26, 28-30, 32-33, 37, 40, 70, 76, 98, 135-36, 171, 203, 212, 221-22, 224 e 256.
ZURITA (Jerónimo), 148 e 171.

Copyrighted material

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I — Litoral africano da costa marroquina ao Cabo das Barbas e arquipélagos da Madeira e Canárias no último quartel do séc. XV. (Segundo a carta portuguesa da Biblioteca Estense de Módena), pp. IX-X.

Est. II — Página da *Crónica dos feitos de Guiné,* cód. de Paris (Doc. 8), pp. 32-33.

Est. III — Letras comendatícias do papa Eugénio IV, de 1435 (Doc. 84), pp. 176-77.

Est. IV — Doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique, em 1436 (Doc. 115), pp. 240-41.

Est. V — Letras *Litteris tuis,* do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 119), pp. 240-41.

Est. VI — Letras *Inter nonnullas,* do papa Eugénio IV, de 1436 (Doc. 120), pp. 240-41.

Est. VII — Última página dos pareceres jurídicos de 1436 (Docs. 140 e 141), pp. 352-53.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR. . . . . pág. IX
ABREVIATURAS . . . . . pág. XV
DOCUMENTOS . . . . . pág. 1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA. . . . . pág. 359
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA . . . . . pág. 365
ÍNDICE CRONOLÓGICO . . . . . pág. 391
ÍNDICE ANALÍTICO . . . . . pág. 413
ÍNDICE DAS ESTAMPAS . . . . . pág. 443

Copyrighted material

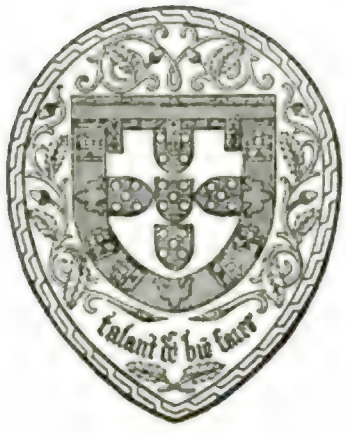
ADDENDA & CORRIGENDA

Página	*Linha*	*Onde se lê*	*Leia-se*
1	10	*Genealógica,* provas	*Genealógica,* t. 1, liv. 3, provas
24	44	em 1921	em 1291
31	20	*Maroc,* p. 207	*Maroc,* vol. 1, p. 207.
42, 43, 46, 48-52, 54 e 155		*Litterarum registri,* 1783	*Litterarum registri,* vol. 7,
79	35	demover	resolver
127	6	in fidem	in fide catholica roborandis, quam pro alijs adhuc in cecitate ignorancie persistentibus ad fidem
»	29	quadringentesimo quarto	quadringentesimo tricesimo quarto
190	31	Hermides	Herimides
194	9	Maroquino	Moroquino
241	30	*de Portugal*	*em Portugal*
269	46	cruzada rei	cruzada ao rei
288	28	Perusia	Perusa
289	20	*vita...,* II	*vita..., Apollinaris,* II, p. 110-117.

Copyrighted material

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLANTIDA», EM COIMBRA, RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPÓGRAFO JOSÉ ABRANTES MACHADO E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM 27 DE DEZEMBRO DE 1963. A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», AMBAS DE LISBOA.

Copyrighted material

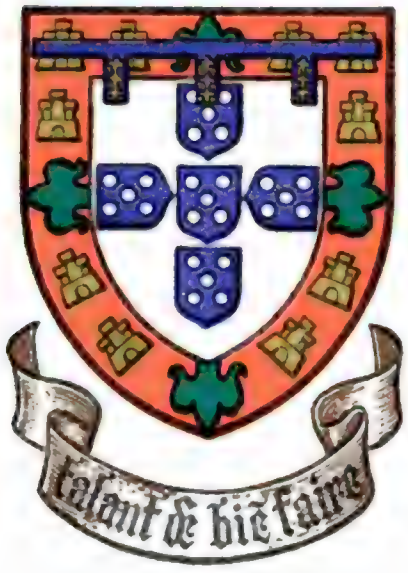

talant de bien faire

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME IX

(1445-1448)



COIMBRA

1968

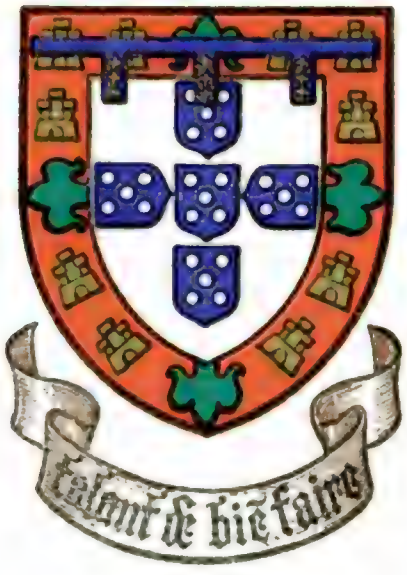
MONUMENTA
HENRICINA

Comissão Executiva das Commemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME IX

(1445-1448)



COIMBRA

1968

DIRECÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANOTAÇÃO CRÍTICA

DE

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.

Est. I. — Vista da cidade de Lisboa no século XVI
(Iluminura da *Crónica de D. Afonso Henriques*, do Museu Castro Guimarães — Cascais).

AO LEITOR

O presente volume de Monumenta Henricina *respeita à segunda metade do ano de 1445 e aos de 1446 a 1448 inclusivamente, ou seja aos últimos anos da regência do reino pelo infante D. Pedro, duque de Coimbra, e início do governo efectivo do mesmo por el-rei D. Afonso V, então de 16 anos de idade completos.*

Para a reconstituição histórica deste período da vida nacional falecem-nos, infelizmente, os livros de registo da chancelaria afonsina dos anos de 1447 e 1448. O primeiro, de 264 folhas, ainda existia em 8 de Fevereiro de 1529, mas já então não é mencionado o do ano de 1448 (1); *e em 1904 declarou Braamcamp Freire que do livro de 1447 não encontrara sequer vestígios* (2). *É lacuna deveras grave, que não julgamos preenchível pelas fontes existentes.*

No aspecto da história geral do país durante o período em referência sublinharemos, desde já, a documentação do presente volume relativa às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, para entrega do governo do reino a D. Afonso V, nos termos prescritos pelas de Torres Novas de Novembro de 1438 (3), *o qual, porém, o monarca manteve ainda então em mãos do regente D. Pedro* (4), *facto para cuja interpretação poderá contribuir o cotejamento da carta do duque de Coimbra de 30 de Dezembro de 1448 ao conde de Arraiolos* (5) *com a do citado soberano de 1449, segundo parece, ao de Castela sobre os actos do falecido D. Pedro* (6).

---

(1) Cfr. D. JOSÉ PESSANHA, *Uma rehabilitação historica*. Inventarios da Torre do Tombo no seculo XVI, pp. 300-01.

(2) *A Chancellaria de D. Afonso V*, p. 481, nota 1.

(3) Cfr. o Regimento respectivo, a pp. 265-79 do vol. 6 de *Monumenta Henricina*.

(4) Cfr. os nossos DOCS. 72, 73, 81, 90, 91 e 151.

(5) DOC. 211.

(6) BNL., *Colecção Pombalina*, cód. 443, fls. 85-89 v., editada e comentada por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, a qual será reeditada no próximo volume desta obra.

Pouco depois de haver assumido a chefia do país, em 1448, o Rei Africano aprovava, reconhecidamente, a 11 de Julho, «a boa gouernamça, sabedoria, descriçam e muy gramdes trabalhos, asy corporaees como do espritu» de seu tio e sogro, D. Pedro (7), *efectuando-se assim a mutação do cenário político do país em boa calma e compreensão mútuas; mas, pelo menos a partir de 7 do mês seguinte, começavam no Porto sintomas de organização de facções a favor do rei e do ex-regente, à guisa de incipiente guerra civil entre tio e sobrinho* (8), *depois estendidos a mais terras do reino* (9). *É possível que no Porto se devesse aquele facto, ao menos em boa parte, a eficiente actuação do escrivão da câmara municipal, Álvaro Gil, que julgamos pessoa de D. Pedro e pelo monarca mandado substituir, em carta de 5 de Setembro do mesmo ano, aduzindo embora a ilegalidade de ele se achar no cargo havia mais de três anos* (10). *De resto, era grande ali a influência do duque de Coimbra, em razão de pessoal seu lá colocado nos melhores postos da justiça e da governança.*

Por outra parte, logo surgiram numerosas reclamações, devido a injustiças cometidas pelo ex-regente D. Pedro — sublinha D. Afonso V — contra alguns criados de D. Duarte, seu pai, «e outros sseus serujdores e bem assy da rrajnha [...] *e doutros grandes de nossos rregnos da ssua ualia e acostamento», que «foram priuados jnjustamente de sseus castellos, villas e lugares e offiçios que tinham e aynda lhes fforam tomados sseus beens que aujam, asy moujs como de rraiz, sem teendo ffecta coussa algũa per que taees penas ouuessem de padeçer, senom soomente por seerem a serujço da dicta senhora rrainha ou dalgũus outros da ssua uallia e acostamento»; pelo que, em 15 de Setembro de 1448 o soberano ordenou se organizassem imediatamente os respectivos processos de reposição de cargos e restituição de bens aos ditos* (11).

---

(7) DOC. 185.
(8) DOCS. 187, 189 e 190.
(9) DOC. 192.
(10) DOCS. 187 e 195.
(11) DOCS. 198 e 199.

Copyrighted material

As medidas assumidas pelo monarca antes desta tendiam ao apaziguamento do reino, especialmente a norte do país, onde colidia o predomínio do duque de Bragança, que ali tinha seu ducado, com zona de influência política do infante D. Pedro, através de pessoal deste, por ele ali colocado em lugares de relevo e de influência, especialmente na cidade do Porto, já em vida do irmão D. Duarte, quando lá fora tratar dos preparativos da armada contra Tânger, em 1437 (12).

Demais, são sobejamente conhecidas as graves divergências existentes, havia muitos anos, entre os dois duques, sobretudo desde que D. Pedro assumiu a regência do reino, nomeadamente em razão do casamento de el-rei D. Afonso V, em 6 de Maio de 1447 (13), *com filha do regente, ao qual sempre se opusera, como é sabido, o conde de Barcelos e depois duque de Bragança. De maneira que a relevância dada pelo monarca àquele no norte, nomeadamente no Porto, a partir de Agosto de 1448, permitindo-lhe ir à cidade todas as vezes que lhe aprouvesse, mandando à câmara municipal dispensasse aos criados e servidores do duque residentes no burgo as honras e liberdades até então usufruídas, substituindo o escrivão do município por criado do duque de Bragança e, enfim, nomeando este para seu fronteiro-mor nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes* (14), *tal relevo, dizíamos, agravou sobremaneira a antiga desarmonia entre aqueles dois filhos de D. João I, em nada aliviada, aliás, pela concórdia de 12 de Novembro de 1448, celebrada por iniciativa de D. Afonso V e preparada pelo infante D. Henrique, como em seu texto se declara* (15).

---

(12) Cfr. o DOC. 145 do nosso vol. 6. Pode ver-se também A. J. DIAS DINIS, *A família de Pedro Vaz de Caminha. Novos documentos*, em «Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos», vol. 3, Lisboa, 1961, pp. 140-41.

(13) DOC. 159 do presente volume.

(14) DOCS. 188, 191 e 200.

(15) DOC. 208. Reproduzimos o documento em «fac-simile». A assinatura do infante D. Pedro mostra-se tremida; a do duque de Bragança, por demasiada débil a tinta, não conseguiu ficar na heliogravura. Sobre a concórdia pode ver-se o comentário do infante D. Pedro em nossa pág. 352 e o de el-rei em sua carta ao soberano

Vindo agora aos derradeiros anos do governo do país pelo infante D. Pedro, segundo os documentos insertos no presente volume. No aspecto internacional, vemos: que, no Setembro de 1445, o doge de Veneza disputou àquele a posse da marca de Treviso, alegando ter-lhe sido concedida e mostrando-se disposto a pagar-lhe o que ela lhe houvesse custado (16); *que D. Pedro promoveu e levou a feliz termo, com a anuência do infante D. Henrique e do duque de Bragança, não só o matrimónio do infante D. Fernando com D. Brites, filha do falecido infante D. João, mas ainda o de D. Isabel, irmã daquela, com o rei castelhano D. João II, liquidadas assim por este, através do dote respectivo, as despesas orçadas em 45.000 florins de ouro, da expedição portuguesa de 1445 em sua ajuda contra os denominados Infantes de Aragão* (17).

---

de Castela aduzida em nossa nota 6, onde o monarca português afirma também: — «mandamos ao jfante dom Amrique, meu tio, que, de nossa parte, os indusisce e prouocasce a concordia».

(16) DOCS. 44 e 109.

(17) DOCS. 50, 62, 111, 134, 138, 141 e 164 do presente volume, bem como os DOCS. 189 e 190 do nosso vol. 8. O casamento, em segundas núpcias, do soberano de Castela com a infanta portuguesa D. Isabel constituiu visível acto político de D. Álvaro de Luna, desde 1445, com mira numa aliança luso-castelhana contra o Aragão. Contudo, nem a *Crónica de Don Alvaro de Luna* nem a *Crónica del Halconero de Juan II* sublinham a interferência dele no assunto, explicitada aliás bem claramente na *Crónica de Don Juan II:* — «Bien habia cinco meses que la Reyna Doña Maria, muger del Rey Don Juan de Castilla era fallescida, y el Condestable (D. Alvaro de Luna) secretamente, é aun sin sabiduria del Rey, tenia acordado con el Infante Don Pedro, Regente de Portugal, que el Rey Don Juan casase con la Infanta Doña Isabel, hija del Infante Don Juan de Portugal. E como quiera que desto desplugo mucho al Rey Don Juan quando lo supo, porque deseaba mucho casar con Madama Regunda, hija del Rey de Francia, como el Condestable governase enteramente al Rey, el Rey no pudo escusar de hacer lo quel queria; é asi se concluyó este casamiento en la venida deste Condestable de Portugal...» (Año 1445, cap. 16, p. 633).

Também os modernos historiadores castelhanos subscrevem, com a retrocitada Crónica, a afirmação de que pretendia D. João de Castela matrimoniar-se com filha do rei de França, sem aludirem a qualquer outra opinião do monarca. Temos, porém,

As relações do regente do reino com o soberano aragonês continuaram tensas após o falecimento da rainha D. Leonor, irmã daquele, em 18 de Fevereiro de 1445. Os motivos de queixa de D. Afonso V de Aragão constam de carta sua de 4 de Janeiro de 1447, em resposta ao duque de Borgonha, que se propusera harmonizar aquele com o infante D. Pedro de Portugal. O aragonês pôs as condições seguintes: que todos os ser-

---

versão diversa e coeva do acontecimento, ao que parece, segundo a qual o rei castelhano se achava comprometido com o soberano de Inglaterra a casar com filha sua, desde que ele o auxiliara na guerra contra a França, e por conta de cujo dote recebera até, adiantadamente, avultada quantia de dinheiro, além de que ambicionava D. João II aliança do seu país com a Inglaterra. Damos a prova destoutra tese, prova não datada, mas anterior ao matrimónio daquele com Isabel de Portugal. Procurámos o original no Archivo Histórico del Ayuntamiento de Madrid; não o tendo encontrado — o que aliás não significa que não exista ali — reproduzimos o documento de miscelânea impressa. Observou o seu editor: — «Este documento, que no tiene autorización alguna, debió ser traído al Consejo (Câmara Municipal) por alguno de sus Procuradores de Cortes, para conocimiento de lo que se trataba sobre el assunto». Eis pois o texto em referência.

«A la suplicación que, de parte de todo el rregno, se fizo a su alteza para que fiziese merçed a estos sus rregnos de se casar con la señora infanta doña Ysabel de Portugal, por las rrazones que muy largamente, por parte destos rregnos, fueron dichas, el señor grand chanceller, presidente de las dichas cortes, rrespondió, de parte de su alteza, que por el grand deseo que tiene del bien destos sus rregnos e por la confianza que tiene en los procuradores de las dichas cortes, le ha mandado les de parte e declare el estado en que estaua lo del dicho casamiento, para que conozcan lo que buenamente puede fazer en ello.

E es que su alteza, tiniendo rrespecto a la conseruation destos sus rregnos, en el tiempo quel rrey de Francia le fazia guerra e que fue menester fazer declarar al rrey de Ynglaterra, su tio e hermano, en su favor, fue entre su alteza e el concertado, entre otras cosas, que se fiziese casamiento entre su alteza e la princesa de Ynglaterra, su fija, con dotte de vn quento de ducados e con promesa que, conpliendo e consintiendo el dicho casamiento, faria jurar a su alteza por principe del dicho rregno con la dicha princesa para subceder en el dicho rregno de Ynglaterra despues de los dias del dicho rrey.

E, en virtude del dicho concierto, el dicho rrey presto y anticipo una buena parte del dinero de dicho dotte; e, demas del dicho casamiento, se concerto que por la

vidores da falecida D. Leonor foragidos do país fossem nele readmitidos e reintegrados em seus bens, ofícios, dignidades, benefícios e respectivos frutos; que todos os bens de que fora espoliada a dita rainha, dinheiro, pratas, jóias, roupas e rendimentos de suas terras, desde o dia em que lhe foram subtraídos pelo regente até o da sua morte, fossem entregues ao soberano de Aragão, para ele socorrer os servidores da falecida e satis-

---

yndimnidad del dicho rrey de Ynglaterra, pues el, declarandose en favor de su alteza, auia de perder la pension que se le pagaua cada año por el rrey de Francia e el dotte e sostenimiento que se daua a su hermana, que todo junto montaba, en cada año, ciento e treynta mill ducados, que su alteza ouiese de pagar cada año la dicha suma, fasta que, por guerra e por paz, fuese rreyntegrado el dicho rrey de Ynglaterra. De la qual yndimnidad se deuen ya tres años, los quales tan bien uernan en diminuyçion de dicho dotte.

E, pues conoscian que inporta el dicho casamiento e de quand grand fruto es thener aquel rregno de Ynglaterra unido e junto con estos rregnos e con los señorios de Flandes e de quanta ynportancia es conseruar la amistad del dicho rrey de Yngalaterra, non parescia conveniente que, sin expresa confirmacion del dicho rrey de Ynglaterra, se tratase de otro casamiento e avn quel mismo rrey se contentase de casar su fija en otra parte e dexar libre a su alteza, para poderse casar como lo pedis; pues esto non consentiria syn cobrar lo que le es debido, que asciende a muy grand suma de dineros, seria rrazon que se le pagase lo debido e, asi libre ya, con el nueuo concierto a su contentamiento, faria por conseruar e entretener su amistad que, de otra manera, seria muy grand ynconueniente para estos rregnos de perder su amistad e el grand prouecho que della se puede seguir.

Por ende, que su señoria, de parte de su alteza, les rogaua e encargaua que quieran bien mirar e considerar todo lo que es dicho e auer el rrespecto que conuiene al estado de las cosas presentes e platicar entre ellos el rremedio con el qual se puedan evitar los dichos ynconuenientes, conservando la amistad del dicho rrey de Ynglaterra e faziendo lo que cunple al bien destos rregnos. E, despues de lo suso dicho, el señor grand chanceller nos dixo que, por el amor que tiene a estos rregnos e al bien dellos, avnque le non pidieramos consejo, pues que podiamos conosçer la dificultad e perplexidad del negocio, queria, como de suyo, darnos su parecer, con el qual podriamos pensar e consultar, e es que, por encaminar bien este negocio, se deuia ofrescer seruicio tal, que satisfaciese a la nescesidad, con que este seruiçio se otorgue condicionalmente, en el caso quel casamiento se faga, e non de otra manera, por que, non faziendose el casamiento, non quedeys obligados a lo que, por la dicha cabsa, se prometiere» (*Documentos del Archivo General de la Villa de Madrid interpretados y*

fazer os encargos desta; enfim, que a infanta D. Joana de Portugal, cuja adopção D. Leonor lhe recomendara antes de falecer, lhe fosse confiada para, a seu tempo, a matrimoniar convenientemente (18).

Em Ao Leitor do anterior volume de Monumenta Henricina *prometemos ocupar-nos neste do caso da infanta D. Joana, ao editarmos mais documentação a seu respeito. Publicámos ali textos relativos às diligências empreendidas pelo rei aragonês, em Abril de 1445, junto de D. Afonso V, dos infantes D. Pedro e D. Henrique, do duque de Bragança e de outras personagens influentes de Portugal, onde o monarca, escrevendo da região napolitana, julgava encontrar-se a dita sua sobrinha, para que a entregassem a emissários seus, pelo motivo acima referido. E, no caso de Portugal lha confiar, como solicitava, ele daria à infanta 500 florins de ouro e a vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, rendimentos que anteriormente doara à sua falecida mãe. Para o caso de D. Joana se encontrar ainda em Toledo, o dito soberano pediu também licença ao rei de Castela a fim de a transferir para o Aragão* (19).

Até agora, não encontrámos contestação portuguesa de ninguém àquelas missivas do soberano aragonês, subordinada, naturalmente, à

---

colleccionados por D. Timoteo Domingo Palacio, tomo 3, Madrid, 1907, pp. 13-16). Não há dúvida de que, em 1445, a Inglaterra se interessava por aproximação com Castela e o melhor processo era o do referido matrimónio. Por isso, o soberano inglês, em 9 de Agosto do dito ano, conferiu poderes ao próprio regente de Portugal para, em seu nome, negociar com Castela «bonne, ferme, loiale, seur & estable paix, amitiez, confederacions & alliances perpetueles, tant par mere come par terre» (Cfr. THOMAS RYMER, *Foedera, conventiones, litterae et cuiuscunque generis acta publica*, tomo 5, parte 1, Hagae Comitis, 1741, p. 147). Seria o processo prático de neutralizar o projecto de Alvaro de Luna e de secundar o do rei castelhano; porém Castela limitou-se a prorrogar as tréguas e João II casou com a infanta portuguesa, como desejava o omnipotente Luna.

(18) DOC. 145, sumariado também por ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, parte 2, liv. 15, cap. 44.

(19) DOCS. 177, 181, 182, 186, 187 e 188 do nosso vol. 8. Sobre Alcolea de Cinca, a noroeste de Lérida, pode ver-se PASCUAL MADOZ, *Diccionário Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, t. 1, Madrid, 1848, pp. 457-58.

resolução suprema e decisiva de D. Pedro; mas a proposta não deve ter caído bem no ânimo do regente do reino, não tanto por desejar o Rei Magnânimo, estrangeiro, apoderar-se da infanta portuguesa, quanto porque a referida vila de Alcolea, — tomada pelo rei de Aragão em vida da rainha D. Leonor para manutenção desta, precisamente em razão da confiscação dos bens e rendimentos da mesma em Portugal pelo regente e ainda agora atribuída à filha dela, D. Joana —, fazia parte integrante do dote da duquesa de Coimbra, esposa do regente do reino, desde o ano de 1428 (20).

A citada infanta ainda chegou a receber os 500 florins antes de 29 de Julho de 1445, para manutenção sua e de seus servidores, deduzidos aqueles das receitas régias das aldeias de Teruel (21); *mas parece que depois o governo de Castela a reteve no mosteiro de S. Domingos el Real de Toledo, privada dos servidores, só e sem qualquer subsídio de vida, motivo por que a rainha D. Maria de Aragão — regente do reino na ausência do marido em Itália — se interessou deveras por ela junto do rei castelhano, seu irmão, do alcaide-mor de Toledo, Pero López de Ayala, e da prioresa do dito mosteiro* (22).

Os documentos conhecidos demonstram haver-se iniciado em Castela, por Outubro de 1445, uma certa perseguição à dita infanta — pobre criança de 6 anos de idade! — e a seus servidores de ambos os sexos e da falecida rainha D. Leonor, aos quais foram tiradas as moradias que haviam em Toledo, onde padeciam grande pobreza. Ignoramos qual tenha sido a origem de tal ambiência. Apenas recordaremos haver então as melhores relações entre o regente de Portugal e o governo de Castela, onde, em vez do débil monarca, pontificavam sobretudo D. Álvaro de Luna e o marquês de Vilhena, D. João Pacheco, inimigos figadais dos Infantes de Aragão, irmãos da falecida D. Leonor, derrotados em Olmedo em 19 de Maio anterior, se bem que, naquele outono de 1445, andava a chefia

---

(20) Cfr. os DOCS. 122, 123 e 137 do nosso vol. 3.
(21) DOC. 29 do presente volume.
(22) DOCS. 51, 53, 55, 56, 60 e 66.

política de Castela ainda mais cindida em bandos rivais, revoltado o próprio príncipe herdeiro contra o monarca e em que figuravam até descendentes dos exilados portugueses de 1398 (23).

Conta a rainha aragonesa que, instado o regente de Portugal pelo soberano de Castela para que desse guarida no país ao pessoal português ali homiziado, D. Pedro mandara lista do que admitia no reino e do que excluía dele, sublinhando, quanto ao último, que «se partan de allj e vayan a buscar sus partidos», — no dizer daquela soberana. Não deixou esta compassiva senhora — sempre dedicada aos portugueses em tal transe — de formular ásperos comentários à atitude do encarregado do governo de Portugal:

— «E de aquesto sta la dicha senyora muy marauillada, por muchos sguardes; lo vno, por que no se sabe que estos hayan fecho tal errada, por que su peccado sea jrremissible, car, sigujendo la rreyna en tal tiempo e caso, ellos creyen façer bien, nj encara se veya que, por esto, hayan fecha errada; car muller era de su rrey e senyor, que fue, e madre de su rrey e senyor, quj es. E, que no fues otra rreyna en qui esto no concorriesse, mas fuesse strangera, seruiendola en tal caso, les deuria seer reputado a generosidat de animo e gentileza. Mas que estos no son de tanto stado e manera que, stando en Portogal, pudiessen hazer al jnfante don Pedro danyo njn deseruicio; e tanto menos lo farian, quanto ell mas liberalmente se houiesse con ellos. Ante deue sperar que, pues sin obligacio, los mas dellos seguieron la rreyna e passaron los treballos que por ella han passado, solamente cuydando vsar de gentileza, mucho mas bien se hauran deuers ell, pues que, exiliados, los restituesce. Car, no es de presumjr que le sean desconocidos de vn tal beneficio». Especial desumanidade se afigurava à rainha a exclusão do país das donas e donzelas em causa: — «Jtem, paresce a la dicha senyora huna gran jnhumanjdat

---

(23) Cfr. *História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, Madrid, 1964, pp. 181 e ss. O ano passado examinámos o Arquivo do Mosteiro de S. Domingos el Real de Toledo, onde porém não encontrámos eco destes acontecimentos, entre a correspondência ali conservada.

desterrar e ayrar duenyas e donzellas, qui naturalmente no han defension nj pueden ne discoriendo por el mundo sin gran notamente e jnfamja de qui assi las fiziesse yr» (24).

Isto dizia a referida rainha ao rei de Castela, em Memorando de 11 de Outubro de 1445, em que lhe solicitava «quanto con mayor affeccion pueda, que quiera tornar a enujar al dicho jnfante e encargarse con ell que, asi por sguart de Dios como por su mismo honor, quiera dar lugar que todos ellos e ellas tornen e les faga restituir todo lo suyo, con que puedan passar. E, entretanto, que su ssenyoria no quiera sostener que ellos passen fretura de res, mas les mande tornar las posadas e donar pera que se mantengan» (25). *E, noutro Memorando da mesma data, em que a rainha recomenda também o assunto ao alcaide de Toledo, Pero Lopez de Ayala: — «que den posadas als dits portogalesos e portogalesas, francas, e los tracte fauorablament»* (26).

Não conhecemos a lista acima referida do regente D. Pedro sobre o pessoal por ele aceite e rejeitado no reino. Entre o segundo parece-nos figurarem, porém, os freires da Ordem do Hospital Fr. Fernando e Fr. Pedro de Góis, filhos do falecido Prior do Crato D. Fr. Nuno Gonçalves de Góis, dedicadíssimos à rainha D. Leonor (27), *e Cide de Sousa. Este, familiar e servidor que fora daquela rainha, era irmão de Gonçalo de Sousa, comendador da Ordem de Cristo, e primo de Rui de Sousa, veio a casar com Leonor Fogaça e, em 27 de Fevereiro de 1453, é dito por el-rei D. Afonso V «fidalgo de nossa cassa e capitam dos nauios que ora mandamos a Guineea», para além do rio de S. João, com Nuno Antunes de Góis, fidalgo do infante D. Henrique. Veio a ser vedor e contador da citada infanta D. Joana, já rainha de Castela. Cide de Sousa e os dois Góis acima aduzidos parece se achavam ao serviço do rei de Aragão em fins de 1445 e princípios de 1446, subsidiados pelos rendimentos de Alco-*

---

(24) DOC. 52.
(25) *Ibidem.*
(26) DOCS. 53 e 54.
(27) Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 13, 64 e 74.

Copyrighted material

lea (28). *Possìvelmente se deverão considerar também excluídos do reino pelo regente, entre outros, Diogo Gonçalves, Diogo Álvares e o eborense Fernão Lopes, de cujos bens dispôs D. Pedro em 16 de Abril de 1446, e talvez ainda Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, da Ordem do Hospital, que vemos ao serviço do rei aragonês, como embaixador seu às partes Levantinas* (29).

Em 8 de Janeiro de 1446, D. Maria de Aragão, movida pela «gran e congoxa compassion que la dita senyora reyna ha dels famjliars e serujdors de la rreyna de Portugal», tornava a insistir com D. João II de Castela para que mandasse embaixador ao duque de Coimbra e regente de Portugal, a fim de este prover à repatriação dos portugueses ali homiziados e lhes restituir os bens (30), *os quais ela ia ajudando quanto lhe era possível* (31). *E, dias depois, a mesma soberana recomendava, inclusivamente à duquesa de Coimbra, o ex-almoxarife e servidor da rainha D. Leonor, Francisco Manresa, que vinha a nosso país buscar a esposa e os poucos bens que aqui lhe restavam, comentando: «e certamente ha massa grant tort lo dit jnfant* (D. Pedro) *tractar axi mal los seruidors de la dita rreyna»* (32). *Possìvelmente, este desentendimento entre o Aragão e Portugal, a propósito da infanta D. Joana, dos servidores desta e da falecida rainha sua mãe contribuiu para não ir avante a confirmação*

---

(28) DOCS. 67 a 69 e 77.

(29) DOCS. 45, 56 e 112. O Diogo Gonçalves é talvez Diogo Gonçalves Lobo, vedor que fora da rainha D. Leonor (Cfr. PINA, *Crónica citada*, cap. 64).

(30) DOC. 78.

(31) Além dos já aduzidos textos a este propósito vejam-se os DOCS. 54, 56, 66, 78 e 97. Segundo se infere dos documentos, ela ia socorrendo os ditos servidores portugueses pelos rendimentos de Alcolea. Não os aceitava em sua cúria, como já observámos no volume anterior, para não surgir desarmonia com o seu pessoal aragonês, como a própria declarou, para mais, com o marido em Itália.

(32) DOCS. 79 e 80. O passo transcrito é do final do segundo documento citado. Sobre Francisco Manresa podem ver-se também os DOCS. 146 e 173; sobre o judeu português Abraão Amigo, servidor que também fora de D. Leonor, os DOCS. 21 e 22; e sobre Diogo de Tarazona, outro servidor da falecida rainha, o DOC. 74.

do Tratado de Paz e Amizade de 1432 entre os dois países, cometida pelo soberano aragonês, em 10 de Junho de 1446, a seu irmão el-rei D. João de Navarra (33).

Nestes termos, quando, em 1448, el-rei D. Afonso V de Portugal assumiu as rédeas do governo do reino, o soberano de Aragão rejubilou, em cartas dirigidas ao infante D. Henrique de Portugal, mas não a D. Pedro, ao duque de Bragança, aos condes de Ourém, de Arraiolos, de Odemira e de Marialva, aos arcebispos de Lisboa e Braga, ao bispo de Coimbra, a Fernão Coutinho, a Luís Alvares de Sousa, a Martim Vasques da Cunha, a Gonçalo Pereira, a D. Álvaro de Castro, a Gomes Freire, a Martim Afonso de Melo, a Álvaro Pires de Távora e a Nuno Vasques de Castelo Branco. Agradeceu-lhes os bons serviços pelos mesmos dispensados a el-rei D. Duarte e a sua esposa D. Leonor e acrescentou: — «Hauemos agora entendido como el illustrissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado sobrjno, ha tomado a manos suyas el regimjento e goujerno del dicho rregno, la qual cosa a nos es muy accepta. Hauemos sperança que vos, no menos que por el passado, vos haureys, de present, açerca del seruicio e honrra del dicho illustrjssimo rrey, con mayor amor e voluntat, considerada mayorment la poca edat del dicho illustrissimo rrey. E, ya sia que desto seamos de vos mas que ciertos, ahun sobrello vos hauemos querido screuir, rogando e confortandovos, quanto mas affectuosamente podemos, assi lo queraes fazer. Ca, vltra que desto rendreys vuestro deudo, segund bien haueys acostumbrado, por que nos hauemos la persona del dicho illustrjssimo rrey en reputacion de fijo e las cosas suyas no menys que proprias, vos lo hauremos a singular seruicio e complacencia. Sobresto mas largamente haue-

---

(33) DOC. 127. Opunha-se-lhe ainda, evidentemente, a aliança que, de facto existia, na prática, entre o regente D. Pedro de Portugal e os mandantes de Castela, com vista até numa paz definitiva entre os dois países, na qual se empenhava a própria Inglaterra, que, em 27 de Julho de 1444, incluíra Portugal no artigo 10.º do tratado de tréguas entre Henrique VI e Carlos VII de França (Cfr. *Quadro elementar*, t. 3 p. 79, e t. 14, p. 203 e as fontes ali citadas).

mos dicho nuestra jntencion al amado nuestro mossen Ferrando Vaz, la qual, de nuestra parte, vos dira» (34).

E o mesmo soberano aragonês de bom grado recomendara, em Agosto anterior (35), *como também o fez a rainha sua esposa, em 14 de Outubro deste mesmo ano de 1448, os embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a saber o barão austríaco Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, que vinham a Portugal tratar do casamento do citado Frederico com uma das irmãs do soberano português* (36).

•

No ponto de vista ultramarino, documentamos no presente volume, quanto a Ceuta: a nomeação pelo regente D. Pedro do conde de Arraiolos, em 1445, para 3.º capitão e regedor daquela praça, por morte de D. Fernando de Noronha, 2.º conde de Vila Real, com as competentes regalias e faculdades (37); *providências assumidas pelo mesmo infante em benefício de portuenses cativos em Ceuta* (38); *quitação passada pelo regente, em 1446, ao bispo da referida cidade, D. João Manuel, das despesas da sua embaixada a Roma, três anos antes, a tratar de assuntos vários, nomeadamente da apropriação à diocese ceptense de bens das de Tui e de*

---

(34) ACA., *Cancillería Real*, Registro 2651, fls. 230 v.-32. O texto registado é uniforme para todos os destinatários. Por encontrado já depois de impresso o texto do presente volume, irá na íntegra no Suplemento a *Monumenta Henricina*. Como sublinhámos, não foi endereçado ao infante D. Pedro, o que se compreende, em razão da atitude por ele assumida não só com a falecida rainha D. Leonor como com o pessoal que a serviu, sem embargo das constantes recomendações da corte aragonesa.

(35) *Arquivo e secção retrocits.*, Registro 2541, fls. 19 v.-20. Irá também no Suplemento desta colectânea documental.

(36) DOCS. 203 a 206.

(37) DOCS. 24, 25, 31, 32 e 34. Em 1448 veio o conde de Arraiolos a Portugal, a fim de procurar harmonizar el-rei D. Afonso V com o infante D. Pedro (Cfr. PINA, *Crónica cit.*, cap. 91, e o nosso DOC. 211).

(38) DOC. 90.

Copyrighted material

Badajoz (39); *dispensa outorgada nas cortes de Lisboa de 1446 aos rendeiros do verde da almotaçaria no Algarve de servirem em Ceuta durante o arrendamento* (40).

Nas Ilhas Adjacentes prosseguia a actividade colonizadora. Para a fomentar na ilha de S. Miguel, Açores, em colonização pelo infante D. Pedro, carta de 20 de Abril de 1447, passada em nome de el-rei, dispensou para sempre os seus moradores do pagamento da dízima do que de lá trouxessem ao reino (41). *Na Madeira, doava o infante D. Henrique a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e descendentes para sempre, em 1 de Novembro de 1446, a capitania da ilha do Porto Santo* (42); *e João Gonçalves Zarco, zeloso capitão e administrador henriquino da capitania do Funchal, retirava determinada terra a donatário que não a aproveitara para a entregar a outro* (43). *Há também indícios de que se canalizaram condenados a degredo da metrópole para colonização do mesmo arquipélago* (44).

Os descobrimentos marítimos, sob a égide do infante D. Henrique, avançaram na costa ocidental africana nos anos de 1445 a 1447 ou 1448, como consta dos capítulos que reproduzimos da Crónica dos feitos de Guiné, *texto narrativo coevo, a suprir a míngua de diplomas sobre o assunto e que amplia notàvelmente a biografia do pessoal ao serviço do Navegador* (45). *As expedições ora assumiram o carácter de descobrimento ora o comercial, mas também as houve mistas. No período a que nos reportamos elas exploraram a zona do litoral da Mauritânia, a partir da ilha de Tider, e avançaram para a terra dos negros, que começava um pouco a norte do Rio Senegal, havendo atingido, ao que parece, para sul,*

---

(39) DOC. 126.
(40) DOC. 151.
(41) DOC. 155.
(42) DOC. 143.
(43) DOC. 158.
(44) DOC. 28.
(45) Cfr. as nossas pp. 1 a 47, 141 a 165, 222 a 234 e 288 a 290.

local sito «entre a Ilha da Palma e o Rio Jumbas» (46). *Depois de 1447 ou desde 1448, os descobrimentos henriquinos assumiram mais a feição de contactos comerciais do que pròpriamente de devassa metódica da referida costa africana* (47).

De resto, a notícia da terra do Preste João que o autor do capítulo 16 da Crónica da Guiné nos pretende fazer crer buscava ainda o infante D. Henrique, devia ser-lhe conhecida, pelo menos através dos contactos com aquele, havia anos, — como provámos em volumes anteriores e reforçamos agora com novo documento (48)*—, das cúrias pontifícia e aragonesa, posto remonte apenas a carta de quitação de 1 de Maio de 1456, relativa aos anos de 1451 e 1452, a primeira alusão diplomática portuguesa conhecida sobre o assunto: — «Jtem, deu çento e nouenta e cinquo reaaes e quarenta alqueires de triguo e vinte e cinquo almudes de vinho e sessenta e quatro soãas a Jorge, enbaçador de Preste Joham, que lhe mandamos dar pera mantymento de hũ mes, porquamto o mandamos ao duque de Bergonha»* (49).

Refere Gomes Eanes de Zurara que «pera os fectos (do infante D. Henrique) *vijrem a milhor perfeiçom, lhe era necessaryo algũa das jlhas de Canarea»* (50), *sobre cujos direitos de conquista e posse entre Portugal e Castela oferecemos ao leitor copiosa documentação nos volumes anteriores, referenciada em a nota 2 de pp. 232-33 do presente volume. Já em 3 de Fevereiro de 1446 o regente D. Pedro proibira que navios portugueses fossem àquele arquipélago sem ordem ou licença do infante D. Henrique, sob pena da perda dos mesmos e das mercadorias*

---

(46) Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na África Ocidental de 1445 a 1462*, p. 331.

(47) Cfr. o DOC. 181 e o texto de carta henriquina transcrito em a nota 3 de pp. 288-89 do presente volume.

(48) DOC. 165. O citado cap. 16 da Crónica a pp. 75-78 do nosso vol. 8.

(49) ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 78, — editado por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 357.

(50) GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 95, a pp. 231-34 do presente volume.

respectivas, devendo ademais os seus responsáveis pagar ao infante o quinto régio do que de lá trouxessem e que assim lhe foi concedido (51). *E em 1447, segundo parece, obteve o Navegador de Maciot ou Mathieu de Béthencourt o senhorio e rendimentos da ilha de Lançarote, no referido arquipélago, enquanto àquele aprouvesse, pela renda anual de 20.000 reais brancos, que, em 9 de Março de 1448, D. Henrique mandava saldar por seu almoxarife na ilha da Madeira, onde Maciot passara a viver e ali faleceu e foi sepultado na igreja do convento de S. Francisco do Funchal; pelo que se manteve aquele infante na posse da referida ilha durante o resto da sua vida, tendo ela, à sua morte, transitado para o infante D. Fernando, filho adoptivo do Navegador* (52).

Como fonte de rendimentos e para facilitação da expansão ultramarina, obteve o infante D. Henrique: do regente D. Pedro, em 28 de Agosto de 1445, mais um exclusivo industrial, o da tinturaria de pastel no reino, por ele introduzida no país (53), *e, em 13 de Setembro de 1446, a doação, enquanto fosse mercê de el-rei, de casas em Lisboa, quinta de Carnide e quartos do Lumiar* (54); *e de el-rei D. Afonso V, em 2 de Setembro de 1448, a confirmação das doações que lhe fizera D. Pedro, em 1443, do exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador, com isenção do pagamento do quinto e dízima, e da doação do Cabo de Trasfalmenar, no Algarve, e de uma légua de termo, para edificação da sua Vila do Infante* (55). *De sublinhar ainda, a respeito do alto valor e significado*

---

(51) DOC. 95.

(52) DOC. 174.

(53) DOC. 39.

(54) DOC. 132. Trata-se de todos os bens confiscados por el-rei D. João I a João Fernandes Pacheco quando ele se ausentou para Castela e pelo monarca dados, em 10 de Abril de 1398, a Gonçalo Peres ou Pires, do Conselho régio e Regedor da Casa do Cível desde 1395, usufruídos depois por sua viúva Maria Anes: o lugar de Belas com suas terras e padroado da igreja, as quintas de Carnide e do Paço do Lumiar, casais em Loures e os paços de Lisboa (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 142 v.).

(55) DOCS. 193 e 194. Repare-se também nas receitas atribuídas no país pelo papa Eugénio IV à guerra contra os turcos e os muçulmanos (DOCS. 129 e 131).

da actividade ultramarina de D. Henrique na sua mesma época, os coevos depoimentos do secretário da cúria pontifícia e grande humanista Poggio Bracciolini e do franciscano Professor Universitário Fr. André do Prado, ao que parece ambos do ano de 1448 (56).

Não podemos deixar de sublinhar outros actos henriquinos constantes da documentação do presente volume: súplicas do infante ao papa e algumas letras pontifícias respeitantes àquelas, em benefício de pessoal vário, nos anos de 1446 a 1448, nomeadamente para a fundação do convento franciscano de Marvão (57); *intervenções suas, como regedor e governador da Ordem de Cristo, em Castro Marim, Pombal, Quimbres e no reguengo de Tojosa (Santarém)* (58); *o empenho e diligências do mesmo infante pela continuação dos estudos, em Sena, em 1446, do clérigo olisiponense Afonso Peres ou Pires* (59); *a concessão da pensão anual e perpétua à Universidade de Lisboa, em 25 de Março de 1448, de 10 marcos de prata sobre os seus rendimentos da ilha da Madeira, para manutenção da cadeira de prima de teologia* (60); *e, enfim, por intervenção do mesmo D. Henrique ou em atenção à sua pessoa, foram indultados, nomeados para cargos públicos e privilegiados muitos indivíduos, boa parte dos quais servidores seus, como no volume se documenta.*

Nos capítulos aqui reproduzidos da Crónica dos feitos de Guiné *e na respectiva anotação encerram-se elementos biográficos sobre pessoal henriquino, acrescidos de copiosa documentação sobre outros servidores do infante, tais como: fidalgos Lopo da Cunha e Henrique de Castro; cavaleiros Álvaro de Góis, João Gonçalves Zarco e Rodrigo Esteves da Ortigueira; escudeiros Diogo Fernandes, Diogo Lopes de Figueiredo, João Afonso, João Eanes, João da Fonseca, Leonel Gil, Lopo Dias, Martim Gil, Nuno Vicente, Pedro Bom e Pedro Esteves; besteiros da câmara Afonso*

---

(56) DOCS. 186 e 212.
(57) DOCS. 133, 135, 136, 142, 144, 161, 162, 183, 184 e 207.
(58) DOCS. 149, 157, 167 a 170 e 172.
(59) DOC. 144.
(60) DOC. 176.

Anes, Afonso Garcia, Afonso de Lisboa, Afonso Martins Laranjo, Afonso Ramos, Afonso Tenreiro, Aires Pires, Álvaro Afonso, Álvaro Domingues, Álvaro Gonçalves, Álvaro Pires, Diogo Álvares, Diogo Gil, Estêvão Eanes, Fernando Martins, Gonçalo Dias, Gonçalo Freire, Gonçalo Lourenço, João Afonso, João Álvares, João André, João Bernardes, João Eanes, João Esteves, João Farinha, João Jorge, João Lourenço Ramalho, João da Veiga, Jusarte Fernandes, Lopo Afonso, Martim Afonso, Martim Gonçalves, Nuno Álvares, Rodrigo Eanes, Rui Gomes, Rui Lopes e Vasco Afonso; criados Gil Vasques, Gonçalo Anes, João Antão, João Esteves e Pero Delgado; escrivão da câmara Antão Dias; cirurgião Mestre Rodrigo; físico Mestre Moussem; tabelião Fernão Vasques; almoxarife João Afonso Malheiro; e porteiro Lopo Fernandes.

DIAS DINIS

Copyrighted material

ABREVIATURAS

ACA. — Archivo de la Corona de Aragón, Barcelona.
ACMC. — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AGS. — Archivo General de Simancas.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
as. — assinado.
ASV. — Archivio di Stato de Veneza.
AUC. — Arquivo da Universidade de Coimbra.
AV. — Archivio Segreto Vaticano, Roma.
BAV. — Bibliotheca Apostolica Vaticana, Roma.
BNL. — Biblioteca Nacional de Lisboa.
cap., caps. — capítulo, capítulos.
cfr. — confira.
Chanc. — Chancelaria.
Chanc. cit. — Chancelaria citada.
Chanc. supracit. — Chancelaria supracitada.
cit., cits. — citado, citados.
cód., códs. — códice, códices.
cod. ottob. lat. — códice ottoboniense latino.
déc. — década.
dõ p.º — dom Pedro.
Doc., Docs. — Documento, Documentos.
ed. — edição.
fl., fls. — fólio, fólios.
Fr. — Frei.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
J. d. a. — Jffante dom Anrique.
liv. — livro.
loc. cit. — locus citatus.
lug. cit. — lugar citado.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
ms. lat. — manuscrito latino.
n.º, n.ºs — número, números.
O.F.M. — Ordem dos Frades Menores (Franciscanos).
ob. cit. — obra citada.

p., *pág.* — página.
pp. — páginas.
r. — recto.
Reg. — Registro.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
retrocit. — retrocitada.
ss. — seguintes.
séc., *sécs.* — século, séculos.
t. — tomo.
v. — verso.
vol., *vols.* — volume, volumes.

1

1445

Os navegadores seguem para a povoação de Tira, em terra firme, levam duas mouras cativas por guias, encontram, em pequeno braço de mar, o batel, quase desfeito, pelos indígenas tomado às caravelas de Lisboa, o qual recolhem; não havendo encontrado habitantes em Tira nem em outras duas aldeias, passam à povoação de Tidre, na ilha de Tíder, onde capturam 5 mouros.

ZURARA, *Crónica dos feitos da Guiné*, cap. 57, segundo o códice de Paris, fls. 94 v.-95 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 157-59; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 11.

Como quer que todos trabalhassem em aquelle feito e que todos por ello mereçam louuor e honra, principalmente deue seer aquelle Diego Gonçaluez e assy o homem de Lagos que passou com elle (1), per aquelle respeito que ja disse, que nos começos jazia a mayor parte do louuor. E, de feito, assy lho conheceo o jffante; ca lhe fez depois muyta mercee, como geeralmente sempre teue acostumado aaquelles que o bem seruirom. Teendo assy aquelles mouros filhados e recolhidos aos nauyos, começarom logo de preguntar algũus apartadamente onde entendyam que acharyam os outros que fugiram da companhya. Dos quaaes ouuerom reposta que sua tençom era que seryam em hũa pouoraçom que se chamaua Tira, que era em terra firme, per a costa do mar, atee viij°. legoas dally.

E, consijrando que quanto mais cedo fossem a elles, tanto sua jda serya mais proueitosa, ca presumyam que, pollo feito seer tam breue, acharyam os mouros seguros de sua jda. E porem partiram logo aquella noite pera alla tres carauellas, das mais pequenas e mais ligeiras que

(1) Pedro Alemão. Cfr. o capítulo anterior, — a pp. 351-54 do nosso vol. 8.

acharom na companhya, e toda a outra gente nos batees, leuando consigo duas mouras que mostrassem o caminho. E no primeiro quarto da noite chegarom a hũa ponta, onde leixarom os nauyos, e sairom em terra. E porque nom sentirom ajnda tempo de partir, repousarom ally, atee que a alua começou de rromper, com cuja claridade começarom dauyar seu caminho. E, chegando a hũa passagem de hũu pequeno braço de mar, toparom com muytas almaadyas, antre as quaaes era o batel que os mouros filharom aas carauellas de Lixboa, empero ja acerca todo desfecto; trouueronno porem consigo pera suas carauellas.

E, dally passando auante, encontrarom hũu mouro, que matarom, creo que serya por elle meesmo querer buscar caminho pera ello. E assy chegarom sobre o lugar de Tira e doutras duas aldeas, mas nom acharom em ellas cousa algũa do que buscauam, porque os mouros eram ja todos fogidos (2). E assy lhes foe necessaryo de sse tornar pera suas carauellas. E dally passarom ao lugar de Tidre, onde repousarom, por rezom das auguas que ally auya (3). E, estando assy, mandarom os capitãaes a algũus daquelles que fossem por asnos, pera os fracos tornarem em elles aos nauyos; os quaaes, jndo ao mandado que lhes mandauam, encontrarom cinquo mouros que, com pequeno trabalho, prenderom. E assy tornados, disse Lançarote que, porquanto era ja tarde, que repousassem por aquella noite e que, no outro dya, querya fallar com elles algũas cousas que entom saberyam.

2

1445

Declarado por Lançarote aos demais capitães haverem atingido a finalidade principal da expedição, a qual era, segundo o regimento do infante D. Henrique, a conquista da ilha de Tider, os navegadores distribuem entre si a presa e aquele declara-os livres para seguirem o rumo que desejem; os capitães das caravelas mais pequenas, Soeiro da Costa, Vicente Dias, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, por se aproximar o inverno e correrem perigo, resolvem regressar a Portugal.

---

(2) Sobre o lugar de Tira cfr. a nota 5 ao cap. 30, em nosso vol. 8, p. 242.

(3) BOURDON (em ZURARA, *Chronique*, p. 173, nota 1) corrigiu aqui o texto da Crónica de *Tidre* para *Tider;* julgamos, porém, que erradamente, por se tratar da povoação ou «lugar de Tidre, que esta dentro na dicta jlha» de Tider (Cfr. o cap. 55 da Crónica, a pp. 348-51 do nosso vol. 8).

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 58, segundo o códice de Paris, fls. 95 v.-96 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 157-59; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 11.

Seendo, no outro dya, juntos todos esses principaaes, per mandado do capitam, como ja teendes ouuydo, e ajnda todollos outros que se ally quiserom chegar, disse Lançarote: ssenhores e amigos, porque foe mercee do jffante nosso ssenhor de me fazer vosso capitam, porem, per vosso prazer e voontade e por causa dello, eu represento aquy sua pessoa, em seu nome vos agradeço o grande trabalho e boas voontades que em todos vosoutros achey em este feito a que fostes vijndos por seu seruiço; o qual lhe recontarey persoalmente quando quer que a Deus praza que seiamos em sua presença, de guisa que, per o merecimento de vossos trabalhos, possaaes cobrar aquelle gallardom que tam justamente merecees.

Hora vos sabees como partimos de nossa villa com principal fim de vijrmos aa conquista desta jlha; e, como nos Deus quis pera ello encaminhar e auyarnos, lhe deuemos por ello dar muytas graças ca, pero tantos mouros nom filhassemos como ja outras vezes fezemos, todauya nossa vitorya foe assaz, pois na meetade do dya realmente lhe possemos a praça e fomos a elles, como vistes. E, como quer que tantos fossem, leixarom o campo ao nosso vencimento e entramos per sua terra e filhando suas cousas sem contradiçom algũa, de que nos fica honra e louuor ante aquelles que dello verdadeiro conhecimento (1) ouuerem.

E quanto aa nossa vijnda, segundo o preposito que trouuemos, o feito he acabado, no qual eu faço fim de seer vosso capitam; porque, segundo o rregimento que trago do ssenhor jffante (2), despois da tomada desta jlha, cada hũu pode fazer de ssy o que lhe prouuer, jndo pera qualquer parte em que sentyr sua auantagem ou proueito (3). E porem a mym parece que he bem que esses poucos que filhamos seiam partidos, de guisa que cada hũu aja sua dereita parte e siga o caminho que per bem teuer. E de mym vos afirmo que som desposto pera qualquer trabalho ou perigoo que me, por seruiço de Deus ou do jffante meu ssenhor, possa vijnr; ca, com tam pequena presa nom entendo tornar ante a ssua presença.

Todollos outros disserom que era muy bem consijrado todo o que

---

(1) No ms. *chonecim*^{to}.

(2) A estes regimentos do infante D. Henrique há alusão na Crónica, pelo menos nos caps. 13, 22 e 94.

(3) Portanto, a finalidade principal da expedição era a tomada da ilha de Tider, no banco de Arguim, ou seja a sua expugnação.

Lançarote dissera. E começarom logo de jguallar sua partylha, pella qual cada hũu recebeo segundo sua sorte (4). E, despois dello, fez Lançarote pregunta a todollos outros capitãaes que era o que queryam fazer. Soeiro da Costa e Vicente Dyaz, armador (5), e Gil Eanes e Martim Vicente, pilloto (6), e Joham Diaz, outrossy armador (7), rresponderom que, porquanto suas carauellas eram pequenas e o ynuerno era muy acerca, que auyam por perijgosa sua ficada, quanto pera jrem mais adyante; porem, que se entendyam de tornar, caminho de Portugal. Mas, de como foe sua tornada fallaremos adyante compridamente, na storya.

3

1445

Para cumprirem ordem do infante D. Henrique, desejoso de saber novas da terra dos negros, seis caravelas, capitaneadas por Gomes Pires, Lançarote, Álvaro de Freitas, Rodrigo Eanes de Tra-

---

(4) É a única vez que na Crónica se alude a partilha da presa na própria costa africana. Os navegadores devem ter separado, primeiramente, o quinto do infante D. Henrique, arrecadado porventura por Lançarote, o chefe da presente expedição algarvia, nos termos do que se havia feito em Lagos no ano anterior (Cfr. o cap. 24, a pp. 212-13 do nosso vol. 8).

(5) Vicente Dias, armador, é referenciado aqui pela única vez na Crónica; pois o seu homónimo mercador dos caps. 59, 60, 64 e 65 parece ser outro. Trata-se, porventura, do patrão, natural de Lagos, a quem o infante D. Henrique entregou a caravela a que se refere CADAMOSTO, *Viagens*, pp. 89-90. Em nome de Vicente Dias podemos aduzir os documentos seguintes da chancelaria afonsina: um Vicente Dias residente em Lisboa em 17 de Março de 1439, pai de Diogo Dias, este escudeiro do infante D. Pedro, a confirmar-lhe aposentadoria já concedida por D. Duarte em carta de 20 de Agosto de 1436 (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 166), novamente confirmada por D. Afonso V em 12 de Dezembro de 1454, por ele ter 60 anos e ser quebrado e aleijado de uma das mãos (*Ibi*, liv. 10, fl. 131); outro, escudeiro, residente em Lagos em 8 de Março de 1473, então confirmado em «escriuam das seamarias» e, em 29 dos ditos mês e ano, também em «tabaliam das notas» de Lagos, cargos que lhe outorgara o falecido infante D. Fernando, irmão de el-rei (*Ibi*, liv. 33, fl. 81 v. e 42 v., respectivamente); enfim, Vicente Dias, escudeiro, morador em Leiria em 2 de Setembro de 1475, então nomeado para coudel de Leiria e de Alcobaça (*Ibi*, liv. 30, fls. 48 e 57).

(6) Referenciado já no cap. 19 da Crónica, a pp. 175-79 do nosso vol. 8. Cfr. o DOC. 59 e a respectiva nota, a pp. 103-04 do retrocitado vol. 8.

(7) A que já aludiu o autor, no retrocitado capítulo. Cfr. também o DOC. 164 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

vaços, Lourenço Dias e Vicente Dias, avançam para a terra dos negros; seguem-nas, depois, mais duas, uma de Tavira e outra de Lagos, esta de indivíduo dito O Picanço, as quais porém não chegam lá.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 59, segundo o códice de Paris, fls. 96 v.-98.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 159-60; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Gomez Pirez, que era presente naquella carauella delrrey, como principal capitam (1), assy como homem em que auya esforço e autoridade, começou de fallar de ssua entençom antre todos, per esta guisa: parece, disse elle, que a determinaçom dos capitãaes destas pequenas carauellas he de se tornarem pera o rregno, temendo o perigoo que se lhes pode seguyr, achandoos o jnuerno mais longe do que estamos. E porque vosoutros, honrados ssenhores e amigos, sabees muy bem a uoontade do ssenhor jffante, como he grande de saber parte da terra dos negros, especialmente do rryo do Nillo (2), pello qual eu tenho determinado fazer vyagem contra aquella terra, trabalhando quanto poder por chegar a elle, e desy das outras cousas auer a mais certa sabedorya que poder. E em esto ponho toda a esperança do que mais posso guaanhar em esta vyajem, o qual nom sera pouco pera mym, pois conheço do ssenhor jffante que me fara mercee e honra por ello, de que posso cobrar mayor proueito; e, pois nauyo tenho abastante, errarya se o contrairo fezesse.

E porem, se algũu de vosoutros me quiser fazer companhya, eu estarey a toda vossa ordenança, comtanto que nom seia fora deste proposito. De uerdade vos digo, respondeu Lançarote, que essa era minha principal entençom enteiramente, ante que vos em ello algũa cousa fallassees. E prazme seguir vosso proposito, porque assy me foe mandado pello jffante meu ssenhor (3). Pois, disse Aluaro de Freitas, nem eu nom som homem pera me afastar de tal companhya, mas vaamos hu quiserdes, siquer ataa o paraiso terreal. Com estes acordarom outros tres, a saber, RodriguEanes de Trauaços, scudeiro do rregente, e Lourenço Dyaz,

---

(1) Cfr. a nota 1 ao cap. 29, — a pp. 237-38 do nosso vol. 8.

(2) Ou seja do Senegal (Cfr. a nota 5 ao capítulo 31, a p. 245 do retrocit. volume).

(3) Lançarote havia portanto ordem do infante D. Henrique, seu senhor, para, após a conquista da ilha de Tider, avançar para o rio Senegal, pelo menos.

outrossy scudeiro do jffante dom Henrique, e Vicente Dyaz, mercador (4).

E assy firmados em este proposito, começarom logo de seguyr sua vyagem. E despois dellas partirom outras duas carauellas, a saber, hũa de Tauilla e a outra de hũu homem de Lagos que se chamaua o Picanço (5). Mas da vyagem daquestas leixaremos o fallamento pera outro lugar, porque nom chegarom aa terra dos negros (6). Partidas assy aquellas seis carauellas, leuarom seu caminho ao longo da costa. E andarom assy tanto, que passarom aa terra de Zaara, dos mouros que som chamados azanegues, a qual terra he assaz boa destremar da outra, por razom das muytas areas que hi ha e desy verdura, que em ella nom parece. E esto he pollo fallecimento das auguas, que geera em ella grande secura.

. . . . . .

4

1445

Descendo o litoral mauritano, as seis caravelas deparam com as palmeiras avistadas no ano anterior por Dinis Dias e portanto com terra dos negros, onde porém não desembarcam, pela braveza do mar, e avançam até à foz do Senegal; ali, saltando em terra, apenas conseguem capturar dois moços negros e alguns artefactos indígenas.

---

(4) Parece tratar-se de personagem diferente da referenciada no capítulo anterior, uma vez que ali se declara ter o armador Vicente Dias regressado ao reino. Estoutro é dito mercador.

(5) Trata-se de alcunha ou apelido de homem de Lagos cujo nome o cronista não dá nem neste capítulo nem no 68, onde torna a referir-se-lhe? Em carta de quitação de 1 de Maio de 1456, relativa aos anos de 1451 e 1452, entre as verbas de despesa, por duas vezes há alusão a caravela dita *Picanço*, de que era mestre Martim Alvares, morador em Lagos, a qual fizera fretes para Ceuta. Seria aquele o Picanço? (Em AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 358-59). Temos referência documental do século XV a indivíduos ditos Vicente Lourenço Picanço, a quem D. João I doou a portagem de Amarante em 23 de Agosto de 1423 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 161 v.), e João Gonçalves Picanço, escudeiro, morador em Leiria, em 20 de Maio de 1481 nomeado escrivão dos vassalos daquela vila e termo (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 43 v.).

(6) Refere-se-lhes o autor nos caps. 68 e 69, porém sem dizer aonde chegaram e o que fizeram na costa ocidental de Africa.

Copyrighted material

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 60, segundo o códice de Paris, fls. 98-101 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 159-60; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Teendo ja passada estas carauellas a terra de Zaara, como he dicto, viram as duas palmeiras com que ante topara Dinis Dyaz, pellas quaaes conhecerom que ally se começaua a terra dos negros, com cuja vista folgarom assaz (1). E porem quiserom logo filhar terra; mas, acharom o mar tam brauo na costa, que per nhũu modo poderom sayr fora. Diserom despois algũus daquelles que ally eram que bem mostraua o cheiro que vijnha da terra a bondade do seu fruito; ca tam deleitoso era, que ally onde chegaua, estando elles no mar, lhes parecia que estauam em algũu gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitaçom.

E sse os nossos tijnham boa voontade de cobrar terra, nom mostrauom os seus moradores menos deseio de os receber em ella; mas, do gasalhado nom curo de fallar, ca, segundo sua primeira mostrança, nom entendyam leixar a rribeira sem muy grande dano de hũa das partes. E esta gente desta terra verde he toda negra e porem he chamada terra dos negros ou terra de Guinee, por cujo aazo os homeens e molheres della som chamados guineus, que quer tanto dizer como negros. E quando os das carauellas viram as primeiras palmeiras e aruores altas, segundo ja teemos contado, bem conhecerom que eram preto do rryo do Nillo (2), da parte donde vem sayr ao mar do ponente, ao qual rryo chamam de Çanaga; ca o jffante lhes dissera que, despois da vista daquellas aruores pouco mais de xx legoas, esguardassem pollo dicto rryo, porque assy o aprendera elle per algũus daquelles azanegues que tijnha catiuos.

E, jndo assy esguardando pella riba do mar se veryam o rryo, viram ante ssy, quanto poderya seer duas legoas de terra, hũa collor na augua do mar, desuayrada da outra, a qual era assy como collor de barro. Entenderom que podyam seer algũas baixias e tentarom porem sua altura, por segurança de seus nauyos, onde nom acharom deferença dos outros lugares em que semelhante mouimento nom auya, de que forom espantados, principalmente pollo desuairo da collor. E acertousse que hũu daquelles que lançauam a ssonda, perventura nom de certa sciencia, foe com a mãao aa boca e conheceo sua doçura. Outra marauilha teemos, disse elle contra os outros, ca esta augua he doce.

Pollo qual lançarom logo seu balde ao mar e prouaram a augua, de

(1) Cfr. os caps. 30 e 31, a pp. 240-46 do nosso vol. 8.

(2) Senegal.

Copyrighted material

que todos beberam, como cousa em que nom auya mingua pera seer tam boa como compria. Certamente, disserom elles, nos somos acerca do rryo do Nillo, ca esta augua bem parece que delle he; e, por sua grande força, corta o mar e entra per elle assy. E entom fezerom sinal aas outras carauellas e começarom todas de jr demandar o rryo, do qual nom muy longe dally acharom a foz. E, sseendo ja junto com a boca delle, lançarom suas ancoras, empero da parte de fora. E os da carauella de Vicente Dyaz lançarom o batel na augua, no qual sayrom atee viij°. homeens, antre os quaes era aquelle scudeiro de Lagos que se chamaua Steuam Afonso, de que ja teemos fallado, que ao despois morreo em Canarea, o qual armara parte daquella carauella (3).

E, jndo assy no batel todos viij°, hũu delles, esguardando contra a foz do rryo, vyo a porta de hũa choça e disse contra os parceiros: eu nom sey como as choças desta terra som feitas; mas, segundo a feiçom doutras que eu ja vy, choça deuya seer aquello que eu veio e presumo que o seia dalgũus pescadores que vijnram pescar a este rryo. E, se o teuessees por bem, pareceme que deuyamos jr sayr aallem daquella ponta, de guisa que nom descobrissemos a porta da choça. E sayram algũus em terra e vijnram per tras daquelles medõoes e, se algũus jouuerem na choça, podera seer que os filharom ante que se percebam. Pareceo aos outros que aquelle dezia bem e porem começarom de o poer em obra.

E, tanto que aportarom em terra, sayu Steuam Affonso e cinquo com elle e leuarom aquella ordenança que o outro ante dissera. E, jndo assy scondidos atee cerca da choça, viram sayr della hũu moço negro, todo nuu, com hũa azagaya na mãao, o qual logo foe filhado. E, chegando aa choça, acharom hũa moça, sua jrmãa daqueste, que serya de jdade de viij°. annos. Este moço fez o jffante ao depois ensinar a leer e screuer e assy todallas cousas que compria saber christãao, e ainda muytos christãaos hi ha que as nom sabem tam perfeitamente como as elle sabya. Ca lhe foe ensinado a oraçom do *Pater noster* e a *Aue Maria* e os artijgoos da ffe e preceptos da lley e obras de misericordya e assy outras muytas cousas, como aaquelle a que algũus diziam que o jffante mandaua ensinar pera sacerdote, com entençom de o enuyar em aquella terra e preegar a ffe de Jhesu Christo; mas, creo que ao dyante morreo, nom seendo ajnda homem perfeito.

Entrarom assy aquelles na choça, onde acharom hũa darga preta, toda redonda, pouco mayor que as que se em esta terra costumam, a qual tijnha em meo hũa copa enleuada do coiro meesmo e era dorelha dallyfante, segundo despois foe conhecida per algũus guineus que a viram;

(3) Cfr. o cap. 51, onde o autor se lhe referiu, a pp. 336-41 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

ca disserom que todallas dargas fazem do coiro daquella allimarya e que o acham tam gordo aallem do necessaryo, que lhe tiram mais da meetade, adelgaçandoo com arteficio[s] que teem feitos pera ello. E dysserom ajnda mais aquelles que a grandeza dos elliffantes he tal, que a ssua carne farta razoadamente dous mil e quinhentos homeens e que a acham antre ssy por muy boa carne e que dos ossos se nom aproueitam em nhũa cousa, ante os lançam a longe; os quaaes eu aprendi que, no leuante desta parte do mar Medyoterrano, que vallem razoadamente mil dobras a ossada de hũu daquelles (4).

Tomados assy aquelles moços e cousas, foram logo leuados ao batel. Bem sera, disse Steuam Affonso contra os outros, que vaamos per esta terra aquy acerca, pera veer se acharemos o padre e madre daquestes moços, ca nom pode seer, segundo a jdade e desposiçom delles, que os aquy ouuessem de leixar, por se afastar longe. Os outros disserom que fosse com boa ventura pera onde lhe prouuesse, ca de o seguirem nom tijnham empacho. E, jndo assy hũu pequeno spaço, começou Steuam Affonso de sentyr golpes de machado ou dalgũa outra ferramenta, com que algũu carpenteiaua em algũu paao, e reteuesse assy hũu pouco, por se afirmar em seu ouuido, poendo os outros em aquelle meesmo cuidado. E assy todos juntamente conhecerom que tijnham acerca o que buscauam.

Hora, disse elle, vos vijnde detras e leixaae jr a mym dyante, porque, se todos formos de companha, por muyto passo que vaamos, he necessareo seermos sentidos, de guisa que, ante que cheguemos a elle, que[m] quer que he, se he soo, necessareo he que se ponha em saluo; e, sse eu for passo e agachado, podelloey filhar de sospeita, sem auer de mym sentido. Mas, nom seiam porem vossos passos tam curtos, per que me tarde vosso socorro onde perventura me sera necessaryo, se me em tal perigoo vyr. Acordados assy em esto, começou Steuam Affonso de seguyr seu caminho. E, antre o boo esguardo que pos no assessego de suas passadas e o entento que o guineu tijnha em seu trabalho, nunca pode sentyr a uijnda do outro, senom quando sse lançou de salto sobre elle.

E digo de salto, porque o Steuam Affonso era de pequeno corpo e delgado, o que o guineu era muyto pello contrairo. E assy lhe trauou rrijo pellos cabellos que, quando sse o guineu quis endereitar, ficou Steuam Affonso pendurado, com os pees fora do chãao. O guineu era vallente e poderoso e pareceolhe que era escarnho seer assy sogeito de tam pequena cousa, espantado porem em sy meesmo que podya seer aquello; mas, pero muyto trabalhasse, nunca sse delle pode desempachar. Com tal força andaua enfeitrado em seus cabellos, que nom parecia o trabalho

(4) Por *ossos* e *ossada* entendem-se, evidentemente, as defesas de elefante.

daquestes doua senom atreuimento de galgo ardido, posto na orelha dalgũu poderoso touro. E, por dizer verdade, ja o ssocorro dos outros a Steuam Affonso parecya tardinheiro.

Pollo qual, creo que seu coraçom era bem arrependido do primeiro conselho; e, sse em tal ponto coubera contrauto, sey que ouuera por proueitoso leixar o guaanho por a ssegurança da perda. E, estando assy ambos em sua perfya, sobrechegarom os outros, dos quaaes o guineu foe tomado pellos braços e pello pescoço, pera o atarem. E, pensando Steuam Affonso que elle estaua ja recadado nas mãaos dos outros, soltouho dos cabelos. E o guineu, veendosse solto da cabeça, sacudiu os outros dos braços, lançandoos cada hũu a ssua parte, e começou de fogir. Cuja seguida aos outros empos elle pouco aproueitou, porque a ssua ligeyrice era muy auanteiada, ante o correr dos outros homeens.

E assy jndo, se colheo a hũu boosco, acompanhado de muyta spessura de mato, onde os outros, cuidando que o tijnham, trabalhandosse de o buscar, elle era ja em sua choça, com entençom de segurar seus filhos e filhar sua arma, que com elles leixara. Mas, todo seu prymeiro trabalho foe nada, em comperaçom do grande nojo que lhe sobreueo com o fallicimento dos filhos, que nom achou. E, ficandolhe ajnda hũa pequena de sperança que perventura estaryam escondidos em algũa parte, começou de esguardar pera todollos cabos, pera veer se auerya delles algũa vista. E em esto pareceo Vicente Dyaz, aquelle mercador que era principal capitam daquella carauella, cujo era o batel em que os outros sairom em terra. E parece que elle, pensando que sahya a passear pella praya, como tijnha em costume na villa de Lagos, nom curou doutras armas, soomente de hũu bicheiro.

Mas o guyneu, tanto que delle cobrou vista, tam aceso na sanha como deuees pensar que estaua, foe a elle muy de voontade. E, como quer que Vicente Dyaz visse sua vijnda tam jrosa e conhecesse que pera sua defensom comprya seer milhor armado, entendendo que a fogida lhe nom aproueitaua, ante empeecya per muytas maneiras, esperouho sem lhe mostrar sinal de medo. E o guineu, assy como vijnha rijo, lhe deu logo com a azagaya hũa ferida no rostro, com a qual lhe cortou acerca toda hũa queixada, em cujo retorno o guineu recebeo outra ferida, ajnda que tamanha nom fosse como a outra que ante dera. E, porque as armas nom abastauam pera tamanha pelleia, forom leixadas, por vijrem a braços. E assy andarom hũa pequena peça, reuoluendosse hũu com o outro, cada hũu trabalhando por vitorya.

E em esto assy, vyo Vicente Dyaz outro guineu, que estremaua de moço pera homem, que vijnha em ajuda daquelle. E, como quer que o primeiro fosse tam forçoso e tam vallente e se desposesse aa pelleia com tal voontade como ja dissemos, nom se podera porem scusar de seer preso, se o outro nom sobrechegara, por cujo temor lhe foe neces-

Copyrighted material

saryo desemparar o primeiro. E em esto sobrechegarom os parceiros, empero seendo ja o guineu liure de sua mãao. E assy como homeens que o correr auyam em huso, começarom os guineus de se poer em saluo, temendo pouco os jmijgos que se tremetyam de os seguyr. E, finalmente, tornaronse os nossos pera suas carauellas, com aquella pequena presa que ante tijnham em seus batees.

5

1445

Aproveitado o vento norte, as seis caravelas dirigem-se ao Cabo Verde, onde se reunem todas menos a de Rodrigo Eanes de Travaços, que perde a conserva; desembarcados os navegadores numa ilha e depois noutra, porque nesta última havia demasiados indígenas, tornam para o rio Senegal, apenas atingido por Lourenço Dias, que, por haver perdido as demais caravelas, volta para o reino, como também faz Gomes Pires pelo mesmo motivo, depois de completar a carga com peles de foca e de comprar um negro no Rio do Ouro, aonde Pires promete voltar em Julho do ano seguinte.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 63, segundo o códice de Paris, fls. 105 v.-07 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 163-64; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

. . . . . .

Hora, tornando a nossa estorya, despois daquelle fecto assy acabado, voontade era de todos aquelles capitãaes de se trabalharem de fazer hũa honrada presa, auenturando seus corpos a qualquer perigoo; mas, parece que o vento saltou ao sul, por cuja rezom lhe conueo de fazer vella. E elles, andando repairando, pera veer o que o tempo querya fazer, tornoulhe ao norte, com o qual fezerom sua vyagem caminho do Cabo Verde, onde ja o outro anno fora Dinis Dyaz(1). E andarom tanto, atees que chegarom a elle todallas carauellas, afora a de RodriguEanes

(1) Cfr. o cap. 31, a pp. 243-46 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

de Trauaços, que perdeo a conserua e fez depois a uyagem que adyante sera contado (2).

E, sseendo as cinquo em dereito do Cabo (3), viram hũa jlha, na qual sayrom, por veer se era pouorada (4). E acharom que era erma, soomente acharom hi grande multidom de cabras, de que tomarom algũas pera seu refresco. E diseram que nom auya em ellas deferença das desta terra, soomente nas orelhas, que teem de moor grandeza. Desy tomarom augua e seguirom mais auante, atee que acharom outra jlha, na qual viram pelles frescas de cabras e outras cousas, per que conhecerom que ja outras carauellas seguirom auante (5). E, por certificaçom sua, acharom nas aruores, entalhadas, as armas do jffante e jsso meesmo letras em que estaua o sseu moto (6). Por certo eu douido, diz o autor, se despois do grande poderyo de Alexandre e de Cesar, foe algũu principe no mundo que tam longe de sua terra mandasse poer os malhõoes de sua conquista.

E per estes sinaaes, que assy acharom aquelles das carauellas em aquellas aruores, conhecerom que ja algũas outras seguyam auante. E porem acordarom de se tornarem. E, ssegundo ao dyante souberom, que a carauella de Joham Gonçalluez Zarco, capitam da jlha da Madeira, fora aquella que ja seguya dyante (7). E, porque em terra eram tantos daquelles guineus que per nhũu modo nom podyam sayr em terra, de dya nem de noite, quis Gomez Pirez mostrar que querya sayr antre elles, per bem. E pos na terra hũu bollo e hũu spelho e hũa folha de papel, no qual debuxou hũa cruz. E elles, quando vierom e acharom assy aquellas cousas, britarom o bollo e lançaronno a longe e com as azagayas tirauom ao espelho, ataa que o britarom em muytas peças, e romperom o papel, mostrando que de nehũa destas cousas nom curauom.

---

(2) Nos caps. 66 e 72 a 74, no presente volume, pp. 19 e 34 a 39.

(3) As citadas no cap. 59, ou seja as de Gomes Pires, Alvaro de Freitas, Lançarote, Estêvão Afonso e Vicente Dias, — em nossas pp. 5 e 6.

(4) Identificada por MONOD-MOTA-MAUNY (*Description*, p. 154, n.º 41) com a ilha das Serpentes, a maior e a única abordável das ilhas de Madalena.

(5) Os mesmos autores identificam estoutra ilha com a de Gorée (*Ibidem*), denominada em VALENTIM FERNANDES, *Ilha de Palma (O Manuscrito*, p. 70).

(6) O moto do infante D. Henrique, *talant de bien faire*, pode ver-se na estampa de abertura do nosso vol. 2, reproduzida do códice de Paris da *Crónica dos feitos de Guiné*, e, em desenho moderno, nas capas e portadas dos volumes de *Monumenta Henricina*, aqui associado às armas do Navegador, as do reino com o banco de pinchar, indicativo de filho não primogénito. Sobre o assunto podem ver-se: ESTEVES PEREIRA, *A divisa do Infante D. Henrique;* e MARQUES DE SÃO PAYO, *A bordadura nas armas do Infante D. Henrique*.

(7) Uma das duas caravelas por ele armadas e capitaneada por seu sobrinho Alvaro Fernandes (Cfr. o cap. 75).

Copyrighted material

Pois que assy he, disse Gomez Pirez contra os beesteiros, tiraaelhe aas beestas, sequer que conheçam que somos gente que lhe podemos fazer dano, quando per bem comnosco nom quiserem conuijnr. Mas os guineus, veendo a teençom dos outros, começarom de lhe enuyar o rretorno, tirandolhe esso meesmo aas frechas e aas azagayas, das quaaes trouuerom algũas a este rregno.

. . . . . .

Ally acordarom todollos capitãaes de fazer vella, com entençom de entrarem pello rryo do Nyllo (8); mas nom o pode acertar senom Lourenço Dyaz, aquelle scudeiro do jffante, o qual, porque era soo, nom ousou dentrar em elle, porem foe com o batel onde filharom os guineus aa jda (9); tornousse porem, sem fazer hi cousa que de contar seia e, porque nom achou mais a conserua, veosse dereitamente a Lagos. E Gomez Pirez, per essa guisa, perdeo a companha das outras carauellas e, seguindo sua vyagem contra Portugal, despois que tomou augua da jlha de Ergym, veo ao Ryo do Ouro, pello qual sobyo atee o porto em que, no outro anno, forom elle e Antam Gonçaluez e DiegAffonso (10); onde logo chegarom os mouros, per segurança dos quaaes ouue sabedorya que nom estauam ally mercadores.

Venderonlhe porem hũu negro, em contya de cinquo dobras, em algũas cousas que lhe por ellas deu. Ally lhe trouuerom augua, nos camellos, e lhe derom carnes e lhe fezerom assaz de boo gasalhado. E sobretodo lhe mostrarom tanta fyança que, sem nhũu empacho, entrauom tantos em sua carauella, de que a elle ja nom prazya, nom consentindo que mais entrassem; empero, aa fym, sem lhes fazer nhũu desaguisado, os mandou poer em terra, ficando com elles em concerto que, no outro anno, no mes de julho, tornasse ally, onde acharya negros em auondança e ouro e mercadaryas em que muyto poderya aproueitar. Trouxe ajnda Gomez Pirez, daquella vyagem, muytas pelles de lobos marinhos, de que perfez carrega a sseu nauyo, e tornousse pera o rregno.

---

(8) Senegal.

(9) Cfr. o cap. 60, em nossas pp. 7 a 11.

(10) No ano de 1444, segundo o capítulo 29, a pp. 238-39 do nosso vol. 8.

6

1445

Perdido Vicente Dias da companhia de Lançarote e de Alvaro de Freitas, avançam as caravelas destes dois por Tider para a ponta de Tira, em terra firme do continente africano, onde conseguem capturar 12 indígenas.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 64, segundo o códice de Paris, fls. 107 v.-08 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 164-65; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Desarrezoado serya nom tornar com o conto destas carauellas ao lugar donde as primeiro leuey. E, pois ja das outras disse como se tornarom Lourenço Dyaz e Gomez Pirez pera o rregno (1), querouos contar os aqueecimentos das outras; e direy logo de Lançarote e dAluaro de Freitas. E foe assy que, seendo com estes ambos Vicente Dyaz, aquelle de que ja dissemos que o guineu feryo na praya do Nillo, per acertamento se partyo da companhya dos outros; e, porquanto era de noite, nom pode tam cedo tornar a ssua companha.

Mas, entretanto elle assy anda soo, he bem que digamos dos aqueecimentos dos outros, os quaaes, nom bem contentes da presa que leuauom, firmaronse ambos de trabalhar por acrecentar em seu primeiro guaanho. E, sseguindo vya de Tider, onde pensauam de achar ajnda algũa cousa em que podessem fazer presa, chegarom aa ponta de Tira, onde fallarom com sua companha, dizendo como sabyam que aquella terra era pouorada, pollo qual lhes parecya que serya bem sairem fora, trabalhando por veer se poderyam auer algũu percalço; no qual mouimento nom ouue outra referta senom que fezessem como lhe prouuesse, ca elles ja sabyam que capitãaes tijnham, dos quaaes nom podya sayr conselho senom proueitoso.

Os batees forom logo prestes e os capitãaes com suas gentes em elles, leixando porem suas carauellas acompanhadas como compria. E daquelles que eram nos batees poserom algũus fora, que fossem per terra, e os outros que ficarom nos batees hijam per a furna da terra. E, hindo assy hũus e os outros per sua vya, disserom os da terra como

(1) No capítulo anterior.

Copyrighted material

achauam rastro dhomeens que per ally passarom e ajnda que lhes parecia fresco, no qual achauom rastro de molheres e moços. Seguij em pos elles, disserom os capitãaes, ca pois tam fresco he, nom podem os que o fezerom seer dhi allongados. A uoontade, que era boa, e o rrasto bem conhecido leuou aquelles muy grande pedaço, nom veendo ajnda os mouros que buscauom, entanto que algũus auya hy que disserom que semelhante jda passaua o rrazoado, porem que se tornassem; mas outros, mais acesos na cobijça do guaanho, nom curarom das pallauras daquelles, seguindo todauya sua vyagem.

E, jndo assy nom muy longe dally, trespoendo hũu medom darea, viram os mouros, que hyam em hũu baixo. Hora, disserom aquelles que ally leuauam carrego de capitãaes contra os outros, podees mostrar vossas boas voontades, trabalhando no seguimento daquelles contrairos. E como quer que elles ja fossem algũu tanto trabalhados, pareceolhe que aaquella hora sayrom dos nauyos: tam grande voontade auyam de chegar a elles. O qual em breue espaço poserom em obra, ca se nom poderom os mouros sayr muyto longe que os elles nom encalçassem, e algũus que se trabalharom poer em defesa, em breue conhecerom o erro de sua seyta; ca, sem algũa piedade, os matarom muy asinha, de guisa que nom ficarom viuos mais de xij, que comsigo trouuerom presos. E como quer que a presa nom fosse grande, em comparaçom doutras que se ja fezerom em aquella terra, forom todos com ella muy ledos, mais polla vitorya seer assy auida com tam poucos, que polla parte do guaanho que a cada hũu acontecya.

7

1445

Regressadas as caravelas de Lançarote e de Álvaro de Freitas da ponta de Tira à ilha de Arguim, para ali tomarem água e repousarem, pois nela não encontram indígenas, lá se depara com elas a de Vicente Dias, também em busca de aguada; e as três navegam para a ilha de Tider, passando pela ilha de Cerina, sita entre Tider e o continente, mas, não havendo achado ninguém na de Tider, dirigem-se para a ponta de Tira, onde aprisionam 57 indígenas, após o que as três caravelas regressam ao reino.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 65, segundo o códice de Paris, fls. 108 v.-11 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 164-65; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Cobrada assy aquella pequena presa, ouuerom os capitãaes seu acordo de sse jrem dereitamente aa jlha de Ergim, pera tomarem hi augua que lhes era mester e que ally fallassem sobre a uyagem, pera onde serya dally adyante (1). E, chegando aa dicta jlha, a qual primeiramente mandarom descobryr, por sua segurança, e, tanto que sentiram que a jlha era despachada dos jmijgos, sairom todos em terra; e, despois que tomarom hũa pequena folga, carregarom sua augua, com que singullar prazer auyam, ca hũus dos principaaes refrescos com que a gente do mar folga despois que anda per dyas em elle, assy he a boa augua, quando quer que som acerca della.

E, rrepousando assy aquella noite, estando no outro dya pera teer seu conselho, começou hũu de dizer como lhe parecya que vya hũa vella que vijnha contra elles; e, esguardando todos pera ello, conhecerom que era carauella, a qual presumiram seer a de Vicente Dyaz, que pouco auya que perdera sua conserua (2); polla qual, sobresseuerom de seu conselho, porque queryam que todos se ajuntassem a ello. Vijnda a carauella antre elles, requererom Vicente Dyaz que lhe prouuesse sayr em terra, pera estar em aquelle conselho. Amigos, disse elle, vos auerees paciencia ataa que esta gente vaa receber algũu refresco com augua desta jlha, de que todos vijmos muy deseiosos.

Acabado seu refresco, começarom seu conselho, no qual os capitãaes proposerom como sua tençom era trabalhar ajnda quanto podessem por fazer algũa presa; ca, tornando com tam pequeno proueyto, era escarnho pera taaes pessoas. Amigos, disserom algũus, logo vossa tençom serya boa se homem teuesse lugar aparelhado em que, trabalhando, sperasse receber proueito; maa esta terra, como sabees, he ja toda reuolta e mil vezes foe ja tresfegada e as carauellas andam per aquy cada dya, de guisa que nom ha hy mouro, por neiceo que seia, que ouse teer pee per toda esta terra, ante, segundo rezom, deuem seer amedorentados e fugidos pera o mais longe que poderem; pello qual nos parece que sera bem que nos contentemos da presa que teemos e que nos vaamos em boa hora, vyagem do nosso rregno, e nom despendamos o tempo em cousa que tam conhecidamente sabemos que nos nom pode fazer proueito.

A uerdade he, disserom outros, que esta terra esta assy reuolta como vos dizees, pollo qual de duas cousas sera hũa: ou os mouros seram

(1) Lançarote e Alvaro de Freitas, que da ponta de Tira seguiram para a ilha de Arguim (Cfr. o capítulo anterior da Crónica).

(2) Como o cronista disse no capítulo anterior.

daquy muy allongados ou, se esteuerem, staram percebidos, de guisa que, sem receo, possam esperar qualquer cometimento contrairo que lhe fecto seer possa, e onde nos cuydamos de filhar, perventura nos filharam. E ajnda que homem al nom sguardasse senom o que aconteceo aas carauellas de Lixboa, as quaaes, teendo ja carrega com que razoadamente poderam tornar, quiserom poer seu fecto em auentura, donde sse lhe seguyo o que ouuistes (3).

A terceira voz, que era dos capitãaes e assy dalgũus outros speciaaes, foe retardada algũu pouco, mas todauya disserom que a ssayda nom se scusaua. Vos sabees, disserom elles, como da jlha de Tider som mortos algũus mouros e outros filhados, de guisa que ja nom som no conto do primeiro numero, e aquelles que ficarom estam meos vencidos, porque ja, como vistes, fogiram ante as pontas das nossas lançaa, como gente que nom ousou de prouar comnosco sua força. Porem, nos vaamos veer se acharemos hi algũus, ca se elles hi estam, nom pode seer que do seuo ou da lãa lhe nom leuemos hũa enxauata; e, sse peruentura a jlha for despouorada, poderemos dello dar certo testemunho ao ssenhor jffante nosso ssenhor, pello qual se parecerya que nossa vijnda nom fora sem grande proueito, pois nom soomente abastou aos mouros de nos fogirem hũa vez, mas ajnda, com nosso medo, leixarem de todo suas choças e terra em que nacerom e viuerom.

Bem estauam neeste conselho os mais daquelles principaaes, mas a outra gente mais baixa queryam todauya que se nom tremetessem doutra cousa, senom de sse tornar pera o rregno. Empero, ouuerom de consentyr no acordo dos que mais vallyam e milhor entendyam que elles, e assy começarom logo de auyar sua jda; e, ante da noite, chegarom acerca da jlha, onde lançarom suas ancoras, nom muy chegados a ella, stando ally ataa que viram que o sol acabaua seu diurnal trabalho. E, sseendo ja o ceeo cuberto (4) do crespuscullo da noite, lançarom seus batees fora e meteronse em elles e foronse meter no braço que vay da parte da terra, como quer que, ante da terra, sta outra jlha, Cerina (5).

E ssairom fora e forom a Tider, mas nom acharom hi ninguem;

---

(3) Cfr. o cap. 48 da Crónica, a pp. 330-32 do nosso vol. 8.

(4) No ms. *cuburto*.

(5) Citada por duas vezes apenas neste capítulo da Crónica, a ilha de Cerina, não mencionada nem por VALENTIM FERNANDES nem por BARROS como tão-pouco o foi por DUARTE PACHECO, MARTINHO DE BOEMIA e MÜNZER, é situada em carta reproduzida por LABAT, *Nouvelle Relation de l'Afrique occidentale*, t. 1, pp. 54-55, entre Tider e o continente africano, com o nome de *isle Arserina*, na identificação de BOURDON: «qui est évidemment notre *Cerina*» ou seja a quase-ilha *Serini* da carta do Serviço Hidrográfico (Em ZURARA, *Chronique*, p 193, nota, e a bibliografia ali aduzida).

Copyrighted material

pello qual se tornarom a rrecolher a sseus batees e forom assy auante, em guisa que era ja sol saido. E Lançarote sayu da parte de Cerina e foe per terra, mandando aos batees que fossem pella augua; e quando virom que nom achauom nada, disse Lançarote aos outros que era bem que fossem auante, aa ponta de Tira, e forom todos acordados em ello. E, em se querendo correger e recolher, pera se yrem, ouuyo Lançarote zurrar hũu asno. Pareceme, disse elle contra os outros, que ouço o zurro de hũu asno; scutemos que veiaaes prazer, ca perventura quer Deus que nom partamos daquy sem presa. E porque nom era duuyda no que elle ouuira, disse que o sperassem ally todos e que jrya sobre hũus medõoes, veer que podya seer aquello.

E, esperando assy os outros, sobyo elle sobre os montes da area, donde esguardando pera todallas partes, vyu os mouros onde estauam, pero muytos mais que elles, os quaaes corregyam seus asnos e apanhauam suas fardageens, come homeens que queryam dally partyr com pouco cuidado do que lhe, a poucas horas, auya de sobrevijnr. Verdade he que elles se trabalhauam de partyr, mas nom cuidauam que pera tam longe. E porem Lançarote, tanto que os teue vistos, muy passamente se deceo donde estaua, pera vijnr dar nouas aos outros, as quaaes ja sabees quanto seryam allegres. Hora, disse elle, Deus seia louuado, nos teemos o que buscauamos. Mouros estam ally, prestes pera se partyr, elles som mais que nos; se querees trabalhar, a uytorya he nossa. Esforçaae vossos coraçõoes e aguçaae vossos pees, ca no primeiro topo esta toda parte de nossa vitorya.

Nom he pera dizer o aluoroço em que todos ja estauam, ca scassamente Lançarote ouue acabadas as pallauras, quando ja todos aballauam; pero, tanto fezerom de bem, que forom sem arroydo, ataa que forom sobre os medõoes, mas ja quando ally chegarom nom podyam postar com suas voontades que se nom trigassem pera braadar. E quando parecerom sobre os mouros, aleuantarom suas vozes, as quaaes nom eram menores do que a força de cada hũu podya; as quaaes ouuydas dos mouros, forom muyto spantados e toruados. Os nossos começarom de correr, braadando com seus acustumados apellidos, a saber, Sanctyago, Portugal e Sam Jorge, cujo soom nom era muy gracioso aos contrairos, de guisa que nom ouuerom vagar de poer as albardas sobre seus asnos, e os que tijnham as trouxas ao pescoço descarregauansse dellas. E o que mais era, que algũus que tijnham os filhos sobre seus ombros, veendo como os nom podyam saluar, leixauamnos cayr no chãao, ja sabees com camanho quebranto.

E assy, com esta angustura, começarom de fogir, nom todos juntamente nem per hũu caminho, mas cada hũu pera sua parte, leixando ja de todo, sem algũa sperança de remedyo, as molheres e filhos. Bem he que algũus auya hy que, pero ja conhecessem seu magnifesto des-

Copyrighted material

barato, tijnham coraçõoes pera mostrar sua defesa, os quaaes muy asinha eram despachados da uida. E, finalmente, forom ally presos, per toda gente, Lvij; algũus forom mortos e outros fogirom.

. . . . . .

Aquy fezerom estas tres carauellas fim daquella vyagem, tornandosse pera o rregno, nom pouco contentes, polla auantagem que sentyam dos outros, no encontro de sua derradeira presa. Mas agora fallaremos dos que ajnda ficam no mar, por vos darmos conto de todo seu aqueecimento.

8

1445

A caravela de Rodrigo Eanes de Travaços e a de Dinis Dias, perdidas das demais, ao buscarem-nas, encontram-se e seguem viagem juntas.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 66, segundo o códice de Paris, fl. 111 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 165; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Pesame, porque nom posso em esta storya guardar aquella dereita forma que de rezom deuya, porquanto a ssua materya foe assy trautada, que muytas vezes me he necessaryo fazer capitollo onde, se fosse per outra guisa, podya passar com duas pallauras, assy como em este presente que, por ajuntar a carauella de RodriguEanes com a de Dinis Dyaz, me conueo fazer noua rubrica; as quaaes, partidas da companhya das outras, andandoas buscando, se vierom a juntar (1). E, ueendo como da outra companhya nom podyam saber mais parte, fezerom sua conserua; mas do que lhe despois aveo fallaremos adyante (2).

(1) Cfr. o cap. 63, nas pp. 11 a 13 do presente volume.

(2) Nos caps. 72-74, em nossas pp. 34 a 39.

9

1445

Ao regressarem da ilha de Tider ao reino, as caravelas de Soeiro da Costa, Vicente Dias, armador, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, na mira de obterem mais alguma presa, saltam no Cabo Branco, porém sem resultado, e, desejando depois Soeiro da Costa negociar no lugar de Tidre filha e filho de chefe dali, os quais tinha em seu poder, acaba por haver de entregar três mouros, a fim de resgatar o mestre da sua caravela e um judeu, que havia dado em reféns do dito negócio.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 67, segundo o códice de Paris, fls. 111 v.-13.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 165; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Assy como ja dissemos nos outros capitollos, passarom estas cousas segundo lhes a fortuna apresentaua os aqueecimentos. E, porque torne com todallas carauellas a Lagos, como tenho prometido, e ajnda [he] necessareo, quero, em este presente capitollo, fallar daquellas cinquo que se partirom da companhya, despois do barrejamento da jlha de Tider, onde era aquelle honrado caualleiro Soeiro da Costa, alcaide de Lagos, e assy outros quatro capitãaes, vizinhos e naturaaes daquelle lugar; os quaaes, acordados de sse tornar, como ja teemos dicto, fallarom antre ssy no prosseguimento de sua vyagem, parecendolhes que a primeira presa era pouca cousa, ajnda que honrosa fosse, em comparaçom de seu grande trabalho e despesa (1).

Nos, disserom algũus, nom podemos ja mudar nosso primeiro conselho, quanto aa determinaçom de nossa tornada, assy por a pequena grandeza de nossos nauyos, como por nom parecermos homeens de muytos acordos; mas sera bem que vaamos todauya nossa vyagem e que prouemos se poderemos no caminho cobrar algũa cousa, pera ajuda de nosso guaanho, ajnda que, segundo rezom, deue seer pouco, pollas muytas vijndas que os nossos nauyos ja fezerom a esta terra. Empero, nom leixemos de tentar e perventura nos dara Deus algũu boo aqueecimento;

(1) Cumpre assim o autor o que prometera no final do cap. 58, em nossa p. 4.

mas, pera se esto encaminhar com algũu fundamento de rrezom, nom teemos outro lugar mais aazado pera em nosso trabalho auermos algũa sperança de vitorya, soomente chegarmos aaquelle braço de mar que he no Cabo Branco (2), pello qual entrando, veremos ataa hu chega. E pode seer que, se muyto entrar per terra, que acerca delle acharemos algũa cousa em que façamos algũa presa. E quando nom, pouco trabalho podemos hi oferecer.

Todos acordarom seer bem dicto o que aquelles prymeiros disserom. E, nauegando contra lla, chegarom ao dicto rryo, no qual entrando hũa peça, ancorarom seus nauyos, e desy, saindo em seus batees, começarom de trabalhar por chegar aa fim do rryo; pello qual seguindo quatro legoas, chegarom ao cabo delle, onde acordarom de sayr fora, por veer se acharyam algũa pouoraçom em que podessem filhar algũas almas, pera ajudarem a pouquidade da primeira presa. Empero, esfriados em sy meesmos de cobrarem nhũa cousa, segundo sabyam que a terra era percebida e tantas vezes reuolta, soomente se trabalhauam em ello costrangidos de necessydade, ao menos por dizerem aos companheiros que sairom fora.

E, ssaindo assy, enuyarom dyante descobrir a terra, mas nom seguirom muy longe, quando viram ante sy hũas poucas de casas, sobre as quaaes forom muy trigosamente, sem sperarem nhũu acordo, onde acharom algũus mouros poucos, dos quaaes filharom oyto. E, querendo per elles saber se auya hi acerca algũa outra pouoraçom e, pero ameaçassem algũus delles, nunca poderom al saber, soomente que per toda aquella terra nom auya outra nhũa pouoraçom, e em esto se acordarom todos oyto, apartados cada hũu per sua vez; pello qual lhes foe necessaryo tornarem pera seus nauyos, com entençom de nom filhar mais trabalho, soomente de se tornarem pera suas casas, pois, trabalhando, conheciam que nom podyam ja mais aproueitar. No qual acordo forom todollos outros das carauellas, soomente o alcaide de Lagos (3), que disse que querya ajnda tornar a Tidre, pera fazer hũu resgate de hũa moura e de hũu filho do ssenhor dally. E, como quer que fosse conselhado do contrairo, nunca quis sayr de seu proposito, ajnda que, ao despois, foe bem arrependido. Ca, chegando aa jlha, começou de fazer seus sinaaes aos mouros, que logo vierom aa rribeira, tanto que viram que a carauella vijnha contra elles.

E ouue delles hũu mouro, por sua segurança, entregando elle o meestre da carauella e hũu judeu que era em sua companhya; os quaaes

(2) A baía do Lévrier, entre a peninsula do Cabo Branco e o continente, — segundo BOURDON, em ZURARA, *Chronique*, p. 196, nota 1.

(3) Soeiro da Costa.

Copyrighted material

teendo os mouros (4) em seu poder, a moura de que o alcaide querya fazer o rresgate lançousse a augua e, como cousa husada em aquelle trabalho, em muy breue sayu em terra, antre seus parentes e amigos; pelo qual os mouros teuerom que nom deuyam leixar assy os arrefeens sem auantagem do que primeiro tijnham em voontade. E, finalmente, nunca quiserom entregar os que tijnham, ataa que lhes dessem tres mouros; a qual cousa, pero fosse graue de fazer ao alcaide, vista a necessydade, condecendeo a ello, reprendendo sy meesmo, por que nom esteuera pello primeiro conselho. E, uisto como naquelle resgate nom podya mais aproueitar, tornousse pera o rregno.

10

1445

A caravela de Tavira e a de Picanço, ao regressarem a Portugal, encontram uma outra, de Alvaro Gonçalves de Ataíde, capitaneada por João de Castilha, a qual seguia para a Guiné; dissuadem-no disso, em razão do inverno, convidam-no a irem as três caravelas sobre a ilha da Palma, para ali tomarem alguns canários, e na ilha de Gomeira recebem de bom grado alguns indígenas, como ajuda e guia, e com eles avançam para a ilha da Palma, onde cativam 17 indígenas, perseguição em que se evidencia Diogo Gonçalves, moço da câmara do infante D. Henrique, e onde perece, de desastre, um português dos da companha.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 68, segundo o códice de Paris, fls. 113-16.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 165-66; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Contado auemos, nos outros capitollos, como a carauella de Tauilla e a outra de Picanço se partirom da companhya das outras, quando forom pera Guinee, onde lhe aconteceo de se acordarem de tornar pera Portugal (1). E, em tornando sua vyagem, encontrarom com a carauella de

(4) Aqui, em BARROS, erradamente *moço* por *mouros*, como justamente observou o retrocitado anotador (*Ibi*, nota 2).

(1) No cap. 59 o cronista deixara em suspenso a narrativa sobre o seguimento da viagem destas duas caravelas, à qual volta agora, mas sòmente ainda para nos

Aluaro Gonçaluez dAtaide (2), na qual era capitam hũu Joham de Castilha (3); e, preguntandolhe pera onde hya, lhe disse como seguya vyagem de Guinee. E que presta, disserom os outros, vossa hida a tal tempo, ca nos vijmos ja de lla, como veedes, e o tempo he sobre o ynuerno, pello qual, se mais quiserdes seguyr, poerees vossa vida em perigoo, com pouca honra e menos proueito; porem, se vos prouuer seguyr nosso conselho, tornaeuos comnosco e jremos aa jlha da Palma, onde veremos se poderemos cobrar algũa presa daquelles canareos (4).

E como quer que Joham de Castilha duuidasse de tal tornada, por lhe nom parecer cousa segura, pollas nouas que auya dos moradores daquella jlha, que eram trabalhosos de filhar; porem, constrangido das rezõoes dos outros, ouuesse de tornar com elles. Os quaaes, vijndo assy todos juntamente, chegarom aa jlha da Gomeira, na qual querendo sayr em terra, viram muytos canareos, dos quaaes ouuerom segurança, ante que de todo saissem de seus batees. Os canareos lha outorgarom sem nhũa referta, come homeens que tijnham suas voontades mais jnclinadas a lhe aproueitar que a empeecer.

Ally chegarom logo dous capitãaes daquella jlha, dizendo como eram seruidores do jffante dom Henrique e nom sem grande rezom, ca elles forom ja em casa delrrey de Castella e delrrey de Portugal e que nunca em algũu delles acharom as mercees que despois ouuerom do jffante dom Henrique: ca, seendo em sua casa, acharom em elle muy boo acolhimento emquanto com elle (5) esteuerom e, emfim, que os vestira muy bem e os mandara em seus nauyos pera sua terra, pello qual eram muyto prestes pera todo seu seruiço (6). Pois, disserom os outros das carauellas, e nos seus criados e seruidores somos e por seu mandado partimos

---

referir o que fizeram no seu regresso a Portugal, sem pormenorizar a sua actuação na costa africana, o que ZURARA não chegou a fazer na Crónica da Guiné ou o fez em texto perdido.

(2) Cfr. a nota 10 ao cap. 51, na p. 340 do nosso vol. 8.

(3) Em 9 Abril de 1451 el-rei D. Afonso V tomou João de Castilha, morador em Tavira, para seu besteiro de cavalo (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 42); e em 17 de Março de 1463 o referido monarca nomeou-o coudel da vila de Atouguia e termo por 3 anos e di-lo «caualeiro, criado do conde nosso ayo, que Deus aja» (*Ibi*, liv. 9, fl. 81 v.), ou seja de Alvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º conde de Atouguia, falecido em 14 de Fevereiro de 1452 (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 274-76).

(4) Sobre esta ilha cfr. o cap. 82 da Crónica e V. FERNANDES, *O Manuscrito*, p 105.

(5) No ms. *ella*.

(6) Copiosa é a documentação publicada nos anteriores volumes de *Monumenta Henricina* sobre as ilhas Canárias nos séculos XIV e XV, a qual o leitor pode localizar fàcilmente através dos respectivos índices. Aqui limitamo-nos a lembrar os textos e factos principais relativos às relações de Portugal com aquele arqui-

de nossa terra, onde se vos tal voontade teendes, em tempo sooes que o podees bem mostrar; ca nos queremos hir aa jlha da Palma, pera prouarmos de filhar algũus catiuos, na qual nos compria bem vossa ajuda, querendo enuyar connosco algũus daquestes vossos sobdictos pera nos ajudarem e encaminharem, porque he terra que nom sabemos nem ajnda auemos conhecimento das maneiras que teem os seus moradores acerca de sua pelleia.

Bruco auya nome hũu daquestes capitãaes e o outro Piste, os quaaes juntamente responderom que lhe prazia de trabalhar sobre qualquer cousa que seruiço fosse do asenhor jffante dom Henrique e que dauam muytas graças a Deus por lhe trazer aazo em que podessem mostrar quanto tijnham de boas voontades pera ello. E por vos veerdes, diase o Piste, o deseio que eu tenho de o seruyr, eu quero jr conuosco e leuarey commigo tantos canareos quantos vos quiserdes. Vergonha me parece, diz o autor, que faz o agradecimento destes homeens a muytos que mayores e milhores cousas receberom deste nosso principe e nom chegarom com grande parte aa perfeiçom deste conhecimento. Oo camanho doesto pera aquelles que se criarom em sua camara e os pos ao dyante em dignidades e senhoryos e, esquecidos daquesto, o leixarom no tempo em que seu

---

pélago anteriormente ao ano de 1445. Data de 1341 a primeira expedição portuguesa às Canárias, a cuja conquista os portugueses ficaram por isso a julgar-se com direito (Cfr. os DOCS. 88 e 97 do nosso vol. 1); pelo menos na segunda década do século XV houve novas expedições portuguesas às Canárias (Cfr. o DOC. 113 do vol. 2); vem depois a expedição de D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária, em 1424 (Cap. 79 da Crónica da Guiné e DOC. 51 do nosso vol. 3); documenta-se nova expedição de Portugal às ditas ilhas, talvez às da Grã-Canária e Gomeira, a localizar porventura em 1434 (Cfr. o DOC. 129 do vol. 5); foi concedida a Portugal a conquista das ilhas do arquipélago não pertencentes a cristãos pelo papa Eugénio IV em 1436 (DOC. 137 do cit. volume).

Quanto à ilha de Gomeira, não merecem crédito os DOCS. 104, 106 e 112 do nosso vol. 1, por não se haver conseguido provar a sua autenticidade (Cfr. SERRA RAFOLS, *Lancelotto Malocello en las islas Canarias)*. Parece que Maciot de Béthencourt, pelos anos de 1418-1420, ensaiou em vão conquistar aquela ilha; depois Afonso de las Casas teve a concessão pontifícia da conquista das ilhas de Grã-Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas, a pedido de el-rei de Castela (Cfr. os DOCS. 8 e 9 do nosso vol. 8); em 1434 e 1436 parece se tratava de evangelizar por Castela os indígenas da Gomeira (Cfr. os DOCS. 38 e 92 do nosso vol. 5). Vê-se que em 1445 os habitantes da referida ilha não eram dos mais selvagens do arquipélago. Sobre eles podem ver-se: o cap. 80 da Crónica da Guiné, VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 104-105, e J. WÖLFEL, *Un Jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la Curia romana*, cuja documentação, menos correcta naquele estudo, reeditámos em *Monumenta Henricina*, tomada da respectiva fonte. Sobre as Canárias em geral, no aspecto histórico que a Portugal interessa, cfr. ainda: S. RAFOLS, *Portugal en las Islas Canarias*, PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico* e DAMIAO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed.

seruiço trazya necessidade, cujos feitos e nomes diremos na Estorya do Regno, onde fallarmos do cerco de Tanger (7).

Assy se ofereceo aquelle capitam com sua pessoa e gentes, dos quaaes logo fez meter nos nauyos quantos os capitãaes quiserom receber; donde trigosamente fezerom vella, guyando vyagem da outra jlha da Palma, onde chegarom pouco menos de menhãa. E como quer que a rrezom, a tal tempo, nom consentisse sairem em terra, acordarom todauya sairem logo, porque, disserom elles, se algũa cousa aguardamos, pois ja somos vistos, toda nossa presa sera trabalho perdido, ca os canareos se poeram em saluo; e, ssaindo logo, algũus poderemos filhar, ca, posto que ligeiros seiam, antre nos auera taaes que os seguiram. E nom pode seer que os ssenhores daquelles gaados que per ally andam ante nossos olhos nom acudam, pera os recolherem, ca sua condiçom he trabalharem por elles acerca tanto como por sy meesmos.

E, ja seia que semelhante acordo fosse perijgoso, todauya ouue lugar antre todos aquelles, e assy despachadamente forom logo postos na praya, tam bem os portugueeses come os canareos. E, jndo assy nom muy afastados da rribeira, viram como os canareos hyam fogindo e, em os começando de seguyr, disse hũu da companhya contra os outros: pera que he filhar trabalho debalde, correndo apos aquelles, ca, por muyto que trabalhees, ja os nom auees dacalçar? Mas sygamos aquellas ouelhas e carneiros que vãao por aquella fraga, ca certamente todollos demais daquelles que os seguem som moços e molheres e, se os bem seguirmos, forçado he que algũus delles filhemos (8).

Cujas pallauras ajnda nom tijnham fim, quando todos começarom de correr, leixando os outros canareos, cujo encalço ja começauam seguyr. Mas, aquelles pastores entrarom com seu gaado em hũu valle tam fundo e tam riscado, que mais era de marauilhar que de fallar como as gentes em elle podyam fazer passagem. Porem, os christãaos, assy portugueses come os canareos, os seguirom com tal força, que ja quando os primeiros começarom dentrar no valle, ja os nossos eram acerca delles e assy, de golpe, entrarom per o ualle per tal guisa, que aos pastores foe forçado de sse embarrarem per as fragas das penedyas, cuja aspereza era cousa

---

(7) De ZURARA nada mais nos chegou a este respeito; mas PINA assevera, ao falar do cerco de Tânger de 1437: — «ao tempo que o jfante, persegujdo dos mouros, se rrecolheo ao pallanque, algũus fidalgos e muytos caualleyros e escudeiros e delles seus criados e outros, que fariam numero de mjll, lhe fogijrom e se rrecolherom aos naujos» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 30, segundo o cód. 359 do ANTT.). Podem ver-se, sobre o particular, ainda os DOCS. 34, 69 e 71 do nosso vol. 6. Bruco é referenciado nominalmente apenas neste capítulo; a Piste alude novamente o autor no capítulo seguinte.

(8) Sobre estes cfr. a bibliografia indicada em a nota 3.

marauilhosa; mas muyto mais de marauilhar era a ssoltura com que os canareos daquella jlha andandauam per aquelles penedaaes, assy come cousa que, em mamando o leite nas tetas de suas madres, começarom a andar per aquelles lugares.

E assy como os sillos ou marmoreos (9), que viuem aallem do deserto de Libya, conhecem seus filhos seer de seu legitimo matrimonyo se logo, em sua primeira puericia, sem algũu temor, trautam com as mãaos aquellas grandes peçonhas daquelle deserto, que lhes pellos padres som apresentadas, assy os canareos desta jlha teem que os seus filhos, nom nacendo com esta soltura, forom geerados per algũu adulteryo contrairo. Mas, que serya dos nossos naturaaes, querendo seguyr apos elles, ca, pero viasem tanta aspereza, nom leixarom de os seguyr, onde hũu mancebo de nobre coraçom, correndo per aquelles penedos, scorregou de hũa muy grande e aspera fraga e, caindo, morreo. E nom pensees que este dano soomente aconteceo aaquelle natural de nosso rregno, ca muytos canareos cairom per aquella guisa e morrerom; ca, como quer que assy fossem dados, per antiga natureza, a andar per aquellas penas, com a pressa do contrairos, que sentyam acerca de ssy, auendoo por seu derradeiro remedyo, quanto a fraga era mais aspera, tanto elles com milhor voontade seguyam pera ella, pensando que os jmijgos temeryam de os seguyr.

E sse aquelle Diego Gonçaluez, moço da camara do jffante, — de que ja falley no capitollo onde disse como se lançara primeiro a nado na jlha onde tomarom os Lviij°. mouros (10) — ouue louuor por sua auantajada fortelleza, bem lho posso acrecentar agora muyto mais, como aaquelle que, antre os outros, bem se mostrou seer special em aquelle dya; onde, por certo, com grande razom posso eu reprender a fortuna, porque, seendo este mancebo gallardoado de seu ssenhor o jffante per nouo casamento em a cidade de Lixboa, teendo em sua casa junta sua riqueza em grande abastança, pera sostentamento de sua vida, lhe sobreueo fogo, per negligencia de hũu seu seruidor, o qual lhe queimou todallas cousas que auya; e em tanto lhe foe a fortuna graciosa, que lhes leixou hũus proues vestidos com que scaparom da dicta casa.

O trabalho dos nossos foe grande em este dya, nom tanto polla pelleia, pero assaz de perijgosa fosse, specialmente polla multidom das

---

(9) Aqui observa BOURDON: «Il faut probablement corriger *mormoreos* en *marmaricos*. De toute façon Zurara entend parler des Psylles et des Marmarides, anciens peuples de la Lybie» (*Chronique*, p. 199, nota 3). Sobre a tradição em referência pode ver-se também a obra aduzida em a nota 4 do mesmo anotador.

(10) Cfr. o cap. 56, a pp. 351-54 do nosso vol. 8. No capítulo retrocitado diz-se que foram 57 os mouros cativados. Sobre Diogo Gonçalves veja-se a nossa nota 5 ao cap. 56, a p. 353 do volume retrocitado.

pedras com que os canareos principalmente guerream seus contrairos, ca som muy braceiros e muy certos em seus tiros e grauemente podem per outrem seer feridos, porque assy sabem furtar seus corpos dos golpes, specialmente de cousa remessada, que tarde e per grande ventura, por ponteiro que o homem seia, os pode acertar, trazendo outras armas bem concordantes ao seu bestyal viuer, a saber, hũas lanças compridas com cornos agudos nas pontas, por ferros, e outros semelhantes, por contos.

Mas que o trabalho assy fosse grande, era porem fremoso de veer, ca quem vira sua escaramuça reuolta per tal guisa e em tal lugar, os christãaos ocupados em prender os canareos e apartar o gaado dantre elles, por milhor aazo de sua presa, e os contrairos apressados por saluarem suas vidas e reguardarem seus gaados o milhor que podyam, teerya que era mais deleitosa tal vista que outra algũa que carecesse desta fim. E assy foe a presa daquelle dya xvij. canareos, antre homeens e molheres, com as quaaes filharom hũa que era de desarrazoada grandeza pera molher, a qual diziam que era rrainha de hũa parte daquella ilha. E despois que assy teuerom seus prisoneiros e o gaado recolhido, começarom de sse retraer pera seus batees, onde dos canareos forom assy seguidos, que foe necessaryo de lhe leixarem a mayor parte do gaado que lhe trazyam filhado; pollo qual os nossos ouuerom assaz trabalho em seu recolhimento.

11

1445

Da ilha da Palma regressam as três caravelas à de Gomeira, para ali desembarcarem os indígenas que os tinham ajudado no assalto à primeira, e João de Castilha, por aumentar a sua presa, retem em sua caravela e traz a Portugal 21 naturais, tomados noutro porto de Gomeira, — acção depois reprovada pelo infante D. Henrique, que trata bem os ditos canários e os manda repor em sua terra.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 69, segundo o códice de Paris, fls. 116-17.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 165-66; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Seendo ja todos em seus nauyos, leuantarom as vellas, tornandosse pera a outra jlha donde ante partiram (1) E, porque ouuerom assaz ajuda daquelles primeiros canareos que leuauam consigo, agradecerom muyto aaquelle capitam, em nome do jffante seu ssenhor, o trabalho que filhara por seu seruiço e muyto mais a boa voontade com que o fezera, poendoo em sperança de rreceber por ello outras muyto mayores mercees das que ataally recebera. E certamente que sua promessa nom foe em vãao, ca despois veo a este rregno aquelle capitam que se chamaua Piste, com outros daquella terra, e ouuerom assaz mercees e gasalhado do jffante, pello qual bem creo que nom forom arrependidos (2) de seu primeiro trabalho. E desto posso eu, que esta storya ajuntey e ordeney, seer certa testemunha; ca me acertey de sseer no rregno do Algarue, em casa deste principe, ao tempo que estes canareos hi andauam, e vy bem como eram trautados (3). Empero, creo que aquelle capitam e algũus dos que com elle vierom durarom tanto em este rregno, ataa que em elle fezerom fim de suas vidas.

Eu disse ja como Joham de Castilha, que era capitam daquella carauella dAluaro Gonçalluez dAtayde, nom chegou a Guinee, como fezerom as outras, nem acho que ouuesse outra presa, soomente aquelles canareos que ally filharom (4); a qual lhe parecia muy pequena pera tornar assy com ella ao rregno, quanto mais que todallas outras carauellas leuauam sobre elle grande auantagem, o que elle, em seu pensamento, recebya por jnjurya. E porem jmaginou (5) hũa fea maneira per onde podesse acrecentar algũa cousa em aquelle pouco que leuaua; e começou de trautar com os outros que lhes prouuesse de tomarem algũa parte daquelles canareos, sem embargo da segurança.

E, como a cobijça seia raiz de todallas maldades, ajnda que a muytos parecesse desarrezoado tal cometimento, ouuerom porem de consentyr no que Joham de Castilha, per tantas rezões, mostraua seer proueitoso. E, porque lhes pareceo feo tomarem algũus daquelles que os tam bem ajudarom, moueronse dally pera se jr a outro porto, onde algũus canareos, fyandosse dos nossos, forom aa carauella algũus delles, que, segundo creo, forom xxj, com os quaaes fezerom vella pera Portugal.

Mas o jffante, auendo dello sabedorya, foe muy jroso contra aquelles capitãaes, fazendo logo trazer os canareos a ssua casa, aos quaaes man-

---

(1) Da ilha de Gomeira (Cfr. o capítulo anterior).

(2) No ms. *arreprendidos*.

(3) Datar esta estadia do cronista na casa do infante D. Henrique no Algarve nos anos de 1449 ou 1450, como fez DUARTE LEITE, *Acerca da «Crónica dos feitos de Guinee»*, pp. 53-54, equivale a supô-lo ido lá uma única vez, o que não se prova.

(4) Cfr. o capítulo anterior.

(5) No ms. *jmiginou*.

Copyrighted material

dou vestyr muy nobremente e os fez tornar a ssua terra, onde seus naturaaes muyto louuarom tanta virtude de principe, pella qual forom muyto mais jnclinados pera o seruyr. E da prymeira vijnda destes canareos a este nosso rregno e doutras muytas cousas que se passarom acerca delles fallaremos mais compridamente na Cronica Geeral dos fectos do nosso rregno (6).

12

1445

Tristão da Ilha, passado o Cabo Branco, encontra vento contrário, pelo que regressa à ilha donde antes partira; e Álvaro Dornelas, escudeiro, criado do infante D. Henrique, com outra caravela, apenas consegue dois canários.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 70, segundo o códice de Paris, fl. 117r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 167; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Ja dissemos como Tristam, hũu dos capitãaes da jlha da Madeira (1), armara hũa carauella pera jr de companhya com as outras. E, como quer que elle teuesse boom deseio pera seruiço do jffante e muyto ao seu proueito, ca era homem assaz cobijçoso, tal foe sua ventura, que, tanto que passou o Cabo Branco, logo lhe o uento foe contrairo, com o qual tornou atras; e, pero despois trabalhasse assaz por tornar a sseguyr sua primeira viagem, nunca mais pode encher suas vellas senom de vento contrairo, com o qual se tornou pera a jlha donde ante partira.

Outrossy, Aluaro Dornellas, hũu scudeiro, criado do jffante, boo homem, per sua mãao armou outra carauella, na qual leuou assaz trabalho, por fazer algũa cousa de sua honra, e ja nunca mais pode cobrar que dous canareos, que ouue em hũa daquellas jlhas, com os quaaes fez tornar sua carauella, dando carrego a hũu scudeiro que lha fezesse cor-

(6) Nada sobre o particular se conhece, nem mesmo em PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*.

(1) Sobre Tristão da Ilha, como no título do capítulo se lhe chama, veja-se o cap. 51, a pp. 336-41 do nosso vol. 8, onde o autor fala da sua partida da ilha da Madeira com uma caravela.

reger e cornar ally, pera o outro anno (2). E bem diremos adyante algũa cousa do aqueecimento deste scudeiro, porquanto trabalhou assaz por sua honra.

13

1445

Dinis Dias, em caravela de D. Alvaro de Castro, e Alvaro Fernandes Palenço, em fusta velha, seguem para a ilha de Arguim onde, feita aguada e ultrapassada a ponta de Santa Ana um grande pedaço, doze homens da companha saltam em terra, capturam 9 indígenas, dos quais 3 lhes fogem, e ali alagam a fusta, depois de recolhidas a guarnição e a aparelhagem respectivas à caravela de Dinis Dias.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 71, segundo o códice de Paris, fls. 177 v.-20.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 167; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Djnis Dyaz, como ja dissemos, armou hũa carauella de dom Aluaro de Castro (1), tomando, logo de começo, companha com Pallenço (2), que leuaua hũa fusta, nom porque se della entendesse daproueitar em outra cousa, senom na entrada do rryo do Nillo; ca, porque era velha, entendya de a leixar onde quer que sentisse seu derradeiro fallicimento. E, sseguindo assy ambos sua vyagem, chegarom aa jlha de Ergim, onde, despois que filharom augua, ouuerom acordo de sseguyr tanto per seu

(2) É a primeira vez que na Crónica se dá o nome de Alvaro Dornelas, globalmente apenas referenciado no citado cap. 51.

(1) Cfr. o cap. 51, a pp. 336-41 do nosso vol. 8. É este o único passo da Crónica em que se faz referência a D. Alvaro de Castro, sem qualquer outra indicação. Embora houvesse um coevo homónimo fidalgo da casa do infante D. Henrique (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, p. 146 e a documentação ali citada bem como o DOC. 91 do nosso vol. 5), parece tratar-se aqui do genro de D. Afonso de Cascais, o qual foi 1.º conde de Monsanto, camareiro-mor de el-rei, fronteiro e alcaide-mor de Lisboa e senhor de Cascais, morto na tomada de Arzila (Cfr. *Autor e obra cits.*, liv. 1, p. 354, e liv. 3, sobretudo a pp. 280-81).

(2) Cfr. a nota 8 ao cap. 51, a pp. 339-40 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

caminho, ataa que chegarom aa terra dos negros, segundo o preposito com que partirom deste rregno.

E, passando ja boa peça per a ponta (3) de Santana (4), jndo assy hũu dya com calma, disse Pallenço que nom serya mal de poerem algũus homeens em terra e que fossem veer se podyam filhar algũus mouros. Pera que he, disse Dinis Diaz, ocuparsse homem em semelhante cousa? Vaamos em boa hora nosso caminho, ca, se nos Deus leuar aaquella terra de Guynee, bem acharemos mouros que nos auondem pera nossa carrega. Verdade he o que Dinis Dyaz dizya, que assaz auya hi de mouros, mas nom eram assy ligeiros de filhar, como elle pensaua; ca creede que som homeens muy fortes e artifficiosos em sua defesa, e bem o uerees nos seguintes capitollos, onde fallarmos de suas pelleias.

Amigo, respondeo Pallenço, e que assy seia, que la ajamos muytos mouros, que perderemos se nos Deus aquy primeiro der algũus? Todauya, disse elle, eu ey por bem que prouemos se os poderemos auer e hora prouuesse a Deus que tomassemos aquy tantos per que scusassemos a jda, por agora, mais longe. Pois que assy he, disse Dinis Dyaz, ordenaae como vos prouuer. Aparelhou logo Pallenço sua fusta, pera sayr a terra e, como quer que a calma fosse muy grande, todauya eram muy grandes vagas na costa, as quaaes nunca derom lugar que a fusta podesse prooar em terra; mas elle, deseioso de acabar o que começara, disse contra aquella companha: amigos, bem veedes como a braueza deste mar, acerca desta costa, nom quer consentyr que ponhamos nossa proa em terra; porem, minha voontade todauya serya sayr fora, mas, porque nom sey nadar, farya sandice tomar semelhante atreuimento. Se antre vos ha algũus que, nadando, possam jr em terra, certamente que eu lho agradecerey muyto e desy nom carecerees daquelle louuor que os boos, por seus vertuosos trabalhos, merecem.

Bem he, responderom algũus, que nossa voontade he boa pera vos fazermos prazer; mas que sera que se nos seguem dello dous perigoos. O primeiro he que nom sabemos como sayremos em terra, ca nos podem estas ondas aquy reuoluer de tal guisa, que nom possamos seer senhores de nossos nembros e morreremos muy asinha, ca som cousas que ja outras vezes acontecerom. O ssegundo, que se formos assy per terra e encontrarmos algũa gente com a qual perventura nom deuamos pelleiar sem vossa ajuda, se o mar for em tal ponto e vos nom poderdes sayr, que querees que façamos? E, como veedes que antre muytos ha desuairados acordos, emquanto Pallenço ouuya as rezõoes daquelles, apartaronse outros, que tam soomente nom quiserom ouuyr parte daquelle

(3) No ms. *ponte*.

(4) Cfr. a nota 2 ao cap. 42, na p. 320 do rectrocitado volume.

Copyrighted material

conselho, senom quando parecerom nuus ante Palenço, aparelhados pera se lançar a augua.

Ex nos aquy, disserom elles, mandaae que façamos, que a morte hũa he em toda parte; e, se Deus tem determinado que moiramos em seu seruiço, este he o milhor tempo em que podemos acabar. Desy, auisados de seu capitam, corregerom suas roupas e armas o milhor que poderom e lançaronse a nado. E assy prouue a Deus que, como quer que o mar ally fosse aspero, sayrom a terra assy todos xij, como partirom dos nauyos. Desy começarom de seguyr ao longo da rribeira e nom forom assy muyto, quando hũu, que leuaua a dyanteira, disse contra os outros que esteuessem quedos, ca elle vya rastro de gente e o milhor que era que lhe parecia fresco. Pareceme que he bem, disse elle, que vaamos empos elles, ca, segundo a mym este rastro parece, elles nom deuem seer longe.

Pois, responderom os outros, pera que nos auenturamos nos logo antre nossos companheiros pera saltarmos na augua, se nos o contrairo ouuessemos de fazer? Entom ordenarom tres que fossem dyante, que leuassem olho no rastro, e que os outros seguissem empos elles. E, andando assy sob aquella sperança per spaço de duas legoas, descobriram hũu valle, no qual os dyanteiros viram os mouros cujo rastro seguyam. Mas, pareceronlhe tam poucos que, segundo o boo deseio que lhe leuauam, pesoulhe, ajnda que de sua vitorya teuessem mais certa segurança, e assy voltarom os rostros contra os outros que vijnham detras, pollos auisarem da presa que tijnham ante ssy; cujas pallauras forom breues, porque scassamente começauam dizer mouros, quando os postumeiros ja começauam de correr, e, correndo, chamar seus apellidos, cujas vozes auisarom e entristecerom os contrairos, mas ally nom ouue outro remedyo senom fogir, ca, de sua pouca e proue fazenda pequeno cuidado teuerom. E ssom certo que aquelles que dally scaparom tarde tornarom ally, com suydade que de sua fardagem ouuessem.

Os nossos começarom o correr cedo, eram ja trabalhados do sayr da fusta e andar do caminho, e porem nom poderom muyto seguyr o encalço, pollo qual minguarom muyto em sua presa, ca nom filharom mais de noue. Bem sera, disseram algũus, que se apartem seis de nos, que leuem estes presos aos nauyos, e os outros seis que ficarmos busquemos per estas moutas e, perventura, acharemos algũus scondidos. Apartaronse logo aquelles que se auyam de tornar com os catiuos, os quaaes começarom de atar seus presos na milhor maneira que poderom; mas parece que nom tam bem como compria, porque assaz abastauam seis pera noue, segundo ja ouuistes que outros ja, em aquellas partes, leuarom muytos mais sem nhũu contrairo que lhe viesse.

E, porque as molheres geeralmente som perfiosas, hũa daquella companhya começou de tomar por opiniom de nom querer andar, dando

baques consigo no chãao e leixandosse arrestrar pellos cabellos e pellas pernas, nom querendo auer de sy nhũa piedade, cuja sobeia perfya costrangeo aos nossos de a leixarem atada ally pera, em outro dya, tornarem por ella. E, andando assy em esta volta, começarom os outros de se espalhar, fogindo pera hũa parte e pera a outra, entanto que lhe fogiram dous, aallem da moura que ja leixauam atada. E, como quer que assaz trabalhassem por elles, nom os poderom mais auer, ca, segundo parece, o lugar era tal, que ligeyramente se podyam sconder. E assy lhe foe necessaryo leuarem aquelles seis aa rribeira, muyto queixosos de sua desdicta e nom menos os outros, que chegarom despois, sem nhũa cousa que achassem. Algũus auya hi que quiserom ajnda tornar polla moura que leixarom atada e, porque era muyto tarde e o mar perijgoso, cessarom de o fazer, nem despois nom poderom, porque logo se a fusta partiu. E assy ficou a moura, com sua neicea perfya, muy bem atada naquelle mato, onde creo que receberya trabalhosa morte, porque os que dally scaparom, temerosos do primeiro encontro, nom tornaryam per ally tam cedo.

E, sseguindo assy estes nauyos sua vyagem, o uento começou de refrescar, entanto que veo a sseer muy grande, de guisa que a tormenta trabalhou os dictos nauyos per tal guisa, que a fusta começou dabryr e receber em sy tanta augua, que Pallenço conheceo que nom compria seguyr mais longe, porque, seguindo, serya duuyda chegar onde elle deseiaua, e ajnda perventura poderya vijnr tal vento, que a carauella se afastarya delles, pello qual sua vida ficarya em perigoo. Porem, disse a Dinis Dyaz que o recolhesse em seu nauyo e assy a outra gente, com todallas guarniçõoes e aparelhos da fusta e ajnda grande parte da madeira, pera lenha; as quaaes cousas recebidas, allagarom a fusta e seguirom auante sua vyagem.

14

1445

Rodrigo Eanes de Travaços, que viera juntar-se a Dinis Dias, ao que parece após o alagamento da fusta de Palenço, avança com a companha daquele para o Cabo Verde e ilhas fronteiras, nomeadamente a de Gorée, onde Dinis Dias desembarca com dois homens; mas, atento o número muito superior dos indígenas ali encontrados, convêm os das caravelas em retrocederem para o local onde haviam alagado a fusta e ali, sob proposta de Rodrigo Eanes de Travaços, desejoso de fazer alguma coisa por sua honra, saem em

terra 14 homens e, ao encontrarem os indígenas que haviam acorrido a recolher a madeira da fusta desmantelada, os acometem, em peleja em que se evidencia Martim Pereira, moço da câmara do infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 72, segundo o códice de Paris, fls. 120-21 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 167-68; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Ja teemos fallado atras (1) como RodriguEanes e Dinis Dyaz fezerom sua conserua; mas o lugar proprio he aqueste, onde de todo seu aqueecimento nos conuem dar certa declaraçom. E foe assy que, teendo elles fecta conserua pella guisa que ja dissemos, a qual creemos que fosse despois do allagamento da fusta (2), chegarom ao Cabo Verde, donde se forom aas jlhas e tomarom augua e bem conhecerom, pello trilhamento dellas, que ja os outros nauyos per ally andarom (3). Desy começarom de tentar os guineus, em cuja busca ally vyerom, os quaaes acharom assy percebidos que, pero muytas vezes prouassem de ssayr em terra, sempre achauam tam vallente defesa, que nom ousarom chegar a elles.

Pode seer, disse Dinis Dyaz, que estes homeens nom seram tam boons de noite como de dya, porem quero tentar seu ardimento queiando he, o qual ligeiramente posso saber em esta noite seguinte, como de fecto foe posto em obra. Ca, tanto que o sol de todo scondeo sua claridade, sayu elle em terra, leuando consigo dous homeens, e foe topar com duas pouoraçõoes, as quaaes lhe parecerom tamanhas, que elle ouue por seu proueito de as leixar, nom que sua jda fosse afim de elle prouar nhũa cousa, soomente pera auisar os outros parceiros do que ouuessem de fazer. Entom se tornou ao nauyo e desy fallou a RodriguEanes e aos outros toda a cousa que achara.

Nos, disse elle, husaryamos de pouco siso se quisessemos tentar semelhante pelleia, ca eu achey hũa aldea repartida em duas pouoraçõoes muy grandes e ja sabees que a gente desta terra nom he assy ligeira de filhar, como nos desciamos; ca som homeens muy fortes e auisados e percebidos em suas pelleias e, o que pyor he, que trazem suas seetas empeçonhadas com erua muy perijgosa. Porem, a mym parece que nos deuemos tornar, ca todo nosso trabalho he causa de nossa morte, que-

(1) No cap. 66, em nossa p. 19.

(2) A fusta de Alvaro Fernandes Palenço, referenciado o seu alagamento no capítulo anterior.

(3) Na ilha de Gorée, ao que parece. Cfr. os caps. 63 e 75, em nossas pp. 11 e 40.

Copyrighted material

rendonos antremeter com esta gente. Ao que os outros disserom que era muy bem, ca todos sabyam que elle fallaua verdade.

Desy corregerom suas vellas e começarom de partyr. Hũa cousa, disse Dinis Dyaz, que vira em aquella jlha que lhe parecya noua acerca do seu conhecimento, e esto he que antre as vacas vira duas allimaryas muy desafeiçoadas, em comparaçom do outro gaado; empero, porque andauam assy de mestura, tenho que perventura podyam seer bufaros, que som allimaryas da natureza dos bois (4). E, tornando assy aquestes, RodriguEanes, que nom partya contente daquella terra, porque se nom achara em lugar em que podesse mostrar o boo deseio que tijnha pera fazer por sua honra, disse contra Dinis Dyaz que lhe parecya que serya bem que lançassem algũa gente fora e que poderya seer que algũus mouros vijnryam a apanhar a madeyra da fusta que ante leixarom allagada e que, se os achassem, nom podya seer que nom filhassem algũus. Seendo Dinis Dyaz em este acordo, lançarom fora seus batees, nos quaaes mandarom .xx. homeens a terra.

E bem parece que RodriguEanes nom fora enganado em seu pensamento, ca os mouros andauam ja na praya, apanhando aquella madeira; e, ueendo como os batees hyam a terra, afastaronse ia quanto da rribeyra. E como quem diz estes em nossa busca som vijndos, busquemos maneira per que nom tam soomente nos possamos saluar, mas ajnda lhe possamos empeecer; e lançaronse em duas celladas, por afastarem os nossos da praya e husarem de suas forças com toda segurança de seu perigoo. Os christãaos forom em terra, onde se reteuerom algũu spaço, por se acordarem acerca de sua jda; e esto porque dos mouros achauam tal rastro, pello qual lhes parecia que nom deuyam seer longe dally afastados, como quer que conheciam, segundo a grandeza do rrastro, que eram muytos mais do que sentyam que suas forças podyam soportar, o que fez a algũus requerer que se tornassem, ca nom era cousa pera cometer.

Hora, disserom outros, aquy nom a ja mais: nos ja fora somos, vergonha serya tornarmos atras, os batees seiam aquelles que se tornem e nos vaamos por dyante, buscar nossos jmijgos, e na mãao de Deus seia todo nosso aqueecimento. E dos primeiros .xx. que eram tornarom seis aos batees, pera os leuarem aos nauyos, e os .xiiij°. seguirom auante, segundo achauam que o rastro hya contra o ssertãao; mas seu trabalho nom foe longo em andar, quando logo a primeira cellada se começou de descobryr, na qual seryam ataa quareenta mouros, os quaaes sayrom a elles muy auyuadamente, como aquelles que, segundo sua auantagem,

---

(4) No entender de MONOD, não se tratava de búfalos pròpriamente ditos, como supuseram ZURARA e VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 57, mas de bois com bossa (Cfr. CENIVAL-MONOD, *Description*, p. 159, nota 190).

Copyrighted material

sentyam que tijnham a uitorya em suas mãaos, assy pello numero daquelles primeiros, que era mayor, como pellos outros que jazyam na outra cellada, em que tijnham segurança que os auyam de vijnr ajudar.

Mas, ja seia que os mouros trouxessem aquella fortelleza, os christãaos nom lhe voltarom as costas, ante corregerom suas armas e, come homeens fora de todo medo, sperarom a uinda de seus contrairos; onde sse começou antre elles a pelleia muy grande, e sabee que as lanças e seetas nom estauam de folga nem achauam arnes nem cota em que podessem fazer deteença. No campo nom auya pedras de que se os mouros muyto podessem ajudar e, como eram desarmados (5) e os christãaos poinham toda sua fortelleza em os feryr e matar, começaronse os mouros a ssentyr magoados e afastarse dos nossos o mais que podyam. E em esta pelleia trabalhou muyto hũu moço da camara do jffante que se chamaua Martim Pereira, cujo scudo nom andaua menos acompanhado darmas dos jmijgos, que se fosse spinhaço de porco spim, quando leuanta suas penas.

15

1445

Os navegadores portugueses lutam afadigadamente com os indígenas, distribuídos estes em duas emboscadas, e conseguem vencê-los.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 73, segundo o códice de Paris, fls. 121 v.-22 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 167-68; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Nom se fezerom os mouros tanto a fora, que a pelleia nom ficasse muy grande antre elles. E esto era principalmente porque os mouros sperauam socorro da segunda cellada, como quer que lhes ja parecesse que tardaua mais do razoado. Empero, ouuerom de sayr xxv. mouros, que na dicta cillada jazyam, cujas grandes vozes auiuarom muyto os coraçõoes de seus parceiros. E ja deuees de sentyr qual serya o trabalho dos

(5) Talvez no sentido de aos mouros se haverem esgotado as munições.

Copyrighted material

nossos christãaos, seendo tam poucos, metidos antre tantos contrairos. Por certo, sua fortelleza se mostrou ally grande, ca, posto que ja trabalhados andassem e lhes sobreuiesse tal refresco, nom mudarom suas contenenças do que ante tijnham firmado.

E assy, come ardidos e boos, começarom de pelleiar, fallandosse hũus contra os outros que maldicto fosse aquelle que em semelhante feito voltasse atras. E os mouros da primeira pelleia, como quer que ante mostrassem sinal de vencimento, tornarom, muy brauos, a rrenouar a pelleia, a qual era muy grande antre elles; mas os christãaos os scarmentauam de tal guisa, que os contrairos lhe hyam ja tomando receo, nom se chegando de boamente onde, sse os contressem, com os nossos mais ajuntauam (1); mas esto nom fazya força, ca nom leixauam porem de receber hũus ou os outros mortaaes feridas, com que muy asinha acabauam o sseu derradeiro termo. E em esto andarom assy hũa peça de tempo, ataa que os mouros vyram algũus de seus parceiros cayr, e casy os mais deles feridos; pollo qual sentirom que quanto mais steuessem, mayor perda receberyam, porem começarom de fogyr.

E os que ficarom nas carauellas, como quer que logo, no primeiro topo, vijam os companheiros em aquella pelleia, esforçaronse em elles que lhes nom serya necessarya outra ajuda senom aquella que todos nom podemos scusar, a saber, de Nosso Senhor Deus, allegrandosse muyto com tam marauilhoso esforço como em eles sentyam; mas, despois que viram como chegaua a ssegunda cellada, temerom muyto que os nom podessem soportar. Porem, se trabalharom muy trigosamente de lhes dar socorro; mas, porque o espaço era grande, nom poderom chegar tam asinha ao lugar da pelleia. E breuemente os mouros eram ja todos fogidos, cujo encalço nom fora seguido, pollo grande trabalho que os nossos ouuerom, de que estauam muy cansados.

E assy voltarom com os outros que os vijnham ajudar, pera se recolherem a sseus nauyos e pensarom de suas chagas, de que poucos scaparom, grandes ou pequenas, segundo a parte de sua dicta. E os mouros, veendo como se os christãaos ja tornauam, fezerom a uolta ao lugar da pelleia, com entençom de leuarem hũu daquelles mortos, o qual parece que era

---

(1) BOURDON (em ZURARA, *Chronique*, p. 208, nota 2) comentando este passo do manuscrito *nom se chegando de boamente onde sse os contressem com os nossos mais ajuntauam*, escreve: «Ce texte, où *com* a d'ailleurs été ajouté en interligne, est manifestement fautif». O passo está integrado perfeitamente no texto, onde apenas o *com* se vê sobreposto à linha 17.ª da 1.ª coluna do fl. 122, em letra da mesma mão. Havendo no manuscrito tantas letras e palavras sobrepostas às linhas do texto, como anotámos em *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 198-99, aliás admitidas pelo citado anotador francês, não se compreende como ele rejeita o referido *com*, por sobreposto à linha.

auido por fidalgo antre elles. E, ueendo os nossos sua tençom, voltarom sobre elles, pera renouar outra vez a pelleia; mas os jmijgos, scarmentados do primeiro dano, leixarom o morto que ja leuauam e fogirom quanto poderom, de guisa que aos nossos pareceo necessareo de se tornar pera seus nauyos, por dar folga e cura aaquelles trabalhados e feridos.

16

1445

Acabada a peleja referida nos capítulos anteriores, Rodrigo Eanes de Travaços e Dinis Dias regressam a Lisboa, e, no Cabo de Tira, saltam em terra 50 homens, que perseguem os indígenas, mas apenas conseguem aprisionar um dos habitantes.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 74, segundo o códice de Paris, fls. 122 v.-23.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 167-68; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

E que assy seia, que eu de nobres e grandes fectos tenha ja fallado em esta cronica, por certo nom he sem causa que eu ajunte o trabalho daquelles . xiiij°. ao louuor de todollos boos, ca o sseu merecimento he digno de grande honra antre os viuos e muyto mais creo que seia ante a face daquelle Eterno Senhor, cujo centro, segundo diz Ermes, he em todo lugar, per modo jnfijndo, e a circonferencia nom he em algũu, do qual suas almas receberam gloryosa bemauenturança (1). E, por dar

(1) O presente passo, quase pelas mesmas palavras, figura também em outras duas obras de ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 96, e *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 2, como já observaram ESTEVES PEREIRA, no Indice da sua edição crítica da primeira daquelas Crónicas, v. «Hermes», p. 279, e JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no século XV*, vol. 1, pp. 9-10. Em anotação à 1.ª edição da Crónica da Guiné, Paris, 1841, p. 350, o VISCONDE DE SANTARÉM atribuiu o texto a HERMES «intitulado o Pastor», e a mesma identificação foi feita posteriormente, até por ESTEVES PEREIRA no cit. Indice da *Crónica... de Ceuta* e em *O livro «Pastor de Hermes» citado por Gomes Eannes de Zurara*. Em 1949, JOAQUIM DE CARVALHO observou haver o cronista tomado o passo em referência do *Trauctado da Uirtuosa Benfeitoria*, liv. 6,

fim aos fectos destas duas carauellas, digo breuemente que, tanto que esta pelleia foe acabada, os capitãaes acordarom de sse tornar dereitamente ao rregno. Empero, chegando ao Cabo de Tira (2), acordaronse ambos de mandar poer em terra certos homeens, pera veerem se poderyam ajnda fazer algũa presa, como quer que certo soubessem que a terra tantas vezes fora buscada.

E, sseendo assy postos na praya ataa cinquoenta, começarom de seguyr ao longo da rribeira, ataa que acharom rastro dhomeens que hyam pera dentro, pera o certãao; e, porque lhes o rrastro pareceo fresco, auisarom dello seus capitãaes, dos quaaes receberom mandado que fezessem apartar algũus dantre ssy que seguissem todauya pello rastro auante, ataa que achassem os mouros que o fezerom. E porque a terra era muyto chãa, os mouros viram os nossos de longe e começarom de fogyr e, pero muyto os christãaos corressem assaz apos elles, nunca os poderom encalçar; porem, acertousse que dous mancebos daquelles toparom com hũu' mouro, que trouxerom consigo, por testemunha de seu grande trabalho. E dally fezerom vella dereitamente a Lixboa, onde, pagado o dereito ao jffante, receberom delle honra e mercee.

17

1445

A caravela de João Gonçalves Zarco, — cuja finalidade era ùnicamente avançar o mais possivel com o descobrimento da terra dos negros e trazer novidades sobre a mesma ao infante D. Henrique, — capitaneada por Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco e criado de pequeno na câmara do dito infante, segue directamente ao rio Senegal e dali ao promontório do Cabo Verde e ilha de Gorée

---

cap. 11, do infante D. Pedro e de Fr. João Verba, «manuscrito que certissimamente existia na livraria régia», e aquele Professor da Universidade de Coimbra identificou o Hermes em causa com Hermes Trimegisto (*Estudos*, vol. cit., pp. 11 e ss.). Não encontrando, porém, o referido texto nas obras do citado Hermes, nem mesmo na recente edição de NOCK et FESTUGIERE, Paris, 1945-54, ETIENNE GILSON, *Histoire de la Philosophie au Moyen Age*, pp. 313-14, di-lo proveniente de escrito medieval intitulado *Liber Hermetis* ou *Liber XXIV Philosophorum* (Cfr. ROBERT RICARD, *L'infant Dom Pedro de Portugal et O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*, ap. III, pp. 64-65, e BOURDON, em ZURARA, *Chronique*, pp. 209-10, nota 1).

(2) Cfr. a nota ao cap. 46, a p. 328 do nosso vol. 8.

e, em seguida, até o cabo de Naze, donde regressa a Lisboa pela Madeira, havendo sido assim a que em 1445 mais desceu na zona guineense.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 75, segundo o códice de Paris, fls. 123-25 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 168-69; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Fjcame ajnda pera contar o aqueecimento da carauella de Joham Gonçaluez Zarco (1), o qual se ouue em este fecto, a meu cuidar, mais sem sperança de guaanho que nhũu dos que la mandarom; ca todollos outros, como ja ouuistes, aallem do seruiço do jffante, leuauam o tento sobre seu proueito. Mas aqueste Joham Gonçalluez era nobre em todos seus feitos e porem quis que o mundo conhecesse que elle soomente por seruyr seu senhor se despoynha de mandar fazer aquella vyagem, armando hũa muy nobre carauella, da qual fez capitam hũu seu sobrinho, que o jffante criara em sua camara, que se chamaua Aluaro Fernandez, mandandolhe que nom teuesse o rrespeito em outro guaanho senom veer e saber qualquer cousa noua que podesse e que se nom embargasse de fazer saidas na terra dos mouros, mas que dereitamente se fosse vyagem da terra dos negros e que dhi perauante acrecentasse em sua vyagem todo o que mais podesse, trabalhandosse de vijnr ao jffante seu ssenhor com algũa nouidade, com que entendesse que lhe prazerya (2).

A carauella era bem abitalhada, acompanhada de gente desposta pera trabalhar, e Aluaro Ferrnandez homem mancebo e ardido. Encaminharom sua vyagem, firmados de seguyr o proposito daquelle que os mandaua. E assy forom nauegando per aquelle grande mar occyano, ataa que chegarom ao rryo do Nillo, do qual seendo em conhecimento pellos sinaaes que ja disse (3), filharom duas pipas daugua, das quaaes hũa trouuerom aa cidade de Lixboa. E nom sey se Alexandre, que foe hũu dos monarcas do mundo, bebeo, em seus dyas, augua que de tam longe lhe fosse trazida. Daquy forom auante, ataa que passarom o Cabo Verde, aallem do qual viram hũa jlha, onde sayrom, pera veer se acha-

(1) E a única das duas caravelas armadas por Zarco que figura nesta expedição, tendo a outra regressado porventura à ilha da Madeira sem qualquer êxito (Cfr. os caps. 51 e 63, a pp. 336-41 do vol. 8 e pp. 11-13 do presente volume).

(2) Sobre Alvaro Fernandes cfr. os DOCS. 45 e 169 do nosso vol. 8 e os ali aduzidos.

(3) No cap. 60, a pp. 7-11 deste volume.

ryam algũa gente, teendo porem acerca de ssy aquelle resguardo que sentirom que compria em semelhante lugar.

E, andando pella jlha, acharom cabras mansas sem nhũa gente que as guardasse nem que morasse em algũa parte daquella jlha. E entam tomarom dellas seu refresco, segundo ja dissemos que os outros acharom os rastros, quando aaquellas jlhas chegarom, ca este Aluaro Ferrnandez fora primeiro. E, porque per outra guisa se nom pode contar, fallamos primeiro pella guisa que ouuistes. E dally forom auante, ataa o lugar onde esta a palmeira e aquella aruor grossa de que ja nos outros capitollos leixamos fallado, onde sse acharom as armas do jffante com a ssua deuisa e moto (4). Ally ouuerom seu acordo de se jrem lançar acerca do Cabo, porque poderya seer que algũas almaadyas vjinram a elles, com que podessem auer falla, siquer per aceno, ca hi nom auya outro torgimam.

E, sseendo tam acerca do Cabo como podya seer terço de legoa, lançarom ancora e repousarom, segundo trazyam ordenado; mas nom esteuerom assy muyto, quando logo de terra partirom dous barcos, em que vjnham dez guineus, os quaaes logo começarom fazer dereitamente sua vyagem contra o nauyo, come homeens que vjnham de paz. E, sseendo acerca, fezerom sinal, pedindo segurança, a qual lhes foe dada, e logo, sem outra cautella, entrarom cinquo delles na carauella, onde lhe Aluaro Ferrnandez fez fazer todo gasalhado que pode, mandandolhe dar de comer e de beuer, com toda outra boa companhya que lhe pode seer fecta. E desy partironse, com mostrança de grande contentamento; mas parece que as voontades al leuariam concebido.

E, tanto que forom em terra, fallarom com os outros seus naturaaes toda a maneira que acharom, pello qual lhes pareceo que ligeiramente os poderyam filhar. E com este proposito se partirom seis barcos com xxxv ou quareenta delles, aparelhados come homeens que queryam pelleiar; porem, seendo acerca, ouuerom temor de se chegarem aa carauella, estando assy arredados hũa peça, sem ousarem de fazer nhũu cometimento. E, ueendo Aluaro Ferrnandez como nom ousauom de chegar a elle, fez lançar seu batel fora, no qual mandou que se metessem oito homeens, os mais prestes que pera ello achou. E fez que o batel esteuesse da outra parte da carauella, em tal guisa que nom fosse visto dos contrairos, sperando que elles se chegassem mais acerca do nauyo.

E tanto steuerom os guineus assy afastados, ataa que hũu daquelles barcos filhou atreuimento de sse chegar mais auante, sain-

(4) Cfr. o cap. 63, em nossas pp. 11-13. BOURDON observa que se trata das ilhas de Madeleine e Gorée, posto Alvaro Fernandes apenas houvesse desembarcado na segunda, que desta palmeira, aqui referenciada pela primeira vez, recebeu o nome de ilha da Palma, por ex. em V. FERNANDES, *O Manuscrito* p. 70 (*Chronique*, p. 211).

Copyrighted material

dosse dantre os outros contra a carauella, no qual eram cinquo guineus vallentes e fortes, ca por taaes se stremarom elles antre os outros da companhya. E, tanto que Aluaro Ferrnandez sentyo que o barco era ja em lugar que o batel podya chegar a elle, ante que dos outros ouuesse acorro, mandou que saisse o batel trigosamente e que fosse a elle. E, ssegundo a grande auantagem que ha na maneira do remar, em muy breue forom os nossos com os contrairos; mas, veendosse elles assy encalçados, nom teendo sperança de defesa, lançaronse a augua, e os outros barcos fogirom pera terra.

Mas, no filhamento daquelles que assy andauom nadando ouuerom os nossos muy grande trabalho, porque nom menos amergulhauom que coruos marinhos, entanto que nom podyam teer posto em elles; empero, filharom logo hũu, nom porem muy ligeiramente, mas a prisom do segundo lhe fez perder todollos outros, ca era tam vallente, que dous homeens, como quer que assaz de rrijos fossem, nunca o poderom meter dentro no batel, ataa que tomarom hũu bicheiro, com que o ferrarom per cima de hũu olho, por cuja door elle cessou de sua brauura, leixandosse meter dentro no batel. E com estes dous se tornarom ao nauyo. E porque Aluaro Ferrnandez sentyo que sua stada nom aproueitaua em aquelle lugar, polla sabedorya que ja delle tijnham, ante lhe podya empeecer, disse que querya jr mais auante, por veer se acharya algũa nouidade que trouuesse ao jffante seu ssenhor. E, partindo dally, chegarom a hũu Cabo onde auya muytas palmeiras secas, sem rama, e poserom nome aaquelle cabo o Cabo dos Matos (5).

E, hindo adyante, fez Aluaro Ferrnandez sayr no batel sete homeens, aos quaaes mandou que fossem assy ao longo da costa, pella qual hindo auante, viram star quatro guineus asseentados a beira do mar. E porque os do batel sentiram que nom eram delles vistos, saltarom seis delles fora, hindo assy o mais encubertos que podyam, ataa que forom preto dos guineus, que começarom de correr, pera os filhar. E pareceme que estes guineus eram archeiros e que andauam ao monte, matando suas veaçõoes com herua, assy como em esta nossa Espanha fazem os beesteiros. E auendo vista dos nossos, leuantaronse muyto asynha e começarom de fogyr, nom auendo vagar de armarem seus arcos; mas os nossos, pero muyto corressem, nunca os poderom filhar, como quer que per vezes os encalçassem. Esto porque elles andam nuus e nom teem cabellos senom muy curtos, taaes em que se nom pode fazer presa. E assy se forom spedindo dos nossos, tomandolhe porem os arcos e coldres e frechas e

---

(5) No manuscrito de Paris está *cabo dos Matos;* mas, em V. FERNANDES, *lug. cit.*, p. 71, e em BARROS, *Asia*, cap. 13, lê-se *cabo dos Mastos* ou seja *dos Mastros*, identificado por TEIXEIRA DA MOTA (*Topónimos de origem portuguesa*, pp. 99-102) com o actual *Cabo de Naze*, apenas a duas léguas do Cabo Roxo.

muyta carne de porcos monteses que tijnham morta e assy outras veaçõoes, da qual algũa tijnham assada.

E, antre estas allimaryas que assy acharom, foe hũa que parecia cerua, a qual aquelles guineus trazyam com hũu cofinho na boca, por nom comer e, segundo os nossos poderom sentyr, elles trazyam assy aquella allimarya por anegaça, por lhe aguardarem as outras veaçõoes com a mansidade daquella. E porque a viram assy mansa, nom a quiserom matar e tornaronse pera os nauyos, onde teuerom conselho de se vijnr pera o rregno, vijndosse dereitamente aa jlha da Madeira e desy aa cidade de Lixboa, na qual acharom o jffante, de que assaz mercees receberom, das quaaes Joham Gonçalluez nom ficou sem boa parte, pella boa voontade com que se moueo a o seruyr em aquelle fecto. E esta foe a carauella que, em este anno, foe mais auante que todallas outras que aaquella terra passarom.

18

1445

O cronista enumera as caravelas mandadas pelo infante D. Henrique à costa ocidental africana até 1446, as léguas percorridas pelas mesmas e sublinha não serem até então conhecidas as terras para lá do Cabo Bojador, pintadas anteriormente ao acaso, mas pelo infante mandadas lançar com segurança na carta de marear.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 78, segundo o códice de Paris, fls. 129 r. e v.

Pode ver-se também VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 172.

. . . . . .

E foe achado que, ataa esta era de iiij^{c} Rvj annos do nacimento de Jhesu Christo, foram em aquellas partes cinquoenta e hũa carauellas (1); mas da soma dos mouros que filharom fallaremos em fim deste primeiro

(1) Sobre este cômputo, tão discutido, parece sensata a conclusão de BOURDON: — «Je ne pense pas qu'il faille accorder ici un sens trop précis au mot «caravelle» qui doit désigner un bateau de n'importe quel type, y compris la *barcha* et le *barinel*. On arrive dès lors à un total de 51 à la fin de 1445» (Em ZURARA, *Chronique*, p. 220, nota 14).

Copyrighted material

liuro (2). E forom estas carauellas aallem do Cabo iiij°L. legoas (3). E achasse que toda aquella costa vay ao sul, com muytas pontas, segundo que este nosso principe mandou acrecentar na carta do marear (4). E he de saber que o que se sabya em certo da costa do mar grande eram vj° legoas (5) e som acrecentadas sobre ellas estas iiij°L. E o que se mostraua no mapamundy, quanto ao desta costa, nom era verdade, ca o nom pintauam senom aa uentura (6); mas esto que agora he posto nas cartas foe cousa vista por olho, segundo ja teendes ouuido.

19

1445

Não tendo Alvaro Dornelas conseguido qualquer presa nas Canárias e achando-se a sua caravela mal parada e sem vitualhas, ele fica em Forteventura e manda aquela para Lisboa, por Afonso

---

(2) No cap. 96 da Crónica.

(3) Outro problema deveras discutido, há muitos anos, em que se considera exagerado o número de 450 léguas indicado pelo cronista, desde que o Cabo em referência seja o Bojador, apenas identificado no título do capítulo, que pode ser ou não de ZURARA.

(4) Sobre o particular veja-se ARMANDO CORTESÃO, *Cartografia e cartógrafos portugueses*, vol. 1, pp. 44 e ss. Já em carta de 22 de Outubro de 1443 asseverara o regente D. Pedro que D. Henrique «mandou [...] fazer carta de marear» da zona para lá do Bojador (Cfr. o DOC. 62 do nosso vol. 8).

(5) Distância não exagerada, se se considera, como observa BOURDON, que a costa do oceano sobre as cartas começava então na Flandres (*Chronique*, p. 221, nota 2).

(6) Dizeres idênticos na supracitada carta de D. Pedro: — «atee entam nom auia njngem na cristendade que dello soubese parte nem sabiam se avia la poboraçam ou nom nem djreitamente nas cartas de marear nem mapamundo nom estauam debuxadas senom a prazer dos homens que as faziam, des o dicto cabo de Bojador por dhiante» (Cfr. o supracitado DOC. 62). Afirmação coeva e tão explícita, de pessoa assim categorizada e directamente conhecedora do problema, é o suficiente para rebater quaisquer fantasias modernas sobre o particular. Demais, como observa BOURDON, «il suffit de jeter les yeux sur les cartes de l'époque pour s'apercevoir que, ou bien elles s'arrêtent au cap Bojador, ou bien, si elles dépassent le cap Bojador, elles dessinent les côtes d'une manière ou schématique ou fantaisiste». E assim o ilustre Professor conclui: — «Il est impossible de souscrire à l'affirmation de Duarte Leite, *Lendas na História da Navegação astronómica em Portugal*, in *Biblos*, XXVI (1950), p. 419, selon laquelle «la côte africaine au-delà des caps Não et Bojador était connue», bien avant le début des entreprises de Dom Henrique» (Em *Chronique*, p. 221, nota 3).

Marta; toma-a então o seu verdadeiro dono e primo João Dornelas, arma-a e com Diogo Vasques Portocarreiro e outros avança para as Canárias e, ajudado por habitantes da ilha de Gomeira, assalta a da Palma, onde captura 20 indígenas, com os quais aporta a Tavira.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 85, segundo o códice de Paris, fls. 135 v.-37 v.

Pode ver-se também VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 178.

Agora, em este capitollo, nos conuem de tornar ao fecto dAluaro Dornellas, que leixamos scprito que ficaua nas jlhas de Canarea (1); o qual vergonhosamente se leixou ficar ally, porquanto lhe parecya que receberya prasmo, tornando ao rregno sem algũa presa, per que se podesse conhecer algũa parte de seu trabalho. E foe assy que Affonso Marta (2) trouue sua carauella, segundo ja fallamos, a qual, seendo auyada pera as jlhas da Madeira, onde o dicto Aluaro Dornellas mandaua que recebesse sua bitalha pello preço que se cobrasse da venda de dous canareos que em ella enuyaua, pollos quaaes elle ficaua satisfazer mercadarya que os vallesse aaquelles de que os ouuera emprestados, per fortuna de tempo nom pode cobrar as jlhas e foelhe forçado entrar na foz de Lixboa, onde aaquella sazom era hũu Joham Dornelas, scudeiro delrrey, homem fidalgo, criado na camara delrrey dom Joham e delrrey Duarte, primo daqueste Aluaro Dornellas de que fallamos, o qual com elle auya jgual ssenhoryo na dicta carauella (3). Seendo ambos de hũu proposito pera jrem em

(1) Cfr. o cap. 70, onde o cronista se referiu à estadia de Alvaro Dornelas nas Canárias; pelo que damos por sem efeito os dizeres da alínea *e)* da p. 342 do nosso estudo *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, equívoco justamente rectificado por BOURDON, em *Chronique*, p. 235, nota 1.

(2) Única referência do cronista a Afonso Marta. Falta, pois, capítulo anterior onde este navegador fora mencionado, como já observámos com DUARTE LEITE, no supracitado volume.

(3) *Dornelas* é apelido de família antiga do país, a qual tem por solar a honra de S. Salvador de Dornelas, actual freguesia do concelho de Amares, Braga. Segundo ZURARA, o Álvaro Dornelas em referência era escudeiro e criado do infante D. Henrique. Não encontrámos qualquer documento sobre ele, mas apenas sobre homónimo «clerigo de missa, morador em a uilla de Torres Vedras» em 26 de Setembro de 1468, data em que foi autorizado a comprar bens de raiz (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 59 v.). João Dornelas já em 13 de Novembro de 1433 era contador régio nos almoxarifados de Santarém e Abrantes (Cfr. o DOC. 90 do nosso vol. 4); foi nomeado contador dos contos de Lisboa por D. Duarte em 13 de Janeiro de 1438 e confirmado no cargo pela regência do reino em 21 de Janeiro

ella, soomente quanto ao tempo da primeira partida, Joham Dornellas ouue mandado delrrey per que lhe mandaua que cessasse, por entom, da dicta vyajem, por seer assy necessaryo a sseu seruyço.

E quando aquelle scudeiro vyu assy a carauella como vijnha, conheceo a necessydade em que seu primo serya, fez logo trigosamente aparelhar bitalhas e gente, per que o nauyo podesse seer armado. E esso meesmo leuou mercadarya, per que entendeo que seu primo satisfarya aa diuyda dos catiuos que tomara. Este Joham Dornellas era homem ardido, deseiador de grandes fectos, e assy despachadamente fez sua vyagem, ajnda que fosse com sua grande despesa, chegando em breue aaquella jlha onde seu primo estaua, que era a que se chama de Forteventura.

Ally chegou logo Aluaro Dornellas, tanto que soube de sua vijnda, o qual, apartando seu primo, lhe disse: porquanto eu tijnha dicto a estes castellãaos que esta carauella era toda minha, a qual cousa lhe dissera por elles auerem causa de me ajudarem milhor a meus feitos, pensando que vos nom vijnryees a esta terra e ajnda principalmente por armar, com sua ajuda, hũa fusta que aquy esta; porem, eu vos rogo que, ajnda que esto seia a uos em algũa parte abatimento de honra, que, pollo meu, nos praza de o soportar, auisando todos que digam que todauya o nauyo he meu e que, como cousa minha, veo aquy com todo o que em elle he. E desy, primo amigo, hi vos fica outra vez me mandardes outra cousa, ajnda que seia muyto mayor, e certo seede que, aallem da rezom que tenho, recebendo de vos esta graça, que o farey com aquella voontade que verees.

Par Deus, primo, disse Joham Dornelas, ajnda que a mym em algũa parte seia trabalho abater de minha honra, seendo a pessoa que som e a criaçom que tenho, todo me praz de pospoer, por vos fazer voontade, como quer que algũus daquestes que comigo veem som taaes pessoas que mais vierom ca per amizade, que com sperança de proueito. Ca vem aquy Diego Vaasquez Portocarreiro, scudeiro delrrey nosso ssenhor, e assy outros boos (4); pero, trabalharey em ello quanto poder, como de fecto fez, em tanto que todo se acabou como Aluaro Dornellas deseiaua. Empero, tanto deuees de saber que elle husou despois muyto pello contrairo do que suas

---

de 1439 (*Ibi*, liv. 18, fl. 37 v.); aparece novamente como contador de Santarém e Abrantes em 18 de Maio de 1444 (*Ibi*, liv. 24, fl. 67 v.) e, em 15 de Julho de 1450, é dito outra vez «nosso contador em Lixboa», data em que obteve de el-rei confirmação da tença de 105.000 libras que lhe havia outorgado el-rei D. Duarte (*Ibi*, liv. 34, fl. 114 v).

(4) Diogo Vasques Portocarreiro é muito referenciado pelo cronista na *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 1, capa. 38, 41, 42, 50, 55, 58, 62, 66 e 79, por sua actuação em Ceuta, onde estiveram também seus irmãos Gil Vasques e Lopo Vasques.

Copyrighted material

pallauras mostrauom; ca nom tardou muyto tempo que Joham Dornellas nom conheceo seu engano, pollo qual, ao dyante, forom em muy grande contenda, pouco menos de sse matarem sobre ello, cuja materya nom he propria deste lugar.

E, fycando assy ambos em este primeiro acordo, armarom logo a fusta e chegarom assy juntamente aa jlha da Gomeira, onde Aluaro Dornellas, como capitam, fallou com aquelles principaaes da jlha, rogandoos, da parte do jffante dom Henrique, que lhe quisessem dar algũa ajuda pera jrem aa jlha da Palma fazer algũa presa; os quaaes com boa voontade lhe outorgarom quanto elle requereo. E, filhando assy algũus daquelles canareos pera sua ajuda, chegarom a hũu porto da jlha da Palma, onde sairom em terra, scondendosse logo em hũu valle, porquanto era de dya e temyam de seerem sentidos. Mas, tanto que foe noite, começarom de andar pella jlha sem algũa guya nem certo caminho, per que se podeasem encaminhar pera algũa certa parte, soomente a qualquer ventura que lhe Deus quisesse ordenar, por assaz de muy asperos lugares, ataa que chegarom a hũu lugar onde ouuyrom ladridos de cãaes, pellos quaaes conhecerom como estauom acerca de pouoraçom.

Hora, disserom algũus, nos ja somos em segurança daquello que buscamos, repousemos assy em este valle e muyto cedo, Deus querendo, jremos a elles, porquanto nossa jda agora nos podya trazer mayor perda que proueito. E assy repousarom ally, ataa que virom tempo de cometer seus contrairos, os quaaes forom cometidos per tal força, que em muy breue prenderom .xx. E, porquanto os canareos lhe dauam assaz trabalho, querendo liurar seus parentes e amigos e esso meesmo vingar outros que ficauam mortos, disse Joham Dornellas a sseu primo que filhasse os catiuos e que se adyantasse com elles e que elle empacharya os outros per tal guisa, que lhe nom fezessem menos de sua presa; na qual ficada, posto que assaz de perseguidos fossem, ouueronse de sayr dantre elles, leixando xv mortos per aquelle valle, e dos christãaos nom foe algũu nem feridos mais que dous.

E assy se tornarom aa jlha da Gomeira, onde a Aluaro Dornellas foe necessaryo ficar, e seu primo partyo pera este rregno, porquanto lhe sobreueo tamanha mingua, que nom sperauam outro remedio senom comer algũus daquelles catiuos, porque, doutra guisa, nom sentyam como podessem guarecer. Empero, quis Deus que, primeiro que chegassem a este termo, ouuerom o porto de Tauilla, que he no rregno do Algarue.

20

4 JULHO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Afonso, residente em Castro Marim, por ser besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 27.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuillegio de Martim Affonso, morador em Crasto Marim, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Carta em forma.

Dada em Cojnbra, iiij dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

21

[4-9 JULHO 1445] (1)

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao príncipe herdeiro de Castela, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu português, a quem, por haver servido a falecida rainha D. Leonor de Portugal, foram feitas algumas sobrancerias e sem-razões, nomeadamente confiscados os bens e presos sua mulher e filhos, como o próprio informará (2).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3041, fl. 174 v.

---

(1) Sem data, acha-se registada entre documentos de 4 e 9 de Julho de 1445.

(2) Por este e outros documentos que inserimos se vê quanto a esposa de el-rei D. Afonso V de Aragão, regente do reino na ausência daquele em Nápoles, se interessou pelos servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal, pela infanta D. Joana, sua filha, e ainda pelo pessoal delas.

Copyrighted material

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e dalla far, etc.

Jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado ssobrino. Apres deuida salutacion, la qual por vos querriamos assin como por nos misma.

Jmformada somos que Abram Amigo, judio de Portugal, por causa de grandes seruicios por el fechos a la rreyna de Portugal, de buena memoria, nuestra cara e muy amada hermana, serian stadas fechas algunas sobrerias e grandes sinrazones, tomandolj todos sus bienes e poniendoli en presion su mujer e fijos, e otras muchas, de las quales el mesmo jnformara vuestra celsitud. E como daquellas vuestra excellensia lj pueda, segunt dize, facilment ayudar;

Rogamos vos muy affectuosament que, por sguart de los ditos seruicios e por nuestra contemplacion, sobre los ditos fechos lo querades hauer fauorablament por recomendado, como adhu que seyan judios; pues Dios los sostiene, non los deuen esser fechas sobrerias nin sinrazones. Certificando vos que, por los ditos sguardos, lo tomaremos a singular complacenscia, la qual muyto vos regraciaremos. E sea, princep muy jllustre, nuestro muy caro e muy amado sobrino, vuestra curosa guarda la Sancta Trjnidat.

Dada en Barchinona.

Al muy alto don Johan, por la gracia de Dios princep de Castella, nuestro muy caro e muy amado ssobrino.

Domina regina mandauit michi, Laurencio de Casanoua.
Prouisa.

22

[4-9 JULHO 1445] (1)

Carta da rainha D. Maria de Aragão, dirigida a D. João Pacheco, marquês de Vilhena, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu de Portugal, servidor que fora da falecida rainha D. Leonor (2).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3041, fls. 174 v.-75.

---

(1) Cfr. a nota 1 ao documento anterior.

(2) Como então mandavam mais em Castela o condestável D. Alvaro de Luna e o marquês de Vilhena do que o respectivo soberano, a esposa do rei aragonês, em suas pretensões, dirigia-se habitualmente aos dois ou, ao menos, a um deles. Encontrámos, no Arquivo da Coroa de Aragão, em Barcelona, passo de carta dela, a sublinhar o facto.

La rreyna dAragon, de Siçilia daca e dalla far, etc.

Marques. Nos scrjuimos al muy jllustre princep de Castilla, nuestro muy caro e muyt amado sobrino, en fauor de Abram Amigo, judio de Purtugal, segunt tenor de la cedula dentro la present jnterclusa.

Rogamos vos por tanto e muy afectuosament encarregamos que, por nuestra contemplacion, que sobre los dichos aferes querades trebaiar con el dito principe, hauiendo el dito judio en tal manera por recomandado, que conosca e sienta en vos nuestras rogarias seer lj fructuosas, segunt desea. Certificando vos que lo tomaremos a seruicio singular, el qual no poquo vos agradaceremos.

Dada en Barchinona.

Al noble, bien amado e deuoto nuestro don Johan Pachequo, marques de Villena.

Domina regina mandauit michi, Laurencio de Casanoua.

Prouisa.

23

14 JULHO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João da Veiga, residente em S. João da Pesqueira, porquanto é besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 50.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham da Ueiga, morador em Sanhoane da Pesqueira. Priuilegio, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Aueiro, quatorze dias de julho, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, etc. Pedro de Ljxboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} R^{ta}b annos. E eu, Lopo Afonso, escpriuam da puridade do dicto ssenhor rrey, a fiz escpreuer.

Copyrighted material

24

16 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, a declarar, em nome de el-rei, que toma em sua guarda e encomenda todas as terras, rendimentos, direitos e coisas do conde de Arraiolos, seu primo, que se moveu a seguir para a cidade de Ceuta, por seu capitão e regedor.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 29, — donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 296. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 528, n.º 974.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, porquanto sse ora o conde dArraiollos, meu bem amado primo, moueo, com boa entençom, de sse hir aa çidade de Çepta, por seruiço de Deus e nosso, pera sseer em ella capitam e rregedor; nos tomamos em nossa guarda e encomenda todas ssuas terras e rrendas e djreitos e coussas ssuas e queremos que, enquanto neella esteuer, nehũu ssenhor, caualleiros nem fidalgos, nom estem em ellas; e ysso meesmo nos praz que lhe sejam guardadas ssuas rrendas, foros, priuillegios, liberdades e custumes, assy ssobre a jurdiçom como ssobre outra quallquer coussa ssua de que elle ataagora esteuesse em posse, porque queremos que lhe nom sseja em ello fecta emnouaçom algũua. Porende, avemos por bem que sse algũa pessoa sse em esto ssentir por agrauado, que nollo faça ssaber, pera o scpreuermos ao dicto conde, pera elle enujar ssobrello rrequerer sseu djreito.

E porem mandamos a todollos ssenhores, caualleiros e fidalgos e aos nossos corregedores, justiças e ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer per quallquer guissa que seja que conpram e guardem e façom conprir e guardar esta nossa carta em todo, pella guissa que neella faz mençom, ssem jndo contra ello em nehũua maneira que seja, ca nossa vontade he de lhe asy seer fecto enquanto elle na dicta çidade esteuer. E sejam certos os que o asy nom conprirem que lho estranharemos grauemente, como acharmos que o mereçem.

Dada em a villa dAueiro, xbj dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço de Guimarães a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb.

25

16 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, a doar ao conde de Arraiolos, agora enviado a Ceuta, por seu capitão e regedor, os quintos das cavalgadas e presas do mar e da terra e demais direitos, foros e coisas ali anteriormente usufruídos pelos demais condes que lá estiveram por capitães.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 29, — donde se reproduz. Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 297; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 442.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee ao conde dArraiollos, meu bem amado primo, que, por seruiço de Deus e nosso, ora enujamos aa nossa çidade de Çepta, por nosso capitam e rregedor della; teemos por bem e queremos e mandamos que elle aja os quintos das caualgadas e pressas do mar e da terra e todollos outros djreitos e foros e coussas que os outros condes que na dicta çidade esteuerom (1) ataagora por nossos capitãaes ouuerom, per nossas cartas, e lhe perteençe de djreito auer, depois que elle na dicta çidade esteuer e dhi en diante, emquanto neella for nosso capitam.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer, per quallquer guissa que sseja, que lhe leixem asy todo auer e lhe conpram e guardem e façom conprir e guardar esta nossa carta como neella he contheudo, ssem lhe poerem ssobrello nenhũu outro enbargo nem duujda.

Dada em a villa dAueiro, xbj dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço de Guimarãees a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rb.

(1) No ms. *esteuerem*.

Copyrighted material

26

20 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Alvaro Gonçalves, morador em Braga, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 31 v.

Dom Affonso, etc.

A uos, juizes da çidade de Bragaa e a todallas outras justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Aluaro Gonçalluez, morador em essa çidade, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Anrrique, meu muyto preçado e amado thio; teemos por bem e priuillegiamollo, que nom sirua nem vaa serujr, per mar nem per terra, em paz nem em guerra, per nehũua guissa e maneira que seja, saluo com ho nosso corpo ou com o dicto jffante meu tyo ou com quem ell mandar e nom com outra pessoa, posto que aja nosso poder pera leuar homens darmas, peãaes e beesteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nehũus pedidos nem peitas, fintas nem talhas nem em outros nehũus encarregos que per esses conçelhos ssom ou forem lançados por quallquer guissa que seia, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nehũus encarregos desses conçelhos.

Jtem, queremos e mandamos que o dicto Aluaro Gonçalluez, em tempo de paz ou tregoa, nom tenha cauallo nem outras armas, sse as ell nom quiser teer, saluo ssua beesta, pera nos serujr, posto que pera ello aja conthia.

Outrosy, nom poussem com elle em ssuas cassas de morada, adegas nem cauallariças, nem lhe tomem bestas de ssella nem dalbarda, pam, vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas, nem outra nehũua coussa do sseu, contra ssua vontade.

Outrossy, ell possa trazer e traga armas, quantas ell quiser, per todo nosso ssenhorio, nom enbargando defessa ou defessas que ssobresta rrezom ajamos postas.

E mandamos a vos e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que a façaaes conprir e guardar pella guisa que em ella he contheudo; e, nom o querendo vos conprir, mandamos a qualquer tabaliam a que esta carta for mostrada que uos enpraze perante nos que, do dya que uos enprazar a quinze dias primeiros ssegujntes, pareçaaes perante

noe per pessoa, a dizer quall he por que lhe nom guardaaes a dicta carta. Vnde al nom façades.

Dada em a villa dAueiro, xx dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb. LopAfonso esto fez escpreuer.

27

20 JULHO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Gonçalves, residente na cidade do Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 31 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, outro tal priuillegeo como este ssusso scprito (1), deste meesmo theor, de Martim Gonçalluez, morador na çidade do Porto, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique.

Dado em a villa dAueiro, xx dias do mes de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb.

28

21 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, de perdão a Lopo Gonçalves, do termo de Mirandela, a permitir que os dois anos do degredo para Ceuta, em que ele fora condenado, possam ser substituídos por mais dois na ilha da Madeira, onde já servira outros tantos, por mandado do infante D. Henrique.

---

(1) Alusão ao de Alvaro Gonçalves, residente em Braga e besteiro da câmara do dito infante, de 20 de Junho de 1445.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 42, — donde se reproduz. Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 298; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, pp. 150-51.

Dom Affonso, etc.

A uos, juizes de Mirandella, e a todollos outros juizes e justiças a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Lopo Gonçalluez, morador em termo dessa meesma, nos enujou dizer que elle ouuera arroido com hũu Pero Gonçalluez, morador no dicto logo, e lhe dera çertas feridas; por a quall rrezom, elle fora presso e fora degradado por dous annos pera Çepta; e que elle, per mandado do jffante dom Anrrique, meu muyto amado e preçado tio, fora serujr os dictos dous annos que auya de serujr em Çepta em as jlhas da Madeira, pedindonos de merçee que lhe ouuessemos por rreleuado o tempo que auya de serujr em Çepta, pois que tijnha serujdo nas dictas jlhas da Madeira.

E, visto per nos sseu dizer e pedir e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e mandamos que, serujndo o dicto Lopo Gonçalluez dous anos nas jlhas da Madeira, aalem dos outros dous que ja tem serujdo, que lhe sejam rreleuados os outros dous annos do degredo que tijnha pera Çepta e possa viuer honde lhe aprouuer, acabado o dicto tempo. Vnde al nom façades.

Dada em a villa dAueiro, xxj dias de julho. Elrrej o mandou, per Gonçalo Ferrnandez, doutor em lex e corregedor da ssua corte, porquanto hi nom erom os do dessenbargo. Gil Rodriguez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c}Rb.

29

29 JULHO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao tesoureiro régio, a ordenar-lhe que dos 20.000 soldos das aldeias de Teruel que recebeu pague os 500 florins por mercador entregues à infanta de Portugal (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3230, fl. 61.

---

(1) No volume anterior documentámos as diligências empreendidas neste mesmo ano de 1445, desde Itália, por el-rei D. Afonso V de Aragão, após a morte

La rreyna. Tresorer. Lo mercader qui ha fets dar los cinchcents florins a la jnfanta de Portugal sopte hauer aquella e pensauem hi hagues-seu dat recapte quils pagas açi per vos, per que pus hauets rebuts los vint mjlia solidos de les aldees de Teruel, dats hi recapte per que algu ols pach açi o en Thomas Pujades, o qui us vullau. Car, en altra manera, seria gran dan del mercader e a nos hi conuendria prouehir a carrech vostre.

Dada em Valencia, a xxviiij de juliol del any mil cccc.xxxxv. La Reyna.

Dirigitur thesaurario regia. Domina regina mandauit michj, Bartholomeo Sellent.

30

3 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Esteves, residente em Alcácer, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 89 v.

---

de D. Leonor de Portugal, sua irmã, em Toledo, para que, em satisfação dos desejos daquela, lhe fosse entregue a infanta D. Joana, filha menor da falecida rainha, a qual o dito monarca supunha haver ficado em Portugal (Cfr. os DOCS. 177, 181, 182 e 186 a 188 do nosso vol. 8). A partir de 2 de Junho do referido ano, a esposa daquele soberano, de acordo com o marido e por não haverem descendência, tomou conta do assunto, carteou-se com el-rei de Castela e outras entidades, no intuito de que a infanta D. Joana seguisse para junto de si com seus servidores catalães, mas não os castelhanos, portugueses, etc., por evitar desarmonias em sua corte, e para cuja partida logo outorgou a quantia de 500 florins (ACA., *Cancilleria Real*, Registros 3038, fl. 104 r.-v., 3192, fl. 66, e 3193, fls. 60-61, — textos que, por tardiamente encontrados, daremos no Suplemento desta obra). Em 21 de Junho, chegado já algum pessoal da infanta portuguesa à corte da rainha de Aragão e no intuito de prover às despesas da transferência do restante seu pessoal aragonês, a rainha D. Maria ordenou a Mateus Pujades, conselheiro e tesoureiro régio, lhe mandasse os dinheiros das aldeias de Teruel para o dito efeito (ACA., Registro 3038, fls. 108 v.-09). E, dias depois, como consta do presente documento, ela mandava liquidar os supracitados 500 florins pelo mesmo aduzido fundo de Teruel.

Dom Afonso, etc.

Jtem, priuillegio de Joham Esteuez, morador em Alcaçer, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dado em Aveiro, iij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rb.

31

14 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a nomear capitão e regedor in solidum *da cidade de Ceuta o conde de Arraiolos, seu primo, com jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império, sobre todas as pessoas e bens, inclusivamente de morte natural, sem apelação nem agravo, e a ordenar lhe obedeçam todos os que na dita cidade morarem, qualquer que seja seu estado, condição ou preeminência* (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 42 v, donde se reproduz; em leitura nova, *Ilhas*, fl. 14 v.

Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 298-99; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 443, sempre segundo a primeira fonte citada.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, confijando nos da grande bondade e descriçom do conde dArraiollos, meu bem amado primo, ssentindo por seruiço de Deus e bem e proueito de nossos rregnos, que o fara bem e como conpre a nosso seruiço; teemos por bem e fazemollo capitam e rregedor jn ssollido da nossa çidade de Çepta e damoslhe pera ello todo nosso liure, perfeito e conprido poder, asy e tam perfectamente como o nos auemos.

E mandamos a todos aquelles que em a dicta çidade morarem ou esteuerem, de quallquer estado e condiçom, preminençia que sejam, que façom todo sseu mandado e lhe sejam em todo muy bem obedientes, asy e tam conpridamente como o fariam e deueriam fazer a nos, sse de presente fossemos. E mandamos, sse algũu fidalgo, capitam ou caualleiro

(1) Sobre D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos, pode ver-se B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 256-57.

ou escudeiro e quaesquer outros, de quallquer estado e condiçom que sejam, forem dessobedientes a sseu mandado, o que nom creemos nem esperamos, ou fezerem o que nom deuem, que ele, dicto conde, capitam da dicta çidade, os possa apenar nos corpos e aueres, asy e tam conpridamente como o nos fazer poderiamos, sse pressente fossemos.

E outorgamoslhe pera ello todo nosso conprido, perfeito poder de toda nossa jurdiçom çiuel e crime, alta e baixa, mero e misto jnperio, e queremos que el possa penar cada hũu do dictos ssobredictos, fazendo o que nom deue, em todo casso que lhe bem pareçer, asy e pella guissa que o nos fariamos, sse pressente fossemos, asy nos corpos como nos beens, ataa morte natural jnclusiue, ssem outra algũua apellaçom nem agrauo pera nehũua parte, mas todo fazer em elle fim. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, sseellada com ho nosso sseello do chunbo.

Dada em a villa dAueiro, xiiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

32

16 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a conceder ao conde de Arraiolos, seu primo, enquanto for mercê de el-rei, possa dar e doar para sempre, por cartas suas, assinadas e seladas, a qualquer pessoa ou pessoas, todas as casas, terras e heranças da cidade de Ceuta e sua comarca que não tiverem sido dadas por el-rei, pelos condes D. Pedro e D. Fernando de Meneses, sem necessidade de confirmação régia, como aliás se usou nos reinados de D. João I, de D. Duarte e ainda posteriormente.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 36, donde se reproduz; em leitura nova, *Ilhas*, fl. 14.

Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 299-300, segundo a primeira fonte citada; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 444, extraída da segunda fonte acima aduzida.

Dom Affomsso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, confiando da bondade e descriçom e grande lialdade do conde dArrraiollos, meu bem

amado primo, que o fara bem, direitamente e como conpre a nosso seruiço; de nosso motu propio, liure vontade, certa ciençia poder abssoluto, teemos por bem e damoslhe autoridade e conprido poder que, daqui en diante, emquanto nosa merçee for, elle possa dar e doar pera ssenpre, per ssuas cartas, sijnadas per elle e seeladas do sseu seello, a quallquer pessoa ou pessoa que lhe prouuer todallas cassas, terras, eranças da nossa çidade de Çepta e comarca darredor della que ataa feitura da pressente dadas nom ssom per nossas cartas ou dos condes dom Pedro e dom Fernando, cujas almas Deus aja, que da dicta çidade forom capitãaes, ssem essas pessoas a que as asy der mais auerem nossas confirmaçõoes dellas, segundo sse senpre custumou em tenpo delrrej dom Joham, meu avoo, e delrrej meu senhor e padre, cujas almas Deus aja, e esso meesmo per nos, as quaees os dictos condes dauam. E porque esta autoridade singullarmente asy outorguemos ao dicto conde meu primo, nom he com entençom de a asy auerem os que depos elle ouuerem a dicta capitanja da dicta çidade, mas que o façam segundo a hordenança que per nos ou nossos ssoçessores lhes ssobre ello for dada.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e a todollos nossos corregedores, juizes e justiças, oficiaaes e pessoas e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto perteençer, per qualquer guissa que seja, e esta nossa carta for mostrada que asy o conpram e façom conprir e guardar e nunca em nehũu tempo vãao contra ello em nehũua maneira que seja, porque nossa merçee e vontade he que as dictas cassas, terras e eranças sejam dadas per o dicto conde, como dicto he. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijnada per o jfante do Pedro, rregente, etc., e asseellada do nosso sseello do chunbo.

Dante em a villa dAueiro, xbj dias dagosto. Martim Gil a fez. Anno Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb.

33

16 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Martim Gil, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Tomar, para escrivão da coudelaria daquela vila e termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 37 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, Martim Gil, escudeiro do jffante dom Anrrique, morador em Tomar. Carta per que o dam por escpriuam da coudellaria (1) da dicta villa de Tomar e sseu termo, asy e pella guissa que o era Gil Martijnz dAuoo, seu padre, que o dicto ofiçio tijnha, que sse ora finou. Em forma.

Dada em Auoo, xbj dias dagosto, per autoridade do ssenhor rregente, etc. Joham de Santarem a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Rb.

34

18 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a mandar entregar o castelo da cidade de Ceuta ao conde de Arraiolos, seu primo, e a dispensar do preito e homenagem pelo mesmo o falecido conde de Vila Real e quemquer que, de presente, o tenha.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 36, donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 300-01. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 528, n.° 977.

Dom Afomsso, etc.

A qualquer que teuer ho castello da nossa çidade de Çepta, ssaude.

Mandamosuos que, vista esta carta, entreguees o dicto castello ao conde dArraiollos, meu bem amado primo, e, entregandolho, nos, per esta carta, quitamos ao conde de Vila Reall, que Deus aja, o preito he menagem que nos por o dicto castello tijnha fecto hũua, duas e tres uezes, e esso meesmo quitamos a uos quallquer preito e menagem que por o dicto castello tenhaaes fecto ao dicto conde. E, em testemunho desto, por guarda de ssua honrra e segurança e vossa, lhe mandamos dar esta carta.

Dada em a villa dAueiro, xbiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

---

(1) No ms. *caudellaria*.

35

18 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso Tenreiro, residente em Felgar, termo da Torre de Moncorvo, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 36.

Dom Afomso, etc.

Jtem, priuillegio de Joham Afonso Tenrreiro, morador no Felgar, termo da Torre de Meemcoruo, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dado em a villa dAueiro, xbiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

36

18 AGOSTO 1445

Instrumento notarial de contrato e convenção de Lopo da Cunha, fidalgo do infante D. Henrique e vedor da sua casa, com sua mulher Maria Gonçalves, filha do falecido Gonçalo Lourenço, escrivão que foi da puridade de el-rei D. João I, sobre os seus bens (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 40 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 10, fl. 5 v.

Em nome de Deus, amen.

Saybam quantos este estormento dauença e amigauel composiçom virem que na era do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb anos, xbiij^{c} dias do mes dagosto, pela manhãa, em a çidade de Lixboa, nas casas que foram de Gonçalo Lourenço, scpriuam que foy

(1) Sobre Lopo da Cunha cfr. os DOCS. 61 e 67 do nosso vol. 8 e o DOC. 43 do presente volume.

Copyrighted material

da puridade delrrej dom Joham, que estam junto com a jgreja de Sam Bertolameu da dicta çidade, estando hi de presente Lopo da Cunha, fidalgo da casa do ssenhor jfante dom Anrrique e veador de sua casa; estando eso mesmo de presente Maria Gonçaluez, filha do dicto Gonçalo Lourenço, molher do dicto Lopo da Cunha, em presença de mym, FernandAfonso, tabeliam delrrej em a dicta çidade, e testemunhas ajuso scpritas, per a dicta Maria Gonçaluez foy dicto que asy era uerdade que despojs que ela fora casada com o dicto Lopo da Cunha, ele, Lopo da Cunha, lhe outorgara, per scpritura pubrica, que, morrendose ele da ujda deste mundo primeiro que a dicta Maria Gonçaluez, sua molher, sem auendo hi filho ou filha dantre anbos que seus beens ouuese derdar, que a el prazia que a dicta Maria Gonçalluez ouuese pera sy, em solido, em sua djreita parte, o quinham [de] todollos beens, asy mouees como de rrajz, que ela tro[u]uera ou ao depois trouuese pera seu poder, per bem do dicto casamento, e majs que ela ouuese por suas arras, por honrra de sua linhagem, mil, dobras douro boom e justo peso, segundo esto majs conpridamente he conteudo em hũ estormento da dicta convença, o q[u]al antre eles foy fecto.

E que ora, consirando os dictos Lopo da Cunha e sua molher em como os beens que ela trouuera pera seu poder eram todos daneficados e aujam mester grandes adubios e mujtas despesas e asy era neçesario que em eles o dicto Lopo da Cunha despendese a major parte do casamento que lhe por o dicto jfante dom Enrrique fora dado; e eso mesmo, consirando eles em como se ao depois nom ouuesem filho ou filha dantre anbos que, per morte de cada hũ deles ouuese de soçeder, poderia antre eles naçer e leuantar algũas descordias e desauenças, a q[u]al cousa nom seria serujço de Deus e proueito nem honrra deles; e, querendo eles uiuer em aquele amor e concordia em o q[u]al, segundo Deus e segundo o djreito, os maridos deuem uiuer com suas molheres; e eso mesmo dise a dicta Maria Gonçaluez que, consirando ela como poderia ser que o dicto Lopo da Cunha, per rrazom da conuença suso dicta, nom mandaria adubar e correger os dictos beens e, se os mandase correger, nom mandaria correger asy bem como deuya e segundo aos dictos beens era conpridoiro e neçesario, temendose de ele morrer primeiro sem hi auer filho ou filha e asy os djnheiros dele ficarem despesos e os beens dela corregidos, sem os seus herdeiros auerem desto proueyto algũu; e eso mesmo, consirando ela como, se o dicto Lopo da Cunha mandasse adubar e correger os dictos beens, segundo lhes conpre e he neçesario, poderia ser que el se finaria primeiramente da uida deste mundo sem filho ou filha e asy os beens dela ficariam corregidos aa custa e despesa do dicto seu marido e os djnheiros dele serem gastados e despesos em elles, sem os seus herdeiros desto auerem proueito algũ, a q[u]al cousa ela aueria por grande carrego e dano e perda de sua conçiençia, mormente ficando ajnda os herdeiros dele obrigados a lhe dar e pagar as dictas mil dobras darras;

E, veendo eles estas cousas suso dictas e outras mujtas, diserom que uinham a tal auença e amigauel composiçom, a saber, que os beens todos, asy da parte dele como da parte dela, asy os auudos como por auer, sejam comũs antre eles anbos, Lopo da Cunha e Maria Gonçaluez, sua molher, e que, morrendose o dicto Lopo da Cunha primeiro que a dicta Maria Gonçaluez sem auendo hi filho ou filha dantre anbos, que seus herdeiros (2) posam soçeder os beens todos que hi ouuer, per q[u]alquer deles fosem trazidos ao casamento, asy da parte de Lopo da Cunha, como eso mesmo da parte de sua molher, sejam deuisos hingalmente antre a dicta Maria Gonçaluez e os herdeiros do dicto Lopo da Cunha. E diserom e outorgaram anbos juntamente que os herdeiros de Lopo da Cunha nom sejam teudos a dar e pagar as dictas mjl dobras darras a dicta Maria Gonçaluez nem a outrem por ela e que asy em todo caso, morrendose cada hũu deles sem auendo hi filho ou filha, os beens sejam comunicados deuisos e departidos antre aquele que fiq[u]ar uiuo e os herdeiros do finado, sem auer hi arras algũas, as quaaes, per este contrauto, conuença e amigauel composiçom, diserom que queriam que fossem de todo tiradas e que todos os beens, assy mouees como de rrajz, auçõoes e djreitos sejam comũs, segundo que, per costume deste rreyno, som comũs antre os marjdos e molheres. E diseram e pormeteram e outorgaram que qualquer deles que per a suso conuença e amigauel composiçom nom quiser estar seja obrigado a dar e pagar, em nome de pena, aaquele que por o dicto contrauto quiser estar duas mjll dobras de boom ouro e justo peso e, pagada asy a dicta pena ou por pagar, esta conuença seja pera todo tempo firme e estauel, com todo seu uigor e forteleza.

E, por esto ser mais firme, diserom que pediam por merçe a nosso senhor elrrej que el, de sua çerta çiençia e poder absoluto, queira soprijr toda a solenidade de fecto ou de djreito que em este contrauto minguar, sem enbargo de canones e leys e hordenações, grosas, dictos de doutores que contra esto pareçam ser, em todo ou em parte. E, em testemunho de uerdade, mandaram e rrogaram a mym, dicto tabaliam, que lhe dese asy senhos estormentos e dous e tres e quantos lhe conprijr.

Fecto foy no dicto logo, dia e mes e era suso dicta, em o q[u]al dia o dicto Lopo da Cunha e sua molher que eles tomaram sua casa e o dicto Lopo da Cunha ueera pera dicta sua molher. Testemunhas: Aluaro Pirez, bacharell em lejs, filho de Pedro Esteuez da Mão Jnchada, e Aluaro Gonçaluez, seu criado, e FernandAluarez, scolar, e Aluaro Martijnz, criado do dicto Lopo da Cunha, e outros. E eu, dicto tabaliam, que este estormento pera o dicto Lopo da Cunha scpreuy, em o q[u]al meu sinal fiz, que tal he.

---

(2) No ms. *beens*, em vez de *herdeiros*.

37

27 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Garcia, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 36 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, outro tal dAfonso Garçia, morador no dicto logo de Castro Marim, besteiro da camara do dicto jfante (1), na forma costumada, etc.

Dado em Cojnbra, xxbij dias dagosto, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rb.

38

27 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Bernardes, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 36 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Bernaldez, morador em Castro Marim, besteiro da camara do jfante dom Anrrique, na forma custumada.

Dada em Cojnbra, xxbij dias dagosto, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb.

---

(1) D. Henrique.

Copyrighted material

39

28 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da tinturaria de pastel no reino, por ele introduzida, e a proibir que alguém a use sem sua licença, sob pena de perder o engenho respectivo, a casa em que ele estiver e o material tingido.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 18.

Publicada: por BRITO REBELO, *Alguns traços da vida do Infante D. Henrique*, p. 570; e por SOUSA VITERBO, *Algumas achegas para a história da tinturaria em Portugal*, p. 6.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que o jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, nos disse que, veendo elle como em nossos rregnos nehũa pessoa nom hussaua de tenturia de pastell, elle sse trabalhara dauer ho engenho e maneira de sse poder fazer e hussar della; pedindonos que lhe dessemos nossa autoridade, pera poder mandar que tengissem delle quem elle hordenasse.

E nos, visto [seu] rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, ssentindoo por nosso serujço e proueito de nossa terra; teemos por bem e queremos e mandamos que ell possa mandar fazer, per todos nossos rregnnos, a dicta tentoria de pastell, em quaeesquer cidades e villas e lugares que elle quiser, ssem nehũu outro enbargo nem duujda algũa.

E, esguardando nos como elle primeiro buscou este artefiçio e ysso meesmo ho trabalho e fadiga que leuou em ho auer; a nos praz que, em dias de ssua vida, nehũua pessoa nom possa fazer nem mandar hussar da dicta tentoria de pastell, saluo quem elle quiser ou mandar, per quallquer maneira e condiçom que a elle prouuer, leuando elle aquelle proueito que elle hordenar que he bem, e outrem nom, ssob pena de quallquer que o contrairo fezer e hussar da dicta tenturia ssem sseu mandado perca pera elle ho artefiçio que fezer e a cassa em que esteuer e todo o que em elle tinger.

E porem mandamos a todollos noesos corregedores, juizes, justiças, oficiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer, per quallquer guissa que seja, que lhe leixem todo esto asi fazer e encamjnhar como dicto he e o façam conprir e guardar, ssem poerem ssobre ello nehũu outro enbargo

nem duujda, ca çertos sejam os que contra ello forem que lho estranharemos grauemente, segundo acharmos que o mereçem.

Dante em a çidade de Cojnbra, xxbiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. GonçallEannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Rb annos. Lourenço de Guimarãaes a fez espreuer.

40

4 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lopo Dias, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz de Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 40.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 302. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 539, n.° 979.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Lopo Diaz, scudeiro do jfante dom Anrrique, em que o dom por juiz de Çeita, asy como o [era] Aluaro Rodrjguez, que se finou. Carta em forma.

Dada em Cojnbra, iiij° dias de setenbro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Afonso Uasquez a fez. Anno do Senhor de mjl iiij° Rb.

41

13 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Gomes, residente em Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 37 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Ruy Gomez, morador em Pomball, besteiro da camara do jfante dom Enrrique, na forma costumada.

Dante em Cojnbra, xiij dias de setenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço Abul a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb.

42

18 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Estêvão Eanes, residente na Serra da Pescaria, termo da Pederneira, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 38.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de EsteuEannes, morador na Serra da Pescaria, thermo da Pidrineyra (1), besteiro da camara do jfante dom Henrrique, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, xbiij^{o} dias de setenbro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano do Senhor de mjl e iiij^{c} Rb.

43

18 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Alvares, morador em Soure, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 39 v.

(1) Por *Pederneira*.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Aluarez, morador em Soure, besteiro da camara do jfante dom Anrrique. Carta em forma.

Dada em Cojnbra, xbiij dias de setembro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c}Rb.

44

20 SETEMBRO 1445

Carta do infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a participar-lhe haver recebido com satisfação seu embaixador o Dr. Nicolau de Canale, a quem, depois de ele ter apresentado a documentação e alegações em favor do dito doge, quanto à marca de Treviso, o infante mostrou a doação que da mesma lhe fizera o imperador Sigismundo e pediu-lhe cópia das escrituras do doge, na intenção de mandar estudar o assunto, mas o embaixador se recusou a dá-la, pelo que os juristas portugueses não quiseram emitir parecer sem reverem detidamente a questão; a dizer-lhe que julga oportuno o regresso do embaixador, cujo envio agradece, a Veneza; a declarar-se disposto a proceder no caso com inteira justiça e a solicitar igual atitude ao doge, pois, sendo ele verdadeiro e bom amigo seu, deve sentir-se obrigado a não lhe negar o direito que porventura lhe caiba à marca de Treviso, e, como o dito embaixador o interrogara sobre a atitude do infante para com ele, doge, diz-lhe que tanto el-rei de Portugal como ele, infante, e seus irmãos se acham dispostos a manter a antiga amizade até esclarecimento pleno do assunto, cuja solução lhe comunicará, na esperança de que ela virá a contribuir para manutenção e aumento das boas relações entre Portugal e Veneza.

ASV., *I Commemorali*, liv. 13, doc. 274, fl. 175. Original, em papel, assinado pelo infante.

Jllustrissime princeps et excellentissime domine. Quum sanctissime amicicie sit, que solum inter viros bonos esse solet, amicorum oratores hilari vultu letoque animo suscipere, quorum prospera cupit audire et eo maiore cum auiditate quo longiore spacio seiunguntur, hinc eximium

Copyrighted material

vtriusque juris et artium doctorem nobilem Nicolaum de Canali, ciuem vestrum dilectissimum, qui quandam credentialem literam, vestri ex parte, mihi presentauit, amice et iocunde suscepi (1). Et quum his pro

---

(1) Nicolau de Canale, doutor em artes e em ambos os direitos, foi nomeado pelo Conselho da República de Veneza, a 10 de Abril de 1445, para embaixador a el-rei de Portugal, devendo seguir nas galés da Flandres, em consequência de informação dada por Marcos Mauroceno, capitão das ditas galés; e, se fosse conveniente, iria também a Castela, com certa comissão do mesmo Conselho, segundo consta do documento seguinte:

Die x aprilis. Cum per ea que habuimus ex literis ser Marci Mauroceno, capitanei galearum Flandrie, scripsimus et promisimus serenissimo domino regi Portugallie ad maiestatem suam, hoc tempore nouo, oratorem nostrum destinare sitque necessarium, pro promissorum nostrorum obseruatione, oratorem ipsum mittere, vadit pars quod de presenti in hoc consilio eligatur per scruptinium vnus noster nobilis jturus orator ad regem supradictum, cui respondeat statim aut cras ad tertias; vadat cum famulis octo et vno notario cum vno famulo et vadat ad expensas communis et recedat cum galeis Flandrie vadatque cum illa commissione que sibi dabitur per hoc consilium. Et, quoniam pro nostro domino facit mittere personam que de jure sciat defendere et tutari rationes nostras, dentur oratori predicto ducatorum trecenti pro hac legatione. Et, si opus fuerit, vadat orator predictus ad presentiam serenissimi regis Castilie cum illa commissione que etiam per hoc consilium sibi dabitur. De parte ...65. Electus ambassiator ser Nicolaus de Chanali, doctor. Vult quod die martis proxime futuro vocetur hoc consilium, ad quod omnes qui possunt ponere partem venire teneantur et partem ponere, sub pena librarum XXV pro quolibet, vt circa hanc materiam prouideatur, prout huic consilio melius visum fuerit. De parte ... 47. De non ... 3. Non sint ... 0. Quod viro nobili ser Nicolao de Chanali, electo ambassiatori ad regem Portugallie, elongetur terminus ad respondendum per totam diem jouis proximam. De parte ... Alij. De non ... 21. Non sint ... 0. (ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 16, fl. 165 v.).

As incumbências do referido embaixador são minuciosamente indicadas pelo doge Francisco Foscari, em carta de 10 de Junho de 1445, com as instruções para Nicolau de Canale, a desembarcar pelo capitão das galés de Flandres em Cascais, donde ele se dirigirá a Lisboa, ao infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a significar-lhe que a sua embaixada visava aumentar a antiga amizade existente entre a corte portuguesa e a Senhoria de Veneza, na persuasão de que o bom tratamento dispensado pelos portugueses aos mercadores e navios venezianos e vice-versa continuaria a manter-se. Tendo o doge sido informado pelo capitão das galés de Flandres, no seu regresso de Lisboa, de haver o regente D. Pedro mudado de procedimento, Foscari atribuiu tal atitude ao facto de o embaixador português anteriormente enviado àquele sobre a questão da marca de Treviso, pelo imperador Sigismundo concedida outrora a D. Pedro (Cfr. os DOCS. 139 e 141 do nosso vol. 2), não ter sido atendido como ele desejava e, por isso encarrega Nicolau de Canale de explicar os motivos do seu procedimento, com justificação do direito que lhe assiste à dita marca. Para mais fàcilmente alcançar o seu intento, Foscari sugere-lhe disponha de dinheiro para compensar o infante português da soma que porventura ele houvesse dispendido na consecução do privilégio sobre a marca de Treviso. Recomenda-lhe

explicandis que in mandatis habebat, diem certam assignarem, eadem scripturis et rationibus ius vestrum circa marchionatum Taruisij copiose et elleganter, ut assolet, ostendere conatus est (2).

---

também que se entenda com el-rei de Portugal, com D. Afonso, duque de Bragança, com o arcebispo de Lisboa e sobretudo com o de Braga, D. Fernando da Guerra, pessoa de grande autoridade e influência no regente do reino, pois ele já em tempos se interessara deveras pelo assunto, em favor da República de Veneza. A missão do embaixador veneziano junto de el-rei de Castela respeitava à protecção concedida pelo mesmo aos piratas contra os navios de Veneza, nomeadamente contra Filipe de Canale, capitão de galés armadas contra certos piratas junto de Cartagena, aos quais aquele monarca dava guarida e fornecia víveres em seus portos. Antes de partir para esta missão, o embaixador devia informar-se do assunto junto dos mercadores venezianos em Cádiz e noutros lugares. E, depois de informado o regente português, ele devia partir com salvo-conduto e procurar justificar o procedimento do capitão. Tais instruções constam de documento do ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 16, fl. 187 v., o qual será publicado oportunamente, no Suplemento de *Monumenta Henricina*.

(2) As razões e documentos apresentados pelo embaixador vêm indicados substancialmente nas instruções fornecidas pelo doge Francisco Foscari em carta de 10 de Junho de 1445, referida em a nota anterior, ou sejam a livre e imemorial posse da marca de Treviso e de outros lugares, reclamados pelo infante D. Pedro de Portugal, que, apesar do privilégio concedido pelo imperador Sigismundo, quando este se achava em guerra com o dito doge, — disposto, portanto, a intentar quanto pudesse contra ele —, quer durante o reinado de D. João I como depois, nunca se lembrara de apelar para tal concessão. Se isto não fosse bastante, o embaixador provaria o direito do doge por escrituras, privilégios e documentos. Pràticamente, são as razões aduzidas já pelo mesmo Foscari em carta de 26 de Agosto de 1436 a Hermolao Donato, embaixador seu ao papa Eugénio IV, pelo qual fora informado do pedido dos embaixadores portugueses ao concílio de Basileia, os quais anteriormente passaram pela corte pontifícia, em Bolonha (Cfr. o DOC. 88 do nosso vol. 5). O doge ordenara-lhe comparecesse perante o sumo pontífice e lhe significasse a sua surpresa, não só pelo conteúdo do pedido, como pela proveniência do mesmo; admirara-se de que o infante D. Pedro formulasse tal reclamação, por contrária à grande amizade entre a casa régia portuguesa, especialmente desde D. João I, e Veneza, a qual o doge desejava prosseguisse com o então rei D. Duarte e com o próprio duque de Coimbra, aliás como Foscari patenteara concretamente, na recepção e trato honroso dispensados ao mesmo dito infante, a quando da sua passagem pela cidade e domínios de Veneza, sem se lembrar então de semelhante pedido; admira-se ainda deste, por ser notório que ele, doge, possuía a cidade de Treviso e suas fortalezas por justo e indiscutível direito, de forma a não poder satisfazer tal exigência; pelo que o papa devia persuadir os embaixadores portugueses de desistirem de tais diligências, pois inumeráveis eram as razões por que tal pedido não devia ser sequer formulado. Eis o documento respectivo:

M.cccc.xxxvj, die xxvij augusti. Quod viro nobili ser Hermolao Donato, oratori ad summum pontificem, scribatur ut infra. Recepimus literas vestras, latas xxiij instantis, cum inclusa supplicatione oratorum Portugalensium, per quam petunt Taruisium, etc., et recommendantes sapientiam et diligentiam vestram, vobis respondemus cum nostro consilio rogatorum et additorum, mandantes quatenus com-

Ego vero donationem eiusdem, quam sponte proprioque motu felicissime memorie Sigismundus imperator mihi concessit, sibi ostendi et quum die illa et quibusdam alijs dicta super re ad inuicem loqueremur, eum requisiui vt vestrarum scripturarum mihi copiam exhiberet et mearum suo arbitratu caperet, si luberet, arbitrans nihil honestius, nihil preclaris principibus aut libera re publica dignius quam ea, quorum inter amicos controuersia est, mature et grauiter examinari et exquiri vt, cui ius competit, tribuatur, ipse nihilominus continuo recusauit. Verumtamen, referebat quotiens mihi luberet et quibuscunque luberet se foret ostensurum.

Qumque propter copie defectum iurisperiti, qui mecum aderant, et alij quibus super hoc negotio scripsi, tam breui nec examinare nec discutere rem uoluerunt nec consonum rationi fuisse, que omnibus agendis exigit ut tempus, secundum agendorum qualitatem, accomodetur ydoneum, rem ita arduam et peringentem repente determinare, verum quia hanc longam tante rei moram necessariam illic oratori vestro graue fore intelligebam, tametsi uoluisse morari quantum mihi lubuisset se offerret, censui quod oportunius foret si rediret.

Nihilominus, illustrissime princeps, dominationi vestre gratias ago plurimas, cui placuit oratorem ita solennem, ita doctissimum mihi destinare et ius quod habere dicit notificare. Quamobrem eandem dominationem certam facio quod, summa cum diligentia, ius vtriusque nostrum

---

parere debeatis ad presentiam summi pontificis et sue beatitudini dicere qualiter nobis dedistis de supplicatione predicta notitiam quodque profecto admirati et merito sumus, tam respectu porrigentium talem supplicationem, tum etiam respectu eius quod postulatur. Nam, respectu porrigentium, miramur, quia hoc nobis non conuenire uidetur singulari beniuolentie optimeque amicicie quam continue tenuimus cum serenissima domo sua, et specialiter serenissimo domino .. genitore suo, ac tenemus et intendimus tenere cum presente domino rege et cum ipso domino ducemet, sicut per experientiam comprobauimus, dum transitum faceret per loca nostra et specialiter per hanc vrbem nostram, quoniam ut scit eum illa honorificentia et affectione vidimus et tractauimus tractarique fecimus, uti nostre bone fraternitati et optime beniuolentie et caritati nobis visum est conuenire, stetitque nobiscum pluribus diebus et nullam vnquam fecit nobis mentionem de re ista, quia nec conueniens nec iusta sibi uidebatur petitio nec ab eo citra etiam quicquam dixit. De re postulata miramur, maxime quia, ut notorium est toti mundo, ciuitatem Taruisinam et fortilicia sua iam tempore longissimo tenuimus justo et jndubitato jure, jta quod alicui non tenemus licite conuenire nobis mouere litem et ei maxime ob bonam amicicium et beniuolentiam predictam nec conuenire juri et honori nostro tali petitioni respondere. Sed supplicamus beatitudini sue ut sua summa sapientia taliter dictos oratores alloquatur, quod huic rei silentium imponatur et aperte loquentes, pro certo credere non possumus quod de consensu prefati domini ducis hec materia moueatur. Nam, multe et infinite sunt rationes, per quas rationabiliter talem petitionem nobis facere non debebat. De parte ... Omnes alij. De non ... 4. Non sint ... 1. (ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 13, fl. 258).

examinare iubebo, et si forte ius haud competere mihi fuerit inuentum vel ita ambiguum quod discerni non posset nec intentionis est et etiam fuit huic negotio silentium imponere sempiternum, si contra iustitiam libere et expedite consequi ualerem, vt nouit Deus, renuerem; principibus maxime non omnia conceduntur, sed solum ea que a sanctissime iustitie cultu non sunt aliena, similiter et meis in testamento successoribus mandabo vt nullo quippe tempore hac pro re nec vobis nec vestris sint molesti.

Modo, quum lex vere amicicie requirat vt pari beniuolentia amicos diligamus, honestum, immo sanctum fore arbitror, si ius mihi competit, quod equa beniuolentie mensura erga me uos geratis. Boni enim et veri amici, quos et iustos et rectos esse oportet, non solum que amicorum sunt ea libere addent, ne inuenti fiant uel cupiditate ducti utilitatem que, vt hoc nomine rite fruatur, ab honestate separanda non est, vere amicicie anteponere videantur, immo, si casus accederit, eis non minori studio quam sibi ipsis fauebunt, vt bona recuperare valeant que sibi quouis modo occupantur, quod si non fecerint, contra legem vere amicicie peccabunt.

Jnsuper orator vester a me quesiuit deinceps erga vos et vestros quonam pacto me gererem. Jdcirco, dominationem vestram certifico quod, mediante Omnipotentis Dei gratia, serenissimus et excellentissimus dominus meus rex, omnes fratres mei et ego amice continuo et honeste, vt ab antiquo sumus soliti, nos geremus quousque huius negotij veritas mihi declaretur et declarata notificetur (3). Jnterim, tamen nos, in consueta nostra beniuolentia perseuerantes, ad nullam innouationem procedemus, nisi prius dominatio vestra sit aduisata. Post tamen aduisationem, spero in Domino talem ex nostra parte huic rei modum fore adhibendum et similiter ex vestra, quod non solum prisca nostra amicicia conseruabitur, sed etiam augebitur.

Ex ciuitate Colimbriensi septembris xx.°, anno Domini M°.CCCC°. XXXXV.^mo^.

(as.) + Jfant dõ p°.

A tergo: Jllustrissimo principi et excellentissimo domino Francisco Foscari, Venetiarum prudentissimo dvci, etc. (4).

---

(3) Este passo demonstra que, também el-rei D. Afonso V, como aliás já D. Duarte, e os irmãos do regente — segundo o próprio aqui declara — e, portanto, o mesmo infante D. Henrique se interessavam pelo assunto de Treviso e se achavam em boas relações com a República de Veneza, que, por intermédio de seus navios, muito auxiliara D. João I em seus contactos com o estrangeiro (Cfr. CONDE DE TOVAR, *Portugal e Veneza na Idade Média*, sobretudo a pp. 99-103).

(4) Cfr. também a carta do infante D. Pedro de 26 de Março de 1446 (o nosso DOC. 109).

45

25 SETEMBRO 1445

Memorando de el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, conselheiro e embaixador seu às partes do Levante, sobre o que há-de dizer ao Mestre de Rodes acerca do convite recebido pelo dito monarca do mouro Otmen aben el Cabilu, senhor de terras em Síria, através do veneziano Marco, o qual lhe ofereceu entrada, socorro e ajuda para empresa naquelas partes, a ordenar-lhe oiça o referido Mestre e depois vá ao citado Otmen, observe cuidadosamente o país e assegure àquele a boa disposição do soberano de Aragão em aceder a seus desejos, depois de havida a necessária informação (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2698, fl. 108 r. e v.

Memorial e jnstruccion, por part del ssenyor rrey fecha a fray Vasco dOliuera, comendador de Cohimbre, consellero e embaxador del dicho ssenyor, de las cosas que ha de fazer en las partes de Leuante, por seruicio del dicho ssenyor.

Primerament, el dicho fray Vasco, como sera en Rhodes, saludara, de su parte, e dira al rreuerend maestro, de parte del dicho ssenyor, las saludes acostumbradas e como el, dicho ssenyor, es dispuesto e presto todos tiempos complazerle en aquellas cosas que de el quisiesse nj demandasse que buenamente el dicho ssenyor pueda complazer.

Jtem, el dicho fray Vasco, dada al dicho reuerend maestro la letra de creença, la qual pora el traye, le explicara como el dicho ssenyor rrey lo enuja en aquellas partes e a el portaron como vn moro, senyor de tierras en Suria, clamado Otmen aben el Cabilu, ha enujado al dicho ssenyor vno clamado venecianu Marco, con vna letra de creyença, en virtut de la qual es stado al dicho ssenyor dicho e declarado por el dicho venecianu que el dicho Otmen se offrece dar entrada, soccorro e ayuda

(1) Em 16 de Abril de 1449, Fr. Vasco de Oliveira, então dito ainda «comandador de Coymbra, dela Orden de Hierusalem», portanto comendador da Ordem Militar de S. João de Jerusalém ou do Hospital, foi enviado pelo rei de Aragão, como embaixador seu, ao de Portugal (ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2545, fl. 21).

al dicho ssenyor, si querra entrar en empresa de aquellas partes, sollicitando que a aqueste negocio sia prompto. E que el, dicho ssenyor, por aquesta razon, enuja a el en aquellas partes, por que conferezca con el dicho maestro e veya que le pareçe de aquestas cosas e encara del orden como se deue tractar e enujar, pregant le, por part del dicho ssenyor, que loy qujera consellar e endreçar.

Jtem, mas le dira el dicho fray Vasco como, apres que por el dicho maestro le sera dado en aquesto consello, que qujere el dicho ssenyor que vaya a fablar con el dicho Otmen e con el conferezca e pratique de aquestas cosas e las constituezqua segunt la disposicion que trobara en algun termjno, dando se esmjent de los lugares e disposiciones de aquellas partidas e de todas otras cosas necessarias.

Jtem, que, visto el consello e parecer del dicho maestro de Rhodes, todos tiempos faziendo e menjando aquestas cosas con cautela e buena discrecion, la qual el dicho ssenyor confia, jra el dicho fray Vasco al dicho Otmen e, por todos los camjnos e vias que fara, tendra bien smjent como sta e como sia constitujdo aquel pays.

Jtem, el dicho fray Vasco, como sera llegado al dicho Otmen, le dara la letra de creyença, la qual le traye, e, por parte del dicho ssenyor, le explicara primeramente deuidas saludes; apres, como ha recebido su letra por venecianu Marcu e, por virtut de la dicha letra, e las cosas por parte suya dichas al dicho ssenyor, el es enujado alla, por conferir con el.

Jtem, mas le dira el dicho fray Vasco como el ssenyor rrey ha grant voluntat e buen proposito de tomar empresa en aquellas partes e que, offreciendose tiempo e opportuna disposicion, el, de buena voluntat, hi entendrja e que es mucho aconsolado quel dicho Otmen en aquesta parte tenga el proposito que ha enujado dezir. Por que lo priega que le qujera mostrar e fazer veer al oxo todas cosas por aquesta empresa necessarias a endreça del dicho fray Vasco, por que, vistas aquellas e bien reconoscidas, ne pueda fazer relacion al dicho ssenyor veridica, discreta e primera.

Jtem, confortara lo dit Otmen en su proposito, prometiendole sperança quel dicho ssenyor, houida jnformacion de buena disposicion e facilidat del negocio e que, mediante Dios, el lo pueda conduzir a fin, el dicho senyor se dispondra de continente andar e fara sus preparatorios, tales quel dicho Otmen conexera quel dicho ssenyor, con la ayuda todos tiempos de Dios, es pora poder fazer grandes fechos e actos dignos de reputacion, quales se pertenecen fazer por rreyes.

Jtem, apres fechas todas las dichas cosas, retornara el dicho fray Vasco al dicho ssenyor lo pus presto que le sia possible, por fazerle relacion de todas las cosas que haura fechas e vistas, con plena jnformacion. Rex Alfonsus.

Expeditum jn regijs felicibus castris, apud Rochetam Ciujtelle, die xxv°. septembris, anno M°. cccc°. xxxxv.°

Dominus rex mandauit michj, Arnaldo Fonolleda.

Prouisa.

46

25 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Farinha, residente em Janeiro, termo da Covilhã, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 39.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Farinha, morador em Janeiro, thermo de Couilhãa, besteiro da camara do jfante dom Enrrique, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, xxb dias de setenbro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rb.

47

1 OUTUBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Jorge, residente em termo de Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 39 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Jorje, morador em thermo de Ponbal, besteiro da camara do jfante dom Anrrique, na forma costumada.

Dada em a çidade de Cojnbra, primeiro dia doutubro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c} Rb.

48

2 OUTUBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a sua mulher Maria Gonçalves instrumento notarial de contrato e convenção feito por ambos sobre os bens por ela trazidos quando casaram e sobre as arras que ele lhe havia de dar por motivo do casamento (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 40 v.; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 10, fl. 5 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de confirmaçom e prouaçom uirem, [fazemos saber] que, da parte de Lopo da Cunha, fidalgo da casa do jfante dom Enrique, meu mujto prezado e amado thio, e de Maria Gonçaluez, sua molher, nos foy apresentado hũ estormento de conuença, que foy fecto antre anbos, per rrazam dos beens que ela trouue consjgo, quando com el casou, e das arras que lhe el auja de dar, o q[u]al pareçia ser fecto e sjnado per FernandAfonso, tabaliam em a çidade de Lixboa, do q[u]al o theor dele he este, que se adeante segue.

Segue-se a transcrição do contrato referido, de 18 de Agosto de 1445, — o nosso DOC. 36.

E, apresentado asy o dicto estormento, o dicto Lopo da Cunha nos pedio por merçee que, por moor firmidooem do dicto estormento, lho quisemos confirmar, per nosa carta.

(1) Cfr. também os DOCS. 61 e 67 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

E, visto per nos seu rrequerimento com o dicto estormento e, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e aprouamos o dicto estormento e [o] confirmamos, outorgamos e rreteficamos pela gisa que fecto he, e queremos que se conpra e guarde asy tam conpridamente como em ele he conteudo, nom enbargando quaaesquer leys, djreitos canonicos como çiuees, hordenações e capitolos, foros, façanhas, oupiniõoes e grosas de doutores e outros quaaesquer costumes que em contrairo desto sejam feitos; os q[u]aaes todos e cada hũ delles e outros quaaesquer que hi aja, que esto, per algũa gisa, posom desfazer, auemos por nenhũs e os casamos e anulamos e jrritamos e queremos que nom ualham emquanto esta nosa confirmaçom, que asy fazemos do dicto estormento, poderiam, em algũa gisa, enbargar ou anular, porque asy he nosa merçee, sem outro enbargo. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nosa carta.

Dada em Cojnbra, dous dias doutubro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Anes a ffez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb. E eu, LopAfonso, scpriuam da puridade, a fiz scpreuuer e sobescpreuy.

49

2 OUTUBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio de besteiro da câmara a Alvaro Domingues, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em terra de Besteiros.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 41.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAluaro Dominguez, morador em terra de Besteiros, besteiro da camara do jfante dom Anrrique, meu thio. Priujlegio de besteiro da camara, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, dous dias doutubro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb.

Copyrighted material

50

6 OUTUBRO 1445

A rainha D. Maria de Aragão, em carta a mossem Vicente Climent, doutor em decretos e embaixador do rei aragonês na corte inglesa, entre outros assuntos, ordena-lhe comunique ao rei e ao cardeal de Inglaterra haver-se celebrado contrato matrimonial entre o rei de Castela e filha do infante D. João de Portugal, D. Isabel, donzela sábia e de grande fama (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3038, fl. 134.

. . . . . .

Be creem que nostre molt car cosi lo rrey e lo dit cardenal sien auisats del matrimonj contractat per lo molt jllustre e nostre car frare lo rrey de Castella ab vna filla del jnfant don Johan de Portogal, donzella molt sauia e de gran fama; si no ho saben, auisatslos en, de part nostra.

. . . . . .

Dada en Valencia, a vj dies doctubre del any M.cccc.xxxxv. La Reyna.

51

11 OUTUBRO 1445

Havendo constado à rainha de Aragão que a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida D. Leonor, seria metida no mosteiro de S. Domingos de Toledo, privada de seus servidores, deixada só e sem qualquer subsídio de vida, ela ordena, em memorando a mossem Ramón Cerdán, seu embaixador a Castela, rogue ao respectivo monarca se digne prover às suas necessidades como provera às de sua mãe, pois seria desonra para ele deixá-la em tanta miséria.

ACA., *Cancilleria Real*, Reg. 3038, fl. 137 v.

---

(1) Conquanto o contrato matrimonial em referência apenas se haja celebrado em 9 de Outubro de 1446 (Cfr. o nosso DOC. 188), o presente texto prova que já em 6 de Outubro do ano anterior estava o assunto resolvido. Realmente, as letras da dispensa pontifícia para o dito casamento foram passadas a 5 de Novembro de 1445 (Cfr. o nosso DOC. 62).

Copyrighted material

. . . . . .

Jtem, como la dicha senyora rreyna haya emtendido que la jnfanta de Portogal, que e en Castilla, serja metida en el monesterio de Santo Domjngo e destitujda de todos sus serujdores e sola, con muy grant mjserja e sin darlj cosa alguna para viujr; el dicho mossen Ramon suplicara al dicho senyor rrey que sia su merced qujera proueyr a sus necessidades segunt prouedja a su madre, car, lexandola en tanta mjseria, no serja honra del djcho rrey. Prothonotarius.

. . . . . .

Dada en Valencia, a xj djas doctubre del anyo M.cccc.xxxxv°. La reyna.

52

11 OUTUBRO 1445

Memorando da rainha D. Maria de Aragão, dado a seu emissário Ramón Cerdán, sobre o que há-de ponderar ao rei de Castela acerca dos servidores que foram da rainha D. Leonor de Portugal, parte dos quais o regente D. Pedro não admite no país, e lhes foram tiradas as moradias que haviam em Toledo, onde padecem grande pobreza; pelo que a dita rainha pede ao rei castelhano que torne a solicitar ao infante D. Pedro, cuja atitude comenta, receba aquele pessoal e lhe restitua os bens.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3185, fl. 132 r.-v.

Memorial de lo que, de parte de la serenjssima ssenyora rreyna dAragon e de las dos Sicilias ha a dir e explicar mossem Ramon Cerdan al muy jllustre senyor rrey de Castiella.

Primerament, le explicara como la dicha ssenyora ha ouido cartas de ciertos caualleros, gentiles hombres e duenyas que stauan con la rreyna de Portogal, que Dios haya, e apres son stadas e stan con la jnfanta su fija, notificandole en como el jnfant don Pedro de Portogal, jnstado por el dicho senyor que diesse lugar en que todos e todas tornassen en Portogal e le restituyesse lo suyo, que ell hauria enujado vna nomjna, por la qual declara nombradamente quales son aquellos que le plaze que tornen

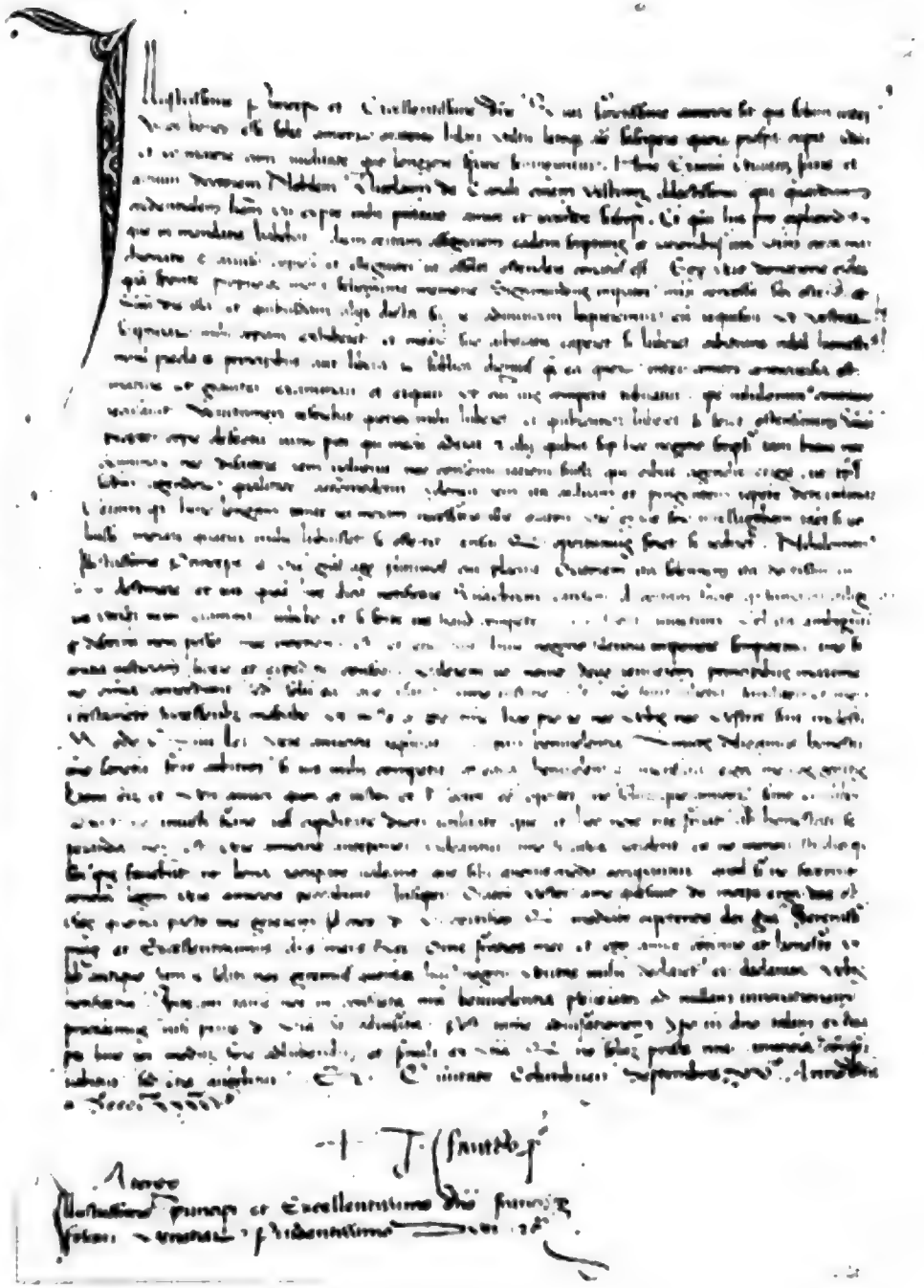
e a los otros da negatiua, lo qual el dicho rrey les ha mandado notificar; que aquellos a quj da la negatiua se partan de allj e vayan a buscar sus partidos. E, de fecho, les han quitado las posadas que les hauian dado en Toledo e son en tanto extremo de pobreza, que ni son buenos pera curar e menos pera partir. E de aquesto sta la dicha senyora muy marauillada, por muchos sguardes; lo vno, por que no se sabe que estos hayan fecho tal errada, por que su peccado sea jrremissible, car, sigujendo la rreyna en tal tiempo e caso, ellos creyen façer bien, nj encara se veya que, por esto, hayan fecha errada; car muller era de su rrey e senyor, que fue, e madre de su rrey e senyor, quj es. E, que no fues otra rreyna en qui esto no concorriesse, mas fuesse strangera, seruiendola en tal caso, les deuria seer reputado a generosidat de animo e gentileza. Sellent, secretarius.

Mas, que estos no son de tanto stado e manera que, stando en Portogal, pudiessen hazer al jnfante don Pedro danyo njn deseruicio; e tanto menos lo farian, quanto ell mas liberalmente se houiesse con ellos. Ante deue sperar que, pues sin obligacio, los mas dellos seguieron la rreyna e passaron los treballos que por ella han passado, solamente cuydando vsar de gentileza, mucho mas bien se hauran deuers ell, pues que exiliados los restituesce. Car, no es de presumjr que le sean desconoscidos de vn tal beneficio. Sellent, secretarius.

Jtem, paresce a la dicha senyora huna gran jnhumanjdat desterrar e ayrar duenyas e donzellas qui naturalmente no han defension nj pueden ne discorriendo por el mundo sin gran notamente e jnfamja de qui assi las fiziesse yr. E mas que la dicha ssenyora dessea reposo de Spanya e no querria que tantas vozes clamassen deuant el ssenyor rrey su marido, el qual, ahun que por su hermana no houiessen sostenido tanto danyo, se moueria a compassion, e en sguart de Dios e en sguart del mundo. Por esto, lo rogara, de part de la dicha ssenyora, quanto con mayor affeccion pueda, que quiera tornar a enujar al dicho jnfante e encargarse con ell que, si por sguart de Dios como por su mismo honor, quiera dar lugar que todos ellos e ellas tornen e les faga restituir todo lo suyo, con que puedan passar. E, entretanto, que su ssenyoria no quiera sostener que ellos passen fretura de res, mas les mande tornar las posadas e donar pera que se mantengan. Car esto es obra de humanidat e bien pertenesciente a vn tan gran princep e rrey, como ell es. Car, trobandose en su rregno, ahun que fuessen jnfieles, trobandose en tanta pobreza, seria tenjdo de socorrerles. Sellent, secretarius.

El dicho mossen Ramon scriuira decontinent a la dicha ssenyora la repuesta e prouision que sobrello el dicho ssenyor fara.

Copyrighted material



Mas auant, lo rrogara que, como ya por otras letras lo ha enujado rogar e enujado a ell Sancho Çapata, quiera mandar soltar Rodrigo de Bosmediano e hauerlo por recomendado en restitucion de lo suyo. Sellent, secretarius.

Esto mesmo rogara al condestable, car es cosa que la dicha ssenyora ha mucho a corazon e gelo terna a singular seruicio. Sellent, secretarius.

Datum Valencie, vndecima die octobris, anno a natiuitate Dominj millesimo quadringentesimo. xxxxb. La Reyna.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.
Prouisa.

53

11 OUTUBRO 1445

Memorando da rainha D. Maria de Aragão, a solicitar ao rei de Castela, seu irmão, dê pousadas gratuitas aos servidores portugueses de ambos os sexos que foram da rainha D. Leonor de Portugal e os trate favoràvelmente e a pedir à prioresa do mosteiro de S. Domingos de Toledo, onde se encontra a infanta D. Joana de Portugal, a trate com a honra e reverência que lhe são devidas.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3185, fl. 133.

Memorial de lo que, de part de la serenjssima ssenyora rreyna dArago e de Sicilia ha a dir e explicar mossem Ramon Cerdan a Pero Lopez de Ayala [e] a la prioressa de Sant Domingo de la ciudat de Toledo.

Primeiro dira, de part de la dita ssenyora, al dit Pero Lopez de Ayala que con ell, de part de sa senyoria, sia trames al jllustrissimo rrey de Castella, sobre alguns affers, entre los quals ha carrech dels affers dels portogalesos e portogalesas que seruien a la jllustrissima rreyna de Portogal, de buena memoria, que den posadas als dits portogalesos e portogalesas, francas, e los tracte fauorablament, car aço es honor e seruey

del dit rrey de Castella, e aço faça tro atant que lo dit rrey de Castella sobre aço haia respost al dit mossen Ramon del que li ha a dir sobre aço, de part de la dita ssenyora. Sellent, secretarius.

E, semblantment, parlara a la prioressa de Sant Domingo de Toledo, hon sta, de present, la jnfanta dona Johana de Portogal, filla de la dita rreyna, e la pregara, de sa part, que tracte la dita jnfanta ab la honor e rreuerencia ques pertany, attes lo deute qui ha ab lo dit rrey de Castella; car aço es seruey del dit rrey de Castella e faran gran seruey a la dita ssenyora, la qual molt li regraciara. Sellent, secretarius,

Datum Valencie, die vndecimo octobris, anno a natiuitate Dominj M.cccc.^{mo} quadragesimo quinto. La Reyna.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.
Prouisa.

54

11 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Pero López de Ayala, alcaide-mor de Toledo, de apresentação do seu emissário Ramón Cerdán, que lhe vai falar sobre os servidores portugueses da rainha D. Leonor de Portugal.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3185, fl. 133 v.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e de lla far.

Noble e amado e deuoto nuestro. Nos hauemos acomendado al amado e deuoto consellero e alguezir del senyor rrey e nuestro procurador general mossen Ramon Cerdan, cauallero, el qual embiamos al jllustrissimo rrey de Castiella, nuestro muy caro e muy amado ermano, que vos diga algunas cosas tocantes los portogalesos e portogalesas que eran en seruicio de la jllustrissima rreyna de Portogal, nuestra muy cara e muy amada hermana, de buena memoria, e les quales son seruicio e honra del dito jllustrissimo rrey de Castiella.

Por que vos rogamos e encargamos muy streeytament que le dedes plena fe e creença al dito mossen Ramon e fagades lo que, de nuestra

Copyrighted material

part, vos dira, açi como si nos personalment vos lo deziamos. Car, como dito es, sera seruicio del dito rrey de Castiella, nuestro hermano.

Dada en Valencia, a .xj. de octobre del anyo Mil cccc xxxxb°. La Reyna.

Al noble, amado e deuoto nuestro Pero Lopez de Ayala, alcalde mayor de Toledo.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

55

11 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão à prioresa do mosteiro de S. Domingos del Real, de Toledo, onde se encontra hospedada a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida rainha D. Leonor, de apresentação do cavaleiro Ramón Cerdán, conselheiro e aguazil régio e seu procurador geral, o qual lhe vai falar da sua parte.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3185, fl. 133 v.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e dalla far.

Venerable religiosa e amada nuestra. Segunt hauemos entendido, la jllustre jnfanta de Portogal sta agora en vuestra posada; e, sobre algunas cosas tocantes a ella, hauemos jnformado el amado consellero e algoezir del senyor rrey e nuestro procurador general mossen Ramon Cerdan, caualler.

Rogamosvos por tanto dedes al dito mossen Ramon plena fe e creença en todo lo que, de nuestra part, vos dira, açi como si nos personalment vos lo deziamos.

Dada en Valencia, a .xj. de octobre del anyo mil.cccc xLv°. La Reyna.

A la venerable rreligiosa, amada e deuota nuestra la prioressa del monasterio de Sancto Domingo del Real de Toledo.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

56

12 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Fr. Pedro de Góis, Diogo Gonçalves e Diogo Álvares, a comunicar-lhes que envia Ramón Cerdán ao rei de Castela e lhe deu cargo dos assuntos da infanta D. Joana de Portugal, dos deles e dos dos servidores da falecida rainha, mãe daquela, como o próprio Ramón lhes dirá (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3191, fl. 113 v.

La rreyna dArago e de Sicilia, etc.

Religioso, amados e deuotos nuestros. Nos embiamos al jllustrissimo rrey de Castiella, nuestro muy caro e muy amado ermano, sobre algunos afferes, el amado consellero e algozir del senyor rrey e procurador nuestro general mossen Ramon Cerdan, cauallero, e assi mesmo le hauemos dado cargo de los afferes de la jllustre jnfanta dona Johana de Portogal, nuestra muy cara e muy amada sobrina, e de vosotros e de los seruidores de la jllustrissima rreyna de Portogal, su madre, nuestra muy cara e muy amada ermana, de buena memoria e a quien Dios perdone, segunt el dito mossen Ramon, de part nuestra, vos dira. Rogamos vos le dedes plena fe e creença.

Dada en Valencia, a xij de octobre del anyo mil cccc xxxxv°. La Reyna.

A los religioso e amados e deuotos nuestros fray Pedro de Goyos, Diego Gonçales e Diego Aluarez.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent, ad relationem eius secretarij, Johanni de Campis.

(1) Fr. Pedro de Góis era filho do falecido prior do Crato D. Fr. Nuno Gonçalves de Góis e, como seu pai e seu irmão Fr. Fernando de Góis, fora adepto da rainha D. Leonor, com a qual deve ter seguido para Castela. Diogo Gonçalves é talvez Diogo Gonçalves Lobo, que fora vedor da citada soberana (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 63 e 64). Veja-se também o DOC. 77, relativo a Fr. Pedro e Fr. Fernando de Góis.

Copyrighted material

57

18 OUTUBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Vasco Lourenço, morador na Castanheira, termo de Monforte do Rio Livre, parte do degredo a que ele fora condenado para o couto de Noudar, por crimes diversos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 33 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude,

Sabede que Uaasco Lourenço, morador na Castinheira, termo de Monforte de Rioliure, na correiçam de Trallos Montes, nos enviou dizer que elle fora presso em a dicta correiçam, porquanto lhe fora posto que elle peitava a quem matasse hũu Aluaro Annes, o Moço, e que tolhia preudas aas justiças e que fora contra Lopo Esteuez, juiz da dicta villa, e que forçara hũa molher, a pessar de sseu marido, pella quall rrezom, elle fora degradado, por dous anos, pera Noudall, e que auja seis messes e mais que elle seruja o dicto degredo; porem nos pedia de merçee que, porquanto elle era homem proue e gastara todo na cadea, que lhe rreleuasemos o mais tenpo que asy auja de serujr no dicto couto, por bem do dicto degredo.

E visto per nos seu dizer e pedir e querendolhe fazer graça e merçee pollo do jfante dom Henrrique, meu mujto amado e preçado tijo, que nollo por elle rrequere; teemos por bem e mandamos que, se asy he como elle diz, que ja serujo no dicto [couto] seis messes conthijnuadamente, polla dicta rrezom, serujndo outros seis messes, que sera hũu anno, auemoslhe por rreleuado o mais tenpo que assij avija de serujr e lhe damos autoridade que, acabado o dicto tenpo, elle possa hir ujuer honde lhe aprouger e por bem teuer.

E uos mandamos que o nom prendaaees nem mandees prender nem lhe façaaees nem mandees fazer mall nem outro nehũu desagisado, quanto he polla dicta rrezom; porquanto nossa merçee e vontade he de lhe rreleuarmos o mais tenpo, pollo do dicto meu tyo, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xbiij dias do mes de oitubro. Elrrey o mandou per Gonçalo Fernandez, doutor em lex e corregedor da sua corte. Gil Rodriguez a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rb annos.

58

18 OUTUBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Gonçalo Afonso, morador em Jou, um ano da pena a cumprir no couto do Sabugal, por dois homicídios, em razão dos muitos e bons serviços prestados pelo indultado em Ceuta, Tânger e noutros lugares (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 33 v., donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 303-04.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes de Chaues, e a todolos outros juizes e justiças de nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Gonçalo Afonso, morador em Jou, thermo desa ujla, nos enujou dizer que ell fora culpado em a morte dAfonso Botelho e de Joham do Franco, que forom mortos em o dicto logo de Jou, e que, andando ele asy amorado, nos lhe perdoaramos a nosa justiça, [a] que nos por ello era obrjguado, comtanto que fosse serujr em o nosso couto do Sabugal dous anos continuadamente, e que ora el, dicto Gonçalo Afonso, tijnha ja serujdo seis meses; que porem nos pedia por merçee que lhe rreleuasemos o mais tempo que asy auja de serujr em o dicto couto, por mujtos e boos serujçoos que nos tjnha feitos em Çepta e em Tanger e em outros mujtos lugares.

E, visto per nos seu dizer e pidir e, querendolhe fazer graça e merçee, polo do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nolo por el rrequereo; teemos por bem e mandamos que, se asy he, que el ja serujo seis meses pola dicta rrazom, em o dicto couto do Sabugal continuadamente, serujndo outros seis em ho dicto couto, que sera hũ ano, auemollo por rreleuado o majs tempo que asy ouuera de serujr em o dicto couto.

E, acabado o dicto tempo, vos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaes fazer mal nem outro algũu desagisado, quanto he por a dicta rrezam. E, acabado o dicto

(1) Trata-se, porventura, do Gonçalo Afonso referenciado por ZURARA, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, cap. 114.

tempo, ell posa uiuer onde lhe aprouuer, porquanto nosa merçee e vontade he de lhe rreleuarmos o majs do dicto tempo, a rrequerimento do dicto meu thio, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xbiij dias doutubro. Elrrej o mandou, per Gonçalo Fernandez, doutor em leis e corregedor da sua corte. Gil Rodrjguez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rb.

59

18 OUTUBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a João Afonso, irmão de Gonçalo Afonso, morador em Jou, o mais tempo da pena que devia cumprir pelo mesmo motivo da carta anteriormente lançada (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 33 v., — donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 304.

Dom Afonso, etc.

Jtem, outra tal de Joham Afonso, seu jrmão, morador em Jou, de rreleuamento do majs tempo que tjnha por serujr polo mesmo fecto e clausola desta carta suso scprita, a rrequerimento do dicto jfante (2), propia forma, de verbo a verbo. Elrrej o mandou, per o sobredicto corregedor (3). Gil Rodrjguez a fez.

Dada em Santarem, xbiij° dias doutubro. Ano do Senhor de mjl iiij° Rb.

---

(1) Cfr. o documento anteriormente lançado, da mesma data. É possível que se trate de um dos vários João Afonso, criados do infante D. Henrique, já documentados em nossos volumes anteriores.

(2) D. Henrique.

(3) Dr. Gonçalo Fernandes.

60

22 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Joana de Portugal, a dizer-lhe que não pode aceder ao que lhe escreveu sobre os portugueses, como verá por carta do bispo de Lérida, do que tem pena, mas não lhe é possível providenciar (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3230, fl. 76.

La rreyna dAragon e de Sicilia, deça e della far, etc.

Jllustre jnfanta, nuestra muy cara e muy amada sobrina. Vuestra letra hauemos recebida, a la qual vos rrespondemos que sobre lo que nos scriuides de los portogalesos que con vos son, el venerable padre en Christo e amado consellero del senyor rrey e nuestro el vispe de Lerida vos scriue largament, remetiendolo a su letra, e sabe Dios que nos desplaze, como segunt tenemos en la voluntat no hi podemos prouedir.

Dada en Valencia, a .xxij. dias doctobre del anyo M.cccc.xLv°. La Reyna.

A la jllustra dona Johana, jnfanta de Portugal e del Algarbe, nuestra muy cara e muy amada sobrina.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

61

3 NOVEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Freire, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 2 v.

---

(1) Em memorando da rainha a seu marido, de 28 de Agosto do mesmo ano, se lê: — «Jtem, dira e explicara lo dit venerable abat (de Santa Creus) al senyor rrey les causes per les quals la dita senyora no pot reebre en son seruey les donzelles per les quals lo dit senyor rrey e per aquelles lo supplicara. Lan haya per escusada» (*Reg. infracitado*, fl. 70 v.). Cfr. a nota ao nosso DOC. 29.

Copyrighted material

Jtem, outro tall priuillegio de Gonçalo Freire, morador em a çidade de Lixboa, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma. Dante em a dicta çidade, tres dias de nouembro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rb.

62

5 NOVEMBRO 1445

Letras Precelsa dignitatis, *do papa Eugénio IV, a conceder dispensa do impedimento de terceiro grau de consanguinidade, para casamento, a el-rei D. João II de Castela e de Leão e a D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, a pedido dos mesmos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 377, fl. 264 v., — donde se reproduzem; AGS., *Patronato Real*, Legajo 49-29, insertas na acta do respectivo matrimónio, de 22 de Julho de 1447, aqui com a data de 19 de Janeiro de 1446; ANTT., *Reis*, liv. 1, fl. 53 v., com erros de cópia.

Publicada: por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 37 ao liv. 3; e por SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, pp. 277-79, as duas primeiras fontes citadas, com algumas incorrecções.

Eugenius, [episcopus, seruus seruorum Dei].

Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle et Legionis regi illustri, et dilecte filie in Christo nobili mulieri Elisabeth, dilecti filij nobilis viri Johannis, jnfantis Portugalie nate, salutem [et apostolicam benedictionem].

Precelsa dignitatis apostolice potestas, que romane ad edificacionem corporis ecclesie singulari dono concessa pontificibus est, tunc salubriter administrari conspicitur, dum circa fideles, presertim generis prerogatiua clarentes et apostolice sedi deuotos, iuris temperato rigore, dispensationis accommode presidium impertitur, ut ipsorum status fidelium peramplius inde firmetur et tranquillitatis amminicula proueniant iugiter adoptata.

Cum itaque, sicut oblate nobis, pro parte vestra, peticionis series continebat, vos, qui tertio consanguinitatis gradu inuicem coniuncti estis

pro conseruandis inter Castelle et Legionis ac Portugalie regna necnon illorum habitatores et jncolas pacis ac concordie [vinculis], insimul desideretis matrimonialiter copulari, pro dispensationis apostolice gratia, desuper humiliter supplicantes;

Nos, igitur, eximie quam ad nos et eandem sedem gerere noscimini deuotionis integritatem perstringentes, huiusmodi quoque supplicationibus inclinati, vobiscum, vt jmpedimento quod ex huiusmodi consanguinitate prouenit non obstante, matrimonium inuicem libere contrahere et in eo, postquam contractum fuerit, remanere, licite valeatis, auctoritate apostolica, tenore presentium, dispensamus, prolem ex ipso matrimonio suscipiendam legitimam nuntiantes.

Nulli ergo [omnino hominum liceat hanc paginam] nostre dispensationis et nuntiacionis [infringere uel ei ausu temerario contraire]. Si quis, [autem, hoc atemptare presumpserit, indignationem Omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum].

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno [incarnationis dominice] millesimo quadringentesimo quadragesimo quinto, nonas nouembris, pontificatus nostri anno quintodecimo.

63

24 NOVEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Álvaro Afonso, residente no Louriçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 92.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuillegio dAluaro Affonso, morador no Louriçall, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dado em Montemoor ho Nouo, xxiiij dias de nouenbro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rb.

64

3 DEZEMBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, de perdão a mestre Rodrigo, cirurgião do infante D. Henrique e rendeiro das sisas em Leiria, pelas injúrias que proferira contra o juiz daquela vila.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 92, — texto que se reproduz; e liv. 27, fl. 92.

Publicada por SOUSA VITERBO, *Cirurgiões do Infante D. Henrique*, pp. 1-2.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteençer e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que meestre Rodrigo, ssolorgiam do jffante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado thio, nos enujou dizer que podia auer dous messes que nom ousaua dhir a nossa villa de Leirea, honde era rrendeiro das nossas sisas, porquanto o juiz da dicta villa lhe mandara poer em pregom todos sseus beens, nom sseendo ell obrigado nem deuendo a nehũua pesoa em cousa algũua e que ell mandara dizer ao dicto juiz, com manencorea que dell tijnha, por lhe asy mandar poer os dictos beens em pregom, que lho nom gradeçia e lhe daua maao grado pello que lhe asy fazia; pella quall rrezom, elle nom ousaua nem ousa dhir a dicta villa, com temor de por ello sseer presso ou auer outra algũua pena, e que ssobrello sse rrecorreo a nos e lhe mandaramos, ante que lhe dessemos outro algũu liuramento, que trouuesse contentamento da parte, o quall ell trazia e era ja dell perdoado e sseu amjgo, pedindonos por merçee que o rrelleuassemos dalgũa pena, sse a por ello mereçia, e perdoassemos as dictas palauras, que asy enujara dizer ao dicto juiz.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir enujou, querendolhe fazer graça e merçee, sse asy he como ell diz e hi mais nom ha, visto as pallauras quaees ssom e contentamento da parte, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos, pella dicta rrezom, era theudo, contanto que pague trezentos rreaes brancos para a nosa chamçelaria, os quaees djnheiros logo pagou a Duarte Rodriguez, rreçebedor da dicta chamçelaria, a que os mandamos entregar, segundo dello fomos çerto, per sseu aluara.

Porem uos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender, nem lhe façaaes nem consentaes fazer mall nem outro nenhũu desaguissado, quanto he pella dicta rrezom, ca nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guisa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Torres Uedras, iij dias de dezembro. Elrrej o mandou, pello doutor Ruy Gomes dAluarenga, sseu vassallo e do seu dessenbargo e petiçõoes, e per Lujs Afonso, meestre escolla de Bragaa, a que esto mandou liurar. Afonso Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rb.

65

7 DEZEMBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, a aposentar Nuno Vicente, vassalo de el-rei e escudeiro do infante D. Henrique, residente na vila de Montemor o Novo, a pedido do dito infante, posto não tenha ainda a idade legal.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 61.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta ujrem ffazemos [saber] que nos, querendo fazer graça e merçee a Nuno Ujçente, nosso uassallo, scud[ei]ro do jfante dom Enriquj, meu mujto prezado e amado thio, morador em esta ujlla de Montemoor ho Nouo, pollo do dicto jfante, que nollo por ele pedio e nos çertifiquo[u] que he de jdade de ssessenta e çinquo anos; temos por bem e apoussentamollo, posto que lhj falleçem çinquo anos da jdade, nem ssobre sua jdade mandamos tirar emqujriçom, como teemos hordenado.

E porem mandamos a todollos jujzes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer ofiçeaaes e pessoas a que o conhiçimento desto pertençer que ajaaees o dicto Nuno Uiçente por pousado e lhe conprij e goardaae todollos priujlegios e liberdades e franquezas que am e agoardam aos dictos nossos uassallos que, per jdade e serujços, ssom poussados, sem outro embargo que a ello ponhaaees. Vnde all nom façades.

Dada em a dicta ujlla, bij dias de dezenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Martim Alluerez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rb anos.

Copyrighted material

66

18 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Marim de la Miça, bailio geral do reino, a declarar-lhe que ele apenas tem cargo de administrar os rendimentos de Alcolea do presente e do futuro, pois os do passado serão recebidos pelo bispo de Lérida, que despendeu do seu em favor de pessoal da rainha D. Leonor de Portugal e da sua filha D. Joana (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3046, fl. 93 r. e v.

Dona Maria, etc.

A los amados e fiels mossem Marim de la Miça, consellero del dito senyor rrey e nuestro e bayle general del rregno dAragon, e mossem Garcia de Vera e otro qualqujer lugar tenjente suyo e ahun a qualesqujer subdelegado o subdelegados por vos, dito bayle general o vuestro lugar tenjente, constetuydo o constituydor, embiado o embiador a la villa dAlcolea, por reger e admjnistrar aquella e la jurisdiccion, rendas, trabutos, fruytos, emolumentes, obuenciones e otros dreytos daquella, salut e dileccion.

Ya sia con otra letra nuestra, dada en Valencia, a .x. dias del present mes de deziembre, vos hayamos dada comission e poder bastant cerca el regimjento, collecta e recepcion de las ditas villa, rendas e otras cosas suso ditas; empero, no fue ne es jntencion del dito senyor rrey ne nuestra que recibaes ne vos empatxedes de las rendas, fruytos, emolumentes e obuenciones sino del tiempo present e venjdero, car del tiempo passado todo lo que es deujdo queremos que sea recebido por part del venerable padre en Christo e amado consellero del dito senyor rrey e nuestro, el bispe de Lerida, el qual de su propria prima ha bistraydas, de nuestro mandamjento, diuersas quantidades a famjliares de la rreyna dona Leonor de Portugal, de gloriosa memoria, hermana nuestra, e en necessidades de la jllustre dona Johana, filla suya.

Por tanto, vos dezimos, jnibimos e mandamos, de cierta sciencia e expressament, que en manera alguna non curedes ne vos entremetades de

(1) O prelado em referência é Garcia Aznarez, sobre quem se podem ver, entre outros, os DOCS. 121 a 125 do nosso vol. 7 e a anotação respectiva.

recebir, exhigir ne cullir sino los fruytos, rendas e dreytos deuidos e deuederos del dja auant que, en vjrtut de la dita nuestra comission, començastes vsar de aquella; car, de aquell dia açaga, queremos e ordenamos que todo quanto fue e es deujdo de las ditas rentas, fruytos e otras cosas suso ditas sia recebido por el fiel nuestro en Johan Bosch, procurador del dito bispe de Lerida, abdicantes vos todo poder de fazer el contrario e decernjentes seyer casso e nullo, si alguna cosa, vltra lo que dito es, por vos sera presumjdo o attemptado.

Mandantes con la present, de cierta sciencia e expressament, dins jncurrimjento de la ira e jndignacion del dito senyor rrey e nuestra e pena de mil florines doro a los cofrens del dito senyor rrey, applicadores a los justicia, jurados, vniuersidat e singulares personas de qualqujer ley o stado sian de la dita villa e ahun otros qualesqujer quj aihan responder e pagar algunos fruytos, rendas, trabudos, emolumjentos e otros qualesqujer dreytos, del dito tiempo açaga que començastes vsar de la dita comission, fueron e son deujdos; que de aquellos respondan e satisfagan e aquellos paguen al dito Johan Bosch e no a vosotros ne alguna otra persona; al qual Johan Bosch aculljr, exhigir e recebir aquellas e fazer e fermar apocha e apoquas fin e diffinicion de aquellos e compellir e forçar qualesqujer deuedores de aquellos, en judicio e fuera de aquell, e fazer todas otras cosas cerca las suso ditas e cada una dellas, con deppendientes, jncidientes e emergentes dellas, cometemos e comandamos al dito Johan Bosch las vezes del dito senyor rrey e nuestras, con la present.

Dada en Valencia, a .xviij. dias de deziembre en el anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc xxxxv. La Reyna.

Domina regina mandauit michi,
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

67

18 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cónego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea pague ao escudeiro português Cide de Sousa, familiar e doméstico servidor que foi da rainha D. Leonor de Portugal, 70 florins

Copyrighted material

de ouro de Aragão, para ajuda da viagem que ele vai fazer à corte do rei aragonês (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3194, fl. 119 v.

Maria, Dei gratia regina, etc., locumtenens, etc. Dilecto nostro Grabielj Cogolls, presbitero, canonjco sedis Vicensis, salutem et dilectionem.

Dicimus et mandamus vobis quod de peccunijs admjnjstracionis per vos, ex comjssione nostra geste, de redditibus, tributis, fructibus, emolumentis et obuencionjbus ville Alcolegie, detis et soluatis dilecto et deuoto nostro Cide de Sousa, scutifero portugalensi, quj fujt famjliaris serujtor et domesticus felicis recordij Elionorjs, regine Portugalie, vel cuj voluerjt, septuaginta florenos aurj de Aragonja et justi ponderis, jn subsidium sumptuum viagij quod, de presenti, facit ad curjam domjnj regis, apud regnum Sicilie citra farum residentis.

Et, jn eorum solucione, hanc recuperetis cum apocha de soluto. Mandantes cujcunque magistro racionalj curje dicti dominj regis et nostre seu alij cujcunque a vobis compotum aduituro quod vobis ponente jn datis dictos septuaginta florenos ac restituente presentem cum apocha de

(1) Cide de Sousa é dito, pois, ex-servidor da falecida rainha D. Leonor de Portugal. Ignoramos em que data ele seguiu para Castela. Vemo-lo agora no Aragão, ao serviço do respectivo monarca, como consta do presente documento, do seguinte e do de 23 de Dezembro, adiante lançado. Julgamos tratar-se do homónimo «fidalgo de nossa cassa (de el-rei D. Afonso V de Portugal) e capitam dos naujos que ora mandamos a Guineea», para além do Rio de S. João, o qual em 27 de Fevereiro de 1453 acompanhou, em duas caravelas, Nuno Antunes de Góis, em viagem comercial; o qual Góis era então escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e levava regimento que, por ordem do monarca, lhe havia de dar Cide de Sousa (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 20 v.). Era este último irmão de Gonçalo de Sousa, comendador da Ordem de Cristo. Em 2 de Setembro de 1456 Cide de Sousa passou procuração, em Jaén, actual capital da provincia do mesmo nome, na Andaluzia, ao dito Gonçalo de Sousa e a Rui de Sousa, seu primo, para o seu casamento com Leonor Fogaça, filha de Rui Gonçalves, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Canha e de Cabrela, e de sua mulher Violante Fogaça, donzela da infanta D. Brites, mulher do infante D. Fernando, vizinhos aqueles do reino de Portugal. Cide de Sousa teve confirmação por D. Afonso V de Portugal do seu contrato de casamento em 26 de Janeiro de 1457, data em que o soberano o diz «fidallgo de nosa casa e veedor e contador da casa da rrainha de Castella (D. Joana), mjnha muyto prezada e amada molher» (ANTT., *Chancelaria cit.*, liv. 13, fl. 84 v.). O mesmo Cide figura também em lista de despesas do reinado do Rei Africano anteriores a 1474, com 70 dobras, para viagem a Castela (Cfr. JORGE FARO, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481*, p. 82).

soluto, eosdem septuaginta florenos jn vestro recipiat compoto et admjctat, omnj dubio qujescente.

Datum Valencie, xviij die decembrjs, anno a natiuitate Dominj M cccc xxxxv. La Reyna.

Domina regina mandauit michi,
Guillelmo Bernardo de Brugada.

68

18 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão às autoridades marítimas do seu reino, a recomendar-lhes o escudeiro português Cide de Sousa, familiar e servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, o qual segue com a sua comitiva para o reino de Nápoles, em serviço de el-rei de Aragão.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3194, fls. 119 v.-120.

Maria, per la gracia de Deu rreyna, etc., locumtenent, etc.

Als nobles, amats e feels nostres tots e segles gouernadors, visalmjrals, capitans, patrons, sotspatrons, comjts e altres oficials e rregidors e ouydors de naus, galees, baleners, galiotes, bergantins, lenys e altres qualseuol naujlis sots qualseuol nom apellats, als quals les presents peruendran, e altres subdits del dit senyor, salut e dileccio.

Certificam vos que per tal com Cide de Sosa, scuder, ço es gentil hom, lo qual fou famjliar e serujdor de la rreyna doña Elionor de Portugal, de gloriosa memorja, germana nostra, per afers tocants seruey del dit senyor rrey, va a la sua cort, resident en lo seu realme de Napols, hauem dat e atorgat saluu conduyt e gujatge pera ell e pera los quj ab ell jran fins, en nombre de Deu.

Per tal, vos dehim e manam, de certa sciencia e expressament, sot jncorrjment de la jra e jndignacio del senyor rrey e nostra e pena de dos mjlia florins dor als cofreus del dit senyor rrey applicadors, que el dit Cide de Sosa e los quj en sa companya jran fins en lo dit nombre lexet anar, passar, tornar e nauegar saluament e segura, ab tots llurs coses e bens que ab si portaran, no consentins ne permetents que greuge, molestia, jnjurja, dan ne enbarch los sien feta, ans proueynt los, si lo

righted material

damanaran, a lur despeses, de segura passatge e conductio et en tota altra manera los seruets e seruar façats lo dit saluu conduyt e gujatge, sot las ditas penas, vltra las altres penas per furs, vsages, constitucions e diets, jmposats contra aquells quj los salluus conduyts e gujatges del dit senyor rrey e nostres presumeren violar.

Dada en Valencia, a xviij dies del mes de deembre, en lany de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.xxxx cinch. La Reyna.

Domina regina mandauit michi.
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

69

23 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Gabriel Cogolls, cónego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea, cuja administração tem tido, pague a Cide de Sousa, escudeiro do reino de Portugal, familiar e servidor que foi da rainha D. Leonor, 70 florins de ouro de Aragão, para custear as despesas da viagem que ele vai empreender ao soberano aragonês.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3046, fl. 94.

La rreyna. Mossen Gabriel. Manam vos que de les primes de la admjnistracio que, per comissio nostra, hauets tenguda dels fruyts, rendes e drets de la vila dAlcolea, donets e paguets al amat e deuot nostre Cide de Sosa, scuder del rregne de Portugal, que fou famjliar e seruidor de la rreyna dona Leonor de Portugal, germana nostra, de bona memoria, setanta florins dor dArago e de just preç, en pago de les despeses del viatge que, de present, fa al senyor rrey.

E, en la paga, recobrets vna letra de .xviij. del present, solament signada de nostra ma, e apocha ab la present, car nos los vos farem pendre en compte.

Dada en Valencia, a xxiij de deembre del any M.cccc xxxxv. La Reyna.

Al amat nostre mossen Gabriel Cogolls, preuere e canonge de Vich.

Domina regina mandauit michj,
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

70

23 DEZEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Domingues, barbeiro, residente em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 27.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAfonso Dominguez, barbeiro, morador em Eluas, besteiro da camara do jffante dom Enrrique, na forma custumada.

Dada em Beja, xxiij dias [de] dezenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rrejemte, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Rb.

71

24 DEZEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Lopes, residente no Louriçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 92 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, priuillegio de Ruy Lopez, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique, morador no Louriçall. Em forma.

Dada em Montemoor o Nouo, xxiiij dias de dezenbro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregemte, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Rb.

72

3 JANEIRO 1446

Procuração passada pelo duque de Bragança a Gonçalo Pereira das Armas, do conselho de el-rei e cavaleiro da casa do referido duque, para ele o representar nas cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, onde não lhe era possível comparecer e, em seu nome, propor a entrega do governo do reino a D. Afonso V, a quem prestaria homenagem e submissão pelo duque.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 5, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 180 v.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, prova n.º 30 do livro 6, extraída da segunda fonte citada.

Saibham todollos muj altos, poderossos, nobres, senhores e todollos caualeiros, fidalgos e os egregios prellados, rrelligiossos e muy honrrados e de grande lealdade, conçelhos e pobõos e sseus procuradores destes rregnnos de Portugall e do Algarue de meu ssenhor elrrey dom Afonso e lhes praza esguardar como eu, dom Afonso, filho do muy nobre e ssenpre uertuosso rrey dom Joham, da escrareçida memoria, duque de Bragança e conde de Barçellos e de Neiua e ssenhor de Penafiell etc. que, por çertas grandes neçesidades, negoçeos e ocupaçõoes a mym de pressente sobreuijntes, perssoalmente em as cortes que ora, com a ajuda do ssenhor Deus, ell, dicto meu senhor, entende fazer na ssua muy nobre e muy leal çidade de Lixbõa, nom posso sseer.

E, consijrando em como o poderosso Deus o fez em grande perfeiçom e o dotou de mujtas, espeçiaaes e exceellentes uirtudes, nobre ssentido, entendimento e descriçom, as quaees a ell praza em elle acreçentar; o quall meu ssenhor ataa ora açerca de ssua pessoa, por sseer em jnfançia e meor dhidade, per o poderosso prinçipe e ssenhor jfante dom Pedro, sseu thio e rregedor, foy muy encamjnhado em todos boons hussos e costumes e afastado de todos viçeos e sseus rregnnos pollo dicto ssenhor em djreito e justiça bem rregidos e guouernados e de sseus jmijgos bem defessos.

E, esguardando outrosy como ell, dicto meu ssenhor rrej, he ja em tall hidade que os djreitos querem que aja o rregimento e guouernança e menistraçom de sseus rregnnos, e asy foy jurado nas cortes que fezerom

em Torres Nouas (1), e elle he de taaes uirtudes e entendimento e descriçom que os rregera em djreito e justiça e geerall preitesia, humanal he todos obedeçerem a seu rrej naturall, aos quaees he deujda fieldade, obidiençia e ssobgeiçom; e, porque asy, per bem de diujdo e natureza e lealdade, ssom theudo e obrigado per sseus mandados me rreger e guouernar; oolhando eu todo e sentindo por grande seruiço do Senhor Deus e proueito, honrra e enxalçamento dos dictos rregnnos e dos ssenhores, asy secullares como eclisiasticos, e dos sseus liaaes conçelhos e poboos el, dicto meu ssenhor rrej auer a guouernamça e ademenistraçom delles, por a elle em espeçiall propria e naturalmente perteençer, segundo dicto he.

Porem eu, como sseu jntimo, de todo animo sseu vassallo, obedeçendo a sseus mandados, comfiando da nobreza, descriçom e bondade do honrrado Gonçalo Pereira das Armas, do consselho do dicto ssenhor rrej e caualeiro de mjnha cassa, o estabelleço e jnstitu e hordeno por meu çerto, lidemo, liure e espiçial e avondosso procurador, e lhe dou e outorgo todo meu conprido poder que, por mym e em meu nome, pessoauelmente pareça nas dictas cortes perante o dicto meu senhor rrej e perante os dictos ssenhores, prellados e procuradores. E, por mym e em meu nome, outorgue e consenta e ponha todo rregimento, guouernança e conprida ademenistraçom, no alto e no baixo, em as mãaos do dicto meu ssenhor rrej, asy das rrendas como de todollos dessenbargos, tambem da justiça como da fazenda, pera daquy en diante liure e conpridamente em todo elle auer de rreger e menistrar em djreito e justiça, ssegundo ssua mercee for, os dictos sseus rregnnos, ssenhores, prellados, conçelhos e poboos, asy nas pessoas e jurdições como em quaeesquer outras coussas que a ello perteençom. E ponho e ey por posta toda a guouernança e rregimento em elle e comssento e outorgo que o aja asy e tam conpridamente como os muy nobres e exçeelentes e dalta memoria os rrex sseus anteçessores padre e auoos ssenpre ouuerom e mjlhor, sse mjlhor ser poder.

E eu ey e pormeto dauer por rrato e grato e firme todas estas coussas ssusso dictas e cada hũua dellas e todo aquello que pello dicto Gonçalo Pereira, meu procurador, for fecto, dicto e procurado no que dicto he. E pormeto de me rreger e guouernar per mandados do dicto meu ssenhor rrej e lhe obedeçeer como vassallo obediente he theudo a seu rrej naturall. E lhe peço por merçee que mande asy rregistar esto em a ssua chançelaria. E o dicto meu procurador peça dello hũu estormento e mais os que conprirem, pera guarda de mjnha honrra e estado.

Fecta e outorgada foy esta procuraçom em a villa de Chaues, dentro no castello do dicto logo, aos iij dias do mes de janeiro, era do naçimento

---

(1) Referência às cortes de Torres Novas de 1438, em que, por morte de el-rei D. Duarte, se marcou o Regimento do Reino. Cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 6.

Copyrighted material

de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj annos. Testemunhas que forom pressentes: Fernam Pereira, fidalgo da casa do ssenhor duque, e Pero Teixeira, sseu veador, e frey Diego Gill dOrga, comendador dEruõoes, e outros. E eu, Aires Gonçaluez, notairo publico geeral em a corte do dicto ssenhor rrej e em todos sseus rregnnos e por o dicto duque meu ssenhor em todas ssuas terras, coutos e honrras, que esto, per sseu mandado e outorgamento, escrepuy e aquy meu sinall fiz, que tall he.(2).

73

3 JANEIRO 1446

Carta do duque de Bragança a Gonçalo Pereira, procurador seu às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, com o que ali devia dizer ou fazer ler perante el-rei D. Afonso V sobre lhe ser entregue o governo do reino, nos termos do juramento prestado nas cortes de Torres Novas logo que atingisse 14 anos de idade, e ainda pelos motivos e nos termos que indica, ao qual presta homenagem e submissão.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 5, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 180 v.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, prova n.º 30 do livro 6, extraída da segunda fonte citada.

Gonçallo Pereira.

Esto he o que direes ou farees leer nas cortes, pressente elrrej meu ssenhor, per poder da mjnha procuraçom que leuaaes.

Que aa ssua rreal senhoria praza ssaber que, nas cortes que sse fezerom em Torres Nouas, a outros ssenhores e a mym foy dado juramento que, quando elle fosse em hidade de quatorze annos, lhe entregassem sseus rregnnos e o rregimento. E, porque eu quero manteer meu jura-

(2) Sobre o assunto pode ver-se PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 87 e 89.

Copyrighted material

mento, quanto em mym he, eu lhe entrego o dicto rregimento e rregnnos e ssenhorio.

Que elle os aja rrealmente com efecto, ssem condiçom nem cautella, asy como sse elle fosse dhidade de trinta annos. E que todallas coussas de justiça e de fazenda e o que dellas depender, asy da emmenta e passe como de quaeesquer outras que os rreis passados ssohiam de dessenbargar que elle ho faça. E que elle de todollos djnheiros das rrendas que deue dauer dos dictos sseus rregnnos e ssenhorio faça como lhe prouuer e asy das villas e castellos, terras e teenças e ofiçios, benefiçios e d[i]gnjdades e todas as outras coussas.

E breuemente elle aja o senhorio de todos sseus ssobdictos e coussas que a ell perteençem ou perteençer deuem, tam conpridamente como as ouue sseu avoo e sseu padre e mjlhor, sse sse fazer pode; porque, mjlhor he de elle tomar atreujmento a rreger e dar, que sse fazer fraco, como ora ssom rreis e prinçipes pello mundo, que nom vãao ssenom per honde lhes dizem.

E porque, mujto alto e mujto poderosso prinçipe e mujto escrareçido ssenhor, algũus poderiam dizer que a uossa hidade he muy pequena e uoso corpo nom poderia ajnda ssobportar tanto e algũas coussas que sse deueriam fazer nom sse fariam, mjlhor he nom sse fazerem e todo o poboo conpridamente rreconheçer a uos e nom a outrem, que sseerdes uos rrej e nom rregerdes nem uos pedindo merçes porque, nom uollas pedindo, nom uos teerom a obrigaçom e amor que deuem.

E espeçialmente que, nas coussas doujdossas, o ssenhor jfante dom Pedro com os do uosso conselho e pressente vos, e doutra guissa nom, bem sse pode dessenbargar. E todauja dessenbargo nom sse passe que uos nom uejaaes. E, quando a coussa ou coussas forem tamanhas, os grandes do uosso rregnno, que ssom muj leaaes e mujto amam uosso serujço, sejam chamados, que ssenpre uos conselharom uerdadeiramente. E asy em uosso ssenhorio e rregimento nom auera erro.

Fecto em a mjnha villa de Chaues, iij dias do mees de janeiro, ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rbj annos.

74

3 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Henrique de Castela, a solicitar-lhe tome para o corpo da sua guarda Diogo de Tarazona, servidor que foi da rainha de Portugal, D. Leonor,

que o passou ao serviço do falecido infante D. Henrique de Aragão quando ela entrou em Castela (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3040, fl. 165.

Muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado sobrjno. Nos, la rreyna dAragon e de las dos Sicilias.

Apres deujda salutacion, vos certificamos [que] mossen Diego de Taraçona es stado crjado de la rreyna de Portogal, a quj Dios de santa glorja, la qual, apres de su venjda en Castiella, colloquo aquell en serujcio del jnfant don Enrich, que Dios haya (2). Et, segunt somos jnformada por personas dignas de fe, a cada uno dellos serujo lealment e con gran diligencia. Dessea muy mucho, de present, serujr a vos.

Et, por que speramos que como ha bien serujdo a los sobredichos rreyna e jnfante serujra no menos a vos, con diligencia e lealtat; vos rogamos afectuosament lo queraes thomar por vuestro serujdor, collocando aquell entre vuestras guardas, en lo qual nos fareys singular plazer, haujendo aquell por recomendado. Et sia, muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado sobrjno, vuestra buena guarda la Santa Trjnjtat.

Dada en Valencia, a tres de janero del anyo mil cccc.xxxxvj. Et por que conozcays a quanto lo he a voluntat, vos firmo esto de mj mano. La Reyna.

Al muy jllustre don Enrich, princepe e primogenjto de Castella, nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Domina regina mandauit michj, Guillelmo Bernardo de Brugada. Tradite in hac forma. Prouisa.

Similes:

Petro de Giron, magistro Calatraue.
Johannj Pacheco, marques de Villena.

---

(1) Mais tarde fez D. Leonor o mesmo a quase todos seus servidores, por não poder sustentá-los: — «constrangida ja de grandes mjngoas que a apertauam, soltou quasi toda a gente que tjnha, emcomendando os filhamentos e viuendas de seus criados aaquelles asenhores de Castella com que cada hũu mostraua teer mais contentamento de viuer» (PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 84).

(2) O infante D. Henrique de Aragão, irmão do rei aragonês.

75

4 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Diogo Álvares, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 2 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuillegio de DiegAluarez, morador em Crasto Marim, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dante em Santarem, iiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e Rbj.

76

4 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Aires Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 2 v.

Jtem, outro tall priujllegio dAirez Pirez, morador em Crasto Marim, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dante em Santarem, iiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez· Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

77

6 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cónego de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea dê a Fr. Pedro e Fr. Fernando de Góis, da Ordem do Hospital, os quais foram da casa da falecida rainha de Portugal, D. Leonor, 80 florins de ouro de Aragão, como subsídio da viagem que se propõem fazer até junto do rei aragonês (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3046, fl. 98.

Maria, Dei gratia regina, etc.

Dilecto nostro Grabielj Cogolls, canonjco sedis Vicensis, salutem et dilectionem.

Decernimus et mandamus vobis quatenus de qujbusujs peccuniis ad manus vestras peruentis seu peruenturjs, ex admjnistracione reddituum, fructuum et jurjum ville Alcollegie, detis et soluatis religiosis et dilectis nostrjs fratribus Petro et Ferdjnando de Goyos, Ordinjs Hospitalis Sancti Johannjs Jherosolimjtanj, quj erant de domo felicis recordacionjs Elionorjs, regine Portugalie, octoginta florenos aurj et recti ponderis de Aragonja, jn subsidium viagij sumptuum quod jmpresenciarum ad dictum domjnum regem facere disponunt.

Nam, attento quod asignacio per dictum domjnum regem de qujnque mjlle florenjs dicte legis super eius redditibus et jurjbus regnj Aragonum dicte regine quondam facta hijs non potest suppetere, opportet quod de dictis redditibus et juribus Alcollegie supleatur jn dictis octoginta florenjs dictis fratribus, qujbus dicta regina quondam admodum tenebatur. Et, jn solucione dictorum Lxxx^{a}. florenorum, hanc reccuperetis cum apocha de soluto. Mandantes cujcunque magistro racionalj curje dicti dominj regis et nostre seu alij cujujs a vobis compotum audituro quod vobis ponente jn data dictos Lxxx florenos ac restituente apocham de eis cum presente, eosdem Lxxx^{a}. florenos jn vestro recipiatis compoto et admjctatis.

Datum Valencie, sexta die januarij, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc xLvj. La Reyna.

Domina regina mandauit michj,
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

---

(1) Cfr. a nota ao nosso DOC. 56.

78

8 JANEIRO 1446

Em memorando entregue pela rainha de Aragão aos seus embaixadores a Castela Ramón Cerdán e Dr. Miguel Çabrugada, atenta a compaixão dela pelos familiares e servidores da falecida rainha de Portugal, a mesma roga ao monarca castelhano se digne enviar embaixador ao duque de Coimbra e regente daquele reino, a pedir-lhe admita no país e a seu serviço os servidores da rainha D. Leonor e lhes restitua os bens (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3038, fl. 181.

. . . . . .

Apres, los dits mossen Ramon e mjcer Miguel diran al dit senyor rrey la gran e congoxa conpassion que la dita senyora reyna ha dels famjliars e serujdors de la rreyna de Portugal, que Deus haia; per ço, suplicaran al dit senyor rrey, de part de la dita senyora rreyna, que sia merce sua embiar embaxador e mjssatger seu al duch de Coymbre e regidor del regne de Portugal que vulla proueyr que los biens sien restitujts als dits serujdors e que segurament puxan tornar estar en ço de lur, car deu pensar lo dit duch que axi com son stats bons serujdors a la dita rreyna quondam, foren e serien al dit duch bons serujdors, si la sort los hi porta.

. . . . . .

79

19 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra, a recomendar-lhe Francisco Manresa, que serviu a falecida rainha de Portugal e que vai buscar sua mulher

(1) Cfr. os nossos DOCS. 52 e 53.

Copyrighted material

e os poucos bens que ali lhe restam, e a rogar-lhe inste com o infante seu marido para que ele lhe dê alguma remuneração de tantos serviços pelo mesmo prestados e dos danos sofridos, pois a lealdade a seus senhores merece prémio e não mal nem prejuízo (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3191, fl. 161 v.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e dalla far, etc.

Jllustre jnfanta, nuestra muy cara e muy amada cosina. Francisco Ma[n]rressa, que ha seruido a la jllustrissima rreyna de Portogal, de loable memorja, nuestra muy cara e muy amada ermana, va a exj rregno, por traher aqua su muger e algunos pocos bienes que le han restado.

Rogamos e encarregamos vos por tanto, muy afectuosament, que hayades el dito Francisco por recomendado e fagays con el jllustre jnfant, vuestro marjdo, nuestro muy caro e muy amado prjmo, que haya alguna remuneracion de tantos seruicios que ha fechos e de los danyos que ha recebidos, car, por seyer leales a sus senyores, premjo ende mereçen e no mal nj danyo. Aquesto vos agradesceremos muy singularmente.

Dada en Valencia, a xviiij de janero del anyo de mil cccc. xxxxvj. La Reyna.

A la jllustre doña Ysabel, jnfanta de Portogal, nuestra muy cara e muy amada cosina.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Prouisa.

Sub simili forma fuit scriptum al mestre dAlquantera.

---

(1) Em 22 de Dezembro de 1445 a mesma rainha endereçara carta ao lugar-tenente do bailio geral do reino de Aragão e aos jurados da vila de Alcolea, de apresentação e recomendação deste Francisco Manresa, pela soberana lá mandado para arrecadar os rendimentos em atraso da povoação que outrora pertenceram ao dote da duquesa de Coimbra (Cfr. o DOC. 122 do nosso vol. 3), depois à rainha D. Leonor (Cfr. o DOC. 4 do vol. 8), e, enfim, estavam agora a ser aproveitados em benefício da filha e servidores da falecida rainha de Portugal (ACA., Registro 3194, fl. 120 v.).

Francisco Manresa acompanhara a rainha D. Leonor a Portugal em 1428, fez parte da sua casa em nosso país, onde foi seu almoxarife, e com ela esteve até à sua morte. Aquela soberana nomeara-o alcaide de Alcolea e, atentos os poucos rendimentos do cargo, o ajudara da sua pobreza. Falecida a rainha, ele ficou sem recursos, até porque depois o rei de Aragão confiou a alcaidaria de Alcolea a Remiro de Funes (Cfr. o nosso DOC. 146, de 12 de Janeiro de 1447).

80

19 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Ramón Cerdán, seu conselheiro e procurador em Castela, a recomendar-lhe o seu servidor e familiar Francisco Manresa, que na corte castelhana deve obter os documentos necessários para ir a Portugal buscar sua mulher e os poucos bens que ali lhe restam do tempo em que muito bem serviu a falecida rainha D. Leonor e por cujo serviço assaz perdeu, dada a maneira como o infante D. Pedro trata mal os ex-servidores da dita rainha.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3191, fl. 162.

La rreyna. Mossen Ramon. En Francesch Manrresa, qui ha seruit grant temps a la jllustrissima rreyna de Portogal, de lohable memorja, nostra molt cara e molt amada germana, va e passa en Portogal, per portar sen la muller, la qual te en Portogal, e cobrar alguns pochs de bens que li han alla restats, remetem lo us per quel afronteu ab lo jllustrissimo rrey de Castella, nostre car frare, e ab lo constable, e li obtingau letres necessaries per al jnfant don Pedro, ab les quals puga anar e cobrar lo seu.

Aço vos recomanam tant com podem, car nos hauem rebut per seruidor e famjliar de nostra casa lo dit en Francesch Ma[n]rresa, e ha molt e be seruit e assatz perdut per la dita rreyna de Portogal e certamente ha massa grant tort lo dit jnfant tractar axi mal los seruídors de la dita rreyna.

Dada en Valencia, a xviiij de janero del any mil cccc. xxxxvj. La Reyna.

Al amat conseller e procurador nostre en lo rregne de Castella mossen Ramon Cerdan.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.
Prouisa.

Copyrighted material

81

23 JANEIRO 1446

Carta em nome de el-rei D. Afonso V com a resolução das cortes de Lisboa de Janeiro de 1446 sobre o regimento do reino continuar em mãos do regente D. Pedro e transcrição de procuração e carta do duque de Bragança, a propor a entrega daquele ao monarca, por ele haver atingido a idade de 14 anos e por outros motivos que aduz, ao qual presta homenagem e submissão por seu procurador Gonçalo Pereira das Armas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 5, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 180 v.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, prova n.º 30 do liv. 6, extraída da segunda fonte citada.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, estando nos em cortes, em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa (1) ja asentado em nossa cadeira, e esso meesmo os mujto honrrados jfante dom Fernamdo, meu mujto prezado e amado jrmãao, e o jfante dom Pedro e o jfante dom Anrrique, meus mujto prezados e amados tios, e o condeestabre e sseus jrmãaos, meus mujto amados primos, e os outros condes e senhores e prellados e poboos de nossos rregnnos, chegou a nos Gonçalo Pereira com hũua carta aberta do duque de Bragança, meu tyo, sijnada per ell e asseellada do sseu sseello das ssuas armas. E pedionos, da parte do dicto duque, per poder de hũua procuraçom ssua que trazia, que mandassemos logo leer a dicta carta de praça, pressente todos, da quall procuraçom e carta o theor, de uerbo a uerbo, he este que sse segue.

Segue a transcrição da procuração e carta do duque de Bragança de 3 de Janeiro de 1446, — os DOCS. 72 *e* 73.

E, porquanto nos ja asy estauamos assentado e esso meesmo os trees estados dos nossos rregnnos, cada hũu em sseu lugar; desy, porque tijnhamos ja detremjnadas algũuas coussas que sse logo ally aujam de

(1) «Na salla grande dos paços». Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 87. Pode ver-se também o cap. 89 da mesma Crónica.

dizer; ouuemos por escussado de sse entam ally leer a dicta carta (2). Mais, por satisffazermos ao que nos o dicto duque meu thio enujaua rrequerer, nos fezemos depois leer, pressente nos, em consselho, a dicta ssua carta; e asy a mandamos leer aos prellados e clerezia e aos procuradores das çidades e villas de nossos rregnnos que vierom as dictas cortes, estando a todo pressente o dicto Gonçalo Pereira.

E, porque nos tijnhamos ja dada nossa detremjnaçom da maneira que sse auya de teer açerca de nossos rregnnos e rregimento e do rregimento delles, a quall he bem comforme com ho rrequerimento e conssselho que nos depois derom os trees estados dos dictos rregnnos, ajnda que nos entendamos que por mujtas rrezões e por ho grande diujdo que o dicto duque comnosco ha, ell nos deue ssenpre consselhar bem. Porem, açerca desto, comsijrando nossa vontade e como sse acordam com ella os dictos trees estados que aquy ssom pressentes; nos avemos por mjlhor e por mais serujço de Deus e nosso e bem de nossos rregnnos a detremjnaçom que ssobrello teemos dada, a quall he que o jffante dom Pedro, meu muito preçado e amado thio e padre, seja curador nosso e mais que seja curador e rregedor por nos de nossos rregnnos e ssenhorio; porque em outra maneira entendemos que mais seria destruiçom de nossos rregnnos que boom rregimento delles. E, por o duque meu thio ssaber os rrequerimentos que nos o dicto Gonçalo Pereira fez em sseu nome e como vimos ssua carta e a detremjnaçom que ssobre todo demos, lho noteficamos per esta pressente, a quall sijnamos e mandamos sseellar do nosso sseello.

Dada em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, xxiij dias de janeiro. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj annos. LopAfonso esto fez escrepuer (3).

---

(2) Embora esta carta tenha sido passada em nome de el-rei — o que habitualmente fazia o regente D. Pedro —, é possível que não àquele, mas ao dito regente do reino se deva a resolução de não apresentar em cortes a do duque de Bragança. Na missiva por D. Afonso V enviada ao rei de Castela após a morte do duque de Coimbra em Alfarrobeira afirma-se, a este propósito, que D. Pedro «teue tal pratica e maneira [...] que em hum dia nos leixasse o dito rregimento e loguo no seguinte dia lho tornassemos» (BNL, *Colecção Pombalina*, cód. 443, fl. 85, editada e comentada por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, pp. 31-39).

(3) Sobre o assunto deste documento e dos nele transcritos veja-se também LANDIM, *O Infante D. Pedro*, liv. 2, cap. 31, e liv. 3, cap. 1.

82

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Dias, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Santarém.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Gonçallo Diaz, morador em Santarem, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

83

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Velho.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAfonso Pirez, morador em Montemoor o Uelho, beesteiro da camara do jfante dom Enrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

84

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Verde.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de VaasquEsteuez, morador em Castro Uerde, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

85

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Joham Afonso, morador em a çidade de Lixboa, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

Copyrighted material

86

28 JANEIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso Anes, de Mós, morador em termo de Leiria, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 15.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A uos, jujzees de Leirea e a todallas outras justyças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude. Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso Annes de Moos, morador em termo desa villa, porquanto he besteiro da camara do jfante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tyo; temos por bem e preuelygyamollo (1), que nom sirua nem vaa serujr per mar nem per terra, em paz nem em guerra, per nẽhũa guisa e maneira que seja, saluo com o nosso corpo ou com o dicto jfante meu tyo ou com quem ell mandar e nom com outra pesoa, posto que ell aja nosso poder pera leuar homeens darmas, pyães e besteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nhũus pididos nem peitas, fintas nem talhas nem outros emcarregos nhũus que per esses conçelhos som ou forem lançados per quallquer guisa que sseja, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nẽhũus encaregos deses conçelhos.

Jtem, queremoos e mandamos que o dicto Affonso Annes, em tenpo de paz ou tregoa, nom tenha cauallo nem outras armas, se as elle nom quisser teer, salluo ssua besta, pera nos seruir, posto que pera ello aja conthia.

E outrosy nom poussem com ell em ssuas cassas de morada, adegas nem cauallariças nem lhe tomem suas bestas de ssella nem dalbarda, pam, vinho, rroupa, palha, llenha, galinhas nem outra nenhũa cousa do sseu contra sua vontade.

E outrosy ell possa trazer e traga armas quantas elle quiser per todo nosso ssenhorio, nom enbargando defesa ou defesas que sobre esta rrazom ajamos postas.

E mandamos a vos e a todollas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que a façaees conprir e a guardar pela guissa que em

(1) No ms. *preuegylyamollo*.

ella he contheudo; e, nom (2) querendo vos conprir, mandamos a quallquer tabaliam a que esta carta for mostrada que uos enpraze perante nos que, do dia que uos enprazar a quinze dias primeiros ssegujntes, pareçaaes perante nos per pessoa, a dizer quall he a rrezom por que lhe nom guardaaes a dicta carta. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, xxbiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

87

28 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Várzeas, termo de Leiria.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 18.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuillegio de JohanEannes, morador nas Uarzeas, termo de Leirea, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dado em Lixboa, xxbiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

88

28 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Gregório Dias, residente nas Sarzedas, para tabelião do mesmo lugar, como o era Afonso Vasques, que renunciou ao cargo, segundo carta do infante D. Henrique.

(2) No ms. *nos*, por equívoco do copista.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 4 — donde se reproduz; e liv. 34, fl. 35.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Gregorio Diaz, morador nas Çerzedas, em que o dam por tabaliam em o dicto logo, asy e pella guissa que o era Afonso Uaasquez, que o dicto ofiçio tynha e rrenunçiou, ssegundo fez çerto per hũua carta do jfante do Anrrique, asijnada per elle e asseellada com ho sseu sseello. Em forma.

Dada em Lixboa, xxbiij dias de janeiro. Elrrej o mandou pello douctor Ruy Gomez, etc. Diego Afonso, por Gomez Borges, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj.

89

28 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Ramos, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Braga.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 11 v.

Jtem, outra tall carta dAffonso Ramos, morador em Bragaa, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique.

Dada em Lixboa, xxbiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

90

1 FEVEREIRO 1446

Representação da cidade do Porto às cortes de Lisboa de 1446 para que todos os dinheiros que em seu termo se tirassem nas pregações para resgate dos cativos fossem guardados em mão de

dois ou três homens bons indicados pela cidade, cujos habitantes, na ida a Ceuta, algumas vezes eram cativados e lá jaziam agora três; pois o arcediago de Vila Nova não queria entregar mais que 200 dos 700 reais ali recolhidos para o dito resgate, dispondo dos restantes no que lhe aprouvesse; ao que anuiu o regente e ordenou o comunicassem ao prelado e, com sua autorização, se fizesse o peditório.

GHCP., *Pergaminhos*, liv. 4, doc. 32, carta original, em pergaminho, assinada pelo infante D. Pedro, — texto que se reproduz; e *Livro B*, fl. 264.

Referenciada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 145.

Outrossi, ssenhor, nos teemos hordenado tirarem çertos homeens nas preegaçõoes pera os catiuos de terra de mouros, porquanto algũuas uezes sse aqueeçe, neesta hida de Cepta, catiuarem algũus desta çidade, assi como ora jazem tres, por que esta cidade he obrigada por çerta rrançom pollos djnheiros que sse assi tirom.

E, pera comprimento da dicta rrançom, rrequeremos ao arçediagoo que nos mandasse [e] entregasse seteçentos rreaaes que, per seu mandado, tirarom hũu Pero Alcaide, em Villa Noua, e nom nos quer delles mais mandar dar que duzentos e dos outros quer fazer o que lhe aprouuer, segundo uossa ssenhoria veera, per hũu estormento de rrequerimento que lhe sobrello foi fecto.

Ao qual pedimos que nos dees mandado per que todollos djnheiros que sse em nossos termos tirarem sejam postos em mãao de dous ou tres homẽens bons que pera ello hordenarmos pera algũus catiuos, quando sse per rrançom ouuerem de tirar e que mandees ao dicto arcediago que emtregue os que assi tem pera os dictos catiuos, o que uos teeremos em merçee.

Vosso rrequerimento auemos por sancto e boo uos teemos em seruiço uosso boo proposito. Porende, vos escolhee antre vos aquellas persoas que, per bondade e condiçom, uos pareçerem que [e]sto saberom bem fazer e desi enlegeeos pera ello, fazendoo saber ao prellado. E, com sua auctoridade, tirem pera esto, soomente em essa cidade e seu termo. E o que estas persoas assi tirarem nom sse despenda em outra algũua cousa, saluo em este rremjmento dos catiuos, en que sse comprende as sete obras de misericordia. E, quanto ao que he tirado, mandamos que sse entreguem.

Copyrighted material

91

1 FEVEREIRO 1446

Capítulo geral das cortes de Lisboa deste ano, em que, por evitar os males que se indicam e por se encontrar o reino em paz com Castela como para melhor se manterem os tratos das pazes, se pediu a supressão das frontarias, o que foi concedido (1).

ANTT., *Suplemento de Cortes*, maço 4, n.º 43. Original, em pergaminho, com selo de cera, pendente de fita azul e branca.

Dom Afomsso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que em as cortes que ora fezemos em esta nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, per os procuradores das çidades e villas de nossos rregnos que a ellas veerom nos forom dados çertos capitollos jeeraaes e ao pee de cada hũu lhes mandamos põoeer nossa rresposta, dos quaaes o theor dhũu delles he este que sse adiamte segue.

Senhor, pois ao Senhor Deus prouue que, por vosso boo rregimento e gouernança, estes rregnos ssom postos em paz e em boo assessego com os rregnos de Castella e, por sse milhor manteerem os trautos das pazes, nos pareçe que he mujto vosso seruiço as frontarias, ao presemte, seerem de todo fora e os fidalgos cujos ssom os castellos leixem em ellos tal escudeiro ou pessoa que de dello conto e o guarde, como compre a uosso seruiço e rreguardo da honrra do dicto fidalgo. Porque, ssenhor, emquamto os dictos fidalgos esteuerem nas dictas fortelezas, he forçado de teerem jentes de toda naçom, dos quaaes delles ssom omeziados em graues mallefiçios e outros trauctam de mercadarias de gaados e, com fauor dos dictos alcaides e fronteiros, os passom destes rregnos e os uãao vender aos rregnos de Castella. E, por sse todo esto escusar e rroubos dhũus rregnos a outros, que por este aazo ueem, do que a uos sse rrecreçe gramde desseruiço; pedem, ssenhor, aa uossa ssenhoria que tirees todollos os dictos fronteiros.

---

(1) Após a morte da rainha D. Leonor em Castela, no ano anterior, e, dadas as boas relações do infante D. Pedro de Portugal com D. Alvaro de Luna, o país considera-se em paz com o reino vizinho.

Copyrighted material

Praznos, quamto aas frontarias, que çessem por agora, segundo sse sempre costumou no tempo dos ssenhores rreis meu padre e auoo, cujas almas Deus aja, pois que, per graça de Deus, nossos rregnos som em assessego com nossos vezinhos. E quamdo algũu caso veer, per que sejam compridoiros, nos os hordenaremos sobrello em aquella maneira que virmos que he compridoiro. E quamto aos alcaides, mais lhe deuemos teer em seruiço de nos castellos viuerem, que de os leixarem, por hirem morar a outras partes.

Do quall capitollo Gastom della Jlha (2), procurador da çidade de Silues, nos pedio por merçee que lhe mandassemos dar o trellado delle pera a dicta çidade, porquamto sse emtende delle ajudar. E, visto per nos sseu rrequerimento, lho mandamos dar em esta nossa carta.

Dada em a çidade de Lixboa, primeiro dia de feuereiro, per autoridade do ssenhor jfamte dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrej e curador e rregedor por elle de sseus rregnos e ssenhorio. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e Rbj. E eu, LopAfonso, scpriuam da poridade do dicto ssenhor rrey, a fiz scpreuer.

(as.) + Jfant dõ p^{o}.

92

1 FEVEREIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Lourenço, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 11 v.

Jtem, outra tall como esta ssusso esprita, de Gonçallo Lourenço, morador em a çidade de Bragaa, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc.

Dada em Lixboa, primeiro dia de feuereiro, per autoridade do dicto ssenhor rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj.

---

(2) Sobre Gastão de la Ilha cfr. o DOC. 27 do nosso vol. 7.

93

2 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Martins Laranjo, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 12 v.

Dom Affonso, etc.

A uos, jujzees da çidade de Vyseu, e a to[da]llas outras justiças dos nossos rreynos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que nos, querendo ffazer graça e merçee a Afonso Martijnz Larango, morador em essa çidade, porquanto he besteiro da camara do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tijo; temos por bem e priuj[li]gyamollo que nom sirua nem vaa serujr per maar nem por terra, em paaz nem em guerra, per nehũu[a] guissa e manejra que seja, salluo com o nosso corpo ou com o dicto jffante meu tyo ou com quem ell mandar, e nom com outra pesso[a], posto que aja nosso poder pera lleuar homeens darmaas, pyãaees, besteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nehũus pedydos nem peitas, tyntas nem talhas nem outros nehũus emcarregos que per esses conçelhos som ou forem lançados per quallquer guissa que seja, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros emcarregos desses conçelhos.

Jtem, queremos e mandamos que o dicto Afonso Martijnz Larango, em tenpo de paaz ou tregoa, nom tenha cauallo nem outras nehũuas armaas, se as ell nom quiser teer, saluo sua bestaa, pera nos serujr, posto que pera ello aja conthya.

Outrosy, nom poussem com ell em suas cassas de morada, adegaas, nem caualaryças nem lhe tomem suas bestas de sella nem dalbarda, pam nem vynho, rroupa, palha, llenha, gallinhas nem outra nehũa coussa do seu contra sua vontade.

Outrosy, possa trazer e tragua armaas quantas ell quiser per todo nosso ssenhorio, nom enbargando defessa ou deffessas que sobre esta rrazom ajamos postas.

Mandamos a uos e a to[da]llas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que [a] faaçaees conprir e guardar e pella guissa que em ella he contheudo. E, nom a querendo uos conprir, mandamos a quallquer tabaliam a que esta carta for mostrada que uos enpraze

perante nos que, do dia que uos enprazar a qujnze dias primejros seguintes, pareçaces perante nos [per] pesoa, a dizer quall he a rrazom por que lhe nom guardaees a dicta carta. Vnde all nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, ij dias de feuereiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey, e curador e rregedor por ell de seus rregnos e ssenhorio. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e Rbj. Lopo Afonso, scripuam da puridade do dicto ssenhor rrey, a fez screpuer.

94

3 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a doar a Gil Vasques, criado do infante D. Henrique, residente em Lagos, para ele e herdeiros, os bens móveis e imóveis que Vicente Domingues, mestre-escola da sé de Silves, legara em testamento, sem licença régia.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 10.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que a nos he dicto que Viçente Domjnguez, mestre escolla que foy da ssee de Sillues (1), ante que sse ffinasse, ffezera seu testamento, em o quall leyxara çertos beens moujs e de rrajz a Guiomar Gill, ssua mançeba; esso meesmo leyxou tambem a duas ffilhas della çertos beens, dizendo que lhos leixuaua porquanto as tjnha por ssolldada por dez annos, nom auendo hũu anno que com ell viuera. Os quaees beens, por assi leixar aa dicta Guiomar Gill e ssuas ffilhas, per djreito pertençem a nos e os podemos dar a quem merçee ffor.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Gyll Uaasquez, morador em Lagos, criado do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tyo; temos por bem e ffazemoslhe merçee, liure e pura jnrreuogauell doa-

(1 No ms. *Silluas*.

Copyrighted material

çom, antre os viuos valledoira, deste dia pera todo ssenpre, pera elle e pera todos seus herdeyros e ssoçessores que depos ell veerem, de todos os dictos beens, assi moujs como de rrajz, que asy o dicto Viçente Dominguez leixou aa dicta Guiomar Gill e suas ffilhas.

E porem mandamos aos jujzes da dicta çidade de Sillues e a outros quaeesquer offiçiaaes e pessoas a que esto perteençer e esta carta for mostrada que, pressente os teedores dos dictos beens e partes a que pertençer, sse acharem que assi he como nos diseram e que por a dicta rrazom a nos pertençem de djreito, os ffaçam dar e emtregar ao dicto Gill Uaasquez ou a sseu çerto procurador. E lhos leixem teer e auer e lograr e possuir, vender, dar e trocar e escanbar e ffazer delles e em elles o que lhe aprouuer, como de ssua coussa propria e corporall posisom; porquanto lhe fazemos delles merçee e doaçom, como dicto he, sse a nos de djreito pertençem, por a dicta rrazom, e a outrem primeiramente nom ssom dados per nossa carta, dando apellaçom e agrauo aas partes, nos cassos que o djreito outorga. A quall merçee lhe ffazemos, comtanto que nom faça auença com as partes, ssob pena de perder esta merçee que lhe assi ffazemos, e a parte o preço que lhe por ello der. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta carta.

Dada em o Tojall, iij dias, de feuereiro, per autorjda[de] do ssenhor jffante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de sseos rregnos e ssenhorio. Rodrigo Annes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij e Rbj^{c}. E eu, LopAfonso, scpriuam da poridade do dicto ssenhor, a ffiz screpuer.

95

3 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a proibir que vão navios portugueses às ilhas Canárias sem ordem ou licença do infante D. Henrique, sob pena da perda dos mesmos e das respectivas mercadorias, devendo os que lá forem pagar ao dito infante o quinto do que de lá tragam.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 17 v.

Publicada: por [COELHO], *Alguns documentos*, p. 9; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 445.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que a nos disse o jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado thio, como lhe nos demos nossa carta que nehũuas pessoas nom fossem aas terras de que elle mandou ssaber parte, que ssom aallem do cabo de Bojador, asy pera guerra como pera mercadarias, ssem ssua licença, e que daquello que dalla trouuessem, asy de mouros ou mouras ou quaeesquer outras coussas, lhe pagassem o quinto que a nos erom theudos de pagar; e esto pollas mujtas despesas que em ello mandou fazer, segundo em a dicta carta mais conpridamente era contheudo.

Outrosy, nos disse que, quando elle mandaua asy os dictos naujos aas dictas terras, passauam pollas jlhas de Canarea, em as quaees, por coussas que em ellas faziam como nom deujam, lhes enbargauam ssua hida e boom encamjnhamento do que mandaua fazer, em o que elle rreçebya grandes perdas e dessaujamento de ssuas armadas; e que, porquanto nos ssabiamos bem como nunca aquellas jlhas destes nossos rregnos forom naujos nehũus atees que elle alla mandou, nem agora geeralmente nom hiam lla ssenom os de ssuas armadas; e, por elle sseer o primeiro que destes nossos rregnos alla mandou, fazendo muy grandes despesas ssobre ello, asy como ora fezera, por ssaber parte das dictas terras daallem do cabo de Bojador, obrando ssenpre neello espeçialmente por nos fazer seruiço e por honrra dos nossos rregnos; nos pedia por merçee que, asy por as despesas que fez como por sseus naujos e jente nom rreceber dapno nem torua em ssua hida, lhe mandassemos dar nossa carta per que nehũuas pessoas nom vãao aas dictas jlhas sem sseu mandado e que os que lla forem lhe paguem ho quinto do que dellas trouuerem, asi como das ssobredictas.

E nos, veendo sseu rrequerimento, o quall nos pareçe justo, sseendo çerto como todo asy fez e faz por nosso seruiço e honrra de nossos rregnos, e por sseer asy ho primeiro que destes nossos rregnnos alla mandou e jsso meesmo sseermos em conheçimento das grandes despesas que fez em ello, e por esquiuar de sseus naujos nom rreçeberem perda nem a toruaçom sobredicta; a nos praz e queremos e mandamos que, em vida do dicto jffante meu thio, nehũuas pessoas de nossos rregnnos nom vãao aas dictas jlhas ssem ssua liçença e mandado. E os que lla forem lhe paguem o quinto de quanto dellas trouuerem, asy como lhe teemos outorgado das dictas terras. E os que ssem sseu mandado passarem aas dictas jlhas percam pera o dicto jfante ho naujo ou naujos que leuarem e a mercadaria que trouuerem.

Porem, mandamos ao nosso corregedor da corte e a todallas outras nossas justiças e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer per quallquer guissa que seja, que asy o conpram e façom conprir e guardar, ssem algũua duujda nem enbargo que a ello ponham. E os que o nom

Copyrighted material

conprirem ssejam çertos que lhe daremos por ello escarmento, como aaquelles que nom comprem nosso mandado. Vnde al nom façades.

Dada em a muy nobre e ssenpre leal çidade de Lixboa, tres dias de feuereiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de sseus rregnnos e ssenhorio. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj. Joham de Lixboa a fez screpeuer.

96

6 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a declarar isento de besteiro do conto Rodrigo Anes, residente em Lisboa, a pedido de Rodrigo Esteves da Ortigueira, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, por ser criado daquele e haver estado consigo em Tânger, por homem de pé, e no palanque até o recolhimento.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 18 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 309.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Rodrigo Annes, morador em a nossa çidade de Lixboa, a rrequerimento de RodriguEsteuez da Ortigueira, caualleiro da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, porquanto nos fez çerto que he seu criado e que esso meesmo foy com el a Tanger, por homem de pee, e esteue no palanque atee o rrecolhimento; teemos por bem e queremos que nom seja posto por beesteiro do conto e que, sse o ja he, que o tirem logo de beesteiro e ponham por elle outro que pera ello seja perteençente.

E porem mandamos aos veedores e procurador e jujzes e a outros quaeesquer oficiaaes e pessoas a que esto perteençer que ajam o dicto Rodrigo Annes por escussado e rrelleuado do dicto encarrego de beesteiro e nom [o] costrangam pera ello e lhe conpram e guardem e façom bem conprir e guardar em todo esta nossa carta per a guissa que em ella he contheudo e lhe nom vãao nem consentam hir contra ella em maneira algũua, ssem outro enbargo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, bj dias de feuereiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

97

15 FEVEREIRO 1446

Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão a seus embaixadores em Castela, Ramón Cerdán e Miguel Çabrugada, a deixar à discrição deles as mercês atribuídas aos servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal e da infanta D. Joana, sua filha, quanto ao tempo e modo.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3048, fl. 16.

. . . . . .

Jtem, quant als seruidors de la jnfanta e de la rreyna de Portugal e de les merces qujls eren assignades, remetem la jnstancia a discrecio vostra, quant venreis haia tiempo e manera, axi mateix dehimde les coses particulars de que os donam carrech, ob les jnstruccions.

98

28 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a relevar de infâmia Afonso Gonçalves Sequeira, residente em Nisa, o qual acabou de cumprir o degredo a que fora condenado por ter dito palavras e razões contra os infantes D. Pedro e D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 12.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta vyrem ffazemos saber que Affonso Gonçalluez de Sequeira, nosso vassallo, morador em a vylla de Nysa, nos emvyou

dizer que elle fora presso e degradado e que paguase a Aluoro dAlmeyda, morador na dicta vylla, çinquo mjll rreaes, por que soliçitara o fecto por que ell fora degradado e preso; e esto porque disera pallauras e rrazõees contra o jffante dom Pedro, rregente, e contra o jffante dom Enrrique, meus tyos, segundo na ssentença que contra elle fora dada majs conpri[da]mente era conthudo; pella quall rrazom elle fora degradado da dicta vylla e seu termo por dous annos.

O quall degredo elle manteuera; e que, nom embargando que elle thenha seu degredo acabado e seja de todo liure, diz que algũas pesoas lhe dizem e apoeem que ficou emfamez e que porem nom deuja aseer rreçebydo a algũus auctos judiçiaees nem extrajudiçiaees nem aveer algũus ofiçios pubricos nem priuados, na quall cousa diz que rreçeberya agrauo e semrrazom; e que porem nos pedya por merçee que lhe ouuesemos algũu rremedyo e o rrelleuasemos da dicta jffamia, posto que em ella encorresee, em gujssa que lhe enpeçese em nehũa coussa.

E nos, vendo o que nos [a]sy dizer e pedjr enviou e querendolhe fazer graça e merçee, sse asy he como elle diz, que elle foy degradado e manteue o dicto degredo; temos por bem e rrelleuamollo da dicta enfamia, posto que em ella encorresse per quall gissa que seja, e rrestjtujmollo a toda sua boa fama e honrra e nomeada, asy e pella guisa que o elle auia antes que a dicta ssentença contra ell fosse dada, per guisa que a dicta jnfamia lhe nom enpeeça em nehũa coussa que seja nem lhe enbargue allgũus autos judiciaaes nem extrajudiçiaees nem ofiçios pubricos nem priuados, assy como se nunca encorrese em a dicta jnfamia. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em a ujlla de Santarem, xxbiij dias do mes de feuereiro. Elrrey o mandou per o doutor Ruy Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, seus vasallos e do seu desenbargo e das patjçõees. Rodrigo Afonso a fez. Anno do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Rbj annos.

99

5 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Jusarte Fernandes, residente na vila de Santarém, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 18 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Jussarte Ferrnandez, morador em a villa de Santarem, beesteiro da camara do jfante dom Henrique. Em forma.

Dada em Santarem, b dias de março, per autoridade do dicto ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

100

6 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rodrigo Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na Castanheira.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 33.

Dom Affonso, etc.

Carta de RodriguEannes, morador na Castanheira, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, bj dias de março, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

101

6 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 19.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Fernam Martijnz, morador em Montemoor ho Nouo, beesteiro da camara do jfante dom Henrique. Em forma.

Dada em Santarem, bj dias de março, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Rbj.

102

6 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso de Lisboa, residente naquela cidade, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 50 v. Quem fez este resumo omitiu o assunto principal da carta régia, conservada apenas por ementa. Outra ementa, ainda mais resumida, de 1454, dada em Óbidos, no liv. 10, fl. 68.

Dom Afonso, etc.

A uos, jujzes da nossa muy leall çidade de Lixboa, e a todallas outras justiças de nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso de Lixboa, morador em essa çidade, porquanto he besteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, bj dias de março, per autoridade do senhor jffante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de seus rregnos e ssenhorio. Pero Annes Rodrigo Annes *(sic)* a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e Rbj.

103

9 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Nuno Alvares, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 19.

Jtem, outra tall carta de NunAluarez, morador em termo de Tomar, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, ix dias de março, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes Çopico a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

104

10 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Vasco Afonso, residente na Ervedeira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, nos termos da de Afonso Anes de 28 de Janeiro do mesmo ano.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 15.

Jtem, outra tall carta de Vaasco Affonso, morador na Eruedeira, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, x dias de março, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

105

10 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Gontijas, termo de Tomar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 19.

Jtem, outra tall carta de LopAfonso, morador nas Gontijas, termo de Tomar, beesteiro da camara do jfante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, dez dias de março, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

106

10 MARÇO 1446

Sumário da carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 19.

Jtem, outra tall carta de LopAfonso, alfaiate, morador em Tomar, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, x dias de março, per autoridade do asenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

107

19 MARÇO 1446

Carta do regente D. Pedro, a perdoar um ano de degredo a João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, condenado por homicídio.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 58 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 311. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 529.

Dom Afonso, etc.

A todollos jujzes e justiças de nossos rreinos a que esta carta for mostrada, asaude.

Sabede que Joham Afonso, scudeiro do jfante dom Enriquj, meu amado e prezado thio, nos enujou djzer que, per nossa asentença, fora degradado pera a nossa çidade de Çepta por dous anos, porquanto matara hũa moça em a nossa ujlla de Montemoor ho Nouo, per cajam, e que

hora auja hũu ano que elle mantijnha o dicto degredo; pidindonos por merçee que lhe rrelleuassemos ho houtro ano que ficaua.

E nos, uendo o que nos asy djzer e pidir enujou e querendolhe fazer graça e merçee, sse elle esteue ho dicto ano em Çepta; temos por bem e rrelleuamoslhe ho houtro ano que ficaua por serujr.

Porem, uos mandamos que o nom prendaees nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mall nem outro nẽhũu desagujsado, quanto he por elle nom serujr ho dicto anno, porque nossa merçee e uontade he de lho rrelleuarmos, como dicto he, he de todo ser hũ e nom ser por ello mais presso. Vnde all nom façades.

Dante em a ujlla de Santarem, xix dias de março. Elrrey o mandou pello doutor Ruj Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, sseus uassallos e do sseu dessenbargo e das pitiçõoes. Steuam Uaaz, por Rodrigo Afonso, a fez. Ano do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj anos. E eu, Rodrigo Afomso, spriuam, a mandey spreuer ao dicto Steuam Uaaz e aquj sobspreuj per mjnha mãao. E, porque ao asinar desta carta, aquj nom hera o dicto doutor, mandou que passasse ssoo per o dicto Lujs Martijnz.

108

22 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João André, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Soure.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 25.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Joham Andre, morador em Soure, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, xxij dias de março, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

Copyrighted material

109

26 MARÇO 1446

Carta do infante D. Pedro, curador e regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a comunicar-lhe que em Lisboa, onde há numerosos jurisconsultos e como lhe havia prometido através do seu embaixador, mandara estudar, pelo colégio dos juristas, as letras da concessão da marca de Treviso que lhe fizera o imperador Sigismundo, a respectiva confirmação pelo actual rei dos romanos e ainda as cláusulas da concessão exigida durante anos pelo doge ao referido Sigismundo; a participar-lhe haverem os juristas portugueses, após cuidado estudo do assunto, chegado à conclusão de que o domínio da dita marca passara a ele, infante D. Pedro, sem embargo de este não haver assumido a posse corporal da mesma, e que tal concessão não pode ser revogada pela posteriormente obtida pelo doge; a apelar para a antiga amizade entre o doge e a corte de Portugal, na certeza de que este não só não reterá o que ao infante pertence, mas lhe dará auxílio e favor para a recuperação por ele dos bens por outrem retidos; a pedir-lhe, enfim, que, resistindo à cobiça de possuir o que não lhe pertence, dentro de seis meses, a contar da recepção da presente carta, o certifique, por escrito, das suas verdadeiras intenções (1).

ASV., *I Commemorali*, liv. 13, doc. 309, fl. 197 v. Original, em papel, assinado pelo infante.

---

(1) Sigismundo, grande figura e patrocinador do concílio de Constança (1414-18), cujas propostas de reforma de união da Igreja promoveu, entusiasta da guerra no Oriente, já se tinha evidenciado como rei da Hungria, nomeado em 1387, na guerra contra os turcos, durante o pontificado de Bonifácio IX, a partir de 1396. Após conflitos com a República de Veneza e tentativas de apaziguamento dos reis e eleitores germânicos, foi eleito imperador do Sacro Romano Império em 1410. Nesta qualidade, tomou parte também no concílio de Basileia, convocado por Eugénio IV, que veio a coroá-lo imperador dos romanos em 1433, e faleceu em Dezembro de 1437, um ano depois, portanto, da carta do doge de Veneza de 1436, relativa a pedido dos embaixadores portugueses ao dito concílio sobre a marca de Treviso, concedida por Sigismundo em documento de 22 de Janeiro de 1418, durante o concílio de Constança, onde o mesmo imperador foi presente (Cfr. os DOCS. 139 e 141 do nosso vol. 2 e o DOC. editado em a nota de pp. 70-71 do presente volume).

Francisco Foscari, eleito doge de Veneza em 16 de Abril de 1423, nas instruções

Jllustris et magnifice princeps et amice carissime. Petrus, serenissimi principis et domini regis Portugallie et Algarbij curator dictorumque regnorum curator et regens, continuum cum prosperis successibus incrementum.

Magnifice princeps, vt dominationi vestre nuper scripsi, me facturum et per nuntium quem ad me destinastis quam citius ciuitatem applicui Vlixbonensem, vbi antiqua et diuina prouidentia copiosa multitudo vtriusque jurisperitorum perseuerat, illico literas concessionis jmperialis marchie Taruisane, quas olim a felicis et gloriose recordationis domino Sigismundo habui (1), necnon et confirmatorias, quas in plena forma a serenissimo principe et domino rege romanorum semper augusto, qui nunc est, obtinui (2), dictorum collegio sapientum feci presentari, jntimatis

---

que deu, em 10 de Junho de 1445, ao embaixador Nicolau de Canale, lembra ter o imperador Sigismundo feito esta concessão de Treviso ao infante D. Pedro contra os seus direitos, por inimizade com Veneza (ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 16, fl. 187 v., — texto a editar no Suplemento de *Monumenta Henricina*). O referido doge bem cedo se preocupou por anexar à República veneziana as terras circunvizinhas (Cfr. BAILLY, *Historia de Venecia*, p. 171) e, naturalmente, diligenciou fazer o mesmo à marca de Treviso. D. Pedro de Portugal, desde 1426 a 1428, auxiliou o imperador Sigismundo nas guerras por ele então travadas e, depois de se despedir do imperador, passou por Treviso, aonde chegou em Abril do segundo daqueles anos, e Veneza (Cfr. DOMINGOS MAURÍCIO, *O Infante D. Pedro na Áustria-Hungria*, pp. 22-33). Significativo é, contudo, como aliás sublinha o doge Francisco Foscari, na já supracitada carta de 1436, que tendo sido o infante D. Pedro tão bem recebido nessa ocasião por si em Veneza, não se houvesse lembrado de advogar então os seus direitos à marca de Treviso.

(2) Existe de facto, o documento de confirmação da marca de Treviso ao infante D. Pedro pelo imperador Frederico, em 1443, obtida por João Teles, cavaleiro, e Brás Afonso, bacharel em direito canónico:

Fridericus, Dei gracia romanorum rex, etc. Notum facimus, tenore presentium, vniuersis quod, accedentes nuper nostre maiestatis presenciam strenuus Iohannes Telles, miles, ac honorabilis Blasius Alfonsi, in iure canonico baccalarius, illustris infantis Petrj, ducis Cohimbrie, Teruisijque marchionis principis et consanguinei nostri carissimj procuratores et ambassatores serenitati nostre humiliter supplicarunt quatenus certas litteras per diue memorie Sigismundum antecessorem nostrum, tunc romanorum regem, eidem infantj Petro super marchionatu Teruisij concessas approbare, ratificare, confirmare ac ipsum infantem Petrum de dicto marchionatu cum omnibus iuribus et pertinencijs suis de nouo inuestire dignaremur. Quarum quidem litterarum tenor sequitur in hec verba *(Segue-se a transcrição do DOC. 139 do nosso vol. 2)*. Nos autem, etsi vniuersorum fidelium quos Imperij Sacrij latitudo complectitur, felicibus profectibus gratis commodis et speratis augmentis fauorabiliter intendamus, ad illorum tamen profectus et comoda, diligentiorj studio, clemencius inclinamur, quos tum altitudo sanguinis cum meritorum magnitudo ceteris anteponit. Ea propter, considerantes eiusdem infantis Petrj idemptitatem altj sanguinis, qua nobiscum natura coniunxit, ac generosum ortum regalis prosapie, quem clare memorie

Copyrighted material

vlterius fideliter clausulis potioribus, de quibus confiditis, concessionis illius quam postea, per annos, ab eodem Sigismundo exigistis. Quarum siquidem literarum concessionis et secundum jura determinationem pro vtraque parte eisdem jurisperitis, sub eorum conscientijs testimonio et onere, sic commisi, veluti et ac si equa lance vestram causam cognoscerent esse meam. Quibus siquidem mora dierum congrua in consilio perseuerantibus, tandem per eum conclusum exstitit, dicti marchionatus dominium in me fuisse translatum, licet corporalis per me non fuisset apprehensa possessio, nec per vestram postmodum habitam concessionem (3), sicut non potuit, meam fuisse reuocatam.

Et quoniam, vir optime, de antiqua inter progenitores meos et dominationem ipsam consueta amicicia merito confido, quod non solum mea, preter et contra intentionem meam, minime retinere presumetis, sed ab alijs occupata vestris fauore et auxilio mihi, cum opus esset, redderentur. Ea re, vt nuper promisi, vestre et ipsius dominationis presidentia, his presentibus, que promissa sunt anunciare disposui, eam rogans et hortans ex affectu quatenus, deposita eorum concupiscencia, que contra legem Dei Omnipotentis per uos possideri nequeunt, infra menses sex, a die presentationis istarum decursuros, scriptorum vestrorum serie de intentione vestra me libeat serenare. Quod ad gratum et letum, vt arbitror, extimabo.

Datum in nobili villa Sancterensi, vigesimo sexto martij, anno Domini millesimo quadringentesimo quadragesimo sexto.

(as.) Jfant dõ p°.

Iohannes, quondam Portugalie et Algarbij rex, post primam sobolem in medietate progenuit, ac romanorum imperatoribus aiue regibus vestris predecessoribus iurari sunt solita et prestarj et que in iuramento fidelitatis in corpore sacrarum legum inueniuntur expressa, sicut eum Deus adiuuet et hec sancta eius euangelia, quocirca, vniuersis et singulis comitibus, nobilibus, militibus, clientibus, prouincialibus, vniuersitatibus, populis, communitatibus et inhabitatoribus dictj marchionatus Teruisanj harum serie mandamus quatenus infantj Petro predicto, tanquam eorum vero marchionj eiusque filiis et heredibus suis masculis et legittimis antedictis, in omnibus et per omnia, iuxta tenorem preinsertum prefati Sigismundj litterarum, obediant, pareant et intendant, eisdem infantj Petro et heredibus suis prefatis ac eorum officialibus, gubernatoribus et rectoribus obedienciam et reuerenciam debitam prestent, de omnibus iuribus, oneribus et emolumentis dicti marchionatus integre respondentes, Imperij tamen Sacrj ac omnium prelatorum et quarumcunque ecclesiarum aliorumque iuribus in premissis omnibus semper saluis. Presencium, sub nostra maiestatis sigilli appensione testimonio litterarum. Datum in Nouaciuitate, Salczburgensis diocesis, etc. (Publicada, com erros, por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 339-42).

(3) Não temos conhecimento de qualquer concessão feita ao referido doge pelo imperador.

Copyrighted material

A tergo: Jllustrj et magnifico domino Francisco Foscari, Venetiarum duci, amico suo carissimo (4).

110

31 MARÇO 1446

Carta do regente D. Pedro, a nomear Leonel Gil, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Lagos, em lugar de Álvaro Vieira, que ora matara Lopo Faleiro, escudeiro do mesmo infante, e andava homiziado.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 15.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que a nos diserom que Aluaro Vieira, scripuam das nossas sisas de Lagos, matou ora Lopo Faleiro, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, por a quall rrezom he amoorado e nom pode serujr o dicto ofiçio, como conpre a nosso seruiço.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Lionel Gill, escudeiro do dicto meu thio, sse asy he como nos diserom; teemos por bem e damoslhe carrego de seruir o dicto ofiçio emquanto o dicto Aluaro Vieira for omjziado por o dicto mallefiçio; e, nom sse liurando ell desto ssem pena, por tall guissa que possa tornar ao dicto ofiçio, fazemos delle merçee ao dicto Lionell Gill.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e aos rrendeiros ou rreçebedores que ora ssom e ao diante forem das dictas sisas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada, que ajam, per a dicta guissa, o dicto Lionel Gill por scripuam das dictas sisas e outro nehũ nom e o leixem serujr e hussar do dicto ofiçio e auer todallas prooes, rrendas e djreitos que a elle perteençem, ssem lhe poerem ssobre ello outro algũu enbargo. O quall Lionell Gill jurou em a nossa chançelaria aos ssantos auangelhos que bem e djrei-

(4) Cfr. o nosso DOC. 44, de 20 de Setembro de 1445, e ainda as notícias editadas por JÚLIO GONÇALVES, *O Infante D. Pedro as «Sete Partidas» e a génese dos Descobrimentos*, a pp. 201-02.

tamente e como deue obre e husse do dicto ofiçio e guarde a nos nosso seruiço e ao poboo sseu djreito. Vnde al nom façades.

Dante em Santarem, xxxj dias de março. Elrrej o mandou per Lujs dAzeuedo, do sseu consselho e veedor da ssua fazenda. Afonso Uaasquez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

111

2 ABRIL 1446

Procuração de el-rei D. João II de Castela, em versão portuguesa, passada a Garcia Sanchez de Valhadolide, para, em seu nome, tratar do casamento do monarca com a infanta D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, e a receber por esposa.

ANTT., *Reis*, liv. 1, fl. 52, — donde se reproduz.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova 37 do liv. 3, extraída do original, em pergaminho, maço de Escrituras Antigas, do Cartório da Casa de Bragança. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 343.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Castella e de Liam e de Tolledo e de Galliza e de Seuilha e Cordoua e de Murça e de Jaem e do Algarue, dAliezira e senhor de Bizcaya e de Mullina.

Porque o matrimonio he hũu dos sete sacramentos e dos mais nobres e mais homrrados da samta madre egreia, como aquell que he o primeiro e foy feito e hordenado em o estado da jmnoçemçia humanall, per Deus meesmo, em o parayso, o quall he fumdamento da linhagem vmanall e conseruaçam e mamtijmento e sustijmento do mumdo e faz viuer aos homeens vida hordenada e sem peccado, sem o quall os outros sete sacramentos nam podem seer mamtheudos nem guardados, do quall naçem mujtos e assignados beens, espiçiallmente ffee e sacramento e linhagem, da quall linhagem jeerado e comçebido e naçido da samta hordem matrimoniall Nosso Senhor Deus he louuado e seruido e o mundo poborado.

O quall per nos comssijrado e esso meesmo porquamto he trautado esposoyro e casamento amtre nos e a jllustre e jmclita jffamte dona Jsabell, filha do illustre e imclito jffamte dom Joham de Portugall, cuja alma Deus aja, e, por rrezom do diuedo de samgue que amtre nos e o dito jffamte era, nos emviamos soplicar ao nosso senhor samto padre que

queyra despemsar comnosco e com a dita jllustre e jmclita jffamte dona Jsabell, pera que, mediamte a graça de Nosso Senhor Deus e gloria e honor e alabamça sua e sua bençam, nos posamos contraer matrimonio e ella comnosco, em nome de Nosso Senhor Deus, a quall dita despemsaçam pollo dito nosso samto padre nos he outorgada e dada (1).

Poremde, nos, comfiamdo da prudemçia e legallidade de uos, nosso fiell e bem amado Garçia Samchez de Valhadollide, noseo vassallo e guarda, per a presemte vos damos e outorgamos liure, libero e comprido e abastamte poder, segumdo em a milhor maneyra, via e forma que, pera valler e seer firme, o podemos e deuemos dar e outorgar de direito, pera que, por nos e em nosso nome, vos possades esposar e esposedes, per pallauras de presemte, taaes que fazem matrimonio, segundo mamda a samta madre egreia de Roma, com a dita jllustre e jmclita jffamte dona Jsabell e nos outorgar e outorgardes por seu esposo e legitimo marido e a rreçeber e rrecebades por nos e em nosso nome e pera nos por nossa esposa e legitima molher. E nos, per a presemte, des agora pera estomçe e dhi em diamte pera sempre, a rreçebemos por nossa esposa e legitima molher, segundo e per forma e maneira que vos, por nos e em noso nome, a rrecebeberdes por nosa esposa e legitima molher e ella se outorgar por tall e nos rreçeba por seu esposo e legitimo marido.

Outrossy, possades prometer e outorgar, em nosso nome, que lhe daremos e comstituiremos as arras e dote que vos trautardes e comcordardes e comcluyrdes e outorgardes, que lhe nos ajamos de dar e outorgar, por rrezom do dito matrimonio e casamento, e lhe possades obrigar e obriguedes, por penhor do dito dote e arras, quaaesquer nossas çidades, villas e lugares e terras e beens e rremdas e peitas e direitos. E esso meesmo lhe possades assignar, por nos e em nosso nome, quaaesquer çidades, villas e lugares de nossos rregnos e terras pera seu assemtamento, pera que o ella tenha e possua em sua vida, segumdo e per a forma e maneyra e com aquelles direitos e perteemças e cousas e comdiçõoes e pautos e pusturas que a vos iusto for.

Outrosy, que nos lhe poeremos e mamdaremos assemtar em nossos liuros, pera seu mamtijmento e de sua casa, hũu conto e trezemtos e çimquoemta mill marauidis em cada hũu anno pera em toda sua vida e lhe possades prometer e segurar e prometaaes e segurees, por nos e em nosso nome, que a teera e avera, e nos faremos per tall maneira, que aja e tenha, pera em toda sua vida, o dito hũu comto e trezemtos e çimquoemta mill marauidis pera o dito seu mamtijmento, e que lhe nom possa ser nem sera quitado o sobredito nem algũua cousa dello em toda sua vida, caso que nos passemos desta presemte vida amte que ella.

---

(1) Cfr. o nosso DOC. 62.

E esso meesmo vos damos e outorgamos liure e liuero, bastamte poderio pera que, aalem desto, possades, por nos e em nosso nome, platicar, trautar e concludir e outorgar e rreçeber outras quaeesquer cousas, de quallquer natura, vigor e effecto, callidade que seiam e seer possam tocamtes ao dito matrimonio e por causa e rrazam delle, assy as que nos ajamos de fazer e comprir, como as que, por parte da dita jllustre e jmclita jffamte dona Jsabell, sse ajam de fazer e comprir; e possades fazer e outorgar e rreçeber, por nos e em nosso nome, em esta rrazam, quaaesquer comtrautos, pautos e obrigaçõoes, promissõoes e estipollaçõoes e cauçãõoes, com quaaesquer comdiçõoes e rrenumciaçõoes e firmezas e clausullas e sob quaaesquer pennas, segumdo e em a forma e maneyra que a vos uisto sera e peramte quallquer scpriuam e notayro pruuico, e fazerdes em vossa alma juramento e juramentos que o nos teeremos e guardaremos e faremos e compriremos, segumdo em a maneyra e forma que vos, por nos e em nosso nome, o trautardes, comcludirdes, fezerdes e outorgardes e prometerdes e segurardes, jurardes, e rreçeber esso meesmo, por nos e em nosso nome, as obrigaçõoes e comtrautos e estipollaçõoes e prometimentos e cauçãõoes e juramentos que sobre ello vos forem feitos, assy polla dita jllustre e jmclita jffamte, como per outras quaaesquer pessoas de quallquer estado e comdiçom, preminemçia e dignidade que seiam.

E nos, des agora pera estomçe, seguramos e prometemos e juramos, em nossa pallaura e ffee rreall, de o guardar e comprir e fazer, segumdo e per a forma e maneyra que vos, por nos e em nosso nome, o fezerdes e comcludirdes e outorgardes e prometerdes e jurardes e de o aver por firme e estauell e valledoiro pera sempre jamais e de nom hir nem vijr nem passar comtra ello nem comtra cousa algũua nem parte dello, aguora nem em algũu tempo nem por algũua maneyra nem causa nem rrazom, sob obrigaçom de nossos beens, assy fiscaaes como patrimoniaaes, que pera ello obrigamos, os quaaes vos, sobre rrezom do que dito he e sobre quallquer cousa e parte dello, possades obrigar.

E, em testimunho do quall, mamdamos dar esta nossa carta, firmada do nosso nome e asseellada com o nosso seello, a quall outorgamos amte o nosso secretario e notayro pruuico e testimunhas ajuso escpritas, chamadas e rrogadas pera ello, que foi dada e feita e outorgada na çidade dAvilla, dous dias dabrill, anno do naçimento de Nosso Saluador Jhesũ Christo de mill e iiij^{c} e Rbj annos. Testimunhas que presemtes forom: dom Aluoro de Luna, meestre da hordem da cauallaria de Samtiago, comdestabre de Castella, e Affomsso Perez de Viueyro, comtador moor do dito senhor rrey e do seu comsselho, e Pedro de Luxom, camareyro do dito senhor rrey, pera esto chamados e rrogados. Yo elrrey.

E eu, o doutor Fernam Diaz de Tolledo, ouuidor e rreferemdayro delrrey e do seu comsselho e seu notayro moor dos priuillegios rrodados e seu secretario, fuy presemte amte a rreall magestade do dito senhor

rrey, com as sobreditas testimunhas, a todo o sobredito e cada cousa dello. E, per mamdado e outorgamento do dito senhor rrey, a fiz escpreuer. Em testimunho de verdade, fiz aqui este meu signall. Fernandus, rreferemdarius, doctor et secretarius. Registada.

112

16 ABRIL 1446

Carta do regente D. Pedro, a doar a Martim Anes, escudeiro, para sempre, todos os bens, móveis e de raiz, de Fernão Lopes, natural da cidade de Evora, e ainda os que devia herdar de Inês Eanes, sua avó, agora falecida, por ele haver estado no castelo do Crato em seu desserviço e ter seguido para Castela em companhia de Gonçalo da Silveira, onde ainda está e fala e obra contra o reino.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 79 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta ujrem fazemos saber que a nos diserom que hũu Fernam Lopez, natural da çidade dEuora, esteue em o castello do Crato em nosso deserujço, donde sse foy pera os rregnos de Castella, em conpanhja de Gonçallo da Silueyra, andando ssenpre la, como de fecto anda, fallando e obrando coussas em nosso deseruyço e contra nossos rreynos; por a qual rrazom, per bem da nossa hordenaçom, allem da pena corporall que por ello mereçe, todos sseus beens, asy mooues como de rrayz, que auia em nossos rreynos, perteeçem a nos e os podemos dar, de dereito, a quem nossa merçee for, e mais certos beens mooues e de rrayz que a elle, dicto Fernam Lopez, perteeçem per morte de Jnes Eannes, sua aavo, morador que foy em a dicta çidade dEuora, que sse ora finou.

E ora, querendo nos ffazer graça e merçee a Martim Anes, nosso escudeiro, de nosso moto proprio, liure uontade, çerta çiençia, poder assolluto, ssem nollo elle pidindo nem outrem por elle, sse asy he como nos disserom e que, por a dicta rrezom, os dictos beens perteeçem a nos de dereito; teemos por bem e fazemoslhe merçee, liure e pura, inrreuogauell doaçom, antre os uyuos ualledoyra, deste dia pera todo ssenpre, pera elle e todos sseus erdeyros e suçessores, açendentes e deçendentes, que depos el ujerem, de todollos dictos beens, asy mooues como de rraiz que o dicto

Fernam Lopez auja em nossos rreinos e dos que asi herdou per morte da dicta Jnes Eanes, sua auoo.

E porem mandamos aos jujzes da dicta çidade dEuora e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada que, sseendo os teedores dos dictos beens ou partes a que esto perteeçer çitados e ouujdos, ssegundo dereitamente deuem, ssaibaaes desto o çerto he hij per este fecto em diante como for dereito; e, sse achardes que asi he como nos diserom e que, por esto, os dictos beens perteeçem a nos e os podemos dar de dereito, o julgaae asi, per uossa ssentença. E sse os teedores dos dictos bens ou partes a que esto perteeçer per ella quiserem estar, fazee meter em posse delles o dicto Martim Anes ou sseu çerto procurador e lhos leixem teer e aueer e lograr e posujr, uender e dar e doar e trocar, escanbar, fazer delles e em elles o que lhe prouuer, como de sua coussa propia e corporall posissom; porquanto, lhe fazemos asi delles merçee e doaçom, como dicto he, o mais firmjmente que ser pode, sse a nos de dereito perteeçem e a outrem primeiramente nom ssom dados per nossa carta.

E sse os teedores dos dictos bens ou partes a que esto perteeçer apellarem da dicta uossa sentença, daylhes apellaçom e agrauo, nos cassos que o dereito outorga, goardandolhe ssobre ello sseu dereito conpridamente, como he hordenado, ssem outro algũu enbargo que lhe ssobre ello sseja posto em nẽhũa maneira que sseja. E esta merçee lhe fazemos, contanto que nom faça auença com as partes ssem nossa liçença, sob pena de perder esta merçee que lhe asi fazemos e a parte o preço que lhe por ello der. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xbj dias dabril. Elrey o mandou, per Lopo dAlmeida, caualeiro de sua cassa e ueedor da sua fazenda. Afonso Uaaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj anos.

113

23 ABRIL 1446

Carta do regente D. Pedro, de perdão, a rogo do infante D. Henrique, a Fernão Pais, escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis e criado que fora do prior de S. João, ido com a rainha-mãe para Castela, o qual ficara no castelo da Amieira com filho seu.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 55 v.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A todollos jujzes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto pertençer per quallquer guissa que seja [e] esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Fernam Paaez, escudeiro do comendador moor da hordem dAvijs, nos envjou dizer que ell fora criado do prioll de Sam Joham, que se fora com a rrainha mjnha madre, cuja alma Deus aja, pera os rregnos de Castella e que elle ficara no castello dAmeeira com hũu seu filho, que nos prouuesse de lhe perdoarmos, a rrogo do jfante dom Anrrique, nosso muyto preçado e amado tijo, com condiçom que nom entrasse nem morasse em a terra do dicto priollado; e que, porquanto ell tijnha hũua sua madre, a quall era ja muyto velha e tam fraca que nom poderia vijnr honde elle estaua pera o aveer de veer, que porem nos pedia de mercee que, a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe alleuantasemos o dicto degredo. E nos, vendo o que nos asy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe rrelleuamos o dicto degredo.

E porem uos mandamos que o [nom] prendaes nem mandes prender por ello nem lhe façaes nem consentaes fazer mall nem outro algũu desaguissado, quanto he polla dicta rrazom, qua nossa merçee e vontade he de lhe asy seer rrelleuado, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dante em a nossa villa de Santarem, xxiij dias dabril. Elrrey o mandou pello doutor Ruy Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, sseus vassallos e do sseu desenbargo e das pitições. Bras Afonso a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e Rbj. E que, sem enbargo do dicto degredo, elle possa viuer e morar em quaeesquer çidades e vijllas e lugares do nosso ssenhorio honde lhe prouguer, em espeçial nas terras do dicto priollado.

114

1446

Nuno Tristão, nobre cavaleiro, criado desde pequeno na câmara do infante D. Henrique, sabendo como este demandava a terra dos negros e que algumas caravelas haviam ultrapassado já o Rio Senegal, em caravela armada e sem se deter em parte alguma, transpõe o promontório de Cabo Verde 60 léguas, salta com outros homens da companha para batéis, sobem rio largo, em direcção a povoação sita à sua mão direita e são asseteados por flechas ervadas, lan-

çadas por uns 70 ou 80 negros, em 12 pirogas, os quais assim matam 21 dos nossos, nomeadamente Nuno Tristão, João Correia, Duarte de Holanda, Estêvão de Almeida, Diogo Machado e outros escudeiros, peões e mareantes; sem possibilidade de levantarem as âncoras da caravela, pela multidão das setas dos negros, os sobreviventes cortam as amarras e aquela é conduzida a Portugal por Aires Tinoco, escrivão da mesma e moço da câmara do infante, o qual, após dois meses sem avistar terra, consegue trazê-la a Lagos.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 86, segundo o códice de Paris, fls. 137 v.-40 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 192 e 178-79; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 14.

Oo, e como acho em tam breues pallauras registado o rrecontamento (1) da morte de tam nobre caualleiro, como foe aqueste Nuno Tristam, cuja trigosa fim, no presente capitollo, fallar entendo! A qual, por certo, eu nom poderya passar sem lagrimas, se nom conhecesse, caasy per deuinal consijraçom, a eternal folgança que recebe o sseu spritu. Ca, me parece que serya contado por enueioso antre os verdadeiros catholicos, se chorasse a morte daquelle que a Deus prouue fazer participador da sua jnmortallidade. E, certamente que assy como elle foe o primeiro caualleiro que, per sy, desse aquella honra a algũu outro em aquella terra, com cuja presa eu fiz começo deste liuro, assy quis que caasy o acabasse com sua morte, dando aa ssua alma deuinal a primeira seeda da cellestrial glorya, assy como primicias de todollos outros que, por seruiço de Deus, em aquella terra fallecessem (2).

Ca, seendo este nobre caualleiro em perfeito conhecimento do grande deseio e voontade do nosso virtuoso principe, como aquelle que de tam pequena jdade se criara em sua camara, veendo como se trabalhaua de mandar seus nauyos aa terra dos negros e ajnda muyto mais auante, se o fazer podesse, ouuyndo como ja algũas carauellas passarom o rryo do Nillo (3) e as cousas que della diziam, parecendolhe que se elle nom

(1) Nas anteriores edições portuguesas da Crónica, por erro da «princeps», que as demais seguiram, ficou aqui *recordamento* em vez de *rrecontamento*, como se lê no manuscrito de Paris.

(2) O autor reporta-se ao cap. 13 desta mesma Crónica, onde contou como Nuno Tristão armou Antão Gonçalves cavaleiro (Cfr. o DOC. 140 do nosso vol. 7 e sobre Nuno Tristão, muito referenciado nesta obra de ZURARA, a nota 3 da p. 216 do dito volume).

(3) Ou seja o Ric Senegal, então suposto braço do Nilo.

fosse algũu daquelles spiciaaes de que o jffante seu ssenhor fosse seruido em aquella terra, de qualquer boa cousa que se em ella fizesse ou achasse, que elle nom poderya receber nome de boo homem.

E porem fez logo hũa carauella, a qual armada, começou sua vyagem, nom fazendo algũa deteença em algũa parte, senom seguyr todauya contra a terra dos negros. E, passando per o Cabo Verde (4), foe mais auante .Lx. legoas, onde achou hũu rryo, em que lhe pareceo que deuerya de auer algũas pouoraçõoes; pello qual, mandou lançar fora dous pequenos batees que leuaua, nos quaaes entrarom .xxij. homeens, a saber, em hũu dez e no outro doze. E, começando assy de seguyr pello rryo auante, a maree crecia, com a qual forom assy entrando, seguindo contra hũas casas que vyam aa mãao dereita. E acertousse que, ante que saissem em terra, sayrom da outra parte .xij. barcos, nos quaaes seryam ataa .Lxx. ou .Lxxx. guineus, todos negros e com arcos nas mãaos (5).

E, porque a augua crecia, passousse aalem hũu barco dos guineus e pos os que leuaua em terra, donde começarom de asseetar aos que hyam nos batees. E os outros que ficauam nos barcos trigauanse quanto podyam por chegar aos nossos; e, tanto que se vyam acerca, despendyam aquelle mal auenturado almazem, todo cheo de peçonha, sobre os corpos dos nossos naturaaes. E assy os forom seguindo ataa chegarem aa

---

(4) O promontório do mesmo nome, no litoral senegalês.

(5) Numerosos autores procuraram localizar o rio em causa, em simples referência, em artigos ou em estudos mais ou menos exaustivos. Assim, pelo menos, ZURARA, MARTINHO DE BOEMIA, JOÃO DE BARROS, ANTÓNIO GALVÃO, O. DAPPER, CHARLES DE LA RONCIÈRE, ARMANDO CORTESÃO, JOSÉ DE BRAGANÇA, JOÃO BARRETO, FONTOURA DA COSTA, DUARTE LEITE, MAGALHÃES GODINHO, GAGO COUTINHO, DIAS DINIS, TEIXEIRA DA MOTA, MORAIS TRIGO, OLIVEIRA BOLÃO, JAIME CORTESÃO, DAMIÃO PERES e LÉON BOURDON, cujos estudos vão indicados ao fim deste volume, na Bibliografia Impressa. Localizado o referido acontecimento por BARROS no *Rio Grande* e identificado este com o *Geba* da actual Guiné Portuguesa por ARMANDO CORTESÃO, opor-se-ia a tal identificação a referência de ZURARA, a situá-lo 60 léguas além do promontório do Cabo Verde, as quais ultrapassariam em muito o citado *Rio Geba;* e, como o cronista exageraria todas as distâncias marcadas na *Crónica dos feitos de Guiné*, o rio em causa, com base no relato de MARTINHO DE BOEMIA, ficaria na Gâmbia, onde TEIXEIRA DA MOTA o identificou com o *Salum:* — «Quanto a nós, cremos que o mais provável foi o navegador ter descoberto o *Rio dos Barbacins* — o Salum — e, prosseguindo para o sul, ter atingido o *Rio de Lago* ou *de Laco* — o Jumbas — que tem uma maior embocadura. Aí, ou num dos braços mais a meio-dia — o Banjala ou o Jinnak — tentou subir o rio no batel, sendo então atacado, mas já em terras do *Nomimansa*». *(A descoberta da Guiné*, p. 62). Uma certeza parece definitivamente apurada neste problema, a de que Nuno Tristão não atingiu o Rio Nuno da Guiné ex-francesa, o qual, reconhecido muito depois da morte daquele, deve o nome a outro navegador, desconhecido.

carauella, que estaua fora do rryo, no mar largo, porem todos asseetados daquella peçonha, de guisa que, ante que entrassem, ficarom quatro mortos nos batees. E, assy feridos como hyam, atarom seus pequenos batees ao bordo de seu nauyo, começando de o aparelhar pera fazerem vyagem, veendo o perijgoso caso em que estauam; mas, nom poderom alleuantar as ancoras, polla multidom das seetas de que eram combatidos, pollo qual, lhe foe forçado de cortarem as amarras, que lhe nom ficou algũa. E assy começarom de fazer vella, leixando porem os batees, porque os nom poderom guindar.

E assy que, dos .xxij. que sairom fora, nom scaparom mais que dous, a saber, hũu Andre Dyaz e outro Aluaro da Costa, ambos scudeiros do jffante e naturaaes da cidade dEuora, e os dez e noue morrerom, porque aquella peçonha era assy artefficiosamente composta que, com pequena ferida soomente que auentasse sangue, trazya os homeens ao seu derradeiro fim (6). Ally foe morto aquelle nobre caualleiro Nuno Tristam, muy deseioso desta vida, porque nom ouuera lugar de comprar sua morte como vallente homem, e assy outro caualleiro que se chamaua Joham Correa e hũu Duarte dOllanda e Esteuam dAlmeida e Diego Machado, homeens fidalgos e mancebos, que o jffante criara em sua camara, e assy outros scudeiros e homeens de pee daquella meesma criaçom e desy mareantes e outra gente do nauyo. Abasta que forom, per todos, xxj., porque de sete que ficarom na carauella, forom ajnda ferydos dous, em querendo leuantar suas ancoras.

Mas, quem querees que encaminhasse este nauyo pera fazer vyagem e se partyr dantre aquella maldicta gente? Ca, os dous scudeiros que dissemos que ficauam nom scaparom de todo daquelle perigoo; seendo feridos, chegarom acerca da morte, da qual jnfirmydade jouuerom bem .xx. dyas sem poder fazer nhũa ajuda aos outros que trabalhauam por

---

(6) A Crónica da Guiné apenas alude a André Dias e a Alvaro da Costa neste capítulo, onde os diz «ambos escudeiros do infante e naturais da cidade de Évora». Como servidores de D. Henrique, nenhum documento encontrámos sobre eles nos registos da chancelaria régia. É possível, entretanto, que tivesse usado o segundo ou lhe houvessem dado os nomes de Alvaro da Costa, Alvaro Tristão e Alvaro Tristão da Costa. Nesta hipótese, a Alvaro Tristão da Costa, «escudeiro da casa do jnfante D. Henrique», já em 1432 se refere o DOC. 36 do nosso vol. 4; e, na suposição de também Nuno Tristão se denominar Nuno Tristão da Costa (cfr. a nota 3 da p. 216 do nosso vol. 7), sendo os dois elvenses, ao que parece, pode suceder que fossem parentes. Em carta régia de 6 de Outubro de 1463 foram doados os bens de Alvaro Tristão e de Pero Martins, este alcaide pequeno de Elvas, à viúva de Gil Eanes, Agueda Fernandes, residente em Elvas, e a seus filhos, entre os quais Alvaro da Costa (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 149 v.). Sobre Aires Tinoco pode ver-se o artigo, meramente literário, de FAUSTO DUARTE, *O Descobrimento da Guiné. Aires Tinoco. Um herói ignorado:*

encaminhar a carauella. Os quaaes nom eram mais de cinquo, a saber, hũu grumete, assaz pouco auisado na arte do marear, e hũu moço da camara do jffante, que se chamaua Airas Tinoco, que hya por scriuam, e hũu moço guineu, que fora filhado com os primeiros que filharom em aquella terra, e outros dous moços assaz pequenos, que veuyam com algũus daquelles scudeiros que ally fallecerom. Por certo, serya dauer compaixom de seu grande trabalho em aquella hora.

Elles, chorosos e atribullados polla morte de tal capitam e dos outros seus parceiros e amigos, desy temerosos de tam abominauees jmijgos como sentyam acerca de ssy, de cujas mortaaes ferydas, em tam breue spaço, tantos e taaes homeens forom mortos, e, ssobretodo, acharem tam pequeno remedyo pera buscarem sua saluaçom; ca, o grumete, em que elles todos sua sperança tijnham, claramente confessou sua pouca sabedorya, dizendo como nom sabya rotear nem trabalhar acerca dello em cousa que aproueitasse, soomente que, se per outrem fosse encamynhado, que farya quanto podesse naquello que lhe mandassem.

Oo grande e supremo socorro de todollos desemparados e atribulados, que nunca desemparas aaquelles que te chamam em sua mayor necessidade, que ouuiste os clamores daquestes que gemyam a ty, firmando os olhos na alteza das nuueens, braadando que lhes acorresses; onde bem mostraste que ouuyas suas prezes quando, em tam breue, lhe enuyaste tua cellestrial ajuda, dando esforço e engenho a hũu tam pequeno moço, nado e criado em Oliuença, que he hũa villa do sertãao, muy afastada do mar, o qual, auisado per graça deuinal, encaminhou o nauyo, mandando ao grumete que dereitamente seguisse o norte, abaixandosse hũu pouco aa parte do leuante, ao vento que se chama nordeste, porque ally entendya elle que jazia o rregno de Portugal, cuja vyagem elles seguyr desciauam (7)! E, em segujndo assy per sua vya, despois que foe passada hũa

---

(7) O jovem em referência é Aires Tinoco, portanto moço da câmara do infante, o qual ia por escrivão da caravela e fora nado e criado em Olivença. Os documentos que sobre ele encontrámos na chancelaria régia são todos posteriores à morte de D. Henrique, ou seja a 1460. São os seguintes: carta régia de 27 de Maio de 1466, a nomear Aires Tinoco, «caualeiro de nossa casa», para almoxarife de Estremoz (*Chanc. retrocit.*, liv. 14, fl. 85 v.); outra de 8 de Agosto de 1475, de privilégio pelo casamento de seus filhos (*Ibi*, liv. 8, fl. 10 v.); outra de 7 de Novembro do mesmo ano, a conceder ao dito, «caualeiro de mjnha casa», o hábito da Ordem Militar de Santigo e a tença de 12.000 reais pelos rendimentos régios de Elvas e Olivença, desde 1 de Janeiro seguinte e até lhe ser dada outra coisa (comenda) na referida Ordem, em satisfação dos seus serviços, conhecendo o monarca «os muytos seruiços que tem ffectos ao jffante dom Anrrique, meu tijo, que Deus aja, e asy a mjm, despois de seu falecimento, em todallas cousas de meu seruiço, de que me eu ey delle por mujto bem seruido» (*Ibi*, liv. 9, fl. 10 v.); enfim, outra de 3 de Junho de 1480, a ordenar lhe seja paga a tença citada pelo rendimento da marçaria da alfândega

Copyrighted material

parte do dya, forom veer Nuno Tristam e os outros feridos e acharonnos mortos, pollo que lhe foe necessaryo de os lançar ao mar. E forom, em aquelle dya, lançados .xv. e quatro ficauom nos batees e os dous lançarom no outro dya (8).

. . . . . .

Este moço que disse era aquelle Airas Tinoco de que ja falley em cima, no qual Deus pos tanta graça que, per dous meses continuados,

---

de Olivença (*Ibi*, liv. 32, fl. 162 v). A Aires Tinoco se deverá, porventura, relatório utilizado por ZURARA, neste capítulo.

Desconhecemos qual fosse a naturalidade ou residência de João Correia, Duarte de Holanda, Estêvão de Almeida e Diogo Machado, — acima nominalmente citados pelo cronista e que não pudemos identificar documentalmente, — bem como a dos restantes escudeiros, peões e mareantes falecidos desta expedição de Nuno Tristão à costa guineense; contudo, sendo Tristão «da cidade de Elvas», segundo MÜNZER, (Cfr. BASILIO DE VASCONCELOS, *«Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, p. 41, e o DOC. 188 do nosso vol. 7), Aires Tinoco oriundo de Olivença e alentejanos André Dias e Alvaro da Costa, é crível que predominasse a representação alentejana naquela infeliz expedição.

(8) A tragédia de Nuno Tristão e companheiros parece haver impressionado profundamente o infante D. Henrique e quem dela teve conhecimento, como se infere do cap. 88 da Crónica, não só pelo elevado número de mortos como pelo difícil regresso da caravela a Portugal, conduzida — segundo ZURARA — por jovens mais ou menos inexperientes. Já em 1946 sublinhámos que, em torno do acontecimento, se teceu, pelos fins do século XV, curiosa lenda com interferências da de Machim sobre a Madeira, a qual julgamos arquivada por MARTINHO DE BOÉMIA (Cfr. *Congresso comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. 1, pp. 57-58). GAGO COUTINHO entende que esta viagem se efectuou «na Primavera de 1446» e que ela constitui precisamente «uma prova técnica de que os «caravelistas do Infante», longe de terem navegado «a acertar», já em 1446 estavam familiarizados com as rotas indirectas atlânticas». E observa: «O facto concreto de a caravela, «seguindo assy per sua vya», ter praticado uma navegação de «dous meses continuados» sem ver terra, passando, portanto, por fora da costa e das Canárias e Madeira e do arquipélago de Cabo Verde, prova-nos que fizeram navegação larga a contornar os ventos dentre norte e leste que dominam no Atlântico Norte. A análise das cartas de ventos diz-nos que, já iniciada a *monção do sul*, tiveram de ir passar com ventos variáveis a sul das ilhas de Cabo Verde, sem delas terem tido vista. Cortado o *Mar do Sargaço*, e aproveitados os ventos dentre sudoeste e oeste, dominantes no Verão no Mar dos Açores, puderam passar-lhes pelo sul sem os avistar. O pano reduzido que levavam largo e a época favorável do ano — foi depois, ainda em 1446, a viagem de Alvaro Fernandez a Guiné — permitiram àquelas sete almas levarem o navio a *Lagos*. Porém, tendo-se perdido também o *piloto*, este acontecimento náutico revela-nos que as viagens de retirada da costa da Guiné, seguindo em largo arco a *rota indirecta*, já em 1446 não eram mistério. Tanto o *grumete* como o *escrivão* conheciam essa rota e, assim, forçados pela necessidade, se atreveram a praticá-la. De sorte que, da fatal aventura de *Nuno Tristão*, não nos ficou só o descobrimento do Rio Grande, mas também uma confirmação de que aquele «mar de baga» da carta de Bianco, datada de 1436, já fora descoberta dos mareantes portugueses por essa época» (*Nuno Tristão e o Mar do Sargaço*, pp. 1-3).

encaminhou a uyagem daquelle nauyo, douidosos porem qual serya sua fim. Ca, em todos aquelles dous meses nunca ouuerom nhũa vista de terra, na fim dos quaaes cobrarom vista de hũa fusta, que era darmada, da qual se temerom muyto, pensando que era de mouros; mas, despois que souberom que era de hũu cossairo galego que se chamaua Pero Falcom, sobreueo em elles hũa noua ledice, e muyto mais quando lhe foe dicto que eram na costa de Portugal, atraues de hũu lugar do meestrado de Sanctiago, que se chama Sines.

E assy chegarom a Lagos, donde sse forom ao jffante, contarlhe o forte aqueecimento de sua vyagem, apresentandolhe a multidom das frechas com que seus parceiros morrerom, de cuja perda o jffante ouue grande desprazer, porque caasy os criara todos; ca, posto que bem creesse a ssaluaçom de suas almas, nom pode scusar tristeza daquella humanidade que ante a ssua presença, per spaço de tantos annos, fora criada. E assy, como ssenhor que sentya sua morte seer em seu seruiço, teue despois special cuidado das molheres e filhos daquelles.

115

1446

João Gonçalves Zarco, capitão da ilha da Madeira, envia novamente Álvaro Fernandes, seu sobrinho, à terra dos negros, em caravela sua, ordena-lhe avance o mais possível e procure obter presa notável com que Zarco testemunhe a sua gratidão a D. Henrique por o haver criado; em viagem directa ao Cabo Verde, Álvaro Fernandes e companheiros seguem dali até o Cabo dos Mastros e ainda 110 léguas para lá do Cabo Verde, com algumas saídas em terra, donde, pela doença de Fernandes, ferido pelos negros com seta envenenada, regressam ao reino pela ilha de Arguim e Cabo do Resgate, apenas com 5 cativos, mas recebem 100 dobras de D. Pedro e mais 100 de D. Henrique, além de outras mercês, por haverem sido quem, naquele ano, chegou mais longe na tarefa do descobrimento marítimo.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 87, segundo o códice de Paris, fls. 140 v.-42 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 179-80; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 14.

Hũa das cousas per que o nobre coraçom he conhecido assy he quando se nom contenta de pequenas cousas, buscando sempre melhorya, per que sua honra seia acrecentada antre os fectos dos nobres, assy na sua terra, como fora dela, o que justamente podemos dizer daquelle Joham Gonçalluez, capitam da jlha; o qual, nom seendo contente da outra vyagem que o sseu nauyo fezera, no outro anno aa terra dos negros (1), encaminhou outra vez denuyar alla aquelle meesmo Aluaro Ferrnandez, com sua carauella bem armada, encomendandolhe que todauya seguisse mais auante quanto podesse e que se trabalhasse de fazer algũa presa, cuja nouidade e grandeza podesse dar testemunho da boa voontade que elle auya de seruyr aquelle ssenhor que o criara (2).

Aluaro Ferrnandez tomou o fecto com boo encarrego, como aquelle que nom menos deseio tijnha de chegar ao fecto do que o seu tyo encarregaua. O nauyo abitalhado, fezerom vyagem dereitamente ao Cabo Verde, onde o outro anno tomarom os dous guineus de que ja fallamos em outro lugar (3), e dally passarom ao Cabo dos Matos (4) e fezerom ally pouso, por lançarem algũa gente fora. E, ssoomente por veerem a terra, juntaronse sete, os quaaes postos na praya, acharom rastro de homeens, que hyam per hũu caminho; e, sseguindo em pos elles, chegarom a hũu poço, onde acharom cabras, as quaaes parece que ally leixarom os guineus, e esto, segundo penso, que serya porque sentiryam que hyam despos elles.

Ataally chegarom os christãaos, porque nom teuerom ousyo de seguyr mais auante. E, sseendo tornados a ssua carauella, acrecentarom mais em sua vyagem e, lançando seu batel fora, acharom em terra esterco dallifante de tamanha grossura, segundo juizo daquelles que o viram, como podya seer hũu homem; e, por lhe nom parecer lugar aazado (5) pera fazer presa, tornaronse outra vez a ssua carauella. E, hindo assy per a costa do mar, nom passarom muytos dyas sairom outra vez em terra, na qual encontrarom hũa aldea, onde sairom os moradores della, come homeens que mostrauom que queryam defender suas casas, antre os quaaes vinha hũu bem adargado com hũa azagaya em sua mãao; o qual veendo Aluaro Ferrnandez, parecendolhe principal daquelles, foe rrijamente a elle e deulhe com sua lança tam grande ferida, que deu com elle

---

(1) No ano anterior, de 1445 (Cfr. o cap. 75 desta Crónica, em nossas pp. 40-43).

(2) Sobre Alvaro Fernandes veja-se a nota 1 das pp. 81-82 do nosso vol. 8.

(3) No supracitado capítulo 75.

(4) Cfr. a nota 5 ao dito capítulo, onde o Cabo dos Mastros já foi referenciado. Aqui, como lá, no manuscrito, *Cabo dos Matos*.

(5) O termo *aazado*, do manuscrito de Paris, falta nas anteriores edições da Crónica.

morto em terra, e tomoulhe a darga e a azagaya, a qual trouue ao jffante com outras cousas, como ao dyante sera contado (6).

Os guineus, veendo aquelle morto, sobresseuerom de sua peleia, nem os nossos nom viram tempo nem lugar pera os tirarem daquelle temor, ante se tornarom a sseu nauyo; e, no outro dya, forom a terra, algũu tanto dally mais afastados, onde viram andar certas molheres daquellas Guinees, as quaaes parece que andauam acerca de hũu esteiro, apanhando marisco, e tomarom hũa dellas, que serya de jdade ataa .xxx. annos, com hũu seu filho, que serya de dous, e assy hũa moça de xiiij°, na qual auya assaz boa apostura de nembros e ajnda presença razoada, segundo Guinee. Mas a força da molher era assaz pera marauilhar, ca, de tres que se ajuntarom a ella, nom auya hi algũu que nom teuesse assaz trabalho, querendoa leuar ao batel; os quaaes, veendo a deteença que faziam, na qual poderya seer que sobrechegaryam algũus daquelles moradores da terra, ouue hũu delles acordo de lhe tomar o filho e leuallo ao batel, cujo amor forçou a madre de sse jr apos elle, sem muyta prema dos dous que a leuauam (7).

Dally seguirom mais auante algũu spaço, ataa que acharom hũu rryo, no qual fezerom entrada com o batel, e em hũas casas que ally acharom filharom hũa molher (8); e, despois que a teuerom na carauella, tor-

---

(6) Já observámos, noutro lugar (*Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, p. 343), que não nos deu o cronista adiante, como promete, indicação destas coisas, — reservada possìvelmente, para o vol. 2 da Crónica, segundo opina BOURDON em ZURARA, *Chronique*, p. 242, nota 3.

(7) Nestas sortidas em terra, parece notar-se certo retraimento dos nossos navegadores em enfrentarem os indígenas, motivado talvez pelo desaire sofrido pela expedição anterior, a de Nuno Tristão.

(8) Aqui, na identificação do rio, surge problema idêntico ao daquele em que foram asseteados Nuno Tristão e companheiros; porém, agora agravado, por haver dois pontos geográficos a localizar: o rio em que Alvaro Fernandes foi ferido e o limite máximo da sua viagem, por ZURARA situado este a 110 léguas a sul do Cabo Verde. Ao rio em causa deu BARROS o nome de *Tabite*, localizado pelas cartas de Luís Teixeira e de Albernaz, do século XVII, ao sul do Cabo de Sagres e por BOURDON identificado com o actual *Rio Forekaria*, «qui se trouve à quelques 130 lieues du cap Vert, alors que, selon ce que dit plus loin Zurara, le point extrême atteint par Alvaro Fernandes après avoir été blessé dans le fleuve en question n'en était éloigné que de 110 lieues, et se trouvait donc encore à environ 70 lieues au nord de la Sierra Leone» (*Chronique* cit., nota 4 da p. 242). Trata-se, porventura, do *Rio Caabite* de PACHECO PEREIRA (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 3) ou do *Ryo de cabitos* de VALENTIM FERNANDES (*O Manuscrito*, p. 88), até porque, como é sabido, nos manuscritos da época fàcilmente se confunde o *t* com o *c* minúsculos. Ventilado o assunto modernamente por ARMANDO CORTESÃO, DUARTE LEITE, MAGALHAES GODINHO, DIAS DINIS, TEIXEIRA DA MOTA, JAIME CORTESÃO, LEON BOURDON e DAMIÃO PERES, — todos, evidentemente, com a preocupação de contribuirem para a possível solução dos problemas, — parece prevalecer a derra-

Copyrighted material

narom outra vez ao rryo, com entençom de sobirem mais auante, pera trabalharem de fazer algũa boa presa. E, jndo assy seguindo sua vyagem, vierom sobre elles quatro ou cinquo barcos de guineus, corregidos come homeens que queryam defender sua terra, cuja pelleia os do batel nom quiserom sperimentar, veendo a grande auantagem que os contrairos tijnham, temendo sobretodo o grande perigoo que auya na peçonha com que tirauam.

E começarom de sse recolher o milhor que poderom pera seu nauyo; mas, veendo como hũu daquelles barcos se adyantaua muyto, voltarom sobre elle, o qual, tornando pera os outros, querendo os nossos chegar a elle ante que se acolhesse (9), porque parece que era ja afastado boa parte da companhia, chegousse o batel tanto, que hũu daquelles guineus fez hũu tiro contra elle e acertousse de dar com a frecha a Aluaro Ferrnandez, per a perna; mas, porque elle era ja auisado de sua peçonha, tirou aquella frecha muyto asinha e fez lauar a chaga com ourina e azeite, desy huntouha muyto bem com teriaga e prouue a Deus que lhe aproueitou, como quer que sua saude passasse per gram trabalho, ca certos dyas esteue em passo de morte.

Os outros da carauella, ajnda que seu capitam assy vissem ferido, nom leixarom porem de seguyr auante per aquella costa, ataa que chegarom a hũa ponta darea, que se fazia em dereito de hũa grande enseada, onde poserom seu batel fora, e forom dentro, pera veer a terra que acharyam; e, seendo a uista da praya, viram vijnr contra elles bem Cxx guineus, hũus com dargas e azagayas, outros com arcos. E, tanto que forom acerca da augua, começarom de tanger e bailar, come homeens afastados de toda tristeza. E os do batel, querendo scusar o conuite daquella festa, tornaronse pera seu nauyo. E era esto aallem do Cabo Verde Cx legoas. E toda sua rota he geeralmente ao sul.

E esta carauella foe mais longe este anno que todallas outras, pello qual lhe foe dado, de grado, duzentas dobras, a saber, cento que lhe mandou dar o jffante dom Pedro, que entom era rregente, e outras cento que ouuerom do jffante dom Henrique. E ajnda, se nom fora a jnfyrmidade dAluaro Fernandez, da qual foe muy apressado, a carauella seguira mais auante; porem, foelhe necessaryo de sse tornar daquelle postumeiro lugar que ja disse, vijndosse dereitamente aa jlha dErgym e dally ao Cabo

---

deira hipótese, a de TEIXEIRA DA MOTA: — «O rio onde o navegador foi atacado seria o *Rio Casamansa* e, a enseada final a extensa abra arenosa de *Varela*, que se alonga desde o Cabo Rôxo à foz do Cacheu» (*A descoberta da Guiné*, p. 283). Nesta hipótese, Alvaro Fernandes haveria sido o descobridor da Guiné Portuguesa actual, no ano de 1446.

(9) Aqui, nas edições anteriores e por erro de leitura ou má revisão na «princeps», *recolhesse*, por *acolhesse*, como se lê no manuscrito.

do Resgate, onde acharom aquelle Ahude Meimom de que ja fallamos per vezes em esta storya (10). E, como quer que nom trouxessem turgimam, porem, assy per seus acenos ouuerom hũa negra, que lhe os mouros derom por algũus panos que trazyam (11). E, sse tam pouco nom fora, muyto mais poderom auer, segundo o deseio que os mouros mostrauom.

E dally fezerom sua vyagem pera o rregno, onde ouuerom as dobras que ja disse e mais outras mercees do jffante seu ssenhor que, com sua vijnda, foe muy allegre, pella auantagem que fezerom em sua jda (12).

116

1446

Apesar do receio causado no reino pela morte de Nuno Tristão e companheiros, nove caravelas, capitaneadas por Gil Eanes, Fernão Vilarinho, Estêvão Afonso, Lourenço Dias, Lourenço de Elvas, João Bernardes e por escudeiro do bispo do Algarve, partem de Portugal para a terra dos negros; na ilha da Madeira juntam-se-lhes mais duas, chefiadas por Tristão da Ilha e por Garcia Homem, dirigem-se todas à ilha de Gomeira e depois atacam, sem êxito, a ilha da Palma, donde regressadas as da Madeira e a de Gil Eanes, avançam as restantes 60 léguas para além do promontório do Cabo Verde, entram em rio largo, em que se perde a caravela do bispo do Algarve contra banco de areia, mas saltam alguns dos mareantes em terra e, em pugna com os indígenas, são mortos dois portugueses e três estrangeiros; pelo que regressam os nossos pela ilha

---

(10) Nos caps. 35 e 77 da Crónica (o primeiro a pp. 303-05 do nosso vol. 8).

(11) A propósito deste termo de *turgimão* ou *intérprete* o qual, no singular e no plural, figura repetidas vezes na Crónica, sublinharemos que já em 30 de Junho de 1425 el-rei D. Afonso V de Aragão conferia aquele cargo a Francisco Cosco para a ilha de Ibiza, nas Baleares, cujo diploma principia pelos dizeres seguintes: — «Nos, Alfonsus, etc. Cum accedat pluries quod, jn jnsula Euice, aduenjunt et multociens adducuntur sarracenj et non est aliquis mediator seu torsimanus, de quo bene valeat confidj; confidentes ad plenum de fide, jndustria, sufficientia et legalitate vestri, fidelis nostri Franciscj Cosco, habitatoris dicte jnsule Eujce, vos jn mediatorem seu torsimanum jn dicta jnsula elegimus», etc. (ACA., *Cancillería Real*, Registo 3231, fl. 125 v.). No singular e no plural, o termo figura nos caps. 27, 28, 37, 75, 87, 88 e 94 da Crónica.

(12) Julgamos que dificilmente João Gonçalves Zarco podia oferecer ao infante D. Henrique, como desejava, mais agradável presente do que este avanço dos descobrimentos marítimos, efectuado sob a chefia de seu sobrinho e em caravela sua, armada à própria custa.

Copyrighted material

de Arguim e no Cabo do Resgate conseguem cativar 48 mouros, com que voltam ao reino, menos Estêvão Afonso, que vai à ilha da Palma e ali toma duas mulheres canárias.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 88, segundo o códice de Paris, fls. 142v.-45v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 180; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 14.

Como quer que as nouas da morte de Nuno Tristam posessem grande receo a muytas gentes do nosso rregno de quererem prosseguyr a guerra que tijnham começada, ca dezyan hũus contra os outros que era muy douidosa cousa cometer pelleia com homeens que tam claramente trazyam a morte consigo; porem, nom faleceo hi quem, com boa voontade, filhasse a empresa; ca, posto que o perigoo fosse tam manifesto, pera todo abastauam os coraçõoes daquelles que deseiauam cobrar nome de boos, e specialmente se mouyam a ello pollo conhecimento que auyam da voontade do jffante, veendo os grandes acrecentamentos que fazya aaquelles que se em ello trabalhauam, ca, segundo Vegecio, ally som os homeens fortes onde a fortelleza he gallardoada (1).

E porem se mouerom em este anno certos capitãaes com noue carauellas, pera jrem em aquella terra dos negros, dos quaaes o primeiro foe Gil Eanes, caualleiro, morador na villa de Lagos. E o segundo hũu nobre scudeiro, criado na camara do jffante de moço pequeno, o qual era hũu mancebo muy ardido e nom menos acompanhado doutras muitas vertudes, cujos fectos acharees mais compridamente na Cronica do Regno, specialmente onde se falla das grandes cousas que se fezerom em Cepta; e este auya nome Fernam Vallarinho (2). O terceiro era aquelle Steuam Affonso de que ja fallamos

---

(1) Informa BOURDON que debalde procurara em VEGECIO, *De Re militari*, esta máxima ou análoga.

(2) Nas restantes Crónicas de ZURARA não encontrámos o nome de Fernão Vilarinho, para cuja biografia podemos entretanto aduzir algumas achegas documentais. Julgamos tratar-se do Fernão Vilarinho, filho de Martim Vilarinho, frade do mosteiro de S. Salvador da Torre, e de Clara Anes, solteira, o qual foi legitimado por el-rei D. João I, em carta datada de Tui a 22 de Julho de 1436 (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 2, fl. 150 v.). Criado, pelo visto, desde miúdo, na câmara do infante D. Henrique, haverá sido seu moço da câmara e, em data desconhecida, tomou parte notável nos feitos de Ceuta, digna de ser registada na Crónica Geral do Reino, como aqui se afirma. Casado com Guiomar Simões, era, em 11 de Janeiro de 1457, escudeiro do infante D. Henrique, de quem então recebeu, de aforamento, por duas coroas anuais, para si, sua mulher e herdeiros, as azenhas henriquinas de S. Pedro,

em outros lugares desta nossa estorya, o qual leuaua sob sua capitanya tres carauellas (3). Ally era Lourenço Dyaz, de que ja falamos ante desto (4), e assy Lourenço dEluas e Joham Bernaldez, piloto, que leuauam cada hũu sua carauella (5). E era ajnda em esta companhya hũa carauella do bispo do Algarue, de que era capitam hũu seu scudeiro (6).

As quaaes, por ordenança do jffante, se forom aa jlha da Madeira, pera receberem ally suas bitalhas. E da dicta jlha partirom com estas carauellas que de ca forom dous nauyos, a saber, hũu de Tristam, hũu daquelles capitãaes que ally morauom, de que elle meesmo leuaua capitanya, e outro em que era Garcia Homem, jenro de Joham Gonçalluez Zarco, que era o outro capitam (7). E assy, fazendo todos juntamente sua vyagem, chegarom aa jlha da Gomeira, onde poserom os xix canareos que forom leuados sobre segurança, como ja teendes ouuydo atras (8). E tomarom esso meesmo certos homeens que ally ficarom, assy da casa do jffante como da jlha da Madeira.

Nos, disserom aquelles dos nauyos contra os canareos daquella terra, queryamos tentar a jlha da Palma, pera veer se poderyamos fazer algũa presa, em que fezessemos seruiço ao jffante nosso ssenhor, e queremos saber se, por nosso milhor auyamento, vos prazera de nos dardes algũus

---

no rio de Lagos (ANTT., *Guadiana*, liv. 3, fl 59 v.). Falecido já o Navegador, Fernão Vilarinho recebeu de el-rei D. Afonso V as casas do infante D. Henrique em Lagos, em satisfação da divida daquele de 44.750 reais brancos, pelo serviço que lhe prestara e ao monarca e ainda por haver sido o maior licitante das mesmas (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 114, e *Guadiana*, liv. 4, fl. 24 v., — editada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos* vol. 1, pp. 469-70). Enfim, em 14 de Janeiro de 1466, Fernão Vilarinho houve também de el-rei aforamento da azenha de Arão, no termo de Silves, a qual lhe havia sido emprazada em três vidas pelo falecido infante D. Henrique (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 113 v., liv. 38, fl. 48, e *Guadiana*, liv. 4, fl. 59 v.).

(3) Nos caps. 19, 51 e 60 da Crónica, — a pp. 175-79 e 336-41 do nosso vol. 8, e pp. 7-11 do presente volume.

(4) Nos caps. 33, 52, 53, 59, 63 e 64 da Crónica, — a pp. 299-301 e 341-43 do nosso vol. 8, e pp. 14-15 do presente volume.

(5) Sobre Lourenço de Elvas, apenas neste lugar referenciado pelo cronista, não encontrámos qualquer documento nos registos régios. A João Bernardes aludiu já a Crónica, nos caps. 19 e 21, — a pp. 175-79 e 182-84 do nosso vol. 8; e, como já sublinhámos em a nota da p. 173 do citado volume, João Bernardes, besteiro da câmara do infante D. Henrique e morador em Castro Marim, foi privilegiado pelo regente do reino em 27 de Agosto de 1445 (Cfr. o DOC. 38 do presente volume).

(6) Em 1446 era bispo de Silves, no Algarve, D. Rodrigo Dias, ex-deão de Braga, o qual, por direito, regeu aquela diocese de 22 de Maio de 1441 a 26 de Janeiro de 1450 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 2, p. 237), embora, de facto, por oposição do regente D. Pedro, só tardiamente a haja ocupado (Cfr. os DOCS. 157 a 159, 193 e 194 do nosso vol. 7).

(7) Sobre Tristão da Ilha, Garcia Homem e João Gonçalves Zarco vejam-se as notas 5 da p. 297, e 9 e 11 da p. 340 do nosso vol. 8.

(8) No cap. 69 da Crónica, — a pp. 28-29 do presente volume.

Copyrighted material

de uos outros que nos queiram ajudar. Ja sabees, responderom os canareos per seus turgimãaes, que todo o que por seruiço do jffante for que o faremos com todo nosso poder. E bem he que forom assy todos aa dicta jlha, mas sua jda nom prestou nada, porquanto os canareos eram auisados, per vista que ouuerom da carauella de Lourenço Dyaz, que ally chegara ante algũus dyas.

E, despois de seu grande trabalho, que acerca dello ouuerom, visto como nom podyam fazer presa, tornaronse as duas carauellas da jlha e tambem Gil Eanes, aquelle caualleiro de Lagos. E os outros forom sua vyagem, atee chegarem allem do Cabo Verde Lx. legoas, onde acharom hũu rryo que era assaz de boa largueza, no qual entrarom com suas carauelas. Mas, nom foe aquella entrada muy proueitosa pera a carauella do bispo, porquanto se acertou de topar em hũu banco de area, de que abryo per tal guisa, que a nom poderom dally mais tirar; pero, scaparom as gentes com todallas outras cousas que lhes della prouue tirar (9).

Mas, enquanto se algũus em esto ocupauam, Steuam Affonso e seu jrmãao forom em terra, cujos moradores eram em outra parte; e, com entençom de os jr buscar, partiram dally, guyandosse per algũu sentido que auyam do rastro que achauam acerca do lugar. E, sseguindo assy per seu caminho algũa peça, disserom que achauam a terra com grandes sementeiras e muytas aruores dalgodom e muytas herdades sementadas darroz e assy outras aruores de desuairadas maneiras. E diz que toda aquella terra lhe parecia a maneira de pauues.

E parece que se adyantara DiegAffonso ante os outros e com elle .xv. daquelles que mais traziam o deseio prestes de chegar a algũu fecto, antre os quaaes era hũu moço da camara do jffante, que se chamaua Joham Villes, que antre aquelles hia por scriuam (10). E, entrando assy per hũu aruoredo de grande spessura, sairom a elles, de reues, os guineus

---

(9) Discute-se a localização deste rio, que TEIXEIRA DA MOTA julga ser o Gâmbia (*Descoberta da Guiné*, pp. 283-91).

(10) Diogo Afonso, criado do infante D. Henrique, como se declara nos caps. 29 e 32 da Crónica, e referenciado noutros da mesma, teve nomeação régia, em 31 de Janeiro de 1452, para escrivão da Redinha e das sisas de Sosa e, em 1 de Fevereiro seguinte, para escrivão da coudelaria da Redinha por cinco anos (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 141). João Viles apenas é citado neste capítulo da Crónica. Julgamos tratar-se do João Fernandes Vilas ou de Viles dos documentos, a quem el-rei D. Duarte, em 3 de Novembro de 1438, sendo ele escrivão do almoxarifado de Portalegre, doou 100.000 libras, por haver estado no cerco de Tânger, mercê que lhe foi confirmada pela regência do reino a 25 de Maio de 1439 (*Chanc. cit.*, liv. 19, fl. 1 v.), que em 6 de Abril de 1442 era escudeiro do infante D. Henrique e então nomeado juiz de Serpa (Cfr. o DOC. 209 do nosso vol. 7) e que em 29 de Maio de 1450 é dito cavaleiro da casa do citado infante, ao receber de el-rei, desde 1 de Janeiro anterior em diante, a tença anual de 2.857 reais brancos, no almoxarifado de Portalegre (*Ibi*, liv. 34, fl. 99 v.).

com suas azagayas e arcos, chegandosse a elles quanto mais podyam. E assy quis a uentura que, de sete que forom feridos, os cinquo ficarom logo ally mortos, dos quaaes os dous eram portugueeses e os tres strangeiros (11).

E, estando assy o fecto em este ponto, chegou Steuam Affonso com os outros que vijnham detras, o qual, veendo o perijgoso lugar em que eram, recolheos todos o milhor que pode, no qual recolhimento ouuerom assaz trabalho, ca os guineus eram muytos e com armas tam empeeciuees como veedes que eram aquellas que em tam breue matauam os homeens com ellas; onde receberom auantagem de louuor quatro mancebos, que forom criados na camara do jffante, dos quaaes o principal era aquelle Diego Gonçalluez, nobre scudeiro, de cuja vertude ja em outras partes leixamos fallado (12). Era o outro hũu Henrique Lourenço, tambem mancebo deseioso de fazer por sua honra. Hũu dos outros dous auya nome AffonsEanes e outro FernandEanes (13). E, tanto que forom em suas carauellas, teuerom seu conselho, no qual acordarom de sse tornar, visto como ja eram descubertos, e mais que tijnham seus nauyos empachados com as guarniçõoes que tirarom da carauella do bispo.

Mas, que elles esto assy dissessem, eu me tenho mais que a principal causa de sua partida foe o temor dos jmijgos, cuja perijgosa pelleia era muyto de rrecear a qualquer homem entendido, porque nom se pode chamar verdadeira fortelleza, sem outra mayor necessidade que elles tijnham, quererem tomar contenda com quem sabyam que lhes tanto dano podya fazer. Ally ficarom os corpos daquelles mortos antre a espessura daquellas aruores e as almas forom veer as cousas do outro mundo, as quaaes a Deus praza que, se ajnda nom som no sancto regno, que as leue pera sy. E, por piedade, uosoutros, que a christãa religiom

---

(11) No cap. 4 da Crónica, ZURARA, referindo-se ao infante D. Henrique, escreveu: — «Sua casa foe hũu geeral acolhimento de todollos boons do rregno e muyto mais dos estrangeiros, cuja grande fama fazia acrecentar muyto em suas despesas. Ca, comunalmente se achauam em sua presença desuairadas naçõoes de gentes tam afastadas de nosso huso, que casy todos o auyam por marauilha, dante o qual nunca nhũu soube partyr sem proueitosa bemfeiturya». Neste cap. 88 e no 94 vemos os estrangeiros admitidos pelo infante em sua tarefa ultramarina. As condições postas aos mesmos por D. Henrique foram registadas por CADAMOSTO, *Viagens*, pp. 88-89.

(12) Criado na câmara de D. Henrique, pelo autor referenciado nos caps. 56-57 e 68 da Crónica, — a pp. 351-54 do nosso vol. 8, e pp. 1-2 e 22-27 do presente volume —, sobre o qual se pode ver a nota 5 da p. 353 aduzida.

(13) Apenas nomeados os três neste passo da obra. Em 1 de Julho de 1450 foi privilegiado Afonso Eanes, besteiro do infante D. Henrique, residente em Palhais (*Ibi*, liv. 34, fl. 182 v.); e, em 29 de Janeiro de 1453, foi aposentado homónimo cozinheiro-mor do Navegador (*Ibi*, liv. 10, fl. 2).

Copyrighted material

manteendes, dizee senhas oraçõoes ca, rogando por elles, por vos meesmos requerees.

E, tornandosse as carauellas, como tijnham acordado, chegarom aa jlha dErgim, por se proueerem da augua que auyam mester. E dally ouuerom conselho de sse jr ao Cabo do Resgate, onde forom em terra, e acharom rasto de mouros. E, como quer que, por rezom da calma, sua jda em terra fosse muy perijgosa, consijrando como tornauam sem presa pera o rregno, forom costrangidos de sse despoer ao perigoo, e desy começarom de sseguyr aquele rastro, entanto que, passadas duas legoas, chegarom aos mouros, onde, com seu pouco trabalho, tomarom delles Rviij°. E dally acordarom de se vijnr dereitamente pera o rregno, como de fecto fezerom, soomente Steuam Affonso, que se veo aa jlha da Palma, na qual saindo em terra com a mayor parte daquelles que consigo leuaua e acertousse de toparem logo com algũus canareos, dos quaaes filharom duas molheres, o que nom ouuera de passar sem grande e danoso retorno dos contrairos, ca uoltarom sobre os nossos que traziam a presa. E assy os cometyam de rrijo, que algũus hi auya que de boamente leixarom a parte daquelle gaanho a quem os segurara da perda.

Mas aquelle esforçado e boom scudeiro Diego Gonçalluez, nom se esqueecendo de sua fortelleza, muy rrijamente tomou hũa beesta das mãaos a hũu daquelles beesteiros que leuauom e assy meesmo o coldre com o almazem e meteosse antre os nossos, tirando aos canareos. E assy se trabalhou de empregar seus tiros, que em muy breue matou sete daquelles contrairos, antre os quaaes foe morto hũu rrey delles, o qual foe conhecido por hũa palma que trazia na mãao, ca assy parece que he o costume antre elles, que o rrey aja aquella priminencia antre os outros. E, como veedes que antre todollos homeens he natural cousa que quando o principal fallece todollos outros se afastam, veendo aquestes como seu capitam era morto, cessarom de sua contenda, dando lugar aos nossos que se recolhessem; e assy vierom pera o rregno com sua presa, como quer que hũa daquellas canareas lhe morresse ante que saissem do mar aa vila de Lagos.

117

1446

Obtida licença e ajuda do infante D. Henrique, Gomes Pires, patrão de el-rei, com mais 20 homens partem em duas caravelas para o Rio do Ouro, aonde em 1445 ficara de voltar para negociar com os mouros; avitualhadas aquelas na ilha da Madeira, abala Gomes Pires na mais pequena e confia a outra a João Gorizo,

Copyrighted material

moço da câmara do infante, que ia como escrivão; avança a primeira, atinge o Porto da Caldeira, na entrada do esteiro ou Rio do Ouro, onde debalde aguarda 21 dias a chegada dos mercadores mouros, após o que ataca povoação do fundo do mesmo esteiro e cativa 8 indígenas.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 89, segundo o códice de Paris, fls. 145 v.-48 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 181; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Vjndo este anno de iiij^{c} Rvj, nembrousse Gomez Pirez do que leixara dicto aos mouros quando, no outro anno, chegara ao Ryo do Ouro (1). E, porque sem licença e ajuda do jffante nom podya passar em aquella terra, começou de o requerer que o encaminhasse como podesse passar onde aos mouros ficara que tornasse (2); e, leixando algũas outras razõoes que se antre elles passarom, o jffante lhe outorgou a licença e lhe fez prestes duas carauellas, a saber, hũa tilhada e outra de pescar (3), nas quaaes eram .xx. homeens e com Gomez Pirez eram .xxj., antre os quaaes era hũu moço da camara do jffante que se chamaua Joham Gorizo, o qual leuaua carrego de screuer todallas receitas e despesas dos mouros (4). E ja era cousa acustumada a todollos nauyos que o jffante mandaua, quando partyam deste rregno, jrem primeiramente aa jlha da Madeira, pera receberem suas bitalhas.

---

(1) Cfr. a nota 4 ao cap. 29 da Crónica, a p. 353 do nosso vol. 8, e ainda o cap. 63 da mesma, a pp. 11-13 do presente volume, onde se afirma que em 1445 Gomes Pires prometeu voltar em Julho ao Rio do Ouro.

(2) Nos termos do DOC. 62 do nosso vol. 8.

(3) Sobre estas caravelas podem ver-se: QUIRINO DA FONSECA, *A caravela portuguesa*, pp. 400-02; LEITÃO e LOPES, *Dicionário da linguagem da Marinha antiga e actual*, pp. 106 e ss.; e CARBONELL PICO, *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*, pp. 73 e ss.

(4) João Gorizo, de Gorizo ou ainda João Afonso de Gorizo aparece também como escrivão do infante D. Henrique nos anos de 1457 a 1460 e, como testemunha, no Escrito das Capelanias apenso ao derradeiro testamento henriquino (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 542, 570, 588 e 592). Por morte do Navegador e já em 7 de Julho de 1466, vemo-lo escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, que então o nomeou almoxarife de Beja (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 113); e, em 18 de Outubro de 1471, sendo ele ainda escudeiro régio, almoxarife da dita cidade e genro de Mem Gonçalves, teve de el-rei carta de perdão (*Ibi*, liv. 17, fl. 93 v., e *Estremadura*, liv. 5, fl. 162). É possível que houvesse sido filho do João Afonso de Gorizo a que se refere o DOC. 43 do nosso vol. 8 e que a 9 de Maio de 1435 é dito cavaleiro (ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 118, maço 1, doc. 23).

E, tanto que ally chegarom, fallou Gomez Pirez com aquelle scriuam, dizendo como elle se querya logo partyr caminho do Ryo do Ouro, na carauella mais pequena, e que Joham Gorizo ficasse na outra, recebendo essas cousas que auya de leuar, e que quando ja chegasse, teerya elle seu trauto acertado com os mouros. Partida assy a primeira carauella, chegarom aa entrada do Ryo do Ouro, onde sobresseuerom sobre suas ancoras algũu spaço. Vaamos, disse Gomez Pirez contra aquelles que leuaua, ao cabo deste rryo, onde eu fiquey no outro anno aos mouros que fosse fazer a mercadarya, ca nom auemos pera que estar aquy, pois que os mouros nom parecem.

E, sseguindo sua vyagem pera alla, chegarom a hũu porto que se chama o Porto da Caldeyra, no qual lançarom suas ancoras (5). E, porque os mouros ouuessem sentido de sua vijnda, no outro dya que ally chegarom Gomez Pirez mandou fazer hũa fumaça em hũu outeiro que estaua junto com o porto. E, porque vyo que nom vijnham em aquelle dya, mandou fazer outra e assy outras, de noite e de dya, ataa que, passados tres dyas, os mouros começarom de vijnr, com os quaaes Gomez Pirez começou de fallar per seus entrepetadores, requerendolhe que fezessem ally trazer algũus guineus, pollos quaaes lhe daryam troco de pano (6). Nos, responderom elles, nom somos mercadores nem os teendes aquy acerca, ante som pella terra dentro, a trautar suas mercadaryas; como quer que se o elles soubessem, muyto se trabalharyam por vijrem aquy, ca som homeens abastantes, assy de guineus como de ouro e doutras algũas cousas, de que poderiees seer bem contentes.

Pois, disse Gomez Pirez contra algũus daquelles, que lhes rogaua que os fossem chamar e que lhes darya certo preço por ello; mas os mouros recebeerom (7) o preço, fingendo que os hyam chamar, e, aa

---

(5) Segundo BOURDON (em ZURARA, *Chronique*, p. 249, nota 4), o *Porto da Caldeira*, topónimo incontestàvelmente de origem portuguesa, ou *Puerto de la Caldera* corresponde ainda hoje à parte nordeste do fundo do Rio do Ouro. A propósito observa RUMEU DE ARMAS: — «Desde 1441 a 1446 se llevan a cabo (os os pilotos portugueses) otra serie de expediciones de penetración interior, al mismo tiempo que, con independencia de ellas, proseguía el periplo africano. El objectivo de casi todos estos viajes político-comerciales era la ensenada de Río de Oro. Entre estas empresas de exploración o reconocimiento terrestre se pueden señalar las de Antão Gonçalves, en 1441 y 1443, respectivamente; la de este mismo capitán junto con Gomes Pires y Diego Afonso en 1445; la cuarta, de Antão Gonçalves, em 1446, y la de Gomes Pires en este mismo año» (*España en el Africa atlántica*, tomo 1, p. 83) A conclusão do autor, em seguida a estes dizeres, é que não nos parece provável, como observámos já noutro lugar (Cfr. a nota da p. 181 do nosso vol. 8).

(6) Gomes Pires, patrão de el-rei, já em 1444 negociara com pano no Rio do Ouro (Cfr. a nota 1 ao DOC. 152 do nosso vol. 8).

(7) No ms. *recebrerom*.

fim, nunca se dello quiserom empachar, entanto que Gomez Pirez aguardou ally per spaço de xxj. dyas. E em tamanha fiança se poyam os mouros com elles, que de boamente se metyam cinquo e seis na carauella. E entretanto sobrechegou a outra, em que hya Joham Gorizo, que ficara na jlha. Passados os xxj. dyas, veendo Gomez Pirez como lhe os mouros bulrauom e que nom queryam jr chamar os mercadores, disselhes que ateelly os teuera seguros, em nome do ssenhor jffante, sseu ssenhor, e que, pois elles nom trautauom verdade, que, dally auante, se guardassem delle, auendo o sseguro por acabado.

E assy lançou logo fora todollos que tijnha na carauella; desy fez vela, afastandosse dally quatro legoas contra a outra parte do rryo (8), onde estando no outro dya que ally chegara, vyo como vijnham dous mouros contra a rribeira, os quaaes, per seu mandado, em breue forom filhados. Gomez Pirez fallou com elles a de parte, preguntandolhes se sabyam nouas dalgũus outros mouros que ally fossem acerca. Sabemos, responderom elles, que dez som jdos a hũa jlha que esta no cabo deste rryo (9) e que, hi preto, esta hũa pouoraçom em que auera quareenta ou cinquoenta almas. Hora pois que assy he, disse Gomez Pirez contra Joham Gorizo, fazeeuos prestes seis de uosoutros e tomaae hũu desses batees e saij em terra, em busca daquelles mouros que me este diz que forom aa jlha, e auisaaeuos, disse elle, que tenhaaes maneira de os filhardes ante que se lancem a augua, porque ey nouas que todos som muy grandes nadadores e poderuoshyam scapar, se dello nom fossees auisados.

Partironse assy aquelles e Gomez Pirez fez aparelhar outro batel, no qual meteo xj homeens consigo e sahio em terra, onde lhes fallou em esta guisa: amigos, bem veedes como somos vijndos a esta parte principalmente por fazer seruiço a Deus e desy ao senhor jffante nosso ssenhor, nom sem proueito de nosso retorno. E, porque soube que em dereito daquella jlha, a que tenho enuyados aquelles outros nossos parceiros, sta hũa aldea, em que auera quareenta ou cinquoenta almas, antre os quaaes, por muytos que hi aja de pelleia, seram de xx ataa xxv, e bem creo que,

---

(8) Gomes Pires, como também já observou BOURDON, dirige-se assim para a entrada do esteiro do Rio do Ouro, dito por DUARTE PACHECO PEREIRA à «maneira de laguo», centrado por «hũa ilha», tendo aquele de comprido «quatro ou sinco leguoas» e a entrada sul muito baixa (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 23). Cfr. também *O Manuscrito*, p. 40, onde tão-pouco se dá nome ao ilhéu em causa, mas em que se afirma que «no ylheo que tem o rryo fez despois o jffante (D. Henrique) hũa torre, que esta oje neste dia», portanto ainda no século XVI. O ilhéu é identificado por BOURDON com o actual *Herné* (*Chronique* cit., p. 250, nota 2). A mesma ilha ou ilhéu, também sem o nomear, alude ainda o Roteiro editado em *O Manuscrito*, p. 214.

(9) A referida em a nota anterior.

Copyrighted material

se a elles formos como deuemos, que faremos em elles presa sem grande nosso perigoo; porem, meu conselho he que nos vaamos logo a elles, porque, se algũu dos da jlha scapar, nom possa dar nouas de nossa vijnda, pella qual se possam auisar e fogyr. Esto vos faço saber como homem que quer vosso conselho e prazimento.

Pera que he, responderom os outros, mais falla nem conselho, senom hij com Deus pera onde quiserdes e nos vos seguiremos, como he rezom; ca, pera hũu homem de tal autoridade como vos e que tantas cousas perijgosas teendes vistas e passadas no mar e fora delle, escarnho serya pensar algũu de nos de correger no que uos teuessees determinado. E, leixando assy aquestes em sua boa determinaçom, fallemos dos seis que forom aa jlha, os quaaes poserom toda sua força em remar seu batel, por chegarem aaquela jlha ante que a maree vazasse, porque os mouros, de baixa mar, se podyam bem sayr (10).

E, sseendo acerca della, acordarom que quatro saissem fora e dous fossem no batel ao longo da terra, por tal que se os mouros se quysessem lançar a augua, que os podessem bem tomar e que, se er (11) comprisse de saltarem fora, pera ajudar seus parceiros, que o podessem fazer. E, jndo assy os quatro per terra, ouuerom os mouros vista delles e, ou por seerem homeens esforçados ou por entenderem que tijnham auantagem, forom logo contra os christãaos, remessando suas azagayas nom muy longe delles, as quaaes lhes forom recebidas nos scudos, e desy vierom aa pelleia, na qual se os quatro tijnham auantajadamente com elles; mas os dous que eram no batel viram muy bem o trabalho de seus parceiros e saltarom em terra, pera os ajudar, cuja vijnda foe aos contrairos causa de veencimento, começando logo de se retraer, ataa que se desposerom de todo a fogyr. E de dez que os mouros eram, os dous que se quiserom lançar a augua, ou por nom saberem bem nadar ou por outro algũu empacho, forom logo afogados.

E porque os christãaos viram que se lançauam a augua, saltarom em seu batel e, assy dentro como fora, tomarom os oito. E, teendoos assi atados, disse Joham Goryzo contra os outros, vaamos a terra contra onde vimos jr Gomez Pirez no outro batel; ca, certamente elle, que logo partyo despos nos, nom foe al senom que quis entretanto dar na aldea que lhe os mouros disserom que ally estaua e, pois nos ja teemos acabado nosso encarrego, vaamollos ajudar, ca perventura lhe sera necessaryo ou siquer ao menos sentiram nossas boas voontades. E esto dizia Jhoam

---

(10) «Dans le nord-ouest de l'île Herné, — informa BOURDON — il existe en effet des bas-fonds guéables à marée basse» (*Lug. cit.*, nota 3).

(11) Este advérbio *er* do manuscrito, por *ainda*, *também*, etc., falta nas anteriores edições da Crónica.

Gorizo, porque quando elles hyam pera a jlha, bem viram o outro batel a uyagem que leuaua. O qual conselho todos ouuerom por boo. E, leixando estes agora jr a sseu caminho contra onde Gomez Pirez vay, fallemos do acontecimento dos outros.

118

1446

Gomes Pires e companheiros saltam em aldeia do Rio do Ouro, onde tomam 21 indígenas e depois mais 31, noutra povoação do mesmo esteiro.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 90, segundo o códice de Paris, fls. 148-49.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 181; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Tornando agora ao feito de Gomez Pirez, ajamos aquelle conselho por acabado e tenhamos que vãao seu caminho, guyandosse per aquelles mouros, per cuja lingoa se mouerom partyr de seu nauyo. E foe assy que, jndo elles ia acerca donde lhe disserom que a aldea estaua, viram os mouros como sahyam de seu alloiamento, os quaaes veendo Gomez Pirez braadou rrijamente aos outros que os seguissem. Corree, disse elle, ca toda nossa vitorya esta na ligeyrice de nossos pees, segundo veedes que se os jmijgos começam daparelhar. O qual mandado era sobeio nas orelhas daquelles que, ajnda se a primeira pallaura nom dezia, ja elles eram antre os mouros. E, chamando Santyago e Portugal, em muy breue saltarom em meyo da aldea onde, no primeiro golpe, prenderom .xxj. daquelles, antre homeens e molheres e moços; pero, creo que os mais seryam daquelles que nom podessem fogyr, ca dos doze christãaos que ally chegarom, quatro se apartarom a correr tras aquelles que fogyam, cujo trabalho prestou pouco, ca nunca poderom chegar a elles, pera os filhar, ataa que lhes a força começou de fallecer, e encaminharom de sse tornar.

E elles, contentes de sua vitorya, tornandosse pera seus nauyos, chegarom aos outros que vijnham pera os ajudar, e ajuntousse ally hũa ledice caasy por jgual; porque cada hũus em sua parte eram contentes da uitorya que receberom e muyto mais porque fora sem algũa sua perda. E assy forom pera seus nauyos, onde repousarom com essa vyanda que

tijnham, apresentando hũus aos outros com boas voontades, como se faz em taaes lugares onde sobrechegam semelhantes encontros. E, porque se diz, em comũu prouerbyo, que homem pobre com pouco se allegra, Gomez Pirez nom se quis de todo leixar em repouso com esta vitorya, contentandosse do que ja tijnha. Mas, entretanto os outros estauam em seus fallamentos, apartou hũu daquelles mouros, preguntandolhe se sabya parte dalgũa pouoraçom que preto esteuesse. O qual lhe respondeo que nom sabya senom hũa, mas que era dally seis legoas, na qual auerya bem cento almas. Pois, disse Gomez Pirez, assy podem seer iij.ᶜ, ca todauya jremos a elles, pois ja neeste mester estamos. E assy de supito, mandou fazer vella, fazendo guyar seus nauyos contra onde o mouro mostraua que a aldea jazia.

E quando sentyo que serya ja quatro legoas donde ante partira, fez lançar seu batel em terra com .xvij. homeens, daquelles que sentyo que milhores e mais despachados eram, e os tres leixou em guarda das carauellas. Desy, fez poer o mouro por guya dyante. E, porque parece que hyam de noite e o mouro nom sabya bem o certo onde a pouoraçom jazia, soomente quanto esmaua o geito, passauam ja por ella, se nom fora o ladrido de hũu cam, per cuja voz sentiram o lugar onde os mouros jaziam, e voltarom sobre elles; mas, quando ja chegarom a aldea, começaua damanhecer, de guisa que parte dos mouros eram ja partidos pera fora. Empero, com seu acostumado apellido, chegarom sobre o lugar e, sem nhũa defesa que os mouros posessem sobre ssy, prenderom .xxxj. E esto creo que serya porque parece que os mayores e princypaaes eram ja fora e os outros que ficarom eram velhos e molheres e moços, aos quaaes logo preguntarom que era dos outros que se dally partiram. Som, disserom elles, daquy tres legoas, contra a praya do mar, onde forom em busca de mantijmento, pera sy e pera nos.

Hora que sera, disse Gomez Pirez, ca minha entençom he que nos vaamos a elles ca, pois ja despostos somos a este trabalho, erro serya nom lhe darmos fim; porem, comee algũa cousa, se a trazees, per que recebaaes algũu descanso, e tomemos algũu daquestes que nos encaminhe pera onde aquelles mouros estam. Bem ouue hi algũus que quiseram de boamente folgar, se os nom forçara o empacho do capitam e doutros algũus que acordauom com a ssua tençom. Tomaae, disse Gomez Pirez contra Joham Ferrnandez — aquelle boo scudeiro de que ja fallamos que andara sete meses em aquella terra (1) —, dous homeens desta companhya e encaminhaae estes mouros pera os nauyos e nos jremos em busca dos outros que daquy partiram ante que oje chegassemos.

(1) Cfr. os caps. 29, 32 e 77 da Crónica.

119

1446

Quando João Fernandes, João Bartolomeu e Lourenço Eanes conduziam os cativos das aldeias do Rio do Ouro para os navios, depararam com cinco mulheres, que aprisionam e juntam àqueles.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 91, segundo o códice de Paris, fl. 149 r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 181; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Indo assy Joham Ferrnandez sua vyagem, com seus prisoneiros ante ssy, nom muyto seguro de achar algũus contrairos que perventura lhe fezessem perder sua presa, sguardando pera todallas partes, porque a terra era chãa, acertousse de veer ao longe cinquo pessoas que vijnham contra elle, de cuja vista foe muy allegre, porquanto lhe pareceo que se vijnham dereitamente a elle; porem, começou de consijrar em ello. Hora, disse elle contra os outros, vos ja veedes aquelles mouros como se veem dereitamente a nos? Elles me parece que som cinquo e nos somos tres, dos quaaes he necessaryo que hũu de nos guarde os presos.

Vos, Joham Bertollameu, disse elle, ficaae com elles detras e LourencEannes e eu jremos aaquelles que veem, e vaamos logo dereitamente de rostro a elles; porque quanto mais arredados daquestes pelleiarmos, tanto sera mais nossa auantagem, porque poderya seer que se mesturaryam com aquestes que teemos e serya aazo de sse soltarem algũus. E em esto começarom de seguyr dereitamente aaquelles que vijnham, pensando que eram mouros de pelleia, o que acharom muyto pello contrairo, ca todas cinquo eram molheres, as quaaes receberom com leda voontade, como cousa que tam sem trabalho acrecentaua em seu cabedal; desy leuaronnas com os outros a sseus nauyos.

Copyrighted material

120

1446

Gomes Pires e outros, que haviam abalado em busca de novas aldeias do Rio do Ouro, aprisionam mais 7 indígenas que, com os anteriores, perfazem a soma de 79 almas, para cujo alojamento se desfazem da carga de sal que tinham levado, e, falhos de mantimento, especialmente de água, regressam a Lagos, em cujo termo, na Mexilhoeira, se encontrava o infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 92, segundo o códice de Paris, fls. 149 v.-50 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 182; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Seguyo assy Gomez Pirez sua vyagem, segundo ouuystes que dissera aos outros, despois que chegarom a aldea. E, sseendo ja afastado per boo spaço do lugar donde fezerom a presa, vyu hũu mouro que vijnha en cima dhũu asno, o qual parece que partira donde os outros mouros ficarom. E, tanto que o mouro ouue vista dos nossos, lançousse de seu asno e começousse de tornar, correndo pera onde leixara os parceiros. E porque a terra era chãa e o mouro vijnha folgado e ouuera vista de muy longe donde os nossos vijnham, e com todo esto os christãaos, que eram muy trabalhados, pollo grande trabalho e perdimento de sono que ouuerom dous dyas auya, nom o poderom seguyr. Empero, leuauanno ante a uista o mais que podyam; porem, aa fim, ouueronno de perder, nom quedando por jsso dandar sua vya dereita, ataa que chegarom aas casas de hũa aldea, onde parece que outros mouros estauam, na qual nom acharom algũa pessoa. E jsto serya ja hora de terça (1).

E, esguardando assy pella charneca quanto podyam deuisar, viram jr os mouros que dally partirom. E assy como estauom cansados, encaminharom empos elles spaço dhũa legoa e mea, onde forom dar com elles no mar, acerca do qual se colherom a hũas rochas muy grandes que ally auya, trabalhandosse porem os nossos de os buscar; mas, pero muytos fossem, por aazo da graueza do lugar, nom poderom cobrar mais de sete. E assy em este trabalho andarom aquelle dya todo, atee preto da noite;

(1) 9 horas da manhã.

mas, sobre todo seu cansaço, sentyam muyto a fame e sede, pera que nom tijnham nhũu remedyo. E, sseendo ja buscados todos aquelles lugares que sentyam aazados pera algũus jazerem, acordarom de sse tornar. E bem he que algũus disserom que serya boo conselho de ficarem ally delles aquella noite, pera veer se sahyam os mouros que jaziam escondidos; pero, nom ouue hi tal que se atreuesse a ficar, tanto sentyam seus corpos postos em fraqueza, ante determinarom todos de se tornarem pera suas carauellas.

E, ssegundo parece que se quis Nosso Senhor Deus nembrar de sua fraqueza e ordenou que encontrassem, naquelle caminho per onde hyam, dous camellos sellados, que foe grande remedyo pera seu descanso; ca se reuezauam em elles, atee que chegarom a sseus nauyos, onde acharom que tijnham ja de presa .Lxxix. almas. No outro dya, foe acordado antre elles que, porquanto seus nauyos nom podyam aloiar tantos mouros, por aazo do sal que leuaram deste rregno, e esto a fim de fazerem salga nas pelles dos lobos marinhos, quando outra presa nom podessem cobrar ou perventura entrar no resgate com os mouros, que lançassem todo aquelle sal fora, como de fecto fezerom (2). E quiserom ajnda partyr, pera jr correr outra costa; e, por aazo da tormenta que lhes sobreueo, determinarom de enseuar ally seus nauyos, por que se podessem milhor repairar aa fortuna do mar, quando tornassem.

E, acabados seus nauyos de correger, apartou Gomez Pirez hũu daquelles mouros, por saber parte onde auerya ajnda outros mouros que podesse filhar. E, ja seia que lhe o mouro dissesse onde estauam algũas aldeas e elles fossem a ellas, passandosse aa parte do sul, nom acharom em ellas nhũu mouro nem moura nem outra criatura. E assy andarom per certos lugares, per onde o mouro sentya que os acharyam, ataa que de todo sentirom que os mouros eram auisados e que serya trabalho

---

(2) A abundância de lobos marinhos ou seja de focas no Rio do Ouro e à exploração da pele e óleo das mesmas pelos navegadores henriquinos alude a Crónica também nos capítulos 10 a 12, 78 e 93. É possível que se destinasse aquele óleo às saboarias do infante D. Henrique, espalhadas pelo país, como se documenta na presente colectânea; pois ele teve o exclusivo do fabrico e venda do sabão no reino. Ao sal apenas se alude neste capítulo, o qual era utilizado na salga das peles em referência e mesmo na venda dele aos indígenas africanos, que tanto o apreciavam, sobretudo os do interior do continente, onde circulava por moeda. O sal não constituía mercadoria defesa pelos textos conciliares e pontifícios para terra de infiéis; contudo, vemos que, em 25 de Maio de 1438, el-rei D. Duarte autorizou o levassem a terra de mouros em troca de pão, por em Lisboa haver míngua deste (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 393). Sobre o sal, como riqueza económica do nosso país, são notáveis os estudos de VIRGINIA RAU, nomeadamente *A exploração e o comércio do sal de Setúbal* e *Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII*.

Copyrighted material

perdido andarem ally mais em sua busca. Porem, acordarom de sse tornar pera o rregno, visto como lhe os mantijmentos falleciam, specialmente a augua, de que naquella terra nom podyam auer outro refresco. E assy enderençarom sua vyagem, ataa que tornarom a Lagos, em cujo termo o jffante estaua, em hũu lugar que se chama a Mexilhueira (3).

121

5 MAIO 1446

Carta do regente D. Pedro, a nomear Fernão Pires para juiz das sisas da vila de Penamacor e termo, a pedido de Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 42.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Fernam Pirjz, portador da pressente, pello de Lopo da Cunha, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, que nollo por ell pedio; teemos por bem e damollo por juiz das nossas sisas da villa de Penamaquor e sseu thermo, porque nos diserom que o nom tijnha nhũu per nossa carta.

Porem, mandamos aos rrendeiros ou rreçebedores que ora ssom e ao diante forem das dictas sisas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer que o ajam por juiz das dictas sisas, como dicto he, e o leixem serujr e hussar do dicto ofiçio, ssem outro nhũu enbargo que a ello ponhaaes. O quall Fernam Pirjz jurou em a nossa chançelaria aos santos auangelhos que bem e dereitamente, como deue, obre e husse do dicto ofiçio e guarde a nos nosso seruiço e ao poboo sseu djreito. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, b dias de mayo. Elrrej o mandou per Lopo dAlmeyda, caualleiro de ssua cassa e veador da ssua fazenda. GonçalIEannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj.

---

(3) Ou seja Mexilhoeira Grande, freguesia do concelho de Portimão, a 8 quilómetros desta vila e a 10 de Lagos, cuja igreja tem belo pórtico lateral manuelino.

(1) Sobre Lopo da Cunha cfr. os DOCS. 61 e 67 do nosso vol. 8 e 36 e 48 do presente volume.

122

8 MAIO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, carpinteiro, residente em Coimbra.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 45.

Dom Affonso, etc.

Jtem carta de JohanEannes, carpenteiro, morador em Cojnbra, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, biij dias de mayo, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

123

12 MAIO 1446

Carta do regente D. Pedro, de perdão a Diogo Gil, criado do infante D. Henrique, o qual fora condenado por ferimento (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 40 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes da nosa çidade dEuora, e a todollos outros jujzes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Diego Gill, criado do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, e filho de hũu Bertollameu Gill, escudeiro, morador que foy em essa mesma, nos enujou dizer que avija peça de tenpo que elle ouuera hũu arroydo com hũa Breatjz Lourenço, no quall lhe dera hũa ferida e querellarra do dicto seu padre e delle; e que ella fora sãa

(1) Sobre Diogo Gil vejam-se a nota da pág. 125 e os DOCS. 76, 207, 208 e 212 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

da dicta ferida e conhecera que ella fora culpada no dicto arroydo, rreconciliara com elle e com o dicto seu padre e lhe perdoara todo o djreito que contra elle tynha, apresentando presente nos hũu estormento de perdam que lhe a dicta Breatjz Lourenço e EsteuEannes, seu marido, mandarom dar, o quall parecia ser fecto e asignado per Aluoro Annes, noso vasallo e tabaliam por nos em essa çidade; e que o dicto seu padre se finara da ujda deste mundo e que elle andaua por ello homjziado, com temor da nosa justiça; pedindonos por merçee e a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo que lhe perdoasemos a nosa justiça, se nos a ela, por a dicta rrazom, era theudo.

E nos, vendo o que nos asy dizer e pedir envijou com o dicto estormento de contentamento; querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, vijsto o casso quall foy e o contentamento das partes; temos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça se a nos ell, por a dicta rrazom, era theudo, comtanto que paguase mjll rreaaes; e, porquanto os elle logo pagou e emtregou a frey Rodrigo, noso esmoller, a que os mandamos rreceber, pera delles fazer o que lhe por nos he hordenado, segundo dello fomos çerto per seu aluara, asignado per sua maão.

Porem, uos mandamos que o nom prendaes nem mandes prender nem façaes nem consentaes fazer mall nem outro nhũu desaguisado, quanto he por a dicta rrazom; porquanto nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dante em a nosa vijlla de Santarem, doze dias do mes de mayo. Elrrey o mandou, per o doutor Ruy Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, seus vasallos e do seu desenbargo e pitições. Afonso Annes a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e Rbj.

124

12 MAIO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lançarote, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Lagos e termo, por cinco anos, como o fora Diogo de Calvos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 49 v.

(1) E Lançarote da Ilha, sobre o qual se podem ver a nota das pp. 45-46 do nosso volume anterior e as numerosas referências que ali se lhe fazem, localizadas pelo respectivo Índice Analítico.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Lançarote, caualeiro da cassa do jffante dom Henrrique, em que o damos por coudell em a villa de Lagos e sseu termo, da fectura desta carta ataa çinquo annos, asy e polla guissa que o dhi foy Diego de Caluos e o forom os outros coudees que ante elle forom. Em forma.

Dada em Santarem, xij dias de mayo, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Martim Aluarez a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

125

16 MAIO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear João da Fonseca, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Proença, para coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, como o era Diogo Dias, também escudeiro do dito infante (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 44.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Joham dAfonseca, escudeiro do jffante dom Henrrique, morador em Proença, em que o dam por coudel em Castell Branco e em Monsanto e Penamocor e em Segura e em Hidanha, asy e pella guissa que o era Diego Diaz, escudeiro do dicto jfante, e o forom os outros coudees que ante elle forom. E esto da feitura da pressente ataa çinquo annos. Em forma.

Dada em Santarem, xbj dias de mayo, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj.

---

(1) Diogo Dias havia sido nomeado para o cargo em 8 de Maio de 1441 (Cfr. o DOC. 154 do nosso vol. 7, e também, em 14 de Junho de 1442, para coudel de Sarzedas e Sobreira Formosa, por 5 anos (*Ibi*, p. 324).

126

3 JUNHO 1446

Carta do regente D. Pedro, de quitação a D. João Manuel, bispo de Ceuta, pelo dito infante mandado em 1448 à corte pontifícia, do que recebeu e despendeu, nomeadamente com as letras relativas à concessão do Mestrado de Santiago, dispensa do casamento do infante D. Fernando e de apropriação à diocese de Ceuta dos bens desanexados das de Tui e de Badajoz (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 54, — donde se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 100 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 322-24. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 530.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de quitaçom virem fazemos saber que, em o anno passado de quatroçentos quarenta e tres, nos mandamos aa corte do santo padre dom Joham, bispo da nossa çidade de Çepta, por coussas que conpriam a nosso serujço e bem de nossos rregnos.

E alla rreçebeo, per nosso mandado, mjl seteçentos e çinquoenta ducados de camara, a saber, trezentos e vinte ducados em Brugees, de Frollentim, per letara de canbo de Tropell (2), jenoes, mercador, estante em a nossa çidade de Lixboa; e mill çento oytenta ducados em Roma, de Phelipe de la Luna, per letera de cambo do dicto Tropell, que hia pera o bamco de Amtonyo de Paçes; e duzentos e cinquoenta ducados dos monjes de Frollença, dos dinheiros que lhe forom dados em guarda, em tenpo delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. Dos quaees se mostra ffazer estas despessas que se adiante seguem.

Jtem, despendeo, nas letaras da despemsaçom do mestrado de Santiago e da danaxaçom de Çepta (3), mjll e trezentos e cinquoenta ducados de camara e dez bajocas, a saber, mjll ducados de Ueneza, que sse dijz que som mjll e cinquoenta e sete ducados de camara e dez bajocas, que

---

(1) Sobre D. João Manuel vejam-se os DOCS. 130-33 do nosso vol. 8 e as notas das pp. 197 e 205-07 do mesmo volume.

(2) É Tropell de Vivaldo, como consta de carta de 4 de Agosto seguinte, publicada por AZEVEDO, *Obra e tomo cits.*, p. 329.

(3) Cfr. os DOCS. 107-08 e 125 do nosso vol. 8.

montou em aquello que ouue o santo padre, por a dita despensaçom, e çem ducados, que deu ao Mourenensy, por seu trabalho, por com boa deligençia soliçitar o que a esto compria; e çemto e seis ducados, que deu [de] expedir as bullas da enexaçom; e quinze ducados, que deu por a lletara da despemsaçom do cassamento do jfante dom Fernando, meu muyto prezado e amado irmãao; e saseenta e çinquo ducados, que deu os quarenta de taixamento do mestrado, e vijnte que deu ao taixador, por lhe nom ser leuado taixa de quatro mjll ducados, em que o dicto mestrado he posto, de que vijnha, [de] despendiçom, çento e vinte ducados e çinquo do prerregisto e outras coussas meudas, que as dictas lletaras pertençiam, e dous ducados, que deu ao secretario do duque de Bergonha, meu muyto prezado e amado tyo, por as letaras que fez, e çinquo ducados aos porteiros do papa.

Jtem, despendeo, na demanda que ouue com os monges de Frollença, sobre as pagas dos djnheiros que a nos avijam de fazer, onze ducados.

Jtem, tomou quinhentos e quorenta e noue ducados pera seu mantimento e de tres emcavallgaduras que lhe forom hordenadas, per nosso aluara, fecto em Sintra, xbj de julho da dicta era de quatroçentos R^{ta} iij, desoyto dias de dezenbro da dicta era, em que chegou a Bruges, segundo dello ffomos çerto, per estormento que dello trouue, ataa biij dias de dezembro de quatroçentos quarenta e quatro, que partio de Roma, a rrazom de meo ducado por dia, a sua pessoa, e de tres terços de ducado por dia, pera as emcaualigaduras, a terço de ducado a cada hũu por dia.

Jtem, tomou, per conpra de hũua besta pera elle e tres pera tres encaualigaduras, que lhe fforom hordenadas per o dicto nosso aluara, çinquoenta ducados, a saber, xx ducados per hũua besta pera elle e trinta ducados peras dos outros, contando a dez ducados a cada hũu.

Jtem, pera seu corregimento, que lhe foy hordenado per o dicto aluara, quarenta e cinquo ducados.

Jtem, tomou pera uestido dos seus, que lhe foy hordenado per o dicto aluara, R ducados.

Jtem, tomou pera sy çem ducados, que lhe mandamos dar de graça, per nosso aluara, fecto a xbij de julho de iiij^{c} Riij.

Jtem, deu, per nosso mandado, de frete da carraqua em que foy da dicta çidade de Lixboa ataa Bruges, segundo he contheudo no sobredicto aluara, vijnte ducados.

Jtem, deu, de passagem de hũua carraca, em que veeo de Sagona ataa Callez, doze ducados.

Jtem, despendeo, em mantjmento de quatro messes e meo, que andou na dicta carraca, os quaees se começarom a xxij dias de janeiro de iiij^{c} Rb e se acabarom em xx dias de mayo, que emtrou em Purtugall, segundo mostrou per scriptura pubrica, quarenta e noue ducados e meo, contando a sua pessoa, por mes, cinquo ducados, aos seus tres homens dous ducados.

Copyrighted material

Jtem, deu, de passajem da barca que o trouue de Callez ataa Crasto Marim, noue dobras.

Jtem, despendeo de seu mantjmento, no dicto tenpo, duas dobras.

E asy se mostra seer moor a despessa que a rreçepta quinhentos e dezasete ducados e meo e dez bajocas, dos quaees lhe demos nosso desenbargo pera a nossa allfandega da dicta çidade de Lixboa, do rrendamento della deste anno pressente.

E, porquanto nos deu boom conto de todo aquello que se asy mostra que por nos rreçebeo e despendeo, o damos por quite e liure, deste dia pera todo senpre, da sobredicta contya, que asy rreçebeo.

E porem, mandamos aos veeaadores da nossa ffazenda, contadores, ofiçiaes e pessoas e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto pertençer e esta carta de quitaçom for mostrada, que nunca, em nehũu tenpo, costranguam o dicto bispo e seus herdeiros por nehũua coussa do que dicto he; porquanto os damos por quites e liures dello, deste dia pera todo senpre. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta de quitaçom.

Dante em Aurantes, iij dias de junho, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrej e curador e rregedor por ell de seus rregnos e ssenhorio. Afonso Vaasques a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e Rbj annos. E eu, Martijm Gill, a fiz scpreuer. Nom seia duujda na antrelinha onde djz jtem, que tomou pera vijst[id]o dos seus, que lhe foi hordenado per o dicto aluara R ducados. E eu, scpriuam, a fiz, por fazer verdade. Borges.

127

10 JUNHO 1446

Pleno poder passado por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra, para ele o representar junto de D. Afonso V de Portugal e do infante D. Pedro, regente do reino, na renovação da aliança outrora feita pelos infantes aragoneses com el-rei D. João I e o infante D. Duarte, seu filho primogénito (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2654, fl. 57 v.

(1) Cfr. o DOC. 33 do nosso vol. 4.

Copyrighted material

Posse attributum jllustrissimo regi Nauarre, super noua confederatione, fienda jnter dominum regem, ex vna, et regem et infantem Portugalie, ex altera partibus.

Pateat vniuersis quod nos, Alfonsus, etc., quamquam nobis jura et precipua quidem est cunctos christiane religionis principes in pace amiciciaque tenere ex nobisque nichil defficit quin cum ipsis vijs omnibus concludatur, cum his tamen potissimum fedus contrahimus qui nobis affinitatis vel consanguinitatis gradu aliquo sunt coniuncti, vt pro conseruanda vicissim amicicia hinc necessitudo hinc fides confederacioque laborent.

Jntendentes jccirco cum illustrissimo et carissimo nepote nostro Alfonso, rege Portugalie, cumque illustri infante Petro de Portugalia, eius patruo, eam amiciciam, confederacionem et intelligenciam habere quam cum illustrissimo quondam Johanne rege Portugalie, diui recordij, patre et fratre eorumdem habebamus, ne fedus cum genitore contractum in uano defficere videatur, quod alias censebamus non opportere, his respectibus decernimus exequendum; non valentes tamen id personaliter efficere, prout decet, eam nos personam super horum executione exquirere opportuit que hec et maiora experta negocia vices nostras suppleat in eisdem. De vobis itaque illustrissimo principe Johanne, Dei gratia rege Nauarre, fratre et locumtenente generali nostro carissimo, cuius periciam et jndustriam in similibus et magis arduis negocijs effectu et opere deprehensas pluries habuimus, sic plenissime confidentes vt vestra, vbi intercessus habetur, nobis ipsi videamur interesse, onus huius jniende confederacionis et amicicie vobis soli pre cunctis ceteris jmponere et committere volumus.

Tenore igitur presentium, de certa nostra sciencia et expresse, vobis, dicto jllustrissimo regi Nauarre, fratri et locumtenenti generali nostro carissimo, licenciam, auctoritatem, facultatem et posse plenissimum damus, concedimus et tribuimus vosque absentem tanquam presentem commissarium et procuratorem nostrum facimus, constituimus et creamus generalem et specialem ad subscripta, quod possitis et libere valeatis, pro nobis et nomine nostro, cum dicto rege Portugalie et infante Petro de Portugalia vel eorum altero, similem jntelligenciam, amiciciam et confederacionem quam cum dicto quondam rege Portugalie, genitore et fratre ipsorum, habebamus perpetuam vel ad tempus jnire, facere, finire, concludere et firmare juxta scilicet modum, formam, condiciones et pacta in dictis intelligencijs et confederacionibus, quas cum dicto recolende memorie genitore dicti jllustrissimj regis Portugalie habebamus contenta et expressa, hoc tamen excepto quod in eadem per vos nostro nomine firmanda seu concludenda intelligencia siue liga aut confederacione hec insuper condiciones et pacta apponantur, videlicet quod nec per vos,

dictum carissimum fratrem nostrum, nostro aut proprio vestro nomine, nec per dictum jllustrissimum regem Portugalie aut jnfantem Petrum, eius patruum, in dictis jntelligencia, amicicia et confederacione iniendis excipi possit serenissimus rex Castelle quodque nostri parte excipiantur illustrissimus Mediolanensium dux, jllustris dux et comune Janue nostrique omnes consanguinei et affines et eorum regis et jnfantis parte excipi habeant rex Anglie et alter alius quem voluerint, dum tamen non sit ipse serenissimus rex Castelle, possitis et libere valeatis quascunque fideiussiones, penas, cautelas et securitates in predictis necessarias facere, apponere et firmare ac de eis pacisci et promittere ac in animam nostram, si opportuerit, jurare vel, si vobis melius expedire videbitur, penas, cautelas, fideiussiones et securitates appositas in dictis amicicia, intelligencia et confederacione cum dicto quondam rege Portugalie, eorum genitore et fratre, per nos habitas vel eis similes in predictis intelligencia, amicicia et confederacione cum ipsis rege Portugalie et jnfante Petro de Portugalia jniendis, vt prefertur, apponere, facere et firmare. Et demum possitis et valeatis alia omnia et singula facere in predictis et circa ea que necessaria fuerint et expediant queque nos faceremus facereque possemus et deberemus, si predictas intelligenciam, amiciciam et confederacionem cum ipsis rege et jnfante contingeret personaliter nos tractare. Quoniam nos, super predictis omnibus et singulis, juxta prescriptum modum et formam iniendis, tractandis et concludendis et alijs inde resultantibus, dependentibus, emergentibus et connexis vices, locum, auctoritatem et posse nostrum vobis, dicto illustrissimo fratri, damus, jmpertimur et commitimus per presentes, cum ampla, libera et generali potestate.

Et insuper promittimus et polljcemur vobis, in nostri regia bona fide, ac etiam juramus ad Domjnum Deum et eius sancta quatuor euangelia, tactis per nos corporaliter eorum sacrosanctis scripturis, nos semper habere ratum, gratum, firmum, validum et acceptum id totum, si quid et quicquid per vos, dictum jllustrissimum fratrem nostrum, in vim potestatis, commissionis et facultatis nostre huiusmodi super premissis et quomodolibet premissorum, cum dictis rege Portugalie et infante Petro de Portugalia vel eorum altero, factum, initum, concordatum, juratum et conclusum fuerit quomodolibet, siue gestum, et nullo vnquam tempore reuocare nec eis contraire, jn totum vel in partem, sub bonorum nostrorum omnium obligatione.

Quod est datum et actum in Castellonouo Neapolis, die decima mensis junij, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc.^{mo} xxxxvj°., regnorum nostrorum xxxj°., huius vero regni nostri Sicilie citra farum anno duodecimo.

Signum Alfonsi, etc., qui predicta concedimus, firmamus et juramus huicque instrumento publico sigillum nostrum secretum apponi iussimus jmpendenti. Rex Alfonsus.

Testes sunt, qui premissis interfuerunt: Matheus Puiades, thesaurarius generalis, Johannes de Copons, legum doctor, negotiorum curie promotor, milites, et Guillelmus Puiades de thesauraria, consiliarij dominj regis predicti.

Signum mei, Arnaldi Fonolleda, secretarij serenissimi domini regis predicti eiusque auctoritate notarij publicj per totam terram et dominationem suam. Qui, de ipsius mandato, premissis jnterfui eaque scribi feci et clausi. Corrigitur in lineis vicesima sexta huius et jn secunda linea firme dicti domjni regis nostrum secretum.

128

27 JUNHO 1446

Carta do regente D. Pedro, a perdoar a Josepe Contador, judeu de Avis, a fuga da cadeia onde se achava detido, sob acusação de praticar física e cirurgia sem licença, segundo denúncia feita por Lopo Fernandes, porteiro do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 58.

Dom Afonso, etc.

A uos, jujzes da ujlla dAujz e a todollos houtros jujzes e justiças dos nossos rreinos e a outros quaeesquer a que o conhiçimento desto perteeçer a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Jossepe Contador, judeu, morador em essa mesma, nos emujou djzer que Lopo Ferrnandez, porteiro do jfante dom Enriquj, meu mujto prezado e amado thio, dera delle enformaçom que hussaua de ffisiqua e çollorgiam ssem pera ello teer liçença e que houuera aluara de mestre Johane pera nos que, sse achado fosse que asy era, que o preendessees e da quadea pagasse quatro marquos de prata, ssegundo mandaua a nossa hordenaçom ssobre ello fecta; e que, per bem do dicto aluara, o coregedor da nossa corte o mandara preender e que, por nom jazer em prissom perlongada, gastando ho que auja, fugio da dicta cadea ssem a britando nem saltando per çima de castello, ssajndo per a porta da cadea nem leuando fferros nem houtras prissões; polla quall fugida, elle andaua amorado, com temor da nossa justiça, e que nos pidia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, per rrazom da fugida da dicta prisom, hera thiudo.

E nos, uendo o que nos asy djzer e pidir emujou e querendolhe ffazer graça e merçee, sse asy he como el djz e hi mais nom ha e elle nom britou cadea nem ssaltou per cima de muro nem de torre de menagem; temos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos, per rrazom da ffugida da dicta prissom hera thiudo, contanto que sse lljure per sseu djreito do mallefiçio em que o asi culpam. E aja pera ello carta de ssegurança, da dada desta a qujnze djas. E, nom ho ffazendo elle asy, esta carta lhe nom ualha; e, fazendo elle asy, uos ho nom prendades nem mandees preender nem lhe ffaçaaes nem comssentaaes por ello ffazer mall nem houtro nehũu dessagujssado, quanto he polla fugida da dicta prissom, que nossa merçee he uontade he de lhe perdoarmos, como dicto he. Vnde al nom ffaçades.

Dante em a nossa ujlla dEstremoz, xxbij dias de junho. Elrey o mandou per Lujs Martijnz, sseu uassallo e do sseu dessenbargo e das pitiçõoes, e per Pero Lobato, licençiado em lex, houtrosy sseu uassallo e do sseu dessenbargo e jujz dos sseus fectos. Afonso Annes a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj anos.

129

15 JULHO 1446

Letras Circa statum, *do papa Eugénio IV, dirigidas a mestre Vasco Pereira, clérigo bracarense e notário apostólico, a dar-lhe poderes para urgir o pagamento das rendas atrasadas ou roubadas à câmara apostólica, com licença para proceder contra os recalcitrantes* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 378, fl. 231.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio nostro magistro Valasco Pereyra, clerico Bracarensis diocesis, notario nostro, salutem, etc.

Circa statum ecclesiarum et ecclesiasticorum beneficiorum omnium nostra prouisione, auctore Domino, prospere dirigendum, solicitis, cum opus esse sentimus, inuigilamus studijs et illorum necessitatibus, in eo

(1) Cfr. também o DOC. **131**, de 13 de Setembro seguinte.

Copyrighted material

potissime ut quibusuis sublatis dispendijs debitorum ac vtilium rectorum sufulta presidijs, ad altissimi laudem ac gloriam, salubribus iugiter proficiant incrementis, apostolice interponimus prouidencie partes.

Cum jtaque, sicut nonnullorum fidedignorum relatione percepimus, in quampluribus regni Portugalie et alijs temporali dominio carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, ipsius regni regis illustris, subiectis ciuitatibus et diocesibus, ordinariorum locorum negligencia seu incuria ac temporum malicia causantibus, nonnulle laicales [persone] aliqua etiam curata beneficia, sub colore seu pretextu de illis quibusdam presbyteris seu clericis qui eis nullatenus seu mjnus debite in diuinis deseruiunt ac illorum fructuum, reddituum et prouentuum modicam partem percipiunt, quedam vero ecclesiastica, etiam curata seu alias incompatibilia beneficia ecclesiastica obtinentes et per huiusmodi pernitiosam viam plura incompatibilia beneficia insimul, absque dispensatione aliqua, detinere non uerentes, alia curata seu alias incompatibilia, sub colore seu pretextu collationum, de illis presbyteris seu clericis eorum amicis vel progenitoribus, qui similiter modicam partem fructuum, reddituum et prouentuum sic collatorum beneficiorum huiusmodi perficiunt, nonnulle quoque alie ecclesiastice persone auaricie, que est ydolorum seruitus, finem non ponentes ac varijs et exquisitis vijs de elemosinis pauperum et patrimonio Ihesu Christi djtari improbe cupientes, aliqua beneficia ecclesiastica etiam dispositioni apostolice generaliter reseruata, pretextu collationum sibi de eis auctoritate ordinaria factarum, licet de facto indebite (2), occupare et occupata detinere presumunt, in non modicum ipsorum beneficiorum ac camere apostolice preiudicium, detinentium, quoque huiusmodi animarum periculum ac pernitiosum exemplum et scandalum plurimorum;

Nos, huiusmodi pernitiosis nisibus obuiare et super hijs predictorum beneficiorum statui ac indemnitatibus salubriter prouidere volentes, sperantes quoque quod tu, quem nuntium nostrum ad regnum prefatum destinamus, scies, voles et poteris, auctore Domino, plurimum proficere in premissis, ac omnes et singulas collationes et prouisiones de quibusuis beneficijs, sub coloribus factas huiusmodi, necnon quecunque jnde secula, prout sunt, irrita et jnania nulliusque roboris fore censentes et, in quantum opus sit, auctoritate apostolica, tenore presentium, reuocantes, cassantes et anullantes, data tibi auctoritate apostolica, omnes et singulos, tam laicales quam ecclesiasticos, seculares et ordinum quoruncunque regulares, cuiuscunque status, gradus, ordinis vel conditionis fuerint, quos beneficia huiusmodi, sub coloribus seu pretextu antedictis, duntaxat indebite occupata, detinere, ad tui noticiam quandocunque peruenerint, vocandi ad tuam presentiam et contra eos et ipsorum quemlibet sunmarie,

(2) No ms. *indebita*.

simpliciter et de plano, sine strepitu et figura judicij, sola facti veritate inspecta, etiam per edita publica, locis affigendis publicis partibus illis vicinis, de quibus verisimilis sit conjectura quod ad noticiam sic citatorum et monitorum peruenire valeant, procedendi necnon eos citandi et monendi illisque, sub exconmunicationis, suspensionis et interdicti alijsque sententijs, censuris et penis, quas ipsi et quilibet eorum, si monitionibus et mandatis tuis huiusmodi realiter et cum effectu non paruerint, ipso facto incurrant, quatenus infra certum termjnum peremptorium competentem, quem eis et eorum cuilibet ad hoc duxeris profugiendum, laici videlicet, et tam illi quibus collata fuerunt, quam alie persone ecclesiastice detinentes predicta (3), per eos detenta beneficia huiusmodi realiter et omnino dimittant et de fructibus, redditibus et prouentibus per eos ex beneficijs detentis predictis, male perceptis, fructuum, reddituum et prouentuum camere prefate in illis partibus collectoribus vel sucollectoribus integre, seu prout cum eis concordare potuerint, satisfaciant.

Alioquin omnes et singulos detentores predictos, eisdem monitionibus et mandatis tuis predictis non parentes, sententias prefatas incurrisse, quouis appellationis submoto obstaculo preuio, declarationis ministerio publice nuntiandi et faciendi ab alijs nuntiari ac ab omnibus artius euitari, etiam vbi, quando et quotiens tibi visum fuerit expedire, donec et quousque, spiritum assumentes consilij sanioris, prefatis monitionibus et mandatis tuis huiusmodi paruerint cum effectu et absolutionis a sententijs predictis beneficium necnon alias integram reconciliationis gratiam a nobis vel dicta sede seu etiam a te, cui etiam super hijs plenariam concedimus facultatem, meruerint obtinere.

Et nihilominus omnia et singula beneficia occupata predicta, cum cura vel sine cura, quecunque, quotcunque et qualiacunque, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administrationes vel officia in cathedralibus aut metropolitanis vel collegiatis et dignitates ipse in cathedralibus etiam metropolitanis post pontificales maiores seu collegiatis ecclesijs principales fuerint et ad dignitates, personatus, administrationes vel officia huiusmodi consueuerint, qui per electionem assumi eisque cura inmineat animarum ac dispositioni apostolice generaliter vel specialiter quouismodo reseruata sint, alijs personis ydoneis, quibus tibi videbitur, cum omnibus juribus et pertinentijs suis conferendi et de illis prouidendi, jnducendi quoque per te vel alium seu alios dictas personas, quibus ea contuleris, vel procuratores ipsarum pro eis in corporalem possessionem beneficiorum collatorum juriunque et pertinentiarum predictorum, et defendendi inductos, amotis quibuslibet illicitis detentoribus ab eisdem, ac faciendi personas, quibus eadem contuleris, vel dictos pro-

(3) No ms. *predicte*.

curatores pro eis ad beneficia collata huiusmodi, ut est moris, admitti necnon illis de eorundem beneficiorum fructibus, redditibus, prouentibus, juribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, contradictores quoque [et rebelles per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellacione postposita, compescendo, inuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis].

Non obstantibus tam felicis recordationis Bonifacii pape viij, predecessoris nostri, et de duabus dictis jn concilio generali quam alijs quibuscunque constitucionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, contrarijs, juramento, confirmatione apostolica vel quacunque firmitate alia roboratis; aut si aliqui super prouisionibus sibi faciendis de huiusmodi vel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus speciales vel generales dicte sedis vel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad jnhibitionem, reseruationem et decretum vel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus personas ipsas, quibus dicta beneficia contuleris, in assecutione beneficiorum collatorum huiusmodi, volumus anteferri, sed nullum per hec eis, quoad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generari; seu si locorum ordinarijs et dilectis filijs capitulis ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, vel quibusuis alijs conmuniter vel diuisim ab eadem sit sede indultum, quod ad receptionem vel prouisionem alicuius mjnime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel exconmunicari non possint, quodque de huiusmodi vel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem, electionem seu quanuis aliam dispositionem, conmuniter vel separatim expectantibus, nulli valeat prouideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem, et quibusuis alijs licteris, priuilegijs ac jndulgencijs apostolicis, quoruncunque tenorum existant, per que, presentibus non expressa vel totaliter non inserta, effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differi et de quibus quoruncunque totis tenoribus debeat in nostris litteris fieri mentio specialis; aut si prefate quibus beneficia huiusmodi contuleris persone presentes non fuerint ad prestandum, de obseruandis statutis et consuetudinibus ipsarum ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, solitum juramentum, dummodo, in absentia sua, per procuratores ydoneos et, cum ad ecclesias ipsas accesserint corporaliter illa prestent, plenam et liberam, auctoritate presentium, concedimus potestatem et insuper volumus tibique, eadem auctoritate, concedimus quod citationes, monitiones et processus huiusmodi, si prefatis detentoribus personaliter nequeant intimari, per edita publica, in locis affigenda (4)

(4) No ms. *effigienda*.

publicis et vicinis, de quibus sit verisimilis coniectura quod ipsi citationes, monitiones et processus ad dictorum detinentium citandorum et monendorum noticiam peruenire valeant, facere possis, quodque huiusmodi citationes, monitiones et processus, sicut premittitur, publicati et facti prefatos detinentes, perinde arctent ac si eis insinuati et jntimati personaliter ac principaliter extitissent; non obstantibus omnibus supradictis ac constitucionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscunque seu si detinentibus supradictis vel quibusuis alijs, conmuniter vel diuisim, ab eadem sede indultum existat, quod extra vel vltra certa loca ad judicium euocari seu quod interdici, suspendi vel exconmunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodi mentionem.

Volumus, autem, quod de beneficiorum, que per te, vigore presentium, conferri contigerit, et personarum quibus illa contuleris nominibus ac cognominibus proprijs necnon de diebus collationum (5) huiusmodi gentes dicte camere, vel collectores seu succollectores prefatos, quantotius certificare tenearis, presentibus post sex menses, a die tui ingressus in regnum Portugalie computandos, minime valituris.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragesimo sexto, idibus julij, pontificatus nostri anno sexto decimo.

130

12 SETEMBRO 1446

***Carta do regente D. Pedro, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente em Évora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena* (1).**

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 63 v.

Achando-se esta cópia, única conhecida, bastante gralhada, reconstituímos o documento sobre carta de el-rei D. Afonso V de 15 de Março de 1450, a qual segue os termos da presente, posto a ela se não refira, e donde extraímos as palavras incluídas entre colchetes.

(5) No ms. *colletionum*.

(1) Sobre este mestre Moussem cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta ujrem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a mestre Moussem, morador em a cidade dEuora, fisico (2) do jfante dom Enrique, meu mujto prezado e amado tio, a rrequjrimento de dona Margarida de Ujlhana (3), que nollo por elle pidio; teemos por bem [e queremos que, posto que nos] ou a rrainha mjnha molher, que ssobre todas amamos e prezamos, e jfantes meus jrmãaos e tios ssejamos em a dicta çidade, que lhe nom poussem em suas cassas de morada, adegas nem cauallariças, nem tomem (4) dellas rroupa de cama, alfaias de cassa nem outra algũa cousa do sseu contra sua uontade, ssaluo ueendo ssobre ello nosso espiçial mandado per que, ssem enbargo desta nossa carta, poussem com o dicto mestre Moussem, e doutra guissa nom.

E porem mandamos aos nossos poussentadores e ao da rrainha e jfantes meus jrmãaos e tios e apoussentador da dicta çidade e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas a que o conhiçimento desto pertecer ou esta carta for mostrada, que ajam, daqui en diante, o dicto mestre Moussem por escussado do que dicto he e lha cunpram e goardem e façam bem conprir e goardar pola gujssa que em ella he conthiudo, porque asi he nossa merçee, ssem outro embargo.

Dada em Estremoz, xij dias de ssetenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço Abul a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj annos.

131

13 SETEMBRO 1446

Letras Tam multis, *do papa Eugénio IV, dirigidas a Vasco Pereira, a dar-lhe poderes para receber, em Portugal, a dízima destinada ao pagamento das despesas com a guerra contra os turcos e muçulmanos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 378, fl. 293.

---

(2) No ms. *fissoco.*

(3) Supomos tratar-se da mulher de Martim Afonso de Melo, filha de Rui Vasques Coutinho e de D. Branca de Vilhena, aia da rainha D. Leonor (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, tom. 1, 2.ª ed., p. 425).

(4) No ms. *tomam.*

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio magistro Valascho Pereyra, notario nostro, salutem, etc.

Tam multis pridem tam magnisque laboribus et impensis vnionem grecorum et orientalis cum ecclesia occidentali quesiuimus ac tandem, concedente Domino, perfecimus ut nulla sit orbis christianj pars, in qua cuipiam dubium esse credamus tantum Dei ueri honorem nostras et romane ecclesie erarij facultates plurimum exhausisse, quanquam uero reconciliatio, quam postmodum, per Dei misericordiam, fecimus armenorum, jacobinorum, georgianorum, maronitarum (1), ethiopium et demum regni Bosnensis ad uerum sincerunque fidei catholice cultum, nec mjnores nec pauciores quam grecorum unio labores habuerit et impensas, alijs tamen quadriennio anteacto pro causis fidei et populorum christifidelium tutela et conseruatione prope maioribus grauati fuimus laboribus et expensis, dum dissidentes et maximis inter se odijs exacerbatos regni Ungarie principes et barones, misso bone memorie cardinali Sancti Angeli, apostolice sedis legato, ad pacem primum perduximus et postea suasionibus, auxilio et consilio impulimus ut aduersus turchos, jmpiissimos Christi hostes, bellum illud susciperent gloriosum in quo, licet carissimi in Christo filij nostri regis Pollonie et dicti cardinalis casus sit secutus, maximis tamen et raro alias auditis stragibus turchi ipsi adeo sunt debilitati ut, post amissas et christianis quorum fuerant relictas multas latissimasque prouincias, in extremis nunc Europe partibus se contineant, nostrorum qui eis nunciantur exercituum apparatus continuo formidantes.

Nam, cum classem nostram, anno nunc tertio, maximis erarij nostri sumptibus et quorundam christifidelium auxilijs, legato apostolice sedis venerabili fratre nostro Francisco, episcopo Portuensi, cardinali Venetiarum et sancte romane ecclesie uicecancellario, ad partes Constantinopolitanas missam, preter eorum opinionem uiderint per maris mauri circuitum ad Danubii ostia et per mille passuum millia in ipso Danubio, ad terras quas occupant penetrasse, et hungaros transsiluanosque christianos nostros ad arma capienda sollicitasse, quid faciant dubij, in fugam multo quam in defensionem, procliuiores esse videntur. Vnde nos, ne tantam bene gerende rei tam maxime oblatam occasionem deseramus, sed potius in Deo nostro confisi viriliter aggrediamur, predictam classem et quantum supperent facultates solito maiorem parare dispositi, non ualentibus ferre nostris et romane ecclesie humeris tantum onus, auxilia prelatorum, principum et aliorum christifidelium, presertim illorum qui in prima armanda (2) classe non contribuerunt implorare decreuimus.

---

(1) No ms. *maronistarum*.

(2) No ms. *armada*.

Jta, quidem tibi, quem ad regnum Portugalie, pro nostris et romane ecclesie negotijs et hac etiam pro causa destinamus, de fratrum nostrorum sancte romane ecclesie cardinalium consilio et assensu, tenore presentium, conmittimus et et mandamus quatenus vnam integram decimam omnjum reddituum et prouentuum ecclesiarum et bonorum in dicto regno consistencium ab omnibus et singulis patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus ceterisque prelatis et ecclesiasticis personis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, ordinum quoruncunque huiusmodi redditus et prouentus in dicto regno obtinentibus, cuiuscunque preheminencie, dignitatis, status, religionis, ordinis vel condicionis existant, quibus aut eorum alicui nulla priuilegia aut indulgentias, sub quacunque verborum forma vel expressione concessa, quoad hoc, uolumus suffragari, preterquam a venerabilibus (3) fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus huiusmodi redditus et prouentus in dicto regno obtinentibus, qui nobiscum assidue, indefessis laboribus, onera vniuersalis ecclesie sortiuntur, necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani magistro, prioribus, preceptoribus et fratribus, qui contra hostes fidei christiane exponunt jugiter se et sua, quos cardinales, magistrum, priores, preceptores et fratres a prestacione huiusmodi decime, necnon quatuor ordines mendicantium et ordinem seruorum Beate Marie exemptos etiam volumus et immunes, soluendam infra termjnum de quo tibi videbitur ac exigendam et colligendam, secundum constitucionem super talibus in concilio Vienensi editam et in auxilium dicte classis armande conuertendam, auctoritate nostra, hac vice dumtaxat, secundum taxacionem decime illarum partium imponas.

Nos, enim, si impositionem huiusmodi per te fieri contingat, tibi, per te vel alium seu alios clericos, duntaxat fideles et ydoneos, per te ad id deputandos, huiusmodi decimam, ut prefertur, a singulis patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, prelatis ceterisque personis ecclesiasticis huiusmodi eorunque ecclesijs, monasterijs, prioratibus aut beneficijs alijs vel ordinibus exemptis et nom exemptis predictis, conmuniter vel diuisim, eadem auctoritate, petendi, exigendi, percipiendi et leuandj ac de perceptis et leuatis quosuis soluentes in toto vel in parte quittandi et absoluendi, contradictores [et rebelles per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellatione postposita, compescendo] omniaque alia et singula, in premissis et circa ea quomodolibet necessaria sint oportune faciendi, gerendi et exercendi plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem.

Non obstantibus tam concilij Constanciensis quam alijs apostolicis

(3) No ms. *venerabilis*.

Copyrighted material

constitutionibus ac exemptionibus, inmunitatibus, libertatibus, priuilegijs et alijs quibuscunque concessionibus et gratijs quibusuis patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prepositis aut personis alijs ecclesiasticis huiusmodi seu eorum monasterijs, prioratibus aut ecclesiis vel ordinibus, conmuniter vel diuisim, per sedem apostolicam vel alias quouismodo concessis, etiam si de illis eorunque totis tenoribus presentibus habenda fuerit mentio specialis, que ipsis, quoad hoc, uolumus nullatenus suffragari, necnon tam felicis recordationis Bonifatii pape viij, predecessoris nostri, qua cauetur ne aliquis, extra suam ciuitatem vel diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis vltra vnam dietam a fine ipsius diocesis, ad judicium euocetur, seu ne judices, a sede deputati predicta, contra quoscunque procedere aut alij vel alijs vices suas conmictere aut vltra vnam dietam a fine diocesis earundem trahere quouismodo presumant, quam de duabus dietis, in concilio generali editis, ceterisque contrarijs quibuscunque, aut si eisdem patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis ceterisque personis ecclesiasticis huiusmodi seu eorum monasterijs, prioratibus aut ecclesijs alijs vel ordinibus, conmuniter vel diuisim, a dicta sit sede indultum quod ad solutionem decime huiusmodi vel alterius subsidij mjnime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel excommunicari aut extra vel ultra certa loca ad judicium euocari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eius toto tenore necnon proprijs ipsarum personarum, monasteriorum, prioratuum, ecclesiarum et ordinum ac quibusuis alijs priuilegijs, indulgentijs, exemptionibus et litteris apostolicis personis, dignitatibus aut ordinibus, generaliter vel specialiter, sub quacunque forma vel expressione verborum, a memorata sede concessis mentionem.

Volumus, autem, quod, iuxta ordinationem dicti Viennensis concilij, calices, libri et alia ornamenta ecclesiarum diuinis officijs deputata et reliqua, ex causa pignoris vel alias, occasione dicte exactionis, nullatenus capiantur, distrahantur nec etiam occupentur; quodque persone inhabiles et impotentes ad prestacionem huiusmodi subsidij nullatenus debeant aut possint compelli vel quoquomodo coartari; quodque abbates, priores, prepositi, decani et alij prelati cetereque persone ecclesiastice, etiam monasteriorum, prioratuum, ordinuum et aliarum ecclesiarum huiusmodi, ad soluendum interim decimam aliam teneantur aut prestandum quoduis subsidium prelatis ecclesiasticis vel principibus secularibus aut cuiuis alteri, quacunque condictione vel causa, mjnjme teneantur nec ad id per quempiam minis valeant aliquatenus compelli vel quomodolibet molestari.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo sexto, jdibus septembris, pontificatus nostri anno sexto decimo.

132

13 SETEMBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for mercê de el-rei, as casas de Lisboa, a quinta de Carnide e os quartos do Lumiar que do monarca trouxera Maria Anes, viúva de Gonçalo Pires.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 77 v., texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 138 v.

Dom Afonso, polla graça de Deus rrej de Purtugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee ao jffante dom Anrrique, meu muyto preçado e amado tyo, teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos (1), daqui en diante, emquanto nossa merçee for, as cassas que ssom em a çidade de Lixboa que de nos trazia Maria Annes, que foy molher de Gonçalo Pirez, e esso meesmo a nossa quintaa de Carnijde e os quartos que auemos dauer no Lumjar, que tambem de nos trazia a dicta Maria Annes.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e a nosso tesoureiro moor e ao almoxarife do nosso almazem em a dicta çidade e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteençer e esta carta for mostrada que metam em posse das dictas cassas e quintaa e quartos o dicto meu tyo ou seu çerto rrecado e lhe leixem todo auer, fazendolhe acudyr com as rrendas e nouydades dellas, asy e tam conpridamente como a nos de derecto perteençem e as nos aueryamos sse sse por nos rrecadasem; porquanto nos praz que o dicto meu tyo aja asy todo emquanto nossa merçee for, como dicto he. O quall tesoureiro ou almoxarife do almazem faça, em cada hũu anno, rregistar esta carta em os liuros do dicto thesouro e almazem, por sse ssaber de como o dicto jfante, meu tyo, esto de nos traz. E elle tenhaa, pera sua guarda.

Dada em Estremoz, xiij dias de setenbro, per outoridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de sseus rregnos e ssenhorio. Martim Gill a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quoreenta e seis.

---

(1) Em *Místicos* faltam *de nos*.

133

28 SETEMBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe que Pedro Martins, deão da sé de Viseu, possa ter outros benefícios, mesmo incompatíveis e com cura de almas. Concedido por três anos.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 413, fl. 131.

Supplicat sanctitati vestre deuotissimus eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie necnon quondam clare memorie Johannis regis Portugalie filius, jnfans Henricus, dux Visensis,, quatenus sibi, in personam dilecti suj Petrj Martinj, decanj ecclesie Visensis, specialem graciam facientes, cum eodem Petro ut decanatum ecclesie Visensis, quj curatus et dignitas maior, post pontificalem, ac electiuus inibi existit, etiam vnum aliud seu, absque illo, duo alia quecunque curata seu alias inuicem incompatibilia beneficia ecclesiastica, etiam si dignitates et maiores seu principales ac personatus, administraciones vel officia, etiam curata et electiua, in cathedralibus et metropolitanis seu collegiatis ecclesijs, aut etiam cum vna maiorum seu principalium dignitatum huiusmodi parrochialis ecclesia uel eius perpetua vicaria fuerint, dummodo due parrochiales ecclesie non existant, recipere et, quandiu uixerit, retinere libere et licite possit cum clausula illa omnia ac alia per ipsum, imposterum obtinenda incompatibilia simul uel successiue simpliciter uel, ex causa permutacionis, dimictendj et, eorum loco, alias similia uel dissimilia, etiam ad eius vitam retinendj, etc., dispensare dignemini, de gratia speciali. Non obstante quod decanatum predictum, cuius sexaginta ac canonicatum et prebendam ecclesie Portugalensis, quorum decem, necnon Sancte Ouaye de Truice et beate Marie de Saa, Tudensis diocesis, sine cura ecclesias, quarum viginti librarum Turonensium paruorum, fructus, etc., communi extimatione valorem annuum non excedunt, obtinet ac gratia expectatiua, si quam habet, in cancellaria declaranda, et cum alijs non obstantibus et clausulis oportunis.

Concessum ad triennium, jn presentia domini nostri pape. Johannes Zamorensis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas octobris, anno sextodecimo.

134

28 SETEMBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a aprovar, em nome de el-rei, o acordo em que assentaram em Coimbra os infantes D. Pedro e D. Henrique e o duque de Bragança, com aprazimento da infanta D. Isabel, viúva do infante D. João, sobre o casamento de D. Isabel e D. Brites, filhas deles, respectivamente com el-rei D. João II de Castela e com o infante D. Fernando de Portugal, irmão do monarca.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 80, — donde se reproduz; *Místicos*, liv. 1, fl. 47 v. Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 45 do liv. 3, extraída de *Místicos*.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que ante nos, com autoridade do jffante dom Pedro, meu tyo e padre, que ssobre todos amamos e prezamos, nosso curador e curador e rregedor por nos de nossos rregnos e ssenhorio, e o duque de Bragança, nosso prezado e amado thio, foy fecta concordança, na çidade de Cojnbra, aos vijnte e oyto dias de ssetenbro, ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e Rbj, com çertos capitollos perteençentes ao cassamento que, com a graça de Deus, espera de sseer antre o jffante dom Fernando, nosso mujto prezado e amado jrmãao, e dona Briatiz, filha do jffante dom Joham, nosso tyo, da gloriossa memoria, que Deus aja, e da jfante dona Jssabell, nossa mujto prezada e amada thia, da quall o theor tall he.

Foy acordado per o ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc., com o ssenhor jffante dom Henrique e com o duque de Bragança, prazendo aa ssenhora jffante dona Jssabell, molher do jffante dom Joham, cuja alma Deus aja, esto que sse segue.

Primeiramente, que a ssenhora dona Jsabel, ssua primeira filha, casse com o ssenhor rrey de Castella e lhe ham de sseer dados com ella, em dote, çem mjl florijs douro, per esta guissa: os quareenta mjl ha logo dauer o ssenhor rrey de Castella, quando cassar; os quaees nosso ssenhor elrrej lhe da com ella liberamente; e os ssasseenta mjl lhe dam per elle de sseer dados aa morte da dicta madre della, por logo a dicta dona Jsabell rrenunçiar o dereito da herança que, per cassamento de ssua madre spera auer ou sseus dessçendentes e a que lhe, per morte do dicto sseu padre, perteençe. Por os quaees saseenta mjl florijs elrrej nosso ssenhor ha de fazer obrigaçom ao ssenhor rrey de Castella e dos dictos ssaseenta

Copyrighted material

mjl florijs que aay elrrej nosso ssenhor ha de pagar ao dicto ssenhor rrey de Castella.

Faz logo merçee de primeyro ao ssenhor jffante dom Fernando, sseu jrmãao, e a dona Briatiz, filha do dicto jffante dom Joham, jrmãa da dicta ssenhora dona Jssabell, que espera, com a graça de Deus, sseer cassada com o dicto jffante dom Fernando. Aa quall ha de vijr a herança da dicta ssua jrmãa, per morte da dicta ssua madre, per a desposiçom do condestabre sseu visauoo, per esta maneira: que, morrendo a dicta dona Briatiz com filho ou filhos do dicto jffante dom Fernando, que a dicta herança, despois da morte da dicta jffante e do dicto jffante, fique aos dictos filhos ssuçesiue, ssegundo a dicta desposiçom; e, falecendo ella ssem filhos ou desçendentes delles ou com filhos e morrendo depois da morte della, que a dicta herança fique e aajam aquelles a que a dicta desposiçom do conde he hordenado, pagando aquelle a que a dicta herança veer despois da morte da dicta jffante ou de sseus herdeiros, ao dicto ssenhor jfante dom Fernando os dictos trijnta mjl florijs, de que lhe elrrej nosso ssenhor fez merçee.

E, sse perventuira a dicta herança, por parte do ssenhor rrey de Castella, for mais stimada dos dictos saseenta mjl florijs, em tall guissa que, per bem da dicta suma, nosso senhor elrrej faça ao ssenhor rrey de Castella obrigaçom em mayor conthia, ho a que assi veer a dicta herança pagara ao dicto ssenhor jffante dom Fernando ameatade de todo o en que ella for stimada por parte do dicto ssenhor rrey de Castella e o por que nosso ssenhor elrrej lhe fezer obrigaçom, porque da outra meatade faz doaçom o dicto rrey nosso ssenhor aa dicta dona Briatiz.

E, morrendo o dicto ssenhor jffante dom Fernando ssem filho ou filhos dantranbos ou sse açertando que, per morte de cada hũu delles ou per outro quallquer casso, elles nom cassassem, que todauja o dicto ssenhor jfante dom Fernando ou sseus herdeiros ajam o que dicto he, per os herdeiros da dicta jffante, sseendo elle ou sseus herdeiros theudos de tomarem e rreçeberem, em paga ou em parte de paga, do suso dicto, qualquer diujda que for achada que elrrej nosso ssenhor deue aa dicta jfante e ao dicto duque ou a cada hũu delles ou a sseus herdeiros, teendo o dicto ssenhor jffante dom Fernando ameatade da dicta herança despois da morte da dicta jffante em penhor, ataa lhe sseer pago todo o que dicto he, ssem descontar em ello coussa das noujdades que ouuer.

Fecto em a çidade de Cojnbra, vijnte e oyto dias do mes de ssetenbro, anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e Rb.

E, porque nos foy rrequerido, por parte da dicta jfante, em nome da dicta dona Briatiz, ssua filha, como ssua tetor que he, e do dicto duque, sseu avoo, que louuassemos e aprouassemos e confirmassemos a dicta concordança, prometendo nos, aa boa fe, como rrey que ssomos,

de a manteer, conprir e guardar em todo e per todo e em cada parte, nom vijndo contra ella nem coussa della, per nos nem per outrem, nem consentindo nem dando fauor nem ajuda a nẽhũa perssoa, de quallquer estado e condiçom que seja, posto que a nos seja chegada em quallquer graao de diujdo, de vijr contra ella, ante a defensaremos e ajudaremos a defender, quanto em nos leal e uerdadeiramente for.

E nos, veendo asi a dicta concordança, fazemolla leer, presente o dicto jffante dom Fernando, nosso mujto prezado e amado jrmãao, ao quall preguntamos sse lhe prazia consentir e estar em ella. E elle disse que sy, per autoridade do dicto jfante dom [Pedro] etc., seu titor legitemo e datiuo, que presente estaua. E, vista a vontade e conssentimento do dicto meu jrmãao e querendo satisfazer aos dictos rrequerimentos, porque o entendemos asy por nosso seruiço e bem e honrra das dictas partes, aprouamos, confirmamos e louuamos a dicta concordança e cada parte della. E prometemos aa boa fe, como rrey que ssomos, de a manteer, conprir e guardar e ajudar a manteer e fazer conprir, asy e pella guissa que nos, por parte da dicta jfante e duque, em nome da dicta dona Briatiz, he pedido e rrequerido.

Pero, queremos que, nom embargante esto, que, ao tempo que o dicto matrimonjo antre o dicto jfante e dona Briatiz rrezoadamente deua sseer conssumado, nos e a dicta jffante e duque possamos açerca da dicta concordança rreformar e rrenouar os dictos capitollos em ella contheudos e outros quaeesquer que nos, emssembra, bem pareçer pera boo encamjnhamento do dicto cassamento. E de todo lhes mandamos asi dar nossa carta patente, hũua e mujtas, sse lhe conprirem, ssob nosso sijnall e sseello e sijnall do dicto jfante dom Pedro, meu thio e padre, etc.

Rodrigo Annes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e quarenta e sseis. LopAfonso, scpriuam da poridade do dicto ssenhor rrey, a fez scpreuer. Nom seja duujda na antrelinha honde diz per morte da dicta ssua madre, que eu, escpriuam, o corregy, por uerdade.

135

5 OUTUBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe dispensa para João Afonso, clérigo de Évora, de nove anos de idade, poder receber canonicatos e prebendas nas igrejas catedrais ou metropolitanas. Concedida.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 413, fl. 183 v.

Supplicat sanctitati vestre deuotissimus eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filius, jnfans Henricus, dux Visensis, quondam Johannis regis Portugalie natus, quatenus sibj specialem gratiam facientes, jn personam dilectj sui Johannis Alfonsi, clerici Elborensis, in nono sue etatis anno constitutj, cum eodem Johanne ut, defectu etatis huiusmodi non obstante, canonicatus et prebendas jn cathedralibus seu metropolitanis ecclesijs, si sibj alias canonice conferantur aut eligatur seu assumatur ad illa recipere et retinere, libere et licite possit et ualeat, jn quantum si opus est, dispensare et indulgere misericorditer dignemini, defectu predicto necnon constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac regulis cancellarie eiusdem sanctitatis ceterisque jn contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque et cum clausulis opportunis.

Concessum, jn presencia domini nostri pape. Johannes Zamorensis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tercio nonas octobris, anno sextodecimo.

136

5 OUTUBRO 1446

Letras Vite ac morum, *do papa Eugénio IV, dirigidas a João Afonso, clérigo eborense, a dispensá-lo do defeito de idade, para poder receber quaisquer conezias e prebendas, inclusivamente de igrejas catedrais, a pedido do infante D. Henrique.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 428, fl. 26.

Eugenius, etc.

Dilecto filio Johanni Alfonsi, clerico Elborensi, salutem, etc.

Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno conmendaris testimonio, nos inducunt ut te specialibus fauoribus et gratijs prosequamur.

Hinc est quod nos, qui dudum inter alia volumus quod etas quatuordecim annorum requiratur, in canonicatibus et prebendis cathedralium ecclesiarum obtinendis, et cuiquam in minori etate gratia desuper pro tempore facta esset nulla, uolentes te, qui, ut asseris, in nono tue etatis anno constitutus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu

ac pro quo etiam dilectus filius nobilis vir jnfans Henricus, dux Visensis, nobis super hoc humiliter supplicauit, fauore prosequi gratioso, ipsius ducis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi ut, alio non obstante canonico, quoscunque cathedralium uel metropolitanarum ecclesiarum canonicatus et prebendas, si alias tibi canonice conferantur uel eligaris ad illos, recipere et retinere libere liciteque valeas, voluntate priori ac quibuscunque alijs constitutionibus apostolicis necnon ecclesie uel ecclesiarum, in qua seu quibus huiusmodi canonicatus et prebende forsan fuerint, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, statutis et consuetudinibus ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gratie, indulgemus, prouiso quod canonicatus et prebende predicti debitis propterea non fraudentur obsequijs, seu eorum congrue supportentur onera consueta.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadrigentesimo quadragesimo sexto, tertio nonas octobris, anno sexto decimo.

137

7 OUTUBRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Faro.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 95.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Diego Fernandez, escud[ei]ro do jfante dom Enrriquj, em que o dam por scpriuam das sissas de Faarom asi como o era Gomez Afonso, que o dicto ofiçio tinha. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, ssete dias doutubro. Elrey o mandou per Lujs dAzeuedo, do sseu consselho e ueedor da sua fazenda. Afonso Uaasquez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbj annos.

138

9 OUTUBRO 1446

Contrato de casamento celebrado em Evora, entre el-rei D. João II de Castela e a infanta D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, representado o monarca castelhano por Garcia Sanchez de Valladolide, guarda, embaixador e procurador daquele soberano, por diligência do regente D. Pedro, com consentimento do duque de Bragança, avô da nubente, e da mãe desta, a infanta D. Isabel, e anuência do infante D. Henrique.

ANTT., *Reis*, liv. 1, fl. 52, — donde se reproduz.

Publicado por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 37 do liv. 3, extraído do original em pergaminho, maço de Escrituras Antigas, do Cartório da Casa de Bragança, naturalmente o exemplar destinado ao avô da nubente. Sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 344-46.

Dom Affomsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos acordamos, per comsselho e autoridade do alto, jllustre e magnifico primçipe jffamte dom Pedro, duque de Coymbra e senhor de Momtemoor, nosso mujto prezado e amado tio e padre, nosso curador e curador e rregedor por nos de nossos rregnos e senhorio, seer fecto, firmado e celebrado, com a graça de Deus, matrimonio, segumdo mamdamento e hordenamça da nossa madre e samta egreia de Roma, amtre o muy alto e mujto exçellente e mujto poderoso primçipe dom Joham, per graça de Deus rrey de Castella e de Liom, etc., nosso mujto prezado e amado jrmãao, tio e amiguo, de hũua parte, per ho homrrado caualleiro Garçia Samchez de Valhadollide, sua guarda, como seu embaxador e procurador soffiçiemte pera ello, per vertude e poder de hũua procuraçom que nos mostrou, firmada pollo dito rrey, seu senhor, e seellada do seu verdadeiro seello, sobscprita per o doutor Fernam Diaz, ouuydor e rrefferemdairo do dito rrey e do seu comsselho, e per poder de hũua letra apostollica de nosso senhor o padre samto Eugenio quarto, presidemte que ora he na egreia de Deus, escprita em purgaminho e em latim, seellada com o sello pemdemte do chumbo, em fios de seeda collorada e amarella, das quaaes o theor, de verbo a verbo, adiamte he escprito.

Segue-se a transcrição da procuração, em português, de D. João II Castela, de 2 de Abril de 1446, — o nosso DOC. 111 —, *e da bula*

Precelsa dignitatis, *de Eugénio IV, de 5 de Novembro de 1445,—o nosso DOC.* 62.

E, da outra parte, a jllustre e alta e esclareçida primçesa dona Jsabell, nossa mujto prezada e amada prima, filha do alto e jllustre primçipe e magnifico jffamte dom Joham, da esclareçida memoria, cuja alma Deus aja em seu samto parayso, per autoridade e comssemtimento expresso do jllustre e magnifico primçipe dom Affomso, duque de Bragamça e comde de Barçellos, seu avoo, e da illustre e alta primçesa jffante dona Jsabell, madre da dita primçesa dona Jsabell, nossos mujto prezados e amados tio e prima. O quall matrimonio acordamos ser assy feito, firmado e celebrado amtre as ditas partes, por seruiço de Deus e nosso e homrra e comseruaçam de nosso rreall estado e bem assy das ditas partes primçipaaes, com çertas clausullas e capitullos adiamte declarados, em esta forma que sse segue.

Primeyramente, he acordado que, em nome da Samta Trimdade, seja feito com toda sollemnidade e celebrado matrimonio, segumdo hordenamça e mamdamento da samta egreia de Roma, amtre o dito muy esclareçido primçepe rrey de Castella e de Liam, nosso tio, per o dito seu procurador, e a dita muy jllustre primçesa dona Jsabell, com as clausullas, pautos e comuemças adiamte escpritas, comuem a saber. Que nos, dito rrey de Portugall e do Algarue, etc., damos e comstituimos, em dote, com a dita primçesa dona Jsabell, nossa prima, ao dito rrey de Castella, nosso tio, quoremta e çimquo mil florijs douro do cunho dAragom, que momtauam em todo o solldo e rreguardo do que ouueram dauer todallas jemtes, assy de cauallo como de pee, que, per nosso mamdado, forom em companha do comdestabre de Portugall, nosso mujto prezado e amado primo e jrmãao, em ajuda e fauor do dito rrey de Castella, nosso tio, a seus rregnos, o anno que passou de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçemtos e quoremta e çimquo, assy do numero da jemte que o dito rrey de Castella, nosso tio, nos emuiou rroguar que lhe emuiassemos, como de toda a outra jemte, assy de cauallo como de pee, que aalem do dito numero, quer per nosso mamdado quer per sua vomtade, forom aos rregnos de Castella o dito anno, em companha do dito comdestabre, nosso primo, em seruiço do dito rrey de Castella, nosso tio (1).

Pollo quall dito solldo o dito rrey, nosso tio, em parte delle, he theudo e obrigado de pagar a nos e, na outra parte delle, pera comprymento de toda a dita soma, he obrigado a o paguar a algũus fidallgos e caualleyros e naturaaes destes nossos rregnos, segumdo mais compri-

(1) Cfr. os DOCS. 189 e 190 do nosso vol. 8 e RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 85 e 87.

damente Ẽe comtheudo nas obrigaçõoes e rrecados e comtas que na dita rrezam passarom; a quall dita ssoma e comthia dos ditos quoremta e çimquo mill florijs douro foy comcertada amtre nos e o dito rrey de Castella, nosso tio, momtar na ssoma de todo o dito solldo e rreguardo, posto que mais ou menos em ell momtasse. E nos praz e outorgamos e queremos que em esta ssoma fique pera todo tempo. E foy acordado, amtre nos e o dito rrey de Castella, per o dito seu procurador, que numqua em algũu tempo cada hũu de nos, ditas partes, possa dizer comtra a dita ssoma e comcordamça, porque a nos e ao dito rrey praz que a dita ssoma, dos ditos quoremta e çimquo mill florijs, seja sempre aviida por boa e verdadeira, ajmda que no dito solldo e rreguardo mais ou menos possa momtar, per outra quallquer comta que sobrello possa seer feita per outro algũu modo e maneyra que seer possa.

Os quaaes ditos quoremta e çimquo mill florijs nos prometemos que, do dia que o casamento, per pallauras de presemte, for feito ataa vimte dias primeyros seguimtes, outorgaremos e conheçeremos aver em nos rreçebidos, damdo por nenhũus e avemdo por quebramtadas as obrigaçõoes e rrecados que sobre a dita rrezam passarom e as emtregaremos com cartas de pago e de quitamento, taaes per homde o dito rrey de Castella, nosso tio, seia dellas liure e quite aa dita primçesa dona Jsabell demtro nos ditos vimte dias, pera que as ella emtregue e emtregara, rreallmente e com effecto, ao dito rrey de Castella, nosso tio, do dia que com ella comssumar o matrimonio e ella for emtregue das çidades de Soria e Çidade Reall e villa de Madrigall e assemtamento de marauidijs adiamte declarados, que lhe per o dito rrey, nosso tio, ha de seer dado e posto, por rrezam do dito casamento, ataa vimte dias primeiros seguintes (2).

E acomteçemdo, o que Deus nom mamde, que amte que o dito matrimonio seia comssumado, seia departido, per morte de cada hũu dos ditos rrex, nosso thio, e primçesa, nossa prima, ou per outra algũua maneyra, em tall caso o dito dote nom passara a outra pessoa, mas as obrigaçõoes delle, que ssom os ditos quoremta e çimquo mill florijs do dito ssolldo, sse tornaram e ficaram a nos e ficara em sua força e vigor, assy como sse o dito matrimonio nom fosse feito nem outorgadas as ditas cartas de paguamento e quitaçom e que ell, dito rrey de Castella, nosso tio, em caso que sse obriga a rrestituir e paguar o dito dote aa dita primçesa dona Jsabell, em este caso nom fique obrigado a lho paguar, pois que nom passa a ell e ell nos fica obrigado por ell e a nossos naturaaes.

Jtem, que o dito rrey de Castella, nosso tio, comstitujra e dara, em arras, aa dita primçesa dona Jsabell, por homrra de sua pessoa, quimze

(2) Cfr. o DOC. 141.

mill florijs douro em ouro, do crunho dAragom, os quaaes, seemdo o dito matrimonio comssumado, ella avera em todo caso pera ssy e pera seus herdeiros.

Jtem, que em todo caso que comssumado o dito matrimonio amtre as ditas partes, seja fijmdo ou separado, a dita primçesa e os ditos seus herdeiros ajam todo o dito dote e arras compridamente, sem algũu falleçimento, pera de todo fazer ou fazerem liuremente o que lhes prouuer. E que, pera paguamento das ditas arras e rrestituiçom do dito dote, o dito rrey de Castella, nosso tio, lhe obriga loguo e da, em premda por ello, a sua çidade de Soria, que he demtro em seus rregnos, com todos seus lugares e terras e termos e com todollos direitos e peitas hordinarias e jamtares e padroados das egreias perteemçemtes ao senhorio da dita çidade, que aa coroa rreall perteemçem, e com toda a jurdiçam çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jmperio, assi como ouuerom as outras rrainhas no lugar ou lugares que lhes dados erom, per rrezam de seus casamentos, e tam compridamente como o dito rrey, nosso tio, ha e melhor, se o melhor poder aver, saluo aquellas cousas que sam tam comjumtas aa coroa e estado rreall dos rrex e rregnos de Castella, que numqua ouuerom nem forom dados nem possuidos aas outras nem pera outras rrainhas de Castella que ataaqui forom, em os lugares e terras que lhes dadas forom, per rrazam de seus casamentos.

A quall çidade lhe fara rreallmente e com effeito emtregar, do dia que ella, dita primçessa, com a graça de Deus, chegar aa corte do dito rrey, nosso tio, ataa quoremta dias primeiros seguimtes, com todollos ditos lugares, terras e termos, rremdas e direitos e jurdiçam; as quaaes ella avera liuremente em toda sua vida ou os ditos seus herdeiros, ataa que compridamente de todo seja paga do dito dote e arras, sem descomtamdo cousa algũua do primçipall, por que lhe a dita çidade e rremdas seraa obrigada e empenhada, porquamto o dito rrey de Castella, nosso tio, lhe faz logo graça e merçee de todallas ditas rremdas e direitos e jurdiçam e padroados e a seus herdeiros, ata seer de todo compridamente paguado o dito dote e arras, segumdo dito he.

Jtem, quamto perteemçe aa eramça que a dita primçesa dona Jsabell herdou, per falleçimento do dito jffamte dom Joham, seu padre, e bem assy o que espera dauer e soçeder, per falleçimento da jffamte sua madre, o dito rrey de Castella, nosso tio, leixou dello o carrego a nos e aa jffamte sua madre e aos jfamtes dom Pedro e dom Hamrrique e ao duque de Bragamça que a fezessemos avalliar, segumdo vissemos e nos prouguesse. E per nos he visto e acordado que a dita primçesa dona Jsabell aja, polla dita heramça que assy herdou do dito jffamte seu padre e bem assy pella que espera dauer e herdar per falleçimento da dita sua madre, sasemta mill florijs douro, do crunho dAragom, ao tempo dora corremtes, de justo peso e vallor.

Poremde, nos prometemos e outorgamos que, seemdo a dita primçesa dona Jsabell viua, ao tempo do falleçimento da dita jffamte sua madre, que lhe daremos e paguaremos ou aos seus herdeiros desçemdemtes, nom seemdo ella viua, os ditos sasemta mill florijs, des ho dia que a dita jffamte falleçer ata dous annos primeiros seguimtes. E por que mais segura seia da dita pagua, nos obrigamos que, do dia que a dita jffamte dona Jsabell, madre da dita primçesa dona Jsabell, finar, demtro de seis meses primeiros seguimtes nomearemos aa dita primçesa dona Isabell ou a seus herdeiros lugar ou lugares nossos que seiam em nossos rregnos, que valham a dita comthia, pera lha paguar demtro em os ditos dous annos; e, nom lha paguamdo em aquell prazo, que demtro em ell lhe mamdaremos emtregar e emtregaremos ou a quem seu poder ouuer, rrealmente e com effecto, os taaes lugares, pera que os tenha ou seus herdeiros desçemdentes, sse ella viua nom for, em premda e por penhor dos ditos sasemta mill florijs. E, ataa seer delles pagada, tenha e aja e leue, ou os ditos seus herdeiros desçemdemtes, as rremdas e fruitos e direitos e jurdiçam ao senhorio delles pertemçemtes, sem descomtar por ello cousa algũua do prinçipall, porque a nos praz assy e fazemos aa dita primçesa dona Jsabell e, por seu falleçimento, aos ditos seus herdeiros desçemdemtes pura e simprez doaçam de todo ello.

E, despois de pagada, ella ou seus herdeiros desçemdemtes, dos ditos sasemta mill florijs, que tall lugar ou lugares com suas pertemças fiquem liuremente a nos e aa coroa de nossos rregnos e que o dito rrey de Castella, nosso tio, rreçebemdo os ditos sasemta mill florijs, obrigara aa dita primçesa dona Jsabell, pera a pagua e rrestituiçam delles, lugar ou lugares que valham a dita comthia, pera lha restituir e tornar, ou a seus herdeiros, separado o matrimonio de quallquer guisa que seja. Dos quaaes lugar ou luguares ella cobrara logo a posse, ao tempo do apenhamento, em tall forma que lhe nom seia neçessaria tomar despois outra, e elrrey avera, em sua vida, os fruitos e rremdas e jurdiçam e senhorio delles; e, morto elle, ella, sem outra çitaçam nem amtrepellaçam de perssoa nenhũua, avera os ditos lugares e fruitos e nouos e rremdas e jurdiçom e padroados, sem descomtar, ou seus herdeiros, assy e pella forma que he acordado que os aja da çidade de Soria, porquamto ho dito rrey, nosso tio, lhes faz pura e simprez doaçam do que dito he. A quall villa o dito rrey, nosso tio, declarara ao tempo que ouuer dauer os ditos sasemta mill florijs e despois que a dita primçesa dona Jsabell ou seus herdeiros forem paguados dos ditos sasemta mill florijs, que ao dito rrey fique liuremente o dito lugar.

Jtem, que, falleçemdo o dito rrey de Castella, nosso tio, primeiro deste mumdo que a dita primçesa dona Jsabell e ella se queyra sair fora dos ditos rregnos de Castella sem liçemça do rrey que a esse tempo

em elles rregnar, ou casar outra uez, o que Deus deffemda, ella nom sera portamto desapoderada da dita çidade de Soria nem dos ditos seus lugares e terras e termos e direitos e rremdas e jurdiçam, ajmda que ouuesse guerra amtre os nossos rregnos e os de Castella, per quallquer maneira que seer podesse, o que Deus deffemda, nem por outra quallquer cousa que lhe seia dita nem cuidada, mas teera e avera todo liuremente, ataa que seja compridamente paga de todo o dito dote e arras, ou, falleçemdo ella, seus herdeiros o averam, como suso dito he, e tambem nom sera desapoderada dos lugares que lhe forem lançados a penhor pollos sasemta mill florijs que ha dauer por sua heramça. E, quamdo sse a dita primçesa partir quiser pera estes nossos rregnos ou pera outra quallquer parte, per falleçimento do dito rrey, nosso tio, ella nom sera poremde rretheuda nem lhe poerom embarguo algũu em suas cousas, mas que liuremente e sem outro comtradizimento o possa fazer a quallquer tempo que lhe prouuer, ajmda que guerra seja amtre os ditos rregnos.

Jtem, que o dito rrey de Castella, nosso tio, assignara logo aa dita primçesa dona Jsabell, por camara e pera seu assemtamento, a Çidade Reall e a villa de Madrigall, que ssom em os ditos seus rregnos, com seus lugares e terras e termos e jurdiçom çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jmperio, e com todallas peitas e direitos e jamtares e outros quaaesquer direitos e padroados de egreias, perteemçemtes ao senhorio da dita çidade e villa e suas terras e lugares e cada hũu delles, os quaaes lhe da assy e pella guisa que as outras rrainhas de Castella ouuerom os lugares que lhe forom dados por rrezom de seus casamentos, e tam compridamente como as o dito rrey, nosso tio, ha e melhor, se melhor poderem aver, saluo aquellas cousas que sam tam conjumtas aa coroa e estado rreall dos rrex e rregnos de Castella, que numqua ouuerom nem foram dadas nem possuidas aas outras nem por as outras rrainhas de Castella que ataaqui forom em os lugares e terras que lhes dadas forom por rrezam de seus casamentos. As quaaes çidade e villa com as ditas rremdas, jurdiçom e padroados, a dita primçesa avera em toda sua vida, assy em vida do dito rrey, nosso tio, como despois de seu falleçimento, se acomteçer elle primeiro morrer, por tall que ella sse possa melhor ssosteer e soportar seu rreall estado em os ditos rregnos, comtamto que ella nom case mais e viua onestamente, segumdo que a seu rreall estado perteemçe, nem saya dos ditos rregnos sem liçemça do rrey que a esse tempo em elles rregnar, e que ella, em seu tempo, nom possa vemder nem emalhear nem trocar a dita çidade e villa e lugares com suas perteemças nem cousa dello em outra algũua pessoa sem autoridade do dito rrey, nosso thio, mas que, per falleçimento da dita primçesa, a dita çidade e villa, com seus direitos e pertemças, fiquem liure e desembargadamente ao rrey que em esse tempo for nos rregnos de Castella e aa sua coroa rreall.

Copyrighted material

Jtem, que o dito rrey de Castella, nosso tio, mamdara assemtar em seus liuros aa dita primçesa, em cada hũu anno, que aja em toda sua vida, pera soportamento de seu rreall estado, hũu comto e trezemtos e çimquoemta mill marauidijs, os quaaes lhe mamdara, em cada hũu anno, liurar honde lhe seiam bem pagos, de tall guisa que ella seia delles comtemte, os quaaes marauidijs ella avera compridamente em sua vida, ajmda que o dito rrey, nosso tio, falleça desta vida primeyramente que ella, nom casamdo ella outra uez e viuemdo honestamente nem saymdo dos ditos rregnos sem liçemça do rrey que a esse tempo nelles rregnar, como suso dito he. Os quaaes ditos marauidijs lhe seram assemtados e os ditos lugares emtregados rreallmente e com effecto, do dia que a dita primçesa, com a graça de Deus, chegar aa corte do dito rrey de Castella, nosso tio, ataa quaremta dias primeiros seguimtes, segumdo que suso dito he, na entrega da çidade de Soria, que lhe hade seer apenhada pella rrestituiçam do dote e paguamento das arras, como suso ja he declarado.

Jtem, que falleçemdo a dita primçesa dona Jsabell ante que seja paguada do dito dote e arras, em todo caso seus herdeiros, assi abintestado como per testamento, ajam compridamente as ditas rremdas e jurdiçom e direitos e padroados ao senhorio da dita çidade de Soria pertemçemtes, ataa que lhe seja feita paga do dito dote e arras, os quaaes direitos e rremdas e jurdiçom e senhorio auerom assy e pella guisa que as ha dauer a dita primçesa dona Jsabell em sua vida, e esso meesmo aquello que lhe dado for a penhor pellos sasemta mill florijs que ella ha dauer por sua heramça, ao falleçimento da dita jffamte sua madre, segumdo ja suso he declarado, no capitollo que desto falla.

Jtem, que sera dado emxouall com a dita primçesa dona Jsabell, segumdo o que a nos bem pareçer comcordamte com ho estado do dito rrey de Castella, nosso tio, o quall lhe seraa dado ao tempo que ella for aos ditos rregnos, o quall emxouall lhe nom sera comtado em dote nem ell seera, em algũu tempo, obrigado aa rrestituiçam delle, mas seraa sempre seu e em seu poder della, pera em todo tempo ella poder despoer delle o que lhe prouuer, segumdo hordem e forma de direito, e assy de todallas cousas que a dita primçesa dona Jsabell comssiguo leuar e ouuer despois que for em Castella, assi mouell como rraiz.

Jtem, que tanto que a dita primçesa dona Jsabell, com a graça de Deus, for em os ditos rregnos de Castella, ella seia avuda e assy bem tratada como sse fosse naturall delles e que aja todollos priuillegios e liberdades, preminemçias que ataa o presemte ouuerom as rrainhas que amtella forom em elles, assy naturaaes como nam naturaaes, e per direito e costume deuem aaver, e que os seus offiçiaaes e seruidores ajam todallas liberdades, priuillegios e direitos que damtijgamente ouuerom todollos

offiçiaaes e seruidores das outras rrainhas que ataa o presemte forom nos ditos rregnos.

Jtem, que do dia que a dita primçesa dona Jsabell emtrar nos rregnos delrrey de Castella demtro de trimta dias primeiros seguimtes, elle, dito rrey, a rreçeba, por moor avomdamento, em façe de egreia, com aquella sollemnidade que a casamentos de semelhamtes senhores perteemçe.

Jtem, o dito embaixador e procurador do dito rrey de Castella, nosso tio, prometeo, em nome do dito rrey, per juramento dos samtos euamgelhos, que do dia que o rreçebimento, com a graça de Deus, for feito per elle, dito embaixador, com a dita primçesa dona Jsabell ataa oitemta dias primeiros seguimtes, ho dito rrey de Castella nos emviara, por moor avomdamento e firmeza, tres cartas de seu verdadeiro signall e seelladas com o seu seello do chumbo e aprouadas pello primçepe seu filho e per os prellados e gramdes do rregno, segumdo se costumam de aprouar os sollemnes priuillegios e cartas que os rrex de Castella, em semelhamtes casos e gramdes fectos custumaram de fazer e dar, assy que rreallmente e com effecto nos seiam emtregues, per que o dito rrey e o dito seu filho e prellados e gramdes louuarom e aprouarom, confirmarom toda esta comcordança e capitollos em ella comtheudos.

E ell, dito rrey, nosso tio, por ssi e seus sobçessores, prometera, per juramento dos santos euamgelhos, corporallmente tamgidos com suas mãaos, e por sua ffe rreall, que os comprirom e guardarom e faram comprir e guardar em todo e cada cousa, bem, fiell e verdadeiramente, a todo seu comprido poder. E, nom nos emuiamdo assy as ditas tres cartas demtro nos ditos oitemta dias, logo por esse meesmo feito emcorrera e emcorra em penna de çem mill dobras de bamda douro da moeda agora corrente, pera nos; e, pera pagamento da dita penna de çem mill dobras, prometeo e outorgou que nos ouuessemos por ella e em preço della a sua villa de Touro, que he demtro em seus rregnos, com todas suas rremdas e direitos, padroados e jamtares e jurdiçam çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jmperio, e com todos seus termos e terras e lugares perteençentes ao senhorio della e com seu castello e fortelleza; e, sseemdonos pagadas as ditas çem mill dobras de penna, que nos lhe leixassemos liure e desembargadamente a dita villa, com todos os ditos seus direitos e fortelleza, e, a dita penna pagada ou nom, este comtrauto e cada parte delle fique sempre em sua força e firmeza, assy e tam compridamente como sse a dita penna nom fosse pagada. E, posto que nos assy a dita villa ajamos, ella sempre seia do senhorio de Castella, e, ajmda que caso ouuesse que fosse guerra amtre estes rregnos e os de Castella, o que Deus deffemda, a dita villa com todas suas pertemças e fortelleza nos nom possa seer tomada nem tirada nem por outra algũua cousa, ataa nos seerem dadas as ditas cem mill dobras, nom semdo da dita villa e fortelleza feita guerra notoriamente ao dito rrey ou aos seus naturaaes,

nem nos possa seer aposta compenssaçom dos fruitos e rremdas que della ouuermos, pois que a avemos em preço das ditas çem mill dobras de penna.

Jtem, quamto he aas pessoas que a dita primçesa hade leuar comssigo e os offiçiaaes que sse hamde poer em sua casa e pera seu seruiço, he acordado que possa leuar comssiguo a Castella, que amdem com ella, hũua dona e quatro ou çimquo domzellas e que as mais, aalem destas, que pera seu seruiço comprirem, o dito rrey de Castella, nosso tio, a proueera como comuem a seu rreall estado. E esso meesmo quanto aos offiçiaaes e seruidores menores, assy de homeens como de molheres, que ella leue comssigo destes nossos rregnos aquelles que lhe forem compridoyros e de os offiçios aas perssoas, assy portugueses como castellãaos, quaaes lhe mais prouuer, porque, sse ouuerem de poer dous rreposteyros da camara, que o dito rrey, nosso tio, possa poer hũu delles e, sse mais forem os ditos rreposteiros, a esse rrespeito.

Jtem, quamto aos offiçiaaes mayores, por a parte da dita primçesa dona Jsabell he sopricado ao dito rrey de Castella, nosso tio, por ella ao presemte nom aver conheçimento da terra nem das pessoas, que, por hũu anno ou dous, sse nom posessem offiçiaaes em elles, porque em este tempo a dita primçesa podera conheçer a terra e os custumes della e saber a quem milhor e pera seruiço do dito rrey, nosso tio, e seu se deuem dar. E o dito rrey outorgou que lhe plazia por hũu anno. Poremde, o dito Garçia Samchez, em nome do dito rrey seu senhor, outorga e promete que seeram os ditos offiçiaaes sospemdidos por hũu anno e sse nom proueera delles nem dalgũ delles a pessoa algũua demtro no dito anno; e, sse despois do dito anno passado, se acomteçerem poher, que sse ponham per o dito rrey, nosso tio, com acordo da dita primçesa ou per ella, com acordo do dito rrey. E, porquamto a ella he neçessario e lhe comuem logo teer quem aja de veer e proueer sua fazemda e terras e poer pera ello offiçiaaes, sem os quaaes sua fazemda nam sera rregida nem prouiuda, porem o dito Garçia Samchez, em nome do dito rrey, seu senhor, outorgou que em quallquer tempo a dita primçesa possa proueer a quem sua merçee for dos offiçios de chamçeller moor e thesoureiro e despemsseiro moores e comtador moor, que ssom offiçios que primçipallmente perteemçem aa fazemda e feitos de sua casa, e que o dito rrey, nosso tio, se lhe prouuer, possa poer outros tres offiçiaaes doutros tres mayores offiçios, quaaes quiser, comtamto que nom seiam camareyro moor ou rreposteiro moor. E os offiçios que hamde seer avudos por mayores, per acordo e determinaçom do dito rregemte, nosso mujto preçado e amado tio e padre, etc., e do dito embaixador, ssom estes, ajuso escpritos. Primeiramente moordomo; jtem, camareiro; jtem, rreposteiro; jtem, copeiro; jtem, alcayde; jtem, allguazill; jtem, chamçeller; jtem, porteiro; jtem, comtador; jtem, capellam; jtem, thesoureiro e despensseyro; jtem, cauallariço; jtem, azemelleiro; jtem, pousemtador, mayores. E todollos outros offi-

çios seiam avudos por pequenos, em os quaaes a dita primçesa dona Jsabell possa poer offiçiaaes, assy portugueses como castellãaos, quaaes lhe mais prouuer, segumdo dito he.

Jtem, acomteçemdo, o que Deus nom queira, que o casamento amtre o dito rrey de Castella e a dita primçesa dona Jsabell nom seja fecto per pallauras de presemte ou, seemdo assy fecto, ell falleça amte que seia comssumado, o que a Deus nom plaza, em taaes casos e cada hũu delles foy acordado que a dita heramça que a dita primçesa dona Jsabell ouue per morte do dito jffamte seu padre e bem assy a que espera dauer per morte da dita jffamte sua madre, fique liuremente com a dita primçesa dona Jsabell, assy e tam compridamente como sse as numqua ouuesse rrenumçiado. E os ditos sasemta mill florijs fiquem a nos, pera os darmos ao jffamte dom Fernamdo, meu mujto preçado e amado jrmãao, e a dona Briatiz, jrmãa da dita primçesa dona Jsabell, em casamento, casamdo ambos, como com a graça de Deus espero de seer.

As quaaes clausullas e capitollos e cada hũu delles, quamto a nos tamge e perteemçe de comprir e guardar, prometemos, por nossa ffe rreall, e juramos ao signall da samta vera cruz e aos samtos euamgelhos, com nossas mãaos corporallmente tamgidos, por nos e por nossos soçessores, que teeremos, compriremos e guardaremos e faremos teer, comprir e guardar em todo tempo bem, fiell, leall e verdadeiramente, çessamte toda arte e maao emgano, assy e tam compridamente como em ellas e cada parte dellas he comtheudo, sem falliçimento algũu, e que nom comssemtiremos nem daremos fauor algũu, ajuda nem comsselho a algũua pessoa, de quallquer estado, priminemçia que seia, ajmda que a nos seja mujto comjumta em quallquer graao de diuedo, paremtella ou comsamguinidade, pera comtra elles nem parte delles vijr, de fecto nem de direito, em juyzo nem fora delle, em pruuico nem em escomdido, por quallquer cousa ou rrazam, passada, presemte ou futura, de quallquer comdiçom ou callidade que seja ou seer possa, ajmda que tall seja que, ao presemte, pollo emtemdimento dos homeens, nom possa seer alcamçada; e, fazemdo nos o comtrayro de todallas ditas cousas ou cada hũu dellas, que, per esse meesmo feito, emcorramos em penna e paguemos aa outra parte que comprir e mamteuer todo o dito contrauto, por penna e em nome de penna, çimquoemta mill escudos de nossa moeda, de boo ouro e justo peso ou çimquoemta mill dobras de bamda, de boo ouro e justo peso do cunho do dito rrey de Castella da moeda corremte; a quall penna, paguada ou por paguar, o dito comtrauto fique sempre e em todo caso em todo seu vigor e virtude, sem algũu falleçimento.

E bem assy o dito Garçia Samchez, caualleiro, como embaixador e procurador do dito rrey de Castella, nosso mujto preçado e amado jrmãao, tio e amigo, seu senhor, prometeo, por elle e em seu nome, por ell e por seus socessores, e jurou no signall da samta vera cruz e aos samtos euam-

Copyrighted material

gelhos, com suas mãaos corporallmente tamgidos, que ell, dito rrey, seu senhor, e seus soçessores teerom, comprirom, mamteerom e guardarom todallas ditas clausullas e capitollos e cada hũu delles, quamto a ell tamge e perteemçe de guardar e comprir bem, fiell, leall e verdadeyramente, a todo seu leall e verdadeyro, comprido poder, sem algũu falleçimento, assy e tam compridamente como em elles he comtheudo, çessamte toda arte e maao emgano, e que nom dara fauor, ajuda nem comsselho a algũua pessoa, de quallquer estado e comdiçom que seia, assy e pella guisa que per nos he jurado, em as cousas que a nos tamge de jurar e guardar, como suso dito e declarado he. E, fazemdo elle o comtrayro de todallas ditas cousas ou cada hũua dellas, que, por esse meesmo feito, emcorra em penna e pague aa outra parte que comprir e mamteuer o dito comtrauto, por penna e jmteresse, aalem das outras pennas em çima, nos outros capitollos comtheudas, çimquoemta mill dobras de bamda, de boo ouro e justo peso da moeda ora corremte. E esta penna nom sse emtemda no capitollo homde falla das cartas que ha de trazer, comfirmadas per o primçepe, porque tem penna espiçiall; a quall penna, pagada ou por paguar, o dito comtrauto fique sempre em todo caso em todo seu uigor e virtude, sem algũu fallecimento. E, por mayor firmeza deste comtrauto, assy nos, por nossa parte, como o dito caualleyro, em nome do dito rrey, seu senhor, como seu embaixador e procurador soffiçiemte, de nosso moto propio, poder absolluto, çerta çiemçia, suplimos quallquer falleçimento de sollemnidade, de fecto e de direito, que em este comtrauto falleça, pera firme seer, que queremos e mamdamos que elle, nom embargamte ello, seia assy firme e vallioso, como sse os ditos falleçimentos em elle nom ouuesse falleçidos. Os quaaes falleçimentos de sollemnidade, assy de fecto como de direito, todos aqui avemos por expressos e expressamente por espeçificados e declarados, da nossa çerta sçiemçia e proprio moto e poder absolluto, assy como sse aqui fossem simgullarmente espeçificados e declarados. E esto fazemos, porque o emtemdemos assy, por seruiço de Deus e bem e homrra das partes. E, em testemunho desto, mamdamos fazer esta nossa carta.

Dada em a nossa nobre e leall çidade dEuora, nos paaços da praça da dita çidade, em que a esse tempo pousauamos, noue dias doutubro, anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçemtos e quoremta e seis. A quall carta outorgamos, presemte Lopo Affomsso, nosso escpriuam da puridade e notayro jeerall em nossa corte e em todos nossos rregnos e senhorio, e presemte as testimunhas ajuso escpritas, que pera esto forom chamadas e rrogadas, a saber: Martim Affomsso de Miramda, rricomem e do nosso comsselho, e Gomçallo Pereyra, do nosso comsselho, e Luis dAzeuedo, veedor da nossa fazemda e do nosso comsselho, e Hamrrique Pereyra, nosso guarda, e Luis Piriz, nosso capellam moor, e outros.

Copyrighted material

139

11 OUTUBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, de perdão a Pedro Bom, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver estado em arruído que Fernando Afonso Colaço, residente em Santarém, houvera com sua irmã, mulher de Martim de Almeida.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 79.

Dom Afonso, etc.

A todolos jujzes e justiças dos nosos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Pero Boom, scudejro do jfante dom Enrique, nos enujou dizer que elle esteuera de presente no arrojdo que Fernando Afonso Colaço, morador em a ujlla de Santarem, ouuera com sua jrmãa, molher de Martim dAlmeida, come scripuam que erra entom, en logo de seu padre, esto a requerimento de FernandAfonso, por dar fe e testemunho do que se hi pasase, e que fora despois requerido que testemunhase em o dicto fecto, e que ell dera, por testemunho, o que se hi se prouara que se pasara antre elles, entendendo que o podija fazer, sem sendo elle en conheçimento do que se depois hi fezera, o que nos ouueramos por mall fecto; per a quall razam nos o mandaramos prender e que elle ouuera dello notiçija e se amorara por ello e que, andando amorado, lhe fora aposto que elle emadira em hũa carta de segurança hũu aluara, em que erra preso por ser em o dicto fecto, pera della gouujr, como seguro. E que, como quer que a tall adiçam na dicta carta fose fecta, o dicto preso nam gouujra della e, preso, sse ljurara e fora solto per ssentença, por ser achado por sem culpa; pedjndonos por merçe que lhe perdoasemos nosa justiça, a que nos ele, por a dicta razam, hera teudo.

E nos, ujsto seu requerimento e ujsto o quaso quall he e a enformaçam que disto auemos, querendolhe fazer graça e merçe, a onra da morte e payxam, temos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça, a que nos elle [era teudo], por razam do dicto testemunho e em adiçam da dicta carta, em que o asy culpam, contanto que elle uaa estar, per seu corpo, ao noso couto de Aronches por tres anos compridos. E, pera aderençar sua fazenda, lhe damos despaço, da dada desta nosa carta a dous meses primeiros segujntes, em o quall tempo mandamos que ande seguramente per todos nosos regnos e senhorio e que nam seja preso nem acusado,

quanto he por a dicta razam, contanto que nam entre em o lugar honde foy fecto o dicto malafiçijo. E, acabados os dictos dous meses, elle, ataa tres djas primeiros segujntes, se apresente pesoallmente em o dicto couto, perante ho alcaide delle, ao quall nos mandamos que o faça scpreuer no liuro dos emprazados que pera elo he fecto. E o dja que se hescreuer, que, dhi em deante, lhe nam seja dada ljçença a hir pera houtra parte, saluo como nos priujlegios do dicto couto he conteudo. E, nam se asentando elle em o dicto dija e nam morando os dictos tres anos, esta carta lhe nam ualha; e, fazendoo elle asy, mandamos que, dhi en deante, posa ujuer e morar em o dicto logo de Santarem hou onde elle quiser, em nosos regnos, e nam seja por ello mais preso nem acusado.

Dada em a çidade dEuora, onze dias doutubro. Elrrey o mandou, per o doutor Aluaro Martijnz, do seu desenbargo. Rodrigo Afonso a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Rbj anos.

140

27 OUTUBRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a conceder a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, possa andar em besta muar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 98.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que nos, querendo fazer [graça] e merçee a Pero Esteuez, scudeiro do jffante [dom] Anrrique. Carta que ande em besta muaar. Em fforma. Vnde al nom façades.

Dada em a cidade dEuora, xxbij dias doutubro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, etc. Dinis Afonso a ffez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e Rbj.

141

27 OUTUBRO 1446

Carta de quitação do regente D. Pedro, passada a el-rei D. João II de Castela, de 45.000 florins de ouro de Aragão, soma em que, segundo os dois convieram, importava o soldo a pagar pelo rei castelhano a Portugal, em razão da ajuda militar que, no ano anterior e sob a chefia do condestável do reino, lhe fora prestada contra os infantes aragoneses, e agora convertida em dote da infanta D. Isabel, filha do infante D. João, matrimoniada com o referido soberano de Castela (1).

ANTT., *Reis*, liv. 1, fl. 58, — donde se reproduz.

Dom Affomsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos trautamos, com autoridade do jmclito e esclareçido primçepe, magnifico jffamte dom Pedro, nosso mujto prezado tio e padre, nosso curador e curador e rregedor, por nos, de nossos rregnos e senhorio, casamento amtre o mujto alto e mujto exçellemte primçepe, mujto poderoso dom Joham, per graça de Deus rrey de Castella e de Liom, etc., nosso mujto preçado e amado jrmãao, tio e amiguo, e a mujto alta e mujto excellemte primçesa e mujto virtuosa rrainha dona Jsabell, sua molher, nossa mujto amada e prezada prima.

E, amtre as outras cousas que, por nossa parte, forom prometidas, no comtrauto feito sobre o dito casamento, assy he que nos dariamos, em dote, com a dita rrainha dona Jsabell, nossa prima, ao dito rrey de Castela, nosso tio, quarenta e çimquo mill florijs douro do cunho dAragom, que momtarom, per verdadeyra comta, feita per nos e o dito rrey de Castella, em todo o solldo e rreguardo do que ouuerom dauer todallas jemtes, assy de cauallo como de pee que, per nosso mamdado, forom em companha do comdestabre de Portugall, nosso mujto amado e prezado primo e jrmãao, em ajuda e fauor do dito rrey de Castella, nosso thio, a seus rregnos, ho anno que passou de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçemtos e quoremta e çimquo annos, assy do numero

(1) Cfr. os DOCS. 189 e 190 do nosso vol. 8 e RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 85 e 87, onde, por sinal, o autor transformou em 100.000 os 45.000 florins constantes deste documento e do respectivo contrato de casamento, de 9 de Outubro de 1446, — o nosso DOC. 188.

da gemte que o dito rrey de Castella, nosso tio, nos emviou rrogar que lhe emviassemos, como de toda a outra gemte, assy de cauallo como de pee que, aalem do dito numero, quer per nosso mamdado, quer per sua vomtade, forom aos rregnos de Castella o dito anno, em companha do dito comdestabre, nosso primo, em seruiço do dito rrey de Castella, nosso tio, pollo quall dito solldo o dito rrey, nosso tio, em parte he theudo e obrigado de paguar a nos; e, na outra parte delle, pera comprimento de toda a dita soma, he obriguado a o paguar a algũus fidallgos e caualleiros naturaaes destes nossos rregnos, segumdo mais compridamente he comtheudo nas obrigaçõoes e rrecados e comtas que na dita rrazom passarom.

E porque, no comtrauto fecto sobre o dito casamento, nos prometemos ao dito rrey de Castella que do dia que o casamento fosse cellebrado per pallauras de presemte, amtre elle e a dita rrainha dona Jsabell, sua molher, atee vimte dias primeiros seguimtes, nos lhe dariamos quitaçom de toda a dita comtia dos ditos quoremta e çimquo mill florijs, em tall guisa que elle fosse delles quite e liure, segumdo no dito comtrauto mais compridamente he comtheudo; e porque, outrossy, o dito casamento ja, polla graça de Deus, he cellebrado per pallauras de presemte, amtre as ditas partes, queremdo nos satisfazer, demtro no termo dos vimte dias, ao que assy no dito comtrauto prometemos, quitamos ao dito rrey toda a dita comtia dos ditos quoremta e çimquo mill florijs, em que nos assy era obrigado polla dita rrezom e comta, amtre nos e elle verdadeiramente feita, como dito he.

A quall quitaçam queremos e mamdamos que seja logo emtregue aa dita rrainha dona Jsabell, demtro dos ditos vimte dias, que prometemos que lhe fosse emtregue, pera a ella emtregar ao dito rrey de Castella, seu marido, do dia que o matrimonio amtre elles for comssumado e ella for emtregue das çidades de Soria e Çidade Reall e villa de Madrigall e assemtamento de marauidijs que lhe pollo dito rrey, nosso tio, ha de seer dado e posto, por rrezam do dito casamento, ataa vimte dias primeiros seguimtes, segumdo mais compridamente he comtheudo no comtrauto feito do dito casamento.

E porque, outrossy, nos prometemos, no dito comtrauto do casamento, que, demtro dos ditos vimte dias, comtados do dia que o dito casamento fosse cellebrado per pallauras de presemte amtre as ditas partes, nos dariamos aa dita rrainha as ditas obrigaçõoes dos ditos quoremta e çimquo mill florijs, em que nos o dito rrey assy era obrigado, como dito he; querendo satisfazer ao que assy prometemos, mamdamos que logo, duramdo o tempo dos ditos vinte dias, lhe sejam emtregues, pera as ella, per ssy meesma, emtregar ao dito rrey de Castella, seu marido, depois que o dito matrimonio amtre elles for comssumado, como dito he.

E acomteçemdo, o que Deus nom queira, que, per algũu caso de quallquer guisa que acomteçer possa, o dito casamento falleça ante que seia amtre elles comssumado, em tall caso, queremos que ella, dita rrainha, torne e emtregue e rrestitua a nos todallas obrigaçõoes e esta quitaçom em aquella forma que lhas agora mamdamos emtregar, sãas, boas e verdadeiras, sem outra viollaçom ou comrrompimento em ellas feito, pera nos dellas podermos husar assy e tam compridamente como sse as a ella nom ouuessemos dadas nem emtregadas nem feita doaçam dos florijs em ellas comtheudos ao dito rrey de Castella, em dote, com ella, dita rrainha, sua molher, nem lhe ouuessemos delles dada quitaçom; porque com este emtemdimemto e comdiçom demos os ditos florijs, em dote, ao dito rrey com a dita rrainha, e lhes damos a dita quitaçom e mamdamos dar e emtregar as ditas obrigaçõoes aa dita rrainha, como suso dito e declarado he.

E, em testimunho desto, lhe mamdamos dar esta nossa carta, signada per nos e asseellada com ho nosso seello do chumbo e ssignada per o dito jffamte dom Pedro, meu tio e padre e rregemte, feita em a nossa çidade dEuora, nos paaços da praça em que pousamos, vimte e sete dias doutubro, anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e cccc e quoremta e seis. A quall carta outorgamos presemte LopAffomsso, nosso escpriuam da poridade e notayro moor pubrico jerall em a nossa corte e em todos nossos rregnos e senhorio, e presemte as testemunhas ajuso escpritas, que pera esto forom rrogadas, chamadas, a saber: Gomçallo Pereyra e o doutor Ruy Fernamdez, do nosso comsselho, e dom Dieguo de Castro e Hamrrique Pereyra, nosso guarda, e Joham Vaasquez dAlmadaa, veedor de nossa casa, e outros.

E eu, sobredito LopAffomsso, scpriuam da puridade do dito senhor rrey e notairo moor e pruuico em sua corte e jeerall, per sua rreall autoridade em todos seus rregnos e senhorio, que, per mamdado do dito ssenhor rrey, a todo esto presemte fuy, estipullante e açeptamte, como pessoa pruuica, por todollos presemtes e aussemtes, a que todo este negoçio, em parte ou em todo, ao presemte ou ao diamte, pode ou podera pertemçer per quallquer guisa que seja. E esta quitaçom mamdey fazer, per mãao de fiell escpriuam, e aqui sobescpreuj e fiz meu signall pruujco.

142

29 OUTUBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe transforme em vitalícia a graça concedida, a seu pedido, em 28

Copyrighted material

de Setembro anterior, a Pedro Martins, deão da sé de Viseu. Concedida vitaliciamente (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 413, fl. 278 v.

Beatissime pater.

Licet deuotissimus eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filius (2), clare memorie Johannis regis Portugalie filius Henricus infans, dux Visensis, ut eadem sanctitas cum deuoto vestro Petro Martini, decano ecclesie Visensis, quod cum decanatu ecclesie predicte, qui curatus et inibi dignitas maior post pontificalem est, vnum aliud beneficium ecclesiasticum seu alias quecumque duo curata seu alias incompatibilia beneficia, etiam si dignitates, etiam maiores uel principales, aut personatus, administraciones uel officia, etiam curata et electiua, in metropolitanis et alijs cathedralibus uel collegiatis ecclesijs seu vna earum cum reliqua seu parrochialis ecclesia, etc., fuerint, cum potestate permutandi, quociens vellet, quoad uiueret, retinere posset, dispensaret, petitum fuerit, per signaturam tamen peticioni desuper eiusdem sanctitatis porrecta[m], que est concessum ad triennium, etc., petita huiusmodi nullatenus venire seu per sanctitatem vestram concessa fuisse videntur. Et ut dictus Petrus, ex peticione huiusmodi, fructuum se gaudeat reportasse optatum, supplicat eidem sanctitati vestre infans et dux prefatus quatenus apostolicas super dicta peticione conficiendas litteras, iuxta petita huiusmodi, seu saltem quoad vnam parrochialem ecclesiam cum dicto decanatu, ita quod ipse Petrus decanatum et parrochialem ecclesiam, si sibi illa canonice conferatur huiusmodi, quoad uixerit, cum potestate illos, quociens uoluerit, pro alijs similibus uel dissimilibus beneficijs, etc., insimul retinere valeat expediri mandare gratiose et cum non obstantibus et clausulis in dicta peticione contentis et oportunis.

Concessum ad vitam, in presencia domini nostrj pape. Johannes Zamorensis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas nouembris anno sextodecimo.

---

(1) Cfr. o DOC. 133, de 28 de Setembro anterior.

(2) Aqui, no ms. *filius Henricus*.

143

1 NOVEMBRO 1446

Carta do infante D. Henrique, a doar a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes para sempre, a capitania da ilha do Porto Santo nos termos na mesma doação indicados (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 85, texto que se reproduz; inserta nas cartas de transmissão da mesma capitania aos herdeiros do donatário, na *Chancelaria de D. João III*, liv. 25, fl. 137; em leitura nova, *Ilhas* fl. 94 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 449.

Eu, o jfante dom Enrique, regedor e gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Noso Senhor Jhesu Christo, duque de Ujseu e asenhor de Coujlhãa, faço saber a quantos esta mjnha carta virem e o conhoçimento dello pertençer, que eu dou carrego a Bertollameu Peroes-

---

(1) Bartolomeu Perestrelo, descendente de italianos, tomou parte na segunda viagem de João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira à ilha do Porto Santo, na década de 1420-30, onde lançou coelhos, que proliferaram rápida e abundantemente, em prejuízo das culturas dos primeiros colonizadores (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Guiné*, cap. 83, a pp. 358-62 do nosso vol. 2, e DAMIAO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., pp. 65 e ss.). Em 8 de Junho de 1431, el-rei D. João I aforou «hûas casas que elle (monarca) ha em Lixboa, na Rua Noua, a par da Horta da Herua, a Bertolameu Palastrello, caualleiro, e a Margarida Martijnz, sua molher, e a outra pesoa que o postumeiro delles nomease» por 80 libras da moeda antiga, anualmente (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 128 v.); e nas cortes de Lisboa de Dezembro de 1439 foi procurador, por Bragança, o cavaleiro Bartolomeu Perestrelo (Cfr. o texto da p. 21 do nosso vol. 7). Parece referirem-se os dois citados documentos ao mesmo indivíduo e cavaleiro e também ao primeiro capitão do Porto Santo; mas, em tal caso, acha-se errada a afirmação de DIAS LEITE, que dá o dito capitão matrimoniado, em primeiras núpcias, não com Margarida Martins, do documento de 1431, mas «com Breitiz Furtada de Mendonça, de que não houve filho barão, senão tres filhas»; e, em segundas núpcias, com Isabel Moniz, de quem ele teve só um filho, varão, Bartolomeu Perestrelo II (*Descobrimento da Ilha da Madeira*, p. 111).

O segundo casamento do primeiro capitão do Porto Santo com Isabel Moniz é confirmado documentalmente, por exemplo pela carta henriquina de 17 de Maio de 1458, data em que o Navegador declara aquele falecido e que, por sua morte e devido ao filho dele ter apenas de 7 para 8 anos de idade, a mãe deste, Isabel Moniz, e o irmão dela, Diogo Gil Moniz, venderam a capitania em causa a Pedro Correia, fidalgo da casa do infante D. Henrique e genro de Bartolomeu Perestrelo I, — por

Copyrighted material

trello, caualleiro de mjnha casa, da minha (2) hilha do Porto Santo. Que elle, dicto Bertollameu Perestrello, a mantenha por mjm, com justiça e djreito; e, morrendo elle, a mjm praz que sseu filho primeiro ou segundo, se tall for, tenha carrego polla gisa suso dicta; e asy de deçendente [em deçendente] (3), per linha djreita. E, semdo em tall hidade o dicto seu filho que a nom posa reger, eu ou meus herdeiros poeremos hi quem a rega, atee que elle seja em hidade pera a reger.

Jtem, me praz que elle tenha, em esta sobredicta ylha, a jurdiçom, por mjm e em meu nome, do ciuell e crime, rresaluamdo morte ou talhamento de nembro, que esto venha perante mjm. Porem, sem enbargo da dicta jurdiçom, a mjm praz que todos meus mandados e coreiçom sejam hi conpridos, asy como em cousa propria mjnha.

Outrosy, me praz que o dicto Bertollameu Peroestrello aja pera sy todollos moynhos de pam que ouuer na dicta ylha de que lhe asy dou carrego e que nengem nom faça hi moynhos senom elle ou quem lhe aprouer; e esto se nom entemda em moo de braço, que a faça quem qujser, e nom moendo a outrem, nem atafanas, senom elle ou quem lhe aprouer.

Jtem, me praz que aja, de todallas serras da agua que hi fezerem, de cada hũua hũu marco de prata, em cada hũu anno, ou seu çerto uallor ou duas tabuaas cada somana, das que custumarem serar, paguando porem a nos o dizimo de todallas dictas serras, segundo pagom das outras cousas o que fezer a dicta serra; e esto aja tambem o dicto Bertollameu Peroestrello de quallquer engenho que se hi fezer, tiramdo vieiros de ferarias ou outros metaaes.

Jtem, me praz que todollos fornoos de pam em que ouuer poya sejam seus; porem, nom embarge que quem qujzer fazer fornalha pera seu pam que a faça e nom pera outro nehũu.

---

casado com sua filha Iseu Palestrela, segundo o informe de DIAS LEITE —, pela tença anual de 10.000 reais, aliás doada por D. Henrique a Pedro Correia e liquidada a favor do referido menor, — disposição então confirmada, na citada carta henriquina, e depois por D. Afonso V, em 17 de Agosto de 1459 (Os dois documentos, extraídos da chancelaria afonsina, publicados por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 548-50 e 557, respectivamente).

Em 1473, Bartolomeu Perestrelo II, ao mesmo tempo que solicitou cópia da carta do infante D. Henrique de 1446, a que vimos a anotar, reclamou a posse da capitania do Porto Santo contra Pedro Correia, com base na referida carta henriquina de 1446, de doação da dita capitania a Bartolomeu Perestrelo, seu pai, e sucessores, a qual lhe foi concedida pela sentença régia de 15 de Março do dito ano (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 85, e *Ilhas* fl. 93 v.). E a referida capitania do Porto Santo veio a ser confirmada sucessivamente à família dos Perestrelos, por via masculina directa, pelos monarcas subsequentes (Cfr., por exemplo, os documentos do ANTT., *Chancelaria de D. João III*, liv. 25, fl. 137).

(2) No ms. *milha* por *minha*.

(3) Como na doação da capitania a Tristão, — o DOC. 71 do nosso vol. 7.

Jtem, me praz que, teemdo elle sall pera vemder, que o nom posa vemder outro senom elle, damdoo elle a rrezom de meo leall de prata allqueire ou sua djreita vallya e mays nom; e, quamdo o nom teuer, que o vemdam os outros da hylha a sua vontade, ataa que o elle tenha.

Outrosy, me praz que, de todo o que eu ouuer de remda na dicta ylha, que elle aja de dez hũu e o que eu ey dauer na dicta ylha e he contheudo no forall que pera ello mandey fazer (4). E per esta gisa me praz que aja esta remda seu filho ou outro seu desçendente per linha djreita, que o dicto carrego teuer.

Jtem, me praz que elle posa dar, per suas cartas, a terra desta ylha ffora pollo forall da ylha a quem lhe aprouuer, com tall comdiçom que aquelle a que derem a dicta tera a aproueyte atee çinquo anos; e, nom a aproueitando, que a posa dar a outrem. E, depois que aproueitada for e a lheixar por aproueytar atee outros cinquo anos, que yso meesmo a posa dar. E esto nom enbarge a mjm, se hi ouuer terra por aproueitar que nom seja dada, que eu a posa dar a quem mjnha merçee for, e asy me praz que a de sseu filho ou herdeiros e desçendentes que o dicto carego teuerem.

E, per esta presente, encomendo e rogo a todollos meus herdeiros e soçesores que despos mjm vierem ajam por firme esta mjnha carta e a conpram e façom conprir e gardar em todo e per todo e pella gisa que em ella he conthudo, porque eu fiz esta merçee ao dicto Peroestrello por elle ser o primeiro que, per meu mandado, a dicta ylha pobrou e por outros muitos seruiços que me fez; pollo quall ffiz a dicta merçee a elle e a seus herdeyros e soçesores, segundo dicto he.

E mais me praz que os dictos vezinhos posam vemder suas herdades aproueitadas a quem lhe prouuer.

Outrosy, me praz que os gaados brauos posam matar os da hilha sem auer hi outra defesa, resaluando o gaado que amda nos hilheeos ou outro algũu lugar çarrado, que o lançe hi o ssenhorio.

Em testemunho de verdade, lhe mandey dar esta mjnha carta, asynada de mynha mãao e asellada do meu seelo das mjnhas armas.

Dada em a mjnha Ujlla, primeiro dia do mes de nouenbro. Gill Ferrnandez a fez. Ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbj anos (5).

---

(4) Desconhecido este foral. Cfr. a nota da página 99 do retrocitado volume.

(5) Em 4 de Março de 1418 era prior da igreja de Santa Marinha, em Lisboa, e Vigário Geral Rafael Perestrelo (Pallastrello), data em que o mesmo, por se achar vaga a diocese, emitiu sentença sobre pertencerem ao mosteiro de S. Vicente de Fora as dizimas do Casal Ventoso (ANTT., *Colecção Especial*, caixa 140, maço 1, doc. 14).

Copyrighted material

144

9 NOVEMBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe letras apostólicas em que se declare que Afonso Peres ou Pires, clérigo da diocese de Lisboa, estudante em Sena, onde deve demorar anos, foi dispensado de ilegitimidade e que lhe fora concedido pudesse receber benefício eclesiástico curado antes dos 23 anos de idade, a fim de continuar os estudos. Concedido.

AV., *Reg. Supll.*, vol. 413, fl. 179 v.

Beatissime pater.

Alias sanctitas vestra, ad supplicacionem domini [Henrici], jnfantis regnj Portugalie, cum deuoto oratore uestro Alfonso Petrj, clerico Vlixbonensis diocesis, qui in vicesimo seu vicesimo primo uel circa sue etatis anno constitutus existit, ut quamprimum vicesimum tercium dicte etatis annum attigerit, beneficium ecclesiasticum curatum, etc., recipere et retinere posset gratiose dispensarj concessit, prout in supplicatione desuper signata plenius continetur.

Verum, pater sancte, jdem Alfonsus (1) defectum natalium patitur de presbytero genitus et soluta, super quo cum eo olim dispensatum est, prout lacius in cancellaria declarabitur, et de quibus quidem defectu natalium ac dispensacione nulla in dicta supplicacione mentio facta fuit. Quare, pro parte dicti jnfantis, in fauorem prefati Alfonsi, qui Senis litterarum studio insistit ac illuc, concedente (2) Domino, per plures annos continue intendit ad finem ut commodius se in huiusmodi studio sustentare valeat, sanctitati vestre humiliter supplicatur quatenus litteras apostolicas super dicta supplicacione conficiendas cum expressione defectu[s] natalium ac illius dispensacionis huiusmodi expedirj mandare dignemini, de gratia speciali. Non obstantibus premissis ceterisque contrarijs quibuscunque et cum clausulis oportunis.

Concessum postquam, etc., jn presencia domini nostri pape. Johannes abbas.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto jdus nouembris anno sextodecimo.

---

(1) No ms. *Antonius*, com indicação de erro.

(2) No ms. *concubito*, com indicação de erro, pelo copista.

145

4 JANEIRO 1447

Tendo-se oferecido o duque de Borgonha ao rei D. Afonso V de Aragão para o harmonizar com o infante D. Pedro de Portugal, o Magnânimo põe as condições seguintes: que, antes de mais nada, sejam todos os servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal, sua irmã, fugidos de Portugal admitidos no país e reintegrados em seus bens, ofícios, dignidades, benefícios e respectivos frutos; que todos os bens de que fora expoliada a dita rainha, dinheiro, pratas, jóias, roupas e rendimentos de suas terras, desde o dia em que lhe foram subtraídos até o da sua morte, sejam entregues ao soberano de Aragão, para ele socorrer os servidores da referida rainha e satisfazer os encargos desta; enfim, que a infanta D. Joana de Portugal, filha da citada D. Leonor, a qual esta lhe recomendara antes de falecer, lhe seja confiada para, a seu tempo, a matrimoniar convenientemente (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2699, fl. 57 v.

Memorial per lo serenissimo ssenyor rrey dArago e deles dues Sicilies, etc., acomanat als mgnifich mossen Francesch dArino, caualler, conseller e vxer darmes, e a Garcia Montanyes, sotsmontero maior del dit ssenyor, deles coses que han a fer ab lo jllustrissimo duch de Borgunya, al qual lo dit ssenyor los tramet embaxadors seus.

. . . . . .

E per que lo dit mossen Gilabert de Lannoy, per part del dit jllustrissimo duch de Borgunya, explica e dix al dit ssenyor que lo dit duch de bona voluntat se jnterposaria en concordar les differencies que son entre lo dit ssenyor e lo jllustre jnfant don Pedro de Portugal, diran los dits embaxadors, per part del dit ssenyor, al dit jllustrissimo duch que lo dit ssenyor sera be content que ell, dit duch, se jnterpose en concordarlos; pero lo auisaran que la jntencio del dit ssenyor es que en qualseuol concordia que seguis, primer e ans de totes coses, tots los seruidors

(1) Cfr. os DOCS. **177**, **181**, **182** e **186-88** do nosso vol. 8 e os DOCS. **52**, **78** e **79** do presente volume, entre outras cartas da rainha D. Maria aqui editadas.

Copyrighted material

dela jllustrissima dona Elionor, de bona memoria rregina de Portugal e germana del dit ssenyor qui son stats foragitats del rregne de Portugal e son stats leuats lurs bens sien restituits, tornats e reintegrats en lo dit rregne e en tots lurs officis, dignitats, benificis e bens quels sien stats leuats e tots los fruyts daquells.

Jtem, que tots los bens que foren leuats ala dita jllustrissima rreyna, peccunia, argent, joyes e altres qualseuol bens e robes e encara totes les rendes e jntroits deles terres que ala dita jllustrissima rreyna eren obligades, del dia que la dita jllustrissima rreyna fou priuada dela dita possessio de aquelles fins al dia dela sua mort, sien restituides jntegrament al dit ssenyor, per que puxa satisffer als seruidors daquella e complir e pagar los carrechs a que la dita rreyna era tenguda.

Jtem, que la jnfanta dona Johana de Portugal, filla dela dita rreyna, e la qual la dita rreyna, ans dela sua mort, lexa e acomana al dit ssenyor, li sia jntegrada, per que, venint lo cas, la puxa collocar en matrimonj, tal qual a aquella se pertany e, complintse aquestes coses per part del dit jnfant don Pedro de Portugal, sera content lo dit ssenyor de venir a concordia sobre les dites differencies.

. . . . . .

Expeditum jn regijs felicibus castris, jn Silua Passaranj, de prouincia Campanie Rome, die iiij°. januarij, anno a natiuitate Dominj M.cccc.xxxxbij°.

Dominus rex mandauit michi
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

146

12 JANEIRO 1447

Carta da rainha D. Maria de Aragão a el-rei seu marido, a pedir-lhe reconduza D. Francisco Manresa no cargo de alcaide de Alcolea, que lhe havia sido dado pela falecida rainha D. Leonor de Portugal e o monarca outorgara a outrem, sendo aquele pobre e havendo servido a dita rainha dedicadamente até à sua morte, nomeadamente como seu almoxarife em Portugal, e lhe conceda mais alguma ajuda (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3048, fl. 99 r. e v.

(1) Cfr. os nossos DOCS. 79 e 80 sobre este Manresa.

Copyrighted material

Molt alt ssenyor. Entrels altres serujdors de la rreyna dona Leonor de Portugal, de bona memorja, en Franchesch Manresa, portador de la present, quj, per vostra gracia, fou fet de casa sua, en lo temps que la dita rreyna passa en Portugal e continuament, fins a la mort, stigue en son seruey e fou almoxerjff seu en aquell regne, es romas desfet e destroujt e foragitat de tots sos bens.

E, per ço, la dita rreyna matexa, apres que fou foragitada del dit regne, lo prouehj del alcaydju de Alcoleia. Et, por que loffici era de poca valor, la dita rreyna de sa pobresa lj ajudaua; ara, apres sa mort, lj ha falljt lo dit sostenjment e encara lo dit offici, per tal com vostra senyoria ha prouehit daquell mossen Remjro de Funes. Sia merce vostra que axi com vostra excellencia ha be acostumat girar la cara als altres serujdors de vostres germans, la vullats girar a aquest, car no se que de mjseria e pobresa de serujdor se deia hauer mes compassio que de aquest, quj no ha cosa en lo mon de que puxa [viure] ne tan poch offiçi ne remey algu, sino mendicar.

E, per ço, vostra merce nol deu lexar perjr, majorment que es persona disposta a regir offici e serujr, e tornarlo en lo dit offici, quj no val res al dit mossen Remjro; ab poca ajuda que lj fos feta, lj darja sostenjment, de que vostra altesa haura merit e honor e yo lo haure a gracia singular a vostra magestat, la qual Nostre Senyor exalte e mantenga longament.

Scrita en Barchinona, a xij dies de janero del any mil cccc.xxxxvij.

Senyor. Vuestra humjl muller, qujs se comana en vostra gracia e merce, la Reyna.

Domina regina mandauit michj, Guillelmo Bernardo de Brugada.

Prouisa.

147

13 JANEIRO 1447

Excertos de carta de quitação do regente D. Pedro, passada a Diogo Gonçalves Bocarro, recebedor do almoxarifado de Beja, relativa ao ano de 1439, com lançamentos respeitantes ao infante D. Henrique, a pessoal dele e à armada de Tânger.

ANTT., *Guadiana*, liv. 4, fl. 64.

Dom Afomso, etc.

A quamtos esta carta que quitaçam virem fazemos saber que Dioguo Gomçaluez Bocarro, noso vasallo, morador em a villa de Beja, teue carguo, per noso mandado, de rreçeber as nosas rremdas e dereitos do almoxarifado de Beja o anno pasado de iiij^{c} xxxix[....].

E tres comtos e quynhemtas mil liuras a Gomçallo Pacheco, tesoureiro das cousas de Çepta, pera compra de carnes [....]. E duzemtas e dez mil liuras a Joham Afomso, escudeiro do jfamte dom Emrrique, meu muito amado e preçado tio, de graça [....]. E seis comtos e seisçemtas e quimze mil e quinhemtas e çimcoemta e tres liuras aos horfãoos da dita villa e comarqua (de Beja), que lhes mandamos paguar da terça parte do pam, dinheiros, prata e ouro que lhes foy tomado pera armada de Tamger [....]. E çemto e coremta e noue mil e seisçemtas e uimte e çimco lyuras a Joham Afomso, escudeiro do jfamte dom Emrrique, meu mujto preçado e amado tyo, de graça [....]. E trezemtas e çimcoemta e tres mil e quynhemtas liuras ao dito jfamte dom Emrrique, meu tyo, em parte de paguo das quatroçemtas e çimcoemta e oyto mjl e quinhemtas liuras que o dito anno lhe hy foram desembarguadas [....].

Dada em a çidade dEuora, a xiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jfamte dom Pedro, rregemte, etc. Afomso Vaasquez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbij annos.

148

18 JANEIRO 1447

Carta do regente D. Pedro, a privilegiar João Lourenço Ramalho, morador na vila de Alcáçovas, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 86.

Dom Affonso, etc.

A uos, jujzees das Alcalçauas, e a todallas outras nossas justiças dos nossos rregnos a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo ffazer graça e merçee a Joham Lourenço Ramalho, morador em essa villa, porquanto he besteiro da camara do

iffante dom Hemrryque, meu muyto prezado e amado tijo; temos por bem e priuillegiamollo, que nom sirua nem vaa serujr per maar nem per terra, em paz nem em guera, per nehũua guissa e maneira que seja, ssaluo com o nosso corpo ou com o dicto jffante, meu tijo, ou com quem elle mandar, e nom com outra pessoa, posto que aja nosso poder pera leuar homens darmas, piãaes e beesteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nehũus pedijdos nem peitas, fintas, nem talhas nem em outros algũus encarregos que per esses conçelhos som ou forem llançados per quallquer guissa que seja, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros algũus encarregos desses conçelhos.

Jtem, queremos e mandamos que o dicto Joham Lourenço, em tenpo de paz ou tregoa, nam tenha cauallo nem outras armas, se as ell [nom] quiser teer, saluo sua beesta, pera nos seruir, posto que pera ello aja conthia.

Outrosy, nom pousem com elle, em suas cassas de morrada, adegas nem cauallaryças nem lhe tomem suas bestas de ssella nem dalbarda, pam, vinho, roupa, palha, galinhas nem outra nehũua coussa do seu contra sua vontade.

Outrossy, elle possa trazeer e traga armas quantas ell quiser per todo nosso senhorio, nom enbargando defessa ou defessas que sobre esta rrazom ajamos postas.

E mandamos a uos e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que a façaces conprir e goardar pella guissa que em ella he contheudo; e, nom a querendo conprir, mandamos a qualquer tabaliam a que esta carta for mostrada que o emplaze perante nos que, do dia que for enprazado a quinze dias primeiros seguintes, pareçaaes perante nos, per perssoa, a dizer quall he a rrazom por que lhe nom conprijs a dicta carta. E al nom façades.

Dada em a nosa çidade dEuora, xbiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante don, etc. Vasco Abull a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e Rbij annos.

149

20 JANEIRO 1447

Sentença definitiva do infante D. Henrique, como regedor da Ordem de Cristo, dada em pleito movido pelo comendador de Castro Marim, Diogo Lopes das Fustas, contra o arrais de Lagos, Martim

Vicente Garrido, por este não haver pago à Ordem certos direitos de trigo com que passara duas vezes pela foz do rio Guadiana.

ANTT., *Gaveta* 17, maço 7, n.º 15, original. Em papel branco, grosso, escrita sobre três páginas de uma folha com mancha de água. Na quarta página o selo do infante D. Henrique e, ao fim do documento, sua assinatura.

Publicada e comentada por DIAS DINIS, *Regimento*, p. 341, e novamente em seus *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 82-84. Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 531.

Eu, o jffante dom Henrrique, rregedor da ordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Uyseu e ssenhor de Couylhãa, ffaço saber a uos, GillEanes, jujz dos ffectos que perteençem aa ordem e aalcaydarya em a mjnha villa de Crasto Marjm, e a quaeesquer outros a que o conheçimento desto perteençer que perante mjm ffoy ordenado hũu ffecto antre partes, a saber, Diego Lopez das Fustas, comendador em a dicta uylla, como autor, da hũa parte; e da outra Martim Vicente Garydo, morador em Lagos, como rreeo; dizendo ho dicto autor, em sua auçam, que era verdade que eno mees de julho, aos xxj dias da era de iiij^{c} Rbj anos, que o dicto rreeo trouxera pollo rrio dOdyana hũu barco, do quall elle era arraaez, em que trazia çinquo moyos de trigo, pasando pola ffooz do dicto rrio sem ho fazer saber a elle, dicto alcaide, nem lhe pagando seu djreito, ssegundo he custume e he contheudo em seu forall; e que, depois desto, ho dicto rreeo trouuera outra vez ho dicto barco polo dicto rrio, leuando em elle sete moyos de trigo e, pasando pola ffooz, como da primeira, sem ho fazer saber nem pagar djreito nem obedeçer aa ordem, segundo dello ho dicto autor ffora çerto per hũu aluara, asinaado per Lyonell Gill, escriuam da sisa de Lagos, onde ho dicto barco portou com o dicto pam.

O quall aluara per ho dicto Diego Lopez ffoy mostrado, no quall ffazia meençam que polo ljuro delrrey se mostraua que Martim Vicente Garydo trouuera, aos xxb dias de julho, çinquo moyos de trigo de Sam Lucar dAlcoutim, a saber: do dicto rreeo, hũu moyo e cinquoenta e hũu alqueires e meo; e do ffilho de Bra[n]ca Garçia, hũu moyo e Rb alqueires; e de Joham Monsim, hũu moyo e xxb alqueires. E iso meesmo se mostra polo dicto aluara que, a quatro dias dagosto da dicta era, que o dicto rreo trouxera, no dicto barco, sete moyos de trigo, a saber: sete quarteiros do dicto rreeo, e dAluoro Ferrnandez Ameyxeiro outros sete quarteiros; e do ffilho da dicta Branca Garçya, tres quarteiros e sete alqueires e meo; e de Joham Monsim, noue quarteiros e sete alqueires e meo.

Os quaees se mostraua polo dicto aluara vijrem dAlcoutim, dando ho dicto autor ajnda majs, em ajuda de seu petitorio e aluara, hũa ssen-

Copyrighted material

tença delrrey, na quall fazia meençam que, vista hũa enquiriçam que se ja sobre outro semelhante caso tirou, elrrey com os de seu conselho acordaram e detremynaram que a ordem de Christos e seus comendadores do dicto logo de Crasto Marjm ajam a trijntena do pam que veer polo rrio dOdiana, asy de Serpa e Beja e Mertola e dos outros logares pera ho rreyno do Algarue etc. (1); mostrando majs ho dicto autor hũa verba contheuda no fforall, a quall ffazia meençam que, se algũs nauyos leuam algũas mercadarias polo dicto rrio em que elrrey aja djreito, sonegadas, que o dicto nauyo se perca e a dicta mercadarya e o arraaez seja preso (2); pedjndo o dicto autor contra o dicto rreeo que, pois elle era arraaez do dicto barco e pasara com o dicto pam per duas vezes pola dicta ffooz sem o mandar fazer saber nem pagar seu djreito, que o nauyo que asy era achado lhe ffosse entregue com seus aparelhos em dobro ou seu justo preço, porquanto sse duas uezes perdeu, e mais os dictos doze moyos de trigo que no dicto barco pasaram.

Na quall auçam assy posta, ho dicto rreeo rrespondeo que verdade era que elle trouuera o dicto barco com ho pam per duas vezes, vijndo com ele aquelles que no dicto pam tijnham parte, ssegundo se contem no aluara do escriuam da sisa, e que elles todos fornyçiam per sy, e que Joham Monsim, cujo o dicto barco era, forneçia por seu barco, sem leuar majs frete; e que quando elle, rreeo, a primeira vez pasara, que ele disera ao dicto Joham Monsjm que ouuira dizer que o dicto comendador auya dauer ho djreito do pam que asy pasaua e que, porque o barco era seu, elle lhe disse que maneira em ello teenrya quando outra vez ala tornasse, e que o dicto Joham Monsjm lhe disera que ele tornasse sem rreçeo, que quem pagasse dhũa vez pagarya da outra, que elle ho tiraria a saluo; e que por esto elle, dicto rreeo, tornara outra uez la polo dicto pam e que o nom fezera saber pera pagar aa ordem seu djreito, por aquelo que lhe o dicto Joham Monsim disera.

E, posta asy a dicta auçam polo dicto autor e contestada pollo dicto rreeo; e, visto ho rrazoar dhũa parte e da outra, ouue ho dicto fecto por concruso e sobre a concrusam dey hũa sentença, que tall he. Visto este ffecto e o que se per ele mostra: e, visto como ho dicto rreeo ffoy no

---

(1) Alusão, porventura, à sentença de el-rei D. Fernando, de 4 de Agosto de 1380, em pleito movido pelo comendador de Castro Marim, Vicente Martins Leitão, contra Sanco (?) Vital, rendeiro do almoxarifado da mesma povoação, e contra outras pessoas, que embargavam àquele a percepção pela Ordem de Cristo da trintena do pão e da dízima do peixe (ANTT., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 67 v. Publicada por DIAS DINIS, estudos supracitados).

(2) Não encontrámos tal disposição nem no foral afonsino de Castro Marim nem no dionisino. Tratar-se-á de foral desconhecido, dado pela Ordem de Cristo, no qual se reservaram determinados direitos a el-rei?

dicto barco por arraaez e pasou pola ffooz do dicto rrio com o dicto pam, sem ho fazer saber nem pagar ho dereito aa ordem, ssegundo he custume; e, uista a verba do foral e o que sse em ella contem; e, ujsto ho contheudo na ssentença delrrey, alegada polo dicto autor; e, ujsto ho conffeso do dicto arraaez, em sua rreposta; per sentença diffinitiua (3) julgo que o dicto arraaez pague dous barcos tam boons como aquelle que asy pasou pola dicta ffooz com os aparelhos que leuaua ou o que veer em jujzo de dous homeens boons que o dicto barco com seus aparelhos poderya em dobro valer, e majs dous moyos e trinta e sejs alqueires e meo de trigo, que se mostra que no dicto barco trouue, e cond[eno]ho nas custas. E fazee veender e rrematar tantos beens do dicto rreeo, per que o dicto autor aja o que dicto he e majs de custas, a saber: do ffecto e desta sentença Rj rreaaes, e do sseelo della xxiiij, que pagou na mjnha chancelarya (4). E fazeeo asy conprir sem outra duuyda nem embargo.

Fecta em Estonbar, aos xx dias do mes de janeiro. Gill Fernandez a ffez. Era do Senhor de mjll iiij^{c} Rbij anos.

(as.) J.d.a.

150

25 JANEIRO 1447

Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique, a de el-rei D. Duarte de 26 de Janeiro de 1436, de nomeação de juiz e contador em terra de Seia e seus termos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 87 v.

---

(3) Repare-se na expressão henriquina: *sentença diffinitiva*, ou seja em última instância, e portanto sem apelação. É provável que já o feito tivesse corrido na primeira instância, em Castro Marim, onde Gil Eanes era *juiz dos ffectos que perteençem a ordem e aalcaydarya*, como se afirma ao princípio do documento; mas também é possível que ele tenha sido submetido logo e directamente ao infante, havendo o julgamento decorrido em Estômbar, segundo cremos, donde a sentença está datada.

(4) O selo desta sentença é o selo grande das armas do infante D. Henrique, o qual se vê aplicado na quarta página do documento. Dele pagou o réu 24 reais e da sentença 41 *na mjnha chancelaria* — diz D. Henrique — ou seja, segundo cremos, na chancelaria da Ordem de Cristo, de que ele era Governador.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes, uereadores e omees boos de Sea e a outros quaeesquer que esta carta ujrem fazemos saber que Gonçalo Annes, criado do jfante dom Enrique, meu mujto prezado e amado tio, nos mostrou hũa carta delrey meu ssenhor e padre, cuja aalma Deus aja, da quall o teeor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 26 de Janeiro de 1436, — o DOC. **97** *do nosso vol. 5.*

Dizendonos o dicto Gonçalo Anes que, porquanto nom tijnha nosa confirmaçom do dicto ofiçio, que uos lhe nom queriees consintir que delle husasse e lho defendiees; que nos pidia por merçee que lha confirmassemos.

E nos, ueendo o que nos asi djzia e pidia, querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e confirmamoslhe o dicto ofiçio e mandamos que usse delle asi e pella guissa como husou ataa morte delrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja em sua gloria, e como em esta carta he conthiudo, ssem outro nehũu enbargo que lhe sobre ello sseja posto em nẽhũa guisa que seja. Vnde all nom façades.

Dante em a nosa çidade dEuora, xxb dias do mes de janeiro. Elrey o mandou pollo doutor Ruj Gomez dAlluarenga e pello doutor Pero Lobato, sseus uasallos, anbos do sseu dessenbargo e das pitiçõoes. Afonso Annes a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rbij.

151

23 MARÇO 1447

Capítulo especial das vilas do Algarve, apresentado pela de Tavira em cortes, a solicitar que os rendeiros do verde da almotaçaria sejam dispensados de servirem em Ceuta e noutros lugares no ano em que houverem o dito arrendamento, o que lhes é concedido (1).

ANTT., *Guadiana*, liv. 4, fl. 69.

(1) O capítulo que transcrevemos parece referir-se às cortes de Lisboa de 1446.

Dom Afomso, per graça de Deus rrey de Portugual e do Alguarue, ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que fizemos em a nosa muy nobre e leal çidade de Lixboa ho anno de iiij^{c} Rbj annos e em as que ora fizemos em esta çidade dEuora (2), pellos procuradores de Tauira, que as ditas cortes uieram, nos foram dados çertos capitollos espeçiaees damballas vezes, dos quaces o theor dalgũus, com nosas rrepostas que a elles demos, o theor he este que se ao diamte segue.

. . . . . .

Senhor, a uosa merçe sabera que estas uillas do Alguarue nam tem senam as rremdas do uerde dalmotaçaria; e porque, ssenhor, algũus rremdeiros lamçam sobre ellas, os costramgem que vãao seruir a Çepta e a outros luguares, em guisa que, por jso, perdem esas prouezas que tem e fogem das terras. Seja uosa merçe mandardes que, quamdo taees rremdeiros teuerem as rremdas, que nam sejam costramgidos por aquel anno, ataa seu tempo acabarem, e em esto nos farees merçee.

Reposta. A nos apraz, em cada hũu luguar dese rregno, auermos por escusado, daquy em diamte, de hir seruir a Çepta nem a outras partes hũu homem que for rremdeiro das ditas rremdas, e esto ho anno que as asy teuer rremdadas e majs nam.

. . . . . .

Dada em a nossa çidade dEuora, a xxiij dias de março, per autoridade do ssenhor jfamte dom Pedro, etc. Vasco Abul a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} Rbij anos (3).

152

1447

Atenta a dificuldade em se comerciar no Rio do Ouro, porventura em razão dos indígenas lá aprisionados no ano anterior por Gomes Pires, em 1447 ordena o infante D. Henrique se expe-

---

(2) Parece haver equívoco na redacção deste período, pois as cortes de Évora foram em 1442 e 1444 e as de Lisboa em 1446, às quais se seguiram as de Santarém de 1451 (Cfr., por exemplo, FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 75).

(3) SILVA MARQUES editou os capítulos do Algarve destas cortes relativos ao comércio de exportação e à navegação (*Descobrimentos portugueses*, vol. 1, pp. 451-52).

Copyrighted material

rimente o tráfico por Messa, ponto frequentado com êxito pelos mercadores castelhanos, nomeadamente por Marcos Cisfontes, aonde o infante manda caravela de Diogo Gil, seu escudeiro, em que também seguem Rodrigo Eanes e João Fernandes, que lá fica algum tempo, e onde conseguem resgatar 51 guinéus por 18 mouros; no mesmo ano tornam ao Rio do Ouro Antão Gonçalves, mal recebido dos naturais, e ainda caravela de Jorge Gonçalves, que se limita a recolher óleo e peles de foca.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 93, segundo o códice de Paris, fls. 150 v.-52 r.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 182; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

No outro anno, que era do nacimento de Christo de iiij^{c} Rvij, consijrando o jffante como os mouros nom queryam no Ryo do Ouro entrar em trauto, pera a qual cousa, posto que algũa voontade teuessem, minguarya de todo, por causa dos mouros que forom filhados per Gomez Pirez, como largamente teendes ouuydo (1), quis prouar se perventura se poderya esto milhor auyar, trautando per aquelle lugar que se chama Meça (2). E, porque ajnda podesse daquella terra auer milhor noticia,

(1) Nos caps. 89 e 92 da Crónica, — em nossas pp. 156-60 e 163-65.

(2) *Meça, Messa, Massat* ou *Massa* actual, praça de comércio do Sus, no Marrocos meridional, frequentada então por mercadores castelhanos e genoveses e habitada por tribo berbere. Referiu-se-lhe PACHECO PEREIRA: — «Em Meça sam tres luguares, que estam no sertãao, fora da rribeira do mar hũa leguoa, pouco mais ou menos, e todos tres por hum nome se chamam Meça, e estes sam asaz rricos e aquy he ho derradeyro luguar e a segunda parte do rreyno de Feez...» (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 20). Também a colectânea de VALENTIM FERNANDES alude àquela povoação marroquina: — «Meça, villa muy grande de mouros, e jaz em hũu ryo grande, porem nom entram naujos, por ser baixo. Aqui ha grande tracto de mercadoria de barbaros e alarves, aqui estam genoueses mercando. Por este ryo abaixo vem muyto ouro, cera, corame de vacas e bodes, lacar e anyil» (*O Manuscrito*, p. 39). Sobre Messa podem ver-se especialmente os estudos de RUMEU DE ARMAS, *España en el Africa Atlántica*, pp. 23-24, e também de ROBERT MONTAGNE, *Coutumes et légendes de la côte berbère du Maroc*, e *Une tribu berbère du sud Marocain: Massat*, na rev. *Hespéris*, tomo 4, 1924, pp. 101-14 e 357-76, respectivamente, já aduzidas pelo primeiro autor citado.

É de RUMEU DE ARMAS o comentário seguinte, que se nos afigura vir a propósito: — «A partir de 1446, los portugueses se desentienden por completo de la zona costera africana comprendida entre el cabo de Bojador y Río de Oro y, si se quiere, hasta el mismo cabo Blanco, para concentrar sus miras en la faja litoral situada al sur de este límite geográfico. Las razones son múltiples. La primera, el vertiginoso ritmo a que se estaban realizando los descubrimientos africanos, que impulsa y

porem mandou logo fazer prestes hũa carauella de hũu seu scudeiro, que se chamaua Diego Gil, o qual era homem que o tijnha muyto bem seruydo na guerra dos mouros, assy per mar como per terra (3).

E, teendo assy encaminhado, soube parte como hũu mercador de Castella, que se chamaua Marcos Cisfontes, tijnha daquelle lugar xxvj. mouros ja resgatados, pera se darem por certos guyneus. E, por que seu nauyo podesse teer algũa causa em sua jda, fez saber ao dicto mercador que, se lhe prouuesse, que lhe seryam leuados seus mouros aaquelle lugar, naquella carauella que assy tijnha encaminhada, comtanto que lhe desse certa parte do que lhe sobreuiesse do resgate. E, por dizer verdade, nom era tanta a esperança do proueito daquelles, quanto o jffante era contente, por duas razõoes: a primeira, por teerem milhor aazo de poder veer a terra e saber per que maneira entraryam no trauto da mercadarya; e a ssegunda, por trazerem della aquelles guineus, creendo que receberyam a ffe de Christo. Muyto prouue aaquele mercador de semelhante partido como lhe o jffante cometer enuyaua.

E porem foe logo a carauella auyada e a carrega recebida, seguindo sua vyagem dereitamente a Meça, onde muyto fallarom em seu trauto, mas nom poderom acertar nhũa cousa. Se querees, disse Joham Ferrnandez, — aquelle scudeiro que ficara os sete meses antre os mouros de Zaara, como ja teendes ouuydo (4), — contra Diego Gil e RodriguEanes, outro scudeiro que o jffante la enuyaua, pera acertar aquelle trauto, e assy a hũu castellãao mercador que ally era, pera resgatar os mouros, sairey em terra, pera encaminhar este resgate. E, tomando sua segurança, foe antre elles, onde trautou per tal guisa, que fez trazer aa carauella cinquoenta e hũu guineus, pollos quaaes forom dados xviij° mouros. E assy aconteceo que o vento saltou tam rrijo, da parte do sul, que, per força, lhe fez leuantar vella e tornaronse pera o rregno. Ally foe trazido ao jffante hũu lyam, que elle despois enuyou a hũu lugar de Jrlanda que se chama Galueu (5), a hũu seu seruidor que moraua em aquella terra,

---

arrastra a los navios a situarse siempre en vanguardia, dejando a espaldas lo conocido y trillado. La segunda, la pobreza de los arenales saharianos, su escasa densidad de población y el carácter feroz e indómito de sus habitantes, que de rechazo atrae a los lusitanos hacia la Guinea por antonomasia, desde cabo Blanco a cabo Catarina, con sus comarcas más ricas, densas y sumisas» (*España cit.*, pp. 84-85). Interessa particularmente a leitura das pp. 19 a 32 do obra retrocitada, pelo que respeita a dados históricos, geográficos e etnográficos das zonas marroquina e sahariana na época.

(3) Referenciado já nos caps. 37, 38 e 42 da Crónica, — a pp. 308-14 do nosso vol. 8.

(4) Cfr. os caps. 34 e 77 da Crónica, — a pp. 302-03 do retrocitado volume e as pp. 160-62 do presente.

(5) Por *Galway*.

porque sabyam que nunca semelhante em aquella parte fora visto (6). E Joham Ferrnandez ficou assy atee que outro nauyo tornou por elle.

E em este anno meesmo (7) tornou Antam Gonçalluez ao Ryo do Ouro, por veer se poderya encaminhar os mouros que tornassem ao trauto, onde sua jda ouuera de seer muy perijgosa; ca, seendo sobre ancora en cima do Ryo (8), os mouros forom logo na rribeira, antre os quaaes era hũu que bem mostraua que antre elles tijnha ssenhoryo, do qual Antam Gonçalluez recebeo segurança, auisandoo, porem, que nom segurasse dos outros senom emquanto elle fosse presente. E assy foe que, seendo aquelle mouro dally afastado, porque ja os outros mouros mostrauam sinal de fiança aos christãaos, quis Antam Gonçalluez sayr em terra, pensando porem que o mouro que o segurara primeiro serya presente; e, tanto que foe acerca da terra, nom veendo ally aquelle capitam ou ssenhor dos contrairos, non quis sayr fora.

Empero, porque nom podya bem fallar com elles, seendo afastados, fez chegar o batel muyto acerca da praya, onde os jmijgos bem mostrarom o engano que traziam encuberto, remessando suas azagayas, come homeens que queryam mostrar a mortal jmijzade que aos nossos auyam. E breuemente que, se nom fora o grande ardimento dAntam Gonçalluez, ally fizera elle fim com todollos que com elle estauam, fazendo muy rrijamente vogar seu batel a fora, a qual cousa se nom podya fazer senom muy trabalhosamente, polla multidom das azagayas que cahyam sobre elles. Empero, prouue a Deus que sayrom dally, leixando algũus daquelles mouros feridos, e dos christãaos foe hũu de tal guisa ferido, de que, a poucos dyas, fez sua fim, vijndo ja o nauyo per o mar.

E em este meesmo anno (9) foe la outra carauella, de hũu seruidor do jffante, que se chamaua Jorge Gonçalluez (10), na qual forom elle

---

(6) Parece que era então relativamente vulgar o leão em certas regiões marroquinas. Referindo-se, porquanto, a colectânea de VALENTIM FERNANDES a Anafé, actual Casablanca, diz: — «Anaffee, cidade despouorada (depois que, em 1468, o infante D. Fernando, pai de el-rei D. Manuel, a tomou aos mouros), de fremosos edificios e muy fremosa e de boom pareçer e foy em outro tempo muy poderosa e agora he feita habitaçam de bestas feras e lyões» (*O Manuscrito*, p. 35).

(7) De 1447.

(8) BOURDON afirma que Antão Gonçalves alcançou sem dúvida o Porto da Caldeira, como fizera Gomes Pires no ano anterior, segundo o cap. 89 da Crónica, — em nossas pp. 156-60 (Em *Chronique*, p. 256, nota 7).

(9) De 1447.

(10) É esta a única referência da Crónica a Jorge Gonçalves, servidor do infante, o qual não conseguimos identificar seguramente na documentação conservada na chancelaria afonsina, por ela se referir a vários indivíduos. Trata-se, porventura, do Jorge Gonçalves casado com irmã do cantor régio Estêvão Anes que em 4 de Agosto de 1434 teve de el-rei D. Duarte dispensa de aposentadoria, privilégio confirmado pela regência em 10 de Janeiro de 1439, diploma em que ele é dito

EST. III. — ULTIMA PAGINA, ASSINADA, DE SENTENÇA DO INFANTE D. HENRIQUE, DE 1447 (Doc. 139)

e outro e trouxerom do Ryo do Ouro muyto azeite e pelles de lobos marinhos. E em este capitollo fazem fim as cousas deste anno, do qual nom achamos outros feitos que de contar seiam.

153

1447

O estrangeiro Valarte, após alguma convivência com o infante D. Henrique, solicita-lhe autorização para ir à terra dos negros e é enviado por aquele ao Cabo Verde com cartas para o respectivo rei ou «bor», a convidá-lo a associar-se ao de Portugal na guerra contra os mouros, pois constava ao infante ser ele cristão, leva em sua companhia pelo menos Fernando Afonso, cavaleiro da Ordem de Cristo, e dois intérpretes indígenas; após viagem longa e difícil, atingem a referida zona, cujo rei lhes é dito achar-se mui distanciado, em guerra com outro senhor, e, depois de alguns dias de contacto amistoso com os naturais, Valarte aproxima-se imprudentemente da praia, em batel, que é lançado fora pelo mar, e os seus ocupantes assaltados pelos indígenas, dos quais apenas um escapa, a nado, e Fernando Afonso retira com a caravela para o reino.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 94, segundo o códice de Paris, fls. 152 r.-56 r.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 182-84; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Spargendosse a fama deste fecto pellas partes do mundo, ouue de chegar aa corte delrrey de Dinamarca e de Suecia e Noroega (1). E como veedes que homeens nobres se entremetem de quererem veer e saber semelhantes cousas, acertousse que hũu gentil homem da casa daquele principe, cobijçoso de veer mundo, ouue sua licença e veo a este rregno. E, andando per tempo em casa do jffante, hũu dya lhe veo a pedyr que fosse sua mercee de lhe armar hũa carauella e de o encaminhar como

«meestre do nosso barenel de Sam Jorge» (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 49 v.).

(1) Cristóvão III de Baviera, por cuja morte, ocorrida a 6 de Janeiro de 1448, os ditos reinos se separaram durante anos.

Copyrighted material

fosse a terra dos negros. O jffante, como era ligeiro de mouer a qualquer cousa em que a algũu boom podesse fazer honra ou acrecentamento, mandou logo armar hũa carauella o mais compridamente que se pode fazer, dizendo que se fosse ao Cabo Verde e que vissem se poderyam auer segurança do rrey daquella terra; porquanto, lhe fora dicto que he muy grande ssenhor, mandandolhe suas cartas e que esso meesmo lhe dissessem algũas cousas da sua parte, por seruiço de Deus e da sua sancta ffe. E esto porque lhe afirmauam que era christãao.

E a conclusom de todo era que, se assy fosse, que a ley de Christo tijnha, que lhe prouuesse seer em ajuda da guerra dos mouros dAfrica, na qual elrrey dom Affonso, que entom rregnaua em Portugal, e elle, em seu nome, com os outros seus vassallos e naturaaes continuadamente trabalhauom (2). Todo foe prestes muyto asinha. E aquelle scudeiro, que se chamaua Vallart (3), metido em seu nauyo e com elle hũu caualleiro da Ordem de Christus, que se chamaua FernandAffonso, que era criado e feitura do jffante, o qual elle mandaua em aquella carauella — porquanto Vallarte era strangeiro e nom sabya tam bem os costumes e maneira da gente —, que encaminhasse os mareantes e as outras cousas que perteeciam aa gouernança do nauyo e ajnda casy por embaixador,

---

(2) Alguns criticos portugueses modernos, neste e noutros capítulos da *Crónica dos feitos de Guiné*, até por menos informados da identidade biográfica dos navegadores nela referenciados, têm querido ver na palavra *infante*, quando desacompanhada de nome, o infante D. Pedro, regente do reino na menoridade de D. Afonso V. Como tais interpretações foram já concreta e proficientemente refutadas pelo Prof. BOURDON (em ZURARA, *Chronique de Guinée*, «passim»), abstemo-nos de perder tempo com o assunto, ao anotarmos os diversos capítulos da Crónica. Aqui, o citado anotador francês observa: — «On sait pourtant que l'infant Dom Henrique avait, pour ainsi dire, reçu délégation du Roi et du Régent pour tout ce qui concernait les affaires africaines au sud du cap Bojador» (*Chronique*, p. 258, nota 1). Tenha-se em conta o DOC. 62, de 22 de Outubro de 1443, do nosso vol. 8. Demais, o infante em causa manda com Valarte «um cavaleiro da Ordem de Cristo», «criado e feitura do infante», denominado Fernando Afonso. Parece bastariam estas indicações do cronista para ver que se trata de súbdito de D. Henrique, regedor e governador daquela Ordem desde o ano de 1420. Efectivamente, Fernando Afonso, criado do infante D. Henrique, foi nomeado em 13 de Fevereiro de 1445 coudel de Gouveia (Cfr. o DOC. 168 do nosso vol. 8); o mesmo ou homónimo almoxarife do dito infante em Tomar teve licença régia, em 13 de Agosto de 1454, para andar em besta muar pelo reino (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 15); enfim, Fernando Afonso, sendo escudeiro do infante D. Henrique em 5 de Outubro de 1456, houve carta de perdão, por haver morto, em Lagos, o eborense Diogo Gonçalves Coroado (*Ibi*, liv. 13, fl. 36).

(3) No manuscrito de Paris da Crónica aparecem as formas *Vallart* e *Vallarte*; em BARROS, *Balarte*, o qual o diz dinamarquês; em MARTINHO DE BOÉMIA, *Abelhardt*, e di-lo sueco. R. HENNIG, *Terrae incognitae*, IV, 1939, pp. 131-37, cit. por BOURDON, identifica o navegador em causa, que supõe dinamarquês, com *Wollert*.

se sse acertasse de veerem aquelle rrey, leuando pera ello dous naturaaes daquella terra, por turgymãaes (4). Empero, a capitanya principalmente (5) era de Vallart.

E assy siguiram per sua vyagem, despois de grandes trabalhos que ouuerom no mar, que, passados seis meses do dya que primeiro partiram de Lixboa, chegarom aa jlha da Palma, que he na terra dos negros, acerca do Cabo Verde (6). Onde, teendo seu conselho sobre a maneira que, dally auante, auyam de teer, segundo os regimentos que leuauam do jffante, fezerom despois vella pera dyante, porque ajnda aquelle nom era o porto onde elles auyam de teer assessego. E, sseendo a fundo da ponta, em hũu lugar que antre os naturaaes daquella terra he chamado Abram (7), ally fezerom lançar seu batel fora em terra, no qual sayu Vallart com algũus outros, onde acharom ja muytos daquelles negros, dos quaaes Vallart requereo que lhe dessem hũu e que elle lhe darya outro, pera auer antre elles segurança, per que podessem auer suas fallas; cuja reposta foe que tal cousa nom era em elles de fazer sem autoridade de hũu caualleiro que ally estaua caasy como gouernador daquella terra, que auya nome Guitenya; o qual, tanto que soube semelhante requerimento, veo ally e prouuelhe muyto de outorgar o que Vallart requerya.

E, tanto que hũu daquelles negros foe na carauella, FernandAffonso, que sabya milhor nossa linguagem portuguees, começou de fallar com elle, dizendolhe assy: o por que requeremos tua vijnda a este nauyo foe por que digas, per nossa autorida[de], a teu ssenhor como nos somos de hũu grande e poderoso principe da Espanha, que he na fin do poente, per cujo mandado aquy vijmos, pera fallar da sua parte ao grande e boo rrey desta terra, fazendolhe leer hũa das cartas que leuauam, a qual lhe foe declarada per hũu de seus entrepetadores, pera o dizer assy

---

(4) Apesar do que declara o cronista no final do capítulo anterior, esta expedição deve pertencer ainda ao ano de 1447 e não ao de 1448, como observa BOURDON, que sublinha também: — «J'ajoute que le chapitre 95 relate un événement qui se rapporte également à 1447. A mon avis, la dernière phrase du chapitre 93 pourrait avoir été empruntée à l'ébauche du second livre de la chronique d'Afonso Cerveira, tandis que, pour les chapitres 94 et 95, Zurara aurait eu recours à d'autres sources» (*Chronique*, p. 258, nota 3). Afigura-se-nos que se poderá explicar o facto pela simples alteração da ordem primitiva dos capítulos da Crónica. De resto, se ainda então os reinos da Dinamarca, Suécia e Noruega se achavam juntos, como parece dever deduzir-se da abertura do capítulo, o facto ocorria no ano de 1447.

(5) Nas anteriores edições da Crónica está aqui *principal*, por má leitura ou má revisão do manuscrito de Paris.

(6) Trata-se da ilha de Gorée. Sobre esta ilha da Palma cfr. VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 70-71.

(7) No ms. *chamada* por *chamado*. Parece dever situar-se *Abram* entre a ilha de Gorée e o estuário do Jumbas (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *A descoberta da Guiné*, p. 494 e BOURDON, *Chronique*, p. 258, nota 5).

aaquelle caualleiro que o ally enuyara. Quanto, disse elle, se uos querees principalmente veer boor (8), que he o nosso grande rrey, nom podees, pollo presente, auer seu recado; porquanto he certo que he muy alongado daquy, onde anda guerreando a hũu outro grande ssenhor, que lhe nom quer obedeecer.

E, se ainda fosse em sua casa, disse FernandAffonso, em quantos dyas podyam jr a elle com nosso recado e esso meesmo tornar com a rreposta? De seis ataa sete dyas serya a mayor tardança, respondeo o guineu. Pois, disse FernandAffonso, sera bem que digas a esse caualleiro com que viues que mande la hũu homem com seu recado, fazendolhe saber todo o que te ja disse. E, sse o teu ssenhor assy fizer, fara grande seruiço ao seu rrey e proueito a ssua terra. Hora, disse o guineu, eu direy todo muy bem a Guitanye. Entom lhe fezerom apresentar vyanda, de que elle comeo e beueo; desy, deronlhe hũa carta daquellas que trazyam, que mostrasse a sseu ssenhor, na qual lhe dissesse que dizia aquello que lhe elles disserom, e que esso meesmo a lleuasse, por sinal damizade.

Mas, ja quando aquelle guineu foe leuado a terra, onde estaua o caualleiro que o enuyara, hi era outro semelhante, que auya nome Satam, e outro que se chamaua Minef, que pouco auya que ally chegara, cuja fealdade era extrema; ca, segundo disserom aquelles que ally eram, nom se podya pintar cousa mais fea nem seu corregimento nom era grande testemunha de sua honra, ca assaz mal corregido pareceo ally; empero, de mayor poder era que algũu dos outros (9). E, entretanto aquelle guineu fallaua com o caualleiro a embaixada que leuaua, o batel estaua acerca da praya, sperando reposta, a qual era muy trabalhosa de auer, por causa dos guineus, que eram tantos sobre aquelle que vijnha da carauella, com entençom de saberem o que dizyam e esso meesmo veer a carta que trazya, que os caualleiros eram postos em grande trabalho, por os afastar dally.

E, finalmente, nunca em aquelle dya se pode auer reposta; como quer que o caualleiro se metesse na augua assaz pera fallar com os do batel, tanta era a multidom dos guineus, que nunca o leixarom acabar, leixando todo pera outro dya, no qual o batel, muyto cedo, foe em terra. Porem, ja hi era o caualleiro, em hũa almaadya, na qual quisera jr aa carauella; mas, quando vyu que hia o batel, tornousse a terra e fezlhe trazer hũa

---

(8) O facto de ZURARA chamar aqui *bor* a rei da região indica tratar-se do país dos jalofos, entre o Cabo Verde e o rio Jumbas, cujos chefes, aliás numerosos, assim eram denominados: *Bor-ba-cin*, *Bor-Damel*, *Bor-Salum*, etc. (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *Obra cit.*, pp. 302-04).

(9) Não se tratará de feiticeiro negro, cujas feições deformadas e trajes pitorescos e exóticos tanto impressionaram os navegadores, como aliás também BOURDON sugere?

cabra e hũu cabrito e cuzcuz e papas com manteiga e pom com farinha e spigas e hũu dente dallyfante e semente de que faziam aquelle pam e leite e vinho de palmas (10). E aconteceo de sseer ally vijndo, em aquella noite, hũu caualleiro que se chamaua Amallam (11), que fora filho de hũu tyo daquelle Guitanye, per cuja mercee elle recebera aquella terra, o qual parece que quisera fallar aos do batel, mas o guineu nom lho quis consentyr, dizendo que nom era rezam, teendo elle semelhante cousa começada; por cuja rezom, auisou os nossos que se tornassem e que trouxessem aquellas cousas pera seu refresco e que, despois de comer, fezessem a uolta e que, entretanto, aueryam elles seu conselho.

Mas, se ante eram em deuiso, por fecto da falla, muyto mais o foram sobre a tarde. E, porque a nos conuijnrya fazer grande prolixidade, se ouuessemos de contar pello meudo quantas maneiras se teuerom antre hũus e os outros sobre esta falla, abaste que este caualleiro Guytanye foe per vezes aa carauella, jndo em hũa almaadya e leuando quatro consigo. E fallou com os nossos sobre a mercadarya, dizendo que elle abastaua pera todo trautar; porquanto, aquelle rrey boor, quando daua terra a algũu caualleiro, podya fazer em ella como elle meesmo e assy qualquer cousa que fezesse, elle a auya por bem feita. Os nossos disserom que nom trazyam mandado de fazer nhũa cousa, atee que primeiro fallassem aaquelle rrey. E ssobresto passarom muitas razõoes, cuja conclusom foe que elle mandarya todauya a casa delrrey, com seu recado.

E, entretanto sperauam pollo messegeiro que alla era, aquelle Guitanye hia seguramente ao nauyo, leuando daquella milhor vyanda que tijnha e dentes dallyfantes e assy outras algũas cousas, e elle esso meesmo recebendo conuites e pano com outras joyas que lhe os nossos dauam, mostrando seer muyto contente de sua conuersaçom. E hũu dya lhe vierom a rrogar que lhes ouuesse hũu ellifante morto, pera lhe tomarem a pelle e os dentes e os ossos com algũa parte da carne; ao que respondeo o guineu que sem grande trabalho se poderya auer. Pois, disse Vallart, se nos vos esto encaminhardes, per qualquer de nos ambos que ca torne

---

(10) Também VALENTIM FERNANDES alude ao *cuscus*, ainda hoje usado na Africa negra com o mesmo nome (Cfr. *O Manuscrito*, pp. 51 e 68). Observa aqui o Prof. BOURDON: — «Ces deux textes (de V. FERNANDES) concernent, l'un l'Adrar mauritanien, l'autre le pays ouolof. Il s'agit ici, non pas évidemment de couscous de blé, comme dans l'Adrar, mais de couscous de sorgho. Cf. A. Leriche, *Le Couscous, sa préparation*, in *Notes africaines*, octobre 1949, p. 106-107, et R. Ricard, *Etudes hispano-africaines*, Tétouan, 1956, p. 201-206» (Em *Chronique*, p. 260, nota 3).

(11) TEIXEIRA DA MOTA, *A descoberta da Guiné*, p. 301, relaciona *Amallam* com *Malam*, mandinga e também nos idiomas vizinhos. «Il s'agit — segundo BOURDON, *lug. e pág. cits.* — d'un terme d'origine arabe très largement répandu à travers toute l'Afrique Occidentale».

auerees hũa tenda de pano de linho, na qual se possam alloiar de xxv ataa xxx. homeens, tam leue, que hũu a possa leuar ao pescoço.

Muytas vezes hyam os nossos a terra com elle e per seu chamado, nom que esteuessem tam acerca que os podessem filhar. E acertousse, hũa vez que, seendo o batel acerca da praya, que, com o golpe do mar, tocou em seco, de que aquelles que estauam em elle forom muy toruados; a qual cousa, sentida pello caualleiro, disse que esteuessem seguros, porquanto aquelles todos eram seus e que lhe nom faryam nhũu desprazer. E assy que em todo aquelle caualleiro guyneu se mostraua homem verdadeiro. Mas a fortuna, algũas vezes ajudada pello maao conselho dos homeens, ordenou o ffeito per tal guisa, que nom poderom os nossos auer fym de tam blando começo.

E foe assy que, seendo aquelle Guitanye em busca do ellefante, como tijnha prometido, Vallart, come homem de pouca descriçom, quis sayr hũu dya em terra, porquanto parece que auya peça que o chamauam. E bem he que lhe foe dicto primeiramente que scusasse aquella jda e, todauya, quis sayr fora, como aquelle a que a fortuna chamaua pera veer a hora de seu grande trabalho. E, sseendo acerca de terra, pareceo hi hũu negro, que trazia hũa cabaaça com vinho ou augua, fingendo que lha querya dar, e Vallarte disse aos que remauam que se chegassem. E, como quer que algũus lhe dissessem que nom era siso semelhante chegada, todauya ouuesse de fazer o que elle mandaua, com grande dano de todos; ca, chegando o batel de ceauoga, forom tanto acerca da terra, por tomar a cabaaça ao negro, que tocou o batel.

E, em estando Vallart oolhando pera hũa soma de gente daquelles negros que jazyam aa ssoombra de hũa aruore, hũu dos torgimãaes que leuauam, que se chamaua Affonso (12), fez que querya tomar a cabaaça e leyxousse escorregar fora, e os outros, veendo aquesto, querendo tornar o batel atras, sobreueo hũa onda e botouho de todo fora; onde os negros muy rrijamente acodirom todos de roldom sobre o batel, remessando suas azagayas, assy que, de quantos sairom da carauella daquella vyagem, nom tornou ao nauyo mais que hũu, que se lançou a nado; mas dos outros nom achamos que fim ouuerom, porquanto aquelle que veo nadando diz que nom vyu matar mais que hũu e que, per tres ou quatro vezes que oolhou pera detras, sempre vyu Vallart estar asseentado sobre a popa do batel.

Empero, ao tempo que screuyamos esta estorya, vierom ao poder do jffante algũus catiuos naturaaes daquella parte, que disserom que em hũu castello muyto afastado pello sertãao esteuerom quatro christãaos, dos quaaes ja hũu era finado, mas que os tres ficauam ajnda viuos; pello

(12) Decerto negro baptizado em Portugal, como observa BOURDON.

qual algũus teuerom, segundo os sinaaes que o negro daua, que seryam aquelles (13). E, consijrando FernandAffonso tam afortunado aqueecimento e como nom tijnha batel com que mais podesse tornar em terra, pera saber parte dos outros, fez leuantar suas ancoras e tornousse pera o rregno.

154

1447

Moradores de Lagos, mediante contrato em dinheiro com D. Henrique, vão pescar com êxito ao Cabo dos Ruivos, onde são surpreendidos, perseguidos e alguns feridos sem gravidade pelos naturais; e, neste mesmo ano de 1447, por necessitar de alguma das ilhas Canárias para prossecução dos seus feitos, o infante toma, de arrendamento, a de Lançarote, cedida por seu dono, micer Maciot, na qual coloca, por capitão, o nobre cavaleiro Antão Gonçalves, que ali demora algum tempo, em benéfica administração da mesma.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap 95, segundo o códice de Paris, fl. 56 r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 99-100 e 184-85; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 12.

Tanta husança auyam ja os moradores de Lagos em aquella terra dos mouros, que nom tam soomente se auyam por contentes de jrem a ella, pera guerrearem os seus moradores, mas ajnda ouue hy algũus que se nom contentarom de pescar nos lugares acostumados per seus padres e auoos e tentarom de jr pescar aos mares daquella costa, pedindo licença ao jffante, com certo preço que lhe por ello prometerom, que os leixasse la passar e ordenar sua pescarya, o que creeo que nom fosse em vãao

(13) Em carta de 12 de Dezembro de 1455, Antonio Usodimare, ao voltar da Gâmbia, alude a compatriota existente naquela região, o qual ele julgou pertencer à galé dos Vivaldi (Em R. CADDEO, *Le Navigazioni atlantiche d'Alvise da Cà da Mosto, Antoniotto Usodimare e Nicoloso da Recco*, Milano, 1929, pp. 153-55). O VISCONDE DE SANTARÉM, na 1.ª edição da Crónica da Guiné, e TEIXEIRA DA MOTA admitem tratar-se de companheiro de Valarte (*A Descoberta da Guiné*, pp. 306-07).

requerido; ca, bem he de cuidar que algũus daquelles que ante la passarom viram o mar assy acompanhado de pescado, per que se mouerom fazer tal requerimento.

Concertados, porem, com o jffante em certa cantidade de djnheiro que lhe auyam de dar pollo dereito que lhe hi sobreviesse, encaminharom sua jda, nauegando per sua vyagem, atee que chegarom a hũu lugar que se chama o Cabo dos Ruyuos (1), onde começarom de ordenar sua pescarya, de que achauam muy grande abastança. E, estando assy per algũus dyas e teendo boa parte de pescado seco e outro sobre seus perchees, pera o secar, sobrechegarom os mouros, muy queixosos de tal atreuimento e por pouco que nom matarom os pescadores, o que de fecto fezerom, se nom fora a boa deligencia que poserom em seu recolhimento, de guisa que, aa fim, tornarom toda sua jra sobre o pescado que estaua stendido pera secar; o qual spedaçarom com suas armas, nom com menos sanha do que fezerom aos contrairos, se os poderom percalçar. Dous daquelles pescadores forom feridos em aquelle recolhimento, nom porem de perijgosas feridas, mas taaes de que em breue guarecerom, e tornaronse pera sua villa, nom arreprendidos da vyagem, ca assaz trazyam de guaanho, no pescado que ja ante tijnham seco e empilhado em seu nauyo, cautellosos do caso que se lhe ao dyante recreceo.

E em este anno, deseiando o jffante de prosseguyr muyto mais sua primeira teençom, visto como pera os fectos vijrem a milhor perfeiçom lhe era necessaryo algũa das jlhas de Canarea, contrautou com aquelle mice Maciote, de que ja fallamos que auya o ssenhoryo da jlha de Lançarote, que lha leixasse(2). O qual, satisfecto per mercee ou preço ordenado

---

(1) Hoje *Cap Garnet* (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *Topónimos de origem portuguesa*, pp. 64-66), onde o autor sublinha ser este capítulo da Crónica a «única fonte onde encontramos o nome primitivo de *Cabo dos Ruivos*», que deve ter-se formado por extensão de *Angra dos Ruivos*, logo ao sul, «mas parece não ter sido usado depois».

(2) Algumas notas sobre o intrincado e, em certos pontos, deveras nebuloso problema da posse das Canárias no século XV, ambicionadas por franceses, castelhanos e portugueses. De 1402 a 1405, a expedição franco-normanda de Gadifer de la Salle e Jean de Béthencourt conquista as ilhas de Lançarote e de Forteventura. Em 15 de Dezembro de 1405 Béthencourt regressa definitivamente a França e deixa aquelas ilhas confiadas ao sobrinho Maciot de Béthencourt, que conquista parte da ilha do Ferro. Em 15 de Novembro de 1418, Maciot vende os seus direitos das referidas ilhas ao nobre andaluz conde de Niebla, mas continua a administrá-las. As pretensões portuguesas ao arquipélago, que parece datarem, no século XV, pelo menos dos anos de 1415-16 (Cfr. o DOC. 113 do nosso vol. 2), acentuam-se e definem-se concretamente quando, em 1424, o infante D. Henrique manda a expedição de D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária, decerto no intuito de ali estabelecer base para os seus projectos dos descobrimentos marítimos no litoral fronteiro (Cfr. o DOC. 51 do nosso vol. 3). Em 1430, Niebla trespassa os seus direitos às ilhas de

Copyrighted material

cada hũu anno, leixou a dicta jlha com todo seu senhoryo ao jffante (3); da qual fez principal primeiro capitam aquelle nobre caualleiro Antam Gonçaluez, o qual, em seu nome, foe tomar a posse da dicta jlha, onde

---

Lançarote e Forteventura ao sevilhano Guillén de las Casas, filho de Afonso de las Casas. Este último havia recebido em 1421 de el-rei de Castela permissão para conquistar e reduzir à fé católica as ilhas de Grã-Canária, Tenerife, Gomeira e Las Palmas, licença sancionada pelo árbitro político da época, o papa Martinho V, em 2 de Maio daquele ano (Cfr. os DOCS. 8 e 9 do nosso vol. 3). Mas Guillén de las Casas invade a ilha de Lançarote, prende Maciot e detem-no cativo na ilha do Ferro, entre 1430 e 1434. Maciot é libertado por ordem do infante D. Henrique de Portugal, talvez pela expedição portuguesa de 1434, denunciada pela súplica de el-rei D. Duarte de Agosto de 1436 (o DOC. 129 do nosso vol. 5), e trazido ao nosso país. Em 15 de Setembro deste ano de 36, o papa Eugénio IV concede ao soberano português a conquista das ilhas Canárias não pertencentes a cristãos (DOC. 137 do retrocitado volume); mas, por motivo da reacção de el-rei de Castela, em 6 de Novembro seguinte o pontífice declara nula a concessão que fizera ao de Portugal, na medida em que ela prejudique os direitos do reino vizinho (DOC. 143 do dito volume), o que Eugénio IV sublinha também a D. Duarte em carta particular (DOC. 144 do mesmo volume). Sucede-se, em 27 de Agosto de 1437, a longa exposição jurídica do bispo de Burgos ao dito papa, em defesa dos direitos de Castela ao arquipélago das Canárias (o DOC. 57 do nosso vol. 6), questão que com a da conquista de África pelos portugueses vem talvez a subir ao concílio de Basileia, que se inclina para Castela (DOCS. 19 e 79 a 83 do nosso vol. 6). Em 1445, Guillén de las Casas troca os seus direitos sobre as Canárias por certos herdamentos e possessões com o cavaleiro sevilhano Fernán de Peraza, que ali envia poderosa frota. Em 1446 o infante D. Henrique volta a preocupar-se com as Canárias, como se infere do cap. 84 da Crónica e do diploma de 3 de Fevereiro do mesmo ano, em que lhe foi concedido o exclusivo da navegação para aquele arquipélago (Cfr. o DOC. 95 do presente volume). E o Navegador, «ya que no ha obtenido la soberanía, se conforma con el señorío y, de momento, con el de una sola isla» (PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 148, cuja obra e respectiva bibliografia se devem consultar para os factos que não conseguimos provar documentalmente). Vejam-se também os caps. 79 a 82 da *Crónica dos feitos de Guiné*, não reproduzidos nesta colectânea por dizerem respeito sobretudo à etnografia do arquipélago das Canárias no século XV.

(3) Não se conhece o texto do contrato entre D. Henrique e Maciot, que deve ter sido firmado em 1447: — «Anno de 1447, comprou o jffante dom Anrrique esta ilha (de Lançarote) de misser Maçioth, filho de mossem Joham de Betancor, frances. E, satisfeyto o preço della por cada anno, leyxou o senhorio della ao jffante e se foy pera a ilha de Madeyra, pera sua filha» (VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 100, e o cap. 79 da *Crónica dos feitos de Guiné*). A carta henriquina de 9 de Março de 1448 constituirá apenas ordem de pagamento da renda respectiva a Maciot, porventura decorrido um ano sobre o contrato respectivo (Cfr. o DOC. 174 do presente volume).

Sobre Maciot (diminutivo de Mathieu, Mateus) de Béthencourt e família podemos aduzir alguns dados concretos, que não temos visto aproveitados. Extraímo-los do testamento de D. Maria de Béthencourt, mulher de Rui Gonçalves da Câmara, do conselho de el-rei e capitão pelo duque de Viseu da ilha de S. Miguel, Açores, e filha do dito Maciot, o qual foi escrito no convento de S. Francisco do Funchal pelo

esteue per algũus tempos, animando os seus moradores a seruiço e obediencya de seu senhor, com tanta begninidade e doçura, que em muy breue tempo foe conhecida sua vertude (4).

---

franciscano Fr. António da Ponte em 9 de Fevereiro de 1491, e ainda de apenso ao mesmo, de 25 de Novembro de 1493, redigido, achando-se a dita D. Maria enferma na sua casa de Vila Franca do Campo, ilha de S. Miguel, pelo seu confessor franciscano Fr. Henrique. Destes documentos consta que Maciot foi casado com senhora cujo nome se não indica, que ela faleceu e foi sepultada na ilha de Lançarote, Canárias, e que houve o casal duas filhas, ou seja a citada D. Maria e uma outra, cujo nome não consta, e que não teve a primeira descendência mas a segunda houve dois filhos: Henrique, falecido já em 1491, ao que parece, e Gaspar de Béthencourt, um dos testamenteiros e herdeiro da referida sua tia. No testamento, D. Maria mandou lhe levantassem sepultura ou «moymento» no convento de S. Francisco do Funchal e «demtro nele se lamsarra ha mynha hosada he heso mesmo se lãosara hem ho dyto moymemto ha osada de meu pay (de Maciot), que Deus haya, que hesta demtro no dyto moesteyro, e tãobem mãodo a meus testamentayros que mãodem ha ylha de Lãosarote pela hosada de mynha may, que Deus haya, he que a lãosem demtro no dyto moymemto com ha hosada de meu pay e mynha» e ainda a do seu sobrinho Henrique de Béthencourt. Na dita sua capela e dos seus ordena se ponham as armas de seu pai, Maciot: — «hescudo e cota darmas e bãodeira quoadrada, e isto porquãoto hele he da lynhagem dos rreys de Framça, e tãobem lhe porão hum bail em que estem as dytas armas; has quais armas são hum leão rrompemte com hũa flor de lys, e me porão has dytas armas em o meu mujmento de pedra, no lugar homde mylhor paresão e seyão bem habertas, pera daly se rrenouarem e tirarem pera has bamdeiras e escudo de meu pay. E, darredor do muymento, me porão meu letreyro, segumdo virem meus testamenteiros que se deue poer». Cremos, porém, que não chegou a erguer-se, na igreja do convento de S. Francisco do Funchal, o túmulo da dita filha de Maciot, visto, dois anos depois, no supracitado apenso a seu testamento, ela haver mandado «que meu corpo seja emterado hem a ygreja do arcamjo São Mygell (Açores), hem ho abito de São Francisco, e depois dos dias de Ruy Gonçaluez da Camara, meu marydo, mãodo que seja deytada mynha osada com seu corpo domde quer que ele jouuer» (ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 11, n.º 1, traslado do século XVI, em papel, do testamento e do apenso ao mesmo). Sobre o assunto podem ver-se também: ROSA OLIVERA, *Los Bethencourt en las Canarias y en America;* MICHEL MOLLAT, *La place de la conquête normande des Canaries (XV^e siècle) dans l'Histoire Coloniale Française;* e ALVAREZ DELGADO, *Primera conquista y cristianización de la Gomera*. Estes autores, nem os nacionais — que nos conste — não tiveram conhecimento do valioso testamento de D. Maria de Béthencourt e do respectivo apenso.

(4) Antão Gonçalves (sobre ele, além dos numerosos capítulos da Crónica em que é referenciado, podem ver-se as notas 2 da p. 211 do nosso vol. 7, e 1 da p. 74 do vol. 8) tomou posse da ilha de Lançarote em data ignorada e não sabemos provar que com ele haja ido Alvaro Dornelas, como temos visto afirmado. O que diz VALENTIM FERNANDES, ao falar da ilha de Gomeira, é: — «Anno de 1448 o jffante dom Anrrique mandou hũa armada a esta ilha e, por capitam, a Aluaro Dornellas, que conquistou ametade della, per força darmas» (*O Manuscrito*, p. 104). D. Henrique teria colocado em Lançarote, além do capitão, «alcaide e escribano e recabdador de los derechos de la Isla [...] todos portugueses» (SERRA RAFOLS, *Los portugueses en Canarias*, pp. 28-29). Desconhecemos a base histórica de PEREZ

Copyrighted material

155

20 ABRIL 1447

Carta passada em nome de el-rei, a conceder ao infante regente D. Pedro para sempre isenção do pagamento de dízima de todo o pão, vinho, peixe, madeira e demais coisas trazidas ao reino pelos moradores da sua ilha de S. Miguel, Açores, a fim de ela ser bem povoada (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 196 v., — donde se reproduz; *Ilhas*, fl. 26 v., com variantes gráficas.

Publicada: no *Arquivo dos Açores*, vol. 1, pp. 6 e ss.; por VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos*, p. 123; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 453.

Dom Affomso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee ao jfante dom Pedro, meu mujto prezado e amado tyo e padre, nosso curador e curador e rregedor por nos de nossos rregnos e senhoryo, por teer azo de ell poder milhor emcaminhar como a sua jlha de Sam Miguell seia bem pouorada;

Temos por bem e qujtamos, deste dia pera todo senpre, a todolos moradores que ora viuem e moram e morarem, daquy em diante, em a dicta jlha, a dizema de todo o pam e vinho e pescados e madeyra e legumes e de todalas outras cousas que nella ouuerem e trouuerem a estes nossos rregnos, per quallquer gujsa.

EMBID, ao asseverar que «después de dos años de gobierno portugués en Lanzarote los pobladores de la isla expulsan al gobernador Antão Gonçalves, y resisten luego, con toda fortuna, la reacción de éste, que había acudido a la hostilidad abierta» (*Obra supracit.*, p. 149), pois isto está em oposição completa ao que diz ZURARA neste capítulo e se poderá inferir também do capítulo 79 da mesma obra.

(1) Sobre o descobrimento e início da colonização dos Açores pode ver-se DAMIÃO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., pp. 73 e ss. No cap. 83 da *Crónica... de Guiné* (reproduzido e anotado a pp. 358-62 do nosso vol. 2), ZURARA, ao aludir a duas ilhas do referido arquipélago, informa: — «E hũa daquestas começou o jffante dom Pedro de mandar pouorar com prazimento de seu jrmãao. E seguyusse sua morte em breue, pello quall ficou despois ao jffante dom Henrique. E a esta posera o jffante dom Pedro nome a jlha de Sam Miguel, pella singullar deuaçom que el sempre ouuera em aquelle sancto». No cap. 125 da *Crónica de el-rei D. Afonso V*, RUI DE PINA diz o motivo daquela devoção do duque de Coimbra ao arcanjo S. Miguel.

Copyrighted material

E porem mandamos aos nossos veedores e prouedores da nossa fazemda e contadores e almoxarifes e aos rreçebedores e rremdeiros da dita dizema e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pesoas a que o conheçimento desto pertençer e esta carta ou trelado della em pubrica forma, feita per autoridade de justiça, for mostrada, que ajam asi por qujte a dita dizema aos moradores da dita jlha pera senpre, como dito he, e os nom costranguam nem demandem por ella e lhes cunpram e guardem e façam bem conprir e guardar esta carta como em ella he contheudo, sem outro embargo que lhe sobre ello seia posto. E, em testemunho desto, por sua guarda e seguramça, lhe mandamos dar esta carta, asinada per nos e assellada com o nosso sello do chumbo.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xx dias dabril. Pero de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Rbij. LopAffomso esto fez scpreuer.

156

21 ABRIL 1447

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Diogo Lopes de Figueiredo, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Silvares, freguesia de Silgueiros, termo da dita cidade, de 3 casais com suas pertenças, transcritos de livro de tombo do mesmo cabido, pelo foro anual de 14 libras da moeda antiga, pagas às terças do ano, e dois capões, pelo Natal.

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 45, n^{o} 1. Original em pergaminho, destinado ao referido Diogo Lopes de Figueiredo.

Jhesus.

Saibham quantos este estormento dencartamento virem como, no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quareenta e sete annos, vijnte e hũu djas do mes dabrjll, dentro no coro da see da çidade de Viseu, em presença de mjm, Joham Lourenço, puurico tabaliam por nosso ssenhor elrrey em essa meesma e sseus termos, e das testemunhas que adjante ssom escpritas, estando hy juntos em cabydoo os muyto honrrados ssenhores Gonçallo Gonçaluez e GonçallEannes e Rodrigo Afonso e Afonso Viçente, bachaler em degredos,

Copyrighted material

e Luis Annes, douctor, e Martim Gonçaluez, todos cooĩgos da dicta see, pareçeu hy, de presente, Diego Lopez de Figueiredo, escudeiro do ssenhor jffante dom Anrrique, morador em Siluares, da freyguisia de Sirgueiros, per o quall foy apressentado hũu estormento denprazamento, que pareeçia seer fecto e asynado per Rodrigo Annes, tabaliam que foy da dicta çidade, do qual o theor tall he.

Saibham todos que nos, dom Joham Pirez, chantre, e o cabydoo da see de Vjsseu encartamos a vos, Aluaro Gill Ferram, escudeiro, e a uossa molher Margarida Gonçaluez, moradores em Siluares, termo da dicta çidade, a saber tres cassaaes com todas suas perteenças, que o dicto cabydoo ha no dicto logo de Siluares, que he na freyguesia de Sirgueiros, a saber: o casal em que morou Martim Pirez e o em que ora mora Gonçalo Dominguez e o cassall em que morou Janeiro e o cassal em que morou Antonino Lourenço; que os ajaaes em vosas vidas e nom mais, ssob tall preeito e condiçom que vos pobredes os dictos casaaes per lauradores que em elles morem e adubem as cassas delles e rrepairem de pedra e de madeira e de madeira e de todo o outro adubyo que lhes mester fezer, per tal guissa que mjlhorem e nom pejorem, e os laurem e fruytem e que as herdades dos dictos cassaaes andem senpre juntas e nom sse mesturem com outras nhũuas herdades de fora dellas e dedes ende, de rrenda, em cada hũu anno, pollos dictos casaaes ao dicto cabydoo dez libras de djnheiros portugueses, por dia de Natall e hũũ par de capõoes e começardes de fazer a dicta paga primeiramente por dja de Natall primeiro segynte, que sera na era de mjll e quatroçentos e vijnte e hũu annos, e dhy em djante asy por o dicto dja de Natall; e vos nom venderedes o dicto encartamento e, sse o vender quiserdes, ffazer dello ante ssaber ao dicto cabydoo sse o quer tanto por tanto; e, sse o nom quiser, venderdello a tall pessoa que nom seja de mayor condiçom que vos e que seja obediente com a dicta rrenda ao dicto cabydoo. E, morto vos e a dicta vossa molher, os dictos casaaes ficarem liures e desenbargados ao dicto cabydoo com todas as benfectorjas e milhorjas ssem vosso enbargo. E obligamos os beens da mesa do dicto cabydoo a vos liurar o dicto encartamento de quallquer enbargo que vos ssobrelle ssahjr por essa rrazom. E o dicto Aluaro Gil, por ssy e por a dicta sua molher, conssentyo no dicto encartamento e obligousse, per sy e per todos sseus beens, a pagar a dicta rrenda ao dicto cabydoo e a teer as condiçõoes em elle contheudas. Fecto foy no coro da dicta ssee, xbj dias de nouenbro era de mjll iiij^{c} e vynte anos. Testemunhas: Giral Dominguez, meo cooĩgo do dicto logo, e Gill Rodriguez, porteiro do dicto coro, e outros. E eu, Rodrigo Annes do Porto, tabaliam delrrej na dicta çidade, que este stormento scpreuj e aqui meu synall fiz, que tall he.

O quall estormento asy apressentado, os dictos ssenhores cooĩgos diseram que elles nouamente encartauam ao dicto Diego Lopez, que

presente estaua, e pera a primeira molher que ouuer e pera hũu sseu filho e neto dantre anbos e, nom auendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pessoas, hũa em pos outra, quaaes elles em ssuas vidas ou aa ora de ssuas mortes nomeasem, a saber, os dictos tres casaaes no dicto encartamento contheudos com as herdades que a elles perteençiam, contheudas em hũu liuro de tonbo, escprito per o dicto Gonçalo Anes, cooĩgo, das quaaes o teor tall he.

Jtem, outro casal que chamom do Ribeiro, que tem hũa quintãa çarrada com tres cassas do dicto casal, parte com o rribeiro e com ljnhar de Lo[po] Diaz, leua dous alqueires e meo.

Jtem, hũa leira, ao Castinheiro do Chãao, parte com vynha de Lopo Diaz e com hũa ssua leira, leua quatro alqueires.

Jtem, outra na Estercada, parte com Aluaro Ferrom e com cassal do cabydoo que traz Affonso da Serra, leua hũu alqueire.

Jtem, outro nas Trauessas, parte com Aluaro Ferram e com Lopo Diaz, leua dous alqueires.

Jtem, outro no Tojal, parte com o cassall que traz Affonso da Serra e com Vaasco Paaez, leua quatro alqueires.

Jtem, aa lauoira de Sampaayo, parte com o rribeiro e com prado do cabydoo suprascripto, leua oyto alqueires.

Jtem, o talho do Barreiro, que parte com o camynho do moynho e com herdade que foy vynha da Ortigeira, leua hũu alqueire e meo.

Jtem, a meatade de todaa quintaa e de todallas cassas della telhadas, em que vyuja Lopo Diaz, a quall meatade he de contra fundo e a de Lopo Diaz contra çima.

Jtem, a meatade de todo o cortynhal e aruores que jazem arredor das cassas da dicta quintãa, a saber, as de contra as cassas de fundo he do dicto cabydoo e o de contra çima de Lopo Diaz e de sseus herdeiros.

Jtem, tres casaaes emcabeçados, a saber, hũu que jaz junto com a dicta quintãa, em que esta hũa cassa com sua anteporta e pardeeiros derribados, parte com Lopo Diaz e com curral de Vaasco Paaez.

Jtem, hũa vynha tras as cassas, cauadura de sseis homeens, parte com Aluaro Ferrom e com carreira da eigreia, da trynta almudes de vynho.

Jtem, hũu ljnhar jumto com aldea, parte com Aluaro Ferram e com Vaasco Paaez, leua dous alqueires em ssemeadura.

Jtem, hũa leira na Estercada, que parte com cassal que foy de Margarida Anes.

Jtem, outro no Tojal, que parte com Pedro de Cassall Meyãao e com Gonçalo Lourenço.

Jtem, outras duas leiras no Castinheiro do Chãao.

Jtem, outra junto com a vynha.

Jtem, o prado de Sampaayo.

Copyrighted material

Jtem, o baçello do Barreiro.

Jtem, hũu casall que trazia Affonso da Serra, tem hũa quintãa çarrada e hũu çeleiro e hũa corte.

Jtem, hũa vynha ao Barreiro, que parte com Lopo Diaz e com o rregueengo, cauadura de sseis homeens, da çinquoenta almudes.

Jtem, hũu ljnhar tras as cassas, que parte com Lopo Diaz e com o rribeiro, leua dous alqueires e meo.

Jtem, duas leiras na Estercada, parte hũa com Vaasco Paaez, de duas partes, e a outra esso meesmo, leuam anbas quatro alqueires.

Jtem, hũa herdade aa Fonte dos Sapos, parte com Aluaro Ferram e com Lopo Diaz e Santa Cruz, leua dez e seis alqueires.

Jtem, na Ribeira hũua ssoma dherdade, parte com o monte daaquem e daalem do rryo e jazem dentro tres leiras de rregueengo e duas dAluaro Ferram, e as do Ferram leuam sete alqueires e as do rregueengo quatro e as do cabydoo quareenta e oyto.

Jtem, a vynha da Pedra, parte com Lopo Diaz e com Esteuam Ribeiro, leua sseteo homeens.

Jtem, duas leiras no Tojall, partem com Lopo Diaz, de duas partes, e com baçello de Joham de Parada.

Os quaaes cassaaes e vynhas e herdades contheudas no dicto tonbo lhes asy encartauom como dicto he, ssob tall preeito e condiçom que o dicto Diego Lopez e as pessoas depos elle fezessem morar e pobrar os dictos casaaes de caseeiros e lauradores e fezessem correger e laurar as dictas herdades e casaaes e vynhas susso dictas e fezessem em todo toda benfectorja, de guissa que todo mjlhorasse e nom pejorase e que deasem de rrenda, em cada hũu anno, ao dicto cabydoo, quatorze libras da moeda antiga sinprezmente e dous capõoes, por Natall, e os djnheiros aas terças do anno, Natal e Pascoa e Sam Joham Bautista.

E que, sse vender quisessem este encartamento, tanto por tanto ante ao dicto cabydoo que a outrem. E, sse el conprar nom quisesse, que o vendessem aa tal pessoa de que o cabydoo bem podesse auer ssua rrenda e nom fosse pessoa poderossa nem daquellas que o dereito defende em tall casso. E, ao ssaymento das dictas pessoas, que este encartamento com toda sua benfectorja ficasse liure e dessenbargado ao cabydoo, sem outra contenda, e que obligaua os beens da messa do dicto cabydoo de lhes fazerem de paz este encartamento de qualquer enbargo que ssobrelle saisse por a sua rrazom.

O quall encartamento lhes asy faziam, como dicto he, ssob tal condiçom que, sse fosse achado que hy auja outras herdades ou cassas o vynhas aalem das sussodictas que perteençesem ao dicto cabydoo, que as metessem em este encartamento ao dicto Diego Lopez; e que esso meesmo que, sse fosse achado que o dicto Diego Lopez leuaua algũu erro em este encartamento dallgũas herdades que fossem da sua herança

ou cassas ou vynhas, que as ouuesse e esto lhe nom fezesse perjuizo. E o dicto Diego Lopez, em seu nome e das pessoas sussodictas, consentio no dicto encartamento pella guissa susodicta e obligou sseus beens movys e rrajz de teer e guardar e conprir as condiçõoes suso scpritas e de dar e pagar, em cada hũu anno, a dicta pensom e rrenda ao dicto cabydoo pella guissa que dicto he.

E pedirom senhos estormentos, anbos dhũu teor, e este he o do dicto Diego Lopez, que foj fecto e outorgado dia, mes e era e lugar sobredictos. Testemunhas: Aluaro Gil de Pouoljde e Gonçalo Gil do Rego e Joham Anes, meo cooĩgo, prior do Heruedal, e outros. E eu, Joham Lourenço, tabaliam sobredicto, que a todo esto de presente fuj e este estormento, per outorgamento das partes em el contheudas, scpreuj e aqui meu synal fiz, que tall he *(Sinal do notário)*.

157

2 MAIO 1447

Carta de escambo, feita em Pombal por Fernão Vasques, ali tabelião pelo infante D. Henrique, pela qual o mosteiro e convento da Batalha dá a Lopo Pires e a sua mulher Maria Lionardes, lá moradores, pedaço de terra situado no Souto de El-Rei e recebe outro nos Enxofrais, ambos no termo da dita vila.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 218.

Saibam quantos esta carta descanbo virem como, no ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quarenta e sete anos, douos dias do mes de mayo, em Ponball, nas moradas de Gomez Abade, estando hi o mestre frey Joham Martijnz, prioll do moesteiro da Batalha, em presença de mym, tabeliam, e testemunhas adiante escriptas, mostrou hũa procuraçom escripta em papell, da quall o teor tall he.

Segue-se procuração passada a Fr. João Martins, prior do mosteiro da Batalha, pelo dito mosteiro, em 13 de Agosto de 1445.

E, apresentada asy a dicta procuraçom e leuda, como dicto he, o dicto prioll em ella conteudo disy que elle, per poder da dicta procuraçom,

Copyrighted material

EST. IV. — CARTA COM ASSINATURA AUTOGRAFA DE JOÃO GONÇALVES ZARCO, DE 1447 (Doc. 158)

em nome do dicto moesteiro e conuento, daua descanbo e nome descaibo, a Lopo Pirez e a sua molher Maria Lionardez, moradores em Ponball, hũu pedaço de chãao que ora jaz em mato, que o dicto moesteiro ha em termo da dicta ujlla, onde chamam o Souto dElrrey, que parte com Rodrigo Aluarez Machado e com o dicto Lopo Pirez e pello camjnho dos Ereeos e pello monte e com outros que de direito deua de partir.

E o dicto Lopo Pirez e sua molher deram, descanbo e em nome descanbo, ao dicto moesteiro, pello que dicto he, hũu chãao que elles am em termo da dicta ujlla, onde (1) chamam os Enxofraees, que parte com Lopo Botelho e com Afonso Çoudo e, pello rrio e pella estrada, com quemquer que [de] direito deua de partir. O quall lhe dauam com todas suas entradas e ssaidas, direitos e perteenças, e que façam delle e em elle todo o que lhe prouguer, como de sua coussa propia. E, per esta carta, mandaram, asy hũus como os outros, que cada hũus tomem logo posse e ssenhorio do que asy ficam em escanbo, ssem outra ordem e figura de jujzo. E ficaram hobrigados, asy hũus como os outros, de o defender e emparar, em jujzo e fora delle, de quemquer que lhe ssobre ello enbargo poser, sso pena de o compoerem em dobro, com todas suas bemfeitorias e custas e despesas que ssobre ello fezerem, ssobrigaçom dos beens do dicto Lopo Pirez e sua molher, que pera ello obrigaram. E o dicto prioll obrigou os beens do dicto moesteiro a manteer e comprir o que dicto he. E, em testemunho dello, mandaram seer fectas senhas cartas, anbas dhũu teor, que foram fectas dia, mes e era susso escripta.

Testemunhas: Afonso Gill, tabaliam, e Gomez Abade, moradores na dicta ujlla, e outros. Eu, Fernam Vaasquez, puurico tabaliam em Ponball pello jfante dom Anrrique, meu senhor, que esta carta escripuj pera o dicto moesteiro e em ella meu signall fiz, que tall *(Sinal do notário)* [he].

xx rreais pagou.

158

3 MAIO 1447

Carta de João Gonçalves Zarco, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, regedor por ele no Funchal e seus termos, a conceder terra na mesma ilha da Madeira a Gil Gonçalves e a seus descendentes, visto o anterior donatário a não haver aproveitado.

(1) No ms. *ende*, por *onde*.

ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, n.º 1. Original, em pergaminho.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 453.

Saibham quantos esta carta de fyrmidam vjrem como eu, Joham Gonçalluez Zargo, caualejro da casa do jfante dom Anrique e rregedor por ho dicto ssenhor em a jlha da Madejra, em ho Fonchall e seus termos, dou e confyrmo, deste dja pera todo senpre, a Gill Gonçalluez, morador em a jlha, hũa terra pera a elle auer de aprouejtar. E parte, da hũa parte, com terra de Afomso Gill e, da outra parte de çima, com terra de Joham Cohelho, da parte de çima, e com terra de Qujstouam (1) Gonçalluez e com rrybeiro que uem de casa dAluoro Esteuez e com ho arife que esta abaixo da terra de Njcolho (2) Annes e com outras confrontaçõ[e]s que com derejto deua partjr.

A quall terra lhe heu dou e confyrmo deste dja pera todo senpre, pera elle e pera todos seus fylhos e netos e pera quantos deles decenderem. Que elles a posam vender e dar e doar e aforar e fazer della e em ella asy como de sua cousa propea, com esta condjçam: que elle, nom aprouejtando (3) a dicta terra da fejtura desta carta a tres annos, que ho senhoriho o de a quem lhe aprouuer (4) e por bem teuer; e com esta condjçam, que elle nom faça e de camjnho per a dicta terra, se conprir, per que se ajam de syrujr hos ujzinhos e moradores da dicta jlha (5). E lha dou, a dicta terra, porquanto a tinha dada e aquelle que a eu dej nom ha qujs aprouejtar nunca, que pode auer sete ou ojto annos. Eu mando aquelles que depos mjm veherem e meu cargo teueherem que guardem e mantenham esta carta de fyrmjdam, asy e pella gujsa que em ella he contihuda.

Fecta em a jlha da Madejra, tres djas do mes de maiho, era do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e Rbij annos. E eu, Joham Annes, tabeliam em a dicta jlha por ho jfante dom Anrique meu ssenhor, que esta carta de fyrmjdam espreuj e aquj meu ssynall fyz, que tall he *(Sinal do notário)*.

(as.) Zargo (6).

---

(1) Por *Christouam*.

(2) Por *Nicolau*?

(3) No ms. *aprouentando*.

(4) No ms. *aprougrer*.

(5) Do contexto parece deduzir-se que está acima o *nom* a mais ou então que falta palavra em seguida a *faça*, tal como *duujda* ou equivalente.

(6) Conquanto pareça dever ler-se esta assinatura *Zargo* (cfr. o «fac-simile» que damos deste documento), noutros textos coevos, diplomáticos e narrativos, lê-se

Copyrighted material

159

6 MAIO 1447

Contrato do matrimónio de el-rei D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, senhor de Montemor e regente do reino, no qual o monarca louva, aprova e confirma o seu casamento com a dita senhora, doa a esta, por câmara, vitaliciamente, as terras que a falecida rainha D. Leonor, sua mãe, houvera em matrimónio, por assentamento anual 1.165.000 reais brancos, pagos pela sisa dos panos de Lisboa, e, por arras, 20.000 escudos de ouro, a liquidar pelos rendimentos das ditas terras e assentamento (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 5 v., — texto que se reproduz; *Reis*, liv. 1, fl. 33 v.; *Místicos*, liv. 2, fl. 16; e *Gaveta* 17, maço 1, n.º 12, fl. 4 v., cópia em papel, do século XVI.

Publicado por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova 10 do livro 4, extraído de *Místicos*.

Dom Affonsso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, consijrando nos em como, per graça de Deus, he cellebrado matrimonjo, per pallauras de pressente, segundo ordenança e mandado de nossa madre e santa egreja de Roma, antre nos e a mujto alta e muj exçellente princessa e muj esclareçida e muj uirtuosa ssenhora a rrainha dona Jssabell, mjnha mujto amada e mujto prezada esposssa, filha do alto, illustre e magnjfico prinçepe jffante dom Pedro, duc de Cojnbra e ssenhor de Montemoor,

---

Zarco. Sobre o particular veja-se a nota 11 da p. 340 do nosso vol. 8. Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, referindo-se a João Gonçalves Zarco, observa também: — «cujo apellido *Zarco* cuidão alguns ser alcunha por ter os olhos azues, & em demazia claros, ou por haver morto hum Mouro do mesmo nome, o que eu tenho por fabula. E muito menos deve hoje sua grave descendência a quem se inclina mais a esta opinião, do que ao Cronista do Reino (*Monarch. Lusit.*, p. 5, l. 17, c. 2), o qual mostra ser apellido antigo, & de gente muito nobre» (*Historia Serafica*, 2.ª parte, liv. 11, cap. 29, p. 593).

(1) Segundo PINA, o casamento de el-rei D. Afonso V com a infanta D. Isabel foi celebrado neste Maio de 1447, em Santarém (*Crónica de elrei D. Afonso V*, cap. 88). O cronista não indica o dia, que não deve ter sido o do presente instrumento, redigido em Lisboa, como do mesmo consta.

nosso mujto amado e prezado padre e thio, curador e curador e rregedor por nos em nossos rregnos e ssenhorio;

Consijrando outrosy como, atee o presente, antre nos e ella, dicta ssenhora, nunca foy fecto alghũu contraucto sobre ou per rrazam do dicto matrimonjo, per que ella fosse dotada dalghũu dote, que a nos per ella ou outrem em seu nome fosse dada ou promjtida, pera soportamento do cargo do dicto matrimonjo, nem outrossy fosse a ella dada proujssom de alghũas terras ou ujllas, que ouuesse por camara em sua ujda, nem outrossy segurança dasseentamento de certas rrendas de djnheiros que ouuesse em cada hũu anno, em sua ujda, pera soportamento de seu rreall estado, como todo esto dantijgamente ouueram as rrajnhas que nos tenpos passados foram em estes rregnos, nem per que outrossy ajamos a ella promjtidas alghũas arras, por onrra de sua perssoa, no casso que o dicto matrimonjo aconteça seer separado, per falleçimento nosso; as quaaes coussas, per ussança jeerall, guardada per todas partes do mundo antre os prinçepes christãaos de semelhante estado, espicialmente em estes rregnos, sempre foram custumadas, em semelhante casso, de se prometerem dhũa parte aa outra;

Porende, querendo nos esto proueer, como he rrazam, consijrando primeiramente açerca dello o serujço de Deus e desy os mujtos e grandes e estremados serujços que, nos tenpos passados, com grande lealdade, auemos rreçebidos e, ao presente, rreçebemos em cada hũu dia e ajnda esperamos rreceber ao diante do dicto jffante dom Pedro, nosso padre e thio, etc., por conseruaçom de nossa perssoa e exalçamento de nosso rreall estado e bem assy grande honrra e proueito de nossos rregnos e senhorio; consijrando outrossy como Nosso Senhor Deus, por sua sancta merçee, doctou de mujtas, grandes e estremadas uirtudes a dicta ssenhora rrainha, por as quaaes, com grande rrazam, a deuemos sobre todas sempre muito grandemente prezar e amar uerdadeiramente;

De nosso proprio moto, çerta sciencia, poder abssolluto, sem nos ella ou outrem em seu nome, por sua parte, esto rrequerer, louuamos, aprouamos e confirmamos o dicto matrimonjo, asy antre nos e ella fecto e çellebrado, per mandamento e despensaçom e confirmaçom de nosso ssenhor o santo padre Eugenjo quarto (2). E esto ffazemos por as rrazõoes susso dictas e ajnda por os grandes diujdos que antre nos e ella a Deus prouue seerem, nom enbargando quaaesquer lex jnperiaaes ou ordenaçõoes de nossos rregnos ou quallquer usança, asy jeerall como especiall, que a esto, em parte ou em todo, seja contraira, porque as rrazõoes susso dictas e cada hũa dellas nos constrangem naturallmente pera o assy fazermos.

---

(2) Cfr. o DOC. 217 do nosso vol. 7.

Copyrighted material

E, querendo outrossy proueer a ela, dicta ssenhora rrainha, açerca das terras e ujllas que as rrajnhas destes rregnos, nos tenpos passados, em elles custumarom auer por camaras, por rrazam de seus matrimonjos, e bem asy açerqua do asentamento de çertas rrendas de djnheiros que, per semelhante gujssa, costumarom teer, pera soportamento de seus rreaaes estados; outorgamos, queremos e mandamos que a dicta ssenhora rrajnha aja, por rrazom do dicto matrimonjo, em toda sua ujda, todallas terras e ujllas que a rrajnha dona Lianor, mjnha mujto amada e prezada madre, ssenhora da louuada memoria, a que Deus de o seu santo paraisso, ouue e posoio, por rrazom de seu matrimonjo, depois que, per graça de Deus, foy rrajnha destes rregnos e em elles ujueo (3).

As quaaes ujllas e terras nos queremos e mandamos que a dicta ssenhora rrajnha aja em toda sua ujda, con toda sua jurdiçom alta e baixa, ciuell e crime, mero misto (4) enperio, com todollos padroados das egrejas que ha em as dictas terras que a nos de djrecto perteeçem e bem assy todallas rrendas e djrectos rreaaes que as dictas ujllas e terras rrenderem per quallquer guissa que seja e com todas perrogatiuas e priujllegios, graças e liberdades que aa dicta ssenhora rrainha, mjnha madre, foram outorgadas em quallquer tempo do mundo e mjlhor, se as ella mjlhor poder auer.

E queremos que ella possa põer, de sua mãao e em seu nome, ouujdor, que ouça e desenbarge todollos fectos das dictas ujllas, asy ciueeis como crimes, e bem asy taballianes, os quaaes se chamem seus, e per sua autoridade façam todallas escripturas pubricas que a seu oficio perteeçam, as quaaes coussas o dicto ouujdor e tabalianes faram assy e tam conpridamente como costumarom de fazer ouujdores e tabalianes das outras rrajnhas que foram nos tempos passados em estes rregnos, espicialmente no tempo da dicta ssenhora rrajnha mjnha madre, depois que delles foy rrajnha. E bem assy queremos que possa hi põer de sua mãao todollos outros oficiaaes que ella entender que som conpridoiros pera rrequerer e rrecadar todollos djrectos que em ellas auer possa, asy e tam conpridamente como nos fazemos e fazer podemos nas nossas terras, que se por nos e em nosso nome correm.

---

(3) Vejam-se o contrato matrimonial da rainha D. Leonor de Aragão, de 16 de Fevereiro de 1428, e a respectiva reforma, de 4 de Novembro do mesmo ano, — os DOCS. 91 e 128 do nosso vol. 3. As vilas em referência são Alvaiázere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Óbidos, nos termos da carta de el-rei D. Duarte de 11 de Janeiro de 1435 — o DOC. 60 do nosso vol. 5 —, às quais o regente D. Pedro adicionou Aldeia Galega, ao doá-las a D. Isabel, sua filha, em 19 de Março de 1445, um mês depois de falecida, em Toledo, a rainha D. Leonor (Cfr. o DOC. 174 do nosso vol. 8).

(4) No ms. *justo* por *misto*.

E, quanto he ao asentamento e çertas rrendas de djnheiros que as rrajnhas, nos tempos passados, costumarom dauer em estes rregnos, pera soportamento de seus rreaes estados, outorgamos, queremos e mandamos que a dicta ssenhora rrajnha aja de nos, por asentamento, em cada hũu ano, per toda sua ujda, hũu mjlhom e çento e sesenta e cinquo mjll rreaaes da moeda que ora corre, a saber, de trinta e cinquo libras o rreall, porquanto fomos çerto que o mjlhom e quinze mjll rreaaes auja, em asentamento, a dicta ssenhora rrajnha mjnha madre, por caussa de seu casamento, e os çento e cinquoenta mjll lhe acresçentamos pera seus ujstidos de panos douro e de seda, que a dicta ssenhora rrajnha, mjnha madre, auja do thesouro do ssenhor rrey meu padre. Os quaaes djnheiros lhe ja teemos asentados dentro em esta cidade, na sissa dos panos.

E querendo outrossy proueer aa dicta ssenhora rrajnha açerqua das arras que semelhantes prinçessas e senhoras, em tall casso, costumarom dauer por honrra de suas persoas, no casso da separaçom de seus matrimonjos, outorgamos, queremos e mandamos que, separado o dicto matrimonjo, per seu fallicimento da ujda deste mundo, em tall casso, seus erdeiros ajam de nos ou de nossos sobçesores, segundo o caso aconteçer, por arras e em nome darras, ujnte mjll scudos douro, da moeda ora corrente em estes nossos rregnos, dos quaes ella podera despoer a todo tenpo, como lhe aprouuer. E estes ujnte mjll escudos douro queremos e mandamos que lhe sejam pagos per as rrendas das dictas ujllas e asentamento que lhe asy ja teemos posto e asentado, como dicto he. As quaaes rrendas todas e asentamento, per fallicimento da dicta ssenhora rrajnha, os seus oficiaaes que pera ello forem postos aueram asy e tam conpridamente como os a dicta ssenhora em sua ujda ouuer. E nom seram desapoderados dellas per alghũu casso que aconteçer possa, atee seerem conpridamente pagados os ujnte mjll escudos pera os entregarem a seus testamenteiros ou a quem ella pera ello ordenar, pera os despender segundo a ordenança que ella, dicta ssenhora rrajnha, em sua ujda, pera ello ordenar e desposer, a toda sua vontade.

As quaaes cousas e cada hũa dellas pormetemos e juramos, per nossa fe, como rrey catollico, por nos e por todos nossos sobçesores que ao diante em quallquer tenpo forem, de as guardar, conprir e manteer e, de fecto, reallmente conpriremos e guardaremos e faremos conprjr e guardar bem e fiell e uerdadeiramente, a todo nosso conprido poder, cesante toda arte e maao engano. E nom darremos fauor, ajuda nem conselho a alghũa persoa, de quallquer estado e condiçom e prjmjnencia que seja, ajnda que a nos seja mujto conjunta em quallquer graao de djujdo ou parentesco que seer possa, pera contrauijnr, em parte ou em todo, de fecto nem de derecto, em jujzo nem fora delle, em puurico nem ascondido, daqui en diante, pera todo senpre jamais, por alghũa coussa

ou rrazom passada, presente ou futura, de quallquer natura, quallidade ou condiçom que seia ou seer possa, ajnda que tall seja que, ao presente, per ho entendimento dos homeens, nom possa seer alcançada, porque nossa teençom e vontade enteiramente he que todallas dictas coussas lhe sejam conpridas e guardadas em todo tenpo, asy e tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo.

E prometemos ajnda e juramos, em nossa fe, que nunca o enpetraremos nem lhe pediremos beneficio de rrestituiçom, outorgado per derecto aos meores de uijnte e cinquo annos, pera desfazer alghũus promjtimentos por que depois, ao diante, em alghũu tenpo, se achem lessos ou dapnificados, nem outro quallquer priujllegio ou beneficio, jeerall ou espiçiall, outorgado aos meores de uijnte e cinco annos ou aaos rrex, como persoas puuricas e em derecto priujlligiadas; porque nos, de nosso proprio moto, certa sçiencia e poder, asy ordenairo como absolluto, rrenunciamos todos os dictos priujllegios e beneficios. E queremos, outorgamos e mandamos, por nos e por todos nossos sobçesores que ao depois forem, que nos ou elles nunca ussaremos de taaes beneficios e priujllegios, asy per derecto outorgados ao meor de ujnte e cinquo annos ou a rrey, assy como rrey, per que as coussas todas susso dictas e cada hũa dellas jamais em alghũu tenpo possam seer quebrantadas, ujolladas ou corronpidas, ante as faremos sempre todas manteer, conprir e guardar, asy e tam conpridamente como ssusso he declarado.

E, por maior firmeza de todo o ssusso dicto, de nosso proprio moto, certa sciencia, poder absolluto, assy como rrey, soprimos quallquer fallecimento de sollenidade, de fecto ou de derecto, asi jeerall como espiçial, que em esta nossa carta falleça, per cujo fallecimento em alghũu tenpo ella possa seer rretrautada, cassada, jrritada ou anjchellada, porque queremos e mandamos, como dicto he, que tall fallecimento ou fallecimentos nom sejam enbargantes a esta nossa carta com todallas coussas em ella contheudas, e senpre, em todo tenpo jamais, seja firme, rrata e ualliossa, asy como se os dictos fallecimentos ou cada hũu delles em ella nom ouuesse. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, firmada do nosso uerdadeiro signall e seellada com o nosso seello do chunbo.

Dante em a muj nobre e senpre leall cidade de Lixboa, bj dias do mes de maio. Joham Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbij.

160

6 JUNHO 1447

Sumário de carta do regente D. Pedro, de legitimação de Catarina Vasques de Góis, filha de Álvaro de Góis, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e comendador de Puços, e de Clara Dias, solteira.

ANTT., *Legitimações*, liv. 2, fl. 94 v.

Dom Afomsso, etc.

Jtem, outra tall de Caterina Vaasquez de Guooes e filha dAluaro de Guooes, caualeiro da casa do jffamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo e comendador de Puços (1), e de Clara Diaz, molher solteira, ao tempo de sua nacemça. Em forma.

Dada em Lixboa, a seis dias de junho, per os sobreditos desembargadores (2). Rodriguo Afomsso a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçemtos Rvij.

161

14 JUNHO 1447

Letras Religionis zelus, *do papa Nicolau V, dirigidas a João Gonçalves de Madalena, cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra, a conceder-lhe, a pedido do infante D. Henrique, possa receber benefício com cura de almas ou sem ela, dos que costumam ser governados pelos mosteiros de S. Vicente de Fora, na diocese de Lisboa, e S. Pedro de Folques, na diocese de Coimbra, ambos de cónegos regrantes de S. Agostinho, contanto que não sejam priorados nem preposituras conventuais.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 434, fl. 148.

---

(1) Puços era comenda da Ordem de Cristo (Cfr. as pp. 147 e 156 do nosso vol. 1).

(2) Dr. Rui Gomes de Alvarenga e Dr. Pero Lobato, segundo o documento anteriormente lançado no referido livro de legitimações.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Johanni Gundissalui de Magdalena, canonico monasterij Sancte Crucis extra muros Colimbrienses, ordinis Sancti Augustini, salutem, etc.

Religionis zelus, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales.

Hinc est quod nos te ab omnibus et singulis excommunicacionis, suspensionis et interdicti alijsque sentencijs, censuris et penis ecclesiasticis in te, ex quibusuis causis, a iure uel ab homine quomodolibet latis et promulgatis et quibus apostolica uel alia quauis auctoritate, forsan innodatus existis, quoad effectum ex presentibus sortiendum absoluentes ac, premissorum meritorum tuorum intuitu, specialem tibi, pro quo dilectus filius nobilis vir Henricus, dux Visensis, asserens te dilectum suum fore, nobis super hoc humiliter supplicauit, gratiam facere uolentes, beneficium ecclesiasticum, cum cura uel sine cura, per Sancti Vincencij de Fora (1), Vlixbonensis, uel Sancti Petri de Folques, Colimbriensis, diocesum, ordinis Sancti Augustini monasteriorum canonicos gubernari solitum, etiam si prioratus uel prepositura existat, dummodo prioratus uel prepositura huiusmodi conuentualis non fuerit.

Cuius quidem beneficij fructus, redditus et prouentus, si beneficium ipsum in partibus in quibus antiqua taxatio decime ad medietatem eiusdem taxationis est reducta sexaginta, si uero in alijs partibus fuerit octoginta librarum turonensium paruorum, secundum taxationem decime huiusmodi, ualorem annuum non excedant, ad dilectorum filiorum priorum et conuentuum monasteriorum predictorum, per priores gubernari solitorum, collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem, communiter uel diuisim, pertinens, si quod uacat ad presens aut cum vacauerit, quod tu, per te uel procuratorem tuum, ad hoc legitime constitutum, infra vnius mensis spacium, postquam tibi uel eidem procuratori uacatio illius innotuerit, duxeris acceptandum, conferendum tibi, post acceptacionem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis, donacioni apostolice reseruamus, districtius inhibentes eisdem prioribus et conuentibus ne de beneficio huiusmodi interim, etc., ante acceptationem eandem, nisi postquam eis constiterit quod tu, uel procurator predictus, illud nolueritis acceptare, disponere quoquomodo presumant, ac decernentes te fore quam primum, uigore presentium, beneficium huiusmodi similiter paci-

(1) No ms. *Foro*.

fice assecutum (2), de monasterio Sancte Crucis extra muros Colimbrienses dicti ordinis, cuius canonicus et, ut asseris, ordinem ipsum expresse professus existis, ad illud ex Sancti Vincencij uel Sancti Petri monasterijs prefatis, per cuius canonicos beneficium huiusmodi regi consueuerit, auctoritate apostolica, transferendum teque in eo recipiendum in canonicum et in fratrem ac sincera ibidem in Domino caritate tractandum ac ex nunc irritum et inane, si secus super hijs, a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, et alijs constitutionibus et ordinationibus apostolicis, necnon monasteriorum et ordinis predictorum iuramento, confirmatione apostolica seu quacunque firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus contrarijs quibuscunque. Aut si pro alijs, in dictis Sancti Vincencij et Sancti Petri monasterijs, scripta forsan apostolica sint directa. Seu si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus, speciales uel generales, apostolice sedis uel legatorum eius, litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruacionem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus, preterquam huiusmodi beneficia, auctoritate nostra expectantibus te, in beneficij huiusmodi assecutione, uolumus anteferri, sed nullum per hoc eis, quoad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generari.

Aut si prioribus et conuentibus prefatis uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, a dicta sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli non possint quodque de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim spectantibus, nulli ualeat prouideri, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam, presentibus non expressam uel totaliter non insertam, effectus huiusmodi gratie impediri ualeat quomodolibet uel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis. Seu si hodie, pro alio uel alijs, super equali uel equalibus gratia seu gratijs de simili beneficio, ad collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem priorum et conuentuum predictorum, communiter uel diuisim, pertinentes litteras nostras duxerimus concedendas. Nos enim, tam illas quam presentes effectum sortiri uolumus, quacunque constitutione apostolica contraria non obstante.

---

(2) No ms. *assecutus*.

Nulli, ergo, etc., nostre absolutionis, reseruationis, inhibitionis, constitutionis et uoluntatis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo septimo, decimo octauo kalendas julij, anno primo.

162

14 JUNHO 1447

Letras Hodie dilecto, *do papa Nicolau V, dirigidas ao bispo de Bazas, França, e aos juízes eclesiásticos de Lisboa e Coimbra, a cumunicar-lhes o conteúdo das precedentes letras* Religionis zelus *e a ordenar-lhes que, por si ou por outrem, as façam cumprir.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 434, fl. 149.

Nicolaus, etc.

Venerabili fratri episcopo Vasatensi et dilectis filijs Vlixbonensi ac Colimbriensi officialibus, salutem, etc.

Hodie dilecto filio Johanni Gundissalui de Magdalena, canonico monasterij Sancte Crucis extra muros Colimbrienses, ordinis Sancti Augustini, specialem gratiam facere uolentes, beneficium ecclesiasticum cum cura uel sine cura, per Sancti Vincencij de Fora, Vlixbonensis, et Sancti Petri de Folques, Colimbriensis, diocesum, dicti ordinis monasteriorum, canonicos gubernari solitum, etiam si prioratus uel prepositura ad dilectorum filiorum priorum et conuentuum Sancti Vincentij et Sancti Petri monasteriorum, per priores gubernari solitorum, predictorum collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem communiter uel diuisim pertinens, si quod vacabat tunc aut cum vacaret, quod dictus Johannes, per se uel procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, infra certi tunc expressi temporis spacium acceptaret, conferendum eidem Johanni, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis donacioni apostolice reseruauimus, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur.

Quocirca, discretioni vestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus vos uel duo aut vnus vestrum, si et postquam littere predicte uobis presentate fuerint, per vos uel alium seu alios, beneficium huiusmodi per nos, ut premittitur, reseruatum, si tempore huiusmodi nostre reseruationis vacabat aut postea vacauit aut cum vacauerit, eidem Johanni, post acceptationem predictam, cum omnibus iuribus et pertinencijs supradictis, auctoritate nostra, transferre et assignare curetis, jnducentes eum uel procuratorem suum, eius nomine, in corporalem possessionem beneficij iuriumque et pertinenciarum predictorum et defendentes inductum ac facientes ipsum Johannem uel procuratorem predictum ad beneficium huiusmodi, ut est moris, admitti ipsumque, quamprimum beneficium huiusmodi fuerit pacifice assecutus, de dicto monasterio Sancte Crucis, cuius dictus Johannes canonicus et, ut asserit, ordinem ipsum expresse professus existit, ad illud ex Sancti Vincentij uel Sancti Petri monasterijs predictis, per cuius canonicos beneficium ipsum gubernari consueuerit, iuxta decreti nostri, in dictis litteris expressi, tenorem, eadem auctoritate, transferatis ipsumque in eo recipi faciatis in canonicum et in fratrem ac sincera in Domino caritate tractari sibique de ipsius beneficij fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi.

Non obstantibus omnibus que in dictis litteris uolumus non obstare. Seu si prioribus et conuentibus prefatis uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, a sede apostolica indultum existat, quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem. Contradictores per censuram ecclesiasticam, etc.

Datum [Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo septimo, decimo octauo kalendas julij, anno primo.]

163

12 JULHO 1447

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, empraza a João Eanes, escudeiro do Navegador, e a Brites ou Beatriz Gonçalves, sua mulher, em três pessoas, pelo foro anual de 150 libras da moeda antiga, à razão de 500 libras por uma, casas régias da Rua Nova, em Lisboa.

ANTT., *Estremadura*, liv. 7, fl. 32 v.

Copyrighted material

Dom Afomsso, etc.

A uos, Gomçallo Afomsso, almoxarife do nosso almazem em a çidade de Lixboa, e ao scpriuam desse offiçio ou outros quaaesquer que depos uos veerem por nossos almoxarifes e scpriuãaes, saude.

Sabede que, da parte do jfamte dom Emrrique, meu tio, etc., nos foy falado que hũu Aluaro Pirez, morador que foy em essa çidade, que foy criado delrrey meu ssenhor e padre, cuia alma Deus aia, trazia aforadas hũuas nossas casas, que sam em essa çidade, no começo da Rua Noua, da parte da ouriuizaria, que partem, de hũa parte, com casas de Luis Aluarez, çirieiro, e, da outra, dAzmã Aluarez, çinteiro, e, das costas, emtestam na judaria da dita çidade e, da outra, com rrua pruuica da Rua Noua, em uida de çertas pessoas, por çemto e çimquoemta liuras da moeda amtigua, de foro, em cada hũu anno, a rrezam de quinhentas liuras por hũua, as quaaes pessoas espiraram per morte do dito Aluaro Pirez, que se ora finou; ficam as ditas casas a nos, pera as emprazarmos a quem nossa merçee for. Pedimdonos o dito meu tio que emprazasemos as ditas casas a Joham Eannes, sseu escudeiro, e a Briatijz Gomçalluez, sua molher, em vida de tres pessoas, por as çemto e çimquoemta liuras de moeda amtiga, a rrezam de quinhentas liuras por hũua, de foro, segumdo as de nos o dito Aluaro Pirez trazia, sem mais amdarem em pregam.

E nos, visto seu rrequirimento e queremdolhe fazer graça e merçee, pello do dito meu tio, que nollo por elle pedio; teemos por bem e emprazamoslhe as ditas casas, sem mais amdarem em pregam, segumdo nossa hordenamça, as quaaes casas emprazamos ao dito JohanEannes, em sua vida delle e da dita Briatiz Gomçalluez, sua molher, e doutra pessoa, quall o pustumeiro delles nomear ao tempo de sua morte, com estas comdiçõoes. Que elles e a terçeira pessoa que assy nomearem nos paguem, de foro, em cada hũu anno, çemto e çimquoemta liuras da moeda amtigua, a rrezam de quinhentas liuras por hũua, ssegumdo nossa hordenamça, que sam outras tamtas quamtas nos pagaua o dito Aluaro Pirez em cada hũu anno, de foro. E que elles as façam e rrefaçam e adubem e corregam de todo o que lhes comprir e fezer mester, aa sua custa, posto que pereçam per auguoa ou foguo ou per terremotos ou per outro quallquer caso fortuito, cuidado ou nom cuidado, que avijr possa, e com comdiçam que elles, ditos JohanEannes e Briatiz Gomçalluez, sua molher, nem a terçeira pessoa que elles nomearem as nam possam vemder nem dar nem doar nem em outras pessoas emlhear nem poer sobrellas outro foro pera jgreja ou moesteiro ou algũua pessoa, a menos de o fazerem saber a uos ou a quallquer nosso almoxariffe que depos vos uier.

E quamdo de nos ouuerem comsemtimento, que entam as vendam a tal pesoa ou pesoas que a nos paguem liuremente nossa pensam, comtamto que nam seja caualeiro nem fidalguo nem escudeiro de linhagem

nem clereguo nem frade nem homem nem molher de rrellegiam nem dona uiuua, e que paguem a nos a quorentena do preço por que as asy vemderem, per tal guisa que sempre a nos fique de auermos nas ditas posisõees o dereito senhorio; e, falleçemdo as ditas pesoas, que emtam fiquem as ditas casas liuremente, com todas suas bemfeitorias, melhoradas e nam pejoradas, a coroa dos nossos rregnos e pera nos e nossos soçesores dellas fazermos o que nossa merçee for, e majs com todallas outras clausollas e comdyçõees com que de nos trazia as ditas casas o dito Aluaro Pirez.

O qual JohamnEanes e Briatiz Gomçaluez, sua molher, se obriguaram, pre sy e per seus beens e da terçeira pessoa que o postumeiro delles asy nomear, a comprir e manter este aforamento e dar e paguar a nos, em cada hũu anno, ou a nossos soçessores, as ditas çemto e çimcoemta liuras da moeda amtigua, a rrezam de quinhemtas liuras por hũua, aos tempos e pella guisa que nollas paguaua ho dito Aluaro Pirez, ou aquello que mandarmos que se paguem pellos aforamentos e emprazamemtos feitos pella dita moeda amtigua.

E porem uos mamdamos que metaaes loguo em posse das ditas casas o dito JohamnEannes e Briatiz Gomçaluez, sua molher, com todas suas bemfeitorias que em ellas ouuer e fazee (1) rregistar esta nossa carta em o uosso liuro dos propios, pera em cada hũu anno pera nos rrecadardes o dito foro, e lhe cumpraaes e guardees esta nosa carta e façaes comprir e guardar, asy e pella guisa que em ella he comtheudo. E os sobreditos JohamnEannes e Briatiz Gomçaluez, sua molher, e a terçeira pesoa que o postumeiro delles nomear a tenham, pera sua guarda.

Dada em Simtra, doze dias do mes de julho. Elrrey o mandou per Lopo dAlmeida, caualeiro de sua casa e veedor de sua fazemda. Amtam Gomçaluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} Rbij annos.

164

22 JULHO 1447

Acta do matrimónio celebrado na vila de Madrigal, diocese de Avila, entre D. João II, rei de Castela e de Leão, e D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, nos paços régios da dita vila, perante D. Pedro de Castilla, tio de el-rei e bispo de Palência,

(1) No ms. *faser*.

Copyrighted material

sendo também presentes D. Vasco Perdigão, bispo de Évora, e D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, o Dr. Fernando Diaz de Toledo, notário-mor de Castela e do conselho de el-rei, D. Alvaro de Luna, mestre de Santiago e condestável de Castela, bem como outros mui ilustres senhores **(1).**

AGS., *Patronato Real*, Legajo 49-29. Original, em papel, do próprio Fernando Dias de Toledo, com seu sinal e assinatura, — donde a reproduzimos.

Publicada, com omissão de algumas palavras, por SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, pp. 278-81. Sumariada no *Catalogo V. Patronato Real* do Archivo General de Simancas, t. 1, p. 561.

Jn Dey nomjne, Amen.

Sepan quantos este publico jnstrumento vieren, como en la villa de Madrigal, de la diocesis del obispado de Aujla, sabado, veynte e doss dias del mes de jullio, año del nasçimjento de Nuestro Señor Jhesu Christo de mjll e quatroçientos e quarenta e siete años, este dia, dentro en los palaçios donde posa, en la dicha villa, el muy alto e muy esclaresçido prinçipe e muy poderoso rrey e señor, nuestro señor el rrey don Juan de Castilla e de Leon, que Djos mantenga e dexe beujr e rregnar por luengos tiempos e buenos, a su santo seruiçio.

Estando y presentes el dicho señor rrey et otrosy la muy alta e muy yllustre prinçesa e jnfante la sseñora doña Ysabel, fija del muy yllustre prinçipe jnfante don Juan de Portogal, cuya anjma Dios aya; et estando y grand copia de personas eclesiasticas e caualleros e escuderos e fijos dalgo e dueñas e donsellas e otras muchas personas, asy clerigos como legos, en tanto numero, que estaua llena de gente vna grand sala de los

(1) Este casamento foi negociado em 1445, entre o regente de Portugal, D. Pedro, e D. Alvaro de Luna, condestável de Castela e então o verdadeiro senhor daquele reino, embora contra a vontade do rei castelhano, que parece preferia a filha do soberano francês. (Cfr. *História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 180). A respectiva bula de dispensa data de 5 de Novembro do dito ano, — o nosso DOC. 62. Em 2 de Abril de 1446, D. João II de Castela passou procuração, em Avila, a Garcia Sanchez de Valhadolide para ele, em seu nome, tratar do referido matrimónio e receber a princesa D. Isabel de Portugal, o que teve efeito pelo contrato matrimonial de 9 de Outubro do mesmo ano, assinado em Evora (Cfr. o nosso DOC. 111). Em Maio de 1447, feitas em Lisboa e em Coimbra solenes festas de despedida à filha maior do falecido infante D. João, ela seguiu por Pinhel para Castela (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 87). Emfim, em 22 de Julho de 1447 foi D. Isabel recebida em matrimónio por el-rei D. João II de Castela, em Madrigal de las Altas Torres, diocese de Avila, segundo consta do presente documento, contando então o monarca 42 anos de idade.

dichos palaçios; los quales todos eran allj venjdos e ayuntados, por mandado del dicho señor rrey, para ser presentes a los bjenaventurados desposorios del dicho señor rrey con la dicha señora prinçesa e jnfante doña Ysabel;

En presençia de mj, el doctor Ferrnando Diaz de Toledo, notario e secretario apostoljco e del consejo del dicho señor rrey e oydor e rreferendario e secretario e su notario mayor de los preujllejos rrodados, et de los testigos deyuso escriptos, que a esto fueron presentes, llamados e rrogados; el rreuerendo padre jn Christo don Pedro, tio del dicho señor rrey, obispo de Palençia e oydor de l[a] avdiençia del dicho señor rrey e del su consejo, que y estaua presente, mostro e publjco y luego [leo] vna bulla apostoljca de dispensaçion, escrita en pergamjno de cuero e bullada e sellada segund la costumbre de la corte de Roma, su thenor de la qual es este que se sigue.

Segue-se a transcrição da bula Precelsa dignitatis, *do papa Eugénio IV, de 5 de Novembro de 1445, — o nosso DOC.* 62, *aqui com a data errada de 19 de Janeiro de 1446.*

Et, asy mostrada e publjcada la dicha bulla de dispensaçion, luego el dicho señor obispo de Palençia, premjsa la deujda rreuerençia, tomo las manos al dicho señor rrey et asy mjsmo a la dicha señora prinçesa e jnfante, e el dicho señor rrey puso en los dedos de las manos de la dicha sseñora prinçesa (2) çiertos anjllos e sortijas de oro, diziendo e dixo el dicho señor obispo estas palabras materiales: Vos, muy alta e muy yllustre e muy exçelente señora prinçesa e jnfante doña Ysabel, fija del muy yllustre prinçipe el señor jnfante don Juan de Portogal, que Dios aya, vos otorgades por esposa e muger legitima del muy alto e muy esclaresçido prinçipe e muy poderoso rrey e señor, nuestro señor el rrey don Juan, que aqui esta presente, rregnante bjenaventuradamente en los rregnos de Castilla e de Leon et en los otros sus rregnos e tierras e señorios e lo tomades e resçebjdes por vuestro esposo e legitimo marido, por palabras de presente, tales que fazen matrjmonjo, segund manda la santa eglesja de Roma? Et luego la dicha señora prinçesa e jnfante respondio e dixo que sy et que se otorgaua e otorgo por muger legitima del dicho señor rrey don Juan et lo tomaua e rresçebja por su esposo e marido legitimo, como dicho es, et consentia e consintio luego en continente, de su propia e libre voluntad, en el dicho desposorio e casamjento.

---

(2) Aqui, no manuscrito, por equívoco, *manos del dicho sseñor rrey*, o que não faz sentido; pelo que corrigimos o passo para *manos de la dicha sseñora prinçesa*, regulando-nos pelo contexto.

Copyrighted material

Et asy mjsmo el dicho señor obispo pregunto e dixo al dicho señor rrey: Vos, muy alto e muy esclaresçido prinçipe e muy poderoso rrey e señor, nuestro señor el rrey don Juan de Castilla e de Leon e de los otros vuestros rregnos e señorios, que aqui estades presente, vos otorgades por esposo e marido legitimo de la muy alta e muy exçelente e muy yllustre prinçesa e jnfante la señora doña Ysabel, que aqui esta presente, e la rresçebjdes por vuestra esposa e muger legitima, por palabras de presente, tales que fazen matrimonio, segund manda la santa eglesia de Roma? Et luego el dicho señor rrey rrespondio e dixo que sy e que se otorgaua e otorgo por esposo e legitimo marido de la dicha señora prinçesa e jnfante doña Ysabel e que la rresçebia e rresçibjo por su esposa e legitima muger, como suso dicho es, e consentia e consintio en ello, de su propia e libre voluntad, en el dicho desposorio e casamjento.

Et, fechos los dichos desposorios en la manera que dicho es, el dicho señor obispo dixo que la graçia e bendiçion de Nuestro Señor Dios, Padre e Fijo e Espritu Santo desçendiese sobre los dichos nuestros señores rrey e rreyna, su muger, por que sienpre le siruan e fagan las cosas a el plazibles e bjuan bjenaventurada e luengamente, por muchos tiempos e buenos, al su santo seruiçio e ayan en vno fruto e bendiçion e fijos catolicos e caualleros de Nuestro Señor Jhesu Christo, pugnadores por la santa fee catoljca, e que dilaten el culto djujno e los termjnos del christianjsmo (3). Et luego rrespondieron los que y estauan amen, amen. Et asy quedaron desposados, por palabras de presente, como dicho es, los dichos nuestros señores el rrey don Juan e la rreyna doña Ysabel, su muger, de lo qual todo en como paso el rreuerendo padre jn Christo don Vasco, obispo de Euora, que y estaua presente, por parte de la dicha rreyna, nuestra señora, pjdio a mj, el dicho doctor e notario e secretario, que lo diese asy signado con mj signo a la dicha rreyna, nuestra señora, et que rrogaua e rrogo a los presentes que fuesen dello testigos.

A lo qual todo fueron presentes, por testigos, los nobles e magnjficos señores don Aluaro de Luna, maestre de la Orden de la caualleria de Santiago e condestable de Castilla e conde de Santesteuan e señor del Jnfantadgo, et don Yñjgo Lopez de Mendoça, marquez de Santillana e conde del Real e señor de Mendoça e de la Vega, et don Gutierre de Sotomayor, maestre de la Orden de la cauallerja de Alcantara, et los rreuerendos padres jn Christo don Vasco, obispo de Euora, e don Luys, obispo de Coynbra, et don Diego Perez Sarmjento, conde de Santa Marta e adelantado mayor del rregno de Gallizia, et don frey Gonçalo de Qui-

(3) No manuscrito *christianjsimo*, por *christianismo*, segundo cremos, de forma que emendámos

roga, prior de la Orden de Sant Juan en los rregnos de Castilla e de Leon, e Ruy Diaz de Mendoça, mayordomo mayor del dicho señor rrey, et el rreuerendo don Gonçalo de Bjuero, electo de la eglesja de Salamanca, todos del consejo del dicho señor rrey, et don Aluaro de Castro e don Diego de Castro, su hermano, et Garcia Sanchez de Valladoljd, caualiero e guarda del dicho señor rrey, et otros muchos caualleros e escuderos e çibdadanos, en grand numero *(Sinal do notário)*.

Et yo, el dicho doctor Fernando Diaz de Toledo, secretario e notario apostolico e del conseio del dicho señor rrey e su oydor, rreferendario e secretario e su notario mayor de los prijuillegios rrodados, fuy presente ante la rreal magestad del dicho señor rrey e de la dicha señora rreyna, a todo lo suso dicho... (4) lo fize escriujr et lo signe de mj signo acostumbrado, en fe e testimonio de verdat.

(as.) Fernandus, secretarius et notarius apostolicus, auditor et referendarius et regius consiliarius.

165

25 JULHO 1447

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida ao papa Nicolau V, ao rei D. Isaac, por graça de Deus Preste João das Indias, filho de David, senhor das tábuas do monte Sinai e da Etiópia, rei dos reis, e a outras personagens abaixo indicadas, a recomendar-lhes arauto de el-rei D. João de Navarra, seu irmão (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2538, fl. 137 v.

Pro Libertate, eraldo. Sanctissime, etc. Accedit jmpresenciarum ad sanctitatem vestram Libertas, eraldus jllustrissimj principis Johannis, regis Nauarre, fratris nostri carjssimj, vestre tantum sanctitatis visende

(4) Aqui, roto o papel.

(1) Inserimos este documento por dirigido também ao Preste João das Indias ou rei da Etiópia, com quem o infante D. Henrique desejava entrar em contacto (Cfr. ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 16, — a pp. 75-78 do nosso vol. 8). Sobre o Preste João e suas relações com os papas e os soberanos aragoneses no século XV podem ver-se os DOCS. 140 do nosso vol. 2 e 99 a 101 do vol. 3 bem como a respectiva anotação e ainda o estudo de DE WITTE, *Une ambassade éthiopienne a Rome en 1450*. D. Isaac reinava já na Etiópia em 15 de Maio de 1428 (Cfr. o DOC. 100 do nosso vol. 3).

gratia, juxta eius oficij morem et consuetudinem, quem nos, jnter alios suj ordinjs viros, tum propter bonos mores, tum propter eius et dicti fratris nostrj singularia jn nos merjta atque officia precipue carum habemus. Erit igitur nobis gratissimum si eum, nostra causa, jta benigne ac liberaliter suscipiens, tractauerjtisue vt plane cognoscat commendacionem hanc nostram apud eandem sanctitatem vestram magno sibi vsuj et ornamento fuisse.

Datum Tibure, die xxv.° julij, x.ª jndiccione (2). Rex Alfonsus. Eiusdem sanctitatis vestre humilis, etc.

Sanctissimo ac beatissimo domino nostro pape.

Dominus rex mandauit mihi, Francisco Martorell.
Prouisa.

Sub similj forma, mutatis mutandis, fujt scriptum sequentibus:

Emjnentissimo et jnujctjssimo monarche domino Ysaach, Dei gratia presbjtero Johannj Yndiarum, filio Dauid, domino tabularum montis Sinay Ethiopieque, regi regum, tamquam fratrj nostro carjssimo.

A lo jllustrissimo principe Abuysaach Jacmac, grande soldano de Babilonja, etc (3).

Serenissimo principi et excellentissimo domino .., Dei gratia romanorum jmperatorj semper augusto, consangujneo nostro carissimo.

Serenissimo principi et excellentissimo domino J[ohanni], Dei gratia regi Chiprj, etc., consangujneo nostro carissimo.

Jllustrj et magnifico viro .., disposto Moree, amjco nobis specialissimo.

Spectabili et magnifico viro .., comjti Rocharum, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Spectabili et magnifico viro .., comiti Jaffe, nobis plurjmum sincere dilecto.

Reuerendissimo in Christo Patrj .., patriarche Jndiarum, deuoto nobis plurjmum sincere dilecto.

---

(2) A 10.ª indição corresponde ao ano de 1447.

(3) Em 30 de Maio anterior o mesmo soberano aragonês endereçara carta ao sultão grande de Babilónia, príncipe Abuysaach Jacmac, também abaixo referenciado, a rogar-lhe não fizesse guerra ao reino de Chipre e a dizer-lhe que vai mandar-lhe embaixada (ACA., Reg. 2538, fl. 122 v.). É possível se refira o presente documento ao mesmo objectivo.

Copyrighted material

Reuerendo et religioso viro fratrj Johanni de Lansticho, magistro Rhodi, amjco nostro carissimo.

Venerabilj et religioso viro .., magno baiulo Alamanje, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Venerabili et religioso viro .., comendatorj de Leon, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Al venerable religios e amat conseller nostre frare Raphael, capelano, prior de Cathalunya.

Reuerendo in Christo patrj .., archiepiscopo Rhodi, deuoto nobis plurjmum sincere dilecto.

Venerabili et religioso viro .., senescallo Rhodi, deuoto nobis plurjmum sincere dilecto.

166

2 SETEMBRO 1447

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Antão, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de casas, cortinhal e poço na Rua da Regueira, da mesma povoação, pelo foro anual de 45 soldos da moeda antiga, pagos às terças do ano, e dois capões, pelo Natal (1).

ADV., *Pergaminhos do cabido*, maço 16, n.º 50. Original em pergaminho, destinado ao cabido.

Jhesus.

Saibham quantos este estormento dencartamento virem como nos, Joham Nunez, thesoureiro, e o cabydoo da çidade de Viseu, sseendo juntos en cabydoo, encartamos a uos, Joham Antom, criado do jffante dom Anrrique, morador na dicta çidade, que presente estaaes, e aa uossa molher, Jnes Affonso, e pera hũu vosso filho e neto dantre anbos e, nom auendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pessoas, hũa empos outra, quaaes vos, em vossas vidas ou aa ora de vossas mortes, nomeardes,

(1) Talvez o João Antão recebedor do bispado de Viseu em 25 de Setembro de 1441 (Cfr. a p. 265 do nosso vol. 7) ou o mercador a que se referem os DOCS. 120 e 179 dos nossos vols. 4 e 7, respectivamente.

Copyrighted material

a saber, hũas cassas que nos auemos na Rua da Regueira, em fronte da albergarja de Sam Mjgel, com seu cortinhal e poço, asj e pella guissa que o trazia Afonso Anes, vosso sogro; e parte, da hũa parte, com cassas que forom de Pero Ferrnandez, porteiro, e com outra cassa do cabjdo que deu a albergarja e com cassa de Joham de Gomjraaes e, da outra, com cassa de Caterina Domjnguez, moleceira, e pella rrua puurica; e o cortinhal e poço parte com outro cortinhall da dicta Caterina Dominguez e com Joham Vaasquez, çapateiro, e com hũa leira de Joham de Viseu que esta tras as casas que traz Affonso Anes, albardeiro, sob tall preeito e condiçom, que vos e as pessoas depos vos corregaaes e apostees e façaaes e rrefaçaaes as dictas cassas de pedra e telha e madeira e de todo outro adubio que mester ouuerem e façaaes em ellas toda benfectorja, de guisa que mjlhorem e nom pejorem; e darees, de rrenda, em cada hũu anno, ao dicto cabydoo quareenta e çinquo ssoldos da moeda antiga sinprezmente e dous capões por Natall, e os djnheiros aas terças do anno, a saber, Natall e Pascoa e Sam Joham Bautista. E, sse vender quiserdes este encartamento, tanto por tanto, antes ao dicto cabydoo que a outrem. E, sse el conprar nom quiser, que o vendaaes aa tal pessoa de que el possa bem auer sua rrenda e nom sseja pessoa poderossa nem daquellas que o dereito defende em tal casso. E, se o venderdes, que pagees a quarta parte da uendagem ao cabydoo; e, ao ssaymento das dictas pessoas, que o dicto encartamento com toda sua benfectorja fique liure e dessenbargado ao cabydoo, ssem outra contenda. E obligamos os beens da nossa messa de vos fazermos de paz este encartamento de qualquer enbargo que vos sobrelle sahir por a nossa rrazom, sob pena de uollo conpoermos com o dobro.

E eu, dicto Joham Antom, que presente estou, em meu nome e da dicta mjnha molher e pessoas suso dictas, consento no dicto encartamento pella guissa suso dicta e obligo todos meus beens, asy movijs como rraiz, de teer e guardar e conprir as condiçõoes suso escpritas e de dar e pagar, em cada hũu anno, a dicta penssom ao dicto cabydoo polla guissa que suso dicto he. E pedirom senhos stormentos, anbos dhũu theor. E este he o do cabydoo, que foy fecto e outorgado na dicta cidade, dentro na crasta velha da dicta ssee, aos dous dias de ssetenbro era do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rbij annos. Testemunhas: Joham de Viseu e Afonso Pirez, porteiro da maça do dicto cabydoo, e Aluoro Diaz, meo cooĩgo, todos moradores em essa meesma, e outros. E eu, Joham Lourenço, puurico tabaliam por nosso ssenhor elrrey em a dicta çidade e termos della, que este stormento, per outorgamento dos sobredictos scpreuj e aqui meu synal fiz, que tall he *(Sinal do notário)*.

167

14 SETEMBRO 1447

Alvará do infante D. Henrique, a ordenar aos juizes da sua vila de Pombal tirem inquirição a respeito de certos bens que ele deu a Iria Anes e dos quais o mosteiro da Batalha se julga dono (1).

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 202.

Juizes da mjnha villa de Poonball.

O jfante dom Anrrique uos faço saber que o prioll do mosteiro da Batalha veeo a mym e contoume como era agrauado, per bem de hũa carta mjnha que passou, per que mandaua manteer em posse a Eirea Anes, hij morador, de certos beens que ssam dados ao dicto mosteiro.

E, porque a mym nom praz que, neeste ffecto, sse faça asenom o que for djreito; porem, uos mando que, per emquiriçom, ssaibaaes logo parte quem era em posse dos dictos beens, ante que fosse a dicta mjnha carta, e que enviees asy todo declarado per escriptura prubica, aqui, a mjnha villa de Soire, pollo Sam Mateus. E dizee aa parte que sse algũu djreito ou escriptura tem por ssua parte, que venha ao dicto tempo perante mym, pera os anbos ouujr e fazer comprimento de djreito.

Fecto em a Granja, xiiij° dias de setenbro. Joham de Moraaes a fez, 1447.

168

19 SETEMBRO 1447

Inquirição a respeito de certos bens que Iria Anes possuía, tirada a pedido de Fr. João Martins, mestre em teologia, prior do mosteiro da Batalha, e ordenada pelo infante D. Henrique, pela

(1) D. Henrique diz «da minha vila de Pombal», por ela ser comenda da Ordem de Cristo, de que era o infante administrador e governador (Cfr. os DOCS. 15, 21, 23, 73 e 74 do nosso vol. 1).

qual, depois de interrogadas as testemunhas, se manda que a mesma Iria Anes, compareça diante do dito infante com as escrituras de seus bens.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 202.

Senhor. Affonso Vallente e Gil Lourenço, escudeiros, juizes da nossa villa de Poonball. Fazemos saber aa uossa mercee que per frey Joham Martijnz, mestre em tollesia, prioll do mosteiro de Santa Maria da Batalha, nos foy apressentado hũu nosso aluara, per o quall, em comprimento delle, fezemos esta obra a quall vay aa uossa merçee, a quall sse adyante segue:

Anno do naçjmento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Rbij anos, xb dias do mes de ssetembro, em Poonball, na praça, perante Gil Lourenço e Affomso Vallente, escudeiros, juizes da dicta villa, en pressença de mym, Affonso Gill, tabeliam em a dicta villa por meu senhor o jfante dom Anrrique, e testemunhas adyante escriptas, pareçeo frey Joham Martijnz, mestre em tollissya e prioll do mosteiro de Santa Maria da Batalha. E apressentou aos dictos juizes e per mym, dicto tabeliam, leer fez, hũu aluara do dicto senhor, asynado per elle, segundo pareçia, que tall he.

Segue-se o alvará do infante D. Henrique aos juízes da sua vila de Pombal, — o documento anterior.

E, apressentado asy o dicto aluara como dicto he, o dicto prioll pedio aos dictos juizes que lho comprissem como em elle he contheudo. E os dictos juizes, visto o dicto aluara, diseram que eram prestes de o comprir. E mandauam que sse comprisse como em elle era contheudo. E que mandauam ao dicto prioll que lhe trouuesse as testemunhas, que elles prestes estauam de as perguntar e fazer aquello que lhes per o dicto senhor era mandado. E lhe mandaram que as fezesse vijr segunda feira e que, emtam, as perguntariam com o dicto tabeliam e fariam o que fosse djreito.

Testemunhas: Fernam Uaasquez, tabeliam do pubrico, e Lopo Homem e Gomez Anes e Joham Barãao e outros. Eu, Affonso Gill, tabeliam, que esto escripuj.

E depois desto, xbiij^{o} dias do dicto mes de ssetenbro, em a dicta villa, os dictos juizes, presente mym, dicto tabeliam, perguntaram estas

Copyrighted material

testemunhas que sse seguem, as quaes foram apresentadas por parte do dicto mosteiro.

Jtem, Martim Anes, morador Tras os Matos, termo da dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabia quem estava de posse do dicto cassall, segundo no dicto aluara he contheudo, disse que o que desto sabya era esto: que podia auer ssete ou oyto annos que o prouencial da Hordem de Sam Domjngos, como procurador do mosteiro da Batalha, lhe arrendou o dicto casall por noue anos; e que elle, per bem do dicto arrendamento, ell estaua de posse do dicto cassall e o lauraua e aproueitaua e daua dell a rraçam a Gomez Anes, procurador do dicto mosteiro, cada hũu ano, atee ora esta noujdade, que veeo hũua carta do dicto senhor, per a quall lhe foy entregue aa dicta Eirea Anes e ffoy entregue della, e que desto all nom sabya.

Jtem, Gomez Anes, abade, morador em a dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabya quem estaua de posse do dicto cassall, segundo no aluara do dicto senhor ffaz mençom, disse que sabya que pode auer quatro ou cinquo annos, elle, testemunha, como procurador do prioll do mosteiro da Batalha, hija partijr o dicto cassall ao casseiro. E da rraçam que ao dicto mosteiro aconteçia, daua elle, testemunha, aa dicta Eirea Anes, çerto pam que lhe o dicto prioll mandaua dar, atee esta noujdade dora, que veeo hũua carta do dicto senhor, per a quall foy entregue aa dicta Eirea Anes a rraçam do dicto cassall. E desto al nom sabya.

E depois desto, xix dias do dicto mes de ssetenbro da dicta era, em a dicta villa, o dicto Affonso Vallente, juiz, presente mym, dicto tabaliam, preguntou estas testemunhas que sse adyante seguem, as quaes foram apressentadas da parte do dicto mosteiro.

Jtem, Joham Pirez, morador na Gollpelheira, termo da dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabya quem estaua de posse do dicto cassall, segundo no aluara do dicto senhor faz mençom, disse que sabya que podia auer çinquo ou seis annos que elle, testemunha, vijo hijr Gomez Abade, como procurador do prioll do mosteiro da Batalha, per duas ou tres vezes, partijr o pam do dicto cassall. E que o tragia Martim Anes de mãao dos frades do dicto mosteiro. E que, depois que tjnha partjdo, que daua, do dicto pam, aa dicta Eirea Anes e que o mais que ssobejaua que o guardaua o dicto Gomez Anes. E que senpre, des o dicto tempo atee esta noujdade, os frades estauam de posse do dicto cassall e que o dicto senhor lhe mandou dar ssua raçom. O quall pam, ell, testemunha, per mandado dos juizes da dicta villa, partjo. E desto all nom disse.

Jtem, Rodrigo Anes, morador Tras os Matos, termo da dicta villa, jurado aos santos evangelhos e preguntado sse sabya quem estava de posse do dicto cassall, segundo no dicto aluara do dicto senhor faz mençom,

Copyrighted material

disse que sabya que Martim Anes, irmãao delle, testemunha, vijo laurar o dicto cassall por dos frades e estava de posse dell. E que ouujo dizer que Gomez Abade, em nome do dicto prioll, hija partijr o dicto pam ao dicto cassall e que daua dell aa dicta Eirea Anes. E que, em esta noujdade, o dicto senhor mandou hũua carta per que a dicta Eirea Anes ouuesse a rraçom do pam do dicto cassall. E que desto all nom sabya.

E logo, no dicto dia, na dicta villa, na praça, perante o dicto Affonso Vallente, juiz, pareceo a dicta Eirea Anes per sy. E logo o dicto juiz asynou termo aa dicta Eirea Anes, que pressente estaua, que quinta feira primeira sseguijnte, dia de Sam Mateus, pareça perante o dicto senhor jfante, segundo em o dicto aluara faz mençom, e que todallas escripturas que teuer que as leue e vaa perante o dicto senhor com o dicto prioll rresistar o sseu djreito. E mandou a mym, tabeliam, que tralladasse a dicta emquiriçom e a çarrasse e sseellasse pera a enviar ao dicto senhor, segundo no dicto aluara he contheudo.

Testemunhas: Joham Pirez e Rodrigo Anes, moradores em termo da dicta villa, e outros. E eu, Afomso Gill, tabeliam em a dicta villa por o jfante dom Anrrique, meu senhor, que esta emquiriçom escripuj e comcertey com o rreginall com Gil Lourenço, juiz, e aqui meu synall fiz, que tal he *(Sinal do notário)*.

Gil Lourenço.

Santa Maria intercede pro me. Pagou xiij rreaais.

169

22 OUTUBRO 1447

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes da vila de Pombal, pela qual manda meter em posse do Casal da Capelaria, termo da mesma vila, Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 223. Original, em pergaminho, o qual teve selo de chapa no verso.

Eu, o jffante dom Anrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, ffaço saber a uos, juizes da minha villa de Poonball, que eu vy as scripturas que ho meestre frey Joham Martijnz, prioll de Santa Maria da

Vitoria, portador da pressente, me mostrou, por parte do dicto mosteiro, ssobre a comenda que ora auja com Heirea Anes, viuua, morador no Casall da Capellaria, termo da dicta villa, e vy a enquiriçom que jso meesmo tirastes, per meu mandado, ssobre ello, e achey per todo seer o dicto casall do dicto mosteiro e que ha mujto que esta em posse delle.

E, porque minha merçee he seerlhe fecto conprimento de dereito, uos mando que metaees logo o dicto mosteiro em posse do dicto casall e o tenhaees e mantenhaees em ella como senpre esteue, ssem lhe sseer em ello posto enbarguo. E quanto he aa booa molher, eu mandey ao dicto prioll e mosteiro a maneira que com ella ajam de teer, como entendy por rrazom e dereito. E sse, depois que ora ella esta na posse, que ouue per meu aluara, ella vendeo o dicto casall ou o trocou ou escanbou ou fez quallquer outro moujmento ou enouaçom, aueo por nhũu. E fazee dar e entregar a dicta posse ao dicto mosteiro, como dantes tijnha e em ella estaua.

E sse algũu djreito eu tenho no dicto casall, eu o demito de mym e o dou liuremente ao dicto mosteiro, asy e pella guisa que a mjm dello possa perteçer. E, porem, lhe dey esta carta, ssijnada per mym e sseellada de meu seello.

Fecta em Soure, xxij dias de outubro. Antom Diaz a fez. 1447.

Pagando o dicto casall ssenpre aa hordem de Christo o direito que pagam os casaees que teem os outros lauradores da terra.

(as.) J. d. a.

Ao fundo: Eu, mestre Joham Martijnz, prior do dicto mosteiro, andando cum Eria Anes em preyto, em Soure, perante o dicto ssenhor, ella, dicta Eria Anes, fez filho adoptiuo a Diego Aluarez, estallejadeyro, e nom lhe ualleo escriptura que emtom fezesse, posto que em ella reuogasse espicialmente as nossas.

170

24 OUTUBRO 1447

Posse dada a Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha, do Casal da Capelaria, termo da vila de Pombal, por Afonso da Perna, mordomo da mesma vila, em nome do juiz e perante Afonso Gil, tabelião do infante D. Henrique na dita vila.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 223 v. Original, em pergaminho.

Copyrighted material

Saibham quantos este estormento virem que, vjnte e quatro dias doytubro, ano do nacjmento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Rbij anos, em Poonball, junto com a jgreia de Sam Martjnho, perante Gil Lourenço, juiz da dicta villa, presente mym, Affonso Gill, tabeliam em a dicta villa por o jfante dom Anrrique, meu senhor, e testemunhas adiante escriptas, hy pareçeo mestre frey Joham Martijnz, prioll do mosteiro da Batalha, e apresentou perante o dicto juiz e per mym, dicto tabeliam, leer fez esta carta, desta outra parte escripta. A qual, asy leuda e probicada, o dicto prioll pedio ao dicto juiz que lha comprisse. E, em comprimento della, o metesse em posse do dicto cassall pera o dicto mosteiro. E o dicto juiz, vista a dicta carta e em comprimento della, mandou a mym, dicto tabeliam, que com Affonso da Perna, moordomo da dicta villa, fossemos ao dicto cassall e metessemos o dicto prioll pera o dicto mosteiro em posse do dicto casall, segundo na dicta carta he contheudo. Testemunhas: Lopo Botelho e Gomez Abade e Fernam Vaasquez, tabeliam, e outros.

Jtem, no dicto dia, na Capellaria, termo da dicta villa, no dicto cassall, contheudo em esta carta, presente mym, dicto tabeliam, o dicto Affonso da Perna, mordomo, per esta carta e mandado do dicto juiz, meteo de posse o dicto prioll do dicto cassall, conuem a ssaber, çarrando as portas das cassas e fechandoas com o farrolho e com chaue e tomando a telha do telhado das dictas cassas e terra e herua e rramo dhũua figeira e entregando todo ao dicto prioll. E disse que, per ally, o metia em posse do dicto casall e de todo aquello que a ell pertencia.

E o dicto prioll, em nome do dicto mosteiro, tomou logo a chaue e desfechou as portas, abrindoas e çarrandoas, e disse que ell recebia em sy a posse do dicto cassall e das terras e aruores delle e de todo o que a ell pertencia fazendo o dicto prioll... a dicta Eyrea Anes, que presente estaua, que se ella qujsese... e sseu vistido e o que lhe comprisse; ou, sse quisesse hijr pera a dicta villa, que lhe daria todo o que o dicto casall rrendesse; ou, se quisesse estar no dicto casall, que lhe daria... e vestido, como lhe soyam dar; e todo esto pollo amor de Deus e por esmolla, entregandolhe a chaue da casa em que a dicta Eyrea Anes mora, que esteuesse em ella, em nome do dicto mosteiro. E de como o dicto mordomo, per a dicta carta e mandado do dicto juiz, meteu em posse do dicto casall e ell, dicto prioll, emtregaua aa dicta Eirea Anes a dicta chaue, pedio hũu estrumento.

Testemunhas: Gomez Abade e Joham Gonçalluez e Martim Anes, moradores Tras os Matos, e Joham Oleiro, o Moço, e Rodrigo Anes, moradores em Abeull, e outros. E eu, sobredicto tabeliam, que a todo esto presente foy e este strumento de posse escripuj e aqui meu synall fiz, que tall he *(Sinal do notário)*.

Santa Maria intercede pro me.

Copyrighted material

171

25 OUTUBRO 1447

Emprazamento pelo mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, a Pero Delgado, escudeiro, criado do infante D. Henrique, e a Margarida Gonçalves, sua mulher, de casas na dita cidade, à Fonte dos Cavalos, com a condição de eles lhe adicionarem outro andar, de sorte que se possa ver o mar, pelo foro anual de 56 libras antigas dos alfonsins e 2 galinhas, pagas ao oficial da vestiaria do referido mosteiro, em duas prestações, por Páscoa e Natal.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 126, maço 2, doc. 9. Original, em pergaminho.

Em nome de Deus, amem.

Saibham os que este contrauto denprazamento virem que, na era do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos quarenta e sete anos, vijnte e cinquo dijas doutubro, em a cidade de Lixboa, no moesteiro de Sam Viçente de Fora, a saber, na casa do cabidoo, estando hj, em cabidoo e cabidoo fazendo, os honrrados coonjgos desse meesmo, convem a ssaber, Diego Gill, prioll da capeela do dicto moesteiro, procurador geeral do ssenhor dom Joham, priol moor, e do conuento, segundo sse contem em procuraçom ssofiçiente, scripta e asignada per mym, tabeliam adeante scripto, soficiente pera o que sse segue;

E outrossy, estando hi Joham Gill, logoteente do priol clasteiro, e Joham Diaz e Nicolaao Mealha, Vasco Vicente e Gonçalo Uasquez, Aluaro Afonsso e Uaasco Fernandez, coonigos do dicto moesteiro, en presença de mym, Aluaro Afonso, tabeliam pubrico por autoridade delrrey em a dicta cidade, e testemunhas adeante scriptas; logo per os ssobredictos foy dicto que, ueendo elles e consirando seruiço de Deus, proll e homrra do dicto moesteiro e conuento, contanto que prouuesse ao dicto ssenhor dom Joham, priol moor, enprazauam, como logo enprazarom, a Pero Delgado, que presente estaua, escudeiro, criado do ssenhor jfante dom Anrrique, e a Margarida Gonçalluez, ssua molher, esta que ora elle ha, em vida delles anbos, marido e molher, e dhũa pessoa, qual o postumeiro deles nomear, tanto e mais nom, hũas casas que o dicto moesteiro ha em a dicta cidade, aa Fonte dos Caualos, conuem a ssaber, loia e sobrado, todas de fundo açima, que partem com casas do dicto moesteiro que traz Afonso Anes, escudeiro, e, da outra parte, com adega grande do dicto

Copyrighted material

moesteiro, e de todas outras partes com casas do dicto moesteiro e, de deante, com rrua pubrica.

As quaes casas lhe enprazarom, con tal preito e condiçom, que o dicto Pero Delgado e sua molher, doie a dez anos, façam em as dictas casas outro sobrado alto, de guisa que sse possa ueer o mar, aas ssuas proprias custas e despesas delles, Pero Delgado e ssua molher. E, doie em deante e des o dicto tenpo en deante, as dictas casas sseerem senpre em casas fectas, melhoradas e nom peioradas e mantheudas, fectas de paredes de pedra e cal, telha e madeira grossa e delgada e pregadura, posto que pereçam per qualquer caso fortoyto que lhes auenha. E dem e paguem, em cada hũ ano, eles, Pero Delgado e ssua molher e pessoa, de rrenda e penssam, em paz e em saluo, no dicto moesteiro, ao oficial da vesterja, cinquoenta e seis libras antigas dos alfonssjs, e pagas por a dicta moeda a qujnhentas desta corrente, como elrrey manda e mandar ao deante por taaes enprazamentos, e mais duas galjnhas rrecebondas, pagada esta contija e galjnhas em duas pagas cada ano, conuem a ssaber, a metade da contija com as galjnhas por dia de Pascoa de Resurreiçom primeira que uem, que sera no ano quatrocentos e quarenta e oyto, e a outra metade da dicta contija por dija de Natal en que sse começara ho ano quatrocentos e quarenta e noue, e assy dhj en deante, em cada hũ ano.

E eles, Pero Delgado e ssua molher e pessoa, nom aueram poder de partyr as dictas casas nem alhear nem uender, dar nem doar a nhũa das pesoas em direito defesas, ssaluo sempre juntamente e enteiramente andarem em hũa pessoa, melhoradas e nom peioradas e acrecentadas de bem em melhor. E, sse peruentura as quiserem uender ou lhas quiserem uender, per qualquer diujda que façam, elles, Pero Delgado ou ssua molher ou pessoa, a qualquer ssenhor ou pessoa, que sse nom possam uender sem primeyro o fazerem ssaber ao priol do dicto moesteiro e conuento, pera se as quiserem, tanto por tanto, quanto delas derem, de conprar com o dicto encarrego e menos a meetade do preço que por elas derem; e, nom as querendo o dicto ssenhorjo, a saber, priol e conuento, auer, que entom sse possam uender a tal pessoa que nom seia poderosa nem das em direito defesas, mais seia tal pessoa per que o moesteiro e conuento possam auer sem contenda, cada ano, sseu foro e penssam de djnheiros e galjnhas, aos tenpos ssuso declarados, e que faça os adobijos e conpra os encarregos ssuso dictos e que do preço por que as dictas casas forem uendidas o moesteiro e conuento aja a meetade em saluo, sem outra contradiçom.

E eles, coonigos, obrigarom os beens do dicto moesteiro a teerem e manteerem este contrauto, em vidas dos dictos Pero Delgado e ssua molher e pessoa, e lhes ljurarem e defenderem e enpararem as dictas casas de quemquer que lhas demande ou enbargue, so pena de custas

e despesas que por ello rreceberem, e com dez rreaes brancos ora correntes, em cada hũ dia, de pena.

E o dicto Pero Delgado, a todo presente, tomou e rreçebeo em ssy as dictas casas, denprazamento, em ssua vida e da dicta sua molher e pessoa, ssob todalas clausulas e condições ssuso dictas e cada hũa delas, as quaes se obrigou conprir e manteer e fazer os dictos adobijos e o dicto sobrado ataa o dicto tenpo e o dar fecto e manteer as dictas casas sempre fectas em casas melhoradas e acrecentadas e nom peioradas, como dicto he, e pagar cada ano ao dicto officio da uesterja a dicta penssam de djnheiros e foro de galjnhas, en paz e em ssaluo, no dicto moesteiro, aos tenpos ssuso dictos, como dicto he, so pena de custas e despesas que o dicto moesteiro por ello rreceber, e com outros dez rreaes brancos em cada hũ dia, de pena, per seus beens e da dicta sua molher e pessoa, mouees e rraiz, auudos e por auer, que pera elo obrigou, desaforandose e quitandose de toda ley, foro e hordenaçom, cartas e aluaraaes despaço e priujlegios delrrey e rreynha e jffantes, que pera esto lhes nom ualha[m] a elles, Pero Delgado e ssua molher e pesoa, saluo pagarem e fazerem as dictas benfectorjas e conprirem todo o que dicto he, sso a dicta pena.

Esto outorgarom e pedirom senhos contrautos. Testemunhas, que presentes forom: Bras Uaasquez, morador na do Madeireiro, termo da dicta cidade, e Vaasco Gonçaluez Rasteiro, criado do dicto prioll da capeela, e Pero Leitom, tesoureiro na egreia de Santo Steuam, e Uaasco Uicente, escolar, e Rodrigo Cenheiro, escolar, e ffrey Aluaro, porteiro do dicto moesteiro, e outros.

E despois desto, aos vijnte e sete dias de dezenbro, anno quatroçentos e quarenta e oyto, no dicto moesteiro, ho dicto ssenhor dom Joham, prioll moor, que presente staua, outorgou este contrauto, que lhe foy leudo de verbo a uerbo, e deu a ele sua autoridade e consentimento que ualha como sse em elle contem, em as dictas tres vidas. Testemunhas: Vaasco Meendez, moedeiro, e Aluaro Diaz, escudeiro, moradores a Santo Andre, e JohanEanes, creligo, capelam nas capeelas delrrey don Afonsso. E eu, Aluaro Afonso, tabeliam pubrico por autoridade delrrey em a dicta cidade, que este contrauto e outro tal, anbos dhũ theor, screpuj. Este he pera o dicto moesteiro. E, em testemunho de uerdade, asigney aqui per mjnha mãao, de meu pubrico signal, que tal he *(Sinal do notário)*.

Pagou Pero Delgado deste contrauto, com rregisto, quarenta rreaes.

172

23 NOVEMBRO 1447

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e câmara de Coimbra, a declarar que, em virtude dos privilégios da Ordem de Cristo, os caseiros encabeçados que ela tem em Quimbres, termo daquela cidade, são escusados dos encargos e servidões do concelho.

ACMC., *Cartas originais dos Infantes*, doc. 13. Original, em papel. Sumariada nos *Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fasc. 1, p. 37.

Juizes, uereadores, procurador e homees boons da muy nobre çidade de Coynbra.

O jffante dom Anrrique enuio muito saudar. Façouos saber que Joham Affonso de Moraaes, scudeiro do ssenhor rregente meu jrmãao, o portador da presente, veeo a mym e me contou que, ssem enbarguo de uos outro dia escpreuer sobre os caseeiros que a hoordem tem em Quinbres, termo dessa çidade, que o dicto Joham Afonso traz, como per bem dos priuilegios que da dicta hoordem ssom escussos dos encarguos e seruidõoes do conçelho, os mandauees costranger e que derees aa carta que uos açerca dello escpreuy, em rreposta, que os queriees veer, pera serdes çertos se era assy. E me pidyo que lhos mandasse dar, pera uollos auer de mostrar.

E porque, ao presente, o tonbo delles nom he em minha casa e esta no conuento da mjnha villa de Tomar, mandolhe dar esta carta, per a quall uos faço çertos que os dictos prjuilegios escusam e liberdam os caseiros que em casaaes da hoordem ssejam encabeçados de seruirem em os dictos carregos nem serem costrangidos pera nehũuas serujdõoes que ao conçelho perteeçam e rrealmente os rreleua delles e doutros mujtos.

E, porquanto os sobredictos casaaes ssom da dicta hoordem e tem nelles sseos caseiros encabeçados; porem, uos encomendo e rroguo que os nom mandees costranger pera que em elles ajam de serujr, ante, por contenpraçom minha, uos praza lhos guardardes e fazerdes guardar, nom lhes fazendo nem consentindo seer fecta nehũua ssemrrezam nem desaguisado. E, aalem de lho asi fazerdes, por serdes a ello theudos, eu, da mjnha parte, uollo gardeço e terrei em serujço.

Scprita em Soire, xxiij dias de nouenbro 447.

(as.) J. d. a.

Copyrighted material

Fora: Por o jffante dom Anrrique, duc de Uiseu e ssenhor de Coujlhãa. Aos juizes, uereadores, procurador e homeens boons da çidade de Coynbra. Joam Afonso de Condeixa.

173

1 MARÇO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Fernando, seu filho e duque de Calábria, ao conde de Ariano, a mossem Corella, mossem Olzina e D. Arnau Fonolleda, a solicitar-lhes se interessem, junto de el-rei de Aragão, seu marido, pelo portador D. Francisco Manresa, muito necessitado e constante servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, onde foi seu almoxarife, para que aquele lhe distribua algum ofício ou graça em sua corte ou reino, como fez com os servidores de seus irmãos (1).

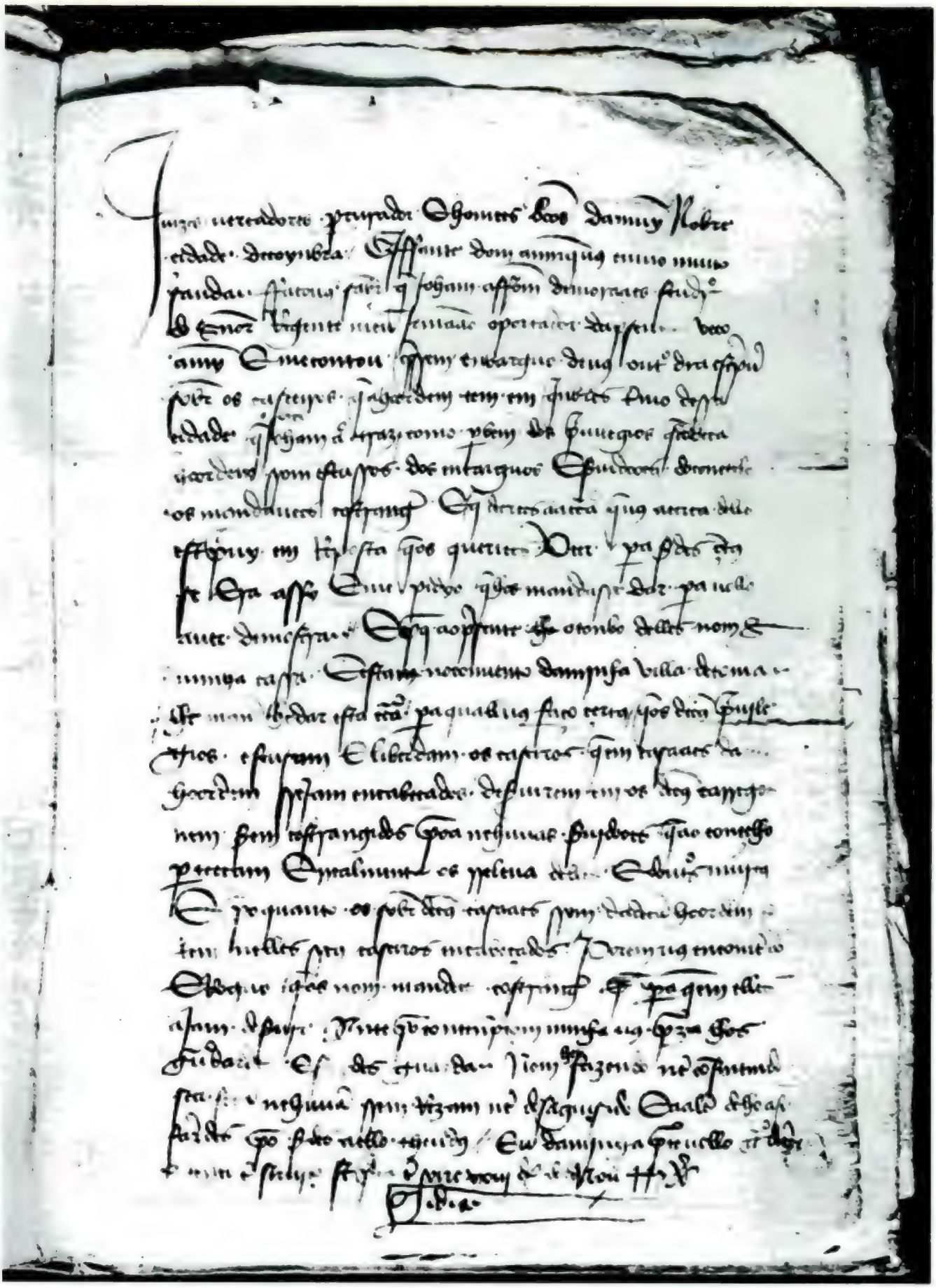
ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3272, fls. 12 v.-13.

La rreyna dArago e de Sicilia deca e della far, etc.

Jllustre duch, nostre molt car e molt amat fill. Entrels altres seruidors de la rreyna dona Elionor de Portogal, de bona memorja, en Francesch Manresa, portador de la present, fou seruidor de la dita rreyna fins a la mort continuament e stigue en son seruey e fou almoxerif seu en aquell rregne, es romas desfet e destroujt e foragitat de tots sos bens. E, per ço, la dita rreyna, de sa pobresa lj ajudaua; ara, apres sa mort, lj ha fallit lo dit sostenjment. E, per ço, scriujm al ssenyor rrey lj placia que axi com ha girada la cara a tots los seruidors de sos germans, la vulla a ell girar e socorrerlj, com sia sens partit algu de que puga passar sa vida.

E, perque crehem esser obra meritorja, ne scrjujm a vos, pregant, encarregant vos quey vullau treballar e ajudar ab lo dit senyor lj do algun offici o gracia o alguna collocacio en sa casa o en lo rregne, car es persona disposta e de bona conuersacio. Aço vos reputarem a

(1) Sobre D. Francisco Manresa cfr. os DOCS. 79, 80 e 146.



EST. V. — CARTA DO INFANTE D. HENRIQUE Á CAMARA DE COIMBRA, DE 1447 (Doc. 172)

gran complacencia. Saludau nos la duquesa vostra muller. Si vos e ella voleu algunes coses de la part de ca, scrjujtnos ab fiança.

Dada en Barchinona, lo prjmer dia de març del any mil cccc.xxxxbiij. La Reyna.

Al jllustre don Ferrando dArago, duch de Calabrja, nostre molt car e molt amat fill.

Sellent, secretarius.
Prouisa.

Sub similj forma fujt scriptum jnfrascriptis:

Al comte dAriano.
A mossen Corella.
A mossen Johan Olzina.
An Arnau Fenolleda.

174

9 MARÇO 1448

Carta do infante D. Henrique, a ordenar a João Afonso Malheiro, seu almoxarife na ilha da Madeira, a seus sucessores e bem assim aos herdeiros dele, infante, paguem anualmente 20.000 reais brancos ao cavaleiro micer Maciote e a seus filhos e herdeiros, pela cedência que ele lhe fizera, enquanto lhe aprouvesse, do senhorio e rendimentos da ilha de Lançarote, Canárias, de cuja defesa e amparo o infante assumira a responsabilidade e ainda a obrigação de manter o referido anual no caso de castelhanos, franceses ou outras gentes se apoderarem dela (1).

ANTT., *Misticos*, liv. 3, fl. 242 v.

Publicada: por [RAMOS COELHO], *Alguns documentos*, p. 12; por SERRA RAFOLS, *Los portugueses en Canarias*, ap. 2; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 457.

(1) A propósito, transcrevemos do testamento de D. Maria de Béthencourt, filha de Maciot e mulher de Rui Gonçalves da Câmara, do conselho de el-rei e capitão pelo duque de Viseu da ilha de S. Miguel, Açores, de 9 de Fevereiro de 1491, redigido no Funchal já depois do falecimento do dito Maciot: — «Jtem, peso por merce ha elrrey e ao duque, nosos senhores, que, por meu falesymemto e do dito Ruy Gonçalvez, capitão, meu marydo, dem has saboaryas de toda esta ylha da Madeira, segumdo has hora ho dito meu marydo e eu temos, ha Guaspar de Betâocor, meu

Eu, o jffamte dom Hamrrique, rregedor e gouernador da cauallaria da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu e ssenhor de Couilhãa, faço saber a vos, Joham Affomsso Malheiro, meu almoxarife na minha jlha da Madeira, e ao escpriuam desse offiçio e a quaaesquer outros meus almoxarifes e escripuãaes que depois de vos hi vierem que miçer Maçiote, caualleiro, o portador da presemte, me tem ora dada toda a sua rremda e senhorio que elle avia e poderia aver em a sua jlha de Lamçarote, que he em Canaria, e esto emquamto a elle aprouguer; e que eu lhe de e mamde pagar nessa dita minha jlha, polla dita rremda e senhorio, em cada hũu anno, a elle ou a seus filhos e herdeiros, falleçemdo elle desta vida presemte, vimte mill rreaes bramcos.

E porem vos mamdo que, desta Pascoa que ora vijra da era ajuso escprita, dees e paguees ao dito miçer Maçiote ou, per sua morte, aos ditos seus filhos e herdeiros, a quallquer delles a que esto pertemçer, os

---

sobrinho. E esto rrequeiro e peso aos ditos senhores, da parte de Deus, que dem has ditas saboaryas ao dito Guaspar de Betãocor, meu sobrinho, porquãoto he neto de meu pay, micy Myçiote, que Deus aja, porquãoto estas saboaryas houue o dito meu marydo por huns vimte myl rreaes que o dito meu pay, myci Miciot, tinha nesta ylha da Madeira, por hum comtrauto que ho ymfamte dom Anrrique, que Deus aja, tinha feito com ho dito meu pay pela ylha de Lãosarote, que era de meu pay, do yuro, pelo quall ho dito ymfamte dom Enrrique lhes tinha dados hos ditos vimte myl reaes de yuro, nesta ylha da Madeira; e, tãoto que se ho ymfamte finou, ho dito meu marydo se comtrautou com ho ymfamte dom Fernãodo, que Deus haja, que houue has ditas saboaryas pelos ditos vymte myll rreaes». E, no apenso ao mesmo testamento, datado de Vila Franca do Campo, Ilha de S. Miguel, Açores, em 25 de Novembro de 1493, a mesma D. Maria tornou ao assunto: — «Jtem, prymeiramente diguo que meu marydo, Ruy Gonçaluez da Camarra, e eu temos hora a saboarya da ylha da Madeira, a quall ho senhor yfamte dom Fernãodo, que Deus aja, deu ao dito meu marydo, de yuro, pera filhos e netos e desemdemtes por lynha direjta, em pagamento de vymte myll rreaes que ho yfamte dom Amrryque, que Deus aja, hera hobrygado de dar, em cada hum ano, pera elo, filhos e netos e decemdemtes da lynha direjta a mici Miciote de Betãocor, meu padre, de compra de hũa ylha de Lãosarote, que ho dyto meu padre vemdeo e trespasou ao dito senhor jfamte dom Amrrique; hos quais vymte myll de juro, por morte do dito meu padre, ho dito Ruy Gonçalvez de Camara, meu marydo, e heu socedemos e, em pagamemto dos ditos vimte myll rreaes, ho senhor jfamte dom Fernãodo deu ha dita saboarya ao dito meu marydo e a mym, de juro, pera filhos e netos e quãotos de nos desemdeçem. E, porque hesta eramsa a mym he aos que de mynha linhagem desemderem, por descareguo de minha comciemsya, diguo e decraro que nomeyo por meu erdeiro na dita saboarya a Gaspar de Betãocor, meu sobrynho, filho de mynha jrmam e neto do dito mice Miciote de Betãocor, meu padre. He peso por merce a eirrey, noso senhor, e ao duque, meu senhor, que, por compryr verdade e justiasa a que hobrygados são e por descarguo das allmas dos senhores yfamtes, queyrão dar e comffirmar ha dita saboarya ao dito Guaspar de Betãocor, meu sobrynho» (ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 11, n.º 1, em cópia do século XVI). Cfr. também a nota 3 ao cap. 95 da Crónica da Guiné, em nossas pp. 233-34.

Copyrighted material

ditos vimte mill rreaaes que lhe assi mamdo dar por toda a sua rremda e senhorio da d[i]ta sua jlha de Lamçarote, e assi dhi em diamte em cada hũu anno, emquamto a elle aprouguer eu assi aver a dita sua rremda e senhorio ou prouguer, depois de seu falleçimento, ao dito seu filho e herdeiros a que as ditas rremdas e senhorio da dita jlha de Lamçarote perteemçer.

Empero, sse sse acomteçer, depois que a dita jlha for em meu poder, que ella fosse, per força ou per direito, tomada de castellãaos ou framçeses ou algũuas outras gemtes, que eu todauia, sem embargo de ella seer perdida, seia obrigado e theudo de mamdar pagar ao dito miçer Maçiote ou a seus herdeiros os ditos vimte mill rreaaes em cada hũu anno; porquamto, eu tomo a dita jlha em minha deffemsam e a emtemdo, com a graça de Deus, de deffemder e emparar de quaaesquer que, de feito ou de direito, queiram fazer comtra ella algũua offemsa ou a queyram comquistar per quallquer guisa que seia. E, nam a deffemdemdo eu nem emparamdo, seemdo perdida depois que eu della for em posse, que seia obrigado de pagar os ditos vimte mill rreaaes ao dito miçer Maçiote ou a seus herdeiros depois de sua morte, como dito he.

E mamdo aos meus herdeiros e soçessores que depois de mim vierem e a dita minha jlha da Madeira herdarem, que cumpram e guardem este comtrauto, mamdamdo pagar, em cada hũu anno, ao dito miçer Maçiote e, depois delle, a seus herdeiros, os ditos vimte mill rreaes, fazemdolhe assi sempre dello, em cada hũu anno, muj boom pagamento, sem duujda algũua nem embargo. E o dito vosso escpriuam rregiste esta carta em seu liuro e fique ao dito miçer Maçiote, por sua guarda e pera per ella aver seu pagamemto em cada hũu anno. E vos cobrarees conheçimento das pagas que lhe fezerdes. E mamdo aos comtadores que vollo rreçebam em despesa.

Feita em Euora, noue dias de março. Joham Baldaya a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Rbiij annos.

E estes vinte mill rreaaes suso escriptos lhe pagarees todos em dinheiros ou naquellas cousas que o dito miçer Maçiote lhe prazera tomar em paguo delles, pollo preço que la vallerem, de que elle seia comtemte.

175

10 MARÇO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V ou passada em seu nome pelo regente do reino, a confirmar, a rogo de D. Isabel de Urgel, duquesa

de Coimbra, a carta de el-rei D. João I de 20 de Março de 1429, de aprovação do contrato do seu casamento com o infante D. Pedro.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 260 v.

Dom Affomsso, pella graça de Deus, etc., emsembra com minha molher, a rrainha dona Isabell, que sobre todas amamos e preçamos, e com o iffamte dom Fernando, meu mujto prezado e amado jrmãao.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que a mujto homrrada e mujto virtuosa iffamte dona Isabell, duquesa de Coymbra e senhora de Momtemoor, minha mujto prezada e amada tia e madre, molher do mujto homrrado iffamte dom Pedro, duque de Coymbra e senhor de Momtemoor, meu mujto prezado e amado tio e padre, nosso curador e rregedor por nos de nossos rregnos e senhorio, nos apresemtou hũua carta do muy alto e muy exçellente senhor elrrey dom Joham, meu avoo, de gloriosa memoria, cuja alma Deus aja, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de D. João I de 20 de Março de 1429, —o DOC. **137** *do nosso vol. 3.*

A quall carta assy apresemtada, a dicta iffamte nos pedio por merçee que lha comfirmassemos assy e pella guisa que em ella he comtheudo.

E nos, veemdo seu dizer e pedir, de nossa çerta çiemçia e poder absoluto, teemos por bem e comfirmamoslha e louuamos e aprouamos e rretificamos as cousas em a dicta carta comtheudas e prometemos de as comprir e guardar bem, fiell e verdadeyramente pera sempre jamais o que pellos sobreditos meus avoo e padre, cujas almas Deus aja, foi comfirmado e aprouado. A quall aprouaçam, firmamento e comfirmaçam prometemos de comprir e guardar, com os capitullos em ella comtheudos, e que nom vijremos comtra elles nem cada hũu delles em algũu tempo nem daremos aazo, comsselho nem fauor, per nos nem per outrem, em pruuico nem escomdido, direitamente nem jmdireitamente, que venham comtra elles em nehũua guisa e maneyra, amte os avemos por bem firmados, louuados e outorgados, os quaaes comfirmamos e aprouamos per a guisa e modo suso dito e declarado. E, [em] testimunho desto, lhe mamdamos assi dar esta nossa carta, asignada per nos e aseellada do nosso seello do chumbo e asignada esso meesmo pellos sobreditos rrainha e iffamte dom Fernamdo e aseellada dos seus seellos.

Escripta na nossa çidade dEuora, dez dias de março. Joham Gomçalluez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill e iiij^{c} Rbiij.

Copyrighted material

176

25 MARÇO 1448

Carta do infante D. Henrique, a conceder a pensão anual e perpétua de 10 marcos de prata sobre os rendimentos da ilha da Madeira, para manutenção da cadeira de prima de teologia, pagos em duas prestações, Natal e Santa Maria de Março, ao lente respectivo, com as obrigações seguintes: leccionar aquela disciplina na Universidade; fazer a oração de Sapientia *no começo do ano lectivo; celebrar missa e pregar na igreja da Graça de Lisboa no dia de Santa Maria de Março e ainda na do mosteiro do Salvador, no dia de Natal; encomendar a alma do infante nessas ocasiões, nomeadamente na festividade de Março, que devia ser assistida por todos os lentes e estudantes, em razão das casas que D. Henrique doara à Universidade.*

AUC., *Gaveta* 2, maço 3, n.º 55, original em pergaminho com o selo grande das armas do infante, em papel e cera sobre pedaço de pergaminho, pendente aquele de estreita tira do mesmo material. Em seu verso, por letra cursiva da época: «Aos xxbiij°. de março de 1448 foy pressentada a vnjuersidade esta carta / per frey Afonso, bacharel e confessor do jfante dom Henrrique». Deve tratar-se do dominicano Fr. Afonso Velho. Publicada por JOSÉ MARIA RODRIGUES, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, p. 502; e por J. DE CARVALHO, *Aditamentos*, p. 723.

Referenciada: por LEITÃO FERREIRA, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, parte 1, n.ºs 789 e 790; por THEOPHILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, t. 1; por MARIO BRANDÃO e M. LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, p. 128; e por MOREIRA DE SÁ, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, pp. 68-70.

Em nome do Padre e Filho e Esprito Santo, Trijndade perfeecta e hũu ssoo Deus, Nosso Senhor, e da bemaventurada Virgem Maria, minha Senhora, Madre de Deus.

Eu, o jfante dom Henrrique, gouernador da hordem da caualaria de Noso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu e ssenhor de Couilhãa, filho do muito alto e mũy poderoso, ssenpre uençedor elrrey dom Joham e da rrainha dona Felipa, cujas almas Deus aja.

Esguardando como a uida deste mundo he principallmente pera gaança e grorea do outro e como antre as perfeitas obras e mais açeitas ante Deus e fim e fundamento de todas as outras vertudes he a fe, ssem a quaall nom pode homem prazer a Deus; porem eu, por saluamento da

minha alma, me praz de manteer a cadeira da prima da tiolisia da çidade de Lixboa, por a quaall dou, em cada hũu anno, pera sempre, dez marcos de prata (1). A quaall me praz que aja, asy em minha vida como depois, per meus herdeiros, os quaees herdarem a minha ilha da Madeira despos my, pera sempre (2).

---

(1) No século XIII, em Portugal como fora do reino, houve aulas de teologia nos conventos dos dominicanos e dos franciscanos, frequentadas por seculares. No de S. Francisco de Lisboa já em 1277 existia escola de teologia (Cf. FÉLIX LOPES, *Escolas públicas*...). Fundado o Estudo Geral ou Universidade de Lisboa em 1290 por el-rei D. Dinis, o papa Nicolau IV, ao aprová-la, pela bula *De statu regni*, de 9 de Agosto do mesmo ano, proibiu que nela se ensinasse teologia: *facultate quacunque theologica dumtaxat excepta* (ANTT., *Bulas*, maço 12, n.º 2, publicada em *Monarchia Lusitana*, parte 5, Appendice, Escritura 24; cópia de 1471, editada no *Livro Verde*, p. 3). A este propósito, podem ver-se as considerações de *Mon. Lus.*, parte cit., liv. 16, cap. 74. Em razão disso, em seus Estatutos de 15 de Fevereiro de 1309, pelo menos, ordenou el-rei D. Dinis que fosse a teologia ensinada nos conventos dos dominicanos e franciscanos (ANTT., *Chanc. de D. Fernando*, liv. 1, fl. 8, texto publicado parcialmente em *Mon. Lus.*, parte cit., Append., Escrit. 25; e, completamente, no *Livro Verde*, p. 20. Encontra-se também no *Livro dos privilegios*, fl. 2v. e 12v.). A bula *Ad studium* de Gregório XI, de 7 de Outubro de 1377, autorizou, porém, que na Universidade de Lisboa se conferissem graus em todas as disciplinas aprovadas pela Igreja (*Livro dos privilegios*, fl. 72 v., publicada no *Livro Verde*, p. 126). Em virtude dela e em data ignorada se começou a leccionar teologia na própria Universidade de Lisboa, onde já existia a faculdade respectiva em 25 de Outubro de 1400 (Cfr. *Livro dos privilégios*, fl. 113, public. no *Livro Verde*, p. 179). A nova faculdade, no que respeita à remuneração do lente ou lentes, viveria dos rendimentos das igrejas anexas à Universidade, como as restantes, a menos que continuasse gratuita durante algum tempo, nas casas ou à conta dos referidos congreganistas.

(2) El-rei D. Duarte, por carta de 26 de Setembro de 1433, doara ao infante D. Henrique as ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta com seus direitos e rendimentos, *em todollos dias de sua ujda* (DOC. 81 do nosso vol. 4), disposição confirmada pelo regente D. Pedro, em carta de 1 de Junho de 1439, e por D. Afonso V, em diploma de 11 de Março de 1449 (DOC. 136 do nosso vol. 6 e S. MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 464); e da mesma supradita data é outra carta eduardina, a doar à Ordem de Cristo o espiritual do referido arquipélago, a pedido de D. Henrique, doação confirmada por D. Afonso V em 11 de Março de 1449 (DOC. 82 do nosso vol. 4 e *Descobrimentos*, vol. cit., p. 464). Sendo, pois, a concessão da temporalidade da Madeira apenas vitalícia, como é que dispõe aqui, nesta sua carta de 1448, o Navegador dos rendimentos daquela ilha para depois da sua morte, pelos seus herdeiros, em favor da Universidade? Cremos tê-lo feito nos termos do alvará de D. Duarte de 7 de Março de 1436, pelo qual o monarca confirmou o primeiro testamento henriquino da mesma data em benefício de seu sobrinho, então adoptado por filho, o infante D. Fernando, ainda nos bens que D. Henrique tivesse à hora da morte *da coroa do rregno* (DOC. 102 do nosso vol. 5).

Em data e documento desconhecidos, mas porventura já de 1460, foi o Navegador compelido por el-rei D. Afonso V a ceder-lhe a temporalidade das referidas ilhas, como se deduz da sua carta de 18 de Setembro de 1460, e parece que nos termos da Lei Mental: *pera elle* (Afonso V) *e todos seus herdeiros legitimos e soçessores*

E, por esta carta, peço por merçee a elrrey meu ssenhor e asy aos outros rrex que depois elle vierem que o mandem asy comprir como em esta carta he conteudo, descarregando minha conçiençia e emcarregando as suas, sse o asy nom fezerem comprir. E este encarrego lhe peço por merçee que filhem; porquanto o estudo he seu. E rrogo e encomendo ao que for proueedor do Estudo que lho rrequeira, sse algũu enbargo hy

---

vnjuerssaaes destes rregnos, que apos elle uecrem, por linha direita e soçessom legitima (cfr. o documento em DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 182); ou, como D. Henrique sublinhou em seu derradeiro testamento, de 28 de Outubro de 1460: *... e a jlha da Madeira e as outras cousas que lhe* (a el-rei) *prouue de querer que ficassem pera sua coroa e de seus sobcessores* (*Ibi*, p. 162). Nestes termos, curou o infante de assegurar, uma vez mais, à Ordem de Cristo, em sua citada carta de 18 de Setembro de 1460, a espiritualidade do arquipélago da Madeira, alegando que ainda lhe não havia passado carta dela.

Perdido, assim, pelo D. Henrique o domínio temporal da Madeira, ao menos juridicamente, logo no outono de 1460, ele viu-se obrigado a recorrer aos rendimentos eclesiásticos da ilha — a dízima —, regida e segura pelo Direito Canónico, para poder manter a cadeira de prima da Universidade. De sorte que, por esse motivo, a sua carta de 1448, que vimos anotando, no respeitante à remuneração do lente de prima de teologia, foi modificada em documentos henriquinos do outono do ano de 1460, do mesmo passo que subiu o infante para 12 os 10 marcos de prata de 1448, a pagar numa única prestação, pelo Natal. Eis os textos a que nos referimos, dispostos por ordem cronológica.

Na citada carta de 22 de Setembro de 1460:

Porende, eu mando e ordeno, rogo e encomendo a todollos meestres e gouernadores que despois de mim a esta hordem de Christus vierem que, por ha primeira renda dos dizimos que ha dicta hordem haa na mjnha ilha da Madeira pera sempre, em cada hũu anno, por dia de Natal, mandem dar e deem ao leente da theologia da cadeira da prima o Estudo da çidade Lixbooa doze marcos de prata, pollos quaaees hos leentes que ha dicta cadeira teuerem ham de fazer estas cousas ajuso scriptas [...] (*Ibi*, p. 185).

No apenso de 13 de Outubro de 1460 a seu derradeiro testamento e anterior a este:

— Jtem, ordeno e mando que o leente da thiolisia da cadeira da prjma aja, en cadhũu anno pera sempre, doze marcos de prata, por a primeira rrenda dos dizimos que a ordem de Christos ha na jlha da Madeira, pollo quall faram o prinçipio no Estudo e diram certas mjssas e preoguaçõoes, segundo faz decraraçom na carta mjnha que lhe dello leixo; e esto em rrenembrança da doaçom que lhe fiz das casas em que esta o dicto Estudo (*Ibi*, p. 166).

Parece que el-rei D. Afonso V permitira a D. Henrique utilizar os rendimentos da temporalidade do arquipélago da Madeira, assim como outros, em vida e durante três anos após sua morte, para liquidação de dívidas e outras despesas obrigatórias, como deverá deduzir-se deste passo do último testamento henriquino, de 28 de Outubro de 1460:

— Jtem, a elrrej meu ssenhor prouue de me dar as rrendas que delle tenho, dellas em merçee e delas em mjnha vida, por tres annos depois de mjnha morte, pera descarreguamento de mjnha conciençia, as quaaes rrendas som as que se seguem, a saber: ho meu asentamento e as saboarias e as jlhas da Madeira e Porto

Copyrighted material

ouuer, em gisa que, por mingoa de rrequerimento, sse nom leixe de fazer. E, quando o elle nom rrequerer, rrogo e encomendo aos rreitores que elles sejam rrequredores dello.

E esta prata sera dada a meetade della por dia de Natall ao que for leente da dicta prima, sem hir aa mãao do rreçebedor; e a outra meetade lhe sera dada por dia de Santa Maria de Março. E os encarregos que asy ha de teer este leente por isto que lhe asy mando dar: leera ora de prima todalas liçõoes, ssegundo custume do Estudo, e dira, a festa de Sancta Maria de Março, missa e preegaçam em Santa Maria da Graça (3), aa quaall misa ham de hir todolos leentes e escolares encomendar minha alma a Santa Maria, asy em minha vida como depois de minha morte, pollas cassas do Estudo que lhes dey (4).

Sancto e a Desserta e Gujnea com suas jlhas e toda sua rrenda e o quinto das enxauegas e as curujnas e Lagos e Aluor (*Ibi*, p. 160).

Falecido o Navegador em 13 de Novembro seguinte e, conhecido o facto do deserdamento do sobrinho e filho adoptivo D. Fernando, este deve ter impugnado o derradeiro testamento de D. Henrique, redigido sob pressão do irmão e rei D. Afonso V (Cfr. DIAS DINIS, *Reflexos politicos*, a pp. 213 e ss. do supracitado estudo); de maneira que, pràticamente, houve o monarca reinante de reconhecer e de executar o testamento henriquino de 1436. Pois, apesar de o infante D. Fernando haver obtido do irmão, logo em 3 de Dezembro de 1460, o arquipélago da Madeira (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, pp. 593-94), manteve-se a disposição da carta henriquina de 22 de Setembro anterior, sobre ser a cadeira de prima de teologia paga não pelos rendimentos civis ou da temporalidade da ilha, mas pelos eclesiásticos ou dízima percebida ali pela Ordem de Cristo, como consta da bula *Apostolice sedis providentia* de Xisto IV, de 21 de Agosto de 1472, (Em RODRIGUES, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, p. 506), a qual D. Afonso V teve de impetrar, certamente, por tratar-se do aproveitamento de rendimentos eclesiásticos para a Universidade, não sancionado pelos pontífices. Mais tarde, el-rei D. Manuel, em seus Estatutos universitários, mandou que pelos 12 marcos de prata doados por D. Henrique fossem pagos, anualmente, ao lente de prima de teologia 30.000 reais.

(3) Na escritura henriquina de doação de casas à Universidade, de 12 de Outubro de 1431 — o DOC. 3 do nosso vol. 4 —, manda-se que esta missa do dia da Anunciação de Nossa Senhora seja em louvor da Mãe de Deus e solenemente oficiada e a pregação em latim. A igreja referenciada neste passo é a do mosteiro dos eremitas calçados de S. Agostinho ou de Nossa Senhora da Graça, sede de uma das actuais freguesias da cidade de Lisboa, do titulo de S. André e Santa Marinha ou da Graça (Cfr. SAMPAIO RIBEIRO, *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*).

(4) Alusão à retrocitada escritura henriquina. J. M. RODRIGUES, *O Infante*, p. 492, sublinha: «— E o primeiro prestito da Universidade que apparece mencionado nos documentos». Com a transferência da Universidade para Coimbra por D. João III, como os agostinhos não tinham ali casa, o monarca ordenou que esta procissão e cerimónia se efectuassem em Santa Cruz, vindo a passar depois para o Colégio agostiniano (Cfr. TEIXEIRA, *Prestitos;* PURIFICAÇÃO, *Chronica dos Eremitas*, fl. 218 v., e LEITÃO FERREIRA, *Noticias Chronologicas*, p. 367).

Copyrighted material

Outrosy, dira mais a misa e pregaçam que dizem na confrarea do Saluador (5); e fara o prinçipio, cada anno, que sse ha de fazer no conpeço do Estudo (6). E neestas preegaçõoes e em este prinçipio, logo como tomar a teina, pidira da minha parte, por amor de Deus, a todalas pesoas que hy esteuerem que, por minha alma e daqueles que eu soom teudo, digam logo ssenhas oraçõoes *Pater noster* e *Ave Maria*. E elle me encomende asy da sua parte (7).

Outrosy me praz, e asy o mando, que, sse este leente da prima errar algũua liçam das que he teudo de leer, ssegundo custume, que page por ella duas oitauas e mea de prata. E rrequeira o bedell esta prata e a de a algũus escolares proues de tiolisia, por amor de Deus. Porende, o dicto leente, se for acupado de doença ou doutro algũu casso que os escolares da dicta tiolisia vejam que seja rrazoado, elle possa poer outro por sy. E sseja tall de que os escolares sejam contentes (8).

Outrosy, sse nom quiser dizer o prinçipio, quate outro que o faça; porem, que sseja tall de que os rreitores e leentes se contentem. E, sse o nom posser, sseja costrangido por o bedell que entrege seis onças de prata, para catar outro que o por elle diga. E, quando ho nom acharem por este preço, tomem os rreitores algũu da Oniuersidade que seja perteençente e o costrangam que o faça e denlhe estas seis onças. E, sse nom diser quada hũua das dictas duas misas e preegaçõoes, pagara, por quada missa e preegaçam, cinquo onças, pera sse catar por elle outro que as diga. Porende, sse elle outro achar que seja perteençente, a prazimento

---

(5) O mosteiro em referência é o das freiras dominicanas do Salvador (Cfr. Fr. LUIS DE SOUSA, *História de S. Domingos*, e também Soror MARIA BAPTISTA, *Livro de Fvndação do Mosteiro do Salvador da Cidade de Lisboa)*. Sede de antiga freguesia, a igreja, secularizada e sita no Largo do Salvador, não perdeu exteriormente o aspecto de edifício religioso (Cfr. SILVA, *As Freguesias de Lisboa*, p. 45).

(6) Este «começo do estudo» ou oração *de Sapientia*, como se diz modernamente, manteve-se como obrigação nos Estatutos da Universidade de 1559, 1591 e de 1597 (liv. 1, tit. 13.°) e «parece que só terminou pelo decreto de 20 de setembro de 1844» (RODRIGUES, *loc. cit.*, nota 2). As demais obrigações aqui impostas por D. Henrique, «tambem consignadas nos estatutos manuelinos e nos philippinos (liv. I, tits. 13.° e 14.°), conservaram-se em vigor com poucas modificações, até 1790» (*Ibidem* e TEIXEIRA, *Prestitos*, cit., pelo autor). Cfr. também, SERAFIM LEITE, *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*, pp. 28-32.

(7) O passo é muito semelhante aos das 15 Cartas Testamentárias do infante D. Henrique redigidas no outono de 1460 e editadas na íntegra por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. cit., pp. 171 a 211.

(8) De sublinhar a importância dada aqui e em sua carta de 23 de Agosto de 1443 pelo infante aos escolares ou estudantes de teologia da Universidade em relação ao respectivo professor ou lente, quanto a ele fazer-se substituir ou faltar às aulas.

Copyrighted material

dos rreitores e leentes, posa o contentar e digaas por elle. E estes costrangimentos fara o bedell e faram a ello dar enxuquaçam os rreitores.

E esta hordenança sseja asy fecta pera todo senpre, mentres que ouuer Estudo Jeerall em Lixboa. E quando ho hy nom ouuer ou for espaçado, por rrazam de pestenença ou de guerra ou doutro casso, que o Estudo nom leer aos tenpos que deue, esta prata sseja dada ao que teuer encarrego de Santa Maria de Beleem por o meestre ou gouernador da hordem de Jhesu Christo; a quaall prata fara cantar em misas de quada anno por a minha alma e daquelles que eu ssoom teudo (9). E, tornando depois o Estudo a seu estado, tornesse esto aa hordenança asusso escripta. E, por rectidom dello, mandej fazer esta carta, asinada de minha mãao e asseelada do meu seelo, a quaall mandey dar ao dicto estudo. E outra ssemelhante mandey lançar no cartareo do conuento de Tomar.

Carta fecta em Villa Franca de Xira, xxv dias de março. Afonsso Çerueira a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij centos xLviij anos.

(as.) J. d. a.

177

29 MARÇO 1448

Letras Digna reddimur, *do papa Nicolau V, dirigidas ao Vigário e demais religiosos franciscanos espanhóis das ilhas Canárias, a conceder-lhes, a seu pedido, entre outras graças, possam receber casa em lugar marítimo do reino de Portugal, à semelhança da que têm em Sanlucar de Barrameda, na Andaluzia, para lá morarem e donde se abasteçam de azeite.*

---

(9) No sítio do Restelo, em Belém, então termo da cidade de Lisboa, e em data desconhecida, mas anterior a 14 de Outubro de 1459, o infante D. Henrique fundara igreja, dedicada a Santa Maria, para assistência religiosa aos marítimos. Erecta em paroquial e anexada à Ordem de Cristo pela bula *Inter caetera* de Pio II, daquela data (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos* vol. 1, pp. 562 e ss.), foi doada pelo infante à mesma Ordem em carta de 18 de Setembro de 1460 (*Ibi*, pp. 578-79). Cfr. também RIBEIRO, *Do sítio do Restelo*, e a bibliografia ali aduzida. A igreja henriquina de Santa Maria de Belém é anterior à conquista de Ceuta, portanto ao ano de 1415? ZURARA (*Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 36) parece dar a entender que não, se bem que outra conclusão se poderia tirar do cap. 46 da mesma crónica. Porém, como ambos os passos datam do ano de 1450, época de redacção da obra, apenas se conseguirá inferir ser a fundação do templo em causa anterior a 1450.

Copyrighted material

Reproduzimo-las de WADDINGUS, *Annales Minorum*, 3.ª ed., t. 12, p. 567, por não se haverem encontrado nos registos do Arquivo do Vaticano, e cujas omissões de texto vão indicadas por pontuado; também editadas, com as mesmas omissões, no *Bullarium Franciscanum*, Nova Series, t. 1, pp. 601-02.

Nicolaus, etc.

Dilectis filiis vicario et fratribus insularum dispersarum Canarie, Ordinis Fratrum Minorum de Observantia, etc.

Digna reddimur attentione solliciti, illa ad exauditionis gratiam admittere vota, per que religio propagari conspicitur et divinus cultus salubriter adaugetur.

Cum itaque..., licet quamplures zelo devotionis accensi, cupientes, ob frugem melioris vite, ad vestrum Ordinem Fratrum Minorum transire..., in insulis Canarie consistentibus, permanere summopere desiderent, tamen, pro eo quod tu, in aliena Provincia, extra dictas insulas ut plurimum commoraris, sic transire et vivere cupientibus, licet id a te humiliter requirant, habitum per fratres dicti Ordinis gestari solitum exhibere et ab eis professionem per dictos fratres emitti solitam regulares recipere non potes; quodque fratribus in prdictis insulis commorantibus, ob defectum victualium, plurimum necessarium esset, in regno Portugalie, aliquem locum maritimum..., in quo aliqui ex eisdem fratribus morari et ad fratres in insulis commorantes necessaria transmittere valerent, ac, sicut eadem petitio subjungebat, in predictis insulis oleum non reperiatur; pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum...

Nos igitur, attendentes multiplicem fructum, quem fratres dicti Ordinis, sub predicta observantia viventes, ubilibet in Dei ecclesia et presertim in dictis insulis dietim afferunt et sunt verisimiliter allaturi, ac, propterea, illa tibi et successoribus tuis Vicariis Vicarie dictarum insularum, juxta morem dicti Ordinis, qui erunt pro tempore, ac eorum locatenentibus predictis concedere volentes, per que commodius et laudabilius in Domino possitis, in dictis insulis, jugiter proficere incrementis; huiusmodi supplicationibus inclinati, tibi et successoribus ac locatenentibus predictis, etiam in alternis Provincia seu diocesi extra Vicariam huiusmodi, omnes et singulos ad te et illos venientes recipiendi ipsisque habitum exhibendi et ab eis professionem huiusmodi admittendi necnon ad predictas insulas tecum aut secum ducendi et transmittendi ac tibi et successoribus atque locatenentibus predictis unum locum, in regno Portugallie, si illud vobis, pia christifidelium largitione aut alias concedatur, ad instar vel ad similitudinem loci maritimi de Sanlucar, in regno Castelle consistentis, reci-

piendi, et in eo tu et dicti successores ac locatenentes cum aliquibus ex fratribus predictis morandi et inhabitandi necnon quibuscumque incolis et habitatoribus dictarum insularum ad Christi fidem pro tempore conversis et aliis in ipsis insulis pro tempore commorantibus, quod in quadragesimalibus et aliis jejuniorum diebus, lacticiniis uti libere et licite possint, concedendi plenariam... licentiam concedimus pariter et facultatem, iure... salvo. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii pape viij... quibuscumque.

Nulli ergo...

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnatinonis dominice, M.CCCC xLviij, iv kalendas aprilis, anno secundo.

178

4 ABRIL 1448

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, de apresentação e recomendação do seu arauto Catalunha, que manda para assistir às festas das bodas régias (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2539, fl. 134.

Serenissimo rrey, noestro muy caro e muy amado sobrino. Nos, elrrey dAragon e delas dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquell por quien querriamos todo bien e toda honra. Serenissimo rrey, noestro muy caro e muy amado sobrino. Nos embiamos, de presente, ala jllustre S. V. el amado e feel eraldo noestro Cathalunya, a visitar la famosa et jnclita fiesta de vuestras bodas, el qual vos rogamos quanto mas affectuosament podemos que, por contemplacion noestra, lo queraya hauer en special recommendacion, fauorindo e tractandolo asi liberalmente como, en semexante caso, tractariamos los voestros.

(1) Conquanto o casamento de el-rei D. Afonso V tenha sido celebrado em 6 de Maio de 1447 (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 36), parece pois que as solenes festas da boda apenas tiveram lugar no ano seguinte. No manuscrito segue-se carta de recomendação do mesmo arauto à rainha de Aragão e à rainha, príncipe e princesa de Navarra.

Copyrighted material

Datum en el noestro campo del Albarese de Aquaujua (2), a iiij dias de april M.cccc.xxxxbiij. Rex Alphonsus.

Dirigitur serenissimo regi Portugallie.

Dominus rex mandauit mihi, Matheo Johannj.
Prouisa.

179

4 ABRIL 1448

Cartas de el-rei D. Afonso V de Aragão, de apresentação e recomendação de arauto seu aos infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, ao duque de Bragança, à duquesa de Coimbra, ao condestável D. Pedro, aos condes de Ourém, de Abranches, de Marialva e de Odemira, o qual se dirige a Portugal.

ACA, *Cancilleria Real*, Registro 2539, fl. 135.

Elrrey, etc.

Magnifico, espectable conde. Embiamos de presente a V. M. eraldo noestro, a visitar voestro magnifico stato, secundo la costumbre de suo officio, el qual, entre los otros de suo officio, hauemos muy caro. Rogamos portanto quanto mas affectuosamente podemos que, por noestra contemplacion, lo querays hauer en special recomendacion, fauorindo e tractandolo asi liberalmente como, en semexanto caso, nos tractariamos los voestros.

Datum en el noestro campo del Albarese de Aquaujua, a iiij dias de april del anyo M.cccc.xxxxbiij. Rex Alphonsus.

Dirigitur don Alfonso, comite dOreynh.

Dominus rex mandauit mihi, Matheo Johannj.
Prouisa.

---

(2) O soberano aragonês, no desenvolvimento da sua campanha de Itália, achava-se nesta data em Albarese, perto de Grosseto, onde passou o mês de Abril de 1448 (Cfr. GIMÉNEZ SOLER, *Itinerario del Rey don Alfonso de Aragón y de Nápoles*, p. 251).

Sub simili forma et mandato scriptum fuit omnibus jnferius scriptis:

Jnfanti don Ferdinando, primogenito.
Jnfanti don Petro, duci de Coimbre.
Jnfanti don Enrique, duci de Viseu.
Don Alfonso, duci de Bragança.
Don Petro, commestabulo Portugallie.
Don Aluaro Vays, comiti da Brenges (1).
Don Vasco Ferrandez, comite de Mariallba.
Ducisse de Coymbra.
Don Sancti de Llorogñe, comiti Mire (2).

180

2 MAIO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, filho de Diogo Lourenço, cónego de Braga, e de Margarida Gil, solteira ao tempo do nascimento do legitimado.

ANTT., *Legitimações*, liv. 2, fl. 97 v.

Dom Afomsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Amtam Dijaz, scpriuam da camara do jffamte dom Amrryque, meu muyto prezado e amado tyo, filho de Dioguo Louremço, conego de Bragaa, e de Margaryda Gill, molher solteira ao tempo de sua naçemça; de nossa çerta sçiemçia e poder absoluto que auemos, despemssamos com elle e legitimamollo e abilitamollo e fazemollo legitimo. E queremos e outorgamos que elle aja e possa auer todallas homrras, priuilegios e liberdades e dignidades e offiçios, tambem pruuicos como priuados que, de feito e de dereito, auer poderia, assy como se de legitimo matrimonio nado fosse.

(1) D. Alvaro Vasques de Almada, conde de Abranches.
(2) D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira.

E que, outrossy, possa auer e erdar os beens de seus padre e madre e doutras quaaesquer pessoas que lhos derem e leixarem per quallquer guissa que seja, assy per testamentos como per condeçilhos e per outra quallquer maneira de doaçam.

E que, outrosy, possa sobçeder abimtestado ao dito seu padre e que as ditas pessoas e quaaesquer outras lhe possam fazer quaaesquer doaçõoes, tambem amtre viuos come *causa mortis*, assy puras como comdiçionaaees, e que elle as aja e possa auer, assy aquellas que lhe forem feitas tambem por nos, como per outras quaaesquer pessoas.

E que, outrossy, possa sobçeder em moorgados e quaaesquer outras eramças e dereitos que lhe forem dados e leixados per quallquer guissa per aquelles que pera ello poder ouuerem, comtamto que nom sejam beens nem terras que pertemçam aa coroa do rregno.

Outrossy, queremos e outorgamos que, per esta legitimaçam, o dito Antam Dijaz aja a nobrezia e priuilegio della que, per dereito comũu e ordenaçam e hussamças dos nossos rregnos, auer deueria, assy como se de legitimo matrimonio nado fora, nom embargamdo quaaesquer lex, degredos, custumes, constituçõoes, foros, façanhas, openjõoes de doutores e quaaesquer outras coussas que esta legitimaçam poderiam embargar e anullar, posto que taaes sejam de que em esta despemsaçam deuesse seer feita expressa mençam; os quaaes aquy avemos por expresos e nomeados.

E queremos que em ella nom ajam lugar, porque nossa temçam he de legitimarmos o dito Antam Dijaz o mais fortemente que o elle pode e deue seer, pella guissa sussodita, nam embargamdo que nom seja pedida per o dito seu padre nem per aquelles a que a dita legitimaçam pode ou poderia fazer ao diamte perjuizo, nom embargamdo todos os dereitos e coussas sussoditas que esto poderiam embargar, o que lhe assy fazemos per merçee espeçiall.

E soprimos todo faleçimento de solenjdade que, de feito e de dereito, for necesareo pera esta legitimaçam firme seer e mais valler; empero, nom he nossa temçam que, per esta legitimaçam, seja feito nhũu perjuizo a algũus herdeiros lidemos, se os hi ha, e a outras quaaesquer pessoas que algũu dereito ajam nos ditos beens e coussas que lhe assy forem dados e leixados. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Damte em Santarem, a dous dias de mayo. Elrrey o mandou pello doutor Pero Lobato, seu vassallo, e pello doutor Beleago, dayam da Guarda, ambos do seu desembargo. Afomso Eanes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Rviij^{a}.

181

1448

Zurara assevera terem vindo das partes da Guiné ao país, até esta data, 927 almas, cuja maior parte ingressou no caminho da salvação; o autor encerra aqui o volume primeiro da Crónica, por haver assumido o governo do reino D. Afonso V, e promete outro volume, que atinja o fim dos feitos do infante D. Henrique, embora depois daquele ano eles hajam assumido mais carácter comercial do que, pròpriamente, bélico.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 96, segundo o códice de Paris, fl. 157 r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 185-86; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

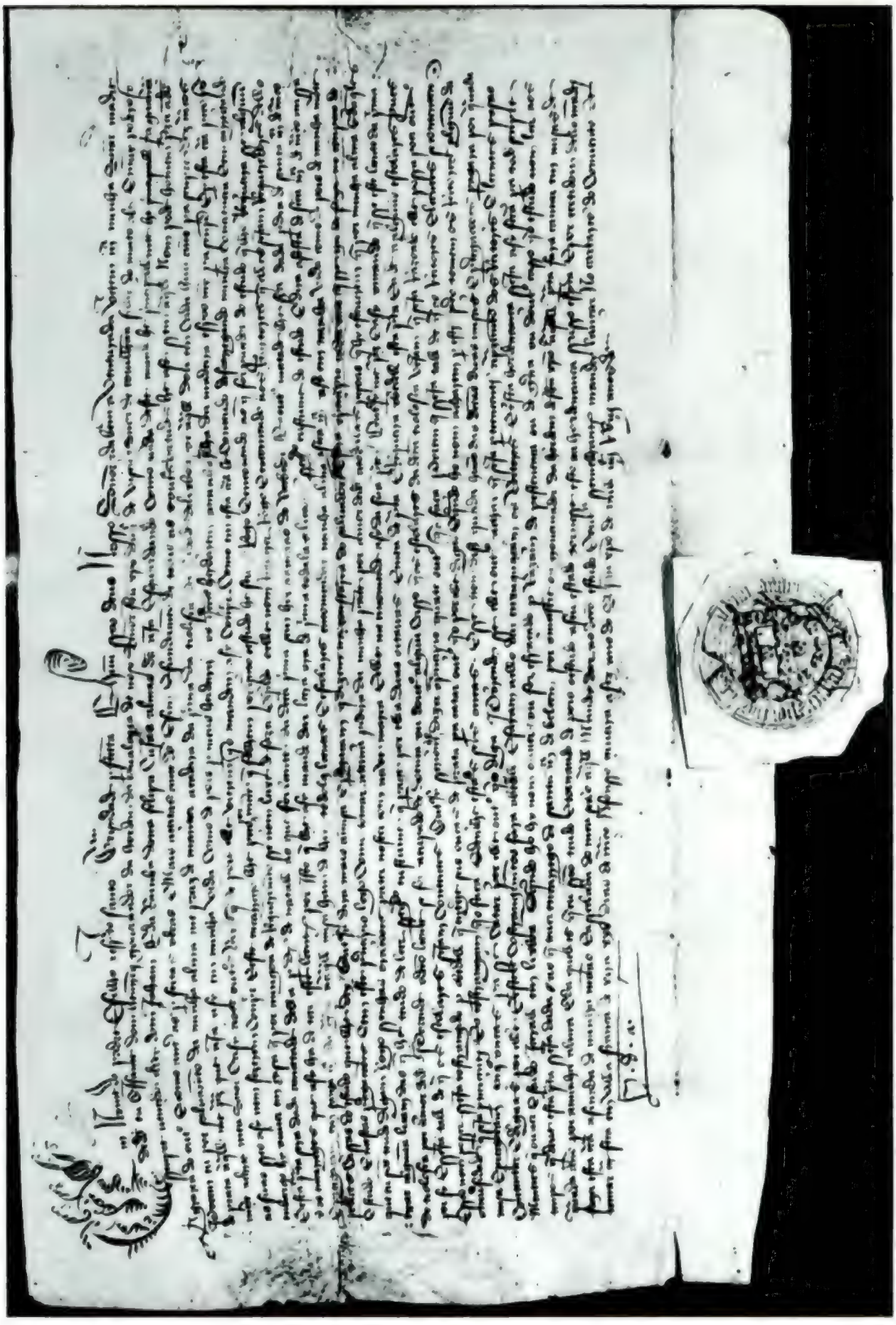
Cynco razõoes pus no começo deste liuro, per que o nosso magnanimo principe foe mouido a mandar seus nauyos tantas vezes sobre o trabalho desta conquista (1). E porque das quatro me parece que vos tenho dado abastoso conhecimento, nos capitollos onde falley da deuisam daquellas partes do Oriente (2), ficame pera dizer da quinta rezom, poendo certo numero aas almas dos jnfiees que daquellas terras vierom a esta, per vertude e engenho do nosso gloryoso principe. As quaaes, per conto, achey que forom nouecentas e vijnte e sete, das quaaes, como primeiro disse, a mayor parte forom tornadas ao verdadeiro camjnho da saluaçom (3).

---

(1) Cfr. o cap. 7 da Crónica.

(2) Tais capítulos não se conservam no manuscrito de Paris da Crónica, não constam do resumo da mesma concluído por VALENTIM FERNANDES a 14 de Novembro de 1506 (Cfr. *O Manuscrito*, p. 186) nem se inferem da *Asia* de JOÃO DE BARROS, que se vê ter seguido muito de perto o manuscrito de ZURARA, ademais de o citar. Por outra parte, a ideia de partes do Oriente a que se alude pelo menos nos caps. 2, 62 e 96, corresponde, por vezes, apenas às vizinhanças do rio Senegal, considerado então braço do Nilo, portanto à costa ocidental africana (Cfr. BOURDON em ZURARA, *Chronique de Guinée*, p. 47, nota 1, e p. 264, nota 4).

(3) Foi já observado por DUARTE LEITE que, somando os cativos enumerados nos diversos capítulos da Crónica como vindos a Portugal, se obtêm menos de 850. O facto podia ter explicação nos capítulos em falta no códice de Paris da



EST. VI. — CARTA DO INFANTE D. HENRIQUE A UNIVERSIDADE DE LISBOA, DE 1448 (Doc. 176)

Copyrighted material

Hora veede qual serya o numero da geeraçom que se daquestes podya seguyr ou qual filhamento de cidade ou villa podya seer de mayor honra que aquesta de que ataagora tenho scripto; ca, leixando estas e as que dellas decenderom e, ataa fim do mundo, podem decender, outras muytas mais vierom despois, segundo no liuro seguinte podees saber, ca nos foe necessaryo fazer aquy fim, nos fectos deste anno do nacimento de Christo de iiij^{c}. Rviij^{a} (4); porquanto, a este tempo, ouue elrrey dom Affonso de Portugal, quinto quanto ao nome e duodecimo (5) no numero do senhoryo, enteiramente o rregimento de seus regnos, seendo ja em jdade de dezassete annos, casado com a muyto vertuosa e jllustrissima princesa rreynha dona Jsabel, que foe filha do jffante dom Pedro, duque de Coimbra e ssenhor de Montemoor, que, nos annos passados, gouernara o rregno em nome delrrey, segundo em algũas partes desta estorya leixamos fallado e como, muyto mais perfeitamente, acharees na Cronica Geeral do Regno (6).

Consijrando que, assy como todallas outras cousas caasy começauam entom com a nouidade do rregedor, assy nos pareceo rezom que começassem todollos liuros de seus fectos e storyas. E desy, por nos parecer razoado vellume aqueste que ja teemos scripto, fizemos aquy fim (7), como dicto he, com entençom de fazermos outro liuro, que chegue ataa fim dos fectos do jffante, ajnda que as cousas seguintes nom forom trautadas

---

obra (Sobre estes pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 340-43). Sucede, porém, como já sublinhou D. LEITE, que em carta de 2 de Setembro de 1448 el-rei D. Afonso V afirmou que «trouuerom della (Guiné), per uezes, mais de mil corpos denfiees presos» (Cfr. o nosso DOC. 193, erradamente datado em D. LEITE, *Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*, p. 162, e em *Chronique de Guinée*, p. 265, nota 1, de 25 de Setembro). Referindo-se a seus descobrimentos marítimos, em carta de 26 de Dezembro de 1457, o infante D. Henrique não indica o número de infiéis cativos vindos das partes de Guiné, limitando-se a dizer: — «prouue a Nosso Senhor de me dar certa emformaçom e sabedoria daquellas partes, des o dito Cabo de Naam ataa passante toda a terra de Berberia e Nubio e assi mesmo per terra de Guinea bem trezemtas legoas, de honde ataaora, assi no começo, per guerra, como despois, per maneira de traauto de mercadoria e resgates, he viindo aa cristendade muj grande numero de infiees catiuos, do quall, dando grandes louuores a Nosso Senhor, a moor parte som tornados aa sua sancta fee» (ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 151, — em S. MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, pp. 544-45)

(4) Alusão ao volume segundo da Crónica, que havia de principiar portanto nos feitos daquele ano de 1448. Sobre o assunto podem ver-se: DIAS DINIS, *Obra supracit.*, pp. 401-04; BOURDON, *Chronique*, p. 24; e TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Acerca da chamada «Crónica dos feitos de Guiné» de Gomes Eanes de Zurara*.

(5) No ms. *duodicimo*.

(6) Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 88.

(7) Este capítulo é pois o derradeiro da primeira parte da *Crónica dos feitos de Guiné*, cuja segunda se desconhece, se é que foi redigida.

com tanto trabalho e fortelleza como as passadas; ca, despois deste anno auante, sempre se os feitos daquellas partes trautarom mais per trautos e e aueenças de mercadarya, que per fortelleza nem trabalho das armas (8).

182

5 JUNHO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente de Portugal, a solicitar-lhe a liquidação ao vassalo e servidor seu Pero Lopez de certos dinheiros que lhe são devidos pela causa e razões constantes de carta do rei de Portugal e que, atentas a distância e idade do destinatário, lhe pede os receba e envie pelo criado do dito infante João Sala, seu óptimo servidor.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3272, fl. 40.

La rreyna dAragon e de Sicilia daca e dalla far, etc.

Jllustre jnfant, nuestro muy caro e muy amado primo.

A nuestra excellencia es stada mostrada vna carta del jllustrissimo rrey de Portogal, nuestro muy caro e muy amado sobrino, por part de Pero Lopez, vassallo e seruidor nuestro, con la qual paresce, por la causa e razon en aquella contenida, el dito rrey le manda dar ciertos dineros que le son deuidos. E, hasta aqui, por seyer tan lexos e vieyo e mal dispuesto, no los ha recobrados ne podido yr alla, por recobrarlos. E, por esto, a gran supplicacion suya, hauemos rogado e encargado a vuestro criado Johan Sala que les deua recapdar e enuiar al dito Pero Lopez.

Por que vos rogamos e encargamos, muy affectuosament, que dedes orden e manera que el dito Johan Sala, el qual se lieua la dita carta e procura del dito Pero Lopez e otras scripturas fazientes por la dita deuda, cobre la dita quantidat e la pueda enuiar al dito Pero Lopez, segunt es

(8) Ao período de descobrimento pròpriamente dito ou de «guerra», como lhe chamou o Navegador no período transcrito em nossa nota 3, seguiu-se o de «trauto de mercadoria e de resgates», no dizer do próprio infante, com base no castelo de Arguim, mandado erguer pelo mesmo precisamente por esta época de 1448 (Cfr. V. FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 44).

Copyrighted material

dito. E haiades por bien recomendado el dito Johan Sala, el qual se muestra vuestro buen seruidor· E sea, jllustre jnfant, nuestro muy caro e muy amado primo, la Santa Trinidat vuestra guarda. Scriuiendenos con fiança las cosas que vos sean plazientes.

Dada en Barchinona, a v. dias de junjo, anyo mil cccc. quarenta ocho. La Reyna.

Al jllustre jnfant don Pedro de Portugal, duch de Cohimbre, rregient el rregno de Portugal, nuestro muy caro e muy amado primo.

Domina regina mandauit michj, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

183

7 JULHO 1448

Súplica do infante D. Henrique e dos habitantes da vila de Marvão, dirigida ao papa Nicolau V, a impetrar licença para fundarem convento franciscano próximo daquela vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Estrela, por ali se terem operado muitos milagres e não haver igreja nem oratório nesse lugar.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 428, fl. 162 v.

Beatissime pater.

Cum prope villam de Maruam, Egitaniensis diocesis, Altissimus, sua ineffabili prouidentia, visibus humanis, meritis gloriosissime Virginis Marie, pene innumerabilia miracula demonstrare hiis temporibus fuerit dignatus demonstretque in dies, in quodam vicino dicte ville loco, in quo nec ecclesia nec oratorium fundata comperiuntur, ac proinde deuotissimus vestre sanctitatis et sancte romane ecclesie filius Henricus, dux Visensis et jnfans Portugalie, etc., necnon homines et conmune dicte ville, hiis miraculis moti ac zelo deuotionis quam ad ipsam beatissimam Dei genitricem Mariam gerere comprobantur, de bonis a Deo sibi collatis cupiant in ipso loco, in quo eadem apparuerunt et apparent miracula, cenobium vnum cum ecclesia et aliis officinis, pro vsu et habitacione fratrum ordinis minorum, erigere et construere, seu erigi et construi facere, si modo ad id sedis apostolice interueniat auctoritas, pro parte ducis et conmunis ac populi predictorum, ad pedes sanctitatis vestre

humiliter recurrendo, supplicatur quatenus, eorum tam pio proposito affectu beneuolo annuentes sibique specialem graciam facientes, eisdem cenobium et conuentum aut domum atque locum fratrum predictorum cum ecclesia, campanili, dormitorio, ortis, ortalicijs et aliis officinis necessarijs, sub vocabulo Beate Marie de Stella, construere et edificare atque eciam erigere, seu construi, edificarj seu erigi facere libere et licite valeant, jta quod fratres inibi degentes pro tempore, cum eorum membris et seruitoribus, etc., omnibus et singulis priuilegiis, prerogatiuis, fauoribus, antelacionibus et indulgenciis, inmunitatibus quoque ac libertatibus quibus alia dictorum fratrum per orbem (1) cenobia, domus, conuentus et loca vtuntur et gaudent, seu vti et gaudere possunt quomodolibet, vti valeant pariter et gaudere dignemini, nunc de gracia speciali.

Non obstantibus constitucionibus et ordinacionibus apostolicis ac ordinis prefate statutis et consuetudinibus ceterisque in contrarium facientibus quibuscunque, cum clausulis necessarijs et opportunis.

Fiat ut petitur.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, nonis julij, anno secundo.

184

7 JULHO 1448

Letras Fidelium vota, *do papa Nicolau V, dirigidas ao oficial provisor da diocese egitaniense, a conceder licença ao infante D. Henrique e ao povo de Marvão para edificarem o oratório de Nossa Senhora da Estrela junto da mesma vila e poderem entregá-lo aos franciscanos, sem prejuízo dos direitos paroquiais* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 454, fl. 242, — donde se reproduzem.

Publicadas: parcialmente, em WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 12, 3.ª ed., p. 572; no *Bullarium Franciscanum*, Nova Series, vol. 1, p. 619; e por Fr. JERÓNIMO DE BELÉM, *Chronica cit.*, p. 51.

(1) No ms. *vrbem*.

(1) Aludem à fundação e história deste convento franciscano de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, actual Asilo junto da mesma vila: Fr. FERNANDO DA SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte 3, Lisboa, 1705, pp. 53-59; Fr. DANIEL DOS REIS, *Memorias / Da Santa Provincia dos Algarves da Ordem Serafica / Anno de 1746. / Memorial quarto,*

Copyrighted material

Nicolaus, etc.

Dilecto filio officiali Egitaniensi, salutem, etc.

Fidelium vota, ex quibus sacre religionis diuinique cultus speratur augmentum, ad exaudicionis gratiam libenter admittimus eaque fauoribus prosequimur opportunis.

Sane, pro parte dilectorum filiorum nobilis Henrici, ducis Visencis et jnfantis Portugalie, necnon hominum et communis ville de Maruan, Egitaniensis diocesis, peticio continebat quod, cum in quodam vicino dicte ville loco, in quo nec ecclesia nec oratorium fundata comperiuntur, Altissimus, sua ineffabili prouidencia uisibus humanis, meritis gloriose Virginis Marie, pene innumerabilia miracula, hijs in temporibus, demonstrare dignatus fuerit de presentique demonstret, ipsique dux, homines et commune, occasione huiusmodi moti ac zelo deuocionis, quam ad eandem Beatam Mariam gerere comprobantur, accensi, de propria salute recogitantes terrenaque in celestia et transitoria in eterna felici commercio commutare cupientes, in dicto loco vnam domum cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio, domibus, ortis, ortalitijs et alijs necessarijs officinis, pro vsu et habitatione fratrum minorum sub regula Sancti Francisci degentium, de bonis a Deo sibi collatis de nouo construere et edificare, seu construi et edificari facere proponant, si ad id eis sedis apostolice suffragetur auctoritas. Quare, pro parte ducis, hominum et communis predictorum, nobis fuit humiliter supplicatum ut domum huiusmodi, sub nomine et vocabulo eiusdem Beate Marie de Stella, in loco predicto construendi et edificandi licenciam concedere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, qui religionis et cultus huiusmodi augmentum, nostris in temporibus, studijs querimus indefessis, ipsorum ducis, hominum et communis in hac parte supplicationibus inclinati, discrecioni tue, per apostolica scripta, mandamus quatenus, si est ita, dictis duci, hominibus et communi domum huiusmodi, vt prefertur, pro vsu et habitacione dictorum fratrum, iuxta ordinis eiusdem sancti obseruanciam degentium, jure tamen parrochiali et quolibet alio in omnibus scriptis saluo, fundandi et construendi necnon fratribus ipsis domum eandem, postquam constructa et erecta fuerit, inhabitandj, auctoritate nostra, licenciam largiaris, non obstantibus felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, et alijs constitutionibus apostolicis contrarijs quibuscumque.

---

no ANTT., *Livraria*, ms. n.º 1911, fls. 147-63; Fr. JERONYMO DE BELÉM, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, parte 2, Lisboa, 1753, pp. 48-61; e LARANJO COELHO, *Terras de Odiana (Subsidios para a sua história documentada)*, em «O Instituto», vol. 70, pp. 395-406, 465-78 e 502-511.

Nos, autem, si concessionem huiusmodi per te, vigore presentium, fieri contigerit, fratribus, qui in domo ipsa pro tempore residebunt, ut omnibus et singulis priuilegijs, exempcionibus, libertatibus, gratijs et indultis, quibus alij fratres eiusdem ordinis sub huiusmodi regula degentes eorumque domus quouis modo gaudent et vtuntur, vti et gaudere valeant, auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragesimo octauo, nonis julij, anno secundo.

185

11 JULHO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a aprovar todos os actos da regência do infante D. Pedro, seu tio, durante a menoridade do monarca (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 19, — donde se reproduz; e *Extras*, liv. 1, fl. 179.

Publicado o texto da segunda fonte citada por MOREIRA DE SÁ, *Alguns documentos*, pp. 63-66.

Dom Afomso, etc.

A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que nos, comsiramdo em como a hordem da natureza da a toda criatura seer obriguada aquelles de que rreçebe bemfeitoria, seruiço ou outra algũua ajuda, segumdo a callidade das pessoas, e que, se esto comũmente todos deuem e sam theudos de guardar e comprir, muyto majs os primçepes e rrey, dos quaees propio deue seer nam somente bem fazer e acreçemtar com merçes, homrras, dinidades, ofiçios e comseruar em seus estados os que lhes seruiços fazem, mas ajmda todos seus sobditos e naturaees.

Porem, esguardamdo nos como somos theudo os gramdes trabalhos, periguos, mouimentos, escamdallos e debates em que nossos rregnos foram postos depois da morte do muyto alto e muyto exçellemte primçepe e da gloriosa memoria elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja,

(1) Pode ver-se também a referência elogiosa ao infante-regente D. Pedro no contrato de casamento do monarca, de 6 de Maio de 1447, — o nosso DOC. 150. Veja-se ainda a carta régia de 15 de Setembro de 1448, — o DOC. 198.

Copyrighted material

e como sem nossos mereçimentos o piadoso Deus, por sua jmfimda misericordia, e per a boa gouernamça, sabedoria, descriçam e muy gramdes trabalhos, asy corporaees como do espritu, do meu muyto preçado e muyto amado thio e padre e jfamte dom Pedro, duque de Coinbra, ssenhor de Montemoor, semdo noso tetor e curador, os ditos nossos rregnos e senhorio, jemtes e naturaees delles sam em boom asoseguo, paz e comcordia, nam somemte amtre sy, mas ajmda com seus comarquãaos, que sam fora dos sobreditos trabalhos e periguos, do que ao Senhor Deus damos muytas graças;

E, esguardamdo, outrossy, a boa, fiel, leal e verdadeira delligemçia que o dito jfamte teue açerqua da criaçom, asy minha como de meus jrmãaos e jrmãs, comseruaçam e acreçemtamento de nosso rreal estado e de nosas rremdas e dereitos e a boa e verdadeira emtemçam sua, em a gouernamça dos ditos nosos rregnos e senhorio, asy em os defemdendo de algũus que, com corruta emtençam, se mouiam a nos querer fazer guerra, como em amenistramdo aos nosos subditos e naturaees comprimento de justiça, segumdo a callidade dos tempos; por todas estas cousas e rrazõees, conheçemos que lhe somos mujto teudo e obriguado e lho esperamos rrecobrar com perpetuu, leal e verdadeiro amoor, acreçemtamdoo, segumdo nosso poder, em seu estado e de seus filhos e herdeiros. E, porque homde elle deuia de seer guallardoado de nos, como dito he, pellos muy gramdes, simgullares e dignos de muy gramde louuor seruiços que delle rreçebemos, algũus mouidos, pervemtura, com emtençom nam dereita, peruerso proposito e maao zello, poderiam, em algũu tempo, poer duuida açerqua das cousas ou algũua dellas que pello sobredito jfamte, asy como noso titor e defemsor de nossos rregnos e senhorio, foram feitas, por nos e em nosso nome;

Portamto, nos, de nosso moto propio, çerta çiemcia, poder absolluto, louuamos, aprouamos, rreteficamos e afirmamos e auemos por firmes e estaues pera todo sempre, por nos e por todos nossos herdeiros e soçessores e por os ditos nossos rregnos e senhorio, jemtes e naturaees delles e sobditos, todallas cousas feitas pollo dito jfamte em nosso nome, asy doaçõees de terras, ofiçios, denidades, benefiçios, quimtaas, como outras quaeesquer merçes, asy perpetuas como temporaees, de qualquer camtidade, callidade, comdiçam que sejam, e a quaeesquer pesoas de qualquer comdiçam e estado, asy como se per nos feitas fosem. E prometemos de dar comfirmaçõees dellas aaquelles a que feitas sam, se as pedirem.

Outrosy, aprouamos e rreteficamos, firmamos e auemos por bem postas todallas penas, asy corporaees degredos, comfiscaçõees de beens e doaçõees delles, como outras quaeesquer e de qualquer callidade e maneyra que sejam, que per o dito jfamte ou per seu mamdado foram postas a quaeesquer pesoas de qualquer estado, preminemçia, callidade e comdiçam que sejam, todas as auemos por firmes e estaues, asy e

Copyrighted material

per a guisa que postas foram. E, porquamto, segumdo os trabalhos que aos ditos nossos rregnos uieram, como ja em çima fazemos mençam, foy neçesario ao dito jfamte, por noso seruiço e defensam dos ditos nossos rregnos e senhorio, fazer muytas e gramdes despesas, asy em ajumtamentos de jemtes, em gouernamça de nosa casa e corte e de meu jrmãao e jrmãas e sua casa delle e em outras muytas cousas que lhe foy neçesario de, em noso nome, fazer, segumdo acustumarom os de que deçemdemos;

Porem, nos, em noso nome e de todollos nosos herdeiros e soçessores e dos ditos nossos rregnos e senhorio, de noso poder absolluto, moto propio, çerta çiemçia, louuamos, rreteficamos, aprouamos e auemos por bem feitas todallas despesas que per o dito jfamte e de seu mandado foram e sam feitas, asy neçesarias como proueitosas e vollumtarias como de qualquer callidade e comdiçom, camtidade que sejam; e queremos e outorguamos que os sobredito jfamte e seus herdeiros e soçesores nam sejam theudos de dar comta de cousa algũua que por nos e em nosso nome aministrase, rreçebese, dese, doase, despendese, per sy ou per nossos ofeçiaees ou per outra qualquer guisa que seja, porque nos auemos todo por bem feito, firme e estauel, como dito he. E damos o dito jfamte e todos seus herdeiros e soçessores, terras, luguares, beens e cousas por quites e liures pera todo sempre.

E prometemos, em nosa fee rreal, que guardaremos e compriremos em todo e per todo o que dito he e que numca demandemos o dito jfamte nem seus herdeiros e soçesores em juyzo nem fora delle, pello que dito he nem comsemtiremos que elles nem todos os sobreditos sejam sobre ello mollestados nem emquietados, de feito nem de direito, em juizo nem fora delle, nem daremos pera ello fauor, ajuda ou comselho, çesamte todo emguano, cautella e simullaçam e toda outra qualquer cousa de qualquer natura, misterio, uigor, callidade e efeito que podesem embarguar e perjudicar ao que dito he. E prometemos e outorguamos per firme estipullaçam, em noso nome e de nossos herdeiros e soçesores, ao dito jfamte açeptamte, em seu nome e de seus herdeiros e soçesores e de todollos sobreditos, que teremos, compriremos, guardaremos e faremos, a todo noso leal e verdadeiro poder, teer, comprir e guardar bem, fiel, leal, verdadeiramente todo o que dito auemos.

E mandamos a todollos nossos corregedores, juizes, alcaides, meirinhos e a quaeesquer outras justiças de nossos rregnos e senhorio e aos nosos veedores da fazemda e comtadores e a outros quaeesquer ofeçiaees e pesoas a que o conheçimento do que suso dito he per qualquer guisa que posa pertemçer, a que esta nosa carta for mostrada ou o trellado della em pruuica forma, que a cumpram e guardem e façam comprir e guardar asy e pella guisa que em ella he comtheudo, e nam vãao nem comsemtam hir comtra ella, em parte nem em todo. E queremos e outor-

guamos, de nosso rreal poderyo, absolluto, moto propio, çerta çiemçia, que as sobreditas cousas e cada hũa dellas valham asy e per a maneyra que em çima dito auemos, nam embarguamte nossa jdade e quaeesquer lex, degrataees, hordenaçõees, openiões de doutores, estatutos, custumes, façanhas e outros quaeesquer dereytos, asy canonicos como çiujs, asy escpritos como nam escpritos, de qualquer nome que possam seer chamados, que comtra esto fallem e o que dito he ou cada hũua das suas partes, per qualquer guisa posam comtradizer, os quaees dereitos auemos aquy todos por expresos e expresamente espeçificados e declarados. E, sem embarguo delles e cada hũu delles, queremos e outorguamos, de nossa çerta çiemcia, moto propio e poder absolluto, como dito he, soprimido qualquer defeito, asy de dereito como de feito, que aquy falleça, que todo seja firme e estauel e valledoiro, por aguora e por todo sempre jamajs, segumdo e pella forma que suso dito he. E, por firmidõee dello, mandamos seer feita esta carta, sinada per nos e asellada do nosso sello do chumbo.

Dada em a nossa nobre e leal villa de Santarem, xj dias de julho. Joham Gomçaluez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e Rbiij annos.

186

[JULHO 1448 — AGOSTO 1449] (1)

Carta do grande humanista italiano coevo Poggio Bracciolini, secretário pontifício, membro da cúria romana desde o pontificado de Bonifácio IX e redactor de algumas das letras ponti-

---

(1) THOMAS TONELLI, *Poggii Epistolæ*, vol. 2, p. 372, nota 2, diz que as cartas, a partir da XXX.ª (a dirigida ao infante D. Henrique é a XXXV.ª), todas sem data, foram provàvelmente escritas entre o mês de Agosto de 1448 e Julho de 1449. A disposição das cartas, segundo o códice da Biblioteca Riccardiana de Florença, tem todos os visos de ser cronológica. Ora, logo a seguir à carta dirigida ao infante, temos (fl. 200-220 v.) uma endereçada *Petro de Noxeto, secretario apostolico*, datada *jn bibliotheca mea Terrenoue, die viiij Augusti 1449* e outra (fls. 220 v.-21) *Domino Cardinali Aquilegensi*, escrita *Jn Terra noua, die x°. augusti 1449*. A carta ao infante D. Henrique foi escrita, sem dúvida, na cúria romana antes de Poggio empreender viagem à sua terra natal de Terranuova, não muito longe de Arezzo, e de escrever as sobreditas cartas. Pelo que bem poderíamos situar a carta ao infante D. Henrique antes de Agosto de 1449, indicando, como data extrema, o mês de Julho. Achamos preferível, contudo, indicar o mês de Agosto, visto não sabermos exactamente quando Poggio deixou Roma. Na sua edição, TONELLI não seguiu

fícias então concedidas a Portugal, endereçada ao egrégio e famoso príncipe D. Henrique, duque de Viseu, a congratular-se com ele pelos êxitos excepcionais, nunca antes conhecidos de imperadores nem de reis, dos seus descobrimentos marítimos, por mares ignotos e tempestuosos e por terras ínvias e afastadas, povoadas de gentes selvagens e ferozes, às quais nunca ninguém se atrevera a chegar, com lutas navais em que fizera cativos, a caminho do meio-dia de África e alcançados os etíopes, e também em lutas contra os infiéis, por seu glorioso pai iniciadas e por ele herdadas e continuadas, erguendo-se assim, em celebridade, acima dos próprios Alexandre e César, dominadores de terras conhecidas, e a exortá-lo a que prossiga em tão gloriosos feitos, que lhe hão-de garantir, neste mundo, fama e vitória e, no outro, o prémio divino (2).

à risca o cód. 759 da Biblioteca Riccardiana, mas teve-o em grande conta, indicando-o, com muita razão, como principal. Várias cartas, de entre as imediatamente precedentes à dirigida ao infante D. Henrique, a seguir à de 6 de Maio de 1447, escrita ao jurisconsulto *Benedicto Aretino*, em que se fala da eleição de Nicolau V (pp. 340-41), são do mês de Junho de 1448, todas datadas de Roma. É possível, dado o número das cartas sem data que vêm a seguir, fosse a do infante escrita realmente nos fins do mês de Julho ou em Agosto de 1448; mas, para maior segurança, preferimos indicar como termo de partida o mês de Julho de 1448 e, como limite máximo, Agosto de 1449.

(2) Poggio Bracciolini nasceu em Terranuova no ano de 1380. Fez os estudos superiores no Estudo de Florença, tomando contacto com os maiores literatos do tempo, como Leonardo Aretino, Guarino Veronese, Carlos Aretino, Ambrósio Traversari, Francisco Barbaro e o chanceler Coluccio Salutati, que exercerá a sua influência para o fazer entrar no meio cultural da cúria romana, no tempo de Bonifácio IX. Começou a carreira de curial pelo ofício de escritor das letras apostólicas, o qual exerceu durante os pontificados de Bonifácio IX até Nicolau V, por espaço, portanto, de mais de quarenta anos, como ele próprio diz, ao deixá-la, aos 72. Era já secretário pontifício quando acompanhou João XXIII ao concílio de Constança. Grande amigo do célebre jurista cardeal Francisco Zabarella, chamado Cardeal de Florença, morto durante o concílio, a 26 de Setembro de 1417 tocou a Poggio a sorte de pronunciar o discurso fúnebre. Quando em 1434 Eugénio IV fugiu de Roma, Poggio caiu prisioneiro dos soldados que assediavam o palácio pontifício. Conseguiu libertar-se, a troco de grande soma de dinheiro, e continuou a servir a cúria pontifícia. Na idade de 55 anos, em 1435, casou com uma jovem de Florença, de quem teve seis filhos. Em 1453, era nomeado chanceler da República Florentina. Morreu a 30 de Novembro de 1459, com 79 anos de idade.

Poggio é autor: da *Historia Florentina*, que abrange os anos de 1350 a 1450; da *Historia disceptiva convivalis*, dedicada ao cardeal Próspero Colonna; do *De Nobilitate* ou diálogo entre Poggio e seus interlocutores Niccolò Niccoli e Lourenço de Médicis; da *De Infelicitate principum*, diálogo com Carlos Aretino, Niccolò Niccoli e Cosimo de Médicis, escrita em 1440, a flagelar os vícios dos príncipes e dedicado ao cardeal Perentucelli Tomás de Sarzana, futuro papa Nicolau V; do *De varietate fortunæ*, diálogo terminado em 1447, sobre as vicissitudes políticas da Itália nos fins

Copyrighted material

FLORENÇA, *Biblioteca Riccardiana*, códice 759, fls. 219-220 v., — donde se reproduz; BAV., *cód. Ottob. lat.* 2251, fl. 156; BNP., *cod. lat.* 14.394; PRAGA, *cód.* I. C. 3.

Publicada:pelo cardeal ANGELO MAI, Prefeito da Biblioteca Apostólica Vaticana, em *Spicilegium Romanum*, t. 10, Roma, 1844, pp. 254-56; e por TOMMASO TONELLI, *Poggii Epistolæ*, vol. 2, Florentiæ, 1859, pp. 379-82.

Devemos a presente transcrição e a respectiva e erudita anotação ao Dr. P. António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., ilustre Decano da Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antoniano, de Roma, a quem as agradecemos.

---

do século XIV e princípios do XV; do *De miseria humanæ conditionis*, de 1445, com considerações interessantes sobre a história dos homens e dos tempos; do *An senì sit uxor ducenda*, dedicado a Cosimo de Medicis, em forma de diálogo com Niccolò Niccoli e Carlos Aretino, a propósito do seu matrimónio em avançada idade. Escreveu ainda *Ars medica* e *In laudem Legum*, dois pequenos opúsculos, com reflexões sobre ciências, em que eram eximios dois grandes amigos seus, o médico Nicolau de Folinho e o famoso jurista Benedito Accolti. Um ano antes de morrer, compôs *In laudem matrimonii*, trabalho enviado ao papa, aos cardeais e amigos, sobre o valor e bens do casamento. Contra alguns religiosos escreveu, nos fins de 1447, o *Diálogo contra a hipocrisia*, como redigira, em 1440, 1444 e 1447, o *Liber Facetiarum* ou colecção de anedotas, algumas das quais sobre pessoas da cúria, sem exceptuar o próprio papa. Numerosas são as suas *Invectivas* contra Lourenço Valla, contra o antipapa Félix V (Amadeu de Sabóia), Tomás de Riete, Jorge Trapezunzio, etc. As traduções do latim e do grego, respectivamente de Diodoro Siculo, *História* de Heródoto e *Ciropedia* de Xenofonte, etc., são de relevante valor. Da máxima importância o seu *Epistolário*, com missivas e respostas a papas, cardeais, arcebispos, bispos, reis e príncipes, literatos, humanistas, homens de ciência, etc.

No que se refere a Portugal, além desta carta ao infante D. Henrique, são muito interessantes, pela sua vivacidade, as dirigidas ao *Valasco Portugalensi* em 1436 e 1437, o qual deve ser identificado com o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia e, durante algum tempo, professor de Direito Civil em Bolonha, conforme provámos em livro pronto há anos para o prelo: *Humanismo e Juristas Portugueses do século XV no Concílio de Basileia — Ferrara — Florença*, com o sub-título *Relações de humanistas italianos com o advogado consistorial Dr. Vasco Rodrigues, com o Dr. Afonso Rodrigues Garcia, professor na Universidade de Lisboa, e com o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. Duarte, e posição de Portugal no Concílio de Basileia-Ferrara-Florença*. E portugueses também deviam ser, como aí provamos, o destinatário *Alfonso* e o *clarissimus Valascus tuus* (talvez o Dr. Vasco Rodrigues de Lisboa, famoso advogado consistorial) da carta de 20 de Setembro de 1441, a felicitar o primeiro, por ele haver encontrado livros de autores clássicos no mosteiro de Alcobaça.

Para mais completa informação sobre a vida e obras de Poggio Bracciolini, cfr.: GUIGLIELMO SHEPHERD, *Vita di Poggio Bracciolini*, trad. de TOMMASO TONELLI, Firenze, 1825; DOMENICO BACCI, *Poggio Bracciolini nella luce dei suoi tempi*, Firenze, 1959, e, do mesmo, *Cenni biografici e religiosità di Poggio Bracciolini*, Firenze, 1963.

Copyrighted material

Henrici, duci Visensi (3)

Sj forte mirum tibi uidebitur, princeps egregie, me, hominem ignotum tibi longeque remotum, hanc ueluti superuacaneam scribendi curam sumpsisse, id tribuas velim uirtuti tue, que, longe lateque diffusa, me impulit animumque prebuit ut te ad id, meis uerbis, hortarer, ad quod tua te sponte, nullo impulsore, uideo proficisci. Nam, Ciceronis est sententia tanti esse uirtutem, ut ea preditos, etiam quos nunquam uidimus, diligamus. Sicut autem ij qui in stadio cursu contendunt, persepe acclamantium uocibus excitantur, itidem ego mea cohortatione euenturum existimo, quamuis breuis futura sit, ut paulum te impellat spiritusque adiciat ad ea gesta prosequenda, que ultro egregia uirtute animi nullis hominum cohortationibus incepisti. Sunt maxime extollendi qui, suo ingenio freti, prout tibi contigit, ad uirtutum opera feruntur. Sed et ipsi quoque ampliorem laudem suam afficiunt, si non aspernentur, aut contemnant eorum consilia, quorum uerbis ad uirtutis perseuerantiam commonentur.

Audiui iam dudum a pluribus mihi familiaritate coniunctis portugallensibus (4), cum de tuis actis quererem, te, magnitudine quadam

---

(3) Assim no cód. 959, fl. 219, da Biblioteca Riccardiana de Florença, que é o melhor de quantos se conhecem, como expressamente declara TOMAS TONELLI, *Ob. cit.*, vol. 1, p. IX. O cód. *Ottob. lat.* 2251 não indica o destinatário. Possivelmente o *ms. lat. 14.394* da Biblioteca Nacional de Paris também traz o titulo ou indicação do destinatário, porque TOMAS TONELLI (*Ob. cit.*, p. IX), além do códice principal da Biblioteca Riccardiana, serviu-se, em grande escala, do manuscrito de Paris e dá-nos como principio da carta, a seguinte saudação: *Poggius pl. sal. dicit Henrico duci Visensi.*

(4) Em Outubro de 1448 estava em Roma a embaixada de obediência, enviada por D. Afonso V de Portugal ao novo papa Nicolau V, constituida pelo prior do Hospital, João de Ataíde, pelo cavaleiro de Coimbra e conselheiro régio Diogo Soares de Albergaria, pelo Dr. João Fernandes da Silveira, por Mestre Lourenço Vasques, de Évora, professor de teologia, e por Luís Pires, capelão-mor. Não deviam ter sido estes os informadores de Poggio, mas talvez houvessem sido ocasião da carta e eles fossem os portadores da mesma ao infante D. Henrique. O bispo do Porto e cardeal D. Antão Martins de Chaves, — falecido em 1447 e um dos eleitores no conclave que elegeu Nicolau V, bem conhecido de Poggio, que a ele se refere em carta dirigida ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena —, o advogado consistorial Dr. Vasco Rodrigues e outros portugueses que então viviam na cúria ou até o franciscano professor de teologia na Universidade da cúria pontificia Fr. André do Prado, é que deviam ter informado Poggio dos descobrimentos e feitos do infante D. Henrique (Cfr. o nosso DOC. 212). Aliás, D. Henrique era já bem conhecido nos meios eclesiásticos da cúria pontificia, como o demonstra claramente o facto de ele haver sido um dos votados para papa, em Novembro de 1439, durante o concilio de Basileia, que elegeu o antipapa Félix V (Cfr. ANTONIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *A Expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique*, pp. 4-5).

animi motum et uirtutis ueluti stimulo incitatum, cum certis triremibus, per ultima maris occeani nauigasse littora eoque progressum quo nullum ex priscis, neque imperatorem neque regem, aut audiuimus aut legimus penetrasse. Nam, et Affrice meridiem uersus transisse terminos et usque ad ethiopes peruenisse tradunt. Que res non solum miranda est, propter uastos occeani maris impetus, exestuantesque tempestatum fluctus, sed etiam propter eorum, que de ijs locis feruntur, nouitatem, omnium laudibus celebranda. Gloriosum quippe uideri debet te unum tanti animi, tante uirtutis consiliique fuisse, ut que nulli hactenus aut ingredi aut tentare sint ausi, tu solus ignota maria, inuisas regiones, incognitas atque efferas nationes, immanes gentes, in ultimis finibus extra anni solisque uias, constitutas, ad quas nullus antea patuit accessus, nauali bello, lacessieris multosque inde abduxeris captiuos.

Magna profecto expeditio et ingentem laudem merita. Quid enim prestabilius quam tantum animi robur atque amplitudinem in te fuisse ut inportuosa litora, tempestuosum mare, efferas nationes, ab omnique cultu remotas, non solum adire ausus fueris, quod ipsum ingentis est consilij, sed armis etiam primus omnium gentium superaris. Nam, si eorum, qui proximas expugnant gentes, sepius laudantur gesta, quanto illa magis, que aduersus nationes tanto maris terrarumque ambitu disiunctas ac remotas aguntur, sunt extollenda!

Alexander Macedo terrarum orbem suis uictorijs lustrauit, sed eas prouincias locaque aggressus est, ad quas plures antea accesserant. Tua uero uirtus ad eas se oras orbis extendit, ad quas nemo ante te se legitur penetrasse. Cesar Gallias subegit, Britanniam perdomuit, Germaniam lacessiuit; at, prouincias armis deuicit, partim notas, partim romano imperio propinquas. Tua uero classis eas circuit partes que neque cognite erant neque aditu faciles, et, propter maris gentiumque barbararum formidinem, nauigantibus suspecte. Sed omnes difficultates, omnes labores, omnia pericula tua fortitudo animi superauit eaque effecit, que sint eternam tibi laudem paritura.

Sapientissimus ac fortissimus olim princeps Portugalie, parens tuus, hanc tibi preclarissimam omnium reliquit hereditatem, arma contra infideles capiendi. Jpse enim, singulari uirtute animi preditus, ceteris christianis regibus in salute fidelium oscitantibus, solus ob egregiam uirtutis prestantiam Africam, ingenti classe, aggressus, profligatis hostibus, Septam, maritimam ac populosissimam urbem, expugnatam, ui cepit, que adhuc a uobis in saracenorum faucibus detinetur. Hec tu, preclarissimi parentis gesta imitatus, non solum portionis regni, sed laudis quoque heredem te relictum existimasti, paterneque glorie famam, tuis operibus auctam, ad posteros demandasti. Verum, cum hec, tanquam primitie futurorum ijs qui maiora a te exspectant, esse uideantur, hortor excellentiam tuam, ut nequaquam gestis rebus acquiescas, sed ampliora que-

dam superesse putes, quorum tibi palma et uictoria reseruatur. Neque enim uirtus tua his que cepisti contenta esse debet, sed traducere omnes tuas curas, omnes cogitationes, omnes uires ad subigendas eas gentes, in quarum uictoria et laus hominum sequitur et apud Deum sempiternum premia comparantur. Christiani enim principis officium esse debet ut aduersus infideles, aduersus hereticos, contra fidei hostes arma conuertat, Christi fidelium sanguini parcat. Que qui agunt, pietate et gloria insignes euadunt. Quod si, ut cepisti, imitari uolueris, reliquos principes fama et rerum gestarum laude superabis.

187

7 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida à câmara municipal do Porto, a censurá-la porque, depois de ele haver assumido o governo do país, os oficiais da mesma comentavam fora da câmara os feitos do reino e mandavam ler, nas pregações, as suas cartas, as do infante D. Pedro e doutro qualquer senhor, posto não respeitassem à cidade, alvoroçando assim a população e intrometendo-se no que lhes não pertence; ordena-lhes ainda não lhe escrevam sobre o assunto, a ele reservado bem como a seu Conselho, e que nada deliberem sem a presença de todos os camarários nem excluam das sessões qualquer pessoa, como lhe constava se fizera.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 11 v., em transcrição coeva, da câmara, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 257. Sumariada no *Indice chronologico dos documentos da Câmara da cidade do Porto*, p. 147.

Jujzes, uereadores, procurador e homeens boos. Nos, elrrey, uos enuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que a nos diserom que, despois que nos ffilhamos o rregimento de nossos rregnos, vosoutros, ofeçjaees desa çjdade, audauees ffazendo conselhos per allgũas casas ffora da camara della, ffalando em fectos que perteeçem aa gouernança dos dictos rregnos. E, por quallquer carta que hi uaj, asy nossa como do jffante dom Pedro, meu muyto preçado e amado tyo e padre, ou doutro allgũu ssenhor, posto que a esa çidade

Copyrighted material

nem a outros nom perteeça, a mandaees lleer em pregaçõees e façees andar aluoroçada a jente, mostrando que querees tomar cujdado das cousas que se per nossos rregnos ffazem.

E, porque esto a vos nom perteeçe, ssoomente a nos, que ssomos rrey e ssenhor, e per cuja determjnaçom semelhantes fectos som determjnar, segundo se senpre custumou ffazer pellos rreis que antes nos foram; porem, uos mandamos que uos nom enpachees de taees fectos, que a vos nom perteeçem, nem nos escreuaees sobre elles nem a outra allgũa persoa que seja, em nome da dicta çidade. E leixaee o carrego a nos e proueeremos sobrello, com conselho dos ssenhores e grrandes do noso conselho ou com quem nossa merçee ffor, pera rremediarmos como entendermos por nosso serujço. E nom uos estendaees mays do que vos e vossos anteçessores estendestes nos tempos dos rreys meu auoo e padre, cujas allmas Deus aja.

Outrosy, uos mandamos que nom dees a eixucaçom nẽhũa coussa de grrande sustançja sem todollos ofeçjaees desa çidade nem deitees ffora da camara della nẽhũas pesoas, como nos derom a entender que o ffazijees; porque, como esa çidade e os moradores della ffosem ssenpre muyto lliaees a nos e a nossos anteçesores, nom nos apraz que de nẽhũu morador della se prosuma o contrairo, emquanto hi nom ouuer rrazom por que se deua de teer, porque seria enjuria a elles, o que nos nom deuemos consentir de a nẽhũu ser fecta contrarrazom em nossos rregnos.

Escprita em Santarem, a bij dagosto. Lujs Eannes a fez. Ano do Senhor de 1448. E eu, Ruy Galuom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escreuer.

188

9 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida ao duque de Bragança, em resposta ao que lhe mandara dizer por intermédio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa, a comunicar-lhe que lhe praz vá à cidade do Porto fazer o saimento ao cardeal e ainda todas as vezes que quiser, como antes fazia.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 8, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 258. Sumariada no *Indice chronologico... da Camara da cidade do Porto*, p. 147.

Honrrado duque, tyo e amygo. Nos, elrrey, uos emuyamos muyto ssaudar, como aaquell que muyto amamos e prezamos.

Fazemosuos ssaber que uymos o que nos emuyastes dizer per Ruy Borjas, caualeiro de nosa casa, se nos prazeria de vossa uynda aa nossa çidade do Porto, pera ffazerdes o saymento ao cardeall (1) e eso meesmo todalas uezes que a vos aprouuese de a ella uyrdes, asy como ssenpre ffezerees, quando uos prazija ou era conpridoiro A nos praz delo e asy o podees ffazer todalas uezes que uos prouuer.

Escprita em Santarem, ix dias dagosto. Ruy Galuom a fez. Era 1448.

189

12 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a recomendar-lhe vivam socegadamente, sem fazerem inovações uns contra os outros.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 7, em transcrição da época, — donde se reproduz. Foi apresentada na sessão de 19 de Agosto por Aires Gonçalves, escrivão da câmara do duque de Bragança.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 259.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 147.

Regedores, procurador e homeens boos. Nos, elrrey, uos enujamos muyto saudar.

Fazemosuos ssaber que, por serujço de Deus e noso e bem e asesego de vosoutros, nosso povoo, nos praz que, daquy en dyante, ujuaees asesegadamente, ssem ffazendo ennouaçõoees hũus contra os outros. E os que nossos hofiçyos teem os siruom segundo conpre a nosso serujço, nom se enpachando dos fectos da çidade nem ssuas rrelaçõees, pera auerem denuolluer nem deneficar com elles nẽhũas outras pesoas.

---

(1) Talvez alusão ao cardeal D. Antão Martins de Chaves, que fora bispo do Porto, falecido em Roma a 11 de Julho de 1447 (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 503-04 e a bibliografia ali aduzida).

Copyrighted material

Porende, uos mandamos que, daquj em dyante, esta maneira tenhaees asem o contrayro dello ffazerdes em cousa allgũa.

Escprita em Santarem, xij dias dagosto. Pero Gonçalluez a fez, 1448. E eu, Ruy Galluom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escreuer.

190

12 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a agradecer-lhe o bom acolhimento das coisas que, por seu serviço, lhe mandara dizer por meio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 7 v., em transcrição da época, — donde se reproduz. Apresentada na sessão de 19 de Agosto por Aires Gonçalves, escrivão da câmara do duque de Bragança.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 259.

Regedores, procurador e homeens boos. Nos elrrey uos enuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que Ruy Borjas, caualeiro de nossa casa, nos dise que elle uos disera allgũas cousas que erom serujço de Deus e nosso e bem de vosoutros. E a rreposta que a ello destes era que uos prazya ffazerdes o que uos elle da nossa parte rrequeria; e, de vossa teençom ser tall e assy obrardes, muyto uollo grradeçeremos e teeremos em serujço.

Escprita em Santarem, xij dias dagosto. Pero Gonçalluez a fez. Era 1448. E eu, Ruy Galluom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escpreuer.

191

12 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a dizer-lhe que lhe apraz que todos os criados e servidores do duque de Bragança que vivem na cidade gozem do trato, honras e liberdades que até aí usufruiram.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 7, em transcrição da época, — donde se reproduz. Foi apresentada na sessão de 19 de Agosto por Aires Gonçalves, escrivão da câmara do duque de Bragança.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 260.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 148.

Regedores, procurador e homeens boos. Nos elrrey uos enuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que a nos praz que todos os criados e serujdores que em esa nossa çidade uyuem do duque de Bragança, meu muyto preçado e amado tyo, sejam em ella bem trautados e viuom em aquellas honrras e lliberdades que ataaquy em ella ujuerom, segundo sseus jguaees.

Porem uos encomendamos e mandamos que asy o ffaçaees, sem ffazendo allgũa outra emnouaçom açerca delles. E, de o asy fazerdes, sseede çertos que nos prazera muyto e uollo teeremos em serujço.

Escprita em Santarem, xij dias dagosto. Pero Gonçalluez a ffez. Era do Senhor de 1448. E eu, Ruy Galluom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta ffiz escpreuer.

192

14 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida aos regedores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e homens bons das cidades e vilas, aos quais acautela para que se não repitam os alvoroços e revoltas que, poucos dias antes, houve no reino, para que não acatem ordens de precaução militar senão dadas por cartas régias autênticas nem velem nem rondem a cidade ou fechem as portas dela e o avisem do que suceder contra a paz e concórdia, que deseja manter no país.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 10 v., em cópia coeva da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 260.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 148.

Regedores, procurador, ffidallgos, caualeiros, escudeiros e homeens boos. Nos, elrrey, uos anuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que, por aazo dallgũus aluoroços e rreuoltas que podem aconteçer de se ffazerem em nossos rregnos, como poucos dias ha sse ffezerom, o que per nẽhũa maneira, com a grraça de Deus, nom entendemos consentir, ante os arredaremos e desujaremos a todo nosso poder, por nossa terra estar em paz, concordia e asesego, como nosso deasejo he, asy como todo boo rrey e ssenhor deue ffazer.

E, porque poderia sseer que, uyndo ssemelhante caso, allgũus ssenhores uos poderiam escreuer e mandar ssuas cartas e rrecados que uos ffezesses prestes, com uossos cauallos e armas, pera nos auerdes de serujr, o que por mũy mall fecto aueriamos, assy por serujço de Deus e nosso, como por a perda e trrabalho de uosoutros, nosso povoo, que mais teemos uontade de conseruar e viuerdes em todo boo assesego que pollo contrayro.

Porem uos mandamos que, daquj em dyante, nẽhũus de vos, por cartas nem mandados que uejaees dos dictos ssenhores nem doutras allgũas pesoas de callquer estado e condiçom que sejom, nom obedeeçaees a elles nem ssaiaees ffora de vossas cassas pera nẽhũa parte, ssoomente per nossas cartas e mandados, como vosso rrey e ssenhor que somos, quando as ujrdes asijnadas per nos e asseeladas do nosso sseelo; porque outra nẽhũa pessoa em nossos rregnos nom tem poder de uos ssemelhantes coussas mandar. E, sse despois que uos esta nossa carta ffor dada, allgũus dos dictos ssenhores ou pessoas vos enujarem carta ou rrecado, tanto que a lleerdes, ssem per ella coussa allgũa obrardes, logo nolla enujaae, pera a ueermos e mandarmos a maneira que se neello, por nosso serujço, aja de teer.

Outrosy, a nos ffezerom entender que, por aazo dos dictos aluoroços e rrumores, allgũas çidades e ujllas se uelauom e rrolldauom, fechando as portas dellas, como se em guerra esteuesemos, o que por mũy mall fecto auemos.

Porem uos mandamos que, daquy en dyante, vos nom embarguees de mandardes vellar nem rrolldar esa çidade nem fechar as portas della sem nosso espeçjall mandado, per nossas cartas, asynadas per nos e asseeladas do nosso sseello, tendo aquella maneira que açerca dello tynhees nos tenpos pasados, sem ffazendo algũa outra ennouaçom nem aluoroço. E, de o asy ffazerdes, conprirees a obrigaçom que nos deuees, como uerdadeiros sobdictos e lecaaes vasallos. E, ffazendo o contrairo, nos tornaremos a vos e vos daremos aquellas penas e escarmentos que mereçem aquelles que desobedeçem a mandado de seu rrey e ssenhor.

Escprita em Santarem, xiiij dagosto. Dyego Affonso a fez. Era 1448. E eu, Ruy Galuom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fyz escreuer.

193

2 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, do exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador e de isenção do pagamento do quinto e dizima do que de lá trouxessem o infante ou quem ele mandasse ou autorizasse a ir (1).

ANTT., *Misticos*, liv. 2, fl. 26.
Pequenos extractos em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 458.

Dom Afomso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber como o jfamte dom Amrrique, meu muyto preçado e amado tyo, emtendemdo que fazia seruiço a Nosso Senhor Deus, e a nos, se moueo a mandar seus nauios a saber parte da terra que era allem do Cabo do Bojador, porque, atees emtam, nam auia nimguem na christimdade que dello soubese parte, nem sabiam se auya alla pauoraçam nem dereitamente nas cartas do marear nem mapamundo nam estauam debuxadas senam a prazer dos homeens que as faziam, des o dito Cabo do Bojador por diamte.

E, por seer cousa duuydosa e os homeens se nam atreuerem de hir, mandou alla muytas vezes, ata que soube parte da dita terra, e lhe trouueram della, per uezes, mais de mil corpos demfiees presos. E mandou dello fazer carta de marear. E nos disse que sua vomtade era de mandar seus nauios mais adiamte, saber parte da dita terra. E que nos pedia por merçee que lhe dessemos nossa carta que nenhũu nam fosse aquellas terras sem seu mamdado e liçemça, asy pera guerra como pera mercadoriaa, e que daquelles que elle asy mandase ou dese liçemça, lhe desemos o dereito do quinto ou dizima do que della trouuessem, segundo a nos pertemçese.

E, porquamto somos çerto do suso escprito e da gramde despesa que feita tem e emtemde de fazer, defemdemos que, em vida do dito meu tyo, nemguem nam pase allem do dito Cabo do Bojador sem seu mandado e liçemça; e os que passarem nos praz que percam pera o dito jfamte meu tyo ho nauyo ou nauyos que asy la forem e todo o que della trouuerem.

(1) Conquanto a não cite, a presente carta é reprodução quase textual da do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, — o DOC. 62 do nosso vol. 8.

Copyrighted material

E mandamos ao nosso corregedor da corte e a todallas nossas justiças que asy o cumpram sem nenhũua duuida nem embarguo que a ello ponham; e, fazemdo o comtrairo, sejam çertos que tornaremos a ello, como aos que nam cumprem mandado do seu rrey e ssenhor.

E, por lhe darmos ajuda ao que asy tem compeçado e por lhe querermos fazer graça e merçee; teemos por bem e lhe damos, daquy em diamte, emquamto nossa merçe for, o quimto e dizima do que asy della trouuerem os ditos nauyos que elle la mandar ou por sua liçemça forem.

E porem mandamos ao nossos almoxarifes das nossas alfandeguas que cumpram e guardem esta nossa carta segumdo nella he comtheudo e per nos he mandado e leixem auer e rrecadar os ditos dereitos a quem o dito jfamte dom Amrrique meu tyo mandar.

Damte em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, a dous dias de setembro. Ellrrey o mandou. Martim Gil a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e Rviij^{a}. annos.

194

2 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henque, a pedido deste, a carta do regente D. Pedro de 27 de Outubro de 1443, de doação do Cabo de Trasfalmenar, no Algarve, e uma légua de termo (1).

ANTT., *Misticos*, liv. 2, fl. 201 v., — donde se reproduz.
Publicada no *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. 1, pp. 165-66.

Dom Afomsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que o jffamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tio, nos disse que elle emtemdia de fazer çerta pouoraçom ou pouoraçõoes çercadas, ao Cabo de Trasfalmenar, e que lhe dessemos lugar a ello e que lhe dessemos o dito Cabo e hũua legoa arredor delle, de termo.

(1) Segue a do regente D. Pedro de 27 de Outubro de 1443, — o DOC. 63 do nosso vol. 8.

E, nos, vemdo o que nos assy pedia e auemdo[o] por nosso seruiço, lhe damos o dito Cabo com o dito termo pella guissa que tem o nosso castello e villa de Couilhãa, rresaluando que nom possa vemder a nhũua pessoa e que despois de sua morte fique a nos, ficamdo nos ou nossos herdeiros obrigados a rrefazer a quem o dito jffamte leixar em seu testamento todallas despessas que formos çerto que elle fizer nas fortalezas e pouoraçam da dita villa, e nos praz que aja o dito termo pella guissa que nos por elle he demandado.

E outrossy nos praz que elle ponha foro ao dito lugar ou lugares, aquelle que por bem teuer, e que aja todollos dereitos do dito lugar ou lugares, rresaluamdo pera nos as dizimas de todallas cousas que vierem de fora do rregno, que se tirarem per mar ou per terra do dito lugar hou logares pera nossos rregnos, as quaaes queremos que logo aly sejam rreçebidas per nossos almoxarifes, e que dem çertos rrecados pera aquelles lugares a que vãao, como ja pagarom a dizima, e que lhe nom seia mais demandada, porque nossa merçee he como alla pagarem, nom a pagarem em outras partes.

E mais nos praz das cousas que trouuerem pera o dito [lugar], pera despessa dos moradores delle, que nom paguem nhũua dizima e ajmda que hij descarregem algũus nauios com mercadorias, nom paguem dizima e as posam leuar seus donos pera homde lhes prouuer, saluamte se de hi forem tiradas per mar ou per terra pera os ditos nossos rregnos, como dito he; e, jmdo pera fora dos rregnos, que nom paguem nada.

E esso mesmo nos praz, pollo bem e pouoraçam do dito lugar, que os que hij morarem seiam escusados e liberdados, segumdo som escusados os dAlcaçoua de Lixboa, rresaluamdo hos emcarregos que lhe o dito jffamte quiser dar, por seruiço de Deus e nosso e de nossos rregnos e proll delles. E que esto nom faça perjuizo a nossos priuillegios, porque queremos que todo seia feito assy como elle hordenar. E de toda cousa que se hy vemder ajamos nossas sissas, rrecadadas per nossos offiçiaaes, segumdo se faz nos outros lugares de nossos rregnos.

E nos praz que o dito jffamte aja toda a jurdiçam do dito lugar ou lugares e todollos outros dereitos, rresaluamdo pera nos a correiçam e a mor alçada, segumdo se faz no dito lugar de Couilhãa e nas outras suas terras, e as dizimas e sissas, como dito he, e que seiam rrecadadas per nossos offiçiaaes, pella guissa suso dita. E, por çertidãao dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, assynada per nos e assellada do nosso sello do chumbo.

Damte em a nossa muy nobre e sempre leall çidade de Lixboa, a dous dias de setembro. Elrrey o mandou. Martim Gill a ffez. Anno do Senhor de mjll e iiij^{c} Rviij.

195

5 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a comunicar-lhe que Filipe Anes, corregedor que ora é da comarca, leva ordem sua para serem substituídos os escrivães das câmaras com mais de três anos de serviço, como manda a Ordenação, e que substituam Alvaro Gil, que há mais de três anos exerce o cargo de escrivão da câmara do Porto, por Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança (1).

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 14, em cópia coeva da câmara, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 261.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 148.

Regedores, jujzes, procurador, conçelho e homens boos. Nos, elrrey, vos enujamos mujto saudar.

Fazemosuos saber que Filipe Annes, corregedor que orra he dessa comarca, leua nosso rregimento que ande per as cidades e ujllas dessa coreiçam; e onde achar que a escpriuães das camaras dos conçelhos que aja tres anos que tenham o dicto ofiçio que os tire e rrequeira e mande aos dictos conçelhos que ponham outros por tres anos, como a Ordenaçam de nossos rreynos sobresto fecta quer que sejam. E, porque a nos he dicto que Aluaro Gil, escpriuam da camara desa çidade, ha mujto mais dos tres anos que tem o dicto carrego e, per bem do rregimento que o dicto nosso corregedor sobrello leua, nom ho terra mais.

Porem uos rrogamos, emcomendamos que, por o nosso, queiraaes dar o dicto ofiçio [a] Affonso Vasquez de Caluos, criado do duque de Bragança, meu mujto amado e preçado tjo, vosso vizinho, que he tal pessoa que o sabera bem serujr, e farnosees em ello prazer e serujço e coussa que uos mujto gradeceremos.

Escprita em a çidade de Lixboa, b dias de setenbro. Pero Gonçalluez a fez, 1448. Eu Ruy Galuam, sacratario do ssenhor rrey, que esta carta fez escpreuer.

---

(1) No DOC. 144 do nosso vol. 6 figura um Alvaro Gil, mercador na cidade do Porto.

196

5 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, endereçada à câmara do Porto, a dizer-lhe que é seu serviço não ser tirado de alcaide pequeno da cidade Diogo Lourenço, por ser bom escudeiro e com o qual devem estar contentes.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 15, em cópia da câmara, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 262.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Câmara da cidade do Porto*, p. 148.

Rejedores, jujzes, vereadores, procurador, concelho e homens boos. Nos, elrrey, uos enujamos mujto saudar.

Fazemouos saber que auemos por nosso serujço nom seer tirado dalcaide pequeno desa cidade Diego Lourenço, porquanto temos, por çerta emformaçam, que he boo escudeiro e tal de que deuees de seer contente.

E, porque cremos que de todo o que a nos aprouger vos seres contentes e uos rrogamos, emcomendamos que, pollo nosso, nom lhe tirees o dicto carrego e lhe leixees hussar delle como ora faz, sem lhe em ello seer fecta outra algũua ennouaçam, porque sede çertos que, de o asy fazerdes, mujto uollo gradeçeremos e terremos em serujço.

Escprita em a cidade de Lixboa, b dias de setenbro. Pero Gonçalluez a fez, de 1448. E eu, Ruy Galuam, sacratario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escpreuer.

197

11 SETEMBRO 1448

Escambo feito por João Esteves, solteiro, escudeiro, criado do infante D. Henrique e paceiro em seus paços de Lisboa, de casa térrea na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, daquela

cidade, por outro edifício térreo do dito mosteiro, sito à Porta do Muro, entre aquele mosteiro e o de S. Agostinho (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 118, maço 2, n.º 12. Original, em pergaminho, destinado ao contratante João Esteves.

Em nome de Deus, amem.

Saibham os que esta carta descaynbo e por escaynbo virem em como, [no] anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatrocentos quarenta e oyto anos, honze dijas do mes de ssetenbro, em a cidade de Lixboa, no moesteiro de Sam Vicente de Fora, conuuem a ssaber, na casa do cabidoo, estando hj em cabidoo, juntos per quanpãa tanjuda, segundo sseu boo custume, o muyto honrrado ssenhor dom Joham, priol moor, e todolos coonjgos desse meesmo pera o que sse segue;

En presença de mym, Aluaro Afonsso, tabaliam publico por autoridade deirrey em a dicta cidade, e testemunhas adeante scriptas, logo hj pareçeo Joham Esteueez, escudeiro, criado do ssenhor jffante dom Anrrique e sseu paaceiro nos seus paaços da dicta cidade. E logo elle, come homem ssolteiro que disse que era, sse contrautou e conueo com os dictos ssenhor prioll e coonigos per esta guisa. Elle, Joham Esteueez deu, em escaynbo e por escaynbo, ao dicto ssenhor priol e coonjgos, pera o dicto moesteiro, pera ssempre jamais, hũa casa terreea, que elle disse que auja em a dicta çidade, na freguesija do dicto moesteiro de Sam Vjcente, que parte com casas dAluaro Nunez, escudeiro, e da outra com casas de Joham Domjnguez, pescador, e com rrua publica; a qual casa elle, dicto Joham Esteueez, disse que ouuera per titolo de conpra de Maria Uaasquez, molher que foy de Joham Esteueez, beesteiro, morador em a dicta cidade, aa porta dAlfama, segundo mostrou logo per carta ffecta e asignada per mym, tabaliam, a qual contaua sseer fecta a catorze dias de dezenbro, ano quatrocentos quarenta e ssete; a qual carta elle logo entregou em mãaos do dicto ssenhor priol e coonjgos, na quall carta fazija mençom que a dicta casa era forra e jsenta.

E porem elle, Joham Esteueez, disse que daua, como logo deu, ao dicto moesteiro de Sam Vicente a dicta casa, em scaynbo, com todas suas entradas e ssaidas, dereitos e perteenças e logramentos della, forra e jsenta. E rrenunçiou logo de ssy todo o dereito e domjnjo, auçom, posse e proprie-

(1) Este João Esteves, paceiro dos paços do infante D. Henrique, figura também, como testemunha apenas, em prazos do dito mosteiro de S. Vicente, feitos a Lopo Vasques e a Vicente Costas, em 6 e 11 dos mesmos mês e ano (*Colecção Especial*, parte 1, caixa 116, maço 1, doc. 29, e caixa 117, maço 1, doc. 57).

dade que taa ora na dicta casa ouue; e o demetio e pos em mãos do dicto priol e coonjgos. Que a ajam doie em deante, eles e o dicto moesteiro pera senpre, francamente, e façam dela e em ella toda sua ljure uontade, como de ssua cousa propria, forra e jsenta possisam, nom foreira nem obrigada a algũa pessoa. E que o dicto priol e conuento a possam auer e lograr e pessoyr pera ssempre e a aforar e enprazar e uender, dar e doar, trocar e scaynbar e fazerem della e em ella todo o que lhes prouuer, como de ssua cousa propria e jsenta possisam.

E, per esta carta, disse o dicto Joham Steueez que metija de posse da dicta casa o dicto moesteiro, priol e conuento; e que elles, prioll e conuento, per ssy e per quem lhes prouuer, sem outra autoridade de justiça, tomem posse da dicta casa. E sse obrigou elle, Joham Esteueez, per seus beens, assy mouees como rrayz, auudos e por auer, a ljurar e defender e enparar a dicta casa aa dicta hordem, de quemquer que lha demande ou enbargue, sso pena de todas custas e despesas, perdas, dapnos e jnteresses que o dicto moesteiro e hordem por ello rrecebesem com dobro do preço que a dicta casa ual e pode ualer e ssob a pena adeante scripta.

E logo os dictos ssenhor prioll e coonjgos rreceberom e aceptarom em ssy a dicta casa e disserom que, consirando elles seruiço de Deus, prol e honrra do dicto moesteiro e conuento, dauam, como logo derom, em escaynbo e por escaynbo, ao dicto Joham Esteueez hũa casa terreea que ora o dicto moesteiro ha em a dicta cidade, na freguesija do dicto moesteiro, hu chamam a Porta do Muro, camjnho que uay do dicto moesteiro pera Santo Agostinho, que parte com casa de Pero Lourenço, capelam do papa, e com casas do dicto moesteiro de Sam Vicente, que traz Joham Pirez, homem braceiro, a qual casa he terreea, forra e jsenta, nom thuda nem obrigada a nhũa pessoa.

E porem disserom os dictos prioll e coonjgos que rrenunciauam, como logo rrenunçiarom e demetirom de ssy todo direito e auçom, posse e propriedade, senhorio, parte e quinhom que taa ora ouuerom na dicta casa e ssuas perteenças e o demetirom logo e poserom em o dicto Joham Esteueez. Que o aja elle e todos seus herdeiros e ssobcessores que despos elle vierem. Que façam della e em ella todo o que lhe prouuer, assy como de ssua cousa propria e jsenta possisam e a possam uender, dar e doar, trocar e escaynbar e fazer della e em ella como lhe prouuer. E, per esta carta, o meterom de posse da dicta casa e sseus logramentos e mandarom que o dicto Joham Esteueez, per ssy e por quem lhe prouuer e a todo tempo que qujser, per esta presente publica carta, tome e possa tomar e rreteer em ssy pera sempre a posse rreal, actual e corporal possisam da dicta casa, sem outra autoridade de justiça nem fegura de juizo.

E disserom elles, priol e coonjgos, que obrigauam, como logo obrigarom os beens do dicto moesteiro e hordem, mouees e rraiz, auudos e por auer, a sseerem autores e defenssores contra qualquer ou quaaesquer

Copyrighted material

pessoa ou pessoas que algũu enbargo ponham ao dicto Joham Esteueez e herdeiros e ssobcessores ssobre a dicta casa, ssob pena do dobro que ual e de todas custas e despesas que por ello o dicto Joham Esteueez e seus herdeiros e ssobcessores por ello rreceberem e sso a pena adeante scripta.

E elles, dictos priol e coonjgos e Joham Esteueez, todos juntamente outorgarom este contraucto descaynbo em todo e per todo; e prometerom de nunca virem comtra elle, em parte nem em todo, em algũu tempo, em juizo e fora delle, sso pena de pagar a parte que comtra esto for aa parte que esto manteuer, por pena e em nome de pena, dapnos e jnteresse, dez mil rreaaes brancos; e, pagada a pena ou nom, todauja este contrauto sseer ssempre em toda ssua força, desaforandosse todos e quitandosse de toda ley e hordenaçom e exeiçõoes, que pera esto lhes nom ualha.

Esto outorgarom e pedirom ssenhos comtrautos. Testemunhas que presentes forom: Pero Lourenço, capelam do papa, e Joham Uasquez, morador na Charneca, termo da dicta cidade, e Vicente Costas, cirieiro, morador na freguesija do dicto moesteiro, e Joham Afonsso, escudeiro, morador em a dicta cidade, a Villa Noua, e outros. E eu, Aluaro Afonsso, ssobredicto tabaliam publico, por autoridade delrrey em a dicta cidade, que esta carta descaynbo e outra tal, anbas dhũu th[e]or, screpuj. Esta he pera o dicto Joham Esteueez. E, em testemunho de uerdade, asigney aqui per mjnha mãao, de meu publico signal, que tal *(Sinal do notário)* he.

Pagou deste contrauto e doutro tal, que ouue o moesteiro, e outro tanto de rregisto çem rreaaes.

198

15 SETEMBRO 1448

Carta patente de el-rei D. Afonso V, a ordenar aos detentores de castelos, vilas, lugares, ofícios ou bens que lhes tivessem sido dados desde o falecimento de seu pai até à sua ascensão ao governo efectivo do reino, compareçam perante ele, pessoalmente ou por procurador, até 20 de Outubro seguinte, com os respectivos títulos de posse, pois lhe consta que muitas pessoas foram deles esbulhadas ùnicamente por serem servidoras e adeptas da rainha sua mãe e devem ser repostas nos direitos de que injustamente foram privadas, como os próprios lhe requereram (1).

(1) Observaremos que, em 6 de Maio de 1447, el-rei D. Afonso V se referira elogiosamente à administração do regente D. Pedro, a qual veio a aprovar directamente

Copyrighted material

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 17, em cópia coeva, da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHÃES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 262.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 149.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta vjrem fazemos saber que a nos he dicto e auemos por çerta e uerdadejra enfformaçom que, despojs do desfaleçimento do mujto esclareçido e vertuosso rrey meu ssenhor e padre, da groriossa memoria, a que Deus de o sseu santo parayso, algũus sseus criados e outros sseus serujdores e bem assy da rrajnha, mjnha senhora e madre, muj conprida de uertudes, que Deus aja em sua sancta groria, e doutros grandes de nossos rregnos da ssua ualia e acostamento, foram priuados jnjustamente de sseus castellos, villas e lugares e offjçios que tinham e aynda lhes fforam tomados sseus beens que aujam, asy moujs como de rraiz, sem teendo ffecta coussa algũa per que taees penas ouuessem de padeçer, senom soomente por seerem a serujço da dicta senhora rrainha ou dalgũus outros da ssua uallia e acostamento, rrequerindonos os dictos priuados e denjficados que lhes proueesemos de justiça e nom consentisemos que taees agrauos lhes ffossem fectos; pois que nom aujam ffecta coussa algũa per que o mereçesem. E, porque nossa teençam e voontade he, com a graça de Deus, de cuja mãao teemos o rreal estado de mjnjstrar geeralmente justiça em todo casso a todos nossos ssobdictos e naturaees e a outros quaeesquer, e mujto em espiçiall aos criados e serujdores dos dictos senhores meu padre e madre e sobdictos.

Mandamos a todos aquelles que teuerem castellos, villas e lugares, offjçios ou beens que lhes ffossem dados per priuaçom que delles foy ffecta a cada hũu dos sobredictos despois do desfaleçimento do dicto rrey meu ssenhor e padre, atee que, per graça de Deus, ouuemos o rregimento de nossos rregnos ou os agora tenham per a uja e manejra ssuso dicta, que venham perante nos, per sy ou per sseus çertos procuradores auondossos, atee vjnte dias do mes doitubro que uem da presente era, e tragam consygo as cartas e autoridades que ouueram dos dictos offyçios e beens

---

na carta de 11 de Junho de 1448 (Cfr. os DOCS. 159 e 185). Havendo surgido, porém, reclamações das pessoas esbulhadas de bens e cargos, por afectas à rainha D. Leonor ou desafectas ao regente do reino, o monarca passou estoutra carta. Como execução da mesma, apenas conhecemos o alvará do corregedor de Entre Douro e Minho, o documento seguinte, de 28 de Setembro de 1448. Infelizmente, desapareceram os livros do registo da chancelaria régia deste ano bem como os de 1447 e 1449.

Copyrighted material

e per que lhe asy fforam dados, pera ueermos e sabermos como lhes dados fforam pera, sse conpridoyro ffor, os ouujrmos com os dictos denjfijcados sobre o que dicto he. E ssejam çertos que, nom vjndo ao dicto termo os que assy as dictas coussas pesueem, per sy ou per sseus çertos procuradores, e as dictas cartas e autoridades, como dicto he, nos, aa sua rreujllia, mandaremos logo entregar os dictos castellos, villas e lugares, offjçios e beens aaquelles que acharmos que delles fforam priuados ssem rrazam ou ssem desmereçimento, como dicto he.

E, sse pella ventura os dictos denjficados ou parte delles a nos ueerem ante do dicto termo e qujserem sseer ouujdos e os dictos sseus auersairos, nos teemos ja mandado a Lopo dAlmeyda, veedor da nossa fazenda, a que demos carrego desto ouujr e desenbargar, que os ouça e desenbargue como lhe per nos he mandado, ssem outra fegura de jujzo, soomente sabuda a uerdade do ffecto, e de sobre ello ffjnal desenbargo com nossa autoridade; e, sse peruentura algũus dos que asy os dictos offjçios e beens ouueram fforem ffora dos nossos rregnos nos, a rrequjrimento dos dictos denjfjcados, mandaremos proueer sobre ello com direito e justiça.

E, sse algũus dos sobredictos foram priuados de comendas, denjdades ou benefjçios no dicto tenpo jnjustamente, como dicto he, elles poderam vijr a nos quando lhes prouguer e nos daremos hordem em breue como ajam conprimento de justiça, encomendando aos prellados a que desto com direito perteençer o conheçimento que, somareamente, sem outra sollenjdade de jujzo, os façam rrestitujr a suas comendas, denjdades e benefiçios, guardando soomente aquello que, per njçisydade e rrigor de direito, sse nom possa escusar, em tal gujssa que estes denjfjcados ssejam rreleuados de sseus agrauamentos.

E, porque ao diante sobre esto nom possa vijr algũa duujda e algũas das dictas partes nom possam açerqua do que auemos hordenado allegar jnnorançia, mandamos fazer dello çertas cartas patentes, todas de hũu theor, pera algũas çidades, villas de nossos rregnos, as quaees mandamos que ssejam proujcadas nas prinçipaees e puuricas praças e audiençias dellas.

E, tanto que asy fforem proujcadas, mandamos que esses jujzes dessas audjençias as ffaçam logo trelladar ao scpriuam da camara, em o ljuro da uereaçom. E, como asy forem trelladadas, ffaçamnas pregar nos pelourinhos das dictas çidades e villas e apregoar que nom sseja nemhũu tam ousado que as tire dhi ssem nossa autorjdade, so penna de morrer por ello. E, ffecto asy todo esto, nollo façam logo ssaber, per scpritura puurica, sem outra delonga nem enbargo que a ello ponham. E hũus e outros al nom ffaçades.

Dada em Lixbõa, xb dias de setenbro. Ruy Dijaz a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quorenta e oyto.

Por letra de outra mão: Eu Affonso Vaasquez de Caluos, que este trallado proujce e conçertey com a dicta carta, asyney aquy, por nom seer duujda.

(as.) Affonso Vasquez.

199

28 SETEMBRO 1448

Alvará de Filipe Anes, corregedor por el-rei na comarca e correição de Entre Douro e Minho, a ordenar aos tabeliães da cidade do Porto e termo, em nome de el-rei, lhe levem a Arcozelo todas as denúncias, querelas e inquirições que tenham de quaisquer pessoas e ainda as inquirições sobre pessoas que disseram ou fizeram alguma coisa contra o serviço e estado de el-rei, sob pena de 1.000 reais para a chancelaria régia.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 15 v., em cópia coeva da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 264.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 149.

Tabaliaes da cidade do Porto e seus termos. Filipe Anes, escollar em dereito, escudeiro e uassallo delrrey e corregedor por elle em a comarca e correiçam dAntre Doiro e Mjnho, uos mando, da parte do dicto ssenhor que, visto este aluara, me tragaes [a] Arcuzello todollos estados e denunciações e querellas e emqujrições que tendes de quaesquer pessoas de qualquer estado e condiçom que sejam.

Esso medes me mandares todallas enqujrições que forom tiradas contra algũas pessoas que disserom ou fezerom ou ordenarom algũas cousas contra serujço e estado delrrey nosso ssenhor. E, se tiradas nom sam, vinde auissados que dees rrazam por que as nom tirastes ou posestes em estado, segundo que fazees em outros casos mais pequenos.

Em esto nom ponhaes duujda nem tardança. E, fazendo uos o contrairo, por o presente uos ey por condanados a cada hũu em mjl rreaaes pera chancellaria do dicto ssenhor. E, por nom alegardes jnorançia, mando ao escpriuam da camara dessa cidade e ao escpriuam da chançellaria que o rregistem em seus liuros.

Fecto em Arcuzello, xxbiij de setenbro de 1448.

Copyrighted material

200

8 OUTUBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear o duque de Bragança para seu fronteiro-mor em todos os lugares das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes e a ordenar lhe obedeçam (1).

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 26v., em cópia coeva da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 264.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 150.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta uirem fazemos ssaber que nos, confiando da grande lealdade, bondade, discriçom do duque de Bragança e conde de Barcellos, meu mujto preçado e amado tio; entendendoo por nosso seruiço, lhe cometemos e damos encarrego de nosso fronteiro moor em todollos lugares das nossas comarcas dAntre Doiro e Mjnho e Tralosmontes.

E porem mandamos a todollos fidalgos, caualeiros e escudeiros, alcaides e omeens darmas, coudees e aos corregedores e juizes e justiças, conçelhos e omeens boons e a todollos outros das dictas comarcas que asi o ajaaes por noso fronteiro moor e em ellas lhe obedeçaees em todo o que deuees e uos el da nossa parte diser, nas cousas que ao dicto encarrego perteeçerem e uos ajuntees com ele ou com quem uos el mandar, cada uez que uos per el ou per sseu mandado for dicto e rrequerido por nosso seruiço, fazendo e conprindoo asi todo o que ele diser e acordar que sse faça por boa garda e defenssom dessas comarcas e frontaria, asi conpridamente como ho fariees por nossa pessoa meesma, estando nos hi de presente. E lhe seiaees em elo bem prestes, diligentes, segundo nos de uos fiamos que o farees, como leeaes e boos uassalos e naturaes, por nosso seruiço e por nossa terra ser bem gardada e defessa.

E outrosi damos todo nosso conprido poder e mandado espeçial ao dicto duque de Bragança, meu muito preçado e amado tyo, que, chamando

(1) Sendo uso, no país, nomearem-se fronteiros-mores apenas quando perigava a manutenção da paz por interferência bélica iminente do país vizinho, é possível que a presente nomeação — e porventura outras não documentáveis — fossem motivadas pela desconfiança de intervenção castelhana em Portugal.

Copyrighted material

elle ou mandando chamar os alcaydes dos castelos das dictas comarcas dAntre Doiro e Mjnho e Tralosmontes ou algũu delles, que uenham ou uãao a sseu mandado, que elles ho façam e conpram logo, leixando taaes pessoas em sseu nome nos dictos castelos que os gardem como deuem. E tambem os dictos alcaides como aquelles que em seus nomes ficarem siguam, por nosso seruiço, aquello que lhes per elle ou per suas cartas ffor declarado. E, sse aconteçer de elle, ante desto ou depois, querer jr entrar e ueer as dictas fortelezas todas ou cada hũa em espeçial, que os alcaydes que delas forem lhes abram e ho rreçebam em ellas, no alto e no baixo, com quantos ele quiser. E ho leixem hi estar ou quaeesquer fidalgos ou gentes darmas que ele hi leixar por nosso seruiço, emquanto a el aprouguer e aos tenpos que ele dentro esteuer ou leixar outras pessoas em ellas. Nos encarregamos ao dicto duque de Bragança, meu muito preçado e amado tio, das dictas menajeens e auemos por quites dellas os dictos alcaides, mostrando eles, per suas cartas ou per escpritura pruuica, como ele entrou ou leixou as dicas pessoas dentro, em os dictos castellos ou castello, per bem deste nosso poder.

E, outrosy, mandamos aos dictos alcaides que lhe mostrem todollos almazeens e lhe leixem tomar armas algũas, sse lhe conprirem, contanto que os alcaides das fortelezas ou forteleza donde as toma rreçebam delle sseus aluaras de confissom, asijnados per sua mãao, do que asi leuam, pera lhas depois rrequerir ou mostrar como lhe foram leuadas.

E mandamos outrosi aos dictos nossos corregedores e juizes e justiças dessas comarcas que uãao ou estem com elle ou sem ele, como lhe per elle da nossa parte ffor dicto e mandado, por nosso seruiço, a algũus lugares das dictas comarcas; e esso meesmo que façam jr os dictos caualeiros, fidalgos, çidadãos e conçelhos e omeens darmas e beesteiros e homeens de pee que nas dictas comarcas ouuer. E que o conpram e ffaçam asi ssem tardança tanto que per elle ou da sua parte pera ello forem rrequeridos, como dicto he. E ho eleam de todo o que lhes asy em esto falar e diser. E tambem mandamos a todollos dictos coudees das çidades e ujllas e lugares, julgados, terras, coutos, honrras que façam apurações das jentes que hi ouuer e uãao com elas ou com parte delas onde quer e como lhes per el ou da sua parte for dicto e mandado e seiam a todo bem prestes e diligentes. E, por sse esto melhor conprir, nos mandamos e damos lugar e poder nosso asoluto ao dicto duque de Bragança meu tio que, sse algũus forem negregentes ou desobidientes aos seus mandados ou daquelles a que ell cometer ou der carrego dalgũas das ssobredictas coussas por nosso serujço, que elle lhes possa poer aquellas penas que ele uir que em tal casso sse mereçe dar.

Outrossi, sse ele, ssobredicto duque de Bragança, achar que algũas pessoas dos nossos rregnos fazem ou fezerem algũas rrepresarias ssem autoridade de justiça ou os daalem esso meesmo querem fazer aca, pro-

ueia ho trauto da paz e nossa ordenaçom e a garde e ffaça gardar em todo. E em o que achar duujdosso façanollo ssaber, pera lhe mandarmos a maneira que aja de teer.

Dante em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, oito dias doutubro. Pero de Lixboa a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Rbiij° anos. E eu, Ruy Galuam, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escpreuer. ElRej.

201

14 OUTUBRO 1448

Bula Apostolicae sedis, *de Nicolau V, a conceder o priorado do Crato a João de Ataíde e a declarar nulos quaisquer direitos que sobre ele se arrogue D. Henrique de Castro, com a condição de este receber a pensão anual a que se reporta a bula* Religionis zelus, *do mesmo dia e ano.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 387, fl. 250.

Nicolaus, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Apostolice sedis prouidentia circunspecta ad ea libenter intendit per que prioratibus, preceptorijs et alijs beneficijs ecclesiasticis, secularibus et quorunuis ordinum etiam militiarum regularibus (1), omnibus sublatis ab eis sinistris et dispendijs quibuslibet, vtiliter et salubriter valeat prouideri, illosque gracioso fauore prosequitur quos ad id propria virtutum merita laudabiliter reconmendant.

Dudum siquidem, felicis recordationis Eugenius papa iiij, predecessor noster, prioratum sancti Johannis de Crato, Elborensis (2) diocesis, Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, cum illum per cessum uel decessum quondam Nunij Gundisalui de Goyes, tunc in humanis agentis et eum obtinentis, vacare contingeret, collationi et dispositioni sue

(1) No ms. *reglaribus*.
(2) No ms. *Alborensis*.

per quasdam [litteras] reseruauit, decernens ex tunc irritum [et inane quidquid super his a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari]. Et deinde, dicto prioratu, per obitum ipsius prioris, qui extra romanam curiam diem clausit extremum, vacante, prefatus predecessor de illo dicto filio Henrico de Castro, tunc laico Vlixbonensis diocesis ac, ut asserebat, vna cum dilectis filijs magistro prefati (3) Hospitalis necnon conuentu Rhodi Hospitalis eiusdem sub regulari habitu Altissimo famulari cupienti, ex nunc pro fratre ipsius Hospitalis expresse professo se gerenti, per alias [litteras], sub certa forma graciose prouideri mandauit; ac postea, per eundem predecessorem accepto quod dictus Henricus prioratui predicto, illius tunc per eum possessione non habita, ac omni iuri sibi in illo seu ad eum competenti sponte et libere cedere proponebat, .prefatus predecessor tunc, ad supplicationem carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, regis Portugalie et Algarbij jllustris, tunc asserentis quod ipse dictum prioratum, qui sibi in magna pecunjarum sunma tunc obligatus erat, ab huiusmodi obligatione liberaret, si de illo dilecto filio Johanni de Atayde, tunc fratri domus de Thomar, militie Yhesu Christi, Vlixbonensis diocesis, prouideretur, etiam per alias suas litteras dedit venerabili fratri nostro episcopo Lamecensi (4) ac duobus alijs suis in hac parte collegijs, eorum proprijs nominibus non expressis, inter alia in mandatis ut ipsi, vel duo aut vnus eorum, ab eodem Henrico uel procuratore suo legitimo resignationem huiusmodi, si illam in eorum manibus facere vellet, auctoritate apostolica, reciperent et admitterent, illaque recepta et admissa prioratum predictum, siue per cessionem uel obitum huiusmodi uel alias quouismodo tunc vacaret, prefato Johanni, eadem auctoritate, conferrent et assignarent eunque de domo ad Hospitale huiusmodi transferrent, necnon sibi regularem habitum, per fratres ipsius Hospitalis gestari solitum, exhiberent; et deinde ipse predecessor, motu proprio, alijs suis litteris, prefatum Henricum, tunc laicum dicti prioratus, tanquam per obitum Nunij huiusmodi tunc vacantis, administratorem (5) fecit, constituit et etiam deputauit, illius curam, regimen et administrationem sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie conmittendo, necnon prouisiones, conmissiones et mandata quecunque, si qua per eum uel dictam sedem facta pro alijs quomodolibet appareret, ex certa scientia, cassauit et anullauit ac successiue, per alias suas litteras, dictum prioratum eidem Henrico, postquam professionem per fratres Hospitalis huiusmodi emitti solitam emisisset, pro collato haberi et de illo prouisum fore censuit.

---

(3) No ms. *prefatis*.
(4) No ms. *Lamacensi*.
(5) No ms. *administrationem*.

Et postremo, pro parte dicti Henrici, eidem predecessori exposito quod dilectus filius Johanes de Coelho, frater dicti Hospitalis, omni iuri, quod sibi in prioratu ipso seu ad eum quomodolibet tunc competebat, sponte et libere cessaret, quodque dilectus filius Johanes de Lanstico, etiam tunc prefati Hospitalis magistri, eundem prioratum ipso Henrico, etiam pretextu aliarum sibi directarum ipsius predecessoris litterarum, contulerat et de illo etiam prouideret, et quod ipse Henricus, tempore sibi factarum posteriorum collationis et prouisionis prefatarum, dicti Hospitalis frater non erat, idem predecessor tunc, litteris Johanni de Atayde concessis predictis per eum, ut dicitur, tunc cassatis et anullatis, alijs suis litteris voluit ac dicto Henrico concessit quod singule ei concesse littere prefate ab earum data valerent plenamque roboris firmitatem obtinerent, perinde in omnibus et per omnia ac si, tempore date earum, ipse (6) Henricus dicti Hospitalis frater fuisset et professionem predictam emisisset, prout in singulis litteris ipsis plenius continetur.

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper, pro parte dicti Johannis de Atayde, peticio continebat, dilectus filius Gometius (7) Pelagij, canonicus Vlixbonensis, cui venerabilis frater noster Johannes Visensis, tunc Lamecensis (8) episcopus, vnus ex tribus executoribus litterarum Johanni de Atayde concessarum huiusmodi, super hijs conmiserat (9) vices suas, earum litterarum (10) pretextu, licet dictus Henricus cessionem aliquam non fecisset, ipsum prioratum cum omnibus iuribus et pertinencijs suis prefato Johanni de Atayde contulerit et de illo etiam prouiderit, ac dictus Johannes de Atayde, qui predictarum sibi concessarum litterarum (11) obtentu de domo prefata ad predictum Hospitale translatus fuit quique habitum per ipsius Hospitalis fratres gestari solitum huiusmodi suscepit, dictum prioratum assecutus, illum, ex tunc, per quatuor annos uel circa tenuerit et possederit, teneat et possideat de presenti, ipsum prioratum in spiritualibus et temporalibus multipliciter meliorando, ac, ex certis causis credatur quod littere Henrico concesse predicte suum integre sortiri effectum ipseque Henricus dicti prioratus possessionem non nisi cum magnis litibus, dissentionibus et scandalis assequi poterit et forsitan nunquam assequetur, sicque fructus, redditus et prouentus prioratus huiusmodi, qui ad impugnationem jnfidelium et alias ad ipsius Hospitalis religionis vtilitatem deputati fore noscuntur, in litigijs consumerentur ac prefatum Hospitale sibi debita responsione poterit defraudari, in non modi-

(6) No ms. *ipsi*.
(7) No ms. *Goruetius*.
(8) No ms. *Lamacensis*.
(9) No ms. *conmisserat*.
(10) No ms. *litteras*.
(11) No ms. *litterrarum*.

cum Hospitalis et, qui illius notabile membrum existit, prioratus eorundem preiudicium atque dampnum;

Nos, premissa omnia eque et debite compensantes et ne illorum occasione discordie, controuersie ac forsan scandala et pericula, etiam in ipsorum Hospitalis et prioratus preiudicium atque damnum, de cetero proueniant, quantum nobis ex alto conceditur (12), prouidere cupientes, ac regis et jnfantis nobis super hoc humiliter supplicantium ac Johannis de Atayde predictorum in hac parte suplicationibus inclinati, et premissis et ex certis alijs iustis et rationabilibus causis, quas presentibus haberi volumus pro expressis, auctoritate apostolica et ex certa scientia, tenore presentium, causas et lites, si que inter Johannem de Atayde et Henricum prefatos uel alios quoscunque, super dicto prioratu aut eius occasione, etiam ex apostolicis conmissionibus, coram quibuscunque judicibus, in dicta curia uel extra eam forsan pendent jndecise, ad nos harum serie aduocamus et penitus extinguimus, necnon tam Henrico, ut premittitur, quam alias forsan sibi uel quibusuis alijs, cuiuscunque gradus, status, dignitatis, ordinis uel conditionis fuerint personis, per predecessorem ac magistrum et conuentum prefatos, uel eorum aliquem, ac per nos super dicto prioratu et eius occasione concessas atque factas litteras, conmissiones, collationes, prouisiones et concessiones omnes et singulas necnon per illas habitos processus, quorum omnium et supra narratarum litterarum tenores, ac si de uerbo ad uerbum inserti forent, ac dictarum litium et causarum status similiter presentibus haberi uolumus pro expressis et quecunque inde secuta reuocamus, cassamus et anullamus ac pro nullis et infectis haberi, necnon Henrico, cui propterea super fructibus, redditibus et prouentibus prefati prioratus, quandoque annuam pensionem, annis singulis, persoluendam, hodie, per alias nostras litteras, sub certis modo et forma, reseruare, constituere et assignare intendimus, et alijs personis prefatis super ipso prioratu perpetuum silencium imponimus omnemque inhabilitatis et infamie maculam, siue notam, per ipsum Johannem de Atayde, premissorum occasione quomodolibet contractam, penitus abolemus, necnon omnia et singula ab eo, in regimine et gubernatione dicti prioratus, alias rite gesta atque facta approbamus et confirmamus fructusque per eum ex dicto prioratu perceptos sibi plenarie et libere remittimus ac sibi, etiam de regali prosapia procreatus existit, alias apud nos de religionis zelo, uite ac morum honestate alijsque probitatis et virtutum meritis multipliciter conmendato, horum intuitu, specialem graciam facere volentes, prioratum predictum, cuius fructus, redditus et prouentus quatuor milium librarum Turonensium parvorum, secundum conmunem extimationem, valorem annuum, ut asseritur, non

(12) No ms. *altro condere*.

excedunt, siue per obitum Nunij aut resignationem Johanis de Coelho, uel nostras reuocationem et cassationem huiusmodi, siue alias quouismodo, aut ex alterius cuiuscunque persona vacet, etiam si tanto tempore vacauerit quod eius collatio, iuxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem prefatam legitime deuoluta ipseque prioratus, specialiter alias uel generaliter dispositioni apostolice reseruatus, ac dignitas generalis curata et electiua, et forsan alias qualificatus existat et a quouis loco dependeat, ac super eo inter aliquos alios lis, cuius statum etiam presentibus haberi volumus pro expresso, in dicta curia uel extra eam pendeat jndecisa, cum omnibus juribus et pertinentijs supradictis, eidem Johanni de Atayde conferimus et de illo etiam prouidemus, decernentes prout est irritum et inane [quidquid super his a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari].

Non obstantibus quibusuis priuilegijs, litteris et indultis per eandem sedem, sub quibusuis formis aut uerborum expressionibus, et cum huiusmodi videlicet quod illis, etiam per alia ipsis specialiter et expresse derogantia litteras et priuilegia, nisi sub certis formis plene ac signanter et debite specificatis et declaratis, nullatenus derogari possit, necnon alijs presentium derogatorijs clausulis quibuslibet, Hospitali, magistro, conuentui et prioratui prefatis, seu in eorum fauorem, ex quibusuis causis, etiam motu proprio et ex certa scientia, olim concessis seu factis, quorum omnium tenores, ac si de uerbo ad uerbum inserti forent, etiam huiusmodi presentibus haberi uolumus pro expressis; necnon pie memorie Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, et alijs apostolicis constitutionibus ac prefati Hospitalis iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis stabilimentis, usibus et consuetudinibus ceterisque contrarijs quibuscunque. Aut si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de prioratibus huiusmodi, speciales uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus generales prefate sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum, uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus prefatum Johannem de Atayde, in assecutione dicti prioratus, volumus anteferri, sed nullum per hoc eis, quoad assecutionem preceptoriarum siue prioratuum uel beneficiorum aliorum, preiudicium generari. Aut si prefatis magistro et conuentui uel quibusuis alijs, conmuniter uel diuisim, a dicta sit sede jndultum, etc., usque mentio specialis.

Volumus, autem, quod presentes littere ac in eis contenta per nos facta et concessa premissa omnia et singula perinde valeant ac si illa motu proprio emanassent. Et nichilominus venerabilibus fratribus Zamorensi et Colimbriensi ac Lamecensi (13) episcopis mandamus quatenus

---

(13) No ms. *Lamacensi*.

ipsi uel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, prefatum Johannem de Atayde, uel procuratorem suum, eius nomine, in corporalem possessionem prioratus iuriunque et pertinenciarum predictorum jnducant, auctoritate nostra, et defendant inductum, amoto exinde quolibet detentore, ac facientes ipsum Johannem de Atayde, uel dictum procuratorem pro eo, ad prioratum huiusmodi, ut est moris, admitti sibique de illis fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, non obstantibus supradictis, aut si magistro et conuentui prefatis uel quibusuis alijs, conmuniter uel diuisim, ab eadem sede indultum existat quod interdici, suspendi uel exconmunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, contradictores, etc.

Nulli, ergo, etc., nostre, etc.

Datum Rome, apud Sanctam Potentianam, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragesimo octauo, pridie jdus octobris, pontificatus nostri anno secundo (14).

202

14 OUTUBRO 1448

Bula Religionis zelus, *de Nicolau V, dirigida a João de Ataíde, prior do Crato, a provê-lo no sobredito priorado, com a condição de ele e sucessores pagarem a Henrique de Castro a pensão vitalícia anual de 100.000 reais brancos, a pedido de el-rei e do infante D. Pedro.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 387, fl. 248.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Johanni de Atayde, priori prioratus de Crato, Elborensis diocesis, Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, salutem, etc.

---

(14) D. Henrique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, havia sido nomeado prior do Crato pelas letras *Dum concessimus*, de 18 de Março de 1443 (o DOC. 13 do nosso vol. 8). Sobre o mesmo pode ver-se ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Nova Historia da Militar Ordem de Malta*, parte 1, p. 58, e parte 3, pp. 37 a 47, 55 e ss. e 91.

Religionis zelus, uite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et uirtutum merita, super quibus apud nos fidedigno conmendaris testimonio, nos inducunt ut ea tibi fauorabiliter concedamus que tuis conmoditatibus fore conspicimus oportuna.

Cum itaque hodie, nos, de prioratu de Crato, Elborensis diocesis, Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, qui generalis dignitas ac forsan curata et electiua existit, tunc certo modo vacante, tibi prouidendum ac etiam dilecto filio Henrico de Castro, fratri dicti Hospitalis, pensionem annuam centum mille regalium albarum monete, illarum precium super ipsius prioratus fructibus, redditibus et prouentibus qui quatuor milia librarum Turonensium paruorum, secundum communem extimationem, valorem annuum, ut asseritur, non excedunt, sibi, quoad uixerit uel ad certum tunc expressum tempus, per te uel successores tuos pro tempore existentes dicti prioratus priores, in certis loco et terminjs ac sub censuris et penis tunc expressis, annis singulis, integre persoluendam (1), reseruandam, constituendam et assignandam duxerimus, prout in diuersis alijs nostris desuper confectis litteris plenius continetur;

Nos, qui dudum inter alia statuimus et ordinauimus quod nullus in antea, vigore cuiuscunque expectatiue gracie, quodcunque beneficium ecclesiasticum dispositioni apostolice generaliter reseruatum, etiam si alias sub huiusmodi gracia comprehendi videtur, acceptare uel de illo sibi prouideri facere posset siue deberet, decernentes (2) irritum et inane quicquid secus contigerit attemptari, tibi qui, ut etiam asseritur, de regum prosapia procreatus existis ac professionem per fratres ipsius Hospitalis emitti solitam regularem emisisti, ut pensionem huiusmodi conmodius persoluere valeas de alicuius subuentionis auxilio prouidere necnon premissorum meritorum tuorum intuitu ac consideratione carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, necnon dilecti filij nobilis viri Petri, ducis Colimbriensis, regni Portugalie et Argarbij jnfantis, pro te eorum dilecto nobis super hoc humiliter supplicantium, graciam facere specialem [volentes], ex bauilijs, preceptorijs, conmendis et domibus prefati Hospitalis, vbilibet infra dictum regnum consistentibus, vnam, duas, tres, quatuor, quinque seu plures bauiliam, preceptoriam, conmendam siue domum, aut bauilias, preceptorias, conmendas uel domos cuius seu quorum fructus, redditus et prouentus mille librarum Turonensium paruorum, secundum conmunem extimationem valorem annuum non excedunt, etiam si illa uel ille camera seu membrum aut camere uel membra alicuius uel aliquorum loci seu locorum dicti Hospitalis aut generaliter uel etiam per litteras nostras specialiter dispositioni apostolice seu nostre

(1) No ms. *persoluenda*.
(2) No ms. *decernens*.

apostolice sedis collationi quomodocunque reseruata uel reseruate extiterit (3) uel extiterint, ad dilectorum filiorum magistri prefati Hospitalis ac conuentus Rodi Hospitalis eiusdem et aliorum quorunlibet collationem, prouisionem, commissionem, presentationem seu quanuis aliam dispositionem conmuniter uel diuisim pertinentem seu pertinentes, si qua uel si que vacat seu vacant ad presens, aut cum vacauerit seu simul uel successiue vacauerint, quam seu quas tu, per te uel procuratorem tuum ad hoc legitime constitutum, infra vnius mensis spacium postquam tibi uel eidem procuratori vacatio illius uel illarum innotuerit, duxeris acceptandam uel acceptandas, conferendam seu conferendas, tibi cum omnibus iuribus et pertinentijs suis donationi apostolice reseruamus, districtius jnhibentes magistro et conuentui supra dictis ac illi vel illis, ad quem uel ad quos bauiliarum, preceptoriarum, conmendarum ac domorum predictarum collatio, prouisio, presentatio seu queuis alia dispositio conmuniter uel diuisim pertinet, ne de bauilia, preceptoria, conmenda seu domo aut reseruatis bauilijs, preceptorijs, conmendis seu domibus huiusmodi interim etiam ante, nisi postquam eis constiterit, quod tu uel procurator predictus illam vel illas nolueritis acceptare, disponere quoquomodo presumant ac decernentes ex nunc, etc.

Non obstantibus nostris predictis et quibusuis alijs constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac dicti Hospitalis iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis statutis, stabilimentis et consuetudinibus ceterisque contrarijs quibuscunque, aut si aliqui super prouisionibus sibi faciendis de bauilijs, preceptorijs, conmendis et domibus huiusmodi in illis partibus speciales uel generales apostolice sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, seu si magistro, conuentui et alijs predictis, conmuniter uel diuisim, a prefata sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli non possint quodque de huiusmodi bauilijs, preceptorijs et domibus, ad eorum collationem, prouisionem, conmissionem, presentationem seu quanuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim spectantes, nulli ualeat prouideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgencia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam vel totaliter non insertam effectus huiusmodi gracie impediri valeat quomodolibet uel diferri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis.

---

(3) No ms. *extiterint*.

Copyrighted material

Et insuper, ut presentium litterarum effectum celeriorem consequi valeas, volumus necnon apostolica auctoritate, ex certa scientia, tibi concedimus quod nulla, per nos uel sedem eandem, tam dilecto filio Guillermo de Lanstico, senescallo (4) prefati Hospitalis, quam alijs quibusuis personis, cuiuscunque gradus, status, nobilitatis, ordinis uel conditionjs, etiam si in processibus diligentiores ac in milicia Sancti Johannis Jerosolimitani antiquiores fuerint et diutius illi in domo Rhodi ipsius militie personaliter seruierint, in genere uel in specie, sub quibusuis formis aut verborum expressionibus et cum quibuscunque, etiam indiuidualium, et quod illis per alias litteras et priuilegia apostolica, nisi sub certis formis, nominationibus et declarationibus, plene, signanter et debite expressis et expecificatis, derogari nequeat vim et effectum (5) habentium, et alijs derogatorijs necnon formarum earundem prohibitorijs ceterisque presentium effectui preiuditialibus clausulis necnon irritantibus decretis, etiam regis et ducis prefatorum uel aliorum quorunlibet, aut alio quocunque intuitu uel respectu, aut motu proprio et sub maiori uel pari data, concessa hactenus, uel im posterum concedenda gracie, littere, prerogatiue, antelationes, exceptiones, declarationes, suspensiones et indulta, vniones, annexiones, incorporationes, ac de bauilijs, preceptorijs, conmendis siue domibus huiusmodi primo vacaturis speciales reseruationes, ac de illis dilecto filio Johanni (6) Fernandi de Archa, fratri militi dicti Hospitalis, seu cuicunque alteri, etiam maioris status seu conditionis, conferendis, mandata quorum videlicet concessorum necnon infra dictorum litterarum, priuilegiorum et indultorum omnium tenores, ac si de uerbo ad uerbum inserti forent, presentibus haberi volumus pro expressis, tibi in bauilie, preceptorie, conmende seu domus, reseruatarum bauiliarum, preceptoriarum, conmendarum uel domorum huiusmodi seu alicuius earum assecutionem aliqualiter preiudicare seu aliquod preiudicium afferre possint seu debeant, quinymo quod tu, quo ad presentium litterarum totalem consequendum effectum, Guillermo et cuilibet ex illis personis predictis preponi et anteferri quodque etiam libere et licite bauiliam, preceptoriam, conmendam seu domum, aut reseruatas bauilias, preceptorias et conmendas uel domos huiusmodi, si tibi, vigore presentium, conferatur uel conferantur, vna cum dicto prioratu, qui olim quinque cameras habere consueuit, licet vltra tres presentialiter non habeat, recipere, ac duas, quoad uixeris, in supplementum duarum camerarum ipsi prioratui, ut prefertur, deficientium necnon reliquias reseruatarum bauiliarum, preceptoriarum, conmendarum seu domorum prefatarum, donec et quousque pensio predicta dura-

(4) No ms. *cenescallo*.
(5) No ms. *affectum*.
(6) No ms. *Johannis*.

uerit, retinere possis et valeas, eadem apostolica auctoritate harum serie indulgemus, necnon etiam te ac prioratum predictum necnon illam uel illas ex bauilijs, preceptorijs, conmendis ac domibus, quam seu quas, vigore presentium, assecutus fueris, necnon illorum et cuiuslibet ipsorum bona omnia et singula, etiam donec et quousque pensio antedicta durauerit, ab omnibus et singulis extraordinarijs duntaxat inpositionibus (7), collectis, subsidijs et alijs oneribus, tam per sedem quam per magistrum et conuentum prefatos coniunctim seu diuisim aut alias quomodolibet et quibusuis etiam urgentibus causis Hospitali prefato ac illius et dicte milicie prioratibus, bauilijs, conmendis, preceptorijs, domibus in hijs locis et fratribus hactenus impositis et im posterum (8) imponendis, auctoritate apostolica, ex certa scientia, per huiusmodi presentes, penitus eximimus et totaliter liberamus ac exempta et libera ex nunc fore decernimus et declaramus, non obstantibus premissis omnibus ac quibusuis alijs priuilegijs, litteris et indultis, etiam cum clausulis premissis similibus aut maioribus, milicie, Hospitali, prioratibus, bauilijs, conmendis, preceptorijs, domibus, locis, magistro, conuentui et fratribus predictis olim concessis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Et nichilominus, venerabilibus fratribus nostris Zamorensi (9) et Colimbriensi et Lamecensi (10) episcopis per apostolica scripta mandamus quatenus ipsi vel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, bauiliam, preceptoriam, conmendam seu domum aut reseruatas bauilias, conmendas, preceptorias uel domos huiusmodi, cum vacauerit (11) seu vacauerint, ut prefertur, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis tibi, post acceptationem predictam, eadem auctoritate nostra, conferant et assignent, jnducentes te, uel procuratorem tuum tuo nomine, in corporalem possessionem bauilie, preceptorie, conmende seu domus aut reseruatarum bauiliarum, conmendarum, preceptoriarum uel domorum iuriunque et pertinenciarum predictorum, et defendentes inductum ac facientes te, uel dictum procuratorem per te, ad huiusmodi bauiliam, preceptoriam, conmendam uel domum seu reseruatas bauilias, preceptorias, conmendas uel domos, ut est moris, admitti tibique de illius uel illarum fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, aut si magistro, conuentui et alijs collatoribus prefatis ab eadem sede indultum existat quod interdici, suspendi uel exconmunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, contradictores, etc.

---

(7) No ms. *in positionibus*.
(8) No ms. *imposterum*.
(9) No ms. *Zomorensi*.
(10) No ms. *Lamacensi*.
(11) No ms. *vacarit*.

Copyrighted material

Nulli, ergo, etc., nostre reseruationis, inhibicionis, constitutionis, voluntatis, concessionis, indulti, exemptionis, liberationis, decreti, declarationis et mandati infringere (12), etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctam Potencianam, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragesimo octauo, pridie jdus octobris, pontificatus nostri anno secundo (13).

203

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão, expedida de Perpinhão, a recomendar aos reis e rainhas de Castela, Portugal e Navarra e duque e duquesa de Coimbra o barão austríaco Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a Portugal aonde vêm ver as irmãs do soberano daquele país com uma das quais o referido monarca deseja contrair matrimónio (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3272, fls. 59 v.-60.

Muy alto princep, etc. Nos, la rreyna dAragon, etc.

Muy alto principe, etc. Los noble, amados e deuotos nuestros mjcer Jordi de Volrestorf, baron del Ducat dAustria, e maestro Vldarico Riedrer, licenciado en cascun dreyto, embaxadores trametidors por el jllus-

(12) No ms. *infringeri*.

(13) Sobre este Fr. João de Ataíde, filho do 1.º conde de Atouguia, D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, e D. Guiomar de Castro, sucessor de D. Henrique de Castro no priorado do Crato, pela resignação deste, pode ver-se ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Nova Historia da Militar Ordem de Malta*, parte 3, pp. 37 e ss., 54-61, 91 e 93.

(1) D. Leonor, filha de el-rei D. Duarte, nasceu em Torres Vedras a 18 de Setembro de 1434, casou em 9 de Agosto de 1451 com o imperador Frederico III, imperador da Alemanha, e veio a falecer em Neustadt em 3 de Setembro de 1467. Sobre aquela princesa pode ver-se a bibliografia aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 93, nota 1. Os quatro documentos de 1448 que ora revelamos e editamos antecipam assim as diligências do referido imperador para o seu matrimónio com a infanta portuguesa.

Copyrighted material

trissimo princep don Fredrich, rrey de los rromanos, etc., son stados al dito ssenyor rrey, marido e ssenyor nuestro muy caro, e apres aquj, a nos, por certifficarnos com el dito jllustrissimo rrey de los rromanos los tramete al dito jllustrissimo rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado sobrino, por veyer las jllustras hermanas suyas, con vna de las quales ha gran affeccion de tractar matrimonjo.

E, por quanto los ditos embaxadores deuan passar per exos vuestros rregnos; rrogamos, muy affectuosament, a vuestra excellencia que aquellos fagades buena recepcion e los tractedes e fagades tractar segunt por vuestra honor se pertanesce. E sea, muy alto princep, nuestro muy caro e muy amado hermano, vuestra curosa guarda la Sancta Trinjdat.

Dada en Perpenyan, a xiiij dias doctubre, anyo mil cccc xxxxviij. La Reyna.

Al muy alto e princep nuestro muy caro, muy amado ermano, don Johan, por la gracia de Djos rrey de Castella e Leon.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Sub simili forma, mutatis mutandis, fuit scriptum:

Al muy alto princep don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Portugal.

Jtem, regi Nauarre.

Jtem, jllustre duch de Cohimbre.

Jtem, jllustrissime Johanne, regine Castelle.

Jtem, jllustrissime Ysabelj, regine Portugalie.

204

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão, a recomendar os mesmos embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a reis e a príncipes e a mandar às autoridades aragonesas dêem todas as facilidades aos ditos, na sua passagem por terra e por mar, com a respectiva comitiva, e todas as dispensas tributárias.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3272, fl. 60r.-v.

Sereníssimjs jllustrissimjsque regibus, consangujneis et amjcis nostrjs carissimjs. Maria, Dei gracia, etc., salutem et prosperorum succesuum jncrementa. Reuerendis quoque ac venerabilibus jn Christo patribus, jllustribus, magnjficis, spectabilibus, nobilibus et egregijs fidelibusque et dilectis nostris, quibuscumque ecclesiarum prelatis, princi[pi]bus, ducibus, marchionjbus, comjttibus, baronibus, vnjuersitatibus officialibusque et subditis dicti dominj regis, ad quem seu quos presentes peruenerjnt, salutem, dilectionem, gratiam nostram et bonam voluntatem.

Cum spectabiles et magnifici viri, consiliarij et oratores jllustrissimj Frederici quarti, romanorum regis semper augusti, fratris nostri carissimj, Georgius de Volrestorf, ducatus Austrie baro, et Vldaricus Riedrer, juris ciujlis doctor, gracia nonnullorum negociorum dicti jllustrissimj romanorum regis pertractandorum, ad nonnullos principes se conferre et proficisci, vestrorum regum et principum ceterorumque amjcicias rogamus, ex corde, alijs vero dicimus et mandamus quatenus cum oratores predictos, presencium exhibitores, per regna, ciuitates, castra, villas et loca ac territoria, portus, pontes et passus vestre vel nostre dicionj subiecta, tam per terram quam per mare vel aquam dulcem, jre, transire, nauigare et jn eis esse, morarj et jnde ab eis recedere et exire, pertractandorum contigerit, cum eorum familja, equjtaturjs, auro, argento, jocalibus, vestibus alijsque bonjs et rebus libere, tute, sine aliqua dacij, gabelle, passagij et alterius cuiusujs jurjs solucione permjctatis et, si opus fuerit, eis proujdeatis de securo et saluo conductu, dicti jllustrissimj romanorum regis et nostri jntuhitu et amore, quoniam hec res nobis erit gratissima, et viceuersa, ad omnja vestra beneplacita nos promptissimam reperietis. Jn cuius rey, etc.

Datum Perpinjanj, die xiiij^{a}. octobris, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc^{o}.xxxxviij^{o}., regnjque dicti dominj regis Sicilie citra farum anno xiiij^{o}, aliorum vero regnorum xxxiij^{o}. La Reyna.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Prouisa.

205

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão, a conceder ao barão Jorge de Volrestorf, a seu pedido, que, em nome do rei aragonês e seu, ele atribua a três senhoras nobres austríacas, por ele esco-

lhidas, a empresa aragonesa da estola e jarra e delas receba o juramento de cumprirem os respectivos estatutos e que possam usar as insígnias próprias nos dias e festas costumados.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3272, fl. 60 v.

Nos, Maria, etc. Quja vos, magnjficus et spectabiljs vir Georgius de Volrestorf, baro ducatus Austrie, orator serenissimj principis Frederici, romanorum regis semper augusti, fratris nostri carissimj, nostre maiestati humjliter suppljcastis, vt, cum nonnulle nobiles mulieres dicti ducatus Austrie cupiant emprisia regia stole et jarre jnsignjri, vobis licenciam et facultatem dictam emprisiam eis dandi concedere dignaremur; nosque, huiusmodj supplicationjbus, tam vestri quam ipsarum mulierum jntujtu, annuentes, serie cum presenti, vobis, de cuius fide et prudencia ac prime confidimus, licenciam concedimus et plenariam facultatem vt, nomine, pro parte dicti serenissimj dominj regis, virj et dominj nostri carissimj vice et nomine, tribus nobilibus mulieribus, quas eligeritis et voluerjtis, dictam regiam emprisiam stole et jarre tribuatis et concedatis et ab eisdem recipiatis juramentum de seruandis capitulis dicte amprisie, juxta ipsorum seriem et tenorem; volentes et concedentes eisdem quod, data per vos eis dicta emprisia, eam portent diebus et festis consuetis, guaudeant et vtantur prerogatiujs, priuilegijs, honoribus, fauoribus et prehemjnencijs quibus ceteri dictam emprisiam portantes guaudere et vti consueuerunt. Super quibus vobis commjctimus vices regias atque nostras plenarie cum presenti. Jn cuius rey, etc.

Datum Perpinjanj, die xiiij^{a}. octobrjs, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc^{o}. quadragesimo octauo. La Reyna.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Prouisa.

206

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao bailio e cobrador do imposto régio de Le Boulon (Rossilhão) e ao vice-chanceler de Gerona, a declarar dispensados dos impostos régios o barão Jorge

de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, em viagem para Portugal.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3272, fl. 61.

La rreyna. Batle e leuder. Los spectables, noble, amats e deuots nostres mjcer Jordi de Volrestorf, baro del ducat dAustria, e mestre Vlderico Riadrer, licenciat en cascun dret, embaxadors e oradors tramesos per lo jllustrissimo princep don Frederich, rrey dels rromans, son passats per lo ssenyor rrey e per nos e van en Portogal. Desijam e volem molt que passen e vagen ben fauorjts e tractats.

Per ço, vos manam, molt stretament, que nj per dret de morbat nj de leuda nj altra qualseuol, los sia fet empaix o contrast algu, ans sien be per vos e altres ben tractats e fauorjts. E en aço no haia falla, com axi vullam se fassa, auisant vos que si lo contrarj sera per vos altres fet, al tornar que faran de la part daça, los ho farem tornar tot jntegrament.

Dada en Perpinya, a xiiij. dies de octobre, any Mil .cccc. quaranta vuyt. La Reyna.

Als feels nostres lo batle e leuder de la leuda rreyal en Al Uolo.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Sub similj forma fuit scriptum vicecancelario Gerundie.

207

29 OUTUBRO 1448

Letras Vite ac morum, *do papa Nicolau V, dirigidas a Lourenço Abul, cónego da sé de Lisboa e secretário de el-rei D. Afonso V, a conceder-lhe algumas conezias e prebendas nas dioceses de Évora e Lisboa, com os rendimentos respectivos, a pedido de el-rei, da rainha e dos infantes D. Pedro e D. Henrique.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 386, fl. 163.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Laurentio Abul, canonico Vlixbonensi, salutem, etc.

Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et uirtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad graciam liberales.

Dudum siquidem, uidelicet sub data decimo octauo kalendas julij pontificatus nostri anno primo, tibi de uno Vlixbonensis et alio Elborensis ecclesiarum canonicatibus, cum reseruatione totidem inibi prebendarum ac dignitatis, personatus, administrationis uel officij alicuius earundem ecclesiarum, etiam si ad illam, illum uel illud consueuisset quis per electionem assumi eique cura immineret animarum, necnon prestimoniorum, prestimonialium (1) portionum uel simplicium beneficiorum in eisdem ecclesijs ac Vlixbonensi et Elborensi ciuitatibus et diocesibus consistentium, vnius, duorum, trium, quatuor aut plurium cedentis (2) uel decedentis aut cedentium uel decedentium, seu illa alias quomodolibet dimittentis uel dimittentium ipsarum ecclesiarum canonici uel canonicorum, aut in ecclesijs, ciuitatibus et diocesibus predictis beneficiati seu beneficiatorum uacantium seu uacaturarum uel uacaturorum, per alias nostras litteras prouidimus gratiose, certis desuper executoribus deputatis, prout in eisdem litteris plenius continetur.

Cum autem, sicut accepimus, tu, occasione diuersarum antelationum [et] prerogatiuarum plerisque expectantibus, etiam sub quouis nomine per nos concessarum, celerem dictarum litterarum non posse consequi speres effectum, cupientes igitur ut dicte littere amplius sint tibi fructuose teque, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugallie regis jllustris, pro te, dilecto secretario (3) suo, et per eundem regem ad nos, cum ipsius regis oratoribus destinato supplicantis fauore prosequi gratie potioris uolentes, necnon omnia et singula beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, que ex quibusuis apostolicis dispensationibus obtines et expectas, quecunque, quotcunque et qualicunque sint, eorunque fructuum, reddituum et prouentuum ueros ualores annuos, huiusmodi dispensationum tenores presentibus pro expressis habentes, uolumus et apostolica tibi auctoritate concedimus quod, in assecutione canonicatuum et prebendarum, dignitatis, personatus, administrationis et officij necnon prestimoniorum, portionum et beneficiorum predictorum ac cuiuslibet eorum, que

(1) No ms. *prestimonalium*
(2) No ms. *cedentes*.
(3) No ms. *secratario*.

uigore prefatarum litterarum, ut prefertur, pro tempore expectas, omnibus et singulis ac illis prorsus similibus prerogatiuis, antelationibus, declarationibus, exenptionibus, priuilegijs et indultis per nos personis ecclesiasticis, tam per regem predictum quam per carissimam in Christo filiam nostram Elizabeth, reginam Portugallie jllustrem, quam etiam per dilectos filios nobiles uiros Petrum et Henricum, Portugalie jnfantes, auctoritate nostra, ad ecclesiastica beneficia usque ad certos illorum tunc expressos numeros nominandis, sub clausulis etiam presentium forsan (4) derogatorijs, per nos quoad ipsorum beneficiorum assecutionem nuper concessis ac forsan (5) de cetero concedendis, non solum uti et gaudere possis sed quod etiam nulla per nos uel sedem predictam quibus [libet] personis, cuiuscunque gradus, status, ordinis uel conditionis, etiam si familiares nostri, continui commensales in certo cancellarie apostolice libro de mandato nostro descripti aut palatij causarum apostolici audictores actu sua officia in romana curia pro tempore exercentes, ac canonicatus, prebendas, dignitates, personatus, administrationes et officia necnon prestimonia, portiones et beneficia, sub pari uel minori data, etiam motu proprio, auctoritate nostra, pro tempore expectantes, necnon im processibus (6) diligentiores fuerint, in genere uel in specie, sub quibusuis formis aut uerborum expressionibus aut cum quibuscunque etiam indiuiduarum ac aliarum derogatoriarum clausularum quarunlibet, et etiam quod illis per alia queuis apostolica litteras et priuilegia etiam eis expresse derogantia, nisi sub certis formis plene, signanter, nominatim et expresse specificatis et declaratis, derogari nequeat neque derogatum fuisse aut esse pro tempore noceri possit uim et effectum habentium et alijs derogatorijs necnon formarum earundem, siue ille seruate fuerint siue non, prohibitorijs ceterisque effectui presentium preiudicialibus clausulis, etiam motu predicto aut regis, regine et jnfantium predictorum necnon locorum ordinariorum uel alicuius eorum seu aliorum quorunlibet aut meritorum uel seruitiorum impensorum seu laborum et expensarum susceptorum aut iurium, etiam pro sedandis litibus sublatorum uel resignatorum uel alio quouis intuitu seu respectu concessa hactenus uel imposterum concedende gratie, littere, prerogatiue, antelationes, declarationes, exceptiones, facultates, priuilegia et indulta ac speciales de dictis canonicatibus, dignitatibus, prebendis (7), personatibus, administrationibus et officijs necnon prestimonijs, portionibus et beneficijs, etiam specialiter et nominatim, per nos, pro tempore, facte reseruationes, etiam cum decretis irritantibus, quorum omnium tenores ac

(4) No ms. *forsam*.
(5) No ms. *forsam*.
(6) No ms. *improcessibus*.
(7) No ms. *brebendis*.

si de uerbo ad uerbum inserti forent, presentibus haberi uolumus pro expressis quoad litterarum predictarum tibi concessarum, plenarie sortiendum effectum (8), aliqualiter preiudicare seu aliquod preiudicium afferre ualeant aut debeant, quinymo quod tu, in assecutione canonicatuum, prebendarum, dignitatis, personatus, administrationis et officij necnon prestimoniorum, portionum et beneficiorum huiusmodi, tam forsan (9) nominandis per regem, reginam et jnfantes huiusmodi, quam etiam familiaribus nostris et auditoribus et alijs personis predictis omnibus et singulis preponi possis et etiam anteferri, non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que in dictis litteris uolumus non obstare ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli ergo, etc., nostre uoluntatis et concessionis, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctam Potentianam, anno jncarnationis dominice milesimo quadringentesimo quadragesimo octauo, quarto kalendas nouembris, pontificatus nostri anno secundo.

208

12 NOVEMBRO 1448

Concórdia celebrada entre o infante D. Pedro, ex-regente do reino, e o duque de Bragança, por diligências de el-rei D. Afonso V e preparada pelo infante D. Henrique (1).

---

(8) No ms. *effectu*.

(9) No ms. *forsam*.

(1) Ao presente documento alude PINA, sem declarar, porém, que esta composição fora preparada pelo infante D. Henrique (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 93). Em carta de 30 de Dezembro do mesmo ano ao conde de Arraiolos, o infante D. Pedro refere-se a esta concórdia, passo em que faz o comentário seguinte: — «E vos crede verdadeiramente que elles nom se moueram a hordenar ha comcordia na forma em que vinha com boa emtemçam nem tinham tam boa vomtade de seremos comcordados como a eu tinha; soomente por me temtar e tomarem algũu achaque comtra mim» (Cfr. o DOC. 211). Também à mesma se reportou, em 1449, el-rei D. Afonso V, no Memorando destinado ao rei de Castela e ao duque de Borgonha, dizendo, a propósito: — «Mas, posto que o jfante (D. Pedro) ascy leixasce, segundo a mostrança de fora, nom leixou porem as gentes nem armas nem os aparelhos de guerra que prestres tinha nem desuestio a indinação que no coração trazia nem preposito de proseguir o que ascj contra nos imaginara» (BNL., *Colecção Pombalina*, cód. 443, fls. 85 e ss., editado e comentado por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*).

ANTT., *Gaveta* 14, maço 8, n. 1. Original em pergaminho. Ao fundo esteve o selo régio pendente; à esquerda e à direita dele, sobre pedaços de pergaminho ligados ao documento por tiras do mesmo, estiveram os selos dos dois litigantes, os quais caíram ou foram arrancados, vendo-se agora apenas os respectivos suportes. Os textos do infante D. Pedro e do duque são seguidos das respectivas assinaturas autógrafas, mostrando-se a do primeiro tremida ou nervosa; lançados lado a lado, o texto do duque ocupa posição um pouco inferior em relação ao do infante. Cfr. o «fac-simile» que damos do documento.

Publicada: por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.° 31 do liv. 6; e por MOREIRA DE SA, *Alguns documentos* p. 67 e também em «fac-simile». Sumariada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 3, p. 756.

Dom Afomsso, per graça de Deus rrey de Purtugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, porquanto ho jmijgo auerssairo de geeraçom humanal sempre he pemssosso e emclinado pera a desuiar e rremouer do boo e verdadeiro prepossito pera que foy per graça e emfluemçia deuinal criada, e rreduzilla ao sseu maao pemssamemto e caminho, per que ofemda o Senhor Deus, que a fez e criou de nhũua cousa, aa ssua semelhamça, pera fim e perfeiçom de todo bem.

E porem, husamdo elle de ssua falssa meestria, semeou, nom ha muitos dias, escamdallos e discordias amtre o jffamte dom Pedro, duque de Cojmbra e ssenhor de Montemoor, meu muito amado e prezado tio, e o duque de Bragamça e comde de Braçellos, meu bem amado e prezado tio. E, pero a causa e ffumdamemto de que os dictos escandallos e discordias proçederom nom seja de tam gramde sustamçia que rrazoadamemte deuessem amtre elles lomgamemte durar; comsijramdo nos como, duramdo per algũu tempo, que muito perllomgado nom fosse, ligeiramente poderiam vijr a tam alto graao de desacordo que nom poderia ao depois, sem gram defeculdade, sser trazido a boom assessego; acordamos e determinamos de mandar sobrello o jffamte dom Hemrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, meu muito prezado e amado tio, ao dicto jffamte dom Pedro, pera trautar amtre elle e ho dicto duque, meus tios, como çessassem dos dictos hodios e escamdallos e fossem rreduzidos a uerdadeiro amor e afeiçom em que eram amte delles, comfiamdo da gramde bomdade e vertuosa desposiçom do dicto jffamte dom Hemrrique, com graça de Deus, obraria açerca dello como os dictos negoçios, com sua bõoa delligemçia e discriçom, çedo veessem a bõa perfeiçom.

O qual se ouue tam vertuosamemte em o dicto trautamemto que, com a ajuda do dicto Senhor, que em breue tempo trouue todo a booa comclusom, o que lhe teemos em gramde e ssemgullar seruiço, que lhe sempre conheçeremos. E a comclusom dos dictos negoçios ffoy: que o dicto jffamte dom Pedro e duque, meus tios, nos scpreuerom, cada hũu per

suas cartas, como lhes prazia ledamente, por nos fazerem prazer, de lleixarem e poerem todo o dicto fecto e suas depemdiçias (2) em nossas mãaos, pera nos em todo darmos aquella terminaçom que semtirmos por nosso seruiço, com rregoardo de ssuas homrras e estados, o que lhes muito gradeçemos.

E, comsijrando nos, açerca dello, primçipalmemte o seruiço de Deus e nosso e desy boom e paçifico assessego de nossos rregnos; acordamos e detreminamos de mandar aos dictos meus tios que assy elles, prinçipaaes, como todollos de ssua parte e acostamento, daqui em diamte, sejam booms e verdadeiros amigos, assi como rrequere[m] os gramdes diuedos que a Nosso Senhor Deus prouue amtre elles seerem, rremouendo damtre ssy todo rrancor, hodio e escamdallo e outra algũua malqueremça, de qualquer maneira, comdiçom, vigor e callidade que seja, e amtre elles aja acomteçida; porque nos queremos que todo seja damtre elles quite e arrincado, assy e tam compridamemte como sse, de fecto, todo ou parte dello nunca amtre elles ouuesse aconteçido, porque amtre aquelles que ssam conjuntos em gramde diuedo e uerdadeiro amor nom he comtado por bem rrequererssse emenda derro e emjuria que amtre elles seja passada. Ca diseram os sabedores que a uertude do boo diuedo e verdadeiro amor he conheçida e honestamente louuada quamdo ho erro e emjuria amtre os paremtes e amigos he graçiosamente rrelleuada. E esto nos prazeria seer assy fecto por o ssemtirmos e emtemdermos muito por seruiço de Deus e nosso e boo assessego de nossos rregnos, como dicto he.

E, porquamto os dictos meus tios deuem bem entemder que, per aquy, suas homrras e estados sam en todo comseruados, posto que amtre elles algũus erros ou escamdallos ouuessem passados, mayormemte que amtre elles nom ha aconteçida cousa algũua atee o presemte, se bem consijrado for, tam graue e de tam gramde escamdallo, segundo nosso juizo, que com justa rrazom nom deuam auer por bem o que assi per nos he acordado, quamto mais pois he tamto nosso seruiço, e que assi a nos como a todollos boons de nossos rregnos he cousa bem conheçida; e porem lhes mamdamos, assi como a nossos naturaaes e leaaes vassallos que, tamto que lhes esta nossa carta patemte, per nos firmada e asseellada com nosso seello do chumbo, ffor mostrada, a compram e goardem per ssy, assy e tam compridamemte como em ella he conthiudo, sem comtradizemdo, em algũu tempo jamais, per ssy nem per outrem, per algũua causa ou rrazom, passada ou presemte, de qualquer maneira, callidade ou comdiçom que seer possa, ajmda que tal amtre elles aja acomteçida que ao presemte nom possa vijr aa memoria ou rrenembramça de cada hũu delles, e ffaçam comprir e goardar bem, fiel, leal e verdadeiramente,

(2) Pendências.

seçamte toda arte e maao engano, a todos aquelles que de ssua parte e acostamemto forem e que nunca lhes daram fauor, ajuda, comsselho nem conssentimento, em pubrico nem ascondido, per que, per ssi ou per outrem, possam comtra ella hir, em todo ou em parte dello, jamais em algũu tempo, sseendo çertos que, se o assy fezerem, nos faram em ello gramde e ssengullar seruiço e lhes faremos por ello gramdes merçees, assi como o caso o rrequere. E, fazemdo o comtrairo, o que Deus defemda nem creemos que façam, polla gramde comfiamça que em sua lealdade teemos, a nos serija por ello gramde desprazer.

E porque cada hũu delles, ao diamte, nom possam açerca do comthiudo em esta carta allegar jnnorançia, mamdamos que lhes seja presemtada pessoalmemte, em presemça de Ruy Galuam, nosso sacretario e notairo pruuico, pera cada hũu delles seer em verdadeiro conheçimemto de todo aquello que per nos assi he acordado e nos dar ffe de como lhes foy presentada e a rreposta que a ello derem. E, por maior firmeza, mamdamos a cada hũu delles que assijnem aqui, por ssy e por todos seos paremtes, alliados e de ssua parte, segundo na presemte he conthiudo. E, em testemunho desto, mamdamos fazer esta nossa carta, sijnada per nos e asseellada com nosso seello, como dicto he.

Damte em a muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, xij dias de nouenbro. Vaasquo Abul a fez. Anno de Nosso Senhor Ihesu Christo de mil e iiij^{c} e Rbiij^{o} (3).

E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escpreuer.

(as.) ElRey .⁝.

Eu, o jffamte dom Pedro, duque de Cojmbra e ssenhor de Momtemoor, prometo de mamteer e goardar, quamto em mim ffor, assi por mym como por meus filhos, diuedos, liados e chegados, todo o que per elrrej meu ssenhor, per esta sobredicta carta, me he mamdado, damdo sobrello aquella ffe que em semelhamtes casos se rrequere, por cuja firmeza aquy, de minha mãao, sijney e do sseello de minhas armas mandey asseellar.

Damte em a dicta çidade de Lixbõa, dia e mes e anno suso scprito.

(as.) Jfante dõ p.^{o}

Eu, dom Afonso, duque de Bragança e conde de Braçellos, prometo de mamteer e goardar, quamto em mym for, assi per mim como per meus

(3) As palavras que se seguem são em letra de outra mão, decerto de Rui Galvão, tendo sido escrito o texto da carta régia e das duas declarações que se lhe seguem por Vasco Abul. Cfr. o nosso «fac-simile», em que a assinatura do duque de Bragança está demasiado sumida.

Copyrighted material

filhos, diuedos, liados e chegados, todo o que per elrrey meu ssenhor, per esta sobredicta carta, me he mamdado, dando sobrello aquella ffe que em semelhamtes casos se rrequere, por cuja firmeza aqui de minha mãao sijney e do sseello de minhas armas mandey asseellar.

Damte em a dicta çidade de Lixboa, dia, mes e anno suso scprito.

Nom seja duueda na antrelinha onde diz per esta sobredicta carta, porque eu, Ruy Galuom, sacretario susso dicto, o corregy, por seer uerdade (4).

(as.) Ho ducq̃.

209

4 DEZEMBRO 1448

Carta do infante D. Henrique, a dar de arrendamento a Martim Gomes Leitão, vedor da fazenda de Ceuta, o reguengo da Tojosa, no termo de Santarém.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 75, inserta na carta de confirmação do mesmo rei, de 28 de Junho 1451.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 8-9. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, pp. 532-33.

Eu, o jfante dom Anrique, ducque de Uisseu e ssenhor da Cuuilhãa, faço saber a vos, Joham Uaasquez, almuxarife delrrej meu ssenhor do çeeleiro do pam em Santarem, e ao escpriuam de uosso ofiçio e asy aos almuxarifes e escpriuãees que depos uos vierem, que eu arrendey hora e hey por arrendado em Martim Gomez Leitom, veedor da fazenda de Çepta, ho rregeengo da Tojossa que he em thermo deasa villa, por hoyteenta moyos de trijgo de saseenta alqueires o moyo, por treze annos primeiros seguintes, per esta guissa, que elle aja o dicto rregeengo deste janeiro de iiij° Rix que ora vem atee janeiro da era de iiij° Lxij, em guissa que elle aja os dictos treze anos (1) enteiros com treze nouidades.

O quall rregeeengo lhe eu assy arrendo e dou por os oyteenta moios de trijgo, por çertos djnheiros que de mjm ha dauer, conuem a saber, por

(4) Este período em letra de Galvão, que assim ressalvou as ditas palavras, sobrepostas à linha por V. Abul.

(1) No ms. *moyos*.

quoreenta mjll rreaes, que ha dauer de mantimento de seu ofiçio en cadhũu ano, e por C̄b que lhe eu deuja de teença de seu casamento e mamtijmento do dicto ofiçio, per esta guissa, R̄b rreaes da teença [de] tres anno[s] passados de seu casamento atee janeiro de iiij° Rix, das mjll e quinhentas corroas que auja dauer do conde [de] Marialua com sua molher, que lhe eu por ello fiquey [de] paguar; e os L$\bar{x}^{ta}$ rreaes de mantimento do dicto seu ofiçio que lhe asy deuja, segundo thijnha [per] meus aluaraes e sse rronperom perante mym, contandolhe por alqueire de trigo a dez rreaes.

Porem vos mando que, deste janeiro que ora vem de Rix en diante atee era de seseenta e dous annos, lhe leixees auer e rrecadar e rreçeber o dicto rregeengo asy e per a guissa que o vos auees e rrecadaees em cadhũu anno pera meu senhor elrrej e pera mym, auendo elle todollos proueitos e proees e rrendas da segunda e meuças que em o dicto rregeengo, en cadhũu ano, ouuer, segundo que o ham os rrendeiros e he custume de se arrendar; e per esta medes eu dou luguar e poder ao dicto Martim Gomez que elle arremde o dicto rregeengo a quem elle quiser e por bem teuer, asy por hũu anno como por quanto lhe a elle aprouguer atee os dictos treze annos, e que aquelle ou aquelles a que o asy arrendar ajam asy enteiramente todos os priuilegios e franquezas e liberdades que ham os rrendeiros delrrej meu ssenhor e meus, com as condiçõees que sse arrendauam em cadhũu ano o dicto rregeengo, segundo que he custume de sse fazer. E esto conprij asy e guardaaee, ssem outro nẽhũu enbargo que lhe sobre ello ponhaaees, porquanto asy he minha merçee e me praz de o fazerdes. E esta carta darrendamento rregiste uosso escpriuam em sseu liuro e elle guardea pera per ella auer sua pagua, em cadhũu anno. Auee dell conhecimento e mando aos contadores que uollo leuem em despessa.

Fecta em Soure, iiij° dias de dezembro. Gonçallo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor de mjll iiij° Rbiij°. E eu, Joham Lourenço, escpriuam da fazenda, que a fiz escpreuer.

210

5 DEZEMBRO 1448

Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão, escrita de Perpinhão ao conselheiro e seu tesoureiro D. Galcerán Oliver, a dizer-lhe constar que o infante D. Pedro de Portugal teria entrado em Castela e que havia grande divisão entre os reis de Castela e

de Portugal, o que não é verdade; entretanto, que ele espalhe o boato, menos a el-rei seu marido, a não ser que este lho ordene, mas sempre com cautela, para que não se diga que se procede astuciosamente (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3227, fl. 34 v.

. . . . . .

Creem sentit haurets les fames que alguns han volgudes sembrar, ço es que lo jnfant don Pedro de Portugal seria entrat en Castella e encara com seria gran diuisio seguida entre lo rrey de Castella, nostre car frare, e lo rrey de Portugal. Tot aço coses dites contra veritat. E, que sia axi, experiencia, que es mare de totes coses, ho mostra. E are, derrerament, ho hauem volgut sentir per mossen Ferrando de Riaça, quj, en aquesta hora, es arribat de Valencia. Diu que tal cosa nos recita en totes aquelles parts, ans se diu lo contrarj.

Aço volem hauer dit, per que vos ho sembrets en aquelles parts on vos semblara, no empero al ssenyor rrey, si donchs ell personalment no us ho demanara. E, en tal cas, hi porets dir lo demunt dit, sseruant, en aço, aquella cautela ques pertany, affi que nos pogues dir que stuciosament se diu.

. . . . . .

211

30 DEZEMBRO 1448

Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, vindo de Ceuta para harmonizar aquele infante com el-rei, a expor-lhe toda a campanha de que tem sido alvo, a fim de ele se orientar e aconselhar o monarca sobre o assunto (1).

---

(1) É possível que houvesse fundamento para este boato, não em entrada do infante D. Pedro, duque de Coimbra, em Castela, mas na fuga de seu filho e condestável D. Pedro para Valência de Alcântara (Cfr. o cap. 108 da *Crónica de el-rei D. Afonso* V, de PINA).

(1) D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos, filho segundogénito do 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, havia sido nomeado pelo infante D. Pedro, como regente do reino, em 1445, para capitão e regedor de Ceuta (Cfr. os nossos DOCS. 24, 25, 31, 32 e 34. A par desta versão dos acontecimentos pelo infante D. Pedro pode ver-se a de el-rei D. Afonso V, no seu memorando de 1449, escrito após a morte do

Copyrighted material

BNP., *Fond Portugais*, n.º 20, fl. 80, cópia do séc. XVI, em papel, — texto que se reproduz; BNL., *Cód. alcobacense*, 297, fl. 92, em cópia de meados do séc. XVI, com pequenas variantes, porventura atribuíveis a liberdade do copista.

Publicada: com falhas e incorrecções por SOUSA, *História Genealógica*, t. 5, p. 120 (1.ª ed.), p. 71 (2.ª ed.); e por MOREIRA DE SÁ, *O Infante D. Pedro e a crítica*, p. 12, em edição da primeira fonte citada.

Muito honnrado comde, sobrinho amigo. Ho jfante dom Pedro vos emuio muito saudar, como aquelle que muito amo e que queria que Deus desse boa honnra e vida.

Porquanto vos sois vindo a estes rreinos por mandado de elrrey meu ssenhor, do que a mim muito praz, porque, segundo ho que de vos sempre conheçi e conheço e se de vos espera, som muito çerto que comselhares ao dito ssenhor aquello que ssãamente entenderdes por homrra de sua pessoa e estado, bem e a proueito de seus rregnos e naturaes delles, ho que, em tal tempo, bem simtirees seer asaz neçesario; e, porque sei que em estes feitos mujtos vos faram emformações de desuairadas maneiras, segumdo as paixões que cada hũu segue; hũus vos quereram mostrar que as cousas que comtra mim sam feitas e se fazem nom forom nem sam feitas sem terem causa pera asi serem ordenadas; e outros, por cuidarem que, por suas falsas palauras, vos ham de comuerter a vos fazerem emtemdes que suas obras foram taees como deuiam e, por desejarem seruiço delrrei meu ssenhor e que comtra mim nom tem culpa algũa, mostrando que minhas culpas foram e sam taees que justamente he feito contra mim ho que asi fezeram; e tambem outros, por cuidarem que me escusam, vos diriam alguas cousas nom asi como passaram. Portamto, comsirei, ajmda que minhas hobras dem de mim asaz craro testemunho daquelles que, verdadeiramente e com sãa vomtade, dellas querem ser em perfeito conheçimento, de vos escpreuer aqui decraradamente e comtar verdade, por vossa emformaçam.

Ho fumdamento e proseguimento destes feitos he ho que por mim e comtra mim he obrado. Rogamdouos, como sobrinho amigo em que ey

---

ex-regente do reino e destinado ao rei de Castela e ao duque de Borgonha, — cit. em a nota 1 ao DOC. 208. Depois, restam-nos as versões tardias e nem sempre imparciais de RUI DE PINA, de DUARTE NUNES DE LEÃO e de GASPAR DIAS DE LANDIM. Infelizmente, para a reconstituição dos factos, falta-nos a documentação coeva quase na totalidade. Já em 1904 BRAAMCAMP FREIRE sublinhou não ter encontrado vestígios do livro de registo da Chancelaria de D. Afonso V do ano de 1447, que já em 1529 faltava o do ano de 1448 e que do de 1449 apenas parecem subsistir três cadernos: no liv. 34, fl. 10, no liv. 20, fl. 37 e no liv. 37, fl. 1 v. (*A Chancelaria de D. Afonso V*, no *Arquivo Histórico Português*, vol. 2, p. 481).

gramde comfiamça, que esguardes bem todo e, husamdo de vossa costumada bomdade e liberdade em dereitamente conselhar, sejaes avisado que vos nam mudem, por fauor ou temor, de vosso justo proposito e bom nome que sempre tiuestes e obray açerca destes feitos com todo bom e proueitoso rremedio, segumdo virdes que he compridoiro a seruiço de Deus e delrrei meu ssenhor e homrra de sua pessoa e estado e bem e proueito de seus rreinos e boa paz e asessego delles.

Muito homrrado e mujto amado ssobrinho. Nom curo de fazer aqui mençam dos feitos do começo de meu rrigimento e de como me ouue em elle, asi em a criaçam delrrei meu ssenhor e de seus jrmãoos e em a prouemça de sseus rregnos, mantendoos en justiça ho milhor que podia, segumdo a calidade e neçesidade dos tempos, e como em a prouemça de sua fazemda, pospoemdo todo meu jmterese e proueito; porque de todas estas cousas aues comprida emformaçam, asaz seria sobejo escpreuerуollo. E prouuesse a Deus que todos hos do rreino, em espiçial elrrei meu ssenhor, ouuesse[m] asi comprido conheçimento de meus seruiços e trabalho como ho vos aves. Eu seria asaz contemte e bem creo que me nom daria[m] ho galardam que me dam.

E de eu asi ter o dito rregimento, segumdo bem sabees, algũs nam eram contemtes: os hũus com emueja, outros por se nom fazer delles comprimento de direito e justiça, ajnda que asaz craro he que, se nom fazia delles asi comprimento como era rrazam e segumdo ho rrequeriam seus feitos, [era] por eu majs nom poder, pollo qual me nom tenham boa vomtade; e, posto que de mim rreçebesem merçees e acreçentamento de homrras e dinidades, asaz me foram e sarão jmgratos, buscamdo e procuramdo comtra mim quanto mall e quamta deshomrra podiam, no modo que sse segue e em outras mujtas maneiras.

Primeiramente, buscaram todas praticas que poderam, fazendo amtre si comfradaçõees e tratos, como me fosse tirado o dito rregimento; e, porque com verdade contra mi[m] nom podiam, trabalharom sempre mentiras e falsos testemunhos como poeriam amtre elrrey meu ssenhor e mim algũa deuisam e sospeita. E tamto, que fezerão emtemder a elrrey meu ssenhor que eu nunca lhe auia demtregar ho rregimento de seus rregnos, que sempre ho auia de trazer em meu poder, alegamdolhe, per testemunhos collorados como milhor podiam, algũas pallauras que diziam que eu dissera, per que mostraua nom ter emtemçam de lhe o dito rregimento emtregar.

E a verdade açerca desto he que, porque eu avia por çerto que algũus amdauam naquelles tratos, eu dizia per vezes, asi como hũua vez em Euora, que eu sabia bem parte dos ditos tratos em que algũos asi amdauam, mas que eu tinha ho rregimento da mão delrrey meu ssenhor e que, quando elle quisesse, que eu lho deixaria liuremente, com muj boa vomtade; mas que, pollo daquelles que em os ditos tratos amdauam, que ho

nom deixaria. E elles afirmauam que eu que dizia que por cousa que fosse, que nunca ho leixaria. E asi como esto, asi rretorçiam qualquer cousa que eu dizia ou fazia a seu maao proposito, por fazerem emtemder ao dito ssenhor que aquella era ha minha emtemçam.

E tamto continuaram em esto os que me assi desejauam, per si e per seus ministros e aderentes, que fezeram com o dito ssenhor que me rrequeresse o dito rregimento. E foy amtrelle e mim conçertado que pera o mes doutubro que ora passou, que emtam era por vir, elle tomasse sua molher e casa e que eu lhe emtregasse emtomçe o dito rregimento, com aquellas festas e sollenidade que em tal caso sse rrequeria. E, pera se auerem de fazer as ditas festas, mandara o dito senhor por mujtos panos douro e seda e por mujtos outros guarnimentos e cousas pera taes feitos neçesarias.

Sos que amdauam em os ditos tratos, ajmda que desto aviam conhecimento, nom quiseram ser comtemtes que, com homrra do dito ssenhor e minha, eu ouuesse de lleixar o dito rregimento; amtes em Samtarem tamto ho oueram de siguir com suas pallauras e aficados rrequirimentos, damdolhe ha emtemder que nom deuia de fiar de mim em nenhũa maneira, emtamto que, porque ho nom podiam mouer a seu proposito, que lhe disse ho arcebispo de Lixboa, que hahi era vimdo pera os ditos tratos, que a elle era neçesario tomar logo seu rrigimento, porque ajmda que elle quisesse que eu rregesse, que ho duque vosso padre e o comde dOurem, vosso jrmão, e elle e outros algũs que lho nom comsemtiriam. E como esto disse ao dito senhor, assi lhe disse outras cousas que comtra mjm e meu estado e homrra tinham trautadas e tambem as disse a outros algũs que mas logo disseram. E, por o dito arcebispo decrarar as cousas que comtra mim tinham trautadas, eu quisera proçeder comtra elle, como era rrazão; e emtomçe escpriui a algũas cidades como elle aquello dizia que tinham trautado comtra mim, segumdo majs compridamente verees pollo trellado da dita carta, que vos na presemte emuio.

E em tal maneira combateram o dito ssenhor, que o ouueram demdinar do seu proposito e lhe fezeram emtemder que deuia de ter em mim sospeita e que nom deuia de comfiar de mim. E o dito senhor, por suas jmportunidades e comtinoados rrequirimentos, ouue de comsemtir ao que lhe rrequereram. E hũu dia diseme que sua vomtade era de auer de rreger seus rregnos e que lhe prazia de lhe eu emtregar ho rregimento que delle tinha. E, uemdo seu rrequirimento, como quer que bem conheçesse que era fumdado de nouo comsselho e nam com aquelle rresguardo que açerca de minha homrra se deuia de ter, como aquelle que de muj leall e verdadeiro amor ho sempre amey, lhe rrespomdi que era mujto ledo de comprir seu rrequirimento e que logo seria prestes de lho emtregar.

E, vemdo ho rrequirimento do dito ssenhor e como era asi de sospeita e comtra ho que comigo tinha trautado; e, sabemdo que algũus lhe faziam

Copyrighted material

esto rrequerer e que nom lhes prazia de se comprir ho casamento damtre o dito senhor e a senhora rrainha minha filha, pidilhe por merçe que, pojs que lhe asi prazia de me amtiçipar ho tempo das festas de seu casamento, que lhe prouuese casar e rreçeber seu rregimento, o qual lhemtregaria tam paçifico e em tal maneira que, ajudamdo Deus, nom tinha outro trabalho, saluo manter seus rreinos em justiça e direito. E elle me outorgou que lhe prazia.

E, depojs desto, nom semdo desto contemtes, fezeram ho dito ssenhor mudar deste proposito, fazendolhe de mim gramde sospeita e que todavia nom casase, ata que primeiro lhe nom emtregasse o dito rregimento, sobre o qual foy algũa deferença. E, vemdo eu como esto assi amdaua, como aquelle que de cautella, de malliçia ou emgano nunca husey, dise que, pojs lhe asy prazia, que era dello mujto comtemte. E emtam pus em suas mãaos o dito rregimento, amte que lhe fizessem suas bemçõoes, sem cautella ou contradiçam algũa. E assi compridamente lhe emtreguei o dito rregimento que, nem em feitos de justiça nem de fazemda, nom me quis majs emtremeter, posto que presemte fosse; e tamto que mujtas cartas e desembargos que eu desembargara e eram feitos nom os quis majs asinar. E esto sabem bem os oficiaees e todos hos que eram presemtes na corte.

E, semdo asi o dito ssenhor emtregue do dito rregimento, hos que precurauam que ho eu leixasse logo começaram de mostrar ho fim por que ho faziam. E logo o duque meu jrmãao, vosso padre, trasnoutamdo asi como se ouuesse de fazer algũa gramde caualgada, se vejo de Chaues a çidade do Porto, temdo ja em ella homens darmas escomdidos, lamçamdo fora della muj desomrradamente hos meus que hi viuiam, assi como se fossem malfeitores. E esto mesmo mandou fazer em Guimarães e em Pomte de Lima, deribamdo as casas de Lionel de Lima, por ser meu seruidor, asi como se fosse[m] de tredor. E quando os lançaua fora das villas, chamaualhe tredores, vellando e rroubamdo as villas e castellos sem causa e sem rrezam, assi como se tiuessem jmiguos no rregno. Mandoume esso mesmo prender a minha terra Joham Soarez de Paiua, meu caualleiro, leuandoo asaz desomrradamente, porque diziam que rreteuera hũu dia seu moço destribeira.

E o comde dOurem, vosso jrmão, com seus aderentes teue pratiga [de] (2) Castella em tal guisa, que fez elrrey meu senhor lhe foy fallar a Torres Nouas. E alli fezeram seus comselhos, segumdo ja tinham praticado, damdo a emtemder ao dito ssenhor que eu ho queria todauia trazer em meu poder, ajmda que elle nom quisesse, e outras cousas asaz desonestas comselhamdolhe. E assi foy per elles determinado que

(2) Como se lê no cód. 297 da BNL., acima citado.

Copyrighted material

nom tornasse a Samtarem, omde ficaua a ssenhora rrainha e toda sua corte. E quando nom poderam acabar com elle que o fizessem, fezeram que lhes prometesse que, como chegasse a Samtarem, que logo me mamdasse que em outro dia partisse de sua corte.

E, cremdo que eu faria açerca dello algũa rregistamçia, fizeram logo hir escomdidamente os vassallos de Torres Nouas armados aquella noyte a Samtarem e tambem fezeram vijr algũs do termo de Santarem e doutras partes. E, semdo eu bem çerto do que o dito senhor trazia hordenado de Torres Nouas, amte que mo elle mandasse, eu lhe pidi licemça pera me uir pera minhas terras, o qual ma outorguou sem outra rresistemçia, por ho assi trazer determinado que mo auia de mamdar.

E, porque ao tempo que elrrey meu senhor comprio os quatorze anos e lhe eu emtreguey, nas cortes de Lixboa, seu rregimento, elle me deu hũa carta per que aprouaua todo ho que eu por elle e em seu nome fizera em seus rregnos; e, quando lhe emtreguei o dito rregimento, elle me disse, em Samtarem, que me queria dar outra tal carta doutorga e aprouação, a qual feita elle teue em seu poder bem dez dias e, ella examinada e auido sobrello seu comsselho, ha asinou e mandou asellar, prometemdo em ella, por sua fee rreal, que auia todo por firme ho que por mim feito hera, segumdo majs compridamente verees pello trellado della, que na presemte vos emuio (3).

E, vemdo eu como os ditos feitos assim mal começauam e como alli viera aquella gemte armada e como o comde vosso jrmãao se fizera prestes com armas e vellaua Ourem e Porto de Moos, eu mandey perçeber algũus meus pera ho dia de minha partida, pera se auerem dhir comigo. E assi, per esta guisa e com este gallardam, parti da corte do dito senhor; e, logo de Tomar, mandey tornar aquella jemte que comigo vinha.

E, vimdo aquem de Tomar, ouue hũua carta, per que me çertificauam que ho duque vosso padre passaua poderosamente por minhas terras e que mandaua que, ha çerto dia, lhe tiuesse prestes de jamtar em Auellãs; pello qual, eu mandey avisar algũus meus que se viessem pera mim, porque lhe emtemdia de comtrariar a passajem per semelhamte maneira. E logo naquelle mesmo dia, fuy çertificado que nom era asi, pello qual logo espriui aos que mandaua chamar que nom viessem; e tamto, que algũus ouueram primeiro as cartas que nom viessem que as do chamamento.

E, como eu fuy fora da corte do dito senhor, logo se vieram a ella vosso jrmão e o comde dom Samcho e o a[r]çebispo de Lixboa e outros algũus de sua vallia e começaram de mostrar, per obra, a causa por que

(3) Cfr. o DOC. 185, passado, realmente em Santarém a 11 de Julho de 1448. Não encontrámos, porém, a idêntica carta de 1446 aqui citada, à qual também alude DIAS DE LANDIM, *O Infante D. Pedro*, liv. 2, cap. 31.

se moueram a esto procurar, a quall he por seu jnteresse e destroyçam minha e dos meus, emquamto podem. E fezeram logo com elrrey meu senhor que mandasse que nehũu nom fosse a meu chamado; e, posto que o mandado fosse jeral, nom sse prouicaua senam homde auia algũs meus. E bem se mostraua que ho dito mandado semtendia somente a mim; porque, ajmda que algũs fossem pera outros senhores, nom lho rrepremdiam nem lhe faziam nojo algũu por ello e com os meos se praticaua mujto pello comtrairo.

E, por eu nom auer algũas armas de Lixboa, que me eram necesarias, defemderam que nom tirassem armas algũas da dita çidade e que as nom vemdessem. E esta defesa havia lugar em mim e nos meus e nam nos outros, porque outros liuremente comprauam e compram as armas e as leuam por omde lhes praz, sem lhe ser comtradito. E porque dous escudeiros de minha casa senhos arneses da dita çidade ouuerom, logo lhos tomaram e foram dados asi como se foram tomados ha jmigos.

E des que os sobredictos foram na corte, continuando seu maao começo, conselharão a elrrey meu ssenhor e lhe deram e lhe fezeram tomar tanta sospeita comtra mim e comtra os meus, que lhe disseram que nom tinha rremedio senam tirar todos os ofiçios que os meus tinham em sua corte e em seus rregnos. E foram logo lamçados fora dos ofiçios os meus criados que amdauam em sua casa; e esto com asaz mujta jmfamia delles e assi, pello comseguinte, foy feito aos outros meus criados per todo ho rregno.

Comtinuando o duque vosso padre no que começou, fez tirar todos os ofiçios das çidades e villas dAmtre Douro e Minho e poer outros de nouo, seus criados; e esto por hũu seu corregedor que fez hijr aquella comarca e fez çarar portas e postigos das ditas çidades e villas, selamdoas e rroldamdoas, assi como fosse guerra com Castella. E esto todo afim de darem a emtender ao dito senhor que todo esto se fazia por seu seruiço e por que elle tomasse de mim sospeita.

E, vellamdosse elles assi e rroldamdo, fezeram com o dito ssenhor que mandasse cartas a todas as minhas villas que se nom vellassem nem fossem a meu chamado (4); e, posto que as ditas cartas fossem ao Porto ou a outros algũs lugares, nom curauam dellas e nom cessauam de fazer todo ho comtrairo, que manifestamente se mostraua que tudo era per elles praticado, e a defesa era posta somente a mim e aos meus.

Comtinoamdo os sobreditos em seu maao proposito e temção, fezeram contra certos meus criados e seruidores tirar jnquirições e deuassas, perguntamdo cousas do tempo da rrainha dona Lianor, açaz bem descusar; porque, alem de o fazerem contra os meus, faziam em ello pouco seruiço

(4) Cfr. o DOC. 192, de 14 de Agosto anterior.

ao dito senhor e, se bem comsirado fosse, amte lhe faziam gramde deseruiço (5).

E emademdo de mal em peor, assi fezeram deuassar comtra mim, perguntamdo se sabiam quem fizera a peçonha com que mataram elrrey Duarte e o jfante dom Joham, meus jrmãos, e a rrainha dona Lianor; e esto todo comtra mim. E assi pergumtauam outras cousas que seriam lomgo de comtar. E, por fazerem estas cousas segumdo suas danadas e currutas emtemçõees, hordenaram pera (6) ello emqueredores e ofiçiaees, notoriamente a mim e aos meus jmigos sospeitos. E nom se pode negar que gramde parte das testemunhas eram jmduzidas e peitadas pello que as apresemtaua e praticado todo com ellas ho que aviam de dizer. E parte dellas eram jmigas e sospeitas e outras faziam ho que lhe mandauam, com medo.

E quando ho jfante dom Amrrique, meu mujto amado e prezado jrmãao, chegou a corte, hũu dia achou as jmquirições ter a elrrey meu ssenhor na mãao e leram por ellas algũa cousa, estamdo de presemte ho Camello, que era emqueredor (7), e lhe disse que nom mandara tirar jmquirições sobre os feitos passados, dizemdo a meu jrmãao que das ditas jmquirições numca curaria nem proçederia por ellas contra algũu. Assi tambem ho emuiou dizer a mim.

E depois lhe fezeram fazer ho comtrairo, porque por ellas prenderam muitos e outros, por temor, andauam dellas afuguemtados e parte dos que foram presos sam julgados pollo doutor Rui Fernandez, semdo seu jmigo capital (8). E assi poderes por esto conheçer com que zello e emtemçam estes procurauam que elrrey ouuesse seu rregimento.

Nam comtemtes ajmda desto, hordenauam que elrrey meu senhor rreprouasse e anullasse a moyor parte das cousas per mim feitas, fazemdolhe per mujtas vezes quebramtar sua fee rreal, suas cartas, sinaes e sellos, nom soomente na carta que a mim deu, em que todo aprouou, mas em outras mujtas, em espiçial assi como no ofiçio dAires Gomez e de LopAffomsso, os quaes lhe deu per suas cartas asinadas per elle e aselladas do seu sello, depojs que seu rregimento teue, e fezeramlhas quebrar (9).

---

(5) Cfr. os DOCS. 198 e 199.

(6) No ms. *pella*.

(7) Supomos tratar-se de Gonçalo Gonçalves Camelo, retirado de chanceler da Casa do Civel de Lisboa pelo regente do reino em 26 de Fevereiro de 1445, porque «nos praz que o majs nom tenha, avendoo asy por nosso seruiço», para lá colocar o Dr. João Fernandes, «nosso criado» (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 69).

(8) Talvez o jurista referenciado em PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 6, o qual era do desembargo régio.

(9) A Aires Gomes da Silva, antigo conselheiro do infante D. Pedro, o qual o acompanhou ao estrangeiro de 1425 a 1428, por ele nomeado depois regedor da

Comtinuando em suas boas praticas, deram a emtemder ao dito senhor que todos os que em meu tempo foram comdenados ou os beens comfiscados por algũus malifiçios que cometeram, que todo foy jmjustamente feito; e hordenaram hũa noua pratica e nouo direito, nom semdo hos posoimtes çitados nem ouidos. E, posto que o fossem, quamto cada hũu pidia, tamto lhe julgauam. Elles eram os pididores e as testemunhas e, de como sse auiam em ello ho juiz que pera esto ordenarão, porque he craro, nom hey pera que o dizer, nom damdo lugar a algũu que rrefrescasse seu direito, fazemdo contra elles e seus beens emxucações muj deshordenadas.

Ordenaram outrossi que elrrey meu senhor mandasse secretamente a algũus fidalgos, que sabiam que meus amigos e seruidores eram, que me nom viessem ver nem fallar, posto que o[s] mandasse chamar. Fezeram com o dito ssenhor que me degradasse, que nom emtrasse em sua corte sem seu espiçial mandado.

E, depojs desto, ordenaram hũa forma de comcordia amtre mim e o duque vosso padre, a qual me elrrey meu senhor mandou asinada per si e asellada do seu sello, mandamdo em ella a mim e ao duque que, posto o odio e maa vomtade, que fossemos amigos (10). E vos crede verdadeiramente que elles nom se moueram a hordenar ha comcordia na forma em que vinha com boa emtemçam nem tinham tam boa vomtade de seremos comcordados como a eu tinha; soomente por me temtar e tomarem algũu achaque comtra mim.

E, pera esto, nom acharam quem emuiar sobrello senam dom Fernando e Rui Galuam, que me desamauam (11); e, porque eu aquillo soube, eu escpriui a elrrey meu ssenhor, pidimdolhe de merçe que nam mandasse a mim semelhantes homeens que, ajmda que eu fezesse todo ho bem do mundo, elles o rreportariam sempre pello comtrairo. E o dito senhor nom quis mudar seu proposito. Foime per elles presemtada a dita comcordia e outorgueia e firmeia segundo me foy mandado. E o que eu rreçeaua dos ditos embaixadores bem sse mostrou per obra, des que tornaram a corte.

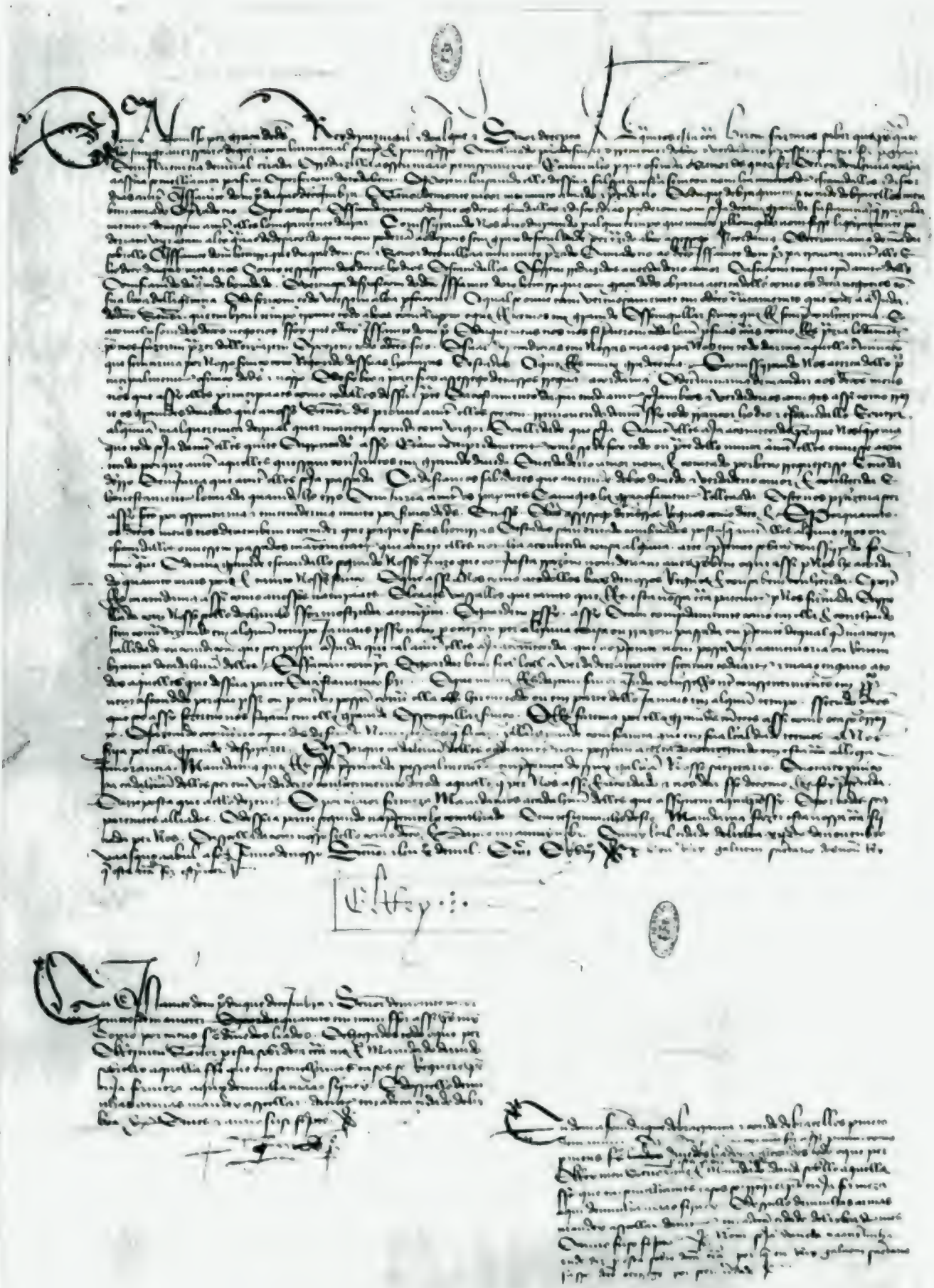
E, por vos conheçerdes a emtemçam como sse hordenaua a dita com-

---

comarca do Porto e ainda regedor da Casa do Civel de Lisboa, aludem numerosos documentos dos nossos volumes anteriores; Lopo Afonso fora nomeado por D. Pedro escrivão da puridade de el-rei em 1 de Maio de 1445, para afastar do cargo Nuno Martins da Silveira (*Chanc. e liv. cits.*, fl. 48 v. e CONDE DE TOVAR, *Estudos Históricos*, t. 3, pp. 122-23).

(10) É o nosso DOC. 208. Cfr. também PINA, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 93.

(11) Ou sejam: D. Fernando de Castro, o Cegonho, filho de D. Alvaro Pires de Castro e governador da casa do infante D. Fernando, o qual em 1437 tomara parte no cerco de Tânger e faleceu solteiro e sem filhos; e Rui Galvão, secretário régio, sobre o qual se pode ver a nota 1 da p. 205 do nosso vol. 6.



ENT. VII. — CONCORDIA ENTRE O INFANTE D. PEDRO E O DUQUE DE BRAGANÇA, DE 1448 (Doc. 208)

cordia, em partimdo os ditos embaixadores pera vir a nos, tinham escpritas cartas de preçebimentos e mandaramnas aos fidalgos, alcaides dos castellos, vassallos e besteiros que estiuesem perçebidos com armas e cauallos pera guera; e esto nam escpreueram a mjm nem a meu filho. Mandaram esso mesmo vellar castellos e villas.

E temdo eu e cremdo que, por obedeçer e me someter a todo o que me o dito ssenhor mandaua, ajmda que fosse com gramde abatimento de minha homrra, por ho elle aver por seruiço de Deus e seu e bem de seus rregnos, estes mouimentos cesariam e os dapnos aueria[m] algũu rrepairo e emme[n]da e, segumdo o que vejo e se cada dia majs faz pareçer que, por assi sermos comcordados, que nom ouue hi assessego, em tal maneira que o dito ssenhor me mandou, per Diogo da Silueira, hũua cremça com hũu escprito, asynado por sua mãao, de tamtas emnouações açerca de mim, que nom sey homem que o veja tirando de si toda afeiçam, que nom aja por grande mal taes cousas me serem mandadas, nom esguardamdo a pessoa que sam e o que com mujtas rrazões me deue de ser guardado; que, se o guardassem, nom me degradariam ou defemderiam que nom saisse de minhas terras, segumdo majs compridamente veres pollo trellado da dita carta e rreposta que sobrello dey e vos ja emujey (12).

Fazem esso mesmo com elrrey que mande aos fidalgos que vem de sua corte, ajmda que tenham comigo afeiçam, que, posto que venham por açerca domde eu estou, que me nom fallem. Nam vos faço aqui mençam das praticas e deferemças e modos nom acustumados em Portugal que sse tem na corte, asi em seus comselhos e comselheiros e em todos os outros feitos, asi da fazemda como da justiça, porque, pojs em esta terra soes e, a Deus mujtos louuores, soes mujto sesudo e descreto, conheçeres bem todo e quanto he seruiço de Deus e delrrey e de seus rregnos.

E comtinuando outrossi em suas boas obras, por me fazerem desomrra, tiraram o castello de Lixboa ao comde dAbramches, o qual se tinha feitos seruiços a estes rreinos e aos rreis delles, per que lhe esto deuesse de ser feito, vos o sabes; deramlhe por elles, e em espiçial pollo que agora fez em Çeita, ho guallardam que dam a mjm de meus seruiços e trabalhos (13).

E por comfirmaçam de sua boa vomtade, ho comde dOurem, vosso jrmão, rrequereo agora a elrrey meu senhor, presemte os do seu comselho, que lhe desse ho ofiçio do comdestabrado de meu filho, dizemdo que lhe

(12) Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 93.

(13) A D. Alvaro Vasques de Almada, amigo dedicadíssimo de D. Pedro, até à morte com ele em Alfarrobeira, havia aquele nomeado alcaide-mor do castelo de

pertemçia; e o dito ssenhor ho pos em comsselho, pera auer de rrespomder ao dito rrequirimento.

Muito homrrado sobrinho, comde amigo. Ho que prinçipalmente danou este feitos foy e he quererem, em estes rreinos, husar das praticas de Castella e todos por seu proueito e por cada hũu leuar sua enxavata (14); e Portugal, segundo bem sabes, nom he pera soportar esto; e, se esta pratica vay adiamte, segumdo se ora começa, nom creo que seja mujto seruiço delrrey meu ssenhor nem proueito de seus rregnos.

E os que em estes feitos amdam, pollos leuarem adiamte, trabalharam e trabalham, quamto podem, por poerem diuisam amtre elrrey meu ssenhor e mim, fazemdolhe que tome de mjm algũas sospeitas, por elles, por esta guisa, auerem e fazerem ho que quiserem. E tamtas foram suas sutis praticas em ello com os aficados e comtinuados rrequirimentos que, per força, fazem mudar o dito senhor de sua boa natureza e jmcrinano a seu proposito; e, o pior que he, porque o nom podem mouer com verdade, asacamme quamtos falssos testemunhos podem e em tal maneira lhos afirmam que, per força, lhe fazem cremte o que querem, e o mal que he que, posto que algũus sejam comprendidos em elles, nom lhe dam escramento algũu.

E per esta guisa lhe afirmam que eu tomara o Porto e que açalmaua castellos e fortelezas e que mandaua por jemte a Castella contra seu seruiço e que meu filho tomara Moura e Serpa e que fazemos e dizimos outras mujtas cousas em seu desseruiço, as quaes sam muj gramdes mintiras(15). E porque estes que estas cousas asacam sam bem ouuidos e lhes fazem merçes, nom ha rremedio que çesem estes dapnos, se Deus nom proue de rremedio, por sua misericordia.

Semtimdo eu, mujto amado sobrinho, como estes feitos hiam mal emcaminhados, trabalheime, per mujtas vezes, de emuiar a elrrey meu ssenhor mesejeiros com minhas cremças, escpreuemdolhe cartas, notificamdolhe comprjdamente todas as cousas que semtia por seruiço de Deus e seu e bem e asessego de seus rreinos, escusamdome do que comtra mim lhe diziam, justificamdome asi, ao de Deus como ao do mundo, quamto pude, pidimdolhe por merçe que lhe prouuesse paçificar sua vomtade e obrasse, açerca de mim e dos meus, como era rrazão, afirmamdolhe quamto era seu leal seruiço e como nom tinha quem tam verdadeiramente ho

---

Lisboa, em vez de D. Afonso de Cascais, em 5 de Abril de 1440, aliás contra a vontade da cidade (Cfr. o DOC. 63 do nosso vol. 7). Desconhecemos o feito aqui referenciado.

(14) Alusão, decerto, do infante à luta das casas influentes de Castela pelo poder (Cfr. *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, pp. 194 e ss.).

(15) Cfr. PINA, *Crónica cit.*, cap. 108, sobre a actuação do condestável D. Pedro no Alentejo.

Copyrighted material

amasse como eu nem quem tam gramdemente e tam lealmente seruise, alegamdolhe pera ello todas as cousas que me pareçiam ser compridoyras; e, com todas minhas abastamças e sobeja paçiemçia, vejo pouco proueito nem rrepairo a estes rreinos. E o pior que he, que nom vejo costamçia nem firmeza nem cousa que sse faça, diga ou prometa; e nom somente no que sse diz per pallaura, mas no que sse daa per sinal e sello e nom soomente no que se diz e promete aos pequenos, mas no que sse promete aos maiores. Nom curo de vos escpreuer os emxempros dello, porque craramente os saberes assy, em a corte como fora della.

Muito homrrado e mujto amado sobrinho. Por me crarificar mais e justificar com elrrey meu ssenhor, porque elle me escpreueo per sua mãao, per ho meu conffesor, que a elle emuiey (16), èue se eu quisesse emmendar alguas cousas, que todo se faria como eu quisesse; e eu lhe emuiey pidir por merçe que me decrarasse que era o que queria que eu fezesse e do que quiria que me eu guardasse e que todo o que comuiesse fazer a homem de meu estado que o faria. A esto nom me rrespomdeo cousa algũa e desta vos rrogo, em espiçial, que me ajaes a rreposta do dito ssenhor.

Muito amado sobrinho. Escpreuiuos assi breuemente estas cousas como passaram pera vossa emformaçam, como dito he, e por saberdes minha vomtade, a qual, sem duuida, he desejar rrepouso e asessego dos trabalhos que tenho pasados por seruiço delrrey meu senhor, se mo quiserem dar. E bem deuees de crer que quem tamto trabalhou por assesego e defemssam destes rreinos como eu, com tam pouco proueito como dello tirey, que vos afirmo que, des que da corte parti, sempre viuy dempresstado, nom deuia desejar vellos em rreuolta e trabalho, o que me mujto cobiçam algũus (17); pero, se tamto trabalharam por elles como elrrey meu ssenhor e padre, que Deus aja, e seus boons e leaes seruidores, outra maneira teriam em ello.

Por comcrusam deste escprito, mujto amado sobrinho, eu vos peço e emcomemdo que, por a obrigaçam que vos deues a Deus e a elrrey meu senhor e a esta terra, de uossa natureza e por amor que me temdes e eu a vos, husamdo de vosas virtudes e bomdade e liberdade que sempre tiuestes em comsselhar, vos praza trabalhar por boom asessego destes rreinos e proueitosso rremedio delles, nom comssemtindo ser emganado per temor ou fauor, segumdo que mujtos agora fazem; e, alem de em ello fazerdes o que deuees a Deus e ao mundo e de guardardes vossa homrra

---

(16) Talvez o dominicano Fr. João Verba (Cfr. DIAS DINIS, *Quem era Fr. João Verba* e *Ainda sobre a identidade de Frei João Verba*).

(17) Sendo D. Pedro duque de Coimbra e senhor de Montemor o Velho e dispondo, entre outros rendimentos, de tantas terras suas, como Cernache, Condeixa, Pereira, Anobra, Penela, Tentúgal, Mira, Aveiro, Avelãs de Cima, etc., parece exagerada esta sua afirmação.

e fama, sem duuida sede çerto que averees por ello boom guallardam de Deus. E eu, da minha parte, vollo gradeçerey, como he rrezam.

Esprita em Cojnbra, aos xxx dias de dezembro de 1448.

212

1448? (1)

Prólogo do Horologium fidei *ou explanação teológica, em forma de diálogo, entre o autor, Mestre Frei André do Prado, e o infante D. Henrique, sobre o Símbolo dos Apóstolos, a pedido daquele infante, no qual o referido teólogo franciscano enaltece o amor do Navegador pelas ciências, como nova glória e espelho dos príncipes, em perscrutar as maravilhosas obras de Deus e das coisas da terra, realizando o infante o que para seus ilustres antecessores era escondido, como estudioso persistente e sagaz dos astros e coisas difíceis, poderoso nas guerras e conquistas de terras e em desvendar os mares.*

BAV., *Vat. Lat.*, cód. 1068, fl. 1, em transcrição e anotação do R. Dr. António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., Professor e Decano de Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antoniano de Roma.

Publicado por FÉLIX LOPES, *A volta de Fr. André do Prado* (Século XV), pp. 122-23.

Jncipit horologium fidei, editum a magistro Andrea de Prato, ordinis fratrum minorum, provincie Portugalie (2).

---

(1) Quando em 1450 Frei André do Prado, vigário provincial da Observância Franciscana, enviava relação do Capítulo celebrado em Santarém a 10 de Fevereiro desse ano a Frei Ângelo de Perúsia, vigário geral da Observância (publicada por CELESTINO PIANA, *Silloge di documenti dall'archivio di S. Francesco di Bologna*, pp. 35-36), contava uns 65 a 70 anos. Por isso, supomos que o seu *Horologium fidei* foi composto alguns anos antes. Cremos até que Frei André do Prado teria sido um dos informadores portugueses do famoso humanista Poggio Bracciolini, quanto aos descobrimentos e feitos do infante D. Henrique, a que o humanista e secretário pontifício se refere na carta de 1448 (o DOC. 186 do presente volume). Pelo que não será ousado colocar a composição do *Horologium Fidei* pelo ano de 1448.

(2) Frei André do Prado, aqui designado como pertencente à Ordem de S. Francisco e à província portuguesa da mesma Ordem, nasceu na cidade de Évora, como ele próprio declara noutra obra, escrita como bacharel em teologia, em 1416, no

Copyrighted material

Illustrissime ac magnifice, princeps, ducum permaxime noua gloria, mirabilium Dei operum exquirendi et rerum in terris speculum; vtinam simili speculo sic adamando sciencias cuncti fulgerent mortalium principes, vna cum proceribus et reliqua plebeorum turba, vt status humane condicionis feliciora temporum cursibus susciperet incrementa.

Princeps magnissime. Post mei, tam parvi hominis, humilimam recomendacionem, ad pedes inclinatum necnon paratum obsequendi affectum vestre dominacioni semper premissum. Paucis revera, prepotens princeps, elapsis diebus, me vestri inexistente presencia, expulsis vtique mortalium curis, quorum indefessis vigiliis viri illustris animus vndique agitari non dubium est, jn excequendis denique, que perilustres antecessores vestros latere, nullum mortalium dignum negare arbitror, jn astris videlicet cognoscendis ardua, jn acquirendis terris grandia, jn gerendis bellis strenua, jn maria perlustrando forcia, cunctaque, sagacitate mjrabili, strenuitate laudabili, prestanciam vestram, diujno munere, actingere, maiores nostri dignum fore laudauere.

Colégio de S. Clemente de Bolonha, em cuja Universidade estudou, juntamente com outro português e franciscano, Frei Pedro Alvares, também seu companheiro de estudo em Paris, os quais, em Novembro de 1422 (Frei André era já licenciado em teologia e Frei Pedro Alvares bacharel) mostravam interesse pelo movimento da Observância franciscana em Portugal. Foram ambos capelães do Colégio de S. Clemente de Bolonha pelo menos durante o ano académico 1414-15, contra a vontade de alguns dos colegiais, por se tratar de religiosos. O litígio deu ocasião aos maiores louvores a Frei André do Prado, então regente da cátedra de teologia no referido Colégio e considerado um dos mais notáveis bacharéis de toda a Universidade. Tinha ele então para cima de trinta anos, porque era já sacerdote e bacharel em teologia. Consequentemente, o seu nascimento em Évora, a cuja Custódia fraciscana pertencia, deve colocar-se no último quartel do século XIV, não antes de 1380.

Aparece na cúria pontifícia, como professor de teologia no respectivo Estudo Geral ou Universidade, em 1425 e 1426, durante o pontificado de Martinho V, e ali exerceu mais de uma vez o cargo de procurador de alguns portugueses, sobretudo do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, inclusivamente por incumbência do infante D. Duarte, que o enviou ao papa Martinho V em Dezembro de 1429. Documento de Janeiro de 1430 sobre a missão do nosso franciscano na cúria pontifícia em nome do arcebispo di-lo natural de Évora. Conhecemos documentação relativa ao seu ofício de procurador também durante o pontificado de Eugénio IV, precisamente em Setembro de 1434. A sua presença na dita cúria ou em Itália nesse período talvez seja indicação indirecta de que o múnus de professor na Universidade da cúria pontifícia continuava. Ignoramos quando regressou a Portugal, onde estava com certeza nos princípios de 1450, como vigário provincial dos Observantes franciscanos portugueses, tendo participado no Capítulo de Santarém de 10 de Fevereiro desse ano. Com uns 65 a 70 anos de idade que então contava, a sua vida terrena, segundo cremos, não deve ter-se prolongado por muitos mais anos (Cfr. ANTÓNIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana*, na *Revista Portuguesa de Filosofia* de 1967).

Quorum cura perplexus, fidei anchora firmatus, vestra perlustris celsitudo mjchi ut suo dignabatur imperare quatenus de fidei articulis nonnulla respondendo, mjnime recusare vellem. Sed, profecto genus hominum conspicio esse vnjcum et studiorum sciencias esse plurimas, quibus aliquid extenso oracionjs conflatu laudatur. Pertimesco itaque in tali et tanto congressu minjme laudari, quoniam materia difficilis, jgnorancia probabilis, cum tenujssimus sistat spiritus, quem rudis genujt etas, jndocilis reuera natura rerumque quasi omnium inexperiencia et ab theologie sacratissima sciencia permaxime alienum. Ex quorum omnium experiencia, non laudis avditus, quinymo obiurgacionis introitus immjnere aspicio.

Et quoniam vestre indicioni celsitudinis negare non audeo quidquid iniungitis, ante omnia tamen propulsare intendo labentis ipsius nature adiutorium, illumque per omnja inuocare quem celum, terra, mare rerumque natura, latebre tartaree, demones et omne plasma omnium creatorem merjto inuocat illumque contremescit et adorat. Quidquid per me, inutilem homuncium, fieri debere non solum inducit sanctorum scriptura verum ex congruo deposcit in hac re tam ardua, quam pro presenti, superna permjssione, agredior apostolorum videlicet simbolum, gratia cuius anima insignitur, quatinus eternam vitam feliciter adipisci valeat. Lubeat ergo mj optime principum, vellitis (3) operam dare circa ea que nostra uersatur intencio (4).

---

(3) No ms. *vollitis*.

(4) Frei André do Prado, além do *Horologium Fidei*, escreveu a obra intitulada *Liber Distinctionum*, a pedido de colegas de estudo ou de ensino, entre os quais Frei Pedro Alvares. Trata-se de obra de inspiração escotista, baseada sobretudo em Escoto, Francisco de Maironis, Bonet, etc. Terminou-a nas férias de 1416, no Colégio de S. Clemente, onde havia completado o curso de bacharel sentenciário. Tanto JACINTO SBARALEA, *Supplementum et castigatio ad Scriptores trium Ordinum S. Francisci a Waddingo aliisque descriptos*, Romae, 1908, p. 55, n.° 297, como ATANASIO LOPEZ, *Los estudios en España desde el resurgimiento de la Observancia hasta la Bula de Unión de León X*, fundados precisamente no prólogo da obra, diziam ser o autor um franciscano de Évora. Erròneamente BARTHOLOMAEUS ROTH, O. F. M., *Franz von Mayronis*, O. F. M., pp. 124-126, decerto por não ter notícia da localização da cidade de Évora, atribuía o *Liber Distinctionum* a franciscano inglês, ou seja a Tomás Foxal *(Johannes Anglicus)*. O documento de Janeiro de 1430 que publicámos em *Mestre Frei André do Prado*, a dizê-lo natural de Évora, e a documentação por nós editada naquele estudo e pelo P. CELESTINO PIANA, O. F. M., *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma*, pp. 348-53, sobre a presença de Frei André do Prado no Colégio de S. Clemente de Bolonha, onde precisamente nesse tempo foi escrito o *Liber Distinctionum*, dão-nos a certeza da identificação do autor com Frei André do Prado.

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas nos documentos e notas do presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancilleria Real, Registros: 2538, fls. 122 v. e 137 v.; *2539,* fls. 134 e 135; *2645,* fl. 21; *2654,* fl. 57 v.; *2698,* fl. 108 r.-v.; *2699,* fl. 57 v.; *3038,* fls. 104 r.-v., 108 v.-09, 134, 137 v. e 181; *3040,* fl. 165; *3041,* fls. 174 v. e 175; *3046,* fls. 93 r.-v., 94 e 98; *3048,* fls. 16 e 99 r.-v.; *3185,* fls. 132 r.-v., 133 e 133 v.; *3191,* fls. 113 v., 161 v. e 162; *3192,* fl. 66; *3193,* fls. 60-61; *3194,* fls. 119 v. a 120 v.; *3227,* fl. 34 v.; *3230,* fls. 61, 70 v. e 76; *3231,* fl. 125 v.; *3272,* fls. 12 v.-13, 40, 59 v.-60, 60 r.-v. e 61; e *3372,* fls. 12 v.-13.

COIMBRA

Arquivo do Câmara Municipal

Cartas originais dos Infantes, doc. 13.

Arquivo da Universidade

Gaveta 2, maço 3, n.º 55.
Livro dos privilégios, fls. 2 v., 12 v., 72 v. e 113.

FLORENÇA

Biblioteca Riccardiana

Códice 759, fls. 219-220 v. e 221.

LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Bulas, maço 12, n.º 2.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 3, fl. 20 v.; *liv. 5*, fls. 2 v., 4, 4 v., 5, 10, 11 v., 12, 12 v., 15, 17 v., 18, 18 v., 19, 25, 33, 40 v.; 42, 44, 45, 49 v., 50 v., 54, 55 v., 58, 58 v., 61, 63 v., 77 v., 79, 79 v., 80, 86, 87 v., 95 e 98; *liv. 8*, fls. 10 v. e 114; *liv. 9*, fls. 2, 10 v., 81 v. e 149 v.; *liv. 10*, fl. 131; *liv. 11*, fls. 42 e 75; *liv. 12*, fl. 141; *liv. 13*, fls. 36 e 84 v.; *liv. 14*, fls. 85 v. e 113; *liv. 15*, fl. 15; *liv. 17*, fl. 93 v.; *liv. 18*, fls. 37 v. e 49 v.; *liv. 19*, fl. 1 v.; *liv. 20*, fl. 37; *liv. 24*, fl. 67 v.; *liv. 25*, fls. 27, 29, 31 v., 33 v., 36, 36 v., 37 v., 38, 39, 39 v., 40, 40 v., 41, 42, 42 v., 50, 69, 89 v., 92 e 92 v.; *liv. 26*, fls. 43 v. e 166; *liv. 28*, fl. 59 v.; *liv. 30*, fls. 48 e 57; *liv. 32*, fl. 162 v.; *liv. 33*, fls. 42 v., 81 v. e 85; *liv. 34*, fls. 5 v., 10 v., 99 v., 114 v. e 182 v.; *liv. 37*, fls. 1 e 113 v.; e *liv. 38*, fl. 48.

Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 8; e *liv. 2*, fl. 67 v.

Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 161 v.; *liv. 2*, fl. 150 v.; e *liv. 4*, fl. 128 v.

Chancelaria de D. João III, liv. 25, fl. 137.

Colecção Especial, parte 1, caixa 116, maço 1, doc. 29; caixa 117, maço 1, doc. 57; caixa 118, maço 1, doc. 23 e maço 2, n.º 12; caixa 126, maço 2, doc. 9; e caixa 140, maço 1, doc. 14.

Convento de Santa Clara do Funchal, maço 1, n.º 1; e maço 11, n.º 1.

Estremadura, liv. 5, fl. 162; *liv. 7*, fl. 32 v.; e *liv. 10*, fl. 5 v.

Extras, liv. 1, fls. 100 v., 179 e 180 v.

Gavetas: 14, maço 8, n.º 1; *17*, maço 1, n.º 12, fl. 4 v, e maço 7, n.º 15.

Guadiana, liv. 3, fl. 59 v.; *liv. 4*, fls. 24 v., 59 v., 64 e 69.

Ilhas, fls. 14, 26 v., 93 v. e 94 v.

Legitimações, liv. 2, fls. 94 v. e 97 v.

Livraria (Manuscritos), *códices 358 e 359*, e *códice 1911*, fls. 147-63.

Mestrados, fl. 151.

Místicos, liv. 1, fls. 47 v., 242 v. e 260 v.; *liv. 2*, fls. 16, 19, 26, 196 v. e 201 v.; e *liv. 3*, fls. 138 v., 242 v. e 260 v.

Mosteiro da Batalha, liv. 4, fls. 202, 218, 223 e 223 v.

Suplemento de Cortes, maço 4, n.º 43.

Reis, liv. 1, fls. 33 v., 52, 53 v. e 58.

Biblioteca Nacional

Códice Alcobacense 297, fl. 92.

Colecção Pombalina, códice 443, fls. 85 e ss.

Livro dos sumários das scrituras da Ordem de Nosso Senhor Jhesu Cristo, parte 2, fls. 28-29.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Cód. lat., 14.394.
Fond Portugais, n.º 20, fl. 80.
Manuscrits portugais, Cód. 41, fls. 94 v. a 101 v., 105 v. a 152 v., 129 r. e v. e 135 v. a 157 v.

PORTO

Gabinete de História da Cidade

Livro B, fl. 264.
Pergaminhos, liv. 4, doc. 32.
Vereações de 1448-49, fls. 7, 7 v., 8, 10 v., 11 v., 14, 15, 15 v., 17 e 26 v.

PRAGA

Códice I. C. 3.

ROMA

Bibliotheca Apostolica Vaticana

Códice Ottoboniense Lat. 2251, fl. 156.
Vat. Lat., códice 1068, fl. 1.

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Lateranense, vol. 428, fl. 26; vol. 434, fl. 148-49; e vol. 454, fl. 242.
Regestum Supplicationum, vol. 413, fls. 131, 179 v., 183 v. e 278 v.; e vol. 428, fl. 162 v.
Regestum Vaticanum, vol. 377, fl. 264 v.; vol. 378, fl. 231 e 293; vol. 386, fl. 163; e vol. 387, fls. 248 e 250.

SIMANCAS

Archivo General

Patronato Real, legajo 49-29.

VENEZA

Archivio di Stato

I Commemoralli, liv. 13, doc. 274, fl. 175, e doc. 309, fl. 197 v.
Senato (Secreta), vol. 13, fl. 258; e *vol. 16,* fls. 165 v. e 187 v.

VISEU

Arquivo Distrital

Pergaminhos do Cabido, maço 16, n.º 50; e maço 45, n.º 1.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e os títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses, por ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros, segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores.

AGUIAR, Fernando de. — *Breve memória sobre a terceira residência de Zarco na Madeira.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 7, Funchal, 1949, pp. 31-48.

ALMAGIÀ, Roberto. — *Le Scoperte dei portoghesi in Africa e la Cartografia Italiana dei secoli XV e XVI.* No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, Lisboa, 1940, pp. 469-76.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História de Portugal,* t. 2, Coimbra, 1923, e t. 3, Coimbra, 1925.

— *História da Igreja em Portugal,* t. 2, Coimbra, 1910, e t. 3, parte 1, Coimbra, 1912.

ÁLVAREZ DELGADO, Juan. — *Primera conquista y cristianización de la Gomera.* Algunos problemas históricos. — No «Anuário de Estudios Atlánticos», n.º 1, Madrid-Las Palmas, 1955, pp. 445-92.

— *El Episodio de Iballa.* Na rev. retrocit., n.º 5, 1959, pp. 255-374.

ARCHER, Maria. — *Quando os portugueses chegaram aos «Rios da Guiné».* Em «O Mundo Português», vol. 13, 2.ª série, Lisboa, 1946, pp. 29-37.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. *Catalogo V. Patronato Real (834-1851),* t. 1, Valladolid, 1946.

ARQUIVO Histórico da Marinha, vol. 1, Lisboa, 1933-36.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *V Centenário do descobrimento dos Açôres. Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açôres, precedido de um ensaio crítico por...* Ponta Delgada, 1932.

AZEVEDO, Pedro de. — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Coimbra, 1915 e 1934, 2 vols.

AZEVEDO (Pedro A. de) e BAIÃO (António). — *O Archivo da Torre do Tombo.* Sua historia, corpos que o compõem e organização. Lisboa, 1905.

BACCI, Domenico. — *Poggio Bracciolini nella luce dei suoi tempi.* Firenze, 1959.

— *Cenni biografici e religiosità di Poggio Bracciolini.* Firenze, 1963.

BAPTISTA, Soror Maria. — *Livro da Fundação do Mosteiro do Salvador da Cidade de Lisboa e de alguns casos dignos de memoria que nelle aconteceram.* Lisboa, 1618.

BARRETO, João. — *História da Guiné (1418-1918).* Lisboa, 1938.

BARROS, João de. — *Asia.* Década Primeira. Coimbra, 1932.

BASTO, Artur de Magalhães. — *Limiar da tragédia. Reflexos no Porto das vésperas de Alfarrobeira.* Separata da «Revista de História», vol. 13, Lisboa, 1925, pp. 241-71.

BAYLLY, Auguste. — *Historia de Venecia.* Barcelona, 1963.

BEAUJOUAN (Guy) et POULLE (Emmanuel). — *Les origines de la navigation astronomique aux XIV^e^ et XV^e^ siècles.* Em «Le navire et l'économie maritime du XV^e^ au XVIII^e^ siècle», Paris, 1957.

BELÊM, Fr. Jerónimo de. — *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves, da regular Observancia do Serafico Padre S. Francisco, em que se tracta da sua origem, progressos e fundação de seus conventos.* Lisboa, 1750-58, 4 partes.

BOÉMIA, Martinho de. — *De prima inuentione Gujnee.* Em *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, Lisboa, 1940, pp. 187-200.

Copyrighted material

BOLÉO, José de Oliveira. — *Viagens de descobrimento e exploração nas costas da Guiné.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 1, Bissau, 1946, pp. 713-28.

BONNET Y REVERÓN, Buenaventura. — *Las Canarias y la conquista franco-normanda. I. Juan de Bethencourt (Estudio crítico).* La Laguna de Tenerife.

— *Las Canarias y la conquista franco-normanda. II. Gadifer de la Salle.* La Laguna de Tenerife, 1954.

— *La supuesta expedición de Alvaro Guerra a Lanzarote.* Na «Revista de Historia», La Laguna, 1945, pp. 186-92.

BRAGA, Joaquim Theophilo Fernandes. — *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza.* Tomo 1, 1289 a 1555, Lisboa, 1892.

BRAGADIN, Commandant M. A. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes Venise-Amalfi-Pise-Gênes.* Paris, 1955.

BRAGANÇA, José de. — *Introdução* e *Notas* a GOMES EANES DA ZURARA, *Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné,* Porto, 1937.

BRANDÃO, Fr. Francisco. — *Qvinta parte da Monarchia Lvsytana.* Lisboa, 1650.

BRANDÃO (Mário) e ALMEIDA (Manuel Lopes de). — *A Universidade de Coimbra.* Esbôço da sua história. Coimbra, 1937.

BULLARIUM Franciscanum continens constitutiones, epistolas, diplomata Romanorum Pontificum. Ed. Ulricus Hüntmann, O. F. M. Nova Series, t. I (1431-1455). Ad Claras Aquas (Quaracchi), prope Florentiam, 1929.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra.* Lisboa, 1948.

CADDEO, Rinaldo. — *Le navigazioni atlantiche de Alvise de Ca' da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco.* Na colecção «Viagi e Scoperte dei navigatori ed esploratori italiani», vol. 1, Milano, 1928.

CARTA (Uma) do capitão Zarco, da collecção de documentos do mosteiro de Santa Clara (3 de Maio de 1447). No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 4, Funchal, 1934-35, pp. 176-77.

CARVALHO, Joaquim de. — *Aditamentos* e *Notas* a FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* Primeira parte, 2.ª ed., Coimbra, 1937.

— *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV.* Vol. 1 (e único), Coimbra, 1949.

CENIVAL (Pièrre de) et MONOD (Théodore). — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506-1507).* Paris, 1938.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas.* Lisboa, 1892.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo. — *Terras de Odiana. — Subsídios para a sua história documentada.* Em «O Instituto», vol. 68, Coimbra, 1921, pp. 257-63.

CONGRESSO comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné. Lisboa, 1946, 2 vols.

CORTESÃO, Armando Zuzarte. — *Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde.* No «Boletim da Agência Geral das Colónias», Ano 7, Lisboa, 1931, pp. 3-39.

— *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (Contribuição para um estudo completo). Lisboa, 1935, 2 vols.

— *Onde era o Cabo dos Mastros dos nossos antigos navegadores.* No «Boletim da Agência Geral das Colónias», ano 2, Lisboa, 1926, pp. 40-45.

— *História do comércio da Guiné.* Na rev. cit., Lisboa, 1928, pp. 285-331.

— *Os quatro períodos ou escolas da cartografia portuguesa.* Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 63, Lisboa, 1933, pp. 135-43.

Copyrighted material

CORTESÃO, Jaime. — *Descobrimentos Portugueses,* vol. 1, Lisboa, s. d.

COSTA, Abel Fontoura da. — *Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres depois.* No «Arquivo Histórico da Marinha», vol. 1, Lisboa, 1933-36, pp. 25-26 e 251-58.

— *Descobrimentos marítimos africanos dos Portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II.* I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa, 1938.

— *Descobrimentos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina.* No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 243-86.

— *A Marinharia dos Descobrimentos,* 3ª. ed., Lisboa, 1960.

— *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes, 1506-1508.* Lisboa, 1439.

— *Uma carta náutica portuguesa de circa 1471.* Lisboa, 1940.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana.* Na «Revista Portuguesa de Filosofia», Braga, 1967.

— *A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique.* Na rev. «Brotéria», vol. 71, Lisboa, 1960, pp. 409-21.

COUTINHO, Carlos Viegas Gago. — *Nuno Tristão e o Mar de Sargaço.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 4, Lisboa, 1949, pp. 1-4.

— *Cartas de marear impostas pelos Descobrimentos.* No «Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 60, Lisboa, 1942, pp. 229-32.

— *Navegação astronómica. Quando teria começado.* Na «Seara Nova», n.º 893, Lisboa, 1944, pp. 55-56.

DAPPER, O. — *Description de l'Afrique.* Amsterdam, 1686.

DE WITTE, O. S. B., Charles-Martial. — *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450.* Roma, 1956.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *1446-1946. O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica.* Braga, 1946.

— *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara.* Vol. I. — Introdução à *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949.

— *Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro.* Na rev. «Itinerarium», Ano 2, Braga, 1956, pp. 424-91.

— *Ainda sobre a identidade de Frei João Verba.* Na rev. retrocitada, Ano 3, Braga, 1957, pp. 479-90.

— *Estudos Henriquinos.* Vol. 1, Coimbra, 1960.

— *Regimento do infante D. Henrique sobre os direitos de pesca em Castro Marim.* Na rev. «Colectânea de Estudos», 2.ª série, Braga, 1953, Ano 4, e novamente nos seus «Estudos Henriquinos», vol. retrocitado, pp. 73-107.

DUARTE, Fausto. — *O Descobrimento da Guiné. Aires Tinoco. Um herói ignorado.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 7, Lisboa, 1952, pp. 645-54.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da. — *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal.* Lisboa, 1656 e 1666, 2 partes.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra (1559). Com Introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra, 1963.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi.* Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FARO, Jorge. — *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481* (Subsídios documentais). Lisboa, 1965.

FERREIRA, Francisco Leitão. — *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* Primeira parte, 2.ª ed., Coimbra, 1937.

FIGUEIREDO, A. Mesquita de. — *Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.* Roteiro prático. Notas coligidas por... Lisboa, 1922.

Copyrighted material

FIGUEIREDO, José Anastacio de. — *Nova Historia da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal.* Lisboa, 1800, 3 tomos.

FONSECA, Quirino da. — *A Caravela portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas.* Coimbra, 1934.

— *Os Navios do Infante Dom Henrique.* Lisboa, 1958.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *A Chancellaria de D. Afonso V.* No «Arquivo Histórico Português», vol. 2, Lisboa, 1904, pp. 479 e ss.

— *Brasões da Sala de Sintra.* Coimbra, 1921-30, 3 vols.

FRUCTUOSO, Gaspar. — *As Saudades da Terra.* 6 Livros. Funchal-Porto-Ponta Delgada, 1873-1964.

GALVÃO, António. — *Tratado dos Descobrimentos.* Porto, 1944.

GAVETAS (As) da Torre do Tombo. Lisboa, 1960-65.

GERNEZ, D. — *Importance de l'oeuvre hydrographique et de l'oeuvre cartographique des Portugais au XV^e^ et au XVI^e^ siècle.* No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, Lisboa, 1940.

GILSON, Êtienne. — *Histoire de la Philosophie au Moyen Age.* 2.ª ed., Paris, 1952.

GIMÉNEZ SOLER, A. — *Itinerario del rey don Alfonso V de Aragón y de Napoles.* Zaragoza, 1909.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sôbre a Expansão Portuguesa.* Prefácio e notas de... Lisboa, 1943-56, 3 vols.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro, as «Sete Partidas» e a génese dos Descobrimentos.* Lisboa, 1955.

GUILLÉN, Julio F. — *Cartografia marítima española.* Madrid, 1953.

HELENO, Manuel. — *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra.* Lisboa, 1933.

— *Os descobrimentos marítimos dos portugueses e os progressos da geografia.* Lisboa, 1933.

HENNIG, Richard. — *Terrae incognitae. Eine Zusammenstellung und critische Bewertung der wichtigsten vorcolumbischen Entdeckungsreisen an Hand der darüber vorliegenden Originalberichte.* Leiden, ts. 3 e 4, 1938-39.

HISTÓRIA de España, dirigida por Ramón Menendez Pidal, t. 15, Madrid, 1964.

«INDICE chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795 o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INDICES e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Segunda parte do Inventario do mesmo Archivo. Fascículo 1, Coimbra, 1867.

LABAT, Jean Baptiste. — *Nouvelle Relation de l'Afrique Occidentale,* t. 1, Paris, 1728.

LANDIM, Gaspar Dias de. — *O Infante D. Pedro.* Lisboa, 1892.

LA RONCIÈRE, Charles de. — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Âge.* Nas «Mem. Soc. Géogr. Egypte», Le Caire, 1925, 3 vols.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Cronicas, e vidas dos Reys de Portugal,* t. 2, Lisboa, 1780.

LEITÃO (Humberto) e LOPES (Vicente). — *Dicionário da Linguagem de Marinha antiga e actual.* Lisboa, 1963.

LEITE, Duarte. — *Acerca da «Cronica dos feitos de Guinee».* Lisboa, 1941.

— *Lendas na História da navegação astronómica em Portugal.* Na rev. «Biblos», vol. 26, Coimbra, 1950, pp. 413-30.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

LEITE, Jerónimo Dias. — *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha.* Tratado composto

Copyrighted material

em 1579 e agora publicado com introdução e notas de João Franco Machado, Coimbra, 1947.

LERICHE, A. — *Le Couscous, sa préparation.* Em «Notes africaines», de Outubro de 1949.

LIMA, Manuel Coelho Baptista de. — *O primeiro contacto entre os portugueses e os pretos da Guiné.* No «Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné», vol. 2, Lisboa, 1946, pp. 7-29.

LIVRO Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV). Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Conservador do Arquivo da mesma Universidade. Coimbra, 1940.

LOPES, Fernando Félix. — *À volta de Fr. André do Prado (Século XV).* Na rev. «Colectânea de Estudos», 2.ª série, Ano 2, Braga, 1951, pp. 121-32.

— *Escolas públicas dos Franciscanos em Portugal antes de 1308.* Na rev. retrocitada, n.º 2, Braga, 1947, pp. 83-108.

LÓPEZ, Atanasio. — *Los estudios en España desde el resurgimento de la Observancia hasta la Bula de Unión de Léon X.* Na rev. «El Eco Franciscano», vol. 39, Santiago de Compostela, 1922.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por... Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

— *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Ensaio de um Manual de Heurística e Arquivologia). I. INDEX INDICUM. Lisboa, 1935.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. — *Os Filhos de D. João I.* Lisboa, 1947.

MAURÍCIO, Domingos. — *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria.* Na rev. «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, pp. 17-37.

MOLLAT, Michel. — *La place de la conquête normande des Canaries (XV^e siècle) dans l'Histoire Coloniale Française.* No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 4, Año 1958, pp. 537-53.

MONARCHIA Lusitana. V. — BRANDÃO, Fr. Francisco.

MONOD (Théodore), MOTA (A. Teixeira da) et MAUNY (Raymond). — *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap du Monte, Archipels) par Valentim Fernandes (1506-1510).* Préface du Capitan de Frégate M. M. Sarmento Rodrigues. Bissau, 1951.

MONTAGNE, Robert. — *Une tribu berbère du sud Marocain: Massat.* Na rev. «Hespéris», t. 4, pp. 357-76.

— *Coutumes et légendes de la côte berbère du Maroc.* Na retrocitada rev. e tomo, pp. 101-14.

MOTA, Avelino Teixeira da. — *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na Africa Ocidental, de 1445 a 1462.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 2, Lisboa, 1947, pp. 315-41.

— *Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de Africa.* Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Catarina. Bissau, 1950.

— *A descoberta da Guiné.* No supracit. «Boletim Cultural», Ano 1, Bissau, 1946, pp. 11-68, 273-326 e 457-509.

— *A evolução da ciência náutica durante os séculos XV-XVI na cartografia portuguesa da época.* Nas «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», t. 7, Lisboa, 1961.

— *A arte de navegar de Portugueses e Espanhóis na época dos descobrimentos.* Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 74, Lisboa, 1944, pp. 367-86.

— *A arte de navegar no Mediterrâneo nos séculos XIII-XVII e a criação da navegação astronómica no Atlântico e Indico.* Na retrocitada revista, t. 87, pp. 453-74.

— *Influence de la cartographie portugaise sur la cartographie européenne a l'époque des découvertes.* Na «Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études», VI[e] Section. *Les aspects internationaux de la découverte océanique aux XV[e] et XVI[e] siècles.* Actes du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritime. — Separata.

MÜNZER, Jerónimo. — *«Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos).* Coimbra, 1932.

Copyrighted material

NASCIMENTO, Francisco Manuel do. — *Zarco ou os efeitos da publicidade.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 5, Funchal, 1937, pp. 81-90.

OSÓRIO, João de Castro. — *O Além-Mar na literatura portuguesa (Época dos Descobrimentos).* Lisboa, 1948.

— *Inclita Geração. Dom Duarte. Dom Pedro.* Lisboa, 1945.

PEDRO, Infante D. — *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro.* 3.ª ed., com uma Introdução e notas por Joaquim Costa. Porto, 1946.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo de situ orbis.* Lisboa, 1954.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. — *A divisa do Infante D. Henrique.* No «Boletim da Segunda Classe» da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 8, 1913-14, pp. 274-79.

— *O livro «Pastor de Hermes» citado por Gomes Eannes de Zurara.* No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vol. 9, Lisboa, 1914-15, pp. 350-55.

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses.* Segunda edição (Actualizada). Coimbra, 1960.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilla, 1948.

PESSANHA, D. José. — *Uma rehabilitação historica.* Inventarios da Torre do Tombo no seculo XVI. — No «Arquivo Histórico Português», vol. 3, Lisboa, 1905, pp. 287-303.

PIANA, O. F. M., Celestino. — *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma.* Quaracchi, 1966.

— *Silloge di documenti dall'archivio di S. Francesco di Bologna.* Na rev. «Archivum Franciscanum Historicum», vol. 50, Quaracchi, 1957, pp. 35-36.

PICO, Maria Alexandra Tavares Carbonell. — *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460.* Lisboa, 1963.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; e ed. da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901. — Nas transcrições seguimos sempre o códice iluminado 359 *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V.* Na retrocitada Colecção da Academia e volume aduzido, pp. 210-489; e na Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901-02. — Nas transcrições seguimos sempre o códice iluminado n.º 358, *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo retrocitado.

PIRES, Domingos. — *Descobrimento e ocupação da Guiné.* Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 76, Lisboa, 1946, pp. 505-11.

PURIFICAÇÃO, Fr. António da. — *Chronica da antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, Bispo de Hyponia e principal Doutor da Igreja.* Lisboa, 1642 e 1656, 2 partes.

QUADRO elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o princípio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. ts. 1, 3 e 14, Pariz, 1842-43 e 1853.

RAU, Virgínia. — *A exploração e o comércio do sal de Setúbal.* Lisboa, 1951.

— *Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII.* Na «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, 3.ª série, n.º 7, Lisboa, 1963, pp. 5-27.

REBELO, Joaquim Ignácio de Brito. — *Alguns traços da vida do Infante D. Henrique.* Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1893-94, pp. 567-73.

RELAÇÕES (As) do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde. Versão do latim por Gabriel Pereira. S. l. n. d.

RICARD, Robert. — *Études hispano-africaines.* Tétouan, 1956.

— *L'infant Dom Pedro de Portugal et O Livro da Virtuosa Bemfeitoria.* No «Bulletin des Études Portugaises», vol. 17, Lisboa, 1953, pp. 1-65.

RIBEIRO, João Pedro. — *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philippino.* Nas «Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. 2, 2.ª ed., Lisboa, 1869, pp. 41-121.

Copyrighted material

— *Memorias para a Historia do Real Archivo.* Lisboa, 1819.

— *Additamentos ás Memorias sobre o Real Archivo.* S. l. n. d., 7 ps.

RIBEIRO, Mário de Sampaio. — *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa.* Lisboa, 1939.

— *Do sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém.* Lisboa, 1949.

RODRIGUES, José Maria. — *O Infante D. Henrique e a Universidade* (Documentos do Archivo da Universidade relativos ao protectorado e aos benefícios do Infante D. Henrique). Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, pp. 485-508.

ROSA OLIVERA, Leopoldo de la. — *Los Bethencourt en las Canarias y en America.* No «Anuário de Estudios Atlánticos», n.º 2, pp. 111-64.

ROTH, O. F. M., Bartholomeus. — *Franz von Mayronis, O. F. M.* Em «Franziscanische Forshungen», vol. 3, Werl in Westfalen, 1936.

RUMEU DE ARMAS, António. — *España en el Africa Atlántica.* I. Texto, Madrid, 1956.

— *Piraterias y ataques navales contra las Islas Canarias,* t. 1, Madrid, 1947.

SÁ, Artur Moreira de. — *Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro.* Lisboa, 1956. Separata da «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, t. 22, 2.ª série, n.º 1.

— *O Infante D. Pedro e a crítica histórica.* Lisboa, 1950. Separata da «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, 2.ª série, t. 17, Lisboa, 1950, pp. 117-36.

— *O Infante D. Henrique e a Universidade.* Lisboa, 1960.

SANCEAU, Elaine. — *O Porto nas vésperas de Alfarrobeira.* No «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 21, Porto, 1958, pp. 187-208.

SÃO PAYO, Marquês de. — *A bordadura nas armas do Infante D. Henrique.* Esclarece-se de vez a origem da bordadura dos castelos

nas armas nacionais. Em «Armas e Troféus», 2.ª série, Lisboa, 1960, pp. 101-06.

SBARALEA, Hiacinthus. — *Supplementum et castigatio ad Scriptores trium Ordinum S. Francisci a Waddingo aliisque descriptos.* Romae, 1908.

SERRA RÁFOLS, Elias. — *Portugal en las islas Canarias.* Nas «Publicações do Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 211-41.

— *Lancelloto Malocello en las islas Canarias.* — Nas «Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos», vol. 3, Lisboa, 1961, pp. 467-78.

SHEPHERD, Guiglielmo. — *Vita di Poggio Bracciolini.* Tradução de Tommaso Tonelli. Firenze, 1825.

SILVA, Augusto Vieira da. — *As Freguesias de Lisboa* (Estudo histórico). Lisboa, 1943.

SILVA, P. Fernando Augusto da. — *João Gonçalves Zarco. Traços biográficos.* Funchal, 1948.

SOARES, Pinto. — *«Nuno Tristão».* — Tentativa de biografia. No «Boletim da Sociedade de Geografia» de Lisboa, série 74, n.ºs 4-6, Lisboa, 1956, pp. 163-66.

SOARES, Torquato de Sousa. — *Acerca da chamada «Crónica dos feitos de Guiné» de Gomes Eanes de Zurara.* Na «Revista Portuguesa de História», t. 9, Coimbra, 1960, pp. 287-302.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* vols. 1 e 6.

SOUSA, Fr. Luís de. — *Primeira parte da historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal, por Fr. Luis de Cacegas.* Vol. 2, 3.ª ed., Lisboa, 1866.

SOUSA, Luís Augusto de Morais e. — *A sciência náutica dos pilotos portugueses nos séculos XV e XVI.* Por... Lisboa, 1924, 2 vols.

SPICILEGIUM Romanum, t. 10, Roma, 1844.

Copyrighted material

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. — *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique. 1393-1460.* Madrid, 1960.

TEIXEIRA, António José. — *Prestitos e procissões da Universidade.* Em «O Instituto», vol. 38, Coimbra, 1891, e na «Revista de educação e ensino», ano 5, n.os 7-10.

— *O Infante D. Henrique.* Na retrocit. revista, vol. 41, Coimbra, 1893-94, pp. 509-19.

TONELLI, Tomaso. — *Poggii Epistolae,* t. 2, Florentiae, 1859.

TOVAR (Conde de). — *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495).* Em Academia Portuguesa da História. *Estudos Históricos.* Vol. 6, t. 2, Lisboa, 1961, pp. 81-136.

TRAUCTADO da Uirtuosa Bemfeitoria. V. — PEDRO, Infante D.

TRIGO, António Baptista Morais. — *A morte de Nuno Tristão.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 2, Lisboa, 1947, pp. 189-92.

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro d'Almeida e. — *O Duque de Coimbra Regente do Reino.* Em «O Instituto», vol. 3, Coimbra, 1855, pp. 301-03 e 316-19.

VERLINDEN, Charles. — *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries.* Na «Revue Belge de Philologie et d'Histoire», t. 36, n.º 4, Bruxelles, 1958, pp. 1173-209.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. — *Algumas achegas para a historia da tinturaria em Portugal.* Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa por ... Lisboa, 1902. — Separata da «Historia e Memorias da Academia Real das Ciencias de Lisboa», nova série, Classe de Ciencias Moraes, t. 10, parte 1.ª

— *Cirurgiões do Infante D. Henrique.* Em «Archivos de História da Medicina Portugueza», vol. 5, Porto, 1894, pp. 102-03.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco institutorum.* 3.ª ed., t. 12 (1448-1456). Quaracchi, 1932.

WÖLFEL, Dominik Josef. — *Un jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la curia romana.* Em «Investigación y Progresso», Madrid, Outubro de 1930, pp. 103-05.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Composta por... Publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.os 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. — Nas transcrições seguimos o texto do códice 41 dos *Manuscrits portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, através de fotocópia.

— *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné.* Segundo o Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. Modernizada, com notas, glossário e uma Introdução de José de Bragança. Porto, 1937, 2 vols.

— *Chronique de Guinée.* Préface et traduction de Léon Bourdon, Professeur à la Sorbonne. Avec la collaboration de Robert Ricard, Professeur à la Sorbonne. Notes de L. Bourdon, E. Serra Rafols, Th. Monod, R. Ricard, R. Mauny. Dakar, 1960.

— *Crónica do conde D. Pedro de Meneses.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza» da Academia das Sciencias de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635.

— *Crónica do conde D. Duarte de Meneses.* Na colecção retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-385. — Nas transcrições seguimos o códice 520, *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

ZURITA, Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segvnda parte de los).* Çaragoça, 1579.

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

1445. — Os navegadores seguem para a povoação de Tira, em terra firme, levam duas mouras cativas por guias, encontram, em pequeno braço de mar, o batel, quase desfeito, pelos indígenas tomado às caravelas de Lisboa, o qual recolhem; não havendo encontrado habitantes em Tira nem em outras duas aldeias, passam à povoação de Tidre, na ilha de Tíder, onde capturam 5 mouros . . . . . p. 1

1445. — Declarado por Lançarote aos demais capitães haverem atingido a finalidade principal da expedição, a qual era, segundo o regimento do infante D. Henrique, a conquista da ilha de Tíder, os navegadores distribuem entre si a presa e aquele declara-os livres para seguirem o rumo que desejem; os capitães das caravelas mais pequenas, Soeiro da Costa, Vicente Dias, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, por se aproximar o inverno e correrem perigo, resolvem regressar a Portugal. p. 3

1445. — Para cumprirem ordem do infante D. Henrique, desejoso de saber novas da terra dos negros, seis caravelas, capitaneadas por Gomes Pires, Lançarote, Álvaro de Freitas, Rodrigo Eanes de Travaços, Lourenço Dias e Vicente Dias, avançam para a terra dos negros; seguem-nas, depois, mais duas, uma de Tavira e outra de Lagos, esta de indivíduo dito O Picanço, as quais porém não chegam lá. . . . . p. 5

1445. — Descendo o litoral mauritano, as seis caravelas deparam com as palmeiras avistadas no ano anterior por Dinis Dias e portanto com terra dos negros, onde porém não desembarcam, pela braveza do mar, e avançam até à foz do Senegal; ali, saltando em terra, apenas conseguem capturar dois moços negros e alguns artefactos indígenas. . . p. 7

1445. — Aproveitado o vento norte, as seis caravelas dirigem-se ao Cabo Verde, onde se reunem todas menos a de Rodrigo Eanes de Travaços, que perde a conserva; desembarcados os navegadores numa ilha e depois noutra, porque nesta última havia demasiados indígenas, tornam para o rio Senegal, apenas atingido por Lourenço Dias, que, por haver perdido as demais caravelas, volta para o reino, como também faz Gomes

Pires pelo mesmo motivo, depois de completar a carga com peles de foca e de comprar um negro no Rio Ouro, aonde Pires promete voltar em Julho do ano seguinte . . . . . p. 11

1445. — Perdido Vicente Dias da companhia de Lançarote e de Álvaro de Freitas, avançam as caravelas destes dois por Tíder para a ponta de Tira, em terra firme do continente africano, onde conseguem capturar 12 indígenas . . . . . p. 14

1445. — Regressadas as caravelas de Lançarote e de Álvaro de Freitas da ponta de Tira à ilha de Arguim, para ali tomarem água e repousarem, pois nela não encontram indígenas, lá se depara com elas a de Vicente Dias, também em busca de aguada; e as três navegam para a ilha de Tíder, passando pela ilha de Cerina, sita entre Tíder e o continente, mas, não havendo achado ninguém na de Tíder, dirigem-se para a ponta de Tira, onde aprisionam 57 indígenas, após o que as três caravelas regressam ao reino . . . . . p. 16

1445. — A caravela de Rodrigo Eanes de Travaços e a de Dinis Dias, perdidas das demais, ao buscarem-nas, encontram-se e seguem viagem juntas . . . . . p. 19

1445. — Ao regressarem da ilha de Tíder ao reino, as caravelas de Soeiro da Costa, Vicente Dias, armador, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, na mira de obterem mais alguma presa, saltam no Cabo Branco, porém sem resultado, e, desejando depois Soeiro da Costa negociar no lugar de Tidre filha e filho de chefe dali, os quais tinha em seu poder, acaba por haver de entregar três mouros, a fim de resgatar o mestre da sua caravela e um judeu, que havia dado em reféns do dito negócio . . . . . p. 20

1445. — A caravela de Tavira e a de Picanço, ao regressarem a Portugal, encontram uma outra, de Álvaro Gonçalves de Ataíde, capitaneada por João de Castilha, a qual seguia para a Guiné; dissuadem-no disso, em razão do inverno, convidam-no a irem as três caravelas sobre a ilha da Palma, para ali tomarem alguns canários, e na ilha de Gomeira recebem de bom grado alguns indígenas, como ajuda e guia, e com eles avançam para a ilha da Palma, onde cativam 17 indígenas, perseguição em que se evidencia Diogo Gonçalves, moço da câmara do infante D. Henrique, e onde perece, de desastre, um português dos da companha . . p. 22

1445. — Da ilha da Palma regressam as três caravelas à de Gomeira, para ali desembarcarem os indígenas que os tinham ajudado no assalto

à primeira, e João de Castilha, por aumentar a sua presa, retem em sua caravela e traz a Portugal 21 naturais, tomados noutro porto de Gomeira, — acção depois reprovada pelo infante D. Henrique, que trata bem os ditos canários e os manda repor em sua terra . . . . . p. 28

1445. — Tristão da Ilha, passado o Cabo Branco, encontra vento contrário, pelo que regressa à ilha donde antes partira; e Álvaro Dornelas, escudeiro, criado do infante D. Henrique, com outra caravela, apenas consegue dois canários . . . . . p. 29

1445. — Dinis Dias, em caravela de D. Álvaro de Castro, e Álvaro Fernandes Palenço, em fusta velha, seguem para a ilha de Arguim onde, feita aguada e ultrapassada a ponta de Santa Ana um grande pedaço, doze homens da companha saltam em terra, capturam 9 indígenas, dos quais 3 lhes fogem, e ali alagam a fusta, depois de recolhidas a guarnição e a aparelhagem respectivas à caravela de Dinis Dias . . . p. 30

1445. — Rodrigo Eanes de Travaços, que viera juntar-se a Dinis Dias, ao que parece após o alagamento da fusta de Palenço, avança com a companha daquele para o Cabo Verde e ilhas fronteiras, nomeadamente a de Gorée, onde Dinis Dias desembarca com dois homens; mas, atento o número muito superior dos indígenas ali encontrados, convêm os das caravelas em retrocederem para o local onde haviam alagado a fusta e ali, sob proposta de Rodrigo Eanes de Travaços, desejoso de fazer alguma coisa por sua honra, saem em terra 14 homens e, ao encontrarem os indígenas que haviam acorrido a recolher a madeira da fusta desmantelada, os acometem, em peleja em que se evidencia Martim Pereira, moço da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 34

1445. — Os navegadores portugueses lutam afadigadamente com os indígenas, distribuídos estes em duas emboscadas, e conseguem vencê-los . . . . . p. 36

1445. — Acabada a peleja referida nos capítulos anteriores, Rodrigo Eanes de Travaços e Dinis Dias regressam a Lisboa e, no Cabo de Tira, saltam em terra 50 homens, que perseguem os indígenas, mas apenas conseguem aprisionar um dos habitantes . . . . . p. 38

1445. — A caravela de João Gonçalves Zarco, — cuja finalidade era ùnicamente avançar o mais possível com o descobrimento da terra dos negros e trazer novidades sobre a mesma ao infante D. Henrique —, capitaneada por Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco e criado de pequeno na câmara do dito infante, segue directamente ao rio Senegal e dali ao

promontório do Cabo Verde e ilha de Gorée e, em seguida, até o Cabo de Naze, donde regressa a Lisboa pela Madeira, havendo sido assim a que em 1445 mais desceu na zona guineense . . . . . p. 40

1445. — O cronista enumera as caravelas mandadas pelo infante D. Henrique à costa ocidental africana até 1446, as léguas percorridas pelas mesmas e sublinha não serem até então conhecidas as terras para lá do Cabo Bojador, pintadas anteriormente ao acaso, mas pelo infante mandadas lançar com segurança na carta de marear . . . p. 43

1445. — Não tendo Álvaro Dornelas conseguido qualquer presa nas Canárias e achando-se a sua caravela mal parada e sem vitualhas, ele fica em Forteventura e manda aquela para Lisboa, por Afonso Marta; toma-a então o seu verdadeiro dono e primo João Dornelas, arma-a e com Diogo Vasques Portocarreiro e outros avança para as Canárias e, ajudado por habitantes da ilha de Gomeira, assalta a ilha da Palma, onde captura 20 indígenas, com os quais aporta a Tavira . . . . . p. 45

4 JULHO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Afonso, residente em Castro Marim, por ser besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 48

[4-9 JULHO 1445]. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao príncipe herdeiro de Castela, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu português, a quem, por haver servido a falecida rainha D. Leonor de Portugal, foram feitas algumas sobrancerias e sem-razões, nomeadamente confiscados os bens e presos sua mulher e filhos, como o próprio informará . . . . . p. 49

[4-9 JULHO 1445]. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, dirigida a D. João Pacheco, marquês de Vilhena, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu de Portugal, servidor que fora da falecida rainha D. Leonor . . . . . p. 50

14 JULHO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João da Veiga, residente em S. João da Pesqueira, porquanto é besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 50

16 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a declarar, em nome de el-rei, que toma em sua guarda e encomenda todas as terras, rendimentos, direitos e coisas do conde de Arraiolos, seu primo, que se moveu a seguir para a cidade de Ceuta, por seu capitão e regedor p. 51

Copyrighted material

16 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a doar ao conde de Arraiolos, agora enviado a Ceuta, por seu capitão e regedor, os quintos das cavalgadas e presas do mar e da terra e demais direitos, foros e coisas ali anteriormente usufruídos pelos demais condes que lá estiveram por capitães . . . . . p. 52

20 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Álvaro Gonçalves, morador em Braga, besteiro da câmara do infante D. Henrique. . . . . p. 53

20 JULHO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Gonçalves, residente na cidade do Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 54

21 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a Lopo Gonçalves, do termo de Mirandela, a permitir que os dois anos do degredo para Ceuta, em que ele fora condenado, possam ser substituídos por mais dois anos na ilha da Madeira, onde já servira outros tantos, por mandado do infante D. Henrique . . . . . p. 55

29 JULHO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao tesoureiro régio, a ordenar-lhe que dos 20.000 soldos das aldeias de Teruel que recebeu pague os 500 florins por mercador entregues à infanta de Portugal . . . . . p. 56

3 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Esteves, residente em Alcácer, besteiro da câmara do infante D. Henrique. . . . . p. 57

14 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a nomear capitão e regedor *in solidum* da cidade de Ceuta o conde de Arraiolos, seu primo, com jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império, sobre todas as pessoas e bens, inclusivamente de morte natural, sem apelação nem agravo, e a ordenar lhe obedeçam todos os que na dita cidade morarem, qualquer que seja seu estado, condição ou preeminência . . . . . p. 57

16 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a conceder ao conde de Arraiolos, seu primo, enquanto fôr mercê de el-rei, possa dar e doar para sempre, por cartas suas, assinadas e seladas, a qualquer pessoa ou pessoas, todas as casas, terras e heranças da cidade de Ceuta e sua comarca que não tiverem sido dadas por el-rei, pelos condes D. Pedro e D. Fernando de Meneses, sem necessidade de confirmação régia, como

aliás se usou nos reinados de D. João I, de D. Duarte e ainda posteriormente . . . . . p. 58

16 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Martim Gil, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Tomar, para escrivão da coudelaria daquela vila e termo . . p. 60

18 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a mandar entregar o castelo da cidade de Ceuta ao conde de Arraiolos, seu primo, e a dispensar do preito e homenagem pelo mesmo o falecido conde de Vila Real e quemquer que, de presente, o tenha . . . . . p. 60

18 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso Tenreiro, residente em Felgar, termo da Torre de Moncorvo, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . p. 61

18 AGOSTO 1445. — Instrumento notarial de contrato e convenção de Lopo da Cunha, fidalgo do infante D. Henrique e vedor da sua casa, com sua mulher Maria Gonçalves, filha do falecido Gonçalo Lourenço, escrivão que foi da puridade de el-rei D. João I, sobre os seus bens . . . . . p. 61

27 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Garcia, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 64

27 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Bernardes, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 64

28 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da tinturaria de pastel no reino, por ele introduzida, e a proibir que alguém a use sem sua licença, sob pena de perder o engenho respectivo, a casa em que ele estiver e o material tingido . . . . . p. 65

4 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lopo Dias, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz de Ceuta . . . . . p. 66

13 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Gomes, residente em Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 67

18 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Estêvão Eanes, residente na Serra da Pescaria, termo da Pederneira, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . p. 67

18 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Álvares, morador em Soure, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 68

20 SETEMBRO 1445. — Carta do infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a participar-lhe haver recebido com satisfação seu embaixador o Dr. Nicolau de Canale, a quem, depois de ele ter apresentado a documentação e alegações em favor do dito doge, quanto à marca de Treviso, o infante mostrou a doação que da mesma lhe fizera o imperador Sigismundo e pediu-lhe cópia das escrituras do doge, na intenção de mandar estudar o assunto, mas o embaixador se recusou a dá-la, pelo que os juristas portugueses não quiseram emitir parecer sem reverem detidamente a questão; a dizer-lhe que julga oportuno o regresso do embaixador, cujo envio agradece, a Veneza; a declarar-se disposto a proceder no caso com inteira justiça e a solicitar igual atitude ao doge, pois, sendo ele verdadeiro e bom amigo seu, deve sentir-se obrigado a não lhe negar o direito que porventura lhe caiba à marca de Treviso, e, como o dito embaixador o interrogara sobre a atitude do infante para com ele, doge, diz-lhe que tanto el-rei de Portugal como ele, infante, e seus irmãos se acham dispostos a manter a antiga amizade até esclarecimento pleno do assunto, cuja solução lhe comunicará, na esperança de que ela virá a contribuir para manutenção e aumento das boas relações entre Portugal e Veneza . . . . . p. 68

25 SETEMBRO 1445. — Memorando de el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, conselheiro e embaixador seu às partes do Levante, sobre o que há-de dizer ao Mestre de Rodes acerca do convite recebido pelo dito monarca do mouro Otmen aben el Cabilu, senhor de terras em Síria, através do veneziano Marco, o qual lhe ofereceu entrada, socorro e ajuda para empresa naquelas partes, a ordenar-lhe oiça o referido Mestre e depois vá ao citado Otmen, observe cuidadosamente o país e assegure àquele a boa disposição do soberano de Aragão em aceder a seus desejos, depois de havida a necessária informação . . . . . p. 73

25 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Farinha, residente em Janeiro, termo da Covilhã, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 75

1 OUTUBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Jorge, residente em termo de Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 76

2 OUTUBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a sua mulher Maria Gonçalves instrumento notarial de contrato e convenção feito por ambos sobre os bens por ela trazidos quando casaram e sobre as arras que ele lhe havia de dar por motivo do casamento . . . . p. 76

2 OUTUBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio de besteiro da câmara a Álvaro Domingues, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em terra de Besteiros . . p. 77

6 OUTUBRO 1445. — A rainha D. Maria de Aragão, em carta a mossem Vicente Climent, doutor em decretos e embaixador do rei aragonês na corte inglesa, entre outros assuntos, ordena-lhe comunique ao rei e ao cardeal de Inglaterra haver-se celebrado contrato matrimonial entre o rei de Castela e filha do infante D. João de Portugal, D. Isabel, donzela sábia e de grande fama . . . . . p. 78

11 OUTUBRO 1445. — Havendo constado à rainha de Aragão que a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida D. Leonor, seria metida no mosteiro de S. Domingos de Toledo, privada de seus servidores, deixada só e sem qualquer subsídio de vida, ela ordena, em memorando a mossem Ramón Cerdán, seu embaixador a Castela, rogue ao respectivo monarca se digne prover às suas necessidades como provera às de sua mãe, pois seria desonra para ele deixá-la em tanta miséria . . p. 79

11 OUTUBRO 1445. — Memorando da rainha D. Maria de Aragão dado a seu emissário Ramón Cerdán, sobre o que há-de ponderar ao rei de Castela acerca dos servidores que foram da rainha D. Leonor de Portugal, parte dos quais o regente D. Pedro não admite no país, e lhes foram tiradas as moradias que haviam em Toledo, onde padecem grande pobreza; pelo que a dita rainha pede ao rei castelhano que torne a solicitar ao infante D. Pedro, cuja atitude comenta, receba aquele pessoal e lhe restitua os bens . . . . . p. 79

11 OUTUBRO 1445. — Memorando da rainha D. Maria de Aragão, a solicitar ao rei de Castela, seu irmão, dê pousadas gratuitas aos servidores portugueses de ambos os sexos que foram da rainha D. Leonor de Portugal e os trate favoràvelmente e a pedir à prioresa do mosteiro de S. Domingos de Toledo, onde se encontra a infanta D. Joana de Portugal, a trate com a honra e reverência que lhe são devidas . . p. 81

Copyrighted material

11 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Pero López de Ayala, alcaide-mor de Toledo, de apresentação do seu emissário Ramón Cerdán, que lhe vai falar sobre os servidores portugueses da rainha D. Leonor de Portugal . . . . . p. 82

11 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão à prioresa do mosteiro de S. Domingos del Real, de Toledo, onde se encontra hospedada a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida rainha D. Leonor, de apresentação do cavaleiro Ramón Cerdán, conselheiro e aguazil régio e seu procurador geral, o qual lhe vai falar da sua parte . p. 83

12 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Fr. Pedro de Góis, Diogo Gonçalves e Diogo Álvares, a comunicar-lhes que envia Ramón Cerdán ao rei de Castela e lhe deu cargo dos assuntos da infanta D. Joana de Portugal, dos deles e dos dos servidores da falecida rainha, mãe daquela, como o próprio Ramón lhes dirá . . . p. 84

18 OUTUBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Vasco Lourenço, morador na Castanheira, termo de Monforte do Rio Livre, parte do degredo a que ele fora condenado para o couto de Noudar, por crimes diversos . p. 85

18 OUTUBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Gonçalo Afonso, morador em Jou, um ano da pena a cumprir no couto do Sabugal, por dois homicídios, em razão dos muitos e bons serviços prestados pelo indultado em Ceuta, Tânger e noutros lugares . . . . . p. 86

18 OUTUBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a João Afonso, irmão de Gonçalo Afonso, morador em Jou, o mais tempo da pena que devia cumprir pelo mesmo motivo da carta anteriormente lançada . . p. 87

22 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Joana de Portugal, a dizer-lhe que não pode aceder ao que lhe escreveu sobre os portugueses, como verá por carta do bispo de Lérida, do que tem pena, mas não lhe é possível providenciar . . . p. 88

3 NOVEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Freire, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa . . . . . p. 89

5 NOVEMBRO 1445. — Letras *Precelsa dignitatis,* do papa Eugénio IV, a conceder dispensa do impedimento de terceiro grau de consan-

guinidade, para casamento, a el-rei D. João II de Castela e de Leão e a D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, a pedido dos mesmos . . . . . p. 89

24 NOVEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Álvaro Afonso, residente no Louriçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 90

3 DEZEMBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a mestre Rodrigo, cirurgião do infante D. Henrique e rendeiro das sisas em Leiria, pelas injúrias que proferira contra o juiz daquela vila. p. 91

7 DEZEMBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a aposentar Nuno Vicente, vassalo de el-rei e escudeiro do infante D. Henrique, residente na vila de Montemor o Novo, a pedido do dito infante, posto não tenha ainda a idade legal . . . . . p. 92

18 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Marim de la Miça, bailio geral do reino, a declarar-lhe que ele apenas tem cargo de administrar os rendimentos de Alcolea do presente e do futuro, pois os do passado serão recebidos pelo bispo de Lérida, que despendeu do seu em favor de pessoal da rainha D. Leonor de Portugal e da sua filha D. Joana . . . . . p. 93

18 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cónego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea pague ao escudeiro português Cide de Sousa, familiar e doméstico servidor que foi da rainha D. Leonor de Portugal, 70 florins de ouro de Aragão, para ajuda da viagem que ele vai fazer à corte do rei aragonês . . . . . p. 95

18 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão às autoridades marítimas do seu reino, a recomendar-lhes o escudeiro português Cide de Sousa, familiar e servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, o qual segue com a sua comitiva para o reino de Nápoles, em serviço de el-rei de Aragão . . . . . p. 96

23 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Gabriel Cogolls, cónego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea, cuja administração tem tido, pague a Cide de Sousa, escudeiro do reino de Portugal, familiar e servidor que foi da rainha D. Leonor, 70 florins de ouro de Aragão, para custear as despesas da viagem que ele vai empreender ao soberano aragonês . . p. 97

23 DEZEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Domingues, barbeiro, residente em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 98

24 DEZEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Lopes, residente no Louriçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 98

3 JANEIRO 1446. — Procuração passada pelo duque de Bragança a Gonçalo Pereira das Armas, do conselho de el-rei e cavaleiro da casa do referido duque, para ele o representar nas cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, onde não lhe era possível comparecer e, em seu nome, propor a entrega do governo do reino a D. Afonso V, a quem prestaria homenagem e submissão pelo duque . . . . . p. 99

3 JANEIRO 1446. — Carta do duque de Bragança a Gonçalo Pereira, procurador seu às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, com o que ali devia dizer ou fazer ler perante el-rei D. Afonso V sobre lhe ser entregue o governo do reino, nos termos do juramento prestado nas cortes de Torres Novas logo que atingisse 14 anos de idade, e ainda pelos motivos e nos termos que indica, ao qual presta homenagem e submissão. p. 101

3 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Henrique de Castela, a solicitar-lhe tome para o corpo da sua guarda Diogo de Tarazona, servidor que foi da rainha de Portugal, D. Leonor, que o passou ao serviço do falecido infante D. Henrique de Aragão quando ela entrou em Castela . . . . . p. 103

4 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Diogo Álvares, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 104

4 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Aires Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim . . . . . p. 104

6 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cónego de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea dê a Fr. Pedro e Fr. Fernando de Góis, da Ordem do Hospital, os quais foram da casa da falecida rainha de Portugal, D. Leonor, 80 florins de ouro de Aragão, como subsídio da viagem que se propõem fazer até junto do rei aragonês . . . . . p. 105

8 JANEIRO 1446. — Em memorando entregue pela rainha de Aragão aos seus embaixadores a Castela Ramón Cerdán e Dr. Miguel Çabrugada, atenta a compaixão dela pelos familiares e servidores da falecida rainha de Portugal, a mesma roga ao monarca castelhano se digne enviar embaixador ao duque de Coimbra e regente daquele reino, a pedir-lhe admita no país e a seu serviço os servidores da rainha D. Leonor e lhes restitua os bens . . . . . p. 106

19 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra, a recomendar-lhe Francisco Manresa, que serviu a falecida rainha de Portugal e que vai buscar sua mulher e os poucos bens que ali lhe restam, e a rogar-lhe inste com o infante seu marido para que ele lhe dê alguma remuneração de tantos serviços pelo mesmo prestados e dos danos sofridos, pois a lealdade a seus senhores merece prémio e não mal nem prejuízo . . . . . p. 107

19 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Ramón Cerdán, seu conselheiro e procurador em Castela, a recomendar-lhe o seu servidor e familiar Francisco Manresa, que na corte castelhana deve obter os documentos necessários para ir a Portugal buscar sua mulher e os poucos bens que ali lhe restam do tempo em que muito bem serviu a falecida rainha D. Leonor e por cujo serviço assaz perdeu, dada a maneira como o infante D. Pedro trata mal os ex-servidores da dita rainha . . . . . p. 108

23 JANEIRO 1446. — Carta em nome de el-rei D. Afonso V com a resolução das cortes de Lisboa de Janeiro de 1446 sobre o regimento do reino continuar em mãos do regente D. Pedro e transcrição de procuração e carta do duque de Bragança, a propor a entrega daquele ao monarca, por ele haver atingido a idade de 14 anos e por outros motivos que aduz, ao qual presta homenagem e submissão por seu procurador Gonçalo Pereira das Armas . . . . . p. 109

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Dias, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Santarém . . . . . p. 111

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Velho . . . . . p. 111

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Verde . . . . . p. 112

Copyrighted material

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa . . . . . p. 112

28 JANEIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso Anes, de Mós, morador em termo de Leiria, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 113

28 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Várzeas, termo de Leiria . . . . . p. 114

28 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Gregório Dias, residente nas Sarzedas, para tabelião do mesmo lugar, como o era Afonso Vasques, que renunciou ao cargo, segundo carta do infante D. Henrique . . . . . p. 115

28 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Ramos, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Braga . . . . . p. 115

1 FEVEREIRO 1446. — Representação da cidade do Porto às cortes de Lisboa de 1446 para que todos os dinheiros que em seu termo se tirassem nas pregações para resgate dos cativos fossem guardados em mão de dois ou três homens bons indicados pela cidade, cujos habitantes, na ida a Ceuta, algumas vezes eram cativados e lá jaziam agora três; pois o arcediago de Vila Nova não queria entregar mais que 200 dos 700 reais ali recolhidos para o dito resgate, dispondo dos restantes no que lhe aprouvesse; ao que anuiu o regente e ordenou o comunicassem ao prelado e, com sua autorização, se fizesse o peditório . . . p. 116

1 FEVEREIRO 1446. — Capítulo geral das cortes de Lisboa deste ano, em que, por evitar os males que se indicam e por se encontrar o reino em paz com Castela como para melhor se manterem os tratos das pazes, se pediu a supressão das frontarias, o que foi concedido . . p. 117

1 FEVEREIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Lourenço, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga . . . . . p. 118

2 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Martins Laranjo, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu . . . . . p. 119

3 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a doar a Gil Vasques, criado do infante D. Henrique, residente em Lagos, para ele e herdeiros, os bens móveis e imóveis que Vicente Domingues, mestre-escola da sé de Silves, legara em testamento, sem licença régia. . . p. 120

3 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a proibir que vão navios portugueses às ilhas Canárias sem ordem ou licença do infante D. Henrique, sob pena da perda dos mesmos e das respectivas mercadorias, devendo os que lá forem pagar ao dito infante o quinto do que de lá tragam . . . . . p. 122

6 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a declarar isento de besteiro do conto Rodrigo Anes, residente em Lisboa, a pedido de Rodrigo Esteves da Ortigueira, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, por ser criado daquele e haver estado consigo em Tânger, por homem de pé, e no palanque até o recolhimento . . . . . p. 123

15 FEVEREIRO 1446.— Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão a seus embaixadores em Castela, Ramón Cerdán e Miguel Çabrugada, a deixar à discrição deles as mercês atribuídas aos servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal e da infanta D. Joana, sua filha, quanto ao tempo e modo . . . . . p. 124

28 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a relevar de infâmia Afonso Gonçalves Sequeira, residente em Nisa, o qual acabou de cumprir o degredo a que fora condenado por ter dito palavras e razões contra os infantes D. Pedro e D. Henrique . . . . . p. 124

5 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Jusarte Fernandes, residente na vila de Santarém, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 126

6 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rodrigo Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na Castanheira . . . . . p. 126

6 MARÇO 1446. —Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo . . . . . p. 127

6 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso de Lisboa, residente naquela cidade, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 127

9 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Nuno Álvares, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar . . . . . p. 128

10 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Vasco Afonso, residente na Ervedeira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, nos termos da de Afonso Anes de 28 de Janeiro do mesmo ano . . . . . p. 128

10 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Gontijas, termo de Tomar . . . . . p. 128

10 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar . . . . . p. 129

19 MARÇO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a perdoar um ano de degredo a João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, condenado por homicídio . . . . . p. 129

22 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João André, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Soure . . . . . p. 130

26 MARÇO 1446. — Carta do infante D. Pedro, curador e regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a comunicar-lhe que em Lisboa, onde há numerosos jurisconsultos e como lhe havia prometido através do seu embaixador, mandara estudar, pelo colégio dos juristas, as letras da concessão da marca de Treviso que lhe fizera o imperador Sigismundo, a respectiva confirmação pelo actual rei dos romanos e ainda as cláusulas da concessão exigida durante anos pelo doge ao referido Sigismundo; a participar-lhe haverem os juristas portugueses, após cuidado estudo do assunto, chegado à conclusão de que o domínio da dita marca passara a ele, infante D. Pedro, sem embargo de este não haver assumido a posse corporal da mesma, e que tal concessão não pode ser revogada pela posteriormente obtida pelo doge; a apelar para a antiga amizade entre o doge e a corte de Portugal, na certeza de que este não só não reterá o que ao infante pertence, mas lhe dará auxílio e favor para a recuperação por ele dos bens por outrem retidos; a pedir-lhe, enfim, que, resistindo à cobiça de possuir o que não lhe pertence, dentro de seis meses, a contar da recepção da presente carta, o certifique, por escrito, das suas verdadeiras intenções . . . . . p. 132

31 MARÇO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a nomear Leonel Gil, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Lagos, em lugar de Álvaro Vieira, que ora matara Lopo Faleiro, escudeiro do mesmo infante, e andava homiziado . . . . . p. 134

2 ABRIL 1446. — Procuração de el-rei D. João II de Castela, em versão portuguesa, passada a Garcia Sanchez de Valhadolide, para, em seu nome, tratar do casamento do monarca com a infanta D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, e a receber por esposa . . p. 135

16 ABRIL 1446. — Carta do regente D. Pedro, a doar a Martim Anes, escudeiro, para sempre, todos os bens, móveis e de raiz, de Fernão Lopes, natural da cidade de Évora, e ainda os que devia herdar de Inês Eanes, sua avó, agora falecida, por ele haver estado no castelo do Crato em seu desserviço e ter seguido para Castela em companhia de Gonçalo da Silveira, onde ainda está e fala e obra contra o reino . . p. 138

23 ABRIL 1446. — Carta do regente D. Pedro, de perdão, a rogo do infante D. Henrique, a Fernão Pais, escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis e criado que fora do prior de S. João, ido com a rainha-mãe para Castela, o qual ficara no castelo da Amieira com filho seu . . . . . p. 140

1446. — Nuno Tristão, nobre cavaleiro, criado desde pequeno na câmara do infante D. Henrique, sabendo como este demandava a terra dos negros e que algumas caravelas haviam ultrapassado já o Rio Senegal, em caravela armada e sem se deter em parte alguma, transpõe o promontório de Cabo Verde 60 léguas, salta com outros homens da companha para batéis, sobem rio largo, em direcção a povoação sita à sua mão direita e são asseteados por flechas ervadas, lançadas por uns 70 ou 80 negros, em 12 pirogas, os quais assim matam 21 dos nossos, nomeadamente Nuno Tristão, João Correia, Duarte de Holanda, Estêvão de Almeida, Diogo Machado e outros escudeiros, peões e mareantes; sem possibilidade de levantarem as âncoras da caravela, pela multidão das setas dos negros, os sobreviventes cortam as amarras e aquela é conduzida a Portugal por Aires Tinoco, escrivão da mesma e moço da câmara do infante, o qual, após dois meses sem avistar terra, consegue trazê-la a Lagos . . . . . p. 141

1446. — João Gonçalves Zarco, capitão da ilha da Madeira, envia novamente Álvaro Fernandes, seu sobrinho, à terra dos negros, em caravela sua, ordena-lhe avance o mais possível e procure obter presa notável com que Zarco testemunhe a sua gratidão a D. Henrique por o haver

criado; em viagem directa ao Cabo Verde, Álvaro Fernandes e companheiros seguem dali até o Cabo dos Mastros e ainda 110 léguas para lá do Cabo Verde, com algumas saídas em terra, donde, pela doença de Fernandes, ferido pelos negros com seta envenenada, regressam ao reino pela ilha de Arguim e Cabo do Resgate, apenas com 5 cativos, mas recebem 100 dobras de D. Pedro e mais 100 de D. Henrique, além de outras mercês, por haverem sido quem, naquele ano, chegou mais longe na tarefa do descobrimento marítimo . . . . . p. 147

1446. — Apesar do receio causado no reino pela morte de Nuno Tristão e companheiros, nove caravelas, capitaneadas por Gil Eanes, Fernão Vilarinho, Estêvão Afonso, Lourenço Dias, Lourenço de Elvas, João Bernardes e por escudeiro do bispo do Algarve, partem de Portugal para a terra dos negros; na ilha da Madeira juntam-se-lhes mais duas, chefiadas por Tristão da Ilha e por Garcia Homem, dirigem-se todas à ilha de Gomeira e depois atacam, sem êxito, a ilha da Palma, donde regressadas as da Madeira e a de Gil Eanes, avançam as restantes 60 léguas para além do promontório do Cabo Verde, entram em rio largo, em que se perde a caravela do bispo do Algarve contra banco de areia, mas saltam alguns dos mareantes em terra e, em pugna com os indígenas, são mortos dois portugueses e três estrangeiros; pelo que regressam os nossos pela ilha de Arguim e no Cabo do Resgate conseguem cativar 48 mouros, com que voltam ao reino, menos Estêvão Afonso, que vai à ilha da Palma e ali toma duas mulheres canárias . . . . . p. 151

1446. — Obtida licença e ajuda do infante D. Henrique, Gomes Pires, patrão de el-rei, com mais 20 homens partem em duas caravelas para o Rio do Ouro, aonde em 1445 ficara de voltar para negociar com os mouros; avitualhadas aquelas na ilha da Madeira, abala Gomes Pires na mais pequena e confia a outra a João Gorizo, moço da câmara do infante, que ia como escrivão; avança a primeira, atinge o Porto da Caldeira, na entrada do esteiro ou Rio do Ouro, onde debalde aguarda 21 dias a chegada dos mercadores mouros, após o que ataca povoação do fundo do mesmo esteiro e cativa 8 indígenas . . . . . p. 156

1446. — Gomes Pires e companheiros saltam em aldeia do Rio do Ouro, onde tomam 21 indígenas e depois mais 31, noutra povoação do mesmo esteiro . . . . . p. 160

1446. — Quando João Fernandes, João Bartolomeu e Lourenço Eanes conduziam os cativos das aldeias do Rio do Ouro para os navios, depararam com cinco mulheres, que aprisionam e juntam àqueles . p. 162

1446. — Gomes Pires e outros, que haviam abalado em busca de novas aldeias do Rio do Ouro, aprisionam mais 8 indígenas que, com os anteriores, perfazem a soma de 79 almas, para cujo alojamento se desfazem da carga de sal que tinham levado, e, falhos de mantimento, especialmente de água, regressam a Lagos, em cujo termo, na Mexilhoeira, se encontrava o infante D. Henrique . . . . . p. 163

5 MAIO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a nomear Fernão Pires para juiz das sisas da vila de Penamacor e termo, a pedido de Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique . . . . p. 165

8 MAIO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, carpinteiro, residente em Coimbra . . . . . p. 166

12 MAIO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a Diogo Gil, criado do infante D. Henrique, o qual fora condenado por ferimento . . . . . p. 166

12 MAIO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lançarote, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Lagos e termo, por cinco anos, como o fora Diogo de Calvos. p. 168

16 MAIO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear João da Fonseca, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Proença, para coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, como o era Diogo Dias, também escudeiro do dito infante . . p. 168

3 JUNHO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de quitação a D. João Manuel, bispo de Ceuta, pelo dito infante mandado em 1443 à corte pontifícia, do que recebeu e despendeu, nomeadamente com as letras relativas à concessão do Mestrado de Santiago, dispensa do casamento do infante D. Fernando e de apropriação à diocese de Ceuta dos bens desanexados das de Tui e de Badajoz . . . . . p. 169

10 JUNHO 1446. — Pleno poder passado por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra, para ele o representar junto de D. Afonso V de Portugal e do infante D. Pedro, regente do reino, na renovação da aliança outrora feita pelos infantes aragoneses com el-rei D. João I e o infante D. Duarte, seu filho primogénito . p. 172

27 JUNHO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a perdoar a Josepe Contador, judeu de Avis, a fuga da cadeia onde se achava detido, sob

acusação de praticar física e cirurgia sem licença, segundo denúncia feita por Lopo Fernandes, porteiro do infante D. Henrique . . . p. 174

15 JULHO 1446. — Letras *Circa statum,* do papa Eugénio IV, dirigidas a mestre Vasco Pereira, clérigo bracarense e notário apostólico, a dar-lhe poderes para urgir o pagamento das rendas atrasadas ou roubadas à câmara apostólica, com licença para proceder contra os recalcitrantes . . . . . p. 175

12 SETEMBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente em Évora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena . . . p. 180

13 SETEMBRO 1446. — Letras *Tam multis,* do papa Eugénio IV, dirigidas a Vasco Pereira, a dar-lhe poderes para receber, em Portugal, a dízima destinada ao pagamento das despesas com a guerra contra os turcos e muçulmanos . . . . . p. 181

13 SETEMBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for mercê de el-rei, as casas de Lisboa, a quinta de Carnide e os quartos do Lumiar que do monarca trouxera Maria Anes, viúva de Gonçalo Pires . . . . . p. 184

28 SETEMBRO 1446. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe que Pedro Martins, deão da sé de Viseu, possa ter outros benefícios, mesmo incompatíveis e com cura de almas. Concedido por três anos . . . . . p. 185

28 SETEMBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a aprovar, em nome de el-rei, o acordo em que assentaram em Coimbra os infantes D. Pedro e D. Henrique e o duque de Bragança, com aprazimento da infanta D. Isabel, viúva do infante D. João, sobre o casamento de D. Isabel e D. Brites, filhas deles, respectivamente com el-rei D. João II de Castela e com o infante D. Fernando de Portugal, irmão do monarca . p. 186

5 OUTUBRO 1446. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe dispensa para João Afonso, clérigo de Évora, de nove anos de idade, poder receber canonicatos e prebendas nas igrejas catedrais ou metropolitanas. Concedida . . . . . p. 189

5 OUTUBRO 1446. — Letras *Vite ac morum,* do papa Eugénio IV, dirigidas a João Afonso, clérigo eborense, a dispensá-lo do defeito de idade, para poder receber quaisquer conezias e prebendas, inclusivamente de igrejas catedrais, a pedido do infante D. Henrique . . . p. 189

7 OUTUBRO 1446.— Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Faro . . . . . p. 190

9 OUTUBRO 1446. — Contrato de casamento celebrado em Évora, entre el-rei D. João II de Castela e a infanta D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, representado o monarca castelhano por Garcia Sanchez de Valhadolide, guarda, embaixador e procurador daquele soberano, por diligência do regente D. Pedro, com consentimento do duque de Bragança, avô da nubente, e da mãe desta, a infanta D. Isabel, e anuência do infante D. Henrique . . . . . p. 191

11 OUTUBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a Pedro Bom, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver estado em arruído que Fernando Afonso Colaço, residente em Santarém, houvera com sua irmã, mulher de Martim de Almeida . . . . . p. 202

27 OUTUBRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a conceder a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, possa andar em besta muar . . . . . p. 203

27 OUTUBRO 1446. — Carta de quitação do regente D. Pedro, passada a el-rei D. João II de Castela, de 45.000 florins de ouro de Aragão, soma em que, segundo os dois convieram, importava o soldo a pagar pelo rei castelhano a Portugal, em razão da ajuda militar que, no ano anterior e sob a chefia do condestável do reino, lhe fora prestada contra os infantes aragoneses, e agora convertida em dote da infanta D. Isabel, filha do infante D. João, matrimoniada com o referido soberano de Castela . . . . . p. 204

29 OUTUBRO 1446. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe transforme em vitalícia a graça concedida, a seu pedido, em 28 de Setembro anterior, a Pedro Martins, deão da sé de Viseu. Concedida vitalìciamente . . . . . p. 207

1 NOVEMBRO 1446. — Carta do infante D. Henrique, a doar a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes para sempre, a capitania da ilha do Porto Santo nos termos na mesma doação indicados . . . . . p. 208

9 NOVEMBRO 1446. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe letras apostólicas em que se declare que Afonso Peres ou Pires, clérigo da diocese de Lisboa, estudante em Sena,

Copyrighted material

onde deve demorar anos, foi dispensado da ilegitimidade e que lhe fora concedido pudesse receber benefício eclesiástico curado antes dos 23 anos de idade, a fim de continuar os estudos. Concedido . . . p. 211

4 JANEIRO 1447. — Tendo-se oferecido o duque de Borgonha ao rei D. Afonso V de Aragão para o harmonizar com o infante D. Pedro de Portugal, o Magnânimo põe as condições seguintes: que, antes de mais nada, sejam todos os servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal, sua irmã, fugidos de Portugal admitidos no país e reintegrados em seus bens, ofícios, dignidades, benefícios e respectivos frutos; que todos os bens de que fora espoliada a dita rainha, dinheiro, pratas, jóias, roupas e rendimentos de suas terras, desde o dia em que lhe foram subtraídos até o da sua morte, sejam entregues ao soberano de Aragão, para ele socorrer os servidores da referida rainha e satisfazer os encargos desta; enfim, que a infanta D. Joana de Portugal, filha da citada D. Leonor, a qual esta lhe recomendara antes de falecer, lhe seja confiada para, a seu tempo, a matrimoniar convenientemente . . . . . p. 212

12 JANEIRO 1447. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a el-rei seu marido, a pedir-lhe reconduza D. Francisco Manresa no cargo de alcaide de Alcolea, que lhe havia sido dado pela falecida rainha D. Leonor de Portugal e o monarca outorgara a outrem, sendo aquele pobre e havendo servido a dita rainha dedicadamente até à sua morte, nomeadamente como seu almoxarife em Portugal, e lhe conceda mais alguma ajuda . . . . . p. 214

13 JANEIRO 1447. — Excertos de carta de quitação do regente D. Pedro, passada a Diogo Gonçalves Bocarro, recebedor do almoxarifado de Beja, relativa ao ano de 1439, com lançamentos respeitantes ao infante D. Henrique, a pessoal dele e à armada de Tânger . . p. 215

18 JANEIRO 1447. — Carta do regente D. Pedro, a privilegiar João Lourenço Ramalho, morador na vila de Alcáçovas, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 215

20 JANEIRO 1447. — Sentença definitiva do infante D. Henrique, como regedor da Ordem de Cristo, dada em pleito movido pelo comendador de Castro Marim, Diogo Lopes das Fustas, contra o arrais de Lagos, Martim Vicente Garrido, por este não haver pago à Ordem certos direitos de trigo com que passara duas vezes pela foz do rio Guadiana p. 217

25 JANEIRO 1447. — Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique, a de el-rei D. Duarte de

26 de Janeiro de 1436, de nomeação de juiz e contador em terra de Seia e seus termos . . . . . p. 220

23 MARÇO 1447. — Capítulo especial das vilas do Algarve, apresentado pela de Tavira em cortes, a solicitar que os rendeiros do verde da almotaçaria sejam dispensados de servirem em Ceuta e noutros lugares no ano em que houverem o dito arrendamento, o que lhes é concedido . . . . . p. 221

1447. — Atenta a dificuldade em se comerciar no Rio do Ouro, porventura em razão dos indígenas lá aprisionados no ano anterior por Gomes Pires, em 1447 ordena o infante D. Henrique se experimente o tráfico por Messa, ponto frequentado com êxito pelos mercadores castelhanos, nomeadamente por Marcos Cisfontes, aonde o infante manda caravela de Diogo Gil, seu escudeiro, em que também seguem Rodrigo Eanes e João Fernandes, que lá fica algum tempo, e onde conseguem comprar 51 guinéus por 18 mouros; no mesmo ano tornam ao Rio do Ouro Antão Gonçalves, mal recebido dos naturais, e ainda caravela de Jorge Gonçalves, que se limita a recolher óleo e peles de foca . . . . p. 222

1447. — O estrangeiro Valarte, após alguma convivência com o infante D. Henrique, solicita-lhe autorização para ir à terra dos negros e é enviado por aquele ao Cabo Verde com cartas para o respectivo rei ou «bor», a convidá-lo a associar-se ao de Portugal na guerra contra os mouros, pois constava ao infante ser ele cristão, leva em sua companhia pelo menos Fernando Afonso, cavaleiro da Ordem de Cristo, e dois intérpretes indígenas; após viagem longa e difícil, atingem a referida zona, cujo rei lhes é dito achar-se mui distanciado, em guerra com outro senhor, e, depois de alguns dias de contacto amistoso com os naturais, Valarte aproxima-se imprudentemente da praia, em batel, que é lançado fora pelo mar, e os seus ocupantes assaltados pelos indígenas, dos quais apenas um escapa, a nado, e Fernando Afonso retira com a caravela para o reino . . . . . p. 225

1447. — Moradores de Lagos, mediante contrato em dinheiro com D. Henrique, vão pescar com êxito ao Cabo dos Ruivos, onde são surpreendidos, perseguidos e alguns feridos sem gravidade pelos naturais; e, neste mesmo ano de 1447, por necessitar de alguma das ilhas Canárias para a prossecução dos seus feitos, o infante toma, de arrendamento, a de Lançarote, cedida por seu dono, micer Maciot, na qual coloca, por capitão, o nobre cavaleiro Antão Gonçalves, que ali demora algum tempo, em benéfica administração da mesma . . . . . p. 231

20 ABRIL 1447. — Carta passada em nome de el-rei, a conceder ao infante regente D. Pedro para sempre isenção do pagamento de dízima de todo o pão, vinho, peixe, madeira e demais coisas trazidas ao reino pelos moradores da sua ilha de S. Miguel, Açores, a fim de ela ser bem povoada . . . . . p. 235

21 ABRIL 1447. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Diogo Lopes de Figueiredo, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Silvares, freguesia de Silgueiros, termo da dita cidade, de 3 casais com suas pertenças, transcritos de livro de tombo do mesmo cabido, pelo foro anual de 14 libras da moeda antiga, pagas às terças do ano, e dois capões, pelo Natal . . . . . p. 236

2 MAIO 1447. — Carta de escambo, feita em Pombal por Fernão Vasques, ali tabelião pelo infante D. Henrique, pela qual o mosteiro e convento da Batalha dá a Lopo Pires e a sua mulher Maria Lionardes, lá moradores, pedaço de terra situado no Souto de El-Rei e recebe outro nos Enxofrais, ambos no termo da dita vila . . . . . p. 240

3 MAIO 1447. — Carta de João Gonçalves Zarco, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, regedor por ele no Funchal e seus termos, a conceder terra na mesma ilha da Madeira a Gil Gonçalves e a seus descendentes, visto o anterior donatário a não haver aproveitado . p. 242

6 MAIO 1447. — Contrato do matrimónio de el-rei D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, senhor de Montemor e regente do reino, no qual o monarca louva, aprova e confirma o seu casamento com a dita senhora, doa a esta, por câmara, vitalìciamente, as terras que a falecida rainha D. Leonor, sua mãe, houvera em matrimónio, por assentamento anual 1.165.000 reais brancos, pagos pela sisa dos panos de Lisboa, e, por arras, 20.000 escudos de ouro, a liquidar pelos rendimentos das ditas terras e assentamento . . . p. 243

6 JUNHO 1447. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de legitimação de Catarina Vasques de Góis, filha de Álvaro de Góis, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e comendador de Puços, e de Clara Dias, solteira . . . . . p. 248

14 JUNHO 1447. — Letras *Religionis zelus,* do papa Nicolau V, dirigidas a João Gonçalves de Madalena, cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra, a conceder-lhe, a pedido do infante D. Henrique, possa receber benefício com cura de almas ou sem ela, dos que costumam ser governados pelos mosteiros de S. Vicente de Fora, na diocese de Lisboa, e

S. Pedro de Folques, na diocese de Coimbra, ambos de cónegos regrantes de S. Agostinho, contanto que não sejam priorados nem preposituras conventuais . . . . . p. 249

14 JUNHO 1447. — Letras *Hodie dilecto,* do papa Nicolau V, dirigidas ao bispo de Bazas, França, e aos juízes eclesiásticos de Lisboa e Coimbra, a comunicar-lhes o conteúdo das precedentes letras *Religionis zelus* e a ordenar-lhes que, por si ou por outrem, as façam cumprir . . . . . p. 251

12 JULHO 1447. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, empraza a João Eanes, escudeiro do Navegador, e a Brites ou Beatriz Gonçalves, sua mulher, em três pessoas, pelo foro anual de 150 libras da moeda antiga, à razão de 500 libras por uma, casas régias da Rua Nova, em Lisboa . . . . . p. 253

22 JULHO 1447. — Acta do matrimónio celebrado na vila de Madrigal, diocese de Ávila, entre D. João II, rei de Castela e de Leão, e D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, nos paços régios da dita vila, perante D. Pedro de Castilla, tio de el-rei e bispo de Palência, sendo também presentes D. Vasco Perdigão, bispo de Évora, e D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, o Dr. Fernando Diaz de Toledo, notário-mor de Castela e do conselho de el-rei, D. Álvaro de Luna, mestre de Santiago e condestável de Castela, bem como outros mui ilustres senhores p. 255

25 JULHO 1447. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida ao papa Nicolau V, ao rei D. Isaac, por graça de Deus Preste João das Índias, filho de David, senhor das tábuas do monte Sinai e da Etiópia, rei dos reis, e a outras personagens abaixo indicadas, a recomendar-lhes arauto de el-rei D. João de Navarra, seu irmão . . . . p. 258

2 SETEMBRO 1447. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Antão, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de casas, cortinhal e poço na Rua da Regueira, da mesma povoação, pelo foro anual de 45 soldos da moeda antiga, pagos às terças do ano, e dois capões, pelo Natal . . . . . p. 260

14 SETEMBRO 1447. — Alvará do infante D. Henrique, a ordenar aos juízes da sua vila de Pombal tirem inquirição a respeito de certos bens que ele deu a Iria Anes e dos quais o mosteiro da Batalha se julga dono . . . . . p. 262

19 SETEMBRO 1447. — Inquirição a respeito de certos bens que Iria Anes possuía, tirada a pedido de Fr. João Martins, mestre em teo-

logia, prior do mosteiro da Batalha, e ordenada pelo infante D. Henrique, pela qual, depois de interrogadas as testemunhas, se manda que a mesma Iria Anes, compareça diante do dito infante com as escrituras de seus bens . . . . . p. 263

22 OUTUBRO 1447. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juízes da vila de Pombal, pela qual manda meter em posse do Casal da Capelaria, termo da mesma vila, Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha . . . . . p. 265

24 OUTUBRO 1447. — Posse dada a Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha, do Casal da Capelaria, termo da vila de Pombal, por Afonso da Perna, mordomo da mesma vila, em nome do juiz e perante Afonso Gil, tabelião do infante D. Henrique na dita vila . . . . . p. 267

25 OUTUBRO 1447. — Emprazamento pelo mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, a Pero Delgado, escudeiro, criado do infante D. Henrique, e a Margarida Gonçalves, sua mulher, de casas na dita cidade, à Fonte dos Cavalos, com a condição de eles lhe adicionarem outro andar, de sorte que se possa ver o mar, pelo foro anual de 56 libras antigas dos alfonsins e 2 galinhas, pagas ao oficial da vestiaria do referido mosteiro, em duas prestações, por Páscoa e Natal . . . . . p. 268

23 NOVEMBRO 1447. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e câmara de Coimbra, a declarar que, em virtude dos privilégios da Ordem de Cristo, os caseiros encabeçados que ela tem em Quimbres, termo daquela cidade, são escusados dos encargos e servidões do concelho . . . . . p. 271

1 MARÇO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Fernando, seu filho e duque de Calábria, ao conde de Ariano, a mossem Corella, mossem Olzina e D. Arnau Fonolleda, a solicitar-lhes se interessem, junto de el-rei de Aragão, seu marido, pelo portador D. Francisco Manresa, muito necessitado e constante servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, onde foi seu almoxarife, para que aquele lhe distribua algum ofício ou graça em sua corte ou reino, como fez com os servidores de seus irmãos . . . . . p. 272

9 MARÇO 1448. — Carta do infante D. Henrique, a ordenar a João Afonso Malheiro, seu almoxarife na ilha da Madeira, a seus sucessores e bem assim aos herdeiros dele, infante, paguem anualmente 20.000 reais brancos ao cavaleiro micer Maciote e a seus filhos e herdeiros, pela cedên-

cia que ele lhe fizera, enquanto lhe aprouvesse, do senhorio e rendimentos da ilha de Lançarote, Canárias, de cuja defesa e amparo o infante assumira a responsabilidade e ainda a obrigação de manter o referido anual no caso de castelhanos, franceses ou outras gentes se apoderarem dela . . . . . p. 274

10 MARÇO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V ou passada em seu nome pelo regente do reino, a confirmar, a rogo de D. Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra, a carta de el-rei D. João I de 20 de Março de 1429, de aprovação do contrato do seu casamento com o infante D. Pedro p. 276

25 MARÇO 1448. — Carta do infante D. Henrique, a conceder a pensão anual e perpétua de 10 marcos de prata sobre os rendimentos da ilha da Madeira, para manutenção da cadeira de prima de teologia, pagos em duas prestações, Natal e Santa Maria de Março, ao lente respectivo, com as obrigações seguintes: leccionar aquela disciplina na Universidade; fazer a oração *de Sapientia* no começo do ano lectivo; celebrar missa e pregar na igreja da Graça de Lisboa no dia de Santa Maria de Março e ainda na do mosteiro do Salvador, no dia de Natal; encomendar a alma do infante nessas ocasiões, nomeadamente na festividade de Março, que devia ser assistida por todos os lentes e estudantes, em razão das casas que D. Henrique doara à Universidade . . . . . p. 277

29 MARÇO 1448. — Letras *Digna reddimur*, do papa Nicolau V, dirigidas ao Vigário e demais religiosos franciscanos espanhóis das ilhas Canárias, a conceder-lhes, a seu pedido, entre outras graças, possam receber casa em lugar marítimo do reino de Portugal, à semelhança da que têm em Sanlucar de Barrameda, na Andaluzia, para lá morarem e donde se abasteçam de azeite . . . . . p. 283

4 ABRIL 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, de apresentação e recomendação do seu arauto Catalunha, que manda para assistir às festas das bodas régias . . . . p. 284

4 ABRIL 1448. — Cartas de el-rei D. Afonso V de Aragão, de apresentação e recomendação de arauto seu aos infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, ao duque de Bragança, à duquesa de Coimbra, ao condestável D. Pedro, aos condes de Ourém, de Abranches, de Marialva e de Odemira, o qual se dirige a Portugal . . . . . p. 285

2 MAIO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, filho de Diogo Lourenço, cónego de Braga, e de Margarida Gil, solteira ao tempo do nascimento do legitimado . . . . . p. 286

Copyrighted material

1448. — Zurara assevera terem vindo das partes da Guiné ao país, até esta data, 927 almas, cuja maior parte ingressou no caminho da salvação; o autor encerra aqui o volume primeiro da Crónica, por haver assumido o governo do reino D. Afonso V, e promete outro volume, que atinja o fim dos feitos do infante D. Henrique, embora depois daquele ano eles hajam assumido mais carácter comercial do que, pròpriamente, bélico . . . . . p. 288

5 JUNHO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente de Portugal, a solicitar-lhe a liquidação ao vassalo e servidor seu Pero Lopez de certos dinheiros que lhe são devidos pela causa e razões constantes de carta do rei de Portugal e que, atentas a distância e idade do destinatário, lhe pede os receba e envie pelo criado do dito infante João Sala, seu óptimo servidor. p. 290

7 JULHO 1448. — Súplica do infante D. Henrique e dos habitantes da vila de Marvão, dirigida ao papa Nicolau V, a impetrar licença para fundarem convento franciscano próximo daquela vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Estrela, por ali se terem operado muitos milagres e não haver igreja nem oratório nesse lugar . . . p. 291

7 JULHO 1448. — Letras *Fidelium vota,* do papa Nicolau V, dirigidas ao oficial provisor da diocese egitaniense, a conceder licença ao infante D. Henrique e ao povo de Marvão para edificarem o oratório de Nossa Senhora da Estrela junto da mesma vila e poderem entregá-lo aos franciscanos, sem prejuízo dos direitos paroquiais . . . p. 293

11 JULHO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a aprovar todos os actos da regência do infante D. Pedro, seu tio, durante a menoridade do monarca . . . . . p. 294

[JULHO 1448 — AGOSTO 1449]. — Carta do grande humanista italiano coevo Poggio Bracciolini, secretário pontifício, membro da cúria romana desde o pontificado de Bonifácio IX e redactor de algumas das letras pontifícias então concedidas a Portugal, endereçada ao egrégio e famoso príncipe D. Henrique, duque de Viseu, a congratular-se com ele pelos êxitos excepcionais, nunca antes conhecidos de imperadores nem de reis, dos seus descobrimentos marítimos, por mares ignotos e tempestuosos e por terras ínvias e afastadas, povoadas de gentes selvagens e ferozes, às quais nunca ninguém se atrevera a chegar, com lutas navais em que fizera cativos, a caminho do meio-dia de África e alcançados os etíopes, e também em lutas contra os infiéis, por seu glorioso pai iniciadas e por ele herdadas e continuadas, erguendo-se assim, em celebridade,

acima dos próprios Alexandre e César, dominadores de terras conhecidas, e a exortá-lo a que prossiga em tão gloriosos feitos, que lhe hão-de garantir, neste mundo, fama e vitória e, no outro, o prémio divino . p. 300

7 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida à câmara municipal do Porto, a censurá-la porque, depois de ele haver assumido o governo do país, os oficiais da mesma comentavam fora da câmara os feitos do reino e mandavam ler, nas pregações, as suas cartas, as do infante D. Pedro e doutro qualquer senhor, posto não respeitassem à cidade, alvoroçando assim a população e intrometendo-se no que lhes não pertence; ordena-lhes ainda não lhe escrevam sobre o assunto, a ele reservado bem como a seu Conselho, e que nada deliberem sem a presença de todos os camarários nem excluam das sessões qualquer pessoa, como lhe constava se fizera . . . . . p. 302

9 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida ao duque de Bragança, em resposta ao que lhe mandara dizer por intermédio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa, a comunicar-lhe que lhe praz vá à cidade do Porto fazer o saimento ao cardeal e ainda todas as vezes que quiser, como antes fazia . . . . . p. 304

12 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a recomendar-lhe vivam socegadamente, sem fazerem inovações uns contra os outros . . . . . p. 304

12 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a agradecer-lhe o bom acolhimento das coisas que, por seu serviço, lhe mandara dizer por meio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa p. 305

12 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a dizer-lhe que lhe apraz que todos os criados e servidores do duque de Bragança que vivem na cidade gozem do trato, honras e liberdades que até aí usufruíram . . . . . p. 306

14 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida aos regedores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e homens bons das cidades e vilas, aos quais acautela para que se não repitam os alvoroços e revoltas que, poucos dias antes, houve no reino, para que não acatem ordens de precaução militar senão dadas por cartas régias autênticas nem velem nem rondem a cidade ou fechem as portas dela e o avisem do que suceder contra a paz e concórdia, que deseja manter no país . p. 307

Copyrighted material

2 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, do exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador e de isenção do pagamento do quinto e dízima do que de lá trouxessem o infante ou quem ele mandasse ou autorizasse a ir . . . . . p. 308

2 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique, a pedido deste, a carta do regente D. Pedro de 27 de Outubro de 1443, de doação do Cabo de Trasfalmenar, no Algarve, e uma légua de termo . . . . . p. 309

5 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a comunicar-lhe que Filipe Anes, corregedor que ora é da comarca, leva ordem sua para serem substituídos os escrivães das câmaras com mais de três anos de serviço, como manda a Ordenação, e que substituam Álvaro Gil, que há mais de três anos exerce o cargo de escrivão da câmara do Porto, por Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança . . . . . p. 311

5 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, endereçada à câmara do Porto, a dizer-lhe que é seu serviço não ser tirado de alcaide pequeno da cidade Diogo Lourenço, por ser bom escudeiro e com o qual devem estar contentes . . . . . p. 312

11 SETEMBRO 1448.— Escambo feito por João Esteves, solteiro, escudeiro, criado do infante D. Henrique e paceiro em seus paços de Lisboa, de casa térrea na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, daquela cidade, por outro edifício térreo do dito mosteiro, sito à Porta do Muro, entre aquele mosteiro e o de S. Agostinho . . . p. 313

15 SETEMBRO 1448. — Carta patente de el-rei D. Afonso V, a ordenar aos detentores de castelos, vilas, lugares, ofícios ou bens que lhes tivessem sido dados desde o falecimento de seu pai até à sua ascensão ao governo efectivo do reino, compareçam perante ele, pessoalmente ou por procurador, até 20 de Outubro seguinte, com os respectivos títulos de posse, pois lhe consta que muitas pessoas foram deles esbulhadas ùnicamente por serem servidoras e adeptas da rainha sua mãe e devem ser repostas nos direitos de que injustamente foram privadas, como as próprias lhe requereram . . . . . p. 316

28 SETEMBRO 1448. — Alvará de Filipe Anes, corregedor por el-rei na comarca e correição de Entre Douro e Minho, a ordenar aos tabeliães da cidade do Porto e termo, em nome de el-rei, lhe levem a Arco-

zelo todas as denúncias, querelas e inquirições que tenham de quaisquer pessoas e ainda as inquirições sobre pessoas que disseram ou fizeram alguma coisa contra o serviço e estado de el-rei, sob pena de 1.000 reais para a chancelaria régia . . . . . p. 318

8 OUTUBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear o duque de Bragança para seu fronteiro-mor em todos os lugares das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes e a ordenar lhe obedeçam . . . . . p. 319

14 OUTUBRO 1448. — Bula *Apostolice sedis*, de Nicolau V, a conceder o priorado do Crato a João de Ataíde e a declarar nulos quaisquer direitos que sobre ele se arrogue D. Henrique de Castro, com a condição de este receber a pensão anual a que se reporta a bula *Religionis zelus*, do mesmo dia e ano . . . . . p. 321

14 OUTUBRO 1448. — Bula *Religionis zelus*, de Nicolau V, dirigida a João de Ataíde, prior do Crato, a provê-lo no sobredito priorado, com a condição de ele e sucessores pagarem a Henrique de Castro a pensão vitalícia anual de 100.000 reais brancos, a pedido de el-rei e do infante D. Pedro . . . . . p. 326

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, expedida de Perpinhão, a recomendar aos reis e rainhas de Castela, Portugal e Navarra e duque e duquesa de Coimbra o barão austríaco Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a Portugal, aonde vêm ver as irmãs do soberano daquele país, com uma das quais o referido monarca deseja contrair matrimónio . . . . . p. 331

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, a recomendar os mesmos embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a reis e a príncipes e a mandar às autoridades aragonesas dêem todas as facilidades aos ditos, na sua passagem por terra e por mar, com a respectiva comitiva, e todas as dispensas tributárias . . . . p. 333

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, a conceder ao barão Jorge de Volrestorf, a seu pedido, que, em nome do rei aragonês e seu, ele atribua a três senhoras nobres austríacas, por ele escolhidas, a empresa aragonesa da estola e jarra e delas receba o juramento de cumprirem os respectivos estatutos e que possam usar as insígnias próprias nos dias e festas costumados . . . . p. 334

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao bailio e cobrador do imposto régio de Le Boulon (Rossilhão) e ao vice-chanceler de Gerona, a declarar dispensados dos impostos régios o barão Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, em viagem para Portugal . . . . . p. 335

29 OUTUBRO 1448. — Letras *Vite ac morum*, do papa Nicolau V, dirigidas a Lourenço Abul, cónego da sé de Lisboa e secretário de el-rei D. Afonso V, a conceder-lhe algumas conezias e prebendas nas dioceses de Évora e de Lisboa, com os rendimentos respectivos, a pedido de el-rei, da rainha e dos infantes D. Pedro e D. Henrique . . . . . p. 336

12 NOVEMBRO 1448. — Concórdia celebrada entre o infante D. Pedro, ex-regente do reino, e o duque de Bragança, por diligências de el-rei D. Afonso V e preparada pelo infante D. Henrique . . p. 339

4 DEZEMBRO 1448. — Carta do infante D. Henrique, a dar de arrendamento a Martim Gomes Leitão, vedor da fazenda de Ceuta, o reguengo da Tojosa, no termo de Santarém . . . . . p. 342

5 DEZEMBRO 1448. — Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão, escrita de Perpinhão ao conselheiro e seu tesoureiro D. Galcerán Oliver, a dizer-lhe constar que o infante D. Pedro de Portugal teria entrado em Castela e que havia grande divisão entre os reis de Castela e de Portugal, o que não é verdade; entretanto, que ele espalhe o boato, menos a el-rei seu marido, a não ser que este lho ordene, mas sempre com cautela, para que não se diga que se procede astuciosamente . p. 344

30 DEZEMBRO 1448. — Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, vindo de Ceuta para harmonizar aquele infante com el-rei, a expor-lhe toda a campanha de que tem sido alvo, a fim de ele se orientar e aconselhar o monarca sobre o assunto . . p. 345

1448. — Prólogo do *Horologium fidei* ou explanação teológica, em forma de diálogo, entre o autor, Mestre Frei André do Prado, e o infante D. Henrique, sobre o Símbolo dos Apóstolos, a pedido daquele infante, no qual o referido teólogo franciscano enaltece o amor do Navegador pelas ciências, como nova glória e espelho dos príncipes, em perscrutar as maravilhosas obras de Deus e das coisas da terra, realizando o infante o que para seus ilustres antecessores era escondido, como estudioso persistente e sagaz dos astros e coisas difíceis, poderoso nas guerras e conquistas de terras e em desvendar os mares . . . . . p. 356

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

ABADE (Gomes), morador em Pombal, procurador do prior do mosteiro da Batalha, 240-41, 264-65 e 267.

ABELHARDT. V. — VALARTE.

ABIUL, 267.

ABRAM, entre a ilha de Gorée e o estuário do rio Jumbas, 227.

ABRANCHES (Conde de), D. Alvaro Vasques de Almada, 285-86 e 353.

ABRANTES, 171. Contador régio do almoxarifado de —, 45-46.

ABUL (Lourenço), escrivão, 67 e 180.

ABUL (Lourenço), cónego da sé de Lisboa e secretário de el-rei D. Afonso V, 335-36.

ABUL (Vasco), escrivão 216, 221 e 341-42.

ABUYSAACH JACMAC, sultão grande de Babilónia, 259.

ACCOLTI (Benedito), famoso jurista, 299.

AÇORES, 233-35 e 273-74.

ADRAR mauritano, 229.

AFONSO, certamente negro baptizado em Portugal, 230.

AFONSO (D.), duque de Bragança, conde de Barcelos e de Neiva e senhor de Penafiel, 70, 99, 192, 286 e 341. V. — BRAGANÇA (Duque de) e BARCELOS (Conde de).

AFONSO (D.), conde de Ourém, 285.

AFONSO IV (D.), rei de Portugal, 270.

AFONSO V (D.), rei de Portugal, 6, 23, 48, 50-55, 57-58, 60-61, 64-68, 72, 75-77, 86-87, 90-92, 95, 98-99, 101, 104, 109-15, 117, 119-20, 122-24, 126-27, 129-30, 134, 138, 140, 152, 156, 165-66, 168-69, 171-72, 174, 176, 179-80, 186, 190-91, 202-04, 209, 215, 220-21, 226, 243, 248, 252-53, 275-76, 278-80, 284, 286, 288-89, 294, 300, 302-06, 308-09, 311-12, 315-16, 319, 322, 327, 332, 335-36, 338-39 e 344-45. Chancelaria de —, 345. Contrato do casamento de —, 243.

AFONSO V (D.), rei de Aragão, 48, 55, 73, 75, 150, 171-73, 212, 258-59 e 284-85.

AFONSO (Alvaro), residente no Louriçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 90.

AFONSO (Alvaro), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.

AFONSO (Alvaro), tabelião público por autoridade de el-rei, 268, 270, 313 e 315.

AFONSO (Brás), bacharel em Direito Canónico, 132.

AFONSO (Brás), escrivão, 140.
AFONSO (Dinis), escrivão, 203.
AFONSO (Diogo), criado do infante D. Henrique, 13, 153 e 157.
AFONSO (Diogo), escrivão, 115 e 307.
AFONSO (Estêvão), escudeiro de Lagos, capitão de caravela, 8-10, 12, 150-51 e 153-55.
AFONSO (Fernando), tabelião régio em Lisboa, 62 e 76.
AFONSO (Fernando), cavaleiro da Ordem de Cristo, coudel de Gouveia, 225-28 e 231.
AFONSO (Gomes), escrivão das sisas de Faro, 190.
AFONSO (Gonçalo), morador em Jou, 86-87.
AFONSO (Gonçalo), almoxarife do armazém de el-rei na cidade de Lisboa, 253.
AFONSO (Inês), mulher de João Antão, 260.
AFONSO (João), irmão de Gonçalo Afonso, morador em Jou, 87.
AFONSO (João), residente na cidade de Lisboa, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 112.
AFONSO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 129.
AFONSO (João), clérigo de Évora, 188-89.
AFONSO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 215.
AFONSO (João), escudeiro, morador em Lisboa, a Vila Nova, 315.
AFONSO (Lopo), escrivão da puridade de el-rei D. Afonso V e notário público, 48, 50, 54, 58, 60-61, 77, 110, 118, 120-21, 186, 201, 206, 236 e 351-52.
AFONSO (Lopo), alfaiate, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Gontijas, termo de Tomar, 128-29.
AFONSO (Luís), mestre-escola de Braga, 92.
AFONSO (Martim), morador em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 48.
AFONSO (Rodrigo), escrivão, 125, 130, 203 e 248.
AFONSO (Rodrigo), cónego da sé do Viseu, 236.
AFONSO (Vasco), residente na Ervedeira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 128.
AFRICA, 226, 233, 298 e 301. Costa Ocidental de —, 6. — Ocidental, 229.
AHUDE MEIMOM, 150.
ALBARESE, perto de Grosseto, 285.
ALBERGARIA (Diogo Soares de), cavaleiro de Coimbra e conselheiro régio, 300.
ALBERNAZ, 148.
ALCACER DO SAL, 56-57.
ALCAÇOVAS, 215.
ALCAIDE (Pero), 116.
ALCOBAÇA (Mosteiro de), 299.
ALCOLEA, 93-95, 97 e 105. Alcaide de —, 107 e 213-14.
ALCOUTIM, 217.
ALDEIA GALEGA, 245.
ALEMANHA, 301 e 331. Grande bailio de —, 260.
ALEMÃO (Pedro), 1.
ALENQUER, 245.
ALENTEJO, 354.
ALEXANDRE, imperador da Macedónia, 12, 40, 298 e 301.
ALFARROBEIRA, 110 e 353.
ALGARVE, 28, 99, 152 e 309. Bispo do —, 150 e 152. Capítulos do — às cortes de Lisboa de 1446, 221. Infanta do —, 88. Rei do —, 113, 117, 120, 124, 132-33, 135, 184, 192, 221, 243, 316, 322, 327 e 339. Reino do —, 28, 47, 219 e 327. Vilas do —, 220-21.

ALJECIRAS. Rei de —, 135.
ALMADA (D. Alvaro Vasques de), conde de Abranches, 286 e 353.
ALMADA (João Vasques de), vedor da casa de el-rei D. Afonso V, 206.
ALMEIDA (Alvaro de), morador em Nisa, 125.
ALMEIDA (Estêvão de), moço fidalgo, 141, 143 e 145.
ALMEIDA (Fortunato de), 221, 284, 304 e 331.
ALMEIDA (Lopo de), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V e vedor da sua fazenda, 139, 165, 254 e 317.
ALMEIDA (Manuel Lopes de), Professor, 277.
ALMEIDA (Martim de), escrivão, 202.
ALVAIAZERE, 245.
ALVARENGA (Rui Gomes de), doutor, do desembargo e petições de el-rei, 92, 125, 130, 140, 167, 220 e 248.
ALVARES (Azmam), cinteiro em Lisboa, 253.
ALVARES (Diogo), 84.
ALVARES (Diogo), residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 104.
ALVARES (Diogo), estalajadeiro, filho adoptivo de Iria Anes, 266.
ALVARES (Fernando), escolar, 63.
ALVARES (João), morador em Soure, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 67-68.
ALVARES (Luís), cerieiro em Lisboa, 253.
ALVARES (Martim), morador em Lagos, mestre da caravela dita «Picanço», 6.
ALVARES (Martim), escrivão, 92, 123 e 168.
ALVARES (Nuno), residente em Tomar, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 127-28.
ALVARES (Fr. Pedro), franciscano, 356 e 358.
ALVAREZ DELGADO (Juan), 234.
ALVARO (Fr.), porteiro do mosteiro de S. Vicente de Fora, 270.
ALVOR, Pescarias de —, 280.
AMALAM, cavaleiro indígena, 229.
AMARANTE. Doação da portagem de —, 6.
AMARES, concelho do distrito de Braga, 45.
AMEIXOEIRO (Alvaro Fernandes), 217.
AMIEIRA (Castelo da), 139-40.
AMIGO (Abraão), judeu português, 48-50.
ANAFÊ, actual Casablanca, 224.
ANDALUZIA, 95 e 282.
ANDRÊ (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Soure, 130.
ANES. V. — EANES.
ANES (Afonso), escrivão, 92, 167, 175 e 220.
ANES (Afonso). V. — MOS (Afonso Anes de).
ANES (Afonso), sogro de João Antão, 261.
ANES (Afonso), albardeiro em Viseu, 261.
ANES (Afonso), escudeiro, 268.
ANES (Alvaro), tabelião régio em Santarém, 167.
ANES, o Moço (Alvaro), 85.
ANES (Clara), mãe de Fernão Vilarinho, 151.
ANES (Estêvão), cantor régio, 224.
ANES (Filipe), corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, escolar em Direito, escudeiro e vassalo de el-rei D. Afonso V, 311 e 318.

ANES (Gomes), abade, morador em Pombal, procurador do prior do mosteiro da Batalha, 264.
ANES (Gonçalo), criado do infante D. Henrique, juiz e contador em terra de Seia, 219-20.
ANES (Iria), moradora em Pombal, 262 e 264-65.
ANES (João), meio-cónego, 240.
ANES (João), tabelião na ilha da Madeira pelo infante D. Henrique, 242.
ANES (Dr. Luís), cónego da sé de Viseu, 237.
ANES (Margarida), proprietária em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
ANES (Maria), viúva de Gonçalo Pires, 184.
ANES (Martim), escudeiro, 138-39.
ANES (Martim), morador em Trás os Matos, termo de Pombal, 264-65 e 267.
ANES (Nicolau), proprietário na ilha da Madeira, 242.
ANES (Pero), 127.
ANES (Rodrigo), escrivão, 58, 77, 110, 121, 124, 126-27 e 188.
ANES (Rodrigo), residente em Lisboa, criado de Rodrigo Esteves da Ortigueira, 123.
ANES (Rodrigo), tabelião em Viseu, 237. V. — PORTO (Rodrigo Anes do).
ANES (Rodrigo), morador em Trás os Matos, termo de Pombal, 264-65.
ANES (Rodrigo), morador em Abiúl, 267.
ANGRA DOS RUIVOS, 232.
ANOBRA, termo de Condeixa, 355.
ANTÃO (João), criado do infante D. Henrique, 260-61.
ANUNCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA (Dia de), 280.
AQUILEGENSE (Cardeal), na Ístria, 297.
ARAGÃO, 48, 55, 73, 78-79, 81-84, 88, 93-97, 102-03, 105-08, 124, 150, 171, 192, 194, 204, 245, 258 e 273. Moedas de —, 192, 194 e 204. Rainha de —, 49-50, 56, 78-79, 81-84, 88, 93-97, 102-03, 105-08, 213, 272, 284, 290, 331-34 e 343. Rei de —, 73, 96, 107, 171, 212, 272 e 284-85.
ARÃO (Azenha de), no termo de Silves, 152.
ARCHA (Fr. João Fernando de), freire da Ordem do Hospital, 329.
ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 89, 175, 180, 185, 188-89, 207, 211, 248, 251, 283, 291-92, 321, 326 e 335.
ARCHIVIO DI STATO DE VENECIA, 68, 70 e 131-32.
ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 255.
ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN, 48-49, 55-56, 73, 78-79, 81-84, 88, 93, 95, 97, 103, 105-08, 124, 150, 171, 212-13, 258-59, 272, 284-85, 331-32, 334-35 e 344.
ARCOZELO, 318.
ARETINO (Benedito), jurisconsulto, 298.
ARETINO (Carlos), 298-99.
ARETINO (Leonardo), 298.
AREZZO, 297.
ARGUIM, 3 e 30. Banco de —, 3. Ilha de —, 13, 15-16, 30, 146, 149, 151 e 155. Ponta de Santa Ana, na ilha de —, 30.
ARIANO (Conde de), 272-73.
ARINO (Francisco de), cavaleiro aragonês, 212.
ARMAS (Gonçalo Pereira das), do conselho de el-rei, cavaleiro da casa do duque de Bragança e seu procurador às cortes de Lisboa de Janeiro de 1448, 99-101 e 109.
ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 271.
ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 236 e 260.
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 6, 23, 25, 45, 48, 50-61, 64-67, 75-77,

85-92, 95, 98-99, 101, 104, 109, 111-15, 117-21, 123-30, 134-35, 138-39, 151-52, 156, 165-69, 174, 179, 184, 186, 190-91, 202-04, 208-10, 214-15, 217-20, 225, 234, 240, 242-43, 248, 252, 262-63, 265, 268-69, 273-74, 276, 278, 286, 289, 293-94, 308-09, 313, 339, 342 e 351.
ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 277.
ARRAIOLOS (Conde de), capitão e regedor de Ceuta, 51-52, 57-58, 60, 338 e 344.
ARRONCHES (Couto de), 202.
ARZILA, 30.
ATAIDE (Alvaro Gonçalves de), dono de caravela, 1.º conde de Atouguia, 22-23, 28 e 331.
ATAIDE (João de), prior da Ordem do Hospital, 300.
ATAIDE (João de), freire da Ordem de Cristo no convento de Tomar, filho do 1.º conde de Atouguia e de D. Guiomar de Castro, 321-26 e 331.
ATLANTICO NORTE, 145.
ATOUGUIA, 23 e 331. Coudel da vila de —, 23. 1.º Conde de —, 23 e 331.
AUSTRIA, 331 e 333-35.
AVEIRO, 50-52, 54-55, 57-61 e 355.
AVELAS, 349.
AVELAS DE CIMA, 355.
AVILA, 137 e 255. Diocese de —, 254-55.
AVIS, 174.
AVÓ, 60.
AVÓ (Gil Martins de), escrivão da coudelaria de Tomar e termo, 60.
AZEVEDO (Luís de), do conselho de el-rei D. Afonso V e vedor da sua fazenda, 135, 190 e 201.
AZEVEDO (Pedro de), 6, 51-52, 55-58, 60, 66, 86-87, 123, 129, 169 e 342.
AZNAREZ (D. Garcia), bispo de Lérida, 93.
BABILONIA, 259.
BACCI (Domenico), 299.
BADAJOZ (Diocese de), 169.
BAILLY (Auguste), 132.
BALARTE. V. — VALARTE.
BALDAIA (João), escrivão, 275.
BALEARES (Ilhas), 150.
BAPTISTA (Soror Maria), 281.
BARÃO (João), de Pombal, 263.
BARBARO (Francisco), 298.
BARCELONA, 49-50, 214, 273 e 291.
BARCELOS (Conde de), D. Afonso, e duque de Bragança, 99, 192, 319, 339, 341 e 344.
BARREIRO, freguesia de Silgueiros, 238-39.
BARRETO (João), 142.
BARROS (João de), 1, 3, 5, 7, 11, 14, 16-17, 19-20, 22, 27, 29-30, 34, 36, 38, 40, 42, 141-42, 146, 148, 151, 156, 160, 162-63, 222, 225-26, 231 e 288.
BARTOLOMEU (João), 162.
BASILEIA (Concílio de), 70, 131, 233 e 299-300.
BASTO (Artur de Magalhães), 302-06, 311-12, 316 e 318-19.
BATALHA (Mosteiro da), 240 e 262-67. V. — SANTA MARIA DA BATALHA (Mosteiro de) e SANTA MARIA DA VICTORIA.
BAVIERA. Rei de —, 225.
BAZAS (Bispo de), 251.
BEJA, 98, 215 e 218. Almoxarifado de —, 214-15. Almoxarife de —, 156.

BELEAGUA (Doutor), deão da sé da Guarda, 287.
BELÉM, em Lisboa, 282.
BELÉM (Fr. Jerónimo de), cronista franciscano, 293.
BERBERIA, 289.
BERNARDES (João), residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique, capitão de caravela, 64, 150 e 152.
BERNARDO DE BRUGADA (Guilherme), aragonês, 94, 96-97, 103, 105 e 214.
BESTEIROS, 77.
BETHENCOURT (Gaspar de), neto de Maciot de Béthencourt e sobrinho de D. Maria de Béthencourt, 234 e 273-74.
BETHENCOURT (Henrique de), neto de Maciot de Béthencourt, 234.
BETHENCOURT (Jean de), 232.
BETHENCOURT (Maciot de), 24, 231-34 e 274.
BETHENCOURT (Maria de), mulher de Rui Gonçalves da Câmara, filho de Maciot de Béthencourt, 233-34 e 273-74.
BETHENCOURT (Mateus de). V. — BETHENCOURT (Maciot de).
BETHENCOURT (Mathieu de). V. — BETHENCOURT (Maciot de).
BIANCO (André), 145.
BIBLIOTHECA APOSTOLICA VATICANA, 299 e 356.
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 110 e 289.
BIBLIOTECA RICARDIANA DE FLORENÇA, 297-98 e 300.
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE PARIS, 299-300.
BISCAIA (Senhor de), 135.
BIVERO (D. Gonçalo de), bispo eleito de Salamanca, 258.
BOCARRO (Diogo Gonçalves), recebedor do almoxarifado de Beja, 214-15.
BOEMIA (Martinho de), 17, 142, 145 e 226.
BOLÉO (José de Oliveira), 142.
BOLONHA, 70 e 299. Colégio de S. Clemente de —, 356-58. Corte pontifícia em —, 70. Estudo geral de —, 357.
BOM (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, 202.
BONET y REVERÓN (Buenaventura), 358.
BONIFÁCIO VIII (Papa), 178, 183, 250 e 325.
BONIFÁCIO IX (Papa), 297-98.
BOR, rei dos jalofos, 228-29.
BOR-BA-CIN, rei dos jalofos, 228.
BOR-DAMEL, rei dos jalofos, 228.
BOR-SALUM, rei dos jalofos, 228.
BORGES (Gomes), escrivão, 115 e 171.
BORGES (Rui), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 303-05
BORGONHA (Duque de), 170, 212, 338 e 345.
BOSCH (Juan), 94.
BOSMEDIANO (Rodrigo de), 81.
BOSNIA (Reino da), 181.
BOTELHO (Afonso), 86.
BOTELHO (Lopo), proprietário em Enxofrães, termo de Pombal, 241 e 267.
BOURDON (Léon), 2, 17, 21, 26, 37, 39, 41, 43-45, 142, 148, 151, 157-59, 224, 226-30 e 288-89.
BRACCIOLINI (Poggio), grande humanista italiano, secretário pontifício, membro da cúria romana desde o pontificado de Bonifácio IX, 297-300 e 356.
BRAGA, 45, 53, 92, 115, 118 e 286. Arcebispo de —, 70 e 357. Clérigo de —, 175. Deão de —, 152.

BRAGA (Joaquim Teófilo Fernandes), 277.
BRAGANÇA (Procurador por), 208.
BRAGANÇA (Duque de), D. Afonso, 70, 99, 101, 109-10, 186, 191-92, 194, 285-86, 303, 305-06, 311, 319-20, 338-39, 341 e 344.
BRAGANÇA (José de), 142.
BRANDÃO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 277.
BRITES (Infanta D.), mulher do infante D. Fernando, filho do infante D. João, 95, 186-88 e 200. Acordo sobre o casamento de —, 186
BRUCO, capitão da Gomeira, 24-25.
BRUGES, 169-70.
BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 256, 278, 280, 282, 321 e 326.
Apostolice sedis, de Nicolau V, de 14 de Outubro de 1448, — 321.
Circa statum, de Eugénio IV, de 15 de Julho de 1446, — 175.
Digna reddimur, de Nicolau V, de 29 de Março de 1448, — 282.
Fidelium vota, de Nicolau V, de 7 de Julho de 1448, — 292.
Hodie dilecto, de Nicolau V, de 14 de Junho de 1447, — 251.
Precelsa dignitatis, de Eugénio IV, de 5 de Novembro de 1445, — 89.
Religionis zelus, de Nicolau V, de 14 de Junho de 1447, — 248.
Religionis zelus, de Nicolau V, de 14 de Outubro de 1448, — 326.
Tam multis, de Eugénio IV, de 13 de Setembro de 1446, — 180.
Vite ac morum, de Eugénio IV, de 5 de Outubro de 1446, — 189.
Vite ac morum, de Nicolau V, de 29 de Outubro de 1448, — 335.
BURGOS (Bispo de), 233.
CABO BOJADOR, 43-44, 122, 222, 226 e 308.
CABO BRANCO, 20-21, 29 e 222-23.
CABO DE CATARINA, 223.
CABO DOS MASTOS, 42. V. — CABO DE NAZE.
CABO DOS MASTROS, 42 e 146-47. V. — CABO DE NAZE.
CABO DOS MATOS, 42 e 147. V. — CABO DE NAZE.
CABO NÃO, 44 e 289.
CABO DE NAZE, 40 e 42.
CABO DO RESGATE, 146, 149, 151 e 155.
CABO ROXO, 42 e 149.
CABO DOS RUIVOS, 231-32.
CABO DE SAGRES, 148.
CABO DE TIRA, 38-39.
CABO DE TRASFALMENAR, 309.
CABO VERDE, 11-12, 33-34, 39-40, 140, 142, 145-50, 153 e 225-28. Ilhas de —, 145.
CABRELA (Comendador de), 95.
ÇABRUGADA (Dr. Miguel), embaixador da rainha D. Maria de Aragão a Castela, 106 e 124.
CADAMOSTO (Luís de), 154.
CADDEO (Rinaldo), 231.
CADIZ, 70 e 170-71.
CALABRIA (Duque de), D. Fernando, filho da rainha D. Maria de Aragão, 272-73.
CALVOS (Afonso Vasques de), criado do duque de Bragança, escrivão da câmara do Porto, 311 e 318.
CALVOS (Diogo de), coudel da vila de Lagos, 167-68.
CAMARA (Rui Gonçalves da), do conselho de el-rei e capitão pelo duque de Viseu da ilha de S. Miguel, Açores, 233-34 e 273-74.

CAMELO (Gonçalo Gonçalves), 351.
CAMPANIA, provincia da Itália, 213.
CAMPIS (João de), 84.
CANALE (Filipe de), italiano, capitão de galés armadas contra piratas junto de Cartagena, 70.
CANALE (Nicolau de), doutor em artes e em ambos os direitos, embaixador de Francisco Foscari, doge de Veneza, 68-69 e 132.
CANARIAS, 8, 23-24, 44-45, 121-22, 145, 231-34, 273-74 e 282-83.
CANHA, 95. Comendador de —, 95.
CARNIDE. Quinta de —, 184.
CARTAGENA, 70.
CARTORIO DA CASA DE BRAGANÇA, 135 e 191.
CARVALHO (Joaquim de), 38 e 277.
CASABLANCA, 224. V. — ANAFÉ.
CASAL DA CAPELARIA, termo de Pombal, 265-67.
CASAL MEAO (Pedro de), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
CASAL VENTOSO, 210.
CASANOVA (Lourenço de), aragonês, 49-50.
CASCAIS, 69.
CASCAIS (D. Afonso de), 30 e 353.
CASCAIS (Senhor de), D. Alvaro de Castro, 30.
CASTANHEIRA, termo de Monforte do Rio Livre, 85 e 126.
CASTANHEIRO DO CHAO, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
CASTELA, 24, 49, 69, 78-79, 84, 90, 95, 102-03, 108, 117, 124, 135, 137-40, 197-99, 233, 255, 283, 344, 348, 350 e 354. Condestável de —, 49, 117, 137 e 257. Príncipe herdeiro de —, 48-50. Rainha de —, 95. Rei de —, 23-24, 56, 69-70, 78-79, 81-84, 89, 110, 135, 173, 186-87, 191-200, 204-06, 233, 254-55, 257, 331-32, 338 e 344-45. Reinos de —, 194-95, 197-98, 205 e 256-58. Rainhas de —, 194 e 331-32. Senhorio de—, 198.
CASTELO BRANCO (Coudel em), 168.
CASTILHA (João de), capitão de caravela de Alvaro Gonçalves de Ataíde, 22-23 e 27-28.
CASTILLA (D. Pedro de), tio de el-rei D. João II de Castela, 254 e 256.
CASTRO (D. Alvaro de), da casa do infante D. Henrique, 30 e 258.
CASTRO (D. Alvaro Pires de), 352.
CASTRO (D. Diogo de), 206 e 258.
CASTRO (D. Fernando de), governador da casa do infante D. Henrique, 24 e 232.
CASTRO, o Cegonho (D. Fernando de), filho de D. Alvaro Pires de Castro e governador da casa do infante D. Fernando, 352.
CASTRO (D. Guiomar de), mulher de D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, 331,
CASTRO (D. Henrique de), prior do Crato, 321-24, 326-27 e 331.
CASTRO MARIM, 48, 64, 104, 152, 171 e 217-19. Comendador de —, 216.
CASTRO VERDE, 112.
CATALUNHA, arauto de el-rei D. Afonso V de Aragão, 284.
CATALUNHA, 260. Prior da —, 260.
CENHEIRO (Rodrigo), escolar, 270.
CENIVAL (Pièrre de), 35.
CERDAN (Ramón), embaixador da rainha D. Maria de Aragão a Castela, conselheiro e aguazil régio e seu procurador geral, 78-84, 106, 108 e 124.
CERINA (Ilha de), situada entre Tider e o continente africano, 15 e 17-18.
CERNACHE, 355.

CERVEIRA (Afonso), 227 e 282.
CESAR (Júlio), 12, 298 e 301.
CEUTA, 6, 46, 51-52, 54-55, 57-59, 86, 116, 129-30, 151, 169, 220-21, 282, 344 e 353. Bispo de —, 169. Capitão e regedor de —, 51 e 344. Castelo de —, 60. Diocese de —, 169. Dispensa de serviço em —, 220. Juiz de —, 66. Nomeação do capitão e regedor de —, 57. Senhor de —, 113, 117, 120, 124, 184, 221, 243, 316, 319 e 339. Tesoureiro das coisas de —, 215. Vedor da fazenda de —, 342.
CHARNECA, termo da cidade de Lisboa, 315.
CHAVES, 86, 100-02 e 348.
CHAVES (D. Antão Martins de), bispo do Porto e cardeal, 300 e 304.
CHIPRE, 259.
CICERO, 300.
CIDADE REAL, 193, 196 e 205.
CISFONTES (Marcos), mercador castelhano, 222-23.
CLIMENT (Vicente), doutor em Decretos e embaixador do rei aragonês na corte inglesa, 78.
COELHO (João), proprietário na ilha da Madeira, 242.
COELHO (João), freire da Ordem do Hospital, 323 e 325.
COELHO (José Ramos), 121 e 273.
COELHO (Possidónio Mateus Laranjo), 293.
COGOLLS (Gabriel), cónego da sé de Vich, 94-95, 97 e 105.
COIMBRA, 48, 64, 66-68, 72, 75-77, 166, 168, 186-87, 191, 248-49, 251, 255, 271-72, 280 e 355. Bispo de —, 255, 257, 325 e 330. Comendador de —, 73. Juizes e eclesiásticos de —, 251. Mosteiro de Santa Cruz de —, 248-52. Universidade de —, 39.
COIMBRA (Duque de), 70, 106, 110, 132, 235, 243, 276, 286, 289-91, 295, 327, 331-32, 339, 341, 344 e 355.
COIMBRA (Duquesa de), 106-07, 276, 285-86 e 331-32.
COLAÇO (Fernando Afonso), morador em Santarém, 202.
COLONA (Próspero), cardeal, 298.
CONDEIXA, 355.
CONDEIXA (João Afonso de), 272.
CONSTANÇA (Concílio de), 131, 182 e 298.
CONSTANTINOPLA, 181.
CONTADOR (Josepe), judeu de Avis, 174.
COPONS (João de), doutor em Leis, 174.
CORDOVA (Rei de), 135.
CORELLA (Mossem), 272-73.
COROADO (Diogo Gonçalves), eborense, assassinado em Lagos, 226.
CORREIA (João), cavaleiro, 141, 143 e 145.
CORREIA (Pedro), fidalgo da casa do infante D. Henrique e genro de Bartolomeu Perestrelo, 208-09.
CORTES. De Évora de 1442, 221; — de Évora de 1444, 221; — de Lisboa de Dezembro de 1431, 201; — de Lisboa de Janeiro de 1446, 99, 101, 109, 115, 117 e 220-21; — de Santarém de 1451, 221; — de Torres Novas de 1438, 100.
CORTESÃO (Armando Zuzarte), 44, 142 e 148.
CORTESÃO (Jaime), 142 e 148.
COSCO (Francisco), intérprete, 150.
COSTA (Abel Fontoura da), 142.
COSTA (Alvaro da), escudeiro do infante D. Henrique, natural da cidade de Évora, 143 e 145.

COSTA (Alvaro Tristão da), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 143. V. — COSTA (Alvaro da) e TRISTAO (Alvaro).
COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), 299-300 e 356-57.
COSTA (Nuno Tristão da), 143. V. — TRISTAO (Nuno).
COSTA (Soeiro da), capitão de caravela, alcaide de Lagos, 2, 4 e 20-21.
COSTAS (Vicente), cerieiro, morador na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, 313 e 315.
ÇOUDO (Afonso), proprietário em Enxofrais, termo de Pombal, 241.
COUTINHO (Carlos Viegas Gago), 142 e 145.
COUTINHO (D. Luís), bispo de Coimbra, 255 e 257.
COUTINHO (Rui Vasques), pai de D. Margarida de Vilhena, 180.
COVILHÃ, 75, 272 e 310. Senhor da —, 208, 217, 265, 274, 277, 339 e 342.
CRATO, 138 e 321. Castelo do —, 138. Prior do —, 94 e 326. Priorado do —, 321, 327 e 331. Priorado de S. João do —, 321.
CRISTOVÃO III, rei da Baviera, da Dinamarca, da Suécia e da Noruega, 225.
CUNHA (Lopo da), fidalgo da casa do infante D. Henrique e vedor da sua casa, 61-63, 76 e 165.
DANÚBIO. V. — RIO DANÚBIO.
DAPPER (O.), 142.
DAVID, rei dos Hebreus, 258-59.
DELGADO (Pero), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 268-70.
DESERTA, no arquipélago da Madeira, 278 e 280.
DEUS, 3, 18, 20, 23-24, 31-32, 47, 49, 51-52, 57, 59-62, 72, 74, 79-80, 84, 88-90, 95-96, 99, 103, 110, 113, 117-18, 120, 124, 132-33, 135, 140-41, 144-45, 149, 154, 158-59, 169, 172, 175, 181, 186-87, 191-94, 196, 198, 200, 204-06, 220-21, 224, 226, 234, 243-45, 253, 255, 258-59, 267-68, 274-77, 281, 291, 293-95, 302-05, 307, 310, 313-14, 316, 332-33, 339-41, 345-46, 348, 353-56. Igreja de —, 191. Mãe de —, 280. Nosso Senhor —, 37, 135-36, 164, 257, 308 e 340. Senhor —, 100, 117, 173, 295 e 339.
DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), 258.
DIAS (Alvaro), meio-cónego, morador em Viseu, 261.
DIAS (Alvaro), escudeiro, morador a Santo André, 270.
DIAS (André), escudeiro do infante D. Henrique, natural da cidade de Évora, 143 e 145.
DIAS (Antão), escrivão, 266.
DIAS (Antão), escrivão da câmara do infante D. Henrique, 286-87.
DIAS (Clara), mãe de Catarina Vasques de Góis, 248.
DIAS (Dinis), 6-7, 11, 19, 30-31, 33-35 e 38.
DIAS (Diogo), coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, 168.
DIAS (Gonçalo), residente em Santarém, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 111.
DIAS (Gregório), residente nas Sarzedas, tabelião do mesmo lugar, 114-15.
DIAS (João), capitão de caravela e armador, 2, 4 e 20.
DIAS (João), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
DIAS (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, juiz de Ceuta, 66.
DIAS (Lopo), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
DIAS (Lourenço), capitão de caravela, escudeiro do infante D. Henrique, 5, 11-12, 14, 150 e 152-53.
DIAS (D. Rodrigo), bispo de Silves, 152.
DIAS (Rui), escrivão, 317.
DIAS (Vicente), capitão de caravela e armador, 2, 4, 6 e 20.

Copyrighted material

DIAS (Vicente), capitão de caravela e mercador, 5-6, 8, 10, 12 e 14-16.
DIAZ DE MENDOÇA (Rui), mordomo-mor de el-rei D. João II de Castela, 258.
DIAZ DE TOLEDO (Dr. Fernando), ouvidor e referendário de el-rei D. João II de Castela, do seu Conselho, seu notário-mor e secretário, 137-38, 191, 255-56 e 258.
DINAMARCA, 227. Rei da —, 225.
DINIS (D.), rei de Portugal, 278.
DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 142, 148, 152, 217-18, 279-81, 289 e 355.
DIREITO CANÓNICO, 279.
DIREITO CIVIL, 299.
DOMINGUES (Afonso), barbeiro, residente em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 98.
DOMINGUES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em terra de Besteiros, 77.
DOMINGUES (Catarina), moliceira, de Viseu, 261.
DOMINGUES (Giral) meio cónego da sé de Viseu, 237.
DOMINGUES (Gonçalo), morador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
DOMINGUES (João), pescador, proprietário na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa, 313.
DOMINGUES (Vicente), mestre-escola da sé de Silves, 120-21.
DONATO (Hermolao), embaixador de Francisco Foscari, doge de Veneza, ao papa Eugénio IV, 70.
DORNELAS, apelido de família antiga do país, 45.
DORNELAS (Alvaro), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 29-30 e 44-47.
DORNELAS (João), primo de Alvaro Dornelas, homem fidalgo, criado na câmara de el-rei D. João I e de el-rei D. Duarte, contador régio nos almoxarifados de Santarém e Abrantes e contador dos contos de Lisboa, 45-47.
DUARTE (D.), rei de Portugal, 45-46, 58, 70, 72, 100, 153, 164, 171, 219, 224, 233, 245, 278, 299, 331 e 351. Infante —, 357.
DUARTE (Fausto), 143.
EANES. V. — ANES.
EANES (Afonso), moço da câmara do infante D. Henrique, 154.
EANES (Afonso), escrivão, 287.
EANES (Estêvão), residente na Serra da Pescaria, termo da Pederneira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 67.
EANES (Estêvão), marido de Beatriz Lourenço, 167.
EANES (Fernando), moço da câmara do infante D. Henrique, 154.
EANES (Gil), capitão de caravela, cavaleiro, morador em Lagos, 2, 4, 20, 150-51 e 153.
EANES (Gil), juiz dos feitos que pertencem à Ordem de Cristo e alcaidaria de Castro Marim, 217 e 219.
EANES (Gonçalo), escrivão, 66 e 165.
EANES (Gonçalo), cónego da sé de Viseu, 236 e 238.
EANES (Inês), avó de Fernão Lopes, 138.
EANES (João), residente nas Várzeas, termo de Leiria, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 114.
EANES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, carpinteiro, residente em Coimbra, 166.
EANES (João), escudeiro do infante D. Henrique, 252-54.
EANES (João), clérigo, capelão das capelas de el-rei D. Afonso IV, 270.
EANES (Lourenço), 162.
EANES (Luís), escrivão, 303.

Copyrighted material

EANES (Rodrigo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na Castanheira, 126.
EANES (Rodrigo), companheiro de Diogo Gil e de João Fernandes em caravela que vai a Messa, 222-23.
ELVAS, 98 e 144-45. Alcaide pequeno de —, 143.
ELVAS (Lourenço de), 150 e 152.
ENTRE DOURO E MINHO (Comarca e correição de), 316, 318-20 e 350.
ENXOFRAIS, no termo de Pombal, 240-41.
ERVEDAL (Prior do), 240.
ERVEDEIRA, 128.
ERVOES (Comendador de), 101.
ESCOTO, 358.
ESPANHA, 42 e 80. Príncipe da —, 227.
ESPERANÇA (Fr. Manuel da), 243.
ESPIRITO SANTO, 257 e 277. V. — SANTA TRINDADE.
ESTERCADA, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
ESTEVES (Alvaro), morador na ilha da Madeira, 242.
ESTEVES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Alcácer, 56-57.
ESTEVES (João), solteiro, escudeiro, criado do infante D. Henrique, 312-15.
ESTEVES (João), besteiro, casado com Maria Vasques, 313.
ESTEVES (Lopo), juiz de Monforte de Rio Livre, 85.
ESTEVES (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, 203.
ESTEVES (Vasco), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Verde, 112.
ESTOMBAR, 219.
ESTREMOZ, 144, 175, 180, e 184. Almoxarife de —, 144.
ESTUDO GERAL de Lisboa, 278-82. V. — UNIVERSIDADE.
ETIOPIA, 258-59.
EUBEL (Conradus), 152.
EUGÊNIO IV (Papa), 24, 70, 89, 131, 175, 180-81, 185, 188-89, 191-92, 206, 211, 233, 244, 256, 298, 321 e 357.
EUROPA, 181.
EVORA, 138-39, 143, 179-80, 188-91, 201, 203, 206, 215-16, 220-21, 255, 275-76, 300, 336 e 356-58. Bispo de —, 255 e 257. Cortes de — de 1442, 221. Cortes de — de 1444, 221. Diocese de —, 321, 327 e 335-36.
FALCAO (Pero), corsário galego, 146.
FALEIRO (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, 134.
FARINHA (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Janeiro, termo da Covilhã, 75.
FARO (Escrivão das sisas de), 190.
FARO (Jorge), 95.
FELGAR, termo da Torre de Moncorvo, 61.
FÉLIX V (Antipapa), 299-300.
FERNANDES (Alvaro), sobrinho de João Gonçalves Zarco, 12, 39-42 e 145-49.
FERNANDES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Faro, 190.
FERNANDES (Gil), escrivão, 210 e 219.
FERNANDES (Gonçalo), doutor em Leis e corregedor da corte de el-rei D. Afonso V, 55, 85 e 87.
FERNANDES (João), escudeiro, 161-62.

Copyrighted material

FERNANDES (João), companheiro de Diogo Gil e de Rodrigo Eanes em caravela para Messa, 222-24.
FERNANDES (Jusarte), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na vila de Santarém, 125-26.
FERNANDES (Lopo), porteiro do infante D. Henrique, 174.
FERNANDES (Pero), porteiro em Viseu, 261.
FERNANDES (Dr. Rui), do conselho de el-rei D. Afonso V, 206 e 351.
FERNANDES (Valentim), 1, 3, 5, 7, 11-12, 14, 16-17, 19-20, 22-24, 27, 29-30, 34-36, 38, 40-43, 45, 141, 146, 148, 151, 156, 160, 162-63, 222, 224-25, 227, 229, 231, 233-34, 288 e 290.
FERNANDES (Vasco), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
FERNANDES (D. Vasco), conde de Marialva, 286.
FERNANDO (D.), rei de Portugal, 218.
FERNANDO (D.), 3.º conde de Arraiolos, 57 e 344.
FERNANDO (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. Duarte e filho adoptivo do infante D. Henrique, 95, 109, 169-70, 186-88, 200, 224, 274, 276, 278, 280, 285-86 e 352. Dispensa do casamento do —, 169-70.
FERNANDO (Infante D.), filho da rainha D. Maria de Aragão, duque de Calábria, 272-73.
FERRÃO (Álvaro), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
FERRÃO (Álvaro Gil), escudeiro, morador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
FERREIRA (Leitão), 277 e 280.
FERRO (Ilha do), Canárias, 232-33.
FESTUGIÈRE, 39.
FEZ (Reino de), 222.
FIGUEIREDO (Diogo Lopes de), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Silvares ,freguesia de Silgueiros, 236-37 e 239-40.
FIGUEIREDO (José Anastácio de), 326 e 331.
FILIPA DE LENCASTRE (D.). V. — LENCASTRE (D. Filipa).
FLANDRES, 44. Galés das —, 69.
FLORENÇA, 169-70 e 298-99. Cardeal de —, 298. Estudos de —, 298. Monges de —, 169-70.
FOGAÇA (Leonor), filha de Rui Gonçalves, 95.
FOGAÇA (Violante), mãe de Leonor Fogaça, mulher de Rui Gonçalves, donzela da infanta D. Brites, 95.
FOLINHO (Nicolau de), médico, 299.
FOLQUES (Mosteiro de S. Pedro de), 248-52.
FONOLLEDA (Arnaldo), aragonês, secretário de el-rei D. Afonso V de Aragão, 75, 174, 213 e 272-73.
FONSECA (João da), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Proença, coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, 168.
FONSECA (Quirino da), 156.
FONTE DOS CAVALOS, em Lisboa, 268.
FONTE DOS SAPOS, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
FORTEVENTURA (Ilha de), Canárias, 44, 46 e 232-33.
FOSCARI (Francisco), doge de Veneza, 68-70, 72, 131-32 e 134.
FOXAL (Tomás), franciscano inglês, 358.
FRANÇA, 232 e 251. Rei de —, 234.
FRANCISCO (D.), bispo Portuense, cardeal de Veneza e vice-chanceler da Santa Igreja Romana, 181.
FRANCO (João do), 86.

FREDERICO (Imperador), rei dos romanos, 132 e 331-35.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 23, 30, 57, 180 e 345.
FREIRE (Gonçalo), residente na cidade de Lisboa, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 88-89.
FREITAS (Alvaro de), capitão de caravela, 4-5, 12 e 14-16.
FUNCHAL, 241-42 e 273. Convento de S. Francisco do —, 233-34.
FUNES (Ramiro de), alcaide de Alcolea, 107 e 214.
FUSTAS (Diogo Lopes das), comendador de Castro Marim, 216-17.
GABINETE Histórico da Cidade do Porto, 116, 302-06, 311-12, 316 e 318-19.
GALIZA. Adiantado-mor do reino da —, 257. Rei da —, 135.
GALVEU. V. — GALWAY.
GALVÃO (António), 142.
GALVÃO (Rui), secretário de el-rei D. Afonso V, 303-07, 311-12, 321, 341-42 e 352.
GALWAY, 223.
GAMBIA, 142 e 231.
GARCIA (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim, 64.
GARCIA (Branca), 217.
GARRIDO (Martim Vicente), arrâis de Lagos, 216-17.
GENOVA, 173.
GERONA, 334-35.
GIL (Afonso), tabelião, morador em Pombal, 241, 263, 265 e 267.
GIL (Afonso), proprietário na ilha da Madeira, 242.
GIL (Alvaro), escrivão da câmara do Porto, 311.
GIL (Alvaro), mercador na cidade do Porto, 311.
GIL (Bartolomeu), pai de Diogo Gil, 166.
GIL (Diogo), criado do infante D. Henrique, seu escudeiro, 166 e 222-23.
GIL (Diogo), prior da capela do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
GIL (Guiomar), que vivera com Vicente Domingues, 120-21.
GIL (João), lugar-tenente do prior crasteiro do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268.
GIL (Leonel), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Lagos, 134 e 217.
GIL (Margarida), mãe de Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, 286.
GIL (Martim), escrivão, 59, 171, 184 e 309-10.
GIL (Martim), residente em Tomar, escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da coudelaria daquela vila e termo, 59-60.
GILSON (Étienne), 39.
GIMÉNEZ SOLER (Andrés), 265.
GIRÓN (Pedro de), Mestre de Calatrava, 103.
GODINHO (Vitorino Magalhães), 142 e 148.
GÓIS (Alvaro de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique e comendador de Puços, 248.
GÓIS (Catarina Vasques de), filha de Alvaro de Góis e de Clara Dias, 248.
GÓIS (Fr. Fernando de), da Ordem do Hospital, filho de D. Fr. Nuno Gonçalves de Góis, 84 e 105.
GÓIS (Nuno Antunes de), escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 95.
GÓIS (D. Fr. Nuno Gonçalves de), prior do Crato, 84, 321-22 e 325.
GÓIS (Fr. Pedro de), da Ordem do Hospital, filho do prior do Crato D. Fr. Nuno Gonçalves de Góis, 84 e 105.
GOLPELHEIRA, termo de Pombal, 264.
GOMEIRA (Ilha de), no arquipélago das Canárias, 22-24, 27, 45, 47, 150, 152 e 233.

Copyrighted material

GOMES (Rui), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Pombal, 66-67.
GOMES (Dr. Rui), 115.
GOMIRAES (João de), proprietário em Viseu, 261.
GONÇALVES (Aires), notário público do duque de Bragança e seu escrivão da câmara, 101 e 306.
GONÇALVES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Braga, 53-54.
GONÇALVES (Alvaro), criado de Alvaro Pires, 63.
GONÇALVES (Antão), cavaleiro, navegador, 13, 141, 157, 222, 224, 231, 233 e 235.
GONÇALVES (Antão), escrivão, 254.
GONÇALVES (Beatriz), mulher de João Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, 252-54.
GONÇALVES (Brites), mulher de João Eanes. V. — GONÇALVES (Beatriz).
GONÇALVES (Cristóvão), proprietário na ilha da Madeira, 242.
GONÇALVES (Diogo), moço da câmara do infante D. Henrique, 1, 22 e 26.
GONÇALVES (Diogo), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 154-55.
GONÇALVES (Diogo), 84. V. — LOBO (Diogo Gonçalves).
GONÇALVES (Gil), morador na ilha da Madeira, 241-42.
GONÇALVES (Gonçalo), cónego da sé de Viseu, 236.
GONÇALVES (João), escrivão, 247, 276 e 297.
GONÇALVES (João), morador em Trás os Matos, termo de Pombal, 267.
GONÇALVES (Jorge), servidor do infante D. Henrique, talvez casado com a irmã do cantor régio Estêvão Anes, 222 e 224.
GONÇALVES (Júlio), 134.
GONÇALVES (Lopo), do termo de Mirandela, 54-55.
GONÇALVES (Margarida), mulher de Alvaro Gil Ferrão, 237.
GONÇALVES (Margarida), mulher de Pero Delgado, 268.
GONÇALVES (Maria), mulher de Lopo da Cunha e filha de Gonçalo Lourenço, 61-63 e 76.
GONÇALVES (Martim), residente na cidade do Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 54.
GONÇALVES (Martim), cónego da sé de Viseu, 237.
GONÇALVES (Mem), sogro de João Gorizo, 156.
GONÇALVES (Pero), morador em Mirandela, 55.
GONÇALVES (Pero), escrivão, 305-06 e 311-12.
GONÇALVES (Rui), cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Canha e Cabrela, 95.
GONTIJAS, termo de Tomar, 128.
GORÉE (Ilha de), 12, 33-34, 39, 41 e 227. V. — MADALENA (Ilha de) e PALMA (Ilha de).
GORIZO (João), moço da câmara do infante D. Henrique, escrivão do mesmo infante, escudeiro de el-rei D. Afonso V e almoxarife de Beja, 155-59.
GORIZO (João de). V. — GORIZO (João).
GORIZO (João Afonso de). V. — GORIZO (João).
GRA-CANARIA, uma das ilhas Canárias, 24 e 232-33.
GRANJA, 262.
GREGÓRIO XI, Papa, 278.
GROSSETO, na Itália, 285.
GUARDA, 287 e 293. Diocese da —, 291 e 293.
GUERRA (D. Fernando da), arcebispo de Braga, 70 e 357.

GUIMARAES, 348.
GUIMARAES (Lourenço de), escrivão, 51-52 e 66.
GUINÉ, 7, 22-23, 28, 31, 95, 142, 145, 148, 223, 280 e 288-89. — Portuguesa, 142 e 149.
GUINES, 148.
GUITANIA, governador de Abram, 227-30.
HELENO (Manuel), 110 e 338.
HENNIG (Richard), 226.
HENRIQUE (Fr.), franciscano, 234.
HENRIQUE (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 2-4, 12, 22-24, 27-30, 34, 39, 43-45, 47-48, 50, 53-57, 59-62, 64-68, 72, 75-77, 85-92, 95, 98, 104, 109, 111-15, 118-30, 134, 139-40, 143-45, 149-56, 158, 163-68, 174, 179-80, 184-86, 188-91, 194, 202-03, 206-09, 211, 214-17, 219-21, 225-26, 231-33, 235-37, 240-42, 248-49, 252-53, 258, 260, 262-63, 265-68, 271-74, 277-82, 285-86, 288-89, 291-92, 297-300, 308-09, 312-13, 326-27, 335, 337-39, 342, 351 e 356.

Súplicas do infante D. Henrique ao papa e algumas das respectivas letras pontifícias, 185, 189-90, 207, 211, 249-52 e 291-94. Concessão pelo regente D. Pedro ao infante do exclusivo do fabrico da tinturaria de pastel, por este introduzida no reino, 65-66. Doação pelo dito ao mesmo, enquanto for mercê de el-rei, de casas régias de Lisboa, da quinta de Carnide e quartos do Lumiar que trouxera Maria Anes, 184. Proibição pelo dito regente da navegação para as ilhas Canárias sem ordem ou licença de D. Henrique, 122-23. Perdões outorgados pelo mesmo regente a pedido do Navegador, 55, 85-87 e 140. Prazo de casas régias de Lisboa por el-rei D. Afonso V, a pedido de D. Henrique, 253-54. Confirmação pelo dito monarca ao mesmo infante do exclusivo da navegação e comércio para além do Cabo Bojador, 308-09, e da doação do Cabo de Trasfalmenar, no Algarve, com uma légua de termo, 309-10.

Anuência do infante D. Henrique para o casamento das infantas D. Isabel e D. Brites, filhas do falecido infante D. João, respectivamente com el-rei D. João II de Castela e com o infante D. Fernando de Portugal, 186-88 e 191--201. Carta do infante, a doar a Bartolomeu Perestrelo a capitania da ilha do Porto Santo, 208-10. Sentença definitiva do dito, como regedor da Ordem de Cristo, em pleito decorrente no Algarve, 217-19. Alvará e carta do infante dirigidas aos juízes da vila de Pombal, 262 e 265-66. Inquirição ordenada pelo mesmo, 263-65. Carta do infante à câmara de Coimbra sobre os privilégios dos caseiros da Ordem de Cristo em Quimbres, 271. Carta do dito, a ordenar a seu almoxarife na Madeira pague, anualmente, o contratado com Maciot de Béthencourt pela cedência da ilha de Lançarote, Canárias, 274-75. Carta do mesmo, a conceder pensão anual à Universidade de Lisboa para manutenção da cadeira de prima de Teologia, 227-82. Carta do dito, de doação do reguengo da Tojosa, em termo de Santarém, 342-43. Concórdia entre o infante D. Pedro e o duque de Bragança, preparada pelo infante D. Henrique, 339-42.

Verbas de carta de quitação relativas a D. Henrique e a pessoal seu, 215. Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, de recomendação de arauto seu, entre outros, àquele infante, 285. Carta do humanista coevo Poggio Bracciolini ao infante D. Henrique sobre a sua actividade ultramarina, 300-02. Prólogo do *Horologium Fidei* do Mestre Fr. André do Prado, em que se enaltece a tarefa dos descobrimentos marítimos do infante, 356-58. Descobrimentos henriquinos e expansão portuguesa na costa ocidental africana neste período, segundo a «Crónica dos feitos de Guiné», devidamente anotada, 1-47, 141-65, 221-34 e 288-90. Pessoal seu, 2-6, 12-14, 16, 18, 22-23, 26, 29-30, 34, 39, 45, 48, 50,

53-54, 56, 59, 61, 64, 66-67, 75-77, 87-88, 90-92, 95-98, 104, 111-15, 118-20, 123, 125-30, 134, 140-41, 143-44, 151-56, 165-68, 174, 179, 202-03, 208, 215, 219, 222, 225, 236, 240-41, 248, 252, 260, 263, 268, 286, 312 e 326. V. — NAVEGADOR.
HENRIQUE (D.), infante de Castela, 102-03.
HENRIQUE (D.), infante de Aragão, irmão da rainha D. Leonor de Portugal, 103.
HERDEIROS (Caminho dos), em Souto de El-Rei, termo de Pombal, 241.
HERMES, 38-39. V. — TRIMEGISTO (Hermes).
HERNE, ilhéu, 158-59.
HERODOTO, 299.
HOLANDA (Duarte de), 141, 143 e 145.
HOMEM (Garcia), genro de João Gonçalves Zarco, 150 e 152.
HOMEM (Lopo), de Pombal, 263.
HORTA DA ERVA, em Lisboa, 208.
HUNGRIA. Rei da —, 131. Reino da —, 181.
IBIZA (Ilha de), nas Baleares, 150.
IDANHA, 168.
ILHA (Gastão de la), procurador da cidade de Silves, 118.
ILHA (Lançarote da), 167. V. — LANÇAROTE.
ILHA (Tristão da), capitão de caravela, 29, 150 e 152.
INFANTADO (Senhor do), D. Alvaro de Lima, 257.
INGLATERRA, 301. Cardeal de —, 78. Rei de —, 78 e 173.
IRLANDA, 223.
ISAAC (D.), Preste João das Indias, 258-59.
ISABEL (D.), filha do infante D. João de Portugal e rainha de Castela, 78, 89, 135-37, 186-87, 191-98, 200, 204-05 e 254-57. Acordo sobre o casamento de —, 186. Acta do matrimónio de —, 254.
ISABEL (D.), mulher do infante D. Pedro, duquesa de Coimbra, 106-07 e 276. V. — URGEL (D. Isabel de).
ISABEL (D.), viúva do infante D. João, 186, 191-92 e 195.
ISABEL (D.), filha do infante D. Pedro, rainha de Portugal e mulher de el-rei D. Afonso V, 243, 245, 276, 289, 332 e 337. Contrato do casamento de —, 243.
ITALIA, 285, 298 e 357.
JAEN, na Andaluzia, 95. Rei de —, 135.
JAFA (Conde de), 259.
JANEIRO, termo da Covilhã, 75.
JANEIRO, morador em casal de Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
JESUS CRISTO, 43, 88-89, 93, 176, 181, 222-23, 226, 236, 256-57, 260, 284, 289, 302, 322, 327, 333 e 336. Nosso Salvador —, 137. Nosso Senhor —, 48, 50-52, 54-55, 57-61, 64, 66, 85, 89-90, 92, 98, 101-02, 104, 110-12, 114-15, 117, 120-21, 123-30, 135, 140, 165-68, 171, 184, 186-88, 198, 201, 203-04, 206, 210, 216, 221, 236, 240, 242, 247-48, 255, 257, 261, 263, 267-68, 275-76, 287, 297, 309, 313, 317, 321 e 341. Senhor —, 67, 75, 77, 87, 139, 175, 180, 190, 215, 220, 236 e 282.
JOANA (Infanta D.) de Portugal, filha de el-rei D. Duarte e de D. Leonor, 48, 56, 78, 81-84, 88, 93, 124 e 212-13.
JOANA (D.), rainha de Castela, 95.
JOÃO (D.), rei de Navarra, 171-72 e 258.
JOÃO (D.), príncipe herdeiro de Castela, 49.
JOÃO (D.), prior-mor do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268, 270 e 313.
JOÃO (D.), bispo de Viseu, 323.
JOÃO (Mestre), 174.

JOÃO I (D.), rei de Portugal, 6, 45, 58-59, 61-62, 70, 72, 99, 133, 151, 171-72, 185, 189, 207-08 e 276-77.
JOÃO II (D.), rei de Castela e de Leão, 89, 135, 186, 191, 204, 254-57 e 332. Acta do matrimónio de —, 254.
JOÃO III (D.), rei de Portugal, 280.
JOÃO XXIII (Papa), 298.
JOÃO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, condestável do reino, regedor e governador do mestrado de Santiago da Espada, 78, 135, 186, 191-92, 194, 204, 254-55 e 351.
JOÃO (Mateus), aragonês, 285.
JORGE (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em termo de Pombal, 75-76.
JOU, no concelho de Murça, 86-87.
LABAT (Jean Baptiste), 17.
LAGOS, 1, 5-6, 8, 10, 13, 120, 145-46, 151-53, 155, 163, 165, 217, 226, 231 e 280. Alcaide de —, 20-21. Arráis de —, 216. Coudel da vila de —, 167-68. Escrivão das sisas de —, 134. Pesca de —, 280.
LAMEGO (Bispo de), 322-23, 325 e 330.
LANÇAROTE, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, coudel da vila de Lagos, 2-5, 12, 14-16, 18 e 167-68.
LANÇAROTE (Ilha de), nas Canárias, 231-35 e 273-75.
LANDIM (Gaspar Dias de), 110, 345 e 349.
LANNOY (Gilberto de), borgonhês, 212.
LANSTICO (Guilherme de), senescal da Ordem do Hospital, 329.
LANSTICO (Fr. João de), mestre de Rodes, 260.
LARANJO (Afonso Martins), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu, 119.
LARGO do Salvador, em Lisboa, 281.
LA RONCIÈRE (Charles de), 142.
LA SALLE (Gadifer de), 232.
LAS CASAS (Afonso de), 24 e 233.
LAS CASAS (Guillén de), 233.
LAS PALMAS (Ilha de), nas Canárias, 24 e 233.
LATRÃO (Concílio de), 325.
LA VEGA (Senhor de), D. Iñigo Lopez de Mendoça, 257.
LEÃO, 90. Comendador de —, 260. Rei de —, 89, 135, 191-92, 204, 254-57 e 332. Reino de —, 258.
LEÃO (Duarte Nunes de), 345.
LE BOULON, no Rossilhão, 334-35.
LEI MENTAL, 278.
LEIRIA, 6, 91 e 113. Rendeiro das sisas em —, 91. Termo de —, 113-14.
LEITÃO (Humberto), 156.
LEITÃO (Martim Gomes), vedor da fazenda de Ceuta, 342-43.
LEITÃO (Pedro), tesoureiro da igreja de Santo Estêvão, 270.
LEITÃO (Vicente Martins), comendador de Castro Marim, 218.
LEITE (Jerónimo Dias), 208-09.
LEITE (Duarte), 28, 44-45, 142, 148 e 289.
LEITE (Serafim), 281.
LENCASTRE (D. Filipa de), rainha de Portugal, 277.
LEONOR (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Duarte, 48-49, 56, 78-79, 81-83, 93-97, 102, 105-08, 117, 124, 180, 212-14, 243, 245, 272, 316 e 350-51.

LEONOR (D.), filha de el-rei D. Duarte, mulher de Frederico III, imperador da Alemanha, 331.
LERICHE (A.), 229.
LÉRIDA (Bispo de), 88 e 93-94.
LETRAS PONTIFICIAS. V. — BULAS, Letras e outros escritos pontifícios.
LEVANTE, 73.
LÍBIA (Deserto da), 26.
LIMA (Leonel de), 348.
LEONARDES, (Maria), mulher de Lopo Pires, 240-41.
LISBOA, 1-2, 17, 26, 38-40, 43-46, 61, 69, 76, 88-89, 99, 109-12, 114-15, 117-18, 120, 123, 127, 131-32, 164, 169-71, 208, 211, 221, 227, 236, 244, 247-48, 251, 253, 255, 268, 278, 280, 282, 309-13, 317, 321-22, 335, 341-42 e 349-50. Alcáçova de —, 320. Alcaide-mor de —, 30. Almoxarife do armazém de el-rei em —, 253. Casa do Cível de —, 351-52. Casas de — doadas ao infante D. Henrique —, 184. Castelo de —, 353. Charneca em —, 315. Clérigo da diocese de —, 211. Cónego da sé de —, 323. Contador dos contos de —, 45-46. Convento de S. Francisco em —, 278. Cortes de —, de Dezembro de 1431, 208. Cortes de —, de Janeiro de 1446, 99, 109, 115, 117 e 220-21. Diocese de —, 322 e 335-36. Estudo Geral de —, 278-82. Fonte dos Cavalos, em —, 268. Foz de —, 45. Horta da Erva em —, 208. Igreja de Santa Maria da Graça de —, 280. Igreja de Santa Marinha de —, 210. Igreja de S. Bartolomeu de —, 62. Juizes eclesiásticos de —, 251. Largo do Salvador, em —, 281. Mosteiro de N.ª S.ª da Graça de —, 280. Mosteiro do Salvador, em —, 279 e 281. Mosteiro de Santo Agostinho em —, 280. Mosteiro de S. Vicente de Fora em —, 248-52, 268 e 312-14. Porta de Alfama em —, 313. Porta do Muro em —, 312 e 314. Quartos do Lumiar doados ao infante D. Henrique, 184. Quinta de Carnide, doada ao infante D. Henrique —, 184. Rua Nova em —, 208 e 252-53. Santo André em —, 270. Vila Nova, em —, 315.
LISBOA (Afonso de), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Lisboa, 127.
LISBOA (João de), 123.
LISBOA (Pedro de), escrivão, 48, 50, 54, 57, 60-61, 64, 67-68, 75-77, 89-90, 98, 104, 111-112, 114-15, 118, 120, 128-30 e 166.
LISBOA (Pero de), escrivão, 236 e 321.
LISBOA (Vasco Rodrigues de), advogado consistorial, 299-300.
LOBATO (Pero), licenciado em Leis, vassalo de el-rei, do seu desembargo e juiz de seus feitos, 175, 220, 248 e 267.
LOBO (Diogo Gonçalves), vedor da rainha D. Leonor, 84. V. — GONÇALVES (Diogo).
LOPES (Félix), 278 e 356.
LOPES (Fernão), natural da cidade de Évora, 138-39.
LOPES (Rui), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente no Louriçal, 98.
LOPEZ (Atanásio), 358.
LOPEZ (Pero), vassalo e servidor da rainha D. Maria de Aragão, 290.
LOPEZ DE AYALA (Pero), alcaide-mor de Toledo, 81-83.
LÓPEZ DE MENDOZA (D. Iñigo), marquês de Santillana, 257.
LOURENÇO (António), morador em casal de Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
LOURENÇO (Beatriz), 166-67.
LOURENÇO (Diogo), cónego de Braga, pai de Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, 286.
LOURENÇO (Diogo), alcaide pequeno da cidade do Porto, 312.
LOURENÇO (Gil), escudeiro, juiz da vila de Pombal, 263, 265 e 267.

LOURENÇO (Gonçalo), escrivão da puridade de el-rei D. João I, 61-62.
LOURENÇO (Gonçalo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga, 118.
LOURENÇO (Gonçalo), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
LOURENÇO (Henrique), moço da câmara do infante D. Henrique, 154.
LOURENÇO (João), tabelião público por el-rei em Viseu, 236, 240 e 261.
LOURENÇO (João), escrivão da fazenda, 343.
LOURENÇO (Pero), capelão do papa, 314-15.
LOURENÇO (Vasco), morador na Castanheira, 85.
LOURIÇAL, 90 e 98.
LUCENA (Dr. Vasco Fernandes de), 299-300.
LUMIAR (Quartos do), 184.
LUNA (D. Álvaro de), condestável de Castela, mestre da Ordem da Cavalaria de Santiago, 49, 117, 137, 255 e 257.
LUNA (Filipe de la), 169.
LUXÓM (Pedro de), camareiro de el-rei D. João II de Castela, 137.
MACHADO (Diogo), moço fidalgo, 141, 143 e 145.
MACHADO (Rodrigo Álvares), proprietário em Pombal, 241.
MACHIM (Lenda de), 145.
MACIOT (Micer), 231-34 e 273-75. V. — BETHENCOURT (Maciot de).
MADALENA (Ilha de), 12. V. — GORÉE (Ilha de) e PALMA (Ilha de).
MADALENA (João Gonçalves de), cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra, 248-49 e 251-52.
MADEIRA (Ilha da), 12, 29, 40, 43, 45, 54-55, 145-46, 150, 152, 155-56, 233, 241-42, 273-75 e 277-79. Arquipélago da —, 280.
MADELEINE (Ilha de), 41.
MADRIGAL DE LAS ALTAS TORRES, vila da diocese de Ávila, 193, 196, 205 e 254-55.
MAGNANIMO, cognome de el-rei D. Afonso V de Aragão, 212.
MAI (Ângelo), cardeal, Prefeito da Biblioteca Apostólica Vaticana, 299.
MAIRON (Francisco de), 358.
MALAM. V. — AMALLAM.
MALHEIRO (João Afonso), almoxarife do infante D. Henrique na ilha da Madeira, 273-74.
MANRESA (Francisco), servidor da rainha D. Leonor de Portugal e alcaide de Alcolea, 106-08, 213-14 e 272.
MANUEL I (D.), rei de Portugal, 224 e 280.
MANUEL (D. João), bispo de Ceuta, 169.
MAO INCHADA (Pedro Esteves da), pai de Álvaro Pires, 63.
MAR DOS AÇORES, 145.
MAR DO SARGAÇO, 145.
MARCO, veneziano, 73-74.
MARIA (D.), rainha de Aragão e da Sicília, 48-49, 55-56, 78-79, 81-84, 88, 93-97, 102, 105-06, 108, 124, 212-13, 272, 290, 331-34 e 343.
MARIALVA (Conde de), D. Vasco Fernandes, 285-86 e 343.
MARMARIDES, antigo povo da Líbia, 26.
MARQUES (João Martins da Silva), 51-52, 55, 57-58, 60, 66, 121, 129, 156, 164, 169, 208-09, 217, 221, 242, 273, 278, 280, 282, 289, 308 e 342.
MARROCOS, 222.
MARTA (Afonso), 44-45.
MARTINHO V (Papa), 357.

Copyrighted material

MARTINS (Alvaro), criado de Lopo da Cunha, 63.
MARTINS (Dr. Alvaro), do desembargo de el-rei D. Afonso V, 203.
MARTINS (Fernando), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo, 126-27.
MARTINS (João), mestre em teologia, prior do mosteiro da Batalha, 240, 262-63 e 265-67.
MARTINS (Luís), do desembargo e das petições de el-rei D. Afonso V, 125, 130, 140, 167 e 175.
MARTINS (Margarida), mulher de Bartolomeu Perestrelo, 208.
MARTINS (Pedro), deão da sé de Viseu, 185 e 207.
MARTINS (Pero), alcaide pequeno de Elvas, 143.
MARTORELL (Francisco), aragonês, 259.
MARVÃO, Convento de Nossa Senhora da Estrela de —, 291-93.
MASSA. V. — MESSA.
MASSAT. V. — MESSA.
MAUNY (Raymond), 12.
MAURICIO (Domingos), 132.
MAUROCENO (Marcos), capitão das galés de Flandres, 69.
MEALHA (Nicolau), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, 268.
MEÇA. V. — MESSA.
MEDICIS (Cosimo de), 298-99.
MEDIOLANENSE (Duque), 173.
MELO (Martim Afonso de), marido de D. Margarida de Vilhena, 180.
MENDES (Vasco), moedeiro, morador a Santo André, 270.
MENDONÇA (Beatriz Furtado de), mulher de Bartolomeu Perestrelo, segundo Dias Leite, 208.
MENDOZA (Senhor de), D. Iñigo Lopez de Mendoza, 257.
MENÉNDEZ PIDAL (Ramón), 255 e 354.
MENESES (D. Fernando de), 58-59.
MENESES (Conde D. Pedro de), primeiro capitão de Ceuta, 58-59.
MERTOLA, 218.
MESSA, 222-23.
MEXILHOEIRA, termo de Lagos, 163 e 165. V. — MEXILHOEIRA GRANDE.
MEXILHOEIRA GRANDE, freguesia do concelho de Portimão, 165.
MIÇA (Marim de la), conselheiro do rei de Aragão e bailio geral daquele reino, 93.
MILÃO. V. — MEDIOLANENSE (Duque).
MINEF, guinéu, 228.
MIRA, 355.
MIRANDA (Martim Afonso de), rico homem do conselho de el-rei, 201.
MIRANDELA, 54-55.
MOLINA (Rei de), 135.
MOLLAT (Michel), 234.
MONFORTE DE RIO LIVRE, 85.
MONIZ (Diogo Gil), irmão de Isabel Moniz, segunda mulher de Bartolomeu Perestrelo, 208.
MONIZ (Isabel), segunda mulher de Bartolomeu Perestrelo, 208.
MONOD (Théodore), 12 e 35.
MONSANTO (Coudel em), 168.
MONSANTO (Conde de), D. Alvaro de Castro, 1.º —, 30.
MONSIM (João), 217-18.
MONTAGNE (Robert), 222.

MONTANYES (Garcia), aragonês, 212.
MONTEMOR O NOVO, 90, 92, 126-27 e 129.
MONTEMOR O VELHO, 111. Senhor de —, 191, 243, 289, 295, 339, 341 e 355. Senhora de —, 276.
MORAIS (João de), escrivão, 262.
MORAIS (João Afonso de), escudeiro do infante D. Pedro, 271.
MORÉA, 259.
MOS, 113.
MOS (Afonso Anes de), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em termo de Leiria, 113 e 128.
MOTA (Avelino Teixeira da), 12, 142, 148-49, 153, 227-29 e 231-32.
MOURA, 354.
MOURA (Gonçalo de), escrivão, 343.
MOURENENSY, 170.
MOUSSEM (Mestre), físico do infante D. Henrique, residente em Évora, 179-80.
MÜNZER (Jerónimo), 17 e 145.
MURCIA (Rei de), em Espanha, 135.
NAPOLES (Castelo Novo de), 173.
NATAL, 239, 260-61, 268-69, 277 e 279-80. Dia de —, 237.
NAVARRA. Príncipe de —, 284. Princesa de —, 284. Rainha de —, 284. Rei de —, 171-72, 258 e 331-32.
NAVEGADOR, referido ao infante D. Henrique, 12, 152, 156, 208, 233, 252, 278, 280, 290 e 356. Cozinheiro-mor do —, 154.
NEIVA (Conde de), D. Afonso, 99.
NEUSTADT, 331.
NICCOLI (Niccolò), 298-99.
NICOLAU IV (Papa), 278.
NICOLAU V (Papa), 248-49, 251, 256, 282-83, 291-93, 298, 300, 321, 326 e 335-36.
NIEBLA (Conde de), 232.
NISA, 124.
NOCK, 39.
NOMIMANSA, 142.
NORONHA (D. Sancho de), 1.º conde de Odemira, 286.
NORUEGA, 227. Rei da —, 225.
NOSSA SENHORA da Estrela de Marvão (Convento de), 291-93.
NOSSA SENHORA da Graça (Mosteiro de), em Lisboa, 280.
NOUDAR (Couto de), 85.
NOXETO (Petro de), 297.
NÚBIA, 289.
NUNES (Álvaro), escudeiro, proprietário na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 313.
NUNES (João), tesoureiro da sé de Viseu, 260.
ÓBIDOS, 127 e 245.
OBSERVANCIA FRANCISCANA, 356.
ODEMIRA (Conde de), D. Sancho de Noronha, 285-86.
OLEIRO (João), o Moço, morador em Abiúl, 287.
OLIVEIRA (Fr. Vasco de), comendador de Coimbra, conselheiro e embaixador de el-rei D. Afonso V de Aragão às partes do Levante, 73-75.
OLIVENÇA, 144-45.
OLIVER (Galcerán), conselheiro e tesoureiro da rainha D. Maria de Aragão, 343.
OLIVERA (Leopoldo de la Rosa), 234.

Copyrighted material

OLZINA (Mósem Juan), 272-73.
ORDEM DOS FRADES MENORES, franciscanos espanhóis, 283.
ORDEM MILITAR DE ALCANTARA (Mestre da), 257.
ORDEM MILITAR DE AVIS (Comendador-mor da), 139-40.
ORDEM MILITAR DE CALATRAVA (Mestre da), 103.
ORDEM MILITAR DE CRISTO, 217-19, 225-26, 248, 266, 271, 278-80, 282 e 322. Administrador e governador da —, 262. Cavaleiro da —, 225-26. Comendador da —, 95. Governador da —, 208-219, 277 e 282. Mestre da —, 282. Regedor da —, 216-17. Regedor e governador da —, 274.
ORDEM MILITAR DE SANTIAGO, 95 e 144. Mestrado da —, 146 e 169. Mestre da —, 137, 255 e 257.
ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOAO DE JERUSALEM, 73, 105, 182 e 321-30. Comendador da —, 73. Prior da —, 300. Prior da — em Castela e Leão, 258.
ORDEM DE SANTO AGOSTINHO (Cónegos regrantes da), 248-52.
ORDEM DE S. DOMINGOS (Provincial da), 264.
ORDEM DE S. FRANCISCO, 283 e 356.
ORGA (Fr. Diogo Gil de), comendador de Ervões, 101.
ORIENTE, 288. Guerra no —, 131.
ORTIGUEIRA, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
ORTIGUEIRA (Rodrigo Esteves da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 123.
OTMEN ABEN EL CABILU, mouro, senhor de terras em Síria, 73-74.
OUREM, 349.
OUREM (Conde de), 285, 347-48 e 353.
PACES (António de), banqueiro, 169.
PACHECO (Duarte). V. — PEREIRA (Duarte Pacheco).
PACHECO (Gonçalo), tesoureiro das coisas de Ceuta, 215.
PACHECO (D. João), marquês de Vilhena, 49-50 e 103.
PAI, referido a Deus, 257 e 277. V. — SANTA TRINDADE.
PAIS (Fernão), escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis, 139-40.
PAIS (Gomes), cónego da sé de Lisboa, 323.
PAIS (Vasco), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
PAIVA (João Soares de), cavaleiro do infante D. Pedro, 348.
PALASTRELO. V. — PERESTRELO.
PALENCIA (Bispo de), 254 e 256.
PALENÇO (Álvaro Fernandes), 30-31 e 33-34.
PALESTRELA (Iseu), filha de Bartolomeu Perestrelo, mulher de Pedro Correia, 209.
PALHAIS, 154.
PALMA (Ilha da), 12, 22-24, 27, 41, 45, 47, 150-52, e 227. V. — MADALENA (Ilha de), e GORÉE (Ilha de).
PARADA (João de), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
PARIS. Códice de —, 12. Manuscrito de —, 42, 141, 147, 226-27, 288 e 300.
PASCOA, 239, 261, 268-69 e 274. — da Ressurreição, 269.
PEDERNEIRA, 67.
PEDRA, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I e regente do reino, 39, 44, 48, 50-54, 57-61, 64-69, 72, 75-77, 79-80, 85-92, 98-99, 104, 108-115, 117-21, 123-34, 138-39, 146, 149, 152, 165-69, 171-74, 179-80, 184, 186, 188, 190-91, 194, 202-04, 206, 212-15, 219, 221, 235, 243-45, 248, 255, 276, 278, 285-86, 289-91, 294-95, 302, 308-09, 315, 326, 335, 337-39, 341, 343-45, 351-53 e 355.
PEDRO (D.), filho do regente D. Pedro, condestável de Portugal, 285-86, 344 e 354.

PENAFIEL (Senhor de), D. Afonso, 99.
PENAMACOR, 165. Coudel em —, 168.
PENELA, 355.
PERAZA (Fernán de), cavaleiro sevilhano, 233.
PERDIGÃO (D. Vasco), bispo de Évora, 255 e 257.
PEREIRA, 355.
PEREIRA (Duarte Pacheco), 17, 148, 158 e 222.
PEREIRA (Esteves), 12 e 38.
PEREIRA (Fernão), fidalgo da casa do duque de Bragança, 101.
PEREIRA (Gonçalo), do conselho de el-rei, 201 e 206.
PEREIRA (Henrique), guarda de el-rei D. Afonso V, 201 e 206.
PEREIRA (Martim), moço da câmara do infante D. Henrique, 34 e 36.
PEREIRA (Mestre Vasco), clérigo bracarense e notário apostólico, 175 e 180-81.
PERES (Afonso), clérigo da diocese de Lisboa, 211.
PERES (Damião), 24, 142, 148, 208 e 235.
PERESTRELA (Iseu). V. — PALESTRELA.
PERESTRELO (Bartolomeu), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 208-09.
PERESTRELO II (Bartolomeu), filho de Bartolomeu Perestrelo e de Isabel Moniz, 208-09.
PERESTRELO (Rafael), vigário geral, 210.
PERESTRELOS (Família dos), 209.
PÉREZ EMBID (Florentino), 24 e 233-34.
PÉREZ SARMIENTO (Diego), conde de Santa Marta e adiantado-mor do reino de Galiza, 257.
PÉREZ DE VIVEIRO (Afonso), contador-mor de el-rei D. João II de Castela, 137.
PERNA (Afonso da), mordomo de Pombal, 266-67.
PERPINHÃO, 331-35.
PERÚSA (Frei Ângelo de), vigário geral da Observância, 356.
PIANA (Celestino), 356 e 358.
PICANÇO (O), de Lagos, 5-6.
PICANÇO, nome da caravela de que era mestre Martim Alvares, 6 e 22.
PICANÇO (João Gonçalves), escudeiro, morador em Leiria, 6.
PICANÇO (Vicente Lourenço), teve a portagem de Amarante, doada por el-rei D. João I, 6.
PICO (Maria Alexandra Tavares Carbonell), 156.
PINA (Rui de), 25, 29, 84, 101, 103, 109, 192, 204, 235, 243, 255, 289, 338, 345 e 351-54.
PINHEL, 255.
PIO II (Papa), 282.
PIRES (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Velho, 111.
PIRES (Afonso), clérigo da diocese de Lisboa. V. — PERES (Afonso).
PIRES (Afonso), porteiro da sé de Viseu, 261.
PIRES (Aires), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim, 104.
PIRES (Alvaro), bacharel em Leis, filho de Pedro Esteves da Mão Inchada, 63.
PIRES (Alvaro), criado de el-rei D. Duarte, 253-54.
PIRES (Fernão), juiz das sisas da vila de Penamacor, 165.
PIRES (Gomes), capitão de caravela, patrão de el-rei, 4-5, 11-14, 155-61, 163-64, 221-22 e 224.
PIRES (Gonçalo), marido de Maria Anes, 184.
PIRES (João), chantre da sé de Viseu, 237.

PIRES (João), morador na Golpelheira, termo de Pombal, 264-65.
PIRES (João), homem braceiro, 314.
PIRES (Lopo), morador em Pombal, 240-41.
PIRES (Luís), capelão-mor de el-rei D. Afonso V, 201 e 300.
PIRES (Martim), morador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
PISTE, capitão da Gomeira, 24-25 e 28.
POLONIA (Reino da), 181.
POMBAL, 66-67, 75-76, 240-41, 262-63 e 265-67. Igreja de S. Martinho em —, 267.
PONTA DE SANTA ANA, na ilha de Arguim, 30-31.
PONTA DE TIRA, 38.
PONTE (Fr. António da), franciscano, 233.
PONTE DE LIMA, 348.
PONTIFICIO ATENEO ANTONIANO DE ROMA (Faculdade de Direito do), 299 e 356.
PORTA DE ALFAMA, em Lisboa, 313.
PORTA DO MURO, em Lisboa, entre os mosteiros de S. Vicente de Fora e o de S. Agostinho, 313-14.
PORTALEGRE (Escrivão do Almoxarifado de), 153.
PORTIMÃO, 165.
PORTO, 54, 115, 303-04, 306, 311, 318, 348, 350, 352 e 354. Bispo do —, 181 e 300. Câmara Municipal do —, 302, 304-05, 311-12 e 316. Gabinete Histórico da Cidade do —, 302. Representação da cidade do — às cortes de Lisboa de 1446, 115.
PORTO (Rodrigo Anes do), tabelião de el-rei na cidade de Viseu, 237. V. — ANES (Rodrigo).
PORTO DA CALDEIRA, na entrada do esteiro do Rio do Ouro, 156-57 e 224.
PORTO DE MOS, 349.
PORTO SANTO, 208-09 e 278-79. Capitania da ilha do —, 208.
PORTOCARREIRO (Diogo Vasques), 45-46.
PORTOCARREIRO (Gil Vasques), irmão de Diogo Vasques e Lopo Vasques Portocarreiro, 46.
PORTOCARREIRO (Lopo Vasques), irmão de Diogo Vasques e de Gil Vasques Portocarreiro, 46.
PORTUGAL, 1, 4, 13, 18, 23-24, 27, 49-50, 56, 68, 70-84, 88, 90, 93-97, 99, 102-03, 105-08, 117, 124, 132, 135, 141, 144-46, 150, 160, 170, 172, 176, 179-80, 186, 191, 204, 211-14, 226, 230, 233, 254-55, 278, 282-83, 285, 288, 291, 293, 298-99, 319, 335, 337, 343-44, 354 e 356-57. Condestável de —, 192, 204 e 285-86. Corte de —, 131. Expedição de — às Canárias, 24. Igreja de —, 185. Infanta de —, 185. Rainha de —, 79, 81-82, 84, 93-97, 102-03, 105, 107-08, 124, 213-14, 272, 331-32 e 337. Regente do reino de —, 68-69, 255 e 290-91. Rei de —, 23, 68-70, 73, 113, 117, 120, 124, 132-33, 171-73, 184-85, 189, 192, 207, 221, 225, 233, 243, 284-85, 289-90, 300, 316, 319, 322, 327, 331-332, 336, 339 e 344. Reino de —, 176, 179, 182 e 327.
PORTUGALENSE (Vasco). V. — LUCENA (Vasco Fernandes de).
POVOLIDE (Álvaro Gil de), 240.
PRADO (Fr. André do), franciscano, professor de Teologia das Universidades de Bolonha e da cúria pontifícia, 300 e 356-58.
PRAGA, 299.
PRESTE JOÃO DAS INDIAS, 258-59.
PROENÇA, 168.
PSYLES, antigo povo da Líbia, 26.

PUÇOS (Comendador de), 248.
PUERTO DE LA CALDERA. V. — PORTO DA CALDEIRA.
PUJADES (Guilherme), tesoureiro do reino de Aragão, 174.
PUJADES (Mateus), tesoureiro-geral de Aragão, 56 e 174.
PUJADES (Tomás), 56.
PURIFICAÇÃO (Fr. António da), cronista dos Eremitas de S. Agostinho, 280.
QUIMBRES, termo de Coimbra, 271.
QUIROGA (Fr. Gonçalo de), prior da Ordem de S. João em Castela, 257.
RAFAEL (Frei), capelão, prior da Catalunha, 260.
RAMALHO (João Lourenço), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na vila de Alcáçovas, 215-16.
RAMOS (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Braga, 115.
RASTEIRO (Vasco Gonçalves), criado de Diogo Gil, prior da capela do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 270.
RAU (Virginia), 164.
REAL (Conde del), D. Iñigo López de Mendoza, 257.
REBELO (Jacinto Ignácio de Brito), 65.
REDINHA. Escrivão da —, 153. Escrivão da coudelaria da —, 153.
REGO (Gonçalo Gil do), 240.
REI AFRICANO, cognome de D. Afonso V, 95.
REIS (Fr. Daniel dos), 292.
REPÚBLICA FLORENTINA (Chanceler da), 298.
RESTELO, em Belém, Lisboa, 282.
RIAÇA (Fernando de), 344.
RIBEIRA, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
RIBEIRO, casal em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
RIBEIRO (Estêvão), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
RIBEIRO (Mário de Sampaio), 280 e 282.
RICARD (Robert), 39 e 229.
RIEDRER (Dr. Ulderico), embaixador de Frederico, rei dos romanos, a Portugal, 331, 333 e 335.
RIETE (Tomás de), 299.
RIO BANJALA, 142.
RIO DOS BARBACINS, 142.
RIO CABITE, 148.
RIO DE CABITOS, 148.
RIO CACHEU, 149.
RIO CASAMANSA, 149.
RIO DANÚBIO, 181.
RIO FOREKARIA, 148.
RIO GAMBIA, 153. V. — GAMBIA.
RIO GEBA, 142.
RIO GRANDE, 142 e 145.
RIO GUADIANA, 217-18.
RIO JINNAK, 142.
RIO JUMBAS, 142 e 227-228.
RIO DE LACO. V. — RIO DE LAGO.
RIO DE LAGO, 142.
RIO DE LAGOS, 152. Azenhas henriquinas de S. Pedro, no —, 152.
RIO NILO, 5, 7-8, 13, 30, 40, 141 e 288. Praia do —, 14.

RIO NUNO, na Guiné ex-francesa, 142.
RIO DO OURO, 11, 13, 155-57, 160, 162-64, 221-22 e 224-25.
RIO SALUM, 142.
RIO DE S. JOAO, 95.
RIO SENEGAL, 11, 39, 140-41 e 288. Foz do —, 6-7.
RIO DE TABITE, 148.
ROCHAS (Conde das), 259.
ROCHETA CIVITELA, 75.
RODES, 73. Arcebispo de —, 260. Convento de—, da Ordem Militar do Hospital, 322 e 328-29. Mestre de —, 73-74 e 260. Senescal de —, 260.
RODRIGO (Frei), esmoler de el-rei D. Afonso V, 167.
RODRIGO (Mestre), cirurgião do infante D. Henrique e rendeiro das sisas em Leiria, 91.
RODRIGUES (Alvaro), juiz de Ceuta, 66.
RODRIGUES (José Maria), 280.
RODRIGUES (Duarte), recebedor da chancelaria régia, 91.
RODRIGUES (Gil), escrivão, 55, 85 e 87.
RODRIGUES (Gil), porteiro do coro da sé de Viseu, 237.
RODRIGUES (José Maria), 277 e 280-81.
RODRIGUES (Dr. Vasco). V. — LISBOA (Vasco Rodrigues de).
ROMA, 90, 169-70, 179, 183, 185, 189-90, 207, 211, 213, 251-52, 256, 284, 292, 294, 297--300, 304, 326, 331 e 338. Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antoniano de —, 299 e 356. Igreja de —, 136. Santa Igreja de —, 192, 243 e 257. Santa Madre Igreja de —, 191.
ROTH, O. F. M., (Bartholomaeus), 358.
ROSA OLIVERA (Leopoldo de la), 234.
RUA NOVA, em Lisboa, 208 e 252-53.
RUA DA REGUEIRA, em Viseu, 260-61.
RUMEU DE ARMAS (António), 157 e 222.
SA (Artur Moreira de), 277, 294, 339 e 345.
SAARA. V. — ZAARA.
SABOARIAS. Da ilha da Madeira, 273; — do infante D. Henrique, 164.
SABOIA (Amadeu de), antipapa Félix V. 299.
SABUGAL (Couto do), 86.
SACRO ROMANO IMPERIO, 131 e 133.
SAGONA, 170.
SAL, 164.
SALA (João), criado do regente D. Pedro, 290-91.
SALAMANCA (Igreja de), 258.
SALUTATI (Coluccio), chanceler, 298.
SALVADOR (Mosteiro do), em Lisboa, 277 e 281.
SALZBURGO (Diocese de), 133.
SAMPAIO, Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
SANCHEZ DE VALHADOLIDE (Garcia), procurador de el-rei D. João II de Castela no seu casamento com a infanta D. Isabel de Portugal, 135-36, 191, 199-200, 255 e 258.
SANCHO (Conde D.), 349.
SANLUCAR DE BARRAMEDA, na Andaluzia, 282-83.
SANTA CRUZ. Abade de —, 88. Mosteiro de —, em Coimbra, 280.
SANTA CRUZ, Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
SANTA CRUZ DE COIMBRA (Mosteiro de), 248-52 e 280.

SANTA MARIA, 265, 267 e 280.
SANTA MARIA DA BATALHA (Mosteiro de), 263. V. — BATALHA (Mosteiro da).
SANTA MARIA DE BELÉM (Igreja de), fundada pelo infante D. Henrique, 282.
SANTA MARIA DA GRAÇA (Igreja de), em Lisboa, 277 e 280.
SANTA MARIA DE MARÇO, 277 e 280.
SANTA MARIA DE SA (Igreja de), da diocese de Tui, 185.
SANTA MARIA DA VITORIA (Mosteiro de). Prior de —, 265. V. — BATALHA (Mosteiro da).
SANTA MARINHA, 280.
SANTA MARINHA (Igreja de), em Lisboa, 210.
SANTA MARTA (Conde de), Diego Pérez Sarmiento, 257.
SANTA OVAIA DE TRUICE (Igreja de), na diocese de Tui, 185.
SANTA POTENCIANA, 326, 331 e 338.
SANTA TRINDADE, 49, 103, 192, 277 e 332.
SANTAREM, 85, 87, 104, 111, 124-30, 133, 135, 139-40, 165-68, 202-03, 243, 287, 297, 303-07, 342, 347, 349 e 356-57. Celeiro do pão de —, 342. Contador régio do almoxarifado de —, 45-46. Cortes de —, de 1451 —, 221.
SANTAREM (João de), escrivão, 60.
SANTAREM (Visconde de), 38 e 231.
SANTIAGO, 18 e 160.
SANTILLANA (Marquês de), D. Iñigo López de Mendoza, 257.
SANTO AGOSTINHO (Mosteiro de), dos Eremitas Calçados, em Lisboa, 280 e 313-14.
SANTO ANDRÉ, 280.
SANTO ANDRÉ (Lugar de), em Lisboa, 270.
SANTO ANGELO (Cardeal de), 181.
SANTO DOMINGO EL REAL (Mosteiro de), de Toledo, 78-79 e 81-82. Prioresa de —, 81 e 83.
SANTO ESTÊVÃO (Conde de), D. Alvaro de Luna, 257.
SANTO ESTÊVÃO (Igreja de), 270.
SANTOS, S. J. (Domingos Maurício Gomes dos), V. — MAURICIO (Domingos).
S. BARTOLOMEU (Igreja de), em Lisboa, 62.
S. FRANCISCO (Hábito de), 234.
S. FRANCISCO DO FUNCHAL (Convento de), 233-34.
S. FRANCISCO DE LISBOA (Convento de), 278.
S. JOÃO da Ordem de Malta (Prior de), 139-40.
S. JOÃO BAPTISTA, 239 e 261.
S. JOÃO DO CRATO (Priorado de), 321.
S. JOÃO DA PESQUEIRA, 50.
S. JORGE, 18.
S. JORGE, navio henriquino, 225.
S. LOCAR DE ALCOUTIM, 217.
S. MARTINHO (Igreja de), em Pombal, 267.
S. MATEUS, 262 e 265.
S. MIGUEL (Albergaria de), em Viseu, 261.
S. MIGUEL (Arcanjo), 235.
S. MIGUEL (Igreja de), na ilha de S. Miguel, 234.
S. MIGUEL (Ilha de), Açores, 233-35 e 273-74.
SAO PAYO (Marquês de), 12.
S. PAULO, 90.
S. PEDRO, 90, 179, 183, 185, 189-90, 207, 211, 251-52, 284, 292 e 294.
S. PEDRO (Azenhas de), henriquinas, no rio de Lagos, 151.

Copyrighted material

S. PEDRO DE FOLQUES (Mosteiro de), 248-52.
S. SALVADOR DE DORNELAS, freguesia do concelho de Amares, Braga, 45.
S. SALVADOR DA TORRE (Mosteiro de), 151.
S. VICENTE DE FORA (Mosteiro de), em Lisboa, 210, 248-52, 268 e 312-14.
SAPATA (Sancho), 81.
SARZANA (Perentucelli Tomás de), cardeal, depois papa com o nome de Nicolau V, 298.
SARZEDAS, 114-15 e 168.
SATAM, guinéu, 228.
SBARALEA (Jacinto), 358.
SEGURA. Coudel em —, 168.
SEIA, 220. Juiz e contador em terra de —, 219.
SELLENT (Bartolomeu), aragonês, 56, 80-84, 88, 107-08, 291 e 332-35.
SENA, 211.
SENEGAL. V. — RIO SENEGAL.
SENHOR, referido a Jesus Cristo, 66, 68, 72, 76, 81, 87, 105, 133, 173, 175-76, 181, 213, 250, 252, 283, 306, 310 e 333-34. Encarnação do —, 90 e 338. Eterno —, 38. Nosso —, 94, 277, 289 e 343.
SEQUEIRA (Afonso Gonçalves), residente em Nisa, 124.
SERPA, 218 e 354. Juiz de —, 153.
SERPENTES (Ilha das), 12.
SERRA (Afonso), lavrador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
SERRA LEOA, 148.
SERRA DA PESCARIA, termo da Pederneira, 67.
SERRA RAFOLS (Elias), 24, 234 e 273.
SEVILHA (Rei de), 135.
SHEPHERD (Guiglielmo), 299.
SICILIA, 95 e 173. Rainha da —, 49-50, 79, 81-84, 88, 107 e 272.
SICILIAS. Rainha das duas —, 103. Rei das duas —, 212.
SICULO (Diodoro), 299.
SIGISMUNDO (Imperador), 68-69, 71 e 131-33.
SILGUEIROS, termo da cidade de Viseu, 236-37.
SILVA (Augusto Vieira da), 281.
SILVA PASSARANI, na província de Campânia, Itália, 213.
SILVA (Aires Gomes da), regedor da comarca do Porto, 351.
SILVARES, freguesia de Silgueiros, termo da cidade de Viseu, 236-37.
SILVEIRA (Diogo da), escrivão da puridade de el-rei D. Afonso V, 353.
SILVEIRA (Gonçalo da), 138.
SILVEIRA (Dr. João Fernandes da), 300.
SILVEIRA (Nuno Martins da), 352.
SILVES, 118, 121 e 152. Bispo de —, 152. Mestre-escola da sé de —, 120.
SIMÕES (Guiomar), mulher de Fernão Vilarinho, 151.
SINAI (Monte), 258-59.
SINES, 146.
SINTRA, 170, 245 e 254.
SIRIA, 73.
SOARES (Torquato de Sousa), 289.
SOBREIRA FORMOSA, 168.
SOLEDADE (Fr. Fernando da), cronista franciscano, 292.
SÓRIA, cidade de Espanha, 193-96 e 205.
SOSA (Escrivão das sisas de), 153.

SOURE, 130, 262, 266 e 271.
SOUSA (António Caetano de), 89, 99, 101, 109, 135, 186, 191, 243, 339 e 345.
SOUSA (Cide de), escudeiro português, navegador, familiar e doméstico servidor da rainha D. Leonor de Portugal, 94-97.
SOUSA (Gonçalo de), comendador da Ordem de Cristo, irmão de Cide de Sousa, 95.
SOUSA (Fr. Luis de), 281.
SOUSA (Rui de), primo de Cide de Sousa, 95.
SOURE, 67-68 e 343.
SOUTO DE EL-REI, no termo de Pombal, 240-41.
SOTOMAYOR (D. Goterre de), mestre da Ordem da Cavalaria de Alcântara, 257.
SUAREZ FERNANDEZ (Luis), 89 e 255.
SUECIA, 227 Rei da —, 225.
SUPICO (Rodrigo Anes), escrivão, 128.
SUS, no Marrocos, 222.
TANGER, 25, 86, 123, 153, 214-15 e 352. Armada de —, 214.
TARAZONA (Diogo de), servidor da rainha D. Leonor de Portugal e depois do infante D. Henrique de Aragão, 102-03.
TAVIRA, 5-6, 23, 45, 47 e 220-21. Caravela de —, 22.
TEIXEIRA, 280-81.
TEIXEIRA (Luis), 148.
TEIXEIRA (Pero), vedor do duque de Bragança, 101.
TEIXEIRA (Tristão), 208-09.
TELES (João), cavaleiro, 132.
TENERIFE (Ilha de), Canárias, 24 e 233.
TENREIRO (João Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Felgar, termo da Torre de Moncorvo, 61.
TENTUGAL, 355.
TEOLOGIA, 277-79 e 281.
TERRANUOVA, perto de Arezzo, Itália, 297-98.
TERUEL, 55-56.
TIBURE, 259.
TIDER (Ilha de), 1-3, 14-15, 17 e 20-21.
TIDRE, na ilha de Tider, 1-2 e 20-21.
TINOCO (Aires), escrivão e moço da câmara do infante D. Henrique, natural de Olivença, 141 e 143-45.
TINTURARIA DE PASTEL, 65.
TIRA, 1-2 e 38. Cabo de —, 38. Ponta de —, 14-16.
TOJAL, 121.
TOJAL, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
TOJOSA (Reguengo da), no termo de Santarém, 342.
TOLEDO, 56, 79-83 e 245. Alcaide-mor de —, 81-83. Mosteiro de Santo Domingo el Real de —, 78-79. Rei de —, 135.
TOMAR, 59-60, 127-29, 271 e 349. Almoxarife em —, 226. Convento de Cristo de —, 282 e 322. Termo de —, 128.
TONELLI (Thomas), 297 e 299-300
TORO (Vila de), em Espanha, 198.
TORRE DE MONCORVO, 61.
TORRES NOVAS, 100-01, 245 e 348-49. Cortes de —, de 1438 —, 100-01.
TORRES VEDRAS, 45, 92, 245 e 331.
TOVAR (Conde de), 72 e 352.
TRAS OS MATOS, no termo de Pombal, 264 e 267.

Copyrighted material

TRAS OS MONTES (Comarca de), 319-20. Correição de, 85.
TRAPEZUNZIO (Jorge), 299.
TRAVAÇOS (Rodrigo Eanes de), capitão de caravela, escudeiro do regente D. Pedro, 4-5, 11, 19, 33-35 e 38.
TRAVERSARI (Ambrósio), 298.
TRAVESSAS, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
TREVISO, 68-70. Marca de —, 68-70, 72 e 131-33. Cidade de —, 70-71.
TRIGO (António Baptista Morais), 142.
TRIMEGISTO (Hermes), 39. V. — HERMES.
TRISTÃO (Alvaro), 143. V. — COSTA (Alvaro da).
TRISTÃO (Nuno), nobre cavaleiro, criado de pequeno na câmara do infante D. Henrique, 140-43, 145, 148 e 150-51.
TUI, 151. Diocese de —, 169 e 185.
TOURS (Diocese de), em França, 185, 324 e 327.
UNIVERSIDADE, 277-81. Estatutos da —, 280-81. — de Coimbra, 39 e 280. — da Cúria Pontifícia, 300. — de Lisboa, 278.
URGEL (D. Isabel de), duquesa de Coimbra, mulher do infante D. Pedro, 275. V. — ISABEL (D.), mulher do infante D. Pedro.
USODIMARE (Antoniotto), 231.
VALARTE, estrangeiro, 225-27 e 230-31.
VALENTE (Afonso), escudeiro, juiz na vila de Pombal, 263-65.
VALLA (Lourenço), 299.
VALLART. V. — VALARTE.
VALÊNCIA, 56, 78-79, 81-84, 88, 94, 96-97, 103, 105, 107-08 e 344.
VARELA, na Guiné Portuguesa, 149.
VARZEAS, termo de Leiria, 114.
VASCONCELOS (Basílio de), 145.
VASQUES (Afonso), escrivão, 66, 135, 171, 190 e 215.
VASQUES (Afonso), tabelião nas Sarzedas, 114-15.
VASQUES (Brás), morador no Madeireiro, termo de Lisboa, 270.
VASQUES (Fernão), tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique, 240-41, 263 e 267.
VASQUES (Gil), residente em Lagos, criado do infante D. Henrique, 120-21.
VASQUES (Gonçalo), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268.
VASQUES (João), sapateiro em Viseu, 261.
VASQUES (João), morador na Charneca, termo da cidade de Lisboa, 315.
VASQUES (João), almoxarife do celeiro do pão em Santarém, 342.
VASQUES (Lopo), 313.
VASQUES (Lourenço), de Évora, professor de Teologia, 300.
VASQUES (Maria), mulher de João Esteves, besteiro, 313.
VAZ (Afonso), escrivão, 139.
VAZ (Estêvão), escrivão, 130.
VEGECIO, 151.
VEIGA (João da), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em S. João da Pesqueira, 50.
VELHO (Fr. Afonso), dominicano, 277.
VENEZA, 68, 70 e 132. Cardeal de—, 181. Conselho da República de—, 69. Ducados de—, 169. Doge de—, 68, 72, 131 e 133. República de—, 70, 72 e 131. Senhoria de—, 69.
VERA (Garcia de), 93.
VERBA (Fr. João), dominicano, 39 e 365.
VERONESE (Guarino), 298.
VICENTE (Afonso), cónego da sé de Viseu e bacharel em Decretos, 236.

VICENTE (Martim), capitão de caravela, piloto, 2, 4 e 20.
VICENTE (Nuno), vassalo de el-rei e escudeiro do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo, 92.
VICENTE (Vasco), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268.
VICENTE (Vasco), escolar, 270.
VICH, 94-95 e 105. Cónego da sé de —, 94-95, 97 e 105.
VIEIRA (Alvaro), escrivão das sisas de Lagos, 134.
VIENA (Concílio de), 182-83.
VILA FRANCA DO CAMPO, na ilha de S. Miguel, 234 e 274.
VILA FRANCA DE XIRA, 282.
VILA DO INFANTE, 210.
VILA NOVA. Arcediago de —, 116.
VILA NOVA, em Lisboa, 315.
VILA REAL (Conde de), 60.
VILARINHO (Fernão), capitão de caravela, 150-52.
VILARINHO (Martim), pai de Fernão Vilarinho, frade do mosteiro de S. Salvador da Torre, 151.
VILAS (João Fernandes), escrivão do almoxarifado de Portalegre, 153.
VILES (João), 153. V. — VILAS (João Fernandes).
VILES (João Fernandes), 153. V. — VILAS (João Fernandes).
VILHENA (Branca de), mulher de Rui Vasques Coutinho, aia da rainha D. Leonor, 180.
VILHENA (Margarida de), mulher de Martim Afonso de Melo, filha de Rui Vasques Coutinho e de D. Branca de Vilhena, 179-80.
VILHENA (Marquês de), D. João Pacheco, 49-50 e 103.
VIRGEM MARIA, 277, 291 e 293.
VISEU, 119, 236 e 260. Albergaria de S. Miguel em —, 261. Arquivo distrital de —, 236 e 260. Chantre da sé de —, 237. Deão da sé de —, 185 e 207. Duque de —, 185, 189-90, 207-08, 217, 233, 249, 265, 272-74, 277, 286, 291, 293, 298, 300, 339 e 342. Rua da Regueira, em —, 260. Sé de —, 236 e 260.
VISEU (João de), proprietário em Viseu, 261.
VISEU (D. João de), bispo de Viseu e ex-bispo de Lamego, 323.
VITAL (Sanco), rendeiro do almoxarifado de Castro Marim, 218.
VITERBO (Francisco Marques de Sousa), 65 e 91.
VIVALDI, 231.
VIVALDO (Tropell de), mercador genovês, 169.
VOLRESTORF (Jorge de), barão austríaco, embaixador de Frederico, rei dos romanos, a Portugal, 331 e 333-35.
WADDINGUS (Lucas), 283 e 292.
WÖLFEL (Dominik Josef), 24.
WOLLERT. V. — VALARTE.
XENEFONTE, 299.
ZAARA (Terra de) ou de Saará, 6-7 e 223.
ZARABELLA (Francisco), jurista, cardeal de Florença, 208.
ZAMORA (Bispo de), 325 e 330.
ZAMORA (João de), 185, 189, 207 e 211.
ZARCO (João Gonçalves), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, capitão da ilha da Madeira, 12, 39-40, 43, 146-47, 150, 152, 208 e 241-43.
ZARGO (João Gonçalves). V. — ZARCO (João Gonçalves).
ZURARA (Gomes Eanes de), 1-3, 5, 7, 11, 14-15, 17, 19-23, 25-27, 29-30, 34-40, 43-45, 86, 141-42, 145-46, 148, 151, 154, 156-57, 160, 162-63, 208, 222, 225-28, 231, 235, 258, 282 e 288.

Copyrighted material

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I. — Vista da cidade de Lisboa no século XVI (Iluminura da *Crónica de D. Afonso Henriques* do Museu Castro Guimarães — Cascais), pp. VIII-IX.

Est. II. — Cartas do infante D. Pedro a Francisco Foscari, doge de Veneza, de 1445 e 1446 (Docs. 44 e 109), pp. 80-81 e 144-45.

Est. III. — Última página, assinada, de sentença do infante D. Henrique, de 1447 (Doc. 149), pp. 224-25.

Est. IV. — Carta com assinatura autógrafa de João Gonçalves Zarco, de 1447 (Doc. 158), pp. 240-41.

Est. V. — Carta do infante D. Henrique à Câmara de Coimbra, de 1447 (Doc. 172), pp. 272-73.

Est. VI. — Carta do infante D. Henrique à Universidade de Lisboa, de 1448 (Doc. 176), pp. 288-89.

Est. VII. — Concórdia entre o infante D. Pedro e o duque de Bragança, de 1448 (Doc. 208), pp. 352-53.

Copyrighted material

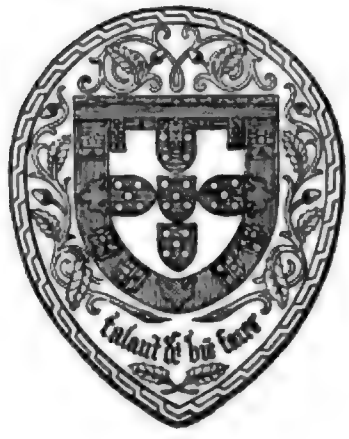
Copyrighted material

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR	pág.	IX
ABREVIATURAS	pág.	XXVII
DOCUMENTOS	pág.	1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA	pág.	361
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA	pág.	365
ÍNDICE CRONOLÓGICO	pág.	383
ÍNDICE ANALÍTICO	pág.	415
ÍNDICE DAS ESTAMPAS	pág.	447

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLANTIDA», EM COIMBRA, RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPOGRAFO JOSE ABRANTES MACHADO, E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM 11 DE ABRIL DE 1968. A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», AMBAS DE LISBOA.

Copyrighted material



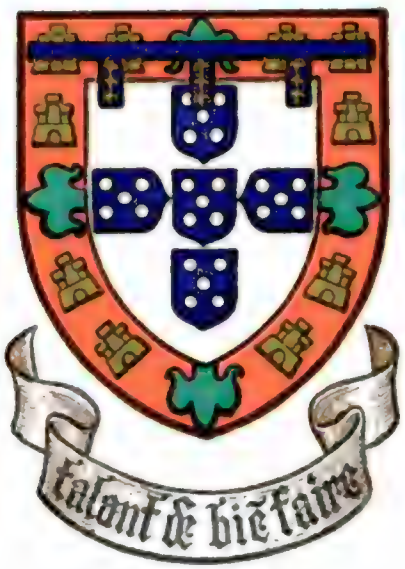
Copyrighted material

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME X

(1449-1451)



COIMBRA
1969

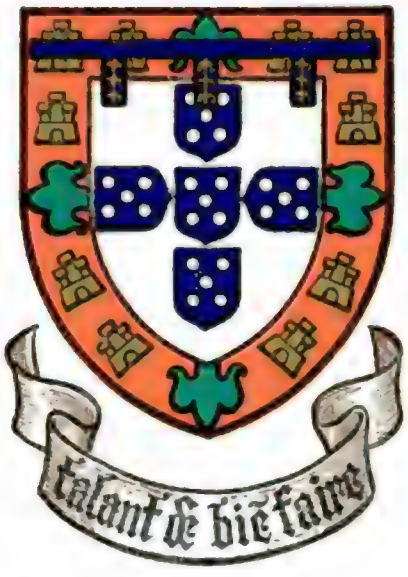
MONUMENTA HENRICINA

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME X

(1449-1451)



COIMBRA

1969

DIRECÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANOTAÇÃO CRITICA

DE

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.

Est. I. — Retrato da rainha D. Leonor de Portugal
no "Liber genealogie regum hyspanie" de D. Afonso de Cartagena.
(Na Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. Vit. 19 - 2, fl. 38v.).

AO LEITOR

Os 256 textos insertos neste décimo volume de Monumenta Henricina *reportam-se, na quase totalidade, aos anos de 1449 e 1450. Se deste último se conserva o respectivo livro de registo régio, o n.º 34, com 217 grandes fólios permaminháceos, o mesmo não sucede com o livro do ano de 1449, do qual apenas restam escassos cadernos, dispersos por volumes vários da chancelaria afonsina, como já em 1904 observou Anselmo Braamcamp Freire* (1).

Aquele autor localizou apenas três cadernos do referido ano nos livros 20, 34 e 37 da dita chancelaria. A investigação empreendida para o presente volume revelou-nos existirem diplomas régios de 1449 pelo menos nos livros 8, 11, 12, 15, 20, 34, 35 e 37 da chancelaria de D. Afonso V. Respigámos os demais textos em várias outras fontes, nos mesmos indicadas, especialmente nos livros da denominada Leitura Nova do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2).

O ano de 1449 assume particular relevância na historiografia portuguesa do século XV; pois em 20 de Maio se decidiu, em Alfarrobeira, o ambiente de guerra civil em que, mais ou menos intensamente, se debatera o país desde o falecimento de el-rei D. Duarte, em 1438, por implicações advindas dos demais reinos peninsulares, cujas desavenças vieram a ecoar entre nós. El-rei D. João I deixara o país em boa harmonia com as vizinhas monarquias, na qual prosseguiu D. Duarte (3). *Porém, nos dez anos da sua regência, o infante D. Pedro integrara-se deliberadamente nos desentendimentos havidos por Castela com Aragão e Navarra.*

---

(1) *A Chancellaria de D. Afonso V*, p. 481.

(2) Sobre esta pode ver-se DIAS DINIS, *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*

(3) Cfr. os DOCS. 9, 13, 15, 22, 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43 e 63 do vol. 4 de *Monumenta Henricina*, nomeadamente o n.º 35, carta do infante D. Pedro de Portugal, de 22 de Agosto de 1432, a confirmar o Tratado de Paz e Amizade celebrado em Torres Novas a 11 de Agosto anterior com os reis de Aragão e de Navarra e os irmãos destes, os infantes D. Pedro e D. Henrique. De resto, como se prova largamente no aduzido volume desta colectânea documental, em 1432 o duque de Coimbra, seu pai e irmãos foram medianeiros valiosos nas dissenções havidas entre os infantes de Aragão e el-rei D. João II de Castela.

Mais. Aliando-se ao hábil e astuto D. Álvaro de Luna, então o verdadeiro chefe político do reino castelhano, o duque de Coimbra entrara em guerra com todos os filhos do falecido Fernando I de Aragão: com o sucessor deste, D. Afonso V, o Magnânimo, com D. João, rei de Navarra, com os infantes D. Pedro e D. Henrique de Aragão e com sua própria cunhada, a viúva rainha D. Leonor de Portugal, que, no país, foi a primeira vítima. Outra veio a sê-lo o próprio infante D. Pedro, em Alfarrobeira, como aliás também o foi D. Alvaro de Luna, seu aliado, em Castela.

Ainda depois de haver abandonado a regência do reino, o duque de Coimbra manteve íntimos laços com Alvaro de Luna, com quem conferenciou em Ledesma, na vizinha província de Salamanca (4). *E os coevos cronistas castelhanos vieram a lamentar, significativamente, a morte do ex-aliado português: — «E de aquesta muerte deste ynfante don Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avía dado fauor contra sus contrarios, e creya tener por su causa gran parte en el rreyno de Portugal»* (5). *Em contrapartida, a também coeva* Crónica de Don Álvaro de Luna *nem sequer alude ao apoio e auxílio pelo ex-regente português dispensados àquele país e, sobretudo, à personagem ali historiada!*

---

(4) «E esto así fecho, el Rey (de Castela) se partió para la villa de Valladolid, e mandó a don Alvaro de Luna que de allí se fuese a Ledesma, para se ver con el ynfante don Pedro de Portugal; el qual estava buelto con su sobrino el rrey de Portugal, e le avía mandado salir de su rreyno, por muchas siniestras ynformaciones que dél le fueron fechas. E aqueste ynfante don Pedro era mucho seruidor del Rey de Castilla, e por esto enviaua a don Alvaro de Luna para que se consolase e platicase con él cerca de su rreparo» (*Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete*, cap. 366, p. 504). O moderno historiador LUIS SUAREZ FERNANDEZ comenta assim aquele encontro, pelo lado de Castela: — «Don Alvaro se embarcó en una nueva aventura acudiendo a entrevistarse con él (o infante D. Pedro de Portugal) en Ledesma (agosto o septiembre de 1448). Colocándose junto al infante portugués, el condestable de Castilla se asociaba a una causa vencida, y ganaba para él, la poderosa enemistad del único reino peninsular en que podía haber encontrado apoyo» (*História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 197).

(5) *Crónica del Halconero* cit., cap. 378, ps. 530-31. Quase os mesmos termos na *Crónica de Don Juan II*, año 1449, cap. 8, p. 667.

Neste volume de Monumenta Henricina *assistimos à violenta reacção do deposto regente do reino contra el-rei seu sobrinho, sempre esperançado aquele no apoio de Castela* (6), *onde Álvaro de Luna andava, porém, demasiado atarefado e preocupado com a própria sobrevivência política para poder dar-lho* (7). *Contudo, o duque de Coimbra assumiu uma série de atitudes hostis contra seu rei e senhor, imperdoáveis na época, documentadas pelos cronistas portugueses e, em parte, também pelos arquivos municipais do Porto e de Évora, as quais necessàriamente concitaram contra o infante D. Pedro a opinião régia e de boa soma de fidalgos e nobres do país* (8); *porque é de sublinhar tê-los havido de ambos os lados e não apenas da banda de el-rei D. Afonso V.*

Reduzido, pràticamente, o ex-regente do reino às suas forças ducais e obrigados, por vezes, a juntarem-se-lhe os habitantes de suas terras (9), *ele confiou sua cidade ducal a Lopo de Azevedo, aliás pessoa do conselho régio, mas maculada já por outros desserviços ao monarca seu senhor, o qual ficou em Coimbra, a roldar e a velar a povoação e a prender e a maltratar os súbditos régios que ordeiramente transitavam pelos caminhos públicos* (10).

E o infante D. Pedro abalou dali, em armas, contra el-rei seu sobrinho, a 4 ou 5 de Maio de 1449, auxiliado por seu filho D. Jaime (11); *pois o mais velho, o condestável D. Pedro, parece se incumbira ou fora encarregado pelo pai de agitar contra el-rei o Alentejo, onde demoravam*

---

(6) Cfr. os DOCS. 42 e 43 do presente volume e PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 108.

(7) Sobre o particular pode ver-se a *História de España* e tomo cits., pa. 197 e ss.

(8) Cfr. os DOCS. 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 53, 66 e 86.

(9) Cfr. o nosso DOC. 192 e os aduzidos por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, pa. 76-78.

(10) DOC. 53.

(11) No relato da marcha do infante D. Pedro contra el-rei seguimos a narrativa de PINA (o nosso DOC. 48), à falta de outra, anterior. No cronista «a hũ domjngo, que eram cinquo dias de mayo». Ou está ali errado o dia do mês ou o da semana; pois em 1449 o dia 5 de Maio ocorreu a uma segunda-feira (Cfr., por exemplo, A. CAPPELLI, *Cronologia, Cronografia e Calendario Perpetuo*, 2.ª ed., Milano, 1952, p. 80).

as terras do seu Mestrado de Avis. Esperançado estava porventura o Mestre em receber auxílio do castelhano Mestre da Ordem Militar de Alcântara, junto do qual ele veio a refugiar-se, receoso do conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, pelo monarca mandado, como fronteiro-mor, à vila de Fronteira (12).

Partiu, pois, D. Pedro de Coimbra com uns 6.000 homens, pernoitou na comenda da Ega, da Ordem de Cristo, e, pela Batalha e Alcobaça, chegou a Rio Maior. Ali, desaconselhado embora dos seus de prosseguir contra el-rei, que se achava em Santarém, mas confiado, porventura, na população da capital e ainda na possível intervenção em seu favor de sua filha a rainha e do infante D. Henrique, marchou sobre Lisboa. Avançou assim para Alcoentre, onde houve o primeiro recontro com gentes de el-rei e também algumas dezenas de baixas. Deteve ainda vários servidores régios, depois degolados e enforcados, nomeadamente D. Pedro de Castro, fidalgo do infante D. Henrique, ali morto às mãos do próprio D. Pedro e de seus sequazes.

Também ali — prossegue Pina — «a mais da gente do jfante, veendo tamanha crueza, julgaramna por craro rrompimento contra elrrey e, temendo a pena da culpa em que, por isso, emcorriam, pungidos da lealdade que nom podiam emcobrir [...], *muyta gente, especialmente de pee, logo aquella nocte, fogiram do arraial e, per serras e veredas, como melhor podiam, se tornaram a suas casas», a pesar da fala que lhes dirigiu, em contrário, o Dr. Alvaro Afonso* (13).

Entretanto, havia el-rei segurado a cidade de Lisboa, por mar e por terra, e abalou de Santarém contra D. Pedro com uns 30.000 homens, no cômputo de Pina. O que sabido pelo duque de Coimbra na Castanheira, com mostra de avançar sobre Lisboa, se alojou além de Alverca, «em hũu rribeiro que se diz Alferroubeira», onde acampou, por lhe haverem afirmado não dever contar com a irada população da capital. E a 20 de Maio se deu o recontro das tropas de el-rei com a minguada coluna do duque de Coimbra, em que este logo perdeu a vida, aos 57 anos de idade,

---

(12) Cfr. os DOCS. 50, 57 e 205 e ainda PINA, *Crónica* citada, cap. 108.

(13) *Crónica* cit., cap. 118, em nossas ps. 63-65.

«nos peitos ferido dhũua seeta, que lhe atrauessou o coraçam». Ali ficou também prostrado seu fiel servidor o conde de Abranches, D. Alvaro Vasques de Almada. E, entre mortos, feridos ou presos — relata o cronista — «nom escapou algũu» dos do arrraial do infante. Abandonado o cadáver deste durante três dias no campo da batalha, sem o menor respeito e deferência para com o ilustre morto, o transportaram depois, em uma escada, à igreja de Alverca, onde foi sepultado.

El-rei D. Afonso V enviou memorando ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e morte do infante seu tio, ou seja às duas cortes em que o desaparccimento trágico do duque de Coimbra podia haver ecoado mais intensa e mais desagradàvelmente. Na primeira, como já sublinhámos, «ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla» e, decerto, não menos D. Alvaro de Luna, politicamente arrastado na queda do seu ex-aliado de Portugal; em Borgonha, acusou o facto o cronista Olivier de la Marche, por ser a duquesa D. Isabel irmã do falecido D. Pedro (14). E, pelos fins de 1449, enviou aquela a Portugal o jurista beneditino e acérrimo político Jean Jouffroy, deão de Saint-Vivent-sous-Vergy, mais tarde bispo de Arras e cardeal de Alby, conselheiro e embaixador de Filipe o Bom, a estranhar a D. Afonso V o sucedido, a pedir indulgência para a família e sequazes do duque de Coimbra e ainda o corpo deste, a fim de a duquesa lhe dar sepultura condigna.

Jean Jouffroy leu assim em Évora, a 6 e 13 de Dezembro de 1449 e a 12 e 16 de Janeiro de 1450, perante el-rei e demais áulicos, quatro longos discursos, pejados de erudição escriturística, histórica e jurídica, semeados de exclamações panegíricas e patéticas; mas, pronunciados em latim, segundo cremos, não devem ter produzido maior impressão no ânimo do jóvem monarca e dos demais ouvintes (15). *De facto, o resultado foi até contraproducente: — «E, porque na primeira denegaçam que elrrey fez aa sepultura do jfante, o dicto embaixador rrequereo que lhe mandasse dar seus ossos, pera os leuar a Borgonha, onde a duquesa,*

---

(14) *Mémoires*, liv. 1, cap. 20, a propósito da chegada do infante D. Jaime à corte de Borgonha, narrativa extratada no *Quadro elementar*, t. 3, ps. 84-88, em nota.

(15) Sobre estes discursos e seu autor cfr. a nota das nossas ps. 228-29.

sua jrmãa, lhe daria sepultura honrrada e merecida, rreceoso elrrey de os furtarem da igreja dAluerca, onde devassamente jaziam, os mandou tirar e leuar ao castello dAbrantes, cuja guarda e segurança encomendou a Lopo dAlmeida, que despois foy primeiro conde dAbrantes» (16).

Após o inéxito da embaixada de Jean Jouffroy a Portugal, a duquesa de Borgonha protestou junto do papa Nicolau V contra a maneira como fora tratado o cadáver de seu irmão D. Pedro e solicitou-lhe providências contra os que o ocultavam, pois ela desejava dar-lhe sepultura honrosa. Anuiu o sumo pontífice e, pelas letras Querelam dilecte, *de 21 de Maio de 1450, fulminou penas canónicas contra os ocultantes dos restos mortais do ex-duque de Coimbra* (17); *porém, sem resultado, pelo que veio o papa a revogar aquelas letras pelas* Romani pontificis, *de 1 de Janeiro de 1452* (18). *O cadáver do infante mantinha-se, porquanto, em Abrantes e apenas em 1455 o trasladaram, com exéquias solenes, para o seu túmulo da Batalha* (19).

Falecido assim o infante D. Pedro, el-rei D. Afonso V não proveu o ducado de Coimbra, apesar do que se lê em contrário na História Genealógica *de D. António Caetano de Sousa* (20). *Como já sublinhou Braamcamp Freire, o 2.º duque de Coimbra veio a ser apenas D. Jorge, filho bastardo de D. João II, a partir de 25 de Maio de 1500* (21). *Também boa parte dos bens e rendimentos do falecido 1.º duque coimbrão foi doada pelo soberano a indivíduos vários. Editamos aqui alguns desses diplomas, relativos a D. Fernão Coutinho, fidalgo da casa régia, a D. Sancho de Noronha, primo de el-rei, a Duarte Borges, seu guarda-roupa, e ao*

---

(16) PINA, *Crónica* citada, cap. 129.

(17) DOC. 166.

(18) AV., *Regestum Vaticanum*, vol. 404, fl. 213 v. Em cópia autêntica no ANTT. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa), *Bulas*, maço 8, n.º 13. Sumariadas no *Quadro elementar*, t. 10, ps. 40-41, editá-las-emos no próximo volume, segundo a lição do Vaticano.

(19) PINA, *Crónica* citada, cap. 137.

(20) Ao enumerar o autor os filhos do ex-regente D. Pedro: — «O Senhor D. João, Duque de Coimbra, Regente de Chipre» (*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., t. 2, p. 45. Expressão idêntica se pode ver também na p. 50).

(21) *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, p. 357.

bispo de Coimbra D. Luís Coutinho, do conselho régio, sublinhado na dádiva a este ser ela feita em compensação das coisas que lhe tomara e roubara o falecido D. Pedro (22). *E veio a ser tal a repartição régia dos bens e rendimentos do duque de Coimbra, que, quando el-rei, em 23 de Setembro de 1461, deliberou entregar ao homónimo filho daquele e primo seu as terras que restavam do vencido de Alfarrobeira, apurou serem apenas as seguintes: a vila de Penela, os reguengos de Campores e do Rabaçal, Vila Nova de Anços, Buarcos, Montemor-o-Velho e Tentúgal* (23).

A pedido da rainha D. Isabel, sua esposa, el-rei D. Afonso V perdoara, em 2 de Janeiro de 1449, aos servidores e adeptos do infante D. Pedro, seu sogro, incriminados em inquirições por eles terem obrado ou falado, durante a regência do reino, contra o serviço régio e da falecida D. Leonor, sua mãe; mas desse perdão excluíu então o monarca Vicente Egas, João Carreiro, João Lourenço Farinha e Diogo Gonçalves, que degradou para Ceuta enquanto aprouvesse ao soberano (24). *Desde 1439 haviam sido eles, porquanto, em Lisboa, os adeptos principais e mais influentes do duque de Coimbra* (25). *Os três primeiros, cumprido o degredo, achavam-se já em suas casas a 15 de Maio de 1450, data em que Diogo Gonçalves, que não o cumprira e agravara a sua situação juntando-se a D. Pedro em Alfarrobeira, foi indultado* (26).

El-rei confiscou os bens aos sequazes do duque de Coimbra em Alfarrobeira e do seu homónimo filho, o condestável, que se manteve em Castela, respeitados contudo os direitos das respectivas esposas e filhos e obrigados os donatários aos débitos em que tais bens se achassem onerados (27). *Privou-os também, e a seus filhos até o quarto grau, dos*

---

(22) Cfr. os DOCS. 54, 59, 61 e 86.

(23) ANTT., *Gaveta 3*, maço 7, n.º 12. O passo em a nota da nossa p. 87.

(24) DOC. 1.

(25) Mais Pedro de Serpa, burguês abastado e influente de Lisboa, no ano de 1450 talvez já falecido. Sobre eles cfr. as nossas notas das ps. 86-87 e 110 do nosso vol. 7.

(26) DOC. 164.

(27) DOC. 57. Repare-se na seguinte observação deste diploma régio: — «os beens de todos os asobrredictos forom confiscados e apricados aa coroa dos nossos

benefícios, ofícios, dignidades, isenções e demais honras, privilégios e liberdades, a menos que, em cada caso, o monarca declarasse o contrário, e aplicada a respectiva carta patente a todas as terras do país, ainda às privilegiadas (28). *Alguns perdões outorgou o monarca, nomeadamente a moradores das terras do duque de Coimbra, pelo mesmo compelidos a acompanharem-no na batalha de Alfarrobeira* (29).

No aspecto da política internacional na época, sob o governo efectivo de el-rei D. Afonso V, documentam-se, no presente volume, os factos seguintes: a isenção do soberano em relação às desavenças das demais monarquias peninsulares, mantendo, entretanto, as boas relações com as mesmas herdadas do pai e do avô, ou seja com os reinos de Aragão e de Navarra, sem desagradar ao de Castela, como, entre outros factos, o demonstra o da admissão condicionada no reino de D. Rodrigo Afonso Pimentel, 2.º conde de Benavente (30); *a confirmação ao mesmo D. Afonso V pelo rei aragonês da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, anos antes doada pelo referido monarca à rainha D. Leonor de Portugal e a seus herdeiros* (31); *o apreço que el-rei de Aragão manifestava pelos portugueses exilados e a confiança com que se dirigia ao de Portugal, e vice-versa, em embaixadas, e a solicitar-lhe a readmissão no país de pessoal dele excluído pelo infante D. Pedro, de ex-servidores da falecida rainha D. Leonor e seus* (32); *as boas relações do rei português com Frederico III, imperador da Alemanha, matrimoniado com a infanta D. Leonor, irmã do nosso monarca, com aprazimento deste e em que*

---

rregnos per esse meesmo fecto, ssem pera ello sseer neçessarja outra sentença». Efectivamente, tratava-se de alta traição prevista pelas Ordenações Afonsinas e pelas mesmas punida e, por tal motivo, não encontrámos diploma régio geral sobre o assunto e apenas cartas individuais de confiscação de bens, ao doá-los o monarca a outrem. Vejam-se também os DOCS. 114 e 148.

(28) DOC. 85. Nomeadamente da rainha, dos infantes, ordens militares e religiosas, mosteiros, igrejas, fidalgos, etc.

(29) DOC. 192 e demais aduzidos por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 76-78, em notas.

(30) DOCS. 5, 8, 52, 75, 129, 187, 190, 197, 203 e 256.

(31) DOCS. 224 a 227.

(32) DOCS. 4, 40, 44, 52, 190 e 233.

mediaram sempre os bons serviços do soberano aragonês (33); *as explicações dadas por morte do duque de Coimbra, ao rei de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e falecimento daquele* (34), *posto não houvesse D. Afonso V de Portugal atendido a duquesa, na embaixada que lhe mandou, como nas letras pontifícias pela mesma impetradas, pois deixara D. Pedro túmulo próprio na Batalha* (35); *enfim, as boas relações do soberano português com a Senhoria de Génova, a possibilitar-lhe tratar com ela do reembolso por D. Álvaro de Castro do que outrora fora roubado por corsários genoveses a D. Fernando de Castro, seu pai* (36).

•

O infante D. Henrique desempenhou sempre o papel de medianeiro entre o infante D. Pedro e a rainha D. Leonor assim como também entre aquele e o duque de Bragança, durante as dissenções internas da regência do reino (37). *Tomada, porém, pelo duque de Coimbra a atitude que assumiu contra el-rei D. Afonso V, marchando contra este em pé de guerra, o Navegador cumpriu, simplesmente e lealmente, o seu dever, até sob pena de, possìvelmente, vir a haver duas vítimas de sangue régio em vez de uma, pelo crime de alta traição, rigorosamente previsto pelas leis do país. Por isso, o infante D. Henrique e seus servidores e súbditos uniram-se a el-rei em Alfarrobeira* (38).

Objecta-se, às vezes, ainda hoje, como aliás já se fez na própria época destes acontecimentos, «que o jffamte podera dar uida a seu jrmãao, se

---

(33) DOCS. 122, 123, 211, 212 e 247. Podem ver-se também os documentos das ps. 331-35 do nosso vol. 9.

(34) DOC. 49.

(35) DOC. 166 e respectiva nota.

(36) DOCS. 103, 111 e 119.

(37) Podem ver-se RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, sobretudo os capítulos 4, 12, 15, 39, 43, 48, 61, 63, 75, 90, 92 e 93, o DOC. 96 do nosso vol. 6 e o DOC. 208 do vol. 9.

(38) Cfr. GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 5 e 11, e BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 71 e ss.

teuera boa uoomtade de o fazer» (39). *O coevo cronista Zurara transmitiu-nos, porém, a resposta do próprio infante D. Henrique: — «sse fora comtra outra algũua pessoa, que elle trabalhara em ello como por ssi meesmo, mas, comtra seu rrey e senhor achou que o nom podia fazer sem quebramtar sua lealldade, o que elle dezia que nom faria, nom tam soomente por seu jrmãao, mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de ssy meesmo, posto que por sua deffemssom se podesse saluar* (40).

Como aliás era habitual quando mudava o chefe da nação (41), *el-rei D. Afonso V, a partir de Janeiro de 1449 confirmou ao Navegador os diplomas régios e da regência do reino outorgados ao mesmo anteriormente, a saber: a feira de Viseu (42); os privilégios da Ordem de Cristo* (43;) *a dízima nova da pesca do mar de Monte Gordo* (44); *privilégio a 10 pastores seus de ovelhas no couto de Alcobaça* (45); *privilégio a 13 marinheiros do infante em Lisboa e Porto, a mestre de nau sua e ainda a 4 marinheiros do mesmo em Lagos* (46); *o exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino* (47); *a doação do quinto das coisas tomadas pelos barcos armados pelo infante* (48); *privilégio a 18 homens da sua pesca de atuns e corvinas no Algarve* (49); *a licença de mandar sepultar seus criados no mosteiro da Batalha* (50); *o privilégio de dar de sesmaria terras suas e da Ordem de Cristo* (51); *a licença de escambar suas terras de Reigada e Pereiro e casas de Lisboa com bens da referida Ordem* (52);

---

(39) ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 43.
(40) *Ibidem*.
(41) Cfr. a nota da nossa p. 21.
(42) DOC. 2.
(43) DOC. 7.
(44) DOC. 14.
(45) DOC. 16.
(46) DOCS. 17 e 93.
(47) DOC. 18.
(48) DOC. 19.
(49) DOC. 20.
(50) DOC. 22.
(51) DOC. 24.
(52) DOC. 26.

a doação do arquipélago da Madeira (53); *os seus canais e estacadas do Ródão* (54); *a carta eduardina de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino* (55); *privilégio a 30 homens da quinta de Alpriate* (56); *convenção e composição do infante com D. Duarte de Meneses* (57); *a dispensa de os moradores do arquipélago da Madeira e demais ilhas do infante pagarem dízima e portagem do que de lá trouxessem ao reino* (58); *contrato sobre o casamento de D. Duarte de Meneses* (59); *a doação do paul de Boquilobo a D. Álvaro de Castro* (60); *carta eduardina sobre as suas terras de Gulfar e Penalva* (61); *a nomeação pelo infante de Heitor Homem para vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira* (62); *a vila de Gouveia* (63); *dote de casamento* (64); *e tença por dívida* (65).

O mesmo soberano doou ao infante D. Henrique: os direitos das mercadorias vindas ao país das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa (66); *duas casas nas tercenas régias de Lisboa* (67); *os bens de Nuno Fernandes* (68); *as ilhas Berlengas e o Baleal* (69); *e o exclusivo da pesca e venda de coral por 5 anos* (70). *D. Afonso V autorizou o Navegador a povoar as sete ilhas dos Açores, onde ele já mandara*

---

(53) DOC. 27.
(54) DOC. 28.
(55) DOC. 29.
(56) DOC. 30.
(57) DOC. 65.
(58) DOC. 68.
(59) DOC. 81.
(60) DOC. 83.
(61) DOC. 156.
(62) DOC. 189.
(63) DOC. 98.
(64) DOC. 168.
(65) DOC. 249.
(66) DOC. 6.
(67) DOC. 13.
(68) DOC. 92.
(69) DOC. 96.
(70) DOC. 112.

lançar ovelhas (71); *mandou transcrever-lhe dos registos da chancelaria régia, por ao infante se haverem danificado os originais, a carta de el-rei D. Duarte da concessão do quinto das presas tomadas por seus navios e fustas e a relativa ao exclusivo da pesca do atum no Algarve* (72); *reconstituiu-lhe a carta joanina de doação da Covilhã* (73); *dispensou os moradores do seu lugar de Alpalhão e, por 5 anos, também os moradores da sua terra de Besteiros de terem cavalos e armas* (74); *o monarca encarregou-o de administrar e governar a Ordem Militar de Avis* (75) *e privilegiou os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a seu pedido* (76).

Referenciadas também, no presente volume, terras várias do infante D. Henrique, entre elas Olho Marinho, no termo de Óbidos (77), *Aldeia e Pinhanços* (78) *e S. Pedro do Sul* (79). *Documentadas: a doação pelo infante de capitania na Ilha Terceira, Açores, a Jácome de Bruges, seu servidor, e de outra, na Madeira, a João Gonçalves Zarco* (80); *a reforma dos Estatutos da Ordem de Cristo, promovida pelo infante D. Henrique* (81); *actos do infante como regedor e governador da Ordem de Avis* (82); *a permuta pelo mesmo de comendas e priorados da Ordem de Cristo com el-rei* (83); *o projecto de o infante seguir para Marrocos, como governador de Ceuta, pela exoneração, a seu pedido, de D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos* (84); *enfim, súplicas do infante ao papa*

---

(71) DOC. 21.
(72) DOCS. 23 e 25.
(73) DOC. 97.
(74) DOCS. 100 e 200.
(75) DOC. 50.
(76) DOC. 74.
(77) DOC. 38.
(78) DOC. 77.
(79) DOC. 178.
(80) DOCS. 134 e 237.
(81) DOC. 84.
(82) DOCS. 64, 73 e 131.
(83) DOC. 72.
(84) DOCS. 182, 199, 232 e 250

Nicolau V em benefício de Fr. Afonso Velho, seu confessor, pregador e embaixador (85).

No aspecto ultramarino, D. Afonso V manteve o infante D. Henrique na posse das ilhas adjacentes bem como na tarefa dos descobrimentos marítimos, se bem que, desde o início do seu governo efectivo do reino, «sempre se os fectos daquellas partes trautarom mais per trautos e aueenças de mercadarya, que per fortelleza nem trabalho das armas» (86). *Julgamos que, atenta a concorrência de Castela* (87), *urgia assegurar os territórios da costa ocidental africana a nosso país, através da exploração e ocupação comerciais e montagem de feitorias. Quanto a Ceuta, o Navegador parece haver pensado em intensificar ali a luta contra os muçulmanos, tomando ele próprio o governo daquela praça africana, pela desistência do conde de Arraiolos, seu governador* (88); *porém, supomos que D. Henrique não chegou a seguir para lá, entregue por el-rei o governo da praça ao conde de Odemira* (89). *E, em 20 de Novembro de 1450, D. Afonso V parece contrariar até o desenvolvimento da campanha marroquina, ao revogar a lei eduardina de 1431 de comutação de penas do país para Ceuta, e ao declarar «ora nom he neçessarjo la envjar majs gente da que hordenada»* (90).

No presente volume continua a contribuir-se, documentalmente, para a biografia dos servidores do infante D. Henrique, ou seja, pelo menos: dos fidalgos Fernando Alvares Cabral, Fradique de Castro, Heitor Homem, João de Almeida, João de Sousa, Lisuarte, Martim Correia, Pedro de Tavares e Rodrigo Afonso de Melo; dos cavaleiros Diogo da Cunha, Diogo Gil Moniz, Diogo Gonçalves Peixoto, Galiote Leitão, João de Albuquerque, João Alvares da Cunha, João Fernandes Viles, João Gonçalves

---

(85) DOCS. 213 e 232.

(86) Cfr. ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 96, ao fim.

(87) Cfr. a nota da nossa p. 11 e o cap. 93 da Crónica retrocitada.

(88) Vejam-se os documentos da nota 84.

(89) Em 30 de Maio de 1451 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69, — publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 21).

(90) Cfr. o nosso DOC. 240.

Zarco, Rui Gomes da Silva e Rui Valente; dos escudeiros Afonso de Viles, Aires Gonçalves, Alvaro Eanes, Alvaro Fernandes, Alvaro da Guarda, Alvaro Rodrigues, Diogo Afonso Bocarro, Diogo Alvares, Diogo Alvares Serrão, Diogo Fernandes, Diogo Pereira, Fernão Barbosa, Fernão Gonçalves, Fernão de Sequeira, Gil Fernandes Viles, Gonçalo Pacheco, João Afonso, João Aranha, João do Campo, João Gomes, João Gonçalves, João Lourenço, dois João Martins, João Serrão, João de Sousa, João Teixeira, João Viles, Leonel Gil, Lopo da Moita, Luís Alvares, Luís Lourenço, Martim Vasques, Mem Gonçalves, Mem da Montanha, Nuno Martins, Pedro Eanes, Pedro Gonçalves Cordeiro, Pedro do Rego, Rodrigo Eanes, Rui Gomes Cerveira, Soeiro Vaz de Pina, Vasco Jorge e Vasco Lopes; dos besteiros Afonso Eanes, Afonso Giães, Alvaro Eanes, Alvaro Gonçalves, Alvaro Pais, Estêvão Eanes, Fernando Martins, João Afonso, João Esteves, João Galego, João Gonçalves, João Vasques, Lopo Gonçalves, Luís Afonso, Martim Gonçalves e Vasco Esteves; dos criados Alvaro Afonso e Vasco Anes Cabeça de Ferro; dos pilotos Estêvão Eanes, o Moço, João Farinha e Martim Vicente; do mestre de nau do infante, Diogo de Pinheiro; do armador das suas pescarias, João Dias; dos camareiros Gonçalo Rodrigues de Sousa e Manuel Pessanha; do físico Mestre Moussem; do cirurgião Mestre Guedelha; do porteiro-mor Pero Vasques; do almoxarife Alvaro Pais; e dos confessores Dr. Fr. Pedro e Fr. Afonso Velho.

•

Entre os diplomas pontifícios que inserimos no presente volume, figuram os Injunctum nobis *e* Dum ad preclara, *respectivamente de 28 de Abril e de 10 de Dezembro de 1450, respeitantes sobretudo à ilha da Madeira. Infere-se dos mesmos: primeiro, que já em 28 de Abril do dito ano os franciscanos portugueses haviam fundado secretamente casas nas ilhas da Madeira e de Santa Maria dos Açores, portanto sem a precisa licença do sumo pontífice, efectuando assim a ocupação religiosa dos dois arquipélagos atlânticos, porventura a fim de os garantirem à coroa portuguesa perante Nicolau V, o árbitro político da época, e decerto*

convidados ou ao menos autorizados pelo infante D. Henrique, seu donatário; pois as letras pontifícias a reconhecerem a Portugal os descobrimentos e conquistas, as Romanus pontifex, *datam apenas de 8 de Janeiro de 1455* (91); *segundo, em 10 de Dezembro de 1450 revela-se a aspiração dos franciscanos andaluzes das Canárias de anexarem a este arquipélago o da Madeira e de fundarem casa na ilha, alegando ser ela rica em cereais e noutros víveres de que necessitavam.*

Aduziram os franciscanos portugueses o facto de as ilhas da Madeira e Santa Maria dos Açores pertencerem à diocese de Lisboa, — o que julgamos nunca haver sucedido (92); *observaram os missionários castelhanos dever considerar-se a Madeira integrada na sua Vigairaria do arquipélago canariense, segundo o costume da Ordem Franciscana, — o que aliás não se prova. Assim se reatou, pois, no plano religioso, talvez com visos de segunda intenção política, a velha dissenção entre Castela e Portugal, a propósito agora da ilha da Madeira e Canárias. Parece até que tal problema se agitava já desde o ano de 1448, por parte dos ditos religiosos castelhanos* (93). *E é possível que tivesse sido, por isso, intencional a carta henriquina de 25 de Março daquele ano, a conceder à Universidade a pensão anual e perpétua de 10 marcos de prata sobre os rendimentos da ilha da Madeira para manutenção da cadeira de prima de teologia* (94). *De sublinhar ainda o facto de, em fins de 1450, se poder afirmar que abundava já em víveres a dita ilha: — «in frumento et*

---

(91) DOCS. **157** e **246**. As letras *Romanus pontifex* publicadas por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 503 e ss., ali errado, porém, o ano, 1454 por 1455, que é a data precisa.

(92) Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 3, parte 1, ps. 41 e ss. e 71 e ss., e D. CHARLES-MARTIAL DE WITTE, O. S. B., *Les bulles d'érection de la Province Ecclésiastique de Funchal*, Funchal, 1964, separata do Arquivo Histórico da Madeira.

(93) Cfr. o DOC. **177** do nosso vol. 9.

(94) Cfr. o DOC. **176** do volume retrocitado. Para mais, o infante D. Henrique obtivera do cavaleiro micer Maciote, temporàriamente, a ilha de Lançarote, nas Canárias (Cfr. o DOC. **174** do mesmo volume).

O sempre bem documentado cronista franciscano Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, que, no século XVII, teve oportunidade de beber as suas afirmações nos

Copyrighted material

alijs, ad humanam vitam sustentandam, habundans fore dinoscitur» (95). *Começada a povoar pelo infante D. Henrique por 1420, anos havia que ali se avitualhavam as caravelas portuguesas que demandavam a costa ocidental africana* (96).

Finalmente, permita-se-nos chamar a atenção do leitor para os documentos 165, 220 e 221 do presente volume, sobre as relações, neste mesmo ano de 1450, das cúrias pontifícia e aragonesa com a Etiópia e as dificuldades que havia nos ditos contactos. Dadas as boas e constantes relações entre as cortes portuguesa e aragonesa na época, julgamos que aqueles movimentos entre o oriente e o ocidente não devem ter sido desconhecidos do infante D. Henrique, uma vez que ele desejava de haver sabedoria «das Jndyas e de terra de Preste Joham, se seer podesse» (97).

DIAS DINIS

---

arquivos da Ordem no país, diz haverem-se achado presentes dois franciscanos no descobrimento da Madeira, onde celebraram missa, e terem voltado para lá religiosos da mesma Ordem com os primeiros donatários. Natural é que eles hajam seguido com os primeiros povoadores do arquipélago, na década de 1420 a 1430, antes da criação das capitanias (Cfr. a Ordenação joanina das ps. 150-51 do vol. 3 de *Monumenta Henricina* e *Crónica... de Guiné*, cap. 83). De início, segundo aquele autor, franciscanos de diversas zonas da Peninsula ali teriam vivido como anacoretas e apenas «pelos annos de 1430» eles fundaram o seu primeiro convento na ilha (*Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte 2.ª, Lisboa, 1666, liv. 12, cap. 12, ps. 670 e ss.). Também lá penetraram os franciscanos andaluzes das Canárias, os quais el-rei D. Afonso V mandou retirar para Portugal em 1459 e reuniu no convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, em Lisboa, então fundado (Cfr. Fr. FERNANDO DA SOLEDADE, *Historia Serafica*, t. 3, Lisboa, 1705, liv. 1, cap. 27, ps. 123-26). Denominada a Madeira «Portugal Novo» em meados do século XV, sua feracidade, a benignidade do clima e sua privilegiada situação no Atlântico atraíam já então ali nacionais e estrangeiros. Podem ver-se também: P. FERDINANDUS FÉLIX LOPES, O. F. M., *Missiones Lusitanae in Africa, II — Insulae Canariae, Madeira et Açores*, em *Historia Missionum Ordinis Fratrum Minorum. II — Africa*, Romae, 1967, ps. 29-32 e a bibliografia pelo autor citada.

(95) No DOC. 246 do presente volume.

(96) Cfr. o DOC. 175 do nosso vol. 2 e a respectiva anotação e bem assim ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 5, 32, 85, 88 e 89.

(97) *Crónica* retrocitada, cap. 16.

ABREVIATURAS

ACA. — Archivo de la Corona de Aragón.
ADE. — Arquivo Distrital de Évora.
ADF. — Arquivo Distrital do Funchal.
ADFS. — Arquivo da Direcção de Finanças de Santarém.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AHFL. — Arquivo Histórico do Ministério das Finanças de Lisboa.
AHNM. — Archivo Histórico Nacional de Madrid.
AME. — Arquivo Municipal de Elvas.
AMT. — Arquivo da Misericórdia de Tomar.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.
ASG. — Archivio di Stato de Génova.
AV. — Archivio Segreto Vaticano.
BNL. — Biblioteca Nacional de Lisboa.
BNM. — Biblioteca Nacional de Madrid.
BSGL. — Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.
cap., caps. — capítulo, capítulos.
cfr. — confira.
cit., cits. — citado, citados.
*cód., cód*s. — códice, códices.
Doc., Docs. — Documento, Documentos.
ed. — edição.
fl., fls. — fólio, fólios.
Fr. — Frei.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
liv. — livro.
lug. cit. — lugar citado.
MRGV. — Museu Regional de Grão-Vasco de Viseu.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.º, n.ºs — número, números.
O. F. M. — Ordem dos Frades Menores (Franciscanos).
O. S. B. — Ordem de S. Bento (Beneditinos).
p., pág. — página.
ps. — páginas.

r. — recto.
Reg. — Registro.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum
séc., sécs. — século, séculos.
S. J. — Companhia de Jesus.
ss. — seguintes.
t. — tomo.
v. — verso.
vol., vols. — volume, volumes.

1

2 JANEIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido de sua esposa, a rainha D. Isabel, concede perdão aos que foram servidores e adeptos portugueses do infante D. Pedro, seu sogro e ex-regente do reino, bem como a outros, os quais andavam fugidos de suas moradias, por incriminados em inquirições tiradas sobre o seu procedimento, em razão de haverem obrado ou falado contra o serviço régio e da falecida rainha D. Leonor, sua mãe, menos a Vicente Egas, João Carreiro, João Lourenço Farinha e Diogo Gonçalves, que são degradados para Ceuta enquanto for mercê do monarca(1).

---

(1) É de sublinhar o facto de esta carta de perdão haver sido concedida a pedido da rainha D. Isabel, talvez até por sugestão que lhe houvesse feito o infante D. Pedro, seu pai. Foram, porém, excluídos do perdão régio quatro indivíduos, supomos que por haverem feito parte, desde o início da regência, do grupo que em Lisboa e, desde a capital, influíra nos demais municípios do país para que fosse o regimento do reino retirado à rainha D. Leonor e confiado exclusivamente ao infante D. Pedro, a quem eles sempre se mostraram mui dedicados (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 14, 40, 45, 48 e «passim», o DOC. 109 do nosso vol. 6, o DOC. 15 do vol. 7 e a nota de pp. 86-87 do mesmo vol. 7). Na presente lista falta pelo menos Pedro de Serpa, porventura já então falecido. Diogo Gonçalves foi o único dos quatro que não cumpriu o degredo, tendo-se escondido, e esteve depois com D. Pedro em Alfarrobeira, crimes de que foi indultado pelo monarca em 15 de Maio de 1450 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 91, — em AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 386). Entre a data do presente documento e aquela, por diploma que desconhecemos, foram também indultados os restantes três incriminados. Em Alfarrobeira com o ex-regente estiveram, entre muitos outros servidores do duque de Coimbra: João de Serpa, filho natural do citado Pedro de Serpa e escudeiro de D. Pedro, cujos bens D. Afonso V doou a Rui Moniz em 10 de Julho de 1449 (ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 84 v.); Rui de Serpa, que em 28 dos ditos mês e ano perdeu o seu morgado, também a favor daquele Moniz (ANTT., *Estremadura*, liv. 8, fl. 221 v.); e João Lourenço Farinha, cujos bens o monarca doou, em 11 de Julho do dito ano, ao secretário régio Rui Galvão (*Arquivo e liv. cits.*, fl. 287).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 202, — donde se reproduz; e *Extras*, liv. 1, fl. 107.

Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, p. 60, nota 22.

Dom Afomsso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a rrainha, minha sobre todas muyto prezada e amada molher, nos disse que, por causa das emquiriçõoes que se tirarom e das cousas que açerqua dello se pasaram, algũuas pessoas de nossos rregnos, assy criados e seruidores do jffamte dom Pedro, seu padre, meu muyto prezado e amado tio e padre, como outros dos ditos nossos rregnos se amoraram, com temor de nossa justiça; pedimdonos por merçee que os ouuessemos por rreleuados de quallquer penna a que, por esto, seiam obrigados em a nossa justiça.

E nos, visto seu rrequirimento e a rrazam que ella tem de nos esto rrequerer, assy por as ditas pessoas serem criados e seruidores do dito seu padre, como por a ella pertemçerem os piadossos rrequirimentos e, dessy, queremdo nos açerqua dello obrar fauorauelmente com piedade; a nos praz os auermos por rreleuados de todo o que se mostra, per as ditas jmquiriçõoes ou per outra quallquer guissa, que disessem ou obrassem comtra nosso seruiço ou da ssenhora rrainha minha madre, cuja alma Deus aja.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças a que esta carta for mostrada ou o trellado della em pruuica forma, que seguramente leixem hir pera suas casas e em ellas estar e amdar per quaaesquer partes de nossos rregnos que lhe mais prouuer, posto que, por algũua sospeita desto, fossem algũus delles lamçados das çidades e villas e lugares homde sam moradores; porquamto, nossa merçee he de lho assy outorgar, como dito he, se elles ou cada hũu delles por outros malefiçios nom som amorados.

E em este perdom se nom emtemda Viçente Egas e Joham Carreiro e Joham Louremço Farinha e Dioguo Gomçalluez, moradores em esta çidade; porquamto estes queremos que seiam degradados pera Çepta, ataa nossa merçee (2). Aos quaaes, per esta presemte, mandamos que, da feitura della ataa tres meses primeiros sseguimtes, se apresemtem em a dita nossa çidade de Çepta, a manterem o dito degredo, sob penna de proçedermos comtra elles como nossa merçee for.

Damte em Lixboa, a dous dias de janeiro. Elrrey o mandou. Martim Gill a ffez. Anno do Senhor de mjll e iiij^{c} Rix.

---

(2) Sublinhamos o facto de el-rei não haver marcado prazo para o degredo em Ceuta dos quatro excluídos do perdão, caso invulgar na época.

2

13 JANEIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a do regente D. Pedro de 22 de Fevereiro de 1444 sobre a feira de Viseu, por ele concedida ao infante D. Henrique, e redigida quase nos precisos termos daquela, posto se lhe não refira.

MRGVV., *Pergaminho* 35, original, em pergaminho, com selo de cera pendente, reproduzido em «fac-simile» por MANUEL JOAQUIM, *Notícia de vários documentos*, entre as pp. 44-45, e por ele revelado — texto que se reproduz; em pública-forma de 6 de Fevereiro de 1450, no ADV., *Pergaminhos do Cabido*, maço 27, doc. 45, e nos *Privilégios do Cabido de Viseu*, liv. 2, doc. 21, em cópia do séc. XVIII; e no ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 35.

Publicada por ARAGÃO, *Viseu* (Apontamentos históricos), tom. 2, pp. 178-180, o qual diz havê-la extraído de certidão autêntica, foi reeditada por DIAS DINIS, *O Primeiro Duque de Viseu*, p. 93, e depois em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 426-27. É curioso o facto de na carta se afirmar que leva o selo régio de chumbo pendente e neste exemplar, assinado pelo monarca, se ver o de cera.

Dom Afomaso, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue, ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que o jffamte dom Anrrique, meu muito preçado e amado tio, nos disse como em todallas çidades da comarqua da Beira ha feiras em cada hũu anno, soomente na çidade de Viseu [nom]; pedindonos por merçee que lhe desemos lugar que elle podese mandar fazer hũua feira na dicta çidade de Viseu.

E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e damoslhe autoridade e lugar que possa mandar fazer a dicta feira na dicta çidade de Viseu, na çerca da ualla della.

E queremos que todollos que vierem aa dicta feira ajam todollos priuillegios e liberdades que forom outorgadas per o senhor rrey dom Joham meu avoo, cuja alma Deus aia, aa feira de Tomar, segundo he comthudo na carta dello, a qual mandamos ao nosso chamçeller que lhe faça dar o trellado della com o nosso seello pendente, sijnada per el; saluante queremos que, honde a dicta feira de Tomar he pollo Santiago, a da dicta çidade de Viseu se começe, em cada hũu anno, por dia de Santa Eirea e dure ataa quinze dias seguintes (1).

---

(1) Duas cartas joaninas da feira de Tomar se podem considerar aqui referenciadas: a de 2 de Outubro de 1420 — o DOC. 193 do nosso vol. 2 —, depois substi-

E, querendo nos mais fazer graça e merçee ao dicto jffamte meu tio, lhe damos autoridade e lugar que elle mande fazer todallas boticas (2) que aa dicta feira perteeçem e aja todollos alugueres dellas, as quaees possa apropiar aa sua capeella do nosso mosteiro de Santa Maria da Vitorea. E damos lugar ao dicto mosteiro e fraires delle que possam esto auer e rrecadar pera a dicta capeella do dicto jffamte meu tio, segundo for comthudo no trauto que sobresto com elles fezer (3).

E, por çertidom dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, sijnada per nos e seelada do nosso seello do chunbo, per a qual mandamos a quaeesquer nossos ofiçiaaes e pesoas que asi a que esto per qualquer guisa perteeçer que a compram e guardem e façom comprir e guardar segundo em ella he comthudo.

Dante em a nosa muy nobre e muy lial çidade de Lixboa, xiij dias de janeiro. Elrrey o mandou. Martim Gil a fez. Ano do Senhor de mjl quatrocentos quareenta noue.

(as.) ElRey . . .

---

tuída pela de 13 de Abril de 1421, ao mudar a data da feira, — o DOC. 7 do nosso vol. 3. Ali se encontram minuciados os privilégios e liberdades a que a presente carta alude e que, portanto, se devem considerar incorporados nesta e também foram mantidos pelo regente D. Pedro na sua carta de confirmação de 22 de Fevereiro de 1444, em que fixara a feira pelo dia de Santa Iria, — o DOC. 84 do nosso vol. 8.

(2) Barracas, para alugar aos feirantes.

(3) Esta concessão régia surge, pela vez primeira, na citada carta de D. Pedro de 1444 e foi regulamentada por D. Henrique em seu segundo testamento, especialmente na *Carta da feira de Tomar*, de 22 de Setembro de 1460 (Publicada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos* vol. 1, ps. 203-06). No *Escrito das Capelanias* do mesmo infante, de 13 de Outubro do dito ano de 1460, a disposição henriquina é assim resumida: — «Jtem, ordeno e mando que os freires do conuento da mjnha villa de Tomar ajam a rrenda das mjnhas buticas da feira da dicta villa, que fiz per autoridade deirrej meu ssenhor e padre, que Deus aja. E polla dicta rrenda diram, en cadhũu anno, cem mjssas por mjnha alma, leuando a rrenda da dicta feira a prata em rrespeito de çem mjssas rrezadas por cada marco de prata que en a dicta rrenda montar, orra mujto, ora pouco» (Em *Estudos* cits., p. 166).

3

18 JANEIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Alvaro Gonçalves, escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, os quais o monarca dera para as despesas da cidade de Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 154 v.
Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais* t. 1, ps. 348-49. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 533, n.º 1000.

Dom Afonso, etc.

A vos, Pero Faleiro, corregedor por nos em esta çidade de Lixboa, e ao nosso poussentador moor e ao da rrainha, mjnha sobre todas preçada e amada molher, e dos jffantes e duques meus jrmãaos e tios, e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pessoas a que o conhiçimento desto perteença per quallquer guissa que seia, saude.

Sabede que Aluaro Gonçalluez, morador em a dicta çidade, criado que foy do meestre dAujs, que Deus perdooe, he escpriuam dos rregueengos de Santa Caterina, que he em termo da dicta çidade, que nos teemos dado pera as despesas da nossa çidade de Çepta.

Porem, vos mandamos que enquanto elle for escpriuam dos dictos rregueengos, que nom seja costrangido pera nehũus encarregos dos conçelhos nem lhe sejam dadas ssuas cassas de morada nem adegas nem cauallariças de poussentadaria nem lhe tomem rroupa de cama nem outra nenhũua coussa do sseu contra ssua vontade; porquanto, nossa merçee he de todo sseer escusado emquanto teuer o dicto offiçio, e mais nom. E porem vos mandamos que lhe conpraaes e guardees e façaaes conprir e guardar em todo esta nossa carta pella guissa que em ella he contheudo. E nom conssentaaes a nehũu que lhe vaa contra ella em nehũua maneira que seja, porquanto nossa merçee he de lhe sseer conprida e guardada como dicto he.

Dada em a dicta çidade, xbiij dias de janeiro. Elrrej o mandou. Fernam Gil a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

4

20 JANEIRO 1449

Carta de D. Afonso V de Aragão ao rei de Portugal, ao infante D. Fernando e ao arcebispo de Lisboa, a recomendar-lhes Fr. Filipe Jordão, da Ordem de S. Bernardo, e a rogar-lhes seja o mesmo reintegrado no priorado de S. Pedro de Lisboa, que tinha quando a rainha D. Leonor saiu do reino e lhe foi retirado pelo regente D. Pedro, e ainda seja Fr. Filipe promovido a maior dignidade, se é possível, atendendo aos serviços por ele prestados à falecida rainha de Portugal, como seu capelão, depois ao infante D. Henrique de Aragão e, enfim, à viúva deste, de quem é capelão-mor (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2542, fl. 76.

Al jllustrissimo principe don Alfonso, por la gracia de Dios rrei de Portogal e ssenyor de Cepta, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Nos, el rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquel para quien quieremos tanto bien e honra como para nos mesmo desseamos e queremos.

Jllustrissimo rey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Por los continuos e buenos seruicios quel amado e fiel nuestro fray Felip Jordan, cappellan que fue de la jllustrissima reyna vuestra madre, nuestra muy cara e muy amada ermana, de buena memorja, fizo a la dicha jllustrissima reyna e al jllustre jnfant don Enrich, de buena memoria, nuestro muy caro e muy amado ermano, mientre viuieron, e depues continuament ha fecho a la jllustre muger del dicho jnfante, de la qual es capellan mayor, desseamos muy mucho fauorir e endreçarlo en todo lo que possible nos sea.

E por tanto vos rogamos, assi affectuosamente e strecha como podemos, que, por contemplacion nuestra e respectos suso dichos, li fagays tornar el priorado de Sant Pedro de Lisbona, el qual, en tjenpo que la suso dicha jllustrissima rreyna, vuestra madre, sallio desse vuestro reyno,

---

(1) Em cartas de 22 dos ditos mês e ano, dirigidas ao papa e a cardeal não indicado, o mesmo soberano aragonês solicitou licença para Fr. Filipe Jordão transitar, por justas causas, da Ordem de S. Bernardo, a que pertencia, para a de S. Bento (*Registo infracit.*, fl. 75 r.-v.). A propósito da exoneração de outro capelão da rainha D. Leonor pelo infante D. Pedro, o P. Gabriel de Lourenço, prior de Santa Maria de Sintra, pode ver-se a nota das ps. 53-54 do nosso vol. 7.

el tenia e posseia e el qual por el jnfante don Pedro, vuestro tio, le fue leuado; assin mesmo vos rogamos que el dicho fray Felip querays hauer en specialissima comendacion e fauor, e, si el caso hi occorrera, augmentarlo en dignidad otra mayor; car certificamos vos que sera cosa de la qual muy mucho nos complazereys. E ssea, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, vuestra curosa guarda le Santa Trinidat.

Dada en el Castillonuouo de la ciudat nuestra de Napols, a xx de janero del anyo Mil cccc.xxxxviiij. Rex Alfonsus.

Due alie expedite fuerunt, mutatis mutandis, vna directa jllustrj jnfanti domno Ferrando de Portugal et alia archiepiscopo de Lisbona (2).

Dominus rex mandauit mihi, Francisco Martorell.

Prouisa.

5

27 JANEIRO 1449

Procuração passada por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra e governador geral do reino aragonês, para, em seu nome, firmar liga ou confederação com o rei de Portugal, pois este lha cometera depois de assumir o governo do reino, com as condições e pelo tempo em que convierem, nomeadamente com estas cláusulas: cada um dos contratantes pagará a ajuda que solicitar ao outro; se o rei de Castela guerrear os de Aragão e de Navarra ou estes aquele, o de Portugal, em determinado prazo e depois de avisado e requerido, é obrigado a declarar guerra ao de Castela; se ele a fizer ao de Portugal ou este àquele, os reis de Aragão e de Navarra, depois de avisados e requeridos, associar-se-ão ao de Portugal, na guerra contra Castela; a paz e as tréguas com o rei castelhano hão-de ser feitas com consentimento daquele ou daqueles a quem o mesmo haja declarado

(2) Era arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, filho de D. Afonso Henriques, conde de Gijón e Noronha e bastardo de Henrique II de Castela, e de D. Isabel de Portugal, bastarda do nosso rei D. Fernando, o qual presidiu àquela arquidiocese desde 10 de Março de 1452 até à morte, ocorrida a 12 de Agosto de 1452 (Cfr. CONRADUS EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 1, p. 507, e vol. 2, p. 259, e FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, ps. 575-76).

guerra ou lhe tenha sido movida; na liga em causa não pode, contudo, o rei de Aragão ser obrigado a ajudar o de Portugal contra o duque de Borgonha, as comunidades de Milão e de Génova e o marquês de Ferrara (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2699, fls. 160 v.-61 v.

Manifesta cosa sea a quantos la presente veran como nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Aragon, de Sicilia de ca e dalla far, de Valencia, de Hierusalem, de Hungria, de Mallorcas, de Cerdenya e de Corcega, comte de Barchinona, duch de Athenas e de Neopatria e encara comte de Rossello e de Cerdanya, seyendo jnformados que el jllustrissimo princep don Alfonso, rrey de Portugal e del Algarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino, despues que ha tomado el regimento de su rregno, dessea confederar e entenderse con nos, la qual cosa a nos plaze, por que mejor podamos continuar e executar con el dicho rrey de Portugal la gran e buena voluntat e amor que lhe hauemos; e, por que nuestra tan luenga distancia no importe dilacion danyosa a aquesto;

Confiando de vos, el jllustrissimo princep don Johan, rrey de Navarra, jnfant e gouernador general de Aragon e de Sicilia, duch de Nemos, de Monblanch e de Penyafiel, comte de Ribagorça e senyor de la ciutat de Balaguer, nuestro muy caro e muy amado ermano e lugartiniente general, por tenor de la presente, fazemos, constituimos, creamos e ordenamos nuestro cierto, verdadeiro e indubitado procurador general e especial a las cosas deyuso scriptas a vos, el dicho jllustrissimo rrey de Nauarra, nuestro ermano, e vos damos sufficiente e complido poder pora que, por nos e en nuestro nombre, podades tractar, praticar e apuntar ligas, jntelligencias e confederaciones entre nos e el dicho jllus-

(1) Achava-se ainda em vigor o Tratado de Paz e Amizade em 11 de Agosto de 1432 celebrado entre Portugal e Aragão e Navarra, — o DOC. 33 do nosso vol. 4. Porém, a predominância politica em Castela de D. Alvaro de Luna, amigo e aliado do ex-regente D. Pedro de Portugal, haverá levado D. Afonso V a promover esta aliança militar com os reis aragonês e navarro, possivelmente até por sugestão do conde de Benavente. JERONIMO ZURITA parece inclinar-se a que partiu do príncipe D. Henrique de Castela, revoltado contra o pai, como é sabido, a iniciativa de se confederar com os reis de Aragão, de Navarra e de Portugal contra D. João II e o seu condestável (*Anales de la Corona de Aragón*, parte 2, liv. 15, cap. 56, fl. 316 v.); porém, a verdade é que tal confederação não interessava menos ao soberano português, em prevenção contra possivel intervenção em nosso país das hostes de Alvaro de Luna, em apoio do deposto infante D. Pedro. Sobre o andamento dos acontecimentos em Castela na época pode ver-se a *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, ps. 197 e ss.

Copyrighted material

trissimo rrey de Portugal, nuestro sobrino, con las condiciones e por el tiempo que con el dicho rrey de Portugal concordaredes, pues que cada uno haya de hauer a su despessa la ayuda que demandara del otro.

En las quales, entre las otras cosas expressamente se contenga que, si el rrey de Castiella indizira o de fecho fara guerra contra nos o contra vos, el dicho rrey de Nauarra, o contra nuestros rregnos o contra el vuestro, o si nos indiziremos e de fecho faremos o vos, el dicho rrey de Nauarra, indiziredes o de fecho faredes guerra contra el dicho rrey de Castiella o contra sus rregnos, que, en qualquiere destos casos, el dicho rrey de Portugal, dentro cierto tiempo, despues de auisado desto o requerido, el haya de indizir e de fecho fazer guerra contra el dicho rrey de Castiella e contra sus rregnos. E, assi mesmo, que, si el dicho rrey de Castiella indizira o de fecho fara guerra contra el dicho rrey de Portugal o contra sus rregnos, o el dicho rrey de Portugal indizira o de fecho fara guerra contra el dicho rrey de Castiella o contra sus rregnos, que assi mesmo nos e vos, el dicho rrey de Nauarra, despues que nos sera notificado e seremos requeridos, como dicho es, hayamos e hayades a indizir e fazer guerra contra el dicho rrey de Castiella e sus rregnos.

E que alguno o algunos de nos tres, despues de abierta la guerra en qualquiere de las formas sobredichas, no se pueda pacificar o atreguar con el dicho rrey de Castiella sin expressa voluntat e consentimiento de aquel o aquelles al qual o a los quales el dicho rrey de Castiella haura mouido o fecho la guerra o por el qual o por los quales la guerra sera mouida o fecha al dicho rrey de Castiella.

E de las cosas sobredichas e cerca dellas podades apuntar, fazer concordar, atorgar e firmar, en nombre nuestro e por nos, con el dicho rrey de Portugal, nuestro sobrino, o con las personas que por el o con su poder seran por esto deputadas qualesquiere capitulos o jnstrumentos publicos, con aquellas clausulas, cautelas, obligaciones de personas e bienes, sagramentos e homenages, los quales podades fazer e prestar en anima e fe nuestra, e otras qualesquire conuenciones e seguridades que a vos seran vistas e con el dicho rrey podredes concordar.

E, generalmente, podades fazer, contractar, firmar e assegurar todas las otras cosas que cerca de lo sobredicho vos seran vistas vtiles, necessarias e expedientes, sin las quales aquello non podiesse haver deuida execucion e affecte sustançia de lo que dicho es dessuso, no mudada encara que sean tales que requieran poder special, sobre las quales cosas e cada vna dellas, con las jncidentes e dependentes daquellas, vos damos e comandamos nuestro pleno e bastant poder, vozes e vezes e libera e general admjnistracion, con plenissima facultat. E prometemos, en nuestra bona fe e palaura rreyal, a vos, el dicho rrey de Nauarra, nuestro ermano, en manos e poder de nuestro ssecretario e notario publico jnfrascripto, como a publica persona stipulant e acceptant, por vos e por todos

los otros de qujn es o podia seyer jnteres, hauer firme, rato, grato e valedero lo que por vos e el dicho rrey de Nauarra, en nombre nuestro, e per nos sera fecho e procurado, en lo sobre dicho e cerca (2) de aquello, e no lo reuocar, dins obrigacion de nuestros bienes.

Queremos, empero, e con tal protestacion e condicion vos atorgamos el dicho poder, que no nos podades obligar ayudar al dicho rrey de Portugal contra el jllustre duch de Burgunya, nuestro muy caro e muy amado cosino, ni contra las comunidades de Milan e de Jenoua ni contra el jllustre marques de Ferrara, nuestro muy amado fijo, antes hayades a exceptar expressament, por parte nuestra, todos los sobredichos, en las dichas ligas e confederaciones.

Dado e fecho en el castillo nueuo de la nuestra ciudat de Napols, a vinte siet dias del mes de janero, en lanyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil quatrocientos quaranta nueue, de nuestros rregnos anyo xxxiiiij e de aquesto rregno de Sicilia de ca far del anyo xv.

Senyal + de nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Aragon, de Sicilia de ca e della far, de Valencia, etc., en las dichas cosas atorgamos e firmamos e a este jnstrumento publico mandamos poner nuestro siello comun pendient. Rex Alfonsus.

Testimonios qui fueron a las dichas presentes los venerable padre en Christo, spectable e magnificos don G[arcia], vispe de Lerida (3), don Eximen Perez de Corella, conte de Cocentayna, e Pere Besalu, general conseruador del patrjmonio rreyal, conselleros del dicho senyor rrey.

Sig + num mei, Bartholomei de Reus, secretarij dominj regis predicti, eiusque auctoritate notarij publici per vniuersa regna et dicionis maiestatis sue, qui predictis jnterfui eaque scribi feci et clausi. Corrigitur, autem, in linea vj^a., pues que cada vno haya de hauer a su despesa la ayuda que demandara del otro, en las quales.

Dominus rex mandauit michi,
Bartholomeo de Reus, in cuius
posse firmauj.
Prouisa.

---

(2) No ms. *serca*.

(3) Este bispo de Lérida é D. Garcia Azmares, que, ainda deão de Tarazona, negociara e firmara em Portugal, em 1432, o Tratado de Paz e Amizade de Aragão e Navarra com o nosso país (Cfr. as ps. 104-05, 108-10, 144-45, 147-48, 152-55, 157, 160-61, 224-25 e 305-07 do nosso vol. 4).

Copyrighted material

6

25 FEVEREIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for sua mercê, os direitos das mercadorias que vierem ao reino das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa, com segurança para navios, tripulações e fazendas que, por ordem ou licença do infante, forem à referida zona ou de lá vierem (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 60.
Publicada em [RAMOS COELHO], *Alguns documentos*, vol. 1, p. 13, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 462.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Purtuguall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que o jffante dom Anrique, meu muyto preçado e amado tio, nos dise como lhe teemos outorgados os

(1) Em 22 de Outubro de 1443, o infante D. Pedro, regente do reino, concedera ao infante D. Henrique o exclusivo da navegação para lá do Cabo Bojador e ainda o quinto e dízima devidos a el-rei das mercadorias que de lá viessem. — o DOC. 62 do nosso vol. 8 —, e, por diploma de 3 de Fevereiro de 1446, lhe fez idêntica concessão relativamente às Canárias, — o DOC. 95 do nosso vol. 9. Semelhante àqueles é o presente diploma régio, que, entretanto, reserva para o monarca a sisa pela venda dos produtos trazidos e ainda o quinto das presas tomadas por navios de armada aos de país ou de fora dele que lá fossem sem licença do Navegador. Esta última disposição visava, portanto, também os barcos de Castela que demandavam mercantilmente aquelas paragens, sobre as quais Portugal apenas houve título jurídico de posse pela bula *Romanus pontifex* de 8 de Janeiro de 1455. Daí a reacção, segundo cremos, do duque de Medina Sidónia, conde de Niebla e senhor do porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda, D. Juan Alonso de Guzmán, como se infere da concessão que, em 8 de Julho deste mesmo ano de 1449, lhe fez o soberano de Castela de «toda la dicha mar é tierra, desde el Cabo de Aguer hasta la tierra alta é Cabo de Bojador, con todos los rios é pesquerías é resgates é con la tierra adentro», etc., para ele e herdeiros para sempre, reservados apenas para a coroa «la suprema jurisdicion é mineros de oro é plata é otros metales» (Documento editado na *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, vol. 36, Madrid, 1860, ps. 499-501). Como já observámos em *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?*, é para estranhar que o Prof. PEREZ EMBID tenha reproduzido entre aspas, a propósito, passo que parece aduzir do documento em causa, quando, afinal, ele não passa de texto do sumário do mesmo, redigido no século passado (Cfr. *Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 156).

dereitos que a nos perteençem de todallas cousas que trouuerem os naujos que veerem de Canarea e do Cabo do Bojador pera alem e quo temos defeso que nẽhũus naujos nom uãao as dictas terras, de paz nem de guera, sem sua leçença, segundo mais conpridamente he contheudo nas cartas nosas que dello tem; e que, porquanto a moor parte daquella terra nom he pouoada e ha grandes tenpos que destes nosos rregnos se nom trautarom nẽhũuas mercadarjas pera ella, nos pedia por merçe que lhe desemos os djreitos que a nos perteençesem auer de toda mercadarja e cousas que se trautasem des o Cabo de Cantim ataa o Cabo do Bogador, porquanto ho entendia, por serujço de Deus e noso, de encamjnhar como se da dicta terra pera nosos rregnos trautasem algũas mercadarjas.

E nos, visto seu rrequerjmento e porque fomos çerto que pasa de trinta annos que, na dicta terra, nunca foy trautada mercadarja dos dictos nosos rregnos e, querendolhe fazer graça e merçe; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, daqui en diante, enquanto nosa merçe foor, todo o dereito que a nos pertençe auer das coussas que da dicta terra vierem a nosos rregnos, rresaluando pera nos a sysa que a nos amontar dauer das dictas cousas que se venderem, porque estas queremos que se rrecadem pera nos, nos lugares de nosos rregnos e senhorjos em que se venderem. E eso mesmo nos praz que todollos naujos e homeens e mercadarjas que ell a dicta terra mandar per suas cartas e leçença sejam seguros de todollos nossos naturaaes, que lhes nom façom nhũua semrrazom nem lhe tomem contra suas vontades nhũuas cousas do que leuarem e trouuerem.

E, hjndo algũs naujos darmada de nosos rregnos aas dictas terras e filhando algũs outros naujos que lla forem com mercadarjas, asy de nosos rregnos como de fora delles, sem leçença do dicto meu tio, de taaes como estes queremos que se rrecade pera nos o quinto de todo.

E porem mandamos aos veedores de nosa fazenda, contadores, almoxarifes e rreçebedores, corregedores, juizes e justiças, ofiçiaes e pesoas e outros quaesquer a que o conheçimento desto pertençer que asy o conpram e façaam conprir, sem outro enbargo que a ello ponham. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, asynada per nos e selada do noso sello do chumbo.

Dante em a nosa villa de Santarem, xxb dias de feuereiro. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mjll e iiij^{c} Rix. E eu, Martim Gill, a fiz escrepuer e aquj soescpreuj.

Gunsaluus. Johannes. Afonso Aluarez.

Conçertada per mjm, Afonso Aluarez, escpriuam, com Luis Martijnz, escpriuam em estes contos.

Copyrighted material

7

27 FEVEREIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, confirma à Ordem Militar de Cristo, de que ele é regedor e governador, todas as honras, privilégios, liberdades, graças e mercês que lhe haviam dado e confirmado os monarcas seus antecessores.

ANTT., *Mestrados*, fl. 153 v., — donde se reproduz.
Publicada por P. ANTÓNIO BRASIO, *Monumenta Missionaria Africana*, África Ocidental (1342-1499), 2.ª série, vol. 1, p. 268.

Dom Affomso, etc.

A quamtos esta carta ujrem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee aa hordem de Nosso Senhor Ihesu Christo, de que he regedor e gouernador o jffamte dom Henrrique, duque de Ujseu e ssenhor de Coujlhãa, meu mujto preçado e amado tio; teemos por bem e outorgamo[s]lhe e comfirmamoslhe todallas homrras, priujllegios, liberdades, graças e merçees que lhe forom outorgadas, dadas e comfirmadas per cartas dos rrex que amte nos forom, de que hussarom e esteuerom em posse ataa morte do muj alto e muj excellente principe, de gloriosa memoria, elrrey meu ssenhor e padre, cuia alma Deus aja.

E porem mandamos a quaesquer nossos officiaaes e pessoas, a que o conhecimento desto perteencer per quallquer gujsa que seja, que assy o compram e guardem e façam comprir e guardar, ssem outro nehũu embargo que a ello ponham. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijnada per nos e asseellada do nosso sseello do chumbo.

Dada em a nossa ujlla de Santarem, xxvij dias de feuereiro. Elrrey o mandou. Martim Gill a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e Rix.

8

28 FEVEREIRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de segurança e salvo-conduto, passada ao conde de Benavente, que lhe pediu para visitar a corte portuguesa (1).

---

(1) Entregue o regimento do reino exclusivamente ao infante D. Pedro pelas cortes de Lisboa de 1439, o facto desgostou sobremaneira não só a rainha viúva D. Leonor de Portugal, mas também os reis de Aragão e de Navarra e o infante D. Henrique de Aragão, irmãos daquela, os quais então superentendiam no governo do reino de Castela contra D. João II e D. Alvaro de Luna. O regente do reino português, que até então apoiara os Infantes Aragoneses contra Castela, aliou-se, por isso, com D. João II e seu Condestável e prestou-lhes o auxílio constante dos DOCS. 77, 81, 90 e 190 do nosso vol. 8. E a nova aliança veio a ser selada hàbilmente por D. Alvaro de Luna, através do casamento do rei castelhano com a infanta D. Isabel de Portugal (Cfr. os DOCS. 62, 111, 138 e 141 do nosso vol. 9). Manteve assim o nosso país o apoio ao rei de Castela e a Alvaro de Luna durante toda a regência de D. Pedro. Entregue depois por este o regimento do reino ao sobrinho D. Afonso V, parece haver o ex-regente buscado em seu favor o apoio político dos mandantes de Castela em 1448; pois, segundo PEDRO CARRILLO DE HUETE, ao partir el-rei D. João II para Valhadolide em Agosto ou Setembro daquele ano, «mandó a don Alvaro de Luna que de allí se fuese a Ledesma, para se ver con el ynfante don Pedro de Portugal; el qual estava buelto con su sobrino el rrey de Portugal, e le avia mandado salir de su rreyno, por muchas siniestras ynformaciones que dél le fueron fechas. E aqueste ynfante don Pedro era mucho seruidor del Rey de Castilla, e por esto enviaua a don Alvaro de Luna para que se consolase e platicase con él cerca de su rreparo» (*Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete*, cap. 366, p. 504). Pode ver-se também a *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 197, onde, a propósito daquele encontro, LUIS SUAREZ FERNANDEZ tece este comentário: — «Colocándose junto al infante português, el condestable de Castilla se asociaba a una causa vencida, y ganaba, para él, la poderosa enemistad del único reino peninsular en que podía haber encontrado apoyo». Aquele encontro, a que não achamos referência nem na *Cronica de Don Juan II* nem em PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, inclinou porventura o jovem soberano português para a política dos Infantes de Aragão, agora representados apenas pelos reis de Aragão e de Navarra; pois lemos naquela crónica castelhana, em texto referido ao ano de 1448: — «E aun en este tiempo el Rey Don Alonso de Portugal favorescia al Rey de Navarra, que era sobrino suyo, hijo de su hermana» (cap. 4, p. 658). E o facto confirma-se pelo acolhimento dado por Afonso V de Portugal a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente: preso este por el-rei de Castela, que lhe confiscara os bens, conseguiu evadir-se, como minuciosamente narra a *Crónica de Don Juan II*, e passar-se «al Reyno de Portogal al castillo de Mogadorjo, que lo tenía Alvar Perez de Tabora, un muy buen caballero del Rey de Portugal, el qual es a catorce leguas de Benavente; el qual Alvar Perez lo acogió é le hizo mucha honra, porque gelo mandó así el Rey de Portugal» (*Crónica cit.*, ano 1448, cap. 4, p. 661).

Copyrighted material

AHNM., *Osuna*, Legajo 3909, n.º 15. Original em pergaminho, com o selo de chapa do camafeu.

Dom Affomsso, per graça de Deus rrey de Purtugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A todolos jfamtes, duques, comdes, rricos homeens, fidalgos, caualeiros, alcaides, corregedores, juizes, justiças e a outras quaaesquer pessoas de nossos rregnos e senhorio, de qualquer estado e comdiçam que sejam, a que esta nossa carta de sal[uo]comduto for mostrada, ssaude.

Sabede que o comde de Benauemte, dos rregnos de Castela, nos enuiou dizer como lhe prazeria muito de ueer nossa corte. Pedimdonos que lhe mamdassemos dar nossa carta per que seguramente a ela podesse vijr. E, porquamto a nos praz de sua vijmda, lhe damos, per esta nossa carta, nossa seguramça rreal, pera el e todos aqueles que lhe prouuer comssigo trazer, da vijmda, estada e tornada.

E porem uos mamdamos a todos em jeeral e a cada hũu em espeçial que per vos nem per uosso mandado ou comssentimento lhe nom seja toruada sua vijmda nem lhe façaaes nem comssemtaaes fazer, a el nem algũu que com el uenha, desaguisado nem semrrazom, amte lhe guardees e façaaes comprir e guardar esta nossa seguramça. Seemdo çertos que, se o comtrairo desto fezerdes, nos tornaremos a elo e uos daremos aquelas penas e escarmemto que mereçem aqueles que som desobidiemtes a mandado de seu rrey e ssenhor. E, por sua guarda, lhe mamdamos dar esta nossa carta, sijnada per nos e seelada do nosso seelo camafeu.

Damte em a nossa uila de Samtarem, xxbiij dias de feuereiro. Pero Guomçaluez a fez. Anno do naçimemto de Nosso Senhor Ihesu Christo de mil iiij^{c} e quareemta e noue. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, esta carta fiz escpreuer.

(as.) El Rey . . .

Selo do camafeu.

(as.) Nuno Martijnz da Silueira.

Copyrighted material

9

1 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, a recomendar ao papa Nicolau V Fr. Pedro de Góis, comendador de Santa Vera Cruz, no reino de Portugal, da Ordem do Hospital, pelos serviços que lhe tem prestado e ainda pelos que dispensou a sua irmã a rainha D. Leonor, o qual vai tratar de assuntos da própria consciência (1)

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2543, fl. 166 r.-v.

Sanctissime ac beatissime pater et domine. Post humjlem filij commendacionem et pedum oscula beatorum.

Transfert se, jmpresenciarum, ad sanctitatem vestram religiosus et dilectus noster frater Petrus de Goyos, ordinjs hospitalis Sancti Johannis Jherosolimitanj, preceptorque preceptorie Sancte Vere Crucis, jn regno Portugalie, super nonnullis que et honorem et exoneracionem sue consciencie, vt nobis retulit, queque sanctitati vestre eciam per eundem nota erunt merjto respiciunt.

Est enim vir vtique honestus nobisque, propter seruicia ipsius jn nos, tum jn serenissimam bone memorje Elionorem, reginam Portugalie, sororem nostram, affectus multum et gratissimus. Sanctitati vestre, propterea, et humjliter et deuote suplicamus vt, causa nostra, religiosum eundem, jn suis agendis expediendisque vt, medio nostro, percipiat quam obtime commendatum sanctitas ipsa suscipiat. Ad singularem gratiam id a sanctitate ipsa suscipientes, quam conseruet Altissimus regiminj ecclesie sue sancte per tempora longiora.

Datum jn Castellonouo Neapolis, die primo marcij, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc°.xxxxbiiij°. Rex Alfonsus. Suplico vos mj suplicacion vos sea accepta.

Sanctissimo ac beatissimo domino nostro pape.

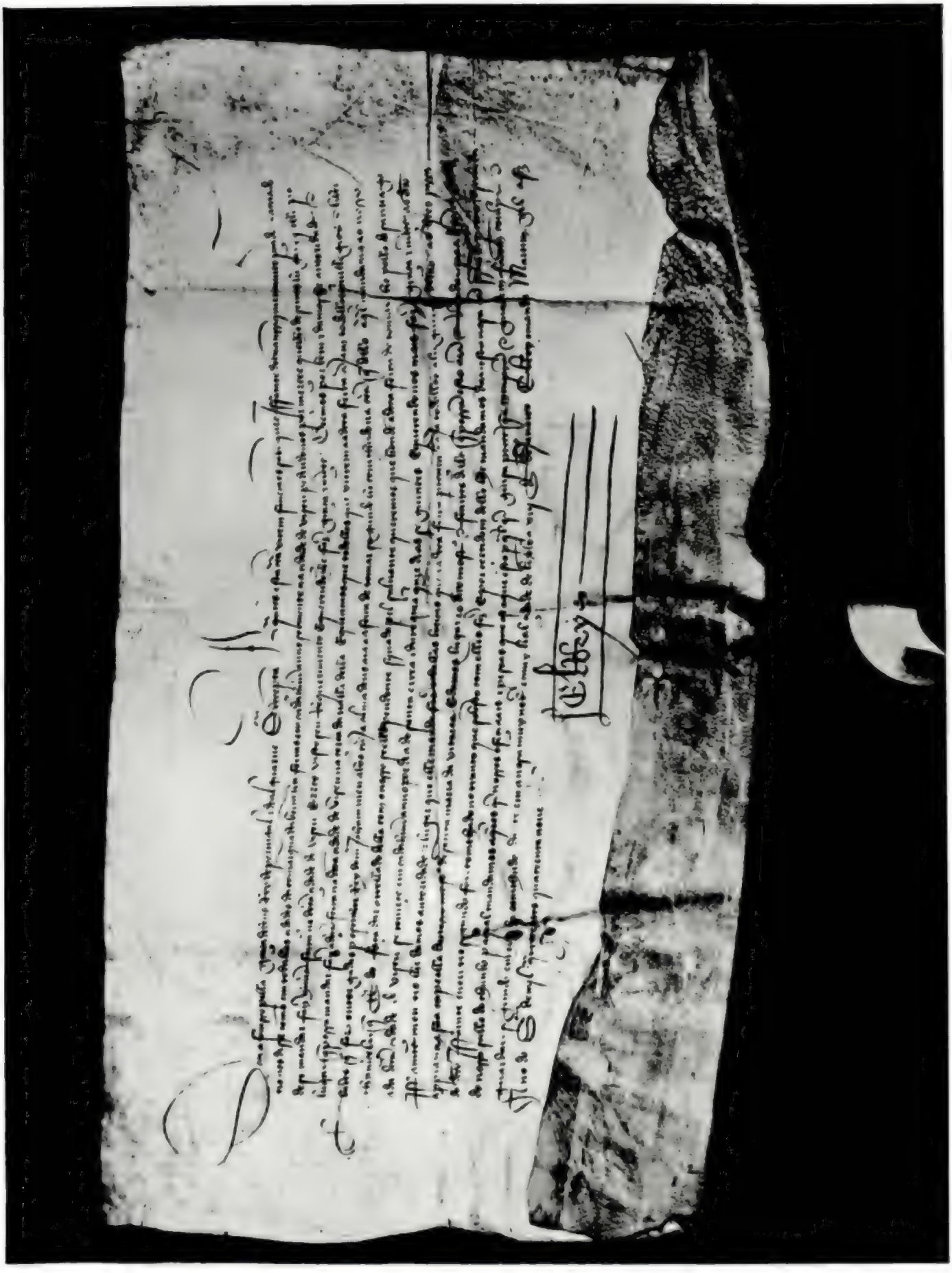
Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

---

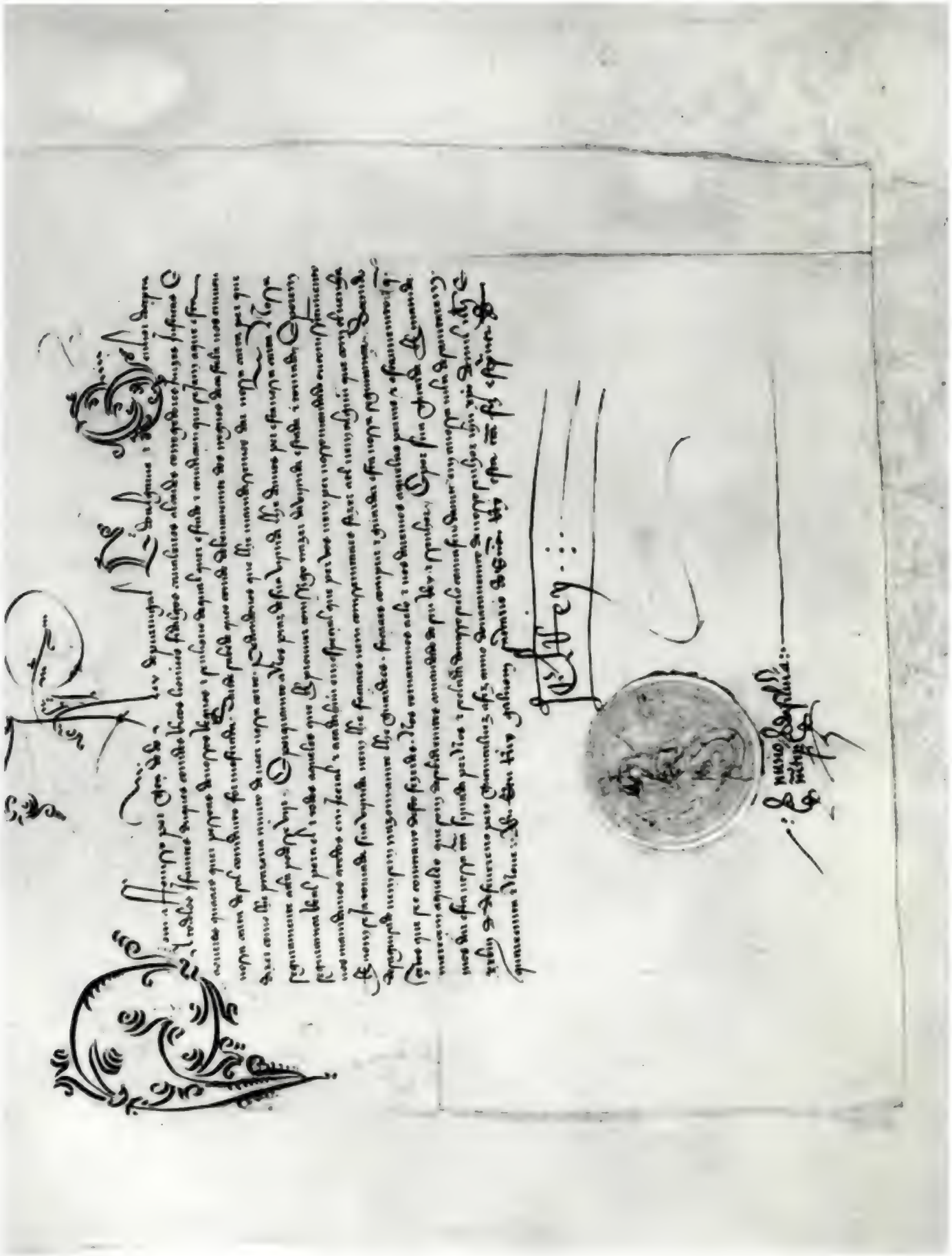
(1) Na mesma data expediu o monarca aragonês duas outras cartas idênticas aos cardeais de Valência e de Messina (*Registro infracit.*, fl. 166 v.). Sobre Fr. Pedro de Góis vejam-se os DOCS. 56 e 77 do nosso vol. 9 e demais fontes ali citadas.

Sobre a Militar Ordem Soberana de S. João de Jerusalém de Rodes e de Malta em nosso país, de que foi comendador Fr. Pedro de Góis, pode ver-se o recente estudo de LAURENT DAILLIEZ, *Essai historique sur l'Ordre Souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte, au Portugal (XII-XV Siècles)* com a bibliografia pelo autor aduzida.

Copyrighted material



Est. II. — Confirmação por D. Afonso V da feira de Viseu ao infante D. Henrique, em 1449 (DOC. 2).



Est. III. — Segurança dada por D. Afonso V ao conde de Benavente, em 1449 (DOC. 8).

10

2 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao conde de Arraiolos, seu primo, a capitania de Ceuta (1).

ANTT., *Misticos*, liv. 3, fl. 123 v.

Dom Affonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, comfiamdo nos da grande bomdade e descripçom do comde dArrayollos, meu bem amado primo, semtimdoo por seruiço de Deus e bem e proueyto de nossos rregnos e que o fara bem e como compre a nosso seruiço; teemos por bem e fazemolo capitam em sollido da nossa çidade de Çepta e damoslhe pera ello todo nosso liure, perfecto e comprido poder, assy e tam perfeytamente como o nos auemos.

E mandamos a todos aquelles que em a dita çidade morarem ou esteuerem, de quallquer estado e condiçom, preminemçia que seiam, que façam todo seu mandado e lhe seiam em todo muy bem obediemtes, assy e tam compridamente como o fariam e deueriam fazer a nos, sse de presemte fossemos. E mandamos, se algũu fidallgo, capitam ou caualeiro ou escudeyro e quaaesquer outros, de quallquer estado e comdiçom que seiam, forem desobediemtes a seu mandado, o que nom queremos nem esperamos, ou fezerem o que nom deuem, que elle, dito comde, capitam da dita çidade, os possa penar, nos corpos e averes, assy e tam compridamente como o nos poder fazeriamos (2), se presemte fossemos.

E outorgamoslhe, pera ello, todo nosso comprido, perfecto poder e toda nossa jurdiçom çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jmperio, e queremos que elle possa penar cada huuns dos sobreditos, fazendo o que nom deue, em todo caso que lhe bem pareçer, assy e pella guysa que o nos fariamos, sse presemte fossemos, assy nos corpos como nos beens, ataa morte naturall jnclusiue, sem outra algũua apellaçom nem agrauo pera nenhũua parte, mas todo fazer em elle fym. E, em testimunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, seellada com o nosso seello do chumbo.

Dada em a nossa villa de Samtarem, dous dias de março. Pero Gomçalluez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Rix. Eu, Ruy Galuom, secretareo do senhor rrey, esta carta fiz escpreuer.

---

(1) Esta carta é transcrição da do regente D. Pedro de 14 de Agosto de 1445, posto a não cite, — o DOC. 31 do nosso vol. 9.

(2) Na retrocitada carta, *fazer poderiamos*

11

3 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gonçalo Pacheco, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de tesoureiro dos dinheiros, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de Ceuta, em Lisboa (1).

ANTT., *Extras*, liv. 1, fl. 72 v.

Dom Afomsso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçe a Gonçallo Pacheco, escudeiro do jfante dom Hemrrique, meu muyto preçado e amado tio, e fiando dell que o fara bem e como compre a nosso seruiço; teemos por bem e damollo por thesoureiro dos dinheiros e panos e todallas outras coussas que pertemçem pera as despesas da dita çidade de Çepta, assy das nossas rremdas, como doutras quaaesquer coussas, per quallquer maneira que a ell venham, pera as ditas despesas, assy e pella guissa que o ataaquy era.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e allmoxarifes e escpriuãaes e sacadores e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pessoas, que esto ouuerem de veer per quallquer guissa que seia, que o ajam, daquy em diante, por thesoureiro de todallas ditas coussas, como dito he, e lhas entregem presente o escpriuam de seu ofiçio, sem outro nenhũu embarguo. E damoslhe poder que possa mandar costranger os que forem deuedores e nom quiserem pagar aos tempos e polla guissa que forem theudos e lhes fazer por ello vender e rrematar seus beens, assy como se deue de fazer per nossas diuydas.

E mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças a que esta carta for mostrada, ou o trellado della em pubrica forma, que lho leixem assy fazer e o ajudem a ello, cada [uez] que per elle ou da sua parte forem rrequeridos, e seiam a ello bem diligentes e mandados, senom seiam certos que lhe sera estranhado grauemente. E ell, do que rreçeber, dee estormentos de conheçimentos aas partes do que assy rreceber, feitos pollo dito escpriuam de seu ofiçio. O quall ofiçio lhe outorgamos, como dito he, sse o elle ataaquy seruio, per sy ou per outrem em seu nome.

O quall Gonçalo Pach[e]co nos mandamos e defendemos, sob pena do corpo e beens, que nom rreçeba nem despenda nenhũua coussa que

(1) Sobre Gonçalo Pacheco cfr. a nota 2 da p. 309 do nosso vol. 8.

ao dito offiçio pertemça, saluo presemte o dito escpriuãao de seu ofiçio, pera todo assemtar em seu liuro e vir a bõoa rrecadaçam. Ao quall Gonçallo Pacheco nos mandamos que aja outro tall e tamanho mantimento e vestijr, pera ssy e pera os homens que lhe som hordenados que tenha, daquy em diante, como avia Gomçallo Taauares, que ante dell foy tesoureiro.

Outrossy, mandamos a uos, ditas justiças, que, homde quer que o dito thesoureiro chegar, lhe dees e façaaes dar pousadas e camas sem dinheiros, pera ell e pera os que comssiguo leuar, e mantimentos e bestas de carregua e as outras coussas que lhe comprirem e fezerem mester, por seus dinheiros; outrossy, homens desses comçelhos, que sse vãao com ell, pera leuar em saluo os dinheiros, ouro e prata que leuar, quando uos per ell forem rrequeridos. O quall Gonçallo Pacheco jurou em a nossa chançelaria, aos samtos evangelhos, que bem e direitamente e como deue obre e vse do dito ofiçio e guarde a nos o nosso seruiço e ao poboo seu direito.

Dante em Santarem, tres dias de março. Antam Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rix.

12

7 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a tomar Leonel Gil, escudeiro da casa do infante D. Henrique, e suas coisas em especial guarda e encomenda, em atenção ao dito infante.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 173 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Lionel Gill, escudeiro da cassa do jfante dom Anrrique, meu mujto amado tio, morador em Lagos, filhamollo por nosso e rreçebemos el e todas suas coussas em nossa espeçial guarda e encomenda.

E porem mandamos a todollos corregedores e juizes e justiças e a outras quaeesquer pessoas que esto ouuerem de uer e esta nossa carta ffor mostrada que o trautees e ajaees em nossa encomenda, como coussa nossa de que grande carrego teemos, e lhe nom façaees nem consentaees fazer outro algũu nojo nem ssemrazom, que asi he nossa merçee de lhe sseer fecto, pollo do jfante dom Anrrique, meu mujto amaado e prezado

tio, cujo criado he, ssem outro embargo que a ello ponhaees. Esta carta lhe nom ualha, sse asseelada nom ffor.

Dada em Santarem, sete dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Ano do Senhor de mjll e iiij^{c} e Rix. E eu, Ruj Galuom, sacretario do dicto ssenhor rrey, esta carta ffiz escpreuer.

13

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê for, duas casas nas tercenas régias de Lisboa, junto das casas de Ceuta, onde o infante tem duas naves, sob condição de ele as conservar e reparar à sua custa, enquanto delas usar (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 37 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 4, fl. 24 v.

Publicado o primeiro texto por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 349-50, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 463.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee ao jfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado thio; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, daqy em diante, emquamto nosa merçee for, as duas casas das nosas tarçenas da çidade de Lixboa, que a em anbas duas naves que estam junto com as casas de Çepta, das quaaes tarçenas se ora o dicto jfante serue, contanto que ell as adube e correga de todo o que lhe mester for a sua custa, emquanto as asy teuer.

E porem mandamos aos nossos almuxarifes das dictas tarçenas e do noso almazem da dicta çidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer que lhe leixem teer as dictas tarçenas e seruir dellas no que lhe prouuer, emquanto nosa merçee for, como dicto he. E façam rregistar esta carta em seus liuros do tombo, pera se per ela saber como as de nos teem. E ell tenhaa, pera sua guarda. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

---

(1) Sobre as tercenas de Lisboa pode ver-se AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, *A Judiaria Nova e as primitivas Tercenas de Lisboa*, em «O Arqueologo Portuguez», vol. 6, Lisboa, 1901, ps. 114-32.

14

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 sobre a dízima nova de toda a pesca do mar de Monte Gordo ser entregue ao dito infante (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38.
Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 347, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 428-29.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado thio, nos foy mostrada hũa nosa carta, seelada do noso seello pendente e asinada pollo doutor Joham Dosem, que foy do noso conselho e chançeler moor, da q[u]al ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada, — o DOC. 78 *do nosso vol.* 4.

E enujounos pedir de merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta polla guisa que em ella he conteudo, da qual cousa a nos praz.

---

(1) A propósito destas confirmações régias ao infante D. Henrique, em recente e valioso estudo, BAQUERO MORENO observou: — «Acentue-se o facto do Infante D. Henrique, antes da reunião do conselho do rei em Abril, ter recebido de D. Afonso V a confirmação de inúmeras doações feitas a seu favor, como mestre da Ordem de Cristo. A data das referidas confirmações oscila entre 8 e 14 de Março de 1449, quando o infante D. Henrique, já se encontrava em Santarém (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fls. 37 v.-40 v.). Não teria, assim, D. Afonso V (aliás os nobres) pretendido obter o apoio moral e material do Infante D. Henrique a favor da sua causa?» (*O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, p. 68, nota 54). Sublinharemos que tais confirmações régias não assumem qualquer aspecto político, mas constituíam mera operação de rotina, toda a vez que mudava a chefia suprema da nação, embora acrescidas, às vezes, de novas dádivas. Assim procederam com o Navegador el-rei D. Duarte em Setembro de 1433, pelo falecimento de D. João I (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 4, ps. 264-272), a Regência do Reino de Abril a Julho de 1439, após o falecimento de D. Duarte (*Ibi*, vol. 6, ps. 299-300, 302-304, 310-312, 313-324, 332-333, 334 e 337-338), e, enfim, el-rei D. Afonso V em 1449, cujas primeiras cartas de confirmação a D. Henrique datam de 13 de Janeiro e de 25 e 27 de Fevereiro (Cfr. os DOCS. 2, 6 e 7 do presente volume). E o mesmo processo se usou, geralmente, nos diversos reinados, como é sabido, confirmando os monarcas a súbditos seus doações régias dos antecessores, mantendo-lhes assim a legalidade e validade e suprimindo as que não as tinham.

E porem mandamos a quaaesquer nosos ofiçiaaes e pessoas [a] que esto pertençer per q[u]alquer gisa que seja, que lhe conpram e guardem, façam conprjr e guardar a dicta carta segundo neela faz mençom, sem outro algũu enbargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij° dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij° Rix.

15

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique altar e jazigo para si no mosteiro da Batalha, na capela de D. João I, junto ao jazigo do infante D. Pedro (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38. Sobre o assunto pode ver-se: TEIXEIRA DE CARVALHO, *O túmulo do Infante*.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos damos lugar e liçença ao jfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que ell posa auer hũu altar e hũu jazijgoo pera sseu corpo na capeella delrrey dom Joham meu auoo, que Deus aja, que he no moesteiro (2) da Uitoria, junto com ho outro do jfante dom Pedro, a saber: o altar junto com o outro altar seu e o jazijgoo per esa gisa.

E porem mandamos a quaaesquer a que o conhiçimento desto pertençer que os nom ocupem com outras cousas. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij° Rix.

---

(1) Posto o não declare, este diploma régio é mera confirmação da carta da regência do reino de 1 de Junho de 1439 — o DOC. 138 do nosso vol. 6 —, em que, pela vez primeira, foi concedido jazigo ao infante D. Henrique na Batalha, se bem que a ele tinha já o Navegador direito, nos termos do testamento de el-rei D. João I, seu pai, de 4 de Outubro de 1926, — o DOC. 70 do nosso vol. 3: — «E mandamos que pellos jazyguos das paredes da capella todas em quadra, asy como sam feytas, se possam lamçar filhos e netos de rreix, e outros nom», sob condição de deixarem à capela do monarca a terça dos bens que cada um legasse aos frades dominicanos do mosteiro da Batalha (*Ibi*, ps. 135-36).

(2) No ms. *out.°* por *moesteiro*, equívoco do copista, que leu mal a abreviatura.

16

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 21 de Setembro de 1434, de privilégio a dez pastores daquele que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu tyo, nos foj mostrado hũu aluara delrrey meu padre, que Deus aja, do qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição do alvará de D. Duarte de 21 de Setembro de 1434 sobre o assunto, — o DOC. 35 do nosso vol. 5.

E fomos rrequerido, da parte do dito jfante, que lhe confirmasemos o dicto aluara, da qual cousa a nos praz.

E porem mandamos ao dicto dom abade dAlcobaça e aos juizes e justiças do dicto couto e a outros quaaesquer nosos ofiçiaaes e pesoas que esto, per quallquer gisa, ouuerem de veer, que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar o dicto aluara segundo nel e nesta nosa carta

---

(1) Não alude o diploma afonsino à confirmação da regência do reino de 1 de Julho de 1439, — o DOC. 149 do nosso vol. 6. Estes documentos podem indicar talvez ter-se o Navegador dedicado também à indústria dos lanifícios, embora sem exclusivo, posto não conheçamos hoje outros textos sobre o particular, na desfalcada documentação henriquina. Foi o infante, com efeito, senhor de terras várias, em cujas montanhas, pelo menos, predominariam os rebanhos de ovelhas e que se estendiam de Lalim e Valdigem, nos arredores de Tarouca, à serra da Estrela. Demais, constituía então a lã matéria-prima fundamental do traje, especialmente das classes menos abastadas (Podem ver-se, a propósito, GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed., tomo 9, pa. 215-19, e OLIVEIRA MARQUES, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, ps. 23 e ss.). A abonar a nossa hipótese há o facto aduzido pelo primeiro dos autores citados, que sublinha: — «No couto do mosteiro d'Alcobaça ascendia em 1439 a mais de cincoenta annos que se teciam panos de côr. Referiam isto os moradores do couto n'um dos capitulos que, por seus procuradores, offereceram nas côrtes de Lisboa de 1459. Entregavam-se a essa industria por serem boas as lãs» (p. 217).

faz mençom, sem outro enbargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mill iiij^{c} Rix.

17

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará de el-rei D. Duarte de 21 de Agosto de 1437, de privilégio a treze marinheiros seus em Lisboa e Porto e ainda a Diogo de Pinheiro, mestre da sua nau, residente em Lisboa (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrrique, meu tyo, nos enujou mostrar hũu aluara delrrej meu padre, que Deus aja, sinado per ell, do qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição do alvará eduardino citado, — o DOC. 53 do nosso vol. 6.

E pedionos o dicto jfante que lhe confirmasemos o dicto aluara e lhe priuiligiasemos nouamente Diogo de Pinheiro, mestre da sua nao, morador em Lixboa, segundo cada hũu dos xiij marinheiros. E porque a nos del[o] apraz, confirmamoslhe o dicto aluara segundo nell he conteudo e mais priuiligiamos o dicto Diogo de Pinheiro, pela gisa de cada hũu dos treze no dicto aluara conteudos som priujligiados.

E porem mandamos a todos e quaaesquer que esto ouuerem de veer que lhe compram e guardem o dicto aluara como em el he conteudo e o dicto Diogo de Pinheiro, que ora nouamente priuilegiamos, como dicto he.

Dada em Santarem, biij dias de março. Elrrej o mandou. JohanEannes a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

---

(1) Privilégio idêntico concedeu el-rei, também a pedido do infante, a 4 marinheiros deste em Lagos, a 18 de Novembro seguinte (Cfr. o nosso DOC. 93). Pode ver-se igualmente o DOC. 141 do nosso vol. 6.

18

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, da confirmação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu tyo, nos foy mostrada [hũa carta] delrrey meu ssenhor e padre, que Deus aja, sinada per ell e aselada do seu seello de çera rredondo, nas costas, da quall ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada, — o DOC. 83 *do nosso vol.* 4.

E enujounos pedir de merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta, da quall cousa a nos praz.

E porem mandamos a todollos nosos juizes e justiças e a outros quaesquer, a que o conhiçimento desto pertençer per quallquer gisa que seja, que lha conpram e guardem e façam conprir e guardar esta dicta carta segundo nella faz mençom, sem outro algũu enbargo que lhe sobrello seja posto.

Dada em Santarem, biij° dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mill iiij° Rix.

---

(1) Cfr. também a carta régia de 12 de Março seguinte, — o nosso DOC. 20. Sobre o assunto pode ver-se GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, 2.ª ed., t. 9, ps. 237 e ss., o qual alude a este e outros documentos sobre o particular.

19

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 de quitação do quinto que a el-rei pertence haver das coisas tomadas pelos barcos armados pelo dito infante (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, nos foy mostrada hũa carta, selada com o noso sello pendente e asinada per o doutor Joham Dosem, do noso conselho e chançeler moor, da quall ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada, — o DOC. **79** *do nosso vol. 4.*

E enujounos pedir o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta como em ella he conteudo, da qual cousa a nos praz.

E porem mandamos a quaaesquer nosos ofiçiaes he pesoas a que esto pertençer, per qualquer gisa que seja, que lhe compram e guardem e façam comprir e guardar esta carta segundo nella faz mençom, sem outro algũu enbargo que lhe sobre elo seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij.° dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij° Rix.

---

(1) A propósito escreveu ZURARA: — «Outrossy, o jffante dom Pedro, que aaquelle tempo rregya o rregno em nome delrrey, deu ao jffante seu jrmãao carta per que ouuesse todo o quinto que a elrrey perteecia. E esto pollas grandes despesas que acerca dello tijnha fectas» (*Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 15). E, noutro lugar, o cronista parece datar o facto do ano de 1446 (*Ibi*, cap. 84). Torna o autor a referir-se ao quinto das presas no cap. 18, onde afirma ter sido outorgado ao Navegador por carta régia. Sucede, porém, que a doação do quinto a D. Henrique foi feita por carta de D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, — o DOC. 79 do nosso vol. 4; confirmou-a a regência do reino em 1 de Junho de 1439, — o DOC. 140 do nosso vol. 6 —, e também el-rei D. Afonso V no presente documento. Ao mesmo quinto alude a Crónica citada nos caps. 24, 25, 36 e 49, nos quais vemos que, regressadas as caravelas ao país, eram as mercadorias e cativos distribuídos em cinco lotes e então o infante D. Henrique ou representante seu escolhia o que lhe aprouvesse.

20

8 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 1 de Junho de 1436 de privilégio a 18 homens da sua pesca dos atuns e corvinas no Algarve (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39 v., — texto que se reproduz; repetida a fls. 39 v.-40 do mesmo livro, aqui datada de 13 de Março, decerto por equívoco do copista, que haverá transformado, porventura, o *b* de *biij* em *x*.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 345, e depois em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 427-28.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrrique, meu tyo, nos enujou mostrar hũa carta que tijnha delrrej meu padre, que Deus aja, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 1 de Junho de 1436, — o DOC. **117** *do nosso vol. 5.*

Pedionos de merçee que lha confirmasemos e mandasemos conprir e guardar, da quall cousa a nos praz.

E porem uos mandamos que lhe conpraaes e guardees e façaaes conprir e guardar esta carta como em ella he conteudo; porquanto nosa merçee he de lha asy confirmarmos, sem outro nehũu enbargo que hũus e outros a ello ponhades. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, biij dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mil iiij^{c} e Rix.

---

(1) Sobre o assunto pode ver-se GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, 2.ª ed., vol. 9, ps. 274 e ss.

Copyrighted material

21

10 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o infante D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas dos Açores, onde já mandara lançar ovelhas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 37 v., cujo texto se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 36 v.

Publicada no *Arquivo dos Açores*, vol. 1, p. 7; na rev. *Insula*, vol. 1, n.os 7-8, p. 23 e em «fac-simile»; por VELHO ARRUDA, *Colecção*, p. 124, e também em «fac-simile»; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 466, apenas as variantes.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, nos enujou dizer que ell mandara lançar ouelhas nas sete jlhas dos Açores e que, se nos aprouuese, que as mandaria pobrar. E, porque a nos dello praz, lhe damos lugar e liçença que as mande pobrar.

E porem mandamos aos nosos veedores da fazenda, correjedores, juizes, justiças e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, que lhas leixem mandar pobrar e lhe nom ponham sobrelo enbargo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, x dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mill iiij^{c} Rix.

---

(1) Trata-se apenas de confirmação do diploma da regência do reino de 2 de Julho de 1439, embora a presente carta régia se lhe não refira, — o DOC. 151 do nosso vol. 6. Sobre o povoamento daquele arquipélago podem ver-se sobretudo: ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 83, a ps. 358-62 do nosso vol. 2; GASPAR FRUCTUOSO, *Saudades da Terra*, a edição em publicação; P. ANTÓNIO CORDEIRO, *História Insulana;* e VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*.

22

10 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 24 de Agosto de 1436, de licença para mandar sepultar seus criados em capela do mosteiro da Batalha (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que o jfante dom Anrrique, meu tyo, nos enujou mostrar hũu aluara que tijnha delrrey meu padre, que Deus aja, do quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição do alvará eduardino de 24 de Agosto de 1436, — o DOC. **128** *do nosso vol. 5.*

Pedindonos o dicto meu tyo que lho confirmasemos, da qual cousa a nos praz.

E porem mandamos aaquelles a que esto pertençer que lha conpram e guardem e lhe nom ponham enbargo nehũu, porquanto nosa merçee he de lha asy confirmarmos, sem outro enbargo que lhe sobrello seja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, x dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

23

10 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever da chancelaria, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver danificado o original, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, de concessão do quinto das presas efectuadas por navios e fustas que ele arme ou traga de armada à sua custa e com capitães seus.

---

(1) Não alude o monarca à confirmação da regência do reino de 12 de Abril de 1439, — o DOC. **118** do nosso vol. 6.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38.
Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 463.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos liuros dos rregistos da nosa chamcelaria do tempo delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, he rregistada hũa carta, da quall o teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 25 de Setembro de 1433, — o DOC. **79** *do nosso vol. 4.*

Do quall rregisto o dicto jfante dom Henrrique nos pedijo por merçee que lhe mandasemos dar o trelado, porquanto o propio orginall se lhe denaficara, em gisa que se leer nom podia. E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, mandamoslho dar em esta nosa carta.

Dada em Santarem, x dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mil iiij^{c} Rix.

24

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. João I de 30 de Outubro de 1422, pela qual ele fora autorizado a dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem de Cristo (1).

---

(1) Sobre o assunto podem ver-se as *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, ed. de 1792, livro 4, tit. 81, ps. 281-84; GAMA BARROS, *História da Administração Pública*, tomo 8, Coimbra, 1950, ps. 317-52; e o estudo da sr.ª Professora VIRGÍNIA RAU, *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Nomeado Administrador Geral da Ordem Militar de Cristo enquanto fosse beneplácito pontifício a fim de aproveitar os rendimentos dela na guerra contra os sarracenos e na dilatação da fé católica, em Maio de 1420 (Cfr. os DOCS. 179 a 183 do nosso vol. 2), o infante D. Henrique teve nomeação perpétua para o cargo do mesmo papa Martinho V em 24 de Novembro seguinte (*Ibi*, DOC. 194). E numerosos são os textos exarados em nossos volumes anteriores a demonstrarem como o dito infante, em benefício da sua tarefa ultramarina, zelou os interesses da referida Ordem, no aproveitamento de terras incultas ou abandonadas e no conveniente arrendamento de prédios urbanos daquela colectividade. E da mesma

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 38 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, no *Livro dos Mestrados*, fl. 154 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu tyo, nos foy mostrada hũa carta que tijnha delrrej dom Joham, meu auoo, que Deus aja, da q[u]al o theor tal he.

Segue-se a transcrição da citada carta joanina, — o DOC. 26 do nosso vol. 3.

Pedionos o dicto jfante, meu tyo, que lhe confirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e confirmamoslha asy e polla gisa que em ela e em esta nosa carta de confirmaçom he conteudo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xj dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

---

sorte procedeu para com os bens da Ordem Militar de Avis, durante os anos em que a regeu, como pode ver-se, por exemplo, em documentos do presente volume.

A propósito transcrevemos o seguinte comentário do freire da Ordem de Cristo do século XVI o Dr. Pedro Alvares Seco: — «Aqui he muito de notar a grandeza danimo e enteireza em todallas virtudes de que Nosso Senhor dotou este principe (o infante D. Henrique), o qual, cometendo e proseguindo esta navegação e conquista, á custa e despesa de suas proprias rendas e das da Ordem, sem querer ajuda dos rreis, em cujo proveito e acrecentamento de seu rreal estado a fazia, nom pedio nem aceitou pera si nem pera sua Ordem, parte algũa do que com tão grandes gastos, tantos perigos e tão continuos trabalhos acquiria, como sempre e com justa rezão o fizerão os mestres que antes delle forão desta Ordem e assi da Ordem do Templo, que nas guerras contra os mouros servião, ajudando aos rreys que forão destes rreinos, dos quais receberão grandes doações de villas, lugares e terras, jurisdições, direitos e graças, que são as que agora tem esta ordem nestes reinos, como tambem as recebem e hão quaesquer pessoas privadas que, ás suas custas e ainda ás dos rreis, os servem em descubrir e acquirir pera elles e em defenderem o acquirido» (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 235, fl. 2 v.). Por isso, também el-rei D. Manuel, em seu testamento, de 7 de Abril de 1517, exarou o seguinte passo: — «Jteem, encomendo que, sse for cousa que se posam mandar pagar aligũas diujdas que ajmda hy ha, nestes reynos, do jfamte dom Amrrique, se pagueem, porque seem rrezam pareçe que queem tamto beem a eles trouxe nam lhe pagarem suas djuidas» (ANTT., *Gaveta 16*, maço 2, n.º 2, fl. 9).

25

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver extraviado o original respectivo, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, em que se concedera ao infante o exclusivo da pesca do atum no Algarve.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 111 v.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 345, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 429.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos liuros dos rregistos da nosa chamcelaria do tempo delrrej meu padre (1), que Deus aja, he rregistada hũa carta, da quall ho teor tall he.

Segue-se a transcrição da citada carta eduardina, — o DOC. **76** *do nosso vol. 4.*

Do qual rregisto o dicto jfante dom Henrrique, meu tyo, nos pedio por merçee que lhe mandasemos dar o trelado, porquanto o propio orginall se lhe fezera menos, em guisa que se achar nom podia. E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, mandamoslho dar em esta nosa carta.

Dada em Santarem, xj dias de março. Elrrey o mandou. JohanEannes a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

26

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 11 de Junho de 1430, de licença para o dito infante escambar suas terras de Reigada e Pereiro, em Riba-Coa, e casas que em Lisboa houvera de Mestre Aires, físico, com

(1) Em *Místicos*, lê-se: «meu senhor e meu padre.»

bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação fazer hospital para agasalho de pobres (1).

AMT., vol. 71, fl. 234 v., *Preuilegios da Caza da Mizericordia*, em pública-forma do original, extraída do cartório do convento de Cristo de Tomar em 29 de Dezembro de 1565; ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 133 v., com palavras omissas e outras substituídas pelo copista; pelo que seguimos a primeira fonte citada; *Ordem de Cristo*, Cód. 234, parte 2, fl. 37.

Publicado o texto do ANTT. por CORDEIRO DE SOUSA, *De como o Infante fez o hospital de Tomar*.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, da parte do jffante dom Amrrique, meu muito prezado e amado tio, nos foy mostrada hũua carta que tinha delrrey dom Joam meu auoo, cuja alma Deus aja, da qual ho theor tal he.

Segue-se a transcrição da carta joanina de 11 de Junho de 1430, — o DOC. **155** *do nosso vol. 3.*

Pedindonos ho dito jfante, meu tio, por merce, que lhe confirmasemos a dita carta.

E nos, visto seu requerimento e querendolhe fazer graça e merce; teemos por bem e confirmamoslha assi e pela guisa que em ella e em esta nossa confirmaçam he conteudo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sinada per nos e seellada do nosso sello do chumbo. Vnde al nom façades.

Dada em a nossa villa de Santarem, onze dias de março. Elrrey ho mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mil quatrocentos e quorenta e noue.

---

(1) O hospital em causa, com o significado que a tais instituições se deu anteriormente à fundação das Misericórdias no país, de albergue para viandantes, agasalho para pobres e tratamento de enfermos, não chegou a ser fundado, como observámos em a nota de ps. 366-70 do nosso vol. 4; pelo que também aquele escambo nunca se efectuou.

No ANTT., *Tombos das Comendas da Ordem de Cristo*, vol. 298, fls. 40-70 v., conserva-se o *Tombo da Comenda da Reigada*, original de 18 de Outubro de 1507, a qual «he antre os termos das villas, a saber, de Pinhel e CasteIRodrigo e Almeida».

27

11 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta com todos seus direitos, rendas e jurisdição, efectuada pela de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 52 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II* liv. 22, fl. 27 v.; *Chanc. de D. João III*, liv. 31, fl. 81, liv. 38, fl. 105, liv. 48, fl. 35, e liv. 55, fl. 184; *Chanc. de D. Manuel*, liv. 37, fl. 40 v.; em leitura nova, *Ilhas*, fls. 55 v., 75 e 76 v., — em algumas destas cópias com a data de 21 de Março de 1449; e *Livro dos Mestrados*, fl. 154 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 464.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, nos foy mostrada hũua carta delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, sijnada per elle e asseellada do sseu seello de çera rredondo nas costas, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de 26 de Setembro de 1433, — o DOC. 81 *do nosso vol.* 4.

E enujounos pedir o dicto jfante, de merçee, que lhe confirmassemos a dicta carta, da quall coussa a nos praz.

E porem mandamos a quaaesquer nossos ofiçiaaes e pessoas, a que o conheçimento desto perteençer per quallquer guisa que seia, que lhe compram e guardem e façam conprir e guardar esta carta, segundo em ella faz mençom.

Dada em Santarem, xj dias de março. Elrrej o mandou. Ruy Diaz a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

28

12 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 10 de Janeiro de 1421, sobre os seus canais e estacadas do Ródão, transcrita na da regência de 2 de Junho de 1439.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 40 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 36 v.; cópia feita em Tomar nos meados do século XVI, em *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 91 v.

Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, p. 346, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 430.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, da parte do jfante dom Henrrique, meu tyo, nos foy mostrada hũa carta, selada com o selo dos contos da nosa çidade de Lixboa e asinada per Fernam Lopez, noso uasalo e guardador das nosas scprituras que estam na torre do noso castello da dicta çidade, da qual o theor tall he.

Segue-se a transcrição das duas citadas cartas, — os DOCS. **1** *do nosso vol. 3 e* **142** *do vol. 6.*

E enujounos pedir de merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento, teemos por bem e confirmamoslha asy e pela gisa que o nela e em esta nosa carta de confirmaçom he conteudo.

E mandamos aas dictas justiças que asy ho conpram. Vnde al nom façades.

Dada em Sántarem, xij dias de março. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mil iiij^{c} Rix

29

12 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 22 de Maio de 1437, de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 39 v., — texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 112.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que a nos foj mostrada hũa carta delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, da qual o theor tall he.

Segue-se a transcrição da citada carta eduardina, — o DOC. 26 do nosso vol. 6.

Pedionos o dicto jfante dom Henrrique que lhe confermasemos a dicta carta, da qual cousa a nos praz.

Porem uos mandamos que lha conpraaes e gardees e façaes conprir e gardar como em ela he conteudo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xij dias de março. Elrrej ho mandou. Ruy Diaz a fez. Ano do Senhor de mil iiij^{c} Rix.

30

14 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, transcrita da chancelaria noutra da regência de 20 de Maio de 1439, de privilégio a 30 homens que haviam de aproveitar a quinta de Alpriate, da Ordem de Cristo, em Vialonga, Vila Franca de Xira.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 40, — texto que se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 68.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que, da parte [de] dom Henrrique, meu tyo, nos foy mostrada hũa nosa carta, sinada per o doutor Joham Dosem, que foy do noso conselho e noso chançeler moor, e aselada do noso seello da çera pendente, da qual o theor he.

Aqui devia seguir-se a citada carta da regência de 20 de Maio de 1439; porém, o copista, depois de haver escrito as suas primeiras palavras, Dom Afonso, etc., *transcreveu a de D. Duarte de Setembro de 1433 e manteve apenas o final daquela, abaixo lançado* (1).

E enujounos pedir por merçee o dicto jfante que lhe confirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e confirmamoslha asy e pela gisa que em ella he conteudo.

E porem mandamos a todolos nosos corregedores, juizes e justiças que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar a dicta carta segundo nella e em esta nosa confermaçom he conteudo.

Dada em Santarem, xiiij.° dias de março. Elrrej o mandou. Aluaro Gonçaluez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

31

17 MARÇO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear para caminheiro da Relação da Suplicação da Corte Vasco Eanes, criado de João Teixeira, escudeiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 215 v.

---

(1) *O final da carta asinada por João Dosem e cujo princípio o copista omitiu é este:*

Do qual rregisto o dicto jfante, meu tyo, nos pedio por merçee que lhe mandasemos dar o treiado, porquanto o propio orginall se lhe fezera menos e que o nom podia achar. E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, mandamoslho dar em esta nosa carta.

Dada em Lixboa, xx dias de mayo. Elrrej o mandou, per o doutor Joham Dosem, do seu conselho e seu chançeler moor. Lujs Ferrnandez, em logo de Felipe Afonso, a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} xxxix anos.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a UaasquEanes, criado de Joham Teixeira, escudeiro da casa do jfante dom Enrrique, etc., teemos por bem e damollo por nosso camjnheiro da nossa rrellaçom da sobpricaçom que anda em nossa corte, em logo de Joham de Pinhell, que o dicto ofiçio tijnha e o rrenunçiou em nossas mãaos, porquanto o nom podia seruir, que o dessemos a quem nossa merçee fosse, ssegundo mais conpridamente sse mostrou per hũu estormento de rrenunciaçom, fecto em Lixboa, a xij dias dabril, per Gomez Martijnz, nosso tabaliam.

E porem mandamos aos nosos dessenbargadores da dicta cassa da rrolaçom e a outras quaeesquer pesoas a que esto perteecer que ajam o dicto Uasco Anes por camjnheiro, etc. Em forma.

Dada em Santarem, xbij dias de março. Uaasquo Abul a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rix.

32

20 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernando Alvares Cabral, fidalgo, seu vassalo e criado do infante D. Henrique, e a seus sucessores, as terras de Azurara e de Manteigas e o lugar de Moimenta de a par de Gouveia, nos termos da carta eduardina e das joaninas na mesma transcritas (1).

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 694, original em pergaminho,— texto que se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 183 v.; e, em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 81, e liv. 3, fl. 17, inserta na de confirmação de 12 de Fevereiro de 1509.

Publicada, segundo a cópia da chancelaria afonsina, por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, p. 216.

---

(1) Fernando Alvares Cabral era neto de Alvaro Gil Cabral, alcaide-mor que foi da Guarda de 1383 a 1399, e filho de Luís Alvares Cabral, este escudeiro de el-rei em 1385 e seu vassalo em 1399, a quem o Fernando sucedeu na casa em 8 de Dezembro de 1433 (Cfr. os docs. publicados na obra e vol. infracits., ps. 110, 116, 118, 120, 143, 170, 171 e 173 e também os insertos na presente carta de confirmação). O Luís tivera ainda, de juro e herdade, as terras de Valhelhas e de Tavares, doadas por D. João I a seu pai, mas vendeu-as ao monarca em Julho de 1399.

Dom Afonso, per graça de Deus rey de Portugual e do Alguarue e senhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que FernamdAluarez Cabral, fidalgo, noso vasalo, criado do jffamte dom Hemrrique, meu muyto preçado e amado tyo, nos mostrou tres cartas, a saber, hũa delrrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, e duas delrrey meu senhor e padre, a que Deus de o seu samto paraiso, asijnadas per suas mãaos e aseeladas dos seus seelos do chumbo, das quaaes o teor, de uerbo a uerbo, tal he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 8 de Dezembro de 1433 — o DOC. **99** *do nosso vol. 4 — e das joaninas de 15 de Abril e de 6 de Outubro de 1385, — a segunda é o DOC.* **111** *do nosso vol. 1.*

E ora nos pidio o dicto FernamdAluarez que lhe comfirmasemos as dictas cartas susoscpritas. E nos, visto seu rrequirimento e queremdolhe fazer graça e merçee, por os muytos e estremados seruiços que seu avoo e padre e os que delle desçendem fezerom a estes nossos rregnos e ysso meesmo esperamos de rreçeber delle e dos que delle desçemderem; teemos por bem e comfirmamoslhe as dictas cartas, asy e tam compridamente como em ellas he comtiudo.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazemda e comtadores e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que leixem ao dicto FernamdAluarez Cabral e a seus herdeiros e sobçesores auer, lograr e posoir as dictas terras de Zurara e de Manteigas e o dicto luguar de Muymenta, asy e per a guisa que nas dictas cartas faz mençam, ssem outro embarguo algũu. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta carta, sijnada per nos e seelada com o nosso seelo do chunbo.

Damte em a nobre villa de Samtarem, xx dias de março. GomçalEanes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçemtos quareemta e noue annos.

(as.) ElRey. Pagou C rreaaes.

No verso: Pagou ij.iiij^{c} rreaaes. Borges. — Registada. Pero de Barçellos.

33

21 MARÇO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Mem da Montanha, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Azambuja e seu termo por 5 anos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 90 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Meem da Montanha, escudeiro da casa do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por coudell da villa da Azanbuja e seu termo, da feitura desta carta ataa çinquo annos, assy e pella guisa que o dhi foy Gonçalo Pirez, o quall ora acabou o tenpo de serujr que he hordenado, e esso meesmo que o dhi forom os outros coudees dante ell, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, xxj dias do mes de março. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix annos.

34

22 MARÇO 1449

Em sessão da câmara do Porto daquela data protesta-se contra o facto de ali se cobrarem os dez reais para Ceuta aos que casavam, no próprio ano do casamento, e ainda aos oficiais pelos moços aprendizes; pelo que se resolveu reclamar-se a el-rei ou ao infante D. Henrique.

GHCP., *Vereações*, liv. 2, fl. 56, original.

E, sendo todos juntos, em rrollaçam, com outro mujto pouoo, que pera esto, per pregam, forom chamados, disserom que Pero Lourenço fazia agrauos ao pouoo nos dez rreaaes de Çeita, em mandar pagar os que cassam naquelle ano que cassarom e que demandaua aos ofiçiaes que pagassem pollos moços aprendizes, que nunca fora. E Pero Lourenço disse que tal mandado tjnha do ssenhor jfante. E acordarom que tomassem sobre ello hũa protestaçam e que escpreuessem a elrrey ou ao jfante dom Anrrique.

35

24 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do almirante Rui de Melo, declara aos juízes de Lagos e demais juízes e justiças do país que apenas podem requerer navios, barcas, caravelas e mareantes para o serviço régio nos portos de mar do reino em que não esteja o almirante ou seus alcaides e oficiais, a quem o assunto compete ordinàriamente (1).

ANTT., *Extras*, fl. 75, — donde se reproduz.
Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 3, ps. 465-66.

Dom Afomsso, etc.

A uos, juyzes da villa de Lagos e a todollos outros juizes e justiças dos nossos rregnnos e a outros quaaesquer oficiaaes a que o conheçimento desto pertemçer per qualquer guissa que seia, a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Ruy de Mello nos disse que seu filho o allmirante (2) em nossos rregnos tijnha, em os luguares em que portos de mar ssom em nossos rregnnos, seus allcaydes e offiçiaaes pera quando comprirem allgũus nauyos, barcas ou carauellas e homens mareantes pera ellas pera nosso seruiço, pera as darem aaquelles que as assy por nosso seruyço rrequererem e lhes, com justa rrazam, deuam sseer dadas, e por guarda e defenssam dos ditos nossos rregnnos, e que outro allgũu nom tijnha em esto poder, saluo o dito allmirante, por lhe pertemçer e seer de sua jurdiçam; e que, nom embargando que o dito allmirante e seus allcaydes [e] ofiçiaaes tenham o dito poder e lhe pertença de direito, que Gonçallo

---

(1) Rodrigo Afonso de Melo, Rui Afonso de Melo ou Rui de Melo, ao qual já nos temos referido (Cfr. os DOCS. 61 e 122 do nosso vol. 4, e os DOCS. 37, 57 e 216 do vol. 7) foi camareiro-mor do infante D. Henrique, cavaleiro e fidalgo da sua casa. Sobre ele e os almirantes do reino nos séculos XIV e XV pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª edição, vol. 1, ps. 192-196, bem como a bibliografia ali citada.

(2) Lançarote Pessanha, menor de idade, almirante por carta de 31 de Agosto de 1444, em cujo lugar servia seu pai, Rui de Melo, e por cuja morte teve este o almirantado, por carta régia de 27 de Julho de 1453 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 13 v., e liv. 10, fl. 25). A carta do regente D. Pedro de 1444 fora confirmada por el-rei em 11 de Novembro de 1448 (ANTT., *Extras*, fl. 105 v.).

Nunez Barreto que, em tendo carreguo por nos da frontaria em esse rregnno, quando quer que avia mester allgũus nauyos, barcas e carauellas e homens mareantes pera ellas, que mandaua aos juizes que lhas costramgesse e desse, nom as querendo mandar pedir nem rrequerer ao dito allmirante e seus allcaydes e offiçiaaes a que a jurdiçam de direito pertençe, e que uos, a seu rrequirimento, os costramgees e daaes, segundo nos dello fez çerto, per hũu estormento que perante nos apresentou que pareçia seer feyto e assynado per PedrEannes, taballiam em a dicta villa de Laguos, per o quall se mostra que os juyzes da dita villa, a rrequirimento do dito Gonçallo Nunez husurparam (3) sua jurdiçam; pidyndonos por merçe que lhe ouuessemos a ello rremedio, com direito.

E, visto per nos seu rrequirimento com o dito estormento e cousas em elle contheudas; temos por bem e mandamos que, daquy em diante, nom dees nem costrangaaes nem mandees costramger per outrem nenhũus nauyos, barcas nem carauellas nem homeens mareantes pera ellas a pessoas que vollos pedirem ou rrequererem, posto que digam que sam pera nosso seruyço. E, quando quer que taaes nauyos, barcas ou carauellas e homeens mareantes pera ellas forem pedidos pera nosso seruiço, que as rrequeiram ao dito almirante, se hy for, ssenom a seus allcaydes e offiçiaaes que seu lugar teuerem pera as darem; aos quaaes mandamos que os dem loguo, sem outra detemça, quando por nosso seruiço for compridoiro. E, nom avemdo no lugar allcaydes ou offiçiaaes do dito allmirante que desto carreguo tenha, emtam vos mandamos que vos possaaes dar e costramger os ditos nauyos, barcas e carauellas e homes mareantes pera ellas pera nosso seruyço ou pera defemssam da terra.

E, per esta carta, mandamos a quallquer que por nos carreguo teuer da dita frontarya que elle, per ssy nem per outro allgũu per seu mandado, nom faça nem mande fazer, açerca dos ditos nauyos, barcas e carauellas e homens mareantes pera ellas, nenhũu costrangimento. E assy o mandamos e defendemos a outras quaaesquer pessoas, por poderosas que sejam, que, posto que ho fazer queira, mandamos a vos e a todollos outros nossos juizes e justiças que lho nom comssemtaaes. E nom lhe seia, daquy em diante, em ello posto allgũu embarguo, saluo como dito he, omde o dito allmirante e seus allcaydes e ofiçiaaes nom esteuerem, sem lhe ser a ello posto outro allgũu embarguo em nenhũua guissa. Vnde all nom façades.

Dada em Santarem, xxiiij dias de março. Lopo Fernandez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mijll iiij^{c} Rix.

---

(3) No ms. *husurparem*.

36

28 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Álvaro Pires, caseiro e mordomo de João Teixeira, escudeiro do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 183.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes e homens boons desta villa de Santarem, e ao poussentador della e ao anadall dos beesteiros do conto e a quaeesquer outras pesoas a que o conheçimento desto pertençer e esta carta for mostrada, saude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Teixeira, escudeiro do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e priujligiamoslhe Aluaro Pirez, sseu casseiro e moordomo, morador em a dicta villa, de sserujr daqui em diante com pressos nem com dinhejros nem de sseer titor nem curador de nhũuas pessoas, saluo sse a titoria for lidema, nem de serujr em outros nhũus emcarregos desse conçelho, que elle, per corpo, serujr deua, e de sseer posto por beesteiro do conto, sse ajnda ataa ora nom he posto, e de pousarem com elle em suas cassas de morada, adegas nem caualariças, nem lhe tomem dellas rroupa de cama nem galinhas nem suas bestas pera emcarregos nem outra algũua coussa do sseu, contra sua vontade.

E porem mandamos a uos, ssobredictos jujzes e justiças, e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, que lhe conpram e gardem esta nossa carta com todallas ssobredictas coussas [e] lhe nom vãao nem conssentam hir contra ella, em parte nem em todo, ca asy he nossa merçee. Vnde al nom façades.

Dante em a dicta villa de Santarem, xxbiij dias de março. Ruj Meendez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

37

28 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Galvão, seu secretário, do que recebeu e despendeu na manutenção das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs do monarca, e das pessoas que as serviram nos anos económicos de 1447-1448 (1).

ANTT., *Extras*, liv. 1, fl. 78.

Dom Afomsso, polla graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta de quitaçam virem fazemos saber que Ruy Galuãao, nosso secretareo, que tem cargo de rreçeber e despender os dinheiros e outras cousas pera mantença das jfantas dona Caterina e dona Joana, mynhas muyto prezadas e amadas jrmãas, e das pessoas que as seruem, veo dar comto e rrecado, perante Paay Rodriguez, nosso contador moor em os nossos comtos da nossa muyto nobre e sempre leall çidade de Lixboa, de todo aquello que rreçebeo e despemdeo, pera mantença das ditas sennhoras jfantes ho anno passado, que se começou por primeiro dia de janeiro da era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Rvij.

O quall Paay Rodriguez mandou Aluaro Affomsso Paçanho, nosso contador em os ditos nossos contos, que tomasse a comta ao dito Ruy Galuam com Antom Perez, nosso escpriuam em os ditos contos. E foilhes per elles tomada e feita della rrecadaçam e rreçençeada per Joham Rodriguez, outrossy nosso comtador, e foy achado, per o dito comtador e escpriuam, que ell rreçebeo e despendeo, pera mantença das ditas ssennhoras jfantes, o dito anno da era de iiij^{c} Rbij e se acabou per postumeiro dia de Rbiij. Pella quall rrecadaçam se mostrou que ell, dito Ruy Galluam, em o dito anno, rreçebeo, pera o que dito he, esto que se segue.

Jtem, reçebeo dAluaro Borges, almoxarife de nosa allfandega que he em a dita nossa çidade, de panos grandes de Bristoll, hũu peça; e de vilagem, vynte dous couodos e meo; destritos, tres peças; de cardas, hũu par; e de dinheiros, dez rreaes brancos. Jtem, reçebeo duzentos e hũu mjll e

(1) O presente documento corrobora o DOC. 144 do nosso vol. 7 e a observação que ali fizemos, em a nota 1, ao texto de RUI DE PINA.

Copyrighted material

quatroçentos rreaaes brancos de Pero Lopez dAagua, rreçebedor por nos da sisa do pescado e madeira, em a dita çidade. Dos quaaes panos e cardas e dinheiros susoditos o dito Ruy Galuãao fez estas despesas que se logo seguem.

Jtem, deu, entregou, etc.

E assy, visto sua rreçepta e despesa, todo aquy em esta nossa carta de quitaçam declarado, mostrasse despender todo o que assy rreçebeo pera as ditas ssennhoras jfantes, segundo de todo fomos çerto, per a dita rrecadaçam, que o dito Aluaro Afomsso Paçanha, nosso comtador, fez com o dito Antom Perez, nosso escpriuam, e ysso mesmo per hũu nosso asentamento e aluara de mandado, per (2) aluaraaes de Maria Nogeira, aya das ditas ssennhoras jfantes, que pera ello nosso poder tem a o aver assy de mandar. A quall recadaçam e escprituras som em os ditos nossos contos.

E porem o damos de todo por quyte e liure, deste dia pera todo sempre, que elle e sua molher e seus filhos e seus herdeiros, soçessores, nunca em nenhũu tempo pellos ditos dinheiros e coussas possam ser nem seiam demandados. E, por firmidom dello, lhe mandamos dar esta nossa carta de quitaçam, pera a teer, pera sua guarda.

Dada (3), xxbiij dias de março. Antom Perez, escpriuam dos ditos nossos comtos, a fez. Anno do Nosso Sennhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix annos.

38

29 MARÇO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João Vaz, escrivão que foi da puridade da rainha D. Leonor, pelos muitos serviços dele recebidos e que espera receber, certos bens de raiz pela citada rainha comprados ao infante D. Henrique no termo da vila de Óbidos, onde chamam Olho Marinho, ou seja a terra assim denominada, moinho de moer pão e quinta que foi de João Manuel (1).

ANTT., *Estremadura*, liv. 8, fl. 234.

---

(2) No ms. *pera*.

(3) Aqui falta, no manuscrito, o lugar em que foi passada a carta.

(1) A teor do seu contrato matrimonial, a rainha D. Leonor, entre outras povoações, recebera, em dote, em 11 de Janeiro de 1435, a vila de Óbidos (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 5). A esta adicionou a rainha, em 1437, Olho Marinho e demais bens aqui referidos, vendidos pelo infante D. Henrique, segundo recibo deste

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que a muy uirtuosa rraynha minha madre, que Deus aia, comprou certos beens de rrajz ao jffante dom Henrrique, meu thio, que sam no termo da uilla dObidos, honde chamam Olho Marinho, a saber, a dita terra dOlho Marinho com hũu moynho de moer pam e hũua quintãa que foy de Ioham Manuel, que he no dito logo, assi casas como vinhas e herdades e montados, pacijgos, montes, fontes, rrotos e por rromper, com todas suas emtradas, saidas, logramentos, dereitos, perteençaas das ditas terras e quintãa e mojnho, por preço certo que o dito jffante, meu thio, por ello rrecebeo, segundo de todo fomos certo, per hũu estormento publico, que parecia ser fecto e asignado per Aluaro Afonso, tabaliam em a cidade de Lixboa, a xbj dagosto do anno passado de iiij° xxxbij.

E hora, rreconhecendo nos a Ioham Uaaz, escpriuam que foy da puridade da dita ssenhora, os muitos seruiços que del rrecebeo elrrey meu senhor e padre, cuia alma Deus aia, e a dita ssenhora e jsso mesmo fez a nos e emtendemos del rreceber ao diante e querendolhos galardoar, segundo ao nosso rreal estado perteençe, de nosso moto propio, liure uontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nollo el pedir nem outrem por el; teemos por bem e fazemoslhe das sobreditas terras e quimtãa e moynho, com todas suas perteençaas, liure e pura, ynrreuogauel doaçam, antre os uiuos ualledoira, deste dia pera todo sempre, pera el e todos seus herdeiros e soccessores, ascendentes como descendentes, que depos el vierem.

E porem mandamos a todolos nossos corregedores, jujzes e justiças, officiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer que metam o dito Joham Uaaz em posse da dita quintãa, terras, moynho, herdades e fruitos e rrendas e dereitos dellas e lhe leixem todo auer e teer e lograr e possuir e uender, dar e doar e trocar e escambar e fazer delle e em elle o que lhe prouuer, como de sua cousa propia e corporal possissam, porquanto nos lhe fazemos de todo mercee e doaçam o mais firmemente que seer pode, sem outro nenhũu embargo nem duuida que lhe sobre ello seia posto.

Dada em Santarem, xxix de março. GonçalEannes a ffez. Anno do Senhor de mil iiij° Rix.

---

de 16 de Agosto daquele ano, aduzido no presente documento. Olho Marinno, assim denominado pela abundante nascente ao centro da povoação, é freguesia do concelho de Óbidos desde 1925. Em 1434, o infante D. Henrique mandava à dita soberana, a Óbidos, 3.150.000 libras, que lhe devia «de posse que ouuera de suas terras», mas não se diz de quais (Cfr. o DOC. 216 do nosso vol. 7).

Copyrighted material

39

1 ABRIL 1449

Acta da sessão da câmara municipal do Porto, em que se diz que mandava o infante D. Pedro velar Coimbra e seus lugares, talvez por causa do conde de Benavente, que está no reino; e, como o duque está em casa de el-rei e o dito conde mui perto da cidade, resolvem se vele e guarde bem aquela, dia e noite, pela homenagem que prestaram ao monarca, e ainda que a procissão de Ramos não saia fora da cidade (1).

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 57 v., original, — donde se transcreve. Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 267.

Segunda feira, primeiro dia dabril, forom juntos, em rrollaçom, estes que se seguem: jtem, Filipe Anes, corregedor; jtem, Airas Pinto, jtem, Joham Martijnz, jujzes; jtem, Vasco Gonçalluez, jtem, Lujs Esteuez, uereadores; jtem, Afonso Anes, procurador; jtem, Aluis Gonçalluez; jtem, Lujz Domjnguez, oriuez; jtem, Pedro Afonso; jtem, o meirinho; jtem, Aluoro Anes da Madureira.

E, sendo asy, fallarom como o ssenhor jfante dom Pedro mandaua vellar Coinbra e todos seus lugares e que nom sabiam o porque. E que, por[que] prossomjam que o fazia pollo do conde de Benauente, que esta em este rreyno; e, porque o ssenhor duque era em cassa delrrey e o dicto conde de Benauente esta muy açerqua desta cidade, acordarom que a cidade se uellase e se possese em ella booa garda, asy de dia como de nojte, por darem della boo conto a elrrey nosso ssenhor, porcanto o concelho tem fecta menajem por ella. E outrosy acordarom que a prosyçam de Ramos nom fosse fora da çidade, porque o sentjam por serujço delrrey.

(as.) Philipus. Johanes, in jure canonico scolaris.

---

(1) Cfr. o nosso DOC. 8. Portanto o conde de Benavente entrou em Portugal entre 28 de Fevereiro e 1 de Abril de 1449. Acérrimo aliado do infante D. Henrique de Castela e dos reis de Aragão e de Navarra contra o rei castelhano e seu condestável D. Alvaro de Luna, velhos aliados do infante D. Pedro, o citado hóspede era indesejável ao ex-regente do reino, que receava, naturalmente, a sua presença no país. Cfr. também o nosso DOC. 42, de 7 de Abril.

40

2 ABRIL 1449

Carta de nobreza, dada por el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador da comenda de Coimbra, da Ordem do Hospital, e seu conselheiro, bem como aos descendentes do mesmo para sempre, atentas as suas virtudes, bons costumes e os serviços que lhe prestou, presta e prestará de futuro, em que lhe dá, por armas, as do seu reino de Jerusalém, a inserir, se ele quiser, nas que já usa.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2944, fls. 98 v.-99.

Nos, Alfonsus, etc. Jllos ad nobilitatis gradum libenter assumimus, quos ad id eorum virtutum prestancia dignos et benemeritos reddit.

Cum itaque vos, venerabilis et religiosus vir frater Vascus de Oliueyra, comendator preceptorie de Coymbra, Hospitalis Sancti Johannis Hierosolimitani jn regno Portugalie, consiliarius noster dilectus, is sitis, qui clarissimis virtutibus prefulgetis ad condicionem, bonos et laudabiles mores vestros nostre mentis jntuitum dirigentes, et alias debitum respectum et consideracionem habentes ad grata plurimum fructuosa et accepta seruicia per vos nobis prestita et jmpensa, que prestatis ad presens et prestiturum vos, de bono semper jn melius, continuacione laudabili, speramus;

Tenore presentis nostrj priuilegij, cunctis temporibus firmiter valiturj, de certa nostra sciencia et consulte, vos, dictum venerabilem fratrem Vascum de Oliueyra et totam vestram progeniem, posteritatem et sobolem, motu proprio jnducti, ad nobilitatis gradum ponimus et atollimus, vosque sobolem, progeniem et posteritatem omnem vestram jn perpetuum honore nobilitatis decoramus. Volentes et huius priuilegij serie decernentes quod vos, soboles, progenies et posteri vestrj, quicunque et quandocunque vobis et illis libebit, jllis gaudeatis et gaudere possitis jm perpetuum, tam jn personis quam jn bonis omnibus et singulis, gracijs, honoribus, muneribus et libertatibus ac jnmunitatibus, quibus nobiles et nobilitatis gradu decorati quomodocunque et qualitercunque gaudere soliti sunt, possunt et debent. Nos, enim, vobis cum tota vestra progenie et posteritate, jn premissis et circa premissa, graciose omnem deffectum, si quis esset aut reperiri posset, ex regie potestatis plenitudine, supplemus.

Et jnsuper, de sciencia et motu jam dictis, ad inmortalis vestrj et vestri sobolis et posteritatis jnsignij preconium, earundem tenore presencium, vobis et vestris predictis, damus, conferimus et graciose elargi-

mur arma nostrj regni Hierosolimitani, videlicet signum hoc crucis, que nos, vt rex Hierosolimitanus facere et portare jn vexillis et alijs jnsignijs nostris solemus; jta quod vos et vestri, tanquam nobiles et nobilitatis gradu decorati et a nobis predictis armis jnsigniti, ex nunc jn antea et jn perpetuum, possitis et possint dicta nostra arma dicti regni Hierosolimitani portare eaque pingi facere et sculpirj, ad vestrum libitum voluntatis, supra arma vestra, que portare jam soletis.

Quapropter, vniuersis et singulis serenissimis alijs regibus et principibus, ducibus, marchionibus, amicis et beniuolis nostris notum facimus, per nostri huiusmodi priuilegium, jllustrissimisque locatis nostris generalibus, tam jn regnis et terris nostris occiduis, quam alijs regnis et terris nostris, jntentum nostrum declaramus. Vjceregibus, gubernatoribus, justicijs, vicarijs, baiulis, capitaneis, ceterisque vniuersis et singulis officialibus et subditis nostris, maioribus et mjnoribus, quocunque nomine nuncupatis, ad quos seu quem spectet et presens fuerit quomodolibet presentatum, presentibus et futuris precipimus et mandamus expresse et de dicta certa nostra sciencia quatenus forma huiusmodi nostri priuilegij per eos diligenter, actente et jnuiolabiliter obseruata, vos, dictum venerabilem fratrem Vascum, et progeniem cunctam a vobis descendentem, tanquam nobiles habeant, reputent, honorificent atque tractent. Jn cuius rei testimonium presens exinde fieri nostra jmpendenti bolla plumbea iussimus conmunirj.

Datum jn castro lapidum ciuitatis nostre Capue, die ij°. aprilis, anno a natiuitate Dominj M°.cccc°.xxxxviiij°, regni huius Sicilie citra farum anno quintodecimo, aliorum vero regnorum nostrorum tricesimo quarto. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

41

7 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara de Évora, a comunicar-lhe que mandara cartas suas ao duque de Bragança por João Rodrigues, escudeiro de sua casa, a quem o infante D. Pedro mandou prender e levar perante si e lhe tomou as ditas cartas, as abriu e leu, após o que fez ao portador os comentários contra seu real estado e serviço constantes do escrito que envia junto, e ordena

seja lido pùblicamente, para não estranharem o procedimento que contra o dito infante entende tomar (1).

ADE., *Cód.* 72, fl. 6 r. e v., — donde se reproduz. Original, em papel. Publicada por A. F. BARATA, *Vésperas de Alfarrobeira*, ps. 210-11, com algumas incorrecções e o dia errado, *biij* por *bij*, que é o que se lê no manuscrito.

Juize[s], uereadores, procurador, fidalgos, caualeiros, cidadãaos, escudeiros e homeens [boons]. Nos, elrrey, uos enuiamos muyto saudar, como aqueles que muyto amamos.

Fazemosuos saber que nos enuyamos ao duque, meu muyto preçado e amado tyo, Joham Rodriguez, scudeiro de nossa casa, com nossas cartas, por nosso seruiço. E, tanto que o jfante dom Pedro foy em conhoçimento de sua hyda, mandouo logo prender e leuar ante sy e tomoulhe as dictas nossas cartas e as abrio e leo. E, tamto que as asy leo, disse ao dicto scudeiro çertas rrazõees contra nosso rreall estado e seruiço, segundo poderees ueer per hũu escprito que uos em esta presente enuiamos. E porque taees rrazõees a ell nom conuinha contra nos dezer, consiramdo o diuedo que connosco ha e as muytas e gramdes merçees que, nos tempos pasados, de nos tem rreçebidas e como tanto contradizem aa lealdade e obidiençia que, per dereito e rrazom natural, nos deue, por sseer nosso sobdicto e uasallo e nos sseu rrey e ssenhor;

Porem, uos encomendamos e mandamos que, tanto que vos esta carta for apresentada, vos ajuntees todos em a camara desa çidade ou em outro algũu lugar mais pubrico e façaees leer pubricamente os capitolos contheudos no dicto escprito, pera seerdes en conheçimento da teençom que contra nosso seruiço tem e nom auerdes por errado o proçedimento que contra elle entendemos ffazer, por sseus desmereçimentos. E muyto uos encomendamos que grandemente sentaees o que asy faz e diz contra nossa pessoa e rreall estado.

Escprita em Santarem, bij dias dabrill. Gonçallo de Moura a fez, 1449. E eu, Ruj Galuom, sacretario do ssenhor rrej, esta carta fiz escpreuer.

(as.) Rey . . .

No verso: Por elrrey. / Aos juizes, uereadores, procurador, fidalgos, caualeiros, cidadãaos, escudeiros e homeens boons da sua rreall çidade dEuora.

---

(1) Julgamos que a presente carta deve ter constituído circular régia ao país, embora se não haja encontrado em mais nenhum arquivo municipal; pois não se vê motivo para que fosse enviada apenas à cidade de Évora — só no endereço do verso —, quando interessava naturalmente ao monarca elucidar sobre o particular todo o reino.

42

[7 ABRIL 1449]

Escrito das coisas que o infante D. Pedro disse a João Rodrigues, escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, depois de haver apreendido ao mesmo, aberto e lido cartas régias dirigidas pelo monarca ao duque de Bragança.

ADE., *Cód.* 72, fl. 10, — donde se reproduz. Original, em papel.
Publicado, com incorrecções e omissões, por A. F. BARATA, *Vésperas de Alfarrobeira*, p. 211.

Senhor. Estas som as cousas que Joham Rodriguez ouuyo ao jffante dom Pedro.

Jtem, primeiramente entendia de teer com a uossa alteza aquela maneira que teuera com a ssenhora rrainha uossa madre, na quall se elle mostrara tal, despois que com ella andara em rreuolta, que nom teuera mais olhos com que oolhasse sua façe.

Jtem, eu lhe disse se daria a uossa ssenhoria suas encomendas; e elle me disse que o nom encomendase a uos.

Jtem, porque lhe leuarom nouas que mandauees prender os seus moradores em Lixboa, dise que a mayor parte da dicta çidade era sua e tijnha em Purtugall xxxb homeens e que a mayor parte de Castela faria o que ele mandase; sse conpridoiro fosse, de todo sse aproueitaria.

Jtem, que, pois que aos seus tirauam os ofiçios e teenças, que elle os tornaria a tomar aaqueles que os dauees e destroiria a uida daqueles que ho hordenauom.

Jtem, a teença que lhe mandauees tomar que elle a tomaria.

Jtem, quando abrio a uossa carta que eu leuaua, dise que a nom abria como uosa, mas como coussa trautada per conselho dos uosos treedores.

Jtem, posto que muytas vezes nomease vossa ssenhoria, nunca uos chamou elrrey meu senhor, senom soo elrrey.

Jtem, me disse hũu homem que elle chamaua a elrrey de Castela elrrey meu ssenhor e a uos elrrey meu sobrinho.

E todas estas cousas me dise que uos disesse assy.

43

8 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a seus vassalos e naturais, sob pena da confiscação de bens, ofícios, tenças e mercês e de castigos corporais, que não se vão para o condestável, pois lhe consta que ele junta gente para apoiar o infante D. Pedro, seu pai, que contra o serviço e mandado régios tem feito ajuntamento de gentes de armas, ou então para impedir o corregedor pelo monarca enviado a Elvas de cumprir as ordens que recebera; e, se alguém se houvesse juntado ao condestável, o abandonasse no prazo de quatro dias após a publicação da presente carta, a divulgar pelas praças de Elvas e a afixar à porta da igreja principal da mesma vila.

AME., *Pergaminho* n.º 47. Original, — donde se reproduz.
Parcialmente publicada por EURICO GAMA, *Catálogo dos Pergaminhos do Arquivo Municipal de Elvas*, p. 88.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta uirem ou della notiçia ouuerem per qualquer guisa que seja, saude.

Sabede que a nos he dicto que o condestabre ajuntaua jente pera sse hir pera o jfante dom Pedro, seu padre, que contra nosso seruiço e mandado tem fecto ajuntamento de jentes darmas, ou pera defender ao nosso corregedor que mandamos aa nosa villa dEluas aquello que per nos he hordenado de elle fazer.

E, porque a nos conpre proueer a ello sem delonga, mandamos e defemdemos a todollos nossos naturaees e uasallos de quallquer estado e condiçom que seja que nenhũu nom vaa a seu chamado. E, sse ja algũus com elle esteuerem, mandamos que, da pubricaçam desta nossa carta a quatro dias primeiros seguintes, elles se partam do dicto condestabre e se torne cada hũu pera suas casas. E, jndose algũu pera elle ou nom se partindo de sua companhia, se ja em ella esteuer, seendo pasado o termo sobredicto, per esta presente auemos todos seus beens, asy mouees como de rraiz, ofiçios, teenças e merçees por confiscados pera a coroa de nossos rregnos, pera delles despoermos o que nossa merçee for. E, aalem desto, elles aueram aquellas penas corporaees que mereçem os que desobedeçem a seu rrey e ssenhor.

E mandamos aos juizes da dicta villa dEluas que façam pubricar esta nossa carta per as praças della e depois a façam pregar aa porta da

jgreia prinçipal, ca asy he nossa merçee. Vnde hũus e outros all nom façades.

Dada em Santarem, biij° dias dabrill. Gonçallo de Moura a fez. Anno do Senhor de mil iiij° e Rix. E eu, Ruj Galuom, sacretario do ssenhor rrej, esta carta fiz escpreuer.

(as.) ElRey . . .

44

16 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que lhe envia seu conselheiro Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, da Ordem do Hospital, e a pedir-lhe o oiça no que, da sua parte, lhe expuser (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2545, fl. 21.

Jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado ssobrino. Nos, el rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquello que mucho amamos e apreciamos e pora quien deseamos tanta honra e salut quanta por nos mesmo queriamos.

Jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e amado ssobrino. Alla va, de presente, de nuestra buena licencia, ell noble rreligioso e amado consellero nuestro fray Vasquo dOliuera, comandador de Coymbra, de la orden de Hierusalem, jnformado (2) plenamente de nuestra jntencion.

Por ende, vos rogamos que, en todo e quanto por ell vos sera dicho de nuestra parte, li querays dar plena fe e creença, quanto a nuestra persona. E sia, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado ssobrino, la Sancta Trinidad vuestra curosa guarda.

Dada en ell castillo nueuo de Napols, a xvj de abril, anyo M. cccc. xxxxbiiij. Rex Alfonsus. Rey muy caro e muy amado subrino, ruego vos hayays recomandado al alcidiano, que su virtut lo mereçe.

Al illustrissimo e serenissimo principe don Alfonso, rrey de Purtogal, nuestro muy caro e amado sobrino.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.

Prouisa.

---

(1) Cfr. também o nosso DOC. 40.

(2) No ms. *informando*.

45

19 ABRIL 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a agradecer à câmara do Porto as prevenções que ela tomara a propósito dos alvoroços do infante D. Pedro em Coimbra, velando e rondando a cidade e lançando fora dela alguns vizinhos, feitos com pessoas poderosas comarcãs e aconselhando-se com João Álvares Pereira, muito servidor de el-rei; recomenda-lhe continuem de prevenção e comunica-lhe ser seu propósito destruir o infante D. Pedro e ir sobre ele, vistas as muitas desobediências que contra sua pessoa e real estado tem feito, dito e obrado; solicita os nomes das pessoas poderosas contrárias a el-rei e ordena prendam os que souberem ser criados e servidores de D. Pedro e inimigos do monarca e que apurem e lhe transmitam seus nomes e culpas.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 60, em cópia coeva da câmara, apresentada na sessão de 26 de abril, pelo procurador.

Publicada: por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 268; por ELAINE SANCEAU, *O Porto nas vésperas de Alfarrobeira*, ps. 203-04; e, parcialmente, por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, p. 69.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 151.

Corregedores e homeens boons. Nos elrrey uos enuyamos muyto saudar.

Fazemosuos saber que vimos hũa carta per que nos rrecontauees como, pollos aluoroços e alçamamentos, uellar e rroldar que o jffante dom Pedro fazia em seus castellos e guarda da ponte de Cojnbra e outros grandes auisamentos, teuerees conselho, por noso seruiço e conseruaçam de uosas pesoas e honrra, fazerdes uellar e rroldar essa çidade, teendo aquelles melhores auisamentos que sentirees ser neçesarios, por aazo dalgũas pesoas poderosas, uosos comarcãaos, que malamente queriam obrar com algũus uosos uezinhos, que lançarees ffora dessa çidade, ataa ueerdes a fim dos dictos moujmentos ou auerdes nosso rrecado.

E, pera ajuda de uosos trabalhos, enuyarees chamar Joham Aluarez Pereira, pera uos dar conselho, sabendo que era mujto nosso seruidor; pedindonos por merçee que sobre todo prouecessemos e uos declarasemos nosa tençam açerca destes fectos, mandandouos a maneira que em ello teuessees, nom uos rreleuando de trabalho, sse o por noso seruiço sentise-

Copyrighted material

mos; porque prestes erees, com todas uossas forças e saber, por segurança de nosso rreal stado, por todos seerem em conheçimento do que ham de fazer, segundo todo e outras cousas mais largo em uosa carta eram contheudas.

Homeens boons. A nos pareçe que em todo teuestes muj boa maneira. E o per uos em ello hordenado auemos por bem. E asy uos encomendamos e mandamos que o queiraees continuar. E mujto em spiçial uos gradeçemos vosso boo oferiçimento, por que bem mostraees quererdes seguir aquella bondade e lealdade que senpre seguirom e obrarom uossos anteçesores no seruiço dos rrex meus auoo e padre, cujas almas Deus aja. Por o qual, nosa voontade he fazeruos muyta honrra e merçee e acreçentamento em todo o que bem podermos, como a nossos uerdadeiros sobdictos e leaaes uasallos, de que grande confiança teemos. E uos tal sperança teende em nos.

E, por que sejaaes em uerdadeiro conhoçimento de nosso proposito quejando he em estes fectos, çertificamosuos que detremjnada nosa tençam he destroirmos o jffante dom Pedro e hirmos sobrell, vistas as mujtas desobidiençias que contra nosa pesoa e rreal stado tem fectas e dictas e obradas. E, em rrazom das pesoas poderosas que ssom em contra de noso seruiço, enuyaenos dizer os nomes dellas, pera proueermos açerca delo como entendermos ser conpridoiro. E esso meesmo mandaae prender todos aquelles que çertamente souberdes que som criados e seruidores do dicto jffante, asy como nossos jmijgos. E, tanto que presos fforem, fazeenos saber quem ssom e a culpa em que os achaaes, pera uos mandarmos a maneira que sse açerca delles tenha.

Scprita em Santarem, xix dabril. Gonçalo de Moura a fez, 1449. Eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, esta carta fiz scpreuer.

46

21 ABRIL 1449

Carta do duque de Bragança, fronteiro-mor em Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, escrita de Santarém à câmara do Porto, a solicitar-lhe o envio, a toda pressa, por serviço de el-rei, de 200 homens, entre besteiros e escudeiros, do termo daquela cidade e ainda a mais gente e melhor armada que pudessem obter nos lugares de Matosinhos e Azurara, a qual devia seguir por mar e junta, por maior segurança, ao encontro dele, duque, em caravelas, com as armas e artilharia por ele encomendadas.

GHCP, *Vereações de 1448-49*, fl. 60 v., em cópia coeva da câmara, apresentada na sessão de 26 de Abril do mesmo ano —, donde se transcreve.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da Tragédia*, p. 269, e, parcialmente, por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, pa. 69-70.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 151.

Corregedor e rregedores da çidade do Porto. O duque de Bragança, fronteiro moor por elrrey meu ssenhor nas comarcas dAntre Doiro e Mjnho e Tralosmontes, uos enuyo muyto saudar.

Façouos saber que, por seruiço do dicto ssenhor rrey, conpre de logo, a grande pressa, me virem dos moradores do termho dessa çidade dozentos homeens, antre beesteiros e escudados(1). Porem uos encomendo que, sem algũa deteença, os façaaes sayr percebidos de guerra, que sejam os mais mançebos e bem corregidos pera em ella seruir. E mandaaye que uenha com elles Pero Lourenço, coudel, sse hi for, ssenom venha com elles Joham Rodriguez, meu, hi morador, e sse ajuntem com Airas Ferreira, fidalgo de minha casa, que lla mando, pera trazer a jente dessa comarca. E asy venham ataa honde eu ffor. E esto encamynhaae asy ho mais tostemente que ser poder, porquanto conpre mujto por seruiço do dicto ssenhor.

Outrosy, eu mando de lla trazer çertas armas e artalharia, per mar. E conpre de sse auer pera ello as mais prestes carauellas que sse auer poderem. E enuyo lla sobresto Joham Correa, meu meirinho moor em Villa do Conde, e Pedro Afonso, meu meyrinho. Porem, a carauella dAiras Gomez, sse hi ffor, e outras quaesquer que ssejam fazee logo tomar e auyar pera esto. E, porquanto em Matosinhos e em Zurara, termho dessa çidade, ha jente bem armada, que he cousa que ca mujto conpre, por seruiço do dicto ssenhor, encomendouos e mando que, nom enbargante os dozentos homeens que auees de ffazer vijnr, ffaçaaes, dos dictos logares de Matosinhos e Zurara, vijnr a mais jente e melhor armada que sse hi poder auer. Os quaes sse venham logo a essa çidade e ffaçaaes enbarcar nas carauellas que asy ouuerem de vijnr, as quaes ffazee partir juntamente, por vijrem mais seguras. E esto encamynhaae asy a pressa, ssem dando ffauoreza a nhũu que pera seruir sseja.

Scprita em Santarem, a xxj dabril era 1449.

(1) Por *escudeiros?*

47

3 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, enviada por Pedro Nunes, seu vizinho, a dizer-lhe que pelo mesmo portador lhe manda outra mais extensa, em resposta ao que lhe disseram por Afonso Vasques, escrivão da câmara, depois de haverem escrito duas cartas a propósito dos movimentos do infante D. Pedro e atitude a tomar, uma delas por caravela, sem obterem resposta, donde haviam concluído serem as cartas régias apanhadas como as do município, cuja lealdade sublinha e agradece.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 67, em cópia coeva, da câmara, — donde se transcreve. Foi apresentada e lida no domingo, 11 de Maio, em S. Francisco, perante o corregedor Filipe Anes, os juízes, regedores, homens bons e povo da cidade, ali reunidos por pregão.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 270.

Sumariada no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 151.

Corregedor, rregedores e homeens boons. Nos, elrrey, uos enuyamos muyto saudar.

Fazemosuos saber que vimos hũa carta que uos enuyastes, per que nos rrecontauees que, veendo como o jffante dom Pedro mandaua uellar e açalmar seus castellos e, seentindo em essa terra algũus mouymentos contra noso seruiço, nos scpreuerees, pedindonos que uos mandassemos a maneira que ouuessees de teer em essa çidade e que as cartas que nos sobre ello enuyauees forom filhadas; e que depois nos scpreuerees outra uez, per hũa carauella, e nunca ouuerees nosa rreposta, prosumjndo que nosas cartas eram asy filhadas como as uosas, por o que penssauees nom sabermos cousa algũa dessa çidade e comarca. E porem enuyauees a nos Afonso Uaasquez, scpriuam da camara della, pera nos rrecontar algũas cousas de noso seruiço, pedindonos que o mais em breue que podesemos vos enuyasemos rreposta, pera serdes em conhocimento da maneira que em todo auyees de teer.

Homeens boons. De tam boa uontade e delijençia teerdes nas cousas que a nos perteçem muyto uollo gradeçemos e teemos em seruiço. E bem mostraaes quererdes seguir aquella lealdade e bondade que senpre seguirom uosos anteçesores, a seruiço dos rreix meus auoo e padre, cujas almas Deus aja. Por o qual uos faremos honrra e merçee e acreçentamento em todo o que bem podermos, como a nosos uerdadeiros sobdictos

e leaaes uassalos que, por seus boos seruiços, de todo bem som mereçedores. E, per Pero Nunez, uoso vezinho, vos enuyamos nosa carta, rrespondendo a todo o suso dicto, segundo mais compridamente per ella ueerees.

Scprita em Santarem, tres de mayo. Pero Gonçaluez a fez, 1449. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, esta carta fiz scpreuer.

48

5 - 20 MAIO 1449

Relato da marcha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, com sua hoste sobre Lisboa e do seu recontro, em Alfarrobeira, com o sobrinho, el-rei D. Afonso V, no qual o infante e alguns dos seus foram mortos (1).

---

(1) A míngua de texto mais antigo e fidedigno sobre o particular, seguimos o de RUI DE PINA, segundo o melhor códice, iluminado, do século XVI, o qual tem todos os visos de constituir a passagem a definitivo, por calígrafo, do manuscrito do cronista e por este revisto. O coevo GOMES EANES DE ZURARA deve ter-se ocupado do assunto em sua desaparecida *Crónica de D. Afonso V* (Cfr. DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, ps. 150-164). Noutras obras suas, ele apenas aludiu, passageiramente, à atitude assumida pelo infante D. Henrique, no pleito culminado em Alfarrobeira: — «Foe ajnda o jffante dom Henrique com elrrey dom Afonso, seu sobrinho, naquelle ajuntamento que fez sobre o jffante dom Pedro, de que se seguyo a batalha da Alfarrobeira, na qual o dicto jffante foe morto, e o conde dAbranxes, que era com elle, e toda sua hoste desbaratada; onde, se o meu entender pera esto abasta, justamente posso dizer que lealdades dos homeens de todollos segres forom nada em conperaçom da sua. E, posto que o seruiço nom seia tamanho, quanto ao trabalho, segundo os que ja disse, certamente as circonstancias lhe dam splandor e grandeza sobre todollos outros, cuia perfeita declaraçom remeto aa Estorea Geeral dos fectos do Regno» (*Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 5, fls. 15 r.-v., do códice de Paris); «nas quaaes (contendas), o jffante dom Henrique trabalhou assaz por boom assessego e paz, como mays compridamente acharees na Cronica do rregnado deste rrey dom Affonso» (*Ibi*, cap. 11). «Mas, do que sse depois seguio açerqua da morte do jffamte dom Pedro fica hũu gramde proçesso pera sse comtar ao diamte, homde perfeitamente poderees saber quamto o jffamte dom Hamrrique trabalhou por saluaçom de seu jrmãao. E mujtos que em esto fallarom, nom como homeens que emteiramente sabiam a uerdade, disseram que o jffamte podera dar uida a seu jrmãao, se teuera boa uoomtade de o fazer. O que he çerto que, sse fora comtra outra algũua pessoa, que elle trabalhara em ello como por ssi meesmo, mas, comtra seu rrey e senhor achou que o nom podia fazer sem quebramtar sua lealidade, o que elle dezia que nom faria, nom tam soomente por seu jrmãao, mas por mill filhos, ajmda que os teuera, nem ajmda por saluaçom de ssy meesmo, posto

RUY DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, segundo o texto do Códice 358 da *Livraria* do ANTT., fls. 125-131 v., — caps. 117 a 123 impressos.

Como ho jfante dom Pedro partio de Cojmbra e como segujo seu camjnho atee Rio Maior e do conselho que hy teue.

Seendo ho jfante prestes pera comprir sua opiniam, fez, a hũ domjngo, que eram cinquo dias de mayo (2), partir diante, com sua gente ordenada, dom James, seu filho, que foy dormjr no Campo, logo acerca

---

que por sua deffemasom se podesse saluar. Das quaaes cousas a obra foy manifesta testimunha» (*Crónica da tomada de Ceuta por elrei D. João I*, cap. 43). Sobre as diligências empreendidas pelo infante D. Henrique para harmonizar D. Pedro com D. Afonso V, como antes tentara harmonizá-lo com a rainha D. Leonor, podem ver-se a citada Crónica de Pina e os autores que ao assunto se têm especialmente referido, nomeadamente os dois seguidamente citados. Acerca da marcha do duque de Coimbra contra el-rei e do recontro de Alfarrobeira podem ver-se GASPAR DIAS DE LANDIM, *O Infante D. Pedro*, liv. 3, caps. 23 e ss., DUARTE NUNES DE LEÃO, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 21 e ss., e ACENHEIRO, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*. Outra bibliografia sobre o assunto e sobre o duque de Coimbra vai ao fim do volume, na BIBLIOGRAFIA IMPRESSA.

Desta guerra civil portuguesa conserva-se eco em cronistas coevos do vizinho reino de Castela, inclinados, como então era natural, para o partido de D. Pedro. A *Crónica del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete* dedicou-lhe o capítulo 378, em cujo final seu autor assevera que «de aquesta muerte deste ynfante don Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avia dado fauor contra sus contrarios, e creya tener, por su causa, gran parte en el rreyno de Portugal». Também a *Crónica de Don Juan Segundo* inseriu capítulo sobre o assunto, decalcado, porém, quase literalmente, sobre o retrocitado da *Crónica del Halconero* e que termina por final idêntico (Año 43.º, 1449, cap. 8, ps. 666-67). Conquanto quem mais perdeu em Castela de apoio político, com a morte do duque de Coimbra, houvesse sido o condestável, ingratamente GONZALO CHACÓN, criado e cronista daquele, nem sequer se refere ao infante D. Pedro de Portugal na *Crónica de Don Alvaro de Luna, condestable de Castilla*! Pelo que respeita ao reino de Aragão, devedor ao ex-regente de Portugal de 10 anos de inimizade política e de conluio com Castela contra si, JERÓNIMO ZURITA limitou-se à relação, seca e fria, da tragédia de Alfarrobeira (*Anales de la Corona de Aragon*, t. 3, parte 2, liv. 15, cap. 56, fl. 318 v.). Fora da Península, onde o acontecimento teve alguma retumbância foi na corte de Borgonha, refúgio da família do duque de Coimbra, por ser a duquesa D. Isabel irmã do falecido D. Pedro de Portugal. Ali se refugiaram, inicialmente, também outros portugueses que haviam sido adeptos do vencido de Alfarrobeira, punidos por el-rei D. Afonso V. Foram eles que forneceram ao cronista borgonhês OLIVIER DE LA MARCHE os elementos que sobre o caso português exarou em suas *Mémoires* (4 vols., Paris, 1883-88) e o VISCONDE DE SANTARÉM transcreveu no *Quadro elementar*, vol. 3, ps. 83-88, nota 119.

(2) Aqui está errado o dia do mês ou o da semana; pois em 1449 o dia 5 de Maio caiu a uma segunda-feira. Talvez tenha assim razão LANDIM, ao colocar em 4 a partida de D. Jaime.

de Coimbra. E essa nocte ficou o jfante na cidade, em que, com grande segurança e mostrança de muyta alegria, mandou dançar e fazer festas, como soia. E, despois de teer suas cousas proujdas, se foy aa ssee e a Sancta Cruz e a Sancta Clara, por seerem casas em que tinha singular deuaçam. E ally, com sinaaes do boom christãao, se encomendou a Deus e, com a cara alegre e muy descarregada, se despedio de sua molher e dos que co ella ficaram. E foy com toda sua gente dormjr ao lugar da Ega, que he cabeça da comenda moor de Christos, honde seriam co elle atee mjl homeens de caualo e cinquo mjl de pee, com muyta carriagem de bois e bestas.

Com o jfante, aalem doutros muytos e boons caualeiros e escudeiros, eram estas pessoas principaaes, a saber: dom James, seu filho, o conde dAbranches, Ayres Gomez da Silua e seus filhos Ioham da Silua e Fernam Teelez, Ruy da Cunha, Gonçalo de Taide, Pero de Lemos, Lujs dAzeuedo e Lopo dAzeuedo, jrmãaos, e Martim Coelho e Pero Coelho, jrmãaos, Pero de Taide, Joham Correa e Fernam Correa, FernandAluarez da Maya, Joham Peixoto e Lopo Peixoto, jrmãaos. E no arraial do jfante se leuantaram duas bandeiras, hũua sua e outra de seu filho, e em ambas hiam, dhũua parte, hũuas letras que deziam *lealdade* e, da outra, *justiça e vingança*.

E, ao outro dia, ante que o jfante aballasse, fez ajuntar sua gente, que rrepartio em capitanjas, e a todos fez hũua falla, cuja sustancia foy sanear a boa tençam e limpeza de sua hida, que soomente era, como leal serujdor delrrey, seu ssenhor, hir pedir e comsegujr antelle justiça e assy em defender, com rrazõoes de leal portugues, que se nom fezessem malles nem rroubos e que pagassem bem os mantimentos e cousas que tomassem. E sobretudo emcomendou aos capitãaes o castigo, paz e assessego de sua gente e, principalmente, que sse nom escandalizassem nem alleuantassem por cousas que ouujssem, em caso que parecessem contradizer a suas bondades e muyta lealdade.

E assy foy ho jfante fazendo, com muyto rresguardo, suas jornadas, atee o moesteiro da Batalha, onde o veedor da obra delle, que fora solorgiam delrrey dom Joham seu padre, quis, com armas e artelharias, poer o moesteiro em rresistencia e defessa contra elle; mas os frades lho nom consentiram e, abrindo as portas, mandaram dizer ao jfante que o rreceberiam na forma e com as cerimonjas que elle ordenasse. Mas o jfante nom qujs que fosse, saluo como sempre fora, emcomendandolhe que, na procissam com que a elle viessem, como de custume tinham, cantassem deuotamente por elle ho salmo que começa *Qui habitat in adiutorio Altissimi im protectione Dei celi commorabitur* (3), que se podia bem aprícar

(3) Salmo 90,1.

Copyrighted material

a sua viagem. E alli ouujo mjssa e mandou dizer outras muytas pollas almas delrrey e da rraynha, seus padres, e se despedio de seus ossos, que cedo avia de vijr acompanhar, e esteue oolhando, com muyta tristeza, a sepultura ajnda vazia que, em sua capella, lhe fora ordenada, sobre que disse muytas cousas, que pareciam ja rreuelaçõoes dalma e sentimento da carne que a cedo avia de pouoar, como foy. E nesta ordenança chegou a Alcobaça e assy foy dos frades rrecebido e emcomendado a Deus. E, como elrrey soube que o jfante passaua Leirea, logo mandou sobrelle corredores e outra gente de cauallo, pera que sua gente com menos licença se soltasse fazer dano.

E porem o jfante chegou a Rio Mayor, de que ha cinquo legoas a Santarem, onde teue conselho se hiria adiante como vinha, ou se enviaria seus messegeiros a elrrey, per que lhe pedisse seguridade com que, em algũa boa forma, acerca das culpas que lhe falsamente dauam, fosse ouvido com sua justiça. E os que verdadeiramente o amauam, posposta toda outra fantesia e paixam, lhe dauam muy sãao conselho, que elle nom segujo (4); porque lhe diseram que, pera hũua parte nem pera a outra, nom deuja jr mais adiante e que, asy como viera, se tornasse pera Cojmbra, porque assaz tinha comprido com sua honrra chegar aly e estar tres dias acerca de seus contrairos, que, teendo ja entam muyta mais gente e poder que elle, nunca lhe ousaram vijr teer o passo nem fazer hũua leue rresistencia, contrariando muyto todo outro fundamento e muyto mais enviarsse embaixada a elrrey, de cuja pouca hidade deziam que ja o jfante, emquanto as cousas assy andassem, nom devia fiar sua vida, em caso que, com synaaes e sellos, lha segurasse. Pois, per jnduzimentos de seus contrairos, tantas vezes e em tantas cousas lhos tinham quebrados e que mujto mais lho fariam fazer nesta, em que todo seu deseio se compria. E, aalem disso, se punha a outra perijgosa ventura, que era segujndo mais adiante e chamandoo elrrey, como a vasallo, e nom hyndo nem obedecendo logo despeiadamente, como a leal serujdor compre, cairia em rrebeliam e desobediencia crara, de que os achaques passados contra elle ficariam certas culpas com causas verdadeiras pera sua mais justificada persegujçam.

Quanto mais que, metendo seu arrayal adiante nos oliuaaes de Santarem, segundo a grande espessura delles, e derribandosse pollos camjnhos atras, ficaua de todo atalhado, sem lhe ficar soomente hũua possibilidade de saluaçam nem desposiçam de peleia. E que, quando sse quj-

---

(4) Já antes de iniciada a marcha sobre Lisboa, D. Pedro fora aconselhado pelos seus melhores servidores a não a empreender; mas preferiu seguir a opinião do conde de Abranches contra a de todos os demais (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 110).

sesse saluar, ja seria ao menos com perda da gente de pee e de toda sua carriagem, com que ficaua de todo perdido e desbaratado; e que, se peruentura qujsesse segujr contra Lixboa, com fundamento de sse lançar e segurar nella, que era maginaçam errada e certo perigo seu, porque a cidade, segundo tudo andaua rreuolto, ja nom era a madre que ho criara, segundo elle dezia e confiaua, mas que a auia dachar muy jrada e bem guardada madrasta contra sy; per onde nom ficaua poderoso de adiante nem atras se saluar, se elrrey com seus jmjgos lhe saisse nas costas, como era de creer; e que, em tanta angustia, lhe seria forçado ou pedir mjsericordia doujdosa ou rreceber morte certa e desesperada de vingança, ao que, sem extrema necessidade, se nom deuja arriscar, ao menos por rresguardo e segurança de tantos ynocentes, quantos co ele sem causa morreriam.

Aos quaaes conselhos o jfante disse: bem sento ja que estar aquj mais nom he necessareo e muyto menos hir adiante, contra Santarem, assy pollas causas e rrazõoes que bem apontastes, como principalmente porque ey por grande graueza pera mym parecer que leuamos as pontas de nossas armas contra ho lugar onde esta a rreal pessoa delrrey, meu ssenhor, a que eu sobre todos deseio melhor obedecer e mais acatar e serujr. Porem, mjnha detremjnaçam he por nhũua maneira tornar atras, mas quero me jr per este camjnho contra Lixboa, nam com esperança de me a ella acolher, porque nella nom tenho trato nem segurança, mas nom pode ser que meus jmjgos, sabendo que vou assy com muyto menos gente e poder do que agora teem, nom saiam a mym com suas valias, porque teeram posibilidade e tempo de comprir o que tanto deseiam, e mais escusaram trabalho que a elrrey, meu ssenhor, por todos rrespeitos, nom he conueniente nem necessareo. E esta soo mercee peço a Deus que seia asy, porque he a mayor que delle posso rreceber. E, se nom vierem a mym, entam chegaremos aa ponte de Loures e dali faremos a uolta, per Torres Vedras e Obidos, atee Cojmbra, onde esperaremos a ventura que vier. E espero que a rraynha, mjnha filha, e o jfante dom Anrrique, meu jrmãao, rremediem, emtanto, meus fectos, como a mjnha honrra e estado compre.

Mas esta esperança que o jfante pobricaua de seu jrmãao era pera co ella fauorecer e animar sua gente, porque, em seu coraçam, jaa tinha por certa desesperaçam, o que acabou de confirmar quando, per tres dias que em Rio Maior esteue, nom vio em seu fauor rrecado de seu jrmãao nem rraynha, em que, atee entam, muyto confiaua (5). E o que

(5) Recentemente, abordou o problema em causa BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, cujas conclusões tomamos a liberdade de transcrever: — «Afigura-se-nos viável poder concluir, em face do exposto, que o Infante

Copyrighted material

os prudentes poderam conceber de tam errado consselho e tençam como o jfante, em tal tempo e caso, segujo, nom foy saluo que, deseiando de morrer com algũu mais comprimento de sua honrra e com maior descargo de sua consciencia, qujs ante seer cometido delrrey, que parecer cometedor, e que por isso lhe deu as costas, de que mostrou algũa proua e esperiencia ho lugar em que, ao diante, foy morto e em que se alojou, onde, per tres ou quatro dias, rrepoussou, podendo se nelles liuremente saluar.

Como ho jfante partio de Rio Maior e se foy a Alcoentre e das pessoas delrrey que hy mandou matar e a causa por que.

E porem o jfante moueo de Rio Maior contra Lixboa. E a opiniam e rrumor geral era que, por trato que com algũus della tinha, se queria nella acolher e rremedear. E, comquanto esta fama era fingida e nom verdadeira, nom deixou de causar morte crua a dous mancebos de Lixboa que, por auer nelles sospeita de trato, por serem criados do jfante, foram pubrica e jnocentemente fectos em quartos e postos pollos mais publicos lugares da cidade.

Segujo o jfante seu camjnho, em sua ordenança. E, a hũa sesta

---

D. Henrique procurou, através de diversas diligências, encontrar uma solução que evitasse o choque das duas facções, muito embora a sua concepção dos problemas políticos fosse, em muitos aspectos, oposta à do Regente. Poderemos caracterizar a sua acção em duas fases distintas e bem diferenciadas. Num primeiro período, que se estende até à reunião do conselho em Santarém (Abril de 1449), observa-se um esforço constante por parte do Infante D. Henrique, não obstante as divergências existentes, no sentido de encontrar uma solução pacífica para o litígio que opunha o Infante D. Pedro à facção do Rei. Numa segunda fase, que se desenrola a partir da referida reunião, deparamos com o Infante D. Henrique inteiramente submetido à vontade régia, devido à pressão cada vez mais intensa da corrente adversa ao Infante D. Pedro, e à inflexibilidade deste antigo governante, cuja posição intransigente tornou inviável um acordo com o Monarca. Assim, em nosso entender, a presença do Infante D. Henrique em Alfarrobeira não nos autoriza a aceitar a ideia de abandono deliberado do irmão. Mostra-nos, sim, a sua obediência ao princípio de «razão de Estado» que sempre norteou inteiramente a sua acção política» (ps. 78-79).

Segundo podemos inferir da escassa documentação chegada até nós, o infante D. Henrique diligenciou harmonizar seu irmão D. Pedro com o duque de Bragança e com el-rei, como aliás já o tentara fazer com a rainha D. Leonor; não o tendo conseguido e dada a avançada da hoste do duque de Coimbra contra o monarca, o Navegador colocou-se, como era dever seu, ao lado de D. Afonso V. Sobre o particular e à míngua de melhor prova, julgamos que deve prevalecer, naturalmente, sobre as tardias e tendenciosas Crónicas de PINA e de LANDIM, o coevo e explícito testemunho de ZURARA, no capítulo 43 da *Crónica da tomada de Ceuta*, exarado em nossa nota 1 ao presente texto e no qual BAQUERO MORENO não reparou.

feira, dezaseis dias de mayo, chegou ao lugar dAlcoentre, em que dos ginetes e corredores delrrey foy sempre segujdo e persegujdo, dizendo em altas vozes contra elle, que as ouvia, palauras torpes e muy feas, chamandolhe treedor, tirano e falso ypocrita, rroubador do pouoo, com outras vilezas e fealdades a estas conformes, das quaaes o jfante sempre emcomendaua aos seus que se nom anojassem nem lhes rrespondessem. E porem elle, em as ouujr, rrecebia em sy muita door e grande sentimento, especialmente porque as bocas daquelles per que tantas torpezas contra elle saiam ja lhe muytas vezes beijaram as mãaos, por honrras e merçees que delle rreceberam.

E, como alojou ali seu arraial, coube a guarda da erua e lenha a Ayres Gomez da Silua, sobre que vieram logo corredores da gente delrrey, trauando co elles e procurando escaramuças, com desejo da gente do jfante se desmandar pera algũu seu dano. E co estes rrebates que na guarda se faziam veo noua ao arraial que Ayres Gomez com sua gente era dos delrrey cercado e posto em grande afronta. A que o conde dAbranches, com grande trigança, logo saio e co elle quasi todollos do arraial, nom guardando algũua rregra em sua saida, antes, com muyta deshordem e desmando, rromperam per muytas partes ho palamque e deram com muyta força nos corredores, de que algũus delles, achandose atalhados, querendosse saluar, cairam em hũu grande tremedal e lagoa, de que nom poderam sajr, onde, antre mortos e presos, ficaram logo atee trinta. E os viuos leuaram logo ante ho jfante, antre os quaaes o principal era hũu Pero de Castro, fidalgo e criado do jfante dom Anrrique, a que o jfante dom Pedro disse: oo maao, emgrato e treedor, assy como per tua boca sairam oje tantas vilezas, com que tam falsa e desauergonhadamente magoauas mjnha pessoa e estado, como tambem nom entraram em tua memoria as muytas honrras e merçees que de mym, tam poucos dias ha, rrecebeste, pera as leixares de dizer e contentaras te de me fazer mall com tuas mãaos, ca pareceram, por tua escussa, que eram forçadas doutro mando e ssenhorio mayor, e nam com a lingoa com que cujdauas que me escandalizauas os ouujdos, e tu feriste me no coraçam. Certamente a morte com que logo acabasses ajnda seria aaquem da culpa que teens e pena que mereçes. E entam, com hũu paao que tijnha na mãao, lhe deu per cima da cabeça, e sobre esta pancada ouue logo dos que eram presentes tantas feridas, de que logo morreo (6). E, dos outros,

---

(6) Este D. Pedro de Castro, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, era irmão de D. Alvaro de Castro, D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Fernando, D. Fradique de Castro, D. Diogo de Castro e de duas senhoras matrimoniadas com fidalgos galegos (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., livro 1, pg. 145-47, 350 e 352-53). D. Pedro de Castro fora um dos capitães das galés da conquista de Ceuta em 1415 (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Ceuta*, caps. 36

hũus mandou o jfante logo degollar e outros emforcar, segundo a condiçam das pessoas que eram.

Aquelle dia escapou, por grande ventura, Gonçalo Rodrjguez de Sousa, que era capitam dos jenetes, e assy algũus outros, a que valleo a bondade de seus cauallos, porque atee ho lugar de Ponteueel, lhe segujo o conde ho encalço, e dalli, temendo algũua volta de gente fresca e mais poderosa, se tornou pera o jfante. Com a morte destes homens nom foy menos a toruaçam e desmaio no arraial do jfante, do que foy aluoroço e jndinaçam contra elle em toda a corte delrrey, a que as nouas chegaram logo, de nocte. Porque a mais da gente do jfante, veendo tamanha crueza, julgaramna por craro rrompimento contra elrrey e, temendo a pena da culpa em que, por isso, emcorriam, pungidos da lealdade que nom podiam emcobrir, mostrauam em suas caras hũua publica tristeza que de seus corações daua muy certos synaaes de fraqueza, com que muyta gente, especialmente de pee, logo aquella nocte, fogiram do arraial e, per serras e veredas, como melhor podiam, se tornaram a suas casas. Ao que o doctor Aluaro Affonso, com hũua publica falla que a todos sobrisso fez, qujsera rremedear, mas nom aproveitaua (7).

Como elrrey proueeo e segurou a cidade de Lixboa, pera o jfante se nom rrecolher a ella.

E, como elrrey foy certeficado da hida do jfante a Lixboa, rreceoso de seer com fundamento dalgũu trato que nella teuesse, mandou logo, per

---

e 50). Casou em 1424, sendo criado do infante D. Henrique, com D. Teresa de Vasconcelos, data em que lhe prometeu o Navegador, em dote, 5.000 coroas de ouro e lhe deu, entretanto, as suas terras patrimoniais de Benviver, Sul e a quinta de Reriz, no julgado de Lafões (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 3, DOCS. 44 e 45), as quais ficaram definitivamente nos Castros almirantes do reino, em senhorio, desde o dito D. Pedro, avô de D. João de Castro, até os condes de Resende do século XVIII, como tivemos oportunidade de ver no arquivo da Senhora D.ª Maria Eça de Queirós, em Santa Cruz do Douro, e consta também de documentação do Arquivo Nacional (Cfr. por ex. *Além-Douro*, liv. 1, fl. 187). Em 26 de Setembro de 1443, o regente D. Pedro doara ao referido D. Pedro de Castro, do conselho régio, todos os bens, com pequena excepção, do morgadio de D. Afonso de Cascais e de sua mulher D. Maria de Vasconcelos havidos de João Mendes de Vasconcelos, por estes se haverem homiziado em Castela com a rainha D. Leonor (Cfr. *Monumenta Henricina*, vol. 7, DOC. 58). Supomos que a esta mercê se reporta aqui o cronista PINA.

(7) A grande maioria da hoste do duque de Coimbra havia sido recrutada, como já observou BAQUERO MORENO, nas terras do ducado e boa parte compelida pelo infante a acompanhá-lo contra el-rei; pelo que este teve depois o facto em consideração, indultou alguns desses provincianos e lhes manteve os bens que possuíam, como consta de diplomas régios, aduzidos já pelo citado autor (*O Infante D. Henrique Alfarrobeira*, ps. 76-78).

mar e per terra, muytos fidalgos e outra gente, que a guardaram e seguraram a seu serujço. E moueo logo de Santarem contra o jfante, com muyta e muy fermosa gente que, segundo a sentença dos que o melhor deujam saber, antre de cauallo e de pee, fariam numero de trinta mjl homens de pelleja que, segundo as memorias dos que a viam, foy a moor soma de gente darmas que atee entam neste rregno se ajuntou. Foy elrrey conselhado que nom apressasse suas jornadas, asy por melhor trato e alojamento de suas gentes, como porque, teendo a cidade segura, quanto o jfante mais a ella se chegasse, tanto se despunha a mayor perijgo, pollo dano que dos moradores della, allem dos delrrey, podia rreceber.

Como o jfante partio da Castinheira e se foy alojar no rribeiro dAlfarrobeira.

E ho jfante, seendo no campo junto com ho lugar da Castinheira, foy avisado que elrrey era ja de Santarem contra elle partido. E, porque o lugar em que stava era campo devasso e sem desposiçam de se poder defender, e muyto menos de rresistir, principalmente porque a gente nom leixaua, cada dia, de lhe fogir, leixando ja algũua parte de sua fardagem, partio hũu domjngo com voz de se hir a Lixboa, em que naquele dia queria entrar. Mas isto se fingio assy por tall, que a gente, na esperança de se saluar, fosse com elle e nom lhe fogisse mais; e, ante do meo dia, se alojou logo aallem dAluerca, em hũu rribeiro que se diz dAlferroubeira. E ho asento de seu arraial, na maneira em que staua, foy daquelles que nas cousas da guerra tinham boom conhecimento muyto louuado; porque avia nelle desposiçam natural e arteficial pera poucos se defenderem a muytos. E alli ouue o jfante por melhor esperar sua ventura e nom segujr auante, assy porque foy logo avisado da guarda de Lixboa, que de todo estaua hirada contra elle, como porque tinha ajnda esperança que quando elrrey sobre elle chegasse e o visse, que teeria lembrança de quanto serujço lhe fezera e nom se squeceria doutros muytos seus merecimentos, com que lhe fezesse algũu boom e seguro partido. E que, pera outros lho lenbrarem e fazerem fazer, nom acabaua de desconfiar do jfante dom Anrrique e doutros muytos, a que ja fezera honrra e mercee. E, quando isto assy nom socedesse e ho rrompimento nom se escusasse, que ao menos tinha escolhido lugar onde, como princepe, acabaria e nam sem algũua sua vingança.

E aly esperou elrrey, que logo, aa terça feira, vinte dias de maio, polla manhãa, chegou sobre elle e mandou asentar seu arraial, de que o jfante ficou de todo cercado. E, em vindo elrrey com suas batalhas pera chegar ao jfante, o conde dAbranches saio e foy veer sua gente, de cuja soma, gentileza e percebimento foy muyto maravilhado e, em

voluendo, como quer que, de praça, pera esforço dos seus, mostrasse e disesse o contrairo, porem ao jfante nom emcobrio a verdade, a quem desenganou da pouca esperança que em sua rresistencia e forças devia teer. E algũus diseram que o conde pedira e rrequerera ao jfante, vista a desigual comparaçam que avia dhũus a outros, que soo se fosse e saluasse e o leixasse com sua gente ali. onde folgaria acabar, por seu serujço, e que o jfante nom qujsera.

Mas, o que mais verdadeiramente, acerca desto, se deue creer he que o conde, polla certa sabedoria que tinha do proposito do jfante, que era morrer, e pollo consagramento que ambos por isso tinham fecto, nom lhe cometeria nem ousaria cometer tal cousa, em que ao menos ficaua o jfante, por fe, perjuro e fraco.

Como elrrey chegou sobre o arraial do jfante dom Pedro e como, por acaso e sem deliberaçam, se seguio sua morte.

Elrrey trazia ja detreminado, por aquelle dia em que sobre o jfante chegou, nom ho cometer nem lhe dar combate algũu, e dizem que com algũu fundamento de bem pera o jfante. E porem, per seus tronbetas e rrex darmas e arautos, mandou, em torno do arraial do jfante, dar espantosos pregões, mandando a todallas pessoas que com elle eram que logo, sob grandes penas, com suas armas o leixassem e se viessem a elrrey. Ao que nhũu dos do jfante obedeceo, antes do arraial delrrey se lançaram com o jfante, pollo amor que lhe tijnham: Fernam dAfonseca, seu criado, alcaide de Lixboa, que, por este caso, saio despois de seu sisso e asi acabou, e Joham Vogado, que despois foy escpriuam da fazenda delrrey, e estes escaparam, e Rodrigo dAuelos, boom caualeiro, e hũu Gonçalo Fernandez, que fora corregedor da corte, que ambos ali morreram. E, no trautamento que, neste dia, sem mandado delrrey nem de seus capitães ouue dhũua gente com a outra, de que sse segujo a morte do jfante e do conde dAbranches, ouue muytas opynjões. Porem, aquella que os de moor autoridade afirmaram he esta.

Andando as gentes dhũua parte e da outra proueendo suas necessidades, buscando os cercados do jfante maneiras pera sse defender e os mais delrrey pera offender, aconteçeo que certos besteiros da gente delrrey tomaram hũua emcuberta e se meteram escondidos em hũu aruoredo que sobre agoa hy estaua, donde, sem serem vistos, faziam tiros aos do arraial do jfante, de que algũus desauisadamente caiam mortos e feridos. E Aluaro de Brito Pestana, que tijnha entam cargo dos espingardeiros delrrey, lhes mandou outrossy que, dhũu cabeço em que stauam, tirassem aos do jfante, em que se fez algũu dano. E o jfante, vendo começos de tanto mal, pollo em algũua maneira desujar, mandou poer

fogo a algũuas bonbardas que trazia emcarretadas e que tirassem aos do cabeço, de que cria que o dano rrecebido procedia; donde, por maao tento e pouco rresguardo dalgũu bonbardeiro dos do jfante, saio a pedra dhũua bonbarda, que foy dar junto com a tenda delrrey, sobre que muyta e nobre gente logo acodio, cujdando que na pessoa delrrey fezera algũu dano, como pubricamente se disse, o que nom fez.

E porem, foy por isto tanto alvoroço na gente delrrey e com tamanha jndjgnaçam contra o jfante e os seus, que logo, sem outro mandado nem rrepartida ordenança de peleja, como se esperaua, guyados soomente de sua sanha, deram muy fortemente no arraial do jfante e o rromperam e entraram per muytas partes, cuja gente e polla mayor parte a de pee, nom podendo soffrer tanta força com tamanho medo e perijgo, esquecidos do emparo e defessa do jfante, o leixaram e começaram de tomar a fogida, por sua saluaçam. E o jfante, vendo tamanha afronta, andando a caualo, se pos logo a pee com leues armas, socorrendo aos lugares de moor necessidade e fraqueza com grande esforço, o qual, por armas defenssiuas, trazia soomente vestida hũua cota de malha e, em cima, hũua jornee de velludo cremesym e na cabeça hũua cerujlheira.

E, veendo elle que sobre a parte de sua estancia, que era ja rrota, rrecrecia a moor afronta de peleia, acodio ali com muyta trigança e ousadia, por que, em caso que a vil gente lhe fogisse, nom falleçeram outros muytos boons que, com esforçados corações, offerecendo ja suas vidas aa morte, sostinham e defendiam sua querella, tanto quanto a suas forças era possiuell. E, como quer que o jfante dalgũus caualleiros de sua guarda fosse rrequerido que sse rretraesse, aconselhados da força e multidam da gente que viam contraira, a que nom podia ja rresistir, elle o nom qujs fazer, antes com sua cara esperta e segura, posposto todo medo e perijgo, rrompendo per sua gente, em que ja via muytos mortos e feridos, seguyo adiante e nam com ouciosidade de seu braço dereito, com que, segundo testimunho dos que o viram, allem doutros que feria brauamente, dous escudeiros, per força de seu ferro, ficaram alli mortos.

E, andando o jfante assy rreuolto nesta pelleia, foy nos peitos ferido dhũua seeta, que lhe atrauessou o coraçam, de que, a poucos passos e menos oras, caio logo morto, sem antes nem despois rreceber outra ferida. E o beesteiro que o ferio bem foy conhecido e avido por assaz deestro em seu officio; o qual com outros de seu mester, segundo fama, foram em especial pollos jmjgos do jfante escolhidos e ordenados contra elle, pera mais cedo abreujarem sua morte. A qual elle rrecebeo com sinaaes de verdadeira contriçam e grande arrependimento de seus pecados, que deu piedosa esperança da saluaçam de sualma. Pollos quaaes synaaes, o bispo de Cojmbra, que sobre elle logo acodio, ho asolueo, em lhe alma sajndo da carne. Porque nom ouue tempo de confissam,

que elle, nas derradeiras palauras de sua vida, aficada e deuotamente pedio (8).

E porem elle, no mesmo dia, fora confessado e asolto e fezera em seu testamento, que deixou, algũas adiçõoes, per que craro pareceo que acabou como sempre viueo, catolico e boom christãao e leaal vassalo e serujdor delrrey, em hidade de cinquoenta e sete annos.

Como o conde dAbranches tambem logo foy morto e como acabou como esforçado caualeiro e do que se mais segujo no cabo da batalha (9).

E o conde dAbranches, andando a cauallo em outra parte do arrayal, proueendo e rresistindo em sua estancia, como boom e ardido caualeiro, a muytas afrontas que o persegujam, hũu moço chegou a elle e, chorando, lhe disse: ssenhor conde, que fazees, porque o jfante dom Pedro he morto? E o conde, comquanto esta embaixada era da morte que, sem escusa nem dilaçam, desaffiou logo sua vida, elle, com a cara segura e o coraçam esforçado, disse ao moço; calate e aqui o nom digas a nenguem e, co jsto, ferio rrijamente o cauallo das esporas e foysse decer em seu alojamento, onde, sem algũua toruaçam, pedio pam e vinho, de que, por esforçar mais seu esforço, comeo e bebeo algũus bocados e tomou suas armas, pera co ellas honrrar sua sepultura, que era a terra em que auja de cajr.

E saio a pee pollo arraial, que de todallas partes era ja entrado e vencido. E, como foy conhecido, logo os delrrey, hũus sobre os outros, carregaram sobrelle, cometendoo de todas partes, pera o matar. Mas elle logo, com hũua lança, que lhe cortaram, e despois com sua espada, os feria e escarmentaua, de maneira que os que a primeira vez o cometiam, de mortos ou feridos, nom volujam a elle ha segunda. E assy pelejou hũu grande pedaço, como muy vallente e acordado caualeiro, nam sem grande espanto dos que o viam, trazendo as mãaos e todas suas armas cheas nam de seu sangue, mas de muyto alheo, que spargeo. Porque, emquanto andou em pee e se pode rreuoluer, nunca sua carne rrecebeo golpe que a cortasse.

---

(8) Sobre este passo cfr. o nosso DOC. 86, de 13 de Outubro seguinte, e a respectiva nota.

(9) Sobre o conde de Avranches ou Abranches, D. Alvaro Vasques de Almada, além das Crónicas de ZURARA, PINA, LANDIM, ACENHEIRO e DUARTE NUNES DE LEAO, cfr. B. FREIRE, *Brasões*, livro 3, ps. 270-73 e os documentos que publicámos e anotámos em *Monumenta Henricina*, vol. 2, DOC. 51; vol. 3, DOC. 113; vol. 6, DOC. 211; vol. 7, DOCS. 46, 63, 77, 99, 110, 114 e 137; e vol. 9, DOCS. 179 e 211.

Copyrighted material

E, emfim, vencido ja de muyto trabalho e longo canssaço, disse, em altas vozes: oo corpo, ja sento que nom podes mais, e tu, mjnhalma, ja tardas. E co jsto se leixou cajr tendido no chãao; e hũus dizem que disse: ora fartar rrapazes; e outros: ora vingar, villanagem. Cujo corpo, que ja nom rresistia, foy logo de tantos golpes ferido, que em breue despedio a alma de sy, pera hir acompanhar a do jfante, como lhe tinha prometido. E ally hũu seu amjgo, que nom vsou do que devia, lhe cortou e leuou a cabeça, com que a elrrey foy pedir acrecentamento e honrra de caualaria, e o tronco ficou no chãao, fecto em pedaços, atee que, per rrequerimento de Joham Vaasquez dAlmadãa, seu jrmãao bastardo, que era veedor delrrey, ouue logo emterramento no campo e, despois, sepultura honrrada.

E os outros fidalgos e nobre gente que eram co jfante, vendo tam craro seu destroço, cada hũu desemparou a defesa das estancias que lhe foram emcomendadas e, como desesperados das vidas, nom lhes fallecendo o coraçam e acordo pera vingarem suas mortes, se soltaram pollo arraial, aa ventura que se lhes offereçesse. E, emfim, de mortos, feridos ou presos, nom escapou algũu. E dos principaaes da gente do jfante morreram alli Ioham Mazquarenhas, alferez do jfante, e Lujs Gomez da Grãa, que leuaua a bandeira de dom James, e hũu seu jrmãao, e Diego Peixoto e Rodrigo dAuellos e outros caualleiros e escudeiros de boa sorte e foram muytos feridos. E, da parte delrrey, morreram, principaaes: Ruy Mendez Cerueira, apousentador moor delrrey, e Fernam de Saa, alcaide moor do Porto, e Joham Rodrjguez Toscano e assy algũus boons, com outra gente de baixa condiçam, que fariam numero de atee vinte e cinquo.

Da maneira que se teue com o corpo do jfante dom Pedro e como foy vilmente tratado e soterrado (10).

O corpo do jfante jouue todo aquelle dia sem alma descuberto no campo, a vista de todos. E, sobre a nocte, ho lançaram homens vijs sobre hũu paues e o meteram hy logo em hũua pobre casa, onde, antre corpos ja vazios dalmas e fedorentos, jouue tres dias, sem candea nem cubertura nem oraçam que por su alma pubrica se disesse nem ousasse de dizer. O que foy grande prasmo e vitoperio da casa rreal, porque a honrra e acatamento que ali se devia ja nom era do jfante morto sem sentido, mas era propria dos viuos que lha fezessem. E da principal culpa de sse isto assy fazer elrrey, por sua mocidade e poucas esperiencias passadas, foy justamente emtam rreleuado; mas foy atribujda aos

(10) Cfr. o DOC. 166 e a nota 1 do mesmo.

velhos e principaaes da corte, jmjgos do jfante, per que elrrey, naquelle tempo, em tudo se gouernaua.

Porque, como lisongeiros e bafeiados da fortuna, lhe faziam creer que esta fora batalha perigosa e campal e de grande honrra sua, em que, por synaaes de vitoria e triunfo e por exalçamento maior de seu estado e por cerimonja acustumada, convinha jazerem asy os corpos no campo da rrota das vidas e sepulturas priuados, anjchilando, em comparaçam desta, a famosa batalha de Tesalia, em que Julio Cesar venceo Pompeo, e a de Canas, em que os rromãaos foram dAnibal, com tanto estrago, vencidos. E isto nom sse fazia por honrra nem estado delrrey, pois craramente era magoa de sua coroa e pubrico abatimento de seu sangue, mas ordenauanno assi seus jmjgos, por acrecentar no cume da desordenada vingança (11).

49

20 MAIO - 6 DEZEMBRO 1449 (1)

Memorando enviado por el-rei D. Afonso V ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e morte do infante D. Pedro, seu tio (2).

---

(11) Sobre Alfarrobeira podem ver-se: FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, ps. 64-70 e a bibliografia ali aduzida; BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique* cit. e as fontes respectivas; A. F. BARATA, *Vesperas de Alfarrobeira;* MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia;* COSTA LOBO, *Dolorosa tragédia dos Inclitos Infantes Filhos de D. João I;* OLIVEIRA MASCARENHAS, *A traição de Alfarrobeira;* ELAINE SANCEAU, *O Porto nas vésperas de Alfarrobeira;* e, finalmente, os documentos atinentes do presente volume de *Monumenta Henricina.*

(1) O presente documento, não datado, deve situar-se entre a morte do infante D. Pedro em Alfarrobeira, ocorrida a 20 de Maio de 1449, e o primeiro discurso do deão de Vergi, proferido em Évora a 6 de Dezembro seguinte. A fiarmo-nos na asserção de PINA, poderiamos localizá-lo, porventura, em Maio ou Junho do referido ano: — «E por que esta morte do jfante, nos rregnos e terras estranhas, parecesse justa (aqui, no códice que seguimos, riscadas algumas palavras, que parecem dizer «e se cobrassem as causas della») logo, em Lixboa, formaram os jmjgos do jfante hũua jnstruçam contra elle, assaz fea e muy defamatoria, que elrrey, por escusa e justificaçam de sua morte, enviou, per seus mesegeiros, ao papa e algũus princepes christãaos» (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 129, segundo o cód. 358, *Livraria*, do ANTT., fls. 135 v.-36).

(2) Dos factos da regência do infante D. Pedro temos duas versões coevas: uma do próprio regente do reino, ou seja a sua carta de 30 de Dezembro de 1448 ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, — O DOC. 211 do nosso vol. 9; a outra, de el-rei D. Afonso V, — o presente Memorando.

BNL., *Colecção Pombalina*, cód. 443, fls. 85-89 v., em cópia do século XVII, em papel, — donde se reproduz; ANTT., *Livraria*, cód. 1163, fls. 357 e ss., em cópia do século XIX, em papel, em códice que leva na lombada os dizeres: «Varias materias pertencentes ao tempo dos Reys D. Affº. 5 e D. João 2º.», e, dentro, o «ex-libris» do visconde de Santarém; e *Livraria*, Ms. 44, fls. 7 v. e ss., em cópia do retrocitado visconde, feita no Rio de Janeiro em 1818, cujas anotações transcrevemos.

Publicado por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, ps. 31-39, segundo a primeira fonte citada, o qual também aduz a segunda fonte e comenta o documento. Sumariado no *Quadro elementar*, t 1, p. 348.

Crença delrrey dom Affonço o Quinto de Portugual pera elrrej de Castella sobre a morte do jfante dom Pedro, que foy morto na batalha dAlferrobeira (3).

Affonço Perejra. Direes ao mujto alto e muj excellente, poderoso princepe elrrej de Castella, nosso mujto amado e prezado tio e jrmão e amigo, que, por morte delrrej, meu senhor e padre, que Deos haja, fiquamos de idade de sete annos. E porque no seu solene testamento, que logo no dia seguinte, a requerimento de todolos tres estados, foy aberto e pruuicado, se continha que a rrajnha, minha senhora e madre, de piadosa lembrança, como nossa titor, nos criasse e tiuesse regimento e aministração comprida de todas nossas cousas, os jfantes dom Pedro e dom Amrique, meus tios, e os condes, prelados, fidalgos e pouos que presentes erão o tiuerão por bem, jurando e prometendo primejro os ditos meus tios, desy todos os outros de o ter e manter, porque concordaua com as leis imperiaes, que outorguarão as titorias dos filhos as viuuas e onestas madres, e com os foros dEspanha e antiguas vsanças e ordenações, praticadas em nossos rrejnos (4).

Mas, o jfante dom Pedro, que, de longo tempo, tinha hum mujto agudo e desordenado dezejo de reger estes rrejnos, por qualquer arte ou industria que podesce, o qual dezejo trazia escondido sob aquellas falças cerimonias de fengida obediençia, do que os auizados homens, dando lugar aos tempos, usar soem, uendo o falecimento do dito senhor rrey e as outras circunstancias, descobrirão o que ha muito tempo emcuberto trazia, dizendo a alguns prelados de que confiaua que tal carrego nom pertencia ha dita senhora rrainha, por ser molher, e que, pois ao homem

(3) Aqui, no citado manuscrito 44, o visconde de Santarém anotou: — «Esta crença pertence ao seu lugar competente no 2.º vol. das Embaixadas e Negoc. do Sr. D. Affonso 5.º que escrevi».

(4) Cfr. PINA, *Crónica cit.*, cap. 3.

Copyrighted material

pertencia, que deuia pertençer a elle, por mujtas rezões que alleguaua, emduzindo a esto aquelles que ligeiramente emduzir presumia e temtando outras que, pero comestantes parecescem, por promessas e por outras forçosas artes poderiam ser demouidas.

E, como quer que tiuescem prometido e yurado de ter e manter o testamento do dito senhor rrey e dello foscem protestações feitas e filhados pubricos estromentos, depois que, por suas praticas e sotis induzementos, se trabalhou de inclinar a este seu preposito os que presentes erão, como dito hauemos, escreueo cartas e emuiou recados as cidades e villas principaees destes rrejnos, cuja conclusam era que lhe prouguesce, sem embarguo do dito testamento, ordenar e procurar que elle fosce nosso titor, regedor de nossos rreynos. E, sendo os principaes prelados, fidalguos e pouos aiuntados em cortes, foy uisto e examinado o dito testamento; e porque, segundo as forças e clausulas delle, nom podião tolher aa dita senhora minha madre a nossa titoria com o regimento de nossos rrejnos sem manifesta injuria e offensa sua, foy determinado, em as ditas cortes, com acordo de meus tjos, que a dita senhora rrajnha fosse nossa titor. E pera satisfazer, em algũa parte, a desordenada cobiça do dito jfante dom Pedro, lhe foj dado e outorguado que fosce defensor de nossos rrejnos e ajudador a reger em certa maneira com ella; a qual determinação foy firmada e jurada por o dito jfante dom Pedro e jfante dom Amrique e duque de Braguança, meus mujto amados e prezados tios, e por os condes, prelados e fidalguos e pouos (5). Mas elle, que mais juraua com tenção de periurar, segundo os feitos depois mostrarão, que de manter o juramento, nom habastando a sua incessa cobiça as autoridades e poderes que lhe outroguados erão, posto que entonce mostrasce algum fengido contentamento, começou logo secretamente trautar com aquelles fidalguos, prelados e cidadãos que, indozidos e praticados tinha com dadiuas e merces que lhe fazia do seu e larguas promesças que lhe prometia do nosso, que todauia tiuescem manejra de lhe ser dado o rregimento do rrejno.

E, porque entendeo que em alguns acharia resistencia e que as leis dos mayores, a onestidade e as claras uirtudes mujtas uezes escondem os seus rrayos na presença da armada força, asj que a impresom do forçoso medo a mujtos faz dezemparar a constancia, esquecidos os iuramentos feitos, pospostas as honestas regras da obediencia que a nos deuia, deixada toda humanidade, iuntou gentes darmas e uejo assj poderoso com ellas as cortes que, pera conseguir seu preposito, fez fazer em esta cidade de Lixboa, que os grandes, com reçeo, e os pequenos, com medo, lhe nom ousascem nem podescem contradizer o que ligeiramente acabou; porque

(5) Cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 6 e *Crónica cit.*, caps. 10 e ss.

alguns, pello recebido, outros, por hi prometidos beneficios, inclinados, e mujtos por auitar majores escandalos e conhecendo que o seu contradizer nom prestaria, lhe outroguarão todos, ascj a desuairadas fins, o regimento de nossos rrejnos com a tjtoria e ministração de nossos beens e pesçoa, quebrantando em ello as leis imperiaes, que outorguarão, como dito auemos, a criaçam dos filhos as honestas madres, rompendo o testamento do dito senhor rrej, menosprezando os foros dEspanha e as ordenações nossas antiguamente praticadas, offendendo a dita ssenhora rrainha, em lhe ser tirado forçosamente o regimento de nossos rreynos, que lhe, por tantas manejras e tam justa lej, era deuido (6).

Mas elle que, por tiranja mais que por justiça, per[a] tal carrego era emlegido, como foy apoderado do rreyno, começou de preseguir e maltratar os boons e singularmente os seruidores da dita senhora rrainha, e [a] algũs tiraua os boons officios e os daua aos seus, outros prendia [e] contra rezam e direjto atromentaua, outros mandaua justiçar e degradaua, em tal guisa que os boons, ausentados ou amedorentados, lhe nom empecescem nem ousascem reprender seus maos feitos. E porque o tyrano naturalmente auorresce os uirtuosos e com major rezam aquelle que, sub speçie de justiça, com falças mostranças de fengida religião, prometendo liberdade, tjraniza os sobjeitos, tam injuriosamente e tam offensiuamente tratou a dita senhora rrajnha, que lhe conueyo, por necessidade, partirse de sua presença e conuersaçam pera hũa villa alongada da corte, cujdando aly achar algum repouso (7).

Mas aquelle a que non era asas de a uer ausentada da corte se a non visse fora do rrejno, dezejando mais de a degradar da villa que da terra, ajuntou gentes darmas e foy poderosamente contra a villa do Crato (8), onde a dita senhora rraynha estaua, pera lhe poer cerquo e a filhar por força e a prender ou matar, se poruentura se defender quisesce, aluora-

---

(6) Cfr. o DOC. 15 do nosso vol. 7 e a *Crónica retrocit.*, caps. 32 e ss.

(7) Cfr. os DOCS. 113-17 do nosso vol. 7 e os caps. 55 e ss. da referida Crónica. Neste lugar, anotou o visconde de Santarém: — «Para se ver o modo com que se achão machiavelicamente encobertas aqui as razoens que o Infante teve em obrar assim, as quaes El Rey não declara neste recontamento justificativo, basta ver, para se formar huma ideia ajustada, o 1.º volume das Negociaçoens e Embaixadas do Reynado do Sr. D. Affonso 5.º que escrevi guiado pela chronica comtemporanea etc. e que comprehende a Regencia do dito Infante D. Pedro». Coevo dos acontecimentos, o soberano de Castela e destinatário da carta, conhecia sobejamente aquelas razões. A que «Crónica contemporânea» e obra sua aludirá aqui o visconde de Santarém?

(8) Do citado visconde: — «E porque foi contra o Crato? Estas razoens occultão os redactores da Carta de crença, porem ellas forão bem notorias. Vid. a mesma dita obra, T.º 1. Regencia do Infante D. Pedro». Sabido que o ataque de D. Pedro ao Crato foi motivado pela invasão castelhana do nosso país, seria desnecessário e menos curial aludir aqui às razões, demasiado conhecidas do rei de Castela.

çando o pouo contra ella de tal guisa, que lhe foy necessario, nom achando remedio nem repairo em toda nossa terra, de se hir pera fora do rrejno onde a nunqua lejxou de preseguir, emquanto pode (9); e, como quer que ella, com desejo de nos uer, quisesce tornar, nunqua elle quis consentir partido algum (10) por que ella uiesce nem de suas rendas e terras lhe fosce dada alguma parte, ante, como se partio, sua camara foy logo roubada e suas rendas tomadas, ho que contra honestidade era; se algũs seus lhe faziam seruiços ou lhe escreuião, logo lhes tomaua os beens e os atromentaua, como se fossem tredores. E, acabando ella como acabou, como Nosso Senhor Deus ordenou seus derradeiros dias, nom cesçou de obrar mais continuadamente, usando soltamente, nom como titor, mas como senhor, fazendo mujtas grandes cousas sem conselho e dando terras e castellos da nossa coroa sem tendo poder pera o fazer, outrogando denidades e grandes offiçios, de guisa que todas as majores cousas do rrejno e a mayor parte das fortalezas, dinidades e aministrações forão postas nas mãos dos seus.

E porque jurou de nos leixar e entregar nossos rrejnos, como cheguascemos a idade de quatorze annos (11), ascj e tam compridamente como o tinham os uirtuosos rreis meu auoo e padre, que Deus haja em sua groria, tendo elle uontade de perpetuar este seruiço per algũa honesta mostrança, nom podendo auer despensação do dito juramento, teue tal pratica e manejra, mostrando que o fazia per Nosso Senhor, que em hum dia nos leixasce o dito rregimento e loguo no seguinte dia lho tornasemos. E nos lho outorguamos asy que o tiuesce de nossa mão emquanto a nos prouuesce por segurança nosça, que em tal guisa tinha, per manejra que dito auemos, o rrejno na mão, que nos conuejo de o consentir (12); mas, como chegamos a ydade de dezasceis annos e meyo, uendo como se asenhoreaua do rreyno, deuasando a justiça e destroindo a fazenda, aleuantando e abaixando aquelles que lhe aprazia, contra rezam, e esto a [fim] de rejnar, como se depois mostrou, lhe demandamos que nos leixasce o regimento do rrejno, porque nos prazia de o reger, como era rezam (13).

E depois de mujtas contendas, nolo leixou, com asas ma mostrança e descontentamento. E nos, porque quiseramos buscar asesseguo de nossos subditos e comprar a paz com os danificamentos que ja reçebidos auiamos,

---

(9) Cfr. o DOC. 119 do supracitado vol. 7.

(10) Observa aqui o visconde: — «Diria melhor a Nação hé que não quiz, porque havia feito marchar gente armada castilhana contra o Reyno. Vid. T. 1.° da mesma obra Regencia do Infante D. Pedro».

(11) Nas cortes de Torres Novas de 1438 (Cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 6).

(12) Cfr. os DOCS. 72, 78 e 81 do nosso vol. 9.

(13) Cfr. os DOCS. 159 e 211 do retrocitado volume e a *Crónica cit.*, caps. 86 e 88.

posto que soubescemos que muj grande soma de dinhejros, a seu prazer, sem alguma necescidade e ainda em nosso desseruiço, despendera ou guardara, de todo lhe demos quitação muj liuremente e nom lhe quisemos demandar rezão das imensas despesas, por seu imaginado interesce mais que por nosso seruiço ordenadas, nem as injurias e offenças da dita senhora rrainha, que a nossa honra e pesçoa tanto pertencia, nem as mortes, tormentos, desterros de seus seruidores; mas todo quisemos pospoer, cujdando, com nosa paciencia, molificar a sua dureza, usando com elle de tal clemencia e piedade que, sem offença da justiça, nom sabemos como se podesce mayor dizer (14).

E de hj, por lhe fazermos singular merçe, lhe outorguamos e confirmamos todas as terras e tenças que de nos hauia, com aquello que lhe foj acrecentado por ser nosso titor, lhe fizemos graciosamente quanto nos requereo; mas, porque se chegaua o tempo da execução da diuinal justiça, com ceguo juizo e desobediente uontade, coração emduriçido e imdinado, esqueceo a piadade que delle oueramos e as merces que lhe ascj fizemos e começou de açalmar e basteçer seus castellos e ajuntar sua gente darmas, mostrando que fazia este precebimento pera offender o duque de Braguança ou pera se defender delle, se comprisce, porque o hauia por seu imigo. E nos, como quer que soubesemos que tal ajuntamento principalmente era feito contra noos, por nom sentirmos antre elles outras abastantes causas de imizade, nos quizemos antrepoer. E mandamos ao jfante dom Amrique, meu tio, que, de nossa parte, os indusisce e prouocasce a concordia. E, depois de mujtas contendas, detreminamos de os fazer amigos, a qual detreminação, com as clausulas da concordia e amizade que ascj antre elles fezemos, em que asas consiramos a honra e auantajem do dito jfante dom Pedro, foy por nos ascinada e sellada de nosço sello e ascinada per suas mãos delles (15) e aselladas dos sellos das suas armas (16).

Mas, posto que o jfante ascy leixasce, segundo a mostrança de fora, nom leixou porem as gentes nem armas nem os aparelhos de guerra que prestres tinha nem desuestio a indinação que no coração trazia nem prepozito de proseguir o que ascj contra nos imaginara. E, sabendo elle como o duque de Braguança uinha, per nosso mandado, a nosça corte,

---

(14) Cfr. o DOC. 185 do citado volume.

(15) Anotação do visconde que, pelo visto, não conhecia ou não tinha presente o texto da concórdia em referência: — «Esta Concordia hé mui necesaria, talvez a traga D. Antonio de Souza, no volume das Provas pertencentes ao dos Duques de Bragança».

(16) Cfr. o DOC. 208 do nosso vol. 9 e a citada *Crónica*, cap. 93, onde, por sinal, PINA não alude à interferência do infante D. Henrique, bem claramente aduzida no documento retrocitado e pelo cronista resumido.

Copyrighted material

pera nos seruir no que ordenascemos, e a desposiçom dos caminhos era tal, que lhe conuinha pasçar per suas terras, se moueo com as ditas gentes darmas contra elle, dizendo que queria embarguar sua uinda e que nom consentiria que paçasce por sua terra, no que mostraua que amizade que com elle fizera fora fengida e nom uerdadeira. Mas, como esto soubemos, lhe mandamos que se tornasce pera sua casa e nom partisce de suas terras e leixasce pasçar o duque, pois uinha por nosço mandado a nossa corte, pera nos seruir. E, porque uio que ja nom podia mais emcobrir a desobediencia que no coração emcuberta trazia, dice expressamente que o non faria e que, dalj auante, nos aleuantaria a obediencia (17).

E nos, uendo como o dito jfante quebrantaua a concordia que antre elle e o duque tinhamos feito e como passaua nossa defeza e quebrantaua nossos mandados, como manifesto desobediente, mandamos ao dito duque que desuiasce o caminho e uiesce a nos, como lhe tinhamos mandado, entendendo depois prouer sobre esto o mais sem scandalo que pudesce ser, com resguardo de nosso seruiço. Mas o dito jfante, sabendo que seu prepozito era descuberto e per sua boca era sua desobediencia confesçada, por suas obras pruuicada e conhecida, como soube que o dito duque era em nossa corte, começou de fazer guerra aos nosços, roubando, matando, pondo fogo e destroindo, nom em maneira outra do que os imigos soem de fazer. E algũs nossos que tomaua mandaua perante sj alancear, outros mandaua enforcar e degolar, sem porque que desse. E mandou a dom Pedro, seu filho, que aquelle tempo era nosço condestabre, que, por similhante maneyra, açalmasce e abastecesce contra nos os castellos que de nos tinha e ajuntasce os mais homens que podesce, com os quaes, ajudado (?) de algũs seus uezinhos (18) de seus rrejnos em que tinha confiança, fizesse guerra aos nossos naturaes, pera serem combatidos per mujtas partes. E elle, squecendo a obediencia que nos deuia, posposta a piedade da terra de sua natureza, seguio o mao preposito de seu padre (19).

E nos, ouuindo os continuados cramores e grandes querelas dos nosços e, conhecendo os males que se poderiam seguir se este ... (20) no começo nom fosse apaguado, determinamos de hir poderosamente sobre elle, pera refrearmos a sua desobediencia e lhe darmos algum escarmento,

---

(17) Cfr. os nossos DOCS. 41 e 42 de 7 de Abril de 1449 e a *Crónica cit.*, caps. 96 a 105.

(18) Passo de interpretação difícil em todos os manuscritos. O visconde de Santarém, no seu ms. 44, escreveu: Andindo alguns de seus» etc. No ms. está *andando*, possivelmente por *ajudado*.

(19) *Crónica cit.*, cap. 108, e o documento seguinte.

(20) Espaço em branco em todos os manuscritos citados.

mujto aquem do que mereçia, consirando o deuido que comnosco hauia e outras cousas que nos mouer poderião a piedade; mas elle, sabendo esto, nom fogio nem se alongou de noos nem se emçarrou em alguma fortaleza, onde dalguma mais colorada honestidade podesce vestir sua desobediencia, mas ueonos buscar com sua gente darmas, em ordenança de guerra, posta pera nos dar batalha, ataa que achegou aquelle luguar a que o trouuerão seus reprouados feitos, a receber a sua merecida pena, depois de tantos e por tantos tempos possuidos e bem auenturanças, se tyranno bemaventurado dito ser pode, porque, como praza aos sabedores, as uezes retarda Deus a sua vinguança, por compoensar a tardança com a grandeza da pena.

E, cheguando elle cinquo legoas donde estauamos, mudou o preposito que trazia, dizendo, de praça, que queria uir a nossa corte, pera reger estes rreynos contra nossa uontade e matar os tredores que nos o contrairo aconselhauão. E tomou o caminho de Lixboa, cuidando em elles. E, recebido por alguns com que tinha trautado, mas, sabendo que o feito era descuberto e a cidade guardada e que o hjamos buscar, nos esperou acerqua daquelle campo onde contra nos tinha suas azes ordenadas. E, porque ya detreminado tinhamos de nom peleyar aquelle dia, mandamos asentar nosso arajal. E elle, como uio as tendas aleuantadas e os nossos alonguados, mandou tirar as bombardas, que lançauão mujtas pedras e dellas uinham direjtamente a nossa tenda. Polla qual rezam, se leuantarão os nossos e se corregerão pera pelejar, abalando nossas batalhas. E elle fez despreguar sua bandeira, que fazia de nossas armas direjtas, sem differença (21), e dar currida, chamando Real, Real por elrrej dom Pedro. E, com ajuda daquelle Senhor das hostes, que daa a quem lhe praz uencimento, foy disbaratado e morto na batalha, recebendo aquella justa pena que os seus maos feitos mereciam (22).

E por estas conclusões, que lhe assim dizer enuiamos, podera hauer asas comprida e uerdadeira enformação dos passados feitos e pode conheçer a justa causa que tiuemos de contra elle procedermos e a muita merçe que de nos recebeo e a creçença que com elle sempre ouuemos, posto que mujtas cousas feitas calaçemos, por nom offendermos as suas orelhas (23).

Outra tal embaixada de recontamento deste caso foy ao duque Phelippe de Berguonha, que era casado com a jfante dona Jsabel, jrmãa do

---

(21) Como se fora o rei de Portugal ou filho primogénito do monarca.

(22) Cfr. a *Crónica cit.*, caps. 117 e ss.

(23) Recomendamos a leitura dos comentários do Prof. MANUEL HELENO ao presente documento, em seu supracitado estudo.

dito jfante, a cuja corte foy ter dom João, que foy princepe de Chypre, e o cardeal dom James e a senhora dona Breatiz, que casou com monseor de Rabaste (24). E a reposta disto veyo o dayam de Uergi (25).

50

27 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, por o condestável D. Pedro se haver ausentado para Castela, depois de feitas no país algumas assuadas contra mandado régio, cometido erros contra o real estado e ter abandonado a administração e governo do mestrado da Ordem Militar de Avis, comete o dito mestrado ao infante D. Henrique, até provimento do romano pontífice, por ser o infante pessoa mui digna e conveniente para tal cargo, e ordena lhe obedeçam os freires da referida Ordem.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 121, — cujo texto se reproduz; também no *Livro dos Mestrados*, fl. 210.

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que dom Pedro, comdeestabre que foy destes rregnos, fez algũuas assũadas comtra nosso mandado e cometeo taaes erros comtra nosso rreall estado, que lhe comueo partirsse desta terra pera os rregnos de Castella, leixamdo a aministraçam e gouernamça do meestrado dAvis e das outras cousas que de nos avia (1).

E, porque deseiamos que o dito meestrado seia rregido proueytosamente no temporall e espirituall, como perteemçe aaquella rrelligiosa cauallaria em que foy fundado e a nosso seruiço; comfiamdo nos da simgullar prudemçia, piedosa emtemçom e das outras virtudes que conheçemos no yffamte dom Amrrique, duque de Viseu, senhor de Couilhãa, meu muyto amado tyo, lhe mandamos que gouerne e aministre o dito meestrado dAvis com suas camaras, castellos, comendas, nembros.

---

(24) Cfr. o cap. 127 da referida *Crónica* de PINA.

(25) Cfr. a nota 1 ao nosso DOC. 166. Aqui anotou o visconde de Santarém: — «Esta nota hé do Escritor destas materias. N. B. Sobre esta ultima Embaixada vid. o T. 2.º da mesma obra das Negociaçoens do Sr. D. Affonso 5.º».

(1) Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 109.

dereitos e perteemças e procure, quamto em ssy for, que o bem espirituall da dita rreligiam seia comseruado e acreçemtado, ataa que o santo padre, a que sobre ello escpreuemos, detremine o que a sua sanctidade prouuer açerqua da prouisom e rregimento do dito meestrado. E este carrego lhe damos por nom padeçer minguas e detrimentos a rrelligiam e temporallidade sobredita, seemdo desemparada ataa que a prouisom do dito samto padre viesse.

E porem mandamos a dom prioll e ao comendador moor e ao craueyro e a todollos comendadores e offiçiaaes da dita hordem dAvis que obedeçam ao dito yffamte em todo e per todo e o ajam por seu rrejedor, ataa que veiam a determinaçom e mandado do dito samto padre, como dito he.

Outrossy, mandamos a todollos juizes, justiças, offiçiaaes e pessoas das villas e lugares da dita hordem dAvis que lhe leixem husar da jurdiçam çiuell e crime, mero, mistico jmperio, com todallas soprioridades, priuillegios e ysemçõoes que no dito meestrado tinha o yffamte dom Fernamdo meu tyo, que Deus aja, e como as pessuya o dito dom Pedro, derradeyro aministrador (2).

---

(2) Pela elevação do Mestre de Avis ao trono de Portugal com o nome de D. João I em 1385, a Ordem elegeu para a chefia do Mestrado o comendador-mor Fernão Rodrigues de Sequeira (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 2, cap. 128), falecido o qual, el-rei D. Duarte solicitou do papa Eugénio IV o dito Mestrado para seu irmão o infante D. Fernando (PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 10); foi-lhe concedido pela bula *Sinceræ devotionis*, de 9 de Setembro de 1434 (DOC. 80 do nosso vol. 5). Falecido o Infante Santo em seu cativeiro de Fez em 5 de Junho de 1443, o regente D. Pedro doou o referido Mestrado a seu homónimo filho (Cfr. o DOC. 95 do nosso vol. 8 e PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 84). Em vésperas de Alfarrobeira, o condestável D. Pedro e Mestre de Avis, talvez por ordem do pai, manteve-se nas terras do seu Mestrado onde, além das fortalezas da Ordem, senhoreava também os castelos de Elvas e de Marvão. Dominando assim a comarca de Entre Tejo e Guadiana e vizinhando com as terras do Mestre de Alcântara, amigo e aliado do ex-regente D. Pedro, o condestável de Portugal podia facilitar a entrada em nosso país de tropas castelhanas.

Para obviar àquele perigo, D. Afonso V mandou à dita comarca, por fronteiro-mor, seu primo D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira. Este dirigiu-se a Fronteira, onde se encontrava o condestável D. Pedro, que, segundo o informe do monarca, «se leuantou com algũs castellãaos dos dictos nossos rrejnos contra nossa pessoa e rreall estado» (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 118). Havendo o Mestre de Avis retirado para Marvão, ali pretendeu resistir, ingènuamente; mas, aconselhado pelos próprios sequazes a retirar-se para Castela, como fez, instalou-se em Valência de Alcântara onde, por sinal, não foi bem acolhido pelo condestável de Castela (Cfr. *autor e crónica supracits.*, cap. 106). O rei de Portugal havia prevenido o país, em cartas circulares, de que quem se juntasse ao condestável D. Pedro perderia todos os bens (Cfr. *Chancel. e fólio cits.*). E assim procedeu o monarca, confiscando os bens aos que seguiram com aquele para o reino vizinho, alguns dos quais foram doados por el-rei ao conde de Odemira, juntamente com a

Copyrighted material

E mandamos aos rremdeyros, almoxarifes e rreçebedores dos almoxarifados da terra da hordem que acudam com todallas homrras, foros e trabutos que rremderem e de dereito deuem rremder e tambem todo o que rremderam todas as ditas terras, des a partida do dito dom Pedro atee o presemte, ao dito yffamte dom Amrrique, e aos castellos dos alcaydes e fortallezas que lhe façam menajeens e o rreçebam em ellas, porque nossa merçee e vomtade he que o dito yffamte dom Amrrique aja compridamente as ditas rremdas, fortellezas, jurdiçõoes e comendas, senhorio e destrebua todo como emtender, por seruiço de Deus e nosso, emquanto assy, per mandado nosso, teuer a dita aministraçam (3).

E, per esta carta, damos poder e rreall autoridade ao dito yffamte que tome a posse do dito meestrado e das rremdas, foros, trebutos, jurdiçõoes e senhorio delle, como rregedor e aministrador em nosso nome, ssem outra fegura de juyzo nem sollemnidade de dereito; porquamto nos lhe damos a dita aministraçam atee que o dito samcto padre sobre ello proueja, como dito he, de nosso mouimento, certa çiemçia, poder absolluto, sem nollo elle pedymdo nem outrem por elle, porque o estremamos amtre todollos do nosso rregno por muito digno e perteemçemte pera tall carrego. E, por çertidõoe desto, lhe mandamos dar esta carta, ssynada per nos.

Dada em Lixboa, xxbij dias de mayo. Gomçallo Vaaz a fez. Anno do Senhor de mill e iiij^{c} Rix.

---

vila de Aveiro e casas e outros bens que ali tivera o regente D. Pedro (Cfr. *Chancel. cit.*, liv. 8, fl. 57, liv. 15, fl. 89 v. e liv. 34, fl. 118; e *Misticos*, liv. 3, fls. 94 v., 118 e 124 v.).

Sobre a origem e evolução histórica da militar Ordem de Avis, que adoptou os estatutos da de Calatrava e, em seus princípios, foi mais conhecida entre nós pela designação de «freires de Évora», podem ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja*, tom. 1, ps. 321-22, e tom. 2, ps. 181-182 e a bibliografia ali citada, e ainda MIGUEL DE OLIVEIRA, *Origens da Ordem de Cister*, ps. 34-35.

(3) O infante D. Henrique teve a administração do Mestrado de Avis até 30 de Maio de 1453, data da carta régia que mandou fosse devolvida ao infante D. Pedro, filho do falecido regente do reino.

Copyrighted material

51

30 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença de porte de arma a 30 homens de Rui Valente, cavaleiro do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 142.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e ssenhor de Çeepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruy Valente, caualeiro do jfante dom Anrrique, meu muito amado e prezado tio; teemos por bem e damoslhe liçença pera trijnta homeens seus que possam trazer suas armas per todos nossos rregnos, de noute e de dia, quejandas quiser, a quaeesquer oras que lhes prouuer, comtanto que nam façam com ellas cousa que nom deuam, sem enbarguo de nossa hordenaçom e defesa, em contrairo fecta.

E porem mandamos a todollos nossos correjedores, juizes, justiças, alcaides, meeirinhos e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas a que esto pertencer per qualiquer guisa que seja que lhas nom tomem, coutem nem mandem tomar nem coutar nem fazer por ello outro algũu desaguisado; porque nosa mercee he darmoslhe a dicta liçença ssem outro algũu enbarguo que a ello ponhaaes.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xxx dias de mayo. Pero Gonçalluez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix. E esta carta lhe nom guardees se aseelada nom for. E eu, Ruy Galuam, sacretario do ssenhor rrej e caualeiro de sua casa, esta carta fiz scpreuer.

52

30 MAIO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a acusar a que lhe mandara por João de Lisboa, seu escudeiro, a quem ouviu no que da sua parte lhe quis dizer e lhe respondeu a tudo, como o próprio o poderá informar.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2656, fl. 174 v.

Copyrighted material

Muy jllustre rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrjno. Nos, el rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquel que mucho amamos e pora quien querrjamos diesse Dios tanta salut, honra e prosperidat quanta pora nos mesmo deseamos.

Serenissimo rrey. Recebida hauemos vuestra letra, por mano de Joham de Lisbona, scudero vuestro, e hoydo plenamente aquel, en quanto dezir de vuestra parte nos ha querido, hauemosle respuesto a todo, segund por el vos sera referjdo de nuestra parte.

Rogamos vos, por ende, sobre esto le deys fe jndubia, quanto a nuestra propria persona. E sea, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrjno, vuestra special proteccion la Sancta Trjnidat.

Dada en el castillo nuestro nueuo de Napoles, a xxx dias del mes de mayo del anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor M.cccc.xxxxbiiij. Rex Alfonsus.

Dirigitur regj Portugalje. Dominus rex mandauit michj, Arnaldo Fonolleda.

Sub similj forma scriptum fujt archiepiscopo de Ljsbona.

53

15 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar, em duas vidas, a terra e castelo de Aguiar da Pena, confiscados para a coroa, a Diogo Lopes de Azevedo, fidalgo e cavaleiro de sua casa, os quais trazia Lopo de Azevedo, pois, além das maldades por este cometidas sendo do conselho de el-rei, ficou em Coimbra, por mandado do infante D. Pedro, à partida deste, a roldar e a velar contra o serviço e estado régios, a prender e a maltratar os súbditos do monarca que transitavam pelas estradas ordeiramente, tarefa em que ele prosseguiu até à morte do dito infante (1).

ANTT., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 190.

(1) O punido com a confiscação da terra e castelo de Aguiar da Pena é Lopo Dias de Azevedo, julgamos que filho do homónimo fidalgo nobre que serviu nas guerras de D. João I (Cfr. FERNAO LOPES, *Crónica de el-rei D. João I*, vol. 1, caps. 161 e 178, e vol. 2, caps. 12 e 38); tomou parte na conquista de Ceuta, em 1415

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, aalem de muytas maldades que comtra nos cometeo Lopo dAzeuedo, seemdo do nosso comselho, ficou em Coymbra, per mandado do yffamte dom Pedro, despoys que sse o dito yfamte della partyo, rrolldamdo e vellamdo comtra nosso seruiço e estado, premdemdo e malltrautamdo os nossos subditos e naturaaes que seguramente vinham per nossas estradas ssem fazemdo algũu mall a nenhũua pessoa, e assy comtinuou seu maao preposito ataa ho dito yffamte, per semelhamte, nos poer batalha, em que morreo. Por a quall rrazom, aalem da pena corporall que por ello mereçe, nos apricamos e apropriamos aa coroa de nossos rregnos todos seus beens mooues e de rrayz e todollos outros de quallquer comdiçom e callidade que seiam, que elle avia ao tempo da dita batalha.

E porque nos somos çerto que, a esse tempo, o dito Lopo dAzeuedo trazia de nos e dos rrex que amte nos forom a terra dAguiar de Penna com o nosso castello, que esta edificado em ella; queremdo nos fazer graça e merçee a Diego Lopez dAzeuedo, fidalgo e caualleyro de nossa casa, pollos seruiços que nos fez e esperamos ao diante rreçeber delle, fazemoslhe pura, imrreuogauell doaçom, amtre os viuos valledoyra, da dita terra e castello, com todas suas rremdas, dereitos, foros, trabutos, prooes e com toda sua jurdiçom çiuell e crime, mero e misto jmperio, rresaluando pera nos as alçadas.

Que elle possa poer ouuydor em a dita terra e delle possam apellar e agrauar pera nos e que os nossos corregedores que, por os tempos, forem em essa comarca honde a dita terra jaz possam emtrar em ella e fazer correyçom, segundo he comtheudo em seu rregimento que de nos trazem e nas hordenaçõoes do rregno, escpritas em taaes casos; e que o dito Diego Lopez e aquelle que, per seu falleçimento, a dita terra herdar possa apresemtar e dar as nossas ygreias da dita terra, quamdo sse vagarem, assy como a nos meesmo perteemçe e o poderiamos per dereito fazer, se lhe a dita terra nom ouuessemos dada.

A qual doaçom lhe fazemos da dita terra e castello, pera elle e hũu

---

(Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 50), na batalha de Aljubarrota e, enfim, ao lado de D. Pedro, na de Alfarrobeira. Casado com Joana Gomes da da Silva, foi pai de Pero Lopes de Azevedo, falecido nas campanhas de Ceuta (Cfr. ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 34), de Fernão Lopes de Azevedo, comendador da Ordem de Cristo, e de Luís de Azevedo, vedor da fazenda régia. Lopo Dias de Azevedo foi senhor de S. João de Rei, das terras de Bouro, Aguiar da Pena e Jales, estas de juro e herdade, e ainda das de Pereira, Abitureiras, Azoia, Vila Nova de Anços, Reguengo de Santa Leocádia e outras e do reguengo de Alviela (Cfr. BRAAMCAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv 3, 2.ª ed., p. 196 e os documentos ali citados).

seu filho, a saber, ho mayor barom lidemo que, per seu falleçimento fiquar, e mays nom; em tall gisa que, per falleçimento seu e do dito seu filho, a dita terra e castello fique liure e ysemtamente a nos e aa coroa de nossos rregnos, pera de todo fazermos e hordenarmos o que nossa merçee for. E queremos e mandamos que o dito Diego Lopez e seu filho, em seus tempos, nom possam vemder nem escambar nem dar nem fazer capellas ou moorgados nem per outra algũua gisa emalhear a dita terra e castello, em todo ou em parte, ssenom que amde todo junto com todas rremdas e jurdiçõoes, em tall guysa que, per seu falleçimento, todo fique a nos liuremente, como dito he.

A quall doaçom lhe fazemos de nosso proprio moto, sem nolla elle ou outrem por elle pedyr e nom embargamtes os dereitos que dizem que o rrey nom possa fazer doaçom das terras e beens da coroa do rregno em perjuyzo do rrey seu soçessor, e nom embargamte todollos dereitos,, assy canonicos como çiuees, lex do rregno, stillos da nossa corte, custumes, assy jeeraaes como espiçiaaes, façanhas, grosas e openiõoes de doutores e quaaesquer outros dereytos positiuos que esta doaçom, per algũua guisa, possa anullar ou desfazer. Aos quaaes todos, nos, de nosso proprio moto, çerta çiemçia, poder absoluto derogamos e auemos aqui por expressados, sob a clausulla jeerall espiçiallmente comprendidos; e, por mayor firmeza desta doaçom, nos, de nosso proprio moto, çerta çiençia, etc., soprimos quallquer falleçimento de sollenidade ou neçessidade, assy de fecto como de dereito, que em ella aja, assy como sse em ella o dito falleçimento nom ouuesse, porque nossa vomtade he de lhe fazermos a dita doaçom mays firme e valliosa que, de fecto e de direito, ser possa.

Porem, mandamos ao nosso corregedor da dita comarca e a todollos juizes e justiças dos nossos rregnos, a que esta carta for mostrada e lhe per dereito pertemçer fazer, que metam o dito Diogo Lopez ou seu çerto procurador em posse da dita terra e castello e lhe façam rrespomder e acodir com todallas ditas rremdas, foros, trabutos, dereitos e jurdiçõoes e nom comsemtam que lhe sobre ello seia posto algũu embargo ou contradiçam. E se lho alguem fezer, que lho façam logo leuamtar, porquanto nossa merçee e vomtade he que esta doaçam lhe seia em todo comprida e guardada, assy e tam compridamente como em ella he comtheudo.

E porque nos o dito Diogo Lopez disse que elle emtemdia mostrar, per dereito, que a dita terra e castello lhe pertemçia aver de juro e herdade, pera ssy e pera todos seus desçemdemtes, per virtude e vigor de hũua doaçom, fecta pello viturioso e famoso rrey dom Joham, meu avoo, da gloriosa memoria, a Lopo Diaz dAzeuedo, avoo delle, dito Diogo Lopez, queremos e mandamos que, em todo tempo que elle mostrar peramte nos como lhe a dita terra e castello pertemçem de assy aver de juro e herdade,

nos lhe fazemos sobre ello compridamente guardar todo seu dereito (2). E, em testimunho de todo esto, lhe mandamos dar esta nossa carta, assynada per nos e aseellada do nosso seello do chumbo.

Damte em Lixboa, xv dias de junho. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno de mill e iiij^{c} Rix (3).

---

(2) De facto, Lopo Dias de Azevedo recebera de D. João I, de juro e herdade, por carta de 24 de Agosto de 1385, a terra de Aguiar da Pena (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 88 v., e *Brasões* cit., liv. 2, ps. 39-41).

(3) Publicamos aqui uma ou outra carta régia de confiscação de bens por D. Afonso V aos que estiveram com o infante D. Pedro em Alfarrobeira. No registo da chancelaria afonsina, do ano de 1449 apenas se conservam uns 3 cadernos do livro respectivo, espalhados pelos actuais livros 20, 34 e 37, como já observou BRAAMCAMP FREIRE, *A Chancelaria de D. Afonso V*, p. 481, nota 2. Sucede, porém, que muita documentação do referido ano se acha em livros da denominada Leitura Nova do Arquivo Nacional, nomeadamente centenas das mencionadas cartas de confiscação de bens. Quanto nos foi dado apurar, aquela operação começou pelo menos em 9 de Junho de 1449 (Cfr. *Estremadura*, liv. 8, fl. 242) e estendeu-se ao ano de 1450; mas deste ano encontramos já algumas cartas régias de perdão, pelo mesmo motivo (Cfr., por exemplo, *Misticos*, liv. 3, fls. 87, 88, 94, 102 v., 103 v., 104 v. e 109 r.-v.; *Guadiana*, liv. 3, fl. 249 v.; e *Além-Douro*, liv. 4, fl. 175). Enfim, noutras cartas, posteriores ao recontro de Alfarrobeira, concedeu el-rei perdão ou redução de pena a indivíduos vários, por terem estado consigo na dita batalha. Algumas dezenas destas últimas cartas foram publicadas por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 55, 70, 81, 83, etc.

As aduzidas cartas de confiscação de bens e até as de perdão dos anos de 1450 e 1451 permitem-nos alargar muito as listas dos cronistas sobre o pessoal que esteve em Alfarrobeira ao lado do duque de Coimbra, dando-nos também a sua categoria social, ofícios, etc. Parte dos bens do ex-regente voltaram à coroa do reino ou foram distribuídos pelo monarca a várias pessoas: a D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, a D. Fernando Coutinho, fidalgo da casa de el-rei, a D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, etc. O mesmo sucedeu aos do Condestável D. Pedro, homiziado em Castela. Os do conde de Abranches transitaram para Alvaro Pires de Távora e outros, os de Aires Gomes da Silva para o embaixador régio Martim Mendes de Berredo, etc. Nas cartas régias de confiscação de bens, pelo motivo aduzido, a indivíduos casados eram salvaguardados os direitos das respectivas esposas e filhos

Copyrighted material

54

16 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Fernando Coutinho, fidalgo de sua casa, a casa e utensilagem da saboaria que o infante D. Pedro tinha na cidade de Coimbra, de que ora lhe fez mercê o infante D. Henrique (1).

ANTT., *Estremadura*, liv. 11, fl. 64v.

Dom Affomso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a dom Fernamdo Coutinho, fidalgo de nossa casa; teemos por bem e damoslhe que aia de nos a nossa casa e louça e outras quaaesquer cousas da saboaria que o jfamte dom Pedro tinha em a nossa çidade de Coimbra, de que lhe ora ffez merçee o jffamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tio.

E porem mandamos ao nosso comtador da dita comarca e a outros quaaesquer nossos offiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de uer que lhe leixem teer e auer e lograr e pessoir a dicta casa e louça e outras cousas da dicta saboaria, como dicto he, emquamto teuer a dicta saboaria do dicto meu tio, porque nos praz de mays nom auer as dictas cousas. E, por sua guarda e rrenembramça dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asinada per nos e aseellada do nosso sello pemdemte.

Dada em Lixboa, dezaseis de junho. GomçallEannes a ffez. Anno de mil e quatroçemtos e quaremta e noue.

---

(1) El-rei D. Afonso V foi distribuindo os bens que haviam pertencido ao duque de Coimbra, não provendo tão-pouco o ducado, que apenas foi dado em 25 de Maio de 1500 a D. Jorge, filho bastardo de el-rei D. João II, em cumprimento de disposição testamentária deste (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, livro 3, 2.ª ed., ps. 255 e 357). De sorte que, quando em 23 de Setembro de 1461, o Rei Africano deliberou entregar ao infante D. Pedro, seu primo, as terras que lhe restavam do vencido de Alfarrobeira doadas pelos monarcas seus antecessores, apurou serem apenas: — «a villa de Penella com seu castello e termo, rrendas, beens e foros, dos quaaes algũus ouue o dicto meu auoo dalgũuas pessoas, e o rregueemguo de Canpores e o rregueemgo do Rabaçal, Villa Noua dAnços, Buarcos e a villa e castello de Momtemoor o Velho com seu termo e a villa de Temtugal»; «e, visto como em nosso poder, ao presemte, dos luguares em as dictas doaçõoes comtheudos nom som mais que os susso nomeados», aqueles lhe deu el-rei para sempre (ANTT., *Gaveta 3*, maço 7, n.º 12).

Copyrighted material

55

17 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pero Vasques, porteiro-mor do infante D. Henrique, com o qual servira na guerra e que anteriormente se envolvera em desordem com João Farto (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 29.

Dom Affonso, per graça de Deus, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que Pero Vaasquez, porteiro moor do jffante dom Anrique, meu mujto prezado e amado tyo, nos disse que elle ouuera rrazõees com hũu Joham Farto, laurador, morador no thermo desta çidade de Lixboa, ao quall elle dera duas firidas e o dicto Joham Farto dera a ell hũa, das quaaes anbos eram sãaos e ssem nẽhũu aleijamento, polla quall rrazom sse elle temja de ser presso e que ora nos seruira na g[u]erra, em companha do dicto jffamte; e que porem nos pidia por merçee que [lhe] perdoasemos a nossa justiça, sse nos a ella, pella dicta rrazom, era theudo.

E nos, veemdo o que nos asy dizia e pidia, e, visto ho causso quall he, sse asy he como diz e o dicto malefiçio foy fecto ante do mes dabrill do presente ano, porquanto fomos çerto que nos seruio na dicta guerra, em companha do dicto jfante, querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos, per rrazom da dicta querella, era theudo, ficando aa parte rreguardado todo seu djreito demandar çiuellmente por seu jnteresse, sse quisser, ssem ser presso.

Porem, uos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender nem comsentaees ffazer mall nem outro algũu desaguissado, por quanto he pella dicta rrazom, porque nossa merçee e voontade he de lhe asy perdoarmos, como dicto he. E lhe all nom façades.

Dante em a dicta cidade de Lixboa, xbij dias do mes de junho. Elrrey ho mandou, pello doutor Ruy Gomez dAluarengua e Pero Lobato, seus vassallos e do seu desenbargo e pitições. Affonso Anes a ffez. Ano de mjll iiij^{c} Rix annos.

---

(1) Alusão à batalha de Alfarrobeira, aqui e no documento seguinte.

Copyrighted material

56

19 JUNHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pedro Eanes Caeiro, natural de Evora, que servira na guerra em companhia do infante D. Henrique e que, sendo casado com Leonor Álvares, esta então de idade de 5 ou 6 anos, se matrimoniara também com Maria Anes, de Lagos, alegando não haver consumado o casamento com a primeira mulher.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 77 v., — donde se transcreve.

Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 72-73, nota 67.

Dom Afonso, etc.

A todolos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que PerEanes Caeiro, naturall da çidade dEuora, nos emuyou dizer que elle se casara, em a dicta çidade, com hũa moça, filha dAluaro de Freitas, per nome chamada Lianor, a qual, aaquele tenpo, seria de jdade de çimquo ou seis anos pouco mais ou menos, e que, seendo assi com ella casado, elle casara com hũa Maria Anes, em termo da uilla de Lagos, filha de hũu Joham Viçente; e que, seendo asi casado com a dicta Maria Anes, a dicta Lianor Aluarez, com que asi primeiro casara, querellara delle, dizemdo que era sseu marido e se casara com outra, pela quall rrazam, estamdo hũu dia aa porta da ssee da dicta çidade, fora preso e depois fora solto e tornado aa dicta ssee, e que emtam ouuera carta de segurança, da qual nom segujra os termos, e andaua amoorado com temor da nossa justiça, e que ora nos serujra em esta guerra, em companha do jffante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio. E, porquanto elle nom dormira com a dicta Lianor Aluarez e per bem do perdam que ora fezemos e por nos assi em a dicta guerra serujr, que porem nos pedia de merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, se nos a ella, por a dicta rrazam, era thiudo.

E nos, veemdo o que nos assi dizia e pedia, se o caso tal he como diz, visto como serujo na guerra, segumdo fomos çertificado per aluara sinaado per mãao do dicto jfante, e queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos, pela dicta rrazam, era thiudo, comtanto que vaa estar e seruir tres anos conpridos no couto de Crasto Marim. E elle aja liuramento, per juizo da jgreja, com qual das molheres deue estar; e, per aderençar ssua ffazenda, lhe

Copyrighted material

damos despaço, da dada desta carta ataa dous meses primeiros segujntes, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade de Lixboa, xix dias de junho. Elrrej o mandou, per os doutores Ruj Gomez dAluarenga e Pedro Lobato, etc. Njcolao Martijnz, por Bras Afonso, a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij° Rix.

57

27 JUNHO 1449

Lei de el-rei D. Afonso V, a declarar obrigados os donatários dos bens confiscados aos adeptos do infante D. Pedro e de seu filho o condestável à liquidação dos débitos em que os ditos bens estavam onerados, nos termos que se indicam.

ANTT., *Núcleo antigo*, cód. 12, fl. 199 v., — donde se reproduz.
Publicada nas *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, tit. 120, ps. 406-09.

Titulo dos que forom na batalha da Alfarrobeira contra sserujço delrrey.

Porque na batalha da Alfarrobeira que nos, elrrej dom Afomso o qujnto, ouuemos com o jfante dom Pedro, alguuns nossos naturaaes forom hj, da ssua parte, mortos e outros presos e alguuns outros ffogidos e por o fecto assy sseer notorio, os beens de todos os ssobrredictos forom confiscados e apricados aa coroa dos nossos rregnos per esse meesmo fecto, ssem pera ello sseer neçessarja outra sentença; e, porque alguuns outrros acostados ao dicto jfante ficarom, ao dicto tempo, per sseu mandado em a çidade de Cojnbra e em algũas outras vjllas e castellos contra nosso sserujço e outros esteuerom e andarom com dom Pedro, filho do dicto jfante, no castello de Maruom e em outros lugares contrra nosso mandado e deffesa e, por ello, sseus beens, assy dos que per mandado do dicto jfante ficarom em os dictos lugares como dos que andarom com o dicto dom Pedro, como dicto he, ssom a nos conffiscados e nos, por as dictas rrazõoes, fezemos e entendemos ao djante fazer merçee de todollos beens dos ssusodictos, a nos rreuees e desobedjentes, a alguuns nossos naturaaes, ssegundo nos aprouue e aprouuer;

E porque, auendo nos consselho com alguuns leterados da nossa corte, achamos que todos aquelles a que nos tenhamos fecta merçee ou fezermos ao djante, vnjuerssalmente, dos beens de cada hũu dos ssobrredictos, ssom obrigados a pagar as djujdas a que esses a nos rreuees e desobedjentes eram obrrigados, aos tempos que assy contrra nos come-

terom a dicta desobedjençia e deslealdade, quanto abrranger a auallja dos dictos beens; e aquelles a que ja fezemos ou fezermos merçee, partjcullarmente, de çertos e declarados beens dos ssobredictos, ssem lhe dando a meetade, terça ou quarta parte delles, que sse chama em djreito quantidade, nom sserom esses donatarios obrriguados a pagar a djujda algũa a que os dictos a nos rreuees e desobedjentes eram obrrigados, majs auellos ham ljuremente, ssem encarrego de pagar por elles algũa djujda em que os ssobrredictos ffossem obrrigados, ssaluo sse os dictos beens rrealmente ffossem obrrigados por essas djujdas;

E, porque nossa teençom he de manteer e consseruar todollos nossos ssobditos e naturaaes em djreito e justiça e nom tolher a algũu crreedor a que cada hũu dos dictos a nos rreuees e desobedjentes fossem obrrigados em algũu tempo e desy por tolher os debates, contendas e escandallos que ligejramente sse poderjam por ello antre o nosso pouoo rrecreçer;

Porem, poemos por ley e mandamos que todos aquelles a que nos atee o presente tenhamos fecta merçee, ou fezermos daquj ao djante, de certos e declarados beens de cada hũu dos ssobrredictos a nos rreuees e desobedjentes, como dicto he, nom declarando em essas doaçõoes que lhe damos a meetade, terça ou quarta parte delles e assy dhj en djante, esses donatarios ssejam obrrigados a pagar as diujdas a que os dictos deuedores, ao tempo da dicta desobedjençia e desllealdade contrra nos cometida, eram obrigados, quanto abrranger aa quantjdade e uallja dos dictos beens que lhe assy declaradamente dermos ou tenhamos dados, porque nom he nossa teençam, per taaes doaçõoes assy fectas, fazer algũu perjuizo aos dictos crreedores, nom enbargante que lhes os dictos beens nunca em algũu tempo ffossem rrealmente e per expressa ou callada obrigaçom obrrigados; ca nom sserja cousa honesta que os dictos donatarios ouuessem os beens dos dictos deuedores, per qualquer uja e modo que lhes per nos ffossem dados, ssem pagarem as diujdas aos dictos crreedores, como dicto he, nom as pagarmos nos per elles em algũa guisa, pois ouuerom os dictos beens per nossas doaçõoes, como dicto he.

Fecta na çidade de Lixboa a xxbij dias do mes de junho. Rodrigo Afomso a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e Rjx annos.

Foy pobricada esta lej do dicto ssenhor em a çidade de Lixboa, nos paaços do dicto ssenhor, per mjm, escpriuam ajuso nomeado, aos xj dias do mes de julho, em sse acabando a audiencia do jujz dos fectos do dicto ssenhor. Afomso Anes esto escpriuj. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} e Rjx annos.

E despojs desto, aos xiiij^{o} dias do mes de julho, era de iiij^{c} Rjx annos, foj pobricada esta hordenaçom, aa entrada da audiencia do corregedor da corte delrrej. Afonso Trijgo esto scpriuj.

Copyrighted material

58

4 JULHO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Eanes, almocreve, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 114 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem carta dAluarEanes, almocreue, morador em a çidade de Bragaa, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, iiij dias de julho. Lopo Ferrnandez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

59

6 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao conde de Odemira, seu primo, vitaliciamente, pelos serviços dele recebidos, azenhas junto da vila de Aveiro, as quais foram do infante D. Pedro, casas pelo mesmo infante compradas naquela povoação, onde ele pousava, todas as vinhas que ele houvera na referida vila e arredores e ainda as éguas poldras que andam nas ilhas do termo de Aveiro (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 124 v., — donde se reproduz; e *Estremadura*, liv. 8, fl. 244.

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee ao conde dOdemira, nosso muyto amado primo, pollos

(1) O 1.º conde de Odemira em referência é D. Sancho de Noronha, primo de el-rei e do seu Conselho, o qual prestara ao monarca os serviços a que aludimos em a nota 2 ao nosso DOC. 50. Irmão de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, sobre ele podem ver-se: B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, p. 273; PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 10, 40, 44, 89, 108, 129, 134, 138, 148, 152 e 153; e ainda ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 2, pa. 522 e 599-607, e *Crónica de D. Duarte de Meneses*, ps. 56-63, 67, 150-52, 346-47 e 352; e bem assim diversos textos e documentos dos anteriores volumes de *Monumenta Henricina*, através dos respectivos índices.

Copyrighted material

muytos e estremados seruiços que delle rreçebemos e ao diamte emtendemos de rreçeber;

Teemos por bem e queremos que tenha e aja de nos, daquy em diamte, em dias de sua vida, as açenhas que ssom no rryo que vay per jumto da villa dAveyro, que mooem com auga do mar, que foram do yffamte dom Pedro, e tambem as casas que o dito yffamte comprou na dita villa, que foram do prioll de Framallam, em que elle pousaua, e assy todallas vinhas e latadas suas que tijnha na dita villa e arredor della e ysso meesmo as egoas poldras que amdam nas ilhas do termo do dito lugar, segundo de nos tem na dita villa.

Porem mandamos a todollos nossos corregedores, juyzes, justiças e offiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que o metam em posse das ditas cousas e nouidade dellas e com todas suas emtradas, saydas, rremdas e pertemças e lhas leixem teer e aver, fruytos, nouos, rremdas e dereitos delles em sua vida, como dito he, assy e tam compridamente como avia e deuia dauer o dito yffamte e o nos averiamos, sse sse pera nos rrecadasse.

Dada em Lixboa, vj dias de julho. Ayres Gomez a fez. Anno do Senhor de mill e iiij^{c} Rix.

60

6 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, de juro e herdade, para sempre, o lugar de Ulme, no termo de Santarém, com suas pertenças e direitos, atentos os serviços por ele prestados ao monarca e a seus antecessores (1).

---

(1) Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, recebera do regente D. Pedro, em nome de el-rei, a 12 de Janeiro de 1440, Mação e Vila Nova de Fozcoa (Cfr. o DOC. 29 do nosso vol. 7) e, em 23 de Março de 1442, a tença anual de 500.000 libras (*Ibi*, DOC. 207); tendo-lhe sido prometidas 1.000 coroas de ouro, por seu casamento com Branca de Almeida, em 24 dos ditos mês e ano atribuiu-lhe D. Pedro a tença anual de 10.000 reais brancos, enquanto aquelas lhe não fossem pagas (*Ibi*, DOC. 208). E à mesma personagem henriquina se referem os DOCS. 31 e 53 do nosso vol. 8.

O presente documento foi confirmado a João da Silva, fidalgo da casa do duque de Beja, por D. João II, em 30 de Abril de 1487, e por D. Manuel, em 15 de Julho de 1494. Este João da Silva, filho maior e herdeiro do dito Rui Gomes, matrimoniado com D. Juana Enriquez, em seu testamento de 1520 constituiu mordomado com as

BNM., *Ms. 20.859*[10], inserta no original da confirmação de el-rei D. João II, de 30 de Abril de 1487, — donde se reproduz; AHNM., *Osuna*, Legajo 2210, doc. 1, no original da confirmação de el-rei D. Manuel, de 22 de Fevereiro de 1521; ANTT., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 8, fl. 74 v., e liv. 44, fl. 43; *Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fl. 143 v., e liv. 72, fl. 53 r.-v.; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 7, fl. 198 v.; e *Estremadura*, liv. 6, fl. 131, e liv. 13, fl. 48 v.

Dom Afomso, per graça de Deus rrey de Portuguall e do Alguarue, senhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, aveemdo nos rrespeito ao seruiço que teemos rreçebido de Ruy Guomez da Silua, caualeiro da casa do jfante dom Amrrique, noso muyto prezado e amado tyo, e asy aos rreis destes rregnnos que amte nos foram e asy ao seruiço que ao diamte dele speramos de rreceber; de nosso moto proprio, certa sçiemçia e poder absoluto, sem nollo elle pedimdo nem outrem por ele, fazemos-lhe (2) pura, liure, jmrrouogauell doaçam, amtre os viuos valedoira, deste dia pera todo sempre, em tall guissa que numqua em algũu tempo possa seer rreuogada, do noso luguar dUlme, que he em termo de Samtarem, com todos seus coutos e omrras e rribeiros e matas e herdades e casaaes e moinhos e paaços e pertenças e dereitos e com todas suas entradas e saidas e fomtes, rrios, rribeiras, pastos e pescarias e com todallas outras cousas que no dicto loguar a nos pertençem e pertençer podem per quallquer maneira.

A quall doaçam fazemos ao dicto Ruy Gomez de jur e de herdade, pera ele e pera todos seus filhos e netos e todos outros seus deçemdemtes que delle naturallmemte desçemderem per linha dereita e lidima mascolina, a saber, que, per seu faleçimemto, o dito loguar venha a seu filho mayor baram lidimo, se a ese tempo hy for achado; e, per faleçimemto do dito filho, venha a seu neto mayor baram lidimo, e asy venham dhy em diamte, per linha dereita lidima mascolinamemte sempre deçemdemte, sem pasamdo numqua em algũu tempo algũus da linha trauessa, sem numqua seer vemdido, escambado nem emalheado, todo nem parte delo, mas que amde sempre todo jumtamemte, asy e pela maneira que per os rrex que amte nos foram he hordenado e estabeleçido nas terras da coroa do rregnno, como esta.

---

suas terras de Ulme, Chamusca e bens de Santarém, etc., no qual lhe sucedeu seu filho maior Francisco da Silva, fidalgo da casa de el-rei D. Manuel, de quem obteve, em 22 de Fevereiro de 1521, a confirmação de Ulme. De sucessão em sucessão, tais bens vieram a integrar-se no ducado de Pastrana, em Castela, como consta nomeadamente do volumoso Legajo 2210, *Osuna*, do Archivo Histórico Nacional de Madrid.

(2) Nas diversas lições, *fazemdolhe*, que supomos estar por *fazemoslhe;* pelo que corrigimos.

E porem mamdamos ao nosso almuxarife e espriuam de Samtarem e a quaaesquer outros que hy depos elles forem nossos almuxarifes e espriuãaes e a quaaesquer outros nosos ofiçiaaes que ora sam ou forem daquy em diamte, a que esta carta for mostrada, que lhe leixem, daquy em diamte, lograr e auer o dito loguar e herdades e rremdas e pertenças delle e as outras coussas sobredictas, per aquela meesma guissa que as nos auyamos dauer e melhor e mais compridamemte, se o elle melhor poder auer, sem outro embarguo algũu que lhe sobre elo ponham.

E queremos e outorguamos e mamdamos que esta doaçam seja firme e estauell e valedoira pera todo sempre e que, se algũuas pesoas quyserem hir comtra ela, mamdamos que lhe nam posam empeeçer e que nos queremos e outorgamos que esta doaçam, que asy fazemos ao dicto Ruy Gomez e seus herdeiros, como dicto he, seja valiossa pera sempre, nom embarguamdo quaaesquer lex, ordenaçõoes nosas e dereitos çiuees, canonicos e grosas e oupiniõoes de doutores que em comtrairo delo sejam, porque queremos que nam ajam em esto luguar; ca nos, de nosa çerta çiençia, poder absoluto que auemos, mamdamos que esta doaçam seja valiossa e sem nhũu faleçimemto.

E prometemos, por nos e por todos nosos soçesores e erdeiros, em nossa fe rreall, de a guoardar e nam rreuogar nem hir comtra ella em nemhũua guissa que sseja, como dicto he. E rroguamos e mamdamos a todos nosos socesores, sob pena da nosa beemçam, que lha guoardem e cumpram esta doaçam e lhe nam vãao comtra ella em nemhũua guisa que seja. E, em testemunho desto, mamdamos dar ao dicto Ruy Gomez esta carta, signada per nossa mãao e aseelada do nosso sseello do chumbo.

Dada em a nossa muy nobre e leall çidade de Lixboa, seis dias de julho. Aires Gomez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Rix.

61

9 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar vitaliciamente a Duarte Borges, seu guarda-roupa, pelos benefícios dele recebidos, desde 1 de Janeiro anterior, 3 moios de pão meado que rendem os casais e quinta da Guarda, na Mouta Santa, renda que de el-rei trazia o infante D. Pedro, e mais 1.600 reais brancos e 50 almudes de vinho, um moio de pão e 3 capões que ao monarca haviam de pagar os moradores de Abiul e termo, como pagavam ao sobredito infante.

ANTT., *Estremadura*, liv. 8, fl. 244 v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que, comsiramdo nos os mujtos seruiços que rrecebemos e emtendemos rreceber ao diante de Duarte Borjes, nosso guarda rroupa, e querendolhe fazer graça e merçee;

Teemos por bem e damoslhe que tenha e aia de nos, des primeiro dia de janeiro que foi desta era em diante, em dias de sua uida, tres moyos de pam meado, que rrezoadamente rrendem os casaaes e quintãas da Guarda, que he na Mouta Santa, que soia dauer o jffante dom Pedro, que de nos trazia a rrenda dos ditos casaaes, e mais mil e seiscentos rreaes brancos e cincoenta almudes de uinho e hũu moyo de pam e tres pares de capõoes que nos ham de pagar os moradores dAbeul e seu termo, segundo pagauam ao dito jffante.

E porem mandamos ao nosso comtador da dita comarca e ao nosso almoxariffe e officiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer, per qualquer guisa que seia, que façam acudir ao dito Duarte Borjes com o dito pam e uinho e dinheiros, segundo todo auia o dito jffante e ho nos aueriamos, se se pera nos rrecadasse, sem outro embargo algũu. E, se o dito pam e uinho e dinheiros he posto em rrecepta sobre algũu nosso official, per o trelado desta carta que o escpriuam de seu officio rregiste em seu liuro, mandamos aos nossos comtadores que lho rrecebam em despesa. E o dito Duarte Borjes tenhaa, pera sua guarda.

Dada em Lixboa, ix dias de julho. Gonçalo Cardoso a ffez. Anno do Senhor de mil iiij^{c} Rix.

62

10 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Diogo Gonçalves Peixoto, cavaleiro do infante D. Henrique, morador na cidade do Porto, a doação da terra de Penafiel de Sousa.

ANTT., *Além-Douro*, liv. 1, fl. 74. Inserta na de confirmação de el-rei D. Manuel I, de 18 de Julho de 1497, e nas de el-rei D. João III de 11 de Fevereiro de 1524 e de 6 de Fevereiro de 1533.

Dom Afomsso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Allgarue, ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que Dioguo Gomçalluez Peixoto, morador na çidade do Porto, caualeiro do jfamte dom Amrrique meu muyto prezado e amado tyo, mostrou perante nos

hũua carta que tinha do muyto alto e muyto eiçelemte primçepe da groriossa memoria, elrrey meu ssennhor e padre, cuja allma Deus aja, da quall o theor tall he.

Segue-se a carta de el-rei D. Duarte, de 7 de Janeiro de 1434.

Pidimdonos o dito Dioguo Gomçalluez por merçe que lhe comfirmassemos a dita carta; e nos, visto sseu rrequirimento, querendolhe fazer graça e merçe, temos por bem e comfirmamoslha ssegumdo em ella he contheudo.

E porem mandamos aos veadores de nossa fazemda e comtadores, juizes e justiças e allmoxarifes e outros quaesquer que esto ouuerem de ver e esta carta for mostrada, que lhe cumpram e guardem e façam comprir e guardar a dita carta, ssegumdo em ella e em esta nossa comfirmaçam he comtheudo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, assynada per nos e assellada do nosso ssello pemdemte. E all nom façades.

Damte em a nossa muy nobre e muy leall çidade de Lixboa, a x dias de julho. Elrrey o mandou. Ruy Diaz a fez. Anno do Sennhor de mjll iiij^{c} Rix annos.

63

14 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a manter a João Teles forno de cozer pão bem como vinhas, figueirais, terras de semeadura e casas em Faro e em Tavira, como as trouxera Garcia Moniz, pois, por engano, o monarca doara o forno a Rui Valente, cavaleiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 72, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 3, fl. 262.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Tellez, nosso caualleiro, teemos por bem e queremos que elle tenha e aja de nos, emquanto nossa merçee for, des primeiro dia de janeiro que ora foy da era do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix en diante, hũu forno de cozer pam, que teemos em a ujlla de Faarom, que de nos trazia Garçia Moniz, proueedor

Copyrighted material

que foy da nossa fazenda no rregno do Algarue, o quall he junto com as nossas cassas em que o dicto Garçia Moniz moraua, e mais quatro courellas de ujnhas com figueiraaes e hũu fferregeall que teemos na dicta villa de Faarom, honde chamam a Atallaya, e mais hũu[a]s terras de pam que auemos em Tauilla, em lugar honde chamam Caçella, e esso meesmo as cassas que som fora da morada das outras do dicto Garçia Monjz, em que tijnha azeite e madeira, que he da parte da praça, que ssom aforadas, que todo o dicto Garçia Moniz trazia de nos; o quall forno e courellas de ujnhas e figueiraaes e terras de pam e cassas susodictas nos praz que o dicto Joham Tellez assy aja e tenha de nos, como dicto he, e segundo todo o dicto Garçia Monjz possuya.

E porem mandamos aos nossos veedores da fazenda e contadores e almoxarifes e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pessoas a que o conheçimento desto perteençer per quallquer guissa que sseja que, des o sobredicto tempo, metam o dicto Joham Tellez, per ssy ou per sseu çerto procurador, em posse do dicto forno e vijnhas e fegueiraaes e terras de pam e cassas com todas ssuas confrontaçõoes e lhas leixem teer e auer com todas ssuas noujdades e rrendas e djreitos dellas, assy como as nos aueriamos, sse sse pera nos rrecadassem; porquanto nos praz que elle aja e tenha assy as dictas propriedades, emquanto nossa merçee for, pella guissa susodicta, ssem outro nehũu enbargo que a ello ponhaaes.

E, sse as dictas rrendas e djreitos sobre algũu nosso ofiçiall ssom postas em rreçepta, per o trellado desta carta e per o conheçimento do dicto Joham Tellez mandamos aos nossos contadores que lho rreçebam em despesa. E o dicto Joham Tellez tenha esta carta, pera ssua guarda.

E, porquanto nos fezemos merçee do dicto forno a Ruy Vallente, caualleiro da casa do jffante dom Henrrique, nosso muyto preçado e amado tio, nom nos nenbrando como o ja tijnhamos dado ao dicto Joham Tellez, mandamos ao dicto nosso contador e offiçiaaes que, ssem enbargo da merçee que assy fezemos ao dicto Ruy Vallente, tornem aa posse do dicto forno o dicto Joham Tellez, porque a nos praz de o elle auer assy e pella guissa que em esta nossa carta faz mençom e o auya ante que a dicta merçee fezessemos ao dicto Ruy Vallente, ssem outro enbargo.

Dada em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, xiiij dias de julho. Aires Gomez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

Copyrighted material

64

15 JULHO 1449

Carta do infante D. Henrique, regedor e governador do Mestrado da Ordem Militar de Avis, por mandado de el-rei e até lhe virem as letras apostólicas respectivas, a ordenar ao prior e freires da mesma Ordem emprazem a Diogo Gonçalves, seu escudeiro, em três vidas, certas casas da Rua das Esteiras, em Lisboa, pertença da Ordem, por 250 reais; pois, segundo informe que mandou tirar por Alvaro Pais, seu escudeiro e almoxarife, nelas reside João Martins, barbeiro, sem qualquer titulo de aforamento (1).

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 675, inserta na carta de emprazamento de 28 de Julho de 1499. Original, em pergaminho.

Dom prior amjgo e freires do conuento da caualaria do meestrado da ordem dAujs.

O jfante dom Enrrique, rregedor e gouernador, per mandado delrrej, meu ssenhor, da caualaria do dicto meestrado atee me vijrem as leteras do ssenhor ssanto padre, uos faço saber que a mjm foy dicto como o dicto moesteiro tijnha hũas cassas na çidade de Lixboa, na Rua das Esteiras, das quaaes eu mandey tomar posse, por parte da hordem, a Aluaro Paaez, meu escudeiro e almoxarife das mjnhas cousas na dicta çidade, e que ell soubesse da quall que em ellas achase o titollo per que as tijnha e que asy lhe rrequerese dello escriptura, pera a ueer.

E escripueome (2) o dicto Aluaro Paaez como tomara a dicta posse e que lhe dissera Joham Martijnz, barueiro, que neellas moraua, que elle as tijnha aforadas, mais que nom tijnha dellas escriptura. Pedindome logo, por merçee, Diogo Gonçaluez, meu escudeiro, morador em a dicta çidade, que lhas mandase enprazar em tres pesoas. E porque a mjm praz dello, porem eu uos emcomendo e mando que uos lhe façaaes enprazamento das dictas cassas nas dictas tres persoas e que elle de e pague, em cada hũu anno, ou aquelles que ell depois de sy nomear, aa dicta hordem dozentos e çjncoenta rreaes. E sobresto lhe nam ponhaaes duujda algũa nem embargo.

Fecta em Tomar, xb dias de julho. Joham Baldaya a fez, mjll iiij^{c}Rix.

---

(1) A administração do Mestrado de Avis fora entregue por el-rei ao infante em 27 de Maio anterior (Cfr. o DOC. 50).

(2) No ms. *escripueyme*.

65

16 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Meneses a convenção e composição feita entre ele e o infante D. Henrique em 10 de Abril de 1443, sobre a dívida de 2.500 coroas de ouro, proveniente da venda pelo primeiro ao segundo de quintas, bens e padroados de igrejas em terra de Seia, na Covilhã e no Catrão.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 89 v., — texto que se reproduz; e, em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 75. A carta segue a confirmação do regente D. Pedro, de 16 de Maio de 1443, à qual porém não alude.

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que dom Duarte de Meneses, etc., nos mostrou hũu estormento pruuyco, que pareçia ser fecto e assynado pello taballiam em elle nomeado, do quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da convenção de 10 de Abril de 1443, — o DOC. 25 do nosso vol. 8.

E, apresemtado o dito estormento, o dyto dom Duarte nos disse que, porquamto o dito senhor yffamte dom Amrrique rrequeria comfirmaçam delle, que porem nos pedia por merçee que lho comfirmassemos.

E nos, visto seu dizer e pedyr e queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e comfirmamos e outorgamos e aprouamos e rretificamos o dito estormento pella guysa que fecto he e o avemos por boom. E, de nosso poder absolluto, suprimos quallquer defecto que sse em elle contenha, nom embargamdo quaaesquer dereitos, custumes, façanhas ou hordenaçõoes geeraaes ou particullares, ajmda que taaes seiam de que deuesse ser fecta expressa mençom em esta nossa carta de confirmaçom; as quaaes nos aquy avemos por expressas e expressamente nomeadas, que a esto forem comtrayras, e as cassamos, anullamos, jrritamos e queremos que nom valham, emquamto poderiam anullar ou em algũua guysa embargar, em todo ou em parte, esta nossa carta de comfirmaçom. A quall mandamos a todallas nossas justiças que a cumpram e guardem e façam comprir e guardar como em ella he comtheudo. E all nom façades.

Dada em a nossa muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa, xbj dias do mes de julho. Joham de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Rix.

Copyrighted material

66

18 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara municipal do Porto, a confirmar-lhe os privilégios e a responder a diversos assuntos, na qual se afirma, nomeadamente, haver alegado o município não poder prestar contas das obras da Rua Nova, dos tempos passados, porquanto as pessoas em que toda a governança da cidade era viviam com o infante D. Pedro; e, por favorecerem os seus, as não tomavam e ainda Pedro Afonso e Álvaro Gil, respectivamente corregedor então da comarca e escrivão da câmara, houveram à mão alguns livros das obras e os levaram ao dito infante e, por mais que a câmara os requisitasse, nunca os obteve.

GHCP., *Pergaminhos*, vol. 5, doc. 9, em pública-forma notarial sobre pergaminho, de 18 de Março de 1469, feita na Câmara do Porto, a requerimento de Fernão Anes de Caminha, cidadão e procurador da cidade, sobre o original, em papel, com receio de que este se perdesse.

Regedores, ofiçiaaes, comçelho e homees boos. Nos elrrey uos emviamos mujto ssaudar.

Vimos a carta de creença que nos emviastes per PedrEannes e Vaasquo Fernandez, nossos serujdores, vossos vizinhos, per a quall nos pidirom, da uossa parte, as coussas ajuso escpritas. E, ao pee de cada hũu capitollo, acharees nossa rreposta.

Jtem, que nos pidijs que uos mandassemos dar nossa carta de confirmaçom de uossos preujllegios e boos vsos e custumes. A nos aprouue de uos esto outorgar, a quall uos emviamos per os sobredictos.

Jtem, que essa çidade auja çerta enposiçom dos vinhos, a quall ffora tomada per elrrey meu auoo, da esclareçida memoria, que Deus aja, pera as obras dessa Rua Noua, dizendo que, tanto que ffosse acabada, loguo uolla dessenbargaria; e que, despois, per o jffante dom Pedro, em rregendo nossos rregnos, uos dera por ello, em cada hũu anno, dous contos. E que nos pediees que uollo outorgassemos assy. Ante que a ello dessemos determjnaçom, nos emviaae mostrar as cartas e priujllegios que teendes e como uos esto perteeçe. E entom proueeremos ssobreello e auerees nosso dessenbargo.

Jtem, que uos ffora dicto que allgũuas pessoas nos tijnham pedidos os djnheiros que ffossem achados, per bem da conta que ficarom por despender das obras da Rua Noua e rrepayramento dos muros dessa çidade e asy da conpra e venda do ssall, nomeando logo pera ello contadores

açeptos a elles; e que, porquanto esto perteeçija a uos, nos pediees por merçee que uos nom possessemos em ello algũu enbargo e uos leixassemos todo auer, pois vosso era, e ffilhar vossas contas per aquelles que pera ello hordenastes, como ssenpre teuerees em custume. As quaees contradiziees que nom podestes ffilhar nos tempos passados; porquamto as pessoas em que toda a gouernamça da çidade era viujam com o jffamte dom Pedro. E, por darem fauor aos seus, as nom filhauom e que PedrAfonso, que foe corregedor em essa comarca, com Alluoro Gill, escpriuam dessa camara que entom era, por fauorizarem os que as aujam de dar, ouuerom a mãao allgũus liuros que a essas obras perteeçijam e sse fforom a Cojnbra, pera o dicto jffante; e que, sseegundo pressumijs, os leuarom la pera em elles corregerem o que lhes aprouuese, por a uerdade nom seer sabida e a çidade perder o sseu. E, posto que per uos e per PhelipEannes, corregedor, lhes ffossem rrequeridos, ssenpre deneguarom de os entregar e conluyosamente ffezerom alluara per o quall Pedro Afonsso conffessaua que, como corregedor, tijnha os liuros em sy, pera filhar as dictas contas; e que nos pediees por merçee que, pois taaes diujdas uossas eram, as nom enbargassemos e uollas leixassemos auer e tomar uossas contas per aquelles que pera ello hordenassees, como tijnhees em custume; e, ssem embargo do dicto alluara conluyosso de Pedro Afonso que o dicto Alluoro Gill alleguaua, o costrangesemos que uos entreguasse os liuros que em seu poder forom e nom pareçiam.

E, visto per nos, acerca desto, uosso rrequerimento, como quer que bem podessemos mostrar que taaes dyuydas nos perteecijam; queremdouos ffazer graça e merçee, ssem enbargo de as a outrem teermos dadas, nos praz uollas outorgar, como pedijees. E mandamos que as ajaaes e ffilhees vossas contas per os que pera ello hordenardes e costrangaaes o dicto Aluoro Gill que entregue os liuros que a esto perteeçem e em seu poder forom.

Jtem, nos pedijees que prouuessemos sobre os grandes dapnos que rreçebees dos jngresses e bretões ou uos leixassemos com elles e aueriees emtregua das grandes perdas que uos asy faziam. E, quanto aos jngresses, uos sabees bem as boas pazes que com elles teemos; e, sse allgũua coussa uos teem ffilhada, a nos nom praz dello. E os que per elles forem dapnjfficados rrequeyram elrrey de Jngraterra; e, sse lhes nom fezer entreguar o sseu, tragam ssua rreposta, per escpritura puurica, e nolla mostrem e prouereemos ssobreello como justo e rrazom ffor. E, na parte dos bretõoes, nos lhe teemos dada segurança por çerto tenpo e elles nos ham denuyar a sua. E esto porque muyto desejamos que todos nossos naturaaes viuam em boa paz e assessego. E uos teende auysamento de uos delles guardardes por estes dous annos, em os quaees sse esto, com a graça de Deus, determjnara. E pera entom nos rrequeree e uos mandaremos a magneira que com elles ajaaes de teer.

Copyrighted material

Jtem, ao que nos enuyauees pedir que proueesemos sobre o grande dapno que nos e ho nosso pouoo rreçebiamos pellos jenoeses e frorentijs comprarem as mercadorjas per nossos rregnos e as carregarem pera honde lhes praz, o que dizees que nunca se custumou fazer e o defende a nossa hordenaçom, muyto uos teemos em serujço esto que nos assy enuiastes dizer; e, a Deus prazendo, em breue tenpo proueeremos açerca dello, como nos rrazom pareçer, de guissa que nos e nosso pouoo nom rreçebamos perda.

Jtem, ao que nos pediees por merçee que Fernam Coutijnho nom fezesse as cassas de Monchique nem esteuesse em ellas e uos conprisemos e guardasemos uosos priujllegios, que dizees que o deffendem, ja uos mandamos dar carta de confirmaçom dos dictos vossos priujllegios. E, sse uos allguem comtra elles ffor, a nos praz de uos guardarmos em todo vosso dereyto e uos mandaremos conprir como em elles he contheudo.

Jtem, ao que dizees que nom desemos liçença pera sse llaurar moeda preta (1), porquanto era destroiçom de nossa terra, muyto uos teemos em serujço vosso pititorjo. Porem, prazendo a Deus, tanto que formos em ponto pera bem podermos proueer sobrello, o determjnaremos como entendermos que he mais nosso serujço e bem do nosso povoo.

Jtem, nos foe dicto da uossa parte que as naaos e nauyos de nossos rregnos sse nom podem bem fazer nem auyar ssem tomarem djnheiros a caynbos e que uos fora dicto que allgũuas pessoas, com desordenada cobijça, nos pedijam e teem pedidos os beens dos que taaes djnheiros dauom e rreçebiam a caynbos, dizendo que era husura, allegando pera ello nossa hordenaçom, e que desto sse segujrja [a] nossos dereytos grande dapno e a uosoutros perda, allegando as rrazõoes por que. E nos pediees por merçee que de uossas mercadorjas e caynbos uos leixasemos hussar como ataaquy fizerees, sem cayrdes por ello em pena allgũua. Vosso rrequerimento auemos por boo. E mandamos que hussees de uossas mercadorjas e caynbos como ataaquy husastes, ssem por ello encorrerdes em coussa allgũua. E, sse algũuas cartas sobre esto ssom passadas ou ssentenças contra allgũuas pessoas, mandamos que nom valham, porque o auemos asy por nosso serujço e bem de nossos naturaaes.

Jtem, nos rrequerees que uos fezesemos rrestetuyr quatro mjll e çento e des corroas que, este anno passado, a naao Pinta e do Prado tomarom os jngresses e lhes nom forom entregues, quando lhes entregarom a mais mercadorja, ssegundo dizees que sse mostrara pollo liuro e rrooll da carregaçom e aualljas. Sobre esto fazee hũua emformaçom, declarando em ella estes dapnaficamentos quaees som e per que pessoas dos jngresses lhes fforom ffilhadas e a daae ao corregedor da nossa corte

(1) De prata?

e nos fallaae sobre ello, pera proueermos sobre o dicto dapno como justo e rrazom for.

Scprita em a çidade de Lixboa, xbiij° dias de julho. Martim Alluarez a fez. Era de mjll iiij° Rix. E eu, Ruj Galluom, sacretarjo do ssenhor rrej e caualleiro da sua casa, esta carta fiz escpreuer.

67

18 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Pais, almoxarife do infante D. Henrique em Lisboa, para couteiro e guarda-mor das matas, quintas e pinhais régios do Ribatejo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 168.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Aluaro Paaez, almoxarife do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, em esta cidade; teemos por bem e damollo por couteiro e gardador moor das nossas matas e quintaas e pinhaaes de Ribatejo, segundo soia de seer (1).

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e aos jujzes dAlmadaa e de todo Ribatejo e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que, ssem embargo de o dicto ofiçio teer per nossa carta Fernam Vaasquez de Castell Branco, rrecebedor da nossa sissa das herdades e panos de linho da dicta çidade de Lixboa, metam logo em posse o dicto Aluaro Paaez e o leixem serujr e hussar delle e auer o mantijmento e prooes e direitos que a elle pertençem e outro nhũu nom, ssem outro embargo algũu. O quall jurou em a nossa chancelharia, aos santos auangelhos, que, bem e direitamente e como deue, obre e husse do dicto ofiçio e garde a nos o nosso serujço e ao poboo sseu direito.

Dada em Lixboa, xbiij° dias de julho. Gonçalo Cardosso a fez. Anno de mjl iiij° Rix.

---

(1) Parece faltar aqui Fernam Vaasquez de Castell Branco; pois, como abaixo se diz, ele era o detentor do cargo.

68

18 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, dispensa os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e demais ilhas do dito infante do pagamento da dízima e portagem de todas as mercadorias e coisas que das ditas ilhas trouxerem ou mandarem ao reino (1).

ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, n.º 35, inserta no pergaminho original da confirmação de D. Manuel de 28 de Setembro de 1496, porém com o mês errado, Junho por Julho — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 24, fl. 63 v., incluída na de confirmação de 16 de Outubro de 1482; *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 37, fl. 43 v.; *Chancelaria de D João III*, liv. 27, fls. 1 e 37; e ADF., *Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal*, t. 1, fl. 275 v., em cópia do séc. XVI.

Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 468-69.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Purtugual e do Alguarue e ssenhor de Cepta.

A quamtos esta carta virem fazemos ssaber que nos, queremdo fazer graça e mercee aos moradores das ylhas da Madeira e da jlha do Porto Samto e das outras jlhas do jfamte dom Emrrique, meu muyto amado e preçado tijo, pollo do dicto ifamte, que nollo por elles pedio; teemos por bem e quitamoslhe a dizima e portajem de todallas mercadorias e cousas que das dictas jlhas a estes nossos rreinos trouuerem ou mandarem.

E porem mamdamos aos almoxarifes ou rrecebedores das nosas alfamdegas e portajees que em os luguares de nossos rreinos teemos e a outros quaaesquer oficiaaes e pesoas a que esta carta for mostrada ou ho trellado della em pubrica forma, feita per auctoridade de justiça, que lhes nam leuem nem demandem a dicta dizima nem portajem das mercadorias e cousas que forem certos que sam dos moradores das dictas jlhas, que asy a estes nossos rreinos trouuerem ou mandarem. E lhe cumpram e guardem e façam todo esto comprir e guardar, asy e pella guyssa que em esta nossa carta he comtheudo, sem outro algum embarguo que lhes sobre ello seja posto. E al nom façades.

---

(1) Isenção idêntica, a pedido do infante D. Henrique, fora concedida, por 5 anos, em 1 de Junho de 1439 (Cfr. o DOC. 135 do nosso vol. 6) e, sem prazo marcado, como no presente diploma, em 28 de Março de 1444 (DOC. 94 do vol. 8).

Dada em a nossa muy nobre e leal cidade de Lixboa, xbiij dias de julho (2). Ruy Memdez a fez. Anno do nacimento de Noso Senhor Jhesũu [Christo de mjl e iiij^{c} e] Rix annos (3).

69

22 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar Álvaro Eanes, residente no Porto, dos encargos do concelho, por ele ser casado com sobrinha do Dr. Fr. Pedro, confessor do infante D. Henrique, a pedido deste.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 22 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes da nossa çidade do Porto, e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, saude.

Mandamosuos que nom costrangaaes nem mandees costranger que sirua em algũus encarregos desse conçelho AluarEanes, morador em a dicta çidade, porquanto nossa merçee he sseer dello rrelleuado, pollo do jffante dom Henrique, meu mujto prezado e amado tio, que nollo por ell pedio, porque cassou com hũua sobrinha do doutor frey Pedro, confessor do dicto meu tyo. Sem outro enbargo, que a ello ponhaaes.

Fecta em a çidade de Lixboa, xxij dias de julho. Aluaro Vieira a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

---

(2) Nas demais cópias lê-se *Julho*, o que nos parece exacto; por isso, substituímos aqui o *Junho* do manuscrito por *Julho*.

(3) Completámos este final pelas demais cópias, em que aliás abundam as omissões de palavras e variantes de texto, introduzidas pelos copistas.

70

22 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Estêvão Eanes, o Moço, residente em Buarcos, para piloto da foz do Mondego e a privilegiá-lo, a pedido do infante D. Henrique, pois este o incumbira de tirar daquela foz os navios pelo infante ali mandados carregar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 112 v. A carta vai seguindo a do regente D. Pedro de 12 de Novembro de 1441, de que é confirmação, posto a não cite.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a EsteuEannes, o Moço, morador em Buarcos, a rrequerimento do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado tio, porquanto nos disse que ell lhe tijnha dado carrego de tirar os seus nauyos da foz do Mondego, que hi mandaua carregar; teemos por bem e damollo por pilloto da dicta foz.

E queremos que, daqui en diante, seja priuilligiado e escusado de pagar em peytas, fintas, talhas, pedidos e enprestidos que per esse conçelho sejam lançados e esso meesmo dauer os ofiçios e encarregos do dicto conçelho, nem vaa com pressos e djnheiros nem sirua em outros nehũus encarregos do conçelho nem seja titor nem curador de nehũus horfoons, saluo sse a tetoria for lidema.

Outrosi, mandamos e defendemos que nom seja nehũu tam oussado, de quallquer condiçom e estado que seja, que pousse em ssaas cassas de morada, adegas nem cauallariças nem lhe tomem rroupa de cama, palha, lenha, galinhas, bestas de ssella nem dalbarda, pescados e gaados nem outra algũua coussa do sseu contra ssua vontade, sob pena dos nossos encoutos de sseis mjl ssoldos, que mandamos que pague pera nos quaeesquer que lhe contra esto forem.

E mandamos ao nosso almoxarife da dicta villa e ao escpriuam do dicto ofiçio que os rrecadem pera nos, sob pena de os pagarem de ssuas cassas. E, em casso que lhe alguem contra ello vaa ou queira hir, mandamos a uos, nossas justiças, que lho nom consentaaes, ca nossa merçee he de ell de todo seer quite e escussado, como dicto he.

Dada em Lixboa, xxij dias de julho. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix. Ruy Galuam a fez escpreuer.

71

26 JULHO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Nuno Martins, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de Fernão de Almeida e de Diogo de Almeida, criados do infante D. Pedro, por haverem estado com ele em Alfarrobeira.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 129.

Dom Affonsso, etc.

Jtem, carta de Nuno Martijnz, escudeiro do yffamte dom Amrrique, per que lhe fazem merçee de todollos beens mooues e de rrayz de FernamdAlmeyda e de Diego dAlmeyda, criados do yffamte dom Pedro, por serem na batalha da Alferrobeyra com o dito yffamte dom Pedro comtra a pessoa e rreall estado delrrey, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, xxbj dias de julho. Aluaro Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} e Rix.

72

27 JULHO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar que no almoxarifado de Santarém e do rendimento do serviço velho e novo dos judeus, se paguem anualmente 50.000 reais brancos, desde 1 de Janeiro seguinte, a Fernando Álvares Cardoso, deão de Évora, seu confessor e prior da igreja de Santa Maria de Povos, do padroado régio, o qual a cedera e fora permutada pelo monarca com o infante D. Henrique pelas comendas e priorados de Mogadouro, Penarroias e Bemposta, da Ordem de Cristo, para os rendimentos destas serem dados a Álvaro Pires de Távora, do seu conselho, até lhe serem pagas 2.333 coroas, em débito pelo seu casamento com D. Leonor da Cunha.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 167 v.

Copyrighted material

Dom Affonso, etc.

A uos, Gonçalo Galuom, nosso almoxariffe em Santarem, e ao scpriuam desse officio e aos (1) que depois uos ueerem por nossos almoxariffes e scpriuãaes e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que, seendo FernamdAluarez Cardoso, dayam dEuora e nosso confesor, prior da jgreia de Sancta Maria de Pouoos, que he do nosso padroado, nos escambamos a dicta jgreia com o jffante dom Anrrique, meu mujto prezado e amado tio, rregedor da ordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, com outorga e consentijmento do comendador mor, craueiro e comendadores da dicta ordem, que a todo forom presentes, por as comendas e priorados do Mogadoiro e Penaroias e a Bemposta, com todos seus derectos das dictas comendas e suas perteenças, que eram da dicta ordem de Christos, pera nos e os rrex que destes rregnos forem nossos sobcesores fazermos per sempre o que nosa merçee for e a dicta jgreia ficar e seer apropriada da dicta ordem, segundo compridamente he conteudo em scprituras pubricas que antre nos e elles se pasarom (2). As quaaes rendas das dictas comendas e priorados com todas suas perteenças a nos praz que teenha e aja Aluaro Pirez de Tauora, do nosso conselho, daqui em diante, atee lhe pagarmos duas mjl e trezentas e trinta e tres coroas que lhe forom outorgadas em casamento com dona Lianor da Cunha, sua molher (3).

E queremos que o dicto dayam aja de teença, por a dicta jgreia, cin-

---

(1) Aqui, no ms., um *de* a mais, por isso omitido.

(2) Desconhecidos os textos aqui referenciados.

(3) A presente divida remonta ao reinado de D. João I que, por carta de 18 de Junho de 1394, prometera, em casamento de Alvaro Pires de Távora com D. Leonor da Cunha, 3.500 coroas de ouro do cunho do rei de França, logo substituídas pelo monarca, por então lhas não poder dar, pela tença anual de 1.280.323 libras, e com a condição de que, uma vez pago o terço das coroas, se reduzisse também de um terço a tença (*Chanc. de D. João I*, liv. 4, fl. 136). Tendo depois el-rei D. Duarte liquidado a terça parte da divida, passou a tença anual a 24.459 reais brancos, pagos no almoxarifado da Torre de Moncorvo (*Além-Douro*, liv. 4, fl. 196 v.), até que, em 1449, pelo presente documento, o Távora passou a receber, de 1 de Janeiro de 1450 em diante, os rendimentos das comendas e priorados de Mogadouro, Penarroias e Bemposta, cedidas pelo infante D. Henrique a D. Afonso V, em escambo pela igreja de Povos, do padroado régio. Afinal, apurado que tal permuta era anti-jurídica e raiava pela simonia, o próprio Rei Africano recorreu ao papa Calisto III, que pela bula *Ex apostolice servitutis*, de 18 de Março de 1456, mandou dar sem efeito a troca, para o que nomeou executor o Vigário Geral de Lisboa. Este, após a respectiva inquirição, em que D. Henrique não se fez representar, proferiu sentença definitiva em 11 de Janeiro de 1457, repondo as coisas em seu primitivo estado, devolvendo, portanto, as comendas à Ordem de Cristo e a igreja de Santa Maria de Povos ao padroado régio (ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 130 v., e *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 158).

quoenta mjl rreaaes brancos ou cinquoenta e cinquo marcos de prata ao tenpo da paga, que he outro tamto como ora monta nos dictos djnheiros. E esto des primeiro dia de janeiro que ujnra de iiij^{c} e L anos em diante, em cada hũu anno, per aquello que render o nosso seruiço uelho e nouo dos judeus dessa uilla de Santarem, os quaaes auera per esta guisa, a saber, vijnte e quatro mjl e quatrocentos e quoreenta e oyto rreaaes que o dicto Aluaro Pirez de nos auia, de teença em cada hũu ano, no almoxarifado da Torre de Mencoruo, ataa que lhe paguemos as dictas duas mjl e trezentas e trinta e tres coroas e vijnte e cinquo mjl e qujnhentos e quoreenta e tres reaaes brancos daquello que Breatriz Eannes, sua madre, de nos ha de sua teença enquanto nossa merçee for, aa qual prouue de os auer o dicto Aluaro Pirez, e a el prouue de todo esto assy leixar, por auer as dictas rendas das dictas comendas e priorados.

Os quaaes cinquoenta mjl rreaaes o dicto dayam auera ataa que, pella graça de Deus, lhe per nos seia encaminhado algũu arcebispado ou bispado ou outro beneficio de que elle com razom deua seer contente. E, tanto que o ouuer, nom auera mais a dicta teença, a qual ficara a nos, pera della fazermos o que nossa merçee for, ataa pagarmos ao dicto Aluaro Pirez as dictas duas mjl e trezentas e trinta e tres coroas, por que lhe assy damos as dictas rendas e derectos das dictas comendas. E, tamto que o pagarmos dellas, as dictas comendas e priorados e teenças ficaram a nos liuremente, pera dello fazermos o que nos prouuer.

Porem uos mandamos que, daquello que por nos rreceberdes do rendimento do seruiço uelho e nouo dos judeus da dicta uilla, des o dicto primeiro dia de janeiro de iiij^{c} e L anos em diante, lhe paguees os dictos cinquoenta mjl rreaaes em cada hũu anno, como dicto he. Dos quaaes lhe farees boom pagamento, em fim de cada hũu quartel, primeiro que façaaes outras nhũuas despesas da dicta rrenda, posto que nom tenhaaes o asentamento, e doutros quaaesquer mandados e defesas que em contrairo ajaaes. E, nom comprindo uos assy, teendo uos djnheiros da dicta renda e o nom pagando, a nos praz que, por cada hũu dia em que o assy nom pagardes, pasado o quartel, lhe paguees de pena, aa uossa custa, cinquoenta rreaaes e mais as custas que sobrello fezer.

E, per esta carta, mandamos ao nosso corregedor e juizes da dicta uilla que o façam assy comprir; porquanto a nos praz que, em espiçial seia primeiramente pago da dicta conthia, em cada hũu quartel; que outro nhũu. E uos fazee, em cada hũu anno, rregistar esta carta no liuro desse almoxarifado, por saber como esto a dauer, e cobraae seu conhecimento, pollo qual uos rrecebeu os dictos djnheiros, em despesa. E o dicto daiam tenha esta carta, pera sua guarda.

Dante em Lixboa, xxbij dias de julho. PedrEannes a fez. Anno do Senhor de mjl e iiij^{c} e Rix anos.

73

28 JULHO 1449

Emprazamento pela Ordem Militar de Avis e por mandado do infante D. Henrique, regedor e governador do seu Mestrado, de casas em Lisboa, na Rua das Esteiras, a Diogo Gonçalves, escudeiro do dito infante, ali morador.

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 675. Original, em pergaminho.

Saibham os que esta carta daforamento e outra tall, anbas de hũu theor, virem que, aos vijnte e oyto dias do mes de julho, anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos quareenta e noue annos, em a ujlla dAujs, dentro no conuento da dicta villa, na cassa do cabidoo, estando hj ho honrrado rreligioso frey Martinho, dom prior do dicto comvento, e frey Gonçalo, cantor, e frey Lourenço, sancristam, e frey Afomso Rigo e frey Joham de Pernez e frey Gonçallo, todos de mjssa, e frey Fernando e frey Diego Cachos e frey Afomso de Fronteira e frey Diego, vigairo depistolla, e frey Joham e frey Vaasco e frey Joham Paaez, todos freires profesos, conuentuaes do dicto moesteiro; estando todos juntos, em cabidoo e como cabidoo, per canpaa tangida, segundo costume pera esto, foy hj proujcada hũa carta do jfante dom Enrique, da quall o theor tall he, que se segue.

Segue-se a transcrição da carta do infante D. Henrique de 15 de Julho anterior, — o nosso DOC. **64.**

A quall carta, asy mostrada per Diogo Gonçaluez, conthudo em ella, logo os sobredictos dom prior e freires, satisfazendo a ello per cabjdoo, como dicto he, deram as dictas cassas de prazo ao dicto Diogo Gonçaluez por as dictas tres persoas, como dicto he, em o preço dos dictos dozentos e cjncoenta rreaaes, os quaaes ha de pagar aa dicta hordem, em cada hũu anno, por o dja de Natall.

E, se o ell e seus sobçesores nam pagarem, que a ordem, per seus homeens, sem outro rrequerimento de justiça, os posa penhorar por ello. E que ell as nam posa vender, as dictas casas, nem emalhear a persoa que seja das defesas em djreito; e, quando as de vender ouuer, que o faça saber se as quer a ordem, de tanto por tanto; e, nam as querendo, lhe daram licença que faça dellas seu proueito.

E se obrigaram, pellos beens da mesa do dicto senhor, de lhas defender de quem quer que lhas queira enbargar, sob pena de lhe corregerem todas perdas que se lhe dello segujrem.

E o dicto Diogo Gonçaluez filhou e rreçebeo em sy as dictas cassas por as dictas tres persoas, asy e pella gujsa que as tem o dicto Joham Martijnz, com sua loja, de prazo e por o dicto preço, e se obrigou pagar, em cada hũu anno, e manteer todo o conteudo na dicta carta. E, nam conprindo e pagando, que lhe pague todas perdas e dapnos que sobrello rrequereçerem, per todos seus beens, que pera ello obrigaram.

E, em testemunho dello, outorgaram senhas cartas, fectas no dicto logo, dia, mes, era sobredicta. Testemunhas: Joham Martijnz, creligo, e Esteuam Gonçaluez e Joham Sotiro, escudeiro, e outros. E eu, FernandAfonso, tabeliam por ho jfante dom Enrrique em a dicta villa, que esta carta pera a ordem escripuj e meu signall fiz, que tall *(Sinal do notário)* he. Pague xxb rreaaes. Notada.

74

6 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a pedido do infante D. Henrique, para repovoamento das mesmas povoações.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 52 v., — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 21, fl. 143 v., em confirmação de 19 de Maio de 1487; *Chanc. de D. Manuel*, liv. 30, fl. 84, em confirmação de 17 de Maio de 1497; e, em leitura nova, *Guadiana*, liv. 1, fl. 31 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes de Montaluom e dAlpalham e dAres e a todollos outros juizes e justiças a que esto perteençer e esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que o jfante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, nos enujou dizer que hũu desses lugares era de todo despouorado e que jsso meesmo os outros ho erom mall e que, porquanto ssua teençom era de encamjnhar como sse bem podessem pouorar os dictos lugares, por sereem em ssua terra e estarem açerca do estremo de Castella, nos pedia por merçee que lhe mandassemos dar nosso priujlegio pera aquelles que aos dictos lugares quiserem vijr morar daqui en diante, per que fossem escussados e rreleuados de sereem costrangidos pera teerem cauallos e armas nem pareçerem com elles em alardos.

E nos, visto sseu rrequerimento, pollo do dicto meu thio, nossa mercee he serem dello relleuados. E, por esto, teemos por bem e mandamosuos que aquelles que sse pera cada hũu dos dictos lugares veherem ou ora em elles morarem e teuerem ssuas cassas e em elles conthinuadamente viuerem os nom costrangam nem mandees costranger pera ello, ssem outro algũu enbarguo que a ello ponhaaes. Vnde al nom façades.

Dada em Obidos, bj dias dagosto. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix. Ruy Galuam a fez escpreuer.

75

7 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida às autoridades do país, a comunicar-lhes haver-lhe dito o conde de Benavente que, por induzimento e falsas informações, el-rei de Castela lhe tomara as suas vilas e lugares e o extraditara, e que lhe pedira o aceitasse no reino; pelo que, atendendo ao parentesco que tem consigo e aos serviços pelo pai dele prestados a D. Duarte e pelo próprio à rainha D. Leonor e a si e ainda ao grande amparo por ele dispensado em Castela a nossos naturais, ordena, no caso de ele vir, o recebam e à sua comitiva no país, dando-lhes pousadas de graça e mantimento e demais coisas por seus dinheiros, desde que eles não hostilizem os reinos de Castela ou os respectivos naturais (1).

AHNM., *Osuna*, Carpeta 8, n.º 21. Original, em pergaminho, com selo de chumbo, pendente de fios de algodão vermelho e roxo — donde se reproduz.

Publicada, com incorrecções, em *Memorias de Don Enrique IV de Castilla*, t. 2 (e único), ps. 23-24, extraída do Arquivo do conde de Benavente, mas sem indicação de cota.

Dom Afomsso, per graça de Deus rrey de Portugual e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A todollos fromteiros moores, caualeiros, fidalgos, alcaides, corregedores, juizes e justiças de nossos rregnos e a quaaesquer a que esto pertençer e esta carta nossa for mostrada, saude.

---

(1) Aludimos já ao primeiro refúgio em Portugal de D. Rodrigo Afonso Pimentel, 2.º conde de Benavente, autorizado pela carta régia de 28 de Fevereiro de 1449, — o nosso DOC. 8. Mantinha-se ele ainda no país em 1 de Abril seguinte, como consta do DOC. 39, e, provàvelmente, aqui se achou durante o recontro de Alfarrobeira; pois, parece haver regressado a Castela apenas em Julho (Cfr. a *Crónica del Halconero*, cap. 382, e a *Crónica de Don Juan II*, año 1449, cap. 6, p. 665).

Sabede que o comde de Benauente, dos rregnos de Castella, nos fez saber como elrrey de Castella, per enduzimento e falsas emformaçõoes, jmjustamente lhe tomara suas villas e lugares e o corria fora de seus rregnos, sem teer fecta cousa que de tal pena mereçedor fosse. Pedindonos por merçee, alegando algũuas rrazõoes que nos a ello deuyam mouer, e, por husarmos de nossa rrealeza, lhe dessemos, a elle e aos que comssiguo trouxesse, acolhimento, por seu emparo, em nossos rregnos.

E nos, rreconheçemdo o deudo que comnosco tem e como seu padre foy a seruiço delrrey, meu senhor e padre, e el quamto foy a seruiço da rrainha minha senhora e madre, cujas almas Deus aja, comthinuamdo sempre de sser a nosso seruiço, e asi damdo gramde emparo a nossos naturaaes (2); a nos praz que elle aja de nos e em nossos rregnos aquella merçee, boo gasalhado e acolhimento que onestamente lhe possa seer fecto.

E porem uos emcomemdamos e mamdamos a todos em jeeral e a cada hũu em espiçial que, se o caso ueer que aja mester o dicto emparo e acolhimemto, que acolhaaes elle e aos que comssiguo trouxer em nossas uilas e lugares e o homrrees, trautees como cousa nossa, fazemdolhe dar pousadas e camas sem djnheiros e os mamtijmemtos e as outras cousas que mester ouuerem por seus djnheiros, nom fazemdo el, per si nem per os seus, depois que demtro em nossos rregnos for, guerra, mal nem dapno aos rregnos de Castella nem aos naturaaes delles; ca assi he nossa merçee, ssem outro algũu embarguo que a ello ponhaaes.

Dada em a nossa uilla dObidos, bij dias dagosto. Pero Guomçaluez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil quatroçemtos quareemta e noue. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, esta carta fiz escpreuer.

(as.) El Rey . . . Pagou nichil.

Ao fundo: Sobre o comde de Benauente.

---

(2) Conhecidas são as relações de João Afonso Pimentel com el-rei D. João I de Portugal, antes de ele se haver homiziado no reino vizinho e de ali ter sido nomeado 1.º conde de Benavente por Henrique III, em 17 de Maio de 1398 (Cfr. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, caps. 8, 16, 30 e 67; e vol. 2, caps. 38, 60, 68, 69, 71, 104, 112, 140, 155, 167 e 170-72); porém, não temos notícia dos serviços por ele prestados a el-rei D. Duarte e aos quais se refere aqui D. Afonso V. De sublinhar também os prestados, pelos modos, pelo 2.º conde de Benavente, D. Rodrigo Afonso Pimentel, à rainha D. Leonor e o amparo pelo mesmo dado aos portugueses homiziados em Castela durante a regência, em Portugal, do infante D. Pedro, segundo entendemos inferir-se do presente diploma régio.

Copyrighted material

76

13 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, pelos muitos serviços feitos pelo franciscano Fr. Gil de Tavira, abade comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada, a el-rei seu pai e a si mesmo, sendo seu pregador, confessor e mestre, o toma e ao dito mosteiro, servidores e coisas em sua especial guarda, encomenda e defesa (1).

ANTT., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 184.

Dom Affonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que por os muytos seruiços que frey Gill de Tauira, abade do moesteiro de Sam Joham dAlpemdorada, tem fectos a elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, e a nos, em seemdo nosso pregador e confessor e meestre; tomamos elle e o dito seu moesteiro e seruidores e todas suas cousas em nossa espiçiall guarda e emcomenda e sob nosso defemdimento.

E porem rregamos e emcomendamos aos yffamtes e duque, meus muyto prezados e amados jrmãoo [e] tyos, e emcomendamos e mandamos aos comdes e a outras quaaesquer pessoas de nossos rregnos e a todollos corregedores, juizes e justiças delles e a outros quaaesquer offiçiaaes e pessoas a que esto pertemçer e esta carta for mostrada que ajam assy o dito frey Gill e o dito seu moesteyro e todos seus seruidores e cousas por espiçiallmente rrecomendados a nos e, por o nosso, lhes façam toda homrra e gasalhado e os trautem e mandem trautar como cousas nossas, de que gramde carrego teemos.

---

(1) E o franciscano Mestre Fr. Gil Lobo ou de Tavira, figura notável da corte portuguesa do século XV, sobre o qual se podem ver: a nota 4 da p. 262 do nosso vol. 4; os DOCS. 88 e 130 do vol. 5; os DOCS. 87 e 90 do vol. 6 e a nota 1 da p. 319 do vol. 7. Nos anos de 1442 a 1446, Fr. Gil de Tavira, confessor de el-rei D. Afonso V, teve deste a incumbência de receber certos dinheiros das cartas régias de perdão, de que passava alvarás e a que dava o destino indicado pelo monarca (Cfr. os documentos publicados por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 263, 285, 287, 540 e 582). Sobre Fr. Gil, como abade comendatário do mosteiro beneditino de S. João de Alpendorada, podem ver-se, sobretudo, os documentos publicados por SOUSA COSTA, O. F. M., *D. Gomes, reformador da Abadia de Florença*, ps. 96-98 e 161-62. No presente documento, D. Afonso V diz Fr. Gil de Tavira «nosso pregador e confessor e mestre». Foi, portanto, professor do monarca. Ao aludir à cultura intelectual do Rei Africano, SOUSA VITERBO limitou-se a ligeira referência a Fr. Gil, que nem sequer identificou. (*A cultura intellectual de D. Afonso V*, p. 258). Cfr. também o DOC. 90 do presente volume.

E nom consemtaaes que per pessoa algũua, de quallquer estado e comdiçom que seia, lhe seia fecto agrauo nem outra algũua ssemrrezam. E, em caso que lhe fecta seia cousa como nom deue, assy a sua pessoa, como ao dito sseu moesteyro e cousas suas ou cada hũua dellas, lho façam logo correger e emmendar como for rrezam e dereito e lhe cumpram e guardem e façam bem comprir e guardar todollos priuillegios, homrras, liberdades que o dito seu moesteyro de nos tem e lhe nom vãao nem comsemtam hir comtra ellas em maneyra algũua, porque assy he nossa merçee, ssem outro embargo. Seendo çertos que aquelles que o assy fezerem lho agardeçeremos e teeremos em seruiço e do comtrayro nos desprazera e tornaremos a ello, como nossa merçee for. E all nom façades.

Dada em os nossos paaços da Serra, xiij dias dagosto. Vaasco Aabull a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Rix.

77

18 AGOSTO 1449

Contrato matrimonial e termo do matrimónio celebrado em Lamego, nos paços de D. Vasco Fernandes Coutinho, conde de Marialva e marechal do reino, sendo presentes sua mulher, a condessa D. Maria de Sousa, e D. Gonçalo, seu filho primogénito, entre Martim de Melo, fidalgo da casa de el-rei, e D. Beatriz de Sousa, sobrinha da dita condessa e filha de Pedro Gomes de Abreu e de D. Aldonça, para o qual casamento os condes de Marialva marcam o respectivo dote e afirmam ter o infante D. Henrique prometido dar aos nubentes as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços, como soiam ser de João Rodrigues Coutinho.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 133, — texto que se reproduz; e, em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 98, em confirmação de 25 de Maio de 1450.

Saibham quantos este pubrico estormento de contrauto de casamento e dote virem que, no ano do naçimento de Nosso Senhor e Saluador Jhesu Christo de mill e iiij^{c} e Rix anos, dezoito dias do mes dagosto, em a çidade de Lamego, em os paaços da morada do muito honrrado ssenhor dom Vasco Fernandez Coutinho, conde de Maria Alua e marichal de Portugall, estando hi o dicto ssenhor conde e a condessa dona Maria de Sousa, ssua molher, e estando hi outrosi dom Gonçalo, primogenjto dos dictos ssenhores conde e condessa, e estando hi Martim de Melloo, fidalgo da casa delrrej nosso ssenhor, e estando hi outrossi dona Briatiz de Sousa,

sobrinha da dicta ssenhora condessa, filha de Pero Gomez dAbreu e de dona Aldonça, em presença de mym, tabaliam, e das testemunhas auante escpritas, os dictos ssenhores conde e condessa trautarom casamento antre o dicto Martim de Melloo e a dicta dona Briatiz per esta guisa, a saber:

Que o dicto Martim de Melloo, casamdo logo com a dicta dona Breatiz e a rreçebesse por ssua molher, em forma acustumada da santa jgreja, que elles, dictos ssenhores conde e condessa, lhe prometiam a dar, em casamento, duas mil dobras de boom ouro do cunho destes rregnos, ou, por cada peça, cento e R^{ts} rreaes brancos desta corrente moeda, que he em ssoma duzentos e oyteenta mil rreaes brancos, auendo o dicto Martim de Melloo conhoçimento com a dicta dona Breatiz per copulla carnal e doutra guisa nom; e estas duas mil dobras seerem pagadas per beens e herdades e ouro e prata e djnheiros, nom contando panos de vestir nem guarnjmentos de casa, ssaluo sse nas dictas rroupas for ouro ou prata ou pedras de vallor ou aljofar, que esto seia descontado da dicta conthia, per vista de dous homeens boons, que ajam rrazam de o entender; que lhes prazia, ao dicto ssenhor comde e comdessa, que, sse lhes elles nom dessem e entregassem as dictas duas mil dobras ou o uallor, como dicto he, ao tenpo que o dicto Martim de Melloo e dona Briatiz tomarem ssua casa, que elles lhe dauam e pormetiam de dar a ssua terça de Taauares, com ssua quintaa de Bouça, em premda, com todos sseus direitos e foros e rrendas, que os ouuessem liuremente, ssem descontar nhũa cousa, atee lhes a dicta contia seer entregue; e, segujndosse algũu caso que a dicta terra de Taauares ou a quintaa de Bouça fosse enbargada a elles nom poderem auer liuremente com ssuas rrendas, que a elles, dictos ssenhores, prazia e queriam e outorgauam que os dictos Martim de Meello e dona Briatiz podessem auer a dicta contia de duas mil dobras per sseus beens patrimonjaaes e fiscaaes e terras delrrej e sseus morgados.

Outrossi, diseram os dictos ssenhores conde e comdessa que era uerdade que o ssenhor jfante dom Amrrique, por ssua merçee, prometera a dar aos dictos Martim de Meelo e dona Briatiz, em casamento, as quintãas e lugares que dizem Aldea e Pinhanços, com sseus beens proprios, como ssoyam de ser de João Rodriguez Coutjnho; que elles sse obrigam que, se o dicto ssenhor jfante lhes nom fezesse a dicta merçee das dictas quintãas e lugares, como dicto he, e, segujmdosse avijr jnpedimento aa dicta terra, que os dictos ssenhores conde e condessa prazia e praz que o que a dicta terra de Samfijnz e qujntaans podessem [render] e rrendem, que o dicto Martim de Mello e dona Briatiz podessem auer pellos beens patrimonjaaes e rreaaes, fiscaaes e morgados que elles, dictos ssenhores, ouuessem e a tem conpridamente auer em as dictas quintãas.

Outrossi, os dictos ssenhores conde e condessa se obrigarom, per ssy e sseus beens, aa dicta dona Briatiz e ao dicto Martim de Melloo, quamdo

prouer a Deus tomarem a ssua casa guarnjda segundo a seu estado della, como convijnha a seer. E o dicto Martim de Meelo prometeo solepne estabeleçimento a mym, tabaliam, em nome da dicta dona Briatiz, que, morrendo el primeiro que a dicta dona Briatiz, que ella aja o dicto dote e casamento ou a dicta teença e mais seteçentas dobras do dicto ouro e cunho e vallor de rreaaes pollos beens del, dicto Martim de Melloo, posto que aja filho ou nom e posto que viuos fiquem depois da morte delle e posto que case; e, morremdo ella primeiro, sse filho ouuerem, que prometem a mym, em nome de sseus herdeiros, lhe tornar as dictas duas mil dobras ou teença ssem arras ou a quem ella mandar em sseu testamento, obrigando pera ello, dicto Martim de Melloo, todos sseus beens, moujs e de rraiz, aujdos e por auer.

E os dictos ssenhores conde e condessa e sseu filho dom Gonçalo, primogenjto, que presente estaua, diseram que elles outorgauam ao dicto Martim de Melloo as dictas cousas todas e prometiam as teer e manteer, como fidalgos de nobre e boa jeeraçam, ssem outra fauta nem arte e maao emgano.

E o dicto Martim de Melloo e dona Briatiz sse rreceberom logo, em as mãaos do ssenhor bispo dom Joham da Costa, que presente estaua, per pallauras de presente, segumdo mamda a ssanta jgreja.

E de todo o dicto auto a dicta ssenhora condessa, por parte da dicta dona Briatiz, pedio assi a mym, dicto tabaliam, hũu estormento e o dicto Martim de Mello pedio outro. Testemunhas: o dicto ssenhor conde e dom Gonçalo e o dicto ssenhor bispo e Joham Nunez, thesoureiro de Ujseu, e Joham Rodriguez, corregedor da Beira, e Aluaro Gonçaluez Pinto, juiz da dicta çidade, e Diogo Lopez, abade de Sam Martinho de Mouros, e Afonso Pirez, escudeiro do dicto ssenhor conde, e outros muitos. E eu, Gil Gonçaluez, tabaliam por elrrej na dicta çidade, que o todo ffuy presente e com as dictas testemunhas esta escpreuy e sobescrepuy, por o dicto dom Gonçalo e por sseu mandado, porque elle era tamto acupado dandar camjnho, que nom podia. Testemunhas os dictos.

E os dictos ssenhores conde e condessa diseram que, decrarando e emademdo no dicto casamento e prazimento e consentimento dos dictos Martim de Meello e dona Briatiz, que a paga das dictas mil dobras sse entenda com os beens que a dicta dona Briatiz ouuer per erança da morte de ssua madre, dona Aldonça, que entre em o conto do dicto Martim de Melloo e ssua molher dona Briatiz das dictas duas mil dobras serem em esta conthia, descontando per esta guisa. E mandarom todos pasar os dictos estormentos de casamento, dote e arras. Testemunhas: os sobredictos e Joham Viçente, escpriuam da puridade do dicto ssenhor conde. E eu, sobredicto Gil Gonçaluez, tabaliam, que, com a dicta adida e mandado dos dictos ssenhores e partes, este estormento escrepuy pera o dicto Martim de Mello e aqui meu sinal fiz, que tal he.

78

20 AGOSTO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo Gil Moniz, cavaleiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Pedro da Azambuja e de João da Azambuja, residentes em Montemor-o-Velho, por haverem estado com o infante D. Pedro em Alfarrobeira (1).

ANTT., *Estremadura*, liv. 8, fl. 259.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Diego Gil Moniz, caualleiro do jffante dom Emrrique, etc., per que lhe fezeram mercee de todolos beens mouees e de rraiz de Pero da Azambuja e Joham da Azambuja, moradores em Montemoor o Uelho, por seerem na batalha da Alfarrobeira (2) com ho yffante dom Pedro, etc. Em forma.

Dada em Obidos, xx dias dagosto. Pero Gonçaluez a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} Rix.

---

(1) Os Azambujas em referência são, ao que parece, irmãos, filhos de Rodrigo Eanes da Azambuja, e o primeiro deles, Pedro Eanes da Azambuja, pai de Diogo da Azambuja (1432-1518), fidalgo da casa real e comandante da expedição que, em 11 de Dezembro de 1481, partiu de Lisboa, por ordem de el-rei D. João II, para fundar o castelo de S. Jorge da Mina, na costa da Guiné de então (Cfr.: RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. João II*, caps. 2 e 18; GABRIEL PEREIRA, *Estudos Eborenses. Evora e o Ultramar*, 2.ª parte; e LUCIANO CORDEIRO, *Diogo da Azambuja*, nas suas *Questões histórico-coloniais*, vol. 2, ps. 89-174). Sobre os Azambujas há referências nos arquivos de Montemor-o-Velho. Pedro e João de Azambuja vieram a ser indultados do crime por que aqui foram punidos em 13 de Julho de 1451.

(2) No ms. *Alforrobeira*.

79

20 AGOSTO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 25 de Novembro de 1433, sobre o dote de D. Isabel de Melo, em casamento com João de Almeida, colaço do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 53.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta ujrem fazemos saber que dona Jssabell de Meello mostrou perante nos hũa carta do mujto alto e muy uertuosso, de groriossa memorea, elrrey, meu ssenhor e padre, cuja allma Deus aia, da quall o teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta citada, o DOC. 93 do nosso vol. 4.

Pedindonos a dicta dona Jsabel que lha confirmassemos. E nos, visto sseu rrequerimento, querendolhe ffazer graça e mercee; teemos por bem e confirmamoslhe a dicta carta, per a guyssa que em ella he contiudo.

E porem mandamos aos ueedores da nossa fazenda e conta[do]res e allmoxariffes e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, que lha conpram e goardem e façam conprir e goardar a dicta carta segundo em ella he conteudo, sem lhe sobrelo sseer posto nẽhũu enbargo. E al nom façades.

Dante em Obidos, xx dias dagosto. Elrrej o mandou. Gonçalo Cardosso a fez. Ano do Senhor de mjl iiij^{c} Rix.

80

6 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a terra de Soaz, na comarca de Entre Douro e Minho, em recompensa dos serviços por ele e por

Copyrighted material

seus avós prestados à coroa do reino, como a tinha o Doutor João Dossem, do seu conselho, falecido.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 14 v., — texto que se reproduz; e, em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 161.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, consijrando nos os muytos e boos serujços que Joham de Sousa, fidalguo da casa do jfante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tyo, tem fectos a elrrej, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, e a nos e esso meesmo o que sseus auoos e padre fezerom a estes nosos rregnos; e, querendolhe conheçer todo com merçees, como todo boom rrey he thudo de fazer a sseus leaaes e verdadeiros vasalos e seruydores; teemos por bem e fazemoslhe merçee da nossa terra de Soaz, que he na comarca dAntre Doiro e Mjnho, asi e pela guisa que a de nos tijnha o douto[r] Joham Dossem, do nosso consselho, que Deus aja, da qual queremos que loguo possa tomar posse, ssem mais outra nossa autoridade.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e ao corregedor e contador da dicta comarca e a todolos juizes e justiças e a outros quaesquer ofiçiaes e pessoas a que esto perteençer que o leixem auer a dicta terra ao dicto Joham de Sousa, pela guisa susodicta e lhe acudam e façam acudir, daquy jm diante, com todalas rrendas e direitos dela, asi e tam conpridamente como as auya o dicto doutor Joham Dossem, ssem outro enbargo que lhe sobrelo seja posto. E, em testemunho desto, por sua segurança, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em os nossos paaços da Serra, vj dias de setenbro. Lopo Fernandez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix anos.

81

20 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Meneses contrato por ele feito com o infante D. Henrique sobre a liquidação por este àquele de 3.500 coroas de ouro, resto das 8.000 prometidas por seu casamento com D. Isabel de Castro, hipotecadas pelo infante, até pagamento integral, as suas terras de Tarouca e Lalim e arbitrada a D. Duarte a tença anual de

35.000 reais brancos, pagos do assentamento henriquino no almoxarifado da Guarda e, na falta dele, dos rendimentos do Navegador (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso, V*, liv. 34, fl. 116, — donde se reproduz; *Chanc. de D. Manuel*, liv. 30, fl. 97, em confirmação de 6 de Abril de 1947; *Chanc. de D. João III*, liv. 40, fl. 187 v., em confirmação de 16 de Junho de 1534. Em leitura nova, *Místicos*, liv. 1, fl. 64 v. e liv. 3, fl. 94; e *Beira*, liv. 2, fl. 79 v. É repetição, pelas mesmas palavras, da confirmação do regente D. Pedro de 12 de Junho de 1442 — o DOC. 218 do nosso vol. 7 —, posto a ela se não refira.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que dom Duarte de Menesses, do nosso consselho e nosso alferez moor, nos emviou mostrar hũu estormento de contrauto, que o jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, com elle fez, per o quall pareçe, antre as outras coussas, que o dicto jfante, meu tyo, ha de dar ao dicto dom Duarte tres mjl e quinhentas coroas, em comprimento das oyto mjl que auya dauer em cassamento com dona Jssabell de Castro, molher do dicto dom Duarte, porque das quatro mjl e quinhentas coroas era ja satisfecto; por as quaees tres mjl e quinhentas coroas, que lhe o dicto jfante meu tyo asy ha de dar, disse que, porquanto pollo pressente nom era em ponto pera lhas poder pagar, lhe pos por ellas, de teença, des este primeiro dia de janeiro que ora foy, desta era pressente em diante, em cada hũu anno, trinta e çinquo mjl rreaes brancos, e esto no almoxarifado da Guarda, naquello que de sseu assentamento de nos aly ouuer dauer; e, mudandosse o dicto assentamento pera outro lugar, que aly lhe ssejam pagos os dictos trinta e çinquo mjl rreaes em cada hũu anno, como dicto he, ssem fazendo desconto nhũu em as dictas coroas, saluo pagandolhe hũu milheiro dellas juntamente, que emtom sse descontem dez mjl rreaes da dicta tença, e asy de hũu milheiro em outro, e doutra guissa nom.

E, nom auendo o dicto meu tyo nosso asentamento, que elle refaça os dictos dinhejros per ssuas rrendas e que, sse aconteçer que o dicto meu tyo moura primeiro que ao dicto dom Duarte faça pagamento das dictas tres mjl e quinhentas coroas, a el, dicto meu tyo, prouue que elle, dicto dom Duarte e ssua molher dona Jsabell e sseus herdeiros e desçen-

(1) Sobre esta dívida do infante D. Henrique podem ver-se o DOC. 218 do nosso vol. 7 e DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 309 e seguintes. Tarouca e Lalim eram terras patrimoniais do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1).

dentes ajam pera todo ssempre os dictos trinta e çinquo mjl rreaes per a guissa que asusso dicto he; e que, pera ssegurança da dicta paga, o dicto meu tyo obrigaua rreallmente as suas terras de Tarouca e Lalim e rrendas e djreitos dellas; que, nom lhos pagando elle, possam auer e cobrar a posse e ssenhorio e rrendas dellas em todo, asy como ao pressente pertençem ao dicto meu tyo e em outra quallquer guissa e modo que o direito outorga em ssemelhantes obrigaçõoes e teenças, ssegundo esto e outras coussas majs conpridamente no dicto estromento eram contheudas, pedindonos o dicto jfante, meu tyo, e o dicto dom Duarte e sua molher que lhes confirmassemos esto per nossa carta, por ao diante nom vijr algũa duujda. E nos, visto sseu rrequerimento e porquanto a nos praz dello, teemos por bem e confirmamoslhe todo o contheudo em este dicto contrauto.

E porem mandamos aos veedores da nosa fazenda e contadores, thessoureiros, almoxarifes, juizes e justiças, ofiçiaaes e perssoas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que façam todo conprir e guardar como em esta dicta nossa carta he contheudo, ssem lhe poendo ssobre ello algũu embargo em nhũua maneira que sseja.

Dante em Santarem, xx dias de ssetembro. Gonçallo Annes a fez. Anno de mjl iiij^{c} Rix.

82

26 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rui Gomes Cerveira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, morador em Mesquitela, para vedor dos vassalos régios em Melo, Linhares, Celorico e seus termos, como o fora Afonso André, também escudeiro do infante e actual ouvidor de suas terras.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 90.

Dom Afonso, per graça, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, confiando da bondade e descriçom de Ruy Gomez Cerueira, escudeiro da casa do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tyo, morador na Misquitella, e querendolhe fazer graça e merçee, porquanto entendemos que o fara bem e como conpre a nosso seruiço; teemos por bem e damollo por veedor

dos nossos vasallos de Meello e Linhaares e de Çelorico e seus termos, assy e pella guisa que o dhi era Afonso Andre, escudeiro do jfante, e ora he ouuidor das suas terras.

E porem mandamos aos juizes e justiças dos dictos lugares e a outros quaaesquer ofiçiaaes e persoas a que esto pertençer que ajom o dicto Ruy Gomez por veedor dos dictos vasallos e outro algũu [nom] e o leixem serujr e husar do dicto ofiçio. E assy mandamos aos dictos vasallos que ajom por sseu veedor o dicto Ruy Gomez, como dicto he, e com elle façam alardo e conpram seus mandados, em aquellas cousas que lhe, por noso seruiço, rrequerer e mandar, que a sseu ofiçio pertemçam, ssem outro algũu enbargo que lhe sobre ello seia posto. O qual Ruy Gomez jurou em a nosa chancelaria, aos santos avangelhos, que bem e djreitamente e como deue hobre e husse do dicto ofiçio e conpra e guarde o rregimento que sobrello teem, guardando o noso seruiço e ao poboo sseu djreito. Vnde all nom façades.

Dada em Almeirim, vijnte e sseis dias de setenbro. Lopo Fernandez a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix annos.

83

30 SETEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte da doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique a D. Alvaro de Castro, a pedido deste.

BSGL., *Colecção Vidigueira*, maço 1, doc. 10. Original, em pergaminho, de cujo selo pendente se conserva fita de cânhamo, em azul e branco, — texto que se reproduz; ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 172, com a data de 31, assim como em *Místicos*, liv. 1, fl. 291 v., e liv. 3, fl. 236 v.; e *Estremadura*, liv. 11, fls. 52 v. e 124.

Dom Afomso, per graça de Deus rrey de Purtugual e do Alguarue, senhor de Çepta.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que a nos foj mostrada hũa carta do muj comprido de virtudes e da escrareçida memorea elrrej, meu ssenhor e padre, cuja aalma Deus aja, da qual o tehor sse adiamte segue.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 26 de Maio de 1436, — o DOC. **116** *do nosso vol. 5.*

Pedindonos por merçee dom Alua[ro] de Castro, do nosso consselho e noso camareiro moor, que lha comfirmasemos. E, visto sseu rrequirimemto e por lhe fazermos merçee, a nos praz delo.

E porem mamdamos [a] todolos corejedores, juizes, justiças, ofiçiaees e pesoas que esto ouuerem de ueer, que lha compram e guardem e façom comprir e guardar em todo como em ela he comteudo, ssem outro algũu embarguo que lhe sobrelo sseja posto. E, por sua seguramça, lhe mamdamos dar esta nosa carta, asinaada per nos e aseelaada do nosso seelo pemdemte.

Damte em Almeirim, xxx (1) dias de setembro. Fernam Louremço a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Rix.

(as.) El Rey.

Ao fundo: Confirmaçom da doaçom do paul de dom Aluaro de Castro, do noso consselho.

No verso: Confirmaçam do paul de... delrrej dom Afonso. Ao direito de Gomez Borjes monta bj^{c} Rb reais, das cartas de dom Aluaro. De chancelaria, esta carta ij^{c} reais. Pagou ij^{c} reais.

(as.) Borges.

84

2 OUTUBRO 1449

Estatutos da Ordem Militar de Jesus Cristo, reformados por D. João Vicente, bispo de Viseu, com autorização do papa Eugénio IV, a pedido do infante D. Henrique, por os antigos Estatutos da Ordem conterem disposições prejudiciais e gravosas à mesma e ser necessário actualizá-los, insertos em provisão do referido prelado.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 27, original em caderno de pergaminho, — texto que se reproduz; *Pergaminhos das Ordens do Templo*

(1) Sempre datado, por equívoco, de 31 de Setembro, corrigimos para 30.

e *de Cristo*, Régios, maço 1, n.º 25, em cópia incompleta, talvez ainda do séc. XV; *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fls. 52 v. e ss., em cópia oficial, feita no convento de Cristo de Tomar pelos anos de 1566; BNL., *Fundo Geral*, cód. 735, t. 1, pa. 94 e ss., em cópia do séc. XVI; *Ibi*, caixa 28, H. 5. 47, n.º 19, em cópia do séc. XVIII.

Os antigos Estatutos da Ordem Militar de Calatrava, em português, os quais supomos estiveram em vigor até à promulgação dos presentes, encontram-se no ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 1, fls. 61 a 73. Os que ora se publicam foram confirmados pela bula *Militans Ecclesia* do papa Júlio II, de 12 de Julho de 1505, conservada em caderno de pergaminho de 18 fólios, no ANTT., *Gaveta* 7, maço 1, n.º 1, e editada no *Corpo Diplomático Português*, t. 1, pa. 75 e ss.

Johannes, Dei et apostolice sedis gratia (1) episcopus olim Lamacensis et nunc Visensis, judex delegatus et executor, auctoritate (2) apostolica, ad jnfra scripta specialiter deputatus, vniuersis et singulis quos jnfra scriptum tangit negotium uel tangere poterit quomodolibet in futurum, salutem (3).

Noueritis quod nuper, secunda die januarij, anno Dominj milesimo quadringentesimo quadragesimo tercio, jn ciuitate Ulixbonensi, in aula seu pallatio excelentissimj et nobillissimj dominj jnfantis donj Henrici, perpetuj gubernatoris ordinis millicie Ihesu Christi in hijs regnis, pro parte dicti dominj et uenerabilium millitum fratrum dicti ordinis, fuit nobis quodam rescriptum seu quedam littere apostolice sanctissimi in Christo patris domnj dominj prouidentia Dei pape Eugenij Quarti fuerint presentate, jn pergameno scripte, sub vera bulla plumbea, in corda cana-

(1) No ms. *gratie*.

(2) No ms. *actoritate*.

(3) O prelado em referência é D. João Vicente, nomeado bispo de Lamego em 7 de Maio de 1431 e transferido para a diocese de Viseu em 1 de Abril de 1444, se bem que apenas para lá seguiu em Abril de 1446 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 2, pa. 171 e 269). Mais conhecido por *Mestre João* ou *Mestre João Vicente*, por haver sido catedrático de medicina na Universidade e médico de el-rei D. João I, foi também o principal fundador da Congregação dos Cónegos de S. João Evangelista, ditos *Loios*, em razão da sua casa de Santo Eloi, em Lisboa, e autor dos respectivos Estatutos (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, sobretudo a ps. 153, 569 e 596, e a bibliografia ali aduzida, especialmente a obra do P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *O céo aberto na terra*, a que se deve adicionar o manuscrito do Padre Mestre JORGE DE S. PAULO, *Epilogo e Compendio da origem da Congregação de Sam Joam Euangelista & do nacimento, vida, & morte dos seus tres fundadores*, de 1658, conservado na Biblioteca Pública Municipal de Braga, *Ms. 924*, cujo autor se refere a D. João Vicente em vários capítulos. Podem ver-se também FERNANDO DA SILVA CORREIA, *Um notável médico conselheiro do Infante D. Henrique* e a bibliografia ali citada.

pis pendentis bullate, ut ratione curie moris est, non uiciate, non cancellate nec in aliqua suj parte suspecte, sed omni prorsus uicio et suspictione carentes, prout ex inspectione earum, prima facie, apparebat; quarum (4) quidem literarum tenor, de uerbo ad uerbum, sequitur et est tallis.

Segue-se a transcrição da bula Super gregem dominicum, *de Eugénio IV, de 22 de Novembro de 1434, — o DOC.* 49 *do nosso vol. 5.*

Quibus quidem litteris apostolicis nobis sic presentatis, publicatis, pariter et lectis, ut prefertur, eisque per nos, cum ea qua decuit reuerentia, receptis, fuimus, pro parte supra dictorum excelentissimj dominj infantis Henrici, ducis Visensis, administratoris dicti ordinis, et uenerabilium militum et fratrum eiusdem, cum debita instancia, requisiti ut ad executionem dictarum litterarum apostolicarum et contemptorum in eisdem procedere curaremus, iuxta traditam seu directam in eisdem nobis formam.

Nos, uero, iudex delegatus et executor prefatus, uisis dictis litteris et atentis requisitione et peticione dictorum excelentissimi dominj et uenerabilium militum ac fratrum, uolentes mandatum apostolicum reuerenter exequi, ut tenebamur prout etiam tenemur, presentibus partibus quas prefatum negocium tangit, cepimus inquirere et cognoscere de contentis in predicto rescripto.

Et, quia non potuimus statutorum, constitucionum et ceterorum que requirebantur plenam informacionem habere, supersedimus iam dicto negotio usque nunc. Nunc, uero, uocatis etiam uocandis et quorum interest uisis, et diligenter examinatis statutis et ordinationibus et consuetudinibus dicti ordinis et omnibus que requiruntur et habita eorum plena informatione, ut fructum salutiferum in ecclesia Dei afferat disposicio et prouisio nostra, immo uerius apostolica, pro remedio animarum in dicto ordine uiuentium, amputando et tollendo superflua et dispendiosa, corrigendo que reperi minus iusta et rationabilia, addendo et innouando que uidi et intellexi fore necessaria, cetera racionabilia et congruentia approbando, Deus pre oculis habendo (5), circa ea que nobis proposita fuerunt sic ordinandum duximus.

---

(4) No ms. *quaarum*.
(5) No ms. *abendo*.

[ESTATUTOS]

[Capitulo j°.] (6).

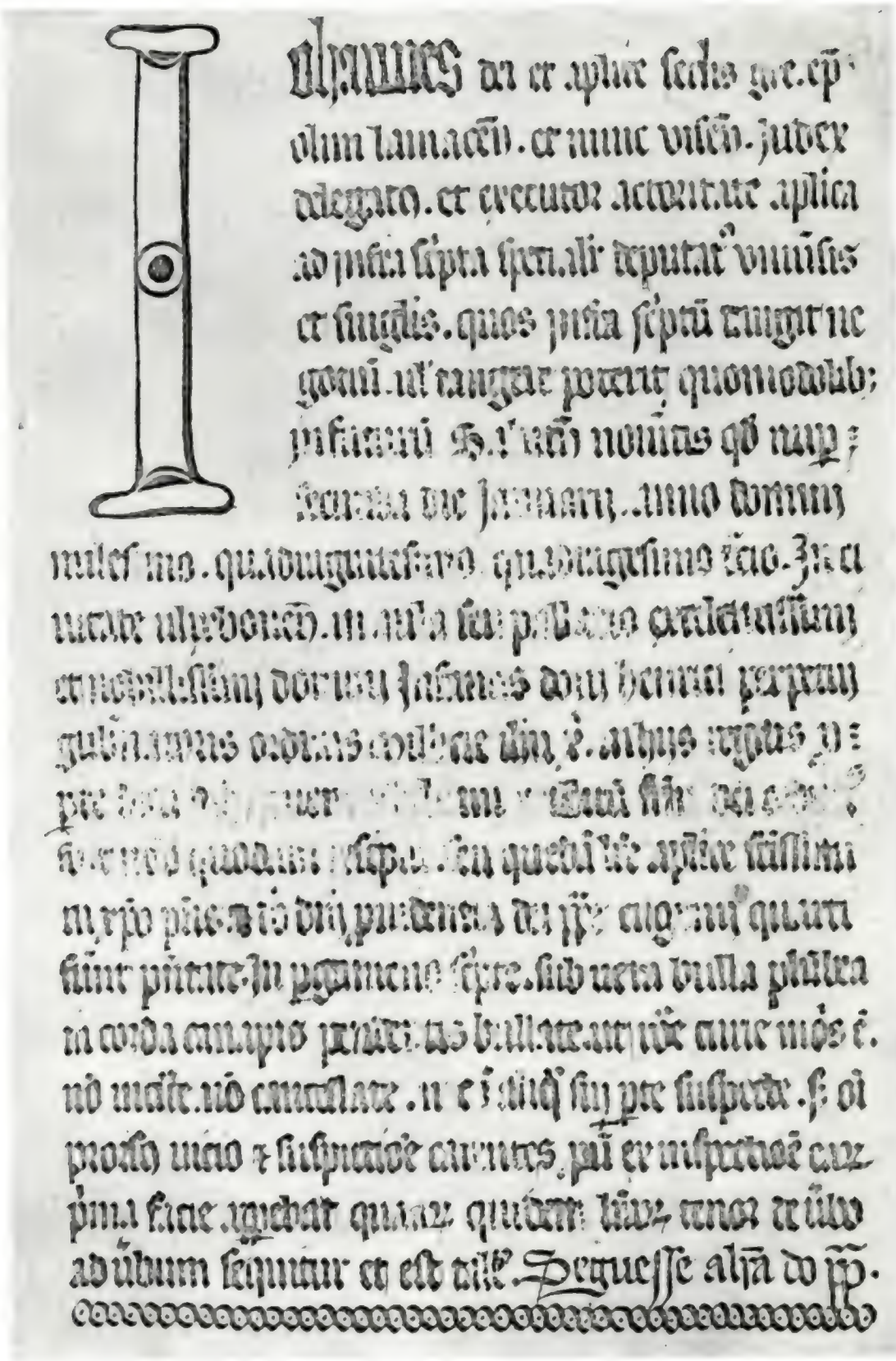
Primeiramente ordenou. Porquanto achamos que enno primeiro stabelecimento e ordenamento desta ordem de Christus o papa Joham xxij°, que ordenou e stabeleceo, qujs e mandou que o conuento e a cabeça de toda a ordem fosse em Crastro Marym, per ali seer exercição de caullaria e frontaria contra os mouros, que ainda eram em aquellas partes; e depois, pella graça de Deus, seendo expulsus e lançados daquella comarca, porquanto a terra era e he mynguoada de mantijmentos e o dicto conuento se nom podia hi manteer, o meestre, com conselho da ordem, sem auctoridade do papa, ho mudou per desuairadas partes destes rregnos e depois pera Thomar, onde hora sta, que he logar mais perteecente e melhor da ordem. Porem, per auctoridade apostolica approuamos e confirmamos e stabellecemos a dicta trasladaçom e situaçom do conuento seer em Thomar, onde agora sta, e seer cabeça da ordem, assi e per aquella guisa que era em Crasto Marym.

Capitulo ij°. Do aujto e cruz e uestiduras e pannos.

Jtem, porquanto nom achamos, em regra nem em stabellecimentos, çerto aujto que esta noua ordem ouuesse de husar e achamos que, per costume, tijnham trazer cruz uermelha no pecto, aberta sobre branco, e, aas festas, traziam mantos brancos compridos pello artelho e, aos outros dias, sobresayos e mantos doutras coores nom deffesas, e mais traziam bentinho de dia e de nocte, de dentro e sob o jubom;

Porem ordenamos, approuamos e mandamos que husem seu aujto pera sua ordem, destjncto em maneiras sobredictas de uestiduras, asy como antes husarom, em tal guisa que os mantos brancos, que ham de teer em cabidoo e festas e em os quaes ham de comungar e ham de seer enterrados, seiam acerca do artelho e abertos pella parte dereita. E as outras uestiduras dos creligos e freires jsso meesmo seiam compridas. E os caualeiros, pollo exercicio que ham de teer nas armas e caualaria, tragam suas uestiduras ao menos pello giolho e dhi pera fundo quanto compridas quiserem, e tragam seus sayos e mantos per tal guisa, que a cruz uenha sempre dereita no pecto, onde a ham de trazer. E as coores deffesas aos dictos caualeiros som pannos uerdes, que he uerdegay, e

(6) Tomámos os títulos de alguns dos capítulos de outros dos citados manuscritos, incluindo-os entre colchetes.



Est. IV. — Primeira página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (DOC. 84).

religiosas da ordem q̃ aiam em comendado ẽ suas ora
çõões e bem feytas todo os feyto da ordem. E em
special tenham encarrego desta despensaçõ e lhe
za a q̃ hora he feyta. Assi que o senhor queira compri
seus desejos e nossos acerca destas cousas e doutras
E nos outorgue parte e quinhõ de todas suas ora
çõões e bem feytas. E assi todos aquelles q̃ tal
memoria de nos ouuem dizendo cada dia hũa a
ue maria por nos lhe outorgamo por cada domi
go ou festa pa sempr̃ q̃renta dias de pdom os q̃es
lhe ds outorgue aelles e a nos p infinita secula
seculoy Amẽ.

Est. V. — Última página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (DOC. 84).

uermelhos e amarellos. E qualquer que o contrairo do sobredicto fezer perca a roupa e o meestre o faça executar. E qualquer que o souber e for negligent[e] em ho nom dizer ao meestre, ou per palaura ou per scprito, seia obrigado a dizer xv vezes o *Pater Noster* e a *Aue Maria*, por cada dia que for negligent[e] a o nom dizer. E esta pena dos dictos uestidos e traios deffesos de o meestre aos moços da stribeira ou a outras pessoas quaaes elle quiser, e assi acerca dos outros uestidos e coores que forem deshonestos e deffesos, conuem a saber, capellos e calças e mangas e jubões, se os trouxerem das coores deffesas.

Capitulo iij°. [Do que conuem aos caualeiros] (7).

Jtem, ordenamos que os caualeiros possam trazer pannos de seda que nom seiam das coores deffesas, segundo he hordenado no capitulo

---

(7) É de estranhar que, havendo o infante D. Henrique, como governador e administrador da Ordem de Cristo, solicitado e obtido do papa Eugénio IV, pela bula *Super gregem dominicum*, de 22 de Novembro de 1434, se procedesse à reforma da legislação privativa da mesma Ordem, por haver nela coisas demasiado dispendiosas e outras menos razoáveis, em seu detrimento espiritual e temporal, como refere o preâmbulo da bula citada, resumo da respectiva súplica (os DOCS. 141 do nosso vol. 4 e 49 do vol. 5), apenas em 1449 se viesse a promulgar essa reforma, na presente provisão de D. João Vicente. O prelado executor descobre aqui uma ponta do véu do problema: — «Presentes as partes a quem o assunto respeitava, começámos a inquirir e a tomar conhecimento das coisas contidas no sobredito rescrito. Mas, porque não podemos obter plena informação dos estatutos, constituições e do mais que era preciso, sobrestivemos nele até agora».

Houve, porventura, oposição tenaz à projectada reforma henriquina, a qual teria obrigado o bispo de Lamego a suspender os trabalhos da mesma. Não julgamos que essa oposição haja brotado dos freires da Ordem, cujos novos estatutos apenas os poderiam desgostar um pouco, se é que desgostaram, na parte relativa aos bens e rendimentos pessoais. Podiam opor-se a tal reforma o abade de Alcobaça, nomeado perpètuamente por João XXII, na bula *Ad ea ex quibus*, da fundação da Ordem de Cristo, em 1319 — o DOC. 61 do nosso vol. 1 —, para visitador e corrector da nova milícia, e o Mestre Geral de Calatrava. A intromissão do infante D. Henrique no caso, solicitando as letras pontifícias de 22 de Novembro de 1434, e a do bispo D. João Vicente, executando-as, poderiam contrariar as atribuições dos abades alcobacenses, posto que acidentalmente, e aquela disposição pontifícia de 1319, de carácter permanente e perpétuo, fundamental e constitucional, não revogada aliás nominalmente por Eugénio IV, em suas citadas letras de 1434.

Tais dificuldades, movidas pelos sobreditos interessados, podem ter sido a razão da demora de 15 anos na execução da projectada reforma henriquina, parece que mais ampla e basilar do que pode transparecer do texto dos novos Estatutos, agora promulgados por D. João Vicente. Supramos a deficiência de textos diplomáticos pelas achegas de alguns narrativos, a confirmar as acima aduzidas palavras do bispo de Viseu. D. RODRIGO DA CUNHA, cujo depoimento parece que foi a base dos dois que aduzimos subsequentemente, escreveu a propósito: — «Izentouse

ut supra proximo, e possam teer cortinas sem broslamento e bancaaes e pannos de armar e possam husar de pannos de linho em suas camas e seus corpos e possam fazer exercicio, pera se auezarem e emsayarem aos auctos da caualaria, conuem a saber, andar a monte e a caça e teer aues e cãaes e todalas outras cousas que pera tal aucto perteeçem. E a

---

assi mesmo (a Ordem de Cristo) das obrigações dos estatutos de Calatraua, depoes da reforma do bispo de Lamego & Viseu Dom Ioaõ, o que fundou neste reyno a congregação que chamamos vulgarmente de S. Eloy, cujas virtudes escreveremos na terceira parte: & neste mesmo tempo, parece sahio tambem da sogeição dos Abbades de Alcobaça. A reforma se fez no anno de 1449. Anda confirmada por Iulio 2 & Paulo 3» (*Historia Ecclesiastica da Igreia de Lisboa*, vol. 1, parte 2, cap. 85, fl. 237 v.).

Vindo agora aos cronistas dos Loios, donde sairá para bispo de Lamego D. João Vicente. O P. JORGE DE S. PAULO, no cap. 32 de seu supracitado manuscrito, «Como o nosso Bispo dom Joaõ reformou os freires da Ordem de Cristo por bulla do nosso Eugenio 4.º, a petiçaõ do Infante D. Henrique», tem este comentário: — «Foy esta reformação negocio arduo e deficultozo que, se naõ dera em tal soleito taõ prudente e de tanta experiencia entre os ecclesiasticos, mal se sahiria da empreza». Enfim, o P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, *Obra supracit.*, liv. 3, cap. 9, insiste: — «Reformou o nosso Bispo esta illustrissima Ordem (de Cristo), dandolhe nova regra & novas definições; porque até então observava as de Calatrava, de cuja jurisdiçaõ a eximio, & tambem da que sobre ella tinha o Abbade d'Alcobaça [...]. O que mais custou ao nosso Bispo foi o ponto da izençaõ, pela repugnancia da Ordem de Calatrava & do Abbade d'Alcobaça». E assim se compreenderá por que não figuram os presentes textos, letras de Eugénio IV de 1434, a presente carta e os novos Estatutos da Ordem de Cristo entre os textos básicos da mesma nos códices alcobacenses dos séculos XV e XVI (Cfr. BNL., *Alcobaça*, cód*s*. 73, 218, 223 e 298).

Se os abades de Alcobaça e o Mestre Geral de Calatrava tinham influência em Roma, não menor havia de ser a de D. João Vicente, especialmente depois de elevado ao episcopado. Fundador de Congregação nossa, os Loios, filiada na dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, donde Eugénio IV, pontífice reinante, subira ao Sumo Pontificado, o bispo de Lamego e depois de Viseu estava particularmente indicado para agenciar superiormente, no empenho do Navegador, o corte definitivo com os Estatutos de Calatrava e até com a sujeição da Ordem de Cristo a Alcobaça, daquela Ordem Militar que tão eficazmente vinha a cooperar na tarefa dos descobrimentos henriquinos, pessoal e financeiramente.

A essa finalidade se dirigiram pelo menos as bulas do referido pontífice *Super gregem dominicum*, de 22 de Novembro de 1434, *Cum a nobis*, de 11 de Janeiro de 1443 e, sobretudo, a *Etsi suscepti*, de 9 de Janeiro também de 1443 —, os DOCS. 2 e 1, respectivamente, do nosso vol. 8. Especialmente a última deverá considerar-se complemento da *Ad ea ex quibus* de 1319. É possível que a plena isenção canónica da Ordem de Cristo haja sido impugnada pelo facto de D. Henrique não ser Mestre nem professo nela. Daí a autorização pontifícia de 1443 para que ele pudesse professar na Ordem, retendo embora o ducado de Viseu e demais bens temporais e para legá-los a quem lhe aprouvesse, como se professo não fora. Trata-se, porventura, de estratagema político para encerramento da longa contenda diplomática de 15 anos, que teve por coroamento a reforma constitucional henriquina da dita Ordem, nos meados do século XV, confirmada em 1505 por Júlio II, na *Militans Ecclesia*.

esto nos mouemos, porquanto achamos que os de Callatraua teem priuilegio nouo pera esto e mujto mais largo. E quanto he aos seus guarnimentos, que perteecem a seus traios e ainda na guerra, façam como lhes mandar seu mestre, assy em trazer spadas guarnidas e cadeas douro, como sporas e cintas e guarnjmentos de bestas, assi como teem de costume.

Capitulo jv°. Do modo que os caualeiros ham de teer no rezar.

Jtem, ordenamos, acerca do rezar, que os caualeiros e comendadores da ordem que rezem as Horas de Sancta Maria, do costume que souberem. E os que nom souberem leer rezem Lx^a^. uezes o *Pater noster* com suas *Aue Marias,* conuem a saber: x por Matinas e x por Vesperas e viij^a^ por cada hũa das outras horas, e rezem aas horas debitas, se o fazer poderem. E a correcçom dos que em ello errarem fique a seu confessor. E se, per algũu caso de door ou doutro algũu trabalho, o que sabe leer nom poder rrezar as dictas Horas, possam rezar os sobredictos *Pater noster;* e, andando em guerra, rezem como lhes seu mestre mandar.

Capitulo v°. Da profissom e confissom e comunhom.

Jtem, ordenamos que a profissom se faça como se sempre fez, conuem a saber, que prometam bem e obediencia a Deus e a seu mestre e aa ordem ata a morte e os creligos ao prior da ordem. E que os caualleiros e comendadores seiam cada anno confessados e comungados, ao menos duas uezes no anno, conuem a saber, por Natal e Paschoa.

Capitulo vj°. Do gejũu.

Jtem, ordenamos que gejuem os dictos caualeiros e freires hũu dia na somana, conuem a saber, a sesta feira e mais os dias ordenados pella sancta egreia. E pollo mais gejũu que cada hũu fazer quiser lhe damos as beençõoes e perdõoes da ordem e da see apostolica e de Sam Pedro e Sam Paulo; e, andando os dictos caualeiros na guerra, acerca do gejũu façam como lhes seu mestre mandar.

Capitulo vij°. Do comer da carne.

Jtem, ordenamos que os dictos caualeiros e freires possam comer carne tres dias na somana, afora o domingo, em que a deuem de comer. E pello dia que damos, que he a segunda feira, alem do que he ordenado, lhes mandamos que digam cinquo uezes o *Pater noster* e a *Aue Maria,* aa honrra de Nosso Senhor Ihesu Christo.

Capitulo viij°. Do sillencio.

Jtem, ordenamos que acerca do sillencio dos que som conuentuaes façam como lhes mandar seu prior.

Capitulo viiij°. Da eliçom do mestre.

Jtem, ordenamos e mandamos que a eliçom do meestre se faça com o comendador moor e dom prior e sacristam e claueiro e com noue caualeiros, os mais anciãaos que enna ordem ouuer, que aaquelle tempo da eliçom poderem seer presentes. E a forma da eliçom seia segundo forma do Direito Canonico e segundo as constituiçõoes da ordem, assi acerca da pessoa como modo e forma da dicta eliçom.

Capitulo x°. Açerca dos nouiços.

Jtem, ordenamos e mandamos que o officio que se ha de fazer aos nouiços façasse segundo teem de costume em suas ordenaçõoes antigas et com *Uenj Creator Spiritus*, etc.

Capitulo xj°. Aprouaçom dos priujlegius.

Jtem, approuamos e confirmamos e mandamos que os da dicta ordem husem dos costumes, statutos, priuilegios e liberdades, as quaes sempre ouuerom e antigamente husarom e ennos priuilegios da Ordem do Templi som contehudos. E mandamos que usem delles como sempre husarom e que jsso meesmo husem dos de Calatraua e dAlcantara e de Aujs, os quaaes ataqui som aujdos.

Capitulo xij°. Da cura das almas, que perteeçe ao vigario.

Jtem, approuamos que o uigairo, que tem cura das almas, assi em Thomar e seus termos e em Sanctiago de Sanctarem e em outros logares onde se sua jordiçom stende, e esso meesmo da cura do prior do conuento e das outras pessoas da ordem que, per costume, absolujam de todos os casos pontificaaes e ainda dos outros papaaes, nom achamos que ha o papa a nenhũu remetesse nem achamos expresa auctoridade por que se assi fezesse; porem, por tolher duuida e scrupulo de consciencia, que em taaes casos e mujtas partes poderya auijr, per auctoridade apostolica, declaramos e mandamos que dom prior, em seu conuento e pessoas religiosas e seus familiares, sobre que antigamente teue e tem iordiçom spiritual, e esso meesmo o dicto uigairo a seus subdictos e pessoas, assi eccrasiasticas como seglaaes, a que se sua juridiçom stende, tenham e

tenha, prior e uigairo, aquella auctoridade nos casos pontificaaes que cada hũu bispo tem em sua diocesi; os quaes, per si ou seus commissarios, possam fazer e exercitar. E o prior possa pera sy eleger confessor. E, per auctoridade apostolica, nos lhe auemos por cometidos os casos, assi agora como entonce, pera o auer de absoluer. E o dicto prior, per essa meesma, ordenamos e stabellecemos que possa dar auctoridade ao uigairo que pera sy possa eleger confessor e o possa absoluer dos casos sobredictos e, per semelhante guisa, possa fazer ao meestre, quando ho confirmar ou lho requerer.

Capitulo xiij°. Da juridiçom e liberdades do vigairo.

Jtem, outorgamos e mandamos, per auctoridade apostolica, que o uigairo de Thomar huse de sua juridiçom, dereitos e liberdades, como sempre husou e teue de costume e como sempre os outros husarom.

Capitulo xiiij°. Como se ham de partir os beens das persoas da ordem.

Outrossy, ordenamos e stabellecemos e mandamos que, porquanto os freires desta ordem, assi creligos como caualeiros e conuentuaaes e sergentes, aa hora de suas mortes, eram todos roubados e a ordem nom auja quasi nada nem o meestre e comendador moor nem claueiro do que aujam dauer dos caualleiros da dicta ordem, e esso meesmo dom prior do que lhe perteece dos freires creligos e conuentuaaes, e as suas consciencias eram emcarregadas, por non poerem em boo recado o que aa ordem perteencia e por non mandarem pagar as diujdas e criados e seruiços que lhes fezerom nem mandarem fazer por suas almas nẽhũa cousa (8);

---

(8) Este mal era antigo e sobre ele providenciara já el-rei D. João I, em carta de 4 de Fevereiro de 1398:

— «Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue. A quantos esta carta virem fazemos saber que dom frey Lopo Dias, meestre da caualaria da hordem de Christos, nos disse que quando acontece que algũus comendadores da dita hordem falecem per morte, algũus fidalgos e outras pessoas lançam mãao por aquellas cousas que ficam per suas mortes, de guisa que sempre depois vem a maao recado; e que nos pedia por merçee que posessemos sobre esto remedio.

E nos, veendo o que nos pedia e por poer escarmento sobre esta cousa; teemos por bem e mandamos e defendemos que nom seia nenhuum tam ousado, de qualquer condiçom que seia, que tome nem mande tomar nenhũuas cousas das que ficarem per morte dos ditos comendadores quando morrerem em nenhũua maneira, saluo ho dito meestre ou aqueles a que pertencerem de direito, so pena de has pagarem

Portanto, mouendonos con piedade acerca das dictas persoas, statujmos, per auctoridade apostolica, que todallas persoas da ordem, assi meestre ou gouernador ou prior ou comendador moor ou claueiro ou quaesquer outros caualeiros ou freires ou conuentuaaes ou sergentes da dicta ordem que derem e pagarem pera as obras e ornamentos do conuento a meatade das rendas que agora rendem igualmente hũu anno as suas comendas e rendas que teem ou lhes depois forem acrecentadas pella ordem, que elles possam fazer de todo o mouel que teuerem aa hora da morte o que lhes prouguer liuremente e de todas nouidades que, a sua morte, ficarem ou ajam de render ataa o primeiro dia de Sam Joham que ujer, em tal maneira que, se morrer no outro dia depois do Sam Joham, vença logo toda a nouidade do dicto anno, pera fazer della o que lhe aprouguer; e, se morrer ante hũu dia ou no dia de Sam Joham, non possa auer cousa nenhũa das rendas do anno que se compeça por o dicto Sam Joham.

Capitulo xv°. Como se ham de recadar as rendas.

Jtem, stabellecemos e mandamos que estas sobredictas rendas, que assi os dictos comendadores e persoas da dicta ordem assi pagarem, seiam entregues ao recebedor das obras do conuento, escprita a recepta e despesa per o scpriuam da dicta obra; e elle fara as despesas segundo lhe mandar o gouernador ou meestre que for naquelle tempo nas dictas obras e ornamentos.

Capitulo xvj°. Como ho que pagar ha de tirar carta.

Jtem, ordenamos que o corregedor ou freire que assi pagar aa dicta ordem a meatade da renda dhũu anno tirara carta do meestre ou gouer-

---

com ho tresdobro e demais estarem aa nossa mercee de lho estranharmos como entendermos que compre.

E mandamos aos nossos corregedores, juizes e justiças a que esta carta for mostrada ou ho traslado dela em publica forma que asi ho cumpram e guardem e façam comprir e guardar e nom vão nem consentam hir contra ello, de guisa que ho dito meestre nom aia razom de a nos mais tornar sobresto, senam seiam certos que lho estranharemos. E al nom façam.

Dante na cidade de Coimbra, quatro dias de feuereyro. Elrrey ho mandou, per Ruy Lourenço, dayam de Coymbra, lecenciado em degredos, e per Joham Afonso, escolar em leys, seu vassalo, ambos do seu desembargo. Aluaro Gonçaluez a fez. Era de mil CCCC.xxxbj annos» (ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 4, fl. 9).

Também o infante D. Henrique, no Capitulo Geral da Ordem de Cristo, celebrado em Tomar em 19 de Maio de 1426, voltara ao assunto, decretando providências concretas sobre o particular (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 3).

Copyrighted material

nador, como faz saber que tem pago e que lhe da logar que possa destribujr o dicto mouel.

Capitulo xvij°. [Do mouel das comendas]

Jtem, ordenamos que de nenhũu mouel nem cousa que aia na casa, quando aa comenda ou beneficio ujer, non fara despesa nenhũa, porque hade ficar sempre na casa.

Capitulo xviij°. Dos que nom tiram carta.

Outrossi, ordenamos que, nom auendo carta da ordem, como dicto he, todo o que ficar aa sua morte ficara ao meestre e ao comendador moor e claueiro, a saber: ao comendador moor as armas e bestas, e ao claueiro a roupa de uestjr e da cama, e ao gouernador ou meestre todo ho al que ficar, e assi a dom prior, dos creligos. E, se morrer sem manda ou cedula, ficaram estas cousas sobredictas, segundo suso he scripto, a saber, ao mestre e comendador moor e craueiro e dom prior.

Capitulo xix°. Dos que nom fazem testamento.

Jtem, ordenamos, por prol das almas daquelles que non ordenarem em suas uidas, por suas neccessidades, seus testamentos, que aiam o terço dos mouees que lhes forem achados a sua morte, os quaes seiam pera as suas almas e pera os que os serujrom. E esto se reparta segundo a consciencia de dom prior, per aquelles que elle entender, sem nenhũa obrigaçom.

Capitulo xx°. Dos beens de raiz.

Jtem, ordenamos e stabellecemos e mandamos que dos beens de raiz que mercarem ou lhe ficarem de suas heranças ou per doaçom ouuerem que, leixando o terço aa ordem, que das duas partes possam destribujr e fazer per semelhante gujsa o que lhe prouguer, tirando carta dello do meestre ou gouernador; e os freires da missa e conuentuaaes ajam carta de dom prior. E aquelle que quiser pagar a dinheiro, em sua vida, o terço do que ualerem os beens de raiz que lhe uierom per herança ou per compra ou per doaçom, os quaaes aujam de ficar aa ordem, faça sua paga e tire carta de todo; e, non ha tirando, que fique todo aa ordem, como dicto he. E tal repartimento non se entenda em beens que da ordem tenham ou lhe perteeçam.

Capitulo xxjº. Forma da carta da recadaçom.

Jtem, ordenamos e mandamos que se faça carta destas cousas, por se non conluyarem, em esta forma, a saber: que o mestre faz saber que foãao N., comendador, pode fazer de taaes beens allem o que lhe prouuer, porque elle pagou o terço delles aa ordem segundo deuja, e non possa doutros fazer nada, senon dos que assi tirar carta. E deue de entender que faz grande peccado se os per algũa maneira conluyar aa ordem como non deue, porque lhe faz assaz degraça.

Capitulo xxijº. Como se ham de despender os beens que ficam aa hordem.

Jtem, ordenamos que estes beens que assi ficarem aa ordem, per morte destas pessoas della, seiam despesos nas obras do conuento, como o meestre mandar.

Capitulo xxiijº. Como ham de fazer os caualeiros pera auerem os perdõoes da ordem.

Outrossi, porque, ao tempo desta reformaçom, achamos que o dicto gouernador e comendadores, per mayor parte, eram bemfectores, porquanto lhes emcomendamos que ho façam cada uez melhor, a seu poder, e leixem as comendas, quando os Deus leuar, melhoradas e non pejoradas. E o que o assi fezer aia a beençom de Deus e de Sam Pedro e de Sam Paulo e seiamlhe, per auctoridade apostolica, outorgadas todas as jndulgencias e perdoanças que a ordem tem e da aos bemfectores della.

Capitulo xxiiijº. Da pena dos que non guardam ho que lhes he mandado.

Porquanto, actenta a fragilidade das persoas e malicia dos presentes tempos, nos mouemos, em esta reformaçom e mais uerdadeiramente despensaçom, a demjnujr e mingoar algũas cousas da obseruancia regular acerca dos gejuuns e orações; porem, querendo tirar scrupulo acerca desto, queremos que os religiosos caualeiros, freires e religiosos, neestas cousas aqui detriminadas, non seiam obrigados aos modos antigos nem aa pena de peccado mortal, por non guardarem algũas ordenaçõoes da ordem, antigas nem nouas, saluante em aquelles casos onde posemos expressa pena ou em outros que, de ssi meesmos, tragam pecado mortal, mas seiam obrigados a pena temporal de gejuuns, oraçõoes, deceplinas e emclaustramento; sobre as quaaes cousas, desencarregando nossa consciencia, emcarregamos a do meestre e padre prior e uisitadores e pessoas a que

perteecer de ho correger ou de requerer correcçom. E os que neestas cousas da obseruancia antiga forem diligentes a as guardar ou ennos gejuuns ou uestidos, outorgamoslhe, per auctoridade de Deus e de Sam Pedro e de Sam Paulo e da Egleja, a nos comitida em esta parte, aalem de todos seus meritos, lhe outorgamos as beençõoes e emdulgencias da ordem, as quaaes, segundo creemos, que som mujtas.

Jtem, rogamos e encomendamos, amoestamos *seu* ortamos *in Domino* todalas persoas religiosas da ordem que aiam emcomendado em suas oraçõoes e bemfectorias todos os fectos da ordem e, em special, tenham encarrego desta despensaçom e largueza que hora he fecta, assi que o Senhor queira comprjr seus deffectos e nossos acerca destas cousas e doutras e nos outorgue parte e qujnhom de todas suas oraçõoes e bemfectorias, e assi todos aquelles que tal memoria de nos ouuerem; dizendo cada dia hũa *Aue Maria* por nos, lhe outorgamos, por cada domjngo ou festa, pera sempre, quareenta dias de perdom, os quaes lhe Deus outorgue a elles e a nos, *per jnfinita secula seculorum, Amen.*

Et nos, Johannes, miseracione diuina olim Lamecensis et nunc Visensis jndignus episcopus, sicut hec exsecutus, descripsimus, ordinauimus, aprobauimus, roborauimus et confirmauimus, jta exssecutus describimus et ordinamus ac, auctoritate apostolica, nostre manus subscriptione signoque et sigillo aprobamus, roboramus et confirmamus, non addendo vel diminuendo jn ceteris.

Si quis, vero, contra regulam vel Ordinem Christi temerarie presumpsserit jn nostra exssecucione, ordinacione, determinacione addere vel diminuere, jndignacionem beatorum appostolorum Petri et Pauli beatique Benedicti sciat se jncurrere sciatque, juxta dictum Johannis jn Appocalipsi, bona sua mjnuj et mala augerj.

Datum secunda die octobris (9), jn Tomerij conuentu, eiusdem ordinis, era M.ª 449 jncarnationis Dominj Nostrj Jhesu Christi.

(as.) J. + Epũs.

---

(9) No ms. *octubris.*

85

10 OUTUBRO 1449

Carta patente de el-rei D. Afonso V, em que, atendendo à deslealdade de alguns naturais seus, cometida contra sua pessoa e real estado, por haverem sido com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, os priva e a seus filhos, até o quarto grau, de todos os benefícios, dignidades, ofícios, honras, prerrogativas, isenções, privilégios, liberdades e franquezas, a não ser que o monarca, sem embargo da presente disposição e aludindo a ela, venha a declarar o contrário, a qual é aplicável a todas as terras do país, nomeadamente às da rainha, dos infantes e duque, seus irmãos e tios, às das ordens, mosteiros, igrejas, condes, fidalgos, ricas-donas, cavaleiros e quaisquer outras (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 118 v., — donde se reproduz; e *Extras*, fl. 73. Sumariada no mesmo arquivo, em *Leis*, maço 1, n.º 165.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 2, parte 1, Coimbra, 1947, ps. 1-3.

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem ou o trellado della em pruuyca forma fazemos saber que, porquamto a primçipall virtude e de mayor meriçimento, em todollos tres estados, he a obediemçia e lealldade nos sobietos a seu senhor, acustumarom os rrex e senhores por ellas fazer muytas merçees e acreçemtamentos, em tamto que, de pequenos, por lealldade e seruiços, ssam fectas gramdes linhageens, dadas gramdes liberdades, ssom avudas gramdes homrras e assy aos treedores dados gramdes tormentos e cruees (1) pennas. E em tamto foy este erro e maldade a todos avorreçido, que nom soo a elles, por sua memoria nom seer com elles sepultada, mas aymda aos que delles desçemdessem deu o dereito pennas graues, tolhemdolhes fidalguya, honrra e boa fama, liberdades, ysemçõoes, dignidades, benefiçios, doutorado, cauallaria e todos outros beens, em guysa que a vida lhes fosse penna e a morte prazer.

E, porque ora alguuns nossos naturaaes cometerom deslealldade comtra nossa pessoa e rreall estado, seemdo com ho yffamte dom Pedro na batalha dAlferrobeyra, que comnosco ouue, nossa merçee e vomtade he que todos aquelles que assy aa dita batalha vierom com o dito yffamte

(1) No ms. *gruees*.

Copyrighted material

e ysso meesmo seus filhos, ataa o quarto graao, nom ajam, em nossos rregnos e senhorio, nhuuns beneficios, dignidades nem offiçios, homrras, perrogatiuas, ysemçõoes, priuillegios nem outras algũuas liberdades e framquezas. E, se algũuas das ditas cousas tem ou teuerem, que lhe fossem dadas e outorgadas per nos ou per os rrex que amte nos forom ou tijnham per bem de sua linhagem, mandamos que as nom tenham nem lhe valham daquy em diamte, em juyzo nem fora delle sse nom possam delles ajudar.

E os cassamos, yrritamos, anullamos e rreuogamos e em todo por nenhuuns os declaramos e queremos que numca, em nenhũu tempo nem per nenhũu caso, ajam os ditos offiçios, dignidades, beneficios e liberdades, etc., nem goyuam dos que ouuerom como suso he declarado, saluo avendo elles nosso mandado espiçiall, per que mandamos expressamente que, ssem embargo desta nossa carta patemte e do erro que contra nos cometerom, por vymrem aa dita batalha, os ajam e goyuam delles e doutra guysa nom. E esto queremos que sse cumpra e guarde em todollos lugares, sobieytos a nossos rregnos e senhorio, assy nas terras da rraynha, minha molher, que sobre todas amo e prezo, como nas dos yffamtes e duque, meus muyto prezados e amados jrmãaos e tyos, e nas das hordeens, moesteiros, ygreias, comdes, fidallgos, rricas donas, caualleyros e doutras quaaesquer pessoas de quallquer estado, preminemçia e comdiçom que seiam.

E porem mandamos a todollos corregedores das comarcas que façam rregistar esta carta nas çidades, villas e lugares de sua correyçom e as façam pubricar nos ditos lugares, em tall guysa que a todos seia notorio este nosso jeerall mandado. E a todollos nossos comtadores das comarcas e aos nossos almoxarifes e coudees e anadees das çidades, villas e lugares que saybam os que assy aa dita batalha vierom e os deuassem, costramgam, apurem e façam pagar peyta, fimta, talha, pedido, emprestido, jugada, quarto, quymto, oytauo e eyradega, alugueyro e portageens, passageens e dizemas, assy velhas como nouas, e outros quaaesquer trebutos de que erom rrelleuados e escusados, per quallquer maneyra que seia, saluo avemdo elles o dito nosso mandado espiçiall com as ditas clausullas suso declaradas, e façom em todo bem comprir e guardar esta nossa carta, per a guysa que em ella he comtheudo.

E emcomendamos aos arçebispos e bispos, meestres, dom abades, priores, dayãaes, comendadores e a toda outra justiça ecclesiastica de nossos rregnos que a guardem e façam, no que a elles açerqua desto pertemçer, comprir e guardar, assy e tam compridamente como nos mandamos e aqui he comtheudo, ca assy he nossa merçee e vontade de sse comprir per todos bem e compridamente, como dito he.

Dada em Almeyrim, dez dias doutubro. Louremço Abull a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Rix.

86

13 OUTUBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, do seu conselho, para sempre, casas que o infante D. Pedro tinha na cidade de Lisboa, as quais haviam sido de Gonçalo Lourenço, em compensação de todas as coisas pelo dito infante tomadas e roubadas ao dito prelado, contanto que, por morte de seus herdeiros e sucessores, elas fiquem a pessoa leiga; pois, tendo o citado D. Pedro vindo a Alfarrobeira contra el-rei e seu real estado e havendo-lhe posto batalha, onde logo foi morto, pode o monarca dispor de todos seus bens móveis e de raiz (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 24, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 84, e *Estremadura*, liv. 8, fl. 264.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que, porquanto ho jffante dom Pedro contra nos e nosso rreal estado se ueeo a Alferrobeira e

(1) Afirma RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 121 — em nossas pp. 68-69 —, que foi o bispo de Coimbra quem absolveu, em Alfarrobeira, à hora da morte, o infante D. Pedro. Sendo assim, o prelado — se é que lá esteve! — deve ter-se deslocado do arraial régio para o daquele, com essa finalidade, o que talvez não fosse muito fácil, na refrega em que andavam as duas hostes. Pois D. Luís Coutinho, do Conselho de el-rei e bispo de Coimbra de 1444 a 1452 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, p. 132) e anteriormente de Viseu, nunca fora *persona grata* ao duque de Coimbra (Cfr. os DOCS. 83-86 e as respectivas anotações do nosso vol. 7). Para mais, informa-nos o presente diploma régio de que coisas várias haviam sido pelo infante D. Pedro «tomadas e roubadas ao dito bispo», razão por que o monarca lhe doou agora casas do infante em Lisboa, como também lhe deu os bens de Rui ou Rodrigo da Cunha, em 20 de Agosto deste mesmo ano, por ele haver estado com D. Pedro em Alfarrobeira (ANTT., *Beira*, liv. 2, fl. 84 v., e *Místicos*, liv 3, fl. 127). Demais, se Fr. João Verba, confessor e conselheiro do duque de Coimbra, era já falecido, segundo cremos, pelo menos três capelães de D. Pedro estiveram com ele na batalha, Gonçalo Eanes, Diogo Gonçalves e Luís Eanes, aos quais, por isso, D. Afonso V confiscou os bens em Julho e Agosto de 1449 (*Místicos*, liv. 3, fls. 98 v. e 116, e *Estremadura*, liv. 8, fl. 134). Também foram confiscados, em 18 de Novembro de 1450, a Gonçalo Eanes, vedor das obras da Batalha, pelo mesmo motivo (*Estremadura*, liv. 8, fl. 268); portanto, se é verdade que este quis opor-se à passagem da hoste do duque de Coimbra pela Batalha, como assevera PINA (*Crónica cit.*, cap. 117 — em nossa p. 60), o dito vedor acabou por incorporar-se livremente na coluna ou foi obrigado a fazê-lo, como aliás sucedeu a tantos moradores das terras do infante D. Pedro.

Copyrighted material

nos pos batalha, honde logo foy morto, todos sseus beens mouys e de rraiz perteençem a nos e hos podemos de djreito dar a quem nossa merçee for; e, querendo nos fazer graça e merçee a dom Luis Coutinho, bispo de Cojnbra e do nosso conselho, por os mujtos e grandes seruiços que delle rrecebemos e entendemos de rreçeber ao diante;

De nosso moto proprio, liure vontade, çerta ciencia, poder ausoluto, ssem nollo elle pedindo nem outrem por elle, fazemoslhe pura, yrreuogauel doaçam, antre hos viuos valledoira, deste dia pera todo senpre, em tall guissa que nunca em algũu tempo possa seer rreuogada, de hũuas cassas que ho dicto jffante tijnha em a cidade de Lixboa, que forom de Gonçalo Lourenço, com todas ssuas entradas e ssaydas, djreitos e perteenças e com quaeesquer outras coussas e djreitos que a ella djreitamente perteençam per quallquer guissa. As quaees cassas lhe damos e outorgamos por todallas coussas que per o dicto jffante dom Pedro foram tomadas e rroubadas ao dicto bispo, ssem ele seer obrigado nem demandado por outros algũus a que o dicto jffante deuesse algũuas diujdas. E mandamos que as aia pera ssy e todos sseus herdeiros e sobçessores que depos ell ueerem, pera as poderem auer, lograr, dar, doar, trocar, escambar e fazer dellas e em ellas o que lhe prouuer, como de ssua cousa propria e corporall posisam, comtanto que, per ssua morte, fiquem a perssoa leiga e em algũu tempo nom uenham a perssoa ecclesiastica nem a jgreia nem moesteiro.

E porem mandamos a todollos jujzes e justiças e nossos comtadores e almoxarifes, officiaaes e pessoas de nossos rregnos que metam em posse o dicto bispo das dictas cassas e lhas leixem auer com todas ssuas perteenças e djreitos e tomar posse dellas, per ssy ou per outrem, como lhe prouuer, e lhe alçem quallquer enbargo que lhe sobrello seja posto, porque nossa merçee e vontade he de as elle auer assy e tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo, ssem enbargo de quaeesquer nossas hordenaçõoes, lex e djreitos canonicos e çiuees e grossas e opiniõoes de doutores que em contrairo dello sejam, porque queremos que nom ajam em esto lugar.

Dada em Almeirim, xiij dias doutubro. Gonçalo Cardoso a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

87

1 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de legitimação de Violante Aranha, filha de João Aranha, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Cide, e de Catarina Afonso, falecida, ambos solteiros ao tempo do nascimento da legitimada.

ANTT., *Legitimações*, liv. 2, fl. 50.

Jtem, carta de legitimaçam de Violamte Aranha, filha de Joham Aranha, escudeiro do jfamte dom Henrrique etc., morador em Çide, terra de Fernam Soarez da Albergaria, e de Caterina Afomsso, ja finada, ambos sollteiros, ao tempo de sua naçemça, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, primeiro dia de nouembro. Elrrey o mandou pello doutor Ruy Gomez, nom semdo hy o doutor Pero Lobato, seu companham. Rodryguo Afomsso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rix.

88

4 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 17 de Agosto de 1436, de confirmação do dote prometido pelo infante D. Henrique a João Alvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, em casamento com Mécia Gomes de Lemos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 52 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Meçia Guomez, filha de Gomez Maartijnz de Lemos, nos mostrou perante nos hũua carta do muito uirtuosso (1) e de gramdes uirtudes elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, da quall o theor tal he.

(1) No ms. *uirtuguosso*.

Copyrighted material

Segue-se a transcrição da carta citada, — o DOC. **127** *do nosso vol. 5.*

E ora nos pedio a dicta Meçia Guomez que lhe comfirmasemos a dicta carta. E nos, visto seu rreqrimento e as mujtas e gramdes rrazõoees que teemos pera lho fazer e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e comfirmamoslha segundo neella faz meemçom.

E porem mamdamos aos veedores da nosa fazenda, contadores e a outros quaeesquer nossos ofeçiaaees e pesoas que esto ouuerem de veer per qualquer guisa que seja, que lhe compram e guardem e façom comprir e guardar a dicta carta com esta nosa comfirmaçom, como neella he conthudo, sem lhe poendo sobrello outro embargo algũu.

Dada em Euora, iiij dias de nouembro. Gonçalo Anes a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c} Rix.

89

5 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Mécia Gomes de Lemos, viúva de João Álvares da Cunha, cavaleiro que fora da casa do infante D. Henrique, as 2.000 dobras prometidas pelo regente D. Pedro em 23 de Março de 1444 a Mécia Vasques de Góis, para o casamento de duas filhas suas, alvará doado depois por aquela a João Álvares da Cunha, em casamento com Mécia Gomes de Lemos, filha da dita Mécia Vasques, pelas quais dobras lhes foi atribuída a tença anual de 20.000 reais brancos até à liquidação daquelas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 52 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Meçia Gomez de Lemos, molher que foy de Joham Aluarez da Cunha, caualeiro da casa do jffamte dom Amrrique, meu muito preçado e amado tio, mostrou perante nos hũua carta, ssjnada per o jffante dom Pedro e asellada com o nosso sello de çera pemdente, feecta em esta çidade dEuora, a xxiij dias de março de mjl iiij^{c} Riiij, sobscripta per Paay Rodriguez, seemdo scripuam da fazemda, per a qual se mostra que nos prometemos de dar a Meçia Uaasquez de Guooees, pera ajuda de casamento de duas suas filhas, duas mjl dobras, por casamento que a ella foy prometido; as quaees

ij dobras ella deu ao dicto Joham Aluarez, em casamento com a dicta Meçia Gomez, sua molher, filha da dicta Meçia Uaasquez, damdolhe em paguamento dello o dicto nosso aluara, avemdo de nos, o dicto Joham Aluarez e Meçia Gomez sua molher, por ellas, de teença, em cada hũu anno, des primeiro dia de janeiro do dicto ano de iiij° Riiij° em diante, vijnte mil rreaes bramcos sem descontar do primçipal, ataa que lhe mamdasemos pagar as dictas dobras; pedimdonos ora a dicta Meçia Gomez, porquanto ja o dicto seu marido he finado, que lhe comfirmasemos a dicta carta, por a ella ficarem obriguadas as dictas duas mjl dobras de teença. E nos, visto seu rrequerimento e, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e comfirmamoslhe a dicta carta, assi e pella guisa que neella he conthudo.

E porem mamdamos aos veedores da nosa fazenda, contadores e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, que o compram assi e lhe dem e façom dar, em cada hũu ano, a dicta carta, per que lhe paguem os dictos xx rreaes de teemça, como dicto he. E a dicta carta faça mençom que a dicta Meçia Guomez e seus herdeiros a tenham, pera sua guarda. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, b dias de nouembro. Gonçalo Cardosso a fez. Anno do Senhor de mjl iiij° Rix.

90

12 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro João Gonçalves, morador em Tavira, por ele haver casado com irmã de Fr. Gil [de Tavira], licenciado em teologia.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 20 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Gonçalluez, marinheiro, morador em a nosa villa de Tauira, a rrequerimento de frey Gill, liçençiado em tholisia, porquanto nos disse que estaua cassado com hũua sua jrmãa; teemos por bem e queremos que elle aja, daquy em diante, todallas honrras, priuilegeos, liberdades e franquezas que ham e deuem dauer os nossos beesteiros de cauallo, posto que o ell nom sseja.

Copyrighted material

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças de nossos rregnos e aos jujzes da dicta uilla de Tauira e a outros quaeesquer ofiçiaaes e perssoas a que o conheçimento desto pertençer que, daquy em diante, guardem e façam comprir e guardar ao dicto Joham Gonçalluez todallas dictas honrras, priujlegeos, liberdades e franquezas que asy ham e guardam aos dictos nossos beesteiros de caualo, em todo compridamente, asy e pella guissa que em elles he contheudo, e lhe nom vãao nem consentam hir contra elles em maneira algũua, ssem outro embargo. Vnde huuns e outros al nom façades.

Dada em Euora, xij dias de nouembro. Diogo Borjes a fez. Ano de mjl iiij^{c} Rix.

91

13 NOVEMBRO 1449

Instrumento de emprazamento, em uma vida, por Fr. Fernão Lopes de Azevedo, comendador-mor da Ordem de Cristo e do conselho de el-rei, a João Afonso de Morais, morador em Condeixa, termo de Coimbra, de todas as jeiras, herdades, casas e foros que a dita Ordem tem no Campo do Mondego e em Quimbres, os quais o mesmo João Afonso tivera já emprazados em três pessoas e os perdeu, por haver estado em Alfarrobeira com o infante D. Pedro, lavrado o documento por João de Lisboa, escrivão, por autoridade do infante D. Henrique, em Ega e Soure (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 118, maço 2, n.° 14. Original, em pergaminho.

---

(1) A este Fernão Lopes de Azevedo, filho de Lopo Dias de Azevedo, aludimos já repetidas vezes em nossos volumes anteriores, sobretudo às suas embaixadas à cúria pontifícia, enviado pelo infante D. Henrique, para a obtenção de diversas graças e bulas. Como freire da Ordem de Cristo, encontramo-lo em comendador-mor de Casével a 19 de Maio de 1426 (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 3), mas em 6 de Setembro de 1440 parece o era de Soure (Cfr. o DOC. 105 do nosso vol. 7); e nesta mesma zona o encontramos ainda agora, em 1449. Ega e Soure eram comendas da dita Ordem, herdadas dos Templários (Cfr. os DOCS. 61, 73 e 74 do nosso vol. 1). Sobre Fernão Lopes de Azevedo, que tomara parte na conquista de Ceuta, em 1415 (Cfr. o DOC. 60 do nosso vol. 2), podem ver-se: os DOCS. 24 e 60 do nosso vol. 3; a nota das ps. 335-36 e DOC. 145 do vol. 4; o DOC. 38 do vol. 6; o DOC. 228 e notas 1 das pp. 289-90 e 319-20 do vol. 7; e, enfim, a nota 1 da p. 1. do vol. 8.

Saibham quantos este estormento uyrrem como, no ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rix anos, os xiij dias do mes de nouenbrro em a Ega, nos paços do ssenhor comendador moor, estando hi, de presente, dom ffrey Fernam Lopez dAzeuedo, comendador mor da hordem de Christos e do conselho delrrey; e outrosy, estando hi Joham Affonso de Morraaes, morrador em Condeixa, termo da cidade de Cojnbra, todos juntamente, em presença de mjm, Joham de Lixboa, espriuam, por autorridade do jffante dom Anrrique, nosso ssenhor, em o dicto logo dEga e de Sourre, por Ferrnam Uassquez, tabaliam das notas, e as testemunhas adeante espritas;

E logo pello dicto Joham Affonso, que presente estaua, pedio ao dicto comendador moor que lhe emprazasse todallas geirras e herdades e cassas e fforros que a dicta hordem tem no Campo de Mondego e em Quynbris, hos quaaes el, dicto Joham Affonso, ja teuerra emprazadas em tres pessoas e hos perdeco, por sseer na batalha dAlfarrobeira com o jffante dom Pedro, que Deus aja, ssegundo mais compridamente he conteudo em hũa hordenaçam delrrey nosso ssenhor sobrre tall casso feita (2).

E o dicto comendador moor disse que lhe prazia de lho emprazar e a dar por prazo ao dicto Joham Affonso todas as dictas geirras e herdades e cassas de Quynbrjs, com todos sseus fforros e rrendas e ffruitos e nouos e emtrradas e saidas e derreitos e pertenças, asy como as ell, dicto comendador e hordem, am dauer, e melhor, sse os elle melhor poder auer em sua uida dell, dicto Joham Affonso, e mais nam, com estas coondições, a saber, que elle ffaça laurar e aproueitar todas as dictas geirras e herdades que a dicta hordem tem no dicto canpo e fforram delle e onde quer e per hu quer que jaçam.

E os trraga ssenpre laurados e aproueitados as ffolhas, asy como he de custume, em tall maneirra que as dictas herdades ssenpre sejam melhoradas e nam pejorradas e sse traute bem com hos lauradorres que laurrarrem nas dictas geirras e herdades, segundo elle uyr que he mais proueito da dicta hordem; e com comdiçam que elle, dicto Joham Affonso, de e page, de fforro e penssam, das dictas geirras e herdades, da ffeiturra deste prazo em deante, em cada hũ ano, ao dicto comendador e hordem, mjll e quatrocentos rreaaes brancos desta moeda orra corrente, de tryntrra e çinquo libras o rreall, pagados as terças do ano, a saber, a primeira por Natall e a segunda por Pascoa da Resurreyçam e a terceirra por dia de Sam Joham Bautista, começando a primeira paga por dia de Natall, este primeirro que uem, da ffeiturra deste estormento desta pre-

(2) Deste passo se vê como aos mesmos foreiros de terras da Ordem de Cristo que se aliaram com o infante D. Pedro contra el-rei D. Afonso V, em Alfarrobeira, se aplicou a carta régia de punição — o nosso DOC. 85, de 10 de Outubro de 1449.

Copyrighted material

sente erra, com comdiçam que elle nam possa dar nem uender nem emalheear o dicto prazo a outra nemhũa pesoa, mais, a orra da sua morte ou ffallycimento dell, dicto Joham Affonso, os dictos cassaaees ffiçem liurres e hisentos e desembargados ao dicto comendador e hordem, ssem outra ffegura de juizo nem embargo que ssobrre ello sseja posto.

E o dicto Joham Affonso sse obrigou, per sy e per todos sseus beens, mouees e de rraiz, a estar pello dicto arrendamento. E o dicto comendador se obrigou, per sy e per sseus beens, da dicta hordem, a lho emparrar e a deffender, em juizo e fforra delle, so pena de pagar a parte que por ello nam quisser estar nem manteer o dicto arrendamento a parte que por ello esteuer vynte mjll rreaaes desta moeda, como dicto he. E, lleuada a dicta pena ou nam, o dicto estormento sseer ffirme, estauell, como dicto he. E esto sse entenda asy como as elle soya de trrager em o sseu arrendamento [e] emprazamento.

Em testemunho das quaaes coussas, hos ssobredictos pedirram asy senhos estormentos, ambos de hũ teor que fforam ffeitos e outorgados em o dicto logo dEga, nos paços do dicto comendador moor, dia e mes [e] era susso esprita. Testemunhas que pressente[s] fforam: Uasco Annes, escudeiro do dicto comendador moor, e Joham Martijnz, barqueiro, e Pedro Affonso, criado do jffante, morador em a ujlla de Sourre, e outros. E eu, ssobredicto espriuam, que este estormento espreuy, por outorgamento dos ssobredictos. E este he o do comendador e hordem. E eu, ssobredicto Fernam Uaasqujz, que este estormento mandey espreuer e aquj meu synall fiz, que tall he (*Sinal do notário*). Pagou, com nota, xviij reaaes.

92

15 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique os bens de Nuno Fernandes, que foi moço da câmara do infante D. Pedro, por haver estado com ele em Alfarrobeira contra o monarca.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 127.

Dom Affonsso, etc.

Jtem, carta do yfamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, dos beens de Nuno Fernamdez, que foy moço da camara do yffamte

dom Pedro, por seer com o dito yffamte dom Pedro na batalha dAlferro beyra comtra nosa pessoa e rreall estado, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xb dias de nouembro. Gomçallo Cardoso a fez. Anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Rix.

93

18 NOVEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, com o privilégio de besteiros de cavalo, 4 marinheiros que ele tiver em Lagos, segundo rol pelo mesmo infante assinado, e que ele possa substituí-los por outros, desde que não excedam o referido número (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 86 v., — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 469.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee ao jffante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tyo; teemos por bem e queremos que quatro marinheiros que o dicto jffante, meu tio, teuer em a nossa villa de Lagos, os quaees elle dee em hũu rrooll sijnado per ssua mãao, pera ssaber quaees ssam, ssejam priuilegiados e escusados daquellas cousas e encarregos de que o (2) ssam os nossos beesteiros de caualo.

E porem mandamos aos juizes da dicta villa de Lagos e a todollos outros juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas a que desto o conheçimento perteençer e esta carta for mostrada que aquelles quatro marinheiros, que asy o dicto jffante der em rrooll asynaado per ssua mãao que ssam sseus, compram e guardem e façam conprir e guardar em todo, bem e conpridamente, todollos priuilegios e liberdades que asy am e guardam aos dictos nossos beesteiros de cauallo,

(1) Cfr. o DOC. 17, de 8 de Março anterior, de privilégio a 13 marinheiros do infante em Lisboa e Porto e a Diogo de Pinheiro, mestre da sua nau.

(2) No ms. os.

Copyrighted material

posto que nos ou a rraynha mjnha molher, que ssobre todas preço e amo, e jffantes meus jrmãaos e tyos e outras pessoas ssejamos em a dicta villa, sem outro enbargo.

Outrossy, queremos e mandamos que, sse allgũus dos dictos marinheiros sse finarem, que o dicto meu tyo possa tomar outro em sseu logo e asy tirar delles algũus de que lhe nom aprouuer e tomar outros, ajnda que ssejam viuos aquelles que assy tirar, contanto que nom passe o dicto numero de quatro. He huuns e outros vnde all nom façades.

Dada em a nossa çidade dEuora, xbiij dias de nouembro. Ruy Meendez a fez. Ano do Senhor de mjll iiij^{c} e Rix annos.

94

22 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de privilégio, outorgado por el-rei D. Afonso V a Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Estreito, termo de Oleiros.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 164 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Martim Gonçaluez, morador no Estreyto, termo dOleiros, beesteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxij dias de nouenbro. Lopo Fernandez a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

95

25 NOVEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a dar licença a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo, para andar em besta muar de sela e freio.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 5 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Pedro Esteuez, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., morador em Montemor o Nouo, per que lhe dam licença e lugar que possa andar em besta muar de ssella e freo, etc. Em forma.

Dada em a cidade dEuora, xxb dias de nouembro. Lopo Ferrnandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rix.

96

4 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar vitaliciamente ao infante D. Henrique as ilhas Berlengas e o Baleal junto a Atouguia, como as tivera o falecido infante D. Fernando, para ele nelas fazer o que lhe aprouver.

ANTT., *Misticos*, liv., 4, fl. 22.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 154.

Dom Affomsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee ao iffamte dom Hamrrique, meu mujto prezado e amado tio; teemos por bem e queremos que tenha e aja de nos, em dias de sua vida, as Berllemgas e o Baleal, que sam jumto com a villa da Atouguia, assy e pella guisa que os tijnha o iffamte dom Fernamdo, meu mujto prezado e amado tio, cuja allma Deus aja. E nos praz que possa em ellas fazer todo ho que lhe aprouuer.

E mamdamos a quaaesquer nossos offiçiaaes que sobre esto lhe nom ponham embarguo allgũu. E, por sua guarda, lhe mamdamos dar esta nossa carta.

Dada em a çidade dEvora, quatro dias do mes de dezembro. Ruy Mendez a fez. Anno de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill e iiij° Rix.

Copyrighted material

97

4 DEZEMBRO 1449

Reconstituição por el-rei D. Afonso V, a pedido do infante D. Henrique, da carta joanina de doação a este da vila da Covilhã, em data desconhecida, sobre a carta de património do mesmo infante de 17 de Abril de 1411, por se lhe haver molhado e inutilizado o original respectivo e não se ter encontrado cópia da mesma nos registos régios.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 130 v. Cotejando o presente texto com a carta de património do infante D. Henrique, dada por el-rei D. João I em Évora, a 17 de Abril de 1411 — o DOC. 150 do nosso vol. 1 —, vê-se que este documento vai seguindo aquele, como, de resto, abaixo se declara: «naquella forma da outra de suas terras».

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que o yffamte dom Amrrique, duque de Viseu e ssenhor de Couilhãa (1), meu muyto amado e prezado tyo, nos disse que a elle fora fecta doaçam de juro e herdade pollo muyto alto e muyto virtuoso e de gramdes virtudes elrrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, e pollo muyto alto e muyto virtuoso, da gloriosa memoria, elrrey meu ssenhor e padre, em seemdo yffamte, cuja alma Deus aja, da dita villa de Couilhãa, com todallas rremdas e dereitos della, jurdiçom çiuell e crime, segumdo lhe foram dadas as outras suas terras que ssom darredor de Viseu, e que a carta que della ouue se lhe molhou com outras escprituras per tall guysa, que sse nom pode leer, e que mandou buscar na Torre do Tombo, que esta em a çidade de Lixboa, homde estam nossas escprituras, e tambem na nossa chamçellaria, sse sse poderia achar ho rregisto della, e nom pode seer achado (2); e que nos pedia que lhe ouvessemos sobre ello rremedio.

E nos, visto seu pedyr, porque fomos certo que a dita villa lhe foy dada com suas rremdas e dereitos e jurdiçom çiuell e crime, segumdo as

---

(1) No ms. *Cornelhãa* por *Couilhãa*, gralha do copista.

(2) Os livros da Chancelaria de cada rei mantinham-se na *Chancelaria-mor da Corte e Reino* durante a vida dos monarcas respectivos e «nam uem a esta casa (a Torre do Tombo) senam per falleçimento de cada hũ dos rrex», — informava ainda em 1583 o escrivão do Arquivo Nacional Cristóvão de Benavente (Cfr. o relatório daquele em A. J. DIAS DINIS, *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 153).

outras suas terras; e desy, porque vimos a outra sua carta com ho seello dos ditos rrex e per tall guysa a letera della morta, que sse nom podia leer ssenom em muy poucos e pequenos lugares, nos quaaes, em cada hũu delles, declaraua seer tall como as outras das suas terras; e somos çerto que elle mandara fazer toda diligemçia que sse bem pode fazer pera seer achado o rregisto della e sse nom pode achar; determinamos em nosso comselho de lhe ser dada nossa carta da dita villa de Couilhãa e rremdas e dereitos e jurdiçom çiuell e crime della, naquella forma da outra de suas terras, a quall jm sustamçia he esta que sse segue.

Comsyramdo em como o dito jffamte he emançipado e em tall hydade e discripçom que lhe compre teer estado e ho manteer; e, queremdolhe fazer graça e merçee, de nosso moto propio, çerta çiemçia, liure vomtade, poder absoluto, damos e outorgamos e fazemos liure e pura, jmrreuogauell doaçom, amtre os viuos valledoyra, deste dia pera todo sempre, ao dito yffamte, pera elle e pera todos seus filhos e filhas, netos e netas e todollos outros seus herdeyros que delle desçemderem per linha dereita, segumdo a declaraçam ajuso escripta, da nossa villa de Couilhãa, com todos os dereitos, foros, cemsos, emprazamentos, trabutos, pemsõoes, fruytos, nouos, padroados de ygreias que nos em ella avemos e de dereito deuemos dauer pera sempre, per quallquer guysa, com todas suas emtradas, saydas, perteemças, valles, montes, fomtes, campos, termos, limites, matos, soutos, rressijos, paçijgos, lugares, montados, portageens, passageens, rribeyros, rryos, pescarias delles e com todallas outras nossas rremdas e dereitos corporaaes, temporaaes, sagraaes, espiçiaaes, rreguemgos, taballiados, pemssõoes delles, ficamdo a nos e a nossos socessores a comfirmaçam dos ditos taballiados e serem escpritos em os nossos liuros da chamçellaria, segumdo he custume, e jurdiçõoes çiuell e crime, mero, misto jmperio, soieyçom, assy e tam compridamente como a nos avemos e de dereito deuemos dauer, assy como as elle milhor e mays compridamente pode e deue aver, rresaluamdo pera nos a correyçam e alçadas.

E que o dito yffamte dom Amrrique e seus soçessores ajuso escriptos ajam a dita villa e sseu termo e padroados de ygreias e todallas outras cousas suso escriptas e dereitos daquy em dyamte liuremente, assy na propiedade como na posse, pella maneyra que sse adiamte segue, a saber: o dito yffamte em sua vida, comtanto que a nom possa dar nem doar nem vemder nem apenhar nem em testamento leixar, em todo nem em parte, saluo acomteçendo que o dito yffamte case fora destes rregnos ou lhe acomteçesse outro algũu negoçio ou rrezam justa e lidema, per que, ssem outro emgano nem maliçia, lhe comprisse viuer fora delle ou lhe viesse algũu tall negoçio que fosse veresimili e prosumçom manifesta que lhe compriria por ello de vemder ou apenhar ou escambar a dita villa e sseu termo e cousas e todos outros dereitos suso escriptos ou parte delles

Copyrighted material

que, em taaes casos e cada hũu delles, os possa vender, apenhar ou escambar, per esta guysa.

Primeyramente, fazemdo elle saber a qualquer que em aquelle tempo seia rrey destes rregnos se os quer, tamto por tanto quamto lhe outrem por elles der; e, queremdoos elle, tamto por tamto, que o dyto yffamte os nam possa vemder nem escambar a outro nenhũu, pagamdolhe o dyto rrey o preço ou as cousas por que as asy vemder ou apenhar ou escambar, tall e tam boa e a tall tempo como lhe outrem der; e, nom as queremdo o dito rrey ou nom paguamdo o dito preço, tall e a tall tempo, como dito he, que emtam possa vemder e apenhar e escambar a quemquer que lhe aprouuer a dita villa e termo e dereitos em çima nomeados ou parte delles; que os ajam per aquelle modo e maneyra e emcarrego que per nos ssam dados ao dito yffamte dom Amrrique, comtamto que aquelle que os assy vemder ou apenhar ou escambar seia naturall e morador nos ditos nossos rregnos de Purtugall e do Algarue. E, por esto, nom lhe tolhemos nem defemdemos que os possa escambar e aforar e emprazar e arremdar, todos ou parte delles; amte lhe outorgamos que o possa fazer ssem neçessidade ou caso nenhũu, comtamto que os ditos escambos, emprazamentos e aforamentos seiam a proueyto do senhorio seu e de seus soçessores em as ditas terras e seiam fectos aos naturaaes dos ditos rregnos, como dito he.

E, morrendo o dito yffamte dom Amrrique, avemdo filhos lidemos, que o filho barom lidemo mayor amtre os barõoes aja e herde pera ssy soo toda a dita villa e termo e dereitos e cousas suso escriptas pella guysa e comdiçom que per nos ssam dadas ao dito yffamte dom Amrrique; e que outro nenhũu filho nem filha, posto que os hy aja, nom herde nem aja delles parte. E avemdo hi filhos ou filhas do dyto yffamte e netos e bisnetos ou outros desçemdemtes per linha dereita e mascollina do dito mayor filho barom lidemo, e morrendo o dito mayor filho barom em vida do dito yffamte ou depoys, que o dito neto barom mayor lidemo herde toda a dita villa e termo e cousas e dereitos suso escriptos pella guysa que herdaria o padre, se viuo fosse. E outro nenhũu nom aja parte da dita villa e termo e cousas e dereitos. E assy descemdemdo pella linha dereita lidema e mascollina.

E, nom aven[do] hi da dita linha lidema e mascollina do dito filho barom mayor e ficamdo outros filhos barõoes lidemos e filhas, que semelhamtemente os aja outro filho barom lidemo mayor per sua linha mascollina dereita lidema, segumdo dito he. E, nom avemdo hy filho barom lidemo do dito yffamte nem netos ou desçemdemtes pella guysa suso escripta, que emtam os aja a filha mayor do dyto yffamte dom Amrrique, pella maneyra e comdiçõoes que suso dito he. E esta meesma hordenaçam se guarde nas filhas do dito yffante e seus desçemdemtes que sse guarda nos desçemdemtes dos barõoes, comtamto que, avemdo filhos

barõoes ou netos das filhas do dito yffamte, como dito he, depoys da morte do que os pessuyr, herde o mayor barom dos mays cheguados ao dito yffamte; e assy vãao soçessiue pella guysa e comdiçom suso escripta e nom soçeda nenhũua femea desçemdemte das filhas do dito yffamte, emquamto hi ouuer barõoes.

E, nom avemdo hy barõoes e ficamdo netas ou bisnetas dos ditos filhos ou filhas do dito yffamte, emtom a aja a mayor das mays chegadas ao dito yffamte; e assy amtre as femeas sempre aja a soçessom a mayor das mays cheguadas ao yffamte, com as comdiçõoes suso escriptas, comtamto que, como o dito yffamte, nom pode (3) vender nem apenhar nem escambar a dita villa e termo e cousas e dereitos, senam em certos casos suso escriptos, assy, fora dos ditos casos, as nom possa[m] vemder nem apenhar nem escambar nenhũus dos seus soçessores a que perteemçerem.

E, morremdo o dito yffamte dom Amrrique sem desçemdemtes lidemos barõoes ou femeas, como dito he, e seemdo a sua linha dereita desçemdente lidema estimta, assy de barõoes como de femeas, e avemdo hi filho ou filhos barõoes naturaaes do dito yffamte, que aja a dita heramça o mayor delles, e nom possa soçeder filha naturall do dito yffamte, posto que a hi aja. E, nom avemdo hi filho naturall do dito yffamte barom, que emtom sse torne a dita villa e termo e cousas suso ditas que seus desçemdemtes deuiam dauer aa coroa destes rregnos de Portuguall e do Algarue e os aja e herde quem dos ditos rregnos seja (4) rrey e os outros rrex que depoys elle vierem.

E, per esta presente carta, demitimos e tiramos de nos toda a posse e a propiedade e dereito que avemos e de direito deuemos dauer na dita villa e termo, cousas e dereitos, e o poemos todo no dito yffamte dom Amrrique e sseus soçessores. Outrossy, queremos e outorgamos e mandamos que a elles e a cada hũu dos ditos seus soçessores rrespomdam e acudam e seiam obriguados em todo e per todo, assy como a sseu senhor, rreseruamdo pera nos e nossos soçessores a correyçom e alçadas e comfirmaçam de taballiados, como dito he. E queremos e outorgamos e mandamos que, daquy em diamte, ssem outra nossa autoridade mays que elle e os seus soçessores, per ssy ou per quem lhe prouuer, possam filhar e filhem posse rreal e corporall da dita villa e termo e padroados de ygreias e todos direitos suso escriptos e husar delles e dos dereitos e propiedades e jurdiçõoes delles, ssem nenhũu embargo que lhe sobre ello seja posto.

E porem mandamos aos nossos almoxarifes e escpriuãaes da dita villa e termo, que ora ssam ou forem daquy em diamte, e a quaaesquer

(3) No ms. *poder*.
(4) No ms. *sera*.

Copyrighted material

outros nossos corregedores e meyrinhos, juizes e justiças e offiçiaaes, que por nos esto ouuerem de veer, que lhe leixem aver, lograr e pessuyr a dita villa e termo e cousas e dereitos, com todallas rremdas, fruytos, nouos e perteemças della, ssem nenhũu embargo, segumdo suso he escripto. A quall doaçom lhe fazemos, como dito he, nom embargamdo quaaesquer lex, dereitos çiuijs ou canonicos ou nossos ou de nossos amteçessores, openiõoes de doutores, foros, custumes, estatutos, façanhas e quaaes[quer] outras constituyçõoes que esta nossa doaçom embarguem ou possam embargar, em todo ou em algũua parte, posto que taaes seiam de que sse deua fazer expressa e simgullar mençom ou espiçiall rreuogaçom ou rrenumçiaçom. Os quaaes dereitos, openiões e cada hũu delles, de nossa çerta çiemçia, moto propio, liure vomtade, poder absolluto, rreuogamos cassamos, yrritamos, anichillamos e anullamos e queremos que nom valham, posto que aqui nom seiam escriptos. Os quaaes de nossa çerta çiemçia, poder absolluto, aquy avemos por expressos e espaçificados, e mandamos que nom ajam lugar em esta doaçom nem lhe possam empeeçer, em todo nem em parte.

Outrossy, mandamos que, sse algũuas pessoas, em a dita villa e termo ou parte delle, tem rremda de dereitos della em teemça de nos, que os leixem e desembarguem liuremente ao dito yffamte e seus soçessores e lhe nom ponham sobre ello outro nenhũu embargo, porque nossa merçee he, de nosso poder absolluto, as ditas teemças rreuogar, as quaaes aquy expressamente anichillamos; e queremos e mandamos que a dita doaçom seia firme e valledoyra pera todo sempre, sem nenhũu fallimento, como dito he. E prometemos em nossa ffe rreall, por nos e por nossos soçessores que depoys de nos vierem e desçemderem e rregnarem, que nom britemos nem desfaçamos em nenhũua maneyra a dita doaçom e que a guardemos e mantenhamos emteyramente como em ella he comtheudo. E quallquer que de nos vier e desçemder e lhe a dita doaçom emteyramente guardar aja a bemçom de Deus e a nossa.

E mandamos a todollos corregedores e meyrinhos e justiças a que esta carta for mostrada que a cumpram e defemdam com esta merçee que lhe fazemos e a cumpram e guardem e façam comprir e guardar como em ella he comtheudo. E all nom façam. E, em testimunho desto, mandamos dar ao dito yffamte esta nossa carta, seellada do nosso seello pemdemte do chumbo.

Dada na çidade dEuora, quatro dias de dezembro. Aluaro Vieyra a fez. Anno do Senhor de mill e iiij^{c} Rix.

98

4 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique e herdeiros a vila de Gouveia com todos seus rendimentos, direitos e jurisdições, ressalvadas para o monarca a confirmação dos tabaliados, a correição e alçadas (1).

ANTT., *Misticos*, liv. 3, fl. 129.

Dom Affonsso, etc.

A quantos esta carta de doaçam virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee ao yffamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, de nosso proprio mouimento e çerta çiemçia e liure vomtade e poder absolluto, lhe damos e outorgamos e fazemos liure e pura, jmrreuogauell doaçam, amtre os viuos valledoyra, deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus filhos e filhas e netos e netas e todollos outros herdeyros que delle desçemderem per linha dereita, segumdo a declaraçam ajuso escprita, da nossa villa de Gouuea, com todallas rremdas, dereitos, foros, çenssos, emprazamentos, trebutos, pensõoes, fruytos, nouos que nos em ella avemos e de dereito deuemos dauer pera sempre per quallquer guysa, com todas suas emtradas e saydas e perteemças, valles, montes e fomtes, campos, termos, matos, soutos, rressyos, paçijgos e lugares, montados, portageens e rribeyros e rryos e pescarias delles, com todas rremdas, dereitos corporaaes, temporaaes, rreaaes, sagraaes, espritуaaes, rreguengos, tabaliados, penssõoes delles, ficamdo a nos e a nossos soçessores a confirmaçom dos ditos taballiados e serem escriptos em os liuros da nossa chamçellaria, segundo he de custume, e jurdiçom çiuell e crime, mero e misto jmperio, assy e tam compridamente como nos avemos e de dereito e de fecto deuemos dauer, assy como a elle milhor e mais compridamente pode e deue dauer, rressaluamdo pera nos a correyçom e alçadas.

E que o dito yffamte dom Amrrique e seus soçessores ajuso escriptos ajam a dita villa e todas outras cousas suso escriptas e dereitos daquy adiamte liuremente, assy na propiedade como na posse, per a maneyra que sse adiamte segue, a saber, o dito yffamte em toda sua vida, com-

(1) O documento é confirmação da carta do regente D. Pedro de 4 de Janeiro de 1443, que segue, posto a não cite, — o DOC. 281 do nosso vol. 7.

tamto que os nom possa dar nem vemder nem alhear nem escambar nem apenhar nem em testamento leixar, em todo nem em parte, saluo acomteçemdo que o yffamte case fora destes rregnos de Portugall e do Algarue ou lhe acomteçesse algũu outro negoçio ou rrazom justa e lidema, per que, ssem outro emgano nem maliçia, lhe comprisse de viuer fora delles ou lhe aviesse outro algũu negoçio, tall que fosse veresimille e presumçom manifesta que lhe cumpria pera ello de vemder ou apenhar ou escambar a dicta villa e todos outros dereitos suso escriptos ou parte delles, que, em taaes casos ou em cada hũu delles, os possa vemder, apenhar ou escambar, e per esta guysa, fazemdo primeyro saber a nos ou a quallquer que em aquelle tempo for rrey dos ditos rregnos se os quer tamto por tamto, quamto lhe outrem por elles der.

E, queremdoos elle, que o dito yffamte os nom possa vemder, apenhar nem escambar a outro nenhũu, pagamdolhe nos ou o dito rrey o preço ou cousas per que os assy vemder ou apenhar ou escambar, tall e tam boo ou tam boas e a tall tempo como lho outrem der. E nom o queremdo nos ou o dito rrey ou nom paguamdo o dito preço, tall e a tall tempo ou cousas, como dito he, que emtam possa vemder, apenhar e escambar a quem quer que lhe prouuer o dito lugar, senhorio, dereitos em cima nomeados; que os aja per aquelle modo e maneyra e emcarrego que per nos ssom dados ao dito yffamte, comtanto que aquelle que os assy vemder ou apenhar ou escambar seia naturall e morador nos ditos nossos rregnos de Portugall e do Algarue.

E, morremdo o dito jffamte e tendo filhos lidemos, que o filho barom lidemo, o que for mayor amtre os barõoes, aja e herde soo pera ssy a dita villa, cousas e dereitos suso escriptos, per a guysa e comdiçõoes que per nos ssom dadas ao dito yffamte. E outro nenhũu filho ou filha, posto que os aja, nom herdem nem ajam della parte. E, avemdo hi filhos ou filhas do dyto yffamte e netos ou bisnetos ou outros desçemdemtes per linha dereita e mascullina do dito mayor filho barom lidemo e morremdo o dito filho lidemo mayor barom em vida do dyto jffante ou depoys, que o dito neto barom mayor lidemo herde toda a dita villa, cousas e dereitos suso escpritos per a guysa que lhe daria o padre, sse viuo fosse, e outro nenhũu nom aja parte na dita heramça, terras, cousas, dereitos; e assy desçemdemdo per a dita linha dereita lidema mascullina do dito filho barom mayor. E, ficamdo outros filhos barõoes lidemos e filhas, semelhauellmente os ajam o outro filho barom lidemo mayor e sua linha mascullina dereita, lidema, segumdo suso dito he.

E, nom avemdo hi filho lidemo barom nem netos ou desçemdentes, per a guysa suso escpritos, que emtom a aja a filha mayor lidema, per a maneyra e comdiçõoes que suso dito he. E esta meesma hordenaçom se guarde nas filhas e seus desçemdemtes que sse guarda nos desçemdemtes dos barõoes, comtamto que, avemdo filhos barõoes ou netos das filhas,

como dito he, elles herdem e nom as filhas nem netos dellas. E, nom avemdo hi filhos barõoes e ficamdo netas ou bisnetas dos ditos filhos, herdem as filhas do dito yffamte e nom as netas ou bisnetas dos barõoes. E assy amtre as femeas sempre aja a soçessom mays chegada em o graao com as comdiçõoes suso escriptas, comtamto que, como o dito yffamte, nom pode vemder nem apenhar nem escambar a dita villa, cousas e dereitos, senom com certos casos suso escriptos; assy, afora dos ditos casos, nom possa vemder nem apenhar nem escambar nenhũus dos seus soçessores a que perteemçerem.

E, morremdo o dito yffamte dom Amrrique ssem desçemdemtes lidemos, como dito he, ou seendo a sua linha dereita desçemdemte extinta (2), que emtom sse torne a dita villa e cousas susoditas que seus desçemdemtes aviam daver, a nos ou aa coroa destes nossos rregnos de Portugall e do Algarue e os aja e herde o que emtom dos ditos rregnos sera rrey e os outros rrex que depoys delle vierem E, per esta presemte carta, dimitimos e tiramos de nos toda a nossa posse e propiedade e dereito que avemos e de dereito deuemos dauer na dita villa e seu jullgado, cousas e dereitos e poemos todo no dito yffamte dom Amrrique e seus soçessores.

E, outrossy, queremos e outorgamos e mandamos que a elle e a cada hũu dos ditos seus soçessores rrespomdam e acudam e seiam obrigados em todo e per todo, como a seu senhor, rresaluamdo pera nos e nossos soçessores a correyçom e alçadas e comfirmaçõoes de taballiãaes, como dito he. E queremos e outorgamos e mandamos que, daquy em diamte, ssem outra nossa autoridade mays que elle e seus soçessores, per ssy ou per quem lhe prouuer, possa filhar e filhe a posse corporall e rreall da dita villa e cousas e todos dereitos suso escriptos e husar delles e dos dereitos e propiedades e jurdiçõoes delles, sem nenhũu embargo que lhe sobre ello seia posto.

E porem mandamos aos nossos almoxarifes e escpriuãaes das ditas terras e comarcas, que ora ssam e forem daquy em diamte, e a quaaesquer outros corregedores, meyrinhos e juizes e justiças e offiçiaaes que por nos esto ouuerem de veer, que lhes leixem aver, lograr e pessuyr a dita villa e cousas e dereitos com todallas rremdas, fruytos, nouos e dereitos e perteemças della, sem nhũu embargo, segumdo suso dito he. E, per esta nossa doaçam, nom emtemdemos de tyrar de nos nem de nossos sobçessores dereito, propiedade nem auçom que nos avemos e deuemos dauer em terras e herdades, quymtãas e outras quaaesquer cousas que pessoas poderosas tem ou aver pertemdem e emtemdem pessuyr comtra as lex delrrey dom Denys, nosso bisauoo, e dos outros nossos amteçessores na dita villa e seu termo, cousas de que nos assy fazemos doaçam

(2) No ms. *destimta*.

Copyrighted material

ao dyto yffamte dom Amrrique e seus sobçessores; mas amte queremos que nos fique firme e vallioso o dereito que nos em elle aviamos e avemos e deuemos dauer, pella guysa que amte desta doaçam estaua.

A quall doaçam lhe fazemos, como dito he, nom embargando quaaesquer lex e dereitos çiuees e canonicos ou nossos ou dos nossos anteçessores ou openiõoes de doutores, foros, custumes e estatutos, façanhas e quaaesquer outras constituyçõoes que esta nossa doaçam embargarem ou possam embargar, em todo ou em algũua parte, posto que taaes seiam de que sse deua fazer expressa e singullar mençom ou espiçiall rreuogaçam ou renunçiaçam. Os quaaes dereitos ou openiõoes delle[s] ou cada hũu delles, de nossa çerta çiemçia, moto proprio, liure vomtade e poder absolluto, rreuogamos e cassamos e jrritamos e anichillamos e anullamos e queremos que nom valham, posto que aquy nom seiam escriptos. Os quaaes nos, da dita çerta çiemçia e poder absolluto, aquy avemos por expressos e expeçificados. E mandamos que nom ajam lugar em esta doaçam nem lhe possam empeeçer, em todo nem em parte.

E queremos e mandamos que a dita doaçam seja firme e valledoyra pera sempre, ssem nenhũu fallimento, como dicto he. E prometemos, em nossa fee rreall, por nos e por nossos soçessores que depos nos vierem e deçemderem e rregnarem, que nom britemos nem desfaçamos, em nenhũua maneyra, a dita doaçam, em parte nem em todo, mas que [a] guardemos e tenhamos e mantenhamos emteyramente segumdo nella he comtheudo. E quallquer que de nos vier e desçemder e lhe a dita doaçam guardar emteyramente como em ella he contheudo aja a beemçom de Deus e a nossa.

E mandamos a todollos corregedores, meyrinhos, jujzes e justiças a que esta carta for mostrada que o emparem e deffemdam com esta merçee que lhe fazemos e cumpram e guardem e façam comprir e guardar como em ella he comtheudo. E all nom façam.

Dada em a nossa çidade dEuora, quatro dias do mes de dezembro. Joham de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Rix.

99

14 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de recebedor das mercadorias entradas de Castela pelo porto de Serpa, de que era devida sisa e dízima ao monarca.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 144 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que nos, querendo ffazer graça e merçee a Joham Afonso, escudeiro do jfante dom Anryque, meu mujto preçado e amado tyo; teemos por bem e damosllo por rreçebedor de todallas cousas que veem de Castella a estes nossos rreygnos (1), de que nos auemos dauer a ssysa e dizema, per o porto de Serpa, que o ataa ora ffoy, sse ataa feytura desta nossa carta elle esteue em posse do dicto offiçio e o serujo per ssy ou per outrem, em sseu nome.

Porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e a outros quacesquer que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta ffor mostrada, que ajam o dicto Joham Afonso por rreçebedor das dictas cousas que veem per o dicto porto de Serpa e outro nhũu nom. E o leixees serujr e husar do dicto offiçio e auer as proees e direitos delle, ssem lhe poendo outro nhũu embargo, ao quoall Joham Afonso mandamos e deffendemos que rreçeba nem despenda nẽhũa cousa que ao dicto offiçio pertença, ssaluo pressente o escripuam do sseu offiçio, ssob pena do corpo e beens; o quall jurou, etc.

Dada em Euora, xiiij° dias de dezembro. Elrrey o mandou per Lopo dAlmeyda, etc. Gonçalo Cardoso a fez. Ano de mjll iiij° Rix.

100

20 DEZEMBRO 1449

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar os moradores do lugar de Alpalhão da obrigação de terem cavalos e armas e de comparecerem com elas em alardos, a pedido do infante D. Henrique, por se achar despovoada a povoação, por ficar em zona das terras do infante, próximo da fronteira de Castela e ainda por ele desejar povoá-la.

ANTT., *Místicos*, liv. 4, fl. 21, — donde se reproduz; e *Guadiana*, liv. 3, fl. 242.

Dom Affomsso, etc.

A uos, juizes, comçelho e homeens bons dAlpalham e a todollos outros juizes e justiças a que esto perteemçer e esta carta for mostrada, saude.

---

(1) No ms. *Regynos*.

Copyrighted material

Sabede que o jffamte dom Amrrique, meu mujto prezado e amado tio, nos emviou dizer que esse lugar era de todo despouorado e que, porquamto sua temçom era de emcaminhar como se podesse pouorar ho dito lugar, por ser em sua terra e estar acerqua do estremo de Castella, nos pedia por merçee que lhe mamdassemos dar nosso priuillegio pera aquelles que ao dito lugar quisessem vijr morar daquy em diamte, per que fossem escusados e rrelleuados de seerem costramgidos pera terem cauallos e armas nem pareçerem com ellas em allardos.

E nos, visto seu rrequerimemto, pollo do dito iffamte meu tio, nossa merçee he de serem dello rrelleuados. E, por esto, teemos por bem e mamdamos que aquelles que se pera ho dito lugar vierem ou ora em elle (1) morarem e teuerem suas casas e comtinuadamemte em elle (1) viuerem, os nom costramgaaes nem mamdes costramger pera ello, sem outro nehũu embarguo. E all nom façades.

Dada em Evora, vimte dias de dezembro. Fernam Louremço a fez. Anno de mjll e quatroçemtos e quaremta e noue.

101

25 DEZEMBRO 1449

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Vasco Eanes Corte Real, cavaleiro de sua casa, todos os bens móveis e de raiz de Lourenço Martins Pardo, morador em Leiria, por ele haver estado com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca (1).

---

(1) No ms., em ambos os lugares, *elles*.

(1) O argarvio Vasco Eanes Corte-Real, filho de Vasco Eanes (Cfr. FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, vol. 1, cap. 159) e irmão de Afonso Vasques da Costa, Diogo Vasques da Costa e Gil Vasques da Costa (Cfr. GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 2, caps. 22 e 36, e *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, cap. 16), foi um dos expedicionários da conquista de Ceuta (*Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 72, a p. 184 do nosso vol. 2). Em 11 de Dezembro de 1433 deixou o cargo de coudel de Castro Marim (Cfr. o DOC. 103 do nosso volume 4 e a respectiva nota). Sendo ele cavaleiro da casa de el-rei e seu armador-mor, aforou-lhe o monarca azenha no rio de Tavira em 28 de Março de 1462 (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 17 v); e mais tarde lhe confirmou contrato com seu irmão Diogo sobre capela do convento de S. Francisco da mesma vila (*Ibi*, liv. 30, fl. 6, e *Guadiana*, liv. 5, fl. 115). Numerosos são os documentos sobre este Corte Real conservados no Arquivo da Torre do Tombo, especialmente na chancelaria afonsina e nos livros da leitura nova.

ANTT., *Chancellaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 123, — donde se reproduz; e, em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 199.

Jtem, carta de UaasquEannes Corte Reall, caualleiro da cassa delrrej, per que lhe fazerom merçee de todollos beens mouees e de rraiz de Lourenço Martijnz Pardo, morador em Leirea, por seer com o jfante dom Pedro na batalha dAlferrobeira contra a pessoa e rreall estado do dicto ssenhor rrey, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxb dias de dezenbro. Gonçalo Cardoso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Rix.

102

4 JANEIRO 1450

Carta régia, de tença a favor de Branca de Almeida, por motivo de ela haver casado com Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e não ser possível pagar-lhe, de momento, as 1.000 coroas de ouro, de dote, por D. Afonso V prometidas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 165.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, porquanto nos, por mujtas rrazõoes, somos theudo de fazer merçees, honrra e acreçentamento a Diego Ferrnandez dAlmeyda, do nosso conselho e veedor da nossa fazenda, e assy aos que dell desçenderem, e, porque agora Branca dAlmeyda, ssua filha, casou com Ruj Gomez da Silua, caualleiro da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, lhe prometemos de dar, em cassamento, mjl coroas douro, aa dicta Branca dAlmeyda, como de ffecto daremos. E, porque lhe, por logo, nom poderom seer pagadas; queremos que aja por ellas de nos, de teença en cada hũu ano, dez mjl rreaaes brancos des primeiro dia de janeiro que ora foy, desta era pressente do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L annos en diante, em o nosso almoxarifado de Visseu, ataa que lhe sejam pagadas as dictas mjl coroas, e que esta teença lhe nom seja descontada da dicta conthia nem tirada nehũua coussa della ataa que ella seia de todo pagada.

Copyrighted material

Pero, sse lhe nos mandarmos pagar juntamente a terça parte da dicta conthia, queremos que lhe seja descontada a terça parte da dicta teença, e assy do mais, sse lhe for pagado a este rrespeito, e, posto que lhe mandemos pagar algũua coussa das dictas mjl coroas que sseja menos da terça parte, que lhe nom seja descontado nenhũua coussa da dicta teença; e posto que a dicta Branca dAlmeyda em ssua vida nom aja pagamento das dictas mjl coroas, queremos que sseus herdeiros lidemos aja[m] a dicta teença pella guissa susodicta e lhe nom seja tirada ataa auerem pagamento da dicta conthia.

Porem, mandamos ao nosso almoxarife ou rreçebedor e escpriuam que ora ssom e ao diante forem das nossas rrendas e djreitos do dicto noso almoxarifado de Visseu que por aquello que rreçeberem das dictas rrendas e djreitos do dicto almoxarifado, des o dicto primeiro dia de janeiro en diante, dem e paguem aa dicta Branca dAlmeyda, en cada hũu anno, aos quartees dell, os dictos dez mjl rreaaes brancos, ssem enbargo de assentamento ou mandado nosso ou doutrem que nosso poder tenha, que em contrairo dello sejam; porque queremos que sse nom entenda nem enbargue esta pagua e, como en cada hũu ano pagarem, cobrem della o trellado desta nossa carta, e seja rregistada no liuro do dicto escpriuam, e estormento de conheçimento. E mandamos aos nossos contadores que lho rreçebam em despesa. E a dicta Branca dAlmeyda e sseus herdeiros tenham esta carta, pera ssua guarda. Vnde al nom façades.

Dante em Euora, iiij dias de janeiro. Elrrej o mandou. Aluaro Gonçalluez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

103

5 JANEIRO 1450

Carta do doge e conselho de Génova a Tomás de Campofregoso, em que, em satisfação de pedido instante do rei de Portugal, lhe manda o nobre varão Leonardo Lomelino, para que seja liquidado em dinheiro a D. Álvaro de Castro o que outrora fora tomado a seu pai D. Fernando de Castro por Bartolomeu Serrato de Savona e ainda não pago, pois este esperara ser dispensado de o fazer pelos lesados (1).

---

(1) Parece que este documento e os DOCS. 111 e 119 se reportam ao assalto de carraca genovesa ao navio de D. Fernando de Castro da expedição de 1440 para libertação do infante D. Fernando, o qual «foi entrado e roubado» e na luta faleceu

ASG., *Litterarum Registri*, vol. 13, fl. 477.
Citada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 58, nota 182 a.

Ludouicus, dux, et consilium.

Jllustri patruo nostro honoratissimo domino Thome de Campofregoso, apud Saonam.

Adhortatur nos, jllustris patrue noster honoratissime, et quidem enixe serenissimus dominus rex Portusgallie vt que ablata quondam fuerunt a magnifico domino Ferdinando de Castro reddi iubeamus domino Aluaro, nato eius. Seriem rei narrabit celsitudini vestre vir nobilis Leonardus Lomellinus, cui suasimus, ob eam causam, Saonam accedere. Verum, vt his quoque litteris tantum intelligatis quantum ad executionem regie petitionis satis est;

Sunt, vt affirmatur, penes Bartholomeum Serratum octingente duple, ad ipsum quondam dominum Ferdinandum pertinentes, quas nullam aliam ob causam Bartholomeus ipse non reddidit, nisi quod tentabatur vt dominus Ferdinandus aut sui generaliter ipsum Bartholomeum omnesque januenses liberarent ab omni damno et iniuria, quod cum facere negarent, ad hoc vsque tempus restitutio producta est. Jtaque, cum, mutata suorum sententia, quitare parati sint, superest vt Bartholomeus, precedente quietatione, pecuniam depromat, quam, etsi sponte redditturum esse renueret, iurare cogendus erit, iussu vestro, vt eam depromat et legitimo procuratori numeret, jn quo adhortamur vestram celsitudinem ne vllo pacto iusticie desit.

Data v°. januarii, [anno 1450].

104

7 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gonçalo Gonçalves Ferreira, residente no Porto, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 9 v.

---

aquele fidalgo e governador da casa do infante D. Henrique. Sobre o particular vejam-se os DOCS. 96, 111 e 143 do vol. 7 de *Monumenta Henricina* e PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 54.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Gonçalo Gonçaluez Ferrejra, morador na cidade do Porto, pello do jfante dom Henrrique, meu muito preçado e amado thio; teemos por bem e preujlligiamollo de todollos encarregos e serujdõoes do conçelho e de sseer besteiro do conto, sse ataa ora posto nom he.

E porem mandamos ao nosso corregedor da comarca dAntre Doiro e Mjnho e aos juizes da dicta çidade e ao nosso anadell moor dos beesteiros do conto e a outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que o nom costrangam pera nehũus carregos nem serujdõoes do conçelho da dicta çidade ou donde for morador nem o ponham por beesteiro do conto, sse o ataa ora nom he, porque a nos praz de sseer de todo jssento, como dicto he.

Dada em a çidade dEuora, bij dias de janeiro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L. Ruy Galuam a fez escrepuer.

105

8 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Porto (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 2.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Martim Gonçalluez, morador em a çidade do Porto, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, biij dias de janeiro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L^{ta}. Ruy Galuam a fez escpreuer.

---

(1) A carta anteriormente registada é de autorização concedida ao cónego de Guimarães Afonso Pires para andar «em besta muar de ssella e freo».

106

9 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Vasques, oleiro, morador em Coimbra, a pedido de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 148 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Aluaro Vaasquez, oleiro, morador em Cojnbra, a rrequerimento de Joham dAlborqueque, caualeiro da cassa do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo por elle pedio; teemos por bem e queremos que, daqui em diante, sseja priujligiado e escussado de serujr em nhũus emcarregos nem serujdõoes do conçelho e ysso meesmo nom poussem com elle em suas cassas de morada nem lhe tomem dellas rroupa de cama nem alfaias de cassa nem outra coussa do sseu, contra sua vontade.

E porem mandamos aos juizes da dicta çidade e ao nosso apoussentador e a outros quaeesquer ofiçiaaes e perssoas, a que o conheçimento desto pertençer, que o ajam por escussado dos dictos encarregos e serujdõoes e poussada e o nom costrangam pera nhũua dellas, antes lhe conpram esta nossa carta per a guissa que aquy he contheudo e lhe nom vãao nem conssentam hir contra ella em nhũua maneira, ca asy he nossa merçee, ssem outro algũu embargo que lhe ssobre ello sseja posto. Vnde al nom façades.

Dada em Euora, ix dias de janeiro. Joham Gonçalluez a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

107

10 JANEIRO 1450

Carta de doação das terras de Mação e de Vila Nova de Fozcoa, com suas rendas e direitos e jurisdição cível e crime, a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, reservadas ao monarca a correição e alçadas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 165, — donde se reproduz; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 122 v.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruy Gomez da Silua, caualeiro da casa do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, daqui en diante, emquanto nossa merçee ffor, a nossa terra de Maçom e de Villa Noua de Fozcoa, com todallas rrendas e djreitos que em ellas auemos dauer e a nos de djreito perteençem, com toda ssua jurdiçom çiuel e crime, rreseruando pera nos correiçom e alçadas.

E porem mandamos ao nosso almoxarife e ao escpriuam da çidade de Lamego, que ora ssom e ao diante forem, e aos que depos vos vierem por nossos almoxarifes e escpriuãaes em a dicta çidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que metam em posse das dictas terras o dicto Ruy Gomez ou sseu procurador e lhe façam acudir com todallas rrendas e djreitos das dictas terras assy e tam conpridamente como a nos perteençem e as averiamos, sse sse pera nos rrecadassem. Ao quall almoxarife e escpriuam nos mandamos que faça rregistar esta carta em sseus liuros, pera sse saber como o dicto Ruy Gomez de nos traz os dictos djreitos. E ell tenhaa, pera sua guarda.

Dante em Euora, x dias de janeiro. Joham Afonso a fez. Ano do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

108

11 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Lopo Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade do Porto.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 74.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Lopo Gonçaluez, morador em a çidade do Porto, porquanto he besteiro da camara do jfante dom Enrique, etc. Em forma.

Dada em Euora, xj dias de janeiro. Aluaro Vieira a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.^{ta}.

109

12 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Estêvão Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Serra da Pescaria, termo da Pederneira.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 73.

Jtem, carta dEsteuEannes, morador na Serra da Pescaria, termo da Pedarneira, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xij dias de janeiro. Aluaro Vieira a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L^{ta}.

110

12 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Lisboa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 135 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem carta de Joham Vaasquez, morador em Lixboa, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xij dias de janeiro. Antam Gonçalluez a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

111

13 JANEIRO 1450

Carta do doge e conselho de Génova ao rei de Portugal: a acusar a dele de 8 de Outubro, em que lhes solicitava fosse D. Álvaro de Castro ou procurador seu reembolsado da presa que outrora os genoveses tomaram a D. Fernando de Castro, seu pai; a dizerem-lhe que, de início, foi difícil entender o assunto da restituição, por antigo e por haver pouca gente que dele houvesse conhecimento; que, porém, tendo sabido existir Bartolomeu Serrato, cidadão de Savona, lhe mandaram emissário, a fim de ele pagar a D. Álvaro; que ele se escusou e assim o assunto se foi protelando até agora, mas já o chamaram e tomarão as providências necessárias; pelo que, lhe rogam mande D. Álvaro procurador habilitado a receber e a passar as quitações respectivas (1).

ASG., *Litterarum Registri*, vol. 13, fl. 479 v.
Citada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 58, nota 182 a.

Sacre regie maiestati Portusgallie et Algarbij, etc.

Reddidit nobis, serenissime et preclarissime princeps, litteras regias, octaua die superioris octobris datas, tabellarius maiestatis vestre, quibus rogamur vt satisfieri iubeamus magnifico domino Aluaro de Castro vel procuratori suo, pro preda superioribus temporibus commissa aduersus magnificum quondam Ferdinandum, parentem suum.

Lectis litteris, res, in ipso initio, non satis intellecta est, tum propter vetustatem temporis, tum quia perpauci admodum inuenti sunt qui earum rerum cognitionem habere crederentur. Sed, eos vocauimus apud quos arbitrati sumus eorum temporum memoriam superesse, a quibus edocti sumus eas pecunias, que pro hac preda aliquando postulate fuerunt, remansisse penes Bartholomeum Serratum, ciuem Saonensem, atque ilico Saonam vnum nostrorum misimus, qui moneret Bartholomeum litteras aduenisse a maiestate vestra, que peterent has pecunias eidem domino Aluaro numerari, jlle moras de industria nectere excusationes varias adducere et rem omni arte protrahere.

Quo cognito, eum ad nos accersi iussimus. Is cum venerit, dabimus operam vt aduersus eum omnia fiant accumulate, quecunque iure in tali

(1) Cfr. os DOCS. **103** e **119**.

re facienda erunt. Jnter hec tabellarius vestre maiestatis longiorem cunctationem perosus, excedere omnino statuit. Quam ob causam, ne vacuus ad sublimitatem vestram rediret, maluimus has ad vestram excellentiam litteras dare quam nullas. Reliquum erit vt dominus Aluarus moneatur procuratorem mittere, qui mandatum habeat et arbitrium ad quietationes et liberationes faciendas, cuiusmodi res ipsa desyderat. Nos autem, precellentissime princeps, si quid est in quo possimus dignitati regie inseruire, persuadeat sibi oramus, magnitudo vestra, nos et nostra semper esse in omnem gloriam suam paratos.

Data xiii^{a} januarii [anno 1450]. Ludouicus, dux, et consilium.

112

15 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da pesca do coral nos mares do reino durante cinco anos, sua exportação para fora dele e venda no país, nos termos na mesma carta consignados, bem como contratar marselheses e provençais para o pescarem e ainda importar livremente redes, enxárcia e aparelhos das barcas (1).

---

(1) Em 14 de Julho de 1443, o regente D. Pedro autorizara Bartolomeu Florentino e João Forbin, de Marselha, residentes em Lisboa, a pescar coral nos mares portugueses, diploma em que se declarou que a «memoria dos viuentes se nom acordauam de nehũu que em tall trabalho se desposese», sem embargo de entre nós se usar o coral, como adorno, durante a Idade Média. Foi-lhes assim concedido o exclusivo daquela pesca por 5 anos, da qual pagariam a el-rei apenas metade da dízima bem como do coral exportado e a sisa do vendido no país; mas, se o referido prazo de concessão lhes fosse prorrogado, entregariam a dízima por inteiro. Os barcos, redes e demais aparelhagem por eles importados ficavam isentos de direitos e os marselheses que viessem trabalhar na dita empresa seguros, desde que não houvessem danificado barcos portugueses (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 19, — editada por SOUSA VITERBO, *A pesca do coral no seculo XV*, ps. 318-19). A propósito, transcrevemos de estudo sobre o comércio de Marselha na época: — «La mode à Marseille était alors à la pêche du corail. Nous avons déjà vu que, de 1441 à 1444, des flottilles entières allaient exploiter les bancs coralligènes d'Alghero. Forbin (aqui Bertrand Forbin) prévoyait-il un épuisement rapide des fonds? Ou bien jouait-il sa chance lorsque, en mars et avril 1444, il embaucha trois équipages de pêcheurs pour aller explorer les côtes de Portugal? Le contrat prévoyait qu'en cas de succès, les marins pourraient prolonger leur séjour dans l'Atlantique et, au besoin, faire construire une quatrième barque (A. D., Laget-Maria 394, f°. 99; 397,

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 202 v.

Publicada: por BRITO REBELLO, *Alguns traços da vida do Infante D. Henrique*, p. 569; por SOUSA VITERBO, *A pesca do coral no século XV*, ps. 319-20; e por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, ps. 349-51, e *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 431-32.

Dom Afonso, etc.

A quaeesquer nossos veedores da fazenda, que ora som e ao diante forem, e aos nossos contadores e almoxarifes e a todollos outros nossos oficiaaes, juizes e justiças a que conheçimento desto pertençer per qualquer guissa que seja, a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que o jfante dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos disse que elle entendia de trabalhar e despender em fazer buscar e pescar, em o mar destes nossos rregnos, coral, o quall, com a graça de Deus, com sua despesa e trabalho, esperaua dachar, como ja outros fezeram, o que he honrra, sse tirado for, e proueito dos dictos nossos rregnos e do dicto meu tyo, pedindonos por merçee que esguardassemos sseu boo fundamento e ssentissemos como a elle se rrecreçia desto grande trabalho e despessas.

E, visto per nos sseu rrequerimento e, sentindoo por nosso serujço e honrra dos dictos nossos rregnos; a nos praz de lhe outorgar que, do dia que elle asy mandar pescar o dicto corall ataa çinquo annos conpridos, de todo o que asy pescarem lhe sseja quite a meetade da dizima e nos pague a outra meetade, a saber: çinquo por çento, emquanto durar ho dicto tenpo dos dictos çinquo annos. E, dhi em diante, sse a nos prouuer lhe majs lugar darmos, nos pagara a dizima enteiramente. E queremos

---

f°. 205). Là encore, le succès ne paraît pas avoir répondu aux espérances. L'expérience resta sans lendemain. Pendant plus de vingt ans, il n'est plus question du Portugal à Marseille. Nos marchants, absorbés par le Levant, négligent ce pays, dont les produits n'offrent pas grand intérêt» (EDOUARD BARATIER et FÉLIX REYNAUD, *Histoire du Commerce de Marseille*, vol. 2, Paris, 1951, p. 556). E mais nenhum texto ou facto conhecemos sobre o particular até que, sete anos depois, o mesmo exclusivo foi outorgado ao infante D. Henrique nos precisos termos em que o fora àqueles estrangeiros em 1443, como consta do presente diploma régio. Falecido o infante em 1460, vemos o coral explorado na costa algarvia por Filipe Peroço, autorizado por carta de 16 de Abril de 1462 (Aduzida, mas não citada, por GAMA BARROS, *História da Administração Pública em Portugal*, vol. 4, ps. 148-49). Teve depois Lopo de Almeida, senhor de Abrantes, pela carta afonsina de 12 de Abril de 1473, o direito de pescar coral, por 9 anos, desde o Cabo de Espartel até o rio Tadagaste (*Chanc. cit.*, liv. 23, fl. 65). E, enfim, ainda no mesmo século XV, carta de D. João II, de 30 de Setembro de 1488, concedeu, por 3 anos, ao conde de Trevento que 12 barcos de vassalos seus pescassem coral nos mares dos Cabos de S. Vicente e de Espartel, mediante o pagamento da dizima (*Chanc. de D. João II*, liv. 14, fl. 33, — em S. VITERBO, *A pesca*, p. 320).

que, em o dicto tenpo dos dictos çinquo annos, nhũua outra perssoa, de quallquer estado que sseja, nom possa pescar nem mandar pescar o dicto coral, saluo quem elle quisser.

Outrosy, que todo corall que asy pescarem ou mandar pescar que o possa carregar ou mandar pera fora destes rregnos, pera onde lhe prouuer, ssem pagando delle nhũu dereito nem outro trabuto, saluo os dictos çinquo por çento da entrada, como dicto he; e, sse em estes rregnos o mandar vender, do que sse asy uender nos paguem nosa sissa.

Outrosy, que todallas rredes e enxarçia e aparelhos das barcas, que pera a dicta obra mandar trazer de fora, que nom paguem della dizima nem portajem nem outro nhũu dereito; e que os homes que asy fezer vijnr pera pescar o dicto coral, asy de Marselha e de Proença como de quallquer outro lugar, possam vijnr e estar em estes nossos rregnos sseguramente e sse tornarem sseguramente, ssem lhe sseer fecto nhũu mall nem semrrazom nem tomada nem rrepresaria em seus corpos e mercadorias e aueres, asy em o mar como na terra, per razom de nhũuas guerras nem tomadas nem penhoras nem rrepresarias que ataaqui fossem fectas ou daquy em diante sse fezerem antre estes rregnos e o dicto ssenhorio de Proença ou de Marsselha ou doutros lugares, posto que ssejam ssubdictos delrrej Reynell (2), contanto que os dictos homens e naujos e barcas que de lla vierem nom ssejam daquelles que de nos tomadas ou rroubos teem fectos a nossos naturaaes.

E porem uos mandamos que o conpraees asy em todo como aquy he contheudo, ssem outro embargo algũu. E os nossos almoxarifes e ofiçiaaes, honde o dicto corral tirarem e pescarem, rrecadem pera nos o dereito delle, ssegundo per esta carta hordenamos dauer, todo pressente os scpriuãaes do sseu ofiçio, pera vijnr a boa rrecadaçom. E prometemos, per nossa fe rreall, de lhe guardar e conprir e manteer em todo, conpridamente, esta nossa carta como em ella he contheudo.

Dada em Euora, xb dias de janeiro. Gonçalo Annes a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.^{ta}

---

(2) É Renato de Anjou (1409-1480), conde de Provença em 1434 e depois rei de Nápoles e da Sicília, sobre o qual se podem ver LECOY DE LA MARCHE, *Le Roi René*, Paris, 1879, 2 vols., e J. VICENS VIVES, *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y revolucion en la España del Siglo XV*, Barcelona, 1953, com a bibliografia aduzida pelo autor.

113

16 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de juiz das sisas de Tomar e seu termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 208 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAluaro Ferrnandez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., por que o damos por jujz das nossas sissas de Tomar e sseu termo, asy e pella guissa que o ataa ora foy, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xbj dias de janeiro. Elrrej ho mandou per dom Fernando, etc. Joham Afonso, etc., a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

114

18 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens que Garcia Fernandes possuía em Santarém, excluída a parte que de direito pertença a sua mulher e filhos, em virtude de os mesmos terem sido confiscados para a coroa, por Garcia Fernandes haver combatido na batalha de Alfarrobeira a favor do infante D. Pedro.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 13, — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 262 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por as maldades e traiçõoes que Garçia Fernandez, morador em Santarem, cometeo contra nossa pessoa e rreal estado, seendo com o jfante dom Pedro na batalha da Alfarroubeira que [con]nosco ouue, e por o dicto fecto asi seer notorio e o dicto Garçia Ferrnandez seer assy em ella, todos seus beens moujs e de

rraiz perteeençem a nos de direito e os podemos dar a quem nossa merçee for;

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Joham de Sousa, escudeiro do jfante dom Anrrique, meu muyto preçado e amado tyo, por os muitos serujços que dele rreçebemos e entendemos de rreçeber ao diante, de nosso moto proprio e liure voontade, çerta çiencia, poder asaluto, ssem nolo elle pedjmdo nem outrem por elle, fazemoslhe pura, jrreuogauel doaçam, antre os viuos valedoira, deste dya pera todo ssenpre, en tal guisa que numca em algũu tenpo possa seer rreuogada, de todolos beens moueys e de rraiz que o dicto Garçia Ferrnandez auya e tijnha ao tempo que ffoy na dicta batalha com o dicto jffante, com todas suas rrendas e direitos e perteenças, entradas e saidas e com quaesquer outras cousas e direitos e foros que a el direitamente perteemçem, por qualquer gujsa que seja. E em esta doaçam sse nom entenda a direita parte que a sua molher perteençem e dalgũus filhos doutra molher, se a ja teue, porque nom he nossa teençam seer fectos aos sobredictos perjuizo, no que a eles per direito perteençe, os quaees com o dicto Joham de Sousa deuem auer e rreçeber suas direitas partes da mãao da dicta ssua molher, aa qual perteçam sse deue fazer. Os quaes beens que assy a nos perteençem lhe damos e outorgamos pera elle e todos seus erdeiros e soçesores, asi acendentes como deçendentes, que depos ele veerem e os poderem dar e doar, vender, trocar e escaybhar e fazer deles e em elles o que lhe prouuer, como de ssua cousa propria e corporal posissam.

E porem mandamos a todolos juizes e justiças e nosos contadores e almoxarjfes e ofiçiaaes e pessoas dos nossos rregnos que, presente a dicta molher e filhos, se os hi ouuer, como dicto he, metam em posse o dicto Joham de Sousa da dicta parte de todolos beens mouees e de rraiz que o dicto Garçia Fernandez auya e posuya e lhe de direito perteençiam, ao tenpo que ffoy na dicta batalha, e lhos leixem auer com todas rrendas e direitos e tomar posse delles, per si ou per outrem, como lhe prouuer, porque nossa merçee e voontade he de os elle auer asi e tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo, ssem enbarguo de quaesquer nosas ordenações, lex, direitos canonjcos, cjuees, grosas e opinjões de doutores que em contrairo delo sejam, porque queremos que nom ajam em esto lugar.

Dada em Euora, xbiij dias de janeiro. Gonçalo Cardoso a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mil iiij° L anos.

115

20 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Soeiro Vaz de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da coudelaria de Estremoz, Sousel, Cano e seus termos, como até aí o tinha sido Martim de Abreu, que a ele renunciara.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 204.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Sueiro Vaaz de Pina, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., morador em Estremoz, por que o damos por escripuam da coudalaria da dicta villa e de Soussel e do Cano e sseus termos, asy e pella guisa que o ataa ora foy Martim dAureu, que o dicto ofiçio tijnha e o rrenunçiou em nossas mãaos e disse que o nom queria majs serujr, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xx dias de janeiro. Elrrej ho mandou, per Nunno Martijnz da Silueira, etc. Aluaro Vieira a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

116

20 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e a pedido deste, em casamento com Isabel de Sousa, as rendas e direitos das judiarias do almoxarifado de Portalegre, salvo os serviços novos, e a renda das fangas da mesma localidade, com certas excepções, bem como os direitos reais de Alegrete.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 3 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 3, fl. 247.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Rodriguez de Soussa, capitam moor dos nossos ginetes, traz de nos, emquanto nossa

merçee for, as rrendas e direitos que nos auemos e deuemos dauer das judarias do almoxarifado de Portalegre, afora os seruiços nouos, que mandamos que sse rrecadem pera nos, e bem asy tem de nos a rrenda das fangas da dicta villa de Portalegre, tirando os direitos que pertencem a alcaidaria do dicto lugar, as quaaes som a tomada das armas e as penas dos barregueiros e as mançebas dos clerigos e o uerter das augas de noute e as penas dos escomungados. E mais ha de nos todollos direitos rreeaaes que nos auemos em a villa dAlegrete, emquanto nossa merçee for.

E ora, o jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos emviou dizer que ele trautara cassamento antre Issabell de Soussa, filha do dicto Gonçallo Rodriguez, e Pero de Taauares, fidalgo da cassa do dicto meu tyo, e que de fecto o firmou, e antre as coussas que lhe o dicto Gonçalo Rodriguez auya de dar com ella, em casamento, lhe leixaua as dictas rrendas e direitos, pella guyssa que as elle de nos auya, pedindonos que lho outorgassemos asy. E nos, visto sseu rrequerimento e a çertydõoe que nos o dicto jfante enujou de como dello ao dicto Gonçallo Rodriguez prouue, e querendo fazer graça e merçee ao dicto Pero de Taauares; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era em diante, emquanto nossa merçee for, todallas dictas rrendas e direitos pella guissa que as de nos auya e tijnha o dicto Gonçalo Rodriguez.

E porem mandamos ao nosso almoxarife que ora he da dicta villa e ao escpriuam de sseu ofiçio e a outros quaaesquer que depos elle veerem, por nossos almoxarifes e escpriuãaes, e a quaaesquer outros nossos ofiçiaaes e perssoas que esto ouuerem de ueer, que daquy em diante lhe leixem teer e auer os ssobredictos direitos e serujços ssusso scriptos e arrendar a quem e a quaaesquer que elle quiser e por bem teuer, ssem lhe poendo em ello nhũu embargo em algũua guissa, porque nossa merçee e vontade he de elle todo asy teer e auer e rrecadar pera sy, emquanto nossa merçee for, asy e tam conpridamente como sse pera nos tirassem. E o dicto almoxarife faça assentar esta carta no liuro do escpriuam de sseu oficio. E per o dicto rregistro mandamos aos nossos contadores que lhe rreçebam em despesa aquello que as dictas rrendas e direitos e serujços rrenderem, mostrandosse sseerem ssobre elle postos em rreçepta. E o dicto Pero de Taauares teenhaa, pera sua guarda.

Dada em Arrayollos, xx dias de janeiro. Gonçalo Cardosso a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.^{ta}.

Copyrighted material

117

20 JANEIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a tença anual de 10.000 reais brancos, a qual pertencia a Gonçalo Rodrigues de Sousa, a pedido do dito infante, que tratava do casamento de Pedro de Tavares com Isabel de Sousa, filha de Gonçalo Rodrigues.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 3 v., — donde se reproduz; e *Chancelaria de D. João II*, liv. 26, fl. 88.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Gonçalo Rodriguez de Soussa, capitam moor dos nossos ginetes, ha de nos, de teença em cada hũu anno, dez mil rreaes brancos, emquanto nossa merçee for. E ora o jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos emviou dizer que elle trautara cassamento e de fecto confirmara antre Issabell de Soussa, filha do dicto Gonçalo Rodriguez, e Pero de Taavares, fidalgo da cassa do dicto meu tyo, e que de fecto o firmou; e, antre as coussas que lhe auya de dar com ella em cassamento, lhe leixaua a dicta teença, ssegundo a de nos auya, pedindonos que lho outorgassemos asy.

E nos, visto sseu rrequerimento e a certidõoe que nos o dicto jfante emvyou e de como asy dello ao dicto Gonçalo Rodriguez prouue e, querendo nos fazer graça e merçee ao dicto Pero de Taauares; teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, de tença, em cada hũu anno, des primeiro dia de janeiro que foy desta era em diante, emquanto nossa merçee for, os dictos dez mjl rreaes, aos quartees, per carta nossa, que dello auera em a nossa fazenda, em cada hũu anno. E, por rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em Arrayollos, xx dias de janeiro. Gonçallo Cardosso a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.^{ta}

118

26 JANEIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Lopes, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão das sisas de Sanfins e São Salvador.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 21.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Vasco Lopez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., per que o damos por escpriuam das nossas sissas da terra de Samfijnz e Sam Saluador, asy e pella guissa que o ataaqui era, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxbj dias de janeiro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. FernandAfonso a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.^{ta}

119

5 FEVEREIRO 1450

Carta do doge e conselho de Génova ao governador da cidade de Savona, a dizer-lhe haver chegado procurador do rei de Portugal sobre dívida de Bartolomeu Serrato, morador naquela cidade; e, por não deverem proceder sem ouvirem as partes, ordenam-lhe cite o dito Bartolomeu para comparecer perante eles no prazo de seis dias, a contar do recebimento da carta ou do respectivo aviso, sem qualquer escusa; pois o assunto deve ser resolvido jurìdicamente em Génova (1).

ASG., *Litterarum registri*, vol. 13, fl. 548 v.

Citada por SOUSA COSTA, *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, p. 58, nota 182 a.

(1) Cfr. os DOCS. 103 e 111.

Petrus, dux, et consilium.

Egregio ac prestanti v[iro] Francisco Regi, gubernatori ciuitatis Saone, nobis carissimo.

Serenissimus dominus rex Portusgallie huc misisse dicitur procuratorem suum, quedam petiturum a Bartholomeo Serrato, qui istic Saone esse dicitur. Vt autem quicquid a nobis agendum erit, nonnisi recte et auditis partibus fiat, committimus vobis vt Bartholomeo ipsi precipiatis vt ad nos accedat intra dies sex, a presentatione harum litterarum siue ab admonitione per vos sibi facienda, proxime secuturos, omni prorsus excusatione amota. Cum enim que regius procurator petiturus est a preda originem et causam habeant, indubium est eum teneri vt hic Janue stet iuri. Vos autem rescribite nobis qua die a vobis ita monitus sit ad nos venire.

Data v[o] februarii, [anno 1450].

120

6 FEVEREIRO 1450

Texto de pública-forma, segundo a qual João do Campo, escudeiro do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu, solicitou da câmara da mesma cidade mandasse registar em seu livro a carta do regente D. Pedro de 13 de Janeiro de 1449, de concessão a D. Henrique de feira na dita povoação, e ordenasse lhe fosse passada dela transcrição notarial, com receio de que viesse a inutilizar-se o original respectivo, que apresentou.

ADV., *Pergaminhos do Cabido*, maço 27, n.º 45. Original em pergaminho.

Saibham quantos este estormento de trellado, fecto em puurica forma per autoridade de justiça virem como, no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e çinquoenta annos, seis dias do mes de feuereiro, na çidade de Viseu, dentro no paaço da rrollaçom dessa meesma, em pressença de mjm, Joham Lourenço, puurico tabaliam por nosso ssenhor elrrey em a dicta çidade e termos della e scpriuom da camara, e das testemunhas que adiante ssom escpritas, estando hi de presente Ruy Barreiros e Joham Martijnz, escudeiros, juizes hordenairos por elrrey em essa meesma; e outrosy, estando hy de presente Tome Affonso

e Luis Coelho, vereadores, e Aluaro Eannes, procurador do conçelho da dicta çidade, e outros homeens boons da rrollaçom;

Pareçeeu hy de presente Joham do Canpo, escudeiro do ssenhor jfante dom Anrrique, morador em a dicta çidade, pollo quall foy apresentada hũa carta delrrey nosso ssenhor, scprita em purgamjnho, asseela[da], asynada per el e asseellada do sseu sseello pendente, colgado per fita branca e cardea, ssegundo per ella pareçia, da quall o theor he tall.

Segue-se a transcrição da citada carta de 13 de Janeiro de 1449, — o nosso DOC. 2.

E, apressentada asy a dicta carta, como dicto he, o dicto Joham do Canpo rrequereo aos dictos juizes que a mandassem rregistar no liuro da camara e lhe mandassem dar ho trellado della em puurica forma, sob synal de mym, dicto tabaliam, porquanto sse a dicta podja perder, per augua ou per foguo ou per outro casso fortoyto. E os dictos juizes, visto seu rrequerjmento e como a dicta carta nom era antreljnhada nem rriscada nem viçiada nem rrespançada em luguar ssospeito, ante careçia de todo viçio e ssospeiçom, mandarom a mym, dicto tabaliam, que rregistasse a dicta carta no dicto liuro da camara e desse o dicto trellado ao dicto Joham do Canpo, segundo per ell era pedido, ssob meu sinal; porquanto me elles dauam pera ello sua auctorjdade ordjnaria. O quall trellado elles mandauam que uallesse e fezesse fe como sse fosse o proprio oreginal.

Testemunhas: Joham Pinto e Affonso de Mansilha e Joham da Maya, scudeiros do dicto ssenhor jffante, moradores na dicta çidade, e outros. E eu, Joham Lourenço, tabaliam sobredicto, que este estormento, per mandado e auctorjdade do djcto juiz, scpreuj e aqui meu sinal fiz, que tall he *(Sinal do notário)*. Pagou xbj rreaaes.

121

6 FEVEREIRO [1450]

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Martim Vasques, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para tabelião do cível e crime de Lagos.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 4v.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Martim Vaasquez criado e escudeiro do jffante dom Henrrique, em que o dam por tabaliam do ciuel e crime da villa de Lagos e sseu termo, assy e pella guissa que o elle ataa ora foy, etc. Em forma.

Dada [em E]uora, bj dias de ffeuereiro. Elrrej o mandou pello doutor Ruy Gomez d[Alu]arenga, sseu vassallo e do sseu [dessenbargo e viçe chançeler]. DiegAfonso, per Gomez Borges, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de [mjl iiij^{c} L^{ta}].

122

6 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a Frederico, rei dos romanos, em que o primeiro, respondendo a carta do segundo, o convida a mandar emissários a Nápoles em 15 de Agosto próximo, como também fará o soberano de Portugal, a fim de se tratar do casamento daquele com a infanta portuguesa D. Leonor.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2544, fl. 8r.-v.

Alfonsus, etc.

Serenissimo et jllustrjssimo principi Frederico, romanorum regi semper augusto, fratri nostro carissimo, salutem et prosperorum ad vota successuum jncrementa.

Serenissime et jllustrissime princeps, frater noster carissime. Hesterno die, per harum gerulum, literas vestre fraternitatis accepimus, quibus plene jntellectis, ad ea que digna responsione sunt respondemus, laudantes optimam deliberationem per illam nostram, jn differendo transmissionem oratorum suorum, qui, pro tractu matrjmonij jnter excellentissimam fraternitatem vestram et jnclitam Elionorem de Portugalia, sobrjnam nostram sororemque jllustrissimj principis Alfonsi, regis Portugalie, sobrjnj nostri carissimorum, celebrandi, ad nos, jn festo natiuitatis Domjnj prope decurso, venturj erant.

Ad hec, vero, que a nobis postulatis, vt, pro eujtandis circuitibus et negocij huius acceleratione, termjnum et diem competentem ac locum vbi ipsum negocium solemnjter celebretur, dictam nostris licteris prefigamus, jntimemus et nomjnemus, vt illi vestri oratores, vna cum alijs per dictum serenissimum regem Portugalie, ea de causa, ad nos mictendis assint;

nos, qui rem hanc vt votiue concludatur peroptamus et proculdubio speramus, habita prius ad locorum distanciam consideracione opportuna, diem quintum decimum mensis augusti proxime futurum annj presentis, a natiuitate Dominj millesimj quadringentesimj quinquagesimj, qua die festum Assumpsionjs Gloriosissime Virginjs Marie celebrabitur, eo scilicet loci vbi personaliter aderimus, ad ipsam celebrandam dietam, excellentissime fraternitati vestre prefigimus, jntimamus et nomjnamus, illam hortantes vt suos oratores, plene jnstructos, jta celeriter expediat, quod ipsa die, vna cum dictis oratoribus jllustrissimj regis Portugalie, coram nobis conuenjant, cui regi Portugalie etiam nostris licteris dietam ipsam significamus et vt eosdem suos oratores ad nos mictat rogamus. Superest, serenissime et jllustrisime princeps, vt si alia, tam super hec quam alijs vestre fraternitatis negocijs facturj sumus, nos faciat cerciores, quonjam parati sumus jn omnem gloriam et honorem fraternitatis vestre, quam diu valere cupimus.

Datum jn castello Turrjs Octaue, die sexto mensis februarij, anno a natiuitate Dominj M.° quadringentesimo qujnquagesimo. Rex Alfonsus.

Serenissimo et illustrissimo principi Frederjco, romanorum regi semper augusto, fratrj nostro carissimo.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.

Prouisa.

123

6 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que, em razão de carta que recebera de Frederico, rei dos romanos, lhe marcara o dia 15 de Agosto para os emissários dele se encontrarem com o soberano aragonês em Nápoles, a fim de tratarem do seu casamento com a infanta D. Leonor de Portugal; pelo que pede ao monarca português, se a este parece bem concluir-se o dito matrimónio, envie os seus delegados na mesma data.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2544, fl. 9.

Muy alto e muy excellente rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino ermano e amjgo. Nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como

aquell que mucho amamos e preciamos e pora quien querjamos tanta honra e prosperidad como vos mesmo deseades.

Muy alto e muy excellente rrey. Recebido hauemos vna letra del serenissimo e jllustrissimo principe el rrey de los rromanos, responsiua a otra letra que le haujamos scrita sobrel matrjmonjo ques tracta entrel dicho rrey e la jnclita dona Leonor de Portugal, sobrina nuestra muy cara e vuestra ermana, a la qual letra respondemos al dicho rrey de los rromanos segunt por el translado que con la presente vos embiamos poreys mas largamente veer, specialmente como hauemos assignado jornada pora que, el dia de Nuestra Dona del mes dagosto prjmero venjente, vuestros embaxadores e del dicho rrey sian con nos, por tractar de la conclusion del dicho matrjmonjo.

E por que deseamos la conclusion del dicho matrimonjo, si a vos bien vendra, notificandouos las dichas cosas, vos rogamos que, essendo vos plaziente el dicho matrjmonjo, nos mandeys vuestros embaxadores plenamente jnstruidos sobrel dicho negocio, a los quales dareys orden que a la dicha jornada sian con nos, por praticar e concludir el dicho matrjmonjo. E sia, muy alto e muy excellente rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, la Sancta Trjnjdat vuestra continua proteccion.

Dada en el castillo de la Torre Octaua, a vj dias del mes de ffebrero del anyo de la natiujdat de Nuestro Senyor mil quatrocientos cinquanta. Rex Alfonsus.

Dirigitur regi Portugalie.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

124

10 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos órfãos e judeus da cidade de Viseu e seu termo, como o tinha sido Pedro Afonso, falecido.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 208 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Gonçalluez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., por que o damos por jujz dos horfõos e judeus da çidade de

Ujsseu e sseu termo, por tres annos, asy e pella guissa que o era Pedro Afonso, por cuja morte os dictos ofiçios vagarom, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, x dias de feuereiro. Elrrej ho mandou, per os doutores Ruj Gomez dAluarenga e Pero Lobato, etc. Rodrigo Anes, por Bras Afonso, a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

125

13 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Pedro Afonso, de Santarém, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 21.

Dom Afonso, etc.

Jtem, preujlegeo de beesteiro da nossa camara de Pedro Afonso, morador em Santarem, a rrequerimento do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xiij dias de feuereiro. Diogo Borjes a fez. Ano de mjl iiij^{c} L^{ta}.

126

17 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Afonso, residente no Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 134 v.

Jtem, carta de Joham Afomso, morador em a çidade do Porto, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, xbij dias de ffeuereiro. Dieguo Borjes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

Copyrighted material

127

18 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Álvaro Vasques, oleiro, de Coimbra, de acontiado, por ser criado de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 22.

Dom Afonso, etc.

A vos, VaasquEannes, coudell por nos na çidade de Cojnbra, [fazemos saber] que Joham dAlboquerque, do nosso consselho, caualleiro da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, nos disse que ell tem cassado, em essa çidade, hũu seu criado, a que chamam Aluaro Vaasquez, oleiro, o quall he prestes de serujr com ell em quallquer armada ou hida a que elle vaa por nosso seruiço; e, porque o poderees aconthiar, que nos pedia por merçee que, pollo sseu, o rrelleuassemos.

Porem vos mandamos, se assy he sseu criado e o cassou, como diz, e ajnda nom he acontiado, que o nom costrangaaes nem aconthiees em nehũua guissa, porquanto a nos praz que elle seja assy escussado, ssem outro enbargo que a ello ponhaaes. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xbiij° dias de ffeuereiro. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

128

18 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Pais, barbeiro, besteiro do infante D. Henrique, residente em Lisboa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 134 v.

Jtem, carta dAluaro Paaez, barbeiro, morador em a çidade de Lixboa, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, xbiij dias de ffeuereiro. Diego Borjes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

129

19 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, que, no prazo de oito dias depois de recebida a presente, retire para fora do país, uma vez que faltou ao compromisso assumido, roubando em Castela e fazendo guerra ao respectivo monarca (1).

AHNM., *Osuna*, Legajo 3.909, n.º 17. Original em papel, sem selo, — donde se reproduz.

Publicada, com incorrecções, em *Memorias de Don Enrique IV*, t. 2, p. 26.

---

(1) Nas renhidas lutas civis que em 1449 se travaram em Castela entre o príncipe herdeiro D. Henrique e os titulares seus sequazes, em que não faltou a velha e interessada intromissão navarro-aragonesa, por uma parte, e el-rei D. João II, o seu favorito D. Alvaro de Luna e adeptos deles, entre os quais o nosso duque de Coimbra, por outra parte, tinha o citado Luna, a quem o outro bando desejava apear do seu supremo mando de Castela, confiança grande no apoio de Portugal. Recebera-o de 1439 a 1449, através do regente D. Pedro, que, ainda depois de destituído da regência do reino se avistara com Luna em Ledesma, confiantes ambos em se valerem mùtuamente, num derradeiro e desesperado recurso. Morto, porém, D. Pedro em Alfarrobeira em Maio de 1449, «la muerte del duque de Coimbra permite el triunfo en Portugal de un partido que, por ley natural, es hostil a don Alvaro de Luna. Un hijo del difunto, el condestable Pedro, testimonio de una alianza comprometedora, buscó refugio en Castilla, en donde había de permanecer siete años» (SUAREZ FERNANDEZ, *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 200).

Um dos titulares de Castela que, em 1449, alinhavam na primeira das duas citadas facções políticas era o conde de Benavente, D. Afonso Pimentel. Preso por ordem do rei castelhano, conseguiu evadir-se e, em Fevereiro do referido ano, permitiu-lhe D. Afonso V homiziar-se em Portugal, como já vimos (Cfr. o nosso DOC. 75). Acolheu-o, em Mogadouro, por ordem do soberano português, Alvaro Pires de Távora, senhor da vila: — «se fué al rreyno de Portugal, a vna villa çerca del moxón de Portugal que se llama Madogoyro, en la qual fué anparado e rreçeptado, porquanto era natural de Portugal de parte de su padre e tenía ende muchos buenos parientes» (*Crónica del Halconero de Juan II*, cap. 374, p. 517). Acima de tudo contava o lado político: os serviços prestados por seu pai João Afonso Pimentel a el-rei D. Duarte e à falecida rainha D. Leonor, como sublinhou D. Afonso V, em sua citada carta de 7 de Agosto de 1449. E por mais de uma vez D. Afonso Pimentel se refugiou em Portugal, até, segundo o coevo cronista CARRILLO DE HUETE, «por tratar de allí sus fechos con mayor seguridad de su persona» (*Cronica del Halconero*, cap. 383, p. 537). Ora esta sua atitude comprometia-nos com o país vizinho, por D. Afonso continuar a hostilizar D. João II de Castela (Cfr. a *Crónica de Don Juan, II*, p. 669). Daí a presente ordem régia, de extradição ao conde de Benavente.

Honrrado comde, amiguo. Nos, dom Afonsso, per graça de Deus rrey de Portuguall e do Algarue e ssenhor de Cepta, uos enuyamos muyto saudar, como aquelle pera que queriamos que Deus desse saude e bõa uentuira.

Bem sabees em como, com temor delrrey de Castella, nosso muyto amado e preçado tyo, vos uehestes a nossos rregnos. E, posto que per o dicto rrey fossemos rroguado e rrequerido que uos nom colhessemos em elles, nom o quissemos fazer, assy por teermos voontade de uos fazer fauor e merçee, como por sentirmos que nom quebrantariamos por ello as pazes que antre nossos rregnos e os de Castella som firmadas (2); pois dos dictos rregnos nom trouxerees rroubo algũu nem sairees dos nossos a em elles fazer guerra ou outro dapno. E despois nos escpreuestes, pedindonos de merçee que uos mandassemos dar nossa carta, per a quall em toda nossa terra fossees rrecebido. E prouuenos de vollo outorgar, com condiçom que nom fezessees rroubo algũu em os dictos rregnos. E ora nos he dicto que uos obrastes contra a forma da dicta carta, rroubando em Castella e fazendo guerra ao dicto rrey.

E, porque dando nos a esto luguar e nom o estranhando segundo os trauctos das dictas pazes rrequerem, poderja seer causa de sseu quebramtamento, o que nom he nossa teençom, ante as entendemos senpre guardar segundo a rrazom nos obrigua; porem nos uos mandamos que, do dia que uos esta nossa carta for pressentada a oyto dias primeiros seguintes, uos partaaes de nossos rregnos. E, aalem desto, crede Lourenço Abull, escpriuam de nossa camara, do que uos diser da nossa parte.

Scprita em Euora, xix dias de feuereiro. Martim Aluarez a fez, 1450.

(as.) El Rey . . .

No verso: Ao honrrado Dom Afonso Pimentell, conde de Benauente em os rregnos de Castella.

---

(2) Pode ver-se o Tratado de Paz entre Portugal e Castela de 30 de Outubro de 1431, a ps. 20 e ss. do nosso vol. 4.

130

21 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernão Barbosa, criado e escudeiro do infante D. Henrique, assim como a seu irmão Lopo Correia, o privilégio concedido por el-rei D. João I à quinta de Cerzedelo, julgado de Lanhoso.

ANTT., *Além-Douro*, liv. 4, fl. 170, — donde se reproduz; e liv. 1, fl. 38 v.

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, por parte de Lopo Correa e Fernam Barbosa, ambos jrmãaos, nos foy apresemtada hũua carta delrrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus aja, seellada do sseu seello pemdemte, da quall o theor tall he, como sse adiamte segue.

Segue-se a transcrição de carta de el-rei D. João I, de 13 de Julho de 1386.

E, apresemtada a dita carta, os sobreditos Lopo Correa e Fernam Barbosa nos disserom que Gomçallo Aranha, em viuemdo, avia, lograua e possuya a dita quymtãa, a quall Ruy Vaaz Aranha, seu padre, jrmãao do dyto Gomçallo Aranha, per sua morte sobçedera e que, per morte do dito Ruy Vaaz, a dita quymtãa fiquara a elles, como sseus filhos lidemos que ssom, e que, por seerem criados e escudeyros do yffamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo, elles continuadamente andauam em sua casa e foralhes dado hũu tytor, que ouuesse de rreger e ministrar e procurar sseus beens e todo ho sseu, per cuja negligençia a sobredita carta de priuillegio nom fora confirmada per elrrey meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, e que, por seerem ambos de hidade lidema e comprida, partirom ja amtressy todollos beens que assy ficarom per morte do dito seu padre e que a dita quymtãa com seu couto e jurdiçom aconteçera, em parte e quinhom, ao dito Fernam Barbosa; e que porem nos pediam por merçee que a elle comfirmassemos a dita carta de priuillegio e coutamento.

E nos, veemdo o que nos assy deziam e pediam e queremdo fazer graça e merçee ao dyto Fernam Barbosa, teemos por bem e confirmamoslhe a sobredita carta, nom embargamdo que lhe nom fosse confirmada per o dito senhor rrey, meu padre.

E porem mandamos a todollos corregedores, juyzes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaaesquer offiçiaaes e pessoas a que desto

Copyrighted material

o conheçimento perteemçer per quallquer guysa, a que esta carta for mostrada, que a cumpram e guardem e façam comprir e guardar bem e compridamente em todo pella guysa que em ella he comtheudo, e lhe nom vãao nem comsemtam hyr comtra ella em nenhũua guysa que seia. E hũus e outros all nom façades.

Dada em Evora, xxj dias de feuereyro. Elrrey ho mandou, per os doutores Ruy Gomez e Pero Lobato, etc. Jorge Diaz, por Felipe Affonsso, a fez. Anno de mill e iiij^{c} L.

131

22 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a antiga concessão feita aos moradores de Coruche, no sentido de todas as penas impostas aos mesmos serem aplicadas à reparação das pontes daquela vila, em vez de reverterem para a chancelaria do infante D. Henrique, governador do Mestrado de Avis.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 25, — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 3, fl. 250 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o conçelho e homeens boons de Curuche nos emviarom dizer que per os rex passados meus auoo e padre, cuja alma Deus aja, comsijramdo quamto aos moradores do dicto lugar e camjnhantes que per hi passauam eram neçessarias e proueitosas as pontes que em a dicta vila estam, forom outorgadas todalas penas postas aos moradores do dicto lugar pera rrepairo e prouijmento da dictas pontes, porquamto os dictos moradores eram tam poucos e tam pobres, que a elo nom podiam satisfazer, segumdo de todo ouueram carta do dicto ssenhor rrey, meu ssenhor e padre, a qual era em poder do crauеiro e lhe fora furtada com algũas outras cousas que lhe furtarom; e que ora Gonçalo Vaasquez ouujdor em as terras do meestrado dAujs, posera çertas penas pera a chamçelaria do jffante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio, gouernador do dicto meestrado, hindo contra a carta do dicto ssenhor e priua[n]doos da merçee que lhes fecta e outorgada era, no que diziam que lhes era fecto grande agrauo, pedimdonos por merçee que a ello lhe ouuessemos algũu rremedyo.

E nos, visto sseu rrequerimento e pedir e consijrando quanto as dictas pontes sam bem neçesarias aos moradores do dicto lugar e aos camjnhantes que per hi passam, como dicto he, e querendolhes fazer graça e merçee, que quaesquer penas postas aos dictos moradores ataa ora per os juizes do dicto lugar ou per o dicto Gonçalo Vaasquez ou per quaesquer outros nossos ofiçiaes e asi daqui jn djante postas forem todas sejam apropriadas pera as dictas pontes, pera rrepairo e prouijmento delas, asi de pregadura come de madeira.

E porem, per esta carta mandamos aos dictos juizes, que ora ssam e ao diamte forem em o dicto lugar, e ao dicto Gonçalo Vaasquez, ouujdor, e a quaesquer outros ouujdores que em pos elle em o dicto meestrado forem e a todalas outras nosas justiças e ofiçiaees e pessoas a que esto perteençer que asi cumpram e guardem esto e façam esto guardar compridamente em todo como per nos he mandado e outorgado, ssem nhũu outro enbarguo que sobrelo ponham. Vnde al nom façades.

Dante em a nosa cidade dEuora, xxij dias do mes de feuereiro. Diogo de Figueiredo a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij° e L anos.

132

25 FEVEREIRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, em vedor dos vassalos régios de Pombal, Soure, Redinha, Ega e seus termos, por se lhe haver perdido a respectiva carta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 30 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Diogo Aluarez Sarraom, escudeiro do jfante dom Amrrique, etc., per que o damos por veedor dos nossos vasallos de Ponball e de Soure e da Radinha e dEgua e sseus termos, asy e pella guisa que o dhi foy o tenpo passado, per nossa carta que dello tijnha, a quall sse perdeo, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxb dias de feuereiro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjl iiij° L^{ta}. Ruj Galuom a fez escrepuer.

Copyrighted material

133

27 FEVEREIRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a carta de el-rei D. Fernando de 1 de Novembro de 1380, a coutar e honrar a quinta de Travanco, em termo de Vouga, a rogo de Gonçalo Mendes, da qual é agora proprietário o dito D. Fradique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 95 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 183.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que dom Fadrique de Castro, fidalgo da cassa do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos apresentou hũa carta delrrey dom Fernando, da quall o teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de el-rei D. Fernando de 1 de Novembro de 1380, a coutar e honrar a quinta de Travanco, termo de Vouga, a pedido de Gonçalo Mendes, cavaleiro, seu vassalo.

E pidionos o dicto dom Fadrique por merçee que, porquanto ora a dicta quintãa era sua, que lhe mandassemos confirmaar a dicta carta. E, visto sseu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, confirmamoslha asy e pella guissa que em ella he conteudo.

---

(1) Fradique de Castro, o Tagarote, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, foi servidor do infante D. Henrique como seus irmãos D. Pedro e D. Alvaro; incorporado na hoste henriquina, é um dos Castros que encontramos na expedição de 1437 contra Tânger (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 15). Dois anos depois, vemo-lo alinhar entre os adeptos políticos do infante D. Pedro (PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 45). Em 1445, com seu irmão D. Alvaro, tomou parte na expedição do condestável D. Pedro, enviada pelo pai deste e regente do reino, em auxílio de el-rei D. João II de Castela contra os Infantes de Aragão (*Crónica de Don Juan II*, año de 1445, cap. 14, — transcrito em a nota da p. 281 do vol. 8 de *Monumenta Henricina*). Quatro anos mais tarde, D. Fradique é das «pessoas de bom entender, esforço e autoridade» que desaconselham o duque de Coimbra de avançar militarmente contra el-rei D. Afonso V, alinhando assim com outros ilustres cavaleiros e fidalgos na prudente opinião do Dr. Alvaro Afonso (PINA, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 110). Começamos a dar agora uma série de documentos relativos àquele fidalgo henriquino, dos anos de 1450, 1451 e 1453.

E porem mandamos a todallas nossas justiças e pessoas a que esta carta for mostrada e lhe o conhiçimento della pertença, que lha conpram e guardem e façam conprir e guardar ssem outro algũu enbargo, ca asy he nossa merçee.

Dada em a cidade dEuora, xxbij dias de feuereiro. Aluaro Vieyra a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c} L.^{ta}.

134

2 MARÇO 1450

Carta do infante D. Henrique, a doar a Jácome de Bruges, seu servidor e natural do condado de Flandres, a capitania da Ilha Terceira, Açores, para ele e descendentes, a fim de a povoarem com pessoas que professassem a fé católica e da qual haveriam a dízima de todas as dízimas ali pertencentes à Ordem de Cristo bem como a jurisdição cível e crime, menos em pena de morte e de mutilação (1).

Desconhece-se o original ou cópia autêntica deste documento, reproduzido, em primeira mão, por ANTONIO CORDEIRO, *História Insulana*, p. 243, trasladado de feito que correu entre os herdeiros de Jácome de Bruges e os Corte-Reais, — donde o reproduzimos; dali o tomaram para o *Arquivo dos*

(1) A autenticidade deste documento foi impugnada, entre outros, por FERREIRA DE SERPA: — «Deserta e não doada, até 22 de Agosto de 1460, como a Graciosa, assim se encontrava a Ilha Terceira ou de Jesus Christo e por isso é falsa, por ser anterior a esta, a carta de doação a Jácome de Bruges (em 21 de Março de 1450) que aparece nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso» (Em *um documento falso*, infracitado, na «Revista de Arqueologia», t. 1, Lisboa, 1932-34, ps. 221-22). O autor partiu da carta de 22 de Agosto de 1460, de doação pelo infante D. Henrique, das ilhas de Jesus Cristo ou Terceira e Graciosa ao infante D. Fernando e seus descendentes (Publicada, por exemplo, em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses* vol. 1, ps. 575-76, extraída do ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 118).

Respondendo a crítica idêntica de JOÃO TEIXEIRA SOARES DE SOUSA, VELHO ARRUDA defendeu a autenticidade do documento, admitindo, embora, que a carta henriquina em causa haja sido mal lida em certos passos, que na mesma tenha havido interpolações e que o ano esteja errado, portanto 1450 por 1460 (*Colecção de documentos*, ps. CXLVIII e ss.). Tratando-se de texto extraído de pleito ou de processo cível entre os Bruges e os Corte-Reais, como declarou ANTONIO CORDEIRO, julgamos ser possível que ele tenha sido adulterado propositadamente, em pública-forma extraída do original ou já em anterior pública-forma do mesmo, para fazer vingar determinados direitos.

Est. VI. — Ordem de D. Afonso V ao conde de Benavente para retirar do país, de 1450 (DOC. 129).

Açores, vol. 4, p. 207; editado por GASPAR FRUTUOSO, *Saudades da terra*, liv. 6, ps. 62-64, com a data de 21 de Março; daqui o tomou, por isso, com a mesma data, por três vezes, FERREIRA DE SERPA, *Dois açoreanos no Governo Interino proclamado em 15 de Setembro de 1820*, em *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, Lisboa, 1917, e em *Um documento falso atribuido ao Infante D. Henrique ou a carta de doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges*, Lisboa, 1932-34; de SERPA, com a mesma data de 21 de Março, o trasladou VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932, ps. 80-81, sublinhando, porém, que, na *História Insulana*, a carta tem a data de «2 dias do mez de Março»; enfim, SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 470, tomou-o de ANTÓNIO CORDEIRO.

Eu, o Infante D. Henrique, Regedor e Governador da Ordem da Cavallaria de Nosso Senhor Jesus Christo, Duque de Vizeu e senhor da Covilhãa, faço saber aos que esta minha carta virem que Jacome de Bruges, meu servidor, natural do condado de Flandes, veyo a mim e me disse que, porquanto, desde *ab initio* e memoria dos homens, se não sabião as Ilhas dos Assores sob outro aggressor senhorio, salvo meu, nem a Ilha de Jesu Christo, terceyra das ditas Ilhas, a não souberão povoada de nenhuma gente que ategora fosse no mundo e, ao presente, estava erma e inhabitada; que me pedia por merçe que, porquanto elle a queria povoar, que lhe fizesse della merce e lhe desse minha Real authoridade para ello, como senhor das Ilhas.

E eu, vendo o que me assim pedia ser serviço de Deus e bem e proveyto da dita Ordem, querendolhe fazer graça e merce, me apraz de lha outorgar como ma elle pedio. E tenho por bem e me praz que elle a povoe de qualquer gente que lhe a elle aprouver, que seja da Fé Catholica e santa de Nosso Senhor Jesu Christo; e, por ser causa da primeyra povoação da dita Ilha, haja o dizimo de todos os dizimos que a Ordem de Christo houver para sempre e aquelles que de sua geração descenderem; e tenha a Capitania e governança da dita Ilha como a tem por mim João Gonçalvez Zargo na Ilha da Madeyra, na parte do Funchal, e Tristão, na parte de Machico, e Perestrelo, no Porto Santo, meus Cavalleyros e, depois delle, a qualquer pessoa que da geração delle descender; e a hajão assim pela guiza que a estes Cavalleyros a tenho dada e que da dita Ordem a hão; e quero que elle tenha todo o meu poder e regimento de justiça na dita Ilha, assim no civel como no crime, salvo que venhão por apellação de ante elle, os feytos de mortes de homens e talhamento de membros, que resalvo para mim e para mayor alçada, assim como nas dictas Ilhas da Madeyra e Porto Santo.

E me apraz, por alguns serviços que do dito Jacome de Bruges tenho recebido, porquanto me disse que elle não tinha filhos legitimos e somente duas filhas de Sancha Rodriguez, sua mulher, que se elle não houver filhos varões da dita sua mulher, que a sua filha mayor haja a dita

Copyrighted material

Capitania e os que de sua geração descenderem; e, não havendo sua filha mayor filhos, havemos por bem que a filha segunda, que depois da morte da primeyra ficar, possa haver a dita Capitania para filhos e filhas, netos e descendentes e ascendentes que das ditas descenderem, com aquellas liberdades e poderes que aos ditos capitães tenho dadas, porque assim o sinto por serviço de Deos e accrescentamento da Santa Fé Catholica e meu, pelo dito Jacome de Bruges povoar a dita Ilha tão longe da terra firme bem duzentas e sessenta legoas do mar oceano; a qual Ilha se nunca soube povoada de nenhuma gente que no mundo fosse ategora.

E rogo aos Mestres e Governadores da dita Ordem que depois de mim vierem que fação dar e pagar ao dito Jacome de Bruges e seus herdeyros que delle descenderem a dita dizima do dízimo que a dita Ordem na dita Ilha houver, como lhe por mim he dada e outorgada. E não consintão lhe ser feyto sobre ello nenhum agravo. E peço por merce a El Rey meu Senhor e sobrinho e aos Reys que delle vierem que ao dito Jacome de Bruges e aos herdeyros que delle descenderem fação pagar o dito dizimo à dita Ordem do que na dita Ilha houver e que lhe fação pagar a dita dizima do dito dizimo aos Mestres ou Governadores da dita Ordem, como lhe por mim he dado e outorgado para sempre, em todo lhe faça ter e tenha a dita merce, que lhe por mim he feyta. E, por segurança sua, lhe mandey ser feyta esta minha carta, assinada por minha mão e sellada do sello de minhas armas.

Feyta em a Cidade de Silves, a 2 dias do mez de Março. Pedro Lourenço a fez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e cincoenta annos.

135

2 MARÇO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castro Verde.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 152.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Vasco Esteuez, morador em Crasto Uerde, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, ij dias de março. Lopo Ferrnandez a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

136

10 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, privilégio que havia de el-rei D. João I e alvará de D. Duarte.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 96, — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 183.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que dom Fadrique de Castro, caualeiro da cassa do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos mostrou hũ priujlegio delrrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, do quall ho teor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de privilégio de el-rei D. João I, de 9 de Novembro de 1430.

Outrosy, nos mostrou majs hũ aluara delrrey meu asenhor e padre, cuja alma Deus aja, asynado per ell, do quall o teor he este que sse ssegue.

Segue-se a transcrição do alvará de el-rei D. Duarte, de 25 de Agosto de 1435.

E, apresentado asy o dicto priujlegio e aluara, o dicto dom Fradique nos pedio por merçee que lho confirmassemos, porquanto elle cassara com a dicta Caterina Diaz, molher que ffoy do dicto Lujs dAtayde (1). E, visto per nos seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, temos por bem e confirmamoslho.

---

(1) B. FREIRE não teve conhecimento deste casamento de D. Fradique com a viúva de Luís de Ataíde: — «Casou com D. Beatriz de Vasconcelos, filha de Joane Mendes de Vasconcelos, 4.º senhor do morgado de Soalhães e matou-a, depois de ter tido dela, além de duas filhas freiras, a um filho que morreu sem geração. Tornou a casar com D. Mecia da Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade del Rei D. Duarte. Dêste casamento não houve sucessão» (*Brasões*, liv. 1, p. 147).

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, jujzes e justiças e anades e apuradores e outros quaesquer oficiaes e pesoas a que o conhiçimento desto perteeçer que lhe compram e guardem e façam comprir e guardar, bem e conpridamente, esta nossa carta, asy e pella guissa que em ella he conteudo, ssem lhe sobrello sseer posto outro algũu embargo, em algũua maneira. E lhe al nom façades.

Dada em [E]uora, x dias de março. Joham de Lixboa a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c} L^{ta}.

137

10 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Judas Namias, morador em Silves, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 65.

Dom Affonso, etc.

A voos, corregedores, jujzes, justiças, almoxarifes, escpriuães, arrabijs, ofiçiaes da çidade de Silues e a todalas outras nosas justiças e almoxarifes, escpriuães arrabijs e ofiçiaes e quaeesquer outras pesoas dos nossos rregnos que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada ou o trelado della em pubrica forma, fecta per outoridade de justiça, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Judas Namias, morador em a dita çidade, pollo do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo por ell pedio; temos por bem e priujlegiamollo e liberdamos que nom pague sisom nem page nos pedidos nosos e peitas que a nos pagam os judeus de seu ssenhorio nem page outrosy em todalas peitas, fintas, talhas, emprestidos e serujços nem em outros nhũs encaregos, asy os que em este priujlegio som scpritos, como outros que hi nom som, que nos e os conçelhos e comunas lançarom ou tenham lançados per qualquer guissa que seja; e que, outrosy, nom pague em nhũa sisa de djnheiros que a comuna dos judeus antre sy tenha lançada pera suas despesas nem pera outros nẽhũus encarregos que as dictas comunhas antre sy tenham lançadas ou lançarem daqui em diante, per quallquer guissa que seja e pera quallquer coussa (1), nom enbar-

(1) No ms. *cuossa*.

gando cartas nem aluaraes nem mandados nem portarias que sobre ello tenhamos dado ou dermos ao diante aas dictas cumunhas, a rrogo dalgũas pessoas, per que mandasemos que nom fosse dello escussado; e que outrosy nom pague em todallas sissas e emcarregos que as dictas comunas antre sy tenham postos ou poserem ao diante sobre carne e vinho, e mandamos que possa comer e beuer as dictas e vinho, quer en gros, quer carne a talho e o vinho atauernado, ssem paguamdo dello os dictos encarregos e sissas; e que, outrosy, nom sirua, per sy nem per seus beens, em nhũus emcaregos, asy nossos como dos concelhos e comunas, nem em nhũas obras de fontes e pontes e calçadas, muros, nem outros, nhũuas aduas nem outros nhũs encaregos nem serujdões que sseer posam, porque nossa merçee he sseer de todo escusado, liure e hisento e rreleuado, nom embargando quaaesquer cartas, mandados, defessas que em contrairo dello sejam ou ao adiante posermos, e, posto que os rrendeiros arrendem de nos ou dalguas outras pessoas que nos tenhamos fecta merçee dalguas das dictas coussas, com comdiçom que o dicto Judas Naamyas pague nos dictos seruiços e rrendas e encarregoos dos conçelhos e cumunas; mandamos que elle, ssem enbargo da dicta comdiçom, sseja liure, quite, rreleuado, escussado das dictas coussas e cadhũa dellas, como dicto he; e que, outrosy, possa andar em besta muar de sella e freo, ssem enbargo da nossa hordenaçom que sobre ello temos posta em contrayro.

Outrosy, mandamos que nom seja nẽhũu tam oussado, de quallquer estado e comdiçom que seja, que pousse em sua[s] cassas de morada nem suas adeguas nem caualariças nem lhe tomem pam, vinho, rroupa, palha, çeuada, lenha nem galinhas nem besta nem outra nẽhũa coussa do seu contra sua voontade, posto que nos e a rainha minha molher e jffantes, meus hirmãaos e thios, sejamos na dicta çidade honde o sobre dicto he morador ou for ao adiante. E defemdemos ao nosso apousentador moor e ao da rrainha e jfantes e outros quaeesquer que esto ouuerem de veer que, em casso que nos sejamos em cadhũu dos dictos lugares, lhe nom tomem nem mandem tomar nem as dictas poussada[s] nem coussa algũa contra sua voontade.

E mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, oficiaes, arrabys e pessoas sobredictas que lho compram e guardem e façam bem conprir e guardar asy como em ella he contheudo. E man[damos] a quallquer que contra esto for, em parte ou em todo, pague a nos os nossos encoutos de seis myll ssoldos. Mandamos aos nossos almuxarifes que os rrecadem pera nos e o costranguam por ello aas pessoas que contra ello forem, sso pena de os paguarem em dobro de suas cassas. E mandamos aos nossos escpriuãaes que os escpreuam em rreçepta ssobre os dictos almuxarifes. E mandamos a quallquer tabaliam de nossos rregnos que empraze, per pessoa, aquelle ou aquelles que contra este priuilegeo forem

e o nom quiserem aguoardar, que, a quinze dias, pareçam perante nos, em a nossa corte, pera lhe darmos escarmento, asy como aaquelles que nom comprem mandado de seu rrey e senhor. Vnde all nom façades.

Dante em Euora, x dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor de mjll iiij^{c} L.

138

10 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Alvaro Rodrigues, escudeiro do infante D. Henrique, autorização para possuir as casas que seu antecessor, Lourenço Pais, comprara em Alcácer a Mafamede Galebo, mouro forro, e que, pelo disposto na ordenação, deviam reverter para a coroa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 15 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Aluaro Rodriguez, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, nos disse que Lourenço Paaez, sseu anteçesor, conprou hũuas cassas em a villa dAlcaçer a Mafamede Galebo, mouro forro, morador em a dicta villa, por çinquo mjll rreaes, nas quaees cassas elle, dicto Lourenço Paaez, fez algũuas bemfeitorias, e que ora lhe diserom que, por assy conprar as dictas cassas a mouro, ssem teendo pera ello nossa licença, sse perdem pera nos, pedindonos que lhe fezessemos merçee das dictas cassas.

E nos, visto sseu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e praznos que elle aja as dictas cassas, ssem enbargo da dicta nossa hordenaçom; e, per esta carta, lhe damos todo o djreito que nas dictas cassas avemos, por assy serem conpradas a mouro, como dicto he, e queremos que faça dellas e em ellas o que lhe prouguer, como de ssua coussa propria, jsenta posisom.

E porem mandamos aos juizes da dicta villa dAlcaçer e a todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaaesquer nossos officiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer que leixem teer e auer as dictas cassas ao dicto Aluaro Rodriguez per a guissa que dicto he, ssem lhe poendo sobrellas outro nehũu enbargo.

Dante em a çidade dEuora, x dias de março. FernamdAfomso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

139

11 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro biscaínho João Gonçalves de Arnoylo, morador em Faro, a pedido de Vicente Simões, fidalgo da casa real.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 177 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Gonçalluez dArnoyllo, bizcaynho, marinheiro, morador em Faarom, pello de Viçente Simõoez, fidalgo de nossa cassa, que nollo pera elle pedio; teemos por bem e priuilligiamollo e queremos e mandamos que sseja escussado que nom poussem com elle nem lhe tomem rroupa nem sirua em nehũus encarregos do conçelho nem seja costrangido pera serujr per mar nem per terra, saluo comnosco ou com o jffante dom Fernando, meu muyto preçado e amado jrmãao.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, offiçiaaes e pessoas e a outros quaeesquer a que esto perteença, per quallquer guissa que sseja, que o ajam por priujlligiado e escussado dos dictos encarregos e lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar esta nossa carta, assy e pella guissa que em ella he contheudo, ssem outro algũu enbargo que lhe sobrello ponham.

Dante em a çidade dEuora, xj dias de março. Ruy Diaz a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

140

11 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a João Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Alcácer, culpado de agressão a Gomes Martins Navarro, em recompensa dos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 22.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joham Serrãao, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tio, filho de Lujs Serrãao, nosso vassallo, morador em Alcaçer, nos enujou dizer que podia auer hũu ano que hũu Gomez Martijnz Nauarro, morador na dicta villa, querellara delle, dizendo que lhe dera hũua ferida pella rreigada do braço esquerdo, em sseendo meirinho, e que lha dera no ofiçio e sobre sseu ofiçio, ssegundo sse na dicta querella sse todo esto mais conpridamente contijnha; e, sseendo o sobredicto sãao e ssem cajam e aleijom da dicta ferida, lhe perdoara, segundo nos dello fazia çerto, per hũu estormento pubrico que perante nos pressentou, que pareçia sseer fecto e asijnado per Joham Vaaz, tabaliam na dicta villa; e que, nom enbargando o dicto perdam, andando elle por esto amoorado, seguirasse a guerra que ouueramos com o jffante don Pedro, em a quall nos elle fora serujr; e que porem nos pedia por merçee que, em gallardam de sseu seruiço, lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos elle, por a dicta rrazam, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia, visto o casso, sse tall he como diz, e querendolhe fazer graça e merçee, visto o contentamento da parte e descolpamento e como nos na dicta guerra serujo, sse o dicto mallefiçio foy cometido ante do mes dabrill que ora foy do ano passado, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos ell, por a dicta rrazam, he theudo, comtanto que elle pagasse quinhentos rreaes brancos pera arca da piedade; e, porquanto os logo pagou a FernamdAluarez, dayam, nosso confessor, segundo dello fomos çerto per sseu aluara e de Viçente Ferrnandez, nosso escpriuam das mallfeitorias, que os sobre ell pos em rreçepta;

Porem vos mandamos que, daqui en diante, o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por a dicta rrazam, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guissa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xj dias de março. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores. Jorge Diaz, por FelipAfonso, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

Copyrighted material

141

12 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Nisa, culpado de agressão a Afonso Gonçalves, em atenção aos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 21 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Diego Ferrnandez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio, morador em Nissa, nos disse que podia auer dous annos que hũu Afonso Gonçalluez, morador no dicto logo, por ell aseer testemunha contra elle em hũu fecto que com elle auja Aluaro dAlmeyda, hi morador, depois que fora solto e liure do dicto fecto, pedira segurança, a quall ouuera dell; e que, depois da dicta segurança, o dicto Afonso Gonçalluez o fora aguardar pera o matar, no camjnho que uay da dicta villa pera Abrantes, hindo seguro de besta, nom leuando saluo hũua espada, e o dicto Afonso Gonçalluez dous dardos e lhe rremesara hũu delles e o matara, sse lhe nom fugira, e que sse voltara pera a dicta villa e tomara hũua lança e leuara consigo Jo[ham] Matella, sseu cunhado, e forom buscar o dicto Afonso Gonçalluez; e, como o acharom, lhe dera duas feridas, hũua nos peytos e outra em hũu braço, das quaees feridas elle logo fora sãao e ssem cajam de morte e sse serue do dicto braço ferido, pella quall rrazam querellara delles, dizendo que o quisera matar sobre a dicta segurança, segundo em a dicta ssua querella mais conpridamente contijnha; e que, andando por ello amoorado, seguirasse a guerra que ouueramos com o jffante dom Pedro, em a quall nos elle seruira; pedindonos por merçee que, em gallardam de sseu seruiço, lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos ell, por a dicta rrazam, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, visto o casso, sse tall he como diz e hi mais nom ha, e como nos em a dicta guerra serujo, sse o dicto mallefiçio foy cometido ante do mes dabrill do ano passado que ora foy; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos ell, por a dicta rrazam, he theudo, ficando rreguardado aa parte sseu djreito, de demandallo çiuelmente, sse quisser,

comtanto que ell pagasse mjl rreaes brancos, de que logo fizemos merçee, por esmolla, a Martim Gonçalluez, criado do conde de Auranxes. E, porquanto os logo pagou ao doutor Lopo Gonçalluez, juiz dos nossos fectos, que os por ell rreçebeo, segundo dello fomos çerto per sseu aluara;

Porem vos mandamos que, daqui en diante, o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro algũu dessaguissado, quanto he por a dicta rrazam. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xij dias de março. Elrrej o mandou, per os doutores Ruy Gomes dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petiçõoes.

FellipAfonso, o Moço, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

142

12 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a D. Grimanesa de Melo, donzela que fora da falecida rainha D. Leonor, a tença anual de 25.000 reais brancos, enquanto lhe não pagar as 2.500 coroas que lhe dera em dote pelo seu casamento com Mem de Brito, fidalgo da sua casa, além das 1.000 coroas que lhe prometeram o infante D. Henrique e D. Teresa, mãe de D. Grimanesa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 32 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 84 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, de prazer nosso e uoontade das partes, casamos donna Grimanesa de Meloo, donzela da ssenhora rrainha, mjnha madre e ssenhora, cuja alma Deus aja, com Meem de Brito, fidalgo da nossa casa, ao qual nos demos, em dote com a dicta donna Grimanesa, duas mil e quinhentas coroas douro, de cronho delrrey de França, ou a çento e xx rreais brancos desta moeda corrente por cada hũa peça, ao tenpo da paga, aallem de mil coroas que lhe o jffante dom Anrrique, meu muito preçado e amado tyo, e dona Tareiga, madre da dicta donna Grimanesa prometerom, pollas quaes lhe fezerom suas obrigações.

E porque, de presente, lhe nom podemos fazer pagamento das dictas duas mjl e quinhentas coroas, lhe poemos de teença, em cada hũu anno,

Copyrighted material

xxb mjl rreais brancos, des o dya que tomou ssua casa en djante, os quaes lhe seram paguos e aseentados em nossas rremdas e direitos que per nos lhe sera deuysado; e prometemos, per nossa ffe rreal, por nos e por todos nossos soçesores que depois de nos veerem, de lhe esto conprir e guardar, como suso he escripto, e emcomendamos a nossos herdeiros, por nossa beençam, que asi cumpram.

Pero, pagamdolhe nos ou nossos herdeiros a quarta parte do dicto dote, que lhe seja descontado *pro rata* outro tanto da dicta teença; e, se menos lhe pagarmos, que lhe nom seja descontada nhũa cousa. E, ao tenpo que for pagada a dicta dote ou parte della, a saber, as duas mjl e quinhentas coroas que lhe por nos sam prometidas, sera posto em mãao de fiees pessoas que ambos sse acordarem pera sse da dote auerem de conprar beens que a anbos ajam de rrender, por que ella, no caso en que lhe esta dote auera de seer tornada, possa auer perfeitamente segurança.

Pero, mostramdo o dicto Meem de Brito, aquelle tenpo que lhe a dicta dote ou parte della for entregue, beens de rraiz desembargados, por que a dicta dote e arras que elle a ella hade dar, possa seer segura, ao tenpo da rrestituyçam della, em tal caso a paga das dictas duas mil e v°. corroas ou aquela parte que lhe paga for seja fecta a el, sem outro empacho. E esto que asi nos damos aa dicta dona Grimanesa he aalem de qualquer outra cousa que a ela perteença auer de sua erança.

E praz ao dicto Meem de Brito de casar com ella, per esta guisa ajuso escprita: primeiramente, aconteçendo que el moura primeiro que ella, ssem filho ou com filho, lhe de, por arras e em nome dellas, por honrra de sseu corpo, mjl e quinhentas coroas do crunho delrrej de França, aalem de todo aquello que de nos ouuer. E quanto monta aas mil coroas que, por o jfante nosso tyo e dona Tareija, sua madre, sam prometidas, segundo em este contrauto ffaz meençam, praz ao dicto Meem de Brito e donna Grimanesa que liuremente sejam pagadas a elles e destas sse nom faça rrestituyçam com a outra dote; mais teersse a esta maneira juso escripta, a saber, que todos os beens moujs e de rraiz que de moorgado nom seia que cada hũu delles, por qualquer titulo, ouuer daqui jn diante ou atees ora ouuessem, taaes beens e as dictas mil coroas seiam cumuns antre anbos, em sua vida, e liuremente desponham de todo segumdo suas voontades, asi como de sua cousa propria; e, a ora da morte de cada hũu delles, partasse todo comũumente, de per meo, antre o que viuo ficar. E os erdeiros do ja finado primeiro entregue aa dicta dona Grimanesa ou seus erdeiros das dictas duas mil e quinhentas coroas de que lhe ha de ser fecta rrestitujçam, em nome de dote, segumdo dicto he. E, seendo primeiro entregue e satisffecta a donna Grimanesa de mil e quinhentas coroas que, em nome de arras, lhe deuem ser dadas, morrendo primeiro o dicto Meem de Brito.

E no caso em que ella moura primeiro, sem filho ou com filho, hi nom auera arras nhũas; mais ante auera o dicto Meem de Brito, das dictas tres mjl e quynhentas coroas que lhe per nos e per o jfante dom Anrrique, noso tio, e sua madre, ssam dadas, mjl e quinhentas coroas; e das outras ella ou seus herdeiros desponha e faça toda sua voontade, cumprimdosse e guardamdosse a cumunjdade, segumdo dicto he.

E el promete que a nom costranga nem faça dello afincamento nhũu pera que a mude de sseu proposito e que, no caso en que elle primeiro faleça que ella, a el praz que ella, rrealmente e com efeito, lhe seia liuremente leixada e desenbargada per sseus erdeiros a dicta teença e quaesquer bens nom de moorgado que teuer, asi mouijs como rraiz, ao tenpo de seu finamento, ssem a desapoderarem delles, e auer as nouydades delles ataa ella auer compridamente pagamento da dote que de nos Meem de Brito, em sua vida, rreçebese, e mais as mjl e quinhentas coroas darras e a meetade de todos outros beens que, ao tenpo de sseu finamento, lhe forem achados, tiramdo os de moorgado.

Pero, se os beens que lhe ficarem per çertos e ssem sospecta aualliaçam seus erdeiros entenderem que vallem mais da dicta conthia que ella hadauer per todo sseu dote e arras e a meetade, teersse a esta maneira: tenha e rreçeba ella a dicta teença no preço en que elle de nos teuer, ao tenpo de sua morte, e per os outros beens, ante que desapoderada seja dalgũa cousa, lhe rrefaçam a moor soma que lhe ficar por pagar, a saber, das arras e de todo o que per Meem de Brito, em nome de dote, rreçebido fosse e a dicta meetade dos que teuerem, tirando os de moorgado. E os mais ajam sseus herdeiros del.

E porque o dicto Meem de Brito e dona Grimanesa praz de sse conprirem e guardarem estas todas cousas conthudas en esta presente e, por mayor firmeza e segurança delles, com sseu outorgamento, lhe mandamos dar esta nossa carta e queremos e outorgamos e mandamos que se cumpra todo o conthudo em ella; e prometemos, por nossa fe rreal, de todo o que a nos perteemçer cumprir e guardar e nom hir contra ello, nem parte nem todo, nom enbargamdo quaesquer lex, custumes, ordenações ou rrezam que em contrairo possa ser a dicta ou alegada, per que esto podesse ser quebrantado e comprido, como dicto he. E, por mayor firmeza e segurança de todas estas cousas, com sseu outorgamento, mandamos ser fectas duas cartas, anbas de hũu teor. E esta he do dicto Meem de Brito e a outra he da dicta dona Grimanesa.

Dante em a çidade dEuora, xij dias de março. Gonçalo Cardoso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} L^{ta}.

Copyrighted material

143

13 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Esteves, de Alcochete, implicado em crime de fogo posto, por haver combatido em Alfarrobeira com Lisuarte, fidalgo da casa do infante D. Henrique, contra o infante D. Pedro.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 23.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Gonçalo Esteuez, filho dEsteuam Domijnguez, morador em Alcouchete, nos enujou dizer que podia ora auer dez annos, pouco mais ou menos, que em termo do dicto logo dAlcouchete fora posto fogo, em hũu lugar que chamam o Torrom, o quall fogo queimara çertas colmeas a hũu PedrEannes, jrmãao do prior dessa villa, ssem o dicto fogo fazer dapno a outra algũua pessoa, no quall poimento do dicto fogo culparom a elle que elle o posera, polla quall rrazam sse elle amoorara, com temor da nosa justiça, e que, andando assy amoorado des o dicto tempo, elle nos fora serujr na guerra que ouuemos com o jffante dom Pedro, em conpanha de Lisuarte, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, e esteuera na batalha; e que porem nos pedia por merçee que, em gallardam do seruiço que nos em a dicta guerra fezera, lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, por o poymento do dicto fogo, era theudo.

E nos, vendo o que nos assy dizer e pedir enujou, ante que lhe sobrello dessemos outro algũu liuramento, fezemos perante nos trazer a jnquiriçom que, per rrazam do poymento do dicto fogo foy filhada, apressentando o dicto Gonçalo Esteuez perante nos hũu estormento que pareçia sseer fecto e asijnado per Gomez Gonçalluez, tabaliam em o dicto logo dAlcouchete, em o quall sse contijnha, antre as outras coussas, que o dicto PedrEannes sse ouuera por contente e satisfecto (1) das colmeas e noujdades (2) dellas e cortiços e cobritoiras que lhe assy forom queimadas e que perdoaua ao dicto Gonçalo Esteuez toda perda e dampno que lhe

(1) No ms. *setisfecto.*
(2) No ms. *neujdades.*

o dicto fogo fezera, segundo sse mais conpridamente contem no dicto estormento perante nos apressentado. E, vista per nos a dicta jnquiriçom e o que sse per ella mostra, açerca do poimento do dicto fogo, e visto como o dicto Gonçalo Esteuez serujo na guerra e o contentamento da parte a que o dicto fogo fez dapno, sse outra hi nom ha, querendolhe fazer graça e merçee, teemos por bem e perdoamoslhe quallquer culpa que em ello teue.

Porem, vos mandamos que nom prendaaes nem mandees preender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por rrazam do poymento do dicto fogo, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos, ssem outro algũu enbargo que a ello ponhaaes, em nehũua guissa que seja. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xiij° dias de março. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores Ruy Gomez e Pero Lobato. JohanEannes, por Afonso Anes, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

144

15 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente na cidade de Evora, fisico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 17. O documento reproduz, quase «ipsis verbis» a carta do regente D. Pedro de 12 de Setembro de 1446 — o DOC. 180 do nosso vol. 9 —, de que é confirmação, posto o não cite; por isso daquela tomámos as palavras em falta na única cópia do presente documento, as quais vão entre colchetes.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a meestre Moussem, morador em esta çidade dEuora, fissico do jfante dom Hemrrique, meu muyto preçado e amado thio, a pjtitorio de dona Margarida de Vilhana (1), que nollo por elle pidio;

Teemos por bem e queremos que, posto que nos ou a rrainha minha molher, que ssobre todas amamos e prezamos, e jfantes, meus jrmãaos e

(1) Cfr. a nota 3, da pág. 180 do nosso vol. 9.

thios, [sejamos] em a dicta cidade, que lhe [nom] poussem em ssuas cassas de morada, adeguas nem cauallariças nem lhe filhem dellas rroupa de cama, alfayas de cassa nem outra algũa coussa do sseu contra ssua voontade, saluo veendo ssobre ello nosso espiciall mandado per que, ssem embargo desta carta, poussem com o dicto meestre Moussem, e (2) doutra guissa nom.

E porem mandamos aos nossos apoussentadores e ao da dicta rrainha e jfantes (3), meus jrmãaos e thios, e ao apoussentador da dicta çidade e a outros quaaesquer oficiaaes e pessoas a que o conhecimento desto perteçer e esta carta for mostrada que ajam, daquy [en diante], o dicto meestre Moussem por scussado do que dicto he e lha conpram e gardem (4) e façam conprir e guardar polla guissa que em ella he contheudo, porque assy he nossa merçee, ssem outro enbargo.

Dada em a çidade [dEuora] (5), xb dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjll iiij^{c} L.^{ta}

145

15 MARÇO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar mestre Moussem, físico do infante D. Henrique, a andar em besta muar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 120, — donde se reproduz; e liv. 12, fl. 17.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de mestre Moussem, fisico do jfante dom Anrrique, meu tyo, per que lhe damos leçença e lugar que possa andar em besta muar, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xb dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.

---

(2) Aqui um o a mais, que se omite.

(3) No ms. *jfantanes*.

(4) No ms. *gardam*.

(5) Dizendo-se ao princípio da carta «morador em esta çidade dEuora» parece que ela deve ter sido dali datada.

146

15 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a aposentar João Martins, residente na cidade do Porto, a pedido do infante D. Henrique, por ele ter 70 anos de idade.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 14 v.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Martijnz, morador em a nossa çidade do Porto, a pitjtorio do jfante dom Anrrique, meu mujto amado e preçado tyo, que nolo por el enujo[u] pidjr; temos por bem e apousentamollo, porquanto enujou dizer o dicto meu tyo que era de hidade de satenta annos.

Porem mandamos aos jujzes da dicta [cidade] e a todollos outros juizes e justiças de nossos rreignos e a outros quaaesquer ofiçiaes e pessoas a que o conhiçimento desto pertençer que ajam o dicto Joham Martijnz [por] pousado e lhe conpram e guardem e façam bem conprir e guardar em todo todallas honrras, priujlegios, liberdades e franquezas que ham e guardam aos nossos uassalos que, per hidade de satenta anos e serujços, som pousados, posto que o sobredicto nosso uasallo nom seja, e lhe nom' uãao nem consentam hir contra elas em maneira algũa, sem outro enbargo que a elo ponhaaes.

Dante em Euora, xb dias de março. Gonçalo de Moura a fez. Ano dãe Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e çinquoenta anos. Esta carta lhe nom guardes sse aselada nom for. Eu, Ruj Galuom, sacretario do senhor rrej e caualeiro de sua casa, a fiz escpreuer.

147

23 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Botelho para coudel de Montemor-o-Velho, em virtude de Fernão Rapote, proprietário do lugar, haver combatido em Alfarrobeira a favor do

infante D. Pedro, segundo informe de Martim Correia, fidalgo da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 26.

Dom Affonso, etc.

A uos, concelho e homeens boons da ujlla de Montemoor o Uelho, e a todollos corregedores, juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Martim Correa, fidallgo da cassa do jfante dom Enrique, etc., e alcaide por nos em a dicta ujlla, nos fez rrecontamento como Fernam Rapote, que di foj coudell, ffora contra nosa pesoa e rreal estado em a batalha, etc., e que porem nos pedia por mercee que lhe quisessemos dar a dicta coudallaria pera Diogo Botelho, alcaide por elle em essa mesma, porque he tal que o fara bem e como conpre a noso seruiço, etc. E, ujsto per nos seu rrequerimento e tendoo asi por noso seruiço; teemos por bem e damollo por coudel da dicta ujlla e sseu termo, etc.

Dada em Euora, xxiij dias de março. Elrrej o mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, etc. Ruj Meendez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

148

25 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Martim Correia, fidalgo do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de João Rodrigues Ferro e de Afonso Gonçalves, de Montemor-o-Velho, e de Fernão Gonçalves, de Tavarede, pelas maldades e traições que eles cometeram, combatendo com o infante D. Pedro, em Alfarrobeira, contra a pessoa do monarca e seu real estado.

ANTT., *Estremadura*, liv. 8, fl. 268.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que por as maldades e treiçõoes que Joham Rodriguez Ferro e Afonso Gonçaluez, ferrador, moradores em Montemoor o Uelho, e Fernam Gonçaluez, morador em Tauaredo, cometeram contra nossa pessoa e rreal estado, seendo com ho

jfante dom Pedro na batalha dAlforrobeira, que conosco ouue e, por o dito fecto seer assi notorio e hos ditos Joham Rodriguez e Afonso Gonçaluez e Fernam Gonçaluez seerem em ella, todos seus beens, mouees e de rraiz, perteencem a nos e os podemos dar de dereito a quem nossa mercee for;

E hora, querendo fazer graça e mercee a Martim Correa, caualeiro do jfante dom Anrrique, meu muito preçado e amado tio, de nosso moto propio, liure uontade, certa sciencia, poder absoluto, sem nolo ele pedindo nem outrem por ele; teemos por bem e fazemoslhe mercee pura, ynrreuogauel doaçam, antre os uiuos ualedoira deste dia pera todo sempre, em tal guisa que nunca em alguum tempo possa seer reuogada, de todolos beens mouees e de rraiz que os ditos Joham Rodriguez e Afonso Gonçaluez e Fernam Gonçaluez auiam em quaaesquer lugares de nossos rregnos e lhe perteenciam e lhe poderiam perteencer per qualquer guisa, ao tempo que eles foram na dita batalha com o dito jfante, com todas suas rrendas e dereitos e perteenças que a eles dereitamente perteenciam per qualquer guisa. E em esta doaçam se nom emtenda a dereita parte que aas suas molheres, se as teem, perteence e dalgũus filhos doutras molheres, se as teueram, porque nom he nossa teençam seer fecto aos sobreditos prejuizo, no que a eles per dereito perteence. Os quaaes com o dito Martim Correa deuem auer e rreceber suas dereitas partes da mãao das ditas suas molheres. A qual partiçam se faça dereitamente como se per dereito deue fazer. Os quaaes beens que assi a nos perteençem lhe damos e outorgamos, pera ele e todos seus herdeiros e soccessores, assi ascemdemtes como descemdemtes, que depois ele uierem per linha dereita, pera os poder dar, doar, uender, trocar, escambar e fazer deles e em eles o que lhe prouguer, como de sua cousa propia, corporal possissam.

E porem mandamos a todolos jujzes e justiças, comtadores, almoxarifes, officiaaes e pessoas dos nossos rregnos que, presente as ditas molheres e filhos, se os hij ouuer, como dito he, metam logo em posse o dito Martim Correa da dereita parte de todolos beens mouees e de rraiz que os sobreditos auiam e lhe de dereito perteenciam ao tempo que foram na dita batalha dAlforrobeira. E lhos leixem auer com todas suas rremdas e dereitos e tomar posse deles, per ssi e per outrem, como lhe prouguer. E lhe alcem qualquer embargo que lhes sobreles seia posto, porque nossa mercee e uontade he de os ele auer assi e a tam compridamente como em esta nossa carta he comtheudo, sem embarguo de quaaesquer nossas hordenaçõoes, lex, dereitos canonicos, çiuis, glosas, opiniõoes de doutores que em comtrairo dello seiam, porque queremos que nom aiam em esto lugar.

Dante em a nossa cidade dEuora, xxb dias de março. FernamdAfonso a ffez. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} L. E eu, Martim Gil, a ffiz escreuer e aqui subscreui.

Copyrighted material

149

27 MARÇO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Galiote Leitão, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a da Regência de 19 de Março de 1439, de confirmação a seu pai, Estêvão Leitão, da moradia mensal de 2.000 reais brancos, enquanto não lhe fosse paga pelo monarca a quantia constante do alvará joanino de 27 de Abril de 1409, e ainda doação que lhe fizera seu irmão Marote Leitão da quota parte que lhe cabia naquela dívida régia.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 39, — texto que se reproduz; e *Místicos*, liv. 3, fl. 86.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Galleote Leitom, caualleiro da cassa do jfante dom Anriquy, meu muyto preçado e amado tio, mostrou perante nos hũa carta nossa, da quall o th[e]or tall he.

Segue-se a transcrição da carta da Regência de 19 de Março de 1439, a qual, por sua vez, transcreve o alvará joanino de 27 de Abril de 1409, — documentos que reproduzimos em seus respectivos lugares.

E majs nos mostrou hũu estormento pubrjco, de doaçom, que Maarote Leitom fez ao djcto Galleote Lejtom, sseu jrmãao, do seu qujnhom das dictas tres mjll dobras, o quoall pareçia seer fejto em a çjdade de Lixboa, aos xiiij° dias de março da presente era de iiij^{c} Riij, e asjnado per Esteuom Lourenço, nosso tabaliam em a djcta çjdade, ssegundo esto e outras coussas majs conpridamente no djcto estormento de doaçom eram conthjudas. E pidi[o]nos o djcto Galljote Leitom que confirmasemos esto asy em elle, pois que, per morte do djcto seu padre, lhe ficarom e o djcto seu jrmãoo lhe fezera doaçom do djcto qujnhom que tijnha nas dictas tres mjll dobras.

E nos, visto seu pedjr, praznos que aja de nos, em cada hũu ano, os vjnte e quatro mjll rreaaes que ho dicto seu padre de nos auja, emquanto lhe nom fforem pagadas as dictas tres mjll dobras. E, por sua goarda e rrenembrança dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, pera teer pera sua goarda e per ella, em cada hũu ano, rrequerer outra asy, em a nossa fazenda, per que lhe pagem os djctos djnheiros.

E porem mandamos aos nossos ueedores da ffazenda e a outros quoaesquer ofiçiaees e pessoas que esto ouuerem de ueer que lhe conpram

e goardem e façam conprir e agoardar esta nossa carta segundo em ella faz meençom, sem [lhe] (1) poerdes a ello outro nenhũu embargo. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade dEuora, xxbij dias de março. FernandAfonso a ffez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij° L^ta^. anos.

150

30 MARÇO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Luís Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castelo Branco.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 127.

Jtem, carta de Luis Afonso, morador em Castelbranco, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxx dias de março. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

151

1 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui de Melo, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a terra de Fornos de Algodres com todos seus rendimentos e direitos, menos as sisas gerais, vinhos e panos, reservadas ainda ao monarca a correição e alçadas, nos precisos termos da carta do regente D. Pedro de 24 de Janeiro de 1440, a qual esta implìcitamente confirma (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 98, — donde se reproduz; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 134. Veja-se a citada carta de D. Pedro, — o DOC. **37** do nosso vol. 7.

---

(1) No ms. *ello* por *lhe*.

(1) Sobre Rui de Melo, vejam-se a nota 1 ao DOC. **35** e os DOCS. **167**, **209**, **210** e **222**.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruj de Meello, caualeiro da cassa do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo;

Teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era de iiij^{c} L^{ta} annos em diante, emquanto nossa merçee for, a nossa terra de Fornos, que he no nosso almoxarifado de Visseu, com todallas rrendas e direitos que nos neella auemos e de direito deuemos dauer, afora as sissas jeeraaes e vinhos e panos, e com toda sua jurdiçom çiuel e crime, rreseruando pera nos a correiçom e alçadas.

E porem mandamos ao nosso contador e almoxarife da dicta comarqua e ao corregedor della e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e perssoas que esto ouuerem de veer que o metam logo em posse da dicta terra e lhe leixem auer e rrecadar as rendas e direitos della e husar da jurdiçom, como dicto he, asy e tam conpridamente como nos as dictas rrendas e direitos aueriamos, sse sse pera nos rrecadassem. E uos, dicto contador e almoxarife do dicto almoxarifado de Visseu, fazee rregistar esta carta em vossos liuros, pera sse per ella saber como o dicto Ruj de Meello de nos traz a dicta terra. E elle teenhaa, pera sua guarda.

Dante em a çidade dEuora, primeiro dia dabrill. FernandAfonso a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L. Martim Gill a fez escpreuer.

152

11 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Luis Eanes, de Evora, de ser besteiro e de dar pousada em suas casas, a pedido de Luis Lourenço, escudeiro do infante D. Henrique, cujo criado ele é.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 57 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a Luis Eannes, morador em esta cidade dEuora, criado de Luis Lourenço, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, que nollo por elle pedio; teemos por bem e queremos que, daqui en diante, ssejam escusadas de poussentadoria ssuas cassas de

Copyrighted material

morada, adegas e cauallariças, nem lhe tomem rroupa de cama, alfayas de cassa, nem outra algũua coussa do sseu contra ssua vontade. Outrosi, queremos que o nom ponham por beesteiro do conto, sse ataa ora posto nom he.

E porem mandamos aos juizes e offiçiaaes da dicta çidade e ao nosso poussentador moor e ao da rraynha mjnha molher, que sobre todas amo e preço, e aos dos jffantes e duque, meus jrmãaos e tios, e dos condes, meus primos, e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto perteencer e esta nossa carta for mostrada que, daqui en diante, ajam por escussado dos dictos encarregos e coussas o dicto Luis Eannes e o nom costrangam nem mandem costranger pera nehũu delles, porquanto assy he nossa merçee, ssem outro algũu enbargo que a ello ponhaaes.

Dada em a dicta çidade, xj dias dabrill. Martim Aluarez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} L. Ruy Galuam a fez escrepuer.

153

15 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rodrigo Anes, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da távola grande do «aver do peso», em Lisboa, a pedido do infante e em substituição de Gil Eanes, cavaleiro do dito infante, que renunciara ao cargo, em virtude de residir em Lagos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 38 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que o jfante dom Anrique, meu muito prezado e amado tyo, nos emviou dizer que Gil Eannes, sseu caualeiro, scpriuam da nossa tauolla grande do auer do pesso da çidade de Lixboa, lhe disy que, porquanto ell he morador em Lagos e per sy nom pode serujr o dicto ofiçio como conpre a nosso serujço, lhe prazia de ho leixar a ell, pera ho auer de nos pera outro algũu sseu criado, pedindonos que lho quissessemos outorgar pera Rodrigo Annes, sseu criado [e] escudeiro.

E nos, visto sseu rrequerimento e porquanto nos ffoy dada a nossa carta que ho dicto Gil Eannes tinha do dicto ofiçio e [a] mandamos quebrar e, querendo nos fazer graça e merçee ao dicto Rodrigo Annes, pollo

do dicto meu tyo; temos por bem e damollo por scpriuam da dicta tauolla grande, asy e pella guissa que ho era hi o dicto Gill Eannes, que o dicto oficio tinha, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xb dias dabril. Elrrej o mandou, per dom Fernando, etc. FernamdAfonso a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L^{ta}.

154

20 ABRIL 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Alvaro da Guarda, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão dos homiziados do couto da cidade da Guarda (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 30.

Jtem, carta dAluaro da Guarda, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por escpriuam dos omeziados do couto da çidade da Guarda, assy e pella guissa que o elle ataa ora foy, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xx dias do mes dabrill. Elrrej o mandou per Lopo dAlmeyda, do sseu consselho e veedor da ssua fazenda. Pero de Quadros a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

155

20 ABRIL 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro da Guarda, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão do mordomado e das sisas judengas da Guarda.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 142 v.

---

(1) Havia sido nomeado em 23 de Abril de 1440 (Cfr. o DOC. 66 do nosso vol. 7).

Jtem, carta dAluaro da Guarda, criado do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por escpriuam do moordomado e escpriuam das sisas judengas da dicta çidade da Guarda, sse elle ataagora esteue em posse dos dictos ofiçios e os serujo per ssy ou per outrem, em sseu nome. E porem mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xx dias dabrill. Elrrej o mandou, per Lopo dAlmeyda, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Pero de Quadros a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

156

23 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 16 de Junho de 1438 sobre as terras de Gulfar e Penalva, pelo infante D. Henrique hipotecadas, por dívida, ao conde D. Pedro de Meneses e depois a seu filho D. Duarte de Meneses.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 25 v., texto que se reproduz; em leitura nova, *Beira*, liv. 1, fl. 170 v., e liv. 2, fl. 239 v., e em *Místicos*, liv. 3, fl. 163v.

Publicada por DIAS DINIS, *O espólio do Infante D. Henrique*, ps. 239-40, e em *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 433.

Dom Afonso, etc.

Fazemos ssaber que dom Duarte de Menesses, nosso alfferez moor e do nosso consselho, nos mostrou hũa carta do muj conprido de uertudes e da gloriossa memoria elrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, da quoall o th[e]or tall he.

Segue-se a transcrição da carta de el-rei D. Duarte de 16 de Junho de 1438, — o DOC. 85 do nosso vol. 6.

Pidindonos o dicto dom Duarte, por merçee, que lha mandasemos conprir e conffirmar, asy e pella guissa que em ella he contheudo. E nos, visto seu rrequerimento e querrendolhe ffazer graça e merçee, confirmamosslha.

E porem mandamos a todallas nossas justiças, offiçiaaes e pessoas a que ho conhijçimento dello perteçer, per quoallquer guissa que sseja, que lha conpram e a goardem e ffaçam bem conprir e a goardar, per

Copyrighted material

o moodo e maneira que em ella he contheudo, ssem algũu outro enbargo.

Dada em a nosa çidade dEuora, a xxiij dias dabrill. Aluaro Vieira a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e çinquoenta anos.

157

28 ABRIL 1450

Extracto das letras Injunctum nobis, *do papa Nicolau V, dirigidas ao deão de Lisboa, a autorizar os franciscanos da Província de Portugal, a seu pedido, a reterem os dois eremitérios que, sem licença do pontífice, fundaram nas ilhas da Madeira e de Santa Maria dos Açores, da diocese de Lisboa, e a ordenar ao referido deão os absolva de excomunhão e de todas as demais censuras em que, por esse motivo, hajam incorrido.*

Publicado: por WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 12, 3.ª ed., p. 609, donde o extraímos por não se conhecer hoje a fonte respectiva, o *Liber 1 de Regularibus et Exhibitis*, an. 4, fl. 189, do Arquivo do Vaticano, donde aquele autor o tomou; e no *Bullarium Franciscanum*, nova series, t. 1, p. 698, com omissões idênticas.

[Nicolaus episcopus, servus servorum Dei.]

Dilecto filio decano Ecclesiae Ulixbonensis.

Injunctum nobis desuper Apostolicae servitutis officium mentem nostram continuo excitat atque compellit ut, circa ea quae ad Ecclesiarum et Monasteriorum quorumlibet, indemnitatem atque salubrem statum necnon etiam fidelium animarum salutem cedere dignoscuntur, opem et operam, cum a nobis petitur, quantum cum Deo possumus, favorabiliter impendamus.

Cum itaque, sicut exhibita Nobis nuper pro parte nonnullorum Fratrum Ordinis Minorum Provinciae Portugalliae, juxta morem dicti Ordinis, sub illius Regulari observantia degentium, petitio continebat, dudum nonnulli Christifideles, pro eorum animarum salute [et religionis augmento], unum in de la Madera et aliud Eremitoria in de Sancta Maria insulis, Ulixbonensis Diocesis, Sedis Apostolicae licentia desuper non obtenta, pro usu et habitatione aliquorum Fratrum Ordinis et Observan-

tiae huiusmodi, construxerint, *etc.*, ac ipsi Fratres illa, etiam absque licentia, huiusmodi receperint, *etc.*, et propterea dicti Fratres dubitent excommunicationis sententiam propterea incurrisse; pro parte eorumdem Fratrum nobis fuit humiliter supplicatum, *etc.*

Nos igitur, *etc.*, discretioni, *etc.*, mandamus quatenus eosdem Fratres, si id humiliter petierint, ab excommunicationis sententia, *etc.*, auctoritate nostra, hac vice dumtaxat, absolvas, in forma Ecclesiae consueta, *etc.*, omnemque ab eis inhabilitatis et infamiae maculam sive notam, dicta occasione contractam, aboleas.

Et nihilominus dilecto filio Vicario dilecti filii Ministri Provincialis dictae Provinciae, quod Eremitoria ipsa in parte constructa, cum Ecclesiis, campanis, dormitoriis aliisque, pro usu et habitatione dictorum Fratrum necessariis officinis, construere seu construi facere necnon ipsorum Eremitoriorum Guardianis, quod illorum Ecclesias et coemeteria, per quemcumque Catholicum Antistitem, *etc.*, consecrari facere possint ac ipsis et aliis Fratribus in eisdem Eremitoriis sive locis pro tempore degentibus, ut omnibus et singulis privilegiis, *etc.*, concessis, uti. *etc.*, valeant, eadem auctoritate concedas: iure, *etc.*, salvo. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae VIII, *etc.*, quibuscumque.

Datum Romae, apud Sanctum Petrum, anno Incarnationis Dominicae MCCCCL, IV Kalendas Maii, anno IV.

158

29 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Lopes, recebedor dos quatro «pedidos» e meio tirados no almoxarifado de Lamego, nos anos de 1444 a 1449, no total de 1.651.289 reais brancos e 9 pretos, da qual constam verbas dispendidas com o infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 68 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 74.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta de quitaçom virem fazemos saber que Pero Lourenço, noso contador que foy em a comarqua dos almuxarifados de Viseu e Lamego, tomou conta a Ruy Lopez, noso escudeiro, rreçe[be]dor

Copyrighted material

que foy dos iiij pididos e meo que se, per noso mandado, tirarom em o almuxarifado da çidade de Lamego os annos pasados, que se começarom na era do naçimento de iiij^{c} Riiij e se acabarom no anno de iiij^{c} Rix, dhũu conto e seisçentos e çimquoenta e hũu mjl e ij^{c} Lxxxix rreaes [e] ix pretos, que se, per esta guisa, mostra que ele rrecebeo.

. . . . . .

E mostrasse que despendeo, dos dictos djnheiros que asi rreçebeo, dos dictos quatro pedidos e meo, hũu conto e seis çentos e R̄biij e iij^{c} Lxxxix reaes e meo, a saber, trezentos e L̄xxj iiij^{c} xxxix reaes, que do dicto primeiro pedido despendeo, per esta guisa que sse segue, a saber, os cinquoenta mjl rreaes do jfante dom Anrrique e iij̄ rreaes a Pedro Uaasquez dAgujar e iij rreaes a Pedro Afonso Agudo, embaixador do conde dAlmjnhaque.

. . . . . .

E iiij^{c} x̄j iij^{c} Lxxxx viij rreaes, que despendeo do segundo pedido dos dous primeiros pedidos sobredictos, os ij^{c} e x̄x̄b̄ iiij^{c} rreaes a Fernam Coutjnho, do nosso conselho, de soldo e graça e mantijmento, pera el e ssua jente, quando foy com dom Pedro ao socorro delrrej de Castella (1). E R̄bij a dom Fernando Coutjnho, per a dicta guisa, de soldo e graça. E Rbiij e ij^{c} e Lxx rreaes a Vasco Martijnz de Reesende, de soldo e graça. E onze mjl e vj^{c} xx rreaes a Fernam Correa, de soldo e graça. E xbj iij^{c} rreaes a Gonçalo Gomez dAzeuedo, de soldo e graça. E Rix e v.^{c} rreaes a Diogo Soarez dAlbergaria, de graça e moradia e teença de ssua molher, em parte de pago do que lhe era deujdo. E iiij̄ rreaes a Pedro Homem, de graça, e dous mjl rreaes a Joham de Caçeres, de graça. E mjl rreaes a Martim Gonçaluez, nosso capelam. E j̄ rreaes a Fernam Pirez, de graça, e iij rreaes a Ruj Lopez, de graça.

. . . . . .

E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asinada per nos e aselada do nosso seelo pendente, pera a teer pera sua guarda e de seus beens e herdeiros.

Dante em a çidade dEuora, xxix dias do mes dabril. Ruj Diaz a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L^{ta}.

---

(1) Alusão ao socorro prestado ao rei de Castela pelo regente D. Pedro de Portugal em 1445, sob a chefia de seu filho o condestável D. Pedro, ao qual se reporta RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 85. Sobre o assunto podem ver-se os DOCS. 77, 189 e 190 do nosso vol. 8. O presente texto diz-nos qual o soldo pago no almoxarifado lamecense a alguns dos referidos expedicionários, que, aliás, já nada foram fazer a Castela.

Copyrighted material

159

29 ABRIL 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Mécia da Silveira, sua criada, a tença anual de 30.000 reais brancos enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro que lhe prometera, em dote, pelo seu casamento com D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 83.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos trautamos e de feito firmamos casamento antre dona Meçia da Silueira, nosa criada, filha de Nuno Martijnz da Silueira, rricomem do noso conselho, scpriuam da nosa poridade, e dom Fadrique, fidalgo da casa do jfante dom Anrique, meu mujto prezado e amado tyo, aa quall outorgamos e pormetemos, em casamento, tres mjll coroas de boo ouro e justo peso de crunho e moeda delrrey de Frrança ou aquelo que por ellas mandamos pagar, segundo a hordenança de nosos casamentos.

E, porquanto, por o presente, lhe nom mandamos fazer pagamento das dictas tres mjll coroas, queremos que per ellas aja de nos, de tença, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era presente ao diante, em cada hũu ano, trinta [mil] rreais brancos, atee lhe pagarmos o dicto casamento, e esto sem descontar do prinçipall. Pero, se lhe mandarmos pagar a terça parte do dicto casamento, serlha descontada a terça parte da dicta tença e asy do mais, per este rrespeito; os quaees lhe seram pagos per carta que lhe dello, en cada hũu ano, sera dada em a nosa fazenda. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, asinada per nos, sellada do noso sello pendente, pera teer pera sua guarda e por ella rrequerer e auer sua paga.

Dada em a çidade dEuora, xxix dias dabril. Martim Gill a fez. Ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} L.

160

1 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo da Cunha, comendador de Casével e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a seus herdeiros os bens de João Gonçalves, de Santarém, falecido abintestado (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 76v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que a nos disserom que hũu Joham Gonçaluez, filho de Joham Abade, morador que era no termo de Samtarem, avija certos beens [e] herdades no termo da dicta villa, o qual sse morreo abemtestado, sem fazemdo testamento nem avemdo nehũus herdeiros; por a qual rrazom todos sseus beens pertemcem a nos e, de dereito, os podemos dar a quem nossa merçee for.

E ora, queremdo nos fazer graça e merçee a Diogo da Cunha, comendador de Casseuel, caualeiro da casa do jfante dom Henrique, nosso muito prezado e amado tio, de nosso moto proprio, certa ciencia, poder absalluto, sem nollo elle pedindo nem outrem por elle, se asi he como nos disserom e que, por a dicta rrazom, os dictos beens a nos de derecto perteençem;

Temos por bem e fazemoslhe merçee, liure, pura, jmrreuogauel doaçom, amtre os viuos valledoira, deste dia pera todo sempre, pera elle e pera todos seus herdeiros, soçessores, ascemdemtes, descemdentes que despois elle vierem, de todollos beens, asi mouees como de rraiz, que forem achados que o dicto Joham Gonçaluez tijnha e avija em termo da dicta villa de Samtarem e lhe, de dereito, pertemcem.

E porem mamdamos a uos, juizes da dicta villa de Samtarem, e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada que, semdo os tedores dos dictos beens citados e ouujdos, segundo dereitamente [deuem], saibaaes esto çerto e hij per este fecto em diante como for dereito. E, se achardes que asi he como nos diserom e que, por a dicta rrazom, os dictos beens, de dereito, pertemcem a nos, os julgaj asi per uossa ssentença.

---

(1) Sobre a comenda de Casével, da Ordem de Cristo, pode ver-se o DOC. 145 do nosso vol. 4. Era então seu comendador Fr. Fernão Lopes de Azevedo.

E, se os tedores dos dictos beens per ella quiserem estar, faze[e] meter em posse delles o dicto Diogo da Cunha ou seu certo precurador e lhos leixay teer e lograr e posuir e vender, dar, doar e fazer em elles o que lhe prouger, como de sua coussa propria e corporal posissam; porquanto lhe fazemos delles merçee, como dicto he, se elles a nos de dereito pertençem e a outrem primeiramente nom som dados per nossa carta.

E, sse apellar da dicta nossa ssentença, daelhes apellaçom e agrauo, nos cassos que o dereito outorga, guardando sobre ello seu dereito conpridamente, como he hordenado, ssem outro enbargo que lhe sobre ello seja posto.

Dante em Euora, primeiro dia de mayo. Elrrej o mandou per dom Fernando de Castro, do sseu consselho e vedor da sua fazenda. Joham Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L anos.

161

2 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gomes, de Odemira, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Aljezur e seu termo durante cinco anos, como o havia sido Pedro Vasques.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 84.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Gomez, morador nOdemira, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., per que o damos, da feitura desta carta ataa çinquo annos, por coudell da villa dAljazur e sseu termo, assy e pella guisa que o dhi foy Pero Vaasquez, o quall acabou sseu tenpo, etc. Carta em forma.

Dada em Portell, ij dias de mayo. Elrrej ho mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, etc. Ruj Meendez a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.

162

7 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de indulto de quatro meses de degredo a João Lourenço, seu vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver ferido Martim Gonçalves, morador em Évora.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 73 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joham Lourenço, nosso vassallo, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, nos enujou dizer que por hũua ferida pequena que elle dera a hũu Martim Gonçalluez, morador em a çidade dEuora, fora presso sseis somanas e fora tanto de fecto contra elle, que per nos fora dada ssentença que lhe pagasse dous mjll rreaes aa parte e mais que fosse degradado seis messes da dicta çidade, o quall degredo auja dous messes que elle mantijnha, pedindonos per merçee que lhe rrelleuassemos o mais tempo que ficaua por serujr do dicto degredo.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enujou e querendolhe fazer graça e merçee, sse assy he, que elle tem serujdos os dictos dous messes; teemos por bem e rrelleuamos-lhe os quatro messes que ficam por serujr.

Porem vos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por rrazam de ell nom manteer mais o dicto degredo, porque nossa merçee e vontade he de o ell mais nom manter, sse elle ja tem serujdos os dictos dous messes, pella guissa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a çidade dEuora, bij dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez e Pero Lobato, etc. Rodrigo Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

163

15 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar doação feita por Maria Alvares, da Ribeira de Santarém, a Leonor Baiona, residente em Abrantes, sobrinha sua e mulher de mestre João, criado do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 90 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 269 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de confirmaçom virem fazemos saber que, perante nos, foy apressentado hũu estormento de doaçom, que pareçia sseer fecto e asijnado per Huiam Soarez, tabaliam em a villa de Santarem, aos ix dias do mes de março do presente ano, em o quall era contheudo que Maria Aluarez, molher que foy de Joham Lanprea, morador na Ribeira da dicta villa, veendo e consijrando o grande diujdo que tijnha com Lianor Bayona, molher de mestre Joham, criado do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado tio, morador em Abrantes, por seer sua ssobrinha, filha de ssua jrmãa, e as boas obras e mujtos seruiços que ataaqui della rreçebera e esperaua rreçeber, lhe fazia pura e irreuogauel doaçom, antre viuos valledoira pera ssenpre, que nunca podesse sseer rreuogauel per nehũua guissa, pera ajuda e soportamento de ssua vida, de todo o djreito de hũu moynho que ora ella auja no rio de Pernez, que chamauam o dos Canjços, com condiçom que, morrendo a dicta ssua ssobrinha, que o dicto djreito ficasse a sua filha Breatiz e, falleçendo ella sem filho ou filha, que o dicto djreito ficasse ao mais chegado herdeiro da dicta sua sobrinha, rreseruando ella pera ssy, em dias de ssua vida, o hussofruyto do dicto djreito e quinham e, per ssua morte, ho ouuesse a dicta sua ssobrinha e que lhe mandasse dizer, por sua alma, hũua misa cantada com sseu rresponso, cada hũu ano, per dia de Todollos Santos, ofertada com dous alqueires de pam e quarta de ujnho, segumdo todo esto e outras coussas em o dicto estormento de doaçom mjlhor e mais conpridamente erom contheudas, pedindonos a dicta Lianor Bayona, por merçee, que lha confirmasemos pella guissa que em ella era contheudo.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia, com hũua jnqueriçom que ante sobre ello mandamos filhar, per que sse mostra que a dicta Maria Aluarez outorgou e fez a dicta doaçom de sua liure vontade, sem algũua preima nem engano, e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem

e confirmamoslhe e outorgamos, aprouamos e rreteficamos a dicta doaçom pella guissa que fecta he e no dicto estormento sse contem e a auemos por boa.

E porem mandamos a todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e ofiçiaaes e pessoas a que desto o conheçimento perteençer per quallquer guissa, que assy lha conpram e guardem e façam conprir e guardar bem e conpridamente pella guissa que fecta he e lhe nom vãao nem consentam hir contra ella em nehũua maneira, porque nossa merçee e vontade he sseerlhe bem conprida e guardada pella guissa que fecta he e no dicto estormento he contheudo, nom enbargando quaeesquer djreitos, custumes e lex que esto possam enbargar, com entendimento que esto nom faça perjuizo a algũuas pessoas que algũu djreito ajam no dicto quinham de moinho. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em a çidade dEuora, xb dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pellos sobredictos doutores. FelipAfonso, o Moço, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

164

15 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Gonçalves, da cidade de Lisboa, a seu pedido, pelo monarca condenado a degredo em Ceuta, juntamente com Vicente Egas, João Carreiro e João Lourenço Farinha, em razão das inquirições devassas que foram tiradas na dita cidade acerca do infante D. Pedro e de alguns dos seus, o qual degredo ele não cumprira, mas se fora para o dito infante e com ele estivera em Alfarrobeira e andava agora homiziado, pois o soberano perdoara já aos outros três, Egas, Carreiro e Farinha, que viviam em suas casas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 91, — donde se reproduz. Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 386.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

---

(1) A propósito, cfr. as nossas notas aos DOCS. 77 e 111 e o DOC. 143 do nosso vol. 7 e o DOC. 1 do presente volume.

Sabede que Diego Gonçalluez, morador em a cidade de Lixboa, nos enujou dizer que, per rrazam do jffante dom Pedro e dalgũus sseus, forom filhadas, em a dicta çidade, jnquiriçõoes devassas, per bem das quaees ell e Vicente Egas e Joham Carreiro e Joham Lourenço Farinha degradaramos pera Çepta, aos quaees ja perdoaramos e rrelleuaramos o dicto degredo, e veujam e estauam em ssuas casas, saluo ell, que sse absentara e nom fora serujr nem manteer o dicto degredo, e forasse pera o dicto jffante, em cuja conpanha esteuera na batalha que comnosco ouuera; por as quaees coussas ora andaua amoorado, e que nos pedia por merçee que, aa honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe leuantasemos o dicto degredo e traspasamento dell e lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos ell, por andar e estar na batalha com o dicto jfante, era theudo.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enujou e, querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da dicta morte e paixam; teemos por bem e rreleuamollo do dicto degredo e perdoamoslhe a nosa justiça, a que nos ell, por as coussas susodictas, he theudo.

E porem vos mandamos que, daquy en diante, o nom prendaaes nem mandees preender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro algũu dessaguisado, quanto he por as coussas susodictas, porque nosa merçee e vontade he de lhe perdoarmos polla guissa que dicto he e de viuer e morar em a dicta çidade e em outros quaeesquer lugares que elle quiser e por bem teuer. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade dEuora, xb dias de mayo. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores. FelipAfonso, o Moço, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

165

20 MAIO 1450

Salvo-conduto passado pela cúria pontifícia a Pedro Rombolo messinense, Miguel, prior da igreja de Santa Maria de Gudaber, e Abumar Elzend, embaixadores de D. Constantino, imperador da Etiópia, os quais iam partir para tratarem de alguns negócios da Santa Sé (1).

(1) Cfr. os documentos de 18 de Setembro adiante lançados, expedidos pela cúria do rei de Aragão, em Nápoles. Parecem-nos um pouco forçadas as conclusões tiradas do presente texto por DE WITTE sobre o significado desta embaixada, expendidas a p. 287 do seu infracitado estudo. Já nos parece documentado o fenómeno

Copyrighted material

AV., *Reg. Vat,* vol. 411, fl. 321 v., — donde se reproduz.
Publicado por DE WITTE, *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450,* p. 295.

Nicolaus, etc.

Universis et singulis presentes litteras inspecturis, salutem, etc.

Cum, pro nonnullis arduis negotijs, etiam honorem sancte apostolice sedis concernentibus, contingat dilectos filios Petrum Romuli, Missinensem, ac Michaelem, priorem ecclesie Sancte Marie de Gudaber, et Abumar Elzend, oratores carissimj in Christo filij nostri Constantinj, imperatoris Ethiopum illustris, personaliter proficisci;

Nos, cupientes eosdem oratores cum eorum comitiua et familiaribus in personis tam equestribus quam pedestribus, usque ad numerum quindecim personarum, necnon salmis, valisijs, libris, scripturis, rebus et bonis suis quibuscunque, in eundo, stando et redeundo, plena securitate et inmunitate ac fauorabili tractatione gaudere, vniuersitatem vestram, etc., districte precipiendo, mandantes quatenus prefatos oratores cum comitiua equitum et peditum, salmis, valisijs etc., vt in alijs.

Datum vt supra, xiij.° kalendas junij, pontificatus nostri anno quarto.

166

21 MAIO 1450

Letras Querelam dilecte, *do papa Nicolau V, dirigidas aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão, a referir-lhes que D. Isabel, duquesa de Borgonha, se lhe queixara de o corpo de seu irmão o infante D. Pedro de Portugal e duque de Coimbra, desumanamente morto no ano anterior, haver permanecido insepulto durante três*

---

histórico geral a que o mesmo autor se reporta na p. 292: «la recherche continue et sans arrière-pensée à travers tout le XV^e^ siècle de la part de l'Éthiopie de contacts avec l'Occident catholique. Cette recherche se manifeste de deux manières: par l'envoi de missions diplomatiques et par un courant ininterrompu de pélerins». DE WITTE referiu-se também ao presente salvo-conduto em *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e^ siècle,* artigo de 1954, pa. 451-53.

dias e exposto às aves de rapina, após o que, por maior crueldade, o transportaram para lugar desconhecido da dita duquesa e de seus parentes, que assim lhe não podem fazer exéquias condignas nem sepultá-lo em lugar apropriado à sua origem e virtudes; pelo que, desejando o pontífice atender as súplicas da referida duquesa de Borgonha e minorar-lhe o desgosto, ordena aos ditos prelados admoestem, sob pena de excomunhão e outras que declara, as pessoas de ambos os sexos e de qualquer dignidade, mesmo reis, duques, arcebispos, bispos e demais, culpadas no transporte e ocultação do corpo do dito infante D. Pedro ou que do assunto hajam notícia, a que, no prazo de 30 dias, o entreguem às pessoas indicadas pela citada duquesa (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 391, fl. 191 v., — donde se reproduzem; *ibi*, vol. 404, fl. 213 v.; ANTT., *Bulas*, maço 8, n.° 13, em cópia autêntica, mandada de Roma no século passado.

Sumariadas no *Quadro elementar*, t. 10, ps. 35-37.

---

(1) Morto o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, em 20 de Maio de 1449, deixaram seu corpo todo o dia no campo e, à noite, o recolheram em pobre casa, junto de outros cadáveres, onde, ainda segundo PINA, «jouue tres dias sem candea nem cubertura nem oraçam que por su alma pubrica se disesse nem ousasse de dizer» (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 123). «E, acabados os tres dias, o corpo do jfante, per homens de prema e com consentimento delrrey, foy leuado em hũa escada aa jgreia dAluerca, onde, por entam, foy vilmente e com grande desacatamento soterrado» (*Ibi*, cap. 124). Sabido o facto em Borgonha, a duquesa D. Isabel, sua irmã, mandou a Portugal, nos fins do ano de 1449, o jurista beneditino Jean Jouffroy, deão de Saint-Vivent-sous-Vergy, conselheiro e embaixador de seu marido Filipe o Bom, estranhar o sucedido, pedir indulgência para a família e sequazes do ex-duque de Coimbra e ainda o corpo deste, a fim de lhe dar sepultura condigna.

Nesse intuito, pronunciou Jouffroy quatro longos discursos em Évora, perante el-rei D. Afonso V, em 6 e 13 de Dezembro de 1449 e em 12 e 16 de Janeiro de 1450, recheados de erudição escriturística, histórica e jurídica, ao gosto da época, e semeados de exclamações panegíricas e patéticas. Pronunciados em latim, nenhuma mossa devem ter produzido no ânimo do jovem monarca e no de seus áulicos. De facto, o resultado foi até contraproducente: — «E, porque na primeira denegaçam que elrrey fez aa sepultura do jfante, o dicto embaixador rrequereo que lhe mandasse dar seus ossos, pera os leuar a Borgonha, onde a duquesa, sua jrmãa, lhe daria sepultura honrrada e merecida, rreceoso elrrey de os furtarem da igreja dAluerca, onde devassamente jaziam, os mandou tirar e leuar ao castello dAbrantes, cuja guarda e segurança encomendou a Lopo dAlmeida, que despois foy primeiro conde dAbrantes» (PINA, *Crónica cit.*, cap. 129).

Os discursos do referido Jouffroy, extraídos de manuscrito inédito, ps. 9-42, da Biblioteca de Semur, foram editados em estudo apologético de CH. FIERVILLE, *Le cardinal Jean Jouffroy et son temps*, Paris 1874, ps. 255-91, donde os reproduziu

Nicolaus, etc.

Venerabilibus Tornacensi et Salamantinensi ac Legionensi episcopis, salutem, etc.

Querelam dilecte in Christo filie nobilis mulieris Ysabellis, ducisse Burgundie, nuper accepimus, effectualiter continentem quod, licet recolende memorie Petrus, olim Portugalie jnfans ac Colimbrie dux et eiusdem ducisse frater, de anno proxime preterito crudeliter jnteremptus fuisset eiusque corpus in terra discoopertum ab auibus et animalibus feris lacerandum triduo remansisset, tamen postea, crudelitati huiusmodi jnhumanitate accumulata, corpus prefatum ad alium locum, de quo nec ipsa ducissa neque alii sui consanguinej noticiam habere possunt, translatum seu positum extitit.

Cum autem, sicut eadem querela subiungebat, prefata ducissa, vltra dolorem maximum ab ea de jnterfectione predicta susceptum, etiam in anxietate continua, propter corporis occultationem huiusmodj, persistat, et alias pro tanto et tali principe, inter alios fidelium principes, dum vixit, tam propter eius regiam prosapiam, quam etiam causantibus suis virtutibus plurimis ac multiplicibus rebus et maximis ab ipso bene et laudabiliter peractis jnclito atque preclaro, debitas et conuenientes exequias celebrarj jpsunque corpus in loco honorifico, prout decet, collocarj facere cupiat

---

OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, 1947, ps. 383-419, com bastantes incorrecções. Não conhecemos versão portuguesa dos mesmos. Na Biblioteca Nacional de Madrid, *Ms. 1159 (ant. 6.175)*, conserva-se versão castelhana coeva do primeiro discurso, feita por Martin de Avila, «secretario de latin del Rey nuestro señor e del muy reuerendo señor don Alfonso Carrillo, arçobispo de Toledo, su señor», e outra cópia, também do século XV, no *Ms. 10.445*, fls. 133-39. Sobre o dito Jouffroy, eleito abade de Luxeuil em 20 de Fevereiro de 1450, bispo de Arras em 30 de Abril de 1453 e cardeal de Albi em 18 de Dezembro de 1461, íntimo de Luís XI, seu aliado e cooperador militar nas lutas contra a Catalunha (Cfr. J. VICENS VIVES, *Juan II de Aragón (1398-1479)*, ps. 322-23 e 343), podem ver-se também P. J. GRAPPIN, *Eloge historique de Jean Jouffroy*, Besançon, 1785, e os seguintes estudos de J. CALMETTE, *Louis XI, Jean II et la révolution catalane (1461-75)*, Paris, 1903; *Le grand règne de Louis XI*, Paris, 1938; e *Autour de Louis XI*, Paris, 1947.

Perante o inêxito da embaixada de Jouffroy a Portugal, a duquesa de Borgonha voltou-se para o papa Nicolau V, que, a pedido daquela, passou as presentes letras. Veio a revogá-las, porém, o mesmo pontífice pelas *Romani pontificis*, de 1 de Janeiro de 1452 (AV., *Reg. Vat.*, vol. 404, fl. 213 v., — sumariadas no *Quadro elementar*, t. 10, ps. 40-41); pois o cadáver do ex-duque de Coimbra mantinha-se em Abrantes, onde o deixara Jean Jouffroy em 1449, e apenas em 1455 ele foi trasladado, com solenes exéquias, para o seu túmulo da Batalha (PINA, *Crónica cit.*, cap. 137).

et jntendat, ac, stante occultatione prefata, desiderium suum huiusmodj nequeat adimplere;

Nos, anxietati ducisse huiusmodj merito compacientes et vt ipsa, sublatis sinistris quibuslibet, effectum sue jntentionis huiusmodj merito consequatur, quantum cum Deo possumus, prouidere volentes, eiusdem ducisse in hac parte supplicationibus inclinatj, fraternitati tue, per apostolica scripta, mandamus quatinus vos, vel duo aut vnus vestrum, per vos uel alium seu alios, omnes et singulas vtriusque sexus personas, cuiuscunque gradus, status, ordinis uel conditionis fuerint, etiam si regali, reginali, ducali, archiepiscopali, episcopali, abbaciali aut alia quacunque ecclesiastica seu mundana dignitate prefulgeant, que in transportatione uel occultatione corporis huiusmodj culpabiles fuerint, vel que de ipsa transportatione uel occultatione, seu de personis in ea culpabilibus prefatis, uel earum aliqua, aut de dicto corpore noticiam seu scientiam aliquam, ex auditu vel ex presumptione seu alias quomodolibet, pro tempore habuerint, auctoritate nostra, sub exconmunicationis et aliis penis infra scriptis, moneatis et eis precipiendo mandetis vt, infra triginta dies a die publicationis presentium computandos, persone seu personis ad id per eandem ducissam deputande seu deputandis dictum corpus, si in ipsarum aut alicuius earum potestatem consistat, consignent et tradant, seu alias transportationem uel occultationem corporis huiusmodj aut culpabiles prefatos eorunque in premissis excessus fideliter jntimare seu jntimarj facere non postponant.

Alioquin (2), illos omnes et singulos ex monitis tunc supradictis quos, eisdem triginta diebus elapsis, uestris monitionibus et mandatis, eis tunc, vigore presentium, generaliter factis, debite et jntegre non paruisse constiterit, etiam si regali, ducali, archiepiscopali, episcopali, abbaciali uel alia dignitate huiusmodj prefulgeant, ut prefertur, exconmunicationis sentencia ligatos fuisse et esse, eadem auctoritate, declaretis, jpsosque in ecclesijs et aliis locis ecclesiasticis, dum maior jnibi populi multitudo ad diuina conuenerit, exconmunicatos publice nuncietis, necnon ab aliis nunciarj et ab omnibus arctius euitarj faciatis; ac etiam omnes et singulos tunc exconmunicatos prefatos, qui sententiam ipsam, per vnum mensem, a fine dictorum triginta dierum computandum, animo, quod absit, sustinuerint jndurato, videlicet ecclesiasticas canonicatibus et prebendis ac dignitatibus, personatibus, administrationibus, officijs et beneficijs suis ecclesiasticis, secularibus et regularibus, cum cura et sine cura, necnon laicales personas ex eisdem honoribus, feudis, dignitatibus et dominijs mundanis omnibus et singulis, quecunque, quotcunque et qualiacunque fuerint, privatos, necnon ipsos omnes et singulos, ad illa et alia jm

(2) No ms. *Alioquim.*

posterum obtinenda, jnhabiles fuisse et esse, dicta auctoritate, declaretis, ciuitates, terras, villas et loca in quibus moram tunc traxerint, ecclesiastico jnterdicto etiam supponendo, et nichilominus, legitimis per vos desuper habendis seruatis processibus, eosdem exconmunicatos, quotiens expedire videbitur, aggrauare curetis, jnuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostrj, illa presertim qua cauetur ne quis, extra ciuitatem et diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis vltra vnam dietam, a fine sue diocesis, ad judicium euocetur. Seu ne judices a sede predicta deputatj alicui, extra ciuitatem et diocesim in quibus deputati fuerint, vices suas comittere non audeant uel presumant, et de duabus dietis in concilio generali, necnon aliis apostolicis constitutionibus ceterisque contrarijs quibuscunque; aut si monendis prefatis uel quibusuis alijs, conmuniter uel diuisim, a sede apostolica jndultum existat quod jnterdicj, suspendj uel exconmunicarj aut vltra uel extra certa loca ad judicium euocarj non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodj mentionem.

Volumus, autem, quod presentes littere, quotiens ille alicuj cathedrali seu metropolitane vel collegiate ecclesie, vbicunque, etiam extra regnum Portugalie consistentj, quam ad id ducissa prefata duxerit eligendam, affixe et publicate fuerint, huiusmodj tunc affixio et publicatio perinde arctet omnes et singulas supradictas [personas] ac si ille eis et ipsarum singulis presencialiter jntimate et personaliter presentate fuissent.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo, duodecimo kalendas junij, anno quarto.

167

23 MAIO 1450

Sentença de el-rei D. Afonso V, dada na Relação do seu Desembargo, no pleito decorrente entre o monarca, autor, representado por Alvaro Pires, procurador dos feitos régios, e Lançarote Pessanha, almirante do reino, réu, representado por seu pai Rodrigo Afonso de Melo, na qual se declara que, em tempo de paz, o almirante tem jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais das galés e ainda sobre os desertores, para o que há-de ter alcaides seus nos portos marítimos, e, em tempo de frota ou de armação de

galés, lhe cumpre usar de toda a jurisdição outorgada aos almirantes do reino por el-rei D. Dinis (1).

ANTT., *Gaveta* 3, maço 6, n.º 1, original em pergaminho, com selo régio pendente, — donde se reproduz; e *Extras*, fl. 189.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 473-74. Sumariada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 2, p. 39, n.º 701.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A todollos corregedores, jujzes e justiças dos nossos rregnos a que o conheçimento desto perteençer per quallquer gujssa que seja e esta carta de ssentença for mostrada, ssaude.

Sabede que, em a nossa corte, perante nos, foy hordenada demanda antre Aluaro Pirez, procurador dos nossos fectos, em nosso nome, como autor, da hũa parte, e Rodrigo Afonso de Melloo, em nome de mjçe Lançarote Peçanho (2), seu filho, almjrante destes nosos rregnos, rreeo, da outra, dizendo o dicto nosso procurador contra o dicto almjrante que, por nos seermos vnjuersall rrey e senhor destes nossos rregnos e ssenhorio, a nos perteençia vnjuersallmente toda a jurdiçom çiuell e crime de todos os dictos rregnos dos nosos sobdictos e naturaaes delles; e, estando asy os rreis pasados que ante nos foram em posse da dicta jurdiçom vnjuersalmente, elrrey dom Denjs hordenara nouamente o dicto oficio e feudo do almjrantado, dando e outorgando a mjce Lançarote Paçanho e a todos os almjrantes que depos elle veesem jurdiçom sobre os homeens do mar soomente em os tempos das armações, des o dya que a armaçom fosse começada, atee o tempo e dia que a armaçom das gallees fosse acabada, sem lhe dando o dicto rrey dom Denjs jurdiçom algũa, ao tempo que hy nom ouuesse armaçom de gallees (3);

E que o dicto Rodrigo Afonso de Melloo, em nome do dicto seu filho, se metera em posse da jurdiçom dos mareantes em todo tempo, sem lhe perteençer em elles, ao tempo dora, algũa jurdiçom, por ora hy nom auer armaçom de gallees, e husaua da dicta jurdiçom sem mostrar titollo algũu legitimo de como possa auer jurdiçom ao tempo que hy nom aja armaçom; pedindo contra elle que, per ssentença defenetiua, constrangesemos o dicto Rodrigo Afonso que, em nome do dicto seu filho, abrisse mãao

---

(1) Veja-se a carta régia de 24 de Março de 1449, — o nosso DOC. 35.

(2) Cfr. a anotação ao retrocitado documento.

(3) Na acima citada obra e volume de SILVA MARQUES, a ps. 28 e ss., a documentação relativa ao genovês Manuel Pezagno ou Pessanha, primeiro almirante do reino.

Copyrighted material

da pose da dicta jurdiçom em todos nosos rregnos e senhorio, nos tempos em que hy nom ouuesse armaçom, e a leixasse liuremente a nos, a que de direito perteençia;

Dizendo o dicto Rodrigo Afonso que era uerdade que elrrey dom Denjs fezera, em estes nossos rregnos, ho almjrante, sentindoo asy por mujto seu serujço e defensom delles, e lhe dera jurdiçom de todos os que fosem com elle em armadas, asy no mar como nas terras onde saisem, tee a armada seer acabada. E esto geerallmente, nom tam soomente dos mareantes, mays dos caualleiros, escudeiros, homeens darmas e de todos os outros, e destes prinçipalmente, porque dos mareantes em todo o tempo tijnha jurdiçom, segundo per seus priujllegios se ueera; pella quall rrazom tijnha alcaydes do mar e ouujdores e escpriuãaes e meeirinhos, apresentando logo, por sua parte, çertas cartas e priujllegios que se sobrello tijnha. E esso meesmo, per o nosso procurador foram apresentadas outras cartas que acerca da dita jurdiçom conujnha; e, rrazoado tanto sobre todo per o dicto nosso procurador e por parte do dicto almjrante, que foy o fecto conclusso.

E, visto per nos, em rrollaçom, com todo nosso desenbargo, presente o dicto nosso procurador e o dicto Rodrigo Afonso de Melloo e seu procurador, acordamos que, vistos os priujllegios e cartas dos rreis pasados, por parte do dicto almjrante apresentadas, pera mostrar de quaes pesoas a elle perteençia auer a jurdiçom em os nossos rregnos e ssenhorio, per bem do armjrantado; e, vistas jso meesmo çertas cartas e aluaraaes, apresentadas por o dicto nosso procurador, em fauor da nossa geerall jurdiçom das çidades, villas e lugares dos dictos nossos rregnos e senhorio, que o dicto armjrante vse da dicta jurdiçom soomente nas pesoas dos alcaydes, arrayzes e pitintaaes das galees, e em outros nom e, pera ello, tenha o dicto armjrante seus alcaydes nos lugares dos portos do mar, aquelles que pera ello necesarios forem, e esto soomente se entenda nos tempos da paz, quando hy nom ouuer armaçom ou frota de galees ou outros naujos; e, em os dictos tempos, auera jurdiçom em os homeens que pera as dictas armações tomarem algũus djnheiros de nos e se absentarem com elles ou nom quiserem serujr, ajnda que a dicta armaçom ja seja acabada, segundo se mostra per outra carta do dicto rrey dom Denjs. E, no tempo da frota ou armaçom, deue husar de toda jurdiçom, segundo he contheudo no priujllegio que foy dado per elrrey dom Denjs ao primeiro armjrante destes nossos rregnos. E, per esta determjnaçom, nom seja fecto perjujzo a quaesquer outros priujllegios e liberdades que ao dicto armjrante sejam dados per os dictos rreis sobre quaesquer outras coussas que nom perteençam aa dicta jurdiçom de que asy deue husar no dicto tempo da paz. E mandamos que, quanto aas dictas pesoas, lhe seja logo a dicta jurdiçom desenbargada e vse della como dicto he, dando as alçadas pera nos, como nos seus priujllegios he conthudo.

Porem vos mandamos que compraaes e aguardees e façaaes comprir e aguardar em todo esta nossa ssentença como per nos he acordado e determjnado e mandado. Vnde all nom façades.

Dada em a nossa cidade dEuora, xxiij dias do mes de mayo. Elrrey o mandou, per Pero Lobato, doutor em lex, seu vasallo, do seu desenbargo e das petições, a que esto mandou liurar. Joham de Lixboa, scpriuam dos fectos do dicto ssenhor, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e çinquoeenta annos.

(as.) Petrus.

168

25 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar o contrato de casamento e dote de Martim de Melo com D. Beatriz de Sousa, a quem o infante D. Henrique prometera as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 133, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 96.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Martim de Melloo, caualeiro fidalgo da nossa casa, nos mostrou hũu estormento de contrauto, do qual o theor tal he.

Segue-se a transcrição do contrato citado, o DOC. **77**.

Pedimdonos por merçee o dicto Martim de Melloo que lhe confirmassemos o dicto contrauto como em elle era conthiudo, porquanto era neçessario pelas [rrendas?] da coroa do rregno, que lhe em o dicto contrauto eram obrigadas.

---

(1) *Aldeias*, actual freguesia do concelho de Gouveia, a deslado da estrada de Gouveia a Manteigas, e *Pinhanços*, actual freguesia do concelho de Seia, a 9 quilómetros da vila, integravam-se na carta patrimonial do infante D. Henrique, de 17 de Abril de 1411 — o DOC. 150 do nosso vol. 1 — e na doação de Gouveia de 4 de Janeiro de 1443, feita pelo regente D. Pedro — o DOC. 231 do nosso vol. 7.

E nos, veendo o que nos asi dizia e pedia, querendolhe fazer graça e merçee, lho confirmamos e aprouamos e rretificamos, com tal entendimento que, vijndo as dictas terras a nos ou a nossos ssoçessores em vida do dicto Martim de Melloo e da dicta dona Breatiz de Sousa, em gujsa que nos ajamos dellas a[s] rrendas, que o dicto Martim de Melloo e dona Breatiz ajam os frujtos e nouos das dictas terras, a descontar. E, por ssua çertidooem, lhe mandamos dar esta nossa carta, sinaada per nosa mãao.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças e a outros quaesquer que lhe cumpram e guardem e ffaçam conprir e guardar em todo, bem e conpridamente, esta carta de contrauto, asy [e] pela guissa que em ella he conthiudo. Vnde al nom façades.

Em a nossa çidade dEuora, xxb dias do mes de mayo. Joham Lixboa a fez. Ano de mjl iiij^{c} L^{ta} anos.

169

25 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Rodrigues de Sousa, camareiro do infante D. Henrique, a tença anual de 20.000 reais brancos, desde Janeiro anterior, enquanto for mercê sua.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 106v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Gonçalo Rodriguez de Soussa, camareiro (1) do jffante dom Emrrique, meu muyto amado e prezado tyo; teemos por bem e outorgamos que aja de nos, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era pressente de quatroçeemtos e cinquoemta em diamte, de temça em cada hũu anno, emquanto nossa merçee for, vinte mil rreaes bramcos, os quaaes lhe ser[a]m paguos per carta que lhe, em cada hũu anno, sera dada em a nossa fazenda. E, em testemunho dello, lhe mamdamos dar esta nossa carta, sinada per nos e seellada do nosso sseelo pendente.

Damte em a çidade dEuora, xxb dias de mayo. Ruy Diaz a fez. Anno do Senhor de mil iiij^{c} L.

(1) No ms. *canareiro*.

Copyrighted material

170

27 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão da chancelaria da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 83 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de DiegAluarez, escudeiro do jffante dom Henrique, etc., per que o deem por escpriuam da chançelaria perante o corregedor da comarca e correiçom dantre Tejo e Hudiana, assy e pella guissa que o elle ataa ora foy, etc. Em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxbij dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pello doutor Ruy Gomez dAluarenga, sseu vassallo e do sseu dessenbargo e petiçõoes, vicechançeler. Diogo Afonso, por Gomez Borges, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

171

27 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar Lopo da Moita, escudeiro do infante D. Henrique, a vender, dar, doar ou escambar os bens que herdara de seu sogro Vasco Gonçalves, a quem D. João I

(1) O país achava-se repartido em quatro grandes zonas ou comarcas, assim descritas ainda em 1583 pelo então escrivão do Arquivo da Torre do Tombo, o licenciado Cristóvão de Benavente: — «a comarqua da Extremadura, que começa em Lixboa e corre atte o Douro; a segunda dAlen Douro, em que entra Antre Douro e Minho e Tralosmontes; ha terçeira Antre Tejo e Odiana, en que entra o Algarue; a quarta comarqua he da Beira» (Cfr. DIAS DINIS, *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 154). E desta maneira se acham arquivadas, nos livros ditos da Leitura Nova da Torre do Tombo, as transcrições dos documentos, posto já em 17 de Julho de 1527 estivesse o reino dividido em seis comarcas, cada uma delas chefiada por um corregedor (Cfr. A. BRAMCAMP FREIRE, *Povoação de Entre Doiro e Minho no século XVI*, p. 242).

Copyrighted material

os doara, sob condição de ele e seus descendentes viverem na vila de Arronches ou em seu termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 124, — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 3, fl. 267 v.

Dom Affonso, per graça de Deus, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que elrrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, casou, em a uila dAronches, certos escudeyros e criados seus, antre os quaaes era hũu Vasquo Gonçaluez, criado da rainha mjnha auoo, a que Deus dee o seu santo paraiso, ao qual elle deu certos beens em a dicta villa, com condiçam que morassem em ella ou em seu termo, e que tambem os ouuessem os que dele deçendesem, morando hy, pela dicta guysa. E ora nos dise Lopo da Mouta, escudeyro do jffante dom Anrjque, [meu] muyto prezado e amado tijo, que, porquanto elle casou com hũa ssua ffilha, elle erdara os dictos beens, per morte do dicto seu sogro, que lhos dera em casamento. E, porque a moor parte delles sam jaa mujto denjfiquados e em tal ponto que per elles nom poderia viuer, por seer mujto pouca cousa, nos pedia que lhe desemos nosa autorjdade pera os poder vender a quem lhe prouguesse, sem embargo de nom morar em a dicta vila aquele ou aqueles a que os asy vender.

E nos, uisto seu requerjmento e querrendolhe fazer graça e merçee; temos por bem e damoslhe lugar e leçença que elle os posa vender, dar e doar, trocar, escambar e fazer deles e em elles o que lhe aprouguer, como de sua cousa propia e corporal posysam, sem embargo da dicta condiçom pelo dicto meu avoo posta, e qualquer que os dele ouuer os posa lograr e posojr e estar em pose deles asy e pela guysa que o deles he o dicto Lopo da Mouta, que os asy herdou per morte do sobredicto, como dicto he.

E porem mandamos a todolos nosos corejadores, jujzes e justiças e a outros quaaesquer nosos ofeçjaes e pesoas que esto ouuerem de ueer, a que esta nosa carta for mostrada, que lhe leixem asy uender os dictos beens a quem lhe aprouguer, como dicto he, e lhe nom vão nem consentam hjr contra esto em nenh[ũ]a maneyra, porque nos praz de lhe asy ser fecto, nom embarga[n]do a dicta condiçom. E lhe al nom façades.

Dada em Euora, xxbij dias de mayo. Gonçalo Annes a fez. Ano de mjl iiij^{c} L anos.

172

28 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar João Gil, cónego da sé da Guarda e prior do Seixo, a andar em besta muar de sela e freio, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 89.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Gill, conjgo da see da Guarda e prior do Seixo, morador na dicta cidade, por o do jfante dom Anrique, meu muyto preçado e amado tio, que nollo por elle pidio; teemos por bem e damoslhe licença e lugar que posa andar em besta muar de ssella e freo, sem embargo da nosa defesa e hordenaçom fecta en contrairo.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, jujzes, justiças, alcaydes, meirinhos e outros quaaesquer que esto ouuerem de veer, que lhe nom tomem nem coutem nem mandem tomar nem coutar nem fazer por ello outro algũu desaguisado.

Dada em Euora, xxbiij dias de mayo. Diego Borjes a fez. Anno do Senhor de mjll e quatrocentos e cinquoenta annos.

173

28 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na vila de Alcácer.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 108.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Joham Esteuez, morador em a villa dAlcaçer, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxbiij dias de mayo. Gonçallo de Moura a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

righted material

174

28 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Álvaro Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Sertã, termo de Beja.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 96 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta dAluaro Gonçalluez, morador em Sertãae, termo da ujlla de Beja, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Priuilegio em forma.

Dada em a çidade dEuora, xxbiij dias de mayo. Lopo Fernandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

175

29 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Fernandes Viles, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, desde 1 de Janeiro anterior e enquanto sua mercê fosse, a tença anual de 2.857 reais brancos, no almoxarifado de Portalegre (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 99 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo ffazer graça e merçee a Joham Ferrnandez Viles, caualeiro da cassa do jfante dom Anrique, meu muito prezado e amado tyo, teemos por bem e queremos que aja de nos, de tença, em cada hũ anno, des primeiro dia de janeiro

(1) Em 6 de Abril de 1442 havia sido nomeado juiz de Serpa (Cfr. o DOC. 209 do nosso vol. 7).

que ora foy desta presente era em diante, enquanto nossa merçee for, dous mjl e oytocentos e çinquoenta e ssete rreaes, os quaes auera em o nosso almoxarifado de Portalegre, aos quartees do anno, per nossa carta, que lhe em cada hũ anno sera dada em a nossa ffazenda. E, por ssua guarda e rrenenbrança dello, lhe mandamos daar esta carta, asynada per nos e asselada do nosso ssello pendente.

Dada em Euora, xxix dias de mayo. Gonçalo Annes a fez. Anno de mjl iiij^{c} L^{ta}.

176

29 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo do infante D. Henrique e alcaide do castelo de Portalegre, a pensão dos tabeliães régios daquela vila, enquanto for mercê sua.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 132.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Pero de Taauares, fidalgo do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, e alcaide do nosso castello de Portalegre; teemos por bem e queremos que aja de nos, daqui en diante, enquanto nossa merçee for, a penssom dos nossos taballiãaes da dicta villa.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarca e ao nosso almoxariffe, que ora he ou ao diante for, da dicta villa e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que metam em posse das dictas penssõoes o dicto Pero de Taauares e lhas leixem en cada hũu ano auer, assy e per a guissa que as nos, ataa ora, ouuemos, ssem outro enbargo algũu.

E, sse as dictas penssõoes sobre o dicto nosso almoxarife ou outro algũu nosso ofiçiall ssom postas em rreçepta, per o trellado desta nosa carta, que mandamos ao escpriuam do dicto almoxarifado que faça rregistar, en cada hũu ano, em sseus liuros, mandamos aos nossos contadores que vollas rreçebam, em despesa.

Dada em Euora, xxix dias de mayo. Gonçalo Eannes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

177

29 MAIO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor-o-Novo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 4, fl. 55 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Fernam Martijnz, morador em Montemoor o Nouo, porquanto he besteiro da camara do jfante dom Enrique, etc. Carta de priujlegio, em forma.

Dada em a nosa çidade dEuora, xxix dias do mes de mayo. Ruj Mendez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} L^{ta} annos.

178

30 MAIO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Eanes, ferreiro, da Foz da Castanheira, terra de Fernão Pereira, por ele haver fugido da cadeia de S. Pedro do Sul, terra do infante D. Henrique, onde estava, na prisão do seu ouvidor, por não ter pago as custas de demanda que perdera (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 131.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Gonçalo Eannes, ferreiro, morador na Foz da Castinheira, terra de Fernam Pereira, nos enujou dizer que elle ouuera hũua

(1) A «terra de Sul» figura textualmente na carta patrimonial do infante, de 17 de Abril de 1411 — o DOC. 150 do nosso vol. 1 —, entendendo-se o termo de *terra* por *território*.

demanda com hũu Joham Afonso, da Uarzeella, termo dAueiro, na quall demanda elle fora vençido e que, pellas custas, elle fora presso em Sam Pedro do Sull, terra do jffante dom Henrrique, nosso muyto preçado e amado tio, na cadea do sseu ouujdor, da quall cadea diz que fogio, nom quebrando cadea nem ferros nem porta nem parede, polla quall rrazam andaua amoorado, com temor da nossa justiça, e que nos pedia por merçee que lhe ouuessemos sobrello algũu rremedio e lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, per rrazam da dicta fogida que assy fogio da dicta prissom, era theudo; porquanto a dicta parte era ja contente e satisfecta das dictas custas, segundo que nos dello fez çerto, per scriptura pubrica.

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, sse assy he como elle diz e hi mais nom ha e que ell nom britou cadea nem saltou per çima de castello de menajem e, visto como a parte ja he satisfecta; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos ell, per rrazom da dicta fogida que assy fogio da dicta cadea, era theudo.

E porem vos mandamos que o nom preendaaes nem mandees preender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por a dicta rrazam, porquanto nossa merçee e vontade he de lhe assy perdoarmos a dicta fogida, pella guissa que ssuso dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a nossa çidade dEuora, xxx dias do mes de mayo. Elrrej o mandou, pollos sobredictos doutores. Bras Afomso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° L.

179

1 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de permutação do degredo de Castro Marim para Sagres a Pedro Anes Caeiro, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 77 v.
Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, p. 73, nota 67.

Jtem, outro tall deste meesmo, per que lhe mudam este degredo de Crasto Marim pera a ujlla de Sagres, a petiçom do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Copyrighted material

Dada em Euora, primeiro dia de junho. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutores. Rodrigo Afonso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} e L^{ta} anos.

180

2 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Manuel Pessanha, camareiro-mor do infante D. Henrique e comendador de Castro Marim, para guarda dos portos do reino do Algarve e a dar-lhe facilidades e instruções para reprimir o contrabando que por ali se faz e para processar os delinquentes na vila e termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 123.
Publicada por DIAS DINIS, *Regimento do Infante D. Henrique*, ps. 351-53, e em *Estudos Heriquinos*, vol. 1, ps. 434-36.

Dom Afonso, etc.

A uos, Aluaro Mendez Godinho, corregedor por nos no rregno do Algarue, e a todallas nosas justiças e a outros quaeesquer a que esto pertençer e esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que, por auermos enformaçom que pollos portos do dicto rregno pasam muytas cousas per nos defesas, asy ouro e prata, armas, cauallos, guados e bem asy algũuas outras cousas, as quaees, em se asy passarem e leuarem, som contra noso seruiço e dapno de nosos rregnos; e, por as dictas coussas seerem melhor guardadas e sse nom pasarem; confiando nos de Manuell Peçanha, camareiro moor do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, e comendador de Castro Marim, que o fara bem e como conpre a nosso seruiço e bem da terra; teemos por bem e damollo por guarda dos dictos portos em a dicta villa de Castro Marim e sseus termos; o qual Manuell Peçanha mandamos que nom conssenta nem de luguar que passem nhũuas das dictas coussas defesas e as tome, per sy e per sseus homens que consigo trouxer, pera nos.

E porem mandamos a uos, ssobredictas justiças, que o ajaaes por guarda dos dictos portos e outro nhũu nom e o ajudees a todo aquello que uos elle rrequerer por noso serujço e o ouçaaes com as partes a que asy as dictas coussas tomadas forem, sse alegarem que lhes tomadas som

jmjustamente e como nom deuem, ouujndo o dicto Manuell Paçanha com ellas, himdo pollos fectos em djante, ataa dardes ssentença defenetiua, dando apellaçom e agrauos aas dictas partes naquellas coussas que o direito outorga e manda e fazendoas çarrar e assellar com os seellos dos conçelhos e as enviarees, per pessoa ssem sospeita, a nossa corte e as mandarees entregar a Nuno Martijnz da Silueira, rricomem do nosso comsselho, ao quall teemos cometido carrego de as veer e dessenbargar como for direito.

Outrosy, mandamos ao dicto Manuel Paçanha que sse trabalhe de ssaber parte das coussas que tomadas forem em os dictos portos: que coussas som e os que as tomarom e os direitos que dellas ouueremos e a quem foram entregues e sse as teem ajnda ou sse as despenderom e per cujo mandado. E, sse peruentura das dictas cousas que asy tomadas foram nos nom pagarom nosso direito ou de parte dellas, mandamos ao dicto Manuell Paçanha que, por nosa parte, ho rrequeira e demande perante vos, dictos juizes, quaeesquer pessoas que elle souber que nos som obrigadas e deuedoras. E, sse forem perssoas poderosas, mandamos ao corregedor da dicta comarca que tome conhecimento dos dictos fectos e, ssem delonga, com direito, os dessenbargue; e aquelles que sse mostrarem que a nos som devedores e obrigados logo lhes sejam filhados tantos de seus beens, asy moueis como de rraiz, per que nos posamos seer emtregues daquelles que se mostrar que asy nos ssom obrigados. Mandamoslhe vender os beens moves a noue dias e os de rrajz a vjnte e sete, segundo a hordenaçom manda que vendamos, por nossas diujdas seerem paguadas. E mandamos aos jujzes que, pera rreçeberem e goardarrem quoaesquer coussas que nos perteençam dauermos dos dictos descamjnhados, segundo lhe sseera rrequerrido per o dicto Manuell Peçanha, que as ffaçom emtregar a homeens rricos e abonados, que has tenham e goardem ataa ssobrello auerem nosso mandado ou que ajam de ffazer destas diujdas que asy ouuer de requerrer e demandar, seja da era de quoarenta pera caa.

E outrosy, mandamos ao dicto Manuell Paçanha que, de quoaesquer coussas que elle, per sy ou per seus homeens, tomar aas dictas partes, ssejam pera nos e hũa pera elle, o quoall ffara escpreuer e asseentar no liuro do nosso escpriuam que consigo leuar e bem assy quoaeesquer outras diujdas que elle rrequerer e demandar todo seja aseentado no liuro per o dicto escpriuam; e, das diujdas que elle asy percalçar e rrecadar pera nos, mandamos que aja, cada hũu mes, pera seu mantimento, seisçentos rreaaes brancos.

E outrosy, mandamos a vos, ssobredictas justiças, que, honde o dicto Manuell Peçanha chegar, lhe dees e ffaçaaes dar poussadas e camas sem djnheiro, aquellas que lhe mester ffezerrem, pera sy e pera os seus, e os mantijmentos que mester ouuer por seus djnheiros. E mais lhe darrees

e ffarrees dar guias de nojte e de dia, quando uollas ell rrequerrer por nosso serujço, e que lhe ensijnem os camjnhos sem djnheiro. E esto conprij assy, ssem outro embargo que hũus e outros a ello ponhaaes. O quoall Manuel Peçanha jurou em a nossa chancelarja, aos santos avangelhos, que bem e djreitamente obre e husse do dicto offiçio, guoardando a nos nosso sserujço e ao pouoo seu djreito.

Dada em a nossa çidade de Lixbooa, ij dias do mes de junho. Gonçalo de Moura a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} L anos.

181

9 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Galego, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 150.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Galego, morador em Montemoor o Nouo e beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, ix dias de Junho. Fernam Lourenço a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

182

10 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Arraiolos, governador de Ceuta, a dizer-lhe que, atento o seu requerimento, determinou mandar lá o infante D. Henrique, a quem entregará a cidade, castelo e demais bens régios, após o que pode retirar quando lhe

aprouver, e a assegurar-lhe terá sempre em consideração os muitos serviços pelo conde prestados a si, a seu pai e a seu avô (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 108, — donde se reproduz. Publicada: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 392; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 337.

Dom Affonso, [etc.].

A uos, dom Fernando, conde dArraollos, meu mujto amado primo, ssaude.

Sabede que, pollo rrequerjmento que nos enujastes ffazer, detrimjnamos de mandar a esa çjdade de Çepta o jffante dom Anrrjque, meu mujto prezado e amado tjo.

Porrem uos encomendamos e mandamos que, tanto que o dicto jffante em ella ffor, lhe entreguees a dicta çjdade com seu castello e com todas outras cousas nosas que em ella som; e de como lha entreguardes aue hũu estromento, ffecto por cada hũu dos nossos taballjães da dicta cjdade, pera uosa garda. E, depojs da dicta entregua, uos poderes ujr quando uos prouguer. E sede çerto que, pollos mujtos serujços que tendes fectos a nos, aos senhores rrejs meu padre [e] a

(1) O conde em referência é D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos, filho segundo do 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, e neto materno do condestável D. Nuno Alvares Pereira. Havendo-se mostrado sempre o dito D. Fernando pessoa prudente e ponderada (Cfr. o DOC. 21 do nosso vol. 4, PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, «passim», e CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., t. 5, ps. 61-101), o regente D. Pedro, que em 11 de Junho de 1445, o havia nomeado alcaide do castelo de Monforte (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 25 v.), em Agosto seguinte transferiu-o para capitão e regedor de Ceuta (Cfr. os DOCS. 24, 25, 31, 32 e 34 do nosso vol. 9). Dadas assim as boas relações do conde com o duque de Coimbra, el-rei D. Afonso V, pelos fins de 1448, mandou-o vir ao reino (Cfr. o DOC. 211 do cit. volume), naturalmente por ver se, por seu intermédio, conseguia harmonizar consigo o infante D. Pedro. Não foi possível e sobreveio Alfarrobeira. Tornou-se o conde para Ceuta, empurrado, segundo CAETANO DE SOUSA. E, dois anos depois, solicitou ao monarca a sua exoneração do cargo, mandado entregar ao infante D. Henrique, como consta do presente documento; mas ele não chegou a ir a Ceuta, posto que ainda em 17 de Dezembro de 1450 se afirmasse que partiria para aquela praça africana (Cfr. o DOC. 250); pois, em 30 de Maio de 1451 el-rei nomeou para capitão e regedor de Ceuta seu primo D. Sancho de Noronha, conde de Odemira (*Chanc. D. Afonso V*, liv. 11, fl. 69). Demorou este ainda no país; pelo que, por cartas de 4 de Junho e 27 de Agosto de 1451 ordenou o monarca ao conde de Arraiolos entregasse o governo da praça a D. Fernando Coutinho, marechal do reino, o qual o teve até à chegada do conde de Odemira, nos meados de Setembro do dito ano. (Os documentos editados por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2).

meu auoo, cujas almas Deus ajaa, em espiçiall despojs que em esa çjdade soes, nosa tençom he aguardoa[r]uollo com mujta merçe [e] acreçatamento, nom tam somente uos, mas ajnda aquelles que de uos decenderrem, seguundo o deuo e rrazam rrequere.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, x dias de junho. Martim Gill a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

183

18 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de reabilitação de Diogo Alvares, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão da chancelaria da correição de Entre Tejo e Guadiana, pelo infante D. Pedro mandado prender e desterrar para Ceuta, depois de o mandar interrogar e ameaçar com tormento sobre se vira os oficiais da chancelaria régia cometerem algum furto.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 145, — donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 393.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que Diogo Aluarez, escudeiro do jfante dom Anrrique, escpriuam da chamcelaria da correiçom dantre Tejo e Hodiana, nos emviou dizer que, sseendo viuo o jfante dom Pedro, em teendo o rregimento de nossos rregnos, ho mandara prender e fora presso, por espaço dhũu anno e majs, mandandoo per muytas vezes perguntar e ajnda am[ea]çar, com tormento, sse vira fazer em a chamcelaria da nossa corte algũus furtos aos ofiçiaaes della; e que, por dizer que os nom vira fazer e por ssegujr sua vontade aduerssa que contra elle tijnha, o mandara a Çepta, que serujsse em ella taa nossa merçee, na quall esteu[er]a por espaço de tenpo, ataa que lhe leuantassemos o dicto degredo, ssegundo nos dello fazia çerto, per nossa carta, que perante nos pressentou e que ora, nom embargando esto, diz que algũuas perssoas lhe dizem e opoem que fiquou jnfames e que nom deue sseer rreçebido a algũus autos judiçiaaes nem extrajudiçiaaes nem auer algũus ofiçios pubricos nem priuados, no que diz que rreçebe vituperio e agrauo; e que nos pedia, por merçee, que o rreleuassemos dalgũua jnfamia, sse em ella, por a dicta rrazom, em algũu modo auja encorrido.

E nos, veendo o que nos asy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, visto o alçamento do dicto degredo; teemos por bem e rreleuamollo da dicta jnfamia, posto que em ella, por a dicta rrazom, encorresse por quallquer guissa, e rrestetuimollo a toda sua boa fama, honrra e nomeada, asy e pella guisa que a elle auja ante da dicta prisam, em tall modo que a dicta jnfamia lhe nom empeeça em coussa algũua nem lhe embargue algũus autos judiçiaaes nem extrajudiçiaaes nem o dicto sseu ofiçio nem outros algũus pubricos nem priuados, asy como sse nunca ouuesse encorrido na dicta jnfamia. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, pella quall mandamos a todallas nossa[s] justiças que lha conpram e guardem como sse em ella contem. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, xbiij dias de junho. Elrrej ho mandou, per os douctores Ruj Gomez dAluarenga e Pero Lobato, etc. Filipe Afonso, o Moço, a fez. Anno de mjll iiij^{c} L.

184

20 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, para tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo e dos resíduos da cidade de Braga.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 114.

Jtem, carta de Vaasco Jorge, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto preçado e amado thio, morador em a çidade de Bragaa, em que o dam por thesoureiro dos djnheiros das obras que ssom apropriadas pera as obras dos muros della e esso meesmo dos djnheiros dos rresijdoos e de todollos outros djnheiros que ssom hordenados pera as obras do nosso castello da dicta çidade. E porem mandamos aos juizes e vereadores, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xx dias de junho. Rodrigo Eannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo, de mjl iiij^{c} L.

Copyrighted material

185

22 JUNHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernão Rodrigues, morador em Pernes, para escrivão da coudelaria de Alcanede e seu termo, como o fora Pedro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, residente na Azambuja, o qual renunciou ao cargo por não poder desempenhá-lo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 106.

Jtem, carta de Fernam Rodriguez, morador em Pernez, per que o dam por escpriuam da coudellaria, polo do jfante dom Anrrique, em Alcanede e sseu termo, asi e pela guisa que o ataa ora foy PedrEannes, escudeiro do dicto jfante, morador na Azanbuja, que o ora em nossas mãaos rrenunçiou, por nom ser em ponto pera o poder seruir, segundo fomos çerto per hũu estormento pubrico da dicta rrenunçiaçom, que nos foy presentado, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxij de junho. Martim Aluarez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} L^{ta} anos.

186

22 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e alcaide, pelo monarca, do castelo de Portalegre, a carta passada por el-rei D. Duarte, em 20 de Janeiro de 1434, a seu pai, Martim Gonçalves de Tavares, de confirmação da joanina de 12 de Dezembro de 1388, de coutamento da quinta do Azinhal e de outras herdades no termo de Arronches.

ANTT., *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 11, — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 2, fl. 264 v.

Dom Afomso, per graça de Deus rrey de Purtuguall e do Allgarue, senhor de Çepta.

A quantos esta carta vyrem fazemos ssaber que a nos foy mostrada outra do muy allto, eiçellente, conprjdo de mujtas vertudes e da escrareçida memorja elrrey meu ssennhor e padre, cuja alma Deus aja, da quall ho theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de el-rei D. Duarte de 20 de Janeiro de 1434, — o DOC. 121 do nosso vol. 4.

E enujounos ora pidir, por merçee, Pero Tavares, fidallguo da casa do jfante dom Anrryque, meu mujto amado e prezado tijo, e allcayde por nos do nosso castello da dicta vylla de Portallegre, filho do dicto Gonçallo Tauares, que, porquanto elle erdara, por morte do dicto sseu padre, a dicta quintãa e erdades, que lhe outorgasemos e desemos asy pera ellas nossa confirmaçam. E, vysto per nos seu rrequerjmento e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lha outorguamos e confirmamos.

E porem mandamos a vos, sobredictos jujzes e justiças, e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ver que lhe guardees e façaaes guardar e comprjr o dicto coutamento pella guyssa que susso dicto he e lhe nam vades nem consentaaes hyr contra ella em allgũa maneira que seja. Vnde all nam façades.

Dante em Lyxboa, a xxij dias do mes de junho. Antam Gonçallvez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij° L. E esta carta lhe nam seja guardada se asellada nam for.

187

22 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Benavente, a dizer-lhe haver recebido outra de el-rei de Navarra, a rogar-lhe houvesse o conde e seus feitos por encomendados e que lhe dissera como até agora com ele tem procedido e está disposto a dar-lhe o acolhimento que bem puder, não só por a boa vontade que lhe tem, como pelo amor e afeição que lhe dedicam os reis de Aragão e de Navarra, tios do soberano português.

AHNM., *Osuna*, Legajo 3909, n.° 20. Original, em papel, com o selo pequeno das armas régias no fecho da carta.

Honrrado conde amiguo. Nos, dom Affonsso, per graça de Deus rrey de Portuguall e do Algarue e ssenhor de Çepta, vos enuyamos muyto saudar, como aquelle pera que queriamos que Deus desse saude e bõa ventuira.

Fazemosuos saber que elrrey de Nauarra, nosso muyto preçado e amado tyo jrmãaao e amiguo, nos escpreueo asaz encarreguadamente que, por contemplaçom sua, nos prouuesse auermos uos e vossos fectos em nossa rrecomendaçom. E nos lhe escpreuemos a maneira que, ataa ora, conuosco teuemos. E, porque assy por a bõa uoontade que uos auemos, como por o grande amor e afeyçom que bem çerto somos que uos elrrey dAragom e o dicto rrey de Nauarra, nossos muyto preçados e amados tyos, teem, muyto çerto seede que nos prazera teermos de uos e de uossos fectos aquelle encarreguo que he rrazom e rreçeberees de nos aquella honrra, fauor e acolhimento que bem podermos.

Scprita em Lixboa, xxij dias de junho. Martim Aluarez a fez, 1450. E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, a fiz escpreuer.

(as.) El Rey ...

188

26 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão do degredo imposto a Gil Fernandes Viles e a seus filhos Afonso e João, todos escudeiros do infante D. Henrique, moradores em Portalegre, pelo juiz Rui Martins acusados de lhe reterem em casa gavião que dizia pertencer-lhe.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 122 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto per quallquer guissa perteençer e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que Gil Ferrnandez Villes, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, morador em a nossa vila de Portalegre, e Afonso Villes e Joham Villes, sseus filhos, outrosi escudeiros

e criados do dicto jffante dom Henrrique, nos enujarom dizer que podia auer dez messes que, estando os dictos sseus filhos com elle em ssua cassa e dormjndo a sesta, que chegara aa ssua porta, do dicto Gil Fernandez, Ruy Martijnz, juiz na dicta villa, e, estando elles seguros, ssem fazendo nem dizendo mall a nehũua pessoa, o dicto Ruy Martijnz lhes disera que lhe dessem hũu gaujam que lhe alla tijnham sseu e que elles rresponderom que era sseu, delles, dizendo e afirmando o dicto juiz mas que era sseu e que, em estas rrazõoes, sse aleuantara o dicto Gil Ferrnandez, descalço e em hũua saya apertada, e que disera ao dicto Ruy Martijnz que lhe rrequeria, da nossa parte, que sse fosse dante a ssua porta, ca nom vijnha aly como juiz, mas como homem que o queria deshonrrar, e que sseus filhos estauam ally e que sse poderia rrecreçer algũua coussa, e que o dicto juiz dezia todauja que lhe dessem o gaujam, sob pena de duas mjl dobras; e que, sobrestas rrazõoes, o dicto Ruy Martijnz, juiz, degradara o dicto Gil Ferrnandez e sseus filhos, ataa nossa merçee, fora da dicta villa de Portalegre e de sseu termo, o quall degredo elles manteuerom e mantijnham ataa ora; que porem nos enujam pedir por merçee que, porquanto esto fora assy por leue caussa e elles manteuerom o dicto degredo, obedeçeendo a nossa justiça e por ello padeçiam elles e seus beens defraudamento e dampno, que lhe leuantassemos o dicto degredo e os rrelleuassemos e ouuessemos por relleuados delle.

E nos, visto seu dizer e pedir, sse assy he como dizem e hi mais nom ha e que elles manteuerom o dicto degredo ataa ora e querendolhes fazer graça e merçee; teemos por bem e leuantamoslhe o dicto degredo, que ao dicto Gil Ferrnandez e sseus filhos, por a dicta rrazam, foe posto e os avemos por rrelleuados delle.

E porem vos mandamos que, daqui en deante, os leixees liuremente viuer e estar na dicta villa e sseu termo, ssem enbargo do dicto degredo, e os nom prendaaes nem mandees prender nem façaaes nem conssentaaes fazer nehũu mall nem outra ssemrrazam, quanto he por o dicto degredo, ca nossa merçee e vontade he de lhes seer assy rreleuado pella guissa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, xxbj dias do mes de junho. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petiçõoes. Bras Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

189

27 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a nomeação feita pelo infante D. Henrique, como fronteiro e vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, de Heitor Homem, fidalgo de sua casa, para vedor das obras dos referidos castelos, vilas e lugares.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 112 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que o jnfante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos enuyou dizer que elle, como fronteiro e veedor moor que he das obras dos dictos castellos, vilas e lugares da comarca da Beira (1), cometera e dera carrego da ueedoria das obras dos dictos castellos, villas e lugares a Eitor Homem, fidalgo de ssua cassa, por sseer tall pessoa que em ello nos sabera muy bem serujr; pidimdonos por merçee o dicto meu tyo que, per nossa carta, lhe confirmassemos o dicto ofiçio. E, visto sseu rrequerimento, a nos praz dello e lho confirmamos.

E porem mandamos ao corregedor da dicta comarca e juizes e justiças e oficiaaes dos dictos castellos, villas e lugares e a outras quaaesquer pessoas que esto ouuerem de veer que, daquy em diante, ajam por veedor das obras dos dictos lugares o dicto Eitor Homem e outro nehũu nom e lhe leixees serujr e hussar do dicto ofiçio, ssem lhe sobrelo poerdes outro embargo algũu. O quall Eitor Homem jurou, em a nossa chancelaria, aos santos avangelhos, que bem e dereitamente husse e obre do dicto ofiçio, guardando o nosso serujço e ao poboo sseu dereito. Vnde [al] nom façades.

Dada em a cidade de Lixboa, xxbij dias de junho. Lopo Ferrnandez a fez. Anno de Nosso Senhor de mjl iiij^{c} L.^{ta}

(1) Cfr. o DOC. 73 do nosso vol. 7. Sobre Heitor Homem, irmão de Garcia Homem e um dos navegadores da costa ocidental africana, vejam-se a nota 6 das pp. 223-24 do nosso vol. 5 e o DOC. 194 do presente volume.

190

30 JUNHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida, entre outros, ao rei de Portugal, a dizer-lhe que, havendo firmado paz com a comunidade de Florença em 21 do presente mês, no respectivo tratado foi resolvido que cada uma das partes indicasse os seus confederados e que os de Itália confirmassem o referido tratado no prazo de dois meses e os de fora daquele país dentro de seis meses; tendo indicado o soberano aragonês o de Portugal por confederado seu, roga-lhe se digne confirmar o dito tratado por solene contrato escrito dentro do aludido prazo, o que supõe lhe será aprazível (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2658, fl. 42 v.-43.

Serenissimo rrey, nostre molt car e molt amat frare. Aquests passats dies, com per la guerra que era entre nos e la comunjtat de Florença, a nos fossen stats dmersos embaxadors de la dita comunjtat, per voler de nos bona e perpetua pau, e de aquella fossen stades dmerses pratiques e rahonaments entre nos e aquells, finalment, digmenge, a xxj del present mes, fermam ab certs embaxadors de la dita comunjtat, a nos per obtenjr la dita pau tramesos, en nom e per part de aquella, bona e perpetua pau; en lo tractat de la qual es stat concordat entre les dites parts que cascu deia fer nomjnacio de sos colligats, confederats, adherents e recomanats en la dita pau e que aquells dels nomenats, ço es los qui seran en Ytalia aquella tal dells feta nomjnacio haien acceptar dins dos mesos comptadors del dit xxj dia del present e dessus dit que la dita pau fou fermada, e dels qui son fora de Ytalia dins sis mesos apres continuament seguents, començant a correr lo dit xxj del present mes.

E, per ço, que a vos en la dita pau hauem nomenat per hu de nostres colligats, confederats e adherents, lo que creem vos sera grat e accepte; vos pregam, quant pus affectuosament podem, que la dita per nos de vos feta nomjnacio en la dita pau vullau hauer per accepta e aquella confirmar e acceptar ab solemne contracte en scrits, per forma que,

(1) O soberano aragonês firmara a concórdia em referência com Florença em 21 de Junho anterior (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, t. 3, parte 2, liv. 15, cap. 58, fl. 320).

dins los dits sis mesos, se faça la dita ferma e aquella depuix nos enujeu lo mes prest que sia possible.

Dada en lo nostre camp prope Castell de Sangro, lo derrer dia de juny del any de la natiujtat de Nostre Senyor mil cccc. L°. Rex Alfonsus.

Al serenissimo princep don Johan, rrey de Nauarra, nostre molt car e molt amat frare e lochtenent general.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.

Sub simili forma fuit scriptum sequentibus:

Al serenissimo principe don Johan, rrey de Castella e de Leon, nuestro muy caro e muy amado primo.

Al serenissimo principe don Alfonso, rrey de Purtugal e de Algarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Serenissimo principi Philipo, duci Burgundie, etc., consangujneo et amico nostro carissimo.

Serenissimo principi Ludouico, Sabaudie duci, etc., consangujneo et amjco nostro carissimo.

Jllustri et magnifico viro Sthephano, magno vayuode et duci Botine, amjco nostro carissimo.

191

1 JULHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Palhais.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 182 v.

Jtem, carta dAfonsEannes, morador em Palhaaes, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, primeiro dia de julho. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii° L.

Copyrighted material

192

3 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão aos pescadores da vila de Buarcos, a pedido dos mesmos, por haverem estado em Alfarrobeira por mandado do infante D. Pedro e contra a sua vontade.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 100, — donde se reproduz. Publicada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, ps. 77-78, nota 82.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que os pescadores da nossa villa de Buarcos nos emviarom dizer que elles foram costrangidos per mandado do jfante dom Pedro que viessem com elle, ao tenpo que elle foy contra nossa pessoa e rreall estado na batalha da Alforrobeira, aos quaees foy forçado de vijrem com elle e, per prema e contra suas vontades, forom na dicta batalha, por a quall rrazom sse temem perderem sseus beens e os darmos a outras perssoas, pedindonos por merçee que ouuessemos com eles conpaixom.

E nos, visto sseu rrequerimento e porque fomos certo que elles vieram contra suas vontades com o dicto jfante e dessy que outra coussa nom teem, ssoomente o que gaanho na dicta pescaria, e que de seus ofiçios sse segue grande prouejto comũo e a nossas rrendas muyta auantagem no que rreçebemos serujço; teemos por bem e auemollos por perdoados e rreleuados de toda pena em que encorressem, asy no corpo como em sseus beens, por sseerem contra nos na dicta batalha.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, jujzes e justiças, ofiçiaaes e perssoas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer que lhes nom façam por ello esto algũu costrangimento em nhũua maneira que sseja, asy no corpo como nos beens, quanto he por a dicta rrazom, ssem outro embargo que lhe ssobre ello sseja posto.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Martim Gill a fez. Anno de Nosso Senhor de mjl iiij^{c} L.

193

3 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, enquanto lhe não for restituído o castelo de Penamacor, que tem João Rodrigues Pereira, a tença anual e vitalícia de 6.000 reais brancos, na fazenda régia de Lisboa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 113.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Aluaro de Castro, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado tio; teemos por bem e queremos que aja de nos, de teença en cada hũu ano, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era em diante, em ssua vida, sseis mjl rreaes brancos, os quaees lhe serom pagos em esta çidade de Lixboa, em lugar honde delles aja boom pagamento, aos quartees do ano, per nossa carta que lhe, en cada hũu ano, sera dada, em a nossa fazenda.

E esto lhe outorgamos assy emquanto Joham Rodriguez Pereira teuer o nosso castello de Penamocor, que tiramos ao dicto Aluaro de Castro; e, sseendolhe tirado per ssua morte ou per outra quallquer maneira, que seja logo tornado ao dicto Aluaro de Castro e nos desobrigado da dicta teença. E, por ssua guarda e rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta carta, sijnada per nos e asseellada do nosso sseello pendente.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Gonçalo Eannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

194

3 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Heitor Homem, fidalgo da casa do infante D. Henrique, em ajuda do seu casamento com Brites de Sousa, a tença anual de 10.000 reais brancos, desde 1 de

Janeiro anterior, enquanto lhe não pagar as 1.000 coroas de ouro do cunho do rei de França.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 125 v.

D. Afonso, etc.

A quantos esta carta uirem fazemos saber que nos desenbargamos ora a Eytor Homem, fidalgo da casa do jfante dom Henrique, meu tyo, e a Breatiz de Sousa, sua molher, mill coroas de boom ouro e justo peso da moeda e cunho delrrej de Framça, pera ajuda de seu casamento.

E, porque lhas, pollo presente, nom podemos mandar pagar, queremos que aja de nos, de tença em cada hũu anno, des primeiro dia de janeiro desta presente era que ora foy em diamte, dez mill rreaaes brancos; pero, sendolhe pagada a terça parte das dictas mill coroas, queremos que lhe seja descomtada a terça parte da dicta teença, e asy do mais, a este rrespeyto, ssegundo nosa hordenança. Os quaaes djnheiros lhe seram pagados aos quartees do ano, em lugar honde delles aja boom pagamento, per nosa carta, que lhe, em cada hũu anno, sera dada em a nosa fazenda. E, por sua garda e rrenenbrança dello, lhe mamdamos dar esta carta, sinada per nos e asellada do noso selo pendente.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Gonçalo Annes a fez. Anno do Senhor de mill iiij^{c} L.

195

15 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar ao tabelião de Tomar Luís Alvares, escudeiro do infante D. Henrique, implicado em declarações falsas, o qual posteriormente estivera na batalha de Alfarrobeira com o dito infante contra D. Pedro.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 102.
Sumariada e parcialmente extractada por BAQUERO MORENO, *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, pa. 72-73.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteençer per quallquer guissa que seja e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que Luis Aluarez, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, morador em a villa de Tomar e tabaliam em essa meesma, nos enujou dizer que podia auer çinquo ou sseis annos que hũu Joham Sardinha, morador na de Joham Prestes, termo da dicta villa, fora presso, por çertos exçessos que deziam que fezera, antre os quaees fora hũu que lhe punham que dormira com hũu moço pello poussadeiro, sobre o quall exçeso mestre Johane, em sseendo juiz naquelle tenpo, tirara jnquiriçom com ell, dicto Luis Aluarez, tabaliam, na quall perguntara por testemunha hũu Pero Rey, morador no dicto logo de Joham Prestes, na quall testemunhara que dormira com o dicto moço e que nom fazia declaraçom sse o vira elle testemunha, de vista sse douujda, e que quando veera a vista da jnquiriçom, que o juiz fora em duujda e lhe fezera pergunta sse a testemunha testemunhara douujda sse de vista, e que ell, dicto tabaliam, como sinprez que entam era no ofiçio, que disera logo que, segundo Deus e ssaa conçiençia, ell testemunha nom testemunhara saluo douujda, e que, como esto assy disera, o fezerom assy escpreuer, e que logo poserom, por parte do presso, contra elle, que fezera em aquello falsidade; e que despois, veera o proçeso e fecto aa nossa corte, per apellaçom, sseendo o dicto presso solto, e que ssayra carta per que prendessem ell, dicto Luis Aluarez, e que elle, ssem enbargo desto e de auer sseis annos que fora, elle sse leixara estar na terra e hussara ssenpre de sseu offiçio conthinuadamente, sseendo assy fauorizado por caussa do dicto jffante, meu thio, que era em conheçimento dell, dicto Luis Aluarez, nom sseer em culpa per que deuesse sseer presso; e que, porquanto agora era juiz na dicta villa hũu DiegAfonso, que lhe queria mall e sse temja de o enburilhar e preender; que porem nos pidia por merçee que, em gallardam do seruiço que nos fezera na guerra que ouuemos com o jfante dom Pedro, na quall nos seruira en conpanha do dicto jfante dom Henrrique, meu thio, e dessy aa honrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella era theudo, por a dicta rrazam.

E nos, visto sseu dizer e pedir, antes que lhe dessemos sobrello liuramento, fezemos vijr perante nos o fecto que ao dicto negoçio perteençia, pera auermos conprida enformaçom no casso quejando era; e, visto todo per nos e querendolhe fazer graça e merçee e como nos fez çerto que serujo na dicta guerra, visto o casso quall he e a culpa em que sse em ella mostra sseer este Luis Aluarez; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos elle, por a dicta rrazam, era theudo, ficando aa parte rreguardado seu djreito de o poder demandar çiuelmente e comtanto que elle pagasse mjl rreaes brancos pera a nossa chançelaria, os quaaes pagou a Rodrigo Eannes, que ora he rreçebedor della, segundo dello fomos çerto, per hũu aluara asijnado per elle e per Gomez Borjes, scpriuam da dicta chançelaria, que os sobrelle assentou, em rrecepta.

E porem vos mandamos que o nom preendaaes nem mandees preender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro nehũu dessaguissado, quanto he por a dicta rrazam, porque a nossa merçee e vontade he de lhe assy pordoarmos, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a çidade de Lixboa, xb dias do mees de julho. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petiçõoes. PedrEannes, por Bras Afonso, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L. E porquanto, ao pressente, era doente o doutor Ruy Gomez e nom podia sijnar e, sobretodo, porque este dessenbargo passou pello douctor Belleaguoa, dayam da Guarda, e pello dicto doutor Pero Lobato, porem asijnou o dicto dayam da Guarda, outrosy do dessenbargo delrrej, a que mais perteençia.

196

16 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida a João Martins, escudeiro do infante D. Henrique e encarregado das obras de fortificação da cidade de Viseu, a dizer-lhe haver nomeado o portador da presente carta, João Martins, também escudeiro do dito infante, para escrivão das referidas obras como o fora João Gonçalves Farto, por autoridade de D. Henrique, e a ordenar-lhe dê ao novo escrivão, de mantimento, por cada braça que se fizer da muralha, 15 reais brancos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 126.

Dom Afonso, etc.

A vos, Joham Martijnz, escudeiro do jffante dom Henrique, meu muyto preçado e amado tyo, que teendes carrego das obras da cidade de Visseu, e a outro quallquer que despois o dicto carrego teuer e a que esto perteençer, per quallquer guissa que seja, e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Martijnz, outrosi escudeiro do dicto meu tio, portador desta pressente, porque he muy boom e tall que o fara bem e como conpre a nosso seruiço; teemos por bem e damollo por escpriuam das dictas obras, assy e polla guissa que o era e tijnha Joham Gonçalluez Farto, que das dictas obras foy escpriuam, per autoridade do dicto meu tyo.

E porem vos mandamos que, daqui en diante, o ajaaes assy por escpriuam das dictas obras, como dicto he, e outro algũu nom, e lhe leixees auer, por cada braça de muro que sse fezer, quinze rreaaes brancos de sseu mantijmento, porquanto assy he nossa merçee, ssem outra duujda nem enbargo algũu que lhe sobrello ponhaaes. O quall jurou, em a nossa chançelaria, aos ssantos auangelhos, que bem e djreitamente husse do dicto ofiçio e guarde a nos o nosso seruiço e ao poboo sseu djreito.

Dada em Lixboa, xbj dias de julho. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L. Ruy Galuam a fez escpreuer.

197

17 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a dizer a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, em resposta ao que, da sua parte, lhe expusera o bacharel Diego de la Torre, não convir a sua vinda a Portugal, atentos os trabalhos do reino vizinho e os acordos que lhe são propostos (1).

AHNM., *Osuna*, Legajo 3.909, n.º 18. Original em papel, com o selo pequeno das armas de el-rei.

Honrrado conde, amiguo. Nos, dom Affonsso, per graça de Deus rrey de Portugual e do Algarue e ssenhor de Cepta, vos enuyamos muyto saudar, como aquelle pera que queriamos que Deus desse saude e bõa ventuira. Fazemosuos saber que vimos hũa carta vossa, de creença, que

(1) Em Castela, o hábil condestável D. Alvaro de Luna diligenciava reforçar a sua posição, «trata de reconstruir, sobre las ruinas de Alfarrobeira, su alianza básica con Portugal. Obtiene así un acuerdo previo — que no se llevará a la práctica — con Alfonso V el Africano para la expulsión del conde de Benavente del territorio portugués» (*História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 1, ps. 202-03, que cita a carta afonsina de 19 de Fevereiro de 1450 — o nosso DOC. 129 —, denunciadora já de aparente reviravolta na política portuguesa, a qual não se consuma. É precisamente no presente documento que D. Afonso V alude explicitamente aos «trauctos que uos (ao conde de Benavente) som cometidos» em Castela. O astuto Luna, fazendo concessões a seus anteriores adversários, procurava captá-los: — «Navarra, Francia y Portugal no eran en su mente más que peones en el juego para la destrucción de la nobleza» contrária a ele (*Ibi*, p. 204).

nos per o bacharell Dieguo da Torre foy pressentada. E, per uirtude della, ouuymos o que, de uossa parte, nos disse. E, quanto aa escusa de vossa vijnda a nossa corte em este tenpo passado, por os neguoçios desses rregnos seerem no termo em que eram, auemos por bõa, visto como o tenpo rrequeria assy o fazerdes. E de vijrdes, pareçenos que, consijrando os trabalhos desses rregnos e os trauctos que uos som cometidos, segundo nos disse o bacharell, o deuees escusar. E, aalem desto, uos praza dardes conprida fe ao dicto bacharell a algũas coussas que uos, de nossa parte, diser, em rreposta doutras que nos da uossa disse.

Scprita em a nossa çidade de Lixboa, xbij dias de julho. Martim Aluarez a fez, 1450. E eu, Ruy Galuom, secretario do ssenhor rrey e caualeiro de sua casa, a fiz escpreuer.

(as.) El Rey . . .

No verso: Ao honrrado dom Affonsso Pimentel, conde de Benauente, em os rregnos de Castella.

198

18 JULHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Alvaro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Lopo Rodrigues, morador em Botão, por este haver estado contra el-rei em Alfarrobeira.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 93, — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 182 v.

Jtem, carta dAluarEanes, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., per que lhe fazemos merçee de todollos beens mouijs e de rraiz de Lopo Rodriguez morador em Botam, por sseer na batalha dAlferrobeira contra a pessoa e rreall estado delrrej nosso ssenhor, etc. Carta em forma.

Dada em a cidade de Lixboa, xbiij dias de julho. Fernam Boto a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L,

Copyrighted material

199

18 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a comutar a Alvaro Pires Pessoa, sobrinho do bispo de Ceuta e culpado na morte de João Chaves, para Arronches, o degredo que lhe fora marcado para Ceuta, em razão de nesta praça africana estarem dois sobrinhos do morto e ir agora primo coirmão do mesmo para lá, em companhia do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 113, — donde se reproduz. Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 401-02.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Aluaro Pirez Pessoa, sobrinho do bispo de Çepta (2), nos enujou dizer que poderia auer quatro annos, pouco mais ou menos, que, antre a Alhandra e Villa Franca de Xira, foy ferido hũu Joham de Chaues, morador na dicta villa, das quaees feridas elle, ao despois, ele sse viera a morrer, em cuja morte a ell culparom, pella quall rrazam sse elle amorara; e, por nos serujr na guerra que ouuemos com o jffante dom Pedro, lhe perdoaramos a nosa justiça, a que nos elle, per rrazam da dicta morte em que o assy culparom, era theudo, comtanto que fosse estar em a nossa çidade de Çepta, per sseu corpo, quatro annos conpridos, ficando rreguardado aas partes sseu djreito de o poderem demandar çiuelmente por ssuas jnjurias, danpnos e jnteresses, sse contra elle entendessem auer algũu djreito çiuelmente, ssem por ello sseer presso, segundo mais conpridamente sse contijnha na carta do perdam e liuramento que

---

(1) Mantém-se, portanto, e pelo menos até 17 de Dezembro deste ano (Cfr. o DOC. 250), a possibilidade de o infante D. Henrique ir tomar conta de Ceuta, anunciada em carta régia de 10 de Junho anterior, — o nosso DOC. 182 —, o que, porém, não veio a suceder, como provámos em a nota da pág. 246.

(2) Era bispo de Ceuta, desde 20 de Julho de 1444, o carmelita D. Fr. João Manuel (Cfr. os DOCS. 130-32 do nosso vol. 8), o qual apenas foi transferido para a Guarda em 9 de Julho de 1459 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, ps. 125 e 149).

perante nos enujou pressentar; ao quall degredo nos elle enujou dizer que nom oussaria dhir, porquanto em a dicta çidade estauam dous sobrinhos do dicto morto e que ora, com o jffante dom Anrrique, hia em ssua conpanha, aa dicta çidade, hũu primo comjrmãao do dicto morto, e que assy seria aazo de o matarem ou lhe fazerem outra algũua ssemrrazam, pedindonos por merçee que lhe mudasemos o dicto degredo pera hũu couto de nossos rregnos, quall nossa merçee fosse.

E nos, visto sseu rrequerimento, antes que lhe em ello outro algũu liuramento [dessemos], mandamos perguntar çertas testemunhas sse taaes diujdos do dicto morto estauam em a dicta çidade e sse o outro parente hia em conpanha do dicto jffante. E, vista per nos a proua sobre ello dada e querendolhe fazer graça e merçee, visto o liuramento dos quatro annos pera Çepta, que perante nos enujou apressentar; teemos por bem e mudamoslhe o dicto degredo de Çepta pera o nosso couto dArronches, contanto que, por os dictos quatro annos que assy auja destar em Çepta, que vaa estar por elles oyto annos em o dicto nosso couto dArronches. E, pera aderençar ssua fazenda e sse auer dhir ao dicto couto, lhe damos despaço, da dante desta nossa carta, atee dous messes primeiros segujntes, etc., e que nom entre no lugar e termo honde a dicta morte foy, etc.

Dada em a cidade de Lixbõa, xbiij dias do mes de julho. Elrrej o mandou, pellos doutores Ruy Gomez dAluarenga e Pero Lobato, sseus vassallos e do sseu dessenbargo e petiçõoes. Rodrigo Afonso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

200

18 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique e dos moradores da terra de Besteiros, do dito infante, dispensa aqueles, durante cinco anos, de terem cavalos, como manda a ordenação, por não os poderem sustentar, dada a pobreza da região (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 97 v.

---

(1) Na carta de património do infante, de 17 de Abril de 1411, figura a doação «do julgado e terra de Beesteiros» (DOC. 150 do nosso vol. 1).

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por parte dos moradores de terra de Beesteiros, que he do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tio, nos ffoy apressentado hũu estormento dagrauo, que, dante o nosso coudell, em ella tomarom por lhe lançarem cauallos, segundo lhes he mandado em nossa hordenaçom, pedindonos por merçee que os rrelleuassemos delles, porque nom tijnham per honde os manteer, por a terra sseer muy fraca e proue.

E, visto per nos seu rrequerimento e o dicto estormento e rreposta do dicto coudell e esso meesmo como nollo o dicto jffante por elles enujou pedir; e, querendolhes fazer graça e merçee, teemos por bem e queremos que, da feitura desta carta ataa çinquo annos conpridos, nenhũu morador da dicta terra e julgado e coudellaria nom tenha cauallo nem sseia costrangido pera ello, porque nossa merçee he jeeralmente os nom teerem os moradores da dicta terra, em o dicto tenpo.

E porem mandamos ao nosso coudell que ora hy he e a outros quaeesquer que depois veerem e a todallas nossas justiças, offiçiaaes e pessoas a que esto perteençer e esto ouuerem de veer, que lhe conpram e guardem e façam conprir e guardar esta nossa carta, assy e pella guissa que em ella he contheudo. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, xbiij dias de julho. Aluaro Vieira a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

201

18 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a reabilitar Luís Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, seu vassalo e tabelião em Tomar, culpado por irregularidades em seu ofício, o qual estivera com el-rei na batalha de Alfarrobeira (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 125.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que Lujs Aluarez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., e nosso vassallo e tabaliam em

(1) Parece tratar-se de documento diferente do de 15 de Julho acima lançado — o **195**.

Tomar, nos disse que ell culparom que sse nom ouuera direitamente em hũua jnquiriçom que ell escpreuera e tomara em hũu fecto hordenado contra Joham Sardinha, pella quall rrazom o mandauamos prender; e que, andando por ello amorado, nos seruira na guerra que ouuemos com o jfante dom Pedro, por a quall serujdom lhe perdoaramos a nossa justiça, a que nos, per a dicta rrazom, era theudo e comtanto que elle pagasse mjl rreaes pera a nossa chamcelaria, os quaees elle pagara, ssegundo sse todo esto em a nossa carta do dicto perdam majs conpridamente contijnha; e que ora algũuas perssoas lhe diziam e opoem que ficou jnfames e que, porem, nom deuja sseer rreçebido a algũus autos judiçiaaes nem extrajudiciaes nem auer algũus ofiçios puuricos nem priuados no que, diz, rreçeberia grande agrauo, pedindonos por merçee que lhe ouuessemos ssobre ello algũu rremedjo e o rreleuassemos da dicta jnfamia, em guissa que lhe nom empeçeesse em algũua coussa.

E nos, veendo o que nos asy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e merçee, visto per nos o liuramento que ssobre esto ouue; teemos por bem e rrelleuamollo da dicta jnfamia, posto que em ella encorresse per quallquer guissa que sseja, e rrestituimollo a toda ssua boa fama e honrra e nomeada, asy e pella guisa que a elle auja ante que a dicta jnquiriçom filhasse, per guisa que a dicta jnfamia lhe nom empeeça em algũua coussa que sseja nem lhe embarguem algũus autos judiçiaes nem extrajudiçiaaes nem ofiçios puuricos nem priuados, asy como sse nunca encorresse em a dicta jnfamia. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em a çidade de Lixboa, aos xbiij° dias do mes de julho. Elrrej ho mandou, per o douctor Pero Lobato, sseu vassallo e do sseu dessembargo e das pitiçõoes, e per o douctor Joham Beleauga, dayam da Guarda, outrosy do dicto dessenbargo. Filipe Afonso, o Moço, a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

202

20 JULHO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar de besteiro do conto, se ainda não foi posto, e dos encargos e servidões do concelho Pedro Folgado, residente no Turcifal, em atenção a D. Alvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, o qual assim lho pediu, enquanto com ele vivesse.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 100 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes de Torres Uedras, e a outros quaeesquer juizes e justiças, officiaaes e pessoas a que esto perteençer e esta nossa carta for mostrada, saude.

Mandamosuos que nom ponhaaes nem conssentaaes poer por beesteiro do conto, sse ataa ora posto nom he, Pero Folgado, morador em o Torçifall, termo dessa villa, nem esso meesmo o costrangaaes nem mandees costranger que aja de serujr em nehũus encarregos e serujdõoes do conçelho; porquanto nossa merçee he sseer de todo scusado, pollo dAluaro de Castro, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tio, que nollo por ell pedio. E esto lhe fazemos emquanto for sseu e com ell viuer.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xx dias de julho. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

203

20 JULHO 1450

Carta do infante D. Fernando de Portugal ao conde de Benavente, na qual, em resposta à carta de crença que ele lhe mandara por Diego de la Torre, lhe diz haver falado com el-rei seu irmão sobre a sua tenção, como o dicto bacharel o pode informar (1).

AHNM., *Osuna*, Legajo 3909, n.º 19. Original, em papel, sem selo.

Muito homrrado comde amigo. O jffamte dom Fernamdo uos enuyo muyto saudar, como aaquelle a que queria que Deus desse bõa e homrrada vida.

Façouos saber que rreçeby vossa carta de creença polo bacharel Diego della Torre. E, despois de me per elle seer rrecontada vosa teençam, eu ffaley sobre todo a elrrej, meu ssenhor. E, segundo uos o dicto bacharel pode dizer, trabalhej em ello, por vosa parte, quanto bem pude, por a boa vontade que uos tenho. A quall, homrrado conde amigo, asy pera esto como pera outra algũua coussa de vossa homrra esta oferiçida e bem prestes a ffazer o que me per vosa carta for rrequerido.

Scprita em a çidade de Lixboa, xx dias de julho. Vrbano Aluarez a ffez, 1450.

(as.) Jff.^{e} dõ f.^{do}

(1) Cfr. o Doc. 197.

204

31 JULHO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Eanes, vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel do julgado da comenda do Rodão e seu termo por 5 anos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 141 v.

Jtem, carta de PedrEannes, vassallo, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por coudell do julgado da comenda do Rodam e sseu termo, da feitura desta carta ataa çinquo annos primeiros segujntes, por sseermos çerto que nom auja hi coudel, per nossa carta, etc. Em forma.

Dada em a çidade de Lixboa, postumeiro dia de julho. Elrrej o mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, rricomem do sseu consselho e escpriuam da ssua poridade e coudel moor de sseus rregnos. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

205

3 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, em que declara haver mandado publicar cartas por todo o reino para ninguém partir para D. Pedro, filho do infante D. Pedro, sob pena de perda dos bens para a coroa, o qual se levantara com alguns castelhanos do país e seguira para Castela em seu desserviço, e a doar ao conde de Odemira, seu primo, pelos muitos serviços dele recebidos, os bens de Pedro Carapeto, morador que fora na dita vila e seguira com o referido D. Pedro, junto de quem ainda se conserva em Castela (1).

---

(1) É deveras escassa a cronologia de RUI DE PINA sobre os factos dos anos de 1447, 1448 e 1449, época de que tão-pouco possuímos os livros de registos da chancelaria régia. E assim não é fácil datar a sublevação a que se refere o presente documento. É possível que ao assunto se reporte já o boato denunciado por carta da rainha de Aragão de 5 de Dezembro de 1448, porventura confundido ali o ex-regente com seu homónimo filho o condestável de Portugal (Cfr. o DOC. 210 do nosso volume 9). Em carta de 30 de Dezembro do dito ano ao conde de Arraiolos o duque

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 118, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 94 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que nos mandamos pruuicar çertas cartas, per todos nossos rrejnos, que nenhũa pessoa, de quoallquer estado e condiçom que fosse, se nom partisse pera dom Pedro, filho do jffante dom Pedro, porquanto se leuantou com algũus castellãaos dos dictos nossos rrejnos contra nossa pessoa, rreall estado e se partyo pera

---

de Coimbra, respondendo, entre outras, à acusação de «que meu filho tomara Moura e Serpa», afirma não ser verdade (DOC. 221, p. 354 do retrocitado volume). Contudo, no Memorando enviado por D. Afonso V ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha acerca do ex-regente D. Pedro, depois da sua morte, diz-se que ele «mandou a dom Pedro, seu filho, que aquelle tempo era nosço condestabre, que, por similhante maneyra, açalmasce e abastecesce contra nos os castellos que de nos tinha e ajuntasce os mais homens que podesce, com os quaes, ajudado (?) de algũs seus uezinhos de seus rrejnos em que tinha confiança, fizesse guerra aos nossos naturaes, pera serem combatidos per mujtas partes. E elle, squecendo a obediencia que nos deuia, posposta a piedade da terra de sua natureza, seguio o mao preposito de seu padre» (Cfr. a pág. 77 deste volume). A nomeação do infante D. Henrique para sucessor do condestável D. Pedro no Mestrado de Avis data de 27 de Maio de 1449 e, no diploma, assevera o monarca ter aquele feito «algũuas aasũadas comtra nosso mandado e cometeo taaes erros comtra nosso rreall estado, que lhe comueo partirsse desta terra pera os rregnos de Castella» (Cfr. o DOC. 50). Cfr. também a carta régia de 8 de Abril de 1449, — o nosso DOC. 43.

Do texto de PINA deduzem-se os seguintes elementos concretos. O condestável D. Pedro mantinha-se nas terras do seu Mestrado, talvez por ordem do pai, portanto na comarca de Entre Tejo e Guadiana, e dispunha também dos fronteiriços castelos de Elvas e de Marvão. Por outra parte, o duque de Coimbra achava-se em boas relações com o castelhano Mestre da Ordem Militar de Alcântara. Acrescia o boato de pretender D. Pedro, com auxílio de Castela, prender el-rei e assenhorear-se do governo do reino. De maneira que, estando o condestável na vila de Fronteira, mandou o monarca para lá, como fronteiro-mor, seu primo D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira. Então o Mestre de Avis passou-se a Marvão, em cuja fortaleza demorou alguns dias; aconselhado pelos seus e deixado ali, por alcaide, Artur Gonçalves, que veio a entregar a fortaleza a D. Afonso V, o condestável seguiu com as suas forças para Valência de Alcântara, onde aliás não foi tão bem recebido como esperava (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 108). Os serviços de D. Sancho de Noronha foram depois devidamente recompensados por el-rei: em 13 de Junho de 1449, a doação vitalícia da vila de Aveiro, que fora do falecido infante D. Pedro (ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 118); em 2 de Julho do mesmo ano, a doação da vila de Odemira e dos padroados das igrejas de Mortágua (*Ibi*, fl. 125 v.); em 6 dos ditos mês e ano, azenha, casas e éguas poldras em Aveiro, as quais haviam sido do duque de Coimbra (*Ibi*, fl. 124 v.); em 3 de Agosto de 1450, a doação constante do presente documento; em 30 de Maio de 1451, a capitania de Ceuta (Documentos publicados por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 12, 21, 26 e 51-52); e, em 18 de Setembro seguinte, os bens de Nuno Afonso, escudeiro da vila de Elvas (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 89 v.).

Copyrighted material

os rrejnos de Castella, em nosso desserujço, so pena de quoallquer que ho contrairo fezesse perder todos seus beens, mouees e de rrajz, pera a coroa dos dictos nossos rrejnos. E, nom embargante nossa deffesa e mandado, Pero Carapeto, morador nOdemira, se lançou com o dicto dom Pedro e se ffoy com elle pera Castella, o quoall agora ajnda esta com elle. Polla quoall rrazom nos podemos fazer merçee de todos seus beens, asy moues come rrajz, o que nossa merçee ffor.

E ora, consijrando nos os mujtos e grandes serujços que rreçebemos e emtendemos a rreçeber ao diante do conde dOdemira, nosso mujto amado primo, de nosso moto proprio, liure vontade, çerta çiençia, poder asublluto, sem nollo elle pidir nem outrem por ell, fazemoslhe pura, jmrreuogauell doaçom, antre os viuos valledoira, deste dia pera todo sempre, em tall guisa que nunca em algũu tempo possa ser rreuogada, de todollos beens moues e de raiz que ho dicto Pero Carapeto avia e tijnha, ao tempo que sse asy lançou com o dicto dom Pedro, com todas suas rrendas e dereitos e perteenças, entradas e saidas e com quoaesquer outras coussas e derectos, foros e perteenças que a ellas dereitamente perteençam per quoallquer guissa que seja.

E, em esta doaçom, se nom emtenda a djreita parte que a sua molher, se a tem, perteçer e algũus filhos doutra molher, se a ja teue, porque nom he nossa teençom seer fecto aos ssobredictos perjujzo, no que a elles, per djreito, perteençem; os quoaes com o dicto conde deuem auer e rreçeber suas djreitas partes da mãaoo da djreita sua molher; a quoall partiçam se ffaça como sse per djreito deue ffazer. Os quoaes beens, que asy a nos perteençem, lhe damos e outorgamos, pera elle e todos seus herdeiros e soçessores que depos elle vierem, pera os auerem e os poderem dar e doar e vender e trocar, esquambar e ffazer delles e em elles o que lhe prouuer, como de sua coussa propea e corporall posissom.

E porem mandamos a todollos coregedorres, jujzes, justiças e nossos contadores e almoxariffes, offiçiaaes e pessoas de nossos rrejnos que, presente a djreita molher e filhos, se os hij ouuer, como dicto he, metam em posse o dicto conde da derecta parte de todollos beens moues e rrajz que ho dicto Pero Carapeto avia e pessoya e lhe de djreito perteçia, ao tempo que se asy partyo pera o dicto dom Pedro, e lhos leyxem auer com todas suas rrendas e djreitos e tomar posse dellas, per sy ou per outrem, como lhe prouuer, e lhe alçem quoallquer embargo que lhe sobrello seja posto, porque nossa merçee e vontade he de os elle auer asy e a tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo, ssem embargo de quoaesquer nossas hordenações e lex e djreitos canonjcos e çiuees e grossas e opinjõoes de doutores que em contrairo dello sejam, porque queremos que nom ajam em esto logar.

Dante em Lixboa, iij dias dagosto. Gonçalo Cardooso a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} L.

Copyrighted material

206

7 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido da câmara de Condeixa, dá o cargo de tabelião das notas daquela vila a Pedro Gonçalves Cordeiro, escudeiro do infante D. Henrique, tirando-o a Fernão Rolim, criado do infante D. Pedro, por ele haver estado com o infante em Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 141.

Dom Afonso, pella graça [de] Deus rrey de Purtugall e do Allguarue e senhor de Cepta.

A uos, jujzes e concelho e homeens boons da ujlla de Condejxa, saude.

Sabede que ujmos hũa uosa carta, em a quall nos faziees saber que Fernam Roljm, morador em esa ujlla, tabaliam das notas, era criado do jffante dom Pedro he fora com elle na batalha dAlferobeira contra nosa [pessoa] e rreall estado, he que nos pedjees (1) que uos desemos hy Pero Gonçalluez Cordeyro, escudeyro do jffante dom Anrjquy, meu mujto amado e prezado tio, por tabaliam, asy e polla guysa que o era o dicto Fernam Roljm.

E, ujsto per nos voso rrequjrjmento e querendo fazer graça e merçe ao dicto Pedro Gonçalluez, se asy he que o dicto Fernam Roljm foy na batalha contra nosa pesoa [e] estado; temos por bem e damollo hy, em esa ujlla e termo, por tabaliam, asy e polla gujsa que outrora o sobredicto Fernam Roljm.

E porem uos mandamos que, daquy em diante, o ajaacs hy por tabaliam, como dicto he, e o lejxees husar do dicto ofiçio he auer todallas escrituras e prooes que ao dicto oficio pertençem, segundo que as auja o sobredicto, sem outro embargo que sobre ello ponhaaes. E defendemoslhe que nom huse do dicto ofiçio ataa que, em cada hũ anno, de bos fiadores, aquelles que esto por nos ouuerem de uer, per que ajamos a rrenda que nos do dicto ofiçio he teudo de dar.

O qual Pedro Gonçalluez Cordeyro jurou em a nossa chançellarja aos santos auangelhos que bem e deretamente e como deue obre e huse do dicto ofiçio e guarde artigos he taxaçom que da dicta chancellarja

(1) No ms. *pudjees*.

leua, os quaees lhe faço ler e pobrjcar em conçelho, na primeyra domãa de cada hũ mes, ssob as penas em elles conteudas. E elle huse logo o primeyro mes no crime e, di em diante, huse de todo, como deue de husar.

Outrossy, lhe fazee guardar a ordenaçom per nos feita açerqua dos trages que os tabaljães dos nosos rreinos som tehudos de trager, sob as penas em ella conteuda[s]. Vnde all nom façades.

Dante em a çidade de Ljxboa, a bij dias dagosto. Ellrrey o mandou per o doutor Pedro Lobato, seu uasallo e do seu desenbargo e seu ujçechançeler. Pedro de Barcellos (2), por Gomez Borges, a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} L.

207

9 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Anes, remolar, morador em Lisboa, por ele haver de exercer o seu oficio nas tercenas reais, na ilha da Madeira e em Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 155 v.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 407.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso Annes, rremollar, morador em esta nossa muy nobre e leall çidade de Lixboa, porquanto tem de laurar em as nossas taraçenas e hir laurar, de sseu ofiçio, as jlhas da Madeira e a Çepta e a outras partes a que o mandarmos; teemos por bem e priujligiamollo que nom sirua nem vaa serujr per mar nem per terra, em paz nem em guerra, per nhũua guissa que seja, ssaluo em o dicto seu ofiçio, e nom com outra nhũua perssoa, posto que aja nosso poder pera leuar homens darmas, piãaes e beesteiros, em o quall poder, que asy dermos pera hirem as dictas gentes, nos queremos que sse nom entenda em o dicto Afonso Annes, rremollar, ca nossa merçee he que sirua nas dictas taraçenas e nas outras partes hu nos mandarmos, como dicto he.

Outrosy, mandamos que nom pague em nemhũus nossos pedjdos, peitas, fintas nem talhas nem seruiços nem prestidos nem taixas nem adua

(2) No ms. *Barcelhos*.

nem estacada nem em outros nemhũus encarregos que per nos nem per o conçelho ssam ou forem, daqui en deante, lançados per quallquer guissa e maneira que seja, nem uaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nemhũus encarregos do dicto conçelho.

Outrosy, mandamos que o dicto Afonso Annes nom seja beesteiro contra sua uontade, posto que pera ello aja conthia.

Outrosy, mandamos que nom poussem com elle, em as suas cassas de morada nem adegas nem lhe tomem suas bestas nem pam nem vinho nem rroupa nem palha nem çeuada nem lenha nem galjnhas nem outra nemhũua coussa do seu contra sua uontade, posto que nos sejamos em a dicta çidade ou em seu termo, porquanto nos queremos que elle seja nosso jssento.

Outrosy, nom seja cadrilheiro nem vintaneiro nem titor nem curador de nemhũas pessoas contra sua vontade, su pena dos nossos emcoutos de seis mjll soldos, que mandamos que pague pera nos quallquer que lhe contra esto ffor. E ao nosso almuxariffe que os rrecade pera nos, sub pena de os pagar de sua cassa, em tresdobro. E este priujlegio lhe seja guardado emquanto ell seruir e ffor prestes pera seruir em os dictos lugares, por nosso seruiço.

E porem mandamos ao nosso corregedor, juizes e justiças da dicta çidade e ao nosso almoxarife e a outros quaeesquer nossos ofiçiaees e pessoas a que esto ouuerem de ueer per quallquer guissa que seja, que asy lhe conpram e guardem este nosso priujlegio, pella guissa que em elle he contheudo, e lhe nom vaades nem consentaees hjr contra elle em nemhũa maneira que seja, em tall guissa que se nom uenha a nos mais agrauar sobrello, senom seede çertos que uollo estranharemos grauemente. Vnde al nom ffaçades.

Dada em a dicta çidade, ix dias do mes dagosto. Ruj Meendez a ffez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e çinquoenta annos. E esta carta lhe nom gardarees se aseelada nom ffor.

208

10 AGOSTO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro Afonso, criado do infante D. Henrique, em escrivão das sisas gerais e dos vinhos de Cala, no couto de Alcobaça.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 121.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Aluaro Afonso, criado do jfante dom Anrrique, meu tyo, etc., per que o damos por escpriuam das nossas sisas jeeraaes e vinhos da Cala, couto dAlcobaça, asy e pella guissa que o ataa ora foy. Carta em forma.

Dada em Lixboa, x dias dagosto. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. Joham Gonçalluez a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.

209

13 AGOSTO 1450

Sentença de el-rei D. Afonso V, dada no seu Desembargo, em pleito decorrente entre Lançarote Pessanha, almirante do reino, como autor, representado por seu pai, Rui de Melo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e Álvaro Pires, procurador dos feitos régios, como réu, na qual foi julgado não dever o monarca pagar ao almirante a tença anual de 300.000 libras, outorgada por el-rei D. Dinis ao almirante Manuel Pessanha, em virtude da prescrição a favor do soberano, por não haverem os almirantes mantido os 20 homens de Génova a que os obrigava o alegado contrato dionisino.

ANTT., *Gaveta* 10, maço 9, n.º 1, original em pergaminho, com selo de cera branca, pendente de trancelim azul e branco, — texto que se reproduz; e *Direitos Reais*, liv. 1, fl. 186.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 478-79. Sumariada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 2. p. 621, n.º 1744, onde se lê «trezentas libras» por «trezentas mil libras».

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta de ssentença virem fazemos saber que preito e demanda era hordenada em a nossa corte, perante nos, antre Ruy de Melloo, fidalgo da cassa do jfante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tyo, em nome de seu filho miçe Lançarote Peçanho, almjrante de nossos rregnos e senhorio, como autor, da hũa parte, e Aluaro Piriz, procurador dos nossos fectos, rreeo, da outra, dizendo o dicto Ruy de Melloo, em nome do dicto seu filho, como seu legitimo amjnjstrador, contra o dicto nosso procurador que asy era verdade que, per elrrey

dom Denjs, da escrareçida memoria, cuja alma Deus aja, quando estabelleçera e hordenara este feudo almjrantado, fora permetido e outorgado, em seu nome e de todollos seus herdeiros e soçesores que pellos tempos fossem rreis destes nossos rregnos, a mjçe Manuell Paçanho, premeiro almjrante que destes nossos rregnos fora, e a todos seus herdeyros e socesores que pellos tempos fosem almjrantes delles que ouuesem, em cada hũu anno, de teença e em nome de teença, do dicto rrey dom Denjs e dos outros rreis que depos elles veesem, trezentas mjll liuras, segundo dizya que em o preujllegio do dicto rrey dom Denis mais compridamente era contheudo (1); e que, porquanto ora o dicto sseu filho era almjrante dos dictos nosos rregnos, nos pedia que lhe mandasemos dar e pagar, em cada hũu anno, as dictas trezentas mjll liuras que asy haujam de teença os almjrantes que ante elle foram e asy como as ouuera mjçe Callrros Peçanho, auoo delle, dicto mjçe Lançarote, seu filho, em seendo almjrante, em tempo delrrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja;

Dizendo o dicto nosso procurador, em nosso nome, que nos nom eramos tehudo nem obrigado a dar nem pagar as dictas trezentas mjll liuras de teença pedidas per elle, dicto autor, porquanto os almjrantes destes dictos nossos rregnos, segundo a forma do dicto preujllegio alegado per elle, dicto autor, eram tehudos e hobrigados a teer e a manteer continoadamente, aa sua propia custa, vijnte homeens de Genoa sabedores de mar e taes que fossem auctos e jdonjos e perteençentes pera seerem alcaydes e arrayzes de gallees e que, com tall condiçom, foram prometidas e postas de teença, per o dicto rrey dom Denjs ao dicto mjçe Manuell e aos almjrantes que depos elle fosem, as dictas trezentas mjll liuras, segundo que dizya que em o dicto preujllegio claramente era contheudo, e que elle, dicto mjçe Lançarote, autor, nem eso meesmo os outros almjrantes que ante elle foram nom compriram a dicta condiçom nem manteueram os dictos vijnte homeens de Genoa, segundo eram theudos; e mais, que nos estauamos em posse, per dez, vijnte, trinta annos e mays, per tanto tempo que a memoria dos homens nom era em contrairo, de nom pagarmos as dictas trezentas mjll liuras, per bem da qual perescripçom, eso meesmo nom eramos tehudo nem obrigado a dar e pagar a dicta teença.

E nos, visto o dizer e rrazões danbollas partes, antes que em ello dese-

---

(1) No contrato de el-rei D. Dinis com o genovês Manuel Pezagno ou Pessanha, de 1 de Fevereiro de 1317, lê-se: — «Outrossi eu, miçer Manuel, e os meus sucessores que este feu herdarem deuemos teer sempre vijnte homeens de Genua sabedores de mar, taaes que seiam conuenhaujs pera alcaydes de galees e pera arrayzes e que uos sabham bem seruir per mar nas uossas galees, cada que uos quiserdes e uos comprir seu seruiço, e deuemolos teer a nossa custa continuadamente, enquanto os nom ouuerdes mester que seiam prestes quando mester for, pera uos seruirem nas uossas galees» (Em SILVA MARQUES, *Obra e vol. supracitados*, p. 29).

mos final liuramento, mandamos a Paay Rodriguez, nosso contador moor, que screpuesse logo aos contadores que estam em os contos que estam em a nossa çidade de Lixboa, enuiando-lhes dizer, da nossa parte, em como a nosso serujço compria de se saber se em tempo delrrey dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, o dicto mjçe Calrros, auoo do dicto mjçe Lançarote, autor, ouuera algũu pagamento da dicta teença; o quall Paay Rodriguez lhes escrepueo sobrello, da nossa parte. E elles, em comprimento do dicto mandado, buscaram as rrecadações antigaas que a esto perteençiam e rrescrepueram, per sua carta, o que nas dictas rrecadações acharam. A quall carta, que asy ao dicto Paay Rodriguez sobrello enujaram, perante nos foy apresentada. E as dictas partes rrazoaram tanto sobrello perante nos, per pallaura e alegando cada hũu, por sua parte, do seu direito, em tanto que, visto per nos todo, em rrollaçom com os do nosso desenbargo, presente as dictas partes;

Acordamos que, visto o preujllegio do almjrantado e a carta que foy enujada a Paay Rodriguez e como Ruy de Meloo foy ouujdo e o nosso procurador e a enformaçom que se desta teença ouue per algũus que a ujram rrequerer ao conde dom Pedro (2) a elrrey dom Eduarte, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, que nos nom somos obrigados ao dicto Ruy de Melloo a lhe dar a dicta teença, per bem de seer almjrante, vista a perescpriçom que se causou ja em tempo delrrey dom Joham meu auoo, cuja alma Deus aja, contra os almjrantes, por nom teerem os homeens genoeses sabedores de mar, como eram obrigados. Porem, mandamos que asy se compra e guarde em todo como per nos he acordado e achado, sem se mais acudir com a dicta teença ao dicto almjrante. E esto se compra em todo, sem algũu outro enbargo que a ello seja posto.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leall çidade de Lixboa, xiij dias do mes de agosto. Elrrey o mandou, per Lopo Gonçaluez, doutor em lex, seu vassallo, do seu desenbargo e juiz dos seus fectos. Joham de Lixboa, scpriuam dos fectos do dicto ssenhor, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e cinquoeenta annos.

(as.) Lopus doctor legum.

---

(2) Alusão ao conde D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, 1.º conde de Vila Real e 2.º conde de Viana do Alentejo, a quem seu sogro, mice Carlos Pessanha, neto de Manuel Pessanha, cedeu o almirantado pelos anos de 1433, mas que o retomou depois de 1437, por D. Pedro não haver tido descendência da filha de mice Carlos (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, 2.ª ed., p. 195, e a bibliografia ali citada).

210

15 AGOSTO 1450

Carta de Rodrigo Afonso de Melo, almirante do reino por seu filho menor Lançarote Pessanha, a nomear Pedro Rodrigues de Castro, cavaleiro da casa de el-rei, para, em nome daquele e de seu filho, o substituir em Lisboa no ofício do almirantado, por motivo de Rodrigo de Melo residir habitualmente no Algarve e achar-se ocupado noutras coisas do serviço régio (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 179 v., inserta na de confirmação régia de 19 de Setembro de 1450, — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 480.

A quantos esta carta virem, de Rodrigo Afonso de Mello, que, por autoridade delrrej, nosso ssenhor, tenho carego do almjramtado, por meu filho miçe Lançarote. almjrante destes seus rregnos de Purtugal e do Algarue.

Faço saber que, comsijramdo eu como o serujço do ssenhor rrej bem a proueito da sua terra he compridoiro de em esta muy [nobre] e liall çidade de Li[x]boa estar eu ou outra algũa perssoa que, por mym e em nome do dicto meu filho, tenha carrego do dicto oficio;

E, porquamto eu soo[m] morador no Algarue [e] eso mesmo som ocupado em outras coussas, por serujço delrrej, que em esta çidade no[m] possa estar comtinoadamente; confiamdo em a bomdade e descriçom de Pero Rodrjguez de Crasto, aquy morador, caualleiro da cassa do dicto senhor, por emtemder que he tall pessoa que ama o seruiço do dicto senhor e serujra bem, leallmente e como deue; por carta, lhe cometo e dou carrego do dicto ofiçio do almjramtado, que, em meu nome e do dicto meu filho, almjramte, com todos os poderes e autoridades que, pollo dicto senhor rrej, com o dicto ofiçio ao dicto meu filho e a mym, em seu logo, ssom dados e comjtidos, em cartas e priujlegios que do dicto ofiçio temos he contheudo, que possa liuremente hussar delle e serujr e dizer [e] mandar todo aquello que ao dicto oficio dalmjramtado perteeçe, asy e tam compridamente como eu ou o dicto meu filho fariamos, semdo presemtes.

Porem, mando a todollos ofiçiaees do dicto almiramtado que lhe obideeçam e guardem seus mandados, como fariam a mjm ou ao dicto meu

---

Cfr. os DOCS. 35, 151, 167, 209 e 222.

filho, sse presemte fossemos. E, por sserdes çertos, mandey dar ao dicto Pero Rodrjguez esta carta, asijnada per mym e seelada do sseello do almjramte.

Dada em a dicta çidade de Lixboa, xb dias do mes dagosto. Pedro Annes a fez. Ano do naçimento de mjll iiij^{c} e L annos.

211

28 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Frederico, rei dos romanos, a acusar as letras que lhe mandara por seu arauto Steyrland, a dizer-lhe que o embaixador do rei de Portugal apenas chegara três dias depois daquele e a rogar-lhe mande embaixador ou embaixadores seus, devidamente instruídos; pois o embaixador do soberano português os aguardará ali, a fim de ultimarem o assunto (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2546, fl. 10.

Alfonsus, Dei gracia rex Aragonum, Sicilie citra et ultra farum, etc. Serenissimo et jllustrissimo principi Frederico, romanorum regi semper augusto, fratri nostro carjssimo, salutem et prosperorum successuum jncrementa.

Serenissime et jllustrissime princeps, frater noster carissime. Litteras vestras nobis reddidit dilectus et deuotus noster Steyrland, heraldus vester, quibus plene jntellectis, vobis significamus quod, licet in ipsius heraldi aduentu, orator serenissimi regis Portugalie, nepotis nostri carissimj, nondum aduenisset, post tamen tres dies aduenit. Quo nobis sumopere placuisset vt etiam oratores vestri applicuissent, vt haberetur tractatus horum que vicissim tractarj habent.

---

(1) *A margem do registo:* «non bene hic, sed jn curje j°.», — livro hoje não identificável, se é que existe; pois os livros de registo de O Magnânimo foram encadernados posteriormente, com diferente ordem dos cadernos, perdidos alguns destes. O assunto a que se referem o presente documento e o seguinte é o do casamento da infanta D. Leonor de Portugal com Frederico, rei dos romanos, o qual veio a celebrar-se em 9 de Agosto de 1451.

Cumque hec res moram haud patiatur, vos affectuosissime rogamus vt, quam primum jdem heraldus applicuerit, oratores seu oratorem vestrum plene jnstructum ad nos mittere velitis. Quonjam proculdubio speramus quod, aduenjentibus cito, eisdem oratoribus seu oratore vestrjs, res de qua agi debet finem votiuum assequetur. Nos enjm, jnterea, dictum oratorem regis Portugalie hic expectare faciemus. Quod reliquum est, ipsi fraternitati vestre significamus nos, Deo fauente, tam de persone jncolumjtate quam status regnorum nostrorum conditione et tranquillitate secunde procedere, jllud idem de vobis sepius jntelligere gliscentes.

Datum jn Turrj Octauj, die vicesimo octauo augusti, anno a natiuitate Dominj M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Serenissimo et jllustrissimo principi Frederico, romanorum regi semper augusto, fratrj nostro carissimo.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

212

28 AGOSTO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, de recomendação de Steyrland, arauto de D. Frederico, rei dos romanos, o qual retira da sua cúria e vai tratar de alguns negócios do rei aragonês junto daquele monarca (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2546, fl. 10 r.-v.

Alfonsus, etc. Vniuersis et singulis principibus, ducibus, marchionibus et commjtatibus, comjtibus et baronibus, tam huius regnj quam alibi vbicunque existentibus, amicis et deuotis fidelibusque nostris dilectis, salutem ac gratiam et bonam voluntatem.

Recedit, jmpresentiarum, e nostro conspectu Steyrland, heraldus serenissimj et jllustrissimj principis Frederici, romanorum regis semper augusti, fratris nostri carissimj, et ad presentiam dicti serenissimj roma-

(1) *A margem do texto, lê-se, no Registo:* — «Non bene hic, sed jn chancelarie Neapolis xviij», — livro hoje não identificável.

Copyrighted material

norum regis, pro nonnullis nostris negocijs exequendis, se confert, quem cupimus salubrjter proficisci.

Eam ob rem, vos, amicos et deuotos nostros, rogamus affectuose, subditisque et vassallis nostris predictis dicimus et mandamus firmjter et expresse, sub jre et jndignationjs nostre jncursu, quatenus eundem Steyrland heraldum, ob nostre maiestatis reuerentiam, recomissum suscipientes, libere transire permittatjs nec exigatis vel exigi permittatis ab eodem aliquid pro jure passagiorum, qujnymo eum jmmunem esse velitis, vt vobis, amicis et deuotis nostris, teneamur ad simjlia et maiora, fideles vero nostros valeamus de obediencie promptitudine merjto comendare.

Datum jn castro nouo Neapolis, die xxbiij augusti, xiij^{a}. jndictione, anno a natiuitate Dominj M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.

213

29 AGOSTO 1450

Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor do mestre em teologia Fr. Afonso Velho, dominicano, confessor do dito infante e embaixador ao pontífice, a pedir lhe sejam concedidos vitaliciamente três benefícios eclesiásticos, seculares ou religiosos, sendo um deles priorado ou dignidade conventual, e duas igrejas paroquiais, não catedrais ou colegiadas, embora tais benefícios sejam reservados à Santa Sé, e ainda com preferência sobre capelães e familiares do rei de Portugal, podendo ficar com quaisquer benefícios no dito país, sob forma de comenda, até à quantia de 1.000 florins de ouro, anualmente.

A.V., *Reg. Suppl.*, vol. 446, fl. 149.

Beatissime Pater.

Deuota creatura vestra, Henricus Portugalie jnfans, ad deuotum oratorem sanctitatis vestre Alfonsum Velho, ordinis fratrum predicatorum professorem ac sacre theologie magistrum, ipsius jnfantis confessorem, ad sanctitatem vestram nuper destinatum ambassiatorem, propter suas virtutes et merita, singularem habet dilectionis affectum, suppli-

cat (1) prefate sanctitati quatenus sibi, personam (2) dictj Alfonsi specialem gratiam facienti, tria beneficia ecclesiastica, cum cura uel sine cura, secularia aut quorumuis ordinis regularia, vbicunque infra regnum Portugalie consistencia, etiam dispositioni apostolice generaliter reseruata, cuiuscunque taxe seu annuj valoris, etc., etiam si vnum prioratus siue prepositura aut dignitas conuentualis, etiam curatum et electum, aut duo ipsorum due parrochiales ecclesie uel earum perpetue vicarie fuerint, dummodo aliquod eorum in cathedrali uel collegiata ecclesia non existat, vacantia seu vacatura, prefato Alfonso, per eum, quoad vixerit, tenenda, regenda et etiam gubernanda, commendare digneminj, de gratia speciali et cum non obstantibus ac clausulis oportunis.

Fiat ut petitur, de vno curato uel prioratu non conuentuali, cuiuscunque taxe. T.

Et cum prerogatiuis, antelacionibus, excepcionibus, declaracionibus et jndultis in confectione litterarum per eum exprimendis, jta quod, in predictorum beneficiorum assecucione, preferatur etiam capellanis, familiaribus et dilectis domini regis Portugalie ac etiam illis qui habent prerogatiuas, etc., ac declarationes, etc., ad jnstar descriptorum familiarium vestrorum seu forsan quod illis ac cardinalibus preferantur, etc.

Fiat ad jnstar nominatorum regis. T.

Jtem, quod possit tenere in commendam, quoad uixerit, quotcunque et qualiacunque beneficia vacantia, secularia et regularia, vsque ad summam mille florenorum aurj de camera, in eorum fructibus, etc., annuatim ascendencia, in regno Portugalie consistencia, etiam dispositioni apostolice generaliter reseruata, etiam si prioratus aut dignitates etiam conuentuales et vna ipsarum dignitatum abbacialis ac curata et electa ac quecunque existant, si canonice sibi conferantur aut assumatur uel eligatur et confirmetur seu presentetur et jnstituatur ad jlla, etc.

Fiat quod possit tenere vnum beneficium in commendam, cuiuscunque taxe. T.

Datum Fabrianj, Camerinensis diocesis, quarto kalendas septembris. anno quarto.

R. Datarie.

---

(1) No ms. *supplicant.*

(2) Talvez devesse ser *in persona.*

214

2 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a João de Almeida, fidalgo do infante D. Henrique, a terra e celeiro de Moçâmedes, na freguesia de S. Miguel do Mato, julgado de Lafões, como ele os havia por carta de el-rei D. Duarte, de 9 de Janeiro de 1434.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 152, — donde se reproduz; *Chancelaria de D. João III*, liv. 6, fl. 187, e liv. 67, fl. 218 v.; em leitura nova, *Beira*, liv. 1, fl. 184, e liv. 3, fl. 20 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte de Joham dAlmeyda, fidalgo do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tio, nos foy mostrada hũua carta delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus haja, asijnada per elle e asseellada do sseu seello pendente, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina citada, — o DOC. **118** *do nosso vol. 4.*

Pedindonos ora o dicto Joham dAlmeyda, por merçee, que lhe outorgasemos a dicta terra e çelleiro de Maçamedes.

E nos, visto sseu rrequerimento e as mujtas e grandes rrazõoes que teemos pera lho outorgar e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lhe outorgamos e confirmamos a dicta terra e celleiro de Moçamades, assy e pella guissa que na dicta carta e em esta nossa confirmaçom he contheudo.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores, almoxarifes, corregedores, juizes e justiças, offiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que lha conpram e guardem e façam conprir e guardar como em ella faz mençom, ssem outro algũu enbargo que lhe sobrello ponham.

Dante em Sintra, ij dias de setembro. Ruy Diaz a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

Copyrighted material

215

7 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Dias, morador em Lagos, armador das pescarias do infante D. Henrique, a pedido deste (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 88 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes de Lagos, e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Diaz, morador em o dicto lugar, armador das pescarias do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tyo, que nollo por ell pedio;

Teemos por bem e priuiligiamollo que, daqui em diante, nom sirua nem vaa serujr, per mar nem per terra, em paz nem em guerra, a nehũuas partes que seiam, saluo com o nosso corpo ou com os jfamtes meus jrmão e tyos, e nom com outra nehũua persoa, posto que aia nosso poder pera leuar homeens darmas, piãaes e beesteiros; o quall poder que assy dermos, pera hirem as dictas jeemtes nos queremos que sse nom entenda em o dicto Joham Diaz, ca nossa merçee e vontade he de ell nom serujr com outro nehũu, saluo comnosco ou com os dictos jfantes, meus jrmãao e tyos, como dicto he.

Outrossy, queremos que nom page em nehũu pedido que per nos seia lamçado, nem esso meesmo em nehũuas peitas, fintas, taalhas que ora ou daqui em diante, per nos ou per esse concelho, sam o forem lançados per quallquer modo que sseiam, nem vaa com pressos nem com djnheiros, nem sirua em outros nehũus encarregos nem seruidõoes do dicto conçelho, nem page jugada nem oytauo de pam, vinho nem doutra cousa que aja. E esto sse entenda em as terras nossas ou que algũus de nos teem, enquamto nosa merçee for; porque, das terras que algũus

---

(1) Embora a não cite, a presente carta é mera confirmação da do regente D. Pedro de 18 de Janeiro de 1445, — o DOC. 164 do nosso vol. 8. Supomos tratar-se do João Dias referenciado nos caps. 19, 58 e 67 da *Crónica dos feitos de Guiné*, — os textos 111 do nosso vol. 8 e os 2 e 9 do nosso vol. 9. Sobre a base náutica do infante D. Henrique em Lagos pode ver-se DIAS DINIS, *O espólio henriquino da vila de Lagos*, em seus *Estudos Henriquinos*, vol. 1, ps. 275-87.

Copyrighted material

teem, per doaçom de jurderdade, ou a elles perteençem, de sua erança ou per outro quallquer modo que a propiadade seia sua, nos o nom escusamos, ca nom tolhemos aos corregedores ou a outras persoas que de nos terras tem de jurderdade que lhes ell nom page seus direitos, sse em ellas morar ou a elles for obrigado.

Outrossy, nom poussem com ell em suas casas de morada, adegas nem caualariças, nem lhe tomem bestas de sseella nem dalbarda, pam, vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas, gaados nem outras nehũas cousas do sseu contra sua vomtade, porquanto nos queremos que ell seia nosso jsento e que nom aja com ell de veer outro, saluo nos.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores e sacadores e rreçebedores dos nossos pedidos e ao nosso pousentador moor e ao da rrainha, mjnha molher, e dos jfantes, meus jrmãaos e tyos, e aos juizes e coudell e pousentador da dicta villa e a todallas outras nossas justiças e a outros quaeesquer a que o conheçimento perteençer per quallquer guisa que lhe compram e guardem e façam bem conprir e guardar esta nosa carta, assy e pella guisa que em ella he contheudo, e lhe nom vãao nem consentam hir contra ella. E sse lhe alguem contra ella for, mandamos a quallquer tabaliam de nosos rregnos que o enpraze que, do dia que o enprazar a oyto dias primeiros segujntes, pareeça perante nos, a dizer quall he a rrazom [por] que nom conprem esta carta como em ella he contheudo.

Dada em Sijntra, bij dias de setembro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de mjl iiij^{c} L.^{ta}

216

7 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vicente, piloto, morador em Lagos, servidor do infante D. Henrique, com caravela própria, o qual fora a algumas partes fora do reino, por serviço do dito infante, a pedido deste (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 109 v.

---

(1) Também Martim Vicente fora já privilegiado pelo regente D. Pedro em 26 de Setembro de 1443 e, com o anterior, tomara parte nas expedições de 1444 e 1445 ao ocidente africano (Cfr. os DOCS. 59 e 111 do nosso vol. 8 e os DOCS. 2 e 9 do vol. 9).

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Martim Viçemte, piloto, morador em Lagos, a rrequerimento do jfamte dom Hemrrique, meu muyto prezado e amado tyo, porquamto nos disse que he muyto sseu seruidor e foy algũas partes fora destes rregnos por sseu serujço; teemos por bem e preujligiamollo e queremos que sseja escusado de pagar em nehũuas peitas, fimtas, talhas que, agora ou daquy em diamte, per nos nem per o comcelho da dicta villa som ou forem lamçados per qualquer guissa.

Outrossy, queremos que o nom ponham por beesteiro do comto nem o costrangam que sseja titor nem curador de nehũuas pessoas, saluo sse a titoria for lidema, nem uaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nehũus emcarregos e serujdõoes do dicto comcelho.

Outrossy, queremos que nom poussem com ell, em suas casas de morada, adegas nem caualariças nem lhe filhem delas rroupa de cama, alfayas de cassa, pom, vinho, palha, lenha, galinhas, gaados, bestas de sella nem dalbarda nem outra algũua cousa do sseu comtra sua vomtade nem lhe tomem ssua carauela pera nehũa seruidom do comcelho.

E porem mandamos aos juizes e justiças da dicta villa e aos veedores da nossa fazenda, sacadores e rrecebedores dos nossos pedidos e ao nosso poussemtador moor e ao da rrainha, mjnha molher, e dos jfamtes, meus jrmãaos e tyos, e a outros quaaesquer a que esto pertemçer e esta nossa carta for mostrada, que o nom costramgam nem mamdem costramger pera nehũa das ssobredictas coussas e lhe conpram (2) e guardem e façom bem comprir e guardar esta nossa carta como aquj he comth[e]udo e lhe nom uãao nem conssemtam hir comtra ella em algũa maneira. E, sse lhe alguem comtra ela for, mamdamos a qualquer tabaliam dos nossos rregnos que o empraze que, do dia que o emprazar a oyto dias primeiros sseguimtes, pareça peramte nos, a dizer qual he a rrazom por que lhe esto nom conprijs.

Dada em Simtra, bij dias de ssetembro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de Nosso Senhor de mjl iiij^{c} L. Ruy Galuam a fez escpreuer.

---

(2) No ms. *conprar*.

217

7 SETEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gil Vasques, residente em Lagos, a pedido do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 109 v.

Jtem, outra carta, doutro tal theor como ha acima (1), de Gil Vaasquez, morador em Lagos, a rrequerimento do ssobredicto (2).

Dada em o dicto logar, etc., de Sintra, bij dias de setenbro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L. Ruy Galuam a fez escpreuer.

218

8 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Chipre, de recomendação de Lisbos, arauto do rei de Portugal, o qual vai em peregrinação aos Lugares Santos (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2546, fl. 19 v.

Serenissimo principi Johanni, regi Ciprj, fratri nostro carissimo Alfonsus, etc., fraternos affectus.

Accessit ad loca peregrinationis sancte Lisbos, heraudus serenissimi regis Portugalie, nepotis nostri carissimj. Et, quia per loca vestra tutior erit illi accessus, eum vobis commendatum plurimum facimus. Erit,

---

(1) A carta que, na chancelaria, precede esta é a retrolançada, de Martim Vicente. Gil Vasques participou também na expedição de Lançarote (Cfr. o DOC. 111 do nosso vol. 8). Fora já privilegiado em 26 de Setembro de 1443 (*Ibi*, DOC. 57).

(2) O infante D. Henrique.

(1) Seguem-se-lhe, no mesmo registo, outras duas cartas, uma de recomendação do mesmo arauto régio ao Mestre de Rodes e a outra de recomendação geral às autoridades das terras por onde ele passar (fls. 19 v. e 20 v.).

enim, nobis summe gratum, si ille, tam in accessu quam reditu, vobis commendatum extiterit, pro quo vos deprecamur obnixe. Et vbi aliqua ex regnis his nostris vobis accepta sint, prompto animo, pro vobis nos facturos jntelligetis.

Datum jn Turri Octauj, die viij mensis septembris, anno Dominj M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Dirigitur regi Ciprj.

Dominus rex mandauit mihi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

219

10 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Paio Rodrigues, de Penafiel, residente em Barcelos, criado do duque de Bragança e a pedido deste, para recebedor dos 10 reais de Ceuta a cobrar no almoxarifado de Guimarães, em substituição de Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, o qual renunciara ao cargo, por doente de dor de pedra.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 94 v., — donde se reproduz. Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 410-11.

Dom Afonso, pela graça de Deus, rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta vjrem fazemos saber que, por parte de Uasco Jorje, escudeiro do jfante dom Anrique, meeu mujto preçado e amado tyo, rreçebedor dos dez rreaes da seruentia da nossa çidade de Çepta em ho almoxerifado da ujla de Guimarãaes, nos foy apresentado hũu estormento de rrenunçiaçom, per ho qual sse mostraua que, porcanto eelle era doente de door de pedra e em tal despoçiçom que nom podia serujr ho dicto ofyçio, eell ho rrenunçiaua em nossas mãaos, pera o darmos a quem nossa mercee fosse.

O qual visto per nos e, querendo do dicto ofyçioo fazer graça e merçee a Paayo Rodriguez de Penafyel, nosso vassalo, morador em a uila de Barçellos, criado do duque de Bragança, meeu mujto preçado e amado tyo, pollo do dicto duque, que nolo por ell enviou pedyr; e, confyando delle,

que ho fara bem e como conpre a nosso serujço; temos por bem e damolo por rreçebedor dos dictos dez rreaes da seruentia da dicta nossa çidade de Çepta que sse rrecadom no dicto almoxerefado de Guimarrãaes, asy e pela guissa que ho ataqui foy o dicto Vasco Jorje.

E porem mandamos ao nosso vedor da fazenda e ao contador das coussas da dicta çidade de Çepta e ao nosso contador da dicta comarca e a outros quaeesquer a que ho conjçimento desto pertençer, per qualquer guissa que seja, e esta nossa carta for mostrada, que ajam o dicto Paayo Rodriguez por rreçebedor dos dictos dez rreaes que sse asy rrecadom pera dicta çidade, como dicto he, e outro nenhũu nom, e o leixem serujr e hussar do dicto ofyçio e auer seu mantjmento, asy e pella guissa que ho ataqui ouue ho dicto Vasco Jorje, sem lhe poendo sobrello outro algũu embargo, em maneira algũa que seja; ao qual Paayo Rodriguez nos mandamos e defendemos, so pena do hofyçio e beens, que nom rreçeba nem despenda coussa algũa que ao dicto ofyçio pertença, saluo perante ho escpriuam de seu hofyçio, pera todo asentar em seu ljuro e nos auermos booa rrecadaçom do nosso. O qual Paayo Rodriguez jurou na nossa chançalarya aos sanctos auanjellos que, bem e dereytamente, hussee do dicto hofyçio e guarde a nos ho nosso serujço e o poboo seu dereyto.

Dada em Syntra, dez dias de setenbro. Martjm Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesuu Christo de mjll e quatroçentos e çinquoenta annos. Esta carta lhe nom gardees sse nom for sellada. E eu, Ruy Galuam, saquartario do dicto ssenhor rrey e caualeiro de ssua cassa, a fez escpreuer. Pagou de rregisto xxb rreaes.

220

18 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etiópia, a dizer-lhe haverem estado consigo Pedro Rombolo de Messina, vassalo do rei aragonês, servidor e súbdito daquele imperador, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, seus embaixadores, que primeiro se avistaram com o santo padre, os quais lhe expuseram os pedidos do imperador, a que ora responde: quanto aos mestres e artífices que lhe solicita, apenas lhe manda alguns, pela insegurança da viagem, pois os treze mestres em diversas artes que lhe pedira seu irmão pereceram no caminho, por não poderem passar; pelo mesmo motivo da insegurança não lhe envia os panos de brocado e de

finissima lã, vasos de ouro e de prata e demais coisas solicitadas, o que fará com muito gosto quando ele lhe garanta via segura; diz-lhe que logo que possa enviará à terra dos mouros 150 fustas, entre naus e galés, para passarem à Casa Santa de Jerusalém, pelo que lhe roga deixe correr as águas para o Alcayre, ponha gente na sua fronteira e, enfim, oiça o que lhe transmite por seus embaixadores como se lho dissera ele próprio (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2658, fl. 57 r.-v., — donde se reproduz. Publicada por FR. CERONE, *La politica orientale di Alfonso di Aragona*, p. 64.

Jllustrissimo e sserenissimo principi domino Zere Jacobo, filio Dauid, de domo Salomonis, jmperatori Ethiopie, fratri et amico nostro carissimo. Alfonsus, Dei gratia rex Aragonum, etc., salutem et prosperos ad vota successus.

Jllustrissime et serenissime princeps, frater et amice noster carissime. Sonno stati da noi li nobili homini Pero Rombolo de Messina,

---

(1) Como fizemos nos volumes anteriores, continuamos a editar os textos recolhidos directamente no «Archivo de la Corona de Aragón», em Barcelona, alusivos às relações do Ocidente, especialmente da Península, com a Etiópia, com cujo Negus o infante D. Henrique desejava contactar, segundo a *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 16, — a ps. 75-78 do nosso vol. 8. A teor do presente texto e do seguinte, o siciliano Pedro Rombolo, o etíope Fr. Miguel e o muçulmano Anamer Jundi, embaixadores do Negus, sobre cuja identificação se pode ver o estudo de DE WITTE abaixo citado, haviam-se dirigido a Roma onde, em lugar de relevo e, segundo parece, junto do futuro S. Tiago da Marca, assistiram à cerimónia da canonização de S. Bernardino de Sena (Cfr. CHARLES-MARTIAL DE WITTE, O. S. B., *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450*, p. 289). Dali se dirigiram à corte do rei de Aragão, em Nápoles, pagas as despesas da viagem e do funcionário pontifício que lá os acompanhou, Domenico di Carmignola, pelo papa Nicolau V, segundo as ordens de pagamento extraídas pelo citado historiador da chancelaria papal e por ele editadas assim como o respectivo salvo-conduto (*Ibi*, ps. 296-97, datadas de Junho e Julho deste mesmo ano de 1450).

Estes embaixadores do imperador da Abissínia foram portadores de dupla mensagem, para o papa e para o soberano aragonês, como este declara na sua segunda missiva — «nonnulla, tam sanctissimo domino nostro pape, quam nobis, nomine ipsius jmperatoris, explicaverunt». E haviam de tornar à Europa, segundo a mesma fonte: «denuo ad nos redituri sunt». Conjectura DE WITTE, avisado historiador e nosso ilustre colaborador, «que ce message parlait d'une entente avec les chrétiens d'Occident dans le double domaine religieux et militaire en vue de se retourner contre l'ennemi commun: l'Islam. La victoire qu'il (o Negus) avait remportée en décembre 1445 sur le sultan d'Adal et d'Ifât avait, peut-être, encouragé Zar'a-Yâ<qob à tenter de plus vastes entreprises» (*Ibi*, p. 287). Na realidade, porém, desconhece-se concretamente o objectivo principal da embaixada etíope ao papa; e, pelo que respeita ao soberano de Aragão, apenas transparece da carta dele ao Negus que este

Copyrighted material

vassallo nostro e sseruitore e ssubdito de vostra excellencia, fratre Michele, priore de Sancta Maria de Cadaber, Anamer Jundi, vostri ambaxaturj, li quali, essendo pero prima stati con nostro ssenyore lo papa, ne hanno explicato tucto quanto voi lo conmetteste che, da vostra parte, ne riferissero e, hoditi, ve respondemo.

E prima, al facto delli mastri e artificij che vostra excellencia ne demanda, como venne, mandariamo assai e tanti quanti voi ne volisseno, se lo viagio fosse securo e senza periculo, lo quale non esser e chiaro per piu respecti, e specialmente per la perdicio de gili tredici hominj, mastri jn diuerse arte, li quali demandate ad noj ia fa vno grande tempo, per lo sserenissimo vostro fratre, li mandauamo e, essendo jn camino, per non potere passare, morero. Per la quale casione, noi non ve mandamo, de presente, le cose che vostra excellencia ne demanda e che facilemente poteramo mandare, si lo viagio, como e dicto de sopra, fosse securo, cio e, panni de brochato, panni finissimi de lana, vasa doro e dargento e tucte altre cose per voi demandate.

---

lhe solicitara mestres e artifices bem como coisas várias, entre elas panos de brocado e de lã e vasos de ouro e de prata, e ainda que estava Afonso V escarmentado pela perda de 13 homens, mestres em diversas artes, os quais o soberano de Aragão mandara, havia muito, a irmão do Negus e, por não terem conseguido passar para a Abissínia ou Etiópia, pereceram no caminho, motivo por que o rei aragonês sublinha ao etiope busque via segura para poder enviar-lhe o mais que deseja.

Também o P. TEODOSIO SOMIGLI DI S. DETOLE, O. F. M. que largamente se ocupou dos Negus abexins do século XV (*Etiopia Francescana*, ps. XXXIII-XLV) aludiu à presente embaixada etiope (*Ibi*, p. XIII) e às dificuldades opostas pelo Egito aos contactos dos reinos cristãos do Ocidente com o da Etiópia: — «Difficili, perchè la leggenda del Prete Ianni, nel suo contenuto storico, significava un tentativo di alleanza con un re cristiano contro l'Islam; e poichè questo re cristiano ricercato dai cristiani era il Re dell'Etiopia, era logico che il Sultano d'Egitto facesse di tutto perchè il contatto di quelli con questo non avvenisse, per impedire ogni alleanza a suo danno. Il rincrudimento della vigilanza da parte del Sultano coincide storicamente colla fase africana della leggenda, cioè colla identificazione del famoso Prete nella persona del Negus, e andò aumentando colla facilità delle relazioni. Difficili anche, perchè l'Etiopia era circondata da ogni parte dai Mussulmani» (*Ibi*, p. XVI). E o autor aduz, seguidamente, copiosas provas da reacção egípcia aos ditos contactos, nomeadamente o testemunho de Ludolfo von Sudheim, que da sua viagem à Terra Santa e Egito, nos anos de 1336-41, informa: — «Le Soudan avait dans la mer Rouge une forteresse qui empêchait les latins d'aller dans l'Inde (Etiopia) et de porter au Prêtre Iean (Negus) des lettres ou des renseignements sur les forces des États occidentaux, des nobles Chrétiens y étaient detenus captifs. Je sais pourtant que des évêques et des seigneurs on fait parvenir par la mer Rouge des nouvelles au Prêtre Iean» (*Ibi*, p. XVII, que cita *De itinere Terrae Sanctae*, t. 24, 1851, p. 64). Comentando este mesmo documento, CHARLES DE LA RONCIERE sublinha que o imperador da Etiópia «était invité à seconder, par une diversion sur les frontières de l'Egypte et par le barrage du Nil, la campagne navale des Aragonais en Terre Sainte» (*La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*, vol. 2, p. 119).

Vostra excellencia troui via secura e ordene che le cose per voi demandate se possano conducere e noi semo apparechiato ad mandarele. Niente de mino, al presente ve mandamo alcuni delli mastri che voi ne demandati e mandamoue glli che, per lo presente, hauemo poduto trouare, abenche facciamo li periculi li quali hanno ad passare. Pregamo vostra excellencia che ne haggia per excusato e pigli questo jn paciencia.

Preterea, per che collo adiutorio de Dio, lo piu presto che poterimo, semo per mandare, jn termino de morj, cerca cento cinquanta fuste, fra naue e galee, per passare a la casa ssancta de Hierusalem, ve pregamo vogliate essere sollicito jn fare mancare le aque che corrono al Alcayre e mettere gente a le vostre frontere, le qual cose, como per vostra excellencia scriuimo aduisato essere facte e messe jn ordene, de continente ne metterimo jn puncto, per venire ad exegre lo susoscripto, secondo tucte queste cose piu diffusamente jntenderite dalli vostri ambassiaturj, alli quali darrite jndubia fide e credença cerca lo supradicto, quanto ad noi proprio. Et se alcune cose de nostri rreamj e terre ve piaceranno, aduisatene, che le compliremo de bona voluntate. E sia, jllustrissimo e sserenissimo principe, vostra guardia la Sacta Trinitate.

Datum jn castello Turris Octaue, die xbiij septembris, anno Domini M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Jllustrissimo et serenissimo principi domino Zere Jacobo, filio Dauid, de domo Salamonis, jmperatori Ethiopie, fratri et amico nostro carissimo.

Dominus rex mandauit mihi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

221

18 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João Cunino, imperador de Trebisonda, a Constantino Palcólogo, imperador de Constantinopla, e a Fr. João de Lastico, grão-mestre da Ordem Militar de S. João de Jerusalém, a recomendar-lhes seu vassalo Pedro Rombolo de Messina, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, embaixadores de D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etiópia, na India, os quais, tendo vindo em missão ao santo padre e a ele, rei aragonês, regressam à Etiópia, em longa caminhada, e devem voltar com resposta do referido imperador; pelo que lhes solicita que, na ida e na vinda, lhes prestem todo o favor, auxílio e conselho.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2658, fl. 57 v.-58., donde se reproduz. Publicada por FR. CERONE, *La politica orientale di Alfonso di Aragona*, p. 83.

Jllustrissimo principi Johanni Cũnino, jmperatori Tribusundarum, fratri et amico nostro carissimo. Alfonsus, Dei gratia rex Aragonum, etc., salutem et prosperos ad vota successus.

Jllustrissime princeps, frater et amice noster carissime. Virj nobiles et nobis dilecti Petrus Rombulo de Messana, vassallus noster, et frater Michael, prior Sancte Marie de Cadaber, Anamer Jundi, oratores jllustrissimi principis domini Zere Jacobi, filij Dauid, de domo Salamonis, jmperatoris Ethiopie, jn Jndia (1), jmpresentiarum ad eundem jmperatorem Ethiopie reuertuntur, quos cum plurimis de causis ab omnibus jn hoc suo tam longo jtinere bene tractandos amiceque et benigne suscipiendos esse exoptemus, et potissime quod per aliquot dies penes nos commorati sunt et nonnulla, tam sanctissimo domino nostro pape quam nobis, nomine ipsius jmperatoris Ethiopie, explicauerunt, quorum responso eidem jmperatorj ab ipsis relato, denuo ad nos redituri sunt; vos strictissime rogamus et obsecramus vt, prefatis respectibus eosdem oratores, cum per regiones vestre dicioni subiectas, tam in eundo quam redeundo, transierint, eos quamplurimum commissos habere velitis, jmpendentes ipsis omnem fauorem, auxilium et consilium eisdem necessarium, donec jn vestra maria peruenerint. Quod si effeceritis, vt speramus, non paruum jn nos, hoc tempore, a vobis collatum beneficium existimabimus.

Datum jn castello Turris Octaue, die decimo octauo mensis septembris, anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo quinquagesimo. Rex Alfonsus.

Jllustrissimo principi Johanni Cũnino, jmperatori Tribusundarum, fratri et amico nostro carissimo.

Dominus rex mandauit mihi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

Sub simili forma, mutatis mutantis, scriptum fuit sequentibus:

Jllustrissimo principi domino Constantino jmperatori ac moderatorj romeorum paleologo ac semper augusto, fratri et amico nostro carissimo.

---

(1) Sublinhamos o facto de o soberano aragonês localizar a Etiópia «jn India», aqui, porventura, com o significado de Oriente. E a mesma situação geográfica lhe marcou já em meados do século XIV, por exemplo, Ludolfo von Sudheim, no passo transcrito em a nota ao nosso documento anterior. Portanto, o equívoco ou a confusão da Etiópia com a Índia Oriental não era apenas português.

Copyrighted material

Reuerendissimo et religioso viro fratri Johanni de Lastico, hospitalis sacre domus Sancti Johannis Hierosolimitanj magno magistro, amico nostro carissimo.

222

19 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação da de Rui de Melo de 15 de Agosto anterior, a nomear Pedro Rodrigues de Castro para o substituir em Lisboa no cargo de almirante do reino.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 179 v., — donde se reproduz.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 481-82.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta [virem] fazemos saber que, consijramdo nos he compridoiro a nosso serujço de, em a nossa muy nobre e senpre leall çidade de Lixboa estar o nosso almiramte ou algũa outra pessoa que per elle seu carrego teuesse; e desy, como Roy de Mello, que por seu filho miçe Lamçarote, almiramte que ora he dos nossos rregnos, tem o dicto carrego e he morado[r] no Algarue, asy por esto como [por]que he elle ocupado por nosso serujço em outros continuadamente, nom pode estar em a dicta cidade, lhe mandamos que escolhesse hũu tall caualeiro que dello fosse merecedor, a que dese carego do dicto ofiçio dalmiramtado.

O quall, por sua carta patemte, em nome de seu filho e seu, deu carrego a Pero Rodrjguez de Crasto, caualeiro de nossa cassa, morador em a dicta cidade, do dicto ofiçio dalmiramte, dandolhe [e] outorgamdolhe todos os poderes que o dicto Lamçarote, seu filho, [e] elle por nos (1), e ssom dados e metidos açerca do ofiçio poer em seus nomes poderem hussar delles asy e tam compridamente como elle faria, sse pressemte ffosse, segundo he comtehudo na dicta carta, da quall o theor tall he.

---

(1) Parece faltar aqui texto e não se percebe o sentido do que se lhe segue, nesta cópia deveras imperfeita, da carta régia, mas não encontrámos outra.

Segue-se a transcrição da carta de 15 de Agosto anterior, o DOC. **210.**

Pidym[do]nos o dicto Roy de Mello por Pero Rodrjguez, por merçee que, pera poder o dicto ofiçio milhor e mais liuremente hussar o dicto Pero Rodriguez, que lha confirmassemos; a quall, uista per nos e seu requerimento e poderes em ella contheudos, como o auemos por nosso serujço e bem e proueito da nossa terra de o dicto Pero Rodrjguez e do carego do dicto ofiçio dalmjramtado, por o dicto Roy de Melo e seu filho, e por elle ser hũa tall perssoa que he dello bem merçedor e de que confiamos que nos serujria em o dicto ofiçio bem e liallmente; teemos por bem e comfir[ma]moslhe a dicta carta do emcarrego do dicto ofiçio do almiramtado e poderes que lhe asy som dados, asy e polla gujsa que em ella faz memçom, e lhe mandamos teer e serujr o dicto oficio.

E mandamos ao nosso fronteiro em a dicta çidade, rregedor da cassa do çiuell e a outros quaeesquer fromteiros das çidades, villas, logares dos nossos rregnos e a todas justiças, corregedores, juizes, ofiçiaees e perssoas a que esto perteeçer, por nosso serujço rrequerer e mandar em aquellas coussas que ao dicto ofiçio perteçoom assy e tam compridamente como sse per o dicto almjramte fossem mandadas e rrequeridas, ssem lhe sobrello ser posto outro algũu embargo, ca asy he nossa merçee.

Dada em Sintra, xix dias de setembro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de mjll iiij^{c} L. E esta carta lhe nom guardees sse aseellaada nom for. E eu, Roj (2) Galuam, sacretario do senhor rrej e caualeiro da sua cassa, a fiz.

223

23 SETEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão do mordomado de Tavira.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 155.

---

(2) No ms. *Rojz*, em vez de *Roj* ou *Ruy*.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Fernam Gonçalluez, escudeiro do jfante dom Anrrique, etc., per que o damos por nosso escpriuam do moordomado de Taujra, asy e pella guissa que o ataaqui era, etc. Carta em forma.

Dada em Sintra, xxiij dias de ssetembro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. FernandAfonso a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.

224

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Navarra, seu lugar-tenente geral, ao governador por ele da justiça daquele reino e seu bailio geral, ao cavaleiro Ramiro de Funes, procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, bem como às autoridades da mesma e às do reino de Aragão, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a posse corporal e os frutos, rendimentos, direitos e jurisdição da referida vila e que os moradores respectivos lhe façam juramento e homenagem de fidelidade pela mesma, reservado contudo o supremo domínio dela ao rei aragonês; pois, havendo-a doado este para sempre à falecida rainha D. Leonor, viúva do rei D. Duarte de Portugal, e a seus herdeiros e sucessores, o actual soberano português, filho dos ditos falecidos reis e sobrinho seu, solicitara confirmação da dita doação e ele lha passou, em carta desta mesma data (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2617, fl. 175 r.-v.

---

(1) Não conseguimos encontrar o registo completo deste documento no Archivo de la Corona de Aragón, em Barcelona. No mesmo Registro 2617, fl. 174 v.-75, acha-se apenas o seu princípio: — Jllustrissimj regis Portugalie. — Nos, Alfonsus, etc. Tempore superiori, viuente scilicet jllustrissima bone memorie Elionore de Aragonia, sosore germana nostra carissima, serenissimj principis Adohardi, felicis recordacionis regis Portugalie relicta, matre vestra, serenissimj principis Alfonsi, regis Portugalie, etc., sobrinj nostri carissimj, solita nostra liberalitate jn eandem reginam Elionorem et suos vti volentes, sibi et suis heredibus et successoribus, ex suo corpore legitime descendentibus, nostro cum jnstrumento, debitis solemnjtatibus roborato, villam Alcolee de Cinca, regnj nostri Aragonum, cum omnibus et singulis juribus nobis et nostre curie jn illa spectantibus, jn purum et francum alodium et sine aliquo

Alfonsus, etc.

Serenissimo principi Johannj, regi Nauarre, fratri carissimo et locumtenenti generali nostro, prosperos ad vota successus; regenti quoque officium gubernatoris justicie ac baiulo generali jn regno predicto Aragonum, necnon Remjro de Funes, mjliti, camerario nostro ac procuratori per nos, de annjs superioribus, jn villa Alcolee de Cinca, regnj predicti; ordinato justicie quoque et juratis ac vnjuersitati et hominibus dicte ville Alcolee de Cinca et alijs vnjuersis et singulis officialibus et subditis nostris jn dictis regno et villa constitutis et constituendis et dictorum officialium locatis presentibus et futuris, salutem et dilectionem.

Habentes memoriam quemadmodum dum jllustrissima Eleonor, bone memorie, relicta serenissimj Adoardi, regis Portugalie, felicis recordationis, jn humanis ageret, pro amore quem jn dictam reginam semper habujmus, eidem et suis heredibus et successoribus, jn perpetuum, nostra cum carta siue jnstrumento, debitis solennjtatibus vallato, dedimus et

---

seruicio reali aut personali, dedimus et concessimus jn perpetuum, prout jn ipso jnstrumento, ad quod nos refferimus, hec et alia lacius continentur. Quod quidem est tenoris sequentis.

Jn Dei nomine. Pateat vniuersis quod nos, Alfonsus, etc. Cupientes liberalitatem nostram, qua erga multos jnferiores vtimur, jn vos, jllustrissimam Elionorem de Aragonia, sororem nostram carissimam, reginam relictam quondam serenissimj principis felicis recordationis Adohardi, regis Portugalie, etc. *Tota ista registrata jn Jtinerum xxx°., eo quia jnserta est jn illo.*

Não se conservando a ordem e numeração antigas do registo de Afonso V, o Magnânimo, impossível se torna saber hoje qual a parte correspondente àquele volume 30 da secção *Itinerum*, até por haverem sido encadernados os volumes, posteriormente, em ordem diferente dos cadernos e secções.

Sobre o assunto do presente documento e dos que se lhe seguem veja-se a nota de ps. 9-10 do nosso volume 8 ao documento de 30 de Janeiro de 1443. Falecida depois a rainha D. Leonor de Portugal em Toledo, a 18 de Fevereiro de 1445 (Cfr. as ps. XX-XXIV do mesmo volume), resolveu o rei de Aragão, em virtude de pedido que em vida lhe fizera aquela sua irmã, tomar conta da filha desta e de el-rei D. Duarte de Portugal, a infanta D. Joana; e, no caso de ela lhe ser entregue, doar-lhe os 500 florins e a vila de Alcolea de Cinca e seus rendimentos (Cfr. os DOCS. 177, 181-82 e 186-88 do citado volume). Contudo, apesar de a infanta haver sido mantida em Toledo e não confiada à rainha aragonesa, como ordenara o marido desta, a partir de 2 de Junho de 1448 a dita rainha passou a utilizar os 500 florins e os rendimentos de Alcolea em benefício da mencionada infanta, de seus servidores e ainda dos ex-servidores da rainha D. Leonor (Cfr. os documentos citados em a nota de ps. 55-56 do vol. 9 e os DOCS. 29, 51, 66, 69 e 77 do mesmo volume). Uma vez, porém, que Alcolea de Cinca fora doada pelo soberano aragonês à rainha D. Leonor e a seus herdeiros para sempre, a D. Afonso V de Portugal, como filho mais velho da falecida e seu herdeiro, pertencia agora a dita vila, que, por isso, lhe foi reconhecida, em confirmação régia da referida doação, passada a rogo do interessado.

Copyrighted material

concessimus, per purum et francum alodium, villam Alcolee de Cinca predictam, cum omnibus juribus, redditibus et pertinencijs illius.

Nuncque, considerantes quod, ex tenore dicte donacionis et concessionis, villa eadem cum omnibus juribus et pertinencijs illius ad jllustrissimum principem Alfonsum, regem Portugalie, sobrinum nostrum carissimum, dictorum bone memorie regis et regine Portugalie filium, pertinet et spectat, nostra alia cum carta, sub data presentis expedita, donationem et concessionem memoratas laudaujmus, approbaujmus, ratificaujmus et confirmaujmus, prout jn carta ipsa, ad quam nos refferimus, hec et alia lacius continentur.

Atque, volentes precibus quas pro his ad nos dedit idem jllustrissimus rex Portugalie, morem gerere et sincerum, quem jn illum gerimus amorem, per exteriora demostrare, jntencionis nostre firmissime est et quidem jmmutabilis, vt possessio dicte ville et fructuum, rreddituum et jurium illius dicto serenissimo regi Portugalie tradatur et deliberetur; vobis, dicto serenissimo principi, fratri, locumtenenti generali nostro, jntentum nostrum huius declarationis ceteris precedenti dicimus, precipimus et mandamus firmjter et expresse, sub jre et jndignationis nostre jncursu ac pena quinque mille florenorum aurj Aragonum, de bonis cuiuslibet secus agentis jrremissibiliter exigenda et nostro jnferenda erario, quatenus, habentes pro nullis, jnualidis atque jnfectis quibuscunque concessionibus et alienacionibus de dicta villa Alcolee, quibusujs personis per nos factis post concessionem et donationem sepedictam, et signanter concessionem de dicta procuratione ville eiusdem vobis, dicto Remjro de Funes, vt predicitur per nos facta, quem, absque jnfamie nota, ex causis predictis, ab ipso procurationis officio amouemus et reuocamus statum, receptis presentibus, omnj mora, dilaccione et consultacione cessantibus et reiectis, dicto jllustrissimo regi Portugalie aut eius procuratori possessionem corporalem seu quasi vacuam et expeditam ville predicte et illius fructuum, reddituum et jurium ac jurisdiccionis alte et baxie, merique et mixti jmperij tradatis et deliberetis tradique et deliberari mandetis. Et jnsuper, deinde jn antea, ex et de dictis fructibus, redditibus et juribus ac superioritatibus dicte ville eidem regi, tanquam ipsius domino vtili illi vestrum ad quos spectet respondeatis et responderi, statutis termjnis, faciatis ac eundem ipsum regem jllustrissimum jn ipsa possessione manuteneatis et manutenerj contra cunctos faciatis et mandetis.

Preterea, vos, dicti vnjuersi et homines dicte ville de Alcolea predicto regi Portugalie vel eius procuratori prefato jdcirco ipsum juramentum et homagium fidelitatis quod dicte quondam Elionorj regine, sororj nostre, prestitistis et fecistis, de nouo prestetis et faciatis jndilatis ac regem ipsum pro domino vtili dicte ville habeatis, teneatis, reputetis, supremo tamen dominio nobis jn dicta villa omnjno reseruato. Et, si forte

dicta vnjuersitas et homines sepedicte ville id facere recusarent, vos, dictus locumtenens et alij predicti, illam et illos ad predicta complendum cogatis et compellatis vt, dilatione et consultatione cessantibus, nec contrafaciatis aut aliquem contraire permjctatis, aliqua ratione seu causa, quanto dictus locumtenens noster nobis placere ceterique predicti jram et jndignacionem ac dictam penam cupitis non jncurrere.

Datum jn castello Turris Octaue, die xxbij.° mensis septembris, anno a natiuitate Dominj M.°cccc°. L°. Rex Alfonsus.

225

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão e lugar-tenente geral o rei D. João de Navarra, a ordenar-lhe entregue ao de Portugal ou a procurador deste a vila de Alcolea de Cinca com seus frutos e rendimentos, por ser aquele filho legítimo e herdeiro da falecida irmã dos mesmos, a rainha D. Leonor de Portugal, a quem o soberano aragonês a havia doado bem como a seus herdeiros.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2617, fl. 175 v.-76.

Serenissimo rrey, nostre molt car e molt amat frare e loctenent general. Som certs haueu a memoria com, viujnt la jllustrissima dona Eleonor de Arago, rregina de Portugal, germana vostra e nostra, donam a la dita rreyna e als seus la vila de Alcolea de Cinca, en lo rregne de Arago, ab los drets e pertinencies de aquella, en pur e franch alon.

De present, considerat que la successio de la dita vila se pertany al serenissimo prinçep don Alfonso, rrey de Portugal, nebot nostre molt car, com a fill legitim de la dita *quondam* rreyna, ab nostra carta, de la data present, hauem confirmada, loada e approuada la dita concessio, segons en la dita carta, a la qual nos referim, pus largament poreu veure.

E, com vullam, en totes maneres, que lo dit rrey haia e aconseguesca les coses per nos donades, vos pregam e encarragam, quant pus stretament podem, que, de continent, reebuda la present, sens sperar altres nostres letres e tota consultacio e dilacio cessant, tenjnt e obseruant la dita confirmacio, loacio e approuacio, donets e donar façats al dit jllustrissimo rrey o a son procurador la possessio vacua e expedita de la dita vila,

Copyrighted material

fruyts e rendes de aquella, rremogut qualseuol altre quj la dita vila, drets e rendes dessus dits, per concessio o transportaçio per nos a aquell feta, detenguts, mantenjnt lo en la dita possessio e atorgant al dit rrey o a son procurador qualseuol executories letres e prouisions que sobre aço haura necessaries e de que us requerra. Certificants vos que, de aço, nos fareu plaer e complacencia molt acçepte. E sia, rrey serenissimo, nostre molt car e molt amat frare, la Sancta Trinjtat vostra continua guarda.

Dada en la Torre dOctauo, a xxbij del mes de ssetembre del any de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.cinquanta. Rex Alfonsus.

Al serenissimo princep don Johan, rrey de Nauarra, nostre molt car e molt amat frare e loctenent general.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

226

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João de Montayo, seu conselheiro e governador do reino de Aragão, e à justiça do mesmo reino, o conselheiro mossem Ferrer de la Miça, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a vila de Alcolea de Cinca, com seus frutos e rendimentos, excluído qualquer outro que pretenda alegar direitos à mesma.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2617, fl. 176.

Lo rrey, etc. Gouernador. Som certs haueu etc., *vt jn proxima* (1), *vsque* vos pregam, encarragam e manam quant pus stretamente podem que, de continent, reebuda la present, sens sperar altres nostres letres e tota consultacio e dilacio cessant, tenjnt e obseruant la dita confirmacio, loacio e aprouacio, donets e donar façats al dit jllustrissimo rrey o a son procurador la possessio vacua e expedita de la dita vila, fruyts e rendes de aquella, rremogut qualseuol altre quj la dita vila, drets e rendes dessus dits, per concessio o transportacio per nos a aquell feta, detenguts, man-

(1) O documento anterior.

tenjnt lo en la dita possessio contra totes persones, certificants vos que, de aço, nos fareu plaer e seruey molt accepte.

Dada en la Torre Octaua, a xxbij de ssetembre, M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Al amat conseller nostre mossen Johan de Montayo, gouernador del rregne dArago.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

Simjlis alia fuit directa justicie Aragonum, videlicet al amat conseller nostre mossen Ferrer de la Miça, justicia del rregne dArago.

227

27 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu conselheiro e camareiro mossem Ramiro de Funes, capitão da cidade de Teruel e procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, a ordenar-lhe que, por sua parte, cumpra a carta patente pelo monarca dada sobre a entrega daquela vila ao rei de Portugal ou a procurador seu, com todos os frutos, rendimentos e direitos, revogada assim a procuração que ao dito Ramiro havia outorgado e a prometer-lhe que, dada a oportunidade, virá a remunerar devidamente os seus serviços (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2617, fl. 176 v.

Lo rrey, etc. Mossen Remjro. Haue's a memoria com, viujnt la jllustrissima dona Elionor de Arago, rreyna de Portugal, germana nostra, donam a la dita rreyna e als seus la vila de Alcolea de Cinca, en lo rregne de Arago, ab los drets e pertinencies de aquella, en pur e franch alon.

(1) Ramiro de Funes havia sido nomeado e mantido em alcaide de Alcolea de Cinca por el-rei de Aragão contra a vontade da rainha sua esposa, que desejava fosse reconduzido no cargo Francisco Manresa, outrora servidor dedicado da falecida rainha D. Leonor de Portugal e por ela lá colocado, o qual padecia mingua de recursos (Cfr. o DOC. 147 do nosso vol. 9 e a nota da p. 107 do mesmo volume).

De present, considerat que la successio de la dita vila se pertany al serenissimo princep don Alfonso, rrey de Portugal, nebot nostre molt car, com a fill legitim de la dita *quondam* rreyna, ab nostra carta, de la data present, hauem confirmada, loada e approuada la dita concessio e, mes auant, ab altres letres de la data present a vos e altres dreçades, hauem manat que, no contrastant la concessio per nos a vos feta de la procuracio de la dita vila, ans reuocada aquella, sens jnfamja vostra e no obstants qualseuol altres concessions o alienacions de aquella o dels fruyts, rendes e drets a qualseuol altres persones, apres la mort de la dita jllustrissima rreyna per nos fetes, sia donada la possessio de la dita vila e dels fruyts, rendes e drets de aquella e encara prestats sagrament e homenatges de fidelitat per la vnjuersitat e homens de la propedita vila al dit serenissimo rrey de Portugal o a son procurador e li sia respost dels dits fruyts, rendes e drets per aquells a quis pertanga, segons en les dites confirmacio e letres poreu pus largament veure.

Per ço, us diem, pregam, encarragam e manam quant pus affectuosament e streta podem que, quant a vos se pertanyara, executets e compliats tot lo contengut en les dites letres patents e por res no y contraujngats, ans hi prestets paciencia. Car vos auisam que, obeynt vos aquests nostres manaments, axi com jndubitadament speram, considerats vostres antichs serueys, venjnt hi lo cas, reportareu de nos equivalent excambi. Feu, donchs, no us haiam de aço pus scriure.

Dada en la Torre Octaua, a xxbij dies del mes de setembre del any de Nostre Senyor de M.cccc.L. Rex Alfonsus.

Al amat conseller e cambrer nostre mossem Remjro de Funes, capita de la ciutat de Terol.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

228

28 SETEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Pereira, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de almoxarife de Ponte do Lima.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 158.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Diogo Pereira, escudeiro do jfante dom Anrrique, per que o damos por almoxarife de Ponte de Lima, asy e pella gujssa que o ataaqui era, etc. Carta em forma.

Dada em Sintra, xxbiij dias de setembro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. Joham Afonso a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.

229

30 SETEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a rogar-lhe trate com especial favor e prerrogativa Álvaro Monteiro, há muito tempo a seu serviço e que lhe fora recomendado pela falecida rainha D. Leonor, a quem também servira, o qual agora deseja voltar ao serviço do soberano português.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2546, fl. 32 v.

Jllustrissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal e dAlgarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Don Alfonso, por la gracia de Dios rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como a rrey que mucho amamos e pora qujen querjamos tanta honra e salud, quanta vos mesmo desseades.

Muy jllustre rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. El amado nuestro Aluaro Montero, portador de la presente, el qual mucho tiempo fa quando vjno en nuestro seruicio, nos fue encomendado por la jllustrissima rreyna vuestra madre, nuestra muy cara e muy amada ermana, a quien Dios perdone, de la qual era serujdor, nos ha bien seruido en aquestas partes e, querjendo, al presente, tornarse a vuestro serujçio, nos ha parecido pertanyecer fazerle buen testimonjo de su serujr.

Por tanto, vos rogamos muy affectuosamente que, haujendo por encomendado el dicho Aluaro, no menos que la dicha jllustrissima vuestra madre e nos, por su contemplacion, hauemos haujdo, lo queraes en todas cosas tractar con fauor e porrogatiua special, ca desto (1) nos

(1) No ms. *destro*.

conplazeredes mucho. E sia, jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrjno, la Sancta Trinjdat vuestra guarda.

Dada en la Torre de Octauo, a xxx dias del mes de ssetiembre del anyo de la natiujdat de Nuestro Senyor Mil cccc.L. Rex Alfonsus.

Al jllustrissimo principe don Alfonso, rrey de Portogal e dAlgarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Dominus rex mandauit michi, Petro Saluatorj Valls.

230

7 OUTUBRO 1450

Alvará de Afonso Eanes, almoxarife régio em Viseu, a declarar, em nome do contador Martim Afonso do Paço, que foi registada pelo escrivão do almoxarifado e segundo a ordem de el-rei, a carta régia lançada no verso, apresentada por Fernando Álvares Cabral, fidalgo, criado do infante D. Henrique, e a ordenar, em nome do monarca, deixem aquele usar das terras referenciadas na dita carta de confirmação (1).

ANTT., *Ordem de Avis*, n.º 694.

A quantos este aluara virem. AfonssEanes, almoxarife delrrey na çidade e almoxarifado de Ujseu, que ora polo dicto ssenhor rrej desto tenho carrego, em logo de Martim Afonso do Paaço, seu contador, faço ssaber que, da parte de FernandAluarez Cabral, fidalgo, criado do jffante dom Anrrique, foy perante mj apresentada esta carta do dicto ssenhor rrey, desta outra parte escripta, a qual, en conprimento do mandado que asj ha do dicto ssenhor rrej, fica rregistada per o escpriuam, no seu liuro, como per o dicto ssenhor he mandado.

Porem mando, da parte do dicto ssenhor rrej, a quaaesquer a que pertençer que leixem husar ao dicto FernandAluarez Cabral das terras contehudas na dicta carta de confirmaçam e lha conpram em todo e façam conprir e guardar como em ela he contehudo, ssem outro embargo que lhe sseja posto. Por sua çertidam, lhe mandej dar este aluara, per mj sjgnado.

---

(1) De 20 de Março de 1449, — o Doc. 32.

Fecto na dicta cidade, bij dias doutubro. Ruj Gomez, escpriuam, per meu mandado o fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} cinquoenta anos.

231

10 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Aires Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique e a pedido deste, os bens de raiz que lhe haviam sido tomados em satisfação de fiança.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 71 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 3, fl. 191 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, Manuel Dominguez dAguiar, nosso comtador em a comarqua dos almux[a]rifados dEuora, Estramoz e Portallegre, e a outros quaaesquer a que esta carta for mostrada, saude.

Bem sabees como Joham Gonçaluez das Donas, morador em esta çidade, teue arremdadas as nossas sissas do rramo do pam e pescados e azeites e panos de linho dessa çidade, o anno pasado de iiij^{c} e Rix, por noue comtos de liuras, que nos por ellas auija de dar em saluo, aas quaaes rremdas deu todos seus beens a fiamça. E, porque Joham de Montemoor, nosso almoxerife que foy em essa çidade ao tempo deste arremdamemto, duuijdou se seus beens pudiam abastar a fiamça que a essas rremdas avijam de dar, disselhe que nom aviam a dicta rremda por emfiada em os dictos seus beens, e que lhe trouxese tall pessoa que lho abonase que, nom podemdo nos, per elles, auer comprimento de paguo da dicta rremda, que as ouuesemos por os beens daquell que lhe abonase seus beens. O qual lhe trouxe, por abonador aa dicta fiamça, Aires Gonçaluez, seu gemrro, morador na dicta çidade, escudeiro do jffante dom Amrrique, meu muyto preçado e amado tyo, o quall obrigou todos seus beens que, nom podemdo nos aver per os beens do dicto Joham Gonçaluez ataa çimquoemta mjll rreaes bramcos, que ouuesemos comprimemto de paguo delles per todos seus beens, mouees e de rraiz.

As quaees rremdas se perderom hũua gramde ssoma de djnheiros, muyto mais dos çimquoenta mjll rreaes, por a quaall perda forom tomados ao dicto Joham Gonçaluez todos seus beens, mouees e de rraiz, e os mouees por vemdidos por çimquo mjll e bj^{c} xxxix rreaes, e foylhe vemdida hũua

adegua e hũu llaguar (1) de vinho demtro por dez mjl rreaes. E foromlhe aualliados todos os outros beens de rraiz e tomados pera nos, em comtija de doze mjl e bj^{c} rreaes, porque nom acharom quem lhos comprar. E assy momta, nos beens do dicto Joham Gonçaluez, mouees e de rraiz ~~xx~~biij duzemtos e trimta (2) e noue rreaes. E assi ficam os beens do dicto Airees Gonçaluez obriguados a nos em vijmte e hũu mjl e bj^{c} Lxj rreaes, por os quaees lhe forom tomados e mitidos em pregom todos seus beens de rraiz que tijnha na dicta çidade e termo. E porque nom acharom quem os comprar, forom tomados e avalliados per esta guisa.

Jtem, hũua herdade, que a chamam Adegua, termo da dicta cidade, aualliada em dez mil rreaes. Jtem, hũas cassas de morada na Rua dos Mercadores, aualliadas em quatro mjl rreaes. Jtem, outras cassas, que foram dorelha, aualliadas em mjl ij^{c} rreaes. Jtem, hũu quartell de vinho, a fumdo do Rebemtom, aualliado em bj^{c} rreaes. Jtem, outra panasqueira, no Laguardona, avalliada em bj^{c} rreaes. Jtem, outra panasqueira, em Uaallboom, com hũu pedaço de baçello com seu forro, aualliado em mjl rreaes. E assy som dezassete mjl iiij^{c} rreaes.

E ora, queremdo nos fazer graça e merçee ao dicto Airees Gonçaluez, pollo do jffante dom Amrrique, meu tyo, que nollo por elle pedio; teemos por bem e fazemoslhe doaçom dos dictos beens de rraiz que lhe assy per nos forom tomados, com as nouijdades e rremdas dellas, e lhas leixees teer e aveer, lograr e posoir, dar e doar, vemder, trocar e escambar e fazer delles e em elles o que lhe prouguer, como de sua cousa propya e corporall posisom, por[que] nos lhe fazemos delles merçee e doaçom o mais firmemente que seer poder, sem embargo de quaaesquer lex e hordenaçõees e grosas e oupenyõoes de doutores e outras quaasquer cousas que em comtrairo (3) sejam. E, se os dictos beens ou os djreitos delles e assy as dictas nouidades e rremdas delles forom postos em rreçepta sobre algũu nosso almuxarife ou outro nosso ofiçiall, per o terllado desta nossa carta uos mandamos que lhos rreçebaaes em despesa. E o dicto Aires Gonçaluez tenhaa, pera sua guarda. Vnde all nom façades.

Damte em Sijmtra, x dias de outubro. Ruj Diaz a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

---

(1) No ms. *llarguar*.
(2) No ms. ~~xx~~biij e cinqoenta e nove.
(3) No ms. *comtrairom*.

Copyrighted material

232

13 OUTUBRO 1450

Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor de Fr. Afonso Velho, dominicano, seu principal confessor, seu esmoler e pregador, que em breve vai seguir para a cidade de Ceuta e com o dito infante lá permanecerá muitos anos, na conservação e exaltação da fé católica, a rogar ao pontífice sejam passadas as letras apostólicas para Fr. Afonso receber mais um benefício eclesiástico, embora o outro seja priorado conventual, com cura de almas e eleição e que, enquanto em Ceuta ou nas terras dos sarracenos, possa ser preferido até às pessoas nomeadas por el-rei, a seus capelães e a quaisquer outros, na consecução da graça expectativa de dois benefícios (1).

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 446, fl. 149 v.

Beatissime pater. Cum prefatus Alfonsus ad ciuitatem (2) Cepte, de proximo, se conferre ac in ea, per pluros annos, vna cum dicto jnfante, ad conseruacionem et exaltacionem fidei catholice, permanere jntendat et alias prefati jnfantis primus et principalis confessor ac etiam eius elemosinarius existat, necnon verbum Dei coram eo sepius proponat ac, propterea, eidem jnfantj plurimum gratus et acceptus existat; jdeo, pro parte dicti jnfantis, sanctitati vestre humiliter supplicatur quatenus litteras apostolicas conficiendas super supplicationibus, quarum copia, de verbo ad verbum, superius est jnsita, ad vnum aliud beneficium, etiam si alterum eorum prioratus conuentualis, etiam curatus et electus, que ad gratiam expectatiuam, necnon etiam ad vnum aliud beneficium, quo ad gratiam habilitationis, petitas huiusmodi, ac etiam quod ipse, jn assecucione duorum beneficiorum in gratia expectatiua comprehensorum huiusmodi, de consensu dicti regis uel alias, jnterim quod ipse in ciuitate Ceptensi seu illius territorio aut in partibus sarracenorum permanserit, etiam nominatis per regem seu eius capellanis et alijs quibuslibet, etc., ut superius, preferrj possit, etc., expedirj mandare digneminj, de gratia speciali.

Fiat ut petitur, de vno alio. T.

---

(1) Cfr. a Súplica henriquina de 29 de Agosto anterior, — o nosso DOC. 213.

(2) No ms. *ciuitatum*.

Et, quoad secundum beneficium, in gratia expectatiua specialiter ꝛeseruata litigiosa, cuius litis, status, etc., spectant eidem victorj, de novo digneminj misericorditer prouidere, de gratia speciali. Non obstantibus alijs canonicatu et prebenda dicte ecclesie cum suis annexis, quos idem victor obtinet et quos, per assecutionem pacificam, canonicatus et prebende ac annexis vacantibus predictis, si illos assequatur, dimittere paratus est et quorum obtentorum canonicatus et prebende ac annexorum fructus, etc., vigintj florenorum similium extimantur predicta valorem annuum non excedere, cum ceteris non obstantibus et clausulis oportunis.

Fiat ut petitur. T.

Datum Spoleti, tertio jdus octobris, anno quarto.

233

16 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos cardeais de Valência e de Lérida, a recomendar-lhes o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador do rei de Portugal ao santo padre, junto de quem vai tratar de negócios daquele e implorar graças.

ACA., *Cancillería Real*, Registo 2544, fl. 157 v.

Reuerendissime jn Christo pater et domine, amice noster carissime. Confert se jn istam curiam egregius vir dilectus et deuotus noster Valascus Fernandi de Lucena, mjles et legum doctor, serenissimj principis Alfonsi, regis Portugalie, sobrinj nostri carissimj orator, pro nonnullis dicti serenissimj regis cum sanctitate domini nostri pape exsoluendjs negocijs et gracijs exorandis, que votiue curarj affectamus.

Et, quonjam non ambigimus vestre reuerendissime paternitatis jntercessus huic rei plurimum conferre posse, sicut et jn pluribus quotidie solet, paternitati excellentissime vestre, maiorj quo possumus studio, rogamus quatenus ita vices suas apud sanctitatem dicti dominj nostri emjttere velit vt que ab eodem oratore, nomine dicti regis, expetentur et exorabuntur per sanctitatem eandem concedantur et accurate expediantur, habituri pergratum, quod quam jn nostra jntercessione idem rex spem repositam habet optimum fructum assequendo non mjnus jnuenisse profiteatur que sperat et non vulgarem fuisse nostram comendacionem agnoscat. Quod summe complacencie loco nobis accedet.

Datum jn castello Turris Octaue, die xvj.° mensis octobris, anno a natiuitate Dominj M. cccc. L.° Rex Alfonsus, rex Aragonum et vtriusque Sicilie, etc.

Reuerendissimo jn Christo patri domino A[lfonso], Tryum Sanctorum Quatuor Coronatorum sancte romane ecclesie presbitero cardinalj Valentino, amico nobis carissimo.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

Alia simjlis littera fuit directa cardinalj Jlerdensi.

234

20 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, João Farinha, servidor daquele e muito bom marinheiro, morador no Porto, nas condições em que eram privilegiados 5 outros marinheiros do infante da dita cidade (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 170 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jfante dom Anrrique, etc., nos enviou dizer como elle tem, em a çidade do Porto, çinquo marinheiros, os quaees som priujligiados per nosso priujlegeo, asy como o ssom os nossos beesteiros de cauallo, pedindonos por merçee que, porquanto

(1) Em 21 de Agosto de 1437 el-rei D. Duarte privilegiara, a pedido do infante D. Henrique, com a isenção de besteiros do conto e de aposentadoria, 8 marinheiros seus de Lisboa e 5 do Porto, os quais o infante podia substituir (Cfr. o DOC. 53 do nosso vol. 6). Em 2 de Junho de 1439, a regência do reino confirmou aquele diploma régio e estendeu-o a Diogo de Pinheiro, mestre de nau de D. Henrique em Lisboa (*Ibi*, DOC. 141). Também o confirmou D. Afonso V em 8 de Março de 1449, — o DOC. 17 deste volume. Enfim, no presente documento el-rei adiciona João Farinha aos 5 marinheiros henriquinos privilegiados do Porto. Pelo que o total dos de Lisboa e Porto passou a 15.

Joham Farinha, marinheiro, morador em a dicta çidade, he sseu serujdor e muy boo marinheiro, lho quisessemos priujligiar aalem dos çinquo que priujligiados [ssom] e lhe mandassemos dar nosso priujlegeo;

E, porquanto a nos dello apraz; teemos por bem e queremos que o dicto Joham Farinha seja priuiligiado asy como o som os outros çinquo marinheiros e aja todallas honrras e priujlegeos e ljberdades que ham os nossos becsteiros de cauallo e que nom poussem com elle, em suas cassas de morada, nem lhe tomem rroupa de cama, posto que nos ssejamos em a dicta çidade.

E porem mandamos aos jujzes e oficiaaes da dicta çidade e ao nosso apoussentador, da rrainha minha molher e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer e esta nossa carta for mostrada que lha conpram e gardem e façam bem conprir e guardar o dicto priujlegeo, asy e pella guissa que o gardam aos outros marinheiros do dicto jfante, meu tyo. E lhe nom vãao nem conssentam hir contra elle em maneira algũa, ssem outro embargo que hũus e outros a ello ponhaaes.

Dada em Lixboa, xx dias doutubro. Lopo Ferrnandez a fez. Anno de mjl iiij^{c} L.

235

21 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso de Viles, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Portalegre, nas condições em que o fora seu tio João Fernandes de Viles, que renunciara.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 194 v.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso de Villes, escudeiro da casa do jffante dom Anrrique; teemos por bem e damolo por jujz das sysas da ujla de Portalegre, asy e pella guisa que ho era Joham Ferrnandez de Villes, seu tio, que o dicto ofiçio tijnha, per nosa carta, porquanto ho rrenonçiou em nossas mãaoos, que ho desemos a quem nosa merçee fose, segu[n]do delo fomos çerto per hũu estromento feito per Fernam Martijnz, noso tabaliam em a

dicta vila, aos dez dias deste presente mes doitubro, desta era presente de quatroçentos e çinqoenta.

E porem mandamos ao noso contador da dicta comarqua e aos rrendeiros e rreçebedores que ora sam e ao diante forem das dictas sysas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer, a que esta carta for mostrada, que ajam o dicto Afonso de Villes por jujz das dictas sysas e outro nenhũu nom e o leixem serujr e vsar do dicto ofiçio sem outro algũu embargo que lhe sobrelo ponham, em nenhua maneira que seja. O quall Afonso de Ujles jurou em a nosa chançelaria, aos santos auanjelhos, que bem e dereitamente e como deue obre e vse do dicto ofiçio e guarde a nos o noso serujço e ao pobo seu dereito.

Dante em a çidade de Lixboa, xxj dias doutubro. Elrrey ho mandou, per Lopo dAlmeida, do seu conselho e veedor da sua fazenda. Ruj Diaz a fez. Ano do Senhor, de mjll iiij° L.

236

25 OUTUBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar com as honras dos besteiros de cavalo o genovês Jácome Lourenço, mestre de fazer querenas de navios, morador no Porto (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 182.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Jacome Lourenço, jenoes, mestre de fazer querenas, morador em a nossa muy nobre çidade do Porto; teemos por bem e tomamollo por nosso e queremos e mandamos que elle aja, daqui en diante, todallas honrras, priuillegios, franquezas e liberdades que ham e deuem dauer os nossos beesteiros de cauallo, posto que o ell nom sseja.

(1) *Querena*, a parte mergulhada do casco, denominada também «querena italiana» ou «virar de querena». Chamavam ao processo «querena italiana» por haver sido trazido para Portugal por um italiano. Era aceitável para as galés mas não para as nossas naus e galeões» (LEITÃO e LOPES, *Dicionário da linguagem de Marinha antiga e actual*, p. 339).

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças dos nossos rregnos e aos juizes da dicta çidade do Porto e a outros quaeesquer offiçiaaes e pessoas a que o conheçimento desto perteençer, per quallquer guissa e maneira que seja, que conpram e guardem e façam bem conprir e guardar ao dicto Jacome Lourenço todallas dictas honrras, priujllegios, liberdades e franquezas que assy ham e de que gouuem os dictos nossos beesteiros de cauallo e de que assy ssom escussados, das quaees queremos que o elle sseja. E lhe nom vãao nem conssentam hir contra ellas, em parte nem em todo, em nehũua maneira que seja, ssem outro enbargo, que hũus e os outros a ello ponhaaes. Vnde al nom façades.

Dada em a çidade de Lixboa, xxb dias do mes doutubro. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

287

1 NOVEMBRO 1450

Carta do infante D. Henrique, a doar a João Gonçalves Zarco, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes primogénitos para sempre a capitania de parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço, através da serra, até à ponta de Tristão, nos termos na mesma consignados (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 53, — texto que se reproduz; *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 28; *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fl. 105 v.; e, em leitura nova, *Ilhas*, fls. 55 v. e 76 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 483.

---

(1) Em 8 de Maio de 1440 doara o infante a Tristão, também cavaleiro da sua casa, e a seus herdeiros para sempre, em termos idênticos aos deste diploma, a capitania da mesma ilha desde um pouco além do rio do Caniço até à ponta de Tristão (Cfr. o DOC. 71 do nosso vol. 7). A diferença mais notável que se observa nos dois textos é a alusão, no presente, às serras de água, acerca das quais se pode ver JORDÃO DE FREITAS, *Serras de água nas ilhas da Madeira e Porto Santo*. JACOME CORREA sumariou os dois documentos nos termos seguintes: — «As capitanias da Madeira serviram de modelo ás doações que depois receberam os descobridores nas terras do Ultramar, e são por isso instrumentos de toda a curiosidade para a historia politica e social das colonias portuguezas. Sugeitas ao feudo do Infante D. Henrique, que d'ellas arrecadava o dizimo do valor das producções e passava as cartas sobre as medidas do governo, tendo sido o outorgador do Regimento a Zarco

Eu, o jffante dom Henrrique, rregedor e gouernador da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Visseu e ssenhor de Coujlhãa, faço saber a quantos esta mjnha carta virem e o conheçimento della perteençer, que eu dou carrego a Joham Gonçalluez Zargo, caualleiro de mjnha cassa, da mjnha jlha da Madeira, da terra des aaquem do Canjço dez passos, como sse uay pollo rribeiro açima, e dessy atrauessa aa sserra, atee a ponta de Tristam. Que elle, dicto Joham Gonçalluez, a mantenha por mym em justiça e djreito. E, morrendo elle, a mym praz que seu filho primeiro ou segundo, sse tall for, tenha este carrego per a guissa suso dicta (2) e assy [de] deçendente em deçendente, per linha djreita. E, ssendo em tall hidade o dicto sseu filho que nom possa rreger, eu ou meus herdeiros porremos hi quem rrega, ataa que elle seja em hidade pera rreger.

Jtem, me praz que elle tenha, em essa sobredicta terra, a jurdiçom, por mym e em meu nome, do çiuell e crime, rreseruando (3) morte ou talhamento de nenbro, que desto venha perante mym appellaçom. Porem, sem enbargo da dicta jurdiçom, a mym praz que os meus mandados todos e correiçom ssejam hi conpridos, assy como em coussa propia mjnha.

Outrossy, me praz que o dicto Joham Gonçalluez aja pera ssy todollos moynhos de pam que ouuer na parte da dicta jlha, de que lhe assy dou carreguo, e que ninguem nom faça hi moynhos ssenom elle ou a quem elle prouuer. E em esto nom sse entenda moo de braço, que a faça quem quiser, nom moendo a outrem, nem ataffona, ssenom elle ou quem a elle prouuer.

Jtem, me praz que aja de todallas serras daguoa que sse hi fezerem, de cada, hũu marco de prata em cada hũu ano ou sseu çerto vallor ou duas tauoas cada ssomana, das que acustumarem de sserrar nas sserras, pagando porem a mym o dizimo de todas as dictas serras, segundo pagam

---

para os primeiros passos a dar para a colonisação; as capitanias usufruiam duma grande autonomia e achavam-se entregues ao Donatario, que exercia poderes discricionarios, taes como a jurisdição civel e criminal, com excepção da pena de morte e talhamento de membro, que eram da alçada da justiça da côrte; e reservava-se o senhorio da agua e do ar ou o exclusivo da construcção d'azenhas e moinhos, o direito do fabrico publico do pão e o da venda do sal, gozava do privilegio dos contractos de sesmarias para a distribuição dos terrenos destinados ás culturas, e cabia-lhe a decima parte dos rendimentos do dizimo cobrado pelo Infante» (*Historia da Descoberta das Ilhas*, ps. 193-94). Para maior explanação do assunto pode ver-se o estudo de CHARLES VERLINDEN, *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e^ et XV^e^ siècles et spécialment sous Henri le Navigateur*.

(2) Aqui omitimos as palavras *e assy polla guissa suso dicta*, que parece constituirem repetição do copista.

(3) No ms. *rreserualdo*.

das outras coussas, o que sserrar a dicta sserra. E esto aja tambem o dicto Joham Gonçalluez de quallquer engen[h]o que sse hi fezer, tirando vieiros de ferrarias ou doutros metaaes.

Jtem, me praz que todollos fornos de pam em que ouuer poya sejam sseus; porem nom enbarguem quem quiser fazer fornalha pera sseu pam que a faça, e nom pera outro nehũu.

Jtem, me praz que, teendo elle ssall pera vender, que o nom possa vender outrem, ssenom elle, dandoo elle a rrezam de meo leall o alqueire ou ssua djreita vallya de prata, e mais nom. E, quando o nom teuer, que o vendam os da jlha aa ssua vontade, ataa que o elle tenha.

Outrossy, me praz que, de todo o que eu ouuer de rrenda na dicta terra da jlha, que elle aja de dez hũu. E o que eu ey dauer na dicta jlha he contheudo no forall que pera ella mandey fazer (4). E, per esta guissa, me praz que aja esta rrenda sseu filho ou outro sseu descendente per linha djreita que o dicto carreguo teuer.

Jtem, me praz que elle possa dar, per ssuas cartas, a terra desta parte forra, per o forall da jlha, a quem lhe prouuer, com tall condiçom que aquelle a que derem a dicta terra a aproueite ataa çinquo annos; e, nom a aproueitando, que a possa dar a outrem. E, despois que aproueitada for e a leixar por aproueitar ataa outros çinquo annos, que jsso meesmo a possa dar. E esto nom enbargue a mym que, sse hi ouuer terra por aproueytar que nom seja dada, que eu a possa dar a quem mjnha merçee for. E assy me praz que a de o sseu filho ou herdeiros deçendentes, que o dicto carrego teuerem. E jsso meesmo me praz que, na dicta rribeira do Caniço, elle faça hũu moynho.

E, per esta pressente, encomendo e rrogo a todos meus herdeiros e sobcesores que depois de mym viherem, que ajam por firme esta mjnha carta e a conpram e ffaçam conprir e guardar, em todo e per todo, assy e polla guissa que em ella he contheudo, porque eu fiz esta merçee ao dicto Joham Gonçalluez por elle ser o primeiro que, per meu mandado, a dicta jlha pouorou e por outros mujtos seruiços que me fez; pollo quall fiz a dicta merçee a elle e a sseus herdeiros e sobçesores, segundo dicto he.

E mais me praz que os vezinhos possam vender ssuas herdades aproueitadas a quem lhe prouuer. E, sse quiserem de hũua parte aa outra hir, que sse vãao, ssem lhes poerem nehũu enbargo. E, sse fezer mallefiçio algũu homem en cada hũua parte desta jlha que mereça ser açoutado e fogir pera a outra parte, que sseja entregue, sse poder ser presso, honde for o mallefiçio, sse requerido for, pera sse fazer em elle conprimento de djreito; e, sse deuer dyujda, honde quer que esteuer, que sse faça delle conprimento de djreito.

---

(4) E cujo texto se desconhece.

Copyrighted material

Outrossy, me praz que os guaados brauos possam matar os da jlha, assy em hũua parte como em outra, ssem auer hi outra defessa, rressaluando o guaado que andar nos jlheeos ou outro algũu lugar çarrado, que o llançe hi o ssenhorio; e, jsso meesmo, me praz que os gaados manssos paçam em hũua parte como em outra, trazendoos com guarda, que nom façom dapno; e, sse o fezerem, que o pague sseu dono. E, em testemunho de uerdade, lhe mandey dar esta mjnha carta, asijnada de mjnha mãao e asseellada do meu seello.

Dada na mjnha Villa, primeiro dia do mes de nouenbro. Gil Fernandez a fez. Ano do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl quatrocentos e çinquoenta annos.

238

9 NOVEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Anes Cabeça de Ferro, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão das mercadorias vindas de Castela pelo porto de Serpa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 192 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Vasco Annes Cabeça de Ferro, criado do jffante dom Anrrique, etc.; teemos por bem e damollo por escpriuam de todallas coussas que veem de Castella a estes nossos rregnos de que nos auemos dauer a dizema e ssisa, per o porto de Serpa, asy e pella guissa que o ataaqui era.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e ao contador da dicta comarca e a outros, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, ix dias de nouenbro. Elrrej ho mandou, per Lopo dAlmeyda, etc. Afonso Anes a fez. Anno de mjl iiii^{c} L.

Copyrighted material

239

11 NOVEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de aprovação do contrato de casamento, em segundas núpcias, de D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, com D. Mécia da Silveira, donzela da casa real, no qual, com aprazimento das partes, de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor Gonçalves de Abreu, pais de D. Mécia, o monarca doa ao dito D. Fradique a tença anual de 30.000 reais brancos no almoxarifado de Leiria, enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro prometidas em dote, a que Nuno Martins e mulher juntam 500 coroas e D. Fradique 1.500 coroas de ouro, de arras, a D. Mécia (1).

AHFL., *Arquivo do Marquês de Abrantes*, C.A./IX-F-37(16), antigo C.A./101-16. Original, em pergaminho, de cujo selo régio pendente resta fita de algodão, azul e branca.

Dom Affomsso, per graça de Deus rrey de Purtugual e do Alguarue e ssenhor de Cepta.

A quamtos esta carta virem ffazemos saber que per nos foy trautado e firmado casamento amtre dom Fadrique de Castro, fidalgo da cassa do jfamte dom Amrrique, meu muyto preçado e amado thyo, com dona Miçia da Silueira, donzella de nossa cassa, de prazimemto das partes sobredictas e de Nuno Martijnz da Silueira, rrico homem do nosso comsselho e nosso escpriuam da puridade, seu padre, e de Lianor Gomçalluez de Abreu, sua madre, com certas comdições, que se adiamte seguem (2).

Primeiramente, nos outorgamos e afirmamos de dar e mandar pagar ao dicto Fadrique com a dicta dona Miçia, des primeiro dia do mes de janeiro que ffoy desta era, per nossas rrendas e direitos, tres mill coroas de boom ouro e justo pesso, pagadas segundo teemos hordenado e determjnado, per hordenaçom, que se paguem os cassamentos de nossa cassa, ao tempo que os mandarmos pagar. E, emquamto lhe nom mandarmos

(1) Sobre os diversos casamentos de D. Fadrique de Castro veja se o nosso DOC. 136, de 10 de Março de 1450, e a respectiva nota.

(2) Sobre este Nuno Martins da Silveira, sogro de D. Fradique, do conselho régio e escrivão da puridade, pode ver-se CONDE DE TOVAR, *Estudos Históricos*, t. 3, ps. 118-22 e 124-25.

dello fazer pagamemto, lhe afirmamos que, em cada hũu anno, lhe mandemos dar e pagar, de teemça, pera ajuda de sua gouernamça, trimta mill rreaes bramcos desta moeda corremte, no almoxarifado de Lerea, tirando carta em cada hũu anno, na nossa fazenda; e que nhũua parte dello lhe nom sseja descontado na paga das dictas trres mill coroas, ssaluo sse lhe mandarmos pagar juntamente o quarto dellas, que ssom seteceentas e cinquoemta coroas, e que emtom sse lhe descomte a quarta parte da dicta teemça, e assy *pro rrata* pollo teerço ou meo, quamdo lhe mandarmos pagar, sse descomte na maneira ssusso dicta.

E mais o dicto Nuno Martijnz e sua molher sse obrigarom, per hũu estromento pubrico, que ffoy fecto na cidade dEuora, nas suas cassas, per Affomsso Gomçaluez, nosso uassallo e tabaliam, aos xxbij dias do mes de ffeuereiro da dicta era de cinquoemta, a dar e pagar ao dicto dom Fadrique, em doote e em nome delle, per seus beens mouees e de rraijz, mais quinhentas coroas douro, pagadas polla dicta guissa, do dia que tomarom sua cassa atee dous annos primeiros seguimtes. E, nom lhe comprindoo a dicta paga, que, por cada hũu anno, lhe pague, por cada çem coroas que lhe faleçerem de pagar, mill rreaes bramcos em cada hũu anno, sem descomtar algũua cousa da dicta doote, ataa todo sseer paguo.

E o dicto dom Fadrique, per o dicto estormento, daa e promete de dar, darras e em nome dellas, aa dicta dona Miçia, sua molher, por homra de sua pessoa, mill e quinhentas coroas douro, per esta guissa. Se casso aconteçer que elle moira primeiro que ella, que elle lhe pague as dictas arras com o dicto doote que a ella he dado e ja teuer rreçebida de nos e o dicto seu padre e madre, e esto per quaaeesquer beens que elle teuer, no tempo de seu finamento, sseendo ella primeiro pagada e satisfecta que algũua outra pessoa, nom sseendo tirada de posse dos beens que do dicto dom Fadrique ficarem, atee ella seer emtregue de todo, como dicto he. E mais proug[u]e ao dicto dom Fadrique que, de quaaesquer beens que ambos ouuerem despois do matrimonjo comsumado, ella aja a meetade, ssem outra duujda. E, sse a dicta dona Miçia primeiro finar ssem aveemdo filho ou filha, que hi nom aja arras nenhũuas nem ell sseja hoobrigado a ellas per o dicto doote. Em todo casso, sera tornado a seus herdeiros, da dicta dona Miçia, ssaluo sse dell a ella prouuer tomar a terça parte, pera destrebujr por ssua allma ou em outras coussas, que ella o possa fazer como lhe prouuer e os dictos herdeiros a nom possam demamdar.

E, aveendo filhos, que elles liurememte ajam toda a dicta doote e arras, tomando ella a dicta terça, sse lhe prouuer, como dicto he, afirmandosse e prometendo o dicto Nuno Martijnz e ssua molher e o dicto dom Fadrique, pello dicto estromemto, a comprir e mamter o ssusso escprito contheudo em elle, so pena de pagarem hũu a outro que se dello afastar quinhemtas coroas douro, obrigando pera ellas sseus beens. E, pidindo a nos, pollo dicto estromento, que asy o mandasemos julgar e comprir,

tirandoo todallas leix e direitos e hordenaçõoes que em comtrairo desto possam sseer, ssegundo todo mais compridamente em o dicto estromento he contheudo.

E, visto per nos o dicto estromento e suas voomtades seerem comcordadas, a nos praz de lhe comprir todo o que a nos perteemçe, como dicto he, e assy prometemos, per nossa ffe rreall. E, alem dello, lhe outorgamos e afirmamos e aprouamos as obrigaçõees e decraraçõoes e capitollos que per elles forom fectos, contehudos no dicto estromento de contrauto. E, per este, suprimos quaaeesquer hordenaçõees, leix, djreitos que, per quallquer guissa, comtra esto possam sseer. E, sse aqui faleçem algũuas decraraçõees pera que este comtrauto mais possa sseer firme, nos avemos aqui por expressas e nomeadas. E queremos e mandamos que em todo sse compra e guarde como em elle he contheudo. E, por firmidõee dello, mandamos sseer fectas duas cartas, ambas de hũu tehor, hũua pera o dicto dom Fadrique e outra pera a dicta dona Miçia, asignadas per nos e aseeladas do nosso sseello.

Dada em a nossa villa de Santarem, xj dias do mes de nouembro. Joham de Lixboa a ffez. Anno do nascimemto de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçeemtos e çinquoemta.

(as.) ElRey.

240

20 NOVEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a revogar a lei eduardina de 25 de Setembro de 1431 sobre a comutação de penas do país para degredo em Ceuta, por não ser agora necessário mandar lá mais gente do que a ordenada (1).

ANTT., *Núcleo Antigo*, cód. 9 A, fl. 186, — donde se reproduz; cód. 12, fl. 186, e cód. 14, fl. 129.

Publicada: nas *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 5, tit. 114; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 118-19.

(1) É possível que por esta data se tenha resolvido não seguir para Ceuta o infante D. Henrique com reforço de pessoal (Cfr. o DOC. 250).

Elrrey dom Eduarte, meu ssenhor e padrre, da mujto louuada e ffamosa memoria, em sseendo jfante e rregedor da justiça em estes rregnos, fez ley em esta forma que sse ssegue.

Segue-se a transcrição da lei do infante D. Duarte de 25 de Setembro de 1431, — o DOC. **1** *do nosso vol. 4.*

E despojs desta hordenaçom acabada, fez elrrej esta adjçom: hordenou elrrej nosso ssenhor que emquanto em esta lej sse contem que os degrredos da terra ssejam mudados pera Çepta por meio tempo e os açoutes ssejam mudados em degredo de dous annos e jsso meesmo as djujdas dos que forem presos ssejam pagadas pello ssoldo de Çepta e os presos la leuados, etc., vjsto em como ora nom he neçessarjo la envjar majs gente da que hordenada, o que era ao tempo da fejtura da dicta lej, que esta ley sse nom guarde por ora.

Escprita a xx dias de nouembrro de 1450.

241

20 NOVEMBRO 1450

Auto de posse, pela igreja colegiada de Santo Estêvão de Alfama, de pardieiro seu, sito junto do adro daquela igreja, abusivamente ocupado por Estêvão Eanes, mestre das galés de el-rei, o qual ainda o não entregara, sem embargo da sentença proferida sobre o assunto em 29 de Novembro de 1440 **(1).**

ANTT., *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, maço 5, n.º 91 v. Original em pergaminho, no verso da citada sentença de 1440, — DOC. **118** do nosso vol. 7.

Saibham quantos este pubrico estromento de posse virem que, no anno no naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e çinquoenta annos, aos vijnte dias do mes de nouembro, na muy nobre e leall çidade de Lixboa, em hũu pardieyro que esta junto com as cassas dEsteuEanes, mestre das galees delrrey, o quall he junto com a egreia de Sancto Esteuom da dicta çidade, estando hij Aluaro Afomso, logoteente de prioll, que tem a cura da dicta egreia, e Diego Afomso e Affomso Domjnguez, rraçoeyros, presentes e rresidentes na dicta egreia;

(1) Cfr. o DOC. **118** do nosso vol. 7.

Copyrighted material

Em presença de mym, Joham Duarte, uaassallo delrrey meu senhor e sseu pubrico tabaliam em a dicta çidade, e das testemunhas que adjante ssom escriptas, logo per o dicto prioll e rraçoeiros ffoy dicto e disserom que elles andarom em demanda com o dicto SteuEanes sobre o dicto pardieyro, o quall lhe ffora julgado per os ujgairos do arçebispo da dicta çidade, segundo era contheuudo em esta ssentença, desta outra parte escripta; dizendo elles, ssobredictos, que, porquanto ajnda nom forom metidos de posse do dicto pardieyro, que agorra elles, ssobredictos prioll e benefiçiados da dicta egreia e, per uirtude e ujgor da dicta sentença e per mandado de Joham dEluas, ujgairo jeerall de dom Pedro, arçebispo da dicta çidade, tomauam a posse do dicto pardyeyro pera dicta egreia. A quall posse lhe foj dada corporall, rreall, autuall posissom, per terra, pedra, madeyra e per rramos de hũa aruor que no dicto pardieyro estaua e per todas outras coussas acustumadas, segundo custume; e de todo pedirom asy hũu estromento, pera guarda e conseruaçom da dicta egreia.

Testemunhas que presentes estauam: Gill Gomez, prioste da dicta egreia, e Joham Anes, jconjmo, e Joham da Crruz e Gorge Uaasquez, hortellam, morador em Exobregas, e outros. E eu, sobredicto tabaliam, que a todo presente fuy e este estormento escpriuj e aquy sinall fiz, que tall he *(Sinal do notário)*. Pagou, com hijdas, xx rreaes.

242

20 NOVEMBRO 1450

Instrumento notarial de emprazamento em três vidas, feito pela igreja de Santo Estêvão de Lisboa a Estêvão Eanes, mestre das galés, e a sua mulher Catarina Gonçalves de pardieiro junto com casas dos emprazados pelo foro anual de 35 reais brancos ou seu valor e um par de frangos ou 10 reais brancos em vez deles, pagos pela Páscoa.

ANTT., *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, maço 11, n.º 213.

Em nome de Deus, amem.

Saibham quantos este presente pubrico estormento de emprazamento virem que, no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e çinquoenta annos, aos vijnte dias do mes de nouem-

bro, dentro na egreia de Santo Esteuom da muy nobre e leall çidade de Lixboa, estando hy PedrEanes, escpriuam da camara do muyto honrrado senhor dom Pedro, arçebispo da dicta çidade, e procurador de Joham Nunez, prioll e sseu rreytor da dicta egreia, e Diego Affomso e Afomso Dominguez, rraçoeyros, presentes e rresidentes em ella, em presença de mym, Joham Duarte, uassallo delrrey meu ssenhor e sseu pubrico tabaliam em a dicta çidade, e das testemunhas que adjante ssom escpritas, e logo, per o dicto prioll e rraçoeiros, ffoy dicto e disserom que elles, consijrando serujço de Deus, proll e honrra da dicta ssua egreia, emprazauam e dauam de emprazamento a EsteuEanes, mestre das gallees, e a sua molher Catelijna Gonçaluez, moradores na dicta çidade, que presentes estauam, e a outra persoa, quall ho pustumeiro delles nomear ante da sua morte, hũu pardieyro que a dicta egreia tem e ha junto com cassas delle, dicto SteuEanes;

E parte, da hũa parte, com cassas de UasquEanes, alcayde dos pescadores, e, da outra parte, com adrro da dicta egreia e com outras confrontaçõees com que de djreito deue partijr, sob tall preyto e condiçom que elle, dicto SteuEanes, e ssua molher e persoa que depos elles vijeer se siruam e logrem do dicto pardyeyro e dem e paguem, de rrenda e pe[n]ssom, em cada hũu anno, a dicta egreia e prioll e beneffiçiados della, por dia de Pascoa ffrolijda da Resureyçom, trijnta e çinquo rreaes brancos desta moeeda ora corrente ou o sseu uerdadeyro uallor, ao tenpo da paga, e majs hũu par de ffrangãaos ou dez rreaes brancos por elles e majs nom; e começar logo de ffazer a primeyra paga por este primeyro dia de Pascoa que uem, que sera na era de quatroçentos e çinquoenta e hũu annos, e asy em cada hũu anno pollo dicto dia.

E que, ffinadas as dictas tres perssoas, que o dicto pardyeyro fique ljuremente, sem nẽhũa contenda, aa dicta egreia, e com condiçom que elle, dicto SteuEanes, e sua molher e persoa nom posam uender nem escanbar nem alhear o dicto pardyeyro a nẽhũa outra perssoa das em djreito defessas. E, querendo fazer, que ho ffaça primeyramente saber aa dicta egreia, sse ho quer tanto por tanto; e, nom ho querendo, que emtom ho posam uender a tall persoa que conpra as condijçõees do dicto contraucto, pella gujsa que suso dicto he. E os dictos procurador do dicto prioll e beneficiados da dicta egreia se hobrigarom logo a lhe defender, emparar o dicto pardyeyro de quallquer persoa ou persoas que lhe em elle poseer algũu embargo, sob pena de custas e perdas e dapnos que por ello rreçeberem, e com vijnte rreaes brancos, em cada hũu dia, de pena.

E os dictos SteuEanes e sua molher, por sy e em seus nomes e da perssoa que depos elles ha de vijnr, tomarom e rreçeberom em sy o dicto pardyeyro, com todallas claussullas e condiçõees susso dictas e declaradas e obrigarom todos sseus beens mouees e de rrajz a todo conprjr e manter pella gujsa que dicto he. E pedirom asy de todo senhos estormentos, pera

sua guarda e conseruaçom e de todo seu djreito. E este estormento he pera dicta egreia.

Testemunhas que presentes forom: Aluaro Afonso, capellam da cura em a dicta egreia, e Joham Anes, jconjmo della, e Joham da Crruz, creljgo, e Gill Gomez, prioste em a dicta egreia, e Jorge Uaasquez, ortellam, morador em Exobregas, e outros. E eu, sobredicto Joham Duarte, tabaliam. que a todo presente ffuy e este estormento escpriuy e aquy meu sinall fiz, que tal he *(Sinal do notário)*.

243

22 NOVEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Vasco Fernandes, ferreiro, morador em Lebução, termo de Monforte de Rio Livre, onde viviam muitos servidores do infante D. Henrique, o qual se vira envolvido na fuga de um preso, pelo que se homiziara, mas serviu depois o monarca, na guerra contra o infante D. Pedro, e pagara, por ordem régia, 500 reais brancos para a Relação (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 212.

Dom Affonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que, Vasco Fernandez, ferreiro, morador em Libuçam, termo de Monforte de Rio Liure, nos emvyou dizer que podia ora auer quatro annos e mais que hũu Ferrnandez Esteuez, sseendo juiz do dicto logo, lançara mãao de hũu Joham Velho, pera o auer de prender, porquanto tolhera hũu penhor ao quadrilheiro, e que, em lançando asy mãao delle, o dicto Joham Velho começara chamar aquy do jffante, e que, por em aquella terra vyuerem muytos do jffante dom Anrrique, meu mujto prezado e amado tyo, acodiram muytos ally, per tall guisa, que o dicto

(1) A freguesia de Lebução pertence hoje ao concelho de Valpaços. Do de Monforte de Rio Livre, extinto em 31 de Dezembro de 1853, na antiga comarca de Chaves, não subsiste sequer o nome em aldeia. A povoação situava-se em torno de castelo junto da actual freguesia de Águas Frias, no concelho de Chaves, e teve foral de D. Afonso III, de 1273, e depois de D. Manuel, em 1512.

Fernandez Esteuez, juiz, abrira mãao do dicto Joham Velho, o quall ffogira; e que o dicto juiz sse ffora ao corregedor da comarca e lhe fezera queyxume como lhe [o] dicto presso fora tomado, metendo a elle, dicto Vasco Fernandez, no dicto queixume, dizendo que elle ffora em ajuda da tirada do dicto preso, pella quall rrazom elle ouuera carta de sseguraça;

Da quall nom sseguyra os termos e fora presso e dado ssobre fiança e andaua ssolto, e que sse amoorara e nos vynha seruir na guerra que ouuemos com o jffante dom Pedro, en companha de Fernam Coutinho, apressentando perante nos hũu estormento, fecto e asynaado per Rodrigo Afonso, nosso vasallo, tabaliam em o dicto lugar de Monforte, no quall sse continha, antre as outras coussas, que o dicto FernandEsteuez dissera que, em sseendo ell juiz, Fernam Mouram fora penhorar, sseendo quadrilheiro, o dicto Joham Velho, porque nom fora a velar a vylla sseu giro que lhe veera, ao quall o dicto Joham Velho tolhera o penhor, sem lhe fazendo outro algũu mall, e que o dicto Fernam Mouram, quadrilheiro, lhe fezera queixume de como lhe o dicto Joham Velho asy tolhera o dicto penhor; e que ell fora entam ao dicto Joham Velho e o prendera e que, tendoo asy presso, chamando da nossa parte, que acudirom hy çertos homeens daquella terra e comarca da dicta villa, e lho tiraram das mãaos e que ell vyra em o dicto arroydo o dicto Vasco Fernandez, fferreiro, mais que lhe nom fezera nhũu mall nem nojo e que, sse lhe algũua jnjuria fezera, que lhe perdoaua, e que erom bem amygos, ssegundo sse todo esto e outras coussas mjlhor e mais conpridamente no dicto estormento continha, pedindonos o dicto Vasco Fernandez por merçee que lhe perdoassemos a nosa justiça, sse nos a ella, pella dicta rrazom, era theudo.

E nos, veendo o que nos asy dezia e pedia, vysto o casso quall he e o contentamento da parte, sse asy he como diz, visto como vijnha pera seruir na guerra, querendolhe fazer graça e merçee; teemos [por bem] e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos, pella dicta rrazom, era theudo, contanto que pagasse quinhentos rreaes brancos pera a nossa rrollaçom; e, porquanto el pagou os dictos djnheiros a Joham do Porto, nosso porteiro da dicta rrolaçom, a que os mandamos rreçeber, ssegundo dello fomos çerto, per sseu aluara, asynaado per ssua mãao;

Porem, uos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro nhũu desaguisado, quanto he por a dicta rrazom, porque nosa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guisa que dicto he. Vnde all nom façades.

Dante em a nossa villa de Santarem, xxij dias de nouembro. Elrrej o mandou per os doutores Ruy Gomez dAluarenga e per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseus vasallos e do sseu desembargo e petiçõoes.

Afonso Anes a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e L^{ta} anos.

Copyrighted material

244

8 DEZEMBRO 1450

Sentença de Afonso de Moura, bacharel em decretos e ouvidor geral do arcebispo de Lisboa, a ordenar que Mem Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, residente na quinta do Bugalho, termo de Santarém, deixe livre ao mosteiro de Santa Clara da mesma vila terreno de que indevidamente se apossara e que vizinhava com aquela sua quinta. Condenado, apelou para Roma.

ADFS., *Pergaminhos do mosteiro de Santa Clara de Santarém*, maço único, n.º 5. Original com o selo das audiências, em lacre vermelho, pendente de fita azul e branca.

Affonso de Moura, bacherell em degredos, ouujdor geerall pollo mujto honrrado padre e senhor dom Pedro, por merçee de Deus e da sancta egreia de Roma arçebispo de Ljxboa.

A quantos esta sentença de proçesso vyrem faço saber que, perante mym, a esta corte do dicto senhor veo hũu ffecto, per rremjssom, dante Pero Esteuez, vigairo geerall pollo dicto senhor na villa de Sanctarem e em seu arçediagado, o quall se perante elle hordenou antre partes, conuem a saber: dona abadessa, donas e conuento do moesteyro de Sancta Clara da dicta villa de Sanctarem, per seu procurador, como autores da hũa parte, e Meem Gonçalluez, escudeyro do senhor jffante dom Anrrique, morador que he na quintãa do Bugalho, termo da dicta villa, como rreo, da outra.

No quall ffecto, perante o dicto Pero Esteuez, vigairo, por parte do dicto moesteyro contra o dicto Meem Gonçalluez, rreo, foy oferecido hũu ljbello articollado, djzendo que era uerdade que ellas, autores, e o dicto seu moesteyro teem hũa terra junto com a dicta quintãa, que parte da hũa parte com vjnha e terra dessa meesma quintãa com aquella que ora he de dona Lianor de Meneses, conuem a saber, com alcorua do vallado antigo e asy pella terra pello comero, segundo he deujsado e demarcado; e, da outra parte, com terra que foy de Maria Afonso do Casall e entesta no Tejo e na Adema; e que poderia aver hũus cinquo ou sejs anos, pouco majs ou menos, que o dicto Meem Gonçalluez, per sua autoridade, como enbasor das cousas ecrasiasticas, se fora meter em posse de parte da dicta terra do dicto moesteyro, a saber, da parte donde he a dicta vinha e terra de dona Lianor, cortando canas que em ella estam, e a outra semeou e fez

Copyrighted material

e faz o que lhe apraz; e, ajnda que lhe, per mujtas vezes, rrequeressem que o nom fezesse, que elle senpre rrecusara, como rrecusaua, que a nom quys leyxar.

E, por se asy meter per sua autoridade, como dicto he, como emuasor das cousas ecrasiasticas, cometera em ello sacrelegio e era sacrelego e de dereyto escomungado e que desto era pobrica uoz e fama; pedindo, em conclusom, a dicta dona abadessa e donas e conuento ao dicto vigairo que, per sua ssentença e çenssura ecrasiastica, declarasse ellas e o dicto moesteyro teerem a dicta terra no dicto logar pellas confrontações e declarações suso dictas, e o dicto rreo, per sua autoridade, como emuasor das cousas ecrasiasticas, se meter em posse de parte da dicta terra, como dicto he; polla quall cousa era sacrelego e de dereyto escomungado. E asy pidiam que o denunciasse ao poboo por escomungado, atee que, omjldosamente, viesse estar aos mandados da sancta egreia, etc., segundo que no dicto ljbello majs conpridamente era contheudo.

E, visto per o dicto vigairo, julgou que proçedia e mandou ao dicto rreo que o contestasse, o quall, per seu procurador, contestou pella clausulla geerall. E o dicto vigairo julgou que contestaua quanto abondaua. E, porque o dicto ljbello era articollado, julgou os artigos em elle por perteeçentes e mandou que se soubesse per elles a uerdade. Sobre o quall foy filhada enquiriçom e oferecidas escprituras, por parte do dicto moesteyro. A quall enquiriçom foy acabada e aberta e pobricada e dada a vista aas dictas partes e rrazoado tanto perante o dicto vigairo, que o ffecto foy concluso. E visto per o dicto vigairo, ante que em ello desse ljuramento finall *ex causa*, rremeteo o dicto ffecto a esta corte do dicto senhor, no ponto em que estaua.

O quall perante mym foy apresentado; e, por parte do dicto Meem Gonçalluez, foy, perante my, alegada hũa rrazom de nouo, djzendo que queria prouar e fazer çerto que a dicta dona Lianor de Meneses lhe enprazara a elle, rreo, a dicta quintãa do Bugalho pera senpre, por çerta conthia que lhe em cada hũu ano avia de pagar e que, ao tenpo que lhe a dicta dona Lianor enprazara a dicta quintãa, que ella, dicta dona Lianor, estaua em posse da dicta terra sobre que he a dicta demanda, e o moesteyro nom, seendo dello sabedor o dicto moesteyro e sem o contradjzendo o dicto moesteyro, senom ao tenpo que o demandarom a elle rreo, ssendo elle ja em posse da dicta quintãa e da dicta terra.

A quall rrazom lhe foy per mym rreçebida e dado logar aa proua. E foy sobre ella filhada enquiriçom, por parte do dicto rreo, e foy acabada e aberta e pobricada e dada a vista aas dictas partes e rrazoado tanto sobre ello, asy por hũa parte como polla outra, que o ffecto foy concluso. E, visto per mym, de acordo e conselho dos desenbargadores da rrollaçom do dicto senhor, presente os procuradores das dictas partes, pronunçiey em elle hũa sentença defenjtiua, que tall he.

Visto este ffecto com as cousas em elle contheudas e *preçipue* o ljbello por parte do moesteyro, autor, oferecido contra o dicto rreo, com sua contestaçom e enquiriçom em o dicto negocio filhada por parte do moesteyro, autor, com as rrazões de hũa e da outra parte propostas e alegadas com hũa jntrelocutoria sobre a proua pronunciada, todo bem consirado *solum Deum*, avendo, de acordo e conselho dos outros desenbargadores do senhor arçebispo, por defenjtiua sentença em estes escpritos, declaro o dicto moesteyro, autor, estar em posse desta terra sobre que he este letigio e o dicto rreo, assy como jnuasor das cousas ecresiasticas, per sua propria autoridade, ocupar e enbader a cousa ecresiastica, cometendo em ello sacrelegeo.

Porem mando ao dicto rreo, asy como sacrelego e emvassor das cousas eclesiasticas que, do dia que lhe este desenbargo for pobricado ataa sejs dias, desista da dicta ocupaçom e detentaçom que assy tem ffecta e lejxe husar o dicto moesteyro, autor, do seu; os quaees sejs dias lhe eu dou por todas tres canonjcas amoestações departidamente. O quall passado e fazendo elle o contrayro, ponho em elle ssentença descomunhom em estes presentes escpritos, sem enbargo de hũus artigos que, por sua parte, forom dados em sua defesa com hũa enquyriçom que per elles foy tirada, a quall majs faz contra elle que por elle, e majs o condapno em as custas, *reseruata*, taxações etc.

E pobricada, como dicto he, o dicto Meem Gonçalluez, per seu procurador, apellou da dicta ssentença pera a egreia e corte de Roma, pidindo os apostollos. E eu, por honra e rreuerençia do sancto padre e sua sancta see apostolica, lhe rreçeby a dicta apellaçom e lhe dey, por apostollos rreuerençiaes, aucta e proçesso do dicto ffecto, oyto meses, pera proseguyr e jntimar a dicta apellaçom em a dicta corte de Roma e em o dicto tenpo fazer aquy çerto do dicto proseguymento, per escpritura pubrica, segundo estillo desta corte do senhor arçebispo. E o procurador do dicto moesteyro me pidio que lhe mandasse dar hũa ssentença. E eu lha mandey dar.

Dada em a dicta çidade, sob meu sinall e seello das audiencyas do dicto senhor, oyto dias do mes de dezenbro. Diego Rodrjguez, escpriuam, a fez. Ano do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e cinquoenta anos. Pagou R^{ts} rreaaes.

Nom seja duujda na antreljnha honde djz de Sancta Clara, porque eu, sobredicto escpriuam, o fjz, por fazer uerdade.

(as.) Alfonsus, bacalarius decretorum.

245

8 DEZEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Afonso Bocarro, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Messejana do Campo de Ourique, implicado na fuga de alguns dos dezasseis corsários ingleses detidos em Lagos, por haverem ajudado a tomar nau a Fernão de Seixas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 187.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que Diogo Affonso Bocarro, homem ssolteiro, escudeiro do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, morador em Messejana do Canpo dOrique, nos emvyou dizer que podia ora auer çinquo ou sseis annos, pouco mais ou menos, que em a nossa villa de Lagos fforom pressos dezasseis jngresses, que diziam que erom cosairos, e os culparom que fforom em ajuda de tomar hũua naao a Fernam de Seixas, os quaees os juizes da dicta villa de Lagos emviarom pressos aa nossa çidade de Li[x]boa; e que os dictos jngresses chegarom ao dicto lugar de Messejana pressos em cordas e aquelles que os traziam os meterom em hũua casa em que nom mora nẽgem, vijndo os dictos jngresses casy nuus e todos descalços; e que ell, mouendosse de piadade por asy os veer nuus e descalços e porque, ao dicto tempo, ffazia grande ffrio, sse ffora aaquelles que os traziam e lhes disera que, pois que os asy traziam ssem cadea e ssoltos, que os leixassem agasalhar a ssas geentes, dos quaees elle leuara dous ssoltos pera cassa de ssua madre e que despois sse ffora pera casa da dicta ssua madre, pera aquelles dous, hũu dos outros jngresses que fficauam; e que ell e a dicta ssua madre os agasalharom, por amor de Deus, e lhes mandara ffazer hũua cama, em hũua camara apartada, na quall os mandara lançar, e que ell sse lançara na casa dyanteira, por nom ffogirem; e que os dictos jngresses fforaram de noyte a parede da casa em que jaziam e fogiram todos tres e que, em outro dia, quando os nom achara, sse metera pella terra, com homeens, a buscallos, e que nunca os podera achar, e que despois lhe ffora dicto que sse fforom aa dicta çidade de Lixboa, honde os outros [que] com elles vijnham fforom leuados, e que todos fforom achados por ssem culpa daquillo por que asy pressos fforom e ssoltos ssem pena algũua.

Outrosy, nos emvyou o dicto Diogo Affonso dizer que poderia ora auer quatro ou çinquo annos, que, per leçença dos juizes que aaquelle tempo erom no dicto logo de Messejana, el ffora açeirar com ffogo darredor hũua vinha da dicta ssua madre e que, tanto que açirada [a] teuera, apagara o ffogo o mjlhor que podera e sse fora pera o lugar e que o fogo sse tornara [a] açender e queymara çertas colmeas e oliueiras e vinha a hũu Esteuam Martijnz Mata Mouros e de hũus filhos de hũu Lopo Diaz e de hũu RodriguEannes, paadeiro, e doutro Martim Pirez, barregam, e de Martim Mangas Verdes, os quaees ell ja contentara do dano que lhe asy o dicto fogo ffezera, ssegundo sse mostrou per çertos estormentos que perante nos emvyou apressentar, nos quaees sse contijnha que as partes o nom queriam acusar nem demandar por o dicto dano que asy o dicto fogo fezera; dizendonos que, ssem enbargo de os dictos jngresses asy fogirem ssem ssua culpa e poer o fogo, per leiçença dos dictos juizes e as partes o nom que[re]rem acusar pello dano que ffez e as ell teer satisffectas, sse temja de por ello ser presso; e que porem nos pedia, por merçee e haa honrra da morte e payxom de Nosso Senhor Jhesu Christo, que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, pella dicta rrazom, era thudo.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir emvyou, ante que lhe em ello dessemos outro algũu liuramento, ffezemos perante nos trazer as jnquiriçõees devassas que, per rrazom da fogida dos dictos pressos e poymento do dicto fogo, fforom ffilhadas, as quaees, vistas per nos e a culpa em que sse o dicto Diogo Afonso mostra ser, na fogida dos dictos jngres[es] e poymento do dicto ffogo, visto como os ssobredictos danjficados o nom querem acusar, sse hi nom ha outras partes a que o dicto fogo fezesse danno que rrequeridas nom fossem; querendolhe ffazer graça e merçee, aa honrra da morte e payxom de Nosso Senhor Jhesu Christo, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, sse nos a ella, pello que dicto he, era theudo, contanto que page, sseteçentos rreaes pera a nossa chançelaria. E, porquanto ell pagou os dictos djnheiros a RodriguEannes, escudeiro de nossa casa, rreçebedor da dicta chamcelaria, ssegundo dello fomos çertificado per aluara de Gomes Borges, caualeiro de nossa casa, escpriuam da dicta chamcelaria, que os ssobrelle pos em rreçepta;

Porem, uos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe ffaçaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro nhũu desaguissado, quanto he per rrazom da fogida dos dictos pressos e p[o]imento do dicto fogo e dano que fez aas ssusodictas partes, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos, como dicto he. Vnde all nom façaades.

Dante em a nossa villa de Santarem, oyto dias do mes de dezenbro. Elrrey o mandou, per os doutores Ruy Gomes dAluarenga e Lopo Vaas-

quez de Serpa, sseus vassallos e do sseu desenbargo e petiçõoes. Affonso Annes a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} e L^{ta} annos.

246

10 DEZEMBRO 1450

Letras Dum ad preclara, *do papa Nicolau V, dirigidas ao vigário geral e demais religiosos franciscanos das ilhas Canárias, em que, a pedido deles, os autoriza a fundarem casa na vizinha ilha da Madeira, rica em cereais e outros víveres de que precisam, a qual, segundo o costume da Ordem, pertence à dita vigairaria das Canárias, e a usarem lá dos privilégios, isenções, indultos e demais graças que usufruem no arquipélago canariense, salvos, porém, os direitos paroquiais.*

AV., *Reg. Lat.*, vol. 464, fl. 111 v., — donde se reproduzem.
Extracto em WADDINGUS, *Annales Minorum*, 3.ª ed., t. 12, p. 619, e no *Bullarium Franciscanum*, nova series, vol. 1, p. 719.

Nicolaus, etc.

Dilectis filijs vicario generali et fratribus jnsularum dispersarum (1) Canarie, ordinis fratrum minorum, salutem, etc.

Dum ad preclara uestre religionis merita debite consideracionis aciem reuoluimus, pensantes quantum illa, studio pie vite, dietim affert in Dei ecclesia fructum, ducimur, non inmerito (2), vt ea uobis fauorabiliter concedamus, per que religio ipsa propagari uosque, huiusmodi studio, uobis ipsis et alijs ad animarum salutem proficere valeatis et prodesse.

Cum jtaque, sicut exhibita nobis nuper, pro parte vestra, peticio continebat, jnsula de la Madera, jnsulis Canarie propinqua et in frumento et alijs, ad humanam vitam sustentandam, habundans fore dinoscitur, uobis et alijs fratribus dicti ordinis, in prefatis jnsulis Canarie degentibus (3), permaxime (4) necessaria existat, et propterea dictam

(1) No ms. parece estar *dispensarum*.
(2) No ms. *in merito*.
(3) No ms. *degencium*.
(4) No ms. *per maxime*.

jnsulam de la Madera sub uestra vicaria jnsularum Canarie huiusmodi, iuxta morem dicti ordinis, esse et in illa vnam domum seu vnum heremitorium, cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio et alijs officinis pro vestris seu aliquorum ex vobis usu et habitacione necessarijs, sub nomine et vocabulo de quo vobis uidebitur, fundare et construere seu fundari et construi facere desideratis, pro parte vestra nobis fuit humiliter supplicatum ut vestro desiderio huiusmodj, in premissis et alijs infra scriptis, fauorabiliter annuere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, attendentes multiplicem fructum, quem uos et alij fratres dicti ordinis, sub illius regulari obseruantia viuentibus, ubilibet in Dei ecclesia dietim affertis et in prefatis jnsulis estis verisimiliter allaturi, ac propterea illa vobis concedere volumus, per que commodius et laudabilius, eciam cum vestrarum animarum salute, in eisdem jnsulis possitis in Domino proficere iugiter incrementis, vestris in hac parte supplicationibus inclinati, vobis quod dicta jnsula de la Madera in prefata vicaria sit et esse censeatur uosque in illa, in aliquo tamen honesto et concedenti (5) loco, vnam domum seu vnum heremitorium, cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio et officinis predictis, fundare et construere seu fundari et construi facere ac illam uel illud inhabitare, cuiusuis super hoc licentia minime requisita, libere ac licite valeatis, quodque domus seu heremitorium fundanda seu fundandum huiusmodi ac fratres in ea uel eo pro tempore degentes omnibus et singulis priuilegijs, exemptionibus, gratijs et indultis apostolica uel alia quauis auctoritate, in genere uel in specie, quomodolibet concessis, quibus alie domus et presertim jnsularum Canarie huiusmodi vtuntur et gaudent, uti et gaudere possint, jure tamen parrochialis ecclesie semper saluo, ac vos et alij fratres dicti ordinis, quotiens predictas jnsulas nauigare volueritis, confessorem quj, in ingressu nauigij, omnibus, etiam sedi apostolice reseruatis, semel tantum et in defectu (6) fratrum dicti ordinis, quj ad audiendum confessiones ydonei sint, quemcunque (7) alium sacerdotem quj, in omnibus per sedem predictam reseruatis et etiam quos vicarius dicte vicarie pro tempore existens vel alij sui inferiores reseruare uoluerint dumtaxat exceptis, necnon tu, fili vicarie, eligere possitis confessorem qui, quotiens fuerit oportunum, in omnibus, etiam in illis casibus quibus tu, fili vicarie, subditos tuos absoluere potes, confessionibus uestris diligenter auditis, pro commissis per uos excessibus, criminibus atque delictis debitam absolutionem jmpendere et iniungere penitentiam salutarem ac tecum, fili vicarie, etiam in illis in quibus cum subditis

(5) Pode estar por *condecenti*.
(6) No ms. *defectum*.
(7) No ms. *quecunque*.

tuis dispensare potes, dispensare ualeat (8), auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus pariter et indulgemus.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifatij pape viij, predecessoris nostri, inter alia prohibente ne fratres dicti ordinis, in aliqua ciuitate, castro, villa aut alio quocunquo loco, domum de nouo recipere aut inhabitare presumant absque sedis prefate licencia speciali, faciente plenam et expressam de inhibicione huiusmodi mentionem, et quibusuis alijs constitucionibus ac ordinacionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus dicti ordinis iuramento, confirmacione apostolica vel quauis firmitate alia roboratis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli, ergo, etc., nostre voluntatis, concessionis et indulti infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo, quarto jdus decembris, anno quarto.

247

10 DEZEMBRO 1450

Instrumento do contrato de casamento da infanta D. Leonor de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, com D. Frederico III, rei dos romanos, celebrado em Nápoles, perante el-rei D. Afonso V de Aragão, pelos embaixadores de Frederico com o Dr. João Fernandes da Silveira, embaixador do soberano português, cujas cláusulas principais são as seguintes: o matrimónio agora celebrado pelos procuradores das partes contratantes por palavras de futuro o será, à face da Igreja, por palavras de presente, nos seis meses seguintes, mandando o rei dos romanos procurador especial ao de Portugal para celebração solene do dito matrimónio, cujo termo será firmado pelo referido procurador, que ratificará também o presente contrato; o dote será de 60.000 florins de ouro de câmara correntes na cúria romana e outro tanto de doação propter nuptias, *segundo o uso alemão, ficando ao arbítrio de D. Frederico a doação matutina no dia imediato às núpcias, também a teor do costume germânico; o dote será entregue no condado de Flandres ou em*

(8) No ms. *ualeant*.

Florença, nos quinze dias subsequentes à consumação do matrimónio; até dia 1 de Novembro, a infanta D. Leonor seguirá de Portugal, por mar, para porto italiano compreendido entre Porto Pisano e Nápoles, qual o rei dos romanos indicar, por cartas suas, ao de Aragão, dentro de quatro meses, e ao de Portugal, no prazo de seis; para a despesa da viagem de D. Leonor o rei de Portugal deduzirá 10.000 florins dos 60.000 do respectivo dote.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2939, fls. 122-28, — donde se reproduz; ANTT., *Gaveta* 17, maço 3, n.º 12, em cópia de 28 de Julho de 1525, em papel, a qual se diz transcrição do próprio original, porém com incorrecções.

Publicado, incorrectamente: por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., t. 1, liv. 3, ps. 309-322, segundo a referida cópia do ANTT.; e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, ps. 772-84, segundo a mesma cópia tardia do Arquivo Nacional. Por isso, preferimos o texto oficial do registo coevo de Nápoles, onde o contrato matrimonial se efectuou. Sumariado no *Quadro elementar*, tomo 1, ps. 349-51.

Jnstrumentum matrimonij serenissimj domini Frederici, regis romanorum semper augusti, etc.

Jn Dei nomine.

Vniuersis huiusmodi jnstrumenti seriem audituris quoquo modo, seu visuris, pateat euidenter quod, die joujs, que computabatur decima mensis decembris, annj xiiij indictionis, a natiuitate Dominj M°. cccc°. L°., jn ciuitate Neapolis, regnj Sicilie citra farum, regnante serenissimo ac victoriosissimo domino Alfonso, rege Aragonum, Sicilie citra et vltra farum, Valencie, Hierusalem, Hungarie, Maioricarum, Sardinie et Corsice, comite Barchinone, duce Athenarum et Neopatrie, ac eciam comite Rossilionis et Ceritanie, apud Castrum Capuanum dicte ciuitatis Neapolis, jn atrio scilicet illius, presentialiter existente subscriptaque audiente et per omnja dirigente, vocatis pariter et assumptis per ipsam regiam maiestatem, ad celebracionem contractus huiusmodj, jllustribus ducibus Calabrie et Cleuensi et magnificis oratoribus jllustris dominij Venetorum et magnifice comunjtatis Florencie et ceteris omnjbus jnferius pro testibus annotatis, ac me, secretario et notario vltimo nomjnato, reuerendus dominus Eneas (1), episcopus Tergestinus, atque spectabiles virj dominus Georgius de Vollesdorff, baro ducatus Austrie, consiliarij, et Michael de Phullendorff, secretarius, oratores, procuratores et mandatarij, pro subscriptis peragendis, ad dictam regiam maiestatem Aragonum desti-

(1) No ms. vem só a inicial. Trata-se de Aeneas Silvius de Piccolominibus

nati per serenissimum atque potentissimum dominum Fredericum, romanorum regem et semper augustum et cetera, quj, ex vna parte, pro subscriptis concludendis jnibj erant personaliter constitutj, et magnificus atque spectatus vir Johannes Fernandj de Silveyra, legum doctor, orator etiam et procurator ac mandatarius apud dictam regiam Aragonum maiestatem, pro infra contentis conueniendis missus per jllustrissimum et excellentissimum dominum Alfonsum, regem Portugalie et cetera, eciam jnibj eadem ex causa constitutus ex alia parte, vicissim exhibuerunt et mihi ipsi secretario et notario tradiderunt et assignarunt duo sollennja procuracionum et mandatorum pergamenea jnstrumenta, videlicet vnum dicti serenissimj dominj romanorum regis omnj qua decuit sigillorum eius solita solennitate vallatum, tenore sequentis.

Fredericus, Dei gratia romanorum rex semper augustus ac Austrie, Stirie, Karinthie et Corniole dux, comes Tirolis, etc.

Recognoscimus ac notum facimus, tenore presentium, vniuersis nos venerabili Enee, episcopo Tergestinensi, ac Georgio de Vollesdorff, baronj ducatus nostri Austrie, consilliarijs, et Michaelj de Phullendorff, secretario, oratoribus et nuncijs deuotis et fidelibus nostris dilectis, de quorum fide, circumspectione et jntegritate plene confidimus, dedisse ac dare jn mandatis cum serenissimo principe Alfonso, Aragonum et Sicilie rege, necnon nuncijs et oratoribus serenissimj principis Alfonsi Portugalie et cetera regis conueniendj et, jnter nos et clarissimam Leonoram, prefati regis Portugalie sororem, matrimonium juxta ritum ac consuetudinem sancte matris ecclesie tractandj, contrahendj atque concludendj necnon, super dotibus ac securitatibus vltro citroque prestandis penisque apponendis, concordandj jn animam nostram, si opus fuerit, jurandj nosque obligandj ac pro nobis promittendj, omniaque alia et singula ordinandj et faciendj que, in premissis et circa ea, quomodolibet neccessaria fuerint et oportuna, promittentes nos ratum et gratum habituros quidquam per predictos nuncios et oratores nostros, jn premissis, tractatum, conuentum, ordinatum et conclusum fuerit, presentium sub nostrj regij sigillj communitione litterarum.

Datum jn Noua Ciuitate, die vigesima quinta mensis septembris, anno Dominj millesimo quadringentesimo quinquagesimo, regnj nostrj anno vndecimo.

Aliud, vero, dicti jllustrissimj et excellentissimj dominj regis Portugalie, bulla plumbea jn pendenti munitum propriaque manu, vt videbatur, subsignatum, quod uisum fujt jnibi esse, seriei sequentis:

Vniuersis et singulis has procuratorij litteras inspecturis, Alfonsus, Dei gratia Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus.

Notum facimus quod, cum jnter eximje celsitudinis Fredericum, romanorum regem et semper augustum, et clarissimam et jnclitam jnfantissam domjnam Leonoram, dilectissimam sororem nostram, diujna subsequente clementia, futurum speratur matrjmonjum, certam et jndubiam habentes noticiam de legalitate, probitate et fide nobilis virj Johannis Fernandj de Silveyra, egregij legum doctorjs et nostrj palatij causarum expeditoris, constitujmus et ordinamus eum in nostrum legitimum procuratorem, negociorum gestorem et nuncium ad hoc specialiter deputatum, cum libera ad tractandum, disponendum et ordinandum super dicto matrimonio, vt sibj videbitur. Et damus etiam eidem procuratorj nostro et negociorum gestorj ac nuncio, ad hoc specialiter deputato, potestatem cum libera predicto Frederico, romanorum regi et semper augusto, promittendj, ordinandj et constituendj eiusdem quantitatis, vt sibi videbitur, dotem, cum predicta dilectissima sorore nostra. Et quod dictus procurator noster possit requirere, tractare et acceptare quascunque donaciones, jn cuiusuis casus euentu, prefate jnfantisse dilectissime sororj nostre, per predictum romanorum regem conferendas. Et damus eidem plenam potestatem acceptandj quecunque alia que, ad honorem et vtilitatem nostram necnon regnorum nostrorum et predicte jnfantisse, expedire putauerit, promittentes rata et firma habere omnia et singula per eum facta, dicta, ordinata et constituta, tam super dote et eius quantitate constituenda et omnjbus pactis, conuentionibus, promissionibus et stipulationibus quam super alijs quibuscunque, ad dicti matrimonij causam spectantibus, et etiam scripturas necessarias quas, super hijs et eorum quolibet, confici mandauerit, approbantes, dando eidem procuratorj nostro potestatem easdem, si opus fuerit, sacramento nomine nostro facto corroborandj. Et quecunque per eum ita facta, gesta, ordinata et concordata fuerint, habebimus et obseruabimus jnconcussa bona fide, absque alia juris cauillacione, ac si per nos facta, gesta, ordinata et concordata forent. Jn quorum omnium testimonium et fidem, presentes procuratorij litteras fierj jussimus, nostra manu nostroque sigillo plumbeo munitas.

Ex ciuitate Vlixbonensi, xxvij junij, anno Dominj millesimo quadringentesimo quinquagesimo. El Rey.

Exhibitis subinde jnibj et jn patulum, per me secretarium et notarium jnfra scriptum, deductis capitulis, jnter dictos reuerendum et spectabiles et magnificos ipsorum serenissimorum et jllustrissimorum dominorum romanorum et Portugalie regum, his de proximo lapsis diebus, de ordinacione et mandato dicte regie maiestatis Aragonum, per jnfra nominatos reuerendum episcopum et alios de suo consilio pluries versatis et agitatis, lectis, discursis, examjnatis et optime rumjnatis tandemque jnitis, conuentis et per omnia concordatis, sub serie siue tenore sequenti,

capitula edita, acta et concordata, jn presentia serenissime regie maiestatis Aragonum et vtriusque Sicilie et cetera, jnter reuerendum jn Christo patrem dominum Eneam, episcopum Tergestinum, ac spectabiles et magnificos viros Georgium de Vollesdorff, baronem ducatus Austrie, consiliarios, et Michaelem de Phullendorff, secretarium, oratores, procuratores speciales ac mandatarios ad subscripta serenissimj ac potentissimj dominj Frederici, romanorum regis, et semper augusti et cetera, ex vna, atque magnificum et spectatum virum Johannem Fernandj de Silveyra, legum doctorem, oratorem etiam et procuratorem seu mandatarium, ad jnfra scripta, jllustrissimj atque excellentissimj dominj Alfonsi, regis Portugalie et cetera, ex altera partibus, super matrimonio hucusque tractato et hinc, Deo duce, feliciter concludendo et subinde, jn facie sancte matris ecclesie, per verba de presenti celebrando demunque, Altissimo disponente, per sollennes nuptias et carnalem copulam consumando, jnter eundem serenjssimum dominum regem romanorum atque jnclitissimam et superjllustrem virginem dopnam Eleonoram, jnfantissam regnj atque sororem dictj jllustrissimj dominj regis Portugalie nepotemque prefate serenissime regie maiestatis Aragonum.

Jn primis, conuentum, concordatum, promissum atque actum est, disponente diujna gratia, jnter partes predictas, quod matrimonjum fiat et fierj ac celebrarj habeat cum effectu, per dictum serenissimum et potentissimum dominum regem romanorum cum dicta jnclitissima atque clarissima jnfantissa virgine dopna Eleonora, videlicet, nunc per verba de futuro, jnter dictos mandatarios seu procuratores et oratores, mutuo et subinde per verba de presenti, jn facie sancte matris ecclesie, prout jura canonica et christiane religionjs jnstituta dictant atque disponunt. Jta, videlicet, quod ex nunc dicti reuerendus et spectabiles oratores et mandatarij dicti serenissimj dominj romanorum regis ac vice et nomine illius promictunt et paciscuntur, sollemnj stipulatione, quod dictus serenissimus dominus Fredericus, rex romanorum et semper augustus, per suum specialem ac legitimum et sufficientem ad ea procuratorem seu mandatarium jn Portugaliam, jntra sex menses de proximo secuturos, propterea destinandum et jnibj se adeo coram dicto jllustrissimo et excellentissimo domino rege Portugalie presentandum, contrahet solemnjter ipsum matrjmonium per verba de presenti, vt predicitur, cum dicta clarissima atque superjllustri virgine dopna Elionore, jnfantissa Portugalie, et id ipsum matrimonium, sic tunc per dictum suum mandatarium et procuratorem firmatum atque contractum, ratum, acceptum et gratum habebit et presentialiter postea approbabit; vice versa, dictus magnificus orator, procurator et mandatarius jllustrissimj et excellentissimi dominj regis Portugalie promictit, jllius vice et nomine, et paciscitur stipulacione sollenni quod jpse jllustrissimus et excellentissimus dominus rex Portugalie faciet et curabit, cum effectu, quod dicta superillustris atque

Copyrighted material

clarissima jnfantissa dopna Elionor, eius soror, dictum matrjmonium personaliter per verba de presenti atque sollenniter, vt prefertur, contrahet et celebrabjt, jn facie sancte matris ecclesie, cum dicto serenissimo et potentissimo domino Frederico, romanorum rege, seu vice et nomine jllius cum quocunque eius specialj mandatario seu procuratore, plenum ac speciale ad ea mandatum habente, eam ob rem jn Portugaliam, vt predicitur, destinando.

Item, est conuentum, concordatum, promissum atque actum, jnter prefatos reuerendum et spectabiles et magnificos vtriusque jpsarum partium procuratores, oratores et mandatarios, quod dos predicti matrimonij sit et esse debeat jn quantitate siue summa sexaginta mjlium florenorum aurj de camera jn curia romana currentium et quod augmentum jpsius dotis, seu donacio propter nuptias, alias compense seu accessiones secundum morem Germanie, sint totidem valorjs jpsius dotis, scilicet alij seu consimjles sexaginta mjlle florenj aurj de camera, preter et vltra donationem matutinam, jn crastinum scilicet nuptiarum fierj de laudabilj more serenissimorum principum Germanie solitam, que ad liberalitatem et arbitrium serenissimj dominj romanorum regis remictitur.

Jdcirco, dictus magnificus Joannes Fernandj, orator, procurator ad hec et mandatarius jllustrissimj dominj regis Portugalie ac vice et nomine jllius promittit et paciscitur stipulacione solemnj, vt supra, dictis reuerendo et spectabilibus oratoribus et procuratoribus serenissimj dominj romanorum regis presentibus et acceptantibus, quod dicta dos, afferenda per dictam superjllustrem virginem et jnfantissam dopnam Elionorem, contemplacione dicti matrimonij, est et erjt sexaginta mjlium florenorum aurj de camera currencium, ut prefertur, jn curia romana, et jllos ex nunc sibi, jn et pro ipsa dote, dicto serenissimo domino romanorum regi constituit et soluere promittit ac realiter et jn peccunia numerata assignare et tradere, jn comitatu scilicet Flandrie, apud ciuitatem Brugiarum, aut jn Jtalia, jn ciuitate Florentie, cuj ipsa romanorum maiestas voluerjt, jnfra menses quindecim a die consumacionis jpsius matrimonij per copulam carnalem computandos. Et pro his, sic vt prefertur, actendendis, seruandis et complendis, regna et bona omnja dicti jllustrissimij dominj regis Portugalie dicto domino romanorum regi ac dictis suis oratoribus et mandatarijs vice suj presentibus, stipulantibus et acceptantibus, obligat de presenti, etiam promictens et paciscens, vt supra, quod huiusmodj dotis constitutionem, promissionem et obligacionem, necnon omnja alia et singula supra et jnfra scripta, jn quantum sibj jncumbunt, dictus dominus rex Portugalie personaliter confirmabit, laudabit et approbabit, presente procuratore seu mandatario per dictum serenissimum dominum regem romanorum, ob causam dicti contrahendj matrjmonij per verba de presenti jn Portugaliam, vt predicitur, desti-

nando, cuj de eisdem laudacione, confirmacione et approbacione expedirj et assignarj faciet jnstrumenta et litteras oportunas.

E diuerso, prefati reuerendus et spectabiles oratores, madatarij et procuratores dicti serenissimj dominj romanorum regis, sponte acceptantes constitucionem dotis predictam scientesque commendabilis morjs esse, vt pretangitur, eiusmodj ducendis virginibus donacionem propter nupcias seu dotis augmentum, vel aliter compensam siue accessionem fierj, racione ac jn laudem earum virginjtatis, dictam donacionem ob nuptias seu augmentum, compensam et accessionem, nomine et vice jpsius serenissimj dominj romanorum regis ac de eius specialj commissione et mandato, sponte et deliberate ac de certa scientia faciunt, stipulacione sollempnj, dicte jllustrissime jnfantisse de alijs scilicet sexaginta miljbus florenorum aurj de camera consimjlium, quj sunt totidem valoris dicte dotis constitute. Jtaque dos simul et augmentum, seu accessio vel compensa aut donatio propter nuptias, summam capiunt centum viginti mjlium florenorum aurj de camera currentium, vt predicitur, jn curia romana, quos omnes ex nunc dicti reuerendus et spectabiles oratores, mandatarij et procuratores, sollemnj stipulacione, vt supra, dicte jllustrissime jnfantisse primum plenarie assecurare et consignare, et deinceps, jn omnj eventu et loco seu casu dotis restituende, et illam restituere et, vna cum dote, augmento seu donacione propter nupcias, realiter et ab integro soluere jpsi dicte jllustrissime jnfantisse promictunt et paciscuntur. Jtaque jpsa centum viginti milia florenorum aurj de camera dictus serenjssimus et potentissimus dominus romanorum rex teneatur consignare et de facto specialiter consignabit et plenarie assecurabit dicte jllustrissime jnfantisse ac eciam dicto jllustrjssimo et excellentissimo domino regi Portugalie eatenus quatenus sua jn futurum jnteresse posset, vt jnfra dicetur, jnde et super aliquibus ciuitatibus, terris, castris seu locis patrimonialibus seu peculiaribus principatuum, ducatuum aut dominjorum ipsius dicti serenissimj dominj romanorum regis, dictam summam centum viginti mjlium florenorum optime valentibus, quos et que ipsi clarissime jnfantisse, aut cuj jpsa voluerjt, pro tempore et casu doctis sibj restituende et modo quo jnferius describitur, vna cum ex tunc annuis decentibusque illarum redditibus et fructibus, concedet et realiter ex nunc prout ex tunc assignabit, cum plena, libera, vacua, pacifica et expedita jllarum possessione et fructuum perceptione. De presenti autem et pro tempore constantis matrimonij, per fidei prestacionem officialium ac per omnes alios modos et vias quibus melius et efficacius, secundum consuetudinem principum Austrie, possessiones eiusmodj ciuitatum, castrorum, terrarum et bonorum, domjnis eorum seu principissis aut dominabus, pro securitate docium suarum et augmenti, assignarj et tradj consueuerunt reseruatis jpsarum ciuitatum, castrorum, terrarum seu locorum vsufructu et admjnistracione jpsi serenissimo domino romano-

Copyrighted material

rum regi, dum vixerit, quj ex illis ac alijs suis redditibus honorificam et decentem prefate jnclitissime domine jnfantisse curiam et statum tenebit.

Ex nunc, autem, et jnterea temporis et quoadusque dicta fiat specialis et effectualis consignacio et assecuracio seu ypotheca, prefati reuerendus et spectabiles oratores, ad maiorem cautelam dicte jllustrissime jnfantisse, eiusmodj consignacionem (2) et assecuracionem jmpresenciarum concedunt et faciunt, saltem generaliter, super omnibus ciuitatibus, castrjs et locis ac terrjs seu bonjs dicti serenissimj dominj romanorum regis, tam ducatus Austrie, quantumcunque peculiaribus atque prjuilegiatis, quam alijs vniuersis ad eum quoquomodo spectantibus, que omnja et singula pro ijs dicte clarissime jnfantisse et, suo casu, dicto jllustrissimo domino regi Portugalie, pro obnoxijs, obstrictis et penitus obligatis dicto nomine haberj volunt, prout de facto, virtute eorum mandatj, procurationis et facultatis, obligant atque ypothecant de presenti et prout melius dici, scribi et jntelligi possit, ad firmam caucionem et securitatem plenariam dicte jnclitissime jnfantisse dictique jllustrissimj dominj regis Portugalie, quoad suo casu possit, vt premittitur, sua jnteresse, quam quidem specialem consignationem, securitatem et obligationem seu ypothecam et possessionjs pacifice assignationem, jmmissionem et traditionem, jntra termjnum quatuor mensium proxime futurorum, dictus serenissimus dominus rex romanorum faciet et facere habeat et teneatur prorsus cum effectu. Et jnterea temporis ac statim jn reditu dictorum suorum oratorum, aut alicuius eorum, huiusmodj generalem consignationem et securitatem ratam et gratam habebit et jn omnibus confirmabit et, de eisdem omnjbus et singulis, per suas literas et legitima documenta, regiam maiestatem Aragonum, jntra eundem termjnum, efficiet cerciorem (3).

Adijcitur tamen premissis, ex specialj pacto jnter partes predictas, quod liceat serenissimo domino romanorum regi dictam dotis specialem consignacionem, jnscriptionem, ypothecam seu obligacionem distinctam facere et precisam ab ea que sit, aut fuerit, racione augmenti siue donationis propter nupcias, eo videlicet vt, in casu dotis restituende, heredes dicti serenissimj dominj romanorum regis possint dictam dotis ypothecam, consignacionem vel obligacionem redimere pro dictis consimilibus sexaginta mjlibus florenorum dotis predicte, seu totidem peccuniarum quot de ea solute fuerint, vt prefertur, que eo casu soluj et realiter assignarj et tradj habeant dicte jllustrissime jnfantisse, aut cuj ipsa voluerit, salue et secure, Brugijs aut Florencie, vbi scilicet loci ipsa maluerit,

(2) No ms. *consinacionem*.

(3) Isto é, *certiorem*. Neste e noutros lugares, segue-se o uso medieval de empregar frequentemente *c* por *t*.

Copyrighted material

priusquam ciuitates, terras seu castra, que pro dicta dote, vt prefertur, habuerit obligata, ipsa restituat et assignet. Cetera autem castra, ciuitates, terre et loca que, ob donacionem propter nuptias siue compensam et aug nentum, tantum sibj consignate fuerjnt, seu quomodolibet obligata, et de quibus eo casu, pro toto tempore vite sue tantum et quo vsque scilicet dictum augmentum sibi solutum fuerjt, ipsa clarissima jnfantissa habitura est fructus et redditus omnes, pro suj status substentatione, absque aliqua excomputacione ipsius augmenti, lucrifacere, possidere et detinere possit, quoad vixerit et non vltra, seu de et pro eis, vt libuerit, concordare siue pacisci cum dictis heredibus, aut quibus voluerit.

Jtem, est conuentum, concordatum et actum, jnter reuerendum, spectabiles et magnificos vtriusque dictarum partium oratores, mandatarios et procuratores predictos, quod prefata jnclitissima atque clarissima jnfantissa, hinc ad kalendas nouembris de proximo secuturas, omnj dolo et fraude cessantibus, venire debeat et de facto, honorifice et cum decenti commitiua, conducatur per mare atque venire, conduci seu deferrj habeat a dicto regno Portugalie ad aliquod lictus seu terram maritimam Jtalie, per dictum serenissjmum dominum regem romanorum et, ad eius licteras, primum dicte regie maiestati Aragonum, jntra quadrimestre predictum, ac dicto jllustrissimo et excellentissimo domino regi Portugalie, jntra prefixum semestre declarandam et specifice designandam, dum modo lictus ipsum seu ora et terra maritima et esse habeat a portu Pisano vsque scilicet Neapolim, jnclusiue et non vltra nec alio.

Jdcirco, jn subsequentiam et execucionem condicionis et aduentus eiusmodj, est etiam conuentum et jn pactum speciale deductum, jnter oratores, mandatarios et procuratores partium antedictarum, quod ex dictis sexaginta milibus florenorum jn dotem, vt premictitur, dicte jllustrissime jnfantisse constitutis et per dictum jllustrissimum et excellentissimum dominum regem Portugalie, Brugijs aut Florencie, vt pretangitur, exsoluendis, primum ipse excellentissimus dominus rex Portugalie possit deducere et penes se retinere summam decem milium florenorum, pro jmpensis scilicet faciendis jn nauleis et victu ac munitione galearum et naujum aut aliarum fustium stipendijsque marinariorum et alijs necessarijs et competentibus pro dicta conducenda clarissima jnfantissa, cum tota eius comjtiua, ad oram seu lictus aut terram maritimam Ytalie, sicut premictitur, primum designandam; jn quo quidem loco seu parte ac terra siue lictore dicta jllustrissima jnfantissa, per dictum serenissimum dominum romanorum regem aut per quem seu quos voluerjt et illuc propterea destinauerjt, statim cum applicuerit, recipi et subinde conduci et quorsum voluerit, pro sollemnibus eorum nupcijs celebrandis dictoque fouendo et colendo matrimonio, asportarj habeat honorifice et decenter; ipsa autem decem milia florenorum pro jmpensis omnibus, sic vt predicitur, per dictum jllustrissimum dominum regem Portugalie factis, jn conduccione

Copyrighted material

predicta, jn ratam solucionis dicte constitute dotis sexaginta mjlium florenorum dicto jlustrissimo domino regi Portugalie excomputarj et acceptarj habeant per dictum serenjssimum dominum regem romanorum, cum de residuo ipsius dotis complemento sibi, apud dictam ciujtatem Brugiarum aut Florentie, fuerit jntegre, vt predicitur, satisfactum atque solutum.

Jtem, est conuentum et concordatum atque jn pactum speciale deductum, jnter dictarum parcium oratores, procuratores et mandatarios quj supra, quod, decedente quandocunque, consumato jpso matrimonio, prefata inclitissima atque clarissima jnfantissa sine filijs masculis aut femjnjs ex dicto coniugio procreatis, quod Deus auertat, superstite tamen eo casu dicto serenissimo domino romanorum rege, jpse serenissimus dominus romanorum rex, pro toto tempore vite sue tantum, vsufaciat dotem predictam seu consignacionem, ypothecam et obligacionem, de et pro ipsa specialiter factam, eamque jnterea temporis, scilicet quoad vixerit, retinere penes se valeat, nec ad jllius restitucionem modo aliquo teneatur de tempore, vt predicitur, vite sue. Jpso vero tandem decedente, prefata dos, jn dicta summa Lx.^{m} florenorum aurj de camera, sibj, vt premictitur, constituta et, vt prefertur, exsoluta, seu rata jllius etiam et jocalia ac bona omnia que, preter dictam dotem, secum attulerit clarissima domina jnfantissa predicta, per heredes et successores suos, scilicet jpsius serenissimj dominj romanorum regis, statim post ipsius obitum, assignentur et restituantur, eo casu, jntegre ac restituj et exsoluj seu liberarj et assignarj habeant dicto jllustrissimo domino regi Portugalie quj, vt predicitur, dictam dotem sic constituit et exsoluit, seu illius heredibus, quicunque eo tempore fuerjnt. Decedente vero primum dicto serenissimo domino romanorum rege, cum vel sine liberis ex dicto legitimo matrimonio procreatis, superstiteque dicta jllustrissima jnfantissa, dotem prefatam ac ipsa iocalia et bona alia quecumque predicta eadem jllustrissima domjna jnfantissa jntegre recuperet et habere debeat, jta tamen quod liberj superstites ex dicto matrimonio jure, quod jn materna hereditate habuerint, defraudarj non possint. Et nichilominus dictam donacionem propter nupcias, siue dotis augmentum seu accessionem et compensam sibi ex nunc, vt prefertur, concessam et obligatam seu ypothecatam et vel ipsam obligacionem, consignacionem et ypothecam, cum suis omnibus fructibus et redditibus, pro toto tempore vite sue, jpsa jllustrissima domina jnfantissa detineat, habeat, possideat et lucrifaciat, que tamen donacio propter nuptias tantum, seu dotis augmentum, aut jllius ypotheca, talj casu, post eiusdem jnfantisse obitum, deductis dictis fructibus et redditibus per eam perceptis, restituatur et restituj habeat heredibus dicti serenissimj dominj romanorum regis.

Jtem, est conuentum et jn pactum speciale deductum, vt supra, jnter partes predictas, quod casu quo, jntra prestitum qujndecim mensium tempus ad solucionem jntegram dotis prefate realiter ac, vt promissum est,

per dictum jllustrissimum et excellentissimum dominum regem Portugalie, seu pro suj parte, casu aliquo jn totum non solueretur, liceat, transacto termino, predicto ipsi serenissimo domino romanorum regi, eo casu, tantumdem detrahere de specialj consignacione et obligacione seu dotis jnscripcione predictis quantum sibi ex illa restauerjt ad soluendum et, de eiusmodj talj ciuitate, loco seu terra sic detrahenda, suas facere liberas voluntates, ratis tamen manentibus ceteris omnibus supra et jnfrascriptis atque conuentis, hoc tamen adiecto et specialiter reseruato quod, si et quam primum ipse jllustrissimus dominus rex Portugalie dictam solucionem, ad quam obligatus remanserit nec lapsu temporis liberetur, jn totum vel jn partem, eciam post dicti temporis elapsum, quandocunque stante matrimonio supradicto, adimpleuerjt, ipse serenissimus dominus rex romanorum partem ipsam consignacionis seu obligacionis, sic vt prefertur, detractam, si alienata aut jn alterum distracta jnterea temporis non fuerjt, sin autem aliam illj equjualentem aut maiorem jn valore et fructibus, saltem pro rata quantitatis et solucionjs ipsius postea facte, jnscribere, ypothecare, consignare et obligare, ratione jpsius dotis et augmenti correspondentis, pariformjter teneatur ne, propter dilacionem solucionjs eiusmodj, dicte jllustrissime jnfantisse quidpiam detrjmenti jn dote et augmento seu donacione propter nupcias, eatenus scilicet quatenus de dicta dote solutum aliquando fuerit, videretur jnferrj.

Jtem, est conuentum et jn pactum deductum, vt supra, quod dicta jnclitissima jnfantissa, pro suj maiorj solacio atque oportuna societate et seruicio, possit et habeat ducere jn Alamaniam seu Germanjam et jnde secum tenere, ex nobilibus officialibus et alijs seruitoribus Portugalensibus suis antea familiaribus et quj secum venerint, tam masculis quam feminjs, quos scilicet dictus serenissimus dominus romanorum rex voluerit et jn condicione et numero sibi bene uisis et ad eius arbitrium retinendis et collocandis.

Jtem, est conuentum et jn pactum deductum jnter partes predictas, vt supra, quod, statim jn reditu dictorum reuerendj et spectabilium oratorum ipsius serenissimj dominj regis romanorum et quam primum ipsi vel eorum aliquis ad eum redierint, jpse serenissimus dominus rex romanorum teneatur, per licteras suas publicas et autenticas, personaliter confirmare, acceptare, laudare et approbare capitula omnia supra et jnfra scripta, quatenus sibi jncumbunt obseruanda, et eiusmodj litteras tradere dicto suo procuratorj jn Portugaliam de proximo, vt prefertur, mictendo, vt eas eidem jllustrissimo regi Portugalie, quam primum eum adierit, tradat et, pro suj et dicte jllustrissime jnfantisse cautela vberiorj, assignet.

Jtem, est conuentum et jn speciale pactum deductum, vt supra, quod quelibet parcium ante dictarum que non adimpleuerjt seu obseruauerjt

dicta capitula, prout ad vnamquamque earum spectet, jncurrat ipso jure et facto penam sexaginta milium florenorum aurj de camera consimjlium, de bonis partis non obseruantis aut non complentis seu contrafacientis parti complenti et obseruanti, applicandorum, ratis tamen manentibus capitulis et pactis huiusmodj.

Demum, fauente diujna gratia, dicti reuerendus ac spectabiles oratores et speciales ad predicta procuratores et mandatarij serenissimj et potentissimj dominj Frederici, romanorum regis et semper augusti, sic vt premictitur vice et nomine jllius agentes, contrahentes, paciscentes et alias acceptantes, firmantes et stipulantes ex vna parte, et dictus magnificus orator et ad precontenta specialis procurator et mandatarius dicti excelentissimj et jllustrissimj dominj regis Portugalie, vice et nomine jllius agens, contrahens, paciscens et alias acceptans, firmans et stipulans ex altera parte, predicta omnia capitula et vnumquodque jllorum et singula contenta jn eis jnjerunt et, eatenus scilicet quatenus ac prout ad vnamquamque jpsarum parcium spectat et illarum onerj singulariter et diuisim incumbunt, vt dictum est, pro quibus de rato habendo promiserunt, dictis nominibus sibi jpsis mutuo et ad jnuicem conuenerunt pactique ac polliciti sunt denuoque firmarunt ac, medio juramento sollennj, ad dominum Deum et eius sancta quatuor euangelia cuiusque jpsorum manibus corporaliter tacta et jurata, jn anjmam cuiusque dictorum serenjssimorum et illustrissimorum romanorum et Portugalie regum ac de et pro premissis omnjbus e singulis jrrefragabiliter obseruandis et, prout ad vnamquamque jpsarum partium et earum personas tangunt, prorsus actendendis atque complendis, fidem sibi ipsis vtrinque dederunt, dolo et fraude cessantibus, et pro eisdem omnibus jpsorum personas, status regnaque et bona omnia, quantumlibet priuilegiata, dictis omnibus sibi ipsis ad jnuicem ac mutuo vicissimque obligarunt atque ypothecarunt, jn posse et manu secretarij et notarij jnfrascripti, tanquam publice et auctentice persone, pro ipsis partibus absentibus et eis omnibus quorum jntersit vel jnteresse poterit quomodolibet jn futurum, legitime stipulantis, ad cautelam vberiorem omnium et singulorum predictorum. Prolatisque per vtrosque jpsarum parcium oratores, procuratores et mandatarios predictos nonnullis verbis et sermonibus, dictam jpsorum vnjformem concordiam et principalium suorum voluntatem circa premissa plenarie demonstrantibus, dixerunt quod dicta capitula et vnumquod[que] eorum, dictis nominibus et eatenus quatenus ad vnamquamque jpsarum partium spectabant seu jncumbebant, sub promissionibus termjnorum, prefixionibus, clausulis, penarum adiectionibus, pactis, condicionibus, obligacionibus, juramentis et stipulacionibus omnibus et singulis, que et prout superius continentur atque particulariter distinguntur, concedebant, laudabant. firmabant, approbabant ac jurabant, prout jn presentia ac conspectu

ipsius regie maiestatis Aragonum ea omnia et singula, que pro repetitis singillatim et seriatim lectis atque probatis haberj jnibj voluerunt, statim et de facto, ad pleniorem securitatem, concesserunt, firmarunt, approbarunt atque laudarunt, ymo etiam, exhibitis eis et cuilibet ipsorum sacrosanctis Dei euangelijs jpsisque tactis ore et manibus, jn anjmas dictorum serenjssimorum et jllustrissimorum romanorum et Portugalie regum, singula singulis eorum referentes, omnj dolo et fraude cessantibus, jurarunt fidemque sibi ipsis, qualem jnter reges et principes seculj huius christianos presertim decet, mutuo dictis nominibus dederunt ac personas, regna, dominja et bona omnia, quantunque priujlegiata, de et pro eisdem vtrinque tenendis, obseruandis et adimplendis, sibi ipsis dictis nominibus obligarunt et penitus ypothecarunt, stipulacione sollennj, jn posse mei, Joannjs Olzina, secretarij et notarij jnfrascripti, tanquam publice et auctentice persone, pro ipsis partibus absentibus et omnibus alijs quorum jnterest vel jnteresse poterit jn futurum, stipulantis et legitime recipientis.

Jn quorum omnium fidem et testimonium vtrique ipsarum parcium oratores petierunt atque requisiuerunt et dicta regia Aragonum et vtriusque Sicilie maiestas, premissa omnja et singula laudans, comendans et celebrans, jussit confici duo aut plura publica et autentica jnstrumenta, vnum scilicet vnj et alterum alterj parti tradendum. Que omnia data et acta fuerunt loco, die et anno predictis ac presentibus jllustribus dominjs Ferdinando de Aragonia, duce Callabrie, Joanne, duce Cleuensi (4), et magnificis Mathia de Victoribus, jllustris dominij Venetorum, et Francho Nicolai de Sachetis, magnifice communitatis Florencie, oratoribus reuerendo Arnaldo Rogerio (5), episcopo Vrgellensi, cancellario Nicolao Fillach, legum doctore et vicecancelario, fratre Ludouico Dezpuig (6), clauario ordinis Beate Marie de Muntesia, consiliarijs dominj regis Aragonum supradicti, pro testibus, vt premictitur, ad supradicta omnia vocatis specialiter et rogatis.

Signum + nostri Alfonsi, Dei gratia regis Aragonum, Sicilie citra

---

(4) Nas duas edições deste documento em SOUSA, *Provas da História Genealógica*, vol. 1, ps. 595 e 321, respectivamente, saíu erradamente *Derien'.* por *Cleuensi* (de Clèves) o que induziu em errada conclusão o VISCONDE DE SANTAREM, *Quadro elementar*, vol. 1, p. 351, nota 630, ao afirmar que neste contrato não figura o nome do duque de Clèves. Na recente leitura de *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, p. 783, vemos *Cleriensis*.

(5) No ms. vêm só as iniciais *A. R.* Arnaldo Rogério de Palas foi bispo de Urgel, em Espanha, de 14 de Abril de 1436 a 16 de Agosto de 1461 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, p. 260).

(6) A Fr. Luís Despuig, da Ordem Militar de Montesa, em Espanha, aludimos várias vezes nos anteriores volumes desta colectânea. Sobre ele pode ver-se, por exemplo, a nota 1 de ps. 278-79 do nosso vol. 8.

et vltra Farum, Valencie, Hierusalem, Hungarie, Maiorice, Sardinie et Corsice, comitis Barchinone, ducis Athenarum et Neopatrie ac eciam comitis Rossilionis et Ceritanie, quj supradicta omnia et singula, jn nostro presenciali conspectu, vt predicitur, presentibus prenominatis testibus, jnter reuerendum, spectabiles et magnificos oratores predicti serenissimj et potentissimj dominj romanorum regis semper augustj, et cetera, ex vna, et dictum magnificum oratorem jllustrissimj et excellentissimj dominj regis Portugalie, et cetera, nepotis nostrj carissimj, ex alia partibus, concordata, conclusa, finita, promissa prorsusque stipulata, obligata et jurata fuisse testamur eisdemque presentialiter nos jnterfuisse dum, sic vt premictitur, agerentur et fierent eaque, quantum jn nobis sit, laudamus et per omnja approbamus ac ipsis pro abundantioris cautele suffragio, que prodesse pluries et obesse mjnime jn similibus consueuit, auctoritatem nostram jnterponjmus pariter et decretum. Jn quorum fidem et testimonium, magnum sigillum maiestatis nostre huic publico jnstrumento impendenti apponi jussimus, die, loco et anno primum superius annotatis. Rex Alfonsus.

Sig + num mei, Joannis Olzina, dicti serenissimj dominj regis Aragonum et vtriusque Sicilie, etc., secretarij suaque etiam et jmperialj auctoritate notarij publici, quj precontentis omnibus et singulis, dum sic vt premictitur agerentur et fierent, de mandato et ad requisicionem proximi dicti dominj regis et prenominatorum reuerendj, spectabilium et magnificorum oratorum, procuratorum atque mandatariorum vtriusque dictarum partium, videlicet serenissimj et potentissimj dominj regis romanorum et dicti jllustrissimj et excellentissimj dominj regis Portugalie, presens jnterfuj eaque, vna cum precontento regio decreto, attestacione et approbatione, scribi feci clausique et subscripsi, loco, die et anno jn prima linea huius publici jnstrumentj declaratis.

Constat de rasis et correptis in xxxxiij linea, vbi legitur tamen premissis.

Dominus rex mandauit michi,
Joannj Olzina.

248

12 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Giães, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Ribeira de Vide, termo de Coruche.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 39 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAfonso Giãaez, morador na rribeira da Uide, termo de Coruche, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, xij dias de dezenbro. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

249

13 DEZEMBRO 1450

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a seu sobrinho D. Afonso de Vasconcelos, filho de D. Fernando de Cascais e de D. Isabel Coutinho, a tença que a sua mãe fora confirmada em 18 de Setembro de 1440, outrora outorgada a D. Pedro de Meneses pelo infante D. Henrique, em pagamento de parte do que lhe devia (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 57, — donde se reproduz; e liv. 20, fl. 159 v.

Publicada por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 428-32.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte de dom Afonso, nosso sobrinho, nos foy mostrada hũua nossa carta, sijnada per o jffante dom Pedro, teendo per nos carrego do rregemento de nossos rregnos, cujo trellado he este que sse segue.

Segue-se a transcrição da carta de 18 de Setembro de 1440, — o DOC. **110** *do nosso vol.* 7.

E pedionos o dicto dom Afonso que, porquanto todo o contheudo na dicta carta viera per erança a dona Jsabell, ssua madre, filha do dicto conde dom Pedro, e, per morte da dicta ssua madre e de dom Fernando, sseu padre, lhe perteençiam, como sseu filho lidemo mayor, que lhe confirmassemos a dicta carta.

E nos, visto sseu rrequerimento e as mujtas e grandes rrazõoes que a ello teemos e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lhe

(1) Cfr. o DOC. 110 do nosso vol. 7.

outorgamos e confirmamos a dicta carta como em ella he contheudo, ssoomente nom queremos que sse entenda honde diz que a dicta teença seja asseentada em a nossa portagem da çidade de Lixboa, porque nossa merçee he nom asseentarmos, per obrigaçom, nehũuas coussas semelhantes per rrendas çertas, por algũuas rrazõoes de nosso seruiço. Os quaees djnheiros lhe mandaremos pagar em tall lugar per que rreçeba pagamento.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores, almoxarifes e escpriuãaes e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que a conpram, a sobredicta carta, segundo em ella e neesta nossa confirmaçom he contheudo, ssem outro algũu enbargo. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijnada per nos e asseellada de nosso seello pendente, pera a teer pera ssua guarda.

Dada em a nossa villa de Santarem, xiij dias de dezenbro. Ruy Diaz a fez. Ano do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L.

250

17 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de aposentação, a pedido do infante D. Henrique, ao acontiado de cavalo e armas João Afonso Perdigão, morador em Paranhos, termo de Seia, de 65 anos de idade e doente, os quais cavalo e armas ele dá a Fernão de Sequeira, escudeiro da casa do mesmo infante, com quem vai agora a Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 216 v., — donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 434.

Dom Afonso, etc.

A vos, nosso corregedor da comarca da Beira, e aos juizes e coudell da villa de Sea e a todalas outras nossas justiças e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteençer per quallquer guissa que seja, a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que o jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, nos enujou dizer que Joham Afonso Perdigom, morador em Paranhos, termo da dicta villa, aconthiado em cauallo e armas, era de hidade de

Copyrighted material

saseenta e çinquo annos e mujto fraco e despossado, que nos nom podia ja serujr, ao quall prazia de dar o dicto cauallo e armas a Fernam de Sequeira, escudeiro de ssua cassa, o quall ora uay com ell a Çepta, nos pedia por merçee que o mandassemos apoussentar, posto que nom chegasse a hidade de sateenta annos, per que teemos hordenado que os acontiados ajam de seer apouss[ent]ados.

E, porque a nos dello praz; teemos por bem e apoussentamollo e mandamos que daqui en diante o nom costrangaaes, etc. Carta em forma, dapoussentado.

Dada em Santarem, xbij dias de dezembro. Elrrej o mandou, per Nuno Martijnz da Silueira, etc. Lopo Ferrnandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

251

20 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, alfaiate, morador em Santarém.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 190.

Jtem, carta de Martim Vaasquez, alfayate, morador em Santarem, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a dicta villa de Santarem, xx dias de Dezenbro. Fernam Lourenço a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° L.

252

28 DEZEMBRO 1450

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o judeu mestre Guedelha, cirurgião do infante D. Henrique, morador na Covilhã, a andar em besta muar de sela e freio pelo prazo de 3 anos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 192 v.

Copyrighted material

Jtem, carta de meestre Guedelha, judeu, morador em Coujlhãa, cellorgiam do jfante dom Henrrique, etc., em que lhe dam licença e lugar que, da feitura desta carta ataa tres annos, possa andar em besta muar de ssella e freo, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, xxbiij dias de dezenbro. Lopo Fernandez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} L'^{a}.

253

5 JANEIRO 1451

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro do Rego, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos barqueiros de Santarém, sòmente nos casos de contenda entre barqueiro e barqueiro e não de outros homens do mar nem do rio.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 4.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta uirem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Pero do Reguo, escudeiro do jffamte dom Amrique, meu muito prezado e amado tio, morador em esta villa de Santarem; teemo[s] por bem e damollo ora nouamente em ella por juiz dos barqueiros, soomente quamdo for contenda antre barqueiro e barqueiro e nom doutra guissa nem doutros homes do mar nem do rrio, escpreuendo ante elle Gomez Annes, que o dicto oficio tem, per nossa carta.

E porem mamdamos ao nosso contador da dicta villa e outros quaesquer juizes e justiças e nossos ofiçiaes e pessoas que esto ouuerem de veer, que ajam o dicto Pero do Reguo por juiz dos dictos barqueiros, como dicto he, e outro nẽhũu nom; e o leixem seruir e hussar do dicto oficio, ssem outro nẽhũu embargo que lhe sobre ello sseja posto. O quall jurou em a nossa chancelaria, aos santos auamgelhos, que bem e dijreitamente e como deue, huse do dicto oficio e aguarde a nos nosso seruiço e ao poboo seu djreito.

Dada em Santarem, b dias de janeiro. Gonçalo Anes a fez. Anno de mjll iiij^{c} Lj.

254

7 JANEIRO 1451

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Arrentela, termo da vila de Almada.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 9.

Jtem, carta de Joham Gonçaluez, morador nArrentella, termo da ujlla dAlmadaa, besteiro da cama[ra] do jffante dom Enrrique, etc. Priuilegio em forma.

Dada em Santarem, bij dias de janeiro. Diego Borges a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lj.

255

11 JANEIRO 1451

Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação do seu contrato de casamento com a infanta D. Isabel, filha do falecido duque de Coimbra, a pedido dela, com algumas declarações, adições e cláusulas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 5 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Reis*, liv. 1, fl. 28 v., e *Místicos*, liv. 3, fl. 80 v.

Dom Affonsso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a muj alta e muj excellente prinçessa e muy esclareçida e muy ujrtuossa ssenhora a rrainha dona Jsabell (1), minha molher, que ssobre todas prezo e amo, nos mos-

(1) No ms. *Jssall.*

trou hũa carta de cassamento, per nos sijgnada e asscellada do nosso seello do chumbo, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição do contrato matrimonial entre D. Afonso V e D. Isabel, de 6 de Maio de 1447, — o DOC. **159** *do nosso vol. 9.*

Pedindonos, por merçee, que, porquanto jeeralmente mandamos confirmar semelhantes cartas, fectas per nos ante que teuessemos rregimento de nossos rregnos, lha confirmasemos.

E nos, veendo o que nos assy dizia e pidia, ujstas per nos e consijradas as sobredictas rrazõoes e outras mujtas que nos a esto juntamente mouem, seendo certificado do derecto e entendimento da dicta carta e de cada hũa clausolla em ella postas e, querendolhe fazer graça e merçee, lha confirmamos, aprouamos, louuamos, rratificamos como em ella he contheudo, com as clasollas e declaraçõoes ajusso escpritas. E, de nosso moto proprio, liure uontade e poder absolluto, nos praz declarar alghũas clausollas em ella contheudas, segundo era nossa teençom, ao tempo que a dicta carta de casamento foy fecta, a saber.

Que onde, na dicta carta, diz que ella aja, em toda a sua ujda, todallas terras e ujlas, etc., que esto se entenda nom soomente durante o dicto matrimonjo antre nos anbos, mas ajnda depois da separaçom delle, per quallquer modo e casso e aconticimento que separado seja, em ujda della, ora aja hi filhos dantranbos, ora nom.

Jtem, onde diz que ella aja, em toda sua ujda, hũu milhom e çento e saseenta e cinquo mjll rreaes brancos, esto declaramos que se entenda asy durante o dicto matrimonio, como separado, segundo em cima auemos declarado, por o quall asentamento de derectos que lhe asentado temos em a dicta sissa dos panos da dicta cidade de Lixboa, lhe obrjgamos especialmente a dicta sissa dos panos, per a quall queremos que ella aja os dictos derectos de sseu asentamento, sem lhe nunca seerem dalli mudados pera outra parte.

E assy o prometemos per nossa fe rreall, por nos e por nossos socessores, saluo se rrequeridos formos nos ou nossos sobcesores, da parte da dicta ssenhora rrainha, que lhe sejam pera outra parte mudados, onde entender a seer mjlhor pagada. Pero, se, em alghũu tempo, a dicta sissa dos panos ujer a tall mjnguamento que nom rrenda a dicta conthia de djnheiros que a dicta ssenhora ha dasentamento, o que mjnguar lhe prometemos que lhe seja asentado e pagado em outra cassa e rrenda, quall ella quiser asijnar, em a dicta cidade de Lixboa.

E, aconteçendo que o dicto matrimonjo antre nos, per quallquer modo, posto que tall seja que cuydar se nom possa nem deua, seja separado e departido em ujda della, o que Deus nom queira, ora hi aja filhos antre anbos ora nom, e a rrainha que per o tempo for ou nos ou outro alghũu

Copyrighted material

noso sobçessor queira todas ou alghũa das dictas suas terras ou ujllas que ora ella tem ou teuer, e a dicta ssenhora rrainha, mjnha madre, que Deus aja, quando erra rrainha em estes rregnos tijnha, que elles lhas nom possam tirar todas ou cada hũa dellas, por pequena que seja, per nhũu modo nem casso, posto que justo pareça aos homeens, sem lhe primeiro seer dado por ellas asentamento, em cada hũu anno, em dobro do que rrender o que lhe asi tirar quiser. O quall asentamento de cada hũu anno, em dobro, lhe seja asentado em a nossa cidade de Lixboa, em a sissa do pam e em a sissa das herdades e em a nossa portajem, ata a dicta conthia que lhe montar dauer. E, se mais for a dicta conthia do que rrenderem as dictas sissas e portajem, que o aja per o que nos rrender o auer do pesso; as quaes sisas do pam e das erdades e portajem e auer do pesso da dicta cidade obrigamos especialmente aa dicta ssenhora rrainha, pera per ellas auer a dicta conthia, quando o casso ujer de lhe em ellas deuer de seer asentada. E prometemos, per nossa fe rreall, por nos e por nossos sobcessores, que nunca lhe dally sera mudada pera outra parte nem tirada, em todo nem em parte della, alghũa coussa, saluo se rrequerido formos nos ou nossos sobçesores, da parte da dicta senhora rrainha, que lhe seja pera outra parte mudada, onde entender seer mjlhor pagada.

Jtem, onde diz que, separado o dicto matrimonjo, per seu falleçimento della, que ajam ujnte mjll escudos os erdeiros della, etc., declaramos e enademos que, quando a Deus prouuer despoer de sua ujda primeiro que da nossa ou da nosa primeiro que da sua, ora saparado o matrimonjo antre nos, ora durante, a nos praz e outorgamos que ella, em todo casso, aa sua morte, possa despoer, pera despois de sua morte, de uijnte e oito mjll scudos douro da nossa moeda. E queremos que, posto que ella falleça com filhos ou filhas ou outros alghuuns erdeiros de derecto, que nom possam entrar a estes escudos nem os demandar, dizendo que deuem dauer delles sua legitima, como sua erdade propia, mas ante seja a ella liuremente concedido de despoer delles o que lhe prouuer e os leixar todos ou parte delles a quem lhe aprouuer, a elles ou a outra quallquer pesoa estranha, em testamento ou em condecilhos ou per outro quallquer modo e genero de hultima vontade ou per contracto e doaçom antre ujuos, se lhe mais prouuer.

E, falleçendo ella abintestada, sem despender dos dictos ujnte e oito mjll escudos, que o filho ou filha que della ficar possa despoer, por sua alma, em obras meritorias, delles o que lhe aprouuer. Os quaes lhe seram pagos no modo e fforma ajusso scprita, quando ella delles desposesse. E estes ujnte e oito mjll escudos douro queremos que sejam pagados, despois do seu passamento, per o modo e maneira que dicto he no contrauto ja fecto, sem lhe seer com ello bollido nem mudado, quanto ao modo da paga que despois de seu pasamento ha de seer ffecta. E, nom teendo ella ja as terras, ao tempo de seu pasamento, que emtom a pagua destes

Copyrighted material

ujnte e oito mjll scudos se faça pello asentamento que ella ouuer em dobro, por as rrendas de suas terras, como suso dicto he, e per ho asentamento que ha em a dicta sissa dos panos.

E queremos e mandamos que, daqui em diante, a dicta ssenhora rrainha ponha e possa poer, em a dicta sissa dos panos ou em outras quaesquer rendas onde ouuer seu asentamento, rrecebedor ou rreçebedores que rreçebam todo o que a dicta rrenda ou rrendas rrenderem e façam a ella sua paga, contanto que seja per nossa carta e prazimento, e do mais farom o que lhe mandarmos. O quall rrecebedor ou rreçebedores aueram de nos aquelle e tamanho mantijmento como pella guissa que o ataaqui ouueram os que per nos eram postos. E, uijndo o casso de lhe seerem obrigadas as outras sisas e portajem susso escpritas ou cada hũa dellas, como dicto he, que tambem possa poer rrecebedores em as que lhe obrigadas forem que por ella rreçebam, pera mjlhor poder auer conprimento de sua paga. Os quaes rreçebedores aueram seu mantijmento, como susso dicto he. E todas estas coussas sobredictas e cada hũa dellas mandamos e encomendamos, sob pena de nossa bençom, a todos nossos sobcesores e erdeiros que as gardem e conpram e façam guardar e conprir.

E com estas declaraçõoes, clausollas, adiçõoes confirmamos, aprouamos, louuamos, reteficamos o dicto contrauto e, se mester ou necesario he, de nouo ho fazemos e çellebramos, como em elle e aqui he contheudo; e pormetemus e juramus, per nossa fe, por nos e por nossos sobçesores, de o asy sempre conprir e guardar e de o asy sempre fazer conprir e guardar como em elle he contheudo. Nem consentiremos que lhe seja fecta nhũa caujlhaçom nem uogaria per que, em todo ou em parte, seja trazido em duujda (2) de menos ualler, em parte ou em todo, nem daremos aazo, fauor, ajuda nem encamjnhamento, conselho nem consentimento e menos autoridade, cesante todo engano, simullaçom, desimullaçom, mallicia, aberta ou ascondida, per que, em jujzo nem fora delle, em nosso nome, per nos nem per outrem, posto que nosso mandado nom tenha, ou per nossos soçesores ou per outrem por elles, em jujzo ou fora delle, ante juiz secullar ou eclesiastico que contra o dicto contracto seja dicto, fecto, jmaginado e em obra posto, per que o queira jnpugnar, limjtar e emtrepetar, grosar, anullar em parte ou em todo, mas ante o conpriremos, em todo e per todo, e cada hũa clausolla em elle contheuda, como deuemos, ante Deus, conprir e promjtido e jurado, per nos e por nossos sobçessores, asi uiuendo ella, como depois de seu pasamento, o que ella ordenar dos ujnte e oito mjll escudos.

E, com estas declaraçõoes, clausollas e adiçõoes, mandamos que ualha o dicto contracto, sem mudar nem ennouar delle coussa alghũa, mas ante

(2) No ms. *diujda*.

ualha e firme seja pera sempre, ante Deus e os homeens, asi presentes, que ora som, como os que ujerem depois nos, nom enbargante quaesquer leix, canones e djreitos que em contrairo sejam fectos que embarguem a esto que fazemos nom ualler ou menos ualler, nom enbargante os djreitos que querem que nom ualha doaçom antre marido e molher durante o matrimonjo, nem enbargante o djreito que quer que nom ualham arras nem sejam onde nom ha dote, porque do nosso rreall poderio e plenaria e suprema potestade, per os quaes das lex somos jsento, suprimos os fallecimentos do dereito neeste contracto e rreuogamos as lex e todo o dereito ciujll e canonjco e ordenaçõoes nossas e custumes destes regnos e doutra quallquer parte e glossas de doctores que em alghũa coussa em contrairo fallam a nom valler, em todo ou em parte ou em alghũa clausolla delle, porque absolutamente queremos que ualha de dereito naturall e das jentes, sem outra soblenjdade de dereito ciuell, mas ante rremouemos todo obstaculllo e sotilleza que o direito ciuell ordenou, per que este contrauto e declaraçõoes e adiçõoes menos podem valler.

Prometemos mais e juramos, per nossa boa fe, que nos nem nossos sobcessores nom pediremos ao papa nem a outrem que seu poder em todo ou em parte tenha, nem a nhũa perssoa eclesiastica rremissam de juramento, pera hir ou poder hir, em parte ou em todo, contra este contracto asi declarado, enadido e jurado. E todo aquelle nosso erdeiro ou sobcessor que este nosso contracto e declaraçõoes e adiçõoes delle conpridamente guardar aja ha beençom de Deus e a nossa e o que o contrairo fezer aja a maldiçom de Deus e a nossa conpridamente.

Dada em a nossa ujlla de Santarem, xj dias de janeiro. GonçallEanes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatrocentos e cinqoenta e hũu annos.

256

13 JANEIRO 1451

Instrumento original do pleno poder dado pelo príncipe D. Henrique de Castela a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, para este, em seu nome, tratar, jurar e firmar aliança com o rei de Portugal, seu primo.

AHNM., *Osuna*, Carpeta 57, n.º 9. Original em papel, com a assinatura do príncipe e seu selo de chapa, no verso.

Sepan quantos esta carta de poder vieren cõmo yo, don Enrrique, por la graçia de Dios prinçipe de Asturias, fijo primogenjto, heredero del muy

Est. VII. — Pleno poder do príncipe D. Henrique de Castela ao conde de Benavente para firmar aliança com el-rei de Portugal, em 1451 (DOC. 256).

alto e esclareçido prinçipe muy poderoso, mj señor e padre, el rrey don Juan de Castilla e de Leon, otorgo e concedo e do todo mj conplido, llenero e bastante poder, en la mejor manera e forma que puedo, a vos, el magnjfico don Alfonso Pjmentel, conde de Benauente, absente, asy como sy fuesedes presente, espeçialmente para que, por mj e en mj nonbre, podades tractar e fablar e asentar e firmar e jurar e tractedes, fabledes, asinedes, firmedes e juredes confedraçion e confedraçiones con el muy alto e esçelente prinçipe e señor el rrey de Portugal, mj muy caro e muy amado primo, e me confedreedes e aljedes con el contra qualquier o qualesquier personas de qualquier estado, condiçion, prehemjnençia o dignjdad que sean, asi destos dichos rregnos e señorios, como de otros rregnos e señorios qualesquier, avn que la dicha persona o personas sean conjuntas a mj, en qualquier debdo o grado o consangujnjdat que sean e ser puedan;

La qual aljança, confedraçion o confedraçiones podades fazer e fagades, por mj e por los mjos e por mjs valedores e aljados e secaçes, estendiendolo e declarandolo a todas e qualquier o qualesquier cosas e sobre qualquier o qualesquier actos et por el tienpo e tienpos que bien visto vos fuere, con qualquier o qualesquier penas, obligaçiones, juramentos, votos publicos e omenajes, vjnculos e firmezas que entendierdes que cunplen para validaçion, corroboraçion e firmeza de la dicha confedraçion e aljança que asy, por mj e en mj nonbre, fizierdes e otorgardes, avn que sean tales e de tal graueza que, segund derecho o en otra qualquier manera demanden o rrequieran aver en sy espresa declaraçion e mandado; por quanto, çerca de lo que dicho es, vos, el dicho conde de Benauente, soes e estaes jnformado e çertjficado plenariamente de mj entençion e voluntad.

Et juro, por Dios e por Santa Maria e por la señal de la cruz + e las palabras de los santos euangeljos, en que pongo mj mano derecha, e donde quier que mas largamente estan escriptos, et voto a la casa santa de Jherusalem e fago pleito e omenaje, asy como prinçipe, fijo primogenjto del dicho rrey mj señor, en manos de Martin Fernandez Portocarrero, cauallero, fijo dalgo, vna e dos e tres vezes, vna e dos e tres vezes, vna e dos e tres vezes, segund fuero e costunbre de España, de tener e guardar e fazer e con efecto deujdo conpljr la dicha confedraçion e confedraçiones e aljança que asy, por mj e en mj nonbre, fizierdes e asentardes, concordardes e otorgardes, prometierdes, jurardes e votardes, con qualesquier penas, vjnculos e firmezas que lo fizierdes, prometierdes e otorgardes, e de non yr nj venyr contra ello nj contra cosa alguna nj parte dello, yo nj otren por mj, en tienpo del mundo, por alguna manera nj rrazon que sea o ser pueda, asy contra ello o contra cosa alguna o parte dello fuere o vinjere o lo contradixere, yo o otren por mj, que me non vala;

Nj pedire nj demandare, yo nj otren por mj, benefiçio de rrestituçion *jn jntegrum* nj absuluçion nj rrelaxaçion del dicho juramento nj del dicho

Copyrighted material

voto al santo padre nj a otra persona alguna et, avn que, de derecho o de propio motu, me lo puedan o deuan dar e otorgar, de non vsar del, en tienpo del mundo, por alguna manera. Et, por que esto, en todo tienpo e lugar que parezca, sea firme e non pueda venjr en dubda, firme esta carta de mj nonbre e mande la sellar con mj sello; e, por mas firmeza, la otorgue ante el escriuano e notario publico e testigos yuso escriptos, en la mũy noble çibdad de Toledo, treze dias de enero, año del nasçimiento del Nuestro Señor Ihesu Christo de mjll e quatroçientos e çinquoenta e vn años. Testigos que a esto fueron presentes e vieron como el dicho señor prinçipe lo otorgo e fizo el dicho voto e juramento e firmo aqui su nonbre, segund suso se contiene, e fizo el dicho pleito e omenaje.

(as.) Yo el prinçipe.

Alfonso de Ribera, secretario del dicho señor prinçipe, e Ferrando de Belmonte, su camarero, e Juan de Cordoua, ofiçial de su alteza, pera esto llamados e rrogados.

Et yo, Francisco Ramirez de Toledo, escriuano de camara del rrey, nuestro señor, e su notario publico en la su corte e en todos los sus rregnos e secretario del dicho señor prinçipe, fuy presente el dicho dia, quando su alteza fizo el dicho juramento e pleito e omenage e firmo con su nonbre, ante los dichos testigos, e, de otorgamiento de su maiestad, fize aqui esto mio sjgno, en testimonio de verdat (*Sinal do notário*).

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas nos documentos e notas do presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancillería Real, Registros: 2542, fls. 75 r.-76 v.; *2543,* fl. 166 r.-v.; *2544,* fls. 8-9 e 157 v.; *2545,* fl. 21; *2546,* fls. 10 r.-v., 19 v. e 32 v.; *2617,* fls. 175 r.-76 v.; *2656,* fl. 174 v.; *2658,* fls. 42 v.-43, 57 r.-v. e 58; *2699,* fls. 160 v.-61 v.; *2939,* fls. 122-28; e *2944,* fls. 98 v.-99.

BRAGA

Biblioteca Pública Municipal

Ms. 924 — P. Jorge de S. Paulo, *Epilogo e Compendio da origem da Congregação de Sam Joam Euangelista & do nacimento, vida, & morte dos seus tres fundadores,* de 1658.

ELVAS

Arquivo Municipal

Pergaminho n.º 47.

ÉVORA

Arquivo Distrital

Cód. 72, fls. 6 r.-v. e *10.*

FUNCHAL

Arquivo Distrital

Registo Geral da Câmara Municipal, t. 1, fl. 275 v.

GÊNOVA

Archivio di Stato

Archivio Segreto, *Litterarum registri*, vol. 13, fls. 477, 479 v. e 548 v.

LISBOA

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Arquivo do Marquês de Abrantes, Ms. C. A/IX-F. 37 (16).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Além-Douro, liv. 1, fls. 38 v., 74 e 187; e *liv. 4*, fls. 161, 170, 175, 184, 190 e 196 v.

Beira, liv. 1, fls. 170 v. e 184; *liv. 2*, fls. 74, 75, 79 v., 81, 84 v., 122, 134 e 239 v.; e *liv. 3*, fls. 17 e 20 v.

Bulas, maço 8, n.º 13.

Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 88 v.; e *liv. 4*, fl. 136.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 17 v. e 118; *liv. 3*, fls. 74 e 76 v.; *liv. 4*, fl. 55 v.; *liv. 8*, fls. 57 e 142; *liv. 10*, fl. 25; *liv. 11*, fls. 9, 14 v., 25 v., 29, 30, 39 v., 65, 69, 73, 93, 94, 95 v., 96, 97 v., 98, 100 r.-v., 106 v., 108, 109 v., 112 v., 150, 152 e 154 v.; *liv. 12*, fls. 17, 52 v., 71 v. e 168; *liv. 15*, fls. 65, 88 v., 89 v., 90 r.-v., 167 v. e 168; *liv. 20*, fls. 37 v., 38 r.-v., 39 r.-v., 40 r.-v. e 159; *liv. 23*, fl. 65; *liv. 24*, fl. 19; *liv. 25*, fls. 13 v. e 25 v.; *liv. 30*, fl. 6; *liv. 34*, fls. 2, 4, 5 v., 13, 14 v., 15 v., 20 v.-21 v., 22 r.-v., 23, 24, 25, 26, 30 v., 32 v., 38 v., 39, 52 v., 53, 57 v., 64 v., 68 v., 72, 73 v., 77 v., 83 r.-v., 84, 86 v., 89, 90 v., 91, 96 v., 99 v., 102, 106, 108, 112 v., 113, 114 r.-v., 116, 118, 120, 121, 122 v., 123, 124, 125 r.-v., 126, 131, 132, 133, 134 v., 135 v., 141 r.-v., 142 v., 144 v., 145, 148 v., 152, 155 r.-v., 158, 164 v., 165, 170 v., 172, 173 v., 177 v., 179 v., 182 r.-v., 183 r.-v., 187, 190, 192 v., 194 v., 202 v., 204, 208 v., 212, 215 v. e 216 v.; *liv. 35*, fl. 60; *liv. 37*, fls. 3 v., 4 v., 5 v., 52 v., 53, 57, 123 e 127.

Chancelaria de D. João II, liv. 14, fl. 33; *liv. 16*, fl. 11; *liv. 21*, fl. 143 v.; *liv. 22*, fls. 27 v. e 28; *liv. 24*, fl. 63 v.; e *liv. 26*, fl. 88.

Chancelaria de D. Manuel, liv. 8, fl. 74 v.; *liv. 30*, fls. 84 e 97; *liv. 37*, fls. 40 v. e 43 v.; e *liv. 44*, fl. 43.

Chancelaria de D. João III, liv. 6, fl. 187; *liv. 27*, fls. 1 e 37; *liv. 31*, fl. 81; *liv. 38*, fls. 28 e 105 r.-v.; *liv. 40*, fl. 187 v.; *liv. 47*, fl. 143 v.; *liv. 48*, fl. 35; *liv. 55*, fl. 184; *liv. 67*, fl. 218 v.; e *liv. 72*, fl. 53 r.-v.

Colecção Especial, parte 1, caixa 27, e caixa 118, maço 2, n.º 14.

Colegiada de S. Estêvão de Alfama, maço 5, n.º 91 v., e maço 11, n.º 213.

Convento de Santa Clara do Funchal, maço 1, n.º 35.

Direitos Reais, liv. 1, fl. 186.

Estremadura, liv. 3, fl. 183; *liv. 6,* fl. 131; *liv. 8,* fls. 182 v., 183, 184, 199, 221 v., 234, 242, 244 r.-v., 259, 262 v., 264, 268, 269 v. e 287; *liv. 11,* fls. 52 v., 64 v. e 124; e *liv. 13,* fl. 48 v.

Extras, fls. 72 v., 73, 75, 78, 105 v., 107 e 189.

Gavetas: 3, maço 6, n.º 1, e maço 7, n.º 12; 7, maço 1, n.º 1; *10,* maço 9, n.º 1; *16,* maço 2, n.º 2, fl. 9; e *17,* maço 3, n.º 12.

Guadiana, liv. 1, fl. 31 v.; *liv. 2,* fl. 264 v.; *liv. 3,* fls. 191 v., 242, 247, 249 v., 250 v., 262 e 267 v.; *liv. 5,* fl. 115; e *liv. 7,* fl. 198 v.

Ilhas, fls. 55 v., 75 e 76 v.

Legitimações, liv. 2, fl. 50.

Leis, maço 1, n.º 165.

Livraria (Manuscritos), *Cód. 358,* fls. 125-31 v. e 135 v.-36; *Cód. 1163,* fls. 357 e ss.; e *Ms. 44,* fls. 7 v. e ss.

Mestrados, fls. 130 v., 153 v., 154 v. e 210.

Místicos, liv. 1, fls. 64 v. e 291 v.; *liv. 2,* fls. 35, 36 v. e 202; *liv. 3,* fls. 80 v., 84 r.-v., 86, 87, 88, 89 v., 94 r.-v., 96, 98 v., 102 v., 103 v., 104 v., 109 r.-v., 111 v., 112, 116, 118 r.-v., 121, 123 v., 124 r.-v., 125 v., 127, 129, 130 v., 133 v., 163 v. e 236 v.; e *liv. 4,* fls. 21, 22 e 24 v.

Núcleo antigo, Cód*s. 9 A,* fl. 186; *12,* fls. 186 e 199 v.; e *14,* fl. 129.

Ordem de Avis. Docs. 675 e 694.

Ordem de Cristo. Cód. 234, parte 1, fls. 52 v. e ss. e 61-73; parte 2, fls. 37, 68, 91 v. e 158; *Cód. 235,* parte 4, fls. 2 v. e 9. Pergaminhos das Ordens do Templo e de Cristo, Régios, maço 1, n.º 25. Tombos das Comendas da Ordem de Cristo, vol. 298, fls. 40-70 v.

Reis, liv. 1, fl. 28 v.

Biblioteca Nacional

Alcobaça, cód. 73, fls. 218, 223 e 298.

Caixa 28, H. 5. 47, n.º 19.

Colecção Pombalina, cód. 443, fls. 85-89 v.

Fundo Geral, cód. 735, t. 1, fls. 94 e ss.

Biblioteca da Sociedade de Geografia

Colecção Vidigueira, maço 1, doc. 10.

MADRID

Archivo Histórico Nacional

Osuna, Carpeta *8,* n.º 21, e *57,* n.º 9; Legajos *2210,* doc. 1, e *3.909,* docs. 15, 17, 18, 19 e 20.

Biblioteca Nacional

Manuscritos 1159, 10.445, fls. 133-39 e 20.259[80].

PORTO

Gabinete de História da Cidade

Pergaminhos, vol. 5, doc. 9.
Vereações, liv. 2, de 1448-49, fls. 56, 57 v., 60 r.-v. e 67 v.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Lateranense, vol. 464, fl. 111 v.
Regestum Supplicationum, vol. 446, fl. 149 r.-v.
Regestum Vaticanum, vol. 391, fl. 191 v.; vol. 404, fl. 213 v.; e vol. 411, fl. 321 v.

SANTARÉM

Arquivo da Direcção de Finanças

Pergaminhos do mosteiro de Santa Clara de Santarém, maço único, n.º 5.

TOMAR

Arquivo da Misericórdia

Preuilegios da Caza da Mizericordia, vol. 71, fl. 234 v.

VISEU

Arquivo Distrital

Pergaminhos do Cabido, maço 27, doc. 45.
Privilégios do Cabido, liv. 2, doc. 21.

Museu Regional de Grão-Vasco

Pergaminho n.º 35.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e os títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses, por ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros, segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores.

ACENHEIRO, Christóvão Rodrigues. — *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal.* Na «Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pela Commissão de Historia da mesma Academia», t. 5, Lisboa, 1926, ps. 1-364.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História de Portugal,* t. 2, Coimbra, 1923.

— *História da Igreja em Portugal,* ts. 1 e 2, Coimbra, 1910. Do tomo 1 fez o autor 2.ª edição, Coimbra, 1930. Acha-se em publicação edição integral da obra, preparada e anotada pelo Prof. Dr. Damião Peres, Portucalense Editora, Porto.

ALMEIDA, Lopo de. — *Cartas de Itália.* Publicadas pelo Prof. Rodrigues Lapa. Lisboa, 1934.

ARAGÃO, Maximiano de. — *Viseu* (Apontamentos históricos), t. 2, Viseu, 1895.

ARQUIVO dos Açores, vol. 1, Ponta Delgada, 1878, e vol. 4, ibi, 1881.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *V Centenário do descobrimento dos Açôres. Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açôres, precedido de um ensaio crítico por...* Ponta Delgada, 1932.

ASCHBACH, Joseph. — *Geschichte Kaiser Sigmunds.* Hambur, 1838-45, 4 vols.

AZEVEDO, Pedro de. — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Coimbra, 1915 e 1934, 2 vols.

BARATA, António Francisco. — *Vésperas de Alfarrobeira*. No «Arquivo Histórico Português», vol. 3, Lisboa, 1905, ps. 209-11.

BARATIER, Édouard, et REYNAUD, Félix. — *Histoire du Commerce de Marseille*, vol. 2, Paris, 1951.

BARBOSA, Ignácio de Vilhena. — *Estudos Históricos e Archeológicos*. Porto-Braga, 1874-75, 2 vols.

BARROS, Henrique da Gama. — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2.ª edição, dirigida por Torquato de Sousa Soares, vols. 4, 8 e 9, Lisboa, 1947 e 1950.

BASTO, Artur de Magalhães. — *Limiar da tragédia. Reflexos no Porto das vésperas de Alfarrobeira*. Separata da «Revista de História», vol. 13, Lisboa, 1952, ps. 241-71.

— *A expedição a Castela do Condestável D. Pedro em 1445*. Em «Ocidente», vol. 1, Lisboa, 1938, ps. 65-75.

BEAZLEY, C. Raymond. — *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos Modernos*. Porto, 1945.

BETTENCOURT, J. de A. Albuquerque de. — *Duques de Portugal*. No «Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», vol. 1, Lisboa, 1925, ps. 41-79.

BIBLIOGRAFIA Geral Portuguesa, vol. 2, Lisboa, 1942, ps. 579-611.

BRÁSIO, P. António Duarte. — *Monumenta Missionaria Africana*. África Ocidental (1342-1499), 2.ª série, vol. 1, Lisboa, 1958.

— *O Tombo do Infante D. Pedro em Penela*. No «Arquivo Coimbrão», vols. 21-22, t. 2, Coimbra, 1967, ps. 497-501.

BULLARIUM FRANCISCANUM continens constitutiones, epistolas, diplomata Romanorum Pontificum. Ed. Ulricus Hüntmann, O. F. M. Nova series, tomus 1 (1431-1455). Ad Claras Aquas (Quaracchi), prope Florentiam, 1929.

Copyrighted material

C., J. da C. N. — *Dos Infantes D. Pedro e D. Henrique e do célebre viajante Marco Paulo.* Em «O Panorama», 2.ª série, vol. 6, Lisboa, 1842, ps. 421-22.

CALMETTE, J. — *Louis XI, Jean II et la révolution catalane (1461-75).* Paris, 1903.

— *Le grand règne de Louis XI.* Paris, 1938.

— *Autour de Louis XI.* Paris, 1947.

— *Les Grands Ducs de Bourgogne.* Paris. 1949.

CARRILLO DE HUETE, Pedro. — *Crónica del Halconero de Juan II* (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. — *O túmulo do Infante.* Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, ps. 574-92.

CERONE, Fr. — *La politica orientale di Alfonso di Aragona.* No Archivio storico per le provincie napoletane», t. 27, Napoli, 1902, ps. 64-65, 71, 75 e 83.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas».* Lisboa, 1892.

COLLECIÓN de Documentos inéditos para la História de España. Vol. 36, Madrid, 1860.

CONDE DE TOVAR. — *Catálogo cronológico e biográfico dos escrivães da puridade.* Em Academia Portuguesa da História, *Estudos Históricos,* vol. 6, t. 3, ps. 97-193.

CORDEIRO, P. António. — *História Insulana das Ilhas a Portugal sugeytas no Oceano Occidental.* Lisboa, 1717.

CORDEIRO, Luciano. — *Portugueses fora de Portugal. Uma Sobrinha do Infante, Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria.* Lisboa, 1894.

— *Diogo de Azambuja.* Nas suas «Questões Histórico-Coloniais», vol. 2, Lisboa, 1936, ps. 89-174.

CORPO Diplomático Portuguez. Contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até aos nossos dias publicado de ordem da Academia das Sciencias de Lisboa por Luiz Augusto Rebello da Silva. Vol. 1, Lisboa, 1862.

CORREIA, Fernando da Silva. — *Um notável médico conselheiro do Infante D. Henrique.* Nas «Actas» do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, vol. 3, Lisboa, 1961, ps. 57-78.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Braga, 1960.

— *D. Gomes, reformador da Abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV.* Abadia de Montserrat, 1963. Separata de «Stvdia Monastica», vol. 5, fasc. 1.

CRÓNICA de Don Álvaro de Luna, Condestable de Castilla, Maestre de Santiago. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1940.

CRÓNICA del Halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete (Hasta ahora inédita). Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Madrid, 1946.

CRÓNICA de D. Juan II. V. — PÉREZ DE GUZMAN, Fernán.

CUNHA, D. Rodrigo da. — *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa, vida e acções de seus Prelados e Varões eminentes em santidade que n'ella floresceram.* Lisboa, 1642.

DAILLIEZ, Laurent. — *Essai historique sur l'Ordre Souverain de Saint Jean de Jérusalem, de Rhodes et de Malte au Portugal (XII-XV Siècles).* Em «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. 1, Paris, 1969, ps. 13-52.

DE WITTE, Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle.* Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», t. 51, Louvain, 1956, ps. 413-53.

— *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450.* Em «Orientalia Christiana Periodica», vol. 22, Roma, 1956, ps. 286-98.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*. Vol. 1. — Introdução à «Crónica dos feitos de Guiné». Lisboa, 1949.

— *O Primeiro Duque de Viseu*. Notas e Documentos. Braga, 1951.

— O *Espólio do Infante D. Henrique*. Subsídio para o seu estudo. Na «Colectânea de Estudos», 2.ª série, ano 2, Braga, 1951, ps. 193-257.

— *Regimento do Infante D. Henrique sobre os direitos de pesca em Castro Marim*. Na «Colectânea de Estudos», 2.ª série, ano 4, Braga, 1953, ps. 292-358.

— *Estudos Henriquinos*. Vol. 1, Coimbra, 1960.

— *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?* Nos «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, vol. 13, Lisboa, 1963, ps. 141-57.

— *Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Nos «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, vol. 17, Lisboa, 1968, ps. 117-58.

DUARTE, Rei D. — *Leal Conselheiro*. Lisboa, 1942.

EUBEL, Conradus.— *Hierarchia catholica medii aevi*. Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FARIA, Francisco Leite de. — *A visita do Infante D. Pedro a Pádua e algumas edições do folheto que descreve as suas imaginárias viagens*. Em «Stvdia», vol. 13-14, Lisboa, 1964, ps. 377-85.

FERRAZ, Maria de Lourdes Esteves dos Santos de Freitas. — *A ilha da Madeira na época quatrocentista* (Elementos para o seu estudo). Em «Stvdia», vol. 9, Lisboa, 1962, ps. 143-98.

FIERVILLE, Ch. — *Le cardinal Jean Jouffroy et son temps*. Paris, 1874.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *A Chancellaria de D. Afonso V*. No «Arquivo Histórico Português», vol. 2, Lisboa, 1904, ps. 479-83.

— *Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século*. Ibi, vol. 3, Lisboa, 1905, ps. 241-73.

— *Brasões da Sala de Sintra.* 2.ª ed., Coimbra, 1921-30, 3 vols.

FREITAS, Jordão Apolinário de. — *Serras de água nas ilhas da Madeira e Pôrto Santo.* Na «Revista de Arqueologia», t. 3, Lisboa, 1936-37, p. 169.

FRUCTUOSO, Gaspar. — *Saudades da Terra.* Livro 2, Porto, 1925.

GAMA, Eurico. — *Catálogo dos pergaminhos do Arquivo Municipal de Elvas.* No «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. 26, Coimbra, 1964, ps. 228-360.

GAVETAS (As) da Torre do Tombo, t. 2, Lisboa, 1962, e t. 6, ibi, 1967.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.* Lisboa, 1943-56, 3 tomos.

— *Ensaios.* Vol. 1 — Sobre História Universal. Vol. II — Sobre História de Portugal. Lisboa, 1968.

GONÇALVES, Iria. — *Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média.* Lisboa, 1964.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro e os Descobrimentos Portugueses.* Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 77, n.os 3-4, Lisboa, ps. 127-38.

— *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos.* Lisboa, 1955.

GRAPPIN, P. J. — *Eloge historique de Jean Jouffroy.* Besançon, 1785.

HEERS, Jacques. — *Portugais et Génois au XV siècle. La Rivalité Atlantique-Méditerranée.* Nas «Actas» do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, vol. 2, Lisboa, 1960, ps. 138-47.

HELENO, Manuel. — *Subsídios para o estudo da Regência de D. Pedro, duque de Coimbra.* Lisboa, 1933.

HISTÓRIA de España, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, t. 15, Madrid, 1964.

Copyrighted material

HISTÓRIA de Portugal, t. 3, Barcelos, 1931.

HISTÓRIA das viagens, vida e morte do grande Infante D. Pedro. Lisboa 1941.

«INDICE *chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795 o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INSULA. Ano 1, Ponta Delgada, 1932.

IORGA, Nicolau. — *Notes et extraits pour sérvir à l'histoire des croisades au XV^e Siècle*. Bucarest, 1915.

— *Un Print Portughez Cruciat in Tara-Românescâ a Secolului al XV-lea*. Bucaresti, 1925.

JACOME CORRÊA, Marquês de. — *História da descoberta das Ilhas*. Coimbra, 1926.

JOAQUIM, Manuel. — *Notícia de vários documentos dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, existentes no Museu Grão-Vasco*. Viseu, 1954.

LA MARCHE, Lecoy de. — *Le Roi René*. Paris, 1879, 2 vols.

LA MARCHE, Olivier de. — *Mémoires*. Paris, 1883-88, 4 vols.

LANDIM, Gaspar Dias de. — *O Infante D. Pedro*. Lisboa, 1892.

LA RONCIÈRE, Charles de. — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Âge*. Vol. 2, Le Caire, 1925.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Chronicas, e vidas dos Reys de Portugal*. Tomo 2, Lisboa, 1780.

LEITÃO, Humberto, e LOPES, Vicente (Comandantes). — *Dicionário da Linguagem da Marinha antiga e actual*. Lisboa, 1963.

LEITE, Duarte. — *História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1959-62, 2 vols.

LEITE, Jerónimo Dias. — *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha.* Tratado composto em 1579 e agora publicado com introdução e notas de João Franco Machado. Coimbra, 1947.

LESEUR. — *Histoire de Gaston IV, Comte de Foix,* vol. 1, Paris, 1893.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira. — *D. Leonor de Portugal, filha de El-Rei D. Duarte, Imperatriz da Alemanha.* — Notas iconográficas. Na «Revista de História», vol. 10, ps. 143 e ss.

LIVRO do Infante D. Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo. Lisboa, 1739, 1790 e 1855.

LIVRO (O) de Marco Paulo. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, 1922.

LIVRO (O) da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro. 3.ª edição, com uma Introdução e notas por Joaquim Costa, Director da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto, 1946.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. — *A acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI, destinada à realização das descobertas e conquistas.* Lisboa, 1937.

— *Dolorosa tragédia dos Inclitos Infantes, filhos de D. João I.* Coimbra, 1943.

— *A verdade e a lenda de Prestes João.* Coimbra, 1944.

LOPES, Fernão. — *Crónica de D. João I.* Porto, 1945-49, 2 vols.

MACHADO, Franco. — *Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira. A questão das Canárias.* Na «História da Expansão Portuguesa no Mundo», vol. 1, Lisboa, 1937, ps. 275-90.

MADAHIL, António Gomes da Rocha. — *A política de D. Afonso V apreciada em 1460. (Inéditos do Infante D. Fernando, Duque de Viseu, do Condestável D. Pedro e do Marquês de Vila-Viçosa).* Na «Biblos», vol. 7, Coimbra, 1931, ps. 35-64 e 123-40.

— *Inéditos e dispersos do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Regente do reino. I. — A instituição da Capela de D. Filipa no Convento de Odivelas.* Em «Feira da Ladra», Lisboa, 1934.

MARQUES, A. H. de Oliveira. — *Hansa e Portugal na Idade Média.* Lisboa, 1959.

— *A sociedade medieval portuguesa.* Aspectos da vida quotidiana. Lisboa, 1964.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por..., Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MARTINEZ-FERRANDO, J. Ernesto. — *Pere de Portugal «Rei dels Catalans» vist a través dels registres dela seva cancelleria.* Barcelona, 1936.

— *Tragédia del Insigne Condestable Don Pedro de Portugal.* Madrid, 1942.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. — *Os Filhos de D. João I.* Lisboa, 1947.

MARTINS, Mário. — *Visionarismo literário de Quatrocentos.* Na «Brotéria», t. 47, Lisboa, 1948, ps. 19-35.

MASCARENHAS, Joaquim Augusto de Oliveira. — *A traição de Alfarrobeira.* Lisboa, s. d.

MEMORIAS de Don Enrique IV de Castilla. Tomo II (e único). Contiene la Colección Diplomática del mismo Rey. Compuesta y ordenada por la Real Academia de la Historia. Madrid, 1835-1913. — Não publicado o t. 1, que se destinava às Crónicas do monarca.

MONFAR Y SORS, D. Diego. — *Historia de los Condes de Urgel.* Barcelona, 1853.

MONUMENTA Henricina. Vols. 1 a 9, Coimbra, 1960-68.

MORENO, Humberto Baquero. — *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira.* Em «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. 1, Paris, 1969, ps. 53-79.

NASCIMENTO, João Cabral do. — *Documentos para a história das Capitanias da Madeira.* Publicados e anotados por... — Lisboa, 1930.

— *Ensaio sobre a natureza jurídica das Capitanias.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 2, Funchal, 1932, ps. 56-59.

— *Zarco ou os efeitos da publicidade.* Ibi, vol. 5, Funchal, 1937, ps. 81-90.

OLIVEIRA, Miguel de. — *Origens da Ordem de Cister em Portugal.* Coimbra, 1951.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Affonso V. Coimbra, 1786 e 1792.

OSÓRIO, João de Castro. — *Inclita Geração. Dom Duarte. D. Pedro.* Lisboa, 1945.

PEDRO DE PORTUGAL (Condestável D.). — *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel,* 2.ª ed., revista e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra, 1922.

PEIXOTO, Alfredo Pinto da Cruz da Rocha. — *D. Pedro ou D. Henrique.* Em «O Primeiro de Janeiro», Porto, 1894, n.º de 4 de Março.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. — *Introdução* a *O Livro de Marco Paulo.* Lisboa, 1922.

PEREIRA, Gabriel Victor do Monte. — *Estudos Eborenses — Évora e o Ultramar.* Évora, 1892.

PÉREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilla, 1948.

PÉREZ DE GUZMÁN, Fernán. — *Crónica del serenisimo principe Don Juan, Segundo Rey deste nombre en Castilla y en Leon.* Na «Biblioteca de Avtores Españoles», t. 68, Madrid, 1877 e 1953, ps. 277-95.

PICCOLOMINI, Aeneas Sylvius. — *De viris illustribus.* Stuttgard, 1842.

— *Historia rerum Friderici tertii imperatoris.* Ed. de J. H. Boecler, Strasburgo, 1685.

PIEL, Joseph Maria. — *Livro dos Oficios de Marco Tullio Ciceram.* Coimbra, 1948.

PIMENTA, Belisário. — *As cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)*. Coimbra, 1958.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. — *História da Literatura Portuguesa. Idade Média*. 2.ª edição, Coimbra, 1959.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte*. Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, ps. 71-194; e edição da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901. — Nas transcrições seguimos o códice iluminado 359, *Livraria* (Manuscritos), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. Na retrocitada Colecção da Academia e volume aduzido, ps. 210-489; e na Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901-02. — Nas transcrições seguimos o códice iluminado n.º 358, *Livraria* (Manuscritos), do Arquivo Nacional.

— *Croniqua delRey Dom Joham II*. Nova edição com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho. Coimbra, 1950.

PITA, P. Ferreira. — *Descoberta e início do povoamento*. Em «Das Artes e da História da Madeira», n.º 23.

QUADRO elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Pariz-Lisboa, 1482-76, 18 vols.

RAU, Virgínia. — *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa, 1946.

— *Estudos de História*. Porto, 1968.

RIBEIRO, Orlando. — *Aspectos e problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa, 1962.

RICARD, Robert. — *Les Places Luso-Marocaines et les îles Portugaises de l'Atlantique*. Nos «Anais da Academia Portuguesa da História», 2.ª série, vol. 2, Lisboa, 1949, ps. 399-410.

— *L'infant D. Pedro de Portugal et «O Livro da Virtuosa Bemfeitoria»*. No «Bulletin des Études Portugaises et le l'Institut Français au Portugal», Nouv. série, t. 17, Coimbra, 1953, ps. 1-65.

ROGERS, Francis Millet. — *The four dromedaries of the Infante Dom Pedro. One of Guillaume Apollinaire's sources*. No «Boletim do

Instituto Histórico da Ilha Terceira», vol. 14, 1956, ps. 39-55 (e versão portuguesa a ps. 56-72).

— *List of Editions of the Libro del Infante don Pedro de Portugal.* Lisboa, 1959.

— *Union Between latin and eastern christians and the overseas expansion of the portuguese.* A thematic study of the *Libro del Infante Dom Pedro de Portugal.* — Nas «Actas» do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», vol. 2, Lisboa, 1960, ps. 148-63.

— *The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal.* Cambridge-Massachusetts, 1961.

SÁ, Artur Moreira de. — *O Infante D. Pedro e a crítica histórica.* Na «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, t. 16, 2.ª série, n.º 3, Lisboa, 1950, ps. 117-27.

— *A «Carta de Bruges» do Infante D. Pedro.* Na «Biblos», vol. 28, Coimbra, 1952, ps. 33-34.

— *Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro.* Na «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, 2.ª série, t. 22, n.º 1, Lisboa, 1956, ps. 5-69.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho.* Vol. 1, Lisboa, 1899.

SANCEAU, Elaine. — *O Porto nas vésperas de Alfarrobeira.* No «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 21, Porto, 1958, ps. 187-208.

SANTA MARIA, Fr. Francisco de. — *O Céo aberto na Terra.* Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, & de S. João Evangelista em Portugal. Lisboa, 1697.

SANTO ESTÊVAO, Gomes de. — *Historia del Infante Don Pedro de Portugal, el qual anduvo las siete partidas del mundo.* Sevilla, s. d.

SANTOS, António Ribeiro dos. — *Memória sobre dois antigos mappas geográficos do Infante D. Pedro, e do Cartório de Alcobaça.* Nas «Memórias de Literatura Portuguesa» publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. 8, parte 2, Lisboa, 1814, ps. 275-304.

— *Da demarcação do Estreito de Magalhães no mappa do Infante D. Pedro.* Em «Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa», t. 5, parte I, Lisboa, 1817, ps. 115-35.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. — *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria.* Na «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, ps. 17-37.

S. DETOLE, O. F. M., P. Teodosio Somigli di. — *Etiopia Francescana nei documenti dei secoli XVII e XVIII preceduti da cenni storici sulle relazioni con l'Etiopia durante i sec. XIV e XV.* Per cura e studio del... — Na «Biblioteca Bio-Bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente Francescano», Serie terza, Documenti, diretta dal P. Girolamo Golubovich, O. F. M., t. 1, parte 1, Quaracchi (Firenze), 1928, ps. X-CLIX.

SCHARF, George. — *Remarkx on a portrait of the Empress Leonora in the possession of Earl Stanhope.* Em «The Archaeologia», vol. 43, Londres, 1870, ps. 1-16.

SERPA, António Ferreira de. — *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino.* Lisboa, 1917.

— *Dois açoreanos no Governo Interino proclamado em 15 de Setembro de 1820.* Lisboa, 1917.

— *O Arquipélago da Madeira nos mapas e portulanos no séc. XIV.* No «Arquivo Histórico da Madeira», vols. 3-4, Funchal, 1931, ps. 125-28.

— *Um documento falso atribuido ao Infante D. Henrique ou a carta de doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges.* Na «Revista de Arqueologia», t. 1, Lisboa, 1932-34, ps. 220-24, 244-49 e 262-64.

SILVA, Augusto Vieira da. — *A Judiaria Nova e as Primitivas Tercenas de Lisboa.* Em «O Arqueólogo Português», vol. 6, Lisboa, 1901, ps. 114-32.

SOUSA, D. António Caetano de. — *Do Infante D. Pedro, Regente do Reyno.* Na sua «História Genealógica da Casa Real Portuguesa», 2.ª edição, t. 2, Coimbra, 1946, ps. 39-57.

— *O Infante D. Henrique.* Ibi, ps. 59-65.

— *A Infanta D. Isabel, Duqueza de Borgonha.* Ibi, ps. 67-85.

— *Da Infanta D. Leonor, Emperatriz de Alemanha, mulher do Emperador Federico III.* Ibi, ps. 313-69.

— *Da Infanta D. Catharina.* Ibi, ps. 371-73.

— *Da Infanta D. Joanna, Rainha de Castella, mulher delRey D. Henrique IV.* Ibi, ps. 375-81.

— *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* 2.ª edição, t. 1, Coimbra, 1947.

— *História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* 2.ª ed., t. 5, Coimbra, 1948.

SOUSA, António Dâmaso de Castro e. — *Resumo histórico da vida, acções, morte e jazigo do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, Regente do reino de Portugal, na menoridade d'el-rei D. Afonso 5.º.* Lisboa, 1843.

SOUSA, José Maria Cordeiro de. — *De como o Infante fez o hospital de Tomar.* Nos «Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo» vol. 3, Lisboa, 1951, ps. 178-80.

SYLVA, Joseph Soares da. — *Memorias para a vida do Infante D. Pedro.* Nas suas «Memorias para a Historia de Portugal...», t. 1, Lisboa, 1730, ps. 316-79.

TAROUCA, Carlos da Silva. — *As origens da Ordem dos Cavaleiros de Évora (Avis).* Segundo as Cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora. Évora, 1947.

TOVAR, Pedro de. — *O desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique.* Na «Revista de História», ano 6, n.º 23, Lisboa, 1917, ps. 249-61.

TRATADO do Infante Dom Pedro de Portugal, o qual andou as sete partidas do mundo. Lisboa, 1789.

VASCONCELOS, D. Carolina Michaëlis de. — *Introdução* a CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL, *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel,* Coimbra, 1922.

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro d'Almeida e. — *O Duque de Coimbra Regente do Reino.* Em «O Instituto», vol. 3, Coimbra, 1855, ps. 301-03 e 316-19.

Copyrighted material

VERCI, G. B. — *Storia della marca trevigiana.* Venezia, 1786-91.

VERLINDEN, Charles. — *Formes féodales et domaniales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e^ et XV^e^ siècles et spécialment sous Henri le Navigateur.* Na «Revista Portuguesa de História», t. 9, Coimbra, 1961, ps. 1-44.

VICENS VIVES, J. — *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquia y revolucion en la España del Siglo XV.* Barcelona, 1953.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. — *O Infante D. Pedro, o das Sete Partidas.* Lisboa, 1902. Separ. da «Revista Militar», ano 54, n.º 21.

— *Um companheiro do Infante D. Pedro, o das Sete Partidas.* Na «Revista Militar», t. 54, Lisboa, 1902, ps. 641-49.

— *A pesca do coral no século XV.* No «Arquivo Histórico Português», vol. 1, Lisboa, 1903, ps. 315-20.

— *A cultura intellectual de D. Affonso V.* Na revista retrocitada, vol. 2, Lisboa, 1904, ps. 254-68.

— *D. Isabel de Portugal, duqueza de Borgonha.* Na mesma revista, vol. 3, Lisboa, 1905, ps. 81-106.

— *D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Allemanha.* Notas documentaes para o estudo biographico d'esta princesa e para a historia das relações da corte de Portugal com a Casa d'Austria. — Na dita revista, vol. 7, Lisboa, 1909, ps. 432-40, e vol. 8, Lisboa, 1910, ps. 34-46.

— *Notícia sobre alguns médicos portugueses ou que exerceram a sua profissão em Portugal.* Em «Arquivos de História da Medicina Portuguesa», nova série, ano 4, Porto, 1913.

VON KRONES, Fr. — *Leonor von Portugal Gemahlin Kaiser Friedrichs III, des steirischen Habsburgers (1436-1467).* Em «Mittheilungen des Historischen Vereins für Steiermark», Herausgegeben von dessen auschusse XLIX Heft, Graz, 1902, ps. 55-120.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco institutorum,* 3.ª ed., t. 12, Quaracchi, 1932.

WALTER, Jaime. — *O Infante D. Henrique e a medicina.* Em «Stvdia», vol. 13-14, Lisboa, 1964, ps. 31-39.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Composta por... Publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.os 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. — Nas transcrições seguimos o texto do códice 41 dos *Manuscrits portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, através de fotocópia.

— *Crónica do conde D. Pedro de Meneses.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, ps. 213-635.

— *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses.* Na colecção retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, ps. 3-385. — Nas transcrições seguimos o códice 520, *Livraria* (Manuscritos), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

ZURITA, Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segunda parte de los).* Çaragoça, 1579.

Copyrighted material

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

2 JANEIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido de sua esposa, a rainha D. Isabel, concede perdão aos que foram servidores e adeptos portugueses do infante D. Pedro, seu sogro e ex-regente do reino, bem como a outros, os quais andavam fugidos de suas moradias, por incriminados em inquirições tiradas sobre o seu procedimento, em razão de haverem obrado ou falado contra o serviço régio e da falecida rainha D. Leonor, sua mãe, menos a Vicente Egas, João Carreiro, João Lourenço Farinha e Diogo Gonçalves, que são degradados para Ceuta enquanto for mercê do monarca . . . . . p. 1

13 JANEIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a do regente D. Pedro de 22 de Fevereiro de 1444 sobre a feira de Viseu, por ele concedida ao infante D. Henrique, e redigida quase nos precisos termos daquela, posto se lhe não refira. . . . . p. 3

18 JANEIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Gonçalves, escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, os quais o monarca dera para as despesas da cidade de Ceuta . . . . . p. 5

20 JANEIRO 1449. — Carta de D. Afonso V de Aragão ao rei de Portugal, ao infante D. Fernando e ao arcebispo de Lisboa, a recomendar-lhes Fr. Filipe Jordão, da Ordem de S. Bernardo, e a rogar-lhes seja o mesmo reintegrado no priorado de S. Pedro de Lisboa, que tinha quando a rainha D. Leonor saiu do reino e lhe foi retirado pelo regente D. Pedro, e ainda seja Fr. Filipe promovido a maior dignidade, se é possível, atendendo aos serviços por ele prestados à falecida rainha de Portugal, como seu capelão, depois ao infante D. Henrique de Aragão e, enfim, à viúva deste, de quem é capelão-mor . . . . p. 6

27 JANEIRO 1449. — Procuração passada por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra e governador geral do reino aragonês, para, em seu nome, firmar liga ou confederação com o

rei de Portugal, pois este lha cometera depois de assumir o governo do reino, com as condições e pelo tempo em que convierem, nomeadamente com estas cláusulas: cada um dos contratantes pagará a ajuda que solicitar ao outro; se o rei de Castela guerrear os de Aragão e de Navarra ou estes aquele, o de Portugal, em determinado prazo e depois de avisado e requerido, é obrigado a declarar guerra ao de Castela; se ele a fizer ao de Portugal ou este àquele, os reis de Aragão e de Navarra, depois de avisados e requeridos, associar-se-ão ao de Portugal, na guerra contra Castela; a paz e as tréguas com o rei castelhano hão-de ser feitas com consentimento daquele ou daqueles a quem o mesmo haja declarado guerra ou lhe tenha sido movida; na liga em causa não pode, contudo, o rei de Aragão ser obrigado a ajudar o de Portugal contra o duque de Borgonha, as comunidades de Milão e de Génova e o marquês de Ferrara . . . . . p. 8

25 FEVEREIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for sua mercê, os direitos das mercadorias que vierem ao reino das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa, com segurança para navios, tripulações e fazendas que, por ordem ou licença do infante, forem à referida zona ou de lá vierem . . . . . p. 11

27 FEVEREIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, confirma à Ordem Militar de Cristo, de que ele é regedor e governador, todas as honras, privilégios, liberdades, graças e mercês que lhe haviam dado e confirmado os monarcas seus antecessores . . . . . p. 13

28 FEVEREIRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de segurança e salvo-conduto, passada ao conde de Benavente, que lhe pediu para visitar a corte portuguesa . . . . . p. 15

1 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, a recomendar ao papa Nicolau V Fr. Pedro de Góis, comendador de Santa Vera Cruz, no reino de Portugal, da Ordem do Hospital, pelos serviços que lhe tem prestado e ainda pelos que dispensou a sua irmã a rainha D. Leonor, o qual vai tratar de assuntos da própria consciência . p. 16

2 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao conde de Arraiolos, seu primo, a capitania de Ceuta . . . p. 17

3 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gonçalo Pacheco, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de tesoureiro

dos dinheiros, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de Ceuta, em Lisboa . . . . . p. 18

7 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a tomar Leonel Gil, escudeiro da casa do infante D. Henrique, e suas coisas em especial guarda e encomenda, em atenção ao dito infante . . . . . p. 19

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique, enquanto sua mercê for, duas casas nas tercenas régias de Lisboa, junto das casas de Ceuta, onde o infante tem duas naves, sob condição de ele as conservar e reparar à sua custa, enquanto delas usar . . . . . p. 20

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 sobre a dízima nova de toda a pesca do mar de Monte Gordo ser entregue ao dito infante . . . . . p. 21

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique altar e jazigo para si no mosteiro da Batalha, na capela de D. João I, junto ao jazigo do infante D. Pedro . . p. 22

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 21 de Setembro de 1434, de privilégio a dez pastores daquele que, no couto de Alcobaça, haviam de pastorear 2.000 ovelhas . . . . . p. 23

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará de el-rei D. Duarte de 21 de Agosto de 1437, de privilégio a treze marinheiros seus em Lisboa e Porto e ainda a Diogo de Pinheiro, mestre da sua nau, residente em Lisboa . p. 24

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, da confirmação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino . p. 25

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433 de quitação do quinto que a el-rei pertence haver das coisas tomadas pelos barcos armados pelo dito infante . . . . . p. 26

8 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 1 de Junho de 1436 de privilégio a 18 homens da sua pesca dos atuns e corvinas no Algarve p. 27

10 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o infante D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas dos Açores, onde já mandara lançar ovelhas . . . . . p. 28

10 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique o alvará eduardino de 24 de Agosto de 1436, de licença para mandar sepultar seus criados em capela do mosteiro da Batalha . . . . . p. 29

10 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever da chancelaria, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver danificado o original, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, de concessão do quinto das presas efectuadas por navios e fustas que ele arme ou traga de armada à sua custa e com capitães seus . . p. 30

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. João I de 30 de Outubro de 1422, pela qual ele fora autorizado a dar de sesmaria certas terras suas e da Ordem de Cristo . . . . . p. 31

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a transcrever, a pedido do infante D. Henrique, por se lhe haver extraviado o original respectivo, a carta de el-rei D. Duarte de 25 de Setembro de 1433, em que se concedera ao infante o exclusivo da pesca do atum no Algarve . . . . . p. 32

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 11 de Junho de 1430, de licença para o dito infante escambar suas terras de Reigada e Pereiro, em Riba-Coa, e casas que em Lisboa houvera de Mestre Aires, físico, com bens da Ordem de Cristo em Tomar, a fim de nesta povoação fazer hospital para agasalho de pobres . . . . . p. 33

11 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta com todos seus direitos, rendas e jurisdição, efectuada pela de D. Duarte de 26 de Setembro de 1433 . . . . . p. 34

12 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. João I de 10 de Janeiro de 1421, sobre os seus canais e estacadas do Ródão, transcrita na da regência de 2 de Junho de 1439 . . . . . p. 35

Copyrighted material

12 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de D. Duarte de 22 de Maio de 1437, de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino . p. 36

14 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a de el-rei D. Duarte de 26 de Setembro de 1433, transcrita da chancelaria noutra da regência de 20 de Maio de 1439, de privilégio a 30 homens que haviam de aproveitar a quinta de Alpriate, da Ordem de Cristo, em Vialonga, Vila Franca de Xira . . p. 37

17 MARÇO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear para caminheiro da Relação da Suplicação da Corte Vasco Eanes, criado de João Teixeira, escudeiro da casa do infante D. Henrique p. 38

20 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernando Álvares Cabral, fidalgo, seu vassalo e criado do infante D. Henrique, e a seus sucessores, as terras de Azurara e de Manteigas e o lugar de Moimenta de a par de Gouveia, nos termos da carta eduardina e das joaninas na mesma transcritas . . . . . p. 39

21 MARÇO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Mem da Montanha, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Azambuja e seu termo por 5 anos . . p. 40

22 MARÇO 1449. — Em sessão da câmara do Porto daquela data protesta-se contra o facto de ali se cobrarem os dez reais para Ceuta aos que casavam, no próprio ano do casamento, e ainda aos oficiais pelos moços aprendizes; pelo que se resolveu reclamar-se a el-rei ou ao infante D. Henrique . . . . . p. 40

24 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do almirante Rui de Melo, declara aos juízes de Lagos e demais juízes e justiças do país que apenas podem requerer navios, barcas, caravelas e mareantes para o serviço régio nos portos de mar do reino em que não esteja o almirante ou seus alcaides e oficiais, a quem o assunto compete ordinàriamente . . . . . p. 41

28 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Álvaro Pires, caseiro e mordomo de João Teixeira, escudeiro do infante D. Henrique . . . . . p. 43

28 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Galvão, seu secretário, do que recebeu e despendeu na manutenção

das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs do monarca, e das pessoas que as serviram nos anos económicos de 1447-1448 . . . p. 44

29 MARÇO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João Vaz, escrivão que foi da puridade da rainha D. Leonor, pelos muitos serviços dele recebidos e que espera receber, certos bens de raiz pela citada rainha comprados ao infante D. Henrique no termo da vila de Óbidos, onde chamam Olho Marinho, ou seja a terra assim denominada, moinho de moer pão e quinta que foi de João Manuel . . . p. 46

1 ABRIL 1449. — Acta da sessão da câmara municipal do Porto, em que se diz que mandava o infante D. Pedro velar Coimbra e seus lugares, talvez por causa do conde de Benavente, que está no reino; e, como o duque está em casa de el-rei e o dito conde mui perto da cidade, resolvem se vele e guarde bem aquela, dia e noite, pela homenagem que prestaram ao monarca, e ainda que a procissão de Ramos não saia fora da cidade . . . . . p. 47

2 ABRIL 1449. — Carta de nobreza, dada por el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador da comenda de Coimbra, da Ordem do Hospital, e seu conselheiro, bem como aos descendentes do mesmo para sempre, atentas as suas virtudes, bons costumes e os serviços que lhe prestou, presta e prestará de futuro, em que lhe dá, por armas, as do seu reino de Jerusalém, a inserir, se ele quiser, nas que já usa . . . . . p. 48

7 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara de Évora, a comunicar-lhe que mandara cartas suas ao duque de Bragança por João Rodrigues, escudeiro de sua casa, a quem o infante D. Pedro mandou prender e levar perante si e lhe tomou as ditas cartas, as abriu e leu, após o que fez ao portador os comentários contra seu real estado e serviço constantes do escrito que envia junto, e ordena seja lido pùblicamente, para não estranharem o procedimento que contra o dito infante entende tomar . . . . . p. 50

[7 ABRIL 1449]. — Escrito das coisas que o infante D. Pedro disse a João Rodrigues, escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, depois de haver apreendido ao mesmo, aberto e lido cartas régias dirigidas pelo monarca ao duque de Bragança . . . . . p. 51

8 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a seus vassalos e naturais, sob pena da confiscação de bens, ofícios, tenças e mercês e de castigos corporais, que não se vão para o condestável,

Copyrighted material

pois lhe consta que ele junta gente para apoiar o infante D. Pedro, seu pai, que contra o serviço e mandado régios tem feito ajuntamento de gentes de armas, ou então para impedir o corregedor pelo monarca enviado a Elvas de cumprir as ordens que recebera; e, se alguém se houvesse juntado ao condestável, o abandonasse no prazo de quatro dias após a publicação da presente carta, a divulgar pelas praças de Elvas e a fixar à porta da igreja principal da mesma vila . . . p. 52

16 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que lhe envia seu conselheiro Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, da Ordem do Hospital, e a pedir-lhe o oiça no que, da sua parte, lhe expuser . . . . . p. 53

19 ABRIL 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a agradecer à câmara do Porto as prevenções que ela tomara a propósito dos alvoroços do infante D. Pedro em Coimbra, velando e rondando a cidade e lançando fora dela alguns vizinhos, feitos com pessoas poderosas comarcãs, e aconselhando-se com João Álvares Pereira, muito servidor de el-rei; recomenda-lhe continuem de prevenção e comunica-lhe ser seu propósito destruir o infante D. Pedro e ir sobre ele, vistas as muitas desobediências que contra sua pessoa e real estado tem feito, dito e obrado; solicita os nomes das pessoas poderosas contrárias a el-rei e ordena prendam os que souberem ser criados e servidores de D. Pedro e inimigos do monarca e que apurem e lhe transmitam seus nomes e culpas . . . . . p. 54

21 ABRIL 1449. — Carta do duque de Bragança, fronteiro-mor em Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, escrita de Santarém à câmara do Porto, a solicitar-lhe o envio, a toda pressa, por serviço de el-rei, de 200 homens, entre besteiros e escudeiros, do termo daquela cidade e ainda a mais gente e melhor armada que pudessem obter nos lugares de Matosinhos e Azurara, a qual devia seguir por mar e junta, por maior segurança, ao encontro dele, duque, em caravelas, com as armas e artilharia por ele encomendadas . . . . . p. 56

3 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, enviada por Pedro Nunes, seu vizinho, a dizer-lhe que pelo mesmo portador lhe manda outra mais extensa, em resposta ao que lhe disseram por Afonso Vasques, escrivão da câmara, depois de haverem escrito duas cartas a propósito dos movimentos do infante D. Pedro e atitude a tomar, uma delas por caravela, sem obterem reposta, donde havia concluído serem as cartas régias apanhadas como as do município, cuja lealdade sublinha e agradece . . . . . p. 57

5-20 MAIO 1449. — Relato da marcha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, com sua hoste sobre Lisboa e do seu recontro, em Alfarrobeira, com o sobrinho, el-rei D. Afonso V, no qual o infante e alguns dos seus foram mortos . . . . . p. 59

20 MAIO — 6 DEZEMBRO 1449. — Memorando enviado por el-rei D. Afonso V ao soberano de Castela e ao duque de Borgonha sobre a regência, insurreição e morte do infante D. Pedro, seu tio . p. 72

27 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, por o condestável D. Pedro se haver ausentado para Castela, depois de feitas no país algumas assuadas contra mandado régio, cometido erros contra o real estado e ter abandonado a administração e governo do mestrado da Ordem Militar de Avis, comete o dito mestrado ao infante D. Henrique, até provimento do romano pontífice, por ser o infante pessoa mui digna e conveniente para tal cargo, e ordena lhe obedeçam os freires da referida Ordem . . . . . p. 79

30 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença de porte de arma a 30 homens de Rui Valente, cavaleiro do infante D. Henrique . . . . . p. 82

30 MAIO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a acusar a que lhe mandara por João de Lisboa, seu escudeiro, a quem ouviu no que da sua parte lhe quis dizer e lhe respondeu a tudo, como o próprio o poderá informar . . . . . p. 83

15 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar, em duas vidas, a terra e castelo de Aguiar da Pena, confiscados para o coroa, a Diogo Lopes de Azevedo, fidalgo e cavaleiro de sua casa, os quais trazia Lopo de Azevedo, pois, além das maldades por este cometidas sendo do conselho de el-rei, ficou em Coimbra, por mandado do infante D. Pedro, à partida deste, a roldar e a velar contra o serviço e estado régios, a prender e a maltratar os súbditos do monarca que transitavam pelas estradas ordeiramente, tarefa em que ele prosseguiu até à morte do dito infante . . . . . p. 84

16 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Fernando Coutinho, fidalgo de sua casa, a casa e utensilagem da saboaria que o infante D. Pedro tinha na cidade de Coimbra, de que ora lhe fez mercê o infante D. Henrique . . . . . p. 87

17 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pero Vasques, porteiro-mor do infante D. Henrique, com o qual ser-

vira na guerra e que anteriormente se envolvera em desordem com João Farto . . . . . p. 88

19 JUNHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Pedro Eanes Caeiro, natural de Évora, que servira na guerra em companhia do infante D. Henrique e que, sendo casado com Leonor Álvares, esta então de idade de 5 ou 6 anos, se matrimoniara também com Maria Anes, de Lagos, alegando não haver consumado o casamento com a primeira mulher . . . . . p. 89

27 JUNHO 1449. — Lei de el-rei D. Afonso V, a declarar obrigados os donatários dos bens confiscados aos adeptos do infante D. Pedro e de seu filho o condestável à liquidação dos débitos em que os ditos bens estavam onerados, nos termos que se indicam . . . p. 90

4 JULHO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Eanes, almocreve, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga . . . . . p. 92

6 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao conde de Odemira, seu primo, vitalìciamente, pelos serviços dele recebidos, azenhas junto da vila de Aveiro, as quais foram do infante D. Pedro, casas pelo mesmo infante compradas naquela povoação, onde ele pousava, todas as vinhas que ele houvera na referida vila e arredores e ainda as éguas poldras que andam nas ilhas do termo de Aveiro . . p. 92

6 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, de juro e herdade, para sempre, o lugar de Ulme, no termo de Santarém, com suas pertenças e direitos, atentos os serviços por ele prestados ao monarca e a seus antecessores . . . . . p. 94

9 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar vitalìciamente a Duarte Borges, seu guarda-roupa, pelos benefícios dele recebidos, desde 1 de Janeiro anterior, 3 moios de pão meado que rendem os casais e quinta da Guarda, na Mouta Santa, renda que de el-rei trazia o infante D. Pedro, e mais 1.600 reais brancos e 50 almudes de vinho, um moio de pão e 3 capões que ao monarca haviam de pagar os moradores de Abiul e termo, como pagavam ao sobredito infante . p. 96

10 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Diogo Gonçalves Peixoto, cavaleiro do infante D. Henrique, morador na cidade do Porto, a doação da terra de Penafiel de Sousa . . p. 96

14 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a manter a João Teles forno de cozer pão bem como vinhas, figueiras, terras de semeadura e casas em Faro e em Tavira, como as trouxera Garcia Moniz, pois, por engano, o monarca doara o forno a Rui Valente, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 97

15 JULHO 1449. — Carta do infante D. Henrique, regedor e governador do Mestrado da Ordem Militar de Avis, por mandado de el-rei e até lhe virem as letras apostólicas respectivas, a ordenar ao prior e freires da mesma Ordem emprazem a Diogo Gonçalves, seu escudeiro, em três vidas, certas casas da Rua das Esteiras, em Lisboa, pertença da Ordem, por 250 reais; pois, segundo informe que mandou tirar por Álvaro Pais, seu escudeiro e almoxarife, nelas reside João Martins, barbeiro, sem qualquer título de aforamento . . . . . p. 99

16 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Meneses a convenção e composição feita entre ele e o infante D. Henrique em 10 de Abril de 1443, sobre a dívida de 2.500 coroas de ouro, proveniente da venda pelo primeiro ao segundo de quintas, bens e padroados de igrejas em terra de Seia, na Covilhã e no Catrão . . . . . p. 100

18 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara municipal do Porto, a confirmar-lhe os privilégios e a responder a diversos assuntos, na qual se afirma, nomeadamente, haver alegado o município não poder prestar contas das obras da Rua Nova, dos tempos passados, porquanto as pessoas em que toda a governança da cidade era viviam com o infante D. Pedro; e, por favorecerem os seus, as não tomavam e ainda Pedro Afonso e Álvaro Gil, respectivamente corregedor então da comarca e escrivão da câmara, houveram à mão alguns livros das obras e os levaram ao dito infante e, por mais que a câmara os requisitasse, nunca os obteve . . . . . p. 101

18 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Pais, almoxarife do infante D. Henrique em Lisboa, para couteiro e guarda-mor das matas, quintas e pinhais régios do Ribatejo p. 104

18 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, dispensa os moradores das ilhas da Madeira, Porto Santo e demais ilhas do dito infante do pagamento da dízima e portagem de todas as mercadorias e coisas que das ditas ilhas trouxerem ou mandarem ao reino . . . . . p. 105

22 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar Álvaro Eanes, residente no Porto, dos encargos do concelho, por ele ser casado com sobrinha do Dr. Fr. Pedro, confessor do infante D. Henrique, a pedido deste . . . . . p. 106

22 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Estêvão Eanes, o Moço, residente em Buarcos, para piloto da foz do Mondego e a privilegiá-lo, a pedido do infante D. Henrique, pois este o incumbira de tirar daquela foz os navios pelo infante ali mandados carregar p. 107

26 JULHO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Nuno Martins, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de Fernão de Almeida e de Diogo de Almeida, criados do infante D. Pedro, por haverem estado com ele em Alfarrobeira . . . . . p. 108

27 JULHO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar que no almoxarifado de Santarém e do rendimento do serviço velho e novo dos judeus se paguem anualmente 50.000 reais brancos, desde 1 de Janeiro seguinte, a Fernando Álvares Cardoso, deão de Évora, seu confessor e prior da igreja de Santa Maria de Povos, do padroado régio, o qual a cedera e fora permutada pelo monarca com o infante D. Henrique pelas comendas e priorados de Mogadouro, Penarroias e Bemposta, da Ordem de Cristo, para os rendimentos destas serem dados a Álvaro Pires de Távora, do seu conselho, até lhe serem pagas 2.333 coroas, em débito pelo seu casamento com D. Leonor da Cunha . . . . . p. 109

28 JULHO 1449. — Emprazamento pela Ordem Militar de Avis e por mandado do infante D. Henrique, regedor e governador do seu Mestrado, de casas em Lisboa, na Rua das Esteiras, a Diogo Gonçalves, escudeiro do dito infante, ali morador . . . . . p. 111

6 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a pedido do infante D. Henrique, para repovoamento das mesmas povoações . . p. 112

7 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida às autoridades do país, a comunicar-lhes haver-lhe dito o conde de Benavente que, por induzimento e falsas informações, el-rei de Castela lhe tomara as suas vilas e lugares e o extraditara, e que lhe pedira o aceitasse no reino; pelo que, atendendo ao parentesco que tem consigo e aos serviços pelo pai dele prestados a D. Duarte e pelo próprio à rainha D. Leonor

ted material

e a si e ainda ao grande amparo por ele dispensado em Castela a nossos naturais, ordena, no caso de ele vir, o recebam e à sua comitiva no país, dando-lhes pousadas de graça e mantimento e demais coisas por seus dinheiros, desde que eles não hostilizem os reinos de Castela ou os respectivos naturais . . . . . p. 113

13 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, pelos muitos serviços feitos pelo franciscano Fr. Gil de Tavira, abade comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada, a el-rei seu pai e a si mesmo, sendo seu pregador, confessor e mestre, o toma e ao dito mosteiro, servidores e coisas em sua especial guarda, encomenda e defesa . . . . . p. 115

18 AGOSTO 1944. — Contrato matrimonial e termo do matrimónio celebrado em Lamego, nos paços de D. Vasco Fernandes Coutinho, conde de Marialva e marechal do reino, sendo presentes sua mulher, a condessa D. Maria de Sousa, e D. Gonçalo, seu filho primogénito, entre Martim de Melo, fidalgo da casa de el-rei, e D. Beatriz de Sousa, sobrinha da dita condessa e filha de Pedro Gomes de Abreu e de D. Aldonça, para o qual casamento os condes de Marialva marcam o respectivo dote e afirmam ter o infante D. Henrique prometido dar aos nubentes as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços, como soíam ser de João Rodrigues Coutinho . . . . . p. 116

20 AGOSTO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo Gil Moniz, cavaleiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Pedro da Azambuja e de João da Azambuja, residentes em Montemor-o-Velho, por haverem estado com o infante D. Pedro em Alfarrobeira . . . . . p. 119

20 AGOSTO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 25 de Novembro de 1433, sobre o dote de D. Isabel de Melo, em casamento com João de Almeida, colaço do infante D. Henrique . . . . . p. 120

6 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a terra de Soaz, na comarca de Entre Douro e Minho, em recompensa dos serviços por ele e por seus avós prestados à coroa do reino, como a tinha o Doutor João Dosem, do seu conselho, falecido . . . . . p. 121

20 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Duarte de Meneses contrato por ele feito com o infante D. Hen-

rique sobre a liquidação por este àquele de 3.500 coroas de ouro, resto das 8.000 prometidas por seu casamento com D. Isabel de Castro, hipotecadas pelo infante, até pagamento integral, as suas terras de Tarouca e Lalim e arbitrada a D. Duarte a tença anual de 35.000 reais brancos, pagos do assentamento henriquino no almoxarifado da Guarda e, na falta dele, dos rendimentos do Navegador . . . . . p. 122

26 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rui Gomes Cerveira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, morador em Mesquitela, para vedor dos vassalos régios em Melo, Linhares, Celorico e seus termos, como o fora Afonso André, também escudeiro do infante e actual ouvidor de suas terras . . . . . p. 123

30 SETEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte da doação do paul de Boquilobo pelo infante D. Henrique a D. Alvaro de Castro, a pedido deste . . . . . p. 124

2 OUTUBRO 1449. — Estatutos da Ordem Militar de Jesus Cristo, reformados por D. João Vicente, bispo de Viseu, com autorização do papa Eugénio IV, a pedido do infante D. Henrique, por os antigos Estatutos da Ordem conterem disposições prejudiciais e gravosas à mesma e ser necessário actualizá-los, insertos em provisão do referido prelado . . . . . p. 126

10 OUTUBRO 1449. — Carta patente de el-rei D. Afonso V, em que, atendendo à deslealdade de alguns naturais seus, cometida contra sua pessoa e real estado, por haverem sido com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, os priva e a seus filhos, até o quarto grau, de todos os benefícios, dignidades, ofícios, honras, prerrogativas, isenções, privilégios, liberdades e franquezas, a não ser que o monarca, sem embargo da presente disposição e aludindo a ela, venha a declarar o contrário, a qual é aplicável a todas as terras do país, nomeadamente às da rainha, dos infantes e duque, seus irmãos e tios, às das ordens, mosteiros, igrejas, condes, fidalgos, ricas-donas, cavaleiros e quaisquer outras . . . . . p. 138

13 OUTUBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, do seu conselho, para sempre, casas que o infante D. Pedro tinha na cidade de Lisboa, as quais haviam sido de Gonçalo Lourenço, em compensação de todas as coisas pelo dito infante tomadas e roubadas ao dito prelado, contanto que, por morte de seus herdeiros e sucessores, elas fiquem a pessoa leiga; pois, tendo o citado D. Pedro vindo a Alfarrobeira contra el-rei e seu real estado

e havendo-lhe posto batalha, onde logo foi morto, pode o monarca dispor de todos seus bens móveis e de raiz . . . . . p. 140

1 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de legitimação de Violante Aranha, filha de João Aranha, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Cide, e de Catarina Afonso, falecida, ambos solteiros ao tempo do nascimento da legitimada . . p. 142

4 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 17 de Agosto de 1436, de confirmação do dote prometido pelo infante D. Henrique a João Álvares da Cunha, cavaleiro da sua casa, em casamento com Mécia Gomes de Lemos . . p. 142

5 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Mécia Gomes de Lemos, viúva de João Álvares da Cunha, cavaleiro que fora da casa do infante D. Henrique, as 2.000 dobras prometidas pelo regente D. Pedro em 23 de Março de 1444 a Mécia Vasques de Góis, para o casamento de duas filhas suas, alvará doado depois por aquela a João Álvares da Cunha, em casamento com Mécia Gomes de Lemos, filha da dita Mécia Vasques, pelas quais dobras lhes foi atribuída a tença anual de 20.000 reais brancos até à liquidação daquelas . . . . . p. 143

12 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro João Gonçalves, morador em Tavira, por ele haver casado com irmã de Fr. Gil [de Tavira], licenciado em teologia p. 144

13 NOVEMBRO 1449. — Instrumento de emprazamento, em uma vida, por Fr. Fernão Lopes de Azevedo, comendador-mor da Ordem de Cristo e do conselho de el-rei, a João Afonso de Morais, morador em Condeixa, termo de Coimbra, de todas as jeiras, herdades, casas e foros que a dita Ordem tem no Campo do Mondego e em Quimbres, os quais o mesmo João Afonso tivera já emprazados em três pessoas e os perdeu, por haver estado em Alfarrobeira com o infante D. Pedro, lavrado o documento por João de Lisboa, escrivão, por autoridade do infante D. Henrique, em Ega e Soure . . . . . p. 146

15 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar ao infante D. Henrique os bens de Nuno Fernandes, que foi moço da câmara do infante D. Pedro, por haver estado com ele em Alfarrobeira contra o monarca . . . . . p. 147

18 NOVEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, com o privilégio de besteiros

de cavalo, 4 marinheiros que ele tiver em Lagos, segundo rol pelo mesmo infante assinado, e que ele possa substituí-los por outros, desde que não excedam o referido número . . . . . p. 148

22 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de privilégio, outorgado por el-rei D. Afonso V a Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Estreito, termo de Oleiros p. 149

25 NOVEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a dar licença a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo, para andar em besta muar de sela e freio . . . . . p. 150

4 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, o doar vitaliciamente ao infante D. Henrique as ilhas Berlengas e o Baleal junto a Atouguia, como as tivera o falecido infante D. Fernando, para ele nelas fazer o que lhe aprouver . . . . . p. 150

4 DEZEMBRO 1449. — Reconstituição por el-rei D. Afonso V, a pedido do infante D. Henrique, da carta joanina da doação a este da vila da Covilhã, em data desconhecida, sobre a carta de património do mesmo infante de 17 de Abril de 1411, por se lhe haver molhado e inutilizado o original respectivo e não se ter encontrado cópia da mesma nos registos régios . . . . . p. 151

4 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique e herdeiros a vila de Gouveia com todos seus rendimentos, direitos e jurisdições, ressalvadas para o monarca a confirmação dos tabaliados, a correição e alçadas . . . . . p. 156

14 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de recebedor das mercadorias entradas de Castela pelo porto de Serpa, de que era devida sisa e dízima ao monarca . . . . . p. 160

20 DEZEMBRO 1449. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar os moradores do lugar de Alpalhão da obrigação de terem cavalos e armas e de comparecerem com elas em alardos, a pedido do infante D. Henrique, por se achar despovoada a povoação, por ficar em zona das terras do infante, próximo da fronteira de Castela e ainda por ele desejar povoá-la . . . . . p. 160

25 DEZEMBRO 1449. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Vasco Eanes Corte Real, cavaleiro de sua casa, todos os bens

móveis e de raiz de Lourenço Martins Pardo, morador em Leiria, por ele haver estado com o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca . . . . . p. 162

4 JANEIRO 1450. — Carta régia, de tença a favor de Branca de Almeida, por motivo de ela haver casado com Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e não ser possível pagar-lhe, de momento, as 1.000 coroas de ouro, de dote, por D. Afonso V prometidas . . . . . p. 162

5 JANEIRO 1450. — Carta do doge e conselho de Génova a Tomás de Campofregoso, em que, em satisfação de pedido instante do rei de Portugal, lhe manda o nobre varão Leonardo Lomelino, para que seja liquidado em dinheiro a D. Álvaro de Castro o que outrora fora tomado a seu pai D. Fernando de Castro por Bartolomeu Serrato de Savona e ainda não pago, pois este esperara ser dispensado de o fazer pelos lesados . . . . . p. 164

7 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gonçalo Gonçalves Ferreira, residente no Porto, a pedido do infante D. Henrique . . . . . p. 165

8 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Porto . . . . . p. 165

9 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Vasques, oleiro, morador em Coimbra, a pedido de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . p. 166

10 JANEIRO 1450. — Carta de doação de terras de Mação e de Vila Nova de Fozcoa, com suas rendas e direitos e jurisdição cível e crime, a Rui Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, reservadas ao monarca a correição e alçadas . . . . . p. 167

11 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Lopo Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade do Porto . . . . . p. 167

12 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Estêvão Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Serra da Pescaria, termo da Pederneira . . p. 168

12 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Lisboa . . . . . p. 168

13 JANEIRO 1450. — Carta do doge e conselho de Génova ao rei de Portugal: a acusar a dele de 8 de Outubro, em que lhes solicitava fosse D. Álvaro de Castro ou procurador seu reembolsado da presa que outrora os genoveses tomaram a D. Fernando de Castro, seu pai; a dizerem-lhe que, de início, foi difícil entender o assunto da restituição, por antigo e por haver pouca gente que dele houvesse conhecimento; que, porém, tendo sabido existir Bartolomeu Serrato, cidadão de Savona, lhe mandara emissário, a fim de ele pagar a D. Álvaro; que ele se escusou e assim o assunto se foi protelando até agora, mas já o chamaram e tomarão as providências necessárias; pelo que, lhe rogam mande D. Álvaro procurador habilitado a receber e a passar as quitações respectivas . . . . . p. 169

15 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da pesca do coral nos mares do reino durante cinco anos, sua exportação para fora dele e venda no país, nos termos na mesma carta consignados, bem como contratar marselheses e provençais para o pescarem e ainda importar livremente redes, enxárcia e aparelhos das barcas . . . . . p. 171

16 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de juiz das sisas de Tomar e seu termo . . . . . p. 173

18 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João de Sousa, escudeiro do infante D. Henrique, todos os bens que Garcia Fernandes possuía em Santarém, excluída a parte que de direito pertença a sua mulher e filhos, em virtude de os mesmos terem sido confiscados para a coroa, por Garcia Fernandes haver combatido na batalha de Alfarrobeira a favor do infante D. Pedro . . . . . p. 173

20 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Soeiro Vaz de Pina, escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da coudelaria de Estremoz, Sousel, Cano e seus termos, como até aí o tinha sido Martim de Abreu, que a ele renunciara . . . . . p. 175

20 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e a pedido

Copyrighted material

deste, em casamento com Isabel de Sousa, as rendas e direitos das judiarias do almoxarifado de Portalegre, salvo os serviços novos e a renda das fangas da mesma localidade, com certas excepções, bem como os direitos reais de Alegrete . . . . . p. 175

20 JANEIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a tença anual de 10.000 reais brancos, a qual pertencia a Gonçalo Rodrigues de Sousa, a pedido do dito infante, que tratava do casamento de Pedro de Tavares com Isabel de Sousa, filha de Gonçalo Rodrigues . p. 177

26 JANEIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Lopes, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão das sisas de Sanfins e São Salvador . . . . . p. 178

5 FEVEREIRO 1450. — Carta do doge e conselho de Génova ao governador da cidade de Savona, a dizer-lhe haver chegado procurador do rei de Portugal sobre dívida de Bartolomeu Serrato, morador naquela cidade; e, por não deverem proceder sem ouvirem as partes, ordenam-lhe cite o dito Bartolomeu para comparecer perante eles no prazo de seis dias, a contar do recebimento da carta ou do respectivo aviso, sem qualquer escusa; pois o assunto deve ser resolvido juridicamente em Génova . . . . . p. 179

6 FEVEREIRO 1450. — Texto de pública-forma, segundo a qual João do Campo, escudeiro do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu, solicitou da câmara da mesma cidade mandasse registar em seu livro a carta do regente D. Pedro de 13 de Janeiro de 1449, de concessão a D. Henrique de feira na dita povoação, e ordenasse lhe fosse passada dela transcrição notarial, com receio de que viesse a inutilizar-se o original respectivo, que apresentou . . . . . p. 179

6 FEVEREIRO [1450]. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Martim Vasques, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para tabelião do cível e crime de Lagos . . . . . p. 181

6 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a Frederico, rei dos romanos, em que o primeiro, respondendo a carta do segundo, o convida a mandar emissários a Nápoles em 15 de Agosto próximo, como também fará o soberano de Portugal, a fim de se tratar do casamento daquele com a infanta portuguesa D. Leonor . . . . . p. 181

6 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a dizer-lhe que, em razão de carta que recebera de Frederico, rei dos romanos, lhe marcara o dia 15 de Agosto para os emissários dele se encontrarem com o soberano aragonês em Nápoles, a fim de tratarem do seu casamento com a infanta D. Leonor de Portugal; pelo que pede ao monarca português, se a este parece bem concluir-se o dito matrimónio, envie os seus delegados na mesma data . . . . . p. 182

10 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos órfãos e judeus da cidade de Viseu e seu termo, como o tinha sido Pedro Afonso, falecido . . . . . p. 183

13 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Pedro Afonso, de Santarém, a pedido do infante D. Henrique . . . . . p. 184

17 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Afonso, residente no Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 184

18 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar Álvaro Vasques, oleiro, de Coimbra, de acontiado, por ser criado de João de Albuquerque, cavaleiro da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 185

18 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Álvaro Pais, barbeiro, besteiro do infante D. Henrique, residente em Lisboa . . . . . p. 185

19 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, que, no prazo de oito dias depois de recebida a presente, retire para fora do país, uma vez que faltou ao compromisso assumido, roubando em Castela e fazendo guerra ao respectivo monarca . . . . . p. 187

21 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Fernão Barbosa, criado e escudeiro do infante D. Henrique, assim como a seu irmão Lopo Correia, o privilégio concedido por el-rei D. João I à quinta de Cerzedelo, julgado de Lanhoso . . p. 188

22 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a antiga concessão feita aos moradores de Coruche, no sentido

de todas as penas impostas aos mesmos serem aplicadas à reparação das pontes daquela vila, em vez de reverterem para a chancelaria do infante D. Henrique, governador do Mestrado de Avis . . p. 189

25 FEVEREIRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, em vedor dos vassalos régios de Pombal, Soure, Redinha, Ega e seus termos, por se lhe haver perdido a respectiva carta . . . p. 190

27 FEVEREIRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a carta de el-rei D. Fernando de 1 de Novembro de 1380, a coutar e honrar a quinta de Travanco, em termo de Vouga, a rogo de Gonçalo Mendes, da qual é agora proprietário o dito D. Fradique . p. 191

2 MARÇO 1450. — Carta do infante D. Henrique, a doar a Jácome de Bruges, seu servidor e natural do condado de Flandres, a capitania da Ilha Terceira, Açores, para ele e descendentes, a fim de a povoarem com pessoas que professassem a fé católica e da qual haveriam a dízima de todas as dízimas ali pertencentes à Ordem de Cristo bem como a jurisdição cível e crime, menos em pena de morte e de mutilação . . . . . p. 193

2 MARÇO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castro Verde . . . . . p. 194

10 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a D. Fradique de Castro, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, privilégio que havia de el-rei D. João I e alvará de D. Duarte . p. 195

10 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Judas Namias, morador em Silves, a pedido do infante D. Henrique . . . . . p. 196

10 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Álvaro Rodrigues, escudeiro do infante D. Henrique, autorização para possuir as casas que seu antecessor, Lourenço Pais, comprara em Alcácer a Mafamede Galebo, mouro forro, e que, pelo disposto na ordenação, deviam reverter para a coroa . . . . . p. 198

11 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar o marinheiro biscaínho João Gonçalves de Arnoylo, morador em Faro, a pedido de Vicente Simões, fidalgo da casa real . . . p. 199

Copyrighted material

11 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a João Serrão, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Alcácer, culpado de agressão a Gomes Martins Navarro, em recompensa dos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro . . p. 200

12 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Nisa, culpado de agressão a Afonso Gonçalves, em atenção aos serviços por ele prestados na guerra entre el-rei e o infante D. Pedro . p. 201

12 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a D. Grimanesa de Melo, donzela que fora da falecida rainha D. Leonor, a tença anual de 25.000 reais brancos, enquanto lhe não pagar as 2.500 coroas que lhe dera em dote pelo seu casamento com Mem de Brito, fidalgo da sua casa, além das 1.000 coroas que lhe prometeram o infante D. Henrique e D. Teresa, mãe de D. Grimanesa . . p. 202

13 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Esteves, de Alcochete, implicado em crime de fogo posto, por haver combatido em Alfarrobeira com Lisuarte, fidalgo da casa do infante D. Henrique, contra o infante D. Pedro . . . . . p. 205

15 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente na cidade de Évora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena . p. 206

15 MARÇO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar mestre Moussem, físico do infante D. Henrique, a andar em besta muar . . . . . p. 207

15 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a aposentar João Martins, residente na cidade do Porto, a pedido do infante D. Henrique, por ele ter 70 anos de idade . . . . . p. 208

23 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Botelho para coudel de Montemor-o-Velho, em virtude de Fernão Rapote, proprietário do lugar, haver combatido em Alfarrobeira a favor do infante D. Pedro, segundo informe de Martim Correia, fidalgo da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 209

25 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Martim Correia, fidalgo do infante D. Henrique, todos os bens móveis e de raiz de João Rodrigues Ferro e de Afonso Gonçalves, de Montemor-o-

-Velho, e de Fernão Gonçalves, de Tavarede, pelas maldades e traições que eles cometeram, combatendo com o infante D. Pedro, em Alfarrobeira, contra a pessoa do monarca e seu real estado . . . p. 209

27 MARÇO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Galiote Leitão, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a da Regência de 19 de Março de 1439, de confirmação a seu pai, Estêvão Leitão, da moradia mensal de 2.000 reais brancos, enquanto não lhe fosse paga pelo monarca a quantia constante do alvará joanino de 27 de Abril de 1409, e ainda doção que lhe fizera seu irmão Marote Leitão da quota parte que lhe cabia naquela dívida régia . . . . . p. 211

30 MARÇO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Luís Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Castelo Branco . . . . . p. 212

1 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Rui de Melo, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a terra de Fornos de Algodres com todos seus rendimentos e direitos, menos as sisas gerais, vinhos e panos, reservadas ainda ao monarca a correição e alçadas, nos precisos termos da carta do regente D. Pedro de 24 de Janeiro de 1440, a qual esta implicitamente confirma . . . . . p. 213

11 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D Afonso V, a dispensar Luís Eanes, de Évora, de ser besteiro e de dar pousada em suas casas, a pedido de Luís Lourenço, escudeiro do infante D. Henrique, cujo criado ele é . . . . . p. 213

15 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rodrigo Anes, criado e escudeiro do infante D. Henrique, para o cargo de escrivão da távola grande do «aver do peso», em Lisboa, a pedido do infante e em substituição de Gil Eanes, cavaleiro do dito infante, que renunciara ao cargo, em virtude de residir em Lagos . . . . . p. 214

20 ABRIL 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro da Guarda, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão dos homiziados do couto da cidade da Guarda . . . p. 215

20 ABRIL 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro da Guarda, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão do mordomado e das sisas judengas da Guarda . p. 216

23 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a de D. Duarte de 16 de Junho de 1438 sobre as terras de Gulfar e Penalva,

Copyrighted material

pelo infante D. Henrique hipotecadas, por dívida, ao conde D. Pedro de Meneses e depois a seu filho D. Duarte de Meneses . . . p. 216

28 ABRIL 1450. — Extracto das letras *Injunctum nobis*, do papa Nicolau V, dirigidas ao deão de Lisboa, a autorizar os franciscanos da Província de Portugal, a seu pedido, a reterem os dois eremitérios que, sem licença do pontífice, fundaram nas ilhas da Madeira e de Santa Maria dos Açores, da diocese de Lisboa, e a ordenar ao referido deão os absolva de excomunhão e de todas as demais censuras em que, por esse motivo, hajam incorrido . . . . . p. 217

29 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Rui Lopes, recebedor dos quatro «pedidos» e meio tirados no almoxarifado de Lamego, nos anos de 1444 a 1449, no total de 1.651.289 reais brancos e 9 pretos, da qual constam verbas dispendidas com o infante D. Henrique . . . . . p. 218

29 ABRIL 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Mécia da Silveira, sua criada, a tença anual de 30.000 reais brancos enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro que lhe prometera, em dote, pelo seu casamento com D. Fradique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 220

1 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Diogo da Cunha, comendador de Casével e cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e a seus herdeiros os bens de João Gonçalves, de Santarém, falecido abintestado . . . . . p. 221

2 MAIO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gomes, de Odemira, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Aljezur e seu termo durante cinco anos, como o havia sido Pedro Vasques . . . . . p. 222

7 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de indulto de quatro meses de degredo a João Lourenço, seu vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver ferido Martim Gonçalves, morador em Évora . . . . . p. 223

15 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar doação feita por Maria Álvares, da Ribeira de Santarém, a Leonor Baiona, residente em Abrantes, sobrinha sua e mulher de mestre João, criado do infante D. Henrique . . . . . p. 224

Copyrighted material

15 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Gonçalves, da cidade de Lisboa, a seu pedido, pelo monarca condenado a degredo em Ceuta, juntamente com Vicente Egas, João Carreiro e João Lourenço Farinha, em razão das inquirições devassas que foram tiradas na dita cidade acerca do infante D. Pedro e de alguns dos seus, o qual degredo ele não cumprira, mas se fora para o dito infante e com ele estivera em Alfarrobeira e andava agora homiziado, pois o soberano perdoara já aos outros três, Egas, Carreiro e Farinha, que viviam em suas casas . . . . . p. 225

20 MAIO 1450. — Salvo-conduto passado pela cúria pontifícia a Pedro Rombolo, messinense, Miguel, prior da igreja de Santa Maria de Gudaber, e Abumar Elzend, embaixadores de D. Constantino, imperador da Etiópia, os quais iam partir para tratarem de alguns negócios da Santa Sé . . . . . p. 227

21 MAIO 1450. — Letras *Querelam dilecte,* do papa Nicolau V, dirigidas aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão, a referir-lhes que D. Isabel, duquesa de Borgonha, se lhe queixara de o corpo de seu irmão o infante D. Pedro de Portugal e duque de Coimbra, desumanamente morto no ano anterior, haver permanecido insepulto durante três dias e exposto às aves de rapina, após o que, por maior crueldade, o transportaram para lugar desconhecido da dita duquesa e de seus parentes, que assim lhe não podem fazer exéquias condignas nem sepultá-lo em lugar apropriado à sua origem e virtudes; pelo que, desejando o pontífice atender as súplicas da referida duquesa de Borgonha e minorar-lhe o desgosto, ordena aos ditos prelados admoestem, sob pena de excomunhão e outras que declara, as pessoas de ambos os sexos e de qualquer dignidade, mesmo reis, duques, arcebispos, bispos e demais, culpadas no transporte e ocultação do corpo do dito infante D. Pedro ou que do assunto hajam notícia, a que, no prazo de 30 dias, o entreguem às pessoas indicadas pela citada duquesa . . . . p. 229

23 MAIO 1450. — Sentença de el-rei D. Afonso V, dada na Relação do seu Desembargo, no pleito decorrente entre o monarca, autor, representado por Álvaro Pires, procurador dos feitos régios, e Lançarote Pessanha, almirante do reino, réu, representado por seu pai Rodrigo Afonso de Melo, na qual se declara que, em tempo de paz, o almirante tem jurisdição sobre os alcaides, arrais e petintais das galés e ainda sobre os desertores, para o que há-de ter alcaides seus nos portos marítimos, e, em tempo de frota ou de armação de galés, lhe cumpre usar de toda a jurisdição outorgada aos almirantes do reino por el-rei D. Dinis . . . . . p. 232

Copyrighted material

25 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar o contrato de casamento e dote de Martim de Melo com D. Beatriz de Sousa, a quem o infante D. Henrique prometera as quintas e lugares de Aldeia e Pinhanços . . . . . p. 234

25 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Rodrigues de Sousa, camareiro do infante D. Henrique, a tença anual de 20.000 reais brancos, desde Janeiro anterior, enquanto for mercê sua . . . . . p. 235

27 MAIO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão da chancelaria da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana . p. 236

27 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar Lopo da Moita, escudeiro do infante D. Henrique, a vender, dar, doar ou escambar os bens que herdara de seu sogro Vasco Gonçalves, a quem D. João I os doara sob condição de ele e seus descendentes viverem na vila de Arronches ou em seu termo . . . . . p. 237

28 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar João Gil, cónego da sé da Guarda e prior do Seixo, a andar em besta muar de sela e freio, a pedido do infante D. Henrique . . . . p. 238

28 MAIO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na vila de Alcácer . . . . . p. 238

28 MAIO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a Álvaro Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Sertã, termo de Beja . . . . . p. 239

29 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Fernandes Viles, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, desde 1 de Janeiro anterior e enquanto sua mercê fosse, a tença anual de 2.857 reais brancos, no almoxarifado de Portalegre . . . . . p. 239

29 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro de Tavares, fidalgo do infante D. Henrique e alcaide do castelo de Portalegre, a pensão dos tabeliães régios daquela vila, enquanto for mercê sua . . . . . p. 240

29 MAIO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor-o-Novo . . . . . p. 241

30 MAIO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Gonçalo Eanes, ferreiro, da Foz da Castanheira, terra de Fernão Pereira, por ele haver fugido da cadeia de S. Pedro do Sul, terra do infante D. Henrique, onde estava, na prisão do seu ouvidor, por não ter pago as custas de demanda que perdera . . . . . p. 241

1 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D Afonso V, de permutação do degredo de Castro Marim para Sagres a Pedro Anes Caeiro, a pedido do infante D. Henrique . . . . . p. 242

2 JUNHO 1450.— Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Manuel Pessanha, camareiro-mor do infante D. Henrique e comendador de Castro Marim, para guarda dos portos do reino do Algarve e a dar-lhe facilidades e instruções para reprimir o contrabando que por ali se faz e para processar os delinquentes na vila e termo . . . . . p. 243

9 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Galego, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo . . . . . p. 245

10 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Arraiolos, governador de Ceuta, a dizer-lhe que, atento o seu requerimento, determinou mandar lá o infante D. Henrique, a quem entregará a cidade, castelo e demais bens régios, após o que pode retirar quando lhe aprouver, e a assegurar-lhe terá sempre em consideração os muitos serviços pelo conde prestados a si, a seu pai e a seu avô . . p. 246

18 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de reabilitação de Diogo Álvares, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão da chancelaria da correição de Entre Tejo e Guadiana, pelo infante D. Pedro mandado prender e desterrar para Ceuta, depois de o mandar interrogar e ameaçar com tormento sobre se vira os oficiais da chancelaria régia cometerem algum furto . . . . . p. 247

20 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, para tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo e dos resíduos da cidade de Braga . . . . . p. 248

22 JUNHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernão Rodrigues, morador em Pernes, para escrivão da coudelaria de Alcanede e seu termo, como o fora Pedro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, residente na Azambuja, o qual renunciou ao cargo por não poder desempenhá-lo . . . . . p. 249

Copyrighted material

22 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique e alcaide, pelo monarca, do castelo de Portalegre, a carta passada por el-rei D. Duarte, em 20 de Janeiro de 1434, a seu pai, Martim Gonçalves de Tavares, de confirmação da joanina de 12 de Dezembro de 1388, de coutamento da quinta do Azinhal e de outras herdades no termo de Arronches . . p. 250

22 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V ao conde de Benavente, a dizer-lhe haver recebido outra de el-rei de Navarra, a rogar-lhe houvesse o conde e seus feitos por encomendados e que lhe dissera como até agora com ele tem procedido e está disposto a dar-lhe o acolhimento que bem puder, não só por a boa vontade que lhe tem, como pelo amor e afeição que lhe dedicam os reis de Aragão e de Navarra, tios do soberano português . . . . . p. 251

26 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão do degredo imposto a Gil Fernandes Viles e a seus filhos Afonso e João, todos escudeiros do infante D. Henrique, moradores em Portalegre, pelo juiz Rui Martins acusados de lhe reterem em casa gavião que dizia pertencer-lhe . . . . . p. 251

27 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a nomeação feita pelo infante D. Henrique, como fronteiro e vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, de Heitor Homem, fidalgo de sua casa, para vedor das obras dos referidos castelos, vilas e lugares . . . . . p. 253

30 JUNHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida, entre outros, ao rei de Portugal, a dizer-lhe que, havendo firmado paz com a comunidade de Florença em 21 do presente mês, no respectivo tratado foi resolvido que cada uma das partes indicasse os seus confederados e que os de Itália confirmassem o referido tratado no prazo de dois meses e os de fora daquele país dentro de seis meses; tendo indicado o soberano aragonês o de Portugal por confederado seu, roga-lhe se digne confirmar o dito tratado por solene contrato escrito dentro do aludido prazo, o que supõe lhe será aprazível . . . . . p. 254

1 JULHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Palhais . . . . . p. 255

3 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão aos pescadores da vila de Buarcos, a pedido dos mesmos, por haverem estado

em Alfarrobeira por mandado do infante D. Pedro e contra sua vontade . . . . . p. 256

3 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, enquanto lhe não for restituído o castelo de Penamacor, que tem João Rodrigues Pereira, a tença anual e vitalícia de 6.000 reais brancos, na fazenda régia de Lisboa . . . . . p. 257

3 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Heitor Homem, fidalgo da casa do infante D. Henrique, em ajuda do seu casamento com Brites de Sousa, a tença anual de 10.000 reais brancos, desde 1 de Janeiro anterior, enquanto lhe não pagar as 1.000 coroas de ouro do cunho do rei de França . . . . . p. 258

15 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar ao tabelião de Tomar Luís Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, implicado em declarações falsas, o qual posteriormente estivera na batalha de Alfarrobeira com o dito infante contra D. Pedro . . . p. 258

16 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida a João Martins, escudeiro do infante D. Henrique e encarregado das obras de fortificação da cidade de Viseu, a dizer-lhe haver nomeado o portador da presente carta, João Martins, também escudeiro do dito infante, para escrivão das referidas obras como o fora João Gonçalves Farto, por autoridade de D. Henrique, e a ordenar-lhe dê ao novo escrivão, de mantimento, por cada braça que se fizer da muralha, 15 reais brancos . p. 260

17 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dizer a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, em resposta ao que, da sua parte, lhe expusera o bacharel Diego de la Torre, não convir a sua vinda a Portugal, atentos os trabalhos do reino vizinho e os acordos que lhe são propostos . . . . . p. 261

18 JULHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Álvaro Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de Lopo Rodrigues, morador em Botão, por este haver estado contra el-rei em Alfarrobeira . . . . . p. 262

18 JULHO 1450. — Carta de el-rei D Afonso V, a comutar a Álvaro Pires Pessoa, sobrinho do bispo de Ceuta e culpado na morte de João Chaves, para Arronches, o degredo que lhe fora marcado para Ceuta, em razão de nesta praça africana estarem dois sobrinhos do morto e ir agora

primo co-irmão do mesmo para lá, em companhia do infante D. Henrique . . . . . p. 263

18 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique e dos moradores da terra de Besteiros, do dito infante, dispensa aqueles, durante cinco anos, de terem cavalos, como manda a ordenação, por não os poderem sustentar, dada a pobreza da região . . . . . p. 265

18 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a reabilitar Luís Álvares, escudeiro do infante D. Henrique, seu vassalo e tabelião em Tomar, culpado por irregularidades em seu ofício, o qual estivera com el-rei na batalha de Alfarrobeira . . . . . p. 265

20 JULHO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a isentar de besteiro do conto, se ainda não foi posto, e dos encargos e servidões do concelho Pedro Folgado, residente no Turcifal, em atenção a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, o qual assim lho pediu, enquanto com ele vivesse . . . . . p. 267

20 JULHO 1450. — Carta do infante D. Fernando de Portugal ao conde de Benavente, na qual, em resposta à carta de crença que ele lhe mandara por Diego de la Torre, lhe diz haver falado com el-rei seu irmão sobre a sua tenção, como o dito bacharel o pode informar . p. 267

31 JULHO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Eanes, vassalo, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel do julgado da comenda do Ródão e seu termo por 5 anos . p. 268

3 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que declara haver mandado publicar cartas por todo o reino para ninguém partir para D. Pedro, filho do infante D. Pedro, sob pena de perda dos bens para a coroa, o qual se levantara com alguns castelhanos do país e seguira para Castela em seu desserviço, e a doar ao conde de Odemira, seu primo, pelos muitos serviços dele recebidos, os bens de Pedro Carapeto, morador que fora na dita vila e seguira com o referido D. Pedro, junto de quem ainda se conserva em Castela . . . . . p. 269

7 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido da câmara de Condeixa, dá o cargo de tabelião das notas daquela vila a Pedro Gonçalves Cordeiro, escudeiro do infante D. Henrique, tirando-o a Fernão Rolim, criado do infante D. Pedro, por ele haver estado com o infante em Alfarrobeira contra a pessoa e real estado do monarca p. 271

Copyrighted material

9 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Anes, remolar, morador em Lisboa, por ele haver de exercer o seu ofício nas tercenas reais, na ilha da Madeira e em Ceuta . p. 272

10 AGOSTO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Álvaro Afonso, criado do infante D. Henrique, em escrivão das sisas gerais e dos vinhos de Cala, no couto de Alcobaça . . p. 274

13 AGOSTO 1450. — Sentença de el-rei D. Afonso V, dada no seu Desembargo, em pleito decorrente entre Lançarote Pessanha, almirante do reino, como autor, representado por seu pai, Rui de Melo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e Álvaro Pires, procurador dos feitos régios, como réu, na qual foi julgado não dever o monarca pagar ao almirante a tença anual de 300.000 libras, outorgada por el-rei D. Dinis ao almirante Manuel Pessanha, em virtude da prescrição a favor do soberano, por não haverem os almirantes mantido os 20 homens de Génova a que os obrigava o alegado contrato dionisino . . . . . p. 274

15 AGOSTO 1450. — Carta de Rodrigo Afonso de Melo, almirante do reino por seu filho menor Lançarote Pessanha, a nomear Pedro Rodrigues de Castro, cavaleiro da casa de el-rei, para, em nome daquele e de seu filho, o substituir em Lisboa no ofício do almirantado, por motivo de Rodrigo de Melo residir habitualmente no Algarve e achar-se ocupado noutras coisas do serviço régio . . . . . p. 277

28 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Frederico, rei dos romanos, a acusar as letras que lhe mandara por seu arauto Steyrland, a dizer-lhe que o embaixador do rei de Portugal apenas chegara três dias depois daquele e a rogar-lhe mande embaixador ou embaixadores seus, devidamente instruídos; pois o embaixador do soberano português os aguardará ali, a fim de ultimarem o assunto . . . . . p. 278

28 AGOSTO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, de recomendação de Steyrland, arauto de D. Frederico, rei dos romanos, o qual retira da sua cúria e vai tratar de alguns negócios do rei aragonês junto daquele monarca . . . . . p. 279

29 AGOSTO 1450. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor do mestre em teologia Fr. Afonso Velho, dominicano, confessor do dito infante e embaixador ao pontífice, a pedir lhe sejam concedidos vitaliciamente três benefícios eclesiásticos, seculares ou religiosos, sendo um deles priorado ou dignidade conventual, e duas igrejas paro-

quiais, não catedrais ou colegiadas, embora tais benefícios sejam reservados à Santa Sé, e ainda com preferência sobre capelães e familiares do rei de Portugal, podendo ficar com quaisquer benefícios no dito país, sob forma de comenda, até à quantia de 1.000 florins de ouro, anualmente . . . . . p. 280

2 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a João de Almeida, fidalgo do infante D. Henrique, a terra e celeiro de Moçâmedes, na freguesia de S. Miguel do Mato, julgado de Lafões, como ele os havia por carta de el-rei D. Duarte, de 9 de Janeiro de 1434 p. 282

7 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Dias, morador em Lagos, armador das pescarias do infante D. Henrique, a pedido deste . . . . . p. 283

7 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vicente, piloto, morador em Lagos, servidor do infante D. Henrique, com caravela própria, o qual fora a algumas partes fora do reino, por serviço do dito infante, a pedido deste . . . . . p. 285

7 SETEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gil Marques, residente em Lagos, a pedido do infante D. Henrique . . . . . p. 286

8 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Chipre, de recomendação de Lisbos, arauto do rei de Portugal, o qual vai em peregrinação aos Lugares Santos . . . . . p. 286

10 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Paio Rodrigues, de Penafiel, residente em Barcelos, criado do duque de Bragança e a pedido deste, para recebedor dos 10 reais de Ceuta a cobrar no almoxarifado de Guimarães, em substituição de Vasco Jorge, escudeiro do infante D. Henrique, o qual renunciara ao cargo, por doente de dor de pedra . . . . . p. 287

18 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a D. Zar'a-Yâ^{c}qob, imperador da Etiópia, a dizer-lhe haverem estado consigo Pedro Rombolo de Messina, vassalo do rei aragonês, servidor e súbdito daquele imperador, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, seus embaixadores, que primeiro se avistaram com o santo padre, os quais lhe expuseram os pedidos do imperador, a que ora responde: quanto aos mestres e artífices que lhe solicita, apenas lhe manda alguns, pela insegurança da viagem, pois os treze mestres em

Copyrighted material

diversas artes que lhe pedira seu irmão pereceram no caminho, por não poderem passar; pelo mesmo motivo de insegurança não lhe envia os panos de brocado e de finíssima lã, vasos de ouro e de prata e demais coisas solicitadas, o que fará com muito gosto quando ele lhe garanta via segura; diz-lhe que logo que possa enviará à terra dos mouros 150 fustas, entre naus e galés, para passarem à Casa Santa de Jerusalém, pelo que lhe roga deixe correr as águas para o Alcayre, ponha gente na sua fronteira e, enfim, oiça o que lhe transmite por seus embaixadores como se lho dissera ele próprio . . . . . p. 289

18 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João Cunino, imperador de Trebisonda, a Constantino Paleólogo, imperador de Constantinopla, e a Fr. João de Lastico, grão-mestre da Ordem Militar de S. João de Jerusalém, a recomendar-lhes seu vassalo Pedro Rombolo de Messina, Fr. Miguel, prior de Santa Maria de Gudaber, e Anamer Jundi, embaixadores de D. Zar'a-Yâ'qob, imperador da Etiópia, na Índia, os quais, tendo vindo em missão ao santo padre e a ele, rei aragonês, regressam à Etiópia, em longa caminhada, e devem voltar com resposta do referido imperador; pelo que lhes solicita que, na ida e na vinda, lhes prestem todo o favor, auxílio e conselho . . . p. 292

19 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação da de Rui de Melo de 15 de Agosto anterior, a nomear Pedro Rodrigues de Castro para o substituir em Lisboa no cargo de almirante do reino . . . . . p. 293

23 SETEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão do mordomado de Tavira . . . . . p. 295

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Navarra, seu lugar-tenente geral, ao governador por ele da justiça daquele reino e seu bailio geral, ao cavaleiro Ramiro de Funes, procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, bem como às autoridades da mesma e às do reino de Aragão, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a posse corporal e os frutos, rendimentos, direitos e jurisdição da referida vila e que os moradores respectivos lhe façam juramento e homenagem de fidelidade pela mesma, reservado contudo o supremo domínio dela ao rei aragonês; pois, havendo-a doado este para sempre à falecida rainha D. Leonor, viuva do rei D. Duarte de Portugal, e a seus herdeiros e sucessores, o actual soberano português, filho dos ditos falecidos reis e sobrinho seu, solicitara confirmação da dita doação e ele lha passou, em carta desta mesma data . . . p. 296

Copyrighted material

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão e lugar-tenente geral o rei D. João de Navarra, a ordenar-lhe entregue ao de Portugal ou a procurador deste a vila de Alcolea de Cinca com seus frutos e rendimentos, por ser aquele filho legítimo e herdeiro da falecida irmã dos mesmos, a rainha D. Leonor de Portugal, a quem o soberano aragonês a havia doado bem como a seus herdeiros . p. 298

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a João de Montayo, seu conselheiro e governador do reino de Aragão, e à justiça do mesmo reino, o conselheiro mossem Ferrer de la Miça, a ordenar-lhes entreguem ao rei de Portugal ou a procurador seu a vila de Alcolea de Cinca, com seus frutos e rendimentos, excluído qualquer outro que pretenda alegar direitos à mesma . . . . . p. 299

27 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão a seu conselheiro e camareiro mossem Ramiro de Funes, capitão da cidade de Teruel e procurador pelo monarca da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, a ordenar-lhe que, por sua parte, cumpra a carta patente pelo monarca dada sobre a entrega daquela vila ao rei de Portugal ou a procurador seu, com todos os frutos, rendimentos e direitos, revogada assim a procuração que ao dito Ramiro havia outorgado e a prometer-lhe que, dada a oportunidade, virá a remunerar devidamente os seus serviços . . . . . p. 300

28 SETEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Diogo Pereira, escudeiro do infante D. Henrique, no cargo de almoxarife de Ponte do Lima . . . . . p. 302

30 SETEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, a rogar-lhe trate com especial favor e prerrogativa Álvaro Monteiro, há muito tempo a seu serviço e que lhe fora recomendado pela falecida rainha D. Leonor, a quem também servira, o qual agora deseja voltar ao serviço do soberano português . . . . . p. 302

7 OUTUBRO 1450. — Alvará de Afonso Eanes, almoxarife régio em Viseu, a declarar, em nome do contador Martim Afonso do Paço, que foi registada pelo escrivão do almoxarifado e segundo a ordem de el-rei, a carta régia lançada no verso, apresentada por Fernando Álvares Cabral, fidalgo, criado do infante D. Henrique, e a ordenar, em nome do monarca, deixem aquele usar das terras referenciadas na dita carta de confirmação . . . . . p. 303

10 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Aires Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique e a pedido deste, os bens de raiz que lhe haviam sido tomados em satisfação de fiança . p. 304

13 OUTUBRO 1450. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Nicolau V, a favor de Fr. Afonso Velho, dominicano, seu principal confessor, seu esmoler e pregador, que em breve vai seguir para a cidade de Ceuta e com o dito infante lá permanecerá muitos anos, na conservação e exaltação da fé católica, a rogar ao pontífice sejam passadas as letras apostólicas para Fr. Afonso receber mais um benefício eclesiástico, embora o outro seja priorado conventual, com cura de almas e eleição e que, enquanto em Ceuta ou nas terras dos sarracenos, possa ser preferido até às pessoas nomeadas por el-rei, a seus capelães e a quaisquer outros, na consecução da graça expectativa de dois benefícios . . p. 306

16 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos cardeais de Valência e de Lérida, a recomendar-lhes o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador do rei de Portugal ao santo padre, junto de quem vai tratar de negócios daquele e implorar graças . p. 307

20 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar, a pedido do infante D. Henrique, João Farinha, servidor daquele e muito bom marinheiro, morador no Porto, nas condições em que eram privilegiados 5 outros marinheiros do infante na dita cidade . . p. 308

21 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso de Viles, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Portalegre, nas condições em que o fora seu tio João Fernandes de Viles, que renunciara . . . . . p. 309

25 OUTUBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar com as honras dos besteiros de cavalo o genovês Jácome Lourenço, mestre de fazer querenas de navios, morador no Porto . . . p. 310

1 NOVEMBRO 1450. — Carta do infante D. Henrique, a doar a João Gonçalves Zarco, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes primogénitos para sempre a capitania de parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço, através da serra, até à ponta de Tristão, nos termos na mesma consignados . . . . . p. 312

9 NOVEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Vasco Anes Cabeça de Ferro, criado do infante D. Henrique, no cargo de escrivão das mercadorias vindas de Castela pelo porto de Serpa . . . . . p. 314

11 NOVEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de aprovação do contrato de casamento, em segundas núpcias, de D. Fradique de

Copyrighted material

Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, com D. Mécia da Silveira, donzela da casa real, no qual, com aprazimento das partes, de Nuno Martins da Silveira e de D. Leonor Gonçalves de Abreu, pais de D. Mécia, o monarca doa ao dito D. Fradique a tença anual de 30.000 reais brancos no almoxarifado de Leiria, enquanto lhe não pagar as 3.000 coroas de ouro prometidas em dote, a que Nuno Martins e mulher juntam 500 coroas e D. Fradique 1.500 coroas de ouro, de arras, a D. Mécia . . p. 315

20 NOVEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a revogar a lei eduardina de 25 de Setembro de 1431 sobre a comutação de penas do país para degredo em Ceuta, por não ser agora necessário mandar lá mais gente do que a ordenada . . . . . p. 318

20 NOVEMBRO 1450. — Auto de posse, pela igreja colegiada de Santo Estêvão de Alfama, de pardieiro seu, sito junto do adro daquela igreja, abusivamente ocupado por Estêvão Eanes, mestre das galés de el-rei, o qual ainda o não entregara, sem embargo da sentença proferida sobre o assunto em 29 de Novembro de 1440 . . . . . p. 318

20 NOVEMBRO 1450. — Instrumento notarial de emprazamento em três vidas, feito pela igreja de Santo Estêvão de Lisboa a Estêvão Eanes, mestre das galés, e a sua mulher Catarina Gonçalves de pardieiro junto com casas dos emprazados pelo foro anual de 35 reais brancos ou seu valor e um par de frangos ou 10 reais brancos em vez deles, pagos pela Páscoa . . . . . p. 319

22 NOVEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Vasco Fernandes, ferreiro, morador em Lebução, termo de Monforte de Rio Livre, onde viviam muitos servidores do infante D. Henrique, o qual se vira envolvido na fuga de um preso, pelo que se homiziara, mas serviu depois o monarca, na guerra contra o infante D. Pedro, e pagara, por ordem régia, 500 reais brancos para a Relação . . . p. 321

8 DEZEMBRO 1450. — Sentença de Afonso de Moura, bacharel em decretos e ouvidor geral do arcebispo de Lisboa, a ordenar que Mem Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, residente na quinta do Bugalho, termo de Santarém, deixe livre ao mosteiro de Santa Clara da mesma vila terreno de que indevidamente se apossara e que vizinhava com aquela sua quinta. Condenado, apelou para Roma . . . . . p. 323

8 DEZEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Diogo Afonso Bocarro, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Messejana do Campo de Ourique, implicado na fuga de alguns dos dezas-

ted material

seis corsários ingleses detidos em Lagos, por haverem ajudado a tomar nau a Fernão de Seixas . . . . . p. 326

10 DEZEMBRO 1450. — Letras *Dum ad preclara,* do papa Nicolau V, dirigidas ao vigário geral e demais religiosos franciscanos das ilhas Canárias, em que, a pedido deles, os autoriza a fundarem casa na vizinha ilha da Madeira, rica em cereais e outros víveres de que precisam, a qual, segundo o costume da Ordem, pertence à dita vigairaria das Canárias, e a usarem lá dos privilégios, isenções, indultos e demais graças que usufruem no arquipélago canariense, salvos, porém, os direitos paroquiais . . . . . p. 328

10 DEZEMBRO 1450. — Instrumento do contrato de casamento da infanta D. Leonor de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, com D. Frederico III, rei dos romanos, celebrado em Nápoles, perante el-rei D. Afonso V de Aragão, pelos embaixadores de Frederico com o Dr. João Fernandes da Silveira, embaixador do soberano português, cujas cláusulas principais são as seguintes: o matrimónio agora celebrado pelos procuradores das partes contratantes por palavras de futuro o será, à face da Igreja, por palavras de presente, nos seis meses seguintes, mandando o rei dos romanos procurador especial ao de Portugal para celebração solene do dito matrimónio, cujo termo será firmado pelo referido procurador, que ratificará também o presente contrato; o dote será de 60.000 florins de ouro de câmara correntes na cúria romana e outro tanto de doação *propter nuptias,* segundo o uso alemão, ficando ao arbítrio de D. Frederico a doação matutina no dia imediato às núpcias, também a teor do costume germânico; o dote será entregue no condado de Flandres ou em Florença, nos quinze dias subsequentes à consumação do matrimónio; até dia 1 de Novembro, a infanta D. Leonor seguirá de Portugal, por mar, para porto italiano compreendido entre Porto Pisano e Nápoles, qual o rei dos romanos indicar, por cartas suas, ao de Aragão, dentro de quatro meses, e ao de Portugal, no prazo de seis; para a despesa da viagem de D. Leonor o rei de Portugal deduzirá 10.000 florins dos 60.000 do respectivo dote . . . . . p. 331

12 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Afonso Giães, besteiro da câmara do infante D Henrique, morador em Ribeira de Vide, termo de Coruche . . . . p. 344

13 DEZEMBRO 1450. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a seu sobrinho D. Afonso de Vasconcelos, filho de D. Fernando de Cascais e de D. Isabel Coutinho, a tença que a sua mãe fora confirmada em 18 de Setembro de 1440, outrora outorgada a D. Pedro de Meneses pelo infante D. Henrique, em pagamento de parte do que lhe devia . p. 344

17 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de aposentação, a pedido do infante D. Henrique, ao acontiado de cavalo e armas João Afonso Perdigão, morador em Paranhos, termo de Seia, de 65 anos de idade e doente, os quais cavalo e armas ele dá a Fernão de Sequeira, escudeiro da casa do mesmo infante, com quem vai agora a Ceuta . . . . . p. 345

20 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Martim Vasques, besteiro da câmara do infante D. Henrique, alfaiate, morador em Santarém . . . . . p. 346

28 DEZEMBRO 1450. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar o judeu mestre Guedelha, cirurgião do infante D. Henrique, morador na Covilhã, a andar em besta muar de sela e freio pelo prazo de 3 anos . . . . . p. 347

5 JANEIRO 1451. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro do Rego, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos barqueiros de Santarém, sòmente nos casos de contenda entre barqueiro e barqueiro e não de outros homens do mar nem do rio . . . . . p. 347

7 JANEIRO 1451. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar João Gonçalves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Arrentela, termo da vila de Almada . . . . p. 348

11 JANEIRO 1451. — Carta de el-rei D. Afonso V, de confirmação do seu contrato de casamento com a infanta D. Isabel, filha do falecido duque de Coimbra, a pedido dela, com algumas declarações, adições e cláusulas . . . . . p. 348

13 JANEIRO 1451. — Instrumento original do pleno poder dado pelo príncipe D. Henrique de Castela a D. Afonso Pimentel, conde de Benavente, para este, em seu nome, tratar, jurar e firmar aliança com o rei de Portugal, seu primo . . . . . p. 352

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

ABADE (João), pai de João Gonçalves, de Santarém, 221.
ABISSINIA, 289-90.
ABITUREIRAS, 84.
ABIUL, 95-96.
ABRANCHES (Conde de), 58, 61. 64, 66-67, 69, 86 e 202 V. — ALMADA (D. Alvaro Vasques de).
ABRANTES, 171, 201, 224 e 228-29.
ABRANTES (Conde de), D. Lopo de Almeida, 228.
ABREU (Leonor Gonçalves de), mãe de D. Mécia da Silveira, 315.
ABREU (Martim de), escrivão da coudelaria de Estremoz, Sousel e Cano, 175.
ABREU (Pedro Gomes de), pai de D. Beatriz de Sousa, 116-17.
ABUL (Lourenço), escrivão, 139.
ABUL (Vasco), escrivão, 38 e 116.
ABUMAR ELZEND, 226-27.
ACENHEIRO (Cristóvão Rodrigues), 59 e 69.
AÇORES, 28, 192-93 e 217. Povoamento dos —, 28.
ADAL E IFAT (Sultão de), 289.
ADEGUA (Herdade da), termo de Évora, 305.
ADEMA, 323.
AFONSO III (D.), rei de Portugal, 321.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 1-3, 5-6, 8, 11, 13-15, 17-25, 41, 43-46, 49, 51-54, 57-59, 63, 71-72, 74, 79-80, 82-84, 86-90, 92-97, 100-01, 104-09, 112-15, 119-25, 138, 140, 142-44, 147-51, 156, 159-62, 164-68, 170-71, 173, 175, 177-78, 180-81, 183-191, 194-96, 198-202, 105-09, 211-16, 218, 220-25, 228, 231-32, 234-43, 245-51, 253-58, 260-69, 271-74, 282-88, 293-98, 301-04, 307-10, 314-15, 317, 321, 326, 329-34, 342-45 e 347-49. V. — AFRICANO.
AFONSO V (D.), rei de Aragão e das duas Sicílias, 6-8, 10, 16, 48,49, 53, 82-83, 181-82, 254-55, 278-79, 286-92, 295-96, 298-03, 307-08, 330-32 e 342-43.
AFONSO (Álvaro), tabelião de Lisboa, 46.
AFONSO (Álvaro), doutor, servidor do infante D. Pedro, 65.
AFONSO (Álvaro), criado do infante D. Henrique, 273-74.
AFONSO (Álvaro), lugar-tenente do prior de Santo Estêvão de Alfama, 318.
AFONSO (Álvaro), capelão de cura na igreja de Santo Estêvão de Alfama, 321.
AFONSO (Brás), escrivão, 90, 242, 252 e 260.

AFONSO (Catarina), mãe de Violante Aranha, 142.
AFONSO (Diogo), escrivão, 181 e 236.
AFONSO (Diogo), raçoeiro, 318 e 320.
AFONSO (Fernando), tabelião pelo infante D. Henrique em Avis, 112.
AFONSO (Fernando), escrivão, 178, 198, 210, 212-14 e 295.
AFONSO (Filipe), escrivão, 37, 189 e 200.
AFONSO (João), escolar em Leis, 134.
AFONSO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 159-60.
AFONSO (João), escrivão régio, 167, 173, 222 e 302.
AFONSO (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente no Porto, 184.
AFONSO (João), de Varziela, termo de Aveiro, 242.
AFONSO (Luis), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 212.
AFONSO (Nuno), escudeiro da vila de Elvas, 269.
AFONSO (Pedro), vereador da câmara do Porto, 47.
AFONSO (Pedro), meirinho do duque de Bragança, 56.
AFONSO (Pedro), corregedor da comarca do Porto, 101-02.
AFONSO (Pedro), criado do infante D. Henrique, 147.
AFONSO (Pedro), besteiro da câmara de Santarém, 184.
AFONSO (Pedro), juiz dos órfãos e judeus da cidade de Viseu, 183-84.
AFONSO (Rodrigo), escrivão régio, 91, 142. 223, 243 e 264.
AFONSO (Rodrigo), tabelião em Monforte, 322.
AFONSO (Tomé), vereador da câmara de Viseu, 179.
AFONSO (Filipe), o Moço, escrivão régio, 202, 225-26, 248 e 266.
AFRICANO (Rei), D. Afonso V de Portugal, 261.
AGUA (Pero Lopes de), recebedor da sisa do pescado e madeira em Lisboa, 45.
AGUAS FRIAS, freguesia do concelho de Chaves, 321.
AGUDO (Pedro Afonso), 219.
AGUER. V. — GUER (Cabo de).
AGUIAR (Manuel Domingues de), contador na comarca dos almoxarifados de Évora, Estremoz e Portalegre, 304.
AGUIAR (Pero Vasques de), 219.
AGUIAR DA PENA, 83-84 e 86.
AIRES (Mestre), físico, 32.
ALBERGARIA (Diogo Soares de), 219.
ALBERGARIA (Fernão Soares de), senhor de Cide, 142.
ALBY (Cardeal de), 229.
ALBUQUERQUE (João de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 166 e 185.
ALCACER DO SAL, 198-200 e 238.
ALCANEDE (Coudelaria de —), 249.
ALCAYRE, 289 e 291.
ALCOBAÇA, 23, 61, 130 e 273-74. Abades de —, 130. Couto de —, 23. Dom Abade de —, 23 e 129-30. Mosteiro de —, 23.
ALCOCHETE, 205.
ALCOENTRE, 63-64.
ALCOLEA DE CINCA, 295-300.
ALDEIAS, actual freguesia do concelho de Gouveia, 116-17 e 234.
ALDONÇA (D.), mulher de Pedro Gomes de Abreu, mãe de D. Beatriz de Sousa, 116-18.
ALEGRETE, 175-76.
ALÉM-DOURO (Comarca de), constituída por Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, 236.

Copyrighted material

ALEMANHA, 335 e 340.
ALFARROBEIRA, 1, 58-59, 63, 71, 80, 84, 86-88, 90, 108, 113, 119, 138, 140, 145-48, 161, 173, 186, 208-10, 225-26, 228, 246, 256, 258-59, 261-62, 265 e 271. Ribeiro de —, 66.
ALGARVE, 27, 32, 98, e 277. Pesca de atum e corvina no —, 27 e 32. Rei do —, 3, 8, 11, 15, 33-34, 39, 44, 52, 82, 94, 96, 105, 113, 124, 133, 169, 187, 208, 220, 232, 250-51, 255, 261, 287, 302-03, 309, 315, 332 e 348. Reino do —, 98, 153-54, 157-58 e 243.
ALHANDRA, 263.
ALJEZUR (Coudel da vila de), 222.
ALJUBARROTA, 84.
ALMADA, 104 e 348.
ALMADA (D. Alvaro Vasques de), conde de Abranches, vedor de el-rei, 69.
ALMADA (João Vasques de), irmão bastardo do conde de Abranches, 70.
ALMEIDA, 33.
ALMEIDA (Alvaro de), morador em Nisa, 201.
ALMEIDA (Branca de), mulher de Rui Gomes da Silva, 93 e 162-63.
ALMEIDA (Diogo Fernandes de), vedor da fazenda de el-rei D. Afonso V, pai de Branca de Almeida, 162.
ALMEIDA (Diogo de), criado do infante D. Pedro, 108.
ALMEIDA (Fernão de), criado do infante D. Pedro, 108.
ALMEIDA (Fortunato de), 7, 71, 81 e 126.
ALMEIDA (João de), colaço do infante D. Henrique, 120.
ALMEIDA (João de), fidalgo do infante D. Henrique, 282.
ALMEIDA (Lopo de), senhor de Abrantes, depois 1.º Conde de Abrantes, 171 e 228.
ALMEIDA (Lopo de), do conselho e vedor da fazenda de el-rei D. Afonso V, 160, 178, 215-16, 274, 295, 302, 310 e 314.
ALMEIRIM, 124-25, 139 e 141.
ARMAGNAC (Conde de). V. — ALMINHAQUE (Conde de).
ALMINHAQUE (Conde de), 219.
ALPALHÃO, 112 e 160.
ALPRIATE (Quinta de), em Vialonga, Vila Franca de Xira, 36.
ALVARENGA (Dr. Rui Gomes de), do desembargo de el-rei D. Afonso V e vice-chanceler, 88, 90, 142, 181, 184, 189, 202, 206, 223, 236, 248, 252, 260, 264, 322 e 327.
ALVARES (Afonso), escrivão dos contos, 12.
ALVARES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da chancelaria da comarca e correição de Entre Tejo e Guadiana, 236 e 247.
ALVARES (Fernão), deão, confessor de el-rei D. Afonso V, 200.
ALVARES (Leonor), mulher de Pedro Eanes Caeiro, 89.
ALVARES (Luís), escudeiro do infante D. Henrique, tabelião de Tomar, 258-59 e 265.
ALVARES (Maria), mulher de João Lampreia, moradora na Ribeira de Santarém, 224.
ALVARES (Martim), escrivão régio, 104, 113, 187, 214, 249, 251, 261-62 e 288.
ALVARES (Urbano), escrivão régio, 267.
ALVERCA, 66 e 228.
ALVIELA, 84.
ANAMER JUNDI, embaixador do imperador da Etiópia, 288-92.
ANDRÉ (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, ouvidor das terras do dito infante, 123-24.
ANES. V. — EANES.
ANES (Afonso), procurador da câmara do Porto, 47.

ANES (Afonso), escrivão régio, 88, 91, 206, 314, 322 e 328.
ANES (Afonso), remolar, morador em Lisboa, 272-73.
ANES (Filipe), corregedor da câmara do Porto, 47.
ANES (Gomes), juiz dos barqueiros de Santarém, 347.
ANES (Gonçalo), escrivão régio, 123, 143, 172, 237, 240, 258 e 347.
ANES (João), ecónomo da igreja de Santo Estêvão de Alfama, 319 e 321.
ANES (Maria), segunda mulher de Pedro Eanes Caeiro, 89.
ANES (Pedro), escrivão régio, 278.
ANES (Rodrigo), escrivão régio, 184 e 268.
ANES (Rodrigo), criado e escudeiro do infante D. Henrique, 214.
ANES (Vasco), escudeiro de Fr. Fernão Lopes de Azevedo, 147.
ANIBAL, general cartaginês, 71.
ANJOU (Renato de), conde de Provença, depois rei de Nápoles e da Sicília, 172.
ARAGÃO, 6-8, 10, 16, 59, 181-82, 191, 295, 298-300 e 307. Governador Geral de —, 7-8. Rainha de —, 268. Rei de —, 6-8, 10, 14, 16, 47-48, 53, 82-83, 181-82, 226, 250-51, 254, 278-79, 286, 288-92, 295-96, 298-99, 302, 307-08, 330-34, 336, 338 e 342-43.
ARAGÃO (D. Fernando de), duque de Calábria, 342.
ARAGÃO (Maximiano de), 3.
ARANHA (Gonçalo), 188.
ARANHA (João), escudeiro do infante D. Henrique, 142.
ARANHA (Rui Vaz), pai de Fernão Barbosa, 188.
ARANHA (Violante), filha de João Aranha, 142.
ARCHIVIO DI STATO DE GENOVA, 164, 169 e 178.
ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 217, 228, 280, 306 e 328.
ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 6, 8, 16, 48, 53, 82, 181-82, 254, 278-79, 286, 289, 292, 295, 298-300, 302, 307 e 331.
ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL DE MADRID, 15, 94, 113, 186, 250, 261 e 267.
AREZ, 112.
ARQUIVO DO CONDE DE BENAVENTE, 113.
ARQUIVO DA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE SANTARÉM, 323.
ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA, 50-51.
ARQUIVO DISTRITAL DO FUNCHAL, 105.
ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 3 e 179.
ARQUIVO HISTÓRICO DA DIRECÇÃO DE FINANÇAS DE LISBOA, 315.
ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE ELVAS, 52.
ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE TOMAR, 33.
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 1-3, 5, 11, 13, 17-27, 38, 40-41, 43-45, 59, 65, 71-72, 79-80, 82-83, 86-90, 92, 94-97, 99-100, 104-09, 111-12, 115-16, 119-26, 134, 138, 140, 142-45, 147-51, 156, 159-62, 164-68, 170-71, 173, 175, 177-78, 180, 183-85, 188-91, 194-96, 198-99, 201-02, 205-09, 211-16, 218, 220-25, 228, 232, 234-43, 245-49, 251, 253, 255-58, 260, 262-66, 268-69, 271-74, 277, 282-84, 286-87, 293-94, 301, 303-04, 308-11, 314, 317-19, 321, 326, 330-31 e 342-47.
ARQUIVO DO VATICANO. V. — ARCHIVIO SEGRETO VATICANO.
ARRAIOLOS, 176-77.
ARRAIOLOS (Conde de), 17, 71, 245-46 e 268.
ARRAS (Bispo de), 229.
ARRENTELA, termo de Almada, 348.
ARRONCHES, 237 e 263-64.
ARRUDA (Manuel Monteiro Velho), 28 e 192-93.
ASTÚRIAS (Príncipe das), D. Henrique, 352.

ATAIDE (Gonçalo de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro em Alfarrobeira, 60.
ATAIDE (Luis de), 195.
ATAIDE (Pedro de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro em Alfarrobeira, 60.
ATALAIA, Faro, 98.
ATENAS E NEOPATRIA (Duque de), 8, 331 e 343.
ATLANTICO, 170.
ATOUGUIA, 150.
AUSTRIA, 331-32 e 336-37.
AVEIRO, 81, 92-93, 242 e 269.
AVELOS (Rodrigo de), cavaleiro, morto em Alfarrobeira, 67 e 70.
AVILA (Martim de), 229.
AVIS, 111.
AVRANCHES (Conde de). V. — ABRANCHES (Conde de).
AZAMBUJA, 40 e 249.
AZAMBUJA (João da), homem do infante D. Pedro, foi na batalha de Alfarrobeira, residia em Montemor-o-Velho, 119.
AZAMBUJA (Diogo da), fidalgo da casa real, fundador do castelo de S. Jorge da Mina, filho de Pedro da Azambuja, 119.
AZAMBUJA (Pedro Eanes da), homem do infante D. Pedro, esteve em Alfarrobeira, residia em Montemor-o-Velho, pai de Diogo da Azambuja, 119.
AZAMBUJA (Rodrigo Eanes da), pai de Pedro e João da Azambuja, 119.
AZEVEDO (Diogo Lopes de), fidalgo e cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 83-85.
AZEVEDO (Fr. Fernão Lopes de), filho de Lopo Dias de Azevedo, comendador da Ordem de Cristo, 84, 145-46 e 221.
AZEVEDO (Gonçalo Gomes de), 219.
AZEVEDO (Lopo Dias de), 83-86 e 145.
AZEVEDO (Lopo de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
AZEVEDO (Luis de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, vedor da fazenda régia, 60 e 84.
AZEVEDO (Pedro de), 1, 5, 20, 86, 115, 225, 246-47, 263, 269, 272, 287 e 344-45.
AZEVEDO (Pedro Lopes de), filho de Lopo Dias de Azevedo, 84.
AZINHAL (Quinta do), termo de Arronches, 249-50.
AZNARES (D. Garcia), bispo de Lérida, 10.
AZOIA, 84.
AZURARA, 38-39 e 55-56.
BAIONA (Leonor), mulher de mestre João, residente em Abrantes, 224.
BALAGUER (Senhor de), 8.
BALDAIA (João), escrivão régio, 99.
BALEAL, 150.
BARATA (António Francisco), 50 e 51.
BARATIER (Edouard), 171.
BARBOSA (Fernão), criado e escudeiro do infante D. Henrique, 188.
BARCELONA, 289 e 295. Conde de —, 8, 331 e 343.
BARCELOS, 287.
BARCELOS (Conde de), D. Afonso, 8.º conde de — e 1.º duque de Bragança, 246.
BARCELOS (Pedro de), escrivão régio, 272.
BARCELOS (Pero de), 39.
BARREIROS (Rui), escudeiro, juiz ordinário em Viseu, 179.

BARRETO (Gonçalo Nunes), 41-42.
BARROS (Henrique da Gama), 23, 25, 27, 30 e 171.
BASTO (Artur de Magalhães), 47, 54, 56-57 e 71.
BATALHA, 140 e 229. Capela de D. João I na —, 22. Mosteiro da —, 22, 29, 60, 140 e 229.
BEATRIZ (D.), casada com o senhor de Rabaste, 79.
BEATRIZ, filha de Maria Alvares, 224.
BEIRA (Comarca da), 3, 118, 236, 253 e 345.
BEJA, 239. Duque de —, 93.
BELEAGUA (João), doutor, deão da Guarda, 260 e 266.
BELMONTE (Fernando de), camareiro do príncipe D. Henrique de Castela, 354.
BEMPOSTA, 108-09. Priorado de —, 108-09.
BENAVENTE, em Espanha, 14. 2.º conde de Benavente D. Rodrigo Afonso Pimentel, 8, 14-15, 47, 113-14, 186-87, 250, 261-62, 267 e 352-53.
BENAVENTE (Cristóvão de), licenciado, escrivão do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 151 e 236.
BENVIVER, julgado de Lafões, 65.
BERLENGAS (Ilhas), 150.
BERREDO (Martim Mendes de), embaixador régio, 86.
BESALU (Pere), conservador geral do património real de Aragão, 10.
BESTEIROS (Terra de), 264-65.
BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 72, 126 e 130.
BIBLIOTECA NACIONAL DE MADRID, 94 e 229.
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE BRAGA, 126.
BIBLIOTECA DE SEMUR, 228.
BIBLIOTECA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, 124.
BOCARRO (Diogo Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, 326-27.
BOJADOR (Cabo), 11-12.
BONIFACIO VIII (Papa), 218, 231 e 330.
BOQUILOBO (Paul de), 124.
BORGES, 39.
BORGES (Álvaro), almoxarife da alfândega de Lisboa, 44.
BORGES (Diogo), escrivão régio, 145, 184-85, 238 e 348.
BORGES (Duarte), guarda-roupa de el-rei D. Afonso V, 95-96.
BORGES (Gomes), escrivão régio, 125, 181, 236, 259, 272 e 327.
BORGONHA, 59 e 228. Corte de —, 59. Duque de —, 8, 10, 71, 255 e 269. Duquesa de —, 227-29.
BOTÃO, 262.
BOTELHO (Diogo), coudel de Montemor-o-Velho, 208-09.
BOTINE (Duque de), 255.
BOTO (Fernão), escrivão régio, 262.
BOUÇA (Quinta da), 117.
BRAGA, 92 e 248. Tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo de —, 248.
BRAGANÇA (Duque de), 49, 55-56, 63, 73, 76, 246 e 287.
BRÁSIO, S. P. (P. António Duarte), 13.
BRISTOL, 44. Panos grandes de —, 44.
BRITO (Mem de), fidalgo da casa real, marido de D. Grimanesa de Melo, 202-04.
BRUGES, 335-36 e 338-39.
BRUGES (Jácome de), natural do condado de Flandres, servidor do infante D. Henrique, 192-94.
BUARCOS, 87, 107 e 256.

BUGALHO (Quinta do), termo de Santarém, 323-24.
BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 11, 80, 109, 126-27, 129-30 e 229.
Cum pro nonnullis, de 20 de Maio de 1450, 227.
Dum ad preclara, de Nicolau V, de 10 de Dezembro de 1450, 328.
Injunctum nobis, de Nicolau V, de 28 de Abril de 1450, 217.
Querelam dilecte, de Nicolau V, de 21 de Maio de 1450, 227.
CABEÇA DE FERRO (Vasco Anes), criado do infante D. Henrique, 314.
CABO BOJADOR, 11-12.
CABO CANTIM, 11-12.
CABO DE ESPARTEL, 171.
CABO DE S. VICENTE, 171.
CABRAL (Alvaro Gil), avô de Fernando Alvares Cabral, alcaide-mor da Guarda de 1383 a 1399, 38.
CABRAL (Fernando Alvares), fidalgo, criado do infante D. Henrique, 38-39 e 303.
CABRAL (Luís Alvares), pai de Fernando Alvares Cabral, 38.
CACELA, Tavira, 98.
CACERES (João de), 219.
CACHOS (Fr. Diogo), freire professo do convento de Avis, 111.
CAEIRO (Pedro Eanes), natural de Évora, 89 e 242.
CALA, no couto de Alcobaça, 273-74.
CALABRIA (Duque da), D. Fernando de Aragão, 331 e 342.
CALISTO III (Papa), 109.
CALMETTE (J.), 229.
CAMERINENSE (Diocese), de Camerino, Itália, 281.
CAMINHA (Fernão Anes de), cidadão e procurador da cidade do Porto, 101.
CAMPO (João do), escudeiro do infante D. Henrique, 179-80.
CAMPO DO MONDEGO, 145-46.
CAMPOFREGOSO (Tomás de), 163-64.
CAMPORES, 87.
CANARIAS, 11-12 e 328-29.
CANAS (Batalha de), 71.
CANIÇO (Rio do), na ilha da Madeira, 311-12.
CANIÇOS (Rio dos), em Pernes, 224.
CANO, no Alentejo, 175.
CANTIM (Cabo), 11-12.
CAPUA, 49.
CARAPETO (Pedro), morador em Odemira, apaniguado do condestável D. Pedro, 268 e 270.
CARDOSO (Fernando Alvares), deão de Évora, 108-09.
CARDOSO (Gonçalo), escrivão régio, 96, 104, 120, 141, 144, 148, 160, 162, 174, 176-77, 204 e 270.
CARINTIA, 332.
CARMIGNOLA (Domenico di), funcionário pontifício, 289.
CARREIRO (João), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2 e 225-26.
CARRILLO (D. Alfonso), arcebispo de Toledo, 229.
CARRILLO DE HUETE (Pedro), 14, 59 e 186.
CARVALHO (Joaquim Martins Teixeira de), 22.
CASAL (Maria Afonso do), 323.
CASCAIS (D. Afonso de), 65.
CASCAIS (D. Fernando de), pai de D. Afonso de Vasconcelos, 344.

Copyrighted material

CASEVEL (Comendador-mor de), 145 e 211.
CASTANHEIRA, 66.
CASTELA, 7-8, 11, 14-15, 47, 51, 59, 65, 71-72, 74, 79-80, 86, 94, 112-14, 159-61, 186-87, 191, 219, 261, 268-69, 314 e 352. Condestável de —, 80. Quinto das presas tomadas aos barcos de —, 11. Rei de —, 7, 9, 14, 51, 71, 74, 113-14, 187, 219, 255, 269 e 353. Reino de —, 14, 262 e 270.
CASTELO BRANCO, 212.
CASTELO BRANCO (Fernão Vasques de), recebedor da sisa das herdades e panos de linho em Lisboa, 104.
CASTELO CAPUANO, em Nápoles, 331.
CASTELO NOVO, em Nápoles, 7, 16, 53, 83 e 280.
CASTELO RODRIGO, 33.
CASTRO (D. Alvaro de), filho de D. Alvaro Pires de Castro, 64, 124-25 e 191.
CASTRO (D. Alvaro de), filho de D. Fernando de Castro, 163-64 e 169-70.
CASTRO (D. Alvaro de), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 257 e 266-67.
CASTRO (D. Alvaro Pires de), 64 e 191.
CASTRO (D. Diogo de), filho de D. Alvaro Pires de Castro, 64.
CASTRO (D. Fernando de), filho de D. Alvaro Pires de Castro, governador da casa do infante D. Fernando, 64, 163-64 e 169.
CASTRO (D. Fernando de), vedor da fazenda e do conselho de el-rei D. Afonso V, 173, 215 e 222.
CASTRO (D. Fradique de), o Tagarote, filho de D. Alvaro Pires de Castro e D. Maria Lobo, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 64, 191, 195, 220 e 315-17.
CASTRO (D. Isabel de), mulher de D. Duarte de Meneses, 121-22.
CASTRO (D. João de), vice-rei da India, neto de D. Pedro de Castro, 65.
CASTRO (D. Pedro de), fidalgo e criado do infante D. Henrique, filho de D. Alvaro Pires de Castro e de D. Maria Lobo, 64-65 e 191.
CASTRO (Pedro Rodrigues de), cavaleiro da casa de el-rei, almirante substituto, 277-78 e 293-94.
CASTRO MARIM, 89, 128, 161 e 242-43. Comendador de —, 243. Coudel de —, 161.
CASTRO VERDE, 194.
CATALUNHA, 229.
CATARINA (Infanta D.) de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, 44.
CATRAO, 100.
CELORICO, 123-24.
CERONE (Fr.), 289 e 292.
CERVEIRA (Rui Gomes), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 123-24.
CERVEIRA (Rui Mendes), aposentador de el-rei D. Afonso V, 70.
CERZEDELO (Quinta de), no julgado de Lanhoso, 188.
CESAR (Júlio), 71.
CEUTA, 1-2, 5, 17-18, 40, 64, 83-84, 145, 161, 225-26, 245-47, 263-64, 272, 276, 287-88, 306, 317-18 e 345-46. Bispo de —, 263. Capitania de —, 17 e 269. Casas de — em Lisboa —, 20. Governador de —, 245. Senhor de —, 3, 6, 11, 15, 33-34, 39, 52, 82, 94, 96, 105, 113, 124, 208, 220, 232, 250-51, 261, 287, 309, 315, 332 e 348. Tesoureiro dos dinheiros, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de — em Lisboa, 18.
CHACON (Gonzalo), 59.
CHAMUSCA, 94.
CHAVES, 321.
CHAVES (João), morador em Vila Franca de Xira, 263.
CHIPRE. Principe de —, 79. Rei de —, 296-97.

CIDE, 142.
CLÈVES (Duque de), D. João, 331 e 342.
COCENTAYNA (Conde de), 10.
COELHO (José Ramos), 11.
COELHO (Luís), vereador de Viseu, 180.
COELHO (Martim), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
COELHO (Pero), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
COIMBRA, 47, 53-54, 59-62, 83-84, 86-87, 90, 102, 134, 145-46, 166 e 185. Bispo de —, 68, 86 e 140-41. Comenda de — da Ordem do Hospital, 48. Duque de —, infante D. Pedro, regente do reino, 1, 58-59, 63, 65, 86-87, 140, 186, 191, 227-29, 246, 269 e 348.
CONDEIXA, termo de Coimbra, 145-46 e 271.
CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS DE S. JOÃO EVANGELISTA, 126.
CONGREGAÇÃO DOS CÓNEGOS SECULARES DE S. JORGE EM ALGA DE VENEZA, 130.
CONSTANTINO (D.), imperador da Etiópia, 226-27.
CONSTANTINO PALEÓLOGO, imperador de Constantinopla, 291-92.
CORDEIRO (P. António), 28 e 192-93.
CORDEIRO (Luciano), 119.
CORDEIRO (Pedro Gonçalves), escudeiro do infante D. Henrique, tabelião das notas em Condeixa, 271.
CÓRDOVA (João de), oficial do príncipe D. Henrique de Castela, 354.
CORNIOLA (Duque de), 332.
CORRÊA (Jácome), 311.
CORREIA (Fernando da Silva), 126.
CORREIA (Fernão), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
CORREIA (Fernão), 219.
CORREIA (João), meirinho do duque de Bragança em Vila do Conde, 56.
CORREIA (João), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
CORREIA (Lopo), irmão de Fernão Barbosa, 188.
CORREIA (Martim), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 209-10.
CORSEGA (Rei da), 8, 331 e 343.
CORTE-REAL (Vasco Eanes), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 161-62.
CORTES. De Lisboa de 1439, 14; — de Lisboa de 1459, 23; — de Torres Novas de 1438, 75.
CORTES-REAIS, 192.
CORUCHE, 189 e 343-44.
COSTA (Afonso Vasques da), irmão de Vasco Eanes Corte-Real, 161.
COSTA, O. F. M. (Dr. António Domingues de Sousa), 115, 164, 169 e 178.
COSTA (Gil Vasques da), irmão de Vasco Eanes Corte-Real, 161.
COSTA (D. João da), bispo de Viseu, 118.
COUTINHO (D. Fernando), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, marechal do reino, 86-87, 219 e 246.
COUTINHO (Fernão), 103 e 322.
COUTINHO (Fernão), do conselho de el-rei D. Afonso V, 219.
COUTINHO (D. Isabel), mãe de D. Afonso de Vasconcelos, 344.
COUTINHO (João Rodrigues), 116-17.

COUTINHO (D. Luís), bispo de Coimbra, 86 e 140-41.
COUTINHO (D. Vasco Fernandes), conde de Marialva e marechal do reino, 116.
COVILHÃ, 100, 151-52 e 346-47. Senhor da —, 13, 79, 151, 193 e 312.
CRATO, 74.
CRUZ (João da), clérigo, 319 e 321.
CUNHA (Diogo da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, comendador de Casével, 221-22.
CUNHA (João Alvares da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 142-44.
CUNHA (Leonor da), mulher de Alvaro Pires de Távora, 108-09.
CUNHA (D. Rodrigo da), 129.
CUNHA (Rodrigo da). V. — CUNHA (Rui da).
CUNHA (Rui da), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60 e 140.
CUNINO (João), imperador de Trebisonda, 291-92.
DAILLIEZ (Laurent), 16.
DAVID, 289 e 291-92.
DECRETOS, 323.
DESERTA (Ilha), 34.
DESPUIG (Fr. Luís), da Ordem Militar de Montesa, 342.
DEUS, 2-6, 8, 10-13, 15-16, 22-25, 27, 29-34, 36, 39, 44, 46, 52, 55, 57, 60-62, 72, 75, 78, 80-83, 88, 94, 96-97, 101-03, 105, 110, 113-15, 118, 120-21, 124, 126-28, 131, 133, 135-37, 142, 146, 150-51, 155, 159, 182, 187-89, 193-95, 202, 208, 216-17, 220, 230, 232, 237, 247, 250-51, 261, 267, 275-76, 278, 282, 287, 289, 291-92, 296, 302, 306, 309, 315, 319-20, 323, 325-26, 329, 331-32, 334, 339, 341-42 e 348-53. Nosso Senhor —, 75.
DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), 226-27 e 289.
DIAS (Catarina), mulher de D. Luís de Ataide e depois de D. Fradique de Castro, 195.
DIAS (João), armador das pescarias do infante D. Henrique, morador em Lagos, 283.
DIAS (Jorge), escrivão régio, 189 e 200.
DIAS (Lopo), 327.
DIAS (Fr. Lopo), mestre da cavalaria da Ordem de Cristo, 133.
DIAS (Rui), escrivão de el-rei D. Afonso V, 12, 20, 22, 24-31, 33-36, 86, 97, 199, 219, 235, 282, 305, 309 e 345.
DINIS (D.), rei de Portugal, 158, 232-33 e 274-75.
DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 3-4, 21, 27, 32, 35, 58, 122, 151, 171, 216, 236, 243 e 283.
DIOGO (Fr.), vigário de epístola, freire professo do convento de Avis, 111.
DIREITO CANÓNICO, 132.
DOMINGUES (Afonso), raçoeiro, 318 e 320.
DOMINGUES (Estêvão), pai de Gonçalo Esteves, morador em Alcochete, 205.
DOMINGUES (Luís), ourives do Porto, 47.
DONAS (João Gonçalves das), 304.
DOSSEM (João). V. — SEM (João do).
DOURO, 236.
DUARTE (D.), rei de Portugal, 21, 23-27, 32, 36-37, 80, 97, 109, 113-14, 120, 124, 142, 186, 195, 216, 249-50, 282, 295-96, 308 e 318.
DUARTE (João), tabelião público em Lisboa, 319-21.
DUAS SICÍLIAS (Rei das), 6.
EANES. V. — ANES.
EANES (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 255.
EANES (Afonso), almoxarife régio em Viseu, 303.

Copyrighted material

EANES (Alvaro), almocreve, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 92.
EANES (Alvaro), residente no Porto, sobrinho do Dr. Fr. Pedro, 106.
EANES (Alvaro), procurador do concelho de Viseu, 180.
EANES (Alvaro), escudeiro do infante D. Henrique, 262.
EANES (Beatriz), mãe de Alvaro Pires de Távora, 110.
EANES (Estêvão), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 168.
EANES (Estêvão), mestre das galés de el-rei, 318-20.
EANES (Filipe), corregedor da comarca do Porto, 102.
EANES (Gil), cavaleiro do infante D. Henrique, escrivão da távola grande do «aver do peso» em Lisboa, 214-15.
EANES (Gonçalo), escrivão régio, 39, 46, 87, 257 e 352.
EANES (Gonçalo), capelão do infante D. Pedro, presente em Alfarrobeira, 140.
EANES (Gonçalo), vedor das obras da Batalha, 140.
EANES (Gonçalo), ferreiro da Foz da Castanheira, 241.
EANES (João), escrivão régio, 24, 32 e 206.
EANES (Luís), capelão do infante D. Pedro, presente em Alfarrobeira, 140.
EANES (Luís), morador em Évora, criado de Luís Lourenço, 213-14.
EANES (Pedro), tabelião em Lagos, 42.
EANES (Pedro), vizinho da cidade do Porto, 101.
EANES (Pedro), escrivão régio, 110 e 260.
EANES (Pedro), dono de colmeias em Alcochete, 205.
EANES (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da coudelaria de Alcanede e termo, morador em Azambuja, 249.
EANES (Pedro), vassalo, escudeiro do infante D. Henrique e coudel do julgado da comenda do Ródão, 268.
EANES (Pedro), escrivão da câmara de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, 320.
EANES (Rodrigo), escrivão régio, 248.
EANES (Rodrigo), recebedor da chancelaria real, 259.
EANES (Rodrigo), padeiro, 327.
EANES (Rodrigo), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 327.
EANES (Vasco), criado de João Teixeira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, caminheiro da Relação da Suplicação da Corte, 37-38.
EANES (Vasco), pai de Vasco Eanes Corte-Real, 161.
EANES (Vasco), alcaide dos pescadores, 320.
EANES (Estêvão), o Moço, residente em Buarcos, piloto da foz do Mondego, 107.
EGA, 60, 145-47 e 190.
EGAS (Vicente), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2 e 225-26.
EGIPTO (Sultão do), 290.
ELVAS, 52 e 269. Castelo de —, 80 e 269.
ELVAS (João de), vigário-geral de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, 319.
ENRIQUEZ (D. Juana), mulher de João da Silva, 93.
ENTRE DOURO E MINHO, 55-56, 120-21, 165 e 236.
ENTRE TEJO E GUADIANA (Comarca de), compreendia também o Algarve, 80, 236, 247 e 269.
ESPANHA, 72, 74, 342 e 353.
ESPARTEL (Cabo de), 171.
ESPOLETO, 307.
ESTEIRAS (Rua das), em Lisboa, 99 e 111.
ESTÊVÃO, grande vaivode e duque de Botine, 255.
ESTEVES (Fernandes), juiz de Lebução, 321-22.

Copyrighted material

ESTEVES (Gonçalo), filho de Estêvão Domingues, morador em Alcochete, 205-06.
ESTEVES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Alcácer, 238.
ESTEVES (Luís), vereador da câmara do Porto, 47.
ESTEVES (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, 149-50.
ESTEVES (Pero), vigário-geral de Santarém, 323.
ESTEVES (Vasco), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 194.
ESTIRIA, 332.
ESTREITO, termo de Oleiros, 149.
ESTREMOZ, 175 e 304.
ETIÓPIA, 226-27 e 288-92. Imperador da —, 288-92.
EUBEL (Conradus), 7, 126, 140, 263 e 342.
EUGÉNIO IV (Papa), 80, 125-27 e 129-30.
EUROPA, 289.
ÉVORA, 50, 71, 89, 108-09, 142-50, 155, 159-63, 165-68, 172-75, 178, 181, 184-85, 187, 189-90, 192, 194, 196, 198-200, 202, 204, 206-10, 212-13, 215-17, 219-20, 222-23, 225-26, 228, 234-37, 243 e 304. Câmara de —, 49. Deão de —, 108-09. Freires de —, 81.
ESTREMADURA (Comarca da), de Lisboa até o Douro, 236.
FABRIANO, 281.
FALEIRO (Pedro), corregedor por el-rei D. Afonso V na cidade de Lisboa, 5.
FARINHA (João), servidor do infante D. Henrique, bom marinheiro e morador no Porto, 308-09.
FARINHA (João Lourenço), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2 e 225-26.
FARO, 97-98 e 199.
FARTO (João), lavrador e morador no termo da cidade de Lisboa, 88.
FARTO (João Gonçalves), escrivão das obras de fortificação de Viseu, 260.
FERNANDES (Álvaro), escudeiro do infante D. Henrique, 173.
FERNANDES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, 201.
FERNANDES (Garcia), partidário do infante D. Pedro em Alfarrobeira, 173-74.
FERNANDES (Gil), escrivão régio, 314.
FERNANDES (Gonçalo), corregedor da corte, 67.
FERNANDES (Lopo), escrivão régio, 42, 92, 121, 124, 149-50, 194, 239, 263, 309 e 346-47.
FERNANDES (Luís), escrivão régio, 37.
FERNANDES (Nuno), moço da câmara do infante D. Pedro, 147.
FERNANDES (Vasco), vizinho da cidade do Porto, 101.
FERNANDES (Vasco), ferreiro, morador em Lebução, 321-22.
FERNANDES (Vicente), escrivão das malfeitorias, 200.
FERNANDEZ PORTOCARRERO (Martin), cavaleiro fidalgo, de Castela, 353.
FERNANDO (D.), rei de Portugal, 7 e 191.
FERNANDO (D.), 3.º conde de Arraiolos, filho segundo do 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, 246.
FERNANDO (D.). V. — CASTRO (D. Fernando de).
FERNANDO (Fr.), freire professo do convento de Avis, 111.
FERNANDO (Infante D.) de Portugal, filho adoptivo do infante D. Henrique, 6-7, 192, 199 e 267.
FERNANDO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, 64, 80, 150 e 163.
FERRARA (Marquês de), 8.
FERREIRA (Aires), fidalgo da casa do duque de Bragança, 56.

FERREIRA (Gonçalo Gonçalves), residente no Porto, 164-65.
FERRO (João Rodrigues), de Montemor-o-Velho, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 209-10.
FEZ, 80.
FIERVILLE (Ch.), 228.
FIGUEIREDO (Diogo de), escrivão régio, 190.
FILIPE O BOM, duque de Borgonha, 78, 228 e 253. V. — BORGONHA (Duque de).
FILLACH (Nicolau), doutor em Leis, 342.
FLANDRES (Condado de), 192-93, 330 e 335.
FLORENÇA, 254, 331, 335-36, 338-39 e 342.
FLORENTINO (Bartolomeu), residente em Lisboa, 170.
FOLGADO (Pedro), 266-67.
FONOLLEDA (Arnaldo), 16, 49, 53, 83, 182-83, 255, 279-80, 287, 291-92, 299-300, 301 e 308.
FONSECA (Fernando da), alcaide de Lisboa, 67.
FORBIN (Bertrand), 170.
FORBIN (João), de Marselha, residente em Lisboa, 170.
FORNOS DE ALGODRES, 212-13.
FOZ DA CASTANHEIRA, terra de Fernão Pereira, 241.
FRAMALÃO (Prior de), 93.
FRANÇA, 261. Rei de —, 109, 202, 220 e 258.
FREDERICO III (D.), rei dos romanos, 181-82, 278-79, 330-35 e 341.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 41, 64, 69, 84, 86, 92, 195, 236 e 276.
FREITAS (Alvaro de), pai de Leonor Alvares, 89.
FREITAS (Jordão Apolinário de), 311.
FRONTEIRA, 269.
FRONTEIRA (Fr. Afonso de), freire professo do convento de Avis, 111.
FRUTUOSO (Gaspar), 28 e 192-93.
FUNCHAL, 193.
FUNES (Ramiro de), cavaleiro, procurador por el-rei D. Afonso V de Aragão da vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, 295-97 e 300-01.
GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 40, 47, 54, 56-57 e 101.
GALEBO (Mafamede), mouro forro, 198.
GALEGO (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 245.
GALVÃO (Gonçalo), almoxarife de el-rei D. Afonso V em Santarém, 109.
GALVÃO (Rui), secretário de el-rei D. Afonso V, 1, 15, 20, 44, 50, 53, 55, 56, 82, 104, 107, 113-14, 165, 190, 208, 214, 251, 261, 285-86, 288 e 294.
GAMA (Eurico), 52.
GARCIA (D.), bispo de Lérida, 10. V. — AZNARES (D. Garcia).
GENOVA, 8, 10, 163, 169, 178 e 274-75.
GIAES (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Ribeira de Vide, 343-44.
GIJON E NORONHA (Conde de), D. Afonso Henriques, 7.
GIL (Álvaro), escrivão da câmara do Porto, 101-02.
GIL (Fernão), escrivão de el-rei D. Afonso V, 5.
GIL (João), cónego da sé da Guarda e prior do Seixo, 238.
GIL (Leonel), escudeiro da casa do infante D. Henrique, morador em Lagos, 19.
GIL (Martim), escrivão de el-rei D. Afonso V, 2, 4, 12-13, 210, 213, 220, 247 e 256.
GODINHO (Álvaro Mendes), corregedor do reino do Algarve, 243.
GÓIS (Mécia Vasques de), mãe de Mécia Gomes de Lemos, 143-44.
GÓIS (Fr. Pedro de), comendador de Santa Vera Cruz, 16.

GOMES (Aires), dono de caravela, 56.
GOMES (Aires), escrivão régio, 93, 95 e 98.
GOMES (GIL), prioste de Santo Estêvão de Alfama, 319 e 321.
GOMES (João), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Odemira, 222.
GOMES (Mécia), mulher de João Alvares da Cunha, 141-43. V. — LEMOS (Mécia Gomes de).
GOMES (Rui), escrivão régio, 304.
GOMES (Dr. Rui). V. — ALVARENGA (Rui Gomes de).
GONÇALO, 12.
GONÇALO (D.), filho primogénito dos condes de Marialva D. Vasco Fernandes Coutinho e D. Maria de Sousa, 116 e 118.
GONÇALO (Fr.), cantor do convento de Avis, 111.
GONÇALVES (Afonso), morador em Nisa, 201.
GONÇALVES (Afonso), de Montemor-o-Velho, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 209-10.
GONÇALVES (Aires), escudeiro do infante D. Henrique, 304-05.
GONÇALVES (Alvaro), escrivão dos reguengos de Santa Catarina (de Ribamar), no termo de Lisboa, 5.
GONÇALVES (Alvaro), escrivão régio, 37, 108 e 163.
GONÇALVES (Alvaro), escrivão de D. João I, 134.
GONÇALVES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na Sertã, termo de Beja, 239.
GONÇALVES (Alves), da câmara do Porto, 47.
GONÇALVES (Antão), escrivão régio, 19, 168 e 250.
GONÇALVES (Artur), alcaide do castelo de Marvão, 269.
GONÇALVES (Catarina), mulher de Estêvão Eanes, mestre das galés,, 319-20.
GONÇALVES (Diogo), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1-2.
GONÇALVES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, 99 e 111-12.
GONÇALVES (Diogo), capelão do infante D. Pedro, presente em Alfarrobeira, 140.
GONÇALVES (Diogo), da cidade de Lisboa, 225-26.
GONÇALVES (Estêvão), 112.
GONÇALVES (Fernão), morador em Tavarede, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 209-10.
GONÇALVES (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão do mordomado de Tavira, 294-95.
GONÇALVES (Gil), tabelião em Lamego, 118.
GONÇALVES (Gomes), tabelião em Alcochete, 205.
GONÇALVES (João), marinheiro, residente em Tavira, 144-45.
GONÇALVES (João), escrivão régio, 166 e 274.
GONÇALVES (João), escudeiro do infante D. Henrique, 183.
GONÇALVES (João), filho de João Abade, de Santarém, 221.
GONÇALVES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Arrentela, termo de Almada, 348.
GONÇALVES (Lopo), doutor, juiz dos feitos de el-rei, 202.
GONÇALVES DE ARNOYLO (João), biscainho, morador em Faro, 199.
GONÇALVES (Lopo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 167.
GONÇALVES (Lopo), doutor em Leis, juiz dos feitos de el-rei, 276.
GONÇALVES (Martim), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador no Porto, 149 e 165.
GONÇALVES (Martim), criado do conde de Abranches, 202.
GONÇALVES (Martim), 219.

Copyrighted material

GONÇALVES (Martim), morador em Évora, 223.
GONÇALVES (Mem), escudeiro do infante D. Henrique, morador na quinta do Bugalho, 323-25.
GONÇALVES (Pero), escrivão régio, 15, 17, 58, 82, 114 e 119.
GONÇALVES (Vasco), vereador da câmara do Porto, 47.
GONÇALVES (Vasco) sogro de Lopo da Moita, 236-37.
GOUVEIA, 38 e 234. Confirmação da vila de — a D. Henrique, 156-59.
GRA (Luís Gomes da), porta-bandeira de D. Jaime na batalha de Alfarrobeira, 70
GRACIOSA (Ilha), Açores, 192.
GRAPPIN (P. J.), 229.
GUARDA, 215-16, 238, 260 e 263. Almoxarifado da —, 122.
GUARDA (Alvaro da), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão do mordomado e das sisas das judengas da Guarda, 215-16.
GUARDA (Quinta da), na Mouta Santa, 95-96.
GUDABER (Santa Maria de). Prior de —, 226-27, 288 e 290-92.
GUEDELHA (Mestre), judeu, cirurgião do infante D. Henrique, 346-47.
GUER (Cabo de), 11.
GUIMARAES, 165 e 287. Almoxarifado de —, 287.
GUINE, 119. Costa da —, 119.
GULFAR, 216.
GUZMAN (D. Juan Alonso de), duque de Medina Sidónia, conde de Niebla e senhor do porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda, 11.
HELENO (Manuel), 72 e 78.
HENRIQUE (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 3-4, 11, 13, 18-27, 41, 43, 45, 58-59, 62-66, 72-73, 76, 79, 81-82, 87-89, 92-94, 96-100, 105-09, 111-12, 116-17, 119-27, 129-30, 134, 142-43, 145-54, 156, 158-62, 164-68, 170-71, 173-80, 183-85, 188-96, 198-202, 204-16, 218-24, 234-43, 245-53, 255, 257-60, 262-69, 271, 273-74, 280, 282-87, 289, 294-95, 301-06, 308, 311-12, 315, 317, 321, 323, 326 e 343-48. Assumido o governo efectivo do reino por el-rei D. Afonso V, em 1449 ele confirmou ao infante D. Henrique: a feira de Viseu, 3-4; os privilégios da Ordem de Cristo, 13; a dízima nova da pesca do mar de Monte Gordo, 21-22; privilégio a 10 pastores de ovelhas no couto de Alcobaça, 23-24; privilégio a 13 marinheiros seus em Lisboa e Porto, a mestre de nau sua e ainda a 4 marinheiros do infante em Lagos, 24 e 148-49; o exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino, 25; a doação do quinto das coisas tomadas pelos barcos que D. Henrique armasse, 26; o privilégio a 18 homens da sua pesca de atuns e corvinas no Algarve, 27; a licença de mandar sepultar seus criados no mosteiro da Batalha, 29; o privilégio de dar de sesmaria terras suas e da Ordem de Cristo, 31; a licença de escambar suas terras de Reigada e Pereiro e casas de Lisboa com bens da Ordem de Cristo, 33; a doação do arquipélago da Madeira, 34; os seus canais e estacadas do Ródão, 35; a carta eduardina de regulamentação do exclusivo do fabrico e venda de sabão no reino, 36; privilégio a 30 homens da quinta de Alpriate, 37; convenção e composição do infante com D. Duarte de Meneses, 100; a dispensa de os moradores do arquipélago da Madeira e demais ilhas do infante pagarem dízima e portagem do que de lá trouxessem ao reino, 105-06; contrato sobre o casamento de D. Duarte de Meneses, 122-23; a doação do paul de Boquilobo a D. Alvaro de Castro, 124-25; carta eduardina sobre as suas terras de Gulfar e Penalva, 216-17; a nomeação pelo infante de Heitor Homem para vedor-mor das obras dos castelos, vilas e lugares da comarca da Beira, 253; tença por dívida, 344-45; a vila de Gouveia, 156-59; e dote de casamento, 234.

Copyrighted material

O mesmo monarca doou ao infante D. Henrique: os direitos das mercadorias vindas ao país das terras sitas entre os cabos Cantim e Bojador, menos a sisa, 11-12; duas casas nas tercenas régias de Lisboa, 20; altar e jazigo para o infante na Batalha, 22; os bens de Nuno Fernandes, 147-48; as ilhas Berlengas e o Baleal, 150; e o exclusivo da pesca e venda de coral por 5 anos, 171-72. D. Afonso V autorizou D. Henrique a mandar povoar as sete ilhas dos Açores, 28; transcreveu-lhe da chancelaria régia, por se lhe haverem danificado os originais, a carta de el-rei D. Duarte da concessão do quinto das presas tomadas por seus navios e fustas, 30, e a relativa ao exclusivo da pesca do atum no Algarve, 32; reconstituiu-lhe a carta joanina de doação da Covilhã, 151-55, e confirmou-lhe a vila de Gouveia, 156-59; dispensou os moradores do seu lugar de Alpalhão de terem cavalos e armas, 160-61, e, por cinco anos, também os moradores da sua terra de Besteiros, 265; encarregou-o da administração e governo da Ordem Militar de Avis, 79-81; e privilegiou os moradores de Montalvão, Alpalhão e Arez, a seu pedido, 112. Referenciadas terras várias do infante D. Henrique, entre outras: Olho Marinho, no termo de Óbidos, 46, Aldeia e Pinhanços, na serra da Estrela, doadas pelo infante em casamento, 116-18, e S. Pedro do Sul, 241-42. Doação pelo infante de capitania na Madeira a João Gonçalves Zarco, 312-14, e de outra na Ilha Terceira, Açores, a Jácome de Bruges, 193-94; reforma dos Estatutos da Ordem de Cristo, promovida pelo infante D. Henrique, 126-37; o infante ao lado de el-rei na batalha de Alfarrobeira, 89-90, 147-48, 271-72 e 306-07; actos do infante como regedor e governador da Ordem de Avis, 99, 111-12 e 189-90; permuta pelo mesmo de comendas e priorados da Ordem de Cristo com el-rei, 109-10; projecta-se a ida de D. Henrique para governador de Ceuta, pela exoneração, a seu pedido, de D. Fernando, conde de Arraiolos, 246-47 e 263-64; súplicas do infante ao papa Nicolau V em benefício de Fr. Afonso Velho, seu confessor, 280-81 e 306. Pessoal seu, 18-19, 24, 37-38, 40, 43, 64-65, 82, 88-89, 92-93, 96-97, 99, 106, 108, 111-12, 119-20, 123, 142, 147, 149, 159, 162, 165-68, 173, 175, 178-80, 183-85, 188, 190-91, 194-95, 198-99, 201, 205-07, 209, 211-15, 220-24, 235-36, 238-41, 243, 245, 247-49, 251, 253, 255, 257, 260, 262, 265-66, 268, 271, 273, 280, 282,-84, 287, 294, 301, 303-04, 308, 315, 323, 326 e 343-47. V. — NAVEGADOR.

HENRIQUE (D.), infante de Aragão, 6 e 14.

HENRIQUE (D.), infante de Castela, príncipe herdeiro, 47, 186 e 352.

HENRIQUE II (D.), rei de Castela, 7. Príncipe —, 8.

HENRIQUE III (D.), rei de Castela, 114.

HENRIQUES (D. Afonso), conde de Gijón e Noronha e bastardo de Henrique II de Castela, 7.

HOMEM (Garcia), irmão de Heitor Homem, 253.

HOMEM (Heitor), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 253 e 257-58.

HOMEM (Pedro), 219.

HUNGRIA (Rei de), 8, 331 e 343.

IDADE MÉDIA, 170.

IFAT. V. — ADAL E IFAT (Sultão de).

IGREJA, 137 e 330.

ILHA DESERTA, 34.

ILHA DA MADEIRA, 34.

ILHA DE PORTO SANTO, 34.

ÍNDIA, 291-92.

ÍNDIA ORIENTAL, 292.

INFANTE SANTO, referido ao infante D. Fernando, 80.

INGLATERRA (Rei de), 102.
ISABEL (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Afonso V, 1 e 348-49.
ISABEL (D.) de Portugal, filha bastarda de el-rei D. Fernando e mulher de D. Afonso Henriques, 7.
ISABEL (D.), infanta de Portugal, depois mulher de D. João II de Castela, 14.
ISABEL (Infanta D.), filha de el-rei D. João I, duquesa de Borgonha, 59, 78 e 227-29.
ISLÃO, 289-90.
ITALIA, 254, 335 e 338.
JAIME (D.), filho do infante D. Pedro, regente do reino, 59, 70 e 79.
JALES, 84.
JERUSALÉM. Casa Santa de —, 289 e 291. Rei de —, 8, 49, 331 e 342. Reino de —, 49.
JESUS CRISTO, 10, 126, 227, 229, 307-08 e 334. Nosso Senhor —, 5, 13, 15, 17, 19, 34, 39-40, 42, 44-45, 82, 91-92, 97-98, 100, 105, 107-08, 111, 113-14, 116, 119, 124-25, 131, 139, 141-42, 146-50, 159, 162-63, 165, 167-68, 179, 181, 184-85, 190, 193-94, 198-200, 202, 206, 208, 210, 212-17, 220, 222-23, 225-26, 234, 236, 238-42, 245, 247-48, 250, 252, 255, 257, 259-62, 264-65, 268, 270, 272-73, 276, 282, 286, 288, 304-05, 311, 314, 317-19, 322, 325, 327-28, 344-48, 352, e 354. Senhor —, 20, 22, 24, 26, 29, 31-32, 37-38, 43, 90, 95, 121, 174, 209, 212, 219, 243, 249 e 266-67.
JESUS CRISTO (Ilha de). V. — TERCEIRA (Ilha).
JOANA (Infanta D.) de Portugal, irmã de el-rei D. Afonso V, 44 e 296.
JOÃO, 12.
JOÃO, escolar de Direito Canónico, 47.
JOÃO (D.) rei de Chipre, 286.
JOÃO da Costa (D.), bispo de Viseu, 118 e 137.
JOÃO (D.), rei de Navarra e governador geral do reino aragonês, 7-8, 255, 296 e 298-99.
JOÃO (D.), príncipe de Chipre, 79.
JOÃO (D.), duque de Clèves, 342.
JOÃO I (D.), rei de Portugal, 3, 21-22, 30-33, 35, 38-39, 60, 80, 86, 109, 114, 126, 133, 151, 188, 195, 236-37 e 275. Capela de — no mosteiro da Batalha, 22.
JOÃO II (D.), rei de Portugal, 72, 87, 93, 119, e 171.
JOÃO II (D.), rei de Castela e de Leão, 8, 14, 59, 186, 191, 255 e 353.
JOÃO III (D.), rei de Portugal, 96.
JOÃO XXI (Papa), 128-29.
JOÃO (Fr.), freire professo do convento de Avis, 111.
JOÃO (Mestre), criado do infante D. Henrique, 224.
JOÃO (Mestre), juiz em Tomar, 259.
JOÃO (Mestre). V. — VICENTE (D. João), bispo de Viseu.
JOÃO PRESTES, no termo de Tomar, 259.
JOAQUIM (Manuel), 3.
JORDÃO (Fr. Filipe), da Ordem de S. Bernardo, 6-7.
JORGE (D.), filho bastardo de el-rei D. João II, 87.
JORGE (Vasco), escudeiro do infante D. Henrique, tesoureiro dos dinheiros das obras das muralhas e castelo de Braga, 248 e 287-88.
JOUFFROY (Jean), deão de Saint-Vivent-sous-Vergy, conselheiro e embaixador de Filipe a Bom, 228-29.
JÚLIO II (Papa), 126 e 130.
LAFÕES (Julgado de), 65 e 282.
LAGOS, 19, 41-42, 89, 148, 180-81, 283-86 e 326. Tabelião do cível e crime de —, 180.

Copyrighted material

LALIM, 23 e 121-23.
LAGUARDONA, 305.
LA MARCHE (Lecoy de), 172.
LA MARCHE (Olivier de), 59.
LA RONCIÈRE, Charles de, 290.
LAMEGO, 116, 126, 129 e 218-19. Bispo de —, 126, 129-30 e 137.
LAMPREIA (João), marido de Maria Alvares, 224.
LANDIM (Gaspar Dias de), 59, 63 e 69.
LANHOSO (Julgado de), 188.
LASTICO (Fr. João de), Grão-Mestre da Ordem Militar de S. João de Jerusalem, 291 e 293.
LEAO, 227, 229 e 255. Rei de —, 255 e 353.
LEAO (Duarte Nunes de), 59 e 69.
LEBUÇAO, no concelho de Valpaços, 321.
LEDESMA, 14 e 186.
LEIRIA, 61 e 315-16.
LEITAO (Humberto), 310.
LEITAO (Estêvão), pai de Galiote Leitão, 211.
LEITAO (Galiote), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 211.
LEITAO (Marote), irmão de Galiote Leitão, 211.
LEMOS (Gomes Martins de), pai de Mécia Gomes de Lemos, 142.
LEMOS (Mécia Gomes de), 142-44. V. — GOMES (Mécia).
LEMOS (Pero de), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
LEONOR (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Duarte, 1, 6, 14, 16, 45, 59, 63, 65, 113-14, 186, 202, 278, 295-98, 300 e 302.
LEONOR (Infanta D.), irmã de el-rei D. Afonso V, 181-83 e 330-35.
LÉRIDA (Bispo de), 10. Cardeal de —, 307-08.
LEVANTE, 171.
LINHARES, 123-24.
LISBOA, 1-2, 4-5, 14, 18, 24, 32, 35, 37-38, 44, 46, 58, 61-63, 65-67, 71, 73, 78, 81-82, 86-88, 90-93, 95-98, 100, 104, 106-08, 110-11, 119, 126, 140, 148, 151, 168, 185, 211, 214, 217, 225-26, 236, 245, 247-53, 255-58, 260-62, 264-68, 270, 272, 274, 276-78, 286, 293, 308-11, 318-20, 323, 326, 333, 345 e 349-50. Alcaide de —, 67. Arcebispo de —, 6-7, 83, 92 e 323. Contos de —, 44. Cortes de — de 1439, 14. Deão de —, 217. Escrivão da távola grande do «aver do peso», em —, 214. Igreja de S. Pedro de —, 6. Rua das Esteiras em —, 99 e 111. Tercenas régias de —, 20. Vigário geral de —, 109.
LISBOA (João de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 82-83.
LISBOA (João de), escrivão régio, 100, 145-46, 159, 196, 234-35, 276 e 317.
LISUARTE, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 205.
LOBATO (Pedro), doutor em Leis, do desembargo de el-rei D. Afonso V, 88, 90, 142, 184, 189, 202, 209, 223, 234, 247, 252, 260, 264, 266 e 272.
LOBO (Fr. Gil). V. — TAVIRA (Fr. Gil de).
LOBO (Francisco Miranda da Costa), 71.
LOBO (D. Maria), mulher de D. Alvaro Pires de Castro, 64 e 191.
LOIOS, 126 e 130. V. — CONGREGAÇAO DOS CONEGOS DE S. JOAO EVANGELISTA.
LOMELINO (Leonardo), 163-64.
LOPES (Vicente), 310.
LOPES (D. Diogo), abade de S. Martinho de Mouros, 118.

LOPES (Fernão), cronista, 35, 80, 83, 114 e 161.
LOPES (Rui), recebedor dos quatro «pedidos» e meio tirados no almoxarifado de Lamego nos anos de 1444 e 1449, 218-19.
LOPES (Vasco), escudeiro do infante D. Henrique, 178.
LOURENÇO (Estêvão), tabelião em Lisboa, 211.
LOURENÇO (Fernão), escrivão régio, 125, 161, 185, 212, 245, 255, 344 e 346.
LOURENÇO (Frei), sacristão do convento de Avis, 111.
LOURENÇO (P. Gabriel de), prior de Santa Maria de Sintra, 6.
LOURENÇO (Gonçalo), 140-41.
LOURENÇO (Jácome), genovês, mestre de fazer querenas de navios, 310-11.
LOURENÇO (João), tabelião público em Viseu, 179-80.
LOURENÇO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 223.
LOURENÇO (Luís), escudeiro do infante D. Henrique, 213.
LOURENÇO (Pedro), escrivão, 194.
LOURENÇO (Pero), 40.
LOURENÇO (Pero), coudel, 56.
LOURENÇO (Pero), contador de el-rei D. Afonso V na comarca dos almoxarifados de Viseu e Lamego, 218.
LOURENÇO (Rui), deão de Coimbra, 134.
LOURES (Ponte de), 62.
LUCENA (Vasco Fernandes de), doutor em Leis, embaixador do rei de Portugal, 307.
LUGARES SANTOS, 286.
LUIS, doge de Génova, 170.
LUIS (D.), duque de Sabóia, 255.
LUIS XI, rei de França, 229.
LUNA (D. Álvaro de), condestável de Castela, 8, 14, 47, 186 e 261.
LUXEUIL (Abade de), 229.
MAÇÃO, 93 e 166-67.
MACHICO, 193.
MADEIRA (Ilha da), 34, 105, 193, 217, 272, 311-12 e 328-29.
MADUREIRA (Álvaro Anes de), da câmara do Porto, 47.
MAGNANIMO, referido a D. Afonso V, 278 e 296.
MAIA (Fernão Álvares da), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
MAIA (João da), escudeiro do infante D. Henrique, 180.
MAIORCA (Rei de), 8, 331 e 343.
MANGAS VERDES (Martim), 327.
MANRESA (Francisco), servidor da rainha D. Leonor, 300.
MANSILHA (Afonso de), escudeiro do infante D. Henrique, 180.
MANTEIGAS, 38-39 e 234.
MANUEL I (D.), rei de Portugal, 31, 93-94, 96 e 321.
MANUEL (João), proprietário de moinho e quinta em Olho Marinho, 45-46.
MANUEL (D. Fr. João), carmelita, bispo de Ceuta, 263.
MAR VERMELHO, 290.
MARIALVA (Conde de), 116.
MARQUES (João Martins da Silva), 5, 11, 20, 28, 30, 34, 41, 148, 150, 192-93, 232, 246, 274-75, 277, 311 e 317.
MARQUES (A. H. de Oliveira), 23.
MARSELHA, 170-72.
MARTINHO V (Papa), 30.
MARTINHO (Fr.), prior do convento de Avis, 111.

MARTINS (Fernando), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Montemor-o-Novo, 241.
MARTINS (Fernão), tabelião em Portalegre, 309.
MARTINS (Gomes), tabelião, 38.
MARTINS (João), juiz da câmara do Porto, 47.
MARTINS (João), barbeiro em Lisboa, 99 e 112.
MARTINS (João), clérigo, 112.
MARTINS (João), barqueiro, 147.
MARTINS (João), escudeiro, juiz ordinário em Viseu, 179.
MARTINS (João), residente na cidade do Porto, 208.
MARTINS (João), escudeiro do infante D. Henrique, encarregado das obras de fortificação de Viseu, 260.
MARTINS (João), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das obras de fortificação de Viseu, 260.
MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira), 229.
MARTINS (Luís), escrivão dos contos, 12.
MARTINS (Nicolau), escrivão régio, 90.
MARTINS (Nuno), escudeiro do infante D. Henrique, 108.
MARTINS (Rui), juiz, 251-52.
MARTORELL (Francisco), aragonês, 7.
MARVÃO, 80 e 90. Castelo de —, 80, 90 e 269.
MASCARENHAS (João), alferes do infante D. Pedro, 70.
MASCARENHAS (Joaquim Augusto de Oliveira), 71.
MATA MOUROS (Estêvão Martins), 327.
MATELA (João), cunhado de Diogo Fernandes, 201.
MATOSINHOS, 55-56.
MEDINA SIDÓNIA (Duque de), 11.
MELO, 123-24.
MELO (D. Grimanesa de), donzela da rainha D. Leonor, 202-03.
MELO (Isabel de), casada com João de Almeida, colaço do infante D. Henrique, 120.
MELO (Martim de), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, 116-18 e 234-35.
MELO (Rodrigo Afonso de), almirante do reino, 41, 231-33 e 277.
MELO (Rui Afonso de). V. — MELO (Rui de) e MELO (Rodrigo Afonso de).
MELO (Rui de), almirante, 41 e 293-94.
MELO (Rui de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 212-13, 274 e 276.
MENDES (Gonçalo), cavaleiro de el-rei D. Fernando, 191.
MENDES (Rui), escrivão régio, 40, 43, 106, 149-50, 209, 222, 241, 273 e 311.
MENESES (D. Duarte de), 100, 121-22 e 216.
MENESES (D. Leonor de), 323-24.
MENESES (D. Pedro de), 216 e 344.
MERCADORES (Rua dos), em Évora, 305.
MESQUITELA, 123.
MESSEJANA DO CAMPO DE OURIQUE, 326-27.
MESSINA (Cardeal de), 16.
MESTRE DE AVIS, D. João I, 80.
MESTRE DE RODES, 286.
MIÇA (Ferrer de la), 299-300.
MICHEL (Fr.). V. — MIGUEL (Fr.).
MIGUEL (Fr.), prior da igreja de Santa Maria de Gudaber, embaixador do imperador da Etiópia, 226-27 e 288-92.
MILÃO, 8 e 10.

MOÇAMEDES, freguesia de S. Miguel do Mato, julgado de Lafões, 282.
MOGADOURO, 186. Castelo de —, 14 e 108-09. Priorado de —, 108-09.
MOIMENTA, Gouveia, 38-39.
MOITA (Lopo da), escudeiro do infante D. Henrique, 236-37.
MONBLANCH (Duque de), 8.
MONCHIQUE, 103.
MONDEGO (Rio), Foz do —, 107.
MONFORTE, 246 e 322.
MONFORTE DO RIO LIVRE, 321.
MONIZ (Diogo Gil), cavaleiro do infante D. Henrique, 119.
MONIZ (Garcia), 97-98.
MONIZ (Rui), homem de el-rei D. Afonso V, 1.
MONTALVÃO, 112.
MONTANHA (Mem da), escudeiro da casa do infante D. Henrique, coudel da vila de Azambuja, 40.
MONTAYO (João de), conselheiro e governador do reino de Aragão, 299-300.
MONTE GORDO, 21.
MONTEIRO (Alvaro), servidor do rei de Aragão, 302.
MONTEMOR-O-NOVO, 149-50, 241 e 245.
MONTEMOR-O-VELHO, 87, 119 e 208-09.
MORAIS (João Afonso de), morador em Condeixa, 145-47.
MORENO (Humberto Baquero), 2, 21, 54, 56, 62-63, 65, 71, 89, 242, 256 e 258.
MORTAGUA, 269.
MOURA, 269.
MOURA (Afonso de), bacharel em Decretos e ouvidor-geral do arcebispo de Lisboa, 323 e 325.
MOURA (Gonçalo de), escrivão régio, 20, 50, 53, 55, 107, 165, 190, 198, 207-08, 238, 245, 267, 284-86 e 294.
MOURÃO (Fernão), 322.
MOUSSEM (Mestre), físico do infante D. Henrique, residente na cidade de Évora, 206-07.
MOUTA SANTA, 95-96.
MUSEU REGIONAL DE GRÃO-VASCO DE VISEU, 3.
NAMIAS (Judas), 196-97.
NAPOLES, 7, 10, 16, 53, 83, 172, 181-82, 226, 279-80, 289, 330-31 e 338. Rei de —, 172.
NATAL, 111, 131 e 146.
NAVARRA, 261. Rei de —, 7-10, 14, 47, 250-51, 255, 295-96 e 298-99.
NAVARRO (Gomes Martim), morador em Alcácer, 199-200.
NAVEGADOR, infante D. Henrique, 11, 21-23, 26, 63, 65, 122 e 130.
NEGUS, 289-90.
NEMOS (Duque de), 8.
NEOPATRIA (Duque de), 8 e 331.
NICOLAU V (Papa), 16, 217, 227, 229, 280, 289, 306 e 328
NIEBLA (Conde de), 11.
NISA, 201.
NOGUEIRA (Maria), aia das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs de el-rei D. Afonso V, 45.
NORONHA (D. Pedro de), arcebispo de Lisboa, filho de D. Afonso Henriques e de D. Isabel de Portugal, 7, 92, 319-20 e 323.
NORONHA (D. Sancho de), 1.º conde de Odemira, governador de Ceuta, 80, 86, 92, 246 e 269.

NOVA (Rua), no Porto, 101.
NUNES (João), tesoureiro de Viseu, 118.
NUNES (João), prior e reitor de Santo Estêvão de Alfama, 320.
NUNES (Pedro), vizinho da cidade do Porto, 57-58.
ÓBIDOS, 45-46, 62, 113-14 e 119-20.
OCIDENTE, 289-90.
ODEMIRA, 222 e 269-70.
ODEMIRA (Conde de), primeiro conde D. Sancho de Noronha, 80, 86, 92, 246 e 268-70.
OLEIROS, 149.
OLHO MARINHO, termo da vila de Óbidos, 45-46.
OLIVEIRA (Miguel de), 81.
OLIVEIRA (Fr. Vasco de), comendador da comenda de Coimbra, da Ordem do Hospital, 48-49 e 53.
OLZINA (João), notário aragonês, 342-43.
ORDEM DOS FRADES MENORES DA PROVINCIA DE PORTUGAL, 217 e 328.
ORDEM MILITAR DE ALCANTARA, 132. Mestre da —, 80 e 269.
ORDEM MILITAR DE AVIS, 31, 79-81, 99, 111 e 132. Mestrado da —, 269. Mestre da —, 5. Regedor e governador do Mestrado da —, 99, 111 e 189.
ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 81, 126 e 132. Estatutos da —, 126 e 130-31. Mestre geral da —, 129-30.
ORDEM MILITAR DE CRISTO, 13, 30-31, 33, 60, 84, 108-09, 125-30, 133-34, 137, 145-46, 192-94, 221 e 312. Administrador geral da —, 30. Capítulo geral da —, 134. Estatutos da —, 125. Governador da —, 126, 129 e 312. Mestre da —, 21 e 133. Regedor da —, 109.
ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOÃO DE JERUSALÉM, 16, 48, 53, 291 e 293. Grão mestre da —, 291 e 293.
ORDEM MILITAR SOBERANA DE S. JOÃO DE JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA. V. — ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOÃO DE JERUSALÉM.
ORDEM MILITAR DE MONTESA, 342.
ORDEM DE JERUSALÉM. V. — ORDEM DO HOSPITAL.
ORDEM DE S. BENTO, 6.
ORDEM DE S. BERNARDO, 6.
ORDEM DO TEMPLO, 31, 132 e 145.
PAÇANHA (Alvaro Afonso). V. — PESSANHA (Alvaro Afonso).
PACHECO (Gonçalo), escudeiro do infante D. Henrique, tesoureiro dos dinheiros, panos e demais coisas das despesas da cidade de Ceuta em Lisboa, 18-19.
PAÇO (Martim Afonso do), contador, 303.
PAÇOS DA SERRA, 116 e 121.
PAIS (Alvaro), escudeiro e almoxarife do infante D. Henrique, couteiro e guarda-mor das matas, quintas e pinhais régios do Ribatejo, 99 e 104.
PAIS (Alvaro), barbeiro, besteiro do infante D. Henrique, 185.
PAIS (Fr. João), freire professo do convento de Avis, 111.
PAIS (Lourenço), 198.
PALHAIS, 255.
PARANHOS, 345.
PARDO (Lourenço Martins), companheiro do infante D. Pedro em Alfarrobeira, 161-62.
PASCOA, 131, 146 e 319-20.
PASTRANA (Ducado de), 94.
PAULO III (Papa), 130.
PEDERNEIRA, 168.

PEDRO, doge de Génova, 179.
PEDRO (D.), infante de Portugal, regente do reino, 1-4, 6, 8, 11, 14, 17, 22, 26, 41, 47, 49-52, 54-55, 57-59, 61, 63-65, 67, 69-78, 80-81, 83-84, 86-87, 90, 92-93, 95-96, 100-02, 108, 114, 119, 138, 140-41, 143, 145-48, 156, 161-62, 170, 173, 179, 186, 191, 199-201, 205-06, 209-10, 212, 218, 225-26, 227-29, 234, 246-47, 256, 258-59, 266, 268-69, 284, 321-22 e 344.
PEDRO (D.), condestável do reino, filho do infante D. Pedro, 79-81, 86, 90, 186, 218 e 268-70.
PEDRO (D.), arcebispo de Lisboa. V. — NORONHA (D. Pedro de).
PEDRO (Fr.), doutor, confessor do infante D. Henrique, 106.
PEDRO (Infante D.), primo de el-rei D. Afonso V, 87.
PEIXOTO (Diogo), morto em Alfarrobeira, 70.
PEIXOTO (Diogo Gonçalves), cavaleiro do infante D. Henrique, 96-97.
PEIXOTO (João), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
PEIXOTO (Lopo), da casa do infante D. Pedro e seu companheiro na batalha de Alfarrobeira, 60.
PENAFIEL (Duque de), 8.
PENAFIEL (Paio Rodrigues de), criado do duque de Bragança, residente em Barcelos, 287-88.
PENAFIEL DE SOUSA, 96-97.
PENALVA, 216.
PENAMACOR (Castelo de), 257.
PENARROIAS (Priorado de), 108-09.
PENELA, 87.
PENINSULA IBERICA, 289.
PERDIGÃO (João Afonso), morador em Paranhos, 345.
PEREIRA, 84.
PEREIRA (Afonso), 72.
PEREIRA (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, almoxarife em Ponte do Lima, 301-02.
PEREIRA (Gabriel), 119.
PEREIRA (João Alvares), servidor de el-rei D. Afonso V, 54.
PEREIRA (João Rodrigues), do castelo de Penamacor, 257.
PEREIRA (Nuno Alvares), condestável do reino de Portugal, 246.
PEREIRO, terra do infante D. Henrique em Riba-Côa, 32.
PERES (Antão), escrivão dos contos de Lisboa, 44-45.
PERESTRELO (Bartolomeu), 193.
PEREZ DE CORELLA (Ximenez), conde de Cocentayna, 10.
PEREZ EMBID (Florentino), 11.
PERNES, 224 e 249. Rio de —, 224.
PERNES (Fr. João de), do convento de Avis, 111.
PEROÇO (Filipe), explorador de coral na costa algarvia, 171.
PESCARIAS. — De atum e corvinas no Algarve, 27 e 32. — De coral, 170-71.
PESSANHA (Alvaro Afonso), contador nos contos de Lisboa, 44-45.
PESSANHA (Carlos), almirante, 275-76.
PESSANHA (Lançarote), almirante, filho de Rui de Melo, 41, 231-32, 274-77 e 286.
PESSANHA (Manuel), primeiro almirante do reino de Portugal, 232 e 274-75.
PESSANHA (Manuel), camareiro-mor do infante D. Henrique, comendador de Castro Marim e guarda dos portos do reino do Algarve, 243-45.
PESSOA (Alvaro Pires), sobrinho do bispo de Ceuta, 263.

PESTANA (Alvaro de Brito), comandante dos espingardeiros de el-rei, 67.
PEZAGNO (Manuel). V. — PESSANHA (Manuel).
PHULLENDORFF (Michael), 331-32 e 334.
PICCOLOMINI (Aeneas Silvius), bispo de Trieste, depois papa, 331-32 e 334.
PIMENTEL (João Afonso), 1.º conde de Benavente, 114 e 186.
PIMENTEL (D. Rodrigo Afonso), 2.º conde de Benavente, 14, 113, 186-87, 261-62 e 352-53.
PINA (Rui de), 1, 14, 44, 58-59, 61, 63, 65, 69, 71-72, 76, 79-80, 92, 119, 140, 164, 191, 219, 228-29, 246 e 268-69.
PINA (Soeiro Vaz de), escudeiro do infante D. Henrique, 175.
PINHANÇOS, freguesia do concelho de Seia, 116-17 e 234.
PINHEIRO (Diogo), mestre da nau do infante D. Henrique, residente em Lisboa, 24, 148 e 308.
PINHEL, 33.
PINHEL (João de), caminheiro da Relação da Suplicação da Corte, 38.
PINTA, nau, 103.
PINTO (Aires), juiz da câmara do Porto, 47.
PINTO (Alvaro Gonçalves), juiz de Lamego, 118.
PINTO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 180.
PIRES (Afonso), escudeiro do conde de Marialva, 118.
PIRES (Afonso), cónego de Guimarães, 165.
PIRES (Alvaro), caseiro e mordomo de João Teixeira, 43.
PIRES (Alvaro), procurador dos feitos régios, 231-32 e 274.
PIRES (Fernão), 219.
PIRES (Gonçalo), coudel da vila de Azambuja, 40.
PIRES (Martim), barregão, 327.
POMBAL, 190.
POMPEU, 71.
PONTE DO LIMA, 301-02.
PONTEVEL, 65.
PORTALEGRE, 175-76, 239-40, 249-51, 304 e 309. Juiz das sisas de —, 309.
PORTEL, 222.
PORTO, 24, 40, 47, 54-57, 70, 96, 106, 148, 164-65, 167, 184, 208, 308 e 310-11. Alcaide-mor do —, 70. Câmara Municipal do —, 47, 54-55, 57 e 101. Rua Nova do —, 101.
PORTO PISANO, 331 e 338.
PORTO SANTO (Ilha do), 34, 105 e 193.
PORTUGAL, 8, 10-11, 14, 16, 47-48, 51, 59, 114, 153, 170-71, 186, 217, 219, 222-29, 261, 298, 300, 310, 330-31, 334-35, 338 e 340-41. Condestável de —, 80 e 268. Rainha de —, 6, 298 e 300. Rei de —, 3, 6-9, 11, 14-15, 33-34, 39, 44, 52-53, 80, 82-83, 94, 96, 105, 113-14, 124, 133, 163-64, 169, 178-79, 181-83, 187, 208, 220, 232, 250-51, 254-55, 261, 278-81, 286-87, 295-303, 307, 309, 315, 332, 334-43, 348 e 352-53. Reino de —, 48, 59, 153-45, 157-58 e 281.
PRADO, nau, 103.
PRESTE JOÃO, 290.
PROVENÇA, 172. Conde de,— Renato de Anjou, 172.
PROVINCIA DE PORTUGAL, dos Franciscanos, 217.
QUADROS (Pero de), escrivão régio, 215-16.
QUEIROS (D.ª Maria Eça de), 65.
QUIMBRES, 145-46.
RABAÇAL, 87.

RABASTE (Senhor de), 79.
RAMIREZ DE TOLEDO (Francisco), escrivão de el-rei de Castela, 354.
RAMOS (Procissão dos), 47.
RAPOTE (Fernão), coudel de Montemor-o-Velho, combatente de Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro, 208-09.
RAU (Virginia), 30.
REBELO (José Ignácio de Brito), 171.
REBENTAO, 305.
REDINHA, 190.
REGO (Pedro do), escudeiro do infante D. Henrique, 347.
REGUENGO DE SANTA LEOCADIA, 84.
REI (Francisco), governador da cidade de Savona, 179.
REI (Pero), morador em João Prestes, 259.
REI AFRICANO, D. Afonso V, 87, 109 e 115.
REIGADA, terra do infante D. Henrique, em Riba-Côa, 32.
REYNAUD (Félix), 171.
RELAÇAO DA SUPLICAÇAO DA CORTE, 37-38.
RERIZ, no julgado de Lafões, 65.
RESENDE (Condes de), 65.
RESENDE (Vasco Martins de), 219.
REUS (Bartolomeu de), secretário do rei de Aragão, 10.
RIBA-CÔA, 32.
RIBAGORÇA (Conde de), 8.
RIBATEJO, 104.
RIBEIRA DE VIDE, termo de Coruche, 343-44.
RIBEIRA DE SANTAREM, 224.
RIBERA (Alfonso de), secretário de D. Henrique de Castela, príncipe das Astúrias, 354.
RIGO (Fr. Afonso), do convento de Avis, 111.
RIO MAIOR, 59 e 61-63.
RIO DO CANIÇO, 311-12.
RIO DOS CANIÇOS, em Pernes, 224.
RIO TEJO, 323.
RODAO, 35 e 268. Canais e estacadas do —, 35.
RODRIGUES (Alvaro), escudeiro do infante D. Henrique, 198.
RODRIGUES (Diogo), escrivão régio, 325.
RODRIGUES (Fernão), morador em Pernes, escrivão da coudelaria de Alcanede e termo, 249.
RODRIGUES (João), contador, 44.
RODRIGUES (João), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 49-51.
RODRIGUES (João), 56.
RODRIGUES (João), corregedor da Beira, 118.
RODRIGUES (Lopo), companheiro do infante D. Pedro em Alfarrobeira, morador em Botão, 262.
RODRIGUES (Pai), contador-mor dos contos de Lisboa, 44 e 276.
RODRIGUES (Pay), escrivão da fazenda, 143.
ROGÉRIO DE PALAS (Arnaldo), bispo de Urgel, 342.
ROLIM (Fernão), tabelião das notas de Condeixa, criado do infante D. Pedro, 271.
ROMA, 130, 218, 231, 289, 323, 325 e 330.
ROMBOLO DE MESSINA (Pedro), vassalo do rei Aragonês, 288-92.
RÔMULO (Pedro), messinense, 226-27.

RUSSILHAO. V. — ROUSSILLON.
ROUSSILLON E SARDENHA (Conde de), 331 e 343.
RUA DAS ESTEIRAS, em Lisboa, 99 e 111.
RUA DOS MERCADORES, em Évora, 305.
RUA NOVA, no Porto, 101.
SA (Ayres de), 38.
SA (Fernão de), alcaide-mor do Porto, 70.
SABAO (Fabrico e venda de), 25 e 36.
SABOARIA, 87.
SABOIA (Duque de), 255.
SACHETIS (Francho Nicolai de), de Florença, 342.
SAGRES, 242.
SAINT-VIVENT-SOUS-VERGY (Igreja de), 228.
SALAMANCA, 227 e 229.
SALOMAO, 289 e 291-92.
SALVADOR VALLS (Pedro), 303.
SANCEAU (Elaine), 54 e 71.
SANFINS, 117 e 178.
SANGRO (Castelo de), 255.
SANLUCAR DE BARRAMEDA, 11.
SANTA BENEDITA, 137.
SANTA CATARINA DE RIBAMAR, termo de Lisboa, 5.
SANTA CLARA (Mosteiro de), em Coimbra, 60.
SANTA CLARA (Mosteiro de), em Santarém, 323 e 325.
SANTA CRUZ (Mosteiro de), em Coimbra, 60.
SANTA IRIA, 3-4.
SANTA MARIA, 353. Horas de —, 131.
SANTA MARIA (P. Francisco de), 126 e 130.
SANTA MARIA (Ilha de), nos Açores, 217.
SANTA MARIA DE GUDABER (Igreja de), 226-27, 288 e 290-92.
SANTA MARIA DE POVOS (Igreja de), 108-09.
SANTA MARIA DE SINTRA (Igreja de), 6.
SANTA MARIA DA VITORIA (Mosteiro de), Batalha, 4 e 22.
SANTA SÉ, 280.
SANTA TRINDADE, 7, 53, 83, 183, 291 e 299.
SANTA VERA CRUZ (Comendador de), 16.
SANTAREM, 12-15, 17, 19-22, 24-27, 40, 42-43, 46, 50, 53, 55-56, 58, 61-63, 66, 93-95, 108-10, 123, 173, 184, 221, 314, 317, 322-23, 327, 344-48 e 352. Mosteiro de Santa Clara de —, 323.
SANTAREM (Visconde de), 59, 72, 74, 77, 79 e 341.
SANTIAGO (Dia de), 3.
SANTIAGO DE SANTAREM, 132.
SANTO ELOI, 126 e 130.
SANTO ESTEVAO DE ALFAMA (Igreja Colegiada de), 318-20.
SANTO PADRE, 80.
S. BERNARDINO DE SENA, 289.
S. DETOLE, O. F. M., Teodosio Somigli di, 290.
S. FRANCISCO (Convento de), no Porto, 57.
S. FRANCISCO (Convento de), em Tavira, 161.
S. JOAO BAPTISTA, 134, 137 e 146.
S. JOAO DE ALPENDORADA (Mosteiro de), 115.

Copyrighted material

SÃO JOÃO DE REI (Senhor de), 84.
S. JORGE DA MINA (Castelo de), na costa da Guiné, 119.
S. MARTINHO DE MOUROS, 118.
S. PAULO, 131 e 136-37.
S. PAULO (P.e Mestre Jorge de), 126 e 130.
S. PEDRO, 131, 136-37, 218, 231 e 330.
S. PEDRO DE LISBOA (Igreja de), 6.
S. PEDRO DO SUL, 241-42.
SÃO SALVADOR, 178.
S. TIAGO DA MARCA, 289.
S. VICENTE (Cabo de), 171.
SAVONA, 161, 169 e 178-79.
SAVONA (Bartolomeu Serrato de), 163-64, 169 e 178-79.
SARDENHA, Conde da —, 331 e 342. Rei da —, 8, 331 e 343.
SARDINHA (João), 259 e 266.
SECO (Pedro Álvares), doutor, freire da Ordem de Cristo, 31.
SEIA, 100, 234 e 345.
SEIXAS (Fernão de), 326.
SEIXO (Prior do), 238.
SEM (João do), doutor, 21, 26, 37 e 121.
SENHOR, referido a Jesus Cristo, 2, 4, 12, 20, 24-25, 27-28, 30, 33, 35-36, 46, 81, 93, 96-97, 120, 126, 143-44, 155, 192, 196, 238, 243, 258, 287, 291, 310, 329 e 332-33. Encarnação do —, 218. Nascimento do —, 16, 49, 181-82, 279-80, 292, 298, 308 e 331. Nosso —, 10, 31, 75, 83, 183, 198, 253, 255-56, 285, 299, 301 e 303.
SEQUEIRA (Fernão de), escudeiro do infante D. Henrique, 345.
SEQUEIRA (Fernão Rodrigues de), Mestre de Avis, 80.
SERPA, 159-60, 239, 269 e 314.
SERPA (António Ferreira de), 192-93.
SERPA (João de), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1.
SERPA (Lopo Vasques de), doutor, do desembargo e petições de el-rei D. Afonso V, 322 e 327.
SERPA (Pedro de), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1.
SERPA (Rui de), servidor do infante D. Pedro, regente do reino, 1.
SERRA DE EL-REI (Paços da). V. — PAÇOS DA SERRA.
SERRA DA ESTRELA, 23.
SERRA DA PESCARIA, termo da Pederneira, 168.
SERRÃO (Diogo Álvares), escudeiro do infante D. Henrique, 190.
SERRÃO (João), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Alcácer, 199-200.
SERRATO (Bartolomeu). V. — SAVONA (Bartolomeu Serrato de).
SERTÃ, termo de Beja, 239.
SICÍLIA, 172. Governador geral da —, 7-8. Rei da —, 8, 10, 172 e 278. Reino da —, 10, 49 e 331.
SICÍLIAS (Rei das Duas), 6, 53, 83, 182, 302, 308, 331-32, 334 e 344.
SILVA (Aires Gomes da), companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 60, 64 e 86.
SILVA (Augusto Vieira da), 20.
SILVA (Francisco da), filho de João da Silva, fidalgo da casa de el-rei D. Manuel I, 94.
SILVA (Joana Gomes da), mulher de Lopo Dias de Azevedo, 84.
SILVA (João da), filho de Aires Gomes da Silva, companheiro do infante D. Pedro na caminhada para Alfarrobeira, 60.
SILVA (João da), fidalgo da casa do duque de Beja, 93.

SILVA (Rui Gomes da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 93-95, 162 e 166-67.
SILVEIRA (João Fernandes da), doutor, embaixador de el-rei D. Afonso V sobre o casamento da infanta D. Leonor, 330 e 332-35.
SILVEIRA (D. Mécia da), filha de Nuno Martins da Silveira, mulher de D. Fradique de Castro, 195, 220 e 315-17.
SILVEIRA (Nuno Martins da), escrivão da puridade de el-rei D. Duarte e de D. Afonso V, 15, 175, 195, 209, 220, 222, 244, 268, 315-16 e 346.
SILVES, 194 e 196.
SIMÕES (Vicente), fidalgo da casa real, 199.
SINTRA, 282, 284-86, 288, 294-95, 302 e 305. Igreja de Santa Maria de —, 6.
SOALHÃES (Morgado de), 195.
SOARES (Huião), tabelião em Santarém, 224.
SOAZ, na comarca de Entre Douro e Minho, 120-21.
SOTIRO (João), escudeiro, 112.
SOURE, 145-47 e 190.
SOUSA (António Caetano de), 76, 138, 246, 331 e 342.
SOUSA (Beatriz de), filha de Pedro Gomes de Abreu e de D. Aldonça, sobrinha da condessa de Marialva, D. Maria de Sousa, 116-18 e 234-35.
SOUSA (Brites de), mulher de Heitor Homem, 257-58.
SOUSA (Gonçalo Rodrigues de), capitão de ginetes, 65 e 175-77.
SOUSA (José Maria Cordeiro de), 33.
SOUSA (Gonçalo Rodrigues de), capitão de ginetes, 65 e 175-77.
SOUSA (Isabel de), mulher de Pedro de Tavares, 175-77.
SOUSA (João de), escudeiro do infante D. Henrique, 173-74.
SOUSA (João de), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 120-21.
SOUSA (João Teixeira Soares de), 192.
SOUSA (D. Maria de), condessa de Marialva, 116.
SOUSEL, 175.
STEYRLAND, arauto do rei dos romanos, D. Frederico, 278-80.
SUAREZ FERNÁNDEZ (Luís), 14 e 186.
SUL, julgado de Lafões, 65; terra de —, 241.
SÚPLICAS do infante D. Henrique ao Papa Nicolau V, a favor de Fr. Afonso Velho, mestre em teologia, 280 e 306.
TADAGASTE (Rio de), 171.
TÂNGER, 191.
TARAZONA (Deão de), 10.
TAROUCA, 23 e 121-23.
TAVAREDE, 209.
TAVARES, 38 e 117.
TAVARES (Gonçalo), tesoureiro do dinheiro, panos e demais coisas pertencentes às despesas da cidade de Ceuta, em Lisboa, 19.
TAVARES (Martim Gonçalves de), pai de Pedro de Tavares, 249-50.
TAVARES (Pedro de), fidalgo da casa do infante D. Henrique e alcaide do castelo de Portalegre, 175-77, 240 e 249-50.
TAVIRA, 97-98, 145-46 e 161. Mordomado de —, 294-95.
TAVIRA (Fr. Gil de) ou Fr. Gil Lobo, franciscano, licenciado em teologia, abade comendatário do mosteiro de S. João de Alpendorada, pregador, confessor e mestre de el-rei D. Afonso V, 115 e 144.
TAVORA (Álvaro Pires de), do conselho de el-rei D. Afonso V, 14, 86, 108-110.
TEIXEIRA (João), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 37-38 e 43.

TEJO (Rio), 323.
TELES (Fernão), filho de Aires Gomes da Silva, companheiro do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira, 60.
TELES (João), 97-98.
TEMPLARIOS, 145. V. — ORDEM DOS TEMPLARIOS.
TENTUGAL, 87.
TEOLOGIA, 144 e 280.
TERCEIRA (Ilha), Açores, 192-93.
TERESA (D.), mãe de D. Grimanesa de Melo, 202-03.
TERGESTINO (Bispo), de Trieste, 331-32 e 334.
TERRA SANTA, 290.
TERRAS DE BOURO, 84.
TERUEL, 300.
TESSALIA, 71. Batalha de —, 71.
TIROL (Conde de), 332.
TOLEDO, 229, 296 e 354. Arcebispo de —, 229.
TOMAR, 4, 33, 35, 99, 126, 128, 132, 134, 137, 173, 258-59 e 265-66. Convento de Cristo de —, 33 e 126. Feira de —, 3-4. Juiz das sisas de —, 173. Tabelião de —, 258-59.
TORRÃO, termo de Alcochete, 205.
TORRE (Diego de la), bacharel, 261-62 e 267.
TORRE DE MONCORVO, 109-10.
TORRE DE OCTAVIO, 182-83, 279, 287, 291-92, 298-301, 303 e 308.
TORRES NOVAS (Cortes de 1436), 75.
TORRES VEDRAS, 62 e 267.
TOSCANO (João Rodrigues), morto em Alfarrobeira, 70.
TOURNAI, 227 e 229.
TOVAR (Conde de), 315.
TRAS-OS-MONTES, 55-56 e 236.
TRATADO DE PAZ ENTRE PORTUGAL E CASTELA, de 30 de Outubro de 1431, 187.
TRATADO DE PAZ E AMIZADE ENTRE PORTUGAL E ARAGÃO E NAVARRA, de 11 de Agosto de 1432, 8 e 10.
TRAVANCO (Quinta do), termo de Vouga, 191.
TREBISONDA (Imperador de), 291-92.
TREVENTO (Conde de), 171.
TRIESTE. V. — TERGESTINO.
TRIGO (Afonso), escrivão régio, 91.
TRISTÃO (Ponta de), na ilha da Madeira, 311-12.
TURCIFAL, 266-67.
ULME, no termo de Santarém, 93-94.
UNIVERSIDADE, 126.
URGEL (Bispo de), 342.
VALBOM, 305.
VALDIGEM, 23.
VALÊNCIA. Cardeal de —, 16 e 307. Rei de —, 8, 10, 331 e 343.
VALÊNCIA DE ALCANTARA, 80 e 269.
VALENTE (Rui), cavaleiro do infante D. Henrique, 82 e 97-98.
VALENTINO (Cardeal), 308.
VALHADOLIDE, 14.
VALHELHAS, 38.
VALPAÇOS, 321.

VARZIELA, termo de Aveiro, 242.
VASCO (Fr.), freire professo do convento de Avis, 111.
VASCONCELOS (D. Afonso de), sobrinho de el-rei D. Afonso V, filho de D. Fernando de Cascais, 344.
VASCONCELOS (D. Beatriz de), filha de Joana Mendes de Vasconcelos, 195.
VASCONCELOS (João Mendes de), 4.º senhor do morgado de Soalhães, 65 e 195.
VASCONCELOS (D. Maria de), mulher de D. Afonso de Cascais, 65.
VASCONCELOS (D. Teresa de), mulher de D. Pedro de Castro, 65.
VASQUES (Afonso), escrivão da câmara do Porto, 57.
VASQUES (Alvaro), oleiro, morador em Coimbra, 166 e 185.
VASQUES (Fernão), tabelião das notas, 146-47.
VASQUES (Gil), residente em Lagos, 286.
VASQUES (Gonçalo), ouvidor nas terras do mestrado de Avis, 189-90.
VASQUES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, 168.
VASQUES (Jorge), hortelão, morador em Xabregas, 319 e 321.
VASQUES (Martim), criado e escudeiro do infante D. Henrique 180-81.
VASQUES (Martim), besteiro da câmara do infante D. Henrique, alfaiate em Santarém, 346.
VASQUES (Pero), porteiro-mor do infante D. Henrique, 88.
VASQUES (Pero), coudel de Aljezur, 222.
VAZ (Gonçalo), escrivão régio, 81.
VAZ (João), escrivão da puridade da rainha D. Leonor, 45-46.
VAZ (João), tabelião em Alcácer, 200.
VAZ (Tristão), 193.
VELHO (Fr. Afonso), dominicano, confessor do infante D. Henrique, mestre em teologia, 280-81 e 306.
VELHO (João), de Lebução, 321-22.
VENEZA, 331 e 342.
VERBA (Fr. João), conselheiro e confessor do infante D. Pedro, 140.
VERGY (Deão de), 71 e 79.
VERLINDEN (Charles), 312.
VERMELHO (Mar), 290.
VIALONGA, Vila Franca de Xira, 36.
VICENS VIVES (J.), 172 e 229.
VICENTE (João), escrivão da puridade do conde de Marialva, 118.
VICENTE (Mestre João). V. — VICENTE (D. João), bispo de Viseu.
VICENTE (D. João), bispo de Viseu, 125-26, 129-30 e 137.
VICENTE (Martim), piloto, servidor do infante D. Henrique, morador em Lagos, 284-86.
VICTORIBUS (Mathias de), ilustre varão de Veneza, 342.
VIEIRA (Alvaro), escrivão régio, 106, 155, 167-68, 175, 192, 217 e 265.
VILA DO CONDE, 56.
VILA FRANCA DE XIRA, 36 e 263.
VILA NOVA DE ANÇOS, 84 e 87.
VILA NOVA DE FOZCOA, 93 e 166-67.
VILES (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, 251 e 309-10.
VILES (Gil Fernandes), escudeiro do infante D. Henrique, 251-52.
VILES (João Fernandes), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 239, 251 e 309.
VILHENA (Margarida de), 206.
VIRGEM MARIA (Assunção gloriosíssima da), 182.
VISEU, 3, 151, 162-63, 179, 183-84, 218, 260 e 303. Almoxarifado de —, 213. Bispo

Copyrighted material

de —, 125-26, 129-30 e 137. Ducado de —, 130. Duque de —, 13, 79, 127, 151, 193 e 312. Encarregado dos órfãos e judeus da cidade de —, 183. Tesoureiro de —, 118.
VITERBO (Francisco Marques de Sousa), 115 e 170-71.
VOGADO (João), 67.
VOLLESDORFF (Georgius de), barão do ducado de Austria, 331-32 e 334.
VON SUDHEIM (Ludolfo), 290 e 292.
VOUGA, 191.
WADDINGUS (Lucas), 217 e 328.
XABREGAS, em Lisboa, 319 e 321.
ZAR'A-YA'QOB (D.), imperador da Etiópia, 288-89 e 291-92.
ZARCO (João Gonçalves), 193 e 311-13.
ZURARA (Gomes Eanes de), 26, 28, 58, 63-64, 69, 84, 92 e 161.
ZURITA (Jerónimo de), 8, 59 e 254.

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I. — Retrato da rainha D. Leonor de Portugal no «Liber Genealogie regum hyspanie» de D. Afonso de Cartagena (Na Biblioteca Nacional de Madrid, Ms. Vit. 19-2, fl. 38 v.), ps. VIII-IX.

Est. II. — Confirmação por D. Afonso V da feira de Viseu ao infante D. Henrique, em 1449 (Doc. 2), ps. 16-17.

Est. III. — Segurança dada por D. Afonso V ao conde de Benavente, em 1449 (Doc. 8), ps. 16-17.

Est. IV. — Primeira página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (Doc. 84), ps. 128-29.

Est. V. — Última página dos Estatutos da Ordem de Cristo, de 1449 (Doc. 84), ps. 128-29.

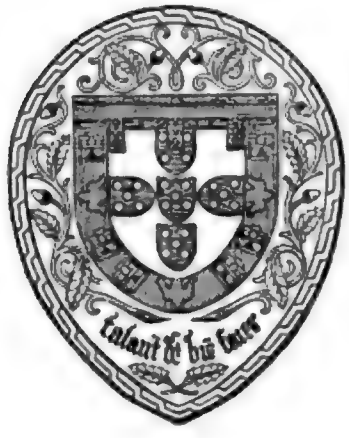
Est. VI. — Ordem de D. Afonso V ao conde de Benavente para retirar do país, de 1450 (Doc. 129), ps. 192-93.

Est. VII. — Pleno poder do príncipe D. Henrique de Castela ao conde de Benavente para firmar aliança com el-rei de Portugal, em 1451 (Doc. 256), ps. 352-53.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR . . . . . pág. IX
ABREVIATURAS . . . . . pág. XXV
DOCUMENTOS . . . . . pág. 1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA . . . . . pág. 357
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA . . . . . pág. 361
ÍNDICE CRONOLÓGICO . . . . . pág. 379
ÍNDICE ANALÍTICO . . . . . pág. 417
ÍNDICE DAS ESTAMPAS . . . . . pág. 449

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRÁFICAS DA «ATLANTIDA», EM COIMBRA, RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPÓGRAFO JOSÉ ABRANTES MACHADO, E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM OUTUBRO DE 1969. A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», AMBAS DE LISBOA.

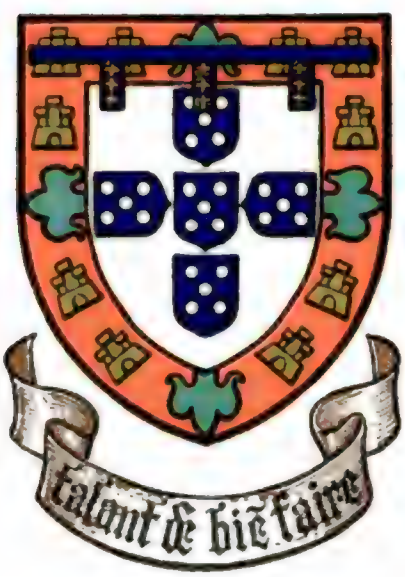

Talent de bien faire

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME XII

(1454-1456)



COIMBRA

1971

MONUMENTA
HENRICINA

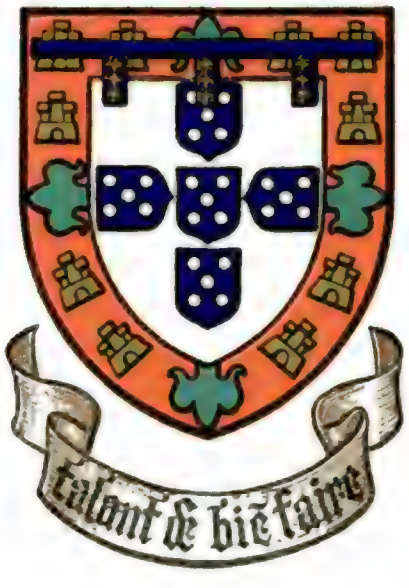
Copyrighted material

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME XII

(1454-1456)



COIMBRA

1971

DIRECÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANOTAÇÃO CRITICA

DE

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DINIS, O. F. M.

Est. I. — Iluminura da «Virtuosa Benfeitoria»
(Viseu, Biblioteca Municipal, códice membranáceo, cofre 12, fl. 1 r.).

AO LEITOR

O presente volume de Monumenta Henricina *insere documentos que vão dos meados do ano de 1454 a meados do de 1456 e nele se editam 176 textos diplomáticos, extraídos dos arquivos de Barcelona, Funchal, Génova, Greenwich, Lisboa, Milão, Porto, Roma, Simancas e Veneza.*

Os referidos anos foram de preocupação grande em toda a Cristandade, porque subsequentes à tomada de Constantinopla por Maomé II em 29 de Maio de 1453. Por isso, o papa Nicolau V retomou, no outono daquele ano, a cruzada iniciada já por seu antecessor Eugénio IV contra o avanço otomano; mas, na sua preparação o surpreendeu a morte, em Março de 1455.

Sucedeu-lhe, no pontificado, o valenciano Alfonso de Borja, com o título de Calisto III. Enérgica e apaixonadamente se devotou o novo papa à cruzada anti-turco, a ponto de, ainda antes de sair do conclave em que fora eleito e apesar dos seus 77 anos de idade, ele haver pronunciado inflamado juramento, a oferecer as suas forças e o próprio sangue, se necessário fosse, para recobrar Constantinopla (1). *E o problema constituía verdadeira obsessão do pontífice, a aflorar constantemente em suas conversas.*

De sorte que, pouco depois de coroado, Calisto III, pela bula Ad summi pontificatus, *de 15 de Maio de 1455, confirmou a cruzada lançada por seu antecessor Nicolau V* (2) *e lançou-se afadigadamente à organização de poderosa armada internacional, sua e das nações cristãs, contra a investida otomana, tarefa que veio a dominar os seus três anos de pontificado.*

Portugal, preocupado desde o início da sua história com a expulsão e redução do vizinho sarraceno, nunca, em séculos anteriores, escutou os apelos pontifícios para cruzada no Oriente, aduzindo servir igualmente a religião e fé católicas no Ocidente, no combate às gentes mouriscas. Recordamos, por exemplo, a atitude assumida sobre o particular pelo nosso D. Afonso IV em 1330-35, estranhada aliás pelo papa João XXII, em suas letras Ad nostrum (3); *mas os nossos monarcas entendiam que,*

---

(1) O respectivo texto latino em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ad annum 1455, n.° 18.

(2) DOC. 64 do presente volume.

(3) Cfr. os DOCS. 77 e 80 do vol. 1 de *Monumenta Henricina*. Pode ver-se também A. J. DIAS DINIS, *Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV*, na «Revista Portuguesa de História», vol. 10, Coimbra, 1962, ps. 1 a 118.

Copyrighted material

primeiramente, lhes incumbia reduzir os infiéis vizinhos, os sarracenos, e não os alongados turcos, com maior proveito do reino e não menor da Cristandade.

Porém agora, neste meado do século XV, o rei de Portugal não só aderiu à cruzada para o Oriente, como foi até o único príncipe europeu a tomá-la a sério. De resto, como com razão sublinham modernos historiadores, dispúnhamos da melhor esquadra da Europa e achávamo-nos à margem das lutas inglórias que traziam dividida a Cristandade ocidental. De sorte que, viemos a ser a grande esperança dos romanos pontífices para a eficiência da luta contra o turco.

Deveras pálido é o eco de tal empresa entre nós, denunciado pelo cronista afonsino Rui de Pina e, para mais, errada a cronologia dos acontecimentos. O autor alude à cruzada em referência nos capítulos 135 e 138 da Crónica de el-rei D. Afonso V. *E conta, no primeiro capítulo aduzido, como o soberano português acedera ao apelo para a cruzada, formulado a todos os prínpices cristãos por Calisto III. E refere que o monarca se comprometera, ainda em vida da rainha sua esposa, portanto antes de 2 de Dezembro de 1455, a associar-se à empresa contra o turco com 12.000 homens, por um ano, à sua custa.*

Depois, o autor abre o capítulo 138 por estes dizeres: — «E, no anno de mjl e quatrocentos e cinquoenta e sete annos, veeo a estes rregnos, por delegado do papa Calixto, hũu bispo de Silues, portugues, homem de boom saber e grande autoridade, que a elrrey trouxe a cruzada contra os turcos, com grandes e piedosas graças e perdões da see apostolica, assi como sobre o caso foram outros a outros rregnos e proujncias de christãos».

O autor protela, pois, para o ano de 1457 o início, no país, dos preparativos da cruzada contra o turco sob o pontificado de Calisto III bem como o envio por D. Afonso V ao rei de Aragão, sobre o assunto, de Martim Mendes de Berredo, facto a que alude também o cronista em seu retrocitado capítulo. A verdade dos factos é, porém, outra, como o prova a documentação inserta no presente volume.

Passada a acima citada bula de Calisto III sobre a cruzada em Roma a 15 de Maio de 1455, deve ter-se-lhe seguido, nos quinze dias subsequentes ou antes mesmo da publicação daquela, a adesão do rei de Portugal; pois, a 1 de Junho do mesmo ano, o dito pontífice nomeava o cavaleiro olisiponense Vasco Farinha para vice-almirante da esquadra cristã contra os turcos e o nomeado veio a tomar posse do cargo em Roma a 24 de Maio de 1456, em mãos do almirante da mesma, o cardeal

Luís Scarampi Mezzarota (4). *E a primeira embaixada de Berredo ao rei aragonês sobre o particular decorreu em Setembro ou Outubro do referido ano de 1455; pois, a 10 do segundo daqueles meses já o soberano de Aragão respondia pelo mesmo citado embaixador ao rei de Portugal e ainda ao infante D. Fernando sobre a cruzada em projecto* (5).

Também a nomeação do bispo de Silves, D. Álvaro Afonso, para legado papal em nosso país, a fim de colaborar com D. Afonso V na organização da cruzada, não remonta ao ano de 1457, como assevera Pina, mas data de 15 de Fevereiro de 1456 (6). *E seguiu-se-lhe uma série de diplomas pontifícios, dos dias 15 e 16 do dito mês e de 12 e 23 de Março do referido ano de 56, a providenciar por que houvesse o rei de Portugal os recursos necessários à preparação da sua armada contra o turco, a integrar na pontifícia* (7).

Para a obtenção de recursos, naquelas suas letras o sumo pontífice outorgou a el-rei D. Afonso V a dízima dos rendimentos de todos os benefícios eclesiásticos do país, nomeadamente das Ordens Militares e Religiosas, e mandou exortar a população em geral, por pregadores e confessores, a contribuir também pecuniàriamente para a cruzada segundo as suas posses. E, por os ditos recursos serem insuficientes, ordenou o papa fossem aproveitados igualmente os rendimentos de benefícios eclesiásticos ilegalmente possuídos e recebidos e ainda as receitas provenientes da concessão de determinadas graças, de anatas e de dispensas, inclusivamente do voto de peregrinação, revertendo para a cruzada as somas a despender nas peregrinações pelos dispensados; enfim, permitiu Calisto III que os próprios eclesiásticos interviessem pessoalmente na cruzada, de armas na mão, podendo ferir e matar como qualquer outro soldado; e, a D. Afonso V, ao infante D. Henrique e demais expedicionários portugueses, além da respectiva indulgência da cruzada, concedeu o pontífice ainda outras graças, para o bom êxito da mesma.

No intuito de engrossar a armada portuguesa para o Oriente, D. Afonso V passou carta de perdão geral, a convidar os incriminados em delitos a inscreverem-se nela. Não encontrámos o texto nem a data daquele diploma régio. Contudo, não parece ilógico supor-se que ele deve

---

(4) DOC. 71 deste volume e a anotação respectiva.
(5) DOCS. 93 a 96.
(6) DOC. 113.
(7) DOCS. 114, 115, 117, 118, 136 e 143.

Copyrighted material

ter sido passado em Janeiro do ano de 1456, uma vez que, nas posteriores cartas individuais de perdão, o soberano condiciona geralmente a sua indulgência aos crimes cometidos anteriormente àqueles mês e ano (8).

Também o monarca, ainda nos anos de 1455 e 1456, por cartas e embaixadas, dirigidas pelo menos ao rei de Aragão e às Repúblicas italianas, nomeadamente por Martim Mendes de Berredo e pelo Dr. João Fernandes da Silveira, sondou a opinião dos chefes daqueles estados cristãos sobre a possível colaboração dos mesmos na grande armada ocidental e pontifícia contra os turcos (9).

O empenho grande do papa Calisto III pela organização de vultuosa e eficiente cruzada cristã para o Oriente não o impediu, porém, até como oriundo da Península Hispânica, de secundar os esforços de Portugal pela redução do sarraceno em Marrocos e ainda pela assistência espiritual e defesa dos portugueses cristãos ali residentes, como o demonstram alguns dos diplomas pontifícios insertos no presente volume.

Concretamente e sob severas penas canónicas, o pontífice, embora naturalmente a rogo do soberano português, ordenou que cada uma das quatro Ordens Militares do país fundasse e mantivesse em Ceuta convento à própria custa e que, anualmente e por turnos, enviasse para lá a terça parte de seus freires que, juntamente com os cavaleiros e os moradores da cidade, a defendessem dos islamitas.

Renovou também o papa a D. Afonso V a permissão de comerciarem os portugueses com os mouros, excepto nas mercadorias tradicionalmente interditas pelos concílios e pelos romanos pontífices, ferro, madeiras, cordame, navios e armas; e, enfim, Calisto III confirmou as bulas de seus antecessores de anexação à diocese Ceptense dos bens por aqueles desmembrados das dioceses de Tui e de Badajós (10). *A elevação do arcebispo de Lisboa D. Jaime de Portugal ao cardinalato por Calisto III, em 20 de Fevereiro de 1456, constituiu outro velho anseio português* (11).

---

(8) Cfr. a nossa nota da pág. 344 do presente volume.

(9) DOCS. **93** a **96**, **109** e **175**.

(10) DOCS. **59**, **69**, **70**, **87**, **116**, **129** e **132**. O texto do DOC. **39**, em que el-rei autorizou João Nunes e João Alvares a comerciar, durante um ano, com as terras marroquinas, nomeadamente com Anafé, Salé e Safim, e a trazerem de lá trigo, dada a carestia do pão no reino, parece considerar mercadorias proibidas para o chão dos sarracenos apenas armas e ferro.

(11) Cfr. os DOCS. **119** deste volume e ainda **67** a **70** e **135** do vol. **11**.

Pelo menos desde 9 de Janeiro de 1443, o nosso Ultramar estava outorgado a Portugal implìcitamente, através da integração da espiritualidade do mesmo, pelo papa Eugénio IV, a rogo do infante D. Henrique, na portuguesa Ordem Militar de Cristo (12). *Contudo, a atribuição política, explícita e perpétua ao país das terras descobertas e conquistadas ou a descobrir e conquistar pelos portugueses, nomeadamente desde os Cabos Bojador e Não para sul até aos índios, deve-se ao papa Nicolau V, que a outorgou pela bula* Romanus pontifex, *de 8 de Janeiro de 1455, a el-rei D. Afonso V e sucessores e ao infante D. Henrique* (13).

No ano seguinte, a 13 de Março, o papa Calisto III, pela bula Inter cetera, *não só confirmou a retrocitada, como concedeu perpètuamente à Ordem de Cristo o poder, domínio e jurisdição espirituais sobre aqueles territórios, assim entregues à responsabilidade da referida Ordem Militar e à jurisdição do vigário-geral de Tomar, prelado* nullius dioecesis, *posto que simples sacerdote, freire professo da dita Ordem, o qual os regeu, eclesiàsticamente, até à criação das nossas dioceses ultramarinas, no século XVI* (14). *Pelo que veio o mesmo a intitular-se, legìtimamente, Vigário-Geral de Tomar e de Santiago de Santarém, de Santa Maria de África em Ceuta, de Santa Maria da Misericórdia de Alcácer-Ceguer, das ilhas da Madeira e dos Açores e das partes de Guiné, desde o Cabo Não até aos índios* (15).

•

No aspecto geral da política peninsular, o casamento da portuguesa infanta D. Joana, irmã de D. Afonso V, com el-rei D. Henrique IV estreitou os laços de amizade entre Portugal e Castela (16). *Com o Aragão manteve o país as tradicionais boas relações, reforçadas inclusivamente pela troca de correspondência e de embaixadas entre o soberano portu-*

---

(12) DOC. 1 do vol. 8 de *Monumenta Henricina*. Sobre o particular pode ver-se também DIAS DINIS, *A prelazia «nullius dioecesis» de Tomar e o Ultramar português até 1460*.

(13) DOCS. 36, 61 e 84. Em Dezembro seguinte, o navegador genovês António ou Antoniotto Usodimare pretendia arvorar-se em descobridor da foz do Gâmbia, atingida muito antes pelos portugueses (DOC. 99).

(14) DOC. 137.

(15) Cfr. *A Prelazia* citada.

(16) DOCS. 18, 38 e 58.

guês e o aragonês, màximamente a propósito da cruzada contra o turco, embora nem sempre tivesse havido a almejada sinceridade, por parte do Rei Magnânimo, a tal respeito (17).

Internamente, assistimos a melhoria de relações entre D. Afonso V e o irmão D. Fernando, para quem o monarca obteve do papa Calisto III, em 13 de Março de 1456, pudesse acumular a administração de outra Ordem Militar com a de Santiago da Espada para guerrear os sarracenos (18). *Também, e para já, o nascimento do príncipe D. João, em 3 de Maio de 1455, veio libertar o monarca e o país do grave problema da sucessão régia, embora as preocupações sobre o particular se houvessem mantido até bastante mais tarde* (19).

A rainha D. Isabel tivera a satisfação de ver empossado o irmão D. Pedro no Mestrado de Avis em 30 de Maio de 1453 (20) *e, em 29 de Julho de 1454, ela ordenava aos Médicis entregassem àquele seu irmão o rendimento anual do crédito que ela havia no Monte de Florença* (21). *Teve ainda a rainha oportunidade de assistir à solene trasladação dos restos mortais do pai, o ex-duque de Coimbra, do mosteiro de Santo Elói de Lisboa para o respectivo túmulo na igreja da Batalha, cometida a função principalmente ao infante D. Henrique* (22).

Enfim, a soberana viu também o diploma régio de 20 de Julho de 1455, a ilibar de infâmia e traição em que haviam incorrido os vivos e falecidos que se uniram ao infante D. Pedro contra o monarca, repostos assim os sobreviventes e seus descendentes em suas honras e liberdades, ofícios e benefícios, com ordem do soberano para se destruirem as cartas régias em contrário e ainda os registos das mesmas, onde quer que se encontrassem (23); *porém, a rainha falecia em Évora a 2 de Dezembro seguinte, aos 23 anos de idade, e não sem suspeita de haver sido envenenada, como sublinha o cronista Cristóvão Rodrigues Acenheiro.*

---

(17) DOCS. 90, 93, 95, 96 e 145.

(18) DOC. 138 do presente volume e a súplica respectiva de 25 de Fevereiro anterior, em AV., *Reg. Suppl.*, vol. 489, fl. 164.

(19) DOC. 68, PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 136, e A. J. DIAS DINIS, *Reclamações contra a entrada da Princesa Santa Joana em Religião*, em «Colectânea de Estudos», 2.ª série, ano 3, Braga, 1952, ps. 235-56.

(20) DOC. 106 do vol. 11 de *Monumenta Henricina*.

(21) DOC. 14 do presente volume.

(22) PINA, *Crónica* cit., cap. 137.

(23) DOC. 80.

*

O papa Calisto III conhecia sobejamente a actividade ultramarina do infante D. Henrique, pelo menos desde os anos em que fora secretário, conselheiro e confidente do rei D. Afonso V de Aragão, naturalmente sempre ao par da expansão portuguesa. Por isso, já pontífice, Calisto III apelidou o Navegador de atleta intrépido da fé ortodoxa (24). *E não deixou o papa de outorgar-lhe, na peugada de seus antecessores, ao infante e a pessoal seu, uma série de graças, nomeadamente ao confessor henriquino, conselheiro e embaixador o dominicano Fr. Afonso Velho bem como ao franciscano Fr. Estêvão de Loulé, a este para prosseguir na missionação das Canárias, onde ele já trabalhara durante três anos, ou onde D. Henrique lhe ordenasse* (25).

Vimos já como pela bula Etsi suscepti, *de 9 de Janeiro de 1443, as Ilhas Adjacentes e o Ultramar português da época foram reconhecidos, implìcitamente, a Portugal, pela doação pontifícia dos mesmos à portuguesa Ordem Militar de Cristo. Assim o veio a entender el-rei D. Afonso V, ao doar, vitalìciamente, ao infante D. Henrique, a 7 de Junho de 1454, portanto meio ano antes da bula* Romanus pontifex *de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, as referidas terras ultramarinas, apenas com reserva para o monarca das apelações e alçadas em morte de homem e talhamento de membro. E, no mesmo diploma, el-rei conferiu ao Navegador jurisdição cível para ele resolver, como aliás já vinha fazendo, demandas que às vezes surgiam entre armadores e mercantes* (26). *E ratificando, pràticamente, a supracitada bula de Eugénio IV de 1443, no mesmo dia D. Afonso V outorgou a espiritualidade dos referidos territórios à Ordem de Cristo, pelo dito infante regida* (27).

Tendo-se negado, entretanto, as justiças do reino a reconhecer a jurisdição henriquina nas Ilhas, a pedido de D. Henrique o monarca tornou ao assunto em carta de 14 de Junho de 1454 e regulamentou concretamente o exercício da aludida jurisdição (28). *E outras relações entre D. Afonso V e o Navegador se documentam no presente volume: a nomea-*

---

(24) DOC. 146.
(25) DOCS. 122, 123, 133, 135, 142, 144, 146, 147 e 151.
(26) DOC. 1.
(27) DOC. 2.
(28) DOC. 5.

Copyrighted material

ção por el-rei daquele e do infante D. Fernando para curadores do príncipe D. João e para prestarem e receberem preitos e homenagens do clero, nobreza e povo ao futuro soberano (29); *a confirmação régia a D. Henrique do regimento das saboarias dado por D. João I* (30); *a devolução pelo soberano ao infante e à Ordem de Cristo das comendas de Mogadouro e Penarróias, por declarada anti-canónica a troca das mesmas por D. Henrique pela igreja de Povos, no actual concelho de Vila Franca de Xira, do padroado régio* (31); *e a anexação à coroa da jurisdição do julgado de Meda, havida pela Ordem de Cristo* (32).

Agora alguns textos de D. Henrique ou relativos ao mesmo. O infante empraza os bens da Ordem de Cristo da vila e termo de Leiria ao cronista Gomes Eanes de Zurara (33); *dá normas sobre o fornecimento de carne, peixe e marisco ao pessoal do castelo e do convento de Cristo de Tomar* (34) *e ainda sobre as relações entre a vila e a Ordem referidas* (35); *manda reempossar o fidalgo Heitor de Sousa, vedor da sua casa, em quinta do couto do Guardão* (36); *pugna pela isenção da Ordem de Cristo, de que é regedor e governador* (37); *lançamentos vários relativos ao infante e a pessoal seu, em cartas régias de quitação* (38); *D. Henrique e o relego do vinho de Viseu* (39); *Álvaro, terra do infante* (40); *tença concedida pelo mesmo* (41); *reclamações em cortes sobre arneses tomados por D. Henrique em Guimarães para Ceuta* (42) *e sobre privilegiados do infante no burgo de Águeda* (43).

Finalmente, diplomas vários, a documentar a biografia pelo menos

---

(29) DOCS. 73 e 74.
(30) DOC. 89.
(31) DOC. 152.
(32) DOC. 41.
(33) DOC. 48.
(34) DOC. 49.
(35) DOC. 131.
(36) DOC. 65.
(37) DOC. 111.
(38) DOCS. 20 e 134.
(39) DOC. 51.
(40) DOC. 56.
(41) DOC. 82.
(42) DOC. 165.
(43) DOC. 176.

Copyrighted material

dos seguintes servidores henriquinos: dos fidalgos Álvaro de Castro, Heitor Homem, Heitor de Sousa, Jorge Anes, Luís Fogaça, Luís Mendes de Vasconcelos, Pedro de Tavares, Rui Gomes da Silva e Rui de Melo; dos cavaleiros Álvaro de Abreu, Diogo da Cunha, Diogo Gil Jaques, Diogo Lopes, Fernando Afonso Cicioso, Fernão Lopes de Azevedo, Galiote Leitão, Gonçalo Pacheco, João Correia, Lançarote da Ilha, Martim Gomes Leitão, Rui Lopes e Rui Valente.

Dos escudeiros Afonso André, Afonso Fernandes, Afonso Henriques, Afonso de Mansilha, Afonso Viles, Álvaro Caiado, Álvaro Esteves, Álvaro Ferreira, Antão Bernardes, Antão Gonçalves da Moita, Antão Pires, Diogo de Barros, Diogo Subtil, Duarte Vasques, Estêvão de Araújo, Estêvão Dias de Almeida, Estêvão de Moura, Estêvão Vasques Subtil, Fernando Álvares de Moura, Fernão Delgado, Fernão Gil, Fernão Gonçalves de Faria, Fernão de Gouveia, Fernão Leitão, Fernão de Nisa, Fernão do Porto, Fernão Vasques, Fernão Vaz, Gil Álvares, Gomes Eanes, Gomes Fernandes, Gonçalo Anes, Gonçalo Garcia, Gonçalo Gorizo, Gonçalo Pacheco, Gonçalo Pereira, Gonçalo Vasques, Gonçalo Vasques Gorizo, João Álvares, João Fernandes, João Gonçalves, João Gonçalves Chorente, João Rodrigues, João Vasques Farinha, Lisuarte de Curutelo, Lopo Afonso, Lourenço Gonçalves, Luís Cabral, Luís Fernandes, Martim Afonso, Martim Anes, Pedro de Carvalhais, Pedro Delgado, Pedro Eanes, Pedro Vasques, Rui Guterres, Vasco Esteves, Vasco Martins, Vasco de Parada e Vicente Anes.

Enfim, dos besteiros Afonso de Lisboa, Álvaro Gonçalves, Gonçalo Anes, Gonçalo Correia e João Fernandes; dos criados Afonso Bernardes, Fr. Estêvão de Loulé, D. Fr. Fernando, vigário-geral de Tomar, Gil Eanes, Gonçalo Eanes da Costa, Guedelha Palaçano e Lopo da Moita; dos ouvidores Gil Afonso e Pedro Eanes Brandão; do almoxarife Fernando Afonso; do contador Martim Gonçalves; do escrivão da câmara João de Basto; do marinheiro João Escudeiro; dos capelães Fr. Afonso Velho e Pero do Alentejo; do barbeiro Aires Pires; e dos físicos e cirurgiões mestres Guedelha, Isaac Franco e Jacob e ainda de Samuel Goleimo.

ABREVIATURAS

ACA. — Archivo de la Corona de Aragón, em Barcelona.
ADF. — Arquivo Distrital do Funchal.
AGS. — Archivo General de Simancas.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.
ASF. — Archivio di Stato de Florença.
ASV. — Archivio di Stato de Veneza.
AV. — Archivio Segreto Vaticano.
BAV. — Bibliotheca Apostolica Vaticana.
BNP. — Bibliothèque Nationale de Paris.
BPMP. — Biblioteca Pública Municipal do Porto.
BUG. — Biblioteca Universitária de Génova.
Cap., Caps. — Capítulo, capítulos.
cfr. — confira.
cit., cits. — citado, citados.
cód., códs. — códice, códices.
Doc., Docs. — Documento, Documentos.
ed. — edição.
fl. fls. — fólio, fólios.
Fr. — Frei.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
liv., livs. — livro, livros.
lug. cit. — lugar citado.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
n.º, n.ºs — número, números.
O.F.M. — Ordem dos Frades Menores, Franciscanos.
p., ps. — página, páginas.
r. — recto.
Reg. — Registro.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
séc., sécs. — século, séculos.
ss. — seguintes.
t., ts. — tomo, tomos.
v. — verso.
vol., vols. — volume, volumes.

1

7 JUNHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, na qual, atendendo aos muitos e estremados serviços recebidos do infante D. Henrique, seu tio, e à sua singular virtude e grandeza de coração em conquistar, não sem grandes trabalhos, despesas, perigos e derramamento de sangue da sua gente, as partes marinhas e terras de Gazula, Guiné, «Nilo e Etiópias», vizinhas do mar oceano até agora não navegado nem sabido dos mortais, com seus navios e gentes, muitas vezes àquelas partes enviadas, as quais navegaram até cerca das Índias bem 500 léguas e subjugaram aqueles marinhos povos e muitos do sertão, uns por armas, outros por tratos e composições amigáveis, donde vêm ao reino, cada ano, muitos infiéis cativos, que, convertidos a Cristo, nos servem, e ainda está encaminhado para vir de lá muito ouro; o monarca doa ao referido infante, vitaliciamente, as praias, terras, portos, costas, abras, rios, ilhas, mares e pescarias por ele conquistadas e descobertas, desde o Cabo Não(?) até onde chegaram ou chegarem suas caravelas, por guerra ou trato de paz, com a respectiva jurisdição, reservadas apenas ao soberano as apelações e alçadas em morte de homem e talhamento de membro; e, porque, às vezes, surgem demandas e contendas entre os que vão com os seus navios àquelas partes, sobre a partilha do que de lá trazem, por guerra ou trato de resgate, como das coisas que de cá levam, el-rei outorga ao mesmo infante jurisdição cível para ele resolver tais demandas entre os armadores e pescadores, como aliás já usava fazer (1).

ADF., *Documentos avulsos*, caixa 1, doc. 59, em cópia do século XVI, feita sobre traslado autêntico extraído da chancelaria da Casa do Cível de Lisboa, em 26 de Agosto de 1494, — donde se reproduz.

---

(1) Com a primeira parte desta carta podem cotejar-se os dizeres da do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443 (em *Monumenta Henricina*, vol. 8, ps. 107-08) e da do próprio infante D. Henrique de 26 de Dezembro de 1457 (em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 544-45) e bem assim com DUARTE PACHECO PEREIRA, *Esmeraldo «de situ Orbis»*, Prólogo.

Publicada e comentada por ALBERTO IRIA, *Novas cartas régias afonsinas acerca dos descobrimentos e privilégios do Infante D. Henrique*, ps. 102-04.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Alguarue, ssenhor de Cepta.

A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que, consyramdo nos os mujtos e estremados serujços que rrecebemos do muy jlustre yfamte dom Anrique, meu mujto prezado e amado tio, de cuja singullar vertude e grandeza de coraçam procede de conquistar, nam porem sem gramdes trabalhos e despesas e perigos e espargimento de sangue de sua gente, as partes marinhas e terras de Gazulla, Gujnee e Njlo (2) [e] Ethiopia, vizinhos daquelle hociano mar que, da primeira memoria dos pasados seculos hathe a presemte ydade nosa, numca foy navegado nem sabido dos mortaes, elle, com hajuda e espeiciall graça do todo poderoso Deus, per seus navios e mujtas vezes per desuairados tempos, com suas gentes haquellas partes emviadas, todos aquelles mares, costas, praias e angras e portos, ylhas, rrios e abras navegamdo, descobrio (3) hathe acerca des Yndias bem b^{c} legoas, alem do que per algũ dos viuentes nunca foy naveguado nem sabido, sogigamdo aquelles marinhos povos e algus mujtos dos çertãos, delles per armas e delles [per] trauctos e composyções amjgaues, domde vem a estes nosos rreinos mujtos jnfiees catiuos em cada hũ anno e se tornam ha ffee de Jhesu Cristo e nos seruem, e esta bem hazado e encamjnhado de vyr de lla, ligeiramente, mujto houro, que as leix jnperiaes, per sotill jngenho, [lhe]s mamdam escoeer (4) das nações barboras, e esto todo... (5) gramde louuor de Deus he honra he hac[resce]ntamento de sua santa jgreja e mujto noso serujço e synguollar proveito de nosos rreignos (6).

---

(2) Por *Senegal*. «Cétait une idée très répandue chez les géographes du Moyen Age que des grands lacs d'Afrique centrale — d'ailleurs non précisés car inconnus — sortaient non seulement le Nil d'Egypte, mais aussi un grand fleuve courant vers l'Occident, le Nil des Noirs ou Niger qui, croyait-on, se jetait dans l'Atlantique par le Sénégal» (RAYMOND MAUNY, *Esmeraldo de situ Orbis*. Côte occidentale d'Afrique du Sud Marocain au Gabon, p. 161). A tal respeito são bem explícitos os capítulos 4 e 5 do liv. 1 do *Esmeraldo*, de PACHECO PEREIRA.

(3) Repare-se no uso e acepção moderna do verbo *descobrir*, no sentido geográfico do encontro de terras, duas vezes usado na presente carta régia.

(4) Por *escoar*?

(5) Aqui faltam no manuscrito duas ou três palavras, rasgado e manchado o papel.

(6) Sublinhamos a menção do «proveito do reino», também aduzido por el-rei D. Manuel em seu testamento, de 7 de Abril de 1517 (Cfr. o final da nota da pág. 31 do nosso vol. 10).

E, querendolhe nos, em algua parte, hagallardoar estes seus jmensos merecimemtos, como, segundo Deus e noso rreall estado, somos hobrigado; lhe fazemos pura doaçam, em sua vyda jnreuogauell, amtre viuos em tall guysa valledoira, que nam posa ser rreuogada, das dictas prayas, terras, portos, costas, abras, rrios, ylhas, mares, pescarias que elle asy comquistou e descobrio, des o Cabo (7) ate o majs longe logar a que chegaram suas carauellas hou chegarem e conqujstarem, per guerra ou per trato de paz, com toda sua jurdição, alta e baixa, ciuell e crime, meero, mjstico jmperio, rresaluamdo pera nos as hapellaçõees e alçadas de mortes dhomes e talhamento de nenbros; a quall doaçam lhe fazemos de noso propio moujmento e poder absoluto, sem nollo elle pedir nem outrem por elle, soprindo de nosa certa sciencia quallquer solenjdade de feito ou dereito que necesaria seja pera dicta doaçam mays firme ser, sem embargo de quaesquer leys ynperiaes ou canonjcas, estatutos, costumes, ordenações, estillos, grosas e opinyões de doutores que em contrajro sejam, as quaes declaramos contra esta ordenaçam nam vallerem nem haverem algũ hefeito.

E, porque has vezes nacem demamdas e comtendas amtre os que vam com seus navios haquellas partes, asy sobre has partilhas das cousas que de lla trazem, por guera ou trato de rresgates, como das cousas que de qua lleuam, e o dicto yfamte, ha que ja, per vertude desta nosa doaçam e merçee, pertemce ha jurdição e senhorio das dictas terras e, de mujto tenpo aquaa, custumou detremjnar semelhantes contendas amtre os armadores e pescadores que haquellas partes vam polla augoa, por hua e vsada esperiencia que de todollos humanos autos e mestra, sabera estas cousas mylhor detremjnar, semtimdo nos asy por noso serujço e bem da dicta comquista; lhe damos e outorgamos toda jurdição ciuell sobre quaesquer destado e degnjdade e comdição que seja, que has ditas prayas e mares fforem, em auto de guera ou pera pescarem ou rresgatarem, e em aquellas comtemdas he demandas que dos dictos rresgates, pescarias ou presas naçerem ou dependerem (8).

E porem mandamos a todollos corregedores, jujzes e justiças de nosos rregnos que nam tomem conhecimento de taes feitos e que hos

---

(7) Assim no manuscrito, em que o termo de *Cabo* supomos referir-se ao de *Não*, onde principiaram os descobrimentos henriquinos, nos termos da carta do infante D. Henrique de 26 de Dezembro de 1457 (Em SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 544-45). Sobre o assunto pode ver-se ainda DIAS DINIS, *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?*

(8) Elemento histórico novo, não referenciado por ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, este das demandas e contendas entre os navegadores, fosse em razão da partilha do que traziam da costa africana, fosse por motivo das mercadorias que de cá levavam para o resgate ou comércio com o indígena africano.

Copyrighted material

rremetam ao dito yfamte ou ha seus ouujdores, que os veja ou desembarge como sempre custumou e achar que he dereito. E, por firmjdão desto e segurança sua, lhe mamdamos dar esta carta, per nos hasellada do noso sello do chunbo.

Dada em a nosa muy nobre e leall cidade de Lixboa, a sete dias de junho. JorgEanes ha fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Crjsto de myll he quatrocentos e cinquoemta he quatro annos (9).

2

7 JUNHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar à Ordem de Cristo, muito acrescentada pelo infante D. Henrique, a administração espiritual e a jurisdição de todas as praias, costas, ilhas e terras, conquistadas e por conquistar, de Guiné, Núbia, Etiópia e de qualquer outra denominação, nos termos em que a donatária a exercia em Tomar (1).

ANTT., *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 3, fl. 12, — donde se reproduz. Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 26 do livro 3, extraída do cartório da Casa de Bragança, e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 518-19, segundo a fonte acima citada, por não se encontrar na chancelaria.

Dom Affonso, pella graça de Deos rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Ceita.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a Ordem da Cauallaria de Nosso Senhor Jesu Christo, em nossos rregnos fundada per diuinal

(9) Neste mesmo dia doou el-rei à Ordem de Cristo, de que D. Henrique era regedor e governador, a jurisdição e administração espiritual das terras conquistadas e por conquistar da costa guineense (Cfr. o documento seguinte).

(1) O presente documento é complemento, no espiritual, do anterior e um e outro vieram a ser confirmados ao rei de Portugal e ao Navegador, solenemente, por Nicolau V — o árbitro político da época — na bula *Romanus pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, — o DOC. 36 do presente volume.

ordenança, assi virtuosamente foy em nossos dias pello muy ilustre jffante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio, administrada, que alem do diuino culto e spiritual acrecentamento, em que certamente recebeo manifesta melhoria, ainda nas cousas temporaes, sem as quaes a spiritualidade nem a militar disciplina, per hũa deuota e religiosa vontade recebida, sosteuda ser nom pode, foy tão muito acrecentada que, saindo longe dos seus antigos termos, cobrasse muitas ilhas grandes e proueitosas, per hũa singular prudencia e marauilhosa industria do dito jffante nouamente pouoradas.

E, porque a graça daquelle Senhor que todallas cousas pode todalas cousas ordena a louuor do seu sancto nome, nom pode ser ouciosa, cujos juizos profundos e escondidos aos mortaaes, de pequenos começos per desuairados meyos e proseguimentos muy alongados das humanaaes conjeituras trazer sõoe proueitosos fins; o dito jffante, de muitas virtudes e singular deuaçom illustrado e da graça [do] obrador diuinal tangido, per autoridade nossa, conquistou as prayas de Guinea, de Nubia e Ethiopia, querendo trazer aa igreja de Deos sancta e aa nossa obediencia aquelles barbaros poboos a que nunca, per mar nem per terra, christãos algũus chegar ousarom, a qual cousa certamente nom sem especial ajudoiro do Senhor Deus [foy feyta] (2) e he marauilhosa em nossos olhos.

Porem, consirando nos como com algũas despesas da dicta Ordem da Caualaria de Jesu Christo e por contemplaçom sua, a dita conquista foy proseguida e começada, razom nos pareçeo a ella pertencer a spiritualidade das terras conquistadas (3). E portanto, querendo nos satisfazer ao que deuemos ao todo poderoso Deos das hostes, Senhor dos vencimentos, de cuja mão recebemos o principado e esta noua vitoria, queremos e outorgamos, quanto com direito podemos, que a dita Ordem de Jesu Christo per o dito jffante e pollos administradores que depois delle veerem pera todo sempre, aja daquellas prayas, costas, ilhas, terras conquistadas e por conquistar e de Gazulla, Guinea, Nubia, Ethiopia e per quaesquer outros nomes que sejam chamadas, toda espiritual administraçom e jurisdiçom, assi como ha em Thomar, que he cabeça da dita ordem, aa qual as ditas terras, assi como nembros de nouo encorporados e ajuntados, deuem seer anexas. E faça prouer aqueles poboos que conquistados forem de pregadores e reitores, que lhe ministrem os ecclesiasticos sacramentos.

---

(2) Introduzimos as palavras *foy feita*, pois estas ou semelhantes faltam visivelmente no texto.

(3) Repare-se em como o monarca atribue a expansão portuguesa ultramarina à Ordem Militar de Cristo sob a chefia do infante D. Henrique, seja quanto às ilhas do Atlântico, seja quanto ao litoral do ocidente africano, empreendida por autorização régia e por motivos espirituais e politicos.

E, porque o padre ssancto seja mais ligeiramente demouido a esto outorgar, como quer que a cousa em si tam honesta e tam piedosa seja que sem longas prezes deuia ser impetrada, pois justamente se pode outorgar e sem alheo perjoizo, a nos praz porem de noteficar ao dito ssanto padre este nosso aprazimento e consentimento e de suplicar, muy humildosamente, a ssua ssanctidade que ho queira assi outorgar.

E, por guarda do direito da dita ordem, mandamos dar ao dito jffante esta nossa carta de nossa determinaçom, consentimento, vontade e decreto, per nos asinada e sellada do nosso sello do chumbo, pera ficar em perdurauel memoria.

Dada em a cidade de Lixboa, vij dias de junho. Guonçalo Anes a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil cccc. Liiij.

3

7 JUNHO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar filhos de Fernando Afonso Cicioso, cónego prebendado da sé de Evora, e de Isabel Fernandes, solteira (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 31 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Legitimações*, liv. 2, fl. 22.

Jtem, carta de legitemaçom de Johane e de Nuno e Fernando e Rodrigo e Diego e Jnes e Catarina, filhos de FernandAfonso Çiçiosso, coonego perbemdado na ssee dEuora, e Jsabell Ferrnandez, molher ssolteira, per que elrrey despenssa com elles e os abelita e os ligitima e quer e outorga que possam auer e ajam todallas honrras, denidades, priuilegios, liberdades e ofiçios, assy pubricos como priuados que, de djreito e de fecto, auer poderiam, assy como sse de ligitimo matrimonio nados forom, etc. Carta em forma.

Dada em a cidade de Lixboa, aos ssete dias do mes de junho. Elrrey o mandou, per o doutor Joham Beleauga, dayam da Guarda, e per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vassallo, anbos do sseu desenbargo e petiçõoes. Felipe Afonso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij.

(1) Julgamos ser o cavaleiro do infante D. Henrique do DOC. 189 do nosso vol. 7.

Copyrighted material

4

10 JUNHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar João Lourenço, morador em Donzela, de servir nos cargos e servidões do concelho, de besteiro do conto, se ainda o não foi, e de que lhe tomem qualquer coisa contra vontade, a pedido de D. Alvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 49 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee [a] Joham Lourenço, morador em Donzella, pollo dAluaro de Castro (1), fidallgo da casa do jfante dom Enrrique, meu muyto preçado e amado tyo, que nollo por elle pedio; teemos por bem e queremos que, daqui en diante, sseja escusado de serujr nehũus encarregos nem seruidões do conçelho e que jso meesmo o nom ponham por beesteiro do conto, sse o ataa ora nom he, nem lhe filhem outra algũua cousa do sseu contra sua vontade.

E porem mandamos aos juizes, veereadores, ofiçiaaes do dicto logo e a outros quaeesquer a que esto pertençer e esta nossa carta for mostrada que, daqui en diante, o ajaaes hi por escusado das dictas cousas e encarregos e ho nom costrangaaes nem mandees costranger pera nehũua dellas, porquanto assy he nosa merçee, sem outro enbargo que lhe sseja posto.

Dada em Lixboa, x dias de junho. Gonçalo de Moura a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} Liiij.

(1) No ms. *Castor*.

5

14 JUNHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, endereçada aos desembargadores das Casas da Suplicação e do Cível de Lisboa e às demais justiças do reino, em que lhes diz haver-se queixado o infante D. Henrique de elas não lhe guardarem a carta régia de 7 de Junho anterior, pois lhe usurpavam e quebrantavam por vezes a sua jurisdição e tomavam conhecimento dos feitos dos moradores das suas Ilhas, em dano das mesmas, cujo povoamento devia ser incrementado com liberdades e favores, pedindo o infante a el-rei se dignasse mandar guardar a sua jurisdição e declarar alguns casos em que, por direito comum, os moradores das ditas Ilhas devam responder no reino, porque nos demais casos cumpre serem remetidos a seus juízes próprios; pelo que, o monarca ordena às referidas justiças não tomem conhecimento de feitos cíveis ou crimes dos moradores das Ilhas entre si ou delas com os do reino, mas os remetam aos juízes postos naquelas pelo dito infante, excepto nos casos pelo soberano apontados e em que eles devem ser julgados no reino.

ADF., *Documentos avulsos*, caixa 1, doc. 59, em cópia do século XVI, feita sobre traslado autêntico extraído da chancelaria da Casa do Cível de Lisboa em 26 de Agosto de 1494, — donde se reproduz; e *Livro I do Tombo da Câmara Municipal do Funchal*, fl. 202 v., aqui com a data de 15 de Junho, em cópia incorrecta de pública-forma notarial de 25 de Junho de 1454, passada em Vila Franca de Xira, a pedido de Antão Gonçalves, escrivão da puridade do infante D. Henrique, a qual se destinava aos moradores e povoadores da ilha da Madeira.

Publicadas e comentadas as duas cópias por ALBERTO IRIA, *Novas cartas régias afonsinas acerca dos descobrimentos e privilégios do Infante D. Henrique*, respectivamente a pp. 104-05 e 96-98.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Purtugall e do Allgarue, ssenhor de Cepta.

A vos, nossos desenbargadores da Casa da Sopricaçam e da Casa do Ciuell, e ao corregedor da nosa corte e a todollos outros corregedores, jujzes e justiças, oficiaes e pesoas de nosos rreinos a que pertencer e esta nosa carta for mostrada ou ho trelado della em publica forma, feita por autoridade de justiça.

Copyrighted material

Fazemos saber que ho yfamte dom Anrique, meu muyto prezado e hamado tyo, nos dise que, como quer que lhe nos tinhamos feita mercee das suas jlhas, que elle, por serujço de Deus he noso, comquistou e pouorou, com toda sua jurdiçam, alta e baixa, ciuell e crime, meero, mjstico jnperio, rresaluamdo pera nos somente as hapelaçõees he alçadas de mortes domes e talhamento de nenbros, que mamdamos desembargar na Casa do Ciuell, que esta na nosa e sempre muj nobre e leall cidade de Lixboa, segundo mostrou per hũa carta de doação que pera ello tem, per nos asynada e hasellada com ho noso ssello do chunbo, que algũus de vos lhe vrsupaes e quebrantaes per vezes sua jurdição, filhando conhecimento dos feitos dos moradores das ditas jlhas, ajnda que sejam rreos e demandados per aquelles que moram em nosos rregnos, o que diz que he em grande perjujzo e quebrantamento da sua jurdição e manjfesto dano das dictas jlhas, cuja pouoraçam ora nouamemte em estranho logar começada, liure das sogeições, como hũa nova pranta, deuja, com mujtas liberdades e fauores ser criada, e que, posto que os moradores das ditas jlhas que ha estes rregnos vem com suas mercadorias, quamdo peramte vos sam demandados, vos rrequeiram, que os rremetaes aos jujzes do seu foro, que vos lhe no[m] querejs dello conheçer, costramgendos que peramte vos rrespondam, no que ho dito yfante diz que rrecebe de vos gramde agrauo; pedindonos por mercee que ha esto lhe ouuesemos algũ rremedyo com dereito e lhe mandasemos guardar sua jurdição, segundo forma da mercee he doaçam que hasy de nos tem, e que decrarasemos he esprevesemos algums casos em que, per dereito cumũ, os moradores das ditas jlhas deuem de rresponder em estes rreinos peramte os jujzes dos logares homde forem achados, por ser certo que em todollos outros casos deuem a seus jujzes propios ser rremetidos.

He nos, visto seu rrequerimento, porque temos mayor rrezam e vomtade de lhe fazermos mercee, comfyrmamos he ajmda acrecentamos quanto bem podermos todallas graças, jurdições, pervillegyos que de nos tem, que lhe tolher ou mynguar dello algũa parte, e desy, semtimdo por noso serujço he proll de nosos rregnos que has ditas jlhas seyam mylhor pouoradas, damdolhe aquelles hazos he emcamjnhamentos por que mjlhor e mays em breue ho posam ser; vos mamdamos que, daqui em diante, lhe nam tomes sua jurdição nem filhes conhecimento de nhũus feitos ciues nem crimes que os moradores dellas antre sy mesmos nem com os moradores de nosos rreynos ouuerem, omde elles forem rreos, mas, como perante vos forem citados, logo, sem outra detença, os rremete aos jujzes do seu foro que, por parte do dito yfamte, sam postos nas ditas jlhas.

Porque, segumdo dereito cumũ, por rrezam do malleficio cometido ou do contrato celebrado ou da causa demandada, sõee hos rreos serem demandados e costramgidos pera rresponderem em halheo foro, peramte os jujzes dos logares onde taes maleficios ou contratos forem feitos ou

Copyrighted material

onde esteuerem as cousas demandadas, decraramos e detremjnamos, conformandonos ao dereito comũ, que, em estes casos, nam sejam os moradores das ditas jlhas rremetidos aos jujzes do seu foro, mas em nosos rreinos rrespondam, por rrezam dos malleficios que em elles cometerem ou os contratos que em elles cellebraram ou por rrezam das cousas que hasy demandarem perante os jujzes nosos, dos logares ha que pertencer, mas mandamos que os nam posam demandar senam peramte o dito jfamte ou peramte seus ouujdores que, em Lixboa ou no Algarve, omde elles mays comun sam, pera esto forem ou serem deputados.

E, posto que sejam achados em nosa corte, que he cumum a todos, que em semelhamtes ciues negocios que amtre sy ouuerem, ou, per rrezam dos ditos crimes que nas ditas jlhas cometerem, sejam ouujdos he desembargados pollos desembargadores que ho dito yfante hy comtinoadamente traz. E gerallmente, em todos os outros casos sobre quaesquer cousas que hasy demandados forem, mamdamos que sejam rremetidos aos jujzes das ditas jlhas, saluo se forem demandados por deposyto ou guarda ou condesylho que haquy rrecebesem ou por braçajem ou soldadas de mancebos que haqui devesem ou por cousas que pertemçam aos nosos dereitos, cujo conhecimento pertença aos oficiaes da nosa fazenda.

Porem, vos mandamos que cunpraes e guardes e façaes comprir e guardar esto que hasy per nos he mamdado, decrarado, detremjnado, sem duujda que ha ello ponhaes.

Dada em a nosa cidade de Lixboa, a xiiij dias de junho. Martim Aluarez a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de ĵ iiij^{c} Liiij anos.

6

18 JUNHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro das coisas de Ceuta em Lisboa, que ele e dez homens seus que com ele vivam possam trazer as armas que quiserem por todo o país, sem embargo da ordenação em contrário, desde que não façam com elas o que não devem.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 46 v., — donde se reproduz.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 209.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ou o trelado della em pubrica forma, fecta per autoridade de justiça, fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Gonçalo Pacheco, nosso thesoureiro moor das cousas de Çeepta, morador em esta nossa cidade de Lixboa;

Teemos por bem e damoslhe logar e leçença que ell e dez homes seus, que com ell viuerem, possam trazer armas, quaees e quantas elles quiserem, asy de noute como de dia, a quaeesquer oras que lhes prougerem, per todos nossos rregnos e ssenhorio e per quaecsquer lugares que sejom, contanto que nom façom com ellas o que non deuom, sem enbargo da nossa defesa e hordenaçom, em contrairo dello fecta.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças, alcaydes, meirinhos e a outros quaeesquer ofiçiaes e pesoas que esto ouuerem de veer e esta nossa carta for mostrada, que asy lhas leixem trazer e lhas nom filhees, coutees nem consentaes filhar, coutar nem fazer por ello outro algũu nojo nem ssemrrazom, e lha comprij e guardaae asi e pella guisa que em ella he contheudo, ca asy he nossa merçee, ssem outro algũu enbargo que lhe sobrelo seja posto.

Dada em a çidade de Lixboa, xbiij° dias de junho. Gonçalo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Liiij°. Ruj Galuam a fez scpreuer.

7

1 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a D. Fr. Fernando, Vigário de Tomar, da Ordem de Cristo, e criado do infante D. Henrique, para que possa comprar bens de raiz até 600 coroas de ouro e doá-los aos filhos que, sendo leigo, tivera de Mécia Vaz ou Vasques e para ele os herdar de seus filhos, caso estes faleçam sem descendência antes do pai.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 72 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que dom frey Fernando, vigairo de Tomar e da hordem de Christus, criado do jfante dom Henrique, meu muyto preçado e amado tio, nos disse que, em semdo elle leigo,

ouuera hũu filho e hũa filha, chamados per nome Johane e Margarida, de hũa Mecia Vaaz, mulher solteira; e, porque sua tençam he conprar beens de rraiz, pera lhes dar, ao tenpo que forem de ydade e desposiçom pera serem cassados, e nom o podia fazer ssem nossa licença e autoridade; nos pedia por merçee que qui[se]ssemos despenssar com a nossa hordenaçom e lhe dar a dicta leçença (1).

E, visto per nos sseu rrequerimento e consirando as muitas rrazõees que temos pera lhe fazer merçee, por os muytos seruiços que somos çerto que mestre Joham, caualleiro da cassa do jfamte dom Anrique meu tio, padre do dicto dom frey Fernando, fez aos ssenhores rrex, meu avoo e padre, e a nos e ao dicto meu tio, asi em estes rregnos como fora delles, e ysso meesmo ell, dicto sseu filho, fez ao ssenhor rrey e a nos e ao dicto jfante, querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e damoslhe leçença e lugar que possa conprar beens de rraiz ata contia de seisçentas corroas douro. E esto ssem enbargo da defessa e hordenaçõees de nossos rregnnos em contrairo dello fectas, as quaees, de nosso poder asolluto, queremos que açerqua desto nom ajam lugar, comtanto que os beens que asi conprar nom sejam em nossos rregengos nem beens que a nos façam foro ou trabuto.

Outrossi, queremos e mamdamos que, despois que asi teuer dados os dictos beens aos dictos sseus filhos, anbos ou cada hũu delles sse finassem ante que ell dicto sseu padre, que ell, per sua morte delles, possa herdar e soceder os dictos beens e quaeesquer outros que mais teuerem, asi como sse elle fosse persoa leiga; e esto nom enbargando todollos dereitos, asi canonicos como ciuees, e lex de enperadores, grossas, openiõees de doutores, foros, façanhas e nossas hordenaçõees, capitollos e custumes de nossa terra, os quaees todos e cada hũu, de nosso propio moto e poder asolluto, derrogamos, jritamos e anullamos. E queremos que, açerqua desto, nom ajam lugar nem vigor, posto que todos ou cada hũu delles taaes sejam de que em esta nossa carta deuessemos fazer expressa mençom; porque nos hos auemos aqui todos por expressos e declarados como sse fossem aqui scpritos cada hũu per sseu nome, de uerbo a uerbo, com condiçom que, a ora de sua morte ell, dom frey Fernando, leixe os dictos beens a persoa ou persoas leigas da nossa jurdiçom. E, nom o fazendo elle asi, per esta carta os avemos por confiscados a corroa de nossos rregnnos.

---

(1) João Fernandes fora legitimado pelo monarca em carta de 29 de Junho anterior (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 53, *Místicos*, liv. 2, fl. 169 v., e *Legitimações*, liv. 2, fl. 212) e Margarida Fernandes na mesma data (*Místicos*, liv. 2, fl. 172 v., e *Legitimações*, liv. cit., fls. 95 e 214 v.). Cfr. também o documento seguinte.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças de nosos rregnos e outros quaeesquer ofyciaaes e persoas [a] que esto pertencer e esta carta for mostrada que leixem ao dicto vigairo conprir, auer e posuyr, herdar os dictos beens como aqui per nos he declarado e lhe nom ponham sobrello enbargo algũu. E, por sua guarda e segurança, lhe mandamos dar esta nossa carta, sinada per nos e asseellada do nosso seello pendente.

Dada em Lixboa, primeiro dia de julho. Rodrigo Annes a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mill iiij° Liiij. E quanto a merçee que fezemos ao dicto vigairo de herdar os beens dos sseus filhos sse primeiro morerem, queremos que sse entenda sse ao dicto tenpo hi nom ouuer outros herdeiros lidemos descendentes deles.

8

2 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder os privilégios e liberdades de fidalgos e cavaleiros a João Fernandes e a Margarida Fernandes, filhos de D. Fr. Fernando, Vigário de Tomar e criado do infante D. Henrique, o qual, sendo leigo, os tivera de Mécia Vaz ou Vasques, atendendo aos bons serviços dele recebidos e aos de mestre João, seu pai, cavaleiro da casa do dito infante.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 53 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 170 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que dom frey Fernando, vigairo de Tomar, da hordem de Christus, criado do jfante dom Anrique, meu muito preçado e amado tio, nos disse que, a sseu rrequerimento, nos lhe legitimamos e abillitamos dous filhos sseus, chamados per nomes Joham Fernandez e Margarida Fernandez que, em ssendo elle leigo, ouue de hũa Meçia Vaaz, mulher solteira, e que nos pedia de merçee que lhe outorgassemos que ouuessem priuillegios e liberdades de fidalgos e caualleiros.

E, visto per nos sseu rrequerimento e consirando as muitas rrazõees que teemos pera lhe fazer merçee, por os muitos seruiços que somos çerto

Copyrighted material

que mestre Johane, caualeiro da cassa do dicto jfante dom Anrique meu tio, padre do dicto dom frey Fernando, fez aos ssenhores rrex, meus avoo e padre, que Deus aja, e a nos e ao dicto meu tio, asi em estes rregnos, como fora delles, e ysso meesmo fez o dicto sseu filho ao dicto ssenhor rrey meu padre e a nos e ao dicto jfante e esperamos que nos faça mais ao diante; teemos por bem e queremos e outorgamos que os sobredictos filhos do dicto dom frey Fernamdo ajam, gouuam e possom auer e gouujr de todollos titollos, graças, priuillegios, liberdades, preminençias, franquezas, honrras e exençõees que ham e deuem dauer os filhos lidimos dos fidalgos e caualleiros de linhagem dos nossos rregnos, nossos vassallos, assi como sse de geraçom nobre descendessem e fossem.

E porem mandamos aos veedores da nossa ffazenda, contadores e almuxarifes e a todollos corregadores, juizes e justiças e coudees e sacadores e rrecebedores dos nosos pedidos e aos nossos apoussentadores e da rrainha minha sobre todas prezada e amada mulher e dos jfantes meus filhos, yrmãaos e tios, e doutros ssenhores e outros quaeesquer ofiçiaees e persoas a que o conheçimento desto pertençer per quallquer guissa e esta nossa carta ou o trellado della, em publica forma fecta per autoridade de justiça, for mostrada que o conpram e guardem e façom bem conprir e guardar em todo aos sobredictos Joham Fernandez e Margarida Fernandez todallas sobredictas honrras, titollos, graças, priuillegios, liberdades, preminençias e eixençõees e fraquezas e lhes nom vaam nem consentom hir comtra ellas em magneira algũa, ssem outro algũu embargo que hũus e outros a ello ponham. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, ij dias de julho. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiij° Liiij.

9

15 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Rui de Melo, almirante do reino, a seu pedido, a mercê das ancoragens dos navios vindos ao reino, como as houveram outrora seus antecessores.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 8; em leitura nova, *Extras*, fl. 85.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 519-20.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por Ruy de Meello, almirante dos nossos rregnos e do nosso conselho, nos foy fecto rrecontamento como todollos almirantes que ante elle foram ouueram cartas per que lhe os rreis faziam merçee de todallas ancorajees dos nauios que a nossos rregnos vierem, a saber: de nauio de çinquoenta tonees pera baixo, mea dobra, e de çinquoenta tonees pera çima, hũua dobra. E despois sse agrauaram (1) os da nossa çidade do Porto, que leuauam a elles tambem como aos de fora de nossos rregnos, e que entom fora defesso ao almirante que entom era que nom leuasse a nehũus nauios de seus rregnos as dictas ancorajeens nem aos dos outros rregnos e lugares donde nom leuassem aos dos nossos rregnos, segundo ajnda podiamos veer per este capitollo que sse segue, que foy tirado da nosa Torre do Tonbo e asinado per Fernam Lopez, que della teue ho carrego. Jtem, foy mais achado, em hũu liuro dos rregistos delrrej dom Pedro, antre as cousas, e em ellas contheudas em hũua carta, este capitollo que sse segue, do quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição do capitulo em referência, publicado por S. MARQUES, no Suplemento ao supracitado volume, p. 45.

E, visto per nos sseu rrequerimento e porque a nos praz manteerse a dicta hussança e custume e, querendolhe fazer graça e merçee; a nos praz que husse della asy como em esta nossa carta e capitollo em ella contheudo faz declaraçom.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, nossos ofiçiaaes e perssoas e a quaeesquer outros a que esto pertençer, que lhe leixem leuar e auer as dictas ancorajees (2), a elle ou a sseu çerto rrecado. Em casso que algũua perssoa lho queira toruar, elles lho nom conssentam, porque asy he nossa merçee.

Dante em a cidade de Lixboa, xb dias de julho. Joham Correa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} L e quatro. E eu, Joham Vogado, scpriuam da camara do ssenhor rrey, a fiz scpreuer (3).

---

(1) No ms. *agrauarem*, por equivoco do copista.

(2) No ms. *ancorajaaes*.

(3) Sobre Rui de Melo, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e almirante do reino, cfr. os DOCS. 61 e 123 do nosso vol. 4, 37 e 57 do vol. 7, 151 e 209 do vol. 10, 49 e 207 do vol. 11 e 10, 11 e 148 do presente volume.

10

16 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a declarar, a pedido de Rui de Melo, almirante do reino e do seu conselho, a quem competem os feitos das armadas, que só a este devem ser solicitados navios a armar contra corsários e também carpinteiros, calafates e outros oficiais destinados às tercenas e a outras obras régias, como se usou em tempo de seus antecessores no almirantado.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 8; em leitura nova, *Extras*, fl. 85 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 520-21.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos disse Ruy de Meello, almirante de nossos rregnos e do nosso consselho, como, per bem do dicto sseu ofiçio, a elle perteence[m] todollos fectos das armadas, assy de naujos grossos, como de pequenos e arrestamento delles, quando conpre pera nosso serujço; e que pero Vaasquez de Meello, rregedor por nos da justiça em esta çidade de Lixboa, e os da nossa rrolaçom, quando ssom mester naaos ou nauios pera sse auerem de armar sobre cossairos, mandam ao alcaide da dicta çidade que os tomem, nom os querendo pedir aho dicto almirante ou aaquelles que sseu carrego teuerem, a que perteençe de serem rrequeridos.

E, outrossy, nos disse o dicto almirante que, quando pera nosso serujço, assy na tarçena, como em outras obras de fora della que nossas ssam, am mester carpinteiros e calafates e outros ofiçiaaes que pera as dictas obras perteençem, Tristam Jngres, almuxarife das dictas nosas tarçenas, e assy algũus outros nossos ofiçiaaes, per ssy e per seus homeens, tomam e mandam tomar dos dictos ofiçiaaes os que lhe apraz e assy se usam os que querem, nom teendo elles de fazer com semelhante cousa, porque soomente perteençem a elle, dicto almjrante, ou aaquelles que sseu carreguo teuerem; pedindonos elle, por merçee, que todo esto que a elle perteençe lhe quise[sse]mos mandar conprir e guoardar que elle ho teuesse e ouuesse como os dante elle teueram e ouueram.

E, visto per nos sseu rrequerimento, a nos praz de lhe ser assy guardado. E, quanto he ao que diz dos naujos que ssom dados pera os da

Copyrighted material

nosa rolaçom, etc., nom auemos por bem de sse assy fazer. E porem mandamos que, quando tall caso aconteçer, que o rregedor da justiça esteuer na dicta çidade e ouuer mester taaes naujos, que o rrequeira ao almjrante ou a sseu logoteente ou a seus ofiçiaaes, aos quaees nos mandamos que sejam muy deligentes e prestes pera ello, em tall guisa que, per mjngoa do dicto almirante e seus ofiçiaaes, o que for nosso serujço sse nom leixe de conprir. E, quanto he aos carpenteiros e calafates e outros ofiçiaaes, que diz que ssom tomados pera o almuxarife das dictas tarçenas e per seus homees, esto nom auemos por bem, porquanto fomos em conheçimento, per os priuilejios do almirante, que taaes persoas foram senpre costrangidas per seus anteçesores e queremos que elle os costranga, sseendo avisado ho dicto almirante e seus ofiçiaaes que, quando virem rrecado do dicto nosso almuxarife e asijnaado dos meestres dos carpenteiros ou calafates de quantos ofiçiaaes delles pera nossas obras forem neçesarios, que, com toda delijgençia dem os dictos ofiçiaaes, em tall maneira que as dictas nosas obras nom sejam detehudas e leixem de sse fazer, por mynguoa ou njgrigençia do dicto almirante ou a sseu loguoteente ou meirinho.

E porem mandamos a todallas justiças de nosos rregnos e a quaaesquer outros nossos ofiçiaaes e persoas a que esto perteençe e esta nosa carta for mostrada que assy o conpram e guardem e façom conprir e guoardar como em ella he contheudo, porque assy he nossa merçee, ssem outro enbargo que lhe sobre ello seja posto.

Dada em a çidade de Lixboa, xbj dias do mes de julho. Joham Correa a fez. Anno do nasçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Liiij annos.

11

16 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Fernandes, criado de Aires da Fonseca, porquanto é besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 66 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, corregedor e juizes da nosa muy nobre cidade de Lixboa, saude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Fernandez, criado dAiras dAfonseca, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Anrique, meu muito prezado e amado tio; teemos por bem e priuillegiamollo que nom sirua nem vaa serujr a nhũa guera, per mar nem per terra, em paz nem em guera, per nhũua guissa e maneira que seja, saluo com o noso corpo ou com o dicto jfante ou com quem elle mandar e nom com outra persoa, posto que aja noso poder pera leuar homeens darmas, piãaes, beesteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nhũus pedidos, peitas, fintas nem talhas nem em outros nhũus encarregos que per os concelhos som ou forem lançados per qualquer guissa que o sejam, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nhũus encarregos dos concelhos.

Jtem, queremos que o dicto Joham Fernandez, em tempo de paz ou trregua, nom tenha cauallo nem outras armas, se as elle nom quisseer teer, saluo sua beesta, pera nos serujr, posto que pera ello aja contia.

Outrosi, nom poussem com elle em sua cassa de morada, adeguas nem cauallariças nem lhe tomem suas bestas de sella nem dalbarda, pam, vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas, nem outra coussa nhũa do seu contra sua vontade.

Outrosy, elle posa trazer e tragua armas quantas elle quisseer per todos nosos rregnos, nom enbargando a defesa que sobre este casso seja fecta.

E porem mandamos a uos e a todallas outras nosas justiças que façaaes conprir e guardar esta nosa carta per a guissa que em ella he contheudo. E, nom querendo uos conprir, mandamos a qualquer tabaliam a que for mostrada que uos enprazem perante [nos] que, do dia que uos enprazar a xb dias primeiros seguintes, pareça perante nos per pesoa, a dizer qual he a rrazom por que lhe nom guardaes esta carta. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, xbj dias de julho. Lopo Fernandez a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij.

12

17 JULHO 1454

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves Chorente, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Alvaiázere e termo, na vaga de Gonçalo de Basto, falecido.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 59.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Joham Gonçalluez Chorente, escudeiro do jfamte dom Amrique, meu mujto prezado e amado tio; teemos por bem e damollo por scpriuam das nossas sissas dAluayazere e sseu termo, asy e pella guissa que o era Gonçallo de Basto, que o dicto oficio tijnha per nossa carta e sse ora finou, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xbij dias de julho. Elrrey o mamdou, per Lopo dAlmeida, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Joham Afonsso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo mill iiij^{c} Liiij anos.

13

22 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Martim Leitão, filho de Martim Gonçalves, residente que foi em Pombal e contador do infante D. Henrique, a administração da capela de S. Salvador de Almoster, sita entre Ancião e Alvaiázere, já concedida a seu falecido pai por el-rei D. Duarte (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 106, — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 130 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, por parte de Martim Leytom, filho que foy de Martim Gonçaluez, morador que foy em Ponbal, contador que era do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos foy mostrada hũa carta do muy uertuoso e descrariçida memoria elrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, sinada per elle e aselada do seu seelo pendente, per a quall o dicto ssenhor fezera merçee ao dicto Martim Gonçaluez de hũa manistraçom dhũa capela a que chamam Sam Saluador dAlmoster, edificada antre Ansiam e Aluayazer, como cousa que ao dicto ssenhor pertençia de dar de dereito, com todolos proueitos da dicta manistraçom, segundo majs conpridamente era contheudo na dicta carta; pedindonos o dicto Martim Leitom por merçee que, por-

(1) Talvez o Martins Gomes Leitão do DOC. 209 do nosso vol. 9 e do DOC. 61 do vol. 11.

Copyrighted material

quanto a dicta manistraçom se vagara ora, per morte do dicto seu padre, e a nos pertençia de dereito, que lhe fezesemos dela merçee, asi como a tijnha o dicto seu padre.

E, visto per nos seu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee; temos por bem e fazemoslhe merçee da manistraçom da dicta capela com todalas prooes e proueitos a dicta manistraçom pertençentes, com todo seu encarrego, asi de fazer cantar as misas em cada hũu anno, como de quaeesquer outras cousas, asy e pela guisa que as auja e cantaua o dicto seu padre e os outros manistradores que ante ell forom da dicta capeela.

E porem mandamos a uos, juizes e justiças da Estremadura, e a outros quaeesquer a que o conhoçimento desto pertençeer e esta carta for mostrada que ajam, daqui em diante, o dicto Martim Leitom por amanistrador da dicta capeela e outro algũu nom e o metam dela de pose e lhe façam rrealmente acudir com todolos fruytos, rrendas a ela pertencentes, como dicto he, e ell mande cantar as dictas misas e satisfaça o seu encarrego, como ho fazia o dicto seu padre e os que ante elle forom amanistradores da dicta capeela ou mjlhor se, com rrazam e dereito, for obrigado; porque nos lhe fazemos dela merçee, se a nos de dereito perteençe e a outrem ante da dada desta nossa carta dela nom teemos fecta merçee per nossa carta. Honde hũs e outros al nom façades.

Dada em Lixboa, xxij dias de julho. Lourenço Abul a fez. Ano do nacimento do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij^{a}.

14

29 JULHO 1454

Carta da rainha D. Isabel de Portugal a Cosme e Pedro de Medicis, na qual lhes roga entreguem a seu irmão o infante D. Pedro o rendimento anual do seu crédito do comum do Monte de Florença, como aliás já lhes havia ordenado por escrito (1).

ASF., *Archivio Mediceo avanti il principato*, filza 93, n.º 487. Original assinado pela rainha, com sinais de haver tido selo de cera vermelha.

---

(1) Sobre estas Sociedades ou Montes pode ver-se, por exemplo, A. DAUPHIN-MEUNIER, *Historia de la Banca*, sobretudo a ps. 69-71 e 81-83. Acerca da origem daquele depósito cfr. o Testamento de D. João I, a p. 133 do nosso vol. 3 e também lançamento da p. 235 do vol. 4.

Nobilibus et egregiis viris. Elisabet, Dei gratia Portugalie et Algarbii regina Cepteque domina, salutem et votive prosperitatis augmentum.

Novit vestra prudentia quemadmodum, certis ex causis animum nostrum ad hoc moventibus, eam summam peccunie annue que ex creditis communis Montis Florentie optimo jure ad nos delata est illustrissimo domino Petro, fratre meo carissimo, jussimus certo modo dari.

Quamobrem rogamus attencius circunspectionem vestram quatinus velitis litteras nostras in quibus hec donatio continetur, quas quidem apud vos extitisse arbitramur diligenter inspicere et, secundum illarum formam et tenorem, prefato illustrissimo fratri meo de prefata peccuniarum summa, annis singulis, jubeatis integraliter responderi. Erit autem hec res pergrata nobis. Valete feliciter et votive.

Ex civitate Ulixbonensi, xxix julii, anno Domini millesimo quadringentesimo quinquagesimo quarto.

No verso: Nobilibus et egregiis viris Cosme et Petro de Medicis, vetustissimis civibus inclite urbis Florentie (1).

(as.) A Reinha.

15

29 JULHO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves, escudeiro, criado do infante D. Henrique, para tabelião, além do número, das notas na cidade de Lisboa, pois el-rei lhe retirara o tabeliado geral, devendo ele entrar no primeiro tabeliado que vagar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 87.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes, concelho e homes boons desta nossa çidade de Lixboa, saude.

---

(1) O condestável D. Pedro regressara ao reino em 1453 (Cfr o DOC. 196 do nosso vol. 11). Foi-lhe então devolvido o Mestrado de Avis; mas só em 23 de Setembro de 1461 lhe doou el-rei algumas das terras que houvera o duque seu pai (ANTT., *Gaveta 3*, maço 7, n.º 12). Em sua cédula testamentária de 5 de Fevereiro de 1452, a rainha legara o seu depósito de Florença à irmã D. Filipa (Cfr. a nota 3 da p. 328).

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Gonçaluez, escudeiro, criado do jfante dom Enrique, meu muyto prezado e amado tyo; temos por bem e damolo em essa çidade e seu termo por tabaliam das notas, posto que seja aalem do numero, visto como lhe tiramos o tabaliado jeral que lhe tinhamos outorgado, por algũuas cousas lidemas que nos [a] ello moueram.

E esto com tal entendimento e decraraçom que, sse ora elle for aalem do numero que nos paaços dos tabaliães ha dauer, que elle entre no primeiro tabaliado que vagar, per quallquer modo que vague; e, posto que nos demos [a] algũa pesoa o dicto primeiro tabaliado que asi vagar, a nos praz que tal dada nom aja lugar nem se conpra e o dicto Joham Gonçaluez fique na dicta primeira vagua. E, se o dicto Joham Gonçaluez faleçer per morte, a nos praz nom darmos o dicto tabaliado a outra nhũa pesoa, se aalem do dicto numero for, como dicto he.

E, porem uos mandamos, etc. Em forma.

Dada em a dicta çidade, xxix dias do mes de julho. Ellrrey o mandou, pello doutor Pero Lobato, seu vasalo e do seu desenbargo e sseu viçe-chanceler. Diego Afonso, por Gomez Borjes, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij^{o}.

16

29 JULHO 1454

Abertura de sinal por João Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, na chancelaria régia, ao ser nomeado por D. Afonso V para tabelião das notas da cidade de Lisboa, além do número.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 17.

Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} e Liiij anos, xxix dias do mees de julho, em a cidade de Lixboa, elrrey dom Affonso, nosso ssenhor, que Deus mantenha, ffez merçe a mjm, Joham Gonçalluez, escudeiro do jffante dom Anrrique e morador na dicta çidade, de hũu tabaliadego das nottas na dicta cidade, alem do numero. E, por ser uerdade, esto escpreuj e aquj meu synall do dicto offiçio fiz, que tall he *(Sinal do próprio)*.

Copyrighted material

17

13 AGOSTO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a Fernando Afonso, almoxarife do infante D. Henrique em Tomar, para andar em besta muar de sela e freio por todo o reino (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 15.

Jtem, carta de FernandAfonso, almoxarife do jfante dom Anrrique em Tomar, em que lhe damos licença e lugar que possa andar [em] besta muar de sseella e freo, ssem enbarguo da nossa hordenaçom fecta em contrairo, etc. Carta em forma.

Dada em Sintra, xiij dias dagosto. Fernam Rodriguez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij^{c}.

18

22 AGOSTO 1454

Procuração passada em Segóvia por Henrique IV, rei de Castela, a Fernan López de la Orden, bacharel em Direito, tesoureiro da sé daquela cidade, seu capelão-mor e do seu conselho, para ele tratar e firmar contrato de matrimónio do referido monarca com a infanta D. Joana, irmã de el-rei D. Afonso V de Portugal.

ANTT., *Gaveta 17*, maço 8, n.^{o} 10, original em pergaminho, assinado pelo rei de Castela e de cujo selo pendente apenas se conserva pedaço de fita vermelha, — donde se reproduz; *Ibi*, maço 3, n.^{o} 14, em cópia notarial na confirmação de Henrique IV, de 25 de Fevereiro de 1455.

Publicada: por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.^{o} 56 do livro 3; e em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 7, ps. 551-53.

Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 1, p. 353, e por ANTONIO DE LA TORRE e SUAREZ FERNANDEZ, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. 1, p. 25.

---

(1) Possivelmente o navegador companheiro de Valarte do capítulo 94 da *Crónica dos feitos de Guiné*, a ps. 225-31 do nosso vol. 9.

Copyrighted material

Conoscida cosa sea a todos los que la presente vieren como nos, don Henrrique, por la graçia de Dios rrey de Castilla e de Leon, de Tolledo, de Gallizia, de Seujlha, de Cordoua, etc., porquanto, mediante Nuestro Señor Dios, es fablado e tractado casamjento entre nos e la mũy illustre infante doña Juana, nuestra mũy cara e mũy amada prima, fija del mũy esclareçido don Duarte, rrey de Portogal, e de la mũy exçelente rreyna doña Leonor, mj mũy caros e mũy amados tios, que Dios aya, hermana del mũy esclareçido don Alfonso, rrey de Portogal, mj mũy caro e mũy amado primo e hermano; et, porque sobre las fablas e apuntamjentos en ello aujdos con parte nuestra nos enbiamos al dicho rrey de Portogal a don Ferrand Lopez de lOrden, bachiller en decretos, thesorero en la iglesia de Segouja, nuestro capellan mayor e del nuestro conseio, con çiertas cartas de creençia; et, confiando de la jndustria, diligençia e fidelidad del dicho don Ferrand Lopez, nuestro capellan mayor e del nuestro conseio, por la presente, rreuocando qualesquier poderes que en esta causa ayamos dado e otorgado a qualesquier personas, puesto que, por virtud de los tales poderes por nos e en nuestro nombre ayan contractado, fablado e apuntado qualesquier cosas tocantes al dicho casamjento;

Damos poder e facultad al dicho don Ferrand Lopez, nuestro capellan mayor e del nuestro conseio, para que con el dicho rrey de Portogal, nuestro mũy caro e mũy amado primo et hermano, et con la dicha illustre jnfante doña Juana, nuestra mũy cara e mũy amada prima, o con qualquier dellos o con otras qualesquier personas en su nombre, pueda contractar, apuntar, fablar e conçertar qualesquier cosas çerca del dicho casamjento, dote e arras e lo a ello anexos, mantenjmientos, graçias e donaciones que nos, por rrazon del dicho casamjento, deuamos fazer e complir con la dicha infante o con el dicho rrey de Portogal, nuestro mũy caro e mũy amado primo e hermano, et la dicha infante deua fazer e complir con nos, por rrazon del dicho casamjento, et para que çerca dello, en nuestro nombre, pueda assentar, firmar e conçertar qualesquier capitulos e conçertamjentos con qualesquier vinculos, fuerças, firmezas e rrenunçiaçiones que al dicho nuestro capellan mayor bien visto fuere e la qualidad del fecho rrequiere o rrequiriere; lo qual todo que el dicho nuestro capellan mayor tractare, conçertare, firmare e asegurare çerca de lo suso dicho en nuestro nombre, nos, por la presente, desde agora e por entonçes, al tiempo que ello fuere dicho e fecho o tractado e firmado, lo auemos et asseguramos de lo auer por rrato, grato, stable, firme e valedero, como si nos mesmo en persona lo fablassemos, tractassemos, conçertassemos, firmassemos e asegurassemos.

Et prometemos e asseguramos, por nuestra fe rreal, como rrey e señor, que lo asi ternemos, guardaremos e compliremos e faremos tener e guardar e complir como por el dicho nuestro capellan mayor fuere tractado, conçertado, firmado e assegurado e que non yremos njn passaremos contra ello njn contra cosa alguna njn parte dello por ningund tiempo nin en

alguna manera. De lo qual mandamos dar esta nuestra carta, firmada de nuestro nombre e sellada con nuestro sello. E mandamos al notario apostolico, nuestro secretario deyuso contenjdo, que la signasse de su signo, que fue fecha en la mũy noble çibdad de Segouja, a veynte e dos dias del mes de agosto, año del nasçimjento de Nuestro Señor Ihesu Christo de mjll e quatroçientos e çinquenta e quatro años. Presentes los mũy venerables e çircunspectos don Alfonso Vasquez, abbad de Paringes, conffessor nuestro, el liçençiado Andres de la Cadena, del nuestro conseio, e Aluar Muñoz de Villa Real, nuestro rregistrador, para todo lo sobredicho por testigos llamados espeçialmente e rrogados.

(*as.*) Yo el Rey.

Et yo, Martin Ferrandez de Bilches, canonigo en las iglesias de Tolledo e de Iahen, notario publico por las auctoridades apostolica e imperial, secretario e chançiller del dicho mũy alto e mũy esclareçido señor rrey don Henrrique, en vno con los sobredichos testigos al otorgamjento del dicho poder et a los dichos prometimjento e fe rreal et a todas las otras cosas suso contenjdas presente fuy et, de mandamjento del dicho mũy illustre señor rrey, este presente instrumento firmado de su nombre fize e escreuj e en nota lo rreduxe e tome. Et de mj signo e nombre acostumbrados lo signe e firme, en testimonjo de verdad, rrogado e rrequerido.

(*Sinal do notário*). (*as*). Martins Fernandi, apostolicus et jmperialis notarius.

No verso, em letra da época: Por que elrrey dom Amrrique de Castella fez seu procurador a dom Fernam Lopez de lOrdem, bacharell e seu capelam moor e do seu comselho, pera tractar casamento com a jffamte dona Joanna, filha delrrey dom Duarte, jrmãa delrrey dom Afonso 5.° e rreuoga, etc. — Lançada no emventairo.

19

5 SETEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernando Alvares de Moura, escudeiro do infante D. Henrique, para apontador da gente que está em Ceuta, do respectivo soldo, tenças e mantimentos e

bem assim dos cavalos que possuam e ainda das pessoas que lá forem de futuro, elementos a fornecer por ele ao contador e escrivão régios, para os assentarem no livro dos contos de el-rei.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 36 v., — donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 224-25.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, confiando da bondade e descriçom de FernandAluarez de Moura, escudeiro do jfamte dom Enrrique, meu muyto preçado e amado tyo, que o fara bem e como deue e conpre a nosso serujço; teemos por bem e fazemollo ora apomtador de toda a jemte que esta em a nossa çidade de Çepta e a ella ao diamte for, assy dos do capitom que por nos em a dicta çidade esta, como de quaeesquer que ao diamte forem, e de todos os moradores e fronteiros que em a dicta çidade estam e forem e de todas aquellas pessoas que de nos ham ssoldo e teemças e mantijmentos e assy dos cauallos que am ca, per[a] os elle escpreuer em seu liuro e dar ao nosso contador e escpriuam que em a dicta çidade estam, pera os assemtarem em o nosso liuro dos comtos, segundo leua nosso rregimento. E mandamos que aja, de mamtijmento com o dicto ofiçio, duzentos rreaes bramcos por mes e mais sseu soldo e mantimento custumado em a dicta çidade. E, porque elle he senpre necesario estar em ella, per esta carta mandamos a Diego Cardosso, thesoureiro que hora he das obras da dicta çidade, e a quallquer outro que o depois delle fór que lhe pague os dictos duzemtos rreaes e o soldo custumado de sua pesoa e ao almuxarife que lhe pague os mantijmentos como aos outros moradores da dicta çidade. E mamdamos aos escpriuãaes de sseus ofiçios que rregistem esta carta em sseus liuros e aos contadores que per ella lho leuem em despesa. E esta fique a elle, pera sua guarda.

Porem mandamos a dom Sancho de Loronha, comde dOdemira, nosso amado primo, que ora por nos teem a capitanya da dicta çidade, e a Gill da Feira, nosso contador, que o ajom assy por contador e ofiçiall, como dicto he, e lhe leixem seruir e husar o dicto ofiçio como em nosso rregimento he contheudo, sem outro nenhũu embarguo que a ello ponham, porque assy he nossa merçee e o auemos por nosso seruiço. O quall FernandAluarez jurou em a nosa chancelaria, aos santos avangelhos, que o faça bem e como deue e guarde a nos nosso seruiço e ao poboo sseu direito.

Dada em Sintra, b dias de setembro. Bertolameu Afonso a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij anos.

Copyrighted material

20

10 SETEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Álvaro Dias, almoxarife na cidade de Viseu de 1438 a 1449, com lançamentos vários relativos ao infante D. Henrique, a pessoal seu e a Ceuta, nos ditos anos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 163 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 49.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Purtugual e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta de quitaçom virem fazemos saber que Aluaro Diaz, que foy nosso almoxarife em a çidade de Viseu, criado do muy veturiosso e de grandes vertudes elrrej dom Joham meu auoo, cuja alma Deus aja, deu comto e rrecado aos nossos contadores que forom em a dicta comarca de todollos djnheiros e outras cousas que elle rrecadou, rreçebeo e despendeo das nosas rremdas e djreitos do dicto almuxarifado de Viseu e esso mesmo dos pedidos dos christãaos e judeus e dizimas dos creligos e doutros djnheiros e cousas que rreçebeo e despendeo, per desuairadas maneiras, des o ano que se começou por primeiro dia de janeiro que foy do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c}

(1) Para facilitar a composição tipográfica deste documento, em vez de j̃ e do traço sobreposto aos algarismos romanos, a indicar *mil*, usamos esta palavra e omitimos aqueles. Chamamos a atenção do leitor especialmente para os lançamentos relativos ao infante D. Henrique e a pessoal seu e sobretudo para a quantidade de servidores henriquinos em Ceuta no ano de 1438. Citaremos, pelo menos, os cavaleiros Diogo da Cunha, Diogo Lopes, Fernão Lopes de Azevedo, Galiote Leitão, Martim Gomes Leitão e Rui Lopes; os escudeiros Afonso Fernandes, Afonso Henriques, Afonso de Mansilha, Alvaro Calado, Antão Gonçalves da Moita, Duarte Vasques, Estêvão Dias de Almeida, Fernão Leitão, Fernão de Nisa, Fernão Vasques, Gil Alvares, Gonçalo Anes, Gonçalo Pacheco, Gonçalo Pereira, Gonçalo Vasques, Heitor Homem, João Fernandes, Lourenço Gonçalves, Martim Afonso, Vasco de Parada e Vicente Anes; besteiro da câmara Gonçalo Anes; escrivão da câmara João de Basto; criado Martim Pereira; barbeiro do infante Aires Pires; e capelão Pero do Alentejo. As verbas liquidadas no almoxarifado de Viseu a este pessoal variam muito, segundo se referem ao próprio individuo e a pessoal seu, que serviu em Ceuta, apenas ao próprio e, enfim, ao tempo de serviço lá prestado.

xxxbiij ataa esse dia era iiij^{c}Rix. E despois, per nosso mamdado, as dictas comtas forom vistas e rreçemçadas per Martim Afonso do Paaço, nosso contador na dicta comarca, o qual as ora trouue aa nosa fazenda e foram tambem vistas e rreçemçadas per os nossos veedores da fazenda e scpriuãaees della. E mostrase, per ellas, que o dicto Aluaro Diaz rreçebeo e despendeo por nos esto que se segue.

[*Ano de 1438*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto Aluaro Diaz, almoxarife, no primeiro ano de iiij^{c} xxxbiij, b^{c} xij mil biij^{c} Lxiij rreaes j^{o} preto, a saber: b^{n} ix mil b^{c} xxx biij rreaes e hũu preto per arremdamento que no dicto almoxarifado o dicto anno foi fecto per Mose Mocatel, judeu, morador em Viseu, e per Judas Chaueirol, judeu, morador em Tomar, rrendeiros principaaees.

E ij mil cxxb rreaes dhũu meo pedido com que os judeus da comuna da çidade de Viseu o dicto anno nos seruirom.

E os mjl duzentos rreaes da comuna dos judeus da çidade de Lamego, que o dicto anno pagaram pera os ferreiros de Çepta. Dos quaees djnheiros o dicto almoxarife fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes de seu mantimento e vestir, que o dicto anno auja dauer.

E deu bj^{c}Rbiij rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Gonçalo Meendez, homem do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu CLxxx rreaes a Pero Martijnz, morador em a dicta çidade, homem do dicto almuxarifado em loguo do dicto Gonçalo Memdez, de mantimento e acreçemtamento de xxbij dias que andou em nosa corte, quando nos trouue hũua soma de djnheiros, a rrazom de dez rreaes por dia, os quaees djnheiros lhe asy pagou per mandado do contador.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Ferrnandez, homem que nos seruia no dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir do dicto anno. E deu b mil iiij^{c} Lxj rreaes, bij pretos, a Gomez Martijnz de Moscosso, nosso contador que era em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu ij mil ix^{c} Lxxxij rreaes, ij pretos, a Gonçalo Afonso, nosso scpriuam dos contos que era em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

Copyrighted material

E deu mil b^{c} biij rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes, iij pretos, a Joham dAlmeyda de Lamaçaaes, de sua teença do dicto anno.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel de Mello, molher de Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença do dicto anno.

E deu xbij mil C Riij rreaes ao dicto Fernam Soarez, de sua moradia do dicto anno, a rrazom de L mil libras por mes.

E deu e entregou xxx mil rreaes a Vicente Sijmõoez, recebedor que era da despemsaria delrrej meu senhor e padre, cuja alma Deus aja, pera despesa de seu ofiçio, como pareçeo per seu conheçimento, fecto pello scpriuam de seu ofiçio.

E deu xx mil rreaes a Diogo Soarez da Albergaria, que lhe mandamos dar de graça.

E deu iiij mil rreaes a Joham Nunez, thesoureiro da see da dicta çidade de Viseu, que lhe mandamos dar de graça.

E entregou ij mil cxxb rreaes a Joham de Rabello, que foy nosso almuxarife das obras do mosteiro de Santa Maria da Vitorea, pera despesa do saaymento do dicto ssenhor rrej meu padre, como pareçeo per nosso aluara e seu conheçimento, fecto pello scpriuam de seu ofiçio.

E deu mil b^{c} rreaes a Afonso Aluarez, escudeiro de nosa casa, que lhe mandamos dar de graça.

E deu e despendeo bj^{c} xxxbj rreaes, em compra de papel e tijmta e purguamjnhos e sacos, em que o dicto anno trouueram djnheiros aa nosa corte, a dom Fernando de Castro e a homeens que com elles vieram, de seus mantimentos e em outras despesas meudas e necesarias a nosso seruiço.

E deu Cxx rreaes a Afonso Esteuez das Coiras, morador em Viseu, por aluguer dhũua besta muar de bj dias, por trazer a Tomar, a corte do dicto ssenhor rrey meu padre, os sobredictos djnheiros e os outros a Santa Maria da Vitorea, a rrazom de xx rreaes por dia.

E deu iiij^{c} rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento, por lleuar djnheiros a nosa corte a Lixboa e outros a Tomar, a dom Fernando de Castro, que lhe o dicto ssenhor rrej meu padre mandou leuar, aa sua custa.

E deu b^{c} rreaes a Martim Uaasquez, almocreue, morador em a dicta çidade, de aluguer de quatro bestas que leuaram os dictos djnheiros a Tomar ao dicto dom Fernando.

E deu ij^{c} Rbiij rreaes, biij pretos, a Pedro Afonso, almocreue, morador em a dicta çidade de Viseu, daluguer dhũua besta, em que leuou os outros dictos djnheiros a Lixboa.

E deu x mil rreaes a Aluaro de Brito, caualeiro de nosa casa, que lhe eram deujdos de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que

esteue em Çeepta e de çerta çeuada e vinho que la leixou, pera gouernamça dos que la estauam.

E deu iiij mil CLxxiij^{o} rreaes a Pero Uarella, meirinho, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta e por çerto vinho que la leixou, pera mantimento dos que lla estauam.

E deu xb mil ix^{c} xxiiij rreaes ao conde de Villa Reeal e a comdesa sua molher, do soldo e teença que lhes era deujda, delles e dos seus, do tempo que esteueram em Çeepta.

E deu b mil biij^{c} b rreaes a Ruj Meendez Cerueira, que foy nosso pousentador moor, que lhe mandamos dar por çertos mantimentos que leixou em Çeepta, pera maanteença dos que lla estauam.

E deu mil iij^{c} xxxbij rreaes [e] meo a Gonçalo Pereira, escudeiro do jffante dom Anrrique e tesoureiro, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu tres mil iij^{c} xxxbj rreaes a Ruj Ferreira, caualeiro, e a Aluaro Caayado, escudeiro do dicto jffamte, de soldo e mantimento que lhes era deuido do tenpo que esteueram em Çeepta.

E deu ij mil bj^{c} xix rreaes a Diogo Lopez, caualeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteueram em Çeepta.

E deu Riiij mil bij^{c} Lxix rreaes ao conde de Villa Real, de soldo e teença delle e dos seus do tempo que esteue em Çeepta.

E deu b mil b^{c} Rij rreaes a Aluaro Afonso, alfayate, de soldo e mantimento que lhe era deujdo do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iiij mil xbiij rreaes, bij pretos, a Diogo Nunez, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta.

E deu mil ij^{c} xxbij rreaes a Airas Pirez, barbeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu mil iij^{c} Lxxx rreaes, ix pretos, a Fernam Uaasquez, escudeiro do dicto jffante.

E deu bij^{c} xb rreaes a Joham Ramalho, nosso escudeiro, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iij mil CLRj rreaes e meo a Mosem Guedelha, ferreiro, morador em Lixboa, de soldo e mantimento e demasia de seu ofiçio do tempo que seruio em Çeepta.

E deu ij mil ix^{c} iiij rreaes a Vasco de Parada, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que seruio em Çeepta.

E deu mil ix^{c} xxj rreaes a Pero da Costa e a Joham da Costa seu filho e a Rodrigo Annes, seu escudeiro, de soldo e mantimento do tempo que seruiram em Çeepta.

E deu iiij^{c} Lxxbij rreaes a Gonçalo Annes, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iiij mil ij^{c} ix rreaes a Afonso Anrriquez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que seruio em Çeepta.

E deu iij mil Lxx rreaes a Joham Nunez, thesoureiro da see da çidade de Viseu, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta.

E deu cxxij mil b^{c} Lx rreaes a dom Fernando de Castro, em conprimento de pago de çerto pam que elrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, delle ouue emprestado, pera mantimento da jente que estaua em Çeepta.

E deu xbj mil iiij^{c} LRix rreaes a Martim Gomez Leitam, caualeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iiij mil Lxxxij rreaes a Galiote Leitam, caualeiro do dicto meu tijo, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iiij mil Ciiij rreaes a Eitor Homem, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu xj mil cxxxj rreaes aos herdeiros de Fernam Gomez Leitam, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu ij mil bij^{c} xiij rreaes a Antam Gonçalluez da Mouta, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu ij mil iiij^{c} bij rreaes a Gonçalo Uaasquez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu bij^{c} R rreaes a Joham Ferrnandez, escudeiro do dicto jfante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iiij mil biij^{c} rreaes a Fernam Lopez dAzeuedo, caualeiro dhordem de Christos, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta.

E deu xij mil biij^{c} xxxbij rreaes a Steuam Diaz dAlmeyda, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta.

E deu xb mil b^{c} Rb rreaes [e] meo a Joham dAlburquerque, de soldo e mantimento delle e dos seus, do tempo que esteue em Çeepta, e por x quintaaes de bizcoito que la leixou, pera mantimento do[s] que hi estauam.

E deu mil b^{c} Riiij rreaes a Fernam Leitam, escudeiro do dicto meu tio, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iij mil bij^{c} e xxxbiij rreaes a mestre Rodrigo, çelurgiam, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu b mil b^{c} Lxbiij^{c} rreaes a Joham de Sousa e a Gonçalo de Sousa, de soldo e mantimento delles e dos seus, do tempo que esteueram em Çeepta.

E deu ij mil ij^{c} xxx rreaes a Gonçalo de Sousa, em pagamento de çertos mantimentos que leixou em Çeepta, pera os que lla estauam.

Copyrighted material

E deu xb mil bij^{c} Lxxxj rreaes a Diogo da Cunha, caualeiro do dicto meu tijo, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iij mil iij^{c} Lxxxiij rreaes [e] meo a Afonso de Mansilha, escudeiro do dicto jffante meu tijo, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu ij^{c} Lxxxbiij rreaes [e] meo a Martim Pereira, criado do dicto meu tijo, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu mil iiij^{c} xxij rreaes a Duarte Uaasquez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iij mil Cbj rreaes a Lourenço Gonçalluez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu mil xxxj rreaes a Viçente Annes, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iij^{c} Lxxxiij rreaes a Afonso Fernandez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu mil ij^{c} xij rreaes a Joham de Basto, scpriuam da camara do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu noueçentos Lxxiij rreaes a Ruj Lopez, caualeiro do dicto jffante, tambem de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu b^{c} x rreaes a Gonçalo Uaasquez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu e emtregou xxx mil rreaes a Gonçalo Pacheco, nosso thesoureiro das cousas de Çepta, pera gouernamça da dicta çidade e despesa de seu ofiçio, por aluara e conhecimento fecto pello scpriuam de seu ofiçio.

E deu iij^{c} biij rreaes a Martim Afonso, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu iij mil biij^{c} xxxbij^{c} rreaes [e] meo a Gonçalo Anes, beesteiro da camara do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

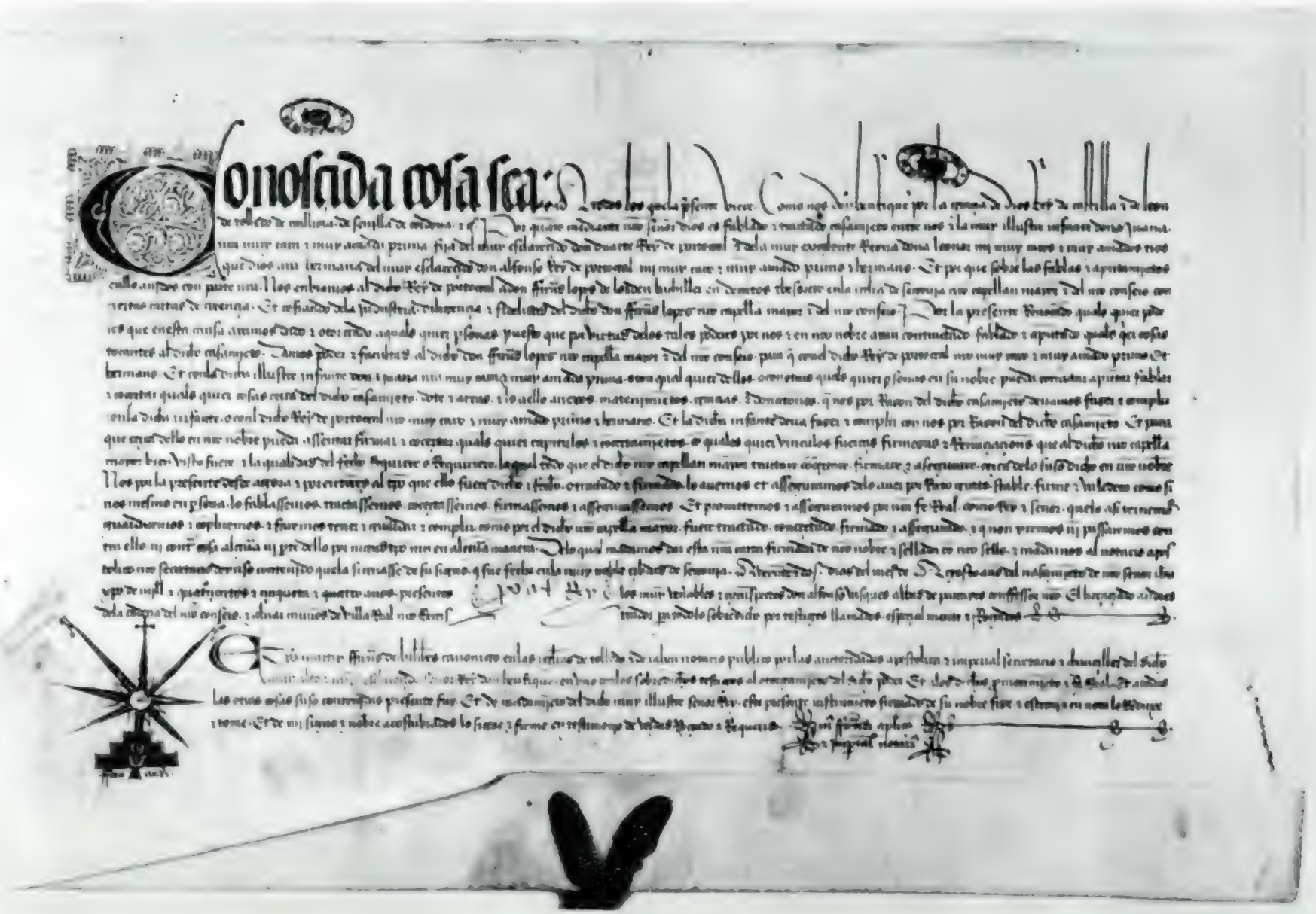
E deu mil rreaes a Gil Aluarez, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu ij^{c} xxj rreaes [e] meo a Fernam da Njsa, escudeiro do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E deu mil ij^{c} Lxxix rreaes a Pero dAlemtejo, capelam do dicto jffante, de soldo e mantimento do tempo que esteue em Çeepta.

E asy deue iij mil bj^{c} j rreaes, ij pretos, os quaees lhe sam leuados e postos em rreçepta no anno seguinte de iiij^{c} xxxix.

Copyrighted material



[*Ano de 1439*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto Aluaro Diaz, almoxarife, o dicto anno seguinte, de iiij^{c} xxxix, b^{c} xb mil ix^{c} LRbj rreaes [e] ij pretos, a saber: b^{c} xij mil iij^{c} LRb rreaes, per arrendamento que no dicto almoxarifado o dicto anno foy fecto per Salamom Mocatel e Mose Mocatel e Jsaque Adida, judeus, moradores em Viseu, e Judas Chaueirol, morador em Tomar, rrendeiros prinçipaaes, e os iij mil bj^{c} j rreaes [e] ij pretos rreçebeo de sy mesmo, em que ficou deuedor no anno pasado de iiij^{c} xxxbiij^{c}, dos quaees djnheiros o dicto Aluaro Diaz, nosso almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu bj^{c} Rbiij rreaes, iij pretos, a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu xij mil ij^{c} Riiij rreaes a Gomez Martijnz de Moscosso, contador em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu bj mil e iiij^{c} bj rreaes, iiij pretos, a Gonçalo Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Gonçalo Meendez, porteiro do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Ferrnandez, homem do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu Riiij rreaes, biij pretos, ao dicto Pero Ferrnandez, dacreçentamento de çertos dias que andou fora do dicto almuxarifado por nosso seruiço, a rrazom de biij rreaes por dia.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel de Mello, molher de Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença do dicto anno.

E deu xbij mil C Riij rreaes ao dicto Fernam Soarez, de sua moradia do dicto anno, a rrazom de L mil libras por mes.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes, iiij pretos, a Joham dAlmeyda de Lamaçãaees, de sua teença do dicto anno.

E deu ij^{c} LRbj mil ij^{c} Lxxxbj rreaes ao jffamte dom Fernando, meu tijo, cuja alma Deus aja, que lhe no dicto almuxarifado o dicto anno foram asemtados, em parte de pago de seu asemtamento que de nos

Copyrighted material

auja dauer, per carta e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per mandado do dicto meu tijo, rreceberam e ouueram.

E deu CRij mil bij^{c} xiij rreaes [e] meo ao jffante dom Anrrique, em parte de pago dos çinquo contos de libras que lhe, em o dicto anno, no dicto almuxarifado asentamos, de seu asentamento, per carta e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per seu mandado, rreçeberam e ouueram (2).

E deu ij^{c} x rreaes a LourençEannes, tabaliam, por hũu fecto que scpreueo, que mandamos segujr, e por hũua emquiriçom que sobrello foy tirada contra PedrEanes, sobrinho de Vasco Annes, coonjgo da see da çidade de Viseu.

E deu ij^{c} Lxij rreaes [e] meo por compra de çinquo couados de pano uerde com a sisa, pera os contos.

E deu e despendeo b^{c} iij rreaes por compra de papel e tijnta, purgamjnhos e çera uerde e em outras despesas meudas e neçesarias a nosso seruiço.

E asy deue bj mil Lxxxbiij rreaes [e] meo, os quaees lhe vãao leuados e postos em rreçepta no segujnte anno de iiij^{c} R^{ta}.

[*Ano de 1440*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto Aluaro Diaz, almuxarife, em o dicto anno de iiij^{c} R, iiij^{c} LR mil iij^{c} Lxxiij rreaes, biij pretos; os iiij^{c} Lxxxiiij mil ij^{c} Lxxxb rreaes, biij pretos, per arrendamento que no dicto almuxarifado o dicto anno foy fecto per Judas Chaueirol, morador em Tomar, e per Abraão de Pinhel, morador na Guarda, e Juça Falilho, morador em Coujlhãa, rrendeiros prinçipaaees; e os bj mil Lxxxbiij rreaes rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} xxxix, dos quaees djnheiros o dicto almuxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de seu mantimento [e] vestir do dicto anno.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do almuxarifado, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

---

(2) A partir deste ano, figuram sempre no documento verbas do assentamento régio do infante D. Henrique liquidadas a pessoal seu no almoxarifado viseense.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Gonçalo Meemdez, homem do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu ij^{c} R rreaes a Pero Martijnz, morador em a dicta çidade, de mantimento de vijnte dias, porque veeo a nosa corte com rrecados que compria a noso seruiço.

E deu iiij^{c} bj rreaes, bij pretos, a Pero Ferrnandez, homem do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir e acreçentamento do dicto anno.

E deu mais iiij^{c} rreaes ao dicto Pero Ferrnandez, que lhe mandamos dar de graça.

E deu b mil C Riij rreaes a Gomez Martijnz de Moscosso, que foy scpriuam de nosa fazenda, de seu mantimento e vestir dos primeiros bj meses do dicto anno que nos seruio na dicta comarca, seemdo nosso contador em ella.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu mil Lxbij rreaes a Diogo Aluarez, scpriuam dos contos que foy em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir, dos meses de janeiro e feuereiro do dicto anno, que seruio o dicto ofiçio.

E deu b mil iij^{c} xxxix rreaes e iiij pretos a Pedro Afonso, que apos elle entrou por scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir, dos segujntes dez meses do dicto anno.

E deu iij mil iij^{c} xx rreaes, bij pretos, a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir.

E deu iiij mil rreaes ao dicto Pero Lourenço, contador, que lhe mandamos dar de graça.

E deu iiij mil rreaes a Pero Nunez Homem, nosso caualeiro, que lhe mandamos dar de graça.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel, molher de Fernam Soarez dAlbergaria, nosso caualeiro, de sua teença do dicto anno.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes [e] meo a Joham dAlmeyda de Lamaçãaees, de sua teença do dicto anno.

E deu e despendeo ij^{c} LRix mil Cxiij rreaes que o dicto anno foram apropiados pera as despesas de Çeepta, per nosas cartas e aluaraaees e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per nossos mandados, rreçeberam e ouueram.

E deu Cxiiij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes ao jffante dom Anrrique, etc., em parte de pago de seu asentamento, que de nos auja dauer o dicto anno, per nosa carta e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per mandado do dicto meu tijo, rreçeberam e ouueram.

E deu ij^{c} Lxij rreaes [e] meo por compra dhũu pano uerde, pera os comtos.

E deu iij^{c} rreaes por compra dhũua arrezma de papel, pera os cadernos do pedido.

E deu e despendeo mil bij^{c} xiij rreaes por compra de papel, purguamjnhos e tijnta e por hũua mesa com seus pees e bancos, pera os contos, e por duas arcas fechadas, com suas fechaduras, e pera despesa dalgũus homees que vierom a nosa corte, per mandado do contador, por cousas que conpriam a nosso seruiço e em outras despesas meudas e neçesarias a nosso seruiço.

E asy deue biij mil ij^{c} Lxxxiiij rreaes, biij pretos, os quaees lhe som leuados e postos em rreçepta, no anno segujnte de iiij^{o} Rj.

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo mais o dicto Aluaro Diaz, almuxarife, o dicto anno de iiij^{o} R, CRbiij mil R rreaes, dos pedidos das comunas dos judeus dos almuxarifados de Viseu e Lamego e da Guarda, per esta guisa, a saber, onze mil rreaes da comuna da çidade de Viseu e xxxix mil iiij^{c} R rreaes da comuna da çidade de Lamego e os LRbij mil bj^{c} rreaes da comuna da çidade da Guarda, com os quaes pedidos nos o dicto anno seruirom, dos quaees djnheiros o dicto almuxarife fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, deu CRbij mil ij^{c} Lxxb rreaes ao jffante dom Amrrique, em parte de pago dos CRbiij mil ij^{c} rreaes que lhe desembargamos per os judeus das dictas comunas, pera os mandar despender em rrepairo e corregimento dos castellos da comarca da Beira, per nosa carta e conheçimento daquel que os dictos djnheiros, per mandado do dicto meu tijo, rreçebeo (3).

E deu os bij^{o} Lxb rreaes a Fernam Martijnz, scpriuam que foy do dicto almoxarifado, per aluara do dicto meu tijo e conheçimento, e asy he quite o dicto almoxarife da dicta contija.

---

(3) Nomeado o Navegador pelo infante D. Pedro, regente do reino, em 9 de Maio de 1440, para fronteiro-mor da comarca da Beira (Cfr. o DOC. 73 do nosso vol. 7), procedeu aquele à reparação dos castelos respectivos, à custa, como aqui se vê, das comunas dos judeus de Viseu, Lamego e Guarda. D. Henrique incumbiu o assunto ao navegador e seu servidor Heitor Homem (Cfr o DOC. 189 do nosso vol. 10 e a abertura da despesa do ano de 1442, neste documento). Heitor Homem figura aqui, na despesa do ano de 1438, com o soldo e mantimento de 4.104 reais «do tempo que esteve em Ceuta» (Cfr. a p. 31).

[*Ano de 1441*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto Aluaro Diaz, almoxarife, o anno de iiij^{c} Rj, iiij^{c} xxxiiij mil biij^{c} Lb reaes [e] meo; os iiij^{c} xxbj mil b^{c} Lxxj rreaes [e] meo, per arremdamento que no dicto almoxarifado o dicto anno foy fecto per Mosse Mocatel judeu, morador em Viseu, rrendeiro prinçipal delle; e os biij mil ij^{c} Lxxxiiij rreaes, biij pretos rreçebeo de sy mesmo, em que ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} R, dos quaees djnheiros o dicto Aluaro Diaz, almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos aleguados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu bj^{c} Rbiij rreaes, bj pretos, a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Gonçalo Meemdez, homem do dicto almuxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxxiij rreaes ao dicto Gonçalo Meemdez, de seu acrecemtamento, porque veeo a nos com cartas do contador, e foy com outras a casa do jffante dom Anrrique.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Ferrnandez, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu mais ao dicto Pero Ferrnandez Lxxiiij rreaes, dacreçentamento de çertos dias que foy com cartas nosas aa çidade da Guarda, hũua que emujamos ao dicto jffante meu tijo, e outra a Luis Pirez, que na dicta çidade foy nosso contador.

E deu xij mil CLxxxb rreaes, iiij pretos, a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bj rreaes, iiij pretos, a Pedro Afonso, nosso scpriuam dos contos em a dicta comarca, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xx rreaes, bj pretos, a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu ij mil rreaes a Fernam Gil e a Steuam Uaasquez, que forom nossos scpriuãaees da camara, que lhes mandamos dar de graça.

E deu mil b^{c} rreaes a Pero Aluarez, de Treixedo, escudeiro do jffante dom Pedro, que lhe mandamos dar de graça.

E deu b mil rreaes a Mose Mocatel, judeu, morador em Viseu, dalças

Copyrighted material

que venceo per bem dhũu lanço que fez em os almoxarifados da dicta çidade de Viseu e de Lamego, o anno pasado de iiij^{c} R.

E deu mil b^{c} rreaes a Joham Pirez, da Trapa, que lhe mandamos dar de graça.

E deu ij mil biij^{c} L bij rreaes a Jsaque Mocatel, judeu, morador na dicta çidade de Viseu, que auja dauer dalças, per bem de hũu lanço que nos fez no dicto almuxarifado de Viseu o dicto anno de iiij^{c} R.

E deu xx mil rreaes a Fernam Soarez da Alberguaria, de sua teemça do dicto anno.

E deu b^{c} Lxxiiij rreaes, hũu preto a Afomso Gonçalluez, recebedor da sisa dAllafõoees, pera pagar çerto pam, vinho e çeuada que no dicto logo foy tomado per çertos homeens do capitam, quando o jffante dom Pedro foy a çidade de Lamego.

E deu Lxj rreaes [e] meo ao dicto Afomso Gonçalluez, rreçebedor, pera mantimentos do pam [e] vinho pera dom Aluaro de Castro.

E deu iij^{c} Lxbij mil CLiiij rreaes bj pretos ao jffante dom Anrrique, meu tijo, em parte dos xiiij contos bij^{c} R mil libras que o dicto anno auja dauer de seu asentamento no dicto almuxarifado, per asemtamento nosso que sobrello emujamos ao dicto almoxarife e per conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per seus mandados, rreçeberam e ouueram.

E deu e despendeo iiij^{c} Rbj rreaes em compra de papel, purgamjnhos e tijnta e a homeens que a nos vieram com rrecados, por seruiço nosso, e em outras despesas meudas e neçesarias a nosso seruiço.

E asy deue ix mil iij^{c} Lxxxij rreaes, iij pretos, os quaees lhe sam leuados e postos em rreçepta no segujnte anno de iiij^{c} Rij.

[*Ano de 1442*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife o dicto anno de iiij^{c} Rij, iiij^{c} R mil biij^{c} x rreaes, ix pretos; os iiij^{c} xxxj mil iiij^{c} xxbiij rreaes, bj pretos, per arrendamento e rrepartiçom que no dicto almoxarifado o dicto anno foy fecta per Jsaque Adida, judeu, morador em Viseu, rremdeiro prinçipal, e os ix mil iij^{c} Lxxxij rreaes, iij pretos rreçebeo de sy mesmo, em que fycou deuedor o ano pasado de iiij^{c} Rj, dos quaees djnheiros o dicto almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto ano, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu bj^{c} Rbiij rreaes, iij pretos a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Ferrnandez, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu xij mil CLxxxb rreaes, bij pretos a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bj rreaes, iiij pretos a Pedro Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xx rreaes, bij pretos a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes [e] meo a Joham dAlmeyda, de Lamaçãaees, de sua teença do dicto anno.

E deu xxij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes, iij pretos a dom Fernando Coutijnho, de sua moradia dos meses de janeiro, feuereiro, março, abril, maayo e junho.

E deu xx mil rreaes a dona Johana, molher do dicto dom Fernando, de sua teença dos meses de julho, agosto, setembro, outubro, nouembro e dezembro do dicto anno.

E deu mil bj^{c} Lxbj rreaes, bj pretos a Ruj Barros, morador em Viseu, nosso escudeiro, de sua teença do dicto anno.

E deu bj mil CLxxj rreaes e meo a Diogo Velho, nosso escudeiro, de sua moradia do dicto anno.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel, molher de Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença do dicto anno.

E deu e entregou xxij mil CRij rreaes, ix pretos a Fernam Gil, nosso thesoureiro, per dous seus conheçimentos, fectos pello scpriuam de seu ofiçio, a saber, hũu de CLxxbj mil libras, que deu a dom Duarte de Menesses, de sua moradia dhũu mes, e outro de bj^{c} mil libras, que deu a Joham dAlbuquerque, de sua moradia de çertos meses.

E deu xx mil rreaes a Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença do dicto anno.

E deu ij^{c} Lxbj mil ij^{c} Lxxxb rreaes, bij pretos ao jffante dom Anrrique, em parte de seu asentamento que o dicto anno auja dauer no dicto almoxarifado, per nosa carta e conheçimentos das pessoas que os, per seus mandados, rreçeberam e ouueram.

E deu ix^{c} Rbj rreaes por compra de papel, purguamjnhos e tijnta

Copyrighted material

e em mantimentos, que deu a algũas pessoas que vieram a nos, per mandado do contador, por cousas conpridoiras a nosso seruiço.

Jtem, lhe descontamos ij^{c} xxxb rreaes, que se mostrou que mais despendeo dos que rreçebeo das duas dizimas que nos foram outorgadas no ano pasado de iiij^{c} Rj, as quaees se tiraram hũua em o dicto anno e a outra em este presente de iiij^{c} Rij, segundo adijante faz meemçom.

E asy deue xxbiij mil b^{c} xxxiij rreaes [e] meo, os quaees lhe som leuados e postos em rreçepta no anno seguinte de iiij^{c} Riij.

[*Receita*]

Jtem, rrecadou o dicto almoxarife, da primeira dizima que se tirou no bispado da dicta çidade de Viseu o anno pasado de iiij^{c} Rj, das duas dizimas que o dicto anno nos forom outorgadas per os benefeçiados e crerezia de nossos rregnos, Lxiij mil bj^{c} Lxxxb rreaes, dos quaees lhe som descontados ij mil Lxxx rreaes, que quitamos a çertas eigreias do dicto bispado, per nossos aluaraaees, e CR rreaes doutras eigreias, que ja som hermas e nom teem per que pagar, e mil Lxx rreaes de çertas eigreias que nom pagaram e hamsse de rrecadar pera nos.

E asy ficam em saluo, em rreçepta sobre o dicto almoxarife, que rreçebeo Lx mil iij^{c} LRb rreaes, os quaees lhe sam leuados e postos em rreçepta na segujnte rrecepta que o dicto almuxarife rrecadou da segunda dizima que se tirou apos esta, em este anno de iiij^{c} Rij.

Jtem, rrecadou o dicto almoxarife, da dicta ssegunda dizima que se tirou no dicto anno de Rij, Lxiij mil bj^{c} Lxb rreaes.

Jtem, rrecebeo mais, de sy meesmo, Lx mil iij^{c} LRb rreaes, em [que] ficou deuedor na rrecepta dante esta da dicta primeira dizima.

E asy he, per todo o que rreçebeo das dictas duas dizimas, Cxxiiij mil CLx rreaes, dos quaees fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, deu ao jffante dom Anrrique Cxj mil ix^{c} Lxxj rreaes, em parte de pago dos Cbj mil biij^{c} rreaes que se ouueram emprestados pera soldo e mantimento de çertos escudeiros que se forom com dom Duarte de Meneses e com Gonçalo de Sousa a Alcantara, por nosso seruiço (4), e pera mandar pagar xxxb mil rreaes que ouueram algũus fronteiros da comarca da Beira, de mantimento de çerto tempo, e pera mandar pagar bj mil rreaes que se despenderam em conpra de çertas beestas e pera

(4) Cfr. o DOC. 72 do nosso vol. 7 e o DOC. 48 do vol. 8.

mandar pagar x mil rreaes que se despemderam em corregimento dalgũus castellos do estremo e pera mandar pagar bij mil rreaes que se despenderam em carreto dalmazeens e pera mandar fazer outras despesas por nosso seruiço, per carta nosa e conheçimento daquel que os dictos djnheiros, per mandado do dicto meu tijo, rreçebeo.

E deu e despendeo mais iij^{c} xxx iiij rreaes, em conpra de papel pera os liuros e rrolles das dictas dizimas e em tijnta e purgamjnhos pera as cuberturas dos dictos liuros e em outras despesas meudas e neçesarias ao dicto ofiçio e nosso seruiço.

E deu e emtregou mais mil bij^{c} rreaes ao dicto meu tijo, per Joham do Campo, seu escudeiro, morador em a dicta çidade, que os per seu mandado rreçebeo.

Jtem, lhe forom descontados da dicta segunda dizima bij mil ix^{c} xx rreaes, que per nos forom quites a çertas eigreias, per nossos aluaraaees, e ij^{c} Lx rreaes lhe descomtamos doutras eigreias que ja som hermas e nom teem per que pagar.

E foromlhe mais descontados ij mil Cx rreaes de çertas eigreias que nom pagaram e hamsse pera nos de rrecadar.

E asy despendeo mais ij^{c} xxxb rreaes, os quaees lhe som descomtados atras, na rrecadaçom das rendas e djreitos do dicto almoxarifado do dicto anno de iiij^{c} Rij.

[*Ano de 1443*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife, o anno de iiij^{c} Riij, iiij^{c} Lxxj mil iij^{c} LR rreaes: os iiij^{c} Rij mil biij^{c} Lbj rreaes [e] meo do dicto almoxarifado, per bem darrendamento e rrepartiçom que em el o dicto anno foy fecto por Jsaque Mocatel, judeu, morador em Viseu, rrendeiro prinçipal, e os xxbiij mil b^{c} xxxiij rreaes [e] meo rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} Rij, dos quaees djnheiros, per cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de seu mantimento e vestir.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xx iiij rreaes a Pero Ferrnandez, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu Lxx iiij rreaes ao dicto Pero Ferrnandez, pera sua despesa e acreçentamento, de çertos dias que foy com cartas nosas a çertos escudeiros e vasallos nossos, a que as mandauamos.

E deu iij^{c} xx iiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu Lxxx iiij rreaes ao dicto Pero Martijnz, por leuar outras cartas nosas, per a dicta gujsa, a outras partes.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu bj mil iiij^{c} bj rreaes, iiij pretos a Pedro Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu xx mil rreaes a Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença do dicto anno.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel de Mello, sua molher, de sua teença do dicto anno.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes [e] meo a Joham dAlmeyda, de Lamaçãaees, e a Briatiz de Gouuea, sua molher, de sua teença do dicto anno.

E deu R^{ta} mil rreaes a dona Johana de Castro, molher de dom Fernando Coutinho, de sua teença do dicto anno.

E deu xxiiij mil ij^{c} Lxxx bj rreaes a Ruj Gomez da Silua e a dona Branca dAlmeyda, sua molher, de sua teença do dicto anno.

E deu mil bj^{c} Lxbiij rreaes a Ruj Barros, morador em Viseu, nosso escudeiro, de sua teença do dicto anno.

E deu ij^{c} Lxxx biij mil biij^{c} Lbij rreaes ao jffante dom Anrrique, em parte de seu asentamento que lhe em o dicto anno no dicto almoxarifado foy per nos asentado, per nosa carta e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per seu mandado, rreçeberam e ouueram.

E deu bj mil b^{c} xbj rreaes a Martim dAlmeyda, nosso escudeiro, de sua moradia que lhe era deujda do dicto anno.

E deu e despendeo mil iiij^{c} Riiij rreaes, em compra de papel e tijnta e purgamjnhos e em mantimentos dhomeens que vieram a nos, com rrecados do contador, que conpriam a seruiço nosso e em outras despesas meudas e neçesarias.

Jtem, descontamos ao dicto almoxarife xxix mil ij^{c} xbij rreaes que se mostrou que o jffante dom Anrrique ouue, per çertas rrendas e direitos do dicto almoxarifado o anno pasado de iiij^{c} Rij e em este presente de iiij^{c} Riij, aalem do que lhe foy asentado de seu asentamento no dicto almoxarifado, per nosas cartas nos dictos annos, porquanto nos mandamos leuar os dictos djnheiros em despesa a molher e herdeiros do dicto Aluaro Diaz, almoxarife, per a qual ouuemos o dicto meu tijo por rreleuado delles, por bem de comueença que antre nos e elle he fecta.

E asy deue bj mil bj^{c} LR biij rreaes, biij pretos, os quaees lhe sam leuados e postos em rreçepta no anno seguinte de iiij^{c} Riiij.

Jtem, rreçebeo mais o dicto Aluaro Diaz, almoxarife, o dicto anno de iiij^{c} Riij, biij mil b^{c} rreaes, dos dous pedidos com que o dicto anno nos seruirom os judeus da comuna da çidade de Viseu, os quaees biij mil b^{c} rreaes deu o dicto almoxarife a dom Duarte de Meneses, em parte de pago dos iij contos bj^{c} R mil libras que lhe eram deujdos de corregimento, moradia e teenças. E asy he o dicto almoxarife quite da dicta contia.

[*Ano de 1444*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife, o anno segujnte de iiij^{c} Riiij, iiij^{c} L biij mil biij^{c} Rj rreaes, biij pretos; os iiij^{c} Lij mil CRij rreaes do dicto almoxarifado, per arrendamento e rrepartiçom que em ello o dicto anno foy fecto per Judas Chaueirol, morador em Tomar, rrendeiro prinçipal; e os bj mil bj^{c} LR biij rreaes rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} Riij, dos quaees djnheiros o dicto almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou o dicto almoxarife, pera sy, bij^{c} Lx iiij rreaes, de seu mantimento e vestir.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Ferrnandez, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} LRbiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir e acreçentamento do dicto anno.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bij rreaes a Pedro Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu R mil rreaes a dona Johana, molher de dom Fernando Coutinho, de sua teença do dicto anno.

E deu mil bj^{c} Lxbiij rreaes a Ruj Barros, nosso escudeiro, morador em Viseu, de sua teença do dicto anno.

E deu xxiiij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes a Ruj Gomez da Silua e a dona Bramca dAlmeyda, sua molher, de sua teença.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes a Joham dAlmeyda e a Briatiz de Gouuea, sua molher, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel, molher de Fernam Soarez, de sua teença.

E deu xx mil rreaes ao dicto Fernam Soarez, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Joham Aluarez da Cunha, de sua teença.

E deu ij^{c} LR mil rreaes ao dicto jffante, em parte de seu assentamento que o dicto anno auya dauer, per nosa carta e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per seu mandado, rreçeberom e ouueram.

E deu e despendeo mil Rbiij rreaes, em despesas meudas e neçesarias a seu ofiçio e em compra de papel e em mantimento dalgũus homeens que, por nosso seruiço, vierom a nos, com rrecados a Euora e a Beja e a outras partes, e em compra de tijnta e em outras despesas meudas.

E deu iij^{c} rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, que lhe mandamos dar de graça.

E asy deue biij mil ix^{c} xix rreaes, biij pretos, os quaees lhe vãao leuados e postos em rreçepta no anno seguinte de iiij^{c} Rb.

[*Ano de 1445*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife, o anno de iiij^{c} Rb, iiij^{c} Lxj mil iij^{c} Rbiij rreaes, biij pretos, a saber, iiij^{c} Lj mil iiij^{c} xxix rreaes, por que o dicto almoxarifado, o dicto anno, foy rrendado e rrepartido per Joham Aluarez de Britijande e Juça Cosolim, judeu, morador em Lamego, rrendeiros prinçipaaes dele.

E mil rreaes per a feira de Santa Eirea, que se faz na caua da çerca da dicta çidade de Viseu, que nom entrou no dicto arrendamento.

E os biij mil ix^{c} xix rreaes, biij pretos rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor, no anno pasado de iiij^{c} Riiij, segundo todo mais decraradamente na rrecadaçom do dicto anno faz meemçom, dos quaees djnheiros o dicto almuxarife per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados na dicta sua rrecadaçom fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de seu mantimento e vestir.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

Copyrighted material

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} Rbiij rreaes a Gonçalo Annes, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir e acreçentamento do dicto anno.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bij rreaes a Pedro Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu mil bj^{c} Lxbiij rreaes a Ruj Barros, nosso escudeiro, morador em Viseu, de sua teença.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes [e] meo a Joham dAlmeyda e a Briatiz de Gouuea, sua molher, de sua teença.

E deu xij mil iij^{c} b rreaes a Ruj Gomez da Silua, em parte de pago dos xiiij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes que ouuera dauer de sua teença.

E deu x mil rreaes a dona Branca dAlmeyda, sua molher, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença.

E deu xb mil biij^{c} bj rreaes a dona Jsabel de Mello, molher do dicto Fernam Soarez, de sua teença.

E deu xiiij mil bij^{c} L rreaes a Joham Aluarez da Cunha, em parte dos xx mil rreaes que auja dauer de sua teença.

E deu xxbij mil iiij^{c} Rbiij rreaes a dona Johana, molher de dom Fernando Coutinho, em parte dos R mil rreaes que auja dauer de sua teença.

E deu ij^{c} LRij mil b^{c} LRiij rreaes ao dicto jffante dom Amrrique, em parte de pago dos ij^{c} LRb mil iij^{c} Rj rreaes que lhe, o dicto anno, no dicto almoxarifado asentamos, per nosa carta e conheçimentos das pessoas que os dictos djnheiros, per seu mandado, rreçeberam e ouueram.

E deu e despendeo ij^{c} Rb rreaes, em compra de papel e purgamjnhos e em outras despesas meudas.

E asy deue xxxiij mil ix^{c} Lxiij rreaes, biij pretos, dos quaees lhe descomtarom xiiij mil iiij^{c} Lxxxbj rreaes, que montou nos mantimentos dAluaro Rabello e Lopo Martijnz e Fernam Aluarez e Vasco de Freixeo, nossos criados, que o dicto anno emujamos por rreçebedores dalgũas rrendas do dicto almoxarifado, e ouueram os dictos mantimentos de ser pagos a custa dos dictos rrendeiros e, por a perda que asy, o dicto anno, receberam no dicto almoxarifado, foy nosa merçee os auermos por rreleuados dello e os mandamos pagar aa nosa custa aos dictos nossos criados, per nosa carta.

Jtem, mandamos mais descontar ao dicto nosso almoxarife xbiij mil bij^{c} Lxj rreaes [e] meo que montou ao dicto Juça Cosolim, rrendeiro prinçipal, na sua metade da perda que ouue no dicto almoxarifado o dicto

anno e foy delo rreleuado e o mandamos soltar da cadea em que jazia presso por a dicta dijueda e asy por o mais em que era deuedor do dicto almoxarifado e do de Lamego do dicto anno e dos outros seguintes de iiij^{c} Rbj e Rbij, que elle e o dicto Joham Aluarez teuerom rrendados.

E asy deue bij^{c} xbj rreaes, iij pretos, os quaees lhe sam leuados e postos em rreçepta no anno seguinte de iiij Rbj.

[*Ano de 1446*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife, o dicto anno de iiij^{c} Rbj, iiij^{c} Liij mil bj^{c} xij rreaes, iij pretos, a saber, iiij^{c} Lj mil iiij^{c} xxix rreaes por que o dicto almoxarifado o dicto anno foy rrendado e rrepartido per os dictos Joham Aluarez e Juça Cosolim, rendeiros prinçipaaees, e mil iiij^{c} Lx bij rreaes rreçebeo da sisa da feira de Santa Eirea, que se faz na caua da çerca da dicta çidade de Viseu, que nom entrou no dicto arremdamento, e os bij^{c} xbj rreaes, iij pretos rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} Rb, dos quaes djnheiros o dicto almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lxiiij rreaes, de mantimento e vestir.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xxiiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c} xx iiij rreaes a Gonçalo Annes, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bij rreaes a Pedro Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu xiiij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes a Ruj Gomez da Silua, de sua teemça.

E deu x mil rreaes a dona Branca dAlmeyda, sua molher, de sua teença.

E deu mil bj^{c} Lxbiij rreaes a Ruj Barros, nosso escudeiro, de sua teença.

Copyrighted material

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel, molher de Fernam Soarez, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes a Joham dAlmeyda e a Briatiz de Gouuea, sua molher, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Joham Aluarez da Cunha e a Meçia Gomez de Lemos, sua molher, de sua teença.

E deu R mil rreaes a dona Johana de Castro, molher de dom Fernando Coutinho, de sua teença.

E deu Lxxx biij mil iiij^{c} xxbj rreaes a Lopo Afonso, thesoureiro que foy do jffante dom Fernando meu tio, cuja alma Deus aja, em parte de pago dos C mil rreaes que lhe mandamos entregar, que eram deujdo[s] ao dicto jffante, de seus asentamentos.

E deu CLRiij mil CLxbiij rreaes ao jffante dom Anrrique, em parte de seu asentamento, per carta e conheçimento daquel que os, per seu mandado, rreçebeo.

E deu e despendeo biij^{c} Lxxxb rreaes, em compra de papel e purgamjnhos e em compra de b covados de pano uerde pera os contos e em mantimento de homeens que, por nosso seruiço, a algũuas partes forom e em outras despesas meudas e neçesarias.

Jtem, lhe forom descontados mil bij^{c} e LRbiij rreaes, que sobrelle forom postos em rreçepta o anno pasado de iiij^{c} Rb, em que ficou deuedor Joham Aluarez de Britijande, rrendeiro prinçipal do dicto almoxarifado, pera fazer comprimento de pago de sua meetade da perda do dicto anno, e nom os rreçebeo o dicto almoxarife por ao dicto rrendeiro nom serem achados beens nem a seus fiadores per que os pagar.

Jtem, lhe forom descontados mais iij mil bj^{c} Lxj rreaes, ij pretos, de que foy rreleuado o dicto Juça Cosolin, rrendeiro prinçipal, que lhe aconteçerom na sua parte da dijueda em que ficou o dicto anno.

E asy deue bij mil CLxxiij rreaes, iij pretos, os quaees lhe som leuados e postos em rreçepta no anno seguinte de iiij^{c} Rbij.

[*Ano de 1447*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife, o anno de iiij^{c} Rbij, iiij^{c} Lbiij mil e bj^{c} iij rreaes, ij pretos, a saber, iiij^{c} Lj mil iiij^{c} xxix rreaes, por que o dicto almoxarifado o dicto anno foy rremdado e rrepartido per os dictos Joham Aluarez de Bretijande e Juça Cosolim, rrendeiros prinçipaaees; e os bij mil CLxxiij rreaes, iij pretos rreçebeo de sy mesmo, em que

ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} Rbj, dos quaees djnheiros o dicto almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem tomou pera sy bij^{c} Lx iiij rreaes, de seu mantimento e vestir do dicto anno.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçalluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c}xxiiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c}xxiiij rreaes a Gonçalo Annes, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bij rreaes a Pero Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu x mil rreaes a dona Branca dAlmeyda, molher de Ruj Gomez da Silua, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Fernam Soarez da Albergaria, de sua teença.

E deu mil bj^{c} Lxbiij rreaes a Ruj Barros, nosso escudeiro, morador em Viseu, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel, molher do dicto Fernam Soarez, de sua teença.

E deu CLRiij mil CLxbiij rreaes ao jffante dom Anrrique, em parte de pago de seu asentamento do dicto anno, per carta e conheçimento daquel que os dictos djnheiros, per seu mandado, rreçebeo.

E deu xiiij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes a Ruj Gomez da Silua, de sua teença.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes a Joham dAlmeyda e a Briatiz de Gouea, de sua teença.

E deu R mil rreaes a dona Johana de Castro, molher de dom Fernando Coutinho, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Meçia Gomez de Lemos, molher de Joham Aluarez da Cunha, de sua teença.

E deu e entregou Lbij mil iiij^{c} rreaes a Fernam Gil, nosso thesoureiro, per quatro seus conheçimentos, fectos pello scpriuam de seu ofiçio, hũu de xxiij mil rreaes, per Diogo Gonçalluez de Trauaços, e outro de xiij mil biij^{c} rreaes, per Martim Afonso de Mjranda, e outro de iiij mil bj^{c} rreaes per o dicto Martim Afonso de Mjranda, e o outro de xb mil rreaes per dom Duarte de Meneses.

Copyrighted material

E deu iij^{c} rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, que lhe mandamos dar de graça.

E deu e despendeo bj^{c} xxx biij rreaes, em compra de papel e tijnta e em mantimento de homeens que, com rrecados compridoiros a nosso seruiço, a nos vijerom.

Jtem, lhe forom per nosso mandado descontados xx mil ij^{c} Liij rreaes e iiij pretos, que sobrelle forom carregados em rreçepta o dicto anno, os quaees perteçia pagar o dicto Joham Aluarez de Britijande, rrendeiro prinçipal, da sua metade da perda que o dicto anno ouue no dicto almoxarifado, e nom os rreçebeo o dicto almoxarife, por lhe nom serem achados beens nem a seus fiadores per que os pagar, segundo na dicta rreçepta faz meemçom, e lhos quitamos per nosa carta, em esmolla, a honrra e paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo e o mandamos soltar da cadea em que, por ello, era presso.

Jtem, lhe descontamos mais outros xx mil ij^{c} Liij rreaes, iiij pretos, da outra metade da dicta perda que montaua pagar Juça Cosolim, rrendeiro prinçipal, porquanto os quitamos ao dicto judeu, per nosso aluara.

E asy deue biij mil LR rreaes, iij pretos, os quaees lhe som leuados e postos em rreçepta no seguinte anno de iiij^{c} Rbiij.

[*Ano de 1448*]

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo o dicto almoxarife, o anno de iiij^{c} Rbiij, iiij^{c} Lx mil xbiij rreaes, iij pretos, a saber: iiij^{c} Rix mil ix^{c} xxbiij rreaes, per arrendamento que no dicto almoxarifado o dicto anno foy fecto per Joham do Campo, morador em Viseu, rrendeiro prinçipal, e ij mil rreaes da sisa da feira de Santa Eirea, que se faz na caua da çerca da dicta çidade, que nom entrou no dicto arrendamento; e os biij mil LR rreaes, iij pretos rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor o anno pasado de iiij^{c} Rbij, dos quaes djnheiros o dicto almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom do dicto anno, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, tomou pera sy bij^{c} Lx iij rreaes, de seu mantimento e vestir.

E deu bj^{c} Rix rreaes a Afonso Gonçaluez, scpriuam do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu iij^{c}xxiiij rreaes a Gonçalo Annes, homem do dicto almoxarifado, de mantimento e vestir.

E deu iij^{c}xxiiij rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de seu mantimento e vestir.

E deu xij mil CLxxxbj rreaes a Pero Lourenço, contador, de seu mantimento e vestir.

E deu bj mil iiij^{c} bij rreaes a Pedro Afonso, scpriuam dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu iij mil iij^{c} xxj rreaes a Aluaro Martijnz, porteiro dos contos, de seu mantimento e vestir.

E deu CLRiij mil CLxbiij rreaes ao jffante dom Anrrique, em parte de seu asentamento do dicto anno, por nosa carta e conheçimento daquel que os dictos djnheircs, per seu mandado, rreçebeo.

E deu R mil rreaes a dona Johana de Castro, molher de dom Fernando Coutinho, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a dona Jsabel, molher de Fernam Soarez, de sua teença.

E deu xx mil rreaes ao dicto Fernam Soarez, de sua teença.

E deu xx mil rreaes a Meçia Gomez de Lemos, molher de Joham Aluarez da Cunha, de sua teença.

E deu biij mil b^{c} Lxxj rreaes a Joham dAlmeyda, escudeiro de Joham de Gouuea, alcaide de Castel Rodrigo, herdeiro de sua jrmãa, molher que foy do dicto Joham dAlmeyda.

E deu xiiij mil ij^{c} Lxxxbj rreaes a Ruj Gomez da Silua, de sua teença.

E deu x mil rreaes a dona Branca dAlmeyda, sua molher, de sua teença.

E deu ij^{c} rreaes a Gonçalo Annes, homem do dicto almoxarifado, de que lhe fezemos merçee.

E deu ij^{c} rreaes a Pero Martijnz, homem do dicto almoxarifado, de que lhe fezemos tambem merçee.

E deu e entregou Liiij mil iiij^{c} xxxbiij rreaes e biij pretos a Fernam Gil, nosso thesoureiro, per xij seus conheçimentos, fectos per o scpriuam de seu ofiçio, hũu de xbj mil rreaes, per Diogo Gonçalluez de Trauaços, e outro de mil ij^{c} xij rreaes, per Anrrique Uaasquez, que foy nosso scpriuam da camara, e outro de mil ij^{c} xij rreaes, per Luis Manoel, nosso escudeiro, e outro de iij^{c} Lij rreaes, biij pretos, per Joham Uaasquez, nosso criado, e outro de b mil iiij^{c} LRb rreaes, per Gonçalo Annes, nosso çapateiro, e outro de mil ij^{c} Lxx rreaes, per o dicto Gonçalo Annes, nosso çapateiro, e outro de ij mil CLxbj rreaes per Diogo Aluarez, nosso comprador, per o dicto Gonçalo Annes Casco, nosso çapateiro, a que os el pagou, e outro de ix mil iiij^{c} Lbiij rreaes, per Joham Aluarez, brollador nosso, e outro de bj mil rreaes per mestre Mateus, nosso secretario, e outro de ij mil biij^{c} Lxxiij rreaes per Gil Martijnz dOutil, nosso escudeiro, e outro de biij mil iiij^{c} rreaes, per Airas Botelho, nosso caualeiro.

E deu e entregou mais Rij mil biij^{c} xj rreaes a Aluaro Ferrnandez de Monterroyo, rrecebedor do nosso thesouro, per dous seus conhecimentos fectos per o scpriuam de seu ofiçio, hũu de xxxiij mil iij^{c} LR rreaes, per dom Fernando das Alcaçouas, e outro de ix mil iiij^{c} xxj rreaes, pera despesa de seu ofiçio, per Gonçalo Annes, homem do dicto almoxarifado, que lhos trouue.

E deu ij mil C rreaes, por compra de papel e purgamjnhos e em mantimento dalgũus homeens que a nos com rrecados vieram, por cousas compridoiras a nosso seruiço e em compra de sacos e cordas em que trouuerom djnheiros ao nosso thesouro e por compra de hũu pano uerde pera os contos e em outras despesas meudas e neçesarias.

E asy deue x mil ij^{c} Lxbiij rreaes [e] meo, os quaees lhe vãao leuados e postos em rreçepta, na rrecadaçom seguinte, das duas dizimas e mea que se tirarom o dicto anno, pera o nosso casamento.

[*Receita*]

Jtem, rreçebeo mais o dicto almoxarife, em o dicto anno de iiij^{c} Rbiij, Lxxx mil ij^{c} Lxbiij rreaes, iij pretos: os Lxx mil rreaes das dictas duas dizimas [e] mea que nos forom outorgadas per os benefeciados e crelezia de nossos rregnos pera o nosso casamento, e os x mil ij^{c} Lx biij^{c} rreaes [e] meo rreçebeo de sy meesmo, em que ficou deuedor, na rrecadaçom das rrendas e djreitos do dicto almoxarifado do dicto presente anno de iiij^{c} Rbiij, dos quaes o dicto almoxarife, per nosas cartas e aluaraaees de mandado e conheçimentos alegados em sua rrecadaçom, fez estas despesas.

[*Despesa*]

Jtem, deu e entregou Lxix mil rreaes a Fernam Gil, nosso thesoureiro, pera despesa de seu ofiçio, per seu conheçimento, fecto per o scpriuam de seu ofiçio.

E deu e despendeo ix^{c} xxx rreaes, em compra de sacos em que os dictos djnheiros trouueram ao nosso thesouro e em cordas pera os liarem e em alugeres de bestas e em mantimento do porteiro que com elles veeo e em outras despesas meudas e necesarias.

Jtem, lhe descomtamos ix mil biij^{c} xix rreaes, de que fezemos merçee a molher e herdeiros do dicto Aluaro Diaz, almoxarife, per duas nosas cartas, a saber, hũa de iiij mil b^{c} rreaes e outra de b mil iij^{c} xix rreaes.

E asy nos ficou o dicto almoxarife ahijmda deuedor em b^{c} xix rreaes, dos quaees b^{c} xix rreaes fezemos merçee a molher e herdeiros do dicto Aluaro Diaz.

Copyrighted material

Pedhindonos ora elles, por merçee, que lhes desemos nosa quitaçom dos dictos annos que asy por nos rreçebeo, segundo atras he decrarado, porquanto do outro tempo que se começou primeiro dia de junho que foy da era de Cesar de mil iiij^{c} Rij, em que el começou de seruir o dicto oficio, ataa o anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} xxxbij annos, elles teem dello outra nosa quitaçom, e quanto ao dicto anno de iiij^{c} xxxbij, em este foy posto por rreçebedor do dicto almoxarifado, per mandado delrrej meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, Gil Martijnz, escudeiro, morador em a dicta çidade de Viseu, que dello deu rrecado.

E nos, visto seu requerimento e como o dicto Aluaro Diaz deu boo conto e rrecado com paga e entrega de todo o que asy por nos rrecadou e rreçebeo e despendeo, asy das nosas rrendas e djreitos do dicto almoxarifado, como dos pedidos dos judeus e dizimas de creligos que no dicto almoxarifado se tiraram nos dictos annos pasados, segundo atras decraradamente per o meudo faz meemçom, e desy, comsirando nos, segundo a enformaçom que ouuemos, como muy longamente e sempre bem, com grande lialdade, seruio a nos e aos senhores rrex meu padre e auoo, que Deus aja;

Teemos por bem e damos de todo por quites e liures a dicta sua molher e herdeiros e seus beens e todos seus herdeiros e soçeesores que despois elles vierem de todollos djnheiros e cousas comtheudas em esta nosa quitaçom e doutros quaeesquer djnheiros e cousas que, per ementas ou per outra qualquer maneira, se mostre, asy agora como em outro qualquer tempo, que o dicto Aluaro Diaz, almoxarife, por nos rreçebesse, em estes honze annos conthudos em esta nosa quitaçom como em quaeesquer dos outros annos da outra nosa quitaçom que ouue; e queremos e mandamos que nunca em algũu tempo sejam demandados e costrangidos nem chamados a contos nem a juizo nem fora delles, por cousa algũua que a esto perteça ou posa perteeçer per qualquer guisa que seja, porquanto nosa merçee e vontade he de os auermos asy por quites e liures de todo, como dicto he, sem embargo de quaeesquer djreitos canonjcos, cijuees, lex, hordenaçõoees, grosas e oupenjõoees de doutores que em comtrairo sejam ou podesem ser alegadas per qualquer guisa que seja, as quaees, de nosso motu propio, liure uontade, çerta çiençia, poder absuluto, aqui auemos por anjchalladas e queremos que se nom entendam em esto, como dicto he.

E porem mandamos aos veedores da nosa fazenda e proueedores della, contadores e corregedores, juizes e justiças, ofeçiaaees e pessoas e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteeçer per qualquer maneira que seja e esta nosa carta for mostrada, que a conpram e gardem e façom conprir e gardar em todo, asy e pella guisa que em ella he contheudo, e lhe nom vãao nem consentam hir contra ella, em parte nem em

todo, em nhũua maneira, porquanto nosa merçee e vomtade he lhe ser asy gardada como per nos he mandado e em ella faz meençom. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta de quitaçom, sijnada per nos e seellada do nosso sello do chumbo, pera a teerem pera sua garda e de seus beens e herdeiros.

Dada em a vila de Sijntra, x dias de setembro. Ruj Diaz a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Chisto de mjl iiij^{c} Liiij.

21

20 SETEMBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a mestre Samuel Goleimo, físico e cirurgião do infante D. Henrique, possa andar em besta muar de sela e freio.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 123 v.

Dom Afomsso, etc.

Jtem, carta de meestre Samuel Goleimo, físico e çollorgiam do jfamte dom Amrrique, meu prezado e amado tio, em que lhe damos licença e lugar que possa amdar em besta muar de sseella e freo, ssem embarguo da nossa hordenaçam fecta em comtrairo, etc. Em forma.

Dada em Simtra, xx dias de setenbro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de Nosso Jhesu Christo de mill iiij^{c} Liiij^{c} annos.

22

26 SETEMBRO 1454

Letras Exigentibus meritis, *de Nicolau V, dirigidas a D. Jaime, arcebispo eleito de Lisboa, a prmitir-lhe a fundação de mosteiro da Ordem de S. Jerónimo, com 10 ou 12 frades de Guadalupe, no reino de Portugal ou nalguma das ilhas do mar oceano, sobretudo na da Madeira, sujeita a D. Henrique, duque de Viseu, em*

razão do Mestrado de Cristo, pelo mesmo chefiado no espiritual e temporal por deputação da Sé Apostólica, a qual ilha, outrora inabitada, o citado duque povoou de numerosas pessoas de ambos os sexos, se D. Henrique autorizar a fundação na dita ilha (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 402, fl. 413 v.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Jacobo, electo Vlixbonensi, salutem, etc.

Exigentibus meritis tue deuocionis, vota tua, illa presertim ex quibus diuini cultus ac religionis augmentum et animarum salus prouenire sperantur, pij patris affectione prosequimur ac plenis fauoribus confouemus et, vt optatum sortiantur effectum, opem et operam libenter jmpartimur.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte tua peticio continebat, tu singulari deuocione quam ad dilectos filios fratres ordinis Sancti Jeronimi, sub regula Sancti Augustini degentes, per quos, propter eorum religiosam et honestam vitam, cum diuini cultus augmento animarum prouenire salutem speras, vnam domum seu vnum monasterium dicti ordinis, in aliquo congruo et honesto loco regni Portugalie vel in aliqua ex insulis in mari occeano consistentibus, et presertim in insula que vulgariter de la Madera nuncupatur, que dilecto filio nobili viro Henrico, duci Visensi, racione magistratus Ordinis Ihesu Christi, cui idem Henricus per sedem apostolicam deputatus esse dinoscitur, in spiritualibus et temporalibus subiecta existit, quamque olim penitus inhabitatam, prefatus dux ad habitacionem reduxit, et per quam plures vtriusque sexus personas incoli et habitari fecit, fundari et construi, sunmopere desideres; pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum vt fundandi domum siue monasterium huiusmodi licenciam concedere et alias, super hiis, opportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, huiusmodi tuum pium et laudabile desiderium in Domino plurimum conmendantes, tuis in hac parte supplicacionibus inclinati, quod vna domus seu vnum monasterium fratrum dicti ordinis, in aliquo loco congruo et honesto in regno Portugalie vel in vna ex insulis predictis et

(1) Sobre o povoamento da ilha da Madeira podem ver-se ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 5 e 83 e o recente estudo de MARIA DE LOURDES DE FREITAS FERRAZ, *Povoamento e economia da Ilha da Madeira no século XV*.

presertim in dicta insula de la Madera (2), fundari et construi possit, dunmodo si in prefata insula de la Madera fundari et construi contigerit ad id predicti ducis accedat assensus, necnon vsque ad decem seu duodecim ex quibusuis fratribus de Guadelupe, Toletane diocesis, et quaruncumque aliarum domorum seu quoruncumque aliorum monasteriorum, ad id per te seu prefatum ducem, vel alios fundandi domus seu monasterij huiusmodi fundatores, eligendis et volentibus seu in hoc sponte consentientibus ad fundandum domum seu monasterium huiusmodi, superiorum suorum et quoruncumque aliorum licencia desuper minime requisita, transeumdi plenam et liberam licenciam, quodque fumdandum monasterium seu fumdanda domus huiusmodi et inibi pro tempore degentes priores, fratres professi, nouicij, familiares, seruitores et alie persone omnibus et singulis exempcionibus, priuilegijs, inmunitatibus, libertatibus, jndulgencijs, conseruatorijs, gracijs, indultis, concessionibus et litteris, eciam circa illarum seu illorum visitaciones et ipsius prioris pro tempore electiones et confirmaciones faciendas ac alias ipsorum, in spiritualibus et temporalibus, regimen et gubernacionem, dicto ordini et alijs domibus seu monasterijs dicti ordinis et eorum cuilibet ac ipsorum prioribus, fratribus professis, nouicijs, familiaribus, seruitoribus alijsque jnibi degentibus, presentibus et futuris, per sedem apostolicam vel alias, in specie seu in genere, concessis seu in posterum forsan concedendis, dunmodo visitaciones et oraciones, quas alij fratres dicti ordinis in suis monasterijs residendo pro consequendis gracijs et indulgencijs huiusmodi facere tenentur, jpsique fratres domus siue monasterij fumdandi hujusmodi pro tempore existentes in dicto fundando monasterio eciam facere teneantur, vti et gaudere possint (3) libere et licite, quodque fumdande domus seu fumdandi monasterij hujusmodi prior pro tempore eligatur et confirmetur jpsaque fumdanda domus ab eisdem personis visitetur ac in spiritualibus et temporalibus regatur et gubernetur, in omnibus et per omnia, pari modo et absque vlla differencia a quibus priores aliarum domorum seu aliorum monasteriorum dicti ordinis in Portugalie vel, si capitulo seu maiori parti conuentus, domus seu monasterij fumdandi huiusmodi visum fuerit, prout in Castelle et Legionis regnis consistencium priores eligantur et confirmentur, seu ipse alie domus vel alia monasteria visitantur, reguntur et gubernantur.

Volumus autem, in virtute obediencie districte precipiendo et mandando capitulo et priori generalibus necnon prioribus, fratribus et conuentibus quoruncumque monasteriorum dicti ordinis ne ipsi vel aliquis eorumdem, pro tempore propter hec predictis fratribus, aut alicui eorum domus

---

(2) No ms. *Madere*.
(3) No ms. *possit*.

Copyrighted material

seu monasterij fundandi huiusmodi, pro tempore conmunionem ordinis ac monasteriorum predictorum, presertim jn spiritualibus, denegent aut penam aliam spiritualem seu temporalem, jmponant aut jmponere audeant, priuilegijs, constitucionibus et ordinacionibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus dicti ordinis juramento, confirmacione apostolica vel quauis firmitate alia roboratis, eciam in specie vel in genere concessis, de quibus omnibus eorumque totis tenoribus de verbo ad verbum specialis, specifica et expressa, non autem per generales seu alias expressam mencionem jmportantes clausulas, mencio habenda esset, illorum tenore presentibus pro expressis habentes, ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presencium, de specialis dono gracie, concedimus pariter et jndulgemus.

Cupientes, autem, quod presentes nostre littere votiuum sortiantur effectum, venerabilibus fratribus Visensi et Siluensi episcopis ac dilecto filio cantori ecclesie Vlixbonensis per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi, vel duo aut vnus eorum, per se vel alium seu alios, tibi vel fumdatori seu fumdatoribus fumdande domus seu fumdandi monasterij huiusmodi, ac eligendis fratribus (4) predictis, quociens pro ipsorum seu alicuius eorum parte desuper fuerint requisiti vel aliquis eorum fuerit requisitus, illis in premissis efficacis defensionis auxilio assistentes, non permittant te, vel fumdatorem seu fumdatores huiusmodi, circa fumdacionem ipsam, aut dictos eligendos fratres seu aliquos, vel aliquem eorum, quominus ad fumdandam domum seu fumdandum monasterium huiusmodi, libere accedere et inibi perpetuo conmorari licite possint et valeant, per fratres dicti ordinis aut quoscumque alios, cuiuscumque status, gradus, ordinis vel condicionis fuerint, directe vel jndirecte jmpediri, relaxari, molestari seu perturbari quoquomodo, jmpeditores, vexatores, molestatores et perturbatores huiusmodi et quoscumque alios contradictores et rebelles per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellacione postposita, compescendo;

Non obstantibus felicis recordacionis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, quibus cauetur ne quis, extra suam ciuitatem et diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis vltra vnam dietam a fine sue diocesis, ad judicium euocetur, seu ne judices a sede apostolica deputati, extra ciuitatem et diocesim jn quibus deputati fuerint, contra quoscumque procedere seu alij vel alijs vices suas conmittere presumant, et de duabus dietis in concilio generali et alijs apostolicis constitucionibus contrarijs quibuscunque, aut si jmpeditoribus, vexatoribus, molestatoribus, perturbatoribus et ceteris supradictis seu quibusuis alijs, conmuniter vel diuisim, a sede predicta jndultum existat quod interdici, suspendi vel excon-

(4) No ms. *fructibus*.

Copyrighted material

municari, aut vltra vel extra certa loca ad iudicium euocari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodi mencionem, decernentes quicquid irritum et jnane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attemptari.

Nulli, ergo, etc., nostrorum concessionis, decreti et voluntatis jnfringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo quarto, sexto kalendas octobris, pontificatus nostri anno octauo (1).

23

30 SETEMBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gonçalo Correia, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 13.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Gonçallo Correa, morador em Crasto Marim, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc. Priujlegeo em forma.

Dada em Sintra, derradeiro dia de setenbro. Afonso Garçez a fez. Ano de mjl iiij^{c} Liiij^{o}.

24

23 OUTUBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gomes Anes, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão dos órfãos da coudelaria de Lisboa, possa andar em besta muar de sela e freio.

(1) Sobre D. Jaime cfr. os DOCS. 58 a 60, 67 a 70, 135, 188 a 191 e 225 do nosso vol. 11.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 113.

Jtem, carta de Gomes Annes, scudeiro do jfante dom Anrrique, scpriuam dos orfõos da coudelaria de Lixboa, em que lhe damos licença e lugar que possa andar em beesta muar de sseela e freo, ssem enbargo da hordenaçom, etc. Carta em forma.

Dada em Simtra, xxiij dias doutubro. Antam Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Liiij.

25

24 OUTUBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a declarar bens régios os de Rui Valente, cavaleiro da casa do infante D. Henrique; pois tendo o mesmo sido incriminado na morte de André da Capela, em Faro, e havendo sido chamado a juízo, fugira e não comparecera e, tendo a rainha pedido a seu marido os bens de Pedro Barreto, confiscados por este haver estado em Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro e pelo soberano doados ao citado Rui Valente, o monarca outorga-os agora à rainha D. Isabel, sua esposa, ainda a metade que pertencia à mulher de Rui Valente, a qual porém deve ser citada, para declarar quais os bens que foram de Pedro Barreto (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 109, — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 2, fl. 178 v., e *Reis*, liv. 1, fl. 42.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a rrainha mjnha mulher, que sobre todas amo e preço, nos disse que Ruy Valente, caualeiro da cassa do jfante dom Henrique, meu mujto preçado tyo, fora perante nos acussado por a morte dAndre da Capella, que foy morto em a ujlla de Farom, e que, andando perante nos o fecto, elle fogira e o nom segujra; por o qual, elle foy çitado que, per pessoa, pareçesse e nom veo

(1) Sobre este Rui Valente cfr. os DOCS. 51 do nosso vol. 10 e 79 do vol. 11. Em 28 de Dezembro de 1457, el-rei D. Afonso V perdoou a Pedro Eanes, escudeiro de Rui Valente, residente em Faro, incriminado na morte de André da Capela, ali alcaide pequeno (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 23, fl. 78, — carta editada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 643).

Copyrighted material

a dicta citaçom. E despois [seus beens] forom julgados asy que elles [nos] pertençiam e podiamos delles despoer como de cousa nossa e darmolos a quem nossa merçee fosse. Das quaees cousas os autos e ssentença nos forom mostrados; per os quaees fomos çertos seer asy como nos, per a dicta rraynha, fora dicto, dizendonos ella majs que, antre os beens do dicto Ruj Valente eram çertos beens de rraiz que forom de Pero Barreto, dos quaees lhe nos fezemos merçee, por o caso que o dicto Pero Barreto contra nos cometera na batalha dAlfarrobeira; pidindonos que, pois todolos beens do dicto Ruj Valente eram nosos, que lhe fezesemos merçee daqueles que forom do dicto Pero Barreto.

E nos, ueendo o que nos asy dizia e pedia, querendolhe fazer graça e merçee; temos por bem e fazemoslhe delles pura, jnrreuogauell doaçom antre ujuos valedoira pera senpre, pera ella, filhos, netos, herdeiros, soçesores que depois ella vierem, barõees ou femeas, e que ella e elles posam fazer dos dictos beens como de sua cousa propria, jsenta; e os posam dar, doar, vender, escanbar e outra quallquer alienaçom delles fazer, como se fosem de sseu proprio matrimonjo, nom enbargando a ley mentall, posto que em algũu modo aquy ouuese lugar, porque queremos que em este caso nom valha nem tenha nem enbargue algũua das sobredictas alienaçõoes sse poderem liuremente fazer.

E esta doaçom, que asy a dicta rrainha fazemos, se entenda soomente nos beens que do dicto Pero Barreto forom, os quaees o dicto Ruy Valente de nos, per merçee e doaçom, ouue por o dicto caso da Alfarrobeira e nom em outros algũus. E, sse pervemtura, a doaçom que delles ao dicto Ruj Valemte fezemos ffor tall e com taaes crausullas que se podiam comunicar amtre elle e ssua molher e assi a meetade delles seria ssua della; a nos praz e queremos, esto nom enbargante, que a dicta rrainha aja todollos beens que forom do dicto Pero Barreto, assi ameetade delle, Ruj Valemte, como a outra que a sua molher perteeçia; porquamto nos fezemos merçee aa dicta ssua molher de toda a meetade dos beens que ella com o dicto sseu marido auiam, a quall a nos, por o que dicto he, perteençia, afora os beens que assi do dicto Pero Barreto forom.

A quall merçee lhe fazemos com esta teençom e decraraçom: que todollos beens que assi forom do dicto Pero Barreto ficassem a nos enteiramemte, posto que a meetade delles a ella perteeçesse, por sseer molher do dicto Ruj Valemte, a que delles fezeramos merçee. E queremos e outorgamos que esta doaçom seja firme e valiosa, nom enbargamte quaesquer leix, degredos, hordenaçõoes e outros quaeesquer dereitos que, em parte ou em todo, [a] possam quebrar ou ssua[s] forças mjngar; porque, em este caso, os casamos e hirritamos e queremos que nom ajam lugar, auendoos aqui por expressamemte nomeados, porque nossa merçee he de cousa algũa a esta doaçom nom detraer nem contrariar, mas queremos que seja senpre firme e valiosa, como dicto he.

E porem mamdamos a todollos juizes, correjedores e a outros quaaesquer a que esto perteeçer que, ssendolhe mostrado quaaes ssom estes beens que do dicto Pero Barreto forom e ora eram de Ruj Valemte, per o modo ssuso dicto, que os emtreguem aa dicta rreinha ou a sseu çerto procurador e a ponham llogo em posse delles e a leixem delles husar e em elles fazer como de ssua cousa propia, sseemdo primeiramente çitada a molher do dicto Ruj Valemte, ssoomemte pera sse com ella descotir e examinar quaaes ssom estes beens que assi do dicto Pero Barreto forom; a quall cousa examinada e ssabida, emtom ponham llogo em posse delles a dicta rrainha ou, em nome della, sseu procurador, como dicto he. Onde al nom façades.

Dada em Simtra, xxiiij° dias do mes doutubro. Afonso Pirez a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçemtos cinquoeemta e quatro annos.

26

28 NOVEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Gorizo, escudeiro do infante D. Henrique, um morgado na Azóia, junto do barco de Sacavém, a pedido da infanta D. Catarina, por o donatário ser filho legítimo de Gonçalo Vasques e neto de Lourenço Afonso, seus primeiros detentores, e, porque o Vasques perdeu as respectivas escrituras e abandonou o morgado, ele pertence a el-rei, que dele dispõe, contanto que Gonçalo Gorizo ali mantenha duas camas para os pobres que por lá passarem, por alma de seus antecessores, que aqueles bens deixaram (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 117.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que Gonçalo Gorizo, escudeiro do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo,

(1) Talvez o Gonçalo Vasques Gorizo do documento de 18 de Fevereiro de 1455, adiante lançado.

Copyrighted material

mostrou pressente nos hũu estromento pubrico, fecto e asynaado per Diogo Gonçalluez, escpriuam pubrico, per autoridade nosa, em logo dAluarEannes, tabaliam do çiuell em a nossa çidade de Lixboa, aos xbj dias de nouenbro desta era pressente de iiij^{c} e çinquoenta e quatro, per o quall, antre as outras coussas, sse mostra que, pressente Ruy Vaasquez, juiz do çiuell em a dicta çidade, pareçeo o dicto Gonçallo Gorizo, e lhe disse como nos auya fecto rrecontamento que [per] sseus vissauoos fora hordenado hũu moorgado na Azoya, que he açerqua do barquo de Sacauem, e que pollas rrendas dell sse auyam de teer çertas camas e outras coussas que eram hordenadas pera aquelles que os fezeram, ssegundo majs conpridamente sse contijnha nas escprituras do dicto moorgado, o quall moorgado teuera Lourenço Afonso, sseu auoo, e depois o dicto Gonçalo Vaasquez, sseu padre, que o ora perssue.

E que por ell, dicto Gonçalo de Gorizo, sseer çerto que o dicto Gonçalo Vaasquez, sseu padre, perdera as dictas escprituras do dicto moorgado e, posto que as teuesse, os bens eram em tamta danefiquaçam, que sse nom podia manteer o contheudo em ellas; por as quaees rrazoões, o dicto moorgado pertençia a nos e que elle, dicto Gonçalo Gorizo, nollo pedira que lhe fezessemos delle merçee, pois fora hordenado per os dictos sseus auoos, e que nos mandaramos que nos çertifiquasse quantos beens eram os que pertençia[m] ao dicto moorgado e quanto poderiam rrender, rrequerendo ell ao dicto juiz que mandasse ssaber o çerto e na terra honde o dicto moorgado he e mandasse ffazer auentairo dello, ffazendolhe ssaber, per escpritura pubrica, e todo o que ssobre ello achasse pera nollo mostrar.

E o dicto juiz, a sseu rrequerimento, mandou ao dicto Diego Gonçalluez, escpriuam, que fosse ao dicto logo e, per juramento, ffezesse pregunta a çertos homeens boons, ssaber o que dicto he. O quall escpriuam, em conprimento do mandado do dicto juiz [foy] a aldea A do Bindel e, pressente Gonçalo Vaasquez e o dicto Gonçalo Gorizo, sseu filho, deu juramento aos ssantos auangelhos a çertos homeens boons, moradores em o dicto logo dA do Bindell que tijnham grande rrazom de ssaberem dello parte; os quaees, per bem do juramento que ssobre ello aujam fecto, disseram que elles ssabiam bem o dicto moorgado e que o dicto Gonçalo Vaasquez o pussue e lhe fiquou per morte de Lourenço Afonso, sseu ssogro, padre de Violante Afonso, ssua molher, o quall ssenpre ouujrom nomear por moorgado, e que sse aujam hi de manteer camas pera pobres e que ssenpre hi virom estar camas, em tenpo do dicto Lourenço Afonso, e que asy as tem o dicto Gonçalo Vaasquez; mas que nom ssabyam bem em çerto quantas sse hi aujam de manteer.

E, quanto aos beens ssobre que lhe foy fecta pregunta quejandos eram e com que partem, disseram que ao dicto moorgado pertençe primeiramente todo o assentamento das cassas que he junto com ho dicto

barquo de Saquauem, com ssua torre e cassas terreas que em elle estam, com todo sseu çarrado doliueiras ssobre sy darredor das cassas que partem com Tristam Vaaz da Ueiga e com Airas Afonso Valente e com Luja dAzeuedo e com Joham da Ueiga, ataa o mar, e com Aluaro Lopez de Friellas e com Joham dAzeureira e com caminhos pubricos; os quaees beens que asy ao dicto moorgado perteeçiam disserom que, per o dicto juramento que fecto aujam, ssegundo a estimaçam, poderiam rrender, em cada hũu ano, em djnheiro, mjl e dozentos rreaes brancos e que asy o afirmarom e outorgarom, ssegundo todo esto e outras coussas majs conpridamente em o dicto estromento faziam declaradamente meençam, e pedi[o]nos a jffante dona Catarina, minha muyto prezada e amada jrmãa que, porquanto o dicto Gonçalo Gorizo he filho baram lidemo do dicto Gonçalo Vaasquez, lhe fezessemos merçee do dicto moorgado.

E nos, visto sseu rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee ao dicto Gonçalo de Gorizo, por o da dicta minha jrmãa, que nollo asy por ell pedio; teemos por bem e lhe outorgamos a ministraçam do dicto moorgado. E queremos que elle o aja com todas ssuas rrendas e dereitos e pertenças, asy e tam conpridamente como o dicto sseu padre e auoo traziam, comtanto que elle mantenha continuadamente, em as dictas cassas delle, duas camas pera os pobres que per hi passarem. E esto polla alma dos sseus anteçessores que estes beens leixarom e doutra guissa nom.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes, justiças e a quaeesquer outros nossos offiçiaaes e pessoas a que o conheçimento desto pertençer e esta carta for mostrada, que a conpram e guardem e ffaçam conprir e guardar assy e pella guissa que em ella he contheudo, ssem outro algũu embargo que lhe ssobre ello ponham em nemhũua maneira que sseja.

Dada em a çidade de Lixboa, xxbiij dias do mes de nouenbro. Elrrej o mandou, per dom Fernando de Castro, do sseu consselho e veedor da ssua fazenda. Joham Afonso a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij^{a}.

27

6 DEZEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a comunicar ao concelho de Almada ter nomeado João Vasques Farinha, escudeiro do infante D. Henrique, ali residente, para juiz dos órfãos e dos judeus na vila e seu termo, por falecimento do criado régio Vasco Anes.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 133.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes, concelho e homeens boons da villa dAlmaadãa, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Vaasquez Farinha, escudeiro do jfante dom Anrrique, nosso muito prezado e amado tio, morador em essa villa; teemos por bem e damollo por juiz dos horfõos e dos judeus em ella e seu termo, asi e pella guissa que o era Vasco Annes, criado que foy delrrej meu ssenhor e padre, que Deus aja, que sse ora finou.

E porem vos mandamos que daqui em diente o [a]jaaes hi por juiz dos dictos horfõos e judeus e o leixees delle hussar e defendemos que outro algũu delle nom husse, ssaluo o dicto Joham Vaasquez, que asy damos por juiz. O qual jurou em a nossa chançelaria aos ssantos evangelhos que bem e djreitamente e como deue obre e husse do dicto oficio e guarde a nos o nosso seruiço e ao pouoo seu dereito.

Dada em Lixboa, bj dias de dezenbro. Gonçalo de Moura a fez. Ano de mjl iiij^{c} Liiij^{o}. Ruj Galuam a fez scpreuer.

28

7 DEZEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a doação feita por Genebra de Andrade, em 23 de Junho de 1447, a Luís Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a Isabel de Andrade, sua sobrinha, de 2.000 coroas de ouro, prometidas pelos reis anteriores, e ainda o usufruto e tença das mesmas, reservados para a doadora, enquanto vivesse, 14.000 reais brancos.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 4.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de confirmaçom virem fazemos saber que, perante nos, foy apresentado um estormento de doaçom e ceessom, fecto e asijnado per Filipe Afonso, nosso tabaliam geerall, aos vijnte e tres dias de junho do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c}

Copyrighted material

e Rbij annos, em a quall era contheudo que Gineura dAndrade, molher que fora de Diego Borjes, comendador do Torrom, disera que, ao tempo que ella casara com o dicto Diego Borjes, elrrey dom Joham, meu avoo, cuja alma Deus tem, lhe prometera em casamento mjl coroas douro e o dicto sseu marido outras mjl coroas, darras, e que ataa lhe serem pagadas ouuessem as rrendas e direitos da terra de Gestaçoo e de Penajoya; e que, aconteç[e]ndo morrer primeiro que ella o dicto Dieguo Borjes ssem auer pagamento das dictas mjl coroas, que mandara que a dicta Ginebra dAndrade ouuesse a dicta terra com sseus djreitos ssem desconpensaçom, ataa ella aveer pagamento das dictas duas mjl coroas, seendo achado que pellos beens do dicto Diego Borjes ella nom podesse auer as dictas mjl coroas darras, e que esto lhe era ora assy confirmado per elrrej meu padre, por nom fiquarem beens per morte do dicto Diego Borjes, per que podesse auer as dictas mjl coroas daras. E que, seendo esto assy, porquanto da dicta terra nom podia auer aquell proueito que auer poderia sse a persoalmente menistrasse, contrautara com dom Fernando que a posuisse e menistrasse per sy e seus herdeiros, taa ella auer pagamento das dictas duas mjl coroas, contanto que ella ouuesse, em cada hũu anno, $\overline{xx}$ rreaes brancos, ssem desconpenssaçom pella teença do dicto dom Fernando, os quaees $\overline{xx}$ rreaes brancos ella avia ora cada hũu ano, pagados per carta do dicto ssenhor rrey, meu padre, na alfandega da çidade de Lixboa, segundo todo esto e mais conpridamente era contheudo em a carta do dicto ssenhor rrey e contrauto antre ella e o dicto dom Fernando fecto e outorgado.

E dezia que, veendo ella e esguardando o grande diujdo que auja com Jsabella dAndrade, sua sobrinha, filha de Lianor de Meira, sua jrmãa, que de sua propria e liure vontade, nom per força nem afaagos, antre viuos daua e çedia e irreuogauelmente outorgaua pera ssenpre a Luis Meendez de Vaasconçellos, fidalgo da casa do jffante dom Henrrique, meu mujto amado e prezado thio, em dote e em nome de dote com a dicta sua sobrinha, consumado antre elles matrimonyo, as sobredictas duas mjl coroas douro que lhe o dicto ssenhor rrey auja de pagar de seu casamento e lhe daua mais o dicto husofruyto e teença dellas, que ssom os dictos vijnte mjl rreaes brancos, rreseruando ella pera ssi, da dicta teença, em dias de ssua vida, pera ajuda de sua manteença e sua postumeira vontade hordenar, quatorze mjl rreaes brancos. E os sseis mjl ouuesse daqui en diante o dicto Luis Meendez com a dicta sua sobrinha e, per ssua morte, toda a dicta teença çessasse della e sse tornasse aa propriedade das dictas duas mjl coroas, pera elles todo auerem.

Outrosi lhes deu e çedeo todo o djreito que ella per quallquer modo auja nas dictas duas mjl coroas, que assi como ella poderia fazer, demandar e rreçeber, que assi o dicto Luis Meendez e a dicta sua sobrinha demandassem e rreçebessem e sseu logar e priuillegio soçedessem, costi-

tuindoos em ello procuradores, assi como em ssua cousa propria, que podessem demandar per todas ssuas auçõoes. A quall doaçom e çessom lhes fazia *causa matrimonij* e por o diujdo e amorio que lhes auja, prometeendo nunca contra esto vijr, sob pena de lhes pagar tres mjl coroas douro, em nome de pena e dapno e interesse. E que, por moor corroboraçom desto, nos pedia por merçee que assi lho confirmassemos per nossa carta, segundo todo esto e outras cousas em o dicto estormento de dote mais conpridamente erom contheudas.

O quall visto per nos e querendolhe fazer graça e merçee, posto que sobre a dicta doaçom nom fosse filhada jnqueriçom, segundo estillo da nossa corte, porquanto perante nos, em nossa rrelaçom, pellas dictas partes foy aprouada e auuda por boa; teemos por bem e rreteficamos e aprouamos e confirmamoslhe a dicta doaçom pella guissa que lhe foy outorgada e no dicto estormento he contheudo.

E porem mandamos a todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer que desto o conheçimento perteençer, que assi lha conpram e guardem e façam conprir e guardar bem e conpridamente pella guisa que fecta he e lhe nom vãao nem consentam hir contra ella em nehũua guisa que seja, porque nossa merçee e vontade he de lhe seer bem conprida e guardada pella guisa que fecta he e no dicto estormento he contheudo, nom enbargando quaeesquer djreitos, costumes e leis que esto possam enbargar, com entendimento que esto nom faça perjuizo a algũuas pessoas que algũu djreito ajam nas dictas cousas. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta de confirmaçom.

Dada na çidade de Lixboa, bij dias do mes de dezembro. Elrrej o mandou, pelo doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vassallo e do sseu desenbargo e das petiçõoes, e per Gomez Lourenço, outrossi seu vassallo e do dicto desenbargo. Diogo Lopez, por FellipAfonso, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij.

29

8 DEZEMBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a Antão Pires, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Castelo de Vide, para andar em besta muar de sela e freio por todo o reino.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 39 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAntom Piriz, escudeiro do jfamte dom Enrrique, nosso muyto preçado e amado tyo, morador em Castello da Uide, por que lhe damos liçença e lugar que possa amdar em besta muar de sseella e freo per todos nossos rregnos e ssenhorio, ssem enbarguo de nossa hordenaçom e defesa em comtrairo dello fecta, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, oyto dias de dezembro. Joham de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij annos.

30

10 DEZEMBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Lopo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Santa Marinha e seu termo, no almoxarifado da Guarda.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 125 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Lopo Fernandez, escudeiro do jfante dom Anrrique, em que o damos por escpriuam das nossas sissas de Santa Marinha e sseu termo, que he no almoxarifado da Guarda, assi e pella guissa que o era Lopo Gonçaluez, que o dicto ofiçio tinha e o rrenunçiou em nossas mãaos, que o dessemos a quem nossa merçee fosse, segundo dello fomos çerto per hũu estormento pubrico, fecto e asinado per Pedro Aluarez, tabaliam em Seea, aos ij dias do mes de nouenbro, era de mjl iiij^{c} Liiij^{o}.

E porem mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, x dias de dezenbro. Elrrey o mandou, per dom Fernando de Castro, veedor da sua fazenda. Joham Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij^{o}.

31

12 DEZEMBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Gil Jaques, cavaleiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas da vila de Lagos e seu termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 126.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Dieguo Gil Jaques, morador em Lagos, caualeiro do jfante dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio; teemos por bem e damollo por juiz das nossas sissas da dicta villa de Lagos e sseu termo, que he vaguo per morte de Gonçallo Gill de Pera, que o dicto oficio tinha per nossa carta e sse ora finou, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xij dias de dezenbro. Elrrey o mamdou, per dom Fernamdo de Castro, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Ruj Diaz a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill quatroçemtos çimquoenta e quatro.

32

13 DEZEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar, a pedido do infante D. Henrique, que do assentamento deste fossem entregues anualmente, sem outra formalidade, a Vasco Martins, vedor da casa do infante D. Fernando, 10.000 reais brancos, tença atribuída pelo D. Henrique ao referido Vasco Martins.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 175.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que Uasco Martijnz, ueador da cassa do jffante dom Fernando, meu sobre todos muyto pre-

Copyrighted material

zado e amado jrmãao, nos mostrou hũua carta do jffante dom Anryquy, meu muyto prezado e amado tyo, per a quall o dicto jffante nos emuyou pidyr que, de seu asentamento que de nos ha em cada hũu anno lhe mandasemos tirar dez mjl rreaaes brancos, que delle ha de tença ho dicto Vaasco Martijnz e lhos mandasemos pagar em seu nome, sem auer mais outro seu mandado per que lhe pago fose, pydindonos o dicto Vaasco Martijnz que lhe mandasemos asy dello dar nosa carta, per que, em cada hũu anno, podese rrequerer a dicta tença.

E nos, visto seu rryquerymento, a nos praz dello.

E porem mandamos aos veadores da nossa fazenda que, des primeyro dia de janeyro seguynte do anno de quatroçentos e cynquoenta e cynquo em dyante, em cada hũu anno, lhe mandem dar carta dos dictos dez mjl rreaaes da dicta tença, em nome do dicto jffante, de seu asentamento que de nos ha, pera loguar onde delles seja bem pago, aos quartees, sem mais auerem por ello mandado do dicto meu tyo, sem poerem sobre ello nehũu embargo. E, por segurança do dicto Vaasco Martijnz, lhe mandamos dar esta carta, asynada per nos e aselada de noso sello pendente.

Dante em Syntra, xiij de dezenbro. Gonçalo Cardoso a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Liiij.

33

16 DEZEMBRO 1454

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Fr. Vasco de Ataíde, prior da Ordem do Hospital, do seu conselho, uma naveta e os bens de Afonso Fernandes, marinheiro, morador em Lisboa e criado do infante D. Henrique, bem como os de seus parceiros, por eles haverem trocado ou vendido caravela em Inglaterra, sem licença régia, por uma naveta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 11 v.
Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pg. 521-22.

Dom Afomso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemosuos saber que a nos diseram que Afomso Fernamdez, marinheiro, morador em esta çidade de Lixboa,

criado do jfamte dom Emrrique, meu muyto prezado e amado tyo, e outros seus parçeiros trocaram ou uemderam hũua carauella em a villa de Fanique, que he nos rregnos de Jngreterra, por hũua naueta, ssem pera ello teer nossa licemça nem autoridade; por a qual rrazam o dicto Afonso Fernandez e sseus parçeiros deuem perder a dicta naueta e sseus beens, assy mouees como de rraiz, e todo a nos de djreito perteemçe e o podemos dar a quem nossa merçee for.

E ora, queremdo nos fazer graça e merçee a dom frey Vaasco dAtaide, prioll do Espritall e do nosso consselho, de nosso moto proprio, liure vomtade, çerta çiemç[i]a, poder abssoluto, sse asy he como nos diseram e que, por as dictas rrazõoes e cada hũua dellas, a dicta naueta e beens dos sobredictos a nos de djreito perteemçem; teemos por bem e fazemos-lhe merçee da dicta naueta e pura, liure, jnrreuogauel doaçom, antre os viuos valedoira, deste dia pera todo ssempre, de todollos beens do dicto Afomso Fernamdez e dos outros sseus parceiros, que elles ham em quaaesquer lugares de nossos rregnos, pera os poder dar e doar, trocar e escanbar e fazer delles e em elles o que lhe prouuer, como de sua cousa propria e corporall posissam.

E porem mandamos a quaeesquer corregedores, juizes e justiças dos nossos rregnos a que esto perteemçer e esta carta for mostrada que, sseemdo os dictos Afomso Ferrnandez e sseus parçeiros ou quaaesquer outras partes a que esto perteemçer, presemte vos, çitados e ouujdos, segundo djreitamemte deuem, ssaibaaes desto o çerto e hij per o fecto en diamte como ffor djreito. E, sse achardes que assy he como nos diseram e que por a dicta naueta e beens dos sobredictos a nos de djreito perteemçem, o julgaae assy per uossa ssentença; e, sse per ella quiserem estar as dictas partes, fazee logo dar e entregar a dicta naueta ao dicto prioll ou a sseu çerto procurador e jso meesmo o fazee meter em posse dos beens dos sobredictos e lhe leixaae todo auer, teer, lograr e posuyr e delles e em elles fazer o que lhe prouuer, como de sua cousa propria e corporall posisam, porquamto lhe fazemos de todo merçee e doaçom per a guisa que suso dicto he, sse nos de djreito perteemçe e a outrem primeiramente dello nom temos fecto merçee, per nossa carta; e, sse apellar ou agrauar quiserem da dicta vosa ssentença, daaelhes apellaçom e agrauo, nos casos que o djreito outorga, goardandolhes sobre ello sseu direjto compridamente, como he hordenado. E esta merçee lhe fazemos como declarado he, comtamto que nom faça auença com as partes ssem nossa licemça, sob pena de perder esta merçee que lhe asy outorgamos e as partes o preço que lhe por ello derem.

Dada em Lixboa, xbj dias de dezembro. Ruj Diaz a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} e Liiij.

34

19 DEZEMBRO 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gonçalo Garcia, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Moura e seu termo, por dois anos e meio.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 130 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Gonçallo Guarçia, escudeiro do jfamte dom Amrrique, em que o damos por coudell da villa de Moura e sseu termo, da feitura desta carta ataa dous e meo annos primeiros sseguintes. E husse do dicto ofiçio asy como o seruya Nuno Martijnz, etc. Em forma.

Dada em a cidade de Lixboa, xix dias de dezenbro. Elrrey o mamdou per Fernam da Silueira, coudell moor de sseus rregnos. Ruy Meemdez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Liiij.

35

? ? 1454

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a favor de Afonso de Lisboa, besteiro da câmara do infante D. Henrique (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 10, fl. 68. Do sumário não consta o assunto.

Jtem, dAfonso de Lixboa, morador na dicta çidade, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Enrrique, etc. Carta em forma.

Dada em a nossa villa dObidos. Joham de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Liiij.

---

(1) Supomos tratar-se de carta de privilégio. Lançada entre diplomas de 8 de Junho e de 22 de Janeiro de 1454, impossível é saber-se o dia e mês. Talvez se trate de confirmação do DOC. 10? do nosso vol. 9.

Copyrighted material

36

8 JANEIRO 1455

Bula Romanus pontifex *de Nicolau V, na qual o papa, depois de se referir às navegações e descobrimentos dos portugueses, efectuados à custa de muitos trabalhos, sofrimentos e despesas, sob a direcção do infante D. Henrique, em proveito da fé católica e da conversão de numerosos infiéis, concede ao rei D. Afonso V de Portugal, a seus sucessores e ao infante D. Henrique os direitos de conquista, ocupação e apropriação de todas as terras, portos, ilhas e mares de África, já conquistados ou que de futuro viessem a conquistar, desde os cabos Bojador e Não até à Guiné inclusivamente e ainda toda a costa meridional até ao extremo, e que possam ali impor leis, tributos e castigos, edificar mosteiros, igrejas e casas religiosas, cujos padroados lhes pertencerão, aprisionar os infiéis e conquistar quaisquer terras de muçulmanos e pagãos, e proíbe, por outra parte, a todos os cristãos, sejam eles quais forem, a navegação, pesca e comércio nos referidos mares e terras sem prévia licença do rei de Portugal e do infante D. Henrique, a quem pagarão tributo, tudo sob pena de excomunhão, de que não poderão ser absolvidos sem antes repararem o mal feito ou fazerem composição amigável com D. Afonso V ou seus sucessores* (1).

---

(1) Não se conhece a súplica da presente bula; porém, segundo o costume da cúria pontifícia, ela acha-se sumariada no preâmbulo do diploma em causa, o qual, como já observou o historiador DE WITTE, no artigo abaixo citado, «résume toute l'oeuvre accomplie par Henri le Navigateur depuis 1419». Primeiramente, evoca-se a finalidade apostólica do Navegador, em termos elogiosos, depois aduz-se a série de realizações efectuadas pelo infante, desde o descobrimento e colonização dos arquipélagos da Madeira e Açores, tentativa de evangelização das Canárias e plano de circum-navegação da África, para contacto directo com os índios, cujo chefe, que se diz honrar o nome de Cristo, podia auxiliar Portugal na luta contra os sarracenos. A esta tarefa se atribui a duração de 25 anos de esforços henriquinos, cujas caravelas atingiram a Guiné e descobriram a foz do Nilo (Senegal) e cujos indígenas, em número avultado, aderiram à fé cristã. A presente bula de Nicolau V — o árbitro político da época — representa a atribuição política explícita a Portugal dos seus descobrimentos e conquistas, passados e futuros, porque a concessão pontifícia implícita havia sido conseguida bastantes anos antes pelo infante D. Henrique, a pretexto da portuguesa Ordem Militar de Cristo, ao menos desde a bula *Etsi suscepti* de Eugénio IV de 9 de Janeiro de 1443, editada a ps. 1-4 do nosso vol. 8 (Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *A prelasia «nullius dioecesis» de Tomar e o Ultramar Português até 1460*).

Copyrighted material

ANTT., *Bulas*, maço 7, n.º 29, original em pergaminho, — donde se reproduz; *Gaveta* 7, maço 13, n.º 7, inserta em bula de Calisto III, de 13 de Março de 1456; *Bulas*, maço 32, n.º 10, e maço 33, n.º 14, em traslado autêntico de Abril e Agosto seguintes, nas sentenças executórias do arcebispo de Lisboa e dos bispos de Silves e de Ceuta. Em leitura nova, *Livro dos Mestrados*, fls. 159 e 165 e ss., e na *Ordem de Cristo*, cód. 235, fls. 13 e ss.; AV., *Reg. Vat.*, vol. 402, fls. 410-13 v., e vol. 405, fls. 71-75.

Publicada por: LEIBNITZ, *Codex Juris Gentium Diplomaticus*, ps. 403; PIRES DE CARVALHO, *Enucleationes ordinum militarium*, vol. 2, p. 285; DU MONT, *Corps universel diplomatique*, t. 3, parte 1, p. 200; MAGNUM BULLARIUM ROMANUM, t. 9, p. 261; COCQUELINES, *Bullarum... Amplissima Collectio*, t. 3, parte 3.ª, p. 70; BULLARUM *collectio quibus serenissimis Lusitaniae et Algarbiorum Regibus... jus patronatus a Summis Pontificibus liberaliter conceditur*, p. 16; CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, 1.ª ed., t. 1, p. 446, 2.ª ed., t. 1, liv. 3, p. 135; MAGNUM BULLARIUM ROMANUM, t. 9, p. 261; BULLARUM, *diplomatum et privilegiorum S. R. Pontificum*, vol. 5, p. 111; LEVY MARIA JORDAO, *Bullarium Patronatus Portugalliae*, vol. 1, p. 31; [RAMOS COELHO], *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 14; SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 503 e ss., no original latino e em versão portuguesa, errado o ano, 1454 por 1455; e P. ANTONIO BRASIO, *Monumenta Missionaria Africana*, 2.ª série, vol. 1, p. 277; e, parcialmente, em RAYNALDUS, *Annales*, ad an. 1452, n. 11, extracto que JORDAO, *Obra e vol. cits.*, p. 24, e SILVA MARQUES, *Obra e vol. cits.*, p. 492, erradamente reproduziram como se se tratara de bula nova, dita *Divino amore*, e bem assim sumariou esta ABRANCHES, *Summa do Bullario Portuguez*, p. 354, n.º 2046, com data de 18 de Junho de 1452.

Sumariada por SANTOS ABRANCHES, *Obra retrocit.*, p. 42, n.º 264, errado o ano, 1454 por 1455, e no *Quadro Elementar*, t. 10, p. 53. Comentada, recentemente, por DE WITTE, O. S. B., *Les bulles pontificales*, art. IV, ps. 428 e ss., e por SOUSA COSTA, O. F. M., *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, ps. 88-90.

Nicolavs episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

Romanus pontifex, regni celestis clauigeri successor et vicarius Jhesu Christi, cuncta mundi climata omniumque nationum in illis degentium qualitates paterna consideratione discutiens ac salutem querens et appetens singulorum, illa propensa deliberatione salubriter ordinat et disponit que grata diuine maiestati fore conspicit et per que oues sibi diuinitus creditas ad vnicum ouile dominicum reducat et acquirat eis felicitatis eterne premium ac ueniam impetret animabus, que eo certius, auctore Domino, preuenire credimus si condignis fauoribus et specialibus gratijs eos catholicos prosequamur reges et principes quos, ueluti christiane fidei athletas et intrepidos pugiles, non modo saracenorum cetero-

Copyrighted material

rumque jnfidelium christiani nominis inimicorum feritatem reprimere, sed etiam ipsos eorumque regna ac loca, etiam in longissimis nobisque incognitis partibus consistentia, pro defensione et augmento fidei huiusmodi debellare suoque temporali dominio subdere, nullis parcendo laboribus et expensis, facti euidentia cognoscimus, vt reges et principes ipsi, sublatis quibusuis dispendijs, ad tam saluberrimum tanque laudabile prosequendum opus peramplius animentur.

Ad nostrum siquidem nuper, non sine ingenti gaudio et nostre mentis letitia, peruenit auditum quod dilectus filius nobilis vir Hemricus, jnfans Portugalie, carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regnorum regis illustris patruus, inherens uestigijs clare memorie Johannis, dictorum regnorum regis, eius genitoris, ac zelo salutis animarum et fidei ardore plurimum succensus, tanquam catholicus et uerus omnium creatoris Christi miles ipsiusque fidei acerrimus ac fortissimus defensor et intrepidus pugil, eiusdem creatoris glorissimum nomen per uniuersum terrarum orbem, etiam in remotissimis et incognitis locis, diuulgari (2), extolli et uenerari necnon illius ac mirifice qua redempti sumus crucis inimicos, perfidos Sarracenos uidelicet, ac quoscumque alios jnfideles ad jpsius fidei gremium reduci ab eius ineunte etate totis aspirans uiribus, post Ceptensem ciuitatem, in Affrica consistentem, per dictum Johannem regem eius subactam dominio et post multa per ipsum jnfantem, nomine tamen dicti regis, contra hostes et jnfideles predictos, quandoque etiam in propria persona, non absque maximis laboribus et expensis ac rerum et personarum periculis et iactura plurimorumque naturalium suorum cede, gesta bella, ex tot tantisque laboribus, periculis et damnis non fractus nec territus, sed ad huiusmodi laudabilis et pij propositi sui prosecutionem in dies magis atque magis exardescens, in occeano mari, quasdam solitarias jnsulas fidelibus populauit ac fundari et construi inibi fecit ecclesias et alia loca pia, in quibus diuina celebrantur officia, ex dicti quoque jnfantis laudabili opera et industria quamplures diuersarum in dicto mari existentium jnsularum jncole seu habitatores, ad ueri Dei cognitionem uenientes, sacrum baptisma susceperunt, ad ipsius Dei laudem et gloriam ac plurimorum animarum salutem, orthodoxe quoque fidei propagationem et diuini cultus augmentum.

Preterea, cum olim ad ipsius jnfantis peruenisset notitiam quod nunquam, uel saltem a memoria hominum, non consueuisset per huiusmodi occeanum mare, uersus meridionales et orientales plagas, nauigari illudque nobis occiduis adeo foret incognitum, ut nullam de partium illarum gentibus certam notitiam haberemus, credens se maximum in

---

(2) No ms. as letras *locis di* estão ilegíveis, mas podem-se restituir pelo texto da bula *Inter cetera* de Calisto III, de 13 de Março de 1455.

Copyrighted material

hoc Deo prestare obsequium, si eius opera et industria mare ipsum usque ad jndos, qui Christi nomen colere dicuntur, nauigabile fieret sicque cum eis participare et illos in christianorum auxilium, aduersus sarracenos et alios huiusmodi fidei hostes, commouere posset ac nonnullos gentiles seu paganos, nefandissimi Machometi secta minime infectos, populos inibi medio existentes continuo debellare eisque incognitum sanctissimum Christi nomen predicare ac facere predicari, regia tamen semper auctoritate munitus, a vigintiquinque annis citra, exercitum ex dictorum regnorum gentibus, maximis cum laboribus, periculis et expensis, in uelocissimis nauibus, carauelis nuncupatis, ad perquirendum mare et prouincias maritimas, uersus meridionales partes et polum antarticum, annis singulis fere mittere non cessauit sicque factum est ut, cum naues huiusmodi quamplures portus, jnsulas et maria perlustrassent et occupassent, ad Guineam prouinciam tandem peruenirent, occupatisque nonnullis jnsulis, portibus ac mari eidem prouincie adiacentibus, ulterius nauigantes, ad hostium (3) cuiusdam magni fluminis, Nili communiter reputati, peruenirent et contra illarum partium populos, nomine ipsorum Alfonsi regis et jnfantis, per aliquos annos guerra habita extitit et in illa quamplures inibi uicine jnsule debellate ac pacifice possesse fuerunt, prout adhuc cum adiacenti mari possidentur, exinde quoque multi guinei et alij nigri ui capti, quidam etiam non prohibitarum rerum permutatione seu alio legitimo contractu emptionis, ad dicta sunt regna transmissi, quorum inibi in copioso numero ad catholicam fidem conuersi extiterunt speraturque, diuina fauente clementia, quod, si huiusmodi cum eis continuetur progressus, uel populi ipsi ad fidem conuertentur uel saltem multorum ex eis anime Christo lucrifient.

Cum autem, sicut accepimus, licet rex et jnfans prefati, qui cum tot tantisque periculis, laboribus et expensis necnon perditione tot naturalium regnorum huiusmodi, quorum inibi quam plures perierunt, ipsorum naturalium duntaxat freti auxilio, prouincias illas perlustrari fecerunt ac portus, jnsulas et maria huiusmodi acquisiuerunt et possederunt, ut prefertur, ut illorum ueri domini, timentes ne aliqui, cupiditate ducti, ad partes illas nauigarent et operis huiusmodi perfectionem, fructum et laudem sibi usurpare uel saltem impedire cupientes, propterea, seu lucri commodo aut malitia, ferrum, arma, lignamina (4) aliasque res et bona ad jnfideles deferri prohibita portarent uel transmitterent, aut ipsos jnfideles nauigandi modum edocerent, propter que eis hostes fortiores ac duriores fierent et huiusmodi prosecutio uel impediretur uel forsan penitus cessaret, non absque Dei magna offensa et ingenti totius chris-

(3) Forma frequente de *ostium*.
(4) No ms. *ligamina*.

Copyrighted material

tianitatis obprobrio, ad obuiandum premissis ac pro suorum iuris et possessionis conseruatione, sub certis tunc expressis grauissimis penis prohibuerint et generaliter statuerint quod nullus, nisi cum suis nautis ac nauibus et certi tributi solutione obtentaque prius desuper expressa ab eodem rege uel jnfante licentia, ad dictas prouincias nauigare aut in earum portibus contractare, seu in mari piscari presumeret, tamen successu temporis euenire posset quod aliorum regnorum seu nationum persone, inuidia, malitia aut cupiditate ducte (5), contra prohibitionem predictam, absque licentia et tributi solutione huiusmodi ad dictas prouincias accedere et in sic acquisitis prouincijs, portibus, jnsulis ac mari nauigare, contractare et piscari presumerent et exinde inter Alfonsum regem ac jnfantem, qui nullatenus se in hijs sic deludi paterentur, et presumentes predictos quamplura odia, rancores, dissensiones, guerre et scandala, in maximam Dei offensam et animarum periculum, uerisimiliter subsequi possent et subsequerentur;

Nos, premissa omnia et singula debita meditatione pensantes et attendentes quod, cum olim prefato Alfonso regi quoscunque sarracenos et paganos aliosque Christi inimicos ubicunque constitutos ac regna, ducatus, principatus, dominia, possessiones et mobilia ac immobilia bona quecunque per eos detenta ac possessa inuadendi, conquirendi, expugnandi debellandi et subiugandi illorumque personas in perpetuam seruitutem redigendi ac regna, ducatus, comitatus, principatus, dominia, possessiones et bona sibi et successoribus suis applicandi, appropriandi ac in suos successorumque suorum usus et utilitatem conuertendi, alijs nostris litteris, plenam et liberam inter cetera concesserimus facultatem, dicte facultatis obtentu idem Alfonsus rex, seu eius auctoritate predictus jnfans, iuste et legitime jnsulas, terras, portus et maria huiusmodi acquisiuit ac possedit et possidet illaque ad eundem Alfonsum regem et ipsius successores de iure spectant et pertinent, nec quisuis alius etiam christifidelis, absque ipsorum Alfonsi regis et successorum suorum licentia speciali, de illis se hactenus intromittere licite potuit nec potest quoquomodo, vt ipse Alfonsus rex eiusque successores et jnfans eo feruentius huic tam pijssimo ac preclaro et omni eius (6) memoratu dignissimo operi, in quo, cum in illo animarum salus, fidei augmentum et illius hostium depressio procurentur, Dei ipsiusque fidei ac reipublice vniuersalis ecclesie rem agi conspicimus, insistere ualeant et insistant quo, sublatis quibusuis dispendijs amplioribus, se per nos et sedem apostolicam fauoribus ac gratijs munitos fore conspexerint, de premissis omnibus et singulis plenissime informati, motu proprio, non ad ipsorum Alfonsi regis et

(5) No ms. *ducti*.
(6) No ms. *eus*.

jnfantis uel alterius pro eis nobis, super hoc, oblate petitionis instantiam, maturaque prius desuper deliberatione prehabita, auctoritate apostolica et ex certa scientia, de apostolice potestatis plenitudine, litteras facultatis prefatas, quarum tenores de uerbo ad uerbum presentibus haberi uolumus pro insertis, cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis, ad Ceptensem et predicta ac quecunque alia, etiam ante datam dictarum facultatis litterarum acquisita, et ad ea que imposterum, nomine dictorum Alfonsi regis suorumque successorum et infantis, in ipsis ac illis circumuicinis et ulterioribus ac remotioribus partibus, de jnfidelium seu paganorum manibus acquiri poterunt prouincias, jnsulas, portus et maria quecunque extendi et illa sub eisdem facultatis litteris comprehendi ipsarumque facultatis et presentium litterarum uigore iam acquisita et que in futurum acquiri contigerit, postquam acquisita fuerint, ad prefatos regem et successores suos ac infantem, ipsamque conquestam, quam a capitibus de Boiador et de Nam usque per totam Guineam et ultra, uersus illam meridionalem plagam, extendi harum serie declaramus, etiam ad ipsos Alfonsum regem et successores suos ac jnfantem, et non ad aliquos alios, spectasse et pertinuisse ac imperpetuum spectare et pertinere de iure, necnon Alfonsum regem et successores suos ac jnfantem predictos, in illis et circa ea, quecunque prohibitiones, statuta et mandata etiam penalia et cum cuiusuis tributi impositione facere ac de ipsis, ut de rebus proprijs et alijs ipsorum dominijs, disponere et ordinare potuisse ac nunc et in futurum posse libere ac licite, tenore presentium, decernimus et declaramus, ac, pro potioris iuris et cautele suffragio, iam acquisita et que imposterum acquiri contigerit prouincias, jnsulas, portus, loca et maria, quecunque, quotcunque et qualiacunque fuerint, ipsamque conquestam, a capitibus de Boiador et de Nom predictis, Alfonso regi et successoribus suis regibus dictorum regnorum ac jnfanti prefatis perpetuo donamus, concedimus et appropriamus, per presentes.

Preterea, cum id ad perficiendum opus huiusmodi multipliciter sit oportunum quod Alfonsus rex et successores ac jnfans predicti necnon persone, quibus hoc duxerint seu aliquis eorum duxerit commitendum, illius dicto Johanni regi per felicis recordationis Martinum V et alterius indultorum etiam jnclite memorie Eduardo, eorumdem regnorum regi, eiusdem Alfonsi regis genitori, per pie memorie Eugenium iiij romanos pontifices, predecessores nostros, concessorum, uersus dictas partes cum quibusuis sarracenis et jnfidelibus, de quibuscunque rebus et bonis ac uictualibus, emptiones et uenditiones, prout congruerit, facere necnon quoscunque contractus inire, transigere, pacisci, mercari ac negotiari et merces quascunque ad ipsorum Sarracenorum et jnfidelium loca, dummodo ferramenta, lignamina (7), funes, naues seu armaturarum genera

(7) No ms. *ligamina*.

Copyrighted material

non sint, deferre et ea dictis sarracenis et jnfidelibus uendere, omnia quoque alia et singula, in premissis et circa ea oportuna uel necessaria, facere, gerere uel exercere ipsique Alfonsus rex, successores et jnfans, in jam acquisitis et per eum acquirendis prouincijs, jnsulis ac locis, quascunque ecclesias, monasteria et alia pia loca fundare ac fundari et construi [facere], necnon quascunque uoluntarias personas ecclesiasticas seculares, quorumuis etiam mendicantium ordinum regulares, de superiorum tamen suorum licentia, ad illa transmittere ipseque persone inibi, etiam quoad uixerint, commorari ac quorumcunque in dictis partibus existentium uel accedentium confessiones audire illisque auditis in omnibus, preterquam sedi predicte reseruatis casibus, debitam absolutionem impendere ac penitentiam salutarem iniungere necnon ecclesiastica sacramenta ministrare ualeant libere ac licite decernimus ipsisque Alfonso et successoribus suis regibus Portugalie, qui erunt imposterum, et jnfanti prefato concedimus et indulgemus.

Ac vniuersos et singulos christifideles, ecclesiasticos, seculares et ordinum quoruncunque regulares ubilibet per orbem constitutos, cuiuscunque status, gradus, ordinis, conditionis vel preeminentie fuerint, etiamsi archiepiscopali, episcopali, jmperiali, regali, reginali, ducali seu alia quacunque maiori ecclesiastica uel mundana dignitate prefulgeant, obsecramus in Domino et per aspersionem sanguinis Domini Nostri Jhesu Christi, cuius ut premittitur res agitur, exhortamur eisque in remissionem suorum peccaminum iniungimus necnon hoc perpetuo prohibitionis edicto districtius inhibemus ne ad acquisita seu possessa nomine Alfonsi regis aut in conquesta huismodi consistentia prouincias, jnsulas, portus, maria et loca quecunque seu alias ipsis sarracenis jnfidelibus uel paganis arma, ferrum, lignamina (8) aliaque a iure sarracenis deferri prohibita quoquomodo uel etiam absque speciali ipsius Alfonsi regis et successorum suorum et jnfantis licentia, merces et alia a iure permissa deferre aut per maria huiusmodi nauigare seu deferri uel nauigari facere aut in illis piscari seu de prouincijs, jnsulis, portibus, maribus et locis seu aliquibus eorum aut de conquesta huiusmodi se intromittere, uel aliquid per quod Alfonsus rex et successores sui et jnfans predicti quominus acquisita et possessa pacifice possideant ac conquestam huiusmodi prosequantur et faciant, per se uel alium seu alios, directe uel indirecte, opere uel consilio facere aut impedire quoquomodo presumant; qui uero contrarium fecerint, ultra penas contra deferentes arma et alia prohibita sarracenis quibuscunque a jure promulgatas quas illos incurrere uolumus ipso facto, si persone fuerint singulares, excommunicationis sententiam incurrant, si communitas uel vniuersitas ciuitatis, castri, ville seu loci, ipsa ciuitas, castrum, villa seu locus interdicto subiaceant eo ipso, nec contrafacientes

(8) No ms. *ligamina*.

ipsi uel aliqui eorum ab excommunicationis sententia absoluantur nec interdicti huiusmodi relaxationem apostolica uel alia quauis auctoritate obtinere possint, nisi ipsis Alfonso et successoribus suis ac jnfanti prius pro premissis congrue satisfecerint aut desuper amicabiliter concordauerint cum eisdem, mandantes per apostolica scripta venerabilibus fratribus nostris archiepiscopo Vlixbonensi et Siluensi ac Ceptensi episcopis quatinus ipsi uel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, quotiens pro parte Alfonsi regis et illius successorum ac jnfantis predictorum uel alicuius eorum desuper fuerint requisiti, uel aliquis ipsorum fuerit requisitus, illos quos excommunicationis et interdicti sententias huiusmodi incurrisse constiterit tandiu dominicis alijsque festiuis diebus in ecclesijs, dum inibi maior populi multitudo conuenerit ad diuina, excommunicatos et interdictos alijsque penis predictis innodatos fuisse et esse auctoritate apostolica declarent et denuntient necnon ab alijs nuntiari et ab omnibus arctius euitari faciant, donec pro premissis satisfecerint seu concordauerint, ut prefertur, contradictores per censuram ecclesiasticam, appelatione postposita, compescendo, non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Ceterum, ne presentes littere, que a nobis de nostra certa scientia et matura desuper deliberatione prehabita emanarunt, ut prefertur, de surreptionis uel obreptionis aut nullitatis uitio a quoquam imposterum ualeant impugnari, volumus et auctoritate, scientia ac potestate predictis harum serie decernimus pariter et declaramus quod dicte littere et in eis contenta de surreptionis, obreptionis uel nullitatis etiam ex ordinarie uel alterius cuiuscunque potestatis aut quouis alio defectu impugnari illarumque effectus retardari uel impediri nullatenus possint sed imperpetuum ualeant ac plenam obtineant roboris firmitatem. Jrritum quoque sit et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari. Et insuper, quia difficile foret presentes nostras litteras ad quecunque loca deferre, uolumus et dicta auctoritate harum serie decernimus quod earum transumpto, manu publica et sigillo episcopalis uel alicuius superioris ecclesiastice curie munito, plena fides adhibeatur et perinde stetur ac si dicte originales littere forent exhibite uel ostense et excommunicationis alieque sententie in illis contente, infra duos menses computandos a die qua ipse presentes littere seu carte uel membrane earum tenorem in se continentes ualuis ecclesie Vlixbonensis affixe fuerint, perinde omnes et singulos contrafacientes supradictos ligent ac si ipse presentes littere eis personaliter et legitime intimate ac presentate fuissent.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre declarationis, constitutionis, donationis, concessionis, appropriationis, decreti (9), obse-

(9) No ms. *decreto*.

Copyrighted material

crationis, exhortationis, iniunctionis, inhibitionis, mandati et uoluntatis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli apostolorum eius se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quarto, sexto jdus januarii, pontificatus nostri anno octauo (10).

37

8 JANEIRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Luís Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão da barca «Santa Maria de África», a qual foi dada à cidade de Ceuta, para lhe levar mantimentos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 150.

Publicada: por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 2, p. 247; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 523.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Luis Fernandez, escudeiro do jfante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tio, que o fara bem e como deue; teemos por bem e damollo por scpriuam da nossa barcha que chamam Santa Maria dAfrica, a quall demos nossa çidade de Çeepta, pera lhe leuar os mantimentos. E queremos e mandamos que aja o mantimento e soldada da nossa parte e da dos marinheiros, assy e pella guissa que o ham os outros escpriuãaes das nossas naaos e nauyos.

Porem, mandamos a uos, Martim Gomez Leitom, veedor da nossa fazenda da dicta çidade, e a Gonçallo Pacheco, thesoureiro moor das coussas della, e a todollos outros ofiçiaes e perssoas que esto pertençer,

---

(10) Adiante, podem ver-se as respectivas sentenças executórias, de 22 de abril e 6 de agosto deste mesmo ano, — DOCS. 61 e 84.

(1) Cfr. os DOCS. 73 do nosso vol. 8 e 116 e 165 do vol. 11, talvez relativos ao mesmo indivíduo.

que [o] ajaaes assy por scpriuam da dicta barcha e outro nhũu nom e lhe dees e façaees dar as dictas soldadas e mantimento, como dicto he, e lhe leixees auer as prooees e proueitos e perçalcos que de djreito deue dauer e como ham os outros scpriuãaes dos nossos nauyos, porque asy he nossa merçee. O quall Luis Ferrnandez jurou em a nossa chancelaria, etc.

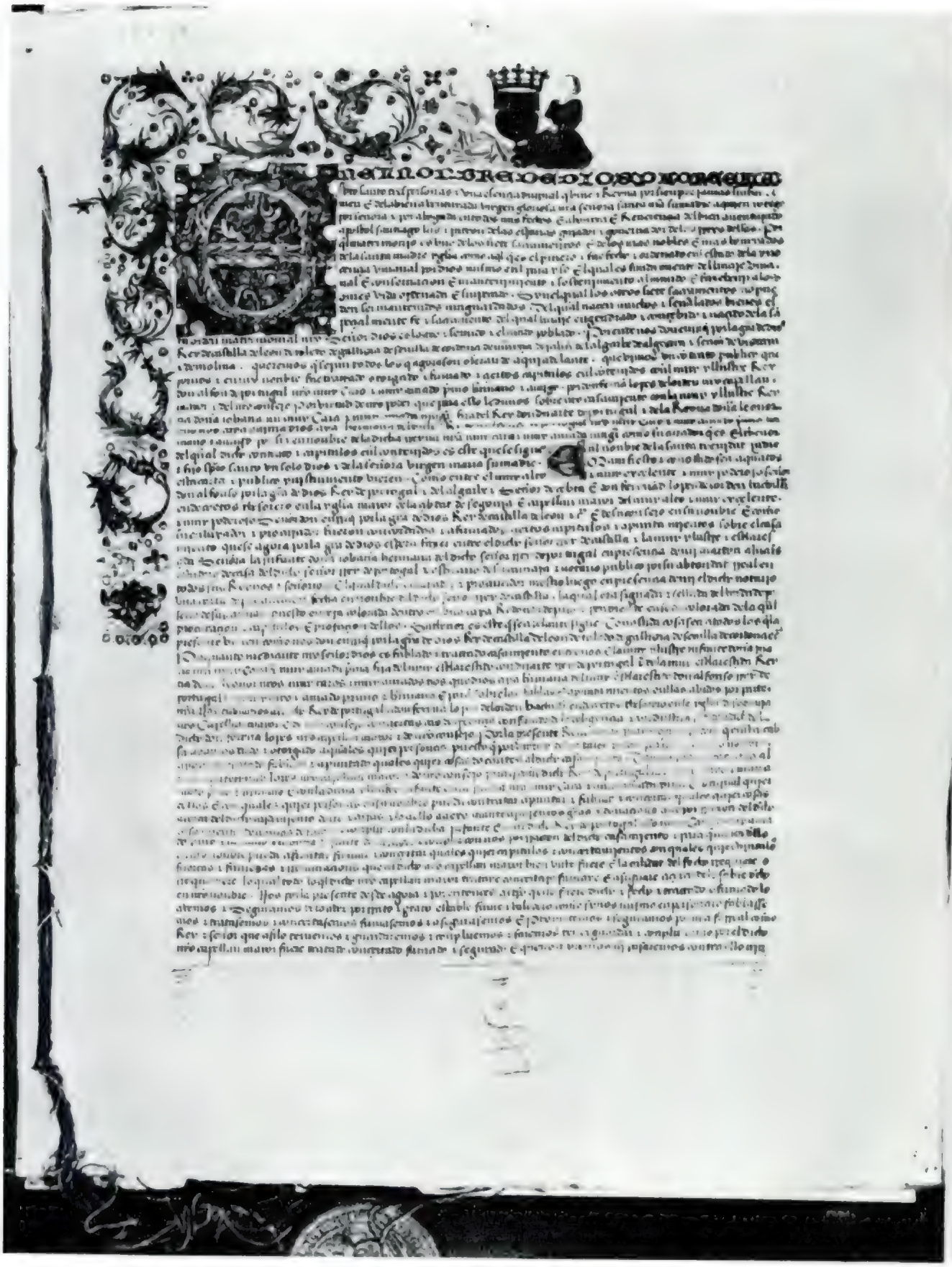
Dada em Lixboa, biij dias do mes de janeiro. Bertollameu Afomsso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} çinquoenta e çinquo anos. E eu, Joham Lourenço, scpriuam da fazenda de Çepta, a fez scpreuer e soescreueeo.

38

22 JANEIRO 1455

Capítulos matrimoniais e desposórios celebrados em Lisboa, no paço régio, entre Fernan López de la Orden, bacharel em Direito, tesoureiro-mor da sé de Segóvia, capelão-mor do rei D. Henrique de Castela e seu conselheiro, como seu embaixador e procurador, e a infanta D. Joana de Portugal, cujas cláusulas principais são as seguintes: o casamento faz-se, por palavras de presente, entre o rei de Castela e a infanta segundo a ordem da Igreja de Roma; àquele monarca apraz casar com a dita infanta pelo amor e parentesco existentes entre si, assignar-lhe casa e câmara em seu reino e dispensar o pagamento de dote por parte do rei de Portugal; à infanta dará o rei de Castela, em arras, 20.000 florins de ouro de Aragão, para cuja segurança lhe empenha Ciudad Real com sua jurisdição e rendimentos; por câmara e para sua manutenção, haverá D. Joana a vila de Olmedo, vitaliciamente, ou se ela for requerida por D. Branca ou pelo rei de Navarra, por constituir dote daquela, o rei de Castela dará a D. Joana outra povoação de igual valia; terá a mesma infanta, de assentamento anual vitalício, para manutenção de sua pessoa e casa, desde 1 de Janeiro anterior, 1.500.000 maravedis; ela pode levar consigo, de Portugal, 12 donzelas, uma dona, a sua ama e quantas mulheres de menor condição julgar necessárias e ainda os homens e servidores precisos; pode a mesma colocar em sua casa e terras os oficiais portugueses ou castelhanos que lhe aprouver, além dos oficiais maiores, a nomear de comum acordo do casal, menos chanceler-mor, contador-mor, tesoureiro-mor e dispenseiro-mor da rainha, da livre escolha desta; ela e sua comitiva, uma vez entradas

Copyrighted material



EST III. — ABERTURA DA CONFIRMAÇÃO DOS CAPITULOS MATRIMONIAIS DE D. HENRIQUE IV DE CASTELA COM D. JOANA, DE 1455 (Doc. 28)

em Castela, usufruem os privilégios e liberdades dos naturais do país; a infanta será recebida por esposa pùblicamente por seu consorte desde a sua entrada no reino de Castela até 30 dias; se aquele falecer, ela pode retirar para Portugal ou para onde lhe aprouver, mantidas contudo Ciudad Real e Olmedo e os respectivos rendimentos, mesmo havendo guerra entre os dois países, e também os 1.500.000 maravedis do seu assentamento, a ela atribuídos ainda no caso da não consumação do matrimónio; do dia em que a infanta for recebida matrimonialmente pelo procurador de el-rei, por palavras de presente, até 50 dias, o soberano de Castela enviará ao de Portugal duas cartas, por ele firmadas e seladas, de aprovação do matrimónio, por ele e pelos prelados e grandes de seu reino, sob pena de 100.000 dobras de banda, hipotecada para o efeito a cidade de Toro; o rei de Portugal montará a casa e câmara da rainha, em vestidos, baixela, panos de armar, etc.; enviará aquela dentro de 81 dias após os desposórios e entregá-la-á em Ciudad Rodrigo ou noutro lugar indicado pelo rei de Castela; ficam sem efeito os capítulos matrimoniais firmados em 20 de Dezembro de 1453 em Medina del Campo e negociados pelo judeu Rabi Yuce, como procurador do então príncipe D. Henrique de Castela (1).

---

(1) Cfr. os capítulos matrimoniais anteriores, de 20 de Dezembro de 1453, — o DOC. 224 do nosso vol. 11. As cláusulas do presente contrato matrimonial são suficientemente denunciadoras do empenho de Henrique IV de Castela numa aliança firme com Portugal, por que trabalhara ainda príncipe, em 1451 (DOC. 256 do nosso vol. 10). Por isso, como já observou historiador do país vizinho, ele — «aceptó cuantas condiciones quisieron imponerle — una suma de 20.000 florines, aparte de los 100.000 ya pagados, las rentas de Olmedo y, como de costumbre, 1.500.000 maravedis al año en la lista civil — para llevar a feliz conclusión su matrimonio con Juana, a la que, sin embargo, el rey de Portugal no pagó dote» (SUAREZ FERNANDEZ, *História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 223).

Celebrados os desposórios em Lisboa em Março de 1455 pelo procurador régio Fernan López de la Orden, a jovem Joana, apenas de 16 anos de idade, após grandes festas em Lisboa e na Landeira, entrou em Castela por Badajoz, acompanhada de luzido séquito de damas. Recebida ali pelo bispo de Ávila e pelo duque de Medina-Sidónia, chegou a Córdova a 20 de Maio, onde três dias depois se celebrou o casamento do monarca com a infanta (Cfr.: ENRIQUEZ DEL CASTILLO, *Crónica del Rey Don Enrique el Cuarto*, cap. 14; DIEGO DE VALERA, *Crónica de Enrique IV*, caps. 6 e 7; GALINDEZ DE CARVAJAL, *Cronica de Enrique IV*, caps. 7, 15 e 16, ed. de Torres Fontes; e TORRES FONTES, *Itinerário de Enrique IV de Castilla*, p. 40).

Sobre o particular, o cronista RUI DE PINA insere notícia deveras lacónica: — «E, neste anno de mjl e quatrocentos e cinquoenta e cinquo, elrrey dom Anrrique o Quarto de Castella se qujtou da filha delrrey dom Joham de Nauarra, seu tio, que tinha por molher, e se concertou com elrrey dom Affonso de Portugal, que lhe deu

AGS., *Patronato Real*, Legajo 49-38, insertos no original, em pergaminho, da confirmação dos mesmos por el-rei D. Henrique de Castela, em Fevereiro de 1455, por ele assinada e selada com o seu selo de chumbo, — donde se transcrevem; ANTT., *Gaveta 17*, maço 3, n.º 14, original, em pergaminho iluminado, assinado pelo rei de Castela, em sua confirmação de 25 de Fevereiro de 1455, e maço 8, n.º 9, original da confirmação do rei de Portugal, em papel, de 22 de Janeiro do dito ano; e BNP., *Manuscritos de Bahisio*, armário 5, caixa 6, n.º 2.

Publicados: o texto do Arquivo Nacional por NUNES DE LEAO, *Cronicas e vidas dos Reis de Portugal*, t. 4, cap. 34; por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 56 do liv. 3, em versão portuguesa; em *Memorias de Don Enrique IV de Castilla*, ps. 129-36; por FLOREZ, *Memorias de las reinas católicas*, vol. 2, ps. 761; por SALAZAR Y CASTRO, *Historia genealógica de la casa de Lara*, t. 1, p. 517; em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 7, ps. 543-51, nem sempre com exacção; o texto do Arquivo de Simancas por A. DE LA TORRE y L. SUAREZ FERNANDEZ, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. 1, ps. 28-37, com omissão de palavras e algumas outras incorrecções. Sumariados no *Quadro elementar*, t. 1, ps. 354-56.

En el nonbre de Dios, amen. Capitulos e apuntamjentos sobre el casamjento que se agora, por la gracia de Dios, espera fazer entre el muy alto e muy exçelente e muy poderoso señor don Enrrique, por la graçia de Dios rrey de Castilla e de Leon, etc., e la muy yllustre e esclaresçida sseñora la jnfante doña Iohana, fija de los muy virtuosos e de loada memoria don Duarte, rrey que fue de Portugal, e rreyna doña Leonor, su muger, cuyas anjmas Dios aya, e hermana del muy alto e muy exçelente e muy poderoso sseñor don Alfonso, por la graçia de Dios rrey de Portogal, etc., e sobre las cosas del dicho casamjento anexas e del dependientes, tratadas e concordadas e concluydas entre el dicho señor rrey de Portogal e mj, don Fernand Lopez de lOrden, bachiller en decretos, thesorero en la yglesia mayor de la çibdat de Segovia, capellan mayor del dicho señor rrey de Castilla e del su consejo, los quales trate, concorde, concluy, como enbaxador e procurador sufiziente para todo lo que deyuso es escripto del dicho señor rrey de Castilla, en su nonbre.

---

por molher a jfante dona Johana, sua jrmãa, que, sem dote e com os soos corregimentos de sua pessoa, casa e camara, que foram mujto rreaaes e de gram comprimento, a rrecebeo por molher, em hidade de dezasete annos. E foy mujto honrradamente leuada ao estremo destes rregnos e dhy leuada a Castella, pella condessa dona Gujomar e per o conde da Atouguja dom Martinho, seu filho, que a entregaram a elrrey. E, aalem das festas que em Lixboa se fezeram muy grandes, ouue tambem outras e honrradas justas na Landeira, porque a rraynha entrou per Eluas» (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 136). Despesa, segundo lançamento coevo: — «Item, o cazamento da rainha D. Joanna de Castella, de a corregerem e despeza de a levarem — 32 mil dobras» (Em JORGE FARO, *Receitas e despesas da fazenda real*, p. 69).

[1]

Primeramente, fue concordado e concluydo entre el dicho sseñor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla que, con la graçia de Dios, se aya de fazer e faga casamjento, por palabras de presente, entre el dicho señor rrey de Castilla e la dicha señora jnfante en la orden e forma que manda la santa yglesia de Roma.

[2]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla que, fecho asi el dicho casamjento, el dicho señor rrey de Castilla aya de rresçebir e tener en sus rreynos casa e camara a la dicha sseñora jnfante, como su muger, puesto que con ella non le sea dado nin prometido alguna dote por el dicho señor rrey de Portugal nin por ella nin por otro alguno, por su parte. Por quanto, por el amor e debdos que entre los dichos rreys e jnfante ha, al dicho sseñor rrey de Castilla plaze de casar con la dicha señora jnfante sin alguna dote e se contentar de la dicha señora solamente.

[3]

Yten, fue acordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, quel dicho sseñor rrey de Castilla aya de dar e de, en arras, a la dicha sseñora jnfante, por si e sus herederos, por honrra de su persona, veynte mill florines de oro e en oro del cuño del rrey de Aragon, con este entendimjento que, puesto que, por costumbre o ley de los rreynos de Portugal o de Castilla, los florines de Aragon tengan alguna çierta tasa o valia que por ellos se aya de pagar, que tales leys nin costunbres non ayan lugar en este caso, mas todavia el dicho señor rrey de Castilla o sus herederos sean thenudos a pagarlos en oro, como en çima es declarado. Los quales veynte mill florines la dicha señora jnfante avera en todo caso, ora sean naçidos dellos fijos, lo que Dios otorgue, o non sean, finido, acabado o separado el dicho matrimonio por qualqujer modo que sea. E si, por ordenança de Dios, acontesçiere que este matrimonjo se parta, por muerte de la dicha señora jnfante, sus herederos della, ora sean fijos o qualesqujer otros que, segund dispusiçion de drecho, sus bienes ayan de heredar, ayan las dichas arras, asi que, venjdo el tiempo

Copyrighted material

de las tales arras se aver de pagar, los dichos veynte mill florines sean pagados a la dicha señora jnfante o a sus herederos, como cosa de su verdadero patrimonjo.

[4]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho sseñor rrey de Castilla que, por conseruaçion e segurança de las dichas arras, fuese enpeñada e obligada, como luego enpeño e obligo a la dicha señora jnfante e a sus herederos, Çibdat Real, que agora es del dicho señor rrey de Castilla e en sus rreynos, con todas sus tierras e termjnos e juredisçion çeujl e crimjnal, alta e baxa e mero e mixto jnperio, rrentas, patronadgos de yglesias e conplidamente con todos los drechos e pertenençias que agora el dicho sseñor rrey de Castilla en ella ha e deue auer, de guisa que ella aya e posea la dicha çibdat con todas sus pertenençias e cosas sobredichas como al libre e entero señorio della pertenesçen e deue pertenesçer, saluo aquellas rrentas e cosas que son tan conjuntas a la corona rreal e stado de los rreys de Castilla, que nunca las ovieron las rreynas de Castilla que antes della fueron njn les fueron dadas njn por ellas poseydas en los lugares e tierras que les dados fueron por segurança e conseruaçion de sus arras. E que la dicha çibdat le sera entregada con este entendimjento: que las rrentas al señorio della pertenesçientes que la dicha señora jnfante o sus herederos ovieren non se ayan de descontar en las dichas arras njn en parte dellas, porque el dicho señor rrey de Castilla, por mj, su procurador, faze luego desde agora, de todas las dichas rrentas, juredisçion e cosas sobredichas libre donaçion e merçed a la dicha señora jnfante e a sus herederos, fasta le ser pagados los dichos veynte mill florines, si alguno dellos quedar por pagar; los quales le seran pagados del dia quel dicho matrimonjo fuere fenjdo, por muerte de alguno dellos o por otro algund modo, fasta vn año conplido. Los quales veynte mill florines, puesto que pagados sean, si el matrimonjo fuere departido, por muerte del dicho señor rrey de Castilla, al dicho procurador e enbaxador plaze e en nonbre del dicho señor rrey de Castilla otorga que la dicha señora jnfante tenga por ende la dicha Çibdat Real en toda su vida, con todas sus tierras e termjnos, juredişion, rrentas e drechos, asi e tan conplidamente como sy los dichos veynte mill florines non fuesen pagados. E, muriendo la dicha señora jnfante despues de los dichos veynte mill florines ser pagados, entonçes la dicha Çibdat Real finque liure e desenbargada al rrey de Castilla que aquel tienpo fuere. Las quales rrentas aya libremente para si, syn en algund tienpo ser thenuda, por si nin por sus herederos, fazer dellas rrestituçion, por quanto al dicho señor rrey de Castilla plaze que las aya en el caso sobre

dicho en toda su vida della, para ayuda de su mantenjmjento, puesto que los dichos ueynte mill florines sean pagados, como dicho es.

[5]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho sseñor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nombre del dicho señor rrey de Castilla, que la dicha señora jnfante aya e le sea dada, como le luego, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla dio, por su camara e para ayuda de su mantenjmjento, la villa de Olmedo con sus tierras, termjnos e jurediçion ceuil e crimjnal, alta e baxa, patronadgos de yglesias e todas las rrentas della e drechos, asi e tan conplidamente como en çima es dicho e declarado de Çibdat Real, saluando las cosas que son tan conjuntas a la corona e estado rreal de los rreys de Castilla, que non acostunbraron ser dadas a las otras rreynas que fasta aquj fueron en los lugares e tierras que les, por su camara, fueron dados; la qual villa de Olmedo la dicha señora jnfante avera solamente en su vida, e, despues de su muerte, non la ayan sus herederos, mas finque libremente al dicho sseñor rrey de Castilla o a sus suçesores; e averla ha en su vida, como dicho es, puesto quel dicho señor rrey de Castilla primero que ella falesca, con tanto que ella non case e biua onestamente. E, por quanto esta villa de Olmedo fue docte de la señora doña Blanca, fija del señor rrey de Navarra, e por ventura el dicho señor rrey o la dicha señora sua fija pretenderan en ella aver drecho, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla que, si tal cosa fuese e la dicha señora jnfante, por la dicha rrazon, la non quesiese aver o tener, quel dicho señor rrey de Castilla de a la dicha sseñora jnfante otra tal e tan buena e tan rrentosa villa como ella e en tan buena comarca.

[6]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, que el dicho señor rrey de Castilla mande asentar e sean asentados en sus libros a la dicha señora jnfante vn cuento e qujnjentos mill marauedis de la moneda agora corriente en sus rreynos, los quales ella avera en cada vn año, para ayuda del mantenjmjento de su persona e casa e le seran librados en tales lugares e rrentas, que le sera fecho dellos buen pagamjento. Espeçialmente le seran librados todos en las alcaualas e terçias de yglesias e qualesqujer otras rrentas que al dicho

Copyrighted material

señor rrey pertenesçieren o pertenesçer puedan en la dicha Çibdat Real e villa de Olmedo e otros qualesqujer lugares que ella en los dichos rreynos en algund tiempo oviere. E si las dichas alcaualas e terçias de yglesias e otras rrentas de los dichos lugares, las cuales al dicho señor rrey pertenescan, tanto non rrendieren, que les sea en ellos librado tanta quantia quanto rrendieren, e lo mas que falesçiere le sea librado en otro lugar o lugares mas comarcanos o alguno de los otros sus lugares de la dicha señora jnfante donde le sean bien pagados. El qual cuento e qujnjentos mill marauedis ella avera en toda su vida con las condiçiones e manera que en çima es dicho en la villa de Olmedo, puesto quel dicho señor rrey de Castilla primero que ella fallesca, e avera los dichos vn quento e qujnjentos mill marauedis desde este primero dia de enero en que agora estamos, del año del nasçimiento de Nuestro Señor Ihesu Christo de mill e quatroçientos e çincuenta e çinco años en adelante, e, desde este mjsmo dia, avera las rrentas que despues dello rrendieren la dicha Çibdat Real e la villa de Olmedo o de otra villa que en su lugar fuere dada, segund en çima es declarado, en el qujnto capitulo, e todo lo que le fuere debido deste año de los dichos marauedis, al tienpo de su entrada en los rreynos de Castilla, le sera pagado dende en çinquenta dias.

[7]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho sseñor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, que ella pueda lleuar consigo destos rreinos le Portogal fasta doze donzellas e vna honrrada dueña e mas su ama, para la serujr e aconpañar, e de otras mugieres mas baxas pueda lleuar quantas viere que pera serujçio de su casa e camara le conplieren; las quales donzellas e dueñas e otras mugieres el dicho señor rrey de Castilla mandara bien tractar, agasajar e galardonar de su serujçio, cada vna en su grado, e esto a costa del dicho sseñor rrey de Castilla.

[8]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho sseñor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, que la dicha señora jnfante pueda lleuar consigo destos rreynos de Portugal aquellos omes e serujdores, quales e quantos viere que para serujçio de su persona e casa conplen, e pueda poner en todas sus tierras e casa todos los ofiçiales, quales e como le plogujere, portugueses o castellanos, afuera aquellos ofiçiales que, segund costumbre de los rreynos de Cas-

tilla, son llamados mayores, los quales, despues que ella fuere con el dicho señor rrey de Castilla, seran puestos a juyzio de amos, saluo chançiller mayor e contador mayor e thesorero mayor e despensero mayor, los quales la dicha señora jnfante pueda poner agora e siempre libremente quales le plogujere.

[9]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho sseñor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla que, tanto que la dicha señora jnfante entrare en los dichos rreynos de Castilla, luego sea avida por natural dellos e aya todos los preuillejos e honrras e libertades que las rreynas naturales de los dichos rreynos han, pero que, si algunos peruillejos son otorgados a las rreynas estrangeras, los quales las rreynas naturales de los dichos rreynos de Castilla non han, que ella vse dellos e los aya como rreyna estrangera. E eso mismo todos los omes o mugieres de qualqujer condiçion que sean que con la dicha sseñora jnfante vinjeren, puesto que castellanos non sean, seran avidos por naturales de Castilla, como sy castellanos fuesen e averan los dichos preujllejos e libertades como los naturales de los dichos rreinos de Castilla han.

[10]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla que, por mayor abondamjento, el dicho señor [rrey] de Castilla rresçiba por si a la dicha señora jnfante en publico por su muger, segund la ordenança de la santa madre yglesia de Roma, del dia que ella entrare en sus rreynos fasta treynta dias, puesto que ya por mj, su procurador, la tenga rresçibida en estos rreynos de Portugal, por palabras de presente.

[11]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho sseñor rrey de Castilla, que, si Dios ordenare que el dicho señor rrey de Castilla fallesca de la vida deste mundo primero que la dicha señora jnfante, ella se pueda partir de los rreinos de Castilla e se venjr para Portugal e para otra alguna parte, qual le plugujere, syn le ser puesto enbargo a ella nin a los que con ella vinjeren njn a cosa alguna que ella o ellos

Copyrighted material

tengan o consigo quieran lleuar, sin ser thenuda a pedir liçençia al rrey que en aquel tienpo fuere; e que, puesto que se asy parta, sin liçençia del rrey, que por ende non sea desapoderada de Çibdat Real njn de la villa de Olmedo o de otra que le en su lugar sea dada, njn de otro qualqujer lugar o lugares que aquel tiempo toviere njn de las rrentas, juredisçion e drechos de cada vno de los sobredichos lugares njn en alguna parte la obligaçion de sus arras, asy personal como rreal, sea menguada o yrritada, mas sienpre finque firme, para ella e sus herederos, puesto que antes de su partida o despues aya entre los dichos sseñores rreys guerra, lo que Dios defienda, e tanbien aya siempre el dicho cuento e qujnjentos mill marauedis en cada vn año, en su vida solamente e non mas, en el caso sobredicho que en çima es declarado.

[12]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, que, si el matrjmonjo entre el dicho sseñor rrey de Castilla, por si o por su procurador, e la dicha señora jnfante fuere çelebrado por palabras de presente, e, por algund caso, non fuere consumado, seyendo ella ya entregada al dicho señor rrey de Castilla, o, a lo menos, entrada ya en sus rreynos, para le ser entregada, o estando por el dicho señor rrey de Castilla o por sus naturales que ella non vaya a su poder o a sus rreynos, que ella aya, por ende, todas sus arras e la dicha Çibdat Real en la forma que en çima es declarada e tanbien aya la dicha villa de Olmedo o otro lugar que le por ella fuere dado e el dicho vn cuento e qujnjentos mill marauedis en cada vn año, para su mantenjmjento, segund en çima es declarado. Las quales arras, Çibdat Real e villa de Olmedo o lugar que por ella le fuere dado, segund en çima es dicho, e vn cuento e qujnjentos mill maravedis aya asy e tan conplidamente en este caso como sy el dicho matrjmonjo perfectamente fuese consumado e ella a los dichos rreynos de Castilla fuese e en ellos morase.

[13]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla que, del dia que la dicha señora jnfante fuere rresçibida por palabras de presente por mj, en nonbre del dicho sseñor rrey de Castilla, fasta çinquenta dias primeros segujentes, quel dicho señor rrey de Castilla, por mayor firmeza, enbie al dicho señor rrey de Portugal dos cartas,

Copyrighted material

firmadas de su mano e selladas con su sello de plomo e aprovadas por los perlados e grandes de sus rreynos, segund se acostunbra en ellos de aprouar los semejantes preujllejos e cartas que los rreys de Castilla en semejantes casos e grandes fechos acostunbran de fazer e dar, asi que rrealmente e con efecto seran entregadas al dicho sseñor rrey de Portugal, por las quales el dicho señor rrey de Castilla aprueua e confirma el casamjento por mj, en su nonbre fecho con la dicha sseñora ynfante por palabras de presente, e aprouara e confirmara el e los dichos perlados e grandes de sus rreynos esta concordança e capitulos en çima e ayuso escriptos, ssegund el dicho costunbre, e prometera, por sy e por sus suçesores, por juramento de los santos evangelios por sus manos corporalmente tanjdos e por su fe rreal, que los conplira e guardara e fara conplir e guardar, en todo e cada vna cosa bien, fiel e verdaderamente, a todo su conplido poder, toda la sobredicha concordança e capitulos. E, non enbiando asy al dicho sseñor rrey de Portugal las dichas dos cartas dentro en los dichos çinquenta dias, luego, por ese mjsmo fecho, yncurrira en pena de çient mill doblas de la banda de oro, de la moneda agora corriente, para el dicho sseñor rrey de Portugal. E, para pagamjento de la dicha pena, prometo e otorgo, en nonbre del dicho sseñor rrey de Castilla, quel dicho señor rrey de Portugal abra por ella e en preçio della la çibdat de Toro, que es dentro en los dichos rreynos de Castilla, con todas sus rrentas, drechos, patronadgos, jurediçiones crimjnal e çeujl, alta e baxa, mero e mixto jnperio e con todas sus tierras e termjnos e lugares a ella pertenesçientes e con su castillo e fortaleza. Las quales çient mill doblas pagadas al dicho señor rrey de Portugal, el dexara la dicha çibdat desenbargada con toda su tierra, fortaleza e pertenençias al dicho señor rrey de Castilla. La qual pena pagada o non pagada, este contracto e cada vna parte del finque sienpre firme e en su fuerça. E, puesto quel dicho señor rrey de Portugal aya la dicha çibdat de Toro, sienpre sea del señorio de Castilla e, avnque fuesse guerra entre los dichos rreynos, lo que Dios defienda, la dicha çibdat con su fortaleza, jurediçion, rrentas e pertenençias non sea tirada al dicho señor rrey de Portugal nin por otra alguna cosa, non seyendo de la dicha çibdat e fortaleza fecha guerra notoriamente al dicho señor rrey de Castilla o a sus naturales, njn pueda ser puesta conpensaçion al dicho señor rrey de Portogal de los fructos e rrentas que della oviere, por quanto lo ha en preçio de las dichas çient mill doblas de pena.

[14]

Yten, fue concordado e firmado por el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, quel dicho señor rrey de Portugal aya de fornesçer e

aderesçar e aderesçe e fornesca a la dicha sseñora jnfante de vestidos, baxillas e paños de armar e todos los aderesçamjentos de su persona, camara e casa, segund su arbitrio e segund al estado de los dichos sseñores rreys e señora jnfante pertenesçe. Las quales cosas todas quel dicho señor rrey de Portugal a la dicha señora jnfante diere e ella consigo lleuare el dicho señor rrey de Castilla non sea thenudo e rrestituir en algund tienpo, mas todo lo que la dicha señora leuare sera suyo della e en su poder e disporna dello como le paresçiere e plogujere e el drecho otorga e bien asi todo lo que la dicha sseñora jnfante adqujriere, mueble o rraiz, por donaçion del dicho señor rrey de Castilla o de otra alguna persona o por otro qualqujer modo que sea, sera syenpre suyo e en su poder e fara dello libremente todo lo que quisiere.

[15]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, quel dicho sseñor rrey de Portugal aya de enbiar e enbie a la dicha señora jnfante a su costa, acompañada e guardada de tales e tantas personas como rrequjeren los estados de los dichos señores rreys e señora jnfante. E que ella parta destos rreynos de Portogal, para yr su camjno drecho a los rreynos de Castilla, del dia quel desposorio fuere fecho por palabras de presente fasta ochenta e vn dias. La qual fara aconpañar de las dichas personas fasta Çibdat Rodrigo o fasta otro lugar alguno del dicho señor rrey de Castilla, qual a el plogujere, con tanto que non sea mas alueñe del estremo de Portogal de lo que es Çibdat Rodrigo, al qual dicho lugar el dicho señor rrey de Castilla enbiara aquellas personas e tantas como viere que a su rreal estado cunple, para alli les ser entregada la dicha señora jnfante por aquellos que, por mandado del dicho señor rrey de Portugal, con ella fueren, las quales personas estaran alli prestas en el dicho lugar quando la dicha señora jnfante a el llegare, de guisa que ella e los que con ella fueren non esten alli por ellas aguardando algund dia. E, tanto que la dicha señora jnfante fuere entregada a los quel dicho señor rrey de Castilla por ella enbiare, el dicho señor rrey de Portugal non sera mas thenudo a fazer despensa alguna a la dicha señora jnfante njn aaquellos e aquellas que con la dicha señora jnfante en los dichos rreynos de Castilla con ella ovieren de quedar.

[16]

Yten, fue concordado e firmado entre el dicho señor rrey de Portugal e mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, que por este contracto e capitulos el dicho señor rrey de Por-

Copyrighted material

tugal se parta, como luego dixo que se partia, del contracto e capitulos e cada vna parte dellos que entre el dicho señor rrey de Castilla, por Rabi Yuçe, su procurador e enbaxador, seyendo prinçipe, sobre el dicho casamjento e cosas a el conçernientes fueron concordados e concluydos e por el dicho señor rrey de Castilla, aaquel tienpo prinçipe, firmados e jurados, e que los rreuocaua e avia por ningunos e que non vsaria mas dellos nin de cosa alguna njn parte dellos, el nin la dicha señora jnfante su hermana nin otrie por el nin por ella, en juyzio nin fuera de juyzio, con tanto que este contracto e capitulos le sean e cada vna parte dellos enteramente guardados e conplidos por el dicho señor rrey de Castilla.

Los quales capitulos e apuntamjentos el dicho sseñor rrey de Portugal dixo que, presente mj, el sobredicho notario e testigos yuso nonbrados, que, por su parte, los aprovava e confirmaua e le plazia estar por ellos e prometio, por su fe rreal, de los conplir e mantener en todo e cada vna parte dellos, en aquello que a el tocaua e pertenesçia fazer; eso mismo los aprouaua e confirmaua, en nonbre de la dicha sseñora jnfante, como su curador que es, e en su nonbre prometia de los ella mantener e conplir, en lo que a su parte della tocaua fazer, e que le plazia e prometia que, non los conpliendo el, pagar, de pena, al dicho sseñor rrey de Castilla çinquenta mill doblas de oro de la banda, seyendo por el dicho rrey de Castilla conplidos e mantenjdos los dichos capitulos, en aquello que, segund ellos, a el tocaua e conplia fazer. E suplio qualqujer desfallesçimiento de fecho e de drecho que en estos capitulos sea, por quanto dixo que queria que valiesen, non enbargando qualesqujer drechos, opiniones de doctores, ordenaçiones e estilos que contra ello sean, los quales, abidos aquj por espresos, los reuocaua, que non oviesen lugar en este caso.

E el dicho don Fernand Lopez, enbaxador del dicho señor rrey de Castilla, en su nonbre e como su procurador, otorgo e confirmo los sobredichos capitulos e prometio quel dicho sseñor rrey de Castilla estara por ellos e los conplira e manterna en todo e en cada vna parte dellos, por si e por sus herederos, e non yra contra ellos nin parte dellos, por si njn por otrie, de fecho njn de drecho, mas enteramente los guardara e manterna en lo que a el, ssegund la forma de los dichos capitulos, toca e pertenesçe fazer, so pena de çinquenta mill doblas de oro de la banda, pagadoras al dicho señor rrey de Portugal, sy el, por su parte, los dichos capitulos cunpliere, e suplira en las cartas de rretificaçion, que enbiara al dicho señor rrey de Portugal, qualqujer defecto que, de drecho o de fecho, en este contracto e capitulos sea, segund que en çima el dicho señor rrey de Portugal suplio. Al qual dicho señor rrey de Portugal plaze e a mj, el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Cas-

tilla, que, pagada (2) la dicha pena por qualqujer de las partes que en ella cayere o non pagada, que los dichos contracto e capitulos finquem sienpre firmes e valiosos. E prometio mas el dicho enbaxador e procurador, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla, a mj, el sobredicho notario publico, rresçibiente la dicha promjsion en nonbre de la dicha señora jnfante, que el dicho señor rrey de Castilla le conplira e guardara todos estos capitulos e cada vna parte dellos, ssegund en ellos es contenjdo, en lo que a el toca e pertenesçe conplir e segund por el dicho enbaxador es prometido, en nonbre del dicho señor rrey de Castilla al dicho señor rrey de Portugal e so la dicha pena, la qual pagada o non pagada, el dicho contracto e capitulos fincaran firmes e valederos.

Testigos, que, para esto llamados e rrogados, fueron presentes: don Fernando, fijo del conde de Arrayolos, e don Martin, conde de Atuguja, e don Aluaro de Castro, camarero mayor del dicho señor rrey de Portugal e de su consejo, e Diego Suarez de Albergueria e Pero Vazques de Merlo, rregidor de su justiçia en la su casa de lo çeujl de la çibdat de Lixbona, e Fernan Gonçaluez de Miranda e el doctor Iohan Fernandez de Silueyra, todos del consejo del dicho sseñor rrey, e Ruy Galuan, su secretario, e Aluar Garçia, su secretario del dicho señor rrey de Castilla.

Fecho fue este jnstrumento por mj, el dicho notario publico, en la noble cibdat de Lixbona, en los palacios del dicho señor rrey de Portugal, veynte e dos dias del mes de enero, año del nasçimjento de Nuestro Señor Ihesu Christo de mill quatroçientos e çinquenta e çinco. El Rey. Fernandus, tesaurarius, capelanus maior.

39

27 JANEIRO 1455

Alvará de el-rei D. Afonso V, a autorizar João Nunes, mercador, e João Alvares, marinheiro, residentes em Lisboa, durante um ano, a levarem, em caravela ou navio, para as praias de África, nomeadamente para Anafé, Salé e Safim, as mercadorias que lhes aprouver, menos armas e ferro, e a trazerem de lá trigo e outras mercadorias para o reino, dada a carestia do pão no país, pagos os respectivos direitos régios; pelo que recomenda o monarca às justiças e demais oficiais bem como aos corsários nacionais que andarem de armada os deixem ir e vir seguramente.

(2) No ms. *pagara*.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 24, — donde se reproduz. Publicado por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 250.

Nos, elrrey, fazemos saber a quantos este aluara virem que Joham Nunez, mercador, e Joham Aluarez, marinheiro, moradores em esta çidade de Lixboa, nos diseram que, por a carestia do pam que aguora auja em nossa terra e o nom podiom auer, elles tijnham fretada hũua carrauela pera auerem de carregar dalgũas mercadorias que entendiom por seu proueito, tirando armas e ferro, e as hirem vender aas praias ou Anaffe ou a Çale ou a Çafir ou a outro quallquer lugar de terra de mouros, e a tragerem carregada de trijgo e doutras mercadorias aa dicta çidade ou a outro quallquer lugar de nossos rregnos. E, porque elles esto nom podiom fazer ssem nossa leçença e autoridade, nos pedirom por merçee que lhes desemos pera ello nossa leçença.

E, visto sseu rrequerimento, querendolhes fazer graça e merçee, por o sentirmos por serujço de Deus e nosso e bem da dicta çidade e de nossos rregnos, a nos praz dello e lhes damos leçença e lugar que, da feitura deste aluara ataa hũu anno, elles posam carregar hũua carrauela ou outro naujo que lhes aprouger de todalas mercadorias que lhes prouger, tirando armas e ferro, como dicto he, e as hirem vender aas dictas praias ou a outro lugar dAfrica e a traagerem carregada de trijgo e doutras mercadorias aa dicta çidade ou a cada hũu lugar dos nossos rregnos, pagando os nossos direitos, como em nossos foraaes he contheudo.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e corregedores, juizes e justiças, ofiçiaes e pesoas e a outros quaeesquer que esto [houuerem de ver] e aos cosairos de nossos rregnos que darmada ou per outra qualquer guisa no mar andarem que leixem hir e vijr seguramente a dicta carauela ou naujo com as dictas mercadorias, sem os tomando nem rroubando nem fazendo nem consentindo lhes ser fecto outro nhũu desaguisado, porquanto nosa merçee he lhes darmos a dicta leçença e segurança por hũu anno, como dicto he, sem lhes poendo sobrelo outro nhũ enbargo.

Fecto em Lixboa, xxbij dias de janeiro. Pero dAlcobaça o fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb annos.

40

27 JANEIRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Guedelha Palaçano, judeu, mercador, morador em Lisboa, a pedido do infante D. Henrique, de quem é bom servidor e dele tem grande encargo.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 102 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, nosso corregedor, e arrabijs da comuna desta nossa çidade de Lixboa e a todollos outros corregedores, juizes, justiças, ofiçiaaes e pessoas de todos nossos rregnos que esto per quallquer guissa ajam de veer e esta nossa carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Guedelha Palaçano, judeu, mercador, morador em esta çidade, pollo do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo por elle pedio e nos disse que era muyto sseu serujdor e tijnha delle grande carrego; teemos por bem e priuelegiamollo que, daquy em diante, seja scusado de pagar em o nosso seruiço rreall e seruiço nouo e sisam nem scpreua em elle nem em peitas, fijntas, talhas, jnprestidos e seruiços nem em todollos outros encarregos, serujdões, trabutos da dicta comuna e desse conçelho que forem lançados, per quallquer gisa que seja, nem aja nehũus offiçios della contra sua voontade nem sirua nem pague em outros algũus encarregos e servidões da dicta comuna que ataa aquy foram ou ssejam lamçados daquy em diamte.

Outrosy, queremos que quando algũus pididos per nos forem lamçados, elle nom pague em elles mais de b^{c} rreaes brancos ou aquello em que forem tauxados Graujell e Dauy Negro, judeus, moradores em a dicta çidade. E porem mamdamos aos juizes della e ao nosso thesoureiro moor, que ora he ou for daquj em diante, e a todollas outras nossas justiças e a quaeesquer outros ofiçiaaes e pessoas a que o conhecimento desto pertençer per quallquer gisa que seja que nom costrangam nem mandem costranger o dicto Guedelha Palaçano pollas dictas cousas nem algũua dellas e o ajam, daquy em diante, por scusado, porque nossa merçee he ser de todo liure, quite, jsento e escusado.

Outrosy, mandamos ao nosso pousentador moor e ao da rrajnha mjnha molher, que sobre todas amo e preço, e jfantes meus jrmãaos e tios e ao pousentador da dicta çidade que nom deem nem conssentam dar de pousentadoria a nenhũua pessoa que seja suas casas de morada, posto que nos e a rraynha e jfantes em ella sejamos, nem lhe filhem sua rroupa, paam, vinho nem outra algũua cousa do sseu contra sua voontade.

Outrosy, lhe damos lecença e lugar que, quamdo andar camjnho, nom traga signall e possa estar em quallquer lugar a que chegar tres dias ssem elle e que jso meesmo elle e hũu criado sseu pousem em as estalajeens dos christãaos, ssem embargo da nossa defesa e hordenaçom ssobre ello fecta em contrairo.

E mandamos aos arrabjs das comunas que nom esqivem o dicto Guedelha Palaçano nem lhe façom outra nenhũua ssemrrazam nem desa-

Copyrighted material

grado por elle nom pagar com elles em as sobredictas cousas nem lhe lançem nenhũuas scomuñohes, quamto perteençem ao dicto Guedelha Palaçano; e, sse algũuas ssom lançadas, queremos que logo lhas leuantem e bem asy quallquer outra pena que ssobre cada hũa das dictas cousas for posta, que asy he nossa merçee e o auemos della por rreleuado, ssem enbargo da carta nossa que essa comuna açerca dello teem e lhe compram e goardem e façom comprir e goardar esta nossa carta polla gisa que em ella he contheudo.

E mandamos a quallquer pessoa, de quallquer estado e condiçom que sseja que contra esto for, em parte ou em todo, pague os nossos encoutos de b̄j ssoldos, etc. E, posto que algũu contra esto queira jr, mandamos a vos, justiças, que lhe nom consentaaes e lhe alçees dello força, ssem outro embargo que hũus e outros a ello ponhaes. E este priuelegio mandamos que lhe seja goardado, ssem enbargo de cartas, aluaras, portarias e hordenações que em contrayro desto tenham fectas e dadas ou fezermos daquy em diante, saluo sseendonos mostrado casso spiçial e mandado em que, per nome, mandemos o dicto Guedelha Palaçano ser deuasso de cada hũua das dictas cousas, e doutra gisa nom. E mandamos a quallquer tabaliam de nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada que enpraze quaesquer pessoas que contra este priuelegio forem, em parte ou em todo, que, a xb dias, pareçam per pessoa perante o corregedor da nossa corte, pera lhe darmos scarmento, quall nossa merçee for.

Dada em Lixboa, xxbij dias de janeiro. Gonçalo de Moura a fez. Anno de mjl iiij^{c} Lb anos.

41

4 FEVEREIRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Bartolomeu Lourenço para tabelião e escrivão dos órfãos de Meda; pois, tendo sido retirada a jurisdição daquele julgado ao infante D. Henrique por sentença régia, Estêvão Eanes, pelo infante ali colocado, se recusara a pedir carta régia de confirmação do cargo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 5.

Dom Afonso, etc.

A vos, juizes, conçelho e homeens boons da Meda, ssaude.

Sabede que vimos hũua uossa carta denlliçom, asijnada per uos e asseellada com o seello desse conçelho, em a quall nos faziees saber que

a jurdiçom desse julgado ssoya a seer do jffante dom Henrique, meu mujto preçado e amado thio, a quall lhe fora tirada e a nos julgada per nossa ssentença, e que hũu Steuam Eannes, que hi por elle era tabaliam, nom quisera vijr guaanhar per nossa carta o dicto ofiçio de tabalIiado, posto que lhe per mujtas vezes fosse per uos rrequerido, dando em rreposta que o nom queria. Por a quall rrazam, esse logar estaua ora ssem nehũu tabaliam; pedindonos por merçee que, porquanto Bertollameu Lourenço, nosso naturall, era bem aucto e perteençente pera o dicto ofiçio, que vollo desemos hi por tabaliam e escpriuam dos horfõos, por uos seer mujto neçesario.

E nos, veendo o que nos assi dizer e pedir enujastes, sse assi he como rrecontaaes e, querendo fazer graça e merçee ao dicto Berthollameu Lourenço; teemos por bem e damollo, em esse julgado e sseu termo, por tabaliam do çiuel e crime e por escpriuam dos horfõos.

E porem uos mandamos, etc. Em forma.

Dada em Santarem, iiij dias de ffeuereiro. Elrrej o mandou, pello doutor Pero Lobato, etc. Diego Afonso, por Gomez Borjes, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lb.

42

9 FEVEREIRO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Aljezur e seu termo por cinco anos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 117 v.

Jtem, carta dAluaro Esteuez, escudeiro do jfante dom Anrique, em que o dam por coudell em a uilla dAlgazur e sseu termo por cinquo anos, assy como ho foy Joham Gomez, que ora acabou sseu tenpo, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, ix dias de feuereiro. Elrrej o mandou, per Fernam da Silueira, coudell moor, etc. Fernam Vicente a fez. Era de mjl iiij^{c} Lb.

(1) Cfr. o DOC. 110, de 5 de Fevereiro de 1456

Copyrighted material

43

18 FEVEREIRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gonçalo Vasques Gorizo, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para alcaide e guarda-mor da sua moeda na cidade de Lisboa, em vez de João de Lamego, que renunciou ao cargo (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 103 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Gonçallo Vaasquez Gorizo, escudeiro da cassa do jfante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, fiando delle que o fara bem e como conpre a nosso seruiço e bem do poboo; teemos por bem e damollo por alcaide e guarda moor da nossa moeda em esta çidade de Lixboa, asy e pella guisa que o era Joham de Lamego, que os dictos offiçios tijnha per nossa carta e os rrenunçiou em nossas mãaos que os dessemos a quem nossa merçee fosse, dizendo que era em tall jdade e franqua desposiçom que per ssy os ja nom podia serujr ssegundo a serujço nosso he conpridoiro, ssegundo dello fomos çerto per hũu estormento pubrico, fecto e asijnaado per ..., nosso vassallo e pubrico tabaliam em a dicta çidade, aos xbij dias deste mes de feuereiro da era pressente.

E porem mandamos ao nosso veedor e thesoureiro e aos moedeiros e a todollos outros nossos offiçiaaes da dicta moeda e a quaeesquer outras pessoas a que o conheçimento desto pertençer e esta carta for mostrada, que ajam o dicto Gonçalo Vaasquez, daquy em diante, por alcaide nosso e guarda moor da dicta moeda e outro nemhũu nom, e o leixem serujr e hussar dos dictos ofiçios, ssegundo o fazia o dicto Joham de Lamego e os que ante elle os dictos ofiçios teuerom, aos quaees moedeiros e offiçiaaees mandamos que lhe obedeçom ssegundo deuem, naquello que ao dicto seu offiçio perteençe, e o ssenpre fezerom aos outros alcaides e guardas moores da dicta moeda que o ante elle foram, ssem lhe ssobre ello sseer posto outro algũu embargo em nhũua maneira que sseja. O quall Gonçalo Vaasquez jurou, etc.

Dada em Lixboa, xbiij dias de feuereiro. Ruy Diaz a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb.

(1) Cfr. o DOC. 26, de 28 de Novembro de 1454.

Copyrighted material

44

22 FEVEREIRO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, privilégio para seus caseiros, lavradores, amos, mordomos e apaniguados.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 12.

Dom Afonso, etc.

Jtem, priujlegeo dAluaro de Castro, fidalgo da cassa do jffante dom Anrrique, pera todos sseus casseeiros, lauradores, amos, moordomos e paniguados, pera a comarqua e correiçom da Estremadura e dantre Tejo e Odiana, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, xxij dias de feuereiro. Joham de Lixboa a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb. Ruj Galuom a fez escpreuer.

45

7 MARÇO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Luís Fogaça, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a Isabel Vasques, donzela da infanta D. Catarina, a pedido da rainha de Castela, 500 coroas de ouro além das 1000 que lhes desembargara por seu casamento e, até lhas pagar, lhes dá a tença anual de 5.000 reais brancos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 71 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, ao tempo que firmamos casamento antre Jsabell Vaasquez, donzella da jffante dona Catellina, mjnha mujto preçada e amada jrmãa, e ssua collaça, e Luis Fogaça, fidalgo da casa do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado

(1) Cfr. o DOC. 124 do nosso vol. 11.

thio, nos desenbargamos a ella mjl coroas douro de sseu casamento, pellas quaees lhe aseentamos dez mjl rreaes de teença en cada hũu anno, ataa lhe serem paguas, segundo sse contem em hũua nossa carta que dello tem. E ora, a rrequerimento da rrainha de Castella, mjnha mujto preçada e amada jrmãa, a nos prouue de lhe acreçentarmos mais no dicto casamento quinhentas coroas douro, aalem das dictas mjl coroas, assi que seiam per todas mjl e quinhentas.

E, porquanto pello presente lhas nom podemos mandar pagar, que ajam por ellas de nos, de teença, des primeiro dia de janeiro que ora foy desta pressente era de quatroçentos e çinquoenta e çinquo en diante, ataa lhe serem pagas, çinquo mjl rreaes brancos en cada hũu anno. Os quaaes lhe mandaremos aseentar em lugar honde delles seiam bem pagos, aos quartees, per nossa carta, que dello auerom na nossa fazenda en cada hũu anno. Pero, sseendolhe paguo a quarta parte das dictas quinhentas coroas, seerlhea descontado a quarta parte da dicta teença e assy do mais e menos a este rrespeito, segundo lhe pago for per nossa hordenança. E, por sua guarda e rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta carta, asijnada per nos e asseellada do nosso seello.

Dante na çidade de Lixboa, bij dias de março. Gonçalo Cardoso a fez Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

46

14 MARÇO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Vasco Martins, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Albufeira por cinco anos, em razão do falecimento de Vasco Vicente.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 19.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Vasco Martijnz, escudeiro do jffante dom Anrrique, etc., per que o damos por coudell, por çinquo anos, da villa dAlbofeira, asy e pella guissa que o dhi foy Vasco Vicente, que sse ora finou, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, xiiij dias de março, per o ssobredicto Diego da Silueira, etc. Fernam Rodriguez a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Lb.

Copyrighted material

47

15 MARÇO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a Jorge Anes, servidor do infante D. Henrique e a pedido deste, para ele andar em besta muar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 21.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Jorge Anes, serujdor do jffante dom Anrrique, nosso muyto prezado e amado tyo, pollo do dicto jfante, que nollo por elle pedio, per que lhe damos licença e lugar que ande em besta muar, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, xb dias de março. Joham de Lixboa a fez. Ano de mjl iiij^{c} L^{ta}b. Ruj Galuom a fez escpreuer.

48

15 MARÇO 1455

Procuração passada por Gomes Eanes de Zurara, comendador da Ordem de Cristo, morador na cidade de Lisboa, a Gonçalo Anes do Quintal, guarda que foi do senhor D. Jaime, residente em Leiria, para tomar posse e administrar, por si ou por quem ele substabelecer, os bens que a dita Ordem tem naquela vila e seu termo, os quais lhe foram doados pelo infante D. Henrique (1).

(1) Tendo encontrado há anos, em investigação particular, o presente documento, resolvemos adiar a sua publicação, por vermos se, entretanto, descobríamos a doação henriquina a que aqui se refere o cronista Gomes Eanes de Zurara. Como até agora a não topámos, editamo-lo. Que saibamos, é esta a única mercê documentada feita pelo Navegador ao cronista dos seus descobrimentos e ainda não conseguimos apurar o vulto da mesma, o qual talvez se possa obter através de paciente investigação no que resta do arquivo antigo da Ordem Militar de Cristo.

Copyrighted material

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 145.

Saibham os que esta procuraçom virem que eu, Gomez Eanes de Zurara, comendador da Ordem de Cristos, morador na cjdade de Lixboa, a esto presente, faço meu procurador auondoso, Gonçalo Annes do Qujntall, garda que foy do senhor dom James, morador em a ujla de Leirea, com poder de soestabeleçer outro procurador ou procuradores em seu logo e em meu nome, e os rreuogar cada que qujser e, depois da rreuogaçom, oficjo da procuraçom em sy filhar e della husar. Ao quall eu dou e outorgo todo meu comprido e ljure poder que, por mym e em meu nome, posa tomar pose de todos e quaeesquer beens que a dicta ordem tem e ha em a dicta ujlla de Leirea e seu termo e os posa rrequerer e demandar, asy os que som sabjdos come os que som sonegados, dos quaes beens me he fecta merçee per o senhor jfante dom Anrrique, e os posa arrendar a quem qujser e pollos preços e anos que lhe aprouger e rreçeber os fruytos e nouos e rrendas e djreitos delles.

E de quallquer cousa que rreçeber posa dar conheçjmentos e qujtações e com quaeesquer tentes ou embargantes posa entrar a preito e demanda, perante quaesquer jujzes e justiças, clesyasticas e segraes, a quem o conheçjmento dello pertencer, com poder de çitar e estar em jujzo, pjdjr, demandar, defender, alegar por mym todo meu djreito, reueljas, asolujções, gançar e pungar sentenças, ouujr e em ellas consintyr e, se comprir, dellas apellar, agrauar, segir, rrenuçjar e jurar em mjnha alma quallquer juramento ljcjto que lhe com djreito for demandado, e nas partes o leixar, se comprir em todo o que dicto he, e dello naçer e deçender e ordem e fegura de jujzo pertençer, asy no prinçipall como no açesorio, pera fazer e djzer todo o que eu faria e djria, se presente fose.

Eu ey por firme e estauell pera sempre todo o que per o dicto meu procurador e seus soestabeleçjdos e per cada hũu delles for fecto, dicto, procurado, rrecebjdo no que dicto he, so obrigaçom de meus beens, que pera ello obrigo, e os rreleuo de todo carego de satisdaçom, segundo o djreito em tall caso outorga. Em testemunho de uerdade, lhe mandey fazer esta procuraçom.

Fecta na dicta çjdade, no paço dos tabaljães, qujnze dias de março de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e cjnqoenta e çjnqo anos. Testemunhas: Pero Vasquez e FernandAfonso e Pero Gonçaluez, tabaliães, e outros. E, eu Fernam Martijnz, uasallo delrrey e seu prubjco tabaliam em a dicta cjdade, que esta procuraçom espriuy, [e], em testemunho de uerdade, do meu prubjco synall asyney, que tal he.

49

19 MARÇO 1455

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juízes e almotacés da sua vila de Tomar, com normas sobre o fornecimento de carne, peixe e marisco ao pessoal do castelo e do convento de Cristo da dita vila (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72, entre os documentos do infante D. Henrique, original em pergaminho, não selado, assinado pelo infante, — donde se reproduz; cópia com gralhas e o ano errado, 1455 por 1456, na *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 74, em cópia feita em Tomar pelos anos de 1542.

Eu, o jffamte dom Amrrique, duque de Uisseu e ssenhor de Couilhãa, mamdo a uos, juizes e allmotaçees desta minha uilla, que a quallquer carneçeiro que aquy cortar carne façaaes trazeer duas arouas de carne de cada uaqua, e jsto atee trees vacas e maaes nam, posto que maaes mate. E, dos que matarem carneiros, hũu carneiro, sse matarem tee çimquo; e, dy pera çima, sse matarem tee dez, traguam dous carneiros.

E esto rrepartam os allmotaçes amtre os carnyçeiros e aquelles que as dictas carnes cortarem, de guisa que a carne que qua çima ouueer de uir açima, pera dom prioll e o uyguairo e allcaide moor e freires, seja atee as dictas seis arouas de uaqua e dous carneiros. A quall carne seja qua rrepartida per esta guisa, a saber: sse uierem duas arouas, aja o prioll e conuento aroua e mea, as quaes o prioll mande rrepartir per os freires; e, sse vierem quatro ou maaes, ajam duas o dicto prioll e conuemto, e as maaes rrepartam per o uygairo, allcaide e moradores deste castello.

E o carneçeyro ou quallquer outro que as dictas carnes cortarem [e] jsto nam comprirem paguem hũa meya aroua de carne ao dicto allcaide. E desto nam seja escusado o meu carneçeiro nem outro nhũu, salluo quamdo cortaar pera mjnha casa; porque, das uaquas e carneiros que elle cortar pera mjnha salla, nam deue demtraar neste comto.

---

(1) Segue-se a carta henriquina de 4 de Janeiro de 1458, a urgir pelo cumprimento integral desta e com novas instruções sobre o fornecimento de carne aos mesmos castelo e convento, a qual será editada em seu respectivo lugar. Em 14 de Março do ano seguinte urgiu o infante pelo cumprimento desta sua carta (Cfr. o DOC. 139).

Copyrighted material

Outrossy, quando a esta uilla vierem mariscos ou pescados, mamdo que, quamdo vier em abastamça, que amte que de qua cima vaa pera baxo, primeiro dem qua delle aos sobredictos todos aquelle que lhes abastar; e, quamdo vier pouquo, mamdo que lhe leixem a quarta parte delle todo, o quall seja rrepartido per elles, asy e polla guisa que mando que sse rreparta ha carne, ssem outro nhũu embarguo nem duujda que em ello ponhaaes, porque mjnha merçee he de seer asy.

Fecta em Tomar, xix dias de março. Aires Tynoco a fez, de mjll iiij^{c} Lb.

(as.) J. d. a.

50

26 MARÇO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Mendes de Vasconcelos para coudel da terra de Lafões por cinco anos, como o foi Heitor Homem, que ora acabou o seu tempo (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 16 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joam Meendez de Vasconcellos (2), em que o damos por coudel da terra de Lafões da feitura da pressemte ata cinquo anos, assy e pella guissa que o dhy foy Eitor Homem, que ora acabou sseu tenpo, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxbj dias de março. Elrrey o mamdou, per Fernam da Silva, coudell moor de sseus rregnos, etc. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

---

(1) Sobre Heitor Homem, fidalgo da casa do infante D. Henrique e navegador, cfr. os DOCS. 189 e 194 do nosso vol. 10 e lançamento da p. 31 do presente volume. A servidores do infante D. Henrique de apelido *Homem* a *Crónica dos feitos de Guiné* apenas alude a Garcia Homem e a Heitor Homem. Porém, a documentação inserta e a inserir na presente colectânea documental revela-nos também pelo menos os nomes dos servidores henriquinos Diogo Fernandes Homem, João Homem, Pedro Homem e Pedro Nunes Homem.

(2) No ms. *Vascogoncellos*.

51

26 MARÇO 1455

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, com capítulos especiais de Viseu às cortes de Lisboa e respectivas respostas régias, em que se transcreve o capítulo respeitante ao relego do vinho da cidade, pelo qual ela paga, anualmente, 25 coroas de ouro da moeda de França ao infante D. Henrique, a quem el-rei D. João I concedera o dito relego (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 134, — donde se reproduz; em leitura nova, *Beira*, liv. 2, fl. 65 v.

Publicado por COSTA LOBO, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 562, e por DIAS DINIS, *Estudos* supracitados, p. 58.

Dom Affonsso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que os juizes, vereadores, procurador e homeens boons de Viseu nos emviarom certos capitollos, per AffonsEannes, o Tocho, e Tome Affonsso, seus procuradores das cousas que aa dicta çidade perteemçem. E, vistos per nos, ao pee de cada hũu lhe mandamos poer nossa rreposta.

. . . . . .

E quanto ao que dizees que os rex antiguos ouuerom ssenpre o rrelleguo do vynho dessa çidade, o qual ora tem e ha o jfante dom Amrique, meu muyto prezado e amado tio, pello quall essa çidade fez contrauto com elrei dom Joham meu auoo, cuja alma Deus aja, que lhe dessem por elle, em cada hũu anno, vynte e cinquo coroas douro (2), e o custume foy senpre e he quallquer que abre vynho ssem o fazer saber primeiro ao rellegueiro que o recada pello concelho que perca o vynho e a vasilha pera o concelho; e que ora algũuas pessoas poderossas abrem e mandam, por seus moordomos, vender sseus vynhos sem o fazerem saber ao rellegueiro, e os juizes nem podem delles fazer derecto, pedindonos que mandemos aos corregedores que façam derecto dos que em esto som achados e que se compra acerqua dello hũua carta que o dicto jfante sobre ello deu (3).

---

(1) Sobre o assunto pode ver-se DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pa. 55-59. *Relego*, talvez de *regalengo*, primazia de o rei ou donatário vender o seu vinho antes dos demais (Cfr. VITERBO, *Elucidário*, v. «Relego»).

(2) Cfr. o DOC. 15 do nosso vol 3, de 28 de Agosto de 1421.

(3) Documento henriquino desconhecido.

A esto respondemos que nos praz e mandamos ao corregedor que faça guardar a dicta convençom e custume.

. . . . . .

Dada em Lixboa, xxvj dias de março. Fernam Rodriguez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Lv.

52

26 MARÇO 1455

Capítulos especiais da cidade do Porto, apresentados às cortes de Lisboa daquela data, sobre a maneira como eram ali tomados e carregados navios para Ceuta e como eram tirados os dez reais para a mesma praça, com as respectivas respostas régias (1).

GHCP., *Pergaminhos*, vol. 4, doc. 48, original em pergaminho, em carta régia de 26 de Março, — texto que se reproduz; *Livro B*, fl. 358 v.; ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 142; em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 146 v.

Publicados, parcialmente, por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 261.

Sumariados no *Indice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 158.

Pri[meira]memte, ao que dizees que como o comtador da çidade de Çepta avia mester algũ nauio pera a dicta çidade, costramgia todollos outros que hi avia e os pejaua de tall guissa que nom ffaziom viajem; e, por casso dello, erom mujtas vezes desauiados algũus mercadores e suas mercadarias que em elles aviam dhir; pedimdonos que mamdasemos que, quando o dicto comtador ouuese mester algũ nauio ou nauios, que os demamdasse ao juiz da dicta çidade e que per elle lhe fossem dados aquelles e daquellas carreguas que lhe neçesario fosse, em tall guissa que nosso seruiço fosse aviado como era rrazom e os dictos mercadores nom rreçeberiom perda.

---

(1) Extractos de capitulos de Loulé e de Faro, relativos a Ceuta, podem ver-se em AZEVEDO, *Documentos infracits.*, pa. 262 e 263.

A esto respomdemos que nos praz de escpreuer aos ofiçiaaes da dicta çidade que semelhamte cousa nom façom mais. E, sse a fezerem, vos tomaee dello estormemto com ssua rreposta e nollo emuiae. E, visto per nos, lhe daremos aquelle castigo que per suas culpas acharmos que mereçem.

. . . . . .

E ao que dizees que em esa çidade e termos sse faziom gramde opressom ao pouoo, no tiramemto dos dez rreaaes que sse pagom pera Çepta, que os fazem tirar ao pouoo e tamtos sam os priuilligjados que nom achauom quem os tirasse, saluo algũu velho pobre; pidimdonos que mamdasemos que se tirasem assi como se tirom as sissas, por os omeens do almoxarifado que auiom nosso mamdamento e que na tareçena avija iiij° ou çinco omeens nossos que auiom nosso mamdamento e que nom seruiom e nem tinhom que seruir e que mandasemos que elles os tirasem e tambem o porteiro da casa de Çepta balldio se podia scusar pollos outros comtadores e almoxarifes que de nos auiam mamdamento e que podiom todo fazer e mujto majs.

A esto rrespondemos e mamdamos que se tirem como ssempre sse tirarom e que sse nom ffaça em ello outra enouaçom.

. . . . . .

Dada em a cidade de Lixboa, xxbj dias de março. Fernam Lourenço Ribeiro a fez. Anno de mjl iiij° Lb.

53

26 MARÇO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar Lançarote da Ilha, seu almoxarife na vila de Lagos, que possa mercadejar, sem embargo da Ordenação em contrário e de ele ser seu oficial (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 157 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Lançarote da Ilha, nosso almuxarife em a uilla de Lagos;

(1) É o Lançarote navegador, constantemente referenciado na *Crónica dos feitos de Guiné* e nos DOCS. 23 e 41 do nosso vol. 8 e 124 do vol. 9.

teemos por bem e damoslhe licença e lugar que elle possa trautar de mercadoria, ssem enbargo da nosa hordenaçom fecta em contrairo e de elle sseer nosso oficiall.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes, justiças e a outros quaeesquer juizes e justiças, oficiaaes e perssoas que esto ouuerem de veer que o (1) leixem trautar de mercadoria ssem lhe sobrello poerem outro enbargo algũu e lhe conpram e guardem e façom bem conprir e guardar esta nosa carta, pella guissa que em ella he contheudo, e lhe nom vãao nem conssentam hir contra ella em maneira algũua; porquanto nosa merçee he lhe darmos a dicta liçença como dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, xxbj dias de março. Lopo Ferrnandez a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb.

54

9 ABRIL 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a João Escudeiro, marinheiro do infante D. Henrique, um ano de degredo nas Ilhas, para onde lhe fora mudado de Ceuta, por contemplação do dito infante (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 46.
Publicada: no *Arquivo dos Açores*, vol. 3, ps. 319-20; por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 268; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 523-24.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joham Escudeiro, marinheiro do jfante dom Amrique, etc., nos enujou dizer que elle fora preso grande tenpo em a prisom desta çidade de Lixboa, por querella que delle dera hũu Pedro Crespo, homem bragante, por rrazom de hũa ferida que lhe dera, per rrazom da qual fora condenado que pagasse ao dicto Pero Crespo dez mjl e tantos rreaes, de emenda e corregimento, e mais que fosse degradado

(1) No ms. *os*.
(1) Cfr. o DOC. 34 do nosso vol. 7.

pera Çepta por dous anos, os quaees djnheiros elle ja pagara ao dicto Crespo, e, por contempllaçom do jfante, lhe mudaramos o dicto degredo pera as ylhas e começara de serujr o dicto degredo e que auja acerqua dhũu ano que o seruja. E, porquanto elle pagara tam gram contia de djnheiros e mais jouuera por ello presso muyto tenpo, que eram asaz de grandes penas por leue eixesso, que, a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe rrelleuassemos o dicto ano que asi ficaua por serujr e acabar.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pidir enujou, sse o caso he tal como diz e hi mais nom ha, visto per nos o liuramento que da dicta querella tem e como serujo hũu ano e, querendolhe fazer graça e merçee, a honrra da dicta morte e paixom; teemos por bem e rrelleuamoslhe o dicto ano que asi fica por serujr, contanto que pagasse b^{c} rreaes pera arca da piedade. E, porquanto os ja pagou ao protonotairo dayam dEuora, nosso confessor, que dello tem carrego de os rreçeber, e som sobrelle assentados em rreçepta per Viçente Ferrnandez, scpriuam delles, segundo fomos certeficado per asinado do dicto confessor e scpriuam;

Porem uos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem conssentaaes fazer mall nem outro algũu desaguissado, quanto he por elle nom acabar de serujr o dicto degredo, porque nossa merçee e vontade he de lhe rreleuarmos o dicto [ano] que lhe asi fica por serujr, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a cidade de Lixboa, ix dias dabrill. Elrrey o mandou pellos sobredictos doutores Lopo Vaasquez de Serpa e Belleaugua. Rodrigo Afonso a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

55

9 ABRIL 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão de parte do degredo em Ceuta, a Lopo Afonso, morador em Linhares, incriminado em certos excessos e numa assuada, o qual fora preso na cadeia do infante D. Henrique, em poder de Gil Afonso, seu ouvidor, e depois, a pedido do infante D. Fernando, servira na galeota deste durante seis meses, até ela se perder (1).

(1) Linhares da Beira, freguesia do actual concelho de Celorico da Beira, era terra patrimonial do infante D. Henrique (Cfr. o DOC. 150 do nosso vol. 1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 22.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 267-68.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que LopAfonso, morador em Linhares, nos emviou dizer que elle fora presso na prissam da cadea do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, em poder de Gill Afonso, sseu ouuydor, e esto por certos eixessos e por hũua assuada em que o culparom, e que fora contra elle tanto de fecto, que o dicto ouuidor o degradara por dous anos pera Çepta, a quall sentença confirmaramos, e que fora emviado a esta cidade de Lixboa, pera hir conprir sseu degredo, e que o jffante dom Fernando, meu muyto amado e prezado jrmãao, nollo pedira, pera andar em a ssua galiota, o quall fora entregue per Pero Vaasquez de Meello; na quall galiota ell andara per espaço de sseis messes, atee que sse perdera, e que pois nom ficara de serujr, que nos pedia por merçee que, aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe leuantassemos e o rreleuassemos do mais tenpo que ficaua por serujr (2).

E nos, visto sseu dizer e pedir e querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da dicta morte e paixom, visto o liuramento que desto tem e como seruio na dicta galiota os dictos sseis messes, contanto que elle vaa logo seruir hũu ano e meo, que lhe ainda fica pera acabamento dos dictos dous anos a Çepta. E, pera aderençar ssua fazenda, lhe damos espaço, da dada desta carta atee tres messes seguintes, em que ssegura-mente possa andar, etc.

Dada em Lixboa, ix dias dabrill. Elrrei o mandou pollo douctor Joham Beleauga, dayam da Guarda, e per o douctor Lopo Vaasquez de Serpa, etc. Filipe Afonso a fez. Ano de mjll iiij^{c} Lb.

---

(2) A galeota do infante D. Fernando perdeu-se ao Cabo de Trafalgar, como se lê em carta de perdão de 26 de Maio de 1456 passada a Tomé Pires, que também servira no dito barco: — «elle e outros ssairam nuus a Cabo de Tresfalgar, honde se a dicta galeota perdera» (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 128 v., — em AZEVEDO, *Obra e vol. cits.*, p. 368).

56

10 ABRIL 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão do degredo em Ceuta a João Luís, juiz na vila de Alvaro, terra do infante D. Henrique, a André Esteves e a Fernando Afonso, respectivamente vereador e procurador na mesma vila, e ainda a Afonso Anes Carvalhal, por haverem sublevado os moradores da dita povoação e não terem acatado as ordens de Pedro Eanes Brandão, ouvidor do citado infante, por este lá enviado (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 22.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 269-70.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Joham Lujs, juiz na villa dAluaro, e Andre Esteuez, vereador, e FernandAfonso, procurador do dicto conçelho, e Afonso Anes Carualhall, em a dicta villa moradores, nos enviarom dizer que, poderia ora auer dous messes que, a rrequerimento de Gomez Martijnz de Lemos, nosso fidalgo, fora aa dicta villa hũu PerEanes Brandam, dizendo que vijnha aa dicta villa per mandado do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, por correger a terra; e que, tanto que hi chegara, o dicto PerEanes lhes posera pena de dous mill rreaes a cada hũu, poendolhe a dicta pena e apenandoos sem porque, nom teendo rrazom de o fazer; a quall pena lhe posera, sse sse logo nom ssaissem da dicta villa, da quall os degradaua, e que ajnda os degradaria pera a nossa çidade de Çepta por dous anos, sse sse logo nom ssaissem da dicta villa e termo, apressentando perante nos hũu estromento, ffecto e asijnaado per Joham da Aguea, taballiam em a dicta villa, ssegundo per elle pareçia;

Per o quall sse mostra, antre as outras coussas, que os ssobredictos fezerom hũu requerimento ao dicto PerEanes Brandam, dizendo que, per sseu costrangimento que fezera ao concelho, foram todos juntos, pera rresponderem e rreffertarem sseu direito, açerca dos agrauos que lhe fezera e queria fazer, e que, por os dictos Joham Lujs e Andre Esteuez

(1) Alvaro é actualmente freguesia do concelho de Oleiros, no distrito de Castelo Branco. Cfr. o DOC. 162 do nosso vol. 11.

Copyrighted material

e FernandAfonso lhe rreffertarem sseu direito e do dicto conçelho, como sseus procuradores que eram, que os degradara e apenara e ysso meesmo ao dicto Afonso Anes, e que elles lhe requeriam que lhes desse tempo pera sse ssairem da dicta villa e que ajnda apelauam de tall degredo e pena, que lhe asy per elle era posta; porquanto lho fazia ssem porque, no[m] no mereçendo elles.

A quall apellaçam o dicto PerEanes lhe dar nom quisera, dandolhe em rreposta que, sse eles, procuradores do dicto concelho eram, que nunca tall procuraçom mostrarom, mas que elle achara, per çerta emformaçom, que os dictos Joham Luis e Andre Esteuez e FernandAfonso e Afonso Anes emduziam todos os moradores da dicta villa e termo e ajnda fezerom ajuntar todo o concelho em oniom e que elle quisera, com os homees boos, fazer emliçom dos ofiçiaaes na villa, ssegundo a hordenaçom de nossos rregnos e como a elle perteençia, como ouuidor que era das terras do dicto jffante, cuja a dicta villa era, e que os ssobredictos o toruarom, metendo o conçelho em muytas reuoltas e demandas, fazendo lançar finta no dicto conçelho pera as dictas rreuoltas e demandas que faziam fazer, leuando aos pobres o sseu contra ssuas vontades, dandolhe aa emtender que faziam as dictas demandas em proueito de todos e que tijnham toda a terra danada e estroyda e que elle fora aa dicta villa per mandado do dicto jffante e, por boo rregimento da terra, mandaua algũuas coussas em proueito de todos e que os ssobredictos lhe nom queriam obedeçer e ajnda toruauam os outros que lhe nom obedecessem e que, por nom fazerem mais rreuolta e ajuntamento, elle os degradara da dicta villa e termo, dandolhe despaço a que sse ssaissem hũu dia, e que elles tomaram dello hũua carta testemunhauell, a qual lha elle mandara dar e lhe asijnara termo çerto a que, com ella, pareçessem perante o dicto jffante e nom perante outros nemhũus dessembargadores, ssub pena de sseerem degradados pera a dicta çidade de Çepta por dous anos e pagarem os dictos dous mill rreaes cada hũu, e que ao concelho nom fezera nenhũu agrauo, como elles diziam, nem lho entendia de fazer, ssegundo sse todo esto e outras coussas milhor e mais conpridamente em o dicto estormento contem; pedindonos os ssobredictos, por merçee e aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, que, por sseerem lauradores pobres, os ouuessemos por rreleuados das dictas penas e degredos, que lhe asy pollo dicto ouujdor foram postos.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir emuiarom, visto o casso quall he e a rreposta do dicto ouujdor, querendolhes ffazer graça e merçee, aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo; teemos por bem e auemollos por rreleuados das dictas penas e degredos que lhes asy pollo dicto ouujdor foram postas, comtanto que, daqui em diante, elles obedeçam aos mandados da justiça e sse arredem das onihõoes em que andam.

Copyrighted material

Porem, uos mandamos que os nom prendaaes, etc. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, x dias dabrill. Elrrej o mandou, per os sobredictos dessembargadores. Afonso Anes a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb.

57

10 ABRIL 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar o resto do degredo a Catarina Fernandes, filha de Constança Gonçalves, de Lisboa, havia dez anos e com outros tantos de idade degredada pelo regente D. Pedro para as ilhas de S. Miguel, em razão do testemunho por ela dado sobre a morte de moço pequeno por mouros cativos, uma vez que ora ela era casada com João Afonso e este queria regressar ao reino.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 34.

Publicada: no *Arquivo dos Açores*, vol. 3, p. 189; por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 2, ps. 270-71; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 524-25.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Costança Gonçalluez, morador em esta çidade de Lixboa, nos disse que, poderia ora auer dez annos, que em esta çidade fora morto hũu moço pequeno per mouros catiuos, sobre a quall morte fora tirada hũua jnqueriçom, na quall fora preguntada, por testemunha, hũua sua filha de hidade de dez annos, que ora haa nome Catarina Ferrnandez, per bem do quall testemunho, o jfamte dom Pedro, que aaquelle tempo rregia nossos rregnnos, mandara degradar a dicta ssua filha pera as jlhas de Sam Mjgell, nom sseendo a dicta filha culpada em nehũua cousa; e que ora a dicta sua filha era casada com hũu Joham Afomso e que sseu marido sse queria vijnr pera esta terra e a queria leixar. Que, porem, nos pedia por merçee que, aa honnrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, que ouuesemos a dicta sua filha por rreleuada do dicto degredo e mandasemos que sse podesse vijnr com o dicto sseu marido pera estes rregnnos.

EST. IV. — CARTA DO INFANTE D. HENRIQUE AS AUTORIDADES DE TOMAR, DE 1455 (Doc. 59)

E nos, veendo o que nos assy dezia e pedia, sse o caso tall he como sse conta e hy majs nom ha, visto o tempo que ha que estaa em as dictas jlhas e como he casada, querendolhe fazer graça e merçee, aa homrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo; teemos por bem e auemos a dicta sua filha por rreleuada do dicto degredo.

E porem mandamos aaquelle que carreguo teuer das dictas jlhas que liuremente a leixem vijnr dellas com o dicto sseu marido pera estes nossos rregnnos, nos quaees queremos que lijuremente possa viuer e morar e que nom seja presa nem acusada, quanto he por majs nom manter o dicto degredo, porque nosa merçee he de lhe o dicto degredo leuantarmos pella guisa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, x dias do mes dabrill. Elrrej o mandou, per o doutor Beleauga, dayam da Guarda, e per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vasallo, anbos do sseu desembargo e das pitiçõoes. Joham Jorje, por Afomso Eannes, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb annos.

58

16 ABRIL 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a reconhecer que D. Henrique, rei de Castela, lhe enviou no prazo estatuído de 50 dias as duas cartas a que era obrigado, de confirmação por ele e pelos prelados e grandes do seu reino dos capítulos matrimoniais firmados em seu nome por Fernan López de la Orden, seu capelão-mor, para o casamento do dito rei castelhano com a infanta D. Joana de Portugal.

AGS., *Patronato Real*, Legajo 49-37, original em pergaminho, que teve selo de chumbo, — donde se reproduz.

Publicada, com omissão de texto, por A. DE LA TORRE y L. SUAREZ FERNANDEZ, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. 1, p. 42.

Dom Affonsso, per graça de Deus rrey de Portugual e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que antre nos e dom Fernam Lopez de lOrdem, capellam moor e enbaixador de dom Henrrique, pella graça de Deus rrej de Castella e de Leom, etc., nosso muyto preçado e amado primo jrmãao e amigo, como seu procurador e enbai-

xador e per uirtude de seu poder, forom tratados, conçertados, concludidos e firmados çertos capitollos e apontamentos sobre o casamento do dicto rrej de Castella com a rraynha dona Johana, sua molher, minha muyto preçada e amada jrmãa (1).

Antre os quaaes se tratou, conçertou, concludio e afirmou hũu capitollo em que se contem que, do dia que a dicta rraynha, minha muyto preçada e amada jrmãa, for rrecebida per pallauras de presente por ell, dicto procurador e enbaixador, em nome do dicto rrej de Castella, ataa çinquoenta dias primeiros seguintes, o dicto rrej de Castella, por moor firmeza, enuyasse a nos duas cartas, firmadas de seu nome e aseelladas com o sseu seello do chunbo e aprouadas pellos prellados e grandes de seus rregnos, segundo se custuma em elles de aprouar os semelhantes priuilegios e cartas que os rreix de Castella, em semelhantes casos e grandes fectos, acustumam de fazer e dar, por os quaaes o dicto rrej de Castella aproua e confirma o casamento por el, dicto seu enbaixador e procurador, em seu nome fecto com a dicta rraynha minha jrmãa, per pallauras de presente, e jsso meesmo os dictos capitollos e apontamentos sobre ello tratados e firmados, sob çerta pena, segundo no capitollo mais larguamente se contem (2).

E, porquanto, por parte do dicto rrej de Castella, nos forom enuyadas e presentadas as dictas duas cartas de confirmaçõoes dentro em o dicto prazo dos dictos çinquoenta dias, segundo e na maneira que em o dicto capitollo se contem; porem, nos, pella presente, nos damos por contente, entregue e satisfecto dellas e conheçemos que, por bem do dicto plazo nem das fforças e firmezas que em as dictas cartas se auyam de poher por o dicto rrej de Castella, nom cayo nem encorreo em a dicta pena, porquanto, por sua parte, foy guardado, conprido e ma[n]theudo todo o contheudo em o dicto capitollo. E, por firmeza dello, mandamos dar esta nossa carta, asijnada per nos e aseellada do nosso seello.

Dada em a çidade de Lixboa, xbj dias dabril. Martim Aluarez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e çinquoenta e cinquo.

(as.) El Rey · · ·

No verso, em letra da época: De como el Señor Rey de Portogal conosçe quel Rey nuestro Señor cunplio lo que auja de conplir çerca de las confirmaçiones.

---

(1) Cfr. o DOC. 88 do presente volume.
(2) No capítulo 13, a ps. 88-89 deste volume.

Copyrighted material

59

20 ABRIL 1455

Letras Rationi congruit *do papa Calisto III, para Estêvão Gomes, arcediago da sé de Ceuta, a ratificar alguns privilégios concedidos por Nicolau V, acerca da posse de benefícios incompatíveis, contanto que se proveja à cura de almas desses benefícios e do arcediagado* (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 503, fl. 24.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico de Calixto III*, vol. 1, p. 61, n.º 201.

Calistus, etc.

Dilecto filio Stephano Gomecij, archidiacono ecclesie Ceptensis, salutem, etc.

Racioni congruit [et conuenit honestati ut ea que de romani pontificis gracia processerint, licet eius superueniente obitu littere apostolice super illis confecte non fuissent, suum consequantur effectum.]

Dudum, siquidem, felicis recordacionis Nicolaus papa V, predecessor noster, te qui, ut asserebas, venerabilis fratris nostri Alfonsi, episcopi Colimbriensis, in romana curia procurator existebas, apud eundem Nicolaum predecessorem de vite ac morum honestate alijsque probitatis et virtutum meritis multipliciter comendatum, horum intuitu gratioso fauore prosequi volens, necnon omnia et singula ecclesiastica, cum cura uel sine cura, beneficia que obtinebas et expectabas ac in quibus et ad que ius tibi quomodolibet competebat, quecumque, quotcumque et qualiacumque forent, eorunque fructuum, reddituum et prouentuum veros annuos valores pro expressis habens, videlicet, sub data diei tercio kalendas aprilis, pontificatus sui anno octauo, tecum vt vna cum archidiaconatu ecclesie Ceptensis, qui inibi dignitas non tamen maior post pontificalem existebat

(1) Os canonistas denominam letras destas não de confirmação, mas de atestação de graça outorgada por anterior pontífice e da qual não chegou a ser passada a bula respectiva. Em tais casos, o exórdio abre sempre pelas palavras *Rationi congruit* e, por data, elas levam a da consagração do papa atestante, no presente caso, a de 20 de Abril de 1455, da consagração de Calisto III (Sobre o particular cfr. o autor, obra e volume infracits., p. XIV).

Copyrighted material

et cui animarum cura imminebat cuiusque fructus, redditus et prouentus viginti quatuor librarum turonensium paruorum, secundum communem extimacionem, valorem annuum non excedebant, et quem inter cetera obtinebas, quotcumque aliud seu, illo dimisso, quecumque duo ecclesiastica curata seu alias inuicem incompatibilia beneficia, etiam si dignitates, personatus, administrationes uel officia in cathedralibus eciam metropolitanis uel collegiatis ecclesijs existerent et ad illas, illos uel illa consueuissent qui per electionem assumi eisque cura immineret animarum, dummodo dignitates ipse, in cathedralibus etiam metropolitanis, post pontificales maiores seu, in collegiatis ecclesijs, principales aut ipsa due parrochiales ecclesie uel earum perpetue vicarie seu tales mixtim non forent, si tibi alias canonice conferrentur, eligereris uel assumereris ad illa, recipere et insimul, quoad uiueres (2), retinere eaque, simul uel successiue, simpliciter uel ex causa permutationis, quotiens tibi placeret dimittere et, loco dimissi uel dimissorum, aliud uel alia, simile uel dissimile, aut similia uel dissimilia, beneficium seu beneficia ecclesiasticum uel ecclesiastica duo duntaxat inuicem incompatibilia, dummodo dicte parrochiales ecclesie uel earum perpetue vicarie, aut due dignitates maiores uel principales seu tales mixtim insimul non existerent, similiter recipere et, quoad uiueres, retinere libere et licite valeres, generalis concilij et alijs apostolicis constitutionibus necnon Ceptensis predicte et aliarum, in quibus incompatibilia beneficia forsan predicta forent, ecclesiarum statutis et consuetudinibus iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore suarum, si desuper confecte fuissent, litterarum, de speciali gratia dispensauit, prouiso quod archidiaconatus et alia incompatibilia beneficia predicta debitis propterea non fraudarentur obsequijs et animarum cura in archidiaconatu et, si qua illis immineret, incompatibilibus beneficijs predictis nullatenus negligeretur.

Ne, autem, de dispensatione huiusmodi, pro eo quod super illa prefati Nicolai predecessoris littere, eius superueniente obitu, confecte non fuerunt, valeat quomodolibet hesitari, volumus et eadem auctoritate decernimus quod presentes littere, ad probandum plene dispensationem Nicolai predecessoris huiusmodi, vbique sufficiant nec, ad id, probacionis alterius adminiculum requiratur.

Nulli, ergo, etc., nostre voluntatis et constitucionis infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnacionis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, duodecimo kalendas maij, anno primo.

---

(2) No ms. *uiueret*.

60

21 ABRIL 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar Lisuarte de Curutelo, escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Pero Gonçalves de Curutelo e de Maria Anes (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 141 v. — donde se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 78 v., e *Legitimações*, liv. 2, fl. 217.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Lisuarte de Curetello, escudeiro, fidalgo da casa do jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, filho de Pero Gonçaluez de Curotello e de Maria Annes, molher solteira ao tempo de ssua nacença, de nossa çerta ciençia e poder ausoluto que avemos, despensamos com elle e legitimamollo e abilitamollo e fazemollo legitimo e queremos e outorgamos que elle aja e possa auer todallas honrras e priuillegios e liberdades e degnidades e ofiçios, tam bem pubricos como priuados, que, de fecto e de directo, auer poderia, assi como sse de legitemo matrimonio nado fosse.

E que, outrosi, possa auer e herdar os beens de sseu padre e madre e doutras quaeesquer pessoas que lhos derem e leixarem per quallquer guisa que seja, assy per testamento como per coudicilhos e per outra quallquer maneira de doaçom, e que as dictas pessoas e quaeesquer outras lhe possam fazer quaeesquer doaçõoes, tam bem antre viuos como *causa mortis*, assy puras como condiçiunaaes, e que elle aja e possa auer assi aquellas que lhe ja ssom fectas, como as que lhe ao diante fectas forem, tam bem per nos como per outras quaeesquer pessoas.

E que, outrossi, possa sobçeder em moorgaados e quaeesquer outras herançcas e djrectos que lhe forem dados e leixados per quallquer guisa que seia, per aquelles que pera ello poder ouuerem, comtamto que nom seiam beens nem terras que perteençam aa coroa do rregno.

Outrossy, queremos e outorgamos que, per esta legitemaçom, o dicto Lisuarte de Curotello aja a nobreza e priuillegio della que, per djreito

(1) Sobre estes Curutelos vejam-se os DOCS. 155 do nosso vol. 3, 158 do vol. 6, 98 do vol. 7 e 7 e 9 do vol. 8.

comũu e hordenaçom e husanças dos nossos rregnos, auer deueria, assi como sse de legitemo matrimonyo nado fora.

Outrossj, que ell possa arretar e meter mãaos como outro quallquer fidalgo faria ou fazer poderia sse de legitemo matrimonyo nado fora, nom enbargando quaeesquer leix, degredos, degrataaes, costumes, costetuiçõoes, foros, façanhas, oupeniõoes de doutores e quaeesquer outras cousas que esta legitemaçom poderiam anullar on enbargar, posto que taaes ssejam de que em esta despensaçom deuesse seer fecta expressa mençom, as quaees nos aquy auemos por expresas e nomeadas e queremos que a ela nom ajam lugar, porque nossa tençom he de legitemarmos o dicto Lisuarte de Curotello o mais firmemente que o elle pode e deue seer, pella guisa que dicto he, nom enbargando todollos djrectos e cousas susodictas que esto poderiam enbargar. E soprimos todo falleçimento de sollenidade que de fecto e de djrecto for neçesario pera esta legitimaçom firme seer e mais valler.

Empero, nom he nossa teençom que, [per] esta legitemaçom, seja fecto nehũu perjuizo a algũus herdeiros lidemos, sse os hi ha, e a outras quaeesquer pessoas que algũu derecto ajam nos dictos beens e cousas que lhe assi forem dadas e leixadas. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xxj dias do mes dabrill. Elrrej o mandou pellos doutores Belleaguoa, dayam da Guarda, e Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vassallo, anbos do sseu desenbargo e das petiçõoes. Afonso Eannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

61

22 ABRIL 1455

Sentença executória da bula Romanus pontifex *de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, dada pelos juízes executores D. Jaime, arcebispo de Lisboa, e D. Alvaro, bispo de Silves, e dirigida aos abades, priores, prepósitos, deães, arcediagos, chantres, subchantres, etc., cónegos das catedrais e colegiadas, reitores das igrejas paroquiais, etc., de Portugal ou de qualquer outro lugar, a notificar a apresentação da citada bula por Nuno Fernandes Tinoco, procurador de D. Afonso V e do infante D. Henrique, e o respectivo pedido de execução; pelo que D. Jaime e D. Alvaro ordenam a todos os fiéis cristãos, sob pena de excomunhão, cumpram o que na referida bula está determinado, não valendo qualquer*

isenção, mesmo de pessoas investidas em dignidade arquiepiscopal, episcopal, imperial, real, ducal, etc., e não podendo ser absolvidas das penas eclesiásticas enquanto não derem ao rei e ao infante reparação condigna ou não fizerem com eles composição amigável (1).

ANTT., *Bulas*, maço 32, n.º 10, original em pergaminho, — donde se reproduz, o qual teve três selos pendentes.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 526-27. Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 10, p. 57, e em SANTOS ABRANCHES, *Summa do bullario portuguez*, p. 42, n.º 265.

Jacobus, Dej et apostolice sedis gratia archiepiscopus Vlixbonensis, et Aluarus, eadem gratia episcopus Siluensis, judices et executores ad infrascripta, vna cum certo alio nostro in hac parte collega, cum illa clausula quatenus ipsi vel duo aut vnus eorum, per se vel alium seu alios, etc., a sancta sede apostolica specialiter deputatj, vniuersis et singulis dominis abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, archidiaconis, cantoribus, subcantoribus (2), thesaurariis, sacristis, custodibus tam cathedralium quam collegiatarum, canonicis, parrochialiumque ecclesiarum rectoribus ac monasteriorum quorumcumque ministris generalibus, prouincialibus, vicarijs, guardianis, comendatoribus, preceptoribus ac ipsarum domorum fratribus et conuentibus quorumcumque ordinum, exemptorum et non exemptorum, plebanis, viceplebanis, archipresbiteris, vicarijs, capellanis et beneficiatis perpetuis, curatis et non curatis, ceterisque personis ecclesiasticis in quibuscunque dignitatibus, gradibus vel officijs, ac presbiteris, notarijs et tabellionibus publicis quibuscunque, per regna Portugalie et Algarbij ac alias ubilibet constitutis, et cuilibet vestrum jn solidum, salutem in Domino et nostris huiusmodi, ymmo verius apostolicis, firmiter obedire mandatis.

Litteras felicis recordacionis Nicolai pape Quinti, cuius vera bulla plumbea, cum filis sericis rubei croccique coloris, more romane curie jn pendenti bulatas, sanas et integras, non viciatas, non cancelatas nec in aliqua sui parte suspectas, sed omni prorsus vicio et suspicione carentes, ut in eis prima facie apparebat, nobis, per discretum virum Nunium Fernandj Tinoco, serenissimorum principum dominorum Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis Cepteque domini, ac Henrici, ducis Visensis, jnfantis Portugalie, assertum secretarium et procuratorem, in eisdem litteris apos-

(1) Veja-se também a sentença executória de 6 de Agosto, adiante lançada.

(2) No ms. *subcentoribus*.

tolicis principaliter nominatorum, coram notario publico et testibus infrascriptis presentatas, nos cum ea que (3) decuit reuerentia noueritis recepisse, tenorem quj sequitur continentes.

Segue-se a transcrição da bula Romanus pontifex *de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, — o nosso DOC.* 36.

Post quarum quidem litterarum apostolicarum presentacionem et receptionem nobis et per nos, ut premittitur, factas, fuimus per dictum dominum Nunium Fernandj, ipsorum dominorum regis et infantis assertum secretarium et procuratorem, debita cum instantia requisitj ut ad execucionem earumdem et contentorum in ipsis procedere curaremus, iuxta traditam seu directam per eas a sede apostolica nobis formam.

Nos, igitur, Jacobus archiepiscopus et Aluarus episcopus, judices et executores prefatj, volentes mandatum apostolicum supradictum nobis directum reuerenter exequj, ut tenemur, auctoritate apostolica nobis in hac parte commissa et qua fungimur, vos omnes et singulos supradictos, quibus presens noster processus dirigitur et vestrum cuilibet in solidum, tenore presentium requirimus et monemus, primo, secundo, tercio, et peremptorie communiter et diuisim, ac vobis et vestrum cuilibet, in virtute sancte obediencie et sub excommunicacionis pena, quam, canonica monicione premissa, in vos omnes et singulos supradictos ferimus in hijs scriptis, si ea que uobis in hac parte committimus et mandamus neglexeritis contumaciter adimplere, districte precipiendo mandamus quatenus, infra sex dierum spacium post presentacionem seu notificacionem presentium ac requisitionem vobis aut alterj vestrum, pro parte ipsorum dominorum regis et jnfantis super hoc factas, immediate sequens, ita tamen quod alter vestrum super hoc requisitus alterum non expectet nec vnus pro alio se excuset, quorum sex dierum duos pro primo, duos pro secundo et reliquos duos dies, vobis vniuersis et singulis supradictis, pro tercio et peremptorio termino ac monitione canonica assignamus, omnes et singulos christifideles ecclesiasticos, seculares et ordinum quorumcunque regulares vbilibet per orbem constitutos, cuiuscunque status, gradus, ordinis vel preeminentie fuerint, etiam si archiepiscopali, episcopali, jmperiali, regali, reginali, ducali seu alia quacunque maiorj ecclesiastica vel mundana dignitate prefulgeant, quos omnia et singula, in preinsertis litteris apostolicis contenta, prout mandantur, non adimpleuisse aut distulisse contumaciter adimplere, ipsosque regem et jnfantem quominus acquisita et possessa pacifice possideant ac conquestam de quibus in eisdem litteris apostolicis fit mentio prosequantur quoquomodo

(3) No ms. *qua*.

jmpediuisse mandatisque et monitionibus nostris huiusmodi, ymmo verius apostolicis, non paruisse cum effectu constiterit, in ipsos et eorum quemlibet, si singulares persone fuerint, excomunicationis sententiam jncurrisse et [incurrere], si communitas uel uniuersitas ciuitatis, castrj, ville seu loci, ipsam ciuitatem, castrum, villam seu locum jnterdicto subiacuisse et subiacere eo ipso declaretur et denuncietur ac publicarj et denunciarj faciatis, prout etiam exnunc prout extunc, predicta sex dierum canonica monitione premissa, excommunicatos et interdictos declaramus, denunciamus [ac denuntiari] et publicarj volumus et mandamus, donec et quousque satisfactionem condignam eisdem regi et principi fecerint seu cum eisdem amicabiliter concordauerint. Absolutionem vero omnium et singulorum, qui prefatas nostras sententias aut earum aliquam jncurrerint seu jncurrerit quoquomodo, vobis et superiori vestro tantummodo reseruamus.

In quorum omnium et singulorum fidem et testimonium premissorum presentes nostras litteras, siue presens publicum instrumentum, processum nostrum huiusmodi in se continentes seu continens, exinde fieri et per notarium publicum infrascriptum subscribi et publicarj mandamus, nostrj vero Jacobi, archiepiscopi Vlixbonensis, solius sigilli appensione muniri, in absentia sigilli dictj dominj Aluarj, episcopi Siluensis ... (4).

Datum et actum Rome, in domo habitationis nostre, sub anno a natiuitate Dominj millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, jndictione tercia, die vero vicesima secunda mensis aprilis, pontificatus sanctissimi in Christo patris et domini nostri Calisti, diuina prouidentia pape tercij, anno primo. Presentibus ibidem discretis viris dominjs Anthonio Martinj, decretorum doctore, presbitero Vlixbonensi, et Alfonso Johannis, clerico Colimbriensis diocesis, nostris, Jacobj archiepiscopi Vlixbonensis, familiaribus continentes quomodolibet ... (5).

62

1 MAIO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Estêvão de Araújo, escudeiro do infante D. Henrique, e a Nuno Gonçalves, seu genro, moradores em Castelo de Vide, por ali terem ferido Estêvão Afonso, cunhado do Gonçalves, com o qual se reconciliaram.

---

(4) Faltam algumas palavras ilegíveis, possìvelmente rasuradas.
(5) Faltam algumas palavras ilegíveis.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 136 v.

Dom Afomso, etc.

A uos, juizes e justiças dos nossos rregnos, e a quaaesquer outras pessoas a que desto o conheçimento perteençer per quallquer guisa que sseja a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Esteuom dAraujo, escudeiro do jfamte dom Enrrique, e Nuno Gonçalluez, sseu genrro, moradores em Castelo da Vide, nos enujarom dizer que hũu Esteuom Afomso, morador em o dicto loguo, estaua cassado com hũua jrmãa do dicto Nuno Gonçalluez, o qual fora sseu titor, dera hũua querella delles aas nossas justiças dizendo que o quisera matar e que lhe derom com hũa sseeta emeruada, da quall ouuera hũua ferida, fazemdolhe todo esto ssobre sseguramça, segundo sse todo esto e outras cousas mais compridamente comtem em a dicta querella. O quall Esteuom Afonso ssenpre andara e he ssãao ssem nehũu cajom. E que, por nom averem de amdar gastamdo em demamda, veerom a rreconçiliar com o dicto Esteuom Afonso em tall guisa que elle sse deçeo da dicta querella e lhes perdoara, ssegundo sse todo mais compridamente contem em hũu estormento que perante nos apresemtarom, fecto e asijnado per Ruy de Tomas, tabeliam por nos em a dicta villa; pella quall rrazom elles dizem que andom amoraados com teemor das nossas justiças, pedindonos por merçee que, haa onrra da morte e paixam de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhes perdoassemos a nossa justiça, a que nos por rrazom eram theudos.

E nos, veendo o que nos assy dizer e pedir enviarom e querendolhes fazer graça e merçee, aa honrra da morte e paixom etc., visto per nos o dicto estormento e o contentamemto da parte e, sse o caso tall he como dizem e hi majs nom ha, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos, polla dicta rrazom, era theudo, contanto que pague sseisçemtos rreaes, os quaees logo pagarom ao dayom dEuora, do nosso consselho e nosso confessor, a que os mandamos rreçeber pera os auer de despender ssegundo lhe per nos he hordenado e segundo dello fomos certo, per aluara sijnado de Vicente Ferrnandez, escripuam das malfeitorias, que os ssobre ell pos em rreçepta.

E porem vos mandamos que o daqui en diamte os nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer outro algũu desaguisado, quamto he por a dicta rrazom, porquamto nossa merçee e vontade he de lhes assy perdoarmos, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, primeiro de mayo. Elrrej o mandou pello doutor Beleauga, dayam da Guarda, e per o doctor Lopo Vaasquez, anbos do sseu desenbarguo e das pitiçõoes. Aluaro Martijnz a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^{c} Lb annos.

63

14 MAIO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a mestre Guedelha, físico e cirurgião do infante D. Henrique, para andar em besta muar (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 50 v.

Dom Afonso, etc.

Carta de besta muar, em forma, de mestre Guedelha, físico e çulurgiam do jfante dom Anrrique, etc.

Dada em Lixboa, xiiij dias do mes de mayo. Afonso Garçes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

64

15 MAIO 1455

Bula Ad summi pontificatus *de Calisto III, a confirmar a* Et si ecclesiam *de Nicolau V, em que este concedia indulgência plenária aos que participassem na expedição contra os turcos, a suspender, temporàriamente, todas as indulgências plenárias outorgadas desde o concílio de Constança que não fossem em favor da fé e contra os infiéis, a confirmar outras a quem partisse para a cruzada ou custeasse soldados para a mesma e a obrigar todos os fiéis ao pagamento de dízima destinada à referida expedição, menos os cavaleiros da Ordem de S. João de Jerusalém que seguissem para Rodes.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 436, fl. 163, — donde se reproduz; e BAV., *Armàdio 38*, vol. 3, fls. 299 v.-306.

Fragmento em RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ad an. 1455, n.° 18.

Erradamente intitulada *Ad summi Apostolatus* em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 102, n.° 627.

---

(1) Cfr. o DOC. 252 do nosso vol. 10. Tratar-se-á do «físico e grande astrólogo» a que alude o cap. 2 da *Crónica de el-rei D. Duarte* ?

Calistus, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Ad summj pontificatus apicem, disponente Deo, nuper assumpti, dum singulos propriosque multarum ac prope omnjum orbis christianj proujnciarum casus conditionesque diligentiorj, ut tenemur, meditatione perspicimus, multis eas tempestatibus jnuoluj, multis atque vehementibus procellarum turbinjbus agitarj concutique videmus, adeo ut populj pene jmminerj, miserando vlulatu anxiaque querela patrocinjum sunmj patris Dei nostrj per manus nostras postulent, dicentes: Domjne, salua nos, perjmus; succurre, princeps, fidelibus ut (1) prouideas filijs, pie pater, sparge rorem tue gracie supplicantibus, quonjam tenebre cooperuerunt terram et caligo jnuasit populos; succurre, precamur, ne velut oues errantes, pastoris destitute custodia, crudelium luporum rugientium leonum faucibus lanjemur.

Vnde, jmpositam esse cognoscimus nobis sarcinam maioris negocij et ponderis quam nostris videatur posse humeris sustinerj, nisi ille adjuuet et subuenjat, cuius jmperij flatum jnquieti maris elationes agnoscunt cuiusque presentia maiestatis nauicula christianjtatis, quantunlibet fluctuans, mergi nequit. Hi vero tanti turbines cum felicis recordationis Nicholai pape v.[ti] pontificis romanj, predecessoris nostri, temporibus capta, dirempta et miserabiliter afflicta per jnmanem christianj nomjnjs hostem Machometum bey Turchum Constantinopolitana vrbe, jncoassent ac dietim, jn christianorum prouincijs, jnualescere cepissent, idem predecessor, prouidere desiderans, jnfra scripti tenoris litteras solemnj modo publicatas ad diuersas orbis proujncias mjtti voluit.

Transcrito o começo da bula Et si ecclesiam Christi, *de Nicolau V, de 30 de Setembro de 1453.*

Verum, quia ex supra scriptis prefati predecessoris litteris nonnulla dubia sunt exorta que, ad faciliorem rerum agendarum executionem, partim declaratione, partim additione videntur necessario jndigere, quo sanctum hoc opus assumere volentes tanto fiant anjmis ardentiores quanto maioribus se viderint gratijs specialibus et conmoditatibus premunitj;

Nos, vt predictos populorum vlulatus, querelas et clamores, quantum prestaret Dominus, auferamus, easdem litteras tenore presentium confirmantes et a quarta earundem particula jncipientes, vbi de jndulgencijs

(1) No ms. *et*.

agitur quas personaliter euntes consequntur vt dicta plenaria indulgencia vberiorem sorciatur effectum, de venerabilium fratrum nostrorum sancte romane ecclesie cardjnalium consilio et assensu, auctoritate apostolica et de plenjtudine potestatis harum serie quascunque jndulgencias plenarias, per nos et apostolicam sedem [concessas], a tempore generalis concilij Constanciensis, exceptis illis qui jn fauorem fidei contra jnfideles emanarunt vsque ad profectionem huius expedicionis, a data presentium suspendjmus et pro suspensis haberj decernjmus atque statujmus. Vbi eciam, in sexta particula, de jndulgentia agitur quam mittentes consequuntur, addjmus ut eciam illi quj cum domjnis et capitaneis suis proficiscentur, eciam si jnfra dictos sex menses contigerit negocium huiusmodi congrua termjnacione finirj, pro tempore quo contra hostes fidei pugnauerjnt, licet sex mensibus breujore, perjnde ac si totis sex mensibus meruissent, plenariam jndulgenciam consequantur. Et vbi, in particula octaua, religiosis seu maribus siue femjnis cenobia habitantibus, pro singulis decem suppositis claustrj suj vnum bellatorem mittentibus, sex mensium sumptus esse mjnjstrandos dicebatur, pro anno vno darj dictos sumptus oportere duximus addendum. Noneque particule, de clericis secularibus aut religiosis, predicando seu missas dicendo aut aliter laborando, exercitui fauorem allaturis, addimus eos omnes quj ad huiusmodi opus subsidia prestabunt et ad eius prosecucionem quomodolibet operas suas jmpenderjnt, similiter quoque qui singulis diebus orationes ad Domjnum porrexerint pro victoria populi christianj et exaltacione fidei ac pace et tranquilitate sancte matris ecclesie, juxta quantitatem laboris ac subsidiorum necnon deuocionis affectum participes fore jndulgencie memorate. Et vndecime particule, de signo viuifice crucis vestibus jnprimendo et de se ipsum abnegando, addjmus quod sic in eorum personis euntes illo priuilegio illaque inmunjtate gaudeant que cruce signatis, pro Terre Sancte subsidio, in generalj concilio sunt concesse ac, postquam receperint signum crucis jnfraque debitum tempus iter arripient, sub nostra et sedis apostolice protectione, cum uxoribus et familijs ac omnibus bonis mobilibus et inmobilibus et, si ecclesisastici fuerint, eciam beneficijs, dignitatibus et officijs suis permaneant, ita ut eorum bona, beneficia et officia jntegra remaneant ac quieta, donec de ipsorum reditu vel obitu certissime cognoscatur, precipientes singulis prelatis ac eorum officialibus, sub exconmunicacionis pena quam eo ipso, quociens desuper requisiti hoc adjmplere nechlexerint, jncurrere volumus, ut non permjttant dictos proficiscentes seu aliquem eorum in ipsorum familijs, bonjs, beneficijs vel officijs seu alias, contra protectionis huiusmodi tenorem, ab aliquibus jndebite molestarj seu eciam perturbarj, molestatores et perturbatores quoslibet per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, jnuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis, appellacione postposita, compescendo.

Jtem volumus quod, si proficiscencium predictorum aliquj ad prestandas vsuras juramento tenentur astricti, creditores eorum ut remjttant eis prestitum juramentum et ab vsurarum exactione desistant, per eorum superiores ecclesiasticos vel seculares censura ecclesiastica et qua conuenit districtione compellantur. Et, si quisquam creditorum eos forsitan ad solucionem coegerit vsurarum, ad restitucionem ipsarum simili animaduersione cogantur, judei insuper ad remjttendum eis vsuras per ecclesiasticam vel secularem cogantur potestatem et donec illas remiserint (2) cum vnjuersis christifidelibus per exconmunicacionis sententjam conmunicatio ipsis judeis denegetur. Jllis autem ex proficiscentibus, quj predictis judeis soluere debent jn presenti seu tunc tenerentur, sic principes seculares vtili prouideant dilacione quod, post ipsorum iter arreptum vsquequo de eorum reditu vel obitu certissima noticia habeatur, nulla vsurarum incomoda penjtus jncurrant, compulsis judeis et alijs vsurarijs prouentus pignorum, quos jnterim perceperint in sortem, deductis expensis necessarijs conputare, cum huiusmodj beneficium non multum videatur habere dispendij, quia solucionem sic prorogat quod debitum non absorbet. Concedentes jnsuper pariter et jndulgentes vniuersis et singulis prelatis ceterisque personis ecclesiasticis, vel clericis secularibus et ordjnum quoruncunque religiosis vel regularibus, quj ad huiusmodi sanctam expedicionem personaliter proficisci voluerint, ad hoc ut premissa valeant comodius adjmplere, quod omnes et singulos fructus, redditus et prouentus ecclesiasticos quj ex singulis illorum ecclesijs, monasterijs, dignjtatibus et beneficijs ecclesiasticis, per trjennjum a die arrendacionis eorum computando, obuenerjnt quibusuis personis, tam ecclesiasticis quam laicis, cum quibus suam condicionem repererjnt meliorem, precio seu precijs, de quo vel quibus illis et illorum procuratoribus ad hoc ab ipsis specialiter constitutis videbitur, ad firmam seu annuam pensionem locare vel arrendare ac huiusmodi precium seu precia eciam vnjco contextu recipere et habere possint, prouiso tamen quod diujnus cultus jn eisdem beneficijs debite habeatur ac personne quibus arrendamenta seu locaciones huiusmodi fient quod redditus, fructus et prouentus predictos ad firmam seu pensionem easdem recipere et per tempus ac tempora, quibus illa arrendauerint, retinere libere et licite valeant.

Si quis autem, quod absit, cuiuscumque status, gradus vel condicionjs existat, eciam si patriarchali, archiepiscopali vel alia quacumque dignjtate prefulgeat, tam perdite ac dampnate mentis fuerit ut, per dolum uel fraudem, huiusmodi arrendacionem fecerit et ad huiusmodi sanctam expedicionem non juerit, ut prefertur, exconmunicacionis sentencjam et

(2) No ms. *remisserint*.

Copyrighted material

sue dignjtatis vel dignjtatum ac beneficiorum quoruncumque priuacionem jncurrat; quod si forsan jnfra trjennium aliquos ex his, quj arrendaciones seu locaciones huiusmodi fecerint, ecclesias, monasteria, dignjtates et beneficia, per ipsorum obitum vel alias quouismodo dimjttere contingat, fructus, redditus et prouentus ecclesiarum, monasteriorum, dignjtatum et beneficiorum huuismodi dimissorum sint et remaneant eisdem personis, pro tempore quo arrendamentum ipsum persoluerjnt, realiter et efficaciter obligati.

Ad vicesimam uero particulam, vbi per camerarjum aut eius locumtenentem ac eciam thesaurarjum fructus camere apostolice idem predecessor assignarj voluerat tunc vicecancellario quj est mortuus et quibusdam alijs, nos eandem consignacionem fierj volumus et mandamus dilectis filijs nostrjs Johannj tituli Sancte Marie in Transtiberi, et Domjnjco, tituli Sancte Crucis, ac Alano, tituli Sancte Praxedis, presbyteris sancte romane ecclesie cardinalibus, quj fructus ipsos, redditus et prouentus camere apostolice, per depositarjum ab is deputandum, ad vsum huius sancte expedicionis faciant conseruarj.

Post finem eciam vicesime qujnte particule, vbi decimas officiorum et salariorum prouentuunque eorundem trjum cardinalium arbitrio percipi voluit, nos, eandem confirmantes particulam, volumus, statujmus pariter et decernjmus, ad solucionem decime huius vnjuersalis, pro vna jnfra primum videlicet septembris, pro alia jnfra secundum octobris, ac pro reliqua tercia partibus jnfra tercium nouembris menses presentis annj, preter comprehensos in prima predecessoris bulla omnes et singulos ecclesiasticos seculares, Sancti Benedicti, canonicorum Sancti Augustinj, Cisterciensium, Cluniacensium, Premonstratensium, Grandimontensium, Camaldulensium, Vallis Umbrose, Cruciferorum, Humjliatorum necnon Beate Marie Theutonicorum, Sancti Jacobi de Spata, Calatrauensium, Alcantarensium, Montesie et quoruncunque ordjnum seu miliciarum regulares vel religiosas personas, exemptos et non exemptos, cuiuscumque prehemjnencie, status, gradus, ordinjs, sexus vel condicionis fuerint, quoscumque redditus, fructus et prouentus ecclesiasticos vbilibet obtinentes, personis Hospitalis Sancti Johannjs Jherosolimjtani illis videlicet ex eis quj ad jnsulam Rhodi personaliter se contulerjnt, quos tantunmodo a prestacione huiusmodi exemptos esse volumus, dum taxat exceptis, ad eandem solucionem decime, jntegre et cum effectu, nuncijs nostrjs seu deputandis ab eis faciendam tenerj.

Et ne de moneta, de qua fiet et fierj debebit solucio dicte decime, valeat hesitarj vitenturque grauamjna que propter hoc virj ecclesiastici hactenus sunt perpessi, volumus quod per collectores constituendos seu illorum subcollectores ipsa decima ad monetam in proujncijs, ciuitatibus et diocesibus in quibus exhigetur comunjter currentem leuetur ac eciam

exhigatur a collectoribus et subcollectoribus supra predictis, juxta constitutionem super hoc editam in concilio Viennensi, jta quod, pretextu alicuius cambij, debitores et solutores dicte decime non grauentur nec aliquj ad solucionem huiusmodi decime, extra ciuitatem et diocesum in quibus redditus et prouentus huiusmodi consistunt, faciendam vel ad monetam aliquam extra eorum ciuitates et dioceses deferendam aliquatenus compellantur quodque circa hoc, juxta ordjnacionem dicti Viennensis concilij, calices, librj et alia ornamenta ecclesiarum diujnjs officijs deputata et necessaria, ex causa pignoris vel alias, occasione dicte exactionjs nullatenus capiantur, distrahantur vel eciam occupentur;

Non obstantibus si archiepiscopis, episcopis, admjnistratoribus, electis, abbatibus, prelatis et alijs personis ecclesiasticis vel quibuscunque alijs, conmuniter vel diuisim, a sede prefata sit jndultum quod ad solucionem huiusmodi decime mjnjme teneantur quodque ad id compellj aut quod jnterdici, suspendi vel exconmunicarj, aut extra vel vltra certa loca ad judicium euocarj non possint, per litteras apostolicas que de jndulto huiusmodi ac toto eius tenore et de verbo ad verbum ac proprijs ipsorum ordjnum locorum et personarum nomjnibus et cognominibus plenam et expressam non fecerjnt mencionem, et quibuscunque alijs priuilegijs, jndulgencijs, exempcionibus ac litteris apostolicis quibusuis dignjtatibus seu ordinibus et specialiter Sancti Benedicti, Cluniacensium, Cisterciensium, Premonstratensium, Cartusiensium, Camaldulensium, Grandimontensium, Vallis Umbrose, Cruciferorum et Humiliatorum et vniuersitatibus eorum, generaliter vel specialiter, sub quacumque forma et conceptione verborum, a memorata sede concessis, de quibus quorunque tenoribus de verbo ad verbum in nostris litteris plena et expressa mencio sit habenda.

De consilio eciam et assensu necnon auctoritate predictis requjrjmus et monemus omnes prelatos et eorum officiales, in virtute sancte obediencie, sub exconmunicacionis pena districte precipiendo mandantes quatenus quilibet eorum eciam jn solidum, quam primum presentes nostre littere seu ipsarum transumpta manu alicuius notarij publici et sigilli alicuius eorum munjta presentate seu presentata fuerint, ipsas litteras et omnia ac singula in eis contenta, in suis ac alijs eccelsijs siue locis suarum proujnciarum, ciujtatum seu diocesum, domjnicis et festiujs ceterisque diebus, quando et quociens opportunum extiterit, solemnjter publicent et exponant ac, per alios quos ad hoc deputauerjnt, publicarj et exponj faciant, ut melius et clarius jntelligatur ab omnibus, eciam jn vulgarj. Expedicionem vero ab omnibus christianjs principibus et populis, ut prefertur, in hostes ducendam, in kalendas mensis marcij proxime futurj annj millesimj quadringentesimj qujnquagesimj sexti se ad iter ponere volumus atque decernjmus.

Nullj ergo omnino, etc., nostrorum confirmacionis, suspensionjs, addicionjs, concessionjs, statuti, mandati, voluntatis et constitucionis jnfringere, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo (3) quadringentesimo quinquagesimo qujnto, jdus maij, pontificatus nostrj anno prjmo.

65

17 MAIO 1455

Carta do infante D. Henrique, dirigida ao ouvidor e juízes do julgado da sua terra de Besteiros, a ordenar-lhes reempossem Heitor de Sousa, vedor de sua casa, na quinta da Costa, do mesmo julgado, no couto do Guardão, a qual o infante lhe havia concedido e lhe fora tirada indevidamente pelo ouvidor henriquino Gonçalo Afonso (1).

GREENWICH, *National Maritime Museum*, ms. n.º 8.056, em pública-forma notarial na respectiva carta de execução, de 11 de Junho de 1455, adiante lançada (DOC. 72).

Eu o jffante dom Anrryque, duque de Visseu e ssenhor de Coujlhãa, faço saber a uos, jujzes do julgado da mjnha terra de Beesteiros, e ao ouujdor e a quaaeesquer a que esta mjnha carta for mostrada e o conhoçjmento della perteeçer que, perante [mjm] foy pressentado hũu estormento, ffecto e assijnado per Joham Rodriguez, tabaliam no dicto julgado, em o quall, antre as outras cousas, fazia mençom como Gonçalo Afonso, ouujdor que era no dicto julgado, tirara de posse da quintãa da Costa, que he no dicto julgado, a quall perteençee ao couto do Gardom, a Eitor de Sousa, veedor de mjnha [casa]; do quall couto e quintãa estaua de posse per mjnha autoridade e carta assijnada per mjm, da quall ho assy tirou o dicto ouujdor, per hũa carta dos meus desenbargados que andam em cassa dellrrey meu ssenhor, ssegundo que mjlhor e mais conpridamente no dicto estormento fazia mençam.

---

(3) No ms. *millessimo*.

(1) Cfr. a execução desta carta, em 11 de Junho de 1455, — o DOC. 72.

O quall per mjm visto e cousas em ell contheudas e como per mjnha carta, assijnada per mjm, o dicto Eitor de Sousa era em posse do dicto couto e quintãa e rrendas delle, da quall em allgũa maneira nom deuera de sseer tirado por nẽhũa carta de meus desenbargadores, porque nom sam nem deuem sseer ssuperiores sobre o que per mjm he mandado;

Porem, uos mando que, tanto que esta mjnha carta uos for proujcada, ssem allgũa perlonga, rreallmente e com afeyto, rrestetuaaees aa posse da ssuso dicta quintãa o dicto Eitor de Sousa ou sseu çerto procurador ou fazedor por elle e lhe façaaees acudir com todas rrendas e djreitos que lhe della per djreito perteeçer ssem lhe faleçendo allgũa cousa, ssem embargo da carta dos dictos meus desenbargadores.

E, sse as partes contrairas entenderem que em ello sam agrauadas, mando que uenham perante mjm e sseerlha per mjm ffecto conprimento de djreito. E sseede aujsados que, daquy em diante, sse allgũuas cartas de meus desenbargadores vijrdes sobre o que per mjm for determjnado, o rremetaaees a mjm, pera o eu veer e em ello proueer como me per djreito bem pareçer. Todo esto assy conprij, sob pena de pagardes mjll rreaaes pera a mjnha chancellaria.

Fecta na mjnha ujlla, dez e sete dyas [de] maio. Gill Fernandez a fez. Era do Senhor de mjll e iiij^{c} e çjncoenta e çjnco annos.

66

18 MAIO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão Gonçalves de Faria, escudeiro do infante D. Henrique, em almoxarife do seu reguengo de Algés, termo da cidade de Lisboa, com 600 reais de mantimento.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 60 v.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 283.

Dom Afomso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, confiamdo da bomdade e descriçom de Fernam Gonçaluez de Faria, scudeiro do jffamte dom Henrrique, meu muyto amado e preçado tio, que ho fara bem e como

devee e, queremdolhe fazer graça e merçe; temos por bem e damollo por almuxarife do nosso rregeengo dAlgez, termo desta çidade de Lixboa, e queremos e mandamos que aja com elle sseisçentos rreaaes de mantimento, como ateequi ouue.

Porem mandamos a uos, Martim Gomez Leitom, veedor da nossa fazenda de Çepta, e a Gonçalo Pacheco, thesoureiro moor das coussas della, e a outros oficiaaes a que o conheçimento pertençer, que o ajaaes asy por almuxarife do dicto rregeengo (1), como ataqui foy, e a outro nhũu, sse elle esteue em posse delle e o seruio per si ou per outrem, e lhe leixees auer os prooes e proueitos e perçalços e mantimentos que a elle de djreito pertençem. O qual Fernam Gonçalluez jurou em a nosa chamcelaria aos santos auangelhos, etc.

Dada em Lixboa, xbiij dias do mes de mayo. Bertollameu Afonso a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb. Joham Lourenço, scpriuam da fazenda de Cepta, a fez scpreuer.

67

22 MAIO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a João de Lisboa de seis anos de degredo que lhe faltavam cumprir nas Ilhas de que tem cargo Gonçalo Velho, por ele haver morto, numa estalagem da Rua das Esteiras, da cidade do Porto, em 1 de Janeiro de 1446, Afonso Sanches, ali morador, pelo que fora preso em Lisboa e degredado por quinze anos para as ditas Ilhas, se ele já cumprira os nove, como diz (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 139 v., — donde se reproduz.

Publicada: no *Arquivo dos Açores*, vol. 3, ps. 320-21; na *Insula*, Ano 1, n.º 7-8, p. 21 e também em «fac-simile»; por VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, ps. 127-28, e ainda em «fac-simile»; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 529.

---

(1) No ms. *regeendo*.

(1) As ilhas a cargo de Gonçalo Velho eram as dos Açores, de que ele era comendador pelo menos já em 3 de Abril de 1443 (Cfr. o DOC. 21 do nosso vol 8). A condenação de João de Lisboa, que em 1455 havia cumprido 9 anos de degredo, deve remontar a 1446 ou 1447, portanto à regência do reino pelo infante D. Pedro.

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A todolos juizes, etc., ssaude.

Sabede que Joham de Lixboa, portador da presente, nos enujou dizer que ele fora presso em a prisam da çidade de Lixboa, por rrazom da morte de hũu Afonso Sanchez, morador que foy em a cidade do Porto, dizendo a justiça contra elle, porque as partes a que a acusaçom pertençia o nom quiserom acusar, que, no primeiro dia do mes de janeiro do ano do naçimento de Rbj, estando o dicto Afonso Sanchez em hũua estalagem na Rua das Esteiras, çeando, que chegara hy o dicto Joham de Lixbooa, auendo rrazõoes com elle e, sem lhe o dicto Afonso Sanchez rrespondendo cousa algũua, o dicto Joham de Lixbooa lhe dera, com hũu punhall que trazia, hũua ferida pella testa, da quall logo morrera, a quall lhe dera de proposito, pidindo a justiça contra elle que morresse por ello, e que fora tanto de fecto contra elle que, per nossa ssentença fora degredado pera as Jlhas de que Gonçalo Velho tem o cargo, por quinze annos, em as quaaes Jlhas auya noue annos que elle estaua manteendo seu degredo; pidindonos por merçee que ouuessemos com elle compaixom e que, por seer paremte dAluaro Annes Colaço, nosso escudeiro, lhe aleuantasemos o dicto tempo que asy ficaua por seruir e acabar.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir enuyou e, querendolhe fazer graça e merçee, pollo do dicto Aluaro Colaço, que nollo por elle pedio, e, visto per nos o liuramento que dello ouue e sse elle tem serujdos os dictos noue annos; teemos por bem e rreleuamoslhe os seis annos que asy ficam por seruir.

Porem, uos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes mall nem outro algũu desaguisado, quanto he por elle manteer mais o dicto degredo, porque nossa merçee e vontade he de lho rreleuarmos, como dicto he. E, per esta carta, mandamos ao dicto Gonçalo Velho que leixe vijr liuremente o dicto Joham de Lixboa pera os nossos rreignos, pera em elles viuer e estar e morar, sem lhe por ello seer fecta outra semrrazom. Vnde al nom façades.

Dante em a çidade de Lixbooa, xxij dias do mes de mayo. Elrrey o mandou pello doutor Lopo Vaasquez de Serpa, seu vassallo, e per o doutor Beleaugua, dayam da Guarda, anbos do sseu desembargo e das pitiçõoes. Rodrigo Afonso a fez. Anno de mil iiij^{c} Lb annos.

68

28 MAIO 1455

Notícia sobre o baptizado do príncipe D. João, futuro rei D. João II, efectuado na sé de Lisboa naquela data (1).

ANTT., *Gaveta 20*, maço 6, n.º 15, em papel, do século XVI. A redacção da notícia é posterior ao ano de 1495, pois se afirma no texto ser o monarca falecido.

No anno de mill e iiij^{c} Lb, pario em Lixboa a rrainha dona Jssabell, aos quatro dias de mayo, elrrey dom Joham, que Deus aja, e ffoy bautizado aos xxbiij dias do dicto mes, na ssee da dita çidade, com grande ssolenydade. Era toldado de pannos de lãa de coores, da porta dos Paaços atee dita ssee. Todollos ssenhores e povoo hyam a pee, com tochas por açemder e, aa tornada, despois de bautizado, todas açessas. Trazia o nos braços o jffante dom Fernando, sseu tyo. E hya com elle a jffante dona Cateryna, ssua tya, e a ssenhora dona Felypa, jrmãa da rrainha. E a oferta traziam, a saber: o ssaleiro dom Fernando de Meneses e o agomyll e baçyo dom Duarte de Meneses e o baçyo com a oferta Lyonell de Lyma e o paleo, que era de brocado rrico, leuaua o dom Fernando, ffilho do comde dArrayolos, e o prioll do Crato e, no couçe delle, o marques de Villa Viçosa, pay do dito dom Fernando, e o comde de Villa Reall. Forom padrynhos o jffante dom Fernando e o dito marques de Villa Viçosa e madrynhas a dita jffante dona Caterina e dona Briatiz de Menesses.

---

(1) Discrepa do texto de RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 138, no dia do nascimento e do baptizado, marcados por aquele em 3 e 8 de Maio, não acusa a presença do infante D. Henrique, mencionada em PINA, que lhe dá por padrinhos o duque de Bragança e o prior do Crato D. Vasco de Ataíde e como madrinha D. Brites de Vilhena, mulher de Diogo Soares. O presente texto aduz, contudo, outros pormenores da cerimónia, omitidos pelo cronista. Já DAMIÃO DE GÓIS, *Chronica do principe dom Ioam*, cap. 2, não conseguiu harmonizar este relato, que parece haver conhecido, com o texto de PINA nem com o de GARCIA DE RESENDE, *Chronica de el-rei D. Jodo II*, cap. 2. No que poderemos assentar é em que esta notícia parece dever-se a testemunha que foi presente ao acto ou a recebeu de pessoa que a ele assistiu.

Copyrighted material

69

29 MAIO 1455

Súplicas de João Pires, de Lisboa, ao serviço de Filipe o Bom, duque de Borgonha, a comunicar ao papa que ele e seus companheiros, há muitos anos em guerra no mar contra os turcos, se têm apoderado, pelas armas, não só de bens de muçulmanos mas também de bens de cristãos que, contra as normas da Igreja, transportam para os infiéis cereais, armas e outras mercadorias proibidas, pelo que pede licença de reter esses bens para si, o que fez até agora e tenciona fazer no futuro, e ainda que lhe permita trazer consigo capelão, secular ou religioso, que a ele e à sua gente administre os sacramentos e possa absolvê-los mesmo de pecados reservados à Santa Sé e aplicar-lhes indulgência plenária em artigo de morte (1).

---

(1) Realmente, não era recente a guerra de corso exercida nos mares por João Pires, patrão de naus, de caravelas e de barinéis de Filipe o Bom, duque de Borgonha, por motivo ou a pretexto da guerra contra os turcos, como consta do facto seguinte. O ano de 1451 foi particularmente seco e improdutivo na Palestina, onde houve penosa fome. Os habitantes de Jerusalém, a conselho dos monges do mosteiro de S. João, da Ordem de S. Basílio, junto ao rio Jordão, enviaram legados a diversas partes, em busca de socorro. Dois deles, os monges Moisés e Abraym, do sobredito mosteiro, encaminharam-se para o reino de Chipre, mas foram interceptados pelo português João Pires, já então ao serviço do duque de Borgonha, com cujas armas e insígnias navegava, o qual lhes tomou os 3350 ducados que levavam para comprarem alimentos. Comunicado o facto ao papa Nicolau V por D. João, rei de Chipre, escreveu o pontífice ao duque de Borgonha; porém, as letras papais não chegaram às mãos do duque e não foram restituídos aos monges os ducados em referência. Pelo que, exposto o assunto a Calisto III, ordenou este a Filipe o Bom, pelas letras *Ex debito*, de 23 de Julho de 1456, restituísse a citada quantia aos ditos monges por intermédio do patriarca de Constantinopla (AV., *Reg. Vat.*, vol. 458, fl. 173).

Também em Agosto de 1453, João Pires, com nau e caravela do duque de Borgonha, armadas e tripuladas por 40 homens flamengos, se abeirou, sem declinar a identidade, a 30 milhas de Barcelona, de nau desta cidade que seguia para Tortosa, carregar lã. E, porque «molts pirates, axj portoguesos, biscahins, com altres han robats, en aquesta costa, de molts vostres vassals, valor de mes de xxxᵐ florjns», explicaria a rainha de Aragão a seu marido em 18 de Agosto seguinte, a citada nau de Barcelona rompeu fogo contra os barcos de João Pires, os quais ripostaram, mas vieram a ser aprisionados bem como seus tripulantes. Havendo Pires declarado não serem corsários nem piratas, mas em serviço do duque de Borgonha, amigo aliás do soberano aragonês, os ditos barcos e tripulação foram libertos, sob juramento de se apresentarem em Nápoles a el-rei D. Afonso por todo o Outubro (ACA, *Cancillería Real*, Registro 3216, fls. 43 v.-44 v., 51 v.-52 e 58 r. e v.).

Copyrighted material

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 480, fl. 143 v., — donde se reproduzem.
Publicadas por EDUARDO NUNES, *Guerra Santa — Santa «Pirataria»: Um caso português de 1455*, ps. 245-47.

Beatissime pater. Cum deuotus vester Johannes Petrj, laicus Vlixbonensis, cuiusdam nauis deuotissimj filij vestri Philippi, ducis Burgundie, patronus, vna cum pluribus alijs eius complicibus, de mandato ducis eiusdem guerram contra teucros et alios jnfideles, damnatj Machometj sectam colentes, pluribus annis gesserit et gerere jntendat in futurum, suam et suorum complicum predictorum personas, magnis periculis in prosecucione guerrarum huiusmodi exponendo, cumque ipse, in prosecucione eadem, nonnullis christianis, tamen christiani nomine abutentibus, arma, granum et alia victualia infidelibus predictis deferentibus, violenter nonnulla bona subtraxerit ac rapuerit illaque sibi ac suis complicibus predictis appropriauerit dubitetque bona huiusmodi sibi et complicibus eisdem licite potuisse et posse vendicare et retinere;

Supplicat, igitur, sanctitati vestre dictus Johannes quatinus prefatos et quoscumque alios christianos, quj arma, granum et quecumque alia bona dictis infidelibus apportauerunt seu apportauerint aut destinauerunt seu destinauerint, in futurum, bonis predictis priuatos fuisse et esse ipsaque bona propria ad eos nullatenus pertinuisse nec pertinere, apostolica auctoritate decernentes et declarantes eidem Johannj predicta per eum, ut premittitur, rapta et subtracta ac quecunque alia bona que ipse quibuscumque alijs christianis, illa dictis infidelibus deferentibus, subtrahere violentem et armata manu, seu alias quomodolibet potuerit, apostolica auctoritate graciose concedere et donare, quodque ad illorum restitucionem alicui (2) faciendam nullatenus teneantur auctoritate eadem decernere et declarare digneminj misericorditer de gracia speciali, jn contrarium facientibus non obstantibus quibuscumque, cum alijs non obstantibus et clausulis oportunis.

Fiat ut petitur, omni fraude cessante.

Jtem, beatissime pater, vt dictus Johannes alijque cum eo guerram predictam facientes ad prosecucionem guerre eiusdem eo deuocius animentur quo proinde diuinis muneribus conspexerint se esse refertos, supplicat sanctitati vestre jdem Johannes quatinus ei omnibusque alijs et singulis christifidelibus, quj cum eo eiusque societate guerram contra teucros aliosque infideles prefatos hactenus gesserunt, gerunt ac gerent in futurum, omnes et singulas indulgencias et remissiones necnon inmunitates et gracias per felicis recordacionis Nicolaum papam quintum predecessorem, primo, vestramque sanctitatem alijsque christifidelibus,

(2) No ms. *aliam*.

in prosecucione guerre contra acerrimum hostem dominice crucis Machometum, theucrorum dominum, gerende laborantibus nuper concessas et concedendas, apostolica auctoritate similiter concedere et indulgere digneminj misericorditer de gracia speciali, cum non obstantibus et clausulis oportunis (3).

Fiat ut petitur.

Jtem, beatissime pater, supplicat sanctitati vestre dictus Johannes quatinus sibi vt liceat ei secum vnum presbyterum secularem vel regularem habere, quj sibi et alijs eius complicibus predictis necnon familiaribus et seruitoribus eorum in illorumque presencia missam et alia diuina officia, in loco ad id condecentj, quociens oportunum fuerit, celebrare eorumque confessiones audire ac illos a quibuscunque suis peccatis, criminibus, delictis et excessibus, quatumcunque grauibus et enormibus, etiam si talia propter que sedes apostolica sit consulenda fuerint, absoluere illisque penitenciam salutarem iniungere ac eciam eucharistie et alia sacramentalia ecclesiastica eis administrare, necnon eis et eorum cuilibet, in mortis articulo constitutis, plenariam suorum peccaminum indulgenciam et remissionem plenariam, tam a culpa quam a pena, jmpendere et elargirj valeat apostolica auctoritate concedere et jndulgere digneminj misericorditer, de gracia speciali, constitucionibus et ordinacionibus apostolicis ceterisque in contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque, cum alijs non obstantibus et clausulis oportunis.

*Fiat ut petitur. Jo. in exercitu pro.*r (4).

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas junij, anno primo.

70

29 MAIO 1455

Letras Exigentibus tue *do papa Calisto III, dirigidas a João Pires, cidadão de Lisboa, capitão de navio ao serviço de Filipe o Bom, duque de Borgonha, por cuja ordem, durante muitos anos, com outros cristãos combateu os turcos e outros infiéis, a conceder-lhe licença para apresar os barcos que levem armas e vitua-*

(3) A palavra *clausulis*, pelo menos, não vem claramente escrita, mas incluída em larga abreviatura, de traço enorme, no prolongamento de duas primeiras letras.

(4) A abreviatura *Jo.* deve ser *Johannes*, se não estamos equivocados. E a última palavra da frase talvez seja *procurator*.

Copyrighted material

lhas aos infiéis, a permitir-lhe o uso de altar portátil em que seu capelão celebre, a conceder a este sacerdote possa confessar e absolver o dito João Pires e companheiros e a outorgar a todos eles as indulgências dos que combatem os infiéis.

AV. *Reg. Vat.*, vol. 436, fl. 243 v., — donde se reproduzem.
Publicadas por EDUARDO NUNES, *Guerra Santa — Santa «pirataria»*, ps. 427-48. Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 225, n.º 735.

Calistus, etc.

Dilecto filio Johanni Petri, ciui Vlixbonensi, salutem, etc.

Exigentibus tue deuotionis meritis et integritatis affectibus, quibus nos et romanam ecclesiam amplecteris, uotis tuis illis presertim per que, cuiusuis dubitationis scrupulo tua de mente sublato, in christianj nominis defensionem feruentius exardescas, libenter annuimus et petitiones tuas, per quas diuinis officijs conmodius intendere ualeas et que tue aliorunque christifidelium animarum salutem respiciunt, quantum cum Deo possumus fauorabiliter exaudimus.

Hinc est quod nos te qui, ut asseris, cuiusdam nauis dilecti filij nobilis virj Philippi, ducis Burgundie, patronus siue capitaneus existis et dudum, associatis pluribus alijs christifidelibus, guerram per mare contra theucros et alios infideles, spurcissimj Mahometi secte cultores, pluribus annis de mandato ducis eiusdem animose gessisti, tuam et sociorum tuorum predictorum personas ingentibus periculis interim sepius exponendo ac in prosecutione guerre huiusmodi diuersis christianis, qui christiano nomine abutentes arma, granum et alia uictualia ac bona infidelibus predictis deferre non uerebantur, nonnulla ex bonis ipsis armata manu subtraxisti et etiam rapuisti, que dubitas posse licite retinere, gratioso fauore persequi uolentes, tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi ut subtracta et rapta (1) huiusmodi retinere et que in futurum per christianos quoslibet dictis infidelibus apportarj inueneris arma, granum, uictualia et bona alia quecunque etiam subtrahere et rapere ac retinere nec non de illis, tanquam proprijs et iuxte acquisitis, dum tamen in his fraus nulla interueniat, disponere libere et licite ualeas nec ad illorum restitutionem alicui faciendam tenearis et nihilominus quod liceat tibi qui, ut etiam asseris, guerram intendis ulterius prosequi ante dictam, quandiu in illius prosecutione de ducis prefati seu alicuius alterius mandato aut tua for-

(1) No ms. *racte*.

san propria auctoritate fueris, altare portatile, in locis tamen ad id congruentibus et honestis, habere, super quo, cum debita reuerentia et honore, missas et alia diuina officia in tua et quoruncunque aliorum, qui tecum in ipsius guerre prosecutione fuerint, presentia licite celebrarj facere ualeas, per proprium uel alium ad id per te eligendum sacerdotem idoneum qui etiam tuam et illorum qui, ut premittitur, tecum in prosecutione ipsa erunt pro tempore omnium et singulorum, siue socij siue familiares aut seruitores sint, confessiones audire ac te et illos a quibusuis peccatis, criminibus, delictis et excessibus uestris quantuncunque grauibus et enormibus, etiam si talia sint uel fuerint propter que sedes apostolica sit merito consulenda, de quibus corde contriti et ore confessi tu et illi fueritis, absoluere et pro conmissis penitentiam salutarem tibi et illis iniungere, eucaristiam (2) quoque et alia sacramenta ecclesiastica ministrare, quotiens oportunum fuerit, nec non tibi et tecum, in prosecutione guerre predicte, pro tempore laborantibus predictis, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuotione nostris et successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentibus, omnium peccatorum uestrorum remissionem et indulgentiam plenariam, in mortis articulo, elargirj possit et ualeat et insuper tibi et tecum in prosecutione ipsa laborantibus eisdem quomodolibet prosecutionj guerre huiusmodi contra infideles predictos deuote animoseque intendendo, etiam omnes et singulas peccaminum indulgentias et remissiones nec non inmunitates et gratias per felicis recordationis Nicolaum papam v., predecessorem nostrum, quibuscunque christifidelibus contra acerrimum hostem crucis dominice Mahometum, theucrorum dominum, eiusque exercitus uiriliter insurgentibus et animose pugnantibus concessas et per nos et successores prefatos forsan concedendas plenarie consequaris et ipsi consequantur quas si contra Mahometum dictorum theucrorum dominum prefatum et illius exercitum seu exercitus pugnares et ipsi pugnarent, apostolica auctoritate, tenore presentium, concedimus pariter et indulgemus.

Nullj, ergo, etc., nostrorum concessionis et indultj infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quarto kalendas junij, pontificatus nostrj anno primo.

---

(2) No ms. *eucharistia*.

Copyrighted material

71

1 JUNHO 1455

Letras Dum fidei constantiam, *do papa Calisto III, dirigidas ao cavaleiro de Lisboa Vasco Farinha, a nomeá-lo vice-almirante da esquadra cristã contra os turcos e outros inimigos da fé católica com os respectivos direitos e obrigações nas mesmas letras indicados, devendo, porém, antes de começar a desempenhar o cargo, prestar juramento de fidelidade perante o seu camareiro o cardeal Luís Scarampi, do título de S. Lourenço «in Damaso», ou seu substituto* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 465, fl. 178.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 123, n.º 1947, erradamente lançadas em 18 de Maio de 1456.

---

(1) O veneziano Luís Scarampi Mezzarota, sendo cubiculário pontifício, foi nomeado bispo de Trau, na Dalmácia, em 24 de Outubro de 1435, de Florença em 6 de Agosto de 1437 e patriarca de Aquileia, na Istria, em 18 de Dezembro de 1439. Em 1 de Julho de 1440, o papa Eugénio IV elevara-o ao cardinalato, com o título de S. Lourenço «in Damaso» (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, pa. 8, 92, 154 e 253). Tendo Calisto III organizado frota contra o turco, constituída por 16 galés e mais umas 25 velas, confiou o comando da mesma ao citado cardeal Scarampi e nomeou seu vice-almirante o português Vasco Farinha. Esta esquadra pontifícia, reforçada por algumas galés de Aragão, penosamente conseguidas, avançou para águas da Grécia no verão de 1456 e, no ano imediato, alcançou brilhante vitória contra os turcos em Metelino (Cfr. PASTOR, *Storia dei Papi*, vol. 1, p. 661 e ss. e P. PASCHINI, *La flota di Calisto III (1455-1458)*, pa. 177-253).

No Índice da Chancelaria de D. Afonso V não figura o nome de Vasco Farinha, que se lê neste diploma pontifício. É possível que se trate do João Vasques Farinha em 6 de Dezembro de 1454 escudeiro do infante D. Henrique, então a viver em Almada (Cfr. o DOC. 27 do presente volume) ou do igualmente servidor henriquino João Farinha que em 20 de Outubro de 1450 residia no Porto e foi então privilegiado por D. Afonso V, a pedido do Navegador, pois era «muy boo marinheiro» (Cfr. o DOC. 234 do nosso vol. 10). Em ambos os documentos régios citados pode tratar-se do mesmo indivíduo, em que num deles hajam exarado o nome completo do navegador e noutro não, como então era frequente. A nomeação pelo papa Calisto III de um português para vice-almirante da esquadra cristã contra o turco documenta a confiança que depositava o pontífice na sinceridade da cooperação portuguesa e ainda no valimento da nossa armada, na época incontestàvelmente a maior e melhor preparada da Europa. Em 24 de Maio de 1456, Vasco Farinha prestou juramento, como vice-almirante da esquadra pontifícia contra os turcos, em Roma, no Palácio Apostólico e câmara dos paramentos, em mãos do camareiro pontifício Luís Scarampi, presentes clérigos da câmara e muitas outras pessoas. Pelo que, supomos haver ele seguido para o Oriente em companhia do cardeal Scarampi (AV., *Reg. Vat.*, vol. 467, fl. 169, — excerto em R. SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 134, n.º 1974).

Calistus, etc.

Dilecto filio nobilj uiro Valasco Farinha, militj Vlixbonensi, maritime classis seu exercitus christianorum contra Machometum, turchorum principem, et alios hostes fidei catholice vicealmiraldo, salutem, etc.

Dum fidei constantiam ac eximie deuotionis affectum, quo nos et romanam ecclesiam reuereris, necnon integritatem et prudentiam ac alias preclaras uirtutes tuas, quibus in maximis et arduis negotijs plurimum approbatus existis, diligenter attendimus, merito inducimur personam tuam condignis honoribus attollere et illam, in his que fidei catholice defensionem, conseruationem et augmentum conspicere dinoscuntur, exercere.

Vt igitur in effectum concipias quod suggerit nostre mentis affectus, te classis maritime et exercitus christianorum, contra spurcissimum Machometum, turchorum principem, et quoscunque alios christiane religionis hostes, vicealmiraldum, cum honoribus, oneribus, salario, emolumentis, prerogatiuis, immunitatibus, priuilegijs et gratijs ac iuribus et iurisdictionibus consuetis, auctoritate apostolica, tenore presentium, de fratrum nostrorum consilio, quoad uixeris, constituimus et deputamus, tibique omnes et singulas causas ciuiles, criminales et mixtas, que tam de consuetudine quam de jure per almiraldum cuiuscunque classis maritime (2) terminarj consueuerunt, audiendj, decidendi et sine dubito (3) terminandi ac precipiendi, inhibendi, necnon delinquentes quoslibet et rebelles, cuiuscunque dignitatis, status, gradus uel conditionis fuerint, penis debitis, iuxta criminum ac excessuum exigentiam, mulctandj, puniendj et carceribus mancipandj, necnon omnia alia et singula ad officium almiraldi huiusmodj similiter de iure uel consuetudine pertinentia, faciendj, disponendj et exequendj plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem, mandantes dilecto filio Ludouico, tituli Sancti Laurentij in Damaso presbytero cardinalj, camerario nostro et in eadem classe siue exercitu apostolice sedis legato et pro tempore existentj camerario nostro, quatinus ex more te ad premissum officium eiusque liberum exercitium (4), necnon honores, onera, salarium, emolumenta, iura et iurisdictiones huiusmodj, auctoritate nostra, admittat et admittj faciat, ut est moris, tibique de salario, emolumentis et alijs ad premissum officium pertinentibus respondeat et faciat ab alijs respon-

(2) No ms. *marittime*.
(3) Talvez engano, por *dubio*.
(4) No ms. *exercitum*.

derj, ac in omnibus, dictum officium quomodolibet concernentibus, tibi pareant et jntendant prestentque et prestari faciant, cum effectu (5), fauores et auxilia oportuna, de tuo quoque salario, debitis et consuetis temporibus, more solito, jntegre prouiderj permittant. Nos, autem, sententias et penas, quas rite tuleris jn rebelles, ratas et gratas habebimus faciemusque, auctore Domjno, vsque ad satisfactionem condignam, jnujolabiliter obseruarj.

Volumus, autem, quod, antequam dictum officium jncipias exercere, in manibus dilecti filij Ludouici, tituli Sancti Laurentij in Damaso presbyterj cardinalis, camerarij nostri, vel eius locumtenentis, de ipso officio fideliter exercendo prestes fidelitatis debite, in forma solita, juramentum.

Tu, igitur, officium ipsum sic studiose, fideliter et prudenter studeas exercere quod exjnde tibi, apud nos, merito commendato (6), ad maiorem honorem et vberiorem reddj jnuitemur.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo qujnto, kalendis junij, pontificatus nostri anno primo.

72

11 JUNHO 1455

Execução da carta do infante D. Henrique de 17 de Maio de 1455, a mandar reempossar Heitor de Sousa, fidalgo e vedor de sua casa, na quinta da Costa, couto do Guardão, Besteiros, a qual lhe fora concedida pelo dito infante e indevidamente tirada pelo ouvidor henriquino Gonçalo Afonso (1).

GREENWICH, *National Maritime Museum*, ms. n.º 8.056, original em papel, redigido por notário.

---

(5) No ms. riscadas as palavras *cum effectu*.

(6) No ms. *comendato*.

(1) Cfr. o DOC. 65. Heitor de Sousa foi depois vedor da casa do infante D. Henrique e seu tesoureiro-mor, do que em 11 de Janeiro de 1458 teve quitação do infante, não só daqueles cargos, como quando, por ordem do mesmo, foi aos seus tratos de Guiné, como a seu tempo se provará. Heitor de Sousa ainda vivia em 1 de Outubro de 1488.

Saibham quantos este estormento de posse virem como, aos onze dias do mes de junho do anno do naçjmento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e çjncoenta e cjnco annos, em o quintaall do julgado de Beesteiros, estando hi Gill Afonso, escudeyro dellrrey e ouujdor do ssenhor jfante dom Anryque em as suas terras da comarca da Beyra, perante ell pareçeo Afonso Annes Amo, morador no couto do Gardom, como fazedor e procurador que era dEytor de Sousa, fydallgo da casa do dicto ssenhor jfante, per poder dhũa procuraçom que logo perante o dicto ouujdor mostrou, escprita em papell, fecta e assijnada per Fernam Salgado, pourico notairo na casa do dicto ssenhor jfante.

E apressentou e leer e proujcar fez ao dicto ouujdor hũa carta do dicto ssenhor jfante, escprita em papell e assijnada per o dicto ssenhor e asseellada do sseu sseello, segundo per ella paroçia; da quall carta ho theor, de uerbo a uerbo, tall he como sse ssegue.

Segue-se o traslado da carta henriquina de 17 de Maio anterior, — o DOC. **65**.

A quall carta assy apressenta[da] perante o dicto ouujdor, como dicto he, per o dicto Afonso Annes, portador della, em nome do dicto Eitor de Sousa, rrequereo ao dicto ouujdor, da parte do dicto ssenhor jfante, que lha conprisse assy e pella guissa que em ella era contheudo.

E o dicto ouujdor, vista a dicta carta e dizer e pidir do dicto Afonso Annes, disse que obedeeçia a dicta carta e que era prestes pera a conprir logo, ssegundo em ella era contheudo. E logo, em o dicto dia, em conprimento della, per ssua pesoa sse foy aa dicta quintãa da Costa comjgo, tabaliam, e testemunhas que adyante sam escpritas; e, per poder da dicta carta, meteo logo de posse da dicta quintãa e casaaees e perteeças della e de todas suas rrendas e djreitos que a ella e ao dicto couto do Gardom per djreito perteeçem o dicto Eitor de Sousa, em pesoa do dicto Afonso Annes, sseu procurador.

O quall meteo em a dicta posse rreallmente, assy e pella guisa que na dicta carta fazia mençom, a saber, per pedra e terra e telha e per ujdes de ujnha e per chaues das casas da morada da dicta quintãa; e que mandaua a Lujs Afonso, caseeiro da dicta quintãa, que pressente estaua, e assy aos outros caseeiros della que pressentes nom estauam que, daquy adyante, nom acudisem com os fruytos e nouos e rrendas e foros della e de todos seus casaaes e perteeças saalluo ao dicto Eitor de Sousa ou a sseu çerto rrecado, so pena de todo pagarem outra uez ao dicto Eitor de Sousa; e que, outrossy, o aujam por metydo e emtregue da posse do dicto couto do Gardom e djnheiros e rrendas e djreitos que a elle per djreito perteeçem e assy e pella guissa que na dicta carta era contheudo.

Copyrighted material

Per a quall posse sse o dicto Afonso Annes, em nome do dicto Eitor de Sousa, sse deu della por entregue, assy da dicta quintãa e perteeças della como do dicto couto, com todos sseus djreitos e djnheiros que a elle perteeçem. E pidio de todo hũu estormento pourico a mjm, tabaliam adyante nomeado, pera o mandar ao dicto Eitor de Sousa. E o dicto ouujdor lho mandou dar.

Fecto foy na dicta quintãa, dia e mes e era sobredicta. Testemunhas que pressentes estauam: Nuno Fernandez, mercador, morador em o Telhado, e Lourenço Martijnz, escudeiro, morador em Santiago, e o dicto Lujs Afonso, caseeiro, todos do dicto julgado, e outros.

Eu, Joham Rodriguez, tabaliam pourico pollo dicto jfante meu ssenhor em o dicto julgado, que [a] esto pressente foy e este estormento de posse escreuj e em ell meu synall fiz, que tall he. E nom seia duujda onde he rriscada a berba que dizia mostrada nem hu he rriscado (2) nem antreljnha hu diz mjnha hu diz dicto, que eu, sobredicto tabaliam, por fazer uerdade, asy escreuj e rrisquey o que dicto he. Pague com a nota xx rreaaes *(Sinal do notário)*.

73

20 JUNHO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear os infantes D. Fernando e D. Henrique para curadores do infante D. João, seu filho primogénito, com poderes para, em seu nome, prestarem e receberem preitos e homenagens do clero, nobreza e povo do reino.

ANTT., *Cortes*, maço 2, n.º 2, inserta no instrumento notarial da mesma homenagem, de 25 dos ditos mês e ano, — donde se reproduz; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 69 v.; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 282.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova 19 do livro 4, 2.ª ed., t. 2, 1.ª parte, ps. 106-08.

Dom Afomsso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, comsirando nos açerca do jfamte dom Joham, meu muyto amado filho primogenito, herdeiro em nossos rreignos e ssenhorio, e da muyto alta e muito exçelemte rrainha

(2) Aqui duas ou três palavras ilegíveis.

dona Jsabel, minha sobre todas muyto prezada e amada molher, e como, por seruiço de Deus e nosso e bem dos dictos nossos rreignos e comseruaçom da homrra e estado do dicto ssenhor jfamte meu filho, comuijnha seer obeedeeçido e rreconheçido por ssenhor por os tres estados de nossos rreignos; conheçendo as vertudes, prudençia e descriçom, grandes bomdades e lealdades dos muy nobres e muyto prezados jfamtes dom Fernando, duque de Beja e ssenhor de Moura, comdestabre de nossos rreignos e gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Samtiaguo, meu sobre todos prezado e amado jrmãao, e o jffamte dom Emrrique, duque de Uisseu e ssenhor de Couilhãa, gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Christus, meu muyto prezado e amado tyo, damos a ambos jumtamente e a cadhũu em solido e departidamente todo nosso comprido e liure poder que, por o dicto jffamte e em seu nome, possa cadhũu deles rreçeber e rreçebam hũu do outro e outro do outro quaaesquer preitos e menajees de fieldade e obediençia e juramento e outros quaaesquer prometimentos que, de dyreito, costume e façanha e em outra qualquer guissa se costumarem e deuem fazer ou foorom fectos aos jfamtes primojenitos, herdeiros, filhos dos rreix que amte nos foorom em estes rregnos, cujas almas Deus aja em a sua samta groria, e mais lhe outorgamos e damos autoridade e poder comprido que, por o dicto jfamte meu filho e em sseu nome, ssemelhamtemente posam ambos e cadhũu por ssy rreçeber e rreçebam os dictos preitos e menajees e juramentos, assy e pella guissa que ajusso he scripto, do duque de Bargamça e comde de Barçelos, nosso muyto prezado e amado tyo, e de dom Pedro, rregedor e gouernador da hordem da caualaria do meestrado dAuis, meu muyto prezado e amado primo, e do marques de Ualença, comde dOurem, e do marques de Uila Uiçosa, conde dArrayolos, meus muyto prezados e amados primos, e dos comdes de Uila Real e da Atouguya e de Mariaalua e dos arçebispos e bispos e priol dOsprital e creerezia de nossos rreignos e rricos homeens, caualeiros e scudeiros e alcaides dos castelos e fortelezas e dos comçelhos e poboos das çidades e vilas e lugares e julguados e outras quaaesquer persoas de qualquer estado e comdiçom, tanbem ecresiasticos como sagraaes, que nos dictos nossos rreignos tenham çidades e vilas, castelos, jurdiçõoes ou quaaesquer outros beens tenporaaes que de presemte tenham ou teuerem e posam guançar e auer pera o dicto jfamte todo dyreito e auçom que ele aueria e gaanharia e poderia auer e gamçar, per rrazom dos dictos preitos e menajees de fieldade e obediemçia e juramentos e prometimentos, sendolhes fectos em sua pesoa, em tempo que ja ouuesse hidade e emtendimento comprido.

Outrosy, damos a cada hũu delles poder comprido pera fazer e dizer todalas coussas e cada hũa delas que a este auto pertençam ou possam perteençer e dele e per rrazom dele deçendam, a proueito e honrra do dicto jfamte meu filho.

Copyrighted material

E, se algũa ley ou hordenaçom, costumes ou façanhas som ou foorem per que estas coussas sussodictas embarguem ou possam embargar per qualquer maneira que seja, nos, de nossa çerta siençia, poder auseluto, as tiramos e tolhemos e descompensamos em este casso com elas e mandamos que nom ajam lugar nem força em o que suso dicto he, em todo nem em parte delo, posto que taaes cousas sejam que expresamente se deuese fazer delas mençom.

E, nom querendo algũu dos sobredictos obeedeçer, como ham pro metido e jurado, que os dictos curadores proçedam comtra eles em nome do dicto jfamte meu filho, segundo o dyreito manda, como aqueles que erram a seu ssenhor natural. Os quaaes curadores, asy dados per nos ao dicto jfamte meu filho, jurarom aos samtos euamjelhos e prometerom em nossas mãaos que bem e fielmente husem do poder sussodicto e rreçebam os dictos preitos e menajees de fieldade e obedieençia, juramentos e prometimentos, como dicto he.

E, em testemunho desto, mandamos seer fectas quatro cartas. Hũa que se emtregue aa dicta rrainha, minha sobre todas muyto prezada e amada molher, e outra se ponha na Torre do Tonbo e a outra teera o dicto jfamte dom Fernando e outra o dicto jfamte dom Emrrique. E, por aprouaçom destas cousas, mandamos dar as dictas cartas, asijnadas per nosa mãao e aseeladas com o nosso seelo do chumbo.

Damte em a nossa çidade de Lixboa, xx dias de junho. Diogo de Figueiredo a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu de mil iiij^{c} Lb.

74

25 JUNHO 1455

Instrumento notarial da homenagem e juramento do príncipe herdeiro D. João, na sala grande do paço régio de Lisboa, pelos representantes do clero, nobreza e povo do reino, perante os infantes D. Fernando e D. Henrique, nomeados para o efeito por el-rei D. Afonso V (1).

ANTT., *Cortes*, maço 2, n.º 2, original em pergaminho, — donde se reproduz.

Publicado por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova 19 do livro 4, 2.ª ed., tomo 2, 1.ª parte, ps. 104-112. Sumariado pelo mesmo autor na *História Genealógica*, ed. cit., t. 3, ps. 61-63.

(1) Sobre o assunto veja-se RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 136.

Em nome de Deus, Padre, Filho e Sprito Samto. Seja magnifesto aos que este pubrico estormento virem que, aos vimte e çinquo dias do mes de junho, anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} cinquoenta e çimquo annos, em a muy nobre, leall çidade de Lixboa, nos paaços do muyto alto e muyto excelemte primçipe e muito poderosso ssenhor dom Afomsso, per graça de Deus rrey de Purtugal e do Algarue e senhor de Çepta, na sala gramde dos dictos paaços, em presença de mim, Joham Vaasquez, caualeiro da cassa do dicto ssenhor e sseu sacretario, e de mim, Viçente Martijnz, scpriuam da puridade da rraynha, ambos notairos pubricos per autoridade rreal em os dictos rreignos e ssenhorio; e, estamdo o muyto alto e muy excelemte primçipe dom Joham, filho primogenyto do dicto ssenhor rrey e herdeiro em seus rreignos e ssenhorio, e da muyto alta e muyto excelemte primçesa e muyto vertuosa ssenhora rrainha dona Jsabel, sua molher, nossa ssenhora;

Em a dicta sala, em hũu asentamento em que estaua hũua cadeira toda rricamente armada, em a qual cadeira, em collo de sua aama, elle era aseemtado e, açerca delle, em pee estamdo os muy nobres e muito prezados e homrrados ssenhores jffamte dom Fernando, duque de Beja e ssenhor de Moura, comdestaabre dos dictos rreignos, gouernador da caualaria da hordem do meestrado de Santiaguo, aa mãao dereita, e o jfamte dom Emrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Christus, aa parte ezquerda;

E loguo açerca dos dictos prinçipes, detras o iffamte dom Fernando, estaua dom Afomsso, marques de Ualença, conde dOurem, que tijnha a espada aleuantada ao dicto primçipe, e dom Afomsso, duque de Bargamça, comde de Barçelos, per Lisoarte Pereira, rreposteiro moor do dicto ssenhor rrey, sseu sobfiçiemte procurador, e dom Pedro, rregedor e gouernador do meestrado dAuys, per Fernam Gil, caualeiro de sua cassa, sseu sobfeçiemte procurador, e dom Fernamdo, marques de Uila Uiçossa e comde dArrayolos, per o dicto Lisoarte Pereira, sseu sofeçiemte procurador, e dom Pedro de Meneses, comde de Uila Real, per ssy, e dom Martinho dAtayde, comde da Atouguya, per sy, e dom Fernamdo, arçebispo de Braguaa, per Lopo dAlmeida, veedor da fazemda do dicto ssenhor rrey, sseu abastamte procurador, e dom James, emleito e comfirmado no arçebispado de Lixboa, per Luis Eanes, seu viguairo e sseu sobfeçiemte procurador, e dom Luis, bispo da Guarda, per dom FernandAluarez Cardosso, protenotairo do padre sancto, do comselho do dicto ssenhor e sseu comfessor moor, sseu procurador abastamte, e dom Joham, bispo de Uiseu, per o doutor Vasco Martijnz, seu sobfeçiente procurador, e dom Vasco, bispo dEuora, per sy, e dom Joham, bispo de Çepta, per ssy, e dom Joham, bispo de Lameguo, per o doutor Lopo Gonçaluez, seu sofeçiemte procurador, e dom Luis, bispo do Porto, per sy, e

dom Afonso Nogueira, bispo de Cojmbra, per ssy, e dom Aluoro, bispo do Algarue, per Ruy Gomez, cooniguo do Porto, seu sofeçiemte procurador, e dom Aluaro de Castro, ssenhor de Casquaaes e camareiro moor do dicto ssenhor rrey, e dom Fernando de Meneses, moordomo moor da dicta ssenhora rrainha, e dom Duarte de Meneses, alferes moor do dicto ssenhor, e Pero Vaaz de Meelo, rregedor da Casa do Çiuel, e Martim Afomsso de Miranda e Luis Gonçaluez, ambos rrichomees, e Dieguo Soarez dAlbreguaria e Lionel de Lima e Vasco Martijnz de Meelo, alcaide do castelo dEuora, e o dicto Lopo dAlmeida, veedor da fazemda do dicto ssenhor, e Vasco Martijnz de Reesende, rregedor da justiça amtre Doiro e Minho, e Fernam Gomçaluez de Miranda e dom Amrrique Pereira, comendador moor da hordem de Samtiaguo, escpriuam da poridade do jfamte dom Fernando e veedor de sua fazenda, e o doutor Ruy Fernandez e o doutor Ruy Gomez, presidemte da Casa da Sobpricaçom, e Luis dAzeuedo e doutor Vasco Fernandez e LopAfomsso, Ruy Galuom, todos do conselho do dicto ssenhor rrey, e dom Garçia de Castro e dom Garçia dEça e dom Joham de Meneses e Joham de Meelo, copeiro moor do dicto ssenhor, e Ruy de Meelo e Gomez Freire e Joham Freire e Fernam de Meelo e Joham da Silua e Fernam Telez e Fernam da Silueira, coudel moor, e Joham de Gouuea, alcaide de Castelo Rodrigo, Vasco Pereira, Vasco da Cunha e Vasco Gomez dAbreu, Ruy de Soussa, Martim de Tauora, o Chichorro, Afomsso Furtado, anadel moor, e outros muyto nobres e notauees caualeiros e fidalgos e, aalem destes, os procuradores das muy nobres e leaaes çidades e vilas e lugares destes rreignos e outro muyto poboo.

Estamdo todos em pee, amte o dicto ssenhor primçipe e jfamtes, per Dieguo da Silueira, do comselho do dicto rrey, escpriuam da sua poridade, foy leuuda e pubricada hũa carta do dicto ssenhor, per que emcomendaua e daua carreguo aos dictos jfamtes que fosem curadores do dicto prinçipe jfamte dom Joham, sseu filho, da quall carta, de uerbo a uerbo, o trelado he este que se segue.

Segue-se a transcrição da carta régia de 20 de Junho anterior, — o nosso DOC. **73**.

E, leuda e probicada assy a dicta carta, o dicto ssenhor jfamte dom Fernando se pos loguo em jeolhos amte o dicto ssenhor jfamte dom Joham, seu sobrinho, poendo as suas mãaos amtre as mãaos do ssenhor jfamte dom Enrrique. Estamdo asy, loguo pelo dicto Diogo da Silueira lhe foy leuda e declarada a maneira em que auya de fazer preito e menajem ao dicto ssenhor jfante, seu sobrinho, e as palauras e a forma em que a fez he esta que se segue, de verbo a uerbo.

Eu, o jfamte dom Fernamdo, rreçebo e rreconheço e ey por meu verdadeiro ssenhor natural o muyto alto e muyto exçelemte ssenhor jfamte dom Joham, filho primojenito, herdeiro dos muyto altos e muyto exçelemtes primçipes e muyto vertuossos senhores dom Afomsso e dona Jsabel, per graça de Deus rrey e rrainha de Portugal e do Algarue e ssenhorio de Çepta, e façolhe preito e menagem e prometimento, per firme estepullaçom, em pesoa e em mãaos do ssenhor jfamte dom Emrrique, duque de Uisseu e ssenhor de Couilhãa, gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Christus, curador hordenado pera esto per o dicto ssenhor rrey ao dicto jfamte e por elle estepulamte, e por elle em seus preitos e prometimentos, estipulaçõoes e menajees rreçebentes que, faleçendo o dicto ssenhor rrey per morte, eu rreconheçerey e rreçeberey o dicto jfamte dom Joham por meu verdadeiro rrey e ssenhor natural dos dictos rreignos de Purtugal e do Algarue e ssenhorio de Çepta e lhe obeedeeçerey em todo e per todo a seus mandados e juizos e farey por ele guera e paz a quem me ele mandar e sua merçe for e nom obedeçerej nem rreçeberey como a rrey a outro nhũu, ssaluo a ele. E assy o juro a Deus e aos samtos euanjelhos e, em signal de sobjeiçom e obediençia e rreconhecimento de ssenhorio rreal, lhe beijo a mãao, como a meu ssenhor natural.

E, acabado de se todo esto fazer e dizer, o jfamte dom Enrrique lhe preguntou se o prometia elle de o asy conprir e fazer hũua e duas e tres vezes e o jfamte dom Fernando lhe rrespomdeo que asy o prometya e afirmaua de fazer e comprir hũua e duas e tres vezes e se aleuantou e beijou a mãao ao dicto jfamte dom Joham.

E, loguo em pos elle, o dicto jfamte dom Enrrique se asentou em jeolhos ante o dicto jfamte dom Joham e com suas mãaos postas antre as mãaos do dicto jfamte dom Fernando, e lhe fez o dicto preito e menajem per esta guisa.

Eu, o jfamte dom Emrrique, rreçebo e rreconheço e ey por meu verdadeiro ssenhor natural o muyto alto e muyto exçelente senhor jfamte dom Joham, primogenito, herdeiro dos muyto altos e muyto exçelentes primçipes e muito vertuosos ssenhores dom Afonso e dona Jsabel, per graça de Deus rrey e rrainha de Portugal e do Algarue e do ssenhorio de Çepta, e façolhe preito e menajem e prometimento, por firme estepulaçom, em pesoa e em mãaos do ssenhor jfamte dom Fernando, duque de Beja e ssenhor de Moura, condestable destes rreignos, gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Samtiaguo, curador hordenado pera esto per o dicto ssenhor rrey ao dicto jfamte e por elle estepullamte e por ele em nos seus preitos e prometimentos e estepulaçom, menajem rreçebemte que, faleçendo o dicto ssenhor rrey per morte, conheçerey e teerey e rreçeberey ao dicto ssenhor jfante dom João por meu verdadeiro rrey e ssenhor natural dos dictos rreignos de Portugal e do Algarue

Copyrighted material

e do ssenhorio de Çepta e lhe obeedeçerej em todo e per todo a seus mandados e juizos e farey por ele paz e guerra a quem ele mandar e sua merçee for e nom rreçebeerey nem obeedeçeerey como a rrey a outro nhũu, saluo a ele. E asy o juro a Deus e aos samtos evanjelhos e, em signal de sobjeiçom e obediençia e rreconheçimento do ssenhorio rreal, lhe beijo a mãao, como a meu ssenhor natural.

E, acabado de se todo esto asy dizer, o jfamte dom Fernando lhe preguntou se o prometia elle de o assy fazer e conprir hũa e duas e tres vezes e o dicto ssenhor jfamte dom Enrrique lhe dise que assy o prometia hũa, duas e tres vezes, e, emfim, se aleuantou e beijou a mãao ao dicto ssenhor jfamte dom Joham.

E, esto fecto pelos dictos jfamtes, loguo dom Afonso, duque de Bargança, per Lisoarte Pereira, rreposteiro moor do dicto ssenhor rrey, seu procurador lidimo abastante pera esto, e dom Pedro, regedor e gouernador da hordem da caualaria do meestrado dAuis, per Fernam Gil, caualeiro de sua casa, seu lidimo e abastante procurador, e dom Fernamdo, marques de Uila Viçossa, conde dArrayolos, per o dicto Lisoarte Pereira, seu lidimo e abastante procurador, e dom Pedro de Meneses, comde de Uila Real, em pesoa, e dom Martinho dAtayde, conde dAtouguya, per sy persoalmente, asy todos como vãao scpritos, cada hũu per sy, se poseram em jeolhos amte o dicto ssenhor jfamte dom Joham e, em mãaos dos dictos jfamtes curadores, lhe fizerom preito e menagem, naquela meesma forma e maneira que fezeram os dictos jfamtes ao dicto jfamte, e, aalem desto, os dictos prometimentos que os dictos jfamtes fezerom.

E assy loguo dom Fernamdo, arçebispo de Bragaa, per Lopo dAlmeida, do comselho do dicto ssenhor e veedor de sua fazemda, como procurador abastamte pera esto, e dom James, perpetuu menistrador do arçebispado de Lixboa, per Luis Eanes, sseu vigairo, como seu sofeçiemte procurador, e dom Luis, bispo da Guarda, per dom FernandAluarez Cardosso, protenatairo do samto padre, como sseu procurador abastamte, e dom Joham, bispo de Uiseu, per o doutor Vasco Martijnz, seu abastamte procurador, e dom Vasco, bispo dEuora, per ssy, e dom Joham, bispo de Çepta, per sy, e dom Joham, bispo de Lameguo, per o doutor Lopo Gonçalluez, seu abastamte, lidimo procurador, e dom Luis, bispo do Porto, per ssy, e dom Afonso Nogueira, bispo de Cojnbra, per sy, e dom Aluaro, bispo do Algarue, per Ruy Gomez, cooniguo do Porto, seu abastamte procurador, e dom Vasco dAtayde, priol da hordem de Sam Joham em estes rreignos, per sy e per seus caualeiros da dicta hordem, e esso meesmo os cabidoos e sees catredaaes, per AfomsEanes, chamtre de Lixboa, como seu procurador abastante, todos estes dictos ssenhores prelados, priol e procurador de cabijdoos, cada hũu per sy, como vãao scpritos, se poseram em geolhos amte o dicto ssenhor jfamte e fezerom suas menajees e prometimentos em esta forma.

Nos, per nossos procuradores e em pesoas, como estamos, rreconheçemos e rreçebemos e auemos por nosso ssenhor natural o muyto alto e muyto excelemte ssenhor jfamte dom Joham, filho primogenito, herdeiro dos muito altos e muyto exçelentes ssenhores dom Afonso e dona Jsabel, per graça de Deus rrey e rrainha de Portugal e do Algarue e do ssenhorio de Çepta, e lhe prometemos, como boons e fyees portugueses, que, se acomtecer em nossos dias que o dicto ssenhor rrey faleça deste mundo, conheçamos e rreçebamos, por nosso ssenhor e rrey dos dictos rreignos, o sobredicto ssenhor jfamte dom João e outro algũu nom e que trautemos todos os fectos que comprirem por bem de seu seruiço e lhe obeedeçeremos como a nosso rrey natural e por nos lhe beijamos a mãao.

E tanbem, loguo apos estes, se pos em jeolhos, amte o dicto ssenhor jfamte dom Joham, dom Aluaro de Castro, ssenhor de Casquaaes, camareiro moor delrrey nosso senhor, e dom Fernando de Meneses, mordomo moor da rraynha nossa ssenhora, e anbos, por sy e como procuradores abastamtes de todollos fidalgos do rreigno que na corte eram e em outros lugares, fezeram preitos e menajem na maneira e forma que os dictos jfamtes o fezerom, nom saindo daquela sustançia que a cadhũu foy scprito e decrarado per o dicto Diogo da Silueira.

E, aalem destes, loguo os poboos das çidades e vilas e lugares destes rreignos, per Joham Pacheco, vereador da çidade de Lixboa, e Vaasco Martijnz de Meelo, alcaide moor da çidade dEuora, como seus procuradores abastamtes, fezeram preito e menajem ao dicto jfamte, em mãaos de sseus curadores, poemdose em geolhos amte ele, fezerom o dicto preito e menajem em esta forma.

Nos, Joham Pacheco, vereador da muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, e Vasco Martijnz de Meelo, do comselho delrrey nosso ssenhor, como sobfeçientes procuradores, estabeliçidos per a dicta çidade de Lixboa e sobstabeliçidos per todos os outros procuradores dos poboos das çidades e vilas e lugares destes rreignos, como estamos de presente, em nossos nomes e dos moradores e poboradores e naturaaes das dictas çidades e vjlas e lugares, assy dos que ora som como dos que daquy adiante foorem, rreçebemos e auemos por nosso ssenhor natural o muyto alto e muyto exçelemte ssenhor jfamte dom João, filho primojenito, herdeiro dos muito altos e muyto exçelentes e muyto vertuosos senhores dom Afonso e dona Jsabel, rrey e rrainha de Portugal e do Algarue e do ssenhorio de Çepta e, como seus verdadeiros naturaaes e vasalos, lhe prometemos e fazemos preito e menajem e prometimento, per firme estepulaçom, em mãaos e em pesoa do ssenhor jfamte dom Fernando, duque de Beja e ssenhor de Moura e condestabre destes rreignos, gouernador da hordem da caualaria e meestrado de Samtiaguo, e do ssenhor jfamte dom Enrrique, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, rregedor e gouernador da hordem da caualaria do meestrado de Christus, curadores do

Copyrighted material

dicto jfamte, pera este em seu nome e por ele, estepulamtes, rreçeberem preitos e rreçebimentos, stepulaçom e menajees, rreçebementos e, faleçendo o dicto ssenhor rrey, seu padre, deste mundo, que nos, sobredictos, em nosso nome e dos dictos poboos, conheçeremos e rreçeberemos e trata[re]mos todollos fectos que perteemçerem a seruiço do dicto ssenhor jfamte dom Joham, como a nosso verdadeiro rrey naturall e dos dictos rreignos de Portugal e do Algarue e ssenhor de Cepta, e lhe obeedaçamos em todo e per todo a seus mandados e juizos e o coolhamos e rreçebamos nas dictas çidades e vilas e lugares, no alto e no baixo, e faremos paz e guerra a quem ele mandar e sua merçee for, como a nosso rrey e ssenhor dos dictos rreignos, e nom rreçeberemos nem obedeçeeremos em algũu tempo a outro, saluo a ele ou a quem ele mandar, e asy o juramos a Deus e aos samtos euamjelhos, per nos corporalmente tamgidos, em as almas daqueles cujos procuradores somos, e todo bem e lealmente comprir e guardar e manteer em todo o tempo, sob pena de treiçom; e porem loguo, em signal de sogeiçom e obediençia e rreconheçimento de ssenhorio rreal, lhe beijamos a mãao, como a nosso ssenhor natural.

E, depois destes todos, dom Afonso, marques de Ualença e conde dOurem, se pos amte o dicto ssenhor jfamte dom João em geolhos, em as mãaos dos dictos jfamtes seus curadores, per pesoa lhe fez preito e menajem na forma que o fez o duque de Bargamça, seu padre, e dom Pedro e o marques de Uila Viçosa, seu jrmãao, e os outros comdes e ssenhores, segundo he aseentado em hũu caderno que fez scpreuer o dicto Diogo da Silueira, asijnado per eles.

E, porque per os dictos jfamtes foy rrequerido ao dicto Diogo da Silueira e a nos, dictos notairos, que lhe desemos desto como se pasou scprituras pubricas, lhe demos a cadhũu seu stormento pubrico.

Testemunhas que a todos estes autos foorom: os homrrados e descretos o doutor Lopo Vaasquez de Serpa e o doutor Pero Lobato, viçechamçeler, e o doutor Gomez Eanes, todos do desembarguo delrrey, e dom frey Lourenço, abade de Pombeiro, e Meem de Brito e Gonçalo Vaasquez de Castelbramco, fidalguos da casa delrrey, e Tristom Vaasquez, çidadãao da çidade de Lixboa, e Joham de Freitas, criado delrrey, çidadãao de Cojmbra, e Diogo Afonso da Torre, cidadãao da çidade do Porto, e outros. E eu, ssobredicto Joham Vaasquez, sacretareo do dicto ssenhor e notairo pubrico em todos sseus rregnos e ssenhorio, que a todo esto fuy presente com as pessoas e testemunhas susso scpritas e no dicto dia, mes e era, e a meu fiell scpriuam este stormento fiz scpreuer e aquy fiz meu pubrico signall, que he tall *(Sinal do notário)*.

(as.) Johanes.

Copyrighted material

75

29 JUNHO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso André, escudeiro do infante D. Henrique, morador na Covilhã, para escrivão da coudelaria daquela vila e seu termo por cinco anos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 116.

Jtem, carta dAfonso Andre, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., morador em Coujlhã, em que o dam por escpriuam da coudellaria da dicta villa de Coujlhãa e sseu termo, da feitura desta carta ataa çinquo annos, assi e pella guisa que o dhi foy Rodrigo Afonso, que ora acabou sseu tenpo, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxix dias do mes de junho. Elrrej o mandou per Fernam da Silueira, etc. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

76

3 JULHO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V a favor de Alvaro Gonçalves, morador em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 71 v.

Jtem, carta dAluaro Gonçalluez, morador em Eluas, beesteiro da camara do jfamte dom Enrrique, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, iij dias de julho. Fernam Lourenço Ribeiro a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb annos.

---

(1) Sobre Afonso André cfr. os DOCS. **66** e **154** do vol. 6 e **104** do vol. 8.

Copyrighted material

77

8 JULHO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Luís Cabral, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para juiz das sisas da cidade de Silves, pela renúncia de João do Rego, contador da casa do mesmo infante (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 59 v.
Sumariada por AYRES DE SA, *Frei Gonçalo Velho*, vol. 1, p. 361.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, fiando nos da bondade e descriçom de Luis Cabrall, escudeiro da cassa do jfamte dom Anrique, meu muyto prezado e amado tio, fiamdo delle que o fara bem e como conpre a seruiço nosso e bem do poboo; teemos por bem e damollo por juiz das nossas sissas da cidade de Silues, asi e pella guissa que o era Joham do Rego, contador da casa do dicto meu tio e per sua perssoa o rrenunciou em nossas mãaos, que o dessemos a quem nosa merçee fosse.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarca do rregno do Algarue, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, biij dias de julho. Elrrey o mandou per Lopo dAlmeida, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Ruy Diaz a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb.

78

12 JULHO 14[55]

Carta de el-rei D. Afonso V, a relevar a Fernão Gil, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Santarém, cinco meses de degredo daquela vila e seu termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 175.

---

(1) Será o Luís Alvares Cabral, vedor de D Henrique a quando da conquista de Ceuta? (Cfr. a *Crónica da tomada de Ceuta*, caps. 36, 50 e 61).

Dom Afonso, etc.

A todolos juizes e justiças dos nosos rreinos e a outros quaeesquer a que desto conheçimento perteçer per qualquer guisa que seia, a que esta nosa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Fernam Gill, escudeiro do infante dom Anrique, morador em a nosa vila de Samtarem, nos djse que elle ouuera preito e demanda com hũu DjegEanes, morador em a dicta vila, djzendo ho dicto Diogo Anes contra ele que lhe dera hũa ferida per hũa mãao, da qual djzia que ficava alleigado. E contenderom tanto per a dicta demanda, que os jujzes da dicta villa julgaro[m] que o dicto Fernam Gill fose ljure e o dicto DiegEanes lhe pagase as custas, da qual ssentença o dicto DiegEanes apelou pera nos. E, ujsta per nos a dicta apelaçom com os de noso desenbargo em rolaçom, acordamos que nom fora bem julgado pelos dictos juizes e, corejendo em a dicta sentença, visto o que se polo fecto mostra, pola ferida que lhe deu e o aleijamento que lhe fica na mãao, per causa da dicta ferida, condenamos ho dicto Fernam Gill que paguase quatro mjll rreaes de emmenda e coregimento e majs que fose degradado por seis meses da dicta villa de Santarem e seu termo. E ora, o dicto Fernam Gil dizia que tem ja pago os dictos iiij mjl rreaes ao dicto Diogo Anes e mais que auja hũ mes que mantinha ho dicto degredo e que nos ped[ia] por merçee que lhe ouuesemos sobre ello algũu rremedjo e lhe alçasemos o dicto degredo que lhe asy per nos foy posto.

E nos, vendo o que nos asy djzia e pedja e querendolhe fazer graça e merçee, se asy he como el djz; temos por bem e alçamoslhe ho dicto degredo que lhe asy per nos foy posto dos çimquo meses que ajnda auja de andar fora da dicta vila de Samtarem e seu termo, se ho elle ataa ora manteue, como djz.

Porem mandamos que ho leixees viuer e morar em ho dicto logar e em outros quaeesquer logares do noso ssenhorio onde elle queser e por bem tever, sem enbargo do dicto degredo, e nom ho prendãao nem mandees prender, nem lhe façaaes nem lhe mandes fazer nem consentaaes fazer mal nem outro algũ desaguisado, quanto he por elle nom manter ho dicto degredo, porcanto nosa merçee e vontade he de lho asy alçarmos pella guisa que suso dicto he. Honde al nom façades.

Dante em a nosa çidade de Lixboa, xij dias de julho. Elrrey ho mandou, per ho doutor Lopo Vaasquez de Serpa, seu vasalo, do seu [desen]-bargo e das pitições, e per Gomez Lourenço, outrosij seu vasallo e do [seu desenbar]go. Nuno Vaasquez, por Aluaro Martijnz, a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} [Lb].

Copyrighted material

79

17 JULHO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Martim Anes, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão da alcaidaria de Lisboa, que possa fazer sinal público nos documentos emanados de seu ofício (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 59 v.

Jtem, carta de Martinhannes, escudeiro do jfante dom Henrique, etc., e escpriuam da alcaidaria de Lixboa, em que lhe dam licença e lugar que, nas escprituras que fezer que ao dicto sseu ofiçio perteençam, possa fazer e faça sinall pubrico, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xbij dias do mes de julho. Elrrej o mandou pollo doutor Pero Lobato, etc. Diego Afonso, por Gomez Borjes, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Lb.

80

20 JULHO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a ilibar da infâmia e traição em que haviam incorrido os vivos e falecidos que se uniram ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, contra o monarca e bem assim os seus descendentes, a repô-los em seus privilégios, isenções, prerrogativas, honras, liberdades, ofícios e benefícios eclesiásticos e seculares e a ordenar fossem destruídas as cartas régias originais em contrário e ainda os registos das mesmas onde quer que se encontrassem (1).

---

(1) Supomos tratar-se do Martim Anes do DOC. 112 do nosso vol. 2.

(1) É possível que esta ordem régia haja contribuído para a inutilização e desaparecimento de volumes, cadernos e folhas de livros de registo da Chancelaria de el-rei D. Afonso V, nomeadamente dos relativos aos anos de 1447, 1448 e 1449, últimos da vida do infante D. Pedro, dos quais nada ou quase nada se conserva. Sobre a dita chancelaria pode ver-se BRAAMCAMP FREIRE, *A Chancellaria de D. Afonso V*, ps. 480-81.

Copyrighted material

ANTT., *Santa Cruz de Coimbra*, pasta 37, documento inumerado, original em pergaminho, de cujo selo pendente se conservam fios de torçal em azul e vermelho, — donde se reproduz, com inclusão entre colchetes dos passos ilegíveis, por deteriorado o documento nas dobras, tomados aqueles do apógrafo editado por CAETANO DE SOUSA; e BPMP., *Ms.* n.º *793 (338)*, ao fim do volume, em cópia do século XVII, não se diz sobre que fonte, porém igualmente com falhas de texto.

Publicada, com incorrecções e omissão de texto, por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, 1.ª ed., t. 2, ps. 3-6, e 2.ª ed., t. 2, parte 1, ps. 3-7, extraída de pública-forma de 20 de Março de 1494, feita em Almada por Diogo Lopes, escudeiro da rainha e ali tabelião público, a qual se conservava no Cartório da Casa de Bragança, e passada a rogo de D. João de Almada, fidalgo da casa de el-rei, sobre original que apresentou ao juiz da dita vila.

Dom Affomsso, per graça de Deus rrey de Portuguall e do Alguarue e ssenhor de Çepta.

A quamtos esta carta ou o tralado della em pruuica forma virem ffazemos ssaber que, posto que o rregimemto de nossos rregnos e ssenhorio nos fosse emtregue liure e pacificamente, ssem nemhũua comtemda por o jffamte dom Pedro, nosso tyo, que Deus aja (2), depois, per algũu tempo, sse sseguiram amtre elle e outros gramdes dos dictos nossos rregnos discordeas, debates e dissemsõoes, por as quaaes defemdemos geeralmente que nimguem, em os dictos nossos rregnos, ajumtasse jemte darmas e fezesse asũuada e ajmda, por tolher mayor escamdallo e todo aazo e caminho de sse as dictas asũuadas fazerem, mamdamos per todos os dictos nossos rregnos que nemhũu nom fosse tam ousado, de qualquer estado e comdiçam que sseja, que com armas e cauallo fosse a chamado dalgũua pessoa ssem veer primeiro ssobrello nosso espeçial mamdado, ssob penna de morte e perdimemto dos beens, ssegumdo nos pregõoes e cartas que desto mamdamos passar mays compridamemte he contheudo (3).

E o dicto jffamte noso tyo, comtra nosso mamdado, fez chamar sua jemte, a qual, em despreço nosso e da nossa defesa, sse forom pera elle, amdamdo em asũuada por nossos rregnnos, por a qual causa foy a nos neçesareo tornarmos a ello e fazermos mercee de sseus beens a quem nos prazia, nomeamdoos ajmda per desuayrados e feos nomes e, por espe-

(2) Cfr. as cartas régias de 15 de Janeiro de 1446 (em BAQUERO MORENO, *A carta de louvor ao Infante D. Pedro de 15 de Janeiro de 1446*, ps. 11 e ss.) e de 11 de Julho de 1448 (em *Monumenta Henricina*, vol. 9, ps. 294-97), bem como o DOC. 1 do nosso vol. 10.

(3) Cfr. os DOCS. 187 a 192, 198, 199 e 211 do nosso vol. 9 e os DOCS. 39, 41 a 43, 45 a 50, 53, 54, etc. do nosso vol. 10.

rarmos e afearmos sseus fectos, mamdamos passar outras cartas, em que defemdiamos que nom ouuesem ofiçios nem benefiçios em nossos rregnnos nem algũuas liberdades, etc (4).

E ora, comfiamdo nos que algũus poderiam, em algũu tempo e em algũua maneira não verdadeira, rreprochar ho chamado da dicta jemte e o ajumtamemto, assũuada, vijmda e estada na Alfarrobeira, omde achamos o dicto jffamte, nosso tyo, por seer asy comtra nossa defesa e mamdado e ajmda por sse sseguir [acaso] e nom ex deliberado proposito, peleja amtre os nossos e os sseus, omde elle faleçeo, por ally acodir, e tambem por algũuas palauras que em as dictas nossas cartas eram postas, as quaes ssoomemte mamdamos passar por suas jemtes, desobediemçias, despreçamemto de nossos mamdados, emtemdemdo que quamto a pena he mays gramde e mays afeada que o erro cometido, tamto he mayor exempllo e espamto aos outros, moormemte em cassos tam perijgossos, ssegumdo que rrequeria a calidade do tempo e a nouidade da tomada do rregimemto de nossos rregnos.

Poremde, queremdo nos tolher toda materea descamdallo e erro que sse sseguir em algũu tempo poderia, sse nossa decraraçam nom fosse, a quall a nos ssoo perteemçe, de nosso propio moto e çerta ssabedoria do fecto todo e de todas suas çircomstamçias, per que moodo e per que causas e como passou, com plenaria deliberaçam, auido ssobresto comsselho com algũus gramdes dos dictos nossos rregnnos, sseemdo çerto que assi he verdade, nosso seruiço, bem e proueito dos dictos nossos rregnnos, pronumçiamos, deuulguamos, julguamos, ssemtemçiando declaramos a chamada da dicta jemte e asũuada, vijmda e estada que fez o dicto jffamte, nosso tyo, e dos que com elle vieram e esteueram no dicto loguo da Alfarrobeira, omde os achamos, nom seer comtra nossos rregnos nem sseer comtra ho bem delles nem sseer comtra nosa pessoa nem seer comtra nosso rreall estado nem seer nemhũu daqueles cassos nem seer pera nemhũu daquelles cassos per que pessoa deua e possa, per dereito, cayr em algũu maao nome de crime *lesse magestatis* e trayçom.

Portamto, declaramos as verbas, palauras das dictas cartas de serem em esto por nemhũuas e, com dereito e verdadeira justiça, emquamto de ffecto passaram, as rreuoguamos, anulamos, casamos, anichilamos e todo o que em ellas [se contem], he dicto, pronumçiado e escprito. E queremos e mamdamos e assi he nossa merçee e voomtade que a dicta chamada e ajumtamemto, asũuada, vijmda e estada no dicto luguar da Alfarrobeira, que o dicto jffamte, nosso tyo, fez nom faça a elle nem aos que delle desçemdem ou desçemderem nem aos que sseu mamdado e chamado comtra nossa defesa forom e com elle vieram ou aly esteueram nem a

(4) Veja-se o DOC. 85 do nosso vol. 10.

sseus desçemdemtes algũu abatimento em suas homrras, [famas], lealdade e boom nome, assy nos viuos, como nos que aly faleçeram e sseus desçemdemtes, mas amte nos praz que elles hussem e possam hussar, em juizo e fora delle, como autores e como rreeos, em praça ou em apartado, em pruuico ou em escomdido ou em outro quallquer luguar que lhe prouuer, assy em sseu nome como no daquelles de que desçemdem, posto que ja ssejam mortos ou ally faleçesem, de todolos priuilegeos, exempçõoes, perrogaatiuas, avamtageens e melhorias e de todas as outras liberdades, homrras e fframquezas que lhe o djreito outorgua e outorguaua amte que ally viesem nem tal ajumtamemto nem chamada sse cuidasse nem fezesse, pera bem de suas dignidades, nobrezas, doytorados, caualarias, ofiçios pruuicos e priuados, benefiçios, fidalguias e doutras quaesquer [honras, naturaes] ou aquisitas, em que eram postos ao tempo e amte que sse o dicto chamamemto e ajumtamemto fez [ao dicto lugar dAlfarrobeira], omde os achamos, viessem, posto ofuscados, nubilados e embarguados atee ora fossem per as dictas nossas cartas ou por ally virem ou estarem, nom como cousas perdidas, a que os ora nouamemte tornamos, mas husem delas como de coussa que per dereito numca perderam, posto que lhes o exerçiçio delas ffosse empedido per as dictas nossas cartas e verbas em ellas comtehudas, ca nossa merçee e voomtade, em justiça rregulada, he quitar, rremouer, tolher e tirar todo oustacollo, embarguo, empedimemto, ofuscaçam, nubilaçam e jmfamia *juris et facty* que lhes ataaquy, per quallquer guisa, maneira e moodo ffossem postos.

Jtem, queremos e mamdamos que, daquy em diamte, os que ally vieram e tambem esteueram possam auer todos os offiçios pubricos e priuados e estar em juizo, como autores e rreeos, e que possam auer todos os outros benefiçios ecresiastecos e ssegraaes, assi como pessoas de jmteira fama e em algũu tempo numca de dereito maculadas.

E porem mamdamos aos nossos corregedores e a todas as outras nossas justiças he ofiçiaaes a que esto perteemçer e aos çidadãaos e homeens boons das çidades, castellos e villas que os metam nos pelouros dos ofiçios do concelho, ssegumdo amte amdauam, e os que ajmda nom amdauam os metam naquelles offiçios pera que ssom perteemçemtes, ssegumdo os sseus ssemelhamtes da terra, nom embarguamte as nossas cartas que açerca desto em comtrairo ssom passadas; as quaaes rreuoguamos em todo e por nemhũuas as declaramos. E porem, mamdamos aos corregedores, comtadores, almoxarifes, çidades, castellos e villas omde as dictas cartas per nosso mamdado ssom rregistradas que rrompam os originaaes dellas e rrisquem e tirem dos liuros omde ssam rregistradas os trelados e transumtos dellas, como coussa ja casa e de nenhũu vallor e efecto.

Jtem, decraramos que aquelles que nossos uassalos eram e a sseu chamado forom e ally esteueram com elle ficarom nossos vassallos como

amte eram, ssem mays tirarem nouamemte outros aluaraaes de vassalajem, ssenom aquelle que amte que aly viessem tijnham.

Porem, porque o ffecto assi passou e a verdade asi he, a quall per algũus em algũu tempo poderia sseer trazida em duuida e o mouimemto noso quall foy, por vijrmos ssobre elle e ssobre os sseus aly omde os achamos, por comseruaçam e decraraçam da uerdade e da homrra, ffama e boom nome do dicto jffamte e dos que delle desçemdem e desçemderem e dos que a sseu chamado forom e ally com elle vieram e esteueram e dos que delles desçemdem e desçemderem, mamdamos sseer fecta esta nossa carta, asignada per nos e asseelada do nosso sseello de chumbo.

Dada em a nossa muy nobre e muy leall çidade de Lixboa, xx de julho. Joham Correa a fez. Anno do naçimemto de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçemtos e çimquoemta e çimquo annos. E eu, Joham Voguado, scpriuam da camara do dicto ssenhor rrey, a fiz scpreuer.

(as.) El Rey . . .

81

21 JULHO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João Pacheco, filho de Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa e cavaleiro do infante D. Henrique, desde o primeiro de Janeiro anterior e enquanto sua mercê for, 4.800 reais brancos, anualmente, de mantimento para o estudo (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 30 v.;—donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 296-97.

Dom Afonso, per graça de Deus, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e merçee a Joham Pacheco, filho de Gonçalo Pacheco, tesoureiro moor das nossas cousas de Cepta;

(1) Não se diz onde, mas possivelmente no paiz.

Copyrighted material

Teemos por bem e damoslhe que tenha e haja de nos, des primeiro dia de janeiro que foy, desta presemte era de iiij^{c} e Lb en diamte, emquamto nossa merçee for, quatro mjl e oytoçentos rreaes brancos em cada hũu anno, de sseu mantijmemto pera o estudo, os quaees djnheiros lhe mandaremos asseentar em lugar onde delles auera muy boom pagamento, aos quaaes per nossa carta que lhe dello, em cada hũu anno, sera dada em a nosa fazenda. E, por rrenenbrança dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, asijnada per nos e asseellada do nosso aseello pendemte, pera teer pera sua guarda.

Dada em Lixboa, xxj dias de julho. Gonçalo Cardoso ha ffez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lb.

82

25 JULHO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a mestre Isaac Franco, físico e cirurgião do infante D. Henrique, a fuga do cárcere e a prisão em que incorrera.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 64.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto perteençer, per quallquer guisa que seja, a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que meestre Jsaque Franco, fisico e ssolorgiom do jfante dom Enrrique, nosso tyo, nos enujou dizer que, andando elle a fecto com çertos parçeiros christãaos, sobre conta de hũua rrenda que teuerom o anno de iiij^{c} Lb em a villa de Torres Nouas, perante Gill Pirez, contador, e que os dictos sseus parçeeiros encaminharom como hũu delles desse delle querella e o fezerom jazer em prissom em a dicta prisom. E, temendosse de jazer em prissom perlongada, gastando o que avia, diz que fogio hũua noyte da dicta prissom em que asy jazia preso, ssem saltar per çima de muro nem quebrar cadea nem falssar chaue nem quebrar fechadura, andando ell solto ssem ferros, ssem achamdo a porta do castello fechada ssenom com hũu ferrolho ssem chaue, o quall tirara e abrira a porta e sse saira per ella. Por a quall rrazom diz que andaua amoorado,

Copyrighted material

com teemor das nossas justiças, e que nos pedia por merçee que lhe ouuesemos ssobre ello algũu rremedio e lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, por rrazom da dicta fogida que assy fogio da dicta prisam, era theudo.

E nos, veemdo o que nos asy dizer e pedir enujou e, querendolhe fazer graça e merçee, sse assy he como diz e hi mais nom ha, que elle nom quebrou a cadea nem saltou per çima de castello de menajem; teemos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça a que nos ell, por rrazom da dicta fogida que assy fogio e a dicta prisam, era theudo, contanto que, da dada desta nossa carta ataa quinze dias primeiros ssegujntes, aja carta de segurança e sse liure per sseu djreito daquello por que assy era presso. E, sse o elle assy nom fezer, esta carta lhe nom valha, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxb dias de julho. Elrrej o mandou, per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vassallo e do sseu desenbargo e das pitjçõoes, porquanto o doutor Beleauga he doente. Nuno Vaasquez, por Aluaro Martijnz, a fez. Anno do Senhor de mjl iiij° Lb annos.

83

1 AGOSTO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a justiça em que incorreu (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 29 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Pero de Taauares, fidalgo da casa do jfante dom Enrrique, meu muyto preçado e amado tyo, nos enujou dizer que lhe era dicto que podia auer dous annos que hũua Catarina Esteuez, molher de Joham Louçãao, morador em Hueiras, termo de Lixboa, e Steuam Pirez Balcato, sseu pae, querelarom e denunçiarom dell, dizemdo que entrara na casa da dicta Catarina Esteuez e que lançara della mãao pera com ella dormyr e que, de fecto, dormjra, sse lho ella consemtira, segundo sse na dicta denunciaçom ou querella mais conpridamente contijnha. E que, por-

(1) Cfr. os DOCS. 116, 117 e 176 do nosso vol. 10.

Copyrighted material

quamto o dicto Joham Louçãao ho auja dello por ssem culpa e sse deçera de tall acusaçom e esso meesmo a dicta sua molher, segundo nos dello fazia çerto per dous estormentos, hũu que pareçia ser fecto e asijnado per FernandAfonso, tabaliam na dicta çidade, aos sete dias de julho do presemte anno, outorgado pello dicto Joham Louçãao, e outro que pareçia ser fecto e asijnado per Pero Gonçalluez, tabaliam em essa meesma, aos xbj dias do dicto mes e anno, outorgado pella dicta Catarina Esteuez; que porem nos pedia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, por a dicta rrazom, em algũua guisa era theudo.

E nos, visto sseu dizer e pedir e o caso quall he e, queremdolhe fazer graça e merçee, visto o contentamento das partes; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos ell por a dicta rrazom he theudo, contanto que ell pagasse sseisçentos rreaes pera a nossa chancelaria. E, porquanto logo pagou ao nosso rreçebedor della, segundo dello fomos çerto, per aluara do escpriuam de sseu ofiçio, que os sobre ell pos em rreçepta; porem uos mandamos que, daqui en diamte, o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mall nem outro alguu desaguisado, quanto he por as cousas susodictas, porque nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guisa que dicto he. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, primeiro dia dagosto. Elrrej o mandou, per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vasallo e do sseu desenbargo e das pitiçõoes, e per Bras Afonso, outrosy sseu vassallo e ouujdor na sua corte, a que esto mandou liurar. FilipAfonso a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb annos.

84

6 AGOSTO 1455

Sentença executória das letras Romanus pontifex *de 8 de Janeiro de 1455, lavrada por D. João Manuel, bispo de Ceuta, a requisição de Nuno Fernandes Tinoco, procurador de D. Afonso V e do infante D. Henrique, a ordenar aos abades, priores, prepósitos, etc., que seis dias após a apresentação das referidas letras, uma vez requeridos por parte do rei de Portugal e do infante D. Henrique, declarem excomungados todos os que se recusem, contumazmente, a acatar o conteúdo das letras citadas, opondo-se deste modo à legítima posse e expansão do domínio português ao longo da costa africana e ilhas adjacentes, para sul do Cabo Bojador.*

ANTT., *Bulas*, maço 33, n.º 14. Original, em pergaminho,
Sumariada: no *Quadro elementar*, t. 10, p. 53; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 529.

Johanes, Dey et apostolice sedis gratia episcopus Ceptensis et primas Affrice, judex ac executor ad infra scripta, vna cum certis allijs nostris in hac parte collegis, cum illa clausula quatenus ipsi uel duo aut vnus eorum, per se uel allium seu allios, etc., a sancta sede apostolica specialiter deputatos, vniuerssis et singulis dominis abbatibus, prioribus, prepositis, deccanis, archidiaconis, cantoribus, subcantoribus (1), thesaurarijs, sacristis, custodibus tam (2) cathedralium quam colegiatarum canonicis parochialiumque ecclesiarum rectoribus ac monasteriorum quorumcunque ministris generalibus, provincialibus, vicarijs, guardianis, comendatoribus, preceptoribus ac ipsarum domorum fratribus et conuentibus quorumcunque ordinum, exemptorum et non exemptorum, plebanis, viceplebanis, archipresbyteris, vicarijs, capelanjs et benefficiatis perpetuis, curatis et non curatis, ceterisque personjs ecclesiasticis in quibuscunque dignjtatibus, gradibus uel officijs, ac presbyteris, notarijs et tabelionibus publicis quibuscunque, per regna Portugalie et Algarbij ac alias vbilibet constitutis, et cuilibet vestrum jn solidum salutem in Domino et nostris huiusmodi, ymo verius apostolicis, firmiter obedire mandatis.

Litteras felicis recordacionis Njcolay pape quinti, cuius (3) vera bula plunbea, cum fillis siricis rubey croceyque coloris, more romane curie in pendenti, bulatas, sanas et jntegras, non viciatas, non cancelatas nec in aliqua sui parte suspectas, set (4) omni prorsus vicio et suspicione carentes, ut in eis prima facie apparebat, nobis, per discretum virum Nunnum Fernandy Tinoco, militem ordinis sancti Jacoby de Spata, serenissymi et christianissimj principis dominj ac dominj Alffonssi, Portugalie et Algarbij regis Cepteque domini, ac illustris principis et dominj Henrrici, ducis Visensis (5), jnffantis Portugalie, verum et sufficientem procuratorem, in eisdem litteris apostollicis principaliter nominatorum, coram notario publico et testibus jnfrascriptis presentatas, nos, cum ea que (6) decuit reuerencia, noueritis recepisse, tenorem qui sequitur continentes.

---

(1) No ms. *subcentoribus*. Na medida do possivel, conservámos intacta a ortografia um tanto irregular deste documento.

(2) No ms. *tan*.

(3) No ms. *cuis*.

(4) O mesmo que *sed*. Aparece noutros documentos medievais.

(5) No ms. *Vissensis*.

(6) No ms. *qua*.

Segue-se a transcrição da bula Romanus pontifex, *de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, — o nosso DOC.* 36.

Post quarum quidem (7) litterarum apostolicarum presentacionem et recepcionem nobis et per nos, ut premittitur factas, fuimus per dictum Nunnum Fernandy, ipsorum dominorum regis et jnffantis verum procuratorem, debita cum jnstancia requisiti ut ad execucionem earumdem et contentorum (8) in ipsis procedere curaremus, iuxta traditam seu directam per eas a sede apostolica nobis formam.

Nos, ergo, Johannes Ceptensis episcopus, judex et executor prefatus, volens mandatum apostolicum supradictum nobis directum reuerenter exequj, ut tenemur, auctoritate (9) apostolica nobis in hac parte comissa et qua fungimur, uos omnes et singulos supradictos, quibus presens noster processus dirigitur et vestrum cuilibet in solidum, tenore presentium, requirimus et monemus, primo, secundo et tertio, et peremptorie communiter et diuisim, ac uobis et vestrum cuilibet, in virtute sancte obedientie, sub excommunicacionis pena quam, canonica monicione premissa, in uos omnes et singulos supradictos ferimus in hijs scriptis, si ea, que uobis in hac parte comjttimus et mandamus, neglexeritis contumaciter adimplere, districte precipiendo mandamus quatenus, jnfra sex dierum spacium post presentacionem seu notifficacionem presentium ac requisicionem uobis aut alteri vestrum, pro parte ipsorum dominorum regis et jnffantis super hoc factas, jnmediate sequentes, ita tamen quod alter vestrum super hoc requisitus alterum non expectet, nec vnus pro allio se excuset, quorum sex dierum duos pro primo, duos pro secundo et reliquos duos uobis vniuerssis et singulis supradictis pro tercio et peremptorio termjno ac monicione canonica assignamus (10), omnes et singulos christifideles ecclesiasticos, seculares et ordinum quorumcunque regulares ubilibet per orbem constitutos, cuiuscunque status, gradus, ordinjs uel preheminentie fuerint, etiam si archiepiscopaly, episcopaly, jnperialy, regualy, reginally, ducaly seu alia quacunque majori ecclesiastica uel mundana dignitate prefulgeant, quos omnes et singulos in prejnsertis litteris apostolicis contenta, prout mandantur, non inpleuisse (11) aut distulisse contumaciter adinplere, ipsosque regem et jnffantem quomjnus acquisita et possessa paciffice possideant ac conquestam (12), de quibus in eisdem apostolicis litteris fit mentio, prosequantur quoquomodo jnpe-

---

(7) No ms. *quiden.*
(8) No ms. *contentarum.*
(9) No ms. *actoritate.*
(10) No ms. *asinamus.*
(11) No ms. *inpreuisse.*
(12) Esta palavra está quase ilegível, no pergaminho.

diuisse mandatis et monicionibus nostris huiusmodi, ymo verius apostolicis, non paruisse cum effectu (13) constiterit, in ipsos et eorum quemlibet, si singulares perssone fuerint, excommunicacionis sententjam jncurrisse et jncurrere, si communitas uel (14) uniuerssitas ciuitatis, castry, uille seu loci, ipsam ciujtatem, castrum, villam seu locum jnterdicto subiacuisse et subiacere eo ipso declaretur et denuncietur ac publicari et denunciari faciatis, prout etiam ex nunc prout extunc, predicta sex dierum canonica monicione premissa, excommunicatos et jnterdictos declaramus, denunciamus ac denunciari et publicari volumus et mandamus, donec et quousque satisffactionem condignam eisdem regi et principi fecerint, seu cum eisdem amicabiliter concordauerint. Absolucionem vero omnium et singulorum, qui prefatas nostras sententias aut earum aliquam jncurrerint seu jncurrerit quoquomodo, uobis et superiori vestro tantummodo reseruamus.

Jn quorum omnjum et singulorum fidem et testimonium premissorum presentes nostras litteras, siue presens publicum instrumentum, processum nostrum huiusmodi in se continentes seu continens, exinde fieri et per notarium publicum jnfrascriptum subscriby (15) et publicari mandamus, nostri Johannis, Ceptensis episcopi, sigilly appensione muniri (16).

Datum et actum Vlixbone, in capela maiori metropolitane ecclesie predicte ciuitatis, anno jncarnationis Domini milesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, sexta die mensis augusti, presentibus ibidem magnifico domino Petro de Meneses, Ville Regalis comjte, et strenuis ac expectabilibus dominis militibus et venerabillibus viris Ludouico Gondisaluj, barone, et Lupo Alffonssi, conssiliarijs predicti dominj nostri regis, et Martino Alffonssi, reg (17), nec non Martino Alffonssi et Johanne Correa, predicti comitis scutiferis ac familliaribus, ad premissa vocatis specialiter et rogatis.

Johannes, episcopus Ceptensis, primas Affrice

Et me, Johanne Eduardy, auctoritate regia in dicta Vlixbonensj ciuitate publico notario, qui huiusmodi presentationi, receptionj, examjnationi, reseruationi, notificationi, jnstitutioni, inhibitioni (18), requisi-

---

(13) No ms. *effetu*.

(14) O ms. está roto neste lugar, de modo que não garantimos que a palavra desaparecida seja *uel*.

(15) No ms. *subscripby*.

(16) Talvez deva ser *munitas*, a menos que falte alguma palavra à frase.

(17) No ms. algumas letras depois de *reg*, entre elas um *d*. Será *regedor*? Mas a última letra parece ser um *s*.

(18) No ms. *injhibitioni*.

tioni (19) sententjarum, promulgationi, comjssioni seu subdellegationi omnibusque alijs et singullis dum sic, ut premittitur, per dictum dominum executorem et coram eo agerentur et fierent, vna cum prenomjnatis testibus presens fuj eaque omnia et singulla, de ipsius dominj executoris mandato et ad prefati (20) Nunj procuratoris jnstantiam, ujdi et audiuj. Jdeoque hoc presens publicum processus instrumentum manu propria subscripsi signoque meo sollito et consueto et in fidem testimonjumque omnium et singullorum signauj (21).

85

10 AGOSTO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Fernão Leitão, a pedido do infante D. Henrique, a capela instituída outrora na sé de Viseu por João Afonso, ali morador.

ANTT., *Beira*, liv. 2, fl. 62 v.

Dom Affonsso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos diserom que gramde tempo ha que, per hũu Joham Affonsso, çidadãao, pessoa leyga, morador que foy em a çidade de Viseu, foy dotada, em a dita çidade, em a ssee dhy, hũua capella, a quall cantaua Joham Martijnz, clerigo, que sse ora finou e que, por assy aver gramde tempo que o dyto Joham Affonsso he falleçido, sse nom acha o testamento nem outra escriptura que per elle açerqua desto fosse fecta pera a dicta capella poder vijnr a poder dalgũu de seus herdeyros e que, por ser dotada per pessoa leyga, cuja aministraçom della he, e desy por os beens que ho dito Joham Affonsso leixou aa dita capella serem profanos e delles nos seer pagado pedydo, quamdo per nos he lançado, a aministraçam da dita capella, per bem da nossa hordenaçam sobrello fecta, perteemçe a nos e de direito a podemos dar a quem nossa merçee for.

---

(19) No ms. *rrequisitioni*.

(20) No ms. *prefacti*.

(21) Cfr. também a sentença executória de 22 de Abril anterior, — o DOC. 61.

E ora, queremdo nos fazer graça e merçee a Fernam Leytom, morador em a dita çidade de Viseu, pollo do jffamte dom Emrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo por elle emviou pedyr; teemos por bem e damollo por manistrador da dita capella, sse a nos de direito perteemçe e a podemos assy dar, comtanto que o dito Fernam Leytom faça cantar as missas e cumpra todollos outros carregos e cousas segumdo em ella se sempre fez.

E porem mandamos aos juyzes da dita çidade de Viseu e a quaaesquer outros juizes e justiças, offiçiaaes e pessoas a que esto pertençer e esta carta for mostrada, que saybam desto ho çerto e, sse acharem que assy he como nos foy dito, façam loguo meter em posse da dita capella o dyto Fernam Leitam e lhe leixem ter e aver todallas rremdas, foros e direitos dos beens que a ella dereytamente perteemçem ssem outro algũu embargo que lhe sobre ello seia posto em algũua maneyra, porquamto lhe fazemos assy della merçee per a guysa que dito he.

Dada em a villa de Samtarem, dez dias dagosto. Elrrey ho mandou, per Lopo dAlmeyda, do sseu comselho e veedor da sua fazemda. Ruy Diaz a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{c} Lv.

86

22 AGOSTO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Antão Bernardes, escudeiro do infante D. Henrique, morador no Turcifal, termo de Torres Vedras, um ano de degredo em Marvão.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 130.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Antam Bernaldez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tio, morador no Torçifall, termo de Torres Uedras, nos enujou dizer que antre elle e hũua Catarina Rodriguez, morador no dicto logo, ouuera palauras sobre as quaees o ella ameaçara e sobre a dicta ameaça de sua casa della saira hũu Pero Castelãao com hũua lamça pera o matar, do quall sse defendera o mjlhor que elle podera. E, porque

elle, dicto Antam Bernaldez, fora ferido em hũu braço, querelara da sobredicta por sair de sua casa e que o ferira sobre a ameaça; e que, por elle nom prouar craramente sua querella e ella prouara mjlhor algũuas palauras que lhe disera, o condenarom que lhe pagasse, denjuria, iij rreaes e as custas em dobro, porquamto sse mostraua que fora presa por a dicta querella, e mais que elle fosse degradado hũu anno pera Maruom com hũu pregom na audiencia, e que assy os dictos tres mjl rreaes como as custas lhe pagase a dicta cadea. Polla quall rrazom sse elle amorara e andaua por ello amoorado, com teemor de por ello ser preso, pedindonos por merçee que a ello lhe ouuessemos algũu rremedio e o ouuessemos por rreleuado do dicto degredo e prisam e, quamto aos djnheiros e custas e emmenda e corregimento, lhe queria paguar.

E nos, veemdo o que nos assy dizer e pedir enujou e queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamoslhe o dicto degredo e auemmollo por delle rreleuado e no al mandamos que sse compra a dicta ssentença em todo.

E porem vos mandamos que o nom prendaaes, nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mal nem outro algũu desaguisado, quanto he por elle nom hir manteer o dicto degredo que lhe assy foy posto do dicto anno, porquanto nosa merçee he de o avermos por perdoado e rreleuado delle pella guisa que dicto he, ssem outro algũu embargo que lhe sobre ello seja posto em nehũa guisa que seja. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xxij dias de agosto. Elrrej o mandou, per Gomez Lourenço, sseu vasallo e do sseu desenbargo, que ora por sseu espiçiall mandado tem carreguo de desenbargar os fectos dos agrauos e petiçõoes. Joham de Villa Real, por Aluaro Martijnz, a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb. E, porquanto aqui nom era o nosso sseello pendente, mandamos asseellar esta carta com o nosso da puridade.

87

[26 AGOSTO 1455?]

Letras Etsi cuncti *do papa Calisto III, dirigidas a Nuno Fernandes Tinoco, cavaleiro da Ordem Militar de Santiago e secretário régio, a conceder-lhe licença para guerrear os sarracenos com caravelas ou navios armados, para reduzir os prisioneiros à escravidão e ficar com os bens deles, e para ele e companheiros poderem*

escolher quem os absolvesse de todos os pecados, ainda dos reservados à Santa Sé, e lhes concedesse indulgência plenária em artigo de morte (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 457, fl. 29, — donde se reproduzem.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 307, n.º 997.
Sumariadas por DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, p. 827, nota 3.

Calistus, etc.

Dilecto filio Nunio Fernandj, fratri et militi milicie Sancti Jacobi de Spata, salutem, etc.

Etsi cuncti christiano nomine insigniti, pro conseruacione et augmento catholice fidei, bona omnia et etiam vitam exponere teneantur, veruntamen fratres miliciarum eo magis ad id sunt astricti, quo ipsorum religio ad hoc extitit instituta. Vnde non debet jndignum reputari si eisdem militibus nos reddimus in graciarum exhibicione benignos, qui prelibate fidei hostes conterere solicitudine indefessa toto posse conantur.

Cum, itaque, sicut pro parte tua fuit nobis nuper expositum, contin-

---

(1) Nos índices da Chancelaria de D. Afonso V nada se encontra sobre Nuno Fernandes Tinoco, aparentado, possivelmente, com o moço da câmara do infante D. Henrique e navegador da Guiné Aires Tinoco, com Fernando Aires Tinoco e com Gomes Aires Tinoco. Cavaleiro da Ordem de Santiago, a biografia de Nuno Fernandes deve conservar-se, em parte, no que resta do arquivo daquela Ordem Militar, à qual se podem adicionar os dados referenciados por bulas e outras letras pontifícias.

Filho natural de sacerdote da diocese do Porto, Nuno Fernandes Tinoco deve ter feito estudos que lhe permitiram, como civil, ascender a secretário, procurador e embaixador régio e ainda a núncio pontifício. O papa Nicolau V autorizou-o a ingressar na Ordem de Santiago, dispensando-o da ilegitimidade. Nuno Fernandes foi o agenciador da célebre bula daquele pontífice *Romanus pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, a reconhecer a Portugal os nossos descobrimentos e conquistas, e foi também quem tratou da execução da mesma, em Roma e em Portugal, como secretário de D. Afonso V e do Navegador (DOCS. 61 e 84). O referido Tinoco assistiu em Roma ao coroamento do papa Calisto III, fez parte da embaixada portuguesa que lhe prestou obediência em nome de D. Afonso V, foi embaixador pontifício a várias partes, veio a ordenar-se, teve benefícios no país e autorização do papa para ascender até ao Mestrado de Santiago. A documentação da chancelaria romana sobre Nuno Tinoco, alguma da qual transcrevemos, pode ver-se nos excertos de RIUS SERRA, *Regesto Ibérico de Calixto III*, vol. 1, n.ºs 4, 468, 558, 997, 1161 e 1468, e vol. 2, n.ºs 1581, 1679, 1700, 1820, 1839 e 1985.

O registo do presente documento não indica o dia e mês em que foi passado, mas apenas o ano de 1455 e primeiro do pontificado de Calisto III. Pelo que, o localizamos em 26 de Agosto daquele ano, com interrogação, como também fez RIUS SERRA.

gat sepenumero fratres dicte militie, contra saracenos regno Portugalie vicinos, bella gerere ac tu, qui carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, secretarius existis, feruenti desiderio cupias vnam vel plures carauellas (2) seu alia nauigia armare et contra ipsos saracenos accedere, nos, tuum laudabile propositum in hac parte plurimum in Domino commendantes et, vt illud celeriter adimplere possis, tibi et alijs personis tecum, super eisdem carauellis (3) seu nauigijs, animo contra ipsos infideles bellandj accedere aut ad tam pium et laudabile opus contribuere volentibus, aliqua spiritualia munera, vt exinde animarum salutem consequi possitis, elargiri volentes, tuis in hac parte supplicationibus jnclinatj, tibi et eisdem personis necnon cuicunque sacerdoti seculari vel ordinis cuiuscunque regulari per te eligendo, fratri etiam mendicancium, qui ad predicandum crucem aptus et ydoneus existat, quam primum carauellas (4) seu nauigia huiusmodi, animo debellandj contra dictos infideles, ascenderis et ascenderint, apostolica auctoritate concedimus quod omnia et singula bona que tu, per te vel tuos per te deputandos patrones seu capitaneos aut sacerdotem vel fratrem huiusmodi, debellando vel inuadendo contra infideles ipsos duntaxat, terra marique acquisiueris seu acquisiuerint, in tuam et sociorum tuorum, qui in dicta guerra fuerint, vtilitatem conuertere dictosque christiane religionis hostes jnuadere, percutere, interficere, capere et in seruitutem redigere ac eos vendere, absque alicuius pene seu irregularitatis incursu, libere et licite perpetuo valeas et valeant, quodque quilibet vestrum ydoneum possit eligere confessorem secularem vel religiosum ordinis cuiuscunque, qui te et ipsos a quibuscunque peccatis, excessibus, criminibus et delictis quantumcumque enormibus, necnon periurij ratibus et transgressionibus, etiam si talia fuerint propter que sedes apostolica foret merito consulenda, tam in vita, quandiu huiusmodi negocio institeritis (5), quam in mortis articulo absoluere et, pro commissis, quociens opportunum fuerit, salutarem penitenciam jniungere necnon dicto sacerdotj, vt tibi et eisdem personis in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obediencia et deuocione nostra et successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrancium persistentibus, plenariam omnium peccatorum vestrorum remissionem, etiam in vita et in mortis articulo concedere (6) valeat, eadem auctoritate jndulgemus prefatoque sacerdotj tecum, absque alicuius pene incursu et alia licencia, veniendj, commorandj et predicandj plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem, sic tamen

---

(2) No ms. *clarauellas.*
(3) No ms. *clarauellis.*
(4) No ms. *clarauellas.*
(5) No ms. *insteteritis.*
(6) No ms. *condere.*

Copyrighted material

quod jdem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfacio impendenda, eam tibi et dictis personis, si superuixeritis, vel per heredes vestros, si forte tunc transieritis, faciendam jniungat, quam vos vel illi debeatis adimplere, alioquin huiusmodi remissio, in mortis articulo, nullius sit roboris vel momentj.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis, jndulti et voluntatis jnfringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, pontificatus nostri anno primo.

88

2 SETEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido de Gonçalo Pachcco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro-mor de Ceuta em Lisboa, lhe couta assentamento de moinho e leziria por ele possuidos na Ribeira da Atalaia (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 83, — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 4, fl. 288 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 299-301.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que Gomçallo Pacheco, thesoureiro moor da nossa çidade de Çepta, nos disse que elle tem, na Ribeira da Atalaya, hũu assemtamento de moinho com hũua lezira, que he toda çercada da dicta rribeira, de tall guisa, que nom teem entrada algũua a ella, saluo per a leuada do dicto moinho, e que em ella esta hũua pequena de mata, que sseus antecessores e elle criarom, pera huso e corregimento do dicto moinho, e que a mayor parte da dicta lezira sse laura e ssamea cadano; e, porque os lauradores do dicto logar e comarqua darredor hiam cortar madeira aa dicta mata e sseus gaados pastar

(1) Sobre Gonçalo Pacheco, muito referenciado também na *Crónica... de Guiné*, cfr. os DOCS. **100** do nosso vol. 6, **11** do vol. 10 e **6** e **81** do presente volume.

Copyrighted material

aa dicta lezira, os quaees lhe quebrantauam e destroijam a leuada do dicto moinho, por que a ella hyam os dictos sseus anteçesores e elle; esso meesmo sse aqueixarom dello aos corregedores que foram em a nossa comarqua de Estremadura, e, por a dicta lezira seer asy çercada sobre ssy da dicta Ribeira e nom auer entrada a ella, ssoomente pela leuada do dicto moinho, lhes deram sseus mandados per que a ouueram por coutada e bem asy a dicta leuada e mata, mandando que, por cada cabeça de gaado ou besta que em ellas fosse achado, pagase, de coyma, vijnte rreaes , da quall ameatade fosse pera o concelho e a outra meetade pera o senhorio ou moleiro que no dicto moinho esteuesse, e esso meesmo qualquer pessoa que aa dicta mata fosse cortar madeira e paaos; e que, nom enbargamte todo esto, que os dictos lauradores e moradores do dicto lugar e comarqua nom leixauam de hir cortar aa dicta mata paaos, quamdo lhe apraz, e sseus gaados e bestas pastar na dicta lezira, em tall guisa que lhe quebrantauam e ronpiam a leuada do dicto moinho, em o que reçebia grande perda e agrauo; e que, porquanto hy ha outras matas em que sse podera auer madeira e paaos em maior abastamça e bem assy terra em que poderam pastar, nos pedia por merçee que lhe coutassemos a dicta lezira e mata e leuada do dicto moinho.

E, visto per nos sseu rrequerimento com os mandados dos dictos corregedores e como sse per elles mostra auerem a dicta lezira e mata della por coutada, sob pena suso escprita, por sseer çercada da dicta rribeira e nom teer outra entrada a ella, somente per a dicta leuada, e assy como somos çertos que ha hy outras matas darredor, em que os dictos lauradores e moradores do dicto lugar e comarqua poderam auer madeira e paaos, quantos lhe forem conpridoiros pera sseus husos e arrados, e como a dicta lezira he toda cercada da dicta rribeira sobre ssy e esso meesmo, conssirando os muitos seruiços que o dicto Gonçalo Pacheco e sseu linhajem donde elle descende fezeram aos rreix nossos anteçessores e esperamos del que nos faça mais ao deante e, queremdolhe fazer graça e merçee;

Temos por bem e coutamoslhe a dicta lezira e mata della e leuada do dicto moinho, a saber, de cortarem em a dicta mata nemhũa lenha, paaos nem outra algũua madeira, e de pastarem em a dicta lezira e leuada gados nem bestas. E queremos e outorgamos e mandamos que quallquer pesoa que aa dicta mata for cortar lenha ou madeira perca o machado ou fouçe ou podom com que os assy cortar e mais pague, de coyma, dez rreaes e bem assy pagem, de coyma, por cada cabeça de gaado ou besta que em a dicta leuada ou lezira forem achados, outros dez reaes, afora o dapno que em ellas fezerem, dos quaees djnheiros de coymas a metade seja pera o concelho e a outra meetade, com os machados, fouçes e podõoes e dampnos, sejam pera o dicto Gonçalo Pacheco ou per[a] quallquer outra pesoa que o dicto moinho e lezira despois dell ouuerem e pussuy-

rem. E, per esta, damos poder ao dicto Gonçalo Pacheco e assy [a] quallquer outro que o dicto moinho e lezira depois dell ouuer e posuir que, per ssy ou per sseus homeens ou pello moleiro que em o dicto moinho teuerem, possam fazer penhora em as pessoas e gaados que na dicta mata e lezira e leuada acharem, fazendo cada hũua das cousas defesas suso declaradas.

E porem mandamos ao corregedor que ora he ou for ao deante em a dicta comarqua e correiçom da Estremadura e aos juizes do dicto logo da Atallaya e a todollos outros juizes e justiças, oficiaaes e pesoas a que o conheçimento desto perteençer per quallquer guisa e esta nosa carta ou trellado della em pubrica forma, fecta per autoridade de justiça, for mostrada, que ajam a dicta lezira e mata della e leuada do dicto moinho por coutadas e priuiligiadas de todas as sobredictas cousas e cada hũua dellas, sob as dictas penas, como ssuso dicto he, e lhe conpram e goardem e façom bem conprir e guardar em todo esto esta nossa carta bem [e] conpridamente como em ella he contheudo e lhe nom vãao nem consentam hir contra ella em maneira algũua, ssem outro embargo que hũus e outros a ello ponhaaes.

Dada em Santarem, ij dias de setembro. Elrrej o mandou, per Gomez Lourenço, sseu vassallo e do sseu desenbargo, que ora, por sseu espiciall mandado, teem carrego de desenbargar os fectos dos agrauos e pitiçõoes. Fernam Lopez, por FilipAfonso, a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb. — Riij rreaes.

89

9 SETEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a outorgar e confirmar ao infante D. Henrique o regimento das saboarias que lhe fora dado por el-rei D. João I (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 7, fl. 53 v., —— donde se reproduz; e liv. 13, fl. 17 v., com variantes não substanciais, que anotamos, ali datada de 19.

---

(1) Desconhecem-se o teor e a data do diploma joanino em referência, possìvelmente anterior ao DOC. 46 do nosso vol. 3, de 24 de Janeiro de 1424, o qual foi confirmado por D. Duarte em 26 de Setembro de 1433 (DOC. 88 do retrocitado volume), pela regência do reino em 1 de Junho de 1439 (Doc. 137 do vol. 6) e por D. Afonso V em 8 e 12 de Março de 1449 (DOCS. 18 e 29 do vol. 10).

Copyrighted material

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que o jfamte dom Amrrique, meu mujto prezado e amado tio, nos emuiou dizer em como, ao tempo que lhe per elrrey dom Joham, cuja alma Deus aja, foy dada a saboaria destes nossos rreinos, lhe outorgou hũu rregimento e liberdades (2) pera as dictas saboarias (3), per esta guissa.

Primeiramente, que nenhũa pessoa nom faça sabom nem o uemda nem tragua de fora parte, saluo aquelles a que o dicto meu tio der lugar e leçemça, per o quall e quallquer que o fezer ou trouxer (4) de fora parte perca (5) as cassas e os arteficios e quaeesquer outras coussas em que o trouxer ou fezer. E sejam pressos estes (6) que em esto emcorrerem, atee (7) que os elle mande soltar.

E que, quamdo o dicto meu tio arremdar as dictas saboarias, nenhũu nom faça nem vemda sabom, saluo se forem os dictos rrendeiros delle ou aquelles a que elles derem leçemça. E quallquer que o fezer perca as cassas e artefiçios em que o fezer e sejam pera os dictos rrendeiros.

E que elles e seus rrequeredores possam trazer armas emquamto forem nossos rrendeiros (8) e ajam os priuilegios que am os nossos rrendeiros e que nom sejam teudos de pagar sissa de sabom que uemderem, saluo se for o dizemo daquello que lhe as dictas rrendas forem dadas (9) e majs nom. E que os dictos rremdeiros nom sejam teudos descpreuer o dicto sabom e que jsso mesmo os dictos sisseiros nom possam com elles uaregar. E que os dictos rrendeiros possam fazer suas çimzas em quaeesquer matas, comtamto que nom sejam coutadas nem defessas per nossas cartas, e que nom façam danno, quando asy fezerem as dictas çimzas (10). E, se o fezerem, que o paguem aaquelles a que o dano for fecto.

E, quamto he aas compras dos azeites e cimzas e outras coussas que os dictos rrendeiros comprarem pera fazerem os dictos sabõoes, paguem dello suas sissas (11), segundo pagam das outras mercadorias. E pedi[o]-nos o dicto meu tio que lho outorgassemos e comfirmassemos esto por nossa carta.

---

(2) No ms. *liurelidades*. Seguidamente, anotamos as variantes da cópia do liv. 13, fl. 17 v., citado.

(3) *a dicta saboaria*.

(4) *licença pera ello. E quallquer que o fezer ou trouuer*.

(5) *que perca*.

(6) *ouuer ou fezer e que sejom pressos esses*.

(7) *ataa*.

(8) *armas em mentre forem rrendeiros*.

(9) *forem rrendadas*.

(10) *a dicta çinsa*.

(11) *que paguem dello sua sisa*.

E nos, uisto seu rrequerimento e queremdolhe fazer graça e merçee, temos por bem e lho outorgamos e confirmamos per a guissa que dicto he.

E porem mamdamos aos vedores da nossa fazenda e comtadores, corregedores, juizes e justiças e ofiçiaes e pessoas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que lha conpram e gardem e façam comprir asy e tam compridamente como em ella he comteudo, sem outro embarguo que a ello ponham em nenhũa maneira que seja.

Dada em Sanctarem, ix dias de setembro. Ruy Djas a fez, (12) de mjll e iiij^{c} Lb. Martjm Gjll a fez (13) escpreuer e aqui sobescpreuy per mjm.

90

15 SETEMBRO 1455

Memorando entregue por el-rei D. Afonso V de Aragão a mossem Berenguer Dolnis, seu conselheiro e governador do reino de Maiorca, sobre o que, da parte do dito monarca, deve expor ao duque de Sabóia e ao delfim de França, se com eles se encontrar, sobre a guerra contra os turcos, no qual ele declara estar disposto a iniciá-la o mais depressa possível e que, se o papa e outros príncipes se acharem de acordo, se alcançará tal poderio militar, que não só defenderão as terras cristãs vizinhas dos turcos, mas conquistarão as deles.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2659, fl. 165.

Memorial acomanat per lo sserenissimo rrey dArago, de les dos Sicilies, etc., al magnifich mossen Berenguer Dolnis, conseller del dit ssenyor e gouernador en lo rregne de Mallorques, de les coses que, per part del dit ssenyor, dir deu als jllustrissimos duch de Sauoya e delfí de França, si per cas ab aquells se veura.

Primerament, lo dit mossen Berenguer, essent en part on sia lo dit illustrissimo duch de Sauoya, per part del dit ssenyor, visitara a aquell

(12) *Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo.*
(13) *Eu, Martim Gil, a fiz.*

e la jllustrissima duquesa, sa muller, e, dites les pertinents salutacions, los auisara de la bona disposicio de la persona del dit ssenyor e prosperidat dels seus affers, segons es be informat.

Jtem, dira al dit jllustrissimo duch, en virtut de la letra de creença que sen porta del dit ssenyor al dit duch dreçada, la liberacio feta per lo dit ssenyor de fer armada contra lo turch, la maior e pus presta que pora. En axi que, si per nostre ssenyor lo papa e altres princeps e potencies se entendra en fer lo semblant, confia lo dit ssenyor que sera tal potencia, que sera sufficient, no tant solament a defendre les terres de christians vehines al dit turch, mas a offendre e acquistar de les sues e de aquelles e de ell hauer victoria. E on lo dit sanct pare e altres potencies dilatassen enttendre en la dita empresa, lo dit ssenyor, per sa part, fara son fforç e aquella proseguira. De la qual cosa a ell, com a amich, ha volgut auisar.

E consemblant visitacio, salutacio e auisacio fara lo dit mossen Berenguer al dit jllustrissimo delfi de França, si ab aquell se veura. Rex Alfonsus.

Expeditum jn castello nouo Neapolis, die xv^{a}. septembris, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc^{o}. L quinto. Rex Alfonsus.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.

91

18 SETEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, de mercê a João Alvares, escudeiro da casa do infante D. Henrique, dos bens deixados por Vicente Simões, morador que foi em Punhete, actual Constância, com obrigação de mandar celebrar uma missa e trintário, anualmente.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 83, — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 7, fl. 298.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram como hũu Viçente Simõoez, morador que foy em Punhete, ao tempo que sse finou desta vida presente, leixou çertos beens que em a dicta vila tijnha

Copyrighted material

a hũua capella que sse cantase por sua alma, da quall elrrej dom Joham meu auoo, cuja alma Deus aja, fez merçee a hũu Aluaro Afonso Portas, hi morador, a quall senpre em sua vida a mandou cantar em cada hũu anno por a alma do dicto Viçente Simõoez por os dictos beens, hũua misa e hũu trijntairo, e ora, porque o dicto Aluaro Afonso faleçera desta vida presente, os dictos beens pertençiam a nos e os podiamos dar a quem nossa merçee fosse.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Joham Aluarez, escudeiro de casa do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nollo enujou pedir, se asy he como nos foy dicto e que, por a dicta rrazom, a nos pertençeem de djreito e que os podemos dar; teemos por bem e fazemoslhe delles merçee, com o dicto emcarreguo que os tijnha o dicto Aluaro Afonso, e que mande (1), em cada hũu anno, cantar a dicta misa e trijntairo, asi e per a guisa que fazia o dicto Aluaro Afonso.

E porem mandamos a todollos corregedores, juizes e justiças, ofiçiaes e pesoas a que o conheçimento desto pertençeer que, seendo as partes a que esto pertençeer citadas e ouujdas segundo dereitamente deuem, salbam desto o çerto e vãao per o fecto em diante, tirando sobrelo jnqueriçom judiçiall, e vãao per o fecto em diante como he hordenado. E, se acharem que asi he como nos foy dicto e que nos pertençeem de djreito, os façam logo todos entregar ao dicto Joham Aluarez. E, se algũuas das partes quiserem apelar da sua ssentença, denlhe apelaçom ou agrauo, nos casos que o djreito outorga, guardando a todos seu djreito compridamente, como he rrazom, em tal guisa que lhe nom seja fecto agrauo. E esta merçee lhe fazemos, contanto que nom faça avença com as partes sem nosa leçença. Honde al nom façades.

Dada em Santarem, xbiij dias de setembro. Fernam Lourenço Ribeiro a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

92

18 SETEMBRO 1455

Sentença de Eurico Vasques, escolar de decretos e Vigário-Geral de Lisboa, no pleito movido pelo mosteiro de S. Vicente de Fora, da mesma cidade, contra João de Loures, residente nos

(1) No ms. *manda*.

Copyrighted material

Olivais, sobre servidão requerida pelo mosteiro em quinta do cabido, já outrora contestada pelo emprazado Pero Delgado, escudeiro do infante D. Henrique, cuja acção se historia.

ANTT., *S. Vicente de Fora*, maço 31, n.º 31. Original em pergaminho, destinado ao referido mosteiro, com selo pendente, em cera.

Ereque (1) Uasquez, scollar em canones, vigairo geerall pollo honrrado Joham Gonçalluez, dayam de Ljxboa e prioll de Santa Maria de Loures.

A quantos esta ssentença denprazamento de partes vyrem faço saber que, perante mym, em jujzo, pareçerom partes, conuem a saber: Aluaro Afonso, coonjgo e procurador do moesteyro de Sam Viçente de Fora, como autor da hũa parte, e Joham de Loures, morador nos Oliuaes, na quintãa do cabido da see da dicta çidade, que he aalem do Poço do Bispo, freeguesia de Santa Maria dos Oliuaes, como rreeo, da outra.

E logo, per o dicto Aluaro Afonso, priol do dicto moesteyro, foy dicto e posta auçom per palaura contra o dicto Joham de Loures, djzendo que era uerdade que o dicto moesteyro estaua em posse, per mujtos tenpos e annos, de aver serujdom pera hũu lagar e oliuaaes e baçello que o dicto moesteyro tijnha e ha no dicto logo dos Oliuaes, honde chamam de meestre Gregorio, per hũu camjnho que uay per ante a porta da dicta quintãa do dicto cabidoo, que ora trazia enprazada o dicto Joham de Loures, segundo que me logo fez çerto o dicto Aluaro Afonso, per hũu estormento de ssentença escprita em purgamjnho, que contaua seer dada per Lopo de Veeyros, escudeyro, jujz do çiujll, que entom era na dicta cidade e escprita e sinada per Gill Afonso, tabaliam que foy na dicta cidade, aos çinquo dias do mes doutubro, anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Rb annos.

Na quall ssentença fazia mençom que, trazendo Pero Delgado, escudeyro do senhor jffante dom Anrrique, enprazada a dicta quintãa do dicto cabidoo, o dicto Pero Delgado quisera tolher ao dicto moesteyro a serujdom que asy tijnha per ante a porta da dicta quintãa. Por a quall rrazom, o dicto moesteyro entrara com elle a demanda perante o dicto Lopo de Veeyros sobre a dicta serujdom. E o dicto Lopo de Ueeyros, por tirar as dictas partes de preyto e demanda, mandou a Diego Gill, prioll da capella, como procurador que era do dicto moesteyro, e ao dicto Pero Delgado que se louuassem em algũus homeens boos antigos, que

(1) *Ereque* por *Erequo, Eriquo* ou *Eurico*. Cf. a assinatura do documento.

rrazom teuessem de o saber, que fossem veer se avia dauer o dicto moesteyro serujdom per ante a porta da dicta quintãa, segundo que o dicto moesteyro alegaua. E o dicto Pero Delgado e o priol do dicto moesteyro disserom que lhes prazia dello, os quaees se louuarom em Joham Reynell e em Viçente Annes, seu filho, e em Joham Annes Monom e em Aluaro Tirado, todos moradores nos Oliuaes, termo da dicta çidade.

Os quaees forom veer o dicto logar e, per juramento dos sanctos auangelhos, que lhes fora dado, diserom ao dicto jujz que eles sabiam bem o dicto logar e que, do tenpo que se elles acordauam, que senpre viram antigamente que o dicto moesteyro e os foreyros que traziam o dicto lagar e oliuaes e baçello do dicto moesteyro que senpre se serujram per hũu camjnho que uay perante a porta da dicta quintãa do cabidoo, asy com bestas como sem ellas, sem contradiçom algũa.

E o dicto jujz, visto o dicto e [o] testemunho dos dictos homens boos, em que se as dictas partes louuaram, per ssentença defenjtiua, julgando, mandou que o dicto moesteyro e seus foreyros se serujssem per o camjnho dante a porta da dicta quintãa, asy como se senpre serujram, asy com bestas como sem ellas, segundo que na dicta ssentença majs conpridamente era contheudo; djzendo o procurador do dicto moesteyro que o dicto Joham de Loures, depojs que ouuera a dicta quintãa do dicto cabidoo, fezera hũa parede ante a porta da dicta quintãa, em tanto que toruaua a dicta serujdom, pidindome o dicto Aluaro Afonso, priol do dicto moesteyro, que, per mjnha ssentença e çenssura ecresiastica, costrangesse o dicto Joham de Loures, rreeo, que derribasse a dicta parede que agora nouamente fezera e leyxasse aver ao dicto moesteyro e seus foreyros a serujdom per o dicto camjnho, como senpre ouueram, asy pera o dicto baçello como pera seus oliuaes.

E eu, visto seu djzer e pidir do procurador do dicto moesteyro com a dicta ssentença, fjz perguntar ao dicto Joham de Loures que enbargos tijnha elle ao dicto moesteyro nom aver serujdom per o dicto camjnho, segundo que fazia mençom na dicta ssentença, dada per o dicto Lopo de Ueeyros, como senpre ouuera. E o dicto Joham de Loures disse que, posto que o dicto moesteyro ouuesse serujdom per ante a porta da dicta quintãa, que a elle, dicto Joham de Loures, lhe pode (2) vijr algũu perjujzo, serujndose per aly; porque, estando elle em casa ou aa porta da dicta quintãa aas desoras, por aver serujdom per ante a dicta porta, algũu lhe podia fazer a elle ou aas suas cousas algũu perjujzo, majs que elle queria dar ao dicto moesteyro outra serujdom per a terra do dicto cabidoo, que era mjlhor e majs perto pera o dicto baçello.

---

(2) No ms. *puder*.

E eu, visto em como o dicto Joham de Loures djzia que queria dar ao dicto moesteyro e seus foreyros outra serujdom mjlhor e majs perto pera o dicto baçello e sem perigoo a elle, dicto Joham de Loures, mandey ao priol do dicto moesteyro que fossem veer a serujdom que lhes daua o dicto Joham de Loures; e, se vissem que era proueyto do dicto moesteiro, que a tomassem, por escusarem algũu perjujzo que se podia rrecreçer ao dicto Joham de Loures; e, se sse nom concordassem, que entom eu julgaria aquello que achasse per direyto. E, depojs desto, pareçerom perante mym, em jujzo, Joham Lobo, procurador do dicto moesteyro e Vasco Fernandez, coonjgo do dicto moesteyro, e o dicto Joham de Loures. E logo, per o dicto Vasco Fernandez foy dicto que o prioll e conuento do dicto moesteyro e o dicto Joham de Loures eram ja dacordo, conuem a saber, que o dicto Joham de Loures daua ao dicto moesteyro e seus foreyros serujdom darredor dalmoynha da dicta quintãa do cabidoo, que esta defronte da dicta quintãa e que me pidiam, asy o dicto Joham Lobo, procurador do dicto moesteyro, como o dicto Joham de Loures, que o julgasse asy per ssentença.

E eu, visto seu djzer e pidir, asy da hũa parte como da outra, e, de prazimento das dictas partes, per mjnha ssentença, julgando, mandey e mando que o dicto moesteyro e seus foreyros ajam, daquy en diante, pera senpre, serujdom pera o dicto baçello e suas herdades per darredor da dicta almoynha, segundo que lhe agora he dada per o dicto Joham de Loures, asy e pella guysa que a senpre ouue per o camjnho dante a porta da dicta quintãa do dicto cabidoo. Da quall cousa o dicto Joham Lobo, procurador do dicto moesteyro, e o dicto Vasco Fernandez, coonjgo, me pidirom assy hũa ssentença, pera guarda e conseruaçom do dicto moesteiro, e o dicto Joham de Loures pidio outra. E eu lhes mandey dar, anbas de hũu theor. E esta he pera o dicto moesteyro.

Dante em a dicta cidade, sob meu sinall e seello do dicto senhor dayam, xbiij dias do mes de setenbro. Diego Rodriguez, escpriuam a fez. Anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° L e cinquo annos. Pagou xxxb rreaaes.

(as.) Ericus, decretorum scollar.

93

10 OUTUBRO 1455

Memorando entregue pelo rei de Aragão a Martim Mendes de Berredo, embaixador português, no qual, em resposta a pergunta do rei de Portugal sobre se o soberano aragonês tencionava ir pessoalmente contra o turco e acerca de outras particularidades sobre o mesmo assunto, o rei de Aragão responde: que, apesar de outros príncipes cristãos se não unirem a si em defesa da Cristandade, deliberou marchar, pessoal e imediatamente, contra o turco com o maior exército marítimo que possa, constituído por vassalos seus e por outras pessoas, porquanto seu poder bastará; que já ordenou preparativos em seus reinos para tal efeito, sem qualquer ajuda das potências italianas, embora suponha que elas, e nomeadamente o santo padre, que procura as galés que pode, não deixarão de cumprir o seu dever; que, se alguma das ditas potências ou outras resolverem associar-se-lhe no dito feito, ele transmitirá ao rei de Portugal as convenções, capítulos, pactos e demais particularidades em que assentarem; enfim, que ele, rei de Aragão, tem na Albânia alguns castelos e terras para defesa daquela província contra o avanço do crescente que, de outra sorte, já se houvera processado pelas vias de Hungria ou de Itália (1).

---

(1) No mesmo dia 10 de Outubro foi datado de Nápoles Memorando dirigido pelo rei de Aragão a D. Juan Fernández, senhor de Ixar, seu conselheiro, mordomo e embaixador ao papa Calisto III, sobre o que aquele lhe devia expor a respeito da armada contra o turco. O documento não foi, contudo, aproveitado, como se lê à margem do seu registo, mas substituído por outro datado de 19 do dito mês, omitida, no segundo, a referência ao bispado de Valência. É bem diferente o teor do Memorando destinado ao papa do de auto-propaganda e de auto-suficiência do soberano aragonês enviado a Portugal apenas nove dias antes. Ao pontífice não diz o rei de Aragão achar-se em preparativos de armada contra o turco, que seguirá, imediatamente e pessoalmente, contra ele e bastar, para o efeito, o seu próprio potencial marítimo. Por todas as maneiras, o soberano aragonês, que já anteriormente o havia feito de palavra e por escrito, insiste com Calisto III para que se harmonize com o grande cabo de guerra o conde Santiago Piccinino, que havia atacado Sena e estava contra o pontífice, o qual Afonso V de Aragão desejava colocar à frente da expedição contra o turco (Cfr. ZURITA, *Anales de la Corona de Aragón*, liv. 16, cap. 33). E, por isso, no referido Memorando, o monarca sublinhava ao papa: «cessant aquest impediment, pus liberament e facil la sua ssanctedat e totes les altres potencies de Italia puxen attendre a la defensio de la fe e republica christiana e offensio del dit turch,

Copyrighted material

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2700, fls. 101 v.-102 v., — donde se transcreve.

Publicado: por L. von THALLOCZY, *Bosnyák és szerb élet-s nemzedékrajzi tanulmányok*, Budapeste, 1909, ps. 482-84, e em *Studien zur Geschichte Bosniens und Serbiens in Mittelalter*, Munich-Leipzig, 1914, ps. 409-11.

Memorial acomendado por el sserenissimo ssenyor rrey de Aragon e de las dos Sicilias, etc., al magnifico mossen Berredo (2), emba-

---

e les pecunies que se haurien a despendre en offensio del dit comte, mes auant de les que ia despeses si son, se puxen conuertir en les necessitats de la prosecucio de la dita empresa» (ACA., *Cancillería Real*, Registro 2700, fl. 103 v.).

O Magnânimo visava outra finalidade, acima de tudo, herdada dos monarcas aragoneses seus antecessores, pelo menos desde Fernando I: «el ideal de cruzada — sublinha SOBREQUÉS VIDAL — venía a reemplazar, o, mejor, a coincidir, reforzándolo, con el ideal imperialista mediterráneo» (*Sobre el ideal de cruzada en Alfonso V de Aragón*, p. 233). A própria pacificação que ele desejava obter em Itália era «una paz supeditada a sus intereses particulares» (*Ibi*, p. 236). E o mesmo autor observa noutro passo: «Sabemos que las desavenencias entre Alfonso V y su antiguo súbdito a raíz de la cuestión del condottiero Santiago Piccinino (enemigo del Papa a quien Alfonso quería poner al frente de la expedición) y más tarde la guerra con Génova, las complicaciones de la política italiana y el constante desacuerdo que, contra lo que se esperaba, caracterizó las relaciones entre Alfonso y Calixto, malograron el proyecto de 1455. La cuestión política interna de Cataluña manifestada en las Cortes de Barcelona coetáneas, y la resistencia que entre el clero catalano-aragonés encontró la exacción del diezmo pontificio, acabaron de contribuir al fracaso del sueño de cruzada del Magnánimo, fracaso coronado finalmente con su propia muerte en junio de 1458» (*Ibi*, p. 242).

Pertinente, assim, o comentário de CONSTANTINO MARINESCO: — «Si les intentions d'Alfonse d'Aragon sont plutôt discutables, celles du roi du Portugal étaient sans doute très serieuses. En effet, l'année suivante (1456) le pape Calixte III faisait savoir à Charles VII, roi de France, et à Philippe de Bourgogne que le souverain portugais avait promis de participer personellement à la croisade (O. RAYNALDUS, *Annales ecclesiastici*, ad an. 1455 (aliás 1456), n.° 8). Mais on savait d'autre part à Rome qu'il faisait dépendre l'envoi de sa flotte de la présence du roi d'Aragon dans l'armée destinée à attaquer le Sultan» (*Philippe le Bon, Duc de Bourgogne, et la croisade*. Deuxième partie (1453-1467), ps. 9-10). Podem ver-se também: DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, ps. 809 e ss.; GOÑI GAZTAMBIDE, *Historia de la bula de la cruzada en España*, ps. 404 e ss.; e SOLDEVILA, *Història de Catalunya*, 2.ª ed., sobretudo a ps. 678 e ss., autor que sublinha a impossibilidade material de Afonso V de Aragão de se abalançar à cruzada e não ser essa, pròpriamente, a sua grande finalidade, mas a organização de um império catalão mediterrâneo. Pelo que «Alfons ja no fa res d'efectiu per contribuir a la salvació de Constantinople: vanes prometences d'ajut i res més [...] El Magnànim nodreix encara els seus somnis d'imperi mediterrani, amb Nàpols com a centre dels seus dominis» (*Autor e obra retrocits.*, ps. 679 e 680).

(2) Sobre Martim Mendes de Berredo, fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V e seu embaixador, repetidas vezes, a diversas cortes europeias, pode ver-se RUI DE

xador del sserenissimo rrey de Portogal, etc., por respuesta a lo por el dicho embaxador explicado al dicho ssenyor rrey dAragon, por parte del dicho ssenyor rrey de Portogal.

Primerament, explicadas las saludes acostumbradas, por parte del dicho ssenyor rrey dAragon al dicho ssenyor rrey de Portogal, le dira como el dicho ssenyor rrey dAragon, oydo a el, dicho embaxador, en aquello que, por parte del dicho ssenyor rrey de Portogal, le ha quesido explicar acerca de la voluntad quel dicho rrey de Portogal tiene de saber si el dicho ssenyor rrey dAragon ha deliberado, en persona suya, ir contra el turco e de todas otras particularidades por el dicho embaxador explicadas, ha respondido e declarado lo que acerca desto ha fecho e entiende a fazer, con la voluntad e aiutorio de Nostre Senyor Dios, conuiene a saber: que, considerado el dicho ssenyor rrey dAragon quanto tiempo es passado desde que la ciudad de Constantinobla fue tomada por el turco fasta al presente e que por algunos principes e senyores christianos no se fazia demostracion con efecto de execucion a emprender, por deffension de la christiandad contra el dicho turco, con los quales principes e senyores al dicho ssenyor rrey dAragon se podiesse entender, por que, en vn tiempo mesmo, por muchas partes, el dicho turco fuesse offendido; e, houida consideracion a tantas gracias que de Nostre Senyor Dios recebio e recibe cada dia, por render su deudo a que tenido li es en este caso, ha deliberado, sin mas sperar, con el mayor exercito maritimo que le sea possible, ir en persona con aquellos sus vassallos e otras personas que con el ir querran, en deffension de la christiandat e offension del dicho turco, por quanto su poder bastara. E ya ha ordenado, por todos sus rreynos e tierras, fazer sus preparatorios para que, lo mas presto que possible sea, el dicho exercito sea a punto para assecutar la deliberacion del dicho ssenyor rrey dAragon, en la qual, fasta la presente iornada, alguna potencia de Italia no ha participio alguno. Bien cree el dicho ssenyor que cada uno dellos fara su deuer e principalmente el sancto padre, el qual, con grand voluntad, en este negocio se demostra e, con gran solicitud, fa entender en fazer e armar las mas galeas que puede.

PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 89, 116, 132 e 138. No primeiro dos citados capítulos, talvez por um certo parcialismo minimizante do referido embaixador, o cronista di-lo «hũu Barredo, pretonotairo, filho de Gonçallo Pereira de Riba de Vizella, mancebo avisado que, por estar ja em corte do sancto padre *(em 1447 ou 1448)*, tinha boa pratica e, por algũuas letras que aprendera, avia solta audacia de dizer». Talvez respeite a esta embaixada de Berredo ao Aragão o lançamento seguinte nas «Despezas que El Rey fez desde a tomada de Seita para cá, que são sincoenta e oito annos»: — «E 482 dobras a Verredo a el Rey de Aragam» (JORGE FARO, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481*, p. 80).

Copyrighted material

Auisando al dicho ssenyor rrey de Portogal que, si alguna de las otras potencias de Italia o otras deliberara con el dicho ssenyor rrey dAragon concorrer en este fecho, luego el dicho ssenyor rrey de Portogal desto sera auisado e de las conuenciones, capitulos, pactos e otras particularidades, por que de todo haya noticia.

E mas el dicho embaxador dira al dicho rrey de Portogal como el dicho ssenyor rrey dAragon tiene en Albania algunos castillos e tierras e, de alla, con sus gentes, defiende aquella prouincia de la potencia del dicho turco (3). Del qual, sin dubda, sino por la deffension de la dita gente, fora ya occupada, de la qual seguiria gran danyo a la christiandat, por la facilidad quel dicho turco, occupada por el Albania, haueria mayor de prosseguir su mal proposito contra la christiandat, asi por via de Hungria, como por la via de Italia. Rex Alfonsus.

Expeditum in castellonouo Neapolis, die x°. octobris, anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

---

(3) Vê-se que ligava o rei de Aragão importância grande à base de Albânia para o ataque contra o turco. A marcha da soberania aragonesa em direcção aos Balcãs processava-se havia já anos, como aliás o demonstram documentos que publicámos em anteriores volumes de *Monumenta Henricina*. Em 1451, o catalão Bernardo Vaquer ocupara ali o castelo de Croia, onde o soberano aragonês colocou guarnição sua. No ano seguinte, nomeou para lá, como vice-rei da Albânia, Ramón de Ortafá que, dois anos depois, ostentava o titulo de vice-rei na Grécia, Albânia e Esclavónia e cunhava moeda em Croia (Cfr. SOLDEVILA, *Història da Catalunya*, ed. cit., pa. 677, 679 e 692). E, no supracitado Memorando de 19 de Outubro de 1455 pelo rei de Aragão enviado ao papa Calisto III, vê-se desejar o monarca colocar à frente da sua base albanesa o já referido conde Santiago Piccinino: — «Si fos cas que lo dit ssant pare li digues *(a seu embaixador)* quel dit comte Jacobo anas en Albania, lo dit don Johan dira que li apar que seria bona deliberacio e quel dit ssenyor hauia parlat ja de aço e li paria que seria bona deliberacio, pus que al dit comte Jacobo fos donada manera como ho pogues be executar» (ACA., *Reg. 2700*, fl. 104). As excepcionais posições estratégicas do soberano aragonês na zona eram de tal ordem, que não admira se recusasse o rei de Portugal a avançar com armada contra o turco sem a anuência e a cooperação daquele.

94

10 OUTUBRO 1455

Memorando dado por el-rei D. Afonso V de Aragão ao embaixador português Martim Mendes de Berredo sobre o que ele deve dizer ao infante D. Fernando de Portugal, em resposta ao que aquele lhe expusera, em seu nome, acerca da ida do infante para Ceuta, dos motivos que a isso o levaram, das razões por que só agora lho participou e da sua resolução de prosseguir na guerra contra os mouros, por conselho dos do reino de Portugal, prejudicada aliás pela peste em Ceuta, por motivo da qual e em obediência às ordens do seu soberano retirara para o país; quanto à deliberação do rei aragonês sobre a guerra contra o turco, o monarca reporta-se ao Memorando da mesma data de resposta ao rei de Portugal (1).

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2700, fls. 102 v.-103

Memorial acomendado por el sserenissimo ssenyor rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., al magnifico mossen Barredo, embaxador del ssenyor rrey de Portogal, por respuesta a lo quel dicho embaxador, por parte del illustrissimo jnfante don Ferrando de Portogal, ha explicado al dicho ssenyor rrey dAragon, su tio.

Primerament, explicadas las acostumbradas salutaciones, por parte del dicho ssenyor rrey al dicho illustrissimo jnfante don Ferrando, le dira como el dicho ssenyor rrey, oydo el dicho embaxador en aquello que, por parte del dicho jnfante, le ha quesido explicar acerca la ida del dicho jnfante en Cepta e del mouimiento que tuuo pera aquella fazer e la causa de no hauerlo notificado al dicho ssenyor rrey fasta agora e otras particularidades acerca lo suso dicho por el dicho embaxador explicadas, rresponde el dicho ssenyor rrey que ha houido plazer ser stado auisado de todo lo quel dicho embaxador dicho le ha e houida por buena e prudente deliberacion de no notificar la dicha suya partida pera Cepta fasta al tempo congruo, por las causas por el dicho embaxador explicadas e otrosi la suya retornada en Portogal, por causa de la pestilencia que era en

(1) O documento anterior.

Cepta e por obedecer a los mandamientos del dicho ssenyor rrey de Portogal, e ha por bien e prudentemente fecha, por los motivos e causas a el por el dicho embaxador explicadas e la deliberacion tomada de prosseguir la guerra contra los moros, ab consell de los del rregno de Portogal e la causa de la dilacion e sobresehimento de la dicha deliberacion, por occasion de la pestilencia en aquel rregno sobreuenida.

Quanto a la guerra contra el gran turco, el dicho embaxador dira al dicho illustrissimo jnfante la deliberacion e voluntad del dicho ssenyor rrey, segund en lo otro memorial de la repuesta fazedera al dicho ssenyor rrey de Portogal es contenido. Rex Alfonsus.

Expeditum in castello nouo Neapolis, die x°. octobris, anno a natituitate Dominj millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto.

Dominus rex mandauit michi,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

95

9 NOVEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, de apresentação de seu embaixador mossem Vasco de Gouveia, que vem tratar de certos negócios, e a quem deu especial encargo de reaver galé do soberano aragonês, a qual fora capitaneada por Pedro Vidal e que, em tempo da regência do infante D. Pedro, sem que ela tivesse feito qualquer dano a fustas ou vassalos portugueses, fora tomada por certas caravelas de Portugal; da qual galé o rei de Aragão agora necessita para a armada de muitas galés e outras fustas que contra o turco tem deliberado fazer.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2661, fl. 106 r.-v.

Al sserenissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal, etc., nuestro muy caro e muy amado sobrino. Nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey dAragon e de las dos Sicilias, etc., ssalut e crescimento de honra e prosperidad.

Serenissimo principe. Nos, de presente, por ciertos nuestros negocios, mandamos en exos vuestros rreynos e tierras el magnifico e amado

Copyrighted material

montero mayor nuestro mossen Vasco de Gouea e, allende de aquellos, le hauemos dado cargo special de hauer vna nuestra galea que fue patroneyada por Pedro Vidal, la qual, en tiempo que linfante don Pedro, vuestro thio, tenia el gouerno e regimento de vuestro rreyno, por vuestra menor edat, sin aquella fazer enoyo ne danyo a fustas ne a vassallos vuestros, fo tomada por ciertas caruellas de algunos vuestros vassallos.

E, por que, al presente, por la empresa que contra el turcho hauemos deliberado fazer, son a nos necessarias muchas galeras e otras fustas, vos rogamos, rrey muy caro e muy amado sobrino, asi affectuosamente como podemos, que la dicha galea querays fazer dar e librar al dicho mossen Vasco, montero mayor nuestro, en nombre nuestro. Desto nos complazeredes tanto quanto de cosa alguna que al presente podieseys fazer. E si algunas cosas, sserenissimo principe, nuestro muy caro e muy amado sobrino, de nuestro[s] rregnos e tierras vos seran plazentes, scriuit nos ne, que de muy buena volundad lo faremos. E sea vuestra guarda la Trinjtad Sancta.

Dada en el castillo de la nuestra ciutat de Capua, a viiij°. dias del mes de noembre de lo anyo de la natiuidad de Nuestro Senyor mil cccc Lv°. Rex Alfonsus.

Al sserenissimo principe don Alfonso, rrey de Portogal, nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.

Prouisa.

96

9 NOVEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao infante D. Fernando de Portugal, duque de Beja e senhor de Serpa, etc., de apresentação e recomendação de seu emissário mossem Vasco de Gouveia, a quem pede oiça nos assuntos que, de sua parte, lhe expuser.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2661, fl. 106 v.

Nos, don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Aragon e de las dos Sicilias, etc. Al jllustre el jnfante don Fernando de Portugal, duche de Beya e ssenyor de Serpa, etc., nuestro muy caro e muy amado sobrino, ssalud e buena amor.

Jllustre jnfante, nuestro muy caro sobrino. Por ciertos negocios mandamos, de presente, en essas partes, el magnifico e amado montero mayor nuestro mossen Vasco de Gouea. Rogamos vos, por ende, que en todo quanto, de nuestra parte, vos dira, li querays dar fe e creença, como a nos mesmo e hauerlo recomendado, como a buen seruidor vuestro e nuestro en todos sus fechos e negocios, por nuestra contemplacion. E si algunas cosas, jllustre jnfante, nuestro muy caro sobrino, de nuestros rreynos e tierras vos seran plazentes, scriuit nos ne, que, de muy buena volundad, lo faremos.

Dada en el castillo de la nuestra ciudad de Capua, a viiij dias del mes de noembre del anyo de Nuestro Senyor M.cccc.Lv°. Rex Alfonsus.

Al jllustre el jnfante don Fernando de Portugal, duche de Beya e ssenyor de Serpa, etc., nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Dominus rex mandauit michi, Arnaldo Fonolleda.

Prouisa.

97

29 NOVEMBRO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Lopo da Moita, seu vassalo, escudeiro, criado do infante D. Henrique, para escrivão da coudelaria da vila de Tomar por cinco anos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 119.

Jtem, carta de Lopo da Mouta, noso vasalo, escudeiro, criado do jfante dom Enrrique, per que o damos por scpriuam da coudelaria da villa de Tomar, da feitura desta carta ataa çinquo annos, e auemos por priuado dele Martim Gil, que atee ora o teue perpetuamente, etc. Em forma.

Dada em Euora, xxix dias de nouenbro. Elrrej o mandou, per Fernam da Silueira, seu coudell moor, etc. Rui Mendez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Lb.

(1) Sobre Lopo da Moita cfr. o DOC. 171 do nosso vol. 10.

Copyrighted material

98

9 DEZEMBRO 1455

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a mestre Jacob, cirurgião do infante D. Henrique, residente em Lamego.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 159.

Jtem, outra tall de meestre Jacob, celorgiam do jfante dom Enrrique, morador em Lamego, etc.

[Dada] em Euora, ix dias de dezembro, per o doutor [Pedro Lobato]. Joham Rodriguez a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lb.

99

12 DEZEMBRO 1455

Carta do genovês António Usodimare a seus credores, na qual ele lhes refere: haver navegado, em caravela, para as partes de Guiné e chegado aonde nenhum cristão chegara, ou seja a 800 milhas, e encontrado o rio Gâmbia, de amplíssima foz, no qual entrou e onde, tomado por inimigo, foi atacado pelos indígenas com arcos e setas envenenadas; pelo que, regressou e, a cerca de 70 léguas, um nobre negro lhe dera 40 escravos, dentes de elefante e almíscar, em troco de panos, e mandou consigo secretário ao rei de Portugal, com alguns escravos, o qual se comprometeu a tratar paz com o rei de Gâmbia; que o soberano português o quisera excluir de tal empresa, mas veio a anuir, e volta a fretar caravela, em que levará carregamento dos servidores do infante, para retomar o negócio; que, por terra firme, estivera a menos de 300 léguas do território do Preste João e, se houvesse podido demorar, ter-se-ia avistado com capitão do rei de Melli, o qual se encontrava a seis jornadas com 100.000 homens e com ele 5.000 cristãos do Preste João; que topou lá um italiano, talvez das galés dos Vivaldi, perdidas havia 170 anos; que lhe falaram de elefantes, unicórnios, gatos de algália e de homens de cauda que devoravam os próprios filhos; que, se navegasse mais um dia, haveria perdido a estrela polar, mas não o

pudera fazer pela escassez de víveres e não poderem os homens brancos alimentar-se da comida dos negros, sob pena de adoecerem e morrerem; que o ar é bom, a terra belíssima e sita quase no equinócio; roga-lhes, enfim, aguardem mais seis meses o que lhes deve, tanto mais que se inscreve no seguro, embora aquelas águas sejam como as do porto de Génova (1).

---

(1) António ou Antoniotto Usodimare pertenceu a família genovesa do mesmo apelido que remonta pelo menos ao século XII e ainda se topa em documentos italianos do XVIII. Foi gente que actuou em lugares de relevo da Senhoria, da marinha e do comércio de Génova. Filho de Anfrone e de sua segunda mulher Pietrina Spínola, António Usodimare nasceu em 1416 e casou com Bianchina Gentile, de quem teve pelo menos Giuliano e Anfrone. Houve duas irmãs e os irmãos Francesco, Giovanni e Cristiano. RINALDO CADDEO, infracitado, dá-nos ainda outros dados biográficos do referido mercador e navegador genovês: ignora como decorreu a sua juventude, mas assevera que, em 1449, ele fazia parte dos Anciãos da Senhoria e era director da Zecca; em 1450 ou 1451 teria trocado Génova pela Espanha, onde debalde tentou fortuna, em Sevilha, então activo centro comercial dos genoveses (Cfr. J. HEERS, *Gênes au XV^e siècle*, pa. 487 e «passim»); em 1451 refugiou-se em Portugal; denunciado pelos credores, em 1453, ao tribunal de Génova, valeu-lhe a esposa, alegando haver ele partido de Castela por desentendimento com o respectivo governo; contudo, em 1454 Antoniotto era accionista do Banco de S. Jorge; tendo-se oferecido com a sua caravela ao infante D. Henrique para explorar a região guineense, ele teria empreendido duas viagens à referida zona, na primeira das quais haveria atingido o rio Gâmbia; e, em 12 de Dezembro de 1455, em carta a seus irmãos e credores, dez dias antes da sua segunda viagem à costa guineense — o presente documento — ele afirma ir começá-la; parece ter voltado à sua pátria em fins de 1456; em 1458 era fiduciário da casa florentina dos Marchionni, em Caffa, colónia genovesa do Mar Negro; e em 1462 tinha falecido.

Podemos completar alguns destes dados de CADDEO, através de documentos do Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa. E, primeiramente, sublinharemos que os mercadores genoveses Usodimare surgem em Lisboa pelo menos com Francesco, em 17 de Abril de 1442, então ali estante, o qual obteve do rei de Portugal carta de segurança e, em 21 de Agosto de 1454, salvo-conduto por cinco anos (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 23, fl. 89, e liv. 10, fl. 88, — o primeiro documento editado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 415, e sumariado o segundo no Suplemento do dito volume, p. 558). Seria aquele Francesco Usodimare o supracitado irmão de António Usodimare, assim radicado em nosso país anos antes deste? O António Usodimare e bem assim os mercadores seus conterrâneos Vinciguerra Lusardo e Daniel Lomelino receberam, em 24 de Janeiro de 1453, carta de segurança por cinco anos, para si e mercadorias que comprassem no reino ou lhes viessem de qualquer outra parte, pagando eles, porém, os respectivos direitos régios (ANTT., *Chanc. cit.*, liv. 3, fls. 3 e 45 v., esta última já citada por VIRGINIA RAU, *Estudos de História*, p. 26).

Sobre António ou Antoniotto Usodimare, além da bibliografia infracitada, podem ver-se sobretudo: *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 50; MAJOR, *Vida do Infante D. Henrique*, pa. 158-62, autor que a pa. 160-61, nota, editou a carta, em latim; P. AMATO DI S. FILIPPO, *Delle navigazioni e scoperte marittime*

GENOVA, *Biblioteca Universitária*, Ms. B. I. 36, em apógrafo da segunda metade do século XV, incluído em miscelânea, donde o reproduzimos através do texto editado por ALBERTO MAGNAGHI, *Precursori di Colombo?*, Roma, 1935, ps. 28-31, anotado pelo autor, no qual abrimos períodos e o pontuámos.

Reproduzida do autor retrocitado por YOUSSOUF KAMAL, *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti*, t. 4, fasc. 1, p. 1102, em latim, foi editada em primeira mão, por GIACOMO GRÄBERG DI HEMSÖ, em 1802, nos *Annali di Geografia e di Statistica*, t. 2, ps. 287 e 290, leitura de menos confiança, também editada por KAMAL, p. 1101. Tem tido versões várias, das quais citamos, no estrangeiro, a melhor, de RINALDO CADDEO, *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Cà da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco*, em italiano, com prefácio e anotação daquele autor; e, em Portugal, a de MAGALHAES GODINHO, *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol 3, ps. 98 e ss., pelo autor anotada, também reproduzida por P. ANTÓNIO BRASIO, *Monumenta Missionaria Africana*, Africa Ocidental (1342-1499), 2.ª série, vol. 1, ps. 381-83.

In Christi nomine, 1455, die 12 decembris.

Honorandi fratres. Quantum sciatis de me male contenti bene illud iudicare possum, quia non sufficit vestrum tenere, sed de vestris male nos visitare contingit, vere non possendo vobis scribere rem de ullo bono et habendo in veritate animum ad vos esse et me ponere in manibus vestrorum et aliorum creditorum, voluit ista mea fortuna me transmisisse, in una caravella, ad partes Ginoie (2). Et, essendo in ista verecundia qua sum, disposui citius mortem sumere quam vivere.

Et transivi ubi unquam alius christianus fucrat, ultra miliaria DCCC; et, reperto rivo de Gamba (3), maximo in estremitate, in eo intravi, sciens

---

degli Italiani nell'Africa occidentale lungo i secoli XIII, XIV e XV, p. 843; *Studi bio-bibliografici sulla storia della geografia in Italia*, vol. 1, p. 150; *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere et Arti*, vol. 34, p. 843; e VERLINDEN, *Navigateurs, marchands et colons italiens au service de la découverte et de la colonisation portugaise sous Henri le Navigateur*, ps. 467-97.

(2) Por *Guinee*.

(3) Por *Gambia*. MAJOR negou a autenticidade desta carta, em larga impugnação, e denominou-a «o documento mais anti-gramatical e incoerente que pode ser»; o VISCONDE DE SANTAREM classificou-a de apanhado de pedaços de diversas cartas de navegadores; TEIXEIRA DA MOTA declara fantasiosas as suas afirmações. Efectivamente, embora António Usodimare — não confundir com António da Nolli, como até historiadores recentes têm feito — haja navegado naquelas paragens, segundo Cà da Mosto, que ali o teria encontrado, foram incontestàvelmente os portugueses os primeiros a atingir e a ultrapassar a foz do Gâmbia (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *A descoberta da Guiné*, ps. 54 e ss., e *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na África Ocidental*, p. 332). De resto, nem então era fácil navegar-se na referida zona sem licença de D. Henrique e até sem compa-

Copyrighted material

in ipsa regione aurum et meregeta colligitur. Ibi, piscatores me insultaverunt cum archibus sive sagitis avenenatis, putantes essemus inimici. Et, videndo nos recipere noluerunt, fui coactus redire. Et inde, prope legas LXX, quidam nobilis dominus niger dedit michi capita XXXX et certi dentes elefantorum, papagaios, cum certo pauco zebeto, pro certa rauba sibi presentata; et, intellecta voluntate mea, mecum misit ad S. regem Portugalis secretarium suum, cum certis sclavibus. Qui quidam secretarius se obligat pacem tractare cum illo rege de Gamba.

Et, sic viso S. rex voluisset me excludere de talli impresia, sed, ad preces istius secretarij, fuit contentus vadam simul tantum ad illas partes. Ideo, in Dei nomine, compello aduc unam caravellam, in qua vado, et habeo caricum de illis domini infantis et me expediam per totum venturum, et, infra dies decem, expediam istum ambasciatorem in una caravella, ut vadat ad pacem tractandam; ipse michi dimittit totum suum, ut ipsum implicare velim cum mea. Quare, domini mi, expedit ad huc videre ista vice quid facere vult ista mea fortuna, que, nisi esset michi tantum adversa, vivere[m] sub magna spe audiendo quid michi narrat iste secretarius, que, si vobis scriberem, vana vobis viderentur.

Verum estote firmi non restabant leghe CCC ad terram presbiteri Johannis, non dico persona sua, jmmo incipit eius territorium, et, si me potuisset, vidissem capitaneum regis Melli, qui prope nos erat iornatas sex, cum hominibus c̄ et cum eo christiani de presbiteri Johannis v̄ et locutus fui cum illis eius exerciti. Reperui eidem unum de natione nostra, ex illis galeis credo Vivaldi, qui se amisserunt sunt anni CLXX, qui michi dixit, et sic me affirmat iste secretarius, non restabat ex ipso semine salvo ipse (4). Et alius qui michi dixit de elefantibus, unicornis, zebeto et

---

nhia portuguesa, como sublinha CHARLES VERLINDEN: — «é mais que provável, conforme tudo quanto sabemos sobre as modalidades da navegação em tais paragens, que a sua viagem tivesse sido levada a efeito com uma licença do infante D. Henrique e num navio português. Aliás, o veneziano Cà da Mosto, que encontrou Uso di Mare no Senegal, refere que este viajava numa caravela, de conserva com uma outra tripulada pelos escudeiros do Infante «(*Mare, Antoniotto Uso di*, no «Dicionário de História de Portugal», vol. 2, p. 923). Realmente, D. Henrique tinha, desde 22 de Outubro de 1443, o exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador, doação confirmada por el-rei D. Afonso V em 2 de Setembro de 1448, sob a grave penalidade de os contraventores perderem «pera o dito jfamte meu tyo ho nauyo ou nauyos que asy la forem e todo o que de lla trouuerem» (Cfr. o DOC. 193 do volume 9 de *Monumenta Henricina*). Necessitando Usodimare de saldar as suas dívidas e de refazer a sua vida económica, não ia expor-se, naturalmente, a semelhante pena.

(4) Quando muito, podia tratar-se de descendente da malograda expedição de circumnavegação da África a caminho da Índia, empreendida pelos genoveses Vadino e Guido de Vivaldis em 1291, à qual se refere GOMES EANES DE ZURARA,

Copyrighted material

aliis stranissimis et hominibus habentes caudas et comedentes filios. Impossibile vobis viderentur, credatis quod, si navigassem adhuc diem unum, amisissem tramontanam (5). Et causa quia me detinere non potui fuit quia victualia michi deficiebant et de suis victualibus ullo modo homines blanchi uti non possunt, nisi infirmentur et morientur, salvo illi nigri qui in eis nascuntur. Aer, vero, optimum et pulchrior terre que sub celo sit et quasi equinoxium, videlicet in mense iulij dies de horis XII... et nox de horis XI...

Recito vobis hec omnia et sum certus diceretis citius veleretis vestrum et aliorum, quam ista nova audire. Expedit habeatis patientiam sex menses et eo potius, quia facio me asegurare, quod certe opus non esset, essendo maria illa sicut darcina de ibi (6).

Ista littera sit omnibus creditoribus qui credant, et vos cum eis, si habuissem pro posse, eos contentarem de pagis de LX non potuissem me in talli ventura cum una caravella tantum, erit forsitan pro meliori. Ideo patientiam habeatis, amore Dei.

Vester Antonius Ususmaris.

Crónica dos feitos de Guiné, cap. 7, e sobre que se pode ver também LA RONCIERE, *La découverte de l'Afrique au Moyen Age*, ps. 50-52. Não era, porém, natural. Aqui, afigura-se-nos lógica a conclusão de DUARTE LEITE sobre as afirmações da carta em referência: — «são patranhas destinadas a impressionar os seus crèdores de Génova, aos quais seria mostrada a carta, porquanto com ele viajou Luiz de Ca da Mosto, que na sua relação não fala nesses dois acontecimentos, de inegável importância» (*Acerca da «Cronica dos feitos de Guinée»*, nota 60 das ps. 55-56). A família Vivaldi mantinha-se em Génova naquele meado do século XV, representada ao menos pelos mercadores Dario, Francesco e Giovanni Pietro (Cfr. HEERS, *Gênes* cit., ps. 66, 114, 120, 122, 125, 182, 414 e 589); e Desidério de Vivaldo, igualmente genovês, em 8 de Outubro de 1446 recebeu carta de seguro de D. Afonso V, a rogo da duquesa de Borgonha, para se instalar em Lisboa, como mercador, e veio a naturalizar-se português em 12 de Fevereiro de 1464, achando-se então a residir em Tavira (ANTT. *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 88, e liv. 8, fl. 106 v.).

(5) A estrela polar.

(6) De Génova.

100

19 DEZEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão do almoxarifado de Lagos, que possa fazer sinal público nos documentos do seu ofício e a ordenar os registe em livro (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 106.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Joham Ferrnandez, escudeiro do jfante dom Enrrique, etc., escpriuam do nosso almoxarifado de Laguos; teemos por bem e damoslhe leçença e lugar que, nas scprituras que fezer que ao dicto seu ofiçio pertençom, possa fazer e faça sinal pubrico; e, fectas per elle como deue, valham e façom fe, asi como se fectas fosem per mãao de quallquer tabaliam pubrico.

E elle rregiste em seus liuros aquellas que de rregistar forem, de que, ao despois, deue de dar testimunho de uerdade, ssem outro nhũu enbargo que lhe sobrelo seja posto. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nosa carta.

Dante em a cidade dEuora, xix dias do mes de dezenbro. Elrrej o mandou, pello doutor Pero Lobato, seu vasalo e do seu desenbargo e seu viçechançeler. Aluaro Diaz, por Gomez Borjes, a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lb.

---

(1) Nomeado escrivão do almoxarifado de Lagos em 15 de Junho de 1453 (Cfr. o DOC. 199 do nosso vol. 11).

Copyrighted material

101

20 DEZEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Ferreira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para almoxarife em Ceuta, a pedido do infante.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 120 v., donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 312-13. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 567.

Dom Afonso, per graça de Deus, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, confiando da bondade e descriçom dAluaro Ferreira, escudeiro da casa do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo, que he tal que o fara bem e como deue e, querendolhe fazer graça e merçee, pollo do dicto meu tyo, que nollo por elle pedio; teemos por bem e damollo por noso almoxarife em a nosa çidade de Çeepta, asi e pella guisa que o era Bertolameu Annes, sseu sogro, que o dicto oficio tijnha, e queremos e mandamos que aja outro tall e tamanho mantimento como avia o dicto seu sogro.

E porem mandamos a dom Sancho de Noronha, conde dOdemira, nosso bem amado primo, capitam e gouernador por nos em a dicta çidade de Çeepta, e a quallquer outro que despois delle for e a Martim Gomez Leitom, veedor da nossa fazenda da dicta çidade, e a todollos contadores e scpriuãaes e a quaeesquer outros ofiçiaaes e pesoas a que esto pertençeer que o ajam asy por nosso almoxarife em a dicta çidade como ho era o dicto sseu sogro que o ante tijnha, do quall ofiçio lhe fazemos merçee, porquanto o dicto seu sogro o pos em elle, como somos çerto per o dicto meu tyo, e lhe leixem aver todalas prooes e proueitos e percalços e mantimento que a elle pertençeem, ssem outro enbarguo que a ello ponhom, porque asy he nossa merçee. O quall Aluaro Ferreira jurou, em a nossa chancelaria, aos santos avanjelhos que o faça bem e como deue e guarde a nos noso serujço e ao poboo seu direito. Honde al nom façades.

Dada em a nosa çidade dEuora, xx dias de dezembro. Bertolameu Affonso a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Lb. E eu, Joham Lourenço, scpriuam da fazenda de Çeepta, que a fiz scpreuer e aqui soscpriuj.

102

24 DEZEMBRO 1455

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar seis meses a Lopo Infante, escudeiro régio, que fora degredado por um ano da corte, por agressão, e por cujo perdão o infante D. Henrique se interessava (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 167.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos ouuemos por degradado fora da nosa corte, por hũu anno, Lopo Jffamte, escudeiro de nosa cassa, por dar hũua bofetada a hũu homem em Santarem, e ora a nos praz, a rrequerimento do jffante dom Emrrique, meu muyto prezado e amado tio, lhe aleuantarmos do dicto degredo sseis messes.

Porem uos mamdamos que o nom prendaes nem mandees prender nem lhe façaees nem conssentaaes ffazer mall nem outro nehũu desaguissado, quanto he por elle nom serujr os dictos sseis messes que lhe assy per nos som rreleuados, porque nosa merçee e vontade he de lhe assy rrelleuarmos os dictos sseis messes, pella guisa que dicto he. Vnde all nom façades.

Dante na cidade dEuora, xxiiij dias do mes de dezembro. Elrrey o mandou, pello doutor Lopo Vaasquez de Serpa, sseu vasallo e do sseu dessenbarguo e das petiçõoes, e per Gomez Lourenço, outrossy sseu vasallo e do sseu dessenbarguo. Fernam Rodriguez, por Rodrigo Afonso, a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Lb.

---

(1) Em 1453, Lopo Infante recebeu 16 alqueires de trigo, 10 almudes de vinho e 110 reais, de mantimento de um mês, para ele e dois peões que consigo levou a Ceuta (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 82, — em AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 681).

Copyrighted material

103

7 JANEIRO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gomes Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para tabelião das notas, como o era Alvaro Eanes, que renunciou ao cargo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 110.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Gomez Ferrnandez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo, per que o damos por tabaliam das notas, asi e pella guisa que o era ÁluarEannes, que o dicto ofiçio tijnha per nosa carta e ho rrenunçiou em nossas mãaos, que o desemos a quem nossa merçee fosse, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, bij dias do mes de janeiro. Elrrej o mandou, pello doutor Pero Lobato, sseu vasallo e do sseu desenbargo e sseu viçechançeler. Aluaro Pirez, por Gomez Borjes, a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

104

9 JANEIRO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Fernão Vaz, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Evora, por ter ferido Luís de Gaia, residente na mesma cidade.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 124 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Fernam Vaaz, escudeiro do jfamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado thio, morador em a cidade dEuora, nos enujou dizer que poderia auer tres ou quatro anos que hũu Luis da Gaya, criado de Lopo Correa, morador em a dicta çidade, querelara delle aas nossas justiças, dizendo que lhe dera hũua ferrida pello rrosto, de que lhe ficara hũu sinall, segundo lhe era dicto que mais conpridamente sse conthijnha em a dicta querella que asi delle dera, per a quall rrazom sse elle amorara, com temor das nossas justiças o prenderem por ello, pedindonos por merçee que, porquanto o dicto Luis da Gaya era sãao e sem cajom da dicta ferrida e seu amjgo e lhe tijnha perdoado, segundo sse conthinha em hũu puurico estormento, que pariçia ser fecto e asinado per AlurEannes, nosso vassallo e tabaliam por nos em a dicta çidade, lhe perdoasemos a nossa justiça, sse nos a ella em algũua cousa era theudo.

E nos, veendo o que nos asi dizer e pedir enujou, visto o caso quall he e o contentamento da parte e, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos elle, por a dicta rrazom, era theudo, contanto que pague mjl rreaes brancos pera a nossa chancelaria. E, porquanto os ja pagou a Joham Rodriguez Carualho, escudeiro de nossa casa e rrecebedor della, e asentados em rreçepta sobre elle per Gomez Borjes, scpriuam da dicta chancelaria, segundo dello fomos çerteficado per aluara per elle asinado;

Porem uos mandamos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaes nem consentaaes fazer mall nem outro algũu desaguisado, quanto he per a dicta rrazom, porque nosa merçee e vontade he de lhe asi perdoarmos pella guisa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dante em a cidade dEuora, ix dias do mes de janeiro. Elrrej o mandou per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa e per Gomez Lourenço, seus vasalos e do sseu desenbargo e das pitiçõoes. Fernam Rodriguez, por Rodrigo Afonso, a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

105

12 JANEIRO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar soltem João Fernandes, lavrador, morador em Idanha-a-Velha, preso havia uns dez meses, por ter injuriado o juiz daquela povoação, e condenado na Relação a ser açoutado pùblicamente; pois, a pedido do infante D. Henrique, o monarca lhe relevara a pena, contanto que o preso pagasse 2.000 reais brancos para as obras da Relação, o que ele satisfez.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 111.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nosos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joham Fernandez, laurador, morador em Eydanha a Uelha, nos enujou dizer que poderja auer dez meses que ele fora presso, por sse dizer comtra ele que emjureara o juyz do dicto logo, [e] sse proçedera tamto por ffecto comtra ele, que em nosa Rolaçam fora acordado que fose açoutado pruuicamente; per a quall rrazam, o jffante dom Amrrique, meu mujto prezado e amado tjo, nos scpreuera ssobre elo e, a sseu rrequerimento, nos prouguera lhe quitarmos a dicta pena, ssegundo o dicto jffante dello ouuera nosa rreposta; e que, nom embargamdo que assi o dicto jffante ouuesse nosa rreposta, ele era ajmda presso, pedimdonos por merçee que lhe rreleuassemos os dictos açoutes e mamdasemos que fosse solto.

E nos, vemdo o que nos assi dizer e pidir enujou e queremdolhe fazer graça e merçee; temos por bem e auemoslhe por rreleuada a pena dos dictos açoutes, comtanto que pague dous mjll rreaes brancos peras obras da nossa Rollaçam; e, porquanto os ja pagou a Joham Rodriguez Mealheiro, nosso vasallo e ouujdor em a nossa corte, a que demos carrego de os rreçeber, ssegundo dello fomos çertificado, por aluara per ele assinado;

Porem, mamdamos que seja solto, sse por al nom he presso. E al nom façades.

Damte em a cidade dEuora, xij dias do mes de janeiro. Elrrey o mamdou, por o doctor Lopo Vaasquez de Serpa e per Gomez Louremço, sseus vasallos e do sseu dessembargo e das pitições. Fernam Rodriguez, por Rodrigo Afonso, a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj.

106

23 JANEIRO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rui Guterres, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão do almoxarifado de Castro Marim e de Alcoutim e ainda das sisas da primeira daquelas localidades.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 37 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruy Goterrez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e damollo por scpriuam do noso almoxarifado de Castro Marim e Alcoutim, a saber, da dizima das cousas que sse pera nos rrecada[m] em os dictos lugares, na nossa alfandega delles. E jsso mesmo o damos por scpriuam dos fectos das nossas sisas do dicto logo de Castro Marim, asi e pela guisa que o era Afonso Diaz, que os dictos ofiçios tijnha per nossa carta e nos praz de os mais nom serujir, porquanto he presso por taaes fectos, crimes e querelas que delle som dadas, per que, aalem da outra pena corporall que por ello mereçe, os deue perder.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e a outros quaeesquer nossos ofiçiaaes e pesoas a que o conhoçimento desto pertençeer e esta nosa carta for mostrada que metam loguo o dicto Ruy Goterrez em posse dos dictos ofiçios e os leixem serujr e husar delles e auer o mantimento e prooes e direitos que a elles pertençeem e outro nhũu nom, sem outra duujda nem enbarguo que lhe sobrello seja posto. O quall jurou em a nosa chancelaria aos santos avanjelhos que bem e djreitamente e como deue obre e huse dos dictos ofiçios, guardando a nos conpridamente nosso serujço e ao poboo sseu djreito.

Dada em Torres Nouas, xxiij dias de janeiro. Elrrej o mandou, per dom Fernando de Castro, do sseu conselho e veedor da sua fazenda. Gonçalo Cardoso a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

107

31 JANEIRO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso Viles, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Sátão, para escrivão da coudelaria de Penalva, Sátão, Rio de Moinhos, Gulfar e seus termos, por cinco anos, lugar vago por Gonçalo Gil não haver tirado a respectiva carta (1).

(1) Sobre Afonso Viles cfr. os DOCS. 188 e 235 do nosso vol. 10.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 155.

Jtem, carta dAfonso Villes, morador em Çaatam, escudeiro do jffante dom Henrrique, etc., em que o dam por escpriuam da coudellaria de Penalua e Çaatam e Redemuinhos (2) e Gulfar e sseus termos, da feitura desta carta ataa çinquo annos; porquanto fomos çerto que Gonçalo Gill, que o dicto ofiçio tijnha per nossa carta [*in*] *perpetuum*, nom veeo tirar carta dos çinquo annos, como per nos foy determjnado. Pella quall rrazam o auemos por priuado do dicto ofiçio, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade dEuora, postumeiro dia de janeiro. Elrrej o mandou, per Fernam da Silueira, etc. Ruy Meendez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

108

3 FEVEREIRO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Aljezur, para escrivão das sisas daquele lugar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 113.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Pedro Vaasquez, morador em Algazur, escudeiro do jfamte dom Enrique, meu muyto prezado e amado tio; teemos por bem e damollo ora nouamente por scpriuam das nossas ssyssas do dicto logo dAljazur, assy e per a guissa que o era Vicente Annes, que o dicto ofiçio tijnha e sse ora finou. E porem mandamos, etc. Em forma.

Dada em Euora, iij dias de feuereiro. Elrrej o mandou, per Lopo dAlmeida, do sseu consselho e veedor da sua ffazenda. Gonçalo Annes a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj.

---

(2) Rio de Moinhos.

Copyrighted material

109

4 FEVEREIRO 1456

Acta do Senado da Senhoria de Veneza, na qual, em resposta a carta de el-rei D. Afonso V de Portugal, enviada por seu embaixador Dr. João Fernandes da Silveira, sobre a disposição da dita Senhoria acerca da guerra contra o turco e das facilidades que concederia à armada portuguesa que contra ele se enviasse, depois de sublinhar as tradicionais boas relações entre a referida República e Portugal, se afirma: não haver constituído surpresa para o dito Senado a deliberação assumida pelo rei de Portugal, pois são sobejamente conhecidas de todos as gloriosas operações portuguesas durante tantos anos levadas a cabo contra os seus vizinhos infiéis, de sorte que se louva o propósito do monarca de experimentar também as suas forças contra os turcos, juntamente com outras potências cristãs; quanto à intenção dos venezianos sobre o particular, numerosos factos atestam como seus antepassados e eles próprios sempre estiveram prontos para agir contra os infiéis, sem olharem a perigos e despesas, de maneira que, quando virem os demais príncipes e forças cristãs moverem-se contra os turcos, màximamente por terra, porque para os subjugar se necessita sobretudo de poderoso exército terrestre, sem o qual pouco ou nada se conseguirá, que então se determinarão; quanto ao compromisso do fornecimento de vitualhas e de outras vantagens em seus portos, terras e lugares, quando o rei de Portugal transitar pelos mesmos com sua armada, tenha o soberano a certeza de que serão tão bem recebidos e tratados nas terras venezianas como em sua própria pátria; certo é ter sido péssima a sua colheita de cereais de dois anos, do que têm grande penúria, entretanto, da sua parte de bom grado se fará o que se puder; enfim, se o embaixador solicitar carta patente sobre o assunto, seja-lhe passada, a respeito das garantias e das vitualhas (1).

VENEZA, Archivio di Stato, *Senato (Secreta)*, vol. 20, fl. 116, em lançamento coevo.

---

(1) Não conhecemos o teor e a data da carta do rei de Portugal a que aqui se reporta o Senado da República de Veneza. Supomo-la, contudo, igual ou idêntica à dirigida pelo soberano português, em 20 de Junho deste mesmo ano, ao duque de Milão, e à qual ele respondeu a 18 de Setembro seguinte (Cfr. o DOC. 175).

+ M° cccc° Lvj'°. die quarto februarij. Quod spectabili militi, legum doctori, domino Joanni Fernandi, consiliario et oratori serenissimi Portugallie regis, qui nuper ad presenciam nostram se contulit presentauitque nobis litteras sue regie maiestatis, lectas isti consilio, deinde, oretenus, explicauit in substancia quantum in eisdem litteris continetur, respondeatur.

Quod, periocundo et gratissimo animo, jntelleximus litteras eiusdem serenissimi regis nec minus etiam quantum ipse spectabilis orator prudentissime nobis retulit. Arbitramur, autem, superuacuum esse aliter commemorare summam affectionem et singularem beniuolentiam que inter excellentissimos progenitores suos suamque regiam maiestatem et nos semper viguit ac, Deo auctore, in eternum vigebit, quamdoquidem multis malis multisque rerum experiencijs hec omnia probatissima sint, quod non libuerit maiestati sue comunicare nobiscum desiderium et optimam mentem suam procedendi contra turcos, fidei hostes. Dicimus quod, licet nobis noua non fuerit neque sic hec pia dispositio sue serenitatis, quoniam notissime sunt omnibus gloriose operationes sue tot iam annis decursis ostense contra jnfideles illos finitimos, maiestati sue, tamen, non satis laudare et commendare possumus celsitudinem suam quod disponat etiam contra turcos vires suas experirj, vna cum alijs potencijs christianis. Et, quoniam sua maiestas petit intelligere mentem nostram et si huic rei operam dare intendimus, dicimus quod quemadmodum multis documentis rerumque preteritarum experimentis videri potuit, maiores nostri ac nos fuimus semper prompti et feruentes contra jnfideles, postpositis periculis omnibus et jmpensis. Et ita nunc etiam dicimus quod, quando videbimus alios principes et potencias christianas se mouere contra teucros, presertim per viam terre, quoniam ad exterminandum eos principaliter necessarius est potens exercitus terrestris, sine quo parum aut nihil fieri posset, nos quoque repperiemur illius perfecte mentis et feruentis dispositionis cuius per elapsum fuimus (2).

Circa partem, autem, per quam petit receptum, victualia et alia commoda per portus, terras et loca nostra ad que sua serenitas, cum classe sua, se conferre continget, dicimus quod, attenta singulari affectione amore nostro, sua maiestas certissimam tenere potest classem suam suosque omnes, in omnibus terris et locis nostris, non minus bene videri et tractari debere quam si essent in proprijs terris et locis eiusdem serenissimi domini regis eiusdem. Et ita efficaciter scribemus et mandabi-

---

(2) Verdadeiramente de sublinhar esta sugestão do Senado veneziano, de se atacar o turco especialmente por terra, quando Calisto III, os portugueses, etc., parece que se propunham guerreá-lo sobretudo por mar.

Copyrighted material

mus rectoribus nostris illarum partium quod faciant cum effectu. Est verum quod iam annis duobus in omnibus regionibus jstis fuit pessima recollecta bladorum (3), jta ut maxima penuria eorum sit, sed tamen, vt diximus, fiet ex latere nostro, bono animo quidquid fieri poterit.

Verum, si jdem orator peteret litteras nostras patentes circa rem jstam, complaceatur sibi de ipsis litteris circa receptum et victualia.

De parte	116.
De non.	8.
Non sunt	6.

110

5 FEVEREIRO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Alvaro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Aljezur (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 114 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Aluaro Steuez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio; teemos por bem e damollo por juiz das nossas sissas dAljazur, porquanto fomos çerto que o nom tijnha nehũu per nossa carta. E porem mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, b dias de feuereiro. Elrrey o mandou, per Lopo dAlmeida, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Pedro Afonso a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj.

---

(3) De *bladum*, termo medieval idêntico a *frumentum*, como observa DU CANGE, *Glossarium*, v. «Bladum».

(1) Alvaro Esteves, criado do infante D. Henrique, residente em Aljezur em 30 de Outubro de 1451, foi então nomeado vedor dos vassalos régios daquela vila (DOC. 90 do nosso vol. 11); e, em 9 de Fevereiro de 1455, teve nomeação de coudel da mesma vila e seu termo, por cinco anos (DOC. 42 do presente volume).

111

6 FEVEREIRO 1456

Carta do infante D. Henrique a Fr. Afonso Vasques de Sousa, claveiro da Ordem de Cristo e comendador da Redinha, a informá-lo de que os cavaleiros da Ordem são isentos como os frades ou clérigos de Ordens Sacras e beneficiados; pelo que, embora citados perante os corregedores, para efeitos crimes ou civeis, só responderão pela forma e nos casos em que respondem aqueles, não devendo os corregedores expor-se à excomunhão, intrometendo-se no assunto, que lhe incumbe a ele, infante, por virtude dos privilégios da Ordem; e por isso pede a el-rei se digne guardar-lhe a pequena jurisdição que tem (1).

ANTT., *Ordem de Cristo*, cod. 234, parte 1, fl. 14 v., em cópia de Tomar, feita pelos anos de 1568, no convento de Cristo.

Ev, o jfante dom Anrrique, rregedor da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, duque de Viseu e senhor de Couilhãa, faço saber a uos, frey Afonso Vasquez de Sousa, craueiro e comendador da Radinha, que eu fui enformado que, pollo corregedor delrrey meu senhor e per outros corregedores das comarcas e justiças os caualeiros desta ordem eram requeridos e constrangidos, assy dos feitos crimes como ciues, que rrespondessem perante elles; os quaaes, por não serem sabedores de como som jsentos, assi pollo direito comum como pellos preuillegios aa hordem outorgados, que teem dos santos padres, eram muito empachados, por não saberem o que em esto avião de fazer.

Porque poderaa ser que, per semelhante guisa, sereis requerido, eu vos notifico que vos e os outros caualleiros da dita ordem sois assy jsentos como os frades ou clerigos de ordens sacras e beneficiados, e assy tendes feitas vossas profissões. E porende vos mando e defendo que não respondais perante o corregedor ou corregedores e justiças, assy em feitos crimes como ciueis, senão pella forma e casos que rrespondem conegos

(1) Assim zelava o infante, como seu governador e administrador por nomeação pontifícia de 1420, a isenção eclesiástica da Ordem Militar de Cristo perante el-rei seu sobrinho, mas em termos tão respeitosos como os que se lêem no final da carta.

Copyrighted material

e clerigos de ordens sacras e beneficiados e frades jsentos, porque assy soes professos como elles. E, se vos alegarem que tendes senhorio ou jurdiçom, bem podeis notificar que vossas comendas vos não som dadas, somente sobre as rendas que ajaaes de prouer e requerer e averdes pera vossas gouernanças, pera seruiço de Deus e delrrey nosso senhor.

E rrequeiro, rrogo e encomendo ao corregidor da corte e aos outros corregedores e justiças que vos não constrangão de vossos feitos e não queirão encorrer nas excomunhões que encorrerão se se dello entremeterem, por bem dos ditos preuilegios, mas vos remetão a my, que sou vosso mayor, pera de vos fazer comprimento de justiça. E, se vos esto não quiserem guardar, vos hires a seu çitamento e nom respondais, mas pedij dello huum estromento, pera por elle proceder, segundo forma de direito e [he] contheudo nos ditos preuillegios. E peço por merce a elrrey meu senhor que, pois a todolos arcebispos e bispos e ordens, que tem tamanha multidoem de pessoas, lhe som guardadas suas jurdições, lhe praza de mandar guardar a mim esta pequena jurdiçom, que tão poucas pessoas som em ella.

Feita em Thomar, seis dias de feuereiro. Frey Pedro, escriuão da dita ordem, a fez. Era do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mill quatrocentos çincoenta e seis annos.

112

10 FEVEREIRO 1456

Letras Religionis zelus, *do papa Calisto III, dirigidas a Fr. Afonso Velho, dominicano, professor de teologia e confessor do infante D. Henrique, a absolvê-lo de todas as penas eclesiásticas em que porventura haja incorrido, a conceder-lhe possa receber dois benefícios eclesiásticos, seculares ou regulares, e ser provido em mosteiro ou abadia, mesmo da Ordem de Cister, apesar de professo na dos Pregadores, e a conceder-lhe também a faculdade de conservar esses benefícios, no caso de ser promovido a bispo, abade de mosteiro, etc.* (1).

(1) Sobre Fr. Afonso Velho cfr. os DOCS. 213 e 232 do nosso vol. 10, e 229, 230 e 236 do vol. 11 bem como os DOCS. 133, 135 e 147 do presente volume.

Copyrighted material

AV., *Reg. Vat.*, vol. 464, fl. 30 v., — donde se reproduzem.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico de Calixto III*, vol. 1, ps. 480-81, n.° 1514.

Calistus, etc.

Dilecto filio Alfonso Velho, ordinis fratrum predicatorum et theologie professorj, salutem, etc.

Religionis zelus, litterarum scientia, uite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut, te specialibus fauoribus et gratijs prosequentes, tibi reddamur ad gratiam liberales.

Hinc est quod nos te, qui carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis illustris, orator ad nos per eum, super prestita nobis obedientia, destinatus ac dilecti filij nobilis virj Henrici, jnfantis Portugalie, confessor existis, et ad quem tam rex quam jnfans predicti, propter virtutes et merita tua, singularem gerunt deuotionis affectum, ab omnibus et singulis excommunicationis, suspensionis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententijs, censuris et penis, a iure uel ab homine quauis occasione uel causa promulgatis, quibus forsan quomodolibet innodatus existis, quo ad hoc ut presentium duntaxat sortiaris effectum, auctoritate apostolica, tenore presentium, absoluentes et absolutum fore censentes ac volentes tibj, premissorum meritorum tuorum intuitu, gratiam facere specialem, motu proprio, non ad tuam uel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, duo eccleciastica, cum cura uel sine cura, secularia uel quorumuis ordinum regularia, seu vnum seculare et aliud regulare beneficia, ubilibet infra Portugalie et Algarbij regna consistentia, etiam si prioratus, prepositure, dignitates, personatus, administrationes uel officia in quibusuis monasterijs et alijs locis regularibus, seu extra illa, ac dignitates, prioratus et prepositure huiusmodi conuentuales ipsaque beneficia ex quibusuis causis generaliter uel specialiter reseruata, ac eorum fructus, redditus et prouentus cuiuscumque taxe seu annui valoris fuerint et ad dignitates, prioratus, prepositurás, personatus, administrationes uel officia huiusmodi consueuerint, qui per electionem assumi eisque cura immineat animarum, dummodo aliquod beneficiorum ipsorum in cathedrali etiam metropolitana uel collegiata ecclesia non existat, ad cuiuscunque seu communitter uel diuisim quorumcunque collationem, prouisionem, presentationem, electionem seu quamuis aliam dispositionem pertinentia, necnon prouisionem vnius monasterij uel abbatie cuiuscunque, etiam Cis-

terciensis ordinis, in predictis regnis uel alibj consistentis (2), cuiuscunque taxe uel annui valoris illius fructus, redditus et prouentus similiter existant et ab illo alia monasteria dependeant, cum dependentijs huiusmodi, etc., si illorum prouisio ad sedem apostolicam non pertineat ac si de illis prouiderj aut alicui commendarj non consueuerint, si qua etiam vno seu duobus uel tribus seu quatuor ex mensibus, in quibus beneficiorum vacantium collationem, iuxta quandam per nos desuper editam constitutionem, ad ordinarios pertinere uoluimus, vacant ad presens, aut cum simul uel successiue vacauerint, que tu, per te uel procuratorem tuum ad hoc legitime contitutum, infra vnius mensis spatium, postquam tibj uel eidem procuratorj illorum uel alicuius eorum vacationes innotuerint, duxeris acceptanda, etiam simul uel successiue commendanda tibj, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus juribus et pertinentijs suis, tibj per te, quoad uixeris, tenenda, regenda et etiam gubernanda, donationi apostolice reseruamus, districtius inhjbentes locorum ordinarijs, necnon illi uel illis ad quem uel ad quos ipsorum monasterij uel abbatie ac beneficiorum collatio, prouisio, presentatio, electio, seu queuis alia dispositio, communiter uel diuisim, pertinet, ne de illis anterioribus (?), etiam ante acceptationem eandem, nisi postquam eis constiterit quod tu, uel procurator predictus, illa nolueritis acceptare, disponere quoquomodo presumant ac decernant irritum et inane, si secus super hijs, a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptarj.

Et nichilominus, venerabilibus fratribus nostris Siluensi et Ceptensi episcopis ac dilecto filio abbati monasterij de Pombe[i]ro, Bracharensis diocesis, motu simili per apostolica scripta mandamus quatinus ipsi, uel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, beneficia et monasterium huiusmodi, si vacant uel cum vacauerint, ut prefertur, tibi, per te, quoad uixeris, in spiritualibus et temporalibus tenenda, regenda et gubernanda, cum dependentijs huiusmodi ac omnibus juribus et pertinentiis suis, commendare auctoritate nostra procurent, jnducentes te uel procuratorem tuum, tuo nomine, in corporalem possessionem beneficiorum et monasterij iuriumque et pertinentiarum predictorum et defendentes inductum ac facientes te, uel dictum procuratorem tuum, ad beneficia et monasterium huiusmodi, ut est moris, admitti tibique de illorum fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderj, necnon a dilectis filijs conuentu dicti monasterij obedientiam et reuerentiam congruentes ac a vasallis et alijs subditis suis consueta seruitia et iura exhiberj, contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita, compescendo, non obstantibus quod ordinem fratrum predicatorum expresse professus sis (?) ac constitutionibus et ordinationibus

(2) No ms. *consistentia*.

Copyrighted material

apostolicis atque nostris, illis presertim per que inter alia, cum decreto desuper irritante, statuimus quod nullus, uigore cuiusuis gratie expectatiue, quodcunque beneficium ecclesiasticum eidem apostolice dispositioni generaliter reseruatum, etiam si alias sub huiusmodi gratia comprehenderetur, acceptare uel de illo sibj prouiderj facere posset aut deberet necnon ecclesiarum in quibus secularia ac monasteriorum et aliorum religiosorum locorum, quorum regularia beneficia huiusmodi forsan fuerint, seu per quorum religiosos illa forsan gubernarj consueuerint, necnon prefatorum ordinum juramento, confirmatione apostolica, uel quacunque firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus ac certis felicis recordationis Nicolai pape V, predecessoris nostri, per quas, sub data pridie jdus junij, pontificatus sui anno sexto, inter cetera cum decreto irritante, statuit et ordinauit quod monasteria seu prioratus conuentuales, in quibus regularis vigebat obseruantia, dictorum seu quorumcunque aliorum ordinum in prefati regis dominijs consistentes, quibusuis personis, nisi ordinem cuius monasteria uel prioratus huiusmodi forent expresse professis, quauis auctoritate commendarj, seu in commendam conferrj minime possent uel deberent, et alijs sub data decimo septimo kalendas julij, pontificatus sui anno predicto, per quas, ex certis tunc expressis causis, motu proprio, etiam cum interpositione decreti, declarauit quod nullus, cuiuscunque dignitatis, status, ordinis uel conditionis foret, etiam si cardinalatus dignitate prefulgeret, Alcobacie (3), Vlixbonensis diocesis, et Sancte Crucis Vlixbonensis, per priores solita gubernarj, Cisterciensis et Sancti Augustinj ordinum, monasteria, pretextu quarumcunque gratiarum expectatiuarum uel specialium reseruationum, etiam declarationj huiusmodi expresse derogantium, acceptare seu de illis sibj prouiderj ac etiam sibj commendarj facere, nec illa, sub huiusmodi gratijs et reseruationibus ac mandatis de prouidendo uel commendando comprehendj possent uel deberent, ac alijs litteris per quas omnia indulta, litteras et priuilegia fratribus dicti ordinis predicatorum quod beneficia ecclesiastica obtinere possent, sub quacunque verborum forma, forsan pro tempore concessa, reuocauit, cassauit et annullauit ac ipsos fratres ad claustra sua reuerti voluit, certis penis adiectis, quibus omnibus et singulis, etiam si de illis ac eorum totis tenoribus specialis et expressa mentio habenda foret, motu et sententia similibus, quo ad totalem effectum presentium consequendum, derogamus, ac te et presentes nostras necnon alias tibj, super obtinendis beneficijs ecclesiasticis in commendam, per eundem Nicolaum predecessorem concessas litteras, quarum etiam tenorem presentibus haberi volumus pro expresso, necnon processus desuper habitos et habendos sub illis non fuisse nec esse comprehensos declaramus, con-

(3) No ms. *Alcubacie.*

Copyrighted material

trarijs quibuscunque [non obstantibus], aut si pro alijs in dictis ecclesijs seu monasterijs scripta forsan apostolica sint directa, seu si aliqui, super prouisionibus sibj faciendis de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus, speciales uel generales apostolice sedis uel legatorum eius litteras jmpetrauerint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus etiam quecunque expectatiuas aliasque gratias, nominationes uel nominandj seu alias facultates, ac de primo uacaturis monasterijs, abbatijs uel beneficijs seu alias speciales reseruationes et de sic vacaturis, cum vacabunt, conferendi mandata, necnon quibusuis ecclesijs, monasterijs illarumque mensis et beneficijs de reseruatis monasterio et beneficijs vniones, annexiones et incorporationes, prerogatiuas quoque, antelationes, declarationes, ad ius commune reductiones aliaque priuilegia, concessiones et indulta, etiam motu simili et ex certa scientia, seu ad quorumuis supplicationem uel jnstanciam ac seruitiorum romane ecclesie impensorum remuneratione, uel sedendarum litium, studiorum, vniuersitatum, collegiorum, pietatis seu alio quouis intuitu uel respectu, occasione uel causa, ac sub quibusuis formis uel expressionibus verborum, necnon cum quibuscunque etiam derogatoriarum derogatorijs aliisque fortioribus et insolitis apponj clausulis, per nos uel sedem predictam hactenus concessa et facta ac im posterum concedenda et facienda, etiam si, quoad illorum derogationem, de illis eorumque totis tenoribus, de verbo ad verbum, ac nominibus et cognominibus, qualitatibus personarum, quibus seu ad quarum supplicationem uel instantiam, seu qua occasione aut quo intuitu uel respectu concessa sint, specialis, specifica et expressa, non autem per generales, uel alias, expressam mentionem importantes clausulas, mentio habenda, aut alia queuis (4) specificatio facienda foret, illorum tenores de verbo ad verbum ac cetera premissa presentibus pro expressis habentes, in quantum te in assecutione beneficiorum huiusmodi impedirent seu quomodolibet retardarent, derogamus ac illorum effectum penitus suspendimus, eis alias in suo robore permansuris sub parj, maiorj uel minorj dato habentibus, etiam si habentes ipsi nostri in certo libro cancellarie apostolice, uel litteris nostris circa quasdam eis per nos concessas prerogatiuas, descripti, seu prefati regis, aut carissime in Christo filie nostre Elisabet, regine Portugalie et Algarbij jllustris, uel dicti Henrici seu dilecti filij nobilis virj Fernandj, etiam jnfantis Portugalie, familiares, continui commensales seu capellanj, uel alias per dictos regem, reginam, jnfantes, uel aliquem ipsorum, nominati fuerint, venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus duntaxat et nullis alijs penitus exceptis,

(4) No ms. *quauis*.

te, in assecutione eorumdem beneficiorum et monasterij volumus anteferrj, sed nullum per hoc eis, quoad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generarj, seu si ordinarijs ac ceteris super dictis uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, a prefata sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli, aut quod interdici, suspendj uel excommunicarj non possint quodque de huiusmodi uel alijs monasterijs, abbatijs et beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem, electionem, seu quamuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim spectantibus, nulli valeat prouiderj, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impedirj valeat quomodolibet uel differrj et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis; aut si hodie, pro alio uel alijs, super equali uel equalibus gratia seu gratijs, in regnis predictis, de similibus beneficijs litteras nostras duxerimus concedendas.

Nos, enim, tam illas quam presentes effectum sortirj volumus, quacunque constitutione apostolica contraria non obstante, quodque commendanda beneficia et monasterium huiusmodi debitis propterea non fraudentur obsequijs et animarum cura in eis nullatenus negligatur, sed illorum ac conuentus monasterij huiusmodi consueta onera congrue supportentur tuque de ipsorum commendandorum beneficiorum et monasterij fructibus, redditibus et prouentibus, illorum debitis supportatis oneribus, disponere et ordinare libere et licite possis et valeas, sicut verj et legitimi eorumdem commendandorum beneficiorum possessores et ipsius monasterij abbates, qui fuerunt pro tempore, de eis disponere et ordinare potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione tamen quorumcunque bonorum inmobilium et preciosorum mobilium commendandorum beneficiorum et monasterij huiusmodi tibj penitus interdicta.

Preterea, volumus quod si te interim ad aliqualem episcopalem, abbatialem uel aliam dignitatem promouerj contingat, nichilominus presentes littere, cum omnibus et singulis in eis contentis clausulis, in suo pleno robore suaque firmitate remaneant tuque illarum consequaris effectum, in omnibus et per omnia, perinde ac si promotio huiusmodi minime facta foret.

Nulli, ergo, etc., nostre absolutionis, reseruationis, inhibitionis, constitutionis, mandati, derogationis, declarationis, suspensionis et voluntatis jnfringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quarto jdus februarij, pontificatus nostri anno primo.

113

15 FEVEREIRO 1456

Letras Cum jtaque, *do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves, a nomeá-lo legado da Santa Sé em Portugal para a cruzada contra os turcos, na qual cruzada se espera siga o rei de Portugal em pessoa, com numeroso exército, e a conceder-lhe poderes para obrigar as Ordens Militares de Cristo, Avis, Santiago e S. João de Jerusalém a que vão combater os turcos, sob pena de excomunhão e de privação de ofícios e benefícios, cabendo a D. Álvaro o direito de entregar os referidos ofícios e benefícios dos que se recusarem a partir em pessoa, não estando legìtimamente impedidos, a outros membros das mesmas Ordens Militares, dispensando-os para isso de qualquer irregularidade, e devendo os que não puderem partir arranjar quem vá em seu lugar* (1).

---

(1) Trata-se do que foi sacerdote conimbricense e jurista Dr. Alvaro Afonso, escrivão da puridade do infante D. Pedro e também subscritor de numerosas cartas daquele regente do reino, passadas em nome de el-rei D. Afonso V (Cfr., por exemplo, AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, ps. 269, 273, 275 a 280, 287, 288, 290, 292, etc.), onde Álvaro Afonso é dito do desembargo régio. Preceptor dos filhos do citado duque de Coimbra, acompanhou-o a Alfarrobeira, depois de haver tentado em vão dissuadir o infante, «como homem assás prudente e bom jurista», de marchar em pé de guerra contra o seu monarca (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 110, 112 e 118). Após Alfarrobeira, o Dr. Álvaro Afonso seguiu com os filhos do falecido duque para a corte de Borgonha e dali com D. Jaime para Roma. Nomeado este administrador do bispado de Lisboa em 30 de Abril de 1453 (Cfr. o DOC. 188 do nosso vol. 11) e não havendo regressado ao país, aquele prelado confiou o governo da diocese olisiponense ao Dr. Álvaro Afonso, por sua vez nomeado bispo de Silves a 24 de Agosto seguinte (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, p. 237). Preocupou-se ele em reconstruir a sua catedral, então a única igreja de Silves, arruinada por terramoto. Para isso, o papa Calisto III veio a facultar-lhe a obtenção de recursos, em letras de 12 de Março e de 2 de Abril de 1456 (A.V., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 62, e vol. 457, fl. 7 v.), como também D. Afonso V lhe possibilitou a aquisição de artífices para o mesmo efeito, em carta de 15 de Março de 1458 (Cfr. RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, ps. 42 e 71).

Nas presentes letras, o papa Calisto III, que se vê alimentar grandes esperanças na coadjuvação portuguesa contra a invasão otomana, nomeou o Dr. Alvaro Afonso para legado seu em Portugal, a fim de ele aqui organizar, junto do soberano português, a cruzada contra o turco, finalidade a que se reportam numerosos documentos pontifícios, alguns dos quais reproduzimos, e que bem atestam a actividade papal como a de D. Álvaro em tal direcção, aliás sem o almejado êxito, pela

Copyrighted material

AV., *Reg. Vat.*, vol. 456, fl. 176 v.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 486, n.º 1536, errado o dia, 16 por 15.

Calistus, episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri nostro Aluaro, episcopo Siluensi, ad regem et regna Portugalie et Algarbij, cum potestate legati de latere, apostolice sedis legato, salutem et apostolicam benedictionem.

Cum jtaque, sicut accepimus, in regnis Portugalie et Algarbij, quatuor ordines militares, videlicet milicie Jhesu Christi et de Auisio, cistercienses, sub regula Sancti Benedicti, Sancti Jacobi de Spada et Sancti Johannis Jerosolimitani reperiuntur, que religiones et milicie ad reprimendum et conterendum infidelium conatus fuerunt specialius jnstitute, et quoniam, Domino concedente, ex dictis regnis copiosum exercitum contra turchos venire speramus, tibi, quem super premissis et alijs ad regem Portugalie et regna predicta presencialiter destinamus, omnibus et singulis predictorum ordinum magistris, prioribus, preceptoribus, com-

---

divisão e indecisão das restantes potências cristãs. Tenham-se em vista, por exemplo, as sondagens de el-rei D. Afonso V junto do soberano aragonês e das Repúblicas de Milão e de Veneza e as suas respostas, — os DOCS. 90, 93, 94, 100 e 175 do presente volume. A 17 de Setembro de 1459, o papa Paulo II, que manteve D. Álvaro nos assuntos da cruzada anti-turco, concedeu-lhe a pensão anual de 800 florins de ouro: 580 a liquidar pela cúria romana e 220 pela da diocese de Coimbra (AV., *Reg. Vat.*, vol. 474, fls. 22 v. e 23 v.). Transferido para a diocese de Évora em 8 de Fevereiro de 1468, o ex-bispo de Silves ali faleceu no ano seguinte (Cfr. EUBEL, *Obra e vol. cits.*, p. 149).

Sobre a cruzada contra o turco na época, apenas damos alguns dos textos pontifícios relativos a Portugal, omitindo, portanto, os de carácter geral ou seja respeitantes a toda a Cristandade, por alheios ao objectivo desta colectânea documental, em que quisemos sublinhar especialmente a actuação de D. Afonso V e dos infantes D. Henrique e D. Fernando, quanto os documentos no-lo permitiram. Para aspecto mais geral do assunto, dentro e fora da Península, podem ver-se, por exemplo, DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, e GONI GAZTAMBIDE, *Historia de la Bula de la Cruzada en España*, ps. 404 e ss., com a bibliografia por aqueles autores aduzida. Como trabalhos gerais sobre a história otomana, citaremos: N. IORGA, *Geschichte des osmanischen Reichs*, 5 vols.; SCHLUMBERGER, *La prise de Constantinople*, em 1453, e *Le siège, la prise et le sac de Constantinople;* R. VALENTINI, *L'Egeo dopo la caduta di Constantinopoli;* e GEGAG, *L'Albanie et l'invasion turque au XV^e siècle.*

Na mesma ocasião das presentes letras, o sumo pontífice concedeu faculdades diversas ao bispo de Silves (Cfr. RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, n.^os 1534, 1541, 1542, 1544, 1545 e 1547).

mendatoribus, vicarijs, militibus et religiosis, qui in predictis regnis vel quolibet eorum preceptorias eciam maiores et commendas (2), prioratus, hospitalia, officia et beneficia ac alia bona vel stipendia quecunque dictarum miliciarum obtinent et pro tempore obtinebunt, sub excommunicacionis, a qua, nisi in mortis articulo, per alium quam romanum pontificem vel per te absolui non possint, ac priuacionis magistratuum, prioratuum, preceptoriarum, commendarum, hospitalium, beneficiorum, locorum et stipendiorum huiusmodi necnon perpetue inhabilitacionis ad similia vel alia obtinenda penis, quas, si inobedientes fuerint, ipso facto jncurrant, jmpedimento cessante legitimo, jn exercitu, quem inibi contra turcos parari speramus personaliter suis sumptibus et expensis veniant, et qui legitime fuerint jmpediti alios bellatores, juxta eorum facultates et prouentus, mittere teneantur, et tam super jmpedimento, an sit legitimum, quam super mittendis tuo arbitrio stari volumus, auctoritate nostra districtius jnhibentes, precipiendi et mandandi et illos, ex eis qui rebelles et inobedientes fuerint, penas huiusmodi jncurrisse declarandi, ac de magistratibus, prioratibus, preceptorijs et commendis, officijs, hospitalibus, beneficijs, locis et stipendijs huiusmodi, per dictam priuationem vacantibus, alijs dictarum miliciarum professis, vel jllas profiteri et cum eodem exercitu personaliter accedere volentibus, prouidendi jpsosque et quoscunque alios predictos ordines profiteri volentes ad huiusmodi professionem recipiendi et regularem habitum sibi exhibendi, necnon cum eis, super natalium et etatis defectibus, si jllos vel aliquem ipsorum qualitercunque pacientur, eciam quo ad hoc ut jpsi prioratus, preceptorias, commendas, hospitalia, officia, beneficia et loca dictarum miliciarum recipere et jam habita retinere et ad omnes eciam sacros ordines alias rite se promoueri facere possint, ac super jrregularitate, si quam, quauis occasione vel causa, forsan contraxerint, dispensandi et eos habilitandi, ac eis quod omnibus et singulis priuilegijs, immunitatibus et gracijs, prerogatiuis, jndultis et exempcionibus, quibus alij professi, eciam defectus huiusmodi non pacientes, gaudent, absque vlla differencia vti et gaudere possint et libere debeant, necnon jllos ex fratribus dictarum miliciarum, qui propter non solucionem responsionum vel aliarum jmpensarum eciam communi (3) thesauro Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, vel alias ab jllius magistro et conuentui vocati (4) inobedientes fuerint, excommunicati, suspensi uel interdicti, aut eorum prioratibus, preceptorijs, commendis, hospitalibus, beneficijs, officijs, eciam auctoritate apostolica, premissorum occasione, priuati exterunt, ab huiusmodi excommunicacio-

---

(2) No ms. *comendas*.
(3) No ms. *comuni*.
(4) Talvez haja erro e seja *conuentu vocati*.

nis, suspensionis, jnterdicti et priuacionis alijsque ecclesiasticis censuris et penis absoluendi, et predictos ad eorum prioratus, preceptorias, commendas, hospitalia, beneficia et officia in statum pristinum restituendi et reponendi jllaque eis de nouo conferendi, et quod hoc presenti anno receptori vel communi thesauro huiusmodi aliquid persoluere seu alias jlli contribuere minime teneantur, nec ad id compelli possint, concedendi (5) ac omnes et singulas censuras et penas, contra tales latas, tollendi et remouendi, dum tamen ipsi personaliter jn exercitu huiusmodi veniant et per annum in eo deseruierint contra turchos, omniaque alia in premissis et circa ea necessaria et oportuna faciendi, disponendi et exequendi, ac contradictores quoslibet et rebelles, cuiuscunque dignitatis, status, gradus, ordinis, preeminencie vel condicionis, per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellacione postposita, compescendi et quociens opus fuerit, brachium seculare jnuocandi plenam et liberam concedimus, tenore presencium, facultatem.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecesoris nostri, que incipit Statutum quidem contra judices, ac de duabus dietis in concilio generali necnon defectibus predictis ac de Pictauensis et Lateranensis conciliorum et alijs apostolicis constitucionibus, necnon statutis, priuilegijs, consuetudinibus, vsibus ordinum militiarum huiusmodi, juramento, confirmacione apostolica vel quauis alia firmitate roboratis, contrarijs quibuscunque, aut si magistris, prioribus, preceptoribus, commendatoribus, militibus et fratribus dictarum militiarum, vel quibusuis alijs, communiter vel diuisim, ab apostolica sit sede jndultum quod jnterdici, suspendi vel (6) excommunicari, aut vltra vel extra certa loca ad judicium trahi non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodi mencionem, quibuslibet alijs priuilegijs, jndulgencijs et litteris apostolicis, generalibus vel specialibus, quorumcunque tenorum existant, per que, presentibus non expressa vel totaliter non inserta, effectus presentium ac tua commissio et jurisdictio in aliquo jmpediri valeat quomodolibet vel differri, et que, quo ad premissa, eis volumus aliquatenus suffragare, eciam si de jllis ac eorum totis tenoribus specialis et expressa mentio presentibus habenda foret.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quinto decimo kalendas marcij, pontificatus nostri anno primo.

---

(5) A palavra *concedendi* vem na margem e parece doutra mão.

(6) No ms. *ve.*

114

15 FEVEREIRO 1456

Letras Quoniam alto, *do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves e legado «a latere» da Santa Sé junto do rei D. Afonso V de Portugal, a regular e especificar a acção do mesmo legado no que respeita à participação portuguesa na cruzada contra os turcos, com poderes para ordenar o que fosse necessário para a expedição naval de Portugal e, pessoalmente ou por delegados seus, levantar a dízima das rendas de todos os benefícios eclesiásticos, mesmo isentos, e encarregar os pregadores e confessores de exortar o povo a contribuir pecuniàriamente para a cruzada em referência.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 456, fl. 171.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, ps. 487-88, n.º 1540, errado o dia, 16 por 15.

Calistus, episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri nostro Aluaro, episcopo Siluensi, ad regem et regna Portugalie et Algarbij eorumque dominia, cum potestate legati de latere, sedis apostolice legato, salutem et apostolicam benedictionem.

Quoniam alto et incomprehensibili Domino reddere constitueramus, in conspectu omnis populi, uota nostra, sic oportet nos, in hijs que Dei laudem et gloriam ac fidei christiane conseruationem et stabilitatem respiciunt, nostre diligentie conatus jmpartiri, ut nichil reperiatur in Dei causa nota dignum; verum, quia, humana repugnante natura, singula non valemus per nos ipsos efficere, ad jnstar jllius qui, cum sit vbique totus pro suo beneplacito cuncta disponens, in mundum vniuersum discipulos quos elegerat destinauit, opus est ut etiam nos cum fratribus nostris onera diuidamus.

Nuper, siquidem, dum circa preparationem exercitus christianorum contra turcos, eius seuissimos hostes, soliciti essemus, superuenerunt dilecti filij oratores carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbii regis jllustris, per eum ad nos destinati, qui non solum nobis, ex parte ipsius regis, jntegram et plenam obedientiam, deuotionem et

Copyrighted material

fidem prestiterunt, verum etiam exposuerunt quod jdem rex plurimum gauisus fuit, dum jntellexit quod nos uotum emiseramus contra dictos turcos exercitum destinare, sibique ad singularem gratiam reputabat si certior efficeretur nos votum ipsum ad finem optatum deducere velle, cum rex ipse supramodum exoptet in huiusmodi negotio quantum posset cum effectu celeriter operari.

Vnde, ut nostro et prelibati regis feruentissimo desiderio satisfacere possimus (1), reuocando omnes alios commissarios et nuntios nostros ad jnfrascripta, te, qui, diuina gratia assistente, scies et poteris hec eadem prouide in ea parte supplere, matura super hoc deliberatione prehabita, vice nostra duximus destinandum, ut prefato regi ex parte nostra significes quod, preter eternam vitam, nichil magis appetimus quam votum per nos emissum adimplere. Et cum, ad conterendum (2) turcorum eorumdem jnsaniam ipsorumque temerarijs ausibus resistendum, de fratrum nostrorum sancte romane ecclesie cardinalium consilio pariter et assensu, vnam jntegram decimam omnium fructuum, reddituum et prouentuum, secundum verum valorem annuum, beneficiorum ecclesiasticorum, per totum orbem christianum ab ecclesiasticis persoluendum personis et pro expugnatione predicta exponendum, jnduximus et jmposuimus necnon vniuersis christifidelibus, ad expugnationem et defensionem predictas, sub certis modo et forma se transferentibus, siue alios mittentibus, aut ad id manus porrigentibus adiutrices, diuersas, vltra alias per predecessores nostros concessas, jndulgentias ac remissiones concessimus, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur.

Et, cum carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbij [regem] jllustrem, ac jllius consanguineos principes et regna firmissima et potissima rei publice christiane presidia fore non ambigamus et ex jllis, pro tam felici opere, speremus oportuna subsidia prouenire, vt ex plurium, maxime suorum ad nos oratorum, relatione percepimus, de tue fraternitatis jndustria, eximia fidelitate et probitate ac magnitudine consilij, morum elegantia et alijs virtutum donis. quibus te eorum largitor Dominus multipliciter jnsigniuit, sumentes, in Altissimo, fiduciam specialem ac jndubie sperantes quod jlla que tibi, pro tam celebri consecutione, duxerimus committenda, tua exactissima ac peruigili jndustria curabis adimplere, habita super hijs cum eisdem fratribus nostris deliberatione matura, nostro et romane ecclesie nomine, ad conquirenda, pro tuitione christiane fidei, oportuna

---

(1) No ms. parece estar *possumus*, mas trata-se duma particularidade ortográfica do segundo *s*, frequente neste documento.

(2) No ms. *conterandum*.

presidia, jpsasque alias nostras et predecessoris nostri litteras publicandum, ceteraque alia maxima et vrgentissima, statum ac salutem fidelium concernentia, negotia tractanda, peragenda ac etiam concludenda, ad regem quoque et regna predicta et dicti regis dominia apostolice sedis legatum missum, cum potestate legati de latere, de jpsorum fratrum consilio, committante pacis angelo, duximus dirigendum (3), cum plena potestate et libera facultate classem munitissimam aduersus jnmanissimos turcos predictos et reliquos Christi nominis et fidei euersores parandam, jnstruendam, nauesque jnsuper et galeas et carauellas ac alia nauigia conducenda, emenda et de novo, si opus fuerit, fabricari, omniaque alia et singula pro expeditione huiusmodi contractandum, parandum et faciendum que, in premissis et circa ea, necessaria fuerint et quomodolibet oportuna, conformando te, quantum cum Deo poteris, voluntati prefati regis, si in propria persona vel per suos hoc negotium, vt speramus, sequendum acceptauerit, pro constanti tenentes quod, ipso inspirante Saluatore, in hijs omnibus, ad tantum pium et salutare opus conducendum, omni studio, diligentia totaque animi attentione intendes.

Verum, cum ad tante rei magnitudinem nostre et romane eclesie non suppetant facultates, tibi, propterea, decimam jntegram, secundum verum valorem fructuum, reddituum et prouentuum omnium beneficiorum eclesiasticorum, vniuersis et singulis archiepiscopis, episcopis, electis, administratoribus, commendatarijs, abbatibus ceterisque ecclesiarum et monasteriorum prelatis, capitulis, conuentibus ordinum quorumcunque, etiam militarium et mendicantium, magistris, prioribus, preceptoribus, ecclesiasticis personis aliisque (4) etiam pijs, virorum et mulierum exemptorum et non exemptorum et quarumcunque aliarum personarum ecclesiasticarum, locis, quacunque prerogatiua, exemptione, priuilegio, preeminentia vel dignitate prefulgeant, etiam si exemptiones et priuilegia huiusmodi talia fuerint quod, nisi de jllis eorumque totis tenoribus de verbo ad verbum ac nominibus et cognominibus (5) eorum quibus concessa sunt specialis et jndiuidua mentio fiat, derogari non possint (6), que, quoad hoc, eis nolumus aliquatenus suffragari, jntra limites tue legationis, huiusmodi constitutione, secundum formam et continentiam nostrarum et predecessoris nostri litterarum predictarum, nostra auctoritate jndicendi et jmponendi ac etiam, per te vel alium seu alios, recipiendi, exigendi necnon in qualibet ciuitate vel alibi et alias recipiendi, exigendi in tui absentia, cum ad singulas tue legationis partes sine incom-

(3) No ms. *duximus dirigendum* está sublinhado.

(4) No ms. *et*, antes de *aliisque*, com dois pontos por baixo, a indicar que está a mais.

(5) No ms. *congnominibus*.

(6) No ms. *possit*.

Copyrighted material

modo ac temporis prolixitate te personaliter transferre non possis, vnum vel duos aut plures, prout magis expedire videris, qui etiam alios substituere possint viros bonos et graues, fide et facultatibus ydoneos, deputandi et constituendi receptores et depositarios pecuniarum occasione dicte decime et alias soluendarum in subsidium huiusmodi erogandarum, qui postea de hijs tibi rationem et reliqua exhibituri solutionem et beneficiorum nomina et cognomina (7) ac pecuniarum quantitates in libris fideliter conscribant et soluentibus, de huiusmodi receptis et solutis, apocam faciant atque tradant, quam plene liberationis et quittationis robur obtinere decernimus et pro qua non vltra summam quam ordinaueris recipere possint, deputandi, ac ydoneos et acceptos verbi Dei predicatores et confessores religiosos vel seculares viros, prout tibi videbitur expediri, etiam perquirendi et perquiri faciendi eisque et eorum cuilibet, eadem auctoritate, in virtute sancte obedientie et sub excommunicationis pena, quam contrafacientes ipso facto incurrant, precipiendi et mandandi, juxta continentiam litterarum nostrarum, de quibus soluendis et subsidijs perquirendis pro tutela fidei et christiane religionis, emanatarum, vt prefertur, in quibusuis uidebitur locis, populis nuncient, predicent et declarent, jllos ad contribuendum huic sancto operi, per se vel alios, exhortando, eisque nunciando quod ad locum quem tu ordinabis, Domino conducente, volentes ad hanc sanctam expeditionem proficisci vel mittere, constituto etiam per te tempore, poterunt conuenire, et nichilominus, in sacristia maioris vel alterius cuiuslibet ecclesie, vel alias, prout melius et securius tibi videbitur, vnam caxam cum seris, et penes illos quos ordinaueris deponendis clauibus, in qua omnes et singule persone, huic sanctissimo operi subuenire et concessas propterea jndulgentias consequi volentes, earum oblationes deponere possent, necnon notarium fidedignum, qui contribuentium nomina et oblatorum quantitatem, si id voluerint, contribuentes, ipsum fideliter describat atque notet, necnon singulos principes, duces, marchiones, comites, barones, nobiles et milites ac communitates infra dictos limites consistentes, de quibus tibi videbitur, nostra ex parte requirendi et ab eisdem jntelligendi quantum, vltra prenarratarum personarum, ex publico, ad hoc sanctum expeditionis opus, conferre velint, et jnsuper modos et formas quibus commissa tibi huiusmodi fieri et ad debitum effectum perduci possint, faciendi, statuendi et ordinandi ac, contra omnes et singulas ecclesiasticas et seculares personas ac questores, clericos seculares vel religiosos ordinum quorumcunque, etiam exemptorum, ac laycos quoscunque, etiam si a nobis vel predecessoribus nostris eedem littere quomodolibet emanauerunt, apostolicas vel alias litteras publicantes, ac jllos [qui] super hijs dederunt

(7) No ms. *congnomina*.

auxilium, consilium vel fauorem, te et per te deputandos quoscunque in premissis jmpedire seu molestiam aut perturbationem quouismodo tibi et deputandis huiusmodi jnferre presumpserint, simpliciter et de plano, sine figura et strepitu judicij, solerti et fideli adhibita diligentia, jnquirendi, ac eos et soluere differentes decimam antedictam personaliter vocandi, apprehendendi, capiendi et carceribus mancipari faciendi penisque spiritualibus et temporalibus, prout visum fuerit, plectendi, mulctandi et corrigendi, neue jmposterum talia facere, per se vel per alios, presumant, sub similibus penis eis districtius inhibendi, et si, quod absit, proteruitas contumacie, contradictionis siue inobedientie exegerit, eos beneficijs suis priuandi et ab jllis amouendi alijsque conferendi penasque huiusmodi exigendi ac omnia et singula alia agendi et exequendi, per que eorum temeritas, si parere contempserint, compescatur et interdicatur alijs via similia perpetrandi, necnon etiam eos et ceteros contradictores quoslibet et rebelles, quacunque ecclesiastica siue mundana, etiam si imperiali, regali, reginali, pontificali et quacunque alia dignitate prefulgeant, deputatosque per te et ab eis substitutos pro tempore premissos ad reddendum tibi, de receptis per eos, rationem, et reliqua per censuram ecclesiasticam et alia quecunque juris remedia, quociens opus esse noueris, quacunque appellatione postposita, eadem auctoritate compescendi, necnon quoscunque processus et sententias, super hijs aut eorum aliquo tempore scriptas (?), latas, semel et pluries aggrauandi, ac etiam inuocandi, quocienscunque noueris oportere, auxilium quorumcunque dominorum, tam ecclesiasticorum quam temporalium, quarumcunque personarum, necnon regali, ducali, archiepiscopali, episcopali, vel alia quacunque prefulgeant dignitate, [ac eos qui] pro tam felici expeditione voluerint proficisci crucesignandi et in dicto exercitu transmittendi et, cum oportunum fuerit, occasione premissorum, per te receptis pecunijs stipendiandi, necnon de per te receptis pecunijs quittandi, eosque, qui ad cor reuersi de eorum debitis satisfecerint et obedientes se exhibuerint, a censuris et penis huiusmodi absoluendi et liberandi, ac sententias, censuras et penas relaxandi et omnia alia et singula, in premissis et circa ea pro premissis necessaria quomodolibet vel oportuna, gerendi, faciendi, exercendi et exequendi, etiam si talia essent que mandatum exigerent speciale et in generali commissione non caderent, que tibi videbuntur oportuna, quibuscunque priuilegijs, jndulgentijs, exemptionibus et litteris apostolicis, generalibus vel specialibus, sub quacunque forma et expressione verborum, per que nullum cuiquam, cuiuscunque status, gradus, conditionis vel ordinis, etiam Cisterciensis, Cluniacensis, Premonstratensis, Calatrauensis (8) seu de Auisio, Cartusiensis, Vallisumbrose, Camaldulensis, Humiliatorum,

(8) No ms. *Calectreuensis.*

Sancti Jeronimi et canonicorum Sancti Georgij in Alga (9) communiter viuentium, Sancti Benedicti et Sancti Augustini, Hospitalium Sancti Johannis Jerosolimitani, Sancti Antonij, Sancte Marie Theutonicorum, ordinis militie Jhesu Christi, Sancti Jacobi de Spada et quorumcunque aliorum ordinum, etiam mendicantium, dummodo bona immobilia per se vel alios possideant, existant, in hac parte uolumus (10) afferre suffragium, nequaquam obstantibus, plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem.

Quocirca, eidem fraternitati tue per apostolica scripta committimus et mandamus quatinus iniunctum tibi ministerium laborum huiusmodi, pro diuina et dicte sedis ac nostra, ut teneris, ipsiusque fidei defensione, deuote suscipiens, sic illud vtiliter sicque solicite et laudabiliter, juxta datam tibi a Deo prudentiam, exequaris quod de tuis laboribus, diuina fauente clementia, desiderati fructus adueniant quos speramus tuque jlla[m], que pias et necessarias causas gerentibus celesti retributione jmpenditur, feliciter consequi palmam glorie merearis.

Nos, enim, sententias, quas rite tuleris, et penas, quas inflixeris in rebelles, ratas habebimus et faciemus, auctore Domino, vsque ad satisfactionem condignam jnviolabiliter obseruari. Vt, jgitur, premissa omnia et singula plenius et efficacius sortiantur effectum, per viscera misericordie Dei nostri obsecramus prefatum regem aliosque principes, ad quorum dominia tua legatio huiusmodi se extendit, archiepiscopis, episcopis et electis ceterisque ecclesiasticis personis supradictis, in virtute sancte obedientie, districte precipiendo, mandamus quatinus tibi, in dicendis nostra ex parte, fidem jndubiam adhibeant (11) tibique et a te deputatis et deputandis in premissis, quotiens ipsos requiri contigerit, faueant modis omnibus et assistant, vt fructus perueniant antedicti, prout jn desiderijs gerimus cordis nostri, et, vltra nostram et prefate sedis beneditionem, gratiam ab ipso Saluatore, de cuius re agitur, valeant eterne beatitudinis munera promereri.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quinto decimo kalendas martij, pontificatus nostri anno primo.

---

(9) No ms. *Alega*.
(10) No ms. *nolumus*.
(11) No ms. *adhibendo*.

Copyrighted material

115

15 FEVEREIRO 1456

Letras Audita credulitate, *do papa Calisto III, dirigidas a D. Alvaro, bispo de Silves e núncio da Santa Sé em Portugal, a conceder-lhe poderes para julgar sumàriamente todos os que possuam benefícios eclesiásticos contra as regras do direito canónico e aplicar as rendas já recebidas à cruzada contra os turcos, pois a dízima dos benefícios eclesiásticos não basta para as despesas da sobredita cruzada.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 456, fl. 184 v.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 486, n.º 1535, errado o dia, 16 por 15.

Calistus, episcopus, seruus seruorum Dei.

Veneralibi fratri nostro Aluaro, Siluensi episcopo, ad regem et regna Portugallie et Algarbij cum potestate legati de latere nostro et apostolice sedis nuncio, salutem et apostolicam beneditcionem.

Audita crudelitate et insania spurcissimi Machometi, qui plures terras christianorum occupauit et cotidie occupat ac passim appropinquat, tanto fuimus merore (1) confusi tantisque doloribus afflicti vt non facile nobis occurrat quid dicere, nisi quod psalmista deplorat et dicit: Deus, uenerunt gentes, etc., aut quid agere debeamus, cum res christiane non tam dolorem et lacrimas quam vigorem et arma requirant, nisi auxilia regum et principum christianorum minorare, super quo te ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugallie et Algarbij regem jllustrem, et ad sua regna presentialiter destinamus.

Verum, quia ad jsta facienda parandumque ibidem copiosum exercitum, ut speramus, opus est, vltra beneficiorum decimam, maxima pecunia, et ad nostrum peruenit auditum quod nonnulle ecclesiastice persone, nolentes aut non ualentes habere dispensationem ad plura beneficia incompatibilia, maxime ecclesias parrochiales, ad hoc ut penas a jure et jn constitutione felicis recordationis Johannis pape xxij, predecessoris nostri, que incipit Execrabilis, promulgatas euitent et, nichilominus, pluralita-

(1) A palavra *merore* está em letra diferente. E no ms. está *fuerimus* por *fuimus*.

tem beneficiorum sibi accumulent, in se titulum vnius beneficij curati vel dignitatis et cetera et quandoque nullius recipientes, aliud vel alia incompatibile vel incompatibilia, jnterdum duo, tria et plura in alios clericos, apostolica vel ordinaria auctoritate, per se vel alium seu alios, in fraudem confirmari procurant, alijque beneficia sedi apostolice generaliter vel specialiter reseruata, deuoluta seu affecta, absque nostra vel predecessorum nostrorum prouisione, jniuste detinent occupata, nonnulli alij eccleciastici et laici, etiam patroni ecclesiarum, quandoque alios in ecclesiasticis beneficijs et maxime parochialibus ecclesijs, fraudulenter jnstitui procurant et tam jlli, qui in fraudem incompatibilium predicta committunt, quam jsti, qui in alijs beneficia solum confirmari procurant, fructus, redditus et prouentus dictorum beneficiorum, in graue dampnum et periculum animarum suarum, quandoque procuratorio nomine, quandoque per uiam arrendamenti ac alijs exquisitis coloribus, hactenus receperunt et recipiunt et in proprios vsus conuertunt et conuerterunt et, taliter jnstituti, nichil aut modicum ex pacto percipientes non curant de omnibus, et sic, propter fraudes huiusmodi, beneficia in spiritualibus et temporalibus non modica substinuerunt et substinent detrimenta et, nisi de oportuno remedio prouideretur, jn futurum forsan maiora sustinerent;

Nos, igitur, volentes, prout tenemur, fraudibus huiusmodi obuiare et sic delinquentes, in eo quo deliquerunt, debita animaduersione punire necessitatibusque incumbentibus ecclesiarum, prouentibus quanto cum minore grauamine juste beneficiatorum fieri possit, subuenire, fraternitati tue omnes et singulos, cuiuscunque dignitatis, status, gradus, ordinis vel conditionis fuerint, quacunque ecclesiastica vel mundana prefulgeant dignitate, qui fructus beneficiorum sic ut premittitur receperunt, summarie, simpliciter et de plano, sine strepitu et figura judicij, sola facti veritate jnspecta, ad restitutionem predictorum fructuum compellendi et penes depositarios deponendi et in predictum opus conuertendi, necnon jllos qui fraudes huiusmodi commiserunt, si hoc humiliter petierint, ab excessibus predictis ac excommunicationibus et penis, quas propter hec jncurrerunt, absoluendi et cum eis, super huiusmodi fructibus sic jniuste perceptis, etiam in foro consciencie componendi et absoluendi, eosque ad predicta beneficia vel alia quecunque, si ipsis legitime conferantur, habilitandi et, ne hij qui in fraudem tali modo, per se vel alios, beneficia incompatibilia tenuerunt seu tenent, lucrum reportent de malitia sua, eos in penas quomodolibet contra habentes plura beneficia incompatibilia statutas incidisse ac contra eos et omnes alios, qui in fraudem pro alijs beneficiorum instituciones, siue clerici siue laici fuerint, ac illorum fructus, redditus et prouentus receperunt et recipiunt, auctoritate apostolica et summarie, ut prefertur, procedendi, et illos omnes beneficijs huiusmodi que, per se vel alios, ut premittitur, possident, priuandi et ab

illis amouendi, ac ea alijs de quibus tibi videbitur personis et quecunque, quotcunque et qualiacunque ecclesiastica beneficia se jnuicem cum premissis compacientia obtinentibus, vel ipsis, si id vtilius videbitur, eis prius per te absolutis et reabilitatis, etim si predictorum beneficiorum collatio, juxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem apostolica legitime deuoluta jpsaque beneficia dispositioni apostolice, specialiter vel quauis causa, etiam ratione persone vel personarum jlla obtinentis seu obtinentium, generaliter reseruata fuerint in quibuscunque mensibus, etiam ordinarijs collatoribus per nos concessis conferendi et de jllis etiam prouidendi, ac juri patronatus, etiam laicorum, eadem auctoritate derogandi, et jnsuper, ut huiusmodi corruptela vel abusio totaliter extirpetur, omnibus et singulis personis cuiuscunque dignitatis, status, gradus, ordinis vel conditionis fuerint, etiam si archiepiscopali, episcopali, aut quauis alia ecclesiastica vel mundana dignitate prefulgeant, sub excommunicationis pena et, si ecclesiastici fuerint, etiam sub priuationis omnium beneficiorum suorum ac perpetue inhabilitatis ad jlla et alia similia vel dissimilia ecclesiastica beneficia obtinenda et si patroni beneficiorum fuerint, ecclesiastici vel laici, potestatis presentandi ad dicta beneficia, penis quas absque alia declaratione jncurrant, ne de cetero fraudes premissas seu abusus huiusmodi committere, seu jnstitutiones beneficiorum, nomine aliorum vel pro alijs, recipere, aut pluralitatem incompatibilium beneficiorum huiusmodi sibi accumulare uel beneficia per easdem fraudes occupare et illorum fructus in proprios vsus conuertere, nec fraudes huiusmodi committentibus auxilium, consilium vel fauorem, directe vel jndirecte, seu alio quouis quesito colore, prestare quoquomodo presumant, districtius inhibendi ac contradictores quoslibet et rebelles per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellatione postposita, compescendi auxiliumque brachij secularis, quociens opus fuerit, jnuocandi necnon omnia alia et singula, que jn premissis necessaria noueris et oportuna, faciendi, disponendi et exequendi, ac premissa omnia et singula, per vnicam sententiam a qua non liceat appellare, decidendi et terminandi plenam, auctoritate presentium, concedimus facultatem, decernentes quascunque appellationes, a premissis vel aliquo eorum seu sententia huiusmodi forsan jnterponendas, necnon totum et quitquid secus a quoquam, quauis auctoritate, scienter vel ignoranter, attemptari contigerit, jrrita et inania nulliusque roboris vel momenti.

Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus beneficia huiusmodi forsan fuerint, juramento, confirmatione apostolica vel quauis alia firmitate roboratis, contrarijs quibuscunque, aut si aliquibus, communiter (2)

(2) No ms. *comuniter*.

vel diuisim, ab eadem sit sede jndultum quod interdici, suspendi vel excommunicari (3) non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodi mentionem, et quibuslibet alijs priuilegijs, jndulgentijs et litteris apostolicis, generalibus vel specialibus, quorumcunque tenorum existant, per que, presentibus non expressa vel totaliter non jnserta, tue jurisdictionis explicatio in hac parte valeat quomodolibet jmpediri et que, quoad hoc, eis nolumus aliquatenus suffragari.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quinto decimo kalendas martij, pontificatus nostri anno primo.

116

15 FEVEREIRO 1456

Bula Etsi cuncti, *de Calisto III, na qual ele, atendendo ao perigo de ser invadida pelos muçulmanos a cidade de Ceuta, guardada por poucos cristãos, o que seria vergonha grande para a Cristandade e ameaça para toda a Península Ibérica, manda que cada uma das quatro Ordens Militares existentes em Portugal funde e mantenha à sua custa convento em Ceuta e que cada mestre ou prior das ditas Ordens envie para lá, cada ano, por seu turno, a terça parte de seus freires para, juntamente com os cavaleiros e moradores da cidade, a defenderem durante um ano à sua custa, devendo os que não possam ir por impedimento provado mandar alguém por si, e isto sob pena de excomunhão reservada ao papa, excepto em artigo de morte, e privados ainda os que desobedeçam de suas comendas, ofícios e benefícios, que podem ser dados a outrem, professo na respectiva milícia e que deseje viver em Ceuta* (1).

---

(3) No ms. *excomunicari*.

(1) A presente bula é encimada pelos dizeres *Ad perpetuam rei memoriam*, mas ela dirige-se exclusivamente a Portugal e à defesa da sua possessão de Ceuta, como se infere do texto. Deve ter sido solicitada por el-rei D. Afonso V, posto não seja conhecida a competente súplica. Esta acha-se sumariada, porém, como de costume, no preâmbulo do diploma. O soberano português, aproveitando o facto de Calisto III ser catalão, natural de Játiva, reforçou o seu pedido ao pontífice, sublinhando constituirem os sarracenos de Marrocos perigo para «toda a Espanha». Pare-

ANTT., *Gaveta* 7, maço 7, n.º 23, original em pergaminho, com o respectivo selo, pendente de fios de retrós amarelo e verde, — donde se reproduz; AV., *Reg. Vat.*, vol. 456, fl. 187 v., e vol. 660, fl. 459.

Publicada a primeira fonte citada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 531-33.

Sumariada: por SANTOS ABRANCHES, *Summa do bullario portugues*, p. 43, n.º 266, com o ano errado; no *Quadro elementar*, t. 10, ps. 58-59; em [RAMOS COELHO], *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 20; e por DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, ps. 834-35.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 487, n.º 1537, errado o dia, 16 por 15.

Calistus, episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

Etsi cuncti christiano nomine insigniti desiderare debeant ut fides catholica conseruetur et per vniuersum orbem dilatetur, militares tamen religiose persone tanto auidioribus affectibus ad id obligantur quantum earum religiones et milicie ad hoc fuerunt specialius institute.

Cum itaque, sicut accepimus, carissimus in Christo filius noster Alfonsus, Portugalie et Algarbij rex illustris, pro tuicione ciuitatis Ceptensis, quam jnclite memorie Johannes, dictorum regnorum rex, auus suus, quadraginta iam annis elapsis, a manibus infidelium sarracenorum liberauit et, ad honorem nostre fidei et populi christiani, felicissimo triumpho Christo lucri fecit sueque dictioni subiecit, graues expensas sufferre habeat et cum plurimum formidandum sit ne dicti infideles ciuitatem

---

ce-nos, assim, menos acertada a observação seguinte de DE WITTE: — «Le caractère peu réaliste de ce décret et la sévérité des sanctions prises en cas de non observation nous portent à donner foi à la formule du *motu proprio* figurant dans la bulle et à y voir, effectivement, une initiative de Calixte III. L'éternel problème de la défense de Ceuta, mais vu cette fois par un Espagnol! Dans la bulle, le pape exprimait la crainte de voir Ceuta prise par les Maures *in grave dedecus et obprobrium christiane religionis et tocius Yspanie periculum...*, le vieillard angoissé voyait déjà par la pensée les hordes fanatiques des *moudjâhidin* reprendre à nouveau la conquête de sa patrie,... *cum iam alias fere tota per dictam civitatem ab infidelibus affricanis extiterit occupata...*» (*Les bulles* infracit., p. 834). Como é sabido, a expressão *motu proprio* figura com frequência em diplomas pontifícios solicitados nem é de crer que Calisto III impusesse às Ordens Militares de Portugal medida tão drástica se lhe não fora solicitada pelo país, ou seja pelo monarca respectivo. Por outra parte, se a alusão à Espanha proviesse de persuasão do pontífice, ele não teria deixado de alarmar também as Ordens Militares dos restantes países peninsulares, o que não nos consta haja feito nesta data.

Copyrighted material

ipsam quandoque, ut solent, inuadant, et eam, ob paucitatem christianorum ibidem existencium, in graue dedecus et obprobrium christiane religionis et tocius Yspanie periculum, cum iam alias fere tota, per dictam ciuitatem, ab jnfidelibus affricanis extiterit occupata, suo spurcissimo jmperio, quod Deus auertat (2), subiciant;

Nos, ad quem pertinet super gregem dominicum intendere et mentis nostre uigilanciam adhibere, ne tantum nephas, nostris potissime temporibus, eueniat, prouidere uolentes, motu proprio et ex certa sciencia, auctoritate apostolica, tenore presencium, statuimus, decernimus et ordinamus quod, ex nunc in antea, perpetuis futuris temporibus, in dicta ciuitate Ceptensi sint quatuor conuentus quatuor ordinum militarium in prefatis regnis existencium, quorum quemlibet magister siue prior vniuscuiusque ordinis, communibus expensis totius ordinis, fabricare, fundare et construere, ad cuius edificationem magister siue prior et omnes preceptores, comendatores, officiales et beneficiati quicunque, nemine excepto, pro rata prouentuum, contribuere, et jnsuper ex nunc, pro tuitione dicte ciuitatis, quilibet magister aut prior, singulis annis, per turnum, tertiam partem omnium preceptorum, commendatorum, officialium, beneficiatorum, militum, religiosorum sui ordinis mittere, que tercia pars, per annum integrum, proprijs expensis, vna cum alijs pugnatoribus et habitatoribus, custodiant ciuitatem, a qua nemo predictorum militarium excusetur, nisi legitimo et graui impedimento fuerit detentus, et tunc, secundum redditus et prouentus quos ab ordine obtinet, pro illo tempore, vice sua, alios bellatores transmittere, quodque quilibet magister siue prior, singulis annis, si personaliter in prefata ciuitate non steterit, aliquos eciam bellatores mittere, sub excommunicacionis pena, quam contrafaciendo incurrant et a qua per alium quam per romanum pontificem, nisi in mortis articulo dumtaxat, absolui non possint, ac eciam per subtractionem eorum prouentuum accedere et ibidem residenciam facere iuxtaque eorum constituciones regulariter uiuere ipsamque ciuitatem contra eosdem sarracenos et quoscunque alios Christi nominis inimicos defendere, custodire et conseruare debeant et teneantur.

Mandantes venerabilibus fratribus Bracharensi et Vlixbonensi archiepiscopis ac Ceptensi episcopo quatinus ipsi, seu duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, premissa, ubi et quando expedire uiderint, seu super hoc, pro parte dicti Alfonsi regis et aliorum regum Portugalie pro tempore existencium, fuerint requisiti, solemniter publicantes, faciant, auctoritate apostolica, statutum, decretum et ordinacionem huiusmodi inuiolabiliter obseruari et illos qui inobedientes forsan fuerint preceptorijs, commendis, officijs et beneficijs huiusmodi, que obtinent et pro

(2) No ms. *aduertat*.

tempore obtinebunt, necnon crucis signo et habitu religionis, quam professi extiterunt, priuent et amoueant realiter ab eisdem, necnon de ipsis preceptorijs et beneficijs, per huiusmodi priuacionem et amocionem tunc uacantibus, alijs dictam miliciam professis, uel illam profiteri ac in dicta ciuitate personaliter, ut premittitur, commorari uolentibus, seu se offerentibus, prouideant ipsosque profiteri uolentes ad eandem professionem recipiant et habitum religionis seu milicie huiusmodi, quam profiteri uoluerint, eis exhibeant faciantque illos sincera ibidem caritate tractari ac de omnibus fructibus, redditibus et prouentibus, sicut alijs professis responderi omniaque alia et singula, tam circa impedimenta dictorum preceptorum et religiosorum et mittendos bellatores ab eisdem, seu a magistris et priore, quam circa eorum modum in dictis conuentibus uiuendi et ibidem existentibus de beneficijs prouidendi, defensionem (3) et conseruacionem dicte ciuitatis ac alias in premissis necessaria et oportuna ordinent, statuant, disponant, faciant et exequantur;

Contradictores quoscunque et rebelles, cuiuscunque dignitatis, gradus, ordinis, preeminencie uel condicionis fuerint, per censuram ecclesiasticam ac subtractionem prouentuum huiusmodi aliaque iuris remedia, appellacione postposita, compescendo, jnuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis, super quibus omnibus et singulis plenam et liberam archiepiscopis et episcopo predictis ac eorum cuilibet, tenore presencium, concedimus facultatem. Non obstantibus felicis recordacionis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, que incipit *Statutum quod circa judices,* ac de duabus dietis in concilio generali et alijs apostolicis constitucionibus necnon statutis, priuilegijs, consuetudinibus, usibus et natura ordinum et miliciarum huiusmodi, iuramento, confirmacione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, contrarijs quibuscunque, aut si magistris, priori et fratribus dictarum miliciarum uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, ab apostolica sede sit indultum quod interdici, suspendi uel excommunicari, aut ultra uel extra certa loca ad judicium trahi, seu ad alia loca transferri non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mencionem, et quibuslibet alijs priuilegijs, indulgentijs et litteris apostolicis generalibus uel specialibus, quorumcunque tenorum existant (4), per que, presentibus non expressa uel totaliter non inserta, effectus presentium ac ipsorum archiepiscoporum et episcopi jurisdictio in aliquo impediri ualeat quomodolibet uel differri et que (5), quoad premissa, eis nolumus

---

(3) No ms. *defensionenem.*

(4) No ms. a palavra *existant* mal se pode ler, mas vê-se no registo do Vaticano.

(5) No ms. apenas *qu*, roto o pergaminho.

aliquatenus suffragari, etiam si de illis ac eorum totis tenoribus specialis et expressa mentio presentibus habenda foret.

Nulli, ergo, omnino hominum liceat (6) hanc paginam nostri statuti, decreti, ordinacionis, mandati et concessionis infringere uel ei, ausu temerario, contraire.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem Omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit iucursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quinto decimo kalendas marcij, pontificatus nostri anno primo.

117

16 FEVEREIRO 1456

Letras Cum te *do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves e núncio da Santa Sé em Portugal, a conceder-lhe poderes para avaliar, por si mesmo, o valor da dízima a pagar, destinada à cruzada contra os turcos, com ordens para urgir o seu pagamento às Ordens de Cristo, Avis, S. Jerónimo, S. Antão, S. Jorge de Alga e Frades Mendicantes e licença para conceder a graça da absolvição de pecados, mesmo dos reservados à Santa Sé, uma vez na vida e em perigo de morte, mediante confissão a sacerdote escolhido pelo penitente e pagamento de cinco florins para a sobredita cruzada, afora os pobres, que pagarão conforme as suas posses, e também para levantar interditos, de acordo com quem os fez lançar, absolver clérigos e religiosos de excomunhão, suspensão e demais penas canónicas, até por abandono do hábito e fuga de mosteiro, contanto que voltem à vida religiosa, sendo-lhes então lícito celebrar missa, frequentar os sacramentos, receber benefícios, etc., devendo as pessoas interditadas pagar antes a respectiva dízima e as que pedirem dispensa do voto da peregrinação contribuir para a cruzada com o que despenderiam nela.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 456, fl. 174.

---

(6) No ms. *liceant*.

Calistus, episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri nostro Alvaro, Siluensi episcopo, ad regna Portugalie et Algarbij eorumque dominia, cum potestate legati de latere, sedis apostolice nuncio, salutem et apostolicam benedictionem.

Cum te ad carissimum filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbij regem jllustrem, eiusque regna et dominia nostrum et apostolice sedis nuncium, cum potestate legati de latere, pro arduis nostris et romane ecclesie negocijs, presertim pro jmponenda et exigenda beneficiorum decima a sede apostolica jndicta et pro querendis jmplorandisque auxilijs contra jmpurissimum christiani nominis hostem turchum, presencialiter transmittamus, prout in alijs nostris litteris plenius continetur, cumque nos arbitremur quod, super verbis et clausulis jn litteris jmpositionis decime huiusmodi appositis, super eo maxime quod, sub certis penis, decimam omnium fructuum beneficiorum, secundum verum valorem, sine ulla diminucione reseruauimus, dubietates, altercaciones et conscientiarum scrupulositates orientur, nec eciam, nisi cum magna difficultate aut temporis dilacione, huiusmodi verus valor inueniri aut sciri posset, et, sicut accepimus, si tibi super talibus disponendi, decidendi et componendi personarumque consciencijs consulendi facultas largiretur, tu commissionem tibi factam celerius et facilius expedires ac fructus vberiores et ad tam sanctam opus vtiliores posses ex commissione tua huiusmodi reportare;

Nos, de fraternitate tua in Domino fiduciam obtinentes, volentesque vt omnis difficultas, dilatio et alia incommoda, que propter premissa euenire possent, tollantur, tibi jmponendi decimam huiusmodi, secundum verum valorem vel secundum duplicatam taxam, plus minusue, prout alias tibi videbitur, jta tamen quod quantum poteris a vera decima non multum demas (1), liberam, tenore presencium, concedimus facultatem.

Ceterum, ne magistri, priores, preceptores, commendatores, milites et religiosi miliciarum Jhesu Christi et de Avisio, Sancti Jeronimi, Sancti Antonij, canonici regulares communiter uiuentes Sancti Georgij in Alga (2), Fratres Minores et alij Mendicantes, ordinum quorumcunque magistratus, prioratus, preceptorias, commendas, officia et beneficia, possessiones et immobilia bona, ex dispensacione apostolica vel alias, obtinentes, seu per se vel per alios, communiter vel diuisim, possidentes, ab huiusmodi decime solucione se putent reuera exemptos, eosdem et quemlibet ipsorum ad solucionem eiusdem decime, racione predictorum

(1) No ms. *demes*.
(2) No ms. *Alega*.

beneficiorum et bonorum suorum, teneri harum serie declaramus ac uolumus tibique districtius iniungimus ut eos, sicut alios, ad soluendum jpsam decimam, iuxta nostrarum litterarum formam, quas ad id extendimus, nostra auctoritate coerceas et compellas, contradictores, auctoritate predicta, per censuram ecclesiasticam compescendo, non obstantibus quibuscunque eisdem in contrarium concessis priuilegijs eciam apostolicis, quibus, quoad premissa, specialiter et expresse derogamus, statutisque et consuetudinibus ordinum predictorum, juramento, confirmacione apostolica seu quacunque alia firmitate roboratis, ceterisque contrarijs quibuscunque.

Rursus, ut singuli christifideles ad contribuendum huic sancto operi eo libencius incitentur quo ex hoc dono gracie vberioris conspexerint se muniri, omnibus et singulis christifidelibus, qui de bonis suis saltem vsque ad summam quinque florenorum auri de camera ad sanctum opus huiusmodi contribuerint et in tuis ac eorum manibus, qui decimam recipere habuerint, deposuerint, ut confessor ydoneus, quem duxerint eligendum, eis ac eorum singulis, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuocione nostra et successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentibus, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, semel dumtaxat jn vita absolucionem, eciam de reseruatis, et in mortis articulo plenariam remissionem, nostra et apostolice sedis auctoritate, concedendi, eisque litteras de indulgencia et concessione huiusmodi tuo sigillo munitas, quas in certo libro cum pecunijs solutis registrari volumus, dandi facultatem, auctoritatem et licentiam concedimus per presentes.

Volumus, autem, quod, quoad pauperes qui quantitatem predictam quinque florenorum soluere commode nequierint, ad arbitrium tuum vel per te eligendorum, secundum personarum qualitatem et condicionem, in quantitate predicta moderacio adhibeatur.

Preterea, si jnfra tue legacionis limites, te ad dicta loca, ecclesiastico interdicto et auctoritate apostolica supposita, declinare contigerit, ac persone sic jnterdicte aliquod subuencionis auxilium ad hoc sanctum opus contribuere voluerint, concedimus ut tu jnterdictum ipsum, de consensu tamen illius ad cuius jnstantiam fuerit jmpositum, jmperpetuum vel ad tempus, de quo tibi videbitur, tollere et suspendere valeas, jta ut quod ab eis exegeris, penes jllos apud quos pecuniam decime huiusmodi deposueris, deponi facias. Et jnsuper, si que persone tibi, vel a te deputandis confessoribus, confiteri, et ij, in suorum remissionem peccaminum vel pro uotorum per eos emissorum comutacione, aliquid ad opus ipsum contribuere voluerint, tu, vel deputandi a te confessores, personas ipsas ab omnibus eorum criminibus et peccatis, de quibus tibi vel jllis confitebuntur, eciam si talia sint propter que sedes apostolica merito sit con-

sulenda, semel dumtaxat, in alijs vero quociens fuerit oportunum, absolucionem et penitenciam salutarem jniungendi necnon peregrinationis et abstinencie vota, si que emiserunt, et ea commutare voluerint, uotis huiusmodi guerre contra turcos dumtaxat exceptis, in predictum opus id quod tibi vel jlls videbitur assignaberis, jta ut quod debuissent in peregrinacione expendere ad opus huiusmodi contribuant, ea commutandi ac eciam ipsos, si id humiliter pecierint, a quibuscunque excommunicationis, suspensionis et jnterdicti alijsque ecclesiasticis sentencijs, censuris et penis, si quas a jure vel homine promulgatas incurrerint, iniuncta sibi, pro modo culpe, penitencia salutari, et alijs que de jure fuerint jniungenda absoluendi, dummodo, si propterea fuerit satisfactio alicui jmpendenda, jllam, jnfra competentem eis ad hoc per te vel per predictos confessores prefigendum terminum, faciant, alioquin in sententias et penas predictas relabantur eo ipso; et cum jllis ex eis qui ecclesiastici eciam ordinum quorumcunque religiosi fuerint, super jrregularitate quam, jam sentencijs, censuris et penis huiusmodi ligati, missas et alia diuina officia celebrando aut inmiscendo se jllis, quomodolibet contraxerunt, dispensandi omnemque ab eis inabilitatis et jnfamie maculam siue notam, premissorum occasione contractam, absoluendi; rursus tibi aut per te deputandis quecunque male ablata et jniuste retenta, siue ex vsuris, simonia et cum jnfidelibus sarracenis in rebus prohibitis contrahendo ac spolijs morientium prelatorum et clericorum, aut alijs jllicitis et prohibitis se inmiscendo, male et indebite habita, vbi partibus vel pauperibus deberet fieri restitucio, si persone aut loca, quibus fieri deberet, sint incerte aut dubie, vel, si certe fuerint, ecclesijs tamen vel ecclesiasticis personis, racione beneficiorum, dictorum spoliorum prelatorum et clericorum morientium et decimarum ex antiquo restitucio fieri deberet, necnon quaslibet alias res et bona vbilibet consistencia, que juxta disposiciones testamentarias quomodolibet pauperibus, eorum proprijs nominibus non expressis, seu pro animabus christifidelium qui decesserunt distribuenda vel eroganda fuerint, petendi, recipiendi et exigendi, et eciam in foro consciencie, cum eis quorum jntererit, pro quantitate de qua eis videbitur, super quo jllorum conscientias oneramus, pro subuencionis auxilio ad hoc sanctum opus componendi et quitandi, tibique regulares et religiosas personas vtriusque sexus quascunque et ordinum quorumcunque, eciam mendicancium, et a quarum oculis timor Dei abscessit, que (3), habitu sui ordinis derelicto, ad seculum redeuntes et in eo apostatando vagantes, in animarum suarum periculum et scandalum plurimorum, postquam eas ad claustrum et earum ordines et monasteria reuocaueris, vt tenentur, absoluendi et ab excommunicationum et alijs

(3) No ms. *qui*.

Copyrighted material

sentencijs, censuris et penis, quas propterea dimittendo ipsarum (4) habitus et apostatando, regulas et constitutiones ordinum transgrediendo, incurrerint, ac cum eis super huiusmodi jrregularitate, missas et alia diuina officia celebrando et se jllis, non tamen in contemptum clauium, inmiscendo, vel alias quomodolibet contracta, prius tamen eis, ad tempus de quo tibi videbitur, a suorum ordinum executione suspensis, iniunctis ipsis pro modo culpe penitentia salutari et alijs que de jure fuerint jniungenda; quodque quecunque beneficia ecclesiastica et officia regularia, per sui ordinis professores gubernari solita, si ad hoc alias capaces existant et eis alias canonice conferantur, aut eligantur vel assumantur, ad jlla recipere et jlla que obtinuerunt retinere libere et licite valeant, necnon cum quibuscunque personis, de quibus tibi videbitur, que jnsultis bellicis seu guerris, in quibus extiterint homicidia [et] mutilaciones perpretata, personaliter jnterfuerint ac ad jlla perpretanda auxilium, consilium et fauorem prestiterunt, dumodo aliquem proprijs manibus non jnterfecerint, si alias sint ydonee aliudque canonicum non obsistet, super jrregularitate quam propterea jncurrerint, et quod etiam ad omnes sacros ordines, statutis a jure temporibus, promoueri et eciam in susceptis ministrare ac beneficia ecclesiastica, quecunque et qualiacunque fuerint, que obtinent et alia que alias eis canonice conferrentur, recipere et retinere libere et licite valeant, premissis et quibuscunque constitucionibus apostolicis contrarijs nequaquam obstantibus, absolucione preuia dispensandi plenam et liberam, tenore presencium, concedimus facultatem, dum tamen predicti, cum quibus vt prefertur duxeris dispensandum, ad arbitrium tuum aliquid pro subuentione fidelium contra turchos contribuant et deputando vel deputandis per te numerent et assignent.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quarto decimo kalendas marcij, pontificatus nostri anno primo.

118

17 FEVEREIRO 1456

Letras Dum onus, *do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves, seu legado para a expedição contra os turcos, a conceder aos eclesiásticos que entrem na cruzada licença de*

(4) No ms. *ipsorum*.

porte de arma, podendo matar e ferir enquanto a guerra durar, como se fossem soldados, a autorizar o uso de altar portátil pelo rei, caso ele vá, e pelas pessoas principais, e a conceder ao monarca, a seu tio o infante D. Henrique e parentes, assim como a leigos e clérigos da cruzada possam escolher confessor que os absolva de todos os pecados, mesmo dos reservados à Santa Sé, recebendo, além da indulgência da cruzada, uma indulgência plenária após a expedição, devidamente arrependidos e confessados, com propósito de não reincidirem.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 456, fl. 178.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 1, p. 489, n.º 1546, errado o dia, 18 por 17.

Calistus, episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri nostro Aluaro, episcopo Siluensi, ad regem et regna Portugalie et Algarbij, cum potestate legati de latere, apostolice sedis nuncio, salutem et apostolicam benedictionem.

Dum onus vniuersalis gregis Dominici, superna dispositione nobis iniunctum, attendimus et nostrum prospicimus jmperfectum (1), videntes quod nequimus circa singula per nos soluere debitum apostolice seruitutis, nonnunquam viros pontificali dignitate preditos (2), fulgore scientie preclaros, in quibus feruor orthodoxe fidei ac timor Domini sanctus permanet, in parte nostre solicitudinis assumimus ut, ipsis vices nostras supplentibus, ex eorum cooperatione laudabili, alleuiantes nostri oneris grauitatem, ministerium nobis commissum, presertim circa ipsius fidei defensionem et jllius acerrimi hostis Machometi, turchorum principis, jmpugnationem, diuina fauente gratia, facilius et efficacius exequamur.

Cum itaque, fidedigna relatione susceperimus quod dilectus filius noster Alfonsus, regnorum Portugalie et Algarbij rex jllustris, vestigijs predecessorum suorum jnherendo, iuxta posse, contra christiane religionis hostes et nunc maxime contra istos turchos plurimum, ut catholicum decet principem, sit accensus et propterea te, ad ipsum super hoc sollicitandum et requirendum exercitumque naualem in jllis regnis parandum,

---

(1) O termo latino *imperfectus*, em vez de *imperfectio*, vem registado no *Glossarium* de Du Cange.

(2) No ms. *predictos*.

presentialiter transmittimus, et si exercitus prefatus, quemadmodum in Domino speramus, exinde proueniat teque in eodem venire contingat, pro prefati regis suique exercitus maioribus deuocione et gloria ac hostium eorumdem formidine, tibi committimus, in nostro et romane ecclesie nomine, prefato regi, si personaliter veniat, vel capitaneo dicti exercitus verbo, consilio et opere in directione exercitus huiusmodi assistas et jllos ex dicto exercitu, quos ad jmpugnationem hostium prompte, viriliter et animose jnsurgere videris, in hoc tam sancto tamque laudabili opere corrobores (3) et confirmes, negligentes vero, timidos et pusillanimes ad jllud excites et inducas, jllis in presenti commodum, laudem et gloriam, in futuro vero seculo premia felicitatis eterne pollicendo, vt tua comitiva seu presentia, tamquam angelo lucis comitante ac Domino fauente, victoriam rex ipse, seu suus exercitus, de predictis hostibus gloriosius valeat triumphare, sperantes que quod illa que tibi commiserimus, per te, cui, sicut fidedignorum relacione suscepimus dedit Dominus sapienciam et linguam etiam eruditam, ut scias quando et qualiter debeas proferre sermonem, et in quo viget judicij rectitudo et prudencia consilij ac censure rigiditas, cum expedit, in prosperis deuocionis feruor, in aduersis fortitudo, in agendis circunspectio singularis et in arduis experiencia multipliciter comprobata, solicite, prudenter et fideliter execucioni mandabuntur, motu proprio te, ad Europe et alias infidelium (4) quorumcunque, ad quas et per quas transire, vel quas euincere vel debellare dictum exercitum contigerit, ac etiam eundo et redeundo et quascunque fidelium partes exercitus ipse transiuerit, in ipso exercitu nostrum legatum missum, cum potestate legati de latere, vsque ad nostrum et dicte sedis beneplacitum deputamus, ac te ad executionem huiusmodi, tanquam angelum pacis et nuncium veritatis, ordinamus, ut te in illis, pro effectuali jmpugnatione hostium predictorum et jllarum partium a miserabili ipsorum hostium seruitutis jugo liberatione, jbidem auctore Domino recta gerens et dirigens indirecta, necnon aspera conuertens in plana, sicut diligens cultor edifices et plantes, euellas et destruas, dissipes et disperdas, prout ad conseruationem et robur fidei orthodoxe, confusionem hostium jllorumque jmpugnationem ac liberacionem predictas expedire cognoueris, et alias ad ea, que ad plene legationis pertinent officium, et sicut tibi Dominus ministrabit.

Quocirca fraternitatem tuam, si in dicto exercitu venire contigerit, rogamus et hortamur in Domino quatinus, diuina gracia et apostolico fauore confisus, onus huiusmodi utique sanctum, laudabile et meritorium deuota mente suscipias, te, in huiusmodi legationis execucione, taliter

---

(3) No ms. *corobores*.

(4) Emendaram *fidelium* para *infidelium*.

verbo et opere redditurus quod, ad gloriam redemptoris nostri, exaltationem fidei et hostium jllius exterminium, laudem quoque prefati regis et Portugallensium, necnon animarum salutem ac pacem et tranquilitatem (5) fidelium, negocium jpsum felices, Deo propicio, et recommendabiles consequatur effectus.

Nos enim tibi, ut ipsius legacionis officium eo vtilius exequi valeas quo maiore (6) per nos fueris auctoritate apostolica munitus, ut omnia et singula beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, secularia et quorumcunque ordinum seu militarium, etiam Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, vbilibet existentia, etiam si prioratus, prepositure, preceptorie, bauilie dignitates, personatus, administraciones vel officia, canonicatus et prebende, in cathedralibus etiam metropolitanis seu collegiatis ecclesijs, et dignitates ipse in metropolitanis vel alijs cathedralibus post pontificales maiores seu in collegiatis ecclesijs principales, et prioratus ac prepositure huiusmodi conuentuales aut jlle et preceptorie huiusmodi generales vel alterius cuiuscunque qualitatis fuerint, et ad jllos, jllas vel illa consueuerint qui per electionem assumi eisque cura immineat animarum ac etiam dispositioni apostolice quomodocunque generaliter reseruata, affecta et deuoluta et cuiuscunque valoris jllorum annui fructus sint eorum, videlicet qui cum exercitu huiusmodi transierint et in illo, per ipsorum obitum vel alias quouismodo, durante expedicione huiusmodi, vacantia quibusuis personis ydoneis, quecunque, quotcunque et qualiacunque beneficia ecclesiastica obtinentibus et expectantibus, in prefato tamen exercitu existentibus, si in eo reperte fuerunt, conferendi vel commendandi ac de jllis etiam prouidendi, et si qui abbates, priores vel commendatores seu administratores in huiusmodi exercitu decesserint, vel alias quouismodo monasteria, quibus presunt seu que in commendam obtinent, vacauerint, eisdem monasterijs quibuscunque et cuiuscunque ordinis et quanticunque annui valoris jllorum fructus, redditus et prouentus existunt, de eorundem seu aliorum quoruncunque ordinum, etiam mendicantium vel etiam secularium, postquam regularem professionem emiserint, personis ydoneis de dicto exercitu, si qui in eodem reperiri possint, prouidendi ac jllas in ipsis monasterijs in abbates seu priores preficiendi eisque munus benedictionis jmpendendi seu jmpendi faciendi, necnon illis ex secularibus, de quorum personis prouisiones et prefectiones huiusmodi facere volueris, regularem habitum exhibendi et professionem per personas dictorum ordinum et monasteriorum emitti solitam, si jllam emittere voluerint, recipiendi et emittendi et personas huiusmodi de ordine ad ordinem, seu de monasterio ad monasterium transferendi, necnon omnia et singula, in

(5) No ms. *transquilitatem*.
(6) No ms. *maioris*.

Copyrighted material

premissis et circa ea necessaria seu quomodolibet oportuna, faciendi et exequendi, jta tamen quod ijdem quibus collaciones, prouisiones et prefectiones huiusmodi fient, anuatam ipsorum beneficiorum, monasteriorum ac alia camere apostolice seu (7) alijs solui consueta, in vsum exercitus et operis huiusmodi, iuxta ordinationem tuam conuertendam, tibi vel a te deputandis jntegre soluere teneantur et soluant, ac jlla sic soluentes ab vlteriore ipsius anuate et aliorum, vt prefertur, solui consuetorum eidem camere vel alijs personis solucione liberi et quieti existant; et jnsuper, omnibus et singulis ecclesiasticis personis, secularibus et ordinum quorumcunque etiam mendicantium regularibus, in hoc felici exercitu proficisci volentibus, eundi eisque, etiam si archiepiscopali, episcopali, abbaciali seu alia quacunque dignitate prefulgeant et in quibuscunque sacris, eciam sacerdotali, ordinibus constituti sint, arma portandi, eciam euaginatis ensibus contra prefatos hostes jnsurgendi jllosque et manibus proprijs vulnerandi, mutilandi et jnterficiendi ac omnia et singula, in similibus jmpugnationibus et prelijs per commilitones fieri solita, quando et quociens eis videbitur, libere et licite, absque alicuius jrregularitatis et jnfamie macula siue nota, vel cuiuscunque pene jncursu, faciendi, exercendi et exequendi plenam et liberam licenciam pariter et potestatem jndulgemus, necnon regi, si personaliter venire contingat, ac omnibus et singulis christifidelibus, laicis et ecclesiasticis, secularibus et ordinum quorumcunque regularibus, in dicto exercitu transeuntibus, quod jpsi et eorum quilibet, durante expedicione exercitus huiusmodi, aliquem ydoneum et discretum presbyterum secularem vel regularem in suum valeant eligere confessorem qui, quociens fuerit oportunum, jpsorum confessionibus diligenter auditis, pro commissis eis in omnibus eciam sedi apostolice reseruatis casibus, debitam absolucionem jmpendere et jniungere penitenciam salutarem, necnon ipsos, si id humiliter petierint, a quibuscunque excommunicacionis, suspensionis et interdicti alijsque ecclesiasticis sentencijs, censuris et penis, si quas a jure vel ab homine promulgatas eatenus jncurrerint, jniuncta sibi pro modo culpe penitentia salutari et alijs que de jure fuerint jniungenda, absoluere, dummodo si propterea fuerit alicui satisfactio jmpendenda, jllam, infra competentem eis ad hoc per predictum confessorem prefigendum terminum, faciant, alioquin in sententias et penas predictas relabantur eo ipso, et cum illis, ex eis qui ecclesiastici fuerint, super jrregularitate quam, sententijs, censuris et penis huiusmodi ligati missas et alia diuina officia celebrando aut inmiscendo se illis, quomodolibet contraxerunt, dispensare omnemque ab eis inhabilitatis et infamie maculam siue notam, premissorum occasione contractam, abolere necnon eucaristie et alia sacramenta ecclesiastica ministrare libere et

(7) No ms. *sel.*

licite possint, ac omnibus et singulis ducibus, marchionibus, comitibus, baronibus vel militibus, qui fuerint domini castrorum vel terrarum, in huiusmodi exercitu militantibus, vt liceat eis et cuilibet jpsorum habere altare portatile cum debita reuerencia et honore, super quo, eciam in eorum tentorijs et alijs locis ad hoc congruentibus et honestis, eciam antequam jllucescat dies, cum qualitas negociorum pro tempore jngruentium id exegerit, jta tamen quod eis vel sacerdotibus taliter celebrantibus ad culpam nequeat jmputari necnon, si forsan ad loca ecclesiastico interdicto supposita eos declinare contigerit, in jllis, clausis januis, jnterdictis et excommunicatis exclusis, non pulsatis campanis et sumissa voce, in eorum et familiarium suorum presentia, dummodo illi vel eorum aliquis causam non dederint interdicto, per proprium vel alium sacerdotem, et, si sacerdotes fuerint, etiam per se ipsos missas et alia diuina officia celebrari facere et celebrare possint, necnon vniuersas et singulas quaruncunque partium personas, laicas et ecclesiasticas, seculares vel ordinum quorumcunque regulares, que (8) Christi fidem abnegassent seu alicuius heresis labe resperse essent et, suum recognoscentes errorem ac de jllo dolentes ab jntimis, ad ipsius ecclesie gremium reddire voluerint seque eidem ecclesie reconciliari (9) petierint, ab earumdem singulis, de stando tuis et ecclesie mandatis ac fidelitatis debite juramento, juxta formam solitam, recepto, ab huiusmodi et quibuscunque alijs per ipsas eatenus commissis criminibus, excessibus et delictis, per te vel alium seu alios, etiam in casibus dicte sedi reseruatis, in forma ecclesie consueta, iniunctis inde sibi, pro modo culpe, penitentia salutari et alia que de jure fuerint jniungenda, absoluendi et cum illis ex personis predictis, que ecclesiastice fuerint, super jrregularitate, si quam huiusmodi sententijs vel earum aliqua ligati missas et alia diuina officia celebrando aut immiscendo se jllis seu alias quomodolibet contraxerint, dispensandi, jnterdicti quoque et quascunque alias penas spirituales et temporales, ab homine vel a jure et specialiter per nos et predecessores nostros romanos pontifices, nostra seu jpsorum auctoritate, promulgatas et jnflictas jllarumque processus suspendendi, relaxandi et remittendi, ac omnes et singulas inhabilitatis et jnfamie maculas siue notas, premissorum occasione contractas, absoluendi et abstergendi, jpsasque personas habilitandi et habiles reddendi ac jn jntegrum et ad successiones necnon quecunque possessiones, bona, jura, jurisdictiones, dignitates, priuilegia, honores et status ecclesiastica et mundana restituendi et reponendi, ac cum omnibus et singulis personis dicti exercitus et durante huiusmodi expedicione, quadragesimalibus et alijs diebus, quibus alias de jure uel de consuetudine est vsus carnium

(8) No ms. *qui*.
(9) No ms. *reconsiliari*.

Copyrighted material

interdictus, carnibus, ouis et lacticinis (10), eciam si juramento vel voto ad abstinenciam esus huiusmodi essent astricti, vesci licite possint, quodque illi, ex eis qui ecclesiastici fuerint, ut, racione parrochialium (11) ecclesiarum seu dignitatum vel aliorum beneficiorum ecclesiasticorum quorumlibet, que obtinent vel jnterim obtinebunt, vsque ad annum post redditum ipsorum, ad sacerdotim vel aliquem alium ex certis ordinibus, ad quos de jure vel consuetudine se promoueri facere sint assueti, se promoueri facere minime teneantur nec ad id a quoquam jnuiti (12) compelli possint dispensandi et, si forsan aliquas ciuitates de manibus dictorum jnfidelium capi et liberari contigerit, quarum ecclesie pastoribus quomodolibet destitute sint, eisdem ecclesijs, eciam si metropolitane fuerint, de personis ydoneis prouidendi jpsasque personas jllis in archiepiscopos, episcopos ac pastores preficiendi, necnon jllis munus consecrationis jmpendendi seu jmpendi paciendi et ab jllis et alijs personis supradictis, nostro et romane ecclesie nomine, fidelitatis debite solita juramenta recipiendi et personis ecclesiasticis, huiusmodi exercitum sequentibus, juxta concessionem eis per nos desuper factam, de jllorum fructibus, redditibus et prouentibus ecclesiasticis, per te vel alium seu alios, integre responderi faciendi necnon, super huiusmodi ac vniuersis et singulis alijs negocijs, pacem et conseruacionem exercitus et jmpugnacionem hostium predictorum et jllarum partium liberationem ac statum et alia (13) fidei negocia concernentibus (14), prout tibi expediens videbitur, agendi, disponendi, statuendi, ordinandi ac precipiendi, contradictores et rebelles quoslibet, cuiuscunque status, gradus, ordinis vel condicionis existant, et si regali, reginali, archiepiscopali, episcopali seu alia quauis ecclesiastica vel mundana dignitate prefulgeant, per censuram ecclesiasticam, appellacione postposita, compescentes, tibi plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus facultarem.

Et jnsuper, ne effectus presentium, quoad facultatem conferendi beneficia a vel prouidendi de personis monasterijs que in exercitu huiusmodi vacauerint, ut prefertur, quomodilbet jmpediatur aut retardetur, ex nunc quidem sic vacantia monasteria et beneficia, sub nullis expectatiuis gracijs et de primo vacaturis seu alijs specialibus reseruacionibus, ac de sic vacaturis, cum vacabunt, conferendi, mandatis, vnionibus, annexionibus, incorporationibus (15), suppressionibus, appropriationibus alijsque concessionibus et litteris per nos vel dictam sedem, eciam motu proprio

---

(10) Du Cange regista a forma *lacticina*.
(11) No ms. *perrochialium*.
(12) No ms. *jnuitti*.
(13) No ms. *alias*.
(14) No ms. *concernencia*.
(15) Palavra acrescentada em letra diferente.

Copyrighted material

et ex recta scientia, vel primarijs precibus per carissimum in Christo filium nostrum Fredericum, romanorum jmperatorem semper augustum, concessis, ac constitucionibus, ordinationibus seu regulis generalibus vel specialibus reseruacionibus, etiam per nos vel dictam sedem editis seu factis, comprehendantur, nec de jllis aliquis preter te disponere possit, et, si secus et per quoscunque, quauis auctoritate, scienter vel jgnoranter, attemptari contigerit, jd jrritum sit et jnane statuimus et declaramus, per presentes.

Non obstantibus quibuscunque constitucionibus apostolicis contrarijs ac priuilegijs et jndulgencijs generalibus vel specialibus, quorumcunque tenorum et quibusuis personis, locis et ordinibus concessis, ac statutis, consuetudinibus, stabilimentis ac vsibus ecclesiarum, monasteriorum, ordinum et miliciarum predictorum, juramento, confirmatione apostolica vel quauis firmitate alia roboratis, per que, presentibus non expressa vel totaliter non jnserta, tue legacionis et potestatis explicatio posset quomodolibet jmpediri aut etiam retardari; seu si aliquibus, communiter vel diuisim, a predicta sede sit jndultum quod jnterdici, suspendi vel excommunicari, aut extra vel vltra certa loca ad judicium euocari non (16) possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mencionem. Volumus autem quod, si tu in dicto exercitu non jueris, concedimus tibi facultatem quod possis alij vel alijs omnia et singula predicta committere et subdelegare.

Nos, jnsuper, motu proprio, regi, si personaliter contra turchos venire contigerit, necnon vniuersis dilectis filijs nobilibus viris fratri, patruo, consanguineis et nepotibus suis, necnon ducibus, marchionibus, comitibus, principibus, baronibus, prelatis et militibus ceterisque personis ecclesiasticis et laicis dicti exercitus et qui cum exercitu jpso personaliter transierint, auctoritate apostolica, tenore presentium, jndulgemus, vt, vltra plenariam et alias sibi per nos concessas jndulgentias et remissiones, postquam inde redierint, confessor, quem ipse rex et quilibet de exercitu huiusmodi duxerint eligendum, omnium peccatorum suorum, de quibus corde contriti et ore confessi fuerint, semel in vita et semel in mortis articulo, plenariam remissionem ei et jllis, in sinceritate fidei, vnitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuotione nostra vel successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium, persistentibus, auctoritate apostolica, concedere valeat, sic tamen quod jdem confessor, de hijs de quibus fuerit alteri satisfactio jmpendenda, eam illi vel jllis, per ipsum et alios, si superuixerint, aut suos vel jllorum heredes, si tunc forte transierit vel transierint, faciendam jniungant, quam jlle vel jlli vel sui heredes facere teneatur et teneantur, vt prefertur. Et ne,

(16) No ms. *mon.*

quod absit, propter huiusmodi graciam, jlle vel jlli reddantur procliuiores ad jllicita postmodum committenda, volumus quod, si ex confidentia remissionis huiusmodi aliqua forsan committerentur, quoad jlla predicta concessio illi vel jllis nullatenus suffragetur.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum deputationis, destinationis, commissionis, statuti, declarationis et voluntatis jnfringere, vel ei, ausu temerario, contraire.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, [indignationem] omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, tercio decimo kalendas martij, pontificatus nostri anno primo.

119

20 FEVEREIRO 1456

Letras Longa diu, *do papa Calisto III, para D. Jaime de Portugal, arcebispo eleito de Lisboa, a nomeá-lo cardeal diácono de S. Eustáquio, devendo os outros cardeais, em caso da morte do papa, proclamar a elevação de D. Jaime ao cardinalato antes do próximo conclave e dentro de um dia após a notícia da sobredita morte, a fim de ele ter voz activa e passiva na eleição do próximo pontífice* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 459, fl. 120.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 2, n.º 1563, errado o dia, 21 por 20.

Calistus, etc.

Dilecto filio Jacobo de Portugalia, electo Vlixbonensi, Sancti Eustacij diacono cardinali, salutem, etc.

Longa diu meditacione pensantibus quo potissimum modo graue humeris nostris impositum pontificatus maximj onus tollerare possumus,

(1) Sobre os precedentes desta nomeação cfr. os DOCS. 58 a 60, 67 a 70, 135, 188 a 191 e 225 do nosso vol. 11.

Copyrighted material

nichil eque visum est vtile, nichil accomodum magis quam ut, data legifero Moysi a Deo nostro mandata exequturi, viros nobis assumeremus prudencia, fide et virtutibus ceteris conspicuos, quibus adiutoribus, nunc fideli grauique consilio nunc solerti industriaque (2) opera oportune assistentibus opemque prestantibus, cuncta salubriter et prospere in Dei ecclesia dirigantur.

Jtaque, matura cum venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus, prout tante rei grauitas exigebat, deliberatione prehabita, hodie ad personam tuam, quam gratiarum largitor Altissimus donis illis decorare dignatus est, de quibus virtutum tuarum clara testimonia probataque experiencia nos informant, nostre duximus apostolice consideracionis intuitum ac, de eorundem fratrum nostrorum consilio, ad Altissimj nominis gloriam, statum sancte romane ecclesie exaltacionemque fidei et, vt nobiscum huiusmodi onera ad vtilitatem prefate ecclesie partiaris jllaque ut commodius perferre possis, motu proprio, non ad tuam vel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate, vt ecclesiam Vlixbonensem, ad quam electus (3) es eiusque regiminj presides, ac omnia et singula beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, secularia et regularia, que nunc in titulum vel commendam ex quibusuis apostolicis dispensationibus obtines et expectas, ac in quibus et ad que jus tibi (4) quomodolibet competit seu competere potest, quecunque, quotcunque et qualiacunque sint, retinere valeas eorumque fructuum, reddituum et prouentuum veros valores annuos, ipsarumque dispensationum tenores presentibus pro expressis habentes ac gratias illas, quarum vigore beneficia aliqua expectas, in statu pristino(5) remanere valentes, susceptis per nos prius votis omnium venerabilium fratrum nostrorum sancte romane ecclesie cardinalium infrascriptorum et, in fidem horum omnium, proprijs manibus vna nobiscum se subscribentium ac in curia romana ad presens residentium voto duntaxat venerabilis fratris nostri Georgij, episcopi Hostiensis, cardinalis de Flisco excepto, qui cum in eadem curia infirmus sit, per dilectos filios nostros Latinum, tituli sanctorum Johannis et Pauli, de Vrsinis, et Petrum, tituli Sancti Marci, presbiteros cardinales, ad eum per nos missos, ut moris est, illum prestitit, ipsiusque et aliorum omnium vnanimj et concordi ad id accedente consilio, et in eiusdem romane ecclesie diaconum cardinalem Sancti Eustacij duximus assumendum ac collegio et consorcio eorumdem venerabilium fratrum nostrorum, cum prerogatiuis, honoribus et oneribus consuetis, fauorabiliter aggregandum.

---

(2) No ms. *industrique*.
(3) No ms. repete *electus*.
(4) No ms. *sibi*.
(5) No ms. *statum pristinum* emendado para *statu pristinu*.

Sicque, in Dei nomine, te ad cardinalatus dignitatem in nostro secreto consistorio, ipsis venerabilibus fratribus nostris presentibus, assumimus per presentes pariter et aggregamus. Et licet alias consuetum fuerit, post assumptionem huiusmodi nonnullis diebus elapsis, ei qui ad cardinalatum assumitur specialiter titulus cardinalaris attribuj, tamen tibi etiam hodie titulum Sancti Eustacij, de ipsorum fratrum consilio, tribuimus et assignamus, quacunque alia consuetudine in similibus hactenus obseruata non obstante.

Volumus etiam ac statuimus et ordinamus quod, si contingat nos ex hac vita decedere ante publicationem tue assumptionis huiusmodi, saltim pro publicato cardinali habearis, quo ad electionem romani pontificis et alia omnia quecunque que huiusmodi competunt dignitatj. Sicque, de plenitudine apostolice potestatis volumus, statuimus, ordinamus, decernimus pariterque mandamus omnibus et singulis cardinalibus, sub excommunicacionis pena, ipso facto [incurrenda], et inhabilitacionis omnis (6), actiue videlicet et passiue quo ad electionem romani pontificis, quod in casu mortis nostre ante publicacionem tuam, quod ipsi cardinales teneantur et debeant inmediate, scilicet, infra diem naturalem, habita notitia obitus nostri, publicare predicta teque pro cardinali publicato recipiant et admittant in omnibus et per omnia ac si publicatus per nos et ab ipsis admissus fuisses, sicut superius est expressum.

Tu, itaque, dignitatem hanc grata mente suscipiens, ea deinceps agere atque efficere studeas vt, in agendis rebus, honorem Dei augmentum, christiane fidei et ecclesie romane ac sedis apostolice statum et gloriam perquirere comproberis, que tante dignitatis honor et grauitas postulant et requirunt.

Nulli, ergo, etc., nostre deliberationis, assumptionis, aggregationis, assignationis, constitutionis, decreti, mandatj et voluntatis infringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis Dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, decimo kalendas marcij, pontificatus nostri anno primo.

Ego (7), Calistus, catholice ecclesie episcopus, subscripsi.

Ego, Guilelmus, tituli Sancti Martinj in Montibus presbyter cardinalis Rothomagensis, subscripsi.

Ego, Johannes, tituli Sancte Marie in Transtiberim presbyter cardinalis, subscripsi.

Ego, Ludouicus, tituli Sancti Laurencij in Damaso presbyter cardinalis Aquilegensis, subscripsi.

---

(6) No ms. *omnes*.

(7) No ms. *Eguo*.

Ego, Dominicus, tituli Sancte Crucis, manu propria [subscripsi].

Ego, Antonius, tituli Sancti Crisogonj presbyter cardinalis Jlerdensis, manu propria subscripsi.

Ego, Latinus, tituli Sanctorum Johannis et Pauli presbyter cardinalis de Vrsinis, subscripsi me.

Ego, Franciscus, tituli Sancti Laurentij in Lucinia presbyter cardinalis Bononiensis, me subscripsi.

Ego, Petrus, tituli Sancti Marci presbyter cardinalis, subscripsi.

Ego, Georgius, episcopus Hostiensis cardinalis de Flisco, subscripsi.

Ego, Jsidorus (8), episcopus Salonensis cardinalis Rutenus, subscripsi.

Ego, Bessarion (9), episcopus Tusculanus cardinalis Rutenus, subscripsi.

Ego, Prosper, Sancti Georgij ad velum aureum diaconus cardinalis de Colunna, subscripsi.

120

23 FEVEREIRO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Estêvão de Moura, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Messejana e de Casével.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 168 v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram que hũu Lopo Fernandez, morador em Mesejena, escpriuam das nossas sisas e fectos dellas do dicto lugar e Caseuall, amda ora omeziado por morte (1) dhũu homem em que o culpam.

E, queremdo nos fazer graça e merçee, sse assy he, a Esteuam de Moura, escudeiro do jfamte dom Emrrique, meu mujto preçado e amado tio; teemos por bem e queremos que, emquamto o dicto Lopo Fernamdez

(8) No ms. *Jsodorus*.
(9) No ms. *Bisarion*.
(1) No ms. *mortem*.

Copyrighted material

sse nom mostrar por ssem culpa do que lhe assy he posto, o dicto Steuam de Moura sirua e husse dos dictos ofiçios, ssegundo elle faria. E, achamdose nom ser culpado por nos, que seja tornado a sseus ofiçios; e, mostramdosse craramente elle ser achado em culpa dello, entam nos praz de lhe fazermos merçee dos dictos ofiçios, como dicto he, em loguo do dicto Lopo Fernamdez, etc.

Porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e aos rremdeiros ou rreçebedores que ora ssam e ao diamte forem das dictas sisas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta nossa carta for mostrada, que metam loguo em posse dos dictos ofiçios o dicto Steuam de Moura e o leixem serujr e husar delles pella guisa sobredicta e auer os prooes e djreitos que a elle djreitamente perteemçem, ssem enbargo de hũu aluara que o dicto Lopo Ferrnandez tem, per que outrem por elle sirua os dictos ofiçios, porque o avemos por nehũu. O qual Esteuam de Moura jurou, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxiij dias de feuereiro. Elrrej o mandou, per dom Fernando de Castro, do sseu consselho e veador da sua fazenda. Gonçalo Eannes a fez. Anno de mjl iiij^{c} Lbj.

121

23 FEVEREIRO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Eanes, escudeiro de Luís Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Benavente.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 175 v.

Dom Afomso, etc.

A quantos esta carta virem, fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a PedrEannes, escudeiro de Luis Meendez de Vaasconçeellos, fidalgo da casa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, pollo do dicto Luis Meendez, que nollo por elle pedio; teemos por bem e damollo por escpriuam das nossas sisas de Benauente e dos fectos que a ellas perteençem, assi e pella guisa que o era Afomso Perez, que o dicto ofiçio tijnha per nossa carta e sse ora finou, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxiij dias de feuereiro. Elrrej o mandou, per dom Fernando de Castro, do sseu consselho e veedor da sua fazenda. Gonçalo Cardoso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

122

24 FEVEREIRO 1456

Letras Quanto magis *do papa Calisto III, dirigidas ao infante D. Henrique, a conceder que seus capelães, nas viagens feitas em seu serviço, possam continuar a receber os frutos e rendimentos dos respectivos benefícios e cargos e a arrendá-los a outras pessoas, mesmo leigas.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 132 v.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, ps. 10-11, n.º 1588, errado o dia, 25 por 24.

Calistus, etc.

Dilecto filio nobilj uiro Henrico, infantj Portugalie ac duci Visensi, salutem, etc.

Quanto magis nos et apostolicam sedem reuererj comprobaris, tanto plus merito inducimur non solum te sed etiam obsequentes tibi personas fauoribus prosequj gratiosis.

Hinc est quod nos, tuis in hac parte supplicationibus inclinatj, omnibus et singulis capellanis tuis continuis conmensalibus, in capella tua seruientibus, quj tamen uno et eodem tempore, quo ad gaudendum presentj indulto, ultra quindecim insimul non existant, auctoritate presentium indulgemus ut, quam diu in conmensalitate et seruitijs tuis steterint, uel cum pro tuis peragendis negocijs a te directi, in ipsorum executione negotiorum eundo, morando et ad te redeundo, fuerint, fructus, redditus et prouentus quoruncunque suorum, que in quibusuis ecclesijs siue locis pro tempore obtinuerint, ecclesiasticorum beneficiorum cum cura et sine cura, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administrationes uel officia, in cathedralibus etiam metropolitanis uel collegiatis ecclesijs, et dignitates ipse in cathedralibus etiam metropolitanis maiores post

pontificales aut in collegiatis ecclesijs predictis principales seu parrochiales ecclesie uel earum perpetue vicarie fuerint et ad dignitates, personatus, administrationes uel officia huiusmodj consueuerint quj per electionem assunmi ipsisque cura inmineat animarum, cum ea integritate, quotidianis distributionibus dumtaxat exceptis, libere percipere ualeant cum qua illos perciperent (1), si in dictis ecclesijs siue locis personaliter residerent, et ad residendum interim in eisdem minime teneantur nec ad id a quoquam compellj possint inuiti quodque interim fructus, redditus et prouentus huiusmodj quibusuis personis etiam laicis, cum quibus suam ac dictorum beneficiorum conditionem efficere poterunt meliorem, ad tempora de quibus eis uidebitur arrendare, locare seu ad firmam uel annuam pensionem concedere possint, diocesanorum locorum et cuiusuis alterius licentia minime requisita;

Non obstantibus si dicti capellanj in eisdem ecclesijs siue locis primam non fecerint personalem residentiam consuetam ac felicis recordationis Bonifatij pape viij, predecessoris nostrj, per quam concessiones huiusmodj sine prefixione temporis fierj prohibet, et alijs apostolicis nec non in prouincialibus et sinodalibus concilijs editis generalibus uel specialibus constitutionibus, ac statutis et consuetudinibus ipsarum ecclesiarum quibuscunque contrarijs, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate uallatis, etiam si de illis seruandis et non impetrandis litteris apostolicis contra ea, aut ipsis litteris non utendo etiam ab alio uel alijs impetratis seu alias quouis modo concessis, ipsi capellanj, per se uel eorum procuratores, prestiterint hactenus uel ipsos in posterum forsan prestare contingerit iuramentum; seu si locorum ordinarijs a sede apostolica sit concessum, uel medio tempore concedi contingat quod canonicos [et] personas ecclesiarum suarum ciuitatum et diocesum, etiam in dignitatibus, personatibus, administrationibus uel officijs constitutos, per subtractionem prouentuum suorum ecclesiasticorum uel alias compellere ualeant ad residendum personaliter in eisdem; aut si dictis ordinarijs et dilectis filijs capitulis ecclesiarum earundem, uel quibusuis alijs, conmuniter uel diuisim, a predicta sit sede indultum seu interim indulgerj contingat quod canonicis et personis ecclesiarum et locorum huiusmodj, etiam in dignitatibus, personatibus, administrationibus uel officijs constitutis, non residentibus in eisdem aut quj huiusmodi primam in eis residentiam non fecerint, fructus, redditus et prouentus suorum canonicatum et prebendarum ac dignitatum (2), personatuum, administrationum uel officiorum aliorunque beneficiorum ecclesiasticorum, ministrare minime teneantur et ad id compellj aut quod interdici, suspendj uel exconmuni-

(1) No ms. *perciperet*.
(2) No ms. *dignitatuum*.

carj non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodj mentionem, et quibuslibet alijs priuilegijs, indulgentijs ac litteris apostolicis generalibus uel specialibus, quoruncunque tenorum existant, per que presentibus non expressa uel totaliter non inserta effectus earum impedirj ualeat quomodolibet uel differrj et de quibus quorunque totis tenporibus de uerbo ad verbum habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis, prouiso quod beneficia capellanorum et familiarium huiusmodj debitis interim non fraudentur obsequiis et animarum cura, in eis in quibus illa inminet, nullatenus negligatur, sed per bonos et sufficientes vicarios, quibus de ipsorum beneficiorum prouentibus necessaria congrue ministrentur, [prouideatur] et desseruiatur inibi laudabiliter in diuinis.

Et insuper venerabilibus fratribus Siluensi et Ceptensi episcopis ac dilecto filio abbatj monasterij de Pombeiro, Bracarensis diocesis, per apostolica scripta mandamus quatenus ipsi uel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, premissa omnia et singula, ubi et quando expedire uiderint solemniter publicantes, faciant auctoritate nostra fructus, redditus et prouentus huiusmodj capellanis predictis, iuxta eiusdem concessionis formam, integre ministrarj et sibi de illis responderj, contradictores per censuram, etc. Non obstantibus omnibus supradictis.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis et mandatj infringere, etc. Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., McccclV, sexto kalendas marcij, pontificatus nostrj anno primo.

123

24 FEVEREIRO 1456

Letras Feruentissima tua, *do papa Calisto III, dirigidas ao infante D. Henrique, a permitir-lhe escolher para seu confessor qualquer sacerdote religioso ou secular, com poderes para o absolver de quaisquer pecados, excomunhão, suspensão, censura, etc., mesmo quando reservados à Santa Sé, e com faculdades para comutar votos.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 134.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 11, n.º 1589, errado o dia, 25 por 24.

Calistus, etc.

Dilecto filio nobilj uiro Henrico, infantj Portugalie et duci Visensi, salutem, etc.

Feruentissima tua deuotio, quam ad nos et romanam ecclesiam gerere comprobaris, nos excitat et inducit ut preces tuas, illas presertim que tue et personarum tibi obsequentium animarum salutem respiciunt, ad exauditionis gratiam admittamus.

Hinc est quod nos, tuis supplicationibus inclinatj, ut capellanum tuum maiorem tue capelle uel quenlibet alium sacerdotem secularem uel cuiuscunque ordinis religiosum in tuum possis eligere confessorem qui, confessione tua diligenter audita, te, quotiens oportunum fuerit, a quibuscunque periuriorum homicidiorunque reatibus ac uotorum et promissorum quoruncunque transgressionibus, nec non simonie, prauitatis uitio ac peccatis conmunibus et excessibus, quantuncunque grauibus et enormibus, etiam si talia fuerint propter que sedes apostolica sit merito consulenda, nec non a quibuscunque exconmunicationis, suspensionis et interdictj alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris et penis a iure uel ab homine quauis occasione latis, in genere uel in specie positis, inflictis et promulgatis, etiam si illarum absolutio romano pontificj dumtaxat reseruata, quotiens opus fuerit, debitam absolutionem impendere et iniungere penitentiam salutarem ac uota per te quomodocunque emissa et bona quecunque incerta et male ablata que possides in alia pietatis opera, prout anime tue salutj uiderit expedire, conmutare ac quecunque iuramenta, per te quauis occasione uel causa sub quacunque forma uel expressione uerborum pro tempore prestita, penitus relaxare et ab illis te absoluere; ac etiam confessor predictus uel deputatus ab eo capellanos et familiares tuos continuos conmensales presentes et futuros, conmuniter uel diuisim, et quenlibet eorum ab huiusmodj exconmunicationis alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris et penis predictis ac quibuscunque peccatis, criminibus et delictis per eos conmissis et perpetratis, que tamen talia non sint propter que sedes ipsa foret consulenda, quotiens oportunum fuerit absoluere ac etiam eis penitentiam salutarem iniungere, nec non cum capellanis et familiaribus predictis, si ecclesiastici fuerint, super irregularitate, si quam huiusmodj sententijs uel earum aliqua ligati missas et alia diuina officia, non tamen in contemptum clauium, celebrando uel se illis inmiscendo, contraxerint, quodque in susceptis per eos sacris ordinibus ministrare ac ecclesiastica beneficia, que possident, retinere libere et licite ualeant dispensare omnemque inhabilitatis et infamie maculam siue notam, per eos quauis occasione contractam, abolere ac in statum pristinum restituere, necnon tibi ac capellanis et familiaribus predictis similiter, quotiens fuerit oportunum, eucaristie et alia ecclesiastica sacramenta ministrare, Clementis pape v, predeces-

soris nostrj, et qualibet alia constitutione contraria non obstante, quodque idem confessor tuus omnium peccatorum tuorum, de quibus corde contritus et ore confessus fueris, semel in uita et semel in mortis articulo ac etiam quotiens te bellum contra infideles aggredj contigerit, plenariam remissionem tibi, in sinceritate fidej, unitate sancte romane ecclesie ac obedientia et deuotione nostra et successorum nostrorum romanorum pontificum canonice intrantium persistentj, concedere ualeant, auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus. Et ne, quod absit, propter huiusmodj gratiam reddaris procliuior ad illicita in posterum committenda, uolumus quod, si forsan ex confidentia remissionis huiusmodj aliqua forsan conmitteres, quoad illa dicta remissio in mortis articulo et in uita ac aggressu infidelium huiusmodj tibi nullatenus suffragetur.

Nullj, ergo, etc., nostre concessionis et uoluntatis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., MccccLv, sexto kalendas marcij, pontificatus nostrj anno primo.

124

26 FEVEREIRO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Vasco Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de David Malom, judeu de Lagos, o qual os perdera para o monarca, em razão de ter avisado por carta o alcaide dos mouros de Safim de que ia ali caravela portuguesa espiar a povoação, para a tomar.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 39, — donde se reproduz. Publicado por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 324.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram que hũu Dauy Maalom, judeu, morador em Lagos, enujou ao alcayde dos mouros de Çafy hũua carta, per que fezese poer avisamento em elle de ser bem guardado, porquanto fosse çerto que nos enujauamos la hũua carauela, mais por os que nella hiam veerem o lugar como era fundado e as fortalezas delle e per honde sse mjlhor poderia filhar, pera sse logo

Copyrighted material

poer em obra, mais que por outra algũua cousa; pella quall rrazom, se asi he, por fazer tam grande falsidade em tanto nosso deseruiço, aalem da outra pena que por ello mereçe, todos sseus beens mouees e de rraiz pertençem a nos e os podemos de djreito dar.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Vasco Esteuez, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo, se asi he como nos foy dicto e que por a dicta rrazom os dictos beens pertençem a nos e os podemos dar de djreito; teemos por bem e fazemoslhe delles merçee.

E porem mandamos, etc. Carta em forma. Que seja citado e ouujdo, dando apelaçom, etc.

Dada em Euora, xxbj dias de feuereiro. Elrrey o mandou, per dom Fernando de Castro, do sseu conselho e veedor da sua fazenda. Gonçalo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Lbj.

125

26 FEVEREIRO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Correia, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a rogo daquele e por atenção a este, a dívida contraída pelo sogro do primeiro, Diogo Gonçalves de Castelo Branco, quando tesoureiro da moeda em Lisboa, cargo de que ele ainda não havia prestado contas.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 171 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 4, fl. 296 v.

Dom Afonso, etc.

A vos, veedores da nossa fazemda e contadores, corregedores, juizes e justiças e a quaeesquer outros nossos ofiçiaaes a que esto pertençer e esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Joham Correa, caualeiro da cassa do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, nos disse como elle he cassado com hũua filha de Diego Gonçalluez de Castello Branco, thesoureiro que foy da nossa moeda em a çidade de Lixboa; e que, porquanto ataa ora o dicto Diego Gonçalluez nom deu ssua comta daquello que por nos rreçebeo no tenpo que asy foy nosso ofiçiall, nos pedia por merçe que, sseemdo achado o dicto sseu ssogro que nos he deuedor em algũua coussa, lhe fezessemos dello merçee.

E, visto per nos sseu rrequerimento e, queremdolhe fazer graça e merçee, pollo do dicto jffamte meu tyo; teemos por bem e lhe outorgamos todo aquello que achado for per comta que nos o dicto sseu ssogro fiqua em diueda do que por nos rreçebeo, como dicto he.

Porem uos mandamos que, sseemdo por nossa parte tomada comta ao dicto Diego Gonçalluez em ssua vida ou a sseus herdeiros depois de ssua morte, vos nom costramgaaes nem mandees costramger elle nem os dictos sseus herdeiros por coussa algũua em que nos fique deuedor, porquanto nossa vontade he de liuremente fazermos merçee ao dicto Joham Correa de quallquer diueda em que nos o dicto Diego Gonçalluez sseja deuedor, ssem lhe ssobre ello poerdes outro algũu enbargo em nemhũua maneira, porque asy he nossa merçee.

Dada em a çidade dEuora, xxbj dias de feuereiro. Ruj Diaz a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Lbj.

126

27 FEVEREIRO 1456

Letras Ex debito, *do papa Calisto III, dirigidas ao vigário geral do arcebispo de Lisboa, sobre escambo ou troca da igreja paroquial de Povos, do padroado real, por certas comendas de Mogadouro, da Ordem de Cristo, a ordenar ao sobredito vigário investigue da existência de qualquer ilicеidade ou simonia e, se as houve, faça repor tudo no primeiro estado* (1).

AV. *Reg. Vat.*, vol. 440, fl. 240, — donde se reproduzem; ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 130 v., e *Ordem de Cristo*, cód. 234, parte 2, fl. 158, — em ambas estas cópias com omissão do dia, mês e ano do pontificado.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 14, n.° 1601.

Calistus, etc.

Dilecto filio vicario venerabilis fratris nostrj archiepiscopi Vlixbonensis in spiritualibus generalj, salutem, etc.

Ex debito pastoralis officij nobis, licet inmeritis, diuina dispositione conmissi, obligamur unicuique et maxime regibus catholicis ius suum

(1) Veja-se o DOC. 72 do nosso vol. 10.

Copyrighted material

illesum seruare ac ita prouidere quod, si quid in eorum preiudicium minus recte processisse reperiatur, ad rationis debitum, omnibus sublatis impedimentis, reducatur.

Exhibita siquidem nobis nuper, pro parte carissimj in Christo filij nostrj Alfonsi, Portugallie et Algarbij regis illustris, petitio continebat quod alias ipse putans id sibi licere, et, absque conscientie scrupulo, facere posse certum excambium de parrochialj ecclesia loci de Pouoos, Vlixbonensis diocesis, que de iure patronatus dictj regis existebat, pro quibusdam preceptorijs de Mogadoiro (2), militie Yhesu Christi, ordinis cisterciensis, Bracharensis diocesis, cum gubernatore dicte militie fecit et insimul ita concordarunt quod ex eadem parrochialj ecclesia quedam preceptoria vnj fratrj dicte militie assignanda institueretur quodque quidam miles laicus, Aluarus Petrj de Tavora nomine, dicte diocesis, dilecto filio Fernando Aluarj, ecclesiam ipsam tunc obtinentj, certam quoad uiueret persolueret pecunie quantitatem dictasque preceptorias ipse Aluarus teneret et haberet prefatusque rex, sicut dicte parrochialis ecclesie patronus existebat, ita ex tunc in antea non illius sed certarum de Mogadoiro (3) preceptoriarum uerus et unicus patronus foret illasque haberet et ex tunc, facto huiusmodj excambio, idem Fernandus Aluarj ecclesiam ipsam, quam obtinebat, in fauorem dicte militie, ut premittitur, resignauit ac prefatus miles laicus, postmodum annis fere quinque elapsis, stipendio quod habebat a dicto rege prefatam pecunie sunmam (4) ipsi Fernando efficaciter persoluit ipseque gubernator in eadem ecclesia vnam preceptoriam dicte militie instituit que ex tunc per dilectum filium Gundisaluum Gometij, fratrem dicte militie, extitit gubernata, prout gubernatur etiam de presentj. Cum autem, sicut eadem petitio subiungebat, a nonnullis asseratur prefato regi excambium huiusmodj, absque sedis apostolice licentia, facere non licuisse et etiam contractum ipsum, propter promissionem et solutionem dicte pecunie, simoniam quam idem rex semper abhorruit sapere, pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut permutationem seu excambium huiusmodj rescindj ipsumque regem ad pristinum ius suum restituj mandare aliasque in premissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos itaque de premissis certam notitiam non habentes, huiusmodj supplicationibus inclinatj, discretionj tue, per apostolica scripta, mandamus quatenus de premissis omnibus et singulis ac eorum circunstantijs uniuersis sunmarie, simpliciter et de plano, sine strepitu et figura judicij, sola facti ueritate inspecta, auctoritate nostra te diligenter informes et,

---

(2) No ms. *Magodoiro.*
(3) No ms. *Mogodorio.*
(4) No ms. *sunme.*

si per informationem huiusmodj ita esse reppereris, super quo tuam conscientiam oneramus, excambium seu permutationem ac erectionem, institutionem et prouisionem de dicta instituta preceptoria ipsi fratrj per eundem gubernatorem factas, etiam si a sede predicta confirmationem uel nouam prouisionem cum expressione omnium premissorum ac absolutione et suppletione defectuum obtinuisset, auctoritate apostolica, per vnicam sententiam a qua nullj liceat appellare, casses, reuoces et annulles ipsumque Gundisaluum ab eadem ecclesia realiter amoueas ac preceptoriam, militiam et ordinem huiusmodj in prefata parrochialj ecclesia penitus et omnino supprimas et extinguas, nec non regem ad dictam parrochialem ecclesiam et illius ius patronatus ac gubernatorem predictos ad preceptorias de Mogadoiro (5) huiusmodj in pristinum et in eum statum, in quo ante premissa existebant in integrum plenarie, eadem auctoritate, restituas, necnon dictum ius patronatus ac presentandj personam idoneam ad ipsam ecclesiam sic uacantem, et quotiens illam futurum uacare contigerit, ad ipsum regem suosque in dictis regnis successores ut prius perpetuo spectare et pertinere, prefacta auctoritate, decernas, contradictores per censuram ecclesiasticam et alia iuris remedia, appellatione postposita, compescendo.

Non obstantibus premissis ac constitutionibus, priuilegijs, gratijs et ordinationibus apostolicis, necnon stabilimentis, statutis et consuetudinibus militie et ordinis predictorum, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis contrarijs quibuscunque; aut si gubernatori et fratribus militie huiusmodj uel quibusuis (6) alijs, conmuniter uel diuisim, ab eadem sit sede indultum quod interdici, suspendj uel exconmunicarj non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodj mentionem et quibuslibet alijs priuilegijs, indulgentijs et litteris apostolicis generalibus uel specialibus, quoruncunque tenorum existant, per que presentibus non expressa uel totaliter non inserta tue iurisdictionis explicatio, in hac parte, ualeat quomodolibet impedirj et que, quoad hoc, eis nolumus aliquatenus suffragarj. Nos enim omnes et singulas appellationes ab executione presentium ac sententia huiusmodj forsan impeditiuas (7), irritas et inanes decernimus, per presentes.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quarto kalendas marcij, pontificatus nostrj anno primo (8).

---

(5) No ms. *Magadorio.*

(6) No ms. *quibus.*

(7) No ms. *imdiendas.*

(8) As presentes letras pontifícias foram executadas em 11 de Janeiro de 1457, por sentença do Vigário-Geral de Lisboa (ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 130 v.).

127

27 FEVEREIRO 1456

Letras Dum in nostre *do papa Calisto III, dirigidas a el-rei D. Afonso V, nas quais o pontífice louva os trabalhos dos portugueses em favor da exaltação da fé cristã e confirma ao monarca, a seus sucessores e mandatários a licença outrora dada a el-rei D. Duarte pelo papa Eugénio IV de comerciar com os sarracenos, excepto em ferro, madeira, cordame navios e armas* (1).

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 1, — donde se reproduzem; AV., *Reg. Vat.*, vol. 440, fl. 23.

Publicadas por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, ps. 534-35, errado o dia, 26 por 27. Sumariadas por SANTOS ABRANCHES, *Summa do bullario portuguez*, p. 43, n.º 268, errado o ano, e no *Quadro elementar*, t. 10. p. 61, errado o dia, e por DE WITTE, *Les bulles*, art. IV, p. 830.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 13, n.º 1596, errado o dia, 26 por 27.

Calistus episcopus, seruus seruorum Dei.

Carissimo in Christo filio Alfonso, Portugalie et Algarbij regi jllustri, salutem et apostolicam benedictionem.

Dum in nostre mentis arcanis (2) reuoluimus ac, diligenti consideratione pensamus operose(3) solicitudinis studia continuatosque labores pro diuini nominis gloria, exaltatione catholice fidei, per predecessores tuos ac te indefesse et indesinenter impensos, ut ea negare, que tibi ac successoribus tuis concedenda deposcis, minime ualeamus, presertim dum cause rationales persuadent et id in Domino conspicimus salubriter expedire.

Dudum, siquidem, felicis recordationis Eugenio pape iiij, predecessori nostro, pro parte recolende memorie Eduardi, Portugalie et Algarbij regis, genitoris tui, exposito quod ipse locum de Cepta, quem clare memorie Johannes, olim rex dictorum regnorum, dicti Eduardi genitor, de infidelium

(1) Cfr. os DOCS. **146** do nosso vol. 2, **30** do vol. 6 e **233** do vol. 7.

(2) No ms. *archana*.

(3) No ms. *operoso*.

sarracenorum et agarenorum manibus ante redimerat, tunc tenebat, et quod ad aliarum terrarum et locorum, que sarraceni et infideles ipsi tyramnide tenebant occupata, acquisitionem et fidei christiane exaltationem animum et intentum plurimum gerebat quodque, pro dicti Eduardi regis intentus prosecutione, oportunum erat ut ipse et ab eo deputande persone cum eisdem infidelibus et sarracenis negotiarentur, prefatus Eugenius predecessor, ipsius Eduardi regis in ea parte supplicationibus inclinatus, sibi quod ipse et singule quibus id committendum duceret persone, cum quibusuis sarracenis et infidelibus, de quibuscunque rebus et bonis ac uictualibus emptiones et uenditiones, prout congrueret, facere, necnon merces quascunque ad ipsorum sarracenorum et infidelium loca, dummodo ferramenta, lignamina, funes, naues seu aliquarum armaturarum genera non essent, deferre et eas dictis sarracenis et infidelibus uendere necnon omnia alia et singula, in premissis et circa ea, oportuna uel necessaria, facere, gerere et exercere ualerent, per suas litteras, apostolica auctoritate, indulsit, prout in illis, quarum tenorem presentibus haberi uolumus pro sufficienter expresso, pleninus continetur.

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper, pro parte tua, petitio continebat, tibi, qui ciuitatem Ceptensem predictam ante fauces dictorum infidelium tenes, animum tuum ad acquisitionem et exaltationem predictas non minus inclinatum habeas quam habuerint auus et progenitor antedicti, pro parte tua nobis fuit humiliter supplicatum ut tibi ac successoribus tuis, pro tempore dictorum regnorum regibus existentibus et ab eis ad id deputandis, seu quibus id duxerint pro tempore committendum personis quibuscunque, cum quibusuis sarracenis et infidelibus, de quibuscunque rebus et bonis ac uictualibus emptiones et uenditiones faciendi licentiam concedere aliasque in premissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, prefati Eugenij predecessoris uestigijs inherendo, tuis supplicationibus inclinati, tibi tuisque successoribus dictorum regnorum regibus pro tempore existentibus ac ab eis ad id deputandis seu quibus id duxeris aut successores tui duxerint committendum personis quibuscunque ut, cum quibusuis sarracenis et infidelibus, de quibuscunque rebus et bonis ac uictualibus emptiones et uenditiones facere necnon quoscunque contractus inire, transigi, pacisci, mercari et negotiari ac merces quascunque ad ipsorum sarracenorum et infidelium loca, dummodo ferramenta, lignamina, funes, naues seu aliquarum armaturarum genera non sint, deferre et ea dictis sarracenis et infidelibus uendere ac omnia alia et singula in premissis et circa ea necessaria uel oportuna facere, gerere et exercere, absque alicuius spiritualis uel temporalis pene incursu, possis et ualeas ipsique successores tui et deputande persone huiusmodi possint et ualeant, auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia concedimus pariter et indulgemus.

Non obstantibus prohibitionibus ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis, etiam cum excommunicationum et quarumcunque aliarum sententiarum, censurarum et penarum adiectionibus, munitionibus ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli, ergo, omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum concessionis et indulti infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quarto kalendas martij, pontificatus nostri anno primo.

128

27 FEVEREIRO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Garcia, escudeiro do infante D. Henrique, possa andar em besta muar (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 167 v.

Jtem, carta de Gomçallo Garçia, escudeiro do jfante [dom] A[nrrique], meu muyto preçado e amado tyo, em que lhe dam liçemça e lugar que possa amdar em besta muar, etc. Carta em forma.

Dada em Euora, xxbij dias de feuereiro. Joham de Lixboa a fez. Anno de mjl iiij^{c} Lbj annos.

(1) Cfr. o DOC. 34, de 19 de Dezembro de 1954. Será o homónimo que figura em ZURARA, *Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*, liv. 2, cap. 20, p. 556?

129

29 FEVEREIRO 1456

Letras Apostolice sedis, *do papa Calisto III, a confirmar as bulas de Eugénio IV e de Nicolau V, que desmembraram e separaram das dioceses de Tui e de Badajoz os bens que elas tinham no reino de Portugal e os incorporaram no bispado de Ceuta, em vista da sua pobreza, devendo tais bulas ter plena validade e não ser abrangidas por qualquer revogação de uniões, seja qual for a sua forma* (1).

ANTT., *Bulas*, maço 5, n.º 7, -- donde se reproduzem; AV., *Reg. Vat.*, vol. 440, fl. 282 v.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, ps. 20-21, n.º 1615.

Calistus episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

Apostolice sedis prouidentia circunspecta ea libenter approbat et confirmat que diuini cultus augmentum et ecclesiarum utilitatem conspicere dinoscuntur et, ut illa omnibus sublatis impedimentis debitum sortiantur effectum, opem et operam impendit efficaces aliaque statuit et disponit, prout in Domino conspicit salubriter expedire.

Dudum siquidem, per felicis recordationis Eugenium papam iiij, predecessorem nostrum, accepto quod, licet olim, dum ciuitas Ceptensis per jnclite memorie Johannem, Portugalie et Algarbij regem, Altissimo disponente, ab infidelium sarracenorum christiani nominis inimicorum, per quos occupata detinebatur, potestate, armata manu, erepta fuerat, ac in illa, prefate sedis auctoritate, ad laudem ipsius a quo cuncta bona procedunt et sanctorum omnium, sub uocabulo beatissime Dei genitricis semper Virginis Marie, ecclesia pontificali honore adornata, cum altaribus ac iuribus et insignijs cathedralibus, institutis in ea canonicatibus et prebendis, dignitatibus, personatibus, administrationibus, officijs et alijs beneficijs ecclesiasticis, cum cura et sine cura, primaria uice et quotiens illa exinde uacare contingeret, ydoneis que, in ecclesia et super altaribus

(1) Sobre o assunto cfr. os DOCS. 147 e 153 do nosso vol. 11 e os ali citados.

Copyrighted material

predictis, missas et alia diuina officia perpetuis futuris temporibus celebrarent personis conferendis, erecta foret, tamen episcopus Ceptensis pro tempore ac dilecti filij canonici et persone dicte ecclesie, pro eo quod diocesis Ceptensis pro maxima parte eisdem subdita dinoscebatur sarracenis et ipsa ecclesia Ceptensis alias congrua dote carebat, nullatenus habebant unde ualerent sustentari et alia eis incumbentia onera supportare, minime residerant nec residebant et perinde erat, quo ad effectum, ac si dicta erectio facta non fuisset, propter quod cultus diuinus ibidem negligebatur, in non modicum opprobrium religionis christiane, dictus predecessor prouide, considerans quod certe partes Pacensis et Tudensis diocesum, infra dictorum regnorum limites consistentes, per speciales, in spiritualibus et temporalibus, per dictam sedem deputatos administratores Portugalenses, ex dispositione ipsius sedis, a nonnullis retroactis temporibus recte et gubernate fuerant tuncque regebantur et gubernabantur ac quod, sub suorum episcoporum regiminibus uerisimiliter peruenire non deberent quodque episcopus, canonici et persone predicti decentius uiuere et commodius eadem onera supportare possent, si dicte partes, ab ipsis Pacensi et Tudensi ecclesijs, in regnis Castelle et Legionis constitute, dimembrate, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis, ad dictas Pacensem et Tudensem ecclesias pertinentes, eidem Ceptensi ecclesie incorporarentur, annecterentur et unirentur, vnde predecessor ipse, necessitatibus et indigentijs episcopi, capituli, canonicorum et personarum predictorum, necnon saluti animarum illorum qui dictam ciuitatem Ceptensem inhabitabant consulere uolens, ex premissis et certis alijs, quas idem predecessor pro expressis habere uoluit, causis, per quasdam suas litteras, auctoritate apostolica et ex certa scientia et de apostolice potestatis plenitudine, partes prefatas in regno Portugalie existentes, quarum fructus, redditus et prouentus, ad dictas Pacensem et Tudensem ecclesias pertinentes, septingentarum librarum turonensium paruorum, secundum communem extimationem, ualorem annuum, ut idem predecessor acceperat, non excedebant, cum omnibus iuribus et pertinentijs supradictis, a Pacensi et Tudensi ecclesijs prefatis penitus et omnino dimembrauit et separauit easque pro diocesi (2) ac ipsarum fructus, redditus et prouentus predictos pro dote eidem Ceptensi ecclesie deputauit et assignauit, ita quod, cedentibus uel decedentibus tunc existentibus partium predictarum administratoribus, siue partes illas quomodolibet alias dimittentibus, simul aut successiue, liceret episcopo Ceptensi prefato, per se uel alium seu alios, corporalem possessionem partium ac illarum iurium et pertinentiarum predictorum, auctoritate propria, libere apprehendere ipsasque partes, in spiritualibus

(2) No ms. *per diocesim*, ao contrário do que trazem bulas anteriores sobre o mesmo assunto.

et temporalibus, regere et gubernare ac ex eis fructus, redditus et prouentus percipere et leuare ac in suos et dicte Ceptensis ecclesie usus, iuxta modum et formam subscriptos, conuertere et perpetuo retinere, Pacensium et Tudensium episcoporum predictorum et cuiusuis alterius licentia aut consensu super hoc minime requisitis, statuens et decernens ex tunc inantea, perpetuis futuris temporibus, dictas partes, cum prefatis suis iuribus et pertinencijs, sicuti ad Pacensem et Tudensem pertinuerant ad Ceptensem ecclesias predictas pleno iure pertinere ac in ipsa Ceptensi ecclesia, pro missis et alijs diuinis officijs diurnis pariter et nocturnis, vndecim canonicorum, qui in sacerdotio esse deberent constituti et insimul capitulum facerent ac quorum vnus decanus, qui in illa et extra illam post episcopum [primum] locum obtineret, preesset, necnon alius cantor, qui specialius respicere teneretur chorum, et alius sacrista, qui custodire haberet uestimenta et paramenta atque alia sacro usui deputata ipsius Ceptensis ecclesie et animarum curam omnium in eadem ciuitate habitantium gereret, existerent et quatuor aliorum beneficiatorum duntaxat numerum esse ac de fructibus, redditibus et prouentibus, iuribus, obuencionibus et emolumentis parcium predictarum singulis ex vndecim canonicis triginta et singulis ex alijs beneficiatis septem cum dimidio florenos auri de camera, singulis annis, cessante omnium (3) excusatione, absque ulla difficultate soluendos ministrari ac residuum eorumdem episcopo prefato remanere, necnon fructus, redditus, prouentus, iura, obuentiones et emolumenta, quibuscunque alijs quam ab ipsis partibus ad eandem Ceptensem ecclesiam quouis modo spectantia rebus et bonis pro tempore prouenientia, pro vna episcopo et pro alia medietatibus illorum vndecim canonicorum et quatuor beneficiatorum prefatorum cedere, de medietate quoque vndecim canonicis et quatuor alijs beneficiatis cedente huiusmodi singulos ex ipsis canonicis singulas equales ac dictos alios quatuor beneficiatos tantam quantam vnus canonicorum eorumdem perciperet portiones percipere, ac vndecim canonicatuum et prebendarum, qui alijs quam actu in sacerdotio constitutis conferri nequirent, et quatuor aliorum beneficiatorum ecclesie Ceptensis huiusmodi collationem, prouisionem, presentationem seu quanuis aliam dispositionem, quotienscunque ille fiende occurrerent, saluis in omnibus reseruationibus et dispositionibus apostolicis, necnon partium ac rerum et bonorum predictorum regimen et administrationem ad solum episcopum prefatum pertinere debere ac irritum et inane nulliusque roboris uel momenti quicquid contra tenorem et effectum premissorum a quoquam, apostolica uel alia quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, circa numerum canonicorum et personarum predictorum ac regimen et administrationem rerum et bonorum prefate Ceptensis ecclesie, dispo-

(3) Em bulas anteriores, sobre o mesmo assunto, vem *omni*.

situm et ordinatum foret aut disponi et ordinari seu alias contingeret attemptari.

Voluit autem predictus predecessor quod, si episcopus pro tempore, post habitam plenam et integram possessionem partium predictarum, a solutione partis, ut premittitur, decanum, canonicos et beneficiatos prefatos contingentis cessaret, sententiam excommunicationis ipso facto incurreret, quodque, si eam animo indurato per tres menses sustineret, videlicet non soluendo, a parte ipsum contingente foret ipso facto priuatus.

Et deinde pie memorie Nicolao pape V, etiam predecessori nostro, pro parte carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regnorum predictorum regis jllustris, exposito quod dictus episcopus vnam dictarum partium, videlicet Pacensem, tunc per obitum quondam Petri Gundissalui, illius administratoris extra romanam curiam defuncti, uacantem, seu illius possessionem dictarum litterarum uigore assecutus, illam tenuerat et possederat, prout tenebat et possidebat, fructus, redditus et prouentus percipiens ex eadem, ac dilectus filius Fernandus Aluari de Almeida, tunc ipsius Nicolai predecessoris notarius, asserens quod interim de dicta parte, ut premittitur, uacante sibi, per ipsum Nicolaum predecessorem seu auctoritate litterarum suarum, prouisum fuerat, omni iuri sibi in dicta parte uel ad eam quomodolibet competenti, coram dilecto filio Philippo Alfonsi, notario publico, et nonnullis testibus fidedignis, extra romanam curiam sponte et libere cesserat seu renuntiauerat, ac subiuncto quod dictus rex dimembrationem, segregationem, deputationem et assignationem predictas ac omnia et singula in dictis litteris contenta ipsasque litteras ac quecunque inde secuta pro eorum subsistentia firmiori apostolico munimine roborari desiderabat, jdem Nicolaus predecessor, pium et laudabile desiderium regis huiusmodi in Domino plurimum commendans, ipsius regis asserentis quod fructus, redditus et prouentus ecclesie Ceptensis centum librarum turonensium similium, secundum extimationem predictam, ualorem annuum non excedebant, in ea parte supplicationibus inclinatus, auctoritate apostolica et ex certa scientia dimembrationem, segregationem, separationem, deputationem et assignationem et contenta in predictis Eugenij predecessoris litteris ac inde secuta per alias litteras approbauit et confirmauit, supplens omnes defectus, si qui forsan interuenerant, in eisdem ac illam ualere plenamque roboris firmitatem obtinere decreuit in omnibus et per omnia, perinde ac si reuocatio, cassatio et irritatio vnionum, per ipsum Nicolaum predecessorem antea facte, nullatenus fuissent. Et nichilominus, pro potioris cautele suffragio, dimembrationem, separationem, segregationem, deputationem et assignationem easdem ac omnia alia et singula in dictis Eugenij predecessoris litteris contenta, in omnibus et per omnia, alias iuxta ipsarum litterarum tenorem continentiam atque formam, de nouo concessit, prout in singulis litteris predictis plenius continetur.

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper, pro parte dicti regis, petitio continebat, deputatio et assignatio partium huiusmodi, quarum fructus, redditus et prouentus septingentorum florenorum auri de camera, secundum communem extimationem, ualorem annuum non excedunt, quoad summam duntaxat trecentorum florenorum similium effectum sortite fuerint ac a nonnullis asseratur illa sub reuocatione vnionum que effectum sortite non fuerunt per nos, qui, dicto Nicolao predecessore, sicut Domino placuit, rebus humanis exempto, fuimus diuina disponente clementia ad apicem summi apostolatus assumpti, in primordijs nostre assumptionis huiusmodi factam comprehensas fore, pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut dimembrationem, separationem, deputationem, statutum, ordinationem, cessionis huiusmodi admissionem, necnon singulas litteras predictas, cum omnibus in eis contentis clausulis, ac processus habitos per easdem et inde secuta quecunque auctoritate apostolica confirmare et approbare aliasque in premissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, ut cultus diuinus in eadem Ceptensi ecclesia perpetuo uigeat et augeatur ac canonici et alij beneficiati in eadem commode sustentari et diuinis officijs ibidem interesse possint, huiusmodi supplicationis inclinati, dimembrationem, separationem, deputationem, statutum, ordinationem, admissionem necnon singulas litteras predictas, cum omnibus in eis contentis clausulis, ac processus habitos per easdem et inde secuta quecunque, auctoritate apostolica et ex certa scientia ac de plenitudine potestatis confirmamus et approbamus ac presentis scripti patrocinio communimus, supplentes omnes defectus, si qui forsan interuenerint in eisdem, illaque ab eorum omnium data ualuisse et ualere ac plenum firmitatis robur obtinuisse et obtinere in omnibus et per omnia, perinde ac si reuocatio ipsa et desuper per nos cum decreto irritante edita constitutio nullatenus emanassent, eadem auctoritate decernimus et declaramus, ita quod, cedentibus uel decedentibus parcium predictarum administratoribus seu partes illas quomodolibet dimittentibus simul seu successiue, liceat prefato et pro tempore existenti Ceptensi episcopo, per se uel alium seu alios, corporalem possessionem partium ac illarum iurium et pertinentiarum predictorum auctoritate propria libere apprehendere ipsasque partes in spiritualibus et temporalibus regere et gubernare ac ex eis fructus, redditus et prouentus percipere et leuare ac in suos et Ceptensis ecclesie usus, iuxta statutum et decretum Eugenij predecessoris huiusmodi, conuertere et perpetuo retinere, Pacensis et Tudensis episcoporum et cuiuslibet alterius licentia uel consensu minime requisitis, statuentes ac decernentes presentes ac singulas litteras necnon processus huiusmodi, sub quacunque generali reuocatione unionum, sub quacunque uerborum forma, per nos uel successores nostros romanos pontifices forsan imposterum facienda, minime comprehendi, nisi de ipsa Ceptensi ecclesia ac toto

Copyrighted material

tenore presentium et aliarum litterarum huiusmodi specialis et expressa, non autem per clausulas generales, mentio fiat, necnon irritum et inane quicquid secus a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter contigerit attemptari.

Non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis, etiam per nos editis, illa presertim per quam uoluimus quod semper in unionibus commissio fiat ad partes, onerando conscientiam illius per quem fieri commiteretur, et idem in confirmationibus unionum uoluimus obseruari, alioquin unio non ualeret, necnon statutis et consuetudinibus Pacensis, Tudensis et Ceptensis ecclesiarum predictarum, iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis, quibus omnibus et singulis, illorum tenores de uerbo ad uerbum presentibus pro expressis habentes, illis alias in suo robore permansuris, quoad premissa, expresse derogamus, ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli, ergo, omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum confirmationis, approbationis, communitionis, supplectionis, constitutionis, declarationis, statuti, decreti et derogationis infringere uel ei ausu temerario contraire.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, pridie kalendas martij, pontificatus nostri anno primo.

130

2 MARÇO 1456

Extractos de carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, do que recebeu e despendeu nos anos de 1453 e 1454, com verbas relativas ao próprio, ao infante D. Henrique, a pessoal henriquino e a expedições à Guiné (1).

(1) Do pessoal henriquino referenciado nesta carta de quitação recortámos apenas os textos que claramente lhe respeitam, identificando-o. É possível que outros lançamentos se lhe refiram, mas os homónimos podiam induzir-nos em erro, se tentássemos outras identificações.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 82, — donde se reproduzem; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 8, fl. 84 v.

Publicada a carta na íntegra por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 669-709, e extractos por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, ps. 349-56.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de quitaçom virem fazemos ssaber que nos mandamos tomar conta e rrecadaçom a Gonçalo Pacheco, thesoureiro moor das cousas de Çepta em a çidade de Lixboa, per Gill Vaasquez, contador das coussas que pertemçem aos fectos da dicta çidade de Çepta, presemte Afonso Rodriguez, escpriuam dos dictos contos, de todo aquello que rreçebeo e despemdeo o anno de mjl e iiij° Liij e mjl iiij° Liiij, ssegundo se mostrou per quatro liuros de rreçepta e despesa do dicto thesoureiro [...].

[*Ano de 1453*]

[*Receita*]

. . . . . .

Jtem, rreçebeo quorenta e dous moyos e quorenta e oyto alqueires de çenteo de Joham do Campo, escudeiro do jfamte dom Anrrique, que lhe o dicto ssenhor mandou entregar do que era deuedor a Çepta.

[*Despesa*]

. . . . . .

Jtem, tomou o dicto thesoureiro doze mjl rreaes, que auja dauer de sseu mantijmento o dicto anno, a rrezam de mjl reaaes por mes. Jtem, tomou mais o dicto thesoureiro dous mjl e seiscentos e trinta e çinquo rreaes, que auya dauer de sseu vistir do dicto anno. Jtem, tomou mais dous mjl e oytoçentos e çinquoenta e oyto rreaes, que auja daueer de sua tença do dicto anno.

. . . . . .

Jtem, deu e despemdeo, em o dicto anno, tres mjl e seisçemtos e dous rreaes, a saber, os tres mjl e duzentos rreaes de frete e calças, a hũu mestre de hũu nauyo, de çerto pam que trouue, que o jfante dom Anrrique auja de dar, e os quatroçentos e dous rreaaes em carregar e descarregar o dicto pam e em outras despesas neçesarias.

. . . . . .

Jtem, deu e entregou biij° tonees de vinho e bj cascos de tonees e iij pipas [a] Aluaro Fernandez Palenço, que lhe nos mandamos dar, pera

a armaçom do nauyo de Rodrigo Annes e de Vicente Martijnz, porquamto hia algũuas partees, por nosso seruiço (2).

Jtem, deu e entregou mais bij moyos e trimta alqueires de trijguo e iij moyos de çeuada e bij alqueires e meo de grãoos a PerEannes Çarrabodes, que lhe nos mandamos dar, porquamto hya a Guynea por nosso seruiço, em hũa carauela.

Jtem, deu bij moyos e xxx alqueires de trijguo e iij moyos de çeuada e bij alqueires e meo de grãoos a Gonçalo Monteiro, escudeiro de nossa casa, que lhe asy mandamos dar, porquamto hya a Guynea, em outra carauella, por nosso seruiço.

Jtem, deu mais outros sete moyos e xxx alqueires de trigo e iij moyos de çeuada e bij alqueires e meo de grãoos a Joham Brandam, que lhe asy mandamos dar, porque hia a Guyne, como dicto he.

Jtem, deu e entregou mais bij moyos e trimta alqueires de triguo e iij moyos de çeuada e bij alqueires e meo de grãoos a Joham Serrão, tambem escudeiro de nossa cassa, que lhe asi mandamos dar, porquamto hya a Guyne, em hũa carauella, por nosso seruiço (3).

[*Ano de 1454*]

[*Despesa*]

. . . . . .

Despesa que o dicto thesoureiro ffez o dicto anno mjl iiij^{c} e cinquoenta e quatro. Jtem, primeiramente tomou o dicto thesoureiro doze mjl rreaaes, que auya daueer de sseu mantijmento do dicto anno, a rrezam de mjl rreaaes por mes. Jtem, tomou mais dous mjl e seisçemtos e xxxb rreaes, que auya dauer de sseu vistir do dicto anno. Jtem, tomou mais dous mjl e biij^{c}Lbij rreaes, que auya dauer de ssua temça do dicto ano.

---

(2) Talvez se trate da viagem de Palenço e companheiros às Canárias, a que alude carta de D. João II de Castela a D. Afonso V de Portugal de 10 de Abril de 1454: — «E otrosi, Palençio e Martin Correa e otros vuestros vasallos e subditos e naturales, el año proximo pasado de .1453. años, fueron a las dichas nuestras ysias de Canaria e, mano armada, les fizieron guerra, quebrantando las puertas dellas e descendiendo en tierra e quemando las fustas de nuestros vasallos e robandoles sus aueres e mercaderias e les fizieron otros muchos males e daños, todo esto por injuria e contumelia nuestra e de la corona real de nuestros reinos e en quebrantamiento de los capitolos de la dicha paz perpetua, jurada e firmada entre nosotros» (Cfr. o DOC. 236 do nosso vol. 11).

(3) De sublinhar esta viagem ou viagens à Guiné em 1453, porventura com intuitos comerciais, de Pedro Eanes Encerrabodes, Gonçalo Monteiro, João Brandão e João Serrão, ordenadas, ao que parece, pelo monarca.

Copyrighted material

. . . . . .

Jtem, tomou o dicto thesoureiro, noueçemtos e Lxxx alqueires de triguo e onze tonees e quoremta (4) e xj almudes e meo de vinho e tres mjl e noueçentas e xx ssooãs de carne e xj peexes myotos e hũu peyxe preguo e quinze lixas e quinhentas e çimquoenta e duas pescadas e mea, que lhe nos mandamos dar, pera mantimento de tres messes e meo, pera satemta pessoas que foram per nosso mandado a Çepta, na ssua carauella (5).

Jtem, deu xxb couados de pano de Castella a Dieguo Pereira, caualeiro da cassa do jfamte dom Anrrique, que auya dauer do frete de dez tonelladas de frasca e vitalhas, que trouue a ssua carauella de Buarcos a Lixboa, de Fernam de Vallemça e de Joham da Atouguya e de Joham Preto, escudeiros de nossa cassa.

. . . . . .

Jtem, deu çemto e vymte e oyto sooãas de porco a Joham Brandam, escudeiro de nosa cassa, e a LourençAffonso, patram das galles, que lhe mandamos dar pera despesa das carauellas que hyam a Gynea (6).

. . . . . .

Jtem, deu duas peças e sete oytauas de pano de Castella a Dieguo Gill, caualeiro da cassa do jfamte dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tio, que auya dauer como procurador que era dalgũas pessoas do tenpo que seruirom em Çepta.

. . . . . .

Jtem, deu e entregou xx moyos de trijguo a Pedro Afonso, nosso contador, que lhe mandamos entregar pera as carauellas que nos mandamos a Guynea.

. . . . . .

Jtem, deu bj^{c} Rbiij alqueires de trijguo e iiij^{c}b almudes de vinho e xj cascos de tonees e duas mjl e quinhentas e nouenta e duas sooãs de carne e quatro pipas e xxiiij lixas e xxiiij arrayas e mjl e iij^{c} xxxij cauallas e xiij mjl e çemto e çinquoenta rreas a dom Aluaro de Castro, nosso camareiro moor, de soldo e mantimento de dous messes, pera elle

---

(4) Aqui parece faltar texto no manuscrito.

(5) À caravela de Gonçalo Pacheco alude ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, caps. 37 e 48, — DOCS. 207 e 218 do nosso vol. 8. Sobre Gonçalo Pacheco, «homem de grande casa e que sempre trazya nauyos no mar contra os jmijgos» (*Autor e obra cits.*, cap. 37), pode ver-se a nota 2 da p. 309 do retrocitado vol. 8 de *Monumenta Henricina*.

(6) Mais uma viagem ou viagens à Guiné, em 1454, de João Brandão, escudeiro régio, e de Lourenço Afonso, patrão das galés de el-rei.

e çinquoenta escudeiros e xb beesteiros e xb homens de pee, que comsiguo leuou a Cepta (7).

. . . . . .

Damte em a nossa çidade dEuora, dous dias do mes de março. Affonso Rodriguez, escpriuam dos contos de Çepta, a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj anos.

131

5 MARÇO 1456

Carta do infante D. Henrique com capítulos que lhe apresentou a câmara de Tomar e respostas do infante sobre direitos da vila e da Ordem de Cristo, no respeitante a julgamento dos feitos da alcaidaria, a pagamento do costume dito «cavalaria», ao gado extraviado, aos deveres dos porteiros e do alcaide pequeno, ao pagamento de determinados direitos e impostos sobre a venda do pão, de peixe e de panos de cor.

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72, entre os documentos do infante D. Henrique. Original, em pergaminho, assinado pelo infante. Teve selo de lacre, no verso. Passámos para o centro das páginas os títulos que no manuscrito figuram em sua margem esquerda e são da mesma letra do texto.

Eu, o jffamte dom Anrrique, rregedor e gouernador da hordem e caualarya do meestrado de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, ffaço saber a quamtos esta minha carta virem e o conhecimento della perteeçer per quallquer guisa que seja que, no anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çinquoenta e çinquo, eu fiz merçee a frey Antam Gomçaluez, caualeiro da dicta hordem e meu scpriuam da poridade, da alcaydarya desta minha villa de Tomar, com todalas rrendas, fforos, dereytos e perteenças que aa

(7) D. Alvaro de Castro era fidalgo do infante D. Henrique (Cfr., por exemplo, os DOCS. **193** e **202** do nosso vol. 10).

dicta alcaidarya e hordem perteeçe dauer, ssegundo mais conpridamente na carta que della de mym tem ffaz mençam (1).

E, depois de lhe assy della teer ffecta merçee e elle em posse, estando eu em a dicta uilla, per os juizes, uereadores, procurador e homeens boons me fforam dados per escprito çertos capitollos dalgũas duuidas em que elles eram com a dicta hordem e dereytos da alcaidarya, pedindome por merçee que a elles desse minha determinaçom como por milhor ssentisse, por serem ffora de contenda. Os quaaes ssom estes que sse adiante sseguem, scpritos de uerbo a uerbo, com as determinaçõoes que a cada hũu delles dey.

Dom priol.

Primeiramente, ssenhor, nos agrauamos de hũa carta que uossa ssenhoria enuyou a esta uilla, per a quall defendees ao uosso ouuidor e desenbargador e juizes que nom tomem conheçimento de nhũu ffecto que perteeça a alcaydarya desta uilla, ssoomemte a dom prior, a que dello teendes dado carrego (2). Neesto, ssenhor, he fecto agrauo ao concelho, porque ssenpre ffoy de custume de os dictos ffectos serem determinados per os juizes hordenairos, os quaees juizes ssom tam bem da hordem como do conçelho. E, ssenhor, per esta guisa, o conçelho e o alcayde ffazem emliçom e a confirmaçom he do meestre; e assy que tanto he o juiz da hordem como do conçelho. E ajnda, ssenhor, quando lhe dam juramento, logo lhe dizem que bem e dereytamente husem de sseu offiçio e que guardem o dereyto aa hordem e ao pouoo o sseu. E assy, ssenhor, a nos pareçe que assaz abastam dous juizes na terra; e, quando algũa das partes ffor agrauada, bem pode apellar pera o ouuidor, ssegundo ssenpre ffoy de custume, porque elle he ouuidor da hordem, e nom pera dom prior, pois que nunca ffoy, e mais que he clerigo de missa, que assaz he de pouco onesto o clerigo dar ssentença em nhũu ffecto çiuel nem crime. Por merçee, ssenhor, mandaae que sse ffaça como ssenpre ffoy e ffarees dereyto ao conçelho.

Hey por bem o que ja ssobrello tenho mandado per minha carta. E assy mando que sse cunpra.

---

(1) Desconhece-se o texto desta carta do infante.

(2) Alusão à carta henriquina de 12 de Fevereiro de 1454, — O DOC. 227 do nosso vol. 11.

Caualarias.

Outrossy, ssenhor, em esta uilla ha hũu custume, o quall he que, quando hũu homem casa nouamente em esta terra, ha de pagar caualarya. A este custume o concelho nom contradiz, pois ja ha grande tenpo que sse assy husa. Mas asse por agrauado o dicto conçelho em lhe ffazerem outro nouo custume, o quall he que diz que, sse hũu morador de Tomar casar sua ffilha com hũu homem do termo de Torres Nouas que, posto que o noyuo em esta terra nom queira morar nem husar do foro da terra, ssoomente rreceber ssua molher e hirsse com ella pera honde ssenpre morou, ssem enbargo de todo, ffazemlhe pagar a dicta caualarya, assy como a homem que na terra ha de morar; e ajnda, sse ao noyuo nom acham beens de rraiz nem mouel, mandam penhorar o pay da noyua e ffazemlhe pagar. Esto, ssenhor, nos pareçe sseer ffecto agrauo ao conçelho, pois que sse tal custume nom paga ssenom per bem do homem e nom da molher. Por merçee, seenhor, uos pedimos que mandees que tall sse nom ffaça e que mandees que sse guarde o custume como senpre ffoy, o quall he que os homees que na terra nom querem morar nem husar do foro della que pera tall encarrego nom ssejam costrangidos, pois que nunca ffoy, ssaluo aquelles que na terra casarem e quiserem morar, que estes taaes possom sseer costrangidos. E neesto, ssenhor, nos farees dereyto (3).

A esto mando: sse casar aquy, posto que sseja de fora da uilla ou termo, que pague.

Gaado de uento (4).

Outrossy, ssenhor, nos agrauamos daqueles que teem carrego dapanhar o gaado do uento, porque o custume desta terra ssenpre ffoy que o dicto gaado ade sseer apanhado tres meses ante do Sam Joham, os quaees gaados ham de sseer trazidos aas praças desta uilla e o scpriuam da camara ha de scpreuer os sinaaes dos dictos gaados. E agora, ssenhor, nom sse ffaz assy, mas acharees por verdade que aquelles que assy apanham o dicto gaado, ssem enbargo de os lauradores dizerem cuja he a

---

(3) Sobre o costume em referência pode ver-se a carta de el-rei D. João I de 3 de Abril de 1385, a qual manda guardá-lo (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 93 v.).

(4) *Gado do vento* se chamava, segundo o que se deduz das Ordenações afonsinas, ao gado perdido e cujo dono se desconhecia (Cfr. o livro e título adiante cita.).

ouelha ou o carneiro, elles a nom querem leixar, mas antes a leuam pera honde lhes praz. E, tanto que as assy leuam, hũas matam logo e as comem e a outras cortam as orelhas, pera as sseus donos mais nom poderem conheçer nem auer. Por merçee, asenhor, mandaae que sse ffaça como ssenpre foy. E neesto, ssenhor, nos farees dereyto.

Mando que ande na granja e ande os tres meses e seja scprito pollo scpriuam da camara e sse ffaça ssegundo elrrej manda em ssua hordenaçam (5).

Dos mugees.

Outrossy, asenhor, no conpremiso he determinado que manda que nosoutros, os moradores da uila e termo, ajamos de pagar da carrega dos mugees de vijnte hũu e dos que trouxermos ao collo de trijnta hũu. A esto nom poemos enbargo de sse assy fazer, pois que ja no dicto conpremiso he outorgado (6). Mas he ffecto agrauo ao conçelho em leuarem aos de fora assy como a nosoutros, moradores da terra; porque, ssegundo a uerba do conpremisso, nom ssom theudos de pagar, saluo hũu rreall da carrega. E, por esto que lhe assy leuam, nom os querem aquy trazer; e, sse os aquy trazem, os dom tam caros que he muyto grande perda a nos todos. Por merçee, ssenhor, mandaae que lhe leuem ssegundo he contheudo no dicto conpremisso, que manda que de toda carrega de pescado, affora pescadas, de que ade pagar tres, que pague hũu rreall. E assy, ssenhor, vijnra o mantijmento aa terra e nos sera dado per o preço que he dado e sse da em outras partes. E neesto, ssenhor, nos farees dereyto e merçee.

A esto mando que pague o de fora como o da uilla.

Dos porteiros.

Outrossy, ssenhor, no conpremisso he mandado que os porteiros ffaçom todo o que lhe mandarem os juizes que sseja por seruiço delrrej e uosso e bem da terra; e assy como o fezerem aa hordem que assy o façam ao conçelho. E agora, ssenhor, o nom querem ffazer e dizem que nom

(5) *Ordenaçoens do Senhor Rey D. Affonso V*, liv. 3, tit. 107.

(6) Desconhecemos o texto do Compromisso repetidas vezes referenciado neste documento; mas parece tratar-se de normas dadas pelo infante D. Henrique ao município de Tomar, nas relações entre o Convento de Cristo ou a Ordem e a vila,

ssom theudos ssenom de çitar nem querem hir a nhũa parte, ssaluo sse lhe derem o djnheiro do caminho; polla quall rrazam, os juizes e almotaçees ssom aas uezes postos em grande ffadiga e trabalho, por nom teerem quem mandar. Por merçee, ssenhor, mandaae que elles ffaçam todo o que lhe mandarem os dictos juizes e almotaçees que sseja por seruiço delrrej e uosso e bem da terra e por conprimento de justiça.

Mando que o ffaçom ssegundo he contheudo no conpremisso.

Do alcaide pequeno.

Outrossy, ssenhor, nos ssomos agrauados do alcaide pequeno e dos sseus homeens, porque aas uezes sse aconteçe que ao juiz he ffecto queixume dalgũu homem que com dereyto deua de sseer preso; e o juiz manda ao alcaide que o vaa prender e elle lhe diz que o nom hira prender, ssaluo sse lhe mandar pagar o caminho. E, sse lhe o juiz diz que nom he dereyto, o dicto alcaide o uay prender; e, tanto que o prende, logo lhe toma hũu penhor por sseu trabalho. E, posto que o nom ache nem prenda, assy lhe toma o dicto penhor por o dicto caminho. E assy que tall preso como este paga duas penas; hũa he da cacerajem e outra he do caminho do alcaide. E ajnda, ssenhor, sse faz outro erro, o quall he que, tanto que o juiz diz ao alcaide teende mãao neesse homem, posto que o logo mande ssoltar e nom vaa ao castello, assy lhe leuom a cacerajem como de o leuarem dentro. Por merçee, ssenhor, mandaae ao alcaide que elle husse do sseu offiçio assy como ssenpre husaram os outros alcaides que antijgamente fforam.

Mando que nom leue dinheiro de caminho na uilla nem no termo.

Caçerageca.

Outrossy, ssenhor, a hordenaçom delrrej manda que quando o juiz ou almotaçe mandar prender algũu homem por queixume, assy como carneçeiros e almocreues e paadeiras e outras pessoas que som seruidores do conçelho, que taaes como estes nom ham de pagar ssenom mea caçerajem (7). E aquy, ssenhor, nom querem ssenom leuar a cacerajem enteira, assy como sse fosse ladram. Por merçee, ssenhor, mandaae que sse cunpra

(7) Sobre as carceragens podem ver-se as *Ordenaçoens* cits., liv. 1, tits. 33 e 34, a que aqui se alude.

a hordenaçom ssegundo em ella he contheudo e que huse como ssenpre husaram os outros alcaides que ante delle fforam.

Que sse pague como sse ssenpre pagou.

Çalayo.

Outrossy, ssenhor, no conpremisso he decrarado que todalas paadeiras e laurujadeiras que em cada hũu ssabado dem hũu pam de çalayo. A esto, ssenhor, nom sse poy nhũu enbargo; mas pareçenos que he agrauo ao conçelho em sse fazer hũu custume que nunca ffoy, o quall he: que, sse hũu homem estranjeiro vem per as Pias ou pollas Olalhas ou per outra parte e lhe algũa molher vende algũu pam, costrangem aquella molher que lhe o dicto pam vendeo que lhe pague o çalayo. Polla quall rrazam, uos afirmamos que, posto que ora per hy venha hũu homem que nom ache hũu pam de uenda e todos sse agrauam e dom ao demo a terra e os rrejedores della. Por merçee, ssenhor, mandaae que sse faça como ssenpre ffoy porque, ssenhor, ssaberees por verdade que em termo de Tomar nunca ouue çalayo nem açougajem. E ajnda, ssenhor, sse aquy uem algũa molher do termo de Torres e traz algũus bolos ou queijadas, logo lhe tomam o çalayo, assy como sse fosse paadeira. Por merçee, corregee esto com dereyto, em tal guisa que o pouoo nom sseja agrauado.

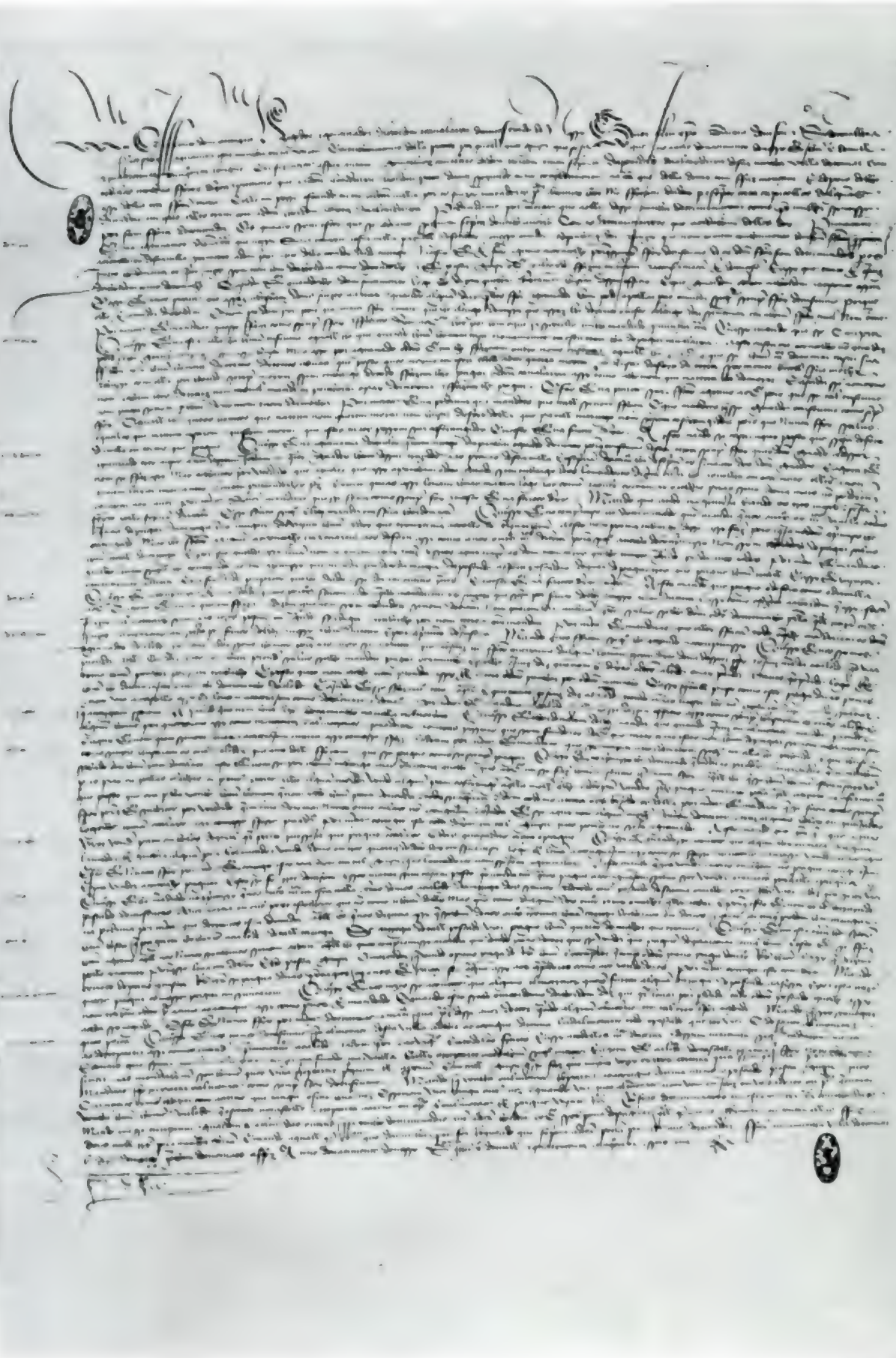
A esto mando que quemquer que aquy vyer vender pam ou bolos de qualquer parte que sseja que pague o çalayo e das queijadas nom o pague.

Açouguajem.

Outrossy, ssenhor, quando sse aconteçe que algũu boy ou uaca dalgũu laurador lhe quebra algũa perna e o laurador vende dous ou tres quartos do dicto boy em ssua casa, logo lhe leuam a açouguajem, assy como sse fosse carneçeiro e a uyesse vender ao açougue. Esto, ssenhor, nunca ffoy. Por merçee, ssenhor, corregee esto com dereyto, em tal guisa que os lauradores nom ssejam agrauados.

A esto mando que, sse a vender enteiro ou a quartos, nom pague açouguajem; e, sse a vender a rretalho, paguea. E esto sse for rres de cajom; e, sse o matar ssem cajam, posto que o uenda em quartos, pague a açouguajem, ssaluo sse o vender a carneçeiro, porque elle a pagua.

Copyrighted material



EST. V. — CARTA DO INFANTE D. HENRIQUE ÀS AUTORIDADES DE TOMAR, DE 1456 (Doc. 131)

Pescado.

Outrossy, ssenhor, he mandado no conpremisso que nosoutros, moradores em esta uilla e termo, demos ao alcaide, da carrega dos ssauees e de todo outro pescado descama o milhor pexe que hy vier; e diz que, sse hy vier pescado de mesturas e vier cherno ou outro pexe escolheito, que nom tome nhũu delle, mas que tome dalgũu dos outros pexes o milhor que hy achar. E, porque esto, ssenhor, nom he bem decrarado, uos pedimos por merçee que decrarees esta duuida, a quall he: que nos dizemos assy que, sse hũu de nosoutros trouuer hũa carrega de chernes ou deuos, que quatro ou çinquo podem bem carregar hũa besta, que pagara ho homem ao alcaide de tall carrega?

Se carrega de tall pescado vier, pague hũu quarto do milhor que trouuer.

Portagem.

Outrossy, ssenhor, em esta terra he ffecto hũu agrauo, o quall nos nunca ssoubemos ssenom agora, o quall he que o conpremisso manda que de todo pano de coor que sse vender, que paguem de quareenta e çinquo hũu. E esto, ssenhor, sse ffaz pollo contrairo; porque sse leua em dobro e he per esta guisa: o mercador que vende o pano paga de Rb hũu e o conprador que conpra o dicto pano paga doutros Rb hũu; e assy que, de hũu couodo de pano que custa Rb rreaaes sse pagua duas portagees, o que a nos, ssenhor, pareçe ser agrauo, assy aos conpradores como aos vendedores. Por merçee corregee esto com dereyto.

Mando que sse pague como sse pagar em Santarem.

Do almocreue que sonegar.

Outrossy, ssenhor, aas uezes sse aconteçe que algũus almocreues querem furtar algũa carrega de pescado aa sissa; e, por esta rrazam, nom trazem o dicto pescado açima ao açougue, assy como per uos he mandado. E, quando esto ssabe, o moordomo da hordem diz que quer leuar por perdido todo o dicto pescado que lhe assy acha ssonegado. Esto, ssenhor, nunca ffoy. Por merçee decraraae a maneira que uos praz de sse auer de teer quando algũu almocreue em tal erro ffor achado.

Mando que, sse o ssonegar, que o perca.

Da almotaçarya.

Outrossy, ssenhor, nos teemos de custume que o almotaçe desta villa adhir ao açougue de çima e adalmotaçar todo o pescado que hy vier. E, des que o almotaçar, a o de rrepartir assy como o entender. Primeiramente, ao alcaide e a dom prior e ao vigairo e a todolos freires e assy a todollos moradores daçerca e de Sam Martinho, ssegundo cada hũu mereçer; e o mais que fficar manda o almotaçe trazer pera fundo, pera a villa, e ally o reparte a cada hũu ssegundo mereçe. E agora, ssenhor, o alcaide do castello que ataaqui ffoy nom o quer consintir; mas manda hũu sseu homem que o vaa rrepartir per quem lhe aprouuer, em tall guisa que sse faz que mujtas vezes os boons da terra ficam ssem pescado. Por merçee, ssenhor, mandaae que o rreparta o almotaçe como ssenpre ffoy de custume.

Mando que venha o almotaçe rrepartir ao açougue de çima carne e pescado, per esta guisa: que o carneçeiro, como chegar com a carne, que tanga o sino hũa uez; e, sse nom vier, tanga outra uez. E, quando vir que o almotaçe nom vem ou juiz ou vereadores ou procurador, que entam venha hũu homem do alcaide que esteuer no castello e rreparta a carne ou o pescado, e o almotaçe lhe pague vijnte rreaaes.

Estas determinaçõoes em esta minha carta contheudas mando que sse cunpram e guardem a aalem das outras que ja tenho determinadas antre a dicta hordem e o conçelho, ssob pena de paguar quallquer que as quebrantar ou contra ellas ffor dous mill rreaaes pera a minha chancelaria. E mando a quallquer taballiam que da minha parte for rrequerido que scpreua a dicta pena, pera sse auer de rrecadar.

Fecta em a minha vila de Tomar, b dias de março. Joham de Moraaes a ffez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e çinquoenta e sseis anos.

(as.) J. d. a.

132

6 MARÇO 1456

Letras Tanta est deuotionis, *do papa Calisto III, para o bispo de Évora, a conceder ao rei D. Afonso V licença para ficar com os bens de Fernando Álvares, deão de Évora, falecido, em vista das necessidades da defesa de Ceuta, sob condição de isto não ir contra a última vontade do sobredito deão, em seu testamento.*

A.V., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 99.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 46, n.º 1685, errado o dia, 14 por 6.

Calistus, etc.

Venerabili fratrj episcopo Elborensi, salutem, etc.

Tanta est deuotionis sinceritas quam carissimus in Christo filius noster Alfonsus, Portugallie et Algarbij rex jllustris, ad nos et romanam gerit ecclesiam, ut non indigne promereatur illa per nos sibi concedj que christiane religionis, cuius idem rex semper intrepidus defensor fuit, utilitatem concernere dinoscuntur.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper pro parte dicti regis petitio continebat, ipse pro defensione fidei orthodoxe et custodia ciuitatis Ceptensis (1), que sarracenis uicina existit, magna habeat expensarum onera subire, pro parte dicti regis nobis fuit humiliter supplicatum ut sibi de alicuius subuentionis auxilio prouidere nec non ei omnia bona mobilia et inmobilia ad quondam Fernandum Alvarj, decanum ecclesie tue, sedis apostolice notarium, spectantia gratiose elargirj de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, [huiusmodj] supplicationibus inclinatj, fraternitatj tue, de qua in his et alijs specialem in Domino fiduciam obtinemus, per apostolica scripta mandamus quatenus, deducto ere alieno et obseruata dicti decanj, si testamentum legitime condiderit, ultima uoluntate, omnia et singula bona mobilia et inmobilia ad ipsum decanum spectantia et per eum ratione beneficiorum suorum acquisita, que non fuerint altaris uel altarium seu alicuj diuino ministerio deputata, pro defensione fidei orthodoxe et ciuitatis

(1) No ms. *Cepthensis*.

huiusmodj exponenda prefato regi auctoritate nostra dones, concedas et assignes, constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus predictis tue et aliarum, in quibus beneficia huiusmodj forsan existebant, ecclesiarum, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis ceterisque contrarijs non obstantibus quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, pridie nonas martij, pontificatus [nostri] anno primo.

133

6 MARÇO 1456

Letras Ad hoc omnipotens, *do papa Calisto III, dirigidas aos bispos de Silves e de Tagaste e a Fr. Afonso Velho, dominicano, professor de teologia, nas quais, a pedido de el-rei D. Afonso V, o absolve e aos prelados e demais pessoas de qualquer sentença, censura ou pena em que hajam incorrido por o monarca ter pedido e obtido subsídio de prelados, de outros eclesiásticos e de religiosos para ocorrer às avultadas despesas com o casamento da infanta D. Joana, sua irmã, sem prévia licença da Santa Sé.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 99 v.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 35, n.º 1655.

Calistus, etc.

Venerabilibus fratribus Siluensi et Tagastensi episcopis ac dilecto filio Alfonso Veteri (1), ordinis fratrum predicatorum et theologie professorj, salutem, etc.

Ad hoc omnipotens Pater in apostolica sede constituit plenitudinem potestatis (2) ut romanus pontifex, qui claues a beato Petro potestatis et distinctionis acceptauit, nunc rigorem exerceat, nunc mansuetudinem

(1) No ms. *Vetri*. Sobre Fr. Afonso Velho vejam-se os documentos 313 e 232 do nosso vol. 10, 229 e 236 do vol. 11 e 135 e 147 do presente volume.
(2) No ms. *potestatem*.

interponat, prout personarum, rerum et temporum qualitas exigit et ad id in Domino conspicit salubriter expedire.

Cum itaque, sicut pro parte carissimj in Christo filij nostrj Alfonsi, Portugallie et Algarbij regis jllustris, fuit nobis nuper expositum, idem rex, ut expensarum onera que habuit dum carissimam in Christo filiam nostram Johannam, Castelle et Legionis reginam jllustrem, sororem suam, carissimo in Christo filio nostro Henrico, predictorum Castelle et Legionis regnorum regi jllustri, in uxorem dedit et etiam alias, pro statu suo, iuxta regalis maiestatis exigentiam manutenendo, iugiter subire oportuit, conmodius perferre ualeret, aliquale subsidium et releuamen a pluribus prelatis ecclesiarum et alijs ecclesiasticis et religiosis personis postulauerit et illud per eas promitti obtinuerit, dunmodo eis super hoc apostolice sedis suffragaretur(3) auctoritas, propter quod a nonnullis asseritur tam regem quam prelatos et personas huiusmodj exconmunicationes et alias sententias, censuras et penas incurrisse, quare dictus rex nobis humiliter supplicauit ut suo ac prelatorum et personarum eorundem statuj in premissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, huiusmodj supplicationibus inclinatj, humilitatem regis et caritatem prelatorum predictorum considerantes, discretionj uestre per apostolica scripta mandamus quatenus vos uel duo aut vnus uestrum, per vos uel alium seu alios, tam regem predictum quam omnes et singulos archiepiscopos, episcopos, prelatos, abbates, priores, presbyteros et clericos seculares et religiosos Portugallie et Algarbij regnorum ac quenlibet eorum ab huiusmodj sententijs, censuris et penis, etiam si alias quam premissorum occasione prefato regi subsidium prestitissent uel ipse illud postulasset, auctoritate nostra, hac uice dumtaxat, etiam adimplendo huiusmodj promissionem de preteritis, dum tamen a similibus se abstineant in futurum, absoluatis in forma ecclesie consueta, jniuncta inde eis pro modo culpe penitentia salutarj, omnemque inhabilitatis et infamie maculam siue notam, per ipsos eadem occasione contractam, penitus aboleatis et cum eisdem archiepiscopis, episcopis, prelatis, abbatibus, prioribus, presbyteris et clericis predictis secularibus et regularibus, super irregularitate, si quam huiusmodj sententijs ligatj, missas et alia diuina officia, non tamen in contemptum clauium, celebrando uel se illis inmiscendo, contraxerint, eadem auctoritate dispensetis, non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis et quod tu, Alfonse, ex personis quibus executio litterarum apostolicarum conmittj debet non existas, ceterisque contrarijs quibuscunque.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., MccccLv, pridie nonas martij, pontificatus nostrj anno primo.

---

(3) No ms. *suffragarentur*.

134

6 MARÇO 1456

Extractos de carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a João Afonso, recebedor da sisa dos panos de cor de Lisboa durante os anos de 1452 a 1454, inclusivamente, com referências ao infante D. Henrique, a Ceuta e a Tânger.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 35 v., — donde se reproduzem; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 4, fl. 278.

Publicada na íntegra por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 327-31.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que Joham Afonso, rreçebedor da nossa sisa dos panos de coor da çidade de Lixboa, veeo dar conto e rrecado, per mandado de Paae Rodriguez, nosso contador moor em os nossos contos que ssam em a dicta cidade, perante Aluaro Vaasquez da Torre, nosso contador, e presemte Joham Gomçaluez, nosso escpriuam em os dictos contos, de cinquo contos oytoçentos sateemta çimquo mjl quarenta ssete rreaes e meio que sse mostrou que por nos o dicto Joham Afonso, rreçebedor, rreçebeo em tres annos, que sse começaram per primeiro dia de janeiro do anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lij e sse acabaram por esse primeiro dia de janeiro de mjl iiij^{c} Lb, que ssam os dictos tres annos conpridos.

. . . . . .

Dos quaees çinquo contos biij^{c} Lxxb mjl quarenta e ssete rreaes e meio o dicto Joham Afonso, rreçebedor, per nossas cartas e aluaraaes de mandado e dos veedores da nossa fazemda e doutros que pera ello nosso poder tijnham pera o auer de mandar, fez estas despesas que sse sseguem.

Primeiramente, em o dicto primeiro anno de iiij^{c} Lij despendeo.

. . . . . .

E dous mjl bij^{c} doze rreaes que deu a Pero Esteuez da Mãao Jnchada, por çerto sall que lhe foy filhado, per mandado delrrej Duarte, meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja, pera armada que fez sobre Tanger.

. . . . . .

E ssete mjl oytoçemtos quaremta e hũu rreaes que deu e entregou a Vasco Eannes Corte Real, noso armador moor, pera alinpamemto e corregimento das armas nossas, de que ell teem carrego.

Copyrighted material

. . . . . .

Jtem, despendeo no anno seguinte de iiij^{c} Liij.

. . . . . .

Oyto mjl çeento e vijnte e sseis rreaes que deu a dom frey Lourenço dEluas, que lhe eram deujdos de çerto tenpo que majs andou na corte do santo padre, quamdo llaa foy por nosso seruiço.

. . . . . .

Jtem, despendeo no seguinte e pustumeiro anno de iiij^{c} Liiij hũu conto e oytoçemtos quatorze mjl oytoçemtos nouenta e ssete rreaes, per esta guisa.

. . . . . .

E çento e cinquoemta dous mjl trezemtos oyteemta rreaes, que deu ao jfamte dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo, per Jsaque Amado, judeu, morador em a dicta çidade, que lhe mamdamos dar em parte de paguo dos dezasseis contos que o jfamte de nos auja dauer de sseu mantimemto o dicto anno. E, porquamto o dicto jfamte nos pedio que, do que elle assy de nos avia dauer do dicto assentamento, mandamos dar ao dicto Amado os dictos djnheiros, porquamto elle, dicto jfamte, os ouuera delle e doutros judeus, sseus parçeiros, enprestados. E çem mjl rreaes, que deu aos arrabijs da comuna da dicta çidade, por outros tamtos que nos tijnham enprestados, pera o ssocorro da nossa çidade de Çepta, quamdo o dicto anno, por nosso seruiço, la mandamos dom Aluaro de Crasto e outros fidalgos de nossa casa.

. . . . . .

Porem, visto todo per nos avemos os dictos djnheiros por bem despendidos e damos (1) por quite e liure o dicto Joham Afonso e todos sseus beens e herdeiros e descemdemtes e ssocessores que depos ell veerem, deste dia pera todo o ssempre, que nunca em algũu tenpo por ello majs posam ser theudos nem rrequeridos nem chamados nem obrigados nem demandados em contos nem fora delles a dello majs dar conto nem rrecado, em parte nem em todo, porquamto delle rreçebemos boom conto com pago e entrega ssem nehũua mjngoa nem faleçimento que nos dello faleçesse, segundo o que he contheudo.

E porem lhe mandamos dar esta nossa carta de quitaçom sijgnada per nos e asseellada do nosso sseello pendente. E, posto que em ella nom façamos espresa meençom de algũas ssolenidades que em ella per direjto deuessem ser escpritas, assy aquellas que perteemçem a custumes e hordenamentos de contos, como de todollos djreitos çijuees e canonjcos, façanhas e opiniõoes de doutores e liuros de Bartollo e grosa sobre elle fectas e de todollos liuros de partida e leix do rregno e de todallas outras cousas

(1) No ms. *darmos*.

ou djreitos per quallquer guissa que seja que o em elle deuessem ser pera elle auer dello moor segurança e fermjdõoe e elle nem sseus beens nem herdeiros nom sseerem a ello majs theudos nem obrigados, assy a nos como a nossos ssoçessores que depos nos veerem nem a cada hũu delles, por a dicta contija que assy os dictos tres annos por nos rreçebeo e despemdeo, como dicto he, nos, de nosso moto proprio e poder avssoluto, auemos aqui todo por escprito e declarado e rrepetido e espaceficado, assy como sse todo aqui fosse pello meudo cada hũua das dictas cousas per asy declaradas e escriptas.

Dante em a çidade de Lixboa, bj dias de março. Joham Gonçalluez, escripuam do dicto ssenhor rrej em os dictos contos, a fez. Ano do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj annos. E porem mamdamos aos veedores da nossa fazenda e contadores, corregedores, juizes e justiças e outros quaeesquer ofiçiaaes e pessoas a que esto ouuerem de veer que conpram e façom conprir e guoardar esta nosa carta de quitaçom pella guisa que nella he contheudo e nom vãao nem consentam hir contra ella, em parte nem em todo, ssem poendo ssobre ello algũu enbarguo.

135

8 MARÇO 1456

Letras Religionis zelus, *do papa Calisto III, dirigidas ao dominicano e mestre em teologia Fr. Afonso Velho, confessor e conselheiro do infante D. Henrique e embaixador do rei de Portugal, a nomeá-lo capelão honorário e penitenciário menor da Sé Apostólica, com os privilégios respectivos* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 465, fl. 160.

Referenciadas por DE WITTE, *Les bulles*, art. IV, p. 828, nota. Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 37, n.º 1661.

---

(1) Nas letras *Prouenit*, de 25 de Fevereiro anterior, dirigidas a Fr. Afonso Velho, o sumo pontífice di-lo embaixador do rei de Portugal, em nome de quem lhe prestou obediência, e concede-lhe graças várias, de ser absolvido dos pecados por qualquer sacerdote, etc. (AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 100 v., — excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 10, n.º 1587).

Calistus, etc.

Dilecto filio Alfonso Velho (2), ordinis fratrum predicatorum professori, magistro in theologia, capellano et penitentiario nostro jn basilica principis apostolorum de Vrbe, salutem, etc.

Religionis zelus, litterarum scientia, vite ac morum honestas, prouidentia spiritualium et alia multiplicia probitatis et virtutum tuarum merita, super quibus personam tuam fidedignis fore percepimus jnsignitam testimonijs, promeretur ut te condignis fauoribus et gratijs honoremus.

Hinc est quod nos, de persona tua, premissorum jntuitu, plenam jn Domino fiduciam obtinentes, te (3), qui ordinis predicatorum fratrum professor et magister in theologia ac dilecti filij nobilis viri Henrici, jnfantis Portugalie, confessor et fidelissimus consiliarius necnon carissimj jn Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie regis jllustris, orator existens, nobis obedientiam nomine prelibati prestitisti, gratioso fauore prosequi volentes, motu proprio, non ad tuam uel alterius, pro te, nobis super hoc oblate petitionis jnstantiam, sed de nostra mera liberalitate, te jn nostrum et apostolice sedis capellanum honoris, in morem quo penitentiarium nostrum jn basilica principis apostolorum de Vrbe, cum honoribus, oneribus, emolumentis, priuilegijs, exemptionibus, jnmunitatibus, libertatibus, gratijs et prerogatiuis, quibus alij (4) antiqui penitentiarij et capellanj nostri, usque ad certum numerum jnstituti, gaudent et vtuntur seu uti et gaudere poterunt, quomodolibet jn futurum, auctoritate apostolica, quoad uixeris, tenore presentium constituimus, deputamus et etiam ordinamus, committentes tibi ut huiusmodi officium penitentiarie jn eadem basilica, diligenter et fideliter exequaris.

Et insuper dilecto filio Dominico, tituli Sancte Crucis jn Jherusalem presbytero cardinali, maiori penitentiario nostro, mandamus quatinus, per se uel alium seu alios, te ad officium minorum penitentiariorum huiusmodi, ad illius liberum exercitum nec non honores (5), onera et emolumenta, predicta auctoritate nostra, admittat et admitti faciat, ut est moris, tibique de emolumentis dicti officij ac omnibus juribus et pertinentijs suis, jntegre responderj, non obstante si forsan dictorum penitentiariorum numerus certus existat ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus penitentiariorum eorumdem,

---

(2) No ms. *Alfonso de Velho.*
(3) No ms. *tu.*
(4) No ms. *alijs.*
(5) No ms. *ehonores.*

juramento, confirmatione apostolica, uel quauis firmitate alia roboratis, quibus omnibus, etiam si de illis ac eorum totis tenoribus de verbo ad verbum presentibus mentio habenda foret, hac uice dumtaxat harum serie, ex certa scientia derogamus, ceterisque contrarijs quibuscunque. Aut si dictis penitenciarijs vel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, ab apostolica sit sede jndultum quod jnterdici, suspendi vel excommunicarj (6) non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodi mentionem, contradictores per censuram, etc.

Volumus, autem, quod jn manibus prefati cardinalis maioris penitentiarij, de huiusmodi fideliter exercendo officio, prestes corporaliter juramentum, juxta formam presentibus annotatam, que talis est: Ego, Alfonsus Velho (7), ordinis fratrum predicatorum professor, magister jn theologia, etc., *ut jn forma.*

Nulli, ergo, etc., nostre constitutionis, deputationis, ordinationis, comissionis (8), derogationis, mandati et voluntatis jnfringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno [incarnationis dominice] millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, octauo jdus martij, pontificatus nostri anno primo.

136

12 MARÇO 1456

Letras Cum te, *do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro Afonso, bispo de Silves e encarregado pelo papa de pedir a D. Afonso V ajuda contra os turcos, a dar-lhe faculdades para conceder cinco benefícios vagos ou que venham a vagar a pessoas idóneas, com as condições de, se elas possuírem qualquer benefício incompatível com o que lhes der agora o bispo de Silves, deverem as mesmas renunciar ao dito benefício, a não ser que tenham privilégio em contrário da Santa Sé, e de pagarem também anata do novo benefício, destinada à guerra contra os turcos.*

---

(6) No ms. *excomunicarj.*

(7) No ms. *Alfonsus de Velho*, com o *de* riscado.

(8) No ms. *comissionis.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 63 v.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 42, n.º 1673.

Calistus, etc.

Venerabili fratri Aluaro, episcopo Siluensi, ad regna Portugalie et Algarbij eorunque dominia, cum potestate legati de latere sedis apostolice legato, salutem, etc.

Cum te ad carissimum in Christo filium nostrum Alfonsum, Portugalie et Algarbij regem jllustrem, eiusque regna et dominia cum potestate legati de latere nostre et apostolice sedis legatum, pro arduis nostris et romane ecclesie negocijs, presertim pro conquirendis implorandisque auxilijs contra jmpiissimum (1) Christi nominis hostem turchum, presencialiter transmittamus;

Nos, uolentes illa tibi concedere per que te ualeas alijs reddere graciosum, fraternitati tue conferendi, auctoritate nostra, hac uice dumtaxat, quinque ecclesiastica beneficia cum cura uel sine cura, eciam si decanatus uel archipresbyteratus rurales aut parrochiales ecclesie uel earum perpetue vicarie seu canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administraciones uel officia, in metropolitanis uel cathedralibus (2) eciam metropolitanis uel collegiatis ecclesijs, et dignitates ipse in cathedralibus (3) eciam metropolitanis post pontificales maiores seu in collegiatis ecclesijs principales existant et ad illas ac huiusmodj personatus, administraciones uel officia huiusmodi consueuerint, quj per electionem assumj eisque cura inmineat animarum, tam ad tuam quam ad quoruncumque aliorum archiepiscoporum, episcoporum necnon prelatorum ac collatorum et collatricium secularium et regularium, eciam exemptorum, ac capitulorum singulorunque canonicorum et personarum earundem ecclesiarum, eciam racione dignitatum, personatuum, administracionum et officiorum que in illis obtinent, collacionem, prouisionem, presentacionem, electionem seu quanuis aliam disposicionem, conmuniter uel diuisim pertinencia, jnfra regna, domjnia et prouincias prelibati regis constituta, eciam si beneficia ipsa de iure patronatus laicorum fuerint, si qua uacant ad presens uel huiusmodi negociorum prosecucione durante, eciam si in aliquo ex mensibus nobis uel ordinarijs collatoribus reseruatis uacare contigerit ac eciam si disposicionj apostolice specialiter aut, racione maioritatis uel

(1) No ms. *jmpissimum*.
(2) No ms. *cathredalibus*.
(3) No ms. *cathredalibus*.

principalitatis seu persone illud obtinentis aut alias, generaliter disposicionj apostolice reseruata fuerint, eciam si tanto tempore uacauerint, quod eorum collacio, iuxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem predictam legitime deuoluta existat aut, per contractum matrimonij, ingressum religionis et emissionem professionis seu assecucionem alterius ecclesiastici beneficij, quauis eciam apostolica auctoritate collati uel per non promocionem ad sacros ordines, impedimento cessante legitimo et nulla super hoc canonica dispensacione obtenta, uacent aut simul uel successiue uacauerint, ut prefertur, singulis personis per te eligendis, eciam quecumque, quotcumque et qualiacumque beneficia ecclesiastica obtinentibus et expectantibus, eciam cum plenitudine iuris canonici ac omnibus iuribus et pertinencijs suis conferendi et de illis eciam prouidendi, jnducendi quoque, per te uel alium seu alios, personas ipsas per te, ut premittitur, eligendas, uel procuratores suos eorum nominibus, in corporalem possessionem beneficiorum ac iurium et pertinenciarum predictorum, et defendendi inductos, amotis quibuslibet illicitis detentoribus ab eisdem, ac faciendi prefatas personas uel procuratores suos predictos ad huiusmodi beneficia, ut est moris, admitti et, si canonicatus et prebenda fuerint (4), ad huiusmodi prebendam in ecclesijs, in quibus extiterint, in canonicos recipi et in fratres, stallo sibi in choro et loco in capitulo dictarum ecclesiarum cum eiusdem iuris plenitudine assignatis, sibique de predictorum beneficiorum fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuencionibus vniuersis integre responderj, contradictores quoque eadem auctoritate, [appellatione postposita, compescendi tenore presentium concedimus facultatem];

Non obstantibus constitucionibus et ordinacionibus apostolicis, eciam in fauorem ordinariorum, ac specialibus et generalibus reseruacionibus per nos uel eandem sedem factis, necnon gracijs expectatiuis sub quauis verborum forma et cum quibuscumque clausulis a nobis eciam motu proprio et ex certa scientia emanatis, quarum totalem effectum, quo ad hoc, suspendimus ac illis penitus et omnjno derogamus, necnon statutis et consuetudinibus ecclesie, in qua huiusmodi beneficium forsan fuerit, contrarijs, iuramento, confirmacione apostolica uel quacumque firmitate alia roboratis; aut si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus generales uel speciales dicte sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, eciam si per eas ad jnhibicionem, reseruacionem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus in assecucione beneficiorum huiusmodi personas easdem uolumus anteferrj, sed nullum per hoc eis, quoad assecucionem beneficiorum aliorum, preiudicium generarj; seu si locorum ordinarijs et dilectis

(4) No ms. *fuerit*.

filijs capitulis ecclesiarum predictarum, uel quibusuis alijs, conmuniter uel diuisim ab eadem sit sede indultum quod ad recepcionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi uel exconmunicari non possint quodque de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collacionem, prouisionem, presentacionem, electionem seu quanuis aliam disposicionem, coniunctim uel separatim spectantibus, nulli ualeat prouiderj, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mencionem, et qualibet alia dicte sedis indulgencja generali uel speciali, cuiuscumque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gracie impedirj ualeat quomodolibet uel diferrj et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mencjo specialis; aut si persone ipse presentes non fuerint, ad prestandum de obseruandis statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia fuerint, ut prefertur, solita iuramenta, dunmodo in absencia sua per procuratores ydoneos et, cum ad ecclesias ipsas acesserint, corporaliter, illa prestent, plenam et liberam concedimus, tenore presencium, facultatem.

Volumus, autem, quod persona que beneficium incompatibile cum illo quod ipsi contuleris obtinuerit, quamprimum beneficium per te sibi collatum pro tempore fuerit assecuta, huiusmodj incompatibile beneficium quod, ut prefertur, obtinebat et quod ex nunc uacare decernjmus omnjno, nisi sibi dispensacio apostolica desuper suffragetur, dimittere teneatur quodque illi, quibus collaciones seu prouisiones huiusmodi beneficiorum seu aliorum quoruncumque per te, auctoritate nostra, fient, annatam ipsorum beneficiorum in huiusmodi guerra contra turchos, iuxta ordinacionem tuam, conuertendam (5) in depositario seu depositarijs decimarum, per te deputando seu deputandis, integre soluere teneantur et soluant ac, illa uel illis solutis, sic soluentes ab ulteriori ipsius annate eidem camere solucione liberi ac quieti existant.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quarto jdus marcij, pontificatus nostrj anno primo.

---

(5) No ms. *conuertenda*.

137

13 MARÇO 1456

Bula Inter cetera *de Calisto III, a confirmar a* Romanus pontifex *de Nicolau V de 8 de Janeiro de 1455, a pedido de el-rei D. Afonso V e do infante D. Henrique, e a conceder perpètuamente à Ordem de Cristo o poder, domínio e jurisdição espirituais sobre as terras, portos, vilas, ilhas e lugares já adquiridos ou que viessem a sê-lo desde os Cabos Bojador e Não e por toda a Guiné e costa meridional até aos índios, pelo dito infante subtraídos aos sarracenos e conquistados para a religião cristã, exercida aquela jurisdição pelo Prior-mor da citada Ordem, como costumam exercê-la os Ordinários, considerados os referidos territórios* nullius dioecesis, *podendo portanto o dito Prior prover os benefícios eclesiásticos, com cura ou sem cura, seculares ou regulares de qualquer Ordem, nas ditas terras, e proferir sentenças, impor censuras e penas eclesiásticas, como fazem os demais Ordinários* (1).

ANTT., *Gaveta* 7, maço 13, n.º 7, em traslado autêntico de 16 de Agosto de 1456, — donde se reproduz; AV., *Reg. Vat.*, vol. 464, fl. 33; *Livro dos Mestrados*, fl. 165; *Ordem de Cristo*, cód. 235, parte 3, fl. 13.

Publicada: por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 1, prova n.º 27 do liv. 3; por JORDÃO, *Bullarium patronatus*, t. 1, p. 36; em [RAMOS COELHO], *Alguns documentos*, p. 20; por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 535, em texto bilingue e em «fac-simile»; e por ANTÓNIO BRÁSIO, *Monumenta Missionária Africana*, 2.ª série, vol. 1, p. 384.

Sumariada: por ABRANCHES, *Summa do bullario*, p. 44, n.º 271; e por DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, ps. 330-31. Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, ps. 44-45, n.º 1681.

Calistus episcopus, seruus seruorum Dei.

Ad perpetuam rei memoriam.

Jnter cetera que nobis, diuina disponente clementia, incumbunt peragenda, ad id nimirum soliciti corde reddimur ut, singulis locis et presertim que sarracenis sunt finitima, diuinus cultus ad laudem et gloriam omni-

(1) O documento, meramente de jurisdição espiritual à Ordem de Cristo, reconhece, implicitamente, a Portugal as ilhas e terras pelos portugueses descobertas e conquistadas até àquela data, sem dizer quais fossem, e constitui também confirmação pontifícia das cartas de el-rei D. Afonso V de 7 de Junho de 1454, — os DOCS. 1 e 2 do presente volume.

Copyrighted material

potentis Dei et fidei christiane exaltacionem uigeat et continuum suscipiat incrementum et que regibus et principibus, per predecessores nostros romanos pontifices benemerito concessa sunt, ex causis legitimis emanarunt ut, omnibus sublatis dubitacionibus, robur perpetue firmitatis obtineant, apostolico munimine solidemus.

Dudum siquidem felicis recordationis Nicolaus papa V, predecessor noster, litteras concessit tenoris subsequentis.

Segue-se a transcrição da bula Romanus pontifex *de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, — o nosso DOC.* **36.**

Cum autem sicut pro parte Alfonsi regis et Henrici jnfantis predictorum, ipsi supramodum affectent quod spiritualitas in eisdem solitarijs insolis, terris, portubus et locis, in mari occeano uersus [illam] meridionalem plagam in Guinea consistentibus, quas jdem jnfans de manibus sarracenorum, manu armata, extraxit et christiane religioni, ut prefertur, conquesiuit, prefate militie Jhesu Christi, cuius reddituum suffragio idem jnfans huiusmodi conquestam fecisse perhibetur, per sedem apostolicam perpetuo concedatur ac declaratio, constitutio, donatio, concessio, appropriatio, decretum, obsecratio, exhortatio, jniunctio, inhibitio, mandatum et voluntas necnon littere Nicolai predecessoris huiusmodi ac omnia et singulla in eis contenta confirmentur.

Quare, pro parte regis et jnfantis predictorum, nobis fuit humiliter supplicatum ut declarationi, constitutioni, donationi, concessioni, appropriationi, decreto, obsecrationi, exhortationi, jniunctioni, inhibitioni, mandato et uoluntati ac litteris huiusmodi et in eis contentis, pro illorum subsistentia firmiori, robur apostolice confirmationis adijcere necnon spiritualitatem ac omnimodam iurisdictionem ordinariam, tam in predictis acquisitis, quam alijs jnsulis. terris et locis, per eosdem regem et jnfantem seu eorum successorum, in partibus dictorum sarracenorum, in futurum acquirendis, prefate militie et ordini huiusmodi perpetuo concedere aliasque in premissis oportune prouidere, de benignitate apostolica dignaremur.

Nos igitur, attendentes religionem dicte militie in eisdem jnsulis, terris et locis, fructus afferre posse in Domino salutares, huiusmodi supplicationibus inclinati, declarationem, constitutionem, donationem, appropriationem, decretum, obsecrationem, exhortationem, iniunctionem, inhibitionem, mandatum, uoluntatem, litteras et contenta huiusmodi et inde secuta, quecunque rata et grata habentes, illa omnia et singula, auctoritate apostolica, tenore presentium, ex certa scientia, confirmamus et approbamus ac robori perpetue firmitatis subsistere decernimus, supplentes omnes defectus, si qui forsan interuenerint in eisdem.

Copyrighted material

Et nichilominus, auctoritate et scientia predictis, perpetuo decernimus, statuimus et ordinamus quod spiritualitas et omnimoda iurisdictio ordinaria, dominium et potestas in spiritualibus duntaxat in jnsulis, villis, portubus, terris et locis, a capitibus de Boiador et de Nam usque per totam Guineam et ultra [versus] illam meridionalem plagam usque ad Jndos, acquisitis et acquirendis, quorum situs, numerum, qualitas, uocabula, designationes, confines et loca presentibus pro expressis haberi uolumus, ad militiam et ordinem huiusmodi perpetuis futuris temporibus spectent atque pertineant, jllaque eis ex nunc, tenore, auctoritate et scientia predictis, concedimus et elargimur, ita quod prior maior pro tempore existens ordinis dicte militie omnia et singula beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura, secularia et ordinum quorumcunque regularia, in jnsulis, terris et locis predictis fundata et instituta seu fundanda et instituenda, cuiuscunque qualitatis et valoris existant seu fuerint, quotiens illa in futurum vacare contigerit, conferre et de illis prouidere necnon excommunicationis, suspensionis, priuationis et interdicti aliasque ecclesiasticas sententias, censuras et penas, quociens opus fuerit ac rerum et negotiorum pro tempore ingruentium qualitas id exegerit, proferre, omniaque alia et singula que locorum ordinarij in locis in quibus spiritualitatem habere censentur, de jure uel consuetudine facere, disponere et exequi possunt et consueuerunt pariformiter absque ulla differentia facere, disponere, ordinare et exequi possit et debeat, super quibus omnibus et singulis ei plenam et liberam, tenore presentium, concedimus facultatem, decernentes jnsulas, terras et loca acquisita et acquirenda huiusmodi nullius diocesis existere ac irritum et inane, si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari, non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis, consuetudinibus, priuilegijs, usibus et naturis dicte millitie, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostrorum confirmationis, approbationis, constitutionis, supplectionis, decreti, statuti, ordinationis, uoluntatis, concessionis et elargitionis infringere uel ei ausu temerario contraire.

Si quis, autem, hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei ac beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, tertio jdus martij, pontificatus nostri anno primo.

Copyrighted material

138

13 MARÇO 1456

Letras Diuina supereminens *do papa Calisto III, dirigidas ao infante D. Fernando, duque de Beja e Mestre da Ordem de Santiago, a permitir-lhe possa administrar igualmente o Mestrado da Ordem de Cristo ou de qualquer outra Ordem Militar e receber os respectivos rendimentos, pois tenciona fazer guerra aos infiéis de Marrocos, e a confirmar-lhe os privilégios anteriormente por ele recebidos, nomeadamente a concessão de Eugénio IV para D. Fernando, embora casado, continuar Mestre da Ordem de Santiago em Portugal* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 464, fl. 36.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 46, n.º 1684.
Sumariadas por DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, ps. 834-35.

Calistus, etc.

Dilecto filio nobili viro Fernando, jnfanti Portugalie, duci Besiensi, salutem, etc.

Diujna supereminens largitas sic in te catholicam religionem, fidei constantiam ac animi integritatem stabiliuit et personam tuam diuersis alijs muneribus gratiarum decorauit, ut non indigne merearis a sede apostolica gratiam et fauores semper obtinere.

Cum itaque, sicut accepimus, tam Sancti Jacobi de Spata, quam Jhesu Christi et diuerse alie militie ad expugnandos jnfideles a progenitoribus tuis in Portugalie et Algarbij regnis, institute et, post illarum institucionem, de gratia omnipotentis Dei, cuius est omnis uictoria, cuncti sarracenj trans mare Mediterraneum a faucibus dictorum regnorum pulsi fuerjnt,

(1) Em súplica datada de Roma a 24 de Fevereiro anterior, el-rei D. Afonso V solicitara ao papa Calisto III, em nome de seu irmão o infante D. Fernando, duque de Beja e administrador do Mestrado de Santiago da Espada, a especial graça de ele acumular com aquele Mestrado qualquer outro dos existentes em Portugal, o que lhe foi concedido (AV., *Reg. Suppl.*, vol. 489, fl. 163v.). Porém, na dita súplica, não se referiu o monarca ao Mestrado de Cristo, nominalmente; pelo que supomos ter havido súplica posterior sobre aquele Mestrado.

Copyrighted material

tuque etiam contra illos ac alios fidei christiane hostes bellum acerrimum preparare intendas;

Nos, tuum laudabilem propositum in Domino commendantes (2) et, ut exercitum ipsum celerius preparare ac manu tenere dictosque sarracenos et hostes penitus confundere possis, de alicuius subuentionis auxilio prouidere ac te, qui, ut accepimus, magistratum dicte militie Sancti Jacobi de Spata, ex concessione et dispensatione apostolicis, obtines, premissorum intuitu, gratioso fauore prosequi uolentes, motu proprio, non ad tuam uel alterius pro te nobis super hoc oblate petitionis instantiam, sed de nostra mera liberalitate tecum, ut sicut dictum magistratum Sancti Jacobi de Spata in commendam tenes et possides, ita etiam pariformiter quemcumque alium predictarum Jhesu Christi et aliarum militiarum magistratum, in prefatis regnis uel alibi vbicumque constitutum, cuiuscunque qualitatis et cuiusuis ordinis ac illius fructus, redditus et prouentus quorumcumque ualorum existant, sed tibi per nos uel sedem apostolicam seu alias canonice concedatur, conmendetur (3) et assignetur, aut tu, qui coniugatus existis, ad illum postvleris uel assumaris, recipere et, cum dicto magistratu militie Sancti Jacobi de Spata seu absque illo, quoad uixeris, in commendam (4) et administrationem retinere ac de ipsius commendandi (5) magistratus fructibus, redditibus et prouentibus, debitis et consuetis ipsius alterius magistratus suportatis oneribus, disponere et ordinare libere et licite possis et ualeas, ac ipsum commendandum (6) magistratum in spiritualibus et temporalibus regere et gubernare, sicuti veri commendandi (7) magistratus hij magistrj, qui fuerunt pro tempore, de illis disponere et ordinare, uel dictum commendandum (8) magistratum regere et gubernare potuerunt seu etiam debuerunt, alienatione tamen quorumcumque bonorum immobilium et pretiosorum mobilium ipsius commendandi (9) magistratus tibi penitus interdicta, constitutionibus et ordinationibus ac priuilegijs et litteris apostolicis, generalibus uel specialibus, etiam motu proprio et ex certa scientia ac sub quibusuis formis et expressionibus verborum, per nos uel sedem apostolicam, concessis et imposterum forsan concedendis, stabilimentis quoque, statutis, vsibus et consuetudinibus dictorum magistratuum et militiarum seu ordinum eorumdem, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis firmitate alia

(2) No ms. *comendantes*.
(3) No ms. *comendetur*.
(4) No ms. *comendam*.
(5) No ms. *comendandi*.
(6) No ms. *comendandum*.
(7) No ms. *comendandi*.
(8) No ms. *comendandum*.
(9) No ms. *comendandi*.

roboratis, quibus omnibus et singulis, etiam si, quoad illorum derogationem, de ipsis eorumque totis tenoribus, de verbo ad verbum, specialis, specifica et expressa, non autem per generales seu alias expressam mentionem importantes clausulas, mentio habenda, seu queuis alia specificatio facienda esset, illorum tenores pro expressis habentes, quoad premissa expresse derogamus et que pro infectis habemus, illis alias in suo robore permansuris ac omnibus illis que felicis recordationis Eugenius papa iiij, predecessor noster, in litteris super eodem magistratu Sancti Jacobj de Spata tibi concessis, uoluit non obstare, et quod tu vxoratus, ut prefertur, existas, ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gracie, dispensamus ac tibi concedimus (10) pariter et indulgemus, prouiso quod dicti magistratus debitis propterea non fraudentur obsequijs, sed illorum congrue supportentur onera consueta.

Nulli, ergo, etc., nostre dispensationis, concessionis et jndulti infringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, tertio jdus martij, pontificatus nostrj anno primo.

139

14 MARÇO 1456

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e almotacés da sua vila de Tomar, a ordenar-lhes cumpram as ordens que dera sobre o fornecimento de carne ao convento de Cristo e que não eram cumpridas, sob pena, para os carniceiros que não as executassem, de duas arrobas de carne por cada falta (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 72, entre os documentos do infante D. Henrique, original em pergaminho, assinado pelo infante, sem selo, — donde se reproduz; *Ordem de Cristo*, cód. 232, fl. 74 v., em cópia feita em Tomar pelos anos de 1542.

(10) No ms. repete-se a frase *ac tibi concedimus*.

(1) Cfr. o DOC. 49, de 19 de março de 1455.

Copyrighted material

Eu, o jffamte dom Amrrique, duque de Uisseu e ssenhor de Couilhãa, ffaço ssaber a uos, juizes [e] allmotaçees desta mynha uilla, que dom prioll e o uyguairo e o allcaide moor e freires deste conuemto sse me agrauaram, dizemdo que lhe nam trazem quaçima a carne que lhe per mym he ordenado, segumdo dello tem mjnha carta, o que nam ey por bem fecto.

E porem vos mamdo que, daquy auamte, lha façaaes trazeer, asy e polla guissa que na dicta carta he comthudo, ssem desfalleçer della cousa allgũa, em tall manejra que elles nam tenham rrazam de me sobrello fazerem maaes queixume, porque me nam prazera. A quall carne sera rrepartida pellos almotaçees, per esta guissa, a saber: a meetade pera dom prioll e freires e a outra meetade pera o uyguairo e allcaide e moradores deste castello.

E quallquer carneçeyro ou outra algũa pessoa que esto deua de fazer, segundo na dicta mjnha carta faz mençam, o nam comprir como per mym he mandado, mamdo que pague duas arrouas de carne por cada vez que em ello encoreer. E sseja hũa dellas pera o dicto dom prioll e freires e a outra pera os ssobredictos viguairo e alcaide e moradores do castello, damdo os dictos allmotaçes em esto exucuçam jmteiramente como aqui he comthudo, ssem outro allgũu embarguo, sso pena delles pagarem as dictas duas arouas de carne aqui conthudas, ssem outra allgũa duuida, porque mjnha merçee he de seer assy.

Fecta em Tomar, xiiij° dias de março. Aires Tynoco a fez, de mjll iiij° Lbj.

(as.) J. d. a.

140

16 MARÇO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Subtil, escudeiro do infante D. Henrique, para um dos dois cargos que João Anes Fogaça exercia em Cabeço de Vide e em Fronteira, o qual era compelido, por sentença, a optar por um deles (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 181.

Dom Afomso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos detrijminamos ora, por ssentença, com acordo dos nossos veedores da fazenda, que, por-

(1) Cfr. o documento seguinte.

Copyrighted material

quanto JohanEannes Fogaça, escudeiro de Fernam Vaasquez de Castel Branco, noso caualeiro, comendador da Cabeça da Vide, era juiz das sisas em a villa de Fronteira e scpriuam das dictas sisas no dicto loguo de Cabeça da Vide, que he rramo das dictas sisas de Fronteira, per o quall era odhioso a nosso serujço e ao poboo e jso mesmo nom podia per si serujr os dictos ofiçios como a noso serujço era conpridoiro e que elle escolhesse qual delles lhe prougese e que o outro podessemos dar a quem nossa merçee fose, segundo na dicta ssentença conpridamente era contheudo; e ora, querendo nos fazer graça e merçee a Diogo Sotil, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e fazemoslhe merçee de cada hũu dos dictos ofiçios, o quall o dicto JohanEannes mais prougese de leixar.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e aos juizes dos dictos logares e a outros quaeesquer ofiçiaes a que o conhecimento desto pertençeer e esta nossa carta for mostrada, que façom vijr perante sy o dicto JohanEannes e lhe rrequeirom que escolha cada hũu dos dictos ofiçios, quall lhe prouger, segundo em a dicta ssentença faz mençom, e do outro metam em posse o dicto Diogo Sotill e o leixem serujr e husar dele e outro nhũu nom, sem lhe sobrelo seer posto nhũu enbargo, porque asi he nossa merçee; o quall jurou em a nossa chamcelaria aos santos auanjelhos que bem e direitamente e como deue obre e huse do dicto ofiçio que ouuer e guarde a nos nosso serujço e ao poboo seu djreito.

Dada em Euora, xbj dias de março. Elrrej o mandou, per dom Fernando de Castro e Lopo dAlmeida, anbos do seu conselho e veedores da sua fazenda. Gonçalo Eannes a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

141

17 MARÇO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Subtil, escudeiro do infante D. Henrique, para administrador de capela instituída na vila de Fronteira por testamento de Gens Lourenço.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 181, — donde se reproduz; em leitura nova, *Guadiana*, liv. 6, fl. 115 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes e justiças e ofiçiaes que ora sooes e ao deante fordes da vila de Fronteira e a outros quaeesquer a que o conheçimento desto pertençeer e esta nosa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que vimos hũua uosa carta que nos enuiastes, por a quall nos fazies saber que hũu Gees Lourenço, ja finado, morador que foy neesa vila, ante de sseu finamento fez sseu testamento, em o quall hordenou, antre as outras cousas, hũua capeella, e mandou que se cantase em cada hũu anno por sua alma, per rrenda de seus beens, que pera ello leixou, e que fez sseus testamenteiros hũu Afonso Moniz e Aires Eannes Faleiro, pera auerem de conprir o dicto testamento e que, per faliçimento destes, os juizes hordenairos da dicta vila poseram hũu proueedor nos dictos beens e capeela, segundo conpridamente no dicto testamento era contheudo, e que, per falimento dos dictos testamenteiros, os juizes que emtam eram aaquelle tempo em a dicta vila emlegerom por proueedor e manistrador da dicta capeella hũu Nuno Varella, que hi foy morador, a quall manistraçom tijnha confirmada per os ssenhores rrex meu auoo e padre, cujas almas Deus aja, pedindonos que, porquanto o dicto Nuno Varella era finado, que nos prougese de confirmar a dicta manistraçom em Diogo Sotil, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tijo, porquanto era tall pesoa que bem e uerdadeiramente o faria, segundo conpre a seruijço de Deus e proueito da alma do dicto defunto.

E, visto per nos vosso rrequerimento e, querendo fazer graça e merçee ao dicto Diogo Sotil; teemos por bem e damolo por manistrador da dicta capeella e proueedor dos beens e cousas dela, asi e pela guisa que o era o dicto Nuno Varella, per cartas dos dictos ssenhores rrex meu auoo e padre, que Deus aja, comtanto que elle conpra o comprimiso da dicta capeella, segundo per o dicto Gees Lourenço foy hordenado em o dicto sseu testamento.

E porem uos mandamos que logo metaaes em posse da dicta manistraçom e prouedaria da dicta capeela e dos beens e cousas que a ella perteençem o dicto Diogo Sotil e lhe leixees todo teer e auer e arrecadar, asi e tam compridamente como tijnha e avia o dicto Nuno Varela e pello dicto defunto foy mandado em o dicto testamento, conprindoo elle segundo per o dicto Gees Lourenço foy hordenado, ssem outra duujda e embargo que sobrelo ponhaaes. Honde al nom façades.

Dada em Euora, xbij dias de março. Gonçalo Cardoso a fez. Anno do Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

Copyrighted material

142

18 MARÇO 1456

Letras Ex apostolice, *do papa Calisto III, dirigidas ao bispo de Silves e ao prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a confirmar e a aprovar o acordo, depois de concluído e registado em letras autênticas e público documento, sobre determinados rendimentos, campos e direitos de jurisdição espiritual, sobre que havia litígio entre os bispos e cabidos de Coimbra e da Guarda, por um lado, e o infante D. Henrique, governador da Ordem de Cristo, e os freires da mesma Ordem, pelo outro.*

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 7, maço 3, n.º 35, original em pergaminho, de cujo selo pendente apenas resta pedaço de cordão — donde se reproduzem; AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 253 v.

Resumidas no *Quadro elementar*, t. 10, p. 63. Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 53, n.º 1707.

Calistus episcopus, seruus seruorum Dei.

Venerabili fratri episcopo Siluensi et dilecto filio priori monasterij Sancte Crucis extra muros Colimbrienses, per priorem soliti gubernari, salutem et apostolicam benedictionem.

Ex apostolice seruitutis officio, ad ea solicite intendimus per que, semotis litigiorum anfractibus (1), inter ecclesiarum prelatos ac religiosas personas pax et concordia uigeat; et, ut illa optatum sortiantur effectum, cum a nobis petitur, fauorem apostolicum libenter impartimur.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper, pro parte dilectorum filiorum nobilis viri jnfantis Henrici, gubernatoris ordinis Militie Yhesu Christi, et fratrum dicte militie, petitio continebat quod ipsi, cum venerabilibus fratribus nostris episcopis et dilectis filijs capitulis Colimbriensi et Egitaniensi (2), super certis redditibus, uegetationibus et iurisdictionibus spiritualibus, certam habuerint et habeant controuersiam, que adhuc terminata non existit, sperentque, Domino concedente, cum episcopis et capi-

(1) No ms. *aufractibus*.
(2) No ms. *Egitemensi*.

tulis predictis, super redditibus et alijs premissis, ad certam concordiam seu compositionem deuenire, pro parte ipsorum gubernatoris et fratrum nobis fuit humiliter supplicatum ut, si et postquam episcopi et capitula ac gubernator et fratres predicti super premissis ad huiusmodi concordiam inuicem peruenerint, concordiam ipsam ac omnia et singula eam concernentia, in litteris autenticis seu in jnstrumento publico desuper conficiendo contenta et inde secuta quecunque, pro illorum subsistentia firmiori confirmare et approbare aliasque (3) in premissis oportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, reddituum et iurisdictionum huiusmodi qualitates, quantitates, confines et ualores presentibus pro expressis habentes, huiusmodi supplicationibus inclinati, discretioni uestre, per apostolica scripta, mandamus quatinus uos uel alter uestrum, si et postquam episcopi et capitula ac gubernator et fratres predicti super premissis ad huiusmodi concordiam inuicem peruenerint et illam iniuerint atque concluserint, concordiam ipsam ac omnia et singula eam concernentia, in litteris auctenticis seu in jnstrumento publico desuper conficiendo contenta et inde secuta quecunque, si utiliter gesta sint, auctoritate nostra, approbetis et confirmetis, uel approbet et confirmet, suppleatisque uel alter uestrum suppleat omnes defectus, si qui forsan interuenerint in eisdem. Et nichilominus, si confirmationem, approbationem et supplectionem huiusmodi per uos fieri contingat, ut prefertur, faciatis, eadem auctoritate, concordiam, contenta et secuta huiusmodi firmiter obseruari, contradictores ab episcopis, auctoritate nostra, ab alijs uero per censuram ecclesiasticam ac penas in dicta concordia apponendas, appellatione postposita, compescendo, jnuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis.

Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis, necnon statutis et consuetudinibus dicte militie iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis contrarijs quibuscunque. Aut si episcopis, capitulis, gubernatori et fratribus predictis uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, a sede apostolica indultum exístat quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno jncarnationis dominice millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, quintodecimo kalendas aprilis, pontificatus nostri anno primo.

---

(3) Também pode ser erro, por *aliaque*.

Copyrighted material

143

23 MARÇO 1456

Letras Cum te, *do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves, pela Santa Sé enviado ao reino de Portugal, como legado seu «a latere», a fim de tratar de negócios importantes, sobretudo de solicitar socorro contra os turcos, nas quais o pontífice lhe concede possa receber quaisquer benefícios eclesiásticos, seculares ou regulares, de seis pessoas que os tenham obtido ou venham a obter simplesmente ou os queiram resignar, por motivo de permutação, e os possa conferir a pessoas idóneas.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 273.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 58, n.º 1725.

Calistus, etc.

Venerabili fratri nostro Aluaro, Siluensi episcopo, ad regem et regna Portugalie et Algarbij eorunque dominia, cum potestate legatj de latere nostro et apostolice sedis nuntio, salutem, etc.

Cum te ad regna Portugalie et Algarbij eorunque dominia apostolice sedis nuntium, cum plena et omnimoda potestate legati de latere, pro arduis nostris et romane ecclesie negotijs, presertim pro querendis implorandisque auxilijs contra impijssimum christianj nominis hostem turchum et ut edifices, plantes, euelas et destruas, dissipes et disperdas, omnesque alias et singulas facultates et conmissiones tibi per nos specialiter concessas, legatione huiusmodj durante, in omnibus et per omnia exequaris presentialiter destinemus;

Nos, volentes ea tibi concedere, per que te possis alijs reddere gratiosum, fraternitatj tue in eisdem partibus, limitibus legationis tue existendo, resignationes quoruncunque beneficiorum ecclesiasticorum ubique existentium, cum cura uel sine cura, secularium et regularium ordinum quoruncunque, etiam si beneficia ipsa, canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administrationes uel officia et dignitates ipse in metropolitanis uel cathedralibus maiores post pontificales (1) aut in collegiatis ecclesijs

(1) No ms. *pontificalem*.

principales seu prioratus seu beneficia huiusmodj curata et electiua ac dispositioni nostre et sedis apostolice, ex quauis causa, reseruata fuerint, a sex dumtaxat personis illa obtinentibus uel obtenturis simpliciter uel ex causa permutationis illa resignare uolentibus, auctoritate nostra, recipiendj et admittendj ipsaque beneficia, sicut premittitur, simpliciter illis de quibus tibi uidebitur idoneis, illa uero ex causa permutationis resignata compermutantibus personis, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis conferendj ac de illis etiam prouidendj illasque ex personis regularibus, que pro collationibus per te eis faciendis translatione indigebunt, de monasterio ad monasterium siue [de] loco ad locum aut de ordine ad ordinem ecclesias, prout oportunum fuerit (2), transferendj ipsasque in regularibus locis, ad que illas transtuleris, in monachos siue religiosos recipi et in fratres ac sincera in Domino caritate tractarj faciendj ac inducendj, per te uel alium seu alios, personas predictas in corporalem possessionem beneficiorum per te eis collatorum iuriunque et pertinentiarum predictorum et inductas defendendj, amotis quibuslibet detentoribus ab eisdem, ac ad illa, ut est moris, admittj et, si canonicatus et prebende fuerint, in canonicos recipi etiam cum plenitudine iuris canonicj et eisdem personis de ipsorum beneficiorum fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus uniuersis integre responderj faciendj, contradictores quoque, appellatione postposita, compescendj ceteraque omnia et singula in talibus necessaria et oportuna faciendj et exequendj, ita tamen quod ijdem, quibus collationes, prouisiones et presentationes huiusmodj fient, annatam ipsorum beneficiorum, prioratuum ac alia camere apostolice et alias soluj consueta in usum exercitus et operis huiusmodj, iuxta ordinationem tuam, conuertenda (3) tibi, a te deputatis uel deputandis, integre teneantur et soluant, ac illa sic soluentes ab ulteriorj ipsius annate et aliorum, ut prefertur, soluj consuetorum eidem camere, uel alijs personis, solutione liberj et quieti existant, plenam et liberam, auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus facultatem.

Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac de certo canonicorum numero et quibuslibet alijs ecclesiarum et prioratuum, in quibus huiusmodj beneficia forsan fuerint, et ipsorum beneficiorum statutis et consuetudinibus, etiam iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis quibuscunque contrarijs, seu si pro alijs, in dictis monasterijs seu regularibus locis prefatis, scripta forsan apostolica sint directa, aut si aliquj, super prouisionibus sibi faciendis de huiusmodj uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus, especiales uel generales dicte sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam

(2) No ms. *fuerat.*
(3) No ms. *conuertendam.*

Copyrighted material

si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus, in assecutione beneficiorum huiusmodj, personas predictas uolumus anteferrj, sed nullum per hoc eis, quoad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generarj; aut si locorum ordinarijs uel quibusuis alijs, conmuniter uel diuisim, a dicta sit sede indultum uel indulgerj contingat quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compellj aut quod interdici, suspendj uel exconmunicarj non possint, quodque de huiusmodj uel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem, electionem seu quanuis aliam dispositionem coniunctim uel separatim spectantibus, nullj ualeat prouiderj, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodj mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generalj uel specialj, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus earum impedirj ualeat quomodolibet uel differrj et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis; seu si persone huiusmodj quecunque, quotcunque et qualiacunque beneficia ecclesiastica obtineant uel expectent aut in eis ius habeant; seu si presentes non fuerint ad prestandum de obseruandis statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus beneficia huiusmodj fuerint, solita iuramenta, dunmodo in absentia sua per procuratores idoneos et, cum ad ecclesias ipsas accesserint corporaliter, illud prestent.

Nostre tamen intentionis existit quod personis ex causa permutationis huiusmodj resignantibus, ex collatione per te illis uirtute presentium facienda, nullum ius in eisdem beneficijs acquiratur quomodolibet, nisi persone ipse, tempore resignationum huiusmodj, ius habuerint in eisdem beneficijs per eos totaliter resignatis. Volumus, autem, quod si persone quibus beneficia incompatibilia, uigore presentium, te, simpliciter uel ex causa predicte permutationis, conferre contigerit, alia beneficia incompatibilia obtineant, quod huiusmodj beneficia incompatibilia, post aliorum incompatibilium beneficiorum pacificam assecutionem, dimittere teneantur, nisi canonicam super huiusmodj incompatibilibus beneficijs obtinendis habeant dispensationem. Et insuper ex nunc irritum decernimus et inane quod secus, super his, a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contingerit attemptarj.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., MccccLv.°, decimo kalendas aprilis, pontificatus nostrj anno primo.

144

27 MARÇO 1456

Letras Religionis zelus *do papa Calisto III, dirigidas a Estêvão de Loulé, professo na Ordem dos Frades Menores, o qual, inflamado pelo zêlo da fé, durante três anos missionara nas mais afastadas ilhas das Canárias, ali passara ásperos e graves trabalhos e se oferecera ao infante D. Henrique, de quem é capelão, para continuar a trabalhar lá ou onde ele indicasse, nas quais, a pedido de Fr. Estêvão e do dito infante, ele é autorizado a viver fora da Ordem, conservando porém o hábito, ou junto do dito infante e no lugar que ele indicar, sendo-lhe lícito usufruir qualquer benefício eclesiástico, mesmo de cura de almas, achando-se então e enquanto permanecer fora da Ordem sujeito ao Ordinário do lugar* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 457, fl. 10.

Publicadas, parcialmente, no *Bullarium Franciscanum*, nova series, t. 2, n.º 143, ps. 80-81, e também por DIAS DINIS, *As Missões Católicas*, ps. 172-73.

Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, ps. 61-62, n.º 1739.

Calistus, etc.

Dilecto filio Stephano de Lole, ordinis fratrum minorum professori, salutem, etc.

Religionis zelus, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fide digno commendaris testimonio, nos inducunt ut te spiritualibus fauoribus et gratijs prosequamur.

Hinc est quod nos te, qui, ut accepimus, zelo fidej accensus ad vltimas insulas Canarie te contulisti, inibique tribus annis quamplures asperos grauesque labores pro ipsa fide perpessus fuisti ac multa pia et honesta, que ad diuinum cultum spectant, gentem prefatarum insularum more quasi ferino uiuentem edocuisti, offerasque te ad omnem dilecti filij nobilis viri Henrici, infantis Portugalie, petitionem seu requisicionem, ad predictas insulas seu alia loca, pro fidei christiane incremento, ire laboresque

(1) Cfr. os documentos de 28 de Abril, adiante lançados, sobre o mesmo Fr. Estêvão de Loulé.

tibi possibiles perferre velle, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione prefati infantis, nobis pro te, dilecto suo cappellano, humiliter supplicantis, fauore gracioso prosequi volentes, ac te ab omnibus et singulis excommunicationis, suspensionis et jnterdicti alijsque ecclesiasticis sententijs, censuris et penis, tam a jure quam ab homine latis, si quas, quauis occasione uel causa, jrretitus forsan existis, necnon apostasie reatu, auctoritate apostolica, tenore presentium, quo ad effectum presencium duntaxat consequendum, absoluentes et absolutum fore censentes, necnon super irregularitate, si quam sic ligatus missas et alia diuina officia, non tamen in contemptum clauium, celebrando incurristi, dispensantes, prefati infantis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinatj, tecum ut extra ordinem fratrum minorum quem, vt asseris, expresse professus existis, retento tamen habitu, cum prefato jnfante aut in alio loco, ad quem ipse infans te deputauerit, etiam petita licet non obtenta a tuo superiore licencia, [vivere et quodcumque beneficium ecclesiasticum, si tibi alias] conferatur aut presenteris vel eligaris seu assumaris ad illud, recipere et, quoad uixeris, retinere, etiam si curatum fuerit, illius curam animarum gerere et exercere ac, antequam illud pacifice assequaris, cuicumque beneficio ecclesiastico etiam cappelle vel heremitorio, si ad id requisitus fueris (2), deseruire libere et licite possis ac valeas, quod frater predicti ordinis existas ac constitucionibus et ordinacionibus, priuilegijs et litteris apostolicis, tam editis quam edendis, per quas huic nostre concessionj derogari posset, etiam si de eis ac illarum totis tenoribus presentibus habenda foret mencio specialis, quibus, quoad premissa, illis alias in suo robore permansuris, auctoritate apostolica, tenore presentium, hac vice duntaxat, specialiter et expresse derogamus, necnon statutis et consuetudinibus ordinis predicti ac ecclesie, in qua huiusmodi beneficium fuerit, etiam juramento, confirmacione apostolica vel quauis alia firmitate roboratis ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de speciali gratia dispensamus, decernentes te, quandiu extra predictum ordinem fueris, seu huiusmodi beneficium obtinueris seu illi, ut prefertur, deseruieris, ordinario loci duntaxat et nulli alteri fore subiectum ac per tuos superiores dicti ordinis ad redeundum ad claustrum vel ordinem huiusmodi, etiam pretextu quarumcumque litterarum apostolicarum eis concessarum et concedendarum, nisi de toto tenore presentium specialem et expressam, non autem per generales clausulas, fecerint mentionem, compelli non posse nec debere quoquomodo, necnon omnes et singulas excomunicationis, suspensionis et jnterdicti aliasque ecclesiasticas sententias, censuras et penas, quas per ipsos superiores tuos vel quoscumque alios contra tenorem presentium forsan promulgari ac totum

(2) No ms. *fuerit*.

et quicquid secus attemptari contigerit, jrrita et inania nulliusque existere firmitatis vel momentj.

Nulli, ergo, etc., nostre derogationis, dispensationis et constitutionis infringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo quinto, sexto kalendas aprilis, pontificatus nostri anno primo.

145

1 ABRIL 1456

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos reis de Portugal e de Castela, a recomendar-lhes Fr. Pedro dal Busson de Montel, comendador de Solmans e embaixador do Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e convento de Rodes, o qual vem cobrar as receitas em atraso do dito convento e ordenar defendam os comendadores e demais religiosos aquela ilha contra os turcos, atento o seu valor estratégico, pois é refúgio e defesa dos peregrinos que vão a Jerusalém e dos cristãos que seguem para o Levante com mercadorias, ou para atacar os pagãos, e constituí ainda barreira marítima contra os infiéis, em defesa da Cristandade.

ACA., *Cancilleria Real*, Registro 2557, fl. 62 v.

Muy jllustre rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Nos, elrrey de Aragon, de las dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho saludar, como aquel que mucho amamos e a quien querriamos que Dios diesse mucha salut, honor e buena ventura.

Jllustrissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. El rreuerend e religioso amigo nostro muy caro don fray Jayme de Melmas, maestro del Orden del Hospital de Sant Johan de Hierusalem e conuento de Rhodas, embia, de presente, en esse vuestro rreyno al venerable religioso e amado nuestro fray Pedro dal Busson de Montell, comendador de Solmans, embaxador suyo, per cobrar e hauer todo lo que por los comendadores de su orden en esse vuestro rreyno, de gran tiempo aca, es deuido al dicho conuento de Rhodas e aun por fazer ir los dichos comendadores

Copyrighted material

e otros religiosos del dicho orden a Rhodas, por deffender aquella jsla del gran turcho e otros paganos, los quales, por todo su poder, quieren e entienden aquella combatir e conquistar.

E, aun que seamos cierto vos, como christianissimo que soys en todas las cosas conciernentes exalçamiento de la sancta fe catholica e exterminio e destruccion de jnfieles, vos hauereys muy bien e dareys toda vuestra fauor e ayuda; por que empero la dicha jsla de Rhodas, segund sabeys, es cabeça de la dicha religion, a seruicio de Dios e defension de christiandat jnstituida e es presidio e defension de los peregrinos que van en Hierusalem e otros christianos que van en Leuant, con mercaderias o por jnuadir los dichos paganos, e aun es gran empacho a los dichos jnfieles de empreender por mar contra christianos e es necessario vos e todos los principes de christianos deys e den favor e ayuda a la defension de la dicha jsla, la qual es vn principal membro de christiandat, para resistir e jnuadir a jnfieles e buenamente su gente e dineros defender no se puede;

Vos rogamos quanto mos affectuosamente podemos, por nuestra contemplacion e amor e sobredichos respectos, hayays al dicho embaxador del maestro de Rhodas en las sobredichas cosas e otras qualesquiere fauorablemente por recomendado, dandole toda fauor, consello e ayuda que por el demandados vos seran. Certificandovos que en aquesto fareys seruicio a Nuestro Senyor Dios e a nos plazer muy assenyalado, el qual mucho vos agradesceremos. Muy jllustre rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino, si algunas cosas vos non plazientes que por vos fazer podamos, con toda confiança nos podeys scriuir, car las compliremos por vos, con toda buena voluntat.

Dada en el castillo nueuo de la nuestra ciutat de Napoles, el primero dia del mes de abril del anyo del nascimento de Nuestro Senyor mil cccc.Lbj. Rex Alfonsus.

Al muy jllustre principe, don Alfonso, rrey de Portugal e de Algarue, nuestro muy caro e muy amado sobrino.

Dominus rex mandauit michi, Johannj Valerio.
Prouisa.

Similis fuit expedita regi Castelle.

Copyrighted material

146

2 ABRIL 1456

Letras Preclare deuotionis, *do papa Calisto III, endereçadas aos bispos de Silves e de Ceuta e ao abade do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, a ordenar-lhes guardem quinze benefícios eclesiásticos não reservados à Santa Sé para outras tantas pessoas a nomear pelo infante D. Henrique, em razão das suas virtudes e dos serviços por ele prestados à defesa e dilatação da fé católica, como fortíssimo e intrépido atleta* (1).

AV., *Reg. Vat.*, vol. 441, fl. 229.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 71, n.º 1782.

Calistus, etc.

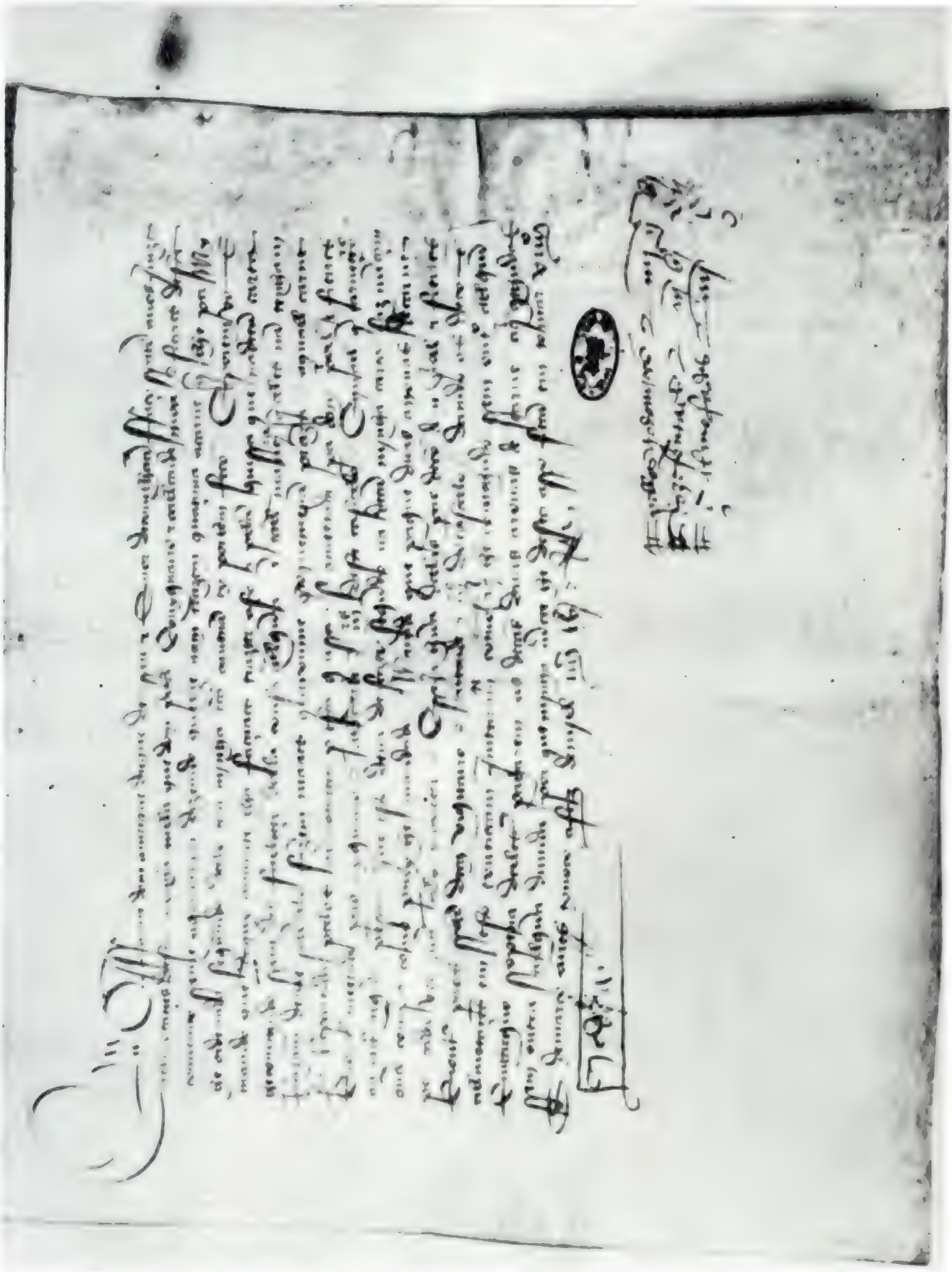
Venerabilibus fratribus Siluensi et Ceptensi episcopis ac dilecto filio abbati monasterij beate Marie de Pombeyro, Bracharensis diocesis, salutem, etc.

Preclare deuotionis sinceritas, quam dilectus filius nobilis vir Henricus, jnfans Portugalie, ad nos et romanam gerit ecclesiam, ac graues et multiplices labores quos, veluti orthodoxe fidei fortissimus athleta et jntrepidus pugil, pro honore et augmento fidei huiusmodi subiuit, aliaque multiplicia uirtutum merita, quibus personam suam diuina decorauit clementia, merito nos jnducunt ut illa sibi libenter concedamus, per que sue persone honor proueniat suaque contemplatione sibi seruientibus acceptisque personis et ecclesiasticis congrue prouisionis remedium valeat prouenire.

Horum igitur consideratione jnducti, discretioni vestre reseruandi per vos, vel duos aut vnum vestrum, donationi vestre quindecim personis ecclesiasticis, etiam quecumque, quotcumque et qualiacunque beneficia ecclesiastica obtinentibus et expectantibus, quas prefatus jnfans tibi duxerit nominandas, totidem beneficia ecclesiastica cum cura et sine cura, jnfra limites regnorum ac dominiorum carissimj jn Christo filij nostri

(1) Ordena o texto pontifício que o primeiro beneficiário a ser nomeado seja o dilecto filho Lopo Vasques, clérigo da diocese de Ceuta, capelão do infante D. Henrique e embaixador seu à cúria romana.

Copyrighted material



EST. VI. - CARTA DO INFANTE D. HENRIQUE AS AUTORIDADES DE TOMAR, DE 1456 (Doc 139)

Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis illustris, consistentia, minime tamen dispositionj apostolice reseruata, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administrationes uel officia jntegre vel dimidie portiones, jn metropolitanis etiam cathedralibus uel collegiatis ecclesijs, aut decanatus uel archipresbyteratus, qui etiam dignitates curate extra tamen cathedralem ecclesiam reputentur, fuerint et ad dignitates, personatus, administrationes uel officia huiusmodi consueuerint qui per electionem assumj eisque cura inmineat animarum, dummodo dignitates ipse jn cathedralibus etiam metropolitanis post pontificales maiores seu jn collegiatis ecclesijs huiusmodi principales non existant, quorum quidem beneficiorum fructus, redditus et prouentus, si aliquod ipsorum cum cura aut dignitas uel personatus sexaginta, si uero sine cura nec dignitas uel personatus fuerit quadraginta librarum turonensium paruorum, secundum taxationem decime valorem annuum non excedant, ad cuiuscunque seu conmuniter uel diuisim quoruncunque collationem, prouisionem, presentationem, electionem seu quanuis aliam dispositionem, etiam ratione dignitatum, administrationum et officiorum que obtinent pertinentia, si qua tempore reseruationis huiusmodi, aut ex tunc jn antea, etiam si jn aliquo ex mensibus ordinarijs et collatoribus beneficiorum, juxta quandam constitutionem per nos circa hoc editam, concessis vacauerint, que persone nominande huiusmodi, prout illas nominari contigerit, per se vel procuratores suos ad hoc ab eis legitime constitutos, jnfra vnius mensis spacium postquam sibi uel eisdem procuratoribus de illorum vacatione constiterit, duxerint acceptanda, conferenda singula videlicet singulis personis predictis, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus juribus et pertinentijs suis, ac illis ex personis predictis quas ad canonicatus aliquarum dictarum ecclesiarum, aut pro eis prebendas ac dignitates, personatus, administrationes uel officia reseruentur ibidem nominari contigerit, de illarum canonicatibus, cum plenitudine juris canonici, auctoritate apostolica prouidendi ac eas, uel procuratores suos earum nominibus, jnibi jn canonicos recipi et jn fratres, stallo eis jn choro et loco jn capitulo ecclesiarum ad quas, ut premittitur, nominate fuerint, dum dicti juris plenitudine assignatis, jnhibendi quoque districtius locorum, jn quibus dicta beneficia fuerint, ordinarijs ac illi uel illis ad quem uel ad quos dictorum beneficiorum collatio, prouisio, presentatio, electio seu queuis alia dispositio conmuniter vel diuisim pertinet, nec de beneficijs huiusmodi jnterim, etiam ante acceptationem (2) eandem, nisi postquam eis constiterit quod persone uel earum procuratores huiusmodi illa noluerunt acceptare, disponere quoquomodo presumant, et nichilominus beneficia que reseruabitis cum uacauerint, ut prefertur, cum omnibus juribus et pertinentijs supra-

(2) No ms. *acceptionem*.

dictis, post acceptationes predictas, auctoritate prefata eisdem personis conferendi et de illis etiam prouidendi, jnducendi quoque, per vos vel alium seu alios, personas huiusmodi uel, suis nominibus, earum procuratores jn corporalem possessionem beneficiorum juriunque et pertinentiarum predictorum et defendendi jnductas ac faciendi personas, uel pro eis procuratores predictos, ad beneficia huiusmodi, ut est moris, admitti ac personis eisdem de beneficiorum ipsorum fructibus, redditibus, prouentibus, juribus et obuentionibus vniuersis jntegre responderj ac contradictores, auctoritate nostra, appellatione postposita, compescendi, auctoritate apostolica, tenore presentium, concedimus facultatem;

Non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac de certo canonicorum numero et alijs ecclesiarum, jn quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, juramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis, statutis et consuetudinibus contrarijs quibuscunque; aut si aliqui, apostolica uel alia quauis auctoritate, jn ecclesijs predictis jn canonicos sint recepti uel ut recipiantur jnsistant; seu si super prouisionibus sibi faciendis, de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis jn illis partibus speciales uel generales dicte sedis uel legatorum eius litteras jmpetrarint, etiam si per eas ad jnhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus, etiam auctoritate nostra jn dictis ecclesijs receptis et beneficia huiusmodi spectantibus, etiam jn romana curia presentibus ac illam per sex menses continuo, juxta quandam aliam constitutionem per nos etiam factam, pro tempore sequentibus, etiam motu proprio et sub quacunque verborum forma et sub quibusuis etiam maioribus datis et processibus ac cum quibusuis antelationum prerogatiuis, priuilegijs et jndultis ac alijs fauorabilibus et jnsolitis clausulis, tam factis quam fiendis, venerabilibus fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus ac dilecto filio Afonso Velho, sacre theologie magistro, prefati jnfantis confessore, ac familiaribus nostris continuis conmensalibus et nullis alijs dumtaxat exceptis, prefatas quindecim personas, jnter quas volumus et mandamus dilectum filium Lupum Valasci, clericum Ceptensis diocesis, capellanum prefati jnfantis, qui ad romanam curiam personaliter, pro ipsius jnfantis negotijs veniendo, maximos labores sustinuit, primitus nominarj jn assecutione beneficij, ad quod nominatus fuerit, omnibus alijs nominandis volumus anteferrj, sed nullum per hoc, quo ad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generarj; et jnsuper cum prefatis personis per dictum infantem nominandis, si alique earum ad obtinendum beneficium cum cura, non tamen jnfra decimum octauum annum seu defectum natalium patiantur, quod nichilominus quelibet earum beneficium huiusmodi, etiam si illi cura jnmineat animarum, recipere et retinere libere et licite possit, auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gratie dispensamus, prouiso quod, propter etatis defectum, beneficia cum cura huiusmodi debitis

non fraudentur obsequijs et animarum cura jn eis nullatenus negligatur; aut si ordinarijs prefatis ac dilectis filijs ipsarum ecclesiarum capitulis uel quibusuis allijs, conmuniter uel diuisim, a dicta sit sede jndultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli aut quod jnterdici, suspendi uel exconmunicari non possint, quodque de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem, electionem seu quanuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim spectantibus, nulli valeat prouiderj, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de jndulto huiusmodi mentionem et qualibet alia dicte sedis jndulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non jnsertam effectus earum jmpediri valeat quomodolibet uel differj et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, jn nostris litteris, mentio specialis; seu si persone predicte presentes non fuerint ad prestandum, de obseruandis statutis et consuetudinibus ecclesiarum jn quibus beneficia huiusmodi fuerint, ut prefertur, solita juramenta, dum modo jn absentia sua per procuratores ydoneos et, cum ad ecclesias ipsas accesserint, corporaliter illa prestent;

Non obstantibus etiam constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac Lateranensis et Pictauensis conciliorum ac statutis et consuetudinibus ecclesiarum, jn quibus beneficia huiusmodi forsan fuerint, juramento, confirmatione apostolica uel quauis firmitate roboratis, necnon antelationibus, prerogatiuis, nominandi facultatibus, gratijs, jndultis et priuilegijs tam familiaribus nostris quam alijs quibuscunque per nos concessis et jm posterum concedendis ac regulis cancellarie jn fauorem romanam curiam sequentium concessis, per que prefatis quindecim personis per eundem jnfantem nominandis, quin omnibus preferantur, nolumus preiudicium afferrj, etiam si de eis ac eorum totis tenoribus specialis et expressa, non autem per generales uel alias expressa mentione jmportantes clausulas, mentio habenda seu alia queuis specificatio facienda esset, illorum tenores de verbo ad verbum presentibus pro sufficienter expressis habentes quo ad premissa, auctoritate et scientia predictis harum serie derogantes, eis alias jn suo robore permansuris, ceterisque contrarijs quibuscunque.

Volumus, autem, jn singulis metropolitanis seu cathedralibus vel collegiatis, jn quibus vltra quindecim non ultra duas et jn quibus maior prebendarum numerus habetur non vltra tres, et singulis ciuitatibus et diocesibus regnorum ac dominiorum predictorum, ad quos presentes littere se extendunt, non plures quam sex persone valeant nominari quodque uos de nominibus et cognominibus personarum nominandarum huiusmodi, quibus beneficia vigore presentium conferentur, gentes camere apostolice seu collectores uel succollectores fructuum et prouentuum eidem camere debitorum, jn illis partibus pro tempore deputatos quotiens certificare curetis.

Preterea, quia difficile foret huiusmodi presentes litteras ad singula, jn quibus de eis fides forsan fienda fuerit, loca deferre, eadem apostolica auctoritate decernimus quod ipsarum presentium litterarum transumpto, manu publica et vestro aut alicuius episcopi seu alterius jn dignitate constitute persone munito sigillo, tanquam eisdem presentibus si originales exhiberentur, plena fides adhibeatur et illis perinde stetur ac si ipse presentes littere tunc originaliter forent exhibite vel ostense (3), necnon exnunc irritum decernimus et jnane si secus super hijs a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptarj.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quinquagesimo sexto, quarto nonas aprilis, pontificatus nostri anno primo.

147

3 ABRIL 1456

Letras Sincere deuotionis *do papa Calisto III, dirigidas a Fr. Afonso Velho, dominicano, professor de teologia, penitenciário menor, capelão pontifício e embaixador do rei de Portugal, a conceder-lhe, a seu pedido, que quem assista a seus sermões devidamente contrito e confessado lucre, por cada vez, 100 dias de indulgência, a dar-lhe faculdades para que possa absolver, anualmente, dez pessoas de pecados reservados à Santa Sé, para conferir a quatro confrades dominicanos as honras e insígnias de mestres em teologia, mesmo com o curso incompleto, desde que sejam idóneos, a outorgar-lhe possa jubilar quatro frades da sua Ordem e, enfim, absolver os familiares do infante D. Henrique, de quem é confessor e conselheiro, dos pecados reservados à Santa Sé.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 457, fl. 5.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, ps. 72-73, n.º 1785.

Calistus, etc.

Dilecto filio Alfonso Velho, sacre theologie et ordinis fratrum predicatorum professori, cappellano nostro, salutem, etc.

(3) No ms. *hostense*.

Copyrighted material

Sincere deuocionis affectus, quem ad nos et romanam geris ecclesiam, promeretur ut illa tibi fauorabiliter concedamus per que te possis alijs reddere graciosum.

Hinc est quod nos volentes te, qui carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis illustris, ad nos orator pro obediencia per ipsum regem nobis prestita destinatus ac penitenciarius minor et cappellanus noster existis, fauore prosequi gracioso, tuis in hac parte supplicationibus inclinatj tibi, qui zelo deuocionis accensus verbum Dei populis christianis predicare et nunciare summopere desideras, quod in quocumque loco et quandocumque dictum verbum te predicare continget, pro qualibet vice omnibus et singulis vtriusque sexus vere penitentibus et confessis christifidelibus, qui verbum ipsum audient, centum dies de jniunctis eis penitencijs auctoritate apostolica misericorditer relaxare ac annis singulis decem personas a quibuscumque excessibus, criminibus, delictis et peccatis eorum, etiam quantumcumque grauibus et sedi apostolice reseruatis, absoluere illisque penitenciam salutarem jniungere valeas, quodque etiam tu, vna cum duobus aut tribus sacre theologie magistris quos ad id elegeris, quatuor viris ordinis fratrum mendicancium predictorum, [qui] cursum suum non peregerint, dummodo ad theologie huiusmodi magisterij gradum sufficientes et ydoneos esse reppereris, magistralia insignia et honores in facultate theologie conferendi ac illis legendi et docendj licenciam et ut ipsi, intra (1) ordinem eorum et extra, quibuscumque gracijs, priuilegijs, libertatibus et jndulgencijs, tam a sede apostolica quam ab eorum ordine fratribus eiusdem ordinis in eadem theologia in quibuscumque vniuersalibus studijs magistratis quomodolibet concessis, perinde uti et gaudere valeant, in omnibus et per omnia, ac si in ipsis studijs huiusmodi magisterij gradum et insignia recepissent, prefata auctoritate, concedendj, necnon quatuor fratres tui ordinis duntaxat jubilarios, iuxta morem predicti ordinis, auctoritate apostolica prefata faciendj, necnon etiam omnes et singulos familiares dilecti filij nobilis virj [Henrici] infantis Portugalie, cuius, ut accepimus, confessor et consiliarius existis, in omnibus etiam sedi apostolice reseruatis casibus, semel dumtaxat absoluere eisque penitenciam salutarem jniungere libere et licite valeas, auctoritate prefata plenam et liberam tenore presencium concedimus facultatem pariter et postestatem, non obstantibus constitucionibus et ordinacionibus apostolicis necnon juramentis et obligacionibus per prefatos per te magistrandos prestitis et factis, de non recipiendis insignijs magistralibus in alio loco seu studio quam in eo in quo ipsa juramenta prestiterint, ac statutis et consuetudinibus studiorum et ordinum huiusmodi contrarijs, juramento, confirmacione apostolica vel qua-

(1) No ms. *infra*.

Copyrighted material

cumque firmitate roboratis, etiam si de illis ac eorum totis tenoribus specialis et expressa ac de verbo ad verbum, non autem per generales clausulas, esset presentibus mencio habenda, quibus, illis alias in suo robore permansuris, specialiter et expresse hac vice duntaxat derogamus, ceterisque contrarijs quibuscumque.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis et derogacionis infringere, etc. Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo sexto, tercio nonas aprilis, prontificatus nostri anno primo.

148

10 ABRIL 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Rui de Melo, fidalgo de sua casa, a tença anual de 45.000 reais brancos, enquanto lhe não possa liquidar as 4.500 coroas de ouro que lhe prometera por seu casamento com D. Isabel de Meneses, donzela da falecida rainha.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 145 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos casamos ora Ruj de Meelo, fidalgo de nossa cassa, com dona Jsabell de Menesses, donzela que foy da rrainha mjnha ssobre todas preçada e amada mulher, cuja alma Deus aja; a quall desenbargamos de sseu casamento com elle quatro mjll e quinhentas coroas douro.

E, porque por o presente lhas nom podemos mandar pagar, lhe poemos de teença, em cada hũu ano, ate lhe as dictas iiij^{c} coroas seerem pagas, quarenta e çinquo mjll rreaaes brancos, dos quaes auera pagamento des o primeiro dia dabrill que foy desta pressente era de iiij^{c} Lbj adiante, em logar onde deles auera boa paga, aos quartes, per nosa carta, que lhe delo sera dada em a nosa fazenda, em cada hũu ano, atee ser pago das dictas iiij^{c} coroas ou daquelo que por elas mandarmos pagar, ao tenpo das pagas; e, seendolhe pago a quarta parte das dictas iiij^{c} coroas, queremos que lhe sseja descontado a quarta parte da dicta teença e asy do mais e menos a este respeito, ssegundo

Copyrighted material

nossa ordenaçam. E, por çertidoem delo, lhe mandamos dar esta carta, asinada per nos e aselada do nosso selo pendente, pera a teer per sua guarda. Vnde al nom façades.

Dante em a nosa vila dEluas, x dias do mes dabrill. PedrAfonso a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Lbj anos.

E a dicta teença avera deste primeiro ano, o quall lhe monta nestes derradeiros iij quartes dele, porque ao dito derradeiro dia dabrill tomou sua cassa e por elo a nom ha do primeiro quartell. E, de hi en diante, avera toda enteiramente das dictas $\overline{\text{iiij}}$ b^{c} coroas, em cada hũu ano, como ja dito he.

149

20 ABRIL 1456

Salvo-conduto do papa Calisto III, para que Paulo Húngaro, de Santa Maria de África, freire da Ordem de Cristo, possa percorrer sem dificuldades nem pagamentos de portagens, etc., os estados pontifícios e demais reinos da Cristandade e entrar em contacto com vários lugares e povos, mesmo sarracenos, a fim de tratar de determinados assuntos e remir, sobretudo, seu irmão cativo e outros prisioneiros cristãos.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 442, fl. 74.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 98, n.º 1867.

Calistus, etc.

Vniuersis et singulis venerabilibus fratribus patriarchis, archiepiscopis et episcopis ac dilectis filijs electis, abbatibus, prioribus, decanis, prepositis, archidiaconis, archipresbyteris, plebanis, rectoribus, officialibus et alijs ecclesiarum et monasteriorum prelatis ipsorunque vicegerentibus et alijs personis ecclesiasticis secularibus et regularibus ordinum quoruncunque, exemptis et non exemptis, nec non serenissimis regibus ac nobilibus viris ducibus, principibus, marchionibus, comitibus, baronibus, militibus, marscallis, senescallis, justiciarijs, potestatibus, capitaneis et officialibus ceterisque dominis temporalibus, vniuersitatibus quoque, communitatibus ciuitatum, terrarum, castrorum, villarum et aliorum

locorum quoruncunque, et alijs diuersis et singulis patronis nauium et galearum, siue capitaneis quaruncunque classium, ad quos presentes nostre littere peruenerint, salutem, etc.

Cum dilectus filius Paulus Hungarus (1) de Sancta Maria de Africa, in christianissima ciuitate Ceptensi, frater magistratus militie Jhesu Christi, familiaris noster continuus commensalis, pro certis nostris et romane ecclesie ac suis expediendis negotijs, ad nonnullas christianorum et sarracenorum infidelium partes, pro redentione suj fratris ac aliorum christianorum, accedat;

Nos, cupientes eundem fratrem Paulum, cum bonis et rebus suis alijsque quibuscunque, in eundo, stando, morando et ad nos redeundo, plena securitate gaudere, vniuersitatem uestram rogamus et hortamur attente quatenus nullam ei ac socijs, in personis et rebus predictis, inferatis iniuriam, molestiam uel offensam, nec ab alijs, quantum in uobis fuerit, permittatis inferrj, sed eis per passus, portus, pontes, terras, districtus, loca nostra et uestra, absque contradictione et solutione uel impedimento quocunque, transire et redire libere permittatis, non obstantibus constitutionibus et ordinationibus apostolicis, statutis, inmunitatibus et consuetudinibus terrarum siue locorum ceterisque contrarijs quibuscunque, ac illis, cum necesse fuerit, de securo saluoconductu siue passagio per mare aut per terram, si a uobis petierint, quotiens per eos et eorum nomine desuper fueritis requisitj, ob Dei omnipotentis ac nostre et sedis apostolice honorem et reuerentiam, sic liberaliter prouidere curetis quod uestra, ex ante, apud nos deuotio merito possit conmendarj; presentibus uero, usque ad nostrum beneplacitum, ualituris et, perlectis, exhibentibus restituatis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., MccccLvj°, duodecimo kalendas maij, pontificatus nostrj anno secundo.

---

(1) O termo *Hungarus* parece-nos clarissimo no registo pontificio, posto RIUS SERRA haja lido *Hungaro*. Significa, possivelmente, origem pátria de Paulo. Ao apelido aposto a seu nome, «de Santa Maria de Africa», não vemos explicação e ainda menos ao facto de ele, sendo estrangeiro, pertencer à portuguesa Ordem Militar de Cristo, a menos que houvesse nascido em Ceuta de pais estrangeiros. Ele ou o pai podiam ter vindo da Hungria, por exemplo com o infante D. Pedro, em 1428, ou como simples mercenários, posteriormente. O papa di-lo seu familiar, comensal e enviado ou incumbido de certos negócios seus, da igreja romana e próprios, como o da libertação de irmão de Paulo e de outros cristãos do cativeiro.

Copyrighted material

150

28 ABRIL 1456

Súplica do infante D. Henrique ao papa Calisto III, a rogar-lhe nomeie Frei Estêvão de Loulé, da diocese de Silves, professo na Ordem Franciscana, Leitor Parisiense e seu capelão comensal, para capelão pontifício e lhe conceda que possa receber benefício eclesiástico, com cura ou sem ela, secular ou de qualquer Ordem regular, administrá-lo, retê-lo e permutá-lo enquanto viver; pois, com licença e ordem de seu prelado e a instância dele, infante, passou já três anos em certas ilhas Canárias, dominadas pelo mesmo D. Henrique, e com grandes trabalhos, mas frutuosamente, ali semeou a palavra de Deus entre os seus habitantes e vai evangelizar outras ilhas pagãs, contíguas daquelas. Concedido.

AV., *Reg. Suppl.*, vol. 490, fl. 136 v.

Publicada, parcialmente, por DE WITTE, *Les bulles pontificales*, art. IV, p. 439, nota 2.

Beatissime pater. Alias deuotus orator vester frater Stephanus de Lole(1), Siluensis diocesis, ordinis fratrum minorum expresse professus ac lector Parisiensis, de licencia expressa et mandato sui prelati ac ad instanciam deuotissimj sanctitatis vestre et sancte romane ecclesie filij Henricj, ducis Visensis ac domini Couillanj (2) ac ordinis domini nostri Ihesu Christi, in regnis Portugalie et Algarbie gubernatoris, infantis dicti regni Portugalie, ad vltimas Canarie jnsulas, in quibus dictus infans dominabatur, se transtulit et jnibi per triennium continue (3), non sine magnis laboribus, seminando verbum Dei et alias oportune et importune predicando, populum in dictis jnsulis habitantem, quj minus sentiebat de fide christiana, ad verum cultum Dei reduxit.

Et quia, pater beatissime, pro eo quod in vinea Dominj tam fructuose laborauit, dicto durante triennio, a certis alijs insulis, que sunt primodictis Canarie insulis contigue et propinque et in quibus verbum Dei nondum agnoscitur, quj etiam infideles sunt sitque satis vtilis et

(1) Por *Loulé*.

(2) No ms. *Cauillanj*, Covilhã.

(3) No ms. parece estar *continente;* mas a resposta a esta súplica, citando as mesmas palavras, traz claramente *continue*. Cfr. o documento seguinte.

bene aptus ut ad illas se transferat predicetque illis verbum Dei, vt et illis sit etiam in salutem; vt igitur, beatissime pater, dictus frater Stephanus commodius possit onera ad huiusmodi translationem imminentia supportare ac per huiusmodi insulas, in quibus contingit ipsum declinare, maiori recipiatur veneratione, quo per sanctitatem vestram maioribus sibi concessis honoribus consignetur ac, ut possit, longa peregrinatione huiusmodi laxatus, ruptus seu fatigatus, sue antiquitati consuletur;

Supplicat sanctitati vestre dictus infans, in personam dictj fratris Sthefanj, sui cappellani commensalis, quatenus saluti animarum in huiusmodi insulis existentium ac jndempnitati siue statui ipsius fratris Stephani, pro consulentis affectu specialemque gratiam sibi faciendo, jpsum fratrem Stephanum in vestrum et sedis apostolice capellanum honoris, cum omnibus et singulis prerogatiuis, exemptionibus, libertatibus et gratijs quibus ceterj capellani honoris eiusdem sanctitatis et dicte sedis apostolice potiuntur et gaudent, seu potiri et gaudere poterunt quomodolibet in futurum, recipere, constituere et creare, mandando reuerendissimo in Christo patri et domino domno Ludouico, tituli Sancti Laurencij in Damaso presbytero cardinali (4), vestre sanctitatis camerario, seu eiusdem sanctitatis vicecamerario, quatenus ipsum fratrem Stephanum in libro in quo ceterj capellanj eiusdem sanctitatis et dicte sedis apostolice descripti sunt seu scribi consueuerunt, in camera apostolica, describant seu describi faciant, ut (5) est moris, quodque ut ipse frater Stephanus vnum, cum cura uel sine cura, beneficium ecclesiasticum, seculare uel ordinis cuisuscunque regulare, si sibi alias canonice conferatur, eligatur uel assumatur ad illud, recipere et similiter, quoad uixerit, retinere, cum potestate permutandj, etc., libere et licite possit et valeat, dispensare misericorditer dignemini de gratia speciali, constituonibus et ordinationibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus loci, in quibus beneficium huiusmodi forsan fuerit, etiam juramento, etc., necnon ordinis predictorum contrarijs non obstantibus quibuscunque et cum clausulis necessarijs et oportunis.

Fiat ut petitur. A. Et cum dispensatione ad vnum beneficium, ut supra. A. Fiat. A. Et cum potestate permutandj. Fiat. A. Et quod littere desuper conficiende gratis de mandato vestre sanctitatis vbique expediantur. Fiat. A.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas maij, anno secundo.

---

(4) Luís Scarampi Mezzarota, bispo de Aquileia, na Istria, nomeado cardeal em 1 de Julho de 1440 com o título de S. Lourenço «in Damaso» (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica medii aevi*, vol. 2, pg. 8, 92 e 154).

(5) No ms. *et* por *ut*.

Copyrighted material

151

28 ABRIL 1456

Letras Virtutibus clarens, *do papa Calisto III, dirigidas a Frei Estêvão de Loulé, franciscano, a nomeá-lo seu capelão, a pedido do infante D. Henrique, com os respectivos privilégios e isenções, a fim de melhor poder missionar as ilhas Canárias mais afastadas, sujeitas ao dito infante, para onde ele tenciona partir, por indicação de D. Henrique.*

AV., *Reg. Vat.*, vol. 465, fl. 177 v.
Excerto em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico*, vol. 2, p. 111, n.º 1911.

Calistus, etc.

Dilecto filio Stephano de Lole (1), ordinis fratrum minorum professorj, capellano nostro, salutem, etc.

Virtutibus clarens et meritis, sicut fame laudabilis testimonio commendaris, illam, in nostro et apostolice sedis conspectu, gratiam meruisti quod personam tuam paterna beniuolentia prosequamur et eam liberaliter attolamus honoris gratia specialis.

Cum itaque, sicut exhibita nobis nuper, pro parte tua, petitio continebat, tu, ad jnstantiam dilecti filij nobilis virj Henricj, ducis Visensis, Portugalie et Algarbij regnorum jnfantis et gubernatoris, obtenta tamen a tuo prelato licentia, te ad vltimas Canarie jnsulas prefato jnfantj subditas contuleris, ac inibj, per triennium, continue, non sine magnis laboribus, verbum Dei cum solicitudine predicando et seminando, populum in prefatis jnsulis habitantem, qui de fide christiana minus sentiebat (2), ad verum Dei cultum reduxeris et ad alias jnsulas ibidem propinquas, in quibus cultus huiusmodi notitia non habetur, ex persuasione dicti jnfantis, te transferre et personas illuc commorantes ad cognitionem fidej orthodoxe reducere, Domino concedente, proponas;

Nos, igitur, tuum pium et laudabile propositum plurimum in Domino commendantes et, ut illud eo feruentius adimplere valeas quo maioris

(1) Por *Loulé*.
(2) No ms. *sentiebant*.

honoris prerogatiua te noueris decoratum, prouidere teque gratioso fauore prosequi volentes, prefati jnfantis nobis, pro te, super hoc humiliter supplicantis, ac tuis in hac parte supplicationibus jnclinatj, te in nostrum et prefate sedis capellanum honoris gratiose recipimus ac nostrorum et dicte sedis capellanorum numero et consortio fauorabiliter aggregamus, volentes et apostolica tibj auctoritate concedentes quod omnibus et singulis priuilegijs, exemptionibus, libertatibus et gratijs uti et gaudere libere et licite valeas, quibus alij nostri et dicte sedis capellanj honoris vtuntur et gaudent seu utj et gaudere possunt et poterunt quomodolibet in futurum. Sic, igitur, de bono in melius studijs virtutum intendas quod merito ad faciendum tibj pleniorem gratiam jnuitemur.

Nulli, ergo, etc., nostre receptionis, aggregationis, voluntatis et concessionis jnfringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno millesimo quadringentesimo quinquagesimo sexto, quarto kalendas maij, pontificatus nostri anno secundo.

152

28 ABRIL 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar sejam pagos a Álvaro Pires de Távora, do seu conselho, no almoxarifado da Torre de Moncorvo, os 50.000 reais que ainda lhe eram devidos do seu casamento com D. Leonor da Cunha, em vez das rendas das comendas de Mogadouro e Penarroias que lhe havia doado, por ter devolvido aquelas à Ordem de Cristo, considerada simonia a troca feita pelo monarca com o infante D. Henrique da igreja de Povos, do padroado régio, pelas ditas comendas (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 127 v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos fezemos escaibo com o jffamte dom Emrrique, meu muyto preçado e amado tio, e lhe

(1) Sobre o assunto cfr. o DOC. 72 do nosso vol. 10 e a anotação respectiva bem como o documento de 27 de Fevereiro anterior sobre o particular, no presente volume.

Copyrighted material

demos a jgreja de Pouoos, que he do nosso padroado, pera hordem de Christos, de que elle he rregedor, per os priorados e comendas do Mogadoiro e Penas Royas, que eram da dicta hordem de Christos, e hordenamos loguo que ouuesse a rremda das dictas comendas Aluaro Pirez de Tauora, do noso consselho, por a quall leixou çimquoenta mjll rreaes, os vijnte quatro mjll quatroçemtos çinquoenta e ssete rreaes que de nos auya ata lhe serem pagas duas mjll trezentas tres coroas e terço das tres mjl e quinhentas coroas que lhe forom desenbargadas em casamento com dona Lianor da Cunha (2), sua molher, porque das mjl e çento e saseenta e sete era ja paguo, e os vijnte e çinquo mjl e quinhentos rreaes que lhe Briatiz Eannes, sua madre, que foy nossa aya, leixou dos trimta e sseis mjl seteçentos saseenta e hũu rreaes que de nos auja de sua moradia, vistido, çeuada e teença, em cada hũu ano, emquanto nossa merçee fosse. Os quaees çinquoenta mjl rreaes tijnhamos aseentados ao dayam dEuora, do nosso conselho, que era confirmado na dicta jgreja. E esto em contentamento della, pella leixar. E, per morte do dicto dayam, os dictos çinquoenta mjl rreaes ficarom a nos. E, estando todo em este ponto, ouuemos, per enformaçom dalgũus leterados, como esto era symonya e carreguo de nossa conciençia; por a quall rrazam mandamos que as dictas comendas sse tornassem ao dicto meestrado de Christos e a dicta jgreja de Poboos ficasse a nos, pera della fazermos o que nossa merçee fosse, como cousa que he do nosso padroado, e que o dicto Aluaro Pirez ouuesse os dictos çinquoenta mjll rreaes per esta guisa, os dictos vijnte e quatro mjl quatroçentcs çinquoenta e sete rreaes ataa lhe serem pagas per nos ou per nossos sobçesores as dictas duas mjl trezentas trijnta tres coroas e terço de casamento, segundo na carta de contrauto que dello tem he contheudo. E quanto aos vijnte e çinquo mjl e quinhentos rreaes que lhe per a dicta sua madre forom lejxados dos que de nos auja, como dicto he, estes nos praz que aja de nos elle, dicto Aluaro Pirez, em ssua vida, os quaees çinquoenta mjl rreaes auera no almoxarifado da Torre de Meemcoruo, per aquello que rrenderem as nossas sisas, rrendas e djreitos de ssuas terras, porquanto nos certeficou que assi lhe foy outorgado, quando (3) casou, por elrrej dom Joham, meu auoo, cuja alma Deus aja, segundo na dicta carta do contrauto de sseu casamento he contheudo. E, sse per ellas de todo nom poder seer paguo, o que lhe falleçer auera per as outras rrendas do almoxarifado. E a paga delles auera per carta que lhe dello em cada hũu ano sera dada, em a nossa fazenda, segundo nossa hordenaçam.

---

(2) No ms., por equívoco do copista, D. Leonor de Melo.

(3) No ms. *quanto*.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda, contadores, almoxarifes, rrendeiros e rreçebedores que assi o conpram e façam conprir, ssem outro enbarguo que a ello ponham. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, sijnada per nos e aseellada do nosso seello pendente, pera teer pera ssua guarda.

Dada em Carnide, xxbiij dias dabrill. Ruj Dias a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

153

29 ABRIL 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gil Eanes, criado do infante D. Henrique, morador em Alenquer, no cargo de escrivão dos órfãos da referida vila e seu termo como o fora em vida da rainha, cuja era aquela terra (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 121 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes, conçelho e homeens boons da nossa villa dAlanquer, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Gill Eannes, criado do jfante dom Enrrique, meu bem amado tyo, hi morador; teemos por bem e damollo, em essa villa e sseu termo, por escpriuam dos orfoons, assy e pella guisa que o era em vida da ssenhora rrainha mjnha molher, cuja alma Deus aja, cuja a terra entam era, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxix dias dabrill. Elrrej o mandou, per o doutor Pero Lobato, etc. Em forma. Aluaro Diaz, por Gomez Borjes, a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

(1) Cfr. os DOCS. 123 do nosso vol. 4 e 74 do vol. 8.

Copyrighted material

154

1 MAIO 1456

Extractos de carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, do que recebeu e despendeu nos anos de 1451 e 1452, com verbas relativas ao próprio, ao infante D. Henrique, a pessoal seu, à Guiné e ao embaixador do Preste João (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 78.
Publicada na íntegra por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 342-64.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta de quitaçom virem fazemos ssaber que nos mandamos tomar conta e recadaçom per Gill Vaasquez, noso criado e comtador de Çepta, e presente mym, Afonso Rodriguez, escpriuam dos dictos contos de Çepta, a Gonçalo Pacheco, thesoureiro moor das cousas da dicta çidade em a çidade de Lixboa, de todo o que rrecebeo e despendeo o ano do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Lj, que nos tomamos a gouernança da dicta çidade, e esso medes do ano seguynte de mjl e iiij^{c} Lij, segundo mais conpridamente adiante faz mençom e segundo se mostrou per iiij liuros de rreçepta e despesa, fectos per Afonso Gonçaluez, escpriuam do dicto thesoureiro moor, e per Gill Vasquez, que escpreueo per Luis Eanes, que veo depois por escpriuam, e per o dicto Luis Eanes.

[*Ano de 1451*]

. . . . . .

Jtem, rrecebeo de sy medes, do que ficou deueedor do ano pasado de mjl iiij^{c} L anos, que o jfamte dom Anrrique, meu muito prezado e amado tio, teue a gouernança da dicta çidade de Çepta (2), iij quintaees,

(1) Cfr. a nota 1 ao nosso DOC. 130, de 2 de Março anterior.

(2) Afirma-se aqui que, no ano de 1450, o infante D. Henrique teve o governo de Ceuta e diz-se acima que el-rei o tomou em 1451. Supomos tratar-se de superintendência especial desde a metrópole; pois lá continuou a haver capitão e governador

Copyrighted material

ij arrobas e mea de ferro e hũ braço de ballança, hũ funill de paoo, hũu alqueire de mydyr pam, hũ meo alqueire e btinas e duas arcas de teer djnheiros e hũa mesa com seus pees e hũa caldeira de cozer breu, hũ barill de paaoo e hũa fanga de midir pam e xij tones pera ballseiros.

. . . . . .

Despesa que o dicto thesoureiro fez o dicto ano mjl iiij^{c} Lj. Jtem, filhou o dicto Gonçalo Pacheco doze mjl reaes que auia daveer de seu mantimento do dicto anno, a rrazam de mjl reaes por mes. Jtem, filhou mais o dicto thesoureiro dous mjl bj^{c}xxxb reaes, que avia daveer de seu vistir anall do dicto ano, em preço de xiiij couodos de jpre e hũ couodo e quarta dezcarlata, aforado o couodo do dicto pano a iiij mjl e ix^{c} libras e a dicta ezcarlata a x mjl e b^{c} libras, e mais xb libras da moeda antijga a bij^{c}, por hũu pregam jeeral que dello teem. Jtem, tomou mais o dicto thesoureiro dous mjl biij^{c} Lbij reaes que asy avya daueer de sua tença do dicto ano, per a dicta carta ante alegada (3).

. . . . . .

Jtem, deu mjl e seiscentos reaes treze reaes a Joham Aluarez de Vasconçellos, escudeiro de nossa casa, que avia daveer de sua moradia e acreçentamento e ceuada de tres messes do dicto ano, porquanto o mandamos arracadar o pam que o jmfante dom Anrrique avia de dar em Fronteira e Beiras. Jtem, deu mjl quinhentos e onze reaes a Diego Gomez, tambem escudeiro de nossa casa, que lhe asy mandamos dar de sua moradia e acreçentamento e çeuada dos dictos tres meses, porquamto o asi mandamos arracadar o dicto pam que asi auia de dar o dicto jmfante, como dicto he.

. . . . . .

Jtem, deu e entregou cento e tres moios vinte e quatro alqueires de triguo e seis moios dezasseis alqueires de çeuada a Lujs de Deus, morador em a cidade de Lixboa, mestre da barcha de dom Aluoro de Castro, pera o leuar a Çepta (4).

. . . . . .

Jtem, tomou o dicto Gonçalo Pacheco treze mjl duzentos reaes, que avia daveer de frete e calças de cincoenta toneladas de trigo, que a ssua carauella levou a Cepta, dAlcaçer, o dicto ano.

---

da praça. De facto, cremos que pela desistência do conde de Arraiolos, o monarca pensou em entregá-la efectivamente a D. Henrique, mas julgamos que não chegou o infante a partir para Marrocos (Cfr. a nota da p. 246 do nosso vol. 10 e bem assim os DOCS. 199 e 250 do mesmo volume).

(3) Sobre Gonçalo Pacheco veja-se a nota 5 da carta de quitação de 2 de Março anterior, — o DOC. 180.

(4) Cfr. a nota 7 ao retrocitado documento de 2 de Março.

Copyrighted material

. . . . . .

Jtem, deu seis mjl trezentos e quarenta e cinco rreaes a Luje Eanes, mestre do nauio dEgas Gonçalluez, morador no Porto, que avia daveer da metade do frete de çem moyos de trigo que leuou o dicto naujo a Çepta, que o jmfante dom Anrrique deuja, porque da outra metade do dicto frete foy pago pollo dicto jmfante dom Anrrique.

. . . . . .

Jtem, deu seiscentos e vinte e hũ rreaes e meo, em compra de oito duzias desteiras e por ix duzias destiba e por cinquoenta pregos pera o tilhado da barcha de dom Aluoro de Castro, que levou pam a Çepta, e loguo as dictas cousas foram gastadas. Jtem, deu e despendeo trezentos e dez rreaes e meo por compra de duas pedras destopa e por duas arrouas de pez e por duas canadas dazeite e por hũ feixe de lenha e em outras cousas que loguo foram gastadas na dicta barcha.

. . . . . .

[*Ano de 1452*]

. . . . . .

Jtem, tomou o dicto thesoureiro (*Gonçalo Pacheco*) seis mjl rreaes, que avia daueer de seu mantymento de seis meses, a razam de mjl rreaes por mes. Jtem, tomou mais o dicto thesoureiro outros seis mjl rreaes, que asy avia daueer dos outros seis meses seguyntes do dicto ano, pela dicta guisa. Jtem, tomou mais dous mjl seiscentos e trinta e cinco rreaes, que auya daueer de seu vistir do dicto ano. Jtem, tomou mais o dicto Gonçalo Pacheco dous mjl e oitocentos e cincoenta e sete reaes que avia daueer de sua tença o dicto ano.

. . . . . .

Jtem, deu çento e nouenta e cinquo rreaes e quarenta alqueires de triguo e vinte e cinquo almudes de vinho e sessenta e quatro soãas a Jorge, embaçador de Preste Joham, que lhe mandamos dar pera mantymento de hũu mes, porquanto o mandamos ao duque de Bergonha (5).

Jtem, deu dous mjl rreaes a Joham Aluarez Raposo, em começo de paguo dos dez mjl rreaes que lhe mandamos entregar pera o carreto do pam que o jfamte dom Anrrique deuya.

. . . . . .

Jtem, deu cincoenta sacos e oitenta moyos e trinta e quatro alqueires de triguo a Fernam Gonçaluez, morador em a cidade de Lixboa, mes-

(5) Sobre este embaixador do Preste João veja-se a nota ao DOC 3 do nosso vol. 11.

tre da carauella de Diego de Teyues, pera o leuar a Çepta, pera o que dicto he (6).

. . . . . .

Jtem, deu dez mjl e seiscentos e vinte e cinco rreaes a Diego de Teyue, escudeiro do jfante dom Anrique, que auia daueer de frete e calças de quarenta toneladas e quarto de pam que asy leuou a Çepta, pella dicta guisa.

. . . . . .

Jtem, deu cento e oito alqueires detriguo e sessenta e sete almudes de vijnho e hũ tonell vazio e vinte e sete arrouas de carne e mjl oitocentos e oitenta e hũu rreaes a Ruy Gudinho, caualleiro da casa do jfamte dom Amrique, que lhe mandamos dar de soldo e mantimento adiamtado de quatro meses e de quinze dias, pera a terra e pera o mar, pera elle e pera os seus que com elle hiam a Çepta.

. . . . . .

Jtem, deu mais satemta e dous alqueires de triguo e sessenta e sete alqueires e meo de çeuada e mjl seisçemtos e vijnte e quatro rreaes a Vaasco de Parada, fidalguo da casa do jfamte dom Anrrique, que auia daueer de soldo e mantimento adyamtado, de tres meses, pera elle e hũ escudeiro e quatro homens de pee e hũ cauallo, porquamto ouuera de hijr a Çepta e nom foy, contando aqui duzentos e oytenta e oyto rreaes de carne, que lhe foy pagada a djnheiro e esso medes cemto e trimta e cinquo reaes do pescado que lhe asy foy paguo a dinheiro, como dicto he.

. . . . . .

Jtem, deu mais nouenta alqueires de trijguo e mjl e setecentos e nouenta e cinco rreaes [a] Aluaro Cayado, caualleiro da casa do dicto jfante dom Anrrique, contando aquy çento e satenta e çinquo rreaes do pescado que lhe foy pagado a djnheiro e trezentos e sessenta rreaes, tambem de carne que lhe asy foy paguo a djnheiro, como dicto he, que auia daueer de soldo e mantimento, de tres meses adyantados, delle e de sete pessoas que comsigo leua a Çepta, e pera hũ cauallo.

. . . . . .

Damte em a cidade de Lixboa, primeiro dia do mes de mayo. Eu, sobredicto Affonso Rodriguez, escpriuam dos comtos de Cepta, a fez. Ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^{c} Lbj.

---

(6) Diogo de Teive era escudeiro do infante D. Henrique, como se lê no lançamento que seguidamente extractámos.

Copyrighted material

155

1 MAIO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Álvaro de Abreu, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, o lugar de vedor dos vassalos de Elvas, até aí desempenhado por Fernão da Silva, que nele cometera erros (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 130.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que Aluaro dAbreu, caualeiro da casa do jfante dom Enrrique, meu muyto preçado e amado tyo, nos [enujou dizer] que Fernam da Silua, tambem caualeiro, moradores em a villa dEluas, veedor dos nossos vassallos, della tem leuadas peitas e fectos outros erros em o dicto ofiçio, per que com rrazam o deue perder, pedindonos que lhe fezessemos delle merçee.

E, visto sseu rrequerimento, sse assy he como diz, que o dicto Fernam da Silua teem leuadas as dictas peitas e fectos taaes erros per que com djreito o deue perder, a nos praz e fazemoslhe delle merçee.

E porem mandamos ao corregedor da dicta comarqua e aos juizes da dicta villa e a quaeesquer outras justiças e pessoas a que esto pertençer e esta carta for mostrada que, sendo o dicto Fernando da Silua çitado e ouujdo, segundo djreitamente deuem, ssaibham desto o çerto e vãao per o fecto em diante, tirando sobre ello jnquiriçom judiçiall, segundo he hordenado. E, sse acharem que assy he, que o dicto Fernam da Silua tem fecto em seu ofiçio taaes erros, per que, per djreito, o deue perder, o julguem assy, per ssua ssentença, e façom logo meter de posse delle o dicto Aluaro dAbreu, porquanto nos lhe fazemos delle merçee, como dicto he, sse o dicto Fernam da Silua, de djreito, o perde e nos o podemos dar. E, sse o dicto Fernam da Silua quiser apellar ou agrauar da dicta ssentença, denlhe apelaçom e agrauo, nos casos que o djreito outorga, guoardando a cada hũua das partes sseu djreito conpridamente.

Dada em Carnjde, primeiro dia de mayo. Diego Lopez a fez. Anno de mjl iiij^{c} Lbj.

---

(1) Sobre Alvaro de Abreu cfr. os DOCS. 11 do nosso vol. 7 e 169 do vol. 11.

Copyrighted material

156

4 MAIO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gil Eanes, criado do infante D. Henrique, no cargo de inquiridor do número em Alenquer e seu termo, pelo modo como o fora em vida da rainha sua mulher, que dele lhe dera carta (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 121 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes, conçelho e homeens boons da nossa villa dAlanquer, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Gill Eannes, criado do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tyo; teemos por bem e damollo, em essa villa e sseu termo, por enqueredor do numero, assy e pella guisa que o dhy era em vida da ssenhora rrainha mjnha molher, que Deus aja, per sua carta, que dello tijnha.

E porem uos mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, iiij dias de mayo. Elrrej o mandou, per o doutor Pero Lobato, etc. Carta em forma. Diego Afonso, por Gomez Borjes, a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lbj.

157

4 MAIO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro Gomes, escudeiro da casa do infante D. Henrique, as casas e bens móveis ilegalmente deixados em testamento por João Afonso, clérigo de missa e bacharel que foi em Evora, a Clara Geraldes, sua manceba (1).

---

(1) Cfr. os DOCS. 124 do nosso vol. 4, 75 do vol. 8 e o de 29 de Abril anterior, no presente volume.

(1) Talvez o Pedro Gomes, filho do cónego eborense Gomes Eanes, referenciado no DOC. 205 do nosso vol. 11.

Copyrighted material

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 120 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram que hũu Joham Afonso, clerigo de misa, bacharrell que foy em a cidade dEuora, que ora he falleçido da uida daqueste mundo, em sua vida conprou hũuas casas em a dicta çidade, ao moynho do vento, que partem com Pedro Lourenço, laurador, e com outras confrontaçõoes com que de dereito deuem partir, ssem pera ello teer nosa carta de licença nem outra autoridade, e que, antes de sseu falleçimento, elle fez sseu testamento, em o quall leixou as dictas casas, com todallas cousas mouees que em ellas tijnha, a hũa Clara Giraldez, sua mançeba, ssem o per djreito poder fazer, que podera todo valler çinquo mjll rreaes, pouco mais ou menos. Por as quaees cousas as dictas casas pertençem a nos, com todo o que assy em ellas ficarom, per morte do dicto clerigo, aa dicta sua manceba, e todo de djreito podemos dar a quem nosa merçee for.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Pero Gomez, escudeiro da casa do jfante dom Enrrique, meu mujto preçado e amado tio, de noso moto proprio e liure vontade, çerta çiençia e poder asolluto, ssem nollo elle pedijndo nem outrem por elle, sse asi he, como nos diseram, e que, por as dictas rrazões, per bem da nosa ordenaçom sobrello fecta, as dictas casas e cousas que a dicta Clara Giraldez per o dicto clerigo forom leixadas a nos de djreito pertençem; teemos por bem e fazemoslhe de todo merçee, liure, pura, jnrrauogauel doaçom antre os viuos valledoira, deste dia pera todo ssenpre, pera elle e todos sseus herdeiros, soçesores, açendentes como descendentes, que depois ell vierem.

E porem mandamos aos juizes da dicta çidade e a quaeesquer outras justiças a que esto pertençer e esta carta for mostrada que, sseendo a dicta Clara Giraldez ou partes a que esto pertençer pressente uos çitados e ouujdos, segundo djreitamente deuem, saibaes desto o çerto e hi per este fecto em diante, como for dereito. E, sse achardes que assy he, como nos diseram, e que, por as dictas rrazõoes, per bem da nosa ordenaçom sobrello fecta, as dictas casas e cousas que em ellas ficarom a dicta Clara Giraldez pertençem a nos, o julgaae assy per vosa ssentença. E, sse as dictas partes per ella estar quiserem, fazee logo meter em posse das dictas casas ao dicto Pero Gomez ou sseu çerto procurador e lhe ssejam [entregues] per boas as dictas cousas mouees que em ellas ficarom, porquanto lhe fazemos dellas merçee e doaçam, como dicto he, pera dellas e em ellas fazer o que lhe prooues, como de sua cousa propria e corporall posiçom, asi em as vender, dar, doar, trocar, escambar, como em quaeesquer outras cousas que lhe mais prooues. E, sse cada hũa das dictas partes apellar ou grauar quiser da dicta nosa ssentença, daelhes apella-

çom e agrauo, nos casos que o djreito outorga, guardandolhe sobrello sseu djreito conpridamente, como he hordenado. E esta merçee lhe fazemos, contanto que nom faça aueença com as partes ssem nosa licença, sob pena de perder esta merçee que lhe asy fazemos e as partes o preço que lhe por elle derem, se a outrem primeiramente nom teemos dello fecta merçee, per nosa carta.

Dada em Lixboa, iiij dias de mayo. Elrrey o mandou, per dom Fernando de Castro, do sseu consselho e veador da sua fazenda. Ruj Diaz a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj.

158

10 MAIO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Gonçalo Mesurado, seu cavaleiro, desde 1 de Janeiro anterior, para sua manutenção, 6.000 reais brancos, pagos anualmente na fazenda régia (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 147 v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçe a Gonçalo Mjssorado, noso caualejro; temos por bem e lhe

(1) Gonçalo Mesurado foi servidor da rainha D. Leonor de Portugal, homiziada em Castela. Após a sua morte, encontramo-lo no Aragão: em carta de 26 de Abril de 1445, a rainha D. Maria, a governar o reino na ausência do marido em Nápoles, recomendou Gonçalo Mesurado, familiar da falecida rainha de Portugal, a seu marido (ACA., *Cancilleria Real*, Registro 3192, fl. 55); três dias depois, a mesma soberana fazia idêntica recomendação ao vice-rei do reino e da ilha de Sardenha (*Ibi*, fl. 55 v.) e, em 26 de Maio seguinte, ela ordenou a Rafael Ferreira, seu conselheiro e tesoureiro, que dos dinheiros da cúria régia desse 12 florins ao dito Mesurado, para sua manutenção (*Registro* 3230, fl. 34).

É possível que, depois do seu regresso a Portugal, Gonçalo Mesurado se tivesse associado aos navegadores portugueses da África Ocidental ou chefiado expedição para a mesma, à semelhança do que também veio a fazer outro ex-servidor da rainha D. Leonor, Cide de Sousa, no mesmo ano de 1445 assistido igualmente pela soberana aragonesa (Cfr. os DOCS. 67 a 69 do nosso vol. 9 e o DOC. 176 do vol. 11). E, em tal hipótese, o topónimo de *Cabo Mesurado*, atribuído por LUIS DE CADAMOSTO a Pedro de Sintra, pode estar relacionado, efectivamente, com viagem do dito Gonçalo Mesurado à costa ocidental africana. Sobre aquele Cabo veja-se TEIXEIRA DA MOTA, *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África*, ps. 225-26.

Copyrighted material

outorgamos que aja de nos, pera ssua mantença, des primejro dia de janejro que ora foy desta era presente de iiij^{c} Lbj em diante, em cada hũ ano, bj rreaes brancos, dos quaes auera pagamento, per carta que lhe delo em cada hũu ano sera dada, em a nosa fazenda, ssegundo nosa ordenaçam. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nosa carta, asinada per nos e sselada do noso ssello pendente.

Dada em Carnjde, x dias de majo. Martjm Gill a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} Lbj.

159

21 MAIO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, com disposições várias sobre duas cédulas testamentárias da falecida rainha D. Isabel, sua mulher, a primeira de 5 de Fevereiro de 1452, considerada pelo monarca inválida como testamento, por falta de testemunhas e por depois da sua redacção terem nascido dois filhos do casal ali não contemplados, mas válida como codicilo feito abintestado, e a segunda também inválida, por inacabada (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 119, — donde se reproduz; em leitura nova, *Reis*, liv. 1, fl. 37, e *Místicos*, liv. 3, fl. 64.

Publicada a segunda fonte citada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 11 do livro 4.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que a muy allta e muy eiçilente princessa, rrainha dona Jssabell, que foy mjnha sobre todas

(1) A rainha D. Isabel, filha do falecido infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente que foi do reino na menoridade de D. Afonso V, sucumbiu a «fruxo de sangue», segundo PINA, em Évora, nos paços de S. Francisco, a 2 de Dezembro de 1455, ou «de peçonha que lhe ordenarão os imiguos de seu pai», no dizer de ACENHEIRO, e foi sepultada na igreja da Batalha (Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 137, e ACENHEIRO, *Chronica dos Reis de Portugal*, p. 261). Podem ver-se também o artigo de VERISSIMO SERRAO, *Isabel, Rainha D.*, no «Dicionário de História de Portugal», vol. 2, ps. 567-68, e a bibliografia ali citada.

prezada e amada molher, cuja alma Deus aja, ante per algũus annos de seu pasamento, fez hũua çedolla de testamento, escprita per Aluaro Gonçalluez, seu capellam moor, signada per sua mãaoo della, sem teer outra algũua testemunha (2). E depois per algũ tempo começou de fazer outra, a quall teue asy começada per espaço de meses, em tanto que prouue a Deus de lhe sobrevijnr a morte sem acabar. Das quaees çedollas e primeiramente da primeira o theor, de uerbo a uerbo, he este que se segue.

Segue-se a transcrição das duas referidas cédulas testamentárias da rainha D. Isabel (3).

As quaees çedollas anbas vistas e eixeminadas per algũus leterados e pesoas entendidas, foy achado que nom valiam per direito e eram

---

(2) Em 12 de Abril de 1456, nas letras *Vite ac morum*, dirigidas a Álvaro Gonçalves, mestre-escola da sé de Lisboa e capelão-mor da rainha D. Isabel, a pedido do cardeal D. Jaime, o papa Calisto III confirmou o dito Álvaro Gonçalves na posse de conezia, prebenda e benefício que lhe disputavam Lourenço Abul e Pedro Lourenço (A.V., *Reg. Vat.*, vol. 446, fl. 20).

(3) Publicadas por SOUSA, *lugar citado*. Na cédula feita em Lisboa a 6 de Fevereiro de 1452 e redigida por seu confessor e capelão-mor Álvaro Gonçalves, a rainha incumbiu el-rei, seu marido: de a mandar sepultar na Batalha ou no mosteiro de S. João, a edificar em Lisboa, em Santo Eloi ou em Xabregas; de pagar as suas dívidas, inclusivamente descontando-as nos 28.000 escudos de arras do seu contrato matrimonial; de do que ficasse daquela quantia mandar fazer o referido mosteiro, com conselho de D. João, bispo de Viseu, e do citado Álvaro Gonçalves; de mandar sepultar no mesmo mosteiro a ossada de seu pai, o infante D. Pedro, segundo ordenassem os retrocitados bispo e capelão, a menos que o monarca preferisse outro lugar ou mosteiro, por mais condigno; de pagar a seus criados, como lhe prometera em alvará; de que herdasse sua irmã D. Filipa a parte que a rainha tem no câmbio de Florença assim como tudo o mais que lhe couber haver por morte de seu pai ou por outra maneira; «que sse lenbre de mjnha madre *(a infanta D. Isabel, viuva do infante D. Pedro)*, em tanto desenparo e mjngua, que a queira enparar e ajudar a soportar seu estado, e asy de mjnha jrmãa dona Catarina»; que do mais que lhe pertencesse se fizesse inventário e se entregassem as chaves ao dito Álvaro Gonçalves, até D. Filipa casar ou ser em idade de poder governar-se, a qual recomenda a el-rei; que do ouro e prata amoedados que tiver resgatem cinco cativos e o mais se despenda em missas; que se fizesse cruz de ouro, meã, bem obrada e nela pusessem toda a Vera Cruz que possuía e na mesma encastoassem os 24 rubis e esmeraldas que tinha e se oferecesse a cruz ao aludido mosteiro de S. João bem como as relíquias e livros que indica e ainda seus vestidos de pano de ouro e de seda, transformados em paramentos; que se despendesse em casamentos de moças órfãs, pelo seu confessor, o que seus oficiais lhe devessem; que el-rei fizesse cumprir o testamento de D. Filipa de Castro, cuja obrigação cabia à rainha; e que, enfim, ao citado Álvaro Gonçalves se entregasse a arca das suas escrituras.

Na cédula inacabada e cuja data se ignora, a rainha D. Isabel confirmou algumas das disposições da anterior, nomeou para seus testamenteiros os mencionados

nenhũuas nem traziam comsigo algũua neçesidade de seerem compridas, porquamto a primeira nom tinha algũuas testemunhas, as quaaees, posto que per a dicta ssenhora asignadas fossem, eram, segundo direito, neçesarias e, asy por faleçer em forma diuida per direito a toda a ultima vontade, era em sy nenhũua nem deuia algũu seer constragido a conprir o que em ella era conntheudo; e, alem desto, porquamto depois della fecta naçerom, dante my e a rrainha, cuja alma Deus aja, filhos, a saber dona Johana, da quall ella era prenhe ao tenpo que a dicta çedolla fez, e dom Joham, que ora he prinçipe destes nossos rregnos (4). Os quaaees filho e filha nom jnstituyo nem eixerdou nem fez delles algũua meençam, e asy, per sua nacença e espicialmente per a do dicto prinçipe a dicta çedolla foy em todo rrota e anichillada e fecta de nenhũu uallor, nom soomemte quanto aas jnstituiçõees, as quaaees sem duuida, per nacença de quallquer dos sobredictos filho e filha, foram rrotas e de nenhũu uallor fectas, mais ajnda quanto aos legados, os quaaees, per nacença do dicto meu filho e seu, do quall, ao tenpo da feitura da çedolla, a dicta ssenhora rrainha, cuja alma Deus aja, nom ouue nem podia auer algũua consideraçom, por naçer depois tres annos, ficarom rrotos, cassos e de nenhũu efecto e asy toda sua herança ficou deuoluta abintestado aos dictos meuos filho e filha e seus, por seerem, segundo direito, seus lidimos herdeiros abintestado, sem seerem theudos a algũua coussa conmtheuda na dicta çedolla, saluo as diuidas que a dicta rrainha deuese, das quaaees, por nos seermos ligi-

---

bispo de Viseu e Alvaro Gonçalves mais Gonçalo Vaz da Serra de Ossa e, por morte de algum deles, o Dr. João Fernandes; e, sobre a ossada de seu pai, ordenou: «e quanto he a ossada do ssenhor jfante meu padre, que Deus aja, a quall esta em Santo Loy, mando aos dictos meus testamenteiros que rrequeiram a elrrey meu ssenhor, per hũu aluara seu que tenho, que lhe praza de se leuar aa Batalha, segundo forma do aluara, e aly seja leuado per aquellas pesoas que elrrey hordenar, e elles vãao com ella e lhe façom todo aquello que, segundo rrezam, se deue fazer a tall pesoa».

A trasladação da ossada do infante D. Pedro para a Batalha efectuou-se no ano de 1455, ainda em vida da rainha, que a ela assistiu com seu marido, e foi cometida principalmente ao infante D. Henrique, nos termos da narrativa de PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 137.

Parece bastante estranho que a rainha, matrimoniada com D. Afonso V, por diligência de seu pai, em 1447, aos 15 anos de idade, tivesse feito aos 20 a sua primeira disposição testamentária e, para mais, na véspera do nascimento da infanta D. Joana e sem qualquer alusão ao filho ou filha que trazia no ventre. Falecida D. Isabel aos 23 anos, el-rei procurou, quanto juridicamente lhe foi possível, respeitar os desejos de sua esposa, manifestados em seu informe testamento, portanto sem qualquer valor obrigatório ou legal.

(4) A infanta D. Joana nasceu em 6 de Fevereiro de 1452 e o príncipe D. João em 3 de Maio de 1455 (Podem ver-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal* t. 2, ps. 136-37 e a bibliografia ali aduzida).

timo aministrador e asy nos perteeçerem procurar todo seu proueito soomente a ello obligado e ajnda por seermos tehudo dar e leixar auer cada hũu o que, segundo direito, seu he, pois nos Deus encarregou da justiça destes rregnos, nom sem grande rrazom poderiamos apropriar e leixar auer toda esta herança aos dictos meus filhos sem por elles e em seu nome conprir legado algũu, posto que piadosso fosse, dos contheudos em a dicta çedolla nem elles ficarem ao diante a ello obligados. E esto nom soomemte quamto aas duas partes desta herança que, segundo hordenaçom e custume de nosos rregnos, he a lidima dos filhos e asy nom podiam per a dicta rrainha, sua madre, cuja alma Deus aja, seer dellas priuados nem della encarregados de legado algũu, posto que em ellas jnstituidos fosem, e mais ajnda em a outra terça parte, por asy o querer o direito e nossa hordenaçom, pois nom estituyo nem exerdou seus filhos, posto que, se os jnstituira liuramente, podera da dicta terça despoer.

A segunda e ultima çedolla claramente nom ualleo algũua coussa, porquanto nom foy acabada nem per a dicta rrainha escprita nem sobescprita nem foram em ella jnstituidos herdeiros os dictos seus filhos e meus nem eixerdados. E asy todo o contheudo em ella nom uall de direito cousa algũua nem ficarom obligados aaqueles que seus beens da dicta rrainha, cuja alma Deus aja, herdarem de o conprir ou leixar conprir aos eixuquetores em tall escprito nomeados.

Pero, consirando nos açerca desto como a dicta rrainha, cuja alma Deus aja, em a sua primeira çedolla, mandou fazer mujtas cousas que eram açaz piadosas e seruiço de Deus e bem de sua alma e eso meesmo nom como sem rrazam se mouera a leixar a dona Philipa, sua jrmãa, o que lhe em a dicta çedolla leixou, por nom teer de seu coussa algũua de que, segundo quem he, se deuesse fazer extima, saluo o que de nos e della esperaua; e, auendo em lenbrança o mujto grande e leall amor que nos, em sua vida, senpre teue e quamto senpre trabalhou de siguir e conprir em todo nossa vontade, pollo quall nos a amamos senpre muy mujto em sua vida e agora amamos mujto mais sua alma e muy afeituosamente lhe desejamos saluaçom e eso meesmo conprir, quanto com justa rrazam podesemos, sua vltima vontade em a morte, como ella senpre a nossa em a vida, prouueranos mujto naquella propria forma sem algũua mudança podermos justamente enxuqutar a primeira çedolla como em ella era contheudo e quiseramos, suprindo de nosso poder absoluto todo seu defeito, uallidalla e confirmalla, de guissa que de direito fosse valiossa; mais, porque a rrazom nom padeçe nem creemos que a uontade da dicta rrainha, cuja alma Deus aja, depois que os dictos prinçipe e dona Joana, meus filhos e seus, nasçeerom tall fosse de elles ficarem de todo priuados de sua erança e em sua lidima defraudados, cujdando nos em esto per dias, avendo sobre ello booa deliberaçam, ajumtando todas as rrazõoees por hũua e por outra parte em çima dictas e trazendo ajnda aa memoria

algũuas cousas que da dicta ssenhora, falando com ella em sua vida antes de auer estas çedollas, sintimos, per as quaaees comjeituramos em algũua parte sua uontade e tençam;

Auemos por bem e seruiço de Deus e proueito de sua alma de se teer, açerca de sua herança e cousas que em a dicta primeira çedolla despos, a maneira que se segue, ca da outra nom he de fazer extima, porque per ella nom se pode ssaber sua uontade, pois acabada nom foy.

Primeiramente, nos, per as rrazõoees sobredictas, que nos a ello com grande equidade mouem, de nosso moto proprio, poder aubsoluto, çerta ciençia, uallidamos, aprouamos, confirmamos a dicta primeira çedolla, nom como testamento, mas como condiçilho fecto abintestado. E queremos que valha e tenha e aja perfecto vigor, asy como se teuesse toda solenidade que de direito o codeçilho valiosso, fecto abintestado, se rrequere. E mandamos que se conpra em todo o que em ella he escprito per a dicta ssenhora, mandado e desposto, nom enbargante quaaesquer leix, hordenaçõoees, dictos, opiniõoees de doutores e outros quaaeesquer direitos per que se possa dizer que esta çedolla nom valja como testamento nem como condiçilho, porquamto nom queremos que em este caso aja lugar, ante os casamos, anulamos e auemos por cassos e anulados quanto a esto, asy e tam perfeitamente como se cada hũua das dictas cousas enbargantes aquy singular e espersamente fosem nomeadas, saluo quanto toca aas diuidas que ella mandaua pagar dos xxbiij° escudos, porque queremos, pois sua herança fica a seus filhos, que elles as paguem do monte moor, segundo se per direito deue fazer, e saluo quanto ao moesteiro que do que ficar dos xxbiij° escudos mandaua edificar, o quall queremos que todauia se faça, mais nom delles, mas da sua terça, e os xxbiij° escudos seram despesos em outra coussa, segundo em fundo todo sera declarado, e saluo quanto aaquellas coussas em que jnstituyo dona Philipa, sua jrmãa, porque, se asy fosse, os sobredictos meus e seus filhos nom averiam suas dictas lidemas nem ajnda algũua cousa desta heramça, o que seria coussa mujto desarrazoada. E porem a estas tres cousas, asy como as avemos declaradas, queremos e declaramos que a aprouaçam, validaçam, confirmaçam que desta çedolla fezemos se nom extenda. E esta aprouaçam, ualidaçam, confirmaçam se entenda pera se todo o aprouado, confirmado auer de conprir da terça, da quall a dicta rrainha liuramente pudia despooer, da quall pouco mais ou menos se todo bem pode conprir, e as outras duas terças fiquem enteiramente, sem algũu carrego, aos dictos dom Joam e dona Johana, meus filhos e seus, e asy nom se poderam justamente de tall confirmaçam e aprouaçam agrauar.

Outrosy, porquanto a dicta ssenhora rrainha, cuja alma Deus aja, avia dauer de nos, de suas arras, separandosse o matrimonjo dante mym e ella per seu faleçimento, xxbiij escudos, os quaaes pudia leixar a quem lhe prouguesse e despoer delles como qujsesse, sem filho nem filha sem

auer em elles lidima algũua e, nom despoemdo delles coussa algũua, o filho que depois de sua morte ficasse os avia de despender per sua alma, segundo todo esto conpridamente he conmtheudo em hũua carta de contrauto que antre nos e ella de nosso casamento he fecto (5); e destes xxbiij escudos, pollas sobredictas çedollas de direito nom vallerem e aprouaçam e corroboraçam que da dicta primeira çedolla fezemos nom se extender a se poderem despender em aquello em que era mandado que se despemdesse e assy nom fica della, em efecto, em algũu modo desposto e o prinçipe dom Joham, meu filho e seu, os deue de despender, segundo o seu arbitrio, por alma da dicta rrainha, sua madre, segundo o que he dicto e declarado no contrauto antre ella e mym de nosso casamemto fecto; o quall, por seer em jdade de jnfançia, nom tem ajnda descripçam nem juizo pera dar tall coussa a eixucaçom e conuem a nos, como seu lidimo administrador, de o por elle auermos de fazer (6);

Porem, querendo nos em ello hussar deste carrego que nos per direito he dado, consiramdo como toda caridade deue seer primeiro hussada com os propinquos que com os estranhos e, olhando como dona Philipa, jrmãa da dicta rrainha, era a ella em tam propimquo graaoo conjunta e seendo çerto do muy grande amor que lhe ella tinha e que sua tençam era de ella auer grande parte de seus beens, segundo se bem mostra pollo que lhe em sua çedolla leixaua, o que se nom pode em aquella maneira bem conprir, pollo que ja em çima dicto he, e olhando a grande mjngua e nesceçidade da dicta dona Philipa, a quall, segundo seu alto linhagem e quem he, nom tem pera seu casamento ou mantença de seu estado cousa algũua de que se deua fazer conta, saluo esperamça que em Deus tem; pareçenos e aluidramos seerem em ella bem enpregados, por alma da dicta rrainha, estes vinte oyto mjll escudos, asy como despesos em coussa meritoria e obra de piadade, e creemos que ante Deus seram tam dignamente açeptos por alma da dicta rrainha como se fosem particolarmente antre pobres ou antre obras de misericordia destribuidos (7).

E porem nos, em nome do dicto prinçipe meu filho, como seu lidimo administrador, damos e outorgamos todos estes xxbiij escudos, que a dicta rrainha, cuja alma Deus aja, de nos, por suas arras, auja dauer, aa dicta dona Philipa, sua jrmãa, e esto por sua alma della, dicta rrainha, e queremos que ella os aja enteiramente e seja delles entregue e pagada na forma que no sobredicto contrauto somos obrigado, o quall em esta

---

(5) Reparamos em que no contrato matrimonial de 6 de Maio de 1447 apenas se mencionam 20.000 escudos de ouro de arras (Cfr. O DOC. 159 do nosso vol. 9), enquanto aqui se diz serem 28.000 escudos.

(6) O principe D. João completara um ano em 3 de Maio anterior.

(7) A infanta D. Filipa, nascida em Coimbra em 1437, tinha então 19 anos.

Copyrighted material

parte lhe prometemos manteer, segundo em ella he contheudo. E, tanto que a ella enteiramente forem pagados, nos auemos por desobrigados, fora de obrigaçam em que, per o dicto contracto, que com a dicta rrainha tinhamos fecto, eramos, porque en satisfaçam e liberaçam della os pagaremos aa dicta dona Philipa, aa quall rrogamos que sempre aja em memoria este beneficio que da dicta rrainha e por sua alma rreçebe, por o quall fica obligada de rogar a Deus por ella, e nom soomente por oraçõees, mais ajnda per esmollas e outras booas obras que espiçialmemte a ella e a sua alma sejam atribuidas.

Jtem, quanto aos criados da dicta rrainha de que nos, em sua çedolla, pidio que teuesemos, por descarrego de sua consiençia, cuidado e lhe pagasemos seu seruiço, a nos praz dello e, com a graça de Deus, o faremos per tall guissa, que sua alma nom auera por ello algũua pena.

Outrosy, posto que a sobredicta çedolla em algũuas cousas nom seja de todo aprouada, nom o auemos porem por desencarregados os testamenteiros em ella nomeados, ante os encarregamos e lhe emcomendamos que a veejam e tambem esta nossa carta e trabalhem, quanto em elles for, e soliçitem e rrequeiram a nos no que sintirem que compre, por seer conprido e eixuquetado todo o que em a dicta çedolla he contheudo e em esta nossa carta aprouado e confirmado e emadido e sempre, com a graça de Deus, nos acharam prestes e diligente pera os ajudar, e o que per nos ouuer de seeer fecto com booa vontade fazer e conprir e, seendo todo asy fecto, o que, esperamos em Deus, que sera como em esta nossa carta he contheudo e claramente dicto. As diuidas da dicta rrainha, que Deus aja, seram pagas e seus criados seram satisfectos. O moesteiro de Sam João sera edeficado e a sua jrmãa dona Philipa asaz bem e, per a sua alma, proueitosamente todos seus legados e piadosos mandados eixuquetados (8). As quaaes coussas todas o Senhor Deus, por sua enfinda misericordia, queira encamjnhar e por a alma da dicta rrainha reçeber e de sua grande e piadossa liberilidade lhe queira outorgar a sua sancta gloria, amen.

E rrogamos e encomendamos aos dictos dom João, prinçipe destes rregnos, meu filho, e a jfante dona Johana, minha filha, por a bençam

---

(8) «A raínha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, deixou em testamento que se edificasse um convento em honra de S. João Evangelista e que se entregasse aos *bons homens de Villar* para cabeça da sua congregação. Em cumprimento da vontade de sua esposa, pediu D. Affonso V ao abbade de Alcobaça que lhe cedesse um oratório que havia edificado em Xabregas, junto a Lisboa, para collégio ou hospício da sua ordem. Ahi se levantou efectivamente um edifício mais amplo, que ficou sendo cabeça da congregação de S. João Evangelista, o que tudo foi confirmado por Pio II em breve de 9 de Março de 1461» (FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, p. 156).

de Deus e mjnha e da dicta rrainha, sua madre, cuja alma Deus aja, que querram auer por booa graça esta çedolla com a nossa aprouaçam e confirmaçam della e nom venham, em algũu tenpo, contra ella, em parte ou em todo, posto que per algũua rrazom de direito a podesem contradizer e anjchelar, ante, quanto em cada hũu for, a ajudem a enteiramente comprir e comsi[de]rem que todo o que da herrança da dicta sua madre lhe fica foy ajuntado e guardado per aa grande descpriçam e booa gouernança della e sejam dello contentes; a quall, se sse em outra maneira gouernara, nom lhe ficara aquello que ora, per sua morte, herdarom e, se eso meesmo que, com a graça de Deus, esperam dauer filhos, os quaaees lhe prazera, depois de sua morte, comprirem seus testamentos e fazerem bem por suas almas, que de rrazam deuem esperar que, segundo em este casso obrarem, asy obraram seus filhos por elles, e esso meesmo, segundo obidiençia que a my deuem, quanto obrariam mall em desfazarem e quebrarem o que nos, con tanta comsideraçam e uontade de se asy conprir, detriminamos e hordenamos e quanto a pouca honrra que nos em ello guardaram e sobretodo oolhem ao Senhor Deus, segundo o quall elles asy deuem fazer como lhe aquy rrogamos e emcomendamos. E, fazemdo o comtrairo, que com rrazam emcorreriam sua jndinaçam. E, por çerteza e firmidoom de todo o sobredicto, mandamos fazer esta nossa carta e outras duas deste theor, hũua pera nos teermos e outra pera estar na torre (9). E esta pera a dicta dona Philipa, jrmãa da dicta rrainha, por teer sua cautella e proua de como lhos sobredictos xxbiij escudos pertençem.

Dada em a nossa nobre, lleall çidade de Lixboa, xxj dias de maio. Vicente Martijnz a fez. Anno do Senhor de mjll iiij^{c} Lbj.

160

24 MAIO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gonçalo Eanes da Costa, criado do infante D. Henrique, para carcereiro da cadeia da correição da Beira, como o era Diogo Álvares, que renunciara ao cargo (1).

---

(9) Alusão à Torre do Tombo, no castelo de S. Jorge, em cuja torre de menagem se conservava o arquivo régio (Cfr. AZEVEDO e BAIÃO, *O Archivo da Torre do Tombo*).

(1) Cfr. o DOC. 208 do nosso vol. II.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 166 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Gonçalo Eannes da Costa, criado do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tyo; teemos por bem e damolo por nosso carcelleiro em a cadea da correiçom da Beira, assi e pela guisa que o ora hi foy Diego Aluarez, que o tijnha e o rrenunçiou em nosas mãaos.

Porem uos mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de mayo. Elrrej o mandou, per Aluaro Pirez Vieira, seu vasalo e corregedor da sua corte. Afonso de Lixboa a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

161

28 MAIO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernão Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos órfãos, judeus e mouros em Alenquer e seu termo.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 129.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes, concelho, homees boons da nosa uilla dAlanquer, saude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Fernam Uaasquez, escudeiro do jfante dom Enrique, teemos por bem e damollo por juiz dos horfõos e judeus e mouros em essa uilla e sseu termo, assy como ho elle hera em uida da rrainha, que Deus aja, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xxbiij dias de mayo. Elrrey o mandou, pello doutor Lopo Vaasquez de Serpa e Pero Gomez Lourenço, seus uasallo[s], do sseu dessenbargo e das petiçõoes. Joham de Uilla Reall, por Aluaro Martjnz, a fez. Era de mjl iiij^{c} Lbj.

Copyrighted material

162

28 MAIO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a aposentar, com os privilégios respectivos, Rui Gomes, escudeiro, seu vassalo e tabelião geral, residente em Viseu, a pedido de Rui Gomes da Silva, fidalgo da casa do infante D. Henrique, embora ele não tenha a idade legal.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 15 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Ruj Gomez, escudeiro, nosso vassallo e tabaliam jeerall, morador em a cidade de Visseu, pollo de Ruj Gomez da Silua, fidalgo da casa do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado thio, que nollo por elle pedio; teemos por bem e apousentamollo com ssua honrra, posto que nom aja hidade de Lxx annos, a que temos outorgado em djreito que ajam de ser pousentados os moradores de nossos rregnos. E queremos que seja escusado dhir seruir a gerra, per mar nem per terra, a nehũua parte.

E porem mandamos ao veedor dos nossos vassallos da dicta çidade e aos juizes della e a todollos outros juizes e justiças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer oficiaaes e pessoas a que o conhecimento desto perteençer que ajam o dicto Ruj Gomez, nosso vassallo, por apousentado, como dicto he, e lhe conpram e guoardem e façom bem conprir e guoardar todallas honrras, priujlegios, liberdades e franquezas que ham e guoardam a todollos nossos vassallos que, per bem da hidade dos dictos Lxx annos e seruiços, ssam pousados, e lhe nom vãao nem conssentam hir contra ellas em nehũua maneira, sem outro embargo que hũs e outros a ello ponhaaes. Hunde all nom façades.

Dada em Lixboa, xxbiij° dias de mayo. Afonso Garçees a fez. Ano de mjl iiij° Lbj.

163

6 JUNHO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão do Porto, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão dos órfãos e resíduos de Alvaiázere e seu termo, assim como o fora em tempo da rainha, que Deus aja (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 124 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Fernam do Porto, escudeiro do jfante dom Enrrique, em que o damos por escpriuam dos orfõos e dos rresijdos dAluayazer e seu termo, assy e pella guisa que o elle hi era em tempo da rrainha, que Deus aja, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, bj dias de junho. Elrrej o mandou, pello doutor Pero Lobato, viçe chançeller. Aluaro Pirez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj.

164

7 JUNHO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão do Porto, escudeiro, criado do infante D. Henrique, em escrivão do almoxarifado de Alvaiázere, pela forma que o fora em vida da rainha, sua mulher.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 140.

---

(1) Alvaiázere era uma das vilas do contrato matrimonial da falecida rainha D. Isabel com el-rei D. Afonso V (Cf. o DOC. 159 do nosso vol. 9). Veja também o documento seguidamente lançado.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, confiamdo nos da bondade e descriçom de Fernam do Porto, escudeiro, criado do jfamte dom Enrrique, meu mujto prezado e amado tio, que o fara bem e como conpre a nosso seruiço e bem da terra; teemos por bem e damollo por scpriuam do nosso almuxarifado da uilla dAlvayazer, assy e pella guisa que o elle ata ora foy em vida da rrainha mjnha molher, que Deus aja, cuja a dicta terra entom era, com outro tal e tamanho mantimento como elle ata ora ouue.

E porem mandamos, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, bij dias de junho. Afonso Pires a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj. Joham Vogado a fez scpreuer.

165

7 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao concelho de Guimarães a carta de el-rei D. João I, datada de 9 de Dezembro de 1427, com a resposta a certos capítulos apresentados pelo referido concelho nas cortes de Lisboa daquele ano, sobre arneses tomados pelo infante D. Henrique quando foram para Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 113, — donde se reproduz; em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 133 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 371-72.

Dom Afomso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, da parte dos juizes e vereador e procurador, comçelho e homeens boons da nossa ssenpre leall uilla de Guimarãjs, nos foy mostrada hũua carta delrrej dom Joham, meu [avo], cuja alma Deus aja, de cujo o theor he este que ssege.

Segue-se a transcrição da carta joanina citada, — o DOC. **87** *do nosso vol. 3.*

E pidironnos os dictos juizes e vereadores, procurador, homeens boons que lhe comfirmassemos a dicta carta.

Copyrighted material

E nos, visto sseu rrequerimento e queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e lha outorgamos e comfirmamos como em ella he comtheudo. E porem mamdamos a todollos nossos corregedores, juizes e justiças e a outros quaeesquer que esto ouuerem de veer, a que esta carta for mostrada, que lha conpram e guardem e façom comprir e guardar como em ella he comtheudo, ssem outro enbarguo que lhe a ello ponham.

Dada em a çidade de Lixboa, bij dias de junho. Joham Gonçalluez a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Lbj.

166

8 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Fernão de Gouveia, escudeiro do infante D. Henrique, culpado no homicídio de Diogo Afonso, de Evora, com a obrigação de servir três anos em Ceuta, sendo os dois primeiros à própria custa (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 131.
Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, ps. 376-77.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Fernam de Gouuea, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu mujto prezado e amado tio, nos enujou dizer que, poderia auer seis anos, pouco mais ou menos, que em na çidade dEuora ffora morto hũu Diego Afonso, hi morador, em cuja morte a ell culparom, pella quall rrazom sse elle ffora a Çepta, e que, por seer nosso naturall e teer uoontade de nos serujr, nos pedia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos, por a dicta rrazom, he thiudo.

E nos, visto sseu dizer e pedir e a perdoança geerall que ora ffezemos, per rrazom da nossa yda contra ho turco; e, querendolhe ffazer graça e

(1) Por haver tomado parte na conquista de Alcácer, Fernão de Gouveia veio a ser indultado pelo monarca, em 24 de Outubro de 1458, em Ceuta, de ano e meio que lhe faltava cumprir da referida pena (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 234).

Copyrighted material

merçee, sse a dicta morte non ffoe alejue ou treijçom ou ssobre ssegurança dada per nossa carta sseelada, e sse ffoe ante do mes de janeiro que ora passou de iiij^{c} Rbj anos;

Teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos elle, per rrazom da dicta morte, he theudo, contanto que elle vaa serujr contenuadamente em a nossa cidade de Çepta tres annos conpridos, a saber, os dous aa sua custa e o postumeiro aa nosa, fficando rresguardado aas partes sseu djreito de o demandarem, sse qujserem, cjuilmente depois de ssua tornada, por sseu jnterese, jnjurja, hemmenda e corregimento; e, pera aderençar ssua ffazenda, lhe damos espaço da dada desta carta ataa primeiro dia de mayo ssegujnte, no quall espaço ell sseguramente posa andar per todos nossos rregnos e nom sseja presso nem acusado ciuillmente nem crimemente nem ffecto outro algũu desagisado, quanto he por a dicta rrazom, contanto que, no dicto tenpo e espaço, ell nom entre no lugar e thermo onde a dicta morte ffoe.

O quall espaço acabado, elle, atee tres dias primeiros ssegujntes, sse apressente pessoalmente na dicta cidade de Cepta e sse ffaça escpreuer no liuro dos omiziados; e, dhi em deante, viua e more hi os dictos tres [anos] conpridos, ssem lhe sseer dada licença pera hir a outra parte. E, nom ho ffazendo elle asi, esta carta lhe nom valha; e, ffazendoo como dicto he, mandamosuos que o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes ffazer mall nem outro algũu desagujsado, quanto he por a dicta morte; porque nossa merçee e uoontade he de lhe perdoaremos e de viuer onde qujser e por bem teuer. E lhe all nom ffaçades.

Dada em a çidade de Lixboa, oyto dias do mes de junho. Elrrej o mandou pello doutor Lopo Vaasquez de Serpa e per Gomez Lourenço, sseus vasallos e do sseu desenbargo e das petições. FilipAfonso a ffez. Ano do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^{c} e Lbj annos.

167

8 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Fernão Gil, morador em Avelãs, a pedido do infante D. Henrique (1).

---

(1) Julgamos tratar-se do Fernão Gil a que se refere o DOC. 78, de 12 de Julho de 1455, ou então do homónimo ex-servidor do infante D. Pedro, duque de Coimbra.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 105.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Fernam Gil, morador em Avelãas, por o do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio, que nollo pedio; teemos por bem e priujlegiamollo que, daqui em diante, nom pague nas peitas, fintas, talhas, pedidos, enprestidos que per os corregedores som ou forem lançados per quallquer guisa que o sejam, e nom vaa com pressos nem com djnheiros, nem seja titor nem curador de nhũuas pesoas que sejam, saluo se a tetoria for lidema, nem aja nhũus ofiçios delle contra sua vontade.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes, justiças, ofiçiaes e persoas a que o conheçimento desto pertençeer que ajam o dicto Fernam Gil por escusado e rreleuado e priujlegiado das dictas cousas e cada hũua e lhe conpram e guardem esta carta em todo bem e conpridamente, como em ella he contheudo, ssem lhe poerem em ello nhũu enbargo. Hũus e outros all nom façades.

Dante em Lixboa, biij dias de junho. Fernam Lourenço Ribeiro a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj annos.

168

9 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Fernão Delgado, escudeiro do infante D. Henrique, casado com irmã de Tristão inglês, do tempo que lhe faltava cumprir da pena de degredo de dois anos em Ceuta, onde estava há oito meses (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 9 v., — donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 390.

(1) Pelo menos nos anos de 1451 a 1454 Tristão inglês teve o cargo de almoxarife das tercenas régias de Lisboa (Cfr. AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 343, 354 e 688).

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Fernam Delgado, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio, nos enujou dizer que, viuendo elle com Amadis Vaasquez, juiz da nossa alfamdegua desta cidade, que elle e ssua mulher o casaram com hũua jrmãa de Tristam jngres que com elles veuya, e que, despois do sseu rrecebimento fecto, viuerom e esteueram em ssua casa de cote, per espaaço de ssete ou oyto meses, e rrequerera ao dicto Amadis Vaasquez e ssua molher que lhe dessem sseu casamento e que de ssua casa os serueriam como elle mandasse; e que, quando a molher do dicto Amadis esto vira, sse agrauara, por saber que o dicto Fernam Delgado os queria demandar por o dicto casamento que lhe prometido tijnha.

Polla quall rrazam, querellara delle, dizendo que, ante que os elles casassem, elles se casaram anbos, sseemdo a dicta querella dada em tall forma, que per ella fora preso em a prisam da dicta çidade e que o dicto Amadijs Vasquez, per algũus de ssua casa que a ell bem nom queriam, prouara que elle cassara com a dicta ssua molher ante que os elles casassem. E, sseemdo tanto de fecto, procederam contra elle, que fora degradado per nossa ssentença, por dous anos, pera a nossa cidade de Cepta, aa quall fora leuado, e auja oyto meses que mantinha o degredo; pedimdonos por merçe que lhe rreleuassemos o majs tenpo que ajnda tijnha por serujr do dicto degredo.

E nos, veemdo o que nos assy dizer e pedir enujou, sse assy he, que elle teem serujdos em a dicta cidade os dictos oyto meses do dicto degredo de dous annos que lhe dado foy pera ella, visto per nos o livramento que ouue, queremdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e rreleuamoslhe o majs tempo que ajnda tijnha por serujr dos dictos dous annos por que foy degradado pera a dicta çidade e queremos que o nom mantenha majs nem sirua.

E porem uos mandamos que, daqui en diante, o nom prendaaes nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mall nem outro algũu desaguisado, quanto he por ell majs nom manteer o dicto degredo, e o leixaae viuer e morar em quaees cidades, villas e lugares de nossos rregnos em que ell quiser e por bem teuer, porque nossa meerce he de lhe assy rreleuarmos o dicto degredo, pella guisa que dicto he. Vnde all nom façades.

Dada em Lixboa, ix dias de junho. Elrrej o mandou, per o doutor Lopo Vaasquez de Serpa e per Gomez Lourenço, etc. Diogo Afonso a fez. Anno de mjl iiij^{c} Lbj.

169

9 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a João Rodrigues, filho de João Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, preso na cidade de Évora, por ali haver ferido Alé de Ceuta, mouro forro, mas evadido da cadeia daquela cidade, indultado pelo monarca em razão do perdão geral promulgado por causa da sua ida contra o turco, contanto que ele vá servir um ano em Ceuta à sua custa, com segurança até 1 de Março de 1457, para tratar das suas coisas, durante a qual não pode ser preso e lhe é permitido andar por todo o reino.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 116 v.,—donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 391-93. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento ao vol. 1, p. 572.

Dom Afonso, etc.

A todollos jujzes e justiças dos nosos rregnos, a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Joam Rodriguez, filho de Joam Fernandez, escudeiro do jfante dom Enriquy, meu mujto prezado e amado tjo, nos emviou dizer que, poderia ora auer tres anos, pouco majs ou menos, que elle ouuera num arujdo [com] Alee de Çepta, mouro foro, morador em a cidade dEuora, em o qual lhe dera hũa ferida pollo rrosto, da qual lhe quebrara hũ oylho, o qual aroido que asy ouueram fora per mujtas e maas e feas palauras que o dicto mouro disera a seu padre e jso meesmo a elle. Polla qual rrazom, o dicto mouro o demandara e çitara em sua ausençia, andando elle, polla dicta rrazom, amorado, nem fora a juizo; e que, ao depois, se fora com dom Aluoro de Clasto aa dicta çidade de Çepta e que, estando em a dicta çidade, o dicto mouro ganhara contra elle hũa ssentença, per que lhe pagasse vinte mjl rreaes, ssem elle nunca com o dicto mouro andar a fecto, e que, depois que fora em estes rregnos e soubera parte que a dicta ssentença asy era dada contra elle, per satisfazer ao dicto mouro, o mandara chamar e requerer, por algũas boas pesoas, que lhe daria seis ou sete mjl rreaes, porque nom entendia nem podia majs auer que o dar qujsesse, o que o dicto mouro nunca qujsera fazer nem tomar, senom senpre continuando de lhe dizer mujtas e maas

rrazões e jnjuriosas, majs das que lhe antes tinha dictas; e que, vendo elle a ssobigidom das palauras jnjuriosas que lhe asy tornara a dizer, elle o ferira outra vez. Por a qual rrazom, fora presso em a çidade dEuora e, sendo asy presso, fogira da dicta cadea com outros presos que em ella jaziam, polla qual rrazom se elle amoorara, com temor das nossas justiças o por ello prenderem e anda ora ajnda amorado. Pidindonos, por merçe que, porcanto nos ell queria hir serujr a dicta çidade de Çepta, segundo hordenança do perdom jeral que ora fezemos, per rrazom da nossa jda contra o turcu, que lhe perdoasemos a nossa justiça, a que nos, per rrazom das feridas que asy tinha dadas ao dicto mouro, era theudo (1).

E nos, vendo o que nos asy dizer e pidir emviou, visto o perdom geral que ora, por nossa hida ao turcu, hordenamos e, querendolhe fazer graça e merçe, se o dicto malefiçio foy commetido amte dos quatro dias do presente mes e era; temos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça, a que nos ell, per a dicta rrazom era theudo, contanto que elle vaa serujr [e] estar em a dicta cidade de Çepta hũ anno conprido a su[a] custa, ficando rreguardado ao dicto querelosso seu dereyto pera ho demandar ciuelmente por seu emteresse, jnjuria e emmenda e corigimento, despois de seu acabamento do dicto degredo, se qujser; e, para aderençar sua fazenda, lhe damos despaço a que se a dicta çidade vaa, da dada desta carta atee primeyro dia de março segujnte de iiij^{c} Lbij anos, em o qual espaço mandamos que seguramente possa andar per todos nossos rregnos, sem por ello ser presso nem acussado ciuelmente nem crimjmente nem fecto outro nenhũ desagujsado, quanto he polla dicta rrazom. O qual acabado, elle, atee tres dias primeyros seguintes, se apresente persoalmente em a dicta çidade de Cepta, presente o conde de Odemira, meu bem amado primo e capitam della, ao qual nos mandaamos, e [a]sy [a] outro qualquer que hi por nos esteuer, que o faça escpreuer no liuro dos omjziados que hi para esto he fecto, o dia que se hi apresentar e, di en diante, nom lhe seja

(1) Desconhecemos o texto e a data do diploma régio relativo ao «perdão geral que ora fizemos por razão da nossa ida contra os turcos», a cada passo invocado por D. Afonso V, a partir de Janeiro de 1456, nas cartas de perdão outorgadas pelo monarca e, em geral, sob condição de os crimes haverem sido cometidos antes dos referidos mês e ano (Cfr., por exemplo, AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 370, 373 a 376, 378 a 381, 383-84, 386 a 390, 394-95, 397-400, e «passim»). Donde inferimos que o diploma em referência dataria daquele Janeiro. Em 15 de Fevereiro seguinte, o papa Calisto III nomeou D. Alvaro Afonso, bispo de Silves, legado da Santa Sé em Portugal, para ele se ocupar da cruzada contra os turcos e o mesmo pontífice concedeu, a partir de então, uma série de letras relativas à obtenção, no país, de rendimentos para a dita cruzada (Cfr. os DOCS. 113 a 115, 117, 118, 136 e 143), e excertos de outros se podem ver em RIUS SERRA, *Regesto Ibérico de Calixto III*, vol. 1, ps. 488 e seguintes, e vol. 2, «passim».

dada liçença para hir a outra parte e viua e more hy conthinuadamente ho dicto ano conprido; e, se o elle asy nom fizer, esta carta lhe nom valha e, fazendo elle asy, conprido todo que dicto he, acabando ho dicto anno e, di en diante, mandamos que liuremente possa viuer e morar em quaeesquer cidades e ujllas e lugares dos nossos rregnos honde elle qujser e por bem teuer, sem por ello majs ser presso nem acussado crimjmente, como dicto he, porque asy he nossa merçe. Vnde all nom façades.

Dada em a nossa cidade de Lixboa, ix dias de junho. Elrrey ho mandou, per o doutor [Lopo Vaasquez] de Serpa e Gomez Lourenço, seus vasalos e do seu desembargo e das pitições. Diego Afonso a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj annos.

170

9 JUNHO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, a justiça a que era obrigado por certa morte e por outros desacatos (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 125v.,—donde se reproduz. Publicado por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 385.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes, justiças de nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Lopo Afonso, escudeiro do jfante dom Anrrique, nos envjou dizer que, poderia ora auer cinquo anos, pouco mais ou menos,

(1) Carta idêntica a esta, mas datada de 13 de Agosto de 1456, de perdão ao mesmo Lopo Afonso, mais minuciosa do que o presente extracto, editaremos no vol. 13. Como se trata de documentos de dia e mês diferentes, mantemos os dois. Também PEDRO DE AZEVEDO reproduziu ambos os textos. Talvez respeitem ao escudeiro henriquino referenciado nos DOCS. 111 do nosso vol. 5 e 67 do vol. 7, bem como ao marinheiro da galeota do infante D. Fernando indultado pelo monarca em 17 de Janeiro de 1459, o qual tomara parte na conquista de Alcácer, no ano anterior (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 24 v.).

que ell e hũu Bras Afonso de Ferreira e hũu Aluoro ouueram arrujdo com hũu Fernam Dantas e Aluoro Dantas, anbos jrmãaos, em o quall arrujdo o dicto Aluoro Dantas e Fernam Dantas foram mortos; e outrosy que dera a hũu Afonso do Porto tres feridas, em auendo arrujdo com elle; e mais que ell e hũu Joham Pinto tomaram hũu preso a hũus homeens que o leuauam de hũu conçelho pera outro. Per a quall rrazam diz que anda amoorado, com temor das nossas justiças, e que, por ser nosso naturall e teer voontade de nos serujr, nos pidia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, a que nos, por rrazam da dicta morte e cousas, era theudo.

E nos, veendo sseu dizer e pidir e a perdoança jeerall que ora fazemos, per rrazam da nossa yda contra o turco, e querendolhe fazer graça e merçee, sse a dicta morte nom foy aleiue ou trayçom ou ssob ssegurança, dada per nossa carta asseellada, e sse foy ante do mes de janeiro, etc. Carta em forma.

Dada em a çidade de Lixboa, ix dias do mes de junho. Elrrej o mandou, per o doutor Lopo Vasquez e Gomes Lourenço, etc. Aluaro Martijnz a fez. Anno de mjll iiij^{c} Lbj.

171

14 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Estêvão Vasques Subtil, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Elvas, a justiça a que era obrigado por ter ferido Lourenço Anes, morador na dita vila.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 106 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nosa carta for mostrada, saude.

Sabede que Steuam Vaasquez Sotil, escudeiro do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio, morador em a nossa vila dEluas, nos enujou dizer que, podera ora auer tres meses, pouco mais ou menos, que hũu Lourenço Annes, morador em a dicta vila, querelara delle aas nosas justiças, dizendo que, seendo sseu jmigo e mallquerente e sobre segurança, o fora aguardar hũu dia, honde ele hia per hũu camjnho, e lhe dera hũua escalauradura, segundo lhe era dicto que sse na dicta querella mais

Copyrighted material

conpridamente contijnha; e que, nom enbargando que, na dicta querella, disese que lhe dera a dicta ferida sobre segurança e de preposito, que nom fora senom em rreixa, e elle era ja sãao e sem cajom da dicta ferida e eram bem amigos; pedindonos por merçee que, porquanto o dicto Lourenço Annes lhe perdoara, segundo nos dello fez çerto per hũu estormento puurico, que pariçia ser fecto e asinado per Aires Martijnz, tabaliam por nos em a dicta vila, aos xxbj dias do mes dabril desta era presente, que lhe perdoasemos a nosa justiça, sse nos a ella, per rrazom da dicta querella que asi delle dera o dicto Lourenço Annes, era theudo.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir enujou, se o casso tall he como diz e hi mais nom ha, visto o contentamento da parte e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça a que nos ell, per rrazom da dicta querela, era theudo, contanto que pagase quinhentos rreaes brancos pera a nossa chamcelaria. E, porquanto elle logo pagou os dictos djnheiros a Joham Rodriguez Carualho, rrecebedor da dicta chamcelaria, segundo dello fomos çerteficado per asjnado de Gomez Borjes, caualeiro de nosa casa e scpriuam do dicto ofiçio, vos mandamos que daqui em diante o nom prendaes, etc. Unde al nom façades.

Dada em a nosa çidade de Lixboa, xiiij° dias do mes de junho. Elrrej o mandou, pello doutor Lopo Vaasquez de Serpa e Gomes Lourenço, etc. Diego Afonso a fez. Ano do Nosso Senhor Jhesu Christo de mij iiij^{c} Lbj.

172

16 JUNHO 1456

Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Diogo de Barros, escudeiro, criado do infante D. Henrique, morador em Gouveia, o privilégio dos mordomos, apaniguados e lavradores para e comarca e correição de Trás-os-Montes (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 105.

---

(1) Tratar-se-á do Diogo de Barros referenciado por ZURARA, *Chronica do Conde D. Duarte de Meneses*, ps. 277, 303-04, 306-07, 315-16, 338, 345, 347 e 354-55, o qual, entre outros feitos, tomou parte na tentativa do escalamento de Tânger pelo infante D. Fernando?

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta e priujlegio pera mordomos, paniguados, lauradores pera a comarca e correiçom de Tralos Montes, de Diogo de Bairos, escudeiro, criado do jfante dom Enrrique, meu muyto prezado e amado tio, morador em Gouuea, porquanto he nosso vasalo e esta prestes, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xbj dias de junho. Elrrej o mandou, per os sobredictos doutor Lopo Vaasquez e Gomez Lourenço, etc. Joham de Vila Real, por Aluaro Martijnz, a fez. Anno do Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^{c} Lbj.

173

17 JUNHO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Pedro de Carvalhais, escudeiro da casa do infante D. Henrique, a justiça a que era obrigado pela morte de Vasco Esteves, contando que vá servir três anos em Ceuta, os dois primeiros à sua custa.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 105 v., — donde se reproduz. Publicado por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, ps. 407-08. Sumariado por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 573.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiças dos nossos rregnos a que esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que Pero de Carualhaaes, escudeiro de casa do jfante Enrrique, noso muyto prezado e amado tio, nos enujou dizer que pasaua de tres annos, estando nos em esta çidade de Lixboa, que fora hi morto hũu Vasco Esteuez, em cuja morte a ell culpauam, pella quall rrazom elle andaua omjziado; e que, por seer nosso naturall e teer uontade de nos serujr e viuer em nossos regnos, nos pedia por merçee que lhe perdoasemos a nossa justiça a que nos, por a dicta rrazom, era theudo.

E nos, visto sseu dizer e pedir e a perdoança jeeral que ora fezemos, per rrazom da nosa hida contra o turco, e querendolhe fazer graça e merçee, se a dicta morte nom foy a aleiue ou traiçom ou sobre segurança, dada per nosa carta seelada, e sse foy ante do mes de janeiro que ora

pasou de iiij^{c} Lbj; teemos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça a que nos, per rrazom da dicta morte, he theudo, sem enbargo de, ao dicto tempo, sermos em a dicta çidade, contanto que elle vaa viuer e estar continuadamente em a nosa çidade de Çeepta tres annos conpridos, a saber, os dous aa sua custa e o postumeiro aa nosa, ficando rreguardado aas partes seu djreito de o demandarem, se quiserem, ciuelmente, despois da sua tornada, por seu jnterese, jnjuria, emenda e corregimento. E, pera aderençar sua fazenda, etc. Carta em forma.

Dada em Lixboa, xbij dias de junho. Elrrej o mandou, per o doutor Lopo Vaasquez e Gomez Lourenço, etc. FilipAfonso a fez. Ano do Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

174

18 JUNHO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, com a resposta a certo capítulo apresentado por Viana do Castelo, Ponte de Lima e Vila do Conde, nas cortes de Lisboa de 1456, em que solicitaram não fossem obrigados pelos oficiais régios a transportar, em suas caravelas grandes, couros e pão para Ceuta nos meses de Janeiro e Fevereiro, quando delas necessitavam para o transporte da pesca, de que viviam, sobretudo para o Levante.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 114, — donde se reproduz; em leitura nova, *Além-Douro*, liv. 4, fl. 134.

Publicado por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 410-11.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que ora fezemos em esta nossa muy nobre çidade de Lixboa, nos foram apresentados çertos capitollos, per o procurador da nossa villa de Viana e de Ponte de Lima e de Villa do Comde, dalgũuas cousas que aas dictas villas perteemçem, os quaees, vistos per nos, ao pee de cada hũu mandamos poer nossas rrepostas, segundo sse adeante segue.

Senhor. Os moradores da uossa villa de Ujana e de Ponte de Lima e de Villa de Comde fazemos saber aa uossa ssenhoria que a viuenda que

sse majs mantem e gouernam estes lugares e comarqua dellas assy he per a obra da pescaria, da quall a uosa ssenhoria sse rrequereçee gram prooujeto nas uosas dizimas e sisas. E a mayor parte dos dictos pescados sse carregam pera Leuante. E, por os rrijos destes lugares serem pequenos e hy nom poderem nauegar naaos grandes, como em outro tempo soya fazer, ora pouco tempo ha que o compeçaram de fazer carauellas grandes, pera leuarem os dictos pescados e mercadarias da comarqua, por duas rrazoons, a primeira por demandarem pouca augoa, a segunda por serem ligeiras e escaparem dos corsairos.

E, quamdo estam no tempo da caregaçom e pera leuarem as dictas mercadarias, ssam enbargados per uossos ofiçiaaes, hũuas pera coyros e outras pera leuar pam a Çepta. E, posto que a uossos oficiaaes seja dicto que as nom enbargem, por auerem a segir em as dictas mercadarias e que ha, nos dictos lugares e comarqua, outros nauyos de carreto, que ssam autos pera o dicto pam e coiros, as nom querem tomar. E sobre ello o pouoo nos escreue que se tall nom faça. E quando nosso desenbarguo pera ello vai, sse pasa tanto tempo, que sse perdem as mercadarias e carauellas sseu frete. Praza aa uossa alteza mandardes que ssemelhantes carauellas, em tall tempo, nom sejam enbargadas, que he no janeiro e feuereiro, em que podem segijr e fazer ssuas viajees, e ao tempo despois que veerem ssiruam a uosa ssenhoria, no que a ello neçesareo for. E, de o assy a uosa alteza hordenar, em ello nos farees grande merçee.

Mandamos aos nosos comtadores e oficiaaes a que esto perteemçer que, achamdo outros nauyos em os quaaes o pam e coiros possam ser leuados, segundo compre a nosso seruiço, que nom toruem as dictas carauellas e as leixem segir suas viajees com o dicto pescado, em os dictos tres meses que lhe assy sam compridoiros.

. . . . . .

Dada em Lixboa, xbiij^{o} dias de junho. Jorje Machado a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{c} Lbj.

175

20 JUNHO 1456

Carta de el-rei D. Afonso V de Portugal ao duque de Milão, Francesco Sforza, a comunicar-lhe: que, atentas as aflições do povo do Oriente, oprimido pela insolente barbaridade dos turcos, alguns príncipes cristãos se moveram a reprimi-la; que também o

Copyrighted material

santo padre apoia plenamente aquela obra de piedade e de religião, pois lhe escreveu e aos demais príncipes, rogando-lhes cooperassem na referida finalidade; que, embora envolvido nos cuidados do país e na luta armada que, há perto de quarenta e um anos, o reino sustenta contra os sarracenos de África, vizinhos da sua cidade de Ceuta, considera a piedade da obra em causa e a necessidade da fé e da Igreja de Deus, pelo que, após madura deliberação, resolveu deixar os homens de armas necessários à guarda da dita cidade e ao regime e defesa do país e partir para o santo padre pessoalmente, com exército conveniente, e dali, juntamente com outros príncipes e segundo as ordens pontifícias, marchar contra os citados infiéis; que, posto fosse já esse o seu desejo, o decreto pontifício lhe conferiu autoridade e lhe acrescentou o mérito; enfim, que entendeu lhe seria grato transmitir-lhe esta sua determinação por escrito (1).

MILÃO, Archivio di Stato, *Archivio Sforzesco*, doc. n.º 651. Original em papel, o qual teve selo de chapa no fecho.

Jllustri et magnifico principi, duci Mediolani dignissimo.

Alfonsus, Dei gratia Portugalie et Algarbij rex Cepteque dominus, salutem et votiue prosperitatis incrementum.

Audiuimus afliciones illius orientalis populi, cuius religionem, potentiam nobilitatemque insolens illa turcorum barbaries, oculto Dei judicio, depopulata est molesteque tulimus et doluimus vehementer iram Dei, propter christianorum demerita, aduersus illos usque adeo exarsisse vt [h]os feroces imanesque barbaros jn vltionem perpetratis celeris vindictamque diuine justicie excitaret, cum tam deflendas fidelis populi strages tam execrabilis piorum locorum violacio et, vt jta dixerimus sacrorum abiectio, vt Aurelius Augustinus commemorat, non fortuitu quidem casu, sed, Deo jubente uel sinente fieri, par sit qui nonnumquam ministerio malorum hominum et angelorum vtitur, ad executionem justicie sue, sed ille Deus omnipotens, misericors et pius, cuius semper punicio multa misericordia respersa est, qui, vti scriptura ait, vulneratos a se medetur deducit ad jnferos et reducit, vidit lacrimas oppressorum et audiuit gemitus conpeditorum, vnde nonnullos (2) christianos principes ad reprimendam arcendanque horum jnfidelium rabiem excitauit.

---

(1) O duque de Milão respondeu a esta carta em 18 de Setembro seguinte, em missiva que publicaremos no volume próximo de *Monumenta Henricina*, e na qual se diz haver sido esta levada pelo cavaleiro Gil Moniz.

(2) No ms. *nom nullos*.

Copyrighted material

Sanctissimus, preterea, dominus noster, diuino quodam spiritu afflato, quantum paterne diligentie et pastoralis officij solicitudo requirit, opus istud pietatis et religionis plenum amplectitur, scripsit autem nobis, jnter ceteros principes, vt ad hos jnfideles cohercendos jmpugnandosque opem nobis afferre posibilem dignaremur. Nos, vero, quamquam varijs nostre rei publice curis ac etiam armis bellicis jmplicitissimus, quippe qui quadraginta et vno circiter annis, aduersus sarracenos Affrice commorantes nostreque ciuitatis Ceptensis finitimos, continuum bellum gerimus, considerantes pietatem operis necessitatemque fidei nostre et ecclesie Dei, que illic pene ruit, gerentes jnsuper morem, eidem S.d.n. (3), post deliberationem maturam, determinauimus, dimissis armigeris qui ad tutelam prelibate ciuitatis Ceptensis regnorumque nostrorum regimen et defensionem necessarij videbuntur, cum decenti exercitu ad S.d.n. personaliter proficisci, Summi Rectoris olimpi auxilio suffragante, vt inde simul cum alijs principibus ad jmpugnandos hos jnfideles extinguere dumque tam periculosum christianitatis jncendium, juxta imperium sue beatitudinis, properemus. Quamuis, enim, hanc rem pijssimam summo studio dudum prosequi affectaremus, gratissimum tamen fuit nobis ab eodem S.d.n. exhortari litteris, vt desiderio nostro decretum sue S. auctoritatem tribuat et obedientia nostra voluntario operi meriti nobis aliquantisper adijciat. Hanc, autem, determinationem nostram, princeps illustris, quam vobis gratissimam fore putauimus, litteris jntimare decreuimus magnificentie vestre, quam Altissimus conseruare velit annos plurimos et felices.

Ex ciuitate nostra Vlixbonensi, xx junij 1456.

(as.) ElRey . . .

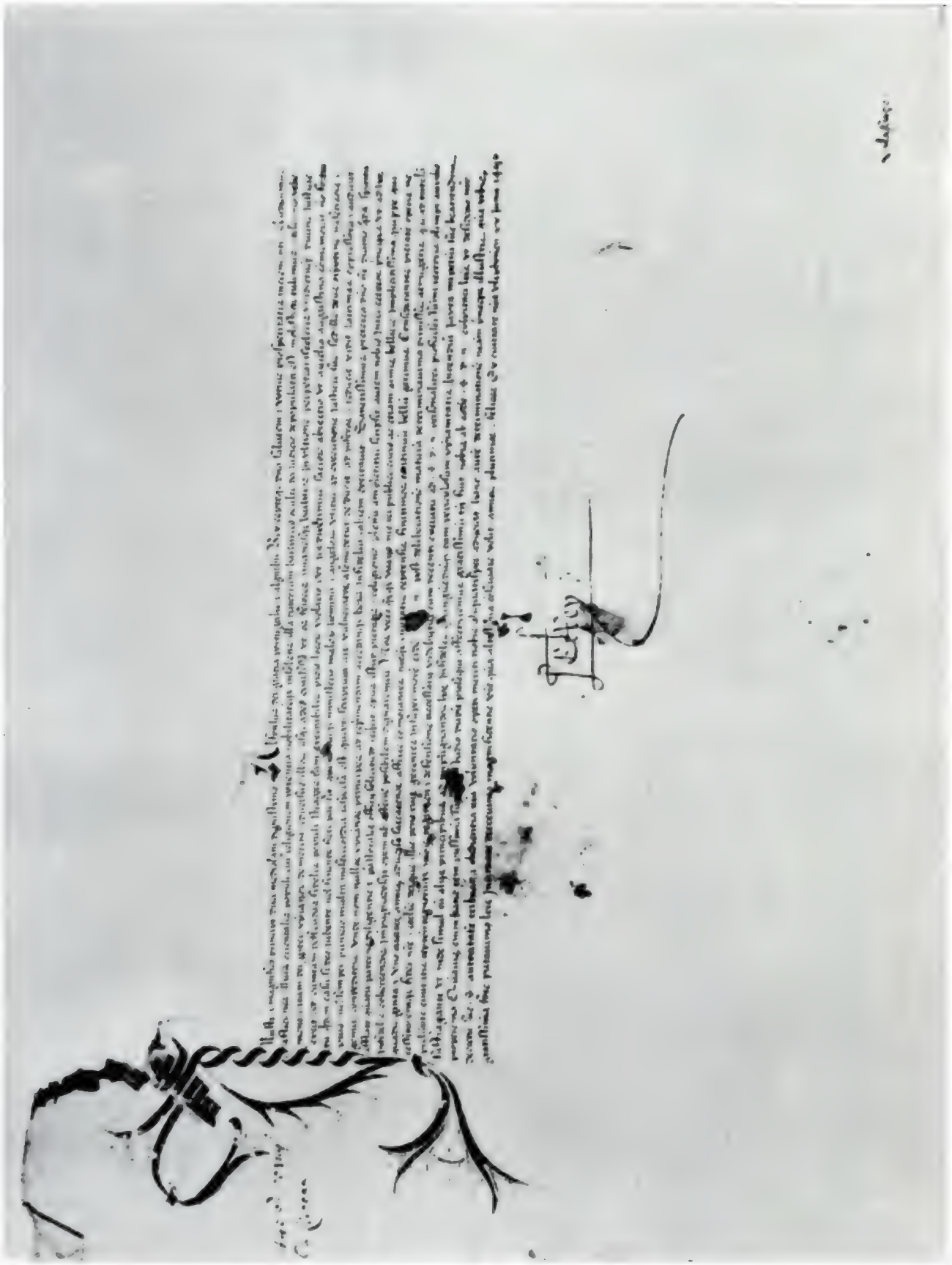
Valascus

176

20 JUNHO 1456

Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, em resposta a capitulo de Aveiro, apresentado às cortes de Lisboa de 1456, em que os respectivos procuradores se queixaram do exagerado número de privi-

(3) Por *Sanctissimo domino nostro.*



EST. VII. — CARTA DE EL-REI D. AFONSO V AO DUQUE DE MILÃO, DE 1456 (Doc. 175)

legiados no burgo de Agueda, termo da dita vila, por cartas régias, das rainhas e do infante D. Henrique, a ponto de não terem quem fizessem jurado e a terra estar sem justiça.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 57 v., — donde se reproduz; em leitura nova, *Estremadura*, liv. 10, fl. 275 v.

Dom Afonso, etc.

A quamtos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que ora fezemos em a nossa muy nobre e ssenpre leall çidade de Lixboa, nos foram apresentados çertos capitollos pe[r] Pero Fernandez, procurador da villa dAueiro, dalgũuas cousas que aa dicta villa pertençiam, os quaees per nos, ao pee de cada hũu, mandamos poer nosa rreposta, segundo sse adeamte segue.

. . . . . .

Jtem, ssenhor, ja em outras cortes vos fezemos queixume como, no burgo dAgeda, termo desta villa, ha tantos priujligiados per uossas cartas e outros pello jfante dom Enrrique e outros pella rainha uossa molher, que Deus aja, e outros pella jfante sua madre, que nom achamos quem hy fazer jurado, per bem dos dictos priujlegios, e a terra esta ssem justiça e sse nom guoarda segundo uosso rregimento e hordenaçom nem nos nom housamos de os constranger pera ello, per bem dos dictos priujlegios. Seja uosa merçee que a ello nos queiraaes auer algũu rremedeo e nom nos leixees assy hir a perdiçom, per mjnguoa de justiça, e em ello nos farees merçee e djreito.

A esto rrespomdemos que nos praz que [se] cu[m]pra em esto nosa hordenaçom. E mamdamos ao corregedor que a faça conprir e guoardar, ssem auer rrespeito algũua pesoa.

Pedindonos por merçee os dictos Pero Ferrnandez e Ruj Galego, procuradores por parte do concelho, que lhe mandasemos dar hũua carta com o theor do[s] dictos capitollos e nossas rrepostas, etc. Em forma.

Dada em Lixboa, xx dias de junho. Fernam Rodriguez a fez. Ano de mjl iiij^{c} Lbj.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas nos documentos e notas do presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancillería Real, Registros: 2557, fl. 62 v.; *2659,* fl. 165; *2661,* fl. 106 r-v.; *2700,* fls. 101 v.-103 v. e 104; *3192,* fl. 55 r.-v.; *3216,* fls. 43 v.-44 v, 51 v.-52 e 58 r.-v.; e *3230,* fl. 34.

FLORENÇA

Archivio di Stato

Archivio Mediceo avanti il principato, filza 93, n.° 487.

FUNCHAL

Arquivo Distrital

Documentos avulsos, caixa 1, doc. 59.
Registo Geral da Câmara Municipal, Tombo 1, fl. 202 v.

GÉNOVA

Biblioteca Universitária

Ms. B. I. 36.

Copyrighted material

GREENWICH

National Maritime Museum

Ms. n.º 8.056.

LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Além-Douro, liv. 4, fls. 133 v., 134 e 146 v.

Beira, liv. 2, fls. 49, 62 v. e 65 v.

Bulas, maço 5, n.º 1, fl. 7; *maço 7,* n.º 29; *maço 32,* n.º 10; e *maço 33,* n.º 14.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fls. 78 e 82; *liv. 3,* fls. 3 e 45 v.; *liv. 5,* fl. 88; *liv. 7,* fl. 53 v.; *liv. 8,* fl. 106 v.; *liv. 10,* fls. 31 v., 49 v., 53 r.-v., 59, 66 v., 68., 72 r.-v., 87, 88, 106, 109, 113, 117, 123 v., 125 v., 126, 130 v. e 133; *liv. 13,* fls. 9 v., 11 v., 15 v., 17 v., 35 v., 37 v., 39, 57 v., 83, 105 r.-v., 106 v., 113, 114, 116 r.-v., 119, 120 v., 121 v., 124 v., 125 v., 127 v., 128 v., 129, 130, 131, 140, 145 v., 147 v., 163 v., 166 v.-67 v., 168 v., 171 v., 175 r.-v., e 181; *liv. 15,* fls. 4, 5, 8, 12, 13, 15, 16 v., 19, 21, 22, 24, 29 v., 30 v., 34, 36 v., 39 v., 46 r.-v., 50 v., 59 v., 60 v., 64, 69 v., 71 v., 83, 102 v., 103 v., 106, 110, 111, 113, 114 v., 116, 117 v., 119, 120 v., 124 v., 130, 134, 136 v., 139 v., 141 v., 142, 150, 157 v., 159 e 175; *liv. 23,* fls. 78, 79 e 89; *liv. 35,* fl. 17; e *liv. 36,* fls. 24 v. e 234.

Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 93 v.

Colecção Especial, parte 1, caixa 7, maço 3, n.º 35, e caixa 72, documentos inumerados.

Cortes, maço 2, n.º 2.

Estremadura, liv. 4, fls. 278, 288 v. e 296 v.; *liv. 7,* fl. 298; *liv. 8,* fls. 84 v. e 130 v.; e *liv. 10,* fl. 275 v.

Extras, fl. 85 r.-v.

Gavetas, 3, maço 7, n.ºs 12 e 14; *7,* maço 7, n.º 23, e maço 13, n.º 7; *17,* maço 3, n.º 14, e maço 8, n.º 10; *20,* maço 6, n.º 15.

Guadiana, liv. 6, fl. 115 v.

Legitimações, liv. 2, fls. 22, 95, 212, 214 v. e 217.

Livro dos Mestrados, fls. 130 v., 159 e 165 r.-v. e ss.

Místicos, liv. 2, fls. 169 v., 170 v., 172 v. e 178 v.; e *liv. 3,* fls. 64, 78 v. e 282.

Mosteiro da Batalha, liv. 4, fl. 145.

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pasta 37, doc. inumerado.

Mosteiro de S. Vicente de Fora, maço 31, n.º 31.

Copyrighted material

Ordem de Cristo, cód. 232, fl. 74 r.-v.; *cód. 234,* parte 1, fl. 14 v., e parte 2, fl. 158; *cód. 235,* parte 3, fls. 12, 13 e ss.
Reis, liv. 1, fls. 37 e 42.

MILÃO

Archivio di Stato

Archivio Sforzesco, doc. n.º 651.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Manuscritos de Baluzio, armário 5, caixa 6, n.º 2.

PORTO

Biblioteca Pública Municipal

Ms. n.º 793 (338).

Gabinete de História da Cidade

Livro B, fl. 358 v.
Pergaminhos, vol. 4, doc. 48.

ROMA

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Lateranense, vol. 503, fl. 24.
Regestum Supplicationum, vol. 480, fl. 143 v.; *vol. 489,* fl. 163 v.; e *vol. 490,* fl. 136 v.
Regestum Vaticanum, vol. 402, fls. 410-413 v.; *vol. 405,* fls. 71-75; *vol. 436,* fls. 161 e 243 v.; *vol. 440,* fls. 22, 240 e 282 v.; *vol. 441,* fls. 62, 63 v., 99 r.-v., 100 v., 132 v., 134, 229, 253 v. e 273; *vol. 442,* fl. 74; *vol. 446,* fl. 20; *vol. 456,* fls. 171, 174, 176 v., 178, 184 v. e 187 v.; *vol. 457,* fls. 10 e 29; *vol. 458,* fl. 173; *vol. 459,* fl. 120; *vol. 464,* fls. 30 v., 33 e 36;

vol. 465, fls. 160, 177 v. e 178; *vol. 467*, fl. 169; *vol. 474*, fls. 22 v. e 23 v.; e *vol. 660*, fl. 459.

Bibliotheca Apostolica Vaticana

Armàdio 32, vol. 3, fls. 299 v.-306.

SIMANCAS

Archivo General

Patronato Real, Legajos 49-37 e 49-38.

VENEZA

Archivio di Stato

Senato (Secreta), vol. 20, fl. 116.

Copyrighted material

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e os títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses, por ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros, segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a bibliografia aduzida nos volumes anteriores.

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. — *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez. I. — Summa do Bullario Portuguez.* Coimbra, 1895.

ACENHEIRO, Christovão Rodrigues. — *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal.* Na «Collecção de Ineditos de Historia Portugueza publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pela Comissão de Historia da mesma Academia», tomo 5, Lisboa, 1926, ps. 1-364.

ALAZARD, Jean. — *La Venise de la Renaissance.* Paris, 1956.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História de Portugal,* t. 2, Coimbra, 1923.

— *História da Igreja em Portugal,* t. 2, Coimbra, 1910.

AMETLLER Y VINYES, J. — *Alfonso V de Aragón en Italia y la crisis religiosa del siglo XV.* Gerona, 1903-28, 3 vols.

ANNALI di Geografia e di Statistica, t. 2.

ARCHIVO General de Simancas. *Catalogo V. Patronato Real (834-1851),* t. 1, Valladolid, 1946.

ARQUIVO dos Açores, vols. 1 e 4, Ponta Delgada, 1878-92.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *V centenário do descobrimento dos Açôres. Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açôres, precedido de um ensaio crítico por...* Ponta Delgada, 1932.

AZEVEDO, Pedro Augusto de. — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos.* Coimbra, 1915 e 1934, 2 vols.

— *A colecção do Visconde da Carreira.* No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa», vol. 8, Coimbra, 1915, ps. 183-205.

AZEVEDO, Pedro de, e BAIÃO, António. — *O Archivo Nacional da Torre do Tombo.* Sua historia e corpos que o compõem e organisação por... Conservadores do mesmo archivo. Lisboa, 1905.

BAILLY, Auguste. — *La Sérénissime République de Venise.* Paris, 1946.

BASCHET, A. — *La diplomatie vénitienne.* Paris, 1862.

— *Les Archives de Venise. Histoire de la Chancellerie secrète.* Paris, 1870.

BESTA, E. — *Il Senato veneziano.* Venezia, 1897.

BONENFANT, Paul. — *Philippe le Bon.* Bruxelles, 1943.

BRÁSIO, P. António Duarte. — *Monumenta Missionaria Africana.* África Ocidental (1342-1499), 2.ª série, vol. 1, Lisboa, 1958.

BRÉHIER, L. — *L'Eglise et l'Orient au Moyen Age,* 5.ª ed., Paris, 1928.

BULLARIUM diplomatum et privilegiorum S. R. Pontificum, t. 5.

BULLARIUM Franciscanum continens constitutiones, epistolas, diplomata Romanorum Pontificum. Collegit et edidit Fr. Joseph M. Pou y Marti, O. F. M. Nova Series. Tomus II (1455-1471), Ad Claras Aquas (Quaracchi), prope Florentiam, 1939.

BULLARIUM collectio, quibus serenissimis Lusitaniae et Algarbiorum Regibus [...] *jus patronatus a Summis Pontificibus liberaliter conceditur.* Olisipone, 1707.

CADDEO, Rinaldo. — *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Cà da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco.* Milano, 1929.

Copyrighted material

CARVALHO, Lourenço Pires de. — *Enucleationes ordinum militarium*. Ulyssipone, 1622, 2 vols.

CECCHETTI, B. — *Il doge di Venezia*. Venezia, 1887.

CERONE, F. — *La politica orientale di Afonso d'Aragona*. No «Archivio storico per le provincie napolitane», t. 27 (1902), ps. 3-93, 380-456, 555-634, 774-852, e t. 28 (1903), ps. 154-212.

CESSI, Roberto. — *Storia della Repubblica di Venezia*. Messina, 1944-46, 2 vols.

CHIENSIS, L. — *Historia Constantinopolitanae urbis a Mahomete II captae*. Em MIGNE, *Patrologia graeca*, vol. 159.

COCQUELINES, C. — *Bullarum, privilegiorum ac diplomatum Romanorum Pontificum amplissima collectio*. Romae, 1739-62, 28 vols.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*. Lisboa, 1892.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa* (Do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo). Braga, 1960.

CUTOLO, A. — *Scanderberg*. Milano, 1940.

DAUPHIN-MEUNIER, A. — *Historia de la Banca*. Traducción castellana de Ignacio L. Bajona Oliveras, Professor de la Universidad de Barcelona. Barcelona, 1958.

DE LA FORCE, Charlotte-Rose Caumont. — *Histoire secrète de Henry IV Roy de Castille*. Paris, 1695.

DE WITTE, Charles-Martial. — *Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle*. Na «Revue d'Histoire Ecclésiastique», artigo IV, tomo 51, Louvain, 1956, ps. 413 e ss.

DICCIONARIO de Historia de España. Dirigido por Germán Bleiberg. Segunda Edicción, Corregida y Aumentada. Madrid, 1968-69, 3 tomos.

Copyrighted material

DICIONÁRIO de História de Portugal. Dirigido por Joel Serrão. Lisboa, 1963-71, 4 vols.

DINIS, António Joaquim Dias. — *As missões católicas na evolução político-social da Guiné Portuguesa.* Na rev. «Biblos», da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1943, ps. 167-228.

— *Estudos Henriquinos*, Vol. 1, Coimbra, 1960.

— *Qual o Cabo dobrado em 1434 por Gil Eanes?* Nos «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, vol. 13, Lisboa, 1963, ps. 141-157.

— *A Prelazia «nullius dioecesis» de Tomar e o Ultramar Português até 1460.* Nos «Anais» da Academia Portuguesa da História, 2.ª série, vol. 20, Lisboa, 1971, ps. 235-270.

DUBRETON, J. Lucas. — *L'Espagne au quinzième siècle. Le Roi Sauvage.* Paris, 1922. Sobre Henrique IV de Castela.

DU CANGE. — *Glossarium mediae et infimae latinitatis.* Paris, 1937-39.

DU MONT, J. — *Corps universel diplomatique du droit des gens*, t. 3, parte 1, Amsterdam et La Haye, 1726.

ENCICLOPEDIA Italiana di Scienze, Lettere ed Arti. Pvblicata sotto l'alto patronato di S. M. Il Re d'Italia, Imperatore di Etiopia. Roma, 1937.

ENRIQUEZ DEL CASTILLO, Diego. — *Crónica del Rey Don Enrique el Cuarto de este nombre, por su capellán y cronista.* Na «Biblioteca de Autores Españoles», t. 70, Madrid, 1923, ps. 96 e ss.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica medii aevi.* Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FARO, Jorge. — *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481* (Subsídios documentais). Lisboa, 1965.

FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas. — *Povoamento e economia da Ilha da Madeira no século XV.* Em «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. 3, Paris, 1971, ps. 13-53.

Copyrighted material

FIGUEIREDO, J. Barbosa Canaes de. — *Apontamentos sobre as relações de Portugal com a Syria no seculo XV.* Nas «Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes». Lisboa, 1854.

FINOT, J. — *Project d'expédition contre les Turcs préparé par les conseilleurs du duc de Bourgogne.* Lille, 1890.

FLÓREZ, Fr. Enrique. — *Memorias de las Reynas Catholicas.* 3.ª ed., Madrid, 1790.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *A Chancellaria de D. Afonso V.* No «Arquivo Histórico Português», vol. 2, Lisboa, 1904, ps. 479 e ss.

FREITAS, Jordão de. — *Madeira, Pôrto Santo e Deserta. Ilhas que o Infante D. Henrique «novamente» achou e povoou.* No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, ps. 161-85.

FUMI, L. — *Il disinteresse di Francesco I Sforza alla crociata di Calisto III contro il Turchi.* No «Archivio storico lombardo», 4.ª série, t. 17, 1912.

GALINDEZ DE CARVAJAL, Lorenzo. — *Cronica de Enrique IV.*

GAVETAS (As) da Torre do Tombo. Vol. 7, Lisboa, 1968.

GEGAG, Athanase. — *L'Albanie et l'invasion turque au XV^e siècle.* Paris, 1937.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa.* Lisboa, 1943-56, 3 tomos.

GÓIS, Damião de. — *Chronica do Principe Dom Ioam, Rei que foi destes reinos segvndo do nome.* Lisboa, 1567.

GÓMEZ CANEDO, Lino. — *Un español al servicio de la Santa Sede. Don Juan de Carvajal, cardenal de Sant'Angelo, legado en Alemania y Hungría (1399-1469).* Madrid, 1942.

GOÑI GAZTAMBIDE, José. — *Historia de la bula de la Cruzada en España.* Vitoria, 1958.

HEERS, Jacques. — *Gênes au XV^e siècle.* Activité économique et problèmes sociaux. Paris, 1961.

HISTÓRIA de España, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, t. 15, Madrid, 1964.

HUIZINGA, J. — *La physionomie morale de Philippe le Bon.* Nos «Annales de Bourgogne», 1932.

«INDICE chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795 o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INSULA. Ano 1, n.os 7-8, Ponta Delgada, 1932.

IORGA, Nicolas. — *Geschichte des osmanischen Reichs.* Gotha, 1908-13, 5 vols.

IRIA, Alberto. — *Novas cartas régias afonsinas dos descobrimentos e privilégios do Infante D. Henrique.* Documentos inéditos. Em «Stvdia», t. 25, Lisboa, 1968, ps. 51-115.

JAÉN Y MORENTE, Antonio. — *Segovia y Enrique IV.* Segovia, 1916.

JORDÃO, Levy Maria. — *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tânger.* Lisboa, 1858.

— *Bullarium Patronatus Portugalliae regum in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*, t. 1 (1171-1600), Olisipone, 1878.

KAMAL, Youssouf. — *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti.* Vol. 4, fasc. 1, Cairo, 1936.

LAMANSKY, Wladimir. — *Secrets d'État de Venise.* S. Petersburgo, 1894. Ocupa-se das relações com os Eslavos, Gregos, etc., nos sécs. XV e XVI.

LA RONCIÈRE, Charles de. — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Âge.* Nas «Mémoires de la Société de Géographie d'Egypte», Le Caire, 1925, 3 vols.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Chronicas e vidas dos Reys de Portugal*, t. 2, Lisboa, 1780.

Copyrighted material

LEIBNITZ, G. G. — *Codex Juris Gentium Diplomaticvs*. Hanovre, 1693.

LEITE, Duarte. — *Àcerca da «Cronica dos feitos de Guinee»*. Lisboa, 1941.

LOBO, António de Sousa Silva Costa. — *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa, 1904.

LOBO, Francisco Miranda da Costa. — *A acção diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI, destinada à realização das descobertas e conquistas*. Lisboa, 1937.

MAGNAGHI, Alberto. — Memorie della Reale Società Geografica Italiana. Volume XVIII. *Precvrsori di Colombo?* Il tentativo di viaggio transoceanico dei Genovesi Fratelli Vivaldi nel 1291. Memoria del Prof.... Roma, 1935.

MAGNUM Bullarium Romanum, t. 9, Luxemburgo, 1730.

MAJOR, Richard Henry. — *Vida do Infante D. Henrique de Portugal appellidado o Navegador e seus resultados* [...]. Vertida do inglez por José António Ferreira Brandão. Lisboa, 1876.

MARINESCO, Constantin. — *Manuel II Paléologue et les rois d'Aragon*. No «Bulletin de la section historique de l'Academie Roumaine», t. 11, Bucareste, 1924, ps. 192-206.

— *Le Pape Calixte III (1455-1458), Alphonse V d'Aragon, roi de Naples, et l'offensive contre les Turcs*. No retrocit. Boletim, t. 19, Bucareste, 1935.

— *Le pape Nicolás V et son attitude envers l'empire bysantine*. No «Bulletin de l'Institut Archéologique bulgare», t. 9 (1935), p. 331.

— *Alphonse V, roi d'Aragon et de Naples, et l'Albanie d'Scanderberg*. Em «Mélanges de l'École roumaine de France», t. 5, Paris, ps. 1-135.

— *Philippe le Bon, Duc de Bourgogne, et la croisade*. Deuxième partie (1453-1467). No «Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal», nouvelle série, t. 13, Coimbra, 1949, ps. 3-28. — A primeira parte do artigo saiu nas Actas do VI Congresso Internacional dos Estudos Bisantinos e nela o autor sublinhou o papel de Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha, na preparação da cruzada.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por..., Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

MAUNY, Raymond. — *Esmeraldo de situ orbis.* Côte occidentale d'Afrique do Sud Marocain au Gabon par Duarte Pacheco Pereira (vers 1506-1508). Bissau, 1956. Notas do autor.

MEMORIAS de Don Enrique IV de Castilla. Tomo II. Contiene la Colección Diplomatica del mismo Rey. Compuesta y ordenada por la Real Academia de la Historia. Madrid, 1835-1913. Não foi editado o tomo I, que se destinava às Crónicas do dito monarca.

MONUMENTA Henricina. Vols. 1 a 11, Coimbra, 1960-71.

MORENO, Humberto Carlos Baquero. — *A carta de louvor ao Infante D. Pedro de 15 de Janeiro de 1446.* Separata da «Revista de Ciências do Homem» da Universidade de Lourenço Marques. Lourenço Marques, 1969.

MOTA, Avelino Teixeira da. — *A descoberta da Guiné.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», Ano 1, Bissau, 1946, ps. 11-68, 273-326 e 457-509.

— *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na África Ocidental de 1445 a 1462.* No retrocit. Boletim, vol. 2, Lisboa, 1947, ps. 315-41.

— *Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África.* Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Catarina. Bissau, 1950.

MÜLLER, G. — *Documenti sulle relazioni delle città toscane coll'Oriente cristiano e coi Turchi fino all'anno MDXXXI.* Florenze, 1879.

MUSATTI, E. — *Storia di Veneza.* Milano, 1926, 2 vols.

NAVIGAZIONI (Le) Atlantiche di Alvise da Cà Da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco. A cura di Rinaldo Caddeo, con prefazione, note, appendici, bibliografia e incisioni entro e fuori testo. Milano, 1928.

NICOLAU D'OLWER, L. — *L'expansió de Catalunya en la Mediterrania oriental.* Barcelona, 1926.

Copyrighted material

NUNES, Eduardo. — *Guerra Santa — Santa «Pirataria»: um caso português de 1455*. Na rev. «Brotéria», vol. 90, Lisboa, 1970, ps. 242-48.

ORDENAÇOENS do Senhor Rey D. Affonso V. Coimbra, 1786 e 1792.

PALANCO ROMERO, José. — *Estudios del reinado de Enrique IV*. Granada, 1914.

PASCHINI, P. — *La flotta di Calisto II (1455-1458)*. No «Archivio della Reale Società romana di storia patria», t. 53-55, Roma, 1930-32, ps. 177-253.

PASTOR, Ludovico. — *Storia dei Papi dalla fine del Medio Aevo*. Compilata col sussidio dell'Archivio segreto pontificio e di molti altri Archivi. Vol. 1, Roma, 1925.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo «de situ Orbis»*. Lisboa, 1954.

PICCOTTI, G.-B. — *Sulle nave papali in Oriente al tempo della caduta di Constantinopoli*. No «Nuovo Archivio Veneto», nova série, t. 22, Veneza, 1911.

PINA, Rui de. — *Chronica del Rey D. Duarte*. Na «Colecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, ps. 71-194. — Nas transcrições seguimos o códice iluminado 359, *Livraria*, do ANTT.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*. Na retrocitada Colecção e volume, pp. 210-489. — Nas transcrições seguimos o códice iluminado n.º 358, *Livraria*, do ANTT.

PONTIERI, Ernesto. — *Alfonso V d'Aragona nel quadro della politica italiana del suo tempo*. Em «Estudios sobre Alfonso el Magnánimo con motivo del Quinto Centenário de su muerte», Barcelona, 1960.

PULGAR, Hernando del. — *Libro de los Claros Varones de Castilla*. Sevilla, 1500.

QUADRO elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias. Paris-Lisboa, 1842-76, 18 vols.

RADONIC, B.-M. — *Georg Kastriota Skanderberg und Albanien im XV Jahrhundert. Geschichtliches Quellenmaterial*. Belgrado, 1942.

RAU, Virgínia. — *Sesmarias Medievais Portuguesas.* Lisboa, 1946.

— *Estudos de História.* Vol. 1, Porto, 1968.

RAYNALDUS, Odoricus. — *Annales ecclesiastici post Baronium, ab anno 1198 ad annum 1565.* Romae, 1646-77.

RESENDE, Garcia de. — *Chronica de el-rei D. João II.* Évora, 1554.

RICCIO, C. Minieri. — *Alcuni fatti di Alfonso I di Aragona (dal 15 Aprile 1437 al 31 di Maggio 1458).* No «Archivio Storico per le provincie napolitane», Vol. 6, Napoles, 1881.

RIUS, J. — *Catalanes y Aragoneses en la corte de Calixto III.* Em «Analecta sacra terraconensia», t. 3, (1927), ps. 299-300.

RIUS SERRA, José. — *Regesto Ibérico de Calixto III por...* Vols. 1 e 2, Barcelona, 1948 e 1958.

ROMANIN, S. — *Storia documentata di Venezia,* 2.ª ed., Venezia, 1925, 10 tomos.

SÁ, Ayres de. — *Frei Gonçalo Velho.* Vol. 1, Lisboa, 1899.

SALAZAR Y CASTRO, Luis de. — *Historia genealógica de la casa de Lara,* t. 1, Madrid, 1697.

SANTARÉM, Visconde de — *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portuguezes na costa d'África Occidental.* Paris, 1841.

— *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au-dela du Cap Bojador, et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des portugais, au XV^e siècle.* Paris, 1842.

S. FILIPO, P. Amato di. — *Delle navigazioni e scoperte marittime degli Italiani nell'Africa occidentale lungo il secoli XIII, XIV e XV.* No «Bolletino della Societa geografica italiana», série 2, vol. 5, Roma, 1880.

SÃO-PAIO, Marquês de. — *«Messire Jehan de Coymbre»-O Serenissimo Senhor D. João, Príncipe de Antioquia (Portugueses e Cipriotas no Século XV).* — Comunicação à Academia Portuguesa da História, sessão de 5 de Dezembro de 1958.

Copyrighted material

SCHLUMBERGER. — *La prise de Constantinople.* Paris, 1915.

— *Le siège, la prise et le sac de Constantinople.* Paris, 1915.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. — *Isabel, Rainha D.* No «Dicionário de História de Portugal», vol. 2, ps. 567-68.

SOBREQUÉS VIDAL, S. — *Sobre el ideal de cruzada de Alfonso V de Aragón.* Em «Hispania, t. 12, 1952, ps. 232-52.

SOLDEVILA, Ferran. — *Història de Catalunya.* 2.ª ed., Barcelona, 1963.

SOTTAS, Jules. — *Les messageries maritimes de Venise aux XIV^e et XV^e siècles.* Paris, 1938.

SOUSA, D. António Caetano de. — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* t. 2, Lisboa, 1736.

— *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* 2.ª ed., t. 1, Coimbra, 1947.

THEINER, Augustus. — *Vetera Monumenta Poloniae et Lithuaniae gentiumque finitimarum historiam illustrantia maximam partem nondum edita, ex tabulariis Vaticanis,* t. 2 (1410-1572), Romae, 1861.

TORRE, Antonio de la, y SUAREZ FERNANDEZ, Luis. — *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Catolicos.* Edición preparada y anotada por... Vol. 1, Valladolid, 1958.

TORRES FONTES, J. — *Estudio sobre la Crónica de Enrique IV del doctor Galíndez de Carvajal.* Madrid, 1946.

— *Itinerario de Enrique IV de Castilla.* Murcia, 1953.

TOVAR, Conde de. — *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495).* Nos seus «Estudos Históricos», ed. da Academia Portuguesa da História, t. 2, Lisboa, 1961, ps. 81-136.

VALENTINI, R. — *L'Egeo dopo la caduta di Constantinopoli.* No «Bolletino del Istituto italiano per il Medio Evo», 1936.

VALERA, Diego de. — *Memorial de diversas hazañas, por Mosen...* Na «Biblioteca de Autores Españoles», vol. 70, Madrid, 1923, ps. 4 e ss. — Nova edição, intitulada: *Memorial de diversas hazañas. Crónica de Enrique IV, ordenada por Mosen Diego de Valera.* Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo, Madrid, 1941.

VERLINDEN, Charles. — *Navigateurs, marchands et colons italiens au service de la découverte et de la colonisation portugaise sous Henri le Navigateur.* Em «Le Moyen Âge», Paris, 1958, ps. 467-97.

— *Mare, Antoniotto Uso di.* — No «Dicionário de História de Portugal», vol. 2, Lisboa, 1965, ps. 922-23.

VIAGENS de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra. Edição da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1948.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. — *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam.* Edição crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza, Professor Efectivo do Liceu Nacional da Póvoa de Varzim, Ex-bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Porto, 1962, 2 vols.

VON THALLÓCZY, L. — *Bosnyák és szerb élet-s nemzedékrajzi tanulmányok.* Budapeste, 1909.

— *Studien zur Geschichte Bosniens und Serbiens im Mittelalter.* Munich-Leipzig, 1914.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Composta por... Publicada por ordem da Academia das Sciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.os 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. — Nas transcrições seguimos o texto do códice 41 dos *Manuscrits portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, através de fotocópia.

— *Crónica do conde D. Pedro de Meneses.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza» da Academia das Ciências de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, ps. 213-635.

— *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*. Na colecção retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, ps. 3-385. — Nas transcrições seguimos o códice 520, *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

ZURITA, Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segunda Parte)*, Zaragoza, 1579.

Copyrighted material

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

7 JUNHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, na qual, atendendo aos muitos e estremados serviços recebidos do infante D. Henrique, seu tio, e à sua singular virtude e grandeza de coração em conquistar, não sem grandes trabalhos, despesas, perigos e derramamento de sangue da sua gente, as partes marinhas e terras de Gazula, Guiné, «Nilo e Etiópias», vizinhas do mar oceano até agora não navegado nem sabido dos mortais, com seus navios e gentes, muitas vezes àquelas partes enviadas, as quais navegaram até cerca das Índias bem 500 léguas e subjugaram aqueles marinhos povos e muitos do sertão, uns por armas, outros por tratos e composições amigáveis, donde vêm ao reino, cada ano, muitos infiéis cativos, que, convertidos a Cristo, nos servem, e ainda está encaminhado para vir de lá muito ouro; o monarca doa ao referido infante, vitalìciamente, as praias, terras, portos, costas, abras, rios, ilhas, mares e pescarias por ele conquistadas e descobertas, desde o Cabo Não (?) até onde chegaram ou chegarem suas caravelas, por guerra ou trato de paz, com a respectiva jurisdição, reservadas apenas ao soberano as apelações e alçadas em morte de homem e talhamento de membro; e, porque, às vezes, surgem demandas e contendas entre os que vão com os seus navios àquelas partes, sobre a partilha do que de lá trazem, por guerra ou trato de resgate, como das coisas que de cá levam, el-rei outorga ao mesmo infante jurisdição cível para ele resolver tais demandas entre os armadores e pescadores, como aliás já usava fazer . . . . . p. 2

7 JUNHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar à Ordem de Cristo, muito acrescentada pelo infante D. Henrique, a administração espiritual e a jurisdição de todas as praias, costas, ilhas e terras, conquistadas e por conquistar, de Guiné, Núbia, Etiópia e de qualquer outra denominação, nos termos em que a donatária a exercia em Tomar . p. 4

7 JUNHO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar filhos de Fernando Afonso Cicioso, cónego prebendado da sé de Êvora, e de Isabel Fernandes, solteira . . . . . p. 6

10 JUNHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a dispensar João Lourenço, morador em Donzela, de servir nos cargos e servidões do con-

celho, de besteiro do conto, se ainda o não foi, e de que lhe tomem qualquer coisa contra vontade, a pedido de D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique . . . . . p. 7

14 JUNHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, endereçada aos desembargadores das Casas da Suplicação e do Cível de Lisboa e às demais justiças do reino, em que lhes diz haver-se queixado o infante D. Henrique de elas não lhe guardarem a carta régia de 7 de Junho anterior, pois lhe usurpavam e quebrantavam por vezes a sua jurisdição e tomavam conhecimento dos feitos dos moradores das suas Ilhas, em dano das mesmas, cujo povoamento devia ser incrementado com liberdades e favores, pedindo o infante a el-rei se dignasse mandar guardar a sua jurisdição e declarar alguns casos em que, por direito comum, os moradores das ditas Ilhas devam responder no reino, porque nos demais casos cumpre serem remetidos a seus juízes próprios; pelo que, o monarca ordena às referidas justiças não tomem conhecimento de feitos cíveis ou crimes dos moradores das Ilhas entre si ou delas com os do reino, mas os remetam aos juízes postos naquelas pelo dito infante, excepto nos casos pelo soberano apontados e em que eles devem ser julgados no reino . . . . . p. 8

18 JUNHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro das coisas de Ceuta em Lisboa, que ele e dez homens seus que com ele vivam possam trazer as armas que quiserem por todo o país, sem embargo da ordenação em contrário, desde que não façam com elas o que não devem . . . . . p. 11

1 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a D. Fr. Fernando, Vigário de Tomar, da Ordem de Cristo, e criado do infante D. Henrique, para que possa comprar bens de raiz até 600 coroas de ouro e doá-los aos filhos que, sendo leigo, tivera de Mécia Vaz ou Vasques e para ele os herdar de seus filhos, caso estes faleçam sem descendência antes do pai . . . . . p. 11

2 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder os privilégios e liberdades de fidalgos e cavaleiros a João Fernandes e a Margarida Fernandes, filhos de D. Fr. Fernando, Vigário de Tomar e criado do infante D. Henrique, o qual, sendo leigo, os tivera de Mécia Vaz ou Vasques, atendendo aos bons serviços dele recebidos e aos de mestre João, seu pai, cavaleiro da casa do dito infante . . . p. 13

15 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a Rui de Melo, almirante do reino, a seu pedido, a mercê das ancoragens dos navios vindos ao reino, como as houveram outrora seus antecessores . . . . . p. 15

16 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a declarar, a pedido de Rui de Melo, almirante do reino e do seu conselho, a quem competem os feitos das armadas, que só a este devem ser solicitados navios a armar contra corsários e também carpinteiros, calafates e outros oficiais destinados às tercenas e a outras obras régias, como se usou em tempo de seus antecessores no almirantado . . . . . p. 16

16 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a João Fernandes, criado de Aires da Fonseca, porquanto é besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . . . p. 17

17 JULHO 1454. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves Chorente, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Alvaiázere e termo, na vaga de Gonçalo de Basto, falecido . . . . . p. 19

22 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Martim Leitão, filho de Martim Gonçalves, residente que foi em Pombal e contador do infante D. Henrique, a administração da capela de S. Salvador de Almoster, sita entre Ancião e Alvaiázere, já concedida a seu falecido pai por el-rei D. Duarte . . . . . p. 19

29 JULHO 1454. — Carta da rainha D. Isabel de Portugal a Cosme e Pedro de Medicis, na qual lhes roga entreguem a seu irmão o infante D. Pedro o rendimento anual do seu crédito do comum do Monte de Florença, como aliás já ela lhes havia ordenado por escrito . . . p. 21

29 JULHO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Gonçalves, escudeiro, criado do infante D. Henrique, para tabelião, além do número, das notas na cidade de Lisboa, pois el-rei lhe retirara o tabeliado geral, devendo ele entrar no primeiro tabeliado que vagar . p. 21

29 JULHO 1454. — Abertura de sinal por João Gonçalves, escudeiro do infante D. Henrique, na chancelaria régia, ao ser nomeado por D. Afonso V para tabelião das notas da cidade de Lisboa, além do número . . . . . p. 22

13 AGOSTO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a Fernando Afonso, almoxarife do infante D. Henrique em Tomar, para andar em besta muar de sela e freio por todo o reino . . . . . p. 23

22 AGOSTO 1454. — Procuração passada em Segóvia por Henrique IV, rei de Castela, a Fernan López de la Orden, bacharel em Direito, tesoureiro da sé daquela cidade, seu capelão-mor e do seu conselho, para ele tratar e firmar contrato de matrimónio do referido monarca com a infanta D. Joana, irmã de el-rei D. Afonso V de Portugal . . p. 24

5 SETEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernando Álvares de Moura, escudeiro do infante D. Henrique, para apontador da gente que está em Ceuta, do respectivo soldo, tenças e mantimentos e bem assim dos cavalos que possuam e ainda das pessoas que lá forem de futuro, elementos a fornecer por ele ao contador e escrivão régios, para os assentarem no livro dos contos de el-rei . p. 26

10 SETEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Álvaro Dias, almoxarife na cidade de Viseu de 1438 a 1449, com lançamentos vários relativos ao infante D. Henrique, a pessoal seu e a Ceuta, nos ditos anos . . . . . p. 27

20 SETEMBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a mestre Samuel Goleimo, físico e cirurgião do infante D. Henrique, possa andar em besta muar de sela e freio . . . . p. 53

26 SETEMBRO 1454. — Letras *Exigentibus meritis*, de Nicolau V, dirigidas a D. Jaime, arcebispo eleito de Lisboa, a permitir-lhe a fundação de mosteiro da Ordem de S. Jerónimo, com 10 ou 12 frades de Guadalupe, no reino de Portugal ou nalguma das ilhas do mar oceano, sobretudo na da Madeira, sujeita a D. Henrique, duque de Viseu, em razão do Mestrado de Cristo, pelo mesmo chefiado no espiritual e temporal por deputação da Sé Apostólica, a qual ilha, outrora inabitada, o citado duque povoou de numerosas pessoas de ambos os sexos, se D. Henrique autorizar a fundação na dita ilha . . . . . p. 54

30 SETEMBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Gonçalo Correia, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim . . . . . p. 57

23 OUTUBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gomes Anes, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão

dos órfãos da coudelaria de Lisboa, possa andar em besta muar de sela e freio . . . . . p. 58

24 OUTUBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a declarar bens régios os de Rui Valente, cavaleiro da casa do infante D. Henrique; pois tendo o mesmo sido incriminado na morte de André da Capela, em Faro, e havendo sido chamado a juízo, fugira e não comparecera e, tendo a rainha pedido a seu marido os bens de Pedro Barreto, confiscados por este haver estado em Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro e pelo soberano doados ao citado Rui Valente, o monarca outorga-os agora à rainha D. Isabel, sua esposa, ainda a metade que pertencia à mulher de Rui Valente, a qual porém deve ser citada, para declarar quais os bens que foram de Pedro Barreto . . . . . p. 58

28 NOVEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Gorizo, escudeiro do infante D. Henrique, morgado na Azóia, junto do barco de Sacavém, a pedido da infanta D. Catarina, por o donatário ser filho legítimo de Gonçalo Vasques e neto de Lourenço Afonso, seus primeiros detentores, e, porque o Vasques perdeu as respectivas escrituras e abandonou o morgado, ele pertence a el-rei, que dele dispõe, contanto que Gonçalo Gorizo ali mantenha duas camas para os pobres que por lá passarem, por alma de seus antecessores, que aqueles bens deixaram . . . . . p. 60

6 DEZEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a comunicar ao concelho de Almada ter nomeado João Vasques Farinha, escudeiro do infante D. Henrique, ali residente, para juiz dos órfãos e dos judeus na vila e seu termo, por falecimento do criado régio Vasco Anes . p. 63

7 DEZEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar a doação feita por Genebra de Andrade, em 23 de Junho de 1447, a Luís Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a Isabel de Andrade, sua sobrinha, de 2.000 coroas de ouro, prometidas pelos reis anteriores, e ainda o usufruto e tença das mesmas, reservados para a doadora, enquanto vivesse, 14.000 reais brancos . . . p. 63

8 DEZEMBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a Antão Pires, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Castelo de Vide, para andar em besta muar de sela e freio por todo o reino . . . . . p. 66

10 DEZEMBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Lopo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escri-

vão das sisas de Santa Marinha e seu termo, no almoxarifado da Guarda . . . . . p. 66

12 DEZEMBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Gil Jaques, cavaleiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas da vila de Lagos e seu termo . . . . . p. 67

13 DEZEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar, a pedido do infante D. Henrique, que do assentamento deste fossem entregues anualmente, sem outra formalidade, a Vasco Martins, vedor da casa do infante D. Fernando, 10.000 reais brancos, tença atribuída pelo D. Henrique ao referido Vasco Martins . . . . . p. 67

16 DEZEMBRO 1454. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a D. Fr. Vasco de Ataíde, prior da Ordem do Hospital, do seu conselho, uma naveta e os bens de Afonso Fernandes, marinheiro, morador em Lisboa e criado do infante D. Henrique, bem como os de seus parceiros, por eles haverem trocado ou vendido caravela em Inglaterra, sem licença régia, por uma naveta . . . . . p. 68

19 DEZEMBRO 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gonçalo Garcia, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Moura e seu termo, por dois anos e meio . . . . p. 70

? ? 1454. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a favor de Afonso de Lisboa, besteiro da câmara do infante D. Henrique . p. 70

8 JANEIRO 1455. — Bula *Romanus pontifex* de Nicolau V, na qual o papa, depois de se referir às navegações e descobrimentos dos portugueses, efectuados à custa de muitos trabalhos, sofrimentos e despesas, sob a direcção do infante D. Henrique, em proveito da fé católica e da conversão de numerosos infiéis, concede ao rei D. Afonso V de Portugal, a seus sucessores e ao infante D. Henrique os direitos de conquista, ocupação e apropriação de todas as terras, portos, ilhas e mares de África, já conquistados ou que de futuro viessem a conquistar, desde os cabos Bojador e Não até à Guiné inclusivamente e ainda toda a costa meridional até ao extremo, e que possam ali impor leis, tributos e castigos, edificar mosteiros, igrejas e casas religiosas, cujos padroados lhes pertencerão, aprisionar os infiéis e conquistar quaisquer terras de muçulmanos e pagãos, e proíbe, por outra parte, a todos os cristãos, sejam eles quais forem, a navegação, pesca e comércio nos referidos mares e terras sem prévia licença do rei de Portugal e do infante D. Henrique, a quem pagarão tributo, tudo sob pena de excomunhão, de que não poderão ser absolvidos

Copyrighted material

sem antes repararem o mal feito ou fazerem composição amigável com D. Afonso V ou seus sucessores . . . . . p. 72

8 JANEIRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Luís Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão da barca «Santa Maria de África», a qual foi dada à cidade de Ceuta, para lhe levar mantimentos . . . . . p. 79

22 JANEIRO 1455. — Capítulos matrimoniais e desposórios celebrados em Lisboa, no paço régio, entre Fernan López de la Orden, bacharel em Direito, tesoureiro-mor da sé de Segóvia, capelão-mor do rei D. Henrique de Castela e seu conselheiro, como seu embaixador e procurador, e a infanta D. Joana de Portugal, cujas cláusulas principais são as seguintes: o casamento faz-se, por palavras de presente, entre o rei de Castela e a infanta segundo a ordem da Igreja de Roma; àquele monarca apraz casar com a dita infanta pelo amor e parentesco existentes entre si, assignar-lhe casa e câmara em seu reino e dispensar o pagamento de dote por parte do rei de Portugal; à infanta dará o rei de Castela, em arras, 20.000 florins de ouro de Aragão, para cuja segurança lhe empenha Ciudad Real com sua jurisdição e rendimentos; por câmara e para sua manutenção, haverá D. Joana a vila de Olmedo, vitalìciamente, ou se ela for requerida por D. Branca ou pelo rei de Navarra, por constituir dote daquela, o rei de Castela dará a D. Joana outra povoação de igual valia; terá a mesma infanta, de assentamento anual vitalício, para manutenção de sua pessoa e casa, desde 1 de Janeiro anterior, 1.500.000 maravedis; ela pode levar consigo, de Portugal, 12 donzelas, uma dona, a sua ama e quantas mulheres de menor condição julgar necessárias e ainda os homens e servidores precisos; pode a mesma colocar em sua casa e terras os oficiais portugueses ou castelhanos que lhe aprouver, além dos oficiais maiores, a nomear de comum acordo do casal, menos chanceler-mor, contador-mor, tesoureiro-mor e dispenseiro-mor da rainha, da livre escolha desta; ela e sua comitiva, uma vez entradas em Castela, usufruem os privilégios e liberdades dos naturais do país; a infanta será recebida por esposa pùblicamente por seu consorte, desde a sua entrada no reino de Castela até 30 dias; se aquele falecer, ela pode retirar para Portugal ou para onde lhe aprouver, mantidas contudo Ciudad Real e Olmedo e os respectivos rendimentos, mesmo havendo guerra entre os dois países, e também os 1.500.000 maravedis do seu assentamento, a ela atribuídos ainda no caso da não consumação do matrimónio; do dia em que a infanta for recebida matrimonialmente pelo procurador de el-rei, por palavras de presente, até 50 dias, o soberano de Castela enviará ao de Portugal duas cartas, por ele firmadas e seladas, de aprovação do matrimónio, por ele e pelos prelados e grandes de seu reino, sob pena de 100.000 dobras

de banda, hipotecada para o efeito a cidade de Toro; o rei de Portugal montará a casa e câmara da rainha, em vestidos, baixela, panos de armar, etc.; enviará aquela dentro de 81 dias após os desposórios e entregá-la-á em Ciudad Rodrigo ou noutro lugar indicado pelo rei de Castela; ficam sem efeito os capítulos matrimoniais firmados em 20 de Dezembro de 1453 em Medina del Campo e negociados pelo judeu Rabi Yuce, como procurador do então príncipe D. Henrique de Castela . . . p. 82

27 JANEIRO 1455. — Alvará de el-rei D. Afonso V, a autorizar João Nunes, mercador, e João Álvares, marinheiro, residentes em Lisboa, durante um ano, a levarem, em caravela ou navio, para as praias de África, nomeadamente para Anafé, Salé e Safim, as mercadorias que lhes aprouver, menos armas e ferro, e a trazerem de lá trigo e outras mercadorias para o reino, dada a carestia do pão no país, pagos os respectivos direitos régios; pelo que recomenda o monarca às justiças e demais oficiais bem como aos corsários nacionais que andarem de armada os deixem ir e vir seguramente . . . . . p. 93

27 JANEIRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Guedelha Palaçano, judeu, mercador, morador em Lisboa, a pedido do infante D. Henrique, de quem é bom servidor e dele tem grande encargo . . . . . p. 94

4 FEVEREIRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Bartolomeu Lourenço para tabelião e escrivão dos órfãos de Meda; pois, tendo sido retirada a jurisdição daquele julgado ao infante D. Henrique por sentença régia, Estêvão Eanes, pelo infante ali colocado, se recusara a pedir carta régia de confirmação do cargo . . . . . p. 95

9 FEVEREIRO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Aljezur e seu termo por cinco anos . . . . . p. 96

18 FEVEREIRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gonçalo Vasques Gorizo, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para alcaide e guarda-mor da sua moeda na cidade de Lisboa, em vez de João de Lamego, que renunciou ao cargo . . . . . p. 97

22 FEVEREIRO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a D. Álvaro de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, privilégio para seus caseiros, lavradores, amos, mordomos e apaniguados . . . . . p. 98

Copyrighted material

7 MARÇO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Luís Fogaça, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a Isabel Vasques, donzela da infanta D. Catarina, a pedido da rainha de Castela, 500 coroas de ouro além das 1000 que lhes desembargara por seu casamento e, até lhas pagar, lhes dá a tença anual de 5.000 reais brancos . . p. 98

14 MARÇO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Vasco Martins, escudeiro do infante D. Henrique, para coudel da vila de Albufeira por cinco anos, em razão do falecimento de Vasco Vicente . . . . . p. 99

15 MARÇO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a Jorge Anes, servidor do infante D. Henrique e a pedido deste, para ele andar em besta muar . . . . . p. 100

15 MARÇO 1455. — Procuração passada por Gomes Eanes de Zurara, comendador da Ordem de Cristo, morador na cidade de Lisboa, a Gonçalo Anes do Quintal, guarda que foi do senhor D. Jaime, residente em Leiria, para tomar posse e administrar, por si ou por quem ele substabelecer, os bens que a dita Ordem tem naquela vila e seu termo, os quais lhe foram doados pelo infante D. Henrique . . . . . p. 101

19 MARÇO 1455. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juízes e almotacés da sua vila de Tomar, com normas sobre o fornecimento de carne, peixe e marisco ao pessoal do castelo e do convento de Cristo da dita vila . . . . . p. 102

26 MARÇO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear João Mendes de Vasconcelos para coudel da terra de Lafões por cinco anos, como o foi Heitor Homem, que ora acabou o seu tempo . . . . . p. 103

26 MARÇO 1455. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, com capítulos especiais de Viseu às cortes de Lisboa e respectivas respostas régias, em que se transcreve o capítulo respeitante ao relego do vinho da cidade, pelo qual ela paga, anualmente, 25 coroas de ouro da moeda de França ao infante D. Henrique, a quem el-rei D. João I concedera o dito relego . . . . . p. 104

26 MARÇO 1455. — Capítulos especiais da cidade do Porto, apresentados às cortes de Lisboa daquela data, sobre a maneira como eram ali tomados e carregados navios para Ceuta e como eram tirados os dez reais para a mesma praça, com as respectivas respostas régias . p. 105

Copyrighted material

26 MARÇO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a autorizar Lançarote da Ilha, seu almoxarife na vila de Lagos, que possa mercadejar, sem embargo da Ordenação em contrário e de ele ser seu oficial . p. 106

9 ABRIL 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a João Escudeiro, marinheiro do infante D. Henrique, um ano de degredo nas Ilhas, para onde lhe fora mudado de Ceuta, por contemplação do dito infante . . . . . p. 107

9 ABRIL 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão de parte do degredo em Ceuta, a Lopo Afonso, morador em Linhares, incriminado em certos excessos e numa assuada, o qual fora preso na cadeia do infante D. Henrique, em poder de Gil Afonso, seu ouvidor, e depois, a pedido do infante D. Fernando, servira na galeota deste durante seis meses, até ela se perder . . . . . p. 109

10 ABRIL 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão do degredo em Ceuta a João Luís, juiz na vila de Álvaro, terra do infante D. Henrique, a André Esteves e a Fernando Afonso, respectivamente vereador e procurador na mesma vila, e ainda a Afonso Anes Carvalhal, por haverem sublevado os moradores da dita povoação e não terem acatado as ordens de Pedro Eanes Brandão, ouvidor do citado infante, por este lá enviado . . . . . p. 110

10 ABRIL 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar o resto do degredo a Catarina Fernandes, filha de Constança Gonçalves, de Lisboa, havia dez anos e com outros tantos de idade degredada pelo regente D. Pedro para as ilhas de S. Miguel, em razão do testemunho por ela dado sobre a morte de moço pequeno por mouros cativos, uma vez que ora ela era casada com João Afonso e este queria regressar ao reino . p. 112

16 ABRIL 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a reconhecer que D. Henrique, rei de Castela, lhe enviou no prazo estatuído de 50 dias as duas cartas a que era obrigado, de confirmação por ele e pelos prelados e grandes do seu reino dos capítulos matrimoniais firmados em seu nome por Fernan López de la Orden, seu capelão-mor, para o casamento do dito rei castelhano com a infanta D. Joana de Portugal . p. 113

20 ABRIL 1455. — Letras *Rationi congruit,* do papa Calisto III, para Estêvão Gomes, arcediago da sé de Ceuta, a confirmar alguns privilégios concedidos por Nicolau V, acerca da posse de benefícios incompatíveis, contanto que se proveja à cura de almas desses benefícios e do arcediagado . . . . . p. 115

Copyrighted material

21 ABRIL 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar Lisuarte de Curutelo, escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Pedro Gonçalves de Curutelo e de Maria Anes . . . p. 117

22 ABRIL 1455. — Sentença executória da bula *Romanus pontifex,* de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, dada pelos juízes executores D. Jaime, arcebispo de Lisboa, e D. Álvaro, bispo de Silves, e dirigida aos abades, priores, prepósitos, deães, arcediagos, chantres, subchantres, etc., cónegos das catedrais e colegiadas, reitores das igrejas paroquiais, etc., de Portugal ou de qualquer outro lugar, a notificar a apresentação da citada bula por Nuno Fernandes Tinoco, procurador de D. Afonso V e do infante D. Henrique, e o respectivo pedido de execução; pelo que D. Jaime e D. Álvaro ordenam a todos os fiéis cristãos, sob pena de excomunhão, cumpram o que na referida bula está determinado, não valendo qualquer isenção, mesmo de pessoas investidas em dignidade arquiepiscopal, episcopal, imperial, real, ducal, etc., e não podendo ser absolvidas das penas eclesiásticas enquanto não derem ao rei e ao infante reparação condigna ou não fizerem com eles composição amigável . . . . . p. 119

1 MAIO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Estêvão de Araújo, escudeiro do infante D. Henrique, e a Nuno Gonçalves, seu genro, moradores em Castelo de Vide, por ali terem ferido Estêvão Afonso, cunhado do Gonçalves, com o qual se reconciliaram . p. 122

14 MAIO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder licença a mestre Guedelha, físico e cirurgião do infante D. Henrique, para andar em besta muar . . . . . p. 123

15 MAIO 1455. — Bula *Ad summi pontificatus,* de Calisto III, a confirmar a *Et si ecclesiam* de Nicolau V, em que este concedia indulgência plenária aos que participassem na expedição contra os turcos, a suspender, temporàriamente, todas as indulgências plenárias outorgadas desde o concílio de Constança que não fossem em favor da fé e contra os infiéis, a confirmar outras a quem partisse para a cruzada ou custeasse soldados para a mesma e a obrigar todos os fiéis ao pagamento de dízima destinada à referida expedição, menos os cavaleiros da Ordem de S. João de Jerusalém que seguissem para Rodes . . . . . p. 124

17 MAIO 1455. — Carta do infante D. Henrique, dirigida ao ouvidor e juízes do julgado da sua terra de Besteiros, a ordenar-lhes reempossem Heitor de Sousa, vedor de sua casa, na quinta da Costa, do mesmo julgado, no couto do Guardão, a qual o infante lhe havia

concedido e lhe fora indevidamente tirada pelo ouvidor henriquino Gonçalo Afonso . . . . . p. 129

18 MAIO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão Gonçalves de Faria, escudeiro do infante D. Henrique, em almoxarife do seu reguengo de Algés, termo da cidade de Lisboa, com 600 reais de mantimento . . . . . p. 130

22 MAIO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a João de Lisboa de seis anos de degredo que lhe faltavam cumprir nas ilhas de que tem cargo Gonçalo Velho, por ele haver morto, numa estalagem da Rua das Esteiras, da cidade do Porto, em 1 de Janeiro de 1446, Afonso Sanches, ali morador, pelo que fora preso em Lisboa e degredado por quinze anos para as ditas Ilhas, se ele já cumprira os nove, como diz . . . . p. 132

28 MAIO 1455. — Notícia sobre o baptizado do príncipe D. João, futuro rei D. João II, efectuado na sé de Lisboa naquela data . p. 133

29 MAIO 1455. — Súplicas de João Pires, de Lisboa, ao serviço de Filipe o Bom, duque de Borgonha, a comunicar ao papa que ele e seus companheiros, há muitos anos em guerra no mar contra os turcos, se têm apoderado, pelas armas, não só de bens de muçulmanos mas também de bens de cristãos que, contra as normas da Igreja, transportam para os infiéis cereais, armas e outras mercadorias proibidas, pelo que pede licença de reter esses bens para si, o que fez até agora e tenciona fazer no futuro, e ainda que lhe permita trazer consigo capelão, secular ou religioso, que a ele e à sua gente administre os sacramentos, e possa absolvê-los mesmo de pecados reservados à Santa Sé e aplicar-lhes indulgência plenária em artigo de morte . . . . . p. 135

29 MAIO 1455. — Letras *Exigentibus tue*, do papa Calisto III, dirigidas a João Pires, cidadão de Lisboa, capitão de navio ao serviço de Filipe o Bom, duque de Borgonha, por cuja ordem, durante muitos anos, com outros cristãos combateu os turcos e outros infiéis, a conceder-lhe licença para apresar os barcos que levem armas e vitualhas aos infiéis, a permitir-lhe o uso de altar portátil em que seu capelão celebre, a conceder a este sacerdote possa confessar e absolver o dito João Pires e companheiros e a outorgar a todos eles as indulgências dos que combatem os infiéis . . . . . p. 137

1 JUNHO 1455. — Letras *Dum fidei constantiam*, do papa Calisto III, dirigidas ao cavaleiro de Lisboa Vasco Farinha, a nomeá-lo vice-almirante da esquadra cristã contra os turcos e outros inimigos da

Copyrighted material

fé católica com os respectivos direitos e obrigações, nas mesmas letras indicados, devendo, porém, antes de começar a desempenhar o cargo, prestar juramento de fidelidade perante o seu camareiro o cardeal Luís Scarampi, do título de S. Lourenço «in Damaso», ou seu substituto . p. 140

11 JUNHO 1455. — Execução da carta do infante D. Henrique de 17 de Maio de 1455, a mandar reempossar Heitor de Sousa, fidalgo e vedor da sua casa, na quinta da Costa, couto do Guardão, Besteiros, a qual lhe fora concedida pelo dito infante e indevidamente tirada pelo ouvidor henriquino Gonçalo Afonso . . . . . p. 142

20 JUNHO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear os infantes D. Fernando e D. Henrique para curadores do infante D. João, seu filho primogénito, com poderes para, em seu nome, prestarem e receberem preitos e homenagens do clero, nobreza e povo do reino . p. 143

25 JUNHO 1455. — Instrumento notarial da homenagem e juramento do príncipe herdeiro D. João, na sala grande do paço régio de Lisboa, pelos representantes do clero, nobreza e povo do reino, perante os infantes D. Fernando e D. Henrique, nomeados para o efeito por el-rei D. Afonso V . . . . . p. 146

29 JUNHO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso André, escudeiro do infante D. Henrique, morador na Covilhã, para escrivão da coudelaria daquela vila e seu termo por cinco anos . . . . . p. 152

3 JULHO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V a favor de Álvaro Gonçalves, morador em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique. . . . . p. 152

8 JULHO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Luís Cabral, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para juiz das sisas da cidade de Silves, pela renúncia de João do Rego, contador da casa do mesmo infante . . . . . p. 153

12 JULHO 14[55]. — Carta de el-rei D. Afonso V, a relevar a Fernão Gil, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Santarém, cinco meses de degredo da vila de Santarém e seu termo . . p. 154

17 JULHO 1455. — Sumário de carta de elrei D. Afonso V, a conceder a Martim Anes, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão da alcaidaria de Lisboa, que possa fazer sinal público nos documentos emanados de seu ofício . . . . . p. 155

20 JULHO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ilibar da infâmia e traição em que haviam incorrido os vivos e falecidos que se uniram ao infante D. Pedro, duque de Coimbra, contra o monarca e bem assim os seus descendentes, a repô-los em seus privilégios, isenções, prerrogativas, honras, liberdades, ofícios e benefícios eclesiásticos e seculares e a ordenar fossem destruídas as cartas régias originais em contrário e ainda os registos das mesmas onde quer que se encontrassem . p. 156

21 JULHO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a João Pacheco, filho de Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa e cavaleiro do infante D. Henrique, desde o primeiro de Janeiro anterior e enquanto sua mercê for, 4.800 reais brancos, anualmente, de mantimento para o estudo . . . . . p. 159

25 JULHO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a mestre Isaac Franco, físico e cirurgião do infante D. Henrique, a fuga do cárcere e a prisão em que incorrera . . . . . p. 160

1 AGOSTO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Pedro de Tavares, fidalgo da casa do infante D. Henrique, a justiça em que incorreu . . . . . p. 161

6 AGOSTO 1455. — Sentença executória das letras *Romanus pontifex* de 8 de Janeiro de 1455, lavrada por D. João Manuel, bispo de Ceuta, a requisição de Nuno Fernandes Tinoco, procurador de D. Afonso V e do infante D. Henrique, a ordenar aos abades, priores, prepósitos, etc., que seis dias após a apresentação das referidas letras, uma vez requeridos por parte do rei de Portugal e do infante D. Henrique, declarem excomungados todos os que se recusem, contumazmente, a acatar o conteúdo das letras citadas, opondo-se deste modo à legítima posse e expansão do domínio português ao longo da costa africana e ilhas adjacentes, para sul do Cabo Bojador . . . . . p. 163

10 AGOSTO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Fernão Leitão, a pedido do infante D. Henrique, a capela instituída outrora na sé de Viseu por João Afonso, ali morador . . . . . p. 166

22 AGOSTO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Antão Bernardes, escudeiro do infante D. Henrique, morador no Turcifal, termo de Torres Vedras, um ano de degredo em Marvão . . . p. 167

[26 AGOSTO 1455?]. — Letras *Etsi cuncti*, do papa Calixto III, dirigidas a Nuno Fernandes Tinoco, cavaleiro da Ordem Militar de San-

Copyrighted material

tiago e secretário régio, a conceder-lhe licença para guerrear os sarracenos com caravelas ou navios armados, para reduzir os prisioneiros à escravidão e ficar com os bens deles, e para ele e companheiros poderem escolher quem os absolvesse de todos os pecados, ainda dos reservados à Santa Sé, e lhes concedesse indulgência plenária em artigo de morte . . . . . p. 169

2 SETEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido de Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro-mor de Ceuta em Lisboa, lhe couta assentamento de moinho e lezíria por ele possuídos na Ribeira da Atalaia . . . . . p. 171

9 SETEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a outorgar e confirmar ao infante D. Henrique o regimento das saboarias que lhe fora dado por el-rei D. João I . . . . . p. 174

15 SETEMBRO 1455. — Memorando entregue por el-rei D. Afonso V de Aragão a mossem Berenguer Dolnis, seu conselheiro e governador do reino de Maiorca, sobre o que, da parte do dito monarca, deve expor ao duque de Sabóia e ao delfim de França, se com eles se encontrar, sobre a guerra contra os turcos, no qual ele declara estar disposto a iniciá-la o mais depressa possível e que, se o papa e outros príncipes se acharem de acordo, se alcançará tal poderio militar, que não só defenderão as terras cristãs vizinhas dos turcos, mas conquistarão as deles . p. 175

18 SETEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, de mercê a João Álvares, escudeiro da casa do infante D. Henrique, dos bens deixados por Vicente Simões, morador que foi em Punhete, actual Constância, com obrigação de mandar celebrar uma missa e trintário, anualmente . . . . . p. 176

18 SETEMBRO 1455. — Sentença de Eurico Vasques, escolar de decretos e Vigário-Geral de Lisboa, no pleito movido pelo mosteiro de S. Vicente de Fora, da mesma cidade, contra João de Loures, residente nos Olivais, sobre servidão requerida pelo mosteiro em quinta do cabido, já outrora contestada pelo emprazado Pero Delgado, escudeiro do infante D. Henrique, cuja acção se historia . . . . . p. 178

10 OUTUBRO 1455. — Memorando entregue pelo rei de Aragão a Martim Mendes de Berredo, embaixador português, no qual, em resposta a pergunta do rei de Portugal sobre se o soberano aragonês tencionava ir pessoalmente contra o turco e acerca de outras particularidades sobre o mesmo assunto, o rei de Aragão responde: que, apesar de outros

Copyrighted material

príncipes cristãos se não unirem a si em defesa da Cristandade, deliberou marchar, pessoal e imediatamente, contra o turco com o maior exército marítimo que possa, constituído por vassalos seus e por outras pessoas, porquanto seu poder bastará; que já ordenou preparativos em seus reinos para tal efeito, sem qualquer ajuda das potências italianas, embora suponha que elas, e nomeadamente o santo padre, que procura as galés que pode, não deixarão de cumprir o seu dever; que, se alguma das ditas potências ou outras resolverem associar-se-lhe no dito feito, ele transmitirá ao rei de Portugal as convenções, capítulos, pactos e demais particularidades em que assentarem; enfim, que ele, rei de Aragão, tem na Albânia alguns castelos e terras para defesa daquela província contra o avanço do crescente que, de outra sorte, já se houvera processado pelas vias de Hungria ou de Itália . . . . . p. 182

10 OUTUBRO 1455. — Memorando dado por el-rei D. Afonso V de Aragão ao embaixador português Martim Mendes de Berredo sobre o que ele deve dizer ao infante D. Fernando de Portugal, em resposta ao que aquele lhe expusera, em seu nome, acerca da ida do infante para Ceuta, dos motivos que a isso o levaram, das razões por que só agora lho participou e da sua resolução de prosseguir na guerra contra os mouros, por conselho dos do reino de Portugal, prejudicada aliás pela peste em Ceuta, por motivo da qual e em obediência às ordens do seu soberano retirara para o país; quanto à deliberação do rei aragonês sobre a guerra contra o turco, o monarca reporta-se ao Memorando da mesma data de resposta ao rei de Portugal . . . . . p. 185

9 NOVEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, de apresentação de seu embaixador mossem Vasco de Gouveia, que vem tratar de certos negócios, e a quem deu especial encargo de reaver galé do soberano aragonês, a qual fora capitaneada por Pedro Vidal e que, em tempo da regência do infante D. Pedro, sem que ela tivesse feito qualquer dano a fustas ou vassalos portugueses, fora tomada por certas caravelas de Portugal; da qual galé o rei de Aragão agora necessita para a armada de muitas galés e outras fustas que contra o turco tem deliberado fazer . . . . . p. 186

9 NOVEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao infante D. Fernando de Portugal, duque de Beja e senhor de Serpa, etc., de apresentação e recomendação de seu emissário mossem Vasco de Gouveia, a quem pede oiça nos assuntos que, de sua parte, lhe expuser . p. 187

29 NOVEMBRO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Lopo da Moita, seu vassalo, escudeiro, criado do infante D. Henrique, para escrivão da coudelaria da vila de Tomar por cinco anos p. 188

Copyrighted material

9 DEZEMBRO 1455. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, de privilégio a mestre Jacob, cirurgião do infante D. Henrique, residente em Lamego . . . . . p. 189

12 DEZEMBRO 1455. — Carta do genovês António Usodimare a seus credores, na qual ele lhes refere: haver navegado, em caravela, para as partes de Guiné e chegado aonde nenhum cristão chegara, ou seja a 800 milhas, e encontrado o rio Gâmbia, de amplíssima foz, no qual entrou e onde, tomado por inimigo, foi atacado pelos indígenas com arcos e setas envenenadas; pelo que, regressou e, a cerca de 70 léguas, um nobre negro lhe dera 40 escravos, dentes de elefante e almíscar, em troco de panos, e mandou consigo secretário ao rei de Portugal, com alguns escravos, o qual se comprometeu a tratar paz com o rei de Gâmbia; e que o soberano português o quisera excluir de tal empresa, mas veio a anuir, e volta a fretar caravela, em que levará carregamento dos servidores do infante, para retomar o negócio; que, por terra firme, estivera a menos de 300 léguas do território do Preste João e, se houvesse podido demorar, ter-se-ia avistado com capitão do rei de Melli, o qual se encontrava a seis jornadas com 100.000 homens e com ele 5.000 cristãos do Preste João; que topou lá um italiano, talvez das galés dos Vivaldi, perdidas havia 170 anos; que lhe falaram de elefantes, unicórnicos, gatos de algália e de homens de cauda que devoravam os próprios filhos; que, se navegasse mais um dia, haveria perdido a estrela polar, mas não o pudera fazer pela escassez de víveres e não poderem os homens brancos alimentar-se da comida dos negros, sob pena de adoecerem e morrerem; que o ar é bom, a terra belíssima e sita quase no equinócio; roga-lhes, enfim, aguardem mais seis meses o que lhes deve, tanto mais que se inscreve no seguro, embora aquelas águas sejam como as do porto de Génova p. 191

19 DEZEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique e escrivão do almoxarifado de Lagos, que possa fazer sinal público nos documentos do seu ofício e a ordenar os registe em livro . . . . . p. 194

20 DEZEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Ferreira, escudeiro da casa do infante D. Henrique, para almoxarife em Ceuta, a pedido do infante . . . . . p. 195

24 DEZEMBRO 1455. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar seis meses a Lopo Infante, escudeiro régio, que fora degredado por um ano da corte, por agressão, e por cujo perdão o infante D. Henrique se interessava . . . . . p. 196

7 JANEIRO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gomes Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para tabelião das notas, como o era Álvaro Eanes, que renunciou ao cargo p. 197

9 JANEIRO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Fernão Vaz, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Évora, por ter ferido Luís de Gaia, residente na mesma cidade . . . . p. 197

12 JANEIRO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar soltem João Fernandes, lavrador, morador em Idanha-a-Velha, preso havia uns dez meses, por ter injuriado o juiz daquela povoação e condenado na Relação a ser açoutado pùblicamente; pois, a pedido do infante D. Henrique, o monarca lhe relevara a pena, contanto que o preso pagasse 2.000 reais brancos para as obras da Relação, o que ele satisfez . . . p. 199

23 JANEIRO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Rui Guterres, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão do almoxarifado de Castro Marim e de Alcoutim e ainda das sisas da primeira daquelas localidades . . . . . p. 200

31 JANEIRO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Afonso Viles, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Sátão, para escrivão da coudelaria de Penalva, Sátão, Rio de Moinhos, Gulfar e seus termos, por cinco anos, lugar vago por Gonçalo Gil não haver tirado a respectiva carta . . . . . p. 201

3 FEVEREIRO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Aljezur, para escrivão das sisas daquele lugar . . . . . p. 201

4 FEVEREIRO 1456. — Acta do Senado da Senhoria de Veneza, na qual, em resposta a carta de el-rei D. Afonso V de Portugal, enviada por seu embaixador Dr. João Fernandes da Silveira, sobre a disposição da dita Senhoria acerca da guerra contra o turco e das facilidades que concederia à armada portuguesa que contra ele se enviasse, depois de sublinhar as tradicionais boas relações entre a referida República e Portugal, se afirma: não haver constituído surpresa para o dito Senado a deliberação assumida pelo rei de Portugal, pois são sobejamente conhecidas de todos as gloriosas operações portuguesas durante tantos anos levadas a cabo contra os seus vizinhos infiéis, de sorte que se louva o propósito do monarca de experimentar também as suas forças contra os turcos, juntamente com outras potências cristãs; quanto à intenção dos venezianos sobre o particular, numerosos factos atestam como seus ante-

Copyrighted material

passados e eles próprios sempre estiveram prontos para agir contra os infiéis, sem olharem a perigos e despesas, de maneira que, quando virem os demais príncipes e forças cristãs moverem-se contra os turcos, màximamente por terra, porque para os subjugar se necessita sobretudo de poderoso exército terrestre, sem o qual pouco ou nada se conseguirá, que então se determinarão; quanto ao compromisso do fornecimento de vitualhas e de outras vantagens em seus portos, terras e lugares, quando o rei de Portugal transitar pelos mesmos com sua armada, tenha o soberano a certeza de que serão tão bem recebidos e tratados nas terras venezianas como em sua própria pátria; certo é haver sido péssima a sua colheita de cereais de dois anos, do que têm grande penúria, entretanto, da sua parte de bom grado se fará o que se puder; enfim, se o embaixador solicitar carta patente sobre o assunto, seja-lhe passada, a respeito das garantias e das vitualhas . . . . . p. 203

5 FEVEREIRO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Álvaro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz das sisas de Aljezur . . . . . p. 204

6 FEVEREIRO 1456. — Carta do infante D. Henrique a Fr. Afonso Vasques de Sousa, claveiro da Ordem de Cristo e comendador da Redinha, a informá-lo de que os cavaleiros da Ordem são isentos como os frades ou clérigos de Ordens Sacras e beneficiados; pelo que, embora citados perante os corregedores, para efeitos crimes ou cíveis só responderão pela forma e nos casos em que respondem aqueles, não devendo os corregedores expor-se à excomunhão, intrometendo-se no assunto, que lhe incumbe a ele, infante, por virtude dos privilégios da Ordem; e por isso pede a el-rei se digne guardar-lhe a pequena jurisdição que tem . p. 205

10 FEVEREIRO 1456. — Letras *Religionis zelus*, do papa Calisto III, dirigidas a Fr. Afonso Velho, dominicano, professor de teologia e confessor do infante D. Henrique, a absolvê-lo de todas as penas eclesiásticas em que porventura haja incorrido, a conceder-lhe possa receber dois benefícios eclesiásticos, seculares ou regulares, e ser provido em mosteiro ou abadia, mesmo da Ordem de Cister, apesar de professo na dos Pregadores, e a conceder-lhe também a faculdade de conservar esses benefícios, no caso de ser promovido a bispo, abade de mosteiro, etc. p. 207

15 FEVEREIRO 1456. — Letras *Cum itaque*, do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves, a nomeá-lo legado da Santa Sé em Portugal para a cruzada contra os turcos, na qual cruzada se espera siga o rei de Portugal em pessoa, com numeroso exército, e a conceder-lhe poderes para obrigar as Ordens Militares de Cristo, Avis, Santiago e

S. João de Jerusalém a que vão combater os turcos, sob pena de excomunhão e de privação de ofícios e benefícios, cabendo a D. Álvaro o direito de entregar os referidos ofícios e benefícios dos que se recusarem a partir em pessoa, não estando legìtimamente impedidos, a outros membros das mesmas Ordens Militares, dispensando-os para isso de qualquer irregularidade, e devendo os que não puderem partir arranjar quem vá em seu lugar . . . . . p. 213

15 FEVEREIRO 1456. — Letras *Quoniam alto,* do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves e legado «a latere» da Santa Sé junto do rei D. Afonso V de Portugal, a regular e especificar a acção do mesmo legado no que respeita à participação portuguesa na cruzada contra os turcos, com poderes para ordenar o que fosse necessário para a expedição naval de Portugal e, pessoalmente ou por delegados seus, levantar a dízima das rendas de todos os benefícios eclesiásticos, mesmo isentos, e encarregar os pregadores e confessores de exortar o povo a contribuir pecuniàriamente para a cruzada em referência . . p. 216

15 FEVEREIRO 1456. — Letras *Audita credulitate,* do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves e núncio da Santa Sé em Portugal, a conceder-lhe poderes para julgar sumàriamente todos os que possuam benefícios eclesiásticos contra as regras do direito canónico e aplicar as rendas já recebidas à cruzada contra os turcos, pois a dízima dos benefícios eclesiásticos não basta para as despesas da sobredita cruzada . . . . . p. 222

15 FEVEREIRO 1456. — Bula *Etsi cuncti,* de Calisto III, na qual ele, atendendo ao perigo de ser invadida pelos muçulmanos a cidade de Ceuta, guardada por poucos cristãos, o que seria vergonha grande para a Cristandade e ameaça para toda a Península Ibérica, manda que cada uma das quatro Ordens Militares existentes em Portugal funde e mantenha à sua custa convento em Ceuta e que cada mestre ou prior das ditas Ordens envie para lá, cada ano, por seu turno, a terça parte de seus freires para, juntamente com os cavaleiros e moradores da cidade, a defenderem durante um ano à sua custa, devendo os que não possam ir por impedimento provado mandar alguém por si, e isto sob pena de excomunhão reservada ao papa, excepto em artigo de morte, e privados ainda os que desobedeçam de suas comendas, ofícios e benefícios, que podem ser dados a outrem, professo na respectiva milícia e que deseje viver em Ceuta . . . . . p. 226

16 FEVEREIRO 1456. — Letras *Cum te,* do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves e núncio da Santa Sé em Portugal, a

conceder-lhe poderes para avaliar, por si mesmo, o valor da dízima a pagar, destinada à cruzada contra os turcos, com ordens para urgir o seu pagamento às Ordens de Cristo, Avis, S. Jerónimo, S. Antão, S. Jorge de Alga e Frades Mendicantes, e licença para conceder a graça da absolvição de pecados, mesmo dos reservados à Santa Sé, uma vez na vida e em perigo de morte, mediante confissão a sacerdote escolhido pelo penitente e pagamento de cinco florins para a sobredita cruzada, afora os pobres, que pagarão conforme as suas posses, e também para levantar interditos, de acordo com quem os fez lançar, absolver clérigos e religiosos de excomunhão, suspensão e demais penas canónicas, até por abandono do hábito e fuga de mosteiro, contanto que voltem à vida religiosa, sendo-lhes então lícito celebrar missa, frequentar sacramentos, receber benefícios, etc., devendo as pessoas interditadas pagar antes a respectiva dízima e as que pedirem dispensa de voto da peregrinação contribuir para a cruzada com o que despenderiam nela . . . . . p. 230

17 FEVEREIRO 1456. — Letras *Dum onus,* do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves, seu legado para a expedição contra os turcos, a conceder aos eclesiásticos que entrem na cruzada licença de porte de arma, podendo matar e ferir enquanto a guerra durar, como se fossem soldados, a autorizar o uso de altar portátil pelo rei, caso ele vá, e pelas pessoas principais, e a conceder ao monarca, a seu tio o infante D. Henrique e parentes, assim como a leigos e clérigos da cruzada possam escolher confessor que os absolva de todos os pecados, mesmo dos reservados à Santa Sé, recebendo, além da indulgência da cruzada, uma indulgência plenária após a expedição, devidamente arrependidos e confessados, com propósito de não reincidirem . . . . . p. 234

20 FEVEREIRO 1456. — Letras *Longa diu,* do papa Calisto III, para D. Jaime de Portugal, arcebispo eleito de Lisboa, a nomeá-lo cardeal diácono de S. Eustáquio, devendo os outros cardeais, em caso da morte do papa, proclamar a elevação de D. Jaime ao cardinalato antes do próximo conclave e dentro de um dia após a notícia da sobredita morte, a fim de ele ter voz activa e passiva na eleição do próximo pontífice . p. 241

23 FEVEREIRO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Estêvão de Moura, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Messejana e de Casével . . . . . p. 244

23 FEVEREIRO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Pedro Eanes, escudeiro de Luís Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Benavente . . . . . p. 245

24 FEVEREIRO 1456. — Letras *Quanto magis,* do papa Calisto III, dirigidas ao infante D. Henrique, a conceder que seus capelães, nas viagens feitas em seu serviço, possam continuar a receber os frutos e rendimentos dos respectivos benefícios e cargos e a arrendá-los a outras pessoas, mesmo leigas . . . . . p. 246

24 FEVEREIRO 1456. — Letras *Ferventissima tua,* do papa Calisto III, dirigidas ao infante D. Henrique, a permitir-lhe escolher para seu confessor qualquer sacerdote religioso ou secular, com poderes para o absolver de quaisquer pecados, excomunhão, suspensão, censura, etc., mesmo quando reservados à Santa Sé, e com faculdades para comutar votos . . . . . p. 249

26 FEVEREIRO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Vasco Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, os bens móveis e de raiz de David Malom, judeu de Lagos, o qual os perdera para o monarca, em razão de ter avisado por carta o alcaide dos mouros de Safim de que ia ali caravela portuguesa espiar a povoação, para a tomar . . . . . p. 250

26 FEVEREIRO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a João Correia, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a rogo daquele e por atenção a este, a dívida contraída pelo sogro do primeiro, Diogo Gonçalves de Castelo Branco, quando tesoureiro da moeda em Lisboa, cargo de que ele ainda não havia prestado contas . . . . p. 251

27 FEVEREIRO 1456. — Letras *Ex debito,* do papa Calisto III, dirigidas ao Vigário-Geral do arcebispo de Lisboa, sobre escambo ou troca da igreja paroquial de Povos, do padroado real, por certas comendas de Mogadouro, da Ordem de Cristo, a ordenar ao sobredito vigário investigue da existência de qualquer iliceidade ou simonia e, se as houve, faça repor tudo no primeiro estado . . . . . p. 252

27 FEVEREIRO 1456. — Letras *Dum in nostre,* do papa Calisto III, dirigidas a el-rei D. Afonso V, nas quais o pontífice louva os trabalhos dos portugueses em favor da exaltação da fé cristã e confirma ao monarca, a seus sucessores e mandatários a licença outrora dada a el-rei D. Duarte pelo papa Eugénio IV de comerciar com os sarracenos, excepto em ferro, madeira, cordame, navios e armas . p. 255

27 FEVEREIRO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Gonçalo Garcia, escudeiro do infante D. Henrique, possa andar em besta muar . . . . . p. 257

Copyrighted material

29 FEVEREIRO 1456. — Letras *Apostolice sedis,* do papa Calisto III, a confirmar as bulas de Eugénio IV e de Nicolau V, que desmembraram e separaram das dioceses de Tui e de Badajoz os bens que elas tinham no reino de Portugal e os incorporaram no bispado de Ceuta, em vista da sua pobreza, devendo tais bulas ter plena validade e não ser abrangidas por qualquer revogação de uniões, seja qual for a sua forma . . . . . p. 258

2 MARÇO 1456. — Extractos de carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, do que recebeu e despendeu nos anos de 1453 e 1454, com verbas relativas ao próprio, ao infante D. Henrique, a pessoal henriquino e a expedições à Guiné . . . p. 264

5 MARÇO 1456. — Carta do infante D. Henrique com capítulos que lhe apresentou a câmara de Tomar e respostas do infante sobre direitos da vila e da Ordem de Cristo, no respeitante a julgamento dos feitos da alcaidaria, a pagamento do costume dito «cavalaria», ao gado extraviado, aos deveres dos porteiros e do alcaide pequeno, ao pagamento de determinados direitos e impostos sobre a venda do pão, de peixe e de panos de cor . . . . . p. 267

6 MARÇO 1456. — Letras *Tanta est deuotionis,* do papa Calisto III, para o bispo de Évora, a conceder ao rei D. Afonso V licença para ficar com os bens de Fernando Álvares, deão de Évora, falecido, em vista das necessidades da defesa de Ceuta, sob condição de isto não ir contra a última vontade do sobredito deão, em seu testamento . . . p. 275

6 MARÇO 1456. — Letras *Ad hoc omnipotens,* do papa Calisto III, dirigidas aos bispos de Silves e de Tagaste e a Fr. Afonso Velho, dominicano, professor de teologia, nas quais, a pedido de el-rei D. Afonso V, o absolve e aos prelados e demais pessoas de qualquer sentença, censura ou pena em que hajam incorrido por o monarca ter pedido e obtido subsídio de prelados, de outros eclesiásticos e de religiosos para ocorrer às avultadas despesas com o casamento da infanta D. Joana, sua irmã, sem prévia licença da Santa Sé . . . . . p. 276

6 MARÇO 1456. — Extractos de carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a João Afonso, recebedor da sisa dos panos de cor de Lisboa durante os anos de 1452 a 1454, inclusivamente, com referências ao infante D. Henrique, a Ceuta e a Tânger . . . . . p. 278

8 MARÇO 1456. — Letras *Religionis zelus,* do papa Calisto III, dirigidas ao dominicano e mestre em teologia Fr. Afonso Velho, confessor e conselheiro do infante D. Henrique e embaixador do rei de Portugal, a nomeá-lo capelão honorário e penitenciário-menor da Sé Apostólica, com os privilégios respectivos . . . . . p. 281

12 MARÇO 1456. — Letras *Cum te,* do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro Afonso, bispo de Silves e encarregado pelo papa de pedir a D. Afonso V ajuda contra os turcos, a dar-lhe faculdades para conceder cinco benefícios vagos ou que venham a vagar a pessoas idóneas, com as condições de, se elas possuírem qualquer benefício incompatível com o que lhes der agora o bispo de Silves, deverem as mesmas renunciar ao dito benefício, a não ser que tenham privilégio em contrário da Santa Sé, e de pagarem também anata do novo benefício, destinada à guerra contra os turcos . . . . . p. 283

13 MARÇO 1456. — Bula *Inter cetera,* de Calisto III, a confirmar a *Romanus pontifex* de Nicolau V de 8 de Janeiro de 1455, a pedido de el-rei D. Afonso V e do infante D. Henrique, e a conceder perpètuamente à Ordem de Cristo o poder, domínio e jurisdição espirituais sobre as terras, portos, vilas, ilhas e lugares já adquiridos ou que viessem a sê-lo desde os Cabos Bojador e Não e por toda a Guiné e costa meridional até aos índios, pelo dito infante subtraídos aos sarracenos e conquistados para a religião cristã, exercida aquela jurisdição pelo Prior-mor da citada Ordem, como costumam exercê-la os Ordinários, considerados os referidos territórios *nullius dioecesis,* podendo portanto o dito Prior prover os benefícios eclesiásticos, com cura ou sem cura, seculares ou regulares de qualquer Ordem, nas ditas terras, e proferir sentenças, impor censuras e penas eclesiásticas, como fazem os demais Ordinários . p. 286

13 MARÇO 1456. — Letras *Diuina supereminens,* do papa Calisto III, dirigidas ao infante D. Fernando, duque de Beja e Mestre da Ordem de Santiago, a permitir-lhe possa administrar igualmente o Mestrado da Ordem de Cristo ou de qualquer outra Ordem Militar e receber os respectivos rendimentos, pois tenciona fazer guerra aos infiéis de Marrocos, e a confirmar-lhe os privilégios anteriormente por ele recebidos, nomeadamente a concessão de Eugénio IV para D. Fernando, embora casado, continuar Mestre da Ordem de Santiago em Portugal . p. 289

14 MARÇO 1456. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e almotacés da sua vila de Tomar, a ordenar-lhes cumpram as ordens que dera sobre o fornecimento de carne ao convento de Cristo

e que não eram cumpridas, sob pena, para os carniceiros que não as executassem, de duas arrobas de carne por cada falta . . . p. 292

16 MARÇO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Subtil, escudeiro do infante D. Henrique, para um dos dois cargos que João Anes Fogaça exercia em Cabeço de Vide e em Fronteira, o qual era compelido, por sentença, a optar por um deles . . . . . p. 292

17 MARÇO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Diogo Subtil, escudeiro do infante D. Henrique, para administrador de capela instituída na vila de Fronteira por testamento de Gens Lourenço. p. 293

18 MARÇO 1456. — Letras *Ex apostolice,* do papa Calisto III, dirigidas ao bispo de Silves e ao prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a confirmar e a aprovar o acordo, depois de concluído e registado em letras autênticas e público documento, sobre determinados rendimentos, campos e direitos de jurisdição espiritual, sobre que havia litígio entre os bispos e cabidos de Coimbra e da Guarda, por um lado, e o infante D. Henrique, governador da Ordem de Cristo, e os freires da mesma Ordem, pelo outro . . . . . p. 295

23 MARÇO 1456. — Letras *Cum te,* do papa Calisto III, dirigidas a D. Álvaro, bispo de Silves, pela Santa Sé enviado ao reino de Portugal, como legado seu «a latere», a fim de tratar de negócios importantes, sobretudo de solicitar socorro contra os turcos, nas quais o pontífice lhe concede possa receber quaisquer benefícios eclesiásticos, seculares ou regulares, de seis pessoas que os tenham obtido ou venham a obter simplesmente ou os queiram resignar, por motivo de permutação, e os possa conferir a pessoas idóneas . . . . . p. 297

27 MARÇO 1456. — Letras *Religionis zelus,* do para Calisto III, dirigidas a Estêvão de Loulé, professo na Ordem dos Frades Menores, o qual, inflamado pelo zelo da fé, durante três anos missionara nas mais afastadas ilhas das Canárias, ali passara ásperos e graves trabalhos e se oferecera ao infante D. Henrique, de quem é capelão, para continuar a trabalhar lá ou onde ele indicasse, nas quais, a pedido de Fr. Estêvão e do dito infante, ele é autorizado a viver fora da Ordem, conservando porém o hábito, ou junto do dito infante e no lugar que ele indicar, sendo-lhe lícito usufruir qualquer benefício eclesiástico, mesmo de cura de almas, achando-se então e enquanto permanecer fora da Ordem sujeito ao Ordinário do lugar . . . . . p. 300

Copyrighted material

1 ABRIL 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão aos reis de Portugal e de Castela, a recomendar-lhes Fr. Pedro dal Busson de Montel, comendador de Solmans e embaixador do Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e convento de Rodes, o qual vem cobrar as receitas em atraso do dito convento e ordenar defendam os comendadores e demais religiosos aquela ilha contra os turcos, atento o seu valor estratégico, pois é refúgio e defesa dos peregrinos que vão a Jerusalém e dos cristãos que seguem para o Levante com mercadorias, ou para atacar os pagãos e constitui ainda barreira marítima contra os infiéis, em defesa da Cristandade . . . . . p. 302

2 ABRIL 1456. — Letras *Preclare deuotionis,* do papa Calisto III, endereçadas aos bispos de Silves e de Ceuta e ao abade do mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, a ordenar-lhes guardem quinze benefícios eclesiásticos não reservados à Santa Sé para outras tantas pessoas a nomear pelo infante D. Henrique, em razão das suas virtudes e dos serviços por ele prestados à defesa e dilatação da fé católica, como fortíssimo e intrépido atleta . . . . . p. 304

3 ABRIL 1456. — Letras *Sincere deuotionis,* do papa Calisto III, dirigidas a Fr. Afonso Velho, dominicano, professor de teologia, penitenciário menor, capelão pontifício e embaixador do rei de Portugal, a conceder-lhe, a seu pedido, que quem assista a seus sermões devidamente contrito e confessado lucre, por cada vez, 100 dias de indulgência, a dar-lhe faculdades para que possa absolver, anualmente, dez pessoas de pecados reservados à Santa Sé, para conferir a quatro confrades dominicanos as honras e insígnias de mestres em teologia, mesmo com o curso incompleto, desde que sejam idóneos, a outorgar-lhe possa jubilar quatro frades da sua Ordem e, enfim, absolver os familiares do infante D. Henrique, de quem é confessor e conselheiro, dos pecados reservados à Santa Sé . . . . . p. 308

10 ABRIL 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Rui de Melo, fidalgo de sua casa, a tença anual de 45.000 reais brancos, enquanto lhe não possa liquidar as 4.500 coroas de ouro que lhe prometera por seu casamento com D. Isabel de Meneses, donzela da falecida rainha . . . . . p. 310

20 ABRIL 1456. — Salvo-conduto do papa Calisto III, para que Paulo Húngaro, de Santa Maria de África, freire da Ordem de Cristo, possa percorrer sem dificuldades nem pagamentos de portagens, etc., os estados pontifícios e demais reinos da Cristandade e entrar em contacto

com vários lugares e povos, mesmo sarracenos, a fim de tratar de determinados assuntos e remir, sobretudo, seu irmão cativo e outros prisioneiros cristãos . . . . . p. 311

28 ABRIL 1456. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Calisto III, a rogar-lhe nomeie Frei Estêvão de Loulé, da diocese de Silves, professo na Ordem Franciscana, Leitor Parisiense e seu capelão comensal, para capelão pontifício e lhe conceda que possa receber benefício eclesiástico, com cura ou sem ela, secular ou de qualquer Ordem regular, administrá-lo, retê-lo e permutá-lo enquanto viver; pois, com licença e ordem de seu prelado e a instância dele, infante, passou já três anos em certas ilhas Canárias, dominadas pelo mesmo D. Henrique, e com grandes trabalhos, mas frutuosamente, ali semeou a palavra de Deus entre os seus habitantes e vai evangelizar outras ilhas pagãs, contíguas daquelas. Concedido . . . . . p. 313

28 ABRIL 1456. — Letras *Virtutibus clarens,* do papa Calisto III, dirigidas a Frei Estêvão de Loulé, franciscano, a nomeá-lo seu capelão, a pedido do infante D. Henrique, com os respectivos privilégios e isenções, a fim de melhor poder missionar as ilhas Canárias mais afastadas, sujeitas ao dito infante, para onde ele tenciona partir, por indicação de D. Henrique . . . . . p. 315

28 ABRIL 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a ordenar sejam pagos a Álvaro Pires de Távora, do seu conselho, no almoxarifado da Torre de Moncorvo, os 50.000 reais que ainda lhe eram devidos do seu casamento com D. Leonor da Cunha, em vez das rendas das comendas de Mogadouro e Penarroias que lhe havia doado, por ter devolvido aquelas à Ordem de Cristo, considerada simonia a troca feita pelo monarca com o infante D. Henrique da igreja de Povos, do padroado régio, pelas ditas comendas . . . . . p. 316

29 ABRIL 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gil Eanes, criado do infante D. Henrique, morador em Alenquer, no cargo de escrivão dos órfãos da referida vila e seu termo como o fora em vida da rainha, cuja era aquela terra . . . . . p. 318

1 MAIO 1456. — Extractos de carta de el-rei D. Afonso V, de quitação a Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, do que recebeu e despendeu nos anos de 1451 e 1452, com verbas relativas ao próprio, ao infante D. Henrique, a pessoal deste, à Guiné e ao embaixador do Preste João . p. 319

1 MAIO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Álvaro de Abreu, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, o lugar de vedor dos vassalos de Elvas, até aí desempenhado por Fernão da Silva, que nele cometera erros . . . . . p. 323

4 MAIO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Gil Eanes, criado do infante D. Henrique, no cargo de inquiridor do número em Alenquer e seu termo, pelo modo como o fora em vida da rainha sua mulher, que dele lhe dera carta . . . . . p. 324

4 MAIO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Pedro Gomes, escudeiro da casa do infante D. Henrique, as casas e bens móveis ilegalmente deixados em testamento por João Afonso, clérigo de missa e bacharel que foi em Évora, a Clara Geraldes, sua manceba . p. 325

10 MAIO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a doar a Gonçalo Mesurado, seu cavaleiro, desde 1 de Janeiro anterior, para sua manutenção, 6.000 reais brancos, pagos anualmente na fazenda régia . p. 326

21 MAIO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, com disposições várias sobre duas cédulas testamentárias da falecida rainha D. Isabel, sua mulher, a primeira de 5 de Fevereiro de 1452, considerada pelo monarca inválida como testamento, por falta de testemunhas e por depois da sua redacção terem nascido dois filhos do casal ali não contemplados, mas válida como codicilo feito abintestado, e a segunda também inválida, por inacabada . . . . . p. 327

24 MAIO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Gonçalo Eanes da Costa, criado do infante D. Henrique, para carcereiro da cadeia da correição da Beira como o era Diogo Álvares, que renunciara ao cargo . . . . . p. 335

28 MAIO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a nomear Fernão Vasques, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz dos órfãos, judeus e mouros em Alenquer e seu termo . . . . p. 335

28 MAIO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a aposentar, com os privilégios respectivos, Rui Gomes, escudeiro, seu vassalo e tabelião geral, residente em Viseu, a pedido de Rui Gomes da Silva, fidalgo da casa do infante D. Henrique, embora ele não tenha a idade legal. p. 336

6 JUNHO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão do Porto, escudeiro do infante D. Henrique, em escrivão

Copyrighted material

dos órfãos e resíduos de Alvaiázere e seu termo, assim como o fora em tempo da rainha, que Deus aja . . . . . p. 337

7 JUNHO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar Fernão do Porto, escudeiro, criado do infante D. Henrique, em escrivão do almoxarifado de Alvaiázere, pela forma que o fora em vida da rainha, sua mulher . . . . . p. 338

7 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao concelho de Guimarães a carta de el-rei D. João I datada de 9 de Dezembro de 1427, com a resposta a certos capítulos apresentados pelo referido concelho nas cortes de Lisboa daquele ano, sobre arneses tomados pelo infante D. Henrique quando foram para Ceuta . . . . . p. 338

8 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Fernão de Gouveia, escudeiro do infante D. Henrique, culpado no homicídio de Diogo Afonso, de Évora, com a obrigação de servir três anos em Ceuta, sendo os dois primeiros à sua custa . . . . . p. 339

8 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a privilegiar Fernão Gil, morador em Avelãs, a pedido do infante D. Henrique . p. 341

9 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a Fernão Delgado, escudeiro do infante D. Henrique, casado com irmã de Tristão inglês, do tempo que lhe faltava cumprir da pena de degredo de dois anos em Ceuta, onde estava há oito meses . . . . . p. 342

9 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, de perdão a João Rodrigues, filho de João Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, preso na cidade de Évora, por ali haver ferido Alé de Ceuta, mouro forro, mas evadido da cadeia daquela cidade, indultado pelo monarca em razão do perdão geral promulgado por causa da sua ida contra o turco, contanto que ele vá servir um ano em Ceuta à sua custa, com segurança até 1 de Março de 1457, para tratar das suas coisas, durante a qual não pode ser preso e lhe é permitido andar por todo o reino . . . . . p. 343

9 JUNHO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, a justiça a que era obrigado por certa morte e por outros desacatos . . . p. 345

14 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Estêvão Vasques Subtil, escudeiro do infante D. Henrique, morador em Elvas, a justiça a que era obrigado por ter ferido Lourenço Anes, morador na dita vila . . . . . p. 346

16 JUNHO 1456. — Sumário de carta de el-rei D. Afonso V, a conceder a Diogo de Barros, escudeiro, criado do infante D. Henrique, morador em Gouveia, o privilégio dos mordomos, apaniguados e lavradores para a comarca e correição de Trás-os-Montes . . . . . p. 348

17 JUNHO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, a perdoar a Pedro de Carvalhais, escudeiro da casa do infante D. Henrique, a justiça a que era obrigado pela morte de Vasco Esteves, contanto que vá servir três anos em Ceuta, os dois primeiros à sua custa . p. 348

18 JUNHO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, com a resposta a certo capítulo apresentado por Viana do Castelo, Ponte do Lima e Vila do Conde nas cortes de Lisboa de 1456, em que solicitaram não fossem obrigados pelos oficiais régios a transportar, em suas caravelas grandes, couros e pão para Ceuta nos meses de Janeiro e Fevereiro, quando delas necessitavam para o transporte da pesca, de que viviam, sobretudo para o Levante . . . . . p. 349

20 JUNHO 1456. — Carta de el-rei D. Afonso V de Portugal ao duque de Milão, Francesco Sforza, a comunicar-lhe: que, atentas as aflições do povo do Oriente, oprimido pela insolente barbaridade dos turcos, alguns príncipes cristãos se moveram a reprimi-la; que também o santo padre apoia plenamente aquela obra de piedade e de religião, pois lhe escreveu e aos demais príncipes, rogando-lhes cooperassem na referida finalidade; que, embora envolvido nos cuidados do país e na luta armada que, há perto de quarenta e um anos, o reino sustenta contra os sarracenos de África, vizinhos da sua cidade de Ceuta, considera a piedade da obra em causa e a necessidade da fé e da Igreja de Deus, pelo que, após madura deliberação, resolveu deixar os homens de armas necessários à guarda da dita cidade e ao regime e defesa do país e partir para o santo padre pessoalmente, com exército conveniente, e dali, juntamente com outros príncipes e segundo as ordens pontifícias, marchar contra os citados infiéis; que, posto fosse já esse o seu desejo, o decreto pontifício lhe conferiu autoridade e lhe acrescentou o mérito; enfim, que entendeu lhe seria grato transmitir-lhe esta sua determinação por escrito . p. 351

20 JUNHO 1456. — Extracto de carta de el-rei D. Afonso V, em resposta a capítulo de Aveiro, apresentado às cortes de Lisboa de 1456, em que os respectivos procuradores se queixaram do exagerado número de privilegiados no burgo de Águeda, termo da dita vila, por cartas régias, das rainhas e do infante D. Henrique, a ponto de não terem quem fizessem jurado e a terra estar sem justiça . . . . . p. 353

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

A DO BINDEL, aldeia, 61.
ABRANCHES (Joaquim dos Santos), 72, 119, 226, 255 e 286.
ABRAYM (Frei), do mosteiro de S. João de Jerusalém, Ordem de S. Basílio, 134.
ABREU (Álvaro de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, vedor dos vassalos de Elvas, 323.
ABREU (Vasco Gomes de), 147.
ABUL (Lourenço), 328.
ACENHEIRO (Cristóvão Rodrigues), 327.
AÇORES, 71 e 131. Arquipélago dos —, 71.
ADIDA (Isaque), judeu, morador em Viseu, 33 e 38.
AFONSO (D.), bispo de Coimbra, 115.
AFONSO (D.), marquês de Valença, conde de Ourém, 146 e 151.
AFONSO (D.), duque de Bragança, 8.º conde de Barcelos, 146 e 149.
AFONSO V (D.), rei de Portugal, 1-2, 4, 6-8, 10-11, 13-19, 21-27, 53, 57-58, 60, 62-63, 65-68, 70-71, 73-79, 81, 92-100, 103-04, 106-10, 112-13, 117-19, 121-25, 130-32, 139, 143, 145-46, 148, 150, 152-56, 159-63, 166-67, 169-71, 173-74, 176, 182, 188-89, 192-202, 204, 207, 212-13, 216-17, 225-27, 230, 234, 244-45, 250-51, 253, 255, 257, 261, 263, 265, 275-78, 282-83, 286-87, 292-93, 303, 305, 309-10, 316, 318-19, 323-27, 329 e 333-53. Chancelaria de —, 169.
AFONSO V (D.), rei de Aragão, 134, 175-76, 181-82, 184-87 e 302-03.
AFONSO (Álvaro), alfaiate, 30.
AFONSO (Álvaro), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, 178-179.
AFONSO (Álvaro), doutor em Direito, sacerdote conimbricense, escrivão da puridade do infante D. Pedro, e depois bispo de Silves, 212 e 282-83. V. — ALVARO Afonso, bispo de Silves.
AFONSO (Bartolomeu), escrivão, 26, 80, 131 e 195.
AFONSO (Brás), vassalo de el-rei D. Afonso V e seu ouvidor na corte, 162.
AFONSO (Diogo), escrivão, 22, 96, 155, 324, 342, 345 e 347.
AFONSO (Diogo), morador em Évora e ali assassinado, 339.
AFONSO (Estêvão), cunhado de Nuno Gonçalves, morador em Castelo de Vide, 121-22.
AFONSO (Fernando), almoxarife do infante D. Henrique em Tomar, 23.
AFONSO (Fernando), procurador da vila de Alvaro, 110-11.
AFONSO (Fernando), tabelião, 101.
AFONSO (Fernando), tabelião em Lisboa, 162.

AFONSO (Filipe), escrivão, 162, 173, 340 e 349.
AFONSO (Filipe), escrivão, tabelião geral, 6, 63, 65 e 109.
AFONSO (Filipe), notário público, 261.
AFONSO (Gil), tabelião em Lisboa, 178.
AFONSO (Gil), ouvidor do infante D. Henrique, 108-09.
AFONSO (Gil), 142. V. — AFONSO (Gonçalo), ouvidor henriquino.
AFONSO (Gonçalo), escrivão dos contos na comarca da Beira, 28.
AFONSO (Gonçalo), escrivão dos contos, 33.
AFONSO (Gonçalo), ouvidor henriquino, 129 e 141.
AFONSO (João), escrivão, 19, 62 e 66.
AFONSO (João), marido de Catarina Fernandes, 112.
AFONSO (João), morador em Viseu, instituiu capela na sé de Viseu, 166.
AFONSO (João), recebedor da sisa dos panos de cor de Lisboa, 278-79.
AFONSO (João), bacharel e clérigo de missa em Évora, 324-25.
AFONSO (Lopo), do conselho de el-rei D. Afonso V, 147 e 165.
AFONSO (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, 345.
AFONSO (Lopo), tesoureiro do infante D. Fernando, 47.
AFONSO (Lopo), morador em Linhares, 108-09.
AFONSO (Lourenço), patrão das galés de el-rei D. Afonso V, 266.
AFONSO (Lourenço), sogro de Gonçalo Vasques, 60-61.
AFONSO (Luís), caseiro da quinta da Costa, couto do Guardão, 142-43.
AFONSO (Martim), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
AFONSO (Martinho), 165.
AFONSO (Pedro), almocreve, morador em Viseu, 29.
AFONSO (Pedro), escrivão dos contos da comarca da Beira, 35, 37, 39, 42-43, 45-46, 48 e 50.
AFONSO (Pedro), escrivão, 204 e 311.
AFONSO (Pedro), contador de el-rei D. Afonso V, 266.
AFONSO (Pero), escrivão dos contos da comarca da Beira. V.— AFONSO (Pedro).
AFONSO (Rodrigo), escrivão, 108, 132, 196 e 198-99.
AFONSO (Rodrigo), escrivão da coudelaria da Covilhã e seu termo, 152.
AFONSO (Tomé), procurador das coisas que pertencem a Viseu, 104.
AFONSO (Violante), mulher de Gonçalo Vasques, filha de Lourenço Afonso, 61.
AFRICA, 2, 71, 73, 92-93, 163, 165, 192 e 351-52. — Central, 2. Costa Ocidental de —, 2. — Ocidental, 326.
AGOSTINHO (Aurélio), 351.
AGUEDA, 353.
ALANO (D.), cardeal presbítero, do título de Santa Praxedes, 127.
ALBANIA, 181 e 184.
ALBERGARIA (Diogo Soares de), 29, 92 e 147.
ALBERGARIA (Fernão Soares de), casado com Isabel de Melo, 29, 33, 35, 38-39, 42, 44-45, 47-48 e 50.
ALBUFEIRA, Coudel de, 99.
ALBUQUERQUE (João de), 31 e 39.
ALCACER, 320 e 345.
ALCÇOVAS (D. Fernadn dos FerenFernandosnadnadnanodnandonando ado dos
ALCAÇOVAS (D. Fernando das), 51.
ALCANTARA, em Espanha, 39.
ALCOBAÇA (Mosteiro de), diocese de Lisboa, 209 e 333. Abade do —, 333.
ALCOBAÇA (Pero de), escrivão, 93.
ALCOUTIM, Escrivão do almoxarifado de Castro Marim e de, 199-200.

ALENQUER, 318, 324 e 335. Escrivão dos órfãos de —, 318. Inquiridor do número de —, 324. Juiz dos órfãos, judeus e mouros em —, 335.
ALENTEJO (Pero do), capelão do infante D. Henrique, 27 e 32.
ALFARROBEIRA, 58-59, 157-58 e 212.
ALGARVE, 2, 4, 8, 10, 21, 27, 73, 113, 119, 143, 146-50, 156, 163, 170, 207, 210, 216-17, 222, 226, 230, 234, 253, 255, 258, 261, 275, 277, 283, 289, 297, 303, 305, 309, 313, 315 e 351. Bispo do —, 147 e 149. Infante do —, 315. Rainha do —, 20, 148, 150, 210, 216, 222, 234 e 297. Rei do —, 2, 18, 27, 73, 113, 119, 143, 146, 148, 150, 156, 163, 170, 207, 216-17, 222, 226, 230, 234, 253, 255, 258, 261, 275, 277, 283, 297, 303, 309 e 351. Reino do —, 148, 151, 163, 234, 277, 283, 289 e 313.
ALGÉS (Reguengo de), 130-31.
ALJEZUR, 96, 201 e 204. Coudel de —, 96. Escrivão das sisas de —, 201. Juiz das sisas de —, 204.
ALMADA, 62-63, 139 e 156.
ALMADA (D. João de), fidalgo da casa de el-rei, 156.
ALMEIDA (D. Branca de), mulher de Rui Gomes da Silva, 42, 44-46, 48 e 50.
ALMEIDA (Estêvão Dias de), escudeiro, servidor do infante D. Henrique em Ceuta, 27 e 31.
ALMEIDA (Fernando Alvares de), 261.
ALMEIDA (Fortunato de), 329 e 333.
ALMEIDA (Lopo de), do conselho de el-rei D. Afonso V e vedor da sua fazenda, 19, 146-47, 149, 153, 167, 201, 204 e 293.
ALMEIDA (Martim de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 42.
ALMOSTER, Capela de S. Salvador, 19.
ALVAIAZERE, 18-19 e 337-38. Escrivão do almoxarifado de —, 337-38. Escrivão dos órfãos e resíduos de —, 337. Escrivão das sisas de —, 18-19.
ALVARES (Afonso), escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, 29.
ALVARES (Diogo), escrivão dos contos na comarca da Beira, 35.
ALVARES (Diogo), comprador de el-rei D. Afonso V, 50.
ALVARES (Diogo), carcereiro da cadeia da correição da Beira, 334-35.
ALVARES (Fernando), 253.
ALVARES (Fernando), deão de Évora, 275.
ALVARES (Fernão), criado de el-rei D. Afonso V, 45.
ALVARES (Gil), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
ALVARES (João), 46.
ALVARES (João), bordador de el-rei D. Afonso V, 50.
ALVARES (João), marinheiro, morador em Lisboa, 92-93.
ALVARES (João), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 176-77.
ALVARES (Martim), escrivão, 10 e 114.
ALVARES (Pedro), tabelião em Seia, 66.
ALVARES (Pero), escudeiro do infante D. Pedro. V. — TREIXEDO (Pero Alvares de).
ALVARO, antiga vila, terra do infante D. Henrique, actualmente freguesia do concelho de Oleiros, no distrito de Castelo Branco, 110.
ALVARO, companheiro de Lopo Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, 346.
ALVARO AFONSO (D.), bispo de Silves, 118-121, 212-13, 216, 222, 229-30, 233-34, 282-83, 297 e 344. — Bispo do Algarve, 147 e 149.
AMADO (Isaac), judeu, morador em Lisboa, 279.
AMO (Afonso Anes), morador no couto do Guardão, 142-43.
ANAFÉ, praia de África, 92-93.
ANDRADE (Genebra de), mulher de Diogo Borges, 63-64.

ANDRADE, (Isabel de), sobrinha de Genebra de Andrade, 63-64.
ANDRÉ (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, morador na Covilhã, escrivão da coudelaria da Covilhã e seu termo, 152.
ANES. V. — EANES.
ANES (Afonso), escrivão, 112.
ANES (Bartolomeu), almoxarife em Ceuta, 195.
ANES (Diogo), morador em Santarém, 154.
ANES (Gomes), escudeiro do infante D. Henrique e escrivão dos órfãos da coudelaria de Lisboa, 57-58.
ANES (Gonçalo), escrivão, 6, 201 e 251.
ANES (Gonçalo), besteiro da câmara, servidor do infante D. Henrique em Ceuta, 27 e 32.
ANES (Gonçalo), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 30.
ANES (Gonçalo), homem do almoxarifado de Viseu, 45-46 e 48-51.
ANES (Gonçalo), sapateiro de el-rei D. Afonso V, 50. V. — CASCO (Gonçalo Anes).
ANES (Jorge), servidor do infante D. Henrique, 100.
ANES (Lourenço), morador em Elvas, 346-47.
ANES (Maria), mãe de Lisuarte de Curutelo, 117.
ANES (Martim), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da alcaidaria de Lisboa, 155.
ANES (Rodrigo), escrivão, 13-14.
ANES (Rodrigo), escudeiro de Pero da Costa, 30.
ANES (Rodrigo), proprietário de navio, 265.
ANES (Vasco), tio de Pedro Eanes, cónego da sé de Viseu, 34.
ANES (Vasco), criado régio, juiz dos órfãos e dos judeus em Almada, 62-63.
ANES (Vicente), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
ANES (Vicente), morador nos Olivais, termo de Lisboa, 179.
ANES (Vicente), escrivão das sisas em Aljezur, 201.
ANFRONE, pai de António Usodimare, 190.
ANFRONE, filho de António Usodimare e de Bianchina Gentile, 190.
ANSIÃO (Vila de), 19.
ANTONIO (D.), cardeal presbítero de Lérida, do título de S. Crisógono, 244.
AQUILEIA (Patriarca de), na Istria, 139. D. Luís, cardeal de —, 243 e 314.
ARAGÃO, 80, 83, 139, 175, 181-87, 302 e 326. Florins de ouro de —, 80 e 83. Rainha de —, 134 e 236. Rei de —, 83, 175, 181-87 e 302.
ARAÚJO (Estêvão), escudeiro do infante D. Henrique, sogro de Nuno Gonçalves, morador em Castelo de Vide, 121-22.
ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 54, 115, 123, 134, 137, 139, 169, 207, 212-13, 216, 222, 226, 229, 234, 241, 246, 248, 252, 255, 258, 275-76, 280, 283, 286, 289, 295, 297, 300, 304, 308, 311, 313, 315 e 328.
ARCHIVIO DI STATO DE FLORENÇA, 20.
ARCHIVIO DI STATO DE MILÃO, 351.
ARCHIVIO DI STATO DE VENEZA, 202.
ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGON, 134, 175, 182, 184-87, 302 e 326.
ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 82 e 113.
ARQUIVO DISTRITAL DO FUNCHAL, 1 e 8.
ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 4, 6-7, 10-19, 21-23, 26-27, 53, 57-58, 60, 63, 65-68, 70, 72, 79, 82, 93-107, 109-10, 112, 117, 119, 122-23, 130-31, 133, 143, 145, 152-53, 155-56, 159-61, 163, 166-67, 171, 173, 176, 178, 188, 190, 193-97, 199-201, 204-05, 226, 244-45, 250-52, 254-55, 257-58, 264, 267, 269, 278, 286, 291-93, 295, 310, 316, 318-19, 323-27, 334-39, 341, 343, 345-49 e 353.

ARRAIOLOS (Conde de), 92, 133, 144, 146, 149 e 320.
ARRUDA (Manuel Monteiro Velho), 131.
ATAIDE (D. Martinho de), conde de Atouguia, 146 e 149.
ATAIDE (D. Fr. Vasco de), prior da Ordem do Hospital, e do conselho de el-rei D. Afonso V (Prior do Crato), 68-69, 133 e 149.
ATALAIA, 173. V. — RIBEIRA DA ATALAIA.
ATLANTICO, 2. Ilhas do —, 5.
ATOUGUIA (Conde de), 82, 92, 144, 146 e 149.
ATOUGUIA (João de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 266.
AVEIRO, 352-53.
AVELAS, 340-41.
AVILA, Bispo de, 81.
AZEVEDO (Fernão Lopes de), cavaleiro da Ordem de Cristo, 27 e 31.
AZEVEDO (Luís de), 62.
AZEVEDO (Luís de), do conselho de el-rei D. Afonso V, 147.
AZEVEDO (Pedro Augusto de), 10, 26, 58, 93, 105, 107, 109-10, 112, 130, 159, 171, 195-96, 212, 250, 264, 278, 319, 334, 338-39, 341, 343-45 e 348-49.
AZEVREIRA (João de), 62.
AZOIA, junto do barco de Sacavém, 60-61. Morgado na —, 60-61.
BADAJÓS, 81, 258-63. Diocese de —, 258-63.
BAIÃO (António), 334.
BALCAS, 184.
BALCATO (Estêvão Pires), pai de Catarina Esteves, 161.
BANCO DE S. JORGE, 190.
BARCELONA, 134 e 182. Cortes de —, 182.
BARCELOS (Conde de), 144 e 146.
BARRETO (Pedro), 58-60.
BARROS (Diogo de), escudeiro, criado do infante D. Henrique, morador em Gouveia, 347-48.
BARROS (Rui), escudeiro de el-rei D. Afonso V, morador em Viseu, 39, 42-43, 45-46 e 48.
BARTOLO, comentador do Direito Romano, 279.
BASTO (Gonçalo), escrivão das sisas de Alvaiázere e termo, 18-19.
BASTO (João de), escrivão da câmara do infante D. Henrique, 27 e 32.
BATALHA (Mosteiro da), 327-29. Igreja do —, 327.
BEIRA (Comarca e Correição da), 36, 40, 142 e 334-35. Carcereiro da cadeia da —, 334-35. Fronteiro-mor da —, 36.
BEIRAS, 320.
BEJA, 44. Duque de —, 289.
BEJA (Duque de), infante D. Fernando, 144, 146, 148, 150 e 187-88.
BELEAGUA (João), doutor, deão da Guarda, do desembargo e petições, 6, 108-09, 113, 118, 122, 132 e 161.
BENAVENTE, Escrivão das sisas de, 245.
BERNARDES (Antão), escudeiro do infante D. Henrique, morador no Turcifal, 167-68.
BERREDO (Martim Mendes de), embaixador português, 181-83 e 185.
BESSARION (D.), bispo Tusculano e cardeal de Rodes, 244.
BESTEIROS (Terra de), 129 e 141-42. Julgado da —, 129 e 142.
BIBLIOTECA NACIONAL DE PARIS, 82.
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, 156.
BIBLIOTECA UNIVERSITARIA DE GENOVA, 190.

BOJADOR (Cabo), 71, 76, 162, 192, 286 e 288.
BONIFACIO VIII (Papa), 56, 215, 228 e 247.
BORGES (Diogo), comendador do Torrão, 64.
BORGES (Gomes), escrivão, 22, 96, 155, 194, 197, 198, 318 e 324.
BORGES (Gomes), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 347.
BORGONHA, 212. Duque de —, 134-37 e 321. Duquesa de —, 193.
BOTELHO (Aires), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 50.
BRAGA, 146, 149, 208, 227, 248, 253 e 304. Arcebispo de —, 146, 149 e 227. Diocese de —, 208, 248, 253 e 304.
BRAGANÇA (Duque de), 133, 144, 146, 149 e 151.
BRANCA (D.), 80 e 85.
BRANDÃO (João), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 265 e 266.
BRANDÃO (Pedro Eanes), ouvidor do infante D. Henrique, 110-11.
BRASIO (P. António Duarte), 72, 191 e 286.
BRETIANDE (João Álvares de), rendeiro principal do almoxarifado de Viseu, 44, 47 e 49.
BRITO (Álvaro de), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 29.
BRITO (Mem de), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, 151.
BUARCOS, 266.
BULAS e outras Letras Pontifícias, reproduzidas e citadas: 4, 71, 73, 116, 118, 120, 123-24, 134, 162, 164, 168, 286-87 e 328.
Ad hoc omnipotens, de Calisto III, de 6 de Março de 1456, 276.
Ad summi pontificatus, de Calisto III, de 15 de Maio de 1455, 124.
Apostolice sedis, de Calisto III, de 29 de Fevereiro de 1456, 258.
Audita credulitate, de Calisto III, de 15 de Fevereiro de 1456, 222.
Cum itaque, de Calisto III, de 15 de Fevereiro de 1456, 213.
Cum te, de Calisto III, de 16 de Fevereiro de 1456, 230.
Cum te, de Calisto III, de 12 de Março de 1456, 283.
Cum te, de Calisto III, de 23 de Março de 1456, 297.
Divina supereminens, de Calisto III, de 13 de Março de 1456, 289.
Dum fidei constantiam, de Calisto III, de 1 de Junho de 1455, 140.
Dum in nostre, de Calisto III, de 27 de Fevereiro de 1456, 255.
Dum onus, de Calisto III, de 17 de Fevereiro de 1456, 234.
Etsi cuncti, de Calisto III, de [26 de Agosto de 1455 ?], 169.
Etsi cuncti, de Calisto III, de 15 de Fevereiro de 1456, 226.
Ex apostolice, de Calisto III, de 18 de Março de 1456, 295.
Ex debito, de Calisto III, de 27 de Fevereiro de 1456, 252.
Exigentibus meritis, de Nicolau V, de 26 de Setembro de 1454, 54.
Exigentibus tue, de Calisto III, de 29 de Maio de 1455, 137.
Ferventissima tua, de Calisto III, de 24 de Fevereiro de 1456, 249.
Inter cetera, de Calisto III, de 13 de Março de 1456, 286.
Longa diu, de Calisto III, de 20 de Fevereiro de 1456, 241.
Preclare devotionis, de Calisto III, de 2 de Abril de 1456, 304.
Quanto magis, de Calisto III, de 24 de Fevereiro de 1456, 246.
Quoniam alto, de Calisto III, de 15 de Fevereiro de 1456, 216.
Rationi congruit, de Calisto III, de 20 de Abril de 1455, 115.
Religionis zelus, de Calisto III, de 10 de Fevereiro de 1456, 207.
Religionis zelus, de Calisto III, de 8 de Março de 1456, 281.
Religionis zelus, de Calisto III, de 27 de Março de 1456, 300.
Romanus pontifex, de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1455, 72.
Sincere devotionis, de Calisto III, de 3 de Abril de 1456, 308.

Tanta est devotionis, de Calisto III, de 6 de Março de 1456, 275.
Virtutibus clarens, de Calisto III, de 28 de Abril de 1456, 315.
BUSSON DE MONTEL (Fr. Pedro dal), comendador de Soimans, e embaixador do Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, 302.
CABEÇO DE VIDE, 292-93. Escrivão das sisas em —, 293.
CABO BOJADOR, 71, 76, 162, 182, 286 e 288.
CABO MESURADO, 326.
CABO NAO, 1, 3, 71, 76, 286 e 288.
CABO DE TRAFALGAR, 109.
CABRAL (Luís), escudeiro da casa do infante D. Henrique, juiz das sisas da cidade de Silves, 153.
CABRAL (Luís Alvares), 153.
CADAMOSTO (Luís de), veneziano, 191-93 e 326.
CADDEO (Rinaldo), 190-91.
CAFFA, colónia genovesa do Mar Negro, 190.
CAIADO (Álvaro), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27, 30 e 322.
CALISTO III (Papa), 72-73, 115-16, 121, 123-24, 134, 136-37, 139-40, 168-69, 181-82, 184, 203, 206-07, 212-13, 216, 222, 225-26, 229-30, 233-34, 241, 243, 246, 248-49, 252, 255, 258, 275-76, 280-83, 286, 289, 295, 297, 300, 304, 308 311, 313, 315, 328 e 344.
CAMPO (João do), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Viseu, rendeiro principal do almoxarifado de Viseu, 41, 49 e 264.
CANARIAS (Ilhas), 71, 265, 300, 313 e 315.
CAPELA (André da), assassinado em Faro, 58.
CAPUA, 187-88.
CARDEAL DIACONO DE SANTO EUSTAQUIO, 214.
CARDOSO (Diogo), tesoureiro das obras de Ceuta, 26.
CARDOSO (Fernando Álvares), protonotário do Santo Padre, 146 e 149.
CARDOSO (Gonçalo), escrivão, 68, 99, 160, 200 e 294.
CARLOS VII, rei de França, 182.
CARNIDE, termo de Lisboa, 318, 323 e 327.
ÇARRABODES (Pero Eanes). V. — ENCERRABODES (Pero Eanes).
CARTÓRIO DA CASA DE BRAGANÇA, 156.
CARVALHAIS (Pedro de), escudeiro do infante D. Henrique, 348.
CARVALHAL (Afonso Anes), morador na vila de Alvaro, 110-11.
CARVALHO (João Rodrigues), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 198.
CARVALHO (João Rodrigues), recebedor da chancelaria régia, 347.
CARVALHO (Lourenço Pires de), 72.
CASA DE BRAGANÇA, 4 e 156. Cartório da —, 156.
CASA DO CIVEL DE LISBOA, 1, 8-9 e 146.
CASA DA SUPLICAÇAO DE LISBOA, 8 e 146.
CASCAIS (Senhor de), 147 e 150.
CASCO (Gonçalo Anes), sapateiro de el-rei D. Afonso V, 50.
CASEVEL, escrivão das sisas, 244.
CASTELA, 23-25, 55, 80-92, 98-99, 113-14, 190, 259, 265-66, 277, 302-03, 326 e 328. Pano de —, 266. Rainha de —, 98-99 e 277. Rei de —, 23-25, 80-92, 113-14, 265, 277 e 302-03. Reino de —, 81 e 259.
CASTELÃO (Pero), morador no Turcifal, 167.
CASTELO BRANCO, 110.
CASTELO BRANCO (Diogo Gonçalves de), sogro de João Correia, cavaleiro do infante D. Henrique, tesoureiro da moeda em Lisboa, 251-52.

CASTELO BRANCO (Fernão Vasques de), cavaleiro de el-rei D. Afonso V, comendador de Cabeço de Vide, 293.
CASTELO BRANCO (Gonçalo Vasques de), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, 151.
CASTELO RODRIGO. Alcaide de —, 50 e 147.
CASTELO DE VIDE, 65-66 e 121-22.
CASTRO (D. Alvaro de), Senhor de Cascais e camareiro-mor de el-rei D. Afonso V, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 7, 28, 38, 92, 147, 150, 266-67, 279, 320-21 e 343.
CASTRO (D. Fernando de), do conselho de el-rei D. Afonso V e vedor da sua fazenda, 29, 31, 62, 66-67, 200, 251, 293 e 326.
CASTRO (D. Filipa de), 328.
CASTRO (D. Garcia de), 147.
CASTRO (D. Joana de), mulher de D. Fernando Coutinho, 39, 42-43, 45, 47-48 e 50.
CASTRO MARIM, 57 e 199-200. Escrivão do almoxarifado de —, 199-200.
CATALUNHA, 182.
CATARINA, filha de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.
CATARINA (Infanta D.), filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, 60, 62, 98, 133 e 328.
CELORICO DA BEIRA, 108.
CERVEIRA (Rui Mendes), aposentador-mor de el-rei D. Afonso V, 30.
CÉSAR (Júlio) (Era de), 52.
CEUTA, 2, 4, 8, 10-11, 21, 25-28, 30-32, 35-36, 72-73, 76, 78-80, 105-11, 113, 115-16, 119, 131, 143, 146, 148-51, 153, 156, 159, 162-65, 171, 183, 185-86, 195-96, 208, 225-27, 248, 255-56, 258-64, 266-67, 275, 278-79, 304, 306, 312, 319-22, 338-44 e 348-52. Almoxarife em —, 195. Arcediago de —, 115. Apontador da gente que está em —, 25-26. Bispado de —, 258. Bispo de —, 72, 78, 146, 149, 162-65, 208, 248, 259, 262 e 304. Capitão de —, 26. Diocese de —, 304 e 306. Escrivão dos contos de —, 267. Escrivão da fazenda de —, 80 e 131. Porteiro da casa de —, 106. Sé de —, 115 e 259-63. Senhor de —, 2, 4, 8, 27, 113, 119, 143, 146, 151, 156, 163 e 351. Senhora de —, 20. Senhorio de —, 148-50. Tesoureiro das coisas de —, 10-11, 79, 131, 159, 171, 263-64 e 319. Tesoureiro das obras de —, 26. Vedor da fazenda de —, 79 e 131.
CEUTA (Alé de), mouro forro, 343.
CHAVEIROL (Judas), judeu residente em Tomar, 28, 33-34 e 43.
CHICHORRO. V. — O CHICHORRO (Martim de Tévora).
CHIPRE (Reino de), 134.
CHORENTE (João Gonçalves), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Alvaiázere e termo, 18-19.
CICIOSO (Fernando Afonso), cónego prebendado da sé de Evora, 6.
CIUDAD RODRIGO, 90.
CIUDAD REAL, 80-81, 84-86 e 88.
CLEMENTE V (Papa), 249.
COCQUELINES (C.), 72.
COELHO (José Ramos), 72, 226 e 286.
COIMBRA, 115, 121, 147, 149, 151, 213, 295 e 332. Bispo de —, 115, 147, 149 e 295. Cabido de —, 295. Clérigo de —, 121. Diocese de —, 121 e 213. Duque de —, 155, 212, 327 e 340. Mosteiro de Santa Cruz de —, 295.
COIRAS (Afonso Esteves das), morador em Viseu, 29.
COLAÇO (Alvaro Anes), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 132.
COLONA, Cardeal de. V. — PRÓSPERO (D.).

CONSTANÇA (Concílio de), 123 e 125.
CONSTANCIA, 176. V. — PUNHETE.
CONSTANTINOPLA, 124 e 182-83. Patriarca de —, 134.
CÓRDOVA, 24 e 81. Rei de —, 24.
CORREIA (Gonçalo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim, 57.
CORREIA (João), escrivão, 15, 17 e 159.
CORREIA (João), escudeiro e familiar do conde de Vila Real, 165.
CORREIA (João), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 251-52.
CORREIA (Lopo), amo de Luís de Gaia, morador em Évora, 198.
CORREIA (Martim), navegador, 265.
CORTE-REAL (Vasco Eanes), armador-mor de el-rei D. Afonso V, 278.
CORTES DE BARCELONA, 182.
CORTES DE LISBOA DE 1427, 338.
CORTES DE LISBOA DE 1455, 104-05.
CORTES DE LISBOA DE 1456, 349 e 352.
COSOLIM (Juça), judeu, morador em Lamego, rendeiro principal do almoxarifado de Viseu, 44-49.
COSTA, O. F. M., (António Domingues de Sousa), 72.
COSTA (Gonçalo Eanes da), criado do infante D. Henrique, carcereiro da cadeia da correição da Beira, 334-35.
COSTA (João da), filho de Pero da Costa, 30.
COSTA (Pero da), pai de João da Costa, 30.
COSTA (Quinta da), no julgado de Besteiros, no couto do Guardão, 129 e 141-42.
COUTINHO (D. Fernando), casado com D. Joana de Castro, 39, 42-43, 45, 47-48 e 50.
COVILHÃ, 34 e 152. Senhor da —, 102, 129, 144, 146, 148, 150, 205, 267, 292 e 313.
CRATO (Prior do), 133.
CRESPO (Pedro), 107-08.
CRISTIANO, irmão de António Usodimare, 190.
CROIA (Castelo de), nos Bálcãs, 184.
CUNHA (Diogo da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 27 e 32.
CUNHA (João Álvares da), 44-45, 47-48 e 50.
CUNHA (Leonor da), mulher de Álvaro Pires de Távora, 316-17.
CUNHA (Vasco da), 147.
CURUTELO (Lisuarte de), escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, filho de Pero Gonçalves de Curutelo e de Maria Anes, 117-18.
CURUTELO (Pero Gonçalves de), pai de Lisuarte de Curutelo, 117.
DALMÁCIA, 139.
DANTAS (Álvaro), 346.
DANTAS (Fernão), 346.
DAUPHIN-MEUNIER, A., 20.
DELGADO (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, casado com irmã de Tristão inglês, 341-42.
DELGADO (Pero), escudeiro do infante D. Henrique, 178-79.
DEUS, 2-5, 8-9, 14, 19, 21, 22, 24, 27, 29, 31, 33, 47, 52, 63-64, 72-75, 79, 82-83, 87-88, 93, 104, 113, 119, 124, 133, 143-44, 146, 148-51, 156, 159, 163, 174, 177, 186-87, 192-93, 195, 203, 206, 213, 216, 219, 221-22, 226-27, 229-30, 232, 234, 241-43, 255, 257-58, 263, 278, 286-89, 294-95, 302-03, 309-10, 312-15, 317-18, 324, 328-35, 337-38, 351 e 353. Nosso Senhor —, 24, 183 e 309. Senhor —, 5 e 333-34.
DEUE (Luís de), morador em Lisboa, mestre da barca de D. Álvaro de Castro, 320.
DE WITTE (Charles-Martial), 71-72, 169, 182, 213, 226, 255, 280, 286, 289 e 313.

DIAS (Afonso), escrivão do almoxarifado de Castro Marim e Alcoutim, 200.
DIAS (Alvaro), almoxarife na cidade de Viseu de 1438 a 1449, 27-28, 33-34, 36-37, 42-43 e 51-52.
DIAS (Alvaro), escrivão, 194 e 318.
DIAS (Rui), escrivão, 53, 67, 69, 97, 153, 167, 175, 318 e 326.
DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 3, 71, 104 e 300.
DIOGO, filho de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.
DOLNIS (Móssem Berenguer), conselheiro de D. Afonso V de Aragão e governador do reino de Maiorca, 175-76.
DOMINGOS (D.), cardeal presbítero, do título de Santa Cruz, 127, 244 e 281.
DONZELA, 7.
DUARTE (D.), rei de Portugal, 19, 24-25, 76, 82, 123, 173, 255-56 e 278.
DUAS SICÍLIAS, 175, 185-87 e 302. Rei das —, 175, 185-87 e 302.
DU CANGE, 204, 234 e 239.
EANES. V. — ANES.
EANES (Afonso), escrivão, 113 e 118.
EANES (Afonso), clérigo da diocese de Coimbra, 121.
EANES (Afonso), chantre de Lisboa, 149.
EANES (Afonso), o Tocho, procurador das coisas que pertencem a Viseu, 104.
EANES (Alvaro), tabelião do cível em Lisboa, 61.
EANES (Alvaro), tabelião das notas, 197.
EANES (Alvaro), tabelião em Évora, 198.
EANES (Beatriz), mãe de Leonor da Cunha, 317.
EANES (Estêvão), servidor do infante D. Henrique, tabelião e escrivão dos órfãos de Meda, 95-96.
EANES (Gil), criado do infante D. Henrique, morador em Alenquer, ali e em seu termo escrivão dos órfãos e inquiridor do número, 318 e 324.
EANES (Gomes), do desembargo de el-rei D. Afonso V, 151.
EANES (Gomes), cónego eborense, 324.
EANES (Gonçalo), escrivão, 245 e 293.
EANES (Jorge), escrivão, 4.
EANES (Lourenço), tabelião, 34.
EANES (Luís), vigário do arcebispo de Lisboa, 146 e 149.
EANES (Luís), escrivão dos contos de Ceuta, 319.
EANES (Luís), mestre do navio de Egas Gonçalves, morador no Porto, 321.
EANES (Pedro), sobrinho de Vasco Anes, 34.
EANES (Pedro), escudeiro de Luís Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Benavente, 245.
EANES (Rui), escudeiro de Rui Valente, 58.
EÇA (D. Garcia de), 147.
EDUARDO (João), notário público em Lisboa, 165.
EGIPTO (Rio Nilo do), 2.
ELVAS, 82, 152, 311, 323 e 346. Vedor dos vassalos de —, 323.
ELVAS (Fr. Lourenço de), 279.
ENCERRABODES (Pero Eanes), 265.
ENRIQUEZ DEL CASTILLO (Diego), 81.
ENTRE DOURO E MINHO, 147.
ENTRE TEJO E GUADIANA (Correição de), 98.
ESCLAVONIA (Vice-rei da), 184.
ESCUDEIRO (João), marinheiro do infante D. Henrique, 107.
ESPANHA, 190 e 225-27.

ESPIRITO SANTO, 146.
ESTEIRAS (Rua das), na cidade do Porto, 131-32.
ESTEVES (Alvaro), escudeiro do infante D. Henrique, coudel da vila de Aljezur e seu termo e depois juiz das sisas da mesma localidade, 96 e 204.
ESTEVES (André), vereador da vila de Alvaro, 110-11.
ESTEVES (Catarina), mulher de João Loução, morador em Oeiras, 161-62.
ESTEVES (Vasco), escudeiro do infante D. Henrique, 250-51.
ESTEVES (Vasco), morto por Pedro de Carvalhais, 348.
ESTREMADURA, 20, 98 e 172-73. Comarca da —, 172. Correição da —, 98 e 173.
ETIÓPIA, 1-2 e 4-5.
EUBEL (Conradus), 139, 212-13 e 314.
EUGÉNIO IV (Papa), 71, 139, 255-56, 258, 261-62, 289 e 291.
EUROPA, 139 e 235.
ÉVORA, 6, 44, 96, 108, 122, 146-47, 149-50, 188-89, 194-99, 204, 213, 245-46, 251-52, 257, 267, 275, 293-94, 324-25, 327 e 343. Alcaide do castelo de —, 147 e 150. Bispo de —, 146, 149 e 275. Clérigo de missa em —, 324. Deão de —, 122 e 275. Diocese de —, 213. Paços de S. Francisco em —, 327. Protonotário, deão de —, 108. Sé de —, 6.
FALEIRO (Aires Eanes), testamenteiro de Gens Lourenço, 294.
FALILHO (Juça), morador na Covilhã, 34.
FANIQUE, em Inglaterra, 69.
FARIA (Fernão Gonçalves de), escudeiro do infante D. Henrique, almoxarife do seu reguengo de Algés, 130-31.
FARINHA (João), servidor do infante D. Henrique, residente no Porto, 139.
FARINHA (João Vasques), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Almada e juiz dos órfãos e dos judeus na vila e seu termo, 62-63 e 139.
FARINHA (Vasco), cavaleiro de Lisboa, vice-almirante da esquadra cristã contra os turcos, 139-40.
FARO, 58 e 105. Capítulos de —. Às cortes de Lisboa de 1455, 105.
FARO (Jorge), 82 e 183.
FEIRA (Gil da), contador de el-rei D. Afonso V, 26.
FERNANDES (Afonso), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
FERNANDES (Afonso), criado do infante D. Henrique, marinheiro, morador em Lisboa, 68-69.
FERNANDES (Catarina), filha de Constança Gonçalves, de Lisboa, casada com João Afonso, 112.
FERNANDES (Gil), escrivão, 130.
FERNANDES (Gomes), escudeiro do infante D. Henrique, tabelião das notas, 197.
FERNANDES (Isabel), mãe de João, Nuno, Fernando, Rodrigo, Diogo, Inês e Catarina, filhos de Fernando Cicioso, 6.
FERNANDES (João), filho de D. Fr. Fernando, vigário de Tomar, de Mécia Vaz ou Vasques, 12-14.
FERNANDES (João), criado de Aires da Fonseca, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 17-18.
FERNANDES (João), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 31.
FERNANDES (João), escudeiro do infante D. Henrique e escrivão do almoxarifado de Lagos, 194.
FERNANDES (João), lavrador, morador em Idanha-a-Velha, 198-99.
FERNANDES (João), doutor, testamenteiro substituto da rainha D. Isabel, 329.
FERNANDES (João), escudeiro do infante D. Henrique, 343.
FERNANDES (Lopo), escrivão, 18 e 107.

FERNANDES (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Santa Marinha e seu termo, no almoxarifado da Guarda, 66.
FERNANDES (Lopo), escrivão das sisas de Messejana e Casével, 244-45.
FERNANDES (Luís), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da barca «Santa Maria de Africa», 79-80.
FERNANDES (Margarida), filha de D. Fr. Fernando, vigário de Tomar, e de Mécia Vaz ou Vasques, 12-14.
FERNANDES (Nuno), mercador, morador em Telhado, 143.
FERNANDES (Pero), homem do almoxarifado de Viseu, 28, 33, 35, 37, 39 e 41-43.
FERNANDES (Pero), procurador a cortes pela vila de Aveiro, 353.
FERNANDES (Rui), doutor, 147.
FERNANDES (Vasco), do conselho de el-rei D. Afonso V, 147.
FERNANDES (Vasco), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, 180.
FERNANDES (Vicente), escrivão, 108.
FERNANDES (Vicente), escrivão das malfeitorias, 122.
FERNANDEZ (Juan), senhor de Ixar, conselheiro de D. Afonso V de Aragão, 181 e 184.
FERNANDEZ (Martinho), notário apostólico e imperial de Castela, 25.
FERNANDO, filho de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.
FERNANDO, tesoureiro, capelão-mor de el-rei, 92.
FERNANDO (D.) de Cascais, 64.
FERNANDO (D.), filho do conde de Arraiolos, 92 e 133.
FERNANDO (D.), marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos, 146 e 149.
FERNANDO (D.), arcebispo de Braga, 146 e 149.
FERNANDO (D. Fr.), vigário de Tomar, da Ordem de Cristo, 11-14.
FERNANDO (Infante D.), filho de el-rei D. João I, 33, 47, 67 e 347.
FERNANDO (Infante D.), filho de el-rei D. Duarte e adoptivo do infante D. Henrique, 108-09, 133, 143-50, 185, 187-88, 210, 213, 289 e 345.
FERNANDEZ DE BILCHES (Martín), cónego das igrejas de Toledo e Jaén, 25.
FERRAZ (Maria de Lourdes de Freitas), 54.
FERREIRA (Alvaro), escudeiro da casa do infante D. Henrique, almoxarife em Ceuta, 195.
FERREIRA (Brás Afonso de), 346.
FERREIRA (Rafael), conselheiro e tesoureiro da rainha de Aragão, 326.
FERREIRA (Rui), cavaleiro, 30.
FIGUEIREDO (Diogo de), escrivão, 145.
FILIPA (Infanta D.), filha do regente D. Pedro, irmã da rainha D. Isabel, 21, 133, 328-29 e 332-33.
FILIPE O BOM, duque de Borgonha, 134-37 e 182.
FLISCO V. — JORGE (D.).
FLORENÇA, 20-21, 139 e 328. Archivio di Stato de —, 20. Bispo de —, 139. Monte de —, 20-21.
FLOREZ (Fr. Enrique), 82.
FOGAÇA (João Anes), escudeiro de Fernão Vasques de Castelo Branco, juiz das sisas em Fronteira e escrivão das mesmas em Cabeço de Vide, 292-93.
FOGAÇA (Luís), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 98.
FONOLLEDA (Arnaldo), escrivão da cúria aragonesa, 176, 184 e 186-88.
FONSECA (Aires da), amo de João Fernandes 17-18.
FONTES (Torres), 81.
FRANÇA. Delfim de —, 175-76. Moeda de —, 104. Rei de —, 182.
FRANCESCO, irmão de António Usodimare. V. — USODIMARE (Francesco).

FRANCISCO (D.), cardeal presbítero de Bolonha, do título de S. Lourenço «in Lucinia», 244.
FRANCO (Isaac), físico e cirurgião do infante D. Henrique, 160.
FREDERICO, imperador dos romanos, 240.
FREIRE (Anselmo Braamcamp), 155.
FREIRE (Gomes), 147.
FREIRE (João), 147.
FREITAS (João de), cidadão de Coimbra, criado de el-rei D. Afonso V, 151.
FREIXEO (Vasco de), criado de el-rei D. Afonso V, 45.
FRIELAS (Alvaro Lopes de), 62.
FRONTEIRA, 292-93 e 320. Juiz das sisas em —, 293.
FURTADO (Afonso), anadel-mor, 147.
GABAO, 2.
GABINETE DE HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 105.
GABRIEL, judeu, morador em Lisboa, 94.
GAIA (Luís de), residente em Évora, 197-98.
GALEGO (Rui), procurador a cortes por Aveiro, 353.
GALINDEZ DE CARVAJAL (Lorenzo), 81.
GALIZA (Rei da), 24.
GALVÃO (Rui), secretário de el-rei D. Afonso V e do seu conselho, 11, 63, 92, 98, 100 e 147.
GÂMBIA (Rio), 189-92.
GARCÊS (Afonso), escrivão, 57, 123 e 336.
GARCIA (Alvaro), secretário de el-rei de Castela, 92.
GARCIA (Gonçalo), escudeiro do infante D. Henrique, coudel de Moura e seu termo, 70.
GARCIA (Gonçalo), escudeiro do infante D. Henrique, 257.
GAZULA, 1-2 e 5.
GEGAG (Athanase), 213.
GÊNOVA, 182, 190-91 e 193.
GENTILE (Bianchina), mulher de António Usodimare, 190.
GERALDES (Clara), manceba de João Afonso, clérigo de missa em Évora, 324-25.
GESTAÇÓ, 64.
GIL (Diogo), prior da capela, no mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa, 178.
GIL (Diogo), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 266.
GIL (Fernão), ex-escrivão da câmara de el-rei D. Afonso V e seu tesoureiro, 37, 39, 48 e 50-51.
GIL (Fernão), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 146 e 149.
GIL (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Santarém, 153-54.
GIL (Fernão), morador em Avelãs, 340-41.
GIL (Gonçalo), escrivão da coudelaria de Penalva, Sátão, Rio de Moinhos, Gulfar e seus termos, 200-01.
GIL (Martim), escrivão, 175 e 327.
GIL (Martim), escrivão da coudelaria de Tomar, 188.
GIULIANO, filho de António Usodimare e de Bianchina Gentile, 190.
GODINHO (Vitorino Magalhães), 191.
GODINHO (Rui), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 322.
GÓIS (Damião de), 133.
GOLEIMO (Samuel), físico e cirurgião do infante D. Henrique, 53.
GOMES (Diogo), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 320.
GOMES (Estêvão), arcediago da sé de Ceuta, 115.
GOMES (Gonçalo), freire da Ordem de Cristo, 253-54.

GOMES (João), coudel da vila de Aljezur e seu termo, 96.
GOMES (Pedro), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 324-25.
GOMES (Rui), cónego do Porto, 147 e 149.
GOMES (Rui), doutor, presidente da Casa da Suplicação, 147.
GOMES (Rui), escudeiro, vassalo de el-rei D. Afonso V, tabelião geral, residente em Viseu, 336.
GONÇALVES (Afonso), escrivão do almoxarifado de Viseu, 27, 33, 34, 37, 39, 41, 43-44, 46 e 48-49.
GONÇALVES (Afonso), recebedor da sisa de Lafões, 38.
GONÇALVES (Afonso), escrivão do tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, 319.
GONÇALVES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Elvas, 152.
GONÇALVES (Alvaro), capelão-mor da rainha D. Isabel, 328-29.
GONÇALVES (Antão), escrivão da puridade do infante D. Henrique e cavaleiro da Ordem de Cristo, 8 e 267.
GONÇALVES (Constança), de Lisboa, mãe de Catarina Fernandes, 112.
GONÇALVES (Diogo), escrivão público, 61.
GONÇALVES (Egas), proprietário de navio, morador no Porto, 321.
GONÇALVES (Fernão), morador em Lisboa, mestre da caravela de Diogo de Teives, 321.
GONÇALVES (João), escudeiro, criado do infante D. Henrique, tabelião além do número das notas da cidade de Lisboa, 22.
GONÇALVES (João), vigário-geral de Lisboa, 178.
GONÇALVES (João), escrivão dos contos de Lisboa, 278.
GONÇALVES (João), escrivão de el-rei D. Afonso V nos contos de Lisboa, 280.
GONÇALVES (Lopo), escrivão das sisas de Santa Marinha e seu termo, no almoxarifado da Guarda, 66.
GONÇALVES (Lopo), doutor, 146 e 149.
GONÇALVES (Lourenço), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
GONÇALVES (Luís), rico-homem, 147.
GONÇALVES (Luís), barão, 165.
GONÇALVES (Martim), administrador da capela de S. Salvador de Almoster, pai de Martim Leitão, 19.
GONÇALVES (Nuno), genro de Estêvão de Araújo, morador em Castelo de Vide, 121-22.
GONÇALVES (Pero), tabelião em Lisboa, 101 e 162.
GONI GAZTAMBIDE (José), 182 e 213.
GORIZO (Gonçalo), escudeiro do infante D. Henrique, senhor de morgado na Azóia, junto do barco de Sacavém, alcaide e guarda-mor da moeda em Lisboa, 60-62 e 97.
GORIZO (Gonçalo Vasques). V. — GORIZO (Gonçalo).
GORIZO (Gonçalo Vasques), 60. V. — GORIZO (Gonçalo).
GOUVEIA, 347-48.
GOUVEIA (Beatriz de), mulher de João de Almeida, de Lamações, 42, 44-45 e 47-48.
GOUVEIA (Fernão de), escudeiro do infante D. Henrique, 339.
GOUVEIA (João de), alcaide de Castelo Rodrigo, 50 e 147.
GOUVEIA (Vasco de), embaixador de D. Afonso V de Aragão, 186-88.
GRÉCIA, 139 e 184. Vice-rei da —, 184.
GREENWICH, 129 e 141. National Maritime Museum de —, 129 e 141.
GUADALUPE, diocese de Toledo, 53 e 55.
GUARDA, 34, 36-37, 66, 109, 113, 118, 122, 132, 146, 149 e 295. Almoxarifado da —, 36 e 66. Bispo da —, 146, 149 e 295. Cabido da —, 295. Deão da —, 6, 109, 113, 118, 122 e 132.

GUARDAO (Couto do), no julgado de Besteiros, 129 e 141-42.
GUEDELHA (Mestre), físico e cirurgião do infante D. Henrique, 123.
GUEDELHA (Móssem), ferreiro, morador em Lisboa, 30.
GUILHERME (D.), cardeal presbitero de Rouen, França, do título de S. Martinho «in Montibus», 243.
GUIMARAES, 338.
GUINÉ, 1-2, 4-5, 23, 71, 74, 76, 106, 141, 169, 171, 189, 191, 263, 265-66, 286-88 e 319.
GUIOMAR (Condessa D.), 82.
GULFAR (Coudelaria de), 200-01.
GUTERRES (Rui), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão do almoxarifado de Castro Marim e de Alcoutim, 199-200.
HEERS (Jacques), 190 e 193.
HEMSÖ (Giacomo Gräberg di), 191.
HENRIQUE (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João, I, duque de Viseu, senhor de Covilhã e regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 1-13, 17-19, 22-23, 25-27, 30, 34-40, 42, 45, 47-48, 50, 53-54, 57-58, 60, 62-71, 73, 79, 93-104, 107-10, 117-19, 121-23, 129-30, 133, 139, 141-50, 152-55, 159-63, 166-67, 169, 171, 173-74, 176-78, 188-92, 194-201, 204-07, 210, 213, 234, 244-46, 248-51, 257, 263-64, 266-67, 270, 274, 278-81, 286-87, 289, 291-95, 300, 304, 308-09, 313, 315, 318-25, 329, 334-43, 345-48 e 353.

O papa Nicolau V permite a fundação de mosteiro da Ordem de S. Jerónimo na ilha da Madeira, com frades de Guadalupe (Castela), se o infante D. Henrique autorizar, 54-57; o mesmo pontífice concede a el-rei D. Afonso V e sucessores e ao infante D. Henrique os direitos de conquista, ocupação e apropriação das terras, ilhas e mares de África, conquistados e a conquistar, para sul dos Cabos Bojador e Não, até ao extremo da costa africana e índios, 72-79, diploma pontifício executado por sentenças de Abril e Agosto seguintes, 119-21 e 163-66; a citada bula é confirmada pelo papa Calisto III em 1456, o qual entrega perpètuamente à Ordem de Cristo, de que D. Henrique é administrador, o domínio e jurisdição espirituais das terras adquiridas e a adquirir na costa de África até aos índios, 286-88; e o dito pontífice outorga determinadas graças aos capelães henriquinos, 246-48, permite ao infante escolher confessor, a quem dá poderes especiais, 249-50, distingue especialmente o seu confessor, conselheiro e embaixador o dominicano Fr. Afonso Velho, 207-11, 276-77, 281-82 e 308-10, bem como o franciscano, Fr. Estêvão de Loulé, por D. Henrique destinado à missionação das ilhas Canárias, onde Fr. Estêvão trabalhara já três anos, 300-02 e 313-16; o mesmo papa autoriza o Navegador a nomear para quinze benefícios eclesiásticos, atendendo aos serviços por ele prestados à dilatação da fé católica, 304-08, e manda resolver pleito jurisdicional entre o infante e os bispos e cabidos de Coimbra e da Guarda, 295-96.

El-rei D. Afonso V doa: ao infante D. Henrique, vitaliciamente, as terras, ilhas e pescarias por ele conquistadas e descobertas ou a descobrir para sul do Cabo Não (?), com a jurisdição respectiva, reservadas apenas ao monarca as apelações e alçadas em morte de homem e talhamento de membro, com jurisdição cível para o infante resolver pleitos entre armadores e mareantes, 2-4; e à Ordem de Cristo a administração e jurisdição espirituais dos referidos territórios ultramarinos, 4-6; o dito soberano, a pedido de D. Henrique, urge pelo cumprimento da sua carta de 7 de Junho anterior, sobre a jurisdição henriquina nas Ilhas, 8-10; o monarca retira a D. Henrique e à Ordem de Cristo a jurisdição no julgado de Meda, declarada da coroa, 95-96;

D. Afonso V nomeia os infantes D. Fernando e D. Henrique para curadores do príncipe D. João e incumbe-os de prestarem e receberem preitos e homenagens do clero, nobreza e povo ao futuro soberano, 143-45; homenagem e juramento do príncipe herdeiro, perante os ditos infantes, 146-51; el-rei confirma a D. Henrique o regimento das saboarias dado por D. João I, 174-75.

O infante D. Henrique empraza os bens da Ordem de Cristo, na vila e termo de Leiria, ao cronista Gomes Eanes de Zurara, 101; dá normas sobre o fornecimento de carne, peixe e marisco ao pessoal do castelo e do convento de Cristo de Tomar, 102-03, e ainda sobre as relações entre a vila e a Ordem referida, 267-74; manda reemposar Heitor de Sousa, vedor de sua casa, em quinta do couto do Guardão, 129-30; pugna pela isenção da Ordem de que é regedor e administrador, 205-06; lançamentos vários relativos ao infante e a pessoal seu, em cartas de quitação, 27-53 e 278-80; D. Henrique e o relego do vinho de Viseu, 104-05; Álvaro, terra do infante, 110-12; tença concedida pelo infante, 67-68; reclamações em cortes sobre arneses tomados por D. Henrique em Guimarães para Ceuta, 338-39, e sobre privilegiados do infante no burgo de Agueda, 353. V. — NAVEGADOR e VISEU (Duque de).

Pessoal do infante: 6-7, 11-20, 21-23, 26, 53, 57-70, 79-80, 94-100, 103, 106-112, 117-18, 122-23, 129-31, 142-43, 152-55, 159-62, 166-68, 171-73, 176-80, 188-89, 194-201, 204, 207-11, 244-46, 250-52, 257, 264-67 276-77, 281-82, 292-94, 300-02, 308-16, 318-26, 335-38 e 339-49.

HENRIQUE IV (D.), rei de Castela e de Leão, 23-25, 80-82, 113 e 277.
HENRIQUES (Afonso), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 30.
HOMEM (Diogo Fernandes), 103.
HOMEM (Garcia), 103.
HOMEM (Heitor), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27, 31, 36 e 103.
HOMEM (João), 103.
HOMEM (Pedro), 103.
HOMEM (Pero Nunes), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 35 e 103.
HÚNGARO (Paulo), de Santa Maria de Africa, freire da Ordem de Cristo, 311-12.
HUNGRIA, 181, 184 e 311-12.
IDADE-MÉDIA, 2.
IDANHA-A-VELHA, 198-99.
IGREJA, 134. — de Deus, 5. — Romana, 127.
ILHA (Lançarote da), almoxarife de el-rei D. Afonso V na vila de Lagos, 106.
ÍNDIA, 192.
INDIAS, 1-2.
INÊS, filha de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.
INFANTE (Lopo), escudeiro régio, 196.
INGLATERRA, 68-69.
INGLÊS (Tristão). V — TRISTÃO.
IORGA (Nicolas), 213.
IRIA (Alberto), 2 e 8.
ISABEL (D.), rainha de Portugal, esposa de el-rei D. Afonso V, 21, 58, 133, 144, 146, 148, 150, 210, 327-29, 333 e 337.
ISIDORO (D.), bispo de Salona, Grécia, e cardeal de Rodes, França, 244.
ISTRIA, 139.
ITÁLIA, 181 e 183.
IXAR (Senhor de), 181.
JACOB (Mestre), cirurgião do infante D. Henrique, residente em Lamego, 189.
JAÉN (Igreja de), 25.

JAIME (D.), filho do infante D. Pedro, regente do reino, arcebispo de Lisboa e depois cardeal, 53-54, 57, 100-01, 118, 121, 146, 149, 212, 241 e 328.
JAQUES (Diogo Gil), cavaleiro do infante D. Henrique, juiz das sisas da vila de Lagos e seu termo, 67.
JATIVA, em Valência de Aragão, terra da naturalidade do papa Calisto III, 225.
JAMES (D.), arcebispo de Lisboa. V. — JAIME (D.).
JERUSALEM, 134 e 302-03.
JESUS CRISTO, 1-2, 6, 71-75, 112, 121, 170, 191, 207, 210, 216-18, 222, 226-27, 238, 240, 253, 255, 261, 275, 277, 281, 283, 304, 309 e 314. Nosso Senhor —, 4, 6, 10-11, 13-15, 17-19, 22-23, 25, 27, 49, 52-58, 60, 62-63, 65-70, 77, 80, 86, 92, 96, 99, 101, 103, 105, 108-09, 111-14, 118, 122-23, 142, 145-46, 152, 154-55, 159, 162, 167, 175, 177-78, 180, 188, 194-96, 198-201, 204, 206, 251, 267, 274, 278, 280, 293-94, 311, 313, 318-19, 322, 326-27, 335, 337-41, 345 e 347-50. Senhor —, 7, 26, 160 e 168.
JOANA (D.), mulher de D. Fernando Coutinho. V. — CASTRO (D. Joana de).
JOANA (Infanta D.) de Portugal, filha de el-rei D. Duarte, 23-25, 80-82, 113-14 e 276-77.
JOANA (Infanta (D.), filha de el-rei D. Afonso V, 329-31 e 333.
JOÃO, filho de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.
JOÃO XXII (Papa), 222.
JOÃO (D.), cardeal presbítero, do título de Santa Maria «in Transtibre», 127 e 243.
JOÃO (D.), rei de Navarra, 81.
JOÃO (D.), rei de Chipre, 134.
JOÃO (D.), bispo de Viseu, 146, 149 e 328
JOÃO (D.), bispo de Ceuta, 146, 149 e 162-65.
JOÃO (D.), bispo de Lamego, 146 e 149.
JOÃO I (D.), rei de Portugal, 20, 27, 64, 73, 104, 173-74, 177, 226, 255, 258, 269, 317 e 338.
JOÃO II (D.), rei de Portugal, 133. V. — JOÃO (Príncipe D.).
JOÃO II (D.), rei de Castela, 265.
JOÃO (Mestre), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, pai de D. Fr. Fernando, vigário de Tomar, 12-14.
JOÃO (Príncipe D.), 132, 143, 145-51, 329 e 331-33. V. — JOÃO II (D.), rei de Portugal.
JORDÃO (Levy Maria), 72 e 286.
JORDÃO (Rio), 134.
JORGE, embaixador do Preste João, 321.
JORGE (D.), bispo de Óstia e cardeal de Fliisco, 242 e 244.
JORGE (João), escrivão, 113.
KAMAL (Youssouf), 191.
LA CADENA (Andrés de), do conselho de el-rei de Castela, 25.
LA RONCIÈRE (Charles de), 193.
LA TORRE (António de), 23, 82 e 113.
LAFÕES, 38 e 103.
LAGOS, 67, 106, 194 e 250. Almoxarifado de —, 194. Almoxarife de —, 106. Juiz das sisas de —, 67.
LAMAÇAES (João de Almeida, de), casado com Beatriz de Gouveia, escudeiro de João de Gouveia, 29, 33, 35, 39, 42, 44-45, 47-48 e 50.
LAMEGO, 28, 36, 38, 44, 46, 146, 149 e 189. Almoxarifado de —, 36, 38 e 46. Bispo de —, 146 e 149.
LAMEGO (João de), alcaide e guarda da moeda de Lisboa, 97.

LANDEIRA, 81-82.
LATINO (D.), cardeal presbítero de Ursino, do título dos Santos João e Paulo, 242 e 244.
LATRÃO (Concílio de), 215, 284 e 307.
LEÃO, 24, 55, 82, 114, 259 e 277. Rainha de —, 277. Rei de —, 24, 82, 114 e 277. Reino de —, 259.
LEÃO (Duarte Nunes de), 82.
LEIBNITZ (G. G.), 72.
LEIRIA, 100-01.
LEITÃO (Fernão), escudeiro, servidor do infante D. Henrique em Ceuta, 27 e 31.
LEITÃO (Fernão), morador em Viseu, servidor do infante D. Henrique, 166-67.
LEITÃO (Fernão Gomes), residiu em Ceuta, 31.
LEITÃO (Galeote), cavaleiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 31.
LEITÃO (Martim), contador do infante D. Henrique, filho de Martim Gonçalves, administrador da capela de S. Salvador de Almoster, 19-20.
LEITÃO (Martim Gomes), cavaleiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 31.
LEITÃO (Martim Gomes), vedor da fazenda em Ceuta, 19, 79, 131 e 195.
LEITE (Duarte), 193.
LEMOS (Gomes Martins de), fidalgo de el-rei D. Afonso V, 110.
LEMOS (Mécia Gomes de), mulher de João Álvares da Cunha, 47-48 e 50.
LEVANTE, 302-03 e 349-50.
LEONOR (D.), rainha de Portugal, esposa de el-rei D. Duarte, 24, 82, 326 e 328.
LÉRIDA, Cardeal de. V. — ANTÓNIO (D.).
LIMA (Leonel de), 133 e 147.
LINHARES DA BEIRA, freguesia do actual concelho de Celorico da Beira, 108-09.
LISBOA, 1, 4, 6-11, 13-22, 29-30, 53-54, 56-58, 61-63, 65-70, 72, 78, 80-82, 92-95, 97-101, 103-09, 112-14, 118-19, 121-23, 130-37, 139-40, 145-46, 149-55, 159-62, 165, 171, 177-78, 190, 193, 209, 212, 227, 241-42, 251-54, 263-64, 266, 278-79, 318-20, 324, 326, 328, 333-342, 345-50 e 352-53. Alcaidaria de —, 155. Alcaide e guarda-mor da moeda de —, 97. Arcebispo de —, 72, 78, 118-19, 121, 146, 149, 227 e 252. Arcebispo eleito de —, 53-54 e 241. Bispado de —, 212. Casa do Cível de —, 1, 8-9 e 92. Casa da Suplicação de —, 8. Castelo de S. Jorge em —, 334. Chantre de —, 149. Contador-mor dos contos de —, 278. Corregedor de —, 194. Cortes de —: em 1427, 338; em 1455, 104-05; em 1456, 349 e 352. Deão de —, 178. Diocese de —, 209 e 253. Escrivão dos órfãos da coudelaria de —, 57-58. Juiz do Cível em —, 61. Mestre-escola da sé de —, 328. Mosteiro de Santa Cruz de —, 209. Mosteiro de S. Vicente de Fora em —, 177-78. Paço régio de —, 145. Presbítero de —, 121. Recebedor da sisa dos panos de cor de —, 278. Regedor, por el-rei, da justiça em —, 16. Sé de —, 56, 78, 133 e 242. Tabelião do Cível em —, 61. Tabelião, além do número, das notas de —, 21-22. Tercenas régias de —, 341. Tesoureiro da moeda em —, 251. Tesoureiro das coisas de Ceuta em —, 10-11, 159, 171, 263-64 e 319. Vereador de —, 150. Vigário-geral de —, 177-78, 252 e 254.
LISBOA (Afonso de), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Lisboa, 70.
LISBOA (Afonso de), escrivão, 335.
LISBOA, (João de), escrivão, 66, 70, 98, 100 e 257.
LISBOA (João de), degredado nas ilhas, 131-32.
LOBATO (Pedro). V. — LOBATO (Pero).
LOBATO (Pero), doutor, do desembargo de el-rei D. Afonso V e seu vice-chanceler, 22, 96, 151, 155, 189, 194, 197, 318, 324 e 337.

LOBO (António de Sousa Silva Costa), 104.
LOBO (João), procurador do mosteiro de S. Vicente de Fora, 180.
LOMELINO (Daniel), genovês, 190.
LOPES (Diogo), escrivão, 65 e 323.
LOPES (Diogo), cavaleiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 30.
LOPES (Diogo), escudeiro da rainha e tabelião público em Almada, 156.
LOPES (Fernão), cronista-mor do reino, 15.
LOPES (Fernão), escrivão, 173.
LOPES (Rui), cavaleiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
LOPEZ DE LA ORDEN (Fernan), bacharel em direito, tesoureiro da sé de Segóvia, capelão-mor de el-rei D. Henrique IV de Castela e de Leão e do seu conselho, 23-25, 80-82, 91 e 113-14.
LOUÇÃO (João), morador em Oeiras, 161-62.
LOULÉ, Capítulos de — às cortes de Lisboa de 1455, 105.
LOULÉ, O. F. M. (Fr. Estêvão de), da diocese de Silves, 300 e 313-16.
LOURENÇO (Bartolomeu), tabelião e escrivão dos órfãos de Meda, 95-96.
LOURENÇO (D. Frei), abade de Pombeiro, 151.
LOURENÇO (Gens), morador em Fronteira, 293-94.
LOURENÇO (Gomes), vassalo de el-rei D. Afonso V e do seu desembargo, 65, 154, 168, 173, 196, 198-99, 340, 342 e 345-49. V. — LOURENÇO (Pero Gomes).
LOURENÇO (João), morador em Donzela, 7.
LOURENÇO (João), escrivão da fazenda de Ceuta, 80, 131 e 195.
LOURENÇO (Pedro), lavrador em Évora, 325.
LOURENÇO (Pedro), 328.
LOURENÇO (Pero), contador, 35, 37, 39, 42-43, 45-46, 48 e 50.
LOURENÇO (Pero Gomes), vassalo de el-rei D. Afonso V, do seu desembargo e petições, 335.
LOURES, Igreja de Santa Maria de, 178.
LOURES (João de), residente nos Olivais, 177-80.
LUIS (D.), bispo da Guarda, 146 e 149.
LUIS (D.), bispo do Porto, 146 e 149.
LUIS (D.), cardeal presbítero de Aquileia, do título de S. Lourenço «in Damaso», 242 e 314.
LUIS (João), juiz da vila de Alvaro, terra do infante D. Henrique, 110-11.
LUSARDO (Vinciguerra), genovês, 190.
MACHADO (Jorge), escrivão, 350.
MADEIRA (Ilha da), 8, 53-55 e 71. Arquipélago da —, 71.
MAGNAGHI (Alberto), 191.
MAGNANIMO (O), título de D. Afonso V de Aragão, 182.
MAIORCA, Reino de, 175.
MAJOR (Richard Henry) 190-91.
MALOM (David), judeu de Lagos, 250.
MANSILHA (Afonso de), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
MANUEL (D. João), bispo de Ceuta. V. — JOÃO (D.), bispo de Ceuta.
MANUEL (Luís), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 50.
MANUEL I (D.), rei de Portugal, 2.
MÃO INCHADA (Pero Esteves da), 278.
MAOMÉ, 74, 124, 135, 137-38, 140, 222 e 234.
MAR MEDITERRÂNEO, 289.
MAR NEGRO, 190.
MARCHIONNI, florentinos, 190.

MARIA (D.), rainha de Aragão, 326.
MARIALVA (Conde de), 144.
MARINESCO (Constantino), 182.
MARQUES (João Martins da Silva), 1, 3-4, 14-16, 68, 72, 79, 107, 112, 119, 131, 163, 190, 195, 226, 255, 264, 286, 343 e 348.
MARROCOS, 2, 225, 289 e 320. Sul de —, 2.
MARTINHO V (Papa), 76.
MARTINHO (D.), conde de Atouguia, 92.
MARTINHO (D.), filho do conde de Atouguia, 82.
MARTINS (Aires), tabelião em Elvas, 347.
MARTINS (Álvaro), porteiro dos contos na comarca da Beira, 29, 33, 35, 37, 39, 42-43 e 45.
MARTINS (Álvaro), porteiro dos contos, 29, 46, 48 e 50.
MARTINS (Álvaro), escrivão, 122, 154, 161, 168, 335 e 346.
MARTINS (António), doutor em decretos e presbítero de Lisboa, 121.
MARTINS (Fernão), escrivão do almoxarifado de Viseu, 36.
MARTINS (Fernão), vassalo de el-rei D. Afonso V e seu tabelião público em Lisboa, 101.
MARTINS (Gil), escudeiro, morador em Viseu, 52.
MARTINS (João), clérigo de Viseu, 166.
MARTINS (Lopo), criado de el-rei D. Afonso V, 45.
MARTINS (Lourenço), escudeiro, morador em Santiago, 143.
MARTINS (Nuno), coudel da vila de Moura e seu termo, 70.
MARTINS (Pero), morador em Viseu, homem do almoxarifado da mesma cidade, 28, 35, 39, 42-46 e 48-50.
MARTINS (Vasco), vedor da casa do infante D. Fernando, 67-68.
MARTRINS (Vasco), escudeiro do infante D. Henrique, coudel da vila de Albufeira, 99.
MARTINS (Vasco), doutor, 146 e 149.
MARTINS (Vicente), escrivão da puridade da rainha D. Isabel, 146.
MATINS (Vicente), proprietário de navio, 265.
MARTINS (Vicente), escrivão, 334.
MARVÃO, 167-68.
MATEUS (Mestre), secretário de el-rei D. Afonso V, 50.
MAUNY (Raymond), 2.
MEALHEIRO (João Rodrigues), vassalo e ouvidor de el-rei D. Afonso V, 199.
MEDA (Tabelião e escrivão dos órfãos de), 95-96.
MEDICIS (Cosme de), 20-21.
MEDICIS (Pedro de), 20-21.
MEDINA DEL CAMPO, 81.
MEDINA-SIDONIA (Duque de), 81.
MEDITERRANEO (Mar), 289.
MEIRA (Leonor de), mãe de Isabel de Andrade, 64.
MELLI (Rei de), 189 e 192.
MELO (Fernão de), 147.
MELO (Isabel de), casada com Fernão Soares de Albergaria, 29, 33, 35, 39, 42, 44-45, 47-48 e 50.
MELO (João de), copeiro-mor de el-rei D. Afonso V, 147.
MELO (Leonor de), por Leonor da Cunha, por equívoco do escriba, 317.
MELO (Pero Vasques de), regedor da justiça na cidade de Lisboa, regedor da Casa do Cível, 16, 92, 109 e 147.

MELO (Rui de), almirante do reino de Portugal, 14-16 e 147.
MELO (Rui de), fidalgo da casa de el-rei D. Afonso V, marido de D. Isabel de Meneses, 310.
MELO (Vasco Martins de), alcaide do castelo de Évora, 147 e 150.
MENDES (Gonçalo), porteiro do almoxarifado de Viseu, 28 e 33.
MENDES (Gonçalo), homem do almoxarifado de Viseu, 35 e 37.
MENDES (Rui), escrivão, 70, 103, 152, 188 e 201.
MENESES (D. Beatriz de), madrinha de baptismo de el-rei D. João II, 133.
MENESES (D. Duarte de), alferes-mor, 39-40, 43, 48, 133 e 146.
MENESES (D. Fernando de), 133.
MENESES (D. Fernando de), mordomo-mor da rainha D. Isabel, 147 e 150.
MENESES (D. Isabel de), mulher do fidalgo Rui de Melo, 310.
MENESES (D. João de), 147.
MENESES (D. Pedro de), conde de Vila Real, 146, 149 e 165.
MESSEJANA (Escrivão das sisas de), 244.
MESTRADO DE AVIS, 21.
MESTRADO DE SANTIAGO, 289.
MESURADO (Cabo), 326.
MESURADO (Gonçalo), cavaleiro de el-rei D. Afonso V, antes servidor da rainha D. Leonor de Portugal, 326.
MESTRE GREGÓRIO, lugar nos Olivais, termo de Lisboa, 178.
METELINO, 139.
MEZZAROTA (D. Luís Scarampi), bispo de Aquileia, na Istria, 139 e 314. V. — LUIS (D.), cardeal do título de S. Lourenço «in Damaso» e SCARAMPI MEZZAROTA (Luís).
MILÃO, 213 e 350-51. Duque de —, 202 e 350-51. República de —, 213.
MIRANDA (Fernão Gonçalves de), 92 e 147.
MIRANDA (Martim Afonso de), rico-homem, 48 e 147.
MOCATEL (Isaac), judeu, morador em Viseu, 38 e 41.
MOCATEL (Mose), judeu, residente em Viseu, 28, 33 e 37.
MOCATEL (Salomão), judeu, morador em Viseu, 33.
MOGADOURO, 252-54 e 316-17. Comendas de —, 252 e 316-17.
MOISÉS, 242.
MOISÉS (Frei), do mosteiro de S. João, da Ordem de S. Basílio, 134.
MOITA (Antão Gonçalves da), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 31.
MOITA (Lopo da), escudeiro, criado do infante D. Henrique, escrivão da coudelaria de Tomar, 188.
MONIZ (Afonso), testamenteiro de Gens Lourenço, 294.
MONOM (João Anes), morador nos Olivais, termo de Lisboa, 179.
MONTE DE FLORENÇA, 20-21.
MONTARROIO (Álvaro Fernandes de), recebedor do tesouro de el-rei D. Afonso V, 51.
MONTEIRO (Gonçalo), escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, 265.
MORAIS (João de), escrivão, 274.
MORENO (Humberto Carlos Baquero), 156.
MOSCOSO (Gomes Martins de), contador da comarca da Beira e escrivão da fazenda de el-rei D. Afonso V, 28, 33 e 35.
MOTA (Avelino Teixeira da), 191 e 326.
MOURA, Coudel de, 70. Senhor de, 144, 146, 148 e 150.
MOURA (Estêvão de), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Messejana e de Casével, 244-45.
MOURA (Fernando Álvares de), escudeiro do infante D. Henrique, apontador da

gente de Ceuta, do respectivo soldo, tenças e mantimentos e bem assim dos cavalos que possuam e das pessoas que lá fossem de futuro, 25-26.
MOURA (Gonçalo de), escrivão, 7, 11, 53, 63 e 95.
MUÑOZ DE VILLA REAL (Alvaro), registador de el-rei de Castela, 25.
NAPOLES, 134, 176, 181, 184, 186, 303 e 326. Castelo Novo de —, 176, 184, 186 e 303.
NATIONAL MARITIME MUSEUM DE GREENWICH, 129 e 141.
NAVARRA, Rei de, 80-81 e 85.
NAVEGADOR, referido ao infante D. Henrique, 4, 36, 71, 100, 139 e 169.
NEGRO (David), judeu, morador em Lisboa, 94.
NEGRO (Mar), 190.
NICOLAU V, Papa, 4, 53-54, 71-72, 115, 118-20, 123-24, 134-35, 163-64, 169, 209, 258, 261-62 e 186-87.
NIGER, 2.
NILO, por Senegal, 1-2, 71 e 74.
NILO E ETIOPIAS, 1.
NILO DOS NEGROS, ou Niger, 2.
NISA (Fernão de), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
NOGUEIRA (D. Afonso), bispo de Coimbra, 147 e 149.
NOLLI (António da), 191.
NORONHA (Sancho de), conde de Odemira, capitão de Ceuta, 26 e 195.
NÚBIA, 4-5.
NUNES (João), tesoureiro da sé de Viseu, 29 e 31.
NUNES (Diogo), 30.
NUNES (Eduardo), 135 e 137.
NUNES (João), mercador, morador em Lisboa, 92-93.
NUNO, filho de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.
ÓBIDOS, 70.
OCIDENTE, 2.
ODEMIRA (Conde de), D. Sancho de Noronha, 26, 195 e 344.
OEIRAS, termo de Lisboa, 161.
OLALHAS, 272.
OLEIROS, concelho do distrito de Castelo Branco, 110.
OLIVAIS, termo de Lisboa, 178.
OLMEDO, Espanha, 80-81, 85-86 e 88.
ORDEM DE ALCANTARA, Espanha, 127.
ORDEM DA BEATA MARIA DE VALUMBROSA, 127-28 e 220.
ORDEM DE CALATRAVA. V. — ORDEM MILITAR DE CALATRAVA.
ORDEM CAMALDULENSE, 127 e 220.
ORDEM CARTUSIENSE, 128 e 220.
ORDEM DA CAVALARIA DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO. V. — ORDEM MILITAR DE CRISTO.
ORDEM DE CISTER, 127-28, 206-07, 209, 220 e 253.
ORDEM DE CLUNY, 127-28 e 220.
ORDEM DOS CÓNEGOS DE S. JORGE DE ALGA, Veneza, 221 e 229-30.
ORDEM DOS CRUCIFEROS, 127-28.
ORDEM DOS FRADES MENORES, Franciscanos, 300, 313 e 315.
ORDEM FRANCISCANA. V. — ORDEM DOS FRADES MENORES.
ORDEM GRANDIMONTENSE, 127-28.
ORDEM DO HOSPITAL. V. — ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOÃO DE JERUSALEM.
ORDEM DOS HUMILHADOS, 127-28 e 220.

ORDEM MILITAR DE AVIS, 144, 146, 149, 212-13, 220, 229-30 e 289. Governador da —, 144, 146 e 149.
ORDEM MILITAR DE CALATRAVA, 127 e 220.
ORDEM MILITAR DE CRISTO, 4-5, 11, 13, 31, 54, 71, 100-01, 144, 146, 148, 150, 205, 212-13, 220, 229-30, 252-53, 267, 270, 286-87, 289-92, 295, 311-12 e 316-17. Claveiro da —, 205. Comendador da —, 100-01. Convento da —, em Tomar, 102, 270 e 291-92. Governador da —, 144, 146, 148, 150, 267, 289 e 295. Mestrado da —, 54 e 289. Prior da —, 286. Regedor da —, 205, 267 e 289. Vigário de Tomar da —, 11 e 13.
ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOAO DE JERUSALEM, 68-69, 123, 127, 212-14, 220, 236 e 302. Prior da —, 68-69, 144 e 149.
ORDEM MILITAR DE MONTESA, 127.
ORDEM DOS PREGADORES, 206-07, 276, 281 e 308. V. — ORDEM DE S. DOMINGOS.
ORDEM DOS PREMONSTRATENSES, 127-28 e 220.
ORDEM DE SANTA MARIA DOS TEUTOES, 127 e 221.
ORDEM DE SANTIAGO DA ESPADA, 127, 144, 146-48, 150, 163, 168-69, 212-13, 220 e 289-91. Comendador-mor da —, 147. Governador da —, 144, 146, 148 e 150. Mestre da —, 289 e 291.
ORDEM DE SANTO AGOSTINHO, 54, 127, 209 e 220. Regra da —, 54.
ORDEM DE SANTO ANTAO, 221, 229 e 230.
ORDEM DE S. BASILIO, 134.
ORDEM DE S. BENTO, 127-28, 213 e 220. Regra da —, 213.
ORDEM DE S. DOMINGOS, 206 e 308. V. — ORDEM DOS PREGADORES.
ORDEM DE S. JERÓNIMO, 53-54, 221 e 229-30. Mosteiro da —, 53.
ORDEM DE S. JOAO DE JERUSALEM. V. — ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOAO DE JERUSALEM.
ORDENS DE FRADES MENDICANTES, 229.
ORDENS MILITARES EM PORTUGAL, 225-26.
ORIENTE, 139 e 350.
ORTAFA (Ramón de), vice-rei da Albânia, 184.
ÓSTIA (Bispo de), D. Jorge, 242 e 244.
OUREM (Conde de), 144, 146 e 151.
OUTIL (Gil Martins de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 50.
PACHECO (Gonçalo), cavaleiro do infante D. Henrique e tesoureiro das coisas de Ceuta em Lisboa, 10-11, 32, 79, 131, 159, 171-73, 263-64, 266 e 319-21.
PACHECO (Gonçalo), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27.
PACHECO (João), vereador da cidade de Lisboa, 150.
PACHECO (João), filho de Gonçalo Pacheco, cavaleiro do infante D. Henrique, tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, 159.
PAÇO (Martim Afonso do), contador na comarca da Beira, 28.
PADRE, referido a Deus, 146.
PALAÇANO (Guedelha), judeu, morador em Lisboa, 93-95.
PALENÇO (Alvaro Fernandes), 264-65.
PALESTINA, 134.
PARADA (Vasco de), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27, 30 e 322.
PARINGES (Abade de), 25.
PASCHINI (P.), 139.
PASTOR (Ludovico), 139.
PAULO II (Papa), 213.
PAVIA (Concílio de), 215 e 307.
PEDRO (D.), cardeal presbítero, do título de S. Marcos, 242 e 244.

PEDRO (Fr.), escrivão da Ordem de Cristo, 206.
PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, duque de Coimbra, 1, 36, 38, 58, 112, 131, 155-56, 212, 312, 327-29 e 340.
PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra, regedor e governador da Ordem de Avis, 20-21, 36, 144, 146, 149, 151, 186-87 e 212.
PENAJÓIA, 64.
PENARROIAS (Comenda de), 316-17.
PENALVA (Coudelaria de), 200-01.
PENINSULA IBÉRICA, 213 e 225.
PERA (Gonçalo Gil de), juiz das sisas de Lagos e seu termo, 67.
PEREIRA (Diogo), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 266.
PEREIRA (Duarte Pacheco), 1-2.
PEREIRA (Gonçalo), escudeiro, tesoureiro e servidor do infante D. Henrique, 27 e 30.
PEREIRA (Henrique), comendador-mor da Ordem de Santiago, escrivão da puridade do infante D. Fernando e vedor da sua fazenda, 147.
PEREIRA (Lisuarte), reposteiro-mor de el-rei D. Afonso V, 146 e 149.
PEREIRA (Martim), criado, servidor do infante D. Henrique em Ceuta, 27 e 32.
PEREIRA (Vasco), 147.
PERES (Afonso), escrivão das sisas, 245.
PIAS, 272.
PINA (Rui de), 81, 133, 145, 182, 212, 327 e 329.
PINHEL (Abraão de), morador na Guarda, 34.
PINTO (João), 346.
PIO II (Papa), 333.
PIRES (Afonso), escrivão, 60 e 338.
PIRES (Aires), barbeiro do infante D. Henrique, 27 e 30.
PIRES (Álvaro), escrivão, 197 e 337.
PIRES (Antão), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Castelo de Vide, 65-66.
PIRES (Gil), contador, 160.
PIRES (João). V. — TRAPA (João Pires da).
PIRES (João), de Lisboa, patrão de naus, de caravelas e de barinéis de Filipe o Bom, duque de Borgonha, 134-37.
PIRES (Luís), contador de el-rei D. Afonso V na Guarda, 37.
PIRES (Tomé), 109.
POÇO DO BISPO, termo de Lisboa, 178.
POMBAL, 19.
POMBEIRO (Mosteiro de), diocese de Braga, 151, 208 e 248. Abade do —, 151 e 248.
PONTE DE LIMA, 349.
PORTAS (Álvaro Afonso), morador em Punhete, actual vila de Constância, 177.
PORTO, 15, 105, 131-32, 139, 146-47, 149, 151, 169 e 321. Bispo do —, 146 e 149. Capítulos especiais da cidade do — às cortes de Lisboa de 1455, 105. Cónego do —, 147 e 149. Diocese do —, 169. Gabinete de História da Cidade do —, 105. Rua das Esteiras, no —, 131-32.
PORTO (Afonso do), 346.
PORTO (Fernão do), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão dos órfãos e resíduos de Alvaiázere e seu termo, 337-38.
PORTUGAL, 2, 4, 8, 21, 24, 27, 53-55, 71, 73, 77, 80-92, 113-14, 118-19, 143, 146, 148, 150, 156, 162-63, 169-70, 181-90, 192, 202-03, 207, 210, 212-13, 216-17, 222, 225-26, 229-30, 234, 241, 246, 249, 253, 255, 258, 259, 261, 265, 275, 277, 280-81, 283, 286, 289, 297, 300, 302-05, 308-09, 313, 315, 326-27, 344 e 350-51. Infanta de —, 80 e 163. Infante de —, 73, 119, 185, 187-88, 207, 210, 246, 249, 281, 289,

300, 304, 309, 313 e 315. Ordens Militares existentes em —, 225. Rainha de —, 20, 148, 150, 210, 213, 216, 222, 230, 234, 297 e 326-27. Rei de —, 2-4, 8, 24, 27, 71, 73, 77, 80-92, 113-14, 143, 146, 148, 150, 156, 162-63, 170, 181-87, 189-90, 192, 202-03, 207, 212-13, 216-17, 222, 226, 230, 234, 253, 255, 258, 261, 265, 275, 277, 280-81, 283, 297, 302-03, 305, 308-09 e 350-51. Reino de —, 53-54, 86, 148, 151, 163, 185, 234, 258-59, 277, 283, 289, 297 e 313.

POVOS, Igreja paroquial de, 252-53 e 316-17.

PRESTE JOÃO, 189, 192, 319 e 321.

PRETO (João), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 266.

PRÓSPERO (D.), cardeal diácono de Colona, do título de S. Jorge «ad Velum Aureum», 244.

PUNHETE, actual vila de Constância, 176.

QUINTAL (Gonçalo Anes do), guarda do senhor D. Jaime, residente em Leiria, administrador dos bens da Ordem Militar de Cristo em Leiria e seu termo, por Gomes Eanes de Zurara, 100-01.

RABELO (João de), almoxarife das obras do mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, 29 e 45.

RAMALHO (João), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 30.

RAPOSO (João Alvares), 321.

RAU (Virgínia), 190.

RAYNALDUS (Odoricus), 72, 123 e 182.

REDINHA, Comendador da, 205.

REGO (João do), contador da casa do infante D. Henrique, juiz das sisas da cidade de Lisboa, 153.

REINEL (João), morador nos Olivais, termo de Lisboa, 179.

RESENDE (Garcia de), 133.

RESENDE (Vasco Martins de), regedor da justiça Entre Douro e Minho, 147.

RIBA DE VIZELA (Gonçalo Pereira de), pai de Martim Mendes de Berredo, 183.

RIBEIRA DA ATALAIA, 171-72.

RIBEIRO (Fernão Lourenço), escrivão, 106, 152, 177 e 341.

RIO GAMBIA, 189-92.

RIO JORDÃO, 134.

RIO DE MOINHOS, Coudelaria de, 200-01.

RIUS SERRA (José), 115, 123, 137, 139, 169, 207, 212-13, 216, 222, 226, 234, 241, 246, 248, 252, 255, 258, 275-76, 280, 283, 286, 289, 295, 297, 300, 304, 308, 311-12, 315 e 344.

RODES, 123, 127 e 302-03. Cardeal de —, 244. Convento de —, 302.

RODRIGO, filho de Fernando Afonso Cicioso e de Isabel Fernandes, 6.

RODRIGO (Mestre), cirurgião, 31.

RODRIGUES (Afonso), escrivão dos contos das coisas de Ceuta em Lisboa, 264, 267, 319 e 322.

RODRIGUES (Catarina), moradora no Turcifal, 167.

RODRIGUES (Diogo), escrivão, 180.

RODRIGUES (Fernão), escrivão, 23, 99, 105, 196, 198-99 e 353.

RODRIGUES (João), tabelião no julgado de Besteiros, 129 e 143.

RODRIGUES (João), escrivão, 189.

RODRIGUES (João), filho de João Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, 343.

RODRIGUES (Paio), contador-mor dos contos de Lisboa, 278.

ROMA, 57, 79-80, 83, 87, 116, 121, 129, 138-39, 141, 169, 171, 211-12, 215, 221, 225, 229, 233, 241, 243, 248, 250, 254, 257, 263, 276-77, 282, 285, 288, 289, 291, 296, 299, 302, 308, 310, 312, 314 e 316. Igreja de —, 80, 83 e 87. Palácio Apostólico de —, 139.

ROUEN, França. Cardeal D. Guilherme, 243.
RUA DAS ESTEIRAS, da cidade do Porto, 131-32.
SÁ (Ayres de), 153.
SABOARIAS, Regimento das, 174.
SABÓIA (Duque de), 175.
SACAVÉM, Barco de, 60-62.
SAFIM, Alcaide dos mouros de, 250.
SALAZAR Y CASTRO (Luís de), 82.
SALÉ, povoação marroquina, 92-93.
SALGADO (Fernão), notário público em casa do infante D. Henrique, 142.
SANCHES (Afonso), morador no Porto, assassinado por João de Lisboa, 131-32.
SANTA CRUZ (Cardeal do título de), 127, 244 e 281.
SANTA CRUZ DE COIMBRA (Mosteiro de), Prior do, 295.
SANTA CRUZ DE LISBOA (Mosteiro de), 209.
SANTA IRIA (Feira de), na cava da cerca de Viseu, 44, 46 e 49.
«SANTA MARIA DE ÁFRICA» (Barca), Escrivão da, 79.
SANTA MARIA DE ÁFRICA (Paulo Húngaro de), 311-12. V. — HÚNGARO (Paulo).
SANTA MARIA DE LOURES (Igreja de), 178.
SANTA MARIA DOS OLIVAIS (Freguesia de), 178.
SANTA MARIA DE POMBEIRO (Mosteiro de), 304. V. — POMBEIRO (Mosteiro de).
SANTA MARIA DE TRANSTIBRE (Cardeal presbítero de), 243.
SANTA MARIA DA VITÓRIA (Mosteiro de), Batalha, 29.
SANTA MARINHA, no almoxarifado da Guarda, 66.
SANTA SÉ, 134, 169, 212, 216, 222, 229, 248, 276, 282, 297, 304, 308 e 344.
SANTARÉM, 96, 153-54, 167-68, 173, 175, 177, 196 e 273.
SANTARÉM (Visconde de), 191.
SANTIAGO, povoação, 143.
SANTIAGO PICCININO (Conde), 181-82 e 184.
SANTÍSSIMA TRINDADE, 187.
SANTO ELÓI (Mosteiro de), 328-29.
SANTO EUSTAQUIO (Cardeal diácono de), 241-42.
S. FILIPPO (Amato di), 190.
S. FRANCISCO (Paços de), em Évora, 327.
S. JOÃO, 269.
S. JOÃO (Mosteiro de), da Ordem de S. Basílio, em Jerusalém, 134.
S. JOÃO EVANGELISTA (Mosteiro de), a edificar em Lisboa, 328 e 333.
S. JOÃO E S. PAULO (Cardeal presbítero do título de), 242 e 244.
S. JORGE (Castelo de), em Lisboa, 334.
S. LOURENÇO «in DAMASO» (Cardeal do título de), 139-41, 244 e 314.
S. MARCOS (Cardeal presbítero do título de), 242.
S. MARTINHO, 274.
S. MIGUEL (Ilha de), nos Açores, 112.
S. PAULO, 79, 229, 241, 257, 263 e 288.
S. PEDRO, 79, 229, 241, 257, 263, 276 e 288.
S. PEDRO (Igreja de), em Roma, 57, 79, 116, 129, 138, 141, 171, 211, 215, 221, 225, 229, 233, 241, 243, 248, 250, 254, 257, 263, 276-77, 282, 285, 288, 291, 296, 299, 302, 308, 310, 312, 314, e 316.
S. SALVADOR DE ALMOSTER (Capela de), sita entre Ansião e Alvaiázere, 19.
S. VICENTE DE FORA (Mosteiro de), Lisboa, 177-78.
SARDENHA (Ilha de), 326.
SATÃO, Coudelaria de, 200-01.

SCARAMPI MEZZAROTA (D. Luís), cardeal do título de S. Lourenço «in Damaso», 139-41 e 314.
SCHLUMBERGER, 213.
SÉ APOSTÓLICA, 54 e 280.
SEGÓVIA, Tesoureiro da sé de —, 23-24, 80 e 82.
SEIA, 66.
SEITA. V. — CEUTA.
SENA, Itália, 181.
SENEGAL, 2, 71 e 192.
SENHOR, referido a Jesus Cristo, 21, 54, 72, 77, 119, 121-22, 124-25, 130, 141, 161, 163, 170, 176, 184, 186-87, 215-17, 219, 221, 230, 234-35, 255, 262, 275, 281, 287, 290, 295, 298, 313 e 315. Encarnação do —, 79, 116, 165, 215, 221, 233, 243 e 282. Natividade do —, 121, 176, 184 e 186. Natividade de Nosso —, 187. Nosso —, 188 e 303.
SENHORIA de Génova, Anciãos da, 190.
SERPA (Senhor de), 187-88.
SERPA (Lopo Vasques de), doutor, vassalo de el-rei D. Afonso V e do seu desembargo e petições, 6, 65, 108-09, 113, 118, 122, 132, 151, 154, 161-62, 196, 198-99, 335, 340, 342 e 345-49.
SERRA DE OSSA (Gonçalo Vaz da), testamenteiro da rainha D. Isabel, 329.
SERRÃO (João), escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, 265.
SERRÃO (Joaquim Veríssimo), 327.
SEVILHA, 24 e 190. Rei de —, 24.
SFORZA (Francesco), duque de Milão, 350.
SILVA (Fernão da), coudel-mor dos reinos de Portugal e Algarve, 103.
SILVA (Fernão da), vedor dos vassalos de Elvas, 323.
SILVA (João da), 147.
SILVA (Rui Gomes da), casado com D. Branca de Almeida, 42, 44-46, 48, 50 e 336.
SILVEIRA (Diogo da), do conselho de el-rei D. Afonso V e seu escrivão da puridade, 99, 147 e 150-51.
SILVEIRA (Fernão da), coudel-mor de Portugal, 70, 96, 147, 152, 188 e 201.
SILVEIRA (João Fernandes da), jurista, do conselho de el-rei D. Afonso V e seu embaixador, 92 e 202-03.
SILVES, 56, 72, 78, 118-19, 121, 153, 208, 212-13, 216, 222, 229-30, 233-34, 248, 276, 282-83, 295, 297, 304, 313 e 344. Bispo de —, 56, 72, 78, 118-19, 121, 208, 212-13, 216, 222, 229-30, 233-34, 248, 276, 282-83, 295, 297, 304 e 344. Diocese de —, 313.
SIMÕES (Vicente), recebedor da despensaria de el-rei D. Duarte, 29.
SIMÕES (Vicente), morador em Punhete, actual vila de Constância, 176-77.
SINTRA, 23, 26, 53, 57-58, 60 e 68.
SINTRA (Pedro de), navegador, 326.
SOARES (Diogo), marido de D. Brites de Vilhena, 133.
SOARES (Fernão), 33.
SOBREQUES VIDAL (S.), 182.
SOLDEVILA (Ferran), 182 e 184.
SOLMANS (Comendador de), 302.
SOUSA (Fr. Afonso Vasques de), claveiro da Ordem de Cristo e comendador da Redinha, 205.
SOUSA (António Caetano de), 4, 23, 72, 82, 143, 145, 156, 286 e 327-28.
SOUSA (Cide de), servidor da rainha D. Leonor, 326.
SOUSA (Heitor de), vedor da casa do infante D. Henrique, donatário da quinta da Costa, julgado de Besteiros, 129-30 e 141-43.

SOUSA (João de), residente em Ceuta, 31.
SOUSA (Gonçalo de), residente em Ceuta, 31.
SOUSA (Gonçalo de), acompanhou D. Duarte de Meneses e certos escudeiros a Alcântara, Castela, em serviço de el-rei de Portugal, 40.
SOUSA (Rui de), 147.
SPINOLA (Pietrina), mãe de António Usodimare, 190.
SUAREZ FERNANDEZ (Luís), 23, 81-82 e 113.
SUBTIL (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, administrador de capela em Fronteira, 292-94.
SUBTIL (Estêvão Vasques), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Elvas, 346.
SUPLICAS do papa. De João Pires, 134. Do infante D. Henrique, 313.
TAGASTE (Bispo de), 276.
TANGER, 278 e 347.
TAVARES (Pedro de), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 161.
TAVIRA, 193.
TAVORA (Alvaro Pires de), do conselho de el-rei D. Afonso V, 253 e 316-17.
TAVORA (Martim de), o Chichorro, 147.
TEIVE (Diogo de), navegador, 322.
TELES (Fernão), 147.
TELHADO, 143.
THALLOCZY (L. von), 182.
TINOCO (Aires), moço da câmara do infante D. Henrique e navegador à Guiné, 103, 169 e 292.
TINOCO (Fernando Aires), 169.
TINOCO (Gomes Aires), 169.
TINOCO (Nuno Fernandes), secretário régio, cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada, 118-20, 162-64 e 168-69.
TIRADO (Alvaro), morador nos Olivais, termo de Lisboa, 179.
TOLEDO, Diocese de, 55. Igreja de, 25. Rei de, 24.
TOMAR, 4-5, 11, 13, 23, 28-29, 33-34, 43, 102-03, 188, 205-06, 267, 269-70, 274 e 291-92. Almoxarife do infante D. Henrique em —, 23. Convento da Ordem de Cristo de —, 102 e 205. Escrivão da coudelaria de —, 188. Juízes e almotacés de —, 102 e 291. Município de —, 270. Vigário de —, da Ordem de Cristo, 11 e 13.
TOMAS (Rui), tabelião em Castelo de Vide, 122.
TORO, Castela, 81 e 89.
TORRÃO, Comendador de, 64.
TORRE (Alvaro Vasques da), contador de el-rei D. Afonso V, 278.
TORRE (Diogo Afonso da), cidadão da cidade do Porto, 151.
TORRE DE MONCORVO, Almoxarifado de, 316-17.
TORRE DO TOMBO. V. — ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO.
TORRES NOVAS, 160, 200, 269 e 272.
TORRES VEDRAS, 167.
TORTOSA, 134.
TRAFALGAR (Cabo de), 109.
TRAPA, 38.
TRAPA (João Pires da), 38.
TRÁS-OS-MONTES (Comarca e correição de), 347-48.
TRAU (Bispo de), na Dalmácia, 139.
TRAVAÇOS (Diogo Gonçalves de), 48 e 50.
TREIXEDO, 37.
TREIXEDO (Pero Alvares de), escudeiro do infante D. Pedro, 37.

TRISTÃO, inglês, almoxarife das tercenas régias de Lisboa, 16 e 341-42. V. — INGRES (Tristão).
TUI, Diocese de, 258-60 e 262-63.
TURCIFAL, termo de Torres Vedras, 167.
TUSCULANO, Bispo, 244.
URSINO, 242.
USODIMARE (António), genovês, 189-93.
USODIMARE (Antoniotto). V. — USODIMARE (António).
USODIMARE (Francesco), 190.
USODIMARE, Giovanni, 190.
VALARTE, navegador, 23.
VALENÇA (Fernão de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 266.
VALENÇA (Marquês de), 144, 146 e 151.
VALÊNCIA, Bispado de, 181.
VALENTE (Aires Afonso), 62.
VALENTE (Rui), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 58-60.
VALENTINI (R.), 213.
VALERA (Diego de), 81.
VALÉRIO (João), aragonês, 303.
VAQUER (Bernardo), catalão, 184.
VARELA (Nuno), morador em Fronteira, ali provedor e administrador de capela, 294.
VARELA (Pero), meirinho, 30.
VASCO, escrivão pontifício, 352.
VASCO (D.), bispo de Évora, 146 e 149.
VASCONCELOS (João Álvares de), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 320
VASCONCELOS (João Mendes de), coudel da terra de Lafões, 103.
VASCONCELOS (Luís Mendes de), fidalgo da casa do infante D. Henrique, 63-64 e 245.
VASQUES (D. Afonso), abade de Paringes, 25.
VASQUES (Amádis), juiz da alfândega de Lisboa, 342.
VASQUES (Duarte), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 32.
VASQUES (Estêvão), escrivão da câmara de el-rei D. Afonso V, 37.
VASQUES (Eurico), escolar de decretos e vigário-geral de Lisboa, 177-78 e 180.
VASQUES (Fernão), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 30.
VASQUES (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, juiz dos órfãos, judeus e mouros em Alenquer e seu termo, 335.
VASQUES (Gil), criado de el-rei e contador em Ceuta, 319.
VASQUES (Gonçalo), escudeiro, servidor do infante D. Henrique, 27 e 31-32.
VASQUES (Gonçalo), genro de Lourenço Afonso, pai de Gonçalo Gorizo, 60-61.
VASQUES (Henrique), escrivão da câmara de el-rei D. Afonso V, 50.
VASQUES (Isabel), donzela da infanta D. Catarina, 98.
VASQUES (João), criado de el-rei D. Afonso V, 50.
VASQUES (João), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V e seu secretário, 146 e 151.
VASQUES (Lopo), clérigo da diocese de Ceuta, 304 e 306.
VASQUES (Martim), almocreve, morador em Viseu, 29.
VASQUES (Nuno), escrivão, 154.
VASQUES (Pero), tabelião, 101.
VASQUES (Rui), juiz do cível em Lisboa, 61.
VASQUES (Mécia), mãe de João e Margarida, filhos de D. Fr. Fernando, vigário-geral de Tomar, 12-13.
VASQUES (Nuno), escrivão, 161.

VASQUES (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Aljezur e ali escrivão das sisas, 201.
VASQUES (Tristão), cidadão de Lisboa, 151.
VAZ (Fernão), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Évora, 197-98.
VAZ (Mécia). V. — VASQUES (Mécia).
VEIGA (João da), 62.
VEIGA (Tristão Vaz da), 62.
VEIROS (Lopo de), escudeiro, juiz do cível em Lisoba, 178-79.
VELHO (Fr. Afonso), dominicano, professor de teologia e confessor do infante D. Henrique, 206-07, 276, 280-82 e 308.
VELHO (Diogo), escudeiro de el-rei D. Afonso V, 39.
VELHO (Gonçalo), 131-32.
VENEZA, República de, 213. Senado da República de, 202. Senhoria de, 202.
VERLINDEN (Charles), 191-92.
VIANA DO CASTELO, 349.
VICENTE (Fernão), escrivão, 96.
VICENTE (Vasco), coudel da vila de Albufeira, 99.
VIDAL (Pedro), capitão de galé, 186-87.
VIEIRA (Alvaro Pires), vassalo de el-rei D. Afonso V e corregedor da sua corte, 335.
VILA DO CONDE, 349.
VILA FRANCA DE XIRA, 8.
VILA REAL (Conde de), 30, 133, 144, 146, 149 e 165.
VILA REAL (João de), escrivão, 168 e 335.
VILA VIÇOSA (Marquês de), 133, 144, 146, 149 e 151.
VILES (Afonso), escudeiro do infante D. Henrique, morador em Sátão, escrivão da coudelaria de Penalva, Sátão, Rio de Moinhos, Gulfar e seus termos, 200-01.
VILHENA (D. Brites de), mulher de Diogo Soares, 133.
VIRGEM MARIA, 258.
VISEU, 27-29, 31, 33-34, 36-49, 52, 56, 104, 146, 149, 166-67, 328-29 e 336. Almoxarifado de —, 27, 36 e 38. Bispo de —, 55, 146, 149 e 328-29. Capítulos especiais de — às cortes de Lisboa de 1455, 104. Sé de —, 34 e 166.
VISEU (Duque de), infante D. Henrique, 53-54, 102, 119, 129, 144, 146, 148, 150, 163, 205, 246, 249, 267, 292, 313 e 315.
VITERBO (Fr. Joaquim de Santa Rosa de), 104.
VIVALDI, 189 e 192-93.
VIVALDI (Dario), genovês, 193.
VIVALDI (Francesco), genovês, 193.
VIVALDI (Giovanni Pietro), genovês, 193.
VIVALDIS (Guido de), genovês, 192.
VIVALDIS (Vadino de), genovês, 192.
VIVALDO (Desidério de), genovês, 193.
VOGADO (João), escrivão da câmara de el-rei D. Afonso V, 15, 159 e 338.
XABREGAS, junto a Lisboa, 333.
XABREGAS (Mosteiro de), 328.
YUCE (Rabi), judeu, procurador do príncipe D. Henrique de Castela, 81 e 91.
ZECCA, 190.
ZURARA (Gomes Eanes de), comendador da Ordem de Cristo, morador em Lisboa, 3, 54, 100-01, 192, 257, 266 e 347.
ZURITA (Jerónimo de), 181.

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I — Iluminura da «Virtuosa Benfeitoria» (Viseu, Biblioteca Municipal, códice membranáceo, cofre 12, fl. 1 r.), ps. VIII-IX.

Est. II. — Procuração de D. Henrique IV de Castela para o seu casamento com a infanta D. Joana, de 1454 (Doc. 18), ps. 32-33.

Est. III. — Abertura da confirmação dos capítulos matrimoniais de D. Henrique IV de Castela com D. Joana, de 1455 (Doc. 38), ps. 80-81.

Est. IV. — Carta do infante D. Henrique às autoridades de Tomar, de 1455 (Doc. 49), ps. 112-13.

Est. V. — Carta do infante D. Henrique às autoridades de Tomar, de 1456 (Doc. 131), ps. 272-73.

Est. VI. — Carta do infante D. Henrique às autoridades de Tomar, de 1456 (Doc. 139), ps. 304-05.

Est. VII. — Carta de el-rei D. Afonso V ao duque de Milão, de 1456 (Doc. 175), ps. 352-53.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR . . . . . pág. IX
ABREVIATURAS . . . . . pág. XVIII
DOCUMENTOS . . . . . pág. 1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA . . . . . pág. 357
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA . . . . . pág. 361
ÍNDICE CRONOLÓGICO . . . . . pág. 377
ÍNDICE ANALÍTICO . . . . . pág. 407
ÍNDICE DAS ESTAMPAS . . . . . pág. 437

Copyrighted material

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA NAS OFICINAS GRÁFICAS DA «ATLÂNTIDA», EM COIMBRA, ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA, E ACABOU DE SE IMPRIMIR EM MAIO DE 1972. A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMITADA», AMBAS DE LISBOA.

Copyrighted material

Copyrighted material

Copyrighted material